

SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA

3º
SIALAT 20
21
BELÉM-PA, BRASIL



Anais

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

 **NAEA**
EDITORA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS (NAEA)

Diretor geral: Armin Mathis

Diretor adjunto: Mirleide Char Bahia

EDITORA

Editor-chefe: Armin Mathis

Diretor executivo: Aurilene Ferreira Martins

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente – Armin Mathis (NAEA/UFPA)

Vice-Presidente – Mirleide Char Bahia (NAEA/UFPA) Ana Paula Vidal Bastos (UnB)

Carlos Alberto Mejías Rodriguez (Universidad de La Habana, Cuba)

Germán Alfonso Palacio Castañeda (Universidad Nacional de Colombia, Letícia)

Julien Meyer (Université Stendhal/Grenoble 3, Grenoble, França)

Josep Pont Vidal (UFPA)

Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista (Universidade de Aveiro, Portugal)

Miguel Pinedo-Vasquez (Columbia University – Nova York, EUA)

Ronaldo de Lima Araújo (UFPA)

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO CIENTÍFICA

Armin Mathis - Interino

REALIZAÇÃO



PARCERIAS



UNIVERSIDAD DE CUENCA

PATROCÍNIO



APOIO





SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA

3º
SIALAT 20
21
BELÉM-PA, BRASIL

DEMOCRACIA, NATUREZA E
EPISTEMOLOGIAS PARA
PENSAR O AMANHÃ

Anais

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

25 e 26 de novembro de 2020
25 e 26 de fevereiro de 2021

Belém • NAEA/UFPA • 2021

Capa
Márcio Novelino

Editoração
Ione Sena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

- S471a Seminário Internacional América Latina (3. : 2020-2021 : Belém, PA).
Anais [recurso eletrônico] / 3º Seminário Internacional América Latina - SIALAT, Belém, Pará, Brasil / Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves (Orgs.). — Dados eletrônicos. — Belém : NAEA, 2021.
- Textos em português e espanhol
Tema “Democracia, natureza e epistemologias para pensar o amanhã”
Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>
ISBN 978-85-7143-208-6
1. Democracia - América Latina. 2. Conflito social - América Latina. 3. América Latina - Condições sociais. 4. Mudança social - América Latina. I. Castro, Edna Maria Ramos de, org. II. Alves, Suely Rodrigues, org. III. Título.

CDD 22. ed. – 320.98

Elaborado por Ruthane Saraiva da Silva – CRB-2/1128

COMISSÃO CIENTÍFICA

Edna Castro – GETTAM/NAEA/UFPA - Presidente
Ana Maria Araújo – Universidad de la República – Uruguay
Andréa Zhouri – GESTA/PPGA/UFMG
Alex Pizzio – UFT
Antônia Nascimento – PPGSS/UFPA
Armando Lírio – ICSA/UFPA
Carlos Potiara Castro – CEURB, Brasília
Cristina Cancela – PPGHIST/UFPA
Dalva Mota – CPATU/EMBRAPA
Edila Moura – PPGSA/IFCH/UFPA
Eduardo Gudynas – Centro Latinoamericano de Ecología Social/CLAES – Uruguay
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA
Elenise Scherer – UFAM
Eunápio do Carmo – GETTAM/NAEA/UFPA
Flávia Barros – UnB
Felipe Milanêz – UFBA
Francilene Rodrigues – PPGSOF/UFRR
Helena Lúcia Zagury Tourinho – UNAMA
Hector Atilio Poggiese – UBA-Argentina
Izabel Valle – UFAM
Jacob Lima – UFSCAR
Jose Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS
James Léon Parra Monsalve – Colômbia
Luzia Álvares – PPGCP/UFPA
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA
Marco Antônio Chagas. – UNIFAP
Maria José Aquino – PPGSA/IFCH/UFPA
María Ernestina Garreta Chindoy – Colômbia
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA
Otacílio Amaral Filho – ILC/UFPA
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile
Paulo Martins – UFPE
Pedro Staevie – UNILA
Pierre Salama – Universidade Paris 13, França
Pierre Teisserenc – Univesite Paris 13, França
Renan Freitas Pinto – UFAM
Rosane Maria Albino Steinbrenner (PPGCOM/UFPA)
Sara Alonso – Universidade de Barcelona, Espanha
Saint-Clair Trindade – NAEA/UFPA
Simaia das Mercês – NAEA/UFPA
Sirlei Silveira – UFMT
Silvio Figueiredo – NAEA/UFPA
Voyner Ravena Cañete – PPGSA/UFPA



COMISSÃO ORGANIZADORA

Edna Castro – GETTAM/NAEA/UFPA – Coordenadora
Edila Moura – PPGSA/IFCH/UFPA
Eunápio do Carmo – GETTAM/NAEA/UFPA
Voyner Canete – PPGSA/IFCH/UDPA
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
Ireneide Souza Silva – GETTAM/NAEA/UFPA
Domingos Ribeiro – GETTAM/NAEA
Erick Ramos – GETTAM/NAEA/UFPA
Marcel Hazeu – ICSA – GETTAM/NAEA
Maria da Paz Saavedra – NAEA/UFPA
Marília Lobato – UNIFAP – GETTAM/NAEA
Pedro Henrique Loureiro de Bragança – GETTAM/NAEA
Rafaela Santos Carneiro – GETTAM/NAEA
Rodrigo Peixoto – PPGSA/UFPA
Rosane de Seixas Brito Araújo – GETTAM/NAEA
Rosane Maria Albino Steinbrenner (PPGCOM/UFPA)
Simy de Almeida Corrêa – FASE – GETTAM/NAEA
Vera Lúcia Gomes – PPGSS/UFPA
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA
William Rocha – UNAMA – GETTAM/NAEA

COMISSÃO DE APOIO

Rafaela Santos Carneiro – GETTAM/NAEA
Ione Sena – Edição

Apresentação



Este é o 3º Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas – SIALAT 2020 organizado pela Universidade Federal do Pará/UFPA, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, em seu Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Iniciativa do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados/GETTAM, este projeto ampliou-se e enriqueceu-se graças às parcerias com centros e redes de pesquisa de vários países da América Latina.

Quando iniciamos a organização do 3º SIALAT, em fevereiro de 2020, não imaginávamos os impasses dolorosos que teríamos de enfrentar no bojo de uma crise sanitária aguda, devido a pandemia de Coronavírus que nos atingiria a todos, no planeta. Crise esta que teve desdobramentos terríveis na América Latina, mostrando a sua vulnerabilidade múltipla, desde os impasses à democracia com governos autoritários e até de extrema direita, com políticas negacionistas dos direitos e da ordem democrática, seja pela violência contra as diferenças de classe, de gênero e de raça, seja pelos problemas relacionados à pobreza, à desigualdade e ao ambiente, em plena pandemia. Inúmeros países, como Brasil, Peru e Colômbia amargam as altas taxas de vidas perdidas para a Covid19, como epicentro da doença no mundo, e justamente escancaram as feridas abertas da vergonha da exclusão social; e os problemas decorrentes da desigualdade social aguda, e que se perpetuam pelas estratégias impeditivas do acesso aos bens e serviços, à saúde, ao emprego e à renda, seja nas cidades, no campo ou nas aldeias. Sinalizam que esses problemas são marcas da herança colonial e escravocrata do processo secular de espoliação da natureza e do trabalho, correntes nas sociedades latino-americanas.

O objetivo do seminário foi de abrir um espaço de debate sobre os processos políticos e sociais, os conflitos e os desafios contemporâneos na América Latina, considerando as perspectivas críticas que permitam resituar, continuamente, o campo epistemológico e as interpretações sobre suas sociedades.

Debate e a análise de situações comuns que ocorrem em muitos países da América Latina, com base em resultados de pesquisas produzidas em universidades, em institutos de pesquisa, em programas de pós-graduação, mas também vindo do conhecimento práxiológico produzido no campo fértil da vida e das lutas empreendidas pelos movimentos de resistência, por levantes de ativistas que têm contribuído para renovar o campo conceitual e teórico a partir de uma reflexão política sobre a vida. Espera-se, assim, aprofundar o debate crítico sobre as políticas, os conflitos sociais, o processo histórico de transformação de territórios, e as lutas sociais no contexto de conjunturas de crise econômica, sanitária, de democracia e de direitos.

Ressaltamos ainda o interesse em ampliar os intercâmbios de pesquisa e reflexões nos estudos internacionais para imprimir o campo das humanidades sob outras epistemologias vindas das raízes do conhecimento produzido na América Latina. Refletir sobre as lacunas no pensamento social latino-americano, tributário ainda da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos. Este esforço de pensar e produzir rupturas epistemológicas sob outros olhares é um desafio e ao mesmo tempo uma possibilidade. Razão fundamental do tema central do SIALAT 2020 ser Democracia, Natureza e Epistemologias para pensar o amanhã.

Edna Castro
Coordenadora do III SIALAT/GETTAM/UFPA



Programa

III Seminário Internacional América Latina:
Democracia, Natureza e Epistemologias
para pensar o amanhã

III SIALAT



Programação de Novembro de 2020

Programação de Mesas e Conferências do 3º SIALAT (Nov. 2020)

Mesas Redondas

Dia 25/11/2020

14h

Sessão de Abertura

Emmanuel Tourinho – Reitor da UFPA

Durbens Nascimento – Diretor do NAEA

Edna Castro – Coordenadora do GETTAM/NAEA

Ana Maria Araújo – Universidad de la República - Uruguay

Voyner Cañete – Coordenadora do PPGSA

Diego Andrés Parra – Universidad de Cuenca - Equador

14h30

Mesa Redonda 01 – Conjuntura política e social na América Latina: que desenhos possíveis para o amanhã?

Expositores:

Ana Maria Araújo – Universidad de la República - Uruguay

Edna Castro – NAEA/UFPA

Bárbara Lou Veloso Dias – IFCH/UFPA

Mediadora: Nírvia Ravena -NAEA/UFPA

16h

Mesa Redonda 02 – Imaginários coloniais-racistas, ecologia política e emergência de novos paradigmas

Expositores:

Eduardo Gudynas – CEAS – Uruguay

Adélia Maria Miglievich Ribeiro – UFES

Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA

Mediador: Eunápio do Carmo – GETTAM – Campus de Breves/UFPA



18h

Conferência: Epistemologias críticas no campo das ciências sociais

José Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS

Mediadora: Edila Moura – PPGSA/IFCH/UFPA

Dia 26/11/2020

10h

Mesa Redonda 03 – Genocídios na Amazônia e epistemologias para pensar o amanhã

Expositores:

Lino João de Oliveira Neves – Departamento de Antropologia/UFAM

Mayalu Kokometi Waura Txucarramãe, do povo Mëbêngôkré/Kayapó e Waurá, Secretária Executiva do Conselho Distrital de Saúde Indígena Kayapó MT (CONDISI/KMT)

Raquel Neyra – Universidad Nacional Agraria La Molina (UNALM), Lima/ Peru

Mediador: Felipe Milanez – UFBA – Coordenador do GT Ecología(s) Política(s) Desde El Sur Abya Yala, do CLACSO

14h

Mesa Redonda 04 – Economia, democracia e riscos políticos na América Latina

Expositores:

Pierre Salama – Université Paris XIII

Paulo Henrique Martins – UFPE

Armando Lírio – ICSA/UFPA

Mediadora: Edna Castro – GETTAM/NAEA/UFPA

16h

Mesa Redonda 05 – Insurgência de linguagens e a constituição de novas práticas

políticas na América Latina

Expositores:

Carlos Walter Porto-Gonçalves – UFF

Paola Bolados – Universidad de Playa Ancha, Chile

Samuel Santana Vida – Faculdade de Direito/UFBA, EGANDU

Virgelina Chará – Asomujer y Trabajo, Colômbia

Mediadora: Sabrina Nascimento – GETTAM/NAEA/UFPA

19h – Encerramento



Programação de Fevereiro de 2021

Sessão de Abertura

Dia 25

18h30

Jacob Carlos Lima – Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia/SBS

Márcio Valença – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional/ANPUR

Edna Castro – GETTAM/NAEA/UFPA

Voyner Ravena Cañete – PPGSA/IFCH/UFPA

19 às 21h (Brasil e Flórida); 18 às 20h (Venezuela)

Mesa Redonda 01 – Mega empreendimentos, políticas de violência e crise socioambiental: um giro epistemológico necessário para se pensar o amanhã.

Participantes:

Edna Castro – NAEA/PPGDSTU/PPGSA – UFPA (Brasil)

Andréa Zhoury – GESTA/PPGA/UFMG (Brasil)

Marcos Colon – Universidade da Flórida – Amazônia Latitude/ EEUU (Brasil/Estados Unidos)

José Angel Quintero – Universidad de Zulia (Venezuela)

Coordenadora: Larissa Carreira NAEA/UFPA (Brasil)

Dia 26

10 às 12h (Brasil e Argentina); 08 às 10h (Equador)

Mesa Redonda 02 – Extrativismos, política de commodities e fronteiras da vida

Participantes:

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti – Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)

Juan Manuel Villulla – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Ivette Vallejo Real – Faculdade latinoamericana de Ciências Sociais/FLACSO (Ecuador)

Coordenadora: Dalva Mota – Embrapa Amazônia Oriental – INEAF/UFPA (Brasil)



Rodas de conversa

Encuentro de procesos sociales en resistencia y en defensa de la vida
Encontro de processos sociais em resistência e em defesa da vida

INVITADOS DE GUIANA FRANCESA, ECUADOR, ARGENTINA,
COLOMBIA Y BRASIL

RODA DE CONVERSA 01

Resistencias populares en defensa de la vida / Resistências populares em defesa da vida

Mediadores: Andrés Felipe Ortiz Gordillo (Colômbia) e Simmy Correa (Brasil)

25 de febrero de 2021 / 25 de fevereiro de 2021

10h a 12h (BRA – ARG) / 8h a 10h (COL)

- 1. Pueblo indígena Pijao** (San Antonio de Calarma, Tolima, Colombia). Proceso de resistencia territorial conformado por indígenas Pijao víctimas colectivas del conflicto armado colombiano.
- 2. José Jiménez del Comité Ambiental en defensa de la vida** (Tolima, Colombia). Uno de los más importantes movimientos sociales del centro de Colombia, en permanente proceso de resistencia socioambiental en defensa del agua, la vida y el territorio frente a las amenazas que representan los proyectos extractivos.
- 3. Lourdes Rivadeneira y Giovanni Leal de la Red Nacional de Migrantes y Refugiados en Argentina** (Buenos Aires, Argentina). Experiencia organizativa que nuclea a diferentes colectividades de inmigrantes provenientes de países de Latinoamérica y el mundo, que tiene como objetivo promover y defender los derechos de las/los inmigrantes y refugiados en territorio argentino desde una perspectiva latinoamericanista y DDHH.
- 4. Piedad Lorena Guerrero Coka.** Performer activista, quien realizará una “Cartografía parlante”, propuesta de escucha corporal trasladada a la imagen desde la experiencia del artista. La palabra de los colectivos invitados se traslada en desarrollo escénico y voz corporal, creando un colectivo desde el cuerpo como territorio y palabra como tradición oral sagrada.



RODA DE CONVERSA 2

Mediadores: Simmy Correa (Brasil) e Andrés Felipe Ortiz Gordillo (Colômbia)

26 de febrero de 2021 / 26 de fevereiro de 2021

10h a 12h (BRA – ARG) / 8h a 110h (COL)

- 1. Territorios amazónicos Indígenas na Guiana Francesa** ameaçados por grandes projetos e não protegidos pela convenção 169 não ratificada pela França.
- 2. Povos tradicionais no Equador** com seu direito à consulta prévia livre e informada ameaçado pela não afetivação do Estado.
- 3. Comunidade ribeirinha de Abaetetuba** no Pará /Brasil ameaçada pela construção de 22 portos na região.
- 4. Agentes Populares de Saúde – MST.** A experiência de formação de Agentes Populares de Saúde é realizada pelo MST no Pará e é uma iniciativa nacional da frente de organizações populares chamada “Periferia Viva”. Esta iniciativa surgiu durante a pandemia com intuito de combater o vírus do covid-19 e fortalecer os saberes e práticas da saúde popular.

TEJEDORES:

Simy Correa (FASE-GETTAM/NAEA/UFPA/Brasil)

Andrés Felipe Ortiz Gordillo (PPGSA/UFPA, Proyecto CEIS, MAD/Colombia).



Fórum Temático Povos Indígenas em situação de Isolados

PROGRAMAÇÃO // PROGRAMACIÓN

26 de fevereiro de 2021

SESSÃO DE ABERTURA: apresentação do Fórum Temático e dos expositores da Mesa 1
14h00 – 14h20 (Equador); 16h00 – 16h20 (Brasil)

MESA REDONDA 01

14h20 – 16h00 (Equador); 16h20 – 18h00 (Brasil)

Tema 1 – Perspectivas de los pueblos indígenas sobre el futuro de los pueblos indígenas en aislamiento y contacto inicial

Tema 2 – Perspectivas regionales para el futuro de los PIACI's

Coordenador:

Diego Andrés Parra – Universidad de Cuenca (Equador) – PPGSA/UFPA (Brasil)

Felipe Nascimento Araújo – PPGSA/UFPA (Brasil)

Expositores:

Julio Cusurichi Palacios (FENAMAD – Perú)

Silvana Nihua – CONCONAWE – Povo Waorani (Ecuador)

Antenor Vaz (Brasil)

Mario Melo Cevallos (Equador)

MESA REDONDA 02

16:00 – 18:00 (Equador); 18:00 – 20:00 (Brasil)

Tema 1 – Perspectivas estratégicas para la protección de los PIACI's

Tema 2 – ¿Un futuro incierto y violento para los Pueblos Indígenas en situación de aislamiento y contacto inicial en la Pan-Amazonia?

Coordenador:

Diego Andrés Parra – Universidad de Cuenca (Equador) – PPGSA/UFPA (Brasil)

Felipe Nascimento Araújo – PPGSA/UFPA (Brasil)

Expositores:

Katty Alvarez – Fundación Labaka/Universidad Central de Ecuador – (Ecuador)

Dany Mahecha (Colombia)

Felipe Milanez – UFBA (Brasil)

Lino João de Oliveira Neves – UFAM (Brasil)



Minicursos

MINICURSO 1

Povos indígenas em isolamento voluntário: presença e resistência

MINISTRANTES:

Lino João de Oliveira Neves (UFAM)

Guenter Francisco Loebens (UFAM/UNICAMP)

Chantelle da Silva Teixeira (UFSM/CLACSO)

Data de realização: 25 e 26 de fevereiro de 2021

MINICURSO 2

Movimentos sociais e metodologias participativas: análise de experiências periféricas latino-americanas

MINISTRANTES:

Fabiana Felix do Amaral e Silva (UNIVAP e CELACC/ECA/USP)

Dennis de Oliveira (CELACC/ECA/USP)

Germán Andrés Cortés (Universidade Piloto de Colômbia)

Data de realização: 25 de fevereiro de 2021

MINICURSO 3

Contra-Colonialismo de Dados, existe vida além do Google?

MINISTRANTES:

Jader Gama (UFPA)

Luiz Sanches (Estácio)

Data de realização: 26 de fevereiro de 2021



Lançamento de Livros e Revistas

Lançamento Virtual de Livros e Revistas no 3º SIALAT

Dia: 26 de fevereiro de 2021

Hora: 18h00 as 20h00

Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho

Organizadores: Edna Castro e Eunápio do Carmo

Desafíos de la Economía Solidaria y Comunitaria

Organizadores: Nicolás Villavicencio e César Carranza Barona

Genealogía del saber económico: las disputas entre ortodoxia y heterodoxia

Organizadores: Nicolás Villavicencio e César Carranza Barona

Notícias do Oco do Mundo - Cartas para uma antropolítica da educação

Autor: Luan Gomes dos Santos de Oliveira

Arquitetura como resistência: autoprodução da moradia popular no Maranhão

Autor: Frederico Lago Burnett

O que há de novo na “Nova Direita”? identitarismo europeu, Trumpismo e Bolsonaroismo

Autor: Marcos Paulo dos Reis Quadros

Política e espaço em crise

Organizadoras: Tamara Tânia Cohen Egler e Beatriz Alencar d’Araújo Couto

Mares e Marés: sustentabilidade, sociabilidade e conflitos sociambientais na Amazônia

Organizadoras: Luciana Gonçalves de Carvalho e Voyner Ravena-Cañete

Parteiras Tradicionais: conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde

Autor: Júlio Cesar Schweickardt

Guerras da Conquista: da invasão dos portugueses até os dias de hoje

Autores: Felipe Milanez e Fabricio Lyrio Santos



Grupos de Trabalho

GT 01 – DEMOCRACIA E CONJUNTURA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Coordenadores: Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Bárbara Dias (IFCH/UFPA), Carlos Potiara Castro (NEAz/UNB), Eugênia Cabral (PPGCP/UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA) e Pablo Pando (Universidad de Cuenca, Equador)

GT 02A – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANO

Coordenadores: Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA); Simaia das Mercês (NAEA/UFPA); Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA); Welson Cardoso (ICSA/UFPA); e Iraneide Silva (MPEG/GETTAM/NAEA).

GT 02B – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANO

Coordenadores: Ester Limonad (UFF), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR), Juliano Ximenes (PPGAU/UFPA) e Sara Alonso (Universidade de Barcelona)

GT 03 – POLÍTICAS ANTI-DIREITOS, CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Coordenadores: Marcel Hazeu (ICSA/UFPA), Thales Ravena Cañete (PPGSA e PROFICIAMB/UFPA), Rosane Brito (GETTAM/UFPA), Fernando Mier Sosa (Universidad de la República, Uruguay) e Santiago Ferreira Rocha (Universidad de la República, Uruguay).

GT 04 – PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E EPISTEMOLOGIAS PARA PENSAR O AMANHÃ

Coordenadores: Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT), Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Carlos Walter Porto-Gonçalves (UFF), Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA) e Pascale de Robert (IRD, França).



GT 05 – MOVIMENTOS SOCIAIS, ÉTNICOS E AMBIENTAIS NOS PAÍSES AMAZÔNICOS

Coordenadores: Edila Moura (PPGSA/UFPA), Eduardo Gudynas (CEAS, Uruguay), Voyner Cañete (PPGSA/UFPA), Luciana Gonçalves Carvalho (UFOPA) e Uriens Maximiliano Ravena Cañete (FAM).

GT 06 – MODELO EXTRATIVISTA, MEGA-PROJETOS E ECONOMIA DE COMMODITIES NA AMÉRICA LATINA

Coordenadores: Eunápio do Carmo (GETTAM/NAEA/UFPA); Paola Bolados (UV-Chile); Luiz Fernando Novoa (UNIR), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA/UFPA); Marco Antônio Chagas (UNIFAP); e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

GT 07: PENSAMENTOS INSURGENTES E LEVANTES: COLONIALISMO, RACISMOS E POLÍTICAS PARA MATAR NA AMÉRICA LATINA

Coordenadores: Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Guilherme Guerreiro (GETTAM/NAEA/UFPA) e Andrés Felipe Ortiz Gordillo (Universidade Nacional, Colômbia) e Daniela Ribeiro (PPGSA/UFPA)

GT 08 – COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Coordenadores: Rosane Steinbrenner (PPGCOM/UFPA); Elaide Martins da Cunha (PPGCOM/UFPA-PPJOR/UFSC); Juan Ramos Martín (Pontificia Universidad JAVERIANA); Luciana Miranda da Costa (PPGEM/UFRN – PPGCOM/UFPA); Rosaly de Seixas Brito (PPGCOM/UFPA); Otacílio Amaral Filho (PPGCOM/UFPA); José Miguel Pereira Gonzalez (Pontificia Universidad Javeriana/ Cátedra Unesco de Comunicação -Colômbia); e Pedro Bragança (GETTAM/NAEA/UFPA)



Grupos de Trabalhos

III Seminário Internacional América Latina:
Democracia, Natureza e Epistemologias
para pensar o amanhã

III SIALAT



GT 01

Democracia e conjuntura política na América Latina

Coordenadores

Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Bárbara Dias (IFCH/UFPA),
Carlos Potiara Castro (NEAz/UNB), Eugênia Cabral (PPGCP/UFPA), Marcela Vecchione
Gonçalves (NAEA/UFPA) e Pablo Pando (Universidad de Cuenca, Equador)

Ementa: O Grupo de Trabalho Democracia e movimentos políticos na América Latina tem como objetivo reunir trabalhos relacionados a perspectiva crítica de desenvolvimento e da ação do Estado através de suas políticas, e da construção da democracia. Estudos sobre conjunturas políticas em diferentes países, o crescimento das organizações de direita, de milícias e de fundamentalismos. Contempla estudos de caso e análises comparativas entre movimentos políticos em períodos históricos, e de diferentes conformações. Trabalhos que buscam compreender as crescentes tensões entre movimentos sociais e Estado, observada desde manifestações de ruas a mobilizações mais organizadas em diversos países latino-americanos nas últimas décadas. Contempla ainda as análises sobre as tensões e os conflitos na relação Estado e sociedade, atores, dinâmicas, participação e poder local, controle social e limites da democracia no Brasil e em outros países da América Latina.



Programação

GT 01 – DEMOCRACIA E CONJUNTURA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Coordenadores: Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Bárbara Dias (IFCH/UFPA), Carlos Potiara Castro (NEAz/UNB), Eugênia Cabral (PPGCP/UFPA), Pablo Pando (Universidad de Cuenca, Equador) e Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA).

1º Dia – 25 de fevereiro de 2021

1ª SESSÃO

14h00 às 16h00

Coordenadora: Bárbara Dias (IFCH/UFPA)

Debatedora: Marcela Vecchione (NAEA/UFPA)

El imperio contrataca: una reacción fatal contrademocracia (golpe de estado en Honduras) ante expansionismo brasileño

Edgardo Fabricio Benítez Cruz (UFPA), Sandra Helena Ribeiro Cruz (UFPA), Liliane Capilé Charbel Novais (UFMT) e Delaine Regina Bertoldi (UFMT)

Da “democracia na América” a “como as democracias morrem”: uma leitura comparativa entre elementos de duas obras fundamentais

Moacir Rocha Santana Filho (UNEAL)

Criminalização da juventude negra nas mobilizações antirracistas: o caso do ato “vidas negras importam” em Belém do Pará

Paulo Italo da Silva Laredo (UFPA), Gabriel Silva Braga (UFPA), Matheus dos Santos Lisboa (UFPA) e Denise Machado Cardoso (UFPA)

Os protestos de rua e a autodefesa em um contexto democrático: uma análise sobre a violência enquanto tática

Vitória de Oliveira Monteiro (UFPA)



Democracia, cultura política e instituições representativas: uma análise crítica das plataformas religiosas no processo eleitoral brasileiro

Paula Lobo Cintra Correia (UFBA)

Eficiência como sinônimo de governança: uma análise de disponibilidade de mamografia no SUS como método de identificação precoce do câncer de mama em mulheres a partir dos 40 anos na região norte do Brasil

Antonio Jorge Ataíde Souza (SESPA)

2ª SESSÃO

16h00 às 18h00

Coordenadora: *Nirvea Ravena (NAEA/UFPA)*

Debatedor: *Leonardo Barros Soares (IFCH/UFPA)*

Caminhos e descaminhos da democracia na Bolívia

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski (UFSC)

O sucesso legislativo da frente parlamentar ambientalista no congresso nacional brasileiro

Maycon Yuri Nascimento Costa (UFMG), Mariana Trindade Cruz (UFPA) e Eugênia Rosa Cabral (UFPA)

Ódio na rede do gabinete

Tamara Tânia Cohen Egler (UFRJ) e Rafael Barbosa Simões (UFRJ)

Sítios simbólicos de pertencimento: uma análise à partir das eleições municipais no litoral do Paraná em 2020

Geraldo Sebastião Marques Junior (UFPR), Camila Bratti Sebastião de Abreu (UFPR) e Mayra Taiza Sulzbach (UFPR)

Os “projetos” de nação na Frente Integralista Brasileira (FIB) e no Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) em suas fases de organização

Tainá Agostinho Cardoso (UNESC) e João Henrique Zanelatto (UNESC)

“Ir passando a boiada e mudando todo o regramento”: reflexões sobre retrocessos e violações aos direitos indígenas e às políticas ambientais em tempos de (des) governo Bolsonaro

Sandra Regina Alves Teixeira Benedito (SEDUC-PA e Faculdade ESMAC) e Emílio da Silva Ribeiro (MPEG)



2º Dia – 26 de fevereiro de 2021

3ª SESSÃO

14h00 às 16h00

Coordenador: *Carlos Potiara* (NEAz/UNB)

Debatedora: *Françoise Montambeault*

A instabilidade da democracia e a crise na Venezuela

Danilo Ferreira Sodré (UFPA)

O estado mínimo no Brasil pós 2016 e a consolidação da pós democracia

Regerson Franklin dos Santos (UFGD) e *Adauto de Oliveira Souza* (UFGD)

Insurgências de um processo participativo: a relação entre o estado e atores sociais durante a elaboração do plano diretor de Jundiá em São Paulo

Daniela Colagrossi (UNICAMP) e *Sidney Piochi Bernardini* (UNICAMP)

Lutas camponesas e os movimentos de luta pela terra no Ceará (1970-1990)

Francisco Ruy Gondim Pereira (UFC)

4ª SESSÃO

16h00 às 18h00

Coordenadora: *Eugênia Cabral* (PPGCP/UFPA)

Debatedora: *Maria Dolores Lima da Silva* (PPGCP/UFPA)

O consenso das commodities e seus reflexos em Santarém (Pa): os conflitos da sojicultura e sua perspectiva de desenvolvimento

Caio Pinheiro Della Giustina (UnB)

“Passando a boiada”: o desmonte dos instrumentos de proteção da Amazônia na mídia no governo Bolsonaro

Rodolfo Silva Marques (Unama) e *Ivana Cláudia G. Oliveira* (Unama)



Deus, pátria e família: estudo de caso sobre a campanha de Everaldo Eguchi (patriota) nas eleições 2020 em Belém/Pa

Luiza Pessoa Oliveira de Souza (UFPA)

Estado, pandemia do Covid-19 e direito à educação: análise dos decretos do governo do Pará
Ádima Farias Monteiro (SEDUC – Pa) e Robert Damasceno Rodrigues (UFPA)

Planejamento participativo e extensão universitária no contexto de governança neoliberal
Pedro Langella Testolino (UNICAMP) e Sidney Piochi Bernardini (UNICAMP)



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 01 - DEMOCRACIA E CONJUNTURA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

El imperio contrataca: una reacción fatal contrademocracia (golpe de estado en Honduras) ante expansionismo brasileño

Edgardo Fabricio Benítez Cruz¹
Sandra Helena Ribeiro Cruz²
Liliane Capilé Charbel Novais³
Delaine Regina Bertoldi⁴

El Golpe de Estado en Honduras, no solamente fue una acción que conllevaría a la retomada del poder de la burguesía nacional, sino que fue el punto de quiebre para un conflicto continental que tensionó las relaciones diplomáticas entre países, especialmente Brasil-Estados Unidos. Estados Unidos ha tenido una gran historia de dominio en Honduras (colonia independiente) desde el siglo XIX, mientras que Brasil comenzó a expandirse en el mundo a través de la política internacional que dirigía Luiz Ignácio Lula da Silva por medio de su Canciller Celso Amorim, de hecho uno de los focos importantes de Brasil era ligar a toda América Latina y así dominar los mercados de la región, de entre los medios fundamentales para justificar la expansión brasileña, era principalmente bajar los precios de los combustibles, ya que por la guerra en Irak y la caída de la Bolsa de Valores de Wall-Street, causó un estrepitoso aumento del precio del crudo a nivel mundial, como alternativa a ese problema Brasil desarrollo tecnología para el uso de la caña de azúcar y así sustraer Etanol y Biodisel, el cual se volvió un aliado alternativo, causando la reducción del consumo de combustibles fósiles, también ayudó para el control y decrecimiento de las emisiones de dióxido de carbono (CO₂), la transversalidad entorno al etanol, hizo que Brasil creara todo un sistema que se acoplaría a este nuevo combustible (plantas de electricidad, carros etc.). Honduras era uno de los países interesados en adquirir esta nueva tecnología, en contrapartida Brasil quería hacer prospección de los yacimientos de petróleo fósil en el Caribe hondureño por medio de Petrobras. Estos movimientos fueron incomodando a Estados Unidos, ya que el 100% del combustible que compra Honduras es a través de su monopolio, de hecho, el Gobierno de José Manuel Zelaya Rosales realizó otros nexos bilaterales entre ellos la con Venezuela, adhiriéndose al plan de coalición de Petrocaribe y

¹ Programa de pós-graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil.
Email:edfabricio.89@gmail.com

² Programa de pós-graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil.
Email:cruz.sandra761@gmail.com

³ Programa de pós-graduação em Política Social, UFMT, Brasil.
Email:lcharbel@terra.com.br

⁴ Programa de pós-graduação em Política Social, UFMT, Brasil.
Email:delainebertoldi@gmail.com

del ALBA, para poderle hacer frente a la emergencia energética. La expansión de Brasil hacia el mercado centroamericano fue agresiva, generando ganancias exorbitantes de casi USD \$ 2 mil millones de dólares para el 2007 (MDIC, 2007)⁵. Según Ávila (2007) el capital privado brasileño quería aprovechar el uso de América Central como puente para exportar sus productos a los Estados Unidos, aprovechando la condición de libres aranceles que mantiene Centroamérica, producto del Tratado de Libre Comercio (RD-CAFTA). El conflicto diplomático se agudizó cuando Zelaya (presidente derrocado), de manera clandestina regresó a Honduras y se refugió en la Embajada de la República Federativa del Brasil, lo que causó posiciones y tensiones verbales entre Brasil-Estados Unidos.

Palabras Llaves: Comercio, Expansión, Monopolio, Golpe de Estado, Conflicto Diplomático.

1.INTRODUCCIÓN

La ruta a utilizar para la construcción de este artículo, se hará por medio de la aplicación de la pesquisa bibliográfica, instrumento que ayudará a la comprensión de los investigadores que, desde el camino teórico, podamos interpretar la historia; y así, desvendar elementos base de importancia, que contribuirán para alcanzar mínimamente algunas características de la esencia del problema a examinar.

Igualmente recurriremos a la pesquisa documental, que ayudará a abonar datos y puntos más específicos del elemento investigado, por esa razón se utilizará libros de historia, documentos relacionados al tema, sobretodo se hará uso de periódicos de circulación diaria de Honduras, para que ayuden a abonar aún más nuestro análisis.

Nuestra discusión a realizar, tiene como elemento central, el conflicto diplomático entre Estados Unidos y Brasil, con relación a los eventos ocurridos *a posteriori* al Golpe de Estado en Honduras, exactamente cuando el Presidente derrocado José Manuel Zelaya Rosales, retorna al país de manera clandestina, refugiándose en la Embajada de la República Federativa de Brasil por autorización del Poder Ejecutivo Brasileño, precedido en ese entonces por el Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas, para poder llegar a esa discusión, tenemos que analizar la génesis de las relaciones imperiales con los Estados Unidos y como se consolidó en el tiempo esa relación de dependencia por parte de Honduras, asimismo veremos desde cuándo para el Brasil es importante colocar a Honduras y a Centroamérica como tema de agenda de su política exterior, además veremos en cuál contexto Brasil impulsó esos vínculos bilaterales Brasil-Honduras, Brasil-América Central.

⁵ Disponibilidad: < <http://comexstat.mdic.gov.br/es/geral/7835>>. Acceso: 5 de Ene. 2021

2. EL ORIGEN DE LA PRESENCIA IMPERIALISTA Y SUB-IMPERIALISTA EN HONDURAS.

Una de las características más importantes que se perciben en el ADN Imperialista, es el poder político, que este ejerce, sobre un espacio geográfico determinado (HARVEY, 2004), nexo dominante que ampara la expansión capitalista monopólica como fase superior del capitalismo (LENIN, 2010), a través de la gran industria (MARX&ENGELS, 1999), dicha expansión capitalista procura la sustracción de recursos naturales y humanos para fines políticos, económicos y militares (Harvey, 2004).

Estados Unidos ha tenido una presencia histórica de dominio en Honduras de más de un siglo, esta colonia independiente comenzó a tener sus primeros vínculos comerciales con el imperio después de la Reforma Liberal de 1876, dando paso a la introducción de las industrias de extracción de minerales (especialmente de la plata) y de la producción de bananas, durante la primera mitad del siglo XX.

La propagación de la *composición orgánica* (MARX, 2013), que conduce al crecimiento exponencial del *capital constante* (C) o de la gran empresa bananera en el caso hondureño, conllevó a una generación desmesurada de *plus valor*, contrario al *capital variable* (V), ya que el trabajo socialmente realizado sufrió una expansión de la jornada laboral y no salarial, lo que colocó en riesgo la calidad de vida del trabajador, siendo una situación más intensificada en la periferia del capital.

La sustracción de los recursos naturales y humanos, ayudó a la acumulación y expansión de la industria bananera, lo que provocó un poderío político y económico más grande que la del Estado hondureño. Esa condensación del poderío político de la gran industria bananera, provocó la instauración de regímenes políticos dictatoriales en las primeras décadas del siglo XX, coadyuvando a la propagación del terror hacia los trabajadores, para que éstos no realizaran sublevaciones contra la empresa transnacional, ni tampoco contra el poder político interno.

Ante diversas tentativas de alzamiento por parte de los trabajadores de las empresas bananeras y de otras fuerzas sociales que se juntaron contra el dictador, Tiburcio Carías Andino, el cual instauró la política del “entierro, encierro y destierro”, política eficiente que contribuyó en la desintegración del movimiento campesino que actuaban contra el poder instaurado.

Para inicios de los años 50's del siglo XX, Honduras tuvo que entrar en una lógica de modernización del Estado, a través de figuras de gobierno más abiertas, debido a las mudanzas exógenas del sistema capitalista de producción, después de la Segunda Guerra Mundial, dicha modernización del Estado traía consigo la instauración del Banco Central de

Honduras, como medida *a posteriori* de los acuerdos de Bretton Woods, colocando por enfrente un nuevo método imperialista de sustracción de recursos a través del control financiero mundial. Los Bancos Centrales latinoamericanos fungieron como entidades financieras creadas por las naciones de la región como instituciones que operan a favor de la reglamentación de la política cambiaria y de los subsidios de la gran industria en suelo nacional.

El fortalecimiento de los movimientos obreros y campesinos, fue la antítesis de la creación de una política financiera nacional, lo que condujo al estallido de la Huelga de 1954, que fue aquella donde los trabajadores de la United Fruit Company, demostraron el poderío de la clase trabajadora hondureña, hito que ayudó a la exigencia de derechos laborales a los patronos de la gran industria.

El planteamiento de la exigencia de derechos laborales se dio a través de una carta que contemplaba 30 peticiones respaldadas en derecho internacional, demandas circunscritas sobre la explotación laboral, salario justo y respeto de asueto; puesto que la empresa bananera emprendía una conducta esclavista, herencia de los gobiernos dictadores que controlaban al trabajador, lacerando constantemente la salud y los niveles de vida de los empleados.

CONSIDERANDO: Que en los últimos tiempos se ha elevado considerablemente el costo de la vida.

CONSIDERANDO: Que mientras se eleva el costo de la vida, los salarios que devengamos no solamente permanecen congelados sino que por la misma desvalorización de nuestra moneda tienden a disminuir reduciendo en forma alarmante nuestro poder adquisitivo.

CONSIDERANDO: Las pésimas condiciones en que nos vemos obligados a trabajar (ZELAYA, 2012, p.249)

En Honduras, las bananeras aplicaron, lo que denominaremos de *esclavitud modernizada*, ya que las empresas multinacionales del banano pudieron crear un sistema de pagos a través de bonos, que podían ser cambiados por alimentos y otros productos básicos para el hogar por intermedio de los Comisariatos, que eran bodegas llenas de alimentos, utensilios para el hogar y de limpieza personal, de las empresas bananeras. Los cuales compraban todos estos artículos de primer orden en Estados Unidos a precios muy bajos, aprovechando que las flotas de barcos que arribaban a los principales puertos del atlántico estadounidense con la mercadería de los países periféricos, pudiesen retornar a las repúblicas bananeras con todos estos insumos necesarios para el hogar del trabajador, aumentando de forma exagerada los precios de los productos, obligando a los trabajadores a aumentar su jornada laboral para adquirir de todos los productos de primera urgencia.

La Huelga de 1954 aparte de ser una victoria de la clase trabajadora hondureña, también fue el factor contribuyente del derrocamiento del presidente de izquierda, Jacobo Arbenz en Guatemala, mandato que se distinguió por la ampliación de derechos sociales a la población, como la nacionalización de la United Fruit Company en Guatemala.

Situación que obligó la salida de los opositores de Arbenz hacia Honduras, debido a que los intereses estadounidenses estaban en peligro, los opositores de Arbenz en conjunto con los Estados Unidos, y en coautoría el presidente hondureño Juan Manuel Gálvez, criaron una estrategia donde Honduras iba a ser señuelo que ayudaría a originar el Golpe de Estado en Guatemala. El plan macabro iba realizarse por intermedio del recrudecimiento de la explotación laboral de las empresas bananeras en Honduras, tensiones que dio origen a la huelga. Justificación perfecta que ayudaría a reforzar la tesis de que Arbenz estaba profundamente envuelto en el conflicto de los trabajadores hondureños, maniobra que fue utilizada para crear un acuerdo de asistencia militar entre Honduras-Estados Unidos⁶, elemento determinante para que se llevaría a cabo la *Operation Success* (JIMENEZ, 1985), planificada en la Casa Blanca por el Presidente Dwight Eisenhower en contubernio con la Agencia Central de Inteligencia (CIA), para aplicar en conjunto la Doctrina Truman⁷, que prácticamente es la contención global de la expansión soviética, como la Doctrina del Dominó⁸

In 1952 the United States had begun considering actions to overthrow the Guatemalan government. Honduras had given asylum to several exiled opponents of Arbenz, including Colonel Carlos Castillo Armas, but Gálvez was reluctant to cooperate in direct actions against Guatemala, and the plans were not activated. By early 1954, however, a major covert operation against Guatemala was being organized, this time with greater Honduran cooperation. One reason for the cooperation was the Honduran government's concern over increased labor tensions in the banana-producing areas, tensions that the fruit companies blamed, in part, on Guatemalan influence. [...] As the strike was spreading, Honduras was also becoming more deeply involved in the movement to topple the Arbenz government in Guatemala. In late May, a military assistance agreement was concluded between the United States and Honduras, and large quantities of United States arms were quickly shipped to Honduras. Much of this incoming assistance was passed on to anti-Arbenz rebels commanded by Castillo Armas. In June these forces crossed into Guatemala and after several days of political maneuvering but

⁶ Disponible en: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/ri/article/view/7179/7391>>. Acceso: 2 de feb. 2021

⁷ [...] la amenaza de la difusión de sus ideales a otras partes del mundo (DOWNEY, 2020, p.12). Disponible en: <<https://www.jtfb.southcom.mil/Portals/14/documents/Historia%20de%20la%20Fuerza%20de%20Tarea%20Conjunta-Bravo.pdf?ver=2020-04-30-161458-297>>. Acceso: 5 de feb. 2021.

⁸ Significa la caída de la pieza de dominó, analogía que hace referencia cuando un gobierno pro soviético era derrocado, aniquilado etc.

little actual fighting, Arbenz fled into exile, and Castillo Armas became president. (MERRIL, 1995, s-p)

Producto del triunfo de la Huelga de 1954, la clase trabajadora obligó a la élite hondureña a que se incorporaran los Derechos Laborales en la Constitución de 1957, donde en el Capítulo V, se contemplaban los derechos del trabajo y de la previsión social, apartado que usó como parámetro el Código del Trabajo creado en 1956⁹, al igual el instrumento fundante de la república, dio elementos de ley, para erigir al Instituto Hondureño de Seguridad Social (IHSS).

Todos aquellos derechos conquistados por la clase trabajadora, los que fueron contemplados en todos los instrumentos legales ya mencionados, tenían como fin último el control de los movimientos sociales, por eso fue fundamental, el dar un Golpe de Estado al presidente Julio Lozano Díaz en 1956, por parte de los líderes del Partido Liberal de Honduras (PLH), entre ellos estaba, Ramón Villeda Morales¹⁰, evento necesario para que la clase trabajadora no alcanzara el poder político de la nación a través de una revolución, o en su defecto por medio de un partido político que amalgamaba los movimientos sociales hondureños¹¹. Por eso se creó esa artimaña antidemocrática para que la burguesía nacional se siguiera perpetuando en el poder del Estado.

El Gobierno de Villeda Morales fue, el primer gobierno que aceptó fondos externos procedentes de los Organismos Financieros Internacionales, como el Fondo Monetario Internacional (FMI), Banco Mundial (BM); capital destinado en diversas obras, entre ellas estaba, el proyecto de estabilización del Lempira con respecto al Dólar estadounidense, y la pavimentación de las carreteras que conectaban el Caribe con la capital hondureña. Aunque fue un gobierno producto de un Golpe de Estado, fue una administración que generó acceso a algunas prebendas sociales como la expansión de la educación, la creación de un nuevo código del trabajo, el establecimiento del sistema de seguridad social e inició del programa de reforma agraria (MERRYL, 1995). Lo que generó desprecio por parte de los grupos más conservadores del país, especialmente los intereses económicos de los miembros de la Federación Nacional de Agricultores y Ganaderos de Honduras (FENAGH), que estaban siendo lacerados a consecuencia de las políticas aplicadas, que llevaron a la impopularidad de Villeda Morales entre la burguesía nacional.

⁹ Lozano Díaz [...] introduced the nation's first labor code. This document guaranteed workers the right to organize and strike but gave employers the right of lockout and forbade strikes in public services. The code also embodied some social welfare and minimum- wage provisions and regulated hours and working conditions. All these provisions gained him some labor support, but in later months relations between the president and labor began to sour.(MERRYL, 1995, s-p).

¹⁰ Presidente de Honduras en el período 1957-1963

¹¹ El partido político creado por la clase trabajadora hondureña se llamaba Movimiento Nacional Revolucionario (MNR).

En 1963, en el ocaso del gobierno de Villeda Morales, se empleó otra maniobra contra democrática al Estado hondureño, por parte de las Fuerzas Armadas de Honduras, hecho que afectó toda aspiración de la clase trabajadora en la toma del poder político, y que daba el inicio a una serie de gobiernos militares, que son la antítesis de la filosofía liberal, ya que el ser humano no alcanza su libertad dentro del Estado, de hecho, tanto los derechos naturales, civiles y sociales son extintos, volviendo al Estado natural de las cosas, aún dentro del Leviatán (HOBBS, 1651); esto debido a la lucha inter-imperialista, cuyo centro era una pugna diplomática, una guerra fría, discursiva, y en la periferia del capital se suscitaba una serie de conflictos bélicos, lo que tensionó la política exterior estadounidense en la región, a consecuencia de la toma del poder en Cuba, por parte de la revolución.

[...] se hizo evidente que la lucha entre las dos superpotencias no consistía en una confrontación armada, directa, y dentro de sus propios territorios, sino en una batalla indirecta, de naturaleza ideológica, realizada a través de sus eventuales aliados o enemigos, en el territorio de otras naciones y con armas no tradicionales. (VALDEZ, 1980, p.43)

En toda América Latina se instituyeron gobiernos militares para beneficio imperialista de los Estados Unidos, país que no quería arriesgarse ante la amenaza cubana, especialmente que esta se reprodujera en masa a lo largo y ancho del Patio Trasero Yankee, como peyorativamente el gobierno estadounidense llama a toda Latinoamérica, es con esos gobiernos militares que se establece una ampliación militar de la región, siendo Estados Unidos el vendedor de armas en toda América Central.

A los países aliados a los que Estados Unidos les vendía material armamentístico, para ser utilizado contra la insurgencias de sus países, éstos Estados que adquirían estos recursos, aprovechaban para crear guerras de expansión geográfica como por ejemplo la guerra de las 100 horas entre Honduras-El Salvador, que terminó por causa de la escases de pertrechos de guerra y combustible; la estrategia de El Salvador era apoderarse del Caribe hondureño, en especial tomar por la fuerza el principal puerto del norte de Centroamérica, Puerto Cortés.

La guerra honduro-salvadoreña también dio como frutos el incremento de la militarización de ambos países, con ello el presupuesto armamentista se elevó, generando una carrera para la posesión de recursos para la guerra, lo que desencadenó el interés simultaneo por los productos de la industria armamentista brasileña en 1977 (AVILA, 2011)

Para ese entonces Brasil, estaba revolucionando su industria, especialmente en la producción de material de guerra, tanto el área armamentista como la industria aérea, para suplir las necesidades de seguridad y defensa en Brasil como la exportación de dicho

armamento bélico a otras naciones, especialmente a los países situados en las periferias del capital.

A indústria de armamentos brasileira implanta-se em meados dos anos 60 a partir de empresas que, atendendo ao desejo das forças armadas de reequipamento e visando ocupar a capacidade ociosa gerada pela crise, diversificam sua linha de produção. A evolução do setor é rápida, em pouco mais de 10 anos, o País converteu-se no segundo produtor, depois de Israel, e primeiro exportador do Terceiro Mundo, situando-se entre os dez maiores exportadores mundiais. (DANIGNO, 1983, p.125)

Dentro de la política de defensa nacional de Brasil, resultó importante la producción en masa del material de guerra, ya que más allá de haber generado una capacidad autónoma de defensa, posicionó a Brasil en el mundo como una alternativa de vendedor de armamento bélico, opción que dio como resultado un nuevo orden diplomático brasileño, desde el punto político-militar con los países del Orbe, puesto que la venta de material de guerra es sinónimo de poder mundial y regional, especialmente a aquellos países que no producen algún tipo de tecnología.

A exportação de material militar atende aos interesses da política externa e pode ser instrumento valioso de afirmação e defesa da soberania nacional. O aproveitamento das oportunidades criadas no mercado exterior, ao possibilitar a ampliação quantitativa e qualitativa da escala da produção interna, é fator de aumento da autonomia de abastecimento das Forças Armadas brasileiras e, conseqüentemente, de maior independência do País com relação aos fornecedores habituais de equipamento militar. Por outro lado, haveria importantes vantagens, políticas e econômicas, na vinculação de países importadores a fabricantes brasileiros de material por natureza do mais alto valor estratégico. O incremento das exportações deverá fortalecer, por conseguinte, a posição internacional do Brasil (AVILA, 2011, p.296-297)

Para Avila (2011), la gran producción en masa del material de guerra por parte de Brasil, hizo que los gobiernos militares de América Latina se aproximaran a adquirir dicho armamento, creando una capacidad dependiente de defensa por parte de estos Estados compradores, caso específico el Estado hondureño.

Unas de las estrategias para la continua venta de armamento bélico (AVILA, 2011) era el otorgamiento de becas por parte del gobierno brasileño, mecanismo que envolvía a elementos militares activos de Honduras, para que éstos (militares hondureños) se especializaran en el uso de la tecnología creada, y que, al mismo tiempo, al verse ellos familiarizados con el ya mencionado material de guerra, obligarían al Estado hondureño en realizar las respectivas compras.

Así, en 1984, Honduras se hizo acreedor de ocho (8) aviones EMB-312 Tucano; para ese entonces, Centroamérica era un campo de batalla, producto de la Revolución Sandinista en Nicaragua, como de las guerras internas en el triángulo norte centroamericano (Honduras, Guatemala y El Salvador), lo que fue una importante venta del Brasil desde el punto de vista financiero. Como un evento polémico desde la visión de política exterior, en virtud de que Brasil indirectamente estaba envolviéndose en dos guerras, la primera, contra el monopolio estadounidense de la venta de armas, como el aceptar la venta del armamento a un país que estaba en guerra contra la Revolución Sandinista.

As negociações preliminares entre funcionários da EMBRAER e do governo hondurenho prosseguiram até começos de 1983. Em 8 de fevereiro, daquele ano, o Diretor-Comercial da EMBRAER, Engenheiro Ozílio Carlos da Silva, solicitou, formalmente, ao Ministro Paulo Tarso Flecha de Lima, a competente autorização formal para continuar as negociações com o governo hondurenho, para a eventual transferência de dois aviões EMB-111 Bandeirante e oito aviões EMB-312 Tucanos, por um montante global aproximado de US\$ 25,7 milhões – a serem parcialmente financiados com uma linha de crédito presumivelmente a ser outorgada pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX). (AVILA, 2011, p.232)

Después de 25 años de duración de gobiernos militares (1963-1982), en 1982 se crea la última Constitución de la República¹², lo que ocasiono un viraje del rostro gubernamental, de lo militar a lo que nombraremos como *pseudo-civil*, ya que aún el militarismo permanecía oculto como un órgano de poder político del país, transición figurativa que daba paso a la ejecución de la política exterior estadounidense de la Doctrina de Seguridad Nacional (DNS),

Según Valdez la DNS es,

[...] el diseño de diferentes y desesperadas tácticas destinadas a mediatizar las consecuencias del proceso de descolonización y a impedir las guerras de liberación nacional, la expansión socialista y la automatización del Tercer Mundo, cayó inexorablemente en el marco de una filosofía antipopular, antidemocrática, proelitista y pro-regímenes de fuerza (VALDEZ, 1980, p.44)

La DNS en Honduras, se afianza con la colocación de la principal base área estadounidense en Latinoamérica, en 1981, en donde se instaló la *Fuerza de Tarea Conjunto Bravo (JTF-B)*, estrategia que se utilizó como medida preventiva en la transición de gobiernos militares a gobiernos *pseudo-civiles*.

El primer gobierno *pseudo-civil*, fue comandado por el Presidente Roberto Suazo Córdova; ejecutor de la DNS, por medio del pacto argentino-estadounidense-hondureño que

¹² Vigente hasta el día de hoy, a pesar del Golpe de Estado de 2009.

consistía en formación de grupos paramilitares, especialistas en contra-guerrillas, lo que ayudó a la contención de la expansión soviética por medio de la *guerra de baja intensidad*¹³, plan aplicado dentro de dos ejes acción: interna-externa.

Lo que estaba sometido a prueba en esa guerra (fría) no era la capacidad ofensivo-defensiva de los sofisticados armamentos de ambos Estados, sino su potencialidad sustantiva y técnica para convencer a otros pueblos del mérito y valor de sus respectivas ideologías y doctrinas (VALDEZ, 1980, p.43)

La aplicación interna de las guerras de baja intensidad fue por medio de la erradicación de células insurgentes dentro del Estado hondureño con la utilización del batallón 3-16¹⁴ (conocidos como escuadrones de la muerte), grupo paramilitar que se encargó de exterminar las personas de visiones ideológicas distintas a la implantada por el *status quo*. Y el eje de acción externa que tenía como objetivo la eliminación del Sandinismo, y de otras insurgencias nacientes de América Central; lo que causó disputas bélicas sobre todo en la frontera honduro-nicaraguense entre la Contra-insurgencia honduro-nicaraguense y la insurgencia Sandinista.

Estados Unidos quería reducir su influencia directa con relación al conflicto Sandinista, debido a las restricciones impuestas por el Congreso estadounidense al gobierno Reagan, dentro de esta serie de restricciones estaba la venta de material de Guerra a los países aliados contra la expansión soviética, medida que aprovecho Brasil la venta de armamento a gobiernos como a entidades privadas que tuvieran el aval de los gobiernos, dentro de ellos estaba según Avila (2011), en,

“[...] uma pouca conhecida, surpreendente e perturbadora transferência de armamento brasileiro para os “contras” nicaraguenses, através de empresas privadas estadunidenses vinculadas à comunidade de inteligência e a grupos e a grupos empresariais conservadores daquele país. (AVILA, 2011, p.310)

El proceso de paz en América Central inició en marzo de 1982, por medio del Ministro de Relaciones Exteriores de Honduras, Edgardo Paz Barnica, el plan estaba basado en seis (6) puntos; lo más inaudito de este proceso de paz, era que poseía puntos que no fueron respetados por todos los Estados, por ejemplo, el desarme en América Central, como la intervención militar foránea. Como habíamos visto anteriormente en 1984 Honduras realizó una compra de aviones al Brasil, irrespeto directo al punto del desarme en Centroamérica, otro hecho fue el establecimiento permanente de la base área estadounidense en suelo hondureño, porque la [...] Honduran administration and armed

¹³ Disponible en: <<https://chiapas.iiec.unam.mx/No2-PDF/ch2pineda.pdf>>. Acceso: 1 de feb. 2021.

¹⁴ Disponible en: <<http://www.derechos.org/nizkor/espana/doc/joya/fiscal.html>>. Acceso: 1 de feb.2021.

forces coincided with a significant expansion of the United States role in Honduras, both as policy adviser and as purveyor of military and economic aid. (MERRYL, 1995, s.p)

En 1990, Honduras era un país inelegible para el desembolso de nuevos créditos por parte del FMI y el BM; los Organismos Financieros Internacionales proponían que existiera programas de reajuste estructural que ayudara a la economía hondureña a ser más competitiva; para ello, el gobierno de Rafael Leonardo Callejas, creó una *Ley de Ordenamiento Económico* (que en sí era contraria a la *Política de Cambio Fijo* con el dólar, creada en 1920, donde el Lempira mantenía su precio con respecto al dólar¹⁵) la cual se tradujo en “[...] sucesivas devaluaciones de la moneda nacional [...] despidos masivos en el sector público y la reducción del gasto social”. (ZELAYA,2012, p.313), dando paso a la fase recrudescida del neoliberalismo, la cual inició de una manera tímida en 1987 con el primer reajuste estructural que obligó al Estado a privatizar 61 empresas, en las áreas de turismo, agro-industriales, metalurgia y procesadoras de alimentos, todas ellas administradas por la Corporación Nacional de Inversiones (CONADI), entidad del Estado que hipotéticamente estaba en quiebra.

3.PRELUDIO AL CONFLICTO: LA EXPANSIÓN BRASILEÑA EN AMÉRICA CENTRAL

La Política Exterior brasileña en la era Lula da Silva / Celso Amorim, procuró una expansión comercial sin precedentes con todos los países del mundo, pero sus principales ejes de acción de su política exterior era la de aproximarse a los países Latinoamericanos y africanos, posteriormente hacer una secuencia en cadena con otros aliados de Oriente Medio y Asia.

Específicamente las relaciones con Centroamérica se comenzaron a producir en el 2007, cuando el Presidente Luis Inácio Lula da Silva iniciaba reuniones con los países del Sistema de Integración Centroamericano (SICA), lo que incentivó al mandatario brasileño a realizar una serie de giras por Centroamérica, vinculando estratégicamente al Brasil de forma multilateral con el SICA y también negociaciones bilaterales con cada uno de los miembros de dicha entidad, es por eso que el 7 de agosto de 2007, Lula efectuó una visita oficial a Tegucigalpa, capital de Honduras, para mantener una reunión de trabajo con el Presidente José Manuel Zelaya Rosales¹⁶, de temas que ya habían sido abordados en el palacio de Planalto en Brasilia (DA SILVA, 2007).

¹⁵ 2 Lempiras por 1 Dólar Estadounidense.

¹⁶ Presidente derrocado producto del Golpe de Estado en el 2009

Las negociaciones bilaterales también tenían un elemento de cooperación por parte del Brasil a Honduras en “[...] materia tan diversa como la salud, defensa, recursos hídricos y actividades pecuarias.” (DA SILVA, 2007, p.117), así como el ofrecimiento de préstamos financieros para incentivar la economía nacional (hondureña).

Las exportaciones brasileñas hacia Centroamérica, fueron para el 2007 de 1.9 mil millones (billones) de dólares estadounidense, aumento vertiginoso de 1.4 billones de dólares en siete (7) años, ya que las transferencias comerciales para Centroamérica en el 2000 eran de 492 millones de dólares. (AVILA, 2007).

En la pauta de las exportaciones brasileñas para el mercado del SICA sobresalen bienes de mediana y alta tecnología, sobretodo de los sectores automotriz (y aéreo), químico, plásticos, electro-electrónicos, metal-mecánica, material médico-quirúrgico, maquinaria agropecuaria, fertilizantes, material de escritorio, juguetes y papel. Alimentos particularmente soya, así como ciertas semillas, maderas y aceites [...] bienes de capital y de consumo duradero, de buena calidad y con precios competitivos. (AVILA, 2007, p.124)

Una de las principales maniobras de los capitales privados brasileños era el poder instalarse y operar abiertamente dentro del territorio Centroamericano, y así, posteriormente poder exportar a los Estados Unidos, aprovechando el Tratado de Libre Comercio (TLC), Estados Unidos-Centroamérica (DR-CAFTA), especialmente aquellas empresas que se dedican al rubro textil. Asimismo, la presencia de la industria constructora brasileña se hacía notar en los países miembros del SICA, en proyectos de relevancia, como la construcción de carreteras, puertos, aeropuertos, proyectos hidroeléctricos, gasoductos, refinerías y en temas de telecomunicaciones; proyectos que eran financiados con fondos domésticos, bilaterales (a través del Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹⁷) y multilaterales, dentro de las empresas que participaron en esta serie de obras grises estaban “[...] Odebrecht, Andrade Gutierrez Corrêa, Queiroz Galvão, Interyechne y Alusa” (AVILA, 2007, p.126)

En las economías dependientes, el tema energético es uno de los factores de mayor transcendencia, ya que los países, están expuestos a las variaciones drásticas del precio del petróleo en el mercado internacional; ante esto la administración Zelaya incorporó una serie de alianzas estratégicas con distintos países de América Latina para poder solventar en gran medida dicho problema, y que a través de la incorporación de nuevas tecnologías, ayudaría a crear cierta independencia de los combustibles fósiles, los cuales tuvieron un

¹⁷ Por medio del Programa de Incentivo aos Investimentos Brasileiros na América Central e Caribe (PIBAC). Disponible < https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050914_diegoguatemalacg>. Acceso: 18 de feb. 2020.

incremento estrepitoso debido a la guerra de Estados Unidos en Irak en el 2003, situación adversa a la economía hondureña, porque la compra del cien por ciento del petróleo utilizado para consumo interno, lo compra directamente al monopolio estadounidense.

En primer lugar, las alianzas que Zelaya realizó, eran destinadas para suplir el consumo inmediato de combustibles fósiles a través de la compra de estos recursos al gobierno venezolano del Presidente Hugo Rafael Chávez Frías; venta de carburantes que ayudó a reducir considerablemente el precio de los combustibles tanto en la matriz energética como para el consumo directo de los pobladores.

La otra maniobra importante realizada por parte la administración Zelaya fue aprovechar los estrechos vínculos creados con el gobierno Lula, negociaciones que abrió la brecha para que Honduras adquiriera la tecnología brasileña para la creación de Etanol y de Biodiesel, por medio de la caña de azúcar, materia prima de fácil producción en este país centroamericano.

Brasil, al momento de poder vender la tecnología para la creación del Etanol y de Biodiesel, también iba a aprovechar la venta en masa de carros con el sistema *Total Fuel Flex*, haciendo que la industria brasileña se impusiera en el mercado hondureño desplazando a los Estados Unidos.

En el área de biocombustibles, por ejemplo, se abre una oportunidad excepcional para dar gran densidad a nuestra relación, con un significativo potencial de beneficios para el pueblo hondureño. [...] Esta convicción nace de la exitosa experiencia brasileña, de más de 30 años, en la producción de carburantes que combinen la seguridad energética con amplios beneficios económicos, sociales y ambientales. Al adicionar 25% de etanol derivado de la caña de azúcar a la gasolina y utilizar alcohol puro en autos “fuel-flex”, reducimos en un 40% tanto el consumo cuanto las importaciones de combustibles fósiles. [...] los biocombustibles tienen una especial relevancia para los países de América Central y del Caribe, como Honduras, que comparten semejanzas climáticas con el Brasil. [...] el Gobierno brasileño y nuestros empresarios han ofrecido cooperación y tecnología a todos nuestros socios. Por eso es que recibimos misiones hondureñas para que conozcan la experiencia brasileña y enviamos a nuestros técnicos para que evalúen la viabilidad de los biocombustibles en Honduras. Las informaciones de los peritos indican que las posibilidades son bastante buenas, tanto en términos de etanol, cuanto de biodiesel. (DA SILVA, 2007, p.118-119)

Brasil al igual que Venezuela y Estados Unidos, quería usufructuar de las cinco (5) regiones petrolíferas que posee Honduras a lo largo y ancho de su territorio nacional, Brasil quería primero realizar expediciones de las áreas petrolíferas, aplicando la tecnología de

Petróleo Brasileño S.A (PETROBRAS) para realizar el análisis de calidad y profundidad del recurso natural.

Brasil en Centroamérica fue avasallador, con una agresividad comercial nunca vista antes, lo que fue un peligro eminente para los intereses de los Estados Unidos, porque perder a Centroamérica, en especial a Honduras, es perder el eslabón principal del dominio Yankee en la Latinoamérica por todos aquellos vínculos históricos que pudimos ver a través de este escrito.

Así que llegó el 28 de junio de 2009, Zelaya fue derrocado, y antes de ser enviado a Costa Rica, el avión que salió del aeropuerto de Tegucigalpa e hizo una escala para cargar combustible en la base aérea José Enrique Soto Cano (Palmerola) donde está instalado la Fuerza de Tarea Bravo de los Estados Unidos.

[...] recordó que el avión utilizado para expulsarlo del país hizo una escala en la base militar de Palmerola, que es controlada por Honduras y Estados Unidos. El Pentágono tenía que saber que el avión estaba siendo utilizado para un golpe de Estado. (LA TRIBUNA, jueves 13 de agosto, 2009, p.14)

Después de realizarse este evento dio paso a una serie de manifiestos contra el Golpe de Estado, condición de repudio por todos los Estados del Mundo, lo que dio lugar al término de las relaciones diplomáticas por parte de todos los países con los que Honduras mantenía un vínculo político, económico, social y cultural.

4. DIPLOMACIA Y GUERRA FRÍA: LA DISPUTA SILENCIOSA ENTRE IMPERIO Y SUB-IMPERIO.

Zelaya realizó varias tentativas de retorno a Honduras, pero la naciente dictadura de Roberto Micheletti Baín en conjunto con los militares, no dejaban que el Presidente derrocado pudiera ingresar al país. Así que Zelaya hizo una proeza al ingresar clandestinamente a Honduras, para más tarde refugiarse en la Embajada de la República Federativa del Brasil un 21 de septiembre de 2009, recibido como “[...] huésped de honor (LA TRIBUNA, miércoles 23 de septiembre, 2009, p.32). El Canciller de Brasil, Celso Amorim negó rotundamente que Brasil había participado en la planificación para el retorno de Zelaya.

O presidente deposto chegou ao prédio da embaixada por meios próprios e pacíficos [...] a volta dele a Honduras representa um novo passo nas negociações para encerrar a crise política do país. Iniciada com o golpe militar de 28 de junho que o expulsou do país e

que colocou o poder interinamente nas mãos do presidente do Congresso, Roberto Micheletti. (GLOBO, 21/09/09, s.p)

Declaraciones contundentes, que manifiesta el interés de Brasil, en ver sentado a Zelaya, ya que era un aliado fundamental en la implantación de una política comercial de venta de tecnologías, siendo lacerados los acuerdos, que estaban siendo forjando bilateralmente (Brasil-Honduras), por medio de la defenestración de Zelaya, lo que causó el rompimiento de las negociaciones bilaterales para la adquisición de tales bienes tecnológicos, porque perjudicaba los intereses estadounidenses.

Las amenazas por parte del gobierno Golpista no se hicieron esperar, donde querían tomar por asalto la Embajada de Brasil en Tegucigalpa, y así sacar por la fuerza a Zelaya, a través del Comando Especializado Cobra (COECO), ante dichos eventos Amorim reaccionó diciendo,

[...] que su país solicitará una “reunión de emergencia” del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, para discutir las garantías a la integridad de la representación diplomática en Tegucigalpa. [...] No vamos a tolerar ninguna acción contra las instalaciones de nuestra embajada” (LA TRIBUNA, miércoles 23 de septiembre,2009, p.34)

Reis y Pinheiro Junior (2015) exponen, que, a causa del retorno de Zelaya a Honduras, provocó un escenario donde incitó que las personas que estaban contra del Golpe de Estado, se concentraran a fuera de la Embajada brasileña, lo que resultó en el cercamiento de las instalaciones por parte de las tropas militares y policiales que eran leales al golpismo.

El día 22 de septiembre salió una nota del Portavoz del Departamento de Estado de los Estados Unidos, Ian Kelly, diciendo que la embajada de los Estados Unidos en Tegucigalpa, estaban en contacto con sus homólogos de la Embajada de Brasil y que entre ellos ya habían comenzado las negociaciones, la cual no fue evidenciada porque estaban viendo “[...] que clase de ayuda podemos suministrar” (LA TRIBUNA, miércoles 23 de septiembre,2009, p.34)

El presidente Lula el día 23 de septiembre realizó su exposición en la Asamblea General de las Naciones Unidas, dentro del cual dedicó unas líneas para hablar del conflicto hondureño, en el discurso ante el pleno, ofreció los buenos oficios de Brasil para mediar una solución de la crisis, aunque al final manifestó que, “[...] prevalecerá la voluntad política del electorado” (LA TRIBUNA, jueves 24 de septiembre,2009, p.16).

Para Brasil es importante el poder colocar de nuevo en la presidencia a Zelaya, como preservar las elecciones que se avecinaban el 29 de noviembre de 2009; es por eso, que el país sudamericano, creía, en la preservación del mecanismo que asegura la aplicación de la democracia vía representantes que son los responsables de la creación (vía leyes) y ejecución de las políticas públicas.

La maquinaria estadounidense vinculó a una serie de organizaciones pro-democráticas para poder llevar también el mensaje del gobierno, herramienta que viene desde lo privado, mas, es una extensión del engranaje del Estado, que ejecuta objetivos de la política exterior, hecho que no se limita a las funciones que pueda realizar el cuerpo diplomático.

En virtud de ello, el Centro Carter (donde el presidente de dicha institución es Jimmy Carter¹⁸) realizó una llamada al gobierno de facto precedido por Micheletti Baín, el cual estaba interesado sobre la realización de las Elecciones Generales del 29 de noviembre de 2009, y saber cuál era la postura de Micheletti, el cual respondió que [...] el derecho del pueblo hondureño a elegir a un nuevo presidente en las próximas elecciones no es negociable” (LA TRIBUNA, viernes 25 de septiembre,2009, p.54), también que estaba dispuesto a dialogar con las distintas instancias que ayuden a solventar el conflicto.

En la reunión del 25 de septiembre de 2009, del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, tanto la embajadora estadounidense acreditada en la ONU, Susan Rice como el Canciller brasileño Celso Amorim, pidieron respeto y protección de la inviolabilidad de suelo diplomático de la Embajada del Brasil en Tegucigalpa, ya que es un principio universal del derecho internacional, amparado en la Convención de Viena de 1961.

Amorim manifestó que “Brasil categóricamente rechaza todas las amenazas contra nuestra embajada y la seguridad del presidente Zelaya y todos aquellos bajo su protección. [...] para nosotros, es el presidente legítimo de Honduras” (LA TRIBUNA, sábado 26 de septiembre,2009, p.41)

En Brasilia, la Ministra de la Casa Civil de Brasil, Dilma Rousseff, aseveró que el Estado brasileño está trabajando para que cese el conflicto, y que éste sea solucionado de la forma más rápida posible, por medio de un proceso de negociación, y que el presidente electo, Manuel Zelaya vuelva al cargo, la única dificultad mencionada por la Ministra, que ellos (El Brasil) “[...] no controlamos los tiempos [...] para fijar los plazos de una negociación

¹⁸ Ex presidente de los Estados Unidos (1977-1981)

entre Zelaya y el Gobierno golpista de Roberto Micheletti” (LA TRIBUNA, sábado 26 de septiembre,2009, p.41)

Los Estados Unidos por intermedio de su representante en la Organización de Estados Americanos (OEA), Lewis Amselem, declaró que el retorno clandestino de Zelaya fue “[...] irresponsable e idiota y no sirve ni a los intereses de su pueblo ni a aquellos que buscan el restablecimiento pacífico del orden democrático en Honduras” (LA TRIBUNA, martes 29 de septiembre,2009, p.66), a su vez Amselem instó a las partes en conflicto a aceptar el Acuerdo de San José¹⁹, también verbalizó que Estados Unidos le había pedido a Zelaya a que se abstuviera de regresar a Honduras sin antes lograr un acuerdo político, y que producto a su intempestivo regreso, acarreó una serie de problemas que agravaron el conflicto, asimismo negó la posibilidad que Estados Unidos le proporcione un salvoconducto para salir de Tegucigalpa.

La Secretaria de Estado, Hillary Clinton, dijo que “[...] su esperanza de que el retorno de Zelaya fuera una ocasión para la salida pacífica a la crisis. [...] Ahora que el presidente Zelaya volvió, sería oportuno devolverle su puesto y seguir adelante con las elecciones previstas en noviembre” (LA TRIBUNA, martes 29 de septiembre,2009, p.66)

Las dos caras de los Estados Unidos está siempre presente en su política exterior, por un lado está alguien que vierte las verdaderas intenciones de los intereses estadounidenses, generalmente son aquellos que vienen de una línea más conservadora como el republicanismo o diplomáticos que son veteranos de guerra y el otro rostro que demuestran algún falso interés, ocultando sus verdaderas intenciones, siendo estas manifestadas cuando los Estados Unidos retoman el control de una zona geográfica, de una región o de un país; la tendencia de la política de lo denominaremos de *rostro falso* es aplicado por una ala más moderada de los republicanos y casi en su totalidad de los demócratas.

Los Estados Unidos en su esencia no quería la restitución de Zelaya, por eso procuraban tácticas dilatorias por medio de supuestos diálogos, posteriormente al arribo de Zelaya a la Embajada brasileña, se comenzó a realizar el Acuerdo Guaymuras²⁰ era una continuación del fracasado Acuerdo de San José, donde hubo un supuesto arreglo entre las partes, para que existiese un gobierno de unidad nacional, pero en realidad no se puso en

¹⁹ El *Acuerdo de San José para la reconciliación y el fortalecimiento de la democracia en Honduras* es una propuesta de mediación del expresidente de la República de Costa Rica, Óscar Arias Sánchez, ante los sucesos que ocurrieron en Honduras en el año 2009, debido al Golpe de Estado. Disponible en: <<http://www.cedoh.org/Documentacion/Articulos%20Golpe%20de%20Estado/files/Acuerdo%20SJ.pdf>>. Acceso: 15 de feb. 2021.

²⁰ Disponible en: <<https://www.peaceagreements.org/viewdocument/2612>>. Acceso: 18 de feb. 2021.

práctica la restitución de Zelaya, lo que provocó, que los representantes ante la OEA de Brasil, Venezuela, Ecuador, Bolivia y Nicaragua, advirtieran el no reconocer las elecciones del 29 de noviembre, sin antes no haber restituido al presidente legítimo de Honduras.

El Embajador brasileño en la OEA Ruy Casaes expuso que “[...]lo que hemos visto en los últimos días es que el gobierno (de facto) continúa adoptando tácticas dilatorias. Temo que los representantes del régimen de facto no actúan de buena fe” (LA TRIBUNA, jueves 5 de noviembre, 2009, p.14), por lo contrario, Estados Unidos vía el senador republicano Jim DeMint dijo que la secretaria de Estado Hillary Clinton, le había garantizado que Washington reconocerá las elecciones del 29 de noviembre en Honduras, “independientemente de si el derrocado mandatario Manuel Zelaya es restituido o no” (LA TRIBUNA, viernes 6 de noviembre, 2009, p.10). También el secretario adjunto para el Hemisferio Occidental, Thomas Shannon, reforzó lo mencionado por Hillary Clinton, el cual dijo lo siguiente, [...] le tomo la palabra a la administración de que ahora se pondrá del lado hondureño y dejará de centrarse en el deshonroso Zelaya” (LA TRIBUNA, viernes 6 de noviembre, 2009, p.10)

El 18 de noviembre de 2009, el Presidente Lula en reunión con la Presidenta de Argentina Cristina Kirchner, realizaron una declaración conjunta firmada por ambos presidentes, donde reiteraron que sus gobiernos no reconocerán el resultado de las elecciones conducidas por el gobierno de facto de Roberto Micheletti, de acuerdo con el documento de Lula y Kirchner consideraron que la restitución de Zelaya a sus funciones “es indispensable para el restablecimiento del orden institucional, el Estado de Derecho y la vida democrática en Honduras” (LA TRIBUNA , jueves 19 de noviembre de 2009)

5. CONCLUSIONES

David Harvey (2004), manifiesta que la expansión capitalista procura y necesita de la sustracción de recursos naturales, podemos ver que Brasil quería extraer el petróleo de Honduras, también hacer que Honduras fuese productor masivo de caña de azúcar para la generación de Etanol, lo que provocaría que las plantas instaladas con tecnología brasileña no darían abasto a toda aquella producción de caña cultivada con mano de obra barata (súper-explotada (MARINI,1973) porque se fijaría el Real como una nueva divisa, tipo de cambio dispar, en relación al Lempira), lo que generaría, la obligatoria exportación de la materia prima hacia Brasil. Al mismo tiempo Brasil aprovecharía la venta de su parque vehicular con la tecnología *Total Fuel Flex*, venta de tecnología militar; construcción de infraestructura, todas estas adquisiciones iban a ser realizadas por medio de préstamos

financieros con el BNDES, lo cual generaría beneficios al Brasil por la acumulación de capital de intereses, lo que daría como resultado el dominio político, comercial y militar.

En los primeros días de la estancia de Zelaya en la Embajada del Brasil, tanto el gobierno brasileño como el gobierno estadounidense, mantenían un discurso unísono, el cual, al pasar el tiempo y ver que tanto el gobierno de facto, como el gobierno de los Estados Unidos estaban aplicando estrategias de desgaste, característica de la guerra de baja intensidad para la manutención de un interés. Brasil por su parte tomó una posición beligerante contraria al gobierno de facto porque no respetaron el acuerdo de Guaymuras al no restituir a Zelaya, lo que ayudó a replantear la postura de la diplomacia brasileña al pronunciarse que no aceptarían los comicios electorales del 29 de noviembre de 2009.

6. REFERENCIAS

AMORIN, Celso. Lula espera que policías no ingresan a la embajada. La Tribuna, 23 de septiembre, 2009, p.34.

_____. Presidente deposto está na Embaixada do Brasil em Honduras, diz Amorim. 21 de septiembre, 2009. Disponible en: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1312380-5602,00-PRESIDENTE+DEPOSTO+ESTA+NA+EMBAIXADA+DO+BRASIL+EM+HONDURAS+DIZ+AMORIM.html>> Acceso: 12 de feb. 2021.

AVILA, Carlos F. D. O Brasil, a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM – e o Comércio Internacional de Armas: um estudo de caso. Revista Tempo. Niterói, v. 16, n.30, 2011.

_____. Brasil y Centroamérica en Busca de un Nuevo Entendimiento en Siglo XXI. Revista de la Cancillería de Honduras. Tegucigalpa, n.11, p.121-142, jul./dic.2007.
BRASIL. Argentina y Brasil no reconocerán resultado. La Tribuna, 19 de noviembre, 2009, p.19.

BRASIL. Denuncian tácticas dilatorias del gobierno. La Tribuna, 5 de noviembre, 2009, p.14

CARTER, Jimmy. Micheletti invita a Centro Carter como observador de las elecciones. La Tribuna, 25 de septiembre, 2009, p.54.

DAGNINO, Renato P. A indústria de armamentos brasileira: sua importância para a avaliação da relação militares-estado e sociedade. In: OLIVEIRA, Eliezer (Org.). Militares: pensamento e ação política. Papirus Campinas: Papirus, 1987. (Coleção Forças Armadas e Sociedade, v.1) p. 125-132.

DEMINT, Jim. Gobierno EEUU reconocerá comicios con o sin Zelaya. La Tribuna, 6 de noviembre, 2009, p.10.

ESTADOS UNIDOS. Retorno de Zelaya fue “irresponsable”. La Tribuna, 29 de septiembre, 2009, p.66.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2 Ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

HOBBS, Thomas. Leviatán: o la materia, forma y poder de un Estado eclesiástico y civil, epublibre, 1651.

JIMENEZ, Hugo M. La Intervención Norteamericana en Guatemala en 1954: Dos interpretaciones recientes. Anuario de Estudios Centroamericanos, San José, v.11, n.2, p.149-155, 1985.

LENIN, Vladimir. I. O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro, 2010.

MARINI, Ruy M. Dialéctica de la Dependencia Bogotá: Siglo del Hombre.1973.

MARX, Karl. O Capital, Crítica da Economia Política: livro I, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. Ed. Eletrônica Ridendo Castigat Mores. Rocket Edition. 1999. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org>. Acesso: 18 de feb. 2021.

MERRILL, Tim. Honduras: A Country Study. Washington: GPO for the Library of Congress, 1995.Disponible: <http://countrystudies.us/honduras/>. Acesso: 5 de feb.2021.

REIS, Natália de J. S.; PINHEIRO JR, João B. Caso Zelaya: um estudo sobre a crise hondurenha, a concessão de asilo político e as imunidades diplomáticas concernentes ao Estado brasileiro. Disponible en: <https://jus.com.br/artigos/43226/caso-zelaya>. Acesso: 17 de feb. 2021.

ROUSSEFF, Dilma. Brasil quiere que conflicto se resuelve “rápido”. La Tribuna, 26 de septiembre, 2009, p.41.

SILVA, Luis I. L. da; Una nueva etapa en las relaciones entre Brasil y Honduras. Revista de la Cancillería de Honduras. Tegucigalpa: 2008, n.11, p.117-120, jul./dic.2007.

_____. Lula defiende asilo de Zelaya. La Tribuna, 24 de septiembre, 2009, p.16.

SMITH, Adam. La Riqueza de las Naciones, Editor digital: Titivillus, 1776.

VALDES, Jorge A, T. El Terrorismo de Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el cono sur. México D.F: Editorial Nueva Imagen S.A, 1980.

WASHINGTON. EEUU asiste a la embajada brasileña. La Tribuna, 23 de septiembre, 2009, p.34.

ZELAYA, José M. R. Pentágono tenía que saber que avión en que hizo escala en Palmerola era para el golpe. La Tribuna, Tegucigalpa, 13 de agosto, 2009, p.14.

_____. Prefiero morir firme: Zelaya. La Tribuna, Tegucigalpa, 13 de agosto, 2009, p.32.

ZELAYA, Rolando. La Historia de Honduras. Ed. 2. México: Pearson. 2012.



GT 01 – DEMOCRACIA E CONJUNTURA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

DA “DEMOCRACIA NA AMÉRICA” A “COMO AS DEMOCRACIAS MORREM”: UMA LEITURA COMPARATIVA ENTRE ELEMENTOS DE DUAS OBRAS FUNDAMENTAIS

Moacir Rocha Santana Filho¹

RESUMO: Este trabalho apresenta e realiza uma breve leitura comparativa entre elementos de duas obras fundamentais para compreensão do contexto democrático: “A Democracia na América” (*De la démocratie en Amérique* – 1835 e 1840), de Alexis de Tocqueville, e “Como as democracias morrem” (*How Democracies Die* – 2018), de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Há, portanto, um intervalo histórico de quase dois séculos entre as duas obras e, apesar de observarem – sobretudo – o contexto norte-americano, sabemos que, nos tempos modernos, a história da democracia tem coincidido, de modo geral, com a história da democracia americana e, desde que Tocqueville demonstrou a força dessa forma de governo, as sociedades ocidentais têm se esforçado para adotá-la como modelo (MAGALHÃES, 2000). Alguns conceitos-chave são analisados: “igualdade de condições”, “tirania da maioria”, “colapso da democracia”; assim como, casos concretos citados nas obras e outros ocorridos mais recentemente.

Palavras-chave: Democracia, Tocqueville, Levitsky, Ziblatt.

Introdução

Nas últimas décadas, grande parte do mundo ocidental esteve voltada para o desenvolvimento do Estado Democrático. O século XX teria sido o século do triunfo democrático, conforme afirmou o cientista político Robert Dahl (2016). “Mesmo a um observador iniciante não escapam dois grandes movimentos globais das duas últimas

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura – ProDic, Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Brasil. Bacharel em Direito.
Email: moacir_rochasf@hotmail.com

décadas: democratização e profunda integração econômica”, pontuava Castro Santos (2001, p.729) no início do século XXI.

Utilizando indicadores de democracia da Freedom House e a literatura americana – como Huntington e Diamond –, Castro Santos (2001), oferece um panorama sobre as democracias em momentos importantes para compreender as duas obras tratadas nesse estudo: na crista da primeira (1828-1926) e da segunda (1943-1962) ondas de democratização contaram-se 29 e 36 países democráticos, respectivamente, correspondendo a 45,3% e 32,4% do total de Estados no mundo; Por outro lado, após a terceira onda (1974), em 1999, de um total de 192 países, 62,5% foram considerados formalmente democráticos, portanto, 120 países dotados de sistemas democráticos constitucionais com eleições competitivas e multipartidárias, em contraste com apenas 41% há uma década.

Para o cientista político Samuel Huntington, seria possível identificar tendências mundiais, “ondas”, em um determinado período, onde países se tornam democráticos. O mesmo conceito seria aplicado para o caminho reverso, quando um conjunto de países transitam de um sistema democrático para uma ditadura, “onda reversa”.

De acordo com Huntington (1991), essa primeira tendência de democratização começou na década de 1820, com a ampliação do sufrágio para uma grande proporção da população masculina nos Estados Unidos e continuou até 1926, trazendo à existência cerca de 29 democracias. A Suíça, França e Grã-Bretanha tornaram-se países democráticos antes do final do século. Em 1922, no entanto, a chegada ao poder de Mussolini na Itália marcou o início de uma primeira “onda reversa” que, em 1942 reduziu o número de estados democráticos no mundo para 12, e estabeleceu ditaduras fascistas.

Foi nesse período, onde se desenvolveria a primeira onda democrática, que Alexis de Tocqueville viaja aos Estados Unidos da América (EUA), em 1831, para compreender o sistema penitenciário. Entretanto, Tocqueville acabou por estudar a democracia americana, *in loco*, fazendo uma observação direta daquela considerada um modelo novo de sociedade, “uma grande República”, foram 271 dias nos EUA (BASTOS e ARRIADA, 2007). Durante quase um ano Tocqueville observa, empiricamente, o funcionamento das instituições americanas, previa a evolução contínua da democracia cruzando o oceano e alcançando o continente europeu (MAGALHÃES, 2000). Publica a primeira parte (ou, primeiro volume) de ***A democracia na América (La Démocratie en Amérique)***, em 1835, dedicada essencialmente à descrição analítica das instituições americanas; e a segunda parte é publicada em 1840, onde busca traduzir de maneira mais abstrata a influência da democracia sobre os costumes e os hábitos dos norte-americanos.

Em *O Futuro da Democracia*, Norberto Bobbio (1997) classifica Tocqueville como um dos autores elevados ao “céu dos clássicos”, ao apontar os pensadores do movimento de ideias que ficou conhecido como Liberalismo: Locke, Montesquieu, Kant, Adam Smith, Humboldt, Constant, John Stuart Mill, e Tocqueville. O próprio Stuart Mill indicou *A democracia na América* como a primeira grande obra de filosofia política consagrada à democracia moderna (DUBOIS, 1993).

A terceira onda de democratização, conforme Huntington (1991), iniciou-se no ano de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal. Inúmeras ditaduras caíram, e diversos países adotaram a democracia como regime de governo, incluindo muitos dos países latino-americanos e africanos.

Na América do Sul, sobretudo a partir dos anos 80, ocorreu um processo gradativo de substituição dos governos autoritários por governos eleitos em sufrágio universal. Para Prado (2006, p. 34):

Em 1980, dois terços da população da América Latina viviam sob regimes militares, na América do Sul, oito países eram dirigidos por militares. De modo geral, essas ditaduras foram o resultado de golpes, que abortaram grande mobilização social cujos atores carregavam bandeiras com importantes reivindicações sociais e políticas.

Jairo Nicolau (2018) escreve que, no final dos anos 1980, a literatura sobre transição democrática estava em alta, uma das principais preocupações da ciência política na época era entender em que condições um regime político autoritário torna-se democrático. O autor ainda complementa que, segundo o *Polity Project* (projeto que classifica o regime político dos países ao longo do tempo), em 1985 havia 42 democracias, onde moravam 20% da população mundial, em 2015, o número saltou para 103, com 56% da população mundial vivendo em democracias. Após o final da primeira década dos anos 2000, com o entusiasmo democrático da Primavera Árabe, e o posterior fracasso da democratização na maioria dos países envolvidos, os textos retornaram ao tom pessimista de crise democrática.

Portanto, havia uma questão para os estudiosos: se a terceira onda de democratização desacelera ou para, quais fatores poderiam produzir uma terceira onda reversa – uma recessão? Seria então, novamente, o fim para algumas democracias?

É nesse contexto em que se situa a seguinte obra estudada neste trabalho: ***Como as democracias morrem***. Publicada em 2018, foi escrita pelos cientistas políticos americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Democracias tradicionais entram em colapso? Essa seria a questão principal que os professores de Harvard tentam responder.

Para Jairo Nicolau, cientista político, professor titular do Departamento de Ciência Política (UFRJ), autor do prefácio na primeira edição brasileira (Zahar) da obra (*How Democracies Die*), “*Como as democracias morrem* rapidamente se transformou no trabalho com maior repercussão sobre o assunto (...). É sintomático que um estudo sobre a crise das democracias tenha despertado tanto interesse” (2018, p.7).

O presente artigo objetiva apresentar duas obras fundamentais para o estudo da democracia (*A democracia na América e Como as democracias morrem*), assim como, analisar alguns conceitos-chave que possam ajudar na compreensão da evolução desse modelo político, desde a sua formação até o seu possível colapso.

A democracia na América – Alexis de Tocqueville

[Raymond Aron](#) (1999), importante sociólogo francês do [século XX](#), aponta que, em geral, Tocqueville não figura entre os inspiradores do pensamento sociológico, e isto seria uma injusta falta de reconhecimento de uma obra importante. Tocqueville difere tanto de Auguste Comte como de Karl Marx, pois, em vez de pintar a preponderância do fato industrial, como Comte, ou do fato capitalista, como Marx, ele atribui primazia ao fato democrático (ARON, 1999). Aron, após a guerra, ajuda a descobrir, através do seu ensino (*Les Etapes de la pensée sociologique*, 1967), as obras de Tocqueville (BOUDON, 1990).

Para Pierre Birnbaum (*Sociologie de Tocqueville*, 1970) que, junto com R. Aron, compõe o grupo de autores das principais obras sobre Tocqueville – de acordo com François Furet (2005) –, desde o final do século XIX a obra de Alexis de Tocqueville conhece ao mesmo tempo uma notoriedade muito grande e um imenso abandono.

Em outra perspectiva, para Fernando Magalhães, professor do Departamento de Filosofia (CFCH – UFPE), nos últimos tempos, Tocqueville – pensador liberal e contemporâneo de John Stuart Mill – tem despertado a atenção da esquerda, inclusive de parte da esquerda marxista que sempre esteve voltada para as questões relativas à democracia e à liberdade, e que busca repensar seus escritos, atribuindo-lhes uma fundamental importância para a compreensão da realidade atual (MAGALHÃES, 2000).

De fato, *A democracia na América* resulta das observações *in loco*, de ampla pesquisa e de leituras realizadas antes e depois da viagem, Tocqueville não pretendeu escrever um livro sobre os EUA, mas mostrar um país democrático à França, pois tinha consciência de que a democracia americana não poderia ser um exemplo a ser imitado, tendo em vista o problema da escravidão (BASTOS e ARRIADA, 2007). O século XIX inaugura os estudos comparados, Tocqueville foi um comparativista, considerado um pioneiro e igualmente um clássico da sociologia comparada, contrapondo França e Estados Unidos para poder entender e

compreender os efeitos da destruição antecipada da aristocracia, ou seja, o impacto da revolução sobre a sociedade francesa (*id*, 2007).

Para a abordagem pretendida no presente estudo, alguns conceitos-chave sobressaem na obra de Tocqueville: a “igualdade de condições”, o poder judiciário como árbitro, e a “tirania da maioria”.

Tocqueville buscou razões culturais e históricas para compreender o progresso da democracia na América, outros autores – como Huntington nos anos 1990, e Levitsky e Ziblatt em 2018 –, posteriormente, também buscaram compreender e identificar razões que justificassem a ascensão ou queda de tais regimes democráticos.

Logo na introdução de sua obra, Tocqueville (2005), declara que, entre os novos objetos que chamaram sua atenção durante a permanência nos Estados Unidos, nenhum impressionou mais do que a “igualdade das condições”, descobriu a influência prodigiosa que exerce esse primeiro fato sobre o andamento da sociedade; ele proporciona ao espírito público certa direção, certo aspecto às leis; aos governantes, novas máximas, e hábitos particulares aos governados.

Para ele, o tipo de democracia que se encontra em construção no jovem Estado americano, iguala todos em oportunidade (Magalhães, 2000). Complementa, sobre a igualdade das condições:

Assim, pois, à medida que eu estudava a sociedade americana, via cada vez mais, na igualdade das condições, o fato gerador de que cada fato particular parecia decorrer e deparava incessantemente com ele como um ponto central a que todas as minhas observações confluíam. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 7)

Para mais esclarecimento sobre o significado da “igualdade de condições” em Tocqueville, Helena Esser Reis explica:

Igualdade social significa que toda a diferença existente (seja econômica, intelectual ou política) é apenas circunstancial, passível de mudança e radicalmente oposta à submissão de uns a outros. Eis porque, segundo Tocqueville, a igualdade de condições é um princípio constitutivo da ordem democrática, que afeta a propriedade, os costumes, a opinião e também a esfera política. (REIS, 2006, p. 116).

Para Tocqueville, o mais difícil para um estrangeiro compreender nos Estados Unidos é a organização judiciária, o juiz é uma das primeiras forças políticas. A primeira característica do poder judiciário em todos os povos seria servir de árbitro; a segunda característica seria pronunciar-se sobre casos particulares, não sobre princípios gerais; a terceira característica do poder judiciário é só agir quando chamado, ou, conforme a expressão legal, “quando provocado”:

Os americanos conservaram no poder judiciário essas três características distintivas. O juiz americano não pode se pronunciar, a não ser quando há litígio. Ele trata exclusivamente de um caso particular e, para agir, deve sempre esperar que o tenham solicitado (2005, p. 113).

O juiz americano se parece, para Alexis, perfeitamente com os magistrados das outras nações, no entanto é dotado, de um imenso poder político. De onde viria isso? “A causa está neste simples fato: os americanos reconheceram aos juízes o direito de fundar suas decisões na constituição, em vez de nas leis. Em outras palavras, permitiram-lhes não aplicar as leis que lhes parecerem inconstitucionais” (2005, p.113). O autor conhecia que semelhante direito foi reclamado algumas vezes pelos tribunais de outros países, mas nunca lhes foi concedido. Na América, “é reconhecido por todos os poderes; não encontramos um partido nem mesmo um homem que o conteste” (*ibid.*, p.113). E a explicação disso deveria ser encontrada no princípio mesmo das constituições americanas.

Tocqueville, no segundo volume de *A democracia na América*, advertia “como a igualdade divide naturalmente os americanos numa multidão de pequenas sociedades particulares”. Essa preocupação será verificada posteriormente – ao final de *Como as democracias morrem*, por Levistky e Ziblatt (2018) – como um dos obstáculos à sobrevivência de uma forte democracia norte-americana. “Não há estado social nem leis que possam tomar os homens tão semelhantes que a educação, a fortuna e os gostos não introduzam entre eles alguma diferença” (TOCQUEVILLE, 2000, p. 267). Seriam, então, estabelecidas ao lado da grande sociedade política, pequenas sociedades privadas: “em vez de imaginar que os cidadãos das novas sociedades vão acabar vivendo em comum, temo que acabem não formando mais que minúsculas igrejazinhas” (*ibid.*, p. 268).

De acordo com Tocqueville, nem a lei, nem o costume se encarregam de estabelecer relações frequentes e habituais entre certos homens, a semelhança acidental das opiniões e dos pendores é decisiva, o que faz as sociedades particulares variarem ao infinito:

Nas democracias, onde os cidadãos não diferem muito uns dos outros e se acham naturalmente tão próximos que a cada instante podem vir a se confundir todos numa massa comum, cria-se um sem-número de classificações artificiais e arbitrarias com ajuda das quais cada um procura pôr-se à parte, com medo de ser arrastado contra a sua vontade na multidão (2000, p.268).

Para o estudioso francês, “qualquer que seja o esforço geral de uma sociedade para tornar os cidadãos iguais e semelhantes, o orgulho particular dos indivíduos sempre procurará escapar do comum e pretenderá formar, em algum lugar, uma desigualdade de que tire proveito” (*ibid.*, p.268). Assim, condenaria que, “quaisquer que sejam os progressos da

igualdade, sempre se formará nos povos democráticos um grande número de pequenas associações privadas no meio da grande sociedade política” (*ibid.*, p.269).

Na seção, “Tiranía da maioria”, verifica-se que, o autor não concordava com a máxima que, em matéria de governo, a maioria do povo tem o direito de fazer tudo, por outro lado, situava na vontade da maioria à origem de todos os poderes. “A justiça constitui, pois, o limite do direito de cada povo” (TOCQUEVILLE, 2005, p.294). Seria sempre necessário pôr em algum lugar um poder social superior a todos os outros, mas a liberdade estaria em perigo quando esse poder não encontra diante de si nenhum obstáculo que possa reter sua marcha e lhe dar tempo de se moderar, portanto, quando concederem o direito e a faculdade de fazer tudo a uma força qualquer, seja ela chamada povo ou rei, democracia ou aristocracia, seja ela exercida numa monarquia ou numa república: “aí está o germe da tirania” (TOCQUEVILLE, 2005).

Segundo Tocqueville, sua maior crítica ao governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, não é, como muitos na Europa pretendem, sua fraqueza, mas, ao contrário, sua força irresistível e pouca garantia contra a tirania da maioria:

E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que lá reina, mas a pouca garantia que encontramos contra a tirania. (...) Não digo que, na época atual, faça-se na América um uso freqüente da tirania; digo que na América não se descobre garantia contra ela e que é necessário buscar as causas da brandura do governo nas circunstâncias e nos costumes, em vez de nas leis. (2005, p. 296).

Cumprir distinguir a arbitrariedade da tirania, para o autor, a tirania pode se exercer por meio da própria lei, e então não é arbitrária; a arbitrariedade pode se exercer no interesse dos governados, e então não é tirânica. Sendo assim, a tirania serve-se usualmente da arbitrariedade, mas, se necessário, sabe prescindir dela. Nos Estados Unidos, a onipotência da maioria, ao mesmo tempo que favorece o despotismo legal do legislador, favorece também a arbitrariedade do magistrado, sendo senhora absoluta de fazer a lei e zelar por sua execução, tendo um controle igual sobre os governantes e sobre os governados (TOCQUEVILLE, 2005).

Tudo indica que muitas de suas preocupações no que concernem à tirania da maioria não perderam a validade nos dias corrente, podemos notar os rumos que toma o processo de democratização em todo o mundo, e se chegar à conclusão do perigo que pode resultar, para todos nós, da formação de um pensamento único, de um planeta presidido por uma ideologia que esmaga as minorias em nível nacional e internacional (MAGALHÃES, 2000). O estudo realizado por Tocqueville mostra, efetivamente, uma tendência à padronização dos indivíduos e uma inevitável consequência, a unificação do pensamento político-social e sua ação quase tirânica sobre as minorias, uma vez que, a democracia, dificilmente conseguiria evitar a

opressão da maioria e oferecer condições de vida adequada e liberdade à minoria, mantendo a própria maioria sob um pensamento totalizante e apático, podendo provocar revoltas nas camadas oprimidas (*ibid.*).

No mesmo sentido, Reis (2006), destaca um receio de Tocqueville: quando, livres de toda responsabilidade para com seus semelhantes, e ocupados exclusivamente com seus interesses pessoais, os indivíduos se entreguem a um perigoso conformismo, aceitando facilmente todas as regras sociais impostas pelo individualismo, produzindo um comportamento de indiferença para com a gestão da coisa pública, permitindo, assim, que a representação majoritária exerça um autoritarismo de novo tipo sobre a minoria, um autoritarismo exercido com o consentimento popular, o chamado, “despotismo pelo consentimento do povo”.

Entretanto, ao mesmo tempo em que existe o risco dessa possibilidade de despotismo devastar o mundo democrático, há também a capacidade de algumas instituições americanas combaterem tal ameaça. Assim, a proteção contra o abuso do poder e a garantia dos direitos individuais encontram-se, em Tocqueville, “em uma instituição análoga à aristocracia antiga, função que ele atribui às associações intermediárias, especialmente à magistratura” (REIS, 1006, p. 146). Fernando Magalhães (2000) pontua que, para o autor de *A Democracia na América*, os homens que se dedicam ao estudo das leis criam um amor instintivo pelo encadeamento regular das ideias que os tornam, naturalmente, fortes opositores do espírito revolucionário e das paixões irrefletidas da democracia, entretanto, Tocqueville também afirma, anteriormente, que a natureza impositiva da opinião pública envolve o próprio judiciário por meio das eleições. Havendo contradição ou não, a impressão que se tem das palavras de Tocqueville – para Magalhães –, é que no fundo prevalece mais uma posição de status dos membros do judiciário do que a ideia de lei em si, “com efeito, Tocqueville percebe na instituição do tribunal – com seus advogados, juízes, homens de lei, em geral – um órgão cujas funções assemelham-se àquelas exercidas pela aristocracia no regime feudal” (*ibid.*, p. 152).

Como bem sintetizou François Furet, Tocqueville colocou como axioma ou como evidência a ideia de que a humanidade caminhava a passos largos para a era democrática, ele justapõe uma lógica da tipologia, a partir da oposição aristocracia/democracia, e uma lógica da evolução, fundada no triunfo inevitável da democracia, tratando-se de sua concepção geral do mundo.

Como as democracias morrem – Steven Levitsky e Daniel Ziblatt

A última onda de entusiasmo com a transição de regimes fechados para a democracia foi a Primavera Árabe (fim de 2010 e começo de 2011):

Naquele momento seria difícil imaginar que, poucos anos depois, um dos temas centrais da reflexão política seria a “recessão democrática” – expressão cunhada pelo cientista político norte-americano Larry Diamond para descrever o fim do processo contínuo de ampliação de democracias no mundo. O fracasso da democratização nos países que promoveriam a Primavera Árabe (apenas a Tunísia conseguiu fazer uma passagem bem sucedida) e a reversão de experiências similares incipientes na África, no Leste Europeu e na Ásia ensejaram um novo ciclo de análises, em geral pessimistas, sobre os Estados democráticos (Jairo Nicolau, p. 8. Prefácio, *Como as democracias morrem*. Zahar, 1ªed., 2018).

A questão central e colocada logo de início em *Como as democracias morrem*, publicado em 2018, é a seguinte: “a democracia americana está em perigo?”. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt justificam o estudo logo na introdução, são colegas há quinze anos (Harvard University), escrevem e ensinam sobre fracassos da democracia em outros lugares e tempos, desde os sombrios anos 1930 na Europa, até os repressivos anos 1970 na América Latina. Passaram anos pesquisando novas formas de autoritarismo que surgiram no mundo, tendo como obsessão estudar como e por que as democracias morrem. Desta vez, precisaram voltar a atenção para o seu próprio tempo e país.

Em *How Democracies Die* (título original), dois pontos são importantes para a nossa análise de como as democracias morrem: como sujeitos autoritários chegam ao poder em democracias consolidadas? E como ocorrem as ameaças às instituições democráticas?

Inclina-se o pensamento a visualizar a morte de democracias somente pelos golpes, nas mãos de homens armados. Como no caso do Chile, quando nos anos 70, Augusto Pinochet, comandando as forças armadas chilenas, tomou o controle do país. As democracias de países como Argentina, Brasil, Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia e Uruguai morreram dessa maneira, durante a Guerra Fria, golpes de Estado foram responsáveis por quase três em cada quatro colapsos democráticos (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Assim como, é preciso lembrar, mais recentemente, golpes militares no Egito, que derrubaram o presidente Mohamed Morsi (2013) e o caso da queda da primeira-ministra tailandesa Yingluck Shinawatra (2014).

Ou mesmo, o mais atual golpe de Estado, em Mianmar, no primeiro dia de fevereiro de 2021, quando o exército – alegando fraude nas eleições – prendeu a cúpula do governo civil, assumiu o controle do país e colocou fim à transição democrática iniciada há dez anos (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Apesar de todos esses casos, em que a democracia se desfez de maneira espetacular, através de poder e coerção militar, há outra maneira de arruinar uma democracia: por meio de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder, assim como fez Hitler, na Alemanha, na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Outro exemplo citado pela obra é o da Venezuela. Hugo Chávez era um outsider político que atacava o que ele caracterizava como uma elite corrupta, prometendo construir uma democracia mais “autêntica”, que utilizasse a riqueza do petróleo para melhorar a vida dos pobres. Chávez foi eleito em 1988, e quando lançou a sua prometida revolução, ele o fez democraticamente, em 1999, o seu populismo desencadeou uma intensa oposição, e, em abril de 2003, ele foi brevemente derrubado pelos militares, mas o golpe falhou, permitindo que reivindicasse uma legitimidade ainda maior, então, em 2003 Chávez deu seus primeiros passos claros rumo ao autoritarismo, postergando um referendo liderado pela oposição que o teria destituído, mas foi somente em 2006 que o regime chavista se tornou mais repressivo: fechando uma importante emissora de televisão, prendendo ou exilando políticos, juízes e figuras da mídia opositoras com acusações dúbias e eliminando limites aos mandatos presidenciais para que Chávez, mesmo sofrendo um estágio avançado de câncer, fosse reeleito em 2012, entretanto, a situação não mudou com seu sucessor, Nicolás Maduro (*ibid.*, 2018).

Portanto, para Levitsky e Ziblatt, as democracias são subvertidas ou desintegradas (morrem), agora, após eleições regulares; não mais sob forma de fascismo, comunismo e golpes militares violentos:

Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. Como Chávez na Venezuela, líderes eleitos subverteram as instituições democráticas em países como Geórgia, Hungria, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia e Ucrânia. O retrocesso democrático hoje começa nas urnas. A via eleitoral para o colapso é perigosamente enganosa. (...) Não há tanques nas ruas. Constituições e outras instituições nominalmente democráticas restam vigentes. As pessoas ainda votam. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência (2018, p. 16-17).

Huntington (1991) escrevia nessa mesma direção: transições da democracia ao autoritarismo, além daquelas produzidas por atores estrangeiros, quase sempre foram produzidos por aqueles no poder ou perto do poder no sistema democrático, com apenas uma ou duas exceções possíveis, os sistemas democráticos não foram encerrados por voto popular ou revolta popular.

Boa parte dos esforços de governantes para subverter a democracia são “legais”, aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais, podendo até mesmo ser retratados como esforços para aperfeiçoar a democracia, combater corrupção, limpar o processo eleitoral, ou tornar o judiciário mais eficiente. Os jornais continuam a ser publicados, mas são comprados ou intimidados e levados a se autocensurar, e os cidadãos continuam a criticar o governo, mas muitas vezes se veem envolvidos em problemas com impostos ou outras questões legais, criando perplexidade e confusão nas pessoas que, não compreendem imediatamente o que está acontecendo, muitos continuam a acreditar que estão vivendo numa democracia (*ibid.*, 2018).

Em *Como as democracias morrem*, os autores sustentam que, nos últimos dois anos (anteriores a publicação da obra), a situação atingiu um nível preocupante, políticos fizeram e falaram coisas sem precedentes nos Estados Unidos. “Os políticos norte-americanos agora tratam seus rivais como inimigos, intimidam a imprensa livre e ameaçam rejeitar o resultado das eleições” (*ibid.*, p. 13). Os autores denunciam, ainda, que tais políticos tentam enfraquecer as salvaguardas institucionais da democracia americana, incluindo tribunais, serviços de inteligência, escritórios e comissões de ética, e que os estados norte-americanos, outrora louvados pelo grande jurista Louis Brandeis como “laboratórios de democracia”, correm o risco de se tornar laboratórios de autoritarismo, à medida que os que estão no poder reescrevem regras eleitorais, redesenham distritos eleitorais e até mesmos rescindem direitos eleitorais para garantir que não perderão. O ápice da preocupação, para os autores, foi a eleição em 2016, de “um homem sem nenhuma experiência em cargos públicos, com aparente pouco compromisso no que diz respeito a direitos constitucionais e dono de claras tendências autoritárias” (*ibid.*, p. 14). “Donald Trump, um violador em série de normas, é amplamente (e corretamente) criticado por investir contra as regras democráticas do país, contudo, o problema não começou com Trump” (*ibid.*, p. 142).

Importante lembrar que, quando Tocqueville escreve *Democracia na América*, a democracia americana, como formulada pelos pais fundadores da nação, está começando a ensaiar seus primeiros passos, embora tenham passado quase cinquenta anos desde os eventos da Filadélfia, não se pode dizer que o desenho institucional imprimido pela revolução esteja definitivamente consolidado, Tocqueville se dá conta das profundas implicações desse embate político e reconhece certa dualidade no comportamento dos americanos: ora a balança pende para as decisões em praça pública, ora inclina-se para o instituto da representação (MAGALHÃES, 2000).

Mas, até que ponto seria a democracia norte-americana vulnerável a essa forma de retrocesso? Fato é que, suas fundações são mais fortes do que a de países como Venezuela,

ou daqueles envolvidos no curto entusiasmo democrático da Primavera Árabe. A Constituição norte-americana, de acordo com analistas, foi projetada para frustrar e conter demagogos como Donald Trump, e o sistema madisoniano de freios e contrapesos do país já durou mais de dois séculos, sobrevivendo à Guerra Civil, à Grande Depressão, à Guerra Fria e a Watergate, logo, com certeza será capaz de sobreviver a Trump, entretanto, “não temos tanta certeza” (*ibid.*, p. 19).

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, concluem que, se compararmos a situação norte-americana presente com crises democráticas em outras partes do mundo e em outros momentos da história, torna-se claro que os Estados Unidos não são diferentes de outras nações:

Nosso sistema constitucional, embora mais antigo e mais robusto do que qualquer outro na história, é vulnerável às mesmas patologias que mataram a democracia em outros lugares. Em última análise, portanto, a democracia norte-americana depende de nós – os cidadãos dos Estados Unidos. Nenhum líder político isoladamente pode acabar com a democracia; nenhum líder sozinho pode resgatar uma democracia, tampouco. A democracia é um empreendimento compartilhado (2018, p. 217).

De acordo com François Furet (2005), no prefácio de *A democracia na América*, para Tocqueville, um elemento-chave da independência da sociedade americana era o nível elevado de cultura, ele escreve nos seus cadernos de viagem que, há uma razão maior que domina todas as outras, o povo americano considerado em massa não só é o mais esclarecido do mundo, mas, é aquele cuja educação política prática é a mais avançada.

Para Reis (2006), Tocqueville diz o que fazer para que o curso natural dos acontecimentos não acabe por conduzir a democracia ao seu leito despótico – a tarefa consiste em “educar a democracia”.

Os autores constataam ao final da obra, o que Tocqueville também observava anteriormente: o igualitarismo, a civilidade, e o sentido de liberdade, eram a essência da democracia americana em meados do século XX. Defendem que essa visão está sob ataque e que, para salvar a democracia, os norte-americanos precisam restaurar as normas básicas que a protegiam no passado, mas é preciso fazer mais que isso, estender essas normas por toda uma sociedade diversificada, torná-las realmente inclusivas, é preciso que elas funcionem numa era de igualdade racial e diversidade étnica sem precedentes, uma vez que, poucas sociedades conseguiram ser multirraciais e genuinamente democráticas (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Esse seria o desafio.

Assim, destaca-se a crítica que Tocqueville faz “ao nascente regime político na América – isto é, à possibilidade de edificação de um ‘pensamento único’ que impeça o

desenvolvimento da liberdade no interior do sistema, opondo obstáculos às ações da minoria” (MAGALHÃES, 2000, p. 142).

Conclusão

O estudo objetivou uma breve análise entre elementos de duas obras fundamentais, que se complementam quando o foco é compreender a questão democrática, sobretudo a democracia na América. Tocqueville, em 1835 e 1840, publicou um estudo sobre o regime democrático americano – que recém se desenvolvia, e o apresentou ao mundo, utilizando-se, em alguns momentos, de comparações com o contexto europeu, sobretudo a França. Levitsky e Ziblatt, em 2018, igualmente com a preocupação central de entender o sistema político norte-americano, principalmente a partir das ameaças surgidas com Donald Trump, e exemplos de colapsos democráticos na América Latina e em outras partes do mundo, questionaram-se sobre um possível fim: “a democracia norte-americana está em perigo?”.

O episódio agora conhecido como “Invasão do Capitólio”, ocorrido há pouco tempo, em 6 de janeiro do corrente ano de 2021, nos Estados Unidos, assim como as acusações de fraudes nas eleições presidenciais de 2020 por parte do presidente Trump, são eventos que ficaram de fora do livro *Como as democracias morrem*, mas que são uma continuação do raciocínio e das preocupações ali presentes. O final (aparente) desse capítulo da história americana parece ser a derrota de Donald Trump e a vitória do democrata Joe Biden, confirmada pelo colégio eleitoral, apesar do intenso clima de instabilidade naquele momento, as instituições democráticas americanas se mantiveram fortes até a posse do novo presidente. Como apontado pelas duas obras, a autonomia das instituições que regulam e proporcionam o contexto democrático em um Estado é algo primordial nesse debate.

Desde que Alexis de Tocqueville demonstrou a força irresistível dessa forma de governo, os países ocidentais têm se esforçado para adotá-la como modelo, uma vez que, para a grande maioria do homem contemporâneo, esse seria o único tipo de regime político capaz de conduzir o indivíduo a seu pleno desenvolvimento – à conquista da liberdade pessoal e da igualdade de condições (MAGALHÃES, 2000). A democracia, por outro lado, corre o risco de se transformar em sua própria antítese, comprometendo seu próprio sistema pela atuação de seus agentes e pelo seu conteúdo individualista especificamente excludente, uma vez que, a igualdade de condições, isolada de um conteúdo material (social), pode gerar uma espécie de discriminação que torna a sociedade democrática violenta e injusta, havendo assim, um “renovado interesse” pelo pensamento de Tocqueville, quando se sabe que o

mundo contemporâneo passa por condições históricas as quais ele antecipou em mais de um século e meio (*ibid.*, 2000).

De acordo com o relatório que mede os níveis de democracia (em 167 países e territórios), elaborado anualmente pelo The Economist Intelligence Unit (EIU), a democracia piorou em todos os países lusófonos em 2020, não havendo um único país de língua portuguesa classificado como “democracia plena” no Índice da Democracia 2020 (*Democracy Index 2020: In sickness and in health?*), além disso, todas as regiões do mundo registraram um retrocesso democrático no ano marcado pela pandemia (Deutsche Welle, 2020). Segundo o relatório, a pandemia de Covid-19 agravou as falhas democráticas existentes na Europa Oriental e na América Latina, com controles e balanços fracos, corrupção persistente e pressões sobre a liberdade de imprensa. Quase 70% dos países cobertos pelo relatório registraram um declínio em sua pontuação geral, a pontuação média global atingiu seu nível mais baixo desde o início do índice em 2006 (EIU, 2020). O Índice de Democracia da EIU se baseia na avaliação de cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis. Com base em suas pontuações dentro dessas categorias, cada país é então classificado como um dos quatro tipos de regimes: democracia plena (*full democracy*), democracia falha (*flawed democracy*), regime híbrido (*hybrid regime*) ou regime autoritário (*authoritarian regime*).

Conforme apontado pela literatura e índices que medem dados democráticos, de modo geral, e, sobretudo nos últimos anos, a democracia vem sofrendo ataques em diversos lugares do mundo. Muitas vezes essa desintegração de valores democráticos é imperceptível ao cidadão comum. Entretanto, não é possível, ainda, visualizar um final para tal regime nas sociedades contemporâneas, apenas identificar algumas variantes e pontos em comum sobre como as jovens democracias e até mesmo as tradicionais (o caso da norte-americana) entram em crise, o que foi feito em *Como as democracias morrem*. Como vem sendo observado no Brasil, atualmente, com políticos democraticamente eleitos defendendo pautas antidemocráticas, “o retrocesso democrático hoje começa nas urnas” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.16).

Referências

- ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 5ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BASTOS, Maria Helena Camara; ARRIADA, Eduardo. A democracia na América, de Alexis de Tocqueville: Uma leitura para a história da educação. Educação Unisinos, v. 11, nº 1, 2007.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª ed, 1997.
- BOUDON, Raymond et al. Dicionário de Sociologia. Tradução de António J. Pinto Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- BIRNBAUM, Pierre. Sociologie de Tocqueville. Paris : Les Presses universitaires de France, 1970. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/>.
- CASTRO SANTOS, Maria Helena de. Que Democracia?: Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro , v. 44, n. 4, p. 729-771, 2001 .
- Deutsche Welle. Democracia piorou em todos os países lusófonos em 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/democracia-piorou-em-todos-os-paises-lusofonos-em-2020>>. Acesso em: janeiro de 2021.
- EUI, Democracy Index 2020: In sickness and in health?. Disponível em: <<https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/>>. Acesso em: janeiro 2021.
- DUBOIS, M. 1993. Les fondateurs de la pensée sociologique. Paris, Edition Marketing.
- FOLHA S. PAULO. Após derrota nas eleições, militares alegam fraude e dão golpe de Estado em Mianmar. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/lider-do-myanmar-e-presa-e-acao-gera-temor-de-golpe-no-pais.shtml>>. Acesso em: fevereiro de 2021.
- FURET, François. Prefácio, bibliografia e cronologia de François Furet. In: A democracia na América: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2ªed, 2005.
- HUNTINGTON, Samuel. “Democracy’s Third Wave”. Journal of Democracy, Vol.2. No.2, 1991.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem, Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2018.
- MAGALHÃES, Fernando. O passado ameaça o futuro - Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 141-164, maio de 2000.
- PRADO, Luiz Fernando Silva. História Contemporânea da América Latina: 1930-1960 / Luiz Fernando Silva Prado. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1996.
- REIS, Helena Esser dos, Virtudes e Vícios da Democracia. Filósofos – Revista de Filosofia. Goiânia, v.11, n.1, Jan./jun. 2006.
- ROCHER, Guy. Études de sociologie du droit et de l'éthique. Université de Montréal: Éditions Thémis, 1996.
- SANTOS, Célia Nunes Galvão Quirino dos. Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal. In: *Clássicos do pensamento político* [S.l: s.n.], 2004.

TOCQUEVILLE, Alexis. A democracia na América: leis e costumes. Tradução: Eduardo Brandão. Prefácio, bibliografia e cronologia de François Furet. São Paulo: Martins Fontes, 2ªed, 2005.

_____, Alexis. A democracia na América: sentimentos e opiniões. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2ªed, 2000.

WASSERMAN, Claudia. História Contemporânea da América Latina: 1900-1930 / Claudia Wasserman. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1992.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 1 – Democracia e conjuntura política na América Latina

OS PROTESTOS DE RUA E A AUTODEFESA EM UM CONTEXTO DEMOCRÁTICO: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA ENQUANTO TÁTICA

Vitória de Oliveira Monteiro (Universidade Federal do Pará)¹

RESUMO

Analisando o conceito de autodefesa enquanto estratégia de luta social, Elsa Dorlin nos ensina que a violência pode ser empregada como forma de cuidado de uma prática coletiva, isto é, quando usada em movimentos de resistências por grupos sociais que vivem nas sombras da negação. Ademais, segundo essa autora, a violência é, nesses casos, um ato de autoconstituição necessário para minorias subalternizadas. Isso se dá em razão desses atos se colocarem enquanto contraposição a um projeto político hegemônico que desconsidera a vida dessas pessoas. Sobre isso, tem-se os exemplos dos protestos de rua nos Estados Unidos, após o assassinato de George Floyd; e, no Brasil, com o movimento do “Vidas Negras Importam”, articulado contra os índices de violência policial contra a população negra brasileira. Assim sendo, verificando esses eventos ocorridos no ano de 2020, que tiveram repercussão global, propõe-se a analisar no presente artigo como essa forma de resistência, de protestos de rua, em que foram articuladas táticas de violência, fazem parte desse processo de articulação política de segmentos sociais marginalizados, sob uma perspectiva democrática. Para isso, o presente artigo tem como metodologia a revisão bibliográfica, além da análise de relatórios de violência contra população negra no Brasil, com destaque à letalidade policial.

Palavras-chave: Racismo. Violência. Protestos de rua. Autodefesa.

1. INTRODUÇÃO

No dia 25 de maio de 2020, George Floyd, um homem negro de 46 anos, após ter sido algemado e imobilizado no chão, foi sufocado até a morte pelo policial branco Derek Chauvin, que se ajoelhou no pescoço de Floyd por nove minutos, no meio de uma rua movimentada da cidade de Minneapolis (EUA). Outros três policiais que estavam trabalhando nesta operação não intervieram. A situação foi registrada em vídeo por pessoas que ali

¹ Mestra em Direito pela UFPA, especialista em Ciências Criminais pelo CESUPA, graduada em Direito pelo CESUPA, pesquisadora do Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia (CESIP-MARGEAR) e do Grupo Cabano de Criminologia (GCRIM), advogada criminalista. E-mail: vitoria.monteiro93@gmail.com.

transitavam e que se depararam com o momento em que Floyd dizia repetidas vezes que não conseguia respirar: “*I can’t breath*”.² No outro dia, esse vídeo já havia sido amplamente compartilhado nas redes sociais, o que gerou uma série de protestos na cidade (TAYLOR, 2021).³

Nesta mesma noite, centenas de pessoas protestaram pelas ruas de Minneapolis e, de acordo com o porta-voz da polícia John Elder, alguns manifestantes teriam “vandalizado” carros com *grafittis*, além de terem focado na delegacia em que os quatro policiais estavam presos (TAYLOR, 2021). Policiais usaram spray de pimenta e atiraram com armas de bala de borracha para conter os manifestantes, pois alguns estabelecimentos comerciais, como restaurantes, foram incendiados. Após a morte de George Floyd, o Movimento *Black Lives Matter*, passou a organizar uma onda de protestos que se espalhou por várias cidades do mundo⁴, em resposta tanto ao que aconteceu com Floyd, quanto para denunciar o racismo que atravessa as instituições e as relações sociais estadunidenses.

Desta forma, no tocante aos protestos se sucederam após a morte de George Floyd, é importante notar que uma das táticas mais controversas e noticiadas pela mídia *mainstream* foi a destruição e derrubada de estátuas que homenageavam pessoas famosas por seus cargos e ações que contribuíram políticas de colonização e segregacionistas, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos.

No território nacional, podemos destacar os protestos de rua ocorridos após a morte de João Alberto Silveira Freitas, no dia 19 de novembro de 2020. De acordo com o que foi declarado pela Polícia Civil em matérias jornalísticas, João estava com a sua esposa quando foi abordado em um supermercado da rede Carrefour na cidade de Porto Alegre/RS por dois seguranças do estabelecimento. Ao ser levada ao estacionamento do estabelecimento, a vítima, que era um homem negro de 40 anos, foi espancada pelos dois homens, tendo a sua morte filmada. No dia 20 de novembro de 2020, ocorreram diversos protestos de rua em contraposição à morte de João Alberto e, em alguns deles, lojas da rede Carrefour foram depredadas e atingidas por manifestantes.

Nesse sentido, não tardou para que esses atos de protestos fossem objeto de narrativas em torno de maniqueísmos como: *bom vs. mau* manifestante; e manifestações *violentas vs. pacíficas*. Ou seja, atrelando a um conceito de legitimidade do protesto a utilização ou não da violência, o que coloca a “violência” enquanto tática que foge do que se consideraria “apropriado” para uma manifestação de rua. Destacam-se os danos patrimoniais realizados por integrantes, com o reforço de um discurso de que existiriam “infiltrados” nesses movimentos.

Ao analisarmos essas mobilizações ideológicas em torno do conceito de violência, verificamos esses enquadramentos e divergências de interpretação que hierarquizam táticas dos protestos, conferindo legitimidade ou não. Assim, propomos a seguinte problemática: de que forma os protestos de rua com táticas violentas podem se constituir como uma autodefesa da população negra no Brasil? O objetivo do presente artigo é tensionar os elevados índices

² Há controvérsias quanto às circunstâncias da morte de George Floyd sobre o contexto que teria “provocado” a sua morte, tratando-se de um assunto complexo, em razão dessas divergências de interpretações atravessadas por preconceitos e marcadores de raça, classe e gênero. Trata-se de uma disputa interpretativa que não é objeto deste trabalho. Nesse sentido, é importante frisar que o problema de pesquisa não são essas interpretações que marcaram a violência sofrida por George Floyd se deu, mas sim os protestos que se sucederam e que foram organizados para denunciar a violência recorrente contra a população negra, a partir desse fato interpretado como violência racial.

³ A informação que foi veiculada por jornais estadunidenses, como o *New York Times*, é que, no dia seguinte ao ocorrido, o chefe de polícia de Minneapolis, Medaria Arradondo, demitiu os quatro policiais envolvidos na prisão de George Floyd, tendo sido também iniciada uma investigação pelo FBI, na medida em que o policial que procedeu a prisão teria “poucas lembranças” do que teria ocorrido naquele momento.

⁴ No Brasil, ocorreram protestos organizados pelo movimento Vidas Negras Importam, no primeiro semestre de 2020, impulsionados pelo o que ocorreu com George Floyd, adotando-se também pautas nacionais voltadas aos altos índices de violência policial no território nacional.

de violência policial contra a população negra a essas mobilizações ideológicas que interpretam a violência utilizada por esses protestos no campo da ilegitimidade e “vandalismo”. Desta forma, o escrito se dividirá em duas seções.

Em primeiro lugar, aborda-se o racismo institucionalizado nas polícias brasileiras, analisando-se criticamente dados de violência policial e os seus atravessamentos em torno das mobilizações populares que se utilizam de protestos para denunciar as violências sofridas pela população negra. Utilizaremos o exemplo dos protestos ocorridos após a morte de João Alberto, no supermercado Carrefour, para elucidar a problemática.

Posteriormente, utilizaremos essencialmente o conceito de “autodefesa” de Elsa Dorlin na compreensão de uma violência enquanto tática de resistência de populações subalternizadas. Da mesma forma, mobilizaremos leituras sobre “violência” na compreensão dessa multiplicidade de significados que visam também a manutenção e naturalização de violências, como é o caso do anarquista Peter Gelderloos.

Portanto, é importante frisar que, embora se utilize o exemplo dos protestos iniciados após o assassinato de João Alberto no supermercado Carrefour, o objetivo do artigo é uma análise mais abrangente quanto às táticas de violência de protestos, e se elas podem ser conceituadas como uma técnica de autodefesa por parte da população negra no Brasil. Logo, a metodologia empregada será uma revisão bibliográfica e também análise de dados sobre violência policial no Brasil, com enfoque ao recorte racial. Para contextualizar os protestos e as narrativas em disputa, utilizaremos matérias jornalísticas.

Em relação a esta última fonte de pesquisa, entende-se as limitações - mas também as potencialidades - de utilizá-la para analisar um evento, principalmente, ao se considerar que se trata de um *discurso* e não uma fonte de pesquisa primária. Contudo, o objetivo não é naturalizar ou essencializar os dados ali contidos, tomando-os como realidade evidente, mas sim examinar como essas próprias narrativas se constroem na mobilização de uma luta social. Além disso, trata-se de uma análise ainda preliminar de protestos ocorridos muito recentemente, como foi o caso do Carrefour, em novembro de 2020, sendo por esta razão que não se finaliza aprofundar nesses eventos, considerando a sua complexidade e heterogeneidade dentro do próprio movimento, mas sim tensionar e refletir quanto às potências dos protestos de rua para a ruptura de uma situação de violência contra um segmento social subalternizado.

2. VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISMO NO BRASIL: AS RAÍZES DE UMA NATURALIZAÇÃO DO SOFRIMENTO NEGRO

De acordo com o último Atlas da Violência (IPEA, 2020), os índices de violência letal praticada no Brasil são concentrados contra a população negra. No ano de 2018, foram os jovens negros (pretos e pardos) que mais sofreram com homicídios, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 37,8, o que representa 75,7% do número total de homicídios. Ao lado de uma taxa de 13,9 de não negros (brancos, amarelos e indígenas, segundo classificação do IBGE). Da mesma forma, as taxas de mortalidade de mulheres negras são mais elevadas do que das mulheres não-negras: aquelas representam um total de 68% do total de mulheres assassinadas no Brasil.

Esta pesquisa ainda nos indica que, ao mesmo tempo em que houve uma “redução de 12% da taxa de homicídios ocorrida entre 2017 e 2018 se concentrou mais entre a população não negra do que na população negra” (IPEA, 2020, p. 47). Em outras palavras, entre não negros a diminuição foi menor do que da taxa de negros. No tocante à atuação policial, os últimos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) concluem: das vítimas de violência letal ocorridas no Brasil, 74,4% são negros e 25,3% são brancos. É nesse contexto que as polícias brasileiras, em especial, a polícia militar, é colocada como uma das mais letais, vitimizando principalmente pessoas negras e pobres.

Analisando os números apresentados, vemos que a desigualdade racial no Brasil tem ampla relevância na compreensão das dinâmicas de violência. Contudo, isso não é suficiente diante da complexidade do processo de formação social, em especial, no que diz respeito às políticas do sistema de justiça criminal que desumanizam a população negra em nosso país. Mesmo atualmente, a questão da seletividade penal com recorte racial ainda é pouco debatida na militância e nos ativismos, isso porque muito se dá atenção ao “leite já derramado”, ou seja, quando a agressão física e o desaparecimento dos corpos negros já foram concretizados. É preciso dar mais atenção à construção social e política que produz (e reproduz) uma violência simbólica e social de mulheres e homens negros (BORGES, 2018).

Desta forma, é possível afirmar a existência de um *racismo institucional* que atravessa o funcionamento das polícias brasileiras. Silvio Almeida (2018, p. 29) define que a concepção institucional sobre relações raciais discriminatórias dispõe que o racismo “não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições⁵”. Ademais, o fato de a desigualdade racial não ser apenas fruto de ações individuais ou de alguns grupos racistas se dá em razão das instituições serem utilizadas como mecanismos de grupos raciais conforme os seus interesses políticos e econômicos.

Segundo Silvio Almeida (2018, p. 31), é a partir dessa percepção institucional sobre o racismo que se compreende o *poder* enquanto elemento central nessa lógica, entendendo que “racismo é dominação”. Os grupos que detém um domínio na organização política e econômica dependem para a sua manutenção da institucionalização de seus interesses, o que significa que o seu domínio seja tido como “normal”. Assim, os parâmetros discriminatórios com base na “raça” é o que garantem essa hegemonia de determinado grupo racial. É por este motivo que aquele autor explica que o domínio dos homens brancos em instituições como do legislativo, do judiciário, e até em universidades públicas e privadas, dependem tanto de padrões que dificultem a ascensão de negros e negras, quanto da inexistência de discussões e debates sobre a desigualdade racial, o que naturaliza o domínio dos homens brancos.

Nesse sentido, a pesquisadora Juliana Borges critica as inúmeras discussões que reduzem o problema da seletividade penal e dos índices de criminalização a, tão somente, fatores sociais, excluindo ou diminuindo a importância do racismo. A polícia, sendo um dos principais braços de ação do sistema de justiça criminal, se coloca como uma das instituições atravessadas não por uma “crise” que gera a maior criminalização da população negra, mas sim por um projeto político racista. Logo, podemos dizer que a polícia constitui todo um sistema de reprodução do racismo, gerando uma criminalização e extermínio da população negra, “e não um mero aparato perpassado pela ideologia racista”⁶ (BORGES, 2018, p. 71).

Esse contexto está diretamente relacionado com uma espécie de indiferença quanto ao sofrimento negro, havendo uma leitura racialmente excludente quanto ao status de “vítima”, ou seja, invisibilizando as situações de violência sofrida por essa população. Ademais, o Brasil é marcado por um processo de formação social que nega esses contextos de violência sistemática e estrutural. Para elucidar essa lógica em que a dor negra é naturalizada nas práticas sociais e na própria organização política do país, Flauzina e Freitas (2017) concluem

⁵ Importante frisar que Silvio Almeida (2018), em resumo, entende que cada sociedade é constituída por formas econômicas e políticas gerais, como mercadoria, dinheiro, Estado e direito, de maneira que as formas sociais se materializam nas instituições. Logo, “instituição” é um modo de orientar e coordenar comportamentos, tornando possível a ação social e garantindo uma “relativa estabilidade dos sistemas sociais”.

⁶ Esse racismo institucionalizado pelo funcionamento do sistema penal brasileiro também é indicado pelas taxas de encarceramento. Ou seja, além da população negra ser a vítima preferencial dos homicídios cometidos no território nacional, a juventude negra é mais encarcerada do que os brancos e adultos. Analisando esses dados publicados pelo “Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil”, Sinhoretto e Moraes (2017, p. 17) concluem que “é possível até afirmar que o crescimento do número de presos no Brasil (que foi da ordem de 74% entre 2005 e 2012) foi impulsionado principalmente pela prisão de jovens e negros”.

sobre como há uma lógica de gratuidade da violência contra os corpos negros pelo Estado no Brasil, o que dificulta especialmente os movimentos de resistência negra quando interpelam e se contrapõem a um racismo institucional, como é o caso do funcionamento das polícias brasileiras.

Há uma relação de antagonismo desses corpos negros com o Estado, de forma que questionamentos e oposições formuladas ameaçam as próprias bases constitutivas da dominação de pessoas brancas. É inacessível aos corpos negros um reconhecimento político-institucional das situações de violência e, por conseguinte, da vitimização sofrida. Aqueles autores, assim, afirmam que a condição de vítima e amparo institucional de seu sofrimento é experimentado por pessoas brancas, ou seja, há a construção de um imaginário “em que se tem a violência como prerrogativa do racismo e a vitimização como um privilégio da branquitude” (FLAUZINA; FREITAS, 2017, p. 59).

Em um estudo sobre a “calibragem do terror de Estado”, com a finalidade de analisar a violência policial ocorrida durante as manifestações de junho de 2013, verificou-se como há uma clara diferenciação das próprias plataformas midiáticas em torno do perfil dos manifestantes que sofreram essa espécie de violência, em sua maioria brancos e de melhor condição socioeconômica. Analisando esses eventos, Flauzina e Freitas (2017) concluem que o perfil foi decisivo nas maneiras que foram encontradas para conter as manifestações, definindo um modo de diálogo político: ao mesmo tempo que se condenava a violência policial praticada contra esses manifestantes, os “tiros de chumbo seguiam seu destino natural”. Percebemos que se trata de um duplo processo interdependente: a extrema vulnerabilização dos corpos negros corresponde a uma necessária blindagem dos corpos brancos, inclusive nos processos de resistência política.

A noção de vítima ultrapassa a uma definição de ser “quem sofre determinada violência”, na medida que serve a uma lógica de quem é tido como “sujeito de direito”. Isso está relacionado com o que se chama de generalizada suspeição a quem pertence a esse grupo racial, havendo uma narrativa binária de “bons” e “maus” e, por conseguinte, um estereótipo racial quanto à figura do “criminoso”, “bandido” e “vagabundo”.

Para Lilia Schwarcz (2017, p. 32), uma das peculiaridades do preconceito racial no Brasil é o seu caráter aparentemente não oficial. Desde a Proclamação da República, foi colocada de forma taxativa a universalidade da lei, sem que houvesse estratégias jurídicas explícitas que garantissem a discriminação. Contudo, silêncio não é sinônimo de inexistência. Trata-se de um sofrimento silenciado. De acordo com aquela autora, estamos diante de um tipo particular de racismo, “um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação”.

Em um contexto que o racismo só se afirma em relações privadas, na intimidade, é documentado um aparecimento de associativismo da juventude negra, com a demanda de direitos a esse segmento social, perpassado por direito à educação e a uma vida segura. Trata-se de uma criação de estratégias de auto-organização voltadas a um autocuidado, opondo-se a um silenciamento e naturalização de seus sofrimentos. De acordo com Sinhoretto e Moraes (2017, p. 20), esse processo de organização nacional de uma movimentação negra em torno de um antirracismo se deu em dois momentos: no 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (1º Enjune) e o encontro de formação do Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune):

O Fonajune não é o único espaço de articulação do denominado movimento de juventude negra —enquanto primeira organização nacional que se identifica como específica das juventudes negras no Brasil—, mas, sem dúvida, e a mais expressiva consequência direta, na esfera societal, das forças mobilizadas para a construção do Enjune, seguindo suas diretrizes

organizativas e defendendo sua plataforma política, expressa no relatório final do encontro.

Foi através desses esforços de auto-organização que se centralizou um enfrentamento do que se chamou de “genocídio contra a juventude negra”, ou “extermínio programado da juventude negra”. Nessa medida, a morte de João Alberto, ocorrida no dia 19 de novembro de 2020, na cidade de Porto Alegre/RS por dois agentes de segurança do Carrefour se insere nessa lógica de descarte de corpos negros sob um discurso de defesa e proteção social, legitimando uma atuação policial, e até de agentes de segurança privada, racista. As marchas e ocupações de espaços públicos visavam denunciar e contrapor as violências perpetradas sistematicamente pelas polícias e instituições de segurança brasileiras. Contudo, nos dias que se sucederam, algumas notícias jornalísticas⁷ hierarquizaram as táticas desses movimentos, enquadrando o uso de violência como “vandalismo”, destacando a existência de táticas que não aparentavam condizer com as pautas colocadas pelo movimento. Assim, é necessário se questionar do porquê de atos de violência que ferem e matam todos os dias a população negra são colocados em um lugar de aceitabilidade e normalidade ao mesmo tempo que táticas de protesto são “violentas”.

3. A AUTODEFESA E AS MOBILIZAÇÕES IDEOLÓGICAS EM TORNO DA VIOLÊNCIA.

As diferentes interpretações em que se enquadram os protestos de rua, tais como “violentos” ou “pacíficos”, nos demonstram que não raro são veiculados discursos que mobilizam o *medo* enquanto significante central para distinguir se a mobilização popular é *legítima* ou não. E o medo, neste caso, está diretamente relacionado com uma suspeição de violência, com a criação de um estereótipo em torno dos integrantes desse protesto. Como analisamos na seção anterior, é através dessas mobilizações ideológicas em torno da constante suspeição de prática de violência que há maior vulnerabilidade de determinados grupos sociais para a polícia agir de forma seletiva e violenta.

E isso se soma a um estereótipo racial na criação desse inimigo, em que a população negra é colocada em um contexto de déficit de empatia, solidariedade, no tocante aos seus próprios sofrimentos. Nesse sentido, importante notarmos como os discursos de não-violência servem a uma funcionalidade de dissuasão e de contenção desses reclamos públicos em torno de uma situação de violência naturalizada. Sobre esse discurso de *pacificação* construído pelos dominantes, importante ressaltar a sua funcionalidade desde a manutenção de uma opressão colonial, colocando a violência como um signo de barbárie, selvageria. De acordo com Frantz Fanon (1968), o discurso da não-violência é uma criação da situação colonial, servindo à burguesia colonialista como um instrumento que tem a finalidade de aparentar que ela tem os mesmos interesses que as elites intelectuais e econômicas colonizadas. Desta forma, “a não-violência é uma tentativa de equacionar o problema colonial, em torno de uma mesa de reunião, antes de qualquer gesto irreversível, de qualquer efusão de sangue, de qualquer ato deplorável” (FANON, 1968, p. 47).

Em “Condenados da Terra”, Frantz Fanon nos ensina que a “violência” pode se constituir enquanto uma práxis política de uma luta anticolonial, desmistificando a ideia de que somente há legitimidade quando uma luta estiver “livre” de táticas de violência. Quando Douglas Belchior, militante da UNEAFRO, em resposta às críticas de que os protestos teriam

⁷ É o que vemos com notícia jornalística publicada no *site* do G1 (2020), sobre o protesto ocorrido na cidade de Porto Alegre-RS: “O protesto começou pacífico mas, à noite, um pequeno grupo que não fazia parte da manifestação cometeu atos de vandalismo no supermercado onde João Beto foi morto pelos seguranças. A Brigada Militar, como é chamada a PM no estado, usaram bombas para dispersar os manifestantes e bloqueou a rua em frente ao Carrefour.”

cunho *violento*, afirma que “foi um protesto desproporcional, eles nos matam”⁸, verificamos uma clara reação a um contexto de violência que é invisibilizado e tido como “natural” em relações sociais e institucionais racialmente discriminatórias. Para ele, a desproporcionalidade está no fato de que os manifestantes atacam propriedade privada, enquanto a polícia persegue, mata e violenta os corpos negros.

Outro aspecto relevante a ser analisado sobre violência e legitimidade de uma reação é trazido por Judith Butler (2020), em “*Endangered/Endangering: Schematic Racism and White Paranoia*” no que diz respeito ao fato de que nem o domínio visual, ou seja, aquilo que é “visto” é livre de interpretações ideológicas. Isso é importante ao se analisar a forma como os protestos de rua são retratados pelos meios midiáticos. De acordo com Butler, a partir de uma leitura de Frantz Fanon em “Peles negras, máscaras brancas”, a descrição em si dos corpos negros é a partir do medo, sendo delimitado enquanto perigoso de antemão. Há uma produção e reprodução de um imaginário em que a polícia estaria estruturalmente posicionada para defender pessoas brancas:

A polícia está estruturalmente posicionada para defender a branquitude da violência, onde a violência é eminente do corpo negro. Por conta, da estrutura desse imaginário, a polícia protegendo a branquitude, sua própria violência não conta enquanto violência, porque o corpo do homem negro, de antemão a qualquer vídeo, é onde se situa o perigo, uma ameaça, o esforço da polícia de dominar aquele corpo, mesmo que com vantagem, é justificado independente das circunstâncias. Ou melhor, a convicção na justificativa rearranja as circunstâncias para caber nas conclusões (BUTLER, 2020, *online*).

Esta filósofa analisou o caso de Rodney King, o qual foi detido violentamente por policiais brancos estadunidenses em 1991 e cujas agressões físicas (e verbais) foram filmadas, para explicar como o domínio visual pode ser racialmente disputado nesses casos, o que inclusive levou o judiciário estadunidense a absolver os policiais das acusações. Há uma “paranoia branca” que explica esse ciclo de estereótipos racistas, que levam até a cenas de claro espancamento serem interpretadas como “legítima defesa” dos policiais, colocando aquele ato de violência não mais como agressão, na medida em que se torna justificável.

É essa transferência de vulnerabilidade de corpos negros para a branquitude que percebemos quando protestos de rua são veiculados enquanto “violentos”, “ilegítimos”, ou quando se utiliza um discurso de que há “infiltrados” nesses atos. A naturalização de cenas de violência contra a população negra faz com que se considere desproporcional ou ilegítimo atos de protesto com táticas de violência, mesmo quando elas são direcionadas à destruição de propriedade pública ou privada. Há uma mobilização do medo e da definição de violência para conferir determinados como violência enquanto outros não, esvaziando de sentido esses atos de protesto popular.

É importante nos atentarmos para as narrativas que mobilizam uma espécie de *dispositivo defensivo*. A partir do conceito de dispositivo de Michel Foucault, Elsa Dorlin (2020), em seu livro “Autodefesa: uma filosofia da violência”, aborda uma tecnologia de poder específica, de sujeição de corpos e populações, que incide na diferenciação e produção de sujeitos que têm direito à legítima defesa e os que não têm, gerando uma situação de impotência. É a partir de uma construção genealógica que Dorlin, naquela obra, situa historicamente as técnicas de resistência que vão se moldando para garantir a sua sobrevivência.

⁸ Trata-se de entrevista para Brasil de Fato, disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/22/douglas-belchior-sobre-carrefour-foi-um-protesto-desproporcional-eles-nos-matam>.

Elsa Dorlin (2020) nos esclarece como a “violência” não tem uma definição evidente, uníssona ou isenta de mobilizações ideológicas ligadas às próprias representações sociais que se tem sobre ela. Dependendo do contexto social e do agente que a conduziu, é possível haver uma ampla divergência de interpretações, como é o caso do julgamento dos agressores de Rodney King. Assim, buscando compreender qual é o dispositivo de poder que neutraliza e nega a potência que determinadas populações subalternizadas têm de se defender contra atos de violência, incluindo as perpetradas por agentes do Estado, a autora parte do conceito de “autodefesa” para explicar as formas de resistência defensiva encontradas por esses segmentos sociais: são as “éticas marciais de si”.

Trata-se de uma raiva estrategicamente mobilizada na organização de coletivos e militância daqueles que estão sem defesa, ou que são indefensáveis, em uma impotência criada em uma tecnologia de assujeitamento. A única saída da presa é se utilizar da violência para romper com os processos de dominação. Opondo-se à tradição jurídico-política dominantes ligada à conceituação jurídica da “legítima defesa”, esta autora analisa como as hierarquizações de classe, de raça e de gênero também diferenciam os sujeitos que são dignos de se defender e aqueles que estão encurralados, ou seja, aliados de se utilizarem de mecanismos de defesa da própria vida. Ao pensarmos a violência enquanto tática de movimentos de minorias, é necessário compreendermos que estamos opondo a autodefesa de populações subalternizadas à uma ideologia dominante que só possui aparência de universal.

Os excessos cometidos por agentes policiais contra a população negra estão apoiados por fantasias, mitos e estereótipos que são racistas e sexistas. Logo, Dorlin nos auxilia a compreender que a violência policial não é algo fora do controle estatal, mas sim parte de um “dispositivo defensivo”, ou seja, fruto de uma impotência estrategicamente construída para determinados grupos sociais marginalizados. Essas movimentações em torno de novos mundos e sociabilidades possíveis de defesa e de existência desses grupos sociais, na construção de uma ética de autodefesa que possa dar conta de coalizões de lutas.

O militante anarquista Peter Gelderloos (2011) vai além: a não-violência é racista. Compreender a diversidade de táticas de uma luta social antirracista é importante para essa estratégia da raiva, inclusive dentro das próprias lutas. Há ainda uma hierarquização de táticas, colocando as táticas pacifistas em um lugar de legitimidade não alcançado pelas de violência. Romper com um código moral pré-estabelecido se torna necessário para que se possa escolher a tática que se faz útil ao movimento na situação em específico.

Este [o pacifista] ignora que a violência já existe, que a violência é parte inevitável e estruturalmente integral das hierarquias sociais existentes; que as pessoas não brancas são as mais afetadas por esta violência. O pacifismo assume que as pessoas brancas se criam nos bairros abastados, com todas as necessidades básicas saciadas, podem aconselhar os oprimidos – muitos deles não brancos – para que sofram esta violência com paciência, esperando que consigam convencer ao Grande Pai Branco sobre as demandas de seu movimento, ou que este movimento consiga se conectar com a lendária *massa crítica* da qual sempre falam (GELDERLOOS, 2011, p. 37).

Portanto, o tema dos protestos com tática violenta é um tema polêmico não só pela divergência de interpretações, mas também porque mobiliza uma série de imaginários que visam o enfraquecimento e estigmatização de lutas sociais que se utilizam da tática de violência. O exemplo do Carrefour nos ensina há uma raiva a ser estrategicamente mobilizada em oposição a uma violência institucionalizada e naturalizada. Há um sofrimento que precisa ser rompido e uma potência de coalizão de lutas a ser explorada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de impotência e de vulnerabilidade que determinados grupos sociais têm em face da violência policial, como a população negra, advém de um déficit de empatia e de solidariedade perante as situações de violência que afetam essas pessoas. Há violências que são tidas como “naturais”, “normais”, e violências que são inaceitáveis, sendo essa diferenciação construída conforme representações e estereótipos. Como nos ensina Judith Butler, nem o domínio visual, ou seja, aquilo que é “visto” e se mostra como “óbvio” é livre de divergências de interpretações e enquadramentos racistas.

Em um país com um processo de formação social de desumanização da população negra, onde há uma ordem jurídica aparentemente universal e igualitária, o racismo é relegado a um problema de ordem meramente privada, o que, em realidade, só escamoteia a existência de um sistema penal estruturalmente seletivo e que funciona com base na produção e reprodução de estereótipos raciais. É esse lugar de suspeição constante de violência que impede a possibilidade de qualquer empatia que se possa ter por vítimas de situações de violência racial. Nesse sentido, neste artigo, pudemos verificar como o racismo pode ser institucionalizado, como é o caso das polícias, o que se demonstra em dados quantitativos de violência letal.

Logo, é possível concluir que, ao mesmo tempo em que essas violências raciais são normalizadas, os movimentos de revolta e de protestos são tidos como signos de “vandalismo” ou desproporcionais. Contudo, é necessário contextualizarmos esses movimentos de reação enquanto práxis de uma luta de subalternizados, ou seja, de uma estratégia de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BLACK LIVES MATTER. **About**. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/about/>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.
- BUTLER, Judith. **Em Perigo/Perigoso: racismo estruturante e paranoia branca**. Trad. Luciana dos Santos Machado, 2020. Disponível em: <https://circuito.ubueditora.com.br/em-perigo-perigoso/>. Acesso em 09 fev. 2021.
- COELHO, Bruna Martins. **A filosofia a golpes de martelo de Elsa Dorlin: “se defender” contra o terrorismo de Estado – resenha crítica**. Revista TEL, v. 2, n. 2, ISSN 2177-6644, 2019.
- DORLIN, Elsa. **Autodefesa: uma filosofia da violência**. São Paulo: Crocodilo; Ubu Editora, 2020.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S.A., 1968.
- GELDERLOOS, Peter. **Como a não-violência protege o Estado**. Porto Alegre: Deriva, 2011.
- G1. **Manifestantes protestam na frente de supermercado Carrefour onde homem negro foi morto por seguranças em Porto Alegre: SP, MG, CE, DF, MS e RJ também registraram manifestações pelo crime. Dois seguranças brancos estão presos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/manifestantes-protestam-na->

frente-de-supermercado-carrefour-onde-homem-negro-foi-morto-em-porto-alegre.ghtml.
Acesso em: 15 de fev. 2021.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; FREITAS, Felipe da Silva. **Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 135, ano 25, p. 49-71, São Paulo: Ed. RT, 2017.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** Ano 14, ISSN 1983-7364, 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência: 2020.** Governo Federal, 2020.

SCHWARTZ, Lilia. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. **Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada.** Revista de Estudos Sociais, n. 64, ISSN 0123-885X, 2018.

TAYLOR, Derrick Bryson. **George Floyd Protests: A Timeline.** The New York Times, 2021. Disponível em: <https://nyti.ms/3ex6l0y>. Acesso em: 10 fev. 2021.



GT 1 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina

DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS PLATAFORMAS RELIGIOSAS NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO

Paula Lobo Cintra Correia (UFBA)¹

RESUMO

Trata o presente trabalho de uma análise crítica da construção da democracia brasileira considerando a crescente manifestação das diversas expressões religiosas, sua ascendente atuação no cenário político e a utilização de plataformas religiosas. Tal conjuntura reflete o crescimento das organizações de direita e fundamentalismos no processo político-eleitoral. Este estudo consiste na análise da ação das políticas de Estado para manutenção da democracia diante da atuação de grupos religiosos no processo eleitoral prévia e contínua aos pleitos, tendo por debate principal a expressividade contemporânea das normas voltadas ao impedimento de favorecimentos, subterfúgios e máculas ao processo democrático de escolha de representantes frente ao entendimento firmado pelo TSE em agosto de 2020, que rejeitou a ampliação do termo "autoridade" constante do art. 22 da LC 64/1990, em negativa à figura do "abuso de poder religioso". Neste objetivo, foi determinado o método hermenêutico-argumentativo, além das pesquisas exploratória e bibliográfica, valendo-se, como procedimentos técnicos, da documentação indireta. Concluiu-se que a não caracterização da hipótese de abuso do poder religioso como ilícito autônomo não implica em passe livre para toda e qualquer espécie de conduta. Assim como se deve observar que a existência na Lei 9.504/2007, Lei das Eleições, da vedação do veículo e publicidade política em templos religiosos e do recebimento de doações diretas ou indiretas configura demonstração de que há necessidade de mitigação da inter-relação entre essas esferas sob pena de ofensa ao livre processo democrático.

Palavras-chaves: Democracia. Plataforma religiosa. Abuso de poder religioso.

1. INTRODUÇÃO

Diante da configuração do cenário político brasileiro com crescente representação religiosa e, em que, esta se verifica em maior quantitativo no executivo e legislativo a cada novo pleito eleitoral, é em resguardo à democracia que ao direito eleitoral tornou-se urgente o questionamento quanto a existência de favorecimentos ou desequilíbrios provocados pela utilização de plataformas religiosas e o apoio político de entidades representativas do

¹ Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. E-mail: paulalcintra@hotmail.com

movimento religioso para as campanhas eleitorais frente ao fenômeno do abuso de poder relacionado à religiosidade.

Para adentrar na análise do tema é necessário conduzir inicialmente breve contextualização do que para a doutrina e jurisprudência se configura por abuso de poder religioso. A origem do termo corresponde ao direito privado firmando-se na noção de abuso de direito, para o qual deve haver a responsabilização cível daquele que realiza o seu exercício não regular. É relevante ressaltar que o abuso de direito é um ato lícito por seu conteúdo, mas torna-se ilícito por sua consequência, assim traduzida por Flávio Tartuce como natureza jurídica mista de ato jurídico e ato ilícito². A noção de abuso de direito parte do referencial da ausência de direitos absolutos e de que o abuso no exercício se dá na ocorrência de lesividade a terceiros.

1.1 Abuso de Poder

Considerando a temática eleitoral, como esfera pública, o abuso de direito se conforma com a expressão “abuso de poder”, e se verifica na “aptidão para destruir o livre arbítrio dos eleitores (liberdade de escolha política) e/ou comprometer significativamente a isonomia entre os candidatos”³. Tal fato não despreza a existência do exercício de poder no contexto das campanhas, seja ele poder político ou econômico, porque são indissociáveis dos pleitos. As normas visam meramente conter seu volume⁴, e coibir o uso de influência ilegítima e indevida⁵, para que como vantagens que faticamente são, possam não interferir massivamente na igualdade de condições da disputa.

O abuso de poder, portanto, deve ser considerado sob a perspectiva adaptada ao direito eleitoral, não mantendo apenas o enfoque ao agente em exercício do cargo ou função pública, mas também ao particular que valendo-se de poder diretivo exerça violação da liberdade dos eleitores ou a quebra da isonomia entre candidatos. A análise deve ser dirigida em prol do controle do exercício de poder com o intento de proteger a liberdade individual no exercício da escolha política pelos cidadãos assim como à manutenção da igualdade de oportunidades de acesso aos cargos eletivos.

No que tange à tipificação do abuso de poder na seara eleitoral, o §9º do art. 14, da CRFB/88, assim como o *caput*, do art. 22, da LC 64/90 determinam como hipóteses apenas o abuso de poder político, econômico e de comunicação social. Esta descrição limitada

² TARTUCE, Flávio. *Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil*. 10. ed, São Paulo: Método, 2016. p. 343.

³ ABREU, Mateus Barbosa Gomes. *O abuso de poder religioso nas disputas eleitorais brasileiras*. 2019. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30959>. Acesso em: 19 dez. 2020, p. 55.

⁴ ALVIM, Frederico Franco. *Abuso de poder nas competições eleitorais*. Curitiba: Juruá, 2019, p. 102.

⁵ GOMES, Jose Jairo. *Direito Eleitoral*, 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 321.

acarreta diversos debates. A ausência de previsão normativa dificulta a condenação pelo judiciário no reconhecimento de formas atípicas, embora parte da doutrina entenda que a ausência de previsão específica não deva traduzir-se como permissivo à ilicitude. Neste sentido Fávila Ribeiro⁶ considera a interpretação teleológica, pondo em evidência a finalidade normativa de coibir o abuso de poder em sentido genérico.

É atribuição da Justiça Eleitoral o julgamento das alegações e a consequência principal da caracterização de alguma hipótese de abuso de poder é a inelegibilidade. Quando efetivamente comprovada, poderá haver a constituição de inelegibilidade por oito anos após a eleição e cassação de registro ou diploma, quando já tiverem sido expedidos, conforme a LC nº 64/90 nos art. 15 e 22, XIV. O objetivo da inelegibilidade é, além de impedir que o infrator ocupe um cargo político-eletivo⁷, dar proteção ao processo eleitoral diante de influências nocivas e deslegitimadoras⁸ capazes prejudicar o livre exercício da democracia.

1.2 Abuso de Poder Religioso

A ação das políticas de Estado para manutenção da democracia contemporaneamente se deparam com a massiva atuação de grupos religiosos no processo eleitoral, e por esta razão, tem se feito temática de grande relevo a análise da existência da figura atípica do “abuso de poder religioso”. Em primeiro plano a expressão enquadra a atuação de movimentos de caráter religioso, igrejas ou líderes, em favor de determinados candidatos como fator capaz de promover desequilíbrio ao processo democrático.

Na jurisprudência dos Tribunais Regionais as demandas têm observado com estranheza o fenômeno de ascensão dos representantes político-religiosos, mais precisamente aqueles de massiva expressão no legislativo: os ramos pentecostal e neopentecostal; assim como as denúncias de abuso de poder religioso exercido nas campanhas. Há preocupação com a possibilidade de interferência do poder religioso e sua atuação de forma a ferir a isonomia do processo eleitoral. Neste ponto, segundo Rogério da Silva, estes agentes “se valem da fala arдил nos púlpitos das igrejas, protagonizando verdadeiros espetáculos midiáticos, difundindo informes publicitários com a facilidade de

⁶ RIBEIRO, Fávila. *Abuso de poder no direito eleitoral*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998, p. 51.

⁷ ABREU, Mateus Barbosa Gomes. *O abuso de poder religioso nas disputas eleitorais brasileiras*. 2019. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30959>. Acesso em: 19 dez. 2020, p. 63.

⁸ GOMES, Jose Jairo. *Direito Eleitoral*, 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 194.

recursos compartilhados entre os correligionários”⁹, e utilizando-se das celebrações ou dos meios de comunicação próprios da organização “impelem a si mesmos o discurso apaixonado da fé” promovendo propaganda própria ou de outros membros que afirmem professar da mesma fé.

As principais acusações de “abuso de poder religioso” consideradas procedentes referem-se à distribuição de material de campanha, realização de propaganda em durante a celebração de culto, considerado bem de uso comum; realização de showmício evangélico e eventos realizados para a promoção de candidatos; e o pedido expresso de voto durante a celebração de cultos. Como vem sendo debatido pela doutrina e confirmado pela jurisprudência de alguns tribunais eleitorais, o abuso de poder sob o prisma religioso consiste no desvirtuamento da natureza da celebração litúrgica como um meio oportuno para a captação de votos. Para melhor compreensão do tema, na sequência se dará a avaliação dos aspectos críticos centrais, oportunizando o debate sobre a a expressividade das normas de impedimento de favorecimentos, seguida da análise crítica do entendimento firmado pelo TSE em agosto de 2020.

2. O PROCESSO DEMOCRÁTICO E O IMPEDIMENTO DE FAVORECIMENTO RELIGIOSO

Embora o debate sobre o a influência religiosa tenha apenas mais recentemente ganhado destaque na doutrina e jurisprudência eleitoral, desde 1997 a Lei 9.504 trouxe vedação à doação por entidades para campanhas, assim como também a resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 21.610/2004 já havia considerado os Templos como bem de uso comum, classificando-os como locais onde não pode ocorrer propaganda eleitoral. Essa vedação foi incorporada na Lei 9.504/97 (Lei das Eleições) art. 37, caput e § 4º, considerando a previsão de bem público referida no Código Civil. Tais fatores já buscavam mitigar a possível interferência do poder religioso ante à consagração da laicização jurídica, com o intento de impedir o favorecimento pelo vínculo a uma entidade representativa e a promoção de máculas ao processo democrático de escolha de representantes.

Fato é que há quase duas décadas existe a vedação à utilização dos templos como local de propagandas eleitorais. Estes espaços antes restritos a um determinado público, graças aos meios tecnológicos de registro de imagens e som, à ampliação do acesso à internet e a divulgação de cultos em meios de comunicação podem hoje facilmente ter seus

⁹ SOUZA, Rogério da Silva e. *O abuso do poder religioso eleitoral: constitucionalismo e legitimação*. 2020. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52517>. Acesso em: 16 dez. 2020, p. 142.

conteúdos propagados por registros particulares, e imediatamente compartilhados através de mídias sociais, servindo de comprovação do exercício de propaganda eleitoral, de discursos em prol da captação de votos ou divulgação de candidatos em meio às suas celebrações.

Não cabe a este estudo tecer ponderações de cunho teológico ou filosófico sobre a natureza dos ajuntamentos ou à respeitabilidade, probidade ou decoro da instituição religiosa ao unir a condução de suas práticas litúrgicas sagradas ao profano processo de escolha de lideranças políticas. No entanto, permeiam ao debate jurídico-político os seguintes questionamentos: Os seguimentos religiosos estão proibidos de atuar na vida política do país? A natureza da instituição representativa e da associação de membros que se constrói nos ambientes religiosos constitui permissivo às discussões de natureza política? A atuação dos seguimentos religiosos se manifesta como legítimo meio de exposição da vontade de um contingente de indivíduos? Atores políticos estão proibidos de buscar apoio nos seguimentos religiosos?

Embora cada um dos questionamentos permita a composição de diversos estudos dissociados, sequência os caminhos conduzidos pela doutrina e jurisprudência em interpretação às normas eleitorais vigentes, voltadas ao impedimento de favorecimentos, subterfúgios e máculas ao processo democrático de escolha de representantes, quanto ao conceito e extensão do “abuso de poder religioso” para o enfrentamento do tema na práxis.

2.1 Expressão Política do Movimento Religioso

Considerando a ordem democrática e a concepção hegemônica de democracia, a organização por meio de instituições intermedia a relação entre os interesses privados dos indivíduos e o poder político¹⁰. Porém, ainda que não se observe apenas o critério hegemônico reconhecendo as formas plurais de organização da sociedade, é preciso que por meio das instituições ou por quaisquer sujeitos da cidadania coletiva¹¹ haja a manifestação dos bens jurídicos cuja tutela se caracterize relevante para um determinado agrupamento de indivíduos, garantindo a participação de diversos grupos identitários no processo decisório. O objetivo é composição de uma concepção de “bem comum” que reconheça a pluralidade dos sujeitos.

Ainda que atualmente a “Bancada da Bíblia” exerça numericamente expressiva e contestável atuação pelos grupos minoritários, é importante que a análise do exercício de participação política busque ser exercida da maneira mais isenta possível, evitando a contaminação da argumentação com a convicção espiritual própria, sob pena de configurar

¹⁰ GOLVEIA, Homero Chiaraba. Cidadania coletiva: política da diferença e o princípio da participação. Curitiba: Juruá, 2017, p. 87.

¹¹ *Ibidem*, p. 89.

intolerância religiosa. A expressão política do movimentos é um dos múltiplos componentes do Estado Democrático de Direito. Por esta razão não seria cabível reprimir ou embaraçar o movimento religioso em seu direito/dever de participação política e na expressão e defesa dos valores aos quais consagra importância.

2.2 Configuração de Propaganda Política nos Templos

Considerando que no espaço sagrado a natureza do ajuntamento é de orientação sobrenatural para a condução da vida, a interpretação do Ministro Edson Fachin¹² é a de que o dever da Justiça Eleitoral é zelar e proteger a legitimidade do voto. Por este motivo, a utilização de uma discurso que traduza ao fiel que há uma “situação de “valores em risco”, cuja salvaguarda reclamaria a vitória política da figura referendada – ou a ostracização do ator condenado – pelo sacerdote, pela célula ou pela cúpula da igreja”¹³, ainda que o(a) candidato(a) integre ou expresse em sua plataforma uma opinião da comunidade religiosa, não há como olvidar que este discurso orientado durante a celebração ou em meio ao ambiente sacralizado, atua como força a coagir moral ou espiritualmente os cidadãos.

O que a norma eleitoral parece pôr sob proteção ao vedar o exercício da propaganda, impedindo a explícita orientação ou pedido de voto a determinados candidatos, assim como a proibição à veiculação de material de campanha nos templos ou distribuição de materiais eleitorais, é o desvirtuamento do ajuntamento e a indução aos congregados da exigência de que resta ao indivíduo como obrigação moral o “abandono altruísta do livre-arbítrio político em favor dos interesses comunitários emergentes”¹⁴. O objetivo da Justiça eleitoral com as normas proibitivas é impedir a atuação de quaisquer forças que atuem diretamente na orientação dos indivíduos, e garantir a plena liberdade de consciência dos protagonistas do pleito¹⁵.

2.3 Apoio Político nos Ambiente Religioso

A configuração da hipótese de abuso de poder religioso ainda encontra na prática os entraves da lacuna legislativa e da discussão do tema no aspecto constitucional. É preciso considerar a tênue linha entre o que se constitui legítima expressão por parte dos movimentos

¹² BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral 82-85.2016.6.09.0139. Relator Min. Edson Fachin. Disponível em: file:///D:/Downloads/TSE-respe-8285-luziania-go-voto-ministro-edson-fachin-25-06-2020%20(1).pdf Acesso em: 17 jan. 2020.

¹³ ALVIM, Frederico Franco. *Abuso de poder nas competições eleitorais*. Curitiba: Juruá, 2019, p. 232.

¹⁴ Ibidem, idem.

¹⁵ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral 82-85.2016.6.09.0139. Relator Min. Edson Fachin. Disponível em: file:///D:/Downloads/TSE-respe-8285-luziania-go-voto-ministro-edson-fachin-25-06-2020%20(1).pdf Acesso em: 17 jan. 2020.

religiosos daquilo que configura indução e captação ilícita de votos. Rogério da Silva ressalta que “é preciso muito cuidado para diferenciar o discurso lícito das religiões no espaço político, do oportunismo ilícito do abuso de poder confessional”¹⁶.

É neste sentido que devem ser avaliadas com cautela situações que possam oportunizar o efeito de propaganda religiosa como o batismo de candidatos, a participação em cerimônias com apresentação e nomeação pública destes indivíduos como autoridade, o comparecimento de um candidato no templo, o envolvimento do nome ou imagem de candidato durante a prática religiosa, a colocação do sujeito em evidência durante a celebração ou a realização da imposição de mãos durante o pleito eleitoral. É certo que não deverá ser afastado de suas funções eclesiásticas usuais, o clérigo, durante o período eleitoral, pois a lei não a elencara como hipótese de incompatibilidade de atividade.

Em quaisquer das situações apontadas ou eventos similares, a análise deverá estar subordinada aos questionamentos: a atividade produz propaganda de si mesmo, ou de candidato, com fins de captação de votos? Há clara indução ou coação conduzida pelo líder religioso ou entidade em favor de um sujeito? Há o pedido explícito de voto ou a veiculação de material de campanha dentro do templo? Caso as provas induzam resposta positiva a tais questionamentos, poderá haver para atos aparentemente mero de exercício da crença ou de aparição pública, a configuração de conduta não compatível ao processo democrático, pois estas “armas” de publicidade e divulgação teriam como objetivo promover vantagem na corrida eleitoral. A avaliação deverá se conduzir caso a caso considerando conjunto fático-probatório que acompanhar a alegação da existência do ilícito eleitoral.

2.4 Legitimidade do Movimento Religioso e a livre manifestação de vontade

Este questionamento relaciona um dos aspectos mais problemáticos do tema, pois coloca em suspeita a vulnerabilidade do fiel na relação de poder exercida pela figura de autoridade, frente à determinação de que o templo está preservado pela norma eleitoral da veiculação de propaganda. As organizações eclesiásticas, em sua maioria, estão estruturadas com a existência de agentes transmissores ou interlocutores do sagrado. O papel exercido pela entidade ou líder comporta-se afirmativamente, com exercício de autoridade, poder e ordem, para com os seus membros. No processo de transmissão de conhecimento há a

¹⁶ SOUZA, Rogério da Silva e. *O abuso do poder religioso eleitoral: constitucionalismo e legitimação*. 2020. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52517>. Acesso em: 16 dez. 2020, p. 149.

invocação do argumento da ascendência, de forma implícita ou explícita¹⁷, pautada na condição de guia, indissociável ao chefe eclesiástico.

Assim como ressalta Mateus Barbosa, não se deve afirmar com ingenuidade que “todo fiel é incauto e terá a sua vontade anulada pela vontade da autoridade eclesiástica”¹⁸. Isto levaria à conclusão ou reconhecimento de que aqueles ouvintes estarão imediatamente conduzidos sem que individual e livremente realizem a escolha consciente de seus líderes políticos; que meramente pela condição de fiéis estarão alheios e incapacitados à análise do cenário político ou de que não sejam capazes de conduzir sua preferência guiados por outros interesses pessoais. Toda tentativa de generalização neste ponto mostra-se discriminatória e intolerante, por atribuir ausência de consciência crítica ao indivíduo crédulo.

O que parte da doutrina e jurisprudência põem em contraponto ao afirmar a existência do “abuso de poder religioso” é que ele está presente “nas intenções infelizes e nas consequências de comportamentos que levem adiante uma verdadeira desproporção eleitoral”¹⁹. Ela pode ser intencionalmente provocada pela influência direta ou indicação por um líder, ou ainda, com maior relevância e efeitos práticos, no sentimento provocado pelo apoio da instituição. Para Rogério da Silva, este fator é facilmente identificado nas situações em que a liderança permite manifestação pública a respeito de um candidato ou no caso de disputa binárias pois “o ataque veementemente ao candidato da oposição é suficiente para deturpar o processo democrático”²⁰. Por tais razões, ele afirma que a influência de grupo por meio de suas reuniões, eventos, campanhas e vigílias podem ser considerados elementos que conferem desigualdade sobre a lisura do processo eleitoral.

Para um processo eleitoral materialmente democrático a liberdade do eleitor deve estar preservada de qualquer forma de coação, e em defesa deste argumento Márcio Morais ressalta que a regra do artigo 242 do Código Eleitoral tem como objetivo vedar os atos de propaganda que possam criar estados mentais, emocionais ou passionais artificialmente estabelecidos. A propagação de questões eleitorais nos templos ou atos conduzidos por igrejas por si mesmos já possuem o condão de conceder ligação emocional ou passional aos

¹⁷ ALVIM, Frederico Franco. *Abuso de poder nas competições eleitorais*. Curitiba: Juruá, 2019, p. 232.

¹⁸ ABREU, Mateus Barbosa Gomes. *O abuso de poder religioso nas disputas eleitorais brasileiras*. 2019. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30959>. Acesso em: 19 dez. 2020, p. 181.

¹⁹ SOUZA, Rogério da Silva e. *O abuso do poder religioso eleitoral: constitucionalismo e legitimação*. 2020. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52517>. Acesso em: 16 dez. 2020, p. 152.

²⁰ Ibidem, idem.

candidatos membros ou indicados pela igreja e podem configurar-se atos publicitários com o condão de direcionar artificialmente o entendimento dos ouvintes²¹.

O debate destaca ainda uma análise da inter-relação ou da indissociabilidade dos aspectos políticos e morais que compõem um sujeito. Propor ou considerar plena possibilidade de separação dos interesses políticos do indivíduo daquilo que fora impresso em sua “tábua moral”, não aparenta ser uma conjectura plausível. Assim também não o é, impedir que uma organização religiosa, como instituição representativa legítima, como qualquer outra também deseje promover a ascensão de um de seus membros ou líderes à função executiva ou legislativa por confiança depositada e genuíno interesse de obter aos valores que reputa relevância uma condição protetiva diferenciada através de políticas públicas e escolhas legislativas. É preciso, portanto, reflexão jurídica crítica descendo a análise à observação do caso em concreto para a verificação da existência de legítima indicação de candidato por instituição representativa ou ofensa ao livre processo democrático por coação, constatação de propagandas irregulares e captação ilícita de votos.

3 O ABUSO DE PODER RELIGIOSO EM OFENSA À DEMOCRACIA BRASILEIRA

A ausência de estrita descrição normativa já fez com que a caracterização do abuso de poder religioso fosse traduzida como uma espécie de abuso de poder econômico, a exemplo da decisão do TSE de 2018²². No entanto, a jurisprudência tem se orientado no sentido de melhor caracterizá-la em sua espécie autônoma considerando que a norma não seja capaz de descrever por completo todas as hipóteses e nuances de abusos de direito imagináveis. O que se deve pôr em evidência, em concordância com a argumentação de Rogério da Silva, é que não se trata puramente do aspecto religioso em si, mas de forma mais expressiva da influência político-econômica sobre o fenômeno religioso, como um manifestação de múltiplas facetas²³. O que o diferencia das previsões normativas é a orientação ocorrer dentro de um ambiente religioso, com a utilização de estratégias, plataformas ou argumentos capazes de produzir influência no processo político-eleitoral, podendo ser conduzida pelos processos econômicos ou não.

²¹ MORAIS, Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa. Laicidade e Democracia: o abuso do poder religioso no processo eleitoral como ofensa aos postulados do estado democrático de direito. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 35, p. 253-271. jan/jun. 2019. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/conteudo/artigos/9235150a618533e27ed78107e7aa7ce3.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021, p. 268.

²² BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. TSE - RO - Recurso Ordinário nº 804483, Decisão monocrática de 18/10/2017, Relator (a): Min. Jorge Mussi, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico - 23/10/2017 - Página 100—112.

²³ SOUZA, Rogério da Silva e. *O abuso do poder religioso eleitoral: constitucionalismo e legitimação*. 2020. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52517>. Acesso em: 16 dez. 2020, p. 149.

3.1 Entendimento do TSE sobre o Abuso de Poder Religioso

Em agosto de 2020 em decisão de ampla divulgação midiática o TSE firmou entendimento no REspe 8285 que rejeitou a ampliação do termo "autoridade" constante do art. 22 da LC 64/1990 para abarcar a hipótese de atuação do líder em negativa à figura do "abuso de poder religioso". No caso em análise, a acusação do Ministério Público Eleitoral (MPE) trazia a alegação de abuso de poder religioso por Valdirene Tavares. Em 2016 a candidata a vereadora havia se reunido na catedral da Igreja Assembleia de Deus, localizada na cidade, para pedir votos aos membros da congregação. O pai da candidata, Sebastião Tavares, pastor e dirigente da Igreja no município, convocara a reunião com demais pastores. O agrupamento se deu exclusivamente para o público jovem masculino.

Na análise da denúncia pelo Ministério Público a candidata teria utilizado de sua condição de autoridade religiosa – por também ser pastora – para influenciar a escolha dos eleitores e intervir no direito constitucional da liberdade de voto. O juízo eleitoral de 1ª grau condenou pai e filha. O TRE de Goiás absolveu Sebastião Tavares, mas manteve a punição contra a vereadora. O mandato da vereadora foi cassado pelo TRE-GO. No caso concreto não houve a configuração da caracterização de abuso de poder religioso, e no julgamento o acompanhamento da maioria dos ministros foi ao voto divergente.

Como relator no processo o Ministro Edson Fachin afirma que embora na situação em concreto não tenha sido possível de comprovar, vez que a única prova constante dos autos fora um vídeo de menos de três minutos que apresentava um único discurso dentro da igreja; e da ausência de provas da existência de listas de indicação de nomes de apoiadores, há a necessidade de a Justiça Eleitoral impedir o abuso de poder religioso. Em sua manifestação sobre o tema o Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do TSE, afirmou que já há um tratamento expresso do abuso do poder religioso através da Lei 9.504/2007, a Lei das Eleições, ressaltando a vedação ao recebimento de doações diretas ou indiretas de entidades religiosas, assim a menção à vedação de veiculação de publicidade eleitoral em templos religiosos. No entanto, afirmou que a tese não poderia ser suscitada em abstrato, e o caso em concreto não permitia a caracterização do abuso pela ausência de provas.

Os argumentos contrários à caracterização do “abuso de poder religioso” elencados pelos ministros foram as consequências para segurança jurídica pelo estabelecimento de uma tese em relação aos líderes religiosos, como uma concepção discriminatória. Além disso, alegado que do ponto de vista pragmático, se houver o maior rigor na apuração do conteúdo econômico nas ações de entidades religiosas poderá ser alcançado o mesmo efeito da proposta feita pelo relator, sem que seja necessária a configuração do abuso religioso como um ilícito autônomo. Em que pese a efetiva negativa da caracterização do resultado da

votação pelo TSE, este estudo deseja ao avaliar criticamente a argumentação trazida na decisão ante o entendimento doutrinário sobre o tema para pôr em evidência a análise do processo democrático e o zelo e legitimidade do voto em detrimento do posicionamento jurisprudencial atual.

3.2 A Descaracterização do Abuso de Poder Religioso: Uma Ofensa ao Estado Democrático Brasileiro.

A temática tem ganhado relevo em virtude da recente vinculação de candidatos à utilização de plataformas que sejam compostas por temáticas de relevância religiosa, e a clara divulgação de candidaturas que passaram a publicamente serem apoiadas por igrejas. A aproximação do catolicismo com a política é de notório e inquestionável conhecimento, a novidade na interação política está no público dito “evangélico” ou protestante, de maior crescimento no Brasil a partir dos anos 1980, público este que até então não possuía divulgação de candidatos em níveis expressivos. Foi então a campanha como candidato a presidente em 2002 de Anthony Garotinho (RJ) que apresentou o expresso apoio da Igreja Universal do Reino de Deus, pela Assembleia de Deus e pela Igreja Sara Nossa Terra²⁴ à sua candidatura. Este fator que pôs em evidência novos caminhos delineados pela religião para a política brasileira.

A candidatura citada de Anthony Garotinho é apontada por Márcio Morais como um paradigma da noção que passou a percorrer o cenário eleitoral brasileiro: “Irmão vota em irmão”²⁵. O distanciamento intencional dos protestantes e a cultura de não envolvimento até os anos 1980, foi esvaziada através da elevação do discurso religioso como pauta, sob a argumentação de que há necessidade de discussão no plano legal e executivo de aspectos morais que tenham impacto na esfera de exercício da crença do indivíduo como o aborto, a pena de morte, o divórcio, a união homo afetiva, políticas de natalidade, sacrifícios de animais, porte de armas, legalização das drogas, entre outras demandas.

²⁴ MORAIS, Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa. Laicidade e Democracia: o abuso do poder religioso no processo eleitoral como ofensa aos postulados do estado democrático de direito. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 35, p. 253-271. jan/jun. 2019. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/conteudo/artigos/9235150a618533e27ed78107e7aa7ce3.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021, p. 269.

²⁵ MORAIS, Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa. Laicidade e Democracia: o abuso do poder religioso no processo eleitoral como ofensa aos postulados do estado democrático de direito. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 35, p. 253-271. jan/jun. 2019. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/conteudo/artigos/9235150a618533e27ed78107e7aa7ce3.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021, p. 269.

Este panorama conformou-se um permissivo à construção de postura política ativa não só entre os protestantes, mas de lideranças religiosas de todas as vertentes. Se anteriormente o “crente” não deveria se inserir na política, a construção de plataformas religiosas, em sentido contrário, propõe o ideal de que há necessidade de debate e defesa de seus argumentos por aqueles que professam determinada crença, em defesa de valores morais da sociedade, sob pena de ofensa aos princípios que a regem. Nesta perspectiva, igrejas ou os movimentos de caráter religioso, não apenas cristãos, passaram a produzir no cenário político candidatos em defesa de bandeiras específicas, como forma de expressão de fé ou de divulgação de sua denominação.

A crítica conduzida ao tema toca especificamente a utilização da vantagem obtida pelo candidato que se utilizam da bandeira religiosa para seu ingresso em um cargo público. Para Márcio Morais, “no momento em que a religião é utilizada como meio para captação de voto, está caracterizado o abuso de poder religioso”²⁶. A problemática apontada é a de que a utilização do discurso religioso fere a laicidade, pois as decisões tomadas pelos agentes públicos não devem estar embasadas em fundamentos religiosos, sendo reservados à esfera privada. Há ofensa ao Estado Laico e à defesa e garantia da livre expressão religiosa na confusão dos fundamentos decisórios por uma predeterminada inclinação, por comprometimento ou reponsabilidade do sujeito eleito legislador ou chefe do executivo a uma bandeira de caráter religioso, pois eleito sob tal plataforma, de despede da noção de construção de “bem comum”.

Cabe ao julgador, o exercício de colocar em suposição como se daria a avaliação do ato caracterizado como “abuso de poder religioso” se estivesse em referência apadrinhamento de bandeira religiosa diversa da que professa. Imaginar que a conduta foi fator preponderante à eleição de candidato que conduz as escolhas políticas e legislativas que afetem toda a sociedade tendo por fundamento uma outra religião, pode se mostrar um proveitoso sinal de alerta. Um critério para que se identifique se a proteção à democracia e a integridade do pleito tem sido, de fato, o paradigma para decisão. Há perigo na permissão de corrupção ou contaminação do julgamento por compartilhamento da mesma crença do candidato acusado, ou pela estima aos argumentos religiosos que compõem plataforma. Se assim o for, haverá constante modulação do valor laicidade a depender do discurso religioso em evidência e a preferência de quem o julga.

²⁶ Ibidem, idem.

CONCLUSÃO

A CRFB nos §§6º, 7º, 8º e 9º, todos do art. 14, assim como no plano infraconstitucional, as disposições da Lei das Inelegibilidades (LC 64/90), a Lei das (Lei 9.504/2007) e do Código Eleitoral (Lei 4.737/65) visam assegurar a isonomia a lisura do processo eleitoral. As formas típicas de abuso de poder expressamente previstas no ordenamento jurídico pátrio são as que referem ao econômico, político e dos meios de comunicação social, sendo o abuso de poder religioso uma construção jurisprudencial e doutrinária.

O presente trabalho objetivou o reconhecimento como abuso de poder religioso enquanto modalidade autônoma de abuso de poder no contexto eleitoral, considerando atuação de grupos religiosos no processo eleitoral prévia e contínua aos pleitos digna de crítica análise em prol da proteção da laicidade do estado e da garantia da democracia, pela condução do voto livre, secreto e não estigmatizado pela noção “Irmão vota em irmão”. Por esta razão, as políticas de estado que visem a preservação do pleito devem ser continuamente postas em evidência.

Assim também devem ser conduzidas com cautela pela jurisprudência e postas em estudo pela doutrina tendo como objetivo a manutenção da democracia e a salvaguarda do processo eleitoral dos favorecimentos, subterfúgios e máculas provocados pelo poder político, pelo poder econômico, e das influências promovidas pelo crescente poder religioso que tem massivamente adentrado às esferas legislativas e executivas brasileiras.

A jurisprudência dos Tribunais Eleitorais brasileiros foi incerta na defesa do tema ao longo dos últimos anos, atuando de forma vacilante, não explicitando com clareza quais situações indicariam a ocorrência de abuso de poder religioso, ou ainda, se seria possível ou não aplicar, por analogia, as penalidades já preexistentes no ordenamento jurídico pátrio para as modalidades anômalas de abuso de poder eleitoral. O entendimento firmado pelo TSE em 2020 desvirtua a tendência que vinha em crescimento e aprofundamento, considerando a não caracterização da hipótese de abuso do poder religioso como ilícito autônomo.

Diante das normas abordadas e compreendendo a vedação à propaganda eleitoral nos templos, bem como a existência de doação para as campanhas por parte de organizações religiosas, não se deve, sob qualquer hipótese, permitir que a ausência do ilícito autônomo de “Abuso de poder religioso” implique em passe livre para toda e qualquer espécie de conduta realizada no ambiente religioso que desprestige a normativa eleitoral vigente. A existência na Lei 9.504/2007, Lei das Eleições, da vedação do veículo e publicidade política em templos religiosos e do recebimento de doações diretas ou indiretas configura demonstração de que

há necessidade de mitigação da inter-relação entre essas esferas sob pena de ofensa ao livre processo democrático.

É preciso, com elevada cautela, não permitir num Estado Democrático de Direito que a vinculação ou preferência religiosa pessoal ao discurso religioso que um candidato professa ou apadrinha, se torne pretexto ou incentivo suficiente para que os sujeitos sejam influenciados a entender a garantia da laicidade como uma faculdade, promovendo a mitigação dos efeitos do instituto. A essência da religião para o indivíduo pode facilmente o conduzir a argumentação conforme sua preferência pessoal. Ao jurista resta o desafio da condução imparcial, ainda que árdua tarefa seja apartar-se da sua “tábua moral”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mateus Barbosa Gomes. *O abuso de poder religioso nas disputas eleitorais brasileiras*. 2019. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30959>. Acesso em: 19 dez. 2020.

ALVIM, Frederico Franco. *Abuso de poder nas competições eleitorais*. Curitiba: Juruá, 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral 82-85.2016.6.09.0139. Relator Min. Edson Fachin. Disponível em: [file:///D:/Downloads/TSE-respe-8285-luziania-go-voto-ministro-edson-fachin-25-06-2020%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/TSE-respe-8285-luziania-go-voto-ministro-edson-fachin-25-06-2020%20(1).pdf) Acesso em: 17 jan. 2020.

GOLVEIA, Homero Chiaraba. *Cidadania coletiva: política da diferença e o princípio da participação*. Curitiba: Juruá, 2017.

GOMES, Jose Jairo. *Direito Eleitoral*, 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAIS, Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa. Laicidade e Democracia: o abuso do poder religioso no processo eleitoral como ofensa aos postulados do estado democrático de direito. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 35, p. 253-271. ,jan/jun. 2019. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/conteudo/artigos/9235150a618533e27ed78107e7aa7ce3.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RIBEIRO, Fávila. *Abuso de poder no direito eleitoral*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

SOUZA, Rogério da Silva e. *O abuso do poder religioso eleitoral: constitucionalismo e legitimação*. 2020. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52517>. Acesso em: 16 dez. 2020.

TARTUCE, Flávio. *Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil*. São Paulo: Método, 2016.



GT 1 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina

O SUCESSO LEGISLATIVO DA FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO

Maycon Yuri Nascimento Costa (UFMG)¹
Mariana Trindade Cruz (UFPA)²
Eugênia Rosa Cabral (UFPA)³

RESUMO

A Frente Parlamentar Ambientalista foi criada em 2007 por Deputados Federais e Senadores e sua atuação nas duas Casas legislativas ainda é pouco pesquisada na perspectiva da Ciência Política, o que justifica o nosso estudo, que busca responder em que medida essa Frente Parlamentar tem logrado sucesso em relação a proposições legislativas de seu interesse? O objetivo é identificar o sucesso legislativo da Frente Parlamentar Ambientalista em relação à aprovação de proposições de seu interesse e à obstrução de proposições contrárias, no âmbito do Congresso Nacional, no período de 2007 a 2020. As referências empíricas do estudo são os projetos legislativos que constam no “Observatório de Leis” e são classificados em 18 temáticas: 1- acesso aos recursos genéticos; 2 - agrotóxicos; 3 - água; 4 - animais; 5 - caatinga e pantanal; 6 - clima; 7 - código florestal; 8 - conservação UCs; 9 - desmatamento; 10 - fauna e flora; 11 - fundiário/uso da terra; 12 - indígenas; 13 - licenciamento; 14 - medida provisória; 15 - mineração; 16 - outros temas; 17 - resíduos sólidos e 18 - tributário. Nessa plataforma a Frente monitora e demonstra posicionamento (Favorável, Desfavorável e Indefinido) em relação à cada proposição. A análise da questão é feita à luz de duas perspectivas teóricas: abordagem neo-institucionalista e teoria dos grupos de pressão. A abordagem metodológica utilizada incluiu procedimentos qualitativos e quantitativos, envolvendo análise documental das proposições e para mensurar o sucesso legislativo utiliza-se o modelo de Mancuso (2007), para avaliar se os resultados do processo legislativo correspondem aos interesses da Frente, medindo o comportamento apenas em relação a *issues* nas quais se identificaram consenso, ou seja, quando os interesses forem coletivos e unificados em torno das proposições de seus interesses. A hipótese aventada é que a Frente Parlamentar Ambientalista vem se constituindo como ator político significativo em espaços decisórios, influenciando o posicionamento de outros atores e alcançando sucesso legislativo em proposições relevantes para a pauta ambiental.

¹ Bacharel em Ciências Sociais (UFPA), Mestre em Ciência Política (UFPA), Doutorando em Ciência Política (UFMG), bolsista CAPES/PROEX. E-mail: mayconyuri15@gmail.com

² Bacharel em Ciências Sociais (UFPA), Mestranda em Ciência Política (UFPA), bolsista CAPES. E-mail: marianatrindadec@gmail.com

³ Doutora em Sociologia e Política (UFMG), Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (UFPA). E-mail: ercabral@ufpa.br

Palavras-chave: Grupos de Interesse. Frente Parlamentar Ambientalista. Meio Ambiente. Sucesso Legislativo. Congresso Nacional.

1. INTRODUÇÃO

“2020 será um ano jamais esquecido. Desafiador sob todos os aspectos, não só pela pandemia que ainda atravessamos, mas também por todos os embates que enfrentamos. No Congresso Nacional, por diversos momentos a pauta ambiental foi destaque negativo, infelizmente.” (Rodrigo Agostinho (PSB/SP), Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista)⁴

A presente pesquisa possui intrínseca relação com a conjuntura política vivida no país, o desmonte de políticas ambientais evidencia cada vez mais a necessidade da organização de grupos que possam fazer pressão contrária a esse projeto. A Frente Parlamentar Ambientalista (FPAM) é um grupo de interesse suprapartidário atuante no Congresso Nacional que se coloca como oposição às flexibilizações que vem acontecendo em políticas ambientais, ao mesmo tempo, se postula como um grupo aberto ao diálogo com os mais variados setores da sociedade que queiram desenvolver ações em prol de um desenvolvimento sustentável.

O processo de redemocratização (pós-1988) abriu canais de acesso para que diversos grupos de interesse atuassem legalmente no sistema político junto aos tomadores de decisão (ARAGÃO, 1994; MANCUSO; GOZETTO, 2011). À luz da teoria sobre grupos, esse trabalho pretende analisar a FPAM como uma organização que atua no legislativo para influenciar a tramitação de projetos no Congresso Nacional, por meio da produção de informações e publicização de seus interesses em plataforma própria: o “Observatório de Leis”.

Seguindo a metodologia proposta por Mancuso (2007a), pergunta-se: *em que medida essa Frente Parlamentar tem logrado sucesso em relação a proposições legislativas de seu interesse?* O objetivo é identificar o sucesso legislativo da Frente Parlamentar Ambientalista em relação à aprovação de proposições de seu interesse e à obstrução de proposições contrárias, no âmbito do Congresso Nacional, no período de 1996 a 2020. A hipótese aventada é que a Frente Parlamentar Ambientalista vem se constituindo como ator político significativo em espaços decisórios, influenciando o posicionamento de outros atores e alcançando sucesso legislativo em proposições relevantes para a pauta ambiental.

2. FRENTES PARLAMENTARES NO PODER LEGISLATIVO

2.1 Mensurando o desempenho da FPAM: a proposta metodológica

⁴Relatório de Ações da Frente Parlamentar Ambientalista. Disponível em: <https://www.frenteambientalista.com/download-de-publicacoes/>. Acesso em: 11/02/2020.

A valorização do Poder legislativo como espaço de debate das demandas sociais e produção de políticas públicas incentivou a proliferação e atuação de diversos setores da sociedade junto aos tomadores de decisão, essa dinâmica impulsionou a competição por influência na esfera legislativa. Preservando-se um caráter de relação corporativista nas relações Estado e sociedade, outros grupos de interesses⁵ difusos e privados passaram a investir em práticas de *lobby*, visando influenciar decisões políticas e ter seus interesses representados (ARAGÃO, 1994; DINIZ; BOSCHI, 1999; BUENO, 2016; SANTOS et al, 2017).

Pesquisadores que empreendem estudos sobre grupos, comumente encontram uma série de desafios no decorrer da pesquisa, quais sejam: consenso sobre a definição e clareza de conceitos; acesso a dados sobre grupos; diferentes abordagens metodológicas; definição de variáveis explicativas e das atividades que desempenham os grupos, bem como sua classificação (THOMAS, 2004). A despeito das dificuldades, uma série de pesquisadores têm se debruçado sobre essa agenda de pesquisa, para compreender o poder de influência de grupos de interesse, tomando esses atores como variável explicativa à formulação de políticas públicas; ao comportamento de outros atores, ou para desvendar formas de atuação; estratégias e o sucesso/insucesso do grupo nas atividades *lobby* (SANTOS; et al, 2017).

Mancuso (2007a) propõe um método para mensuração do sucesso político do empresariado industrial, considerado pela literatura como um forte ator político. O modelo proposto tornou-se referência para análises sobre sucesso e insucesso de grupos de interesse no Brasil, sendo utilizado em trabalhos sobre o empresariado industrial, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) (SANTOS, 2014a). No entanto, Mancuso chama atenção para a sua limitação:

[...] o método é plenamente capaz de identificar a ocorrência de sucessos políticos do empresariado industrial, mas, em hipótese alguma, autoriza a conclusão de que os sucessos ocorrem *por causa da influência* do empresariado (MANCUSO, 2007, p.107).

Sobre a influência, embora não fosse seu objetivo mensurar, o autor apresenta uma discussão da literatura sobre influência avaliada em indicadores baseados em impressões e resultados. As impressões são as avaliações que os atores fazem da própria atividade de influência. Para os indicadores baseados em resultados *“o pesquisador verifica o conteúdo efetivo da deliberação tomada e o coteja com a posição empresarial”* (MANCUSO, 2007b, p. 143). A influência pode ser entendida como a capacidade de um ator de moldar uma decisão de acordo com suas preferências (DÜR, 2008, p.561). Mensurar a influência é um dos

⁵ A definição básica de grupos de interesse utilizada por Thomas (2004) é a seguinte: “Um grupo de interesse é uma associação de indivíduos ou organizações ou uma instituição pública ou privada que, com base em uma ou mais preocupações compartilhadas, tenta influenciar políticas públicas a seu favor.” (p. 04).

principais desafios dos estudos sobre grupos de interesse, uma vez que não se pode usar um fator isolado para afirmar que um grupo/ator influenciou (MARCH, 1955). Por isso, mensurar o sucesso a partir dos resultados de um processo legislativo, pode ajudar a indicar o processo de influência (MAHONEY, 2007).

De forma mais detida, para mensuração do sucesso legislativo, Mancuso (2007a) parte de cinco modalidades de decisão no processo de tramitação de uma proposição legislativa no Congresso Nacional, que são: 1- *transformada em norma jurídica*; 2- *prejudicada* (quando a proposição perde a oportunidade por causa da decisão referente à outra proposição); 3- *rejeitada* (que pode ocorrer nas comissões com poder terminativo, nos Plenários da Câmara, Senado ou Congresso Nacional); 4- *retirada pelo autor* e 5- *arquivada ao final da legislatura*. Assim, cada modalidade de decisão corresponde a uma posição da indústria em relação a cada proposição, que pode ser: 1- favorável; 2- favorável, com ressalvas; 3- contrária; 4-contrária, com ressalvas.

No quadro a seguir apresentamos uma versão adaptada do modelo, a partir dos três tipos de posicionamentos da FPAM e os seus respectivos resultados para identificar o sucesso legislativo em cada decisão.

Quadro 1 – Modelo para análise do desempenho legislativo da FPAM

| Situação da proposição | Posição da FPAM | Resultado |
|---------------------------------------|-----------------|---------------|
| Transformada em Norma Jurídica | Favorável | Sucesso |
| | Indefinido | Inconclusivo* |
| | Desfavorável | Insucesso |
| Prejudicada | Favorável | Insucesso |
| | Indefinido | Inconclusivo |
| | Desfavorável | Sucesso |
| Rejeitada | Favorável | Insucesso |
| | Indefinido | Inconclusivo |
| | Desfavorável | Sucesso |
| Arquivada (fim de legislatura) | Favorável | Insucesso |
| | Indefinido | Inconclusivo |
| | Desfavorável | Sucesso |

Fonte: Adaptado de Mancuso (2007).

*Aqui se considerou como resultado "Inconclusivo" para não repetir o mesmo termo "Indefinido" que se refere ao posicionamento.

Portanto, essa pesquisa pretende replicar o modelo de análise proposto por Mancuso, analisando outro grupo de interesse e sua atuação, quanto aos resultados de projetos legislativos aos quais a Frente Parlamentar Ambientalista pronunciou ser favorável, desfavorável ou possuir um posicionamento indefinido. Serão analisadas 178⁶ propostas

⁶ Cabe ressaltar que, do total de 178, algumas proposições aparecem mais de uma vez em temas e até posicionamentos diferentes da FPAM, que são: PLP 73/2007 (2 vezes), PL 2785/2019 (2 vezes), PL 4508/2016 (2 vezes) e PL 5702/2019 (3 vezes).

legislativas (Tabela 1), de origem na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e os relatórios produzidos pela Frente sobre sua própria atuação.

Tabela 1 - Proposições que a Frente Parlamentar Ambientalista monitora por tema, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal

| Temas | Câmara dos Deputados | Senado Federal | Total |
|--------------------------------------|-----------------------------|-----------------------|--------------|
| Acesso aos recursos genéticos | 3 | 3 | 6 |
| Agrotóxicos | 30 | 22 | 52 |
| Clima | 7 | | 7 |
| Código Florestal | 20 | 3 | 23 |
| Desmatamento | 19 | 4 | 23 |
| Fundiário/Usos da terra | 10 | 2 | 12 |
| Indígenas | 7 | 1 | 8 |
| Licenciamento | 12 | 5 | 17 |
| Mineração | 13 | 2 | 15 |
| Tributário | 6 | 9 | 15 |
| Total Geral | 127 | 51 | 178 |

Fonte: Observatório das Leis - Frente Parlamentar Ambientalista, 2021.

Elaborado pelos autores.

Dentre as dezoito temáticas trabalhadas pela FPAM, foram escolhidas dez para análise na pesquisa (Tabela 1). O motivo da seleção se deu pela recente repercussão que tiveram as temáticas na mídia e na agenda do legislativo. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) nos últimos dez anos há uma curva crescente nos dados de desmatamento na região da Amazônia Legal, imagens apuradas por meio do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) mostram que as áreas desmatadas em 2019 ultrapassam nove mil quilômetros quadrados, um aumento de quase 30% em relação aos dados apurados em 2018⁷.

Associado a isso, posicionamentos de atores políticos centrais sobre o tema meio ambiente demonstram a continuação de um modelo de exploração e utilização irresponsável dos recursos naturais, além da recorrente tentativa em desclassificar pesquisas e metodologias científicas que apontam a necessidade de rever o atual modelo de desenvolvimento. Isso significa pensar novas formas de energia limpa; utilizar menos químicos na agricultura; segurança genética; ocupação da terra etc. Como exemplo do atual projeto, podemos citar o discurso do Ministro Ricardo Salles proferido em reunião ministerial (22/04/2020) que já rendeu um pedido de afastamento do ministro do cargo, impetrado pelo Ministério Público Federal, segundo o órgão:

“O ministro declarou que considerava a pandemia decorrente do novo coronavírus uma “oportunidade” para modificar normas e adotar atos.

⁷ Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294. Acesso em: 12/01/2020.

Também sugeriu fazer uma "baciada" de alterações e "passar a boiada". "As declarações apenas expõem, de forma clara, o que diversos atos já confirmavam: existe um verdadeiro encadeamento premeditado de atuar contrário à proteção ambiental, caracterizando o dolo, elemento subjetivo dos atos de improbidade. Analisando os fatos concretos, desde o início de sua gestão à frente do MMA, o ministro tem adotado inúmeras iniciativas em flagrante violação ao dever de tutela do meio ambiente, como a desconsideração de normas, critérios científicos e técnicos, em desrespeito aos princípios ambientais da precaução, da prevenção e da vedação do retrocesso."⁸

Nesse sentido, compreende-se que a discussão ambiental, em especial sobre os temas escolhidos, é urgente para ser discutida a partir do poder legislativo. Nos próximos tópicos vamos abordar o papel das Frentes no legislativo, posteriormente, a atuação específica da FPAM nesse contexto de desmonte de leis ambientais.

2.2 Frentes Parlamentares: definição e funções

As Frentes Parlamentares são um fenômeno recente no ambiente legislativo brasileiro e podem ser analisadas a partir da ótica dos grupos de interesse. Apesar de comporem formalmente desde 2005 a estrutura do poder legislativo (Ato da Mesa nº 69), são órgãos suprapartidárias de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, podendo congregam deputados e senadores, que se organizam em torno de eixos temáticos e interesses em comum (Art. 2º, regimento interno). Assim, não possuem poder coercitivo para disciplinar o comportamento parlamentar, mas podem ter alto poder de produção de informação e influência nas decisões políticas.

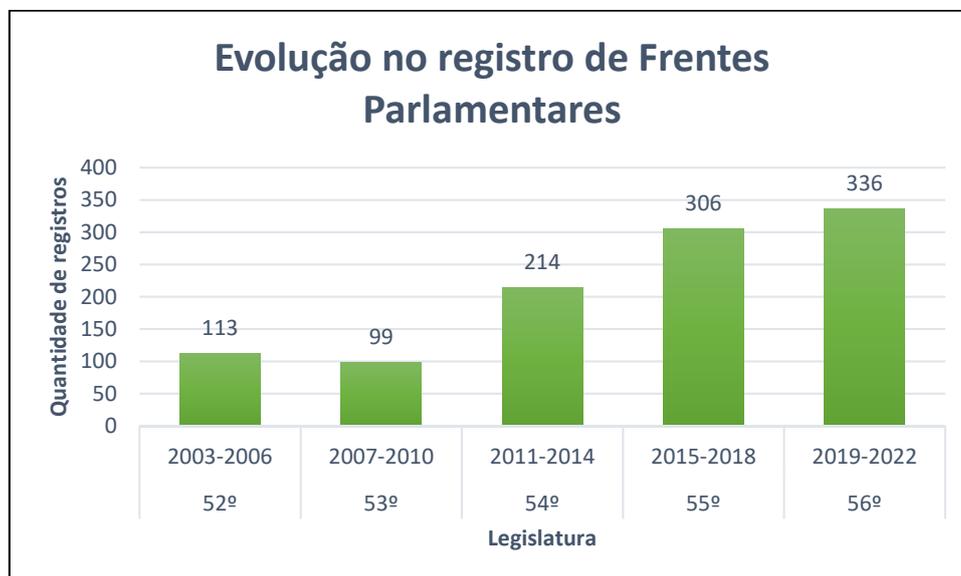
Ao início da 56ª legislatura (2019-2022) foram registradas 336 Frentes Parlamentares, quase três vezes a quantidade registrada na 52ª legislatura (2003-2006) (CASCIONE, 2018), o gráfico 1 evidencia o aumento nos registros. As temáticas que dão origem as Frentes são as mais diversas e seu grau de organização, popularidade e atuação também diferem, por exemplo: a mídia constantemente noticia as ações e embates políticos travados pela Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, popularmente conhecida como bancada ruralista⁹, que agrupa 243 deputados e 39 senadores. Todavia, pouco ou nada se ouve falar de outras Frentes como do a Esporte; do Alho ou da Odontologia, que também agregam um número substancial de participantes, no entanto, não possuem visibilidade ou membros efetivos.

⁸ Nota do Ministério Público Federal sobre o caso. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-pede-afastamento-de-ricardo-salles-do-ministerio-do-meio-ambiente-por-improbidade-administrativa>. Acesso em: 11/02/2021

⁹ Frentes e bancadas são organizações suprapartidárias que congregam membros do Congresso Nacional em torno de temáticas específicas, no entanto, as frentes são registradas formalmente no início de cada legislatura. As bancadas são mais amplas e informais, não possuem um número claro de membros, e podem reunir integrantes de diversas frentes. Por exemplo, um parlamentar pode compor a bancada ruralista, mas não necessariamente será membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (ARAÚJO; SILVA, 2016)

Algumas frentes atuam na defesa de um interesse específico: corporativo, profissional ou econômico; outras atuam na defesa de pautas mais ideológicas, como: em defesa de povos indígenas, feminista e ambientalista (CORADINI, 2010).

Gráfico 1 – Evolução no registro de Frentes Parlamentares por legislatura



Fonte: Elaboração dos autores com dados disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Acesso em: 02/02/2021. Disponível em: Frentes Parlamentares da 56ª Legislatura — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br).

Cascione (2018) fornece elementos relevantes para a compreensão do grau de institucionalização e influência das frentes parlamentares¹⁰, seus resultados mostraram que apenas três frentes podem ser consideradas com institucionalização extrema, quais sejam: Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, Frente Parlamentar Ambientalista e Frente Parlamentar da Microempresa. No entanto, esse grau de institucionalização não é o fator mais relevante para determinar a capacidade de influência da organização.

De maneira geral, as pesquisas internacionais apontam três funções básicas que desempenham as frentes parlamentares no ambiente legislativo: primeiro, a redução do custo de troca de informação entre membros da organização com governo e sociedade civil; segundo, criar a possibilidade de coordenação política, podendo a frente se tornar uma referência para o estabelecimento de agendas, coalizões, e articulação política por fora das instâncias partidárias; por fim, considerada como uma função simbólica, participar da frente pode sinalizar preferências políticas e ideológicas para o governo, financiadores, grupos de

¹⁰ O autor testa a hipótese de que o grau de institucionalização das frentes está associado ao seu poder de influência na esfera legislativa. Para medir o grau de institucionalização, o conceito foi operacionalizado em quatro dimensões: complexidade, adaptabilidade, padronização e longevidade.

interesse e demais atores políticos (RINGE; VICTOR; CARMAN, 2013 *apud* CASCIONE, 2018).

Dada a importância das frentes para o sistema político brasileiro, nas seções seguintes pretende-se delinear aspectos centrais da organização e da atuação da Frente Parlamentar Ambientalista, com dois enfoques: para a função que tem cumprido na produção de informação para seus membros em relação com a sociedade civil e demais órgãos do governo; por fim, vamos gotejar seus posicionamentos com os resultados do processo legislativo, com objetivo de verificar se a atividade de produção de informação, junto a outras práticas de influência, tem se desdobrado na incorporação das preferências da FPAM no processo legislativo.

3. A FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA NO PROCESSO LEGISLATIVO

A formulação de uma política pública no ambiente legislativo é um processo multifacetado com a participação de diversos atores, e por essa razão, conflituoso (SANTOS, 2014). As políticas ambientais carregam um agravante, pois em sua maioria tratam da regulação de atividades econômicas ou de recursos naturais, podendo ser mais flexível ou restritiva ao seu uso; criando taxas comerciais; aumento ou diminuição de impostos; regras para utilização do solo e da flora; utilização de produtos químicos, como os agrotóxicos; regras de compensação ou preservação de territórios etc.

É comum a atuação de grupos empresariais, ONG's, movimentos ambientalistas, órgãos públicos e técnicos durante a tramitação de projetos de maior relevância para o meio ambiente¹¹. A Frente Parlamentar Ambientalista (FPAM), objeto desse estudo, vem aparecendo em pesquisas empíricas como um grupo de interesse com alto grau de institucionalização e capaz de fazer representar seus interesses da arena legislativa, influenciando o processo legislativo (CASCIONE, 2018; ARAÚJO, 2020).

A FPAM foi fundada em fevereiro de 2007, expressando o caráter suprapartidário e temático da organização, os parlamentares declaram:

Os Deputados Federais e Senadores, preocupados com os graves problemas de degradação ambiental enfrentados em nível nacional e mundial e considerando que tal questão transcende as ideologias e filiações partidárias, assumiram, com a criação da Frente Parlamentar Ambientalista, o compromisso de atuar, conjuntamente com a sociedade civil, no sentido de apoiar iniciativas governamentais e não-governamentais que visem alcançar padrões sustentáveis de desenvolvimento.¹²

¹¹ Ver CABRAL (2007), TAGLIALEGNA; CARVALHO (2010), BUENO (2016), COSTA (2018), CRUZ; CABRAL (2020), PELAEZ; TERRA; SILVA, (2010). Recomenda-se também o documentário "A Lei da Água" (2016), disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jgq_SXU1qzc.

¹² Disponível em: Frente Parlamentar Ambientalista (frenteambientalista.com). Acesso em: 02/02/2021.

Em abril de 2019 a Frente foi registrada na 56ª legislatura com 221 assinaturas (216 deputados e 5 senadores), o deputado federal Alessandro Molon (PSB/RJ) foi o responsável por requerer o registro. De acordo com a plataforma online da FPAM, a organização atua em torno de doze subtemas, sendo eles: água; cerrado e caatinga; clima; conservação marinha; educação ambiental; empresas e responsabilidade ambiental; energias renováveis e Biocombustíveis; bem estar dos animais; florestas e biodiversidade; questões urbanas; resíduos e questões indígenas e populações tradicionais.

Desde 2019 a atuação da FPAM tem buscado ultrapassar os muros do congresso, ao criar um canal de produção e disseminação de informações em diálogo com outros atores políticos, como: integrantes de movimentos sociais, especialistas e parlamentares. Esse canal com a sociedade foi aberto na Plataforma *Youtube*, onde a frente vem realizando com frequência *Lives* e *Webinars*. Além disso, tradicionalmente a FPAM possui uma atuação bastante institucionalizada no espaço legislativo, mantendo um calendário regular de reuniões, cafés da manhã para seus integrantes e outros grupos que compartilham interesses em comum ou não (CASCIONE, 2018).

Em 2020 a mídia da Câmara dos Deputados publicizou uma série de eventos realizados pela FPAM, a maioria deles com transmissão online, alguns dos temas foram: mobilidade sustentável, prevenção e controle de queimadas, reforma tributária, agrotóxicos etc. De acordo com o relatório de atividades da organização foram realizadas um total de 62 reuniões. A FPAM também buscou se posicionar de forma contrária às ações do Ministro Ricardo Salles e pelo seu impeachment, além disso, buscou influenciar as plataformas eleitorais de candidatos a prefeito e vereador.

Analisando a reação da Frente Parlamentar Ambientalista perante as ações do Poder Executivo, chefiado pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), Araújo (2020) ressalta a participação efetiva que a FPAM possuiu para obstrução de alguns projetos, inclusive se colocando como oposição a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), sendo essas duas coalizações atores-chave para compreender decisões tomadas pelo corpo legislativo, como por exemplo no caso do Código Florestal. Para a autora:

os membros ativos da Coalizão Congressional para a Agricultura (FPA) e da Coalizão Ambiental do Congresso são atores-chave nas deliberações legislativas relacionadas à política ambiental (...) Nesses casos, o papel dos partidos políticos no âmbito do legislativo (AMORIM NETO, 2006; FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001; VIANA e OLIVEIRA, 2018) não podem ser totalmente ignorados, mas é claramente menos relevante quando contrastados com o destaque dessas duas coligações congressionais e das organizações da sociedade civil que as apoiam (p. 10, tradução nossa).

Diante das ações do Executivo para provocar o desmonte de diversas políticas ambientais, a autora conclui que a FPAM e seus apoiadores vêm se fortalecendo e conseguindo bloquear a aprovação tácita de algumas leis, como a de mineração em terras indígenas, pelo menos por hora. No próximo tópico buscaremos compilar e apresentar os

dados fornecidos pelo Observatório de Leis da FPAM e verificar se a organização está logrando sucesso ou insucesso na tramitação de projetos legislativos de seu interesse.

4. O OBSERVATÓRIO DE LEIS

As referências empíricas do estudo são os projetos legislativos que constam no “Observatório de Leis” ou “Observatório Parlamentar Ambiental” (OBL) que, de acordo com a definição da Frente em sua plataforma: “tem como proposta principal tornar-se uma ferramenta de cidadania da população para, através desta publicação, conhecer as decisões no Congresso Nacional que impactam de forma positiva ou negativa o meio ambiente”¹³.

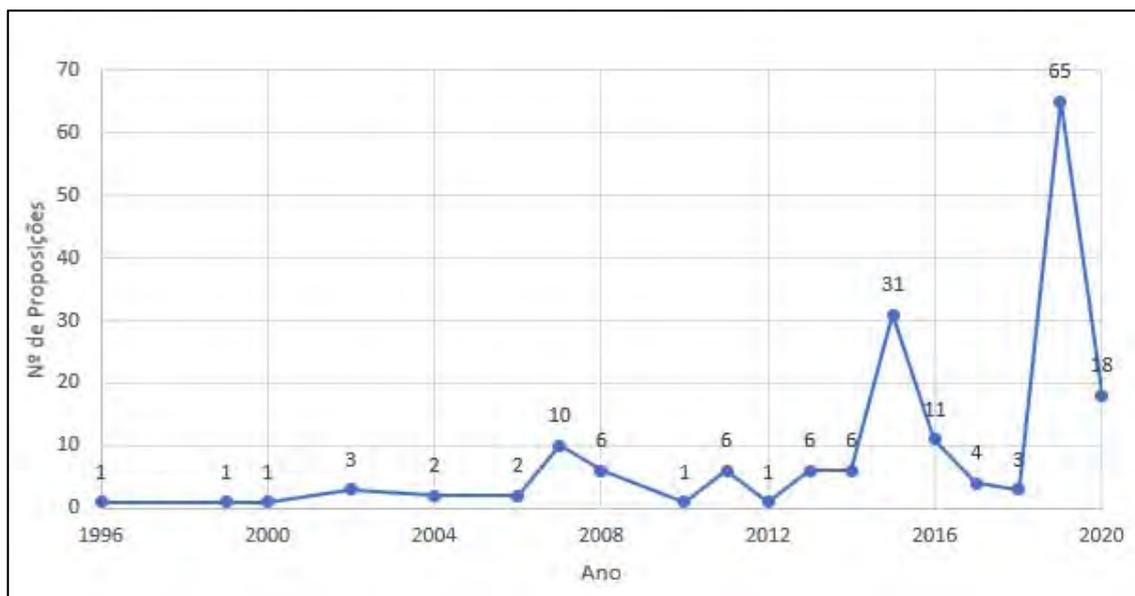
Grupos de interesse, como a FPAM, primam pela produção de informação por atores que possuam *expertise* na área e capacidade de gerar um conhecimento especializado. Assim, além de produzir informação com o objetivo de persuadir membros do poder legislativo, o grupo acaba por prestar um serviço de *accountability* com a sociedade, publicizando as discussões que ocorrem no interior do processo legislativo e possibilitando que por meio desse canal, os cidadãos possam expressar posicionamentos. Nesse sentido, em certa medida os grupos em uma competição equilibrada contribuem para a legitimação das decisões políticas tomadas pelos legisladores (DÜR; DE BIÈVRE, 2007; SALAS, 2019).

No OBL, a FPAM monitora e demonstra posicionamento, que pode ser “Favorável”, “Desfavorável” ou “Indefinido”, em relação a cada proposição. As proposições são classificadas em 18 temáticas, que são: 1- acesso aos recursos genéticos; 2 - agrotóxicos; 3 - água; 4 - animais; 5 - caatinga e pantanal; 6 - clima; 7 - código florestal; 8 - conservação UCs; 9 - desmatamento; 10 - fauna e flora; 11 - fundiário/uso da terra; 12 - indígenas; 13 - licenciamento; 14 - medida provisória; 15 - mineração; 16 - outros temas; 17 - resíduos sólidos e 18 - tributário.

A partir do levantamento das 10 temáticas definidas para este trabalho, o gráfico 1 apresenta a distribuição das proposições monitoradas, considerando o ano de origem delas. Embora a frente tenha sido criada no ano de 2007, existem legislações anteriores que tramitam e são de interesse da frente. De forma geral, com os dados do Gráfico 2, verifica-se um aumento no ano de 2015, queda nos anos seguintes e um aumento significativo em 2019, ano em que se inicia o governo Bolsonaro, que se caracteriza como um governo que desmobiliza as políticas de proteção ambiental (ARAÚJO, 2020).

Gráfico 2- Proposições legislativas monitoradas pela Frente Parlamentar Ambientalista, por ano

¹³ Disponível em: <https://www.frenteambientalista.com/observatorio-de-leis/>. Acesso em: 02/02/2020.



Fonte: Observatório das Leis - Frente Parlamentar Ambientalista, 2021.
Elaborado pelos autores

Importante destacar a relevância que os temas foram ganhando ao longo do tempo, a partir dos números de proposições por ano do gráfico anterior. Para os anos com maior número de apresentação de proposições: em 2015, 10 tratavam sobre o Código Florestal, 8 agrotóxicos e 6 licenciamento ambiental. Em 2019, ano com maior número de proposições, 22 tratam sobre o desmatamento, 16 agrotóxicos e 10 sobre mineração. A partir dos temas em destaque, relacionando com o contexto, é possível acompanhar o que explica tais mudanças no grau de importância de algumas temáticas. Por exemplo, em 2019 o desmatamento na Amazônia Legal teve um aumento de 34,4%¹⁴ em relação a 2018, segundo dado anual consolidado do PRODES, o que explica a reação do Congresso Nacional em priorizar a apresentação de proposições para este tema.

4.1 Indicadores de Sucesso/Insucesso

A Tabela 2 apresenta o posicionamento da FPAM por tema, que, para o total de 178 proposições, sendo 71,4% de origem da Câmara dos Deputados e 28,6% do Senado Federal: 70 são com posicionamento favorável, 65 indefinido e 43 desfavorável. Os temas com mais posicionamentos favoráveis são: desmatamento (20), agrotóxicos (16), mineração (11) e código florestal (10). Por outro lado, entre as temáticas com posicionamentos desfavoráveis se destacam: licenciamento (12), código florestal (10) e agrotóxicos (9).

Tabela 2- Posicionamento da Frente Parlamentar Ambientalista por tema

¹⁴ Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5465>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

| Temas | Desfavorável | Favorável | Indefinido | Total Geral |
|-------------------------------|---------------------------------------|-----------|--------------------------------|-------------|
| Acesso aos recursos genéticos | 1 | - | 5 | 6 |
| Agrotóxicos | 9 | 16 | 27 | 52 |
| Clima | 1 | 5 | 1 | 7 |
| Código Florestal | 10 | 10 | 3 | 23 |
| Desmatamento | - | 20 | 3 | 23 |
| Fundiário/Usos da terra | 6 | 2 | 4 | 12 |
| Indígenas | 3 | 3 | 2 | 8 |
| Licenciamento | 12 | 3 | 2 | 17 |
| Mineração | 1 | 11 | 3 | 15 |
| Tributário | - | - | 15 | 15 |
| Total Geral | 43 | 70 | 65 | 178 |
| Origem | Câmara dos Deputados - 127 (71,4%) | | Senado Federal - 51 (28,6%) | |

Fonte: Observatório das Leis - Frente Parlamentar Ambientalista, 2021.
Elaborado pelos autores.

Para a análise de sucesso, a partir do modelo de Mancuso (2007), só é possível fazer em proposições que já estão com a tramitação concluída. Assim, a Tabela 3 apresenta que apenas 11, em 4 tipos de situações, possuem alguma decisão e 167 ainda se encontram em tramitação. Os dados da tabela apontam que, de forma geral, desconsiderando a situação da proposição, a FPAM obteve baixo sucesso legislativo, em apenas 36,3% das proposições consideradas diante dos 63,6% de insucesso.

Tabela 3- Desempenho da Frente Parlamentar Ambientalista em proposições com tramitação concluída

| Situação da proposição | Nº de proposições | Sucesso (%) | Insucesso (%) |
|------------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| Transformadas em Norma Jurídica | 2 | 50% (1) | 50% (1) |
| Prejudicadas ¹⁵ | 1 | 100% (1) | - |
| Rejeitadas | 1 | - | 100% (1) |
| Arquivadas ao final da legislatura | 7 | 28,5% (2) | 71,4% (5) |
| Total | 11 | 36,3% (4) | 63,6% (7) |

Fonte: Observatório das Leis - Frente Parlamentar Ambientalista, 2021.
Elaborado pelos autores.

Para o sucesso (Tabela 3), considerando a situação da proposição, nas duas proposições arquivadas a frente era desfavorável, o que indica o sucesso na obstrução de

¹⁵ Sobre as proposições classificadas como prejudicadas, o modelo de Mancuso (2007) considera como "Prejudicada por nova norma jurídica", quando uma proposta é prejudicada pela apresentação de outra. Porém, a prejudicada em análise não dispõe de evidência que foi aprovada em detrimento de uma outra. Trata-se do PLS 287/2015, que teve posicionamento desfavorável da frente e não teve aprovação na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, que deliberou pela prejudicialidade e encaminhou para o arquivo.

proposições que não são do seu interesse. Para a mesma situação, o insucesso se deu quando a frente era favorável nas cinco proposições arquivadas. Para as transformadas em norma jurídica, o sucesso se deu no PL 1142/2020, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre “medidas urgentíssimas de apoio aos povos indígenas em razão do novo coronavírus (Covid-19)”, na temática “Indígenas”. Para o insucesso, a frente era desfavorável ao PL 1304/2020, da Câmara dos Deputados, que foi transformado em lei ordinária, na temática “Fundário/Usos da terra”.

Considerando o pequeno número de proposições com tramitação encerrada, a taxa de sucesso legislativo da FPAM é baixa (36,3%) se comparado à taxa de insucesso (63,6%) ou até com o sucesso da indústria (66,7%) discutida por Mancuso (2007a). No entanto, o resultado não desconsidera a importância da frente como um ator político relevante no processo legislativo, uma vez que ela demonstra organização em monitorar proposições legislativas relevantes para as questões ambientais no Brasil.

5. CONCLUSÕES

O trabalho buscou identificar o sucesso legislativo da Frente Parlamentar Ambientalista em relação à aprovação de proposições de seu interesse e à obstrução de proposições contrárias, no âmbito do Congresso Nacional. De forma mais específica, partindo da hipótese de que a FPAM vem se constituindo como ator político significativo em espaços decisórios, influenciando o posicionamento de outros atores e alcançando sucesso legislativo em proposições relevantes para a pauta ambiental.

A partir da análise do sucesso legislativo, os resultados apontam para a rejeição da hipótese em termos quantitativos, uma vez que a taxa de sucesso se deu em apenas 36,3% das proposições com tramitação concluída. No entanto, o método de análise das proposições não nos permite fazer a inferência de que a FPAM influenciou para esses resultados, o que pode ser complementado a partir das impressões que os membros e outros atores políticos possuem sobre a atuação da organização. No relatório de atividades da Frente em 2020, a bióloga e Diretora Executiva da Rede Nacional Pro Unidades de Conservação, Angela Kuczach declara:

Num momento tão turbulento, como este que atravessamos, o trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista tem sido um espaço de democracia, diálogo e expressão da sociedade brasileira no que tange as questões ambientais, sanando um anseio da sociedade em defender e ajudar a construir as bases de fortalecimento para a proteção do nosso patrimônio natural (p.10).

O trecho acima deixa explícito a importância da frente em processos de defesa de interesses ambientalistas, no último período parlamentares como: Rodrigo Agostinho

(PSB/SP); Nilton Tatto (PT/SP); Dep. Prof. Rosa Neide (PT/MT); Dep. Paulo Teixeira (PT/SP); Alessandro Molon (PSB/RJ); Senadora Eliziane Gama (PPS/MA) e outros, apareceram como atores-chave, criando espaços para discussão de temas do interesse da frente com a população e também se posicionando no espaço legislativo, utilizando prerrogativas para influenciar na tramitação de proposições. Como foi no caso da Medida Provisória nº 910/2019; de projetos que alteram licenciamento ambiental, e leis para agrotóxicos.

É um objetivo da FPAM ampliar seu *locus* de atuação para os Estados, atualmente já existem 18 Frentes Ambientistas estaduais que se articulam a partir de diretrizes consolidadas e pensadas para a realidade de cada região. O trabalho buscou contribuir com o estudo de uma frente importante que atua no Congresso Nacional brasileiro e que ainda não deteve a atenção para uma análise a partir da influência em proposições legislativas. Tal como o limite dado pela literatura sobre a influência de grupos de interesse em decisões políticas, este é o desafio que se coloca para os próximos trabalhos considerando a atuação da FPAM.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Murillo de. **Grupos de pressão no congresso nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo**. São Paulo: Maltese, 1994.

ARAÚJO, S. Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in the Legislative Arena. **Brazilian Political Science Review**, p. 1–20, 2020.

ARAÚJO, S.; SILVA, R. S. Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórica - metodológica e de agenda de pesquisa. **10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, p. 1–29, agosto/set. 2016.

BUENO, Bruno. **A influência do movimento ambientalista nas políticas públicas: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2016. 314 p. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2016.

CABRAL, E. R. **Articulação de interesses do empresariado industrial no processo de produção da regulação ambiental: convergências e divergências**. 2007. 414 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2007.

CASCIONE, S. R. S. **Institucionalização e influência das frentes parlamentares no congresso brasileiro**. 2018. 165 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), 2018.

CORADINI, O. L. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, p. 241–256, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200015>.

Costa, M. Y. N. **Comissões Parlamentares como Arena de Atuação dos Grupos de Pressão: evidências no caso da produção do Novo Código Florestal Brasileiro (1999-2012)**. 2018. 188 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, 2018.

CRUZ, M. T.; CABRAL, E. R. O lobby da confederação nacional da indústria na câmara dos deputados: novas regras para o licenciamento ambiental. **E-Legis**, p. 31–53, 2020. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/578>.

DÜR, A.; DE BIÈVRE, D. The question of interest group influence. **Journal of Public Policy**, p. 1–12, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0143814X07000591>.

DÜR, Andreas. Measuring Interest Group Influence in the EU: A Note on Methodology. **European Union Politics**, v.9 (4): pp. 559–576, 2008.

Ações da Frente Parlamentar Ambientalista (Relatório). **Plataforma da Frente Parlamentar Ambientalista**, dezembro/ 2020. Disponível em: <https://www.frenteambientalista.com/download-de-publicacoes/>.

MAHONEY, Christine. Interest Group Influence on Policy making in Europe and the United States. **Journal of Public Policy**, v. 27, n. 1, p. 35-56, jan./abril, 2007.

MANCUSO, W. P. **O lobby da indústria no congresso nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edusp/Humanitas/Fapesp, 2007a.

MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, p.131–146, 2007b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-44782007000100009>.

MANCUSO, Wagner Pralon; GOZETTO, Andréa Cristina O. Lobby: instrumento democrático de representação de interesses?. *Organicom*, ano 8. nº 14, 1º sem., 2011.

MARCH, James. An Introduction to the Theory and Measurement of Influence. **American Political Science Review**. 49(2), p. 431–51, 1955.

PELAEZ, V.; et al. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. **Revista de Economia**, p. 27–48, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/re.v36i1.20523>.

SALAS, C. Persuading policy-makers. *Journal of Theoretical Politics*, p. 507–542, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0951629819875512>.

SANTOS, M. L. Representação de interesses na Câmara dos Deputados: estratégias, atores e agenda política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 217–258, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220172307>.

SANTOS, M. L.; et al. Lobbying no brasil: profissionalização, estratégias e influência. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. - Brasília: Rio de Janeiro : Ipea, 2017.

SANTOS, Manoel Leonardo. Representação de interesses na câmara dos deputados: o *lobby* e o sucesso da agenda legislativa da indústria. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, n.1, FGV, Rio de Janeiro, 2014a.

TAGLIALEGNA, G. H. F.; CARVALHO, P. A. F. de. Atuação de grupos de pressão na tramitação do Projeto de Lei de Biossegurança. **Revista de Informação Legislativa**, p.161–188, 2016. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_169/R169-11.pdf.

THOMAS, C. S (edt.). **Research guide to U.S. and international interest groups**, 523 p, 2004.



GT 01 – Democracia e conjuntura política na América Latina

Ódio na Rede do Gabinete

Tamara Tânia Cohen Egler¹
Rafael Barbosa Simões²

RESUMO

Como se organiza a rede tecnopolítica, responsável pela difusão de Fake News em favor do governo Bolsonaro? Essa pesquisa nasce de nossa interrogação frente à eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república. Era preciso examinar, analisar e representar a importância da rede tecnopolítica que sustentou a sua eleição e sustenta o seu governo. Para tanto, a pesquisa se desenvolve pelo desvendamento da rede responsável pela difusão de Fake News do chamado gabinete do ódio. seu objetivo foi identificar os atores, representar a estrutura e o sistema de circulação da informação bem analisar seus significados nos atos de comunicação.

Nosso objetivo foi identificar a formação dos atores associados à rede, os processos e os sentidos da comunicação, o que nos permite representar a estrutura da rede e seu sistema de circulação da informação bem como os significados de comunicação. Os resultados analíticos revelam como se difunde um discurso rizomaticamente em defesa do campo bolsonarista, que atua de forma ininterrupta, cotidianamente, em todas as horas do dia, para toda sua bolha. Para isso, a metodologia utilizada está associada a construção do banco de dados, que reúne mais de 4000 artigo de imprensa, aplicação do programa AntConc, para a mineração dos dados, e aplicação do programa Gephi para a representação da rede e pela análise do seu sistema e circulação da informação e comunicação, quando se observa a ampliação da difusão de Fake News. Os resultados analíticos indicam a estratégia de ação e a sua existência como sistema de comunicação alternativa, que sustenta a ação política pelo discurso fake cotidiano do presidente do Brasil.

Palavras-chave: política, discurso, Fake News, redes, tecnopolítica

Como se organiza a rede tecnopolítica responsável pela difusão de *fake news* em favor do governo Bolsonaro?³ Essa pesquisa nasce de nossa interrogação diante da eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República. Era preciso examinar, analisar e

¹ Professora titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. Coordenadora do NCT Política Pública, Inovação e Desenvolvimento Urbano. Pesquisadora 1b do CNPq, Brasil. Email: tamaraegler@gmail.com

² Graduando em Gestão Pública e bolsista de iniciação científica no LabEspaço no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ, Brasil. Email: simoesbrafael@gmail.com

representar a importância da rede tecnopolítica que sustentou a sua eleição e sustenta o seu governo. O desvendamento da rede bolsonarista foi lento; na primeira etapa da pesquisa foi possível ler a participação de agentes políticos, econômicos, midiáticos americanos e brasileiros de ideologia neoliberal e conservadora.

A criação da CPMI das *fake news* faz avançar a nossa pesquisa porque publicou os nomes e ações dos seus membros. Com isso foi possível identificar a formação dos atores associados à rede, os processos e sentidos da comunicação, o que nos permite representar a estrutura da rede e seu sistema de circulação da informação bem como os significados de comunicação.

Na CPMI das *fake news*, principalmente no depoimento de Joice Hasselmann, foi possível examinar a divisão do trabalho na rede, que são três grupos de atores, a saber: influenciadores, produtores de conteúdo, difusores. Essas três etapas mais parecem uma divisão taylorista do trabalho dentro de uma fábrica de *fake news*; para alcançar um número significativo de internautas ela precisa ser orquestrada por um batalhão de pessoas responsáveis pela sua difusão. Vejamos como são as etapas desse processo de comunicação que deriva na política:

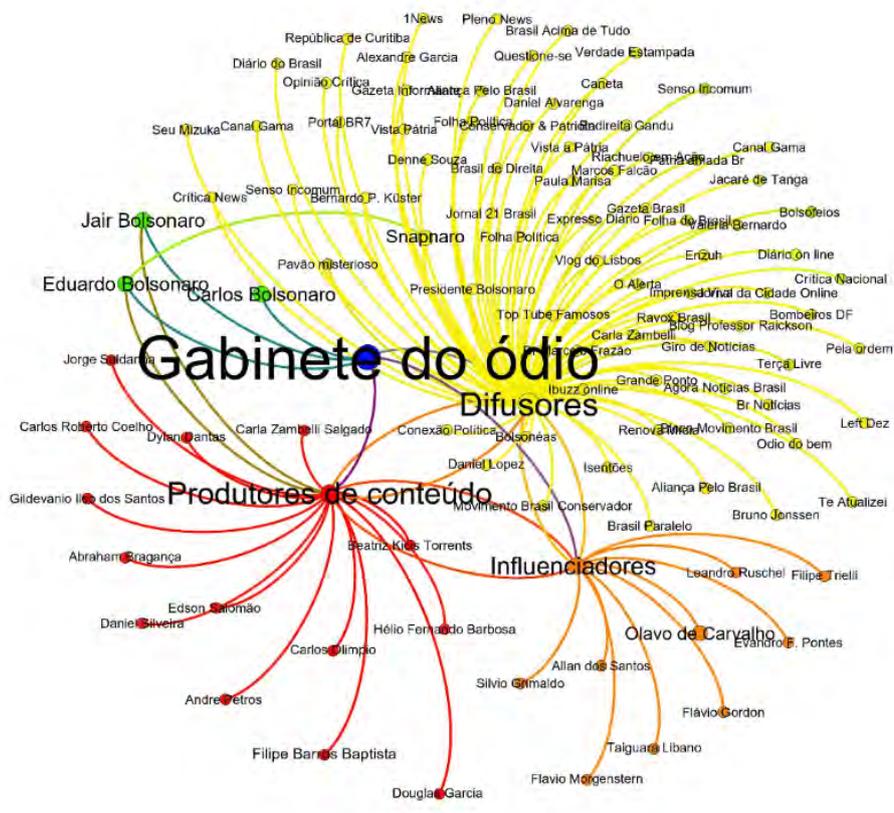
Influenciadores = ideólogos, são responsáveis por propor a narrativa de valorização do campo conservador bolsonarista; é o núcleo duro.

Produtores de conteúdo = cultura, mídias, mídias digitais, são responsáveis pela produção de conteúdo digital; ampliam a formação.

Difusão = todos juntos produzem a difusão dos conteúdos de defesa dos valores bolsonaristas, pelos membros associados e seus robôs⁴.

Com esses dados na mão foi possível representar a rede que faz a ampla difusão junto aos brasileiros; vejam no Grafo 1 abaixo.

Grafo 1



Fonte: pesquisa própria no banco de dados do Labespaço.

Legenda

Laranja Influenciadores

Vermelho Produtores de conteúdo

Amarelo Difusores

A teoria das redes informa como as redes não nascem do dia para a noite, mas resultam de um processo de atração de atores que acontece em três etapas, conforme estamos observando na rede associada à eleição e governo bolsonarista. Na primeira, trata-se da organização do núcleo duro, que responde pela concepção dos seus objetivos e pela atração de seguidores; a segunda etapa, de extensão, está associada à ampliação dos atores, sendo que a terceira etapa é a sua autonomização, quando cresce rizomaticamente (RIBEIRO, 2018).

Os influenciadores são formados pelos ideólogos e agentes políticos associados, e o mais conhecido é Olavo de Carvalho. Como sabemos, sua ideologia nazifascista por si só

revela a violência da necropolítica⁵ que sustenta sua ação. Sua condição como importante ideólogo de Bolsonaro⁶ informa sobre o sentido de seu governo autoritário, centralmente organizado, emanando ódio contra tudo e todos que se opõem à sua ideologia conservadora. São eles que propagam um ideário terraplanista, destruição da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, apagamento das ciências sociais, perseguição e violência de toda ordem contra todos os opositores. A centralidade de difusão de um discurso *fake* tem por objetivo a produção de uma realidade inexistente; sua ampla difusão por mediação da rede tecnopolítica conduz para a produção de uma subjetividade coletiva ficcional. O descolamento entre o que existe e o que se representa produz uma ruptura entre o real e o simbólico, conduz para a angústia, e esta, para a violência (FREUD, 2011).

Os opositores são alvos de bombardeamento de sentidos pejorativos, quando não são ameaçados de morte, como aconteceu com intelectuais e políticos de esquerda. Até os juízes do Superior Tribunal Federal (STF) foram alvo de *fake news* que tinham por objetivo a destruição de sua dignidade e de seu poder. Foi possível ver todo tipo de falsas acusações, desde mentiras sobre a sexualidade, o corpo, ou acusação de fatos que nunca existiram, bem como o bombardeamento de sites opositores, entre outros. Têm por objetivo aniquilar o opositor pela enunciação de um discurso que faz todo tipo de inversão, produz medo e imobiliza a política. A sua crueldade têm por propósito impedir qualquer ação discursiva que possa colocar em risco o seu poder hegemônico.

Os produtores de conteúdo são os *designers*, *videastes*, *escritores*, e são eles que transformam os sentidos propostos pelos influenciadores em conteúdo digital. A cada fato político são produzidas representações que manipulam a realidade. Por exemplo: quando Haddad, então candidato à Presidência, circulou nas redes um vídeo que o acusava de estimular a homossexualidade de crianças, ou imagens de Joyce Hasselmann em um corpo de porca, representações heroicas do presidente fantasiado de super-homem, ou, mais recentemente, mentiras sobre a pandemia Covid-19⁷, como, por exemplo, “o trabalho liberta”⁸. Existem programas de informática que adaptam o movimento da boca com a fala das pessoas e outros que modificam o rosto dos personagens, trocam a voz de uns pela voz de outros, e é possível manipular o movimento dos olhos e da boca; quando não substituem o rosto, inventam cenários, produzem qualquer sentido que se queira documentar. E alcançam o seu desígnio de produzir uma representação simbólica fictícia.

Os últimos pronunciamentos do presidente Bolsonaro, minimizando a pandemia, criam uma confiabilidade na subjetividade coletiva, e as pessoas passam a agir a exemplo de sua liderança, o que vem para ampliar o número de mortos da pandemia do Covid-19, que toma conta do Brasil e do mundo. Quando desrespeita as recomendações de isolamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), infectando e matando milhares de pessoas,

principalmente os mais velhos, os negros e os mais pobres, transgride todos os limites da vida. Toma para si o direito de decidir quem pode viver e quem deve morrer, uma necropolítica de instrumentalização da vida humana e destruição dos corpos e das populações (MBEMBE, 2019).

Não menos importante é examinar as práticas políticas de Mark Zuckerberg – dono das plataformas Facebook, WhatsApp e Instagram. Se considerarmos que no Facebook são quase 3 bilhões de pessoas conectadas e no WhatsApp são 2 bilhões, então podemos imaginar o poder de formação de uma subjetividade coletiva global. Não é nenhuma novidade apresentar Zuckerberg como liberal. Lembro apenas que ele foi julgado pela Corte americana a pagar 5 bilhões de dólares por violação da privacidade dos internautas conectados na plataforma⁹.

A função dos robôs é ampliar rizomaticamente a difusão de mensagens. Eles são fáceis de produzir, custam pouco, em geral, e sua circulação na rede pode envolver poucos computadores conectados na rede o tempo todo. Isso explica como essa ferramenta atua na Internet, sobretudo nas redes sociais, disparam as mensagens em diferentes plataformas, como no WhatsApp, Instagram e Facebook; forjam discussões artificiais, publicam *hashtags*, e suas postagens automatizadas podem chegar a 30 mil interações em 24 horas, o que permite sufocar qualquer debate espontâneo sobre narrativas opositoras. Penetram rizomaticamente na capilaridade do tecido social para ampliar de forma fraudulenta o número de seguidores.

Em pesquisa da UOL foi possível analisar 1.690 linhas telefônicas nacionais e internacionais, contas e grupos de WhatsApp¹⁰. No topo dessa lista estão contas com características de robôs, onde se aplicam os programas que operam as contas automaticamente para espalhar mensagens como se fossem pessoas de verdade. Uma das contas chegou a enviar 14 mensagens diferentes em um período de apenas 30 segundos¹¹. Em seu depoimento à CPI das *fakes news*, Joice Hasselmann afirmou que o valor de mil disparos feitos pelos robôs custa em média 10 mil reais.

A Imperva, empresa especialista em segurança digital, realizou uma pesquisa que examinou 17 bilhões de visualizações de páginas sobre um total de 100 mil páginas. Seus resultados indicam que 52% do tráfego total da Internet é vinculado ao uso de *bots* de todos os tipos, dos quais 29% são produtores de conteúdo falso, enquanto 23% são de utilidade pública. Uma outra pesquisa desenvolvida por cientistas da Universidade de Indiana¹², em 2017, identificou aproximadamente 1,87 milhões de robôs em apenas duas contas do Twitter de Jair M. Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro.

Os indicadores de pesquisa de universidade brasileira¹³ nos informam que robôs são responsáveis por mais da metade das publicações favoráveis ao presidente Jair Bolsonaro no Twitter. Por meio de ferramentas de ciência de dados demonstram que robôs

responderam por 55% dos 1,2 milhão de *posts* que usaram a expressão #BolsonaroDay para homenagear o presidente em 15 de março, dia de atos de rua pró-governo¹⁴. Foram identificadas 23,5 mil ações de comunicação não humana a favor do presidente, em um universo total de 66 mil usuários que publicaram a *hashtag* naquele dia. É um exército de não humanos que são programados para atacar os opositores e valorizar os associados para ampliar de forma mentirosa o número de seguidores e *likes*, e tem por meta difundir uma narrativa conveniente para seu criador.

A função desses robôs era tuitar e retuitar a fim de engrossar estatísticas de personalidades e de políticos. Os resultados da pesquisa identificaram mais de 1.000 características que diferenciam humanos de robôs, classificadas em três categorias:

- **Padrão social:** sem conteúdo original, retuítam conteúdos vindos dos poucos influenciadores.
- **Perfil:** pouca personalização do perfil, sem foto, idioma, localização etc.
- **Atividade:** atuando em conjunto, produzem as mesmas publicações, ao mesmo tempo de curta duração.

Para analisar as relações entre a rede do ódio no gabinete e a rede do Facebook, ambas capitaneadas pelo clã Bolsonaro¹⁵, era preciso examinar a função de *betwenss*¹⁶, que faz a articulação entre as redes. Aqui emergem Eduardo e Carlos Bolsonaro, que orquestram os processos e atuam na sua articulação. Como foi amplamente divulgado pela imprensa, Eduardo Bolsonaro tem uma importante articulação com Steve Bannon, diretor da Cambridge Analytica, importante organização que manipulou as eleições nos EUA, no Brexit da Inglaterra e – por que não dizer? – do Brasil. No seu *Guerras híbridas*, Korybko (2020) afirma que essa manipulação dos sentidos foi aplicada em 48 países. E Carlos Bolsonaro é apontado como o coordenador do gabinete do ódio.

As mensagens que circulam se constituem em representações esquemáticas e destituídas de pesquisa científica. Reduzem as relações sociais a representações delirantes. Seus autores têm por objetivo enunciar uma narrativa artificial para transformar as relações objetivas, isto é, querem construir um mundo social próprio a sua ideologia pela transformação das suas representações. Para isso, moldam a opinião e a vontade dos seguidores à luz de sua própria ideologia. Estão ancorados em linguagens fraudulentas, negam o conhecimento acumulado pela ciência; são falsidades sem referentes na vida cotidiana (TIBURI, 2019). Têm por objetivo eliminar todo pensamento que não se enquadra no seu projeto ideológico. Não passam de representações que produzem um pensamento doutrinado e que tem por objetivo alcançar uma subjetivação coletiva, um consenso social que resulta do discurso *fake* e empodera a rede de criadores.

Os resultados dessas práticas são nossas conhecidas: trata-se de impor um projeto de sociedade amorfa, incapaz de pensar e agir de forma autônoma, mas pensar apenas

a partir da enunciação de seu líder. É uma estratégia transcendente de controle social que tem por objetivo, manter o sistema de informação e comunicação no imaginário. Produzir uma política pública que resulta em fatos concretos que transformam profundamente a existência de homens, mulheres e crianças no Brasil, eliminando condições de existência duramente conquistadas ao longo da nossa história.

Como adverte Michiko Kakutani (2018), a teoria da pós-modernidade, que destruiu narrativas históricas, permitiu separar o *dito do feito*, produzindo a percepção de que tudo é uma narrativa e tem por resultado uma montanha de *fake news*, mentiras que produzem os sentidos e ações políticas em benefício dos grupos que apoiam a política liberal, religiosa e conservadora. É um discurso que deforma e modifica os fatos do acontecer, o pensamento e a ação política. Sabemos que o conhecimento antecede a ação política, e se falseamos, enganamos, desfazemos o acontecimento, imobilizamos a ação política. A imposição de um discurso mentiroso, centralmente autoritário, produz um exército de homens que dispensam o exercício da razão, incapazes de pensar de forma autônoma e de agir por dentro do tecido social; são treinados para reproduzir práticas de violência. A enunciação do discurso *fake* manipula as emoções e conduz os seguidores do presidente eleito para um ideário autoritário, e sabemos, desde Hanna Arendt (1994), que a violência começa onde termina o pensamento e a fala, centrado no autoritarismo, exerce a violência nas suas ações políticas. Esse sistema de informação e comunicação foi concebido para dar legitimidade ao exercício dessa violência e tem por objetivo eleger e manter o controle do poder político.

A análise de Korybko (2018) no seu *Guerras híbridas* revela o importante lugar da comunicação na política, e como essa estratégia foi aplicada em diferentes países do mundo. Não podemos deixar de citar o documentário *Privacidade hackeada* e, mais recentemente, *Dilema das redes* que, a partir de importantes depoimentos apresenta a ação da Cambridge Analytica, descreve o processo de manipulação da democracia e a sustentação de atores políticos em defesa de uma ideologia de extrema direita.

Sabemos que Cambridge Analytica teve acesso a 87 milhões de perfis de banco de dados do Facebook¹⁷, o que permitiu a análise desses dados por especialistas em psicometria e conduziu uma pesquisa para a caracterização da subjetividade humana, que teve por resultado a organização de 30 categorias de perfis de pessoas na totalidade dos seres humanos. Por exemplo, tímidos, vaidosos, racistas, nazistas, gentis, de esquerda, de direita, amáveis, delicados, LGBTs, e tantos outros que se possa imaginar. Quando os algoritmos derivados desse acesso permitiram a identificação de importantes eleitores, suas crenças e desejos foram usadas nas campanhas políticas para eleger candidatos de direita¹⁸. Esse fato permite compreender como o acesso à subjetividade dos eleitores permite que a narrativa de direita tenha o poder de produzir um discurso que orienta a ação política. O domínio sobre as características dos perfis roubados forma um importante banco de dados sobre a condição

humana, as particularidades individuais e culturais das diferentes nações e controlam as práticas políticas.

A partir desses dados a rede global formada pela Cambridge Analytica desenvolveu a metodologia conhecida por OCEAN, cujo princípio é descobrir a subjetividade humana; seu alvo são os internautas, quando os pesquisadores analisam os perfis e identificam as personalidades. A concepção de algoritmos aplicados nesse enorme banco de dados tem por objetivo identificar as diferentes categorias de subjetividades das pessoas no mundo, como, por exemplo, pessoas abertas a novas experiências; conscientes de difícil manipulação; extrovertidas e abertas ao diálogo; gentis e solidárias; neuróticas com instabilidade emocional (ISAAK e HANNA, 2018).

O que torna possível identificar quem é contra a corrupção; quem preza valores morais e sentidos familiares; quem apoia a violência das armas; quem deseja a mudança política. Jair Bolsonaro alia tais instrumentos com um discurso simbólico escolhendo qual o discurso mais adequado a ser aplicado para cada grupo “OCEAN”, entregando de acordo com diferentes interesses o que cada um quer ouvir. Por exemplos, médicos recebem desinformação sobre a política de saúde; militares, sobre a coerção. O que pode explicar porque negros votaram com Trump apesar de todo seu racismo. Ou porque religiosos apoiam a violência das armas de Bolsonaro. Quando os algoritmos derivados dessa operação permitiram a identificação de importantes eleitores, suas crenças e subjetividades foram usadas em campanhas políticas para eleger candidatos de direita¹⁹. Podemos supor como a aplicação dessa estratégia no Brasil permitiu a identificação de eleitores favoráveis a um nome *outsider* do campo político.

Essa metodologia permite a análise dos grupos sociais, formação de categorias por identidade compartilhada, concepção de algoritmos, o que forma totalidades de agrupamentos e permite a difusão maciça de mensagens rizomaticamente e diariamente. Através do compartilhamento entre WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter, pela edição de discursos antipetistas, anticorrupção e conservador essa estratégia alcança o seu objetivo de criar a integração dessa ampla rede.

Essa estratégia deu certo por que foi elaborada por uma rede sociotécnica global bem formada, por Robert Mercer, capitaneada pela Cambridge Analytica, composta por diferentes empresas que desempenham diferentes funções, e estão numa rede de territórios localizados em diferentes países da Europa e da América do Norte; uma rede global formada por organizações que desenvolvem funções conexas. Vejam abaixo:

LEVÉE DE FONDS, responsável pela captação de fundos para a promoção de atividades do grupo na França.

GLITTERING STEEL é uma pequena sociedade de produção audiovisual; localizada na Inglaterra.

TRACTS, seu foco é a gestão de atividades para a produção de eventos e tem por objetivo influenciar a opinião de outras pessoas.

PAS DE LIMITE, quer dizer sem limite; é uma empresa de publicidade sediada na França, responsável pela difusão de uma ideologia de direita.

BREITBART NEWS, *site* de extrema direita especializado em *fake news*; uma organização, sediada nos EUA, de jornalistas ideologicamente associados a um pensamento misógino, xenófobo e racista; Steve Bannon foi seu vice presidente até 2018.

SCL Group, Strategic Communication Laboratories, de propriedade de Robert Mercier, está localizada em Londres; em seu escritório, cientistas compilam e analisam bilhões de informações sobre os indivíduos a fim de melhor compreendê-los, com o objetivo de determinar o que motiva os comportamentos humanos, o que permite a concepção de discursos de persuasão; para cada perfil de eleitores é direcionada uma mensagem que os identifica com candidatos.

Renaissance Technology LCC, é um fundo de investimento sediado em Nova York que se especializou em negociação sistemática usando modelos quantitativos derivados de matemática e análises estatísticas. Ele foi fundado em 1982 por James Simons, importante matemático analista da linguística computacional que recebeu importante premiação e foi seu presidente até 2009; é considerado o mais hábil administrador de dinheiro do mundo. Foi também dirigido por Robert Mercer, considerado o melhor criador de algoritmos do mundo. Atualmente a empresa é dirigida por Peter Brown que, assim como Simons, é cientista de linguística.

Mais importante do que a empresa dedicada a fraudar eleições, é reconhecer a participação desse fundo financeiro de investimentos. Aqui está o nó górdio da análise. Nessa organização se reconhece como o avanço de um ideário de direita neoliberal defende a acumulação financeira capitaneada por fundos de investimentos, quando um governo de esquerda pode colocar em risco a sua existência. Por isso os algoritmos produzidos por Robert Mercer são usados tanto para manipular eleições como para gerar lucros na mediação de interesses políticos que derivam em lucros financeiros.

É possível identificar semelhanças entre a estratégia de ação dessa organização e a rede bolsonarista. Como podemos ler nessa rede, temos funções de captação de apoios, produção de conteúdo digital, difusão de eventos, que faz a defesa de uma ideologia de direita. Seus membros atuam de forma fragmentada em diferentes territórios, uma rede de organizações que se conectam pela mediação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e demonstra seu desígnio de ocultar o verdadeiro sentido de sua ação; é uma organização criminosa dedicada a fraudar eleições (KORYBKO, 2019).

Como foi amplamente documentado pela imprensa, Eduardo Bolsonaro esteve nos EUA quando teve a oportunidade de encontrar Steve Bannon, então diretor da Cambridge

Analytica. Tudo leva a crer que esse encontro firma um acordo para incluir a participação da Cambridge Analytica na campanha de Bolsonaro para a Presidência do Brasil. A função *betweenness* da teoria das redes explica como uma pessoa pode unificar redes; a circulação da informação e a comunicação entre seus membros permitiu a aplicação no Brasil dos mesmos procedimentos que foram usados nos EUA. Podemos observar como as duas campanhas de Donald Trump e Jair Bolsonaro apresentam a mesma estratégia de campanha. Ela valoriza a ideologia e glorificação do mito, e são eles que sustentam a ideologia nazifascista que fraudava a democracia.

O grafo abaixo permite visualizar os diferentes atores que participam da rede tecnopolítica que concebeu a campanha de Bolsonaro no Brasil. Através de procedimentos da inteligência artificial pela construção de algoritmos, e da difusão de discurso *fake*, produzem-se subjetividades coletivas em parte importante dos eleitores e orientam-se seus sentimentos para que votem em candidatos que contrataram as campanhas. Trata-se de uma estratégia perversa que tem por objetivo mudar o comportamento das pessoas; é uma guerra produzida pela manipulação de dados quando se cria uma realidade concebida pelos autores das campanhas em benefício de objetivos políticos de quem contrata, manipula sentidos e subjetividade das populações transformadas em objeto, destrói os sujeitos da ação (EMPOLI, 2020).

A importância dos bancos de dados, a *big data*, deve ser valorizada porque a partir da informática torna-se possível realizar operações de busca que alcançam identificar os grupos sociais. É preciso examinar o lugar da tecnologia de banco de dados, que amplia a capacidade de armazenamento, documentação, análise e intervenção sobre os grupos sociais. Esse avanço da informática contribuiu para que um número cada vez maior de informações circule, orientando e determinando os fenômenos econômicos, políticos, sociais e espaciais. Por exemplo, recentemente a megacorporação do Facebook, WhatsApp e Instagram, capitaneada por Mark Zuckerberg, controla o acesso aos bancos de dados, o que amplia as possibilidades de controle da vida social.

Ainda com Korybko (2019), quando ele analisa os governos autoritários em ascensão, observa as políticas de manipulações de discursos para formar um sentimento de ódio que produz medo e promove o sentimento de busca da proteção do seu líder, e, com isso alcançar a adesão da população aos seus projetos políticos. Essa estratégia está sendo amplamente utilizada em diferentes países do mundo, divide a nação em grupos e produz o conflito entre os seus habitantes. Foram fraudadas 44 eleições, para citar as mais importantes: Trindade Tobago, Lituânia, Romênia, Rússia, Inglaterra, EUA, Índia, Brasil, Malásia. Essas operações psicológicas classificadas como armas tecnológicas são amplamente utilizadas contra os eleitores dos países, para produzir uma guerra civil e destruir a sua própria nação.

São estratégias mediáticas que fragmentam as relações entre representação e existência social quando ignoram os avanços dados pelo conhecimento de agendas temáticas e, sobretudo, pela manutenção da colonialidade (QUIJANO, 2000). Não menos importante é observar como os processos de dominação, no presente contexto histórico, estão associados à percepção que considera a importância da tecnopolítica, dos seus sistemas simbólicos e dos conflitos que podem produzir. Para garantir o exercício da dominação, tornou-se mais eficiente empoderar redes sociotécnicas e produzir um sistema simbólico destituído de realidade, para manipular os sentidos e conduzir uma ação coletiva em direção ao alcance de objetivos políticos alheios ao interesse comum. O que inaugura uma revolução digital de direita, quando permite transformar a realidade e arruinar a democracia. Uma devastação da dignidade humana que deve ser considerada crime contra a humanidade.

Por essa razão, o modelo experimental de resistência precisa assumir a complexidade como princípio ético da episteme dialógica. Na construção dessa episteme é importante produzir uma comunicação que se aproxime da realidade, do que existe (RIBEIRO, 2011). Identificar os atores, seus processos e fatos, permitindo o respeito à ação possível e desvendando caminhos para uma apropriação socialmente justa do sistema de comunicação. Um modelo imanente concebido por muitas mãos, que valorize o homem e a existência social e resista ao pensamento da comunicação hegemônica, para permitir uma comunicação comprometida com a liberdade é o que podemos fazer para resistir ao processo de destruição dos homens e da sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hanna. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2020.

FREUD, Sigmund. *Mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Grandes ideias, 2011.

ISAAK, Jim; MINA, J. Hanna. User Data Privacy: Facebook, Cambridge Analytica, and Privacy Protection, *The Policy Corner*. I IEEE Computer Society, agosto 2018.

KAKUTANI, Michico. *A morte da verdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Ed.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2011.

TIBURI, Marcia. *Delírios do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2019.



GT 1 – Democracia e conjuntura política na América Latina

SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO: UMA ANÁLISE À PARTIR DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO LITORAL DO PARANÁ EM 2020

Geraldo Sebastião Marques Junior¹
Camila Bratti Sebastião de Abreu²
Mayra Taiza Sulzbach³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as eleições municipais ocorridas no litoral do Paraná em novembro de 2020, a partir do conceito dos Sítios Simbólicos de Pertencimento. O processo democrático de escolha de representantes locais para interesses públicos é no mínimo um processo de identidade, para além do de pertencimento dos sujeitos que protagonizam com o local. A participação de agentes ou atores locais é discutida de diferentes formas por Zaoual (2003), entre elas a do *homo situs*; um homem situado que possui relações com os demais atores inseridos dentro de um sítio, mas que também se relaciona com outros sítios, certamente com dinâmicas diferentes. Como um sítio é flexível, pois pode ser determinado geograficamente ou ideologicamente, as identidades locais são influenciadas pelas externas ao local. Trata-se de uma análise quanti-qualitativa, que considera o número de candidato(a)s à prefeitura e à câmara dos vereadores por sexo e partido, categorias selecionadas pelas recentes transformações na democracia brasileira, para os municípios de: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. A base das informações se reduziu a fontes secundárias por conta do cenário da pandemia mundial da COVID-19. No total, nos sete municípios buscaram a representação no executivo 38 candidatos, 14 mulheres, três municípios contarão com mulheres nas prefeituras. Participaram 19 partidos no executivo e 25 no legislativo, demonstrando o pluripartidarismo. Nas câmaras dos vereadores apesar do maior número de candidatos e vagas, as mulheres eleitas foram minorias, reduzido número de partidos estarão à frente no Legislativo.

Palavras-chave: Homo Situs; Identidade; Pluripartidarismo; Sexo; Litoral do Paraná.

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado em Administração Pública e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, UFPR, Brasil. Licenciado em História, UNESPAR, Brasil. Email:geraldomarques1995@gmail.com

² Acadêmica do curso de Bacharelado em Administração Pública e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, UFPR, Brasil. Email:camilabrattisa@gmail.com

³ Professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável e do curso de Bacharelado em Administração Pública, UFPR, Brasil. Email:mayrasulzbach@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar que as racionalidades que fazem frente à tomada de decisão são construções sociais derivadas de relações entre os sujeitos concretos, reais, mais especificamente entre os atores locais, para tal, tem-se como marco as transformações recentes na democracia representativa brasileira, as quais são analisadas no processo eleitoral ocorrido nos sete municípios do litoral do Paraná no dia 15 de novembro de 2020. As análises se baseiam nos conceitos que fundamentam a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual (2003), na qual os sítios de pertencimento são construções sociais baseadas em relações entre atores, formando identidades, as quais estão em constante movimento em decorrência da relação entre os atores destas e os de outros sítios, justificando construções identitárias em constantes transformações.

As observações sobre o processo democrático brasileiro – um ideal de sociedade - em sete municípios – diferentes sítios simbólicos de território - nos possibilita demonstrar que a partir de um mesmo processo observam-se diferentes racionalidades, e justificar que estas são construções sociais concretas, ou seja, baseadas em relações sociais locais, em diálogo com as construídas em outros sítios territoriais ou globais.

Tendo em vista as recentes transformações na democracia representativa brasileira, em especial a inclusão das mulheres e do pluripartidarismo no processo, *sexo* e *partidos* foram eleitas categorias de análise. Por estas terem origens distintas, definidas fora do processo e escala federativa local, são consideradas racionalidades globais, cujas serão observadas e analisadas no processo eleitoral em cada um dos municípios, como identidades observadas pelas relações entre atores sociais do local.

No Brasil, a democracia representativa nos diferentes poderes e unidades federativas vem sofrendo transformações desde a Primeira República (1889-1930). Durante o governo de Marechal Deodoro da Fonseca, período marcado pelo voto de cabresto e pelo coronelismo - quando a população mais pobre era obrigada a votar no(a)s candidato(a)s escolhidos pelos patrões ou donos das terras, os “Coronéis” -, o voto não era um direito de toda a população, mulheres, homens menores de 21 anos, indígenas, analfabetos e integrantes do clero não podiam votar (SENA, 2012).

Com o fim da Primeira República, no Governo de Getúlio Vargas (1930-1936), as mulheres passaram a ter participação na escolha dos representantes, logo suspensa, juntamente com a dos demais eleitores no Estado Novo (1937-1945). Com o fim do Estado Novo de Vargas foi restabelecida a democracia que perdurou no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). No ano de 1955, “a Lei N. 2.250 criou a folha individual de votação, exigindo a foto no título eleitoral, a fixação do eleitor na mesma seção eleitoral e a abolição do uso de título falso” (ARAUJO, 2013, p. 09).

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) a escolha de representantes dos poderes públicos foi cerceada, e após, restabelecida com a Constituição Federativa do Brasil de 1988, quando foram alargadas as faixas etárias e ampliadas as populações com direito ao voto. Desde este marco, não há registros da suspensão dos processos de escolha de representantes nos poderes executivo e legislativo no Brasil (SENA, 2012).

A escolha de representantes aos poderes executivo e legislativo dos municípios parece ser a que mais expressa racionalidades situadas, se comparada às dos outros entes federados no Brasil, em decorrência da proximidade dos sujeitos – candidato(a)s e eleitor(a)s - que protagonizam no local. A participação de atores locais é discutida de diferentes formas por Zaoual (2003), entre elas a do *homo situs*; um homem situado que possui relações com os demais pertencentes ao mesmo sítio, justificando assim as diferentes racionalidades.

Zaoual (2003, p. 18), criticando a existência de um *homo oeconomicus* – homem fictício, criado pela economia – argumenta que um homem “não pode deixar de ser oportunista, portanto gerador de acaso moral, de assimetria de informação (Akerlof) e, por fim, de incerteza nas transações econômicas” se suas relações sociais estão baseadas nestas. Baseado nestes argumentos, Zaoual (2003) cunhou o conceito de *homo com situs* (*homo situs*), considerando que os homens são reais, concretos e agem a partir do local onde estão inseridos.

Num *sítio (in situ)*, os homens constroem identidades coletivas, portanto sociais, as quais mobilizam e são mobilizadas de tomadas de decisões: racionalidades situadas⁴. Por mais que as decisões sejam individuais elas decorrem de certos sítios, saberes (caixas) que os mobilizam.

Trata-se de uma análise exploratória, considerando que não há estudos similares, de transformações recentes na democracia representativa brasileira - participação das mulheres e pluripartidarismo -, a luz das contribuições teóricas de Zaoual, identidades situadas, observadas no processo eleitoral da escolha de representantes aos poderes executivo e legislativo de 2020, de sete municípios do Litoral do Paraná: Paranaguá, Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Antonina, Morretes e Guaraqueçaba. A análise qualitativa das identidades perpassa pela análise quantitativa baseada em dados secundários disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): população total, por sexo e por faixa etária, e no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR): candidatos, partidos e população apta a votar, por diferentes classificações. Em decorrência de Município ser um ente federado - unidade política/administrativa com poderes sobre a área territorial (geográfica) de

⁴ Para o autor, o *homo situs* age a partir de racionalidades construídas *in situ*, e essa racionalidade é o que norteia seu comportamento (tomada de decisões). O *homo situs* também se caracteriza por possuir relações com outros de outros sítios. Os sítios não são somente territoriais no sentido geográfico, eles podem ser ideológicos, bem como não são rígidos, se caracterizam como flexíveis (ZAOUAL, 2003).

abrangência -, cada um dos sete municípios é tratado como um *sítio dado*⁵. Interessa-nos identificar as identidades *sexo* e *partido*, manifestadas no processo eleitoral: candidatura e votos, resultante das relações sociais *in situs*.. Como teoricamente admitimos que os homens tomam decisões com base em racionalidades situadas – grupo ao qual mantém relações -, as candidaturas e os resultados das urnas devem expressar identidades.

Este artigo é constituído de três partes além desta e das considerações finais. A primeira trata das transformações recentes na democracia representativa brasileira, mais especificamente da participação das mulheres como candidatas e eleitoras e do pluripartidarismo como expressão da diversidade capaz de atender diferentes realidades sociais. A segunda parte apresenta a metodologia utilizada, e, a terceira, os resultados quantitativos e qualitativos, estes a partir dos conceitos teóricos.

1.1 Transformações recentes na democracia representativa brasileira: a mulher e o pluripartidarismo

O Brasil possui uma legislação que prevê cotas eleitorais por sexo desde 1995, mas foi com a Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que essas se tornaram obrigatórias. Desde então, cada partido deve apresentar no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo (IBGE, 2018). Considerando que a mulher é mais da metade da população brasileira, sua participação nos cargos de representação em instâncias democráticas deveria apresentar correlação.

De acordo com as informações no Arquivo Nacional (2020), a participação da mulher na política brasileira é uma conquista muito recente, apesar de ser uma reivindicação de quase um século. Desde a CF/1824, as mulheres estavam entre a maioria excluída. Apenas tinham direito ao voto, homens - brasileiros ou estrangeiros naturalizados que comprovassem determinada renda e tivessem mais de 25 anos -. Em 1927 no Rio Grande do Norte, com o apoio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), foi aprovada a Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro, regulamentando o serviço eleitoral do Estado, bem como dando o direito das mulheres participar do processo eleitoral, sem distinção de sexo (MENDES, 2016) “. Resultado desta é o registro da primeira eleita prefeita na América do Sul – Alzira Soriano – em 1928, com mais de 60% dos votos. Em 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

⁵ Território dado trata de limites territoriais determinados por instituições e não decorrente de relações sociais, estas definem territórios construídos, de acordo com Pecqueur B. O desenvolvimento territorial é uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes: Campina Grande*, Vol. 24, nºs 01 e 02, jan./dez. 2005, p. 10–22.

Limongi; Oliveira e Schmitt (2018, p. 9) argumentam que entre “1932 e 1965, os direitos políticos das mulheres não foram equiparados ao dos homens [...]. Em todo esse período, o alistamento e o voto eram obrigatórios para os homens, mas voluntários para as mulheres que não trabalhavam”, e entre 1932 e 1934, as mulheres só poderiam votar com permissão do pai ou do marido. Ao longo dos anos, as mulheres conquistaram o direito de votar e de concorrer a cargos públicos.

O pluripartidarismo é outra conquista da diversidade, que busca romper com a tradição, ampliando os espaços. Ao longo da história da democracia brasileira existiram grupos de indivíduos dispostos a disputar a representação nos diferentes níveis de poderes – grupos políticos –, sendo que cada grupo compartilha os mesmos ideais de sociedade – partidos políticos –.

Em 1965, é instaurado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), cujas “as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, cujo objetivo era a criação de um forte partido de apoio parlamentar ao governo e de um fraco partido oposicionista” (BATISTELLA, 2020, p. 194). Nesse cenário são criados o partido do regime militar (ARENA) e a oposição (MDB).

A ideia de pluripartidarismo no Brasil nasce com a Lei nº 767, de 20 de dezembro de 1979, que reformula a Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, incentivando a criação de novos partidos político, a qual acabou diluindo os partidos existentes (DAMBROS *et al.* 2017). Para Dambros *et al.* (2017), a redemocratização de 1985 permitiu um cenário político de participação popular, o qual tornou-se mais energético, a exemplo do movimento de “Diretas Já”. Uma das características da redemocratização foi a regulamentação do pluripartidarismo, o que acarretou no aumento de candidato(a)s e de partidos políticos, representando os diferentes grupos da sociedade.

Com a Constituição Federal de 1988, que vincula a filiação partidária para aqueles que pretendiam se candidatar, surgem mais partidos para lidar com os diferentes pensamentos.

De acordo com Dambros *et al.*, (2017), os partidos políticos surgiram de diferentes setores da sociedade, logo, “o pluripartidarismo constituiu-se na mais importante manifestação da diversidade de opinião, garantida por um regime político de Estado de Direito Democrático” (DAMBROS ., 2017, p. 129).⁶

2. METODOLOGIA

Em razão da pandemia mundial da COVID-19 não foram ouvido(a)s candidato(a)s e eleitor(a)s. Os resultados quantitativos se baseiam em dados secundários, interpretados (qualitativos) a partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual

⁶ Hoje, o Brasil conta com 33 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2020).

(2003), que argumenta que os sítios são construídos a partir de racionalidades situadas - construídas *in situ* – cujas expressam identidades, por meio de relações sociais.

Entre os dados secundários que permitiram as análises estão: população total, por sexo e por faixa etária, área territorial e data de fundação (emancipação) dos municípios, obtidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os relativos às eleições de 2020 municipais, obtidas no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR): candidato(a)s e eleito(a)s – a prefeito(a), vice-prefeito(a) e vereador(a)s; eleitore(a)s – aptos a votar, compareceram e abstenções; e os relativos ao processo: votos válidos, brancos e nulos.

A pesquisa também se valeu de documentos (legislações disponíveis no site do Planalto e no do Tribunal Superior Eleitoral - TSE), os quais permitem melhor interpretar as transformações da democracia representativa brasileira (fenômeno social real) e observar as categorias analíticas (identidades) em questão: *sexo* e *partido*.

A categoria analítica *sexo*, que marca a história da democracia brasileira (estrutura social) por meio da participação das mulheres, não tem sua origem neste processo.⁷ Esta aparentemente simples, pela conformação física que considera apenas duas classificações: homem e mulher, é complexa socialmente, pelas dificuldades de rupturas dos papéis sociais que cada uma destas tradicionalmente ocupou, e humanamente, pelo desconhecimento sobre outras possíveis conformações para além da física, orgânica e celular.

Partido político é uma categoria analítica que tem sua origem no processo democrático, mas que é derivada de expressões já existentes⁸, sendo fundamentada em ideais de sociedades (ideológicas), que se materializam a partir de regras, assim sujeitas às diferenças no espaços/tempos.

O *pluripartidarismo*, segundo o sentido de partidos políticos expressa a possibilidade de inúmeras concepções partidárias, num dado espaço/tempo histórico (ismo), assim com *n* legendas em movimento. Cabe aqui destacar que: no Brasil uma nova legenda (partido) ocorre por meio do registro de um grupo social sujeito a aceitação de partidários (não filiações) manifestos nos resultados das eleições, portanto possível de ser observada a partir da contagem de votos válidos para cada partido, sem desconsiderar as recusas, nulidade e ausências, dado que estas também são formas de manifestações dos atores sociais.

Com base na Teoria do Sítio Simbólicos de Pertencimento, as racionalidades, contabilizadas nas diferentes manifestações de decisão, são construções sociais imersas nas relações entre atores, em diálogo com outras racionalidades. Com base nesta concepção de

⁷ A palavra *sexo* faz referência a uma conformação física, orgânica, celular que permite distinguir o papel específico que essa assume na reprodução, identificado no nascimento do novo ser. No Brasil, o novo ser humano passa a receber tratamentos relacionados aos papéis que tradicionalmente (socialmente) esta conformação representou, portanto uma identidade independente do sujeito.

⁸ *Partido*, na Grécia antiga, era a denominação dada a um grupo de seguidores de uma ideia, doutrina ou pessoa. Foi só na Inglaterra no século XVIII que ele passou a representar instituições de direito privado, com o objetivo de congregar partidários de uma ideia política.

racionalidade, espera-se que a escolha dos representantes do executivo e do legislativo nos diferentes municípios expresse as transformações recentes do democrático brasileiro, ou ainda possibilitem evidenciar o papel da mulher e do pluripartidarismo na racionalidade *in situ*, ou seja, serem ou não resultado das relações sociais locais.

Em decorrência das duas transformações no processo democrático brasileiro terem origens distintas, e da análise ser uma primeira aproximação, as análises das duas categorias não serão cruzadas, tampouco são capazes de seguir um mesmo critério analítico.

Considerando que a categoria sexo não tem sua origem no processo democrático, e seu uso integra diferentes bases de dados: população do município; candidato(a)s e eleito(a)s ao executivo e ao legislativo; e eleitore(a)s, é possível a realização de análises cruzadas de dados, realizadas por relações simétricas de mesmo sexo em diferentes bases, estas denominadas de **identidade de sexo**.

A categoria *partido* é observada pelo número de diferentes partidos em cada município, o que permite demonstrar a adesão ao pluripartidarismo. Com base na legislação que orienta o sistema democrático nacional, tem-se os partidos políticos como construções ideológicas (sociais) exógenas ao local, que adentram ao local por meio da relação entre candidato(a) (ator local) e partido (racionalidade global), criando partidários no local por meio de suas relações sociais com a população apta a votar. Portanto, por pressuposto, as ideologias são racionalidades exógenas, desterritorializadas, que se impõem aos locais, a partir do partido eleito, formando racionalidades dominantes. Contudo, é no processo, que se dá pela candidatura até a distribuição dos votos, que observa as relações sociais identitárias dos atores sociais, expressas nas relações entre:

- 1) o(a)s candidato(a)s (ator social 1) representado(a)s pelos partidos, denominada de **identidade partidária**;
- 2) cada candidato(a) (ator social 1), partido, e seus(suas) eleitore(a)s (ator social 2), representado(a)s pelos votos válidos para cada partido, denominada de **identidade sócio-partidária**;
- 3) o(a)s candidato(a)s (ator social 1), partidos, e o(a)s apto(a)s a votar que anularam ou votaram em branco (ator social 3), representado(a)s pelos votos nulos e em branco, denominada de **identidade de repressão partidária**;
- 4) o(a)s candidato(a)s (ator social 1), partidos, e o(a)s apto(a)s a votar que não participaram (ator social 4), representados pelas abstenções, denominada de **identidade de indiferença partidária**.

De acordo com a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, o subdesenvolvimento dos países do sul se deve as tentativas frustradas de reprodução de modo de vida (economia) de outros locais (global), desprezando saberes ou racionalidades locais, estas construídas a partir das relações sociais dos seus atores, as quais deveriam ser

dialogadas com a global, jamais substituídas. Com base nesta teoria, os partidos fundamentados em concepções de sociedade deveriam ser construídos localmente.

Não desprezando a concepção de pluripartidarismo, que marca uma transformação recente do processo democrático brasileiro e que vai ao encontro da diversidade cultural proposta por Zaoual, os partidos deveriam ser uma construção social dos atores locais, evitando a substituição de racionalidades, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, que caracterizam diferentes modos de vida, dado que foi a substituição do modo de vida a causa da dependência (econômica) e do subdesenvolvimento dos países no sul.

Buscando comprovar nosso pressuposto: de que os partidos políticos no Brasil não são construções sociais dos locais, e que estes promovem racionalidades políticas dominantes, tal como a racionalidade econômica capitalista se impõe, questionada por Zaoual (2003), desenvolvemos uma metodologia simples, mas com resultados efetivos: a recorrência partidária.⁹

3. RESULTADOS

3.1 Sexo como categoria de identidade nos resultado do processo democrático 2020 nos municípios do Litoral do Paraná

Considerando, a luta das mulheres pela igualdade de direitos políticos - votar e ser votada –, e essas serem uma população maior em números do que a dos homens em cinco dos sete municípios analisados (IBGE, 2020), foram levantados os números das candidaturas destas ao cargo de prefeito(a), vice-prefeito(a) e vereador(a) pelos partidos políticos no TRE-PR (2020), confirmando o percentual mínimo obrigatório ao registro das candidaturas de 30%. Os registros das candidaturas e os resultados das eleições foram desmembrados aos cargos do executivo: prefeito(a) e vice-prefeito(a) e do legislativo: vereador(a), possibilitando observar que as candidaturas aos dois cargos do executivo foram inferiores aos 30% exigido em lei, sendo este compensado por candidaturas ao legislativo. Destacando-se nos resultados o baixo número de eleitas em todas as representações.

Em Paranaguá, maior população e colégio eleitoral entre os municípios analisados (TRE-PR, 2020), não ocorreu o registro da candidatura de mulheres ao cargo de prefeita, tendo oito candidatos homens ao cargo. Fato também ocorrido em Guaratuba com três candidatos e em Morretes com quatro candidatos. Em Matinhos, Pontal do Paraná, Antonina e Guaraqueçaba ocorreu o registro de candidatas mulheres ao cargo de prefeita. Antonina,

⁹ A recorrência partidária é observada pela presença de um mesmo partido em mais de um município (análise comparativa), permitindo avaliar o enraizamento de sua construção social entre o: local ou global, para tanto: quanto mais presente em diferentes locais, mais distante do local é sua construção social; quanto menor for sua recorrência nos diferentes locais, mais próxima do local é sua construção social.

com menor diferença entre número de candidatos homens e mulheres, o registro foi marcado por duas mulheres candidatas, disputando a vaga com dois candidatos. Pontal do Paraná, com maior diferença, foram seis candidatos homens e uma mulher. Matinhos e Guaraqueçaba registraram o mesmo número de candidaturas: cinco homens e uma mulher. No total dos sete municípios, as mulheres representaram menos de 15% das candidaturas ao cargo de prefeita (Tabela 1).

Para a vaga de vice-prefeito(a), nos três municípios que não tiveram candidatas ao cargo de prefeito(a) ocorreu a candidatura de mulheres concorrendo ao cargo: Paranaguá com duas; Guaratuba e Morretes com uma. Este também foi o número de candidatas registrado em Matinhos e Antonina. Com destaque, Pontal do Paraná registrou três mulheres concorrendo ao cargo, e Guaraqueçaba nenhuma. Nos sete municípios, as mulheres representaram menos de 25% das candidaturas ao cargo de vice-prefeita (Tabela 1).

Entre os municípios do Litoral do Paraná, Guaraqueçaba, com a menor população (IBGE, 2020) e o menor colégio eleitoral (TRE-PR, 2020), uma mulher foi eleita ao cargo de prefeita. As mulheres também se fizeram representar em Pontal do Paraná e Antonina no cargo de vice-prefeita. No total, elas representaram em torno de 22% dos eleitos (Tabela 1).

Para compensar o não cumprimento do registro de 30% de mulheres aos cargos do executivo pelos partidos, estes registraram um número de mulheres no legislativo proporcionalmente maior que 30% fazendo cumprir a legislação. Em Matinhos, as mulheres representaram 37,68% dos candidatos, já em Pontal do Paraná, Antonina e Morretes estas representaram em torno de 36,5% e em Guaratuba e Guaraqueçaba, 34,5% (Tabela 1).

Não diferente dos resultados do processo no executivo, no legislativo as mulheres foram minorias nas escolhas das representações políticas nos municípios do Litoral do Paraná. Paranaguá, com 19 acentos, e Matinhos e Antonina, com 11 assentos, contabilizaram apenas uma mulher na Câmara dos Vereadores, enquanto Pontal do Paraná e Morretes, também com 11 acentos, e Guaraqueçaba, com nove, contabilizaram cada um duas mulheres no legislativo. Com um número maior, porém ainda inferior ao do dos homens, Guaratuba contabilizou cinco mulheres entre os 11 eleitos (Tabela 1). Em média, as mulheres não ocupam nem 20% dos assentos do legislativo em seis dos sete municípios do Litoral do Paraná. Salienta-se que: dos sete municípios analisados, quatro não elegeram nenhuma chapa com a composição de mulheres ao executivo, sendo eles: Paranaguá, Guaratuba, Matinhos e Morretes, e com reduzido número de mulheres eleitas em Matinhos e Paranaguá.

Tabela 1. População por sexo, eleito(a)s e candidato(a)s aos cargos de prefeito(a), vice-prefeito(a) e vereador(a), por sexo, nos sete municípios do Litoral do Paraná, eleições 2020

| Município | Eleito(a)/Candidato(a) Prefeito(a) | | Eleito(a)/Candidato(a) Vice-Prefeito(a) | | Eleito(a)s/Candidato(a)s a Vereador(a) | |
|-------------------|------------------------------------|----------|---|----------|--|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Paranaguá | 1/8 | 0 | 1/6 | 2 | 18/242 | 1/117 |
| Guaratuba | 1/3 | 0 | 1/2 | 1 | 8/134 | 5/71 |
| Matinhos | 1/5 | 1 | 1/5 | 1 | 10/86 | 1/52 |
| Pontal do Paraná* | 1/6 | 1 | 3 | 1/3 | 9/120 | 2/70 |
| Antonina* | 1/2 | 2 | 4 | 1/1 | 9/101 | 1/58 |
| Morretes | 1/4 | 0 | 1/3 | 1 | 9/72 | 2/41 |
| Guaraqueçaba | 5 | 1/1 | 1/6 | 0 | 7/61 | 2/32 |

Fonte: TRE-PR (2020).

*O número de candidatos à prefeitura de Pontal do Paraná e Antonina divergem em decorrência de recursos junto ao Tribunal Regional Eleitoral.

Estes resultados evidenciam que as mulheres, sendo mais da metade da população (Figura 1), não participaram do processo na mesma proporcionalidade de sua população, o que comprova que a luta pela igualdade de representações políticas nestes municípios não decorre de uma construção social local, sendo esta uma racionalidade externa.

Se o número de mulheres candidatas esteve praticamente no limite mínimo não era de se esperar que os resultados atingissem sua proporcionalidade, dado que há outras racionalidades que dialogam sobre o mesmo processo, tal como a de partidos. Contudo, observa-se que nos municípios analisados, as mulheres também eram proporcionalmente em maior número aptas a votar, o que favoreceria a eleição destas em maior número, se estas se identificassem com a luta de representações por sexo.

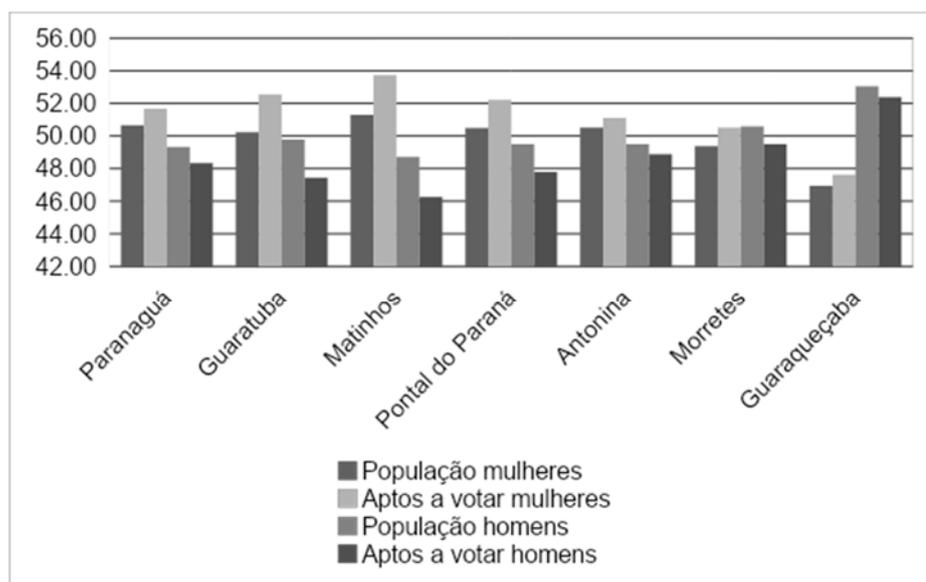
As mulheres, em cinco dos sete municípios analisados, são maioria da população¹⁰, bem como a maioria da população apta a votar em seis dos sete municípios (Figura 1). Comparando estas duas participações relativas, constata-se que a proporção de mulheres aptas a votar é maior do que elas proporcionalmente representam do total da população de cada município. Uma explicação possível estaria relacionada ao tamanho do grupo de mulheres, maior do que o dos homens, com idade a partir dos 16 anos, tendo em vista que os aptos a votar se encontram na faixa etária. Independente de outras possíveis explicações, este resultado evidencia que as mulheres ocupam papel ainda mais representativo para a escolha de seus representantes, o que poderia favorecer nos resultados, caso estas identificassem o sexo como uma categoria estruturante ao sistema democrático local.

As mulheres aptas a votar são aproximadamente 54% desta população em um dos municípios (Matinhos); 52% em três dos sete municípios (Paranaguá, Guaratuba e Pontal do Paraná); 50% a 51% em dois municípios (Antonina e Morretes). Mesmo em Guaraqueçaba esta população é relativamente maior que a dos homens, aproximadamente 48% (Figura 1).

¹⁰ Considerou-se para fins de cálculos o percentual de mulheres em relação ao total da população registrado pelo Censo de 2010, em virtude de ser este o último Censo realizado no Brasil, e a população 2020 divulgada pelo IBGE ser uma estimativa.

Estes resultados também demonstram que as mulheres, apesar de conquistarem o direito ao voto, sendo elas o maior corpo de eleitores nos municípios analisados, o sexo, para elas não é uma categoria acionada na escolha das representações, ou seja, não existe uma identidade política que justifique a escolha destas no local. Salienta-se que estes resultados não levam em consideração outras questões (identidades) implícitas no processo eleitoral para a tomada de decisão (racionalidade).

Figura 1: Participação relativa de homens e mulheres da população total e da população apta a votar nos municípios do Litoral do Paraná



Fonte: CENSO (2010); TRE –PR (2020).

3.2 Pluripartidarismo como categoria de identidade nos resultado do processo democrático 2020 nos municípios do Litoral do Paraná

Por mais que alguns eleitores pudessem afirmar que a escolha se deu pelo(a) candidato(a), caso houvesse entrevistas, negando a influência partidária, seria ingênuo de nossa parte acatar tal afirmação, dado que a proposta do(a) candidato(a) é uma construção dialogada entre o partido político e o(a)s candidato(a)s que o representam – **Identidade partidária**.

O sistema democrático pluripartidário foi observado nas eleições de representantes do executivo e legislativo dos municípios do Litoral do Paraná em 2020 por meio do registro de 19 diferentes partidos políticos ao executivo: Avante (AVANTE); Cidadania (CIDADANIA); Democratas (DEM); Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Patriota (PATRIOTA); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Liberal (PL); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Podemos (PODE); Progressistas (PP); Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Partido

Social Cristão - (PSC); Partido Social Democrático - (PSD); Partido Social Liberal - (PSL); Partido dos Trabalhadores - (PT); Partido Trabalhista Brasileiro - (PTB); Partido Trabalhista Cristão (PTC); Partido Verde (PV); e Republicanos (REPUBLICANOS). Para além dos 19 mencionados, somam-se mais seis partidos ao legislativo: Democracia Cristã (DC); Patriota (PATRIOTA); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e Rede Sustentabilidade (REDE).

Na análise das eleições ao executivo dos sete municípios do Litoral do Paraná, Paranaguá registrou o maior número de partidos, oito, e Guaratuba o menor, três. Em Pontal do Paraná, sete, em Matinhos e Guaraqueçaba, seis, e em Antonina e Morretes, quatro. Pelo registro de mais de dois partidos concorrendo ao executivo em cada um dos municípios, seria impossível negar o pluripartidarismo no processo democrático nestes municípios. Porém, caso os 19 partidos que participaram do processo eleitoral 2020 nos sete municípios do litoral fossem concepções sociais *in situ*, ou seja, fossem decorrentes de construções a partir de relações sociais locais, na média cada município contaria com 2,7 partidos, ou seja, em algum dos municípios não se observaria o pluripartidarismo, e sim um bipartidarismo. Este cálculo também indica que os partidos que são os mesmos replicam nos municípios, confirmando não serem construções *in situ*, pois caso fossem teríamos 38 partidos registrados no Litoral do Paraná.

Portanto, estes resultados confirmam um pluripartidarismo de base nacional, cujos partidos que o constituem constroem suas bases partidárias nas três esferas federativas, reproduzindo assim suas concepções ideológicas. Nos sete municípios do Litoral do Paraná, a recorrência dos partidos não só foram observadas nas candidaturas como também confirmam seus poderes de persuasão nas urnas. O PODEMOS, o PSD e o CIDADANIA apresentaram candidaturas em quatro municípios, cada um destes com candidatura de dois destes partidos. Dez dos partidos (DEM, MDB, REPUBLICANOS, PATRIOTA, PCdoB, PMN, PP, PROS, PT e PL) registraram candidaturas em dois municípios e cinco (PSC, PTB, PV e PSL) em um município (Tabela 2).

O PODEMOS teve seus candidatos ao executivo eleitos em Paranaguá e em Matinhos, já o PSD teve seus candidatos eleitos em Antonina e em Morretes. O CIDADANIA, apesar de não ter eleito nenhum(a) prefeito(a), foi o segundo partido com maior número de votos em Guaratuba e em Antonina. O DEM e o MDB, que registraram candidaturas em dois municípios, tiveram seus(suas) candidato(a)s eleitos em Guaratuba e em Pontal do Paraná, respectivamente. O PSC, presente apenas em Guaraqueçaba, elegeu uma mulher ao chefe do poder executivo municipal (Tabela 2).

Tabela 2: Partidos por ordem decrescente de recorrência nos municípios do Litoral do Paraná, com destaque ao número de votos que elegeram o partido

| Município | Paranaguá | Guaratuba | Matinhos | Pontal do Paraná | Antonina | Morretes | Guaraqueçaba |
|--------------|-----------|-----------|----------|------------------|----------|----------|--------------|
| PODEMOS | 36.444 | 427 | 7.987 | | | 2.569 | |
| PSD | | | | 5.528 | 6.390 | 4.554 | 1.845 |
| CIDADANIA | 671 | 8.180 | | | 3.266 | | 319 |
| DEM | 357 | 10.701 | | | | | |
| MDB | | | | 6.234 | 199 | | |
| REPUBLICANOS | 27.265 | | | | | 1.503 | |
| PATRIOTA | 462 | | | | 469 | | |
| PCDOB | 378 | | | | | | |
| PMN | | | 177 | 967 | | | |
| PP | | | 2.034 | | | | 561 |
| PROS | 6.402 | | | | | 1.184 | |
| PT | | | 1.232 | 393 | | | |
| PTC | | | | 16 | | | 684 |
| PL | | | 7.133 | | | | |
| PSC | | | | | | | 2.025 |
| PTB | | | | | | | 159 |
| PV | 257 | | | | | | |
| PSL | | | | 361 | | | |
| AVANTE | | | 57 | | | | |

Fonte: TRE-PR (2020).

Destaque em amarelo indica eleito por maior número de votos; e em verde segundo partido com maior número de votos.

Com base nestes resultados, pode-se afirmar que: o pluripartidarismo, assegurado por uma estrutura institucional, observado a partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, não é uma construção social *in situs*, mas sim o resultado assegurado pelo diálogo entre o global e o local, no caso de uma construção federativa: Município(s), Estado, Distrito Federal e União. Portanto, decorrentes de racionalidades (identidades) globais compartilhadas.

Não só a diferença entre os dois partidos mais votados demonstra a diversidade ideológica construída no local por meio da relação entre candidato(a)s e a população apta a votar no local – **identidade sócio-política** -, dado que os votos para os demais partidos também são manifestações de identidades político partidárias, para além de outras manifestações. Para fins de observação desta, e percepção da identidade a vigorar no local por meio da gestão do partido mais votado, foram observadas as diferenças relativas entre o partido mais votado e os demais em cada município. Em decorrência da ordem de classificação da distribuição dos votos ter sido listada acima, se fará referência apenas a classificação em cada município.

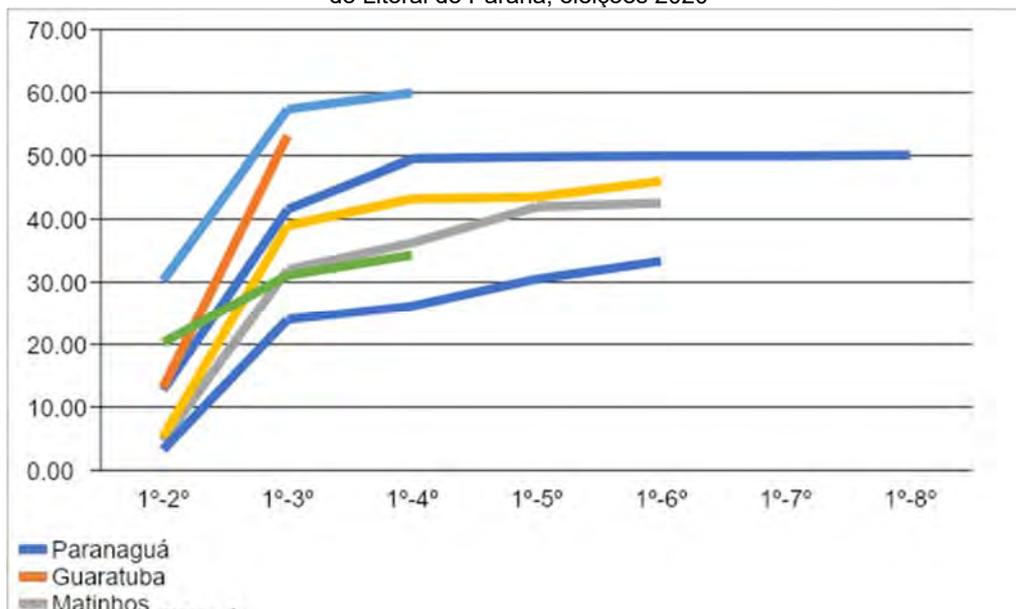
Entre os municípios do Litoral do Paraná, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaraqueçaba registraram maior competição entre os dois primeiros partidos, esta marcada pela menor diferença relativa entre os votos do primeiro e do segundo partido mais votado, inferior a 10%. Antonina foi o município que registrou maior diferença entre o primeiro e o segundo partido

mais votado, aproximadamente 30%, demonstrando uma maior preferência ao partido eleito, ou seja, uma vitória com maior margem. Em Morretes a diferença foi um pouco menor, em torno de 20%, seguido de Paranaguá e Guaratuba, com uma diferença entre 10% a 20%. Estas diferenças não se repetem quando observadas a diferença relativa entre o primeiro e o terceiro partido mais votado, com exceção de Morretes. Em Antonina, observou-se que o terceiro partido mais votado registrou uma diferença de aproximadamente 60% em relação ao primeiro, em Guaratuba a diferença foi superior a 50%, já em Paranaguá e Pontal do Paraná foi de aproximadamente 40%, e em Matinhos e Morretes de 30%. A menor diferença na distribuição dos votos válidos foi registrada em Guaraqueçaba e Morretes, que pode ser observada pela menor inclinação das retas relacionadas a estes municípios na Figura 2.

Vale salientar que, por meio da análise comparativa dos resultados dos sete municípios foi possível obter outros resultados relacionados ao pluripartidarismo. Por mais que este seja efetivado por meio da candidatura, por si esta não garante a distribuição mais equilibrada dos votos válidos, como é possível observar na distribuição dos votos dos oito partidos registrados em Paranaguá: os últimos cinco classificados obtiveram menos de 1% dos votos válidos cada. Muito diferente do que ocorreu em Guaraqueçaba, com seis partidos. Chama também atenção o pluripartidarismo em Morretes e Antonina, com o mesmo número de partidos (quatro). No primeiro município observa-se uma concentração dos votos ao primeiro partido, com grande diferença do segundo partido, e pouco expressivo os votos aos demais partidos – apesar de demarcarem diferença, ou seja, identidade -. Em Antonina, por sua vez, os votos foram distribuídos de forma mais equilibrada entre os partidos (Figura 2).

Estes resultados apontam para diferentes identidades partidárias que transitam entre maior homogeneidade e maior heterogeneidade, sobre as quais é impossível discorrer, por terem estes sido resultados da pesquisa. Vale a pena arriscar em pressupor que: as distribuições heterogêneas podem decorrer de construções sociais do local (resultados do processo de campanha ou reeleição), enquanto as homogêneas seriam resultado do partidarismo global (partidos com representação em outras esferas federativas).

Figura 2: Diferença relativa entre os votos válidos ao primeiro partido e os demais nos sete municípios do Litoral do Paraná, eleições 2020



Fonte: TRE-PR (2020).

O processo de democracia representativa não pode resumir a análise da distribuição dos votos válidos entre os partidos (candidatos), os quais identificam eleitores partidários de determinadas ideologias. Votos nulos e brancos, bem como as abstenções também são manifestações dos aptos a votar que expressam outras identidades: **identidade de repressão partidária** e **identidade de indiferença partidária**, respectivamente. Estas identidades também são fruto das relações sociais entre o(a)s candidato(a)s (ator social 1) e o(a)s apto(a)s a votar, estes distribuídos em dois blocos: os que anularam ou deixaram em branco (ator social 3) e os que não participaram (ator social 4).

Somando ao total dos votos válidos, os votos brancos e nulos são formas de expressões (manifestações) identificadas no processo eleitoral, as quais parecem negar os partidos do pleito e não o processo democrático, marcada pela ausência. Em Matinhos este comportamento social foi o mais expressivo entre os demais municípios analisados, 8,40% dos votos foram invalidados. Paranaguá é o segundo dos municípios com maior invalidação dos votos, 8,34%. Ao contrário, Guaraqueçaba, confirmando maior participação em todo o processo, teve 3,27% dos votos invalidados. Guaratuba, Pontal do Paraná, Antonina e Morretes contabilizaram invalidações que giram entre 5,22% dos votos a 6,86%. Vale destacar que os votos nulos foram em maior número em relação aos brancos, em todos os municípios do Litoral do Paraná (Tabela 3).

Tabela 3. Números de eleitores compareceram, participação percentual de votos válidos, brancos e nulos nas eleições ao executivo nos municípios do Litoral do Paraná, 2020

| Municípios | Compareceram | Votos válidos | Votos brancos | Votos nulos | Total de invalidação |
|--------------------|--------------|---------------|---------------|-------------|----------------------|
| Paranaguá* | 78.809 | 91,66 | 3,07 | 5,27 | 8,34 |
| Guaratuba | 20.487 | 94,25 | 2,13 | 3,62 | 5,75 |
| Matinhos | 20.137 | 92,47 | 3,26 | 4,28 | 8,40 |
| Pontal do Paraná** | 14.614 | 93,15 | 2,61 | 4,24 | 6,85 |
| Antonina** | 11.406 | 94,18 | 1,96 | 3,86 | 5,82 |
| Morretes** | 10.457 | 94,78 | 2,32 | 2,90 | 5,22 |
| Guaraqueçaba | 5.782 | 96,73 | 0,76 | 2,51 | 3,27 |

Fonte: TRE-PR (2020).

*Não foram contabilizados os votos nulos técnicos;

** Não foram contabilizados os votos nulos judicialmente.

A escolha dos representantes aos poderes públicos nos municípios do Litoral do Paraná nas eleições 2020 apresentou parcela significativa de abstenção, sendo a maior registrada em Matinhos¹¹, com mais de 30% de ausência dos aptos a votar, enquanto em Paranaguá, Guaratuba, Pontal do Paraná, Antonina e Morretes, esta variou entre 20,40% a 23,41%. A menor parcela de abstenções foi registrada em Guaraqueçaba, 12,86%, destaca-se este ser o menos populoso (Tabela 4).

Tabela 4. Números de eleitores aptos a votar, participação percentual dos que compareceram e das abstenções nas eleições 2020 nos municípios do Litoral do Paraná

| Municípios | Eleitores aptos a votar | Compareceram | Abstenções |
|------------------|-------------------------|--------------|------------|
| Paranaguá | 101.403 | 77,72 | 22,28 |
| Guaratuba | 26.455 | 77,44 | 22,56 |
| Matinhos | 28.902 | 69,67 | 30,33 |
| Pontal do Paraná | 18.981 | 76,99 | 23,01 |
| Antonina | 14.893 | 76,59 | 23,41 |
| Morretes | 13.137 | 79,60 | 20,40 |
| Guaraqueçaba | 6.635 | 87,14 | 12,86 |

Fonte: TRE-PR (2020).

Estes resultados apontam para uma indiferença não só aos partidos que assumem papéis a representações públicas, mas também ao próprio processo democrático de representação, já que este é pluripartidário. Salienta-se outrossim que a população apta a votar só assume este papel (ator social) por não ter se identificado ao papel de ator social 1, ou seja, como candidato(a). Observa-se que, a indiferença manifestada pela ausência ao processo democrático, de mais de 20% dos aptos a votar em seis dos sete municípios do Litoral do Paraná, é expressiva quando observada junto ao montante das diferentes

¹¹ Vale contextualizar que Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná são municípios praianos, muitas vezes denominados de segundas residências, pela ocupação temporária dos imóveis. Propriedades que podem justificar o registro eleitoral no local.

manifestações, dado que em alguns dos municípios as ausências correspondem ao total de votos que elegeram um partido.

Buscando elaborar uma análise menos cansativa, evitando a repetição, optou-se por não discorrer sobre as identidades, fazendo menção apenas ao pluripartidarismo observado em cada um dos municípios.

O pluralismo partidário é observado na bancada de vereadore(a)s eleito(a)s nos sete municípios do litoral do Paraná. A Câmara de Vereadores com maior diversidade de partidos eleitos no litoral do Paraná é a de Paranaguá, com 10 partidos entre 19 vereadore(a)s eleito(a)s. Apesar de ser o município com menor número de cadeiras, nove, Guaraqueçaba contará com oito partidos. Guaratuba terá suas 13 cadeiras ocupadas por seis partidos diferentes, assim como em: Matinhos, Pontal do Paraná e Antonina, com 11 cadeiras. Já em Morretes, as 11 cadeiras serão ocupadas por sete partidos.

Considerando que o pluripartidarismo é uma construção social externa ao local, e que adentram ao local por meio dos partidos, observa-se que o PSC foi o que registrou maior presença entre os municípios do Litoral do Paraná, seis dos sete, somente em Pontal do Paraná não teve vereador(a) eleito(a) pelo partido. Outros partidos também se mostram globais: o PSD, o MDB e o PROS marcaram presença em cinco dos sete municípios analisados; o PROS e o PSB, em quatro municípios; o PODE, o REPUBLICANOS e o PSL em três; o CIDADANIA, o DEM, o PP, o PL, o PSDB e o PDT em dois. Apenas o PV e o PTC estão presentes em um município cada (Tabela 5).

Tabela 5: Número de candidatos(a) e eleito(a)s por partido nos municípios do Litoral do Paraná, 2020

| Município | Paranaguá | Guaratuba | Matinhos | Pontal do Paraná | Antonina | Morretes | Guaraqueçaba |
|--------------|-----------|-----------|-----------|------------------|-----------|-----------|--------------|
| PODE | 4 | | 3 | | | 2 | |
| PSD | | | 1 | 1 | 3 | 2 | 1 |
| CIDADANIA | | 2 | | | 1 | | |
| DEM | | 4 | | | 2 | | |
| MDB | 1 | 1 | | 2 | | 2 | 2 |
| REPUBLICANOS | 2 | 1 | | | | 1 | |
| PP | 3 | | | | | | 1 |
| PROS | | 2 | 1 | 2 | | 1 | 1 |
| PL | | | 3 | | 1 | | |
| PSC | 2 | 1 | 2 | | 2 | 2 | 1 |
| PTB | | | | | | | 1 |
| PV | | | | 1 | | | |
| PSL | 1 | | 1 | | 2 | | |
| PSDB | 1 | | | | | | 1 |
| PSB | 2 | | | 3 | | 1 | 1 |
| PDT | 1 | | | 2 | | | |
| PTC | 2 | | | | | | |
| Total | 19 | 11 | 11 | 11 | 11 | 11 | 9 |

Fonte: TRE-PR (2020).

Estes resultados não nos surpreenderam, já que o número mínimo de cadeiras no Legislativo dos municípios analisados é no mínimo de nove e o sistema normativo

pluripartidário conduz os resultados, contudo, a análise comparativa – a qual buscava observar os partidos políticos como construções sociais locais -, nos possibilitou observar diferentes distribuições de cadeiras entre os partidos eleitos nos diferentes municípios, como em Guaraqueçaba, maior diversidade, e em Guaratuba, maior concentração. Neste, o DEM elegeu quatro vereadore(a)s, e o CIDADANIA e o PROS dois cada, ou seja, das 11 cadeiras, oito serão representadas por três partidos, fato que se repete, nos demais municípios com 11 cadeiras, exceto em Morretes. Assim, estes resultados apontam para construções sociais entre os atores sociais - candidato(a)s e aptos a votar - pouco diversificadas nestes municípios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo que tinha como objetivo demonstrar que as racionalidades que fazem frente à tomada de decisão são construções sociais derivadas de relações entre atores locais, que para tal tomou como marco as transformações recentes da democracia brasileira, mais especificamente a inclusão das mulheres enquanto ator elegível e ator apto a votar, a serem observadas nas eleições municipais de 2020: executivo (prefeito(a) e vice-prefeito(a)) e legislativo (vereadore(a)s) nos sete municípios que compõem a microrregião do Litoral do Paraná, e analisadas (interpretadas) a partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual (2003), alcançou os resultados desejados, e que aqui merecem alguns comentários.

A categoria sexo por não ter sua origem atrelado ao sistema democrático representativo – ter sua inclusão neste sistema decorrente a lutas sociais vitoriosas pela institucionalizada – não é percebida nos municípios como uma transformação social local, dada a baixa adesão das mulheres concorrendo aos pleitos, e baixa identidade das eleitoras aptas a votar elegendo mulheres como representantes políticas. Isso sugere a necessidade de maiores discussões sobre a sociedade patriarcal e paternalista, definida por homens, fazendo com que as mulheres não ocupem papéis centrais na tomada de decisão, como os discutidos nesta pesquisa.

Acompanhado o processo de assimilação de racionalidades globais ao local, necessário de construção social local, ou seja, de ser esta uma racionalidade construída localmente, e não só determinada por normas para o cumprimento, a categoria partido é observada pela transformação recente no processo democrático brasileiro pela liberdade partidária, manifesta pelo pluripartidarismo. O pluripartidarismo, pela sua própria origem, é uma construção externa ao local, que adentra ao local pelo registro de diferentes candidaturas pelos partidários do local (atores) e passa a constituir as racionalidades locais por meio das relações entre diferentes atores.

Pelos partidos serem construções exógenas ao local eles estão mais aptos também a recusa, ou seja, não promovem identidades no local, o que levou a análise de quatro tipos de **identidades**, as quais são expressões de racionalidades: a **partidária**, manifestada pela representação do ator social local de um partido; a **identidade sócio-partidária**, expressa nos resultados dos votos válidos para cada partido, derivada da relação entre o(a)s candidato(a)s e o(a)s apto(a)s a votar; a **identidade de repressão partidária**, manifestada pela invalidação dos votos pelos atores sociais que votam nulo ou branco, negando os partidos no local; e a **identidade de indiferença partidária**, expressa pelas abstenções ao pleito. Todas elas identificadas nos sete municípios.

Para além dos resultados analíticos propostos, o pluripartidarismo demanda maiores análises e interpretações, dado que tanto a **identidade de indiferença partidária** e a de **repressão partidária** foram observadas em seis dos sete municípios analisados. Para além desta inquietação, os partidos políticos apresentam-se recorrentes, o que reduz os propósitos do pluripartidarismo no processo democrático.

Assim conclui-se que a categoria partido vem construindo identidades baseadas em racionalidades que não são construídas *in situ*, ou seja, não tem sua construção (origem) no local, o que pode levar a conflitos com outras racionalidades situadas. Considerando a diversidade do território geográfico brasileiro, bem como cultural, é quase impossível pensar modos de vida homogêneos, os quais são impostos por meio de ideologias que fundamentam a diferença entre os partidos. Neste sentido, a diversidade de partidos precisa ser resultado de construções sociais dos diferentes locais, exigindo mudanças nas regras que norteiam o pluripartidarismo atual. A recorrência de um partido em mais de um município indica esta imposição ideológica.

Por esta pesquisa ter sido realizada com dados concretos, em especial os registrados pelo TRE-PR e pelo CENSO, advoga-se pela manutenção destes, de maneira a possibilitar pesquisas científicas, as quais fundamentam o conhecimento para novas iniciativas.

BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, A. L. de. *O voto no Brasil: uma reflexão acerca da participação dos eleitores*. In: I ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS E AGENTES, 2013, Araraquara, São Paulo. Anais.. São Paulo: UNESP, 2013. p. 1-19.
- ARQUIVO NACIONAL, (Ed.). (2020). *Eleições e o acervo do Arquivo Nacional*.
- BATISTELLA, A. *O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1966)*. *Sæculum-Revista de História*, v. 25, n. 42, 2020, p. 191-206
- BRASIL. (1932). Decreto n. 21.076, de 24 de fev. 1932. *Decreta o Código Eleitoral*.

_____. (1965). Lei n. 4.737, de 15 de jul. 1965. *Institui o Código Eleitoral*.

_____. (2009). Lei n. 12.034, de 29 de set. 2009. *Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral*.

DAMBROS, E. et al. O pluripartidarismo e a representação social na democracia nacional. *Extensão em Foco* (ISSN: 2317-9791), v. 5, n. 1, 2017, p. 118-134.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.

LIMONGI, F.; OLIVEIRA, J. de S.; SCHMITT, S. T. *Sufrágio universal, mas... só para homens*. O voto feminino no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 27, n. 70, p. 9, 2018.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012.

MENDES, J. M. *As porteiras foram abertas: Cidadania e sufrágio feminino no Rio Grande do Norte*. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NICOLAU, J. *História do voto no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.

PORTO, W. C. *O Voto no Brasil – da colônia à quinta república*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Top Books, 2002.

SENA, N. S. *História do Voto no Brasil*. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/historia-do-voto-no-brasil/29371/> Acesso em: 20 fev. 2021.

TRE-PR - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, 2020.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020. *Estatísticas Eleitorais e Partidos Políticos Registrados*.

ZAOUAL, Hassan. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez, 2003.



GT 01 – Democracia e conjuntura política na América Latina

Os “projetos” de nação na frente integralista brasileira e no movimento integralista e linearista brasileiro em suas fases de organização.

Tainá Agostinho Cardoso (UNESC)¹
João Henrique Zanelatto (UNESC)²

RESUMO

A pesquisa a seguir visa responder quais foram os “Projetos” de Nação esboçados nas fases de organização dos dois principais grupos neointegralistas atuantes no cenário nacional, sendo eles: a Frente Integralista Brasileira (FIB) e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), entre os anos de 2004 e 2009; a investigação será realizada por meio da análise dos documentos norteadores lançados com a intenção de edificar uma diretriz para cada uma das interpretações da doutrina do Integralismo. Este por sua vez, estruturou-se na década de 1930 na sigla AIB, Ação Integralista Brasileira, atuando como um partido de massas com aspirações e ritualísticas fascizantes, com uma narrativa nacionalista e conservadora. Ao longo da análise, foi possível observar que a Frente Integralista Brasileira se organizou em círculos pré-existentes do neointegralismo, e apesar de se autopromover como a voz autorizada do integralismo da década de 1930, percebeu-se que sua atuação estava mais assegurada na experiência do Partido de Representação Popular, assim, seu “projeto” nacional voltou-se a construção de uma sociedade baseada nos valores e morais católicos. Já o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro, se constituiu com postura mais radical, apresentando uma atualização para o movimento, incorporando elementos da Física e da Matemática, contudo, negacionista à Ciência, já que propuseram que ela sozinha não conseguiria explicar a natureza e os seres. Seu “projeto” nacional investiu em um Estado forte, totalitário, antisemita, ultranacionalista e espiritualista cristã, neste caso, aceitando outras vertentes além do catolicismo.

Palavras-chave: Neointegralismo; Projeto de Nação; Programa Nacional-Espiritualista; Manifesto da Guanabara.

1. INTRODUÇÃO

A doutrina Integralista atravessou diversos momentos históricos no cenário nacional, em grande parte do século XX e também no XXI, no qual adaptou o corpo ou estrutura política para continuar existindo. Apesar da baixa representatividade nos dias atuais, persiste uma

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Santa Catarina, Brasil. Bolsista PROSUC/CAPES. E-mail: tainaagostinho@hotmail.com.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Santa Catarina, Brasil. E-mail: jhz@unesc.net

preocupação inerente, já que suas ideias tomadas a fundo são uma ameaça à democracia e ao Estado Brasileiro como concebemos hoje. Suas derivações se estendem desde a formação de partidos políticos, como foi nos casos da Ação Integralista Brasileira (1932 - 1937), e no Partido de Representação Popular (1945 - 1965) durante o intervalo democrático. Durante a Ditadura Civil Militar, o idealizador da doutrina, e criador dos partidos citados Plínio Salgado, adentrou na Aliança Renovadora Nacional ARENA, onde permaneceu até seu falecimento em 1975.

Dentro deste percurso, destaca-se que na primeira fase, o movimento lançou suas bases ideológicas e ritualísticas, que reunia as ideias lançadas por três intelectuais, além de Plínio, o movimento contava com contribuições de Miguel Reale e Gustavo Barroso, em razão das condições internacionais do contexto de 1930, a doutrina era antiliberal, anticomunista e antisemita; além disso, exaltava a religiosidade cristã (principalmente católica), apontavam para o Corporativismo (CARNEIRO, 2013) como modelo de ação para harmonia entre os diferentes setores da sociedade; e nacionalista, com o ideal de sujeito brasileiro no “caboclo”. Estas características apresentadas desejavam esboçar para a sociedade brasileira um “Projeto” de Nação a ser seguido.

No segundo momento, da criação do PRP, se acentuou nas narrativas de Plínio Salgado o aspecto da espiritualidade integralista, ou seja, a religiosidade cristã católica, para se adaptar ao regime democrático. “Assim como a política brasileira, esse “novo” líder altera a forma de pensar a sociedade negando concepções autoritárias, através da defesa de uma democracia cristã.” (GONÇALVES, 2011, p. 7).

Após a morte de Salgado, os militantes do integralismo passaram por momentos de instabilidades e conflitos pela expressão, salvaguarda, reorganização e representação do movimento, bem como, tiveram problemas pelo uso perigoso de algumas características fascistas da época de fundação da AIB, por alguns membros em momentos de plena democracia pós-ditadura, quando Anésio Lara Campos Jr. esteve associada com o grupo neonazista dos “carecas” (BARBOSA, 2015, p. 234). Alguns militantes defendiam a institucionalização, ou seja, a formação de um novo partido político, enquanto outros defendiam o formato de movimento e ação cultural (CARNEIRO, 2012). Esta última força foi quem venceu a posteriori.

A criação de centros de estudos do integralismo foi uma constante em todos os momentos, eles facilitaram a aproximação de novos enfileirados e militantes. Além disso, serviram como palco para a promoção de debates sobre o futuro do movimento, e por último, atuaram como apoiadores dos grupos neointegralistas do momento recente.

Será apenas a partir da década de 1990, que os instrumentos de divulgação do movimento integralista irão se diversificar e ganhar novos espaços modernos de disseminação e diálogo, o meio digital. A esta altura os militantes sem seu líder já haviam

inaugurado o neointegralismo. Ainda, será neste momento em que os militantes irão se aproximar de outros grupos conservadores. “Na nova reorganização do movimento, juntavam-se, com a nova militância, o mais conservador catolicismo, o movimento pró-monárquico, a admiração pela Sociedade Tradição, Família e Propriedade, a TFP e correntes ultranacionalistas.” (CARNEIRO, 2012, p.16).

No ano de 2004, ocorreu o falecimento de Arcy Lopes Estrella, considerado a última figura representativa do “velho” integralismo, esta oportunidade foi “interpretada como a “hora” dos novos assumirem a total responsabilidade pelo movimento e pela Doutrina, principalmente, cuidando para que houvesse maior rigor em sua interpretação e divulgação” (CARNEIRO, 2012, p. 19), assim em dezembro, organizaram o “I Congresso Integralista para o século XXI”.

Na ocasião decidiram organizar o MIB, Movimento Integralista Brasileiro, porém, pouco tempo depois, diagnosticaram um impedimento diante da sigla, que já havia sido registrada anteriormente, sem a ciência da maioria dos presentes no Congresso (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 148). Assim, a homogeneidade do movimento foi dissipada, e muitos grupos se formaram, cada um carregando um modelo de atuação. Segundo Márcia Carneiro (2012) foi a partir deste momento, que ocorreu o nascimento de uma “quarta geração integralista”, que perdura até os dias atuais.

Diante disto surgiram os grupos: FIB, Frente Integralista Brasileira; a AIR, a Ação Integralista Revolucionária; o MIL-B, Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (NETO, 2018, p. 90), e mais recentemente, em 2017, fora apresentado por Gonçalves e Caldeira Neto, o surgimento de outro grupo com inspirações integralistas, sendo este a ACCALE, Associação Cívica Cultural Arcy Lopes Estrella (2020, p.173).

Porém, apenas se verificará neste recorte da pesquisa, a Frente Integralista Brasileira FIB, e o Movimento Integralista Linearista Brasileiro MIL-B pois estes possuem maior longevidade, dado que a Ação Integralista Revolucionária AIR, foi desativada em 2009, e a ACCALE, Associação Cívico-Cultural Arcy Lopes Estrella, apenas tenha surgido no cenário nacional muito recentemente.

Como esta pesquisa pretende identificar os “projetos” para a Nação brasileira destes grupos na fase de organização e consolidação de suas escolhas doutrinárias, serão analisados os programas e manifestos lançados por ambos, que representam assim seus planos de atuação, no caso de chegarem a ocupar espaços de poderes políticos efetivos. Traçando as trajetórias e as diretrizes doutrinárias que cada grupo estabeleceu quando da sua fundação. Identificando assim, os pressupostos e “projetos” nacionais que nortearam o início de suas atuações. A questão de verificar em suas publicações atuais e movimentações no meio digital ficará para uma próxima redação. No tocante que já estarão definidas assim, a iniciativa da formação destes dois grupos, caros a observação no tempo presente.

2. UMA BREVE COMPARAÇÃO ENTRE OS PROJETOS DE NAÇÃO ESBOÇADOS PELA FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA E O MOVIMENTO INTEGRALISTA E LINEARISTA BRASILEIRO.

O problema que norteou esta pesquisa, é referente aos “Projetos” de Nação que sustentam as narrativas destes dois grupos neointegralistas. Para se chegar a esta “categoria” de análise, utilizam-se como suporte para o conceito de Nação e nacionalismo, as abordagens de Benedict Anderson (2008) e Eric Hobsbawm (1990), do qual respectivamente, as consideram como fruto de imaginação de seus membros, ou mesmo como uma invenção que responde também a intencionalidades econômicas do mundo globalizado.

No entanto, mais que entender este conceito, é preciso salientar que esta expressão, “Projeto” de Nação, corresponde à instrumentalização, à operacionalização, às políticas públicas possíveis, às aspirações culturais, que modelos alternativos ou vigentes de Estado expõem. Então, aqui, se buscará identificar, quais são as ações, iniciativas, programas, ou planos almejados por estes determinados grupos em relação à sociedade brasileira.

Deste modo, é importante demonstrar que assim como exposto na introdução do texto, estes grupos estão embasados em uma experiência pré-existente na história do Brasil que foi o Integralismo, empregado na Ação Integralista Brasileira. E posteriormente, dada a sua ilegalidade e indigestão na sociedade derivada do fracasso e horror dos fascismos na Segunda Guerra Mundial, tenha sido reavaliada e aglutinada ao Partido de Representação Popular, no período democrático depois do Estado Novo, e desmantelado novamente na Ditadura Civil-Militar, onde ocorre também a morte de Plínio Salgado, Chefe supremo do movimento político.

Todas essas circunstâncias foram cruciais para muitos ocultamentos, incertezas, dissipações e conflitos, principalmente quando se trata do surgimento de novos braços deste movimento, entre a terceira geração, depois do falecimento de Plínio, e a quarta geração, gestada no Congresso em 2004.

Em síntese, a Frente Integralista Brasileira, FIB, se reconhece como herdeira legítima do discurso integral, se apresentando como a continuidade do movimento que foi pensado por Salgado, com algumas ressalvas no âmbito narrativo para não ser posta em ilegalidade, como a tentativa de ser dissociada dos fascismos europeus. Já o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro, se apresenta como uma atualização da doutrina integralista para o século XXI, apontando para o Nacional-Espiritualismo, que alia os elementos integrais com o cientificismo físico e matemático, em que a linearidade seria a exatidão e a previsibilidade.

O primeiro a formalizar sua atuação foi o MIL-B. Em 2006 já havia consolidado um plano de atuação que expressava suas aspirações para o Brasil, e portanto, idealizado um “Projeto” de Nação, que fora redigido no “Programa Nacional Espiritualista do Movimento

Nacional-espiritualista” (CARNEIRO, 2007, p. 342) lançado durante um Congresso do MIL-B e do SENE, a Sociedade de Estudos do Nacionalismo Espiritualista, órgão onde são debatidos os temas referentes à doutrina linearista, mas também congrega outros debates em relação ao nacionalismo e ao espiritualismo.

A FIB, organizou e compilou sua atuação e planos apenas em 2009, quando lançaram dois Manifestos. O primeiro, que será debatido na próxima seção chamado “Manifesto da Guanabara” (FIB, 2009a) onde reafirmam sua íntima relação com o integralismo, estabelecendo diretrizes para o Estado, para a família e para os trabalhadores. E o seguinte, lançado no mesmo ano, na oportunidade do aniversário do fim da exploração escravocrata, chamado “Manifesto de 13 de Maio” (FIB, 2009c).

Este último foi criado com a intenção de mostrar-se um movimento antirracista, no entanto, apesar da redação do documento buscar referenciar diferentes momentos históricos, não foi suficiente para creditar um arranjo em benefício à população afro-brasileira, pois posicionaram-se contra as ações afirmativas de cotas em universidades e também aos novos movimentos negros do cenário nacional, reverberando discurso de racismo reverso, que pode ser visto na passagem:

Atualmente, a “esquerda” brasileira substitui a luta de classes pela luta de “raças”, divulgando o mito da “Nação bicolor”, inculcando nos negros e pardos o sentimento de ódio contra os brancos e implantando, em nossas universidades, o injusto e inconstitucional sistema de cotas, que nada mais é do que a institucionalização do racismo em nosso País e que não serve senão às potências que nos querem escravizar. (FIB, 2009c).

Além da herança do antissemitismo integralista, já amplamente debatido pelos pesquisadores da área, deve-se mencionar que o próprio discurso da miscigenação, da “integração das raças” presentes na AIB e na organização dos grupos neointegralistas, apagam a história e a cultura dos diferentes povos que formaram e ainda constroem o país, principalmente se apontarmos para índios e negros, que formam os pilares do homem “caboclo” exaltado pelo movimento, por meio do branqueamento físico e cultural fornecido pelo agente português cristão. Por isso, o Manifesto critica o que chamaram de “bicolorismo”, desrespeitando assim a plena diversidade existente no Brasil.

2.1. A Frente Integralista Brasileira

A Frente Integralista Brasileira, FIB, criada em janeiro de 2005 defende a interpretação fiel da doutrina integralista, e por isso, é definida como uma vertente conservadora do movimento (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 160). Considera-se a verdadeira e oficial voz do integralismo, depreciando qualquer abordagem que os trate como

neointegralistas, pois visualizam-se como uma continuidade do movimento da década de 1930.

Além de se apoiarem na leitura do Manifesto de 1932, que lançou a Ação Integralista Brasileira, interpretam a doutrina também sob o viés da *Rerum Novarum*, que discutiu sob os comandos “naturais” divinos e da própria Igreja, a questão do operariado, da propriedade, da família e do Estado, no sentido de desmotivar a luta de classe e promover a distribuição justa da propriedade. Assim, a FIB “Entendendo que as bases sociais, cuja referência principal é a família, seguem a diretriz natural que Deus teria determinado, seria necessário, antes de tudo, seguir as regras de organização política, econômica e social sob o primado do espírito católico.” (CARNEIRO, 2007, p. 155).

Seu primeiro presidente foi Marcelo Baptista da Silveira, que ocupou o cargo desde a criação até 2009. Seu nome teria sido escolhido, pois na época era presidente do CEDI, Centro de Estudos e Debates Integralistas. “Essa foi uma forma encontrada para manter a reunião de grande parte dos integralistas, que circulavam entre o Cedi, a Casa de Plínio Salgado e o Centro Cultural Plínio Salgado.” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 160). Depois quem ocupou este espaço foi Victor Baubuy, entre 2009 e 2020.

Um fato interessante, é que o ano de transição entre o primeiro e segundo presidente, que foi empossado em 18 de abril de 2009 (FIB, 2009b), é também o ano em que este grupo formalizaria seu plano para a Sociedade Brasileira. Por fim, em 14 de março de 2020, foi empossada uma nova diretoria, sendo agora presidente, Moisés Lima. Outro ponto relevante de se observar é que apesar da mudança de presidência, os círculos dos cargos subsequentes à presidência, alternam muitas vezes os mesmos agentes, por exemplo Marcelo Silveira, primeiro representante, esteve como secretário geral durante pelo menos uma gestão de Baubuy, (FIB, 2009e) e este último, atua hoje como Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos do grupo (FIB, 2020).

A Frente Integralista Brasileira se apoiou em vários centros integralistas, como já mencionado anteriormente, o CEDI, a Casa Plínio Salgado e o Centro Cultural Plínio Salgado. O grupo criou o Centro Cultural Arcy Lopes Estrella, em 2006. Porém ele se utilizou e ainda o faz, principalmente dos meios virtuais para ampliar a disseminação de sua doutrina. Com o intuito de divulgação e estudo da doutrina integralista, lançaram o Instituto Plínio Salgado (CARNEIRO, 2012, p. 22) que é um ambiente online de formação para os novos adeptos da doutrina, no qual serve, segundo eles “qualificação e o aperfeiçoamento intelectual dos membros da Frente Integralista Brasileira.” (FIB, 2009d).

Este Instituto, não funciona como uma página aberta, de livre acesso, ao contrário, ele oferece cursos online gratuitos de aperfeiçoamento, porém o interessado deve enviar informações pessoais para e-mails de responsáveis para ter acesso aos materiais da

formação. No entanto, não foi possível identificar se este instituto mudou de caráter, ou se ainda oferece esse tipo de serviço.

Carneiro, em 2012 também identificou o site de vendas de materiais chamado “Tenda Verde”, outros materiais digitais apontados pela autora, foram o informativo oficial da FIB, chamado “Ação!” e o blog “O sigma reluzente”. Também organizaram o site “Ação dos Blogs Integralistas”. Onde ficaria à disposição dos militantes e novos membros, a fim de informação e estudos, uma lista de blogs e portais que os neointegralistas da FIB acreditavam ser pertinentes para a população (CARNEIRO, 2012, p. 22). Com relação a esta atividade por último citada, existe uma importante passagem em Gonçalves e Caldeira Neto:

Redes sociais como Orkut, Facebook e Twitter, além de vídeo no YouTube, são ambientes virtuais utilizados de modo contínuo pela FIB para dois propósitos: a disseminação dos ideais e a busca por novos militantes. Um dos responsáveis pelas redes sociais do grupo é o secretário de doutrina e estudos da FIB, Sérgio de Vasconcellos, um comerciante de livros usados e militante de grupos neointegralistas desde os anos 1980. Uma das iniciativas utilizadas foi a criação da Ação dos Blogs Integralistas, que tinha como propósito difundir as ideias integralistas em mais de 50 blogs. Eram blogs pequenos, muitas vezes criados e alimentados pelo próprio Vasconcellos, mas que buscavam criar a ideia da existência de uma autêntica *blogosfera* integralista. (2020, p. 162 - 163).

Desta forma, identifica-se que o meio digital tem sido para a FIB, seu principal meio de comunicação entre os militantes e também a forma com que disseminam sua doutrina a fim de arrematar novos membros. Sua presença sempre foi mais sentida nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, locais por onde foram se edificando os principais centros neointegralistas, e também por onde circulava Plínio. Porém existem “alguns núcleos estáveis da FIB no Ceará, Distrito Federal, em Minas Gerais e no Paraná, com algumas dezenas de membros.” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 164).

Apresentado alguns pontos relacionados à formação e organização da Frente Integralista Brasileira, parte-se para a análise do “Projeto” de Nação esboçado por este grupo para o Brasil. Em primeiro lugar, a Frente Integralista Brasileira, sempre foi o grupo de maior representatividade e expressão entre os neointegralistas, porém, ela passou por momentos que não apontavam para uma unidade entre seus membros. Pois ficou desde 2005 até 2009 sem uma diretriz concreta para homogeneizar as tantas vozes presentes no grupo.

Em 2009, na diretriz apresentada pelo Manifesto, o antiliberalismo integral persistiu quando formalizaram que a atuação econômica nacional deva ser definida pela “livre iniciativa, que não se confunde com o do livre mercado, devendo o Estado intervir na Economia, em colaboração com a iniciativa privada, de acordo com o Princípio da Subsidiariedade.” (FIB, 2009a).

Ainda neste documento há a preocupação com a soberania nacional, domínio este que propõe um projeto de nação Integralista em sua extensão máxima, bem como outrora,

Plínio Salgado já advertia, o projeto final do integralismo, a formação da “quarta humanidade”. No Manifesto inscrevem para a criação da Confederação de Estados irmãos, no artigo 31:

É ao Estado Integral que cumprirá a defesa da Soberania Nacional e a missão de restaurar a grandeza de nossa Nação e de fomentar o seu prestígio no exterior, fazendo com que ela se torne uma Nação efetivamente respeitada no coro das grandes nações, assumindo o papel de liderança que lhe cabe não só na América do Sul, mas também em toda a dita América Latina, no Mundo Lusófono e Hispânico, em todo o Hemisfério Meridional e mesmo em todo o Orbe Terrestre.

Parágrafo único: O Brasil deve lutar pela fundação de três grandes confederações de Estados irmãos unindo moral, cultural, política e economicamente, de maneira respectiva:

I – Todos os países de Língua Portuguesa;

II – Todas as nações da América Hispânica, ressaltando-se que o Brasil é tão hispânico quanto seus vizinhos, da mesma forma que Portugal é tão hispânico quanto a vizinha Espanha, com quem divide o território da Península Hispânica, ou Ibérica;

III – Todo o Mundo Hispânico, composto por todas as Nações de Língua e de Cultura castelhana e portuguesa. (FIB, 2009a).

A Confederação de Estados Irmãos nos interpela com certa estranheza, pois num primeiro olhar, nos remete a uma possível contradição com o Estado Nacional, porém, este projeto é também uma das características contínuas no integralismo. A aspiração final na narrativa do movimento quando em seu apogeu, era a construção da “quarta humanidade” baseada em uma grande nação que considerava toda a América do Sul, seguindo a lógica da trajetória em que a primeira humanidade teria sido a politeísta, a seguinte monoteísta, a presente no momento do nascimento do movimento, encarada como ateísta, e por último, considerada a fase integralista, que encontraria novamente refúgio na espiritualidade monoteísta cristã, porém com os sujeitos mestiços da realidade brasileira e latino-americana, encarada como a população ideal para inaugurar esta nova fase.

Em 1934 no livro “A Quarta Humanidade” Plínio Salgado escreveu:

Vae aproximando a hora em que surgirá a grande civilização atlantica. Desde já precisamos preparar as novas gerações, pra uma larga política continental. A America Latina está destinada a formar uma verdadeira confederação. A união mais intima entre os americanos meridionaes dará a cada povo de nossa America uma segura independencia economica. A implantação dos Estados Integralistas em cada uma das nações do Continente, será o primeiro passo que temos de dar em conjuncto. Esse movimento, que se iniciou no Brasil, deverá extender-se pelos paizes sul-americanos. A suspensão de todas as barreiras alfandegarias entre esses povos e o mais intimo intercambio cultural e espiritual devem ser a preocupação immediata dos Estados Integralistas Sul Americanos. Com essa solida estructura economica e moral, poderemos nós, povos escravizados, erguer a cabeça e solucionar conjunctamente as nossas insolvabilidades, a nossa situação de tributarios explorados pelo Super-Capitalismo anti-christão. (SALGADO, 1934, p. 79)

O sujeito desta nova humanidade, criada a partir da experiência local, é, segundo este projeto, o caboclo, que em sentido amplo é o mestiço das possibilidades históricas brasileira, esta narrativa reflete a influência do discurso intelectual das décadas de 20, 30 e 40 no território nacional e em outros países latino-americanos, como é o caso do mexicano José Vasconcelos, ambos enfatizavam a noção de “tipos ideais”, (IANNI, 2000) a partir da

amalgama étnica e cultural da região, fruto do processo colonizatório. Viviane Araujo que analisou o projeto nacional de ensino mexicano promovido por Vasconcelos indicou que “[...] o desafio central para o México, bem como para os demais países latino-americanos, consistiria justamente em não dividir, mas unir, as raças que no fundo eram uma só: a raça ibero-americana.” (ARAUJO, 2017, p. 82).

A união e soma dos grupos étnicos brasileiros é ponto fundamental da ideologia integral. Assim, estas narrativas parciais e positivas em relação à mestiçagem ganharam força na primeira metade do século XX, em um projeto unificador com base na revolução espiritual católica da tradição ibérica, e estão ainda populando o imaginário e o projeto do grupo neointegralista. Porém, a defesa do retorno ao conservadorismo e da família tradicional cristã está em voga também em outros grupos de direita no País.

Uma atualização em relação ao projeto esboçado pela ideia de “quarta humanidade” de 1934, e a “Confederação dos Estado Irmãos” do Manifesto da Guanabara, de 2009, é que não estava previsto uma relação imperial e monárquica, isso se deve ao fato das recentes aproximações de outras direitas ao movimento, inclusive os círculos reacionários monárquicos existentes no país.

Muitos dos adeptos do neointegralismo também consideram-se pró-monarquistas. Esta adaptação pode ser notada na expressão máxima do documento presente no terceiro artigo: “O Integralismo, não defendendo expressamente nem a Monarquia e nem a República e reunindo tanto monarquistas quanto republicanos, não é um sistema de governo e sim um regime, podendo ser implantado tanto numa Monarquia quanto numa República.” (FIB, 2009a).

Portanto, a base deste “Projeto” de Nação é produzir um regime que possa até mesmo ser implantado em modelos antagônicos de governo, pois a democracia, no sentido amplo, nunca foi uma reivindicação integralista, a não ser nos períodos democráticos que o País viveu, no qual o integralismo foi obrigado a dar uma resposta imediata. E esta foi sem dúvida, uma democracia baseada no apagamento das lutas de classes e principalmente fundada no princípio cristão católico.

O Manifesto da Guanabara, perpassa todas as esferas da vida e da nação importantes no ideal integralista e no que expressa a *Rerum Novarum*, sendo elas: A religião; o indivíduo, seus deveres e direitos “naturais”; a família; a propriedade; as dimensões do Município, da Pátria e da Nação; a questão étnica; a questão econômica e social; o Estado e a Constituição.

Assim, de maneira geral, este documento projeta uma sociedade edificada na moral cristã, especialmente católica, formada através da revolução espiritual do homem integral portador do direito e dever natural estabelecido por Deus, que mantém sob os costumes e moral, a família, e esta deve ser formada por um casal de pessoas de diferentes sexos, para

garantir a reprodução biológica dos cidadãos brasileiros. O núcleo familiar que é prioridade na doutrina, também é responsável pela formação do sentimento nacional (FIB, 2009a).

Este raciocínio está inserido nas seguintes passagens do documento: “Art. 4º – Não é possível que haja um Novo Estado, uma Nova Sociedade ou uma Nova Civilização sem que haja um Novo Homem, sendo em razão disto que o Integralismo prega a Revolução Interior [...]” (FIB, 2009a). E ainda, “a Integridade e a Intangibilidade da Pessoa Humana, de seu livre-arbítrio e dos Grupos Naturais a que esta pertence e nos quais melhor exerce seus direitos e cumpre seus deveres em face da Sociedade, da Pátria e da Família.” (FIB, 2009a).

Na perspectiva apresentada ainda pelo Manifesto da Guanabara a história da Nação seria a própria história do Movimento Integralista, ela é “emanada da íntima essência nacional, da Tradição e do Passado Integral da Nação, refletindo, pois, o Brasil real, profundo e autêntico.” (FIB, 2009a).

Outra característica apontada pelo Manifesto, é que o Estado não seria laico, ele concederia concordatas para cooperação religiosa apenas para as religiões que não apresentassem ameaça a Segurança Nacional. O sétimo artigo descreve “O Integralismo se propõe a respeitar a liberdade de culto, desde que o culto não constitua uma afronta à Moral, à Ética e aos Bons Costumes ou uma ameaça à Segurança Nacional [...]” (FIB, 2009a).

As proposições lançadas em direção à grande massa de brasileiros, e neste ínterim, aos trabalhadores, preocupação recorrente na doutrina, aparecem no nono artigo, onde precede que o ser humano “não deve ter seu valor medido pelos bens que possui ou pela classe social ou etnia a que pertence, mas sim por suas virtudes morais, éticas e cívicas e pelo trabalho por ele exercido em benefício do Bem Comum [...]” (FIB, 2009a).

Este documento também prevê Reforma Agrária ou urbana no artigo 19, porém, estabelecendo desapropriações com indenização aos proprietários, em contraposição, descrita no próprio texto, à reforma agrária “confiscatória” motivada por interesses ideológicos, em clara crítica ao Movimento Sem Terra e ao Partido dos Trabalhadores, quando diz: “em proveito de movimentos propagadores de doutrinas estranhas à nossa Tradição e assentadas no ódio, na violência, no terror e na desagregação moral, ética e social.” (FIB, 2009a).

Ainda para o operariado, no artigo 28 e seus três parágrafos, se prevê o recebimento de salários justos e participação nos lucros da empresa apoiados pela meritocracia, pois descrevem que deverá ser realizado apenas nos casos em que manifestam “seu esforço e sua capacidade e tomar parte nas decisões governamentais.” (FIB, 2009a). Assim, toda a problemática da exploração do trabalho e dos problemas estruturais da nossa sociedade em relação à oferta e as diferenças de oportunidades de qualificação profissionais estariam silenciadas por este discurso meritocrático. E finalmente, continuando a tradição da AIB, expressam no terceiro parágrafo, “O Integralismo se opõe à luta de classes, defendendo que

estas, sendo diversas, mas não adversas, podem e devem viver em harmonia.” (FIB, 2009a). Apesar desta afirmação, o termo corporativismo, não aparece em nenhum momento deste Manifesto.

Por fim, este documento que possui um caráter constituinte do “projeto” de nação do grupo neointegralista da FIB, apresenta em seu trigésimo segundo artigo, que

A Nação Brasileira necessita de uma Constituição que constitua o espelho do País real, do Brasil profundo e autêntico, Brasil das igrejas e demais locais em que elevamos nossas preces a Deus e dos cemitérios em que repousam os nossos antepassados, Brasil de nossas moradas, onde labutamos pelo nosso pão cotidiano e pelo engrandecimento do Bem Comum [...]. (FIB, 2009a).

Assim, o próprio conceito de Nação para este grupo, mais do que fundado na própria história do Integralismo, também está relacionado à comunidade, à religião, aos sacrifícios, e no trabalho dos homens integrais que buscam o "bem comum" a partir da doutrina integralista. Como podemos perceber ao longo das imperativas deste documento, o "bem comum" está relacionado a um modelo de comportamento e distribuição que não correspondem a uma igualdade e direito à diversidade entre toda a população, mas sim a uma imposição conservadora de um tipo de moral, que neste caso está no controle da crença e do próprio corpo dos sujeitos trabalhadores.

2.2. Movimento Integralista e Linearista Brasileiro

O segundo grupo aqui analisado, o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro, MIL-B, foi fundado já no ano de 2004, logo após identificado as heterogeneidades do I Congresso Integralista para o século XXI, formado por Cássio Guilherme Reis Silveira, que já tinha experiência e debates sobre esta proposta de atualização da doutrina integralista desde a década de 1990. Neste movimento, há uma perpétua trindade, formada pelo presidente Cássio, pelo seu Vice Rafael Ferreira e pelo presidente da SENE, Sociedade de Estudos Espiritualista, Marcelo Franchi, que caminha lado a lado deste grupo.

A expressão deste grupo concentra-se em grande medida, em sua sede, na cidade paulista de Campinas, onde possui grande participação nas manifestações públicas (CARNEIRO, 2007, p. 157), e também na cidade mineira de Juiz de Fora, que possui um núcleo do MIL-B. Além disso, também está em constante contato com o Círculo Monárquico de Campinas, a União Nacionalista Nacional, UDN e alguns representantes da Maçonaria. (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 157). Estes mesmos autores, colocam que “Ao contrário do discurso de Barroso, para o MIL-B a maçonaria não é uma organização judaica, e sim uma organização que vez ou outra é absorvida por indivíduos de interesses judaicos.” (2020, p. 157). Assim, justificam sua proximidade com os maçons sem que haja uma discordância com um dos precursores do Integralismo.

O MIL-B, se diferencia em vários aspectos em relação à FIB, primeiro porque apresenta uma proposta de atualização da doutrina Integralista, ação que não é aceita pela FIB. Outra questão que os diferencia é o uso dos meios digitais, o MIL-B possui um tímido uso deste meio como forma de disseminação e arregimentação, eles preferem os debates presenciais no SENE e a ação pública, tendo participado de várias manifestações na cidade de Campinas. Carneiro expõe que “os membros do MIL-B gostam de mostrar a sua filiação ao integralismo de forma mais incisiva, estão sempre em locais ou reuniões em que discutam problemas nacionais.” (2007, p. 338). Segundo, como possuem uma abordagem antissionista e antisemita, os membros do MIL-B, não consideram a versão do Antigo Testamento, por acreditarem que “trataria basicamente da história do povo judeu e de sua interpretação de Deus.” (CARNEIRO, 2007, p. 157). Além disso, por discordâncias e conflitos, o MIL-B e a FIB, não mantêm relações amistosas um com o outro desde 2006 (CARNEIRO, 2007, p. 319).

Este grupo, atualizou além da narrativa doutrinária, também os símbolos e signos integralistas. Seu símbolo é o Galo, chamado Tupã, que confronta a visão pejorativa dos “galinhas verdes”. Na charge símbolo do movimento, o Galo Tupã busca cessar o movimento de um verme de duas cabeças, que seriam o liberalismo e o comunismo, ambos partem do corpo uno que seria o capital internacional dos judeus. Gonçalves e Caldeira Neto, expõe que “a charge é marcada pela proposta antisemita do grupo. Nos livros integralistas de Gustavo Barroso, os judeus eram os culpados pelos dois principais inimigos do integralismo: o comunismo e o capitalismo.” (2020, p. 158). O signo acrescentado ao já existente *Sigma*, é o *Elo*, que representa a previsão e linearidade de sua doutrina.

“Se Miguel Reale escolheu o Sigma como idéia de representar a dialética da soma, [...] os linearistas escolheram o Elo para representar, não o sentido de aglutinação, mas de reunião de pessoas para a construção de uma nova proposta linear, que seja comum a todos.” (CARNEIRO, 2007, p. 332).

Exposto isso, passa-se neste momento a analisar seu “Projeto” de Nação através do documento norteador na fase de organização do movimento, que é o Programa Nacional Espiritualista, redigido pelo Movimento Nacional-Espiritualista que se tornou órgão registrado em cartório denominando-se “Associação de Estudos do Nacional-espiritualismo.” (CARNEIRO, 2007, p. 242). Apesar da atribuição, o compromisso e a construção do documento foram firmados pelos dirigentes do MIL-B e da sociedade de estudos SENE. O lançamento do Programa foi realizado no I Congresso da Sociedade de Estudos do Nacionalismo Espiritualista e II Congresso Integralista e Linearista Brasileiro, no dia 2 de dezembro de 2006.

Os locais de acesso aos pesquisadores à este documento, a princípio, são a própria obra da Carneiro que transcreveu o documento, e também um site já bastante debilitado do SENE³.

Inicialmente, o preponderante desta vertente do neointegralismo é a sua pretensa atualização do próprio integralismo, utilizando principalmente a questão antissemita, camuflada agora no antissionismo, também a questão espiritual cristã, não necessariamente católica para este caso. Ademais, a aliança entre a democracia orgânica e corporativista, às características do cientificismo, principalmente da Física e da Matemática. Este grupo utiliza-se de mecanismos narrativos falhos na tentativa de não ser considerado antissemita no tocante que consideram-se contra o capitalismo judeu, chamado de “banqueirismo internacional” e não contra propriamente o povo judeu (CARNEIRO, 2007, p. 339).

Segundo Márcia Carneiro, a questão do “Linearismo”, que é o termo e condição adicionada ao Integralismo por este grupo, estaria ligada à interpretação filosófica de Santo Agostinho e no filósofo natural alemão Leibniz, no qual:

Em Santo Agostinho apóiam a idéia da impossibilidade de se questionar a fé, como em Aquino, porém como algo que, acima da razão, indicaria o movimento do universo sem a necessidade de comprovações materiais. Quanto a Leibniz, os principais intérpretes deste enfoque doutrinário defendem a coerência que o filósofo natural dá a intervenção divina no Universo. (CARNEIRO, 2007, p. 155 - 156).

Dessa forma, questionam até mesmo renomadas teorias físicas, pois elas, baseadas no efeito relativo e cético das ciências, não dão conta de explicar o fenômeno misterioso da existência das forças, apostando na presença de Deus para criar tais situações. Desta forma, podemos estabelecer um paradoxo da inserção do tão almejado cientificismo na doutrina integralista, já que a sua perspectiva científica, é parcial e propõe explicações intangíveis e divinas aos fenômenos da natureza.

Como o presidente do MIL-B, Cássio Silveira, não tem receio de propor uma atualização para a doutrina, acredita que as obras integralistas da década de 1930 expõem a doutrina do movimento e são atemporais, porém nelas existem aspectos que não escapam do contexto da década de 1930. Segundo Carneiro, que o entrevistou em 2007:

O ponto fundamental da década de 1930 seria o nacionalismo. Para o século XXI, Cássio propõe estabelecer diretrizes, a partir da questão espiritualista, mais religiosa. O depoente acredita que o despertar das consciências nacionalista no povo não é mais possível. A mídia de massa teria destruído a capacidade de reação popular pela via

³ A publicação no site da Sociedade de Estudo do Nacionalismo Espiritualista data de 26 de agosto de 2007. O site aparenta ser desatualizado, com movimentações efetivas entre 2005 e 2007. Só foi possível ser encontrado pois a SENE escreveu uma página do Wikipédia para explicar o que é “Nacional-Espiritualismo”, ao fim da página, estão disponíveis dois links, o primeiro para o site oficial, porém não é mais encontrado na internet, e o segundo referente ao Programa. Estas observações apontam a fragilidade do grupo e também de sua atuação no meio digital. O material pode ser aberto através do link: https://web.archive.org/web/20080208155631/http://www.sene.org.br/institucional/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=65

nacionalista. Seria preciso, portanto, um despertar espiritual. (CARNEIRO, 2007, p. 331).

É neste ponto, em que chega-se mais profundamente ao “Projeto” de Nação que apresenta o MIL-B para a sociedade Brasileira, pois a partir desta perspectiva sobre a mídia é que irão se justificar as premissas de controle dos meios de comunicação, de censura, perseguição e controle da nacionalidade dos sujeitos para ocupar estes espaços que são apresentados no Programa Nacional Espiritualista. Como pode ser observado no décimo quarto artigo do Programa:

- Nós promoveremos um combate incansável ao abuso consciente de poder através da mídia. Nós promoveremos a criação de meios de comunicação brasileiros e para isso:
- a. Todos os redatores e funcionários de jornais, rádio e televisão, deverão ser brasileiros.
 - b. Mídias estrangeiras deverão ter permissão expressa do estado para sua circulação em território brasileiro.
 - c. Qualquer participação estrangeira em mídias nacionais ou sua influência será legalmente proibida.
 - d. Emissoras de rádio e televisão, assim como provedores da internet que vão contra os interesses nacionais, serão proibidas nós promovemos a luta legal contra aquelas criações artísticas e eventos que vão contra os objetivos descritos acima e que exercem um efeito destrutivo e desagregadora vida da população. (SENE, 2007).

Desta forma, o projeto arquitetado pelo MIL-B atende às expectativas de um Estado totalitário, centralizador e com restrições à liberdade de expressão, informação e de imprensa. Dentro desta perspectiva ultranacionalista, e impositiva também cabe destacar que o primeiro tópico deste documento expõem que os cargos públicos só poderão ser preenchidos por pessoas alinhadas aos princípios e objetivos do movimento nacional espiritualista (SENE, 2007). Características estas que denotam a pretendida força em um poder centralizado de vertente política única, silenciando outras posições partidárias.

Mais adiante, o Programa expressa quais seriam as responsabilidades do Estado, presentes nos tópicos 3, 6, 7, 8, 10 e 16, sendo elas: a estatização de empresas essenciais para a preservação cívico-espiritual do povo; promoção da democracia orgânica, por meio da instauração do Estado Corporativo; promoção da Municipalização dos grandes monopólios comerciais, fortalecendo os pequenos empresários; promoção de Reforma agrária; eliminação dos juros bancários e combate a especulação imobiliária; substituição do Direito Romano por um Direito Brasileiro; e por fim, para efetivar todas essas medidas, instaurar o Estado Nacional Espiritualista (SENE, 2007).

Como proposta aos trabalhadores, além do corporativismo e reforma agrária, que incidem sobre este agente, também preveem no segundo tópico do documento, que o trabalho será um dos pilares do movimento, e por isso, os cidadãos, não no sentido de direitos, e sim, deveres, terão que se aprimorar física e intelectualmente para viver neste modelo de Estado. O único tipo de ocupação sublinhada neste tópico, é o que categorizam como “trabalho

braçal”, apenas revelando que este deve ser melhor recompensado com base na importância que possui para a coletividade (SENE, 2007).

Além disso, para os trabalhadores, também estão previstos pelos tópicos 4 e 5, a participação nos lucros das grandes empresas, porém não explicita como seria realizado tal premissa, como fez o Manifesto da FIB. Por último, propõem a promoção de uma reforma na Previdência Social, e a criação de uma saudável classe média (SENE, 2007), sem explicações de como atingi-la, porém estima-se que seja por meio da valorização do trabalho e da participação nos lucros elencadas nos tópicos anteriores.

Outros aspectos ainda são levantados como a Educação Pública, e está presente no tópico 12, segundo este projeto nacional, o ensino deverá passar por uma adaptação no currículo a fim de atender qualificação dos trabalhadores, e inculcar desde cedo nas crianças o sentimento nacional-espiritualista (SENE, 2007).

Dentro deste programa ainda estão expostos a questão da integração entre homem e meio ambiente, já que acreditam que a consciência de preservação da ecologia é inerente ao espírito dos membros Nacionais-Espiritualistas (SENE, 2007). Além disso, defendem uma suposta liberdade religiosa, pois descrevem que deva ser respeitada desde que não desencontre os princípios morais desta filosofia (SENE, 2007).

Por último, e também preocupante, preveem a reestruturação das Forças Armadas (SENE, 2007). Pois o próprio líder, Cássio tem relações profissionais com este segmento e o movimento recebe apoio de grupos militares.

O dirigente linearista Cassio Guilherme, como já citado, é um policial federal e os textos de grupos nacionalistas do meio militar e da reserva têm o apoio dos militantes liderados pelo líder do MIL-B. Afinidades ideológicas evidenciadas nos textos legitimam a manutenção de uma imagem positiva do período ditatorial militar brasileiro e textos que conclamam os militares a retornarem ao poder para salvaguardar o país. (BARBOSA, 2015, p. 322).

Portanto, o plano elaborado pelo Movimento Integralista e Linearista Brasileiro, a partir do que pode ser observado por este programa norteador lançado na fase de organização do grupo, demonstra-se chauvinista, no tocante que extremam para tudo aquilo que é nacional, e não toleram o estrangeiro, sendo inclusive antissemita, racista e xenofóbico, dentro deste universo partem ideias totalitárias, que visam uma série de controles, tais como: dos próprios corpos, que passam a ser militarizados desde a infância; sobre a opinião e representatividade política; crença religiosa ou filosófica; sobre possíveis manifestações operárias e sobre a própria informação que circula nas redes e também na imprensa. Mostrando-se como uma potencial ameaça à democracia brasileira.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foi possível observar que a Frente Integralista Brasileira se organizou em torno de círculos pré-existentes que eram desejosos do retorno dos debates e organização da narrativa integralista em formato de movimento, e não como partido político, como desejavam outros militantes mais relacionados a uma ala radical do Movimento.

Apesar de defender nas narrativas que são portadores da voz autorizada do Integralismo da década de 1930, seu Projeto de Nação está voltado principalmente as bases ideológicas do Movimento quando estava inserido no período democrático da existência do Partido de Representação Popular, pois adaptaram seu discurso fascista de outrora, para um modelo baseado na experiência espiritual cristã. Então este projeto volta-se à construção de uma sociedade baseada nos valores e morais católicos.

Já o MIL-B não possui a mesma estrutura conservadora do grupo anterior, e sim uma postura mais radical, que não leva necessariamente a criação de um partido político, porém, estabelecem critérios e estratégias para a sociedade brasileira baseada num nacionalismo extremado, aliado a um discurso espiritualista forte, pois Deus seria o fator preponderante para a criação de todas estruturas e explicações, inclusive as científicas. Sua narrativa não tende a esconder suas bases antisemitas e totalitárias, pois no Estado Nacional-Espiritualista, os cidadãos estariam cercados por esta filosofia, sem possibilidades de possuírem identidades ou opiniões diversas à ele.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ARAUJO, Viviane da Silva. **Educação, integração nacional e cultura iberoamericana no pensamento de José Vasconcelos**. Acesso Livre n. 7 Jan-Jun 2017, p. 71 - 86. Disponível em: https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2017/06/005_pensamento-de-josc3a9vasconcelos.pdf Acesso em: 25 de jan 2021.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Chauvinismo e extrema direita crítica aos herdeiros do sigma**. 1. ed. – São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ksp49/pdf/barbosa-9788568334683.pdf> Acesso: 09 de jun. 2020.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos - **Do sigma ao sigma** – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007 https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_CARNEIRO_Marcia_Regina_da_Silva_Ramos-S.pdf Acesso: 24 de jul. 2020

_____. **Uma velha novidade**: o integralismo no século XXI. Boletim do Tempo Presente, n. 03, p. 1 - 26, dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4158> Acesso em: 5 dez. 2019.

_____. **O Corporativismo integralista** – uma breve exposição de projetos de Estado. XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. 22 a 26 de jul. 2013.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. Ebook.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **O integralismo literário de Plínio Salgado e o salazarismo**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1293981361_ARQUIVO_OintegralismoliterariodePlinioSalgadoeosalazarismo.pdf Acesso em 29 de out. 2020.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

IANNI, Octavio. **Tendências do pensamento brasileiro**. Tempo soc. São Paulo, v.12, n.2, p.55-74, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n2/v12n2a6.pdf> Acesso em: 12 de nov. 2020

NETO, Odilon Caldeira. **Integralismo Contemporâneo ou Neointegralismo?** Sobre a Viabilidade e Possibilidades de uma Definição. In: Ernesto Bohoslavsky y Olga Echeverría (compiladores). Las derechas en el cono sur, siglo XX. Actas del Quinto Taller de Discusión. 2018. Pg. 82 – 112.

SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. Problemas políticos Contemporâneos, nº3. Rio de Janeiro: Livraria Olympio, 1934.

Fontes e blogs:

FIB - Frente Integralista Brasileira: <https://www.integralismo.org.br/>

MIL-B - Movimento Integralista Linearista Brasileiro: <https://integralismolinear.org.br/>

FIB. **Manifesto da Guanabara**. Secretaria de Doutrina e Estudos da Frente Integralista Brasileira. Rio de Janeiro. 25 de Jan. 2009a. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/manifesto-da-guanabara/> Acesso em 30 de out. 2020.

FIB. **Discurso de posse de Victor Emanuel, novo Presidente Nacional**. Por Victor Emanuel Vilela Barbuy, São Paulo, 18 de maio de 2009b. Autor: Portal Nacional. Categoria: Movimento. 23 de abril de 2009. Atualizado em 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/movimento/discurso-de-posse-de-victor-emanuel-novo-presidente-nacional/> Acesso em 30 de out. de 2020.

FIB. **Manifesto de 13 de Maio**. Por: Victor Emanuel Vilela Barbuy. São Paulo. 13 de Maio 2009c. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/manifesto-de-13-de-maio/> Acesso em: 30 de out. 2020.

FIB. **Instituto Plínio Salgado dará início as atividades**. Autor: Nova Offensiva, Categoria: Movimento. 02 de jul. 2009d. Atualizado em 18 de set. 2019. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/movimento/instituto-plinio-salgado-dara-inicio-as-atividades/> Acesso em 30 de out. 2020.

FIB. **Lançado novo Portal Nacional.** Por Lucas Carvalho. Autor: Nova Offensiva, Categoria: Movimento. 11 de dez. 2009e. Atualizado em 18 de set. 2019. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/movimento/lancado-novo-portal-nacional/> Acesso dia 30 de out. 2020

FIB. **Nova diretoria nacional da FIB toma posse para o período 2020/2023.** Autor: Nova Offensiva, Categoria: Movimento. 16 de mar. 2020. Atualizado em 17 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/movimento/nova-diretoria-nacional-da-fib-toma-posse-para-o-periodo-2020-2023/> Acesso em 30 de out. 2020.

Flamma Verde, Florianópolis, 1937-1938 – Arquivo e Hemeroteca digital da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

SENE. **Conheça o Programa-Base do Nacional-Espiritualismo.** Autor: Dirigência Nacional-Espiritualista. 26 de ago. 2007. Atualizado em 05 de nov. 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20080208155631/http://www.sene.org.br/institucional/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=65 Acesso em 03 de jan. 2020.



GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina

O ESTADO MÍNIMO NO BRASIL PÓS 2016 E A CONSOLIDAÇÃO DA PÓS - DEMOCRACIA

Regerson Franklin dos Santos (UFGD)¹
Adauto de Oliveira Souza (UFGD)²

RESUMO

O presente trabalho, desdobramento de doutorado, busca apresentar a sistemática retirada de direitos fundamentais que se iniciou com o Golpe de 2016 e se intensificou sobremaneira a partir de 2019, com um Governo Federal e um Congresso Nacional, respectivamente conservadores e neoliberais. O frágil e já debilitado Estado do Bem-estar Social brasileiro é paulatinamente desmontado para atender aos auspícios do capital, insurgindo assim, via neoliberalismo, um Estado Mínimo. Nesse sentido, os direitos – previdenciários, trabalhistas, educacionais, sanitários etc – são constantemente atacados pelos agentes públicos, que buscam a implementação de políticas fiscais austeras (aos pobres e vulneráveis) e a priorização do superávit para pagamento da dívida, ambos interesses mercadológicos e sobretudo do capital financeiro. Essa conjuntura política e econômica apregoada pelo Governo Federal tem como características o negacionismo científico e cultural, ataques constantes às minorias indígenas, quilombolas, camponesas, de gênero, aumento da violência contra as mulheres e a mercantilização de direitos humanos fundamentais, excluindo milhões de brasileiros de serviços públicos essenciais e da dignidade humana. Temos, desta forma, a Pós-democracia e o Estado do Mal-estar Social como características de uma era marcada pelo desemprego e injustiça social crescentes. A metodologia do trabalho pauta-se na análise bibliográfica e documental - leis, decretos, portarias - oficial e não oficial das diretrizes públicas estabelecidas desde 2016. Cada parte dessa totalidade é verificada tanto em seu discurso como na sua materialização mediante ações que saem do papel para corroborar a gana do mercado, vitimando os milhões de desassistidos dispersos pelo território nacional.

Palavras-chave: Estado. Neoliberalismo. Democracia. Direitos. Pós-democracia.

1. INTRODUÇÃO

Esse texto busca apresentar uma sucinta contextualização histórica da situação político-econômica-social brasileira, examinando a dinâmica das recentes políticas públicas e os seus “meandros”, historicamente determinados. Nesse sentido, analisamos as relações

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: regersonfranklin@yahoo.com.br.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: adautosouza@ufgd.edu.br

complementares e diferenças entre Estado e Mercado, as concepções neoliberais e o Estado Mínimo; as Keynesianas e o Estado do Bem-estar Social (*Welfare State*).

Os procedimentos aqui empregados repousam na análise bibliográfica e documental - oficial e não-oficial - e suas materialidades oriundas dos discursos governamentais acerca das políticas recentes. Nesse sentido, a análise terá como recorte temporal o Golpe institucional de 2016 e as medidas econômicas neoliberais e retrocessos nas políticas sociais a partir de então.

Nesse contexto, a Pós-democracia (CASARA, 2018) paira em diversas nuances do ordenamento jurídico brasileiro, alijando milhares de cidadãos da condição de cidadania³ que expressam um Estado Mínimo.

Desta forma, o texto abarcará uma análise do Estado do Bem-estar Social-Estado Mínimo, a fim de conceituar e possibilitar a ruptura a qual o país passará a partir de 2016, retratando especificamente o conjunto de medidas austeras promovidas por Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), período 2016/2018, ressaltando as consequências à sociedade, fundamentalmente, aos menos favorecidos. Apresentam-se ainda a continuidade dessas medidas na gestão Bolsonaro (sem partido) desde 2019 até janeiro de 2021. As considerações finais encerram o trabalho.

2. Estado de Bem-estar Social no Brasil: características e especificidades

Para Benevides (2011, p. 12), o *Welfare State* faz parte de um conjunto de definições que

fazem referência à ação estatal na organização e implementação das políticas de provisão de bem-estar, independentemente do grau em que se efetiva a participação do Estado, reduzindo os riscos sociais aos quais os indivíduos estão expostos, baseando-se em uma noção de direito social (...). Também estão ligadas a uma determinada relação entre o Estado e o mercado, na qual o segundo tem alguns de seus movimentos modificados pelo primeiro de modo a se reduzir os resultados socialmente adversos do mercado. Além disso, há a noção de substituição da renda, quando esta é perdida temporária ou permanentemente, dados os riscos próprios aos quais as economias capitalistas estão expostas. Vale mencionar ainda, a busca da presença da manutenção da renda em pelo menos um patamar mínimo de modo a que as necessidades dos indivíduos sejam atendidas, mesmo a dos que se encontram fora do mercado.

³ “Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (COUTINHO, 1999, p. 42). Ainda acerca desse mesmo conceito, Teixeira (2020, p. 322), arrazoia que: “A cidadania é, portanto, um projeto e uma prática política de longa duração e histórica efetivada pelas instituições do Estado, mas que precisa ser culturalmente apropriada pela sociedade civil, para não ser “roubada” pelo Mercado”.

Isto posto, analisar as relações entre Estado e Mercado é uma tarefa complexa porque envolve diversas esferas do conhecimento cujas fronteiras são extensas e conflituosas, mas sobretudo determinadas histórica, política e ideologicamente, em cada formação social e econômica. Destarte,

O *Welfare State* não pode ser interpretado como uma mera reforma do capitalismo, mas sim como uma grande transformação econômica, social e política. Ele é, nesse sentido, revolucionário. Não foi um presente de governos ou empresas, mas a consequência de potentes lutas sociais que conseguiram negociar a repartição da riqueza. Isso fica sintetizado na emergência de um Estado que institucionalizou a ética da solidariedade. O indivíduo cedeu lugar ao cidadão portador de direitos. No entanto, as gerações que cresceram sob o manto generoso da proteção social e do pleno emprego acabaram por naturalizar tais conquistas. As novas e prósperas classes médias esqueceram que seus pais e avós lutaram e morreram por isso. Um esquecimento que custa e custará muito caro às gerações atuais e futuras. Caminhamos para um Estado de Mal Estar Social! (CARTA CAPITAL, 2012).

Neste trabalho, concebemos que o Estado é materialidade de um sistema de garantias de (re)produção do capital; sendo o Estado Moderno inconcebível sem o capital, e este complementa-se pelo Estado. Materialidade esta, evocada por Poulantzas (2000), como uma condensação material de relações de forças entre classes e frações de classes e, portanto, em todas as suas intervenções haverá uma tensão permanente entre os interesses do capital hegemônico e parcelas secundárias do capital, assim como em relação as classes dominadas⁴.

Estado e Mercado constituem dois princípios de um mesmo campo histórico da modernidade e que não poderão, por sua natureza, existir unicamente para si enquanto existir o campo histórico que os constitui na sua oposição⁵.

Longe de abranger uma análise verticalizada, tais reflexões, que já apresentam uma expressiva literatura (nacional e estrangeira) sobre a temática em voga, auxiliam na compreensão entre esses dois modelos e/ou estratégias de desenvolvimento (Neoliberalismo e Keynesianismo) aplicados em diversos países - cada um com suas especificidades - e que será pertinente para explicar esse processo em curso no Brasil, que caminha - desde 2003

⁴ “Uma mudança na relação de forças entre classes certamente tem sempre efeitos no Estado, mas não se expressa de maneira direta e imediata: ela esgota a materialidade de seus diversos aparelhos e só se cristaliza no Estado sob sua forma refratada e diferencial segundo seus aparelhos” (POULANTZAS, 2000, p. 133).

⁵ No entender de Kurz (1998, p. 93): “Esse campo histórico, considerado na sua totalidade, é o moderno sistema produtor de mercadoria, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a “valorização” ou economicização abstrata do mundo”. Essa economização abstrata do mundo se dá através dos processos de utilização empresarial do Homem e da Natureza. Nesse sentido, ainda segundo esse autor, “a modernidade, em essência, é justamente a totalização da forma-mercadoria (...)” Kurz (1998, p. 27).

até 2016 – do Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*) como disposto nas citações, para um Estado Mínimo.

Concebemos que os governos do Partido dos Trabalhadores, com dois mandatos consecutivos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), o 1º mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) e o 2º (2015- interrompido em 2016), foram, com todas as adversidades e decisões pautadas na governabilidade, um constructo caracterizado pela inclusão, distribuição de renda e justiça social que, se enquadram em um Estado Provedor, de Bem-estar Social. Todavia, os rumos da sociedade brasileira mudam drasticamente após 2016. E fundamentalmente, a relação do Estado com o mercado.

No governo Temer – abril de 2016 a 31 de dezembro de 2018 – o país experimentou o que Pochmann (2017), denomina de “terceiro tempo da era neoliberal brasileira”, pois o Executivo Federal implantou um projeto de nação que não foi o escolhido nas eleições de 2014, ainda que pesem todas as crises, estagnação e turbulências políticas e escândalos de corrupção.

Assim, temos o Brasil novamente como laboratório do neoliberalismo no século XXI (DUFOUR; VANDENBERGHE; GUTIERREZ, 2017). Portanto, quais as possibilidades de futuro nessa nova crise da República brasileira? Domingues (2017) aponta que a conjuntura de afastamento da Presidenta Dilma Rousseff foi produto de um processo complexo do próprio sistema capitalista, uma vez que

Na verdade o regime de acumulação do capitalismo se apresenta como polarizado, as desigualdades aumentam e o Estado do Bem-estar Social recua onde foi implantado; em todo o mundo e em todas as suas regiões a democracia se restringe (...) as forças de centro-direita e direita nada têm a oferecer senão uma retomada de um neoliberalismo econômico mais impiedoso (DOMINGUES, 2017, p.1748/9).

Essa nova fase do neoliberalismo brasileiro é mais truculenta, pois a economia em fase de recessão e os trabalhadores pagando o “pato”⁶. Logo no início de sua gestão, Michel Temer “emplacou” uma série de medidas explicitamente neoliberais⁷ que, por essa rapidez, sugere-se que já estariam prontas, elaboradas para serem postas em prática imediatamente. Para Dardot e Laval (2019),

⁶ Alusão ao pato amarelo inflável gigante que a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - criou como forma de protesto contra a alta carga tributária e amplamente utilizado pela mídia e também nas manifestações contra a Presidenta Dilma desde 2014. Importante mencionar que o presidente desta instituição (Paulo Skaf) é filiado ao MDB, partido do golpe e, após a sua oficialização, apoiou a criação e o aumento de taxas e inúmeros outras formas de onerar do cidadão brasileiro.

⁷ “Se a Constituição de 1988 elevou os direitos dos trabalhadores à condição de direitos sociais fundamentais, a reforma trabalhista do governo Temer (Lei 13.467/2017) reduz substancialmente as conquistas que em grande parte das sociedades industriais do século XX foram alcançadas na área de proteção social” (REGO; LOUREIRO, 2018, p. 33/34).

Já não há freio ao exercício do poder neoliberal por meio da lei, na mesma medida em que a lei se tornou o instrumento privilegiado da luta do neoliberalismo contra a democracia. O Estado de direito não está sendo abolido de fora, mas destruído por dentro para fazer dele uma arma de guerra contra a população e a serviço dos dominantes.

Berrón e Gonzáles (2016) definem tais fatos como a “privatização da democracia”, o processo pelo qual as corporações a capturam através da elaboração legislativa. E apontam: “é preciso reconhecer a complexidade da interação Estado-empresas”.

Kerstenetzky e Guedes (2018, p. 2097), analisando o gasto social em uma condição de *Welfare State* em um conjunto de países da OCDE, dentre eles, o Brasil, argumentam que houve uma “expansão quase ininterrupta desde 1980 até o ano de 2016” no que tange a percentagem do PIB em gastos sociais, tendo o ano do Golpe (e posteriores) como ruptura pois “trata-se da proteção de políticas e programas sociais conferida pelas clientelas que delas se beneficiam e que acabam se constituindo [...] em obstáculo político para reformas de retração paradigmáticas” (ibid, p. 2098).

Se a circulação de dinheiro está incipiente, a geração de empregos insuficiente e a lucratividade dos donos dos meios de produção, abaixo do desejado, é hora de colocar em prática (ideologia!) ações que privilegiam as frações dominantes - dado que estão no poder⁸ e tomam as decisões -, o que significam cortes os mais diversos em programas sociais e o estímulo aos princípios, diretrizes e práticas do neoliberalismo.

Como exemplos, podemos mencionar: a Proposta de Emenda à Constituição - PEC do Teto dos Gastos Públicos (PEC nº 55, de 2016)⁹; Lei da Terceirização - Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 (BRASIL, 2017a); Reforma Trabalhista - Lei nº 13.467, de 13 de junho de 2017 (BRASIL, 2017b) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e retira inúmeros direitos conquistados pelos trabalhadores, além de Programas de Demissão Voluntária - PDV (BRANDÃO, 2017) pelas mais diversas empresas públicas.

Pelo teor de entrega à iniciativa privada, destacamos o PPI – Programa de Parceria de Investimento, Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016a) e, em 2019, a Reforma da Previdência, que retira Direitos da grande maioria dos trabalhadores brasileiros e pode ampliar o lastro de miserabilidade de milhões que dificilmente conseguirão cumprir requisitos como 40 anos de contribuição (GUIMARÃES, 2019).

⁸ “Por poder se deve entender a capacidade, aplicada às classes sociais, de uma, ou de determinadas classes sociais em conquistar seus interesses específicos. O poder referido às classes sociais é um conceito que designa o campo de sua luta, o das relações de forças e das relações de uma classe com uma outra: os interesses de classes designam o horizonte de ação de cada classe em relação às outras. A capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesses) de outras classes: *o campo do poder é, portanto estritamente relacional.*” Poulantzas (2000, p. 149)

⁹ Transformada em Lei pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/11/2016. D.O.U 16/12/2016, p.2. (BRASIL, 2016b).

Constatamos um conjunto de ações abruptas e avassaladoras de políticas neoliberais no país. Tais mudanças foram implementadas no Brasil inclusive com apoio daqueles que, teoricamente, teriam que combatê-las.

Partidos políticos ligados a Centrais Sindicais de grande expressão, como a *Força Sindical*, apoiaram a Terceirização e a Reforma da Previdência, evidenciando o quanto parte dos sindicatos estão a serviço da burguesia e não dos trabalhadores (ASSESSORIA DE IMPRENSA DA FORÇA SINDICAL, 2015). No dizer de Domingues (2017, p. 1751), o país caminha – como se verá com a eleição de Bolsonaro e seu governo – para um “neoliberalismo mais puro-sangue”.

As áreas de saúde e educação são as mais afetadas com um “Novo Regime Fiscal”, sobressaltando o quanto essa política mercadológica é perversa, pois a “Austeridade é um Retrocesso”¹⁰ ao desenvolvimento do país, principalmente para os mais necessitados¹¹. É, segundo Dantas, Jabbour e Sobral (2016), “a Recriação Conservadora do Estado”!

Fagnani (2017, p. 12), refletindo acerca da política de contenção dos gastos públicos e o “Novo Regime Fiscal” implementado com a “PEC da Morte – PEC 55”, argumenta que essa prática:

‘constitucionaliza’ a ‘austeridade’ sobre o gasto social até 2036. O propósito é reduzir a despesa primária do governo federal, de cerca de 20% para 12% do PIB entre 2017 e 2036, aproximando o Brasil do patamar de gastos realizados por diversos países africanos.

Haverá uma redução brutal de investimentos no que tange à Educação de 18% para 13%, e na Saúde de 15% para 9% até 2036 (FAGNANI, 2017, p. 12)! Se considerarmos o aumento, ainda que em velocidade menor, da população brasileira, apresenta-se um verdadeiro apocalipse, pois o corte vai atingir principalmente as políticas sociais destinadas aos mais carentes¹².

¹⁰ “Estaremos em uma situação em que o país, ao se desenvolver, terá gastos com saúde e educação decrescentes no tempo, o que não parece compatível com as atuais e enormes demandas sociais nestas áreas e que tendem a ampliar devido ao envelhecimento da população” (FÓRUM 21, 2016, p. 42).

¹¹ Brandão (2011, p. 34), menciona que: “Se por desenvolvimento entendermos um processo de *exercitar opções alternativas* frente a uma temporalidade construída e não-imediata, apta a sustentar escolhas, apresentando trajetórias abertas, sujeitas a decisões estratégicas e embates em contexto de incontornável diferenciação de poder (de comando sobre o destino de determinada sociedade), precisamos entender que, ao contrário da preservação de privilégios que representa o processo de crescimento econômico, o desenvolvimento é tensão. É distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as arenas políticas e esferas de poder uma pressão tão potente quanto o é a pressão das forças sociais que perenizam o subdesenvolvimento. Assim, carecemos de melhor identificação e qualificação dos limites e das potencialidades de construção de estratégias de desenvolvimento que possam avançar maiores níveis de integração e coesão social físico-territorial e econômica do País nos próximos anos, valorizando o trunfo de nossa diversidade e criatividade, enfrentando o encadeamento das ações de veto dos projetos hegemônicos.”

¹² “O Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital.” Harvey (2012, p. 85).

Nos dizeres de Moretti, Bandeira e Santos (2018, p. 122), a PEC 95 autoriza a “austeridade como solução legítima para a crise, prevendo a redução dos mínimos obrigatórios em saúde e educação como percentual da RCL [receita corrente líquida]”, o que significa paralisação das políticas sociais em detrimento do ajuste fiscal.

Assim, prosseguem os autores: “o financiamento das políticas sociais se torna um epifenômeno do regime fiscal contracionista (...) de modo que estes se subordinam à definição da despesa como objeto de controle” (ibid, p. 123).

Muda-se - evidentemente com lutas e contradições - a condição de Estado Provedor, com características de propiciar o Bem-estar Social para um Estado Mínimo, que privilegia o individualismo, à competição desenfreada e principalmente, atende aos interesses do mercado e, conseqüentemente, do capital (SINGER, 1998; CASTRO; POCHMANN, 2020).

Harvey (2012), analisando a gênese desse processo, assevera que:

é nesse nível – a experiência da vida cotidiana sob o capitalismo na década de 1970 – que começamos a ver como o neoliberalismo penetrou nas compreensões do ‘senso comum’. O efeito disso em muitas partes do mundo foi vê-lo cada vez mais como uma maneira necessária e até completamente ‘natural’ de regular a ordem social (HARVEY, 2012, p. 50).

Os desdobramentos são incomensuráveis ao desenvolvimento do país após os cortes iniciados em 2016. Vejamos esses fatos:

A crise econômica recente fará com que o investimento do setor público no Brasil retorne ao patamar (em termos relativos) da década de 1990. É o que diz o economista Rodrigo Orair, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de pesquisa ligado ao Senado Federal (...). (SHALDERS, 2017).

Portanto, o que estamos presenciando foi e continua sendo um verdadeiro descompasso entre a inclusão e o que está se apresentando com a concepção de desenvolvimento dos governos de Temer (abril de 2016 a 2018) e intensificado com a eleição de Bolsonaro (sem partido, 2019/22).

No interior desse processo, o mercado - sobretudo o capital estrangeiro - vai tomando terreno e angariando mais possibilidades de lucro, concentração e centralização de capital. Para tanto, não mede esforços em adentrar em praças que deixam de ser públicas, parques que são destinados às empresas e gerenciados como compra (REIS, 2017) do lazer e da “sensação” de proximidade da Natureza de forma segura e higiênica, dentre outros exemplos que evidenciam a expansividade agressiva do capital. A Pós-democracia e a gestão dos indesejáveis (CASARA, 2018) torna-se cada vez mais presente.

Bastou o governo Temer assumir definitivamente o governo - em 31 de agosto de 2016 - para que todo processo de privatização fosse facilitado e incentivado como saída à

“crise” e à corrupção. Conforme Casara (2018, p. 75), “inimigo é todo aquele que não possui valor de uso dentro da racionalidade neoliberal”.

Corroborando a citação acima, Boron nos explica que a vitória do neoliberalismo nada mais é do que

O deslocamento do equilíbrio entre mercados e Estado, um fenômeno objetivo que foi reforçado por uma impressionante ofensiva no terreno ideológico que ‘satanizou’ o Estado ao passo que as virtudes dos mercados eram exaltadas. Qualquer tentativa de reverter esta situação não só deverá enfrentar os fatores estruturais, mas também, ao mesmo tempo, se haver com potentes definições culturais solidariamente arraigadas na população que associam o estatal com o mau e o ineficiente e os mercados com o bom e o eficiente (BORON, 1999, p.10).

Harvey (2012) ao estudar essa questão, argumenta que nesse contexto há um processo de “naturalização” das condições de trabalho e produção da classe trabalhadora, com constantes e agressivas perdas de direitos. Ademais, faz parte do processo capitalista, que concede cada vez mais tudo ao patrão e menos ao empregado. Vejamos:

o capital pode apropriar-se da especialização flexível como maneira conveniente de buscar formas mais flexíveis de acumulação. Essas duas expressões – especulação flexível e acumulação flexível – têm conotações bem diferentes. O resultado geral se traduz em baixos salários, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perdas de benefícios e de proteções ao trabalho. Podemos discernir prontamente essas tendências em Estados que seguiram o caminho neoliberal (HARVEY, 2012, p. 86).

É exatamente nessa temática da flexibilização que pairaremos nossa discussão agora. O Programa de Parceria de Investimentos – PPI (Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016) legaliza a entrega das instituições públicas à iniciativa privada e, conseqüentemente, ou elimina os trabalhadores públicos ou os coloca em situação de inferioridade/precariedade devido à terceirização. A Desestatização novamente é apresentada no PPI (BRASIL, 2016a), que em seu Art. 1º, evoca:

Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, **destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada** por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de **desestatização** (BRASIL, 2016a). grifos nosso.

Torna-se explícita a intenção governamental, agora de maneira legalizada, em delegar a máquina pública e seus serviços ao Mercado. Seu raio de atuação abrange todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), ressalvado nas alíneas I, II e III do § 1º do Art. 1º da Lei 13.334/2016 (BRASIL, 2016a), em que tanto a administração direta quanto a indireta podem ser objetos de sua aplicabilidade. E mais, restaura a Lei nº 9.491, de 9 de

setembro de 1997 - Programa Nacional de Desestatização (BRASIL, 1997) de Fernando Henrique Cardoso - FHC e a coloca no bojo do jogo político para atuar em prol do capital¹³.

Essa própria palavra que pauta a lei - desestatização - refere-se à diminuição gradativa do tamanho do Estado, tornando-o mínimo aos cidadãos, mas cada vez maior ao capital, como detalham Sader e Gentili

Dentre as ideias dominantes nestes tempos de hegemonia neoliberal, está a da desapropriação do Estado nacional, o que significa, de alguma forma, a desaparecimento do Estado [...]. Por sua vez, as obras de infraestrutura e os serviços sociais passam gradualmente a ser responsabilidade do capital privado, seja pela privatização, seja pela privatização da vida das pessoas, que, quando podem, se acolhem a serviços de saúde privados, assim como educação, de correio, de segurança, de transporte, etc (SADER; GENTILI, 1999, p. 125).

Ainda acerca dessa temática, Rios Neto (2020, p. 1), leciona que:

Esta hegemonia neoliberal é resultado do esforço levado a cabo por um punhado de corporações transnacionais, que, em simbiose com a revolução tecnológica, globalizou, financeirizou e virtualizou o capital e vem impondo, gradualmente, o padrão mercadológico de sociabilidade em praticamente todos os recantos do globo. Os efeitos mais nefastos deste fenômeno são a crescente degradação dos espaços políticos e, por consequência, o desmoronamento gradual dos Estados-nações, hoje sequestrados pelas forças de mercado por meio de expedientes como endividamento público, influência econômica nas campanhas políticas, *lobbies* empresariais, controle da informação, captura de processos decisórios governamentais, dentre outros.

Segundo relatório do Banco Mundial (2018), o modelo de Estado brasileiro está ultrapassado e precisa ser revisto. Trata-se de uma nítida investida das agências internacionais para ocultar as consequências nefastas que não “permitem” o desenvolvimento nacional, incidindo a culpabilidade única e exclusiva ao Estado Provedor.

Para Faé (2009, p. 16/17), no campo discursivo do desenvolvimento

É necessário considerar que um determinado discurso, ao emergir, caracteriza-se como reflexão sobre o mundo, como produção de significados construídos na relação com os outros e, principalmente, traduzidos em linguagem e formas de agir no mundo, pois é através do movimento contínuo-externo, provocado pelo pensar, que tanto atores sociais de forma individualizada, como a sociedade, se interconectam e se produzem em processo contínuo [...].

Entretanto, a valorização que determinado discurso alcança depende de regras de produção, adequação e circulação em um campo discursivo

¹³ Importante mencionar que essa lei foi implementada no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1º mandato 1994-1998), porém, praticamente não foi aplicada aos governos do PT (2003/2016), sendo agora novamente colocada em ação.

específico; da posição ocupada por quem emite determinado ato de linguagem; da conexão entre a construção em pauta e a situação específica experimentada no contexto; e da articulação político-estratégica que afeta interesses, práticas e objetos pré-existentes e/ou que virão a ganhar relevância futura.

Esse discurso se alastra das instituições internacionais (dentre elas o FMI e Banco Mundial) via agentes públicos que buscam implementar as políticas de mercado - na tentativa de convencer que essas práticas são as melhores, mais factíveis e abrangentes -para os governos subalternos. Tal processo é que Dagnino (2004), concebe como “confluência perversa dos discursos”.

Não se menciona que o gasto social sempre esteve abaixo do PIB, como demonstraram Kerstenetzky e Guedes (2018) e que, portanto, ele não é o responsável pela estagnação, mas sim de introduzir, pelo discurso da ineficiência do Estado, o viés neoliberal, tendo ajuda da mídia e da elite para corroborar o ajuste fiscal que ora vem se implementando no país. Nesse sentido, para o Banco Mundial (2018, p. 4) um crescimento compartilhado reitera que

O Brasil arrecada mais impostos do que um país de porte médio da OCDE. No entanto, a crescente epidemia de violência, a estagnação nos resultados da educação e a incapacidade de prover serviços de saneamento a milhões de brasileiros são apenas alguns dos sintomas do fracasso do Estado que exigirão mudanças fundamentais de governança pública.

E tais mudanças estão sendo consolidadas via Estado Mínimo, com mais participação da iniciativa privada, como se ela fosse resolver os problemas de inclusão e desigualdades no imenso território nacional¹⁴. Há, nesse contexto, uma disputa de narrativas entre um campo mais progressista e outro neoliberal, que está no poder desde 2016.

Essa conjuntura baseia-se, além da parte prática, na disputa (narrativas) de interesses e de alienação disseminada pelos meios de comunicação, ao que a classe dominante espera que ele (esse projeto de nação baseada no ajuste fiscal e Reformas do Estado) seja efetivado como solução à crise que se instalou no país e precisa de “remédios amargos”, um discurso ideológico que tem por base a seguinte reflexão:

Direitos, demandas e necessidades anteriormente consideradas como assuntos públicos transformaram-se, da noite pro dia, em questões individuais diante das quais os governos de inspiração neoliberal consideram

¹⁴ Segundo o relatório do Banco Mundial (2018, p. 7), “nossa análise dos gastos do governo federal no Brasil revela que uma proporção significativa é ineficiente e beneficia predominantemente as faixas média e alta da distribuição de renda. Cortar esses gastos pode ter impacto negativo menor sobre o PIB e não afetaria negativamente os objetivos de inclusão social”. Talvez resida nesse ponto que a Reforma Tributária progressiva tenha tanta resistência política no país, uma vez que quem ganha mais quer continuar pagando menos, aprofundando ainda mais o fosso da pobreza e desigualdade entre os milhões de cidadãos brasileiros que ganham, por exemplo, 1 salário mínimo.

que nada têm a fazer a não ser criar as condições mais favoráveis para que seja o mercado encarregado a lhes dar uma resposta (BORON, 1999, p. 27-28).

Eis o Estado cada vez mais mínimo¹⁵. Esses e outros exemplos mostram que, a relação entre Mercado e Estado no Brasil é historicamente produzida com tensões e contradições. Para Dardot e Laval (2019), essa conjuntura (crise como modo de governo)

Trata-se mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências. (...) O que caracteriza este modo de governo é que se alimenta e se radicaliza por meio de suas próprias crises. O neoliberalismo só se sustenta e se reforça porque governa mediante a crise. Com efeito, desde os anos 1970, o neoliberalismo se nutre das crises econômicas e sociais que gera. Sua resposta é invariável: em vez de questionar a lógica que as provocou, é preciso levar ainda mais longe essa mesma lógica e procurar reforçá-la indefinidamente.

No Brasil, a Reforma da Previdência (aprovada em 2019) é exemplo apontado pelo Banco Mundial (2018, p. 9) para que se gaste menos, assinalando que “A principal maneira de limitar ainda mais os déficits futuros do RGPS [Regime Geral de Previdência Social] seria reduzir gradualmente os níveis de benefício em relação ao salário” incidindo no pagamento de menos que um salário mínimo àqueles que não contribuíram ao longo de suas vidas.

E o Governo Federal propôs esse plano, que, com muita luta e resistência popular, não foi aprovado senão o quantitativo de milhões de brasileiros que estariam em situações de miserabilidade seria bem maior ao qual temos em 2021.

Tal medida significaria relega-los à própria sorte como “punição” por não terem participado do sistema ao longo de suas vidas. No sentido amplo do termo, o Estado não pode se negligenciar de cumprir minimamente o seu papel garantista de Direitos Fundamentais mínimos como o Direito à vida.

Buscamos novamente Dardot e Laval (2019) para referenciar esse debate, pois, conforme os autores:

No passado, muitas vezes, o neoliberalismo se associou com a abertura, o progresso, as liberdades individuais, com o Estado de direito. Atualmente, conjuga-se com o fechamento de fronteiras, a construção de muros, o culto à nação e a soberania do Estado, a ofensiva declarada contra os direitos humanos, acusados de colocar em perigo a segurança (DARDOT; LAVAL, 2019).

Enfim, as decisões, políticas que são, privilegiam, principalmente nos momentos de crise, os donos dos meios de produção, evidenciando o poder dominante em prevalecer seus

¹⁵ Para os trabalhadores, evidentemente. Reforcemos: para o capital é cada vez mais máximo.

interesses, ainda que sejam minorias na sociedade, fazendo-se cumprir suas ordens, deixando milhões de vulneráveis – alguns indesejáveis que são – sem dignidade, serviços essenciais, alimentação, portanto, sem vida.

A saída (neoliberal) apontada pelo Banco Mundial incidiu na seguinte proposição:

trinta anos após a promulgação da CF de 1988, os limites da expansão do governo estão ficando cada vez mais claros. As resistências contra o aumento de impostos e outras questões sérias de competitividade empresarial indicam que talvez não seja politicamente viável o governo continuar aumentando de tamanho (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 36).

Ou seja: deve-se caminhar para uma democracia de mercado que seja pautada em um Estado Mínimo. O horizonte não delinea oportunidades, mas sim uma acentuada dinâmica histórica no sentido da formação de exclusivos.

Eis a questão a ser refletida: com mais introdução do capital privado, sem poder de compra, como o sistema prosseguirá? Até que ponto esse processo se sustenta? Como pagar por Direitos Humanos Fundamentais (água, alimento, saneamento básico, educação) sem ter trabalho-emprego-salário? O Estado, se negligenciará perante a sua responsabilidade constitucional de garantir esse conjunto de Direitos? Conforme a análise de Paulani (2021),

Para além das querelas político-partidárias, o golpe de 2016 tinha objetivo claro: completar o trabalho que começara no Brasil no início dos anos 1990 e teria ficado a meio caminho. A **Ponte para o Futuro**, (...) ¹⁶, é um programa neoliberal puro-sangue (nos dois sentidos, nota meu marido, com e sem hífen), ou seja, sem os atenuantes sociais dos governos do PT. A inquietação que cozinhou em fogo brando desde as manifestações de 2013 escancarou o espaço político, no início de 2016, para pôr ponto final a esta sorte de “neoliberalismo progressista de Estado” (com perdão da heterodoxia), que estava no poder desde 2003. Grifos no original

Nesse sentido, refletir acerca das políticas públicas e encontrar soluções aos diversos problemas que afligem a maioria das pessoas não é tarefa fácil, tampouco a possibilidade de se encontrar respostas plausíveis. Todavia, a história incide que se lute por um mundo/sociedade mais justo, fraterno e solidário.

O jogo de interesses materiais, a coalizão de forças das diversas frações da burguesia para se manterem no poder (e na hegemonia¹⁷) e os instrumentos que se fazem

¹⁶ FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES/PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, 29 de outubro de 2015.

¹⁷ “A noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas.” (ALVES, 2010, p. 71).

valer são dinâmicos, instáveis e complexos, ao ponto de capturar, sob diversas formas, amplas possibilidades de defesa da maioria.

No Brasil, a desigualdade (de todas as formas e variáveis) é regra, pois, a história é marcada por lapsos históricos de inclusão e políticas distributivas, sendo o período de 2003 a 2016, parte dessa conjuntura que promoveu a distribuição de renda, a justiça social e ampliação de políticas sociais, econômicas, culturais mediante políticas públicas, ou seja: um dos poucos períodos históricos em que houve políticas de governo com inclusão, distribuição de renda e justiça social. Mas, e o Estado do Bem-estar Social? Conforme Kerstenetzky e Guedes (2018, p. 2105)

Sim, o Welfare State resiste, mas precisa de reforços se o objetivo for colocar desigualdade e pobreza sob controle. De fato, as piores profecias podem ser afastadas: o Estado social não encolheu, ao contrário dilatou-se; (...). Não fora ele o mundo desenvolvido estaria próximo do nível das desigualdades fratricidas que acometem partes substanciais do mundo subdesenvolvido.

O que temos em 2021 no Brasil é uma Pós-democracia que afugenta, criminaliza, ridiculariza e mata o pobre. Busquemos novamente uma política que atenda a maioria. Nesse sentido, Casara (2018, p. 66/67) assevera que

O que há de novo no Estado Pós-Democrático é o desaparecimento dos limites. Assim, por exemplo, se no Estado Democrático de Direito existiam limites à mercantilização da vida, limites que podiam ou não ser violados, no Estado Pós-Democrático, os próprios limites tornaram-se mercadorias e, como tal, explicitamente descartáveis.

As inúmeras atitudes, gestos e ações do Governo Federal eleito em 2018 para um mandato que vai até 31 de dezembro de 2022, flertam constantemente com práticas “não republicanas” e, portanto, condenáveis.

Debruçando-se na análise dessa problemática – mas não especificamente do caso brasileiro - Dardot e Laval (2019) denominam esse “novo neoliberalismo” de fascismo neoliberal, e detalham que

O fundamental é compreender que estes governos não se opõem em nada ao neoliberalismo como modo de poder. Ao contrário, reduzem os impostos para os mais ricos, cortam os subsídios sociais e aceleram as desregulações, particularmente em matéria financeira e ambiental. Estes governos autoritários, dos quais a extrema direita cada vez mais faz parte, assumem na realidade o caráter absolutista e hiperautoritário do neoliberalismo.

Assim, não se trata de um Estado Neoliberal mas, também de um Estado Pós-Democrático que reprime e coloca a tortura – física e psicológica – como uma guilhotina

àqueles que diferem de suas opiniões, transformando os adversários em inimigos políticos, inclusive utilizando-se do aparato institucional (CHADE, 2020).

Entretanto, mesmo em um governo nitidamente de extrema-direita, conservador, elitista e neoliberal que tem preconizado um Estado Mínimo e realizado horrores acerca das políticas públicas desde 2019 (inclusive com omissões), pode-se reiterar que se não fossem as ações de um Estado Provedor, estaríamos vivendo uma catástrofe ainda maior acerca da morte de brasileiros acerca da pandemia do coronavírus¹⁸.

Referimo-nos a ação do Estado com a concessão do Auxílio Emergencial para os trabalhadores de baixa renda/salário¹⁹. Essa atuação ocorreu devido a pandemia do coronavírus que se instalou no país no começo de 2020²⁰, pela insurgência do Congresso Nacional que se viu pressionado e agiu com bom senso, pautando-se na obrigatoriedade de ação positiva do Estado. Parece-nos que neste começo de 2021, a Vacina contra essa doença, igualmente, é produto – apesar do negacionismo governamental - da pressão popular em função de mais de duas centenas de mortes²¹.

A despeito da importância de ações programáticas para o combate a pandemia, tivemos o oposto: inconseqüências do Presidente sob diversos aspectos, como descrito por Paulani (2021) que, não fossem trágicas, dariam um belo filme de comédia.

O deboche renitente e criminoso do presidente, suas persistentes chacotas com relação às vacinas—elaboradas em tempo recorde, diga-se—, as campanhas oficiais em favor de tratamento precoce sem eficácia, a displicência e incompetência do ministro da Saúde na viabilização e logística da vacinação (o general não era especialista em logística?), o permanente descaso com as vítimas fatais, a mortandade obscena no Amazonas, por asfixia e sufocação, nestes primeiros idos de 2021, tudo isso fala por si, dispensando comentário.

¹⁸ “A covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com covid-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório)”. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 15 maio 2020.

¹⁹ Carvalho (2020, p. 1), analisando o impacto nos vencimentos dos trabalhadores brasileiros, relativos a maio de 2020, arrazoá que: “Os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente apenas 60% do que habitualmente recebiam, (...). Já os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada receberam efetivamente 76% do habitual. Por sua vez, trabalhadores do setor privado com carteira e funcionários públicos receberam efetivamente em média acima de 90% do habitual”.

²⁰ O primeiro caso foi registrado, em São Paulo no dia 25 de fevereiro de 2020.

²¹ No Brasil, até o dia 22 de janeiro de 2021, 215 mil pessoas perderam suas vidas em razão da Covid – 19 (G1, 2021).

Assim, estamos vivenciando as práticas de um Estado Provedor em tempos de crise que se torna - a contra gosto - o fomentador da economia com auxílios emergenciais²² (CORREIO DO POVO, 2020) aos menos favorecidos e práticas que atendem aos interesses da manutenção do emprego (MATOS, 2020). Destarte, vejamos alguns dados comparativos de programas de distribuição de renda:

Para se ter uma ideia, desde quando foi criado, em 2004, o Programa Bolsa Família (BF) desembolsou, em valores de hoje, cerca de R\$ 450 bilhões, enquanto o Auxílio Emergencial (AE) vai somar R\$ 300 bilhões. Assim, por conta do AE, em apenas nove meses de um único ano se gastou com programas de renda compensatória dois terços de tudo que foi gasto em mais de 15 anos de Bolsa Família. Estudo do IPEA divulgado em agosto mostra, ainda, que, para os domicílios de mais baixa renda, o AE elevou em 24% os rendimentos que eles teriam com as fontes habituais (PAULANI, 2021).

Estudando essa questão, Costa, Rizzotto e Lobato (2020, p. 289), lecionam que:

A pandemia atingiu em cheio o narcisismo da sociedade, sempre alimentado pela satisfação com a negação da realidade. Escancara-se a abissal desigualdade social agora tão escandalosamente exposta quanto antes fora negada. O Brasil que emergirá desta crise sanitária já não poderá esconder de si a imagem que revelou seus milhões de pobres e miseráveis desprovidos de condições mínimas para o cumprimento das normas sanitárias preconizadas para o controle da pandemia: ficar em casa, manter distanciamento social, lavar as mãos e se alimentar adequadamente. Esse espelho, se não for de novo quebrado - e a incômoda imagem, esquecida outra vez -, exigirá mudanças radicais no modelo de desenvolvimento e na política econômica. As transformações envolvem admitir que um País mais justo e menos desigual apenas é possível por meio da adoção de uma política econômica não ortodoxa que institucionalize mecanismos universais de proteção social, garantindo uma renda básica de cidadania e promovendo um efetivo aumento do investimento público para ampliar o mercado de trabalho e absorver os brasileiros hoje abandonados.

Com tais pressupostos, e finalizando a análise, reiteramos que nunca na história do Brasil se tornou tão necessário a luta coletiva/solidária de pessoas – dos diferentes espectros políticos – comprometidas com o futuro da sociedade brasileira para que se combata essa lástima - ideologicamente concebida como crise - que se instaurou no país. Com o Neoliberalismo, veio junto o autoritarismo, a xenofobia, o desprezo por aqueles que pensam diferente e, um horizonte promíscuo e retrógrado. Urge que combatamos o bom combate! Urge refundarmos o Estado brasileiro.

Enfim, as decisões, políticas que são, privilegiam, principalmente nos momentos de crise, os donos dos meios de produção, evidenciando o poder dominante em prevalecer seus interesses, ainda que sejam minorias na sociedade, fazendo-se cumprir suas ordens,

²² Criado pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020a) e regulamentado pelo Decreto Federal nº Lei nº 10.316, de 7 de abril de 2020 (BRASIL, 2020b), a Caixa Econômica Federal pagou a última (9ª) parcela do Auxílio Emergencial (posteriormente alterado por mais dois Decretos Federais) em dezembro de 2020 (MAGENTA, 2021).

deixando milhões de vulneráveis – alguns indesejáveis que são – sem dignidade, serviços essenciais, alimentação, portanto, sem vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciada via golpe em 2016, a derrocada do Estado do Bem-estar Social avança com rapidez nos mais diversos segmentos, transformando os parques direitos conquistados - com muita luta - em pautas que visam sua diminuição, desconstrução, extinção e mercantilização. Vivemos uma quadra histórica em que os Direitos, ideologicamente, se transformaram em custos.

Todo esse arcabouço ocorre mediante o processo neoliberal que busca sedimentar a entrada do capital nas esferas públicas, diminuindo o seu tamanho para se estabelecer o Estado Mínimo – aos pobres, vulneráveis, minorias, mazeados e marginalizados nesse país.

Esse movimento coloca milhões de brasileiros no limbo e compromete o futuro das próximas gerações. Temos visto, com esse bloco que está no poder, uma constante desconstrução de políticas públicas que denotam, no dizer de Casara (2018), a Pós-democracia e a sua consequência: os indesejáveis que, em crescente, precisam de arestas que se traduzem em mais violência - física, ideológica, psicológica e cultural.

Com a nova gestão federal que assumiu em 2019, aliado a um Congresso Nacional conservador, observa-se nesses dois primeiros anos de mandato (2019 e 2020) uma continuidade avassaladora da retirada de Direitos e, como futuro, perdas incomensuráveis do ponto de vista da reconstrução de um projeto nacional de desenvolvimento.

Cabe a luta para reestabelecermos os rumos do país senão em direção à continuidade de políticas inclusivas, pelo menos que se mantenha os direitos conquistados, e essa arena é pertinente a todos que têm a e na Democracia o fim a ser perseguido.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.R.C. “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe” In: **Lua Nova**, São Paulo, 80, 2010, p.71-96.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DA FORÇA SINDICAL. Plenária da Força Sindical apoia regulamentação da terceirização. **FORÇA SINDICAL**. 2015. Disponível em: <http://fsindical.org.br/plenarias-da-forca-sindical/plenaria-da-forca-sindical-apoia-regulamentacao-da-terceirizacao> . Acesso em: 14 set. 2017.

BANCO MUNDIAL. Por um ajuste justo com crescimento compartilhado - Uma agenda de reformas para o Brasil. **BIRD/AID**, 2018. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/brazil-policy-noteswww.worldbank.org>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BENEVIDES, C. V. **Um Estado de Bem-Estar Social no Brasil?**. Niterói: UFF, Dissertação (Mestrado em Economia), 2011.

BERRÓN, B.; GONZÁLES, L. **A Privatização da Democracia - Um catálogo da captura corporativa no Brasil**. São Paulo: IIEP/Vigência, 2016. 144 p.

BORON, A. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 7-67.

BRANDÃO, C. A. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 17-37, 2011.

BRANDÃO, M. Temer assina medida provisória que cria PDV. **Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-07/temer-assina-medida-provisoria-que-cria-pdv>. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020b. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016a. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Casa Civil, 13 set. 2016. Retificada no D.O.U., em 15 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017a. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de junho de 2017b. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020a. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 set. 1997. Republicada no D.O.U. em 11 set. 1997.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 15 de dezembro de 2016b. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 p. 15 dez. 2016.

CARDOSO, B. B. “A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social” In: **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** | Rio de Janeiro 54(4), jul. - ago. 2020, p.1052-1063.

CARTA CAPITAL. Economistas da Unicamp lançam manifesto em prol do Welfare State. **Carta Capital**, 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/economistas-da-unicamp-lancam-manifesto-em-prol-do-welfare-state/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CARVALHO, S. S. “Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19” In: **IPEA**. Carta de Conjuntura nº 48, 3º trimestre de 2020, 18p.

CASARA, R. R. R. **Estado pós-democrático, neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 210 p.

CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. **O Estado como parte da solução - uma análise dos desafios do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. 516 p.

CHADE, J. Uso de dossiê antifascista chega à ONU, e Brasil pode ir para ‘lista suja’. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2020/08/12/uso-de-dossie-antifascista-chega-a-onu-e-brasil-pode-ir-para-lista-suja.htm>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CORREIO DO POVO. Bolsonaro deve prorrogar auxílio por mais 4 meses, com valor de R\$ 300. **Correio do Povo**, 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/economia/bolsonaro-deve-prorrogar-aux%C3%ADlio-por-mais-4-meses-com-valor-de-r-300-1.472419>. Acesso em: 31 ago. 2020.

COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; e LOBATO, L. V. C. “Na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS”. In: **SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, V. 44, N. 125, p. 289-296, abril-jun 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2020.v44n125/289-296/> Acesso em 18 de jan. 2021.

COUTINHO, C. N. “Cidadania e modernidade”. In: **Revista Perspectivas**, p. 41-59, São Paulo, 1999.

DAGNINO, E. **Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** São Paulo: Clacso, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Venezuela/faces-ucv/20120723055520/Dagnino.pdf>. Acesso: 15 jan. 2021.

DANTAS, A. T.; JABBOUR, E. M. K.; SOBRAL, B. L. B. A Recriação conservadora do Estado: impasses no reformismo progressista e popular e o Golpe de 2016. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE**, Brasília, v. 10, n. 14, p. 5-38, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Anatomia do novo neoliberalismo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 10 out. 2020.

DOMINGUES, J. M. Crise da república e possibilidades de futuro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1747-1758, 2017.

DUFOUR, D. R.; VANDENBERGHE, F.; GUTIERREZ, C. Brésil, le nouveau labo neoliberal. **LIBÉRATION**, 2017. Disponível em: http://www.liberation.fr/debats/2017/11/20/bresil-le-nouveau-labo-neoliberal_1611339. Acesso em: 11 dez. 2017.

ESTADO DE MINAS. Governo federal vai privatizar 57 empresas. **Estado de Minas**, 2017. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/08/23/internas_economia,894517/governo-federal-vai-privatizar-57-empresas-para-cobrir-rombo.shtml. Acesso em: 14 set. 2017.

FAÉ, R. **Os discursos sobre Desenvolvimento como recursos políticos-estratégicos: o Banco Mundial como organização central no campo discursivo do Desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, Tese (Doutorado em Administração), 2009.

FAGNANI, E. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para discussão**, Campinas, n. 308, p. 1-20, 2017.

FÓRUM 21. **Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2016. 64 p.

G1, Por. **Brasil ultrapassa 215 mil mortes por Covid, com 1.071 registradas em 24 horas**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/22/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-22-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2021.

GUIMARÃES, Juca. **Reforma da Previdência é aprovada e aposentadoria fica mais difícil para trabalhador**: Dos 81 senadores, 60 votaram a favor da PEC 6; Em 10 anos, governo quer deixar de pagar R\$ 800 bilhões em benefícios. 2019. Brasil de Fato | São Paulo (SP). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/22/reforma-da-previdencia-e-aprovada-e-aposentadoria-fica-mais-dificil-para-trabalhador>. Acesso em: 22 out. 2020.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo – história e implicações**. Tradução Adail Sobral, Maria Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2012. 256 p.

KERSTENETZKY, C. L.; GUEDES, G. P. O Welfare State resiste? - Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2095-2106, 2018.

KURZ, R. **Os últimos combates**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 394 p.

MAGENTA, Matheus. **Auxílio emergencial | ‘Sem doações, meus filhos passariam fome’: o fim do benefício na cidade brasileira com mais dependentes do recurso**. 2021. Da BBC News Brasil em Londres. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/aux%C3%ADio-emergencial-sem-doa%C3%A7%C3%B5es-meus-093406925.html> . Acesso em: 25 jan. 2021.

MATOS, K. Redução de Salários na MP 927 (Atualização devido ao COVID 19 – Coronavírus). **Salário**, 2020. Disponível em: <https://www.salario.com.br/trabalhista/reduzir-jornada-de-trabalho-e-salario/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MORETTI, B.; BANDEIRA, E.; SANTOS, E. CF 30 anos: o (des)equilíbrio entre a questão fiscal e os direitos sociais em quatro tempos. In: Cunha, Alexandre dos Santos, et al. (org.).

30 anos da Constituição Federal Brasileira – notas para um obituário precoce (1988-2018). Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea, 2018. p. 117-123.

PAULANI, Leda Maria. **Dois anos de desgoverno – três vezes destruição:** Neoliberalismo, fascismo cultural e pandemia sem controle, em síntese trágica, devastam o país. 2021. A Terra é redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-tres-vezes-destruicao/>. Acesso em: 24 jan. 2021.

POCHMANN, M. Os três tempos do neoliberalismo brasileiro – Collor, FHC e Temer. **Rede Brasil Atual**, 2017. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/marciopochmann/270002/Os-tr%C3%AAs-tempos-do-neoliberalismo-brasileiro-Collor-FHC-e-Temer.htm>. Acesso em: 14 set. 2017.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** 4. ed. Tradução Rita Lima. São Paulo/Rio de Janeiro: Graal/Paz e Terra, 2000. 274 p.

REGO, W. L.; LOUREIRO, M. R. Significado histórico e seu desmonte atual. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. (org.). **A constituição golpeada: 1988-2018.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. p. 21-37.

REIS, V. Doria diz que vai privatizar todos os parques de SP ainda em 2017. **G1 SP**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-vai-privatizar-todos-os-parques-de-sp-ainda-em-2017.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2017.

RIOS NETO, A. S. Complexidades emergentes. **A Terra é Redonda**, 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/complexidades-emergentes/>. Acesso em: 01 out. 2020.

SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo II.** Que Estado para que democracia. Petrópolis: Vozes, 1999. 184 p.

SHALDERS, A. Investimento público cai em 2017 e voltará ao nível dos anos 1990, diz estudo do Senado. **BBC News**, 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41949948>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SINGER, P. Para além do neoliberalismo – a saga do capitalismo contemporâneo. **São Paulo em Perspectivas**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 4-20, 1998.

TEIXEIRA, M. D. “Cidadania na gestão pública municipal”. In: AZEVEDO, A. B. L.; TIBIRIÇA, J.; MANZANO, M. (orgs). **Cinco estudos sobre a realidade brasileira.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p.305-384.



GT 1 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina

INSURGÊNCIAS DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO: A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E ATORES SOCIAIS DURANTE A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE JUNDIAÍ EM SÃO PAULO.

Daniela Colagrossi (UNICAMP)¹
Sidney Piochi Bernardini (UNICAMP)²

RESUMO

O município de Jundiaí, no interior do Estado de São Paulo teve vários planos diretores aprovados desde 1969, mas realizou, no período de 2013 a 2016, um novo plano, que rompeu com a lógica planificadora dos anteriores. O processo participativo, que culminou com a revisão do plano diretor em 2016, atendendo às normativas do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), amplificou o debate democrático e o alcance das decisões urbanas, para além das decisões políticas e tecnocratas. O método participativo deste processo promoveu o encontro de diversos atores - poder executivo, sociedade civil, segmentos empresariais e não governamentais - sob olhares e interesses diversos fazendo emergir conflitos, dirigindo-os para a busca progressiva de acordos em cada etapa de elaboração. Contou com a eleição de 102 delegados, no Congresso da Cidade, evento aberto a todos os cidadãos. Esta representatividade diversificou saberes e intenções sobre a terra urbana e os atores sociais tomaram decisões diferentes das comumente tomadas. Este trabalho pretende mostrar como se deu a redistribuição de poderes, sua representatividade em relação ao território e aos segmentos que compõem a produção da cidade, casos de insurgência e sua interação com o Estado durante o período de elaboração da legislação entre 2013 e 2016.

Palavras-chave: (insurgência, participação social, processo participativo, plano diretor)

¹ Engenheira Civil, Mestranda em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, integrante do Grupo de Pesquisa Teruplano - Território, Urbanização e Planejamento. E-mail: dcolagrossi@hotmail.com

² Arquiteto e Urbanista, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP e Professor do Programa de pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, coordenador do Grupo de Pesquisa Teruplano - Território, Urbanização e Planejamento, Brasil. Email:sidpiochi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar como a participação social pode afetar as políticas durante a formulação da legislação urbanística municipal de Jundiaí, uma cidade média do interior do Estado de São Paulo, com cerca de 423 mil habitantes³. O plano diretor participativo, como denominado, define a política de desenvolvimento territorial e as normas para a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo. As relações entre os atores sociais, participantes do processo participativo de elaboração do Plano Diretor foram observadas no período de 2013 a 2016 e foram conduzidas pelo Município originando, em meados de 2016, uma nova lei do plano diretor. Assim, primeiramente serão apresentadas algumas contribuições teóricas acerca das relações entre participação social e o Estado e, em seguida, a apresentação e discussão do caso específico do Plano Diretor de Jundiaí e seu processo de participação. Por fim, as conclusões tentarão interpretar este diálogo entre a empiria e a teoria.

1.1 Os movimentos sociais e as políticas de governo

Ao considerar a importância dos movimentos sociais como protagonistas de transformações na sociedade, alguns pesquisadores das ciências políticas procuram observá-los em uma perspectiva mais ampla, ao evidenciar as relações que eles estabelecem com o Estado. Os movimentos podem ser compreendidos como atores coletivos, que interagem conflitando ou cooperando com os governos eleitos. A impermanência do poder não é desconhecida e essas oportunidades e ameaças políticas são produzidas independentemente de ação do movimento, (McAdam apud Lavallo et al, 2006) e, nesse sentido, a sua atuação seria resposta, também, às disputas e aos resultados do sistema político-eleitoral, que estão além da capacidade de interferência direta do movimento (McAdam e Tarrow, 2011).

A literatura mostra, que os componentes dos movimentos sociais conhecem o funcionamento das instituições e utilizam-no a seu favor interferindo em processos decisórios. A compreensão deste processo de institucionalização permite iluminar como os movimentos sociais agem, escapam das contingências eleitorais e se estabelecem de forma mais permanente no acesso aos processos decisórios do Estado. Esse grau de influência nos processos decisórios é denominado de “encaixe” e implica na permeabilidade com o Estado e na existência de pontos de acesso e influência. Lavallo (2011) define que o encaixe ocorre quando um grupo politicamente ativo, orientado por objetivos e dotado de capacidades, consegue acessar um desses pontos de influência.

Do ponto de vista da efetividade, a principal pergunta, que pode ser respondida por meio do conceito de encaixe é quanta influência é alcançada à medida que ele ocorre. No

³ Fonte: IBGE, população estimada para 2020.

caso empírico apresentado neste estudo seria analisar, se a legislação urbanística aprovada acolheu as proposições e introduziram mudanças nas políticas municipais. Por outro lado, o campo teórico também discute abordagens pluralistas e neocorporativas, que privilegiam a inserção de interesses organizados em instâncias públicas incumbidas de tomar decisões, iluminando a institucionalização de interesses, ora como resultado dessa influência sobre as decisões, na perspectiva pluralista, ora como monopólio da representação em instâncias de intermediação, no registro neocorporativo. Assim, apenas assume-se, que quando determinados atores adquirem saliência suficiente para a reprodução da sociedade, eles tendem a ser reconhecidos e a tornar-se objeto da atribuição de *status* público experimentando a dupla dinâmica da institucionalização descrita acima: aumento de influência sobre o Estado em troca de controle pelo Estado Lavallo (2011).

A Teoria do Confronto Político nos mostra inicialmente, que a institucionalização se baseia em um modelo conflituoso de ação, construído dentro das relações de poder do sistema político e que implica em confronto entre atores não institucionalizados e institucionalizados. Porém as relações entre movimentos sociais e Estado não são necessariamente todas conflituosas e um conjunto de estudiosos contemporâneos (Abers e von Bülow, 2011; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Carlos, 2012; Dowbor, 2012; Szwako, 2012; Silva e Oliveira, 2011; Tatagiba e Blikstad, 2011; Alonso, Costa e Maciel, 2007) e alhures (Banaszak, 2005; Goldstone, 2003; McAdam e Scott, 2005; Clemens, 1993, 2005; Giugni e Passy, 1998) em suas pesquisas mostram, que os movimentos sociais não podem ser reduzidos em ações de políticas de confronto, pois existem outras interações e uma pluralidade de articulações, que, inclusive, não são conflituosas e sim de cooperação colaborando no desenvolvimento de políticas públicas, sem levar à desarticulação dos movimentos sociais, nem tampouco à cooptação, como apontado por alguns teóricos.

Nas dinâmicas participativas, e possível encontrar definições, que ajudam na compreensão dos impactos dos movimentos nas instituições e ainda provocam uma reflexão mais aprofundada, no sentido de observar o contexto da disputa:

O poder do movimento (social) tem uma dimensão interna, gerada por sua capacidade de mobilizar pessoas e manter o controle sobre elas, garantindo o grupo de seguidores; externamente os movimentos são afetados porque as mesmas oportunidades políticas que eles criaram e nas quais difundem suas influências também produzem outras oportunidades, complementares ou hostis às suas ações. Podem ser criados ciclos de protestos, gerando um processo de criação e difusão de movimentos onde eles próprios poderão ter sucesso ou não. Nos ciclos de protestos novas oportunidades são criadas por meio de incentivos à formação de novos movimentos; novas alianças são feitas, pois a difusão não ocorre apenas pelo contágio. É importante destacar que as oportunidades são criadas para os movimentos e para as elites opositoras a eles. Novas formas de ação coletiva são experimentadas e um denso e interativo setor de movimentos sociais aparece, onde as organizações competem e cooperam, para ter todo tipo de suportes, podendo

gerar radicalizações, excessos, divisões e fragmentações e mesmo represálias e repressões (TARROW, 1994, p. 24).

Os processos participativos podem ser entendidos como uma porta de acesso, para que os movimentos sociais e outros atores interfiram nas políticas e instituições. E observá-los, é particularmente apreender empiricamente essas relações de colaboração entre Estado e movimentos sociais, a fim de compreender como efetivamente é possível consolidar e transformar as ações institucionais, inclusive em formato de Lei.

2. O CASO DE JUNDIAÍ, O CONTEXTO E SUAS FISSURAS

Entre 1969 (ano de promulgação do primeiro plano diretor de Jundiaí-SP) e 2012, o município instituiu várias alterações de perímetro urbano estimulando processos de expansão urbana de forma dispersa e espraiada, elevando, também, situações de segregação socioespacial e criação de “vazios” propícios à especulação imobiliária. Sem um efetivo processo de participação social, esses planos serviram a interesses dos empreendedores interessados em transformar glebas rurais em urbanas, para promover seus negócios.

A revisão da legislação urbanística ocorrida entre 2013 e 2016 modificou o padrão que até então caracterizava o processo de planejamento do município, ampliando a participação social, com a aplicação de um método participativo, que em consonância com a conjuntura política, social e ambiental criou condições propícias a insurgências e que, de certa forma, foram incorporadas pelo planejamento urbano oficial neste período. Esta nova proposta rompeu com o padrão anterior, que vinha sendo empregado nas últimas 4 décadas.

Seu contexto histórico, político e social, contando com as manifestações de 2013 e a crise hídrica, que acometeu o estado de São Paulo, em 2014, formaram uma base de sensibilização e mobilização de pessoas, provocando discussões sobre o direito à cidade e fomentando a participação social durante a formulação do plano diretor, em 2016. A retomada das discussões sobre os destinos e rumos, que seriam enfrentados em Jundiaí no futuro potencializou as oportunidades de encontros entre os diversos atores e seus interesses, corroborando aquilo que Rennó (2003) destaca ao afirmar, que as “estruturas de oportunidade política são dimensões consistentes do contexto político, que podem encorajar ou desencorajar pessoas de participar em ações coletivas”.

2.1 Um método para a democracia participativa

O método participativo empregado em Jundiaí, durante o processo de elaboração do plano diretor de 2016 (PDP2016) promoveu o encontro de diversos atores: poder executivo, sociedade civil, segmentos empresariais e não governamentais, que, sob olhares e interesses

diversos, fez emergir conflitos, dirigindo-os para a busca progressiva de consensos, em cada etapa da sua elaboração. A definição criteriosa das etapas metodológicas foi decisiva, para que o processo emancipatório da participação ocorresse paulatinamente, sensibilizando e conquistando confiança mútua entre demandas opostas, constitutivas do território. A opção consciente do poder executivo, em estabelecer um processo deliberativo para a tomada de decisões, ao contrário dos restritos processos consultivos anteriores, possibilitou proporcionar a real distribuição de poder, ampliando a participação e dando-lhe posição protagonista.

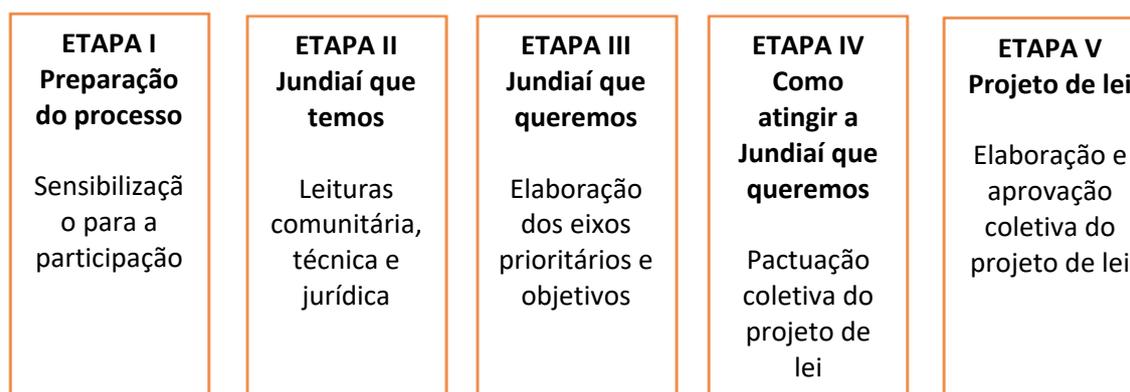


Figura 1: Etapas de elaboração do método participativo do Plano Diretor do Município de Jundiaí.
Fonte: Arquivo próprio do autor.

A primeira etapa do processo, denominada de “Preparação do Processo” teve a intenção de aumentar o capital social e intelectual da forma mais abrangente possível, proporcionando conhecimento e internalização dos mecanismos disponíveis, a fim de gerar confiança interpessoal e regras de reciprocidade e tolerância, para posturas diferentes, como mecanismo de estímulo à participação coletiva.

Já a etapa II, “A Jundiaí que temos” – Leitura Comunitária, Técnica e Jurídica teve como finalidade buscar uma visão dos habitantes sobre o seu território, ou seja, levantar os problemas, as qualidades e os conflitos do ponto de vista dos diversos segmentos da sociedade. Esses levantamentos foram sistematizados e utilizados para formar o diagnóstico do município. Nessa etapa, foi realizada uma pesquisa, com a população orientada a partir da aplicação de três tipos de questionários: 1 - gerais anexados nas contas de água, que deveriam ser respondidos pela população e depois depositados em urnas colocadas em locais de grande circulação de pessoas, como bancos, supermercados e casas lotéricas; 2 - específicos, distribuídos nas escolas da rede estadual e municipal para que seus alunos os levassem para responder junto com seus pais e 3 - específicos para as entidades e grupos organizados da sociedade civil, que deveria ser respondido entre os pares. Esta etapa contabilizou o retorno de 2.077 questionários anexados às contas de água, 5.672 questionários distribuídos nas escolas e mais 23 questionários respondidos pela sociedade civil organizada, resultando na participação aproximada de mais de 8.000 pessoas.

A etapa III, “A Jundiáí que queremos” – Elaboração dos Eixos Prioritários – objetivos e diretrizes do plano diretor, iniciou-se com o processo ouvir moradores de bairros, através de 11 oficinas territoriais, com o intuito de sensibilizar a participação e informar aos participantes a importância das políticas integrantes do plano diretor, assim como esclarecê-los sobre a necessidade de sua revisão, para incorporar os instrumentos do Estatuto da Cidade. Além disso, as dinâmicas desenvolvidas buscavam provocar grupos comunitários, para que refletissem sobre os problemas e as qualidades existentes no município, além de ressaltar a relevância da participação e de suas contribuições, congregando percepções e demandas, no âmbito do novo plano diretor em elaboração participativa. As oficinas conseguiram alcançar 400 participantes. Segundo Freitas e Bueno (2018, p. 304-321), em artigo sobre o plano diretor de Jundiáí:

Para a elaboração do plano diretor é necessário ouvir moradores das diferentes regiões da cidade e segmentos organizados da sociedade. A diversidade das visões sobre a cidade construída pelos segmentos organizados deve ser explicitada, trazendo para a esfera pública os interesses que embasam as visões. O morador vê o conjunto dos bairros a partir do lugar onde vive. O desafio é sensibilizar a população para o assunto e também trazer a opinião do maior número de moradores sobre os desejos e as expectativas com relação à cidade, rompendo com a invisibilidade dos processos urbanos, que acontecem nas periferias e revelando a diversidade e a desigualdade entre as “cidades”, que compõem uma mesma “cidade”.



Figura 2: Fotografia das oficinas territoriais. **Fonte:** Unidade de Gestão de Planejamento e Meio Ambiente.



Figura 3: Fotografia das oficinas territoriais. **Fonte:** Unidade de Gestão de Planejamento e Meio Ambiente.

Ainda durante esta etapa, foram desenvolvidas as leituras técnica e jurídica reunindo análises sobre os aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e demandas das diversas pastas administrativas, contabilizando-se o marco jurídico existente. A leitura técnica promoveu também, reuniões bilaterais com os diversos segmentos de produção da cidade: empresários rurais e urbanos, mercado imobiliário, indústria, comércio e ambientalistas trazendo à tona os muitos conflitos:

Temos de ver o setor rural hoje como pluriatividade, em que a agricultura se mistura com moradia de outros profissionais da família, e como multifuncionalidade, em que a produção privada de frutas ou turismo devem ser vistos ao lado da produção pública de benefícios como biodiversidade, nascentes e recarga de aquíferos”, afirmou o pesquisador Afonso Peche Filho. “A valorização do papel do setor rural, de sua paisagem e até de sua economia financeira ou ambiental é um consenso apontado pelos participantes como elemento central para que o novo Plano possa retomar a característica principal de Jundiáí como um município marcado por um “cinturão verde” ao norte e ao sul do seu território. (Oliveira, 07/05/2015).

A sistematização de todas as leituras permitiu montar um diagnóstico sobre Jundiáí, mapeando suas fragilidades, qualidades, oportunidades e seus problemas, através de uma visão coletiva da realidade do território. Esta etapa se encerrou com o I Fórum do Plano Diretor Participativo, que contabilizou a presença de aproximadamente 800 participantes. Este Fórum tinha duas finalidades: divulgar para a sociedade o diagnóstico da cidade (resultado de leitura comunitária, de oficinas territoriais e setoriais, discussão técnica e jurídica) e construir

coletivamente os objetivos, que deveriam nortear o Plano Diretor. A fala de abertura do Fórum sinalizou a abrangência do processo participativo, inédito no município até então:

"Nunca tivemos um Plano Diretor debatido tão amplamente, é o mais participativo da história da cidade. Sem dúvida esse novo processo vai trazer riqueza e maior representatividade da sociedade", disse Pedro Bigardi, ao destacar que além da participação da população, o conteúdo discutido tem muita qualidade técnica. O prefeito ainda afirmou que não se pode esquecer de algumas premissas ao debater o Plano Diretor de Jundiá e citou a localização geográfica do município, a carência de recursos hídricos, a preservação ambiental da Serra do Japi e os mananciais localizados na região agrícola. Por fim, destacou os patrimônios culturais e históricos de Jundiá. "Mais do que preservar, é resgatar a relação afetiva com a cidade, com a sua história." [...] "A coparticipação é a melhor forma de transformar cidades em realidades. É muito gratificante ver as pessoas que estão conosco desde 2014 participando das oficinas e outras que estão chegando agora, porque essa lei passa a ser um instrumento de entendimento da população de maneira simples", disse a Secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti. O vice-prefeito Durval Orlato falou sobre uma grande inovação. "É um passo significativo ter a participação da sociedade na construção da nossa cidade e com isso o Plano Diretor se torna mais consistente. Sem dúvidas vai ser o melhor, porque todos puderam dar a sua contribuição". Representando a Câmara Municipal, a vereadora Marilena Negro disse que este Plano Diretor Participativo é um marco para a história de Jundiá. "Essa nova relação coletiva rompe tradições e se torna um pacto social que, daqui para a frente, só tende a crescer." O arquiteto e vice-presidente do Conselho do Plano Diretor, Nivaldo Callegari, diz que há mais de 30 anos participa de discussões sobre a lei. "Mas nunca vi um sistema dessa magnitude, empenhando a população para participar e dar opinião". (Oliveira, 31/05/2015).



Figura 4: Fotografia do I Fórum do Plano Diretor. **Fonte:** Unidade de Gestão de Planejamento e Meio Ambiente.

Todo o processo se pautou pelo envolvimento crescente e o estabelecimento de mecanismos de deliberação; conforme os dispositivos iam sendo incluídos no plano tornavam-se mais e mais detalhados e voltados para a sua aplicabilidade.

A etapa seguinte, denominada “Como atingir a Jundiá que queremos”, tinha o objetivo de estabelecer um pacto sobre a proposta final do plano diretor. Foi iniciada com o recebimento de propostas de alteração ou complementação dos objetivos definidos no I Fórum e neste momento a contribuição foi aberta para qualquer cidadão, o que resultou no recebimento de 290 contribuições, em um período de 20 dias, sendo que 229 propostas vieram através do *site* do plano diretor, 51 através de processos protocolados e 10 propostas recebidas por correio eletrônico.

As propostas foram sistematizadas e aquelas que atendiam aos objetivos coletivos propostos no I Fórum fizeram parte do primeiro texto propositivo, chamado de Texto-Base do plano diretor. Já aquelas que contrariavam os objetivos foram respondidas, justificadas e encaminhadas aos proponentes. Nesta fase, o processo participativo passou a ser eminentemente orientado por um grupo gestor e delegados eleitos durante o I Fórum. O Grupo Gestor do Plano Diretor seguiu as disposições estabelecidas pelo Conselho Nacional de Cidades (Concidades), sendo formado, 40% pelo poder público e 60% pela sociedade civil, responsável pela preparação, condução e monitoramento do processo participativo, incluindo a discussão do método e a definição da composição dos delegados.

Com base nessa mesma composição do Concidades foram eleitos 102 delegados no II Fórum, incluindo 40 representantes indicados pelo poder público, 32 representantes de movimentos sociais, 10 representantes de empresários, 8 representantes de entidades profissionais, 8 representantes de trabalhadores e 4 representantes de organizações não-governamentais ou coletivos, todos com atuação na cidade, tendo como critério o tempo de ação no município. Após a eleição, os 102 delegados passaram pelo segundo processo de capacitação previsto na metodologia participativa, sobre temas relacionados ao planejamento urbano, como zoneamento, instrumentos do Estatuto da Cidade, parâmetros de uso e ocupação do solo e sistemas estruturais e prioritários, com o objetivo de alinhar os conhecimentos, que seriam abordados e utilizados nas diretrizes do plano. Estes encontros também tiveram por finalidade aprofundar e esclarecer o Texto-Base apresentado pelo governo.

Com o poder deliberativo nas mãos e a responsabilidade de analisar a proposta de governo, este grupo de delegados passou a propor ajustes, inserção ou exclusão de conteúdo, melhorias de redação, além de debater e dialogar sobre os conflitos mapeados nas reuniões de construção de consensos e nas reuniões de mesas de negociação, de forma a tornar possível um consenso progressivo, a partir do Texto-Base da proposta de governo. Os conflitos, que não atingiram o consenso, em última instância, foram colocados novamente em negociação e os que não foram objeto de acordo, levados para votação no Congresso da Cidade.

A última etapa, denominada “Projeto de Lei do Plano Diretor”, compreendeu a elaboração e aprovação coletiva do projeto de lei, que seria enviado à Câmara Municipal e culminou na aprovação do seu texto no Congresso da Cidade, que deliberou sobre as 16 emendas conflituosas.



Figuras 5 e 6: Congresso da Cidade, votando o que não atingiu o consenso. Fonte: Unidade de Gestão de Planejamento e Meio Ambiente.

Após a aprovação da minuta, no Congresso da Cidade, o próximo passo foi encaminhar o texto para aprovação na Câmara Municipal, momento em que a população se fez presente e mostrou a sua força, para fazer valer as suas inúmeras contribuições no decorrer do processo de elaboração do plano:

É na Câmara onde se dará o embate final entre setores conservadores e progressistas. A aprovação do Plano tal qual vem sendo elaborado vai depender da pressão popular e das articulações de bastidores. O Plano chega à Câmara com a força de ter sido desenvolvido com a participação de milhares de pessoas. A pressão dos setores conservadores, que usualmente ganharam com um plano diretor centralizado e facilmente modificado conforme interesses particulares, é grande. Especialmente na Câmara Municipal. O próprio prefeito, Pedro Bigardi, reconhece que a pressão popular é a forma mais eficaz de ter o novo plano aprovado pela Câmara Municipal (Gut, 2016).

2.2 Insurgências e Rupturas

A relação entre movimentos sociais e políticas públicas, se coloca em um ponto de inflexão e de tensão, já que as condutas produzidas pelo Estado Neoliberal não parecem se conter como ferramentas de controle dos desequilíbrios sócio territoriais. A questão é complexa, pois, se por um lado, o Estado é formado por uma burocracia permeável aos

condutos ideológicos da sociedade, por outro, está sujeito a uma inserção estrutural que o força a estar em sintonia com os ditames do regime em vigor. Tatagiba, Abers e Silva (2018), propõem um modelo analítico para observar o contexto político propício para insurgências de movimentos sociais possibilitando criar mais interferência nas políticas públicas. Os autores defendem, que o contexto político importa para a forma como os movimentos sociais influenciam as políticas e os resultados que alcançam. Nos processos de institucionalização da participação (como os conselhos, orçamentos participativos e conferências da cidade), dois conceitos foram observados: a vontade política, no sentido de que o governante estava comprometido com a agenda da participação e o projeto político, no sentido mais amplo da vontade, no processo de construção e fortalecimento da democracia. Este campo empírico foi investigado, a partir de várias experiências brasileiras, analisando diversos arranjos como: o movimento sanitaria e a formação do SUS, a agenda de direitos e a formação do SUAS, os militantes do Fórum da Reforma Urbana e a criação do Ministério das Cidades, segundo Tatagiba, Abers e Silva (2018). Essas pesquisas buscaram compreender, a partir da literatura, a institucionalização, no Estado, de arranjos, que criam acessos para movimentos sociais ao processo decisório.

Para Tatagiba (2018), não existe um esforço sistemático para identificar quais dimensões do contexto político importam e como importam para determinar, se as ações coletivas têm reais resultados nas políticas. No entanto, para teóricos como Tarrow (1994) e Tilly (1978), o conceito de estrutura de oportunidades políticas (EOP) é o instrumental conceitual para analisar os efeitos dos movimentos sociais nesta esfera. Quando as oportunidades políticas se ampliam e demonstram potencial para alianças revelando a vulnerabilidade dos oponentes, o confronto se cristaliza no movimento social e quando toca em redes sociais e estruturas conectivas produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio, capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos (TARROW, 2009).

A atuação proeminente dos produtores rurais, que já sentiam a pressão das mudanças em relação à expansão da área urbanizada no município reforçou a necessidade de manter uma área rural voltada à produção de hortifrutigranjeiros. Com uma tradição, na produção de frutas, Jundiá vem mantendo sua atividade agrícola sob a defesa de grupos de produtores. O processo de participação do plano diretor abriu vazão para que este grupo pudesse se manifestar e se posicionar frente ao avanço dos loteamentos e condomínios.



Figura 7: Fotografia da Tratorada. **Fonte:** Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente – SMPMA

A imagem mostra o movimento “Tratorada” ocorrido dentro do processo participativo, 20 dias antes da aprovação na Câmara Municipal. “Praticamente uma centena de tratores vindos dos mais diversos bairros rurais de Jundiá fez uma concentração na tarde desta quarta-feira (15) no Paço Municipal. A tratorada ou ‘tratoratta’ foi uma manifestação espontânea em defesa do apoio público para a zona rural, inclusive nos planos territoriais, e surpreendeu os servidores municipais”, afirma matéria jornalística da imprensa local de 15/06/2016.

Além de sugestões pontuais de ajustes, houve questões mais amplas tratadas em falas como do agricultor Roberto Losqui sobre a importância da área rural (“a cidade não produz água nem alimento, apenas consome. Mas todos precisam do contato com o ambiente”), do pesquisador Afonso Peche Filho sobre o equilíbrio (“são coisas diferentes, o crescimento é quantitativo e o desenvolvimento é qualitativo”), do ciclo ativista Gianluca Hernandez sobre a mobilidade (“a redescoberta da cidade é feita a pé ou de bicicleta”), do produtor Daniel Motta sobre a economia criativa (“incentivarmos esse setor, que vai bem além do campo cultural, gera mais empregos que muitos outros”), da moradora do Jardim Tarumã, Edite Lopes da Silveira (“estão aterrando nascentes de água, precisamos proteger o rio Jundiá-Mirim”), do biólogo Leonardo de Sordi (“temos estudos que comprovam a presença de zonas inteiras do bioma cerrado na cidade”) ou Gustavo Diniz (“a qualidade da cidade não pode servir de propaganda para deixar pessoas excluídas”). (apud Oliveira, 27/01/2015).

A participação social, como instrumento de redistribuição do poder permitiu, que, cidadãos comuns, em geral excluídos dos processos políticos e econômicos, tivessem igualdade no poder de decisão, a semelhança dos setores da sociedade já habituados a interferir nesses

processos com mais vantagem, contrapondo pontos de vistas diferentes, divergências significativas e até interesses encobertos. Esta arena de conflitos exposta no processo participativo foi capaz de tornar mais justa e balanceada as decisões de planejamento, o que permitiu aprovar a redução do perímetro urbano do município.

Participação é a redistribuição do poder que permite aos cidadãos comuns, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro. Ela é a estratégia pela qual os cidadãos comuns se integram ao processo de decisão acerca de quais, por exemplo, políticas públicas serão aprovadas, de que modo os recursos serão alocados, quais programas serão executados, etc. (Arnstein, 1969, p.216-224).

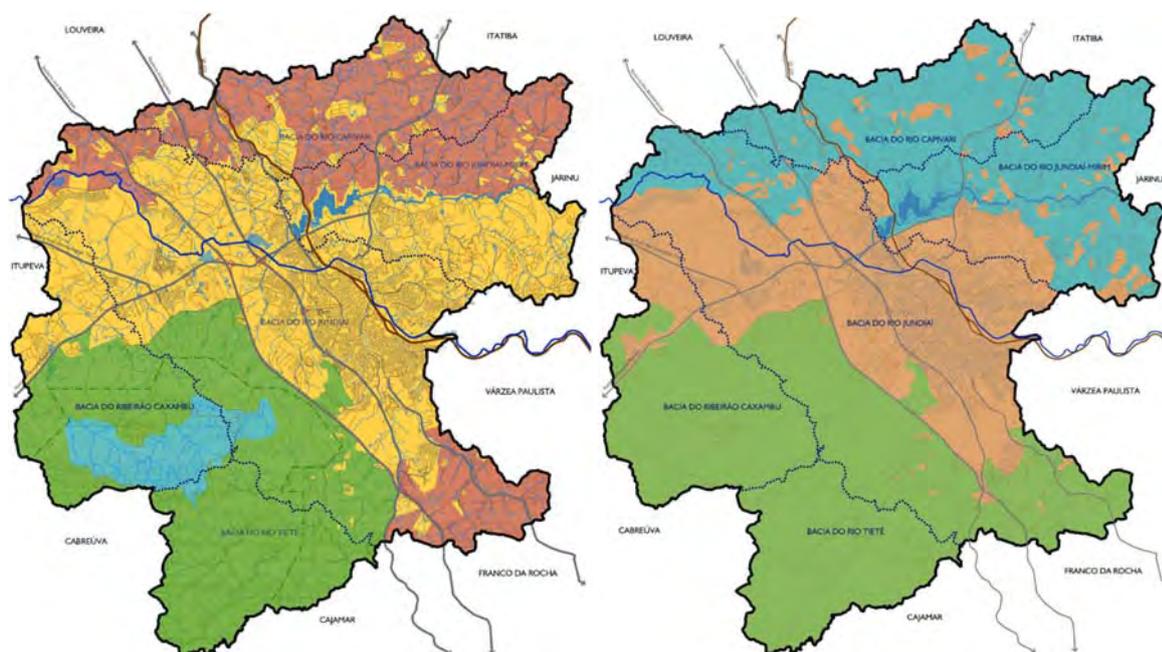


Figura 8: Município de Jundiaí – Macrozoneamento urbano, em 2012 e em 2016. A Macrozona urbana é representada na cor amarela no mapa de 2012, à esquerda e na cor laranja no mapa de 2016, à direita. **Fonte:** Apresentação Institucional do Plano Diretor Participativo, arquivo próprio do autor.

Os novos movimentos sociais postulam insurgências, podendo modificar os rumos do planejamento oficial instituído pelo Estado, buscando se opor à colonização do *mundo da vida*, contra os papéis institucionalizados de consumidor da sociedade de mercado (HABERMAS apud ALONSO, 2009). O *mundo da vida*, no sentido cotidiano, explica Habermas (1988), pode ser entendido como aquele em que os *atores comunicativos* situam e datam seus pronunciamentos em espaços sociais e tempos. Um processo participativo permite casos de insurgências, como o movimento da tratorada em Jundiaí.

Considerações finais

O caso do Plano Diretor Participativo de Jundiaí mostrou como a atuação de movimentos sociais e outros atores puderam se constituir como mediadores, entre os interesses e as demandas tradicionalmente desconsideradas na construção de políticas públicas e os espaços e processos institucionais, nos quais aquela construção ocorre, confirmando, que a participação social pode afetar as políticas públicas de forma colaborativa. A experiência demonstrou também que, mais do que um instrumento técnico ou uma peça legislativa, o plano diretor pode ser uma oportunidade para mobilizar os principais agentes, que produzem ou estão interessados em produzir espaço a partir do seu processo de formulação.

O rigor e a transparência do método participativo, que deram credibilidade ao processo entre agentes sociais conflituosos são observados por Melucci (1996), para quem os indivíduos agindo coletivamente definem um campo de possibilidades e limites, de modo a dar sentido aos fins coletivos que perseguem. É um senso de “nós”, que depende da permanente negociação e redefinições de orientações comuns acerca dos fins, dos meios e do ambiente da ação. Ainda segundo os principais teóricos dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) - Alain Touraine, Jurgen Habermas e Alberto Melucci (apud Alonso 2009) - novos agentes sociais envolvidos em ações coletivas, nesta fase de capitalismo, tardio têm como demanda construir uma democratização social, constituída no plano dos costumes, desenvolvendo orientações valorativas, que esta nova sociedade participativa traz.

A suposição aqui colocada reforça a ideia de que as forças imbrincadas no processo de construção das políticas são independentes e podem realçar as diferentes disputas, que estão em jogo, das quais, neste caso, ressaltam os conflitos territoriais. Este posicionamento dá base para a construção da hipótese, de que alguns processos estruturados pela via do poder público podem fazer surgir movimentos insurgentes, independentes da estrutura armada (espaços convidados), para os quais, entretanto, faz-se necessário compreender o contexto. Deve-se acrescentar, como variável, que a relação entre movimentos estruturais e movimentos conjunturais se embrincam na formação de fatores de mudança, diante dos quais, as possibilidades de reversão, contestação, contraposição tornam-se mais agudas (AYDOS, 1978). Os processos de mudanças políticas estão associados à reconstituição das forças sociais, dado por um conjunto de variáveis, que podem interferir nas lógicas, inclusive irracionais, de redefinição do espectro que podem passar por acirramentos ideológicos. Neste caso, a percepção destas mudanças é crucial para a compreensão do que vem em decorrência. Mas não só, sinaliza para uma recomposição de forças e expansão das disputas, que até então estavam estagnadas.

As manifestações políticas de 2013 no Brasil e a crise hídrica de 2014, formaram uma base de sensibilização e mobilização de pessoas, provocando discussões sobre o “direito à cidade”, fomentando, de alguma forma, a participação social. Este conjunto de fatores sócio-políticos, que abrem espaços para possíveis rupturas tem a denominação, neste artigo, de “fissura”, que parece estar relacionada, de alguma forma, com o desenvolvimento de um processo participativo deliberativo, para a construção do plano diretor de Jundiaí entre 2013 e 2016. As oportunidades políticas descritas por Tarrow (2009) são as fissuras para os possíveis fatores de mudanças, elevando o enfrentamento de paradigmas, reflexão da sociedade e até mudanças institucionais. No caso específico, os problemas de abastecimento de água, ocorridos em 2014 no Estado de São Paulo, através da seca e do colapso no sistema Cantareira, combinados com as manifestações de junho de 2013, detonaram a bomba instalada com a presença de um governo de esquerda no poder, já desgastado e gerador de insatisfações, formando um contexto político diferente para as discussões do planejamento urbano em Jundiaí. A questão da água e da manutenção e proteção dos mananciais presentes na zona rural do município ganharam relevância e pauta principal, levando a que o partido de esquerda presente no governo recebesse pressão dos movimentos sociais, insuflados com as manifestações políticas de 2013. Tomando os conceitos de vontade política e projeto político apresentados anteriormente, decorre que o processo participativo do plano diretor de Jundiaí se iniciou abrindo algumas janelas de oportunidade para insurgências e alterações de rumos no planejamento.

Da mesma forma, que as fissuras presentes no início do processo do plano diretor em 2013 tomaram a forma da participação, sensibilizando inúmeras pessoas da sociedade civil, não habituadas à participação e a discussão, não é possível afirmar que tenha sido suficiente para introduzir um processo emancipatório, efetivo e estrutural. Por ora, o máximo que se pode dizer é que para enfrentar a manutenção de uma participação efetiva, o método participativo desenvolvido foi determinante para o desenvolvimento do projeto de lei do plano diretor, que criou, de fato, uma arena de discussões públicas.

REFERÊNCIAS

ABERS, SERAFIM E TATAGIBA. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula.** *Dados* [online]. 2014, vol.57, n.2, pp.325-357. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Lua nova*, 2009, n.76, p.49-86.

ARNSTEIN, S. **A ladder of citizen participation.** *Journal of the American Institute of Planners*, 1969, 35:4, 216-224.

CASTELLS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos.** *Novos estudos CEBRAP*, v. 45, n. julho, 1996.

DEMACAMP. **Relatório 3.1.** Registros de memórias de reuniões e oficinas e do I Fórum do Plano Diretor Participativo: Etapa 3 – Construção dos cenários, diretrizes e hipóteses do ordenamento territorial. Campinas, Agosto de 2015.

DEMACAMP. **Relatório de Pesquisa: Leitura Comunitária** - Plano Diretor Participativo do Município de Jundiaí. Campinas, Agosto de 2014.

DEMACAMP. **Relatório Parcial – Etapa 2 - 2.1:** Levantamento de informações, análise e leituras territoriais / Levantamento de informações e registros de memórias. Campinas, Março de 2015.

FREITAS, Eleusina e BUENO Laura, **Processos participativos para elaboração de Planos Diretores Municipais: inovações em experiências recentes.** *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 2018 maio/ago., 10(2), 304-321. GUT, F. A cidade precisa olhar para o futuro e evitar que os erros se repitam. Disponível em: <<http://www.oajundiai.com.br/cidade/a-cidade-precisa-olhar-para-o-futuro-e-evitar-que-os-erros-se-repitam/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

GUT, F. Novo plano diretor depende de pressão popular para ser aprovado. Disponível em: <<http://www.oajundiai.com.br/cidade/novo-plano-diretor-depende-de-pressao-popular-para-ser-aprovado/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

GUT, F. O principal legado do plano diretor nem é o plano. É o diálogo. Disponível em: <<http://www.oajundiai.com.br/cidade/o-principal-legado-do-plano-diretor-nem-e-o-plano-e-o-dialogo/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

GUT, F. Plano Diretor chega à Câmara Municipal em momento delicado. Disponível em: <<http://www.oajundiai.com.br/cidade/plano-diretor-chega-a-camara-municipal-em-momento-delicado/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Tradução Jair Pinheiro. In: Lutas Sociais, n. 29, São Paulo, 2012, p. 73-89.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988. v. I e II.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente. Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras 2013.

LAVALLE ET AL, **Movimentos Sociais e Institucionalização**, Rio de Janeiro, 2018.

Mc ADAM, TARROW E TILLY. **Para mapear o confronto político**. São Paulo, 2009.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**. University of Cambridge. New York. 1996

OA, Equipe. Câmara Municipal aprova projeto Plano Diretor por unanimidade. Disponível em: <<http://www.oanews.com.br/cidade/plano-diretor-aprovado/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

OA, Equipe. Consultoria afirma que Plano Diretor pode prejudicar economia local. Disponível em: <<http://www.oanews.com.br/cidade/consultoria-afirma-que-plano-diretor-pode-prejudicar-economia-local/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

OA, Equipe. Desembargador ameaça entrar na justiça para defender Plano Diretor. Disponível em: <<http://www.oanews.com.br/cidade/desembargador-ameaca-entrar-na-justica-para-defender-plano-diretor/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

OA, Equipe. Diretora de Planejamento critica forma desesperada de desqualificação do Plano Diretor. Disponível em: <<http://www.oanews.com.br/cidade/diretora-de-planejamento-critica-forma-desesperada-de-desqualificacao-do-plano-diretor/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

OA, Equipe. Eles vieram de trator para lembrar que a agricultura existe e resiste. Disponível em: <<http://www.oanews.com.br/cidade/eles-vieram-de-trator-para-lembrar-que-a-agricultura-existe-e-resiste/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

OA, Equipe. Intelectuais e ativistas publicam carta aberta em defesa do Plano Diretor. Disponível em: <<http://www.oanews.com.br/cidade/intelectuais-e-ativistas-publicam-carta-aberta-em-defesa-do-plano-diretor/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

OA, Equipe. Para IAB, novo Plano Diretor rompe com o modelo de desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.oanews.com.br/cidade/para-iab-novo-plano-diretor-rompe-com-o-modelo-de-desenvolvimento/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, J. A. Cena a cena o registro da primeira Audiência do Plano Diretor na Câmara. Disponível em: <<http://www.oanews.com.br/cidade/cena-a-cena-o-registro-da-primeira-audiencia-do-plano-diretor-na-camara/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, J. A. Matérias publicadas sobre o Plano Diretor Participativo. Disponível em: <<http://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/noticias/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

RENNÓ, Lúcio. **Estrutura de Oportunidades Políticas e Ativismo Cívico na América Latina**. Revista de Sociologia e Política, n. 21, 2003, pp. 71-83.

REIS, Marília. **Participação Social e Direito à Cidade: a experiência do plano diretor participativo de Jundiaí**. Monografia apresentada à Universidade Nove de Julho, 2016.

TARROW E SALLUN, **O Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, 2009.



GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina

**O CONSENSO DAS COMMODITIES E SEUS REFLEXOS EM SANTARÉM (PA):
OS CONFLITOS DA SOJICULTURA E SUA PERSPECTIVA DE
DESENVOLVIMENTO**

Caio Pinheiro Della Giustina¹

O objetivo desse texto é analisar os conflitos em torno das perspectivas sobre desenvolvimento que ocorreram após a inserção da sojicultura em Santarém, localizada no Estado do Pará. Tais conflitos ocorreram, em resumo, por três fatores: 1) a implementação da sojicultura em Santarém foi uma política *top-down*; 2) a ideia sobre como deveria ser o desenvolvimento em Santarém se tornou um ambiente de disputa entre grupos opostos, e; 3) devido a extensão e impactos das externalidades negativas provenientes do modo produtivo da sojicultura. Todo esse enredo é analisado dentro do que é chamado como Consenso das Commodities: momento em que vários países da América Latina optaram por se desenvolver explorando produtos primários oriundos da natureza e aumentando o consumo de suas populações. Os métodos de pesquisa empregados foram: pesquisa de campo, observação participante, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, análise de dados secundários e análise documental. Esse artigo é uma continuação das reflexões elaboradas na dissertação de mestrado do autor. A análise tem como resultado a caracterização do conflito local e a identificação dos elementos que geram tal conflito socioambiental. Conclui-se, dessa forma, que as diferentes perspectivas sobre desenvolvimento entre os grupos, juntamente com discrepâncias de poder que cada grupo exerce, levam a situações de ameaças, violências, vulnerabilidades socioambientais e conflitos. Em última instância esse artigo reforça a ideia de Maristella Svampa de que quanto mais há exploração da natureza visando o desenvolvimento, menos há democracia.

Palavras-chaves: Amazônia; Soja; Conflitos; Conflitos Socioambientais; Desenvolvimento.

¹ Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, Brasil.
Email: caiogalileu@live.com

Introdução

Os acontecimentos históricos desde a chegada da sojicultura em Santarém (PA), em 1996, até os dias atuais fornecem dados para a compreensão de uma realidade repleta em problemáticas socioambientais devido às ações governamentais e de grupos privados que buscavam levar o “desenvolvimento” para essa região. Santarém, devido à estrutura viária e portuária pré-existente à 1996, é uma localidade que se tornou estratégica para a exportação de commodities em direção o exterior. A partir de 2003, quando se inaugura o porto da empresa Norte Americana Cargill, Santarém se destaca como local de exportação de grãos. Entretanto a exploração agrícola não começa com a sojicultura, pois há indícios de a agricultura familiar fazer parte da dinâmica local desde o início do século XX (NASUTI *et al.*, 2020).

Ao se analisar o início da implementação da sojicultura observa-se que as escolhas governamentais aliadas às intenções dos atores do agronegócio da soja propagandearam a ideia de que a produção de soja seria a solução para o desenvolvimento econômico e social na região. Há indícios que sugerem que a busca por progresso, crescimento econômico e desenvolvimento ocorrem desde o início do século XX em Santarém (DELLA GIUSTINA, 2020) e foram intensificadas a partir dos anos 1970 pelas políticas do Programa de Integração Nacional (PIN) do Governo Militar (SAUER e MARTINS, 2016; SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016; DELLA GIUSTINA, 2020). Em ambos os momentos históricos é possível perceber que tanto as elites locais e, em alguma medida, a população local espera que o desenvolvimento possa melhorar a vida local e funcionar como solução para um amplo sentimento social de distanciamento e abandono estatal. A sojicultura, portanto, surge como uma solução, na década de 1990, proposta e realizada pelo governo Municipal, Estadual e empresas privadas para desenvolver Santarém e gerar lucro para os empreendedores interessados no plantio.

A implementação e expansão da sojicultura em Santarém ocorre concomitantemente ao período conhecido como “Consenso das Commodities” (SVAMPA, 2019). Esse conceito aponta para o aproveitamento, pelos governos latino-americanos, das vantagens comparativas da região em um contexto de alta dos preços das commodities) no mercado internacional. Dessa forma, todos os países da América do Sul optaram por “perseguir” o desenvolvimento a partir de atividades exploratórias da natureza, baseando-se na “exportação em larga escala de bens primários, no crescimento econômico e na expansão do consumo” (SVAMPA, 2019, p.36).

Mais de 20 anos após a introdução da sojicultura em Santarém, os anseios por desenvolvimento ainda persistem ao passo que os danos socioambientais foram causados. A alta de preços das commodities, que se iniciou por volta de 2003, teve em 2013 sua

queda. Ao invés de frear as atividades extrativistas, esse acontecimento exacerbou tais atividades (SVAMPA, 2019). Assim, percebe-se, em Santarém, a multiplicação de resistências sociais acompanhando a multiplicação das áreas destinadas ao plantio de soja. Tal situação gerou casos de conflitos, ameaças de morte, e inúmeras outras situações de violência entre grupos apoiadores do agronegócio e grupos críticos ao agronegócio.

Dessa forma, esse trabalho se dedica a analisar os conflitos socioambientais de Santarém e interpretar as disputas de narrativas sobre a soja e sobre o desenvolvimento. É preciso destacar que a opção de adoção da sojicultura como uma das saídas para o desenvolvimento de Santarém não foi e não é uma questão de consulta à população; ao contrário: a história da sojicultura em Santarém demonstra processos de adoção de políticas públicas em uma perspectiva *top-down* que desconsiderou protocolos de consultas livres, prévias e informadas com relação à população santarena. Em consequência disso, os movimentos populares e organizações da sociedade civil se mobilizaram para fazer frente à tais políticas.

A elaboração desse artigo é fruto da dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília², que está vinculada aos trabalhos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Observatório das Dinâmicas Socioambientais (INCT-ODISSEIA³). Esse Observatório buscou trabalhar conjuntamente com os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos – todos no estado do Pará. Teve por objetivo compreender as problemáticas fundiárias, as problemáticas em torno dos usos de agrotóxicos e buscou pesquisar e oferecer alternativas agroecológicas às populações de agricultores familiares.

Metodologicamente, este artigo foi concebido a partir de dados oriundos de pesquisa de campo, observação participante, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, análise de dados secundários e análise documental. Parte da análise documental foi a busca por dados em jornais de circulação local de Santarém. Esses dados reconstroem discursos utilizados em momentos específicos do passado.

Por fim, este artigo está dividido em 5 partes: introdução; Breve história da sojicultura em Santarém e sua relação com o Consenso das Commodities; Disputas por narrativas e os Conflitos; O Desenvolvimento e o Conflito Socioambiental; e Conclusões.

² Ilusão desenvolvimentista no Planalto de Santarém/PA: um estudo sobre ideologias, discursos e conflitos na comunidade de Boa Esperança. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39948>

³ <http://inct-odisseia.i3gs.org/>

Breve História da Sojicultura em Santarém e sua Relação com o Consenso das Commodities

Em 1995 o Governo do Estado do Pará e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal estabeleceram cooperação público-privada com a empresa Agrária Engenharia e Consultoria S.A. com finalidade de explorar agricolamente a região de Santarém. Seguindo tendências históricas regionais de busca por “desenvolvimento” e “crescimento econômico” (SANTOS *et al.*, 2016), essa parceria público-privada apostou no cultivo de soja para alcançar esses objetivos (DELLA GIUSTINA, 2020). Assim, em 1996 foram realizados os primeiros estudos e testes para o plantio de soja em Santarém. O objetivo dessa experiência era

“testar diversas variedades, em diferentes épocas de plantios e em parcelas comerciais, visando obter dados da melhor ou das melhores variedades e, também, quanto às épocas preferenciais e toleradas para o plantio da cultura de soja na região de Santarém [...]” (AGRÁRIA S.A. & QUINCÓ, 1997, sem página).

Correspondendo às expectativas desse novo ciclo econômico que poderia aquecer a economia da região, o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas – jornal de circulação local – publica na edição de 03 a 09 de maio de 1997 a reportagem cujo título é “Soja – Uma esperança para Santarém”. Algumas transcrições da reportagem ajudam a perceber o tom do discurso pró-soja:

“Depois da visita feita ao projeto piloto do plantio de soja, na Colônia Diamantino, sábado passado, uma certeza ficou patente na cabeça de todos os que estiveram participando do evento: a de que a produção de soja é uma das saídas para o aquecimento da economia do município de Santarém e da região. [...]”

A empresa de Joaquim já constatou que 33 sacas por hectare produzidas em Santarém são suficientes para cobrir todos os investimentos feitos na lavoura. Ele acrescentou que o projeto piloto de plantio de soja em Santarém está utilizando a mais avançada tecnologia disponível no Brasil para o setor, destacando que os investimentos feitos atualmente servirão de base para incrementar o movimento do porto de Santarém, uma vez que a lavoura está apenas a 12 quilômetros (no caso da Colônia Diamantino) do porto que tem capacidade para receber navios graneleiros. [...]

Financiamento – Ao falar durante o Dia do Campo, o superintendente do Banco do Brasil no Pará, Valdemir Diniz garantiu apoio ao projeto de plantio de soja em Santarém, por acreditar que o produto apresenta grandes perspectivas para a

economia regional. Segundo ele, o tempo das vacas gordas em que o banco emprestava e não recebia, acabou. ‘Dinheiro tem, mas a partir de agora o projeto para ser financiado tem que apresentar liquidez, viabilidade e estar bem estruturado. [...] Segundo Diniz [...] se alguns dos plantadores de soja daquele município [Sorriso, MT] vierem para Santarém, o Banco do Brasil estará de portas abertas para recebê-los.’

É possível destacar alguns pontos relevantes ao analisar essa reportagem. O primeiro diz respeito que tanto o Estado quanto empresas privadas atuaram diretamente para expandir as áreas de soja pelo país (SAUER e MARTINS; 2016). Em segundo lugar, é possível demonstrar as ideias de “progresso” e “desenvolvimento” são evocadas para justificar explorações econômicas da natureza. É preciso destacar ainda que havia uma percepção social de abandono e não-desenvolvimento da região de Santarém anterior à chegada da sojicultura. Se fazendo valer desse sentimento atores interessados na sojicultura propagandearam o argumento de que a soja seria o caminho para o desenvolvimento em Santarém.

Outro elemento presente na reportagem precisa ser destacado. Ao afirmar que existe dinheiro disponível, mas somente para quem apresentar projetos “bem estruturados” ao mesmo tempo que se exalta plantadores de soja em detrimento dos agricultores familiares da região, Valdemir Diniz, superintendente do Banco do Brasil no Pará, evidencia um tensionamento social que persiste até os dias de hoje.

Entretanto, a implantação da soja no Planalto Santareno não recebeu somente elogios e bons comentários. Alguns atores começaram a se movimentar e criticar as narrativas e práticas construídas em torno da sojicultura. Uma reportagem do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas de 07 a 13 junho de 1997 demonstra os argumentos de Benedito Guimarães, um deputado federal à época:

“[...] é muito cedo para comemorar resultados [...]. ‘As autoridades locais estão confiantes de que esta atividade poderá se constituir em significativo fator de desenvolvimento da região. E naturalmente se a atividade da empresa agrícola familiar for encaixada neste processo, com assistência técnica e financeira, não temos dúvida do sucesso do empreendimento’”.

Em 1997, o deputado já apresenta críticas à forma como se dá a “agricultura racional” ao mesmo tempo que apontava outras formas para alcançar o desenvolvimento na Amazônia. Para isso, era necessário que se utilizasse a “experiência do homem amazônico, empregando tecnologias disponíveis, conhecimentos e capitais que possam dar retorno [...]”.

Percebe-se, portanto, que em 1998 já existiam narrativas contrastantes: há pontos de vista pró-soja e outros críticos à soja. Esse momento dá origem a um contraste existente até os dias atuais. Também é preciso destacar que no momento de inserção da soja em Santarém, os projetos de implantação da sojicultura não haviam levado em consideração a dimensão dos impactos sociais e ambientais da soja. Ao contrário: preocupações (socio)ambientais foram solapadas pelo argumento governamental, respaldado por empresários e defensores da sojicultura, de que todo plantio ocorreria somente dentro de áreas degradadas. Essas problemáticas socioambientais, negligenciadas por tais atores no início do empreendimento da soja, forneceram motivos jurídicos para o fechamento do porto graneleiro da Cargill em Santarém em dois momentos, 2004 e 2007.

Por outro lado, entre os anos 2002 e 2003, órgãos de fiscalização ambiental, como o IBAMA, e organizações da sociedade civil começam a se movimentar para denunciar impactos ambientais ocorridos na região. O IBAMA passa a atestar e multar desmatadores na região enquanto organizações da sociedade civil se organizam para denunciar as problemáticas fundiárias que surgem com a sojicultura (DELLA GIUSTINA, 2020): aumento no preço das terras e aumento das dificuldades produtivas dos agricultores familiares.

Uma das reações vindas da sociedade civil, elaborada pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, é a campanha “Não Abra Mão Da Sua Terra”, iniciada em 2003 e relançada em 2017. Nessa campanha, o Sindicato se organizava para conscientizar os agricultores familiares a não venderem suas terras para sojicultores e outros grupos de interesse. Mobilizaram discursos de proteção ambiental e de conscientização do agricultor familiar que precisa de sua terra para garantir as condições de sua reprodução social e de suas riquezas - visto que os processos fundiários na região, aliada a outras externalidades causadas pela sojicultura, causaram o desaparecimento completo de comunidades rurais e inseriram diversas dificuldades na produção e na reprodução social dos agricultores familiares da região (BARBOSA E FERRER, 2010; DELLA GIUSTINA, 2020).

Frequentemente, em campo, era narrado que o agricultor familiar era persuadido a vender suas terras para sojicultores. O interesse em comprar terras estava relacionado ao baixo custo dessas em áreas de expansão da fronteira agrícola (COSTA, 2011) e pela proximidade com o porto. Esses dois elementos combinados faziam com que Santarém oferecesse cortes nos custos de produção que eram mais vantajosos quando comparados a outras regiões produtivas do Brasil. A fim de demonstrar a evolução do preço por hectare, disponibilizo a tabela a seguir que relaciona o preço por hectare de terra na região de Santarém por ano.

Tabela 1 - Preço de cada hectare por ano em Santarém. Fonte: DELLA GIUSTINA, 2020.

| Ano | Preço/hectare |
|------|-------------------------------|
| 1999 | R\$ 200 |
| 2001 | R\$ 500 |
| 2003 | R\$ 1.000 |
| 2005 | Até R\$ 3.000 |
| 2020 | Entre R\$12.000 até R\$15.000 |

O ano de 2003 também possui outro marco importante para a sojicultura na região de Santarém: é o ano em que o porto graneleiro da Cargill é inaugurado em Santarém. A importância desse porto está relacionada ao fato de esse ser o ponto de escoamento da produção graneleira de toda área de influência da BR-163 (Santarém (PA)-Cuiabá (MT)). O porto graneleiro da Cargill é uma empresa oligopolística (situação na qual há vários vendedores e somente um comprador). Nas duas situações em que a Cargill foi fechada por determinações judiciais houve grande pressão de atores do agronegócio pois a inoperância do porto immobilizava o escoamento da produção de toda a área de influência da BR-163.

A inauguração do porto está diretamente relacionada com a expansão da produção por todo o Planalto Santareno. À medida que o plantio de soja se consolida e se expande na região, muitas famílias começaram a sofrer pressão por externalidades do processo produtivo da soja para além do impacto fundiário. A contaminação por agrotóxicos e de recursos hídricos (SCHWAMBORN, 2019) são dois dos grandes fatores que catabolizaram a venda de terrenos por parte dos agricultores familiares que não conseguiam mais produzir e sentem sua saúde afetada diretamente por serem vizinhos imediatos de plantações (DELLA GIUSTINA, 2020). Della Giustina (2020) também destaca que para além dos impactos socioambientais há uma dimensão de ameaças, violência, conflitos e assassinatos presente na dinâmica entre atores do agronegócio, grileiros, desmatadores para com comunidades tradicionais, ativistas ambientais e agricultores familiares.

Por fim, a história da sojicultura em Santarém é importante para o debate sobre sojicultura no Brasil porque a Moratória de Soja⁴ é resultado de conflitos oriundos dessa região. De acordo com o IMAFLORA (2017), o acordo da moratória da soja foi “um dos maiores compromissos firmados para o desmatamento zero em florestas tropicais” (2017, p.7) que foi criado após a apresentação do relatório do Greenpeace (2006) “*Eating up the Amazon*”. Tal relatório apontava para o extremo aumento de áreas desmatadas entre os anos de 2004 e 2005, “e apontou traders transacionais de commodities e indústrias de

⁴ Compromisso firmado entre a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e a ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) de não comercialização de soja provenientes de áreas desmatadas na Amazônia depois de outubro de 2006 (ABIOVE, sem ano).

alimentos da Europa como corresponsáveis pela expansão da soja na Amazônia.” (IMAFLORA, 2017, p.7).

O relatório da IMAFLORA continua:

“O principal fator que impulsionava o avanço da sojicultura na região era a instalação de obras de infraestrutura no início dos anos 2000, originalmente projetadas para dar suporte ao setor agrícola nacional no tocante ao armazenamento e escoamento da produção, e que tinham a perspectiva de oferecer vantagens competitivas no mercado internacional. Essas obras [...] [resultaram em] uma corrida fundiária por novas áreas de produção a despeito de questões legais, sociais e ambientais.” (2017, p.7)

Essa análise da realidade local de Santarém se conecta com uma tendência mais ampla, de escala regional da América Latina, conhecida como “consenso das commodities” (SVAMPA, 2019). De acordo com Maristella Svampa (2019), nos primeiros anos do século XXI, as economias latino-americanas foram favorecidas pela alta dos preços das commodities e passaram a usar da exploração e extrativismo da natureza como forma de subsidiar políticas sociais e expansão do consumo em seus países. De modo geral e deliberado, esses países “multiplicaram os grandes empreendimentos mineradores e as megarepresas, ao mesmo tempo que ampliaram a fronteira agrária [por meio de monoculturas, como a soja, biocombustíveis e dendê]” (SVAMPA, 2019, p.17-18).

Nesse cenário, Svampa opta por conceituar a prática extrativista como *neoextrativista*. Isso significa que, no século XXI,

“o fenômeno do extrativismo adquiriu novas dimensões, não só objetivas – pela quantidade e pela escala dos projetos, pelos diferentes tipos de atividades, pelos atores [...] -, mas também subjetivas, a partir do surgimento de grandes resistências sociais, que questionaram o avanço vertiginoso da fronteira das commodities e, diante do espólio, foram elaborando outras linguagens e narrativas em defesa de outros valores – a terra, o território, os bens comuns, a natureza etc.” (SVAMPA, 2019, p.18)

A busca por crescimento econômico e desenvolvimento a partir dessa conjuntura econômica de alta de preços de produtos primários fez com que os governos latino-americanos destacassem as vantagens comparativas oriundas do neoextrativismo, ao mesmo tempo que negaram ou minimizaram as “novas desigualdades e assimetrias socioambientais, que traziam consigo a consolidação de um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de matérias-primas em larga escala” (SVAMPA, 2019, p.36). Esse

discurso de crescimento econômico, busca por desenvolvimento, exploração da natureza “buscava opor de modo simplista a questão social [...] e problemática ambiental [...], ao mesmo tempo que ignorava discussões complexas e fundamentais sobre desenvolvimento, sustentabilidade ambiental e democracia” (SVAMPA, 2019, p.40). É com essa problemática em destaque que Svampa cita a máxima: quanto “mais extrativismo, menos democracia” (2019, p.19).

Compreendida a história da chegada da sojicultura em Santarém e sua relação com o consenso das commodities, é necessário destacar a importância do universo simbólico ao redor da soja e como isso mobilizou narrativas, ações e organizou conflitos pela região. Dessa forma o próximo tópico se dedica a investigar os conflitos entre narrativas contrastantes sobre a sojicultura.

Disputas por narrativas e os Conflitos

Visão dos diversos grupos

Como foi argumentado no tópico anterior, as diferentes interpretações sobre a soja ocorrem desde antes dos anos 2000. A leitura oferecida por este artigo é de que as diferentes perspectivas sobre a soja que cada grupo nutre levam à divergências e ao conflito⁵. Nessa situação de divergência existe um par de oposição representado por um grupo pró-soja e outro crítico à sojicultura.

Para o grupo pró-soja (composto por sojicultores; diversos atores do agronegócio, como empresários e políticos; e por entusiastas do agronegócio brasileiro) a sojicultura é a solução para o desenvolvimento e crescimento econômico regional e nacional. A própria reportagem “Soja – uma esperança para Santarém” evidencia a crença na melhora de vida da população por meio da exploração da natureza pela sojicultura. Essa característica deve ser somada ao entendimento de que atores do agronegócio tem, por finalidade, a busca pelo lucro. Isso deixa a preocupação ambiental e social em planos secundários (DELLA GIUSTINA, 2020). A prática de um processo produtivo baseado na busca pelo lucro é geradora de externalidades negativas sobre o meio ambiente e para populações próximas. No caso de Santarém, as externalidades desse processo produtivo são: indícios de relação entre sojicultura e desmatamento (PNUMA, 2006; DELLA GIUSTINA, 2020); contaminação de fontes hídricas (SCHWAMBORN, 2019 e DELLA GIUSTINA, 2020); desaparecimento de comunidades rurais (BARBOSA e FERRER, 2010; DELLA GIUSTINA, 2020); piora na saúde de comunidades rurais (BARBOSA e FERRER, 2010; DELLA GIUSTINA, 2020);

⁵ Conflito, nesse sentido, está ancorado na definição de Georg Simmel (1983). Para esse autor, o conflito é uma forma de relação social que está destinada a resolver dualismos divergentes.

dificuldades de produção agrícola para agricultores familiares (DELLA GIUSTINA, 2020); conflitos socioambientais e ameaças a comunitários (DELLA GIUSTINA, 2020 e CPT, 2019); enfraquecimento dos laços comunitários (DELLA GIUSTINA, 2020); pressões fundiárias (SAUER e MARTINS, 2016; DELLA GIUSTINA, 2020).

Esse processo produtivo orientado pelo lucro repete os padrões históricos de produção agrícola organizado para atender os mercados internacionais (PNUMA, 2006). “A estrutura do universo agrário brasileiro sempre refletiu, e ainda reflete, por conseguinte, esse objetivo primordial, que organiza as atividades produtivas em suas terras, qual seja, produzir muito para exportar” (PNUMA, 2006, p.46)”. Esse argumento tem sua lógica ancorada na participação agrícola no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Como forma de exemplificar o tamanho da economia agrícola do Brasil, em 2019, a soma de bens e serviços do agronegócio chegou a R\$ 1,55 trilhão de reais, representando 21,4% do PIB⁶. Em outras palavras, e como é atestado por Della Giustina (2020), para o grupo-pró soja, o desenvolvimento e a melhora qualitativa na vida das pessoas está diretamente relacionado com o desempenho econômico do país. Isso é, quanto mais dinheiro se puder gerar com a sojicultura, melhor será a vida das pessoas.

Entretanto a qualidade de vida atual identificada pelo grupo pró-soja não é a desejada. A explicação que é muito comum de se encontrar nessa região é que graças às ações de organizações da sociedade civil, da Igreja Católica, do interesse internacional, e as vezes do Ministério Público Federal e/ou Estadual, se dificulta a vida do agronegócio, e, por consequência, tais organização são entraves ao desenvolvimento.

Somando-se aos grupos citados por último, há parcela de agricultores familiares, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, a Comissão Pastoral da Terra, moradores de Santarém e comunidades rurais contrários à soja. Esse conjunto de atores são a outra metade do par de oposição: os críticos à sojicultura. Por mais que haja diversos atores críticos à sojicultura, bem como uma multiplicidade de discursos, esses atores se unem em torno de argumentos mais ou menos parecidos entre si. Esses argumentos são: 1) a atividade econômica proveniente da sojicultura não trouxe a melhora na qualidade de vida da população local. Ao contrário, em campo pude ouvir diversas vezes de diversos atores a mesma frase: “o desenvolvimento que eles [sojicultores] falam fica só pra eles lá”; 2) é bem conhecido casos de comunidades rurais que desapareceram em função da sojicultura, existindo reportagens veiculadas em jornais locais atestando essa realidade (DELLA GIUSTINA, 2020); 3) há desconfiança geral sobre contaminação de recursos hídricos, em comunidades rurais, causados por agrotóxicos (SCHANBORN, 2019; DELLA GIUSTINA, 2020); 4) para melhorar a vida da população é necessário haver

⁶ Informação retirada de: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>, acessado em 06/02/2021.

atividades econômicas compatíveis com as características socioambientais da região, não sendo implementadas numa perspectiva *top-down*; e 5) esses grupos frequentemente relacionam a atividade agrícola ao desmatamento.

Quanto a esse último tópico é necessário citar dois exemplos para colocar em debate a ideia de que a soja não é vetor de desmatamento. Essa ideia é presente no relatório da PNUMA (2006), que afirma:

“A expansão da soja ocorrerá fundamentalmente em áreas já desmatadas e ocupadas por pastagens, o que poderia levar à conclusão de que a expansão desta cultura não contribui para a retirada de floresta; *entretanto, as análises da expansão da fronteira agrícola na Amazônia mostram que a soja, as pastagens, a grilagem de terras públicas e a extração madeireira fazem parte de um mesmo processo.*”

Dessa forma, o primeiro exemplo da conexão entre sojicultura e desmatamento, já citado nesse artigo, é o relatório da ONG Greenpeace *Eating Up th Amazon* (2003) – que culminou na assinatura da Moratória da Soja. O segundo é proveniente de um relato colhido em campo:

Entrevistado: Caio, eu vou te contar uma história que tu não acreditas, isso é verdade pura. Esses *cabras* dizem que as ONGs que fazem isso [esse relato foi colhido pouco tempo após os incêndios florestais em janeiro de 2019]; que é nós [moradores de comunidades rurais] que fazemos isso. Mas esses caras [atores do agronegócio] eles pegam essas florestas aí, eles passam veneno na floresta com avião. Isso não é mentira não, a gente não pode porque a gente não tem condições de documentar e mostrar para que todo mundo veja, para que o povo veja. Ele pega uma floresta dessa, passa veneno, com 3 dias essa floresta cai a folha todinha. Que que eles fazem? Com avião também, eles jogam semente de capim. Aí que que eles fazem? Daqui a três anos esse capim cobriu. Você acha que eles vão fazer outra coisa, eles vão queimar. Queima que aquela pauzera cai todinho.”

É imprescindível citar que em relação ao debate da sojicultura, há disputas sobre o conceito de desenvolvimento. O que foi visto até agora é que as diferenças entre grupos pró-soja e críticos à sojicultura se opõe e disputam narrativas sobre como deveria ser o desenvolvimento na região. Assim, é útil dedicar algumas palavras para melhor compreender o conceito “Desenvolvimento”.

Conceitos Sobre Desenvolvimento

É citado durante esse artigo dois conceitos que podem ser dúbios devido a proximidade que estabelecem entre si. Os conceitos de Desenvolvimento e Crescimento Econômico, por mais que utilizados como sinônimos algumas vezes, são diferentes entre si.

José Eli da Veiga, em seu livro “Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI” (2010), apresenta suas contribuições para distinguir o que é Desenvolvimento (e suas diversas interpretações) e o que é Crescimento Econômico. De acordo com ele, o Crescimento Econômico é fator necessário para o Desenvolvimento, mas não é o único. Para ele no “crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento a mudança é qualitativa” (VEIGA, 2010, p.56). A ideia do Desenvolvimento enquanto mudança qualitativa é oriunda de Amartya Sen (2010).

Para esse autor o Desenvolvimento necessita da expansão das liberdades reais para aqueles que recebem o desenvolvimento. Assim, para além dos aspectos econômicos e tecnológicos, Sen (2010) compreende que o desenvolvimento deve ser medido pelas liberdades reais que também são “as disposições sociais e econômicas [...] e os direitos civis [...]” (2010, p. 16). Em outras palavras: “O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (2010, p.16-17)

Veiga (2010), reconhecendo a liberdade como inalienável de qualquer processo de desenvolvimento enfatiza que é somente com a possibilidade de as pessoas viverem aquilo que escolheram para suas vidas que há Desenvolvimento. Esse processo

“Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia. A menos que as pessoas pobres e marginalizadas possam influenciar ações políticas de âmbitos local e nacional, não é provável que obtenham acesso equitativo ao emprego, escolas, hospitais, justiça, segurança e a outros serviços básicos” (VEIGA, 2010, p.81)

Para distinguir o Crescimento Econômico, Veiga (2010) lança mão das ideias de Celso Furtado para argumentar que “o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização” (2010, p. 81). Dessa forma, o Crescimento Econômico, de acordo com esses autores, é quantitativo, material, e que justifica, muitas vezes, a exploração de atores pobres por atores ricos – seja em cenário internacional, como a exploração de países de primeiro mundo, seja em cenário regional, na qual a busca por sobrevivência e as desigualdades de

oportunidades fazem com que pessoas entrem em ciclos de pobreza e vulnerabilidade. Portanto, a argumentação de Veiga (2010) é que a ideia de Desenvolvimento deve aliar aspectos quantitativos de crescimento econômico com um projeto social subjacente. Dessa forma “dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (FURTADO, 2004, p. 484).

Discutida essa diferença conceitual e teórica, passamos para a análise empírica da problemática que o desenvolvimento proveniente da sojicultura leva para a região de Santarém. Para embasar essa análise será utilizada uma perspectiva proveniente das ideias sobre conflito socioambiental.

O Desenvolvimento e o Conflito Socioambiental

Zhour e Laschefski (2014(?)) consideram o conflito socioambiental como aquele que surge “das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço” (2014(?), sem página). Assim, os conflitos surgem quando essas concepções sobre o espaço são transferidas para o espaço vivido:

“Quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera.” (2014(?), sem página)

Nessa linha de argumentação, os autores percebem que conflitos socioambientais denunciam as contradições da busca por crescimento econômico que resulta em um mal-desenvolvimento - além de demonstrarem a má distribuição dos ônus e bônus de um processo produtivo sobre o território e suas populações. As investigações sobre o conflito socioambiental evidenciam outro conceito necessário a investigar nessas situações. A ideia de (in)justiça ambiental. Para Anguelovski (2016), a ideia de justiça ambiental está relacionada

“ao direito que uma pessoa tem de permanecer em seu lugar e em seu ambiente, de ser protegida do investimento e do crescimento descontrolados, da poluição, da

concentração de terras, da especulação, do desinvestimento, da decadência e do abandono” (2016, p.76)

O que se percebe, portanto, é que a análise dos conflitos ambientais oferece possibilidades de reconhecer os projetos de desenvolvimento que estão em disputa. Esses projetos acionam distintas matrizes de produção material e simbólica e que esbarram nas assimetrias de poder existentes nas dinâmicas sociais e políticas. Dessa forma a perspectiva obtida através das análises sobre conflitos ambientais contribui para construção de alternativas atentas aos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça ambiental.

Essas ideias auxiliam na compreensão da dinâmica produzida a partir da introdução da sojicultura em Santarém iniciada no ano de 1996. Em nenhum momento a adoção da sojicultura em Santarém foi uma questão de consulta a população local; ao contrário: a história da sojicultura em Santarém demonstra processos de adoção de políticas públicas em uma perspectiva *top-down* que desconsiderou protocolos de consultas livres, prévias e informadas com relação à população santarena. Soma-se a isso a percepção social local de que a sojicultura não gerou nem mesmo renda e emprego para a população local, ao mesmo tempo que é um empreendimento comumente associado aos “gaúchos”⁷. Essa problemática de políticas elaboradas e implementadas numa perspectiva *top-down* iniciadas no início do empreendimento da sojicultura em Santarém são práticas continuadas que ocorrem até os dias atuais. Há vários casos de desrespeito aos marcos da Consulta Livre, Prévia e Informada dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, previstos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que ocorrem com outros grupos no Planalto Santareno. Apenas com o intuito de citar os conflitos socioambientais que ocorrem na região, há a luta contra a sojicultura e outros empreendimentos de grande porte realizados pelos Munduruku do Planalto Santareno (CPT, 2019) e também por comunidades quilombolas de Santarém que lutam contra a instalação de um segundo porto graneleiro que será implementado na região do lago do Maicá aos moldes do porto da Cargill (SILVA et al., 2019).

Nos casos de conflitos existentes nas comunidades rurais, pode-se afirmar que os marcos de tais disputas tem sua origem nas questões de agrotóxicos e pressões fundiárias. Essas disputas tem origem nas diferenças de racionalidades sobre o uso do espaço e finalidade da produção. Há, também, a dimensão das disparidades de poder que cada grupo envolvido no conflito possui. Vemos que, de modo geral, os atores do agronegócio possuem

⁷ Conceito nativo comumente usado para designar sojicultores que vieram de Estados localizados ao Sul do Pará. Nesse sentido não só sojicultores do Rio Grande do Sul são “gaúchos”, mas também aqueles oriundos do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Há indícios para se pensar tal conceito como um dispositivo simbólico para reivindicar a diferença entre o “nós” (paraenses que não plantam soja) e “eles” (grupos de fora do Pará que são, em sua maioria, responsáveis pela sojicultura em Santarém).

uma rede de cooperação em nível nacional e internacional que os auxiliam na conquista de seus objetivos. Em campo, na realidade de Santarém, se atesta que a rede de cooperação do sojicultores conta com atores políticos (deputados federais, estaduais e vereadores), empresários locais e empresas tanto nacionais quanto internacionais (como a Cargill, por exemplo), sindicatos rurais e associações de produtores de soja, além das atuais políticas ambientais e agrícolas do governo Bolsonaro que atende certas demandas desse grupo. Há, ainda, um importante conceito vinculado às práticas dos atores do agronegócio chamado de agroestratégias. A ideia de agroestratégias é elaborada por Almeida (2008; 2010; 2011) que as identifica como parte da política mundial que nutre a retórica de que o agronegócio sustenta a demanda alimentar no mundo. Assim, as agroestratégias estão apoiadas por ações governamentais, investimentos privados e mecanismos jurídico-formais como meios para realizar o interesse desse grupo.

Esses elementos, aliados à perspectiva de implantação *top-down* de empreendimentos, mais as características destacadas no Consenso das Commodities (SVAMPA, 2019) evidencia o poder que tais grupos conseguem mobilizar para implementar o projeto de expansão e intensificação da sojicultura em Santarém. Entretanto, os conflitos se tornam mais evidentes quando movimentos sociais, instituições e pessoas impactadas entram no debate denunciando as externalidades negativas e má distribuição dos ônus e bônus da sojicultura. Há disputa pois suas reivindicações, “lutas e projetos políticos se referem à reestruturação da sociedade” (LOUREIRO E LAYRARGUES, 2013, p.60), e isso significa repensar o modelo de desenvolvimento a partir da exploração de commodities.

A análise dos casos de conflito socioambientais em Santarém também nos ajuda a compreender como a dimensão da violência é um elemento crucial para a dinâmica local. Para melhor discorrer sobre tal assunto, cito um relato de um morador de uma comunidade rural ameaçado por sojicultores:

“Eu tenho assim, grande... Por exemplo, medo, né? Um familiar diz as vezes pra mim ‘tenha cuidado porque esse pessoal é perigoso’. Você pensa que a gente não corre risco de vida aqui? A gente corre risco de vida todo dia aqui. Se você for pra uma igreja, se você for falar de meio ambiente na igreja, se você for falar aqui das injustiças sociais, você pode... Depois você pode estar causando... Ter problemas, né? Então você tem que ter cuidado. Eu mesmo tive uma experiência triste. As pessoas tentaram me... Atentaram contra minha casa, minha família, quando eles soltaram uma bomba de efeito moral lá, não sei de onde, para me intimidar, né? E a gente sabe quem foi. Mas as vezes, por exemplo, você não vai mexer porque você tem uma família. Você tem os filhos que circulam livremente aqui, trabalham aqui, então a gente participa na igreja. Então você vira uma [inaudível]. Você termina ficando temeroso. E esse pessoal eles metem medo. Não adianta a gente

pensar, a gente falar com outras línguas. É por isso que a gente fica muito cauteloso, e o pessoal daqui eles, as vezes são muito... a mente está muito envenenada pela ideia do outro, né? Não tem os meios de comunicação [inaudível] fazem aquilo que eles querem, né?

Caio: Mas como que o senhor explica que... é o acontecimento desse atentado? Por que chegou nesse nível?

Vítima: Eu acho que... É pelas ideias que a gente fica colocando... [...] Eu sempre pego, e digo assim, para as pessoas: via [nossa comunidade] como uma comunidade pobre, mas não miserável. Hoje eu já digo que a gente tá bem diferente: [é uma comunidade] pobre e miserável. Você vai ter pessoas passando necessidade brava aqui. Então, aí quando você começa, por exemplo eu... me declaro opositor. Totalmente contra o agronegócio. [...] Se você aproveita campos que já foram [abertos] há 20, 30 anos atrás, beleza. É natural. Mas você continuar derrubando uma floresta, continuar né, tirando dali uma coisa que levou mil anos pra estar daquele tamanho, é uma aberração.

Caio: E você estava denunciando isso?

Vítima: Fui falar disso! [...]. Você quando falar que a maior parte... todos os nossos produtores são [inaudível] no país. E todos eles têm uma cabeça capitalista selvagem. Não adianta a gente... Não tem nenhuma dinâmica assim, que você possa, consolidar, pelo menos, um processo de... de igualdade.”

Della Giustina (2020) afirma que o passado de conflitos socioambientais no Pará, tendo como exemplo marcante o assassinato da Irmã Dorothy Stang em 2005, e a ameaça de morte de um líder religioso ativista de Santarém em 2006 inseriu a dimensão do medo nas relações de violência e disparidade de poder nos conflitos socioambientais da região. Assim, o medo funciona como mecanismo para desestimular ações de enfrentamento aos sojicultores, por mais que seja evidente o descontentamento e a crítica ao processo produtivo e neoextrativista da sojicultura.

O que se observa, portanto, é que a busca por desenvolvimento é responsável pelos conflitos socioambientais atuais da região de Santarém. Analisando as características do Consenso das Commodities (SVAMPA, 2019), e sua relação com os conflitos locais e a dimensão da violência e do medo percebe-se como verdadeira a relação de quanto “mais extrativismo, menos democracia” (2019, p.19) em Santarém.

Conclusão

A ideia desse artigo foi de analisar os conflitos socioambientais que ocorreram em Santarém baseados nessa disputa de narrativas sobre a soja e sobre o desenvolvimento. A opção de adoção da sojicultura como uma das saídas para o desenvolvimento de Santarém não foi e

não é uma questão de consulta à população; ao contrário: a história da sojicultura em Santarém demonstra processos de adoção de políticas públicas em uma perspectiva *top-down* que desconsiderou protocolos de consultas livres, prévias e informadas com relação à população santarena. E esse fato é um dos grandes elementos geradores de conflitos na região. Como resposta os movimentos populares, organizações da sociedade civil e instituições se mobilizam contra a ideia de que a soja é a solução para o desenvolvimento santareno. Para esses grupos a soja multiplicou e evidenciou as desigualdades que já existiam na região ao mesmo tempo que implementaram novas dimensões de impactos socioambientais, como por exemplo o uso de agrotóxicos e suas externalidades, os problemas fundiários de grilagem, compra e venda e terras, e a alteração das paisagens com a substituição de florestas por campos de soja.

Como foi demonstrado, parte do problema é derivado das diferentes mentalidades e concepções sobre o conceito de desenvolvimento. Enquanto o grupo crítico a sojicultura evidencia a dimensão qualitativa (aumento de oportunidade, melhora de vida da população, direito ao meio ambiente limpo e saudável) e quantitativa (crescimento econômico, infraestruturas, mais ofertas de bens e serviços) os atores do agronegócio exercem suas atividades buscando apenas o aspecto quantitativo do desenvolvimento, esvaziando e deslegitimando preocupações socioambientais. Assim, se percebe que o empreendimento da sojicultura não tem plano social para se alcançar o desenvolvimento. Ao contrário: é uma atividade produtiva de classes dotadas de capital econômico e político para a preservação de seus próprios privilégios enquanto elites. É isso que muitos moradores de comunidades rurais apontam quando afirmam que “o desenvolvimento que eles falam fica só pra eles lá”.

Numa perspectiva macro econômica e histórica o caso da exploração da natureza pela sojicultura em Santarém é um exemplo local da tendência internacional conhecida como “Consenso das Commodities” (SVAMPA, 2019). Os argumentos de Svampa (2019) são reforçados nesse artigo: quanto mais há a busca pela exploração da natureza como uma forma de se alcançar o desenvolvimento, menos há respeito aos direitos das populações que vivem em contato com a natureza e/ou pensam outros desenvolvimentos possíveis, desenvolvimento que leve em consideração as características, necessidades e projetos de reestruturação da sociedade e da natureza das populações amazônicas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A.; CARVALHO, G. (Orgs.). O Plano IRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica. Belém: Fase, Observatório Comova; UFPA, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S. e ALMEIDA, W. (org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, Editora da UnB, 2011. p. 27-44.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. (et al). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.101-143.

ANGUELOVSKI, Isabelle. Verbete 7: Justiça Ambiental. In: D'ALISA, G.; FEDERICO, D.; KALLIS, G. (ORGs). Decrescimento: vocabulário para um novo mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2016

BARBOSA, Josimar Alves; FERRER, Gabriel Real. O Agronegócio da Soja e as Violações do Direito à Cidadania e ao Desenvolvimento Rural: em estudo de caso das comunidades locais de Santarém-PA, Brasil. In: III Encontro de Internacionalização do CONPEDI, 1(12), 34–53. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.26668/2448-3931_conpedilawreview/2015.v1i12.3485

COSTA, Solange Maria. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In: SAUER, S. e ALMEIDA, W. (org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, Editora da UnB, 2011. p.69-89.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2018. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional. 2019. ISSN 1676-661X. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018>

DELLA GIUSTINA, Caio. Ilusão Desenvolvimentista no Planalto de Santarém/PA: um estudo sobre ideologias, discursos e conflitos na comunidade de Boa Esperança. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília. 2020

FURTADO, Celso. "Os desafios da nova geração". In: *Revista de Economia Política*. Vol. 24, n.4 (96) outubro-dezembro 2004, pp.483-486.

GREENPEACE. Eating Up the Amazon. 2006. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/amazonsoya.pdf>, acessado em 10/01/2021

IMAFLOA. 10 ANOS DA MORATÓRIA DA SOJA NA AMAZÔNIA: História, impactos e a expansão para o Cerrado / Marina Piatto, Lisandro Inakake de Souza, - Piracicaba, SP: Imaflora, 2017

LOUREIRO, Carlos; LAYRARGUES, Philippe. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: Perspectivas de Aliança Contra-Hegemônica. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013

NASUTI, Stéphanie; FOLHES, Ricardo; ABREU, Beatriz; DELLA GIUSTINA, Caio. 2020. Comunidades rurais muito vivas!. Coleção "Consolidando a agricultura familiar no planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Odyssea/INCT Odisseia. ISBN: 978-65-00-02239-1. Disponível em: http://inct-odisseia.i3gs.org/wp-content/uploads/2020/12/INCT_STTR_Santarem_cartilha_1.pdf

PNUMA. Avaliação e Planejamento Integrados no Contexto do Plano BR-163 Sustentável: o setor da soja na área de influência da rodovia BR-163. Unidade de Economia e Comércio. Escritório do Brasil, Brasília, 2006.

SANTOS, André; SILVA, Deyse; FERREIRA, Elen. Ideologias de Desenvolvimento em jornais de Santarém-PA nas décadas de 1960 e 1970. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 9, n. 2, p. 57-71, jul./dez. 2016. ISSN 1984-4352.

SAUER, Sérgio.; MARTINS, Pedro: Cultivo da soja e conflitos por terra na região de Santarém, Pará. In: Terra e Direito em Águas Turbulentas. Livro On-line. 2016. p.21-38. Disponível em: http://ireneveleztorres.net/wp-content/uploads/2018/10/LAR_2016_PORT.pdf

SCHWAMBORN, Txai. Expansão da fronteira agrícola, uso de agrotóxicos e riscos de exposição humana ao glifosato na região metropolitana de Santarém. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do Conflito, in Moraes Filho, Evaristo (org.). São Paulo: Ática, 1983.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução: Lígia Azevedo. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. Texto on-line. 2014(?). Sem páginas. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf



GT 01 – Democracia e conjuntura política na América Latina

DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: ESTUDO DE CASO SOBRE A CAMPANHA DE EVERALDO EGUCHI (PATRIOTA) NAS ELEIÇÕES 2020 EM BELÉM/PA

Luiza Pessoa Oliveira de Souza (UFPA)¹

RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso referente à candidatura de Everaldo Jorge Martins Eguchi (PATRIOTA) à Prefeitura de Belém nas Eleições Municipais de 2020, especialmente no que se refere à mobilização de certas categorias durante o período eleitoral. Tido como candidato alinhado ao “bolsonarismo” em Belém/PA, Everaldo Eguchi disputou o segundo turno com Edmilson Rodrigues (PSOL). Considerado novato na política, Eguchi construiu sua campanha de candidatura à Prefeitura em torno de categorias e conceitos como família, pátria, Deus, anticomunismo, e com base em ideias como anticorrupção, luta contra a velha política, dentre outros. Objetiva-se aqui, portanto, demonstrar em que momentos e de que forma a categoria *Deus, pátria e família* são mobilizadas na campanha de Everaldo Eguchi durante o período eleitoral de 2020, como forma de apelo a possíveis eleitores. Em primeiro lugar, faz-se necessário compreender quais são os significados atribuídos a essas categorias pelo candidato e seus apoiadores. Após, para que se verifique a mobilização de tais categorias na campanha de Everaldo Eguchi, é realizada análise de discursos proferidos pelo candidato Eguchi em suas redes sociais oficiais (Facebook, Instagram, Youtube e Twitter) e debates televisionados durante o período eleitoral. Outrossim, são verificados os apoiadores oficiais da candidatura do Delegado Eguchi, como importantes lideranças evangélicas e católicas de Belém, e como as categorias pesquisadas também são mobilizadas em seus discursos. Assim, o presente trabalho demonstra a mobilização das categorias *Deus, pátria e família* na formação de base eleitoral e na campanha do candidato Everaldo Eguchi.

Palavras-chave: Campanha eleitoral. Everaldo Eguchi. Deus. Família. Pátria

¹ Mestranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará – PPGCP/UFPA. E-mail: luizasouza9@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelo início de uma pandemia sem precedentes. Em meio a tantas mortes e tentativas de conter o avanço do vírus, os olhares se voltaram aos governos federal, estadual e municipal. O planejamento de políticas públicas e de cooperação entre os entes tornou-se ponto crucial ao programa de governos já vigentes – mas não somente destes: considerando tratar-se de um ano eleitoral, a menção a planos de ação para contenção da pandemia também se tornou corriqueira no meio das candidaturas a prefeituras municipais e vereanças. Ocorridas em plena pandemia, as eleições municipais de 2020 primeiramente tiveram suas datas alteradas no calendário oficial para serem realizadas em data compatível com diminuição ou estabilidade de casos de covid-19, além de que precisaram seguir todo um planejamento sanitário para contenção de níveis de contágio e manutenção da biossegurança entre os eleitores.

Para além deste cenário pandêmico, as eleições de 2020 foram as primeiras a ocorrerem sob a presidência de Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Este fato é relevante se considerarmos a ascensão das novas direitas na política brasileira, uma vez que as eleições de 2020 apresentaram diversos casos em que prefeituras foram disputadas por candidatos alinhados tanto ao que se entende por “bolsonarismo”, ainda que diluído, quanto à orientação das referidas direitas. Apesar de não terem conquistado grandes vitórias neste pleito, aliados ao projeto bolsonarista mostraram ter algum apelo em face de parcela da sociedade ao disputarem o segundo turno em capitais como Fortaleza, Belém e Cuiabá².

Em Belém, o segundo turno das eleições foi disputado por Edmilson Rodrigues (PSOL) e, contrariando expectativas de pesquisas eleitorais realizadas à época, Everaldo Eguchi (PATRIOTA). Edmilson possui longa trajetória política, tendo sido prefeito de Belém por dois mandatos seguidos (1997 a 2005). Da outra ponta, Eguchi apresentou-se como candidato *outsider*, isto é, novo na política, não tendo ocupado qualquer cargo eletivo nem sequer concorrido em alguma eleição. Além disso, apresentou-se como candidato alinhado ao projeto político bolsonarista, algo que reforçou em entrevistas e outras mídias e que será demonstrado no decorrer desta pesquisa.

Como resultado do pleito, o psolista Edmilson foi eleito com 51,76% dos votos, o que representa um total de 390.723 dos votos válidos na capital paraense. Não muito atrás, porém, Eguchi obteve 364.095 votos, o que perfaz 48,24% dos votos válidos. Percebe-se que a diferença entre os votos obtidos pelos candidatos não foi vultuosa, o que denota que parte

² <https://www.bbc.com/portuguese/55118265>

considerável da população belenense apoiou o projeto político de Eguchi, cuja campanha tinha como base o tripé formado por “Deus, pátria e família”, conforme veremos mais à frente.

Considerando a emblemática presença de um candidato alinhado ao projeto bolsonarista no segundo turno das eleições de Belém, o presente artigo tem por objetivo apontar a presença das categorias *Deus, família e pátria* na campanha eleitoral de Everaldo Eguchi. Para isso, busca-se, em primeiro lugar, determinar as posições e significados de tais categorias dentro do campo semântico da nova direita brasileira, considerando seu avanço nos últimos anos. Ademais, será analisado o viés conservador do partido PATRIOTA, pelo qual o candidato Eguchi concorreu nas eleições de 2020³. Por fim, na última seção deste artigo, serão apresentadas as análises da campanha em redes sociais do então candidato (Instagram, Facebook, Youtube), bem como entrevistas concedidas por Eguchi e debates oficiais realizados entre os dois candidatos que disputaram o segundo turno em Belém, considerando, também, o apoio recebido pelo candidato de líderes religiosos da cidade.

Sobre a gramática da nova direita brasileira

A ascensão dessa nova direita brasileira é basicamente marcada por três elementos novos: crescimento da presença de uma direita religiosa com representação na Câmara com a “bancada evangélica”; direita liberal representada pelo partido NOVO e similares; movimentos sociais com lideranças outsiders ao establishment tradicional como MBL, RenovaBR etc. (BERLATTO, BOLOGNESI, CODATO, 2018).

Esta nova direita, ou pelo menos grande parte dela, carrega consigo elementos de um forte conservadorismo moral, como a defesa de instituições religiosas cristãs e da própria instituição familiar – esta consubstanciada na figura da “família tradicional”, ou seja, heteronormativa, cristã e patriarcal. A defesa deste tipo de família é um traço forte em projetos de lei propostos por partidos localizados no espectro ideológico da direita, bem como nos programas de governo, estatutos, manifestos e outros documentos que norteiam a atuação de tais partidos na política brasileira. Além disso, este tipo de abordagem em defesa de uma família tradicional mostra-se como importante elemento de mobilização eleitoral, considerando também o caráter confessional desses partidos.

A ascensão dessa direita é marcada por tais elementos confessionais, com fundamento num conservadorismo moral, ao mesmo tempo em que se relaciona com elementos do neoliberalismo e à sólida construção de uma narrativa que opõe “nós” vs. “eles”, em que “eles” são basicamente opositores do projeto político da direita. Significa dizer,

³ Everaldo Eguchi não é mais filiado ao PATRIOTA, sendo o atual presidente do PSL no Pará. Ele compõe o diretório do partido do estado, que funciona como órgão provisório e tem vigência de 12/01/2021 a 11/07/2021.

portanto, que a cosmovisão da direita brasileira abrange, hoje, diversas tonalidades ideológicas e discursos. Ainda assim, conforme aponta Messenberg (2017), é possível estabelecer que esta nova direita se utiliza de três campos semânticos principais: antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais.

O moralismo reafirma os princípios basilares de uma sociedade tradicional: família, religião e nação (HIRSCHMAN, 1992 apud MESSENBEG, 2017). Há, aqui, a defesa de valores ligados a conservação da ideia-chave de família tradicional, que tem como principais elementos discursivos a “oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, oposição ao aborto, à ideologia de gênero nas escolas, à expansão do feminismo e a concordância com a ‘cura gay’” (MESSENBEG, 2017). Quanto à religião, nota-se o reforço do ideário cristão. Já em relação à ideia de nação, há a expressão de um patriotismo que exalta símbolos nacionais, as Forças Armadas, além de vincular-se ao componente “anticomunismo” que se faz presente na gramática da direita brasileira (MESSENBEG, 2017). A ideia geral do conservadorismo aplicado à nova direita brasileira também pode ser extraída do que se entende por conservantismo, conforme descrição de Pierucci (1990, apud MESSENBEG, 2017):

O conservantismo é antes de mais nada uma proposta de sociabilidade. [...] é uma combinação de práticas (de distinção, hierarquização, desprezo, humilhação, intolerância, agressão, profilaxia, segregação), de discursos espontâneos e discursos doutrinários abrangendo a esfera pública e a vida privada, de soluções políticas e econômicas mas também de restauração moral, de racionalizações e afetos, princípios e estereótipos, fantasmas e preconceitos girando em torno ou nascendo em raio de uma obsessão identitária, isto é, de uma necessidade sempre autorreferida de preservação à outrance de um “eu” ou um “nós” ameaçado [...]

Além disso, a direita brasileira contemporânea, segundo o Gentile (2018), carrega elementos da dicotomia liberalismo-autoritarismo, bem como reproduz características típicas do que se chama de pós-democracia, por meio de alianças com movimentos neoliberais e nacionalistas. Essa mistura de elementos aparente e superficialmente contraditórios faz do Brasil espaço único a ser estudado da perspectiva do pensamento político-social, que também expõe facetas de uma nova direita.

O elemento da *família tradicional* é central ao conservadorismo, que chega mesmo a ser visualizado como uma reação aos movimentos feminista e LGBTQI+ (LACERDA, 2019), já que estes lutam por um reconhecimento que afronta a família tradicional e subverte o status quo patriarcal, hétero e cristão. Note-se aí que a cristandade guia o conservadorismo, que tem na direita cristã seu principal sujeito de atuação política (LACERDA, 2019).

Exemplo de tal ideário é observado no projeto político do próprio presidente Jair Bolsonaro, cujo governo apresenta forte presença de elementos do conservadorismo moral aliados à lógica neoliberal. A família defendida por Bolsonaro em campanhas e discursos, por exemplo, é a família patriarcal e heterossexual – a tão falada “família tradicional brasileira”.

Quaisquer comportamentos que destoem do papel masculino tradicional são tidos como ameaça. Esta é a lógica da família tradicional, segundo a qual

a família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a de manutenção da propriedade. A mulher exerce o papel de agente socializador responsável pela educação moral dos filhos; por isso, essa perspectiva é radicalmente contrária aos movimentos femininos, entendendo-os como elemento de desintegração familiar. A moral adquire, no conservadorismo, um sentido moralizador [...]. É assim que se apresentam sob diferentes enfoques e tendências, objetivando a restauração da ordem e da autoridade, do papel da família, dos valores morais e dos costumes tradicionais (BARROCO, 2009 apud FERREIRA, 2016)

Entrincheirados no campo semântico e político do conservadorismo moral e, por consequência, defendendo um projeto de defesa do elemento da família tradicional, encontram-se partidos desta nova direita, cujas facetas confessionais e neoliberais tomam espaço em detrimento da direita tradicional (BERLATTO, BOLOGNESI, CODATO, 2018). Um partido que tem como objetivo a defesa de interesses conservadores é o PATRIOTA (EXPEN), componente o bloco de partidos políticos brasileiros agrupados ideologicamente à direita no espectro político. (BERLATTO, BOLOGNESI, CODATO, 2018).

2. IDEOLOGIA DO PARTIDO PATRIOTA

O partido PATRIOTA existe, com esta nomenclatura, desde 2018. Antes disso, o partido se chamava Partido Ecológico Nacional – PEN, criado em 2012 sob influência da igreja Assembleia de Deus (SIUDA-AMBROZIAK, 2014). O partido foi oficialmente fundado por Adilson Barroso, político que já ocupou cargos de vereador, deputado estadual e vice-prefeito, e que permanece como presidente do PATRIOTA atualmente.

Em relação à base ideológica do partido, observa-se que, ainda como PEN, defendia-se o ensino de conceitos da Social-Democracia Cristã, objetivando a execução de ações relacionadas à defesa da ecologia e de recursos naturais. Quando se torna PATRIOTA, no entanto, os objetivos e princípios especificados no novel estatuto mudam quase que drasticamente – no artigo 2º, é possível observar que o PATRIOTA possui como objetivos “participar de eleições livres e democráticas, a fim de promover valores conservadores, patrióticos, cristãos [...]”. Mais à frente, o estatuto deixa evidente que exige de seus filiados o compromisso com a defesa de interesses como “valorização da família, respeitando-se o direito individual de cada cidadão quanto à sua vida privada e opção [sic] sexual”, “proteção à vida”, “combate à legalização de drogas”, dentre outros.

O partido PATRIOTA se define como “moralmente conservador, economicamente defensor do livre-mercado e confessionalmente cristão”. Tem por objetivo alcançar o poder

político defendendo bandeiras como *valores cristãos*, “especialmente a defesa da vida desde a sua concepção e a família tradicional como célula fundamental da sociedade”. A proposta do PATRIOTA tem por base valores como: pátria, respeito à doutrina conservadora cristã, liberdade e responsabilidade individuais, Estado Democrático de Direito, igualdade formal, livre-mercado, sustentabilidade, eficiência na gestão pública, cidadania e fraternidade.

Dentre os vários valores e bandeiras levantadas pelo partido, são interessantes ao presente trabalho as bandeiras de valorização da pátria e respeito à doutrina conservadora cristã.

Em relação à valorização da pátria, observa-se excerto do site do partido:

Um povo é o conjunto de indivíduos ligados por uma história comum, suas tradições, valores, crenças e objetivos compartilhados de forma natural e voluntária, formando laços de confiança e identidade que levam ao respeito, cooperação, harmonia, paz e ordem social.

Uma sociedade construída e ordenada desta forma é uma pátria. Ser patriota é conhecer, cultivar, valorizar e defender a pátria, sua história, sua cultura, seu território, seus recursos e sua gente. É entender quem somos para proteger o que nos une. (PATRIOTA, 2020)

Já em relação à adoção da doutrina conservadora cristã, retomam-se pontos como posicionamento contra aborto, manutenção da ordem cívica, dentre outros. Pode-se ressaltar que tais posicionamentos não são comuns a todos os cristãos, uma vez que não se trata de um grupo monolítico, mas sim de um grupo social que, como qualquer é outro, é heterogêneo e atravessado por diversos pensamentos e posicionamentos. Contudo, de forma geral, os valores mencionados alhures são usualmente vinculados e/ou decorrentes da doutrina cristã. Estes valores, defendidos pelo partido PATRIOTA, foram amplamente refletidos na candidatura de Everaldo Eguchi na corrida pela Prefeitura de Belém durante as eleições de 2020, conforme veremos a seguir.

3. A CAMPANHA DE EGUCHI

Em 2020, Everaldo Jorge Martins Eguchi, delegado da Polícia Federal, lançou sua candidatura à Prefeito de Belém pelo PATRIOTA. Nascido em Tomé-Açu (PA), Eguchi mudou-se com a família ainda criança para a capital paraense, onde também concluiu estudos em Economia e Direito.

Na campanha, colocou em prática basicamente a mesma fórmula que ajudou a eleger Jair Bolsonaro como presidente em 2018, apostando num forte discurso contra a corrupção e colocando-se como *outsider* que lutaria contra a “velha política”. Além disso, a campanha exalta valores relacionados ao conservadorismo moral que faz parte da gramática política desta direita, especialmente os três pilares já mencionados alhures, quais sejam:

família (a *família tradicional*), Deus (religiosidade cristã), e nação (pátria). Nesta seção, nos dedicaremos à observação dos momentos em que estes três valores se fizeram presentes na campanha do então candidato Everaldo Eguchi.

3.1 Instagram

O primeiro *post* no Instagram relativo à candidatura de Eguchi data de 27/09/2020. Trata-se de um vídeo de cerca de 2 (dois) minutos, em que se introduz uma breve biografia do candidato, com intuito de que os eleitores conheçam um pouco de sua história e vida – conforme sugere a própria legenda do post. No vídeo, Eguchi destaca a trajetória profissional, pontuando que “Deus o abençoou” para que chegasse ao último nível da carreira como delegado federal. Como integrante da Polícia Federal, destaca ter atuado junto à INTERPOL e junto à Operação Lava-Jato.

O vídeo é finalizado com a imagem do candidato acompanhado de sua esposa, com efeitos indicando a legenda, partido, vice-prefeito e slogan de campanha – “Combater a corrupção e transformar Belém”. Ressalte-se que um forte discurso anticorrupção que atravessa toda a candidatura de Eguchi.

O vídeo, considerando toda a composição de imagem, sonoridade e o próprio discurso, parece buscar evocar sentimentos de aproximação com o ideário de solidez de um certo tipo de família – está sempre acompanhado de sua esposa –, com detalhes que pontuam a crença em um deus – mais à frente confirmaremos tratar-se do Deus da fé cristã. Não à toa, já perto do fim do vídeo, Eguchi profere a seguinte fala:

Meu nome é Everaldo Eguchi. Sou casado com a minha esposa Roseane Eguchi. Tenho 3 filhos maravilhosos – Vitor, Pedro e Davi – e nós acreditamos no tripé ‘Deus família e pátria’. Eu quero ser o seu prefeito porque Belém tem solução e a solução é o combate à corrupção.

Depois do lançamento deste vídeo, todos os posts no Instagram do Delegado Eguchi passaram a ser direcionados à campanha eleitoral. O último post relacionado à campanha data de 04/12/2020, 5 dias após o resultado do segundo turno, e onde se lê que a campanha do candidato Eguchi teria tido o menor custo entre todos os candidatos à prefeitura no Brasil. Para os fins desta pesquisa, no entanto, nos deteremos em posts que indicam ligações com as categorias Deus, família e pátria – tais que, como apontou o próprio candidato, formam seu tripé ideológico.

Em 11/20/2020, foi postado vídeo com o candidato e sua esposa entoando um louvor gospel. Ainda que o vídeo mostre apenas o casal, aparentemente a gravação foi realizada em ambiente com mais pessoas, como uma congregação, já que se ouvem mais vozes cantando em conjunto. Ambos vestem a camiseta do partido Patriota. O louvor cantado se chama

“Todavia me alegrarei” e, aparentemente emocionados, o candidato e sua esposa cantam o verso “Ainda que a figueira não floresça/ E não haja fruto na vide/ E o produto da oliveira minta/ Todavia me alegrarei”. Trata-se de uma referência bíblica à oração do profeta Habacuque sobre Sigionote, contida no livro de Habacuque, capítulo 3, muito comumente usado em louvores e no meio cristão em geral, por ser tido como um texto de declaração de confiança em Deus.

Na mesma data, 11/10/2020, foi postado um vídeo sobre Círio de Nazaré, importante procissão católica que faz parte da tradição cultural paraense. No vídeo, Eguchi aparece acompanhado de sua esposa, e fala sobre o momento do Círio, que não pôde ocorrer no ano de 2020 em virtude da pandemia. Vale ressaltar que o então candidato, apesar de receber considerável apoio de igrejas evangélicas, pratica a fé católica, conforme explana em um dos debates em que participou por ocasião do segundo turno das eleições, momento que analisaremos mais à frente. A religião se faz presente em outro post, este datado de 14/11/2020, em que se vê uma roda de oração no que parece ser um posto de gasolina. Eguchi está acompanhado de correligionários enquanto é rezada a oração “Pai Nosso”.

Outro post que chama atenção, desta vez relativa à composição e mobilização da categoria família, data também de 14/11/2020, véspera do primeiro turno das eleições, e mostra o núcleo familiar do então candidato, composto pela esposa e os três filhos do casal. A postagem traz a seguinte legenda: “Minha família – Durante todos esses dias o apoio da minha família foi muito importante. Vocês são a minha vida. Minha família meu maior patrimônio! (sic)”. No vídeo, Rosiane Eguchi fala sobre a trajetória durante a campanha, relatando que Eguchi se emocionava em alguns momentos, como em orações – eram “lágrimas de esperança e de fé”, segundo Rosiane, que também diz o seguinte:

Aquela cadeira [do cargo de Prefeito] tem que pertencer a **alguém que tenha Deus no coração, para alguém que lute pela família e ame a sua pátria.** E você, meu marido, você... (se emociona) e você, meu marido, é a pessoa que tem a hombridade de estar sentado naquela cadeira [...]. Deus sempre tá (sic) no seu caminho, eu creio nisso. (grifo nosso)

Percebe-se, aí, a reiteração da figura de um candidato inserido numa família *tradicional*, da perspectiva conservadora, e que se vincula aos valores da religião e do patriotismo.

No dia 17/11/2020, dois posts chamam atenção em alusão ao tema da presente pesquisa. Em um deles, Eguchi posa para foto com o pastor Philippe Câmara, agradecendo-lhe pelo apoio e orações. Câmara é pastor da Assembleia de Deus e pertence à quarta geração de pastores da família Câmara, importante linhagem da Assembleia de Deus

No outro post do dia 17/11/2020, há um agradecimento ao apoio do pastor Samuel Câmara, presidente da Assembleia de Deus. Para a foto, além de Eguchi e Samuel Câmara,

posam outros membros daquela igreja, como Philipe Câmara e Josias Higino, ambos pastores. Nota-se, portanto, forte apoio da liderança religiosa da Assembleia de Deus em Belém, apoio que atravessa toda a campanha de Eguchi e que foi divulgado em diversas plataformas – além do Instagram, conteúdos do mesmo tipo foram publicizados em outras redes como Facebook e Youtube, conforme veremos mais à frente.

O apoio de líderes religiosos continua a ser recebido e mostrado na rede social em outra postagem, do dia 18/11/2020. Desta vez, apoiam a candidatura de Eguchi os pastores Danilo, Max Lima e Saulo de Tarso – todos da Assembleia de Deus. Na legenda do post, retorna-se à ideia de ter a religião como fundamento e de alinhamento às igrejas como forma de combate ao que o então candidato chama de “destruição das famílias”⁴. Interessante observar uma fala do pastor Saulo de Tarso, que afirma que “nesse segundo turno, estamos fechados com Eguchi, 51, porque nesse momento é luz contra as trevas, e a luz representa o Eguchi”. Esta fala evidencia a gramática religiosa sendo traduzida na política a partir da clivagem *nós vs. eles*, comum à semântica da nova direita.

No mesmo dia (18/11/2020), para além do apoio de líderes religiosos, a página do então candidato noticia que o presidente Jair Bolsonaro apoiava a candidatura de Eguchi. Trata-se de uma conversa em página do Facebook em que o presidente Jair Bolsonaro afirma que votaria em Eguchi, caso fosse eleitor em Belém. A interação foi pontuada como apoio de Bolsonaro a Eguchi, ainda que não tenha havido manifestação ou apoio oficial nesse sentido.

⁴ Na legenda do referido post, lê-se: “Meus amigos, estamos recebendo cada vez mais luz para nossa campanha. A Igreja sabe que precisamos afastar esse risco de destruição das nossas famílias. Recebi o apoio dos Pastores Danilo, Max Lima, Saulo de Tarso e o Pastor Carlos. Vamos juntos transformar nossa Belém.”

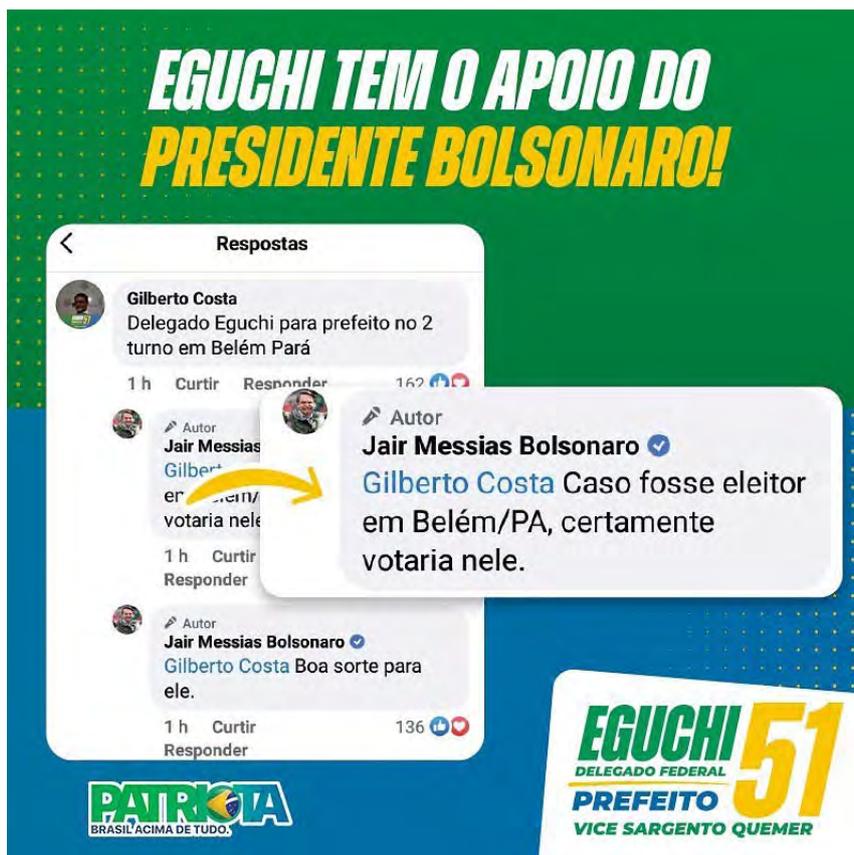


Figura 1- Fonte: Instagram @delegadofederal eguchi. Postado em 18/11/2020.

Já no dia 19/11/2020, o perfil de Instagram do então candidato realiza uma homenagem ao Dia da Bandeira, com foto acompanhada dos dizeres “Símbolo maior da nossa pátria”. Na legenda, lê-se: “Dia de celebrar a nossa bandeira nacional, apresentada em 1889 após a Proclamação da República. A ela prestamos o nosso amor, lealdade e sentimento de patriotismo”. A construção da imagem e da legenda evoca o patriotismo que faz parte do tripé ideológico de Eguchi. É válido recordar que, ainda que todos possam fazer uso dos símbolos nacionais e homenageá-los, tais símbolos podem ser apropriados e dotados de significados para representação de determinados grupos e ideários (MILLER-IDRISS, 2017).

O último registro antes da realização do segundo turno das eleições foi postado em 26/11/2020. Trata-se de um vídeo em que Eguchi responde a comentários da campanha de seu opositor, Edmilson Rodrigues (PSOL). Na legenda, lê-se um versículo bíblico, especificamente o contido no livro de Provérbios: “O SENHOR (sic) odeia os lábios mentirosos, mas se deleita com os que falam a verdade”. Vê-se, novamente, a influência religiosa sobre a candidatura de Eguchi.

3.2 Facebook

Em postagem do dia 11/11/2020, em formato de vídeo, registra-se uma oração feita pelo pastor Firmino Gouveia, ao som da canção gospel “Todavia me alegrarei” – mesma que foi entoada pelo candidato Eguchi e sua esposa em vídeo feito para o Instagram. O pastor Firmino Gouveia é pastor emérito da Assembleia de Deus em Belém, tendo presidido a organização por cerca de trinta anos⁵.

Outro momento de oração é registrado em vídeo postado em 16/11/2020, gravado momentos após o resultado do primeiro turno das eleições. O vídeo mostra Eguchi, ladeado por sua esposa e pelo seu candidato a vice-prefeito, rodeado de apoiadores da candidatura, todos em oração agradecendo pela votação expressiva que garantiu a passagem do candidato ao segundo turno. Ao final da oração livre, os personagens do vídeo rezam também a oração do “Pai Nosso”.

No tocante ao apoio de lideranças religiosas, reiterou-se a adesão à campanha pelo pastor Saulo de Tarso⁶, presidente da Assembleia de Deus no campo Belém-Tenoné, e cujo apoio também foi confirmado no Instagram, conforme vimos anteriormente. No vídeo, ele se destaca como “cristão, cidadão de bem, como aquele que honra a família e honra a pátria”, e que a melhor opção de voto seria o candidato Eguchi. O então candidato também recebeu apoio de Philipe Câmara, Luana Câmara e André Câmara, todos pastores da Assembleia de Deus em Belém; de Kim Cathedral⁷, famoso cantor gospel; dentre outros.

Destaca-se, também, postagem em que Eguchi recebe apoio de Maxwell Barros, pastor da igreja Lagoinha em Belém, da denominação batista. Neste vídeo, publicado em 28/11/2020, Barros destaca que acredita na família como base da sociedade e que melhor candidato seria Eguchi, afirmando que o então candidato teria o melhor projeto de governo. Em resposta, Eguchi, que também figura no vídeo, agradece o apoio e volta afirmar que se trata de uma “luta do bem contra o mal”. O “mal” seria a candidatura de oposição, a quem Eguchi imputa a defesa de temas como aborto, drogas e ideologia de gênero.

Por fim, chama atenção, no que se refere ao objeto da presente pesquisa, um vídeo postado na rede social de Eguchi em 30/11/2020, após o resultado oficial das eleições. O vídeo surge como uma forma de agradecimento aos apoiadores e eleitores, e traz a seguinte legenda:

Tivemos uma caminhada honrada. Lutamos contra a mentira, contra o ódio, contra a difamação. Mas uma nova caminhada se inicia agora, uma

⁵ <http://adbelem.org.br/portal/pastor-emerito/>

⁶ Post datado de 27/11/2020

⁷ Post datado de 28/11/2020

caminhada que segue ao seu lado. Só tenho a agradecer a Deus hoje e sempre. Sigo retribuindo a confiança que me foi depositada, trabalhando por Belém, pelo Pará e pelo Brasil.

Em determinado momento do vídeo, os personagens (Eguchi e companheiros) são mostrados de mãos dadas e olhos fechados, enquanto alguém realiza a seguinte oração: “Deus não escolhe os preparados, Ele [Deus] prepara os escolhidos, e Ele escolheu o Eguchi para chegar até aqui, e Ele está preparando todos nós. Se não foi dessa vez, é porque Ele tem uma coisa melhor na frente e Ele está nos preparando para uma vitória muito maior”. Isto reforça a característica religiosa, especificamente cristã, que atravessa toda a candidatura de Eguchi.

Os mesmos conteúdos do Instagram aqui analisados também foram reproduzidos no Facebook. Além disso, foram postados no Facebook do Delegado Eguchi vídeos também publicados no Youtube e trechos dos debates em que participou durante a campanha eleitoral, e que serão analisados mais à frente.

3.3 Youtube

O canal oficial do então candidato na plataforma de vídeos Youtube⁸ contém, em relação ao conteúdo de campanha, tanto materiais replicados do Instagram (como o já citado vídeo sobre minibiografia do Delegado, vídeo sobre a família de Eguchi, dentre outros). No mais, chamam atenção, em referência ao conteúdo que ora se busca analisar, os seguintes vídeos.

No vídeo intitulado “#SUAVOZ – Pr. Samuel Câmara”, postado em 28/11/2020, o pastor Samuel Câmara declara seu apoio ao candidato Eguchi, além de direcionar a fala ao telespectador a fim de que este não acredite em vídeos montados ou fake News. Chama a atenção, no entanto, o momento em que o pastor afirma ser “quase impossível um eleitor evangélico votar no PSOL” (DELEGADO FEDERAL EGUCHI, 2020).

Samuel Câmara é importante liderança evangélica, presidente da Assembleia de Deus em Belém/PA desde 1997. A Assembleia de Deus no Brasil, categorizada como pentecostal, foi fundada em Belém, ainda em 1911, pelos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren. Hoje, segunda consta no site da igreja, a Assembleia de Deus em Belém possui 100 mil membros, espalhados em mais de 400 templos, além de contar com cerca de 700 pastores. A igreja também possui espaço na mídia tradicional, por meio da Rede Boas Novas de Comunicação.

⁸ /DelegadoFederalEguchiOficial (<https://www.youtube.com/channel/UCfG2Nur1Obz5Z7Up3zRtSuQ>)

Já em outro vídeo, nomeado “#SUAVOZ – Pr. Josué” e postado na mesma data do vídeo mencionado anteriormente, Josué Bengtson, pastor da Igreja Quadrangular e uma das mais conhecidas lideranças evangélicas no Pará, além de ser deputado federal por este estado desde 2011, declara seu apoio a Eguchi, enumerando alguns dos seguintes motivos: renovação do cenário político local, fortalecimento do combate contra a corrupção, por ser Eguchi um candidato “em favor das famílias, em defesa da fé” (DELEGADO FEDERAL EGUCHI, 2020). Na legenda do vídeo, lê-se que Eguchi promete lutar pelos valores da família.

3.4 Entrevistas

Foram consideradas três entrevistas concedidas pelo candidato, sendo duas relativas ao primeiro turno e a restante relativa ao segundo turno das eleições.

i. Entrevista concedida à emissora Liberal em 01/10/2020

A entrevista foi realizada antes do primeiro turno e a emissora realizou o mesmo modelo de programa com todos os então candidatos à Prefeitura. O primeiro deles a ser entrevistado foi o Delegado Eguchi, em programa que durou cerca de 1h55min. Durante a entrevista, Eguchi reitera constantemente o alinhamento ao governo de Jair Bolsonaro, inclusive afirmando: “eu acreditei e acredito que o presidente Bolsonaro vai ser o melhor presidente que o Brasil já teve nos últimos 500 anos” (G1 PARÁ, 2020). Na ocasião, também se afirma como um candidato da direita conservadora e define o conservadorismo nos seguintes termos:

Conservador é que nós temos os pilares básicos do nosso partido: Deus, pátria, família. Conservador porque nós temos princípios religiosos, princípios físicos, princípios morais, que são princípios da família brasileira que eu não abro mão. Liberal na economia, eu acho que o Estado tá (sic) muito inchado, eu acho que nós temos que diminuir o tamanho do Estado. Nós somos contra aborto, contra a liberação das drogas... isso é conservadorismo. (G1 PARÁ, 2020)

Diante da definição de conservadorismo, a entrevistadora indaga se há contradição entre ser liberal na economia e conservador nos costumes, ao que o então candidato Eguchi nega incompatibilidade entre costumes conservadores e economia liberal, afirmando, por fim, que o Estado não deve interferir na vida do cidadão, devendo limitar-se ao zelo pela saúde, educação e segurança (G1 PARÁ, 2020)

ii. Entrevista concedida ao portal Roma News em 05/11/2020

Nesta entrevista, o candidato fala sobre seu programa de governo, respondendo a questões sobre educação, infraestrutura, inclusão e outros assuntos. Não menciona diretamente, portanto, nenhuma das categorias analisadas, apesar de se fazer presente a perspectiva conservadora em falas sobre políticas e direitos para minorias, por exemplo.

iii. Entrevista concedida ao portal Roma News em 25/11/2020

Nesta entrevista, também não há considerável conteúdo de cunho conservador no sentido que aqui se pesquisa. O então candidato respondeu a questões sobre plano de governo, e ao final reiterou o jargão que atravessa a campanha: “Deus no coração, família e pátria à frente”.

3.5 Debates

Foram analisados dois debates relativos ao segundo turno das eleições. Ambos foram realizados por duas grandes emissoras de Belém – Liberal e RBA.

i. Debate realizado pela RBA em 19/11/2020

O debate obedeceu a seguinte dinâmica: no primeiro bloco, perguntas temáticas; no segundo bloco, os candidatos realizaram perguntas entre si, sendo uma pergunta de tema sorteado e duas perguntas de tema livre.

As categorias ora analisadas, com viés conservador, apenas foram manifestadas nas considerações finais do então candidato Eguchi, que voltou a deixar evidente a base ideológica do partido PATRIOTA e da própria candidatura:

Eu, como sempre falo, os princípios básicos do nosso partido, que são os meus – por isso que eu entrei no patriota é deus família e pátria, minha proteção é essa daqui [mostra terço], estou protegido por Deus. [Eguchi é interrompido pelo mediador do debate, pois, de acordo com as regras estabelecidas, os candidatos não podem mostrar objetos às câmeras]. Desculpe, é porque como eu sou muito cristão, eu ando sempre com minha proteção aqui. (BAND NEWS, 2020)

No mais, Eguchi reitera ser um novato na política, reafirmando sua figura de outsider. Por fim, discorreu sobre assuntos ligados principalmente ao projeto de desburocratização, limpeza da máquina pública, combate à corrupção e à “velha política”.

ii. Debate realizado pela Liberal em 27/11/2020

Neste debate, para além das habituais respostas acerca de propostas de programa de governo, Delegado Eguchi questionou ao oponente, Edmilson Rodrigues, se este era contra ou a favor da “ideologia de gênero”.

[o partido de Edmilson] quer desengavetar a PEC de ideologia de gênero, que está no STF, porque eles acham que menino pode ser menina, menina pode ser menino ou vice-versa, quer criar até um banheiro pra terceiro gênero – mas isso é com criança de 6 anos, isso é um absurdo. Que a criança ou que o jovem escolha sua opção sexual (sic), mas depois que ele tiver capacidade pra escolher. E ele fala tanto em cristandade, mas o partido dele é a favor do aborto, é a favor da liberação das drogas, é a favor da ideologia de gênero. Esse tipo de cristão não é da minha religião não, sou católico apostólico romano e tô (sic) com apoio de toda igreja evangélica, que tem dobrado os joelhos pra afastar as trevas que sempre dominaram nossa cidade, mas dia 29 é o dia da libertação. (O LIBERAL, 2020)

Além disso, Eguchi se utilizou das considerações finais do debate novamente para deixar evidente a presença do valor religioso na candidatura, expressando diretamente a categoria *Deus*, dirigindo-se ao telespectador do debate para reafirmar o seguinte: “nossa coligação é somente com Deus e com você, povo de Belém”.

3.6 Programa de governo

O programa de governo de Delegado Eguchi como candidato à Prefeitura de Belém possui um total de 34 folhas, e é composto por plano de ações relativas às seguintes áreas temáticas de atuação: transparência e combate à corrupção; gestão eficiente e desburocratização; governabilidade; economia e finanças públicas; emprego e renda; infraestrutura e saneamento básico; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; mobilidade urbana; segurança; educação; saúde; assistência social; habitação; turismo; esporte, lazer e cultura; e inclusão social da pessoa com deficiência.

Não há, neste programa de governo, menção a qualquer das categorias destacadas nesta pesquisa, considerando a perspectiva conservadora vinculada a estes significantes pela candidatura de Eguchi.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo conteúdo analisado, percebe-se forte influência de preceitos conservadores na candidatura do Delegado Eguchi, até mesmo porque, conforme exaustivamente reiterado, esta candidatura baseava-se num tripé ideológico formado por Deus, família e pátria – as categorias ora analisadas. Estes elementos conservadores surgem durando a campanha não

apenas de forma explícita, isto é, não apenas por meio de citações diretas verbalizadas pelo candidato. Para além disso, as características conservadoras surgem através da composição imagética baseada em elementos como: presença constante da família do candidato, geralmente na pessoa de sua esposa; apoio de importantes líderes religiosos da cidade de Belém; construção de uma narrativa *anti-esquerda* (nós vs. eles); dentre outros fatores.

Para se ter uma ideia em termos quantitativos, do total de 52 postagens apenas no Instagram do então candidato durante a campanha, 11 delas foram analisadas na presente pesquisa por conterem características do conservadorismo, seja pela verbalização explícita de qualquer das categorias ou de todas elas juntas, seja pela composição que revela alinhamento ao projeto conservador da nova direita cujo discurso transita pelo campo semântico do conservadorismo moral. Vale lembrar que algumas postagens do Instagram também foram reproduzidas no Facebook e Youtube.

Conforme foi possível observar, esta gramática teve um importante papel na campanha de Eguchi. A religiosidade é um componente de destaque nesta gramática, uma vez que o conservadorismo se fundamenta em princípios da Cristandade. No caso estudado, interessante observar a união entre setores evangélicos e católicos, epistemologicamente excludentes entre si, em torno de um mesmo projeto político – o que é comum em momentos de fortalecimento do conservadorismo no campo político. Em relação à realidade local, não se desconsidera, também, a forte tradição católica de Belém, demonstrada sobretudo com a realização do Círio de Nazaré, que ocorre justamente na época das eleições. É comum, portanto, que candidatos se mostrem minimamente respeitosos em relação a esta tradição, ainda que não comunguem da mesma fé – o que também pode se mostrar como peça importante da estratégia de mobilização e conquista de eleitorado. No caso observado, Eguchi, católico, buscou firmar alianças com lideranças de igrejas evangélicas.

No mais, foi possível observar a mobilização da categoria família, dotada de significado, neste caso observado, a partir da ótica conservadora. Trata-se da ideia de família tradicional, isto é, a família heterossexual, patriarcal e cristã, e que foi mostrada em diversos momentos da campanha de Eguchi, fortalecendo a imagem de um candidato alinhado aos valores conservadores – que inclui também o patriotismo, revelado pela mobilização da imagética nacionalista durante a campanha.

Ressalte-se que o conteúdo aqui tratado abarca somente postagens, falas e correligionários que apresentem conexão com as categorias ora analisadas, quais seja, Deus, pátria e família. Significa dizer que a pesquisa não cobriu o conteúdo de campanha em sua integralidade, uma vez que a campanha não foi composta unicamente de materiais vinculados às categorias estudadas.

Além disso, é válido salientar que a presente pesquisa não possui a pretensão de discorrer sobre todo o conjunto de fatores e movimentos que levaram o candidato ao segundo

turno, nem de realizar uma análise acerca de características vantajosas à campanha do candidato. Apesar de não se furtar de eventuais ponderações e críticas de ordem da própria ciência política, a pesquisa pretende estender-se objetivamente sobre a mobilização das categorias *Deus, pátria e família* na campanha do candidato Eguchi, com os atravessamentos necessários e, de certa maneira, impostos pelo conteúdo programático e organizacional do partido ao qual era filiado durante as eleições.

REFERÊNCIAS

ALEPA concede 'Mérito Cabanagem' ao pastor Philipe Câmara. **ALEPA**. 2020. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticiadep/4647/135>. Acesso em 09/01/2021

ASSEMBLEIA de Deus hoje. **Assembleia de Deus**. Disponível em: <http://adbelem.org.br/portal/assembleia-de-deus-hoje/>. Acesso em 08/01/2021

BAND JORNALISMO. **Debate na Band: 2º turno Belém – 19/11/2020**. 2020. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=wR6OsUGMED4>. Acesso em 06/01/2021

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábria; BOLOGNESI, Bruno. **Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica**. *Análise Social*, LIII (4º), 2018 (n. 229), pp. 870-897.

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **#SUAVOZ – Pr. Josué**. 2020. (00m45s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FfnlLJhMt8>. Acesso em 05/01/2021.

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **#SUAVOZ – Pr. Samuel Câmara**. 2020. (00m38s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mo7e7-v3F3w>. Acesso em 05/01/2021

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **A nossa campanha só faz crescer**. Belém. 17 nov. 2020. Instagram: @delegadofederaleguchi. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CHtagE_BUxj/. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **Agradeço o apoio e orações do Pastor @philipecamara**. Belém. 17 nov. 2020. Instagram: @delegadofederaleguchi. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CHs_m8mBbkF/. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **Biografia do Everaldo Eguchi**. Belém. 27 set. 2020. Instagram: @delegadofederaleguchi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFqF2l7BQGS/>. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **Desejo um domingo de muita paz e com a benção de Deus**. Belém. 11 out. 2020. Instagram: @delegadofederaleguchi. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CGNB_IdBnRt/. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **Dia de celebrar a nossa bandeira nacional, apresentada em 1889 após a proclamação da República.** Belém. 19 nov. 2020. Instagram: @delegadofederalleguchi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHxfqAGBctA/>. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **É círio em nossos corações.** Belém. 11 out. 2020. Instagram: @delegadofederalleguchi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CGNGYUnB7Pu/>. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **Meus amigos, estamos recebendo cada vez mais luz para nossa campanha.** Belém. 18 nov. 2020. Instagram: @delegadofederalleguchi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHu1UmcBbtu/>. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **Minha família.** Belém. 14 nov. 2020. Instagram: @delegadofederalleguchi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHmCkC5hxDU/>. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **Nossa campanha mais uma vez é destaque na mídia pelos resultados obtidos sem o uso de valores exorbitantes.** Belém. 04 dez. 2020. Instagram: @delegadofederalleguchi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIYUu5ZBTqM/>. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **Nossas orações para lutar contra todo mal.** Belém. 14 nov. 2020. Instagram: @delegadofederalleguchi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHI3odthrOA/>. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **O amigo Gilberto Costa perguntou e o nosso presidente respondeu: Em Belém, é Eguchi para prefeito!.** Belém. 18 nov. 2020. Instagram: @delegadofederalleguchi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHvGcJMDbF0/>. Acesso em 07/01/2020

DELEGADO FEDERAL EGUCHI. **O SENHOR odeia os lábios mentirosos, mas se deleita com os que falam a verdade.** Belém. 26 nov. 2020. Instagram: @delegadofederalleguchi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIE1NJoBnOT/>. Acesso em 07/01/2020

EGUCHI DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL. **Não acredite em potocas News!.** Belém, 28 novembro 2020. Facebook: Eguchi Delegado da Polícia Federal. Disponível em: <https://www.facebook.com/delegadofederalleguchioficial/posts/190136072765834> Acesso em 10/01/2021

EGUCHI DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL. **Nossa campanha não para de crescer, muito obrigado @kimcatedral pelo seu apoio!.** Belém, 28 novembro 2020. Facebook: Eguchi Delegado da Polícia Federal. Disponível em: <https://www.facebook.com/delegadofederalleguchioficial/posts/190245899421518> Acesso em 10/01/2021

EGUCHI DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL. **Obrigado pelo apoio e orações Pr. Philippe Câmara e Pra. Luana Câmara.** Belém, 27 novembro 2020. Facebook: Eguchi Delegado da Polícia Federal. Disponível em: <https://www.facebook.com/delegadofederalguchioficial/posts/189317639514344> Acesso em 10/01/2021

EGUCHI DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL. **Obrigado pelo apoio e orações Pr. Philippe Câmara e Pra. Luana Câmara.** Belém, 27 novembro 2020. Facebook: Eguchi Delegado da Polícia Federal. Disponível em: <https://www.facebook.com/delegadofederalguchioficial/posts/189317639514344> Acesso em 10/01/2021

EGUCHI DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL. **Obrigado Pr. Maxwell Barros.** Belém, 28 novembro 2020. Facebook: Eguchi Delegado da Polícia Federal. Disponível em: <https://www.facebook.com/delegadofederalguchioficial/posts/190264489419659> Acesso em 10/01/2021

EGUCHI DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL. **Pr. @saulodetarsof, obrigada pelo apoio e pelas orações!** Belém, 27 novembro 2020. Facebook: Eguchi Delegado da Polícia Federal. Disponível em: <https://www.facebook.com/delegadofederalguchioficial/posts/189457142833727> Acesso em 10/01/2021

EGUCHI DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL. **Tivemos uma caminhada honrada.** Belém, 30 novembro 2020. Facebook: Eguchi Delegado da Polícia Federal. Disponível em: <https://www.facebook.com/delegadofederalguchioficial/posts/191861989259909> Acesso em 10/01/2021

ELEIÇÕES 2020 no Pará. **G1 Pará.** 2020. Disponível em: <http://g1.globo.com/para/videos/v/eleicoes-2020-no-para-integra-do-debate-da-tv-liberal-com-candidatos-a-prefeito-de-belem/9058843/>. Acesso em 06/01/2021

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro.** Porto Alegre: Zouk, 2019.

MESSEMBERG, Débora. **A direita que saiu do armário:** a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. Revista Sociedade e Estado, v. 32, n. 3, Set./Dez. 2017

MILLER-IDRISS, Cynthia. **The extreme gone mainstream:** commercialization and far right youth culture in Germany. New Jersey: Princeton University Press, 2017.

NOSSA história. **Assembleia de Deus.** 2020. Disponível: <http://adbelem.org.br/portal/nossa-historia/>. Acesso em 08/01/2021

O LIBERAL. **ELEIÇÕES | Delegado Eguchi é o primeiro entrevistado**. 2020. (1h54m23s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p9ivSz7k9bw>. Acesso em 06/01/2021

PATRIOTA. Estatuto do Partido Patriota. Reforma Estatutária Aprovada na Convenção Nacional do PATRIOTA de 07/11/2018. 2018.

PORTAL ROMA NEWS. **No segundo turno, candidato Everaldo Eguchi apresenta suas propostas para Belém**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d5EyGepcmbE>. Acesso em 06/01/2021

PORTAL ROMA NEWS. **Candidato do Patriota, Everaldo Eguchi, apresenta suas propostas para a prefeitura de Belém**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Dj4mZ99NWI&t=1s>

PRESIDENTE. Assembleia de Deus. 2020. Disponível em: <http://adbelem.org.br/portal/presidente/>. Acesso em 08/01/2021

PROPOSTA Patriota. **Patriota**. 2020. Disponível em: <http://patriota51.org.br/proposta-patriota/>. Acesso em 08/01/2021

SESSÃO solene comemora 46 anos da igreja do Evangelho Quadrangular. **Câmara Municipal de Belém**. 2019. Disponível em: <http://www.cmb.pa.gov.br/sessao-solene-comemora-46-anos-da-igreja-do-evangelho-quadrangular-no-para/>. Acesso em 09/01/2021

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. **A religião e política no Brasil contemporâneo** – o caso das eleições presidenciais de 2010. Revista del CESLA, No. 17, 2014, pp. 101-115.

TSE aprova criação do 30º partido político do Brasil. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/06/1107338-tse-aprova-a-criacao-do-30-partido-politico-do-brasil-o-pen.shtml>. Acesso em 09/01/2021



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 1 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina

ESTADO, PANDEMIA DO COVID-19 E DIREITO À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS DECRETOS DO GOVERNO DO PARÁ

Ádima Farias Monteiro (SEDUC)¹

Robert Damasceno Rodrigues (PPGP/UFPA)²

RESUMO

Nosso objetivo, com este artigo, é analisar os decretos do governo do estado do Pará, regulamentadores da política de educação durante a pandemia do Covid-19, visando compreender o impacto dessas medidas na educação. Assim como outras epidemias que já ocorreram na história, a pandemia atual desencadeia inúmeros efeitos sociais que merecem ser estudados, dentre estes estão as alterações provocadas nas relações sociais a partir da intervenção do Estado no que se refere a garantia de um direito humano fundamental: o acesso à educação. Neste contexto, questionamos, portanto: em que medida os decretos governamentais do estado do Pará garantiram ou não o direito a educação pública? Para efetivar esse estudo, utilizaremos como fonte, documentos oficiais, na forma de decretos do governo do estado do Pará publicados no Diário Oficial do estado que regulamentaram o sistema educacional, no curso da pandemia do novo coronavírus, a luz de ferramentas metodológicas do materialismo histórico dialético. Assim, ao analisar os decretos do governo do Estado do Pará, os dados inicialmente obtidos nos possibilitam verificar os efeitos da ação ou mesmo da omissão do Estado, no que se refere a educação, suscitando o debate sobre políticas educacionais a serem implementadas de modo a viabilizar a garantia deste direito dentro do contexto da pandemia do COVID-19.

Palavras-chaves: Estado; Governo do Pará; Covid-19; Direito à Educação.

¹ Professora de Sociologia da Rede Pública de Ensino vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará, SEDUC, Brasil. Email: adimafmonteiro@gmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: robertdr.psi@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus vem exacerbando as inúmeras desigualdades sociais, a negação e violação de direitos, ao mesmo tempo em que evidencia o caráter de classe do Estado burguês no Brasil. O acesso à educação é um direito fundamental, que vem sendo violado antes e durante a pandemia, com nuances diferenciadas. A suspensão das aulas presenciais foi necessária como medida de contenção da disseminação do coronavírus. As instituições de ensino, para retomar algum funcionamento e viabilizar a garantia deste direito fundamental, precisaram se adaptar aos meios virtuais.

Esta adaptação vai muito além da habilitação dos gestores, professores e estudantes ao manuseio de tecnologias digitais – o que por si só, é um grande desafio visto as desigualdades digitais³ - ela está gerando mudanças profundas na concepção de educação, na relação ensino-aprendizagem, na oferta e no acesso à educação. Para precisar essas mudanças: neste artigo, irei analisar os decretos publicados pelo governo do Estado do Pará e os impactos das medidas adotadas no sistema educacional, particularmente na educação básica, hoje composta por 2.460.006 pessoas, entre, estudantes, professores e funcionários (CEE, 2020a)⁴.

O presente artigo é um ensaio, realizado através de uma breve pesquisa exploratória em documentos oficiais do governo do Estado do Pará publicados no site da Imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA. Ele não pretende trazer grandes afirmações, mas apenas levantar reflexões que possam contribuir no estudo do assunto em questão, a serem futuramente aprofundadas.

Ao realizar pesquisa documental para identificar os decretos que regulamentaram a educação, constatamos que, dos inúmeros decretos promulgados pelo governo do Estado, apenas 02 tratam diretamente sobre o regramento da educação básica, a saber: o Decreto 609 e o decreto 800. No entanto, ambos sofreram inúmeras republicações, que iam alterando o conteúdo do documento, de acordo com a avaliação do governo sobre o desenvolvimento da pandemia.

As decisões tomadas pelo Governo do Estado impactaram as demais instituições públicas que em sua missão institucional zelam pela execução do direito a educação ou

³ Que se refere a processos não igualitários de acesso, domínio (referido na literatura também como digital literacy) e utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs), tornando-se fundamental considerar marcadores sociais da diferença como classe social, gênero, raça e geração, bem como outros contextos e contingências. (MACEDO, Renata & PARREIRAS, Carolina, 2020).

⁴ NOTA TÉCNICA CEE/PA-SEDUC 001/2020. 26 de maio de 2020. Orientações para o retorno às aulas após suspensão das atividades em decorrência da pandemia da Covid-19. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1vZi4fn-fJu9739zMsyy9z-09Dkh8myCu/view>. Acesso em 10 de nov. de 2020.

guardam alguma relação com a garantia deste direito, sejam estas instituições constituidoras do Estado ou da representação da sociedade civil.

No Decreto 609⁵ que vigorou de 16 de março à 30 de maio, período que a pandemia chega ao Pará e atinge o pico de contaminação, as medidas adotadas referentes a educação foram a suspensão das aulas presenciais em todo o sistema estadual de ensino, a adoção do regime especial de aulas não presenciais e a distribuição da merenda escolar aos estudantes da rede estadual de ensino (PARÁ, 2020a). No Decreto 800⁶, as decisões voltadas a educação, vão no sentido de preparar as instituições de ensino para a “retomada” das aulas presenciais (PARÁ, 2020b). Neste sentido, nossa análise busca responder: em que medida os decretos governamentais do estado do Pará garantiram ou não o direito a educação pública?

Para efetivar esse estudo, utilizaremos como fonte Documentos Oficiais, na forma de Decretos do Governo do Estado do Pará publicados no Diário Oficial do estado, durante o ano letivo de 2020, referentes à execução da política de educação no curso da pandemia do novo coronavírus, a luz de ferramentas metodológicas do materialismo histórico dialético. Assim, ao analisar os decretos do Governo do Estado do Pará, os dados inicialmente obtidos nos possibilitam verificar os efeitos da ação ou mesmo da omissão do Estado, no que se refere a educação, suscitando o debate sobre políticas educacionais a serem implementadas de modo a viabilizar a garantia deste direito dentro do contexto da pandemia do COVID-19.

2. DECRETO 609: AULAS SUSPENSAS DO COMEÇO AO PICO DA PANDEMIA

A Covid-19 teve sua primeira manifestação em dezembro de 2019, na China. Em fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso no Brasil e, em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o novo coronavírus como uma pandemia global. No mundo inteiro, a maioria dos chefes de Estados passaram a adotar as medidas de segurança sanitária recomendada pela OMS; na contramão da história, o Governo Brasileiro adotou uma postura de negar a gravidade da situação, referindo-se ao vírus como uma “gripezinha”. Diante da ausência de uma política nacional contra a pandemia, governadores articularam-se e recusaram as orientações do presidente, sem com isso livrar o Brasil das trágicas

⁵ PARÁ. D E C R E T O Nº 609, DE 16 DE MARÇO DE 2020. Dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, a pandemia do corona vírus COVID-19. Belém: IOPA, 2020a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Kn8WjWL8NGJqHRxbWIIEOGqMtsWaDBIC/view>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

⁶ PARÁ. Decreto nº 800, de 31 de maio de 2020. Institui o Projeto RETOMAPARÁ, dispondo sobre a retomada econômica e social segura, no âmbito do Estado do Pará. DOE Nº 34.238 de 31 de maio de 2020. Belém: IOEPA, 2020. Disponível em: https://www.cesupa.br/comunicacao/RETOMADA%20GRADUAL_2020_05_31_DOE.pdf. Acesso em 10 de out. 2020b.

consequências desta doença, figurando entre os países com maior número de infectados e óbitos.

Em março de 2020, quando a pandemia se proliferou pelo Brasil, mesmo com as previsões científicas de que a primeira curva de contaminação poderia alcançar o mês de setembro, era comum ouvir: “já, já tudo isso passa”; “até abril tudo volta ao normal”. Vale ressaltar que, no caso do estado do Pará, o primeiro decreto do governador, que estabelece medidas de enfrentamento a pandemia do coronavírus foi o Decreto 609, que teve sua primeira versão publicado no dia 16 de Março de 2020 onde, apesar de o governador suspender eventos com mais de 500 pessoas, não suspende as aulas, que em muitas unidades de ensino reúne um número superior a 500 pessoas. No entanto, no dia seguinte, 17 de Março, o governador anunciou a suspensão das aulas por 15 dias, com validade até 31 de março, para ser avaliada a manutenção ou não da medida, o que pode ter provocado, nas pessoas, a sensação de que a pandemia seria rapidamente superada. No entanto, o governador solicitou a Assembleia Legislativa e teve seu pedido atendido para que fosse decretado pela casa legislativa estado de calamidade pública⁷.

Em meados de março, o calendário letivo de 2020 já estava em curso e com 29 dias letivos já realizados, nas escolas públicas, a primeira avaliação trimestral já estava preparada para ser aplicada. As notícias chegaram como uma bomba entre docentes e gestores. Saber que estávamos em uma pandemia provocada por um vírus desconhecido que rapidamente se espalhará pelo mundo todo e que vinha matando milhares, deixou alguns em pânico e indignados com a primeira decisão do governo do Estado em manter as aulas nas unidades de ensino, e logo no dia seguinte aliviados ao saber que o mesmo havia alterado sua decisão. Outros – talvez por desinformação – principalmente os gestores, se sentiram respaldados pelo primeiro decreto do governador e diziam que as escolas deveriam continuar funcionando, para realização das primeiras avaliações e que, posterior a isso, deveria se buscar informar os alunos sobre a pandemia.

Isso mesmo. As reações a pandemia instaurada no mundo desde o início foram as mais diversas, e no sistema educacional não foi diferente. Entre os alunos, era como se nada tivesse acontecendo. Entrávamos em sala de aula e quando perguntávamos se já estavam informados sobre a pandemia, os olhares eram um grande ponto de interrogação: pandemia? Coronavírus? O que é isso? Era uma raridade encontrar algum estudante que já estivesse informado. Do mesmo modo, as contradições entre as formas de conceber o vírus e as

⁷ ALEPA. Decreto Legislativo nº 02. 20 de março de 2020. Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Governador do Estado, encaminhada por meio da Mensagem nº 019/20-GG, de 19 de março de 2020. DOE N° 34. 152, DE 23 DE MARÇO DE 2020. Disponível em: http://www.age.pa.gov.br/sites/default/files/decreto_legisltivo_02_de_marco_2020_situacao_de_calamidade.pdf. Acesso em 27 de março de 2020.

posturas adotadas diante dele, seja por dirigentes federais ou estaduais, seja por gestores de escolas e professores, demonstra a materialidade de formações ideológicas na sociedade como, de um lado o negacionismo e de outro a crença na ciência, seus resultados imediatos nas decisões tomadas e, conseqüentemente, na vida das pessoas, em seus comportamentos e sua saúde.

No dia 18 de março as aulas foram suspensas na rede estadual de ensino e ficamos sem saber como que a pandemia foi sendo compreendida e assimilada pelos estudantes. No dia 19 de março, o Conselho Estadual de Educação (CEE), através da resolução 102⁸ estabeleceu regime especial de aulas não presenciais em todo o Sistema Estadual de Ensino no Pará (CEE, 2020a). O impacto diferenciado perceptível na unidade de ensino, foi a expressão do impacto diferenciado na sociedade. A parcela dos profissionais da educação que trabalham diretamente em sala de aula, ou seja, que no exercício de sua profissão estão em aglomeração de pessoas e que o governo do Estado tem maior poder de decisão sobre o funcionamento, pode de início se recolher em suas casas, parar, lê, se informar, e buscar meios de se prevenir do coronavírus. Aquela parcela dos profissionais da educação que desenvolve as atividades administrativas, em contato indireto com os estudantes permaneceu em atividade laboral, resguardado dos ambientes de aglomeração, mediante a suspensão das aulas. Assim ocorreu também na sociedade em geral, com determinadas profissões que são desenvolvidas em aglomeração – casas de evento, estádios de futebol, etc – que tiveram suas atividades imediatamente suspensas. No entanto, não poderia deixar de mencionar que uma parcela gigantesca da população que trabalha com atividades que geram aglomeração de pessoas e são desenvolvidas no mercado informal, com horas extensivas de trabalho, onde há uma concentração da população analfabeta ou com baixa escolaridade, e de relações de trabalho precarizadas, de forma mais lenta, foi sendo informada e incorporando em sua rotina, as medidas de prevenção a disseminação do coronavírus.

A procura por álcool em gel e máscara – itens essenciais a prevenção ao coronavírus, que mais tarde será incluído como item da cesta básica – vai deixar o mercado desabastecido por alguns dias, o que por consequência vai gerar o encarecimento desses produtos. Quando um determinado estabelecimento disponibilizava os itens para venda, rapidamente se divulgava a informação e então se formavam filas quilométricas nestes estabelecimentos para adquirir esses insumos. De forma alternativa, as máscaras passam a ser confeccionadas com tecido, e comercializadas nos mais diversos modelos e cores. Quando o mercado de álcool em gel se recompõe, o governo do Estado, por meio de decreto, estabelece o limite de até 03

⁸ CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (CEE). Resolução nº 102 de 19 de março de 2020. Belém, 2020a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QY-LcSaBo6yQGao0M_iVmxvtBo0Dx0Tb/view. Acesso em 12 de nov. de 2020.

unidades por família para ser adquirido, a fim de garantir uma melhor distribuição desses itens para a população.

A inclusão desses itens à cesta básica, somados a restrição do contato social, medidas de higiene pessoal, de limpeza e higienização de ambientes, serão novos hábitos que a sociedade desenvolverá por exigência do contexto pandêmico. Além disso, com o incentivo ao distanciamento social, e com a brusca interrupção da rotina, em especial das instituições de ensino, significaram também a interrupção de planejamentos já elaborados e a necessidade de buscar outras metodologias e mecanismos para se adaptar as condições de estabelecimento das relações sociais imposto pela pandemia.

No mesmo Decreto 609, versão republicada em 17 de março de 2020⁹, o governo também delega à SEDUC a competência de manter e regulamentar a distribuição da merenda escolar e o funcionamento administrativo das instituições de ensino e demais órgãos vinculados a secretaria. Deste modo, a SEDUC decide pela distribuição da merenda escolar para os alunos e a manutenção dos serviços administrativos, ficando na responsabilidade da equipe gestora de cada unidade de ensino a distribuição dos alimentos e também regulamenta que esta equipe deverá cumprir seu horário de trabalho a fim de garantir os serviços administrativos nas unidades de ensino. Mediante esta decisão, se estabelece entre esse setor de trabalhadores e trabalhadoras, a reivindicação pelo direito de ficar em casa, assim como os discentes. Também desperta entre estes a grande preocupação em organizar a distribuição dos alimentos sem que isso viesse a ser um foco de contaminação das pessoas pelo coronavírus.

Pressionada por servidores, equipe gestora das unidades escolares, e pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará, a SEDUC irá viabilizar o Vale Alimentação para fazer com que o valor correspondente a merenda escolar destinada a cada aluno chegue até este sem gerar aglomeração. De 16 de abril até o final do ano letivo de 2020, foram liberadas sete recargas do vale alimentação no valor de R\$ 80,00 por recarga, totalizando R\$ 560,00 no decorrer do ano letivo, que foram entregues aos alunos – quando maior de idade – ou aos seus responsáveis legais (OLIVEIRA, 2020; GUEDES, 2021).

No dia 31 de março, o governo do Estado republica o decreto 609¹⁰ com novas medidas de enfrentamento a pandemia. No que se refere a educação, estende o período de suspensão das aulas até dia 15 de abril, mantendo as determinações anteriores. Na republicação do decreto 609 no dia 14 de abril¹¹ o governo estende a suspensão das aulas até o dia 21 de abril, mantém as determinações anteriores sobre a merenda escolar e o

⁹ Disponível em: <http://www.legispara.pa.gov.br/decretos>. Acesso em 10 de nov. 2020.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

funcionamento administrativo e acrescenta que, a partir do dia 22 de abril a suspensão das aulas vai até o dia 06 de maio e contabilizará como as férias escolares de julho na rede pública de ensino, para a rede privada, no entanto, ele proíbe a realização de aulas ou atividades presenciais até 06 de maio, podendo estas instituições adotar ou não, a antecipação das férias.

Em uma nova republicação do decreto 609, no dia 06 de maio de 2020¹² o governo estende o período de suspensão das aulas na rede pública para 30 dias e determina que seja contabilizado como férias antecipadas, já para a rede privada, proíbe a realização de aulas ou atividades presenciais até o dia 21 de maio, podendo estas instituições adotar ou não, a antecipação das férias. Observo que, até aqui as medidas estabelecidas pelo governo equiparam o funcionamento das unidades de ensino, sejam estas públicas ou privadas.

Importante destacar que neste momento, o Pará vivia o período de pico no contágio pelo coronavírus. Na última semana do mês de abril, o sistema de saúde e o sistema funerário entraram em colapso, a sociedade estava em choque e ficava ainda mais abalada diante de casos, em que pessoas foram a óbitos a procura de um atendimento no hospital ou casos em que os parentes dos falecidos reclamavam atendimento ao IML, visto seu familiar ter ido a óbito em sua residência, e aguardarem peritos do órgão a mais de 24 horas (G1-PA, 2020a; G1-PA, 2020b). Tanto que no dia 05 de maio, o governador decretou medidas emergenciais sobre o serviço de verificação de óbito, podendo este ser realizado por autópsia verbal¹³, e no dia 06 de maio, decretou a medida mais radical de contenção da disseminação do vírus, o bloqueio total das atividades econômicas não essenciais (chamado lockdown) em 10 municípios, ampliando o alcance desta medida para 17 municípios, através do Decreto 729 republicado em 16 de maio de 2020¹⁴.

Esta decisão foi recebida pela sociedade com grande polarização. Uma parcela – acompanhando o atual presidente da República – alegava que a economia não podia parar e que o bloqueio das atividades geraria um prejuízo maior a sociedade do que o contágio e a morte das pessoas, de outro lado, existia aqueles e aquelas que avaliaram a decisão como a mais acertada, pois consideraram que a proteção a vida de toda a sociedade como o bem maior a ser zelado por todos e que, portanto, não há movimentação econômica viável se esta

¹² Ibidem.

¹³ PARÁ. Decreto nº 728 de 05 de maio de 2020. Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais no âmbito do Serviço de Verificação de Óbitos da Secretaria de Estado da Saúde Pública, durante a pandemia pelo COVID-19. DOE Nº 34.205 de 05 de maio de 2020 – Edição Extra. Belém: IOEPA, 2020c. Disponível em: http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/decreto_no_728.pdf. Acesso em jun. 2020.

¹⁴ PARÁ. Decreto nº 729 de 05 de maio de 2020. Dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais (lockdown), no âmbito dos Municípios que especifica, visando a contenção do avanço descontrolado da pandemia do corona vírus COVID-19. DOE Nº 34.220 de 16 de maio de 2020 – Edição Extra. Belém: IOEPA, 2020d. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oNG-V-5liNwFXz9zzutf8VJivkMZNPY8/view>. Acesso em 10 de jun. 2020.

não levar a vida em consideração. Obviamente, diante deste quadro, o governo mantém a suspensão das aulas nas redes de ensino, pública e privada.

Para ilustrar esta breve contextualização, segue abaixo uma tabela resumida com as principais alterações, referentes à educação, no decreto 609.

| Decreto 609 | Resumo do item regulamentado |
|-------------------------------------|---|
| Primeira publicação dia 16 de março | Artigo 2. Inciso I - Suspende eventos acima de 500 pessoas. Artigo 4. Mantém aulas presenciais nas escolas estaduais. |
| Republicado em 17 de março | Artigo 4 § 1 - Suspensão das aulas até 31 de março mantendo a oferta da merenda escolar. § 2 - Cabe a SEDUC regulamentar o funcionamento administrativo. |
| Republicado em 31 de março | Artigo 4 § 1 - Suspensão das aulas até 15 de abril mantendo a oferta da merenda escolar. § 2 - Cabe a SEDUC regulamentar o funcionamento administrativo. |
| Republicado em 14 de abril | Artigo 4 § 1 - suspensão das aulas da rede de ensino público estadual até 21.04. e garante distribuição da merenda escolar. § 2 - A suspensão das aulas conta como 15 dias de férias a partir de 22.04. § 3 - proibição de desenvolver aulas ou atividades presenciais até dia 06.05 na rede de ensino privada. Estas poderão adotar ou não a antecipação de férias. |
| Republicado em 06 de maio | Artigo 4 § 1 - suspensão das aulas da rede de ensino público estadual até 21.04. e garante distribuição da merenda escolar. § 2 - A suspensão das aulas conta como 30 dias de férias a partir de 22.04. § 3 - proibição de desenvolver aulas ou atividades presenciais até dia 21.05 na rede de ensino privada. Estas poderão adotar ou não a antecipação de férias. |

3. DECRETO 800: RETOMA PARÁ – A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

As mudanças nas medidas voltadas a educação começam a ocorrer a partir do dia 31 de maio de 2020, com as medidas constantes no Decreto nº 800 (PARÁ, 2020)¹⁵. O Decreto mantém as medidas anteriores contidas no decreto 609. A novidade é a classificação da situação pandêmica por zonas de risco identificadas por bandeiras, acompanhadas de protocolos gerais a serem adotados em cada uma dessas zonas e de protocolos específicos para determinados setores, entre estes, a educação.

¹⁵ DECRETO Nº 800, DE 31 DE MAIO DE 2020. Institui o Projeto RETOMAPARÁ, dispondo sobre a retomada econômica e social segura, no âmbito do Estado do Pará. Belém: IOEPA, 2020. Disponível em: https://www.cesupa.br/comunicacao/RETOMADA%20GRADUAL_2020_05_31_DOE.pdf. Acesso em 10 de out. 2020.

A elaboração do protocolo específico para funcionamento do sistema de ensino estadual, irá envolver um conjunto de instituições públicas: Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Conselho Estadual de Educação (CEE), Comitê Técnico Assessor de Respostas Rápidas à Emergência em Vigilância em Saúde Referentes ao Novo Coronavírus - Ncov, Ministério Público do Estado do Pará, entre outros. Antecipando-se a publicação do Decreto nº 800, a SEDUC em parceria com o CEE, publica no dia 26 de maio de 2020, nota técnica conjunta com o objetivo de orientar o Sistema Estadual de Ensino, abrangendo a rede pública estadual e a rede privada, a retomada progressiva das aulas presenciais. Esta nota é de grande relevância, pois ao analisa-la e os documentos que se seguirão, fica perceptível que esta será o documento norteador das decisões futuras. O referido documento irá estabelecer orientações gerais para todo o segmento do ensino e orientações diferenciadas para a Rede Estadual de Ensino, para a Rede Privada de Ensino e para o Ensino Superior Estadual (CEE, 2020a).

No que tange a educação básica, para rede pública de ensino serão estipulados quatro passos: 1. a realização de medidas preliminares no período de 26 à 30 de maio; 2. o retorno gradual de 25 a 50% de alunos no período de 01 à 31 de julho; 3. o retorno gradual de 50 a 100% de alunos no período de 01 à 30 de agosto e; 4. o desenvolvimento das aulas presenciais em 100% a partir de primeiro de setembro de 2020. Para a rede privada de ensino, serão estipulados três passos: 1. a realização de medidas preliminares no período de 01 à 15 de junho; 2. o retorno gradual de 25, 75 e 100% de alunos, no período de 16 de junho à 15 de julho, garantindo um intervalo de 15 dias entre o percentual de 75 à 100% e; 3. o desenvolvimento de aulas presenciais em 100% a partir de 16 de julho de 2020, ficando a critério de cada estabelecimento de ensino, adotar ou não o retorno a aula presencial. Para ambas, a obrigatoriedade do distanciamento de 1,5m² por aluno.

As medidas preliminares referem-se à adequação das unidades de ensino, sejam da rede pública ou da rede privada, a uma infra-estrutura física, regras de funcionamento e condições de higiene que possibilitem o retorno das aulas, sem aglomeração e garantindo a execução de hábitos necessários para prevenção da disseminação do coronavírus. Observem que, embora a rede pública de ensino seja muito mais extensa e tenha um público muito maior, o período destinado para adoção de medidas preliminares é de apenas cinco dias e conta a partir do dia 26 de maio e o indicativo de início das aulas presenciais é dia 01 de julho; já para as instituições da rede privada que operam com mais facilidade, um período de 15 dias para adoção das medidas preliminares a contar do dia 1º de junho e o início das aulas presenciais a partir de 16 de junho (CEE, 2020a).

Esta nota técnica sofrerá alterações nas datas por ela estipuladas. Essas alterações serão motivadas por questionamentos do Ministério Público do Estado do Pará – MP PA, Ministério do Trabalho no Amapá e no Pará - MPT e ao Ministério Público Federal no Pará –

MPF PA sobre a efetividade da nota, bem como os prazos diferenciados entre a rede pública e a rede privada de ensino e a necessária observação das condições sanitárias e dos dados epidemiológicos. O MPPA, o MPT e o MPF - PA, valendo-se da prerrogativa que o Conselho Nacional de Educação – CNE, através do parecer 05/ 2020, lhes atribuiu de acompanhar o processo de reorganização do calendário escolar no contexto da pandemia seguirá em diálogo com a SEDUC e o CEE/ PA, bem como emitindo recomendações a serem adotadas pelo governo do estado para garantia do direito à educação, baseado no princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

O fato, é que a rede privada de ensino já estava funcionando por aulas remotas e buscando se adequar ao protocolo sanitário e pressionando o governo do Estado para que as aulas presenciais retornassem com segurança, o mais rápido possível (PIMENTEL, 2020). Ainda que o governo negue que estava atendendo a uma demanda dos estabelecimentos privados de ensino, a Secretária de Educação e o governador do Estado chegaram a anunciar o retorno às aulas a partir do dia 03 de Agosto de 2020, a depender das condições epidemiológicas, quando na Secretaria de Educação ainda estava em elaboração o protocolo sanitário para o funcionamento das unidades públicas de ensino.

No dia 07 de Agosto, o governo republica o Decreto 800, autorizando o retorno de aulas presenciais apenas em curso livres e informa que as aulas ainda não retornaram, pois no dia 15 de Agosto, iria ser realizado uma nova avaliação técnica pelo Ncov. Soma-se a isso, a informação de que a secretaria de educação já havia apresentado uma proposta de protocolo a ser seguido pelas instituições de ensino, que estava sobre avaliação do CNov - Secretaria de Saúde (CONDURU, 2020).

No dia 27 de Agosto, ocorre uma nova republicação do Decreto 800¹⁶, e nesta edição, o governo do Estado irá alterar as normas no que se refere a educação autorizando a realização de aulas e/ou atividades presenciais. No capítulo VII sobre as Disposições transitórias, artigo 23, parágrafo 60, 70 e 80 estabelece sobre a educação básica que:

“§ 60A partir de 10 de setembro de 2020, fica autorizada a realização de aulas e/ou atividades presenciais nos ensinos infantil, fundamental, médio e superior, nos Municípios que estejam nas Zonas 03, 04 e 05 (bandeiras amarela, verde e azul, respectivamente - Anexo II), respeitadas as medidas de distanciamento controlado e protocolos geral e específicos previstos neste Decreto, bem como, obedecidas as recomendações e o cronograma de retorno gradual propostos pelo Comitê Técnico Assessor de Informações Estratégicas e Respostas Rápidas à Emergência em Vigilância em Saúde Referentes ao Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde Pública, divulgados no sítio eletrônico www.covid-19.pa.gov.br. § 70 As Instituições de ensino que optarem pelo retorno das aulas e/ou atividades presenciais, nos termos do parágrafo anterior, deverão oferecer, alternativamente, a opção do ensino remoto para os alunos que assim optarem. § 80 Os Municípios que

¹⁶ Disponível em: <http://www.legispara.pa.gov.br/decretos>. Acesso em 10 de nov. 2020.

estejam nas Zonas 03, 04 e 05 (bandeiras amarela, verde e azul, respectivamente - Anexo II) poderão, de acordo com as peculiaridades regionais e com base em critérios técnicos, manter a suspensão das aulas e/ou atividades presenciais previstas no § 60 do presente artigo” (Decreto 800 republicado em 27 de Ago de 2020)¹⁷.

Importante destacar que o governo do Estado instituiu o retorno das aulas, respeitando as medidas de distanciamento e os protocolos de segurança apresentados pelo Ncov, da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), e ainda assim, estabeleceu que as instituições de ensino ao decidirem por retornar, deveriam manter o sistema de ensino remoto, para que os responsáveis dos alunos pudessem optar pelo retorno ou não de seu dependente a aula presencial, ou seja, o governo regulamenta uma medida, sobre a qual ele transfere o poder de decisão sobre o retorno das aulas presenciais ao poder público municipal, as instituições de ensino, e em última instância, para estudantes e/ ou seus responsáveis legais.

Neste íterim, O Ministério Público do Estado do Pará, o Ministério Público Federal - MPF e o Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá - MPT, lançaram nota conjunta sobre a decisão do governo do Estado, onde afirmaram considerar “precipitada” a decisão de gestores estaduais e gestores municipais em retomar as atividades presenciais nas escolas públicas e privadas, visto a ausência de comprovação das condições técnicas e científicas, que partindo do princípio da segurança e da prevenção, garantam que a pandemia está sobre controle no estado para que as aulas presenciais possam ser retomada nas unidades de ensino. A nota ainda lembra aos gestores que a responsabilidade pela prestação de serviços educacionais é do poder público e que a iniciativa privada fica sujeita a tal regramento (MPPA; MPF & MPT, 2020)¹⁸.

Mediante a atualização do Decreto nº 800, a SEDUC irá iniciar os trâmites internos para efetivar a principal medida preliminar para o reinício das aulas presenciais, a saber: provimento de recursos financeiros para adequar os espaços físicos das 919 unidades escolares estaduais bem como a aquisição de insumos necessários para garantir as exigências do protocolo geral e específico de funcionamento, de acordo com normas sanitárias do protocolo sanitário geral a as recomendações da OMS de prevenção ao COVID-19 (SEDUC,2020)¹⁹.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸NOTA TÉCNICA CONJUNTA MPPA/MPF/MPT Nº 01/2020. 17 de Ago de 2020. Retomada das atividades escolares presenciais no seguimento da educação infantil. Responsabilidade do poder público diante da pandemia de COVID-19 no Pará. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2020/nota-tecnica-conjunta-retorno-ensino-presencial.pdf> . Acesso em 10 de nov de 2020.

¹⁹ SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDO PARA O COMBATE A COVID-19. 28 de ago. de 2020. Disponível em: https://transparenciacovid19.pa.gov.br/sites/default/files/contratos/orcamento_e_financasdespesas_26082020_14822592020_gabinete_saen_i_-_1_146.pdf. Acesso em 13 de fev. de 2021.

Segundo documento da SEDUC, para garantir o princípio da isonomia na distribuição do suprimento, as unidades escolares foram classificadas a partir da quantidade de alunos matriculados em 04 tipos: micro – de 15 à 200 alunos; pequena – de 201 à 499 alunos; média – de 500 à 800 alunos; e grande – a partir de 801 alunos. Para contemplar as 919 (novecentas e dezenove)²⁰ escolas foi necessário o valor de R\$ 8.112.000,00 (oito milhões, cento e doze mil reais).

A SEDUC estabeleceu o retorno gradativo a aula presencial a partir do dia 01 de outubro, mas contabilizou o dia 01 de Setembro, como o dia de retorno das escolas a suas atividades normais, visto que professores, gestores e demais servidores estiveram em atividades de planejamento e reorganização para retomada das aulas e também contabilizou a partir de setembro, as aulas remotas para o 3º ano do ensino médio como dia letivo (MENEZES, 2020).

Nas escolas da Rede privada, as aulas presenciais reiniciaram no início do mês de Setembro, logo após o decreto do governo. Os estabelecimentos privados de ensino fizeram ampla pressão pelo retorno das aulas presenciais, inclusive montaram um comitê de representantes das instituições privadas que se dirigiram a Assembleia Legislativa para realização de audiência afirmando que os estabelecimentos privados já estariam aptos a desenvolver aulas presenciais de acordo com normas de segurança sanitária (G1 PA, 2020c).

No dia 10 de Outubro, a SEDUC ainda divulgava o processo de limpeza, higienização e desinfecção que estava sendo realizado em todas as escolas estaduais, para adequá-las ao protocolo de segurança sanitária, tornando-se assim o ambiente seguro para receber alunos, professores e demais servidores (GUEDES, 2020). Apesar de todo o investimento realizado pela secretaria, a rede pública de ensino encerrou o ano letivo de 2020 sem o retorno das aulas presenciais.

Depois de muitas tentativas, no dia 27 de outubro, o governador do Estado, ao lado da secretária de educação e do secretário de saúde anunciou que as aulas presenciais na rede pública de ensino só retornarão em 2021: “retornaremos em 2021, já com um novo tempo, já com a vacina e com as condições que efetivamente possam proteger nossos alunos, seus familiares, nossos professores e professoras e todos os profissionais da educação. A vida deve sempre estar em primeiro lugar” (GUEDES, 2020).

A justificativa do governador para o não retorno das aulas presenciais na rede pública de ensino é inquestionável. Sem dúvida alguma, é primordial que a vida seja colocada em primeiro lugar. Mas o que dizer da vida dos estudantes da rede privada de ensino? Será que

²⁰ Ibidem. A rede estadual de ensino possui 927 escolas, mas 07 unidades não foram contempladas por possuírem menos de 15 anos matriculados, o que segundo a própria secretaria não exigiria nenhuma adequação, por conseguinte, nenhum provimento de recurso.

o governador do Estado, tem preocupações apenas com a vida de uma parcela das crianças e adolescentes paraenses? A justificativa do governador de não retorno da aula presencial da rede pública estadual de ensino parece querer mascarar a realidade se utilizando de uma opinião corrente na sociedade. Esta justificativa só guardaria coerência, se a rede privada de ensino não tivesse retomado as aulas presenciais.

O encerramento do ano letivo de 2020 na rede estadual de ensino, ocorreu com a adoção do “currículo contínuo” para que somente ao final de 2021 sejam contabilizados 1600 horas aulas e por conseguinte, a aprovação automática de todos os estudantes para série seguinte. As únicas atividades realizadas em toda a rede de ensino para todas as séries, foram os 29 dias letivos anteriores a pandemia e atividades estruturantes, que constavam conteúdo e exercício para que os estudantes realizassem em casa, num intervalo de quinze dias letivos, a partir de 28 de Setembro, o que ao final do ano, totalizou 5 atividades por turma.

Não poderia deixar de mencionar que a SEDUC criou vários mecanismos virtuais: vídeo aulas, podcast, atividades on-line pelo google forms, Enem Pará voltados aos alunos, principalmente os concluintes do ensino médio. Mas apenas em 05 de setembro, começou a garantir as condições para que os estudantes tivessem acesso a essas iniciativas, distribuindo chips para os estudantes, mas somente para os concluintes, o que deixa em evidência serem medidas paliativas, pois nem todos os estudantes foram contemplados, bem como nem todos que receberam o chip possuem um aparelho portátil, além de que faltou orientação pedagógica sobre a utilização dos recursos virtuais.

Para ilustrar o exposto, segue abaixo uma tabela resumida com as principais alterações, referentes à educação básica, no decreto 800.

| Decreto 800 | Resumo do item regulamentado |
|-----------------------------------|--|
| Primeira publicação em 31 de Maio | <p>CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</p> <p>Art. 22. Permanecem suspensas as aulas presenciais das escolas da rede de ensino público estadual, devendo ser mantida regularmente a oferta de merenda escolar.</p> <p>Parágrafo único. As unidades de ensino em geral da rede privada do Estado ficam proibidas de desenvolver aulas e/ou atividades presenciais.</p> <p>Anexo V - Educação na lista de setor temático com protocolo específico de funcionamento.</p> |
| Republicado em 27 de Agosto | <p>CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</p> <p>Art. 23. Nas localidades em que permaneçam suspensas as aulas presenciais das escolas da rede de ensino público estadual, deverá ser mantida regularmente a oferta de merenda escolar.</p> <p>§ 60 - A partir de 10 de setembro de 2020, fica autorizada a realização de aulas e/ou atividades presenciais nos ensinos infantil, fundamental, médio e superior, nos Municípios que estejam nas Zonas 03, 04 e 05 (bandeiras</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>amarela, verde e azul, respectivamente - Anexo II), respeitadas as medidas de distanciamento controlado e protocolos geral e específicos previstos neste Decreto.</p> <p>§ 70 - As Instituições de ensino que optarem pelo retorno das aulas e/ou atividades presenciais, deverão oferecer, alternativamente, a opção do ensino remoto para os alunos que assim optarem.</p> <p>§ 80 - Os Municípios que estejam nas Zonas 03, 04 e 05 (bandeiras amarela, verde e azul, respectivamente - Anexo II) poderão, de acordo com as peculiaridades regionais e com base em critérios técnicos, manter a suspensão das aulas e/ou atividades presenciais.</p> |
|--|--|

4. O NÓ DA CONTRADIÇÃO

Para contenção da disseminação do coronavírus, as aulas presenciais foram suspensas no mundo todo, aqui não seria diferente. No entanto, não sabemos por quanto tempo viveremos premidos pela pandemia. Somado a crise sanitária, vivemos também o aprofundamento da crise econômica, social, ambiental e política, neste ínterim, as relações sociais sofrem profundas modificações. Conforme se modificam as formas de propriedade, a constituição das classes sociais, o Estado também se modifica para atender as necessidades do momento histórico (MARX, 2007). Observem que os Decretos do governo do Estado são os indutores destas modificações. A efetivação de cada medida estipulada nos decretos, significa a realização de relações sociais que alteram a forma de integração dos estudantes, professores, bem como alteram a própria estrutura do estado, expresso em cada instituição de ensino.

A mercantilização da educação é uma dessas mudanças estruturais que vem ocorrendo na sociedade. A lógica do Estado mínimo incutido pelo neo-liberalismo tende a cada vez mais desresponsabilizar o Estado do dever constitucional de garantir direitos universais, entre eles, a educação. Esta reconfiguração do Estado atende aos interesses do capital, que vê na financeirização dos serviços públicos, uma possibilidade de lucro, para compensar a queda tendencial da taxa de lucro que marca a crise econômica que vivemos no mundo. O acordo sobre comércio de serviços, o Trade in Services Agreement (TISA) é expressão maior dessa tendência. Pelas regras desse acordo, nenhum serviço poderá estar submetido a qualquer norma de preferência nacional, estabelecendo-se a abertura completa a concorrência internacional para o seu provimento (UNB & CNTE, 2017). O Estado do Pará está imerso neste contexto. A privatização da educação está em curso e as medidas adotadas pelo Estado podem fortalecer ou frear este movimento.

No primeiro período da pandemia, o governo do Estado, no que tange a educação foi omissivo em construir uma proposta para atender toda a rede de ensino estadual. Desde o dia 19 de março, estava estabelecido, o regime especial de aulas não presenciais. As iniciativas tomadas neste sentido, são datadas de maio de 2020, e com foco apenas em

matemática e língua portuguesa. O governo orgulha-se de garantir aulas para o ensino fundamental e para o ensino médio pela TV Cultura que iniciou no dia 30 de março, mas o alcance desta política é irrisória, pois sequer houve investimento em divulgação desta iniciativa. Os compêndios de atividades ou atividades estruturantes foram adotados como política para todas as unidades de ensino do Estado somente no mês de setembro. A única iniciativa do governo que vigorou do início da pandemia até o final do ano letivo de 2020, foi a distribuição da merenda escolar.

A omissão do Estado em propor medidas estruturais que fortaleçam a educação pública colabora para o descrédito no ensino governamental, e simultaneamente valida o ensino privado como saída, ou seja, a ausência da garantia do direito à educação, ainda que por meio virtual, devido às limitações da pandemia, tendem a aumentar a evasão escolar, a reduzir a procura pela rede pública de ensino, a aumentar entre os alunos concluintes a procura por cursinhos pré-vestibulares e a procura pelos estabelecimentos de ensino privados, vistos que estes inclusive estão funcionando em sistema híbrido. O sucateamento da escola pública e a expansão da escola privada inserem-se dentro das necessidades do capital (ORSO, 2013), o que também vai gradativamente alterando a estrutura do Estado, que ano após ano, vai deixando de ser o principal agente promotor da educação pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto até aqui e considerando a inevitabilidade de aprofundar as questões levantadas, mas ao mesmo tempo compreendo a importância do debate que ora travamos, recorreremos à Constituição Federal do Brasil, na tentativa de que o imperativo da lei máxima nacional sobressaia às nossas breves reflexões. A Constituição estabelece a educação como direito humano fundamental, direito de todos, dever do Estado e da família, baseada nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e garantia do padrão de qualidade, ao mesmo tempo, institui que o ensino é livre à iniciativa privada desde que cumpra as normas gerais da educação nacional e tenha autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

No entanto, ainda que a lei máxima da nação legitime a privatização da educação, ela submete a avaliação do ensino privado ao poder público. A dubiedade da Constituição brasileira é a expressão dos interesses conflitantes da sociedade, que no período de elaboração da Carta Magna disputou cada artigo da lei (FERNANDES, 2014). O mesmo movimento observamos nas medidas adotadas pelo governador do Estado do Pará, através dos inúmeros decretos para contenção da pandemia do coronavírus. O caso do Sistema Educacional Paraense é um bom exemplo.

No Estado do Pará, o ano letivo de 2020 chega ao fim com as aulas presenciais suspensas e com poucas iniciativas de atividades pedagógicas na rede pública estadual e com as aulas presenciais e remotas em funcionamento na rede privada. Embora o discurso do governo seja o de que governa para todos, os fatos demonstram a que classe ele privilegia. Ao não garantir o direito a educação aos estudantes da escola pública, ao mesmo tempo, em que autoriza o funcionamento da rede privada, o governador colabora para a falência do Estado enquanto garantidor de direitos e para a ampliação da mercantilização da educação. Como nos ensina Marx (2002), não se pode dar a uma classe sem tirar de outra.

É urgente que o governo do Estado lance mão de suas prerrogativas – valendo-se do poder atribuído ao chefe do executivo estadual, pelo Decreto que estabelece o estado de calamidade pública, para ampliar o orçamento onde julgar necessário sem a limitação da lei de responsabilidade fiscal – e repense a política educacional no contexto da pandemia, ampliando os investimentos para educação, contribuindo assim para minimizar o aprofundamento das desigualdades sociais no estado do Pará e possibilitando aos 568.534 estudantes vinculados a rede pública estadual o exercício deste direito humano fundamental: o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. *Decreto Legislativo nº 02. 20 de março de 2020*. Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Governador do Estado, encaminhada por meio da Mensagem nº 019/20-GG, de 19 de março de 2020. DOE Nº 34. 152, DE 23 DE MARÇO DE 2020. Disponível em: http://www.leg.pa.gov.br/sites/default/files/decreto_legislativo_02_de_marco_2020_situacao_de_calamidade.pdf. Acesso em 27 de março de 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

CEE. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ. *NOTA TÉCNICA CONJUNTA CEE/PA-SEDUC Nº 01/2020*. Belém, 2020b. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1vZi4fn-fJu9739zMsyy9z-09Dkh8myCu/view>. Acesso em 10 de nov. de 2020.

CEE. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ. *Resolução nº 102 de 19 de março de 2020*. Belém, 2020a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QY-LcSaBo6yQGao0M_iVmxvtBo0Dx0Tb/view. Acesso em 12 de nov. de 2020.

UNB & CNTE. *Privatização e mercantilização da educação básica no Brasil*. Coord. Profº. Dr. Evilasio Salvador. Brasília: UNB/CNTE, 2017. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2017/livro_pesquisa_unb_cnte_final_web.pdf.a. Acesso em: 10 de nov. 2020.

CONDURU, Caio. *Aulas da rede estadual continuam suspensas*. 10 de ago. 2020. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/noticia/10611-aulas-da-rede-estadual-continuam-suspensas>. Acesso em 10 de novembro.

FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.

G1 PA. *Homem com suspeita de Covid-19 morre dentro de carro à procura de atendimento em UPAs de Belém*. 28 de abril 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/04/28/homem-com-suspeita-de-covid-19-morre-dentro-de-carro-a-procura-de-atendimento-em-upas-de-belem-video.ghtml>. Acesso em 01 de maio 2020.

G1 PA. *Corpos amontoados pelo chão do IML e longa fila de carros funerários retratam o colapso do Pará*. 02 de maio 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/02/corpos-amontoados-pelo-chao-do-impl-e-longa-fila-de-carros-funerarios-retratam-o-colapso-do-para.ghtml>. Acesso em 10 de maio 2020.

G1 PA. *Representantes de escolas particulares discutem na Alepa retomada das atividades na rede privada*. 12 de ago. 2020c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/08/12/representantes-de-escolas-particulares-discutem-na-alepa-data-de-retomada-das-atividades-na-rede-privada.ghtml>. Acesso em 10 de Set de 2020.

GUEDES, Lilian. *Governo do Pará libera a 7ª recarga do vale-alimentação escolar a partir do dia 11 de janeiro*. 04 de jan. 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/24254/>. Acesso em 13 de fevereiro

GUEDES, Lilian. *Escolas da rede estadual passam por limpeza e desinfecção para retorno das aulas presenciais*. 01 de out. 2020. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/noticia/10680-escolas-da-rede-estadual-passam-por-limpeza-e-desinfeccao-para-retorno-das-aulas-presenciais>. Acesso em 10 de nov. 2020.

GUEDES, Lilian. *No Pará, aulas presenciais na rede pública de ensino serão retomadas apenas em 2021*. 27 de out. 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/23055/>. Acesso em 12 de fev. 2021.

MACEDO, Renata & PARREIRAS, Carolina. *Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas in Cientistas sociais e o Coronavírus* [recurso eletrônico] / Miriam Pillar rossi e Rodrigo Toniol (organizadores). – 1. ed. – São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. 718 p.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 7º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl. & Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEZES, Carol. *Governo do Pará decide que retorno presencial às aulas na rede pública será em outubro*. 01 de set. 2020. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/noticia/10642-governo-do-para-decide-que-retorno-presencial-as-aulas-na-rede-publica-sera-em-outubro>. Acesso em 10 de nov. 2020.

MPPA MPF MPT. *NOTA TÉCNICA CONJUNTA MPPA/MPF/MPT Nº 01/2020. 17 de Ago de 2020.* Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2020/nota-tecnica-conjunta-retorno-ensino-presencial.pdf> . Acesso em 10 de nov de 2020.

OLIVEIRA, Leidemar. *Estado inicia nesta quinta-feira a entrega do vale-alimentação escolar. 16 de abril 2020.* Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/noticia/10456-estado-inicia-nesta-quinta-feira-a-entrega-do-vale-alimentacao-escolar>. Acesso em 13 de maio de 2020.

ORSO, Paulino. *A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites in educação e luta de classes.* (org) ORSO, Paulino; GONÇALVES, Sebastião & MATTOS, Valci. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PARÁ. *Decreto nº 728 de 05 de maio de 2020.* Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais no âmbito do Serviço de Verificação de Óbitos da Secretaria de Estado da Saúde Pública, durante a pandemia pelo COVID-19. DOE Nº 34.205 de 05 de maio de 2020 – Edição Extra. Disponível em: http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/decreto_no_728.pdf. Acesso em jun. 2020.

PARÁ. *Decreto nº 729 de 05 de maio de 2020.* Dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais (lockdown), no âmbito dos Municípios que especifica, visando a contenção do avanço descontrolado da pandemia do corona vírus COVID-19. DOE Nº 34.220 de 16 de maio de 2020 – Edição Extra. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oNG-V-5liNwFXz9zzutf8VJiVkmZNPY8/view>. Acesso em 10 de jun. 2020.

PARÁ. *Decreto nº 800, de 31 de maio de 2020.* Institui o Projeto RETOMAPARÁ, dispondo sobre a retomada econômica e social segura, no âmbito do Estado do Pará. DOE Nº 34.238 de 31 de maio de 2020. Belém: IOEPA, 2020. Disponível em: https://www.cesupa.br/comunicacao/RETOMADA%20GRADUAL_2020_05_31_DOE.pdf. Acesso em 10 de out. 2020.

PIMENTEL, Dilson. *Aulas continuam suspensas nas redes pública e particular no Pará, dizem entidades, Semec e Seduc.* 21 de maio 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/aulas-continuam-suspensas-nas-redes-publica-e-particular-covid-19-coronavirus-pandemia-para-belem-1.269182>. Acesso em 10 de nov de 2020.

SEDOC. *SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDO PARA O COMBATE A COVID-19.* 28 de ago. de 2020. Disponível em: https://transparenciacovid19.pa.gov.br/sites/default/files/contratos/orcamento_e_financasdespesas_26082020_14822592020_gabinete_saen_i_-_1_146.pdf. Acesso em 13 de fev. de 2021.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT 20
21
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

25 e 26
NOV-2020

25 e 26
FEV-2021



GT 1 – Democracia e conjuntura política na América Latina

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DE GOVERNANÇA NEOLIBERAL

Pedro Langella Testolino (FEC/UNICAMP)¹
Sidney Piochi Bernardini (FEC/UNICAMP)²

A partir do início dos anos 1980, o Brasil vivenciou seu processo de redemocratização, período marcado pela intensa atuação de movimentos sociais e a conquista de importantes direitos constitucionais. Das conquistas alcançadas, destacam-se as políticas urbana e educacional e sua relação nas práticas de extensão universitária. No âmbito do ensino superior, vale salientar a criação, em 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), que ressaltou a “extensão universitária” como um processo de transformação bilateral entre universidade e sociedade, além de reconhecer sua indissociabilidade junto ao ensino e à pesquisa. Entretanto, com o crescimento e imposição de uma agenda neoliberal que ocorreu *pari passu* a esses avanços, tais conquistas nos campos da política urbana e educacional foram ameaçadas, inclusive com a cooptação das instâncias participativas nas estruturas estatais. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 distanciou as Instituições de Ensino Superior (IES) de intervenções sociais críticas e às aproximou às lógicas de mercado, sobretudo, por meio de definições que atingiram diretamente a autonomia universitária, bem como fragilizaram a articulação e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Este trabalho busca, através da revisão bibliográfica, realizar uma leitura crítica acerca da implementação da agenda neoliberal do Estado brasileiro, a partir do período de redemocratização, evidenciando as correlações existentes entre o processo vivenciado no âmbito das políticas urbana e de ensino, comparando-se marcos relacionados à prática extensionista e as ações de planejamento urbano.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Extensão Universitária; Direito à cidade; Insurgência

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, FEC/UNICAMP, Brasil. Email: arq.langella@gmail.com.

² Docente do Departamento de Arquitetura e Construção da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, FEC/UNICAMP, Brasil. Email: spiochi@unicamp.br.

1. INTRODUÇÃO

Para que seja possível desenvolver uma discussão crítica acerca do planejamento participativo e da extensão universitária, cabe observar que ambos os conceitos estão em constante construção e, sobretudo, em disputa. Corroborados por diversos campos disciplinares, permeados por posições ideológicas e políticas, tanto o planejamento participativo como a extensão universitária, definem e são definidos pela plena atuação da sociedade. Tendo isso em vista e tomado um determinado contexto histórico, é possível dizer então, que, suas expressões refletem a constante imposição de uma ideologia hegemônica e a insurgência de uma ideologia contra hegemônica.

Nesse contexto, o conceito para a extensão universitária mais adequado parece ser aquele estabelecido em 1987 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), durante o primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas Brasileiras. Ali, concluiu-se que a extensão universitária é um "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade" (NOGUEIRA, 2000). Do mesmo modo, o planejamento participativo será aqui entendido conforme dispõem os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, nos quais a gestão urbana implica "na ampliação dos espaços de participação e controle social das políticas" (ROLNIK, 2009, p.34). Desta forma, o planejamento não só se caracteriza como uma ferramenta de administração do território, mas também como um instrumento de fazer política (SCHERER, 1994). O "planejamento participativo" se relaciona com a "participação cidadã", dentro de um conceito de gestão democrática das cidades, permitindo aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, que sejam ativamente incluídos no futuro (ARNSTEIN, 2002).

O artigo procura discutir, a partir da revisão bibliográfica e análise de marcos históricos, dos anos 1980 até o presente, como foram impostas determinadas expressões do planejamento urbano e da extensão universitária, vinculadas à ideologia neoliberal, ao mesmo tempo em que surgiram iniciativas contra hegemônicas de viés inventivo, buscando outras formas de atuação no planejamento urbano e na universidade. Desse modo, um dos objetivos aqui é apontar para a dinâmica de retroalimentação entre a ideologia – política, econômica, social e a produção capitalista do espaço, tomando como referência, o papel e o lugar da universidade brasileira, sobretudo pública, nesse contexto.

Para que seja mais evidente e direta a relação entre as práticas extensionistas e de planejamento, buscou-se abordar aquelas experiências universitárias que se vinculam, mesmo indiretamente, à organização do território e ao planejamento urbano. Ainda assim, a fim de se buscar uma análise crítica contextualizada, serão tratados também alguns aspectos

conjunturais do panorama da educação superior, bem como da gestão urbana. Para tanto, será criada aqui uma narrativa compartilhada entre planejamento urbano e extensão universitária através do tempo, buscando sempre que possível, evidenciar o diálogo entre tais práticas.

2. O PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

É notória a efervescência social dos anos 1980 no Brasil. Momento em que, na ordem do dia, estava o vislumbre do fim de um regime autoritário associado à vitória de um projeto de democracia participativa. O período foi marcado por uma série de iniciativas postuladas por movimentos sociais em diversas frentes e que tiveram variadas abordagens e atuações, mas com o objetivo comum de alcançar uma sociedade mais democrática. No âmbito da extensão universitária, voltou a ganhar força e expressão a busca por uma extensão de cunho libertador e transformador (RODRIGUES, 1997), além da autonomia universitária, colocando em xeque a extensão enquanto prática assistencialista e de transferência de conhecimento, que havia sido amplamente difundida e aplicada durante o período da ditadura empresarial-militar, em iniciativas como os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon. Nesse período, portanto, “a extensão busca retomar os ares progressistas, principalmente, no plano teórico conceitual” (FRAGA, 2012, p. 53), buscando romper com o modelo hegemônico vigente.

Foi nesse período que surgiram importantes iniciativas extensionistas visando “romper a tendência de uma prática de caráter alienado do arquiteto e do urbanista” (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; SOUSA, 2017, p. 309). Dentre elas está o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF). A respeito do trabalho de extensão do núcleo, antes mesmo de sua constituição formal, pode-se dizer que tenha sido “mais do que um exercício didático em campo, constituindo intervenções em situações de conflito territorial, em conjunto com os atores diretamente envolvidos, sem nunca, entretanto, deixar de ser um processo intenso de ensino e pesquisa” (ROLNIK, 2017, p.7). Como colocado por Rolnik (2017), é emblemático o trabalho do NEPHU iniciado no final de 1982, se mantendo ativo até os dias de hoje, realizando assessorias no processo de luta de bairros populares contra as ameaças de remoções forçadas.

Tais assessorias, como a realizada junto à Favela do Gato (São Gonçalo-RJ), desde 1983, e que, entre idas e vindas, durou mais de 20 anos, expuseram e combateram veementemente as mazelas geradas por governos de gestão pouco democráticas, e de cunho predominantemente empresarial. Ainda que com inúmeros percalços e dificuldades impostas pelo *modus operandi* na produção capitalista do espaço, a luta popular assessorada pelo NEPHU permitiu conquistas importantes e melhorias das condições de vidas dos moradores,

contribuindo também para o desenvolvimento de um pensamento mais democrático acerca do planejamento urbano (BIENENSTEIN; FREIRE; BIENENSTEIN, 2017).

Neste mesmo período, cabe destacar também a criação de alguns Laboratórios de Habitação, sobretudo no estado de São Paulo, incluindo o HABTAFUS (FAU-Universidade Católica de Santos), o L'HABTAT (FAU-PUCC), o LabHab (UNICAMP) e o precursor de todos os anteriores, o Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes de São Paulo (FEBASP), criado logo nos primeiros anos da década de 1980. Esta iniciativa buscava integrar a atuação dos profissionais e estudantes de arquitetura junto aos Movimentos de Moradia. A partir de uma perspectiva socialmente comprometida, trazia uma proposta pedagógica que “além de ultrapassar os muros da universidade, rompia com os limites da prancheta” (POMPÉIA, 2006, p.14). Embora tendo uma duração curta, de 1983 a 1986, o Laboratório foi de suma importância para o alcance de determinadas demandas dos Movimentos de Moradia. Além da importante atuação na mediação entre a população e o poder público, a atuação do laboratório teve papel fundamental na formação social dos egressos (POMPÉIA, 2006). Essa, inclusive, se mostrava como uma premissa fundamental para o arquiteto docente Jorge Caron, um dos docentes fundadores do Laboratório. Nas palavras de Ronconi: “Os laboratórios foram uma obsessão, uma conquista do Caron. Tem que ter isso senão não tem escola” (RONCONI apud POMPÉIA, 2006, p. 11), demonstrando, assim, a importância dada à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Tendo isto em vista, um importante avanço, segundo Tavares (1997 apud. Fraga, 2012, p. 54) “foi a portaria nº 742 de 20/09/1985 do MEC que institucionaliza legalmente, nas IES brasileiras, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse princípio seria, posteriormente, incorporado à Constituição de 1988”. Vale lembrar que é neste contexto, em 1987, que ocorre o supracitado primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas Brasileiras. Este contou com a participação de 33 universidades públicas, tendo como produto a redação de um documento com as conclusões aprovadas em sessões plenárias. Para além de uma conceituação universal e estanque da extensão, esse documento foi importante por definir “com quem e sobre o que estamos falando” (D’OTTAVIANO; ROVATI, 2017).

Quanto ao planejamento urbano, sua forma e conceitos, há de se notar uma intensa produção acadêmica, entre os anos 1970 e 1980. Sobretudo, como coloca Maricato (2000), o prestígio tecnocrático, alcançado ao longo do período desenvolvimentista, abriu porta para a elaboração de uma quantidade inédita de planos diretores e a proliferação de escritórios técnicos de consultoria e planejamento. Dessa forma, o projeto foi visto como a solução para o “caos urbano”. No entanto, foi neste mesmo período que, não obstante ao prestígio do planejamento, verificou-se um intenso crescimento das grandes cidades “fora da lei”, em

decorrência da ausência do Estado enquanto agente regulador e provedor de serviços e infraestrutura (MARICATO, 2002, p.140).

Esse processo, de acordo com a especificidade de cada contexto, foi marcado pela recorrência da trilogia loteamento clandestino–casa própria–autoconstrução (BONDUKI, 1998), das terras ocupadas em formas de favelas (MAUTNER, 1991, p.121) e pelo fortalecimento do movimento dos bairros populares e das favelas (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; SOUSA, 2017, p.203). Pode-se dizer que, em grande parte, esse paradoxo entre fortalecimento do planejamento e ausência do Estado, deu margem ao fortalecimento dos movimentos populares organizados, que encontrou eco junto a outros movimentos sociais que surgiram, ressurgiram ou se fortaleceram durante o período de redemocratização.

Em resposta a esse planejamento tecnocrático distante da “práxis urbana” (LEFEBVRE, 2002) e ao exponencial crescimento das demandas populares, ganhou força a busca pela participação popular no planejamento urbano, sob intensa influência das “experiências de educação popular, da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), núcleos do Partido dos Trabalhadores, Conselhos Populares e primeiras experiências de gestão petista” (TEIXEIRA, 2020, p. 5). Essa foi uma das fortes bandeiras de emancipação popular levantadas durante o período, e, de certa forma, incorporada enquanto instrumentos da gestão democrática da política urbana na redação da Constituição Federal de 1988. Como bem coloca Maricato (2000, p.135), a partir desse breve “ensaio de autonomia dos excluídos”, veio a reação da classe dominante brasileira, correspondendo ao contexto das forças internacionais. Com isso, estratégias econômicas frequentemente passaram a nortear estratégias político-espaciais.

Essa estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo: a construção da cidade-mercadoria que, sob a égide do poder político dos governos locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la, para inseri-la no mercado. (SANCHEZ, 2001)

3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM DISPUTA

Ainda que a eleição de Fernando Collor de Mello tenha sido um forte indício dessa retomada burguesa, dada a crise instaurada no país pelos escândalos de corrupção, foi somente a partir da segunda metade da década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que se implementou o projeto neoliberal de governança (CASTELO, 2013, p. 342). Nesse período, foi adotada uma agenda social como forma de

diálogo com os setores populares, sob o argumento da garantia de direitos por meio dos processos participativos. No âmbito do planejamento urbano, essa prática pode ser representada por uma adjetivação do planejamento urbano que se denominou “planejamento participativo”, adotando como uma de suas premissas a participação popular. No entanto, é possível supor que tal participação, que a princípio inspira uma conquista, de fato, presta-se majoritariamente a convencer os cidadãos de que eles estão sendo ouvidos e incluídos nas tomadas de decisão unilaterais do poder público.

Diversos indícios apontam para os entraves criados a uma participação efetiva da população nos processos de definição do planejamento e ordenamento urbanos. A Constituição de 1988 condicionou a execução da política urbana à legislação específica posterior, que veio a ser denominada Estatuto da Cidade (EC) e que só foi sancionada 13 anos após a sua promulgação, em 2001, reduzindo consideravelmente a aplicabilidade das diretrizes neste meio tempo. Concomitantemente a isso, com a consolidação do discurso neoliberal, houve a valorização e implementação da gestão empresarial das cidades, focando na busca por cidades produtivistas e competitivas e, conseqüentemente, recorrendo a práticas autoritárias e se afastando da gestão democrática preconizada pela Constituição (VAINER, 2003; SANCHEZ, 2001; BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; SOUSA, 2017).

Dessa forma, progressivamente a partir principalmente da década de 1990, a gestão das cidades foi se realizando sob a perspectiva das parcerias público-privadas, justificadas sob uma ideologia de perda do papel do Estado e de sua capacidade de administrar as cidades. A partir disso, instrumentos urbanísticos como as operações urbanas consorciadas passaram a ser utilizadas de acordo com as premissas do planejamento estratégico em conformidade com a etiqueta das “cidades globais” (FIX, 2011). A reestruturação urbana experienciada, sobretudo nas grandes cidades brasileiras durante esse período, evidenciou as “estratégias utilizadas pelo poder político para ‘vender’ as cidades” (SANCHEZ, 2001). Da mesma maneira, tal mercantilização pode ser identificada na relação com o ensino superior, tendo como marco emblemático a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. A LDB, como aponta Minto (2011), teria sido a expressão máxima dos efeitos da Reforma do Estado no ensino superior, atingindo a estrutura universitária em dois aspectos fundamentais:

O primeiro, voltado para distanciar as IES de qualquer possibilidade de intervenção social crítica, vinculada a projetos de afirmação nacional, de autonomia e soberania frente aos países capitalistas centrais, razão pela qual era preciso atingi-la naquilo que de mais subversivo estava inscrito em seu potencial institucional: a lógica da integração ensino, pesquisa e extensão e da autonomia universitária. (...) O segundo fator era fundamentalmente

econômico: para ser lucrativo, o ensino superior tem de se organizar de formas mais 'flexíveis', mais afetas ao 'mercado', não compatíveis com aquela universidade da Reforma de 1968 e, menos ainda com a CF [Constituição Federal] /1988 (MINTO, 2011, p. 238).

Complementando o segundo fator elencado por Minto, Monteiro (2007) comenta como a aprovação da LDB, e um conjunto de ações implementadas nos dois mandatos FHC, permitiram e viabilizaram economicamente a abertura de IES com fins lucrativos, bem como cancelaram a existência e diferenciação entre IES destinadas à pesquisa (Universidades) e destinadas ao ensino (Centros Universitários), criando uma gama de “universidades de segunda classe”, com um falso pretexto de “democratização” do ensino superior, corroborando para o caráter elitista das universidades (SAVIANI, 2011, p. 11). Fica claro que tais atitudes correspondem plenamente aos anseios do mercado e desconsideram “questões ligadas à qualidade de ensino, da sua importância para o crescimento sustentável da sociedade brasileira (MONTEIRO, 2007, p. 159)”.

No âmbito da extensão universitária, um grande impacto pôde ser percebido nesse contexto. Podemos citar o surgimento e rápida expansão da extensão paga em IES públicas, a criação do programa Universidade Solidária e a desativação do Programa de Extensão Universitária (Proext)³ (FRAGA, 2012, p. 62-64). Todas essas medidas corroboraram para o acirramento das atividades extensionistas de cunho clientelista, assistencialista, baseadas na ideia de transferência de conhecimento e pautadas pela demanda do mercado.

Dentre outras, duas expressões dessa frente de atuação que tomaram corpo durante a década de 1990 foram o programa Universidade Solidária e as Empresas Juniores (EJ), sendo a primeira com uma presença mais forte e declaradamente adotada como bandeira do governo federal, e a segunda em um processo ainda mais tímido, mas notoriamente alinhado com os ideais neoliberais.

O programa Universidade Solidária estava inserido no grande projeto de assistência social do governo FHC, o Comunidade Solidária, bastante discutido e criticado por diversos autores⁴ e consistia em curtos projetos com um mês de duração realizado por 10 estudantes e um professor orientador. Buscando, de maneira questionável, propiciar aos estudantes uma “experiência concreta da pobreza local” (DEMO, 2001, p.66), a iniciativa “era uma tentativa de criar projetos vinculados a concepções já ultrapassadas de extensão além de ser uma proposta desarticulada do Forproex e de seu acúmulo” (FRAGA, 2012, p. 63).

³ O Proext foi o primeiro programa de fomento à extensão universitária com bolsas e apoio a projetos, criado em 1995.

⁴ Cf. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O comunidade solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

Já as Empresas Juniores chegaram ao Brasil no final da década de 1980 e paulatinamente foram ganhando espaço dentro do ambiente universitário. Sua criação parte da premissa de aproximação dos estudantes com a atuação no mercado e da valorização de um espírito empreendedor, através de um aprendizado prático em ambiente empresarial (GIBERTINI, 2020). Dessa forma, encontrou condições perfeitas de expansão durante a gestão neoliberal adotada no Brasil na década seguinte, e continua ganhando força e presença até os dias de hoje. Para se ter uma amplitude da adoção desse mecanismo, nesse processo foi criada a Confederação Brasileira de Empresas Júnior (Brasil Júnior), que segundo censo da própria confederação, em 2018, contava com 805 EJs confederadas no Brasil (BRASIL JÚNIOR, 2018). Tal movimento encontrou grande adesão do setor privado, mas também ganhou bastante espaço nas IES públicas, corroborando cada vez mais para uma formação dos estudantes e relação com a sociedade, compromissadas com o mercado, em detrimento de sua função social e, portanto, antagônicas à conceituação de extensão universitária proposta pelo Forproex.

Seguindo a história narrada, no final da década de 1990, potencializa-se a exigência sobre os membros da EJ para se enquadrarem a uma postura tida como profissional, cujas bases jaziam em um discurso gerencial e mercadológico, que solapava a raiz universitária daquela mesma estrutura (BICALHO; PAULA, 2012, p. 910).

Embora tal avanço da agenda neoliberal sobre o ambiente universitário tenha sido contundente, há de se notar o surgimento e consolidação de determinadas experiências contra hegemônicas no campo da extensão universitária, ao longo da década de 1990. Dentre elas, estão alguns Laboratórios de Extensão e Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU).

Por iniciativa de docentes e pesquisadores – a exemplo dos supracitados Laboratórios de Habitação da década de 1980 – é marcante a presença dos laboratórios enquanto forma de resposta e resistência ao avanço da operacionalização das IES⁵. Dentre eles, destacamos o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (FAUUSP), criado em 1996. “Seu principal objetivo era o de interligar as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, com o intuito de permitir a produção de um conhecimento de alta qualidade e garantir a reciclagem e capacitação de pesquisadores e profissionais” (POMPÉIA, 2006, p. 31). Ainda nos primeiros anos de existência o laboratório realizou importante experiência:

⁵ A respeito da “Universidade Operacional”, Cf. CHAUÍ, Marilena, A Universidade Operacional, Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior, v. 4 n. 3: Suplemento 01, 1999, p.3-8.

construída em torno dos três eixos da replicabilidade, adequabilidade e sustentabilidade [...] para o caso de obras de urbanização de favela, com ênfase nos sistemas e serviços de infra-estrutura urbana. [...] A partir destes três eixos, procurou-se avaliar as características e qualidades técnicas e tecnológicas de obras [de] urbanização de favelas, através da avaliação de intervenções realizadas em favelas [...] que, se não podemos afirmar representativas, são mais próximas às diversidades regionais do Brasil (LABHAB, 1999, p.9).

De forma análoga e ideologicamente alinhada, nesse período surgiram outras importantes iniciativas como o Laboratório de Habitação – GFAU (também na FAUUSP), o LabAUT (UNINOVE), LabHabitar (FAUFBA), Laboratório de Habitação (UNICAMP), o Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (Habis – IAUUSP).

Já os EMAUs, embora estando ideologicamente no mesmo campo de atuação que os Laboratórios, possuem organização e iniciativa diferentes, por se tratar de iniciativas que partem dos estudantes. Os EMAUs surgem sob influência da luta pela redemocratização, da discussão acerca do papel social do arquiteto e da universidade, das práticas de extensão freirianas e da institucionalização das Assessorias Técnicas em Habitação de Interesse Social (ATHIS). Seu intuito é criar uma comunicação dialógica entre universidade e sociedade, promovendo trocas entre os saberes acadêmicos e populares. Desta forma, o EMAU busca também questionar o conceito de “transferência de conhecimento”, amplamente adotado no ambiente universitário, bem como o reflexo desse na futura atuação profissional dos estudantes (FENEA, 2005). De acordo como o Projeto de Orientação a Escritórios Modelos (POEMA), elaborado pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FeNEA), os EMAUs desenvolvem atividades de interesse didático e envolvidas “com as dinâmicas sociais responsáveis pela construção do espaço” (FENEA, 2005, p. 18).

Vale ressaltar que, ao contrário dos exemplos da Universidade Solidária, que contou com expressivos investimentos do Governo Federal, se comparado com outros programas institucionais à época⁶, e das Empresas Júniores, beneficiadas pelas atitudes governamentais, as experiências ligadas à extensão comunitária⁷ que tiveram sucesso nesse período, o fizeram “apesar” do governo e não “graças a” uma política orientada para isso.

Dessa forma, dada a intensificação da agenda neoliberal e, territorializada a ideia de cidades produzidas pelas grandes empresas (ARANTES, 2002) sob a égide do discurso de um Estado mínimo, acabou por se evidenciar diversas carências urbanas que demandaram intervenção direta do poder público, sobretudo, por conta da ordem de grandeza dos custos

⁶ Cf. TAVARES, Maria Das Graças M. Extensão universitária: novo paradigma de universidade. Maceió: Edufal, 1997.

⁷ A adjetivação “extensão comunitária” foi necessária a partir da década de 1990 para distinguir essas iniciativas, alinhadas ao proposto pelo Forproex, das demais iniciativas pagas ou vinculadas ao mercado.

envolvidos, que sintomaticamente, a iniciativa privada não teve interesse em absorver. É neste cenário que, após 13 anos de disputa, em 2001, uma parcela da sociedade comprometida com a efetivação de uma agenda democrática para as cidades, em muito representada pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR), conseguiu aprovar o assim chamado Estatuto da Cidade (AVRITZER, 2010).

Com o intuito de estabelecer “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001), e para além das inúmeras críticas já tecidas acerca de sua redação (BRAGA, 2010; FERNANDES, 2013; LEONELLI, MOCCI, MAIA, 2019), é possível dizer que “poucas vezes, no passado recente, promoveram-se condições tão favoráveis para uma discussão sistemática e aprofundada das causas de nossa miséria e desigualdade urbanas e, evidentemente, dos meios e caminhos para superá-las” (VAINER, 2003, p.26).

Com isso, nos anos 2000, já à luz das diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade, é possível identificar, em nível federal, estadual e municipal, o crescimento de iniciativas alinhadas com uma gestão democrática da cidade, por meio de órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano; iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, de acordo com as diretrizes da lei federal. Como apontam Alfonsin et al. (2019), das ferramentas dispostas no Estatuto, são destinadas à operacionalização da política pública: “o plano diretor, a gestão orçamentária participativa, as zonas especiais de interesse social (ZEIS), a concessão de uso especial para fins de moradia, o referendo popular e o plebiscito”(ALFONSIN et al., 2019, p. 175).

Nesses primeiros anos de implementação do Estatuto da Cidade, uma importante ação por parte do poder público, na figura do recém criado – e hoje extinto – Ministério das Cidades, foi a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Este, resultado de um projeto de lei de iniciativa popular apresentado ao Congresso Nacional em 1991, em associação ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e uma série de iniciativas em escalas, sobretudo municipais, como os planos locais de habitação de interesse social (PLHIS) e os planos diretores participativos (PD) (SANTO AMORE, 2015). Dessa forma, buscava-se integrar demandas sociais à gestão urbana por meio de um sistema efetivamente participativo. Além disso, como sugere Fernandes (2013), após sua aprovação, o Estatuto da Cidade vem sendo complementado “por uma longa série de outras leis federais” (FERNANDES, 2013), nem todas comprometidas com a efetivação de tal participação popular.

Dessa forma, a partir deste momento, se acirrou disputa política acerca da participação popular. Em parte em decorrência da sua maior consolidação e institucionalização, a

discussão acerca da forma como se daria tal participação perdeu força, e com isso, algumas visões do assunto se sobrepuseram a outras (TEIXEIRA, 2020). Pode-se inferir, pelas evidências, que no interim entre a promulgação da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, o poder hegemônico criou meios de se apropriar dos processos participativos, com o intuito de se manter o *status quo* da ideologia neoliberal, buscando restringir participação popular apenas à instância da implementação da política (SÁNCHEZ, 2001). O próprio Estatuto da Cidade, uma lei que nasceu no seio dos movimentos de reforma urbana, passou a ser utilizado como um mecanismo voltado a atender as prerrogativas do mercado.

4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL INOFENSIVA

É neste contexto, durante o governo Lula, por meio de ações do Ministério da Cidade e amparadas nas diretrizes do Estatuto da Cidade, que se difundiram mais amplamente os espaços dos Conselhos e Conferências Nacionais, o que no âmbito da disputa significou a prevalência da participação popular como escuta, em detrimento das entendidas como forma de deliberação ou emancipação⁸.

Sendo assim, esse processo legitimou o poder hegemônico da ideologia neoliberal vigente (MIRAFTAB, 2009), uma vez que predominantemente, essa participação não se faz efetiva em todas as etapas de decisão, e sim limitada a momentos estratégicos definidos pelo Estado. Portanto, como aponta Sánchez (2019), a partir da ideia de planejamento participativo, o Estado busca permitir que a participação popular se dê apenas na fase de implementação dos projetos, e não na tomada de decisões políticas, deslegitimando quaisquer outras formas de participação que, verdadeiramente, disputem o espaço político.

Neste âmbito, o Estado tem disponibilizado à população espaços definidos e restritos de participação em ambientes sobretudo consultivos, mas que, de alguma forma, promoveram e incentivaram a participação popular no estabelecimento, acompanhamento e avaliação das políticas urbanas, a exemplo dos planos diretores municipais. Como colocado por Cornwall (2005) e retomado por MirafTAB (2009, p. 38-39), esses são “espaços convidados”, fornecidos pelos Estado para uma atuação limitada das organizações de base e não governamentais reconhecidas pelo governo, a fim de apaziguar as insatisfações populares.

Dessa forma, a atuação e o potencial transformador da participação popular ficam facilmente cerceados pela burocrática e paramentada estrutura do Estado, seja em níveis municipais, estaduais ou federais. Em resumo “A participação sem redistribuição de poder

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre a participação como emancipação, deliberação e consulta, cf., TEIXEIRA, A. C. C. TRAJETÓRIAS DO IDEÁRIO PARTICIPATIVO NO BRASIL. Caderno CRH, v. 33, p.01-15, 27 jul. 2020.

permite àqueles que têm poder de decisão argumentar que todos os lados foram ouvidos, mas beneficiar apenas a alguns” (ARNSTEIN, 2002 p.5).

Não obstante, analisando o momento no âmbito educacional, mais precisamente acerca da extensão universitária, podemos constatar um saldo bastante positivo ao longo das primeiras gestões do Partido dos Trabalhadores (2003-2014), no que se refere a iniciativas vinculadas à extensão comunitária. É verdade que o período manteve a disputa ideológica, assistindo à consolidação de determinadas propostas bancárias, onde “o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (FREIRE, 1987, p. 33). Porém, podemos constatar que, ineditamente nesse período, alguns fatores se alinharam: foi conferida uma dimensão de política pública nacional à extensão universitária, por meio da retomada do Proext; a essa foi destinado substantivo montante de recursos, sobretudo após a criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2009, que inclui o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e, ao contrário do presenciado durante ao período do regime militar, houve a descentralização das escolhas acerca da concepção e atividades extensionistas, conferindo importante grau de autonomia universitária às IES (FRAGA, 2012).

É, portanto, nesse contexto, encontrando meios de se colocar contra o projeto de universidade operacional vigente, que identificamos o surgimento, ou aumento significativo, na capacidade de atuação de iniciativas alinhadas às propostas de extensão comunitária. Para nos atermos ao âmbito da produção e gestão do território, fazem parte dessas iniciativas, os já citados laboratórios, EMAUs, Núcleos e Grupos de Pesquisa, além dos Escritórios Públicos e o inusitado instrumento da residência acadêmica para implementação de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social⁹.

Vale o destaque a essa última prática por conta do seu ineditismo. No ano de 2011, o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA) aprovou em todas as instâncias da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a proposta de um curso de pós-graduação de Especialização *Lato Sensu* Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, que tinha como base a carga acumuladas pelo Laboratório de Habitação e Cidade (LabHabitar/UFBA), desde sua criação em 1993, referente à integração entre ensino, pesquisa e extensão na relação entre habitação e cidade. O curso foi implementado em 2013 e vem apresentando processos e resultados bastante promissores. Souza, Emiliano e Rocha (2018) destacam a capacidade do curso em integrar a “comunidade-universidade-agentes públicos”, bem como capacitação com aprendizagem, através de “processos-projetos participativos” de interesse social, sobretudo em menores escalas, tal qual o “planejamento

⁹ A Lei 11.888/2008 inclui em seu Art. 4º inciso III “profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área” enquanto meios de implementação da Assistência Técnica a fim de assegurar “o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social” (BRASIL, 2008).

local de bairros, municípios pequenos e comunidades desassistidas por políticas públicas”. Registrando, além da “capacitação cidadã”, ganhos específicos a todos os envolvidos, sejam da comunidade acadêmica ou não.

Corroborando com as autoras, Barros (2019) avalia que o programa é inspirador para viabilizar a formação de uma rede nacional de residências neste âmbito, frisando a consciência de que estão imbuídos professores e residentes, sendo capazes de perceber o potencial transformador e formativo do processo pedagógico, tanto para os integrantes acadêmicos, membros das comunidades e construtores envolvidos.

A proposta paradigmática do curso despertou interesse de diversas instituições. Desse modo, além da sede em Salvador, a iniciativa conta com a participação de nucleações em outras cidades, através de parcerias com outras universidades (UnB, UFPel, UFC e UFPB). Além disso, a partir de tal experiência desenvolvida, outras propostas vêm surgindo pelo país, a exemplo da “Especialização em Planejamento e Gestão Urbana” da FAU USP (2015-2016).

Ações como essas se distanciam do assistencialismo, da transferência de conhecimento e da mercantilização do ensino. Dessa forma, afirmam a dimensão pública das IES, sejam elas públicas ou privadas, e propiciam a troca entre a comunidade universitária e movimentos sociais e populares, entre os saberes acadêmicos e os não acadêmicos através das dinâmicas culturais da cidade (BRITTO, 2017).

5. O CENÁRIO ATUAL

Apesar de ter experienciado momento de considerável avanço, como já colocado anteriormente, trata-se de conceitos em disputa, e que ao mesmo tempo produzem e são produto do contexto histórico em que estão inseridos. Desse modo, cabe frisar que, embora o período da gestão do Partido dos Trabalhadores tenha representado, através de variadas frentes, um combate histórico contra a pobreza – implementada e aprofundada ao longo da década anterior de gestão, notável e deliberadamente, neoliberal – pode-se dizer que tal política foi pautada em um “reformismo fraco” (BRAGA; BIANCHI, 2013), resultando em melhorias relativas e frágeis dos índices de desigualdade e pobreza. Em decorrência disso, em meio a retrocessos, crises econômicas e políticas, nos últimos anos, sobretudo após o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, assiste-se à derrocada de conquistas e direitos adquiridos pela população desde o período da redemocratização (RIZEK, 2018, p.16).

No que tange à gestão das cidades, é possível citar as redefinições do Programa Minha Casa Minha Vida, extinguindo, redefinindo ou encolhendo determinadas modalidades do programa como o Entidades e o Programa Nacional de Habitação Rural (Ibid. p.19), bem como a aprovação da Lei nº 13.465 de 2017 que passou a permitir a regularização de loteamentos e condomínios nas áreas rurais, antes considerados crime (LEONELLI, 2019).

Ainda que indiretamente, as reformas trabalhista e da previdência, além do início ou retomada de processos de precarização e privatização de empresas e serviços estatais em setores estratégicos como de saneamento, abastecimento de água, energia e o encolhimento de subsídios, propiciam a desarticulação da luta dos movimentos por moradia (RIZEK, 2018).

Novamente, vemos nitidamente o ideário neoliberal se sobrepor nessas ações, o que reverbera também no ambiente universitário. O que se vê é o preponderante aumento das IES privadas, sem comprometimento com a qualidade do ensino e a profusão dos cursos que adotam o chamado “Ensino a Distância”, precarizando drasticamente a qualidade das práticas pedagógicas (MONTEIRO, 2021) e inviabilizando qualquer tipo de extensão universitária de caráter transformador.

Quase que como um fôlego, em meio ao desmonte, em 2018, foi publicada a resolução nº 7 do MEC¹⁰, estabelecendo as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e Regimenta o Plano Nacional de Educação no decênio 2014-2024. O artigo 4º dessa resolução se destaca ao estabelecer que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018).

No entanto, o lançamento do nefasto programa “Future-se”, em 2019, ignora qualquer possibilidade de implementação dessa resolução. O programa consiste em ações de enquadramento da universidade pública na lógica e exigências do mercado e, por consequência, do capitalismo financeiro do século XXI (DEL PINO, 2020). O programa despreza completamente o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, se colocando contra “a autonomia universitária e docente, a gestão democrática da educação, a pluralidade, a inclusão social, a universalidade do acesso, a educação laica, etc.” (SOBRINHO, 2019, p. 61). Dessa forma, ele representa a consolidação da intenção de plena privatização do ensino superior no Brasil, como que sintetizando a imposição da base ideológica excludente do atual governo federal. Por sorte, não decolou, demonstrando que todas essas iniciativas estão lançadas em um movimento de disputas e resistências que ainda possibilitam manter, não sem muitos esforços, o que se conquistou no passado.

6. Considerações finais

Levando em consideração a discussão aqui apresentada, com base em bibliografia consolidada e experiências recentes, fica clara a tentativa de imposição da ideologia neoliberal, com sua mentalidade empresarial e operacional, em ambos os campos de atuação, tanto do planejamento como da extensão universitária, frente às iniciativas de cunho

¹⁰ Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 > Acessado em fev 2021.

emancipatório e deliberativo. Ainda assim, ambos conceitos permanecem em disputa, sendo possível ao mesmo tempo identificarmos diversas iniciativas insurgentes, que buscam romper com o modo de produção capitalista do território, ainda hegemônico.

Há de se frisar que, para que possamos caminhar em direção a uma gestão urbana efetivamente popular, e um ensino superior verdadeiramente pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, interação dialógica com a sociedade e formação cidadã do estudante, paralelamente à luta pela retomada do protagonismo popular nos “espaços convidados”, se faz necessária a adoção da capacidade inventiva de se buscar novos meios diretos de atuação, em contraposição às imposições hegemônicas dadas pela relação Estado-sociedade (SANTOS, 2002; MIRAFTAB, 2009).

Dessa forma, movimentos sociais e comunidade universitária (e não universitária), comprometidos com uma sociedade democrática de direito, encontram-se em momento turbulento, que exige enfrentamento e resiliência. Dito isso, é importante ressaltar algumas experiências recentes, ou que permaneçam nessa luta conjunta entre universidade e comunidade não universitária que, visando uma gestão democrática das cidades, buscam a constante renovação e reinvenção das práticas extensionistas de caráter transformador e emancipador.

Podemos citar: o “Observatório das Remoções”, iniciativa conjunta entre os laboratórios do LabCidade, LabHab (FAUUSP) e LabJuta (UFABC), que tem como “objetivo central monitorar, analisar, compreender e incidir sobre os processos coletivos de remoções em curso, em diferentes regiões metropolitanas do país” (LABCIDADE, 2021); os trabalhos realizados pela equipe do PexUrb (IAU USP), articulando ensino-pesquisa-extensão, a exemplo da elaboração do Plano Popular do Banhado (São José dos Campos-SP), junto à comunidade Jardim Nova Esperança; o Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico (FAU UnB), que vem trabalhando no formato de “pesquisa-ação”, através de metodologias ativas junto a movimentos populares, comunidades da periferia, camponesas e tradicionais, no âmbito das reformas urbana e agrária; o esforço coletivo de docentes, discentes, comunidades e demais agentes na criação/manutenção de projetos/cursos de extensão universitária de Assessorias e Assistências em Arquitetura e Urbanismo, a exemplo do ATAU (UNIFAP) e CPPATHIS (FAUUSP); e a persistência do NEPHU-UFF que, depois de quase 40 anos de existência, permanece na luta para resgatar o compromisso social da universidade pública e pelo direito à cidade, em constante diálogo com as classes populares.

Essas são apenas algumas das diversas iniciativas que buscam aquela “capacidade inventiva”, mirando a produção de cidades e sociedades mais democráticas, à medida que evidenciam e combatem as insustentáveis expressões vigentes do planejamento territorial e urbano, bem como do sistema educacional universitário. É preciso que a universidade e sociedade não acadêmica se posicionem frente ao crescente desmonte das instituições

democráticas e da universidade pública, gratuita e universal. Como buscamos demonstrar, enxergamos na extensão universitária crítica e transformadora, um forte potencial de apoio nessa empreitada. Para tanto, é preciso que experiências de caráter inventivo, a exemplo das citadas ao longo do trabalho, continuem sendo criadas e consolidadas por nós.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, B. D. M. et al. DA FUNÇÃO SOCIAL À FUNÇÃO ECONÔMICA DA TERRA: impactos da Lei nº 13.465/17 sobre as políticas de regularização fundiária e o direito à cidade no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, v. 11, n. 2, p. 168–192, 3 ago. 2019.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, MARICATO, E.; VAINER, C.; ARANTES, O p. 11–74, 2002.

ARNSTEIN, S. R. UMA ESCADA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. *PARTICIPE*, v. 2, n. 1, p. 4–13, 2002.

AVRITZER, L. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil *The City and the Democratisation of Urban Policies in Brazil* *Le Statut de la Ville et la démocratisation des politiques urbaines au Brésil*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 91, p. 205–221, 2010.

BARROS, F. “Residência profissional de arquitetura e urbanismo em habitação social: abordagem a partir de canteiros experimentais com baixo impacto ambiental”, Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado novembro de 2018 a outubro de 2019, São Paulo: USP, 2019

BICALHO, R. DE A.; PAULA, A. P. P. DE. Empresa Júnior e a reprodução da ideologia da Administração. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 4, p. 894–910, 2012.

BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; FREIRE, Eloisa H. B. A luta da Favela do Gato contra a remoção. *Universidade e luta pela moradia*, Glauco Bienenstein, Regina Bienenstein e Daniel Mendes Mesquita de Sousa (Orgs.). – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel M. M. de. *Universidade e luta pela moradia*, Glauco Bienenstein, Regina Bienenstein e Daniel Mendes Mesquita de Sousa (Orgs.). – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

BONDUKI, N. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRAGA, R. Política urbana e desenvolvimento sustentável: avanços e limites do Estatuto da Cidade. In: *II Seminário Política e Planejamento: Economia, Sociedade e Território - PPLA 2010*, 2010, Curitiba-PR. Anais, Curitiba-PR: Ambiens, 2010. v. 1. p. 1-12.

BRITTO, Fabiana D. A extensão universitária em tempos de crise. *Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional/ Camila D’Ottaviano, João Rovati, orgs. - 1o ed. - São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7. Brasília, 2018.

CASTELO, R. *O SOCIAL-LIBERALISMO: AUGES E CRISE DA SUPREMACIA BURGUESA NA ERA NEOLIBERAL*. 1. ed. [s.l.] expressão popular, 2013.

DEL PINO, M. A. B. A universidade pública e o Future-se: a valorização do capital como centro das relações acadêmicas the valorization of the capital as the center of academic relations. *Revista de Educação Pública*2, v. 29, p. 1–12, 2020.

DEMO, Pedro. Brincando de solidariedade: política social de primeira-dama. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *O comunidade solidária: o não enfrentamento da pobreza no brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2001. p. 43-69.

D,OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. A extensão universitária na anpur: um primeiro. *Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional/ Camila D'Ottaviano, João Rovati, orgs. - 1o ed. - São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.*

FENEA. POEMA - Projeto de Orientação a escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. 2005.

FERNANDES, E. Cidade , Mais De 10 Anos Depois. *Revista UFMG*. Belo Horizonte, v. 20, p. 212–233, 2013.

FIX, M. D. A. B. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. UNICAMP, 2011.

_____. Os territórios da extensão universitária. *Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional/ Camila D'Ottaviano, João Rovati orgs. - 1o ed. - São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.*

FORPROEX, Brasília. Regimento Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26nov2010.pdf> > Acesso em: maio de 2020.

FRAGA, Lais Silveira. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 403-419, ago. 2017.

GIBERTINI, Thuany. Como funciona uma Empresa Júnior? Descubra agora. *Brasil Júnior*, 2020. Disponível em: < <https://brasiljunior.org.br/conteudos/como-funciona-uma-empresa-junior-descubra-agora> > Acesso em: fev 2021.

JÚNIOR, B. Censo & Identidade. 2018. Disponível em: <<https://brasiljunior.org.br/portal-da-transparencia>> Acesso em: fev. 2021.

LABHAB. Parâmetros Técnicos para a urbanização de favelas. Parte I, Volume I, São Paulo: USP, Dez, 1999.

LEFEBVRE, H. *A revolução urban*. Editora da UFMG, 2002.

LEONELLI, G.; MOCCI, M. A.; MAIA, A. Área urbanizada e urbanizável: o incentivo à morfologia dispersa em cidades médias brasileiras. *8a Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*, p. 299–312, 2019.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, MARICATO, E.; VAINER, C.; ARANTES, O p. 121–192, 2002.

MAUTNER, Y. *The Periphery as a Frontier for the Expansion of Capital*. Tese (doutorado). Bartlett School of Architecture & Planning, University College London, Londres, 1991.

MINTO, Lalo Watanabe. *A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior*. 2011. 215 f. Tese (Doutorado) - FE/Unicamp, Campinas, 2010.

MIRAFTAB, F. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32–50, fev. 2009.

_____. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363, 22 dez. 2016.

MONTEIRO, A. O ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005. Tese de Doutorado da UNICAMP. Campinas, 2007.

_____. Ensino de arquitetura e urbanismo à distância, remoto, híbrido. Para onde queremos ir?. *Revista Projetar*. V. 6 n1, 2021.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> > Acesso em: maio de 2020.

POMPÉIA, R. O laboratório de habitação no ensino da arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto. (Tese de Doutorado). FAUUSP. São Paulo, 2006.

RIZEK, C. S. Produção de moradia e produção urbana: políticas sociais, consensos, desmanches e violência de Estado. In: BARROS, J.; COSTA, A. D. DA; RIZEK, C. (Org.). OS LIMITES DA ACUMULAÇÃO, MOVIMENTOS E RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS. São Carlos: Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, 2018. p. 13–26.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Extensão Universitária: um texto em questão. Uberlândia, MG, v. 1, p. 89-126, 1997.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 11, n. 2, p. 31, 2009.

_____. Prefácio. *Universidade e luta pela moradia*, Glauco Bienenstein, Regina Bienenstein e Daniel Mendes Mesquita de Sousa (Orgs.). – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, n. 16, p. 31–49, jun. 2001.

SANTO AMORE, C. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: SANTO AMORE, CAIO SHIMBO, LUCIA RUFINO, M. B. C. (Org.). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros*. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital Editora, 2015. p. 11–28.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237–280, 1 out. 2002.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póesis Pedagógica*, vol. 8, no. 2, p. 4–17, 2011.

SCHERER, Rebeca. Notas sobre Planejamento e Método. In: *Cadernos de Pesquisa do LAP 10*, São Paulo, FAUUSP, 1995.

SOBRINHO, Z. P. FUTURE-SE: A FÚRIA NEOLIBERAL SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E GRATUITA. *FIDES*, v. 10, n. 2, p. 50–68, 2019.

TEIXEIRA, A. C. C. TRAJETÓRIAS DO IDEÁRIO PARTICIPATIVO NO BRASIL. *Caderno CRH*, v. 33, p. 020002, 27 jul. 2020.

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. *Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD*, n. 105, p. 25–31, 2003.



GT 02A

Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades Latino-Americano

Coordenadores: Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA); Simaia das Mercês (NAEA/UFPA); Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA); Welson Cardoso (ICSA/UFPA); e Iraneide Silva (MPEG/GETTAM/NAEA).



Programação

GT 02A – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANO

Coordenadores: Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA); Simaia das Mercês (NAEA/UFPA); Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA); Welson Cardoso (ICSA/UFPA); e Iraneide Silva (MPEG/GETTAM/NAEA).

1º Dia – 25 de fevereiro de 2021

1ª SESSÃO: TERRITÓRIO, REESTRUTURAÇÃO URBANA, PLANEJAMENTO TERRITORIAL

14h00 às 16h00

Coordenador: Prof. Dr. Saint Clair Cordeiro Trindade Jr. (NAEA/UFPA)

Territórios de uso e enfrentamento comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço em Tucuruí-Pa

Michel de Melo Lima (UFPA)

O porto público da Palha: bem-viver, lugar e patrimônio em Belém

Jakson Silva da Silva (UFPA)

A reestruturação espacial da zona portuária do Rio de Janeiro: a utilização do carnaval de rua como um legitimador da gentrificação do porto carioca

Alexandro Souza de Amico (UFRJ)

Sobre sistemas territoriais de inovação e tecnologias sociais: notas metodológicas para análise de inclusão sociotécnica em contexto periférico

Ana Cristina de Almeida Fernandes (UFPE) e Carlos Eduardo Falcão Luna (UFPE)

Complexidade socioespacial no jardim Ângela, São Paulo

Isabela Sollero Lemos (FAUUSP) e Eugenio Fernandes Queiroga (FAUUSP)

Amazônia: desenvolvimento e ordenamento cívico-territorial desde uma “região do desobecer”

Helbert Michel Pampolha de Oliveira (UFPA)



A expansão urbana e suas implicações nos espaços livres públicos de Macapá, Amapá (Brasil)

Katrícia Milena Almeida Corrêa (UNIFAP) e Thaís de Araújo Oliveira (UNIFAP)

Escola de Chicago e o espaço urbano em Duque de Caxias: análise do território e a criminalidade violenta

Vinícius Cruz Pinto (UFF) e Dandara Augusto dos Santos (UFF)

2ª SESSÃO: ECONOMIA URBANA E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA ERA GLOBAL

16h00 às 18h00

Coordenadores: *Prof. Dr. Welson de Sousa Cardoso (ICSA/UFPA); e Msc. Iraneide Souza Silva (MPEG/GETTAM/NAEA).*

Economia popular no Círio de Nazaré: entrelaçamentos de lazer, devoção e negócios, numa perspectiva decolonial

Bartos Batista Bernardes (IFPI – UFMG)

Paradoxos do desenvolvimento: novo rural, velho urbano, colonialidade e globalização em Goiana-Pe

Adalberto Antonio da Mota Correia (UFPE)

Multiterritorialidades agenciadas a partir da agricultura urbana: o caso da população migratória em bogotá – Colômbia

Michael Cruz Roa (UFPR), Valdir Frigo Denardin (UFPR) e Mayra Taiza Sulzbach (UFPR)

Os sujeitos do discurso hegemônico sobre desenvolvimento urbano: uma análise discursiva a partir da atuação de organismos internacionais

Adailson Dantas (UFPA)

Neoliberalismo x neodesenvolvimentismo: ruptura ou continuísmo?

Juliana do Couto Ghisolfi (UFMT)

Disjunções entre o “real” e o “prescrito” do trabalho: um estudo de caso das implicações do trabalho na vida de vendedores em Araguaína-To

João de Deus Leite (UFT) e Janderson Henrique Mota de Sousa (UFT)

Algumas reflexões sobre a “integração favela-cidade oficial” proposta pelo Programa Favela-Bairro na cidade do Rio de Janeiro

Gerônimo Leitão (UFF), Honorio Magalhães Neto (UFF) e Carolina Rezende Kroff (UFF)



2º Dia – 26 de fevereiro de 2021

3ª SESSÃO: POLÍTICA HABITACIONAL, PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES

14h00 às 16h00

Coordenadora: Profa. Dra. Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA)

Entre o precário e o (in)sustentável: discursos de sustentabilidade em projetos habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento para remoção urbana

Marlon D'Oliveira Castro (UFPA)

Habitação e segregação socioespacial urbana na Amazônia oriental: ponderações a partir das cidades médias de Imperatriz (Ma) e Marabá (Pa)

Helbaneth Macêdo Oliveira (UFU)

Regularização fundiária à luz da concepção do direito à cidade: a legislação do estado do Pará

Carla Maria Peixoto Pereira (UFPA) e Mozart Victor Silveira (UFPA)

Análise das políticas de revitalizações urbanas do município de Porto Velho no período de estudo de viabilidade, implantação e operação da usina hidroelétrica de Santo Antônio

Luiz Fernando Novoa Garzon (UNIR) e Weder Rodrigues da Silva (UNIR)

Análise do processo de proposição e elaboração de uma política pública de regularização fundiária na Amazônia legal: um estudo de caso no estado do Pará

Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo (UFRRJ)

Desigualdades sociais e porbrza: categorias para analisar os impactos de megaprojetos na Amazônia

Jaqueline do Nascimento Cruz (UFPA), Marcel Theodoor Hazeu (UFPA) e Milena Moia Pimentel (UFPA)

O direito ao rio e à floresta e os instrumentos de gestão da Apa Combu (Belém, Pará)

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (UFPA)

Participação social nos orçamentos públicos municipais: o caso de três municípios do estado do Pará

Luis Carlos Freitas Rodrigues (UFPA)

Planejando políticas ambientais: o que dizem os planos plurianuais dos municípios da microrregião de Limeira – SP?

Andre Mafra Calderan (UFSJ)



4ª SESSÃO: DIREITO À CIDADE, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

16h00 às 18h00

Coordenadora: Profa. Dra. Simaia Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Politização do espaço e vida cotidiana em Canaã dos Carajás

Ana Carolina Campos de Melo (UFPA) e Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA)

A cidade de Belém (Pa) e os espaços públicos de lazer: de que lazer estamos falando e para quem?

Flavio Henrique Souza Lobato (UFPA) e Mirleide Chaar Bahia (UFPA)

Relação entre bibliotecas comunitárias e a produção desigual do espaço urbano

Danielle Santos de Freitas (UEMA)

Contra-cartografias de povos tradicionais nas metrópoles paraenses: repertórios para um urbano amazônico plural

Ana Claudia Cardoso (UFPA), Maria do Socorro Amoras (UFPA), Solange Gayoso e Harley Silva (UFPA)

O distrito de Icoaraci e as novas representações sociais no contexto da subcentralidade urbana em Belém do Pará

Erick Afonso Santiago Ramos (UFPA)

Movimentos de moradia, insurgência e o diálogo com os saberes tradicionais

Pamela Rodrigues Castro (UNICAMP), Pedro Langella Testolino (UNICAMP) e Sidney Piochi Bernardini (UNICAMP)

A moradia contra-hegemônica: o decolonialismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)

João Pinheiro Valadares Penna (UnB) e Fabrício Monteiro Neves (UnB)

Os efeitos socioambientais da urbanização no modo de vida ribeirinho-insular em uma metrópole da Amazônia

João Luiz da Silva Lopes (SEMEC, Belém)

A complexidade das questões relacionadas à saúde feminina em cidades do interior do Paraná (1960-1990): amostragem de problemáticas latino-americanas

Vânia Inácio Costa Gomes (UEM) e Ivana Aparecida da Cunha Marques (UEM)



GT 2A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

TERRITÓRIOS DE USO E ENFRENTAMENTO COMUM NA AMAZÔNIA: RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO EM TUCURUÍ-PA.

Michel de Melo Lima¹

RESUMO

Tendo por base a teoria da reprodução das relações sociais de produção, do espaço socialmente produzido e do comum, as reflexões contidas neste trabalho vão ao encontro do tema da produção social de territórios de uso comum amazônicos, tendo como referencial empírico a realidade paraense de Tucuruí. O objetivo do trabalho é analisar a apropriação de territórios comuns em face do processo de modernização do espaço decorrente do aproveitamento do recurso hídrico para fins de projetos infraestruturais (hidrelétricos, turísticos e logísticos). Para tanto, utilizou-se como instrumental teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético, dentre outras abordagens críticas, e os seguintes procedimentos metodológicos de pesquisa: a) revisão bibliográfica de teorias e abordagens que permitem entender o avanço do capitalismo de razão neoliberal e o espaço socialmente produzido da Amazônia; b) levantamento e análise bibliográfica de caráter histórico-geográfico sobre a realidade de Tucuruí; c) levantamento e análise de dados primários e secundários em fontes documentais relacionadas ao tema de investigação; d) observação sistemática de campo; e) entrevistas semiestruturadas com sujeitos locais. A partir dos dados coletados e analisados, constatou-se a produção de territórios de uso comum em Tucuruí, que são o rio Tocantins e suas margens, os principais referenciais de reprodução socioespacial de uma parcela significativa da população regional. Os sujeitos buscam afirmar os seus protagonismos socioespaciais e o reconhecimento dos valores de usos dos territórios comuns cuja proteção alça-se à condição de um princípio político representativo das lutas urbanas e rurais no contexto de Tucuruí e no médio curso do rio Tocantins.

Palavras-chave: Amazônia. Modernização do Espaço. Território. Comum. Tucuruí.

¹ Geógrafo (bacharel e licenciado), Mestre em Geografia e Doutor em Ciências (desenvolvimento socioambiental) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), UFPA, Brasil. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM). E-mail: mmlgeo@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Para interpretar criticamente o avanço e as ideologias inerentes ao processo de difusão do modo de produção capitalista, é necessário atentar para a sua história e os seus “descarrilamentos”, as lutas em torno da acumulação e, principalmente, para as estratégias que transformam, renovam e constantemente expandem o capital no conjunto da sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nesse sentido, destaca-se que atualmente o neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, principalmente a partir de estabelecimento de um conjunto de políticas, de uma normatividade prática e de outros mecanismos de controle social que ampliaram a influência do capital no mundo inteiro, orientando governos, empresas e milhões de pessoas a partir de uma produção de subjetividade assentada numa lógica empreendedora, com objetivos de acumulação (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017).

É a partir dessa premissa que se afirma o surgimento de uma tendência de moldar diversas formas de existência, organização e reprodução da sociedade de acordo com a racionalidade do capital (DARDOT; LAVAL, 2016). Isso envolve o processo produtivo, a reprodução das relações sociais de produção pelo espaço (LEFÈBVRE, 1973, 2013), a produção de uma subjetividade assentada na generalização da forma-empresa no conjunto da sociedade, a espoliação (HARVEY, 2004) e a destruição e/ou mesmo a recriação de relações não-capitalistas com objetivos de acumulação (MARTINS, 2009, 2011).

Isso também significa que o capitalismo e a sua razão de mundo, ao se reproduzirem, não deixam, concomitantemente, de engendrar desigualdades, contradições e conflitos sociais em espaços urbanos (LEFÈBVRE, 1973; HARVEY, 1980; BRENNER, 2018) e rurais; processos estes que, por vezes, manifestam-se através de resistências e do surgimento de projetos alternativos de reprodução social.

É nesse contexto que o município paraense de Tucuruí, notadamente sua sede municipal e, em menor escala, o seu entorno imediato, destacam-se como os referenciais empíricos deste trabalho.

O espaço socialmente produzido de Tucuruí insere-se no processo de modernização da Amazônia, pois sua dinâmica socioespacial está, em diferentes intensidades, associada a uma temporalidade social historicamente ligada ao rio e à floresta, assim como vincula-se ao desenvolvimento capitalista e ao momento de (re)valorização de atributos locais, logísticos e “naturais”, sobretudo a partir do momento de construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, na década de 1980, um grande projeto que produziu muito sofrimento regional (MAGALHÃES, 2007) para uma grande parte da população situada no médio Tocantins.

O objetivo do artigo é analisar a apropriação de territórios de uso comum em face do processo de modernização do espaço decorrente do aproveitamento do recurso hídrico para fins de projetos infraestruturais (hidrelétricos, turísticos e logísticos).

O instrumental teórico-metodológico utilizado está assentado no materialismo histórico e dialético e em outras abordagens críticas, e nos seguintes procedimentos metodológicos de pesquisa: a) revisão bibliográfica de teorias e abordagens que permitem entender o avanço do capitalismo de razão neoliberal e o espaço socialmente produzido no período contemporâneo na Amazônia; b) levantamento e análise bibliográfica de caráter histórico-geográfico sobre a realidade de Tucuruí; c) levantamento e análise de dados primários e secundários em fontes documentais relacionadas ao tema de investigação; d) observação sistemática de campo em Tucuruí, com inventário, comparação e análise de elementos da paisagem e de suas dinâmicas espaço-temporais; e) entrevistas semiestruturadas com sujeitos locais ligados ao uso comum dos territórios.

O artigo estrutura-se em duas seções, que estão interconectadas. A primeira apresenta o marco teórico que subsidia a leitura crítica da produção da cidade, do urbano e dos territórios de uso comum na Amazônia. A segunda discute sucintamente o processo de formação histórico-geográfica de Tucuruí, com foco na produção, em diferentes momentos, de territórios que referenciam identidades coletivas e resistências associadas ao rio Tocantins e suas margens, e na modernização de seu espaço urbano, impulsionada principalmente pela implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí, destacando os usos e práticas socioespaciais dos sujeitos/grupos que denotam resistências e se traduzem no processo de produção e defesa dos territórios de uso comum.

Dessa forma, como contribuições, produz-se uma análise do que é comum, que acabe aglutinando-se ao referencial crítico das atuais leituras das estratégias de desenvolvimento do capital (reaproveitamento capitalista das águas para produção de energia hidrelétrica), dos ideais neoliberais, das ações de grandes empresas e das intervenções do Estado (e suas interações com o setor privado) na Amazônia, assim como dá-se visibilidade aos sentimentos e demandas dos sujeitos e/ou grupos regionais, dos movimentos sociais e suas lutas coletivas, potencializando os seus discursos e práticas que se opuseram à racionalidade capitalista em diversas situações e em diferentes momentos históricos.

2. CIDADES, CONTRADIÇÕES E OS TERRITÓRIOS DE USO COMUM

Pensar a cidade e o urbano pressupõe entender que estes anunciam a existência de uma segunda natureza, socialmente produzida, ligada à lógica hegemônica, capitalista, formal e racional, que está assentada em movimentos que produzem “automatizações” e a

transformação de tudo em produto, em mercadoria, por meio da qual se dá o predomínio dos valores de troca em detrimento dos valores de uso (LEFÈBVRE, 2006).

Isso porque inicialmente as cidades materializavam-se enquanto obra-produto, numa perspectiva dialética que não negava o subjetivo, o ideal, o prático, o religioso, o simbólico, o imaginado, no processo de produção de seu espaço. Por outro lado, posteriormente, o produto (o repetitivo, o quantitativo, o valor de troca) tendeu a predominar sobre a obra, notadamente no que diz respeito às cidades modernas, na qual se acentua o primado da forma e de suas funções, da razão, da repetição, do visual, do homogêneo, do simulacro, de maneira a propiciar sua venda, a circulação e a acumulação de capital (LEFÈBVRE, 2013).

Porém, o urbano, que demarca uma posição socioespacial dentro de um quadro amplo de relações multiescalares e conflituosas (BRENNER, 2018), esse ajuntamento e possibilidade de encontros, essa simultaneidade e/ou centralidade de tudo que existe socialmente, e a sua forma-conteúdo cidade, ao serem socialmente produzidos ao longo da história e por serem o lócus por excelência da manifestação de desigualdades, de contradições e de conflitos, também se configuram como possibilidades de resistências, de projetos alternativos, de restituição da obra, do não-trabalho, da fruição e do gozo, que suplantam a racionalidade hegemônico-capitalista (LEFÈBVRE, 1973, 2006).

É por conta disso que o debate sobre a dimensão dos valores de uso e de troca é essencial para entender o urbano e a produção dos espaços das cidades, uma vez que

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFÈBVRE, 2006, p. 6).

Assim, o entendimento do processo de produção social da cidade e do urbano, da interação dialética entre o valor de uso e o valor de troca, e da reprodução de relações sociais de produção constituem referenciais teóricos fundamentais para a análise da sociedade moderna capitalista e da produção do espaço regional (urbano e rural) amazônico, das contradições que nele se manifestam, das lutas, dos conflitos e das possibilidades de restituição da obra, da vida e dos usos contrastantes ao desenvolvimento do capital.

É esse o sentido destacado por Oliveira (1999), ao pensar criticamente sobre a produção do espaço regional e urbano amazônico. Para ele, os diversos agentes/grupos sociais localizados nas cidades e no campo, a “natureza”, isto é, os rios, as ilhas e o interior da floresta são tratados enquanto possibilidade de satisfação de necessidades de uso (valores de uso) e de trabalho. Deles são retirados principalmente o necessário para sobreviver, para construir um abrigo, ou, ainda, são considerados referenciais de vida, de sentimentos, de emoções, de festa e de encontro; usos, práticas e vivências que não têm na lógica de

acumulação do capital o seu principal referencial de reprodução social. Por outro lado, para outros (Estado, grandes empresas, agências financiadoras multilaterais etc.), estes elementos regionais são vistos somente como potenciais recursos a serem aproveitados através dos mais variados tipos de empreendimentos econômicos (minerais, vegetais, turísticos, energéticos, logísticos etc.). Os referidos interesses podem ocasionar estranhamentos, tensões e até mesmo conflitos entre estes agentes/grupos no âmbito da produção e reprodução do espaço regional amazônico.

É a partir desses pressupostos que se destaca o desenvolvimento do modo de produção capitalista ao longo da história e da geografia da Amazônia, com ênfase nos resultados e/ou contradições desencadeados por este processo nas cidades e na produção de territorialidades comuns, que incorporam e mesmo extrapolam o âmbito urbano.

A categoria analítica do território, por seu turno, configura um instrumental teórico basilar, pois permite identificar e entender as relações que os diversos grupos exercem no que diz respeito aos processos de dominação e de apropriação do espaço. Por conta disso, é necessário o esclarecimento de alguns de seus principais pressupostos teóricos e práticos, que são considerados essenciais para a presente análise.

Para se distanciar do entendimento do espaço como um substrato material e para entender as dinâmicas diferenciadas de sua apropriação sem negar ou privilegiar uma ou outra dimensão (como a das relações de poder no sentido de dominação), adota-se, neste trabalho, o território em sua perspectiva geográfica integradora, que vê a territorialização dos diferentes sujeitos como um processo de domínio e/ou de apropriação dos espaços pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2009).

Assim, destaca-se que o território é entendido enquanto híbrido, seja entre o mundo material e o ideal, seja entre a sociedade e a natureza, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural). Ele é multiescalar e multidimensional, sendo concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, como daquele mais material, das relações político-econômicas, ao poder mais simbólico, das relações de ordem mais cultural (HAESBAERT, 2009, 2014).

Dessa forma, o

território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado de marcas do vivido, do valor de uso, o segundo mais objetivo, funcional e vinculado ao valor de troca [...] (HAESBAERT, 2014, p. 57).

Debater esse contraponto entre os espaços (hegemônicos) de dominação e de valor de troca, e os espaços de apropriação e de valor de uso, no âmbito da análise territorial, é

importante porque permite observar que o território, enquanto espaço-tempo-vivido, é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pelo avanço do capitalismo e de sua lógica hegemônica (neoliberal), especialmente através das “parcerias” estabelecidas com o Estado moderno (HAESBAERT, 2014).

O contraponto entre o território apropriado, vivido e assentado em valores de uso, e o território “unifuncional” do capital é central, porque, na Amazônia, de acordo com Oliveira (2000), as relações de produção têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do modo de produção capitalista (e do valor de troca). Por outro lado, concorda-se com Castro (2014) e Trindade Jr. (2014), quando estes destacam que o processo modernizante não ocorre sem contestações e sem a formação de resistências e conflitos sociais.

É justamente essa potência inerente ao valor de uso coletivo e ao espaço-tempo apropriado (vivido) que faz com que o rio e os territórios animados pelas águas – orlas urbanas, beira-rio de espaços rurais e ilhas –, em Tucuruí, sejam pensados enquanto territórios de uso comum que resistem ao avanço da reprodução das relações capitalistas de produção que foram acentuadas com o soerguimento da hidrelétrica de Tucuruí.

Inspirando-se em Harvey (2013, 2014), destaca-se os comuns se apresentam como relações sociais instáveis e maleáveis entre determinado(s) grupo(s) sociais autodefinidos e os aspectos existentes ou ainda por criar do meio social e físico que são considerados essenciais para a sua vida. Assim, os comuns podem ser recursos, relações e práticas (territorialidades) não mercantilizáveis (resistentes aos poderes do capital) que são apropriados ao longo do tempo e abertos para uma coletividade – ideia de uso e apropriação em benefício mútuo de agentes e/ou grupos sociais – em um determinado referencial socioespacial.

De maneira complementar ao sentido anteriormente apresentado, é importante frisar que para Dardot e Laval (2016, 2017, 2018) o comum apresenta-se como uma esfera colaborativa e insurgente da atividade humana, pautada em um princípio político central que se remete a um sistema de práticas que emana dos movimentos sociais, de suas lutas e de suas experiências diretamente contrárias à racionalidade neoliberal. Por conta disso, o princípio do comum desponta como uma potência capaz de transformar o conjunto das relações sociais a partir de modos alternativos de organização e de produção descentralizados, autônomos, assentados em uma subjetividade coletiva, cooperativa e nas apropriações práticas dos sujeitos.

A despeito das possíveis discordâncias e críticas existentes entre estas abordagens, neste trabalho, relaciona-se essas concepções sobre os comuns. Assim, parte-se de Harvey (2013, 2014), por se tratar de um autor que desenvolve uma leitura socioespacial dos recursos e relações coletivas em ambiente urbano, e por este levar em consideração as contradições

e as relações conflituosas entre o Estado, as empresas, as organizações multilaterais e entre os próprios sujeitos/grupos que produzem os recursos e espaços comuns. Por fim, Dardot e Laval (2016, 2017, 2018) são utilizados por conta do avanço em relação ao entendimento do que é comum como um princípio político alternativo e central que se coloca para além da ideia de uso de recursos e de contradições, da necessidade de reconhecimento pelo Estado e pelas instituições hegemônicas – como aparece em Harvey –, designando o comum como uma instância/esfera social que traduz um conjunto real de lutas anticapitalistas assentadas nas atividades práticas dos indivíduos diante do desenvolvimento da racionalidade neoliberal em diferentes contextos, sejam eles urbanos ou rurais.

3. A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE USO/ENFRENTAMENTO COMUM EM TUCURUÍ

O aglomerado populacional que deu origem a Tucuruí tem sua gênese no período de colonização e exploração do médio curso do rio Tocantins, a partir do século XVII. O incentivo ao povoamento se deu em função de fatores de cunho econômico (exploração de drogas do sertão), fiscal e militar; sendo este último principalmente pela necessidade de proteção territorial e “domesticação” de índios Assurinís, Parakanãs e Gaviões, etnias que habitavam a região, e para o aprisionamento de escravos fugitivos. Isso tudo, juntamente com a necessidade de facilitar a circulação fluvial regional, levou à fundação de vários fortins e povoados nas margens do rio Tocantins, como a localidade de Alcobaça, no início da década de 1780, nas proximidades do trecho encachoeirado de Itaboca (PATERNOSTRO, 1945; VELHO, 1972; ROCHA, 2008).

Posteriormente, o referido aglomerado foi abandonado, num contexto no qual diversas tentativas de povoamento do rio Tocantins, em seu médio curso, fracassaram devido aos “inconvenientes” físicos (trechos encachoeirados e corredeiras) e ao movimento de resistência indígena (ROCHA, 2008).

É somente a partir da primeira metade do século XIX, e em meio ao processo de exploração econômica do extrativismo da borracha, que se retomou o interesse em ocupar e colonizar o interior da Amazônia, com o estímulo à navegação a vapor (CORRÊA, 1987). É em função de todo esse processo de revigoração econômica e populacional que, em 1870, o governo provisório do Pará cria a Freguesia de São Pedro, no lugar de Pernedeiras, no município de Baião, o então local mais populoso naquele trecho do rio Tocantins. Esta localidade viria a se chamar, no ano de 1875, São Pedro de Alcobaça (ROCHA, 2008).

Posteriormente, no ano de 1943, o distrito de Alcobaça recebeu a denominação de Tucuruí, desmembrando-se de Baião e sendo elevado à categoria de município, pela Lei Estadual n.º 62, de 31 de dezembro de 1947 (VELHO, 1972; ROCHA, 2008). Assim, ao mesmo tempo que se desenvolvia a frente extrativista da castanha e Tucuruí ascendia como

entreposto comercial (MAGALHÃES, 2007), em sua organização socioespacial e cultural predominava uma dimensão ribeirinha que era marcada por um tempo social cadenciado, que aproximou os sujeitos dos recursos hídricos e florestais numa perspectiva de usos comuns por parte da população (LIMA, 2020).

Sua população inicial era composta por grupos – em sua maioria vinda de pequenos povoados, vilas e cidades – que se dedicavam a atividades como o extrativismo vegetal, a pesca e a agricultura de subsistência. É a partir da ação desses sujeitos que se formou o embrião histórico de Tucuruí (Bairro da Matinha), margeando o lado esquerdo do rio Tocantins, na “frente da cidade”, o seu espaço de orla fluvial (POMPEU, 2002).

Dessa forma, a configuração social, econômica e política da região do médio Tocantins foi marcada, até meados da década de 1960, por uma economia extrativista (ouriço da castanha), o que atribuiu a Tucuruí grande importância regional como entreposto comercial. Assim, Tucuruí era o ponto de articulação entre a estrada de ferro utilizada para escoar a produção e a navegação no rio Tocantins, sediando os armazéns destinados à estocagem da castanha (MAGALHÃES, 2007).

Toda essa dinâmica regional sofreu alterações significativas após a década de 1960, por conta das ações do Estado desenvolvimentista, do aproveitamento de recursos (vegetais, minerais, energéticos) e da intensificação da inserção da Amazônia brasileira à economia nacional e internacional (CORRÊA, 1987; ROCHA, 2008). É quando ocorre a concretização do empreendimento hidrelétrico em Tucuruí.

Os preparativos para a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí iniciaram entre os anos de 1973-74, sendo que a primeira fase – barramento do rio Tocantins e construção da usina – foi concluída no ano de 1984. A referida obra foi realizada para dar suporte energético à implantação de projetos industriais (Alumínio Brasileiro S. A. [Albras] e Alumina do Norte do Brasil S.A. [Alunorte]) e minerais (Carajás) (ROCHA, 2008), tendo como principais resultados o fluxo populacional (barrageiros, “peões” etc.) ligado à obra; o aumento de postos de trabalho no mercado formal e informal; a marginalização de populações que dependiam de atividades econômicas locais e regionais menos capitalizadas (pesca, circulação fluvial, agricultura, caça, extrativismo da castanha) para sua subsistência e reprodução social (ALMEIDA, 2008); a formação de um reservatório hidráulico de aproximadamente 2.430 quilômetros quadrados, com diversas “ilhas” ocupadas pela população deslocada proveniente do baixo curso do rio Tocantins e da inundação parcial de territórios dos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Nova Ipixuna e Breu Branco; o aumento da degradação ambiental; o êxodo rural; a criação de novos municípios; o avanço do latifúndio e a valorização do território do entorno do lago (ROCHA; GOMES, 2002).

Durante o período de implantação da primeira fase da construção da usina, estima-se que ocorreu o deslocamento e/ou expropriação de cerca de 70 mil pessoas. Estas perderam suas terras, casas, habitações nas ilhas e nos demais espaços impactados ao longo do rio, os seus principais meios de sobrevivência. Além disso, após a ampliação da potência da usina, mais especificamente no ano de 2011, finda-se a construção das eclusas que reestabeleceriam a navegação no médio curso do rio Tocantins e contribuiriam para a materialização de uma importante hidrovia² regional. É quando se acresce o alagamento de uma área de 20 quilômetros quadrados na região já desmatada durante a instalação da primeira fase deste grande objeto em referência (NOVAES; MARIN, 2015).

Assim, nesta segunda etapa, a cota do lago do reservatório foi elevada para 74 metros, ampliando a área total inundada para 3.100 quilômetros quadrados (NOVAES; MARIN, 2015), o que ocasionou remoções e a criação de “novos” bairros na cidade de Tucuruí. Ademais, impulsionadas por intentos modernizantes, deram-se transformações urbanas³ no intuito de adequar o espaço de orla ao turismo e ao comércio de recreação e atividades de lazer, o que intensificou o processo de especulação imobiliária local (LIMA, 2020). Por fim, destaca-se o acirramento de conflitos pela manutenção dos espaços de sobrevivência e a afirmação de diferentes usos do território por diversos grupos identitários, que são coletivos de moradores da orla da cidade, das ilhas do lago, das beiras-rio de comunidades rurais dos municípios impactados etc., com o Estado, com a empresa (Eletronorte) e com os agentes e/ou grupos mais capitalizados (NOVAES; MARIN, 2015).

O processo de enfrentamento e os conflitos socioespaciais ocorrem em função da importância dos recursos de uso comum para uma grande parte da população que reside nos espaços urbanos e rurais de Tucuruí. Tal condição pode ser comprovada nos trechos das entrevistas dispostas no quadro 01. Também é importante frisar que para complementar a sua análise, recorreu-se à observação sistemática da paisagem dos espaços urbanos e rurais atingidos pelo processo modernizante (projetos turísticos, hidrelétricos e logísticos), notadamente durante visitas de campo realizadas entre os anos de 2018 e 2019.

² Trata-se de uma iniciativa do governo federal, através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em parceria com o Consórcio DTA/O’Martin, que busca maximizar o dinamismo econômico através da criação de um novo eixo de transporte modal fluvial regional, com ênfase na circulação das mais variadas cargas, principalmente no escoamento das *commodities* (placas metálicas, soja, carvão mineral, manganês, fertilizantes, ferro gusa e milho) mais representativas, com destaque para as *commodities* provenientes da região Centro-Oeste do Brasil com destino à exportação (LIMA; TRINDADE JR., 2017; DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, 2018). O estabelecimento da hidrovia está na fase de debates e/ou audiências públicas para aprovação e complementação dos estudos (EIA/RIMA), já que em nenhum momento são detalhados os impactos da obra nas populações que têm no rio Tocantins e em suas margens importantes referenciais de valores de uso e de vida comum, o que produziu/produz acaloradas manifestações dos movimentos sociais regionais contra o empreendimento (LIMA, 2020).

³ Construção de calçadão, cais de arrimo, estabelecimento de iluminação pública, pavimentação de vias, construção um complexo cultural etc. (LIMA, 2020).

Dessa forma, esclarece-se que foram levantadas informações através de entrevistas semiestruturadas realizadas com sujeitos (populações tradicionais, moradores/comerciantes que residem por bastante tempo nos territórios, segmentos impactados direta e indiretamente pelo processo modernizante etc.) e movimentos sociais que têm, nos rios e na floresta, importantes referenciais coletivos de reprodução social.

Quadro 01 – Tucuuruí: importância dos territórios comuns no presente

| Usos dos territórios comuns: rio, orlas, beiras ⁴ | Sujeitos ⁵ | Trecho da entrevista |
|--|-----------------------|---|
| Subsistência e obtenção de renda (pesca) | Carlos Martins | “Eu nasci em Tucuuruí, lá no bairro mesmo do Mangal, o meu avô é fundador de Tucuuruí. Meu avô chegou aqui quando era São Pedro de Alcobaça ainda, não era cidade de Tucuuruí, ainda era município de Baião. [...] ele [o rio Tocantins] ainda é importante, ainda. A importância dele é muito grande. Ele já não dá mais aquela produção pesqueira que ele dava antes, mas ele ainda é muito importante pra nós, tá?! É, os ribeirinhos, ele ainda acredita no rio Tocantins. Ele não acredita nas empresas, no governo e tudo, mas ele acredita que o rio Tocantins. Ele ainda pode ter uma alternativa, ainda.” (morador da cidade, 54 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019). |
| Moradia, localização e obtenção de renda (pesca) | Nonato da Silva | “Esse é um fato muito importante [residir na beira do rio]. À princípio, eu era morador do bairro Jardim Paraíso, aí como eu exercia a atividade pesqueira ainda, eu optei por comprar uma casa na beira do rio. Eu visualizei uma vez um terreno de uma amiga minha e aonde eu tinha muita vontade de comprar uma casa na beira do rio. Até porque o quintal hoje na minha residência ela faz fundo com o rio. Por quê? Porque ela vinha a me ajudar a fazer parte do meu convívio, da atividade que eu praticava. Porque eu, ficava fácil pra mim descer para a minha atividade, e quando eu chegava, eu já chegava com o meu material [de pesca] e encostava. Hoje, o meu quintal ele faz fundo para o rio, viu?! Eu moro vizinho do prédio da rede Celpa aonde o meu quintal ela faz fundo para o rio e ajudava muito na minha atividade, porque era a minha fonte de renda, do que eu sobrevivia. E até hoje eu sobrevivo da pesca, porque eu compro o produto e comercializo, entendeu?! Aí quer dizer, eu tenho que tá próximo do rio pra receber a mercadoria que chega dos meus pescadores, das equipes que trabalham com a gente, fica muito fácil.” (morador da cidade, 40 anos, comerciante, entrevista realizada em novembro de 2019). |
| Obtenção de renda (pesca) | Francisco Galha | “A vida, a rotina é todo dia aqui, é tirando peixe, carregando gelo... É fazendo o serviço aqui diário, aqui, braçal também... Nossa vida é essa aqui. Quem vem aqui é os pessoal do mercado lá, o pessoal do Breu, Goianésia, Tailândia... Esse pessoal tudinho vem pra cá comprar peixe. Todos eles! De fora, né?! [...] é, aqui é, aqui pra Tucuuruí é importante demais [o pescado comercializado e a dinamização econômica gerada pelos pescadores]! Não só pra Tucuuruí também que depende daqui, é Breu, é Goianésia, é Tailândia, é Marabá, aí para o rumo de Redenção também vai. Parece que tem um cabra que leva peixe pra lá também, daqui. Pra Bahia vai, Brasília vai... Tem um empresário aí que leva peixe pra Brasília congelado. Tudo tratado e congelado e leva pra Brasília. [...] vai pra Belém também, daqui vai pra Belém, pra Abaeté, vai pra Cametá também daqui. Vai por água, o |

⁴ Diversamente dos espaços de orlas urbanos e em função de uma necessidade de diferenciação que partiu dos próprios sujeitos sociais da realidade analisada, define-se que os espaços de beira-rio abordados neste trabalho se referem aos locais de contato imediato e de intensas relações entre a terra e a água fora do perímetro urbano de Tucuuruí, que são reconhecidos e denominados pelos próprios moradores como “beiras” ou “beira-rio”.

⁵ Diante do contexto de conflito social da realidade selecionada para análise, é importante destacar que foram atribuídos nomes fictícios aos entrevistados no intuito de garantir o anonimato e a segurança desses sujeitos de enfrentamento, principalmente dos representantes de associações e de movimentos sociais selecionados nessa pesquisa.

| | | |
|--|------------------------|--|
| | | <p>peessoal vem de lá comprar aqui nas caixas de isopor e leva pra vender em Cameté. Aqui abastece praticamente essa região todinha aqui. A proximidade todinha: Cameté, Baião, por essas cidades todinhas aí. É tudo abastecida por peixe daqui de Tucuruí... Tailândia, esse pessoal todinho.” (morador da cidade, 48 anos, pescador, entrevista realizada em novembro de 2019).</p> |
| <p>Subsistência, moradia, localização, circulação fluvial, obtenção de renda (pesca) e referencial simbólico/cultural</p> | <p>Antônio Ribeiro</p> | <p>“É isso! É aquilo que a gente fala que o dinheiro não paga. A cultura das pessoas é viver na beira do rio. Aqui, se tu for olhar, tu conheces aqui a eclusa? Eu posso te mostrar o bairro que eles fizeram, chamada Nova Matinha. Eles moravam na Matinha e construíram um bairro novo, chamado Nova Matinha. Aonde tava aí dá pra vê, que ainda hoje dá de vê o pessoal tão retornando aos poucos pra beira do rio porque é a vivência deles. É a relação que tem, íntima com o rio. As pessoas não se desapegam disso! Ele vai lá pra um, ali, é mais ou menos uns 3 quilômetros distantes, que eles tão da beira do rio. A rabeta dele é suscetível a roubar, a ser roubada, que tá a 3 quilômetros distante. Dá casa dele ele tava olhando o barco dele. Os pescadores são assim, o sono é leve. Eles acordam, olham pra ver se tá lá, se não tiver eles chamam os outros amigos e vão atrás. Nessa distância, se eles levar, já levou! Acabou! Então, essa relação com o rio, muito íntima, relação de vida, eles não perdem! O pessoal pode tirar, mas eles vão voltar. E a área ficou lá abandonada, eles derrubaram as casas, eu não sei porque fizeram aquilo. Chega lá, vai dizer ‘mas por que tiraram?’. Porque eles iam explodir as rochas, podia cair rochas nas casas. Eles podiam tirar com aluguel, é, temporário. Depois que terminassem a obra [de construção das eclusas] eles retornavam pra casa deles. Recuperava o que tivesse perdido. Não! Eles fizeram um bairro novo, tiraram as pessoas, deram 5 mil reais pra convencer as pessoas a saírem dali. Parece que ali eles queriam fazer, assim, rede de hotéis, na beira do rio pra privilegiar quem tem recurso. Não deu certo! Porque o pessoal tá voltando! Então, essa relação, de onde tirar o povo, eles, pode ter certeza, eles vão voltar! Porque a relação deles não é com o centro urbano, é com o rio. Eles vão retornar pra lá com certeza! [...] é a mesma coisa! O pessoal que veio do Baião, Mocajuba e Cameté, a relação deles com o rio é a pesca. Como o peixe acabou, eles migraram para o lago, porque o lago, no início, era uma febre de peixe. Tanto tucunaré, pescada e mapará, e eles vieram atrás disso! E eles ficaram, ah! Quem morava nas áreas, como que foi alagada... Eu tenho uma ilha, que tá lá, aonde a gente tem uma casa e tudo mais. Todos que perderam os seus territórios voltaram pra ilha. Quando começou a ir gente, o pessoal ‘vamo pra lá, que lá nós têm o rio, nós têm a floresta’. Pra você vê, essa relação, não tem! É muito difícil matar isso no ser humano. Então, ele vai procurar onde ele tem uma identidade, e a identidade dele é com o rio e a floresta.” (morador da cidade, 52 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).</p> |
| <p>Subsistência, moradia, localização, amenidades naturais, obtenção de renda (agricultura e pesca) e referencial simbólico-cultural</p> | <p>Ronaldo Campos</p> | <p>“Pra falar a verdade mesmo, a renda maior que a gente tem é de peixe aqui. É! A gente não mexe com quase com a agricultura, assim, né?! Plantando muito, assim, só mesmo pra gente, no quintal. A gente faz aquelas hortas, né?! É tomate, é cebolinha, é maxixe, é quiabo, assim, pepino. Essas coisas todas a gente planta. [...] a importância [do território da comunidade] é porque, assim, é... Eu, pra mim, é assim, eu acho que é melhor assim em termos do clima, né?! Porque olha, eu tenho até uma casa lá na cidade, mas eu prefiro ficar aqui por causa do clima que é melhor. Aí eu já sou mais habituado aqui na região, né?! Por causa também dos plantios, que lá eu já não posso fazer. Já tenho, né?! O terreno lá é pequeno, aqui eu já posso fazer e é muito bom mesmo, morar aqui na beira de um rio desse. Só que, assim, a gente não tem aquela renda que a gente deveria ter, assim. Se tivesse uma estrutura melhor, né?!” (morador da comunidade Pederneira [zona rural], 58 anos, pescador e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).</p> |
| <p>Obtenção de renda (circulação fluvial), moradia e</p> | <p>Manoel da Silva</p> | <p>“Hoje eu não vejo quase diferença, é a mesma coisa quase! Porque eu já sou aposentado, eu já não pesco. Eu só fico aqui em casa, daqui eu vou lá pra cidade, volto, compro a despesa, trago pra cá... E agora que eu sou aposentado, eu tenho um barquinho que tá na escola... Tá trabalhando pra transporte escolar. [...] se eu for trocar entre aqui a ilha e a cidade, eu quero aqui a ilha. O meu sossego é melhor aqui do que lá na cidade. Até pra mim dormir lá, que quando eu chego, que eu ligo ventilador. Tem um ventilador lá em casa (...). A força daquele vento até dói na cabeça da gente, tem mosquito furando a gente por ali. Tudo n'aqui é tranquilo... O cara dorme</p> |

| | | |
|--|----------------|---|
| amenidades naturais | | uma hora dessa, dorme de noite.” (morador da comunidade Cameté [lago da usina/zona rural], 71 anos, pescador aposentado e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019). |
| Subsistência e obtenção de renda (agricultura, pesca e extrativismo vegetal) | João Assurini | “Hoje o pessoal vive mais de roça, né?! E também de frutas, que é só por ano, né?! Que é no caso o açáí, bacuri, bacaba, cupuaçu. Tudo ainda vendem peixes também, né?! Que tem bastante peixe ainda, o pessoal também vende. Não é todo mundo que vende, mas tem pessoas que vendem também. E tem a renda, bastante aposentados, tem funcionários públicos, como eu também sou funcionário. E tem os aposentados, tem os pessoal que tem auxílio maternidade, isso aí. Tem também o da bolsa família, né?! Que tem também, que as crianças estudam também.” (morador de aldeia indígena, 45 anos, indígena e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019). |
| Moradia, amenidades naturais, obtenção de renda (turismo) e referencial simbólico-cultural | Maria do Carmo | “Você diz no sentido de é muito bom, né?! Agora falta a atenção dos poderes, de se nós desse assim uma... Olhasse assim pra nós aqui com a parte do Turismo, né?! Investisse alguma coisa, para nós é muito bom! Só não é melhor por isso, porque nós não têm nenhum tipo de ajuda, de vir e nos dá assim uma estrutura, né?! Para o lugar que é tão bom para o turismo, principalmente. Promessas tem muitas, mas ninguém aí... Mas mesmo assim nós se sente é muito bom! É muito legal morar aqui, tranquilo, tranquilidade... Quer ver como é, né?! A gente fica tranquilo, mas, aí o problema de finanças que fica difícil, porque não tem como, nós não têm condição de fazer uma coisa para chamar atenção do povo para o rio, para poder ter uma renda, para levar também uma vida melhor. Então nós fica só nessa mesmo. Achar bom, é muito importante na beira de um rio desse e aqui é um lugar muito tranquilo.” (moradora da comunidade Pederneira [zona rural], 57 anos, doméstica, entrevista realizada em novembro de 2019). |

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Tucuruí, em novembro 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

A cidade de Tucuruí (foto 01), o seu espaço de orla e os territórios de comunidades localizadas na jusante do rio Tocantins (Comunidade Pederneira [foto 02]) e no lago da usina hidrelétrica (Comunidade Cameté) são marcados atualmente pela presença de formas-conteúdo (mercados, feiras, trapiches, rampas de acesso ao rio, casas de palafita, embarcações diversas etc.) e dinâmicas socioespaciais que evidenciam apropriações assentadas na relação cidade-rio e cidade-floresta que se manifestam em nível local e regional.

É nesse contexto que a orla de Tucuruí se configura no espaço de encontro da cidade com o rio Tocantins e com os sujeitos que fazem o uso comum das águas e da floresta. É local onde estão situados diversos bairros (Matinha, Mangal, Jaqueira e Beira-rio) de características ribeirinhas, o improvisado porto – que consiste num trapiche que faz a ligação da cidade de Tucuruí com o baixo curso do rio Tocantins –, o mercado e a feira municipais.

A orla da cidade, o porto, o mercado e a feira compõem espaços de vida, de circulação de pessoas, o espaço vivido de sujeitos diversos. Neles, o odor forte do peixe e dos mariscos é amenizado pelo cheiro das frutas, das raízes e das essências da floresta. Ao mesmo tempo, escuta-se os sons das embarcações e o burburinho das barganhas (pelo menor preço dos produtos ou para conseguir deixar algo “pendurado”, “fiado”), das rodas de conversas e dos bares, cujas músicas mais tocadas alternam predominantemente entre forró, brega e sertanejo.

Todo esse fluxo cotidiano, esse vivido amazônico e toda essa dinamização econômica, que constitui um mosaico urbano regional, destaca-se na paisagem de Tucuruí como marca e matriz (de percepção, de ação, de produção de sentidos e de cultura) (BERQUE, 2004) que, ao serem partilhadas⁶, subsidiam a existência de uma ordem próxima (LEFÈVRE, 1973, 2006) assentada nas trajetórias, nos protagonismos dos sujeitos e no elo da cidade de Tucuruí com o rio, com as comunidades rurais e mesmo com os municípios do Baixo Tocantins (Baião, Cametá e Mocajuba).



Foto 01 – Dinâmica urbana da feira e do mercado municipal de Tucuruí: espaço de sociabilidades na orla de Tucuruí, no qual cotidianamente interagem as populações da cidade e das comunidades rurais, sujeitos que comercializam carne (bovina e suína), peixe, frango, verduras, frutas, legumes, farinha, tucupi, mariscos, peças de artesanato, raízes, ervas, roupas, redes, calçados, produtos e utensílios de pesca etc. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2018).

⁶ A partilha constitui sistema de evidências sensíveis que revela, em conjunto, a existência de algo comum partilhado e de recortes exclusivos que nele definem lugares e perspectivas, sendo que essa repartição (dos recortes) se dá em diferentes espaços, tempos e tipos de atividades que determinam propriamente a pluralidade de maneiras como um espaço comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte (e se posicionam politicamente) nessa partilha (RANCIÈRE, 2009).



Foto 02 – Comunidade Pederneira: a comunidade Pederneira, território de pescadores, de descendentes de indígenas (etnia Assuruni) e de quilombo, tem como principais atividades econômicas e de subsistência a pesca, a agricultura, os pequenos comércios e bares, o turismo local associado aos festejos de santo e às “praias” localizadas ao longo do rio Tocantins, assim como alguns benefícios sociais (bolsa família, aposentadoria, seguro defeso). Foto: Michel de Melo Lima (novembro de 2019).

Em relação aos usos, práticas e importância dos territórios comuns, a partir das falas dos sujeitos contidas no quadro 01 e da observação sistemática da paisagem, pode-se destacar: I) localização beira-rio privilegiada, na qual se estabelece o uso habitacional, com maior liberdade de edificação individual e coletiva de moradias da população de menor poder aquisitivo; II) obtenção de recursos fluviais e florestais, a partir dos quais é realizada uma diversidade de atividades (pesca, agricultura, extrativismo vegetal, caça etc.), seja para o próprio consumo dos recursos, seja para a sua comercialização; III) aproveitamento das amenidades naturais (clima, fauna e flora) dos territórios; IV) águas do rio utilizadas para beber, cozinhar e para uso doméstico em geral (lavagem de roupas e louças, e para banhos); V) obtenção de renda através da carpintaria naval artesanal; VI) desenvolvimento de sociabilidades mais diretas, solidárias e aproximativas, permeadas por laços de parentesco e amizade; VII) realização de circulação fluvial em pequena e média escala; VIII) difusão da cultura regional e espaços de festas religiosas; IX) desenvolvimento de atividades comerciais (formais e informais) e turísticas de pequeno porte; X) e, por fim, floresta e rio como importantes referenciais simbólico-culturais, o que demarca a permanência do tempo cadenciado da natureza na trajetória dos sujeitos.

Dessa forma, inicialmente pode-se entender o rio e suas margens como territórios de uso comum em Tucuruí, principalmente no sentido destacado por Harvey (2013, 2014), que é o de um recurso que consubstancia usos coletivos, práticas vividas e relações sociedade-natureza que foram e são essenciais para grupos sociais que, mesmo (co)existindo em meio a relações capitalistas, não têm no ideal de acumulação o seu elemento central de reprodução social.

As expressões socioespaciais do rio Tocantins enquanto elemento de uso comum convertem-se em territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) ligados às suas águas, estes que são socialmente produzidos através das apropriações de grupos de identidades inter-relacionadas (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, agricultores, caçadores, barqueiros etc.) cuja existência e reprodução social está assentada em espaços vividos (LEFÈBVRE, 2006, 2013) transmutados em valores de uso do Tocantins e da floresta.

Por fim, a difusão do processo de modernização infraestrutural (intensificado após a década de 1960), a instalação da hidrelétrica e a ascensão do valor de troca em detrimento do valor de uso do rio e da floresta, também levaram os referidos territórios a se configurarem como uma contradição (HARVEY, 2013, 2014) ao avanço do grande capital. Além disso, as unidades de mobilização em torno da sua defesa fizeram surgir bandeiras de luta coletivas assentadas em subjetividades de caráter mais cooperativo, subversivo e solidário, que, de maneira geral, são difundidas como formas originais de ação e discurso (princípios políticos) (DARDOT; LAVAL, 2017, 2018) entre os grupos sociais impactados direta e indiretamente pelas ações modernizantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção dos territórios de usos e enfrentamento comum em Tucuruí permite inferir que eles são engendrados por meio de relações, que estão em constante devir, entre indivíduos, coletivos de moradores, movimentos sociais etc. – que se apresentam como sujeitos políticos –, e os meios socioespaciais considerados essenciais para a sua reprodução social. É nesse sentido de recurso, de contradição e de princípio político do comum que se dá a apropriação do rio Tocantins e de suas margens.

Isso foi comprovado através da análise da produção do espaço de Tucuruí e dos dados qualitativos (retomada histórico-geográfica, observação sistemática, entrevistas) apresentados. De um lado, isso é importante para demonstrar os vínculos de vida dos territórios com os sujeitos amazônicos; estes que são considerados os protagonistas dos valores de uso (LEFÈBVRE, 2006, 2013) do rio e da floresta. De outro, destaca-se pela necessidade dessa apropriação socioespacial coletiva do rio e de suas margens serem instituídas no sentido destacado por Dardot e Laval (2017).

Assim, é preciso instituir esses usos, sempre pensando os territórios a partir da capacidade de “pôr em comum” (DARDOT; LAVAL, 2017) dos sujeitos/populações da Amazônia. É essa solidariedade e essa (co)atividade da população regional, os verdadeiros protagonistas e usuários dos territórios, que tem se manifestado e precisa ser estimulada, notadamente através da sua participação ativa nas decisões políticas, nas deliberações em relação ao inapropriável (o comum), na constante (co)presença e (co)responsabilidade dos sujeitos sobre o seu destino. Isso tudo produziria o *direito ao território comum*, ou seja, à produção de uma política ativa e de uma norma que tem o território apropriado como objeto, princípio e centro de gravidade qualquer que seja a sua escala.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 84-91.
- BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2018.
- CASTRO, Edna. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. *In*: LIMONAD, Ester; CATRO, Edna (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 100-118.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p.39-68, jul./set. 1987.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A sombra de outubro**: a revolução Russa e o espectro dos soviets. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental**: obras de dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins. Brasília: DNIT/DTA/O’Martin, 2018.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* (org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.

HARVEY, David. A criação de bens comuns urbanos. *In*: HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 134-189.

LEFÈBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFÈBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LIMA, Michel de Melo; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Marabá: cidade, orla fluvial e vida urbana em transformação na Amazônia. *In*: MERCÊS, Simaia do Socorro Sales da; VECCHIONE, Marcela Gonçalves (org.). **Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea**. Belém: NAEA, 2017. p. 91-117.

LIMA, Michel de Melo. **Territórios de uso comum na Amazônia**: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional. 2020. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MAGALHÃES, Sônia Babosa. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história da modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NOVAES, Jurandir Santos de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Estratégias de resistência de povos e comunidades tradicionais à hidrelétrica de Tucuruí: trajetórias identitárias e processos de expropriação. *In*: NOVAES, Jurandir Santos de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015. p. 173-203.

OLIVEIRA, José Aldemir. As cidades da Amazônia: novas territorialidades e velhas exclusões reencontradas. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo, v. 1. n. 21, p. 53-70, jul. 1999.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

PATERNOSTRO, Julio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

POMPEU, Veridiana de Souza. Matinha: expressão de um modo de vida ribeirinho na cidade de Tucuruí. *In*: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 129-141.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

ROCHA, Gilberto de Miranda. **Todos convergem para o lago! Hidrelétrica de Tucuruí**: municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

ROCHA, Gilberto de Miranda; GOMES, Claudemir Brito. A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. *In*: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; ROCHA, Gilberto de Miranda (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 27-57.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *In*: LIMONAD, Ester; CATRO, Edna (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.



GT 02A – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS

O PORTO PÚBLICO DA PALHA: BEM-VIVER, LUGAR E PATRIMÔNIO EM BELÉM (PA).

Jakson Silva da Silva¹

RESUMO

Este trabalho considera o Porto Público da Palha como lugar de tradição das culturas negras e ribeirinhas em Belém. Situado na orla sul de Belém, o porto está na confluência das avenidas Bernardo Sayão e Padre Eutíquio, funcionando como uma porta de entrada e saída da cidade, para os quilombolas e ribeirinhos da parte insular do município. O cotidiano do porto é caracterizado por um grande fluxo de pessoas e mercadorias que desembarcam no seu trapiche. No porto e nas imediações circula uma intensa economia popular baseada em relações de reciprocidade e amizade. Lógicas econômicas e culturais reafirmam a tradição de uso e comércio popular no lugar. No artigo, os conceitos de bem-viver e patrimônio são relacionados buscando uma valorização do porto como um patrimônio popular de negros e ribeirinhos, urbanos e rurais. No entanto, a valorização capitalista da cidade, através do mote “janelas para o rio”, não considera o uso popular da orla, implantando uma intervenção urbana, denominada de Portal da Amazônia e concebido como uma gentrificação, que pretende remover o porto e seus usuários. No porto, buscamos mover uma pesquisa-ação, nos moldes de Orlando Fals Borda (1977), juntando força com os usuários, a associação e outros sujeitos em defesa da permanência do lugar.

Palavras-chave: Porto Público da Palha, lugar, patrimônio, bem-viver.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Belém foi edificada sobre uma península banhada pelas águas do rio Guamá e da baía do Guajará, compondo uma paisagem amazônica singular das águas. Belém cresceu como cidade portuária e assim continua a receber populações ribeirinhas e quilombolas das diversas ilhas, da parte insular do município. Na orla surgiram trapiches e portos que permitem o ir e vir de pessoas, culturas e economias. Movimento incessante que reafirma a relação da cidade com o mundo rural, no cotidiano do Porto Público da Palha, foco de discussão do artigo.

Na parte sul da orla, o Porto da Palha surgiu como lugar de circulação e

¹ Doutor Antropologia Social (PPGSA/UFGA) e professor de História na EJA/SESI.
Email: jakson1610@gmail.com

comércio popular, funcionando como uma “porta” de acesso e saída da cidade. No século XIX, o porto serviu como um ponto de apoio aos negros e indígenas cativos em fuga que buscavam refúgio nos quilombos, aldeias e comunidades ribeirinhas, localizadas nas proximidades dos igarapés, rios e furos. O porto continua com seu caráter popular e exerce forte influência na vida social e econômica da Estrada Nova e imediações urbanas e rurais.

Espaço vital no cotidiano da Estrada Nova, buscamos uma valorização do porto através do conceito de patrimônio popular como lugar socialmente construído por negros e ribeirinhos na expansão urbana de Belém. Contudo, o porto não é reconhecido como tal pelos poderes públicos, instituições de ensino e entidades de preservação da memória e do patrimônio, e levamos esta questão no artigo. O porto expressa um enraizamento cultural dessas populações que os usam para o comércio e a circulação. Na beira do rio Guamá e estrategicamente posicionado, o porto facilita o acesso e saída da cidade, permitindo permite uma travessia de 15 minutos para a ilha do Combú, de onde vem muitas mercadorias e pessoas que se deslocam ao trapiche do porto, para realizar atividades e suprir necessidades.

No artigo, o porto é interpretado como uma conquista popular que se consolidou como espaço público, mediante a ocupação privada da orla. A conquista do lugar se remete à memória de ocupação da orla e imediações urbanas, compondo os bairros do Jurunas, Cremação, Guamá e Condor, que a partir dos anos de 1960, receberam uma grande quantidade de migrantes de origem rural, ribeirinha e quilombola. Na cidade, estes migrantes não deixaram de praticar seus antigos costumes e crenças, reposicionando suas identidades originais no espaço urbano e reafirmando uma tradição ancestral. Estes bairros também receberam negros do estado vizinho, o Maranhão, que chegaram aqui com a abertura da Belém-Brasília, nos anos de 1970, intensificando assim a migração rural-urbana. Espaços, lugares, associações, terreiros, portos, economias, escolas de samba e clubes surgiram mantendo estreita relação com as tradições e identidades negras e indígenas, que contam uma história de luta e afirmação destes povos amazônicos.

No artigo, há uma crítica ao conceito de patrimônio urbano tradicional definido apenas em seu aspecto arquitetônico e paisagístico, como um conjunto de construções urbanísticas no centro das cidades coloniais. Um conceito que não abarca a diversidade cultural das cidades brasileiras, limitando-se a recuperar a história e o estilo de vida de uma elite senhorial e branca. Visando ampliar o conceito, articulamos as concepções de bem-viver e patrimônio no sentido de valorizar lugares de vida popular e identidades subalternizadas na história e no planejamento urbano. Um patrimônio ancorado na tradição negra e quilombola de uso popular do espaço urbano,

substanciando o bem-viver como um preceito de recuperação e afirmação de direitos ancestrais.

Como suporte metodológico e interpretativo, operamos uma pesquisa-ação no porto e imediações, nos moldes de Orlando Fals Borda, juntando força com os usuários e a associação do porto contra uma gentrificação que pretende removê-lo do seu lugar tradicional.

2. Patrimônio e bem-viver em Belém.

Danilo Pereira (2016, p. 39), em *Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI*, versando sobre as políticas patrimoniais no país, enfatiza a necessidade de uma política de preservação que conceba a cidade como um território. Implica reconhecer que a cidade e a memória são objetos por vezes disputado e negociado.² O autor faz uma crítica à noção de patrimônio usada por entidades governamentais e instituições de preservação da memória, que elaboram suas ações orientadas pelo conceito de cidade-patrimônio como “[...] um recorte espacial da cidade e não a sua totalidade: aquele recorte que, originalmente, concentrou as instituições públicas, a praça central, a igreja matriz, o comércio”. (Pereira, 2016, p. 39). Recorte conceitual e espacial que não expressa a diversidade cultural das cidades brasileiras a sua relação com as identidades indígenas e negras e seus territórios.

Fátima Araripe (2004), em *Do patrimônio cultural e seus significados*, ajuda a ampliar nossa percepção sobre o conceito de patrimônio, enfatizando propondo uma noção mais dinâmica e relacional que valoriza a dimensão cultural. A autora critica a noção de patrimônio gestada pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fundado em 1937, que prioriza apenas o patrimônio edificado (prédios, praças e monumentos). No entanto, a autora advoga por um conceito de patrimônio cultural que possa incluir bens materiais e imateriais, com foco na tradição, no saber popular e na identidade.

Diante desse conjunto de bens patrimoniais vemos, no último quartel do século vinte, emergirem discussões que falam de um patrimônio material e imaterial. Essa é uma discussão da qual ainda não podemos compartilhar, na medida em que consideramos

² Leonardo Mesentier (2005, p. 168), em *Patrimônio, construção da memória social e da cidadania*, coloca que diferente da memória individual, “a memória social se constrói ao longo de muitas gerações de indivíduos mergulhados em relações determinadas por estruturas sociais. A construção da memória social implica na referência ao que não foi presenciado. Trata-se de uma memória que representa processos e estruturas sociais que já se transformam. A memória social é transgeracional e os suportes da memória contribuem para o transporte da memória social de uma geração a outra”.

que um contém o outro, isto é, um se firma na relação com o outro e é a materialização do outro. Enfim, quando falamos de patrimônio cultural estamos nos referindo ao conjunto de tudo que tem significação, aquilo que tem sentido social, não importando se esse patrimônio é algo materializado (visível) ou simplesmente manifestações da cultura que se apresentam através do cidadão comum. (Araújo, 2004, p. 113).

Em Belém, os espaços públicos de vida popular têm significado às identidades negras e ribeirinhas, integrados ao cotidiano da cidade, funcionam como suporte de existência material e simbólica. Nestes lugares, o bem-viver ganha corpo em relações sociais e econômicas baseadas em reciprocidades, respeitos e tradições. O bem-viver, como uma maneira respeitosa de se relacionar com a natureza e com as pessoas, liga-se a uma perspectiva decolonial que interpreta a cidade sem seus aspectos coloniais e segregadores.

O bem-viver é uma noção originária dos povos indígenas Quechua (Sumak Kawsay) e Aymara (Suma Qamaña) do altiplano andino, também observada pelos Guarani (TekoPorã), localizados em ampla porção da América do Sul, e foi assumida desde 2009 pelas constituições da Bolívia e Equador. Mario Ibanez (2013) discute a possibilidade de reconfigurações urbanas contemporâneas e, em *Ressignificando a cidade colonial e extravista. Bem viver a partir de contextos urbanos*, questiona: “Outras cidades são possíveis?” Para Belém, o artigo propõe uma resignificação da cidade mediante o reconhecimento do Porto da Palha como lugar de memória, economia e identidade negra e quilombola. Constituído-se como patrimônio popular para as populações locais.

“Vivir Bien/Buen vivir”, como um horizonte possível, implica outra maneira de se relacionar com a natureza, com o meio e com o outro, sugerindo uma cidade aberta à diferença e a diversidade:

O Bem Viver é, sobretudo, um horizonte de sentido, um indicativo de que é possível transitar para outros modos de vida e formas civilizatórias que nos permitam sair da armadilha da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, expressados, em sua forma mais radical, no capitalismo, embora não unicamente. Não se trata de um modelo ou um projeto claro, e sim de um sentido que exige capacidade de construir, inventar, criar e permitir a germinação do existente, que reconfigura a dominação de outros horizontes. Não é possível sem diversidade e pluralidade. Por isso, não permite falar de um modelo a ser seguido (Ibanez, 2013, p. 321).

O Bem Viver não é uma noção fixa no espaço e no tempo, mas sim um preceito possível de ser construído em várias sociedades, de forma relacional e coletiva. Contudo, ainda que possa ser moldado de acordo com diferentes contextos, como um conceito dinâmico, se refere sempre a princípios fundamentais, sendo que seus sinais podem ser reconhecidos de forma encoberta, reprimida ou incipiente em lugares diversos.

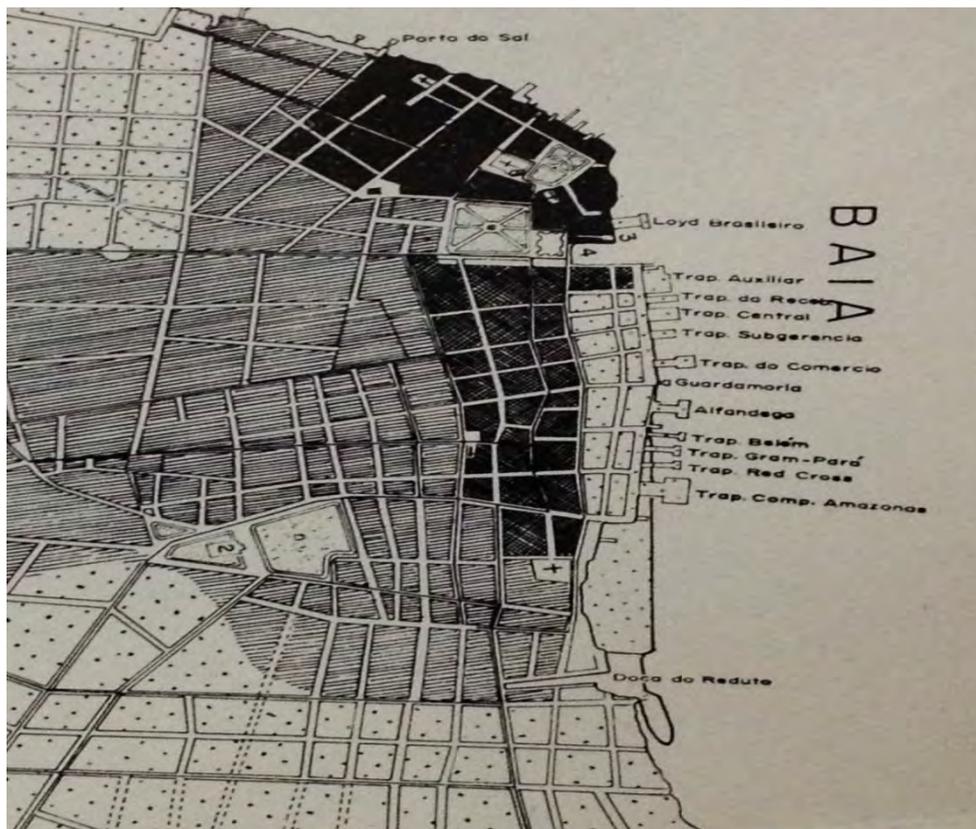
O conceito tem eco nos lugares da cidade onde a vida popular pulsa na sua espontaneidade, onde valores coletivos no cotidiano são postos à prova contra o pensamento hegemônico ocidental, que concebe os seres humanos apenas nas suas individualidades e como meros *homo economicus*. De forma compartimentada, portanto. Porém, mais que um contraponto ao neo-liberalismo, novas realidades e potencialidades precisam ser postas em movimento no lugar, porque o Bem Viver envolve um projeto de futuro ancorado em valores ancestrais na forma de um constante devir.

Assim, a ressignificação do porto da Palha como um lugar/território de identidade em Belém, reafirmando uma tradição de uso e comércio popular no espaço urbano sustentado por culturas negras e ribeirinhas em práticas do bem-viver.

3. A Testada de São Matheus na beira do rio Guamá

A ocupação antiga da parte sul da orla foi acompanhada pela instalação de trapiches e pontos, público e privados, que permitiam a travessia do rio Guamá e da baía do Guajará. A vocação portuária de Belém foi registrada por António Penteado (1968), no seu estudo pioneiro sobre a evolução urbana da cidade, em 1969, argumentando que na orla não existia apenas um porto organizado, mas uma série de trapiches e portos (Penteado, 1968). O Porto da Palha evoluiu nesse contexto de ocupação como lugar de circulação e comércio de origem popular. Penteado desenhou um croqui da orla, no século XIX, identificando os diversos trapiches e portos que se instalaram nas beiras da cidade.

Figura 1: Trapiches instalados na orla fluvial de Belém, no século XIX.



Fonte: PENTEADO, 1968.

Nota: Croqui da orla de Belém com seus portos e trapiches do século XIX.

No estudo, Penteado (1968) menciona que existiam os trapiches e portos oficiais e os clandestinos em amplo funcionamento na orla de Belém. Segundo o autor, os trapiches das Almas, do Redute e do Arsenal faziam parte do circuito de uma economia clandestina, combatida pelas autoridades imperiais do fisco. E, mais ao sul da cidade, além do Porto do Sal, existia a Testada de São Matheus como espaço de conexão entre a cidade e as ilhas que abrigavam as aldeias e as comunidades ribeirinhas e quilombolas, que mantinham intenso contato com a capital.

O Sr. Ailson Gouveia de Souza, conhecido como Careca, morador e proprietário de um restaurante na ilha do Combú, há 54 anos, tem uma lembrança quando o Porto da Palha era chamado de Testada do Matheus, informando que “quando era São Matheus era só porte. Não existia rua como tem agora. Não existiam vários comércios. Era só um que tinha na feira. Aí, as coisas foram evoluindo. Agora passou pra Porto da Palha, na década de 1970”. Como Testada do Matheus, o lugar estava na roda da economia do regatão que rasgava o sertão amazônico, comercializando produtos e mercadorias que abasteciam comunidades e a cidade. As autoridades imperiais classificaram a economia do regatão como clandestina porque burlava as leis do fisco.

Siméia Lopes (2002), em *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*, coloca que o comércio do regatão era realizado nos quintais das casas ribeirinhas e nos trapiches clandestinos nas beiras de Belém. Nestas beiras se comercializavam farinha, feijão, tabaco, cachaça, carne, café, borracha e sal, dentre outros produtos e especiarias, difíceis de serem comercializados à população pobre. E em muitos momentos de escassez serviam também para abastecer a cidade.

Com o tempo, o porto foi se configurando como um espaço de uso popular e lugar de referência às identidades negras e ribeirinhas na cidade. Para melhorar a estrutura do porto, os usuários foram promovendo reformas e ajustes no espaço para suprir suas necessidades de circulação e trabalho. Construindo, portanto, uma memória afetiva com o lugar rica em histórias e fatos importantes sobre a consolidação do porto como espaço público de origem popular.

A conquista do lugar é interpretada como um processo de reafirmação da cultura afro-indígena na cidade, contra os atuais processos de urbanização que removem pessoas e os lugares de vida popular. Assim, buscamos uma valorização do porto como patrimônio popular pautado no bem-viver, reconhecendo o valor afetivo, histórico e econômico. Onde relações sociais e comerciais são pautadas em princípios de reciprocidade e amizade, substanciando a concepção de bem-viver no espaço urbano.

4. Lugar de identidade negra em Belém

Arthuro Escobar (2005), integrante do grupo colonialidade/modernidade, teceu algumas considerações sobre o lugar como espaço de conhecimento, pertencimento, experiência, saber popular e organização comunitária. No conceito, o autor reconhece vínculos e direitos, contra processos de desenvolvimento que não respeitam a dimensão da vida cotidiana e são alheios aos anseios locais. Numa visão pós-desenvolvimento, o lugar é apreendido como um suporte para orientar novas práticas de desenvolvimento como base no saber local.

Escobar (2005) considera que o lugar foi negado pelas teorias da globalização e do desenvolvimento. Entretanto, articulando as noções de identidade e poder, Escobar (2005, p. 77) faz uma defesa do lugar, colocando que:

[...] a defesa do lugar pode ser vinculada à prática de um grupo de atores, desde ativistas de movimentos sociais até arqueólogos históricos, antropólogos ecológicos, psicólogos ambientalistas e ecólogos. [...] Para começar com os movimentos sociais, em particular os da população das florestas tropicais,

invariavelmente enfatizam quatro direitos fundamentais: a sua identidade, a seu território, à autonomia política, e a sua própria visão de desenvolvimento. A maioria destes movimentos é concebida explicitamente em termos de diferenças culturais, e da diferença ecológica que esta significa. Estes não são movimentos para o desenvolvimento nem para a satisfação de necessidades, apesar de que, logicamente, as melhoras econômicas e materiais são importantes para eles. São movimentos originados numa vinculação cultural e ecológica a um território. Para eles, o direito a existir é uma questão cultural, política e ecológica. [...] Dessa maneira pode-se considerar que adiantam, por meio de sua estratégia política, umas táticas de racionalidade do pós-desenvolvimento e de uma alternativa ecológica, na medida em que eles expressam com força e defendem discursos e práticas das diferenças cultural, ecológica e econômica.

O Porto da Palha como lugar representa a experiência urbana de grupos negros, caboclos e ribeirinhos que foram subalternizados na história e no planejamento. Posto que o porto assume significado às vidas dessas pessoas e comunidades, mesmo que ele seja abandonado: uma casa e seu ponto de venda de açaí, toda uma feira onde ocorrem “fatos sociais totais” (MAUSS, 2003), portos públicos que sobrevivem a lógica privatizante da “cidade-empresa”, o trapiche, ameaçado de se tornar *pier*, são esses lugares de vida e experiência social cuja permanência o artigo defende como patrimônio popular.

Na história recente de ocupação da Estrada Nova, a construção do Dique da Estrada Nova, na década de 1940, no contexto do Consenso de Washington, possibilitou a ocupação acelerada da Estrada Nova e imediações, os bairros do Jurunas, Guamá, Cremação e Condor. O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) determinou a construção do dique para barrar o avanço das águas do rio Guamá e evitar a proliferação de insetos e doenças. Tupiassu (apud Rodrigues, 2008, p. 105) contextualiza que

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a Amazônia torna-se objeto de uma intervenção estatal através dos Acordos de Washington/ 1942, em que lhe cabia o papel de fornecedora do látex para os aliados..., data aí as novas alterações em sua estrutura, ao par de um surto de desenvolvimento urbano. Implantou-se ‘importante base área’ e se procedeu a respectiva ligação rodoviária asfalto centro. O Serviço de Saúde Pública... construiu 9, 7 km de diques, permitindo a ocupação de outras áreas.

As baixadas da Estrada Nova foram ocupadas por migrantes negros e ribeirinhos, paraenses e maranhenses, nas décadas de 1970, 80 e 90. O Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da UFPA, e o Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável (Poema), elaboraram pesquisa sobre a violência urbana em Belém, solicitada pelo Governo do Estado, colocando que a migração do campo para a cidade é uma característica de ocupação da região Norte, nos últimos 50 anos, o que justifica

o expressivo crescimento de sua população urbana.

Belém registrou crescimento populacional acentuado, entre 1960 e 1980, com incremento populacional de 134%, alcançando, ao final dos anos 80, a marca de 1 milhão de habitantes. Atualmente o bairro do Guamá tem 94 mil habitantes, o mais populoso da cidade. O êxodo rural de microrregiões vizinhas, como Bragantina, Baixo Tocantins, Marajó, Salgado, entre outras, contribuiu para o aumento populacional e para a crescente demanda por emprego, ocupação e renda. Nestes bairros a tradição negra e quilombola está presente em nomes de ruas – a rua dos pretos -, nos terreiros de santo, nos movimentos negros, nos grupos de capoeira e nos coletivos de *hip-hop*.

Na cidade, os quilombolas e ribeirinhos não perderam suas antigas identidades, costumes e tradições, ressignificando o espaço e criando novas sociabilidades e economias. O Porto Público da Palha é um lugar de convergência dessas identidades que coexistem no espaço urbano, visto que negros e quilombolas se relacionam ali com ribeirinhos caboclos e trabalhadores urbanos, construindo um sentimento de comunidade. A manutenção da função original do porto interessa aos usuários e à diversidade urbana, a despeito de uma gentrificação anunciada que pretende remover as pessoas e os lugares de vida popular na orla.

No tópico a seguir trabalhamos algumas mudanças e tradições que permanecem no porto da Palha.

5. Mudanças e tradições no porto

No porto da Palha, a economia popular movimenta uma impressionante quantidade de pessoas que buscam nos boxes e barracas mercadorias e serviços. O trapiche funciona como o coração do porto, e nele atracam dezenas de pequenas e médias embarcações, para descarregar as sacas de farinha e os paneiros de açaí. Seu João Lima, 65 anos, morador e proprietário do bar Portal da Palha há mais 12 anos, relatou que vem acontecendo mudanças significativas no porto. Seu João informou que os filhos dos ribeirinhos produtores de açaí não querem mais se dedicar ao cultivo da fruta que traz um retorno a médio e longo prazo. Muitos compraram lanchas e estão trabalhando de atravessadores de mercadorias, pessoas e visitantes, onde há um retorno econômico mais imediato. Seu João tem a impressão de que esta tradição está se perdendo, e é necessário investimento econômico e cultural de resgate e valorização desta prática.

No trapiche do porto, modernidade e tradição se relacionam e conflitam no cotidiano do lugar, causando mudanças culturais e paisagísticas com a aquisição de novos padrões de valores e consumo. As lanchas, representando a modernidade, e as

antigas embarcações representam a tradição que coabitam o espaço em uma existência singular na orla.

A fotografia abaixo demonstra o intenso movimento de embarcações numa manhã de sábado no trapiche do porto, desembarcando pessoas e mercadorias. O trapiche conta apenas com uma pequena escada de madeira, dificultando a acessibilidade dos usuários que acessam o porto.

Figura 2: Trapiche do Porto da Palha.



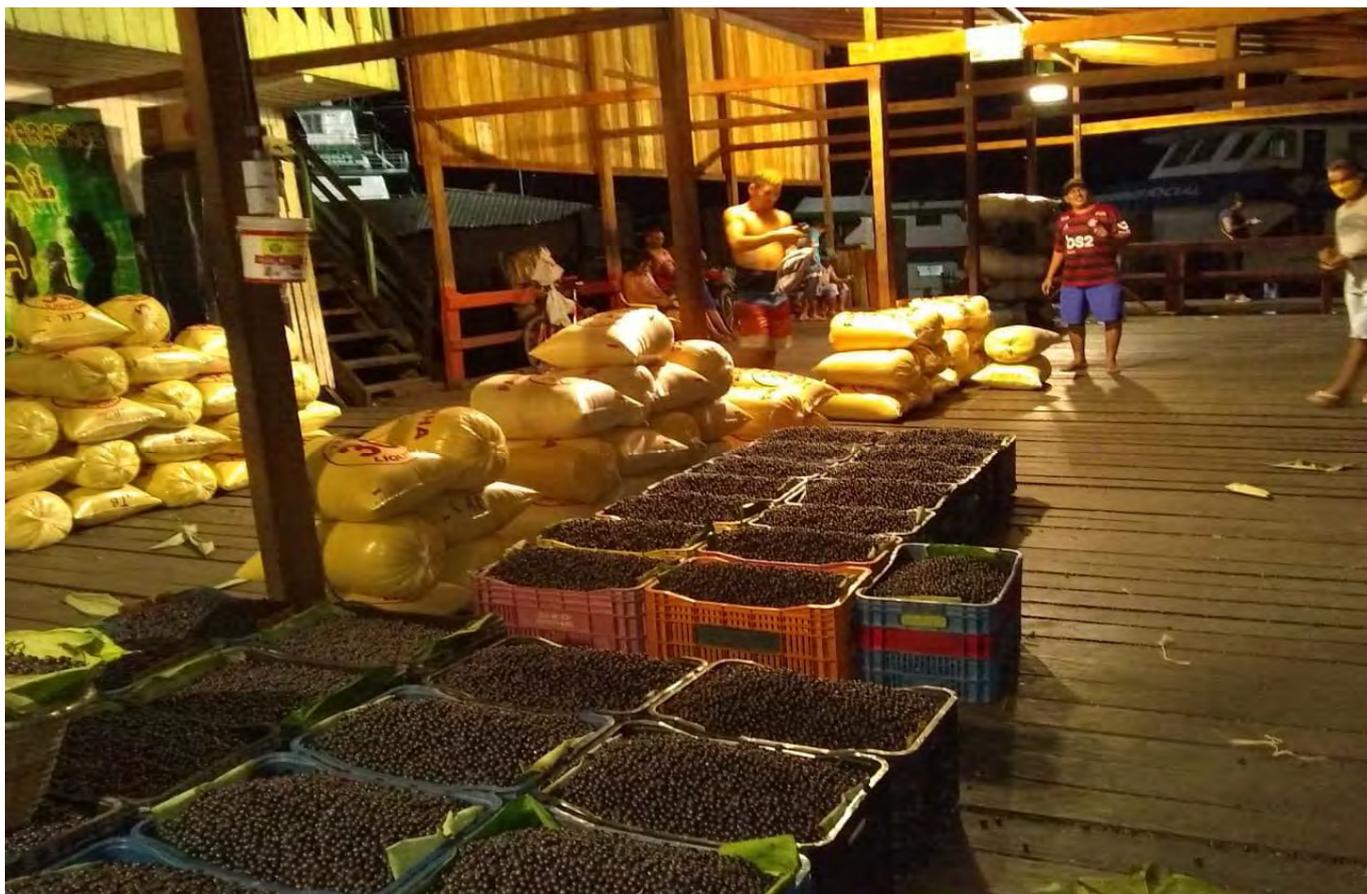
Fonte: Silva, Jakson S, 2020.

Nota: O sábado é o dia mais movimento na feira do Porto da Palha, recebendo amplas parcelas de moradores da ilha que vem a Belém suprir necessidades diversas e retornam às ilhas próximo do almoço.

O açaí e a farinha são os produtos mais comercializados no porto. Estão na base alimentar da população local e abastecem os milhares de comércios, supermercados, mercadinhos e mercearias. Produtos originários dos municípios de Muaná, Boa Vista do Acará, ilhas da Onças, do Papagaio e do Combú, de Bujarú, Ponta de Pedras, São Domingos do Capim e de outros de regiões que chegam de navegação fluvial em Belém. O movimento não cessa no porto, há a feira da madrugada, da manhã, da tarde e da noite, reunindo uma multiplicidade de pessoas que se deslocam até ali não apenas para comprar e vender, mas também para participar da vida comunitária e do cotidiano.

A imagem a seguir demonstra o movimento à noite no trapiche do Porto da Palha.

Figura 3: Movimento da noite no trapiche do Porto da Palha.



Fonte: Lima, João. 2020.

Nota: O Porto Público da Palha não cessa de receber mercadorias e pessoas para o abastecimento da cidade. O açaí e farinha abastecem pequenos e médios comércios locais que funcionam nas redondezas do porto, nos bairros do Guamá, Cremação, Jurunas e Condor.

As mudanças nos tipos das embarcações usadas afetam também os carpinteiros navais que trabalham na produção e manutenção dos barcos tradicionais que atracam no porto. Causando a diminuição do público atendido no estaleiro de seu Leônidas e seu irmão, Sebastião, ambos negros que trabalham há anos no porto. Esta é outra tradição que está desaparecendo com as atuais transformações sociais e urbanas que estão ocorrendo na Estrada Nova. Muitos marceneiros navais deixaram de lado seus estaleiros e outros foram removidos pelo avanço das obras do projeto urbanístico Portal da Amazônia, que não traz uma alternativa para a continuidade do ofício. É tudo um saber popular que está se perdendo com a destruição do lugar pela urbanização capitalista.

Contudo, seu Leônidas considera o porto um lugar de tradição que deveria permanecer na Estrada Nova, conforme relato a seguir.

O Porto da Palha é um porto antigo. Um porto de tradição. Um porto que as pessoas fazem sua compra, vende e negocia. Um porto muito bom. Muito bonito! Aqui você encontra gêneros do interior. Galinha. Peixe. [...] Pra mim o Porto da Palha é muito válido. É muito maravilhoso! Pra mim é bom. Mas [se o] Portal [da Amazônia] fecha tudo fica difícil. O porto devia permanecer com modernização. Se caso a prefeitura se lembrasse do [carpinteiro] naval [e] deixasse uma área, ou um local para que o naval pudesse continuar, não morrer. Tanto ele quanto o calafete [...] seria muito válido.³³

Em referência à quantidade de trabalhadores e boxes que existem no Porto da Palha, ex-líder comunitário e falecido, José Sarmento informou:

Porque no Porto da Palha se você conferir os boxes são 35, só que a maioria dos trabalhadores são pessoas que ficam no meio, são as pessoas que não têm boxes, são os ribeirinhos, são os carregadores. É pessoas que vem trazendo outras mercadorias pra vender no porto. [...] chega a mais de duas mil pessoas, no final de semana atinge mais de duas mil pessoas.

Alex e Luís, trabalhadores do porto, informaram que 60% dos clientes são ribeirinhos e quilombolas que moram nas ilhas, e ali fazem seu consumo básico. E os outros 40% são os moradores das redondezas do porto. Essas pessoas não são consideradas como meros consumidos pelos proprietários dos comércios, conforme expressa Alex: *“Eu não tenho cliente. Eu tenho amigos”*, aqui no porto. A economia popular agrega valores sociais no porto, construindo relações baseadas no respeito e na confiança. Essa economia influencia todo um setor urbano de consumo popular em Belém. Como lugar de comércio e distribuição de mercadorias, o porto gera muito emprego e renda para setores populares da cidade e comunidades tradicionais das ilhas.

Seu João Lima, já mencionado acima, tem a percepção de que viver no porto é uma convivência muito boa com a natureza e com as pessoas. Ele gosta que ressaltar que tem o privilégio de respirar um ar puro e está próximo ao rio todos os dias. Seu João narra sua experiência de vida no porto da Palha, relatando que

Viver no Porto da Palha é uma convivência muito boa. Mas tem várias situações. Primeiro nós temos tudo aqui. Da minha cama eu peço açaí. Da minha cama eu peço farinha. Tudo que eu preciso aqui tenho rapidinho. A gente tem afinidade com todos os comerciantes do Porto da Palha. Os feirantes daqui tem uma boa educação. Por este motivo viver no Porto da Palha é muito bom! Tirando uma outra situação muito agradável também, viver no Porto da Palha, é viver com os ribeirinhos, ter um ar puro. Eu vivo em cima do rio. Eu moro em cima do rio. Eu creio que se eu tivesse morando na (Av.) Generalíssimo talvez não tivesse existindo. Este ar puro que nós temos aqui, no Porto da Palha, é muito importante! E esta convivência, nós temos no Porto da Palha como uma referência. Infelizmente, nós temos uma decadência sobre os governos não prestarem atenção. Nós temos uma ponte hoje que tá precisando ser

feita, porque ela está podre. A sorte que eu cobrir, por este motivo a porte ainda não caiu. Agora outras situações aqui que nós temos de grande importância. Nós temos um grande projeto para o Porto da Palha. Eu tenho trabalhado esse projeto com meus companheiros. Eu sou presidente da Associação dos Feirantes e Moradores do Porto da Palha. Nós temos trabalhado há mais de quatro anos neste projeto com as secretarias SEURB, SECOM e SESAN, mas ainda não tivemos sucesso. O prefeito prometeu duas vezes que ia realizar esta obra, mas até agora nada. E nós estamos nesta situação. O Porto da Palha não era para esta nesta situação hoje, completamente abandonado. Nem o governo municipal ou estadual, olha pra gente. Num local que passa diariamente três ou quatro mil pessoas. Temos uma venda de açaí, farinha, frutas. Deveríamos ter uma atenção melhor, mas infelizmente não temos atenção dos governos. Nada mudou de doze anos passados, a mesma coisa. Pelo tratamento dos políticos, temos continuado a mesma coisa.

Assim, o porto é um lugar de afeto e pertencimento, de tradições e mudanças, que se traduzem na forma de uso e nas atuais transformações urbanas e cultural na orla de Belém. No lugar há uma identidade negra, mas apenas em estado latente e não politicamente afirmada, necessitando um trabalho pedagógico de valorização da tradição negra e quilombola no porto. A afirmação dessa tradição negra gera um potencial político e conceitual da passagem do lugar para a qualidade de território com uma identidade e uma história específica na cidade. Ampliando o potencial político da resistência em defesa da permanência, melhoramento e ampliação do porto, contra uma gentrificação.

Necessário, portanto, construir políticas públicas afirmativas de valorização do patrimônio popular e das identidades locais que remetem às tradições dos povos negros da Amazônia. Este é um sentido político que atribuímos ao artigo e uma contribuição em defesa da diversidade e do patrimônio da cidade, contra urbanização capitalista que desconsidera o lugar.

6. Gentrificação racista na Estrada Nova

Usamos o termo gentrificação racista para adequar o conceito à realidade local por ser de origem estrangeira, expressando transformações urbanas que ocorreram na Inglaterra, na década de 1960, e foi cunhado pela socióloga Ruth Glass. Inicialmente o conceito reflete um processo de enobrecimento urbano dos antigos bairros operários, classificando isso como gentrificação residencial, focando na substituição dos moradores originais e no aumento do valor da terra urbana.

O termo é usado amplamente para analisar processos urbanos similares em várias partes do mundo, no entanto, aqui no artigo queremos operar um conceito aplicado à realidade de Belém, particularmente aos projetos urbanísticos destinados na orla. Assumindo a redução sociológica, de Guerreiro Ramos, o conceito deve levar

em consideração aspectos históricos, econômicos, sociais e raciais de constituição do espaço urbano de Belém, forjando assim a noção de gentrificação racista para conceituar os projetos urbanísticos na periferia da cidade que implica na remoção de negros e pobres, assim como de seus lugares.

A remoção afeta não só a vida na cidade, mas a ligação histórica que ela mantém com suas ilhas e com as comunidades quilombolas e ribeirinhas. O projeto urbanístico Portal da Amazônia faz parte de uma estratégia urbanística local de abrir todas as janelas para o rio. Porém, as janelas não contemplam a diversidade de usos dos portos e trapiches e impedem a continuidade dos intercâmbios entre o mundo rural e urbano, causando uma mudança drástica no uso do espaço e nas estratégias de sobrevivência dos trabalhadores das feiras e portos da Estrada Nova. Significa a destruição de todo um tecido social e produtivo em nome da venda da cidade.

O apelo mercadológico “janelas para o rio”, onde o consumidor com poder aquisitivo pode visualizar a paisagem amazônica, foi adotado em Belém como uma espécie de pensamento único, que reflete uma visão globalizada da cidade como mercadoria. Contra a metáfora excludente das “janelas”, oferecemos a necessidade popular de “portas para o rio”, a permitir o ir e vir cotidiano de pessoas das ilhas ao município. Localmente, as janelas representam os internacionais *waterfront* como estratégia marketing para a venda da cidade. Carlos Vainer (2009), em *A cidade do Pensamento Único*, coloca que “uma das idéias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (Vainer, 2009, p. 78).

Nas figuras abaixo fazemos o confronto entre a vida real e cotidiana do Porto da Palha e a maquete do Portal da Amazônia, que projeto uma orla embelezada e largas pistas de automóveis.

Figuras 4 & 5: Conflito entre portas e janelas na orla sul de Belém.



Fonte: 8: SILVA, Jakson. 2020. Fonte 9: Site da Prefeitura Municipal de Belém. <https://www.google.com.br/search?q=prefeitura+municipal+de+belém+portal+da+amazonia>.

Nota: Contraste entre o movimentado porto público da palha e a projeção do poder público para o lugar, onde porto deve ser removido para a implantação de longas avenidas e uma orla embelezada.

A remoção leva a destruição e a perda do lugar para quem depende dele para sobreviver na cidade. Olhando bem, o que se despreza não é o lugar, mas as pessoas de fenótipos negros e mestiços, calçadas em sandália de dedo e short, chegando ao lugar de bicicleta ou a pé, para exercer ofícios de carregador, marreteiro, batendo e vendendo de açaí, no Porto da Palha. A paisagem natural, o cenário da floresta e das águas, são assimilados como atributos de mercado na valorização capitalista da cidade. O projeto promove a invasão de interesses particulares no espaço público que resiste à intenção gentrificadora.

Um dos significados políticos de existir no lugar é justamente o de participar ativamente das decisões sobre o que fazer nele, de modo a ter voz ativa desde a concepção dos projetos que se referem a ele. Contudo, o poder público não proporciona essa abertura, e não informa sobre o projeto elaborado à revelia dos usuários, e isso é próprio do poder colonial, cujo objetivo é justamente o de remover a existência popular dali.

7. Conclusão: educação patrimonial para a cidadania.

A discussão do artigo girou em torno do conceito de patrimônio, do bem-viver e lugar de vida e economia popular em Belém, com foco no Porto Público da Palha e sua importância para a dinâmica da cidade. Tecemos uma crítica ao conceito de patrimônio vinculado à noção de “cidade-patrimônio” (Pereira, 2016), que faz um recorte urbano do centro e da valorização da memória da elite colonial e branca. Um conceito limitado, portanto, que não considera as contribuições dos povos indígenas e

negros à formação das cidades brasileiras, especialmente dos espaços públicos de origem popular.

No artigo, advogamos um conceito ampliado de patrimônio no sentido de valorizar a cultural popular e seus lugares de manifestação e enraizamento. Trazendo para o debate, a concepção de bem-viver como um marco orientador às novas políticas de preservação patrimonial e da memória, com base em antigas tradições e direitos ancestrais. O bem-viver está relacionado a uma visão decolonial da cidade que buscam romper com práticas, políticas e mentalidades racistas que logram se reproduzir no tempo e no espaço, conformando a colonialidade do poder.

Para descolonizar percepções sobre a cidade e seus lugares, o artigo propôs um trabalho de educação popular no sentido de veicular afirmações étnico-raciais, materializando o sentido atribuído por Paulo Freire (Freire, 1998) do subalterno como autor, como alguém capaz de produzir conhecimento, de biografar-se, existenciar-se e historicizar-se na construção de suas estratégias de vida e lugar na cidade. Uma valorização do porto como um patrimônio popular dos povos locais, atribuindo sentido ao conceito do bem-viver, de maneira a respeitar as pessoas e o lugares, o meio ambiente e as economias locais.

Neste sentido, Freire versa sobre o processo de humanização do mundo, privilegiando a palavra e o diálogo como fundamento de uma educação crítica pautada no respeito e na valorização do saber popular. Nesses princípios advogamos uma educação patrimonial para a cidadania que seja pensada e construída “com” a participação real das pessoas nos seus cotidianos e lugares. Em oposição aos critérios autoritários de planejamento que gestão suas políticas que valorizar a participação das pessoas, feitas “para” eles que ficam alheios a todo o processo de construção e implantação. Retira a capacidade das pessoas de gerenciar seus territórios e seus projetos de vida.

O Porto Público da Palha merece ser a preservado no seu local originário e reformado de acordo com as necessidades populares. Os usuários do lugar reivindicam melhorias estruturas e respeito aos seus modos de vida e meios produtivos. A essas reivindicações somamos esforços com uma valorização cultural do porto no sentido de reconstruir sua memória e identidade, para uma educação patrimonial que afirme o porto como um lugar de tradição e saberes ancestrais. Tornando o porto um lugar-território da cultura negra e ribeirinha em Belém na sua diversidade econômica e cultural, auxiliando nos processos de reconhecimento e afirmação no espaço urbano. Um passo é o reconhecimento do porto como patrimônio popular de Belém.

No contexto do Portal da Amazônia e investimento de capital na Estrada Nova, sugerimos como contribuição à discussão do planejamento e do patrimônio a ideia de tornar o porto um complexo turístico e museológico da memória dos portos públicos em Belém. Contudo, esta proposta deve estar alinhada aos anseios de humanização de pessoas racialmente oprimidas com possibilidades reais de afirmar suas identidades e suas economias no lugar/território porto da Palha, visando construir com elas um horizonte de bem-viver na cidade.

8. Referências bibliográficas.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, Aug.2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862004000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Feb. 2021.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133- 168.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: El problema de cómo intervenir en la realidad para transformarla. In: CRÍTICA Y POLÍTICA EN CIENCIAS SOCIALES. Simposio Mundial de Cartagena. Bogotá: Punta de Lanza, 1977

FREIRE, P. (1998). *Pedagogia do Oprimido*. 25^a ed. (1^a edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOPES, Siméia de Nazaré. 2002. O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Resignificando a cidade colonial e extrativista: Bem viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, pp. 296-334. Disponível em: <https://goo.gl/8Pmgo5>. Acesso em 02/11/2020.

PENTEADO, Antonio Rocha. Belém do Pará: estudo de geografia urbana. Belém: UFPA, 1968.

PEREIRA, Danilo Celso. Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI. Revista CPC, São Paulo, n. 21, 2016, p. 36-70.
PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA – nossas vidas, nossos direitos: Portal da Amazônia, 2009. ano 2, (Série: Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia. Fascículo 3.) agosto/2009.

RODRIGUES, Carmem Izabel. Vem do bairro do Jurunas: sociabilidades e construção de identidades em espaço urbano. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

MAUSS, Marcel. (2008). Ensaio sobre a dádiva. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA.

MESENTIER, Leonardo Marques. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. In: Memória. Vivência. UFRN/CCHLA. N. 28, 2005, p. 167-177.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO. Modernidade; Capitalismo; Poder Público; Sociedad; História Eurocentrismo; América Latina. Buenos Aires. (2005).

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: A cidade do pensamento único. Desmanchando Consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 75-103.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latinoamericanas

A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO: A UTILIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA COMO UM LEGITIMADOR DA GENTRIFICAÇÃO DO PORTO CARIOCA

Alexandro Souza de Amico¹

RESUMO

Em 2009, deu-se início à Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. A área do projeto, localizada na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, corresponde a mais de cinco milhões de m² e está ao lado do Distrito Central de Negócios da capital fluminense. Processos socioespaciais como, por exemplo, a gentrificação, estão ocorrendo na área em tela e o nosso trabalho possui por objetivo examinar como a reestruturação espacial da Zona Portuária do Rio de Janeiro utiliza o Carnaval de Rua da área como elemento necessário ao êxito do projeto. Inicialmente, lançamos mão do levantamento bibliográfico sobre a temática e, a partir disso, buscamos a realização de trabalhos de campo nos blocos do porto durante o Carnaval de 2020, tendo por objetivo traçar um perfil dos foliões que frequentam os folgedos da área. Posto isto, o trabalho dividi-se em 3 partes: na primeira, buscamos discutir as bases teóricas do conceito de reestruturação espacial e a sua aplicação na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Em seguida, expomos o debate sobre a noção de gentrificação e o seu imprescindível suporte cultural. Por fim, apresentamos e examinamos alguns dos dados coletados em campo durante o Carnaval de 2020, evidenciando as suas conexões com a elitização a qual a Zona Portuária e o Carnaval de Rua desta zona vêm passando desde o início da reestruturação em questão.

Palavras-chave: Reestruturação Espacial; Porto Maravilha; Gentrificação; Carnaval de Rua; Rio de Janeiro

1. INTRODUÇÃO

Desde o surgimento do Carnaval em solo nacional, a folia momesca e o espaço urbano sempre caminharam lado a lado. Dialeticamente, o Carnaval, principalmente o de rua, é impactado pelas intervenções urbanas e também exerce influência sobre tais ações. Como veremos no decorrer deste trabalho, esta histórica conjuntura vem ocorrendo atualmente na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente em sua Zona Portuária.

Desde 2009, está em curso no porto carioca a Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha. Contando com uma área de mais de cinco milhões de m² em plena área central da capital

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ), Mediador a Distância da Graduação em Geografia do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ-UERJ) e integrante do Grupo de Pesquisa sobre Reestruturação Urbana e Centralidade (GRUCE-UFRJ). E-mail: alexdeamico@hotmail.com

fluminense, a OUC Porto Maravilha configura-se como uma grande operação de reestruturação espacial. Inúmeros processos estão em curso na área, com destaque para a gentrificação. Este processo socioespacial tem em sua dinâmica a saída da população pobre de uma determinada área para a chegada de uma população mais abastada. Por se tratar de uma estratégia de acumulação a nível global, a gentrificação mobiliza grande número de agentes e táticas em sua execução. Dentre os diversos autores e autoras que examinaram a gentrificação, optamos por basear nosso texto nos estudos do geógrafo Neil Smith. Ao criticar a chamada “soberania do consumidor”, Smith propõe a gentrificação enquanto um processo de reestruturação urbana diretamente ligado à acumulação do capital em todas as suas escalas. Para sustentar tal hipótese, Smith elabora o conceito de *Rent Gap* e explica como o desenvolvimento desigual e combinado no espaço urbano fornece a base necessária à gentrificação.

Como um de seus vários procedimentos em busca das rendas monopolistas o capital utiliza-se daquilo que possa ser considerado como autêntico, especial, singular etc. Sendo assim, o geógrafo David Harvey aponta que as práticas culturais cumprem perfeitamente este papel. Como o espaço é fruto de uma intencional produção, o capitalismo monopolista faz da (re)produção do espaço urbano mais uma de suas diversas fontes em busca das rendas monopolistas. Posto isto, muitos dos processos de reestruturações espaciais e gentrificações ao redor do globo utilizaram-se das práticas culturais como uma maneira de obter êxito em seus projetos. Como observaremos mais adiante, o Rio de Janeiro e a sua Zona Portuária também estão inseridos nesta perspectiva. Com a OUC Porto Maravilha, o porto carioca passa por processos gentrificadores que, para o sucesso da reestruturação do espaço, utilizam como um de seus suportes uma manifestação cultural enraizada na cultura local: o Carnaval de Rua.

Sendo assim, nosso objetivo neste trabalho é discutir como que o Carnaval de Rua do Porto Carioca vem sendo utilizado por alguns agentes gentrificadores como um dos vários pilares culturais da reestruturação da área e também como que o próprio festejo popular é impactado pelos novos processos decorrentes da gentrificação em curso. Inicialmente, lançamos mão do levantamento bibliográfico sobre a temática em tela e, a partir disso, buscamos a realização de trabalhos de campo nos blocos do porto durante o Carnaval de 2020 com o objetivo de traçar um perfil dos foliões que frequentam os folgedos da área. Para desenvolver tais ideias, estruturamos o trabalho da seguinte maneira: na primeira parte, buscamos discutir as bases teóricas do conceito de reestruturação espacial e a sua aplicação na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Em seguida, expomos o debate sobre a noção de gentrificação e o seu suporte cultural. Por fim, apresentamos e examinamos os dados coletados em campo durante o Carnaval de 2020, evidenciando as suas conexões com a elitização a qual a Zona Portuária e o Carnaval de Rua do Porto vêm passando desde o início da reestruturação em questão.

2. A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL E A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA PORTO MARAVILHA

Nesta seção, buscamos sintetizar algumas perspectivas conceituais que nos fornecem as categorias de análise necessárias ao exame de nosso objeto. Sendo assim, discutimos a imprescindível noção de produção do espaço e o âmago do conceito de reestruturação espacial. Toda esta conjuntura foi investigada tendo como recorte espacial analítico a Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, zona esta que passa por um profundo processo de reestruturação espacial desde o ano de 2009.

2.1 a reestruturação espacial: discutindo bases teóricas

Inicialmente, avaliamos importante trazer ao debate a noção de produção do espaço. Comumente, observamos um equívoco nas análises das cidades que consideraram que o espaço urbano é apenas uma “base” que serve de suporte às atividades econômicas. Esta visão pauperiza a compreensão da devida importância do espaço e a sua reprodução na organização da sociedade. O filósofo francês Henri Lefebvre identifica como a reprodução do espaço torna-se vital para a reprodução das relações sociais de produção. Relações estas que cumprem papel decisivo na manutenção das divisões sociais e territoriais do trabalho nas cidades e na própria estrutura de classes de maneira geral. Lefebvre (2006, p.9) discorre acerca de que o “espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os ‘produtos’, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer.”

Caminhando nesta direção, podemos inferir que o espaço é fruto das mais variadas intencionalidades, discursos e ações dos mais diversos agentes espaciais, hegemônicos ou não. Sendo assim, o espaço não carrega consigo a tal “neutralidade”, muitas vezes vista em textos e discursos que negligenciam o papel preponderante do espaço na atual fase capitalista. O arranjo desta produção abarca não apenas a parcela física do espaço, mas também a disposição de seus elementos imateriais, simbólicos, ideológicos, normativos, representativos, sendo suas análises indispensáveis à compreensão das cidades contemporâneas.

Destacada esta breve problemática acerca da produção do espaço, acrescentamos à discussão a noção de reestruturação. Lencioni (1998) aponta como que é somente no século XIX que a reestruturação é alçada à categoria de análise socioespacial. A princípio, o conceito ficou restrito aos economistas e só posteriormente chegou aos debates sobre a produção espacial através do exame da reestruturação produtiva da década de 1970 nas obras do geógrafo inglês David Harvey (2008 [1989]).

Pensando esta perspectiva principalmente a partir da década de 1970, encontramos um até então “novo” paradigma na maneira de (re)produzir o espaço urbano. Neste momento, estamos tratando do conceito de reestruturação debatido exponencialmente pelo geógrafo Edward Soja.

Soja (1993, p.82) define preliminarmente como que a reestruturação “em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ‘freada’, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política.” O autor vai além e discorre como que nas reestruturações estão presentes combinações de desmoronamentos e reconstruções oriundas de determinadas deficiências ou perturbações nas condutas aceitas para a época e sociedade em questão. Nas palavras do geógrafo, “a antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural.” (Soja, 1993, p.82) De maneira mais completa, o autor corrobora ao debate com a seguinte definição:

Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente. (SOJA, 1993, p. 194)

Souza (2006, 2013) enfatiza a necessária diferenciação entre processos de reestruturação e de refuncionalização. Segundo o autor (2013, p. 69), “refuncionalizar um espaço material significa atribuir novas funções a formas espaciais e objetos geográficos pré-existent(...) reestruturar um espaço material quer dizer alterá-lo muito significativamente, modificando a sua estrutura”. Atualmente, na Zona Portuária do Rio de Janeiro, vemos os dois processos ocorrendo concomitantemente. Como veremos mais à frente, além da reestruturação, formas pretéritas, como os antigos armazéns, estão sendo utilizadas para outras funções, como festas que abrigam apresentações de blocos de Carnaval, por exemplo.

A partir da sintética exposição realizada acima, acreditamos que o conceito de reestruturação faz-se pertinente para termos uma base investigativa sólida que dê conta da análise do objeto discutido neste trabalho.

2.2 a reestruturação espacial e a Zona Portuária do Rio de Janeiro

Rabha (2006) pontua um longo processo de inércia e cristalização pelo qual a área do porto carioca passou a partir da segunda metade do século XX. A autora disserta sobre a estigmatização que a área sofreu, sendo caracterizada como “área cinzenta”, “zona obsoleta” ou “zona em transição”, sendo esta última definição oriunda dos trabalhos de setorização de Burgess (1925). Contemporaneamente, estas denominações foram substituídas por outras que tentam mascarar os excludentes processos socioespaciais presentes nas grandes intervenções em áreas centrais. Destacamos alguns termos que já foram utilizados para definir a reestruturação espacial do porto carioca: revitalização, regeneração, reciclagem de bairro, renascimento etc

Vainer (2013) constata que a tentativa de inserção da cidade do Rio de Janeiro, e também especificamente de seu porto, no hall de grandes cidades ao redor do globo que reestruturaram seus espaços em busca dos vultosos investimentos do grande capital se inicia ainda na década de 1990, principalmente através da criação do Conselho da Cidade e da homologação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

Moreira (2001, 2005) verifica a ocorrência de um projeto de reestruturação espacial para a Zona Portuária da cidade chamado “Projeto Porto do Rio”. Tal projeto se assemelha à OUC em curso na referida zona do município, contudo, aquele fora lançado ainda em 2001. Ao analisar as características do Projeto Porto do Rio, a arquiteta e urbanista identifica algumas paridades com a OUC Porto Maravilha e afirma que o projeto de 2001 serviu como base para o atual. Vejamos algumas semelhanças descritas pela autora:

As intervenções, segundo o escopo do projeto, já priorizavam a idéia de tornar a área atrativa para novos empreendimentos privados, aprimorando o sistema viário e tirando partido da paisagem e da Baía de Guanabara. Para tanto, o projeto criava diferentes pólos de intervenções a fim de promover a integração das atividades portuárias e alterar as condições de utilização e ocupação do solo naquele momento. Os projetos buscavam ainda estabelecer novos marcos espaciais e pólos funcionais. (MOREIRA, 2001, n.p)

Já no ano de 2009, deu-se início às obras da chamada OUC Porto Maravilha, na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Segundo a Porto Novo, concessionária responsável pela execução do projeto, a OUC conta com uma área de mais de cinco milhões de m². A Porto Novo é composta pelas construtoras Odebrecht (37,5% das ações); OAS (37,5%) e Carioca Engenharia (25%). A Área Especial de Interesse Urbanístico (AEIU), onde se encontra a OUC, foi instituída através da Lei complementar 101, de 23 novembro de 2009 e abrange a totalidade dos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde. A realização desta OUC só foi possível pela coalizão formada entre as esferas municipal, estadual e federal que à época realizaram uma parceria inédita para o início da OUC. Acredita-se que um dos motivos do fracasso das tentativas anteriores tenha sido a falta de uma coalizão deste porte.

Não é de se espantar a realização de sucessivas buscas por projetos de reestruturação da área em tela. Esta parte da zona periférica do centro da capital fluminense possui, assim como aponta a literatura especializada que versa de maneira geral sobre zonas periféricas do centro ao redor do mundo, grande potencial para a expansão capitalista. Sendo vizinha ao distrito central de negócios (CBD, na língua inglesa), a área conta com terrenos de grande porte que passaram por décadas de estigmatização e desvalorização. Segundo Borba (2017), estima-se que cerca de 63% do total dos terrenos do Porto Maravilha seja da União – o que resta é dividido entre o Estado do Rio de Janeiro (6%), o município (6%) e agentes privados (25%).

Como veremos no próximo tópico, após a proposital desvalorização dessa parte da área central, abre-se a possibilidade do grande capital manter elevadas as suas taxas de lucro através dos investimentos no ambiente construído, como demonstra Harvey (2005).

3. A GENTRIFICAÇÃO E AS BUSCAS PELAS RENDAS MONOPOLISTAS QUE SE UTILIZAM DA CULTURA POPULAR

Na esteira da discussão já realizada até aqui, torna-se necessário apresentar e investigar o conceito de gentrificação. Exemplos ao redor do mundo, como é o caso da cidade de Nova Iorque (EUA), apontam como os grandes investimentos no ambiente construído através das reestruturações por muitas vezes são alicerçados pela gentrificação. Dinâmica semelhante ocorre na Zona Portuária do Rio de Janeiro e, além da elucidação do próprio conceito, passaremos a nos debruçar mais sobre este recorte espacial em específico.

3.1 a gentrificação enquanto uma estratégia global da acumulação capitalista

O pioneirismo sobre os estudos da gentrificação (*gentrification*) fica à cargo da socióloga Ruth Glass (1964). A autora, ao observar o fenômeno no bairro *East End*, em Londres, criou o termo que descreve o seguinte fenômeno urbano:

Um após o outro, numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pelas classes médias alta e baixa. Locais degradados ou com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. Residências vitorianas maiores, que tinham mudado de função – ou seja, haviam passado a ser utilizadas como pensões familiares ou sub-locadas – recuperaram novamente um bom nível de status. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até que quase todas as camadas populares que aí moravam originalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado (GLASS, apud SMITH, 1996, p. 60)

Nas décadas seguintes, diversos outros autores produziram trabalhos sobre a gentrificação, chegando a ser um conceito considerado como “caótico” por Zukin (2008). Lees et al (2008) discorre acerca de duas correntes majoritárias na explicação da gentrificação: a primeira diz respeito aos estudos que compreendem a gentrificação enquanto uma estratégia global do capitalismo que está diretamente ligada à luta de classes e serve como expansão da fronteira de acumulação do capital. Para esta corrente, a gentrificação está colada ao desenvolvimento desigual do capitalismo que cria ao longo do tempo espaços desvalorizados e valorizados para continuar a expandir as taxas de lucro. A segunda é aquela que fora duramente criticada por Neil Smith (1996) e diz respeito às teorias pós-modernas que concedem a explicação da gentrificação através da “soberania do consumidor” de classe média na sociedade pós-industrial.

Smith (1996) define, de modo preliminar, a gentrificação da seguinte maneira:

Gentrificação é o processo, eu começaria, pelo qual os bairros pobres e da classe trabalhadora no centro da cidade são reformados por meio de um influxo de capital privado e compradores e locatários da classe média - bairros que já haviam experimentado desinvestimentos e um êxodo da classe média. Os bairros mais pobres da classe trabalhadora estão recebendo um remake; a capital e os nobres

estão voltando para casa e, para alguns, não é uma visão totalmente bonita. (SMITH, 1996, p.52)

Percorrendo por este caminho, o geógrafo percebe a gentrificação enquanto um processo de reestruturação urbana intimamente ligado à luta de classes, sendo um produto socioespacial decorrente de uma forma específica de produção (ressaltamos a noção de produção no sentido de não apenas produzir bens, mas da acumulação capitalista como um todo). Além disso, embora a escala local seja a privilegiada para a análise, a gentrificação é perpassada por fluxos globais característicos da reestruturação produtiva. O fenômeno ocorre tanto no capitalismo tardio como no avançado e tem em sua base a forma de acumulação mais flexível identificada por Harvey (2005)

Smith (1996, p.39) progride na argumentação e afirma que a gentrificação naturaliza exclusões socioespaciais, pois “na medida em que a gentrificação infecta as comunidades da classe trabalhadora, desloca famílias pobres e converte bairros inteiros em enclaves burgueses, a ideologia de fronteira racionaliza a diferenciação e exclusão social como natural, inevitável.” Para Smith, os pobres passam a ser vistos como “incivis” e podem facilmente ser expulsos das áreas em vias de gentrificação, seja por remoção direta, muitas vezes com violência física, ou pela hiperprecificação do solo no local.

Como alicerce teórico para o conceito de gentrificação, Smith (1979) propõe a teoria do *Rent Gap*. Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento desigual, trabalhado pelo autor na obra de (1982), faz com que o valor do solo seja diferente nas zonas das cidades. Nos Estados Unidos do pós-II Guerra Mundial, por exemplo, a grande liquidez do setor industrial foi transferida para o ambiente construído mediante a produção do distintivo subúrbio estadunidense. Sincronicamente, a área central das cidades estadunidenses foi sendo cada vez mais desprovida de investimentos, culminando em sua desvalorização, principalmente na zona periférica do centro. A partir disto, Smith (1979) propôs que há uma diferença entre a renda capitalizada, devido ao desvalorizado contemporâneo uso do solo, e a renda potencial que as zonas periféricas do centro possuem por suas características, como a proximidade ao CBD e a disposição de grandes terrenos, por exemplo. Por conseguinte, há um momento ótimo em que é vantajoso para os grandes capitalistas comprar, reformar e vender ou alugar terrenos e imóveis e obter grandes lucros a partir desta operação. De acordo com Smith (1979):

A gentrificação ocorre quando a diferença entre renda atual e renda potencial da terra é grande o suficiente para que os desenvolvedores possam comprar reservatórios de modo mais barato, possam pagar pelos custos de construtores e de lucro para a reabilitação, podem pagar pelo interesse nos financiamentos de hipotecas e construção, e podem, então, vender o produto final por um preço de venda que deixa um retorno satisfatório para o desenvolvedor. (SMITH, 1979, p. 545)

Para a teoria de Neil Smith, o processo de gentrificação, acompanhado de toda a ideologia neoliberal de produção de cidades, acaba por promover uma cidade “revanchista”. Este tipo de cidade é aquela cada vez mais hostil às minorias, à classe trabalhadora, às mulheres, aos negros

que nela habitam. Salienta-se que todo este movimento é pensado pelo grande capital por meio da produção do espaço urbano.

3.2 o aporte cultural nos processos gentrificadores: a gentrificação do porto do Rio de Janeiro e a nova fronteira urbana do Carnaval carioca

Na atual fase monopolista do capitalismo, as buscas pelas rendas de monopólio movimentam aquilo que há de mais singular no mundo. Ao tratar da questão, Harvey (2005, p.227) discorre como que aquilo que possui alegações de singularidade e autenticidade “pode ser melhor articulados enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis.” Para o autor, a inesgotável busca pelas rendas monopolistas faz com que se procure critérios de autenticidade, singularidade, originalidade, especialidade, inclusive nas manifestações culturais. Aprofundando a temática, o geógrafo inglês evidencia o seguinte:

Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas, assim como no das características ambientais especiais (incluindo, é claro, os ambientes sociais e culturais construídos)? (HARVEY, 2005, p. 232)

Ainda segundo o autor, “o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotados de poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral.” (Harvey, 2005, p. 232) Com o avanço das reestruturações espaciais a partir da década de 1970, os agentes hegemônicos compreenderam a importância das práticas culturais para o “sucesso” dos projetos. A filósofa Otília Arantes discorre como estas práticas tornaram-se elementos que dão ao grande capital a segurança para investir em um determinado espaço. A autora corrobora com o seguinte:

À medida que a cultura passava a ser o principal negócio das cidades em vias de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial. (ARANTES, 2013, p.33)

Smith (1996, p.17) ao demonstrar a gentrificação em Nova Iorque aponta como que “juntos, na década de 1980, as indústrias culturais e imobiliárias invadiram essa parte de Manhattan a partir do oeste. Gentrificação e arte vieram de mãos dadas...”. O geógrafo relata, por exemplo, que a arte utilizava-se da cultura negra do local, mas que em nada contribuía para a superação das históricas mazelas sociais as quais a população negra é submetida nos *guettos* novaiorquinos.

Trazendo o debate para a cidade do Rio de Janeiro, e mais especificamente para a Zona Portuária do município, acreditamos que o Carnaval de Rua tem cumprido o papel de manifestação cultural “autêntica”, “irreplicável”, “distintiva”, “original” que a maneira de produção do espaço urbano na era do capitalismo monopolista tanto precisa.

O historiador Luiz Antonio Simas indica 3 questões que o Carnaval Carioca, segundo ele, precisa estar atento: a tentativa de cooptação da festa popular pelo mercado, a repressão contida nos discursos sobre ordem pública e a escalada das tensões com os setores mais conservadores da sociedade. Por ora, mesmo sabendo da importância e dialética entre os três pontos, apenas nos interessa o primeiro item.

Como mencionado no início deste trabalho, o modelo neoliberal de produção do espaço urbano, ou empreendedorismo urbano, como entende Harvey (2005), tem no Plano Estratégico uma espécie de guia de suas ações. Em 2009, o documento concernente à cidade do Rio de Janeiro, intitulado “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Pós 2016, o Rio mais integrado e competitivo”, aponta como dois de seus objetivos a “recuperação” dos espaços públicos da cidade e o ousado plano de transformar o Rio de Janeiro na maior capital turística do hemisfério sul. Para cumprir tais missões, a Prefeitura considera fundamentais os grandes eventos na cidade, como o Carnaval, por exemplo.

Além do início da OUC Porto Maravilha e do Plano Estratégico, o ano de 2009 marca a tentativa por parte da Prefeitura de reestruturar o Carnaval de Rua do município. O Decreto 30393, de 8 de janeiro de 2009, versa acerca da instauração da “ordem” na folia momesca. Sendo assim, o Documento conta com uma série de entraves à folia, como a transferência de diversas competências do poder público para os blocos. O resultado disto foi que a “legalização” de blocos de rua ficou muito mais rígida e totalmente nas mãos do poder público, o que por muitas vezes impossibilita o desfile de blocos menores. Na realidade, temos como pano de fundo desse momento a busca pela mercantilização da festa por intermédio da instauração de parcerias público privadas (PPPs) para gerir o Carnaval do município. A Prefeitura, por meio da Riotur², é a responsável por realizar a folia. Entretanto, uma empresa privada, escolhida por licitação³, é quem fica à cargo de produzir o Carnaval de Rua. Esta mesma empresa deve apresentar, já em seu plano inicial, um financiador para custear as despesas.

Como desdobramento deste processo, podemos depreender a contínua tentativa de “domesticação”, mercantilização e elitização da folia. Na Zona Portuária, observamos as transformações da área acontecendo concomitantemente com as transformações no Carnaval de Rua. A reestruturação espacial em curso no porto caminha alinhada ao processo descrito para o Carnaval de Rua. Na mídia hegemônica, por exemplo, não é difícil encontrar reportagens que ligam um dito “renascimento” do Carnaval de Rua da Zona Portuária à reestruturação espacial em tela. Abaixo, há um trecho de uma matéria do jornal O Globo⁴ que possui o seguinte título: “Zona

² A Riotur é a empresa que gere o setor turístico do município. Enxergamos aqui uma grande problemática que nesta oportunidade não poderemos nos aprofundar, mas que cabe uma ressalva: o Carnaval é, antes de tudo, uma manifestação cultural carioca. O fato de tal manifestação estar inserida na empresa de turismo do município e não na secretaria de cultura já dá pistas de como o Carnaval é visto pelo poder público da cidade.

³ Desde o ano de 2010, as mesmas empresas, a Dream Factory Comunicações e Eventos Ltda (produtora) e a Companhia de Bebidas das Américas -AMBEV- (financiadora) são as vencedoras das licitações.

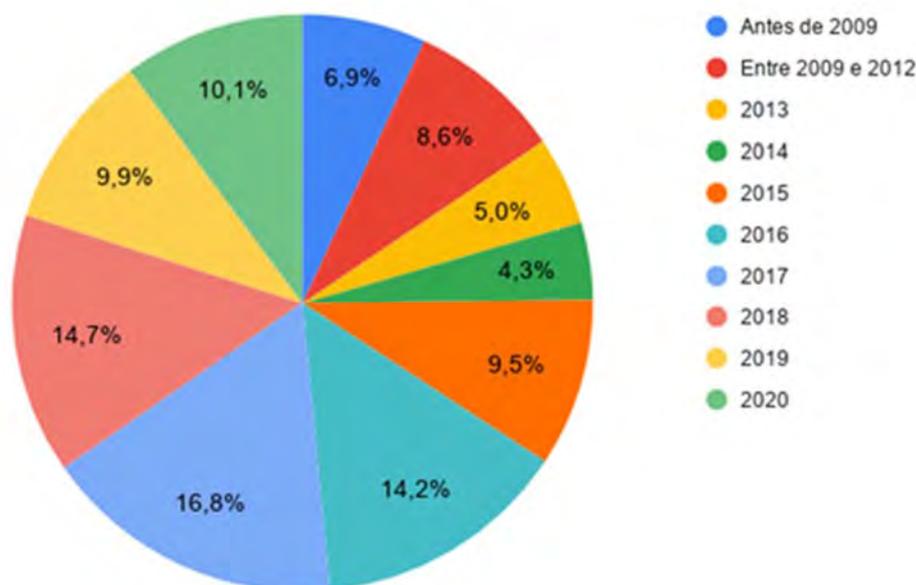
⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/zona-portuaria-onde-cultura-lancou-ancora-11137942>>. Acesso em: 01 out. 2020.

Portuária: onde a cultura lançou âncora. Música, exposições, mostras de cinema e eventos de moda são parte essencial da revitalização da região.” A reportagem trata como a reestruturação tem impactado no Carnaval da área:

Não é à toa, portanto, que o renascimento do carnaval de rua do Rio encontrou na Zona Portuária terreno fértil. Do encontro de amigos no Largo de São Francisco da Prainha surgiu, na década de 1990, o bloco Escravos da Mauá. Depois de mais de duas décadas sem cair na folia, este ano o bloco Fala Meu Louro, que remonta ao início do século passado, voltou a desfilar. O Independente do Morro do Pinto também retornou às ruas após mais de 20 anos. E a cada ano surgem novos herdeiros da festa de Momo na região, como o Pinto Sarado. (O Globo, 23 de dezembro de 2013)

A jornalista Rita Fernandes, que preside a Associação Independente dos Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (Sebastiana), relatou, também em entrevista ao mesmo jornal⁵, uma “redescoberta da região portuária” para o Carnaval de Rua. A reportagem segue e pauta que “após as obras do Porto Maravilha, muitos pontos se transformaram em palcos perfeitos para cortejos”, o que atraiu diversos blocos de outras partes da cidade para o porto. Ainda na mesma matéria, Rosieth Marinho (Presidenta da Liga de Blocos e Bandas da Zona Portuária) reflete sobre pontos positivos e negativos sobre a atração de blocos e foliões de outras zonas da cidade para a Zona Portuária. Pensando em como essa atração vem ocorrendo após o início das obras, realizamos entrevistas de campo com foliões dos blocos da Zona Portuária durante o Carnaval de 2020. Um dos objetivos foi justamente descobrir se a reestruturação está atraindo novos foliões para a área e, caso sim, qual o perfil desses foliões. Dos quase 600 entrevistados, obtivemos o seguinte padrão para o primeiro ano em que o folião foi a um bloco no porto.

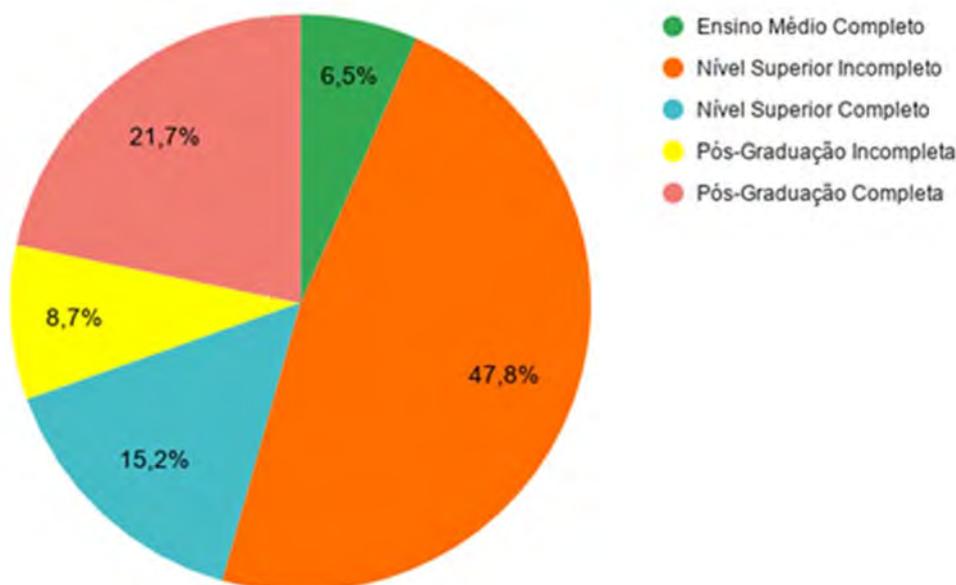
⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/fim-do-misterio-confira-mapa-secreto-dos-blocos-para-folhoes-anteados-1-24267334>>. Acesso em: 01 out. 2020.

Gráfico 1 - Anos em que os entrevistados foram a um bloco na Zona Portuária pela primeira vez

. Fonte: trabalhos de campo no Carnaval de 2020

Vejamos que os cinco anos com maior porcentagem de foliões que frequentaram blocos na Zona Portuária pela primeira vez foi a partir de 2016 até o Carnaval de 2020. Não coincidentemente, foi durante os Jogos Olímpicos de 2016, realizados na capital fluminense, que a Zona Portuária recebeu grande aporte de investimentos do poder público, da grande mídia e de parte do empresariado.

Ao analisar os dados, constatamos a presença de muitos turistas nos blocos da Zona Portuária. No universo daqueles que disseram não residir na cidade ou no estado do Rio de Janeiro, cerca de 27% dos entrevistados disseram ter frequentado blocos no porto pela primeira vez em 2020. Daqueles que frequentaram antes do Carnaval relatado, o ano mais longínquo apontado como frequentado pela primeira vez foi o de 2015. Como debatido anteriormente, o que interessa aos processos de gentrificação é a chegada de população mais solvente às áreas que passam pela dinâmica. Como podemos ver no gráfico a seguir, o nível de escolaridade, que serve como um dos indicadores de renda, é alto dentre aqueles que foram a blocos no porto carioca pela primeira vez em 2020 (turistas ou não). Destaca-se que nenhum folião entrevistado relatou ter grau de escolaridade abaixo das categorias apresentados no gráfico.

Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos foliões que frequentaram um bloco na Zona Portuária pela primeira vez em 2020

. Fonte: trabalhos de campo no Carnaval de 2020

A presença de blocos na Zona Portuária no Carnaval de 2020 não esteve restrita apenas às ruas. Em alguns antigos galpões refuncionalizados, como é o caso do Espaço Hub-RJ, que fica no bairro do Santo Cristo, foram realizadas festas que contaram com apresentações de blocos de fora da Zona Portuária. No domingo do Carnaval discutido neste trabalho, realizamos um trabalho de campo na festa “Rio POPline Carnival”, no espaço NAU Cidades, também no bairro do Santo Cristo. Durante a festa, foram realizadas as apresentações do bloco Bloconcé e da cantora Kelly Key, fora a presença de DJs. Além da necessidade da aquisição de ingresso, era vedada a entrada com alimentos e/ou bebidas de qualquer tipo. O que chamamos a atenção nesse ponto são os preços exercidos dentro do espaço. Uma garrafa d’água de 510ml, geralmente vendida por R\$3 nos camelôs durante os blocos na Zona Portuária, não saía a menos de R\$8. Uma latinha de cerveja da única marca vendida no evento, a da pequena de 350ml, custava R\$10. Nos vendedores ambulantes este mesmo produto custava cerca de R\$5 à época. Ao entrevistar um camelô que trabalhava em frente a um dos eventos, foi-nos revelado que por muitas vezes os trabalhadores aumentavam o preço dos produtos, pois ali se tratava de um público “diferenciado”.

Como visto, o Carnaval de Rua e a Zona Portuária passam por grandes transformações. A cidade e o seu Carnaval são tratados como produtos postos à venda e à espera de lucros. Ademais, o Carnaval de Rua da Zona Portuária é ainda mais impactado por estar em uma área em vias de gentrificação. Muito nos interessa continuar acompanhando estes processos e compreender quais são os seus impactos na sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a discussão conduzida ao longo deste trabalho auxiliou na compreensão de alguns processos que manifestam-se atualmente na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente em sua Zona Portuária. A reestruturação espacial em curso no porto do Rio de Janeiro não foi pensada e está sendo executada para atenuar as desigualdades existentes no local. Pelo contrário, através da gentrificação, a proposta é fazer com que cada vez mais uma população mais abastada frequente o espaço em detrimento da população de baixa renda.

Destaca-se que tais estratégias de reprodução da desigual produção do espaço urbano na cidade contribuem para a manutenção da grande disparidade presente na estrutura do município. Como fora observado, percebe-se que o Carnaval pode ser utilizado por certos agentes da produção do espaço urbano como elemento fundamental para a gentrificação de áreas populares. Evidencia-se que a busca pelas rendas monopolistas encara a cultura como elemento fundamental para o êxito de seus objetivos e na Zona Portuária do Rio de Janeiro, através da OUC Porto Maravilha, este processo vem dando-se de maneira intensa ao longo dos últimos anos. Reflete-se que os dados discutidos nos dão uma pista de como a chegada de novos foliões aos blocos do porto carioca faz parte da estratégia do grande capital para a área e de como isto impacta o Carnaval de Rua desta zona.

Por fim, quando passada a pandemia de Covid 19, fica o questionamento de como a grave crise que se avizinha no cenário nacional impactará a reestruturação realizada pela OUC Porto Maravilha e os seus processos em curso atualmente. Aguardemos o cortejo dos próximos carnavais.

REFERÊNCIAS

BORBA, Tuanni. O Patrimônio da União no âmbito do Porto Maravilha. In: **Observatório das Metrópoles**. 2017. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-patrimonio-da-uniao-no-ambito-do-porto-maravilha/>> Último acesso em: 11 jan 2021.

BURGESS, E. W.. “**The growth of the city**”. In: **PARK, R. E. (et. al.). The city**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1967.

GLASS, Ruth. “Introduction: aspects of change”. In. **Centre for Urban Studies (org.). London: aspects of change**. London: Mackibbon and Kee, 1964.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo. Editora Loyola. 17ª ed., 2008. 349 p.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006. 476 p

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. **VI Encontro de Geógrafos da América Latina**, 1998.

LEES, L. et. al. **Gentrification**. Nova Iorque: Routledge, 2008. 267 p.

MOREIRA, Clarissa. 2011. "Porto do Rio: um apelo". **Minha cidade**, n.2, ano 12. sem paginação. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/minhacidade/12.134/4024>>. Acesso em 17 jan 2021.

MOREIRA, Clarissa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação**: cenários para o Porto do Rio de Janeiro. São Paulo, Unesp, 2005

RABHA, Nina de Carvalho Elias. Centro do Rio: perdas e ganhos na história carioca. 2006. 443 p. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SMITH, Neil . "Toward a theory of gentrification: A back to the city movement by capital, not people". In: **Journal of the American Planning Association**. v.45, nº 4, 1979. p.538-548.

_____. **The new urban frontier**: gentrification and the revanchist city. London: Routledge, 1996. 267 p.

_____. Gentrification and uneven development. Oxford: **Economic Geography**, v. 58, 1982. p. 139-155.

_____. New globalism, new urbanism: Gentrification as global urban strategy. Worcester, Massachusetts: **Antipode**, v. 34, nº3, 2002. p. 427-450.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 323 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1ª ed., 2013. 320 p.

_____. **A prisão e a agora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632 p.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. 8. ed., Petrópolis, RJ, 2013. 292 p

ZUKIN, S. Gentrification: culture and capital in the urban core. **American Review of Sociology**, n. 13, 1987. p. 129-147.

DECRETOS E LEIS

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - Pós-2016** - : o Rio mais integrado e competitivo. Rio de Janeiro, 2009.

RIO DE JANEIRO. **DECRETO** nº 30393, de 8 de janeiro de 2009. Poder executivo.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar**. n.º 101 de 23 de novembro de 2009. Poder Executivo.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e vida nas cidades Latino-Americanas.

SOBRE SISTEMAS TERRITORIAIS DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS SOCIAIS: NOTAS METODOLÓGICAS PARA ANÁLISE DE INCLUSÃO SOCIOTÉCNICA EM CONTEXTO PERIFÉRICO

Carlos Eduardo Falcão Luna (PPGEO/UFPE)¹
Ana Cristina de Almeida Fernandes (PPGEO/UFPE)²

RESUMO

Pretendemos neste trabalho refletir sobre inclusão sociotécnica em contextos periféricos, a partir do caso da Região Político-Administrativa 3 (RPA 3) do Recife. O arcabouço teórico para tal reflexão envolve os conceitos de Sistema Territorial de Inovação (STI) e Tecnologias Sociais (TS). O primeiro remete à importância da formação econômico-territorial como fator que condiciona emergência, comportamento e possibilidades de cooperação entre os atores envolvidos na produção de inovações, no sistema brasileiro subalterno e retardatário, caracterizado por profunda exclusão sociotécnica, a qual afeta preponderantemente cidadãos de áreas urbanas vulneráveis, caso da RPA 3. O caráter subalterno do STI brasileiro se desdobra em subjetividades que limitam o imaginário, a apropriação e desenvolvimento de soluções tecnológicas. Neste contexto, aquisição de habilidades técnicas se torna um desafio sociocognitivo. O conceito de STI contribui à análise, ao iluminar a posição e as relações entre os atores do território, bem como as relações de poder que se estabelecem entre eles e a maneira como mobilizam recursos, objetos e ações. O conceito de Tecnologias Sociais, por sua vez, favorece reflexão sobre possibilidades e limites à produção de soluções tecnológicas por atores historicamente excluídos das políticas de CT&I. Volta-se a atenção à investigação para além da mera aquisição de habilidades, propondo-se arcabouço teórico-metodológico baseado na articulação destes dois conceitos, para avaliar quais as possibilidades cognitivas, técnicas e estruturais prevalentes no território que bloqueiam o desenvolvimento de tais habilidades e de um sistema territorial de inovação inclusiva, que apresenta problemas vividos em territórios com características semelhantes à RPA 3.

Palavras-chave: Sistema Territorial de Inovação; Tecnologias Sociais; Inclusão Sociotécnica; Território.

1. INTRODUÇÃO

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Email: carloslunna@tear.art.br

2 Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Email: anacf.ufpe@gmail.com

Este artigo se propõe a apresentar uma metodologia de análise que permita averiguar as possibilidades de apropriação sociotécnica no contexto latino-americano. Para tal, apresenta-se o desenvolvimento de aspectos teórico-metodológicos de pesquisa em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. A tese busca, em linhas gerais, oferecer contribuição para o incipiente campo da geografia da inovação e dos estudos sobre a técnica como um todo, ao experimentar métodos de pesquisa que priorizem a espacialização do fenômeno, com a expectativa que eles possam ser apropriados por outros pesquisadores, quiçá pelos sujeitos sociais, na busca da resolução de problemas nos territórios.

Nossa inquietação advém do atual momento técnico-científico, em que a difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) permeia o cotidiano dos cidadãos, e cuja aprendizagem/manejo/domínio se torna imperativa do ponto de vista profissional e das relações sociais. Contudo, entendemos que a difusão das tecnologias se dá de maneira desigual em espaços diferentes, sobretudo, no contexto latino-americano, marcado por uma formação socioespacial em que a colonização deixou marcas na paisagem dos países e na subjetividade de seus habitantes.

Portanto, a análise proposta pretende considerar o processo de formação socioespacial do território estudado, a Região Político-Administrativa 3 (RPA 3) do Recife, no Estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro, localidade periférica de uma região também periférica. Nesta, os vestígios de sua formação induzem limites, mas também possibilidades na aquisição de técnicas para benefício de seus habitantes, na perspectiva do desenvolvimento endógeno e autodeterminação.

Para tanto abordaremos conceitos como Inclusão Digital, Tecnologias Sociais e Sistemas Territorial de Inovação, com o objetivo de compreender o sistema de objetos e ações possíveis de serem realizadas no território, a discussão sobre as tecnologias apropriadas para o desenvolvimento endógeno e as relações que constituem o ambiente sociotécnico, como instância social que influencia nas subjetividades e possibilidades recursivas da população local.

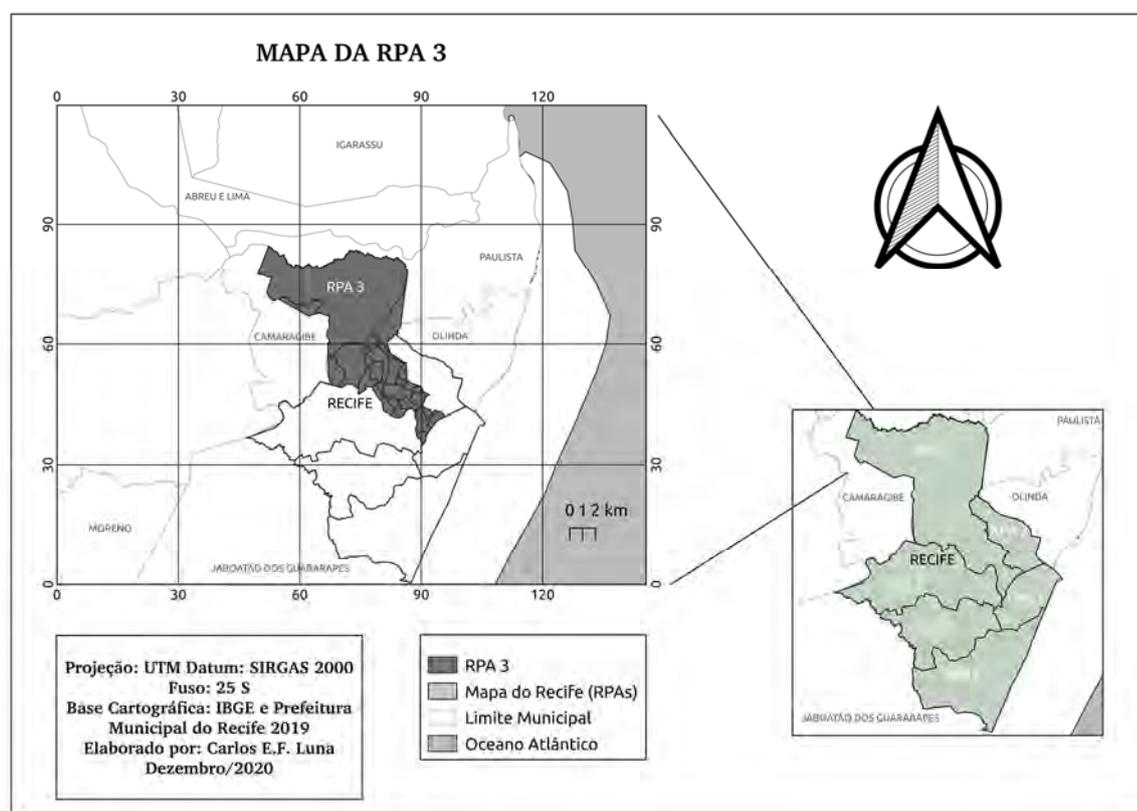
Neste artigo, dividimos o trabalho em três seções, além desta introdução, mais três, em que a seção 2 trata da caracterização do espaço da RPA 3 e da articulação conceitual entre espaço, tecnologia e habilidades sociotécnicas, seguida da seção 3 que versa sobre a proposta metodológica da pesquisa, finalizando com a última seção dedicada às considerações finais.

2 – CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO E MARCO TEÓRICO

O objetivo desta seção é discorrer sobre o referencial teórico que tem balizado a nossa investigação, sobretudo, a categoria formação socioespacial e os conceitos de inclusão digital, Sistema Territorial de Inovação (STI) e Tecnologias Sociais (TS), que nos dão subsídios para analisar as possibilidades de apropriação sociotécnica em territórios com características semelhantes à RPA 3 do Recife. Contudo, iniciemos por caracterizar brevemente o território em estudo, para em seguida argumentar mais amiúde sobre as escolhas teóricas.

De acordo com a Lei Municipal nº16.293/97³ os 94 bairros do Recife estão divididos em 6 Regiões Político-Administrativas (RPAs): RPA 1 (Centro), RPA 2 (Norte), RPA 3 (Noroeste), RPA 4 (Oeste), RPA 5 (Sudoeste) e RPA 6 (Sul). A RPA 3 abrigava 312.921 habitantes no ano de 2010, segundo recenseamento do IBGE realizado no mesmo ano. Este total representava, naquele ano, 20,35% da população da cidade.

Mapa 1 – Mapa da Região Político-Administrativa 3 (RPA 3) do Recife



Fonte: Elaboração própria

3 Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1997/1629/16293/lei-ordinaria-n-16293-1997-dispoe-sobre-as-regioes-politico-administrativas-do-municipio-do-recife-e-da-outras-providencias> acessado em 06/01/2021.

Indicadores como classe de rendimento, taxa de alfabetização e presença de equipamentos culturais na RPA 3, demonstram a posição desfavorável, mesmo em relação ao Recife como um todo. No que concerne ao rendimento destaca-se a quantidade de pessoas enquadradas no indicador “sem rendimento”. No Estado como um todo, cerca de metade da população, enquanto Região Metropolitana do Recife (RMR), na cidade do Recife e na RPA 3 esses dados são de cerca de 1/3. Os bairros Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio e Guabiraba acompanham o desempenho estadual, enquanto os demais acompanharam as demais escalas com a marca de 1/3 da população sem possuir rendimento.

Com exceção dos bairros de Casa Amarela e Tamarineira, em todos os outros mais de 90% das pessoas com dez ou mais anos de idade vivia com até dois salários mínimos no ano de 2010. R\$ 510,00 reais era o valor do salário mínimo em 2010. Reconhecemos a defasagem dos dados, mesmo tendo sido obtidos do recenseamento mais recente. Todavia, reiteramos que a estrutura socioespacial da cidade não sofreu alterações radicais desde então, a ponto de modificar substancialmente este quadro. A desvantagem no indicador rendimento dos habitantes da RPA 3 tem impacto na apropriação sociotécnica, no acesso a educação e cultura, enfim, na liberdade de escolhas desta população.

No que diz respeito à taxa de alfabetização, exceto os bairros de Casa Amarela e Tamarineira, todos os bairros ficam abaixo das médias, já baixas do Recife, Região Metropolitana, e mesmo da RPA 3 como um todo, todos os bairros com cerca de 10% de analfabetos, e Nova Descoberta superando a casa dos 11%. São dados que nos permitem mensurar a defasagem da RPA no que concerne a inserção no campo da educação, o que dificulta a aquisição de habilidades desta camada da população.

A presença de equipamentos de cultura é importante para a aquisição de conhecimentos e sociabilidades dos atores sociais. Na RPA 3, se encontravam apenas 2, das 12 bibliotecas existentes no ano de 2015 na cidade do Recife⁴. Estes são breves exemplos de aspectos fundamentais para a aprendizagem e aquisição de habilidades na RPA 3, na qual podemos constatar a defasagem da RPA 3, mesmo em relação ao próprio Recife como um todo.

A escolha da RPA 3 como território a ser investigado se deu pelo fato de ter sido ali realizado um projeto que tinha entre os objetivos promover a inclusão digital no local, entre fevereiro de 2018 e julho de 2019, o Polo de Formação e Reúso de Eletroeletrônicos do Recife (PFRER)⁵. O projeto foi financiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB)⁶ e teve como

4 Fonte: Anuário estatístico de Pernambuco 2016 <http://www.anuario.pe.gov.br/>

5 Site, disponível em <https://polo.rec.br/> acessado em 06/01/2021.

6 Site, disponível em <https://fbb.org.br/pt-br/> acessado em 06/01/2021.

proponente, o Instituto Intercidadania⁷, com execução do Centro de Recondicionamento de Computadores do Recife (CRC Recife)⁸.

A dinâmica das ações no Polo se deu, em resumo, com a recepção da doação de equipamentos eletroeletrônicos danificados, os quais eram transformados em insumos para oficinas de recondicionamento de computadores, ministradas para jovens em vulnerabilidade social e o produto das oficinas, os computadores recondicionados, eram doados para organizações do terceiro setor, escolas, etc.

O foco de nossa pesquisa está nas atividades de formação em *recondicionamento de computadores* com carga horária de 213 horas/aula. Entendemos que os processos de aprendizagem, sobretudo no campo das TICs, com aplicação de Tecnologias Sociais, poderiam facilitar a aquisição de habilidades pelos habitantes locais para atuarem tanto profissionalmente no campo das tecnologias quanto na resolução de problemas locais.

Dos 55 alunos que participaram das duas turmas de formação em recondicionamento de computadores promovidas no semestre 2018.2 pelo Polo de Formação e Reuso de Eletroeletrônicos do Recife, 36 foram provenientes da RPA 3, que é a mesma onde os cursos foram ministrados, especificamente, no bairro de Apipucos. A distribuição espacial dos alunos na RPA 3 se deu entre os seguintes bairros: Alto José do Pinho (20), Mangabeira (5), Nova Descoberta (3), Casa Amarela (2), Alto José Bonifácio (1), Alto Santa Izabel (1), Guabiraba (1), Macaxeira (1), Sítio dos Pintos (1) e Tamarineira (1).

O território guarda ainda diferenças intraespaciais significativas. Cada RPA do Recife é dividida em 3 microrregiões, no caso da RPA 3, a subdivisão pode ser observada na tabela abaixo:

7 O Instituto Intercidadania promove, entre outras ações, a tecnologia social das Produtoras Culturais Colaborativas, que mobiliza ferramentas tecnológicas livres e economia solidária para a produção cultural comunitária <https://intercidadana.org.br/>, acessado em 06/01/2021.

8 O Centro de Recondicionamento de Computadores é uma tecnologia social que prevê a coleta de resíduo eletroeletrônico, que serve de insumo para formações em recondicionamento de computadores. Após serem recondicionados, são formados kits telecentro, que são doados para instituições da sociedade civil e do terceiro setor <https://www.crcrecife.org/>, acessado em 06/01/2020.

Tabela 1 – Microrregiões da RPA3

| MICRORREGIÕES RPA 3 | BAIRROS | QTD. ALUNOS 3 | QTD. ALUNOS 4 | TOTAL |
|----------------------------|--|----------------------|----------------------|--------------|
| Microrregião 3.1 | Aflitos, Alto do Mandu, Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Derby, Dois Irmãos, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Monteiro, Parnamirim, Poço, Santana, Tamarineira, Sítio dos Pintos | 3 | 2 | 5 |
| Microrregião 3.2 | Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Mangabeira, Morro da Conceição, Vasco da Gama | 17 | 10 | 27 |
| Microrregião 3.3 | Brejo da Guabiraba, Brejo do Beberibe, Córrego do Jenipapo, Guabiraba, Macaxeira, Nova Descoberta, Passarinho, Pau Ferro | 2 | 2 | 4 |
| TOTAL GERAL | | 22 | 14 | 36 |

Fonte: Autoria própria, inspirado em Bitoun (2005)

Percebe-se a concentração dos alunos na microrregião 3.2, alavancada pela alta presença de alunos residentes no Alto José do Pinho, motivada pela parceria do Polo com o Centro Dom João da Costa⁹, localizado no bairro, que intensificou a divulgação neste território. Junto com a microrregião 3.3, formam uma área contígua, composta por morros, que na intensificação da urbanização do Recife a partir da década de 1950, abrigou as populações menos favorecidas que vinham do interior de Pernambuco e de outros Estados do Nordeste, em busca de melhores condições de vida, que passaram a residir nos morros, impossibilitadas de adquirir imóveis em áreas mais centrais da cidade. Os morros ofereciam uma alternativa, ainda que envolvida pelos riscos de deslizamento, às áreas insalubres para moradia dos mangues da planície, onde os despossuídos terminavam se assentando (SOUZA; FALCÃO, 1985). Afinal, as condições econômicas de tal população impossibilitavam seu acesso aos bairros mais bem atendidos por infraestrutura urbana, como registra Josué de Castro, nesta passagem de seu livro *Geografia da Fome*, característica da ocupação urbana do Recife à época:

Recife é uma cidade que sempre atraiu um excesso de população formado de elementos adventícios que fugiram da zona rural acossados por dois grupos de causas de expulsão: as secas periódicas do sertão nordestino e os salários miseráveis das zonas das usinas. Estes elementos tecnicamente mal

9 Fanpage no Facebook, disponível em <https://www.facebook.com/login/?next=https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2FCSDJoaoCosta> acessado em 21/01/2021.

equipados subsistem as mais das vezes à margem da economia urbana, vegetando num tipo de vida extremamente precário, de recursos os mais limitados (CASTRO, 1984, p.142).

Ainda que o cenário de fome endêmica, seja uma característica atenuada na cidade, esta configuração espacial persiste, majoritariamente, até os dias atuais, mesmo que a disseminação da população em condições de miséria seja aparente na paisagem de todo o espaço recifense. Na citação, observamos os termos “*tecnicamente mal equipados*” e “*recursos os mais limitados*”. Pensamos, então, na técnica enquanto instrumento de mobilização de recursos materiais e simbólicos no território. Este tipo de mobilização na contemporaneidade está mediado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) cuja predominância na vida social atualmente exige que a população realize esforço de aprendizagem, como meio de sociabilidade e reprodução da vida, à semelhança da alfabetização em tempos passados.

Contudo, a aquisição de habilidades técnicas em territórios com as características sociais da RPA 3 está limitada pela sua formação. A categoria *formação socioespacial* foi cunhada por Milton Santos (1977), na perspectiva da abordagem crítica da formação do Brasil, alinhada com obras como as de Celso Furtado (2005) e Caio Prado Jr (2012). O autor baiano recuperou a categoria Formação Econômica e Social (FES) do marxismo e elaborou sua formação socioespacial com o objetivo de trazer o espaço para o primeiro plano da análise, como “instância social”:

a passagem efetiva da formação social ou da formação social e econômica para a formação socioespacial se realiza com o reconhecimento do espaço como uma das esferas da vida de que falava Lênin, elemento da unidade entre base econômica e superestrutura. Com tal intuito Milton Santos (2002) propõe em *Por uma Geografia Nova a compreensão do espaço enquanto fato social, fator e instância social* (MACHADO, 2016, p.88).

Junto com Maria Laura Silveira (2005), Milton Santos aprofunda a categoria de formação socioespacial e dá relevo à questão da técnica na maneira como se constituem os espaços. Os autores dividiram a formação do Brasil em três períodos técnicos que marcam os “*meios geográficos*” (SANTOS e SILVEIRA, 2005, pp.28-53): *meio natural*, em que prevalece a natureza sobre o homem, na perspectiva dos autores, seria o período antes da chegada dos portugueses, em que predominava o modo de vida indígena¹⁰; *meio técnico*, o período mais longo que vai da chegada dos portugueses até meados da década de 1970 (que por ser o período mais longo passa por várias etapas, as quais não detalharemos neste artigo), em que foram construídas estruturas físicas (portos, rodovias, ferrovias) para atender

10 Cabe ressaltar que os autores, nesta obra, não indicam uma periodização exata, relatam os acontecimentos, pelos quais se deduz o período, dos quais é possível demarcar cada período no tempo.

demandas, sobretudo, do mercado externo, o qual os autores indicam como período de incremento da infra-estrutura, mas, que ocorreu com distribuição desigual no Brasil e com baixa integração regional; o *meio técnico-científico-informacional*, a partir da década de 1970, que teve como características o desenvolvimento das telecomunicações do país e a intensificação do fluxo de circulação de mercadorias, neste momento ocorre maior integração nacional, ainda que mantidas as estruturas e desigualdades socioeconômicas. Destacam-se nesse período a informação, a financeirização e a ‘fluidez do espaço’.

Nos chamou a atenção a maneira como os autores situaram os três períodos no tempo: “*De um tempo lento, diferenciado segundo as regiões, passamos a um tempo rápido, um tempo hegemônico único, influenciado pelo dado internacional: os tempos do Estado e das multinacionais*” (SANTOS e SILVEIRA, 2005, p.52).

Na virada dos séculos XX para o XXI percebe-se a intensificação das comunicações com o advento e a expansão da internet, com ainda mais influência das multinacionais e da financeirização (DOWBOR, 2018), incrementada pela individualização do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. É diante desta formação socioespacial que se conforma o ambiente sociotécnico brasileiro, no qual a RPA 3 é um território periférico, situada no contexto de um Estado atualmente periférico na economia do país, como é o caso de Pernambuco.

No que concerne à noção de Inclusão Digital, demarcamos de início que a apropriação técnica é indissociável da formação do ser social, pois, conforme podemos perceber ao abordarmos a categoria formação socioespacial, a trama de relações no espaço e o desenvolvimento técnico existente, em relação com outras escalas espaciais, constitui a subjetividade dos sujeitos, as suas possibilidades de aprendizagem e as suas liberdades de escolha. Tratamos, então, não só da apropriação da técnica, mas de apropriação sociotécnica.

Segundo Amartya Sen (2000) a exclusão social limita a liberdade de escolha dos indivíduos, fazendo com que eles tenham dificuldade, inclusive de vislumbrar possibilidades de modos de vida. A presença constante das TICs no cotidiano, intensificada pela individualização do uso da internet através dos *smartphones* a partir da década de 2010, criou um imaginário de que todos estão conectados e incluídos digitalmente. Contudo, a velocidade da internet a que os sujeitos tem acesso, o tipo de equipamento, somados ao ciclo escolar e à formação socioespacial, influenciam na apropriação desigual da técnica para atuar no campo das tecnologias da informação e comunicação.

Preocupado com a natureza da inclusão digital efetiva dos diferentes grupos sociais, Mark Warschauer (2006) criou uma tipologia em que ele elenca os recursos necessários para

essa inclusão: Recursos Físicos (computadores e conectividade), Recursos Digitais (conteúdo e linguagem), Recursos Humanos (letramento de educação) e Recursos Sociais (comunidades e instituições). Portanto, a imbricação da apreensão destes recursos é primordial, em sua concepção, para um desenvolvimento holístico dos cidadãos com ênfase na apropriação sociotécnica de habilidades para atuar no campo das tecnologias. Esta aquisição é limitada pela sua inserção nos processos educacionais, onde o conhecimento formal básico é ensinado e pela formação socioespacial que condiciona a criação de subjetividades e vislumbre de possibilidades aos indivíduos.

A reaplicação de Tecnologias Sociais (TS) em territórios com características similares aos da RPA 3 pretende viabilizar a apropriação técnica para a resolução de problemas locais. Ao longo da década de 2000 no Brasil, executaram-se ações transversais entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, do Trabalho e Emprego, e da Ciência e Tecnologia, em parceria com organizações estatais como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e com organizações da sociedade civil, como a ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro).

O livro *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento* (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2004) sintetiza algumas concepções para a realização das ações com utilização de TSs no país. Elas são de distintas naturezas, desde a construção de cisternas no semiárido até a utilização de *softwares* livres para a produção cultural comunitária. A Fundação Banco do Brasil (FBB) é a organização que esteve à frente do lançamento de editais para a execução destas políticas e administração dos recursos destinados. Até hoje, certifica as TS, e mantém uma plataforma¹¹ que aglutina diversas experiências distribuídas pelo território brasileiro, além de lançar edital bianual que certifica e premia tecnologias sociais.

Contudo, para além das políticas públicas, propomos abordar tecnologias sociais como conceito, conforme a definição de Hernán Thomas (2009):

É possível definir Tecnologia Social como uma forma de desenhar, desenvolver, implementar e gerir tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e desenvolvimento sustentável. A Tecnologia Social alcança um amplo leque de produções de tecnologias de produto, processo e organização: alimentos, moradia, energia, água potável, transporte, comunicações, entre outras. Os atores fundamentais dos processos de desenvolvimento de Tecnologias Sociais na região são: movimentos sociais, cooperativas populares, ONGs, unidades públicas de I+D, divisões governamentais e organismos descentralizados, empresas públicas (e, em menor medida, empresas privadas) (THOMAS, 2009, p.2).

11 Chamada de Banco de Tecnologias Sociais ao longo das primeiras duas décadas dos anos 2000, passou a ser chamada de Transforma, a partir de 2018. Disponível em <https://transforma.fbb.org.br/> acessado em 05/01/2021.

O uso de TS se dá, em geral, na perspectiva da reaplicação, da qual chamamos a atenção para a sua distinção com relação ao termo replicação, tão bem elucidada nesta passagem: “*se denomina reaplicação como um processo específico com aspectos distintivos, próprios, dado pelo caráter do contexto sociotécnico que conota a relação que se estabelece entre os atores com ela envolvidos*” (BRANDÃO, DAGNINO e NOVAES, 2004, p.33). De acordo com esta concepção se rejeita a mera réplica e ganha relevo a reaplicação que leva em consideração as demandas endógenas de acordo com o contexto sociotécnico.

Contudo, para que esta reaplicação de TS de fato ocorra, com a participação efetiva da população local, é necessário que a mesma vislumbre quais problemas locais são passíveis de resolução com a utilização de tecnologias sociais. Durante a construção de uma TS, o próprio processo de se definir o que de fato é um problema endógeno gera mais aprendizado, do que simplesmente a aplicação de uma determinada técnica, o que remete às *relações problema/solução e funcionamento/não funcionamento*, conforme o formulado por Thomas (2008, p.256-257); Fressoli e Thomas (2008, p.122); Thomas (2009, p.18); Becerra, Thomas e Picabea (2014, p.20-21). Para estes autores, em alguns casos, tecnologias que não funcionam ou problemas que não são resolvidos, agregam mais na organização social e no desenvolvimento do processo de participação, culminando em aprendizado para todos os envolvidos, do que processos que são considerados como bem-sucedidos do ponto de vista técnico.

Os mesmos autores ressaltam também as *alianças sociotécnicas* como importantes para a construção e reaplicação de TS e elas podem ser feitas entre organizações estatais, da sociedade civil, ou mesmo empresas, mas também, a partir da ação direta da própria população do território e da articulação em rede com habitantes de contextos sociotécnicos semelhantes. Foi a partir de uma dessas alianças que se constituiu o projeto do Polo de Formação e Reuso de Eletroeletrônico do Recife através dos agentes citados no início da seção. Thomas (2009) denomina de *desafio sociocognitivo* as contingências de realizar a inclusão sociotécnica no contexto latino-americano, através das tecnologias sociais, pois, além da apreensão das técnicas é preciso considerar a subjetividade destas populações.

A análise da utilização das TICs na RPA 3 se constitui de maneira complexa, pois no caso das formações promovidas pelo Polo, estamos a tratar de aquisição de habilidades para possível desenvolvimento de inovações, mais do que, efetivamente, de uma inovação específica, seja ela de produto, de processo, de marketing ou organizacional conforme o Manual de Oslo (OCDE, 2016, p.23). O conceito de Sistemas Nacionais de Inovação (SNI) (FREEMAN, 1995) que prevê a articulação entre organizações como empresas, Estado,

universidades e organizações do terceiro setor, parece uma chave para dar relevo à dimensão espacial da inovação, com ênfase na escala nacional.

Entretanto, as especificidades da formação socioespacial dos países latino-americanos requerem maior acurácia na análise de cada espaço em particular, pois as contingências socioeconômicas e a baixa articulação entre as organizações tornam os sistemas de inovação no continente “*mais potenciais que reais*” (AROCENA e SUTZ, 2006, p.2). Ademais, certamente, há contingências nas articulações entre organizações em todas as partes do mundo, agravadas na América Latina pela maneira desigual em que ocorreu a formação socioespacial nos países do continente.

Para o caso do nosso objeto de estudo, a categoria território parece contribuir mais com a abordagem multiescalar do que o enfoque na escala nacional, conforme o proposto nos SNIs, pois leva em conta as relações entre os sujeitos e o espaço, e como aquele espaço configurado de objetos ao longo de sua formação, sugere ações para a mobilização de recursos por parte de seus habitantes. Nos contempla, neste sentido, a noção de Sistema Territorial de Inovação (STI) (FERNANDES, 2016):

...pode-se pensar em sistema territorial de inovação (STI) como o espaço de relações complexas entre agentes diversos, localizados em um dado recorte do espaço, mas com conexões com outros recortes em diferentes escalas, reunidos com vistas à produção, apropriação e difusão de inovações, cujos benefícios estão sujeitos à capacidade de negociação dos agentes envolvidos, destacando-se o Estado entre estes, em um contexto de disputas nas quais estão em jogo a obtenção de lucro e o controle externo do território frente a objetivos mais coletivos de solução de problemas comuns vivenciados pelos atores dele originários (FERNANDES, 2016, p.18).

Na perspectiva aludida acima, entendemos STI como um método de pesquisa que se configura em torno dos componentes do território (indivíduos, grupos, organizações), dos fatores/objetos, inerentes ao território estudado (recursos naturais, regras e leis, valores, infraestrutura, etc.) e das ações realizadas neste espaço (produção, troca e difusão de conhecimento; formação de mercados, etc). Os componentes realizam agenciamentos, balizados por relações de poder, próprios da composição territorial e sofrem influências das dimensões nacionais e regionais em seu sistema de inovação.

Projetos como o do Polo podem inclusive gerar mais autonomia aos indivíduos habitantes do território, ao se apropriarem de habilidades técnicas que os ajudem a superar problemas locais de maneira menos dependente do Estado e de organizações que não foram gestadas no território. Em uma visão mais otimizada, esta aquisição de habilidades pode propiciar ações diretas e organizações endógenas para a articulação e o desenvolvimento

local, oriundas da criação e reaplicação de tecnologias sociais em territórios com as características semelhantes as da RPA 3, o que pode conformar um sistema territorial de inovação com vocação inclusiva do ponto de vista sociotécnico.

3 – LIMITES E POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÃO SOCIOTÉCNICA

Entendemos que a análise da inclusão sociotécnica no contexto latino-americano deve considerar os seguintes elementos, de modo a traduzir suas especificidades: a formação socioespacial do território; advindos desta formação, a inserção dos habitantes no sistema educacional e a condição de exclusão social; e o ambiente sociotécnico, no qual os sujeitos sociais estão inseridos.

A formação socioespacial em territórios do continente latino-americano está condicionada pela sua condição colonial, que além de estruturar o sistema técnico da localidade, lhe imputa condições desiguais mesmo dentro dos territórios. Nossa análise pretende comparar indicadores como escolaridade, renda e acesso a conectividade e internet, da RPA 3 com os do Recife, de Pernambuco e Brasil, mas também dentro da própria RPA, no qual a divisão em microrregiões, indicadas acima, já denota esta possibilidade de abordagem.

Concordamos com Souza (2013, p.181) sobre a diferenciação entre a escala do fenômeno e a escala de análise. Em nossa pesquisa, ressaltamos que se trata de um fenômeno local, mas para o qual propomos uma análise multiescalar. O autor aprofunda sua discussão sobre a escala local, com a divisão em subescalas micro, meso e macro-local (SOUZA, 2013, pp.201-208). Esta subdivisão não está relacionada somente a limites espaciais, mas sobretudo, às maneiras de experienciar o espaço. Para fins de referência, o autor relaciona a escala micro local com o quarteirão, o bairro, o condomínio; a escala meso local com o município e a escala macro local como a região metropolitana, que comporta variações de acordo com o tamanho das cidades ou se o ambiente é rural ou urbano.

No caso da residência dos alunos das duas turmas dos projetos de formação do PFRER que escolhemos como nossa amostra, entre os 36 no total, 31 residem nas microrregiões 3.2 e 3.3. Os bairros destas microrregiões, estão situados às margens da Avenida Norte numa área da cidade em que predominam os morros. Mais do que considerar a análise como meso ou micro local, a noção de setor geográfico pode vir a ser mais precisa: “*Ele pode ser entendido como um*

conjunto de bairros com características próprias e ‘personalidade’ definida” (SOUZA, 2013, p.159).

A condição de exclusão (SEN 2000) a qual os habitantes deste setor estão relegados é resultado de um processo educacional que limitou suas possibilidades de escolha ao longo da vida. Pretendemos analisar desde ações educativas na localidade até o atual acesso às escolas públicas. Como exemplo dessas ações, está o Movimento de Cultura Popular (ROSAS, 1986; WEBER, 1984), sediado no bairro de Casa Amarela, na RPA 3, na virada da década de 1950 para os anos de 1960, que tinha uma visão holística do aprendizado, que pretendia aliar formação educacional com a cultura como um todo. Em 1964, a ditadura militar destrói a sede do movimento, assim como todos os seus documentos e coloca tanques de guerra em frente.

Descontinuidades, avanços e retrocessos, constituem a formação socioespacial da RPA 3, o que remete ao desafio sociocognitivo, conforme elaborado por Hernán Thomas. Este desafio se faz presente na aquisição de habilidades por parte dos alunos de projetos como PFRER.

Contudo, outra dimensão que influencia no aprendizado e no desenvolvimento dos alunos no campo das tecnologias da informação e comunicação é o ambiente sociotécnico no qual eles estão inseridos. Este ambiente é composto pelo Estado, empresas, escolas, universidades e organizações da sociedade civil presentes no local. Ao longo da formação socioespacial do território estes atores sociais realizaram agenciamentos que legaram um sistema de objetos (no caso das TICs, instalações com vistas à inclusão digital) através das ações destes atores. Denominamos este sistema técnico como sistema territorial de inovação, conforme a elaboração teórica de Fernandes (2016).

Pretendemos compreender o papel do Estado no contexto das TICs no território, através de instalações, como por exemplo telecentros, escolas e bibliotecas; de organizações da sociedade civil, como o próprio Centro de Recondicionamento de Computadores e de empresas atuantes na localidade. Contudo, essa conformação de objetos técnicos, é formada a partir de demandas ocasionais do poder público, com baixa articulação entre os atores (AROCENA e SUTZ).

Ademais um sistema territorial de inovação inclusiva, depende da aquisição de habilidades por parte dos habitantes locais, nos quais a reaplicação de

tecnologias sociais pode ser um vetor de mudança de uma perspectiva subalterna de recepção de pacotes tecnológicos prontos, para outra com maior autodeterminação, saindo de uma visão “de cima para baixo” para uma “debaixo para cima”.

Para atingir tais objetivos lançaremos mão de análise documental, que deriva de documentos como os relatórios semestrais de prestação de contas do PFRER, que nos permite observar a perspectiva o projeto de maneira global e observar as especificidades do processo formativo em recondicionamento de computadores.

Lançamos mão também de dados secundários para averiguar indicadores socioeconômicos, educacionais e relacionados às TICs, nas bases de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Município realizado pelo PNUD¹², do Anuário estatístico de Pernambuco¹³, das edições do Censo de IBGE¹⁴, e de órgãos que analisam a inclusão digital no Brasil, como a Cetic¹⁵. Dessas bases coletamos os dados socioeconômicos, de escolaridade e de acesso à internet e equipamentos que medeiam este acesso.

No que concerne aos dados primários, pretendemos realizar entrevista semi-estruturada (LAVILLE e DIONE, 1999) com os 36 alunos da amostra, em que as perguntas estarão orientadas para: compreender a perspectivas dos mesmos sobre a atuação das organizações estatais, empresariais e da sociedade civil em suas respectivas localidades; qual sua percepção sobre o campo das TICs (se as formações do PFRER lhes estimulou a se aprofundar na área ou mesmo se estabelecer profissionalmente nela; se conseguiu, com as habilidades adquiridas na formação, trabalhar no campo das TICs; e se conseguiu solucionar algum problema no local ou abriu algum comércio no local a partir do aprendizado na formação em recondicionamento de computadores.

Criamos a partir de então uma gradação que compreende a categoria de análise “graus de capacidade de apropriação” para analisar a apropriação sociotécnica destes alunos cujas variáveis são: baixa, se ela tiver incentivado o interesse na área das TICs, mas sem maiores rebatimentos em sua vida profissional (continuou trabalhando em outras áreas) nem na atuação local;

12 Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf acessado em 21/01/2021.

13 Disponível em <http://www.anuario.pe.gov.br/> acessado em 21/01/2021.

14 Disponível em <https://ibge.gov.br/> acessado em 21/01/2021.

15 Disponível em <https://cetic.br/> acessado em 21/01/2021.

média, se conseguiu trabalhar no campo das TICs, fora do território; alta, se passou a trabalhar no campo das TICs na sua localidade, seja empreendendo, ou se unindo a outros moradores para resolver problemas locais, como conserto de equipamentos dos vizinhos ou de alguma escola local, por exemplo.

A gradação acima não está balizada em somente averiguar, quantitativamente, os recursos preconizados na tipologia de Warschauer (2006) que foram apropriados ou sua utilização no campo das TICs, meramente. Criamos, para nossos propósitos, um tipo de gradação que nos permita averiguar os dados de maneira espacializada, em que a variável “alta capacidade de apropriação” seria a utilização dos aprendizados adquiridos no curso de Reconhecimento de Computadores, em que houve reaplicação de TS no território em que o beneficiário habita.

Como, no momento em que foi realizado o curso, todos da amostra residiam na RPA 3, nossa expectativa é a de que esta análise possa elucidar algumas possibilidades e limitações de inclusão sociotécnica, a partir da reaplicação de tecnologias sociais na RPA, e sua repercussão em suas microrregiões, e como ela contribui para a constituição de um sistema territorial de inovação com vistas a um STI inclusivo.

Na perspectiva das potencialidades, a relação do aprendizado adquirido no PFRER com as quatro macrodimensões dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) pode ser um balizador: ambiental (os alunos puderam adquirir consciência ambiental através do descarte e reutilização de computadores e suas peças); econômica (os beneficiários puderam aprender uma profissão, onde podem trabalhar para empresas ou empreenderem eles mesmos); social (compartilhamento das tecnologias sociais e sua importância para o uso da técnica no território); institucional (no curso puderam perceber a atuação de organizações da sociedade civil, do Estado e empresas, o que na perspectiva mais positiva, pode facilitar a organização local).

Com relação às limitações, a baixa articulação entre as organizações que atuam no sistema territorial de inovação, a falta de continuidade de projetos como PFRER e o desnivelamento educacional dos alunos parecem ser os maiores entraves. As organizações que atuam no território tendem a buscar soluções individuais, pouco concertadas, seja com objetivos de maior lucratividade ou de projetos de poder dos atores que estão a ocupar o Estado em determinado momento, ou mesmo as organizações da sociedade civil, muitas vezes demandadas por uma quantidade de problemas que não conseguem dar conta. Esta última limitação está ligada com a falta de continuidade dos projetos que costumam durar de um até dois anos, e para a sua continuidade requerem um novo planejamento e captação de recursos, o que pode atrasar ou parar completamente um dado projeto. Por fim, o

desnívelamento educacional é um limite a aquisição de habilidades, pois dentro de um mesmo território há diferenças de acesso à educação e de momento do ciclo educacional em que cada estudante avançou.

É preciso ressaltar que projetos como o do Polo de Formação e Reuso de Eletroeletrônicos não irão, a partir das habilidades técnicas ou atividades de coleta e recondicionamento de eletroeletrônicos, resolver todos os problemas técnicos locais. Mais do que seus resultados qualitativos, as relações problema/solução e funcionamento/não funcionamento dos artefatos tecnológicos que eles promovem, podem ser mais facilitadores da organização social e da conscientização sobre problemas locais do que a técnica apreendida em si.

Espacializar esta configuração, reconhecendo as influências da formação socioespacial, que nos permita considerar o espaço como “instância social”, ao invés de mero “pano de fundo” das ações, pode ser frutífero, no sentido de identificar os problemas específicos do local, as diferenças intraespaciais e auxiliar na percepção de aspectos da inclusão sociotécnica que estejam para além do aprendizado e manejo de artefatos tecnológicos. Sobretudo, no contexto latino-americano, em que o processo colonial e a posição dos países que a compõem na divisão social do trabalho, coloca-os como primário-exportadores, se faz necessário desvendar as tramas que permeiam a aprendizagem e a produção de subjetividades nestes territórios.

4 – Considerações finais

Este artigo foi uma tentativa de sistematizar as ferramentas teórico-metodológicas que auxiliam projeto de tese que busca compreender as possibilidades e limites da inclusão sociotécnica em territórios com alta vulnerabilidade social e formação socioespacial conflituosa. Considerando o fato de que a tese se encontra em andamento, o que se pôde averiguar até aqui foi que: a espacialização dos dados tem o potencial de trazer pistas sobre a construção das subjetividades no território com relação à técnica; às influências que a formação socioespacial tem nos objetos que compõem o território; às perspectivas de um sistema de inovação que seja inclusivo; o papel das TS neste processo.

Contudo, devemos considerar as limitações da análise, tanto do ponto de vista teórico-metodológico quanto no que concerne à própria inclusão sociotécnica no território. Com relação ao desafio teórico metodológico ressaltamos que para a análise na escala local, os dados públicos disponíveis são muito escassos, o que faz com que se façam análises por aproximação da escala mais próxima possível ou de geração de dados in loco, o que é muito

desafiador, sobretudo, em pesquisas individuais. Outra dificuldade é a dispersão e a falta de continuidade de várias das atividades relacionadas a inclusão sociotécnica, o que dificulta uma análise linear no tempo e faz com que façamos um encadeamento de acontecimentos relacionados ao fenômeno, que precisa reconhecer as suas descontinuidades.

Com relação ao desafio da inclusão sociotécnica em si, conforme argumentamos durante o artigo, ele possui relações com a construção das subjetividades e tende a colocar a população local em posição de subalternidade, o que somada a falta de entendimento técnico das soluções tecnológicas, faz com que estes habitantes recebam as decisões do poder público ou iniciativas não governamentais “de cima para baixo”, o que dificulta a participação social e a tomada de decisão coletiva.

Entretanto, processos de aprendizagem oferecem a possibilidade de gerar não só a aquisição de habilidades técnicas, mas também de encontros e articulação entre atores sociais dispersos no território, o que pode trazer efeitos positivos no que diz respeito à organização social. A contribuição das tecnologias sociais parece uma ferramenta útil neste processo de propiciar um sistema territorial de inovação inclusivo, capaz de promover a inclusão sociotécnica.

REFERÊNCIAS

AROCENA, Rodrigo. SUTZ, Judith. El estudio de la Innovación desde el Sur y las perspectivas de un Nuevo Desarrollo. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación**, nº 7, Set-Dez, 2006, 16 p.

BECERRA, Lucas. PICABEA, Facundo. THOMAS, Hernán: Colaboración, producción e innovación: una propuesta analítica y normativa para el desarrollo inclusivo. **Revista Astrolabio** No 12. Unicamp, Mimeogr. 2014.

BITOUN, Jan. O que revelam os índices de desenvolvimento humano. In: **Desenvolvimento Humano no Recife**: Atlas municipal. Recife, 2005.

BRANDÃO, Flávio Cruvinel. DAGNINO, Renato. NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (orgs.). Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª edição. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

FERNANDES, Ana Cristina. Sistema Territorial de Inovação ou uma dimensão de análise na geografia contemporânea. In: SPOSITO, E *et al* (Org.) **A diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e dimensões de análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

FREEMAN, C. The '**National System of Innovation**' in historical perspective. *Journal of Economics*, Cambridge, v. 19, p. 5-24, 1995.

FRESSOLI, Mariano. THOMAS, Hernán. **En búsqueda de una metodología para investigar Tecnologías Sociales**. Workshop Internacional Tecnologías para la Inclusión Social y Políticas Públicas en América Latina, Rio de Janeiro, 24-25 de noviembre, 2008.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. FBB, Rio de Janeiro: 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, ano.18, n.38, 2016.

OCDE. **Manual de Oslo**: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação. São Paulo: FINEP, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26ª edição. Brasília: Editora brasiliense, 2012.

ROSAS, Paulo. O Movimento de Cultura Popular – MCP. In: Memorial do MCP. COELHO, Germano (Org.). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. p. 19 -36.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia** nº54, 1977, pp. 81-100.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2005.

SEN, Amartya. **Social exclusion**: concept, application and scrutiny. Manila: Asian development bank, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THOMAS, Hernán. **De las tecnologías apropiadas a las tecnologías sociales: conceptos / estrategias / diseños / acciones**. 1ra Jornada sobre Tecnologías Sociales. Programa Consejo de la Demanda de Actores Sociales (PROCODAS-MINCYT), Buenos Aires, 14 de mayo, (paper), 2009.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social**: A exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

WEBER, Silke. Conflito de classes e educação em Pernambuco. Relatório de Pesquisa datado de agosto de 1982. Reproduzido da versão publicada em Dados – **Revista de Ciências Sociais** v. 27 n. 2, 1984, p. 233-262.



GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social e vida nas cidades latino-americanas.

COMPLEXIDADE SOCIOESPACIAL NO JARDIM ÂNGELA, SÃO PAULO

Isabela Sollero Lemos¹,
Eugenio Fernandes Queiroga²

No Jardim Ângela, distrito na zona sul da cidade de São Paulo, as práticas sociais, na tentativa de se submeterem às regras socialmente legitimadas, constantemente se quebram e se recriam. Cada espaço parece resistir de uma forma às lógicas que se irradiam do Centro, gerando lugares híbridos, cheios de nuances, gradações e indefinições. Com todos os seus conflitos e contradições, as táticas de sobrevivência criam espaços potentes e vibrantes, de apropriação semipública ou semiprivada que se cultivam de maneira quase espontânea e tornam possíveis múltiplas relações entre indivíduos e uma vida coletiva aberta. Não parece importante nomeá-los ou classificá-los, já que a força está nas diferentes interpretações de sua complexidade. Novas identidades estão sendo definidas a todo momento e, em um espaço tão fluido em suas transformações, é difícil e desnecessário fixar opiniões, ou regras. Oportunidades e circunstâncias se estabelecem simultaneamente e essa correlação de forças resulta em repercussões diversas, tanto para o indivíduo quanto para o conjunto da sociedade. Através da narrativa de situações representativas e situações significativas, discutimos as dinâmicas socioespaciais que configuram esse tecido entrelaçado, que por vezes, parece se autoestruturar em uma construção coletiva pela existência. É o representativo do morar e do viver nas metrópoles latino-americanas. Assim, a imersão no território permitiu leituras derivadas do conhecimento próprio do lugar. Esse é o princípio de método, hibridizado entre a geografia crítica, a antropologia urbana, a teoria crítica habermasiana, em busca da produção de conhecimento colaborativo e de um paisagismo crítico e popular.

Palavras-chave: Apropriação pública; espaços livres; cotidiano; periferias; Jardim Ângela.

1. INTRODUÇÃO

A expansão da mancha urbana da metrópole paulistana³ se deu de forma radiocêntrica, rápida e extensivamente, frequentemente envolvendo assentamentos irregulares. Essa

¹ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP, Brasil.
Email: isabela.sollero@usp.br.

² Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP, Brasil.
Email: queiroga@usp.br.

³ Atualmente, a população paulistana é de aproximadamente 12.176.866 habitantes e a área do município é de 1.1521km² (IBGE, 2018). A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com uma superfície de

expansão aconteceu inicialmente ao longo de eixos ferroviários, e posteriormente pelos eixos viários e rodoviários, estruturados ao longo de cumeeiras e fundos de vale, que foram conectando o núcleo central metropolitano com as demais regiões. Esse processo de expansão, conhecido na literatura como “periferização”, abrangeu toda a Região Metropolitana, mas ocorreu sobretudo na zona leste, em virtude da construção de conjuntos habitacionais pelo poder público, e nos quadrantes ao sul, em razão da expansão das atividades econômicas e dos empregos na indústria e nos serviços (MEYER et al, 2004).



Fig. 1: Mapa com limites municipais da Região Metropolitana de São Paulo, com destaque para o distrito do Jd. Ângela.

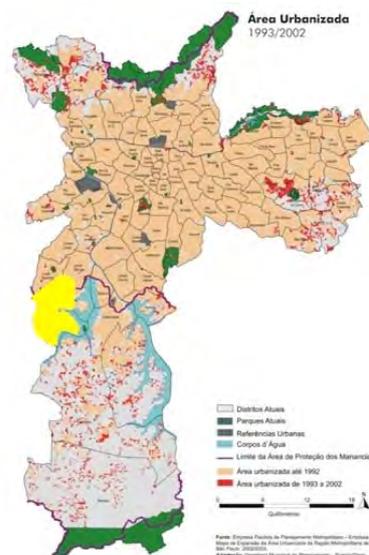


Fig. 2: Mapa da área urbanizada da cidade de São Paulo. Em amarelo, o distrito do Jd. Ângela. Fonte: Prefeitura de São Paulo (2003), com intervenção da autora, 2019.

O Plano de Avenidas de Prestes Maia⁴ estimava a construção de grandes avenidas, principalmente sobre leitos de rios canalizados, conectando partes de cidade que interessavam naquela época e, a partir dessas ligações viárias, foram estabelecendo-se conexões entre a região central – onde se encontrava a maior parte dos postos de trabalho – e as periferias. O desenvolvimento e ocupação do distrito do Jardim Ângela estão diretamente ligados ao processo de expansão das indústrias para a zona sul, mais especificamente ao polo industrial de Santo Amaro⁵, que nos anos 1960/70 atraiu milhares de trabalhadores de várias partes do país. Não houve política pública ou estimativa de moradia para essa ampla força de trabalho que estava impossibilitada de arcar com os altos custos da zona central, e se estabeleceu na região através de

7.946,96km², abriga atualmente 21.242.939 habitantes (IBGE, 2018). A RMSP é o maior polo de riqueza nacional, com produto interno bruto (PIB) correspondente a aproximadamente 18% do total brasileiro (EMPLASA, 2017).

⁴ Prestes Maia foi prefeito de São Paulo nomeado pelo interventor federal Ademar de Barros entre 1938 e 1945. Seu Plano de Avenidas continuou estruturando o crescimento urbanos da cidade por várias décadas posteriores.

⁵ Em Santo Amaro já havia infraestrutura necessária para a industrialização: estrada de ferro São Paulo - Santo Amaro, bonde elétrico em 1913, além de água, gás encanado e energia elétrica.

loteamentos e habitações precárias localizadas em área de mananciais, nas margens da Represa Guarapiranga⁶.

Importante ressaltar o amplo movimento operário e popular que agrupou várias organizações de bairro em meados da década de 1970 e deu início ao Movimento Contra o Custo de Vida, devido ao arrocho salarial que levou a um grande movimento grevista iniciado no ABC e logo disseminado a outras áreas, sobretudo na zona sul paulistana⁷ (SPINK, 2018). O impacto da desindustrialização na década de 1990, que ocasionou no fechamento ou realocação de centenas de empresas na região de Santo Amaro, teve como consequências a diminuição e a precarização das ofertas de emprego. Assim, foi sendo criado um círculo de vulnerabilidades – habitação, trabalho, transporte, etc. – de uma população que não tinha, e ainda não tem, seus direitos sociais assistidos pelo poder público.

De fato, no imaginário dos moradores do Ângela, Santo Amaro (e os demais bairros centrais) está “do outro lado”, já que o Rio Pinheiros adquire um peso simbólico e a ponte (do Socorro) é uma fronteira de referências identitárias, com margens distantes entre realidades desiguais de uma mesma cidade. A noção de bairro de periferia é clara, considerando-se a desigual distribuição de recursos que os dois lados do rio apresentam; o cotidiano de seus moradores também está marcado pelas diferenças de oportunidades de que dispõem (MATHEUS, 2019).

De acordo com o Plano Diretor Estratégico de 2014, o distrito do Jardim Ângela se encontra dentro da macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental⁸ definida como “território frágil devido às suas características geológicas e geotécnicas, à presença de mananciais de abastecimento hídrico e à significativa biodiversidade, demandando cuidados especiais para sua conservação.” Tal categorização aponta para o desafio do desenvolvimento urbano em uma área com alta necessidade de proteção ambiental e, nesse caso, para a contradição de leis ambientais muito restritivas e a falta de políticas habitacionais eficazes, somadas a altos índices de crescimento populacional. As diferentes temporalidades também precisam ser consideradas nesse processo histórico em que um contingente populacional significativo vai se consolidando em um lugar possível, onde apenas posteriormente a legislação ambiental se faz vigente – com fiscalização bastante precária. E, ainda assim, a luta por moradia no Ângela continua presente nos dias atuais. A complexa situação toma forma quando se depara com a

⁶ A legislação ambiental só passou a entrar na pauta do governo no final da década de 1970, influenciada também pela política ambiental mundial. A partir da década de 1990 foram aprovadas novas leis direcionadas ao abastecimento de água para a RMSP.

⁷ Foi na campanha salarial de 1979 que ocorreu o assassinato de Santo Dias da Silva, importante protagonista de lutas de M'Boi Mirim, até hoje um ícone para a população local.” (SPINK, 2018).

⁸ Conforme artigo 16 do PDE-2014 disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf

população de quase 300 mil habitantes⁹, consolidada no relevo íngreme de morros e morrotes e fundos de vale, próximo à represa responsável por boa parte do abastecimento de água da RMSP, e se constata a inviabilidade de remoções nessa escala, mesmo que tão pertinentes. É uma paisagem de conflitos, fundamentada em condições ambientais marcantes¹⁰, e definida na expressão da autoconstrução e irresponsabilidade do poder público.

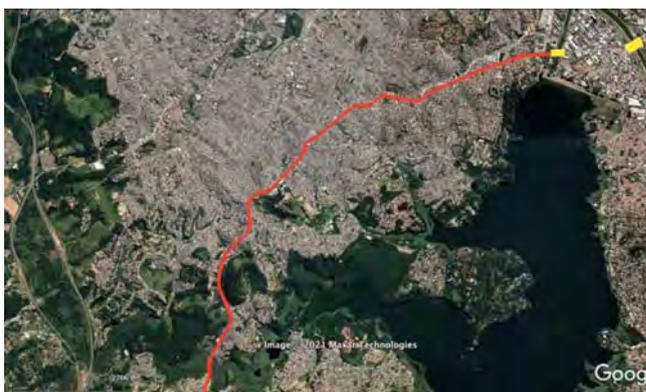


Fig. 3: Eixo da Estrada de M'Boi Mirim que atravessa o Distrito do Jardim Ângela de norte a sul. Ponte do Socorro em amarelo. Município de Itapeperica à esquerda, e Represa Guarapiranga à direita.
Fonte: Google – Maxar Technologies, 2020, com intervenção da autora.



Fig. 4: Tecido denso e compacto do Jardim Ângela que se adentra no horizonte. Foto da autora, 2019.

Pessoas com diversas habilidades e saberes exercem múltiplos papéis simultaneamente, prestando serviços variados, produzindo e criando soluções criativas em seus cotidianos desafiadores, e conseguem se estabelecer no Ângela sem depender de longos percursos pendulares diários. Em muitos aspectos, trata-se de um território consolidado, com dinâmica econômica local forte, com identidade e com memória. Parece mais pertinente buscar compreender realmente essa dinâmica econômica local específica – tipologias, fluidez, espacialidades e temporalidades – para, assim, suscitá-la e potencializá-la em suas características próprias. Para além dos empregos “informais” e da economia local, reconhecer o valor do saber periférico e a importância desses saberes sobre a ocupação de seus territórios constituem uma base de informação indispensável para avançar no desenvolvimento territorial e na

⁹ Em 2010, a população do distrito do Jardim Ângela era de 295.434 habitantes e a do distrito vizinho Jardim São Luís de 267.871, totalizando 563.305 habitantes na Subprefeitura de M'Boi Mirim. Fonte: INFOCIDADE https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265.

¹⁰ O grande plano horizontal da Represa, o relevo movimentado com alta declividade gerando escadões, as águas que escoam, os tantos córregos visíveis ou não, etc.

construção coletiva da metrópole¹¹.

Nesse sentido, não é possível considerar o cotidiano e as apropriações públicas de seus espaços livres como uma forma genérica ou universal. São inúmeras probabilidades e oportunidades, e suas variadas formas materiais e simbólicas demandam que nossa reflexão e nossa prática no espaço se enfoquem nas urgências da vida urbana, especialmente naquelas situações mais vulneráveis. Vulnerabilidade que não deve ser considerada como condição pessoal e sim vinculada a seu contexto e às várias dimensões das vulnerabilidades urbanas. Olhar que contesta, que vê outras coisas além da norma culta, e que se surpreende quando começa a ver a vida. Um lugar cheio de vida.

“Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual.” (SANTOS, 1987).

Um lugar com estrutura ambiental marcante, base para os movimentos e ações no território em seu histórico de lutas. Espaços que registram processos e contam histórias. Um lugar de relações socioespaciais intensas, conflitos e solidariedades, com identidades sedimentadas e em transformação. Um lugar real, sem filtros.

Não se sabe ao certo quem foi Ângela. Talvez uma mulher, como tantas dali, que lideram, lutam e recriam espacialidades no cotidiano do território todos os dias. Talvez o nome da filha do loteador.

“... o Jardim Ângela continua sendo o lugar onde elas e eles querem morar, mas que pode ser melhor. E, enquanto as novas gerações continuarem chegando, haverá fóruns, caminhadas, protestos, movimentos e coletivos.”

(SPINK et al, 2019).

2. NARRATIVAS DE COMPLEXIDADES SISTÊMICAS

O Ângela é um todo, complexo e heterogêneo. A partir da imersão no território, dos caminhos percorridos e das conversas com moradores, a leitura do lugar foi acontecendo na lógica de um sistema, apontando para a necessidade de uma aproximação mais abrangente e diversa no cotidiano, capaz de representar a riqueza e

¹¹ Imaginando um outro tipo de arquiteto, Paola Jaques (2011) propõe o “arquiteto-urbano” que “passaria a intervir nas diferentes urbanidades extremas já existentes, nessas novas situações urbanas já construídas com identidade própria, ou seja, aquele que se ocuparia dos espaços-movimento. Seu papel seria o de organizar os fluxos. [...] Passaria a fazer intervenções discretas, pouco visíveis, sem construir verdadeiras “obras arquitetônicas”, sem colocar a sua “assinatura” formal de arquiteto. O trabalho não teria uma “autoria” precisa, passando a ser realmente coletivo e anônimo, como já o é na favela.” (JACQUES, P. Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 2011).

a complexidade do território. Mais do que um único espaço livre simbólico, as pulsações são mais fortes para certos grupos em alguns lugares, que em certos momentos se concentra, e depois esvai. Daí a necessidade da abrangência, mesmo em uma leitura mais aproximada e atenta aos detalhes. Quando se propõe, dentro desse todo, aproximar de algumas situações espaciais específicas- dentre as várias vivenciadas - a ideia é nos aprofundar no cotidiano e possibilitar uma capacidade de leitura mais completa do lugar, para além de dados técnicos ou estatísticos.

Em uma perspectiva de análise sistêmica socioespacial, tem-se que lidar com a totalidade e com as limitações de um estudo sobre cotidiano. Importante ter enfoques, mas jamais abstrair essa totalidade¹². Nesse sentido, a leitura interescalar se faz necessária em um lugar onde as fronteiras são difusas e os limites estão em constante transformação, e é fundamental na busca pela compreensão dos arranjos práticos, ricos de toda a complexidade da ordem multidimensional desta sociedade. Portanto, a relação entre escalas está presente na interpretação de situações socioespaciais, na medida em que não se trata de “recortes” isolados, retirados do todo, porque a referência do contexto mais amplo também se faz presente nas narrativas, direta ou indiretamente. As aproximações contêm a integralidade da dimensão espacial da sociedade.

Nota-se que esses espaços livres que compõem os sistemas se articulam de inúmeras maneiras. Em cada situação descrita, será discutida apenas uma delas, fruto das experiências e da relação pessoal construída com o território, seja por razões práticas - resultantes de circunstâncias objetivas ou pré-definidas (como o percurso até o ponto do ônibus, ou o lugar marcado com uma pessoa) - ou simbólicas - resultantes das derivas da autora.

A “situação representativa” remete ao sentido quantitativo, ao que é mais recorrente, cheio de situações análogas, a uma média dentro de um desvio de padrão pequeno. Já a “situação significativa” é aquela que tem o papel de representar o todo pelo extraordinário, pelo singular. No entanto, mais importante do que classificar tais situações é perceber que todas elas estão presentes no cotidiano das pessoas, fazem parte de seu dia-a-dia e, portanto, merecem nossa atenção. Se aprofundar nas apropriações públicas e nas interações socioespaciais rompe com as divisões público/privado não somente no aspecto da propriedade, mas da vida. São as pessoas que as construíram e continuam construindo, em uma tarefa coletiva permanente através da prática cotidiana. Interessa também perceber que esse tecido que configura

¹² “O que se aprende sobre as qualidades emergentes do todo, tudo que não existe sem organização, volta-se sobre as partes. Então podemos enriquecer o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, num mesmo movimento produtor de conhecimento” (MORIN, 2005).

o Jardim Ângela é feito de fios mais significativos entrelaçados com fios mais ordinários, que se apertam e se afrouxam, e tudo isso se traduz na complexidade deste território¹³.

2.1 Uma situação significativa: M'Boi Mirim

A Estrada do M'Boi Mirim é o principal eixo viário que estrutura a ocupação urbana de grande parte da zona sul, atravessando os distritos do Jardim Ângela e Jardim São Luís de norte a sul, e a partir do qual são acessados os vários bairros daquela área. A via, caracterizada como avenida e localizada em cotas altas, é um grande distribuidor de tráfego e corredor de transporte coletivo com alta densidade de trânsito e frequentes congestionamentos. O adensamento da região desde a década de 70 não foi acompanhado de uma política eficaz de transporte. As margens da via foram deixando-se ser ocupadas, tornando-se o eixo de uma “espinha de peixe” de grandes proporções, com grande número de loteamentos surgindo sem conexão entre eles, todos ligados somente à M'Boi Mirim. Essa configuração domina a paisagem atual da região, em que a falta de conexão viária entre os bairros saturam a M'Boi Mirim (LABHAB, 2003). Devido a sua relevância urbana, a seu caráter singular e por ser importante referência para a população, a M'Boi Mirim é considerada aqui como uma “situação significativa”.

O trecho analisado se inicia no Polo Cultural Jardim Ângela¹⁴, conhecido como “Pracinha do WiFi”, seguindo até o Terminal Jardim Ângela que está ao lado do Hospital Moysés Deutsch, ou Hospital M'Boi Mirim. Foi uma definição lógica, por conta das circunstâncias relacionadas ao transporte e dos percursos realizados com mais frequência intuitivamente nos locais de maior movimento. Em estudo do Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos - LABHAB da FAUUSP¹⁵, esse trecho foi definido como principal “área potencial” do Ângela, justamente por configurar o mais relevante corredor comercial do distrito, com grande concentração de comércio de alcance regional. Nesse trecho, apesar da avenida ser larga, sua intensidade como “centralidade linear” comumente provoca sobreposição de usos.

A área onde se encontra a Pracinha do WiFi é considerada como centro do Ângela por muitos moradores em virtude de sua configuração de largo, que abrange a própria praça, grandes lojas das redes Marabraz e Casas Bahia, um extenso ponto de ônibus por onde passam mais de trinta linhas, além do cruzamento da M'Boi com a Avenida Comendador Santana - eixo leste - oeste que faz a ligação com distrito do Capão Redondo e depois com o município de Itapeverica da Serra.

¹³ As narrativas a seguir estão fundamentadas principalmente na imersão no território da autora, registrada em um diário de campo.

¹⁴ Seu nome oficial é Praça Manoel Lopes.

¹⁵ Ver: LABHAB. Programa Bairro legal, diagnóstico do Jardim Ângela, São Paulo, 2003.

A praça em si é um espaço livre relativamente pequeno e não sofisticado mas com desenho interessante por estar elevada em relação à calçada e com uma escada contorna toda sua borda, criando uma arquibancada direcionada para as ruas que a margeiam. Além dos bancos, os degraus estão constantemente apropriados como espaços para sentar, conversar e contemplar a avenida em ebulição. É certo que o fato da praça oferecer WiFi livre é seu grande atrativo e faz com que, mesmo ela estando cheia de gente, não exista muita interação entre seus frequentadores. Não é incomum encontrar dezenas de pessoas que não estão em grupo, paradas, com as cabeças direcionadas para baixo, com seus aparelhos celulares nas mãos, em absoluto silêncio. Cena bastante contraditória quando se amplia o quadro, constatando todo o barulho e movimento da avenida adjacente. Por outro lado, é uma oferta gratuita de um serviço muito útil, com o qual grande parte daquela população não pode arcar¹⁶.

As amplas copas das duas árvores oferecem sombra para todo o espaço de permanência da praça. Um dos equipamentos ali presentes é um palco, hoje pouco utilizado, revestido com grafites coloridos feitos pelos moradores. O outro equipamento é a Base Comunitária de Segurança da Polícia Militar. Suas viaturas se mantêm estacionadas no espaço da praça.



Fig.5: Pracinha do WiFi e M'Boi Mirim. Foto da autora, 2019.



Fig.6: Canteiro central da M'Boi Mirim, com intensas apropriações públicas. Foto da autora, 2019.

No canteiro central em frente à praça, as inúmeras barraquinhas dos camelôs fornecem os mais variados produtos à multidão que sobe e desce dos ônibus diariamente. Muitos alimentos frescos, como frutas, verduras e sucos; outros industrializados, como salgadinhos, biscoitos e balas; pequenos objetos que podem ser úteis ao longo do dia, como guarda-chuvas, isqueiros e fones de ouvido; ali se encontra de tudo! Vale ressaltar a criatividade desses vendedores, com altíssima capacidade de improvisar

¹⁶ Este é um exemplo da lógica diferente na apropriação pública dos espaços livres diante dos avanços tecnológicos. A internet e redes sociais modificaram a capacidade de articulação e convívio, inclusive para difusão de eventos e mobilização prévia para lugares de encontro.

soluções engenhosas para construir estruturas de apoio e suportes necessários para exposição de seus produtos. Autênticas mostras de design popular.

O canteiro central, composto pelo extenso ponto de ônibus, bancos e pontos de vendas dos camelôs estimula eventos que podem ser caracterizados como “pracialidades”¹⁷. Tantas pessoas, sentadas ou caminhando, conversando, comendo, contemplando a paisagem intensa, comprando coisas. O olhar se volta para elas. Suas ambições e enfrentamentos cotidianos.

Na calçada oposta à praça, as duas lojas de grande porte, uma ao lado da outra, induzem o aumento do fluxo de pedestres, reforçando a polaridade espacial do lugar. Assim como elas, outras diversas lojas adjacentes criam fachadas chamativas, às vezes com balões e grandes faixas coloridas, música alta e funcionários com alto-falantes, anunciando as promoções da semana. Barraquinhas de comida e artesanato se estabelecem nos trechos de calçadas mais largas, criando pontos de permanência do espaço da rua. A esfera de vida pública é pulsante e cheia de vigor.

Apesar da análise descritiva ter sido feita de maneira setORIZADA (partes) – Praça do WiFi, canteiro central, fachadas de lojas e calçadas adjacentes – a leitura espacial é feita na ordem sistêmica, compreendendo esse conjunto como um todo. Um lugar único, onde tudo se volta para a Estrada M'Boi Mirim, que, apesar de se estabelecer com um eixo seccionador, não impede que as dinâmicas socioespaciais o permeiem. O fluxo de pessoas que circulam pelas calçadas, sobem e descem dos ônibus, compram algo nos camelôs, atravessam até a praça, entram e saem de lojas; todo esse movimento repleto de vitalidade acontece de forma dinâmica pelo largo, o “coração” do Ângela.

A M'Boi Mirim apresenta uma ocupação bastante consolidada em seu entorno, e esse mesmo caráter comercial e de serviços locais se distribui ao longo de todo o eixo da via até o Terminal¹⁸. Nesse trecho de cerca de 1,2 km, as calçadas são relativamente largas e muito apropriadas pelo alto fluxo de pedestres e também pelas lojas que comumente expandem suas atividades para o lado de fora, com panfletagens e mobiliário. A alta densidade de trânsito e os congestionamentos constantes em horários de pico não impedem pessoas de todas as idades de resolverem seus afazeres cotidianos e caminharem, tornando as calçadas lugares vibrantes e diversos.

¹⁷ Eugênio Queiroga (2001) qualifica a praça a partir da natureza dos eventos nela verificados, mais que do sistema de objetos: “Quem define a praça é o que nela se realiza, assim um sistema de ações que apresente forte conotação pública, de livre acessibilidade, voltada ao encontro, é o que vai caracterizar um sub-espço como praça. Neste sentido, situações de “pracialidade” podem ocorrer, eventualmente, em ruas, avenidas, descampados e até em edifícios [...]” (QUEIROGA, 2001).

¹⁸ A dinâmica comercial vigorosa ainda continua presente até um pouco mais adiante do Terminal, no chamado “centrinho” Menininha (Jd. Ranieri). Ali também é divisa com outra parte do distrito, o chamado Fundão do Jardim Ângela. A região do Fundão é de urbanização mais recente e apresenta maiores carências de equipamentos públicos e infraestrutura. Tem ocupação adensada com características de mais de uma unidade residencial por lote em várias quadras e se encontra na Área de Preservação dos Mananciais (APM), às margens da Represa Guarapiranga.

Na outra ponta do tramo analisado encontra-se o Terminal Jardim Ângela e o Hospital M'Boi Mirim que são grandes equipamentos de abrangência regional e intermunicipal. Pode-se dizer que os espaços livres desses equipamentos, que se estendem para as calçadas, potencializam a esfera de vida pública. Especialmente na área do Terminal, acontecem praxialidades facilmente reconhecíveis nas práticas sociais que se estabelecem nesses espaços não previstos para tal. Quiosques de comidas variadas, caixas bancárias, banheiros públicos e bancos para sentar são elementos que ativam essas apropriações cotidianas que se expandem para o espaço da rua e, juntamente com as demais atividades comerciais e de serviços ali presentes, definem outra importante polaridade na região.

É importante ter uma visão crítica frente aos significados do que representa essa Estrada, a principal referência do Jardim Ângela. Especificamente no trecho analisado, reconhecido como "área potencial" do distrito, o que vemos desde o ponto de vista morfológico é : um grande corredor de transporte coletivo e automóveis que saturam a via, margeado por empreendimentos comerciais locais de todos os tipos. É muito simbólico. Contudo, vitalidade, energia, força e movimento são também suas características mais marcantes que proveem justamente das apropriações públicas em seus espaços livres cotidianos. Aí está sua maior potência. Um dia após o outro. Esperando as transformações no território e contando com as mudanças significativas das oportunidades econômicas que insistem em mantê-los nesse universo desigual.

2.2 Uma situação representativa: a Praça William Kremer

Um escadão metálico se ancora na estrutura da Estrada do M'Boi Mirim e desce até a Rua William Kremer, que segue continuamente por duas quadras até praça de mesmo nome. A configuração de um grande grotão engloba a praça localizada no fundo de vale do Córrego Guavirituba. Na face mais íngreme, a favela já consolidada se miscigena ao tecido autoconstruído da parte menos acidentada. É uma paisagem comum no Jardim Ângela, onde o conflito com os corpos hídricos gera uma rede de percursos em escadarias e sinuosas vias possíveis.

O escadão encontra-se em um eixo de deslocamento importante e consiste no principal acesso para transpor pedestres da M'Boi ao bairro Jardim Dionísio. Seu primeiro tramo consiste em uma estrutura metálica com cerca de 1,5 metro de largura, descolada de uma das laterais. Na outra lateral, a fachada cega do enorme edifício das Casas Bahia impossibilita qualquer tentativa de abertura, situação que contribui para o mau estado de conservação da passagem, que apresenta aproximadamente 20

metros de desnível total. O outro tramo do escadão é de concreto, com 3 metros de largura e amplos patamares em rampa, além de duas valetas laterais para escoamento de águas pluviais. Por sua configuração e localização, percebe-se oportunidades nesse espaço para além de seu papel na mobilidade¹⁹. Pensar na passagem como um espaço livre público, com outras funções socioespaciais, talvez menos efêmeras ou mais culturais.

A Rua William Kremer, assim como as outras daquele entorno, é composta por casas de dois ou três pavimentos, com portões em suas entradas que possibilitam os pedestres a verem as dinâmicas domésticas, já que as portas e janelas são mantidas abertas, talvez para melhorar a circulação de ar. A notável permeabilidade e a contiguidade física permitem trocas entre vizinhos, que se comunicam de suas casas, demonstrando relações de proximidade e solidariedade. É comum ver atividades das famílias se expandindo para fora, e calçadas sendo apropriadas com roupas para secar ou com materiais de construção. O espaço público é apropriado privadamente, porém em uma relação mais coletiva (comum a todos) e tolerante. Nessa vida cotidiana, parece haver espaços públicos e privados ao mesmo tempo, onde somente aqueles sujeitos sociais controlam tal separação, se é que ela existe.

Os revestimentos nas fachadas das edificações revelam uma mistura de traços de heranças de vida, influências²⁰ e condições econômicas. Cada pavimento apresenta um material possível, evidenciando paredes de diferentes tempos, que guardam diferentes histórias. Uma composição de diversidade - cores, texturas e materiais - e de soluções construtivas criativas e inusitadas que estão além do que é considerado como “belo” pelo dogmatismo arquitetônico formal. As edificações inacabadas significam vidas que se transformam continuamente, e assim é o espaço de viver.

Nas ruas, chama a atenção a quantidade de placas nas fachadas de várias casas, anunciando a venda de produtos e oferta de serviços muito diversos como formas alternativas para ganhar dinheiro. Se faz de tudo, se vende de tudo. Essa ampla rede comercial local estabelecida revela criatividade e habilidades aperfeiçoadas para garantir a sobrevivência cotidiana. É como se um “mercado paralelo local” tivesse se desenvolvido para criar outras maneiras de gerar renda. Ou talvez uma espécie de economia solidária²¹ popular. Certo é que é preciso “se virar”.

¹⁹ De fato, as “Passagens do Jardim Ângela” foram alvo de concurso nacional proposto pelo Instituto Cidade em Movimento – IVM em 2017. Ver: <http://concurso.cidadeemmovimento.org/edital/> .

²⁰ Destaca-se a recorrente utilização do balaústre, aquelas pequenas colunas alinhadas em conjunto para amparar parapeitos e guarda-corpos, como um dos principais elementos de ornamentação no Jardim Ângela.

²¹ A “economia solidária” abarca iniciativas de prestação de serviços sociais e pessoais, organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. Ver: SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo. 2002.

O trânsito lento e espaçado de veículos motorizados permite que a maioria dos percursos diários a pé seja realizada no leito carroçável, já que as calçadas são estreitas ou estão ocupadas. Como a rua vai descendo em direção à praça, em quase todas as casas há degraus próximos às portas. Além de dar acesso à moradia, servem como bancos para pedestres. As mulheres são mais presentes no espaço livre público da rua, carregando sacolas e acompanhando seus filhos até as escolas ou aguardando o transporte escolar. Alguns pequenos estabelecimentos comerciais alimentícios se abrem para as calçadas, compondo dinâmicas tranquilas e corriqueiras. A rua é lugar do cotidiano.

Os mesmos tipos construtivos e usos da rua também se estendem para o entorno da Praça William Kremer. Uso predominante residencial, de 2 ou 3 pavimentos, com algumas lojas “de bairro”, um bar e uma igreja neopentecostal. O barulho forte de água em movimento que se escuta ao se aproximar das grelhas no eixo central do leito carroçável é o único indício de que ali há um córrego. Canalizado, invisível e muito poluído²². O espaço da praça, construída em cima do Córrego Guavirituba, está totalmente ocupado por equipamentos públicos: o Centro Educacional Infantil Jardim Dionísio, o Instituto Cio da Terra²³ e uma quadra poliesportiva coberta. São equipamentos importantes que ativam práticas socioespaciais cotidianas e eventuais – a creche funciona todos os dias, partidas esportivas são organizadas várias vezes por semana e o Cio da Terra, além das atividades rotineiras, programa diversas atividades culturais públicas com coletivos da região²⁴. Há também um pequeno espaço onde foram implantados alguns bancos e aparelhos de ginástica padronizados pela prefeitura – que é pouco utilizado. Ali se encontra um pequeno jardim feito de plantas em potes e latas reutilizados, assim como recipientes usados como lixeiras, demonstrando cuidado e, possivelmente, a existência de processos participativos na construção do espaço livre público.

²² A sub-bacia do Guavirituba foi considerada pelo estudo do LabHab da FAUUSP como uma das mais problemáticas da região e é responsável pelas maiores cargas de poluição e sedimento na Represa Guarapiranga. Ver: LABHAB. Programa Bairro legal, diagnóstico do Jardim Ângela, São Paulo, 2003.

²³ O Instituto Cio da Terra é uma entidade não governamental que desde 1998 oferece alfabetização, qualificação profissional e acesso a inclusão digital para jovens e adultos do Jardim Ângela. O mesmo edifício funciona também como Telecentro da prefeitura.

²⁴ Sob o lema “Arte, Educação e Cidadania”, o Instituto Cio da Terra organiza eventos como a “Batalha do Dionísio” onde são divulgados trabalhos e projetos de artistas e coletivos do território, e onde o microfone fica aberto para jovens cantarem e recitarem suas poesias. As “Sunday Raggae Sessions” também são uma iniciativa do instituto com coletivos locais.



Fig. 36: Rua William Kremer e suas apropriações públicas cotidianas. Foto da autora, 2019.



Fig. 38: Rua William Kremer e praça gradeada. Ao fundo na praça, o edifício verde é a CEI Jardim Dionísio. Edifício azul à esquerda é o Instituto Cio da Terra, com espaço livre em frente. Bem à esquerda, a quadra poliesportiva coberta. Foto da autora, 2019.

Os limites da praça estão fisicamente demarcados com um muro de um lado e uma tela metálica tipo “galinheiro” do outro, e ali há um portão de entrada. Crianças animadas entram e saem, e são capazes de incorporar a grade em diversas brincadeiras. Contudo, elas estão muito mais presentes nas estreitas ruas que margeiam a praça, jogando bola, andando de bicicleta ou soltando pipa. É nas ruas também que as pessoas se expressam, caminham, assentam para conversar no meio-fio das calçadas ou fumar um cigarro. Em certos momentos, essas apropriações se adentram, permeando os espaços livres do escadões e vielas – são as passagens, elementos de forte identidade no contexto da Praça William Kremer (e do Ângela) e regidas por lógicas espaciais bem mais orgânicas do que estruturadas por racionalidades exógenas.

A face mais inclinada do grotão que configura o fundo de vale da praça, e que começa desde a Rua William Kremer, é de alta declividade e está ocupada por um tecido muito denso, com edificações pequenas e precárias de infraestrutura. Um tecido típico de favelas. Pela necessidade de pedestres fazerem a transposição entre cotas mais altas e baixas e terem acesso a suas casas, surgem vielas e escadões estreitos que não são lugares de leitura espacial clara – pelo menos para quem não é de lá.

Algumas poucas passagens apresentam portões que, mesmo quando mantidos abertos, indicam uma preponderância do privado sobre o público – ainda que o privado seja coletivo. Em uma delas, justamente em frente à praça, um muro está sendo levantado, impedindo a circulação de pedestres. Não se sabe ao certo o porquê, mas é também evidente esse desejo pela privatização da passagem. Contudo, a maioria delas está aberta e ali crianças brincam, pedestres circulam, vizinhos conversam, jovens usam drogas e a água escoa. Talvez sejam “espaços de vivência” mais do que “espaços de circular para chegar”. São híbridos, e ainda que não

ofereçam uma definição espacial clara, são lugares providos de sentidos que também não são fixos.

Em uma leitura socioespacial um pouco mais ampla, pode-se dizer que aqueles equipamentos que ocupam o espaço “oficial” da praça não são a praça em si, mas sim ativadores de práticas cotidianas. A partir do entendimento de que o que qualifica os espaços é a natureza de suas apropriações, então a praça, de fato, está nas ruas e passagens adjacentes a ela²⁵. Ainda assim, o espaço construído no interior, circundado por espaços livres em suas bordas coexistem e se relacionam.

Pode-se afirmar que há mais vitalidade urbana na rua que é continuação da R. William Kremer. Pela configuração da implantação dos equipamentos, principalmente o Instituto Cio da Terra e o espaço livre associado a ele, percebe-se que a praça se vira para a face mais inclinada do grotão, e este se torna uma espécie de arquibancada que assiste às atividades na parte baixa. Os vários escadões e vielas são aberturas que possibilitam percursos capilares, aumentando as oportunidades de acesso. Ademais, é desse lado que a praça é cercada “apenas” pela tela metálica, enquanto do outro lado, na face mais plana, o muro contínuo impede o acesso ao seu interior. Ali, também, a quadra é “inteira”, sem vielas – outra característica que explica haver maior apropriação pública da rua no lado mais inclinado do grotão.

Cada lugar tem suas características particulares que os fazem ser absolutamente únicos – afinal o espaço é composto também por sujeitos, histórias de vidas, regras próprias dentro de cada grupo social.²⁶ Entretanto, a partir de um olhar abrangente - mas ainda decifrável na escala local - situações análogas à Praça William Kremer e seu entorno são representativas no contexto do Ângela²⁷. São configurações espaciais que emergem das possibilidades do relevo e das condições econômicas resultantes das perversões do capital e das forças que comandam o poder público. Esse sistema de espaços livres é um pedaço do Ângela, mas pode revelar uma amostra das periferias da metrópole. Suas apropriações públicas mantêm firme a chama das mudanças materializadas lá, em um lugar como tantos outros.

²⁵ Essa ideia remete ao conceito de “pracialidade” definido por Queiroga (2001) em tese de doutorado.

²⁶ “O espaço construído e reconstruído, recheado de sentido pelos produtores que nele projetam o pensamento, que nele inscrevem e gravam os signos de mundos de valores aos quais eles aderem, seja esta operação explícita ou não, consciente ou não, se socializa, além disso, pela prática cotidiana.” (LÉVY, 2003).

²⁷ Mesmo nos eventos promovidos por instituições no local, suscitando “dias atípicos”, essa continua sendo uma situação comum a outras praças, e faz parte do cotidiano do Ângela.

3. PERIFERIAS NA METRÓPOLE

A imersão no Jardim Ângela e as situações sócio-espaciais acima descritas subsidiam o diálogo e algumas reflexões teórico-práticas realizadas até aqui sobre a temática das Periferias. A partir do entendimento de que as inter-relações escalares são o reconhecimento das realidades do lugar e de que mesmo ações ordinárias do cotidiano se dão dentro de um contexto multiescalar, propõem-se uma leitura do contexto mais abrangente, abordando aspectos da realidade periférica metropolitana paulistana (e, às vezes, brasileira).

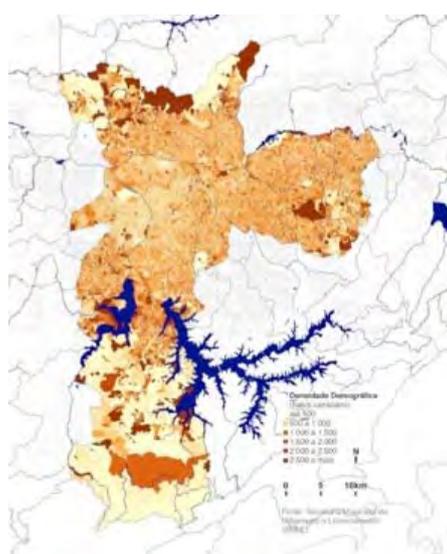
A “condição periférica”, mesmo sendo uma condição simbólica, é também uma condição objetiva para além da minha vontade: lugar onde a riqueza (econômica) não chega, fato comprovado por mapas e dados. Sendo assim, se faz necessária a interpretação das periferias na escala metropolitana, em especial nas metrópoles dos países periféricos do mundo capitalista, que constituem uma fonte excelente para evidenciar contrastes e contradições (MARICATO, 1996).

Entende-se que a discussão sobre as periferias se insere na discussão do urbano, da metrópole. Elas não podem ser vistas fora dos espaços da habitação metropolitana. Em vez disso, elas indicam uma lógica “legal-letal” específica de dominação que está sempre presente nos espaços centrais da cidade (ROY, 2017). As periferias fazem parte da metrópole sendo impossível compreendê-las apenas nelas mesmas. Quando Milton Santos (1990) afirma que “a metrópole paulista só pode ser entendida no contexto de um país subdesenvolvido industrializado”, o autor mostra a impossibilidade de abstrair o lugar do contexto, e que especificidades referentes a tempos e lugares diferentes são indispensáveis para sua compreensão. Isso significa que o que acontece nas periferias jamais estará desvinculado do que acontece no Brasil e no mundo.

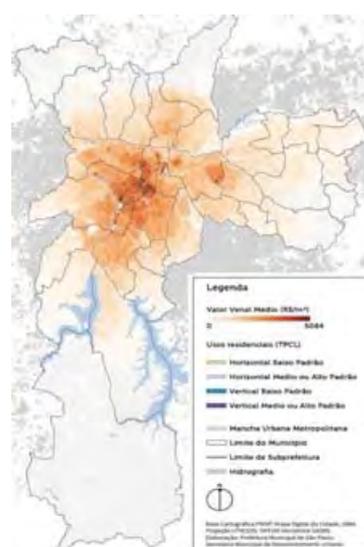
Nesse sentido, as metrópoles são os principais lugares capazes de receber, ainda que de forma pouco digna, a população de pobres e migrantes necessitados. A dimensão dos territórios metropolitanos lhes dá uma potência que, independentemente de suas dinâmicas socioespaciais internas, é transmitida aos bairros/ lugares que os compõem, de diferentes maneiras. Isso não significa que o tamanho por si só é uma característica positiva aos territórios, mas que os contextos metropolitanos, pelas relações socioespaciais derivadas de sua escala, apresentam possibilidades de atender às necessidades da população, como lugares de oportunidades²⁸.

²⁸ Um exemplo simples e prático para ilustrar esse raciocínio: no distrito do Jardim Ângela acontece um evento bianual chamado Fórum em Defesa da Vida, na Sociedade Santos Mártires. É um evento totalmente organizado pelos moradores locais mas que, porque o Jardim Ângela está inserido na metrópole paulistana, ele ganha uma importância significativa, abrangendo diversas organizações, movimentos, coletivos de inúmeras partes da cidade e municípios vizinhos, movimentando uma grande quantidade de pessoas. Se um bairro com a mesma condição de vulnerabilidade social e de população equivalente estivesse localizado em uma cidade média

É necessário considerar que as periferias das metrópoles brasileiras crescem mais do que os núcleos centrais, o que significa um aumento das áreas precarizadas de infraestrutura e serviços²⁹. Indicadores que revelam a condição periférica presente nas metrópoles são mapeados por diversos órgãos e instituições³⁰ e, dentre seus inúmeros importantes papéis, demonstram a imensa área ocupada pelos “marginalizados”. Para os conhecedores da história desse país, não é novidade alguma. São realidades que se tocam e se correlacionam dialeticamente, e são tratadas de maneiras muito desiguais. Ao analisar esses dados e olhar para mapas de muitas metrópoles do Brasil, é bastante claro que as periferias ocupam áreas gigantescas, significativamente maiores do que as áreas centrais, e que ali é onde habita a maioria da população. Ou seja, não se trata de uma ideia, invisível. É uma situação concreta, real, que está aqui, construída. Basta olhar. Sendo assim, como isso passa “desapercebido”? Por que o que é regra é visto como exceção, inclusive pelas escolas de Arquitetura e Urbanismo brasileiras? Em um território onde as periferias proliferam, então onde é a cidade?



Mapa da Densidade Demográfica da cidade de São Paulo.
Fonte: Anderson Silva, com base em dados da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), 2019.



Mapa do preço do metro quadrado de terrenos e imóveis no município de São Paulo.
Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo / Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com projeção UTM//23S. DATUM Horizontal SAD69, 2017.

paulista, certamente tal evento não teria a mesma força, nem abrangência. Para informações sobre os Fóruns e a Sociedade Santos Mártires ver: < <http://santosmartires.org.br/mobilizacao-social/> >

²⁹ Em artigo intitulado “Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras”, Ermínia Maricato (2000) analisou 12 regiões metropolitanas, e verificou que os municípios centrais cresceram em média 3,1% entre 1991 e 1996, enquanto os municípios periféricos cresceram 14,7%. Dessas metrópoles, as periferias que mais se expandiram, no período, foram: Belém (157,9%), Curitiba (28,2%), Belo Horizonte (20,9%), Salvador (18,1%) e São Paulo (16,3%) (IPEA, 1999). Em algumas metrópoles, a diminuição do crescimento dos centros transformou-se em crescimento negativo dos bairros centrais. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004 >

³⁰ Com diferentes abrangências, temos IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano), Infocidade, e tantos outros.

No mapa de densidade demográfica da cidade de São Paulo, nota-se a área central, menor e menos densa, e a grande área em condição periférica adensada, com exceção de algumas áreas ambientais, como por exemplo, parte da zona sul, configurada como Área de Proteção Ambiental. O mapa do preço do metro quadrado de terrenos e imóveis aponta as diferenças radicais que separam essas regiões da cidade, assim como os outros dois mapas produzidos pela Rede Nossa São Paulo³¹ com dados referentes à distribuição de população preta e parda e idade média ao morrer. Seria facilmente possível apresentar aqui uma série de outros mapas que apontam a faixa de renda no espaço, gravidez na adolescência, taxa de escolaridade, tempo de deslocamento em transporte público, entre outros. Mas eles apenas reafirmariam o que esses três mapas escancaram: a) a radical desigualdade social e segregação territorial que compromete as condições de vida, em especial a mobilidade urbana; b) a marca do racismo decorrente de um processo inconcluso de libertação da mão-de-obra escrava e c) a relação disso tudo com um mercado imobiliário altamente especulativo que se realiza, na maior parte das vezes, promovendo um produto de luxo, restrito para poucos (MARICATO, 2017). Enfatizando: tão chocante quanto os contrastes gritantes entre as regiões (periferias e centro), é também a diferença de tamanho da superfície ocupada e do contingente populacional de cada uma.

Contudo, assim como as diferentes interpretações do termo periferia, a leitura das desigualdades também precisa ser complexificada. Não se trata de buscar a transformação da cidade tendo seu centro como modelo, como se essa fosse a solução para a superação das desigualdades. Superar a ideia de periferias como lugares de ausência, comum principalmente nos anos 80 e 90, e pensar urgentemente em um projeto de transformação territorial com o qual as periferias contribuam com modelos e formas que dialoguem com as lógicas de produção do espaço das maiorias e que não adotem o modelo hegemônico acriticamente (ROLNIK, 2019).

É importante interromper as leituras que atribuem uma agenda política e urbana única para a massa de periféricos das metrópoles. Interromper essas leituras significa amplificar as interpretações e buscar possibilidades para estreitar o diálogo entre a ciência e os outros saberes. Sobre a urgência de alternativas epistemológicas, Boaventura de Sousa Santos (2009) afirma que:

³¹O Mapa da Desigualdade tem sido estruturado e divulgado anualmente desde 2012 pela Rede Nossa São Paulo. Os dados mais recentes, que se referem a 2018, configuram a edição com 53 indicadores produzidos a partir de dados do setor público nos 96 distritos da capital, que utiliza também o “desigualtômetro”, que indica a distância entre o menor e o maior valor de cada indicador. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapada_Desigualdade_2019_apresentacao.pdf>.

“O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos *ecologias de saberes* (SANTOS, 2009).

O aprofundamento na questão espacial permite identificar a diversidade de saberes e valorizar conhecimentos e experiências considerados como “locais” ou “pontuais”, tornando irrelevantes pelo conhecimento hegemônico. Em uma perspectiva mais propositiva, surge um dos desafios que é desenvolver uma articulação maior entre as experiências nas periferias através de ligações com estruturas mais amplas, em escalas maiores, ganhando força e visibilidade - que, por sinal, é uma das intenções deste trabalho. Para ser bem sucedida, a ecologia de saberes tem que ser transescalar (SANTOS, 2009). E a preponderância entre essa relação de saberes dependem justamente do contexto, do lugar, à luz dos resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber. Ou seja, deve dar-se preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção (SANTOS, 2009), independentemente de sua natureza.

Trazendo essa ideia para a discussão sobre as periferias dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo, entende-se que apesar de falar o mesmo idioma e estar sob o mesmo sistema métrico decimal, temos valores diferentes. Estudar, conhecer, pesquisar os espaços periféricos, as maneiras de se apropriar publicamente dos espaços livres pela população de menor renda é um interesse para não projetar mal. Projetos propostos a partir da alienação dos estúdios de arquitetura comumente apresentam problemas de diversas naturezas – desde a impossibilidade de implantação até a falta de manutenção – estando fadados ao fracasso. Muitas obras “toscas”, feitas com as próprias mãos e derivadas de um conhecimento que não vem dessa nossa vangloriada leitura moderna, estão muito melhor contextualizadas ao lugar e inseridas amplamente. Isto não é uma apologia às periferias, e sim uma convicção na ecologia dos saberes como um dos caminhos para o arquiteto contribuir para a arquitetura popular³². E não somente o profissional como indivíduo, mas também as instituições representantes da classe e, principalmente, as escolas de Arquitetura e Urbanismo. O conhecimento pode ser mais humano, a universidade pode ser mais acolhedora e entender a multiplicidade de vivências que existem em nossa sociedade: a universidade precisa suportar essa

³² “Popular” no sentido de que pertence ao povo, de empoderamento; o que não quer dizer autoconstrução.

diversidade. A partir da lógica da ecologia dos saberes, buscar ler melhor as periferias, e portanto, por interação, trabalhar melhor nas periferias. Desenvolver o conhecimento aberto que passa pela compreensão do *habitus*³³ periférico, e avança para o aprender com as periferias e construir juntos³⁴.

Está claro que a ideia não é elaborar um manual de “boas práticas”, e tampouco se trata de produzir um conhecimento excessivamente relativizado. É um espaço que ensina, que educa. É a construção de um sentido que está escondido. Como ancorar a realidade existente no discurso? Se colocar no lugar do outro e compreender a lógica desde o ponto de vista do outro pode ser um caminho para o pensamento com ousadia de transitar em outros contextos. Periferias como sujeito, e não como objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2003.

JACQUES, P. Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2011.

LABHAB. Programa Bairro legal, diagnóstico do Jardim Ângela, São Paulo, 2003.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. Espace. In: Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Berlin, 2003.

MATHEUS, T. Vulnerabilidade social e solidariedade entre jovens: Jardim Ângela e Jardim São Luís. Revista Psicologia & Sociedade, n.31, e170505. ISSN: 1807-0310. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31170505>>.

MARICATO, E. Metrôpole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Da cidade segregada a cidade insurgente. 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>> Acesso em maio 2020.

MEYER, R.; GROSTEIN, M.; BIDERMAN, C. São Paulo Metrôpole. São Paulo: Edusp/Imesp, 2004.

³³ *Habitus* é um conceito definido por Pierre Bourdieu e se refere a um sistema de disposições incorporadas e de tendências que organizam as formas pelas quais os indivíduos percebem o mundo social ao seu redor e reagem a ele. Essas disposições geralmente são compartilhadas por pessoas de um mesmo grupo à medida que o *habitus* é adquirido através de *mimesis*, constituída na prática e sempre orientada para funções e ações do agir cotidiano. *Habitus* é, portanto, “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas” (Bourdieu, 2003).

³⁴ Curiosamente e contraditoriamente, esta característica deveria estar presente na essência do *ser arquiteto*, já que dificilmente ele passará sua vida profissional projetando/propondo para ele mesmo.

MORIN, E. Introdução ao Pensamento Complexo. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

QUEIROGA, E. A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e razão comunicativa. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROY, A. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. Revista e-metropolis, n.31, ano 8, 2017.

ROLNIK, R. Mapa da desigualdade de São Paulo e as lições quem vem das periferias. 2019. Disponível em: <
<http://www.labcidade.fau.usp.br/o-mapa-da-desigualdade-de-sao-paulo-e-as-licoes-que-vem-das-periferias/> >. Acesso em junho 2020.

SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, M. (1987). O espaço do cidadão. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SPINK, M. Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais. São Paulo: Educ: Terceiro Nome, 2018.

SPINK, M.; SPINK, P. TAVANTI, R. Sociedade Santos Mártires: uma chama de esperança. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania / Terceiro Nome, 2019.



GT 2A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO CÍVICO-TERRITORIAL DESDE UMA “REGIÃO DO DESOBEDECER”

Helbert Michel Pampolha de Oliveira (NAEA/UFPA)¹

RESUMO

A compreensão de dinâmicas hegemônicas e contra-hegemônicas que configuram a noção de região no plano geográfico constitui tarefa central deste artigo. À luz da teoria miltoniana, toma-se a realidade amazônica como exemplo de reflexão e, com base em levantamento bibliográfico e documental, considera-se tanto as desarticulações decorrentes dos chamados “grandes objetos” quanto as articulações produzidas pelo que estamos denominando como “objetos de grandeza cidadã”. Desta maneira, para além do economicismo abstrato que tem caracterizado e mesmo definido formas e conteúdos na atualidade, salienta-se a pertinência de se pensar o fenômeno regional a partir da pluralidade de existências e de divisões do trabalho inerentes ao espaço amazônico, com a possibilidade, inclusive, de sugerir a existência de uma “região do desobedecer” a partir da potencialização dos saberes e das lutas políticas dos povos da floresta; subsídios estes de grande importância para se contestar a lógica desenvolvimentista perversa e mesmo se pensar um outro planejamento regional para a Amazônia contemporânea.

Palavras-chave: Região. Grandes projetos. Povos da floresta. Planejamento regional. Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto teve como inspiração parte das discussões que foram realizadas por ocasião de nossa dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2019), quando se estabeleceu uma análise da Amazônia como região à luz das contribuições teórico-conceituais do geógrafo Milton Santos. Neste empreendimento, portanto, problematizou-se a lógica dos “grandes objetos” técnicos (SANTOS, 1995) e a consequente desestruturação dos povos da floresta amazônicos, mas, igualmente, sugeriu-se a pertinência de se pensar em outros objetos, que articulem os saberes e potencializem a luta desses agentes nessa importante porção da formação socioespacial brasileira.

¹Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM). Bolsista CNPq. E-mail: helbertmichel93@gmail.com

Neste sentido, sabe-se que a obra de Milton Santos traduz uma sólida e potente teoria do espaço, este considerado como uma instância da sociedade (SANTOS, 2008) e como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1994). Contudo, salvo algumas exceções (OLIVEIRA, 2019, 2020; TRINDADE JÚNIOR, 2020), pouco se tem falado a respeito de uma teoria regional no âmbito das contribuições desse importante intelectual brasileiro, que é implícita àquela teoria e que oferece subsídios para compreender as diferenciações espaciais do modo de produção dominante.

Menos recorrente ainda é o esforço analítico de se pensar a noção de região a partir das determinações “de baixo”, isto é, das lutas e movimentos políticos de resistência produzidos por populações subalternizadas e frequentemente violentadas pelo sistema de ações do capital hegemônico, o qual se manifesta territorialmente por meio de objetos técnicos repletos de intencionalidades exógenas. Assim, considerando a Amazônia² como exemplo de reflexão, o intento deste artigo é compreender as dinâmicas hierárquicas e, especialmente, as dinâmicas contra-hegemônicas que, no plano geográfico, configuram o fenômeno da região.

Dessa maneira, com base em levantamento bibliográfico e documental, discute-se a possibilidade de uma nova definição para o fenômeno regional, a fim de, na sequência, problematizar os grandes projetos econômicos e de desenvolvimento – os “grandes objetos” (SANTOS, 1995) – e sinalizar para a importância e para o papel das instituições públicas de ensino superior – aqui consideradas como “objetos de grandeza cidadã” – na articulação dos povos da floresta. Com isso, almeja-se vislumbrar a produção de uma ação transformadora e, à luz da teoria miltoniana, oferecer subsídios importantes para se pensar um outro planejamento regional para a Amazônia contemporânea.

2. UMA DISCUSSÃO SOBRE O FENÔMENO REGIONAL

Em artigo publicado no início dos anos 2000, Iná Elias de Castro (2002) chama a atenção para a região como um “problema” na obra de Milton Santos, destacando a perspectiva do autor acerca do fenômeno regional como algo determinado “do alto”, um epifenômeno do modo capitalista de produção que, por esta razão, carece de explicações ontológicas. Isto porque, com o processo de globalização, as regiões passaram a ser entendidas enquanto expressões geográficas particulares da espacialização de eventos

²Dada a centralidade das contribuições de Milton Santos neste trabalho, considerou-se a regionalização dos “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, 2012), proposta pelo referido autor no final da década de 1990. Assim, com base na presença de formas espaciais preexistentes e na difusão diferencial do chamado meio técnico-científico informacional no território nacional, tem-se uma divisão do Brasil em quatro grandes regiões: Região Concentrada, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia. Esta última – enquanto uma expressão pontual do meio técnico-científico informacional – envolve os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima e apresenta particularidades relevantes ao entendimento da formação socioespacial brasileira na atualidade.

notadamente forâneos (SANTOS, 1999, 2012a), consistindo em subtotalidades que se apresentam como estruturas expressivas para cada conjunto de eventos (SANTOS, 1999; SILVEIRA, 1999a).

Ora, enquanto uma estrutura particular, portanto, o fenômeno da região se configura no plano espacial como *síntese concreta de múltiplas determinações*, “do alto”, mas também “de baixo”. Apresenta-se, por sua vez, como uma *particularidade* do movimento dialético entre o universal e o singular, que, como lembra Lukács (1978, p. 117), “com relação ao singular, representa uma universalidade relativa, e, com relação ao universal, uma singularidade relativa”. Neste sentido, tal qual uma particularidade (SANTOS, 1999), Milton Santos destaca que a ideia de região seria o resultado da produção de dois recortes materiais: a) as verticalidades, vetores do pragmatismo e dos atores hegemônicos que frequentemente pretendem se impor; b) as horizontalidades, fundadas em relações produzidas na copresença e na contiguidade, fruto da presença ativa e solidária de homens e mulheres em determinado subespaço (SANTOS, 1999, 2003).

A operacionalização do par dialético horizontalidade-verticalidade possibilita-nos o estabelecimento de uma compreensão acerca da situação geográfica³ (SILVEIRA, 1999a) de determinado subespaço, tanto por nos oferecer uma dimensão de sua configuração material quanto por nos permitir certa indagação sobre os dinamismos que o definem – “de cima”, mas também “de baixo”. Assim, ainda que as verticalidades sejam elementos indispensáveis à compreensão do fenômeno regional, por traduzirem os processos extralocais que visam reorganizar a sociedade em determinada porção do espaço, são às horizontalidades que devemos conferir maior atenção, sobretudo por verdadeiramente representarem as regiões e carregarem em suas lógicas a possibilidade de resistência às perversidades da globalização.

Talvez seja por isso que, em seus escritos da década de 1990, momento em que refletiu mais intensamente sobre a problemática da globalização, Milton Santos tenha procurado pensar a busca por *novas horizontalidades* (SANTOS, 1991) como resposta e alternativa ao mercado neoliberal; mercado este que, orientado pela solidariedade organizacional, “do alto”, desarticula os lugares e as regiões em favor da extração de mais-valia. Talvez por isso, também, que em aula inaugural proferida na Universidade Estadual do Ceará (UECE), no ano de 1996, o geógrafo baiano tenha alertado para a necessidade de *elaboração de uma outra definição de região* (SANTOS, 2003), que fuja ao pragmatismo

³“Nó de verticalidades e horizontalidades, a situação [geográfica] não é apenas um pedaço do território, uma área contínua, mas também um conjunto de relações. É uma combinação que envolve, de um lado, fragmentos e solidariedades vizinhos porque constituída de pedaços contíguos de sistemas de objetos e das ações emanadas de um trabalho comum e, de outro, vinculações materiais e organizacionais longínquas e mais ou menos alheias ao lugar, como as redes e as formas de consumo e produção globalizadas” (SILVEIRA, 1999a, p. 27).

economicista e, dessa forma, participe da construção do futuro a partir das horizontalidades e do consequente fortalecimento da solidariedade orgânica.

Nestes termos, aponta-se aqui que uma outra definição do fenômeno regional, elaborada “de baixo para cima”, pode levar em consideração, primeiro, os dados infraestruturais e superestruturais (SANTOS, 1991) – ou, se preferir, a tecnosfera e a psicosfera (SANTOS, 2013) –, e, segundo, a proposta de um ordenamento cívico do território (SANTOS, 1987). Mas de que maneira isso seria possível?

Mostrando-se contrário ao debate que sugeria o fim das regiões em decorrência da expansão do capital hegemônico (e. g. OLIVEIRA, 1993), Santos (2012a) assinala que a globalização não eliminou as diferenciações regionais e, muito menos, impediu que se prosseguisse pensando na existência do fenômeno da região. Nesta perspectiva, o autor (SANTOS, 1991) deixa subentendido que a noção em tela pôde permanecer graças, de um lado, aos objetos e, de outro, às ações.

Em outros termos, ainda miltonianos, podemos associar os dados infraestruturais ao que o geógrafo baiano denominou como tecnosfera (SANTOS, 2013), ao passo em que os dados supraestruturais, representados por elementos não plenamente materiais, mas que configuram certa coesão territorial do ponto de vista dos valores, dos desejos e da cultura, correspondem à psicosfera (SANTOS, 2013). É desta maneira que, enquanto pilares que auxiliam no desvelamento da expansão do meio técnico-científico-informacional, tecnosfera e psicosfera também nos autorizam a continuar pensando no fenômeno da região, pois nos oferecem possibilidades de apreensão da multidimensionalidade inerente a determinado subespaço.

O referido par dialético também nos permite seguir refletindo sobre a região não somente a partir “de cima”, mas igualmente “de baixo”, de modo que potencializemos, em dada porção do espaço, por exemplo, formas e conteúdos política e organicamente solidários, ainda que a consideração da noção em destaque seja comumente realizada levando-se em conta, precipuamente, a tecnosfera e a psicosfera decorrentes das verticalidades. Neste processo, acidentalmente ou não, eclipsam-se dimensões das horizontalidades que são importantes e potentes para pensarmos resistências e mesmo alternativas à lógica economicista e organizacional no território.

Contudo, como nos adverte Santos (1987, 2008), a sociedade é mais do que a economia e, por esta razão, há necessidade de se estabelecer um distanciamento do hábito de tudo pensar em termos econômicos, a fim de considerarmos a importância de outros fatores que estão envolvidos e que são igualmente determinantes (e não apenas determinados) nos processos sociais. Neste sentido, a sociedade também é ideologia, cultura, instituições e organizações (formais e não formais), religião e espaço; todos estes elementos sendo, simultaneamente, forças ativas e condicionadas na/pela sociedade.

Mediante este raciocínio, destaca-se a proposta miltoniana de um ordenamento cívico do território (SANTOS, 1987), fundamentada em uma política verdadeiramente redistributiva de bens e serviços públicos essenciais a todos os indivíduos, independentemente do lugar que ocupam e/ou realizam sua vida cotidiana no plano territorial. Assentada em fortes princípios de justiça social e espacial, essa contribuição nos auxilia a pensar em formas de resistência alternativas ao economicismo (com a subordinação de modelos econômicos e políticos de espaço concebidos por um planejamento perverso), bem como a refletir sobre uma noção de região que fuja à matematização abstrata do mundo, subjacente às verticalidades, e considere as horizontalidades em primeiro plano.

A pluralidade de existências, de que trata Xavier (2018), poderia então ser respeitada e a região passaria a ser o resultado não de uma divisão do trabalho que se pretende hegemônica, mas sim de um rendilhado, um caleidoscópio de divisões territoriais do trabalho (SILVEIRA, 2011) que revelam a diversidade e o potencial de seus povos. Nestes termos, ela continuaria a ser identificada como uma área onde se realiza o acontecer solidário (SANTOS, 2003), com a prática compulsória de tarefas de todos os agentes que nela convivem, entretanto, ela deverá ser compreendida menos do ponto de vista econômico e mais na perspectiva das lutas políticas, responsáveis por fazer *front* aos comandos e exigências dos agentes hegemônicos do capital.

Utopia ou possibilidade? A América Latina e, em particular, o território brasileiro apresentam múltiplas utopias como possibilidade. A Amazônia, por exemplo, considerada ao nível de uma região que obedece (SANTOS, 1995) na Divisão Territorial do Trabalho *tal como ela é*, revela alguns elementos importantes para pensarmos nessa outra definição do fenômeno regional, que, conforme sugeriu Santos (2003), deve escapar à praga do economicismo para participar da construção do futuro. Desta maneira, falemos da dita “região do obedecer” para, em seguida, questionarmos: uma região do obedecer?

3. “GRANDES OBJETOS” E (DES)ARTICULAÇÕES NA AMAZÔNIA

Não é novidade o fato de a imensa e rica região amazônica ter se constituído como um espaço de inestimável valor estratégico para a materialização do sistema de ações do grande capital. Viabilizadas pelo Estado, tais relações têm se expressado territorialmente a partir de grandes projetos econômicos e de desenvolvimento voltados, sobretudo, à energia, à mineração, à logística e ao agronegócio. Este sistema de objetos, interligado a lógicas forâneas e disperso pela região, dinamiza principalmente a atuação de grandes agentes econômicos, conferindo, inclusive, certas particularidades à Amazônia na Divisão Territorial do Trabalho.

A convite da socióloga Edna Castro (informação verbal)⁴, ainda no início dos anos 1990, Milton Santos presta importante contribuição para pensarmos esses grandes projetos na Amazônia. Isso porque, ao retomar a sua teoria do espaço – essa instância da sociedade (SANTOS, 2008) – e conceituá-lo como um indissociável conjunto de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1995), este geógrafo problematiza a porção oriental dessa região e considera aqueles empreendimentos enquanto partes de um sistema de ações global, cuja manifestação, neste vasto espaço, se dá por meio de “grandes objetos” técnicos, como “hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades” (SANTOS, 1995, p. 14; TRINDADE JÚNIOR, 2010a).

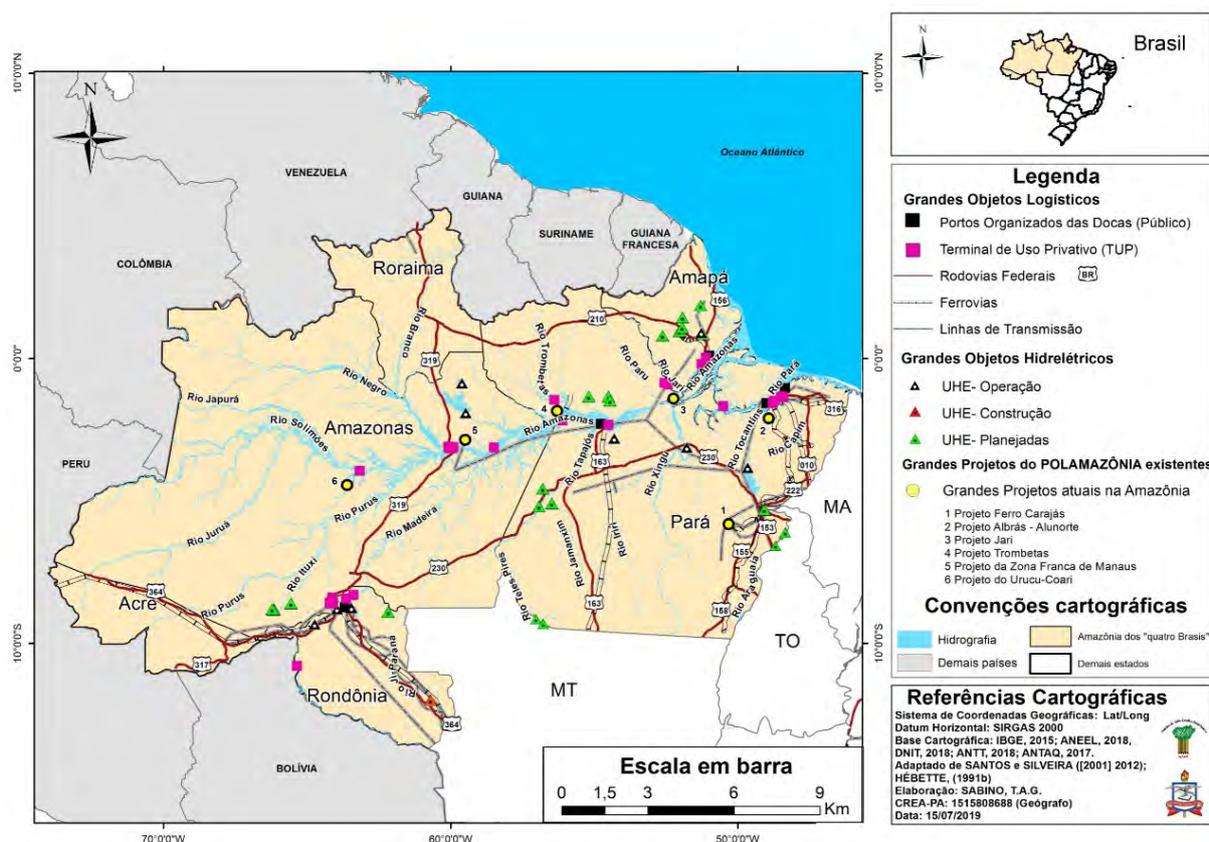
Resultantes da modernização seletiva na região, tais objetos técnicos apresentam características de excessiva especialização e intencionalidade em sua composição, de modo que suas materializações são concebidas para atender aos interesses dos grandes agentes do circuito superior da economia urbana (SANTOS, 2004). Ou seja, esparsas e hipertéticas (SIMONDON, 2001), estas formas são instaladas a fim de viabilizar as demandas de mercado impostas verticalmente à região amazônica, dado o papel que desempenham como “pontos de verticalidade” (SILVEIRA, 1999b) e mesmo como um emaranhado de “linhas” e “nós” articuladores de fluxos mercantis do/no território brasileiro.

A pertinência do par dialético Estado-mercado, proposto por Milton Santos ainda no último quartel do século XX (SANTOS, 1982), auxilia-nos na interpretação das dinâmicas contemporâneas do espaço amazônico, o qual, à luz do desenvolvimentismo e, recentemente, do neodesenvolvimentismo, teve a composição orgânica de seu território (SANTOS, 1992) incrementada para atender aos interesses do capital nacional e transnacional na região. Esta associação de interesses, frequentemente perversa, é definida por Antas Junior (2005) como regulação híbrida do território, uma ideia que bem reflete o processo contemporâneo de corporatização (SANTOS; SILVEIRA, 2012) e transformação do território em espaço nacional da economia internacional, conforme sustenta Santos (2012a).

Sem a pretensão de abarcar a completude, o Mapa 1 traz um panorama dos principais “grandes objetos” instalados na região amazônica.

⁴Informação gentilmente fornecida pela Profa. Dra. Edna Castro durante entrevista realizada no dia 23 de maio de 2019 em sua sala de pesquisa no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Na ocasião, a entrevistada comentou sobre como conheceu o Professor Milton Santos e o que lhe motivou a convidá-lo para palestrar no seminário nacional “Grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço”, concebido pelo NAEA-UFPA em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), durante o mês de abril de 1991, na cidade de Belém-PA.

Mapa 1 – “Grandes objetos” na Amazônia dos “quatro Brasis”



Elemento importante e que corrobora com as reflexões que até agora foram arroladas nesta seção é a análise dos investimentos direcionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁵ à Amazônia nas últimas duas décadas. Isto porque, para Leitão (2009), com destaque para o estado do Pará, os investimentos totais previstos nos anos de 2007 a 2010, inclusive pós-2010, revelam certa concentração em eixos específicos, como, por exemplo, o de infraestrutura energética, que, nesse último período, recebeu mais de 56% dos recursos se comparado aos eixos logístico e social e urbano, com 20% e 22% do investimento do PAC Pará, respectivamente (LEITÃO, 2009).

Considerando a publicação regionalizada do PAC, especialmente o sétimo balanço também referente ao Pará, que apresenta os investimentos infraestruturais previstos para o período 2015-2018 e pós-2018 neste estado (BRASIL, 2018), constata-se, no interregno 2015-2018, a preponderância dos recursos destinados para o eixo de energia – que agrega 55% do total dos investimentos aplicados até 2018 –, enquanto os eixos relacionados à

⁵Criado no ano de 2007, no último mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2011), e mantido durante as gestões do governo de Dilma Rousseff (2010-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), o PAC foi uma proposta do governo federal que, à luz do ideário neodesenvolvimentista – baseado em estratégias de desenvolvimento que visam fortalecer a relação Estado e mercado –, articulou projetos infraestruturais públicos e privados e medidas institucionais com o intuito de estimular o crescimento da economia brasileira e, conseqüentemente, contribuir na geração de empregos (BRASIL, 2015; LEITÃO, 2009).

infraestrutura logística e à infraestrutura social e urbana, nessa ordem, açambarcam 28% e 17% do montante indicado na Tabela 01.

Tabela 01 – Investimentos do PAC no estado do Pará – 2015-2018 e pós-2018

| Eixo | 2015-2018 (R\$ Milhões) | Pós-2018 (R\$ Milhões) |
|-----------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Logística | 4.358,40 | 2.599,89 |
| Energia | 8.536,64 | 619,36 |
| Social e urbana | 2.701,92 | 1.641,53 |
| Total | 15.596,92 | 4.860,78 |

Organizado pelo autor com base em Brasil (2018).

Ainda de acordo com a Tabela 01, no que diz respeito aos investimentos previstos para o período pós-2018, nota-se que, dessa vez, o eixo referente à infraestrutura logística fica com a maior quantia dos recursos (cerca de R\$2,6 mi), enquanto o eixo de energia conhece uma redução de aproximadamente 93% em relação ao recurso que lhe fora destinado no orçamento de 2015-2018; fato este que, conforme consta em Brasil (2018), deve-se à conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, responsável pela maior fatia dos investimentos aplicados na região amazônica.

Sem desconsiderar a importância do eixo voltado à infraestrutura social e urbana, ressalta-se que os projetos relacionados à energia e à logística, previstos no PAC Pará, são representativos da lógica predatória dessa regulação híbrida do território na própria Amazônia, qual seja: à luz da articulação Estado-mercado, a propagação de uma psicofera torpe (o discurso simbólico de salvação da economia e do País, por exemplo) e o consequente “alargamento” da tecnosfera perversa (objetos técnicos cujas lógicas nada ou pouco tem a ver com as demandas efetivas do lugar onde se inserem) nesta região.

Ambas, por seu turno, são decorrentes da materialização de um modelo econômico-político (SANTOS, 1987) extravertido e predatório na Amazônia; extravertido porque estabelece o aproveitamento dos rios para a produção e exportação de energia a partir de usinas hidrelétricas e, dada a posição estratégica da região face ao mercado externo, configura corredores logísticos com a finalidade de articular o mercado nacional à economia internacional, auxiliando no escoamento de *commodities*; predatório porque, não obstante o crescimento econômico, tais estratégias mimetizam os reatamentos socioambientais e espaciais devastadores em diferentes porções da Amazônia, ocasionando uma série de desarticulações ao modo de vida dos povos da floresta e dos rios, principalmente em razão dos projetos de mineração difusamente localizados pela região.

Estes elementos, como se pode notar, bem demonstram o porquê de a Amazônia ser considerada como uma “região do obedecer” (SANTOS, 1995; SANTOS; SILVEIRA, 2012) na Divisão Territorial do Trabalho. A materialização de um sistema de ações do

grande capital, responsável por tornar a região um almoxarifado ou mero corredor para o Brasil e interesses estrangeiros, é determinante para essa consideração. Nos mesmos processos, entretanto, observa-se a conversão do meio ambiente em *commodity* (CASTRO, 2019) e o desrespeito à vida e aos modos de vida de populações tradicionais, estas consideradas como “entraves” para o que, hegemonicamente, se planeja e se realiza enquanto desenvolvimento.

Apesar da pertinência do tema, muito se tem falado sobre os “grandes objetos” (SANTOS, 1995) e suas (des)articulações na Amazônia, tal como, para citar alguns exemplos, os trabalhos de Hébette (1991, 1995), Martins (1991), Castro e Acevedo Marin (1993), Pinto (1995), Trindade Júnior (2010a), Padinha (2017), Schuber (2019) e Malheiro (2020); contribuições/denúncias importantes e que apontam caminhos e alternativas para se pensar o planejamento e o desenvolvimento na região amazônica.

Contudo, em um momento no qual a sociedade brasileira tem sofrido com uma série de desmontes e negligências decorrentes dessa psicofera maligna representada pelo governo de Jair Bolsonaro, pensar propostas de novas horizontalidades e de contra-hegemonias (SANTOS, 2000a)⁶ torna-se uma tarefa urgente e mais do que necessária. Nesse sentido, salienta-se a relevância de se falar de região a partir do papel de *outros objetos* no espaço amazônico, isto é, de iniciativas que, do ponto de vista da tecnosfera e, sobretudo, da psicofera, sejam responsáveis pela concepção e mesmo pela realização de uma ação regional organicamente solidária; discussão esta a ser tangenciada na próxima seção.

4. PENSANDO OUTROS OBJETOS NA AMAZÔNIA...

Em sua bela obra *Por uma outra globalização*, Santos (2000a, p. 132-133) já chamava a atenção para a elaboração de uma “política dos de baixo”, configurada a partir das visões de mundo produzidas pelos homens e mulheres lentos (SANTOS, 2001) que vivem e realizam suas vidas mediante seus territórios, tal como o fazem, por exemplo, os povos da floresta na Amazônia. Trata-se de uma política de novo tipo, que em nada se assemelha à política institucional fundada na ideologia do crescimento e em parâmetros quantitativos (SANTOS, 2000a), os quais mais enquadram e pouco compreendem a vida e o cotidiano dos seres humanos, sobretudo em uma realidade como a amazônica.

Para Santos (2000a, 2001), esta nova política, a política dos lentos e das “irracionalidades”, baseia-se no cotidiano banal, vivido por todos, e é alimentada pela

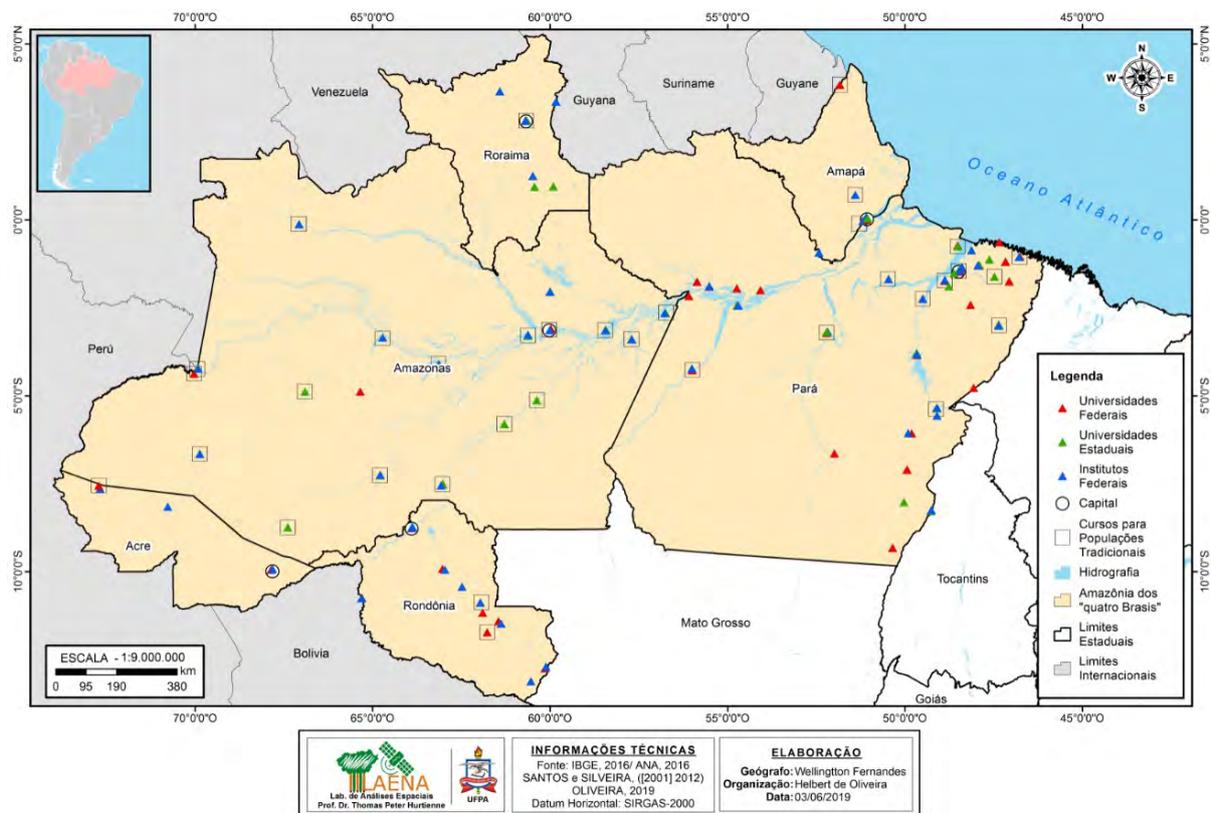
⁶Fala-se de contra-hegemonia enquanto uma ação contrariamente gestada em relação às racionalidades típicas das verticalidades e que permite a criação de outras racionalidades, ou seja, contrarracionalidades baseadas em formas de convivência e de regulação engendradas a partir do próprio território, não obstante a vontade de homogeneização e unificação características da racionalidade hegemônica (SANTOS, 2000a).

simples necessidade que esses agentes sociais têm de continuar existindo. Na Amazônia, quer-se ressaltar, aqui, a contribuição das instituições públicas de ensino superior (estaduais e federais), verdadeiros fixos sociais (SANTOS, 1987) que contribuem na descoberta do lugar pelo lugar (SANTOS; SILVEIRA, 2000) e que desempenham um importante papel não somente na oferta de cursos relacionados às demandas dessas populações (OLIVEIRA, 2019), mas também no fortalecimento das lutas políticas desses agentes.

Dessa maneira, muito mais do que a forma grandiosa que, por vezes, esses objetos assumem na paisagem regional, a relevância que adquirem se configura pelo papel que cumprem junto aos povos da região, seja por meio da articulação de saberes, da potencialização e/ou sistematização da diversidade de conhecimentos particulares ao espaço amazônico, ou mesmo da instrumentalização e do apoio às lutas políticas desses povos historicamente subalternizados pela lógica dos grandes projetos econômicos, denominados por Santos (1995) como “grandes objetos”.

Por estas razões, fala-se das instituições públicas de ensino superior instaladas na Amazônia como verdadeiros “objetos de grandeza cidadã” (Mapa 02); objetos estes que, especialmente nos últimos anos, tanto têm sofrido uma série de ataques sistemáticos à sua autonomia, quanto recebido o anúncio de cortes em seu orçamento, inviabilizando a manutenção de um conjunto de ações de interesse coletivo. Assim, a tarefa de ressaltar a importância desses fixos sociais e defender o ingresso dos povos da floresta nessas instituições deve ser entendida como um ato de resistência e que, principalmente, abre possibilidades muito relevantes à elaboração de uma outra política na região, de baixo para cima.

Mapa 02 – “Objetos de grandeza cidadã”: as instituições públicas de ensino superior e seus *campi* na Amazônia dos “quatro Brasis”



A partir da espacialização desses “objetos de grandeza cidadã” e da constatação de sua capilaridade ao longo da Amazônia, identificadas no Mapa 02, pode-se notar a presença tanto de universidades federais e estaduais quanto de institutos federais nos mais recônditos lugares do espaço amazônico, notadamente por meio de uma multiplicidade de *campi*⁷ cujos papéis em muito contribuem à difusão de ciência, educação e tecnologia e ao consequente desvelamento dos lugares pelos seus próprios povos nesta região.

Diferentemente dos “grandes objetos” (SANTOS, 1995), os “objetos de grandeza cidadã” – neste caso, as instituições públicas de ensino superior – têm o potencial de propiciar uma verdadeira liberação do ser humano (SANTOS, 2012b, p. 82) em sua multidimensionalidade e contribuir, assim, à configuração de uma autêntica psicofera solidária na região, sobretudo a partir da possibilidade quanto ao estabelecimento de diálogos com e entre as populações tradicionais desarticuladas pelas modernizações seletivas impostas à Amazônia.

Ressalta-se, ademais, que a tarefa de incorporar a universidade em um projeto social pressupõe, em um primeiro momento, a criação e, posteriormente, a difusão de um

⁷Deve-se lembrar da notável política de expansão e interiorização das instituições federais de ensino superior implementada no Brasil a partir do ano de 2003, por ocasião do governo Lula (PT), um momento muito importante de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior público no território brasileiro.

saber orientado para os interesses do maior número de pessoas (SANTOS, 2000b). Nesse sentido, além de promover o acesso democrático ao ensino superior público, mormente por meio de políticas inclusivas, como o sistema de cotas e a abertura de processos seletivos especiais voltados para populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas⁸, as instituições federais e estaduais de ensino superior instaladas ao longo da Amazônia ainda atuam na oferta de cursos específicos destinados aos povos dos rios e da floresta desta região.

Nestes termos, ao assinalar que o “novo” nem sempre é necessariamente o moderno, isto é, aquilo que em um dado momento é instalado sob a lógica hegemônica do capital, Silveira (2004) nos permite considerar que a articulação do conhecimento entre povos tradicionais no âmbito de “objetos de grandeza cidadã” pode ser entendida como um elemento “novo” e bastante importante no campo do sistema de ações.

Isso porque, enquanto os “grandes objetos” técnicos tendem a fragmentar verticalmente os territórios e (des)articular estes povos e suas formas e modos de viver, os “objetos de grandeza cidadã”, por sua natureza, sugerem uma agregação horizontal entre essas populações e seus saberes; articulação esta que, inclusive, pode oferecer maior tomada de consciência em relação aos efeitos daquela tecnosfera perversa, possibilitando a descoberta ou mesmo a redescoberta de mecanismos capazes de conduzir à elaboração de ações contra-hegemônicas.

Ora, o que pensar, por exemplo, da importância e do papel do curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena que a Universidade do Estado do Pará (UEPA) oferta diretamente nas aldeias indígenas situadas nos municípios de São Miguel do Guamá, no nordeste paraense; de Paragominas, no sudeste paraense; e de Salvaterra, no arquipélago do Marajó (UEPA, 2019)?

Ou então, do curso superior em Formação de Professores Indígenas⁹, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), realizado no *campus* Benjamin Constant-AM junto às etnias Kokama e Ticuna, situadas na sub-região do Alto Solimões (RICARDO, 2019)? O que pensar do impacto, no âmbito desses cursos, da sistematização e

⁸É lícito ressaltar que, com base em políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade étnico-racial, a totalidade das instituições públicas de ensino superior instaladas na Amazônia apresenta processos seletivos especiais que são responsáveis por destinar um contingente mínimo de vagas para populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas da região; fato este que representa um importante passo na questão do acesso dessas comunidades ao ensino técnico e/ou superior públicos, bem como reforça a possibilidade quanto à valorização de saberes locais e ao estabelecimento de novas horizontalidades no espaço amazônico.

⁹De acordo com as informações prestadas pela Profa. Ma. Helenice Ricardo, da UFAM, o curso de Formação de Professores Indígenas foi iniciado no ano de 2008 e, desde então, formou três turmas de alunos indígenas que, doravante, tornaram-se professores indígenas, a saber: turma Murá, em 2013, e turmas Munduruku e Sateré-Mawé, em 2018. No ano de 2019, o curso atendia cinco turmas, como: turma Médio-Solimões (etnias Mirãna, Kokama, Kambeba, Ticuna, Mura, Munduruku, Kanamari e Miruna), turma Alto Rio Negro (etnias Baniwa, Tukano, Dessana, Baré, Barassana, Piratapuaia, Tuiuca, Karapana, Kubeu, Tariano, Yepá-Mahsã, Kuripaco e Werekena), turma Madeira-Manicoré (etnias Parintintim, Torá, Mura, Munduruku), turma Purus-Lábrea (etnias Palmari, Apurinã, Jarauara e Banawa) e, conforme já frisado, a turma Alto Solimões, responsável por atender duas etnias (RICARDO, 2019).

potencialização dos “saberes da região” (SANTOS, 1999) na vida de pessoas que, doravante, poderão retornar às suas comunidades com experiências e olhares preparados para conscientizar e formar, criticamente, homens e mulheres acerca de suas realidades?

Neste sentido, para além dos “muros” dos “objetos de grandeza cidadã”, importa destacar o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), uma iniciativa criada no ano de 2005 e muito pertinente ao empoderamento desses povos e comunidades tradicionais da região. Ressalta-se principalmente a possibilidade quanto à produção de uma autcartografia social sob a forma de mapas situacionais, os quais representam a realidade desses grupos em um determinado contexto mediante o estabelecimento de interlocução com os próprios agentes do lugar.

Dessa maneira, considera-se a participação de membros das comunidades envolvidas, treinando-os a captar pontos de GPS e a colocar nos mapas somente as informações que eles consideram relevantes; atividade esta que tem propiciado a muitas comunidades os meios e fundamentos essenciais para a produção autônoma de seus próprios mapas, bem como os instrumentos necessários à afirmação de suas territorialidades em suas lutas políticas¹⁰. Destarte, o PNCSA contribui tanto ao fortalecimento de associações e formas organizativas comunitárias na região quanto à consolidação e à publicização dos conhecimentos práticos dos povos e comunidades tradicionais, os quais, segundo Brum (2018), são os agentes sociais que mais preservam o ecossistema florestal amazônico.

Com base na agregação desses conhecimentos no contexto desses fixos sociais situados na Amazônia, defende-se a possibilidade quanto ao reforço de uma coesão horizontal da sociedade e do território, agora não mais a partir somente do mercado, mas a serviço da própria sociedade em sua multidimensionalidade. Como nos ensina Santos (1994), pensar na construção de novas horizontalidades requer, cada vez mais, que sejam encontrados caminhos outros que nos liberem do puramente econômico e, conseqüentemente, da globalização tal como ela é, perversa, e nos aproxime de elementos capazes de restaurar a dignidade humana e construir uma outra globalização (SANTOS, 2000a), desde baixo.

Mediante estas possibilidades, destaca-se a importância de se pensar mais nas horizontalidades e nas solidariedades orgânicas produzidas pelos “agentes da lentidão” na Amazônia, isto é, os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas, os pobres e demais agentes hegemonzados – que veem o território como abrigo –, do que propriamente nas

¹⁰Todo esse processo de cartografia social, gestado por pesquisadores vinculados a “objetos de grandeza cidadã” e operacionalizado para além desses fixos, encontra-se consubstanciado em inúmeros fascículos que têm como objetivo revelar as territorialidades específicas, os modos de vida e os conflitos sociais que configuram a situação desses diversos grupos na Amazônia (BARGAS; CARDOSO, 2015; NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2019).

verticalidades e nas solidariedades organizacionais características dos agentes hegemônicos da economia, para quem o território é um mero recurso.

Alerta-se, porém, que não se trata de desconsiderar a estrutura econômica, mas sim de conferir maior importância aos elementos típicos da vida regional enraizada e, dessa maneira, com grande possibilidade quanto ao estabelecimento de contra-hegemonias desde o território. Assim sendo, a Amazônia seria uma região que obedece? Do ponto de vista de uma política solidária, que não a política econômica do grande capital, defende-se que a região amazônica pode oferecer grandes e importantes exemplos de resistência – e não de obediência – ao continente latino-americano, produzindo, neste sentido, um verdadeiro “retorno do território” (SANTOS, 1994) às perversidades do processo de globalização.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO: UMA “REGIÃO DO DESOBEDECER”?

Pela riqueza multidimensional que lhe é inerente, o exemplo amazônico nos permite pensar a região de diversas maneiras, o que, certamente, muitos autores fizeram de forma bastante competente. A teoria miltoniana, por sua vez, à luz da difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional na formação socioespacial brasileira, oferece-nos uma leitura desse espaço como “região do obedecer” (SANTOS; SILVEIRA, 2012), considerando, precipuamente, a violência econômico-simbólica perpetrada pelo capital e pelos chamados “grandes objetos” (SANTOS, 1995) no uso deste território, transformando-o em um importante “nó” das redes capitalistas.

Todavia, enquanto um brilhante esforço teórico-político voltado à reflexão do mundo e à construção do futuro a partir do presente (ARROYO, 2009), a teoria de Milton Santos também nos autoriza a vislumbrar formas outras de analisar e compreender a região, a qual, como bem ponderou o autor (SANTOS, 2003), deveria se livrar do economicismo abstrato que em muito define determinadas interpretações da realidade e, conseqüentemente, perpetua a estrutura social hegemônica. Neste particular, a consideração de se pensar em *outros objetos*, em “objetos de grandeza cidadã”, portanto, pareceu-nos uma importante maneira de entrever certa transformação da realidade regional “desde baixo”, sem desconsiderar, contudo, as determinações hierárquicas vigentes.

Isto porque, mediante a reflexão proposta – em torno, sobretudo, da articulação, da valorização e da potencialização dos saberes e dos movimentos políticos dos povos da floresta –, o exemplo amazônico nos provoca a pensar a região, ontologicamente, como um espaço de lutas políticas, produzido pelos agentes e grupos sociais subalternizados pela lógica do capital. Ou seja, não se trata de um retorno à perspectiva tradicional dessa noção, mas sim uma tentativa de, analiticamente, a partir da realidade tal como ela é, colocar os “de baixo” e suas resistências em primeiro plano no processo de reflexão.

As instituições públicas de ensino superior, enquanto fixos sociais que viabilizam a descoberta do lugar pelo lugar (SANTOS; SILVEIRA, 2000), têm muito a contribuir nesta tarefa, principalmente em um contexto de aprofundamento da neoliberalização do mundo. Dessa maneira, dada a importante articulação que propiciam na região, tais “objetos de grandeza cidadã” se apresentam como verdadeiros “laços” no plano territorial, os quais, ao ampliar o entendimento quanto à dimensão geográfica do cotidiano nos mais recônditos lugares da Amazônia, realizam um convite à produção de uma ação transformadora bastante pertinente, inclusive, ao campo do planejamento regional.

Em razão disso, o engendramento de uma ação transformadora na Amazônia revela-se de fundamental importância à constituição e ao fortalecimento de um ordenamento cívico do território (SANTOS, 1987), uma vez que, considerando-se as demandas e os saberes dos povos da floresta e dos rios, reforçando-se os laços de solidariedade orgânica a partir dos lugares e robustecendo-se as lutas e movimentos políticos desses “agentes da lentidão”, o *front* aos modelos econômicos e políticos de espaço e à lógica desenvolvimentista perversa poderá consubstanciar uma coesão regional forjada na diversidade, relevante à geografização dos direitos territoriais dessas populações.

É neste sentido, ademais, que a teoria miltoniana lança luzes para pensarmos em possibilidades, seja de uma outra definição menos economicista do fenômeno da região, seja de elementos importantes à construção do futuro a partir de uma realidade periférica e frequentemente invisibilizada pelo capital hegemônico. Assim, valorizando o rendilhado de divisões do trabalho (SILVEIRA, 2011) e a pluralidade de existências (XAVIER, 2018) inerentes à região amazônica, podemos não apenas vislumbrar uma ação regional transformadora, como também sugerir que, muito mais do que uma região que obedece, a Amazônia é, do ponto de vista político, uma autêntica “região do desobedecer”.

REFERÊNCIAS

ANTAS JUNIOR, R. M. *Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005. 248 p.

ARROYO, M. Milton Santos: uma teoria para pensar e construir o futuro. In: SILVA, M. A.; TOLEDO JUNIOR, R. (org.). *Milton Santos: o homem e sua obra*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 187-197.

BARGAS, J. K. R.; CARDOSO, L. F. C. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 10, n. 2, p. 469-488, maio/ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Economia. O que é o PAC? *Ministério da Economia*, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/o-que-e-o-pac>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *PAC 7º balanço 2015-2018*: cartilha regional Pará. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, 2018. 130 p. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BRUM, E. Bolsonaro quer entregar a Amazônia. *EL PAÍS Brasil*, São Paulo, nov. 2018. Política. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/07/politica/1541597534_734796.html. Acesso em: 12 nov. 2018.

CASTRO, E. M. R.; ACEVEDO MARIN, R. E. Amazônia oriental: territorialidade e meio ambiente. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993. p. 121-148.

CASTRO, I. E. A região como problema para Milton Santos. *Scripta Nova*, Barcelona, vol. VI, n. 124, p. 1-5, 2002.

CASTRO, F. F. As ameaças do governo Bolsonaro à Amazônia. *ALICE News*, Coimbra, abr. 2019. Disponível em: https://alicenews.ces.uc.pt/index.php?lang=1&id=24806&fbclid=IwAR1nMUFawAvNDtGrVsafrf6laYqvSN5QfZkSa1v9MQ_fEEw4FT6lel6oZ3Q. Acesso em: 04. abr. 2019.

HÉBETTE, J. Apresentação. In: HÉBETTE, J (org.). *O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 7-13.

HÉBETTE, J. Prefácio. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. Não paginado.

LEITÃO, K. O. *A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país*. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 298 p.

MALHEIRO, B. C. P. Colonialismo interno e estado de exceção: a “emergência” da Amazônia dos grandes projetos. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 60, p. 74-98, 2020.

MARTINS, J. S. A chegada do estranho. In: HÉBETTE, J. (org.). *O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 15-33.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Fascículos. *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia*, Manaus, fev. 2019. Publicações. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 132 p.

OLIVEIRA, H. M. P. *A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia*. 2019. 287 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

OLIVEIRA, H. M. P. A noção de região na obra de Milton Santos: do espaço absoluto ao espaço relacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. 07, n. 02, p. 03-17, jul./dez. 2020.

PADINHA, M. R. *Grandes objetos na Amazônia: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida*. 2017. 444 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

PINTO, L. F. A desorganização do grande projeto. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 47-58.

RICARDO, H. [*Formação de professores indígenas*]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. Manaus, 29 maio 2019. 1 e-mail. Disponível em: helbertmichel93@gmail.com. Acesso em: 29 maio 2019.

SANTOS, M. Organização social e organização do espaço: o caso de Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 33, p. 51-77, 1982.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p.

SANTOS, M. Meio técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas. *Resgate*, Campinas, n. 3, p. 76-86, 1991.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. *Terra Livre*, São Paulo, n. 9, p. 7-17, jul./dez. 1992.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000a. 174 p.

SANTOS, M. A universidade: da intencionalidade à universalidade. *Anuário Estatístico de Geociências – UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 13-15, 2000b.

SANTOS, M. O elogio da lentidão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 mar. 2001. Seção + brasil 501 d.C. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

SANTOS, M. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (org.). *Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 53-64.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. 432 p. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a geografia crítica*. 6. ed. 1. reeimp. São Paulo: EDUSP, 2008. 288 p. (Coleção Milton Santos, 2).

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 7. reeimp. São Paulo: EDUSP, 2012a. 392 p. (Coleção Milton Santos, 1).

- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: EDUSP, 2012b. 96 p. (Coleção Milton Santos, 5).
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 5. ed. 1 reimp. São Paulo: EDUSP, 2013. 176 p. (Coleção Milton Santos, 11).
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O ensino superior público e particular e o território brasileiro*. Brasília: ABMES, 2000. 163 p.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 473 p.
- SCHUBER, E. S. M. *Neodesenvolvimentismo, reestruturação urbana e cidades médias na Amazônia: o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós*. 2019. 383 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 21-28, jan./jun. 1999a.
- SILVEIRA, M. L. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999b. 486 p.
- SILVEIRA, M. L. Os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 59-70.
- SILVEIRA, M. L. O lugar defronte os oligopólios. In: DANTAS, A.; TAVARES, M. A. A. (org.). *Lugar-mundo: perversidades e solidariedades. Encontros com o pensamento de Milton Santos*. Natal: EDUFRRN, 2011. p. 79-100.
- SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. 5. ed. Paris: Aubier, [1958] 2001. 336 p.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional na Amazônia. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010a.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das “geografias do Sul”. *Confins: revue franco-brésilienne de géographie*, Paris, n. 44, mar. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/26814>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- UEPA. Nossos cursos. *Universidade do Estado do Pará*, Belém, 2019. Disponível em: <http://www.uepa.br/>. Acesso em: 12 maio 2019.
- XAVIER, M. Lugar, pluralidade da existência e democracia. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 506-521, set./dez. 2018.



GT 02 – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS

A expansão urbana e suas implicações nos espaços públicos de Macapá, Amapá (Brasil).

Katrícia Milena Almeida Corrêa (UNIFAP)¹
Thaís de Araújo Oliveira (UNIFAP)²

RESUMO

Analisar os espaços públicos da cidade de Macapá, Amapá, implica também observar as suas subjetividades, bem como os reflexos oriundos do contexto de expansão urbana do município. A problemática deste estudo destaca a existência de conflitos urbanos e processos políticos que não representam a cidade construída pelos habitantes, à margem do que se chama de cidade formal. Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar a dinâmica dos espaços públicos em Macapá, diante do surgimento de novos usos, apropriações e problemáticas vinculadas à expansão urbana no contexto das cidades amazônicas. A partir de uma pesquisa bibliográfica aliada à pesquisa de campo, o trabalho destaca a necessidade de implementação de políticas públicas eficazes, bem como de atualização de leis urbanísticas para conduzir os problemas oriundos da rápida expansão urbana que impactam significativamente na existência e surgimento de espaços públicos na cidade, principalmente, em determinados eixos urbanos. Desse modo, o artigo expõe os fatores que contribuíram para este modelo de implantação de espaços públicos, compreendendo o aspecto local de uma urbanização singular no contexto urbano amazônico. Como resultado, verifica-se o surgimento de novos usos e problemáticas nos espaços públicos de Macapá, decorrentes da crescente expansão urbana. Logo, observou-se que a dinâmica dos espaços públicos faz com que a cidade seja continuamente produzida e modificada pelas relações sociais.

Palavras-chave: Espaço Público, Planejamento Urbano, Cultura, Amazônia, Macapá.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional; professora do curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá; integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NESUR/UNIFAP). E-mail: katriciacorrea@unifap.br

² Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá. E-mail: arq.tholvr@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A partir da urbanização da maioria das cidades latino-americanas, a realidade urbana brasileira também passou e seguir um modelo de urbanização acelerado, onde é possível observar a disseminação das desigualdades socioespaciais. Como resultado, tem-se uma série de problemáticas que impactam nos espaços públicos, elementos que têm papel determinante na configuração urbana das cidades, palco das práticas sociais.

Neste contexto, a expansão urbana contemporânea evidencia um descompasso entre a qualidade dos espaços públicos, políticas públicas e leis urbanísticas pensadas para esses locais. Para tanto, tem-se observado que os espaços públicos são arquitetados à revelia de leis e políticas públicas, na tentativa de ofertar obras em números, deixando-se de lado aspectos importantes como, acessibilidade e diversidades de uso, considerando as demandas heterogêneas existentes, sobretudo, as que exigem a participação social para a criação de lugares que traduzam e materializem a cultura local.

Ademais, destacamos aqui que os conflitos urbanos nos espaços públicos, oriundos do processo de expansão urbana e da cidade produzida, estão aquém de processos políticos participativos, que envolvam a comunidade e as reais demandas sociais, ficando à margem do que se intitula de cidade formal. As ações pensadas para esses espaços são rasas ou inoperantes para mediar os conflitos e os problemas urbanos existentes nas cidades.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a dinâmica dos espaços públicos em Macapá, Amapá, diante do surgimento de novos usos, apropriações e problemáticas vinculadas à expansão urbana no contexto das cidades amazônicas. Desse modo, é possível observar uma série de fatores que influenciam nas dinâmicas dos espaços públicos contemporâneos, que são impulsionados pelas novas formas de expansão urbana na cidade.

Metodologicamente, o trabalho recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica: a partir de livros, teses, dissertações e artigos científicos, resgatando autores que discutiam sobre expansão urbana contemporânea, contexto urbano das cidades amazônicas e espaços públicos; aliada à pesquisa de campo, percorrendo e analisando os espaços públicos inseridos na malha urbana de Macapá, Amapá.

O trabalho está estruturado em três tópicos principais, a saber: a) espaços públicos nas cidades contemporâneas, que traz uma discussão sobre os espaços públicos diante de processos de apropriação recentes; b) a expansão urbana de Macapá no contexto regional e local, evidenciando o crescimento da mancha urbana e as principais problemáticas dele decorrentes; e c) a prática urbana e a formação de espaços públicos em Macapá, apresentando esses locais, suas características, usos e apropriações em contraste aos desafios para se ter uma boa qualidade e vivência desses espaços atualmente.

2. DO ESPAÇO URBANO AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

O espaço urbano é tido como um produto de escala maior, pois, além de representar uma configuração espacial, ou seja, a forma da cidade e tudo o que ela carrega, este conceito engloba diversas dinâmicas sociais que acarretam nos fenômenos urbanos, inúmeros instrumentos e conceitos que validam o espaço urbano. Corrêa (2005, p. 9) define o espaço urbano como “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e um campo de lutas”, isto é, representa de modo material as relações e as dinâmicas locais de uma sociedade e os processos que configuram a cidade são viabilizados pela ação dos diversos agentes sociais, entre eles estão os empresários industriais e comerciais, empresários imobiliários e construtoras, proprietários de terra, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2005).

Relativo à caracterização do espaço público no meio urbano, este está vinculado às ocorrências de manifestações sociais, culturais, identitárias, visto que este ambiente se torna um campo de luta que infere na existência também de um viés de apropriação por parte de uma comunidade, que considera este espaço público como palco de expressão social na urbe.

Esta concepção mostra que o espaço público continua tendo o papel de “estrutura fundamental sobre a qual se apoia a grande duração que assegura a permanência da cidade” (PANERAI, 1994, p. 70). Com enfoque no protagonismo do espaço urbano público na cidade através de sua configuração física, Panerai (2006) destaca o intuito de promover a distribuição e a circulação de pessoas e serviços.

Logo, o espaço público é um dos principais pilares que organiza a vida nas cidades e colabora para a configuração de um bairro ou região, sendo utilizado como ponto de encontro e referência espacial local. Trata-se de um espaço de convívio da população e sua integração que dá unidade à cidade. Os espaços públicos atuam como elementos que estruturam e condicionam a malha urbana, tendo função essencial de integração e continuidade territorial, permitindo a circulação de pessoas e a apropriação deste espaço.

Assim, “o espaço público é por natureza mais aberto e a primeira função que o distingue do espaço privado é a facilidade de acesso. O espaço público é de todos e de ninguém em particular, em princípio, todos o podem usar com os mesmos direitos” (MATOS, 2010, p. 20). Quanto aos tipos de acesso aos espaços públicos aqui apresentados, Alex (2008) afirma existir três modalidades de acesso: físico, visual e simbólico (quadro 1); os quais, combinados, são capazes de definir um espaço mais convidativo ao uso.

Quadro 1 - Diferentes tipos de acesso.

| | |
|-------------------------|--|
| Acesso Físico | Ausência de barreiras, espaciais e arquitetônicas, para se entrar e sair do lugar, aqui devem ser analisadas também aberturas e percursos |
| Acesso Visual | É a qualidade do primeiro contato visual do usuário que mesmo à distância deve entender o lugar como um todo ampliando o campo visual ao máximo possível |
| Acesso Simbólico | São os sinais sutis ou ostensivos que definem usos e usuários do espaço, convidam ou afastam ao uso, controlam e mesmo setorizam um espaço |

Fonte: ALEX (2008).

Neste sentido, Castells (2009) aponta que, ao criar, diversificar e valorizar espaços públicos, a cidade se transforma em um espaço físico carregado de identidade, em lugar simbólico de construção da cidadania. Finalmente, entende-se que o espaço urbano dá visibilidade para diversas formas de configurações espaciais, entre eles, o espaço público, que vai além de um espaço que recebe pessoas através dos acessos, este configura a morfologia da cidade ou retoma o verde ao meio urbano, entre outros.

Desse modo, o espaço público permite um caminhar democrático e se torna um palco aberto às construções sociais, identitárias e culturais de uma sociedade. O espaço público se torna pertinente, pois gera poder político e induz a influência dos cidadãos em produzir efeito nas deliberações democráticas, assumindo um protagonismo na construção do espaço urbano público, reafirmando uma cidade que gera qualidade de vida.

3. MACAPÁ EM PAUTA: A EXPANSÃO URBANA

Macapá, sendo uma cidade amazônica, acompanha um cenário de urbanização desordenada, onde, dentre os diversos conflitos identificados em seu espaço, ressaltam-se aqueles de ordem urbano-ambiental. Neste contexto, a capital do Amapá (figura 1) enquadra-se como uma cidade média amazônica. Segundo Amaral (2010), a partir do processo de metropolização da Amazônia³, Macapá representa a centralidade do Estado do Amapá e também das ilhas do Marajó, próximas à capital. Trindade Jr. (2009) por seu turno, aponta

³ Que se iniciou nos anos 1970 com a urbanização das capitais estaduais da Região Norte e incentivo da criação da Zona Franca de Manaus (SOUSA, 2016)

que tal centralidade é resultado da intensificação dos fluxos entre Belém e Macapá, alcançando o limite fronteiriço com a Guiana Francesa⁴.

Figura 1 - Localização de Macapá, Amapá, na região Amazônica.



Fonte: Oliveira (2021).

Apesar de Macapá não apresentar uma centralidade urbana típica das cidades industrializadas, quando se analisa sua influência e estrutura no contexto de cidade média, nota-se uma dinâmica econômica intensa com a metrópole regional Belém e uma conjuntura urbana e econômica forte com a cidade de Santana, segundo maior município do Amapá, depois de Macapá, concentrando grande parte da atividade econômica e populacional do estado do Amapá, ocasionando, o que se denomina “macrocefalia urbana”, que diz respeito a um crescimento acentuado e concentrado de população e atividades comerciais em determinado perímetro urbano (AMARAL, 2010).

Sposito *et al.* (2007) destacam o papel que a cidade desempenha regionalmente, exercendo forte relação com a área na qual está situada e pela concentração e centralização econômica, tendo em vista a realidade regional. No mesmo sentido, Corrêa (2007) chama atenção para a concentração da oferta de bens e serviços para uma “hinterlândia regional”, onde este termo diz respeito à um território contíguo à costa marinha ou a um rio, servido por meio ou vias de transportes terrestres, fluviais ou lacustres para a qual se encaminham de forma direta as mercadorias desembarcadas no porto, ou seja, a localização da cidade média possibilita o desenvolvimento de atividades especializadas destinadas ao mercado nacional.

Macapá é a capital e a maior cidade do Amapá. Localizada na Amazônia Setentrional, atualmente, mais de 95,7% de sua população reside no ambiente urbano (IBGE, 2017). Sua

⁴ A Guiana Francesa possui nome oficial Departamento Francês do Ultramar (*Département d’Outre-mer*), está situada na América do Sul, sendo limitada, à norte, pelo Oceano Atlântico, à leste e sul, pelo estado do Amapá, à oeste, pelo Suriname.

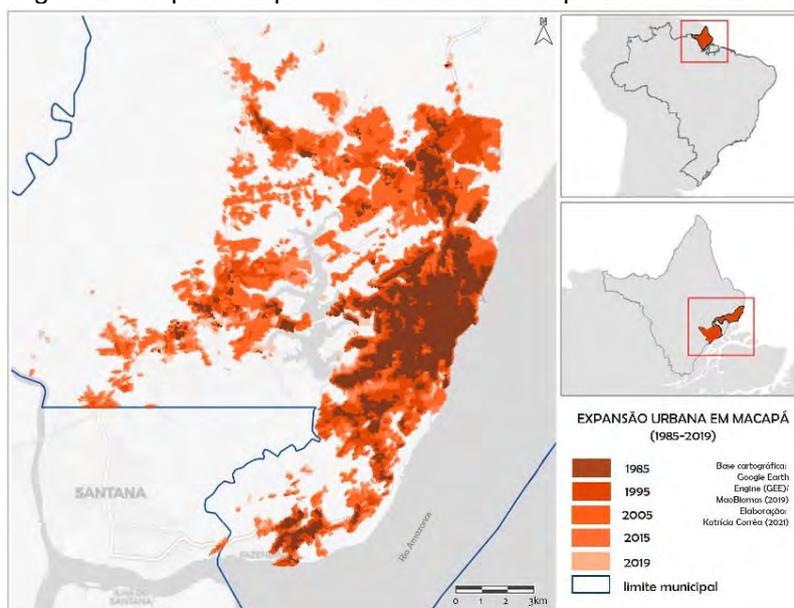
história mostra que seu crescimento urbano, até a transformação do Território Federal do Amapá em Estado, através da Constituição Federal de 1988, foi consequência de grandes projetos econômicos voltados à exploração, ligados: ao extrativismo, à exploração mineral e às políticas públicas direcionadas à “ocupação” e ao desenvolvimento da Amazônia.

Quanto ao planejamento urbano da cidade, o diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Macapá, desenvolvido pela fundação João Pinheiro, em 1973, sinaliza que as áreas disponíveis para expansão não supririam as demandas de crescimento populacional, assim sugere então, a expansão da zona sul da cidade ao longo da rodovia JK, na estrada Macapá/Fazendinha (PEREIRA, 2013).

É a partir da década de 1990, que novos fluxos econômicos, sociais e demográficos, novos atores e novas redes se configuram no espaço da sub-região de Macapá. Dentre eles, cabe citar a fragmentação política do espaço amapaense, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), o retorno da mineração, além da expansão da infraestrutura energética, bem como novas relações fronteiriças entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Os censos do IBGE (1990, 2010) mostram que, entre 1990 e 2010, logo após o processo de estadualização, a população de Macapá cresceu 136,48%, passando de 132.668 habitantes para 381.214 em 2010. De acordo com o IBGE (2016), a ampliação populacional no Estado do Amapá até 2016 chegou a 268%, e na sub-região de Macapá 270%, quase o mesmo percentual nesse período e continua a crescer progressivamente. Este fator implica diretamente sobre a expansão espacial da cidade (figura 2), inferindo na consolidação de uma paisagem de matriz cada vez mais urbana, com o declínio e isolamento de áreas verdes e espaços públicos.

Figura 2 - Mapa de expansão urbana de Macapá de 1985 a 2019.



Fonte: Corrêa (2021).

Além dos fatores supracitados, as alterações ambientais de origem antrópica impactam diretamente sobre o funcionamento urbano, tornando-o deficiente e de baixa qualidade para aqueles que o habitam.

Na estimativa de 2019, o número de habitantes da cidade já chega a 503.327 pessoas (IBGE, 2019). Tal migração ocorre devido a busca populacional para acessar serviços, como saúde e educação, bem como à expectativa de conseguir melhores condições de trabalho. Assim, Macapá, que possui um processo de desenvolvimento urbano tardio, sofre com a expansão acelerada para atender a demanda populacional que se instala na cidade.

A ausência de investimento em planejamento urbano levou a cidade a ampliar seus limites de forma tumultuada, sem o acompanhamento de infraestrutura, formando espaços através de invasões, termo popular que designa a ocupação de uma propriedade ou solo urbano que não cumpre função social conforme previsto no Código Civil, consolidando assim, este modelo característico de urbanização desordenada em Macapá (SOUZA, 2014).

Outra problemática incidente em Macapá, trata-se da ausência de integração e diálogo entre as diferentes esferas do poder público para a elaboração de planejamentos e a condução de uma gestão urbana efetiva. Por conseguinte, como reflexo da velocidade de expansão da cidade, Silva (2017, p. 433) comenta que, no mesmo período em que o setor privado começa a atuar mais ativamente na produção do espaço urbano de Macapá, ocorre uma “mudança no papel do estado no que se refere à condução do processo de expansão urbana”. A mudança referida pela autora é a decisão do poder público de priorizar a edificação de conjuntos habitacionais, os quais se diferenciam dos loteamentos populares, uma vez que objetivam a construção de moradias para a população de baixa renda.

Com estes fatores também se verifica o direcionamento das políticas públicas que passaram a ter enfoque na demanda populacional, pois havia a falta de capacidade de absorção da mão de obra, advinda de outros estados, em busca de oportunidades de emprego no âmbito administrativo e na procura de vagas proporcionadas pelo setor de exploração mineral no Amapá pós-estadualização deste, que gerou déficits na habitação, nos serviços e na infraestrutura da capital.

Acioly e Davidson (1998, p. 10) elucidam que esse aumento das densidades urbanas “afetam diretamente processos de desenvolvimento urbano tanto ao nível da cidade quanto do bairro como, por exemplo, o congestionamento, a falta de espaço de lazer, a baixa qualidade ambiental”. Sob outra perspectiva, a precariedade de equipamentos e estruturas urbanas necessárias para o estado de bem-estar social de sua população decorrem das imperfeições das políticas públicas, por ineficiências de gestão e gerenciamento urbano, aumentando o grau de deficiência da aplicação dos planejamentos propostos.

Cabe destacar que, os problemas urbanos ocasionados pelo crescimento caótico nas principais cidades do Amapá resultam também da falta de articulação entre as cidades e da

pouca integração dos poderes públicos nas diferentes esferas na implementação de políticas públicas, levando em consideração as especificidades locais. Além disso, alerta-se para a baixa capacidade institucional das estruturas públicas locais em acessar e executar recursos públicos, necessários para prover as principais cidades amapaenses de estruturas urbanas necessárias a uma adequada qualidade de vida da população (TOSTES, 2011).

Os fatores aqui ressaltados, que conduzam à expansão urbana de Macapá, refletem significativamente na qualidade de vida de sua população, onde, segundo Gatti (2013) é e sempre será medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua. O espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro, estes que se perdem devido à falta de atento nas regulações urbanas e no caráter identitário da população que não se vê nos espaços propostos para a cidade de Macapá.

Devido ao crescimento acelerado da cidade de Macapá aqui apontado, não houve a efetivação de projetos voltados para os espaços públicos da cidade e a preocupação foi direcionada a fim de suprir mormente as demandas da questão habitacional do município, deixando de lado as necessidades da comunidade que estão voltadas para o âmbito do lazer, bem como o afastamento das raízes culturais e as práticas coletivas e democráticas de se pensar a cidade.

4. A PRÁTICA URBANA E A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NA CAPITAL AMAPAENSE

Quanto a prática urbana e usufruto do espaço público no município de Macapá, de acordo com o mapeamento disponível no Plano Diretor, isto é, a catalogação formal dos espaços públicos da cidade, em 2004 constam 30 espaços referentes a praças no meio urbano (figura 3). Além disso, o mapeamento da última atualização do Plano Diretor levanta os jardins públicos e jardinetes, entretanto, estes não se configuram como praças ou não são espaços que recebem os mesmos usos.

Figura 3 - Mapa de identificação de praças na cidade de Macapá.



Fonte: Oliveira (2021) com base no Plano Diretor (2004).

Ainda, conforme o mapa apresentado, é possível notar que os espaços livres públicos mais assistidos e de maior área se localizam na região central da cidade e que outra quantidade relevante destes espaços se manifesta no sentido Zona Sul da cidade. Outro aspecto ressaltado é que as demais praças estão dispersas na malha urbana, possivelmente atendendo além do bairro onde estão situadas, mas também os bairros adjacentes. Na cidade de Macapá se verifica então uma má distribuição de espaços públicos que se deu devido à expansão urbana que hoje conta com 28 bairros oficializados.

Para além disto, cabe ressaltar que o mapeamento não abarca os espaços que surgiram de modo espontâneo, nem os que foram criados na última gestão municipal e não traduz mais o quantitativo de espaços públicos livres existentes no município. Embora o mapeamento não mostre novas áreas criadas, algumas destas áreas já existentes têm recebido projetos como maneira de revitalizar a cidade, como o Deck da Rua Hildemar Maia (figura 4) que não faz parte do mapeamento do ano de 2004.

Figura 4 - Projeto do Deck da Rua Hildemar Maia em Macapá – AP.



Fonte: Prefeitura de Macapá (2020).

Observando os espaços públicos de Macapá, percebe-se uma grande variedade de características nos casos abordados e esta multiplicidade de atributos cria espaços com

qualidades particulares e que não incumbem uma generalização. O uso destes espaços públicos compete características com relação físico-espacial, pois não possuem áreas similares, variam de tamanho conforme são dispostas na cidade, desta forma, a dimensão destes lugares infere na infraestrutura planejada, pois alguns possuem arborização, pequenos lagos, bancos e decks, enquanto outros pouco possuem aspectos relativos à infraestrutura e não promovem conforto para serem bem utilizados.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUA), elaborado em 2004, constitui as diretrizes e normas fundamentais para a ordenação territorial e para que a propriedade urbana desempenhe sua função social. Quanto à criação de espaços públicos, o PDDUA salienta estratégias de qualificação urbana que implicam na provisão dos espaços livres públicos que, quando observadas em prática, são ferramentas que compõem um paralelo com a criação de espaços verdes, como observado no Parque do Forte (figura 5), inaugurado no ano de 2006 ao lado da Fortaleza de São José de Macapá.

Figura 5 - Parque do Forte em Macapá – AP.



Fonte: Oliveira (2021).

Assim, o espaço livre público da cidade de Macapá é tido como um instrumento de controle e preservação desses espaços arborizados, especialmente no centro urbano, à exemplo disto, também há a Praça Floriano Peixoto (figura 6), no centro de Macapá. A praça conta com infraestrutura como: banquinhos, playground, pista de skate e conta com dois pequenos lagos que tornam a praça mais convidativa, visto que, após a revitalização no ano de 2016, os pedalinhos foram reativados e mais atividades são desenvolvidas neste espaço público livre.

Figura 6 - Praça Floriano Peixoto em Macapá - AP.



Fonte: Oliveira (2021).

Seguindo outro extremo do que se assinala quanto aos espaços públicos arborizados, a cidade também apresenta grandes empreendimentos públicos voltados para o turismo e consumo de produtos locais que oferecem escassa arborização, sendo assim, o espaço livre acaba por ser usado em horários de menor insolação, pois também não se verificam arborização, coberturas ou proteção solar para que a frequência de uso do local seja maior, como ilustra a área frontal do Mercado Central de Macapá (figura 7).

Figura 7 - Mercado Central de Macapá.



Fonte: Oliveira (2021).

Se tratando de um prisma cultural, confere-se a existência de alguns espaços como o Centro de Artes e Esporte Unificados (figura 8), conhecido como CEU das Artes, que atua desde o âmbito de atendimento socioeducacional até desportivo e cultural no bairro Infraero II e adjacências, na zona norte de Macapá. O espaço é, sobretudo, um núcleo de inclusão social e de cidadania para as comunidades menos assistidas.

Figura 8 - Centro de Artes e Esportes Unificados na Zona Norte, Macapá – AP.



Fonte: Prefeitura de Macapá, 2020

Quanto as áreas turísticas, o Plano Direto destaca programas, planos e projetos de recuperação e proteção da orla do Rio Amazonas (figura 9), das margens dos igarapés e dos marcos turísticos, que favoreçam a criação de espaços públicos de lazer, desta forma, é possível promover ainda mais o uso de todo o percurso da orla de Macapá, que hoje recebe diariamente inúmeras pessoas para a prática de caminhada, circulam de bicicleta e usam os pequenos decks para contemplação.

Figura 9 - Orla do Rio Amazonas na cidade de Macapá – AP.



Fonte: Oliveira (2021).

Com o Plano Diretor desatualizado, novas áreas foram surgindo e modificando as dinâmicas previstas para estes espaços, isto é, atingem objetivos diferentes dos apontados pela legislação e partem de uma apropriação voluntária dos habitantes, variando de acordo com normas criadas espontaneamente por esta população.

As extensas partes da cidade que se desenvolvem além das conjecturas urbanísticas, que surgem fora das vistas dos espaços de controle e alheios a qualquer tipo de projeto formalizado configuram, assim, áreas residuais urbanas. Estas passam a existir conforme mudanças dos processos de produção capitalista refletidas no território, definindo

as suas formas de acordo com uma rede de espaços residuais, associada à rede de fluxos de pessoas e que foi ganhando força com o passar dos anos.

Sustentando isto, verifica-se o uso alternativo atribuído ao entorno imediato de estádios de futebol da cidade de Macapá. À vista disto, o Estádio Glicério Marques (figura 10), que está situado próximo à zona central, permitindo fácil acesso ao seu entorno, tem passado por um processo de apropriação e mutação da dinâmica urbana em sua delimitação espacial devido a chegada de um novo uso, mesmo que isto aconteça na área externa ao estádio propriamente dito. As calçadas da quadra deste estádio foram apropriadas pela população com a finalidade da prática de caminhada e corrida nos horários de baixa insolação (manhã e tarde), alterando a simbologia e integração entre este espaço e a cidade.

Figura 10 - Calçada externa do Estádio Glicério Marques em Macapá - AP.



Fonte: Oliveira (2021).

Logo, diante desta manifestação social de apropriação dos espaços da cidade por meio dos usos alternativos e passíveis da vontade da população, percebe-se, portanto, que se multiplicam as possibilidades de reunião entre pessoas e se alavancam as maneiras de haver uma construção do pertencimento da sociedade ao espaço livre público quando são observados os agentes ou identidades, assim como as experiências urbanas que advém de necessidades reais.

Outro espaço que dialoga com o apontamento supracitado é o Aeroporto Internacional de Macapá (figura 11) e a ressignificação de seu uso após a reforma deste lugar. Ainda que se trate de um espaço de operações aéreas e prestação de serviço aeroportuário, o espaço livre existente no entorno e o estacionamento ensejam o significado de espaço livre público na interpretação da população, sendo assim, passou a receber pessoas em busca de área livre também para a prática de caminhada e outros esportes, como skatismo e patinação.

Figura 11 - Prática de exercício físico no entorno do Aeroporto Internacional de Macapá.



Fonte: Oliveira (2021).

Tais exemplos mencionados reforçam que “lugares banais, lotes abandonados, estacionamentos ou calçadas procuram a sua identidade na multiplicidade de atividades temporárias que acolhem” (PEREIRA, 2011, p. 91). Desta maneira, diferentes configurações espaciais podem acabar se convertendo em principais pontos de reunião, onde a constante mutabilidade social, estética e política é capaz de os usar, interpretar e lhes dar sentido.

Destoando da centralidade da cidade, onde ainda se percebe um esforço na criação de espaços públicos livres, as áreas destinadas à expansão da cidade são ainda mais atingidas pela carência destes ambientes que visam o lazer e a vivência coletiva, validando os apontamentos feitos acerca da má distribuição destes espaços.

Sendo assim, a prática espacial, para Lefebvre (2006, p.68) “engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão.” As práticas espaciais, portanto, são produtos da vivência e percepção do espaço pela sociedade ou pelos indivíduos em suas relações. O conceito associa desta maneira, a “realidade cotidiana” e a “realidade urbana”.

Compreende-se que a percepção do espaço garante a continuidade das relações socioespaciais e as práticas espaciais abrem caminho para o espaço da representatividade e tradução do conjunto de necessidades sociais e urbanas. Para Lefebvre (2006), o espaço da representação, exprime as experiências vividas e nessas vivências, pode ser o ponto de partida para qualquer discussão que pretenda promover alguma transformação do urbano.

Então é imprescindível inferir quais práxis são predominantes nos lugares, quais as “convergências simbólicas” e as experiências partilhadas nesse processo de edificação ou reconstrução do público no espaço das cidades. E, para além, verificar este cruzamento de vários espaços e atividades convergem para a redefinição das condições da sociedade, sendo capazes de conferir uma nova forma à cidade.

Vazios urbanos ou espaços residuais como os que aqui foram apontados, bem como os espaços em desuso, deixaram de ser meros espaços precidos e abandonados e tem

renascido como novas potencialidades para acolhimento e resposta aos modos de vida emergentes, alternativos ao da cidade formal, além de apontar as necessidades defasadas dando abertura para novas.

Os espaços de uso genuinamente públicos de Macapá diluem-se por todos os cantos da cidade, lado a lado com os espaços públicos habituais, gerando raízes se estendendo no território. Desta forma, muitas vezes, o espaço público da cidade não está só onde é esperado. É preciso notar, portanto, que estes espaços improváveis, mas bastante recorrentes, são também portadores de um admirável potencial de renovação de um território sempre expectante e que anseia mudanças.

Ainda, na realidade urbana atual, se percebe que alguns espaços coletivos criados pela própria população não estão intrinsecamente vinculados à proximidade com o Rio Amazonas, como os equipamentos e pontos de lazer configurados na orla de Macapá tendem a fazer e trazem, ainda, cargas simbólicas não observadas anteriormente. As necessidades verificadas também apontam para práticas que podem estar desconexas e não restritas à conexão com o rio.

A prática urbana aponta uma diversidade de maneiras que os espaços públicos livres são construídos em Macapá, com diversas dimensões e características, traçando então um perfil de perspectiva multiuso, pois possuem desde playgrounds a campos de área e espaços de contemplação, além de uma arborização não acentuada, que implica na falta de conforto ambiental para que os espaços sejam utilizados em mais períodos do dia.

Nos espaços públicos aqui elencados se verifica uma multiplicidade de atividades que são realizadas, que vão de atividades esportivas ao lazer e contemplação, contudo, pouco se notou na setorização destes um lugar reservado para o desenvolvimento de atividades culturais⁵, denotando uma segregação de enfoque projetual voltado à esta causa pela ausência de palcos, canchas acústicas ou outros elementos que promova o desenvolvimento de eventos culturais em espaços próprios, embora estes espaços públicos livres acabem por se tornarem receptores destes eventos de forma espontânea a partir da apropriação da comunidade local por meio das feirinhas, dos pequenos shows itinerantes e outros. Dito isto, é importante salientar que futuros projetos de espaços públicos devem se atentar às novas atividades que surgem no espaço urbano.

Portanto, elencar estes contextos e entender como a cidade tem criado seus espaços públicos livres promove a germinação de ambientes mais pertinentes, assim, abrindo um

⁵ Tais aspectos podem ser observados apenas nos espaços públicos presentes na orla dos bairros Cidade Nova, Araxá e Fazendinha.

leque de novas dimensões de vida e relacionamento da sociedade com o lugar, fomentando uma produção eficaz da cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, elaborada a partir de uma análise sobre os espaços públicos de Macapá, mostrando suas características, usos e apropriações, foi possível observar que as mudanças oriundas do processo de expansão urbana da cidade, principalmente, no que concerne à expansão da malha urbana, evidenciaram o surgimento de novas práticas sociais nos espaços públicos da cidade.

Constata-se que as diversas formas de configurações espaciais, dentre elas, o espaço público, além de ser um elemento que compõe a morfologia da cidade, pode reunir e acolher seus usuários. Logo, o espaço público também é um elemento democrático e se torna um palco aberto às construções sociais. O espaço público, assim, concede protagonismo social na construção do espaço urbano, sendo vital para a expansão das cidades.

Foi possível comprovar que devido à expansão urbana acelerada de Macapá, não houve a efetivação de políticas públicas voltadas aos espaços públicos da cidade, ou seja, as ações foram muito rasas para abarcar as reais demandas desses locais, deixando de lado as necessidades sociais que estão voltadas, principalmente, para o convívio e o lazer. Assim, há um afastamento de práticas coletivas e democráticas para se pensar a cidade.

Nos espaços públicos analisados foi possível observar uma multiplicidade de atividades neles realizadas, que vão desde atividades esportivas ao lazer e contemplação, contudo, pouco se notou ações efetivas para conduzir a mudança de usos, visando contemplar as demandas da comunidade local. Dito isto, é importante salientar a importância de ações futuras em incluir as novas atividades que surgem no espaço urbano.

A partir do aspecto local de uma urbanização singular no contexto urbano amazônico, verificou-se o surgimento de novos usos e problemáticas nos espaços públicos de Macapá, decorrentes da crescente expansão urbana. Logo, observou-se que a dinâmica dos espaços públicos faz com que a cidade seja continuamente produzida e modificada pelas relações sociais.

6. REFERÊNCIAS

- ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. **Densidade Urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.
- ALEX, S. **Projeto da Praça: Convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Senac, 2008.
- AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá e Macapá**. São Paulo: USP/FFLCH/PPGEO, 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CORRÊA, R. L. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 2005.
- CORRÊA, K. M. A. **O mercado imobiliário por loteamentos fechados como impulsor da dispersão urbana em Macapá, Amapá**. Monografia apresentada à disciplina AQ107C Expansão Urbana do Programa de Pós-graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Universidade Estadual de Campinas, 2021.
- GATTI, S. **Espaços Públicos**. Diagnóstico e metodologia de projeto. Coordenação do Programa Soluções para Cidades. São Paulo: ABCP, 2013.
- GOMES, P. C. C. **Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço**. In: CASTRO, I, E; GOMES, P.C. C; CORREA, R.L. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.p.19-41.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo populacional 2010**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=16&dados=6>. Acesso em: 24. ago. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional 1990**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n6_caracteristicas_populacao_domicilios_ap.pdf. Acesso em: 24. ago. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional 2016**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 24. ago. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada em Macapá 2019**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>. Acesso em: 24. ago. 2020
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ed Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- MATOS, F. L. **Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades**. O caso da cidade do Porto. Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.4, p.17-33, 2010.

OLIVEIRA, T. A. **Mapeamento e levantamento fotográfico nos espaços públicos de Macapá para trabalho de conclusão de curso**. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá, 2021.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Tradução: Francisco Leitão. Revisão técnica: Sylvia Ficher. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PANERAI, P. **O retorno à cidade**. O espaço público como desafio de projeto urbano. In: Projeto, n. 173, p. 78-82, 1994.

PEREIRA, J. I. C. **Espaços residuais urbanos: os baixos de viaduto**. Dissertação de mestrado (Arquitetura). Coimbra: Departamento de Arquitectura, 2011.

PEREIRA, R. A. **Expansão e Planejamento Urbano em Macapá: O Caso da Gleba Infraero**. Monografia (TCC em Arquitetura e Urbanismo) - Santana-AP: UNIFAP, 2013.

SILVA, E. C. da. **A urbanização em Macapá após a criação do Estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial**. Ciência Geográfica, v.21, Bauru, 2017. p. 428-441, 2017.

SOUZA, A. C. M. de. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação: as cidades de Macapá e Santana na perspectiva do desenvolvimento local**. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). Macapá: Ana Cláudia Machado de Souza, 2014.

SOUSA, N. M. B. de. **Urbanização do Amazonas entre o passado e presente: a manutenção da primazia urbana de Manaus**. Norma Maria Bentes de Sousa. – Rio de Janeiro, 2016.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TOSTES, J. A. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 02 A – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS

ECONOMIA POPULAR NO CÍRIO DE NAZARÉ: ENTRELAÇAMENTOS DE LAZER, DEVOÇÃO E NEGÓCIOS, NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Bartos Batista Bernardes (IFPI/UFMG)¹

RESUMO

Vários entrelaçamentos são viabilizados em função da Festa do Círio de Nazaré, que é considerada a maior procissão católica do Brasil. Além das distintas programações religiosas, o Círio também se conecta à movimentos relacionados ao entretenimento, sejam antes, depois ou paralelos aos cumprimentos dos rituais sagrados. No Círio, atividades que envolvem lazer, devoção e economia, em seus mais variados formatos, encontram-se imbricadas, conjuntura essa que favorece o aquecimento do comércio regional, inclusive através das economias alternativas. Essas economias estão voltadas prioritariamente às demandas locais como o artesanato e a produção de alimentos, e comercializadas em barracas, quiosques, ruas e praças, sobretudo por vendedores ambulantes. Metodologicamente este trabalho propõe, através de um estudo bibliográfico, um exercício reflexivo acerca de outros formatos de economia, inspirado numa opção decolonial, considerando os diversos elementos que compõem a Festa do Círio. O intuito desse procedimento é provocar um diálogo acadêmico visando políticas em prol do movimento das economias alternativas, reconhecendo a sua potência e apontando possíveis caminhos para que Estado e sociedade civil possam reconhecer a importância de outros modelos econômicos, assegurando-lhes melhores condições de inserção no mercado.

Palavras-chave: Lazer, Economia Popular, Negócios, Devoção, Decolonialidade.

¹ Professor de Administração do Instituto Federal do Piauí – IFPI/ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer – PPGIEL da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; integrante do Núcleo de Estudos de Aprendizagem na Prática Social – NaPrática – PPGIEL/UFMG. E-mail: bartos.bernardes@ifpi.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Diferentes conexões são viabilizadas em função da Festa do Círio de Nazaré, que é considerada a maior manifestação católica do Brasil. Além das distintas programações religiosas, o Círio se encontra inextricavelmente associado a movimentos relacionados ao entretenimento, sejam antes, depois ou paralelos aos cumprimentos dos rituais sagrados como celebrações e procissões. Eventos como a Festa da Chiquita, o Auto do Círio e o Arrastão da Pavulagem já se tornaram tradicionais no período do Círio. Milhares de pessoas que visitam Belém na Quadra Nazarena, são atraídas tanto pela fé quanto pela riqueza cultural da cidade, sendo ainda estimuladas por anúncios abundantemente divulgados através dos meios de comunicação e pelas instâncias de turismo e cultura (MATOS, 2010).

Durante o Círio, atividades que envolvem lazer, devoção e economia, em seus mais variados formatos, encontram-se imbricadas, conjuntura essa que favorece o aquecimento do comércio regional, inclusive através das economias alternativas, muitas atuantes na informalidade. Essas economias estão voltadas prioritariamente às demandas locais como o artesanato e a produção de alimentos, sendo essencialmente realizadas no próprio domicílio e comercializadas nas ruas e praças, em grande parte por vendedores ambulantes.

As condições econômicas de uma país marcado pelas desigualdades sociais compõem um ambiente que corrobora para a proliferação do comércio informal e auto gestor (MENEZES; DEDECCA, 2012), sendo ele uma artéria para se buscar garantir o sustento de inúmeras famílias.

Na esteira desse cenário o seguinte questionamento se faz pertinente: Como as epistemologias relacionadas ao lazer e a economia popular podem contribuir para elaboração de políticas que acolham outros formatos de economia? Metodologicamente este trabalho propõe, através de um estudo bibliográfico, provocar um diálogo acadêmico visando políticas em prol das economias alternativas, reconhecendo-as como fortes potências de ação para o desenvolvimento local e regional, sobretudo de maneira sustentável.

É preciso encontrar caminhos para equalizar essa questão, de modo que esse nicho consiga migrar da informalidade para um nível de trabalho que proporcione segurança social aos que nele operam (GARCIA *et al.*, 2019). Torna-se urgente implementar políticas públicas que contenham elementos de flexibilização para um segmento que é fruto de uma crise societária generalizada (DINIZ, 2019), e assim combater a precarização do trabalho, a fragmentação, e a redução das garantias e dos ganhos reais a que os atores desse movimento estão constantemente submetidos.

2. ENTRELACAMENTOS NO CÍRIO DE NAZARÉ

A Festa do Círio promove grande visibilidade para a cidade de Belém, sobretudo midiática e comercial, despertando interesses diversos sobre o evento. Ela “modifica a economia, o comércio, o deslocamento, o turismo e a mídia na capital paraense” (RIBEIRO, 2015, p.8). Um período em que todos se preparam e “onde o lazer e os negócios convivem”. (ALVES, 1980, p.26). Importante destacar que os vários formatos de negócios proporcionados pelas atividades de lazer encontram-se imbricados e são por isso correspondentes. A verdade é que no sistema econômico, o tempo livre, o tempo de não-trabalho, convoca eterna e constantemente os sujeitos a participar do mercado, quer enquanto consumidores ou como produtores de bens. (BAPTISTA, 2016).

O Círio de Nazaré, apesar de ser uma expressão eminentemente religiosa, com 13 procissões oficiais a exemplo do Círio Fluvial e da Trasladação, dialoga com diversos outros eventos a ela associados, capazes de promover a diversão e o lazer em festas que atendem aos públicos mais diversificados. Em seu estudo, Isidoro Alves (1980, p.15), expõe que a Festa de Nazaré e o Carnaval possuem semelhanças, por se tratar de festas populares onde se encontram “manifestações mais livres e espontâneas, não submetidas aos rigores litúrgicos ou às regras impostas pela autoridade sacral”, correspondendo a uma festa devocional, porém mais informal, carnavalesca “no sentido lato”.

Festas já tradicionais como o baile da Chiquita Bacana que exalta a diversidade, o Arrastão do Boi Pavulagem e a encenação teatral do Auto do Círio, por estarem (in)diretamente ligadas ao Círio, também representam um reforço à economia local, sobretudo pelas milhares de pessoas que elas costumam reunir.

Esses eventos “compõem o grande leque de opções anunciadas permanentemente pelos meios de comunicação, agências de viagens, hotéis, instâncias de turismo e cultura” com o intuito de “dar mais visibilidade a atrativos diversificados de bens e serviços culturais” (MATOS, 2010, p. 191). O professor Sílvio Figueiredo explica que o “Círio é uma festa caracterizada pela efervescência das ações e comportamentos, nos limites da relação sacro e laico, natural e sobrenatural”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 27).

Costa (2006, p.90) menciona o “aumento da oferta de eventos profanos na cidade durante este período festivo”, onde, com características diversas, passaram a fazer parte do calendário “não oficial” da Festividade de Nazaré. A proposta de atrativos culturais resulta numa maior visibilidade para o evento maior que é o Círio, amplificando o seu número de participantes. Serra (2017) diz que os agentes de mercado atuam diretamente na turistificação dos espaços do Círio, destacando as agências de viagens com pacotes para a Romaria Fluvial, e hospedagens na rede hoteleira.

Desse modo, há que se considerar o poder atrativo da festa, uma vez que há uma propagação midiática sobre ela, o que tem sido potencializado nos últimos anos pela explosão das redes sociais e seus efeitos, fazendo com que mais pessoas participem, se divirtam e, obviamente, consumam. “A vida social contemporânea se tensiona entre uma perspectiva e relações ligadas a uma lógica do direito e uma perspectiva de entretenimento e de consumo de produtos e práticas de divertimento”. (DEBORTOLI, 2012, p.4).

Além das festas que possuem uma conotação mais cultural e que acontecem em locais públicos como ruas e praças, outras são realizadas nos mais variados espaços, como casas de shows e teatros. São festas geralmente organizadas por empresários que atuam no ramo do entretenimento, trazendo artistas consagrados regional e nacionalmente para apresentações em locais de notoriedade na cidade, a exemplo do secular Teatro da Paz e da Assembleia Paraense. Nesses bailes é possível contatar e constatar toda a força da cultura paraense, que possui uma musicalidade bastante particular, repleta de carimbós e guitarradas.

Essa relação às festas privadas durante o período do Círio, Isidoro Alves pontua que isso é algo que já vem acontecendo há pelo menos 80 anos, ao apontar que nas décadas de 1940 e 1950, o “lazer assumia manifesta preponderância, refletida nos teatros e companhias teatrais que se apresentavam durante a festa assim como na presença de renomados artistas nacionais (ALVES, 1980, p.84). Nota-se aí que a festa religiosa há muito dialoga com vertentes consideradas mais profanas, com características predominantemente atreladas ao lazer e a diversão. Figueiredo (2005, p.32) explica que no Círio “o divertimento dos participantes é uma busca, em maior ou menor grau, aliada ao ritual religioso” um ritual fora do cotidiano por vezes cercados de elementos de lazer.

Antônio Maurício da Costa (2006, p.83) propaga que “a festa popular, na sociedade urbana e industrial, é um fenômeno complexo que abarca mediações econômicas (empreendimentos, oferecimentos de bens culturais) e políticas (sistemas de troca de interesses, conflitos por poder e prestígio)”. Este autor, que se debruçou sobre a Festa do Círio em Belém, parece ratificar a inevitável imbricação entre a cultura popular e o sistema econômico. Algo natural para um país que vive sob a égide do sistema capitalista de produção, e que se apoia nos meios de comunicação para elevar o consumo a um patamar de imprescindibilidade para a existência humana.

O resultado do capitalismo e das políticas neoliberais, sobretudo na América Latina, são de grandes contradições sociais e relações que oprimem os que contam apenas com a possibilidade de venda de sua força de trabalho para subsistir. Tal conotação, no entanto, fez emergir recentemente uma série de movimentos de resistência, que buscam se afirmar com

autonomia e força, mesmo diante do quadro nebuloso que lhes é apresentado. Os debates acerca das economias alternativas e de estudos que valorizem a produção latino-americana são exemplos dessas ações. Numa postura decolonial, Boaventura de Sousa Santos mostra que

As epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado". (SANTOS, 2019, p.17).

A Festa do Círio e o modo como ela dialoga com outras economias, aí entrelaçadas a devoção e a cultura popular como manifestações de lazer, se configura como importante para uma reflexão acerca das contradições sociais na qual estamos submetidos, e na necessidade de questionamentos promotores de ações defensivas e de resistência. Gomes (2004) mostra que se por um lado o lazer pode contribuir com o mascaramento das contradições sociais, por outro ele pode representar uma possibilidade de questionamento e resistência a uma ordem social injusta e excludente que predomina em nosso meio.

2.1 - O Círio como oportunidade de negócios

Em termos de negócios, como possível oportunidade de geração de renda, algo que chama bastante a atenção em Belém é a grande quantidade de vendedores ambulantes que ocupam a região central da cidade. Vê-se de tudo um pouco, a exemplo da comercialização de objetos religiosos como terços, camisas com a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, chaveiros, velas, livros católicos, dentre outros. No contexto religioso do Círio, o mercado descobriu nas celebrações católicas, com suas diferentes representações, um "grande potencial para o comércio" (PANTOJA, 2012, p.264). Os produtos religiosos quando vendidos nas ruas e calçadas, são essencialmente ofertados pelos que concebem a chamada economia popular.

A Economia Popular integra pessoas através do acesso a formas mais baratas de consumo: vendedores, catadores, cozinheiros. (GAGO, 2014). Esses segmentos são perceptíveis em atuação no decorrer do Círio, conforme demonstra a literatura que aborda o evento. Os vendedores ambulantes de produtos artesanais, bebidas, ervas medicinais e comidas típicas, os catadores, motoristas e entregadores de aplicativos, todos eles compõem formatos alternativos de economia, podendo inclusive envolver traços de cooperação, reciprocidade e sobretudo solidariedade. Polanyi (2012, p. 83) ao falar sobre formas de

integração e estruturas de apoio, ressalta que as “principais formas de integração da economia humana são a reciprocidade, a redistribuição e a troca”.

No Círio, inúmeros empreendedores populares, muitos deles com atuação sazonal, se apropriam do momento para otimizarem seus rendimentos e reforçar o orçamento doméstico necessário a manutenção de suas famílias. Alves (1980, p.82) ressalta que o comércio de quinquilharias, brinquedos de plástico, comidas regionais e bebidas são expostos pelos vendedores no “leito da rua” ou em “carros ou pequenas coberturas de madeira”, sendo uma época propícia para vários empreendedores informais ganharem dinheiro, se aproveitando da “época da festa para obter alguma renda”.

Em sua grande maioria esses trabalhadores são alijados de garantias trabalhistas, vistos como à margem de um contexto econômico excludente, mas que enxergam nesse evento uma oportunidade de geração de renda. Espera-se que uma legislação mais flexível possa representar uma maneira sustentável em que todos possam sair ganhando – Estado e sociedade civil - já que a economia popular também é uma fonte propulsora do desenvolvimento, sobretudo local e regional, ainda que não contabilizada nos dados oficiais. Concordando com CORAGGIO (2012). É preciso ter consciência de que a defesa da sociedade não é apenas uma oposição à absolutização do princípio de mercado, mas uma forma de promover o sustento de todos.

A informalidade se constitui como uma das características que compõem a economia popular, estando fortemente presente no Círio de Nazaré, por ser um evento bastante convidativo à geração extra de renda. É necessário, porém, um discernimento acerca da conotação dada ao termo informalidade no contexto ora apresentado. Segundo Verónica Gago (2014), informalidade não é uma forma negativa dado ao que é legal/ilegal, mas positiva por sua natureza inovadora, por sua dimensão de práxis que busca novas formas. O informal não por não ter forma, mas porque inventa e promove novas formas – produtivas, comerciais e relacionais, num momento de produção de novas dinâmicas sociais.

A Praça da República no centro de Belém, onde está situado o Teatro da Paz, é um exemplo importantíssimo das dinâmicas que circundam a economia popular. Seja pela tradicional feira de artesanato que lá ocorre, mas principalmente durante o período do Círio². Ela é um ponto crucial de passagem de procissões como a do Círio e da Trasladação, e onde

² O Círio costuma gerar um impacto de 1 bilhão de reais na economia de Belém, isso pelos dados oficiais. A Feira de artesanato é importante para a economia paraense, principalmente por se tratar do Círio, compreendendo-o como uma força para ativação da rede de economia criativa e solidária”. (DANIEL, 2020).

ocorrem manifestações culturais como a quadragenária Festa da Chiquita, além das apresentações no Teatro da Paz, que está localizado em ponto privilegiado dessa Praça.

Esse espaço geográfico desponta como um exemplo das oportunidades de pequenos negócios relacionados à economia alternativa, onde muitos possivelmente têm, durante o Círio, a chance de obter as maiores transações de negócios do ano³, seja qual for o objetivo principal, desde o lucro até o sustento familiar, sendo que este se constitui como prioridade para os que compõem esse nicho.

Percebe-se que eventos da magnitude do Círio de Nazaré cristalizam um panorama atrelado ao turismo religioso e a uma atmosfera de lazer que podem respaldar a geração temporária de emprego e renda. Figueiredo (2005) afirma que o Círio, num primeiro momento, possui um projeto básico religioso, mas que depois é transformado em festa pelo fator econômico, resultando numa espetacularização do ritual que passa a ser usado para atrair mais visitantes. O diferencial desse cenário pode estar no ambiente democrático que ele produz, no sentido de acolher os mais diferentes tipos de negócios, sejam eles formais, mas sobretudo informais, como meio de agregar benefícios para quem se propõe a atuar comercialmente no decorrer das festividades. É pertinente ressaltar o destaque dos que fazem a chamada economia popular durante o Círio, tanto por sua abrangência, quanto por representar um veículo de salvação para subsistência de milhares de famílias.

2.2- Economia Popular: O que é isso?

A Economia Popular representa uma válvula de escape diante do contexto econômico que assola a América Latina, possibilitando a uma massa de trabalhadores, uma alternativa de geração de renda não especificamente voltada para o lucro, mas sobretudo em função de garantir a substância da vida. Luís Coraggio preconiza que a Economia Popular é uma economia dos trabalhadores que vivem do seu trabalho, uma economia doméstica das famílias e das comunidades, com recursos materiais geralmente limitados, e dependendo da contínua realização da sua força de trabalho para sobreviver. Ela abrange desde o trabalhador individual, familiar, ao ocasional para produzir produtos ou serviços. Comerciantes, artesãos, trabalhadores domésticos, do campo e os que produzem riqueza para o próprio consumo, a

³ Alguns artesãos revelam que no período do Círio conseguem vender bem mais que o normal. Uma artesã que trabalha com confecção de bonecas afirma que chegou a vender mais de 4.000 peças só no Círio de 2019. Ela também atua na tradicional feira dos domingos na Praça da República. (VAZ, 2020).

exemplo de alimentos e serviços de cuidados, também fazem parte dessa economia. (CORAGGIO, 2018).

No horizonte dos estudos de Verónica Gago (2014), as economias populares apresentam uma composição estratégica de elementos de microempresa, sendo eficazes na superposição de laços de parentesco e lealdade, ligados ao território, bem como formatos contratuais não tradicionais. A professora Sibelle Diniz, também estudiosa da temática, assinalou que a Economia Popular é um segmento voltado prioritariamente às demandas locais como o artesanato e a produção de alimentos, sendo essa produção essencialmente realizada no próprio domicílio e comercializada nas casas, barracas, quiosques, ruas e pequenos comércios. É uma economia também de “rua, da praça, do bairro, da vida urbana” (DINIZ, 2019, p. 975). Essa configuração de trabalho é a base do comércio informal relacionado às atividades principalmente artesanais, sendo comum a comercialização de produtos em eventos urbanos de grande porte como é o caso do Círio de Nazaré.

A Economia Popular ganha notoriedade no campo da informalidade, dado ao cenário em que ela orbita, sendo ainda bastante marginalizada e muitas vezes encarada como inferior, subalterna e até mesmo promíscua, sobretudo em função de sua forte atuação nas periferias urbanas. A economia informal ou marginal compõe o circuito inferior⁴ da economia urbana, uma cultura periférica caracterizada pela precarização do trabalho, fragmentação, e redução das garantias e dos ganhos reais, mas também contendo elementos de flexibilização e autonomia, movendo-se em função de um circuito superior, inserida num contexto de uma crise societária generalizada. (DINIZ, 2019). Apesar de tudo, a informalidade já é vista numa perspectiva de reconstrução de significados, como fator de resistência, como será abordado mais adiante.

Nessa perspectiva, há que considerar a urgência de ações específicas em prol desse segmento, como via de assegurar-lhes melhores condições de inserção no mercado. “É preciso que o poder público volte seus olhos para este setor, não com um foco coercitivo, mas com o olhar de quem vê e entende que a questão precisa ser equalizada” para que se consiga “migrar da informalidade para um nível de trabalho que proporcione segurança social” aos que nele operam. (GARCIA *al.*, 2019).

⁴ Conforme apresenta Milton Santos, enquanto o circuito superior da economia agrega serviços de alta complexidade como comércio e exportação de produtos de capital elevado, indústria moderna e atacado, e forte assistência governamental, o circuito inferior lida com um capital não intensivo, comércio varejista e em pequena escala, não moderno, e geralmente sem ajuda do Estado. (SANTOS, 1977).

3. CONTEXTUALIZANDO A ECONOMIA POPULAR

Não seria um exagero mencionar que a principal causa da propagação da economia popular se constitui mediante os reflexos das ações do modo de produção capitalista, principalmente da forma exploradora como ele foi implementado nos países latino americanos. Tais nações foram submetidas a uma lógica neoliberal avassaladora, desenhada pelos grandes centros imperialistas e colonizadores. A economia popular reverbera na expansão do comércio informal não por uma adesão à ilegalidade, mas como um substrato importante de resistência diante da conjuntura econômica da qual milhares de famílias estão inseridas. Nessa direção, Menezes e Dedecca (2012) ponderam que um país afetado pelas desigualdades sociais compõe um ambiente que corrobora para a disseminação do comércio informal e autogestionário, sendo ele uma artéria para buscar a geração de renda e principalmente preservar o sustento de inúmeras famílias.

3.1 Fatores formatadores da Economia Popular na América Latina

Como já foi mencionado, a Economia Popular representa uma forma de resistência para o contexto latino-americano, face as configurações do capitalismo e do catálogo de imposições neoliberais. O neoliberalismo é um sistema que compete ao invés de mostrar solidariedade com os outros, sendo opressor, com valores baseados no egoísmo utilitarista, no oportunismo e na irresponsabilidade pelo destino dos outros e da natureza. (CORAGGIO, 2018⁵).

Pode-se dizer que as Economias Populares são um resultado da globalização e seus efeitos na América Latina. Seu repertório abrange aspectos como redução dos custos de produção, redução das garantias trabalhistas, queda nos salários, fragmentação e polarização entre os circuitos superior e inferior da economia. (MONTE-MÓR, 2008).

O cenário é praticamente o mesmo para todos os países sulistas. Nações que contaram com uma modernização incompleta, urbanização acelerada e com a não consolidação de um estado de bem-estar social, abriram espaços para as redes de solidariedade e ajudas mútuas, promovendo uma economia popular, marginal e com outras intencionalidades que estão para além da lucratividade. (DINIZ, 2019).

⁵ Conforme exposto no trabalho de Jose Luis Coraggio intitulado ¿Qué hacer desde la economía popular ante la situación actual? Disponível em: <<https://www.idelcoop.org.ar/revista/224/que-hacer-economia-popular-situacion-actual>>. Acesso em 05 Fev. 2021.

A Economia Popular faz da força e da crise promovidas pelo neoliberalismo uma tecnologia de autoempreendedorismo em massa, que leva à uma economia informal como pragmática vitalista⁶.(GAGO, 2014). Essa autora ressalta que uma massa de trabalhadores desempregada foi levada para as ruas e rodovias, estabelecendo formas de trabalho sem padrão, autogestionárias, mediante um forte desejo de autonomia, face à urgente necessidade de sobrevivência em uma situação cada vez mais desesperadora. Percebe-se que esse contexto fez emergir uma relação de trabalho precarizado com postos ocupados por mais vulneráveis, com destaque para as mulheres e os menos escolarizados. (DINIZ, 2019). Nota-se que a questão de gênero se soma aos aspectos provocadores da precarização que assola os trabalhadores latino-americanos.

Para Coraggio (2018), o setor informal nasce da polarização social e de sua heterogeneidade estrutural, como trabalho assalariado precário, autogestão individual e familiar, com uma série de características negativas: ilegalidade, baixa produtividade, redução de garantias e sem créditos bancários. Assim, forma-se um exército industrial de reserva, com população funcional excedente e fragilizada na negociação de direitos sociais como trabalhadores. Trata-se de uma economia de guerra prolongada, cavar trincheiras na sociedade, resistindo e avançando quando for permitido (CORAGGIO, 2018).

O delicado e temido é que essa conjuntura ainda pode piorar, se os avanços das políticas neoliberais não forem contidos, podendo trazer reflexos desoláveis ao distanciar ainda mais as ações promotoras de um estado de bem-estar, imprescindível ao combate às injustiças. O professor Roberto Monte-Mór pondera que a abertura das economias para privatização de serviços estatais estratégicos para o desenvolvimento e com potencial mediador das desigualdades, dialoga de modo muito próximo com uma perspectiva excludente e com tendências perversas. (MONTE-MÓR, 2008). Seria então possível vislumbrar saídas profícuas para o contexto da Economia Popular?

3.2 Aspectos positivos da Economia Popular. É possível?

Para além das fragilidades conjunturais que configuram a lógica das economias populares, é fundamental chamar a atenção para a grande contribuição que essas economias alternativas têm dado para a sociedade. Revolucionárias e multiarticuladas, elas garantem a

⁶ A força do neoliberalismo leva à economia informal como pragmática vitalista, uma força vital microempreendedora com capacidade de conquistar, construir, liberar e também defender o espaço, o que envolve uma temporalidade. (GAGO, 2014).

subsistência de uma gama enorme de trabalhadores, razão pela qual precisam e devem ser enxergadas com um novo olhar, sendo acolhidas pelas mais diferentes instâncias sociais, sobretudo pelo poder público.

A ausência desse novo olhar só corrobora com a permanência do cerceamento a uma série de direitos e garantias como trabalhadores, restando-lhes uma posição de constante subordinação e exploração. Concordando sobremaneira com Verónica Gago, a economia popular se constitui como uma forma rejuvenescida de exploração, a partir de uma inserção forçada dos empobrecidos a uma posição de subordinação à economia formal. No entanto ela tem uma genealogia política que permite uma releitura do mundo contemporâneo na América Latina, uma certa democratização do campo da produção, apresentando um novo terreno com novas figuras e lutas. (GAGO, 2018).

A Economia Popular representa uma dinâmica fundamental em sua origem, impulso e versatilidade, privilegiando a configuração de novas identidades, transformando as relações sociais, discutindo questões de representação sobre as lutas para avaliar como a riqueza social é apropriada. (GAGO, 2018). Essa autora assinala que a Economia popular faz da crise promovida pelo neoliberalismo uma tecnologia de autoempreendedorismo em massa.

Há relevância política na economia popular, uma vez que ela rompe com a ordem cotidiana das coisas. Diante da crise de legitimidade da política neoliberal, a economia popular fornece elementos para que se continue operando para além dos códigos governamentais, com dinâmicas de ação que ultrapassam o Estado, sem subestimar o seu poder. (GAGO, 2014).

Nessa perspectiva, Coraggio (2012) pondera que as unidades econômicas populares são práticas orientadas pelos princípios de mercado, porém subordinadas ao princípio da administração doméstica, que hibridam recursos e seguem tendo grande peso na obtenção do sustento e relativa estabilidade em nossa sociedade. Elas formatam relações de reciprocidade, mantendo uma rede de abastecimento e cuidado fora do mercado.

Diante do exposto, é importante encarar a economia popular como uma verdadeira potência de ação e resistência, tendo ficado mais forte com o recente advento tecnológico das mídias digitais. A proliferação e o barateamento do acesso às tecnologias relacionadas à telefonia móvel e sobretudo com o acesso à rede, possibilitou que mesmo os mais simples comerciantes tivessem a chance de aderir às estratégias mais variadas de promoção dos seus negócios.

As divulgações em plataformas como o *facebook* e o *instagram* contemplam anúncios dos produtos e serviços ofertados, além de informações importantes que contribuem

para a efetivação das vendas, como contato, localização, precificação e também vias de descontos. Com criatividade, essa rede de consumo alternativa cria uma interdependência com o circuito superior, sobretudo em função da utilização de técnicas contemporâneas associadas ao desenvolvimento tecnológico (DINIZ, 2019). Essa situação favorece a abertura de novos horizontes de atuação, com cooperação e reciprocidade, inclusive para lutar por dignidade e melhores condições para o exercício de suas atividades.

4. MÉTODO

O percurso metodológico deste trabalho inclina-se para um exercício reflexivo acerca de outros formatos de economia, inspirado numa perspectiva decolonial, considerando os diversos elementos que compõem a Festa do Círio.

O intuito desse procedimento é provocar um diálogo acadêmico visando políticas em prol das economias alternativas, reconhecendo a sua potência para o desenvolvimento local e regional. A análise consiste em, a partir das referências bibliográficas, apontar possíveis caminhos para que Estado e sociedade civil possam reconhecer a importância de outros modelos econômicos, assegurando-lhes melhores condições de inserção no mercado.

5. QUE CAMINHOS SÃO POSSÍVEIS PARA A ECONOMIA POPULAR?

Perante o quadro que permeia a economia popular no contexto do Círio de Nazaré, algumas pontuações se fazem necessárias, sob a luz da bibliografia que envolve a temática, para se pensar em soluções possíveis de serem implementadas em ações futuras, no intuito de corroborar para que economias alternativas possam alçar caminhos promissores no cenário econômico brasileiro e latino-americano.

O ambiente desolador que abrange os trabalhadores do nosso país, faz com eles necessitem garantir suas subsistências e a de seus familiares, recorrendo a formatos de economias alternativas para tentar minimizar os efeitos neoliberais sobre suas existências. Como pondera Verônica Gago (2014), essas forças produtivas a todo tempo extrapolam o esquema neoliberal, através de um modo de cooperação social que organiza o horizonte do trabalho, a exploração, o progresso e o bom governo.

Grandes estudiosos da temática, apontam possíveis caminhos, que, pensados em conjunto e discutidos pela sociedade, possam apresentar um novo panorama para a Economia Popular num futuro próximo. Roberto Monte-Mór (2008) reflete que é preciso criar alternativas, modelos participativos que se aproximem do aprendizado social, sob um novo

contexto de planejamento regional, com redefinição das estratégias de intervenções nos processos decisórios, visando o bem-estar comum.

Seguindo essa linha de defesa do bem-estar comum, Luís Coraggio aponta que uma sociedade não pode perdurar sem que os processos econômicos produzam condições de sustento da vida humana, minimizando os efeitos dessa construção política que consolidou a economia capitalista. Uma proposta que precisa ser desenhada de forma cuidadosa, humilde, responsável, conhecedora da história e de sua diversidade, evitando sobretudo opções absolutistas que reiteradamente se afirmam. (CORAGGIO, 2012).

Sibelle Diniz explica que a união entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, numa ação de cooperação, reciprocidade e confiança, seriam as bases para uma releitura dos nossos mecanismos de regulação. Há uma hibridação dos princípios econômicos na economia brasileira, que clama pela necessidade de aparatos de regulação que se aproximem do que já se projeta em nosso cotidiano. É preciso pensar num tipo de cooperação que efetivamente dê conta dessa interrelação, aproveitando as potencialidades que a economia popular possui (DINIZ, 2019, p. 981).

Essa luta deve agir na contramão, uma espécie de contramovimento de baixo para cima, do circuito inferior para o superior, sobretudo a partir do contexto local, apropriando-se da força estatal na esfera Municipal, por esta estar intimamente conectada à realidade vivenciada. Segundo Monte-Mór (2008, p.8) “no contexto ‘neoliberal’ prevalecente, o município tem se tornado o refúgio, talvez o último reduto, do que restou do Estado de Bem-Estar. Este autor alerta para a necessidade de ações defensivas que forneçam alternativas sustentáveis face ao aumento da exclusão sócio-espacial, construção de ações afirmativas e apresentação de novos arranjos entre Estado e Sociedade Civil.

Como acertadamente disse o Coraggio, é preciso uma reestruturação de todo sistema econômico, de instituições jurídicas, assistenciais e previdenciárias, uma reengenharia do sistema financeiro e bancário. Reunir saberes práticos e científicos de modo a planejar processos de desenvolvimento humano, não através de um poder central e esclarecido, mas estimulando e reiterando a participação dos movimentos populares como povos soberanos das propostas a serem acolhidas pelo Estado. (CORAGGIO, 2012). Está mais do que na hora do Estado agir na contramão do que um dia ele estabeleceu. Karl Polanyi relembra o papel incipiente Estado como uma instância distributiva, mais que um órgão de defesa ou de dominação de classe, ressaltando que é imperativo haver um certo grau de centralização para que essa esfera possa atuar. (POLANYI, 2012). Que esse imperativo poder seja capaz de promover cenários melhores no futuro.

6. CONSIDERAÇÕES

Uma das grandes mensagens que a literatura pertinente à temática da economia popular deixa bem evidente, é a da imprescindível intervenção estatal, com ações regulatórias que acolham outras configurações econômicas. Como explica Verónica Gago (2014), “A participação maior do estado declina a legitimidade do neoliberalismo”, sendo que é a partir da crise por ele protagonizada, que se abre o debate na América Latina sobre como caracterizar os próximos momentos, buscando novas formas de decisões políticas acerca da riqueza comum (GAGO, 2014).

Com a contribuição do advento tecnológico, talvez este seja o primeiro momento na história em que a humanidade começa a idealizar uma interligação entre os dois circuitos econômicos – o superior e o inferior – o que pode sinalizar uma futura adequação das normas no sentido de que nossa legislação apresente novas alternativas de comércio, permitindo a regularização de outras economias de uma forma mais prática e simplificada.

Essas ações trariam sujeitos coadjuvantes para atuarem como protagonistas, acessando a dignidade da qual são merecedores. Boaventura Sousa Santos chama de “sociologia das ausências”, as ações que invisibilizam sujeitos como esses. Desse modo, há a necessidade de se “transformar sujeitos ausentes em sujeitos presentes” revelando conhecimentos de povos silenciados, excluídos do modo dominante de conhecer representado pelo eurocentrismo constante das epistemologias do Norte (SANTOS, 2019, p. 19).

O Círio de Nazaré é um testemunho da hibridação que ocorre na economia brasileira, onde o comércio formal e o informal, respectivamente representantes dos circuitos superiores e inferiores da economia, têm a chance de obterem ganhos, seja na lógica do lucro ou da subsistência puramente. Ambas as opções convivem e se tensionam em função da falta de políticas públicas que minimizem as disparidades existentes entre esses dois circuitos. Com diz Roberto Monte-Mór, precisam ser criados padrões diferentes de cooperação e competição no centro da economia capitalista. (MONTE-MÓR, 2008).

No meio de todo esse emaranhado cultural, com movimentos religiosos ou de pura diversão, entrelaçamentos de lazer, festa, devoção e fé, fazem eclodir uma torrente de possibilidades para atuação da economia popular. São temas potentes e atuais, que possuem uma grande relevância social, cultural e econômica, e que podem e devem ser aprofundados através de diferentes correntes epistemológicas, a exemplo dos estudos do lazer. Há nos estudos atuais um desafio em se interpelar o lazer entrelaçando-o a práticas sociais complexas. (COSTA; SOARES; DEBORTOLI, 2016).

Torna-se inadiável a necessidade de lutar pela implementação de políticas públicas, sociais e econômicas, que possam vir a oferecer um respaldo legal em favor dos vendedores ambulantes. É imprescindível que os governos, em todas as suas esferas, reúnam forças agindo para criar condições de garantir a esses comerciantes, legislações mais flexíveis, que permitam um acesso mais fácil ao crédito e também maneiras alternativas de consolidar um resguardo previdenciário. Concordando com Monte-Mór (2008), é o Estado que possui um espaço fundamental de ação, com seu poder regulador e articulador das oportunidades, a partir das potencialidades de cada município.

Expostas essas considerações, já é possível afirmar que existe uma considerável contribuição epistemológica apontando trilhas para o acolhimento de outros formatos de economia. Acredita-se vivenciarmos um momento único de conscientização dos erros passados e reflexão do presente, com uma chance ímpar de encararmos o momento atual para, com a contribuição da tecnologia, procurarmos corrigir os danos quem vêm sendo causados à sociedade. Urge pensar cada vez mais na coletividade, como razão absoluta de manutenção sustentável da vida humana.

Como diz Coraggio (2018) é imperioso encarar a pobreza e neutralizar os mecanismos de exclusão, mostrando que a solidariedade gera confiança, fraternidade, justiça, responsabilidade com os outros e com a natureza. Um caminho interessante apresentado por esse autor seria convocar as universidades e escolas para pesquisar métodos que possam solucionar tais problemas e também inventar novas formas de organização. A Economia Popular pode e deve ter qualidade, não há razão para o contrário! Concordo plenamente com ele. Está na hora de nos debruçarmos com mais afinco sobre essa problemática, provocando alterações para ver quais frutos poderemos galgar a curto, médio e longo prazo. Que tal começarmos hoje?

REFERÊNCIAS

ALVES, Isidoro. **O carnaval devoto: Um estudo sobre a Festa de Nazaré em Belém**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1980.

BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos de ócio e leisure studies – O atual debate filosófico, político e cultural. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 3, n.1, p.20-30, jan./abr. 2016. Disponível em: [http://mariammanuelbaptista.com/pdf/037_ EstudodeOcio.pdf](http://mariammanuelbaptista.com/pdf/037_EstudodeOcio.pdf). Acesso em 20 Jan. 2021.

CORAGGIO, Jose Luis. Potenciar la Economía Popular Solidaria: una respuesta al neoliberalismo. **Otra Economía**, 11(20):4-18, julio-diciembre 2018. Disponível em: <https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/POTENCIAR%20LA%20EPS%20CORAGGIO%20REVISTA%20OE.pdf>. Acesso em 02 Fev. 2021.

CORAGGIO, José Luis. Karl Polanyi y la otra economía en América Latina, in Karl Polanyi. **Textos escogidos**, UNGS/CLACSO, Buenos Aires, 2012. Disponível em: https://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm. Acesso em 01 Fev. 2021.

COSTA, Antônio Maurício Dias da. A festa dentro da festa: Recorrências do modelo festivo do circuito bregueiro no Círio de Nazaré em Belém do Pará. **Campos** (07), UFPR, pp.83-100, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/7441>.

COSTA, Karla Tereza Ocelli; SOARES, Khellen Cristina Pires Correia; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Lazer e Alteridade em “Outros” Modos de Viver: Aproximações com a antropologia. **Licere – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG**. v.19, n.1, 2016. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1538>. Acesso em 07 Dez. 2018.

DANIEL, Michelle. Diário do Pará. Feira de artesanato inicia programação. **Diário do Pará**. Belém, ano 38, n.13.209, 08 Out. 2020. p. A6.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Lazer, envelhecimento e participação social. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 15, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos-des.cecom.ufmg.br/index.php/licere/article/download/739/540>. Acesso em 05 Fev. 2021.

DINIZ, Sibelle Cornélio. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.29, n.3, p.963-985. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512019000300963&script=sci_arttext. Acesso em 28 Jan. 2021.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Círio de Nazaré, festa e paixão**. – Belém: EDUFPA, 2005.

GAGO, Veronica. What are popular economies? Some reflections from Argentina. **Radical Philosophy**, 2.02, p. 31-38, 2018. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/what-are-popular-economies>. Acesso em 05 Fev. 2021.

GAGO, Veronica. **La razón neoliberal: Economías barrocas y pragmática popular**. – 1ª e. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

GARCIA, Josemeire Aparecida; SOUZA, Ezequias Ferreira de Souza. F. de; TEIXEIRA, Thainara Pimentel; MIRANDA, Maria Geralda de. Informalidade: O perfil do trabalhador ambulante de Manhuaçu. IV Jornada de Iniciação Científica do UNIFACIG: Sociedade, Ciência e Tecnologia. **Anais**. 2019 Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/1359>. Acesso em 05 Fev. 2021.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: (Org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MATOS, Lucília da Silva. **Belém em festa: a economia lúdica da fé no Círio de Nazaré**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3216>. Acesso em 30 Nov. 2020.

MENEZES, Wilson Ferreir; DEDECCA, Cláudio Salvadori (2012) A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: rendimento e principais características. **Revista Nexos Econômicos**, V. 6, N.2, P. 11-41, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/9247>. Acesso em 03 Dez. 2020.

MONTE-MÓR, Roberto Luis M. Urbanização Extensiva e Economia dos Setores Populares. In: OLIVEIRA, M.P. et al (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/Anpege, v. 2, p. 128-140, 2008. Disponível em: http://www.artecidade.org.br/mg_es/textos/urbanizacao.pdf. Acesso em 20 Jan. 2021.

PANTOJA, Vanda. Negócios sagrados: notas sobre o Círio de Nazaré em Belém-Pará. **Novos cadernos NAEA**. V. 15, n. 2. P. 261-278, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/682>. Acesso em 10 Maio 2020.

POLANYI, Karl. Aristóteles descobre a economia. In: LEVIIT, K.P. (Org.). **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, Contraponto, 229-268, 2012.

RIBEIRO, Milton (2015). “E a Quadrilha Toda Grita... Viva a Filha Da Chiquita!” Notas etnográficas da Festa da Chiquita dm Belém-PA. **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**. Ponto Urbe 16, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/2646>. Acesso em 30 Nov. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1. ED. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois subsistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 53, 1977. Disponível em: <https://agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1096/957>. Acesso em: 05 Fev. 2021.

SERRA, Débora Rodrigues de Oliveira. O processo de turistificação do espaço em santuários e eventos católicos: Uma análise sobre o Círio de Nazaré em Belém-PA. **Revista Geo**, UERJ. Rio de Janeiro, n.30, p.240-176, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/18275>. Acesso em 02 Fev. 2021.

SOARES, Priscila. Pandemia afeta tradicional venda de ervas. **Diário do Pará**. Belém, ano 38, n.13.209, 08 Out. 2020. Devoção, p. A8.

VAZ, Elisa. O Liberal. Empreendedores apostam na quadra nazarena. **O liberal**. Belém, ano 74, n. 36.601, 11 Out. 2020. Economia, p. 4.



GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

Paradoxos do desenvolvimento: novo rural, velho urbano, colonialidade e globalização em Goiana-PE

Adalberto Antonio da Mota Correia¹

RESUMO

Com este trabalho pretende-se discutir os resultados de uma pesquisa que contou com levantamento de dados secundários, levantamento fotográfico, produção cartográfica, além de revisão de literatura, orientada a evidenciar no município de Goiana, numa área periurbana, próximo ao Distrito de Tejucupapo, adjacente à BR-101, em que veio a ser instalada uma fábrica da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), no estado da arte da tecnologia automotiva, com instalação subsequente de um “polo de desenvolvimento”, promessas de emprego, infraestruturação do território e todo um pacote de “fábulas” que compõem esse “novo” enquanto forma de produção do espaço e do tempo. Na localidade em questão, encontramos pessoas negras vivendo no modo rural, da terra, e dos recursos naturais, em habitats precários, que já demonstra ciclos anteriores da modernização (SANTOS) colonial capitalista. E o prognóstico não parece ser dos melhores: um vasto processo de urbanização tende a aumentar as distâncias sociais, locais, e como um resultado disso as territoriais, uma vez que os locais visitados já estão zoneados para inserção de áreas habitacionais e comerciais no entorno da FCA.

Palavras-chave: Goiana, Desenvolvimento Econômico, Desigualdades Socioterritoriais, Rugosidades.

¹ Discente do curso de Mestrado no programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFPE). Email: toni.m12@hotmail.com // adalberto.mota@ufpe.br. Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Inovação, Tecnologia e Território (GRITT-UFPE); no INCT Observatório das Metrôpoles (Núcleo Recife); Coordenador Acadêmico do Coletivo de Estudos sobre Espaço Geográfico e Relações Étnico-Raciais (GEO-RAÇA).

1. INTRODUÇÃO

“Haveria nisto um paradoxo pedindo explicação?” (SANTOS, 2001, p. 16) O processo de globalização vende uma imagem distorcida ao ponto de ser paradoxal, sobretudo através da *mass media* como propôs Lacoste (1988). Esse trabalho tem como premissa o questionamento ao “novo” como forma de produção da realidade, do espaço, especialmente a partir modernidade capitalista, em que pese a América Latina ter passado por um processo de acumulação por espoliação, conceito que D. Harvey (2004) extrai da teoria marxiana. Esse último processo, a acumulação originária (MARX, 2015, p. 959), construída com o sangue e terras dos povos originários da América e de África, que calhamos chamar de colonização, é a base para o desenvolvimento capitalista na Modernidade, produz desenvolvimento no Hemisfério Norte e subdesenvolvimento no Hemisfério Sul, lançando mão no conceito proeminentemente explorado por Celso Furtado e Milton Santos.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 2015, p. 998)

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece.” (GRAMSCI, 2000, p. 169) Dentre esses sintomas mórbidos mencionados, a perversidade, enquanto característica estrutural de um sistema construído com sangue, segue sendo evidente, em se tratando de uma questão geográfica o caso em questão, no território.

O novo, o velho... Este trabalho apresenta considerações a respeito dos processos histórico-geográficos que envolvem as transformações do espaço e do território, por conseguinte, a partir de suas rugosidades (SANTOS, 2006). Ao longo do tempo, mesmo nas formas mais recentes de produção do espaço, por parte dos atores hegemônicos, apesar de apresentarem novas formas cada vez mais obsoletas, não se encontram novos significados em seus conteúdos. Segregação socioterritorial, jurídica, política étnico-racial, econômica e tantas outras, fundadas na violência econômica ou extraeconômica de tempos anteriores, acumuladas sobre um mesmo espaço, denotando as territorialidades existentes.

As distâncias aumentam gradativamente, ou melhor dizendo, o processo de periferização avança de modo cada vez mais intenso, do global ao local, especialmente nas áreas periféricas dos centros urbanos metropolitanos. Pode-se observar o recente aumento

da densidade populacional, e a expansão da malha urbana para as áreas periurbanas e rurais próximas às periferias. Esses processos são característicos do capitalismo tardio do mundo subdesenvolvido (ABRAMO, 2003), em que pese as modernizações introduzidas por agentes externos ao território e sem o compromisso com as pessoas que o ocupam.

Para investigar esse fenômeno na materialidade no espaço em questão foi realizada pesquisa de campo em aglomerados rurais e periurbanos do distrito de Tejucupapo, no município de Goiana, o mais ao Norte e recém integrado à Região Metropolitana do Recife, como parte da estratégia de polarização econômica e gestão territorial do estado de Pernambuco. Além disso, realizou-se: revisão bibliográfica com o intuito de recuperar processos histórico-geográficos importantes para a formação do território nacional desde a colonialidade, guardadas as devidas proporções e escalas envolvendo a escala global, nacional, estadual e local; o levantamento e tratamento de dados secundários adquiridos de bases de dados institucionais; elaboração de gráficos, cartas temáticas e o georreferenciamento dos aglomerados segundo a situação do domicílio e sua posição relativa à fábrica da Fiat Chrysler Automobiles (FCA); e também levantamento fotográfico para discutir sobre a dialética entre espaço e tempo, novo e velho, rural e urbano, no contexto da produção do espaço, suas fábulas, perversidades e possibilidades com relação a área estudada e os sujeitos nela inseridos, encaminhando os resultados e questionamentos finais motivados pela pesquisa, em que pese esse artigo ser um fragmento da pesquisa supramencionada.

Os resultados mostram a persistência de velhas condições: da precariedade nos acessos da população residente em saúde e educação, e na infraestrutura territorial da área ocupada, afetando as condições de vida, e denotando o descaso do Estado, além de não termos encontrado pessoas da localidade empregadas nos empreendimentos industriais como prometia a propaganda, nem com conhecimento das intervenções planejadas para aquela área, em que pese o período da pesquisa ter se dado em uma fase de crise econômica e política do Estado.

2. RURAL, URBANO, NOVO, VELHO, LOCAL E GLOBAL: OS PARADOXOS DO DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DE GOIANA

Embora houvesse contrabando e, conseqüentemente, comércio de insumos para a Europa, a ocupação do território se deu através de sua divisão em capitânias, sendo seus donos outorgados pela coroa para constituir uma colônia portuguesa. Essa ocupação trouxe consigo as instituições Igreja Católica e suas missões, o Estado Português na figura dos donatários e o capital agrícola mercantil, representado pelos meios de produção, a terra, os escravos, os engenhos, os animais, etc), o ordenamento territorial (sesmarias), a instalação

da cultura canavieira e de seus engenhos, além do extrativismo vegetal, a procura por minerais, o precário desenvolvimento urbano; todos esses processos são oriundos da inserção da colônia no sistema mundo vigente à época. Também começou um intenso fluxo migratório de portugueses, africanos escravizados, judeus, árabes, além dos corsários franceses e ingleses. Andrade (1980, p. 66) retrata o início da ocupação portuguesa no nosso território:

Chegando a Pernambuco, tratou Duarte Coelho de conquistar a terra ao gentio, fundando, em 15 anos, duas vilas – Igarau e Olinda – e cinco engenhos, um dos quais de sua propriedade. Teve de manter árdua luta, desde que os tabajaras e os caetés, insuflados, às vezes, pelos franceses, hostilizavam constantemente o donatário. Daí afirmar o cronista Rocha Pita que o terreno que fora concedido a léguas foi conquistado a palmas, e queixar-se o donatário ao Rei, em uma de suas cartas, que se achava gastado e endividado.

Esse território foi previamente ocupado por indígenas Caetés, Tabajaras - toponímias de bairros nas cidades mais ao sul que compõem o eixo costeiro Norte da Região Metropolitana do Recife, Abreu e Lima e Paulista, respectivamente - e Potiguarás, dando inclusive origem a toponímia “Goyanna” (AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO, s/a). Assim, inexistindo qualquer ideia de vazio demográfico, frequentemente atribuído aos territórios indígenas, que são ocupados em dinâmica cíclica com a natureza (MOTA, 1994; MOREIRA, 2000; STAEVIE, 2016), tendo servido como justificativa para a colonização. Posteriormente, com a chegada dos colonizadores, a porção ocupada foi a do vale do Rio Goiana, que se formou pela confluência dos rios Capibaribe-mirim e Tracunhaém. Goiana, foi uma das principais produtoras de açúcar, figurando como sede da capitania de Itamaracá.

toda a futura nação brasileira foi moldada, parcial mas fundamentalmente, pela produção canavieira e açucareira. Os espaços assim empregados, para não dizer monopolizados, definiram-se nessa atribuição produtiva, como participantes de redes de alcance muito maior que a relação metrópole/colônia (DABAT, 2012).

Em 1640, houve confronto registrado por Frans Post, entre a esquadra de Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre, e a holandesa de Willen Corneliszoon. As hostilidades holandesas continuaram, chegando a 1646, em Tejucofapo, quando mulheres lutaram contra holandeses desprovidas de armamento. O território, como foi ordenado e ocupado o na forma de capitanias hereditárias, com sua construção bélica, ideológica, jurídica (MORAES, 2001) e econômica (FURTADO, 1959), com a sistematização da agricultura e posterior avanço sobre o interior, para o extrativismo das conhecidas drogas do sertão e, em seguida, com o combate aos holandeses e, posteriormente, quilombos e aos grupos

indígenas, houve um sucessivo avanço sobre o agreste e sertão propriamente dito, também com a pecuária, especificamente, na capitania de Pernambuco, como narra Andrade (1980, p. 144-145).

A opção por uma camada senhorial e a preferência dada à mão-de-obra escrava definiram uma estrutura social e fundiária desprovida de alternativas, desenhada como uma grande unidade de produção, bipolar na sua arquitetura e dinâmica. A polarização social, pelo acesso seletivo aos meios de produção, era radical e persistiu. O Estado, patrocinador-mor do empreendimento, se reservava direitos de intervenção, numa estreita e perene ligação entre a classe dominante e os poderes públicos. A ausência de camadas médias de produtores permanece, até hoje, motivo de lamentação bem como um objetivo (por enquanto mal sucedido) de operações redistribuidoras. O modelo se manteve em áreas cada vez mais interioranas, conquistadas sobre os habitantes autóctones e utilizando vias de transporte diversas para escoar a produção açucareira (DABAT, 2012, p. 65-66).

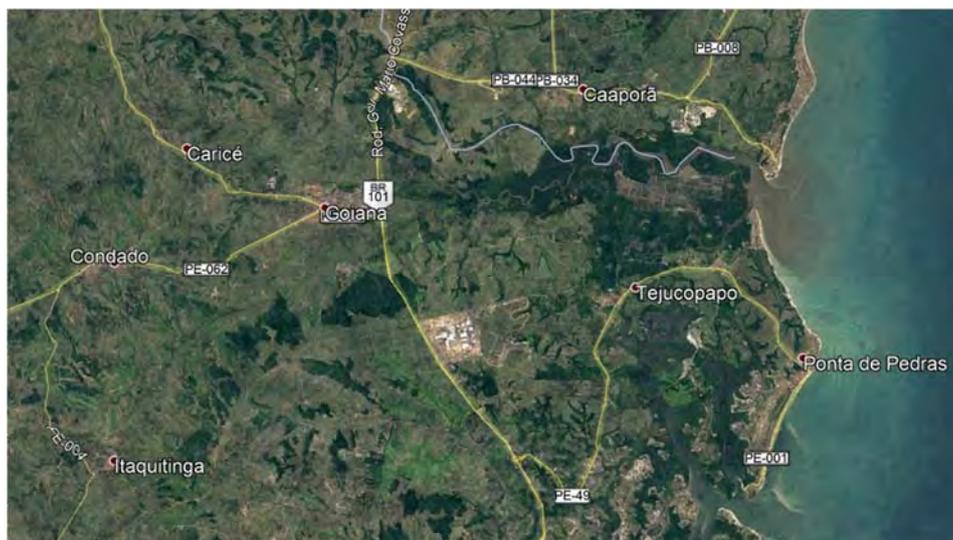
O espaço em Goiana desde a colonização tem como *input* principal ao longo dos tempos o monocultivo de cana-de-aúcar, além da água, já que é de fato uma terra de muitas águas como seu próprio nome sugere, fator fundamental para a irrigação e para o escoamento da produção através de sua rede hidrográfica. O ordenamento territorial foi feito em função dos engenhos, subordinando a natureza e as pessoas em subalternidade e dependência, sendo a cana uma constante na paisagem e na territorialidade. A posição estratégica de Goiana, suas vertentes e tabuleiros, férteis e irrigados, garantiram produção e reprodução do capital dos engenhos, os sistemas de usinas e a modernização da agricultura, assim como em toda Região da Mata Pernambucana. Corroborando isso temos o problema histórico concentração fundiária no século XX, mencionado por Dabat, (2012), na obra *Moradores de Engenho*.

A autora aponta a que além da baixa eficiência na produtividade com relação às extensas áreas ocupada pela atividade econômica do sucrocultivo e engenhos ou usinas, também aponta que mais de 90% da área total do Município de Goiana era ocupada por imóveis de 100 hectares, ao passo que apenas 5% da área ocupada por imóveis com menos de 10 hectares, a partir de dados do INCRA em 1986. Fica evidente, assim a contraposição entre latifúndio e minifúndio (DABAT, 2012). Esse avanço tem início com os planos de desenvolvimento nacional, regional e estadual, que motivaram a retomada de terras ociosas por parte de antigos proprietários, destruindo os cultivos alimentares, e alargando as áreas das usinas. O ópio de Pernambuco causou um déficit na produção alimentar, dado o avanço crônico e sucessivo da monocultura canavieira.

A naturalização da atribuição de uma função determinada pela divisão internacional do trabalho, por ser concebida como definitiva, inscrita na

natureza das coisas, contribuiria também ao fechamento de perspectivas alternativas para a região e suas populações, a não ser tardiamente, num contexto almejado como revolucionário. De algum modo, influiu na negação, aos atores sociais locais, do reconhecimento enquanto promotores de história, pois estariam simplesmente curvando-se à determinação do meio. O produto final desta atividade sendo secularmente exportado (regional e/ou internacionalmente), as flutuações dos mercados e, nesta precisa medida, as incertezas da política em diversas escalas, afetaram sempre fortemente a dinâmica econômica local (DABAT, Op. Cit., p. 79-80).

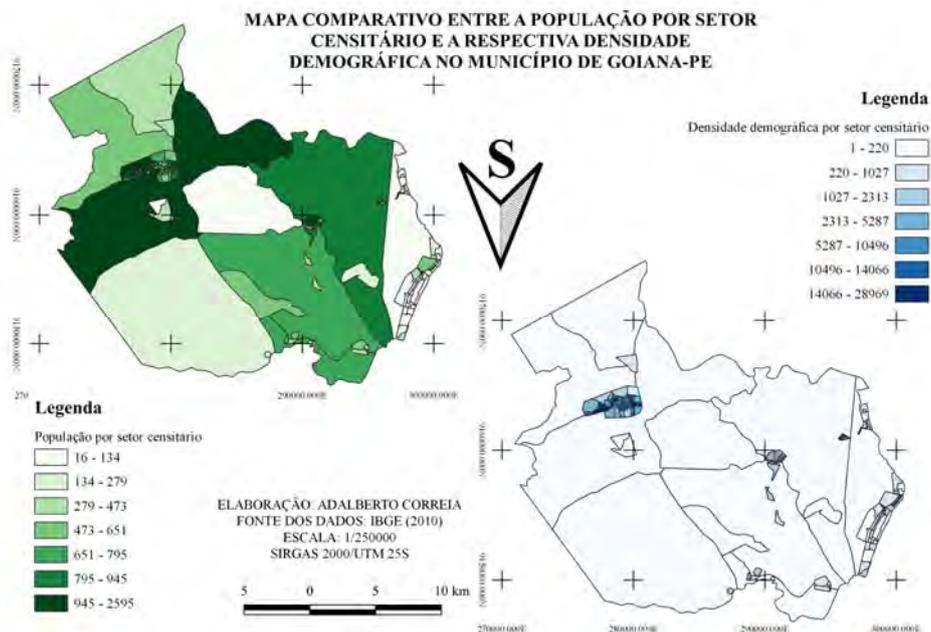
Figura 1 – Imagem de satélite de recorte da região da Mata Norte no ano de 2016



Uma mudança perceptível na paisagem é a planta da fábrica Fiat Chrysler Automobiles (FCA), às margens da BR-101 já duplicada. **Fonte:** Google Earth.

Milton Santos (1993) aponta a complexidade da produção do espaço no Brasil, a partir do binômio rural-urbano, mas não se detendo neles. É fato que temos cidades no campo e fragmentos de ruralidade nas cidades, em especial nas periferias urbanas metropolitanas, o que acreditamos ser o caso em questão: mesmo todos esses processos – que remontam a formação territorial do país, distinguindo-se tempo e espaço com relação a regionalização do estado da qual a Região Metropolitana do Recife é uma centralidade – não trouxeram grandes poucas mudanças à paisagem goianense, ainda entrecortada pela cana, mas apresentando um ligeiro adensamento demográfico, e a formação de aglomerados urbanos, periurbanos e rurais. Apesar de o IBGE (2010) classificar boa parte dos municípios litoral e da região de mata do estado como urbanas, por conta da concentração populacional nas áreas urbanas, ressaltamos a evidente contradição com o espaço que nos mostra outra coisa.

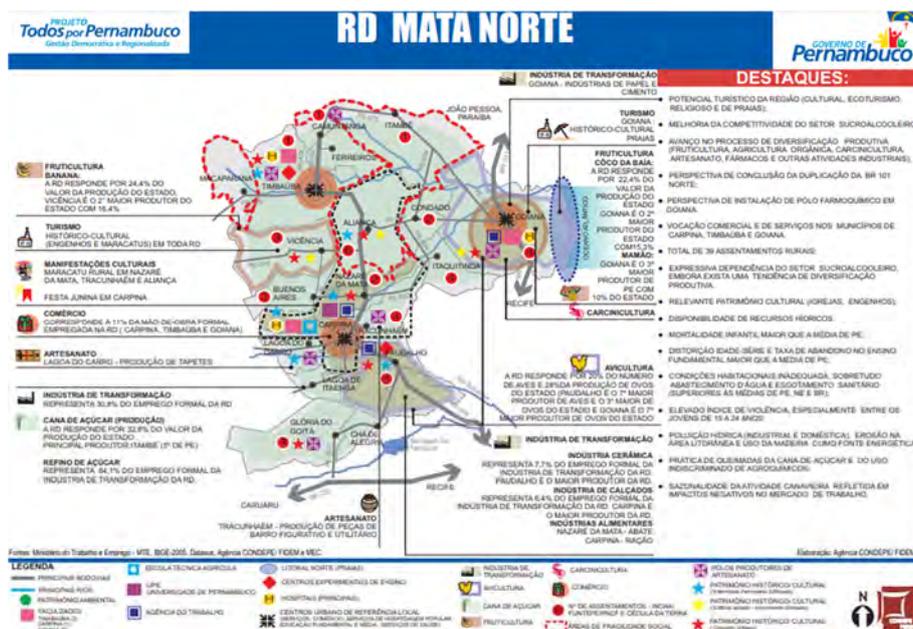
Figura 2 – Mapa comparativo entre a população por setor censitário e a respectiva densidade demográfica no município de Goiana-PE



Elaboração: o autor. **Fonte:** IBGE (2010).

A Região de Desenvolvimento da Mata Norte tem os seguintes municípios: Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Itambé, Itaquitinga, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência, acrescidos de Goiana, recém integrada à Região Metropolitana do Recife. É justo dizer que nos primeiros ciclos de urbanização do Brasil colonial Goiana fez parte do que poderíamos chamar de região de influência de Olinda e Recife, dada sua importância econômica e social para a capitania de Itamaracá. A figura a seguir demonstra a estrutura produtiva da Região de Desenvolvimento da Mata Norte, originalmente onde Goiana estava alocada, para as políticas de desenvolvimento do estado de Pernambuco. Fica evidente a concentração das formas produtivas em atividades agrícolas e extrativistas.

Figura 3 – Mapa da estrutura produtiva da Região de Desenvolvimento da Mata Norte



Fonte: CONDEPE-FIDEM.

Como destaque tem-se: o potencial turístico da região, seja o turismo cultural e o turismo litorâneo; apontamento sobre a melhoria da produtividade sucroalcooleira, estimulada por políticas de descentralização da matriz energética do petróleo, com foco no etanol e nos biocombustíveis, além da dependência histórica desse setor; o já mencionado e tímido processo de diversificação produtiva; a duplicação da BR-101, principal eixo viário da região; a perspectiva de instalação do polo farmacêutico em Goiana, ainda não concluído; vocação comercial e de serviços para os municípios de Carpina, Timbaúba e Goiana, em especial motivada pelo aumento da população urbana e da carência de atividade econômica que empregasse esse excedente populacional em trabalho formal; trinta e nove assentamentos rurais; patrimônio cultural referente às instalações colonizadoras como engenhos e igrejas; a grande disponibilidade de recursos hídricos; mortalidade infantil maior que a média do estado; distorção idade-série e taxa de abandono no ensino fundamental maior que a média de PE; condições habitacionais inadequadas, sobretudo abastecimento d'água e esgotamento sanitário (superiores às médias de PE, NE e BR); elevado índice de violência, especialmente entre os jovens de 15 a 24 anos; poluição hídrica (industrial e doméstica), erosão na área litorânea e uso da madeira como fonte energética; prática de queimadas da cana-de-açúcar e do uso indiscriminado de agroquímicos; sazonalidade da atividade canavieira refletida em impactos negativos no mercado de trabalho.

O crescimento urbano brasileiro e mundial, vem levando as cidades a expandirem seus limites físicos sobre o espaço rural, o qual possui identidade própria, modo de vida e organização econômica distintos do espaço urbano. Espanha (1991) considera que tal

processo tem como consequência a integração do espaço rural pela cidade e pode ocorrer por meio de duas etapas distintas: crescimento compacto, invadindo os espaços mais próximos, integrando-os à economia urbana; e urbanização de áreas mais distantes (dezenas de quilômetros), cuja forma é denominada de difusa ou dispersa.

Outros conceitos vêm sendo usados, especialmente nos países desenvolvidos de urbanização compacta, para definir esse fenômeno: contra-urbanização ou urbanização difusa (Estados Unidos e em parte da Europa); suburbanização (Inglaterra, Espanha e Itália), e rurbanização e periurbanização (França e Espanha). A urbanização difusa é definida por Entrena Durán (2003), como um fenômeno caracterizado pela dispersão da população urbana pelo território, inclusive sobre as áreas rurais, sem que exista vínculo algum dessas pessoas com as atividades agrícolas. Já Abramo (2003), aborda essa questão, contextualizando a produção das cidades modernas nos países latino-americanos, a qual resulta do funcionamento das duas lógicas modernas (mercado e Estado), mas também de uma terceira lógica, a lógica da necessidade, da qual deriva o economicismo que norteia a vida cotidiana e tende a ordenar a vida em sociedade através do trabalho.

Nesse contexto, para Abramo (2003), o funcionamento do mercado de solo nas grandes cidades latino-americanas promove de forma simultânea uma estrutura de cidade compacta e difusa. Ou seja, as cidades latino-americanas têm uma estrutura urbana do uso do solo e das suas materialidades que, ao se compactarem, também se difundem e, ao se difundirem, se compactam. Nesse contexto, tanto o mercado formal, como o mercado informal de solo e de edificações produzem simultaneamente, e por razões particulares vinculadas às suas próprias lógicas de funcionamento do mercado e de reprodução dos capitais, uma cidade que o autor denomina de COM-FUSA - uma forma de cidade compacta e difusa.

A análise das formas de produção de moradias no processo de expansão sobre as áreas periurbanas, parte da consideração que essas áreas se diferenciam do resto da cidade pelo fato de ter, além do uso rural (áreas de cultivo, terrenos baldios e áreas de preservação ambiental), ocupação por subúrbios, por pequenos agrupamentos de casas em torno de uma fábrica, por propriedades unifamiliares e por outros usos urbanos (vias de transporte, tratamento de água, fábricas de gás, etc.). Como caracteriza Miranda (2008, p. 28), são “espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais ... submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano”. Nas franjas urbanas (ou rururbanas) onde são implantados grandes empreendimentos – industriais ou de outra ordem – tendem a se formar aglomerações, bem como se instalarem outras indústrias, conectadas àquela implantada, gerando efeitos de difusão, aumentando o emprego e a tecnologia, e conformando o que Higgins (1985)

denomina de indústrias propulsoras ou indústrias motrizes, cujo agrupamento configura um polo de desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de uma noção de cidade que induz necessariamente à ideia de divisão de trabalho como um aspecto central na dinâmica urbana. Por essa razão, continua Braudel (1979), não há cidade sem divisão obrigatória de trabalho (sendo a divisão entre campo e cidade a mais emblemática, embora mal definida) e não há divisão de trabalho um pouco avançada sem a intervenção de uma cidade (FERNANDES, 2009, p. 63).

Figura 4 – Mapa do município de Goiana por situação de ocupação



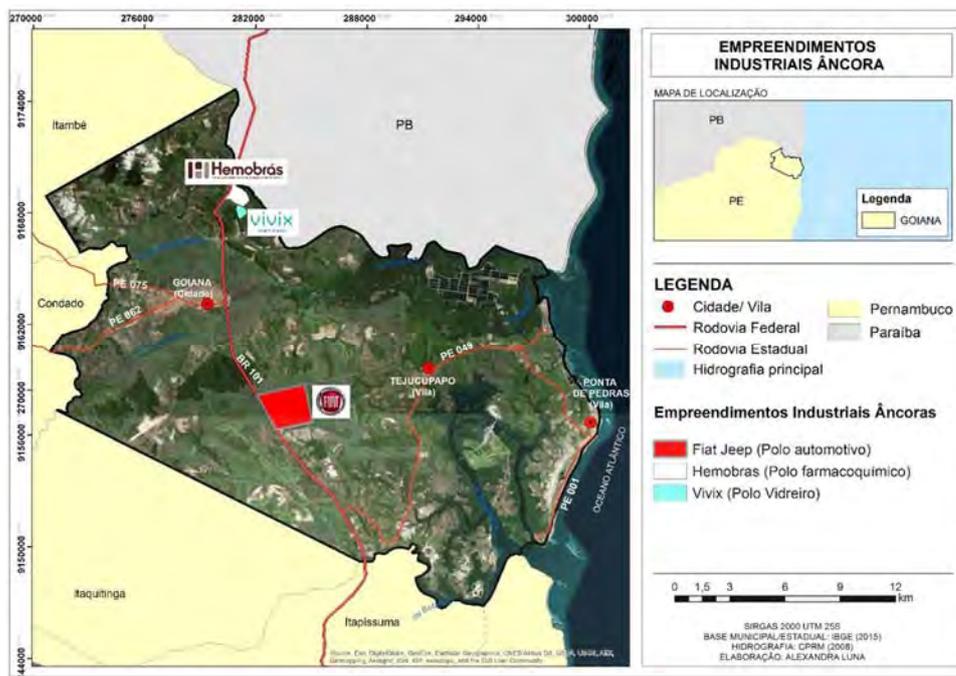
Fonte: IBGE (2010), Google Earth. **Elaboração:** o autor.

Chegamos no século XXI com redes metropolitanas em expansão. O crescimento acelerado dos centros urbanos, levando-se em consideração a divisão social do trabalho vigente, polarizava a relação oferta-demanda de trabalho, por conta da hierarquia dos serviços, sendo a habitação um bem de consumo muito estimulado, mas pouco consumido. A modernização (SANTOS, 2004) intensificou a polarização a partir do meio técnico-científico-informacional (MCTI) (SANTOS, 2006).

A urbanização, como produto da acumulação capitalista, seja na produção do espaço urbano formal, ou do espaço urbano periférico, do espaço periurbano era o paradigma de desenvolvimento econômico na escala da gestão municipal. Gestão estratégica. Com as políticas federais de acesso ao crédito, foi possível realizar a expansão urbana sobre áreas

perifericas, em especial, as áreas periurbanas e as áreas rurais próximas a áreas periurbanas, renovando o ciclo de econômico de produção do espaço urbano. Esse ciclo mobilizou trabalho, seja pelas intervenções estatais ou privadas (SOUZA; BITOUN, 2015).

Figura 5 – Mapa das indústrias motrizes em Goiana



Fonte: Luna (2018)

Trabalho precário, e sazonal. Uma realidade não tão diferente do rural, que sofria o processo de modernização da agricultura mais intensificado pelo novo paradigma tecnológico. O crescimento no setor de serviços, do empreendedorismo e das atividades informais também foi novidade num país ainda agroexportador e timidamente industrializado. O boom das commodities injetou muito dinheiro no Estado, que pode proporcionar diversas políticas territoriais.

3. SALDOS E RUGOSIDADES NO ESPAÇO-TEMPO EM GOIANA

Atualmente o município de Goiana - a norte da RMR, e da Região da Mata - tem 445,886 km² de área. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010). A população constava de 75.644 pessoas, levando à densidade demográfica de 150,72 hab/km² (IBGE, 2011). O órgão também aponta uma estimativa de crescimento populacional nos últimos anos, de modo que com data de referência 1º de Julho do ano corrente, a população atual está em 79.758 pessoas (IBGE, 2019), indicando uma densidade

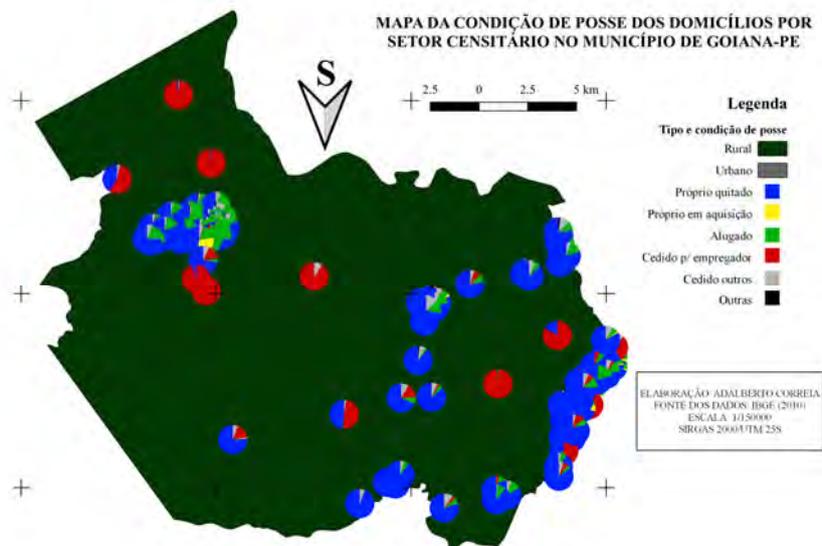
demográfica de 178,91 hab./km². Os processos de expansão urbana levou a formação de “novas” periferias econômicas, em especial com a subordinação do urbano sobre o rural.

No município há predominância de pessoas com zero a um salário mínimo nos domicílios rurais. Figuras maioria nesse agrupamento as pessoas pardas, e se somadas às pessoas negras – tomando em consideração a crítica metodológica aos estudos afrobrasileiros do geógrafo Rafael dos Anjos (2011) apontam o cerne da divisão social do trabalho a partir da estrutura social há muito consolidada, ou melhor: uma divisão étnico-racial e territorial do trabalho. Pretos e pardos são maioria no campo, apesar de ganharem menos. Então como essas pessoas sobrevivem?

Na área urbana as proporções quase que se repetem, apesar da diferença: a população rural de brancos representa quase 20% da população urbana branca e pouco mais de 16% da população branca total; os negros em situação de domicílio rural somam aproximadamente 40% da população urbana e 28% da população negra total; com relação aos autodeclarados amarelos tem-se a proporção de 39% de pessoas em situação rural com relação às pessoas em situação urbana, e 28% do total de amarelos; quanto aos pardos no âmbito rural, são 32% com relação à população urbana de pardos e 24% com relação ao total de pardos; sobre os indígenas rurais, podemos dizer que representam 20% da população indígena urbana e aproximadamente 17% da população indígena total. Em dados mais recentes, o IBGE (2017) aponta o salário médio equivalente a 2,6 salários mínimos, com cerca de 27% de população ocupada, aproximadamente 22.000 pessoas.

Não encontramos uma nova ruralidade. A pesquisa aponta que as sucessivas transformações não mudaram essencialmente as condições de vida das pessoas a permanência da precariedade e da subalternidade, independentemente da modernização (SANTOS, 2004) vigente, que gradativamente transformará as pessoas e seu habitat em rugosidades, com um modo de vida anacrônico em relação à dinâmica atual.

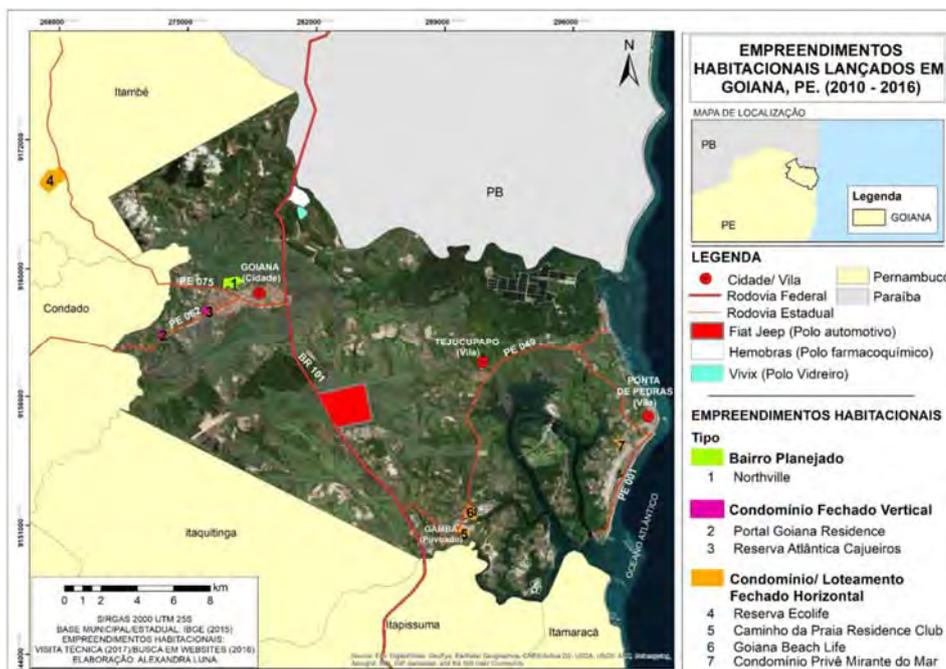
Figura 6 – Mapa da condição de posse dos domicílio por setor censitário no município de Goiana-PE



Elaboração: O autor.

Além disso, considerando a necessidade de averiguar as condições de posse através no município de Goiana, lançamos mão novamente nos dados secundários do Censo Demográfico (IBGE, 2010), evidenciando que as áreas que pertenceram a engenhos de cana de açúcar apresentam condição de posse própria cedida pelo empregador, o que denota a velha relação casa grande-senzala, ou nas palavras de Dabat (2012), latifúndio e minifúndio, muito característico nessas áreas. Mesmo com a propriedade garantida, não significa que a estabilidade na ocupação dos aglomerados esteja segura. Conforme a figura 8, como parte da estratégia de criação de um “polo automotivo” toda área do entorno da planta da FCA foi reservada para atividades estruturadoras regionais, inserindo os espaço dos aglomerados numa dinâmica econômica regional-global (HAESBAERT, 2010), contudo sem inserir as pessoas da localidade. Nesse sentido, implicando em uma possível desterritorialização e segregação socio-territorial.

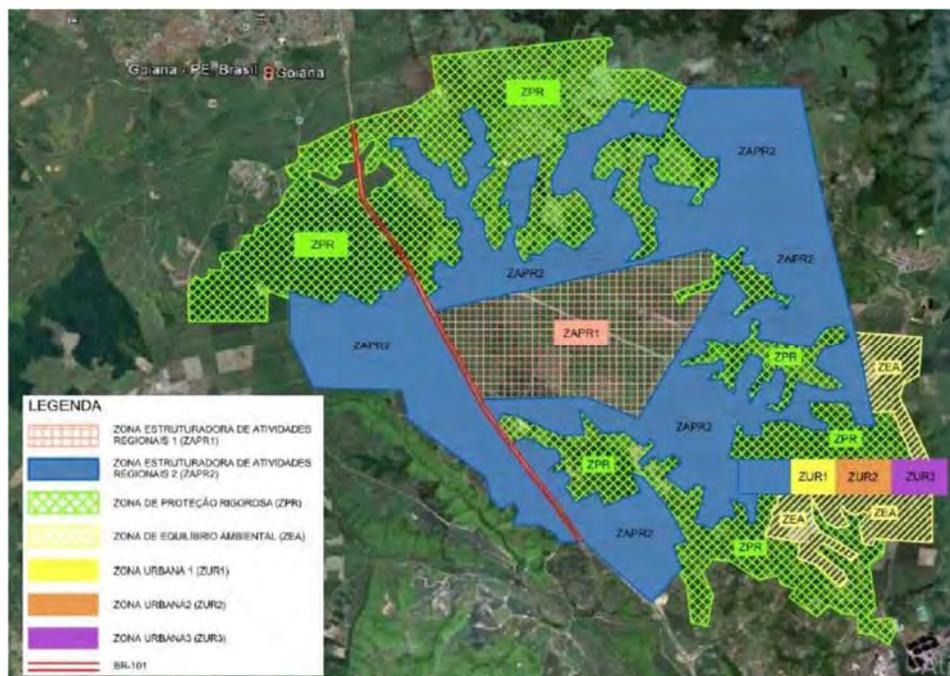
Figura 7 – Empreendimentos imobiliários em Goiana



Fonte: Luna (2018).

. Durante o período de pesquisa houve estagnação econômica de 2016 a 2018 o que inviabilizou a rápida expansão, tendo em vista que os agentes formais seja na produção imobiliária (LUNA, 2018) ou industrial, que tiveram uma grande expansão até 2016 com massivos investimentos, pretendiam consolidar o domínio do território o através das respectivas atividades produtivas, de modo que alguns empreendimentos não foram concluídos ou sequer iniciados, formando bancos de terra.

Figura 8 – Novo zoneamento especial para atividades econômicas estruturadoras no entorno da planta da FCA



Fonte: Luna (2018).

As fábulas, sejam as ideológicas, as políticas, as jurídicas ou as econômicas não subsistem ao território. Nesse sentido, faz-se necessário maquiá-lo, seja com higienismo ou com projetos de intervenção infraestruturais, mudanças legislativas, para que se modernize o atraso, para tanto, basta confrontar as disposições dos projetos com seus resultados materiais. O Estado, omisso em seu dever de prover infraestrutura e serviços básicos como saneamento e água encanada, escolas e demais equipamentos públicos, planeja intervenções, integrando-se nos diversos níveis de gestão territorial, mas desconsiderando os ocupantes do território. É nossa perspectiva que, com a retomada da economia as dinâmicas sobre o território sejam intensificadas, haja vista não só os investimentos mas os diversos projetos e políticas públicas de regionalização, metropolização e desenvolvimento econômico.

Ao se deslocar para um novo território, as corporações se colocam como fundamentais para criar a conexão do lugar com o mundo, fazendo com que a busca para atender suas demandas cause concorrência entre os lugares “que se lançam à construção de densidade técnica (infraestrutura) e normativa (que combina proteção e atrativos legais), viabilizando uma “produtividade espacial” apta a um determinado tipo (ou possibilidade) de produção” (MOURA, 2009 p.73).

A ausência do poder público com relação à infraestrutura básica pra essas pessoas: os moradores apontaram que a escola pública que atende a região estava sem condições de receber os alunos, além de não haver serviço de saúde, de saneamento, e abastecimento de água precarizado, obrigando aos moradores o deslocamento até a sede do município. Vale o questionamento: apenas a população urbana pode ter acesso à infraestrutura básica, ou será possível ter qualidade de vida e autonomia no campo?

Acreditamos que uma nova velha periferia do capitalismo tardio está por vir, acrescentando mais distâncias às populações subalternizadas. Mas isso não tão novo assim, já que são relações pretéritas que produziram esses espaços divididos, sem que haja refluxo dos capitais para as periferias, sejam elas urbanas ou rurais. Esse espaços são devidamente recortados conforme interesses predominantemente externos à escala que importa: a dos subalternizados e dependentes que assim são identificados há um longo tempo. O desenvolvimento proposto para esse rural, parece reforçar a lógica das contradições que permanecem na sociedade e, embora prometa melhorias efetivas nas já precárias condições de vidas no ambiente rural, transforma-o em periferias periurbanas: uma nova ruralidade que aprofunda ainda mais as contradições sociais provenientes de ambos espaços.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A cidade da informalidade: o desafio das cidades Latino-Americanas. Rio de Janeiro: SETTE LETRAS/FAPERJ. 2003.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. Goiana. Recife, s/a. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89568.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. A terra e o homem no Nordeste. Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 267-280, 2001.

BITOUN, Jan. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. Desenvolvimento e Cidades no Brasil: contribuição para o debate sobre políticas territoriais. Recife: FASE/Observatório das Metrôpoles, 2009.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia. Tipologia das cidades brasileiras. Observatório das Metrôpolis-Letra Capital Editoras, Rio de Janeiro, 2009.

DA COSTA, César; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Brasil: Editora Bertrand, 1995.

DABAT, C. R. Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2a edição revisada - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

Densidade demográfica: IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011

DOS ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Cartografia da diáspora África-Brasil. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 01, p. 261-274, 2011.

EGLER, C.A.G. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil : estudos básicos para caracterização da rede urbana /IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2001. p. 84-86.

ENTRENA DURÁN, F. Cidades sem limites. In: MACHADO, A. S. (Org.) Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global. São Paulo: Tendez; Bauru: Práxis, 2003. disponível em: <<http://www.forum-global.de/curso/textos/tecno.pdf>>

ESPAÑA, E. D. La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya. Valencia: Universidad de Valencia, 1991.

FERNANDES, Ana Cristina. Conhecimento, desenvolvimento regional e as cidades brasileiras. Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o debate sobre as Políticas Territoriais/Jan Bitoun [et al.], 2009.

FURTADO, Celso; IGLÉSIAS, Francisco. Formação econômica do Brasil. 1959.

HARVEY, David. The limits to capital Blackwell. 1982.

HIGGINS, B. Existen los polos de desarrollo? In: KUKLINSKI, A. Desarrollo polarizado y políticas regionales. Trad. Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1985, p.32-8.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP. NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. IPEA, 2002.

LACOSTE, Yves. A Geografia, Isto Serve, Antes de Mais Nada, Para Fazer a Guerra. São Paulo. 1988.

LUNA, Alexandra Oliveira. As novas formas de produção de moradia e a reconfiguração da expansão da malha urbana além da metrópole do Recife em direção ao Polo Industrial de Desenvolvimento Norte, Goiana-PE. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

MARX, Karl. O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Melusina, 2011.

MIRANDA, L.I.B. Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbano: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE. Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/ Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. Geografares, Vitória, 2001.

- MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. Vol. 41. Editora Hucitec, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e história no Brasil. Annablume, 2005.
- MOREIRA, Vania Maria Losada. Vazios demográficos ou territórios indígenas?. Dimensões, n. 11, 2000.
- MORIN, Edgar. Breve historia de la barbarie en Occidente. Grupo Planeta (GBS), 2009.
- MOTA, Lúcio Tadeu. A construção do vazio demográfico e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. Pós-História, v. 4, p. 123-7, 1994.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2006.
- _____. A urbanização brasileira. Hucitec, 1993.
- _____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp. 2004.
- _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 18ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.
- SOUZA, Jessé. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SOUZA, M. A. A; BITOUN, J. RECIFE: Transformações na ordem urbana. Território, coesão social e governança democrática. Letra Capital, Rio de Janeiro, Metrôpoles, 2015.
- STAEVIE, Pedro Marcelo. Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periféricas da Amazônia. Textos e Debates, n. 28, 2016.

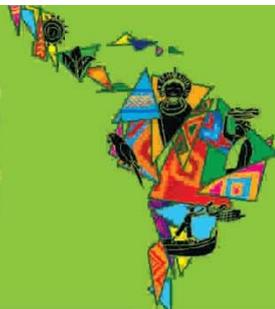


SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 02A –Desenvolvimento, Desigualdade Social e a Vida nas Cidades Latino-Americanas.

**MULTITERRITORIALIDADES AGENCIADAS A PARTIR DA AGRICULTURA
URBANA: O caso da população migratória que participa de hortas familiares e
comunitárias em Bogotá – Colômbia**

Michael Cruz Roa (UFPR)¹
Valdir Frigo Denardin (UFPR)²
Mayra Taiza Sulzbach (UFPR)³

RESUMO

A urbanização de Bogotá (Colômbia), nos últimos 70 anos, tem estado relacionada com a migração do meio rural da população camponesa que procurava emprego e melhores condições de vida, ou pelas vítimas do conflito que fugiram dos confrontos gerados por grupos armados ilegais, sendo esse um processo de desterritorialização. Na dinâmica de mobilidade espacial rural-urbana a população ocupou terrenos de periferia da cidade, caracterizados por serem espaços com vulnerabilidades e riscos socioambientais, em morros ou beiras de rios, como forma de territorialização do espaço urbano. Nesses bairros a população migratória pratica a agricultura urbana, na modalidade de hortas urbanas, no interior das casas ou em terrenos públicos, mobilizando lembranças e saberes adquiridos nos seus territórios de origem. A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso; vale-se do método de história oral e faz uso da observação participante. Foram entrevistados(as) 20 agricultores(as) urbanos(as) de seis hortas familiares e seis comunitárias do sudoeste de Bogotá. Os relatos coletados foram analisados por conteúdo na modalidade temática, e entre os achados destacam-se a recuperação socioambiental de espaços urbanos, o estabelecimento de relações de proximidade, a partilha de saberes e lembranças, e a circulação de mudas e sementes de seus territórios de origem como expressões de territorialização em zonas de periferia de Bogotá, mediadas pela prática da agricultura urbana.

Palavras-chave: Cidades. Território. Migração. Hortas Urbanas. Desenvolvimento.

¹ Comunicador Social – Jornalista. Mestrando do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, UFPR – Setor Litoral. Bolsista da CAPES. Email: Michael.ufpr@gmail.com.

² Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Professor da Universidade Federal do Paraná, UFPR – Setor Litoral. Email: valdirfd@yahoo.com.br.

³ Doutora em Desenvolvimento Econômico. Professora da Universidade Federal do Paraná, UFPR – Setor Litoral. Email: mayrasulzbach@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura urbana (AU) é uma prática agrícola desenvolvida em espaços urbanos, com a característica principal de usar os recursos aí localizados e retribuir para o mesmo ecossistema urbano os produtos gerados (SMIT; RATTA; NASR, 1996). Quando a prática agrícola se desenvolve em áreas limites das cidades pode ser caracterizada como periurbana. Agricultura urbana e periurbana complementam a agricultura rural (AR), na provisão de alimentos para as cidades (MOUGEOT, 2000).

As hortas urbanas são uma modalidade da agricultura urbana que pode ser feita no interior das casas (familiares), em espaços públicos (comunitárias), em escolas (educativas) ou prédios dos governos locais ou empresas (institucionais) (MOUGEOT, 2000; NOLASCO, 2009). Sem importar a área de cultivo ou o tipo de horta, o *Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis* (JBB, 2010) propõe que a AU integre saberes, conhecimentos e recursos locais, para “promover la sostenibilidad ambiental y generar productos alimenticios limpios para el autoconsumo y comercialización, fortaleciendo el tejido social” (p. 8).

A prática agrícola desenvolvida em Bogotá, capital da Colômbia, tem-se feito mais evidente nas últimas décadas, mas não de maneira exclusiva, nos bairros de periferia urbana (RODRÍGUEZ, 2017; CANTOR, 2009). Uma possível explicação para essa prática tem a ver com a migração de população do meio rural, nos últimos 70 anos, em decorrência do conflito armado colombiano (ARIAS, 2017).

Tem-se em conta que em Bogotá moram 7.412.566 pessoas, quer dizer o 15,3% da população da Colômbia, que em 2018 correspondia a 48.258.494 (DANE, 2018). Está localizada no centro do país, sobre a cordilheira Oriental – uma divisão da dos Andes, a 2.600 metros de altura (SOGEOCOL, 2000). Ocupa 163.635 hectares (ha) de extensão, dos quais 23,2% são classificados como urbano, 74,9% como rural e o 1,9% restante para expansão de projetos urbanísticos (SDP, 2020). O 99,7% da população de Bogotá mora na área classificada como urbana (DANE, 2018).

O processo de ocupação da cidade esteve marcado por diferentes momentos de migração, voluntária ou forçada, de colombianos(as) do meio rural para a cidade, principalmente no século XX. Arias (2017) e Torres (2009) caracterizam as três fases mais importantes: Na década dos anos 1940, por conta dos camponeses que fugiram do conflito entre os partidos hegemônicos Liberal e Conservador, que levou a confrontos armados à população; na década de 1960 por conta do conflito armado entre o Estado e as guerrilhas de extrema esquerda; e na década de 1990, por conta da intensificação do paramilitarismo (grupos de milícias) e a ação violenta dos cartéis de narcotráfico.

A chegada de migrantes à Capital alterou o processo de urbanização e planejamento da cidade na primeira metade do século XX, que se expandia de maneira devagar por meio

da construção de bairros formais (ARIAS, 2017); em contramão, houve ocupação de áreas nas beiras de rios e morros da cidade para moradias informais (não reconhecidas pelo governo) sem infraestrutura para serem habitadas (TORRES, 2009), o que Beuf (2012) descreve como o processo de periferização de Bogotá. Sobre a ocupação dessas áreas, Torres (2009, p. 13) afirmou que:

[...] la población se ha ubicado en zonas inadecuadas ya sea porque son suelos de alta amenaza al deslizamiento, por fenómenos en remoción en masa o porque corresponden a las rondas de cuerpo de aguas. Se han construido viviendas inestables que representan una amenaza para la vida de la población. (TORRES, 2009, p. 113).

Uma parte significativa da periferia urbana está localizada em três dos 20 distritos em que Bogotá está política-administrativamente dividida. Esses são Tunjuelito, que era uma antiga fazenda que em 1947 foi desmembrada em lotes para a construção de moradias para população de baixa e média renda, e que está localizado junto ao rio Tunjuelito, um dos mais importantes da cidade (SDP, 2009). O distrito Ciudad Bolívar caracterizado por ter relevo montanhoso, que foi ocupado por população migratória, principalmente, em duas etapas: anos 1940 e anos 1980 (SDP, 2009a). Por último, o distrito de Bosa era um povoado da comunidade indígena Muisca, habitantes originários dedicados à agricultura e pecuária desenvolvida junto ao rio Bogotá, até a chegada dos espanhóis, quando foram submetidos a uma nova organização política, social e econômica (SDP, 2009b).

A instalação de moradias e a construção de bairros sem infraestrutura urbana, assim como a vulnerabilidade socioeconômica que acompanha esses contextos (pobreza extrema, acesso a alimentos de qualidade, baixa qualidade nutricional, entre outros) foram alguns dos fatores-chaves para formular em Bogotá a Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que desde o ano 2004 implementou o Projeto de Agricultura Urbana, para promover a prática agrícola na capital, de face a três grandes temas: Segurança alimentar e nutricional; aspectos sociais da agricultura e sustentabilidade ambiental (JBB, 2007).

A entidade encarregada do projeto foi o *Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis* (JBB), que apoia com capacitações e insumos para plantio, mas Mosquera (2009) e Rodríguez (2017) afirmaram que a prática desenvolvida em Bogotá por parte dos(as) agricultores(as) urbanos(as) registrava-se anos antes da formulação do Projeto de Agricultura Urbana.

Baseado nesse contexto, a pesquisa teve por objetivo descrever como se apresentam as multiterritorialidades agenciadas por agricultores(as) urbanos(as) que participam de hortas familiares e comunitárias no sudoeste de Bogotá.

1.2 Abordagem territorial

Na concepção de Santos, existe o espaço banal, “isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos” (SANTOS, 1998, p. 18), e no espaço banal o território “pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede”. (Ibid. p. 16). Os lugares de contiguidade territorial, onde apresentam-se, por exemplo, relações de solidariedade, o autor vai classificá-los de horizontalidades; enquanto as verticalidades estão referidas às redes comandadas pelo mercado. Essa contraposição configura o que Santos (1998) chama de dialética do território.

Na sua vez, Raffestin (1993) organiza a sua reflexão ao redor da categoria do poder. Ao igual que Santos (1998), Raffestin (1993) expõe que existe um espaço “dado”, que preexiste a qualquer prática e nele se manifestam diferentes relações de poder. Assim:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dialogando com a visão de Raffestin (1993) e referindo-se à territorialidade, Saquet (2009, p. 86) assinala que essa “corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada. Esta área é o território”. Também, há diversas territorialidades, que segundo Saquet (2018, p. 486), “estão sempre presentes e significam conflitos, contradições, luta de classes (relações de poder: alteridade e exterioridade), disputas territoriais”.

Haesbaert (2008) complementa essa visão, assegurando que a produção de territórios está marcada pelo processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), que contém multiplicidade de manifestações, e sobretudo “multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos” (p. 21). É por isso que propõe as multiterritorialidades como “construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários” (HAESBAERT, 2008, p. 26).

As multiterritorialidades configuram-se a partir de territórios-rede, como proposto por Raffestin (1993). Nessas, segundo Haesbaert (2006), há um fluxo de memórias, representações, costumes, vínculos, que circulam e mantêm-se no processo de desterritorialização-reterritorialização múltipla, e que não estão ligadas só ao território de origem dos atores.

Esse embasamento auxilia na compreensão da produção de multiterritorialidades na migração rural-urbana vivida na cidade de Bogotá. A mobilidade espacial é “produto-produtor

de uma complexa trama territorial entre os territórios de origem e de destino dos migrantes” (SAQUET; MONDARNO, 2008, p. 118). A mobilidade espacial é possível pelas interações em rede, onde as pessoas podem reterritorializar espaços que depois tornam-se territórios “interligados econômica, cultural ou politicamente” (ibid. p. 119).

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa teve uma abordagem qualitativa, buscando a compreensão dos fatos sociais e seus significados (MINAYO, 2009; GOLDENBERG, 1997) e foi realizada por método do estudo de caso (YIN, 2005). Para tal apoiou-se no método da história oral, dado que “cada indivíduo é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma reapropriação singular do universo social e histórico que o envolve” (GOLDENBERG, 1997, p 36). As técnicas de coleta foram a entrevista focada e a observação participante (ANGROSINO, 2009).

Como o *Jardín Botánico de Bogotá* (JBB), através da *Oficina de Agricultura Urbana*, é a entidade encarregada de promover o cultivo urbano por meio de capacitações e entrega de insumos para plantios aos cidadãos, o processo de amostragem baseou-se no *Registro de Visitas Técnicas* feito pelos técnicos do JBB. Entre janeiro e agosto de 2019, o documento informava que 447 hortas⁴, classificadas como escolar (114), institucional (102), comunitária (131) e familiar (100), tinham sido apoiadas pela entidade.

A partir de critérios operacionais (YIN, 2005) fez-se a triagem para a seleção do local e a população abordada na pesquisa. Assim, escolheu-se a região sudoeste de Bogotá, que reúne os distritos Ciudad Bolívar, Bosa e Tunjuelito, por ter recebido nos últimos 70 anos parte significativa da população migratória do meio rural (TORRES, 2009); nela vive 20,5% da população urbana de Bogotá, principalmente de baixa e média renda (SDP, 2020a). Também escolheram-se hortas urbanas familiares e comunitárias, dando essas por pressuposto de organização social autogestionária.

Na região sudoeste de Bogotá foram identificadas pelo JBB 17 hortas familiares e 28 comunitárias. Com amostragem aleatória por área (MARCONI; LAKATOS, 2006), e por limitações de tempo, foram abordadas 12 hortas (seis familiares e seis comunitárias), onde participam 20 agricultores – 13 mulheres e 7 homens –, esses indicados com a letra F para hortas familiares e C para comunitárias, em número sequencial. No trabalho de campo desenvolvido entre dezembro de 2019 e março de 2020 realizaram-se as observações participantes e as entrevistas, como apresentado na Tabela 1.

⁴ Os registros contemplam os 19 distritos urbanos de Bogotá, que na pesquisa foram reunidos por regiões que agrupam entre dois a quatro distritos.

TABELA 1. ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES REALIZADAS

| Distrito | Bairro | Entrevistado(a) | Nº de entrevistas | Nº de observações |
|----------------|-------------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| Tunjuelito | Tunjuelito | F1 - F2 | 3 | 3 |
| | | F3 | 3 | 3 |
| | | C10 | 3 | 4 |
| | 14 de Mayo | C11 - C12 | 3 | 4 |
| Ciudad Bolívar | Nueva Colombia | F4 | 4 | 4 |
| | | F5 | 4 | 4 |
| | Guatiquía | C17 - C18 | 3 | 4 |
| | Arborizadora Baja | C19 - C20 | 4 | 4 |
| Bosa | El Regalo | F6 - F7 - F8 | 2 | 2 |
| | | F9 | 2 | 2 |
| | La Paz | C13 - C14 | 4 | 3 |
| | San Bernardino | C15 - C16 | 3 | 2 |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Com autorização dos(as) agricultores(as) urbanos(as) as narrações das entrevistas foram gravadas e posteriormente procedeu-se ao análise de conteúdo (BARDIN, 1977), na modalidade temática (RIESSMAN, 2005). Operacionalmente, os conteúdos foram agrupados em dois conceitos: agricultura urbana e multiterritorialidade.

Seguindo os critérios de Quivy e Campenhoudt (1998) as informações passaram por um processo de análise, no qual trechos dos diários de campo e das entrevistas foram classificados em uma planilha. Para a agricultura urbana identificaram-se as características dos atores envolvidos, as atividades na horta e a sua integração com o ecossistema urbano. No caso da multiterritorialidade, classificaram-se os trechos de falas dos entrevistados sobre: processo de migração rural-urbana; construção de redes no território e agenciamento de territorialidades. Na interpretação das informações procurou-se responder à pergunta: como auxilia a atividade da agricultura urbana o agenciamento de múltiplas territorializações do ambiente urbano?

3. RESULTADOS

Nas seis hortas urbanas familiares e seis comunitárias abordadas nos distritos de Ciudad Bolívar, Bosa e Tunjuelito participam 13 mulheres e sete homens, que tem um vínculo com o meio rural. Deles(as), 14 chegaram pela migração rural-urbana entre 1980 e 2001, sendo motivados por: conflito de terras com a sua família (casal F1 e F2); violência contra a mulher vivida nos seus povoados de origem (F4, F5, F9, C11); procura de oportunidades de

emprego ou estudo (F3, F6, F7, C10, C17, C18); e deslocamento forçado por parte de grupos armados ilegais (casal C19 e C20).

As três agriculturas urbanas (C13, C15, C16) e o agricultor urbano (C14) pertencem à comunidade indígena Muisca do distrito de Bosa, cujas terras eram áreas rurais até a década de 1970 quando, por pressões imobiliárias e pela urbanização de Bogotá, foram entregadas ao governo da cidade. Sobre esse fato, C13 lembrou:

Esto eran grandes extensiones de tierras sembradas con hortalizas, maíz, habas, frijol, lechugas, cebollas. La economía era basada en la agricultura. No era importante el dinero y era muy diferente en ese tiempo la vida. Mis abuelos pescaban en el río, tenían sus prácticas con animales; sacaban leche de las vacas; hacían queso. Eso era una vida muy bonita en ese tiempo [...] Las grandes fincas empezaron a dividir terrenos, porque el Gobierno empezó a acosar por los impuestos y eso fue una tragedia porque los que era dueños de grandes extensiones como mis abuelos, les tocaba por obligación salir de sus tierras para poder pagar los impuestos, porque ya les tenían su deuda allá. (Entrevistada C13).

Os participantes C11 e F8 nasceram na cidade, mas se reconhecem como camponeses pelo local de nascimento de seus pais, que migraram para Bogotá.

As 12 hortas estavam localizadas em bairros de periferia urbana do sudoeste de Bogotá. Dos(as) participantes, 12 habitam em moradias legais; quatro em terrenos que antes eram rurais e tornaram-se urbanos (comunidade indígena Muisca). Os outros quatro agricultores(as) moram em bairros autoconstruídos, quer dizer, que as pessoas ocuparam e urbanizaram áreas rurais entre 1980 e 1990, que não contavam com infraestrutura (acesso de água, luz, vias), pelo qual a comunidade se organizou para pedir serviços públicos e reconhecimento dos terrenos para o governo da cidade.

Observou-se uma relação entre a localização das hortas e os corpos d'água da cidade (oito das 12 hortas), mas os(as) agricultores(as) urbanos(as) não usavam essa água, por estar poluída, na maioria de casos. No distrito Ciudad Bolívar, as agricultoras F4 e F5 moram do lado do riacho *Limas, brazo derecho*; enquanto a horta de F4 fica no pátio da sua casa, F5 instalou-se na beira do riacho, para recuperá-lo ambientalmente. No distrito Tunjuelito, as agricultoras C10, C11 e C12 se organizaram no grupo 'Jardineando Ando', e mantém duas hortas comunitárias do lado do riacho *Chigüaza*. No distrito Bosa, as duas hortas comunitárias da comunidade indígena Muisca (C13-C14 e C15-C16) ficam do lado do rio Tunjuelito; por sua vez, as duas hortas familiares de Bosa (F6-F7-F8 e F9) ficam próximas ao rio Bogotá.

As hortas estão instaladas no interior das casas (cinco das 12), cultivando no pátio ou terraço; em terrenos que são espaço público (cinco das 12) e em jardins da propriedade das agricultoras (duas delas).

Nas entrevistas foram identificadas duas motivações principais para a instalação das hortas: A primeira tem a ver com a segurança e soberania alimentar, indicada por aqueles(as) participantes que percebem a agricultura urbana como uma resposta à demanda alimentar da cidade. Alegam que os alimentos oferecidos no ecossistema urbano possuem baixa qualidade, sendo por vezes irrigados com água dos rios Tunjuelito e Bogotá, que atravessam a cidade e que tem alta carga de poluição. Nesse primeiro grupo estão F1-F2, F3, F6-F7-F8 e C15-C16. Nas suas falas repetem termos de segurança alimentar, soberania, sementes crioulas, alimentação saudável, alimentação sem químicos e comida fresca.

A segunda motivação tem a ver com a recuperação socioambiental de terrenos públicos, referenciados pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) como afetados pelo depósito de lixo ilegal ou como locais onde aconteciam roubos e consumo de drogas. Segundo os(as) entrevistados(as), a ocupação e crescimento de seus bairros levou a juntar muitas pessoas de diferentes regiões e múltiplas condições socioeconômicas em áreas urbanas com vínculos sociais frágeis, o que limita a apropriação de esses locais, pelo qual, a agricultura urbana tem ajudado a facilitar espaços de encontro e a recuperar terrenos antes afetados. Esse é o caso de F5, F9, C10-C11-C12, C17-C18, C19-C20. Nas hortas mantidas por F4 e C13-C14 as duas motivações anteriores foram expressadas.

Todas as hortas receberam apoio do *Jardín Botánico de Bogotá*, com capacitações e insumos para plantio, o que fortaleceu a prática agrícola nas hortas abordadas, mas aquelas onde os(as) participantes tinham contato com parentes ou amigos no meio rural aproveitaram essas conexões para circular bens materiais. Por exemplo, na horta de F3 observou-se o cultivo de sementes e mudas trazidas do departamento de Cauca (sudeste da Colômbia) ou do município de Fusagasugá (a 60 km. de Bogotá). F4 trouxe terra para cultivo, sementes e mudas da chácara onde vive o seu irmão (não especificou o local nas entrevistas). F5 levou várias árvores pequenas e sementes para a chácara de sua irmã, no departamento de Boyacá (centro-este do país) e trouxe sementes. C13 e C14 tem feito intercâmbios de sementes orgânicas com comunidades indígenas Muiscas de outros povoados do país.

Mas a mobilização também tem sido de saberes inerentes ao meio rural, dado que a maioria dos agricultores(as) urbanos(as) ou suas famílias dedicaram-se as atividades de agricultura rural. Uma mostra dos saberes que circularam, identificada nas falas dos entrevistados(as), refere-se a cultivar conforme a fase da lua, como relatado por F3 e C19:

Eso es importante porque (en agricultura rural) las fases de la luna sí se tienen en cuenta y nosotros (en la ciudad) no siempre. Un amigo (del área rural) me decía que la fase menguante es buena para árboles frutales o plantas que abundan, mientras que acá no se tiene en cuenta. Mi esposo sí estuvo en el campo y sembró y él sí me da consejos de sembrar según las fases de la luna. (Entrevistada F3).

Yo siembro siempre en fase menguante. Porque por decir algo, si ud siembra en creciente un gajo de arracacha o de cebolla, se floean. En cambio en las menguantes las plantas no se floean. Lo que no tiene límites es el maíz, ese sí lo puede sembrar en cualquier fase de la luna. Eso fue lo que me enseñó mi padre: Sembrar el día 12 de luna menguante y había que tener lista la tierra para ir a sembrarla. (Entrevistado C19)

También, aprenderam de suas famílias que cada persona tem uma certa energia, e dependendo dela as plantas podem crescer o se murchar, como relatado por F4 e C13:

Resulta que vino una señora a comprar unas uchuvas (fruta). Me dijo que ella me las ayudaba a coger y fue, tocó la planta y me la mató, me la secó. Es que hay gente que tiene muy mala mano. Esta semana vino otra señora para que yo le vendiera mil pesos de romero y venía con otra. Que les regalara una planta y querían ir a cogerla y no las dejé porque me la dañan. Es que mi mano sí es buena. (Entrevistada F4).

Hay otra cosa que tenemos en cuenta y es que la gente venga de buen genio (ánimo), que cojan las plantas con cariño, que al entrar (a la huerta) saluden a las plantas, o que si las van a coger les pidan permiso. Todo eso se tiene en cuenta. (Entrevistada C13).

Esses saberes inserem-se na prática dos(as) agricultores(as) urbanos(as) em Bogotá, que nas hortas abordadas tem recebido apoio do JBB para adaptar os cultivos ao ambiente urbano, dado que mudam algumas condições, como o clima (a temperatura média anual da cidade é de 14°C); e o tipo de adubação, por meio de compostagem e minhocultivos.

Os cultivos tem ajudado aos participantes das hortas a produzir alimentos orgânicos principalmente para autoconsumo, e em alguns casos, para a venda. Nessa produção tem-se mobilizado valores afetivos (nostalgia da vida no meio rural) e lembranças da atividade no meio rural, levando alguns participantes a recriar o espaço rural (relacionado com a natureza) no ambiente urbano:

Cuando llegamos a la ciudad uno era como un miquito (macaco) recién cogido. Virgen Santísima, llegó el día en que no hubo nada que echar a la olla (para comer). Eso no era como en el campo que era solo estirar la mano y ya cogía algo para comer [...] Cuando nos entregaron los apartamentos, estos no tenían vida antes de sembrar. Esto se veía muerto. Sin plantas. Mi papá decía que una casa sin plantas no es hogar. (Entrevistada C20).

Allá donde crecí uno caminaba y estiraba la mano y tenía naranjas, mandarinas, piñas, maní, yuca, caña de azúcar, eso es muy diferente de aquí. Aquí uno es con la canastica pero para la plaza de mercado, por eso es que buscamos fomentar el cultivo de nuestros alimentos. (Entrevista C10).

Apesar dos agricultores(as) urbanos(as) comentarem que com a sua atividade trazem benefícios socioambientais para os bairros que habitam, no começo das hortas não receberam apoio de alguns vizinhos, o que dificultou a sua atividade. Foram roubadas mudas, coletas e insumos para plantio das hortas de F5, C10-C11-C12, C17-C18 e C19-C20.

Também se referiram a atitudes e comentários de inveja por parte de vizinhos, no caso de F6-F7-F8, ou a cobros no serviço de reciclagem em hortas comunitárias por parte de empresas privadas, que dificultam o desenvolvimento de suas atividades como comentado por F9 e C17-C18.

4. DISCUSSÃO

Na prática da agricultura urbana das seis hortas familiares e das seis comunitárias abordadas foi possível observar a configuração de territórios a partir das territorialidades agenciadas pelos participantes. Para Raffestin (1993) os atores sintagmáticos conduzem ações para se apropriar dos espaços, seja de maneira concreta ou abstrata; dessa forma territorializam o espaço, nessa pesquisa, o espaço urbano materializado em bairros da periferia de Bogotá.

Lembrando a Saquet (2009), a territorialidade acontece quando são exercidas ações no território para “controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações” (p. 86). Como mencionado, as territorialidades são múltiplas e segundo Saquet (2018) estão envolvidas em conflitos, contradições e disputas pelo território.

Os(as) agricultores(as) urbanos(as) abordados na pesquisa ocuparam o espaço urbano depois da mobilidade espacial rural-urbana vivenciada por eles, com exceção de F8 e C12 que nasceram na cidade. Destaca-se que todos os(as) 20 participantes das hortas urbanas familiares e comunitárias, inclusive F8 e C12, se identificaram como camponeses ou com o histórico camponês de suas famílias, mesmo habitando a cidade faz décadas. No caso dos integrantes da comunidade indígena Muisca, sua identificação era referida a indígenas que desenvolviam práticas agrícolas e à ancestralidade dessas práticas na sua comunidade.

Ao habitar bairros de periferia, caracterizados pela falta de planejamento urbano e com vulnerabilidades socioambientais (BEUF, 2012; TORRES, 2009), as hortas urbanas permitem territorializar o espaço urbano, ou seja, de influenciar na configuração do território. Entre os(as) agricultores(as) urbanos(as) destacaram-se as vantagens que trouxeram as hortas para a recuperação de espaços urbanos que estavam sendo usados para depósito de lixo ilegal ou como locais de roubos, os quais geravam percepções de insegurança na vizinhança. Casos como o de F5 que recuperou a beira do riacho *Limas, brazo derecho*, ou C17-C18 que transformaram um espaço sob umas torres de energia em área verde, apresentam as potencialidades das hortas em espaços urbanos.

No momento da formação das hortas, em algumas ocasiões, a mesma vizinhança roubou os insumos usados no plantio, as ferramentas para cultivar, as coletas dos(as) agricultores(as) urbanos(as), ou estragaram as cercas das hortas que ficavam em espaços

públicos, dado que esses espaços tinham outros usos nos seus bairros, senda essas mostras de disputas territoriais.

Essas situações foram mudando conforme passaram os anos e a vizinhança começou a interagir com nas hortas urbanas. Foi destacado pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) a maneira como as hortas urbanas oportunizaram, em bairros onde as relações sociais eram frágeis e os conflitos entre vizinhos eram comuns maior sociabilidade entre a vizinhança. Resultados semelhantes foram encontrados em pesquisas (RODRÍGUEZ, 2017; MOSQUERA, 2009; CANTOR, 2009) que destacam o fortalecimento de relações sociais por meio da AU em Bogotá.

Como argumentado por Haesbaert (2006, 2008), as territorialidades são múltiplas, com manifestação de múltiplos poderes e configurando processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR). Na pesquisa, esses processos TDR foram identificados nos relatos da mobilidade espacial rural-urbana dos(as) entrevistados(as), sendo essa uma migração forçada, em decorrência de algum conflito nos seus locais de origem, ou voluntária, na procura de emprego ou estudo.

A migração vivenciada (desterritorialização) não significou uma quebra com os locais de origem dos(as) entrevistados(as). Haesbaert (2006) menciona que nos processos de TDR apresentam-se fluxos de memórias, saberes, representações, costumes, entre outros, que circulam em rede. Na pesquisa observaram-se esses fluxos a partir dos saberes de agricultura rural que tinham os participantes das hortas e que foram complementados e adaptados no ambiente urbano pelo *Jardín Botánico de Bogotá*, ator chave no fomento das práticas agrícolas nas hortas abordadas.

Saberes como o cultivo seguindo as fases da lua ou a influência da energia que as pessoas têm para semear; a recriação da paisagem rural, relacionada com a natureza e o “verde” por algumas agricultoras; as lembranças da facilidade para coletar alimentos no meio rural ou a evocação de nostalgias da vida no espaço rural foram só alguns dos destacados nos resultados. Mas também observou-se a circulação em rede de recursos da natureza, como sementes, terra e mudas entre os ambientes urbano e rural.

Em cada caso, dependendo dos contatos que os(as) agricultores(as) urbanos(as) mantinham com parentes, amigos ou conhecidos em outros povoados, pode-se pensar na existência de uma complementaridade dialética entre os espaços rural e urbano, abordando-os como relacionados e superpostos (SPOSITO, 2006) ou com presença de articulação territorial (SAQUET, 2006).

Tomando como referência as reflexões de Santos (1998) sobre a configuração dos territórios, o autor propõe a dialética do território como a contraposição entre as verticalidades, ações comandadas pelo mercado, e as horizontalidades, como lugares de contiguidade territorial e de práticas solidárias. Essa verticalidade foi percebida nos conflitos que

mencionaram a entrevistada F9 e o entrevistado C17 ao se referir ao cobro, para eles injustificado, de taxas de reciclagem por parte das empresas privadas que coletam o lixo da cidade. Para eles, nas hortas urbanas se reduz a produção de resíduos, se reciclam materiais do bairro e se reutilizam recursos locais, pelo qual deveriam ser isentos das taxas cobradas, dados os benefícios promovidos desde as hortas.

Outra verticalidade foi relatada pelos integrantes das hortas comunitárias da comunidade indígena Muisca, ao se referir à pressão exercida sobre os seus avós e pais para entregar as terras de cultivo ao governo da cidade ou a imobiliárias, em décadas passadas, por meio da cobrança de elevadas taxas que não conseguiam pagar, com a finalidade de desenvolver a urbanização no distrito de Bosa.

Por sua vez, também foram percebidas as horizontalidades no intercâmbio e partilha de saberes, memórias, mudas, sementes e outros insumos de cultivo, entre os(as) entrevistados(as) e outros(as) agricultores(as) urbanos(as), ou com familiares e amigos da cidade e do meio rural. O trabalho mútuo e voluntário, não aprofundado nesse artigo, também observou-se nas hortas, principalmente aquelas que são comunitárias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O deslocamento dos(as) agricultores(as) urbanos(as) do meio rural para o urbano, voluntário ou não e caracterizado como desterritorialização, não significou uma quebra das raízes camponesas dos(as) entrevistados(as), inclusive daqueles dois que nasceram em Bogotá. Pelo contrário, mantiveram as práticas agrícolas como uma ponte entre o meio rural e o espaço urbano, sendo essa uma oportunidade de reterritorialização dos bairros de periferia que os(as) entrevistados(as) habitam, e que no processo foram auxiliados pelo *Jardín Botánico de Bogotá*.

Ao redor das hortas urbanas expressam-se múltiplas territorialidades agenciadas pelos(as) agricultores(as) urbanos(as), que tem a ver com o modo de habitar, perceber e trabalhar no espaço urbano (dado que as hortas não são a atividade econômica principal dos participantes), expressam e mobilizam bens materiais e imateriais do modo de vida no meio rural. Nessas territorialidades circulam memórias, saberes, práticas e recursos naturais, como mencionado no decorrer do artigo.

As multiterritorialidades tem a ver com complementaridade dialética entre o espaço urbano e o espaço rural na configuração de territórios na cidade por parte dos(as) agricultores(as) urbanos(as), recriando nos seus bairros a paisagem do meio rural (relacionada por eles com o “verde” e a natureza), mas levando também para o meio rural bens naturais com os quais cultivam nas hortas urbanas (sementes e mudas).

A reterritorialização do espaço urbano tem sido um processo marcado por conflitos, lutas e disputas territoriais no que se refere à instalação e manutenção das hortas urbanas, que se acalmaram quando os entrevistados conseguiram tecer relações de proximidade com a vizinhança. Além disso, as hortas urbanas aportam benefícios socioambientais para os bairros de periferia nas quais foram instaladas, sendo alguns a recuperação de espaços urbanos abandonados, o fortalecimento de laços comunitários, a provisão de alimentos orgânicos e de qualidade nutricional, entre outros.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi desenvolvida com apoio da Bolsa de Demanda Social da CAPES. Também contou com o apoio dos técnicos da Oficina de Agricultura Urbana do *Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis*, que fizeram a ponte com os(as) entrevistados(as).

REFERÊNCIAS

ARIAS, Ricardo. **Historia de Colombia contemporánea (1920-2010)**. Bogotá: Ministerio de Cultura - Biblioteca Nacional de Colombia, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEUF, Alice. De las luchas urbanas a las grandes inversiones: La nueva urbanidad periférica en Bogotá. *Bulletin de l'Institut français d'études andines* [Em línea], 41 (3), p. 473-501, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bifea/344>. Acesso em: 20 set. 2020.

CANTOR, Kelly. **Agricultura urbana sostenibilidad y medios de vida: Experiencias en Ciudad Bolívar, Altos de Cazucá y Ciudadela Sucre**. 2009. Dissertação (Maestría en Desarrollo Rural) - Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá. Disponível em: <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/665>. Acesso em: 8 ago. 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (DANE). **Censo Nacional de población y viviendas 2018**. Bogotá, 2018. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Heidrich, A. L. et al. (Orgs). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36B. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JARDÍN BOTÁNICO DE BOGOTÁ. **Cartillas Técnicas Agricultura Urbana**. 3 ed. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2007.

_____. **Cartilla de Agricultura Urbana**. Bogotá: Imprenta Distrital, 2010. Disponível em: http://www.jbb.gov.co/documentos/tecnica/2018/Agricultura_urbanC2010.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOSQUERA, Jackson. **Efectos Socioeconómicos y Ambientales de la Agricultura Urbana Caso: Unidades de Planeamiento Zonal (Upzs) de Rincón y Tibabuyes, localidad de Suba, Bogotá, D.C.** 2009. 151 f. Dissertação (Maestría en Gestión Ambiental), Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009. Disponível em: <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/744>. Acesso em: 15 set. 2019.

MOUGEOT, Luc. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges**. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2000.

NOLASCO, Camille. **A Dimensão Ecológica da Agricultura Urbana no Município de Juiz de Fora/MG**. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada a Conservação e Manejo de Recursos Naturais), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4685/1/camillelanzarottinolasco.pdf>. Acesso em: 05 Jan. 2021.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Trajectos, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIESSMAN, Catherine. Narrative Analysis. **Narrative, Memory & Everyday Life**. University of Huddersfield, Huddersfield, p. 1-7, 2005. Disponível em: http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/4920/2/Chapter_1_-_Catherine_Kohler_Riessman.pdf. Acesso em: 05 mai. 2020.

RODRÍGUEZ, Diego. **Agricultura Urbana en Bogotá: aporte para el cambio cultural**. 2017. 165 f. Dissertação (Maestría en Medio Ambiente y Desarrollo) - Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://docplayer.es/57533565-Agricultura-urbana-en-bogota-aporte-para-el-cambio-cultural-diego-ricardo-rodriguez-pava.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. et. al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998. p. 15-20.

SAQUET, Marcos Aurelio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 479-505, 2018.

_____. Por uma abordagem Territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 1.500. p. 73-93.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 157-186.

SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Marcos L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA (UNESP)**, Ano 11, p. 118-127, 2008.

SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN (SDP). **Estructura Ecológica Principal y el Componente Rural**. Bases de Ordenamiento del Territorio. Bogotá: SDP. 2020. Documento diagnóstico. Disponível em: http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo_2._epp_pot_2020.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

_____. **Proceso de Revisión del Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá D. C.** Tomo: Población, Consumo de Suelo y Modelo de Ocupación Territorial. Bogotá: 2020a. Disponível em: http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo_3._poblacion-mot_pot_2020.pdf. Acesso em: 7 out. 2020.

_____. **Conociendo la localidad de Bosa**: Diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP. 2009b. Disponível em: <http://planeacionbogota.gov.co/sites/default/files/documentos/07%20Localidad%20de%20Bosa.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

_____. **Conociendo la localidad de Ciudad Bolívar**: Diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP. 2009a. Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/documentos/19%20Localidad%20de%20Ciudad%20Bol%C3%ADvar.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

_____. **Conociendo la localidad de Tunjuelito**: Diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP. 2009. Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/documentos/06%20Localidad%20de%20Tunjuelito.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

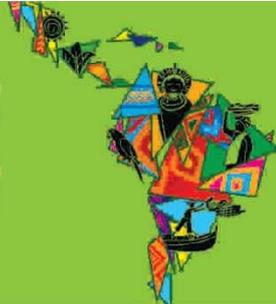
SMIT, Jac; RATTA, Annu; NASR, Joe. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. New York: United Nations Development Program (UNDP), 1996.

SOCIEDAD GEOGRÁFICA DE COLOMBIA. **Cuenca Alta del Río Bogotá. Plan de Ordenamiento Territorial**. Bogotá: Sogeocol, 2000. Disponível em: https://sogeocol.edu.co/contenido_pot.htm. Acesso em: 9 jul. 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

TORRES, Carlos. (Comp.). **Ciudad informal colombiana: Barrios construidos por la gente**. Grupo de Investigación Procesos Urbanos en Hábitat, Vivienda e Informalidad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

OS SUJEITOS DO DISCURSO HEGEMÔNICO SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA A PARTIR DA ATUAÇÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Adailson Soares Dantas (NAEA-UFPA)¹

RESUMO

Organismos internacionais e agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, atuam há décadas como alguns dos principais sujeitos enunciativos de discursos que versam sobre as políticas e planos de desenvolvimento urbano em escala global. Por este motivo, influenciam significativamente na tomada de decisão política e nas práticas de planejamento e gestão urbanas em escala local. Este artigo objetiva compreender como e por que se deu a emergência de um discurso hegemônico relativo às cidades e ao desenvolvimento urbano a partir da atuação destes organismos internacionais. Para isto, se utilizou como dispositivo teórico-metodológico a Análise do Discurso em sua vertente francesa de matriz pecheutiana. O *corpus* analisado foi composto por alguns exemplares de documentos instrumentais que provêm modelos, diretrizes e concepções sobre as cidades e desenvolvimento urbano nesse ambiente de governança mundial, como as “Agendas Urbanas” resultantes das Conferências Habitat. Os dados encontrados permitiram compreender que as estratégias discursivas destes sujeitos atuam sob uma ótica ideológica que justifica a existência de uma sociedade mundial alicerçada sobretudo em princípios econômicos, que se reproduz e se difunde na acumulação de capital e na execução e consumo de bens, solapando qualquer vestígio de pluralidade de pensamento e práxis em países de periferia capitalista.

Palavras-chave: Análise do discurso. Discurso hegemônico. Políticas urbanas. Organismos internacionais.

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU/NAEA/UFPA, Brasil. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM). E-mail: adailsondantas16@gmail.com

Neste artigo partimos da premissa de que processos discursivos produzem sentidos que orientam teorias, ações, políticas e práticas que tem as cidades como receptáculo. O espaço urbano é materialmente concreto, funcionando como sitio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Logo, pensa-lo em uma perspectiva discursiva envolve considera-lo como espaço privilegiado de produção e confronto de sentidos: implica pensar o que ele significa e quais são os sentidos produzidos sobre ele pelos diversos sujeitos que o configuram. Estes, por sua vez, confrontam-se em relações de poder e se constituem como “[...] participantes em vários papéis comunicativos, sociais ou institucionais, assim como suas representações mentais: metas, conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias [...]” (VAN DIJK, 2008, p. 119-120).

Alguns discursos acerca do urbano contêm enunciados que se estruturam como saberes especializados, revestindo-os deste modo de um respaldo legitimador. Tomando o campo do planejamento e gestão urbanos, a tendência hegemônica da recente dinâmica de acumulação, sob a égide do atual processo de globalização, é a de leitura e construção de sentidos e representações das cidades a partir de poucos centros situados nos países de capitalismo avançado, que subjugam as variadas dimensões do urbano à indispensabilidade do crescimento/desenvolvimento econômico das cidades.

Este artigo objetiva compreender, portanto, como e por que se deu a emergência de um discurso hegemônico relativo às cidades e ao desenvolvimento urbano a partir da atuação de organismos internacionais e agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Optou-se por estas instituições por entendermos a sua relevância com relação às práticas e diretrizes de governança a nível mundial, tornando-as, dessa forma, alguns dos principais sujeitos enunciadorees de discursos relativos à forma como o espaço urbano é discutido na contemporaneidade.

Primeiramente apresentaremos nossa filiação teórica e metodológica com os conceitos, noções e procedimentos da Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, usando como autor referência o filósofo Michel Pêcheux. Após, recorre-se ao auxílio uma breve revisão de literatura com o objetivo de descrever o discurso hegemônico relativo ao desenvolvimento urbano e seus sujeitos enunciadorees que se destacam no cenário internacional. Em seguida, efetuaremos nossa coleta de dados utilizando documentos institucionais, cartilhas e monografias providos por esses organismos que constituirão o *corpus* da nossa análise. Chega-se então a considerações acerca das estratégias utilizadas por agencias e organismos internacionais na produção de ideologias e discursos homogeneizantes no que tange ao urbano e à vida nas cidades.

2. ANÁLISE DO DISCURSO: TEORIA E MÉTODO

Segundo a AD o discurso é um constructo social exterior à língua, porém necessita desta para ter uma existência material. O analista do discurso não leva em consideração somente a língua, os textos ou as falas, mas também as motivações e as situações que levam esses objetos a terem aspectos sociais e ideológicos impregnados de sentidos. Destarte, para compreender as condições de produção dos discursos, é necessário recorrer à história, uma vez que estes são frutos de um contexto sócio-histórico. Orlandi (2007) conceitua discurso como um processo que, alicerçado em relações de linguagem, atua na produção de efeitos de sentidos entre interlocutores:

desse modo, diremos que [o discurso] não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (ORLANDI, 2007, p. 21).

Sobre a constituição do corpus da pesquisa, faz-se necessária a apreensão da noção de arquivo para Pêcheux (2010): uma seleção de documentos de significativa importância sobre uma temática dada. O arquivo a que se refere este trabalho é composto por alguns exemplos de documentos instrumentais que provém modelos, diretrizes e concepções sobre as cidades e desenvolvimento urbano nesse ambiente de governança mundial e incluem: a “Nova Agenda Urbana” resultante da Conferência ONU-Habitat III; a monografia “Caminho para as Smart Cities: da Gestão Tradicional para a Cidade Inteligente” do Banco Interamericano de Desenvolvimento; e a cartilha “Cidades competitivas para emprego e crescimento: quem, quê e como” do Banco Mundial. Há uma imensa cadeia de sentidos que se inter-relacionam na materialidade discursiva nestes documentos, podendo-se detectar algumas recorrências e dispersões que servirão como formas de organizar a descrição e a interpretação desse arquivo, resultando na constituição do *corpus* da pesquisa.

Segundo Gregolin (1995) a técnica de AD possibilita o entendimento do processo de produção de sentidos, ou seja, dos efeitos de sentido, efeitos estes que partem da enunciação. Os efeitos de sentido se assentam na relação entre os interlocutores no ato comunicativo (podendo ser escrito, oral etc.), de acordo com as condições sociais nas quais os sujeitos estão inseridos. Enunciação seria então o processo que acarreta no enunciado (produto).

Para Pêcheux (2009) os sentidos que são atribuídos às palavras se constituem no interior do que o autor concebe como formações discursivas. As formações discursivas materializam a ideologia na linguagem. O sentido, portanto, é colocado não apenas pela linguística, mas determinado sobretudo pelo contexto sócio-histórico e pelos interesses das classes e suas ideologias a partir do local específico que ocupam no seio da sociedade, o que findará por determinar suas constituições e representações de mundo (PÊCHEUX, 2009).

Quando se empreende na análise de uma formação discursiva, objetiva-se descrever os processos discursivos, ou seja, “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (NARZETTI, 2018, p. 654).

O conceito de formação discursiva contribuiu para relacionar a linguagem a uma exterioridade que leva em conta o contexto histórico-ideológico. Por isso, se reconhece que as formações discursivas estão inseridas em uma dada formação ideológica (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Para Pêcheux (1997), o discurso é a materialização da ideologia na linguagem, pois o sujeito que o emite está falando de sua posição na sociedade, logo, a partir do seu posicionamento ideológico, que o constitui enquanto agente social, estabelecendo, neste procedimento, relações de poder. Quando esta posição é um direito reconhecido institucionalmente, a legitimação dos discursos ocorre com o intuito de manter esse local privilegiado, passando a ser produzidos como “verdades” inquestionáveis, originando relações de dominação (PÊCHEUX, 1997).

De acordo com Pêcheux (2009), a ideologia busca ocultar o sentido dos enunciados ao não retratar de forma transparente as relações materiais que são postas em prática em uma dada formação social, mascarando as verdadeiras intenções daquilo que se propõe a dizer, uma ferramenta que objetiva atender aos interesses de atores de uma determinada classe social ou grupo hegemônico. Assim, podemos afirmar que as formações discursivas dependem das formações ideológicas, pois todo e qualquer discurso carrega variadas formações discursivas, ou seja, normas de organização de palavras, expressões, termos, modos de dizer, que se referem a formações ideológicas específicas, tendo em vista o contexto sócio-histórico que lhes cria.

Para Maingueneau (2008), há ligações explícitas e latentes entre os sentidos propagados em discursos precedentes e atuais. Estas ligações, para o autor, antecedem os próprios discursos e configuram o fenômeno da interdiscursividade, seja pelos temas abordados, seja por palavras que aludem a assuntos precedentemente discutidos. O principal objetivo do interdiscurso é tentar construir um sistema onde se pode reconhecer através da semântica (expressões, vocábulos e palavras) a reprodução de um discurso no seu “outro”, ou seja, o discurso “já dito” no discurso de “agora”. Intenciona-se o reconhecimento de formações discursivas inscritas na memória discursiva, através de seus “núcleos de invariância”, que podem ser identificados (MAINGUENEAU, 2008). Nesse sentido, a compreensão do interdiscurso se coloca porque, conforme já relatado, as formações discursivas possuem fronteiras flexíveis que se deslocam em função dos interesses da disputa ideológica entre interlocutores no seio de uma sociedade dividida em classes. As análises empreendidas passam também a descrever as relações entre as formações discursivas no interior do interdiscurso (NARZETTI, 2018).

Para o estudo do fenômeno da interdiscursividade, no âmbito da pesquisa, é necessário um *corpus* adequado, onde se possa reconhecer de onde provêm os discursos empregados nos textos sob análise, tendo como origem ligações internas e externas às formações discursivas, chegando à construção de uma matriz categorizadora. A utilização dos conceitos de formações discursivas e formações ideológicas (PÊCHEUX, 1997, 2009) serve para nos atentarmos aos aspectos sócio-históricos do processo de formulação de sentidos dos discursos, combinando-os com os sentidos incorporados pela discussão sobre o fenômeno de interdiscursividade proposto por Maingueneau (2008). Nosso objetivo, ao seguir tal procedimento metodológico e teórico, é identificar e analisar o maior número de variantes possíveis para a compreensão dos discursos acerca de estratégias de desenvolvimento urbano na contemporaneidade. No organograma a seguir (Figura 1), pode-se notar a configuração hierárquica e de dependência entre os conceitos de arquivo, formação ideológica, formação discursiva, discurso, enunciado e interdiscurso.

Figura 1 – Arquitetura conceitual da articulação discursiva de Michael Pêcheux



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

2. O DISCURSO HEGEMÔNICO

Desse modo, a delimitação temporal empregada neste trabalho, para melhor compreender as condições de produção discursivas sobre o urbano que aqui são foco, tem por início a década de 1960 do século passado e segue aos dias atuais. Optou-se por este recorte temporal por ser o período no qual se empreende uma reestruturação do poder e da economia em escala mundial, no qual o urbano passou a atravessar intensas transformações,

provocadas sobretudo pelo capital financeiro em confluência com o Estado, perpassando os campos político e cultural.

Como já mencionamos, a construção discursiva acerca do urbano se estruturou a partir de saberes especializados que legitimam teorias e políticas intervencionistas nas cidades. Dentre esses saberes especializados encontra-se o campo do planejamento urbano e regional, cuja tendência hegemônica da recente dinâmica de acumulação, sob a égide do atual processo de globalização, é a de leitura e construção de sentidos e representações das cidades a partir de poucos centros situados nos países de capitalismo avançado. Para Sánchez (2001), os sujeitos que participam desse campo político de alcance mundial constroem estratégias discursivas dominantes como meios e instrumentos para a difusão e a legitimação de suas ideias em variadas escalas, sujeitando o local ao global e introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural. São exemplos de sujeitos discursivos: governos locais em associação com as mídias, instituições supranacionais, agências multilaterais e consultores internacionais.

Desta maneira, temos os discursos concebidos dentro do Planejamento Estratégico de Cidades, que apresenta formas diferenciadas de pensar, planejar e gerir o espaço urbano. No cerne do discurso propagado pelo planejamento estratégico – com a utilização de enunciados como “sinergias”, “competitividade”, “parcerias”, “sustentabilidade”, “cidadania”, “eficiência”, – através dos sujeitos políticos, instituições e mídia, está um fato incontestável: a cidade é uma mercadoria. Não somente a estrutura física desta, mas, talvez ainda mais importante, sua composição imagética, é um produto que, para se desenvolver economicamente, dentro de uma situação de crise fiscal do Estado e de acirramento da competição entre lugares, precisa ser vendida, atraindo capital e pessoas.

Arantes (2000) assinala que foi a partir da década de 1970 que o planejamento convencional, a partir da utilização de planos e de regulamentos para guiar o uso do solo, pareciam cada vez mais desacreditados devido a fortes crises que abalaram a economia mundial. Conforme indicação de Harvey (2005), o enfrentamento desse quadro de crise foi se dando por meio do que o referido autor denomina de empresariamento urbano, uma nova forma de ver, pensar e administrar as cidades, buscando adequá-las às oportunidades oferecidas pela dinâmica de acumulação caracterizada pela seletividade de investimentos. É nesse contexto que Vainer (2000) se refere à transferência e à difusão do *savoir faire* das empresas privadas – ligadas à lógica da competitividade, da eficiência e da acumulação do capital – para as instituições governamentais e, em seguida, para as cidades. Tal lógica originou-se primeiramente em administrações urbanas de cidades dos Estados Unidos, acompanhada de palavras-chave como empresariamento, empreendedorismo e “parceria” entre o setor público e a iniciativa privada.

2.2 - Os sujeitos do discurso hegemônico

Com o fim da segunda grande guerra, questões importantes de geopolítica global referentes ao comércio, gestão monetária e cooperação para o desenvolvimento ficaram a cargo de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Associadas a elas estão organizações regionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para a América Latina da ONU (CEPAL).

No âmbito dessas instituições de governança global realiza-se uma acentuada circulação de discursos sobre cidades, onde são estabelecidos convenções, tratados, acordos e pactos que resultam na elaboração de diretrizes, programas, projetos e ações. Segundo Medeiros (2019, p. 02), essa circulação é definida por “um movimento no tempo e no espaço, que anuncia que ideias envolvendo o processo de produção de cidades, sejam deslocadas para além de suas origens locais e para além das temporalidades vividas na sua gênese”.

Um enunciado que tem importância ímpar nesse contexto é “desenvolvimento”. Objetivo final em todos os pactos firmados por esses organismos – qual seja, “cooperação para o desenvolvimento das nações” - é um vocábulo polissêmico presente em praticamente todos os discursos analisados. Segundo Medeiros (2019) o uso do termo esteve primeiramente atrelado à noção de crescimento econômico visando, sobretudo, o enfrentamento da pobreza extrema (principalmente nos países na época chamados de terceiro mundo).

Com o passar do tempo, o termo adquire diversas adjetivações que irão qualificá-lo, dando-lhe variadas dimensões, sendo a mais corrente “sustentável”. Ribeiro e Mancilla (2020) destacam que os discursos sobre o desenvolvimento vão paulatinamente tornando-se uma estratégia que agrega conhecimento e poder a partir destas agências e estruturas internacionais visando a homogeneização do mundo e a promoção de uma ordem calcada nos interesses muitas vezes velados dos países capitalistas avançados, dentre eles impulsionar os processos de acumulação de capital imobiliário e financeiro e a mercadificação das cidades através da submissão de governos locais à uma dinâmica articulada de circulação de capital sobreacumulado a um circuito global.

Nesse intento, são necessários largos investimentos em capitais fixos através da criação de urbanização ou de intervenções para a renovação urbana, como por exemplo: construções das mais variadas categorias, como edifícios corporativos, residências, conjuntos habitacionais; grandes equipamentos, como praças e parques; grandes projetos urbanos, como requalificações de áreas degradadas das cidades; e infraestrutura de todo tipo, portos, aeroportos, estradas etc. Estas intervenções são realizadas por meio da coadunação entre o

capital imobiliário urbano e capital financeiro mediante empréstimos de longo prazo (RIBEIRO; MANCILLA, 2020). O interesse aqui é, portanto, investigar quais são as estratégias discursivas ideológicas empenhadas em justificar esses processos. Para os autores, o capitalismo, em sua dimensão urbano-imobiliário global, precisa

(...) impulsar y fortalecer redes transnacionales e interjurisdiccionales de transferencia de modelos y formas de pensar las ciudades para desplegar políticas urbanas en sus diferentes escalas de actuación. Estas redes no sólo incluyen organismos multilaterales, sino también entidades financieras, corporaciones, fundaciones y organizaciones no gubernamentales (RIBEIRO; MANCILLA, 2020, p. 343-344).

Nesse contexto, além do difundido termo “cidades sustentáveis”, várias outras adjetivações são empregadas por ONGs, empresas privadas e mesmo por teóricos da academia para qualificar o espaço urbano na atualidade. A cidade sai da forma passiva de objeto e assume uma forma ativa de sujeito. Se destacam, nesse contexto, o uso de expressões como cidades inteligentes, cidades criativas, cidades competitivas, cidades resilientes etc. Cada vez mais usadas nos discursos que partem dos sujeitos hegemônicos, estes enunciados são carregados de sentidos, sendo nosso objetivo desvendá-los.

Alguns exemplos de documentos instrumentais que provém modelos, diretrizes e concepções sobre as cidades e desenvolvimento urbano nesse ambiente de governança mundial incluem: a “Nova Agenda Urbana” resultante da Conferência ONU-Habitat III; a monografia “Caminho para as Smart Cities: da Gestão Tradicional para a Cidade Inteligente” do BID; e a cartilha “Cidades competitivas para emprego e crescimento: quem, que e como” do Banco Mundial.

No quadro a seguir podemos visualizar sinteticamente algumas características desses instrumentos, seus objetivos e formas de pensar as cidades na atualidade. Posteriormente, adentraremos mais detalhadamente em suas concepções sobre desenvolvimento urbano ao analisarmos recortes discursivos retirados destes documentos.

Quadro 1. Organizações multilaterais, suas concepções e objetivos relativamente às cidades e ao desenvolvimento urbano.

| Organização e instrumento | Concepções sobre o urbano | Principais desafios encontrados | Objetivos e propostas |
|---|---|---|---|
| ONU Habitat - Nova Agenda Urbana (2017). | Cidades sustentáveis: - Cidades como fonte de soluções dos desafios enfrentados pelo mundo atualmente. | -A persistência de múltiplas formas de pobreza, crescentes desigualdades e degradação ambiental, a exclusão socioeconômica e a segregação espacial. | - Fornecer os princípios e as principais práticas comprovadas para trazer à vida o ideal de desenvolvimento urbano sustentável. -Salientar a conexão entre a boa urbanização e a |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | <p>- Urbanização, se bem planejada e administrada, pode ser uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento sustentável tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento.</p> | | <p>criação de empregos, as oportunidades de subsistência e a melhora da qualidade de vida.</p> |
| <p>Banco Mundial</p> <p>- Cidades competitivas para emprego e crescimento: quem, quem e como (2015).</p> | <p>Cidade competitiva: torna mais fácil para suas empresas e indústrias a criação de empregos e aumento a produtividade e renda de seus cidadãos. Globalmente, melhorar a competitividade é o caminho que leva a eliminação da pobreza extrema e promove a prosperidade compartilhada.</p> | <p>- Falta de instalações para o investimento nas cidades</p> <p>por parte da administração do setor público.</p> <p>-Deficiências de infraestrutura e terras para promover vantagem comparativa no que tange a negócios.</p> | <p>- Criar um corpo robusto de conhecimento para responder às perguntas feitas pelas cidades na comparação de seu desempenho, analisando as melhores práticas, e entender como se organizar para resultados, dependendo do contexto.</p> <p>-Converter o desenvolvimento econômico em uma prioridade explícita.</p> <p>-Fomentar coalizões público-privadas para resolver problemas específicos</p> |
| <p>BID</p> <p>- Caminho para as Smart Cities: da Gestão Tradicional para a Cidade Inteligente (2016).</p> | <p>- Cidades Inteligentes: uma cidade inovadora que utiliza as Tecnologias de Informação Comunicação (TIC) e outros meios para melhorar a qualidade de vida, a eficiência das operações e serviços urbanos e sua competitividade, enquanto garante o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras com relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais.</p> | <p>-Urbanização desordenada.</p> <p>- Baixa capacidade fiscal das cidades: a baixa arrecadação e os gastos elevados no nível local resultam na redução dos orçamentos para investimentos e na alta dependência de repasses de outras esferas governamentais.</p> <p>-problemas estruturais e processuais da administração pública.</p> | <p>-Apresentar de forma prática e abrangente os conceitos básicos e os princípios das Smart Cities, bem como os elementos necessários para sua composição, como o uso de tecnologias e processos, os mecanismos que buscam maior eficiência dos governos, a ampliação da produtividade das empresas e o incentivo ao ambiente de inovação.</p> |

Fonte: ONU Habitat (2017), BID (2016), Banco Mundial (2015).

Elaboração: Autor (2020).

2.2.1 - Cidades competitivas

Importante nesse ponto frisar que, segundo Arantes (2006), as instituições multilaterais bancárias, como o BID e o Banco Mundial, após sucessivas crises que abalam a economia de vários países subdesenvolvidos a partir da década de 1980, começam a exercer uma influência que vai além das recomendações e estabelecimento de diretrizes, passando à intervenções mais ativas, como parte das exigências dos acordos de renegociação da dívida, protagonizados pelo Fundo Monetário Internacional. No escopo das reestruturações preconizadas pelas instituições estão: a reforma do sistema habitacional, a descentralização das políticas públicas, a criação de fundos de financiamento onerosos e o ajuste fiscal das cidades (ARANTES, 2006). O autor assinala que foi a partir dos anos 1990 os bancos efetivaram-se como ferrenhos propagadores do planejamento estratégico de cidades. Ajudaram, com seu vocabulário corporativo e práticas de gestão empresarial profissional a instaurar, mais vigorosamente nos governos locais, a lógica mercadofila para o financiamento das cidades, como podemos vislumbrar no recorte discursivo 1:

- (1) Una ciudad competitiva es una ciudad que de manera exitosa facilita que sus empresas e industrias puedan crear puestos de trabajo y aumentar la productividad e ingresos de sus ciudadanos através del tiempo. A nivel mundial, mejorar la competitividad de las ciudades es el camino que lleva hacia la eliminación de la pobreza extrema y promueve la prosperidade compartida. Desde principios de la década del 2000 las três cuartas partes de las 750 ciudades más grandes del mundo han crecido más rápido que sus economías nacionales. Sin embargo, cada año se podrían crear millones de nuevos puestos de trabajo si más ciudades funcionaran al mismo nivel que las mejores del mundo. La principal fuente de creación de empleos ha sido el crecimiento de las empresas del sector privado, las cuales representan – en general - alrededor del 75 por ciento de nuevos puestos de trabajo. Por ende, los líderes de las ciudades tienen que estar familiarizados con los factores que contribuyen a atraer, retener y expandir el sector privado. Este documento tiene como objetivo analizar los factores que contribuyen a que una ciudad sea competitiva, y la manera en que más ciudades pueden llegar a serlo. (BANCO MUNDIAL, 2015).

A nível léxico, nota-se no excerto acima o uso de um vocabulário corporativo que associa a cidade a uma empresa: produtividade, produção, renda, gestão, competitividade, setor privado, atrair, reter, expandir, flexibilidade. O uso desse vocabulário visa equiparar o objeto cidade à eficiência e ao pragmatismo advinda de administração privada. Importa aqui a otimização da performance, da eficiência, da busca por resultados como critério de legitimação, não com o que é “justo” ou “bom”. Para ganhar a competição, a cidade precisa ter uma boa performance contra as “rivais”.

A cidade competitiva, metonimicamente, é a cidade do empresariamento, com todos os seus conceitos, significações e representações: produtividade, competitividade, subordinação dos fins à lógica do mercado. Há explicitamente a busca por maior produção e

circulação do que foca na melhoria da qualidade de vida da população, principalmente quando se recorre constantemente à palavra “privado”, que aqui tem o mesmo sentido semântico de expressões como iniciativa privada, privatização e outras, que evocam ou remetem a capital, a empresários capitalistas.

O uso do termo mundial e globalização visa à generalização, ao abstracionismo, à minimização das diferenças e à desterritorialização e despersonalização das políticas, muito recorrente em discursos globalizadores: no mundo todo, melhorar a competitividade de uma cidade tem apenas uma significação. Não há espaço para dissensos. Por isto também o uso de fins genéricos para se justificar as ações em tela: eliminação da pobreza extrema e promoção da prosperidade compartilhada. Quem seria contra princípios tão benéficos?

A conjunção condicionante “se” é utilizada como estratégia retórica que subjuga diversas cidades àquelas que melhor se adaptam ao modelo. Se mais cidades funcionassem ao mesmo nível das “melhores do mundo”, haveria a criação de milhares de empregos. Quais são as melhores cidades do mundo? E em qual sentido o adjetivo está sendo empregado? Pode-se inferir que as melhores cidades do mundo são as cidades mais competitivas no âmbito do discurso posto? Mais uma vez a generalização é utilizada como ferramenta que vela sentidos subjacentes.

O uso de dados estatísticos é uma estratégia que atribui racionalidade e cientificismo ao discurso, levando este a ter mais confiabilidade. Estabelece-se que 75% dos novos postos de trabalho vem da iniciativa privada, mas não se menciona a porcentagem da quantidade de empresas privadas em relação a empresas públicas. Se o número é muito maior, faz sentido que o número de novos postos de trabalho venham deste setor específico.

O emprego da palavra líderes, ao invés de políticos ou termo semelhante, também advém do léxico empresarial: pessoas cujas ações e palavras exercem influência sobre o pensamento e comportamento de outras. A cidade competitiva se instaura a partir da retórica de sujeitos que lideram a indústria e o mercado, equiparando-os à acionistas de uma empresa, justificado pela necessidade de flexibilidade na gestão, a fim de poder reagir com rapidez à competição e à evolução do ambiente externo. Um dos objetivos do discurso do empresariamento urbano é justamente esse: a despolitização da vida pública e a atribuição do planejamento ao gestor voltado para ações práticas visando maior acumulação de capital e a tomada de decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado.

Analisando apenas as informações contidas no quadro 1 e um recorte discursivo incutido nas políticas para as cidades defendida por uma instituição financeira multilateral, percebe-se toda a sua dimensão ideológica, portanto, nada imparcial. Arantes (2006) pontua que mesmo que o modelo de cidade competitiva não seja implementado exatamente como prescrito, as administrações públicas precisam, por vezes de maneira compulsória, se adaptar

a essa realidade em razão dos empréstimos internacionais efetuados por essas instituições para projetos, políticas e ações no âmbito local, que carregam consigo uma agenda afirmativa:

Não é, assim, um recurso financeiro stricto sensu. Ele contém diversas “condicionalidades” e pretende modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado (...). O padrão de gasto público é, pois, condicionado pelas instituições financeiras: diretamente, ao estabelecerem o que consideram ou não “elegível” nos projetos financiados, e, indiretamente, ao solicitarem uma reestruturação do órgão ou empresa pública, para assumirem a “racionalidade” de uma empresa privada. (ARANTES, 2006, p.690).

2.2.2 - Cidades inteligentes

Há uma tendência mais recente, com início nos anos 2000, nos discursos urbanos que, a nosso ver, atualiza o pensamento da cidade competitiva, dando-lhe uma nova “roupagem” discursiva. Se trata do fenômeno das cidades inteligentes (mais comumente conhecido por sua nomenclatura em inglês, *smart cities*). Este fenômeno não possui apenas uma caracterização, dependendo do contexto no qual se encontra cada autor para defini-lo. No interior dos discursos analisados sobre a questão, no entanto, prepondera a visão do uso da tecnologia informacional como instrumento de transformações positivas no planejamento e gerência do espaço urbano.

Na definição de Kanter e Lintow (2009), uma cidade para ser considerada inteligente deve incutir tecnologias da informação e comunicação (TIC's) em sua infraestrutura física para melhorar comodidades, facilitar a mobilidade, aumentar a eficiência, conservar energia, melhorar a qualidade do ar e da água, identificar problemas e corrigi-los rapidamente, recuperar-se rapidamente de desastres, coletar dados para tomar melhores decisões e implantar recursos de forma eficaz e compartilhar dados para permitir a colaboração entre entidades e domínios da administração e gestão públicas. Suas operações devem ser instrumentadas e orientadas por categorias de desempenho, com interconexões entre setores.

Outra organização supranacional de caráter financeiro coordena um projeto de cidade inteligentes. Se trata do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que assim como o Banco Mundial, também atua através da realização de empréstimos, desenvolvimento de pesquisas e oferecimento de suporte técnico em variadas escalas nas cidades da América Latina. O BID conduz sua própria iniciativa de *smart cities*, denominada “Cidades Emergentes e Sustentáveis” em algumas latino-americanas, dentre elas Rio de Janeiro e Florianópolis, no Brasil. No recorte 2, retirado da monografia “Caminhos para as Smart Cities: da gestão tradicional para a Cidade Inteligente, o banco expõe sua definição de Cidade Inteligente:

- (2) Uma Cidade Inteligente é aquela que coloca as pessoas no centro do desenvolvimento, incorpora tecnologias da informação e comunicação na gestão

urbana e utiliza esses elementos como ferramentas que estimulam a formação de um governo eficiente, que engloba o planejamento colaborativo e a participação cidadã. Smart Cities favorecem o desenvolvimento integrado e sustentável tornando-se mais inovadoras, competitivas, atrativas e resilientes, melhorando vidas (BID, 2016).

Observando-se o texto apenas em sua estrutura sintática, podemos notar algumas semelhanças já inscritas na memória discursiva, que nos remetem à ideia de cidades competitivas, a partir de vocábulos como gestão, eficiente, inovador, competitiva e atraente. Estas são acompanhadas por alguns jargões e clichês a respeito do desenvolvimento urbano que pouco estão inseridos nos discursos da cidade competitiva: planejamento colaborativo, participação cidadã, desenvolvimento integrado e sustentável, resiliência.

O uso do jargão corporativo já denuncia os sentidos econômicos por trás do discurso. Com efeito, é dada uma grande importância à iniciativa privada nas cidades inteligentes. O papel de empresas, segundo o BID (ver quadro 1) é o de colaborar no planejamento para que ocorra o aumento da produtividade. Qual o peso dos empresários em relação à sociedade civil e ao poder executivo municipal nesse cenário é silente no discurso.

O emprego recorrente do termo gestão em se tratando dos discursos urbanos também é sintomático. Seu significado é o de administrar uma situação com os recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas (Souza, 2006). Seu uso nesse sentido provém mais especificamente do termo em inglês (management), popularizado a partir da moderna administração de empresas e de uma conjuntura imediatista do planejar por projetos, de desregulação e de privatismo empresarialista que toma as políticas urbanas a partir da década de 1980. Para Souza (2006), seus sentidos em uma enorme gama de discursos conotam um controle mais democrático e antiburocrático em contraposição ao uso do termo “planejamento”, visto como rígido, tecnocrático e engessado.

No entanto, o emprego do termo também apresenta alguns sentidos subjacentes: redução de normas e balizas de longo prazo, legalmente amparados, que não tenham interesse imediato para a acumulação capitalista. Esse fato enfraquece o poder regulatório do Estado e instaura uma lógica discursiva empresarialista para as cidades, através de parcerias entre o Poder Público e os investidores privados sob o amparo de instrumentos flexibilizadores. Daí a crescente utilização do enunciado “parcerias público-privadas” em todos os discursos que têm a produção do espaço urbano como objeto.

O discurso utiliza o vago termo “pessoas” no centro da noção de desenvolvimento do movimento de *smart cities*. Há, no documento analisado, poucas referências à questão da enorme desigualdade social que assola as cidades da região. Quem seriam essas pessoas? Em algumas passagens dá-se a entender que seriam as pessoas beneficiadas pelo uso da tecnologia informacional no cotidiano. No entanto, convém lembrar que para uma grande

parcela da população da América Latina essa ainda não é uma realidade corriqueira, visto que em muitos espaços intraurbanos (isso para não se mencionar áreas rurais) há enormes defasagens relacionadas à infraestrutura dos serviços de comunicação e informação. O discurso das *smart cities* (assim como os outros) parece focar nas áreas mais estruturadas das grandes cidades, aquelas que já contam com os serviços de redes tecnológicas, e na criação de empregos nas empresas ligadas a este ramo como vetor de desenvolvimento e diminuição das desigualdades.

Outro ponto de observação são as noções místicas, quase utópicas, que envolvem o discurso, aparentemente de fácil absorção (a incorporação de tecnologias da informação e comunicação na gestão urbana melhora a vida das pessoas nas cidades) que se apoiam em um tipo de “solucionismo” que abdica (ou, pelo menos, minimiza) a importância dos meios políticos nesse processo. O mais problemático disso é, para Ivgeny Morozov, que as decisões que antes estavam sujeitas a um controle e deliberação democrático passam a ser repassadas às empresas do ramo tecnológico, uma indústria gigantesca que atuam de forma quase independente na atualidade, com grande poder de influenciar comportamentos e obter dados privados de usuários (LAFLOUFA, 2020).

2.2.3 - Cidades sustentáveis

Sustentabilidade: sem sombra de dúvidas uma das palavras de ordem do século XXI. Está presente em uma infinidade de discursos, das mais variadas matrizes ideológicas e sujeitos enunciadores, portando-se na maioria das vezes como uma expressão autoexplicativa. Sua ascensão veio acompanhada da expressão “desenvolvimento sustentável”, concebida em face da percepção crescente ao longo do século XX de que os padrões de consumo e produção no mundo afetam diretamente a disponibilidade de recursos naturais, e medidas deveriam ser tomadas para conciliar a preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico e a implantação de uma justiça social (Nascimento, 2012). Por esse motivo o termo é composto de três dimensões complementares: econômica, ambiental e social.

Preponderantemente, esse enunciado, quando pertencente à ordem discursiva, apresenta dois sentidos: o primeiro no campo ecológico, onde significa a preservação do meio ambiente juntamente com a noção de equilíbrio e estabilidade; e outra no campo econômico, onde remete à percepção de progresso, crescimento, transformação. Devido a essa dupla significação divergente, os discursos desencadeiam leituras que variam, segundo Serrão (2012) entre um significado progressista, que vincula a noção de desenvolvimento à preservação ecológica e à justiça social, e um significado conservador, que utiliza uma

terminologia ecológica com fins puramente alegóricos quando associado ao paradigma dominante do crescimento quantitativo econômico.

O uso do termo cidade sustentável no âmbito dos discursos globais se deu primeiramente por ação da ONU-HABITAT, que, em 1990, lança o programa “Cidades Sustentáveis”, e em 1996 desenvolve as diretrizes do modelo na Segunda Conferência das Nações Unidas para os assentamentos humanos (HABITAT II). O emprego do termo por estas agências multilaterais comumente expressa um modelo urbano que reúne esforços integrados em diferentes escalas de governança no enfrentamento dos problemas que atingem o tripé social, ambiental e econômico na esfera municipal (RIBEIRO, 2014).

Para efeitos de análise, foram selecionados dois recortes discursivos (3 e 4) retirados da Nova Agenda Urbana adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em 2016.

- (3) A Nova Agenda Urbana incorpora um novo reconhecimento da correlação entre a boa urbanização e o desenvolvimento. Ela salienta a conexão entre a boa urbanização e a criação de empregos, as oportunidades de subsistência e a melhora da qualidade de vida, que devem ser incluídas em todas as políticas e estratégias de renovação urbana. Isto destaca ainda mais a ligação entre a Nova Agenda Urbana e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial com o Objetivo 11 de cidades e comunidades sustentáveis (ONU, 2017).
- (4) Comprometemo-nos a desenvolver economias urbanas vibrantes, sustentáveis e inclusivas, com base em potenciais endógenos, vantagens competitivas, patrimônio cultural e recursos locais, bem como infraestrutura resiliente com utilização eficiente de recursos; promover o desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo, e padrões de consumo e de produção sustentáveis; e promover um ambiente favorável aos negócios e à inovação, bem como à subsistência (ONU, 2017).

Nos excertos acima o primeiro fato que chama a atenção é a presença constante do par dicotômico sustentabilidade-economia. Os termos são tratados como interdependentes e sugerem uma integração a partir de vocábulos como correlação, conexão, ligação. Essa integração, no entanto, acontece em um plano abstrato: o que seria uma “boa urbanização” que se correlaciona com o desenvolvimento? Quais são os fatores que relacionam uma boa urbanização à qualidade de vida e de quais vidas se está falando, de quais grupos? Como já vimos, noções abstratas são correntes nesse tipo de discurso, visto que uma linguagem genérica é essencial para veicular uma ideologia dominante que atravessa as escalas, os conflitos e os agentes sociais em sua complexidade e que busca, ao fim e ao cabo, uma homogeneidade de soluções para os problemas enfrentados.

Ao conceber a cidade como fonte de solução de problemas, o discurso a transforma em objeto de intervenção e desenvolvimento econômico. Esta formulação dá um papel central ao conhecimento especializado para liderar o caminho para o desenvolvimento sustentável, mas argumentando que a cidade não é a causa dos problemas. O ato de planejar aqui é

entendido como uma ferramenta que irá proporcionar eficiência e eficácia, ou seja, a possibilidade de resolução de problemas é predominantemente de natureza técnica, portanto, há uma tendência para despolitizar a questão urbana.

Nesse sentido, a crítica de Ribeiro (2014) é cirúrgica: as agendas urbanas que trabalham com os conceitos de cidade sustentável não contestam certos padrões hegemônicos - sobretudo de ordem econômica - impostos na realidade social urbana, cuja superação deveria ser o objetivo primordial, como por exemplo:

(...) os desequilíbrios nas relações de poder, os múltiplos interesses políticos e econômicos que fragmentam uma visão unificadora de civilização, uma estrutura econômica cuja racionalidade é análoga à que gerou a crise ambiental etc. Nenhuma dessas questões será considerada nos documentos que instituem a agenda hegemônica da sustentabilidade (RIBEIRO, 2014, p. 131).

Já os vocábulos estratégias, renovação urbana, economias, potenciais endógenos, vantagens competitivas, utilização eficiente, negócios, inovação nos relembram a matriz discursiva da cidade competitiva, com seu léxico corporativo.

3. A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DO DISCURSO HEGEMÔNICO

Podemos afirmar, portanto, que há a imposição, nas últimas décadas, de um conjunto de estruturas discursivas hegemônicas de difusão e transferência de ideologias e políticas urbanas. Este conteúdo ideológico que tem permeado as políticas de Estado e de mercado no período aqui analisado é denominado de neoliberalismo pela literatura corrente. O objetivo deste tópico não é empreender em uma detalhada análise histórica ou mesmo econômica do pensamento neoliberal, mas sim situá-lo como ideologia fundamental na construção de uma hegemonia discursiva referente à produção de signos e espaços nas cidades, invadindo todas as esferas da vida social. Na abordagem aqui efetuada, portanto, o neoliberalismo, além de aparecer como uma teoria econômica conjuntural no capitalismo contemporâneo, se instala como um projeto discursivo contundente que aspira a prolongar-se no tempo e nos espaços sociais através de formações ideológicas.

Na definição de Harvey (2008), o neoliberalismo consiste em uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Além disso, como já podemos compreender a partir da análise realizada no tópico anterior, os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo acadêmico, nos meios de comunicação, em instituições financeiras, em órgãos e secretarias estatais, bem como em instituições internacionais como

o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais.

No cerne da ideologia liberal (e, assim, do seu discurso) estão, portanto, os ideais políticos de dignidade humana e liberdade individual, tornando-os princípios civilizatórios fundamentais (HARVEY, 2008). São princípios altamente persuasivos e sedutores, caros a todos os que valorizam a capacidade de tomar decisões soberanas. Assim, instituiu-se uma lógica que suplantou a solidariedade social pelo individualismo e a propriedade privada, sob a justificativa de que o mercado permitiria o exercício pleno das liberdades individuais

No que tange a questão do desenvolvimento sustentável, a agenda discursiva hegemônica analisada nos documentos das agências internacionais não problematiza a fundo o teor das causas, das ações atreladas à lógica do capital, permanecendo a discussão em rasa profundidade, mantendo um padrão discursivo pouco afeito a aspirações mais combativas e democraticamente instituídas de desenvolvimento socioambiental. Ribeiro (2014, p. 261) comenta que é nesse momento que confluem os paradigmas ambiental e neoliberal, “uma vez que o conteúdo documental imprime ambiguidades, subjetividades, lacunas e aberturas que permitem ao capital se apropriar de certas demandas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um ponto de vista abrangente, atentando-se a estes produtos discursivos, tem-se a impressão de que constituem um todo quase homogêneo, um universo retilíneo que, para Miotello (2001, p.14), reverberam sua veracidade no contexto atual, que, não obstante a disparidade de épocas e civilizações anteriores, prossegue “igual na sua amplitude máxima, atingindo todas as regiões do planeta sob o efeito da civilização globalizada”. Há então este discurso uniforme e hegemônico da cidade competitiva, que atua sob uma ótica ideológica neoliberal que justifica a existência de uma sociedade mundial alicerçada sobretudo em princípios econômicos, no modo de produção capitalista, que se reproduz e se difunde na acumulação e na execução e no consumo de bens. Sendo um desses bens a própria cidade, seus espaços, suas representações, suas subjetividades.

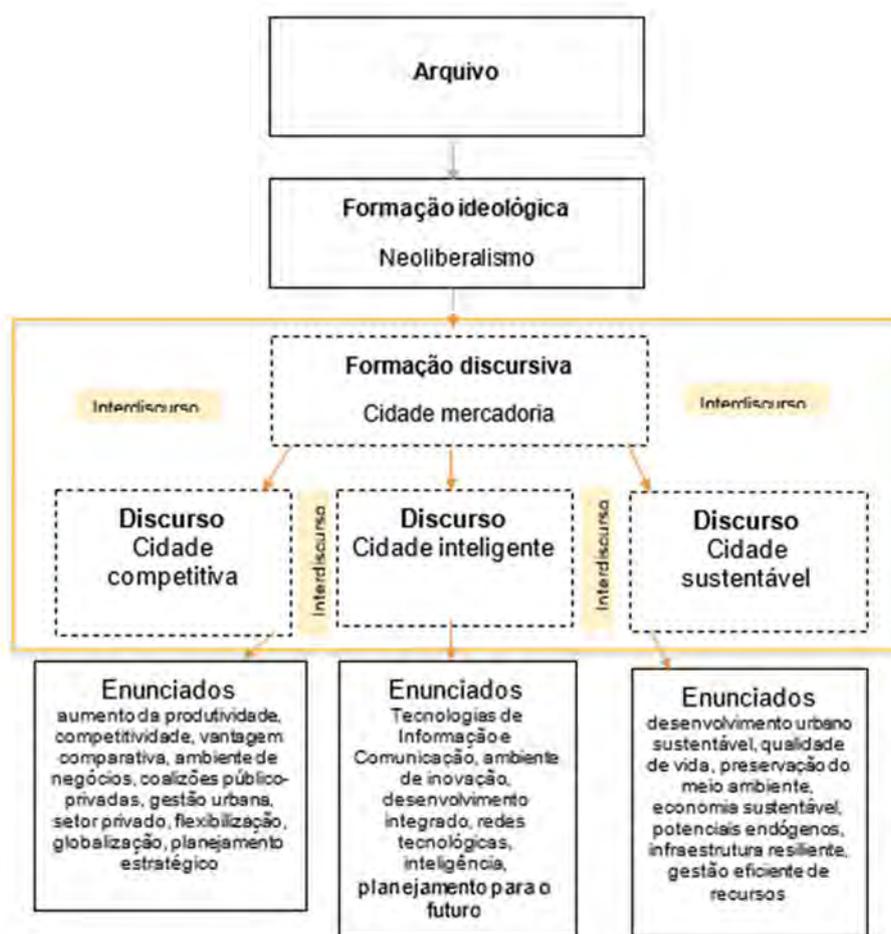
Nesse contexto, arrematamos nossos pensamentos sobre o discurso das *smart cities* entendendo que a ideia de inteligência (apoiada no uso da tecnologia) serve como uma alegoria para o alastramento praticamente irrestrito do capital em novas formatações, influenciando de forma definitiva (tanto negativa quanto positiva) a ordem social nas cidades. Já o discurso sobre a cidade sustentável nos faz questionar se esta não estaria condicionada à cidade do empresariamento, mas cujas representações estão vinculadas a um imperativo ambiental. Isso fica evidente em algumas passagens no discurso que tentem vincular noções

que, como já vimos, tendem a ser, no mínimo, conflituosas: “desenvolvimento industrial sustentável”; “economias urbanas vibrantes, sustentáveis”; “padrões de consumo e de produção sustentáveis”; “promover um ambiente favorável aos negócios e à inovação”. Essas construções contraditórias acabam por enfatizar uma ordem interdiscursiva que elabora e legitima uma ideia de sustentabilidade que nada mais faz que sustentar um processo contínuo de acumulação do setor financeiro mundial.

Finalmente, lembrando que na modalidade de análise empreendida neste trabalho o discurso é a materialização da ideologia na linguagem, o neoliberalismo atua então como uma formação ideológica, que, por sua vez, constitui diversas formações discursivas que estabelecem os sentidos, normas de organização de palavras, expressões, termos, modos de dizer, que se referem a essa formação ideológica específica. Observando o conceito de formação discursiva, é possível notar um sistema de dispersão e uma regularidade entre objetos, tipos de enunciação, temas, com relações, correlações e funcionamentos em certos enunciados que têm a cidade como objeto. Este sistema nos mostra uma regularidade sempre presente, que pensa o espaço urbano como um produto a ser comercializado, a qual foi utilizada para se refletir sobre a formação discursiva para este trabalho: a “cidade mercadoria”

A partir dessas análises, constatamos que a ideologia, ao interpelar organismos internacionais e agências multilaterais, instituiu uma interdiscursividade que associa (e submete) praticamente todos os discursos, representações e signos relativos ao urbano à colonização ou instrumentalização direta pelo mercado – isto é, por lógicas discursivas e operativas da neoliberalização. Deste modo, podemos visualizar a seguir uma imagem esquemática produzida a partir dos conceitos teórico-analíticos pècheutianos e a análise discursiva empreendida ao longo deste trabalho:

Figura 2 – Arquitetura conceitual da articulação discursiva operada no artigo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 192 p. (Coleção Zero à esquerda).
- ARANTES, Pedro. Ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Póspós**, São Paulo, n. 20, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **Ciudades competitivas para empleos y crecimiento. Qué, Quién y Cómo**. 2005. Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/691841467992491102/pdf/101546-REVISED-SPANISH-Box394856B-PUBLIC-Report-Spanish.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.
- BOUSKELA, Mauricio. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **Caminho para as Smart Cities: da gestão tradicional para a cidade inteligente**. BID, 2016. 148 p. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Caminho-para-as-smart-cities-Da-gest%C3%A3o-tradicional-para-a-cidade-inteligente.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- GREGOLIN, M. R. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. Alfa: São Paulo, 1995.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

KANTER, Rosabeth; LITOW, Stanley. **Informed and Interconnected: a Manifesto for Smarter Cities**. Harvard Business School General Management Unit, Working Paper, 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1420236>. Acesso em 20 set. 2020.

LAFLOUFA, Jacqueline. **Cidades inteligentes não passam de conto de fadas', provoca Evgeny Morozov**. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/26/cidades-inteligentes-nao-passam-de-conto-de-fadas-provoca-evgeny-morozov.htm>. Acesso em: 06 fev. 2020.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEDEIROS, Gisele. Cidades, consensos internacionais e circulação de ideias. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, Belo Horizonte, 2019, v. 8, n. 4, 20 dez. 2019. Seção artigos, p. 1-14.

NARZETTI, Claudiana. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 647-663, set./dez. 2018.

NASCIMENTO, Elimar. Trajetória da sustentabilidade, do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

CONFERÊNCIA HABITAT III, 2016, Quito. **Nova Agenda Urbana**. Quito, 2017. Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUAPortugueseBrazil.pdf?fbclid=IwAR2kolM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXlrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY>. Acesso em: 06 set. 2020.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi *et al.* Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.163-252.

PINHO, F. **A volta do bonde a Belém: cidade, discurso e saúde**. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

RIBEIRO, Fernando Pinto. **Os paradigmas neoliberal e ambiental na construção da cidade contemporânea: tramas e tendências do discurso hegemônico da sustentabilidade na Europa e no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIBEIRO, L.C.Q; MANCILLA, M.R. Urbanización del capital y difusión de ideologías urbanas en América Latina: la ciudad como máquina de crecimiento económico. *In*: RIBEIRO, L.C.Q (org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020, p. 339-370.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.



GT 02A – Desenvolvementismo, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

NEOLIBERALISMO X NEODESENVOLVIMENTISMO: RUPTURA OU CONTINUÍSMO?

Juliana do Couto Ghisolfi¹,

RESUMO

Após um longo período em que predominaram políticas sociais e econômicas neoliberais em toda a América Latina, na virada do século XXI foram eleitos, na região, diversos governos de partidos alinhados a valores e princípios tradicionalmente atribuídos aos ideais da esquerda. No Brasil, os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) anunciaram o rompimento com o Neoliberalismo, através de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social: o Novo Desenvolvementismo. Neste artigo, é desenvolvida uma comparação entre algumas ações voltadas ao combate às desigualdades sociais nos governos neoliberais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre 1995 e 2003, e nos três mandatos completos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2014, sob a égide do Neodesenvolvementismo: alfabetização, reforma agrária, aumento do salário mínimo, soberania alimentar, entre outras ações. Os dados analisados indicam que a ruptura com o Neoliberalismo foi apenas um discurso.

Palavras-chave: Desigualdades – Neoliberalismo – Neodesenvolvementismo

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do período neoliberal (anos 1970-90) foram implementadas reformas institucionais e privatizações de empresas e serviços, que acarretaram perdas de empregos e de direitos – na medida em que muitos direitos passaram a ser tratados como serviços (saúde, educação, previdência) a serem adquiridos/ comprados.

A virada do século XXI na América Latina foi marcada pela ascensão de governos de partidos considerados de esquerda. A sequência de eleições e reeleições daqueles governos parecia indicar uma ruptura com a era neoliberal, e despertaram, em setores progressistas e de esquerda, a expectativa de que estava em curso uma almejada renovação de ares políticos, necessária para que pudesse ter início um processo de transformação em uma região profundamente marcada por desigualdades socioeconômicas.

¹ Doutora em Ciência Política pela UFRGS; Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso (SOCIP/ ICHS/ UFMT), Brasil. Email: jughisolfi@gmail.com ou ghisolfi@ufmt.br

Contudo, observando em retrospecto o cenário brasileiro, já na época da campanha eleitoral de 2002 existiam indicativos de que talvez as mudanças não viessem a ser tão efetivas: o PT, maior partido de esquerda no Brasil, escalou como seu candidato à Vice-Presidência um renomado empresário do setor têxtil, José Alencar. Não por coincidência, o anúncio da coligação entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Liberal ocorreu no dia seguinte da divulgação da famosa *Carta ao Povo Brasileiro*, na qual o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva assumia o compromisso de cumprir os acordos estabelecidos pelo governo anterior, de manter a política de superávit primário e estimular o agronegócio. O PT manteve um discurso de esquerda e pró-igualitário, mas já na coligação com o Partido Liberal estava dada a contradição entre discurso e práticas que seriam adotadas.

Quem conhece teoria e história política sabe quem acaba cedendo mais quando trabalhadores se aliam aos patrões. Um exemplo: logo em seu primeiro ano de mandato, o presidente Lula promoveu uma reforma previdenciária que, entre outras mudanças, acabou com a integralidade da aposentadoria no serviço público.

Observando-se as ações do governo relacionadas à questão agrária e ambiental, particularmente a partir do centro-oeste do país, era bastante clara a associação do governo com o agronegócio latifundiário.

Ainda no primeiro mandato do Presidente Lula tornaram-se públicas diversas análises críticas ao governo, realizadas por pesquisadores ligados a movimentos sociais e comprometidos com valores e princípios progressistas, como o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, histórico aliado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que denunciava a desaceleração do Programa de Reforma Agrária e as reformas favoráveis aos ruralistas, como a regularização de terras griladas e, posteriormente, a Reforma do Código Florestal – medidas que, segundo o professor, favoreceram o desmatamento e os grandes proprietários de terras.

A decisão do governo de Dilma Rousseff de executar as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, à revelia da mobilização dos povos indígenas, de ambientalistas e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), foi mais uma das ações que colocaram movimentos sociais e setores da esquerda na oposição ao governo, afinal, Belo Monte, uma obra erguida pelo PT, teve origem no “contexto repressivo e totalitário da ditadura militar. (...) Esse período ficou marcado pela construção dos grandes projetos de aproveitamento hidrelétrico no Brasil nos marcos do projeto nacional-desenvolvimentista” (FAINGUELERNT, 2016, p. 249).

Assim, a partir da observação de diversas medidas adotadas ao longo de três governos do Partido dos Trabalhadores, surgiu o interesse em analisar quais eram, afinal, os

reais impactos das políticas de combate às desigualdades adotadas no período daquele governo considerado de esquerda? Em comparação com a fase neoliberal, quanto mudou o país?

Durante o período aqui abordado (1994-2014), o Brasil teria sido marcado por uma polarização política e ideológica. Cada polo teria diferentes matrizes econômicas, com diferentes modelos de sociedade – à direita, o Neoliberalismo, predominante nos anos 1990 e início dos anos 2000; à esquerda, o Novo Desenvolvimentismo, que vigorou entre 2003 e o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

A seguir, serão apresentados os dois extremos dessa oposição. De um lado, o Neoliberalismo, modelo econômico e político que norteou reformas institucionais e econômicas dos dois governos do PSDB (1995-2002). De outro lado, o Novo Desenvolvimentismo (ou Neodesenvolvimentismo), modelo de desenvolvimento preconizado pelo governo PT (2003-2016), apresentado como um contraponto ideológico, econômico e político ao Neoliberalismo dos governos anteriores.

2. NEOLIBERALISMO

No Brasil, a redemocratização se deu nos anos 1980 e teve como marco a elaboração e a implementação da nova Carta Constitucional (1988), inspirada nos Estados de Bem-Estar europeus, que priorizou Direitos Sociais e políticos. No setor econômico, o período registrou altas taxas de inflação, estagnação da economia e a dificuldade de controlar o aumento da dívida externa.

A democratização política trouxe consigo a expectativa de melhorias econômicas e sociais que transformassem as vidas de milhões de pessoas que viviam em situação extremamente precária, de miséria.

Como uma das características dos governos autoritários é a intervenção estatal na economia e o monopólio de uma série de atividades econômicas (telefonia, exploração de minérios e petróleo, etc.) e de prestação de serviços (saúde, educação, previdência), o apelo por mudanças que minimizassem a atuação do Estado foi acatado pelos governos eleitos democraticamente. Com exceção do Chile e da Argentina, que adotaram medidas neoliberais já nos anos 1970 e sob ditaduras militares, outros países da região passaram a implementar as reformas neoliberais mais acentuadamente nos anos 1980-90, com as eleições de governos inspirados pela ortodoxia liberal:

[...] as primeiras grandes experiências de “ajuste” neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na

Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez Hoz. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente Argentina, dessa vez com Menem; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, com Collor a Cardoso (MORAES, 2001, p. 33).

A partir do final da década de 1980, as Políticas Sociais em toda a América Latina sofreram transformações direcionadas pelo “Consenso de Washington” (1989), marco do Neoliberalismo. Se política e institucionalmente a região estava em pleno processo de redemocratização, nos campos econômico e social os governos eleitos entre o fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 (no Brasil, Fernando Collor de Mello, seu vice-presidente, Itamar Franco, e dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso) implementaram medidas e programas de reestruturação que seguiam à risca as recomendações de agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, organismos não democráticos, mas que interferiram (e interferem) intensamente na organização e no funcionamento das novas democracias que se restabeleciam na América Latina. Ou seja: o Brasil democratizava sua política e suas instituições, mas permanecia atendendo a interesses alheios à realidade e às necessidades da sociedade, principalmente das populações mais pobres, marcadas por desigualdades abissais.

A promessa era de que as medidas recomendadas e acatadas pelos governos transformariam a realidade social, a partir de reformas estruturais que preconizavam a minimização do papel do Estado, a privatização de empresas e serviços estatais (como telefonia, energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, etc.) e a flexibilização das legislações e dos Direitos Trabalhistas.

Em seus discursos, o Banco Mundial e os governos afirmavam que medidas como a abertura do mercado, a desregulamentação da economia, a privatização em massa de bens e serviços estatais, enxugamento de gastos do Estado por meio da redução de Direitos Sociais e trabalhistas, etc. deveriam ser feitas em nome do povo², para o bem dos pobres (PEREIRA, 2013, p. 371). Alegava-se que o Estado, além de ineficaz para gerir determinadas atividades, desempenhava o papel de uma espécie de “Robin Hood” invertido (MORAES, 2001, p. 36), transferindo benefícios a pessoas ricas, e que as privatizações de bens e

² Um exemplo é a campanha iniciada no governo de Fernando Collor de Mello pela desestatização. Nas vinhetas, o Estado era representado por um elefante: gigante, lento, ineficaz, desastrado, que precisava ser substituído pela agilidade e pela eficiência do Mercado. Os quatro vídeos estão disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=ljQjA211_d8; <https://www.youtube.com/watch?v=2WfChfvOO4I>; <https://www.youtube.com/watch?v=1T5oXJOIZm0>; e <https://www.youtube.com/watch?v=E95IYJ1DtD8>. Acesso em: 27 de janeiro de 2021.

serviços melhorariam sua qualidade, por meio da competitividade dos prestadores de serviço no mercado, e realizariam justiça social.

As transformações resultariam na ampliação da oferta e da concorrência e na melhoria dos serviços públicos, que não mais seriam estatais, mas prestados pela iniciativa privada – daí a utilização do termo “público não-estatal” no Projeto de Reforma do Estado³, elaborado por Luís Carlos Bresser Pereira, ministro do MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

Na prática, as mudanças estabelecidas, como a redução de gastos do setor público, impactaram diretamente na forma, no alcance e na qualidade das Políticas Sociais, com reflexos bastante perversos para diversas camadas da população mais pobre.

Muitos direitos de cidadania perderam seu caráter universalista e passaram a ser Políticas Sociais focalizadas, destinadas “aos mais pobres dentre os pobres” e a camadas e grupos específicos da sociedade (FAGNANI, 2005), movimento acompanhado da redução de Direitos Trabalhistas e da flexibilização do mundo do trabalho, o que resultou na precarização das condições de vida de milhões de pessoas em toda a região.

A reforma do aparelho estatal brasileiro fez com que Direitos Sociais passassem a ser tratados como “serviços não exclusivos do Estado”, o que fez com que este deixasse de ser o principal responsável pelo fornecimento de “serviços”/ direitos, como previdência, saúde e educação, que passaram a ser prestados pelo setor privado, o que resultou em uma mudança crucial: direitos destinados a cidadãos passaram a ser serviços que poderiam ser comprados por aqueles que estivessem dispostos a pagar por eles. Cidadãos passaram a ser identificados como consumidores, o que caracterizou o desmonte da proposta de um Estado Social preconizado pela Constituição Federal de 1988.

A respeito do descompasso entre a Carta Constitucional de 1988, que propunha um modelo de Estado de Bem-Estar no Brasil, e a realidade dos anos que se seguiram, Paiva (1991) observa que propostas teóricas e realidade não raro se desencontram, o que explicaria o anacronismo do texto constitucional, inspirado no Welfare State, mas implementado em plena consolidação das políticas neoliberais, que propunham exatamente o fim do Estado de Bem-Estar Social.

O Plano Real (1994) viabilizou o controle da inflação, a estabilidade da nova moeda e o equilíbrio da economia, mas o desempenho da indústria foi baixo, e os níveis de

³ Ver Brasil (1995).

desemprego e de trabalho informal eram alarmantes. Segundo o IBGE (2016), em 2002 49,8% dos trabalhadores brasileiros ocupavam vagas informais⁴, e a taxa média de desemprego nas regiões metropolitanas era de 12,4%. Assim, a insatisfação era generalizada, entre os trabalhadores e entre o empresariado.

O cenário de insatisfação levou ao descrédito do modelo recomendado pelas agências multilaterais e fez com que alguns economistas que haviam se engajado na defesa do Estado mínimo (ou, como preferem alguns estudiosos, defensores das chamadas políticas ortodoxas) revisassem e criticassem as medidas inspiradas na ortodoxia liberal, como Joseph Stiglitz, ex-presidente do Banco Mundial, e o ex-ministro da Reforma do Estado no Brasil, Luís Carlos Bresser Pereira, que, no início dos anos 2000, se tornou um dos principais mentores do Novo Desenvolvimentismo, modelo de desenvolvimento adotado pelos governos brasileiros dos primeiros quinze anos do século XXI.

3. NOVO DESENVOLVIMENTISMO, SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO OU NEODESENVOLVIMENTISMO

O Desenvolvimentismo foi um modelo de desenvolvimento adotado em diversos países da América Latina, caracterizado por impulsionar a industrialização a partir da intervenção do Estado. No Brasil, a industrialização por substituição de importações (ISI) levou à criação de empresas nacionais responsáveis pela indústria de base (mineração, metalurgia, siderurgia e petróleo).

Para alguns autores, a vertente brasileira do Desenvolvimentismo teve como característica o fato de ter sido implementado em governos autoritários: o Estado Novo (1937-45) e a ditadura militar (1964-85). O modelo de desenvolvimento adotado durante o breve período democrático (1946-1964), para alguns estudiosos, é denominado Nacional-Desenvolvimentismo, também intervencionista, mas distingue-se por ter ocorrido em um período democrático e pelo seu caráter nacionalista, respaldado, teórica e ideologicamente, pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) (DINIZ, 2011).

Não há uma definição específica sobre o Novo Desenvolvimentismo nem mesmo entre seus proponentes e estudiosos. Em termos gerais, pode-se dizer que Diniz e Sicsú, Paula e Renalt, em concordância com Bresser-Pereira e diversos economistas que assinaram um manifesto do Novo Desenvolvimentismo, publicado pelo CEMACRO (Centro de Estudos

⁴ A informalidade implica que o trabalhador não possui carteira de trabalho assinada, o que significa que não há garantias de seus direitos trabalhistas, como férias remuneradas, décimo terceiro salário, aposentadoria, etc.

de Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento), intitulado *Dez teses sobre o Novo Desenvolvimentismo*, assim o definiriam: “uma alternativa de política de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social, buscando estimular o debate em torno da constituição de um programa alternativo ao projeto neoliberal.” (SICSÚ; PAULA; RENALT, 2007 p. 508; DINIZ, 2011, p. 513).

Inspirado no Keynesianismo e na “visão cepalina neo-estruturalista” (SICSÚ; PAULA; RENALT, 2007, p. 509), o Novo Desenvolvimentismo pretendeu estabelecer uma série de políticas macroeconômicas que possibilitassem o desenvolvimento por meio do aumento da produção, de mudanças estruturais, sustentabilidade em longo prazo e justiça distributiva, tudo promovido pelo Estado, que deve ser “ativo na busca do crescimento econômico”, em oposição à ortodoxia (MOLLO; FONSECA, 2013, p. 222-224).

Diferentemente do Desenvolvimentismo e do Nacional Desenvolvimentismo, a intervenção estatal na industrialização ocorreria a partir de investimentos e medidas de estímulo à produção, ao consumo e à geração de empregos, e não mais como Estado-empresa; da ampliação de políticas de aumento da renda familiar; do aumento do salário mínimo; do estímulo à indústria privada nacional, restabelecendo “a tradicional coalizão entre empreiteiras da construção pesada e leve, fornecedores de insumos e equipamentos e seus empregados com o governo.” (ERBER, 2011, p. 46). Trata-se, assim, da implementação de um “Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte” (SICSÚ; PAULA; RENALT, 2007, p. 509).

Eli Diniz (2011) aponta divergências entre o Novo Desenvolvimentismo e as medidas efetivamente adotadas pelo governo, as quais ela e outros autores, como Fábio Erber, denominam Neodesenvolvimentismo. Eli Diniz (2011, p. 520) afirma que, para Fabio Erber,

[...] o neodesenvolvimentismo opera um aggiornamento da antiga proposta desenvolvimentista [...] Embora tendo a mesma matriz teórica da convenção novo-desenvolvimentista, dela se distingue pela aceitação da política macroeconômica ortodoxa, cerne da convenção institucionalista restrita, aspecto esse explícita e fortemente rejeitado pelos novos-desenvolvimentistas.

A título de esclarecimento, neste trabalho o termo empregado para designar a estratégia de desenvolvimento adotada no Brasil entre 2003 e 2014 será Neodesenvolvimentismo.

4. A PRÁTICA: O QUE AS POLÍTICAS SOCIAIS REVELAM SOBRE OS DIFERENTES MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

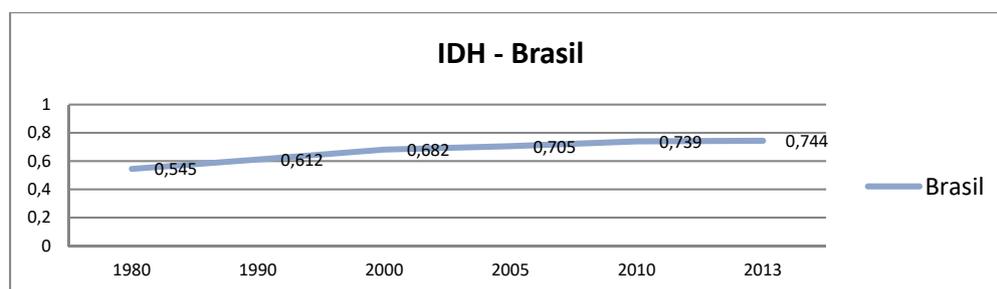
Muitos trabalhos e pesquisas de avaliação das Políticas Sociais de combate à desigualdade, implementadas ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, analisaram os dados de cada uma das medidas adotadas, isoladamente, e a evolução dos montantes destinados a cada política, bem como do público atingido em cada uma delas.

Contudo, as desigualdades sociais permaneceram existindo, a despeito da propaganda sobre as Políticas Sociais implementadas. É necessário, portanto, avaliar dados mais amplos, relacionados às condições de vida da população brasileira, e não apenas os dados isolados das Políticas Sociais adotadas.

4.1 Índice de Desenvolvimento Humano

Uma das maneiras de averiguar os avanços no combate às desigualdades em todo o mundo é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), instrumento adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014, online), “medida média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país”, em três áreas consideradas fundamentais: saúde (expectativa de vida), educação (acesso ao conhecimento, calculado pela média de anos dedicados à escolaridade) e renda (“medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência”) (PNUD, 2014, online).

Gráfico 1 – IDH no Brasil

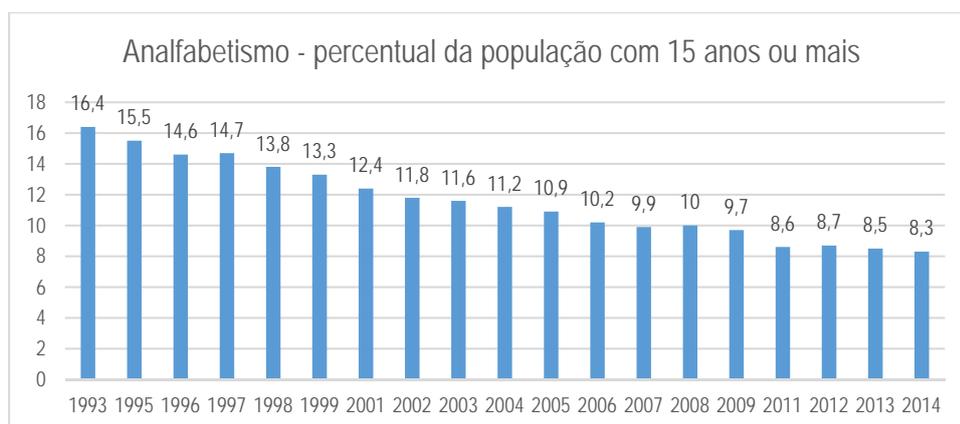


Fonte: Elaborado pela autora, com dados do PNUD – RDH (2014) (2020).

O IDH do Brasil do período que abarca os anos 1980 (a chamada “década perdida”), os anos 1990 (do Neoliberalismo) e a primeira década do século XXI (do Novo Desenvolvimentismo) revela algo curioso: no caso brasileiro, a variação do IDH no período neodesenvolvimentista é menor do que a variação nos períodos anteriores. Entre 1980-90, o IDH passou de 0,545 para 0,612 (< 0,067); entre 1990-2000, passou de 0,612 para 0,682 (<0,07); e de 2000 a 2013 passou de 0,682 para 0,744 (<0,062).

Apesar da ampla diversidade de medidas econômicas e de Políticas Sociais implementadas ao longo do período dos governos do Partido dos Trabalhadores (Bolsa Família, Pac I e II, PROUNI, etc) desigualdades persistem, mesmo em setores tão básicos quanto educação e saneamento.

Gráfico 2 – Analfabetismo no Brasil



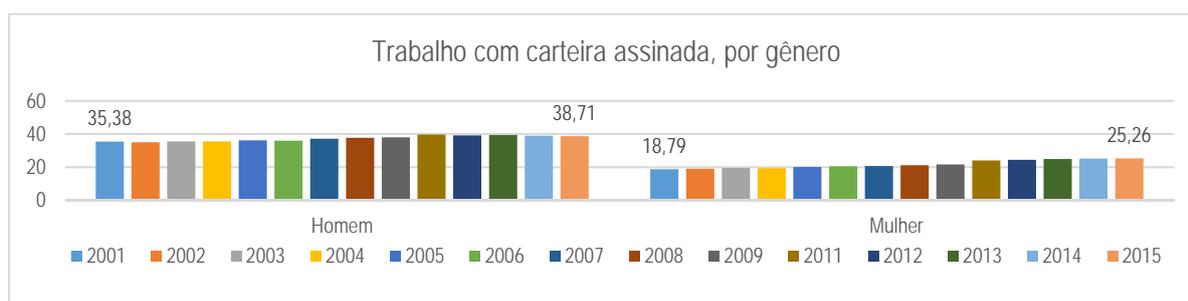
Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IBGE (2020).

Se comparados os períodos neoliberal e dos governos PT, percebe-se que a redução do índice de analfabetismo foi similar: no período dos dois governos do PSDB (1995-2002), houve uma redução de 3,7%; no período do PT (2003-2014), a redução foi de 3,3%.

4.2 Trabalho formal, valorização do salário e renda

Wanderley Guilherme dos Santos (1979) refere-se à existência de diferentes níveis de cidadania, a partir do acesso aos diversos Direitos Sociais, em especial os Direitos Trabalhistas, aos quais somente têm pleno acesso aqueles trabalhadores com carteira de trabalho assinada pelos patrões.

Gráfico 3 – Trabalho com carteira assinada, por sexo



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IBGE (2020).

Nesse quesito, houve uma mudança significativa para as mulheres, que passaram a ter mais empregos formais e, portanto, acesso a direitos como a licença-maternidade remunerada. Para os homens, no entanto, as mudanças não foram profundas.

Foi em relação ao aumento da renda familiar que se verificou uma mudança positiva e importante. A política de valorização do salário mínimo foi a grande responsável pela

redução da desigualdade de renda. Se compararmos os períodos neoliberal e neodesenvolvimentista, percebe-se que foi mantida a tendência de aumento do salário mínimo iniciada com a implementação do Plano Real.

Gráfico 4 – Evolução do salário mínimo

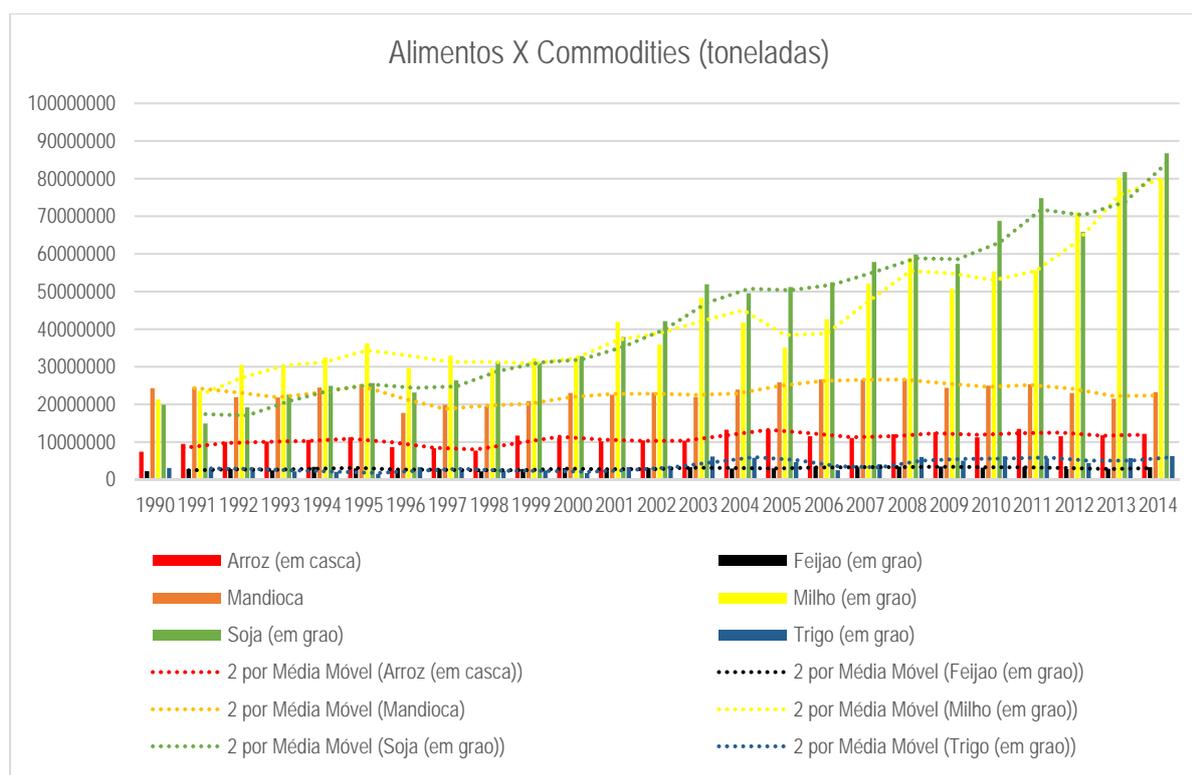


Fonte: Elaborado pela autora, com dados do DIEESE (2020).

Levando em consideração que o valor do salário mínimo é determinado no final do ano anterior, serão considerados os valores do salário mínimo de 1995 (o primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso) a 2003 (o último aumento concedido por FHC) para o PSDB, e de 2003 (o primeiro ano do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva) a 2015 (o último aumento concedido por Dilma Rousseff em seu primeiro mandato) para o PT. No período 1995 a 2003, o valor do salário mínimo aumentou 2,4 vezes, em dois mandatos do PSDB. No período seguinte, de 2003 a 2015, dos três governos do PT, o valor do salário mínimo aumentou 3,2 vezes. Se considerados apenas os dois mandatos de Lula, para comparar com os dois mandatos de FHC, o aumento foi de 2,3 vezes, equivalente aos dois mandatos do tucano.

4.3 Segurança alimentar e o uso da terra

Segundo o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2008, p. 6), a produção de commodities passou a ser o principal objetivo do setor agrário: “a produção de alimentos não tem mais o objetivo primeiro de abastecer a população do estado nacional onde ele é produzido”.

Gráfico 5 – Alimentos e Commodities

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2020).

Note-se que a produção de arroz, feijão e mandioca, alguns dos ingredientes mais básicos da alimentação dos brasileiros, quase não se altera ao longo dos anos. No entanto, a colheita de produtos como a soja e o milho, utilizados para a fabricação de ração animal e combustíveis, cresceu vertiginosamente.

A questão fundiária foi e continua sendo um dos problemas centrais relacionados à desigualdade que caracteriza o Brasil. O predomínio de latifúndios, em detrimento de pequenas e médias propriedades, acarreta diversas consequências, muito mais profundas e complexas do que a concentração da posse da terra em poucas mãos.

No Brasil, a maior parte da produção dos alimentos que chegam aos pratos dos brasileiros ocorre em pequenas e médias propriedades – de acordo com o último Censo Rural, cerca de 70% da comida dos brasileiros é produzida pela agricultura familiar.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010) chama a atuação dos dois mandatos de Lula de “não reforma agrária e contrarreforma agrária no Brasil do governo Lula”. De acordo com Oliveira (2010), ao longo do primeiro mandato (2003-2006) foi implementado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que estabeleceu onze metas para o INCRA (metas de reforma agrária, crédito financeiro aos pequenos produtores, ampliação e regulamentação do

trabalho no campo, regularização fundiária, etc.), que se estenderiam de 2003 a 2007, incluindo, portanto, parte do segundo mandato de Lula.

O governo de Fernando Henrique Cardoso divulgou dados que indicavam a capacidade de assentar, entre 1995 e 2002, 475.334 novas famílias. Foram efetivamente assentadas 424.381 famílias – um total de 89,3% da capacidade divulgada.

Já nos governos do PT, a capacidade de novas famílias a serem assentadas era de 423.439. Foram assentadas 375.967 novas famílias – 88,8% da capacidade anunciada.

Tanto em números absolutos quanto proporcionalmente (considerando que os tucanos exerceram dois mandatos, e os petistas três mandatos), o PSDB de Fernando Henrique Cardoso assentou 48.414 famílias mais do que o Partido dos Trabalhadores. Somente essa diferença é mais que o dobro de novas famílias assentadas em todo o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), que foi de 12.630 famílias.

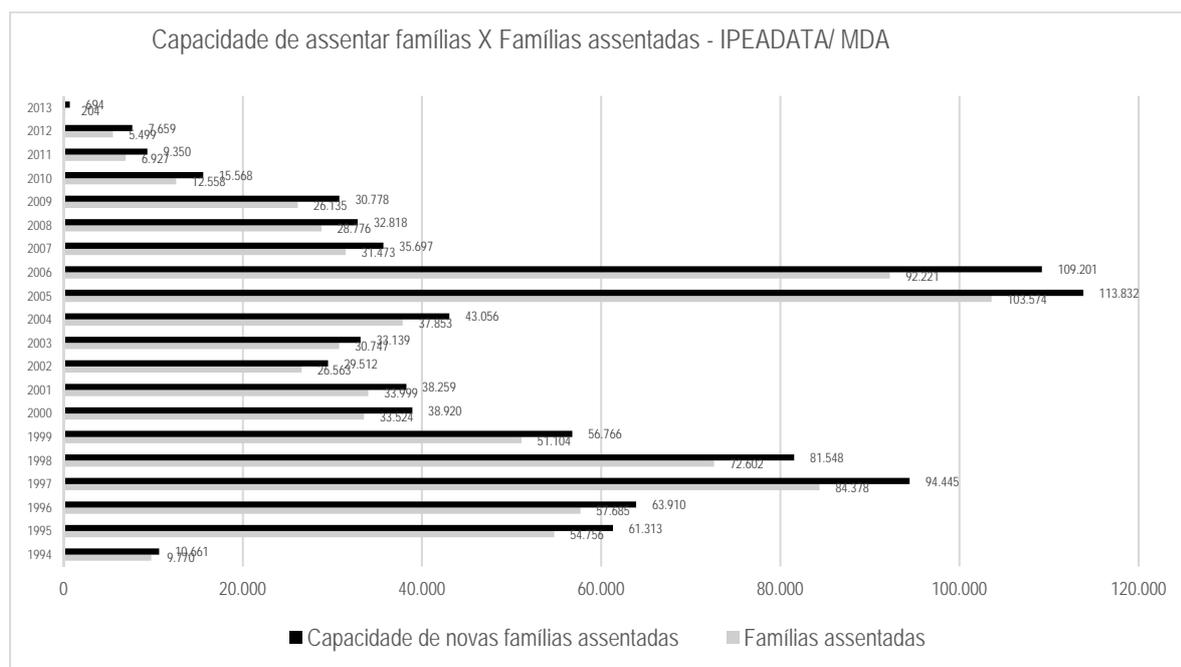
O compromisso orgânico da militância dos movimentos camponeses com o Partido dos Trabalhadores, junto com alguns impactos não previstos de programas como o Bolsa Família, resultou em um êxodo rural e no esvaziamento do movimento pela Reforma Agrária. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de famílias em ocupações e acampamentos do movimento camponês diminuiu drasticamente, ano após ano, desde 2003. Uma das explicações apontadas por estudiosos e apoiadores da questão agrária, como Plínio de Arruda Sampaio, Clifford Andrew Welch, Dom Tomás Balduino, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre outros, é que “o refluxo dos movimentos de massas e o fluxo dos recursos financeiros governamentais canalizados para as políticas compensatórias (bolsas de todos os tipos e estilos etc.), estariam aquietando aqueles que lutaram bravamente pela reforma agrária nos últimos trinta anos” (OLIVEIRA, 2010, p. 309). Para receber o benefício do Bolsa Família, as crianças devem estar matriculadas em escolas da rede pública, o que fez com que milhares de famílias deixassem os acampamentos, os assentamentos e as ocupações no campo para viver nas cidades.

A partir de 2008 a situação ficou ainda mais grave. O II PNRA terminou em 2007, e o III PNRA não incluía em sua agenda a continuidade da reforma agrária, desobrigando o governo de qualquer compromisso, e sem a existência da militância camponesa organizada para pressionar o governo federal, como fora até alguns anos antes.

“O início do ano de 2008 revelou a substituição da política oficial de reforma agrária, garantida pelo II PNRA, pela regularização fundiária como política oficial do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (OLIVEIRA, 2010, p. 310). Em março de 2008, o governo publicou a MP 422, convertida na Lei 11.763/08, que assegurou a regulamentação de terras

ocupadas por grileiros, inclusive em áreas maiores do que o estabelecido pela Constituição. A maior parte dessas regulamentações ocorreu na Amazônia Legal, no Estado do Pará – então governado pelo PT –, e beneficiou madeireiras. Ou seja: as prerrogativas legais que deveriam servir para realizar a reforma agrária foram utilizadas para legalizar terras de grilagem e a extração de madeira na Amazônia.

Gráfico 6 – Capacidade de novas famílias a serem assentadas X Novas famílias efetivamente assentadas



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IPEADATA/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (2020).

5. A CRÍTICA AO NEODESENVOLVIMENTISMO

Entre os críticos da política econômica e das estratégias de desenvolvimento adotadas pelos governos PT, os termos Novo Desenvolvementismo, Neodesenvolvementismo e Social Desenvolvementismo são empregados de maneira indiscriminada, como sinônimos.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012) considera o modelo uma espécie de “jabuticaba”⁵ ruim. Seria um exercício teórico-ideológico, elaborado por grupos ligados às elites econômicas e ao governo com a finalidade de tornar palatável aos movimentos sociais e de esquerda o que de fato seria o modelo adotado: uma combinação de elementos neoliberais, como o “compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital

⁵ Seria um fenômeno tipicamente brasileiro, o que não se confirma, pois o manifesto do Novo Desenvolvementismo é assinado por economistas de renome internacional, como Alice Amsden e Adam Przeworski.

internacional” (SAMPAIO JR., 2012, p. 679) e do velho Desenvolvimentismo, tais como o “comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social” (SAMPAIO JR., 2012, p. 679). O problema, segundo o autor, é que não há questionamentos sobre a “possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia” (SAMPAIO JR., 2012, p. 680).

Para o autor, a combinação que compõe o Neodesenvolvimentismo faz com que sejam abstraídos

[...] os nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista, dependência estrutural da exportação de *commodities* e revitalização do latifúndio do extrativismo – estruturas típicas da economia colonial. Por fim, a opção por ficar na superfície dos fenômenos impede que se vejam os vínculos indissolúveis entre burguesias rentistas, discriminação contra o investimento produtivo, ajuste fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno e precariedade das políticas públicas. (SAMPAIO JR., 2012, p. 682).

O Neodesenvolvimentismo também ampliou o financiamento estatal para a produção de *commodities* ligadas ao agronegócio e à exploração de minérios, com altos custos ambientais e sociais. Dados do próprio governo relativos ao período 2011-2014, divulgados em campanha publicitária governamental⁶, confirmam que, sozinho, o agronegócio recebeu quase o dobro da soma de todos os montantes destinados a programas de cunho social. Segundo a campanha, entre 2011 e 2014, foram destinados, em reais: 90,6 bilhões ao Programa Bolsa Família; 42,6 bilhões a medicamentos distribuídos gratuitamente; 2,3 bilhões ao Programa Mais Médicos; 89,4 bilhões ao Minha Casa, Minha Vida; 27,5 bilhões ao FIES (Fundo de Financiamento Estudantil, para financiar estudantes em instituições privadas de Ensino Superior); 15,1 bilhões ao PRONATEC (Ensino Técnico) e 2,1 bilhões em renúncia fiscal para o PROUNI; 79,1 bilhões no Plano Safra, para a Agricultura Familiar, e 514,5 bilhões de reais para o agronegócio – aos que forem assistir ao vídeo, atenção para a narração, que não menciona o valor entregue aos ruralistas, que apenas aparece na tela.

Plínio Sampaio Jr. (2017) considera mesmo que o agronegócio foi a principal atividade econômica exportadora que sustentou os índices de crescimento do PIB e que calçaram os governos Lula e Dilma. Os índices de desempenho relativamente bons da economia decorriam do cenário internacional de valorização das *commodities* – conjunturais,

⁶ O programa “PT na TV: Programa partidário - 06 de agosto de 2015” foi exibido em rede nacional de televisão e está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RU3PYVcelmc>. Acesso em: 27 de janeiro de 2021.

portanto. Já as consequências da aposta no agronegócio como motor-chefe da economia nacional representaram um processo de desindustrialização, apontado por diversos economistas, como Reinaldo Gonçalves (2011).

Para Sampaio Jr. (2017), o continuísmo neoliberal nos anos PT é perceptível em diversos sentidos, desde a orientação econômica até ideologicamente. Os governos de Lula e Dilma não propuseram nem efetivaram mudanças que alterassem o padrão de consumo, o desemprego estrutural e a concentração de renda (SAMPAIO Jr., 2017). Ao contrário, o que se deu foi uma política de inclusão pelo consumo (perversa, segundo o autor, pois insustentável, porque provoca o endividamento das famílias mais pobres), um crescimento relativo do emprego formal e o aumento da concentração de renda. De acordo com Sampaio Jr. (2017, p. 147),

Até no plano ideológico os governos Lula e Dilma permaneceram perfeitamente enquadrados no ideário do neoliberalismo. A cartilha neoliberal ganhou nova credibilidade no discurso e na prática de lideranças que tinham um passado vinculado às lutas sociais, reforçando ainda mais os valores e o padrão de sociabilidade neoliberal. (...) Não é de estranhar o refluxo do movimento de massas e o processo de desorganização e fragmentação que atingiu, sem exceção, todas as organizações populares.

Vistas em perspectiva histórica, as semelhanças entre os governos progressistas e os conservadores são muito maiores do que as diferenças. Dilma, Lula, FHC, Itamar e Collor de Mello fazem parte da mesma família – o neoliberalismo – cada um responsável por um determinado momento do ajuste do Brasil aos imperativos da ordem global.

Reinaldo Gonçalves (2011) não emprega nenhum dos termos que designariam a estratégia de desenvolvimento adotada pelos governos brasileiros a partir de 2003, em nenhum de seus prefixos (Novo, Neo, Social Desenvolvimentismos). Baseado em dados do desempenho da economia brasileira no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Gonçalves afirma que o modelo adotado caracterizou um “Nacional Desenvolvimentismo às avessas”.

Segundo o autor, o Nacional Desenvolvimentismo (em referência ao pensamento cepalino dos anos 1950-60) teria como estratégia o crescimento econômico “baseado na mudança da estrutura produtiva (industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural” (GONÇALVES, 2011, p. 2) e significaria o deslocamento “do poder econômico e político na direção da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras e recursos naturais” (GONÇALVES, 2011, p. 2). Em suma, o Nacional Desenvolvimentismo pretendia industrializar; exportar produtos primários e industriais; investir em produção e inovação tecnológica, a fim de proporcionar autonomia tecnológica ao país;

transformar a estrutura social de concentração de riqueza. No governo Lula, teria ocorrido exatamente o oposto do que seriam os princípios desenvolvimentistas:

- Desindustrialização e dessubstituição de importações: a participação da indústria de transformação no PIB foi reduzida de 18% em 2002 para 16% em 2010, e as importações subiram de 11% em 2002 para 16,4% em 2010 (GONÇALVES, 2011, p. 3);

- Reprimarização das exportações: ao invés de aumentar a participação dos produtos industrializados nas exportações brasileiras, durante o governo Lula os produtos manufaturados caíram de 56,8% das exportações para 45,6%, ao passo que a exportação de *commodities* (ligadas à produção do agronegócio e de mineração) passaram de 25,5% em 2002 para 38,5% em 2010; já as importações de produtos industrializados passaram de 10,9%, em 2002, para 16,5% em 2010. Os maiores problemas da reprimarização não são os índices de exportação, mas o fato de que isso significa altos investimentos nos setores de agropecuária e de mineração, atividades com altíssimo impacto ambiental e humano, seja pela manutenção da concentração de terras (que implica sangrentas disputas territoriais com populações indígenas e tradicionais), seja pelo uso intensivo de agrotóxicos na produção de *commodities* e produtos químicos na mineração. Exemplos recentes desses custos, infelizmente, são numerosos: o rompimento da barragem de detritos de minérios, em Mariana-MG, em 2015, comprometeu irreversivelmente a fauna e a flora de toda uma bacia hidrográfica, além de ter ceifado 19 vidas humanas; e os rompimentos das barragens de Jacareí-SP e Brumadinho-MG mataram centenas de pessoas, com impactos ambientais e sociais ainda não mensurados (GONÇALVES, 2011, p. 4).

- Concentração de capital e desnacionalização: segundo Gonçalves (2011), no governo Lula houve aumento da concentração de capital entre as 500 maiores empresas do país, com aumento da presença de capital estrangeiro nas empresas, no setor agrícola, que registrou aumento das grandes propriedades, que eram 51,6% em 2002 e passaram a ser 56,1% em 2010. O mesmo ocorreu no setor financeiro, que registrou significativo aumento de concentração de capital: entre os bancos privados do país, a concentração de capital saltou de 29,5% em 2002 para 47,8% em 2010.

Para Boito Jr. (2012, p. 6), o “neodesenvolvimentismo é o Desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal”. Ou seja, o modelo teria mantido as principais características do Neoliberalismo, como Políticas Sociais focalizadas e privatização de serviços, mas mesclaria elementos do antigo Desenvolvimentismo, como a intervenção estatal em contraposição à ortodoxia neoliberal.

O Neodesenvolvimentismo tem como proposta conciliar o desenvolvimento econômico com equidade social, configurando-se em alternativa ao Neoliberalismo. Sob a

égide neodesenvolvimentista o Brasil enriqueceu, e o governo implementou políticas que, em um primeiro momento, pareciam resultar em redução das taxas de pobreza extrema.

Contudo, diversas medidas adotadas por governos neoliberais foram mantidas nos governos neodesenvolvimentistas: Políticas Sociais focalizadas; privatização de serviços (aeroportos, serviços hospitalares de hospitais universitários, pré-sal); manutenção de mecanismos para atingir metas estabelecidas por organismos financeiros internacionais, como a Progressão Continuada e a política de superávit fiscal.

A economista Laura Carvalho (2018) destaca que o primeiro mandato de Dilma Rousseff foi marcado por um forte ajuste fiscal, que levou a grandes cortes de investimentos do governo federal, já a partir de 2011. A partir de 2012, o governo Dilma deu início a uma série de concessões de serviços públicos à iniciativa privada (ferrovias, aeroportos e rodovias), por meio do Programa de Investimento em Logística, no qual a empresa que assumisse a concessão deveria prestar melhorias na infraestrutura de transporte. Com a redução dos investimentos do governo federal, “difícilmente se atribui a alcunha de ‘desenvolvimentista’ a um modelo em que os investimentos públicos em infraestrutura não são protagonistas” (CARVALHO, 2018, p. 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, desmanche das tradições políticas, sociais e culturais que outrora costuravam e resguardavam a sociedade, ausência de saídas progressistas confiáveis (elas mesmas mergulhadas na desilusão e na desmoralização) – **tudo isso prepara o caminho para a emergência de um louco que tenha soluções radicais**, aquelas que parecem ser o único ponto firme num mundo em que tudo naufraga [...]* (MORAES, 2001, p. 138, grifos meus).

As semelhanças dos resultados das diversas medidas adotadas nos dois governos do PSDB e nos três governos do PT sugerem que a postura e o discurso ideológico do partido que ocupa o poder não desempenham papel de destaque nas ações implementadas, pois há limites, impostos pelo próprio sistema político e econômico, que barram quaisquer possibilidades de reformas que alterem em maior profundidade os privilégios da elite econômica e política.

Simplificando uma interpretação da leitura de Florestan Fernandes (1976), pode-se dizer que países de **Capitalismo Dependente** são como uma espécie de “classe média” do sistema capitalista: não são atrasados nem uma anomalia, mas uma parte da estrutura do Capitalismo mundial. São o que devem ser dentro do sistema capitalista.

Não é que o Estado e a política não tenham mudado ao longo dos anos, desde a Proclamação da República no Brasil. É que as mudanças ocorrem para que as estruturas que sustentam uma das sociedades mais desiguais do planeta não sejam abaladas, ao melhor estilo “Gattopardo”: “mudar para que tudo continue igual”⁷. A falta de distinção entre discursos, projetos e práticas políticas, tanto por parte dos partidos políticos quanto dos diversos governos, amplia o distanciamento entre o mundo da política e o cidadão comum, sinalizando uma cisão entre representantes e representados e, conseqüentemente, uma crise no sistema representativo.

Diversos autores das Ciências Humanas identificam no poder dos latifundiários um dos motivos que retardaram avanços sociais no Brasil, pelo menos desde o século XIX. A aliança dos governos PT com o setor agrário no século XXI manteve o mesmo problema, já que tal aliança se sobrepôs à reforma agrária e até mesmo ao aumento da produção de alimentos, comprometendo a pauta do combate à fome e a luta pela segurança alimentar, bandeiras que sempre acompanharam o partido e a esquerda brasileira – e que resultou, inclusive, em um processo de desindustrialização (GONÇALVES, 2011).

As similaridades dos dados das políticas adotadas e também de outras e antigas práticas, que remetem ao Patrimonialismo, ao Coronelismo e ao que de mais autoritário existe em nossa Cultura Política, alimentam um círculo vicioso de alienação, indiferença e mesmo de desconfiança dos cidadãos com o universo político, a democracia e suas instituições. Ao contrário do discurso de polarização de ideias e projetos, Lula e Dilma conseguiram, por exemplo, constituir maioria parlamentar para aprovar: a) duas reformas da previdência, que precarizaram as condições de ingresso e de aposentadoria dos servidores públicos – coisa que FHC jamais conseguiu aprovar, porque tinha o PT na oposição, barrando esse tipo de perda de direitos; b) a Reforma do Código Florestal, favorável aos ruralistas e facilitadora do desmatamento; c) a implementação de Belo Monte, projeto de duvidosa eficácia, que remonta aos projetos do regime militar, e realizado à revelia dos movimentos indígena, ambiental, dos povos ribeirinhos e dos atingidos por barragens. No entanto, reformas que poderiam mexer na concentração de renda e riqueza, como uma reforma tributária que taxasse grandes fortunas e tornasse a tributação progressiva, nunca saíram do discurso. Basta lembrar as inúmeras tentativas do então Senador Eduardo Suplicy de discutir um projeto de lei que estabelecesse uma Renda Mínima, sem jamais ser recebido por Dilma Rousseff enquanto ela esteve na Presidência da República.

⁷ Referência à obra de Tomasi di Lampedusa (1984), *Il Gattopardo*, que narra a decadência da aristocracia italiana. Em determinado momento, o Príncipe Dom Fabrizio afirma que é preciso que tudo mude, para tudo permanecer como está.

Nas análises desenvolvidas pela CEPAL, inspiradas em estudos realizados desde os anos 1930, uma mudança no quadro de desigualdades que caracterizam o sistema econômico mundial somente seria possível a partir de planejamento e intervenção estatal, pois “o movimento das forças espontâneas do mercado *não é linear nem progressivo: é circular e vicioso*. Daí, a industrialização da América Latina só encontraria saída através de uma *ruptura*, um ato político” (MORAES, 1995, p. 39, grifos do autor).

O problema é que a ruptura nunca ocorreu, pelo menos não no sentido de efetivar medidas e reformas que abalassem o sistema de desigualdades em que vivemos – o que se verifica na prática das políticas adotadas em diferentes períodos e seus impactos sobre as desigualdades.

REFERÊNCIAS

- BOITO Jr., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS*, 9, 2012, São Paulo. São Paulo: FGV: EESP, 2012. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Presidência da República: Câmara da Reforma do Estado: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- DINIZ, Eli. O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo (2000/2010). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 493-531, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n4/01.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.
- ERBER, Fábio. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 31-55, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n1/a02v31n1.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.
- FAGNANI, Eduardo. *Política Social no Brasil (1964-2002): entre a Cidadania e a caridade*. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.
- FAINGUELERNT, Maíra Borges. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v.19, n. 2, abr./jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt_1809-4422-asoc-19-02-00245.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimentismo às avessas. *In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS*, 1, 2011, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Séries Históricas e Estatísticas*. Brasília, DF: IBGE, 2016. Disponível em: https://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7. 28 nov. 2018.
- IPEADATA. Base de dados sociais, macroeconômicos e regionais organizado e mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- MOLLO, Maria de Lourdes R.; FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo e Novo Desenvolvimentismo: Raízes Teóricas e Precisoões Conceituais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 222-239, abr.-jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. *Celso Furtado: O subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL*. São Paulo: Ática, 1995.
- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. *Neoliberalismo: de onde vem? Para onde vai?* São Paulo: Ed. Senac, 2001.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A questão Agrária no Brasil: Não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. *In: Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- PAIVA, Vanilda. Educação e Bem-Estar. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 39, p. 161-199, 1991.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural dos anos 1980. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/15.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano RDH 2014 – Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. New York: UNDP, 2014. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html#2014> Acesso em: 12 jul. 2015.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: Amarante Editorial, 2017.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; RENALT, Michel. Por Que Novo-Desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a01v27n4.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.



GT 02 A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

DISJUNÇÕES ENTRE O “REAL” E O “PRESCRITO” DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DAS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO NA VIDA DE VENDEDORES EM ARAGUAÍNA-TO.

João de Deus Leite (UFT)¹
Janderson Henrique Mota de Sousa (UFT)²

RESUMO

Pensar as implicações do “trabalho” na vida urbana vêm se tornando, ao longo das décadas, um desafio. Uma variável que pode impactar nesses desafios são as contingências que o ambiente laboral pode apresentar na vida de trabalhadores de uma cidade latino-americana. Neste artigo, que integra discussões produzidas em nossa dissertação, temos por propósito construir uma análise que recortará o mundo do trabalho pelo viés da Ergologia. Por meio dos recortes teóricos realizados, questionamo-nos: como lidam os vendedores da cidade de Araguaína - Tocantins, na modernidade líquida, em suas relações laborais mediante às “mudanças não previstas” que ocorrem em seu contexto de trabalho? Realizamos três entrevistas que retratam as implicações do trabalho de três vendedores da cidade de Araguaína-TO. Analiticamente, valemo-nos da articulação teórica entre a Ergologia, a Modernidade Líquida e as concepções de vulnerabilidade, buscando ancorar as análises e as problematizações produzidas. Percebemos, por meio da análise dos recortes discursivos, indícios de vulnerabilização nos vendedores entrevistados. A exemplo desses indícios, a ocorrência da disjunção entre o prescrito e o real da atividade nos enunciados de todos os locutores. Notamos essa disjunção, no caso do locutor Gustavo, quando ele enuncia os fatores de imprevisibilidade que ocorriam, quando ele estava na “rota”. No caso das locutoras Thalita e Paola, quando elas não conseguiam atingir a meta mesmo com toda a “prescrição” dos gerentes sobre como se portarem perante os clientes.

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Licenciado em Letras/Português pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMontes). É professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT) / Câmpus Araguaína, integrante do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Subjetividade (GELS). E-mail: joaodedeusleite@hotmail.com.

² Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bacharel em Administração pela Universidade Norte do Paraná. É Integrante do Grupo de pesquisa em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (GEPDire). E-mail: henrique.janderson@gmail.com.

Palavras-chave: Real. Prescrito. Vulnerabilidade. Vendedores. Araguaína.

1. INTRODUÇÃO

Pensar sobre o contexto do trabalho vem se tornando, ao longo das décadas, um desafio. As constantes mudanças e as diversas teorias acerca do trabalho recortam o mundo por meio de “lentes” que lhes são próprias. Cada “lente” proporcionará um olhar, muitas vezes contraditórios entre si, sobre o contexto laboral. A exemplo destes olhares diferenciados, podemos citar que o administrador não olhará para o contexto de trabalho da mesma maneira que o ergonomista e nem este não olhará para o contexto de trabalho do mesmo modo que um psicólogo. Cada profissional, imbuído de uma “lente”, recortará o trabalho e a sua noção por meio do recorte teórico a que ele se filiou. “Como não perceber que cada um recorta a noção de trabalho segundo sua própria filosofia ou de sua filosofia, mesmo de sua ideologia [...]” (SCHWARTZ, 1996, p. 150).

Neste artigo, valemo-nos da “lente” da Abordagem Ergológica³ para recortamos a noção de trabalho. Usaremos, também, a compreensão acerca da Modernidade Líquida como recorte temporal da sociedade em que vivemos. Objetivamos, com estes recortes teóricos, compreendermos o contexto laboral de três vendedores que residem e trabalham na cidade de Araguaína – Tocantins: Gustavo, Thalita e Paola⁴. A partir desses recortes teóricos, realizaremos aproximações teóricas questionando: como lidam tais vendedores, na Modernidade Líquida, em suas relações laborais mediante às mudanças não previstas que ocorrem em seu contexto de trabalho?

Por meio de algumas aproximações teóricas apresentadas, neste artigo, questionamo-nos ainda: na origem de uma Dramática⁵, conceito advindo da Ergologia⁶, pode ocorrer uma disjunção entre o trabalho real e o trabalho prescrito? Em caso afirmativo dessa disjunção, a capacidade de resposta dos vendedores mediante às novas premissas apresentadas pode ser afetada ou reduzida? Essa disjunção é passível de ser lida como uma vulnerabilidade em contexto laboral?

³ A “Ergologia” é uma abordagem que permite analisar e problematizar as relações laborais a partir da percepção daquele que labora.

⁴ Os locutores Gustavo, Thalita e Paola que aparecem enunciando nos recortes discursivos receberam esses nomes fictícios para preservarmos as suas identidades.

⁵ Dramáticas dos Usos de Si é um conceito da Ergologia que trata de situações que não foram previstas, mas ocorreram no contexto de trabalho. E, mesmo não sendo prevista, as pessoas devem lidar com essas situações mobilizando, portanto, usos de si. Esse conceito será melhor trabalhado no decorrer do texto.

Hipotetizamos que o corpo-si, outro conceito advindo da abordagem Ergológica, falhou, quando convocado para debater as normas antecedentes, visando à normalização das novas premissas apresentadas em contexto de trabalho. Essa convocação do corpo-si é produzida por indivíduos, em contexto de trabalho, quando surge a necessidade de ressignificarem alguma situação que antes não foi prevista. E, por não ser prevista, por não ser antecipável, o que ergologicamente se chama de Dramáticas, o corpo-si entra em contexto, tentando normalizar ou re-normalizar aquelas novas premissas, debatendo as normas antecedentes. Essa falha, contextualizada na hipótese, pode ser uma mola propulsora para vulnerabilidades em contexto laboral por afetar a capacidade de resposta de indivíduos frente a algumas situações.

Metodologicamente, valemo-nos da pesquisa bibliográfica para fundamentar os recortes e as aproximações teóricas realizadas neste texto. A mobilização da pesquisa bibliográfica visa, também, fundamentar as proposições acerca dos questionamentos que motivaram a pesquisa que foi realizada. Este artigo é fruto de três fases distintas: a primeira fase foi o surgimento dos questionamentos; a segunda fase foi o convite para as entrevistas, seguido da gravação e da transcrição do áudio; por fim, a terceira e última fase compreendeu a análise das transcrições e a construção do aporte teórico deste artigo.

A primeira fase ocorreu a partir dos questionamentos acerca da relação de vendedores com o trabalho, e a forma como eles lidam, quando as Dramáticas dos usos de si entram em cena. A partir desses questionamentos já apresentados, estruturamos um questionário com vinte perguntas que visavam a um entendimento futuro do contexto laboral dos vendedores. Convidamos alguns vendedores, e três aceitaram participar da pesquisa.

A segunda fase consistiu na gravação e na transcrição do áudio. A partir do aceite para a pesquisa, convidamos os entrevistados a realizar a entrevista com o registro do áudio. A gravação ocorreu na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pensamos na UFT para gravação do áudio das entrevistas, objetivando que os entrevistados pudessem enunciar tranquilamente sobre o contexto de trabalho a que estão expostos.

Foram entrevistados: Gustavo, 19 anos, vendedor há dois anos, que atua em vendas internas e também atua vendendo externamente, ao realizar viagens à serviço de uma empresa do ramo de cosméticos; Thalita, 22 anos, vendedora interna de uma empresa do ramo de confecções há um ano e nove meses; Paola, 24 anos, vendedora interna de uma empresa do ramo de confecções há um ano e nove meses.

A terceira e última fase consistiu na análise das transcrições realizadas e estruturadas em recortes discursivos (RD). A análise dos enunciados transcritos ocorrerá mediante recortes discursivos (RD). Opta-se, por recortes discursivos, pelo fato de estes permitirem uma melhor análise dos enunciados produzidos sobre o contexto de trabalho

destes vendedores específicos. Em pequenos recortes, analisaremos os questionamentos que motivaram este artigo.

Por uma questão de organização, serão apresentados, em um primeiro momento os recortes discursivos transcritos da entrevista do locutor Gustavo. No segundo momento, serão apresentados os recortes discursivos transcritos da entrevista da locutora Thalita e da locutora Paola. As locutoras Thalita e Paola trabalham na mesma empresa, e optaram por fazerem a entrevistas juntas. Desta maneira, elas sentiam-se mais à vontade e seguras. Mediante ao pedido das locutoras, entrevistamos as duas ao mesmo tempo.

A entrevista do locutor Gustavo foi gravada no dia 22/08/2017. A entrevista das locutoras Thalita e Paola foi gravada no dia 01/09/2017. Ambas as entrevistas foram gravadas nas dependências da UFT, como já ressaltamos. No total dessas três entrevistas, há quarenta minutos de gravação. As entrevistas não serão analisadas na íntegra e por este motivo serão selecionados apenas alguns recortes discursivos. Os recortes discursivos foram produzidos com base nos seguintes critérios: respostas que nos permitissem trabalhar o conceito de “Dramáticas dos usos de si”.

2. ENTRE O TRABALHO PRESCRITO E O TRABALHO REAL: AS DRAMÁTICAS DO USO DE “SI”

Para compreendermos o que é o “trabalho prescrito”, o que é o “trabalho real” e as “Dramáticas dos usos de si”, recorreremos à abordagem Ergológica, que é o recorte teórico que concebe estes conceitos. Schwartz (2016, p. 93) define a abordagem Ergológica como “um modo de aproximar a atividade”. Quando o teórico afirma que esta abordagem aproxima a atividade, ele quer dizer que ela é apropriada para a compreensão do contexto laboral. A abordagem se torna apropriada por ser pensada especificamente para as vivências dos seres humanos em contexto de trabalho. A aproximação da atividade, que tal teórico preconiza, é que a abordagem em questão recorta o ambiente laboral a partir de enunciação de seres humanos em contexto de trabalho. Nesta citação, o termo “atividade” é lido como “trabalho”.

A Abordagem Ergológica concebe o ser humano como um ser de atividade que está em um constante debate de normas (SCHWARTZ, 2016). Esse debate de normas é oriundo de tudo que pode influenciar, de forma direta ou indireta, as relações ocorridas no contexto de trabalho. Estamos constantemente arbitrando as premissas que nos são apresentadas. Dito de outra forma, estamos constantemente escolhendo (arbitrando) entre as normas que antecedem as relações estabelecidas no contexto laboral. Essas normas antecedentes são estruturas: conscientes ou não, ditas ou não ditas, apresentadas formalmente ou não, que podem influenciar as relações sociais que se estabelecem em contexto laboral. Essas normas se estendem desde de uma vasta gama jurídica até as regras de convívio social que se estabeleceram com o passar do tempo em um determinado grupo social.

No âmbito desta abordagem, há o conceito “Dramáticas dos usos de si”. Durrive e Schwartz (2008, p. 25; grifo dos autores) declaram que “na origem, um drama – individual ou *colectivo* – tem lugar quando ocorrem acontecimentos, que quebram os ritmos das sequencias habituais, antecipáveis, da vida”. Toda situação, ocasionada no trabalho, que foge da normalidade dos eventos, tem por consequência o início de um drama. Drama, no sentido que convocamos o nosso corpo, as nossas habilidades, as nossas capacidades, os nossos conhecimentos para um debate de normas que antecedem aquele drama. Drama, no sentido de quais escolhas podemos arbitrar, ainda que essa arbitragem nos coloque em posições antagônicas como bem-estar *versus* produtividade. Dito de outra forma, essas “Dramáticas” são eventos atípicos, que motivam os usos de si em um debate de normas, tentando normalizar essas situações que nos foram apresentadas.

Schwartz (1996, p. 152) afirma que:

Não temos dois corpos, um para o “trabalho” e outro para o “fora do trabalho”, é o mesmo corpo que enfrenta, experimenta-se, forma-se, gasta-se em todas as situações da vida social. Falei do “uso dramático de si”: toda situação de trabalho supõe, como disse, arbitragens, ponderações, critérios, portanto também engajamento.

Quando tal teórico afirma que não temos dois corpos, ele ratifica esse embate teórico das dramáticas, quando convocam o corpo físico para debater as normas que antecederam e foram editadas. Singularmente, vivenciamos e experienciamos a atividade no trabalho. Este vivenciar, em momentos de ruptura do repetível, levam ao indivíduo de carne e osso a ter que elaborar, por meio das arbitragens em contexto da atividade de trabalho. Quais critérios este indivíduo usará para elaborar é singular a ele. Na abordagem Ergológica, a atividade é significada de forma singular, ainda que efetivada/realizada coletivamente.

Por meio da citação anterior, podemos perceber o jogo entre o prescrito e o real da atividade. Nesta abordagem, entende-se que o prescrito da atividade é tudo aquilo que nos foi apresentado antes da execução da atividade, como as prescrições por exemplo. Já o real da atividade é tudo aquilo que excedeu as prescrições e se apresentam como novas premissas mediante às situações que surgiram e demandam que nós usemos nossas habilidades e capacidades para solucionar aquela demanda não prevista.

Nesta abordagem, há o entendimento de que o uso Dramático de si é ancorado em situações que não podemos prever, que não podemos antecipar, mas que, no entanto, ocorrem. A partir desses dramas ocorridos no contexto laboral, podemos perceber uma disjunção entre o prescrito e o real da atividade. Existe um jogo entre o trabalho real e o trabalho prescrito que demanda convocar o corpo-si ao debate de normas em uma tentativa de atualizar ou de re-normalizar aquelas situações.

É perceptível uma disjunção entre o prescrito da atividade e o real da atividade. As prescrições nem sempre conseguem antecipar todas as situações que nos serão

apresentadas no contexto laboral. A partir dessa lacuna, podemos perceber que o trabalho real se sobrepõe ao trabalho prescrito, demandando, assim, que convoquemos o corpo-si para debater as normas. Quando fazemos essa convocação, ocorre uma tentativa de normalizar ou re-normalizar aquela situação Dramática que nos foi apresentada. Nem sempre conseguimos lidar com essas novas premissas que não foram prescritas e, então, ocorre uma falha: nossa capacidade de resposta mediante as adversidades ficam limitadas. Essa limitação pode ser lida como uma mola propulsora para vulnerabilidades. Entendemos como vulnerabilidade a condição de indivíduos, grupos ou populações, mediante aos riscos de uma sociedade.

3. EFEITOS DA MODERNIDADE LÍQUIDA: TRABALHO E VULNERABILIDADES

Pensar em sociedade pós-moderna, ou como Bauman (2010) também denomina de modernidade líquida, é entender que algo a difere de outras sociedades. Em outras palavras: há características que lhe são próprias. Dentre as características da modernidade líquida, destacamos a necessidade de não ficarmos parados: “hoje em dia estamos todos em movimentos” (BAUMAN, 1999, p. 73). Essa característica nos revela que o mundo se transformou. Parar para contemplar é ir na contramão da sociedade em tempos líquidos. O movimento de parar para contemplar pressupõe parar e refletir em um mundo bombardeado de informações rápidas e extremamente acessíveis. Nunca, na história do mundo, tivemos tanto acesso a informações. Temos acesso a elas, mas estamos perdendo lentamente a capacidade crítica proporcionada pela formação (BAUMAN, 1999). Somos especialistas em tudo com a ajuda de um mundo virtual.

Nada mais é feito para durar (BAUMAN, 1999). Até mesmo as relações sociais são efêmeras. Em resposta à efemeridade das relações sociais, consequências surgem: nada mais é certo, nada mais é seguro, nada mais é garantido (BAUMAN, 2000). As certezas, as seguranças e as garantias que a sociedade moderna oferecia, na pós-modernidade, não existem mais. Esse tripé, constituído por incerteza, por insegurança e por falta de garantias, torna-se uma das características mais gritantes da pós-modernidade. Como esperado, o referido tripé imprime certos efeitos à vida em sociedade. A exemplo disto, algo que parecia tão robusto e confiável, como as previdências sociais e outras autarquias, hoje se esfacelam com o desmonte dos direitos sociais mais básicos: trabalho, saúde, lazer, moradia, educação, segurança pública, etc... “Na modernidade, o todo domina a parte; na pós-modernidade, a parte desintegra o todo” (LA TAILLE, 2009, p. 28).

A pós-modernidade, ou modernidade líquida, é caracterizada por alguns problemas sinistros e dolorosos: incertezas, inseguranças e falta de garantias (BAUMAN, 2000). Com relação a esses problemas sinistros e dolorosos, podemos compreendê-los como efeitos que a sociedade, em tempos líquidos, imprime as suas características mais básicas e que podem

vulnerabilizar as relações humanas em seu espaço laboral. Particularmente em relação ao contexto do trabalho, esse problema sinistro e doloroso pode ser notado com facilidade. A exemplo deste fácil notar, podemos citar as tentativas incansáveis de reformar a Previdência Social brasileira. As desregulações dos direitos trabalhistas também são contempladas. Podemos notar, a partir desses exemplos, os efeitos impressos pela modernidade líquida no contexto laboral. Incertezas, inseguranças e falta de garantias parecem ser as únicas premissas que podemos vivenciar no cotidiano de labor.

Se vulnerabilidade é a condição de indivíduos, grupos ou populações, mediante aos riscos de uma sociedade, não podemos eximir o papel que a incerteza, a insegurança e a falta de garantias têm em contexto laboral. Esses efeitos da sociedade são premissas que vulnerabilizam e excluem. Castel (2013) destaca que um indivíduo que assina um contrato de trabalho hoje não tem as mesmas garantias de um futuro como antes e em pouco tempo poderá ser demitido. Sem garantias, as incertezas e as inseguranças são premissas que atormentam uma sociedade permeada de riscos.

O principal divisor de águas entre vulnerabilidade e riscos são suas características mais básicas. Vulnerabilidade é compreendida como a condição de indivíduos, grupos ou populações, mediante aos riscos, tornando sua capacidade de resposta baixa ou afetando-a de tal maneira que impossibilite ou incapacite esses indivíduos, grupos ou populações frente aos riscos. Já os riscos são fatores que decorrem das condições fragilizadas de uma sociedade. Enquanto vulnerabilidade está relacionada à condição de indivíduos, riscos estão relacionados à condição fragilizada de uma sociedade.

Janczura (2012), ao refletir acerca do conceito de vulnerabilidade, entende que a vulnerabilidade identifica a condição de indivíduos em uma sociedade. Com relação aos riscos, tal autora compreende que eles são uma resposta às condições de uma sociedade fragilizada. Essa fragilização da sociedade tem por decorrência os fatores tecnológicos que são advindos e modernizados desde a expansão industrial.

Rogers e Ballantyne (2008) compreendem que a vulnerabilidade pode estar relacionada a populações ou a indivíduos. Elas não compreendem que os fatores tecnológicos (riscos) sejam sinônimos de vulnerabilidade. No entanto, é por meio dos riscos que indivíduos ou populações se tornam vulneráveis. Elas classificam ainda a vulnerabilidade em dois fatores: fatores extrínsecos e fatores intrínsecos. Os extrínsecos se relacionam a fatores socioeconômicos como a pobreza e a baixa escolarização. Os intrínsecos são características relacionadas aos próprios indivíduos, como por exemplo: deficiências físicas, baixa capacidade de resposta cognitiva, doenças graves, etc.

A economia globalizada, em outras palavras a economia interligada, como conhecemos está a se fragmentar (BAUMAN, 2008). Para se manter, a economia globalizada precisa cada vez mais se reafirmar, como sistema. Para se reafirmar como sistema e não se

fraturar, ela faz o que sabe de melhor: vulnerabilizar e fragilizar uma sociedade tão ancorada no consumo imediatista.

No contexto de trabalho, esses efeitos impressos pela modernidade líquida são premissas que desencadeiam riscos e, conseqüentemente, vulnerabilidades. Quando se afirma que esses efeitos são propulsores de vulnerabilidades no contexto laboral, podemos ancorar e atrelar como exemplo o discurso dicotômico vivenciado por vendedores em seu contexto laboral. Eles são profissionais que vivem no âmago de um discurso mercadológico: ou trabalham conforme as necessidades impostas pelo mercado, em casos extremos negando-lhes até mesmo as necessidades mais básicas como as fisiológicas, batendo as metas impostas ou são expurgados do sistema; o que implica a certeza de que não terão acesso às garantias proporcionadas pelo trabalho.

4. VIVÊNCIAS LABORAIS: UMA ANÁLISE DE VENDEDORES EM CONTEXTO DE TRABALHO

Esta seção se destinará às análises das entrevistas que tiveram o áudio gravado e transcrito, foneticamente, por nós. Consideremos o primeiro recorte de análise:

RD 01

Entrevistador: Me conte um pouco sobre sua rotina de trabalho!

Gustavo: A minha rotina de trabalho é o seguinte: eu trabalho com venda direta ao cliente e como de costume é normal levantar cedo. Começo a trabalhar as oito da manhã. Normal... A gente sempre para as 11:15. Sempre tem um horário certo, tanto para o almoço quanto para a janta. Normal é atender uma média de doze clientes por dia.

Iniciamos a entrevista demandando que o locutor enunciasse sobre a sua rotina de trabalho. A partir dessa demanda, o locutor enunciou fatores que se marcaram na e pela linguagem, demonstrando a sua rotina de trabalho. Ele enunciou que trabalha com venda direta ao cliente e neste momento, não entrou em maiores detalhes. Ergologicamente pensando, há, em RD 01, um movimento que indica uma normalização ou uma naturalização das normas que antecedem e influenciam as relações laborais deste vendedor. Não se evidenciou, nesse recorte discursivo, situações não previstas ou que levem Gustavo a tentativas de re-normalizar ou debater as normas antecedentes ao convocar o corpo-si. Vejamos o próximo recorte discursivo de nosso trabalho de análise:

RD 02

Entrevistador: Como você classificaria seu ambiente de trabalho?

Gustavo: O ambiente que eu trabalho é bem precário! Não na empresa, entende? Como a gente trabalho (sic) no Pará tem a questão de alimentação. A questão de hospedagem é bastante precário, pois nesta região do Pará já deixa a desejar tanto na alimentação quanto na hospedagem. Mas como a gente já conhece os clientes, as vezes almoçamos na casa dos clientes. Só que não dá pra hospedar pois ai já é demais!!! Mas a gente almoça na casa dos clientes, pois é uma comida mais legal que dos restaurantes!

Ao ser interpelado acerca do seu ambiente de trabalho, o locutor Gustavo enunciou sobre as viagens que realiza como vendedor externamente a empresa. Duas vezes por mês ele realiza viagens para o Estado do Pará, atendendo clientes que também são vendedores. No caso desses clientes atendidos, eles também são conhecidos como revendedores. Essa viagem é conhecida por Gustavo como “rota”. Gustavo lida com situações adversas e que muitas vezes são imprevistas, levando-o a convocar o corpo-si no momento de arbitragens. Essas situações não previstas, na abordagem Ergológica, são conhecidas como Dramáticas dos usos de si, como já ressaltamos neste artigo. Essas Dramáticas dos usos de si são marcadas na enunciação de Gustavo, quando ele relata sobre o fato de que nem sempre almoçam nos restaurantes por causa da precariedade da alimentação servida por estes.

Fora da empresa, o ambiente é precário, conforme enunciou o locutor. Por meio da enunciação de Gustavo é possível percebermos convocações do corpo-si feitas por ele. É perceptível essa convocação, quando ele enuncia que a comida do restaurante não é tão boa. Por não ser tão boa, Gustavo acaba por almoçar na casa de outros clientes que neste contexto também são vendedores. Aqui, neste recorte discursivo, marca-se uma anormalidade: o locutor encontra-se fora do ambiente interno da empresa, mas ainda em contexto de trabalho, sujeitando-se às adversidades que a viagem pode proporcionar-lhe. Mediante a essa anormalidade, o locutor é obrigado a re-normalizar uma situação. Essa re-normalização é percebida, quando ele relata que, por conhecer já os clientes, algumas vezes almoça na casa destes. Eis o nosso próximo recorte de análise:

RD 03

Entrevistador: Com relação a sua carga de trabalho, o que você acha dela?

Gustavo: Ela é excessiva! A gente tem horário para começar o trabalho. Tem horário para se alimentar... O almoço no caso! Já na janta a gente não tem esse horário para se alimentar, nem para parar o trabalho! Já cheguei as vezes... A gente trabalha até uma hora da manhã na rota! Então sábado e domingo a gente não para de trabalhar. O tempo todo tem que estar na ativa! Como a gente tá fora tem que terminar logo para voltar. A gente trabalha bastante lá fora! A carga horária é pesada!

No terceiro recorte discursivo, interpelamos o locutor sobre sua carga de trabalho. Em RD 03 é possível percebermos a nítida marcação da disjunção entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Nesse recorte discursivo, o locutor Gustavo enunciou que tinha um horário certo para trabalhar e que tinha um horário certo para realizar as refeições, quando trabalha internamente na empresa. Fora da empresa, no caso da viagem em “rota”, a situação muda. O prescrito da atividade é sobreposto pelo real da atividade. Esse desrespeito é marcado, quando o locutor enuncia sobre o fato de ter trabalhado até uma hora da manhã.

A partir do RD 03, percebemos a origem de uma Dramática na enunciação do locutor Gustavo. Ele enuncia que, nas viagens, tem horário para almoçar, no entanto, não se tem horário para jantar. Aqui é perceptível uma situação não prevista, nem sempre antecipável. O locutor Gustavo não enunciou sobre a frequência desta Dramática, quando está em “rota”.

Apenas enunciou que sabe o horário de almoçar, já o horário de jantar não sabe por causa da carga horária excessiva.

Vemos, em RD 03 as formas como o locutor Gustavo lida com as situações ocasionadas em contexto de trabalho, até mesmo as situações que não são prescritas e que se englobam em um contexto de trabalho real. O trabalho real, neste contexto aludido em RD 03, exigiu convocações dos usos de si. Essas convocações exigem bastante do corpo biológico do locutor, como por exemplo: a privação de boas condições de trabalho decorrentes de se estar viajando. Evidencia-se, em RD 03, a capacidade de resposta do locutor Gustavo frente as situações Dramáticas que ele vivencia. No contexto da Modernidade Líquida, percebemos, a partir da enunciação do locutor Gustavo, a sensação de incerteza, de insegurança e de falta de garantias que Bauman (2000) descreve como sendo o problema sinistro e doloroso que caracteriza, conseqüentemente, a Modernidade Líquida.

De agora em diante, será analisada a entrevista transcrita das locutoras Thalita e Paola. A seguir, o quarto recorte discursivo:

RD 04

Entrevistador: Já que estamos falando de trabalho, me contem a rotina de vocês dentro da empresa!

Paola: A gente chega. Tem os afazeres do dia, né?! Ai vai atender os clientes. Muita pressão também! Quem trabalha sobre pressão tem que bater meta!

Thalita: Bater meta!

Paola: O gerente em cima de você... Tem que bater meta!!! É aquela coisa!

Thalita: Tem que bater meta, arrumar a seção e ainda estar sorrindo!

Iniciamos a entrevista interpelando as locutoras sobre a rotina de trabalho delas. A locutora Paola enunciou que, ao chegar na empresa, tem alguns afazeres. No entanto, a locutora Paola não especificou quais afazeres seriam estes. Após a realização dos afazeres, ela vai atender os clientes. Além de atender os clientes, a locutora Paola enuncia que precisa “bater as metas” impostas pela empresa e que existe muita “pressão” para alcançar as metas impostas. Percebemos, ainda, a partir de RD 04, a existência do trabalho prescrito na enunciação das locutoras: atender os clientes e alcançar a meta imposta. Perfazendo uma análise do trabalho prescrito, podemos inferir analiticamente, o funcionamento ativo de normas antecedentes. Aqui as normas antecedentes são as prescrições do que as locutoras devem fazer no contexto laboral delas.

Um fator que chama a atenção, em RD 04, é a “pressão em bater a meta”. Na enunciação da locutora Paola, o gerente é responsável por motivar essa “pressão”. Percebemos, neste caso especificamente, que o corpo-si está funcionando. O corpo-si interage, levando as locutoras a situações de arbitrarrem estratégias para o alcance das metas impostas.

A locutora Thalita, no último movimento interlocutivo, constante em RD 04, evidencia fatores de uma disjunção de lugares que podemos interpretar como indícios de

vulnerabilidades em contexto laboral. A disjunção de lugares é percebida quando: a realização da atividade, que neste contexto é lida como o trabalho realizado, remete a uma carga de sofrimento advindo do contexto laboral, e na contramão deste sofrimento, a locutora, ao finalizar a atividade, deve estar sorrindo para os clientes, independentemente da forma como ela estiver emocionalmente. O primeiro lugar aponta para uma possibilidade de sofrimento, e o segundo lugar aponta para uma simulação de felicidade. Vemos, nessa enunciação de Thalita, que ela deve conscientemente simular algo que ela não sente no momento. Consideremos, a seguir, o próximo recorte discursivo:

RD 05

Entrevistador: E o relacionamento entre funcionário e gerência, como se dá?

Paola: o ultimo pensamento da loja, da empresa, é o funcionário!

Thalita: Eles não quer saber de nada do que você está passando! Não quer saber da sua vida pessoal! Tipo assim... Só serviço e pronto!

Entrevistador: Os gestores novos incentivam o desenvolvimento pessoal de vocês dentro da loja?

Paola: Nenhum, daí você acorda pensando: tenho que ir praquele inferno hoje! Ai você trabalha pro relógio, contando 24 minutos, pra ver se dá a hora de ir pro almoço pelo menos pra não ficar olhando pra cara do gerente.

Esse recorte discursivo apresenta indícios significativos de vulnerabilidades advindas do contexto laboral. Percebemos a condição a que as locutoras são submetidas. Interpelamo-las, neste recorte discursivo, sobre o relacionamento entre funcionários e gerência. Categoricamente, a locutora Paola enunciou que os funcionários são os últimos a serem vistos pela administração da empresa. A locutora pôs em evidencia que o relacionamento entre funcionários e gerência é precário, e que os gerentes se importam apenas com questões relativas ao trabalho e ignoram o fator humano no âmbito organização.

As locutoras enunciaram, quando interpeladas sobre os possíveis incentivos ao desenvolvimento pessoal dos vendedores pelos gestores, fatores que indicam uma vulnerabilização no contexto de trabalho que elas vivenciam. A locutora Paola comparou o ambiente que ela vivência no trabalho com o “inferno”. Paola particularizou o ato de ter que ir trabalhar como “ir praquele inferno”. Ela não detalhou quais fatores influenciam para o lugar de trabalho ser adjetivado assim.

Na enunciação de Paola acerca do trabalho como “inferno”, alguns fatores podem ser destacados. O primeiro fator: a condição dela ao enunciar que o seu contexto laboral é equivalente ao inferno. Lugar que é significado, socialmente, como lugar de sofrimento, lugar que, popularmente, acredita-se que as pessoas vão após morrerem e para pagarem por seus pecados. O segundo: os fatores que impedem que a locutora saia daquele lugar não foram enunciados por ela. É nítida a condição da locutora de sofrimento no contexto laboral, conforme enunciado por ela.

A locutora Paola ainda enuncia alguns fatores que indicam um sofrimento no contexto de trabalho, como, por exemplo a questão de ter que trabalhar contando os minutos para que

a hora do almoço chegue. Ela enuncia que a motivação de olhar para o relógio e contar os minutos que faltam para o horário do almoço é o gerente. A locutora não especificou qual dos gerentes. Ainda em relação ao RD 05, percebemos que as locutoras não enunciaram sobre tentativas de normalizar ou tentativas de re-normalizar a condição que se encontram: a condição nítida de sofrimento que elas enunciam. A locutora Paola apenas enuncia um mecanismo de defesa: contar o tempo que falta para ir almoçar e sair da presença do gerente. Consideremos, a seguir, o próximo recorte discursivo de nosso trabalho de análise:

RD 06

Entrevistador: Me falem sobre essa supervisão constante!

Paola: É ruim! Você sente como estivesse trabalhando por... Como posso dizer? Sabe aquele trabalho forçado que a pessoa quer obrigar você a fazer assim? Até porque não é todo mês que você pode bater a meta! Eu acho que esse trabalho com esses apertos de mais acabam por desmotivar os funcionários! Um trabalho que você acordava todo motivado pra ir, agora você acorda todo desmotivado!

Thalita: Antes a loja tinha as pessoas que eles confiavam! Todo mundo confiava... Saia e deixava a loja só! Hoje quando um sai o outro vem pra ficar! A loja não pode ficar só! Alguém vai pegar alguma coisa! A coisa tá feia!

Em RD 06, elas evidenciam as Dramáticas dos usos de si. A locutora Paola enuncia, circunstanciadamente, sobre a questão da produtividade, que nem sempre pode ser alcançada em alguns meses por causa do mercado. Na enunciação da locutora Paola, vemos situações não previstas que afetam o trabalho real dela: a produtividade pode ser alta ou pode ser baixa a depender do mês. Mesmo a locutora Paola não tendo controle sobre quaisquer aspectos do mercado, seus superiores parecem não entender este fator e pressionam cada vez mais a locutora a alcançar as metas impostas. Essa tensão se marca na enunciação de Paola, quando pressionada pelos gerentes; também, marca-se a sua capacidade de resposta sendo afetada no ambiente laboral, quando o mercado não está aquecido e ela não consegue bater a meta. Com sua capacidade de resposta afetada, percebemos indícios de vulnerabilização em contexto laboral.

Ao final da enunciação de Paola em RD 06, percebemos as consequências da capacidade de resposta afetada pelas condições do mercado: a locutora sente-se pressionada e essa pressão pode convocar o corpo-si em uma tentativa de contornar a situação. Na enunciação de Paola é notável que nem sempre ela consegue lidar com a situação não prevista e, neste ponto, percebemos uma possível falha do corpo-si, quando convocado para o debate de normas antecedentes. Como consequência dessa falha, percebemos, na enunciação da locutora, a sua desmotivação em ir trabalhar dia após dia.

A locutora Thalita enunciou, como notamos a partir de RD 06, que em momentos anteriores alguns funcionários eram de confiança dos gestores da loja. A locutora Thalita não enunciou o período entre o “antes” e o “depois” que marca quando existiam os funcionários confiáveis e quando deixaram de ser. Percebemos na enunciação da referida locutora que

existem fatores que evidenciam uma Dramáticas dos usos de si. Esses fatores se marcam na enunciação da locutora Thalita, quando ela se refere a esse momento de transição entre funcionários confiáveis e agora não mais passíveis de confiança.

A locutora Thalita não enunciou fatores que revelem qualquer atitude tomada por ela e por seus colegas de trabalho. Notamos, na enunciação da referida locutora, indícios de vulnerabilização advindos do contexto laboral. Percebemos, também, aspectos que podem advir do contexto da Modernidade Líquida: incertezas, inseguranças e falta de garantias (BAUMAN, 2000). Esses fatores do problema sinistro e doloroso indiciam vulnerabilidades no contexto social que vivemos e que, conseqüentemente, vulnerabilizam o contexto laboral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, inscritos na abordagem Ergológica, no recorte temporal da Modernidade Líquida e nas concepções de vulnerabilidades, problematizamos algumas questões ligadas ao contexto laboral de vendedores do município de Araguaína – TO. Problematicamos o modo como esses vendedores lidam diante das situações não previstas. Hipoteticamos, neste artigo, que, na origem de uma “Dramática”, ocorre uma disjunção entre o trabalho real e o trabalho prescrito. A partir dessa disjunção, compreendemos a possibilidade de se originarem vulnerabilidades que afetam os seres humanos em contexto laboral. Neste artigo, entendemos “vulnerabilidade” como a condição afetada de indivíduos, de grupos e de populações, mediante aos riscos advindos de uma sociedade. Por meio do entendimento de vulnerabilidade, compreendemos, ainda, que ela tem a capacidade de reduzir/minimizar as respostas dos indivíduos, dos grupos e das populações frente às adversidades da vida.

Com relação às Dramáticas dos usos de si, conceito advindo da Ergologia, que se refere às situações não previstas, não imagináveis, notamos uma tentativa do corpo-si, outro conceito da Ergologia, em normalizar ou em re-normalizar, por meio do debate de normas antecedentes e por meio das arbitragens; essas situações não previstas que ocorrem no contexto laboral. Mesmo em meio a essa tentativa de normalizar e de re-normalizar, o corpo-si falhou frente à disjunção apresentada entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Essa falha, que se originou desta disjunção e também das características da Modernidade Líquida, que imprimem certos efeitos ao contexto laboral como as incertezas, as inseguranças e as faltas de garantias que Bauman (2000) caracteriza como um problema sinistro e doloroso, pode ser entendida como uma mola propulsora para vulnerabilidades no contexto laboral.

Percebemos, por meio da análise dos recortes discursivos, indícios de vulnerabilização nos vendedores entrevistados. A exemplo desses indícios de vulnerabilização, a ocorrência da disjunção entre o prescrito e o real da atividade nos

enunciados de todos os locutores. Notamos essa disjunção, no caso do locutor Gustavo, quando ele enuncia os fatores de imprevisibilidade que ocorriam, quando ele estava na “rota”. No caso das locutoras Thalita e Paola, quando elas não conseguiam atingir a meta mesmo com toda a prescrição dos gerentes como se portarem perante os clientes.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.

CASTEL, Robert. **Desigualdade e a questão social**. Orgs. Mariangela Belfiore-Wanderley, Lúcia Bógus, Maria Carmelita Yazbek. – 4 ed. ver. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2013.

DURRIVE, L. & SCHWARTZ, Y. Glossário Ergologia. **Laboreal**, v.4, n.1. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587>>. Acesso em 30 de outubro de 2017, 2008.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social?** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12173>>. Acesso em 24 de julho de 2017.

LA TAILLE, Yves de. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROGERS, Wendy; BALLANTYNE, Angela. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. **RECIIS** – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.31-Sup.41, Dez., 2008. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/865>>. Acesso em 23 de maio de 2018.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e valor. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, n. 8 v. 2. São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86429>>. Acesso em 23 de maio de 2018.

SCHWARTZ, Yves. Abordagem ergológica e necessidade de interfaces pluridisciplinares. **ReVEL**, edição especial n. 11, 2016. Disponível em: <www.revel.inf.br/files/2e5e27e69e52df1113fd2b52d2d99f39.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2018.



GT 02 A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

Algumas reflexões sobre a “integração favela-cidade oficial” proposta pelo Programa Favela-Bairro na cidade do Rio de Janeiro

Gerônimo Leitão¹
Honorio Magalhães Neto²
Carolina Rezende Kroff³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a questão da “integração da favela à cidade oficial”, a partir das visões e experiências de técnicos do setor público, dos escritórios de planejamento e de uma liderança comunitária, envolvidos com aquele que foi o maior dos programas de urbanização de assentamentos informais no Brasil, o Programa Favela-Bairro (PFB), implementado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, entre 1995 e 2007. Esse programa tinha como diretriz principal promover a integração sócio espacial das favelas contempladas por essa política pública à cidade “oficial”. Imaginava-se, inicialmente, que com a implantação de infraestrutura de saneamento básico, pavimentação de vias – que seriam conectadas à malha viária do entorno – e a construção de equipamentos comunitários, seria possível alcançar a pretendida “integração da favela ao bairro”. Passados vinte cinco anos do início da realização desse conjunto de intervenções urbanísticas em diversas favelas cariocas, a pesquisa desenvolvida, recorrendo aos depoimentos de diferentes agentes envolvidos nesse programa, apresenta uma reflexão sobre os limites, as possibilidades e os desafios observados em políticas públicas voltadas para a urbanização de assentamentos informais, discutindo, ainda, os diversos significados da expressão “integração favela-bairro”, adotada como elemento chave na implementação dessas ações.

Palavras-chave: integração favela-cidade oficial; Programa Favela-Bairro; atuação profissional; urbanização de assentamentos informais.

1. INTRODUÇÃO

¹ Doutor em Geografia, Professor, Escola de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. geronimo_leitao@uol.com.br

² Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, integrante do Grupo de Pesquisa Oficina de Projeto e Pesquisa de Habitação e Urbanização Social. honorion@id.uff.br

³ Mestra, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense. crkroff@hotmail.com.

O presente trabalho pretende promover uma reflexão sobre a questão da “integração da favela à cidade oficial”, a partir das visões de técnicos do setor público, dos escritórios privados de planejamento e projeto, e do presidente da Associação de Moradores de uma comunidade atendida na primeira fase daquele que foi o maior dos programas de urbanização de assentamentos informais no nosso país, o Programa Favela-Bairro (PFB), implementado ao longo de dez anos, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Abordamos os diversos significados que tem a “integração social”, na visão desses agentes, através de entrevistas e de documentos publicados, recuperando, assim, as visões daqueles que foram responsáveis pela concepção de intervenções urbanísticas que visavam viabilizar a conexão entre a cidade informal e a cidade formal. De acordo com as diretrizes do PFB, obras viárias, implantação de equipamentos comunitários, execução de infraestrutura de saneamento, regularização fundiária, ao lado de outras intervenções, deveriam assegurar o reconhecimento oficial da favela como parte integrante da cidade.

Duas foram as questões principais, colocadas para esses agentes, vinte anos após o lançamento do programa: “As intervenções urbanísticas foram, efetivamente, capazes de promover a integração favela-bairro, tal como pretendida originalmente pelo PFB? E o que significa, para você, integração da favela ao bairro?”.

Com este trabalho, pretendemos contribuir para uma necessária – e atual – discussão sobre os limites, os desafios e as possibilidades das políticas públicas de habitação, voltadas para promover a integração sócio espacial da população mais pobre.

2. O PROGRAMA FAVELA-BAIRRO: UMA AÇÃO DO PODER PÚBLICO VOLTADA PARA PROMOVER A “INTEGRAÇÃO DA FAVELA À CIDADE”

As favelas, no Brasil, constituem um fenômeno resultante da ausência de políticas públicas que garantam o acesso à moradia para as camadas de menor renda da população, e possuem papel expressivo na paisagem urbana, particularmente na cidade do Rio de Janeiro.

Vistas, até a década de 1960 como um fenômeno que desapareceria com o processo natural de desenvolvimento da cidade, as favelas passaram a ser compreendidas como assentamentos “subnormais”, com sua erradicação sendo promovida diretamente pelo Estado através de políticas de remoção, com a transferência de sua população para conjuntos habitacionais situados em áreas periféricas.

Na primeira metade da década de 1980, com o processo de redemocratização do país (Valladares, 1980), observa-se a emergência de um novo discurso que considera necessário resgatar a dívida social existente junto às comunidades faveladas. No Rio de Janeiro, uma das propostas de Leonel Brizola, eleito para o governo do estado em novembro de 1982, era

“transformar as favelas em bairros populares”, o que significava uma radical mudança na relação entre o Estado e as comunidades faveladas.

Anos mais tarde, o aprofundamento dessa mudança de postura do poder público frente às favelas, ocorre em 1992, quando o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro estabelece a necessidade de implementação de um programa global de urbanização de favelas, visando sua integração à cidade (Pasternak Taschner, 1998).

A partir das diretrizes contidas no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, foi criado, em 1994, o PFB, que pretendia promover, através de intervenções urbanísticas, a integração das favelas aos bairros onde estavam inseridas. O PFB surge a partir do consenso de princípios básicos: reconhecimento da moradia como um direito do cidadão, com o entendimento de que a habitação não é somente a casa, mas também a integração à estrutura urbana. Iniciado com a realização de um concurso público de metodologias para intervenção em comunidades faveladas, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB RJ), em 1994, o PFB, apontava as principais ações destinadas a promover essa integração:

complementar ou construir a estrutura urbana principal; oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da cidade; introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, mobiliário e serviços públicos; consolidar a inserção da favela no processo de planejamento da cidade; implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades esportivas, culturais e de lazer; promover a regularização fundiária e urbanística. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1994).

O PFB contemplou 147 comunidades faveladas, com a execução de 138 intervenções e tinha como objetivos principais: construir ou concluir a infraestrutura urbana básica das favelas; implantar mobiliário urbano adequado; desenvolver uma legislação específica de uso e ocupação do solo; e realizar ações de caráter social. O programa contou, segundo a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), com 600 milhões de dólares, resultantes de dois contratos assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com investimentos de 180 milhões do Banco e outros 120 milhões, que constituíram a contrapartida municipal.

As intervenções eram restritas à qualificação dos espaços públicos e à melhoria de serviços de infraestrutura nas favelas, além da construção de equipamentos comunitários. Essas intervenções, de modo geral, procuravam alterar o mínimo possível a estrutura espacial da favela. As obras de urbanização e infraestrutura executadas pelo PFB abrangeram: a abertura e pavimentação de ruas; implantação de redes de água, esgoto e drenagem; construção de

creches, praças, áreas de esporte e lazer; canalização de rios; reassentamento de famílias que se encontravam em áreas de risco; contenção e reflorestamento de encostas; construção de marcos limítrofes para evitar a expansão; e reconhecimento de nomes de ruas, logradouros e Código de Endereçamento Postal (CEP).

Estava prevista ainda, com investimentos de 300 milhões de dólares, uma terceira etapa do programa com a pretensão de contemplar 30 mil domicílios e de implantar um sistema de monitoramento da expansão horizontal e vertical das favelas (Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 27 de Julho de 2009, p.96). Porém, em 2010, com as mudanças no cenário econômico e a perspectiva de realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, a PCRJ apresentou um novo programa — o “Morar Carioca” —, com metas mais ambiciosas, pretendendo urbanizar todas as favelas cariocas até o ano de 2020. Esse programa, que representou o fim do PFB, contudo, não seria levado adiante pela prefeitura carioca (Leitão; Delecave, 2013).

3. O SIGNIFICADO DE “INTEGRAÇÃO”: OS DEPOIMENTOS DE TÉCNICOS (DO SETOR PÚBLICO E DOS ESCRITÓRIOS DE PROJETO) E DE UMA LIDERANÇA COMUNITÁRIA

De modo a realizar considerações sobre os resultados alcançados pelo PFB, no que diz respeito a uma de suas diretrizes principais – a “integração da favela à cidade oficial” –, foram consultados técnicos: dentre os quais Maria Lúcia Petersen, arquiteta-urbanista, que participou do Programa Mutirão, e como Gerente do Programa Favela-Bairro entre 1994-2001; e os políticos: Alfredo Hélio Sirkis, secretário municipal de urbanismo e presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), entre 2001 e 2006 e secretário municipal de meio ambiente, entre 1993 e 1996, na cidade do Rio de Janeiro; e Sergio Magalhães, arquiteto-urbanista, ex-presidente do IAB, participou de inúmeros programas de urbanização de favela, foi o primeiro secretário da SMH (1994 e 2000); vinculados à administração pública municipal, responsáveis pela implementação do programa.

Complementamos as consultas com a realização de entrevistas com o arquiteto Pedro da Luz Moreira, sócio-gerente de um dos escritórios responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos urbanísticos para o Favela-Bairro; e com Gilson Almeida de Oliveira, presidente da Associação de Moradores de Parque Royal. Morador da comunidade desde a implantação do PFB, no qual trabalhou nas obras de urbanização. Os depoimentos abordaram diferentes questões: da discussão sobre o significado da “integração” sócio espacial, pretendida pelo programa, ao caráter “simbólico” que essas intervenções urbanísticas teriam, no sentido de recuperar a autoestima dos moradores dessas comunidades.

Iniciamos com o sociólogo Fernando Cavallieri, que, ao refletir sobre a relação favela/ cidade oficial, afirma que o poder público passou a reconhecer a favela como parte integrante da

cidade e, portanto, objeto de intervenções urbanísticas que irão promover melhorias para a qualidade de vida da população local:

O Rio de Janeiro não está mais fugindo do problema, temos condições de urbanizar, melhorar as favelas (Freire; Oliveira, 2008, p.252). (...) Justamente porque o poder público não entrou, é que eles fizeram as ruas com aquelas características, colocaram casas em casas e teve aquela grande população (Ibidem, 2008, p.259-260).

Confirmando, por sua vez, a guinada no posicionamento do Estado frente às favelas, os arquitetos Maria Lucia Petersen (Costa; Andrade, 2004) e Sérgio Magalhães (Freire; Oliveira, 2008) destacam que as intervenções urbanísticas previstas pelo PFB têm suas origens em outras ações, promovidas pelo poder público, a partir do início da década de 1980, durante o governo de Leonel Brizola, em um cenário de redemocratização do país.

Segundo o arquiteto Pedro da Luz Moreira – coordenador do projeto de urbanização da comunidade Parque Royal, localizada na Ilha do Governador – o PFB tinha premissas claras:

a população tem condição de produzir sua própria moradia, essa produção da autoconstrução é positiva, porque ela, customiza sua própria unidade habitacional (...) respeitando essas circunstâncias, a gente garantir o direito à Cidade à essa população. E o que é “à Cidade”? Coleta de lixo, coleta de esgoto, ruas, acesso à segurança, enfim, todos os serviços que existem no bairro adjacente, estivessem também presentes na favela, fazendo com que ela tenha a mesma urbanidade, os mesmos serviços urbanos.

Das diretrizes apresentadas pelo PFB, a integração da favela à cidade oficial era tida como uma das principais, como afirma Cavallieri:

as favelas consolidadas, sem área de risco muito grandes etc. são favelas que já fazem parte da vida da cidade, seus moradores já construíram um patrimônio individual – e público também, porque ajudaram a construir – muito importante, com muito valor. Houve muito investimento público (...) naquelas áreas e não se trata mais de reformular, modificar e transformar aquilo tudo (Freire; Oliveira, 2008, p.252).

Para esse sociólogo, tratava-se, portanto, de:

aproveitar a cidade como ela é, com suas dinâmicas próprias, e melhorá-la, mas não jogar abaixo e reconstruir. Esse é o principal pressuposto, a possibilidade de se fazer uma integração que tem como elementos urbanísticos a construção de um sistema viário mínimo que seja, carroçável (...); a construção de espaços de integração que são geralmente praças, áreas de esporte, áreas de lazer, criando espaços urbanos que podem ser utilizados não só pelos moradores da favela como pelos moradores

dos bairros adjacentes; implantação de um equipamento público que é extremamente necessário, o equipamento de esporte (Freire; Oliveira, 2008, p.252-253).

Na visão de Moreira, a integração sócio espacial da favela à chamada “cidade oficial” está associada a uma única questão:

o território deveria estar sob a mesma constituição (...). Essa seria a integração de fato, inclusive não só do ponto de vista da fruição do espaço, mas também no sentido de buscar serviços (...). Então, se você tem um bom mecânico, ou se você tem um bom cabelereiro, ou barbeiro que funciona dentro desse território você deveria ter toda a segurança de acessá-lo, e ele também de vir até o bairro de forma natural e sem você sentir qualquer constrangimento. O que acontece muitas vezes nesses nossos territórios, é que (...) são territórios de exceção. Então, terminar com a exceção é que seria a efetiva integração completa.

Segundo o depoimento de Gilson Almeida de Oliveira, presidente da Associação de Moradores do Parque Royal, comunidade atendida na primeira fase do PFB, por sua vez, a integração pode ocorrer por razões não previstas originalmente pelo PFB:

a real integração aproxima mais as pessoas. O PFB aproximou mais a comunidade com os bairros do entorno. (Com) o comércio, as pessoas do outro lado (conjunto habitacional Aerobitas e os bairros do entorno) passaram a frequentar melhor a comunidade. Então começaram a ver a comunidade com outros olhos, a ver a comunidade dessa maneira. (...) Eles entram na comunidade, buscam o comércio. E as pessoas que moram fora da comunidade também passaram a abrir comércio aqui na comunidade. E expandem o comércio de lá pra cá também.

Sobre esse peculiar papel da atividade comercial no processo de integração da favela à cidade formal, Oliveira destaca a relação construída com os moradores do bairro vizinho:

o mercado mais próximo (...) é dez minutos andando, eles preferem fazer compra aqui (Parque Royal). (...) Em três minutos eles estão aqui. E o preço daqui é menor que no mercado lá em cima (...) como eles (os comerciantes no Parque Royal) não pagam o imposto que é pago do outro lado. (...) Alguns que tem CNPJ e tem isenção, porque eles pegam uma carta na associação, aí eles levam e criam um CNPJ e eles não pagam (impostos).

Ainda sobre o tema da integração da favela à cidade oficial e o papel desempenhado pelo PFB, Cavallieri ressalta a necessidade de que se promova a “extensão do direito à Cidade aos moradores daquelas áreas, na certeza de que isso contribuirá para torná-los, não apenas cidadãos mas também cidadãos” (Cavallieri, 2003, p.287).

Há um aspecto do PFB, para o qual Petersen chama particularmente a atenção: a de que os moradores da favela não seriam os únicos beneficiários dessas intervenções promovidas pela prefeitura carioca. Para essa arquiteta,

os moradores da cidade formal aderiram ao Favela-Bairro porque atendemos aos seus interesses, na medida em que o programa, nas intervenções realizadas, elimina impactos importante de enchentes, lixo e outros. O morador da cidade que paga seu IPTU deu o “de acordo” para que parte do que ele paga fosse usado em áreas de pobreza. Mais do que consenso, eu chamaria de uma confluência de interesses (Costa; Andrade, 2004, p.2).

Na visão de Moreira, haveria, contudo, uma resistência dos moradores da favela a essa proposta de “integração”, uma vez que a “formalização” traria algumas desvantagens: “você vai começar a pagar imposto, vai começar a pagar luz, vai começar a ter uma série de responsabilidades”. Do mesmo modo, esse arquiteto, questiona a aceitação do programa pelos moradores dos bairros vizinhos:

por volta e meia, a gente vê: “Ah, eu paguei a vida inteira IPTU e porque que vão urbanizar aquela favela, quando na minha rua não tem uma série de serviços ainda, ou os serviços ainda são muito precários?”

Oliveira discorda dessa visão e descreve a relação dos moradores com os serviços públicos implantados pelo PFB na comunidade:

se a Light quiser colocar o relógio, o morador aceita. Aceita pagar a taxa de adesão e pagar o consumo da luz, que é o valor da baixa renda, uma taxa social de baixa renda. (...) A água o morador também não paga, mas já pediram para mim, e eu já pedi para a Cedae para fazer o cadastramento das pessoas e mandar a taxa social também, que eles pagam. É claro, que deve ter uma parcela de 5% da comunidade que não vai pagar, porque eles não tem condições, mas eu vou ter 90% que vai pagar.

Implementar o PFB envolveu dificuldades, devido a um despreparo / resistência dos órgãos públicos quanto a atuação nas comunidades faveladas – algo que foi reconhecido em todos os depoimentos. Como afirma Cavallieri:

a prefeitura já estava trabalhando de maneira mais integrada, mas ainda não existia o seguinte: a secretaria que cuidava das favelas era a chamada “prefeitura dos pobres”, era a Secretaria de Desenvolvimento Social, (...). Quando depois veio a Secretaria de Habitação, essa mesma história se repetiu. (...) Quer dizer, considerar a favela como algo específico, como uma forma urbana específica, tudo bem, é verdade, tem de se considerar, sim, mas não excluir ela por causa disso. (...). Aí começou todo um

trabalho também de convencimento da máquina de que é possível atuar em favela (Freire; Oliveira, 2008, p.245-246).

Nesse mesmo sentido, Alfredo Sirkis, ex-vereador e ex-secretário municipal, destaca a posição do então prefeito Cesar Maia – em cuja gestão teve início o PFB – sobre a necessidade de que os órgãos públicos municipais reconhecessem a favela como parte integrante da cidade e não uma excepcionalidade:

quem tem de atuar nas favelas é a Secretaria de Meio Ambiente na questão ambiental, a Secretaria de Urbanismo na questão urbanística, a Secretaria de Obras na questão de obras. Não tem de ter uma secretaria só para a favela, isso aí é uma deformação (Freire; Oliveira, 2008, p.281).

Ainda sobre as dificuldades existentes na relação entre órgãos públicos municipais (e, também, estaduais) e as comunidades faveladas, comenta Cavallieri:

entender a favela como um novo bairro que mantém especificidades, mas que deve ser tratado como tal, é uma tarefa difícil para a mentalidade tecno-burocrática que sempre a viu como um “corpo estranho” aos regulamentos e leis municipais (Cavallieri, 2003, p.292).

Magalhães acrescentará outro ponto complexo a essa relação, em construção, das comunidades faveladas e órgãos públicos: a necessidade de manutenção das estruturas implantadas pelas obras de urbanização. De acordo com esse arquiteto:

o favelado é igualzinho ao morador da cidade. Não espere que o morador de Ipanema vai varrer a rua, manter, tapar o buraco ou consertar. Não tem cabimento, isso ele não vai fazer e o favelado também não fará.” Então, a manutenção, a conservação, é pública. (...). Se o governo constrói e não mantém, acaba, e então toda uma expectativa se frustra (Freire; Oliveira, 2008, p.218-219).

Oliveira concorda com a visão de Magalhães, ao comparar as características das redes de infraestrutura implantadas pelo PFB com aquelas existentes nos bairros vizinhos da comunidade:

o abastecimento de água aqui é tranquilo. Quando tem algum vazamento, eu chamo a CEDAE e eles vem de imediato. Eu tenho esse problema com o esgoto mais por causa da divisão que eles fizeram do Estado com o município. Em 2006 ou 2007, parece, o prefeito foi e dividiu as comunidades com o restante dos bairros: para os bairros, ficou a CEDAE para resolver o problema do esgoto e as comunidades ficaram com a prefeitura. Só que, infelizmente, a prefeitura não se estruturou da maneira correta para fazer isso. Então, eles têm o convenio, mas eles não têm a estrutura que

a CEDAE tem. Eles fazem de uma maneira, que infelizmente, as comunidades sofrem por conta disso.

Outra dificuldade enfrentada na implementação do PFB dizia respeito à atuação do narcotráfico nas favelas onde seriam realizadas as intervenções urbanísticas. Sobre o papel desempenhado por essas facções criminosas, no cotidiano da população que vive nessas favelas, Petersen destaca que, muitas vezes:

os chamados chefes servem de referência até para a solução de conflitos internos entre moradores. (...) É evidente que não caberia ao Favela-Bairro resolver questões de ordem urbana. Mas a polícia tampouco resolveu a garantia da liberdade de ida e vinda nos espaços construídos. (...) Na realidade, questões jurídicas que regulam a vida urbana, ainda não chegaram à favela (Costa; Andrade, 2004, p.2).

Sobre esse mesmo tema, comenta Cavallieri:

sobretudo, nos últimos anos, (...) agentes criminosos incrustados em muitas favelas tentam impor um quase poder paralelo ao do Estado e constroem, por força das armas, a livre organização e manifestação do interesse dos moradores (Cavallieri, 2003, p.292).

Ao avaliar o impacto gerado pela ação do narcotráfico no desenvolvimento dos projetos urbanísticos, Moreira relata um exemplo vivenciado por sua equipe, na primeira comunidade em que atuou – a favela Parque Royal, localizada no bairro da Portuguesa, na ilha do Governador:

o tráfico era concreto, principalmente nas áreas mais pobres. Houve um embate com o projeto que era muito claro da região do tráfico: a rua da Praia precisa ter quebra-molas. Aí eu perguntei: “Mas porque precisa ter quebra-molas? Não é uma rua de alta velocidade, ninguém vai entrar correndo aqui não”. E os traficantes: “a gente quer quebra-molas”. O tráfico pediu os quebra-molas. Era claramente uma coisa para regular a entrada das patrulhas da polícia. Só na rua da Praia, porque era perto da central da boca de fumo. Então, a gente percebia isso e teve uma atitude: “Não, não podemos. A rua não é para ter carros de alta velocidade” (...). Mas houve muito essa demanda.

Se por um lado, observou-se a tentativa de interferência do tráfico no planejamento das ações de urbanização em Parque Royal, por outro, Oliveira relata que houve a participação dos moradores na concepção do projeto através de reuniões promovidas pela associação e pelos projetistas: “Eles (os técnicos) faziam reuniões com os moradores, pediam opiniões”.

A regularização fundiária era considerada uma das ferramentas fundamentais para promover a integração da favela à cidade oficial, com a extensão dos direitos legais de propriedade imobiliária aos seus moradores. No entanto, das várias ações promovidas pelo PFB, essa foi a ação que alcançou os resultados menos satisfatórios, como aponta Cavallieri:

Arriscamos a dizer que foi porque os moradores nunca a priorizaram e talvez mesmo não a desejassem. (...) A integração urbana, com todos os seus benefícios, gera também obrigações que, nesse caso, acabariam por restringir liberdades de construir e de ocupar o solo de que os favelados disfrutavam de forma muito mais ampla do que os moradores das áreas formais. Outro aspecto é que na esmagadora maioria das situações, os moradores das favelas beneficiadas se sentiam há bastante tempo com segurança na posse da terra que ocupavam. Cessadas as ameaças de remoção e de despejo de épocas passadas, as favelas se consolidaram, se auto-regularam, estruturaram mercados de compra, venda e aluguel de imóveis sem que fossem necessários títulos legais de propriedade (Cavallieri, 2003, p.294).

Oliveira descreve o quadro da regularização da posse da terra na comunidade Parque Royal, após a conclusão do projeto de urbanização:

o Ministério das Cidades passou o terreno para a prefeitura, e agora é que eles estão dando a documentação definitiva, e estão dando o Habite-se. (...) Os que não receberam, é que estão com a construção irregular. (...) No padrão da prefeitura, em 2005, as construções eram somente primeiro e segundo pavimento, e hoje tem gente com quatro pavimentos. (...) Eles só podem liberar dois. Essas pessoas, infelizmente, vão ficar sem o título. (...) Eles (moradores) estão querendo que venha o IPTU, porque querem aumentar o preço do imóvel, vai valorizar. A intenção é valorizar o bairro.

Na perspectiva de assegurar a presença do poder público municipal nas comunidades urbanizadas pelo PFB, foi criado em 1996, o chamado Posto de Orientação Urbanística e Social – POUSSO tinha como objetivos principais “orientar a execução de novas construções ou ampliações das existentes, bem como o uso dos equipamentos públicos implantados” e “exercer fiscalização urbanística e edilícia” (art. 1º do Decreto N° 15.259 de 14 de novembro de 2006). Essa ação de fiscalização deveria “controlar a expansão das edificações (tanto horizontal, como verticalmente), de forma que os equipamentos implantados não se tornem insuficientes” (art. 2º do mesmo Decreto). O POUSSO foi, nesse sentido, pensado como um instrumento para promover a transição entre a “condição de favela” e “a condição de um novo bairro popular”, sendo, assim, justificada a sua existência enquanto ainda está em curso o processo de “integração à cidade” (Freire; Oliveira, 2008). Oliveira destaca em seu

depoimento o papel desempenhado pelo POUSO no controle do uso e ocupação do solo na comunidade, bem como no que diz respeito à orientação da execução de novas obras:

o que eu identifico é que agora eles impõem um limite dentro da comunidade. Hoje em dia para você fazer uma construção ou fazer uma mudança, tem que comunicar a prefeitura. (...) Nós temos uma unidade aqui de urbanismo que é o Pouso, e o pessoal trabalha as terças e quintas. (...) A fiscalização é o seguinte: (...) o Pouso vai lá notifica, mas também não demole, não dá multa.

Após os relatos de agentes que cumpriram diferentes papéis na implantação do PFB, promovemos uma breve reflexão sobre os limites, possibilidades e desafios do processo de “integração da favela à cidade oficial”, com o objetivo de contribuir para a discussão sobre esse relevante tema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos diversos pontos abordados nos depoimentos e entrevistas, a violência gerada pela ação do narcotráfico – e, mais recentemente, das chamadas “milícias” – é citada em todos os depoimentos, como sendo um dos entraves à perspectiva de “integração” da favela à cidade formal. Ao exercerem um efetivo controle do território, interferindo diretamente nas práticas cotidianas dos moradores e dificultando a ação regular de concessionárias de serviço público, a presença ostensiva dos narcotraficantes representa uma barreira efetiva para a possibilidade de maiores trocas entre os moradores da favela e dos bairros vizinhos. Contribui, ainda, para a constituição de um verdadeiro território de exclusão, os constantes confrontos armados entre narcotraficantes de diferentes facções e destes com forças policiais. Observa-se, desse modo, a existência de um cenário onde ocorre a restrição de um direito constitucional fundamental – “a liberdade de ir e vir” -, não apenas para os próprios moradores da comunidade, mas, também, para os que vivem nos bairros vizinhos.

No que diz respeito à extensão dos serviços públicos às comunidades faveladas – outro fator associado às políticas de “integração favela/bairro” – a incapacidade, em diferentes níveis, dos órgãos públicos estaduais e municipais, de adequarem suas estruturas de atendimento às características particulares dos assentamentos informais, contribui, do mesmo modo, para a precarização dos serviços, colocando-os em um patamar inferior, quando comparados aos existentes nos bairros da cidade oficial. Embora avanços tenham ocorrido, sobretudo, no sistema de coleta de resíduos sólidos e na execução de obras de geotecnia, observa-se, ainda, um caráter desigual nas ações de manutenção e conservação pelos órgãos públicos responsáveis. Há um desafio, portanto, a enfrentar: como estruturar esses órgãos de modo a promover, na favela, um atendimento de padrão equivalente ao que é realizado na cidade

“formal”, reconhecendo, contudo, as particularidades dos chamados assentamentos informais.

A integração sócio espacial, por vezes, ocorre por motivos imprevistos na política de urbanização proposta: a atividade comercial praticada na favela se caracterizando como um agente integrador, pelo fato de oferecer produtos e serviços mais baratos do que aqueles ofertados nos bairros vizinhos – como no caso do Parque Royal, por exemplo.

Ainda na perspectiva de integração da favela aos bairros formais vizinhos, o PFB pretendia promover a regulação do uso e ocupação do solo nas comunidades urbanizadas pelo poder público municipal. Contudo, essa regulação – que deveria ser objeto de fiscalização pelos Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO) – não alcançou resultados satisfatórios. Esse quadro ocorre por diversas razões: seja, mais uma vez, pela ação do narcotráfico/milícias – beneficiários, muitas vezes, de um quadro de total ausência de um mínimo ordenamento do uso e ocupação do solo –, seja pela própria resistência dos moradores às possíveis restrições à chamada “liberdade urbanística” (Abramo, 2005).

A integração da favela à cidade oficial seria, ainda, alcançada através da regularização da posse da terra, de acordo com o PFB. Esta foi, contudo, a ação que alcançou os resultados mais insatisfatórios, uma vez que somente em uma comunidade foi concluído o processo de titulação dos moradores. Persistindo, portanto, um cenário de posse não regularizada da terra, o que, contudo, não é considerado exatamente um problema relevante pelos próprios moradores, por diversas razões. Não há ameaças de despejo, uma vez que a própria intervenção do poder público assegurava a permanência da comunidade. A regularização fundiária era, assim, frequentemente, associada à possibilidade de pagamento de impostos – como, por exemplo, o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Mesmo com tarifas diferenciadas, esses impostos inexistiam anteriormente, representando, assim, um novo ônus para os moradores. Havia, também, o receio de que a regularização fundiária representasse um maior controle sobre as possibilidades de realização de novos acréscimos e ampliações nas edificações existentes. Por último, havia a crença de que o mercado imobiliário informal, existente nas comunidades, possuía mecanismos eficazes para promover a compra, venda e locação de imóveis, com o suporte de associações de moradores e, até mesmo, de “corretores” locais.

Concluindo, há que ressaltar um aspecto que, ao lado do quadro da violência, contribui, significativamente, para dificultar esse processo de “integração da favela ao bairro”: o estigma, ainda, associado à favela. Esse estigma associa a favela a um local “problemático”, “sujo”, “violento”. Nessa visão estigmatizada, favela será sempre favela, não importa se urbanizada ou não. Até mesmo porque, ao considerarmos os aspectos morfológicos, mesmo tendo

recebido obras de infraestrutura, pavimentação, drenagem, etc., as características formais do ambiente construído se assemelham muito às de outras que não receberam qualquer investimento público. Acreditamos, portanto, que há um expressivo caráter simbólico na recusa ao reconhecimento da favela como parte da cidade - uma parte que possui características singulares e uma morfologia particular.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. La ciudad latinoamericana y sus particularidades: mercado del suelo y estructura urbana In: Los Desafíos de una política de suelo en América Latina. Cidade do México-DF: PUEC/Unan, Vol.1, 76-103, 2005.

CAVALLIERI, F. Favela-Bairro: regularização de áreas informais no Rio de Janeiro, in: Abramo, Pedro (org.) A Cidade da informalidade. Rio de Janeiro: Sette Letras/ FAPERJ, 2003.

FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. (org). Novas memórias do urbanismo carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LEITÃO, G. Dos Barracos de madeira aos prédios de quitinete: uma análise do processo de produção da moradia na favela da rocinha ao longo de cinquenta anos. Niterói: EdUff, 2009.

LEITÃO, G.; DELECAVE, J. O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? In. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29. Rio de Janeiro: Puc-RJ, 2013.

MOREIRA, P. L. Entrevista dada a Carolina Kroff, realizada nos dias 17/02/2016 e 24/02/2016, na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF.

OLIVEIRA, G. E. Entrevista dada a Carolina Kroff e Honorio Magalhães, realizada no dia 08/04/2016, na Associação de Moradores de Parque Royal.

PASTERNAK TASCHNER, S. P. Tendências Recentes na Política de Desfavelamento Brasileira, artigo apresentado no ISA, em Montreal, 1998.

PETERSEN, M. L. Entrevista dada ao IAB no dia 28/05/2013. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/noticias/entregar-seguranca-o-redesenho-de-favelas-e-de-uma-inconsequencia-terrivel>>, acessado em: 25/02/16.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Edital do Concurso Favela- Bairro. Rio de Janeiro, 1994.

_____. Dados do Programa Favel-Bairro. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm>, acessado em: 09/02/2016.

VALLADARES, L. P. A propósito da urbanização de favelas. In: XXXII Reunião Anual da SBPC. Rio de Janeiro, 1980.



GT 02A – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS

ENTRE O PRECÁRIO E O (IN)SUSTENTÁVEL: DISCURSOS DE SUSTENTABILIDADE EM PROJETOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PARA REMOÇÃO URBANA

Marlon D'Oliveira Castro¹ (UFPA)

Este estudo discute a presença de discursos de sustentabilidade na produção do espaço urbano promovida pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na sua linha Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), para remoção urbana de famílias em situação de risco socioambiental (reassentamento e remanejamento). Seus objetivos passam por analisar a influência dos processos de mudança de residência sobre aspectos relacionados à vida material das famílias; analisar os elos e conexões entre discursos de sustentabilidade presentes na formulação e execução de um Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) de intervenção habitacional para remoção urbana. Para tanto, percorreu-se o desenvolvimento teórico das discussões nas últimas décadas sobre desenvolvimento sustentável e a adaptação qualitativa imposta ao conceito para tornar-se, na atualidade, *sustentabilidade urbana* ou simplesmente *sustentabilidade*. A partir de metodologia qualitativa apoiada no materialismo histórico-dialético, foi realizado estudo de caso sobre intervenção do PAC, a partir de seu PTTS, de projetos de habitação voltados à remoção de famílias ocupantes de espaços vulneráveis ambiental e socialmente, em Belém (PA): a Comunidade Taboquinha, no Distrito de Icoaraci. A partir do uso de Análise do Discurso e da abordagem de categorias essenciais para análise do cotidiano, segundo Lefebvre (1980), – lazer e trabalho – a análise expressou, a partir do olhar de agentes envolvidos e da trajetória dos sujeitos na transição entre espaços e seu cotidiano, o distanciamento entre a implementação da política e a sustentabilidade nas perspectivas ambiental, social e econômica, pretendidas no bojo do Programa, demonstrando que não é possível pensar nos conjuntos habitacionais periféricos para remoção de famílias descolados da realidade e do sistema econômico que o produz, além das implicações que essa produção traz consigo para o espaço e a sociedade; há fragilidades no uso conceitual da sustentabilidade como retórica para uma nova proposta de regulação urbana; os PTTS desconsideram as necessidades das famílias e as vivências materiais e substantivas dos sujeitos atendidos, ignorando suas necessidades e práticas cotidianas nestes espaços produzidos de forma abstrata, que desde sua formulação negaram as vivências da população atendida, via ausência de espaços de lazer, desconexão com o mundo do trabalho, permanência de riscos, o que os contrapõe a espaços plenamente sociais e os distancia de uma perspectiva de direito à cidade, sendo interpretados como espaços (in)sustentáveis do ponto de vista socioambiental.

Palavras-chave: discursos de sustentabilidade, Programa de Aceleração do Crescimento, produção do espaço, Projetos de Trabalho Técnico Social (In)sustentabilidade.

¹ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, Pedagogo da Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: marloncastro@ufpa.br

1. INTRODUÇÃO

As leituras sobre sustentabilidade são, muitas vezes, controversas, quando não, dúbias ou vazias de significado. Ora as cidades são vistas como objetos passíveis de tecnificação e, com isso, passam a ter diminuídos os seus gastos de energia e fluxos; ora são vistas simplesmente como zonas de reprodução social do capital e suas estruturas, sem nexos diretos com a efetivação do bem estar humano.

O conceito de desenvolvimento sustentável no espaço urbano viria, desse modo, compatibilizar essas relações, mas, que, da forma colocada nas últimas três décadas, principalmente, consolidou-se diretamente atrelado a uma forma hegemônica de pensar a sociedade e a natureza, ignorando as determinações históricas do processo produtivo capitalista permanecendo radicado muito mais como uma ideologia que unifica os interesses dos trabalhadores, dos empresários e do Estado em torno da defesa de uma pretensa sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Aplicado à produção do espaço urbano, o conceito de sustentabilidade tem sido aprofundado tanto no viés da cidade como representação *tecno-material e eficiência ecoenergética*, quanto no seu entendimento como espaço da *qualidade de vida e locus da legitimação de políticas públicas* (ACSELRAD, 2009). Entretanto, a dimensão humana do conceito comumente tem ficado à margem das análises, que se pautam principalmente em elementos físicos e indicadores socioeconômicos. Em relação às políticas habitacionais, vê-se que o elemento sustentabilidade é muito propalado, inclusive, existindo certificações e projetos de trabalho técnico-sociais que ratificariam, nas intervenções, a garantia de sustentabilidade desde o projeto até o pós-ocupação, o que, entretanto, não dá garantias por si, da consolidação da conexão entre a intervenção, as necessidades da população atendida e a cidade.

Este artigo tem como *objetivos*: a) identificar as dimensões da questão ambiental na ótica de importantes autores a partir de estudos que relacionam as temáticas ambiental e urbana, percorrendo a trajetória da noção de sustentabilidade e as cidades; e b) analisar a presença discursiva das noções de sustentabilidade na produção habitacional do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Belém, PA. Para tanto, é abordada a produção do espaço intraurbano por meio de intervenções habitacionais de interesse social, destinadas à remoção e ao remanejamento de famílias de áreas vulneráveis social e ambientalmente em Belém, Pará, elaboradas e executadas em parceria entre o estado e prefeitura com o

Governo Federal, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A partir de metodologia qualitativa apoiada no materialismo histórico-dialético, foi realizado um estudo de caso sobre intervenções do PAC, a partir de seu PTTS, de projetos de habitação voltados à remoção de famílias ocupantes de espaços vulneráveis ambiental e socialmente em Belém: a Comunidade Taboquinha (Conjuntos Verequete, Mestre Cardoso e Cruzeiro), no Distrito de Icoaraci, em Belém.

O artigo evidencia as contradições na implementação da política de habitação no processo para reassentamento das famílias, surgimento de outros problemas ligados à inserção na malha urbana, o que denota o distanciamento daquilo que poderia ser chamado de *sustentabilidade urbana* ou num espaço produzido que ratifique a cidade como lugar de legitimação das políticas urbanas (ACSELRAD, 2009); sem incorporar lutas sociais das comunidades envolvidas (LEFF, 2009); ou sem coadunar com o pressuposto da cidade como espaço de interação e ratificação de sua função social (SOUZA, 2009).

1.1 As cidades e a sustentabilidade

Entre outras definições, as cidades podem ser compreendidas como *lócus* de construção social, que se afirmam como espaço de trocas e do encontro, a partir de relações sociais que são impressas em um determinado tempo e espaço, isto é, *obras*, locais de criação e de relacionamento, onde se estabelecem as centralidades, como frisam Lefebvre (2001) e Gottdiener (2010). Dentre as relações mais frequentes estão: as econômicas, culturais, sociais e humanas, que dão características específicas a esse ambiente construído.

Segundo Souza (2010) a cidade pode ser compreendida como espaço de interação e que necessariamente precisa estar pautada em uma função social,

um local de aglomeração humana onde as pessoas desempenham atividades das mais diversas, agindo e interagindo entre si, buscando, na medida do possível, uma melhoria em suas qualidades de vida, pressupondo estas, necessariamente, estudos técnicos voltados a tornar eficaz a função social da cidade, procurando compatibilizar os problemas apresentados pela urbe e os anseios de seus habitantes (SOUZA, 2010, p. 59).

O autor defende dois dos vários pontos cruciais na questão das contradições da cidade: melhoria da qualidade de vida e função social. Vista sob este prisma, a

cidade teria necessariamente de ser entendida como lugar de viabilidade da vida, de materialização do bem estar e conseqüentemente de exercício da cidadania.

Entretanto, analisar as contradições espaciais da cidade e do urbano apenas ganha concretude se estas estiverem relacionadas ao entendimento do modo de produção vigente e do nível de comprometimento das cidades na reprodução social de um modelo econômico, social e político considerado insustentável. Por este ângulo, a conformação do *design* espacial urbano, descrito por Lefebvbre (2001) como produto das relações sociais concretas e suas contradições, ganha especial sentido, principalmente a partir da emergência do regime de acumulação flexível, onde a sustentabilidade é tida como especial característica de novo modo de regulação urbana. (ACSELRAD 2009; GOTTDIENER, 2010).

Do conflito entre viver e crescer suscitou-se que as cidades precisavam se tornar “cidades sustentáveis” em função da reestruturação pela qual o sistema econômico mundial passou nas últimas décadas. No modelo de desenvolvimento urbano sustentável, as questões ambientais foram incorporadas e podem até ser discutidas, desde que não comprometam o *desenvolvimento* urbano.

Prado (2015) diz que o desenvolvimento urbano sustentável não só é uma contradição de termos pelos conflitos inerentes à tentativa de fazer convergir os olhares do campo das análises e planejamento urbano com aqueles oriundos das disciplinas ambientais, mas principalmente, pelas contradições que a própria ideia de “sustentabilidade” contém e que são evidenciadas no território urbano. De forma que *“A aplicação da ideia de “desenvolvimento sustentável” aos discursos e práticas ligados ao fenômeno urbano, na forma de “desenvolvimento urbano sustentável”, ampliou as limitações e contradições que o termo original trazia”*. (PRADO, 2015, p.92).

A transposição da noção de sustentabilidade não se dá de forma confortável para o urbano. Assenta-se principalmente na crítica sobre os rumos do urbanismo em tempos de acumulação flexível, estando condicionada à lógica das práticas espaciais resultantes do modelo desigual de cidades baseado na diferenciação dos espaços intraurbanos e desigualdade social. Características como habitação precária em áreas inundáveis e de risco, em áreas de alta vulnerabilidade ambiental e também social, problemas de mobilidade e infraestrutura urbana, insegurança e violência, precariedade no acesso à água potável, diminuição da quantidade e qualidade de espaços públicos, etc., reforçam a compreensão de que a existência

desta materialidade se dá conjugada à existência de outros espaços totalmente dotados de infraestrutura, atendendo a uma menor parcela privilegiada da sociedade (ACSELRAD, 2009).

No entanto, percebe-se claramente que a discussão não está posta sobre a origem dos problemas – a desigualdade social – mas sobre suas consequências mais visíveis. O contexto de globalização econômica tem aprofundado problemas historicamente presentes nas cidades que concentram acentuada desigualdade social, sobretudo nos países considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil, que possuem cidades com uma gama de problemas que não são apenas ambientais, mas fundamentalmente sociais.

Desta maneira, a noção de sustentabilidade encontra-se submetida à racionalidade de produção do espaço de forma pragmática, flexível e baseada na desigualdade. Sua aplicabilidade está condicionada não apenas à questão semântica, mas pelo pragmatismo que possa torná-la evidente como elemento agregador de valor social e de respeitabilidade teórica. O conceito ou os conceitos de sustentabilidade estão postos ora de forma discursiva, ora de forma pragmática. Sustentabilidade tornou-se *slogan* de partidos políticos, de empresas, de supermercados, de indústrias de veículos, etc., na tentativa de criar um ambiente de familiaridade entre sujeitos e a noção, que serviria muito mais ao *marketing* e ao sucesso empresarial que propriamente à redução de impactos ambientalmente negativos e mudanças na produção.

A sustentabilidade urbana *prática* é, assim, o esforço para tornar a cidade atraente para o capital, tornando-a mais funcional, conservando matéria, informação e energia, fazendo com que a acumulação urbana flua. A sustentabilidade urbana *retórica* ou *discursiva*, por outro lado, propõe um meio de neutralizar a crítica ambientalista pela introdução da variável ambiental nas políticas públicas e no planejamento, necessária a possibilitar legitimidade aos planejadores e, em última análise, contribuir para tornar a cidade mais competitiva (ACSELRAD, 2009).

Para Acselrad, há três representações distintas de cidade, às quais responderão também ao aspecto da valoração da sustentabilidade urbana: a *Representação tecno-material das cidades*; *Cidade como espaço de qualidade de vida*; e, *Cidade como espaço de legitimação das políticas públicas urbanas*.

Na *Representação tecno-material das cidades*, há uma tentativa de articulação entre a base produtiva e modelos de ecoeficiência energética ou

“metabolismo urbano”. Nas duas situações a cidade é vista a partir do controle de seus estoques e fluxos, principalmente de energia. Na tentativa de reduzir os impactos entrópicos, isto é, de dentro do próprio sistema, causados pelas práticas urbanas, a alternativa proposta é adoção de tecnologias limpas, isto é, que economizem espaço, matéria e energia, visando adaptar a produção e a vida urbanas através da densificação técnica e humana, sendo, portanto, um arranjo dentro da racionalidade econômica.

A sustentabilidade, neste caso, resultaria da redistribuição da pressão técnica de populações e recursos sobre a base de recursos ambientais urbanos, pois haveria a “hipótese do limite da capacidade urbana”. No discurso, é dada ênfase a estratégias argumentativas de ordem global ganharão força como introdução de tecnologias urbanas poupadoras de recursos, reciclagem, redistribuição espacial de populações e atividades, redução do consumo per capita, entre outros. A busca por ecoeficiência seria causada por razões do próprio “urbano” e não por razões de ordem planetária, assim a ecoeficiência é legitimada como eixo das estratégias de ação e o mercado seu melhor instrumento (ACSELRAD, 1999).

A Cidade como espaço de qualidade de vida seria uma resposta do urbano ao modelo de desenvolvimento das cidades, principalmente ao consumo. A artificialidade do urbano crescentemente impregnaria os habitantes das cidades com substâncias nocivas e tóxicas, como imposição do modelo de reprodução para os centros urbanos. As emissões líquidas e gasosas resultantes das tecnologias urbanas são entendidas como imposição de consumo forçado de produtos que pela sua artificialidade, comprometeriam a qualidade de vida na cidade.

Para Acselrad, a noção de sustentabilidade urbana pode também articular as estratégias argumentativas da *eficiência ecoenergética*, da autossuficiência e da *qualidade de vida* na consideração da forma urbana como “fator determinante da sustentabilidade”. A noção de “cidade compacta” reuniria os atributos de “*alta densidade e uso misto, tendendo a apresentar superior eficiência energética por reduzir as distâncias dos trajetos, maximizar a oferta de transporte público e prover qualidade de vida superior aos residentes*”. No caso da sustentabilidade do desenvolvimento em geral, o argumento da autossuficiência remete a uma crítica do livre mercado e da globalização; no caso da autossuficiência urbana, trata-se de, em nome do combate ao efeito estufa e aos processos entrópicos, orientar-se para maior autonomia energética e econômica das localidades.

A *Cidade como espaço de legitimação das políticas públicas urbanas* compreende que sendo a materialidade das cidades politicamente construída, as modalidades de sua reprodução são vistas por Acselrad como dependentes das condições que legitimam seus pressupostos políticos. A ideia de sustentabilidade é, nesta representação, aplicada às condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas. Fala-se da viabilidade política do crescimento urbano, ou seja, das condições de construção política da base material das cidades.

A (In)sustentabilidade exprimiria, assim, a incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um *“desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios de as satisfazer, entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infraestrutura”*. A insustentabilidade estaria, portanto, designando um processo de instabilização das bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas, aos quais se podem reprovar, por um lado, a incapacidade de imprimir eficiência na administração dos recursos públicos ou, por outro, a indisposição para democratizar o acesso aos serviços urbanos (ACSELRAD, 2009).

Para Acselrad, a erosão da legitimidade das políticas urbanas pode fundar-se, assim, na insuficiente adesão à racionalidade econômica, causa suposta do desperdício da base de recursos ou, alternativamente, na ausência de priorização de mecanismos distributivos do acesso a tais serviços.

1.2 A atuação do PAC em Belém

O PAC, lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas anticíclicas e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros (AVELAR et. al, 2013).

As medidas que compõem o Programa foram divididas em cinco blocos: investimentos em infraestrutura; estímulo ao crédito e ao financiamento; melhoria do ambiente de investimento; desoneração e aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional e; ajustes fiscais em longo prazo. Os investimentos no bloco de

infraestrutura abrangem três áreas: *energética*: com os setores de petróleo, combustíveis renováveis, gás natural e energia elétrica; *social e urbana*: com os setores de habitação, saneamento, transporte urbano, recursos hídricos e o programa Luz para Todos e *Logística*: com os setores rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroportuário.

O PAC possui grande relevância no contexto da chamada Nova Política Habitacional brasileira implementada a partir de meados dos anos 2000, pois seus projetos habitacionais também se caracterizaram pela atenção à faixa de até três salários mínimos e, pelo fato de ter incorporado projetos do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS), contratados ou em execução, quando de seu advento.

A seleção de ações para a geração do PAC nos municípios apresentou um recorte populacional que abrangia áreas metropolitanas e municípios com população maior que 150 mil habitantes, restringindo, assim, o acesso aos recursos a algumas poucas cidades paraenses, entre elas, Belém.

As demandas por habitação atendidas pelo PAC em Belém foram principalmente as mais antigas, associadas aos graves problemas de saneamento do município e caminharam a passos lentos, não apenas no tocante aos projetos habitacionais, mas principalmente por problemas estruturais em relação à gestão, no que se refere ao repasse de recursos, cumprimento de prazos estipulados e demora na licitação de serviços, entre outros.

As obras desenvolvidas com recursos do PAC na Região Metropolitana de Belém (RMB) são predominantemente voltadas para o setor de infraestrutura urbana, nas modalidades PAC – Urbanização de Assentamentos Precários e PAC – Saneamento Integrado, obras que integram ações de saneamento, habitação, urbanização, bem como regularização fundiária das áreas de intervenção e objetivam a promoção de soluções voltadas à melhoria das condições de habitabilidade e salubridade ambiental em áreas já ocupadas (AVELAR, 2013).

2. ESTUDO DE CASO

2.1 A Comunidade Taboquinha

A ocupação da área da Comunidade Cubatão se constituiu ao longo dos últimos quarenta anos por contingentes de população de baixa renda em função do agravamento do processo de urbanização, onde cada vez mais famílias se

deslocaram do interior do estado para a capital, em busca de oportunidades de melhoria de vida. A Comunidade repetiu uma forma de consolidação muito comum nas últimas décadas em outras áreas de Belém, baseada no adensamento das periferias imediatas aos centros e sub-centros urbanos, principalmente nas áreas alagadas ou alagáveis próximas aos centros de emprego, áreas de “baixada”, por estarem situadas abaixo da cota topográfica mais baixa.

Diante dos dados apresentados e de estudos feitos pelo IBGE, o conjunto de setores censitários que englobam a área da Comunidade Taboquinha era classificado como um aglomerado subnormal (IBGE, 2011). Embora as densidades populacionais por setor censitário (que no caso em estudo correspondiam às quadras) são relativamente baixas e indicavam preliminarmente que os problemas existentes na Comunidade Taboquinha ocorriam devido à ausência de medidas de proteção ambiental e soluções habitacionais para as famílias que residiam na calha dos cursos d’água, o que foi considerado como justificativa para a sua inclusão no PAC. A **Fotografia 01**, a seguir, destaca um trecho de ocupação das margens do Igarapé:

FOTOGRAFIA 01 – IGARAPÉ TABOCAL: pequeno curso de rio antropizado com margens repletas de palafitas.



Fonte: PARÁ, 2010.

A inexistência de sistema de drenagem e de rede de esgoto sanitário, na Comunidade, daria lugar a um sistema de drenagem constituído por valas a céu aberto que carreavam todo tipo de águas servidas e poluídas, além de dejetos, os quais, lançados diretamente no leito do igarapé, constituíam permanente agressão

ao meio ambiente. Além disso, parte das casas eram palafitas, construídas com madeira branca e se apresentavam em precárias condições de habitabilidade, interligadas através de um sistema de passarelas ou “estivas”² de madeira, sem qualquer proteção lateral ou guarda-corpo. O **Mapa 01**, a seguir, localiza área de intervenção e seu entorno.

Mapa 01 - Polígono de intervenção do PAC Taboquinha



Fonte: IBGE, 2018/ANA, 2016. Elaboração Wellington Fernandes, LAENA/UFPA.

A Comunidade vem passando, desde 2008, por um processo de urbanização oriundo do PAC no eixo UAP, as etapas de melhorias urbanísticas e provisão habitacional já foram concluídas, embora falte concluir parte das ações de

² Lastro feito para passagem sobre alagadiço, com varas ou toras atravessadas, com ou sem amarrilhado. Denominação local para pontes de madeira que fazem o papel de calçadas, que se configuram em um tipo de via de penetração, ainda que precária.

saneamento integrado. A intervenção teve contrapartida estadual, como órgão executor a Companhia Executiva de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) e órgão fiscalizador a Caixa Econômica Federal (CEF). As ações previstas para a área envolviam obras integradas de regularização fundiária, serviços de infraestrutura básica (sistema de drenagem, rede de distribuição de água, sistema de esgoto sanitário, sistema viário, terraplenagem, pavimentação, arborização e preservação ambiental), erradicação das palafitas, produção de moradia para atender às famílias remanejadas e trabalho técnico social em parceria com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) (PARÁ, 2011).

A urbanização da Comunidade Taboquinha contemplou a remoção de famílias das margens do igarapé Tabocal, a reformulação das malhas urbana e viária, a dotação de infraestrutura pública básica (água, luz, esgoto, drenagem) e o reassentamento das famílias impactadas em novas unidades habitacionais dentro da poligonal de intervenção. A manutenção da APP do igarapé Taboquinha vegetada, em contraposição ao modelo de canalizações e concretagens, foi premissa do projeto e a partir dela foram desenvolvidas as soluções urbanas e sanitárias.

Inicialmente, de acordo com os dados do levantamento socioeconômico, fornecido pela executora do projeto, teria como missão beneficiar 1.862 famílias sendo de grande impacto por envolver uma alta quantidade de remoção, precisamente 1.014 imóveis seriam atingidos diretamente com necessidade de remanejamento (PARÁ, 2007). A provisão habitacional foi de construção de 66 unidades habitacionais térreas com área de 39 m² contendo dois quartos, banheiro, sala/cozinha; melhoria de 100 unidades habitacionais de acordo com a necessidade encontrada em cada uma; e construção de 912 unidades habitacionais tipo sobrado com área de 43,62 m² distribuídos em sala/cozinha, banheiro e dois quartos, e ainda contém uma área de quintal. A **Fotografia 02** destaca os blocos habitacionais multifamiliares Mestre Cardoso, unidades habitacionais do Projeto Taboquinha.

FOTOGRAFIA 02 – PROJETO TABOQUINHA: blocos multifamiliares do Conjunto Mestre Cardoso.



Foto: Marlon D'Oliveira Castro, janeiro de 2018.

O PTTS do Projeto Taboquinha procurou abarcar uma grande quantidade de temas que vão desde o saneamento, até cultura, tentando realizar uma abordagem integrada, sob o pano de fundo da melhoria da qualidade de vida da população beneficiária, eliminação da precariedade física e das condições subumanas de moradia.

Na intenção de contribuirmos para o combate desta situação, apresentamos a presente proposta que está voltada à erradicação de palafitas na área do TABOQUINHA, onde de forma integrada e com a participação do beneficiário, serão desenvolvidas ações nas áreas, de saneamento, meio ambiente, habitação, educação, trabalho/renda, saúde, segurança, esporte, lazer e cultura. Pretendemos a partir da intervenção proposta contribuir para a promoção de mudanças na realidade atual, onde as famílias estão sobrevivendo em condições sub-humanas, localizadas em áreas insalubres e inadequadas para moradia. A legalização da posse do lote urbano será um dos objetivos deste trabalho, intervindo em uma realidade aonde, praticamente, toda a ocupação do solo vem sendo efetuada de maneira irregular e desordenada (PARÁ, 2007a, p.8).

Segundo o PTTS, o Projeto de Urbanização da Comunidade Taboquinha seria caracterizado como “uma implementação de prática de gestão ambiental”, numa área de, aproximadamente, 175.000 m² de influência do Igarapé e seu entorno e incluía: urbanização/sistema viário; sistema de abastecimento de água; drenagem pluvial; esgotamento sanitário; rede de distribuição elétrica; rede de iluminação pública; construção de equipamentos comunitários como: quiosques (para jogos, artesanatos e lanchonete), concha acústica e anfiteatro; áreas destinadas para a construção de quadra polivalente e equipamento escolar; intervenção na área de

proteção ambiental, com recuperação da área degradada às margens do Igarapé e remanejamento de famílias lá residentes; atuação na área habitacional com construção (casas novas com as seguintes características: construção em alvenaria de 39,00 m², com sala e cozinha, 2 quartos, circulação e banheiro), ampliação e melhoria de habitações; regularização fundiária.

Nas entrevistas com os agentes responsáveis pela elaboração e execução do Projeto foi destacado também o caráter inédito que trouxe o PAC em relação à destinação de aporte financeiro exclusivamente direcionado ao trabalho técnico social de forma a complementar a mudança das famílias para os conjuntos, o que também exprime a sustentabilidade de forma econômica. Conforme T1 e T2 destacam:

Não podemos falar mal do PAC. Pela primeira vez na história houve recurso exclusivo para um trabalho social, um trabalho que vem somar ao que o projeto físico elabora, de certo modo. No caso do Taboquinha, a mudança foi muito grande porque os locais onde as pessoas moravam era precário e a mudança para os blocos foi um grande avanço para as famílias, embora saibamos que ainda há muito o que melhorar nessa dinâmica tanto em relação ao projeto das unidades, quanto nas condições de vida das famílias.

O PAC foi um laboratório incrível para nós [...] a amarração que as normativas têm na questão ambiental é muito importante (T2).

Nas entrevistas com os sujeitos foi perceptível que estes viram a mudança para os conjuntos como positiva, sendo as unidades vistas como adequadas em comparação à ocupação onde residiam.

Nos termos do PTTS, a sustentabilidade reside em, além de “acabar com as palafitas na área do TABOQUINHA [...]”, auxiliando na “[...] promoção de mudanças na realidade atual [...]”, sem, no entanto, alterar o quadro de pobreza material estrutural das famílias, os inserindo naquilo que Lefebvre chama de espaço abstrato, numa tendência de continuação da atuação do Estado, via PAC, na reprodução de espaços para habitação contraditórios, como reprodução de espaços-mercadorias, impondo controle social sobre as famílias a partir do remanejamento e da padronização monótona da tipologia que não tem relação com o entorno e com a própria cidade, no que Lefebvre (1973, p.67) chama de “periferias desurbanizadas, mas dependentes de cidade”.

2.2 Análise das categorias lazer e trabalho

Apesar de as respostas, de modo geral, mostrarem a melhoria na estrutura como elemento positivo para as famílias, o lazer aparece como lacuna não preenchida pelo projeto, ou minimamente preenchida, uma vez que apenas um dos conjuntos habitacionais do projeto foi contemplado com equipamentos urbanos dedicados ao lazer da comunidade, é importante o fato da diferenciação sempre apontada entre o “antes” e o “depois” da inserção das famílias nos conjuntos do projeto:

Olha... Pra mim, que era acostumada desde pequena a brincar na rua, apesar de ser ponte (*na Ocupação*), aqui tá pior o lazer. Apesar de ser ponte, quando a gente era menor todo mundo se conhecia. Aqui não... Muita gente já foi embora, outras pessoas chegaram e a gente não conhece, né? (E2)

Percebe-se claramente na fala do entrevistado que houve perda de laços entre os membros da comunidade a partir das mudanças estabelecidas, o que se expressa na condição atual de lazer, onde embora haja melhores condições físicas, os aspectos ligados ao companheirismo, ao afeto presentes no grupo são levados em consideração para avaliar a perda sofrida. Outros elementos importantes foram observados, principalmente no que se refere a pouca infraestrutura de lazer possibilitada, como frisou E8. Por outro lado, houve, segundo E6, uma mudança de perfil etário na comunidade empiricamente demonstrado pelo entrevistado:

Aqui (*Conjunto Mestre Cardoso*) não foi construído nada... No Verequete (*Conjunto*) teve uma quadra (*de esportes*), mas já acabou, tá destruída... (E8)

Na opinião dos agentes envolvidos, a incapacidade de atenção e efetivação dos espaços de lazer em cada conjunto se deu pela falta de atualização dos valores orçados inicialmente nos projetos, fato que limitou a possibilidade de conclusão das obras, dando primazia à moradia em relação a outros elementos, também relevantes no processo de transição entre espaços.

Poucas respostas analisam o lazer a uma perspectiva de descanso ou de tempo livre em função do trabalho diário. O lazer é visto pelos responsáveis pelos domicílios, geralmente, como um aspecto especificamente desejável para crianças e jovens desfrutarem. As associações à vida material dos responsáveis pelos domicílios estão relacionadas ao final de semana, aos encontros com amigos, às festas e ao consumo. O processo de transição entre o espaço precário da ocupação

ao novo espaço urbanizado conseguiu diminuir riscos de doenças, contato com a água poluída do Igarapé Tabocal, no entanto, também desarticulou relações entre famílias e pessoas, laços de vizinhança e proximidades.

Os agentes entrevistados dizem compreender que a efetivação da intervenção quanto ao lazer é aquém do esperado e do necessário à Comunidade, entretanto, frisam que as contingências tiveram como causa problemas de repasse financeiro à executora, problemas relacionados à gestão e redefinição de prioridades. As opiniões de agentes e sujeitos convergem no entendimento da primazia dada às unidades habitacionais em relação a qualquer outro elemento do projeto, consideradas prioridades por conta da necessidade de remoção das famílias. O papel do PTTS em relação ao lazer foi muito mais direcionado ao estabelecimento de temas afins, como oficinas sobre relações de vizinhança (embora no processo de remoção, essas relações não tenham sido respeitadas plenamente, pois houve sorteio entre os sujeitos para definição de qual família ficaria em determinada unidade), meio ambiente e trabalho, em um sentido de contato entre pessoas e famílias, que propriamente ações de lazer de modo objetivo.

Quanto ao trabalho, as ações propostas pelo PTTS buscaram ter relevância dentro de um contexto de baixa qualificação percebida no perfil da população, embora não estejam conectadas a ele claramente. O projeto não destinou, por exemplo, qualquer atividade aos trabalhadores da pesca, considerados na análise do perfil socioeconômico como parcela significativa. Mesmo que tendo uma leitura sobre sustentabilidade mais próxima ao aspecto socioeconômico, o Projeto não conseguiu fazer uma interpretação das necessidades da comunidade, neste aspecto. Desprezou-se, assim, a vivência da população e uma importante expressão relacionada à sua base material. Assim como em Acselrad (2009), a noção de sustentabilidade apresentada no bojo do projeto e em sua execução, constitui apenas parte de um esforço de configurar um novo modo de regulação urbana capaz de integrar duravelmente na dinâmica reprodutiva a própria desigualdade constitutiva da cidade, sem alterar mais que o lugar de habitação, incapaz de intervir diretamente nas causas da desigualdade, embora sinalize enfatizar a preocupação com o aspecto socioeconômico.

Para evidenciar informações sobre a categoria trabalho, as entrevistas foram conduzidas de forma a identificar rupturas e permanências nas condições de trabalho dos chefes de famílias a partir do processo de mudança da ocupação para

os conjuntos habitacionais do Projeto Taboquinha, entendendo que este processo tende a refletir na organização familiar e sua subsistência material, fundamental para a permanência das famílias nos conjuntos e a sua reprodução social.

Quanto à interveniência do processo de mudança para as condições de trabalho e seu desenvolvimento, há entre entrevistados a predominância do entendimento de que a mudança de espaço de habitação não teve influência direta em relação ao tema trabalho, embora sejam significativas algumas mudanças para parcela que possuía ocupações autônomas e prestadores de serviço. E6 frisou que seus clientes permaneceram os mesmos, mesmo depois da mudança para o Conjunto Mestre Cardoso, “[...] meus clientes são os mesmos. Eu trabalho com costura”. Entretanto, no que diz respeito às condições para execução de seu trabalho, uma mudança significativa ocorreu, mudança comum a todos os sujeitos e que se tornou uma queixa presente em praticamente todas as entrevistas realizadas nos conjuntos do Projeto Taboquinha: o aumento do valor da conta de energia elétrica.

E13 correlaciona a mudança de residência ao trabalho por ele desenvolvido, que, segundo o entrevistado, foi prejudicado pelo tamanho da unidade habitacional, aquém do tamanho da sua residência anterior na comunidade Taboquinha, além de ter recebido a promessa de ser contemplado com um ponto comercial no Conjunto, o que não ocorreu:

Meu trabalho dependia da minha casa antiga, que era bem maior. Eu trabalhava embaixo e morava em cima. Eu era cabeleireiro, antes de sofrer um AVC e, durante as obras, prometeram que haveria um ponto pra trabalhar... Não teve nem ponto de agulha, quanto mais pra trabalho... (E13)

Outro elemento muito importante para a análise do tema trabalho é a relação com a precariedade no abastecimento de água, que, no caso do E13 serve de insumo essencial para o desenvolvimento de sua ocupação:

As pessoas enchem a boca pra falar que moram em apartamento... Apartamento nada! É um em cima do outro... Se me perguntar quantas vezes a caixa d'água encheu, eu vou dizer umas duas ou três vezes em oito anos... Como eu poderia trabalhar assim? Não tem água. (B13)

Houve desconexão entre as demandas apontadas pelo estudo socioeconômico que fundamentou o PTTS e as atividades propostas, que apesar de importantes, foram vistas como “rápidas” e descontínuas pelos entrevistados:

No início, teve muitos cursos: de pedreiro, customização de roupas e outros, mas depois não teve continuidade. (E8)

As entrevistas ratificaram o entendimento de que não houve correlação entre o planejamento pensado e a execução do Projeto que optou por atividades que não estavam relacionadas à base material das famílias remanejadas e reassentadas nos conjuntos, fato que descontextualizou a própria referência de sustentabilidade inserida no projeto.

A sustentabilidade apareceu como elemento chave entre aspectos físicos e sociais no PTTS do Projeto Taboquinha, onde as estratégias pensadas pelos elaboradores visaram contribuir com ações destinadas à geração de ocupação e renda das famílias remanejadas para os conjuntos habitacionais construídos, conforme um dos objetivos propostos:

Realizar oficinas e/ou cursos de capacitação e qualificação profissional, proporcionando acesso das famílias a atividades de ocupação e renda, que leve ao desenvolvimento econômico-financeiro que venha a contribuir para a sua fixação na área e a **sustentabilidade** das obras e serviços implantados (PARÁ, 2007a, p.10). Grifo nosso.

A sustentabilidade é vista como objetivo a ser atingido para a manutenção e a fixação dos sujeitos aos conjuntos habitacionais, primeiramente, numa dimensão econômica, mas com sentido de tornar esses sujeitos plenamente adaptados ao *novo* ambiente de moradia, numa clara perspectiva social, onde a melhoria da qualidade de vida das famílias apareceu como o objetivo final. Esta ideia tentou compatibilizar a necessidade de superação do quadro socioambiental problemático no espaço intraurbano com o desenvolvimento de uma política anticíclica de geração de emprego e renda, uma vez que também procurou aproveitar a mão de obra local nas próprias obras executadas – ação contida na normativa de execução dos projetos – e, ao mesmo tempo, possibilitar alguma qualificação para a população beneficiária por meio dos cursos e oficinas ofertadas pelo PTTS.

Pretendemos a partir da intervenção proposta, contribuir para a promoção de mudanças na realidade atual, onde as famílias estão sobrevivendo em condições sub-humanas, localizadas em áreas insalubres e inadequadas para moradia (PARÁ, 2007a, p. 7-8).

Nas entrevistas com os técnicos do Trabalho Social da COHAB-PA, agentes responsáveis pela execução do PTTS, ratificou-se o entendimento sobre a sustentabilidade como aspecto importante a ser considerado, porém, sempre referente ao viés econômico, e, em primeiro lugar, à geração de ocupação e renda, ainda que de modo superficial, estando distantes quaisquer elementos ambientais. A adaptação das famílias tem primazia em relação às questões culturais ou relação dos sujeitos com o espaço construído:

A perspectiva do trabalho técnico social é possibilitar ações que diminuam o impacto dessa transição (da ocupação ao conjunto habitacional), principalmente no que diz respeito à melhoria da renda e condições de vida na nova residência. Muitas oficinas de artesanato, de panificação, de corte e costura, por exemplo, foram disponibilizadas para os beneficiários que buscaram nelas uma forma de melhorar sua renda, tudo isso ligado ao perfil socioeconômico que foi identificado [...] desse jeito, as famílias conseguem uma forma de obtenção melhoria da renda que antes não existia (T2).

As estratégias para a utilização dos valores sustentáveis permaneceu distanciado da realidade das famílias. Articulou-se idealmente a sustentabilidade como meta projetual, mas, contrariamente, ratificou-se a ideia de que bastaria a transposição das famílias para os novos conjuntos habitacionais para que a sustentabilidade tivesse êxito, na alegação de a melhoria da “qualidade de vida” fosse alcançada.

3. CONCLUSÕES

O conceito de sustentabilidade urbana pode ser considerado um aglutinador de perspectivas ambientais e sociais na compreensão da cidade e de seus problemas, no entanto, no momento atual de crise do modelo neoliberal de gestão, passa a ser tomado como um discurso amplamente incorporado ao campo do planejamento urbano.

Não é possível pensar nos conjuntos habitacionais periféricos para remanejamento de famílias em situação de vulnerabilidade descolados da realidade e do sistema econômico que o produz e das implicações que essa produção traz consigo. Considerar a estrutura socioeconômica e as carências não apenas advindas dela é indispensável para entender como esses espaços habitacionais para os mais pobres são produzidos, como é o caso em estudo.

A pesquisa empírica mostrou como a moradia pós-remoção nos conjuntos do Projeto Taboquinha inclui desde a desconsideração das características do perfil da população beneficiária, quanto ao trabalho no PTTS, à estrutura precária de lazer, dos problemas com o sistema de transporte público à baixa qualidade dos serviços de coleta de lixo, da carência de instrução formal via acesso às escolas públicas à violência urbana. Além disso, o conjunto habitacional com espacialidade heterônoma e seu caráter anistórico exercem uma força desmobilizadora sobre a população beneficiária que nele vive, dificultando a formação de laços sociais e de vizinhança e apropriações afetivas e simbólicas com o lugar. Quando muito, as estruturas físicas dos conjuntos permitem, para alguns moradores, a construção de

pequenas intervenções espaciais, que estão, contudo, no domínio individual. O tipo de estrutura social que é construída a partir da estrutura física dos grandes conjuntos não aponta para a autonomia coletiva, para a emancipação nos termos lefebvrianos. Ao contrário, reforça uma tendência atual das periferias pobres nas grandes cidades, o que chamamos aqui (*in*) *sustentabilidade*, isto é, de sobrevalorização da vida individual e subvalorização da vida coletiva, social e política, numa espécie de recusa ao direito à cidade.

O Programa impôs o tipo de espaço de moradia, tipo de espaço de lazer, tipo de consumo. São espaços abstratos que se contrapõem a espaços sociais (do comércio, das feiras, dos campos de futebol, dos ambulantes). Cria-se um espaço que, entre outros problemas, valoriza o quantitativo, o regulado, sem valor de uso, o espaço-produto, como fotocópia de um espaço-mercadoria.

A sustentabilidade descrita no PTTS do Projeto Taboquinha mostrou-se discursiva e deslocada da realidade atual das famílias na efetivação do projeto e no reassentamento, pois as ações basearam-se exclusivamente no aspecto econômico, sem nenhum nexos com a vida material dos beneficiários. Embora o acesso à casa própria seja valorizado e as condições de habitação sejam apontados como melhores em relação à precariedade da ocupação irregular e vulnerável habitada anteriormente, na categoria lazer permaneceu uma lacuna não preenchida que denota, além da desconsideração da necessidade de espaços e relações, a reprodução de uma lógica pautada na homogeneização, na monotonia e sem conexão com as vivências da população atendida. Na categoria trabalho, embora as condições de habitabilidade tenham melhorado após o reassentamento, as ações do PTTS não possuem qualquer relação com as vivências da população trabalhadora reassentada.

4. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 43-70.

_____. Discursos da Sustentabilidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, número 1, p. 79-90, 1999.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-74.

- AVELAR, W.M; SOUZA, E.S; PONTE, J.P.X; MELO, A.C.C. O Programa de Aceleração do Crescimento e a urbanização de favelas na Região Metropolitana de Belém – PA. **Anais dos Congressos da ANPUR**. 2013.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em <http://www.pac.gov.br/> Acesso em 25 de novembro de 2018.
- COMPANHIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. **Comunidade Taboquinha**. Projeto oficial licitado Belém: COHAB-PA, novembro, 2007. CD-ROM. [Projeto executivo de engenharia e urbanismo, desenhos técnicos digitais].
- FREITAS, R.C.M.; NÉLSIS, C.M.; NUNES, L.S. A crítica marxista ao conceito de desenvolvimento (in) sustentável. **Revista Katálysis**, v. 15, número 1, p. 41-51, 2012.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Municípios**. Disponível em <http://ibge.gov.br>. Acesso em 10 de setembro de 2018.
- _____. **Aglomerados Subnormais, Informações Territoriais**. Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2012.
- LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto: Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.
- _____. **Critique de la Vie Quotidienne I: Introduction**. Paris: Arche, 1977.
- _____. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- LOGAN, J. MOLOTCH, H. **Urban Fortunes: the political economy of place**. University of California Press, 1987.
- MÉSZÁROS, I. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. Texto lido na **Conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos**. Caracas, 2001. Tradução de Paulo Maurício. Disponível em: <http://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.
- PARÁ. Companhia Executiva de Habitação do Pará. **Projeto de Trabalho Técnico Social do Projeto PAC Taboquinha**. Belém: COHAB, 2007. Inédito.
- _____. **Plano de Remanejamento e Reassentamento de Famílias e Atividades Econômicas: Comunidade da Taboquinha**. Belém: [s.n.], 2010.
- PARÁ. Companhia Executiva de Habitação do Pará. **Balanco das Ações de 2012**. Slides Ppt. Belém: COHAB, 2011.
- PRADO, A. L. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. **Revista Oculum**. Número 12, v. 1, p.83-97, 2015.
- SOUZA, M.L. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.



GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas.

HABITAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA NA AMAZÔNIA ORIENTAL: ponderações a partir das cidades médias de Imperatriz (MA) e Marabá (PA)

Helbaneth Macêdo Oliveira (PPGEO/IG/UFU)¹
Beatriz Ribeiro Soares (PPGEO/IG/UFU)²

RESUMO

O artigo busca compreender a segregação socioespacial nas cidades médias de Imperatriz (MA) e Marabá (PA), ambas partícipes da dinâmica urbana da macrorregião da Amazônia Oriental, tendo enfoque nos processos de formação e estruturação destes locais. Imperatriz é identificada como a segunda maior cidade maranhense, destacando-se a partir da difusão de diversos ciclos econômicos associados à construção da rodovia Belém Brasília (BR-010), além de sua excelente posição geográfica. Já Marabá é cortada pela Rodovia Transamazônica (BR-230) e pela BR-155, fundamentais para o êxito de seu crescimento urbano, associado ao extrativismo mineral e indústria da transformação; o que corroborou para a estruturação dos seus cinco núcleos urbanos. O objetivo central do artigo consiste em compreender a segregação socioespacial urbana na Amazônia Oriental, particularizando a realidade encontrada em Imperatriz e Marabá, com vistas para uma abordagem qualitativa da realidade.

Palavras-chave: Segregação. Amazônia Oriental. Cidade média. Imperatriz (MA). Marabá (PA).

1. INTRODUÇÃO

Tida enquanto fronteira para o capital, a Amazônia passou por diversos momentos no processo de integração desta porção do território nacional ao longo do tempo. As cidades envolvidas nesta dinâmica, geralmente, apresentam uma profunda identificação com os rios, suas primeiras vias de acesso desde a colonização. No período recente a geopolítica do

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO, do Instituto de Geografia – IG, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Brasil. E-mail: helbaneth@hotmail.com

² Doutora em Geografia, Professora Titular no Instituto de Geografia – IG, discente no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Brasil. E-mail: brsoares@ufu.br

estado não economizou esforços para a entrada de forças exógenas na área, com vistas a ideia de “integrar para não entregar” as riquezas locais.

Neste contexto tem-se o desenvolvimento das principais cidades médias da região, momento ímpar em que estas se destacaram enquanto polos atrativos para investimentos, políticas e pessoas. Isso foi notório principalmente na região da Amazônia Oriental, portal de entrada para a região amazônica, e por conseguinte a área com os maiores impactos e mais urbanizada. Assim, Imperatriz e Marabá são cidades médias situadas às margens do rio Tocantins, no caso da segunda também com o rio Itacaiúnas, com acentuado crescimento urbano principalmente a partir dos anos de 1950.

Tem destaque, dentre as diversas estratégias de ocupação, a construção de rodovias para a facilitação do acesso e fluidez dos recursos. Por Imperatriz passa a Rodovia BR-010 (Belém-Brasília), fator de modificação na estruturação da cidade (mas não apenas este); e em Marabá tem-se a presença das rodovias BR-230 (Transamazônica) e da BR-155, também determinantes para a implantação de projetos como o Programa Grande Carajás – PGC. As duas cidades apresentam processos internos distintos na evolução de suas respectivas malhas urbanas, e posterior engendramento da segregação socioespacial em seus territórios.

O motivo que justifica a escolha de Imperatriz e Marabá para o presente estudo se pauta justamente nestas semelhanças apontadas, e nas dicotomias encontradas entre elas, tais como Imperatriz se apresentar enquanto cidade nucleada, e Marabá enquanto cidade polinucleada. Com isso o objetivo que norteia o trabalho refere-se a compreensão da segregação socioespacial urbana na Amazônia Oriental, tendo em vista a realidade de Imperatriz (MA) e Marabá (PA).

À vista disso, o percurso metodológico adotado partiu de uma revisão das principais bases teóricas do estudo, posteriormente levantou-se a caracterização da produção do espaço urbano de Imperatriz e Marabá, no contexto das cidades médias amazônicas, para então apresentar a segregação socioespacial em ambas, enfatizando as diferenças na apropriação do solo urbano imperatrizense e marabaense. Para isso contou-se com a utilização de dados oriundos de imagens de satélite, a produção de mapas e gráficos, e observação simples para apresentar as informações adquiridas.

2. A DINÂMICA DO HABITAR CONTEMPORÂNEO E SUA RELAÇÃO COM A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Na contemporaneidade a segregação socioespacial é uma constante presente nas diversas cidades brasileiras. A disputa pelas melhores localizações, em função das atividades predominantes nestes locais, enseja a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras. E, neste contexto de valoração de espaços específicos vislumbra-se a maneira como

o espaço urbano brasileiro tem se reproduzido, mediado pela presença pungente da segregação socioespacial.

Neste sentido Corrêa (2013, p. 42), entende-se que “[...] quanto mais intensa a fragmentação social, mais complexa será a segregação residencial”, e isso é percebido ao se observar as diversas relações e interações ocorridas no espaço urbano, ocasionando assim uma complexa configuração interna das cidades. Neste sentido a segregação residencial é, segundo a ótica marxista, fruto da necessidade de coexistência dos grupos sociais distintos (VASCONCELOS, 2013).

Acompanhando o processo de desenvolvimento urbano brasileiro, se ver que o afastamento dos mais pobres para as áreas periféricas e indesejadas das cidades brasileiras é um processo resultante do protagonismo das elites na dominação do espaço urbano. Ou seja, a manifestação do padrão centro x periferia, com a segregação nua e aparente na realidade brasileira, por meio da separação ou mesmo distanciamento físico dos locais onde residem os mais carentes, dos locais com o predomínio das classes abastadas.

Os padrões espaciais da segregação urbana ao longo da história se têm ao menos três modelos de referência: o primeiro tipo se apresenta espacialmente pela oposição “centro x periferia”, o segundo sob a forma de círculos concêntricos e o último, por meio de corredores de bairros elitizados irradiando-se a partir do centro (CORRÊA, 1989; 2013). Um ponto de relevo nos três padrões citados é a possibilidade de coexistirem em uma mesma realidade no tempo e no espaço (CORRÊA, 1989).

A segregação clássica também pode ser vista pela perspectiva da autora através deste distanciamento físico que é predominante até meados da década de 1980. Até então, essa separação era construída através da nítida marginalização da periferia, mas que não era fortemente temida, esse cenário vai se modificar com a presença crescente do tráfico de drogas ilícitas, e o surgimento dos comandos e organizações criminosas (SOUZA, 2015a). Neste cenário, a segregação socioespacial apresenta sua face mais cruel para os cidadãos, obrigados a conviverem com a incidência cada vez maior da violência e do crime organizado.

Diante desta conjuntura, e em decorrência das diversas mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais o país passa a partir da década de 1990, Rodrigues (2014) aponta para o surgimento de algumas mudanças:

A segregação socioespacial ocorre desde dos primórdios da urbanização, da produção e da reprodução da cidade. O que há de novo? O novo é a alteração da forma e do conteúdo da segregação socioespacial que se realiza pela propriedade privada, nos condomínios fechados [...]. (RODRIGUES, 2014, p.37).

Com ênfase na propriedade privada, a segregação socioespacial se aprofunda e torna a fragmentação espacial mais complexa. As novas formas de segregação não se atem

exclusivamente a localização das moradias, mas também aos tipos de moradia. Procurando entender esse processo Corrêa (1989) observa então três tipos de segregação: segregação induzida, segregação imposta e a autosegregação, sendo estas as novas formas de segregação socioespacial na cidade contemporânea. Os dois primeiros tipos são aplicados quando se fala dos mais pobres enquanto alvos desta separação, já o terceiro tipo é característico das classes médias e altas.

A oferta de habitação enquanto uma mercadoria diferenciada, objeto de desejo de muitos e realidade de poucos, pressupõe também a presença do consumo dessas. E sobre isso Milton Santos (2014) reflete afirmando que:

A glorificação do consumo acompanha-se da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade, que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos". (SANTOS, 2014, p. 49).

A degradação paulatina desses vínculos sociais tem construído um novo tipo de socialização, alicerçada na aversão ao diferente, na presença latente dos muros, e principalmente no distanciamento das relações de vizinhança e cidadania. Na atualidade é possível se diferenciar bairros e setores que são distintos não somente pelo aspecto físico (tipos de residências e equipamentos urbanos presentes), mas também socialmente pela predominância de um mesmo padrão aquisitivo dos residentes.

Em virtude disso, a organização do espaço geográfico “[...] não é somente um reflexo da sociedade [...] passa a ser simultaneamente uma condição para o futuro da sociedade, isto é, a reprodução social” (CORRÊA, 1990, p. 72). Tendo em vista a importância da organização social é que pode se notar como o processo de segregação espacial é fundamental para o entendimento da sociedade como um todo.

Flávio Villaça (2012, p. 49) assevera em suas observações que, “Nenhum estudo do espaço urbano será satisfatório se não entender a segregação espacial urbana”. Essa organização do espaço, seletiva e muitas vezes excludente, se apresenta como premissa básica de manutenção dos estratos sociais dominantes. As novas formas de segregação espacial traduzem justamente uma reorganização do espaço urbano, de forma a propiciar as condições almejadas por estes seguimentos.

Coaduna-se assim que, “A segregação, qualquer que seja, expressa relações de poder, e, por conseguinte, uma dimensão (sócio)política estará sempre presente, por trás das forças que geram o gueto, a favela e a sua respectiva reprodução e estigmatização”, Souza (2006, p.474). Em suma, quando se fala em segregação socioespacial estaremos consensualmente nos referindo a um produto das relações sociais, manifesto espacialmente

através da diferenciação das residências e principalmente na agregação dos iguais em determinados setores ou bairros da cidade.

3. DUAS CIDADES MÉDIAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL: PONDERAÇÕES SOBRE IMPERATRIZ (MA) E MARABÁ (PA)

O conceito de cidade média é uma construção que demanda grandes esforços, uma vez que cada estado nação, e até mesmo algumas regiões, tem suas especificidades. É consenso que cidade média se refere a uma categoria que abrange diversos elementos em sua caracterização. Desde o tamanho demográfico, as funções urbanas exercidas por estas cidades e a organização de seu espaço intraurbano (CORRÊA, 2007). Em outras palavras, dependendo do enfoque da pesquisa pode-se priorizar determinados parâmetros como o social, o econômico, o demográfico além de outros que vão corroborar com os objetivos que se pretende alcançar.

A ênfase no fator socioeconômico é costuma evidente nestes estudos, e visa contribuir para o entendimento de cidade média como aquele núcleo urbano que possui uma área de influência, ou seja, este tipo de cidade exerce em sua rede de relações com as demais cidades, funções urbanas específicas, atraindo um fluxo de pessoas e capitais para si, desenvolvendo sua teia de comunicação. Poder-se-ia dizer que, a cidade média desenvolve a função de polarização em sua região de inserção.

Entendemos assim que, para ser média uma cidade deve apresentar capacidade de fluidez considerada, superior a uma pequena cidade de forma que participe ativamente dos circuitos de produção, mas não chegando ao emaranhado de relações de uma metrópole. Em outras palavras “[...] são cidades que desempenham papéis intermediários em redes urbanas, cuja estruturação torna-se progressivamente complexa”, Spósito (2007, p. 36).

Em termos de critérios, o tamanho demográfico é mais usualmente aceito para identificar uma cidade média, pelo menos o mais aproximado segundo Andrade e Serra (2001, p. 3). Conforme dados oficiais do IBGE (2010), bem como corroborado por Spósito (2001, p. 612), “Aceita-se, para a urbanização brasileira atual, a ideia de que são “cidades médias” aquelas que possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes, ainda que não se possa encontrar consenso em torno dessas referências demográficas”.

É importante frisar assim que:

“[...] o tamanho demográfico não deve ser fim para classificação das cidades, mais sim meio para a explicação desses espaços, dessa forma, não se deve classificar os espaços urbanos considerando somente o critério demográfico, mas utilizá-lo para explicar o estágio do desenvolvimento urbano de uma cidade”. (OLIVEIRA e SOARES, 2014, p. 128).

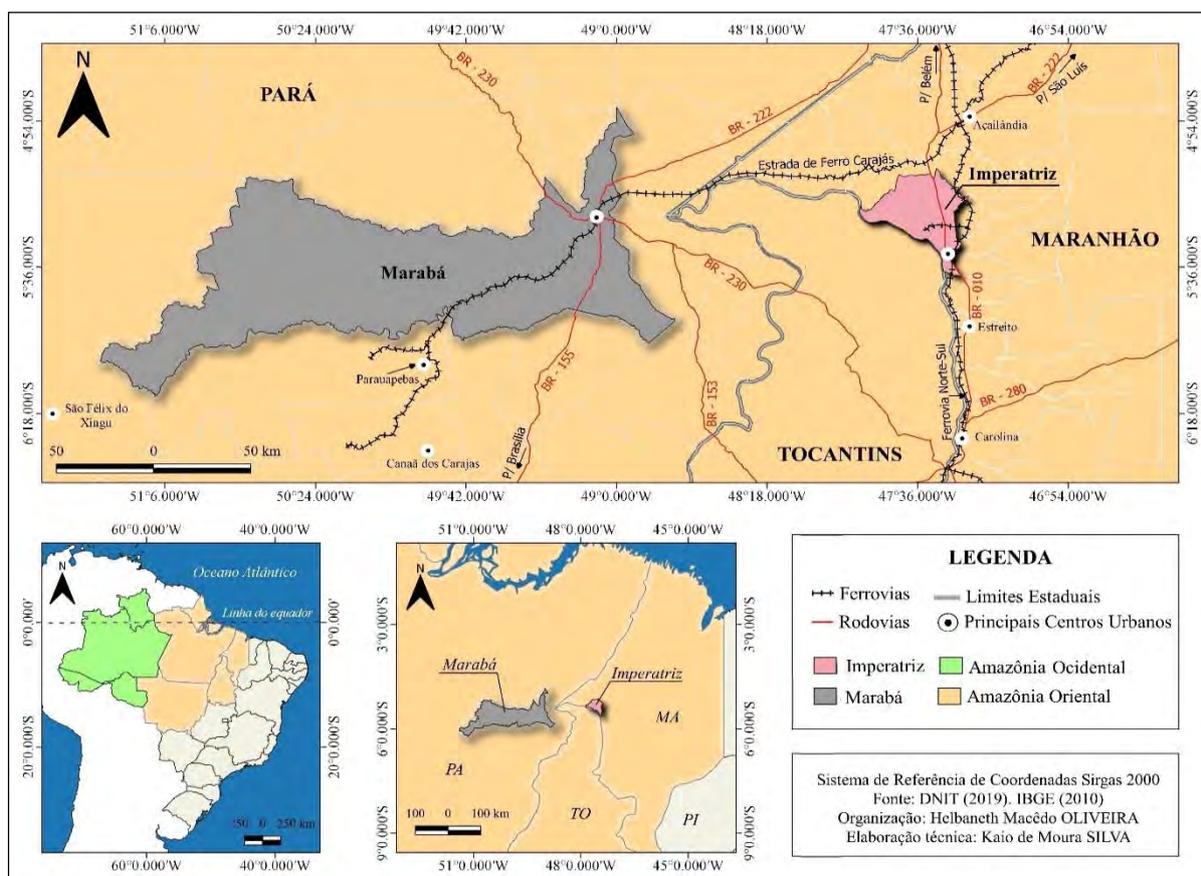
Ou seja, não se despreza o porte populacional dessas cidades, mas se pretendemos entendê-las se faz necessário ir além. Com isso aparecem outros parâmetros de igual importância, como o grau de urbanização, bem como a centralidade e qualidade de vida (BRANCO, 2006). Aqui destacamos a questão da centralidade pela associação desta com a polarização, citado anteriormente, ou seja, a capacidade dessas cidades por meio de suas articulações concentrarem a oferta de produtos e serviços a sua “hinterlândia”.

Amorim Filho e Serra (2001, p. 28) corroboram isso ao dizer que, “Numa escala regional, essas cidades estão destinadas a desempenhar um papel primordial nos “eixos ou corredores de transportes e desenvolvimento, que, no Brasil, passaram a centralizar as políticas – públicas ou privadas – de dinamização e crescimento”. Ou seja, o papel desempenhado pelas cidades médias brasileiras torna-se crucial para a organização da rede urbana regional e nacional.

Esta discussão levantada se justifica devido Imperatriz e Marabá estarem inseridas na categoria de cidades médias, apresentando diversos dos elementos constitutivos supracitados. Estudos como Sousa (2015), Carvalho e Oliveira (2015), Oliveira (2017) atestam a dinâmica de Imperatriz enquanto a principal cidade média no sul do Maranhão; o mesmo se aplica a Marabá, cidade paraense comprovadamente média segundo Rodrigues (2010), Ribeiro (2010), Trindade Junior (2011), dentre outros. O Mapa 1 apresenta a localização espacial destas cidades.

Se diz que ambas estão situadas na região da Amazônia Legal, particularmente na região da Amazônia Oriental (IBGE, 2019), com seus processos de urbanização atrelados diretamente às políticas que envolvem a Amazônia brasileira. Já segundo a regionalização proposta pela pesquisadora Becker (2005) as duas cidades estão na macrorregião denominada de “arco do povoamento consolidado”, onde se encontram as cidades amazônicas com maiores densidades de população, além de estradas e a pungência econômica.

Mapa 1: Localização geográfica de Imperatriz (MA) e Marabá (PA), 2021.



Fonte: IBGE (2010) e DNIT (2019). Organização: As autoras, 2021.

Imperatriz, cidade média maranhense com 259.337 habitantes (IBGE, 2020) localizada na margem esquerda do rio Tocantins, se apresenta como a segunda maior contribuição para a composição do PIB estadual (IMESC, 2018). A cidade integra a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense – RMSM, composta por 22 municípios dos quais a cidade tem destaque, sendo a de maior porte populacional. Imperatriz também nomeia uma das cinco Regiões Geográficas Intermediárias do estado, além de sua Região Imediata influenciando diretamente ao menos 43 municípios.

No processo histórico de estruturação desta cidade tem destaque o cenário que se desenha a partir dos anos de 1950, momento em que se implanta diversas políticas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia. A cidade tem na economia ciclótica um dos pilares de sua estruturação urbano regional, com acelerado crescimento urbano tendo em vista, dentre outros fatores, a localização geográfica de Imperatriz principal entreposto comercial entre o sul/sudeste do Pará, norte do Tocantins e oeste do Piauí.

Conforme aponta Sousa (2015) dois períodos bem distintos podem ser identificados na dinâmica econômica imperatrizense: a) o período de 1950 a 1980, com o avanço e declínio dos três principais ciclos econômicos – arroz, madeira e ouro; e b) o período a partir de 1980,

onde se tem um dinamismo econômico baseado na consolidação de sua dinâmica terciária, um marco para o comércio terciário, bem como a consolidação da oferta de ensino superior e serviços de saúde.

Se observa que a partir de 1950 um crescimento urbano ascendente, que culmina a partir de 1970 numa explosão demográfica sem precedentes, a cidade que possuía 80.722 habitantes salta para 220.469 pessoas em 1980, um crescimento de 273% (139.747 habitantes), mais do que o dobro de sua população em apenas uma década. E isso se deu pela riqueza promovida pelo arroz, e posteriormente pelo ciclo da madeira, e posteriormente do ouro.

A partir da chegada dos migrantes nordestinos, no começo da década de 50, ocorreu no município de Imperatriz um substancial aumento da produção agrícola. Motivados pelas excelentes terras, ocuparam as áreas devolutas no interior, onde plantavam produtos de subsistência e grandes extensões de arroz, para comercialização, dando início a uma nova etapa econômica da região, o chamado “ciclo do arroz”. Até a metade dos anos 70, Imperatriz foi um dos maiores produtores de arroz do Estado. E o Maranhão tornou-se, nesse período, o segundo maior produtor de arroz do Brasil.” (Franklin, 2005, p. 90).

A consolidação da cidade enquanto polo econômico da região sul do estado se deu também pela construção da BR-010 (Belém-Brasília) nos anos de 1950 (vide Mapa 1), propiciando a cidade as condições de passagem que atrairia diversos fluxos de pessoas e capitais. A partir de 70-80 ver-se a transição de Imperatriz de população predominante rural para urbana, com primazia da população residindo na área urbana, tendência mantida nas décadas posteriores aos dias atuais. Sousa e Soares (2018) apontam que a partir desse período Imperatriz se especializa na oferta de serviços, e consolidada suas atividades produtivas, conforme se aponta:

No caso específico de Imperatriz, observa-se desde a década de 1980, que esta cidade tem tido destaque socioeconômico no cenário regional Sulmaranhense em razão da difusão de atividades terciárias, sobretudo, a oferta dos serviços ligados à educação superior e de saúde. Estes fatos são confirmados em função da ampliação do número de instituições de ensino superior e cursos técnicos em diversas áreas e ainda, em razão do aumento considerável do número de clínicas especializadas e hospitais, denotando um aumento relevante na oferta dos serviços deste segmento. (SOUSA e SOARES, 2018, p. 92).

A ampliação do comércio e da prestação de serviços em Imperatriz tem sido alvo de diversos estudos, bem como o crescimento da indústria na cidade, principalmente com a implantação da Suzano Papel e Celulose. Essas e outras atividades demonstram o papel regional exercido por essa cidade. Semelhantemente, a diversidade das atividades econômicas ofertadas é apontada como um dos fatores contribuintes para a influência de

Imperatriz para além de seus limites territoriais, encontrando-se cerca de 80 cidades maranhenses com estreitos vínculos comerciais, (CARVALHO, 2016).

Semelhantemente, a cidade média paraense de Marabá tem seu processo de urbanização enraizado na dinâmica de colonização da Amazônia, baseado na amplitude das ações estatais voltadas à integração nacional. Trata-se de um município com 283.542 habitantes (IBGE, 2020), situado na porção sudeste do Pará, cortado pelos rios Tocantins e Itacaiúnas que perpassam seu espaço e influenciou diretamente na expansão fragmentada de sua estruturação intraurbana. Marabá nomeia também uma das sete Regiões Geográficas Intermediárias do estado, composta por um total de 23 municípios distribuídos em três Regiões Imediatas, o que denota a influência regional desta.

O crescimento urbano marabaense apresenta uma tendência constante a partir dos anos de 1960, com acentuada elevação nas últimas décadas. Tal qual se ver na dinâmica brasileira, Marabá apresenta a elevação da população urbana em detrimento da rural. A década de 1960 é marcante pois a partir deste momento a cidade sofre por significativas mudanças em sua dinâmica econômica, passando das oligarquias da castanha e da borracha para novas ações estratégias do capital nesta cidade (RODRIGUES, 2010).

As políticas de conquista da fronteira amazônica tiveram forte papel na mudança ocorrida em Marabá, isto porque as ações materializadas pelo Estado por meio da construção de rodovias, criação de agências como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, incentivos fiscais, dentre outras medidas ampliaram as relações e atraíram novos investimentos para o Sudeste do Pará, e assim contribuíram diretamente para o impulso tomado por esta cidade.

A nova dinâmica de produção do capital em Marabá se volta para a extração mineral, por meio da implantação de diversos projetos extrativistas. Segundo a FAPESPA (2019) o município está na terceira colocação no *ranking* de contribuição para o PIB estadual (5,5%), atrás apenas da capital Belém e de Parauapebas. Marabá apresenta um PIB de R\$ 8,6 bilhões, o qual está distribuído principalmente no setor de serviços (com 49,3% do VA do município), com destaque para os serviços públicos, comércio e atividades imobiliárias; em segunda colocação está a contribuição da indústria (45,8% do VA municipal), com relevo para a indústria extrativista (manganês e cobre), a indústria da transformação (metalurgia e construção civil); e por último o setor agropecuário (4,8% do VA do município) com as criações de bovinos e cultivos de mandioca e milho (FAPESPA, 2019).

Dito isto, Marabá tem um encontro ferroviário (vide Mapa 1) com três rodovias federais: BR-222, BR-155 e BR-230 (Transamazônica), além da presença da estrada de Ferro Carajás e aeroporto, importante estruturação multimodal de acesso e circulação para a dinâmica produtiva da cidade e região. É o que explica com mais detalhes Trindade Junior (2011):

Hoje, além de sua importância econômica para o sul/sudeste paraense, é notável seu papel como entroncamento aeroviário e rodoferroviário para as cidades menores de sua sub-região. Ademais, a articulação de Marabá com regiões vizinhas, inclusive fora da Amazônia, por meio das novas vias de circulação, fez da mesma uma das principais cidades da Amazônia brasileira, após os maiores centros urbanos regionais. Assumem importância, nesse caso, as rodovias Transamazônica, PA-150, BR-222 e a Estrada de Ferro Carajás, que articulam a Amazônia brasileira a diversos municípios considerados espaços de novas oportunidades econômicas e de investimentos capitalistas. (TRINDADE JUNIOR, 2011, p. 139).

Observando a conjuntura da extensão terrestre apresentada pela região amazônica, ter uma estrutura de circulação é fator primordial para o desenvolvimento de qualquer cidade inserida nesta dinâmica, tal qual o é Marabá. No entanto tal arranjo se deu paulatinamente ao longo do tempo, nos períodos entre 1970-1980 o crescimento veio em decorrência da criação das estradas e projetos de colonização; já de 1980-1991 se teve as obras do Programa Grande Carajás momento de grande impulso no crescimento populacional (SOUZA, 2015b).

Os elementos apontados convergem para se demonstrar a importância dessas duas cidades médias amazônicas (Imperatriz/MA e Marabá/PA), dado seus papéis de importantes centros urbanos na teia de relações entre as demais cidades de menor porte, ambas partícipes da dinâmica de urbanização da Amazônia, suas políticas e estratégias de ocupação. A próxima seção apresenta as mesmas cidades com enfoque na estruturação de seus espaços intraurbanos e as relações com a segregação socioespacial.

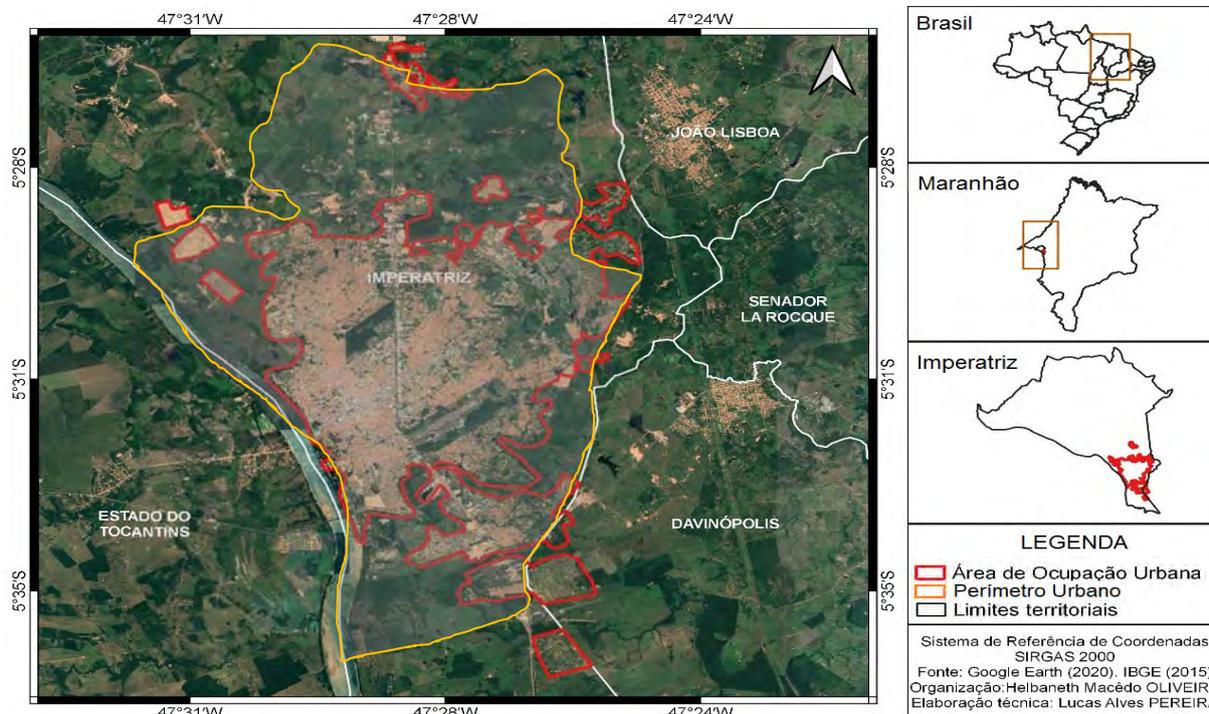
4. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM IMPERATRIZ (MA) E MARABÁ (PA): DA CIDADE NUCLEADA A CIDADE POLINUCLEADA

A presença da segregação socioespacial não é novidade nas cidades brasileiras, no entanto, na contemporaneidade diversos padrões e formas desta tem sido manifesto no tecido urbano. Conforme se apontou, os padrões da segregação se diversificam no espaço e no tempo, há similaridades visíveis e latentes em diversos núcleos urbanos espalhados pelo país, contudo, este não é o caso das duas cidades recortes do estudo. Imperatriz e Marabá, com vistas a seus processos de urbanização, com consideráveis semelhanças, são antagônicas quanto a forma com que a estruturação de seus espaços intraurbanos ocorreu.

Imperatriz teve seu crescimento urbano fincado às margens do rio Tocantins, local onde se inicia a construção da malha urbana. A localização espacial da área urbana (vide Mapa 2) encontra-se de forma excêntrica em relação a extensão do município, e muito disso se deve também aos desmembramentos territoriais ocorridos a partir de 1990, resultando na forma e limites que a cidade tem atualmente. Neste interim, é importante frisar que todos os municípios vizinhos a Imperatriz originaram-se deste processo, e os mais próximos, em sua

maioria, nos últimos 50 anos. O Mapa 2 traz a localização do perímetro urbano da cidade e sua área de ocupação.

Mapa 2: Imperatriz/MA – Perímetro urbano e área de ocupação urbana, 2021.



Fonte: IBGE (2015). Organização: As autoras, 2021.

O percurso da ocupação urbana se deu, inicialmente, no sentido nordeste em direção a BR-010, e isso principalmente a partir de 1950 devido ao crescimento populacional experimentado, conforme se colocou em seções anteriores. Nos anos de 1990 a cidade passa a ter uma dispersão urbana irradiando-se em três direções distintas: para o sudeste (em direção ao município vizinho de Davinópolis), no sentido noroeste (em direção a maior parte da área municipal) e prosseguindo em direção ao nordeste (ultrapassando a BR-010, e seguindo a MA-122 em direção a João Lisboa).

A cidade apresenta um núcleo urbano consolidado, local onde se encontra diversos setores do comércio, desde o calçadão na Avenida Getúlio Vargas, um dos *shoppings* (*Shopping Tocantins*), universidades tradicionais (Universidade Federal do Maranhão - UFMA e Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL), e a maioria dos órgãos públicos e escolas convencionais (tanto estaduais, municipais como particulares). Já nos bairros próximos ao centro, se tem uma estrutura urbana composta por atividades especializadas tais quais o bairro Entroncamento e Mercadinho, além de áreas residenciais onde se encontram parcelas das camadas sociais de alta renda (bairro Jardim Três Poderes e Maranhão Novo).

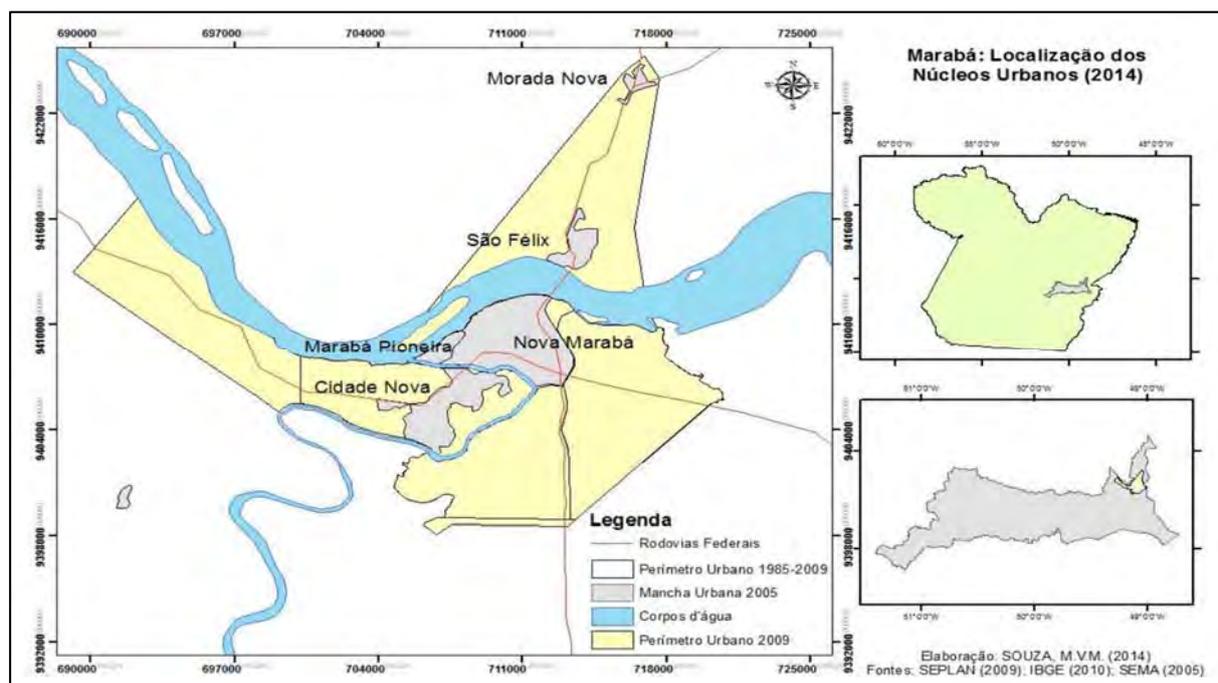
Em contrapartida, as áreas periféricas e periurbanas abrigam o movimento recente de expansão do tecido urbano socioespacial bem como da segregação explícita na paisagem, uma vez que comporta boa parte das atividades imobiliárias, bem como das ações do estado no sentido de suprir o *déficit* de moradias do município, além da autoconstrução. No sentido de expansão a sudeste tem-se a presença de residenciais do programa Minha Casa Minha Vida (Conjunto Itamar Guará I e II), e a expansão de conjuntos residenciais voltados à classe média, chegando a ultrapassar os limites municipais (vide Mapa 2).

O mesmo se ver no eixo de expansão a noroeste, com a presença de dois grandes residenciais, tanto do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV quanto municipal, respectivamente o Conjunto Sebastião Reges e Canto da Serra, além de uma miríade de condomínios horizontais. Já no sentido de expansão a nordeste tem-se outro setor com conjuntos residenciais fechados e condomínios de alto padrão (Eco Pleno I,II e III; Eco Park I, II, III, IV, V e VI; Condomínio New Ville Residente, Acapulco, dentre outros).

Em face do que foi exposto no processo de expansão urbana imperatrizense, é possível apreender que a segregação socioespacial se enraizou na dicotomia existente nas diferentes formas de moradia voltada para as classes socialmente distintas. Na contemporaneidade o mercado imobiliário local tem desenvolvido novas formas de habitação (principalmente os condomínios horizontais e verticais) para um público seletivo, e concomitantemente nas áreas menos valorizadas e distantes as camadas de menor renda tem desenvolvido suas resistências para o acesso à cidade tanto pela autoconstrução quanto por meio de políticas sociais materializadas por meio da construção de casas do PMCMV.

Atinente a cidade de Marabá, esta teve seu crescimento urbano iniciado no núcleo urbano Marabá Pioneira às margens da confluência fluvial do Tocantins e Itacaiúnas, irradiando-se para as demais áreas. Importa apontar que a estruturação urbana marabaense é composta por cinco diferentes núcleos: Marabá Pioneira, Nova Marabá, Cidade Nova, São Félix e Morada Nova (vide Mapa 3).

Mapa 3: Marabá/PA - Evolução demográfica (1950-2010).



Fonte: Souza, 2015b. p. 96.

Os estudos de referência sobre a cidade apontam que esses núcleos possuem estreitas relações na estruturação urbana como um todo. Dentre estes, SOUZA *et al* (2014) apontam que:

É importante salientarmos que os Núcleos, apesar de materializarem uma dinâmica espacial de comércio e serviços, não podem ser visualizados como Núcleos independentes, uma vez que, muitos cidadãos buscam os mesmos serviços e comércio encontrados no Núcleo de residência em outros Núcleos, caracterizando a dinamicidade espacial entre estes. (SOUZA *et al*, 2014, p. 4).

Conforme apresenta o Mapa 3, a estruturação urbana de Marabá não é das mais simples, e sua organização espacial se caracteriza por ser polinucleada. A partir do primeiro centro urbano (Marabá Pioneira) o crescimento urbano seguiu de forma descontínua originando o núcleo urbano Nova Marabá e Cidade Nova a partir dos anos de 1970, e estimulado, dentre outros fatores, pela construção da Transamazônica (BR-230). Já na margem direita do Tocantins, ao norte, dois núcleos urbanos foram constituídos conduzidos pelo eixo da BR-150, São Feliz e Morada Nova.

A habitação neste contexto tem nuances que se alteram no espaço e no tempo, a expansão urbana de Marabá se volta para vários sentidos, expondo os novos contornos da segregação socioespacial nesta cidade. A construção de habitações é feita tanto pela iniciativa estatal, por meio de programas federais, quando pela atuação do mercado imobiliário

local, além da autoconstrução. No sentido de expansão ao norte, Souza (2015b) aponta que a construção de empreendimentos como loteamentos e conjuntos habitacionais com recursos federais são estruturas presentes na malha urbana do São Feliz; enquanto que o Morada Nova ainda apresenta um tecido urbano em processo de consolidação.

São áreas distintas do que se encontra na expansão ao leste, na extensão do centro Nova Marabá puxado pela BR-230, com a presença de empreendimentos voltados para as classes médias e altas; encontram-se loteamentos e condomínios horizontais fechados (condomínio Tocantins, Residencial Delta Park, Ipiranga Ecovile, dentre outros). Já voltando-se para o oeste/sudoeste tem-se outra seção de construções condominiais tal qual o Mirante do Vale, além de projetos em vias de implantação.

O núcleo urbano Marabá Pioneira, Cidade Nova e Nova Marabá possuem em comum que apresentam relativas configurações urbanas contíguas, denotando uma estruturação consolidada; o que não quer dizer que estes não possam espraiar-se no transcorrer do tempo. Assim como em outras cidades, conforme os núcleos urbanos foram se tornando preenchidos, a valorização desses espaços é feita consecutivamente, atrelada a presença de equipamentos urbanos. As áreas mais distantes do centro destes três núcleos urbanos margeiam a segregação socioespacial, pois se tornam escassos os aparatos urbanos mínimos, por isso mesmo não é coincidência São Félix e Morada Nova apresentarem consideráveis concentrações de habitações do PMCMV (SOUZA e LEITE, 2018).

5. CONCLUSÃO

Diante do que foi dito reitera-se a presença da segregação socioespacial e seus padrões na dinâmica habitacional contemporânea, posto que as cidades brasileiras tendem a apresentar diferenciações nos padrões de moradia, e localizações específicas para classes socialmente distintas. O padrão centro x periferia se apresenta concomitantemente às novas formas de segregação na cidade, com a presença de habitações reclusas em si mesmas, tais como os condomínios horizontais fechados e loteamentos.

Observando a dinâmica urbana das duas cidades médias da Amazônia Oriental que optamos por estudar, se viu que a estruturação intraurbana das duas cidades apresenta consideráveis distinções. Imperatriz é considerada uma cidade nucleada pois apresenta um núcleo urbano principal, situado às margens do rio Tocantins por onde inicia seu processo de expansão da malha urbana, irradiando-se para três sentidos principais: a nordeste em direção a BR-010 e extrapolando a mesma, a sudeste no sentido do vizinho município de Davinópolis, e, a noroeste no sentido à maior parte da zona rural.

Já Marabá tem sua estruturação intraurbana considerada polinucleada, com a presença de cinco núcleos urbanos: Marabá Pioneira, Nova Marabá, Cidade Nova, São Félix

e Morada Nova. Seu processo de urbanização se inicia no encontro do rio Tocantins e Itacaiúnas no núcleo Marabá Pioneira, a partir dos anos de 1970 com a influência da construção da Transamazônica e irradia-se para os núcleos Nova Marabá e Cidade Nova. No período mais recente surgem também os núcleos urbanos São Félix e Morada Nova mais ao norte.

A segregação socioespacial é identificada nestas cidades com consideráveis similaridades. Em ambas, a localização espacial dos empreendimentos do PMCMV situa-se afastados do centro (no caso de Imperatriz), ou mesmo dos centros urbanos consolidados (no caso de Marabá), e padecem de infraestrutura adequada para a população. Não obstante, os condomínios horizontais e loteamentos voltados às camadas de média e alta renda também se encontram nos locais de expansão urbana, mas envoltos em uma dinâmica diferenciada de valorização.

Em suma, o esforço aqui desenvolvido teve o intuito de apresentar as principais questões que envolvem a dinâmica da segregação socioespacial urbana em Imperatriz (MA) e Marabá (PA), bem como as semelhanças e distinções na produção de seus espaços urbanos. Espera-se que as ponderações feitas contribuam para nortear estudos futuros, concernentes a essas duas cidades médias, posto que muito se há de apreender sobre estas dado a característica mutável do espaço, em especial o amazônico.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: ANDRADE, Thonpson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (p. 1-34).

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 19. N. 53, p. 71-96, jan/abr/2005. <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005>. Acesso em: 11/02/2021.

BRANCO, Maria Luisa Castello. Cidades médias no Brasil. *In*: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p.245-277).

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 2000.

CARVALHO, Sheryda Lila de Souza; OLIVEIRA, Adão Francisco de. Cidades Médias a Serviço do Capital: o exemplo de Imperatriz (MA). **Estudos Geográficos** (Revista Eletrônica de Geografia). Rio Claro, v. 13, n. (0), p. 4-26, jan./jun. 2015. Disponível em: <<file:///D:/Users/helba/Downloads/15081-Texto%20do%20artigo-60730-1-10-20180227.pdf>>. Acesso em: 09/02/2021.

CARVALHO, Sheryda Lila de Souza. **Autossegregação urbana em Imperatriz/MA**: um estudo a partir dos condomínios horizontais do bairro Santa Inês. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

_____. **Região e organização espacial**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

_____. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PITAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Produto Interno Bruto Municipal – 2017**. Belém: FAPESPA, 2019.

FRANCISCO DE OLIVEIRA, Adão. A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. *In*: MOYSÉS, Aristides. (Coord.). **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. da UCG, 2005. (p.127-155).

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>. Acesso em: 21/01/2021.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **IBGE atualiza Mapa da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28089-ibge-atualiza-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 15/02/2021.

_____. **População estimada - 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13/01/2021.

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: 2018**. São Luís, v. 14, n.1, p. 1-58, 2020. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/31d93d4e68a8b54d8a05493f43761db3.pdf>. Acesso em: 14/01/2021.

OLIVEIRA, Helbaneth Macêdo. **Verticalização Urbana e Segregação Socioespacial em Imperatriz-MA**: uma abordagem a partir dos bairros Jardim Três Poderes e Maranhão Novo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Tocantins, 2017.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia/MG, v. 15, n. 52, p. 119–133, Dez/2014.

RIBEIRO, Rovaine. As Cidades Médias e a Reestruturação da Rede Urbana Amazônica: a experiência de Marabá no sudeste paraense. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: [http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/tese%202010_rovaineribeiro\[1\].pdf](http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/tese%202010_rovaineribeiro[1].pdf). Acesso em: 10/01/2021.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Ciência e ação política: por uma abordagem crítica. *In*: OLIVEIRA, Floriano Godinho de; FREIRE, Désirée Guichard; JESUS, Gilmar Mascarenhas

de; OLIVEIRA, Leandro Dias de. (Orgs.). **Geografia urbana**: ciência e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. (p. 21-43).

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá**: centralidade urbana de uma cidade média paraense. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará: Belém, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Em colaboração com Denise Elias. 6. ed. 2. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2014.

SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense**: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOUSA, Jailson de Macedo; SOARES, Beatriz Ribeiro. Reestruturação urbano-regional amazônica e seus reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz-MA. **Caderno de Geografia**, v.28, n.52, 2018. Disponível em: <file:///D:/Users/helba/Downloads/15081-Texto%20do%20artigo-60730-1-10-20180227%20(1).pdf>. Acesso em: 12/01/2021.

SOUZA, Camila Garcia Nascimento de; *et al.* Análise da centralidade intraurbana em cidade média da Amazônia Oriental brasileira: estudo de caso dos núcleos Marabá Pioneira e Cidade Nova em Marabá (PA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória-ES. **Anais** ... Vitória: AGB, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404611910_ARQUIVO_AnalisedacentralidadeintraurbanaemcidademediadaAmazoniaOrientalbrasileiraestudodecasodosnucleosMarabaPioneiraeCidadeNovaemMaraba_PA_.pdf>. Acesso em: 12/01/2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e Ágora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015a.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. **O Projeto ALPA e a Produção do Espaço Urbano em Marabá (PA)**: a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015b.

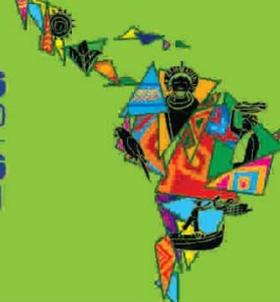
SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de; LEITE, Myrelly Llays Rodrigues. IMPACTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM MARABÁ (PA): desigualdades socioespaciais nos conjuntos habitacionais Jardim do Éden e Tiradentes. **InterEspaço**, Grajaú/MA v. 4, n. 12 p. 65-83 jan. 2018. Disponível em:<file:///D:/Users/helba/Downloads/6906-26017-1-PB.pdf>. Acesso em: 23/01/2021.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13, n. 2, nov. 2011. (p. 135-151).

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. CORRÊA, Roberto Lobato. PITAUDI, Silvana Maria. Introdução. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida. CORRÊA, Roberto Lobato. PITAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. (p.7-15).

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.



GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA À LUZ DA CONCEPÇÃO DO DIREITO À CIDADE: A LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Carla Maria Peixoto Pereira¹
Mozart Victor Silveira²

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho consiste em conhecer as contribuições que o Decreto Estadual Nº 1.191/2020 provêm para a realização do direito à cidade. O presente trabalho justifica-se pela fundamentalidade desta legislação que adequa os procedimentos de regularização fundiária à realidade do estado do Pará e suas implicações em direitos humanos essenciais para os cidadãos, a qual, por ser novel, ainda é pouco conhecida pela sociedade civil, de modo que se torna deveras relevante que se apresente seus principais pontos e discussões, democratizando assim o seu conteúdo e tornando as ações de regularização fundiária, as quais terão essa legislação como operacionalizadora, mais tranquilas. A hipótese deste artigo é que o Decreto Estadual 1.191/2020 traz importantes determinações para o avanço das ações de regularização fundiária no estado do Pará e para a concretização do direito à cidade. Em termos metodológicos, a pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de caráter analítico-descritivo como estratégia, com método dedutivo como procedimento de análise e aplicação das técnicas de revisão de literatura e pesquisa legislativa, bem como de *survey* não supervisionado e entrevista semiestruturada com agente que participou da concepção normativa em análise. Ao final, concluiu-se que o Decreto Estadual 1.191/2020 traz relevantes determinações para o avanço das ações de regularização fundiária no estado do Pará e para a concretização do direito à cidade.

Palavras-chave: Regularização fundiária; direito à cidade; moradia adequada.

1. INTRODUÇÃO.

Objetiva-se neste artigo apresentar as contribuições que o Decreto Estadual Nº 1.191/2020 provêm para a realização do direito à cidade. O Decreto Estadual Nº 1.191/2020 regulamenta os arts. 6º a 8º, da Lei Estadual nº 8.878/2019, a qual dispõe sobre a regularização fundiária não rural em terras públicas do estado do Pará. Este decreto foi publicado em 02 de dezembro de 2020, após construção que contou com a participação intenso debate entre os mais diversos tipos de agentes, tais como membros do sistema de justiça e da Academia. Espera-se que com esse arcabouço legislativo as ações de

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: carla_peixoto@hotmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: mozart.silveira@yahoo.com.br

regularização fundiária em áreas urbanas e periurbanas possam se dar de forma mais ágil e segura.

Nesse sentido, a regularização fundiária pode ser compreendida enquanto um processo de intervenção física, a qual objetiva tornar legal a permanência de pessoas em áreas que estão juridicamente desconformes, de modo que estas consigam ter melhor acesso à infraestrutura urbana, bem como tenham seu direito fundamental à moradia adequada assegurado. Logo, deve ser realizada considerando as dimensões sociais, jurídicas e físicas do espaço, com fins de concretizar o pleno exercício da cidadania (ALFONSIN, 1997 *apud* BEZERRA ET AL, 2018), ou seja, busca-se também a melhoria na infraestrutura urbana por meio desse processo, a qual é responsabilidade de âmbito estatal e que têm implicação no direito à moradia adequada e no direito à cidade dos cidadãos. Neste contexto, este artigo tem como pergunta-guia “Quais são as principais contribuições do Decreto Estadual Nº 1.191/2020 à regularização fundiária no estado do Pará para a concretização do direito à cidade?”. Portanto, o objetivo geral deste trabalho consiste em conhecer as contribuições que o Decreto Estadual Nº 1.191/2020 provêm para a realização do direito à cidade.

O presente trabalho justifica-se pela fundamentalidade desta legislação que adequa os procedimentos de regularização fundiária à realidade do estado do Pará e suas implicações em direitos humanos essenciais para os cidadãos, a qual, por ser novel, ainda é pouco conhecida pela sociedade civil, de modo que se torna deveras relevante que se apresente seus principais pontos e discussões, democratizando assim o seu conteúdo e tornando as ações de regularização fundiária, as quais terão essa legislação como operacionalizadora, mais tranquilas. A hipótese deste artigo é que o Decreto Estadual 1.191/2020 traz relevantes determinações para o avanço das ações de regularização fundiária no estado do Pará e para a concretização do direito à cidade.

Em termos metodológicos, a pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de caráter analítico-descritivo como estratégia. Segue-se o método dedutivo como procedimento de análise e adota-se a perspectiva epistemológica utilizada por Harvey (2014) para discorrer sobre a regularização fundiária urbana à luz da concepção de direito à cidade. Foram aplicadas as técnicas de revisão de literatura e pesquisa legislativa para levantamento, nos meses de novembro e dezembro do ano de 2020, dos materiais teóricos e normativos que subsidiaram o exame e a discussão da temática. Outrossim, conduziu-se entrevista semiestruturada com agente que participou da concepção normativa em análise, bem como um *survey* não supervisionado com a sociedade civil por meio da ferramenta gratuita *Google Forms*, o qual consistia em perguntas fechadas sobre a peça legislativa em comento.

Neste sentido, este trabalho se organiza da seguinte forma. Na seção 01, abordar-se-á as perspectivas teórico-filosóficas e normativas de direito à cidade, de modo a extrair-se o paradigma epistemológico de análise da peça legislativa em comento. Na seção 02, será

visto como a regularização fundiária detém conexão com o direito à moradia adequada e suas implicações no direito à cidade. Na seção 03, apresentar-se-á a legislação de regularização fundiária do estado do Pará, particularmente do Decreto Estadual 1.191/2020, examinando-o sob a perspectiva de direito à cidade de David Harvey. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2. O ARCABOUÇO TEÓRICO-FILOSÓFICO E NORMATIVO DE DIREITO À CIDADE.

O objetivo desta seção é descrever os parâmetros teóricos-normativos do direito à cidade. Dada a limitação de caracteres deste trabalho, não se pretende esgotar o assunto, mas discorrer sobre as propostas teóricas e normas que tratam do direito à cidade que melhor se adequam aos objetivos deste trabalho.

Lefèbvre (2001) propôs a perspectiva teórica de direito à cidade como uma resposta à construção capitalista do espaço urbano. De forma inovadora, Lefèbvre (2001), dentro da filosofia, desvela como direito à cidade a necessidade de construção de um espaço que tenha o homem e a democracia como centralidade do espaço urbano, uma vez que, segundo o autor, a urbanização que adveio concomitantemente ao processo de industrialização transformou o espaço da cidade como lócus privilegiado da produção do capital. Com efeito, o capital subverteu o espaço urbano em produto com significativo apelo de valor de troca. Lefèbvre (2001) utiliza parâmetros culturais para contestar a interpretação utilitarista que o espaço urbano assumiu no período pós-industrial e concebe a cidade enquanto obra de arte que detém significativo valor de uso por parte daqueles que nela habitam.

À luz de Lefèbvre (2001), a produção do espaço é, ao mesmo tempo, uma produção do próprio tempo, que dentro de um movimento dialético e social, (re)conecta as diversas práticas sociais rotineiras. Desse modo, o espaço é social, histórico e, também, mental e cultural. Não há, portanto, uma relação clara e imediata entre o modo de produção da sociedade e seu espaço, haja vista não existir uma uniformidade social geral. Logo, tem-se, segundo o autor, concomitantemente, uma hierarquização, fragmentação e homogeneização no espaço da modernidade que tenta promover uma generalização no espaço em si, como também na cultura e no funcionamento de cada sociedade (LEFÈBVRE, 2000).

A partir do exposto, percebe-se que o espaço, ainda que socialmente produzido, é determinado pelo capital, de forma que a teoria social do espaço abrange um exame crítico da sociedade urbana e da vida cotidiana, que deve ser feito de forma empírica inicialmente, para que possa ser teorizado posteriormente. Neste sentido, a proposta Lefèbvriana de direito à cidade avança, ao mesmo tempo, uma ruptura com as determinações do capital e uma retomada à vida urbana enquanto troca e coexistência política. O direito à cidade implica o conhecimento sobre a construção do espaço, em uma “constituição ou reconstituição de uma

unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação” (LEFÈBVRE, 2008, p. 32). Neste cenário, Lefèbvre (1990) afirma que o direito à cidade está inscrito no rol de direitos dos cidadãos-cidadãos, de forma mais robusta ou mais tímida, a depender do nível de democracia de cada nação, englobando o direito aos serviços públicos e privados que detém relação com a vida urbana, como direito ao transporte, circulação e informação. O direito à cidade é objeto virtual que demanda uma mudança da prática social, o que acarretará uma mudança no espaço.

Harvey (2014, p. 11) diz que Lefèbvre afirmou o direito à cidade como um apelo por ser “[...] uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana da cidade” e como uma exigência por ser determinação de se construir a vida urbana que tenha em si mais vida, com seus embates e novidades. Deste modo, Lefèbvre (2001) sugere que o direito à cidade delinea a cidade enquanto local de encontro, com valor de uso, e como um apelo para que a haja mudança na determinação do espaço, de forma que a cidade tenha uma centralidade lúdica, que alcance a realização da filosofia da cidade, contendo o direito à liberdade, à obra, à apropriação, à individualização, ao habitar e ao habitat. Segundo Lefèbvre (2001, p. 128): “A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada”.

Para Harvey, o direito à cidade, enquanto conceito, é vazio de significado, pois é dependente da significação proposta por cada indivíduo. Harvey (2014) defende que o direito à cidade é um degrau que levará ao fim do sistema capitalista e do que se compreende como estruturas de poder, classe e Estado. Neste sentido, em Harvey (2014, p. 28), o direito à cidade é o “[...] direito de mudar e reinventar a cidade, mas de acordo com nossos profundos desejos [...]” por meio do “[...] exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização”, considerando que é um direito humano coletivo de viés disruptivo. A cidade, logo, deve ser construída por meio de seus habitantes, e não determinada pelo capital, sendo concretizado em sua liberdade, haja vista que cada pessoa é influenciada pelo espaço em que circula, sendo a cidade um espelho para seus habitantes, o que pode a vir limitar suas escolhas e, conseqüentemente, modo de vida (HARVEY, 2013).

O discurso de progresso alicerçado no modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico apresenta soluções para as crises que ele mesmo cria e que as quais acabam por sufocar as classes social e economicamente vulneráveis, bem como destroem a solidariedade e apoio mútuo na sociedade. Portanto, estes processos são deveras custosos, pois retiram de toda a população urbana o seu direito de usufruto da cidade como um todo (HARVEY, 2014). Em contraposição à utilização da urbanização pelo sistema capitalista, Harvey propõe o direito à cidade como uma retomada do controle democrático do excedente do capital incorporado às cidades, de modo que a construção do espaço urbano não seja

limitada apenas à uma elite econômica e política. O autor sugere que o exercício do direito à cidade emergja como ferramenta dos movimentos sociais para interromper as diversas espoliações sofridas pelos moradores da cidade e infringidas pela produção capitalista do espaço, buscando uma nova forma de urbanização (HARVEY, 2014).

Para concretização do direito à cidade, Harvey (2014) indica alternativas democráticas, como fóruns alternativos de discussão e decisão, com a inclusão de todos os cidadãos-cidadãos que reproduzem a vida cotidiana. Ainda que seja de difícil concretização, haja vista a forte influência do capitalismo excludente na urbanização e nas relações sociais, deve-se continuar buscando a reconstrução da cidade, não sendo possível que se evite conflitos, mas que nestes se pense individualmente e coletivamente em como as ações diárias, bem como crenças políticas, econômicas e intelectuais, impactam nas circunstâncias urbanas (HARVEY, 2013).

Outrossim, o sistema jurídico brasileiro incorporou o direito à cidade em seu ordenamento oficial por meio do Estatuto da Cidade, em 2001, graças à ativa participação e articulação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, o qual também foi o responsável pela inclusão do Capítulo da Política Urbana na Constituição da República de 1988 (BRASIL, 1988; 2001; CAFRONE, 2016). Inicialmente, o direito à cidade surge como uma forma de se concretizar o direito à moradia, sendo este paradigma posteriormente transposto, por meio da amplitude dada à esta perspectiva jurídica (CAFRONE, 2016). O Estatuto da Cidade prevê em seu artigo 2º o direito à cidade sustentável e sua gestão democrática, trazendo em seu corpo instrumentos jurídicos que podem servir como ferramenta para a realização do direito à cidade, como a outorga onerosa do direito de construir, a desapropriação por não cumprimento da função social da propriedade, a construção participativa do plano diretor, entre outros (BRASIL, 2001). Alfonsin *et al* (2015) enfatizam que o direito à cidade sustentável deve ser compreendido como um direito coletivo dos habitantes das cidades, o que é uma união dos direitos urbanos concernentes aos serviços, infraestrutura e preservação do meio ambiente.

No contexto legislativo estadual, a Constituição do estado do Pará não assegura expressamente o direito à cidade, sendo possível, no entanto, verificar uma coerência teórica Lefébvrina e de Harvey com o proposto com a Carta Magna Paraense diretamente e transversalmente, a qual prevê a participação enquanto princípio exposto da administração pública em seu artigo 20, bem como a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências e mulheres aos equipamentos e serviços coletivos, públicos ou privados. O artigo 253 da Lei Magna paraense determina a participação popular e acesso à informação em todas as decisões concernentes ao meio ambiente, no qual inclui-se o urbano (PARÁ, 1989). Deste modo, identifica-se a presença da proposta de Lefebvre de direito à cidade na Constituição estadual do Pará.

Agora que as balizas teóricas de direito à cidade foram delineadas, serão discutidos na próxima seção quais são os pontos de convergência entre a regularização fundiária e o direito à moradia adequada, o qual é constitucionalmente assegurado no Brasil e detém imbricamento com o direito à cidade.

3. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O DIREITO À MORADIA ADEQUADA.

Nesta seção, será relacionado o processo de regularização fundiária com o direito à moradia adequada, pois que o direito à moradia adequada se encontra insculpido teoricamente e normativamente no direito à cidade, bem como é fator preponderante e motivador das ações de regularização fundiária. Inicialmente, serão apresentados rapidamente os principais fundamentos legais do direito à moradia adequada, para posteriormente se discutir sobre o seu nexos com o instituto da regularização fundiária, dentro do paradigma filosófico de direito à cidade.

No campo internacional, pode-se dizer que o principal marco normativo dentro do sistema das Nações Unidas é o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Em 1966, a Assembleia Geral da ONU aprovou o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), tendo este entrado em vigor na ordem internacional em 1976 e sido promulgado pelo Brasil em 1992. O PIDESC introduziu no plano internacional pela primeira vez, em seu artigo 11 (1), o direito à moradia adequada, não tendo, porém, conceituado ou mesmo destrinchado no que consistiria este direito. Isso é feito detalhadamente no Comentário Geral nº 04, o qual determina que é importante que o adjetivo “adequado” seja interpretado como uma reunião de várias características as quais devem ser consideradas quando se avalia as condições de moradia nos termos do exigido pelo PIDESC. Neste cenário, o Comitê DESC afirma que, ainda que a adequação seja determinada por fatores inerentes a cada Estado-parte, de acordo com sua própria realidade cultural, social, climática, econômica, ecológica, entre outros, existem atributos que são gerais e que devem ser utilizados em toda a avaliação do direito à moradia adequado, independentemente de contexto (ONU, 1992).

Estes atributos gerais são requisitos mínimos de adequabilidade que a moradia deve possuir em qualquer país signatário, sendo eles a segurança da posse, a disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura, a economicidade, a habitabilidade, a acessibilidade, a localização e a adequação cultural, objetivando que, com a presença simultânea destes, configure-se a moradia adequada universalmente em qualquer nação. Resta claro, à vista disso, que este rol de características não é exaustivo e deve ser complementado com outras de acordo com as peculiaridades locais, para que a concretização da moradia adequada seja uma rica fusão de elementos específicos que respeitem a forma de vida e essência de cada cidadão, elemento central da busca pela sadia qualidade de vida (ONU, 1992).

Já no campo do ordenamento jurídico brasileiro, o direito à moradia adequada teve uma evolução um pouco mais árdua. Como direito fundamental; não teve qualquer menção nas Cartas Magnas de 1824 à de 1967. Insta notar que a primeira constituição a tratar diretamente dele foi a Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional 26 do ano de 2000, tornando o direito à moradia, regulamentado internacionalmente e já com força normativa no âmbito interno por conta do disposto no art.5º, parágrafo 2º da CR/88, um direito constitucional, em seu artigo 6º. Indiretamente, já se falava no direito à moradia em outros artigos, como no art. 7º, IV (o qual dizia que o salário mínimo era o capaz de atender o trabalhador e sua família com moradia e outros direitos) e no art. 183 (o qual trouxe a figura do usucapião especial urbano).

Diante dessa descrição do conteúdo do que se estabelece nesse trabalho como principal marco normativo que delinea o direito à moradia adequada no sistema das Nações Unidas, bem como com a conformação do direito à moradia adequada no sistema jurídico brasileiro, percebe-se a íntima conexão entre o direito à cidade e o direito à moradia adequada, os quais existem dialeticamente. Garantir o direito à cidade, seja dentro da perspectiva da cidade-festa de Lefèbvre (2001) ou da gestão democrática de Harvey (2014), implica em visualizar o que o sistema capitalista determina enquanto mercadoria como tendo prioritariamente valor de uso, em detrimento do valor de troca. Nesse sentido, realizar o direito à moradia adequada é também corporificar o direito à cidade, de modo que não se pode falar em concretização do direito à cidade sem que se cumpra plenamente o direito à moradia adequada.

Porém, na perspectiva legal há uma prevalência ainda de que o direito à moradia adequada é assegurado apenas a partir da emissão de um título de propriedade privada, pensando-se na posse mais em uma dimensão de direito precário. Mastrodi e Alves (2017) explicam que essa situação é arbitrária ao artigo 6º da Constituição Federal de 1988, uma vez que prevê o direito à moradia como direito fundamental autônomo, portanto, ponto fundamental para maior alcance a diversos casos de proteção à moradia e à segurança jurídica de posse de imóveis ocupados, sobretudo, para os terrenos informais de baixa renda. Outrossim, Rolnik (s.d.) nos apresenta um diagnóstico da segurança da posse no Brasil, relatando diversas peças legislativas que a garantem internamente, tais como: dispositivos previstos na Constituição e no Estatuto da Cidade, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e dispositivos do Código Civil, o qual preveem institutos tal como a usucapião. No entanto, Rolnik (s.d.) alerta para a falta de dados atualizados e sistematizados, os quais possam subsidiar políticas públicas adequadas, bem como ao fato de que o Brasil ainda é uma sociedade patrimonialista, de modo que o título é, ao mesmo tempo, obstáculo e solução, a depender da situação.

Neste cenário, a lei 13.465/2017, a qual nasce imersa em polêmicas e discussões sobre sua constitucionalidade, traz em seu corpo o delineamento da regularização fundiária e urbana, objetivando resolver os problemas de distribuição de terra, bem como alterando uma série de legislações afins. Utilizando-se dos princípios de sustentabilidade econômica, social, ambiental e ordenamento territorial, a lei 13.465/2017 busca um eficiente uso do solo, conformando os núcleos urbanos informais em núcleos urbanos, por meio da titulação (TARTUCE, 2018). Percebe-se que o legislador novamente privilegiou o direito de propriedade ao direito à posse nesta legislação, o que corrobora a cultura patrimonialista brasileira, de modo que as ocupações, que exercem a posse da terra, ainda são vistas como uma situação de informalidade, dentro do paradigma De Soto, e não necessariamente um exercício de direito.

Neste sentido, nosso modelo jurídico ainda busca uma concretização enviesada dos direitos fundamentais, o que demonstra que o legislador não tem uma visão holística da relação dialética que detém os direitos fundamentais, razão pela qual a regularização fundiária de determinado núcleo urbano informal a qual prioriza a titulação, ainda que pretenda o acesso à moradia e infraestrutura urbana, pode acabar colaborando por motivar uma reprodução das desigualdades sociais. Por conta disso, pode ser mais interessante planejar e promover mecanismos os quais fortaleçam a segurança da posse, juntamente com o direito à propriedade e os outros direitos afins, para que se possa, de fato, alcançar os objetivos da regularização fundiária, o direito à moradia adequada e o próprio direito à cidade. Portanto, na próxima seção deste trabalho será mais bem explicado no que consiste o instituto da regularização fundiária, com enfoque na legislação concernente ao estado do Pará.

4. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO À CIDADE: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Nesta última seção, será aprofundado o entendimento sobre o instituto da regularização fundiária para posteriormente serem descritos os marcos normativos de regularização fundiária do estado do Pará, a Lei Estadual nº 8.878/2019 e, particularmente, o Decreto Estadual 1.191/2020, de modo que se possa verificar quais são as contribuições que esta peça legislativa pode trazer para as ações de regularização fundiária, as quais encontram-se atreladas juridicamente à proposta de direito à moradia adequada e podem auxiliar na concretização do direito à cidade, na perspectiva teórica de David Harvey.

A regularização fundiária, conforme já abordado neste trabalho, é um processo de intervenção física, a qual objetiva tornar legal a permanência de pessoas em áreas que estão juridicamente desconformes, de modo que estas consigam ter melhor acesso à infraestrutura urbana, bem como tenham seu direito fundamental à moradia adequada assegurado. Logo,

deve ser realizada considerando as dimensões sociais, jurídicas e físicas do espaço, com fins de concretizar o pleno exercício da cidadania (ALFONSIN, 1997 *apud* BEZERRA ET AL, 2018). Percebe-se, portanto, que o instituto da regularização fundiária pode contribuir para a gestão democrática da cidade, o que se enquadra na proposta teórica de direito à cidade de Harvey (2014).

Mesmo antes do Estatuto da Cidade, já existiam ações de regularização fundiária nos estados da federação brasileira, as quais tinham como escopo principal a titulação dos ocupantes, por ser regida mais fortemente pelo Direito Civil do que pelo Direito Urbanístico. Neste sentido, o direito à moradia adequada era assegurado por meio do direito de propriedade e o instituto de regularização fundiária, enquanto instrumento de realização da moradia e do direito à cidade, limitava-se à sua dimensão jurídica (BEZERRA ET AL, 2018).

Neste cenário, ainda que as ações de regularização fundiária conseguissem garantir a segurança da posse, por meio do título de propriedade, falhavam em integrar os assentamentos à cidade formal, ao não melhorar a qualidade de vida das pessoas, com a instalação de equipamentos e infraestrutura urbana adequada, bem como não impedia que houvesse a degradação ambiental (BEZERRA ET AL, 2018), o que permite que se conclua que as ações que tinham maior enfoque apenas em assegurar o direito de propriedade, dentro do Paradigma De Soto, não realizavam o direito à moradia adequada e muito menos o direito à cidade. Por conta disso, objetivando-se que as ações de regularização fundiária conseguissem concretizar todo o conteúdo do direito à moradia adequada e, conseqüentemente, o direito à cidade, passou-se a ter uma visão integrada sobre o instituto, com a sua consolidação a partir da promulgação do Estatuto da Cidade, que vai prever uma perspectiva pluridimensional do instituto, bem como o próprio direito à cidade sustentável (BRASIL, 2001; BEZERRA ET AL, 2018).

Os primeiros programas federais tiveram como sustentáculo a participação da comunidade em todas as fases da implementação do instituto, a redução das remoções das populações, particularmente em áreas de risco ambiental e social, e a previsão de implantação de infraestrutura urbana, de modo que houvesse melhor integração entre os assentamentos e a cidade formal. Tudo isso promovia a regularização fundiária enquanto um processo abrangente, sendo reforçado por diversos marcos legais, tal como a lei 11.977/2007 (que foi alterada pela lei 12.424/2011), a qual regia as ações de regularização fundiária até sua revogação pela lei 13.465/2017, que acabou por retomar o paradigma anterior, privilegiando a titulação e o direito à propriedade (BEZERRA ET AL, 2018). Isso indica uma fragmentação do direito à cidade dos envolvidos, por limitar sua segurança na posse apenas com a expedição do título de propriedade.

Dessa forma, tem-se duas perspectivas as quais se contrapõem: uma que abarca a visão pluridimensional e abrangente do instituto de regularização fundiária, na esteira da lei

11.977/2007, e outra que acaba limitando-o à emissão de título de propriedade, dentro do estabelecido pela normativa que hoje rege esse instituto, que é a lei 13.465/2017. A multidimensionalidade da regularização fundiária engloba a dimensão social (a qual permeia as demais dimensões e busca a manutenção dos moradores da ocupação naquele território, assim como a participação da comunidade em toda as etapas da regularização fundiária), a dimensão ambiental (que ajuda o equilíbrio entre as ações de preservação do meio ambiente e o direito à moradia adequada e à cidade dos ocupantes), a dimensão urbanística (que proporciona a urbanização dos assentamentos informais por meio de parâmetros urbanísticos que sejam adequados) e a dimensão jurídica (a qual pondera os direitos e princípios que estão envolvidos no processo de regularização fundiária) (BEZERRA ET AL, 2018).

Neste contexto, o novo marco da regularização fundiária acabou por romper com o modelo que estava sendo praticado, a partir da modificação da visão pluridimensional da regularização fundiária para a visão dimensional, assim como apresentou uma série de determinações as quais são incompatíveis com outros instrumentos legais, os quais continuam por assegurar a perspectiva multidimensional do instituto de regularização fundiária, e que não foram revogados por esta peça legislativa (BEZERRA ET AL, 2018). Porém, para Santos (2018), a lei 13.465/2017 mantém o caráter multidimensional da regularização fundiária, detendo um caráter mais procedimental.

No contexto amazônico, dada a forma de ocupação dos territórios, inclusive do estado do Pará, cuja estrutura fundiária hodierna ainda reflete as decisões tomadas desde que o estado do Grão-Pará e Maranhão era colônia portuguesa e que levou à configuração de uma urbanodiversidade única (TRINDADE JÚNIOR, 2010), a lei 13.465/2017 detém repercussão maior, haja vista a exuberância ambiental da Amazônia, sendo ainda mais central a ponderação dos direitos e princípios que estão em discussão durante o processo de regularização fundiária, ampliando as questões referentes ao próprio direito à cidade. Neste sentido, é significativo instrumento de gestão urbano, o qual pode contribuir imensamente para a garantia do direito à cidade e da moradia adequada, contanto que não se restrinja às dimensões jurídicas e econômicas (SANTOS, 2018).

Logo, o estado do Pará conta com 124,85 milhões de hectares, estando 15,3% deste sob responsabilidade do próprio estado. Neste sentido, o estado do Pará é o segundo maior estado de toda a federação, sendo deveras relevante que exista um ordenamento territorial adequado, o qual consiga assegurar uma sustentabilidade econômica e socioambiental. Neste contexto, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), utiliza o instituto da regularização fundiária como principal ferramenta para executar o ordenamento territorial do estado, bem como facilitar que os cidadãos tenham acesso à terra. A partir das ações de regularização fundiária, o ITERPA objetiva “diminuir a violência rural; assegurar o direito de propriedade aos diferentes segmentos sociais; diminuir o desmatamento e garantir a sustentabilidade

ambiental” (ITERPA, 2020, *online*). Neste contexto, percebe-se a imprescindibilidade de uma legislação concernente à regularização fundiária que seja construída para o próprio estado do Pará.

Desta forma, no ano de 2019 o estado do Pará publicou a Lei Estadual 8.878, a qual dispõe sobre a regularização fundiária de ocupações rurais e não rurais em terras públicas do estado do Pará e a qual é coerente com as determinações da Carta Magna Federal e da Constituição do Estado, bem como prevê a compatibilização com múltiplas políticas setoriais, tais como a de desenvolvimento urbano e a ambiental. Neste sentido, a legislação é regida pelos princípios da justiça social, da proteção ao meio ambiente, da função social da propriedade e da ordem econômica (PARÁ, 2019).

Dividida em cinco capítulos, a Lei Estadual 8.878/2019 traz as diretrizes gerais de regularização fundiária, em consonância com a Lei Federal 13.465/2017, de imóveis rurais e não rurais. O art. 6 da lei estadual determina que “a regularização fundiária não rural pode ser efetivada por meio de alienações onerosas e não onerosas, conforme critérios e procedimentos estabelecidos em decreto governamental” (PARÁ, 2019, *online*). Frisa-se que a edição desta lei é muito significativa, haja vista considerar aspectos históricos, geográficos e antropológicos próprios do estado do Pará, o que indica um avanço para a realização do direito à cidade. A partir da edição desta lei, passou-se a ter uma conformação jurídica que considera as peculiaridades deste estado e que facilita a realização de direitos fundamentais, como o direito à moradia, e humanos, como o direito à cidade.

Para dar concretude à esta determinação, o Decreto Estadual 1.191/2020 foi publicado em 02 de dezembro de 2020 e traz em seu corpo os critérios e procedimentos para a regularização fundiária de áreas não rurais. Dadas as limitações desse trabalho, não se discorrerá exaustivamente sobre o conteúdo do decreto estadual, mas se apresentará pontos que são relevantes para a análise do instituto de regularização fundiária a partir da teoria de Harvey (2014).

Neste sentido, o Decreto Estadual 1.191/2020, mantém a coerência com o sistema jurídico vigente e coloca o ITERPA como protagonista para a regularização fundiária de áreas não rurais, pois que cabe a ele doar as terras estaduais e anuir com os procedimentos de regularização fundiária e implantação de equipamentos urbanos. É interessante explicar que este decreto estadual prevê não apenas a Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S) e a de Interesse Específico (REURB-E), mas também a REURB Inominada (REURB-I), a qual é aplicável aos núcleos urbanos consolidados em data anterior à 19 de dezembro de 1979, e a REURB de Parcelamentos (REURB-P), que objetiva regularizar apenas a situação registral do parcelamento (PARÁ, 2020). Essa ampliação de modalidades reconhece as várias situações que existem no estado do Pará e consolida a possibilidade de

que a regularização fundiária urbana se dê de modo muito mais amplo, o que sugere a possibilidade de maior alcance do direito à cidade.

Uma previsão interessante que o decreto traz é a possibilidade de regularização fundiária de faixas de domínio de rodovias e ferroviárias estaduais, bem como de espelhos d'água e terrenos reservados de rios estaduais, se a destinação destes forem reconhecidas como de interesse público ou social (PARÁ, 2020). Essa possibilidade demonstra uma adequação à realidade do estado do Pará, sendo um significativo benefício para executar as ações de regularização fundiária e assegurar o direito à moradia adequada e, conseqüentemente, ajudar a realizar o direito à cidade. Outro ponto interessante é a possibilidade de se destinar áreas para a constituição de patrimônio municipal, contanto que nesses territórios seja realizada a regularização fundiária (PARÁ, 2020). Este dispositivo também fomenta o interesse do ente municipal em melhor ordenar o seu território, o que pode levar à concretização do direito à cidade. Outrossim, o município também tem certa autonomia prevista no decreto estadual, por poder reduzir a faixa *non edificandi* por meio de lei municipal, em até cinco metros de cada lado (PARÁ, 2020), o que contribui para encorajar ações que busquem o direito à moradia adequada e à cidade.

Além disso, foi determinado um prazo máximo de trinta dias para resposta do ITERPA sobre possibilidade ou não de prosseguimento dos procedimentos de regularização fundiária urbana, com possibilidade de prorrogação por mais trinta dias, o que indica que as ações passam a ser mais ágeis, dada a probabilidade de aceite tácito pelo órgão fundiário. Nesse sentido, outra determinação procedimental que o decreto estadual traz para agilizar a regularização fundiária é a possibilidade de se fazer em ato único o registro do projeto de regularização fundiária e a constituição de direito real em nome dos beneficiários (PARÁ, 2020), o que desburocratiza as ações de regularização fundiária e permite que se tenha o direito à moradia adequada e à cidade mais facilmente.

Outra estratégia interessante trazida pelo decreto estadual é a possibilidade de celebração de convênio ou instrumentos afins entre ITERPA e Companhia de Habitação do estado do Pará (COHAB) com outros órgãos federais e estaduais, para executar as ações de regularização fundiárias nele prevista, podendo essas ser feitas inclusive por etapas, abrangendo totalmente ou parcialmente o núcleo informal urbano, o que pode incrementar a regularização fundiária nas terras estaduais, facilitando o acesso ao direito à moradia adequada e à cidade (PARÁ, 2020).

Por fim, o decreto estadual prevê que imóveis destinados às atividades comerciais, minerárias, industriais e de infraestrutura, as chácaras e sítios de recreio (que não são a principal residência do ocupante) e os imóveis residenciais alugados devem ser regularizados por meio da REURB-E, na qual deve-se pagar o justo valor e valorização da unidade imobiliária regularizada (PARÁ, 2020), o que preconiza o cumprimento do princípio da justa

distribuição do ônus e do bônus da cidade e, desse modo, fortalece o cumprimento da função social da cidade e do próprio direito à cidade.

Para que se pudesse ter uma melhor compreensão da repercussão dos marcos legislativos paraenses sobre regularização fundiária, principalmente do Decreto Estadual 1.191/2020, optou-se por executar entrevista semiestruturada com um agente que participou do processo de construção desta lei, haja vista a sua perspectiva privilegiada, pois que também utilizará largamente essa legislação em sua atuação no sistema de justiça. Neste sentido, além deste agente, o qual será chamado a partir deste momento de “Entrevistado” ter contribuído com as discussões sobre o decreto, ele também detém um panorama de operador da legislação, bem como de cidadão.

Por conta da pandemia de Covid-19 atual, executou-se a entrevista virtualmente, por meio do aplicativo eletrônico de conversa *WhatsApp*, no qual registrou-se as respostas às perguntas formuladas pela autora deste trabalho. Neste contexto, foram solicitadas respostas para as seguintes perguntas: 1) Qual foi o seu papel na construção do Decreto Estadual 1.191/2020?; 2) Como se deu o processo da construção do decreto? Houve participação de quais atores e agentes?; 3) Por que esse decreto é importante para as ações de regularização fundiária no estado do Pará?; 4) Quais são os principais pontos e contribuições que o Decreto apresenta?; 5) Quais são as suas expectativas sobre as ações relacionadas a regularização fundiária no estado do Pará com a promulgação desse decreto? e 6) Caso queira, fique à vontade para fazer qualquer comentário sobre o assunto em questão. Todas os seis itens requisitados foram respondidos pelo entrevistado.

Neste sentido, o entrevistado era coordenador do grupo de trabalho que tinha como objetivo a formulação do Decreto Estadual 1.191/2020. O grupo de trabalho contou com o entrevistado e mais duas pessoas (uma professora da Universidade Federal do Pará, a qual tem extensa experiência na temática de regularização fundiária, e um outro membro do órgão em que o entrevistado trabalha, o ITERPA), os quais redigiram a peça legislativa e depois a submeteram para discussão e contribuições de um grupo que contava com a participação de órgãos do sistema de justiça paraense, como a Defensoria Pública do estado do Pará e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará.

Para o entrevistado, o Decreto Estadual 1.191/2020, ao regular as ações previstas na Lei Estadual 8.878/2019 em consonância com as previsões do Estatuto da Cidade e da Lei Federal 13.465/2017, provém um procedimento de como dar destinação de terras estaduais ao procedimento de regularização fundiária, o qual não existia até o momento, o que gerava uma grande insegurança jurídica, bem como uma série de entraves para essas ações. Nesse sentido, até a promulgação deste decreto, os órgãos do sistema de justiça utilizavam os procedimentos previstos nas legislações federais supramencionadas, as quais não levam em consideração as peculiaridades locais.

Nesse sentido, a partir da publicação do decreto e sua consequente aplicação, o entrevistado espera que o estado do Pará se estruture melhor para executar ações de regularização fundiária, de modo que no ITERPA já existe um grupo de procuradores que têm *expertise* sobre a legislação paraense e as questões rural e urbana. Além disso, existe a possibilidade de no ano de 2021 o estado do Pará implementar um programa para tratar das ações de regularização fundiária, já com aplicação da legislação. Porém, o entrevistado é contundente na necessidade de um planejamento e ação conjuntas dos órgãos que participam das ações de regularização fundiária, tais como entre o ITERPA e a Companhia de Habitação do estado do Pará (COHAB), para que se tenha resultados positivos.

Por fim, o entrevistado acredita ser muito relevante o fato de ter havido uma discussão para a construção da legislação, o que ainda não havia acontecido anteriormente em outras normativas do estado do Pará, particularmente para a corporificação de uma legislação tão inovadora, cuja discussão não existia anteriormente. Outrossim, para o entrevistado, o Decreto Estadual 1.191/2020 permite que se inicie um protagonismo municipal, por meio da firmação de convênios com o estado do Pará, para a regularização fundiária se dê de forma adequada, dentro das limitações financeiras dos entes federativos. Neste sentido, o estado do Pará é pioneiro na formulação desses marcos legislativos, os quais poderão dirimir os conflitos referentes à terra que se dão com frequência no território paraense, o que possibilita que se conclua que este Decreto contribui para a realização do direito à cidade à luz da proposta de David Harvey (2014).

Segundo Simões e Simões (2015, p.02): “o posicionamento da sociedade diante da ação do Estado reflete, portanto, o significado que esta concebe à sua participação na tomada de decisões sobre quais políticas sociais devem ser implementadas”. Haja vista a participação popular ser essencial para a gestão democrática da cidade, ou seja, para o direito à cidade em Harvey (2014), e ser princípio explícito da administração direta e indireta delineado na Constituição do estado do Pará (PARÁ, 1989), bem como ser uma das dimensões do instituto de regularização fundiária, buscou-se também investigar se a sociedade civil já tem conhecimento sobre a publicação e conteúdo do decreto, até por inscrever-se no rol de legitimados que podem solicitar a ação de regularização fundiária (a qual pode se dar diretamente).

Neste sentido, no período de 16 a 20 de dezembro de 2020, efetuou-se um *survey* não supervisionado, direcionado à toda sociedade civil e que contava com cinco perguntas fechadas: 1) Você sabia que o estado do Pará publicou no mês de dezembro/2020 um decreto que estabelece critérios e procedimentos para a regularização fundiária de áreas não rurais?; 2) Você considera esse decreto importante para as ações de regularização fundiária de áreas não rurais no estado do Pará?; 3) Você concorda ou discorda da seguinte afirmação: "O decreto estadual 1.191/2020 é instrumento que ajuda na realização do direito à cidade".; 4)

Você acha que é relevante que o estado do Pará divulgue o conteúdo desse decreto de forma clara e acessível para a sociedade civil? e 5) Qual é a melhor forma de divulgar o conteúdo do decreto para a sociedade civil?. O *survey* não supervisionado contou com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo necessário sua leitura e anuência para participação na pesquisa.

Dado o curtíssimo período que o *survey* foi realizado, bem como por não ter tido uma divulgação em múltiplos meios de comunicação, mas apenas compartilhamentos em redes sociais, a amostra do *survey* ficou muito limitada. No entanto, dado o ineditismo da proposta, bem como dos resultados ali alcançados, optou-se por aqui expô-los, de modo que se possa extrair contribuições para a consolidação das ações de regularização fundiária no estado do Pará e o fortalecimento do direito à cidade, por meio da gestão democrática da cidade.

Inicialmente, dentre as 67 participações espontâneas, 62 são do estado do Pará. As outras 5 são de pessoas residentes nos estados de Goiás, São Paulo e Pernambuco, assim como do país Portugal. Em relação à primeira pergunta, apenas 29,9% dos participantes sabiam da publicação do decreto estadual, o que influenciou nas respostas da segunda pergunta, haja vista apenas 58,2% dos participantes conseguiu respondê-la. Portanto, 41,8% das pessoas não conseguiram avaliar se o decreto era importante ou não, tendo respondido com a alternativa “não sei”.

A terceira pergunta tem relação com a hipótese deste trabalho, ao pedir que a pessoa concorde ou discorde da afirmação de que "O decreto estadual 1.191/2020 é instrumento que ajuda na realização do direito à cidade". Neste sentido, 53,7% dos participantes, por não conhecerem o instrumento normativo afirmaram que não sabe e 40,3% dos participantes responderam que concordam ou concordam parcialmente.

Em sequência, a quarta pergunta vai tratar de acesso à informação e participação, ambos direitos essenciais para a concretização do direito à cidade. Desse modo, 98,5% dos participantes acredita ser relevante que o estado do Pará divulgue o conteúdo desse decreto de forma clara e acessível para a sociedade civil, sendo que enquanto possibilidades de divulgação a alternativa mais escolhida foi a que previa múltiplas formas de comunicação, como vídeos e posts nas redes sociais, matérias em jornais de grande circulação e portais na internet e por meio de cartilhas explicativa. Nesse contexto, pode-se dizer que a partir da ampla difusão das possibilidades práticas que o Decreto Estadual 1.191/2020 provêm para os paraenses, pode-se favorecer as ações de regularização fundiária urbana em terras estaduais e o direito à cidade no estado paraense.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Objetivou-se neste artigo apresentar as contribuições que o Decreto Estadual Nº 1.191/2020 provêm para a realização do direito à cidade. O direito à cidade é um direito humano coletivo, com viés democrático e inclusivo, fundamental para a luta em prol de uma cidade mais igualitária. Logo, demanda uma nova forma de se ver e produzir o urbano. Restou claro que não há como se falar em direito à cidade sem que se pense também na concretização do direito à moradia adequada. Neste sentido, a sistematização teórico-normativa se torna fundamental para a compreensão das potencialidades do instituto de regularização fundiária.

O Decreto Estadual 1.191/2020 traz diretrizes procedimentos importantíssimas para que as ações de regularização fundiária no estado do Pará aconteçam com mais frequência e de forma mais adequada e segura. A partir da análise legislativa, condução de entrevista semiestruturada e dos resultados aplicação de *survey* não supervisionado, concluiu-se que a hipótese deste trabalho de que o Decreto Estadual 1.191/2020 traz relevantes determinações para o avanço das ações de regularização fundiária no estado do Pará e para a concretização do direito à cidade é verdadeira. Conclui-se também que, para que haja melhor participação da população e fomento às ações de regularização fundiária, é fundamental que haja o compartilhamento didático do conteúdo desse decreto estadual para a sociedade civil.

Não obstante, dada a novidade do decreto estadual, faz-se necessária que sejam conduzidas mais pesquisas sobre este objeto de estudo, particularmente a partir de estudos de caso, de modo que se possa verificar se, em sua aplicação prática, este decreto continua contribuindo para a realização do direito à cidade, a partir de sua gestão democrática.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia *et al.* *A ordem jurídico-urbanística nas trincheiras do Poder Judiciário*. In: Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/22951>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BEZERRA, M. do C. L.; CHAER, T. M. S. (org.). **O que avançou na regularização fundiária urbana**: conceitos, marco legal, metodologia e prática. Parte 1 – Aspectos conceituais, normativos e avaliação da implementação da regularização fundiária. p. 17 – 107. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. 220 p. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/68/54/249-1>. Acesso em: 20 dez.2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PEC 601/1998**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=25007>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.257**, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

CAFRUNE, Marcelo Eibs. *O direito à cidade no Brasil*: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. In: Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan./jun., 2016.

Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/download/325/169>. Acesso em: 20 dez. 2020

CARBONELL, Miguel (org). **Neoconstitucionalismo(s)**. Madrid: Trota, 2003.

HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. In: Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (ITERPA). **História**. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 20 dez. 2020.

LEFÈBVRE, Henri *et al.* **Du contrat de citoyenneté**. Paris: Syllepse et Périscope, 1990.

LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MASTRODI, J.; ALVES, E. dos S. *A segurança jurídica da posse como pressuposto do direito fundamental à moradia*. In: Revista de Direito da Cidade. vol. 09, nº 1. ISSN 2317-7721, 2017, 27-49p. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Comentário Geral n. 04/91**, do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PARÁ. **Constituição Estadual de 1989**, de 5 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.legispara.pa.gov.br/constituicao-do-estado>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PARÁ. **Lei Ordinária Nº 8.878**, de 8 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/4905>. Acesso em 20 dez. 2020.

PARÁ. **Decreto Nº 1.191**, de 25 de novembro de 2020. Disponível em: <https://semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/16162>. Acesso em 20 dez. 2020.

RODRIGUES, Arlete. *A regularização fundiária de interesse social como possibilidade de realização do direito à cidade*. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_arletemoyses.pdf. Acesso em 20 dez. 2020.

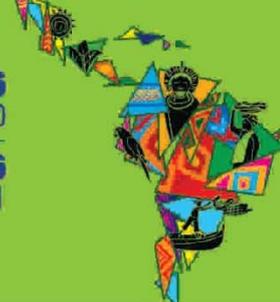
ROLNIK, Raquel *et al.* **Regularização fundiária sustentável- conceitos e diretrizes**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. 304p.

SANTOS, Myrian Silvana da Silva Cardoso Ataíde dos. **Regularização fundiária urbana e o direito à cidade sustentável na Amazônia: avaliação e mensuração de seus efeitos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido. Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11174>. Acesso em 20 dez. 2020.

SIMÕES, Gabriel; SIMÕES, Janaina. *Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro*. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA – 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

TARTUCE, F. *A lei da regularização fundiária (Lei 13.465/2017): análise inicial de suas principais repercussões para o direito de propriedade*. In: Pensar revista de ciências jurídicas. v. 23, n. 3, p. 1-23, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/viewFile/7800/pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional*. In: Revista Cidades, v. 07, n. 12, 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/514>. Acesso em: 20 dez. 2020.



GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE REVITALIZAÇÕES URBANAS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO NO PERÍODO DE ESTUDO DE VIABILIDADE, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO.

Luis Fernando Novoa Garzon (UNIR)¹
Weder Rodrigues da Silva (UNIR)²

RESUMO

Este artigo propõe uma análise de como os projetos de revitalização urbana, em áreas centrais das cidades brasileiras, se tornaram instrumento padrão de intervenção urbana a partir das experiências de políticas higienista e sanitárias no Rio de Janeiro no início do século XX. Apesar de variações das percepções sobre os efeitos dessas políticas higienistas, articulam-se iniciativas de capitalização e especulação por parte de grandes empreendimentos imobiliários, malhas viárias ou plantas industriais. Quando é o caso de serem destinadas à instalação de equipamentos urbanos, com valor útil a toda a população, na forma de bens públicos de lazer ou de proteção e acesso ao patrimônio histórico e cultural, é preciso que se faça análise segmentada e pormenorizada em que se avalie a efetividade desta destinação, considerando inclusive se antigos moradores foram envolvidos nestas iniciativas. No caso aqui tratado há um paralelismo não coincidente entre a instalação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio em Porto Velho (Rondônia), situada imediatamente a jusante da barragem, e propostas da Prefeitura Municipal de “abertura” de uma zona turística na margem direita do rio Madeira. O histórico bairro do Triângulo, que surgiu no começo do século XX junto com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, justamente na margem direita do rio Madeira, foi apenas a primeira vítima destas intervenções combinadas. A pesquisa exploratória aqui apresentada

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Docente de Ciências Sociais na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), coordenador do Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia; Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: l.novoa@uol.com.br

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo. Discente de Ciências Sociais na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), integrante do Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia; Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: weder.rodrigues@gmail.com

possui como foco planos urbanísticos propostos para a área em um contexto de produção de danos socioambientais e de medidas compensatórias do empreendimento hidrelétrico.

Palavras-chave: Bairro Triângulo; Cidade de Exceção; Cheia de 2014; Gentrificação, Grandes projetos hidrelétricos.

INTRODUÇÃO

Os grandes negócios (megaeventos e megaprojetos em particular), a partir do momento de sua instalação ou ocorrência esgarçam as já corroídas desgastadas regulações públicas, tais como as normativas do licenciamento ambiental ou as previstas no Estatuto das Cidades. O urbano enquanto porção dos “territórios empresariais” cede a cidade como plataforma física para grandes negócios no presente e também no futuro. Os megaeventos, assim como os megaprojetos, dependem na verdade de territórios suspensos do tempo e do espaço, ou seja, suspensos da história vivida em espaços significativos.

Definimos “cidade de exceção” (VAINER, 2011) como aquela em que vigora um regime urbano de renúncia ou de rearranjo permanente à última linha de força estabelecida pelos seus controladores privados majoritários. A política de exceção permanente torna-se, neste caso, perene e cotidiana e os acordos sobre o que deve ser a cidade são feitos previsivelmente por cima, em posição política suficientemente concentrada para expressar o perfil atualizado dos processos de concentração econômica vigentes naquele espaço determinado.

Porto Velho, capital do Estado, que tem sua sede apenas a 7 quilômetros da UHE Santo Antônio, pode ser considerada uma cidade atingida ou afetada permanentemente pelos efeitos produzidos pela hidrelétricas, tais como a intensificação da erosão e desbarrancamento das margens do rio Madeira, a desestruturação social acumulada por conta dos fluxos migratórios atraídos no pico das obras e também pelos deslocamentos compulsórios de ribeirinhos (NOVOA GARZON, 2019)

Assim como vigoraram normas de exceção que aplainaram o licenciamento ambiental das duas hidrelétricas no rio Madeira (a segunda Usina Hidrelétrica instalada, Jirau, fica 120 quilômetros rio acima), do ponto de vista urbanístico vigorou a tese da “cidade-apêndice” que transfere ou abre mão de suas atribuições para os empreendimentos adotarem suas políticas de entorno, sem qualquer ordem de vinculação com o planejamento urbano municipal.

Demonstração disso foi o que ocorreu com o Bairro Triângulo. Em fevereiro de 2012, 120 famílias do bairro foram retiradas às pressas de suas casas e terrenos, engolidos logo após a abertura das comportas da UHE Santo Antônio. Esta foi a comprovação de que a

vazão efluente (acima do reservatório) definitivamente não corresponde à vazão defluente (abaixo do reservatório), após a passagem pelas comportas, em especial no que toca à direcionalidade e geometria do fluxo de água.

Ao conceder a Licença de Operação (LO) da UHE, em setembro de 2011, o IBAMA, em sua condicionante 2.11, solicitou estudos adicionais detalhados que proporcionassem prognósticos erosivos e medidas mitigadoras e compensatórias decorrentes. O “acidente” ocorreu pouco antes de findar o prazo de entrega desses estudos e programas. Assim como a instalação do empreendimento se sobrepôs às condicionantes da Licença de Instalação, a operação se antecipou aos requisitos da Licença de Operação. Já que as condicionantes foram se tornando letra-morta de comum acordo entre Consórcios e Poder Público em nome do “fornecimento de energia para o Brasil”.

Em relatório técnico e respectiva nota à imprensa, o Consórcio Santo Antônio Energia (SAE) alega “ser difícil concluir que a operação da usina tenha provocado o desbarrancamento em questão no bairro Triângulo.” Realmente tem sido muito mais fácil para as empresas se eximirem dos custos externalizados invariavelmente sobre o meio ambiente e sobre as comunidades que vivem imediatamente nele.

Ao longo de cinco quilômetros abaixo do reservatório, 570 mil m³ de rochas foram utilizados para conter e estabilizar, momentaneamente, a margem direita do rio Madeira na zona urbana de Porto Velho. Essas firmes e generosas barrancas por décadas e séculos abrigaram centenas de famílias “beiradeiras”, marginalizadas socialmente, mas plenamente integradas a um meio socioambiental único, conformado por usos e saberes compartilhados, baseado na pesca e no agroextrativismo. Já o relatório referido, no afã de desresponsabilizar a SAE pelo dano ambiental e social irreversivelmente consumado, culpabiliza as próprias vítimas, declarando que foi sua “irregularidade ocupacional”, em “área de risco”, é que trouxe insegurança a seus ocupantes. Ressalta ainda que é notória a “total precariedade das construções ribeirinhas” por não respeitar “normas específicas de edificação exigidas pela legislação.” Quanto às normas para edificação da própria hidrelétrica, a ordem unida nas três esferas governamentais é: flexibilizar e relaxar. O que deveria ser fato suficiente, entre outros, para suspensão da LO e objeto de infração ambiental proporcional à magnitude do desastre promovido, converteu-se em acordo extrajudicial, um Termo de Ajustamento de Conduta em que a SAE se compromete em remanejar provisoriamente a população atingida, enquanto o IBAMA é instado a ser adimplente com seu papel fiscalizador e vistoriador.

A Prefeitura de Porto Velho, por sua vez, contou com aportes financeiros e logísticos adicionais do Consórcio para acelerar seu programa de incorporação imobiliária da área, através de dois projetos contíguos: “Igarapé Grande” e “Parque das Águas”. Sob o pretexto de promover a urbanização, saneamento e criação de uma zona turística na cidade, a

Prefeitura e SAE conjugaram esforços para regularizar um extenso processo de limpeza étnica e higiene social da cidade.

Dois anos depois, em 2014, uma grande cheia alagou as casas, plantações e equipamentos comunitários de populações que viveram por três gerações às margens do Madeira. Esse espaço de vida e memória foi convertido e designado “área de risco”, da qual devem manter-se afastados os que nele se enraizavam. Passada a cheia, muitas casas foram interditadas e demolidas, em particular no Bairro Triângulo, previamente afetado em 2012. Assim as forças diretoras da cidade se valem do desastre para “limpar” as áreas em que a ocupação do solo se deu de maneira irregular. Mas o que foi regular na “ocupação da Amazônia” ou na última expansão da fronteira agrícola, mineral e elétrica dos capitais monopolistas? Como foram regularizadas essas apropriações territoriais de larga escala?

O desastre e seus efeitos diferenciados proporciona novas apropriações “regulares”, seja para cumprir funções logísticas para grandes empresas, seja para servir a áreas de lazer e/ou “paisagismo”. O mercado imobiliário - que expressa a riqueza patrimonial das frações economicamente dominantes na cidade e região – é primeiro beneficiário e articulador das operações materiais e simbólicas do higienismo social.

Esse trabalho se divide em três partes. Primeiro, será apresentado a origem do bairro Triângulo, além da fisionomia de suas ruralidades e sua relação com a outra parte da cidade predominantemente urbanizada. São apresentados em seguida sucessivos intentos de intervenção gentrificadora no bairro. Por fim, expõe-se como o bairro desmembrado e desfigurado procura resistir nas tratativas de reparação pelos danos produzidos pela UHE Santo Antônio em 2012 e/ou compensação pelos danos adicionais sofridos após a Cheia de 2014.

O método de abordagem será fenomenológico, a partir do referencial teórico Introdução à fenomenologia, do autor Robert Sokolowski (2004), com objetivo de interpretar os trabalhos que foram realizados de forma empírica durante o PIBIC/UNIR2015-2016³ e

³ Projeto de Pesquisa “Territórios empresariais e conflitos socioambientais na bacia do Rio Madeira”, com plano de trabalho “Porto Velho: cidade de exceção dos grandes projetos de infraestrutura – produção de novas áreas de risco e gentrificação”, publicado no XXV Seminário Final do Programa Institucional de Bolsas e Trabalho Voluntário de Iniciação Científica no ano de 2016, sob orientação do professor Luis Fernando Novoa Garzon.

2017-2018⁴, além dos PIBEX/UNIR 2016-2019⁵. A pesquisa de campo teve como base teórica a Observação Participante por meio das referências do livro “Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada”, de William Foote White (2005).

SEÇÃO I: BAIRRO TRIÂNGULO: PASSADO, PRESENTE ... E O FUTURO?

O bairro Triângulo, situado à margem direita do rio Madeira na cidade de Porto Velho, Rondônia, é um dos bairros mais antigos da cidade e sua origem remonta aos anos da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), quando operários da Madeira Mamoré ocuparam as margens do rio, construíram suas casas e constituíram famílias. Conviver com o período da cheia⁶ do rio Madeira e com a erosão fluvial⁷ sempre fez parte da vida dos ribeirinhos, porém, a partir do início das atividades das usinas hidrelétricas do rio Madeira, em fevereiro de 2012, o processo de erosão fluvial tornou-se acelerado e intensificado, e por este motivo a UHE Santo Antônio teve que reconhecer o acelerado desbarrancamento no bairro Triângulo e realizar realocação⁸ de alguns moradores por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado com Ministério Público Federal e Estadual. Não fosse o bastante, o bairro foi praticamente destruído durante a Cheia de 2014⁹.

As famílias que ainda permanecem no bairro Triângulo só aceitam sua realocação para uma área localizada ao sul do setor Militar em Porto Velho, em uma área da União, sob responsabilidade do 5º Batalhão de Engenharia e Construção (5º BEC). No local escolhido

⁴ Projeto de Pesquisa “Os impactos permanentes e os desastres cumulativos das UHES Santo Antônio e Jirau e suas ordens e modos de justificação”, com plano de trabalho “Mapeamento das Novas Áreas de Risco na Cidade de Porto Velho Após a Cheia de 2014””, publicado no XXVII Seminário Final do Programa Institucional de Bolsas e Trabalho Voluntário de Iniciação Científica no ano de 2018, sob orientação do professor Luis Fernando Novoa Garzon.

⁵ Projeto de extensão “Em Defesa do Patrimônio Cultural dos Ribeirinhos, Educação, Memória e Cidadania nas Comunidades do Baixo Madeira – PROEP”, executado no período de 2016 a 2018, sob orientação e coordenação do professor Luis Fernando Novoa Garzon.

⁶ O IPT (2007, p. 90) define cheia como elevação temporária do nível d’água em um canal de drenagem devida ao aumento da vazão ou descarga.

⁷ A CPRM (2016, p. 13) assegura que erosão fluvial é um processo natural associado à dinâmica de um rio, tendo a intensidade deste processo condicionado o seu porte e o substrato no qual ele se encontra. A questão é a velocidade e a intensidade desta erosão, amplificadas após 2012 com operação plena da UHE Santo Antônio.

⁸ Realocar/relocar/reassentar se trata do processo de intervenção em uma área onde ela pode ser parcial ou totalmente deslocada, realocada, reassentada, conforme o grau de recuperação da área degradada por efeito natural, tempo ou pelo homem (BRASIL, 2008).

⁹ A Cheia de 2014, foi como ficou conhecida a catástrofe ocorrida em Rondônia no final do ano de 2013 até metade de 2014, foi o evento no qual Porto Velho, os distritos localizados no eixo da BR-364, Baixo e Médio Madeira tiveram aumento inédito da vazão dos rios e igarapés, provocando danos a populações urbanas e ribeirinhas, desabrigando milhares de famílias, isolando comunidades, interditando estradas, causando doenças transmitidas por contaminação da água e provocando desabastecimento (GARZON; SILVA; *et al*, 2015).

pelos moradores do bairro, foi demarcada uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), na Lei Complementar nº 311/ 2008 - Plano Diretor de Porto Velho, 2008, ainda em vigor. No entanto, na revisão do Plano Diretor de 2008, revisado em 2018-2020, a prefeitura estuda remover o uso residencial do bairro e transformá-lo num parque gramado e arborizado (IBAM, 2018).

A história do Bairro Triângulo por isso confunde-se com a de Porto Velho que só se transformou em centro urbano a partir da implantação da EFMM, entre 1907 e 1912. Naquela época, fazia parte do núcleo urbano a área central, onde ficava o complexo ferroviário, contendo serviços de qualidade para época como: água encanada, eletricidade, fábricas (de gelo e biscoito) e um clube social. Neste mesmo perímetro, existia a vila para trabalhadores mais especializados e áreas destinadas à moradia de trabalhadores sem especialização. Chama atenção o fato da cidade ser dividida por uma cerca, que separava a administração de Porto Velho em duas partes: uma delas de responsabilidade do governo do Amazonas, pobre e desorganizada, construída de palha e madeira; e a outra parte: dinâmica e moderna, construída e administrada pela Madeira Mamoré Company (ANDRADE; TEIXEIRA, em preparação).

Desta cidade construída de palha e madeira, surgiu o bairro Triângulo, um dos primeiros núcleos de povoamento urbano e posteriormente um dos primeiros bairros do município. O bairro Triângulo tem suas origens ligadas aos trabalhadores de baixa renda da EFMM. A formação do bairro iniciou a partir da ocupação de dois espaços interligados: a região de várzeas do rio Madeira e uma área elevada, posteriormente denominada “Morro do Triângulo”. O nome “Triângulo” é tributário do fato de que em seu espaço foi construído um triângulo de reversão para as locomotivas da EFMM realizarem manobras e abastecerem suas caldeiras. As construções nessas áreas eram feitas de palafitas e os moradores sempre se consideraram adaptados aos ciclos de vazantes e de cheias do rio Madeira (ANDRADE; TEIXEIRA, em preparação).

Figura 01: Vista do Triângulo às margens do Madeira e os trilhos da EFMM.



Fonte: GENTEDEOPINIAO, 2010.

SEÇÃO II: PLANOS E INTENTOS DE INTERVENÇÕES NO BAIRRO TRIÂNGULO: GENTRIFICAÇÃO À VISTA

O bairro foi sofrendo alterações (Figura: 01) com passar dos ciclos econômicos¹⁰, mas somente a partir do final dos anos 1990, é que ganharam corpo projetos de revitalização dos bairros Triângulo, Baixa da União e Cai N'água, com a finalidade de transformar o local em um parque turístico, sem mais moradores na área¹¹. O primeiro projeto de “revitalização” do Município teria o nome de “Projeto Beira Rio”, e consistia em transformar o local em um ponto turístico, por meio da construção de um calçadão de 7km de extensão (coincidentalmente, se trata do mesmo trecho desbarrancado e enrocado em 2012), iniciando na estação da EFMM até a cachoeira de Santo Antônio, e possuía a finalidade de valorizar os patrimônios históricos como forma de geração de emprego e renda. Também fazia parte deste projeto a capacitação de jovens ribeirinhos para trabalhar como guias turísticos¹². Os relatos

¹⁰ Ciclo da cassiterita: entre 1958 e 1970, a extração do minério de estanho aprofundou o processo de povoamento da região de Porto Velho, também provocou forte impacto ambiental; Ciclo do ouro: durante os anos 80 do século 20, caracterizou-se pela acentuada expansão do povoamento rural e urbano de Porto Velho. Segundo analistas e moradores, foi o ciclo econômico que menos benefícios deixou ao município (CARVALHO; ARRUDA, 2017).

¹¹ Em 1997, foi registrado a maior cheia até então. Naquele ano, o rio Madeira chegou a 17,52 metros segundo a CPRM (2016).

¹² Dado obtido na publicação “Prefeitura elabora projetos para fortalecer turismo” do site institucional do Município. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/905/prefeitura-elabora-projetos-para-fortalecer-turismo>. Acesso em: 18 maio 2019.

dos moradores mais antigos sobre o projeto assemelham-se muito aos aspectos paisagístico e urbanístico apresentados pelo arquiteto Luiz Leite de Oliveira¹³.

Em maio de 2002, o então governador divulgou um projeto que previa a revitalização do pátio da EFMM e da beira rio (Figura: 02). Luiz Leite de Oliveira venceu a licitação pública e apresentou uma proposta que resultou no Projeto de Restauração e Elementos de Integração no Complexo Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e Beira Rio (COOPER, 2003).

Figura 02: Projeto de Restauração e Elementos de Integração do Complexo Ferroviário.



Fonte: GENTEDEOPINIAO, 2015.

Historicamente, os projetos turísticos, como exemplo realizados nas avenidas beira-mar das capitais nordestinas, são empreendimentos de interesse do setor hoteleiro e da construção civil, que conseqüentemente destinam a área próxima à orla àqueles que têm maior renda, enquanto moradores que moravam e viviam em interação com o ambiente costeiro (comunidades de pescadores) foram realocados para regiões da periferia da cidade; desta população mais pobre, só pequena parcela pode agora circular nas proximidades da orla, geralmente nos hotéis e restaurantes, na condição de empregados (SAULE; CARDOSO, 2005).

No caso de Porto Velho, a Prefeitura, em meados do ano 2000, em parceria com o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), garantiu

¹³ Dado obtido na reportagem "A orla tem projeto: Ele é meu" do site de notícias "Gente de opinião". Disponível em: <<https://www.gentedeopinioao.com.br/amazonias/a-orla-tem-projeto-ele-e-meu>>. Acesso em: 10 maio 2019.

recursos financeiros para a execução do “Projeto Igarapé Grande”, que tinha como finalidade declarada a de proporcionar melhoria de infraestrutura para moradores situados próximos aos igarapés afluentes do Rio Madeira. O referido projeto abrangia também o bairro Triângulo, Baixa da União e o Cai N’água. Esses dois últimos bairros já tinham sido realocados (compulsoriamente) pelo município, em gestões anteriores, para uma área entre as avenidas Mamoré e Raimundo Cantuária, no bairro Tiradentes, Zona Leste da cidade, em casas térreas medindo aproximadamente 34 m² ¹⁴. Logo depois, no entanto, boa parte dos moradores recém realocados, voltou para a Baixa da União e Cai N’água.

Após a realocação sem sucesso dos moradores do Baixa da União e Cai N’água, o Município passou então a direcionar suas ações de realocação para os moradores do bairro Triângulo, por meio do “Projeto Igarapés do Madeira”, posteriormente chamado “Projeto Parque das Águas”, também em parceria com Governo Federal através do PAC. Existem evidências que o Município, como forma de forçar a realocação, passou a negligenciar os serviços públicos essenciais de coleta de resíduos, limpeza e infraestrutura urbana para a população do bairro Triângulo, no que resultou em Ação Civil Pública, cominatória em obrigação de fazer¹⁵.

O “Parque das Águas” foi projetado para abranger a área da EFMM, o Porto do Cai N’Água, a Baixa da União e o Triângulo (Figura: 02). A Prefeitura, porém, não logrou êxito ao tentar realocar os moradores do Triângulo, mesmo que de forma temporária por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, pois alguns moradores do Triângulo são servidores públicos (servidores do antigo Território do Guaporé), não possuindo perfil de beneficiários do programa social.¹⁶

¹⁴ Dado obtido na reportagem “Porto Velho é minha paixão; o bairro Triângulo é minha história de vida!” do site de notícias Gentedepiniao. Disponível em: <<https://www.gentedepiniao.com.br/opiniao/porto-velho-e-minha-paixao-o-bairro-triangulo-e-minha-historia-de-vida-2010-05-12>>. Acesso em: 15 maio 2019.

¹⁵ Ação civil pública, cominatória em obrigação de fazer, com pedido de tutela antecipada. Disponível em:http://www.mpf.mp.br/ro/atuacao/cidadania/copy_of_cidadania/2011/Rec_10_2011.pdf/at_download/file. Acesso em: 10 maio 2019.

¹⁶ Dado obtido na publicação “Moradores do bairro Triângulo são remanejados em uma operação que envolveu cerca de 250 servidores e pessoal de apoio”. do site institucional do Município. Disponível em: <<https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/8673/moradores-do-bairro-triangulo-sao-remanejados-em-uma-operacao-que-envolveu-cerca-de-250-servidores-e-pessoal-de-apoio>>. Acesso em: 20 maio 2019.

Figura 03: Projeto Parque das Águas.



Fonte: PINIWEB17, 2011.

Em 2011, o Ministério das Cidades recomendou à Prefeitura adequar o projeto original¹⁷, no sentido de que fosse alterado para que os moradores da comunidade tradicional ribeirinha permanecessem na área de origem. As modificações do projeto, contudo, não foram aplicadas e, com o início da operação plena das usinas hidrelétricas do rio Madeira em fevereiro de 2012, o processo de erosão fluvial tornou-se acelerado e intensificado. Ao final do ano de 2013, o bairro já tinha perdido as habitações da orla e das travessas paralelas a ela. Com a cheia de 2014, o bairro foi irreversivelmente comprometido. Em 2015, o Município, considerando este cenário, passou a considerar o Projeto “Parque das Águas” inviável devido à possibilidade de recorrência de outra cheia como a de 2014, além da inconclusão dos estudos hidrossedimentológicos a jusante da UHE Santo Antônio. O “Projeto Parque das Águas” foi suspenso e os recursos devolvidos ao Governo Federal.

A retomada do projeto de revitalização da orla do Madeira apareceu com outro formato em 2018, mas com seu nome inicial: “Projeto Beira Rio”. Os recursos agora viriam do Consórcio Santo Antônio Energia, após o longo desenrolar de um processo judicial que se estendeu por quase oito anos e que resultou nesta compensação tácita. Com o acordo garantido pela Justiça, foram definidos como seriam promovidas as revitalizações no

¹⁷ Dado obtido na publicação “Prefeitura de Porto Velho vai reformular o projeto do Parque das Águas”. do site institucional do Município” do site institucional do Município. Disponível em:

<<https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/13648/prefeitura-de-porto-velho-vai-reformular-o-projeto-do-parque-das-aguas>>. Acesso em: 20 maio 2019.

Complexo da EFMM¹⁸. Atualmente há uma ação civil pública, de natureza cautelar¹⁹, a pedido do Ministério Público Federal e Estadual, com objetivo de se verificar a viabilidade de se manter o uso residencial do bairro Triângulo.

Atualmente a gestão do município está em via de inauguração da revitalização do complexo da EFMM, como parte de uma das suas propostas de governo na eleição de 2016²⁰ (gentrificação²¹ da orla do rio Madeira). A revitalização do complexo da EFMM (Figura: 04), é bastante semelhante ao Projeto da “Estação das Docas” em onde a revitalização foi realizada apenas numa em uma seção do antigo Porto de Belém, capital do estado do Pará, no ano 2000.

Figura: 04: Andamento das obras de revitalização do complexo da EFMM.



Fonte: Santo Antônio Energia, 2020.

¹⁸ Dado obtido na reportagem “Acordo na Justiça Federal define como será a revitalização do Complexo Madeira-Mamoré”, do site de notícias Rondoniagora. Disponível em: <<https://www.rondoniagora.com/geral/acordo-na-justica-federal-define-como-sera-a-revitalizacao-do-complexo-madeira-mamore>>. Acesso em: 20 maio 2019.

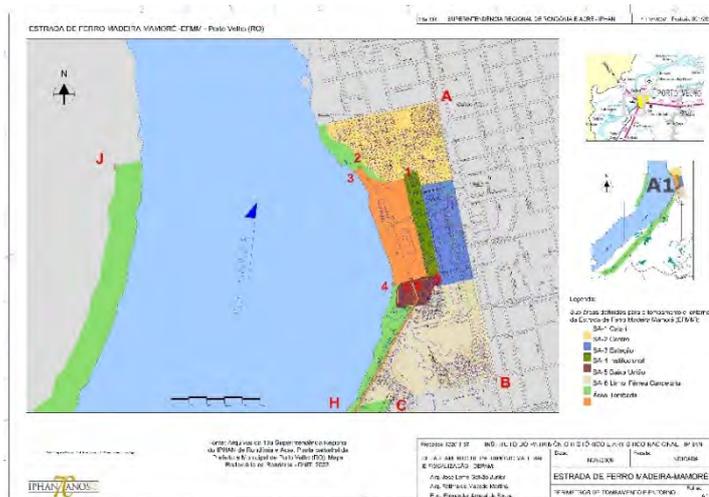
¹⁹ Processo nº1000878-63.2017.4.01.4100. Disponível em: <<https://cdn1.rondoniagora.com/uploads/noticias/2017/12/06/5a2849d691b02.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019

²⁰ O prefeito da gestão 2017-2020 e 2021-2024, registrou em 2016 no Tribunal Superior Eleitoral e publicou no site institucional da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG), seu plano de governo, contendo doze eixos estratégico; na qual uma das suas propostas para infraestrutura consiste em: “Realizar ampla gentrificação da orla urbana de Porto Velho”. Disponível em: <<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/artigo/19645/12-eixos-estrategicos-plano-de-governo-prefeito-hildon-chaves>>. Acesso em: 06 de dez. 2020.

²¹ O conceito de gentrificação faz referência a processos que produzem alterações nos perfis sociais de circulação e frequência dos locais visados, saindo de cena a população local predominantemente de baixa renda e entrando segmentos maior poder aquisitivo, mesmo que frequentando o lugar apenas esporadicamente. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

A Portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) n° 231/2007 regulamentou as intervenções no entorno do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico do Pátio Ferroviário da EFMM, em Porto Velho, Rondônia. O local tombado em 2007, está homologado sob Portaria do IPHAN n° 108/2006, na qual fica definido que o Pátio Ferroviário, os 8km de estrada férrea, iniciando na Estação Central em Porto Velho até a Estação de Santo Antônio; as Três Caixas d'Água e o Cemitério da Candelária possuem elevado valor cultural e, portanto, são parte do Patrimônio Cultural Brasileiro (Mapa: 01).

Mapa 01: Áreas demarcadas para tombamento na EFMM.



Fonte: IPHAN, 2007.

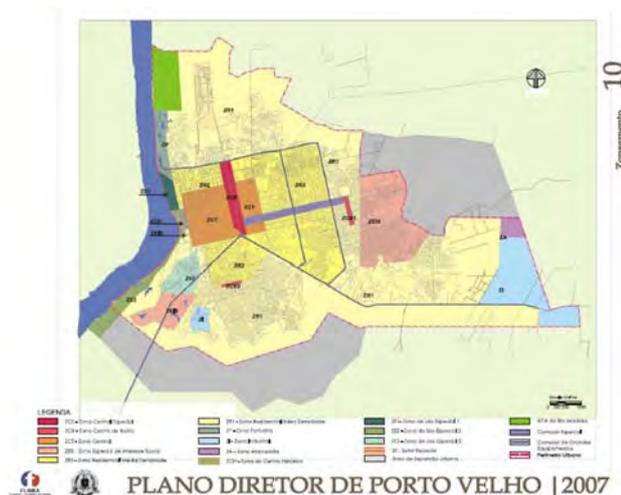
Apesar do IPHAN ter demarcado o entorno do conjunto histórico como patrimônio histórico; o tombamento diz respeito apenas ao patrimônio material, ou seja, o patrimônio construído (complexo da EFMM), não abrangendo o patrimônio imaterial (cultural), dos moradores, que possibilitaria inclui-los como comunidade tradicional e portanto, portadora de direitos diferenciados em um possível reassentamento, ou em tratativas indenizatórias. A não inclusão dos moradores como parte do patrimônio histórico cultural possibilitou que alguns anos depois, durante o início da operação da UHE Santo Antônio, que parte do bairro passasse a ser definido como área de risco²² pela Municipalidade e pelo Governo do Estado, o que tornava a população residente nessa área passível de remoção compulsória.

Não houve audiências formalmente convocadas nem canais institucionais de diálogo para discutir como seriam realizadas tais realocações/remoções, tendo em conta que os moradores não possuíam mais um local seguro para voltar a morar. Ao mesmo tempo a

²² Classificação usada para qualificar uma área passível de acidente natural ou induzido, com risco de prejuízo e acidentes fatais aos que nela habitam (BRASIL, 2007).

Municipalidade, em conjunto como Governo do Estado, resolveram apostar em um enorme conjunto habitacional, de apartamentos compactos, como solução para todos “desabrigados”. O conjunto habitacional construído com recursos do programa MCMV foi intitulado “Residencial Orgulho do Madeira”²³, mas seu nome próprio não nega a similaridade: “Cidade de Deus”. Esse foi o local de destino da maior parte das famílias que perderam suas casas na cheia de 2014, além de outras famílias sem teto, como despejados de Área de Preservação Permanente (APP) na área urbana, moradores em situação de rua etc. Por seu lado, as famílias que ainda permanecem no bairro Triângulo, só aceitam sua realocação para uma área localizada ao sul do setor Militar em Porto Velho (Mapa 02), que lhes parece minimamente em termos de acesso à cidade, ao rio e redes de vizinhança. No local foi demarcada uma ZEIS no Plano Diretor de 2008, mas não houve definição específica a respeito.

Mapa 02: Zoneamento Lei Complementar nº 311/ 2008 - Plano Diretor, 2008.

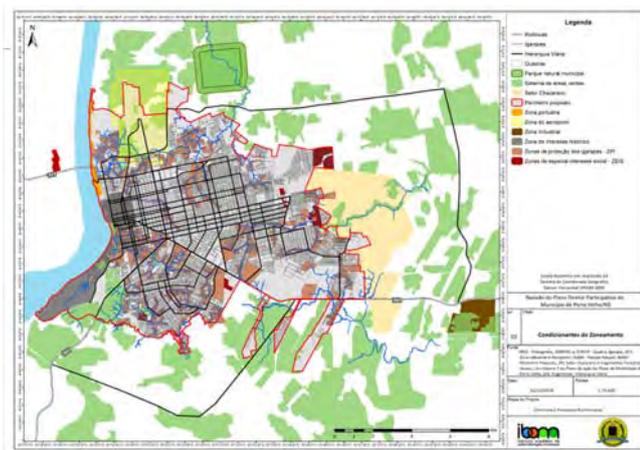


Fonte: PORTO VELHO, 2008.

No entanto, no “Produto 3: Diretrizes e Proposta Preliminares”, referente à revisão do Plano Diretor em vigor, o local está marcado no zoneamento proposto como “Sistemas de Áreas Verdes” (Mapa 03).

²³ Atualmente o “Orgulho do Madeira” é frequentemente noticiado como o local de maior índice de criminalidade na cidade de Porto Velho (RONDONIAVIVO, 2021).

Mapa 03: Condicionantes do novo Zoneamento do “Produto 3”.



Fonte: IBAM, 2018.

A lei complementar nº 311, de 30 de junho de 2008, dispõe o Plano Diretor do município de Porto Velho instituindo a política municipal de desenvolvimento e de expansão urbana, de acordo com o dispositivo nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica do Município, e a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto das Cidades. No entanto, o plano diretor de 2008 não foi autoaplicável, muito menos participativo; o que possibilitou com que fosse executado apenas nos itens que interessava a gestão do município e setores da sociedade portovelhense (MEIRELLES, 2011)

A mídia costuma usar o jargão de que os problemas da cidade têm origem na falta de planejamento. Contudo, houve uma enorme produção de planos diretores tecnocráticos produzidos durante as décadas de 60 e 70 no Brasil. Alguns foram apenas produtos de uma pretensão tecnocrática, que pouco dialogava com as dinâmicas de um crescimento urbano-econômico desigual e descontínuo da cidade informal. Já outros planos, apesar de completos e fiéis à leitura da realidade urbana e regional, não foram implantados por conveniência empresarial e política (VILLAÇA, 1999).

O início do processo de implantação da matriz modernizante de planejamento, as grandes evoluções foram a previsão da legislação urbanística de controle do uso e ocupação do solo e o zoneamento de atividades. Contudo, mesmo em crise já naquela época, a grande falácia era a existência de planos muito sofisticados tecnicamente, mas com pouco efeito prático. Enquanto discursos, os planos eram complexos, multissetoriais, porém de implantação incompatível com as realidades das cidades durante a ditadura militar (MARICATO, 2009).

Para Villaça (1999), o planejamento modernizante serviu ao propósito ideológico das elites brasileiras que praticavam profecias auto-cumpridas, prevendo obras que atendiam a interesses previamente definidos e que, sob a moldura abstrata do planejamento, assim eram

legitimadas. O planejamento legitimava o processo de expansão urbana movido tanto por surtos comerciais-industriais, priorizando sempre o modal rodoviário e de uso individual, quanto pelas apostas casadas de proprietários de grandes extensões de terras rurais no entorno urbano em incorporação. (VAINER, 2009).

Se, nos anos 2000, o desafio do planejamento urbano era o de entabular abordagens típicas dos modelos funcionais modernizantes de planejamento, em uma realidade crescentemente desencaixada e multiescalar do mundo globalizado - onde as decisões são tomadas em arenas espaciais, econômicas e políticas sobrepostas - (VILLAÇA, 1999), no presente momento, o desafio é superar o legado do modelo tecnoburocrático de planejamento efetivando espaços de participação popular e de planejamento plural e cooperativo. Com todos os problemas civilizatórios (sociais, econômicos, culturais e ambientais culminando nas cidades, o desafio agora é estruturar agendas que projetem cidades que se transformem e se pluralizem com a infusão das múltiplas insurgências e subjetividades que nelas comparecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chantagem locacional é duplicada sobre os territórios que recepcionaram bolhas de crescimento das grandes obras. A desestruturação social e ambiental promovida pelos chamados projetos “estruturantes”, como o “Complexo Hidrelétrico Madeira” preparou de fato novas estruturas e especialização espaciais e territoriais. A região incorporada como província hidrelétrica, representou um marco superior de capitalização não só pelo volume de recursos privatizados, mas pelo que franqueia em termos de novas disponibilizações territoriais a partir da prévia anulação de subjetividades coletivas formadas e recriadas ao longo desse grande rio amazônico

Partimos da concepção de que a implementação de projetos de infraestrutura em territórios com cadeias produtivas e redes urbanas rarefeitas, é passível de magnificar a (re)produção de desigualdades sobre populações e territórios, objetos de espoliação continuada. Assim como uma rodovia define e refunda a estruturação do espaço rural e urbano na Amazônia, carreando desmatamento e devastação atrás de si, o mesmo ocorre com grandes projetos de infraestrutura, como as UHEs de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, consagrando assim a vocação de Porto Velho enquanto cidade-apêndice dos fluxos econômicos predominantes em cada momento histórico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. C. O; TEIXEIRA, M. A. D. (em preparação). **População e território: os impactos da barragem sobre a configuração espacial de Porto Velho/RO.**

BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006.

CARVALHO, C. G. C.; ARRUDA, Â. M. Grandes projetos no desenvolvimento urbano e regional. Um olhar sobre o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira em Porto Velho RO. **Arquitextos**, São Paulo, ano 18, n. 207.03, Vitruvius, ago. 2017. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.207/6663>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001.** Estatuto da Cidade, Brasília. 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021

BRASIL. **Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios.** Brasília: Ministério das Cidades; Instituto De Pesquisas Tecnológicas IPT, Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/download/id/2171/titulo/mapeamento-de-riscos-em-encostas-e-margens-de-rios-->>. Acesso em: 05 fev. 2020.

BRASIL. **Nota Técnica n. 02/2008.** Caracterização dos Assentamentos Precários e Tipologias de Intervenção. Brasília: Ministério das Cidades/Ana Lucia Ancona. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6801/1/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20e%20tipologia%20de%20assentamentos%20prec%C3%A1rios.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. **Plano de Aceleração do Crescimento (2007-2010).** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2006. Disponível em: www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070123_PAC_INFRAESTRUTURA.pdf. Acesso em: 05 fev. 2015.

COOPER, M. Madeira-Mamoré Railway Society. **Arquitextos**, São Paulo, ano 03, n. 033.06, Vitruvius, fev. 2003. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.033/710>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CPRM. **Ação emergencial para reconhecimento de áreas de alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchente e inundação, Porto Velho, RO.** SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2016. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/17822>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FACEBOOK. Oliveira, A. C. **Revitalização do Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.** 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/photo?fbid=118799599999658&set=pcb.11879986666298>. Acesso em: 07 fev. 2021.

GARZON, L. F. N.; SILVA, W. R.; *et al.* Territórios empresariais e conflitos ambientais na bacia do rio madeira. *In: Anais do Seminário Internacional América Latina /–* Belém: GETTAM - NAEA - UFPA, 2015. Disponível em: <http://produtoracolaborativa.com.br/sialat2020/wp-content/uploads/2020/11/ANAIS-SIALAT-2015.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021.

GARZON, L. F. N. (2019). Hidrelétricas no rio Madeira: desastre como meta e norma. **Revista Científica Foz**, 2(1), 23. Recuperado de <https://revista.ivc.br/index.php/revistafoz/article/view/116>

GENTEDEOPINIAO. Oliveira, L. L. **A orla tem projeto: Ele é meu**. 2011. Disponível em: <https://www.gentedeopinio.com.br/amazonias/a-orla-tem-projeto-ele-e-meu>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GENTEDEOPINIAO. Feitosa, I. **Bairro Triângulo, um dos primeiros bairros de Porto Velho**. 2010. Disponível em: <https://www.gentedeopinio.com.br/colunista/ivo-feitosa/bairro-triangulo-um-dos-primeiros-bairros-de-porto-velho>. Acesso em: 30 abr. 2019.

IBAM. **Produto 3: Diagnóstico Consolidado – SEMPOG**. Porto Velho. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, 2018. Disponível em: <https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br/arquivos/download/28934/produto-3-diagnostico-consolidado>. Acesso em: 02 fev. 2020.

IPHAN. **Portaria IPHAN nº 231, de 13 de julho de 2007**. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. *In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* / Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEIRELLES, E. P. Relatório Estadual. *In: Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas* / Orlando Alves dos Santos Junior, Daniel Todtmann Montandon (orgs.). – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: https://observatoriodasmetroles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/plano_diretor.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

PINIWEB17. Lima, M. **Parque das Águas deve ser aprovado neste mês**. 2011. Disponível em: <http://piniweb17.pini.com.br/construcao/arquitetura/parque-das-aguas-deve-ser-aprovado-este-mes-209118-1.aspx>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PORTO VELHO. **Lei complementar 311, de 30 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Porto Velho e dá outras providências. Porto Velho: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG, 2008. Disponível em: <https://sempog.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2018/03/23982/1521121025lei-comp-311-plano-diretor.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PORTO VELHO. **ANEXO ÚNICO - Documento técnico do Plano Diretor do Município de Porto Velho**. Porto Velho: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG, 2008. Disponível em: <https://sempog.portovelho.ro.gov.br/arquivos/download/26448/anexo-unico-documento-tecnico-do-plano-diretor-do-municipio-de-porto-velho>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RONDONIAOVIVO. **Orgulho do Madeira**. 2011. Disponível em: <https://www.rondoniaovivo.com/busca/#gsc.tab=0&gsc.q=orgulho%20do%20madeira>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SAULE, N.; CARDOSO, P. M. **O direito humano à moradia em Porto Velho e os desafios para o desenvolvimento sustentável de uma cidade da Amazônia**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/direito-a-moradia-em-porto-velho-e-os-projetos-de-desenvolvimento-na-amazonia>. Acesso em: 17 maio 2020.

SOKOLOWSKI, R. **Introdução à fenomenologia**. São Paulo: Loyola, 2004.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* / Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Apresentação Mesa Redonda "Política Urbana/ Planejamento territorial". *Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR* – Rio de Janeiro, 2011.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169–243.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina = Street corner society**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades.

Análise do processo de proposição e elaboração de uma política pública de regularização fundiária na Amazônia Legal: um estudo de caso no estado do Pará.

Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo¹

RESUMO

Este artigo analisa os pressupostos de elaboração da política pública de regularização fundiária do estado do Pará. O estudo qualitativo utilizou-se de análise documental e entrevistas com atores-chave, além de revisão de literatura concernente ao tema da elaboração de políticas públicas (*policy-making process*). O recorte temporal adotado privilegiou o período de 2006 a 2009, iniciando com a etapa de transição administrativa no governo estadual, a mudança de governo propriamente dita, as mudanças no Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa) e a formulação do Projeto de Lei (PL) nº. 383/2007, que estabeleceu procedimentos para realização da alienação e legitimação de ocupações em terras públicas sob a jurisdição do governo paraense. A análise mostrou que esta política pública foi elaborada no âmbito de uma estratégia de institucionalização do direito à propriedade fundiária naquele estado, mas que não se esgotava na regularização fundiária de lotes ou glebas específicas, mas visava promover um conjunto de ações destinadas tratar o “caos fundiário” no meio rural paraense em toda a sua complexidade fundiária, ambiental e produtiva.

Palavras-chaves: políticas públicas, regularização fundiária, estado do Pará.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas de ordenamento territorial e fundiário tem sido alvo de renovado interesse nos últimos anos na Amazônia Legal², subsidiado sobretudo pelo desenvolvimento de análises acadêmicas sobre a apropriação privada de terras públicas (ASSELIN, 1982; OLIVEIRA, 2016) e a alienação legal dos estoques de glebas federais e estaduais com ou sem destinação (TRECCANI, 2001; BENATTI, 2003; BARRETO, 2011; MACHADO, 2011),

¹ Bacharel e Licenciada Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), e integrante do Grupo de Pesquisa Mudança Social, Agronegócio e Políticas Públicas dessa instituição (GEMAP/CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, E-mail: icamiaba@gmail.com

² Instituída pela Lei nº. 1.806 de 6 de janeiro de 1953 como recorte político-administrativo para fins de planejamento e implementação de várias políticas públicas, a Amazônia Legal engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5 milhões de km² (aproximadamente 59% do território nacional).

bem como estudos prospectivos sobre esses temas (BENATTI; SANTOS Jr.; PENA, 2006; BARRETO *et al.*, 2008).

Desde a publicação do “Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil” (BRASIL, 1999), a União e vários estados brasileiros tem buscado desenvolver políticas públicas visando combater o fenômeno histórico da grilagem de terras públicas e promover a regularidade fundiária e ambiental das propriedades rurais. No caso do Pará, o PL nº. 383/2007 (PARÁ, 2007a), foi um marco recente da tentativa de se promover a regularização fundiária individual das posses situadas sobre terras sob jurisdição do estado.

Pode-se considerar esta política pública como tendo sido elaborada com base na abordagem multicêntrica, que adota um enfoque mais interpretativo e considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, juntamente com os atores estatais, como protagonistas no estabelecimento das políticas públicas (SECCHI, 2014).

O objetivo deste artigo é analisar a gênese das políticas públicas de regularização fundiária no estado do Pará, trazendo em evidência as discussões que originaram a legislação supramencionada. Para a elaboração deste artigo foram utilizados inicialmente documentos oficiais disponibilizados pelo Iterpa e pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) visando entender a proposta da política, suas premissas e seus objetivos. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas ou abertas com atores-chave interessados nessa política pública visando compreender alguns aspectos dos processos de concepção e formulação.

Ao longo deste texto se buscou responder algumas indagações, tais como: como emergiu o “caos fundiário” no estado do Pará e como ele passou a ser identificado como um problema público? Como foram se articulando as ideias, os eventos causais e as forças políticas que deram origem ao PL estadual de regularização fundiária? Quais atores sociais, ideias e interesses orientaram o processo de concepção e formulação dessa política?

Para tratar desses assuntos, este artigo se desdobra em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta uma breve contextualização da abordagem analítica adotada, seguida pelos procedimentos metodológicos adotados no estudo. A segunda contextualiza resumidamente a situação fundiária vivenciada no Pará, considerando as origens normativas e fáticas do processo de ocupação do seu território, as raízes dos processos de grilagem de terras, a emergência de conflitos fundiários e ambientais e a definição de um problema público que motivou o interesse dos gestores públicos paraenses. A terceira, explora as motivações e intenções, os atores envolvidos, as ideias e os interesses em jogo na elaboração da política.

2. Abordagem teórico metodológica do estudo

2.1 Pressupostos analíticos

Os estudos sobre formulação de políticas públicas podem ser situados como uma vertente do campo de análise de políticas públicas que busca olhar para o momento em que um problema público considerado como relevante pelos atores governamentais é articulado a um programa de ação visando resolvê-lo. Esses estudos têm como origem a ideia de que as políticas públicas podem ser analisadas como um ciclo de políticas (*policy cycle*) que perpassa diferentes fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção da política pública. Esse ciclo não condiz necessariamente com a realidade, mas é um instrumento heurístico importante para a compreensão dos processos decisórios que concorrem para a emergência ou não de determinada política pública (SECCHI, 2014).

Na primeira etapa, de identificação do problema, é apontada a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Sendo a diferença entre o que é, e aquilo que se gostaria que fosse a realidade como problema público (SECCHI, 2014).

A segunda etapa, de agendamento, é o momento de definição de problemas considerados como merecedores da atenção dos agentes públicos. As análises sobre essa etapa da política pública buscam compreender como e porque alguns temas se tornam mais (ou menos) prioritários para a atenção governamental ao longo do tempo (SECCHI, 2014).

A terceira e a quarta etapa são a de formulação, momento em que políticas são objeto de formulação ideacional; e de elaboração quanto aos seus objetivos, estrutura institucional, metodologia de ação e instrumentos para enfrentamento do problema público, bem como as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público e no qual os interesses dos principais atores sociais concernidos são equacionados (SECCHI, 2014).

A quinta etapa é a da implementação, momento em que os planos formulados se tornam realidade. Ocasão esta que depende fortemente da atuação dos atores públicos e dos instrumentos de ação estatal (SECCHI, 2014).

Segue-se a esta a sexta etapa, de avaliação, na qual os resultados das políticas públicas são mensurados e analisados. Em geral, esses estudos buscam compreender os resultados alcançados pela política pública em suas distintas dimensões (eficiência, eficácia, efetividade etc.) e os mecanismos de *feedback* e retroalimentação (SECCHI, 2014).

Por fim, têm-se a sétima etapa, de extinção da política pública, a qual se origina na percepção de que o problema que originou a política foi resolvido; no fato de que os programas, leis ou ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; ou que o assunto tratado pela política perdeu visibilidade como problema público (SECCHI, 2014).

Neste artigo se aborda, de forma exploratória e sinteticamente, as três primeiras etapas do processo de formulação da política de regularização fundiária paraense. Buscando-se compreender como emergiu o tema do “caos fundiário”, como ele passou a ser percebido como um problema público, como foram definidas as linhas gerais para proposição da política pública e quais atores sociais (individuais e coletivos, públicos e privados) estiveram envolvidos nesse processo.

2.2 Procedimentos metodológicos

No desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas três técnicas principais para o levantamento de dados: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas. A primeira consistiu no levantamento de referenciais teóricos (artigos científicos, livros, dissertações e teses acadêmicas e outros documentos relevantes) sobre análise de políticas públicas, processo de ocupação regional, grilagem de terras e regularização fundiária. Esse material permitiu conhecer o que já foi estudado sobre esses assuntos, reconstruir os elementos teóricos fundamentais e refazer o debate de ideias sobre o ordenamento territorial e fundiário na Amazônia e no estado do Pará, em particular.

Na pesquisa documental realizou-se um esforço de identificação e análise de materiais oficiais sobre regularização fundiária e artigos e relatórios de avaliação ou pesquisa elaborados por especialistas e movimentos socioambientais envolvidos com o tema, além da leitura e análise dos documentos relativos a PL nº. 383/2007.

Por sua vez, as entrevistas —presenciais ou *on-line*, via plataforma Skype— foram realizadas no período de agosto de 2015 a novembro de 2016, quando foram abordados gestores e servidores públicos, parlamentares, líderes de organizações sindicais de trabalhadores e patronais, representantes de organizações não governamentais socioambientalistas, operadores do campo do direito e especialistas nas questões agrária e fundiária. Estes foram selecionados a partir de uma amostra de pesquisa não-probabilística definida com base na pesquisa documental sobre o tema e a partir da técnica conhecida como bola de neve (*snowball*), na qual o entrevistado ao final da sessão de entrevista apresentava nomes de outros atores sociais a serem inquiridos.

Essas entrevistas foram semiabertas ou abertas, voltadas à compreensão da inserção do entrevistado em relação ao problema abordado, suas visões e perspectivas. Todas elas foram gravadas e serviram como fontes orais desse estudo.

Ao longo da análise, buscou-se responder os seguintes tópicos: a) momentos críticos da construção da agenda pública; b) atores individuais e coletivos, públicos e privados concernidos; e, c) ideias, valores, interesses e conflitos envolvidos no processo.

3. Sobre a histórico da ocupação e a grilagem de terras públicas no estado do Pará

3.1 Breve histórico da ocupação do território paraense e a grilagem de terras públicas

Neste item será tratado, especificamente, o processo de ocupação e grilagem do território paraense, desde o período colonial até o contexto contemporâneo. Neste sentido, buscou-se estabelecer um recorte histórico a partir do qual busca-se oferecer uma breve noção das transformações processadas ao longo de cinco séculos de formação do Pará, o qual pode ser subdividido em quatro fases: i) conquista e povoamento inicial; ii) inserção regional na divisão internacional do trabalho, via economia da borracha; iii) modernização capitalista e integração à economia nacional; e iv) redemocratização política e liberalização econômica.

Essa periodização busca destacar as principais características da intervenção tanto do Estado (português e brasileiro) quanto dos agentes privados em cada uma das diferentes etapas, bem como para se capturar mudanças nas políticas, decorrentes das ideias, interesses, práticas, transformações e/ou inércias desses distintos atores sociais. Nessas diferentes fases, optou-se também por evidenciar as principais atividades econômicas desenvolvidas e alguns marcos político-institucionais a elas associados, destacando-se especialmente eventos ocorridos no último meio século, quando o governo brasileiro buscou estabelecer um novo padrão de integração da Amazônia ao restante do país.

A conformação inicial da legislação sobre propriedade fundiária no estado do Pará tem como elemento gerador o fato de que toda a terra no país foi inicialmente considerada como pública. Nessa fase, que se estende do período colonial até a Independência brasileira predominaram as grandes concessões fundiárias, com limites imprecisos, efetuadas pela metrópole portuguesa no intuito de organizar a produção agrícola com fins comerciais e reafirmar a posse das terras em nome da Coroa portuguesa (SILVA, 1996).

Nesse sistema de regulação, baseado no privilégio, o domínio dito eminente sobre o território cabia ao Estado, enquanto o domínio útil das terras era transferido aos concessionários que o recebiam em condição suspensiva, ou seja, comprometiam-se a cultivá-las, tornando-as produtivas, sob pena de perderem a concessão sobre as terras, as quais retornariam ao patrimônio público, na condição de terras devolutas, para serem posteriormente cedidas a outro concessionário (SOUZA FILHO, 2003).

Nos aproximadamente três séculos em que o sesmarialismo esteve em vigor no Brasil, a Coroa portuguesa enfrentou vários problemas para efetivá-lo. Isto ocorreu, em parte, devido a inexistência de uma norma específica que tratasse exclusivamente da matéria, o que deu origem a um sistema peculiar de regulamentação que se efetivava por meio da expedição de múltiplos instrumentos legais (forais, decretos, cartas régias etc.) que foram publicados para solucionar problemas surgidos a partir das diferenças entre a metrópole e a colônia. De

outro, o fato de que próprio governo metropolitano, enquanto pôde, desrespeitou as normas que estabeleciam um limite máximo para a extensão das sesmarias; e também ignorou deliberadamente as práticas de ocupação primária de terras (SILVA, 1996).

Simultaneamente as sesmarias ocorria também a disseminação dos apossamentos, uma forma de apropriação territorial não assentada na transferência oficial do bem público para particular, mas na aquisição direta e livre de terras, independente da existência de títulos legais. Isto ocorria porque a maior parte da população colonial estava impossibilitada de acessar uma concessão sesmaria ou buscava se esquivar de obrigações relativas à medição e à demarcação das sesmarias, para, portanto, dar prosseguimento ao padrão itinerante e esgotador de exploração colonial, o qual demandava grandes extensões de terras (BENATTI, 2009).

Um marco importante do processo de apropriação das terras nesse período foi a publicação da Lei nº 601 de 1850 (Lei de Terras), regulamentada em 1854, que encerrou o período de auge dos apossamentos, e estabeleceu as terras como um patrimônio público a ser transferido para o domínio particular por meio de transações financeiras (SILVA, 1996).

No entanto, essa primeira legislação genuinamente brasileira não foi bem-sucedida, visto que a maioria dos detentores das áreas resistiu à essa legalização porque a norma possuía brechas que desestimulavam a regularização. Além disso, o próprio governo central tinha dificuldade em garantir os direitos à propriedade fundiária. Como resposta a esse fracasso, o governo imperial buscou emitir novas normas de regulamentação, nas quais também não obteve êxito (SILVA, 1996).

Outro marco importante para a compreensão do histórico de ocupação e apropriação do território paraense está relacionado à promulgação da Constituição Republicana de 1891, que adotou o regime federativo como base para o ordenamento jurídico nacional e outorgou aos estados membros a responsabilidade pela regularização das terras devolutas não localizadas em zonas de fronteira ou em áreas consideradas de segurança nacional (SILVA, 1996).

Na Amazônia, esse momento se deu de forma síncrona ao *boom* da borracha, na qual ocorreu uma intensificação dos fluxos migratórios em direção à região. Ao assumirem o poder sobre seus estoques fundiários, os governos amazônicos estabeleceram regras para a legitimação de posses existentes nos territórios sob sua jurisdição, bem como passaram a legislar sobre suas terras, tomando como base a estratégia preconizada pela Lei de Terras. No Pará, durante esse período, foram editados o Decreto nº. 410/1891 e o seu regulamento, instituindo os requisitos materiais (cultura efetiva, morada habitual, posse mansa e pacífica) e

formais (registros dos títulos) de modo que pudessem ser expedidos Títulos de Posse³, que possuíssem todos os efeitos de dominialidade no mundo jurídico (TRECCANI, 2009).

Com base nesses novos instrumentos, o processo de titulação das terras se acelerou no Pará. A este respeito, Palma Muniz (1916), *apud* Pinto (1986-87), argumenta que a área titulada que, em 1891, abrangia 13% do território paraense, alcançou 30% em 1908 e atingiu 35% no ano de 1912. Muito embora boa parte dessa titulação fosse mais produto da manipulação cartorial do que da ocupação física propriamente dita.

Cabe mencionar-se que, em princípio, este esforço de titulação se restringia apenas às áreas de extração dos recursos florestais. Isso ocorria porque o que estava em disputa na região não era o domínio sobre as terras em si, mas o controle efetivo desses bens naturais, que normalmente eram acessados e explorados por meio da simples ocupação da terra (SANTOS, 1980).

Foi somente a partir de meados da década de 1950, com a implementação de projetos de modernização e integração da Amazônia Legal, que o movimento de aquisição de terras na região se acelerou (BECKER, 1990). Naquele período, a realização de grandes obras de infraestrutura, como a construção da nova capital federal e a abertura da rodovia Belém-Brasília, além da concessão de inúmeras vantagens fiscais e creditícias para empresas nacionais e estrangeiras e a alienação gratuita ou por preço simbólico de grandes glebas ajudaram a abrir caminhos para um processo generalizado de valorização, fraude especulação fundiária, degradação ambiental e violações de direitos (TRECCANI, 2001).

Cabe mencionar-se como marco normativo do período a Lei nº. 4.504/1964 —o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), que foi instituído ainda no primeiro ano da ditadura empresarial-militar visando regular direitos e obrigações referentes aos bens imóveis rurais no país. Este criou o Direito Agrário no ordenamento jurídico brasileiro, garantindo a sua autonomia legislativa, e regulamentou os dispositivos da Constituição de 1946, referentes à promoção de uma “melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Apesar da legislação fundiária inovadora, o que passou a prevalecer foi um movimento sistemático de privatização dos imóveis públicos rurais⁴. Esse processo foi

³ Segundo Mendonça (1982) *apud* Treccani (2009), o título de posse é uma criação normativa genuinamente paraense em que se combinam elementos do fato (posse) e de documento (título). Considerando que título se subordinava a condição fática, o documento apenas teria valor na medida em que posse fosse exercida a posse, de fato. Ainda segundo Treccani, na legislação fundiária paraense são inúmeras as vezes em que a palavra “título” é citada para indicar documentos de terra, tais como: o Título de Ocupação, Título Provisório, Título de Ocupação Colonial, Título Provisório de Localização, Título de Ocupação de Terras Devolutas, que não transmitem o domínio sobre as terras.

⁴ Referência ao processo sistemático de arrecadação e transferência das terras devolutas federais que ocorreu na Amazônia Legal com base no Decreto-lei nº 1164/1971, e que buscou estimular a ocupação da região com projetos de colonização (público e privados) e grandes investimentos agropecuários e agrominerais.

facilitado por alguns traços característicos do processo de ocupação regional, como a ausência de cadastramento único, a natureza autodeclaratória dos distintos cadastros, a falta de demarcação e o desinteresse pela determinação exata dos imóveis rurais e os seu confinantes.

Na ocasião, a despeito das ingerências federais e dos inúmeros problemas socioambientais já observados, foram reduzidas as manifestações de oposição dos estados amazônicos a estas formas de gestão da terra que desconsideravam especificidades naturais, culturais e sociais regionais. Ao contrário, mesmo sem possuírem um controle efetivo dos processos de transferência fundiária ocorridos antes dessa “federalização de terras”, governos como o do Pará — que perdera o controle sobre cerca de 70% de suas terras — seguiram alienando as terras restantes, sem maiores preocupações (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Assim ocorreu a transferência para o território paraense da estrutura fundiária e da violência agrária presente nas demais regiões brasileiras. Isso se deu, em parte, porque um dos problemas mais evidentes da ação encetada por esses distintos governos na região foi o fato de que áreas que estavam sendo destinadas não eram despovoadas (TRECCANI, 2001). Havia nelas distintos povos indígenas, comunidades extrativistas e também posseiros antigos e recentes, que de repente se viram invisibilizados pelas políticas em curso e ameaçados de expropriação e morte (ASSELIN, 1982).

Desse modo, pode-se dizer que a grilagem de terras foi um pano de fundo para as mais variadas formas de violação dos direitos no Pará (TRECCANI, 2001). Estas vão desde a negação ao direito de um meio ambiente ecologicamente equilibrado representada pela exploração predatória dos recursos naturais, bem como as violências pessoais e/ou patrimoniais, expressas nas expulsões e despejos de povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos posseiros; no trabalho escravo, na destruição de bens, na agressão física, nas prisões arbitrárias e nos assassinatos de pequenos produtores e suas lideranças. Mesmo com a redemocratização do país em meados dos anos 1980 e o fim de parte da ingerência do governo federal sobre as terras devolutas dos estados, essas distintas formas de violência se cristalizaram e acabaram moldando o modo como o Pará é visto nas demais regiões do país e no mundo: um lugar de desmatamento, de trabalho escravo, de pistolagem, de mortes anunciadas e de chacinas (CASTRO, 2005).

Ainda que esses eventos já fossem objeto de interesse legislativo e de análises teóricas desde a década de 1970 (BRASIL, 1978; PINTO, 1980; ASSELIN, 1982), a constatação oficial sobre a gravidade do problema fundiário regional e a necessidade de realização de ações concretas somente veio com a publicação do “Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil” em 1999. Este identificou inúmeros casos de fraude e falsificação de títulos de propriedade da terra. Ele constatou ainda que a grilagem era um dos mais poderosos

instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro e que havia naquele momento, em todo o país, pelo menos, 100 milhões de ha de terras griladas no país, sendo aproximadamente 30 milhões de ha apenas no Pará (BRASIL, 1999).

Ainda nesse período foram realizadas a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Alepa, que apurou denúncias de irregularidades cartoriais nos processos de aquisição de terras públicas por grandes empresas brasileiras no município de Altamira; bem como a CPI da Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica (2001), do Congresso Nacional, que também concluiu pela existência de mais 30 milhões de ha grilados no território paraense.

Esses documentos ajudaram a construir o reconhecimento da sociedade nacional em relação a relevância dessa questão enquanto um problema público e a partir deles foram geradas ações governamentais visando o seu enfrentamento da grilagem, tais como o recadastramento de imóveis rurais, a obrigatoriedade de realização do georreferenciamento de imóveis rurais, a arrecadação e a destinação dos grandes estoques de terras públicas (ANTELO, 2018).

Apesar disso, no Pará – segundo maior estado em extensão país e com elevados indícios da existência de áreas griladas – o assunto ainda era mais uma questão teórica do que propriamente um problema público (Entrevista com ex-gestor público, Belém, 17 ago. 2015) e, portanto, ainda não conseguia suscitar interesse e intervenção por parte do governo estadual.

4. Por uma estratégia de ordenamento territorial no estado do Pará

4.1 Identificação do problema fundiário paraense

A origem das propostas formais para a criação de norma legal que possibilitasse o estabelecimento de critérios para regularização fundiária no Pará data de 2006. Naquele ano, foram realizadas as eleições gerais em todo o país, que se constituíram em um dos pontos de partida para o ingresso do tema da indefinição fundiária como um problema público na agenda do governo paraense.

No plano estadual, a disputa eleitoral foi marcada pelo grande interesse no debate dos temas fundiário e ambiental. Nessa esteira, os formuladores do programa de campanha da candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Ana Júlia Carepa, apostaram em argumentos relativos à necessidade de superação do padrão de crescimento econômico que vinha sendo implementado no estado. Para esses formuladores, a tentativa de promover estruturas e espaços homogêneos, supostamente necessários ao aproveitamento das vantagens comparativas e a promoção do desenvolvimento regional pelas gestões governamentais anteriores acabaram por fomentar a concentração de terra, renda e poder; o

aumento da pobreza; o uso insustentável dos recursos naturais; e a emergência de conflitos no campo (FALEIRO, 2011).

Encerradas as eleições foi instalada à Comissão de Transição Administrativa, destinada a subsidiar as ações a serem desenvolvidas pelo futuro governo. Considerando o histórico de conflitos socioambientais e a demanda pela construção de uma nova dinâmica produtiva para o estado, um dos grupos de trabalho (GTs) sobre os quais havia mais expectativas era o de “Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental”, responsável por gerar dados e proposições relativas à gestão fundiária estadual e a funcionalidade do órgão de terras.

Como resultado, esse GT concluiu pela reduzida eficácia institucional do Iterpa. Sendo esta manifestada pelo baixo impacto da gestão desse órgão no enfrentamento da problemática sob sua responsabilidade, o qual seria evidenciado pela elevada insegurança dominial existente no estado e pelo grande número de conflitos fundiários registrados (PARÁ, 2006).

Ainda de acordo com esse relatório, os principais óbices ao funcionamento adequado e eficiente do Iterpa eram: a) ausência de um Plano de Alienação de Terras Devolutas; b) falta de cultura de planejamento institucional; c) carência de sistemas de monitoramento e avaliação, próprios e externos, desvinculados dos processos de tomada de decisões e correção de rumos; d) desvinculação entre planejamento e orçamento; e) obsolescência das normas técnicas e do aparato tecnológico do órgão; f) baixo nível de investimento na capacitação e valorização do quadro funcional; g) grande concentração da estrutura organizacional em torno da capital do estado; h) forte centralização de poder e de responsabilidades inter e intrainstitucionais, i) ambiguidades e sobreposições de competências, notadamente, entre o Departamento Jurídico do Iterpa e a Procuradoria Fundiária do Estado (PGE); e, j) descontinuidade no estabelecimento de parcerias institucionais com as Prefeituras Municipais e órgãos públicos estaduais relevantes para a gestão fundiária. Sem uma estratégia de planejamento e ação adequadas, a emissão de títulos individuais de domínio acabava por ocupar boa parte do tempo do Iterpa, e mesmo assim, essa tarefa era realizada de forma reativa, fragmentária e com base principalmente nas demandas geradas pela sociedade.

Esse GT propôs ainda ao Iterpa um amplo leque de ações, como: a) estabelecimento de critérios para regularização fundiária das terras do estado, em conformidade com a regularidade ambiental e os objetivos de fortalecimento da produção familiar rural; b) realização de investimentos na discriminação, arrecadação e matrícula das terras devolutas estaduais, de modo a atender o disposto no Art. 239 da Constituição Estadual e as demandas apresentadas pelas entidades representativas da produção familiar rural; c) ajuizamento do cancelamento de registros imobiliários fraudulentos, visando reverter ao patrimônio fundiário

estadual as terras públicas griladas; d) realização de articulação institucional junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ/PA) para cancelamento administrativo dos registros imobiliários obtidos por meio de grilagem; e) elaboração de legislação específica para destinação das terras públicas estaduais para assentamentos rurais próprios ou em colaboração com o governo federal; f) aceleração do processo de titulação coletiva das comunidades remanescentes de quilombos e adoção de políticas de etnodesenvolvimento; g) adequação das normas estaduais ao disposto na Lei de Gestão de Florestas Públicas; h) criação de um cadastro georreferenciado dos imóveis rurais do Pará; i) institucionalização e fortalecimento do Conselho Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará (Cepaf) para garantir paridade do governo estadual e da sociedade civil nas discussões sobre o ordenamento territorial e fundiário; j) criação de unidades avançadas do Iterpa em Altamira, Marabá, Novo Progresso, Santarém e Marajó, para atender as demandas das populações dessas regiões; l) modernização tecnológica e fortalecimento do quadro funcional do Iterpa; e, m) melhoria do suporte operacional na execução das atividades fins (PARÁ, 2006).

Assim a proposta do governo petista foi a de superar o padrão de subdesenvolvimento a que foram historicamente submetidas as populações rurais paraenses por meio da promoção de políticas públicas de combate à pobreza e inclusão social, cuja concretização, segundo os seus proponentes, estaria condicionada a um processo de ordenamento territorial e gestão ambiental pactuado entre o governo e sociedade civil organizada (PARÁ, 2006).

Na ocasião, a governadora eleita também convidou dois renomados pesquisadores do direito agrário vinculados à Universidade Federal do Pará (UFPA), os professores José Benatti⁵ e Girolamo Treccani⁶ para liderarem a gestão do Iterpa e eles assumiram respectivamente os cargos de Presidente e Assessor-Chefe desse órgão no período de 2007-2010⁷.

No modelo de gestão territorial esboçado por ambos, a regularização fundiária foi concebida como um instrumento primordial para ordenar o espaço e democratizar o acesso à

⁵ Formado em Direito pela UFPA, mestre em direito e instituições jurídica e social da Amazônia, também pela UFPA, doutor em ciência e desenvolvimento socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). É membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) dessa Universidade.

⁶ Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA, mestre em Direito Agrário pela UFPA. É advogado e professor dos cursos de Pós-Graduação e Graduação em Direito da UFPA. Atuante também como consultor jurídico de várias organizações e movimentos sociais, tais como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri, Pará) e a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Pará (Malungu, Pará), entre outras organizações de trabalhadores.

⁷ Além desses faziam parte do governo lideranças de movimentos sociais, pesquisadores, técnicos e lideranças de instituições, governamentais e não-governamentais, de ensino, pesquisa e extensão da região e estudiosos sobre a questão amazônica.

terra. Isso porque ambos têm sua produção acadêmica assentada na ideia de coexistência de múltiplos ordenamentos jurídicos e entendem que a superação do quadro fundiário caótico do meio rural paraense, apenas seria possível com a institucionalização da propriedade fundiária nas suas distintas modalidades.

4.2 Definição da agenda de regularização fundiária do estado

No Brasil, o início da década de 2000, foi caracterizado por um movimento acelerado de aquisição de terras em larga escala, que foi intensificado, sobretudo a partir de 2008, pela confluência das crises alimentar, financeira, energética e ambiental (BORRAS Jr.; FRANCO, 2012) no contexto global. Desse modo, a Amazônia Legal se viu novamente incluída no debate sobre o desenvolvimento nacional, seja por suas características naturais, seja pela grande disponibilidade de glebas públicas a serem destinadas e regularizadas. Mas, para inserir esse estoque de terras na economia global, os governos federal e estaduais teriam que lidar com os problemas da grilagem de terras públicas, da insegurança jurídica das propriedades, da exploração ilegal e irracional dos recursos naturais, e das diferentes formas de violação de direitos existentes (ANTELO, 2018).

Ainda que o reconhecimento de direitos territoriais fosse uma demanda de vários segmentos sociais regionais há alguns anos (TRECCANI, 2006), esse tema ainda era tratado como um tabu pelos governos. Se, por um lado, esses sempre foram omissos e/ou coniventes diante desses processos de apropriação de terras públicas, sempre buscando justificar que esses eram necessários para ajudar a estruturar espaços homogêneos, supostamente capazes de impulsionar o desenvolvimento da região (FALEIRO, 2011). Por outro, o debate sobre a regularização fundiária sempre trazia à tona questões, relativas as dificuldades na interpretação e na aplicação das normas jurídicas vigentes; deficiências políticas, técnicas e orçamentárias dos órgãos fundiários; implicações da regularização sobre o desmatamento da região; possibilidades de resistência política e jurídica, etc. (ANTELO, 2018).

Com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o governo federal começou a implementar um conjunto de ações de visando regular a dinâmica de apropriação do solo e promover a transformação produtiva, que serviram como um freio aos elevados índices de desmatamento na região (ANTELO, 2018).

Restava, porém, ao governo paraense também assimilar e responder as pressões pela resolução do problema do “caos fundiário” no seu território. A princípio a postura inicial do poder público estadual foi de resistência ao desenvolvimento de medidas pelo governo federal no seu território e depois de flexibilização das normas próprias (ANTELO, 2018), o que de certo modo amparava a ação de segmentos produtivos e especulativos.

O momento propício para inserção do tema do ordenamento territorial nas agendas política e institucional do executivo paraense ocorreu pela confluência de alguns eventos e processos, como a: i) a repercussão alcançada pelo assassinato da missionária Dorothy Stang, em Anapu, em 2005; ii) as mudanças ocorridas no executivo estadual e na gestão do Iterpa a partir de 2007; iii) as alterações em normativas infraconstitucionais federais relativas ao ordenamento fundiário⁸; iv) a pré-existência de um conjunto de propostas de ação relativas ao tema; e, v) a existência de um “clima político” favorável a resolução desse problema público, o que ajudou a consolidar a percepção sobre a necessidade de uma intervenção governamental para solucionar os problemas de dominialidade existentes.

Essa percepção foi ainda endossada por um diagnóstico fundiário, no qual se estimava que 45% das terras da Amazônia Legal não eram destinadas e existam no estado do Pará aproximadamente 28 milhões de ha de terras rurais públicas rurais federais e estaduais ocupadas por diversos segmentos sociais que necessitavam do reconhecimento pelo Estado (BENATTI; SANTOS Jr.; GAMA, 2006).

Além disso, naquele momento estavam tramitando no Iterpa mais de 8 mil solicitações de doação de terra e aproximadamente outras 2 mil petições de venda, bem como dezenas de processos de comunidades remanescentes de quilombos que estavam requerendo o reconhecimento de domínio sobre terras de ocupação tradicional e a solicitação de criação de dezenas de assentamentos rurais em glebas públicas estaduais, o que demonstrava o grande interesse pela regularização fundiária no estado (BENATTI *et al.*, s/d).

Considerando que a apropriação primária de terras e a violência rural sempre foram elementos centrais para o acesso à terra e aos recursos naturais no estado, os gestores públicos passaram a nomear a institucionalização da propriedade fundiária dos diferentes segmentos sociais como uma estratégia essencial para consolidação da democracia, a resolução dos conflitos fundiários, a proteção ambiental e o respeito aos direitos humanos no estado (PARÁ, 2008).

Nesse contexto, foi construída, no âmbito do governo paraense, a Política Estadual de Ordenamento Territorial (PEOT), um conjunto de princípios, diretrizes, estratégias e instrumentos destinados a promover o ordenamento territorial, a ocupação e o uso sustentável do território. Esta política deveria ser desenvolvida por um agrupamento de instituições governamentais, dentre as quais, o Iterpa (PARÁ, 2007c).

Dentre as medidas propostas no âmbito da PEOT pelo governo paraense se destacam: a) a destinação de terras estaduais; b) a criação de assentamentos estaduais; c)

⁸ Referência a aprovação da Lei federal nº. 11.196/2005, que aumentou de 100 para 500 ha, o limite de área passível de concessão pública sem necessidade de licitação, e a publicação das Instruções Normativas (IN) nº. 31 e 32/2006 do Incra, que estabeleceram pela primeira vez o termo “regularização fundiária” até vinculado a concessão de uso de imóvel e não a sua titulação definitiva, conforme pontuado por Barreto *et al.*, 2008.

a regularização fundiária; d) a implementação do zoneamento ecológico-econômico do estado; e) a criação e consolidação de unidades de conservação; f) o licenciamento ambiental das propriedades rurais; g) o ordenamento da exploração florestal madeireira, a preparação de áreas para concessão florestal e o apoio aos distritos florestais; h) a integração das bases cartográficas dos órgãos estaduais; k) e o fortalecimento das instituições responsáveis pela gestão ambiental e fundiária, etc. (PARÁ, 2008), sendo que algumas dessas ações já haviam sido propostas pelo Grupo de Transição Administrativa.

Até então, a tentativa de ordenamento territorial e fundiário com a maior visibilidade desenvolvida pelo governo Jatene fora o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE), que foi elaborado como uma resposta política aos conflitos socioambientais do estado (PARÁ, 2008). Se por um lado, este é considerado como um importante instrumento orientador das políticas públicas e da gestão do uso do território e dos recursos naturais, por outro, ele tinha pouco efeito prático sobre duas principais demandas dos setores produtivos do estado: a alteração dos percentuais da reserva legal dos imóveis (FALEIRO, 2011) e a possibilidade de titulação de suas terras.

No que se refere especificamente a regularização fundiária das terras estaduais, uma das principais motivações dos gestores do Iterpa era promover a governança fundiária do território paraense, o que só seria possível quando fossem conhecidas a dominialidade das terras, sua localização, bem como seus usos (Entrevista com ex-gestor estadual, Belém, 18 ago. 2015).

4.3 Das ideias, interesses e instituições envolvidos na formulação do PL nº 383/2007

Como abordado, naquele contexto havia um entendimento no âmbito do primeiro escalão do governo paraense sobre a necessidade de alteração na legislação relativa à regularização fundiária das terras sob jurisdição no estado.

Por sua vez, a origem do PL foi uma proposição elaborada no âmbito do Iterpa a partir de uma provocação do então o Procurador Chefe do Estado, Ibraim Rocha⁹. A ideia inicial era a elaboração de um *Código*¹⁰, revogando todo o Decreto-lei nº. 57/69 do governo do Pará (Entrevista com operador do campo do direito, Belém, 22 ago. 2015).

A motivação da proposição foi a inexistência no âmbito fundiário de marcos legislativos que possibilitassem o acesso à propriedade pelos diferentes grupos sociais e

⁹ Mestre e doutor em Direito, pela UFPA. É membro da Procuradoria geral do Estado do Pará, na qual já exerceu funções como Chefe do Departamento Jurídico do Iterpa entre 1999-2001, Procurador Fundiária (2003-2006) e Ambiental (2011-2016). Foi também Procurador-Geral do Estado do Pará no período de 2007-2010.

¹⁰ Conjunto de normas reunidas em uma única lei várias regras sobre o mesmo ramo do direito.

étnicos do estado. No cotidiano quando essas demandas sociais emergiam, também surgia uma afirmação dentro do próprio órgão fundiário:

— “Não é possível fazer esse tipo de titulação”. Aí eu como entendia a questão né fui constuir justamente o que podia, que não está expresso, mas tinha amparo constitucional e era uma demanda da comunidade que tinha que ser atendida de alguma forma. Aí foi construído e foi dado a solução pro caso concreto, mas é diferente você ter alguém que, de repente, tenha essa leitura e você ter uma lei que diz que é aquela historia que eu falei do advogado: “ah, isso tá na lei?”(Entrevista com operador do campo do direito, Belém, 22 ago. 2015)

Quer dizer, uma das principais motivações para a mudança no arcabouço fundiário estadual era a ideia de se institucionalizar no âmbito estadual novas formas de acesso à terra, abrindo assim possibilidade de se promover a regularização de situações que não encontravam amparo jurídico, retirando assim a questão da esfera da plena discricionariedade do gestor público. Desse modo, ajudando-se a promover direitos.

Além disso, o Decreto-lei nº. 57/69 era considerado como:

(...) uma lei muito esparsa e tinha muito institutos também que já estavam até em desuso, como aforamento, regime de compra especial, ainda se falava em concessões. Então, assim ela estava muito permeada ainda. Apesar de tu pensar não uma lei antiga. Ela é de [19]69, tinha um pouco mais de 40 anos (sic). Então, não era uma lei antiga, mas ela foi pensada de forma antiga. E esse pensar de forma antiga tinha a ver logicamente com manter formas de acesso a propriedade que favoreciam quem já tinha propriedade. (Entrevista com operador do campo do direito, Belém, 22 ago. 2015)

A ideia também era modificar a legislação em vigor porque ela favoreceria quem já estava estabelecido na terra e precisava apenas ter sua situação regularizada, mas não abria possibilidades para quem ainda não possuía direito de acesso à propriedade, fosse pequeno, médio ou grande. Isso porque, embora essa legislação já dialogasse com o disposto no Estatuto da Terra, ela não permitia a criação de assentamentos rurais estaduais, e nem a titulação das posses agroecológica e étnica (notadamente, as comunidades quilombolas) (ROCHA *et al.*, 2015). Assim, para os então gestores públicos, essa antiga legislação representava um entrave aos objetivos de ordenamento territorial e fundiário que estavam sendo perseguidos pelo Iterpa.

No entanto, havia também um grande receio do executivo estadual de que tramitação na Alepa de um PL muito abrangente acabasse redundando em perda do controle no processo de apresentação de emendas na Alepa ou que o debate fosse ficando excessivamente poltizado, retardando ou inviabilizando as mudanças na legislação (Entrevista com operador do campo do direito, Belém, 22 ago. 2015).

Nesse sentido, os coordenadores da elaboração do PL acabaram optando pela construção de um instrumento bem mais modesto, no qual estivessem delineados os princípios gerais e institutos fundamentais e que nele fosse previstas e garantidas as situações já consolidadas. Com a possibilidade de retomada do imóvel pelo poder público caso o uso social não se revelasse efetivo (Entrevista com operador do campo do direito, Belém, 22 ago. 2015).

Cabe mencionar-se que a discussão da primeira minuta de PL foi realizada a partir de um espaço institucional no qual se reuniam a Chefe do Executivo, a PGE, o Iterpa e alguns órgãos estaduais mais afeitos ao tema fundiário, como a Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri) e de Meio Ambiente (Sema). Tratava-se de uma arena política bastante controlada, conforme revelou um dos entrevistados:

(...) então eu tava participando do processo de construção e discussão, porque essa lei ficou como sigilo (...) eu nunca vi um projeto de lei ser tão sigiloso. Mas é de lei (...) que tava um pouco nos bastidores do sigilo, as pessoas não queriam, mas não por causa das terras em si, porque era um elemento importante, mas porque trazia um elemento de atribuição entre Iterpa, Procuradores de Iterpa e a PGE, a Procuradoria Geral do Estado. Então pairava um certo sigilo e não se divulgava muito o projeto de lei. (Entrevista com operador com campo do direito, Skype, 14 set. 2016)

Houve também pouco espaço para o debate político qualificado. Isto porque não foram realizadas consultas públicas e a auscultação se restringiu à pequenas reuniões para apresentação da minuta do PL (Entrevista com operador do campo do direito, Belém, 01 set. 2016); ou o envio de cópias desta aos principais líderes de entidades de classe, movimentos sociais e organizações socioambientais (Entrevista com operador do campo do direito, Belém, 22 ago. 2015).

A despeito disso, parece não ter havido maiores críticas por parte dos segmentos do governo paraense que não tinham domínio da gramática do direito agrário, mas que possuíam muita confiança na competência técnica e na probidade administrativa dos líderes da formulação dessa política pública e assim avalizavam politicamente o processo e as propostas formuladas:

Eu participava porque eu estava na CEPAF, que é o Conselho Estadual de Política Agrária e Fundiária no estado, mas eu, com muita sinceridade, eu tinha uma confiança muito grande no gestor do Iterpa e eu praticamente avalizava o trabalho que ele, que eles fizeram lá, né. (Entrevista com ex-gestor estadual, Brasília, 01 set. 2015)

Ainda no que se refere ao debate público mais amplo, cabe mencionar-se que, se de um lado, as organizações da sociedade civil organizada não dispunham de objeções teórico-ideológicas que inviabilizassem a discussão da regularização fundiária com um tema possível

na agenda institucional¹¹; por outro, elas possuíam preocupações metodológicas muito grandes com essa questão (Pra quê? Pra quem? Quem regulariza? E como se regulariza?).

Nesse sentido, pairava certa desconfiança dos movimentos sociais que argumentava quanto à possibilidade de captura dessas políticas (federal e estadual) de regularização fundiária por grupos privados interessados no reconhecimento de direitos sobre terras que eram objeto de disputa para fins de reforma agrária (Entrevista com membro de movimento social, Marabá, 29 ago. 2016).

Percepção esta que, de certo modo, foi reforçada pela abertura pelo Executivo estadual da possibilidade de regularização fundiária de posses acima de 100 até 2.500 ha, limite a partir do qual é necessária a autorização legislativa. Cabe mencionar que os gestores do Iterpa defendiam o tratamento do problema do desordenamento fundiário paraense a partir do princípio da isonomia e do critério da justiça social (Entrevista com operador do campo do direito, Belém, 22 ago. 2015).

Em paralelo, havia também, por parte dos representantes de organizações socioambientais, uma grande confiança em relação à capacidade técnica e moral e na habilidade política dos gestores do setor fundiário na condução do processo de formulação do PL e na obtenção de bons resultados normativos:

Acho que quando a gente se inteirou mais, o projeto já estava praticamente aprovado pela Assembleia [Legislativa do Estado] e aí só depois que o projeto foi aprovado é que a gente foi ver o que tinha sido proposto. Porque houve uma diferença entre (...) eu lembro que teve um tempo de 3 ou 4 meses entre a Assembleia aprovar e realmente ter o texto final e nesse período houve algumas modificações no que era o projeto de lei. Enfim, eu não entendi isso muito bem e como foi esse processo. Mas, então assim, a gente pouco participou dessa parte estadual e na época quem estava (...) foi o Benatti que era o presidente do Iterpa. (...) olhando pros nossos recursos humanos, era basicamente eu que tratava desse tema e a gente viu muito mais ameaça vindo, ameaça não, mas potenciais problemas vindo da Medida Provisória Federal do que (...) e meio que confiou que o Benatti e o Jerônimo saberiam o que fazer sobre a lei estadual. Enfim, eles são os dois maiores especialistas. Basicamente foi isso. (Entrevista com representante de organização não governamental, Skype, 21 set. 2016)

O contexto político era considerado favorável, sobretudo pelo fato de que na liderança da PGE e do Iterpa estavam três grandes especialistas no tema do direito agrário. Estes também possuíam autonomia e de liberdade institucional para agir, visto que a chefe do Executivo exercia pouco constrangimento à formação dessa agenda de políticas

¹¹ Essas críticas não tinham origem apenas nos movimentos e organizações socioambientais; e direcionavam-se, sobretudo, para à questão da substituição da política de reforma agrária pela regularização fundiária na agenda governamental; e pela contabilização dos dados da regularização fundiária como uma forma de inflacionar os números de reforma agrária no país (Entrevista com ex-gestor governamental, 17 ago. 2015; Entrevista com especialista na questão agrária, São Paulo; 16 jun. 2016, e Entrevista com especialista na questão agrária, Brasília, 22 jun. 2016).

(Entrevista com operador do campo do direito, Belém, 22 ago. 2015). Por sua vez, essa mudança normativa era entendida pelos líderes do governo como uma oportunidade para resolver problemas fundiários do estado (Entrevista com parlamentar, Belém, 23 ago. 2015).

Nesse sentido, os gestores públicos estaduais puderam prosseguir na proposição de uma mudança normativa cujo intuito principal foi a definição de critérios para o exercício do direito de preferência na regularização fundiária de terras públicas estaduais, com base em regras transparentes, amparadas nos comandos normativos previstos nas Constituições Federal (1988) e Estadual (1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi realizar uma análise exploratória da gênese das políticas públicas de regularização fundiária no estado do Pará, trazendo em evidência a mobilização dos atores sociais e a articulação de ideias, eventos causais e forças políticas em torno da resolução do problema público da desordem fundiária.

Para a compreensão da proposição dessa política, suas premissas e seus objetivos, partiu-se da concepção de política pública, como uma forma de interpretação do mundo e também como uma diretriz para enfrentamento de um problema público.

A análise empírica realizada indica que o PL nº. 383/2007, teve como catalisador a intenção dos gestores do Iterpa de solucionar os inúmeros conflitos fundiários existentes no estado por meio da institucionalização dos distintos direitos à propriedade fundiária no Pará. Nessa iniciativa, eles foram favorecidos pela confiança na competência técnica e na probidade administrativa que esses dirigentes desfrutaram na arena pública, pelo baixo nível de interferência política exercido pela chefe do Executivo nessa agenda, e pelo grande interesse em torno da regularização fundiária.

REFERÊNCIAS

ANTELO, Fernanda do Socorro Ferreira Senra. **Regularização fundiária na Amazônia**: uma análise de políticas de ordenamento fundiário a partir da abordagem cognitiva de políticas públicas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.

BARRETO, Andréia Macedo. **Detenção agrária de terras públicas**: implicações jurídicas na regularização fundiária. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas). Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2011.

BARRETO, Paulo *et al.* **Quem é o dono da Amazônia?** Uma análise do recadastramento de imóveis rurais. Belém: Imazon, 2008.

BECKER, Bertha Koifmann. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990 (Série Princípios).

BENATTI, José Héder. Posse agroecológica & manejo florestal: à luz da Lei 9.985/2000. Curitiba: Juruá, 2003.

BENATTI, José Héder; SANTOS Jr., Roberto Araújo Oliveira; GAMA, Antonia do Socorro Pena da. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Brasília: Ipam/MMA, 2006 (Série Estudos, 8).

BENATTI, José Héder *et al.* A regularização fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra. In: PARA (Governo do). **Governo democrático popular na Amazônia**. Belém: IOE, s/d, p. 33-70 (Prospecto).

BORRAS JR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. Global land grabbing and trajectories of agrarian change: A preliminary analysis. **Journal of agrarian change**, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil**. Brasília: MDA/Incra, 1999.

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.

FALEIRO, Airton. **Governo Popular no Pará visto por dentro: um diálogo com a sociedade**. Disponível em: <http://airtonfaleiro.blogspot.com/>. Acesso em: 12 fev. 2021

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 2, n. 54, p. 77-98, 2005.

MACHADO, Luciana de Oliveira Rosa. **Uma nova lei de terras para a Amazônia: o caso de Santarém, Pará**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Fonteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: lande Editorial, 2016.

PARÁ (Governo do). Decreto nº. 2.135, de 26 de fevereiro de 2010. Regulamenta a Lei nº. 7.289, de 24 de julho de 2009 e o Decreto-Lei estadual nº 57, de 22 de agosto de 1969 para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes ao Estado do Pará e dá outras providências. **Diário Oficial (do) Estado do Pará**. Belém, PA, 2 mar. 2010.

_____. **PL nº. 383/2007**. Dispõe sobre a alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso e permissão de passagem das terras públicas pertencentes ao Estado do Pará. Belém: Governo do Estado, 2007, 2007a (mimeo).

_____. **Mensagem nº. 145/07-GG**. Belém: Gabinete da Governador, 2007, 2007b (mimeo).

PARÁ (Governo do). Instituto de Terras do Pará. **Ordenamento territorial e regularização fundiária no Pará**. Belém: Iterpa, 2008.

_____. **Política Estadual de Ordenamento Territorial**. Belém: Iterpa, 2007, 2007c.

PARÁ (Governo do). Transição administrativa. **Relatório Preliminar Situacional do Instituto de Terras do Pará (Iterpa)**. Belém: Transição administrativa/GT Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental, 27 de novembro de 2006 (mimeo).

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. O Estado Nacional: padrao da Amazônia. **Pará Desenvolvimento: a face social dos grandes projetos**, n. 20/21, p. 3-8, 1986-87.

ROCHA, Ibraim *et al.* **Manual de Direito Agrário Constitucional: lições de direito agromambiental**. 2 ed. Belém Horizonte: Editora Fórum, 2015.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996 (Coleção repertórios).

TRECCANI, Girolamo Domênico. O título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição da propriedade. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Pará**, v. 20, p. 121-158, 2009.

_____. **Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006.

_____. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: Ufpa e Iterpa, 2001.



GT 02A – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS

DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA: CATEGORIAS PARA ANALISAR OS IMPACTOS DE MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA

Jaqueline do Nascimento Cruz (PPGSS/UFPA)¹

Milena Moia Pimentel (FASS/UFPA)²

Marcel Theodor Hazeu (PPGSS/UFPA)³

RESUMO: Objetiva-se, neste artigo, compreender como a definição dos conceitos desigualdades sociais e pobreza surgem nos discursos dos organismos internacionais e na produção acadêmica brasileira, para melhor contextualizar as análises do agravamento conflitos socioterritoriais na Amazônia. Utilizou-se como metodologia a análise de discursos de documentos de vários organismos internacionais (ONU, ACNUDH, FAO, e CEPAL) e uma Revisão Sistemática da Literatura – RSL de 2014 a 2018 de 30 teses e dissertações selecionadas, segundo protocolo de pesquisa. Os documentos dos organismos internacionais revelam e apontam compreensões de pobreza dentro dos esquemas de pensamento capitalista e do estado moderno, onde o seu enfrentamento não supera os modelos donde os próprios problemas surgem e pouco dialogam com a realidade amazônica. A produção acadêmica brasileira que usa o termo desigualdades sociais como base de análise, o apresenta como um fenômeno advindo de diversos fatores, possuidor de múltiplas dimensões, e o relacionam ao modo de produção capitalista e a formação colonial do estado brasileiro. Estes dois cenários históricos permeiam as discussões sobre os determinantes do conceito desigualdades sociais e suas expressões, mas precisam de ampliação e aprofundamento para poder dar conta das particularidades da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVES: Desigualdade Social; Pobreza; ONU, Pesquisa acadêmica; Amazônia

1. INTRODUÇÃO

O avanço do capital, aliado ao estado neoliberal, na Amazônia, vem sendo acompanhado e tem como suas maiores expressões a implantação e operação de grandes projetos de mineração, agronegócio e infraestrutura na região e os inerentes conflitos territoriais.

Há um consenso na afirmação de que o impacto nas comunidades locais deste processo inclui o recrudescimento das desigualdades sociais e o aprofundamento da pobreza.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA jaque.cruz97@gmail.com.

² Aluna da Faculdade de Serviço Social/UFPA milenamoiap@gmail.com.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA celzeu@gmail.com.

Objetiva-se, neste artigo, compreender como a definição dos conceitos desigualdades sociais e pobreza surgem nos discursos dos organismos internacionais e na produção acadêmica brasileira, para melhor contextualizar as análises que possibilitam ou ocultam o agravamento dos conflitos socioterritoriais na Amazônia.

Quando se trata de descrever, problematizar e reconsiderar conceitos, cabe frisar a lógica que perpassa a sua construção, pois entende-se que esse exercício pode nortear as análises críticas. Minayo (2009), por exemplo, considera que os conceitos são carregados de sentido “em torno dos quais existem muita história e ação social” (p. 19). Teorias, representações, posições e história podem construir um conceito o que o torna passível de volatilidades. Posicionamentos ideopolíticos podem ter peso nas narrativas construídas, nos conceitos direcionados e que, de formas distintas, se materializam e incidem na vida dos sujeitos sociais. Assim como a construção de distintos e externos imaginários sobre a Amazônia definem políticas territoriais e ambientais, os conceitos carregam imaginários, visões que se operacionalizam.

Almeida (2008), corrobora quando problematiza a construção de conceitos. Para ele “conceito não tem definição. Conceito tem significado, ao contrário do termo ou da palavra [...] não é exatamente dicionarizado e mais consiste num instrumento de análise em tudo dinâmico e referido a autores que disputam a legitimidade de acioná-lo” (p. 17). A necessidade colocada pelo autor por explicar os *conceitos* decorre do fato de que, as noções operacionais estão embricadas em “modelos teóricos” passíveis de controle, observação estática, não problematizam, e estão associados a uma razão que elide os sujeitos da ação.

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de compreender como a produção acadêmica conceitua e caracteriza desigualdade social, buscando compreender de que forma estes estudos explicam a sua gênese. Foram selecionados trinta trabalhos para análise, divididos entre teses e dissertações, identificando catorze recortes temáticos a partir dos quais as/os autores buscam conceituar o que entendem por desigualdades sociais: diferenças e distinções sociais; justiça e injustiça social; construção histórica-estrutural; fenômeno de múltiplas dimensões; redistribuição de renda e concentração de riqueza; hierarquização; igualdade; segregação e marginalização; exclusão social; segregação socioespacial; equidade social; divisão privilegiada; vulnerabilidade; elemento essencial da sociedade capitalista. Estas categorias representam um leque de alternativas para analisar a partir de que visão e dados se abordam e definem desigualdades sociais. No entanto, dois temas tiveram maior incidência: o primeiro diz respeito às diferenças e distinções sociais; e o segundo gira em torno do conceito de justiça e injustiça social, que serão abordados neste texto.

Em relação às conceituações usadas e definidas pelos organismos internacionais foram pesquisados, através de análise de conteúdo, documentos públicos disponíveis em

português e online do Banco Mundial, Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O artigo se desenvolve, além desta introdução, contextualizando, de forma breve, o momento atual do avanço do capital internacional e o estado colonial brasileiro sobre a Amazônia brasileira. Na segunda sessão tenta-se responder à pergunta como as pesquisas científicas, que anunciam no seu título “desigualdade social”, apresentam-na e sua aplicabilidade ou limitações para a “Amazônia”. Em seguida analisam-se como organismos internacionais apresentam discursos sobre pobreza e desigualdade social, buscando identificar como estes pilares do Sistema Mundo Capitalista geram conceituações que possibilitam operacionalizar políticas sociais do Estado e o que revelam e o que omitam em relação a realidade amazônica. Nas considerações finais evidencia-se as limitações das conceituações formuladas para discutir os impactos do avanço do capital sobre a Amazônia.

2. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL E COLONIAL DA POBREZA NA AMAZÔNIA

Para poder compreender os “impactos” do avanço do capital sobre a Amazônia, materializado por grandes projetos de mineração, hidrelétricas, plantações de monoculturas e corredores para exportação (hidrovias, ferrovias e portos), é importante refletir sobre o que é a “Amazônia”, visto a partir da Amazônia, além da ideia de uma região de interesse do capital e de planejamento do Estado. Precisa-se compreender ou buscar conhecer as complexas dinâmicas dos socioecossistemas que formam a Amazônia, a interrelação única entre as diferentes culturas de diversas comunidades e suas relações econômicas, sociais, políticas e espirituais com a natureza não-humana. Impactos só podem ser analisados se conhecer e considerar a realidade local na qual novos agentes e dinâmicas são inseridas, a força ou por penetração lenta. Uma leitura e definição do que é Amazônia e, nela, o que é “pobreza” e “desigualdade social” não pode somente basear-se em referências de sociedades e cosmovisões que surgem exclusivamente de fora e sustentam os processos invasivos.

A região Amazônia não existe como realidade objetiva (como nenhuma região geográfica), uma vez que seus limites geográficos dependem de interpretações e interesses. Os povos que vivem historicamente no território que foi chamada pelos colonizadores de América Latina, não delimitaram os limites de seu território como o Estado, mas criaram noções de espaço de vida, sem se apropriar do território ou da terra, que não pode ter dono, pois “as pessoas pertencem à terra, não a terra aos homens” (SAMTEN, 2020).

A definição de Amazônia interessa a quem quer dominar e explorar o território e sua população. Quando se fala na região Amazônia, uma definição que surge dos interesses e olhares externos, como uma região de planejamento do Estado para a sua dominação no jogo

geopolítico (TRINDADE JR. 2006). Para se afirmar como Estado, este define as fronteiras do Estado Nação, tanto para subjugar os povos que nele vivem, quanto para se diferenciar dos outros Estados e para defender os interesses do grande capital e elites (ex)coloniais contra o povo. Trindade Jr. (2006) apresenta uma percepção da Amazônia como socioecossistema particular que envolve desde florestas tropicais até savanas em torno de uma grande rede de rios que desembocam no mar atlântico. A terceira referência do Trindade Jr (2006) é a região Amazônica como fronteira, região de conflitos, do avanço do capital e do Estado sobre sociedades que não estão subordinadas à sua lógica. Considerando as três abordagens, não há limites geográficos fixos, mas arenas de disputa ainda não totalmente dominadas pelo Estado e pelo Capital (mesmo que nos seus mapas tudo parece já planejado e dividido, ocupado e definido).

Desde a sua definição como Amazônia a região é foco de exploração, expropriação e genocídio, sob comando do colonizador Português e seus herdeiros, o Estado Brasileiro e as grandes corporações. Seguiram e permanecem, desde o século XVI a escravidão dos indígenas e a apropriação e destruição dos seus territórios e a estas se somaram nos séculos XVII e XIX o tráfico de pessoas do continente africana para o trabalho escravo nas fazendas e plantações. A partir das mesadas do século XX observam-se os deslocamentos forçados e genocídios dos povos tradicionais com a implantação das estradas, grandes projetos de mineração, hidrelétricas e portos, monoculturas de eucalipto, soja, dendê, pastas para gado e exploração madeireira. Tudo isto faz parte da estratégia da colonização da região por povoamento e exploração (não bastava somente explorá-la, era necessário ocupá-la) organizado com migrantes do nordeste e sul do Brasil, para expulsar os povos tradicionais

Em termos tradicionais a região Amazônica não apresentava realidades que hoje são chamadas de pobreza e desigualdade social, mesmo considerando as grandes diversidades de sociedades e relações sociais presentes nas comunidades tradicionais. A pobreza e desigualdade social foram criados e provocadas com o regime de trabalho escravo, o aviamento para a exploração da borracha, nas fazendas, exploração madeireira, construção das hidrelétricas, os assentamentos precários de colonos do sul e nordeste e a expulsão e migração das populações da floresta para as periferias dos centros urbanos.

Perda e expulsão de territórios, impossibilitando manter modos de vida e produção tradicional e eco/etno/genocídio são processos que acompanham o avanço do capital e do Estado Nação na Amazônia, como em muitos cantos do mundo (MBEMBE, 2018). No campo ampliado de disputas e agentes em torno da Amazônia, o objeto das próximas sessões é como nas pesquisas acadêmicas do campo social e em organismos internacionais, que geram diretrizes para políticas nacionais, a pobreza e a desigualdade social são apresentadas.

3. DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA EM PESQUISAS ACADÊMICAS

Na produção acadêmica analisada sobre desigualdade social, categoria que busca atender a possibilidade de analisar a pobreza relativa, destacam-se abordagens em relação a diferenças e distinções sociais e em torno dos conceitos de justiça e injustiça social.

Para Copelli (2014), a desigualdade social é ocasionada pelo acesso diferencial às ferramentas que levam ao empoderamento, como a aquisição de bens e serviços, o que possibilita o protagonismo do mérito como um instrumento capaz de manter e legitimar a desigualdade social. Essas diferenças vão além de um simples acesso garantido, sendo necessário compreender a qualidade desse na mesma medida, bem como na apropriação de mecanismos capazes de gerar valor, sem falar da correspondência “às diferenças nas pré-condições exigidas pelo mercado, impondo enorme prejuízo às classes menos favorecidas, ou seja, aquelas mais facilmente segregadas pelas restrições de incorporação do mercado” (COPELLI, 2014, p. 63), não sendo à toa que:

[...] o núcleo duro da desigualdade social no Brasil, muito além das evidentes interferências que o próprio mercado impõe, reside não na apropriação diferencial de capital econômico em si, mas sim, na apropriação distinta de capital cultural. (COPELLI, 2014, p. 65)

De acordo com esta afirmação, a causa das desigualdades sociais brasileiras reside na apropriação desigual de capital cultural, que engloba principalmente a variável educacional. Nesse caso, o acesso diferencial às condições materiais e subjetivas para se ter uma vida “digna” acarreta uma série de questões. Costa (2015) caracteriza esse acesso desigual a partir das condições oferecidas a população, afirmando que, quando oferecidas, diferem-se no grau de qualidade e efetividade a depender dos sujeitos sociais que serão “beneficiados”, além de apontar que, as condições desiguais atuam como mecanismo regulador do processo de segregação espacial:

A parcela mais pobre da população não tem acesso às mesmas condições de trabalho e de moradia que são oferecidas aos estratos mais ricos, provocando uma segregação espacial na área municipal [...] essa segregação espacial é acompanhada, passo a passo, por uma segregação étnico-racial de grandes proporções (COSTA, 2015, p. 19)

Segundo Figueiredo (2015) esse acesso diferencial é justificado pela separação existente entre os produtores diretos e os detentores dos meios sociais de produção e subsistência, servindo, portanto, como um instrumento de distinção social. A sociedade capitalista, reproduzida por um sistema de relações sociais baseado na compra e venda de mercadorias que se institui a partir da exploração do homem pelo homem, também é conhecida por uma separação entre os donos dos meios de produção e aqueles que possuem a força de trabalho como sua única mercadoria. Nesse caso, o capitalismo deve ser entendido como ponto de partida no processo de compreensão das desigualdades sociais, pois:

[...] a “desigualdade social” mesmo alcançando variações com avanços e recuos em diversos países e períodos históricos consolida-se como um componente essencial da reprodução social capitalista, porquanto é pressuposto fundamental neste processo, isto é, consolida-se como elemento fundamental na reprodução social sob a ordem burguesa (FIGUEIREDO, 2015, p. 8)

Tomando como base a organização social instituída pelo grande capital, cuja lógica se apoia na concentração de renda, riqueza, poder etc. que se expressa através da apropriação distinta de bens e serviços, afirma-se que a desigualdade social se encontra na “diferença de poder aquisitivo entre pobres e ricos” (SANESHIMA, 2017, p. 65), tendo como

[...] enfoque principal as desigualdades patrimoniais entre os dois extremos da pirâmide social, de modo a considerar a riqueza, tanto estática como dinâmica, daqueles que estão no seu topo (os mais ricos) e daqueles que estão na sua base (os mais pobres). (TAVARES, 2017, p. 55)

Pena e Camargo (2016, apud CARVALHO, 2018, p. 11-12) afirma que a desigualdade social

[...]pode ser descrita como um desequilíbrio no padrão de vida de uma determinada população, presente em países não desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde a distribuição de renda acontece de maneira desproporcional. Porém, é no plano econômico a sua face mais conhecida.

Nesse caso, por ser definida como um processo de diferenciação que separa indivíduos em grupos sociais, expresso sob diversos aspectos, e/ou como um desequilíbrio no modo de vida social que decorre da distribuição desigual tanto da renda como de oportunidades, tendo em vista os mecanismos concentradores na sociedade capitalista, gera injustiça social, a qual é configurada pela negação de direitos fundamentais aos indivíduos, privando-os daquilo que é essencial para se ter uma vida digna, demonstrando o caráter contraditório da sociedade civil (SOBRINHO, 2017).

Por isso, Araújo (2017) entende que a concepção de desigualdade social contraria o conceito de justiça. No entanto, Tavares (2017) esclarece que a noção de justiça não está pautada na igualdade, mas sim na ideia ligada a equidade social, tendo em mente que os indivíduos não partem do mesmo ponto, nem possuem as mesmas oportunidades. Assim,

[...] uma concepção de justiça, cuja referência é o valor substantivo da liberdade, tem especial preocupação com a estabilidade e a legitimidade das sociedades, representadas, prioritariamente, pelo atendimento das necessidades humanas, entre elas o acesso a serviços básicos de saúde. (BACCIN, 2018, p. 10)

Estas abordagens não parecem se referir a comunidades tradicionais quando buscam definir as características da desigualdade social. Nas elaborações teóricas, a desigualdade, mesmo caracterizada como inerente ao sistema capitalista, aponta como causas a precária inserção no mercado do trabalho e rendas diferenciadas, além da insuficiente presença do Estado com suas políticas públicas e a oferta e acesso desigual a seus serviços.

Transferindo estas interpretações para a região Amazônia e sua diversidade de sociedades, os conflitos presentes podem gerar compreensões, a partir da leitura das desigualdades sociais supracitada, da necessidade de ter maior presença do Estado com suas políticas sociais e de empreendimentos que geram trabalho e renda em vez de fortalecer a autonomia e soberania alimentar, cultural, política e econômica dos povos. Uma presença do Estado através de suas políticas nacionais pode minar a autonomia política, marginalizar sistemas de saúde, educação e cultura tradicional. O avanço de empresas capitalistas e relações de trabalho mediadas por salários podem disputar com os meios de sustentação, solidariedade e organização social local. Porém, ao mesmo tempo, estas leituras podem apontar tanto para os processos que tendem a transformar as sociedades amazônicas em sociedades “modernas e capitalistas”, dominadas por Estados Nações neoliberais e coloniais, quanto para o seu horizonte, ou destino deste processo: a produção de desigualdades sociais.

Outra concepção das desigualdades sociais as trata como um *fenômeno multidimensional*. Segundo alguns autores, as desigualdades sociais são oriundas de diversos fatores e possuem múltiplas dimensões, que “correspondem a entrelaçamentos entre processos sociais em diferentes níveis geográficos [...] e possuem interdependência com diversos fatores de exclusão ligados à raça, à nacionalidade, ao gênero e outros” (COSTA, 2012 apud ARAÚJO, 2017 p. 57). Configurando-se, portanto, num fenômeno multidimensional, sem nenhuma limitação a qualquer aspecto, mas considerando um conjunto de elementos. Para aprofundar este entendimento, Araújo (2017, p. 11) afirma que:

[...] a desigualdade social é um fenômeno de múltiplas dimensões, que diz respeito às condições desiguais a que estão submetidos diferentes grupos sociais no que tange à capacidade de satisfazer suas necessidades básicas, ao atendimento dos seus direitos entre outros fatores. Diz respeito ao contraste entre um grupo de pessoas que detém grandes quantidades de riquezas, capacidades sociais e materiais de atender suas necessidades e têm assegurados os seus direitos, e outro grupo de pessoas com insuficiência de renda, sem condições de satisfazer suas necessidades básicas, sem acesso aos serviços essenciais e privadas de direitos básicos.

Construídas num tipo de organização societária desigual, as condições são assim distribuídas, pois se a relação é desigual, as condições também serão, o que sustenta a reprodução do dito contraste implicando num crescente processo de diferenciação social baseado na raça, gênero, territorialidade etc.:

[...] as desigualdades sociais não se reduzem apenas às dimensões econômicas do conceito, ou seja, é possível identificar desigualdades sociais além da díade pobreza/riqueza. Há outros fatores, inclusive espaciais e temporais, que também contribuem para essa dilatação. As desigualdades, quer entre grupos ou entre indivíduos, são “marcas distintivas e recorrentes das sociedades humanas”, e mesmo que essas desigualdades sejam intensificadas pela questão econômica e pelo conflito de classes, elas não podem ser reduzidas a tais fenômenos (ELIAS e SCOTSON, 1994 apud CUNHA, 2017, p. 6)

Por ser “um fenômeno multidimensional e atemporal que se manifesta em indicadores que vão muito além das fronteiras socioeconômicas” (POCHMANN apud SILVA, 2018, p. 30), as desigualdades sociais se expressam de diversas formas, assim como a pobreza. Elas são relacionadas e explicitadas pelas mais variadas problemáticas sociais. A ocorrência deste fenômeno numa determinada região traz consigo uma explicação sobre a inserção desta localidade no sistema mundo, além de que a intensidade também dependerá deste aspecto.

Desse modo, a discussão sobre as desigualdades sociais possui uma dimensão vasta, densa e complexa, o que justifica o perfil multidimensional atribuído a elas. Defini-la a partir do campo econômico, apesar de esse ser um importante determinante, não passa de um mero reducionismo, como foi apontado pelos autores acima. A concepção da multidimensionalidade pode contribuir para superar a ideia de sociedade organizada e dividida em duas classes, pois é esta “simplificação” que omite o reconhecimento de desigualdades sociais de tantas outras dimensões como raça, gênero, nacionalidade, condição migratória e religião. No caso da Amazônia, parece que as teorias buscam que as comunidades tradicionais se adequem a uma identidade de classe formulada numa sociedade urbana capitalista europeia em vez de partir da realidade concreta amazônica.

4. CONCEPÇÕES DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Nesta sessão os conceitos de “pobreza” e “desigualdade” serão discutidos a partir de publicações de alguns organismos multilaterais vinculados a Organização das Nações Unidas (ONU), por compreender que as definições estabelecidas a fenômenos sociais tem um peso significativo na criação e manejo de políticas públicas sociais a partir de uma visão operacional e que os organismos internacionais tem sido referência e normativos para a elaboração de políticas e pesquisas nacionais.

Em 2015, a ONU adotou a Agenda 2030, cuja finalidade é atingir dezessete objetivos para o desenvolvimento sustentável baseada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, dos quais a erradicação da pobreza é o primeiro. Apresentam-se as diversas perspectivas de pobreza e desigualdade dos organismos como o Banco Mundial, Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), Comissão Econômica para América Latine e Caribe (CEPAL) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Os primeiros interesses do Banco Mundial em abordar a pobreza extrema no mundo surgiram em 1979. E de forma mais sistemática em 1990, no “Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990: Pobreza”. Neste relatório, diferente de aproximações preliminares em 1979, a discussão avança no sentido de dar mais concretude a linha de pobreza, mesmo já havendo tentativas anteriores de defini-la a partir de critérios de renda, consumo e o padrão monetário.

No início do relatório são apontadas algumas estratégias preliminares para aumentar a qualidade de vida dos pobres, sejam elas: o trabalho como o bem mais abundante entre os pobres, inserido em um modelo de crescimento que lhe dê sustentação; serviços sociais básicos, através de políticas de provimento aos pobres, como assistência médica e educação, os quais se complementam. Assim, “o primeiro componente cria oportunidades e o segundo capacita o pobre a tirar proveito destas oportunidades [...] pois a ajuda é mais eficaz quando complementa os esforços dos que a recebem.” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 3).

É neste relatório que aspectos atinentes a pobreza multifacetada ou multidimensional são considerados, ao mesmo tempo foi definidor em estabelecer um padrão monetário para a pobreza. Especificamente no capítulo 9, é definida uma nova linha para a pobreza extrema, criada por Ravallion et.al (1990) seguindo um valor entre US\$ 275 e US\$ 370 anuais, o que corresponderia a um valor aproximado a 1 dólar por dia a partir da metodologia de Paridade de Poder de Compra (PPC).

Segundo o Relatório “*Piecing Together Poverty Puzzle*” (2018) sobre pobreza e prosperidade compartilhada, é de praxe o Banco Mundial utilizar informações sobre renda e consumo para estimar a pobreza. Neste Relatório, o banco apresenta as primeiras experiências da abordagem multidimensional. Já se tem uma ideia base de que a pobreza multidimensional ultrapassa a ideia de pobreza monetária, pois pode estar relacionada a necessidades básicas que se diferem em determinados contextos. À medida que os países “crescem” (na visão do Banco Mundial crescer é crescimento do PIB e PIB/capta, do consumo etc.), a compreensão acerca do que são necessidades básicas podem mudar.

Para o relatório, a pobreza multidimensional se define como privações (conceito já sugerido por Amartya Sen, 2000) em que existem combinações de dimensões que não são capturadas pela renda, como o acesso à educação, saúde, acesso à água, eletricidade e saneamento. Assim, segundo o relatório, deve-se medir a pobreza em todas as suas formas e em todas as partes; em todos os países; em todos os aspectos da vida e em todos os integrantes de cada lugar, considerando que, mesmo em famílias pobres, existem pessoas com menos acesso a renda e aos serviços básicos, ou seja, uma desigualdade na distribuição de bens e recursos em uma família (BANCO MUNDIAL, 2018).

Para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a condição de quem vive em extrema pobreza está amplamente ligada a situações de violações e não acesso aos direitos humanos. De acordo com a ACNUDH (2020, s.p.):

A pobreza extrema pode ser a causa de violações específicas dos direitos humanos, por exemplo, porque os pobres são forçados a trabalhar em ambientes inseguros e insalubres. Ao mesmo tempo, a pobreza também pode ser uma consequência de violações dos direitos humanos, por exemplo, quando as crianças não conseguem sair da pobreza porque o Estado não oferece acesso adequado à educação.

Observam-se que as causas da pobreza apontadas se referem exclusivamente a um Estado insuficiente e não menciona a presença das empresas capitalistas predadoras que expulsam pessoas, estimulam monoculturas para exportação, buscam trabalho barato ou escravo. Não aponta o papel dos bancos que administram e manipulam a dívida externa da maioria dos Estados onde a chamada extrema pobreza ocorre e que, junto com as obrigações impostas pelos organismos internacionais como FMI, enfraquecem o Estado no seu papel de oferecer acesso adequado a saúde, educação, assistência, etc.

O informe do relator especial do Conselho de Direitos Humanos, Philip Alston (2015) sobre pobreza extrema aborda que é necessário olhá-la como um fator que está ligado a desigualdade extrema, principalmente quando se trata de distribuição de renda. Ele enfoca neste relatório apenas a desigualdade extrema como um fator que demanda uma atenção especial. Para ele:

O conceito de desigualdade econômica pode se referir a várias desigualdades relacionadas à distribuição de renda (do trabalho ou capital) ou riqueza (por exemplo, ativos financeiros ou terras) entre os membros de uma sociedade. As desigualdades econômicas são frequentemente expressas por meio do coeficiente de Gini, que mede a desigualdade atribuindo a ela um valor entre 0 (representação de igualdade perfeita) e 1 (desigualdade perfeita: por exemplo, uma situação em que uma pessoa é proprietária toda a riqueza de uma sociedade), mas existem muitas outras formas de medir e apresentar as desigualdades econômicas. A magnitude do problema das desigualdades econômicas depende do que é exatamente o que é medido e como é medido (2015, p. 5).

Um ponto levantado pelo relator, são as desigualdades econômicas em determinado território que podem afetar os direitos civis e políticos, como também afetam o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais:

As desigualdades econômicas podem ser distinguidas do que poderia ser chamado de “desigualdades sociais”. Este último pode referir-se, por exemplo, à distribuição do poder político, saúde, educação ou moradia entre os membros de uma sociedade. Em teoria, uma sociedade pode ter igualdade de saúde, por exemplo, se todas as pessoas tiverem acesso à mesma qualidade e quantidade de atenção à saúde. Desigualdades econômicas e sociais podem e frequentemente influenciam e reforçam umas às outras. É o que acontece, por exemplo, quando pessoas com rendas mais altas, ou seus parentes, têm mais poder político ou acesso a uma educação melhor do que as pessoas com rendas mais baixas (2015, p. 6).

Para Alston, iniciativas de redução dessa desigualdade tem a ver com a própria iniciativa internacional e dos Estados nacionais como a rejeição da desigualdade extrema; determinar a redução da desigualdade extrema; dar destaque aos direitos econômicos, sociais e culturais; assegurar níveis mínimos de proteção social; aplicar políticas fiscais para reduzir a desigualdade; revitalizar as normas de igualdade e reintroduzir os recursos e a redistribuição no debate dos direitos humanos.

Nesta tentativa de se aproximar de um modelo que descreve e explica (extrema) pobreza para sugerir medidas para seu enfrentamento, muitas causas fundamentais são

negligenciadas. Não são as formas de produção agrícola, pesca e trocas tradicionais, nem fatores climáticos diversos (às quais muitas sociedades se adaptaram, à exemplo dos esquimós no polo norte e os indígenas na floresta tropical amazônica), mas a destruição dos modos de vida e direitos territoriais pelo avanço de estados modernizadores e empresas capitalistas com seus interesses geopolíticos e econômicos que geram guerras, poluição, desastres, deslocamentos forçados e extrema pobreza. Segundo o alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, o número de refugiados e pessoas deslocadas no mundo ultrapassou a marca dos 80 milhões em meados de 2020 (DN, 2020 s.p.), muitas economias de países chamados em desenvolvimento são quase 100% dependentes de um ou dois produtos para exportação (cacau, amendoim...) que ocupam as melhores terras, sofrem com a invasão de produtos importados e são endividadas pela FMI.

Em relação a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organização que centraliza as pesquisas sobre desenvolvimento e crescimento no âmbito da América Latina e Caribe, sob parâmetros do Banco Mundial, de acordo com o relatório “Renda e Pobreza nos países do MERCOSUR” (2019) as maneiras mais convencionais utilizadas pela CEPAL para medir a pobreza são as linhas absolutas que buscam medir o custo de um conjunto de necessidades básicas, interpretadas como o mínimo necessário para a sobrevivência humana, e no geral, levam em conta a renda, mais as necessidades nutricionais, medidas por calorias consumidas por cada indivíduo. O índice de Pobreza Multidimensional foi criado em 2010 e publicado no Relatório de Desenvolvimento da PNUD e a CEPAL preconiza que a medição multidimensional é capaz de evidenciar dimensões relevantes de bem-estar. Ele agrega resultados de cada pessoa e indicador num único índice.

A construção de índices de pobreza multidimensionais são cada vez mais desenvolvidos internacionalmente e na região. CEPAL (2013) indica que a maioria usados na região são aqueles que analisam carências habitacionais (superlotação e materiais), serviços básicos (água e saneamento) e na educação. [...] São construídos indicadores: a contagem de pobreza multidimensional que se refere à proporção de pessoas pobres na população total (semelhante à pobreza monetária); a intensidade da pobreza que indica quantidade média de privação sofrida por uma pessoa identificada como pobre; e o índice de pobreza multidimensional, que é o produto das duas anteriores (p. 31).

No Panorama da América Latina de 2013, a CEPAL elenca um aporte relativo de dimensões selecionadas para medir a pobreza multidimensional, as quais são: Moradia, água, saneamento, jovens que não estudam e nem trabalham, energia, proteção social, educação e renda. Essas dimensões, segundo o relatório, são consideradas necessidades básicas de “primeira geração”. Além dessas dimensões, existem outras que são omitidas na maioria das análises sobre medição de bem-estar que são: espaço ou ambiente como condição necessária para que as pessoas alcancem níveis dignos de bem-estar; tempo disponível

como um bem necessário ao bem-estar; e a convivência positiva e pacífica, aspecto fundamental na América Latina, por ter apresentado graus de violência que se avançam.

O tema das desigualdades também é trabalhado pela CEPAL, por ser emergente, assim como a pobreza na América Latina. Frequentemente são trabalhados os conceitos de desigualdade de renda, mas eventualmente aparecem desigualdades sociais e desigualdades de gênero. No Panorama de 2019, a desigualdade e pobreza manifestam-se como problemas estruturais associados a modelos de desenvolvimento predominantes nos países da região. O documento relata que, “tristemente a América Latina é conhecida como a região mais desigual do mundo e a desigualdade de renda é uma das expressões mais evidentes dessa desigualdade” (p. 21).

A desigualdade é uma característica histórica e estrutural das sociedades latino-americanas e caribenhas e tem se mantido e se reproduzido inclusive em períodos de crescimento e prosperidade econômica. É um obstáculo à erradicação da pobreza, ao desenvolvimento sustentável e à garantia dos direitos das pessoas. Está assentada em uma matriz altamente heterogênea e pouco diversificada e uma cultura de privilégio que é uma característica histórica constitutiva das sociedades da região. Se caracteriza por uma rede complexa em que as desigualdades de origem socioeconômica se entrecruzam com as desigualdades de gênero, territoriais, étnicas, raciais e geracionais. (CEPAL, 2019, p. 14)

Para a CEPAL, a desigualdade é ineficiente à medida que ela prejudica a elevação da produtividade e do crescimento econômico. Para o relatório, à medida que ela reduz, ela provoca não só o desenvolvimento sustentável como também o crescimento econômico e não o contrário, embora uma ala de economistas defendam a necessidade da desigualdade.⁴ (2019, p.7). A desigualdade está muito ligada a matriz produtiva estabelecida, pois é ela que condiciona o não acesso ao espaço laboral e acarreta na desigualdade de renda. De acordo com o documento “A matriz da desigualdade social na América Latina” (2016) a desigualdade social “[...] se manifesta em diversas áreas, principalmente na educação e na saúde, nas trajetórias reprodutiva, no trabalho e proteção social, acesso à conectividade, bens duráveis, habitação e serviços básicos e qualidade ambiental” (CEPAL, 2014b).

Um dos pontos-chave a que se dedica a CEPAL é de analisar a situação do desenvolvimento territorial nos países da região. Afirma que o território é o lugar onde pode-se produzir e reproduzir as desigualdades sociais. Nesta direção:

O território pode ser considerado um dos eixos estruturantes das desigualdades sociais, pois possui um peso determinante na magnitude e reprodução destes nas diferentes áreas do desenvolvimento social. Como afirmou-se que o local de nascimento ou residência determina oportunidades e condições socioeconômicas, afeta a realização dos direitos políticos,

⁴ Algumas ideias apontadas por uma ala de economistas conservadores, acreditam existir uma desigualdade natural “que são aquelas que surgem espontaneamente no mercado em decorrência da maior aptidão de cada indivíduo.” (MISES BRASIL, 2019)

econômicos e sociais e pode ser uma fonte de discriminação em si, como gênero, raça ou religião. (ILPES, 2012, p.12)

Além disso, alguns dos grupos da população que vivenciam as desigualdades e a privação de direitos de forma mais severa (especialmente povos indígenas, mas também, em alguns casos, afrodescendentes), tendem a se concentrar em locais atrasados o que aumentam ainda mais suas condições de exclusão. (CEPAL, 2016, p. 63).

As desigualdades territoriais também seriam as principais causas dos fluxos migratórios, responsáveis pelas mobilidades entre países e internamente, impulsionadas pela busca de melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Ela estaria ligada a desequilíbrios de qualidade e densidade de infraestrutura (como portos, redes viárias, estradas, infraestrutura de comunicações) bem como recursos básicos como a água potável, que podem ser empecilhos para o desenvolvimento territorial. Um outro aspecto levantado pelo fenômeno dos fluxos migratórios é que o território de origem sofreria menor visibilidade e atenção por parte das políticas públicas, ocasionando uma pobreza rural.

A Cepal formulou de forma mais complexa e rica a ideia da multidimensionalidade, porém, enraizadas num olhar a partir de uma sociedade capitalista moderna urbana. Os documentos da Cepal parecem reconhecer que a desigualdade é estrutural, que esta tem se mantido e aprofundado em tempos de crescimento econômico e que é consequência de modelos econômicos.

Quando se aproxima, porém, das realidades específicas, surge um certo olhar colonial que distorce a sua criticidade, apontando que a privação de direitos seria de forma mais severa para os povos indígenas e em alguns casos, afrodescendentes, em locais “atrasados” o que aumentariam ainda mais suas condições de exclusão. Considerando indicadores convencionais de renda, acesso a serviços públicos de saúde e educação, sua afirmação se sustenta, pois desconsideraria por completo a realidade dos modos de vida tradicional, que por grande parte ocorrem e se organizam fora das relações monetárias e da tutela do Estado.

A explicação supracitada dos movimentos migratórios através de diferenças territoriais pela CEPAL apresenta interpretações questionáveis. A expulsão de milhões de pessoas de seus territórios por obras do Estado e do capital, a divisão internacional do trabalho e suas dinâmicas (recrutamento, políticas auto-migratórias, exploração de recursos minerais e agronegócio que geram expulsões, empregos temporários na indústria frigorífica, construção de hidrelétricas, etc.) e a colonização interna por migrantes são alguns dos exemplos que deveriam estar nas análises e que são velados pelas teorias de desigualdades territoriais. Nestas teorias a Amazônia seria uma região pobre, mas o que se vê é migração de empresas capitalistas para a região e lutas pela permanência por parte das populações tradicionais

Para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), na publicação intitulada “O Estado dos alimentos e da agricultura” (2015), a pobreza é definida

como um problema persistente, principalmente, porque é concentrada desproporcionalmente em áreas rurais que são mais propensas a depender da agricultura. O crescimento da agricultura aliado a setores econômicos produtivos é uma das respostas para o problema da pobreza, mas, embora apresente soluções e alternativas de melhoria, pode não ser inclusiva, à medida que não se concilia com medidas de proteção social. Por esse motivo, a FAO preconiza que o crescimento econômico no setor agrícola deve estar aliado a políticas de proteção social que ajudem os pequenos agricultores a melhor gerirem os riscos, além de promover bem-estar. No entanto, poucas ações tem sido realizadas nessa direção.

As taxas de pobreza rural absoluta nesse relatório se basearam na linha de US\$ 1,25 do PPP de 2005, embora ela tenha sido atualizada em 2011 para US\$ 1,90. A pobreza relativa se reflete em uma ampla gama de indicadores de bem-estar econômico, como a subnutrição infantil, medida pelo baixo peso de crianças que é maior em áreas rurais. A agricultura e a pobreza são fatores intimamente ligados e “refletem a natureza de gênero nas relações econômicas e sociais” (p. 8). As mulheres, apesar de participarem de quase metade do trabalho agrícola, tem maiores dificuldades de acesso a insumos, serviços e mercados.

Uma questão a se considerar é a relação entre as mudanças climáticas e a pobreza. O infográfico “Não deixando ninguém para trás” afirma que 75% das pessoas que vivem em extrema pobreza residem em áreas rurais e dependem da sensibilidade climática para a sua agricultura e seu modo de vida rural. Existe uma interação complexa entre a pobreza e a mudança climática de modo que a redução da pobreza pode fazer com que a população melhor responda aos possíveis desastres naturais e reduza a sua vulnerabilidade aos impactos das mudanças do clima.

Existe um outro aspecto que a FAO se atenta que se correlaciona a pobreza, proteção social e as mudanças climáticas, que é o conceito de dependência florestal para a segurança alimentar. Segundo a FAO (2015) “as florestas servem como uma rede de segurança [...] Eles são uma fonte direta de alimento; fornecem renda de produtos florestais, serviços ambientais e empregos na floresta nos setores formal e informal (WUNDER, et al., 2014).

Para manter essas características das florestas, a FAO aposta em um modelo que alie a proteção social com as políticas florestais através de um design positivo e inteligente. A proposta inclui formas de pagamento para programas de serviços ecossistêmicos, áreas protegidas e reforma da posse florestal, ou seja, concessão de direitos de posse sobre a floresta, fornecimento de grãos, dinheiro ou subsídios e fornecimento de insumos (p. 4) para melhorar a situação econômica e a segurança alimentar das comunidades.

Parece que na FAO, tradicionalmente apoiando o agronegócio, revolução verde e especialização de produção agrícola em vez de sistemas agroflorestais, o debate da pobreza se aproxima do olhar sobre os vários modos de vida das comunidades que não vivem nos centros urbanos. Ainda limitando-se a valor monetário para definir pobreza (enquanto quem

vive no campo e na floresta geralmente não dependem da renda para sua alimentação básica, moradia, água e cultura), vincula a ideia de pobreza à segurança alimentar. Em relação aos povos tradicionais na Amazônia parece que subnutrição e fome não estão presentes, enquanto tem acesso e domínio sobre seu território de vida e enquanto não sofrem com invasões por “brancos” que, além de disputar o uso do território, levam doenças e violência.

O reconhecimento da importância das florestas pode ser uma ponte para discutir o bem viver e a pobreza, mas pode ser uma armadilha se as orientações de concessão e áreas protegidas significam retirada de direitos dos povos da floresta, privatizações e controle e domínio pelo Estado.

5. CONSIDERAÇÕES

A Amazônia se revela dependendo do olhar e dos conceitos usados para interpretá-la. No levantamento nas pesquisas acadêmicas surgiram tipologias de desigualdades e uma variedade de elementos que são usados para explicá-las. Porém, mesmo que cada tipologia possua vínculo com uma determinada causa, conceito, características etc. ainda são comumente delimitadas ao âmbito econômico. Afirma-se, nesse caso, que, apesar desta área ser um dos determinantes para o recrudescimento das desigualdades sociais, não é a única. A Revisão Sistemática de literatura demonstrou que a referida problemática decorre de uma série de fatores – econômicos, sociais, políticos e culturais – o que questiona um conceito preciso que desse conta da sua complexidade como uma mera redução conceitual.

A desigualdade social assume formas distintas, que dependem do modelo de desenvolvimento assumido e reproduzido por uma determinada sociedade, podendo sofrer variações conforme as necessidades de renovação/reprodução do projeto societário, o que explica as alusões diretas e indiretas ao modo de produção capitalista.

Apesar de compor a ideologia orquestrada pelo grande capital, funcionando como um dos principais mecanismos de regulamentação e reprodução capitalista, as desigualdades sociais também se apresentam de outras maneiras. Ao mesmo tempo em que se relacionam com este modelo de desenvolvimento, podem ser configurações relacionadas, por exemplo, a colonialidade, ao lugar “assumido” no sistema mundo, a relações específicas de acordo com as particularidades de cada região etc.

No que se refere à pobreza na visão dos organismos internacionais, perceberam narrativas e concepções que ora se vinculam a uma lógica estritamente economicista do ponto de vista da renda, ora de uma visão multifacetada, que, mesmo elencando diferentes dimensões da pobreza, não problematiza as raízes sociopolíticas e coloniais inerentes a sua perpetuação, indicando o crescimento econômico e a manutenção de um padrão de desenvolvimento, ambos na lógica capitalista/colonial como uma das medidas de erradicação

da pobreza. Assim, considera-se pensar em outros parâmetros de desenvolvimento, sobretudo, a partir da Amazônia e para Amazônia.

Quando a pobreza é medida em relação a renda, o que é parte da maioria das conceituações, isto gera uma demanda por políticas para a inserção das populações em sistemas onde as relações se organizam através de trocas e valorização monetária. As análises que abordam pobreza e desigualdades sociais a partir de condições de indivíduos ou famílias negam e minam as identidades coletivas e as estratégias comunitárias de viver, estimulam o etnocídio, despidendo as pessoas de sua identidade coletiva e torná-las seres genéricos (trabalhadores ou pobres), alvos de políticas assistencialistas e de inserção no sistema invasor (capitalista e nacional).

Vários impactos do avanço do capital e planejamento do estado não se revelam pelos indicadores de pobreza e desigualdade social, pois não é uma questão de desenvolvimento ou transformações do local, mas uma guerra permanente que gera mortes, genocídio, terra queimada, prisioneiros de guerra, refugiados etc.

A resistência e presença viva e territorializada dos povos com seus modos de vida e produção tradicional, mesmo com a violenta, orquestrada, permanente e histórica ataque e invasão, indicam que estas populações nem estão fugindo ou tentando escapar da “pobreza”, nem querendo ingressar numa sociedade que as “salvaria com políticas sociais” que historicamente tem transformado em pobres. A definição de pobreza que justifica intervenções estatais e a presença de empresas capitalistas nos territórios tradicionais pode ser um ataque a r-existência das comunidades e povos tradicionais.

Baixa renda e escolaridade tendem a justificar a presença de empreendimentos e do Estado moderno que gerariam empregos e renda e serviços públicos, acompanhados por cadastros, controle e estigmatização da população como. A “riqueza” das comunidades não é se expressa em renda, mas em bem viver, a soberania alimentar e a vida comunitária. Talvez haja uma certa pobreza nas definições da pobreza e desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARAUJO, Pedro Federici. **Democracia, justificação e comunicação**: notas sobre um Brasil de desigualdades sociais. 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017a.

ARAUJO, Pedro Xavier de. **A desigualdade social e o planejamento da mobilidade**: o caso da região metropolitana de Porto Alegre (1973 – 2015). 2017. 228 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017b.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre Desenvolvimento Mundial: a pobreza. A Pobreza.** 1990. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5973>. Acesso em: 31 ago. 2020

BENJAMIN, César; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Reforma, nação e barbárie. Inscrita, Brasília, DF, ano, v. 1, p. 7-12, 1997.**

CARVALHO, Andreia Ricci da Silva. **Existe relação entre desigualdade social e pobreza, baixo nível educacional e informalidade no mercado de trabalho: uma análise estatística e econométrica para o Brasil.** 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) – Universidade Estadual Do Paraná, Campo Mourão, 2018.

CEPAL, **Panorama Social da América Latina, 2019.** Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020.

CEPAL. **La matriz de la desigualdad social en América Latina.** 2016. Disponível em: repositorio.cepal.org. Acesso em: 31 ago. 2020.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2013.** 2014. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1252/1/S2013870_pt.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), “Ingresos y pobreza en los países del MERCOSUR: nuevos retos para economías en transición al desarrollo”, **Documentos de Proyectos**, (LC/TS.2019/63), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2019.

COPELLI, Giancarlo Montagner. **Desigualdade social, democracia e direitos humanos: uma leitura da realidade brasileira.** 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Petróleo & sangue: desenvolvimento econômico, desigualdades sociais e violência na periferia do capitalismo.** 2015 291 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, Lucas de Lima e. **Relações entre desigualdades sociais intraurbana e o fenômeno da violência na infância na cidade de Porto Alegre - RS; Brasil (2000 - 2014).** 2017. 484 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DN. Há mais de 80 milhões de refugiados e deslocados no mundo. **Diário de Notícias**, 2020. Disponível em <https://www.dn.pt/mundo/ha-mais-de-80-milhoes-de-refugiados-e-deslocados-no-mundo-13119134.html>, acesso em 05 fev 2020

FAO. **Social Protection for forest-dependent communities.** 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7008e.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

FAO. **The State of Food and Agriculture: social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty.** Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty. 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4910e.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

FIGUEIREDO, Joseane Gomes. **Desigualdade social e capitalismo: uma relação ineliminável da reprodução social burguesa.** 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** Rio de Janeiro: N-1, 2018

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Editora Vozes Limitada, 2011.

NACIONES UNIDAS DERECHOS HUMANOS **Informe del Relator Especial sobre la extrema pobreza y los derechos humanos, Philip Alston.** Disponível em:

<https://www.ohchr.org/sp/issues/poverty/pages/srextremepovertyindex.aspx>. Acesso em: 01 set. 2020.

NACIONES UNIDAS DERECHOS HUMANOS, **Derechos humanos, salud y estrategias de reducción de la pobreza**. 2008. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Publications/HHR_PovertyReductionsStrategies_WH_O_SP.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

NACIONES UNIDAS DERECHOS HUMANOS. **Para comprender mejor los DERECHOS HUMANOS y las políticas públicas de reducción de la pobreza**. 2015. Disponível em: <https://acnudh.org/load/2019/07/037-Para-comprender-mejor-los-DERECHOS-HUMANOS-y-las-politicas-p%C3%BAblicas-de-reduccion-de-la-pobreza.pdf>. Acesso em: 01 set. 2.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013.

SAMTEN, L.P. A mente da primavera. O Lugar. Videoconferência, 08 Fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KCQAPx762tE&t=5243s>, acesso em 10 Fev. 2021.

SANESHIMA, Cristiano Floriano. **Perspectivas de reforma tributária para redução das desigualdades sociais no Brasil**. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Marília, Marília, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SILVA, Luciana Caetano da. **Desigualdades sociais no Brasil: fios condutores, enfrentamento no período 2003 a 2014 e resultados alcançados**. 2018. 192 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SOBRINHO, Francisco de Assis. **A desigualdade social e a proposta de superação no estado hegeliano**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

TAVARES, Nathalia de Andrade Medeiros. **As desigualdades sociais patrimoniais e o contraste entre o não atendimento do mínimo existencial e a tributação reduzida sobre os grandes patrimônios**. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Pensando a Concepção de Amazônia. In. SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. Org. **Panorama da Geografia Brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006



GT 02 - Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino- americano

O DIREITO AO RIO E À FLORESTA E OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA APA COMBU (BELÉM, PARÁ)

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (NAEA/UFPA)¹

RESUMO

O estudo ocorreu à luz da teoria da produção social do espaço e teve por objetivo analisar o papel dos planejadores e promotores territoriais a partir das propostas de planejamento pensadas e executadas na Ilha do Combu, área de características predominantemente ribeirinhas, que vem sofrendo com visitas e ações de diversos grupos de atores. O local é cenário de tensões e conflitos, uma vez que representantes do poder público, organizações da sociedade civil e empresários disputam as produções de modo fragmentado e não-consensual. A dissociação entre as instâncias de poder, gera processos burocráticos longos, oportunizando o não cumprimento das resoluções que visam atender às necessidades dos moradores. Essa proposta tem por procedimentos metodológicos a análise das políticas públicas e de documentos como as atas de reunião do conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, desde sua constituição até o período atual, compreendendo nesse ambiente a atuação de diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal). Conclui-se que as disputas pelo uso e pela posse da terra requer integrações e negociações coletivas diversas. As principais demandas permanecem em discussão e sem resolução por anos, bem como as posturas assumidas pelos planejadores e promotores territoriais. Vislumbra-se a necessidade de se pensar políticas que não fiquem presas a modelos esquemáticos, que reconheçam as dinâmicas e as diferenças no espaço.

Palavras-chave: Produção do espaço. Políticas públicas. Ilha do Combu. Belém.

1. INTRODUÇÃO

A ilha do Combu, localizada na parte sul do município de Belém, atrai visitantes de diversas regiões, em busca de contato com a fauna, com a flora e com as comunidades ribeirinhas, ou somente pela possibilidade de usufruir de momentos de lazer e contemplação. Isso se deve, em parte, pela saturação dos grandes centros urbanos, que produzem na

¹Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM), Brasil. E-mail: agflaviana@gmail.com

população a necessidade de afastamento dos desarranjos diários, a fim de aproveitar o máximo de tempo livre. O movimento intenso de visitantes ocorre de forma espontânea desde muito antes da criação da Área de Proteção Ambiental da ilha (APA Combu).

Criada em 1997, a APA Combu seguiu a tendência mundial de conscientização por parte de gestores e da população em geral acerca dos problemas causados ao meio ambiente e aos recursos naturais, pelo crescimento econômico planetário acelerado. Entretanto, apesar das características específicas, aberta à presença de população humana, atualmente, o desenvolvimento das atividades de lazer e de turismo acontecem sem que sejam estabelecidos critérios de uso do lugar.

Entende-se que áreas de proteção ambiental, criadas sem um diagnóstico preliminar de situação fundiária, são uma situação comum no Pará, tornando os instrumentos de gerenciamento e controle limitados, além de potencializadores de práticas desarticuladas (GONÇALVES et al, 2016). A ilha do Combu é fruto de disputas pelo uso e posse da terra, em razão do seu enquadramento como uma APA, Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) e terreno de marinha, isto é, sua gestão acontece sob a jurisdição de instituições públicas governamentais diferentes, o que requer integrações e negociações coletivas diversas. Assim, o local é cenário de tensões e conflitos, uma vez que moradores, representantes do poder público, organizações da sociedade civil e empresários disputam as produções de modo fragmentado e não-consensual. A dissociação entre as instâncias de poder, gera processos burocráticos longos, oportunizando o não cumprimento das resoluções que visam atender às necessidades da população dentro de um tempo hábil.

Há a tendência de descentralização do governo federal, por meio do qual prefeituras e governos estaduais passam a arcar com políticas e ações de planejamento e controle do parcelamento, uso e ocupação do solo. A Lei Orgânica do Município, permite certa autonomia a tudo que diga respeito ao interesse municipal. Contam-se também com instrumentos como o Plano Diretor para a orientação quanto à ordenação e ao controle da utilização, ocupação e aproveitamento do solo, no sentido de efetivar a adequada distribuição das funções e das atividades nele exercidas, em consonância com a função social da propriedade.

Desse modo, para a interpretação e análise do estudo recorreu-se à teoria da produção social do espaço (LEFEBVRE, 1974; 2008), tendo por objetivo analisar o papel dos planejadores e promotores territoriais a partir das propostas de planejamento pensadas e executadas no espaço insular de Belém, em especial a Ilha do Combu. Os procedimentos metodológicos ocorreram por meio da análise das políticas públicas e de documentos como as atas de reunião do conselho Gestor da APA Combu, desde sua constituição até o período

atual, compreendendo nesse ambiente a atuação de diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal)².

Para o recorte empírico de análise, os agentes do Estado (poder público) são representados pelos técnicos e gerentes de planejamento das políticas públicas, pertencentes aos órgãos ligados à gestão ambiental e turística da ilha; pelos agentes do mercado, representados pelas empresas de viagens, pelos donos de bares e restaurantes, pelas empresas de transporte, pelos comércios de prestação de serviços; e pela sociedade, representada pelos visitantes (locais e externos) e pelos moradores (novos e antigos).

Por ser o urbano simultaneidade, reunião de elementos que compõe a vida social, conjunto de objetos, pessoas, símbolos e crenças que se projetam em escala mundial. Sendo forma (cidade) e conteúdo da sociedade, inacabada, aberta, (re)construída e (re)produzida por diferentes grupos sociais (LEFÈBVRE, 2008). Logo, entende-se a região insular de Belém como parte de uma sociedade urbana, compreendida pelas mediações originais entre a cidade, o campo e a natureza. As demandas existentes no Combu são, principalmente, ligadas à implementação de infraestrutura e fiscalização, sendo que as políticas e estratégias atuais não resolvem adequadamente os problemas sociais e ambientais a que se propõem solucionar.

2. A ILHA DO COMBU COMO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, TERRENO DE MARINHA E PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA

O mundo é uma somatória de eventos e lugares, o tempo não se repete e as circunstâncias nunca são as mesmas. Os acontecimentos falam muito sobre o processo de produção espacial, podendo ser naturais ou históricos, finitos ou infinitos, nunca ocorrendo isoladamente, sempre de acordo com as ações dos atores envolvidos (SANTOS, 2014). Desse modo, estabeleceu-se uma síntese cronológica a partir de códigos institucionais, dos principais eventos que marcam a atual gestão da APA Combu (Quadro 01):

Quadro 01 – Ilha do Combu: resumo cronológica da jurisdição administrativa

| Legislação | Instância governamental | Documento | Dispõe sobre a ilha do Combu | Responsável |
|-------------------|--------------------------------|-----------------------------|--|--------------------|
| LEI nº 3.131/1938 | Governo do Estado | Divisão territorial do Pará | Deixa de pertencer ao município do Acará e passa a integrar o município de Belém | Governo estadual |

² A autora estudou a produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (RODRIGUES, 2018). A pesquisa faz parte dos resultados da dissertação de mestrado no curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), no período compreendido entre março de 2016 a junho de 2018, trazendo informações atualizadas da problemática de estudo.

| | | | | |
|-------------------------------|---------------------|--|--|-------------|
| LEI Nº 9.760/1946 | Governo Federal | Terreno de Marinha | Passa a pertencer aos bens imóveis da União e dá outras providências. | SPU/ITERPA |
| LEI Nº 7.682/1994 | Prefeitura de Belém | Regionalização Administrativa do Município de Belém | Passa a fazer parte do 2º Distrito Administrativo - Outeiro (DAOUT) | DAOUT |
| PORTARIA/ INCRA/P/Nº 268/1996 | Governo Federal | Projeto Assentamento Agro-extrativista | Criada em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, modalidade destinada à exploração de área dotada de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que as ocupem ou venham ocupá-las. | INCRA |
| LEI Nº 6.083/1997 | Governo do Estado | Criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu | Criada no Município de Belém, enquadrada no grupo de unidades de conservação de uso sustentável do estado do Pará. | IDEFLOR-BIO |

Fonte: Rodrigues (2018) com base em Brasil (1946, 1996), Pará (1938, 1997) e Belém (1994).

A APA Combu, que já pertenceu ao Município do Acará, compõe atualmente o quadro de ilhas que fazem parte do Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), da Prefeitura Municipal de Belém. Trata-se de um ambiente fruto de disputas pelo uso e posse da terra, em razão do seu enquadramento como uma APA, um terreno de marinha e um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE).

A prática de proteção do território brasileiro, assegurada pelos terrenos de marinha, data desde sua formação no período colonial, tendo como primeiro ato jurídico a constituição dos sistemas de sesmarias (BORGES, 2012). Os terrenos de marinha constituem-se em determinada porção de terra em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, da posição da linha de preamar-médio, tomada no ano de 1831, referência garantida juridicamente às demarcações situadas no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, assim como sobre as ilhas em zona onde se faça sentir a influência das marés (BRASIL 1946).

No período atual, o discurso sobre a "defesa do território", criado para justificar a legislação sobre os terrenos de marinha, vêm sofrendo várias alterações. Entre as justificativas mais recentes prevalecem as que giram em torno da necessidade de ordenação da zona costeira; das atividades de proteção ambiental; das ações policiais e militares; assim como as relacionadas à promoção de projetos urbanísticos (BORGES, 2012), as quais se acrescenta também as áreas de intensa atividade fluvial. Observa-se que os terrenos de marinha e acrescidos possuem papel considerável no recolhimento dos tributos da base econômica do governo brasileiro.

Para Borges (2012), os desdobramentos históricos da doação de terras em Belém, inicialmente determinava que os terrenos de marinha fossem reservados para o uso comum e para as regalias da coroa portuguesa. Posteriormente, com os diversos ciclos migratórios

vividos pela cidade, as terras da Primeira Léguas Patrimonial foram sendo doadas em benefício de missões religiosas, para fins militares e para famílias de civis que possuíam relação direta com os governantes locais. Na parte sul da cidade, constituída de terras mais baixas e alagadas, esse movimento destinou-se, principalmente, às atividades pastoris.

Enquanto os habitantes de maior renda ocuparam as áreas de terra firme, a população pobre tratou de se estabelecer nas áreas baixas e alagadas. Justificando que os conflitos pela posse e uso da terra em Belém não remontam somente ao período atual.

A prefeitura de Belém, por meio da CODEM, reclama boa parte dos terrenos deferidos pela SPU como terras de marinha. A explicação decorre da afirmativa de que esses locais foram constituídos a partir de doações registradas nos livros e nas cartas do período sesmarial (BELÉM, 1995). Outro fator relevante é a tendência atual de descentralização do governo federal, por meio do qual prefeituras e governos estaduais passam a arcar com políticas e ações de planejamento e controle do parcelamento, uso e ocupação do solo.

Assim, movimentos contrários à atuação da SPU sobre áreas consideradas terrenos de marinha avançaram no contexto político. Entre as várias propostas de parlamentares para a extinção do instituto de terrenos de marinha e acrescidos, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 39-A), de 2011, que revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis (BRASIL, 2011). Os argumentos da PEC apontavam a defasagem desse instrumento de lei, visto que, de acordo com essa emenda constitucional, deixam de ser propriedade da União os terrenos situados nos litorais das ilhas oceânicas e costeiras que sejam sedes de municípios. E mais, a demarcação do terreno de marinha com base no referencial topográfico afixado na Linha do Preamar Médio (LPM) de 1831, já não corresponde à realidade, devido a processos de erosão e de elevação do nível dos oceanos.

Em 2018, a comissão da câmara federal aprovou a transferência dos terrenos de marinha a estados, municípios ou aos ocupantes. A proposta inicial, que permitia a extinção de todos os terrenos de marinha localizados em áreas urbanas, manteve com a União as áreas consideradas estratégicas, sendo alterada no sentido de que cada transferência deverá ser analisada mediante os critérios de áreas de terrenos de marinha ocupadas, não ocupadas e aquelas que estejam sendo usadas pelo serviço público federal.

No Combu, estima-se que a luta pela posse e uso da terra intensificou-se a partir da década de 1970. Por meio de incentivos governamentais, o palmito de açaf foi explorado de maneira indiscriminada, resultando na diminuição dos açazais. Terrenos da comunidade Igarapé Combu foram leiloados no final da década de 1980, período de crise para as fábricas de palmito. Sustentou-se então a divisão social do trabalho e impediu-se a entrada de novos posseiros. A intervenção ilegal de bancos associados à Superintendência de

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ao leiloar os terrenos, mobilizou os moradores a buscarem a regularização fundiária junto à Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), atual Secretaria de Patrimônio da União (SPU), subordinada ao Ministério da Economia, a decisão de venda foi contestada pela Advocacia da União, cabendo à Justiça federal anular o processo e a decisão da Justiça estadual (GONÇALVES et al, 2016).

Os impactos ambientais, a posse ilegal das terras públicas por particulares e a imigração de pessoas para trabalhar nos açazais, tornaram conflitantes a relação com os primeiros moradores. Esse ambiente de tensão chamou a atenção de diversas entidades de pesquisa que passaram a realizar estudos e a veicular notícias sobre os problemas socioambientais pelos quais a região de ilhas passava. Tudo isso reforçou a discussão com o governo estadual sobre a criação da APA em 1997.

No ano de 2006, com a intervenção da SPU e também do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), os moradores mais antigos ganharam a causa e puderam contar com certa estabilidade, sendo conferidos nesse primeiro momento 110 Termos de Concessão de Uso, que garantiu a ocupação dos terrenos e a permissão de usufruto dos recursos da ilha de forma racional (CIRILO, 2013).

Para consolidação das ações de regularização dos terrenos nos anos seguintes, a SPU estabeleceu um acordo de cooperação técnica com o INCRA, cabendo ao instituto a realização de um conjunto de atividades que objetivavam conceder títulos adequados à permanência de trabalhadores rurais sem-terra, trabalhadores individuais ou em regime de economia familiar. O papel da SPU passa a consistir em identificar e transferir o domínio de áreas rurais da União ao INCRA, com a finalidade de serem utilizadas no Programa de Reforma Agrária (SPU, 2008). Nesse sentido, recaem sobre a Ilha do Combu atribuições referentes à regularização fundiária na Amazônia, indicadas pelo quadro 01, não cabendo até o momento a existência de títulos definitivos e a possibilidade de venda da terra.

A política de regularização fundiária de terras da União atrelou-se aos PAEs, regularizando, só no Estado do Pará, terras de 23 municípios, localizados na Região Metropolitana de Belém, Ilha do Marajó, Nordeste Paraense e Baixo Tocantins (MAIA, 2011). Em Belém registram-se 11 PAEs³, localizados em sua maioria na região insular (INCRA, 2016). Destaca-se, diante disso, a presença residual da floresta dentro do contexto da metrópole, no qual muitos dos moradores, além de comerciantes, de condutores de embarcação e de proprietários de trilhas ecológicas, são também pequenos produtores rurais ligados aos movimentos pela posse e uso da terra.

³ Localizados no município de Ananindeua encontram-se os PAE João Pilatos, PAE Ilha Santa Rosa, PAE Ilha Viçosa, PAE Ilha Sororoca; no município de Belém estão os PAE Ilha Grande, PAE Ilha Jutuba, PAE Ilha Murutucu, PAE Ilha Paquetá, PAE Ilha do Combu PAE Complexo Maracujá e PAE Ilha Nova (INCRA, 2016).

No ano de 2014, com o objetivo de monitorar e atualizar o quadro das ações da gestão agrária e ambiental nos PAEs, o INCRA abriu uma chamada pública para atendimento nas ilhas de Belém e Ananindeua, valendo-se dos serviços da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), cujas estratégias voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, visavam estimular a geração de renda e novos postos de trabalho, assim como levantariam a situação atual das famílias cadastradas. O Instituto Peabiru, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), foi a entidade vencedora da chamada, realizando durante o ano de 2015 os serviços de ATER, denominando o trabalho de "Belém Ribeirinha". A assistência técnica que previa a duração de dois anos e meio, com previsão de atendimento para cerca de 1.030 famílias residentes nos 11 PAEs das ilhas, foi encerrada no ano de 2016, pois, de acordo com o relatório anual do Instituto Peabiru, o INCRA não honrou com os pagamentos (PEABIRU, 2016).

Em nível municipal, a preocupação sobre a questão ambiental nas ilhas, é referenciada na Lei Orgânica do Município, que afirma a região insular como uma área de relevante interesse ecológico, no qual todas as modificações ambientais deverão ser avaliadas no âmbito do seu impacto ecológico e regulamentadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (BELÉM, 1990).

No Plano Diretor do Município de Belém, outro instrumento político local, busca-se fomentar, orientar e capacitar as atividades econômicas do setor primário, agregando valor às cadeias produtivas das ilhas, desde que respeitando a proteção do meio ambiente. Esse plano, entende a Macrozona do Ambiente Natural (MZAN) da cidade, como as áreas correspondentes não urbanizadas das ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Cotijuba, às demais ilhas em sua totalidade, assim como a Área de Proteção Ambiental dos Mananciais de Abastecimento de Água de Belém (APA-Belém), devendo ser desenvolvidos estudos e diagnósticos com a finalidade de caracterizar a região em vias de definir quais deverão ser transformadas em unidades de conservação, respeitando-se as normas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BELÉM, 2008).

Diante do exposto, as questões que envolvem o uso e a posse da terra na Ilha do Combu vão ganhando destaque em decorrência das visitas que ocorrem em função das atividades de lazer e de turismo, processo que preocupa alguns gestores públicos e lideranças de moradores mais engajadas e comprometidas com as causas locais, promovendo entraves burocráticos e ações desarticuladas entre as instâncias de poder público que se voltam para atender primeiramente a interesses particulares.

3. A ARTICULAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS AMBIENTAIS E DE TURISMO

A criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu permitiu ampliar a chegada das redes de informações que transmitem e impõem ordens distantes à ordem próxima, uma vez que as articulações dos instrumentos estabelecidos pelo SNUC são baseadas nas orientações da Convenção do Patrimônio Natural Mundial da UNESCO, que garante a preservação e a soberania (política e jurídica) do território nacional, assim como assegura futuras investigações e descobertas sobre a biodiversidade amazônica.

A APA Combu permitiu proibir e limitar a implantação e funcionamento de empreendimentos de relevante potencial poluidor, caracterizados como aqueles que apresentam aspectos danosos à fauna, à flora e à subsistência dos moradores. No entanto, por se enquadrar na categoria de uma unidade de conservação de uso sustentável, não se proibem incentivos financeiros, governamentais ou privados nesse espaço, desde que visem à proteção e ao uso racional dos recursos naturais.

A APA Combu foi proclamada por uma legislação pouco esclarecida no que diz respeito às responsabilidades do órgão gestor e das ferramentas de gestão, permanecendo por quase dez anos desconhecida da maioria da população da cidade, restrita ao conhecimento das entidades que a criaram. Mesmo com o reforço diante das mudanças ocorridas na jurisprudência ambiental a partir da criação do SNUC, no ano 2000, somente após esse período foi constituído seu conselho gestor, de caráter deliberativo, seguido pelo regimento interno no ano seguinte.

O Conselho Gestor da APA, criado somente em 2008, levantou inúmeras discussões sobre a proteção ambiental da Ilha, questões debatidas nas reuniões que eram direcionadas para a análise das demandas, dos direcionamentos e das resoluções dos conflitos que se rebatem nesse espaço. Nesse sentido, a partir da leitura das atas desses encontros (quadro 02), procurou-se observar quais os principais entraves e problemáticas levantadas; assim como, quais foram as posturas assumidas pelos planejadores e promotores territoriais.

Quadro 02 - Ilha do Combu: resumo das demandas mais frequentes nas atas de reunião do conselho gestor

| Ano | Demandas e discussões mais frequentes | Participantes |
|------|---|---|
| 2008 | Pesquisas sem conhecimento das comunidades; plano utilização INCRA; oficinas; recurso compensação ambiental; licenciamento CELPA; atos libidinosos, violência sexual e tráfico entorpecentes; barcos em alta velocidade e acidentes; roteiros ilhas; divulgação "produtos" das ilhas; presença agências passeios; projeto "revitalização" ilhas; esforço INCRA em prevalecer o instituído pelo PAE; APA como "entrave" aos demais projetos; Plano de Ação/Manejo; proibição lanchas; implantação sede SEMA; efetividade turismo; sinalização; campanhas educativas; fiscalização polícias civil, militar e Capitania dos Portos; PRONAF; denúncia construção restaurante; construção estaleiro; cursos SEBRAE; artesanato biojóias. | SEMA, EMATER, BANCO DO BRASIL, Associação de moradores das Ilhas, INCRA, EMBRAPA, SEDUC, GRPU, SEMMA, PARATUR, SEBRAE |
| 2009 | Recursos compensação ambiental; captação PRODETUR; agendamento visita técnica; Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável das Ilhas Sul; projeto de captação de água da chuva; FOMENTUR; doação | SEMA, Igarapé Combu, Coop. Artesãos Combu, Polícia Civil, EMBRAPA, |

| | | |
|------|--|---|
| | voadeira PARATUR; inserção da Ilha do Murutucu na APA Combu; construções irregulares; oficina de Educação Ambiental; implantação de secretaria administrativa; capacitação de conselheiros; mudanças direção SEMA; atrasos atividades; ausência e rotatividade conselheiros; ferro na água; projeto PARATUR para a melhoria da água consumida; autorização manejo açaí; financiamentos ao pequeno agricultor; projetos EMBRAPA boas práticas e beneficiamento do açaí; criação do Instituto do Açaí; divisão do conselho em câmaras técnicas; autorização de pesquisas; portfólio com informações; maior presença da polícia; disponibilidade da lancha; campanha de conscientização e combate ao lixo; créditos e financiamento; pouca participação da comunidade nas oficinas de educação ambiental; complicações de transporte na Ilha; investimento do BID para o Polo Belém de turismo; dificuldade de contato com GRPU; atraso na execução de atividades; recursos e fiscalização a respeito da construção da sede da APA; plano de manejo; mudança para RDS; chegada da energia elétrica; disputa por lotes, segurança; cursos SEBRAE; necessidade de outras atividades além do extrativismo; estímulo ao turismo; proposta de construção de escola de ensino médio; parcerias com a UFPA e IFPA para cursos profissionalizantes. | PARATUR, MPEG, Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belém (STTRB), INCRA, ICMBio, Assoc. Moradores Ilha do Combu (AMIC), PAE COMBU, Centro Comunitário Piriquiretaquara, Cooperativa dos Barqueiros da Ilha do Combu, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Beira Rio, Assoc. Moradores Furo São Benedito, DIAP, Banco do Brasil, IDESP, Polícia Civil, DIAP, SEBRAE, EMBRAPA, UFPA. |
| 2010 | Educação ambiental; formação professores e líderes comunitários; Cadastro Ambiental Rural (CAR); acidentes barcos grande porte e balsas; parceria polícia civil e Corpo de Bombeiros; recursos PRODETUR; ausência médicos; polícia militar fins de semanas e meses de férias escolares; disponibilidade lancha; participação Guarda Municipal; criação conselho comunitário; moradores exercendo atividades de "caseiro"; venda irregular terrenos; doenças e síndromes; construção sede pelo PRODETUR; cursos SEBRAE; ausência conselheiros nos cursos; retirada membros menos frequentes; motivação e mobilização comunidade; empresa Vida e Meio Ambiente responsável pelo plano de manejo; recursos financeiros não utilizados e disponíveis; pesquisas e diagnósticos; venda terrenos; fiscalizar cadastro famílias. | SEMA, PARATUR, COOPBARP, AFAPIP, Polícia Civil, ICMBio, Comunidade Igarapé Combu, SEBRAE, CNS, INCRA, EMBRAPA, Vida e Meio ambiente, MPEG, SPU, Ig. Piriquiretaquara. |
| 2011 | Baixo orçamento plano de manejo; conhecimento comunidade sobre projetos; qualificação cursos de turismo de base comunitária; ausência e obrigações conselheiros; repasse informações; ausência SEMA nas atividades de educação ambiental e fiscalização; sinalização turística; respeito às pequenas embarcações; segurança; estudos realizados; improdutividade conselho; organização associações; compensação ambiental para elaboração do plano de manejo e construção sede da APA; oficinas combate poluição; fiscalização beneficiamento açaí; desmatamento; Faculdade de Turismo UFPA análise capacidade de carga; PRODETUR; participação conselheiros no plano de manejo. | SEMA, Comunidade Igarapé Combu, CNS, STTR, PAE Combu, Beira Rio, INCRA, ICMBIO, SEMMA, Polícia Civil, EMBRAPA, SEBRAE, COOPBARP, MPEG, PARATUR, STTR, COOPBARQ, DEMA, COGUP. |
| 2012 | Interesse do Fórum Estadual de Regularização, Desenvolvimento Sustentável Fundiário e Direitos Humanos em fazer parte do Conselho; alterações no regimento Interno; recursos da compensação ambiental; especulação imobiliária; construções irregulares; trânsito de veículos náuticos em alta velocidade; acidentes; Cartas Náuticas informativas sobre a APA; ausência de sinalização ambiental e turística; venda de terrenos; esclarecimentos da SPU sobre a venda de terrenos, títulos de posse; destituição dos conselheiros que não participam; pilotos sem habilitação; falta de quórum. | SEMA, Ig. Piriquiretaquara, Ig. Combu, MPEG, ICMBio, SEMMA, INCRA, Fórum Estadual de Regularização, Desenvolvimento Sustentável Fundiário e Direitos Humanos, SPU, Polícia Civil, Beira Rio, SEBRAE, São Benedito |
| 2013 | Financiamento PRONAF; potencial turístico; monitoramento pesquisas; abaixo-assinado Ministério Público para notificação SPU; regularização lotes; educação ambiental; reflorestamento entorno unidades pedagógicas; capacitação conselheiros; fortalecimento organizações sociais; investimentos em projetos; dificuldades deslocamento; contratação empresa plano de manejo; campanha preventiva embarcações; recategorização APA na categoria de MOSAICO, RDS ou RESEX; acidente com vítima fatal; sensibilização turistas. | SEMA, Comunidade Igarapé Combu, ICMBio, SEMMA, DEMA, SEBRAE, Beira Rio, SETUR |
| 2014 | Ausência conselheiros; retorno sobre melhorias; incentivo a outras formas de renda; índices marginalidade; licitação plano de manejo; criação Mosaico de UC da Região Metropolitana de Belém; desburocratização. | SEMA, MPEG, SEMMA, SEBRAE, SETUR |
| 2015 | Problemas antiga gestão; ausência informações sistema abastecimento de água; saída conselheiros; invasões terrenos; recursos plano de manejo; disponibilidade embarcações; impedimento atividades de manejo; intensa construção empreendimentos; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Secretaria de Assistência Social do Pará com ações voltadas para saneamento e | IDEFLOR-Bio, Piriquiretaquara, Beira Rio, INCRA, SEMMA, Igarapé do Combu, Associação dos Moradores Extrativistas e Pescadores Ilha do Combu |

| | | |
|------|--|--|
| | captação água da chuva; morador disponibilizou parte do terreno para construção de escola; baixa efetividade ações; encaminhamento denúncias SPU; curso Jardim Botânico no restaurante Saldosa Maloca; destinação do lixo; casos de Hanseníase; especulação imobiliária; insegurança no transporte escolar; poucas alternativas de renda; ausência água potável; poluição solo pelo esgoto sanitário; violência; insegurança embarcações; poluição sonora bares e restaurantes; turismo desordenado; sinalização; falta de transporte agente comunitário de saúde no Piriquitaquara; falta do termo de autorização de Uso. | (AMEPI), DEMA, CNS, SETUR, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), SEBRAE, SPU, ASTIB, Instituto Peabiru, Associação dos Barqueiros Ribeirinhos e condutores do Município de Belém |
| 2016 | Projeto Agentes Ambientais Comunitários; recadastramento famílias; venda terrenos; venda entorpecentes; aumento violência; convite PAE Combu para reunião no restaurante Saldosa Maloca; produção e beneficiamento cacau; direcionamento resíduos para cooperativa; aumento frequentadores; acúmulo lixo; sinalização; projeto gastronomia; instalação Centro Recepção ao Turista; recursos PRODETUR; casos hanseníase; implantação escola estadual fundamental e médio; plano de manejo; morosidade conclusão ações; cadastramento CEP moradias; quadro reduzido técnicos SPU; falta fiscalização embarcações; papel IDEFLOR-Bio; encerramento ações Instituto Peabiru; sentimento rejeição e insatisfação moradores perante ONGs e entidades de pesquisa; eventos municípios Rota Turística SETUR; "Projeto Agrovárzea". | IDEFLOR-Bio, SEMMA, SETUR, SPU, INCRA, CEPLAC, Comunidade Piriquitaquara, AMEPI, Comunidade Igarapé Combu, PAE-Combu, Comunidade Beira Rio, Instituto Peabiru, ASTIB, SESAN, ICmbio, CNS. |
| 2017 | Alterações regimentos internos: APA da Ilha do Combu e Refugio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia; efetivação do conselho gestor da APA Metropolitana de Belém; palestra "projeto Ribeirinho da paz" - Comando de Policiamento Fluvial; poucos conselheiros da APA Combu; embarcações não respeitam velocidade permitida; embarcações não regularizadas; aumento violência; projeto melhoraria ordenamento turismo fins de semana; poluição sonora; entorpecentes. | UFPA, Restaurante Terra do Meio, Instituto Pirelli, Ong Anani, Agrovila São Pedro, SEMMA Ananindeua, Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), SETUR, ICmbio, CEPLAC, Assoc. Moradores Conj. Beija Flor (AMCOB), Comunidade Vila Dique, Assoc. Moradores e produtores quilombolas Abacatal/ Aura, SEMMA Santa Izabel, SEBRAE, INCRA, Piriquitaquara, AMEPI, ASTIB, PAE Combu, DEMA. |
| 2018 | Recategorização APA; plano de manejo do Refúgio da Vida Silvestre (RMB); participação Combu no projeto Agrovárzea; mapeamento bares e restaurantes Combu; baixa participação APA Combu; especulação imobiliária; fiscalização rios; fortalecimento associações e centros comunitários; frustração PRODETUR; sugestão reuniões na ilha; aumento erosão; baixa frequência nos cursos; desconfiança e descrédito; entorpecentes; criação agenda de visitas; | IDEFLOR-BIO, ICMBIO, SETUR, ASTIB, AMEPI, Comunidade Nova Esperança, SPU, SEBRAE. |
| 2019 | Construção roteiro turístico de base comunitária; intercâmbios comunitários; destaque ações realizadas Refúgio da Vida Silvestre da Metrópole da Amazônia e Parque do Utinga; especulação imobiliária; venda terrenos; Projeto Agrovárzea; alta velocidade embarcações, acidentes; plano de manejo; recadastramento moradores no INCRA; fluxo de pessoas na praia Furo Paciência; violência; lixo e erosão; segurança; falta energia elétrica; plano divulgação APA (sinalização); empreendimentos irregulares; regra uso barqueiros; capacitações moradores; falta de investimentos na Comunidade São Benedito; convite representação dos restaurantes no Conselho; restaurantes não possuem associação; inserir a comunidade Rio Jordão no conselho; sugestão aumento policiamento DEMA; levantar número de famílias com registro. | Ideflor-Bio, ICMBIO, SEBRAE, INCRA, SEMMA, DEMA, SETUR, SPU, SECON, Assoc. Moradores, trabalhadores do extrativismo, pesca e turismo do Ig. Piriquitaquara, AMEPI, Cooperativa Trabalhadores Escolar e alternativos das Ilhas de Belém, Associação Nova Esperança, ASTIB. |
| 2020 | Reunião conjunta Conselhos do Refúgio de Vida Silvestre e APA Combu; feira da biodiversidade Projeto Agrovárzea; incentivar turismo sustentável nas UC: APA Combu, APA Belém e REVIS; linhão da Empresa Equatorial REVIS; substituição copos descartáveis nas reuniões. | IDEFLOR-BIO, ICMBIO, Com. Rio Jordão, SEMAS, SPU, COOPETRANS, AMEPI, SEMMA, SECON, PAE Combu, INCRA |

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).
Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Entende-se que o marco para consolidar a Ilha do Combu enquanto uma APA, nasce somente a partir do interesse em reverter os recursos disponibilizados pela compensação ambiental obrigatória do Projeto Portal da Amazônia à sociedade, não havendo por parte do órgão de gestão ambiental nenhuma outra ação significativa anteriormente as citadas. No ano de 2006 foi firmado um termo de compromisso entre a antiga SECTAM e a Prefeitura Municipal de Belém (PMB). Esse documento se deu em virtude da compensação ambiental do Projeto Orla, na Bacia da Estrada Nova, atual Portal da Amazônia, que definiu as Ilhas do Combu, Papagaio, Onças, Murutucu, Japaracu e Grande, como áreas de influência direta dos impactos dessa obra (SEMMA, 2006). Parte dos recursos financeiros disponíveis pelo Programa de Compensação Ambiental poderiam assim ser revertidos em diversos projetos.

No ano de 2007, iniciou-se a parceria com a Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), hoje Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), que começava a desenvolver as ações previstas pelo macro programa de regionalização do turismo (PRODETUR). As primeiras incursões à Ilha, objetivavam levar informações sobre os projetos aos moradores e adquirir conhecimento quanto ao desenvolvimento das atividades existentes no local, haja vista que uma das exigências para a liberação do recurso de compensação ambiental era a consulta pública e a anuência dos moradores (CIRILO, 2013).

Os projetos enviados pela PARATUR ao Ministério do Turismo previam parcerias com instituições no sentido de realizar ações de provimento de infraestrutura e serviços básicos para a melhoria da qualidade do serviço turístico do Estado. Em relação ao Combu, a SECTAM/SEMA ficou responsável pela elaboração do projeto intitulado “Complexo Turístico da APA da Ilha do Combu” que previa implantação de um centro de visitação, prevendo-se ainda a implantação de uma rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário e a construção de equipamentos de apoio ao complexo (CIRILO, 2013).

Desde sua criação até os anos de 2010, período em que a gestão da APA foi conduzida pela SEMA, com poucas mudanças significativas na gestão Ilha, com destaque para a proibição da extração do palmito. A formação mesmo tardia do Conselho Gestor, para além das exigências da legislação do SNUC, reforçava a possibilidade de proporcionar aos moradores mais um instrumento político para cobranças acerca dos problemas, como os que dizem respeito à regularização fundiária, ao acúmulo de lixo, ao abastecimento de água, aos acidentes com embarcações e à comercialização ilegal de produtos ilícitos decorrentes do aumento das visitas e da urbanização. Acreditava-se também no sucesso das novas possibilidades de desenvolvimento econômico, como o manejo dos recursos da floresta e a integração da ilha aos roteiros turísticos da cidade.

Desde os primeiros anos até os dias de hoje, as reuniões do conselho foram permeadas por dificuldades, como a ausência dos conselheiros, o que impossibilitava o andamento de algumas ações e as mudanças estruturais sofridas pela SEMA. Essa

problemática foi reforçada por outros assuntos, como a falta de retorno das pesquisas realizadas na ilha, em especial, pelas universidades. A análise documental identificou a confusão por parte de alguns residentes em distinguir quais eram as pesquisas realizadas pela universidade, pelas OSCIP e pelos setores de órgãos públicos; fato justificado pelo tipo de parcerias que ocorrem entre essas instituições, muitas vezes não deixando clara para o morador qual a finalidade do estudo. Nas pautas das reuniões, demonstrava-se a necessidade de que as pesquisas realizadas tivessem certo ordenamento e que fossem comunicadas previamente ao conselho.

Ademais, as pautas mais recorrentes se desenvolviam em torno das construções irregulares; nas dificuldades de manter contato com os representantes da SPU, responsável pela regularização fundiária; na falta de segurança devido à ausência de policiamento, que conforme relatos nas reuniões, era mais extensivo aos finais de semana e meses de férias escolares; na proliferação de doenças e outras complicações da área de saúde; nas dificuldades em transporte para os técnicos e conselheiros, que em um primeiro momento foram solucionados com a doação de uma lancha pela PARATUR; e no acúmulo de lixo, que possui relação direta com a parte continental, por se tratar de um território pequeno com constante influência das marés, tornando-se um depósito de resíduos, prejudicando os moradores, que não possuem coleta regular.

No Combu sempre houve lideranças comunitárias empenhadas na maioria das mobilizações que buscavam as melhorias e o reconhecimento da Ilha, que resultaram em ações, como a construção da unidade pedagógica, do posto de saúde e na aquisição de energia elétrica (NUNES, 2017). Contudo, atualmente, essas mesmas lideranças são reconhecidas pela falta de empenho na resolução dos conflitos, na ausência nas reuniões do conselho e nas tensões que ocorrem no local. Para a autora, a indiferença quanto à participação nas tomadas de decisão, deve-se, primeiramente, à extinção de algumas cooperativas (como a Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Combu), à falta de atuação dos centros comunitários, bem como de controle e de fiscalização dos meios de transporte, responsáveis por causar acidentes. Apesar da desmobilização, várias reuniões acontecem no posto de saúde e na escola, resultantes de projetos governamentais e não-governamentais.

No que diz respeito ao turismo, considera-se que entre os anos de 1990 e 2000 foi o início de atividades voltadas para o ecoturismo do tipo *river-tour*, de curta duração, na Ilha. Os roteiros eram disponibilizados tanto por agências de receptivo quanto por hotéis da cidade, tais como o Novo Hotel, Neytur Turismo e Gaia Terra Turismo, voltados exclusivamente para a contemplação da natureza e das habitações dos ribeirinhos (CIRILO, 2013).

Com a construção dos primeiros restaurantes, inicialmente três, sendo dois de propriedade de moradores da Ilha, localizados na Comunidade Igarapé Combu, o Restaurante Saldosa Maloca e o Restaurante Sabor da Ilha, e um de propriedade do Novo Hotel (atual

Hotel Beira Rio), localizado na comunidade Beira Rio, o fluxo de visitantes era composto, principalmente, pela população da Região Metropolitana de Belém. Daí em diante, o espaço da Ilha passa a ganhar destaque entre os atrativos turísticos da cidade, sendo o início do processo de valorização e ressignificação do lugar, onde a atividade turística passa a disputar com o extrativismo a produção econômica local.

Houve ainda a tentativa de formar uma cooperativa de bijuterias a partir do beneficiamento de sementes regionais, e ainda uma segunda para a produção de geleia de cacau, parceria entre moradores e instituições de ensino e pesquisa, como o Centro Universitário do Pará (CESUPA).

A sensação de insegurança por parte dos moradores, condutores de embarcação e comerciantes é frequente nas reuniões do conselho, uma vez que denunciam o medo de sair no período noturno; as brigas em decorrência de embriaguez durante as festas; e a maior frequência de assaltos no ponto de embarque-desembarque, nas embarcações e nos restaurantes. A Ilha não possui posto policial ou base do corpo de bombeiros, por isso, a segurança insular é garantida pelos agentes da polícia civil fluvial e de algumas diligências da polícia militar. A segurança das embarcações que circulam pela Baía do Guajará é garantida pela Capitania dos Portos.

A precarização na saúde também é frequente nas reuniões do conselho. Mesmo com a reforma e a ampliação do posto de saúde, faltam profissionais para atendimento médico em diferentes dias e horários, assim como remédios e meios de locomoção para transferência de pacientes com casos mais graves. Não obstante, para agravar a falta de atendimento de urgência e emergência, a recorrência de acidentes envolvendo embarcações, que, em sua maioria, circulam em alta velocidade pelos cursos d'água da Ilha.

Entre os inúmeros eventos que têm acontecido no Combu evidenciam a ausência da coleta de lixo; a erosão provocada pelo trânsito intenso de barcos, lanchas, jetskis; e o desmatamento da margem insular para construção de restaurantes, novas e segundas residências. Os problemas socioambientais são resultados do intenso processo de produção e reprodução desigual que vem ocorrendo nesse local, provocado por um direito à natureza que, segundo Lefèbvre (2008), passou a fazer parte das práticas sociais há alguns anos, emergido em favor dos lazeres.

A venda ilegal e o aluguel de terrenos para a construção de restaurantes e de segundas residências, tornou-se uma prática constante ao longo das margens da orla insular, principalmente nas comunidades Beira Rio e Igarapé Combu, por seus atributos específicos de cotidiano, de proximidade ao continente e de infraestrutura básica e de apoio e outras necessidades que vão sendo criadas de acordo com a expectativa do consumidor.

Em busca de entendimento sobre a lentidão nos processos e quais motivações orientam os interesses sobre a ilha, observou-se que entre outros motivos, essas novas

formas múltiplas de uso e apropriação do espaço ocorrem devido à ausência de ações fiscalizadoras por parte do(s) órgão(s) gestor(es) da Ilha, dificultando o entendimento tanto de técnicos quanto de moradores quanto à responsabilidade pela fiscalização do uso do solo.

Os residentes mais antigos e membros do conselho gestor, bem como a liderança de um dos centros comunitários, legalmente ativo afirmam que a venda e o aluguel de terrenos continua sendo uma pauta ordinária nas reuniões, porém sem uma resolução definitiva por parte do órgão competente, desmotivando-os a continuar participando dessa entidade. Os mais atuantes encontram-se entre os agentes comunitários de saúde e representantes das cooperativas e associações de embarcação⁴, moradores que se tornaram o principal elo de comunicação e divulgação das reuniões que ainda acontecem nas comunidades.

As resistências impostas nas múltiplas dimensões sociais (lúdica, econômica, ecológica e simbólica) não permitem que as relações capital-trabalho prevaleçam na Ilha, onde os comerciantes, pressionados pela demanda dos agentes do mercado turístico, passam a procurar soluções entre os representantes governamentais e com organizações sociais como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para sua própria qualificação e para capacitação dos moradores envolvidos na atividade turística. Esses agentes contam ainda com a influência e o apoio de instituições financeiras que disponibilizam fundos, linhas de crédito e financiamentos para a compra de máquinas, móveis e elementos agrícolas, assim como a construção e reforma das antigas casas.

Na comunidade São Benedito, em especial, pela distância e pelo isolamento em relação à parte continental de Belém e até mesmo da parte onde estão concentradas a maioria das residências da Ilha, encontra-se um restaurante⁵ cuja frequência se dá por visitas de pequenos grupos de pessoas, em que predominam embarcações mais sofisticadas, conduzidas pelos próprios donos ou por pilotos particulares, sendo acomodadas aos finais dos passeios nas marinas próximas da Praça Princesa Isabel, como a Marina B&B e o Espaço Náutico Marine Club, ambas na avenida Bernardo Sayão.

O conselho gestor, cada vez mais enfraquecido pela falta de apoio dos moradores e pela ausência de entidades consideradas estratégicas para a gestão da APA, não consegue,

⁴ Os condutores de embarcações circulam pelos furos e igarapés da Ilha com grupos organizados por empresas turísticas ou com passageiros desacompanhados, sendo divididos em duas associações de barcos e em uma cooperativa de lanchas: a COOPETRANS, criada no ano de 2016, com 24 condutores de lanchas (tipo rabetá) cadastrados; a Associação dos Trabalhadores do Transporte Marítimo das Ilhas de Belém e do Baixo Acará (ASTIB), fundada em 2014, com 12 embarcações cadastradas; e, a Associação dos Barqueiros Ribeirinhos e condutores do Município de Belém (ARBCIMB), fundada em 2010, com 16 associados. Ademais, na Praça Princesa Isabel observou-se o movimento de condutores irregulares perante à Capitania dos Portos e não pertencentes a nenhum dos grupos organizados.

⁵ Localizado de frente para o município do Acará, onde é mais expressiva a presença de lanchas e jet-skis particulares que se acumulam para atividades de alimentação no único restaurante do local, para banhos de rio e demais atividades de recreação na "prainha secreta", uma faixa de terra coberta por areal que surge de acordo com a baixa da maré.

ano após ano, solucionar os diversos problemas colocados em pauta nas reuniões. Para agravar a situação de conflitos e descontentamento das comunidades do Combu perante a gestão pública, a Ilha não dispõe do plano de manejo, instrumento norteador do planejamento e da gestão das unidades de conservação, elaborado a partir da análise dos recursos naturais e das ações antrópicas que ocorrem no local.

A primeira tentativa de contratação de uma entidade especializada na elaboração do plano de manejo aconteceu no ano de 2011, tendo como vencedora da concorrência pública a empresa Vida Meio Ambiente, com sede em Minas Gerais. Esse não foi muito bem recebido pelos representantes das comunidades, por se tratar de uma empresa de outro estado, alheia às demandas e realidade da Ilha. A empresa chegou a realizar todo o trabalho de reconhecimento da APA junto à equipe técnica da SEMAS. Definiu-se o roteiro metodológico de elaboração do plano, realizou-se uma oficina de socialização com a população da Ilha, e, ao final desse mesmo ano, a empresa apresentou o plano de trabalho para os membros do conselho. Contudo, devido a questões relacionadas às dificuldades financeiras para a continuidade do projeto, uma vez que o valor pago pela compensação ambiental, ao que foi indicado pela consultoria, não abarcaria a dimensão do trabalho, não permitiu a continuidade da segunda fase do plano de manejo. Além dos atrasos na entrega dos primeiros resultados, foram descobertas incorreções que impossibilitaram a renovação do contrato (CIRILO, 2013).

O diagnóstico ambiental e socioeconômico da Ilha do Combu realizado pela primeira consultoria apresentou algumas implicações para a elaboração do plano de manejo: a) baixo conhecimento da população sobre as implicações de morar em uma unidade de conservação; b) dificuldade da equipe da gerência da APA para mobilizar as comunidades; c) falta de solução para os problemas de ordem fundiária; d) existência de quatro principais organizações de moradores (uma para cada comunidade) que estão desarticuladas, interna e externamente, e com pouca credibilidade junto aos moradores da Ilha, dificultando a legitimidade de representação dos moradores junto ao conselho gestor; e) presença de várias instituições públicas atuando na Ilha de maneira isolada, fazendo com que projetos de diferentes instituições atuem num mesmo problema com ações concorrentes (CIRILO, 2013).

As tentativas de consolidar o plano de manejo da Ilha foram retomadas entre os anos de 2015 e 2016, pouco depois da transferência da jurisdição das unidades de conservação do Pará para o IDEFLOR-Bio. Preocupava-se que a ausência desse instrumento técnico se tornasse um entrave para implantação legal das novas políticas, projetos e acompanhamento dos empreendimentos econômicos que estavam sendo construídos.

A Ecosis Soluções Ambientais, responsável por oferecer serviços de assessoria e consultoria ambiental, com sede em Porto Alegre, venceu o primeiro processo de licitação após a transferência para o IDEFLOR-Bio. Contudo, também não foi possível a continuidade de elaboração do plano de manejo, devido as discrepâncias apresentadas pela empresa em

relação às atividades que deveriam ser desenvolvidas, que "fugiam da realidade" socioespacial da ilha, conforme reforçado pela representante do IDEFLOR e pela representante da comunidade Igarapé Combu durante as reuniões.

Assim, em 2017, deu-se a abertura de uma nova concorrência, tendo como vencedor o Instituto de Avaliação, Pesquisa, Programas e Projetos Socioambientais (Instituto Avaliação), sediado em Brasília, que, no momento atual, é ser responsável pela elaboração dos planos de manejo da Área de Proteção Ambiental de Paytuna, em Monte Alegre, e mais recentemente o da Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre Metrópole Amazônia (REVIS), na Região Metropolitana de Belém. De acordo com as regras publicadas pelo edital de concorrência do IDEFLOR-Bio, a entidade foi considerada inabilitada pela ausência de parte da documentação, tendo o prazo para corrigir tais divergências, o que não foi possível constatar até a conclusão da pesquisa.

As demandas e as necessidades das populações insulares, reveladas nas inúmeras reivindicações das atas do conselho gestor, demonstram que a Ilha do Combu se estabelece como um dos pontos de "delinquência" e de "agitação" da cidade, que não consegue esperar pela deliberação de processos burocráticos longos, como os de regularização fundiária e de implantação do plano de manejo, pois a vida cotidiana se realiza independente das vontades hegemônicas. Os embates sobre a regularização fundiária vão sobrepondo-se aos embates relacionados ao manejo dos recursos naturais e aos embates na instalação de empreendimentos de lazer e turismo.

Os moradores, ao cobrarem a resolução dos problemas fundiários à SPU, receberam como resposta que tais obstáculos só poderiam ser resolvidos com a elaboração do plano de manejo, que permitiria o levantamento do número de famílias existentes e quais possuíam o direito de concessão de uso da terra. Somente de posse dessas informações, poder-se-ia dar início às ações (CIRILO, 2013). No momento atual, o impasse permanece, pela ausência da elaboração do plano de manejo e também pelo fato do não pagamento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) acordada com o Instituto Peabiru.

Considera-se que, da contratação da empresa até a elaboração e implementação do plano de manejo, caberia ao IDEFLOR-Bio, por sua competência no planejamento e na gestão das unidades de conservação do Estado, juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), por sua jurisdição no licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos ao EIA/RIMA ou de "baixo impacto", e ainda favorecendo-se da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e da própria lei de criação da APA.

Outrossim, a intencionalidade que busca e é capaz de portar projeções futuras, pode ser observada na permanência dos esforços de instrumentalização do espaço. Durante a realização da 6ª reunião do conselho gestor, sugeriu-se a mudança da situação de área de proteção ambiental para a de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), visto que o

manejo em áreas de proteção ambiental prevê ações mais voltadas para a preservação, reflorestamento e pesquisa de elementos naturais e de espécies nativas, enquanto nas RDS, por sua maleabilidade quanto às restrições estabelecidas pelo SNUC, é permitida às comunidades tradicionais residentes a maior exploração dos recursos naturais, desde que baseados em sistemas sustentáveis, que, na maioria das vezes, não acompanham a renovação dos ecossistemas.

Outro assunto a ser ponderado, foi a pretensão de transformar as unidades de conservação da Região Metropolitana de Belém em um Mosaico, o que possibilitaria a constituição de um "cinturão verde" envolvendo as áreas protegidas da RMB; sugestão recebida com muitos questionamentos por parte dos representantes de moradores da Ilha, que enquanto sujeitos mobilizadores demonstraram-se resistentes à ideia, indagando sobre qual a finalidade prática dessa participação, e até que ponto o mosaico desburocratizaria e agilizaria as ações previstas para a APA. A gestão é acompanhada por um Conselho Consultivo, presidido por um dos gestores das unidades, sendo fundamental a participação da comunidade local.

Conselhos consultivos são uma prática originada na governança corporativa, que dentro de uma visão neoliberal são bem vindos no âmbito institucional, respaldando as políticas e notificando os agentes. Contudo, se comparados aos conselhos deliberativos, possuem poder de opinião, porém pouco poder de decisão sobre os dispositivos da gestão.

Em um dos encontros do conselho gestor do ano de 2017, reforça-se a ideia de junção das unidades de conservação e dos seus conselhos. Nessa reunião estiveram presentes os membros interessados em fazer parte do conselho da "APA Metropolitana de Belém" e os integrantes da APA Combu. Dentre os assuntos debatidos não foi aprofundada a discussão sobre as lutas pontuais dos moradores do Combu, dando-se ênfase à formação da APA Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia.

Nas articulações entre as políticas de meio ambiente e as políticas de turismo, bem como suas ações, tem-se, entre os projetos previstos para solucionar parte dos transtornos e valorizar economicamente a Ilha do Combu, o da construção de uma sede administrativa e a criação de um sistema de abastecimento de água; propostas que seriam viabilizadas por meio dos recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR). Contudo, os atrasos na viabilização dos recursos do programa comprometeram a meta de maior expressividade na etapa inicial, restando a expectativa de que o financiamento fosse liberado no começo de 2015 (SETUR, 2015), o que, segundo a SETUR, não aconteceu.

O descrédito e a demora para liberação dos recursos do PRODETUR, assim como o início da implementação dos projetos, dificultaram as tentativas de garantir as promessas realizadas quanto as melhorias da qualidade de vida e a geração de mais emprego e renda

para as comunidades do Combu. Essa situação se agravou visto que não há uma divulgação detalhada a respeito do andamento das ações.

Desde o golpe parlamentar de 2016, demonstra-se o retorno efetivo de abertura econômica do País para o capital internacional, assim como o reforço ao empresariamento urbano, que busca condicionar simbolicamente as cidades como sustentáveis, deixando-se de lado as políticas sociais. Nos anos de 2018 e 2019, poucas mudanças e tomadas de decisão efetivas ocorreram nas reuniões do conselho gestor, o que pode ser confirmado pela baixa frequência dos conselheiros, tal situação agravou-se no ano de 2020, com a pandemia da covid-19 as desigualdades e distanciamentos entre os membros tornaram-se mais evidentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas cidades amazônicas, tanto o ambiente construído quanto o ambiente natural estão repletos de intencionalidades quanto ao uso, seja por parte do Estado, do mercado ou da sociedade. Entende-se que são raras as vezes em que a instrumentalização da natureza nessa região é unicamente voltada para a tentativa de proteção ou preservação diante dos males causados pela ação antrópica.

Assim, a produção do espaço da Ilha do Combu é marcada por uma série de eventos, considerando-se como principal para essa análise a criação da APA Combu, no ano de 1997, período em que se intensificou o número de visitas ao local, motivadas por estudos acadêmicos e pesquisas governamentais, que giravam em torno das atividades e potencialidades econômicas atribuídas à ilha. A APA Combu transformou o modo de vida dos moradores, influenciados pela presença de agentes exógenos, que possuem interesses distintos quanto ao uso do espaço para fins ambientais e turísticos.

Acredita-se que as políticas de turismo que envolvem a Ilha do Combu, não desvinculando-as das políticas ambientais e fundiárias, interveem no espaço e na vida das pessoas, não resolvendo adequadamente os problemas sociais e ambientais a que se propõem solucionar.

Mesmo após mais de 20 anos de criação da APA Combu ainda não é possível valer-se de todos os instrumentos técnicos de gestão previstos para essa categoria, visto que até o momento não há a consolidação do plano de gestão, muito menos ações conjuntas com a comunidade para a fiscalização e controle da situação fundiária, educação ambiental, manejo dos recursos florestais e outras formas de integração socioeconômica que possibilitem aos moradores garantir seu sustento e bem-estar. Atribui-se essa demora ao lento processo de consolidação do plano de manejo, que deveria ser a ferramenta prioritária nas ações dos integrantes do conselho gestor e das demais lideranças da Ilha.

Reforça-se que esse mecanismo, só poderá de fato ser efetivo se em sua composição considerar as particularidades e singularidades do local; assim como, as práticas residuais refletidas no espaço, que revelam o cotidiano das comunidades ribeirinhas, que devem permanecer com seus direitos de uso da floresta, do rio e da cidade.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990. Diário Oficial do Município de Belém. Belém, PA, 31 mar. 1990. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html>. Acesso em: 27 abr. 2017.

BELÉM. Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a regionalização administrativa do Município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos Distritos Administrativos e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, n. 7.680, 11 jan. 1994.

BELÉM. Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM. 1995. Considerações sobre a LPM/1831- DPU. Belém. p. 127-146.

BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém: Câmara Municipal de Belém, 2008.

BORGES, D. R. *As institucionalidades na gestão do território: os limites das domínialidades territoriais sobre os terrenos de marinha em Belém-Pa.* 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm. Acesso em 10 de janeiro 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria n.268 de 23 de outubro de 1996. Dispõe sobre a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.208, seção I, p. 21903, 25 out. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República do Brasil, Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 26 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 482, de 14 de dezembro de 2010. Institui procedimento para reconhecimento de mosaicos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e dá outras providências. *Diário Oficial da República do Brasil*, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://eugestor.com/legislacao/arquivos/174>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BRASIL. Proposta de emenda constitucional nº 39, de 14 de junho de 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508965>. Acesso em 14 de junho de 2017.

CIRILO, B. B. O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

GONÇALVES, A. C. O.; CORNETTA, A.; ALVES, F.; BARBOSA, L. J. G. Belém e Abaetetuba. In: ALVES, F. (Org.). *A Função Socioambiental do Patrimônio da União da Amazônia*. Brasília: IPEA, 2016, p. 63-106.

INSTITUTO PEABIRU. Relatório anual de atividades ano de 2016. Belém: Instituto Peabiru, 2016. Disponível em: < https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/11/170711_peabirurelatorioanual2016.pdf >. Acesso em: 12 jan 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Painel dos assentamentos do Brasil. Disponível em: http://www.incra.gov.br/reforma_agraria. Acesso em: 03 jan. 2018.

MAIA, O. M. M. A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – 311 Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

NUNES, T. G. Viver às margens do rio: identidade e pertença na Ilha do Combu/PA. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PARÁ. Decreto de LEI nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, que fixa a divisão territorial do Estado. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 1938.

PARÁ. LEI No 6.083, de 13 de novembro de 1997, Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu no Município de Belém. Disponível em: <http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Lei-de-Cria%C3%A7%C3%A3o-APA-Combu.pdf>. Acesso em: 24 de setembro 2015.

PARÁ. Governo do Estado. *Plano Ver-o-Pará: relatório de implantação 2012-2014*. Belém: SETUR, 2015.

LEFÈBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RODRIGUES, Á. F. A. C. *A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (Belém-Pará)*. 2018. 331f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SEMMA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Áreas especiais e protegidas. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/semma/site/?page_id=72. Acesso em 07 jan. 2017.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.



GT 02A – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS: O CASO DE TRÊS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

Luis Carlos Freitas Rodrigues (NAEA)¹

RESUMO

A participação social nas políticas públicas previstas desde a Constituição de 1988 incentivou a mobilização dos cidadãos em torno de seu direito de participação junto as instâncias governamentais na tentativa de criar uma esfera pública deliberativa e democrática. Porém não foi suficiente para substituir séculos de desigualdade social que distanciou a população de seu direito de participar da construção de processos de deliberação e interação junto a elaboração, decisão e fiscalização de políticas públicas. Neste artigo foi analisado a participação social junto ao Orçamento Público, LDO de 2020, em três municípios do Estado do Pará, Cametá, Capanema e Marabá, através de pesquisa nas prefeituras e com os representantes da sociedade civil nos respectivos municípios, e nas Controladorias do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA) em Belém.

Palavras-chave: Participação Social; Democracia; Desigualdade; Orçamento Público.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil se tornou comum a utilização do termo “Democracia Deliberativa” para nomear as diversas interações republicanas entre o Estado e seus Cidadãos. Na Ciência Política, no Direito e em outras áreas do conhecimento as ideias de deliberação na formação de um consenso decisório em uma determinada esfera pública, conforme os postulados Habermasianos, aparecem muitas vezes como se a construção do processo democrático no país tivessem superados séculos de construções de esferas públicas que em nada lembram o processo de formação de uma democracia realmente deliberativa.

Habermas já alertava quanto a impossibilidade de uma esfera pública onde as relações políticas são dominadas pelo desejo crescente das classes políticas majoritárias em cercar a comunicação clarificada e diversa, onde os fins dessa esfera seriam direcionadas aos

1

Ex: Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), doutorando do PPDGSTU/NAEA/UFGA, integrante do Grupo de Pesquisa Sociabilidade, Intersubjetividade e Sensibilidades Amazônicas/SISA. E-mail: luislucas270868@gmail.com

desejos dessa classe, a transformação da opinião pública em um “padrão delimitado” pelo poder dominante, a “publicidade crítica” fica a cargo de uma opinião pública irmanada com as delimitações de um Estado que estreita a esfera pública tornando-a subserviente aos seus anseios e práticas, e a indução da maioria dos participantes da esfera pública a um afastamento proposital da participação política substituída agora por “novas formas de barganha”, subordinada aos interesses de falsos mediadores políticos, que na realidade implementam um processo sucessivo e ampliado de dominação de grande parte dos meios e possibilidades de construção democrática de uma esfera pública, que vai afetar diretamente na forma como os cidadãos vão ter oportunidade de explicar e potencializar os seus posicionamentos dentro de um debate sobre determinado tema em uma esfera pública. (HABERMAS, 2003 e 2012).

Este artigo tem como objetivo analisar a participação social no orçamento público municipal em Capanema, Cametá e Marabá no Pará, através da construção, ou não, de uma esfera pública em torno da LDO-2020 nesses municípios, tendo os gestores municipais, os representantes da sociedade civil, e os técnicos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA como principais atores neste cenário pesquisado.

2. Democracia Deliberativa, Esfera Pública, Participação e Desigualdade Social.

O processo de construção de uma esfera pública democrática deve levar em consideração o que Habermas descreveu como a “formação democrática da opinião e da vontade” (HABERMAS, 1993, p.52), que expressa as diversas decisões coletivamente acordadas com um processo de depuração democrático que devem estar disponíveis aos mais variados atores que compõe essa esfera, com a existência de um sistema político que deve ter sempre ao seu lado diversos meios que possam trazer até ele as variadas formas de manifestação dos cidadãos, que ele chama de “extensa rede de sensores”, capazes de captar através da argumentação e da deliberação qual a melhor decisão que vai chegar ao sistema político e será direcionado, pela estrutura legal vigente para a direção correta que atenda aos anseios da comunidade. Por esse prisma percebe-se logo de saída que a maioria das esferas públicas construídas ou em construção no Brasil dificilmente vão conseguir atender os anseios de uma determinada comunidade. A dominação por atores políticos que se baseiam em uma relação de constante dependência do cidadão junto as elites políticas do momento, impedem em seu nascedouro o direcionamento para uma melhor decisão, aquela que deveria refletir a argumentação e deliberação verdadeiramente pública, que leva-se em consideração as verdadeiras manifestações da sociedade, que nesta situação não existe. Não há o reconhecimento pelo poder público instalado e até mesmo de grande parte da própria população, devido a secular dependência sócio econômica imposta pela classe política

dominante, de seu direito de influenciar nos níveis decisórios nas esferas públicas. Uma aparente conformidade social se apresenta fortemente, influenciando na participação social. O não reconhecimento domina a esfera pública brasileira, principalmente quando se trata de definições e escolhas de propostas de políticas públicas, mais especificamente as de âmbito local, onde esse processo de dominação é mais evidente.

A submissão de grande parte da população do Brasil a um processo de dependência e desmando, impetrados por postulados impostos pela classe política dominante, que se sucedem no decorrer da história, está fundamentado em um processo de construção de um imaginário social que muitas das vezes impedem a evolução e a implementação de lógicas participativas, deliberativas e democráticas na sua totalidade. Esse é um processo ainda em curso, com muitas idas e vindas, e bastante influenciado por práticas institucionais que reproduzem e/ou não conseguem inibir o mandonismo e o autoritarismo, diante de uma realidade social excludente, que mesmo com avanços institucionais nas últimas décadas não permite a ampliação da esfera pública, muito menos torna-la mais afeita a estrutura deliberativa.

Segundo Souza na esfera pública brasileira a burguesia nacional, de forma explícita, promove seu processo de dominação através da criação de um imaginário implantado junto as classes subalternas através de uma autoconsciência permeada pelo sentido de incapacidade de reverter o quadro de exploração, elaborado historicamente, impondo uma relação social que impossibilita a ascensão sócio-econômica da maioria da maioria de seus indivíduos, e a institucionalização de um “esquema”, que leva a construção de um padrão de representatividade cidadã na esfera pública explícita e implicitamente negligente a uma base democrática, que dificulta, em grande parte a existência de um conflito, conforme preconiza Honneth², que seria fundamental para que a discussão sobre um tema se torna-se viável em uma esfera pública disforme como a que se construiu no Brasil. A maioria das questões que se formam e se definem na esfera pública nacional se acomodam em um universo institucionalizado sem a devida representatividade de seus indivíduos, provocando um ciclo vicioso, em que o poder das elites políticas lança as suas bases de dominação.(SOUZA, 2006a, 2006b, 2006c./ HONNETH,2003)

A existência de marcos regulatórios para a participação social em diversas políticas públicas no Brasil é fato, porém a exclusão dessa participação, ou seu mascaramento apenas para cumprir normas legalmente estabelecidas, também é uma constante, como no caso do Orçamento Público.

² O reconhecimento como um dos eixos centrais na estrutura procedimental de Habermas foi criticado por Axel Honneth, quando afirmou que neste ponto Habermas “se esquivou” do que para ele seria base para o processo de interação social, o conflito, mas especificamente o conflito social.

3.Participação Social no Orçamento Público Brasileiro.

O processo de redemocratização no Brasil pós Golpe de 1964 encontrou um país em grave crise fiscal e financeira. O final do chamado “Milagre Econômico” promulgado desde os anos 50 do século XX, e reforçado pelo Regime Militar agora encontrava-se em colapso. A dívida externa e interna cresceram de forma exponencial, no final dos anos 70. A Crise do Petróleo, dentre outros fatores, fez com que o país entrasse em um longo período de recessão, com a queda na oferta e na qualidade dos serviços públicos, inflação crescente, e regime tributário caótico. Neste cenário ocorreu a promulgação da Constituição de 1988, a primeira realizada de forma democrática desde os anos 40. Outro ponto importante a ser citado é que neste período em várias partes do mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, com os governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher respectivamente, impõe sobre esses países uma nova forma de governo direcionado pela estrutura Neoliberal, que influenciou de forma contundente a condução sócio-política-econômica nestas nações, influenciando também na forma de condução de seus Orçamentos, algo que não se viu no Brasil nos primeiros anos de promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. Esse movimento na direção de uma política Neoliberal só seria implementada nos anos 90, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que fez várias alterações na Carta Magna, a maioria delas se alinhando junto a “nova ordem econômica mundial”, o Neoliberalismo. Como então ficou a nova Constituição brasileira quando se trata do tema orçamentário após esses movimentos?

Segundo Giacomoni (2010) e corroborado por outros autores como José Roberto Afonso, o “[...]tema orçamentário mereceu grande atenção dos constituintes [...]” (GIACOMONI, 2010, p. 45) e “ A Constituição de 1988 inovou ao dedicar uma sessão específica para o orçamento público, no âmbito de um igualmente inovador capítulo sobre finanças públicas.” (AFONSO, 2016 ,p. 14). Esses e demais autores reforçam a ideia de que na Constituição de 1988 o Brasil tem um grande avanço quanto ao tema orçamento público. Esses avanços são perceptíveis quando se tem, por exemplo, um Legislativo que retoma os plenos poderes de atuar no processo de elaboração do orçamento, com a sua maior “universalização” e racionalização das peças que formam o orçamento, como por exemplo as contas fiscais e a seguridade social.

Disciplinou minimamente as emendas parlamentares, criou a obrigatoriedade e a hierarquização do processo baseado em três leis, a do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA), todas com regras básicas, calendário para executabilidade e controle do Legislativo. Outro ponto importante da Seção Dos Orçamentos diz respeito ao Controle Orçamentário:

[...] foi dado um grande espaço para o aperfeiçoamento e ampliação do controle institucional e legal da gestão fiscal, inclusive tornando efetiva a fiscalização da execução orçamentária pelo Congresso, por intermédio de seu órgão auxiliar de controle externo o Tribunal de Contas da União (TCU) (AFONSO, 2016, p. 15).

Não se pode perder de vista que por mais de trinta anos o Legislativo brasileiro foi meramente uma peça cumpridora dos ordenamentos do Executivo Nacional quando se tratava de Orçamento Público, e isso criou um ciclo de falta de controle efetivo sobre o orçamento que causou danos quase que irreparáveis, neste período, junto as peças orçamentárias, um deles a sua falta de legitimidade cidadã.

Ao submeter ao escrutínio do Legislativo, bem como a sua fiscalização, a Constituição de 1988 restabelece as bases fundamentais do Orçamento Público, que é a de submissão ao parlamento daquela que será uma das principais peças que compõe um regime democrático.

Outro ponto importante que se destaca do Orçamento pós Constituição de 1988 foi a sua descentralização. Estados e Municípios agora tinham liberdade, respeitando os preceitos constitucionais, de elaborar e aprovar seus orçamentos, “Cada governo pode contratar livremente funcionários, definir salários, comprar bens e serviços e, ainda, contratar obras;” (AFONSO, 2016, p. 17). Essa liberdade criou duas situações inovadoras em se tratando de orçamento de entes subnacionais: a primeira foi a necessidade de um maior aprimoramento tanto do executivo quanto do legislativo diante dessa nova forma de regimentação orçamentária; e em segundo lugar passaram a “controlar” seu poder de contrair dívidas, e renegocia-las quando possível. Essa descentralização, em alguns aspectos, não significou maior independência junto ao poder central, pois a Constituição de 1988 ainda era muito centralizadora quando se tratava de questões fiscais e tributárias, com a maior parte dos recursos tributários ainda concentrados na União.

A partir de 1988 com Estados e Municípios assumindo de fato seus Orçamentos iniciando um processo de organização que vai gerar uma maior responsabilidade orçamentária, principalmente quanto ao cumprimento de exigências técnico-jurídicas. O executivo e o legislativo estadual e municipal criaram uma estrutura administrativa que viesse a viabilizar as novas exigências inerentes as necessidades orçamentarias, reforçando os setores e áreas que ficavam responsáveis pela sua elaboração, aprovação e fiscalização.

É importante também frisar que com a nova Legislação o Orçamento passa a compor um esquema importante para o planejamento das atividades públicas, “[...] ao tornar obrigatória a elaboração de planos plurianuais abrangendo as despesas de capital demais

programas de duração continuada.” (GIACOMONI, 2010, p. 53), sendo que são os Planos Plurianuais que vão orientar a construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

3.1. Lei Complementar No. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar No. 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) veio ampliar, através de um rol de regramentos, a responsabilidade sobre a gestão fiscal, e disciplinar o agente público sobre as posturas e ordenamentos legais que se impõe sobre as ações por ele impetradas referentes as finanças públicas, abrangendo tanto a União, como Estados e Municípios de forma equânime, englobando o Planejamento, a Receita Pública, a Despesa Pública, a Dívida e o Endividamento, a Gestão Patrimonial, e a Transparência, Controle e Fiscalização. Eles atendem a três princípios básicos da gestão fiscal: Ação Planejada e Transparente; Prevenção de Riscos; e Equilíbrio da Contas Públicas.

Ao impor a transparência e atribuir a responsabilidade pela gestão fiscal, a LFR exigiu uma nova forma de condução sobre os recursos públicos, objetivando em seus artigos não apenas a punição aqueles que fazem má utilização do erário público, como ela ficou amplamente conhecida, principalmente nos meios midiáticos, mas incentivou a busca pela melhor forma de planejamento que torna viável a melhor utilização dos recursos públicos disponibilizados, sempre escassos diante da necessidade crescente de seu principal demandante, a população.

O Capítulo IX- Da Transparência, Controle e Fiscalização, traz no caput do Artigo 48, um indicativo claro sobre essa nova realidade legal quanto a gestão fiscal e a participação cidadã, quando diz que são instrumentos dessa gestão: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; e complementa já no Parágrafo 1º, Inciso I :

“...incentivo a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.” (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, 2017, p. 20).

A LRF permitiu uma mudança na gestão fiscal orçamentária. As instituições públicas responsáveis por toda a condução do trato orçamentário se viram no desafio de incorporar novos padrões e exigências técnicas mais elaboradas e sofisticadas do ponto de vista jurídico, contábil e de gestão. Porém as práticas patrimonialista de muitas décadas, ou mesmo seculares, ainda permeiam a realidade operacional dos orçamentos em muitos municípios no Brasil, muitas vezes chancelados por uma falsa visão de participação popular que se reverte no “cumprimento” de metas legais e burocráticas, como é o caso do chamamento e execução de Audiências Públicas, para a elaboração da LDO, ou para a prestação de contas, conforme

prevê a legislação em vigor. Na maioria das vezes, na prática, o que se tem é a construção de uma arquitetura burocrática dominada pelo governo local, sem a participação popular de fato, prática esta é aceita por muitos órgãos de controle

No caso do Orçamento Público Municipal a fragilidade do processo é grande, e em muitas situações percebe-se que o que se tem como participação social promovido pela gestões municipais no caso do orçamento, é um mero ato para cumprir uma exigência legal, sem a profundidade que o tema merece, sem o tempo que a situação requer, tempo este que deveria ocorrer antes de, por exemplo, ser convocado uma Audiência Pública. Como exemplifica Horochovski e Clemente quando da análise de Audiências Públicas (Aps) promovidas pela prefeitura de Curitiba para o debate sobre a LDO daquele município:

“Em todas as Aps de Curitiba, os procedimentos comunicativos dão-se por meio de microfones monopolisticamente coordenados pela mesa diretiva. Em algumas poucas ocasiões há microfones sem fio que vão até o público. Vereadores e demais autoridades políticas que transitam entre uma e outra AP possuem prerrogativas de fala. Os feedbacks dos técnicos quase sempre têm caráter justificador, tanto sobre alguma decisão tomada, quanto sobre a possibilidade de atender ou não a uma demanda. Na maioria dos casos o tom discursivo é eminentemente técnico, fato que faz prevalecer o silêncio após as exclamações” (HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2011, p.139).

A prática de realizar Aps com a clara intenção de criar dificuldades para a efetiva participação popular é hoje uma tônica em muitas ações prévias para o orçamento, principalmente quando da elaboração e aprovação da LDO.

3.2. Estatuto da Cidade – Lei 10.257 de 10 de julho de 2001

Com o Estatuto da Cidade o processo de representatividade do cidadão em seu município aparece de forma mais contundente e normatizada. A formatação da referida Lei permitiu uma maior publicidade do Orçamento, tentando impelir junto aos agentes públicos tanto do executivo como do legislativo uma visão menos corporativista sobre a peça orçamentária. Não que isso representasse uma supressão de práticas clientelistas e submissa a *lobby* e demais estratégias de dominação do capital sobre os orçamentos, elas continuam a existir, porém a população deveria ter agora maior proximidade quando da elaboração de seu orçamento. Isso fica mais claro ao se ter um capítulo inteiro da Lei, no caso Capítulo IV, dedicado, conforme já anuncia o seu título, a Gestão Democrática da Cidade, e nesse capítulo o seu Artigo 44 trata especificamente da gestão orçamentária:

Capítulo IV

Da Gestão Democrática da Cidade

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização

de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal (ESTATUTO DA CIDADE, 2008, p. 28).

O Estatuto da Cidade deveria tornar viável e legalmente obrigatória a participação social no processo decisório sobre o Orçamento Público, na tentativa de promover uma aproximação dos cidadãos com esse que é um de seus principais instrumentos de representatividade política, o que por si só já representaria um grande avanço na construção de uma esfera pública mais justa e menos voltada a interesses privados, e que deveria permitir a valorização do debate, tão primordial na construção de efetivos laços de compreensão e interesses públicos entre o cidadão e aqueles que o representam.

4. Participação Social no Orçamento Municipal em Capanema, Marabá e Cametá no Pará

Os municípios brasileiros refletem uma realidade quando se trata de participação cidadã, "...cidade e cidadania não tem a mesma trajetória. Os direitos políticos são conquistas recentes em nossa história" (RIBEIRO, 2004, p. 29). A cidadania nos municípios brasileiros reflete o processo de luta por mais espaço para uma população que não consegue alcançar seus anseios por conta da desigualdade socioeconômica a qual foi e é submetida a séculos. No decorrer das últimas décadas ocorreram avanços neste sentido, porém não foram suficientes para desfazer o longo tempo de falta de reconhecimento e domínio das elites políticas e econômicas locais, que afastaram sistematicamente a população de sua esfera pública. Esse é o caso dos municípios pesquisados.

As prefeituras de Capanema, Marabá e Cametá tem a responsabilidade de promover as audiências públicas para promover os debates sobre a LDO, assim como todos os demais municípios no Brasil. No ano de 2019 elas deveriam organizar e divulgar as audiências, e executa-las em tempo hábil para a formulação da Lei para apresentação e votação nas suas respectivas Câmaras de Vereadores.

A escolha desses municípios refletiu a sua inserção na realidade que se impõe a eles diante do que acontece em seus vários entornos, principalmente o global, e o local que no caso da Amazônia incide diretamente na formação e formatação de suas relações, que invariavelmente estão refletidas em suas esferas públicas. São municípios com diferenças e semelhanças entre si, que influenciam diretamente na construção da peça orçamentária, porém com uma mesma responsabilidade legal : organizar um ambiente de participação social efetivamente plural e amplificado em suas comunidades. Nos casos de Capanema, Marabá e Cametá, o orçamento tem sido influenciados ao longo do tempo por uma relação impactante advinda do modo de produção capitalista, que se insere na esfera pública subsidiando ações

da gestão pública que viabilizem seus interesses, sendo que uma delas é o domínio da peça orçamentária municipal.

A discussão com base no resultado da pesquisa de campo através de entrevistas individuais realizadas no ano de 2019, levou em consideração a relação existente entre os representantes de segmentos da população, sindicalistas, conselheiros, e gestores de Unidades de Referência, os Secretários e/ou Técnicos das secretarias responsáveis pela elaboração da LDO 2020 e a organização das audiências públicas, bem como a divulgação das mesmas junto as entidades representativas da sociedade civil e os munícipes, os Presidentes das Comissões de Finanças das respectivas Câmaras Municipais, além dos Coordenadores e/ou Técnicos das Controladorias do TCM-PA em Belém responsáveis pela fiscalização de cada um dos três municípios. Neste último caso a relação se dá em menor grau do que os três atores anteriormente identificados.

Quadro 1- Entrevistas Capanema, Marabá, Cametá e Belém

| CIDADE | ENTREVISTADO | PERÍODO | LOCAL |
|---------------|--|------------------|------------------------------------|
| Capanema | Chefe do Dpto Administrativo da Secretaria de Planejamento | Novembro de 2019 | SEPLAN/Capanema |
| | Presi. da Comis. de Finanças da Câmara de Vereadores | Junho de 2019 | Câmara de Vereadores de Capanema |
| | Vereador 02 | Junho de 2019 | Câmara de Vereadores de Capanema |
| | Presidente do Conselho dos Idosos | Novembro de 2019 | Casa dos Conselhos |
| | Representante da Unidade de Referência da Educação/URE | Novembro 2019 | URE/Capanema |
| Marabá | Sec. Municipal de Planejamento | Setembro de 2019 | Secretaria de Planejamento |
| | Pres. Comis. de Orçam. da Câmara de Veread. de Marabá | Setembro de 2019 | Secretaria de Planejamento |
| | Presidente SINTEEP | Setembro de 2019 | SINTEEP Marabá |
| | Pres. Sind. do Servidores Municipais de Marabá | Setembro de 2019 | Sede do Sindicato |
| | Representante do Sind. do Transp. Rodoviário de Marabá | Setembro de 2019 | Sede do Sindicato |
| | Represen. do Sind. dos Trab. Estad. de Saúde em Marabá | Setembro de 2019 | Sede do Sindicato |
| Cametá | Técnico Secretaria de Planejamento de Cametá | Novembro de 2019 | Sede da Secretaria de Planejamento |
| | Presidente do SINTEPP de Cametá | Novembro de 2019 | Escola Estadual do Município |

| | | | |
|-------|---|------------------|-------------------------------------|
| | Sec. Executiva do Conselho de Assistência Social de Cametá | Novembro de 2019 | Escola Estadual do Município |
| | Repres. do Cons. Munic. da Criança e Adolescência (CMDA) | Novembro de 2019 | Residência do Entrevistado |
| | Vereador Pres. da Comis. de Orçam. da Câmara de Veread. de Cametá | Novembro de 2019 | Câmara de Vereadores de Marabá |
| Belém | Técnico da 4ª. Controladoria | Dezembro de 2019 | 4ª. Controladoria TCM/PA (Capanema) |
| | Técnico da 5ª. Controladoria | Dezembro de 2019 | 5ª. Controladoria TCM/PA (Cametá) |
| | Controlador da 6ª. Controladoria | Dezembro de 2019 | 6ª. Controladoria TCM/PA (Marabá) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

4.1. Planejamento, execução e fiscalização de Audiências Públicas para a elaboração da LDO-2020 pelas Prefeituras Municipais de Capanema, Cametá e Marabá.

Para a LDO de 2020 os municípios pesquisados não se interessaram em criar um ambiente propício junto a sociedade civil para debater a peça orçamentária daquele ano, percebe-se que cada um deles traça uma estratégia diferente para afastar os representantes da população do orçamento. Em Cametá não ocorreu uma única Audiência pública, a LDO foi apresentada apenas em uma sessão ordinária da Câmara. Em Marabá ocorreu uma única audiência na Casa Legislativa, sem a participação da maioria dos representantes da sociedade civil e em Capanema, mesmo tendo realizado quatro audiências públicas a participação social foi muito aquém do que se esperava, vide o esvaziamento da última e principal audiência que ocorreu na sede do município.

Em nenhum dos municípios pesquisados os representantes da população ou as instituições da sociedade civil organizada foram chamadas para auxiliar na montagem das audiências ou da Sessão Ordinária no caso de Cametá. Para a divulgação das audiências ou das sessões as Secretarias de Marabá e Capanema afirmam que realizaram ações de publicidade para o chamamento da população, sendo que em Cametá não ocorreu qualquer ação para divulgação e convocação da população para a Sessão Ordinária que aprovou a LDO-2020. Os técnicos das Controladorias do TCM/PA relataram que não havia fiscalização ou outra forma de controle referente a participação social exigida tanto pela LRF como pelo Estatuto da Cidade, e que nos municípios pesquisados eles não tinham conhecimento se as Audiências Públicas ou outras formas de participação popular foram executadas quando da elaboração da LDO.

Quadro 2- Principais Resultados das Entrevistas Executivo, Legislativo e TCM-PA

| Item | DESCRIÇÃO |
|------|--|
| 01 | A LDO é elaborada com pouco diálogo entre o executivo e o legislativo municipal (em todas as suas fases, mesmo depois do projeto ser enviado à Câmara de Vereadores) |
| 02 | As Secretarias que elaboram a LDO tem apoio de consultores externos privados em algum ou em várias fases do processo de construção, principalmente nos aspectos jurídicos e financeiros |
| 03 | As Comissões de Orçamento e Finanças não dispõem de capacidade técnica instalada para analisar de forma mais aprofundada a LDO. |
| 04 | Todas as Casas Legislativas tinham ampla maioria de parlamentares da base aliada do prefeito municipal |
| 05 | As Comissões de Orçamento e Finanças não conseguem atrair os vereadores para as discussões, deliberações e decisões sobre a LDO. |
| 07 | Nas Câmaras as pautas sobre o tema não são devidamente discutidas, a não ser quando existe um item que seja de interesse pessoal do parlamentar |
| 08 | Nos três casos prevaleceram as decisões do Executivo, que percebe o desinteresse e fragilidade da Câmara para aprovar a LDO a sua afeição |
| 09 | As Câmaras de Vereadores tem pouco interesse em estender o debate junto a população dos municípios |
| 10 | O TCM/PA não apoia de forma alguma as Câmaras de Vereadores pesquisadas para a realização de suas atribuições legais de aprovar e fiscalizar o Orçamento |
| 11 | A fiscalização e o controle Orçamentário que deveria ser realizado pelo legislativo é insipiente e tecnicamente questionável |
| 12 | O TCM/PA não consegue atingir seus objetivos, previstos em Lei , como auxiliar das Câmaras municipais para exercer o controle externo do orçamento municipal. |
| 13 | No principal momento para análise da peça orçamentária (um Orçamento Programa, que impacta não apenas orçamentaria e financeiramente, mais em todo o planejamento estratégico de todas as políticas públicas municipais) o Executivo e o Legislativo não conseguem levar adiante uma proposta de ampliação do debate, e a criação de uma esfera verdadeiramente deliberativa sobre o tema. |

Fonte: Elaborado pelo Autor 2020

A falta da participação social junto a elaboração da LDO-2020 nos municípios pesquisados, tanto com a realização de audiências inócuas em Capanema e Marabá, com a falta delas em Cametá reforça a inoperância do poder municipal na direção de uma esfera pública que possa traduzir em políticas públicas efetivas os anseios das comunidades desses municípios, pois não provoca em seus cidadãos o direito fundamental a minimamente ter consciência da sua relevância na formatação da peça orçamentária. Isso se reflete no descaso com que os três municípios trataram a divulgação, quando existiu, das audiências para a LDO 2020, lembrando Pinzani (2013) em sua análise de Bourdieu e Boltanski sobre o conhecimento da população diante das leis que regulam a vida em sociedade, onde o autor

ênfatisa a necessidade de “[...]abrir os olhos das pessoas para a realidade, para que tomem consciência dela” (PINZANI, 2013, p. 156). Pinzani ainda reforça seu posicionamento sobre o papel dos dirigentes e dos *experts* para levar as pessoas a tomarem consciência das coisas que são de seu interesse, para poderem agir de forma coletiva, com determinada linha de ação para cada tema específico, como o orçamento público. Esta obra de esclarecimento deveria ser realizada pelo *expert*, que informa às pessoas simples quais são os verdadeiros interesses delas e quais os métodos certos para persegui-los (PINZANI,2013. p.156), algo inexistente quando da elaboração da LDO 2020 no três municípios, bem como na fiscalização que deveria ser impetrada pelas Controladorias do TCM/PA. A participação social junto ao orçamento via deliberação sobre a LDO é verdadeiramente algo incompleto, como no caso de Capanema, ou inexistentes, como em Marabá e Cametá, o que reforça os mecanismos institucionais utilizados pelas prefeituras para afastar a população e/ou seu representantes das suas respectivas peças orçamentárias.

Na 4º., 5º. E 6º. Controladorias responsáveis pela fiscalização do orçamento de Capanema, Cametá e Marabá, respectivamente, quando questionados sobre se havia sido realizada a verificação sobre a execução de audiências públicas para a aprovação do orçamento municipal de 2018 seguem a linha do que relatou o Analista de Controle Externo, 4º.Controladoria/TCM-PA:

“De maneira geral a gente não tem este item como ponto de controle. Pelo que eu conversei com a minha chefe a única vez que houve algo para este item foi a convite da SEGEP(?), foi em 2012. Foi uma iniciativa da SEGEP para ir participar dessa audiência pública. Ainda não temos ponto de controle social sobre isso.”(informação verbal)³

4.2. Participação de Representantes da Sociedade Civil no Orçamento Público Municipal: LDO 2020 Cametá, Capanema e Marabá

As entrevistas realizadas com representantes da sociedade civil servem para evidenciar de que maneira a aproximação social junto ao orçamento público nos municípios pesquisados, mais especificamente na LDO de 2020, ocorreram. Quais as formas de penetrabilidade desses representantes junto ao orçamento aprovado naquele ano, e qual a visão que esses atores tem sobre as peças orçamentárias, bem como as contradições e/ou afinidades com os relatos dos representantes do executivo e do legislativo dos municípios.

³ Analista de Controle Externo, 4º.Controladoria/TCM-PA:

Esses dados qualitativos serviram de base para reforçar a análise conjugada de todos os atores envolvidos no processo de elaboração e influência na LDO de 2020, já que ações como participação na montagem de audiências públicas, divulgação das audiências, aproximação desses representantes com as instâncias responsáveis legalmente pelo andamento da elaboração da LDO 2020, Prefeituras e Câmaras Municipais, está presente em todo o curso da pesquisa.

As respostas desses representantes demonstra afastamento e, em alguns casos até mesmo desconhecimento, da possibilidade de participar da elaboração da peça orçamentária em seu municípios. Cabe uma ressalva, os representantes foram escolhidos por terem uma interação direta e/ou indireta com as questões orçamentárias, que afetam significativamente seus membros, e as ações de cada instituição que eles representam. Ficou latente que esses representantes não conseguem ter a dimensão de sua influência sobre o ordenamento do orçamento de seu município, deixando a cargo dos dirigentes municipais, prefeituras e câmara de vereadores, a condução da maioria dos processos de organização e execução dos meios necessários para se viabilizar a participação social, o que, como se viu, não aconteceu quando da construção da LDO-2020.

Quadro 3- Participação Social dos Representantes da Sociedade Civil Organizada dos municípios pesquisados na LDO/2020

| Entrevistado | Part. Junto ao Orçamento | | Entrevista/Respostas |
|--------------|----------------------------------|----|--|
| 01 | Aproximação Orçamento (LDO 2020) | c/ | Então, olha só! Essa questão do orçamento público, né...Embora a gente é, é uma entidade, né, que defende o trabalhador, é...essa participação muito mesmo, nossa enquanto SINTESP, ela não é uma participação efetiva! (Presidente SINTESP/Marabá, 04 de setembro 2019) |
| 02 | Aproximação Orçamento (LDO 2020) | c/ | Por que? Porque ele (prefeito) faz um chamado assim, muito...Como se fosse escondido, né? Não faz a coisa como deve, como a Lei tá dizendo como tem que chamar, fazendo audiência pública! Faz uma só na Câmara, no geral! No geral, não! Sempre foi na Câmara. (Presidente SERVIMMAR/Marabá, 04 de setembro 2019) |
| 03 | Aproximação Orçamento (LDO 2020) | c/ | Bom, basicamente a instituição em si não parou para analisar isso! Mas, particularmente, nós como cidadãos, cidadãos que somos, a gente já percebeu a distância, a discrepância que tem esse orçamento. Sabemos que existe, mas digamos assim que hoje, para nós, como cidadãos, a gente não acredita como isso é feito! (Presidente do SINTRARSUL/Marabá, 05 de setembro 2019) |
| 04 | Aproximação Orçamento (LDO 2020) | c/ | É! Na verdade, em Marabá nós temos uma mesa de negociação que funciona com os três sindicatos reunidos, não com o Prefeito! O Prefeito estabeleceu a mesa, mas não cumpre a ...vir pras reuniões, pras negociações com os sindicatos!...A máxima que os sindicatos debatem são as pautas da categoria, que tem haver com a questão financeira. (Presidente do SINTEPP/Marabá, 05 de setembro 2019) |
| 05 | Aproximação Orçamento | c/ | Não! Na verdade eu recebi um convite verbal! "Olha vai ter uma audiência, nesse termo assim, da LDO e tal! Comparece lá! Eu |

| | | | |
|----|-------------------------------------|----|---|
| | (LDO 2020) | | compareci! Simplesmente isso! (Presidente do CMDI/Capanema, 04 de novembro de 2019) |
| 06 | Aproximação Orçamento (LDO 2020) | c/ | Olha, nós fomos convidados para participar daquela reunião de diretrizes orçamentárias, né?! E realmente, para lhe falar a verdade, foi até uma surpresa que eles convidassem especificamente a 14º.URE, porque, de um modo geral...O tempo que estou aqui, nós nunca tínhamos recebido um convite específico! (Representante 14º.URE/Capanema, 04 de novembro de 2019) |
| 07 | Aproximação Orçamento (LDO 2020) | c/ | Em relação ao orçamento público, o orçamento público mais amplo. Quando falo mais amplo é educação, saúde, meio ambiente. O orçamento mais amplo. A nossa participação é muito pequena. Muito pequena mesmo. Os órgãos públicos do município não chamam a gente para discutir. Para debater.(Coordenador SINTEPP/Cametá, 27/11/2019) |
| 08 | Aproximação Orçamento (LDO 2020) | c/ | A gente nunca foi chamado para tentar discutir aquilo que muita das vezes quando a gente sabe “Ah vão aprovar o Plano!”. A gente começa a ter conhecimento que algumas violações estão acontecendo com relação ao recurso público né. A partir daí é que a gente começa é, é procurar saber , mais assim, hoje os Planos são muito fechados, são muito restritos né a grupo de pessoas. (Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Ass. Social de Cametá, 27/11/2019) |
| 09 | Aproximação Orçamento (LDO 2020) | c/ | Não! Diretamente não! Sempre, como eu volto a dizer, uma coisa bem informal mesmo! (Contador CMDCA/Cametá, 27/11/2019) |

Fonte: Entrevistas realizadas em pesquisa de campo (set. dez. 2019).

O planejamento do orçamento público como atitude prévia a sua elaboração e futura aprovação e fiscalização é parte significativa para a participação social junto a esta política pública. Todos os entrevistados afirmam direta ou indiretamente que não participaram do planejamento da LDO-2020, refletindo a pouca relevância que esses representantes dão ao orçamento público de maneira geral.

4.Considerações Finais

A institucionalização que impõe a efetiva participação social , exigidos por diversos instrumentos legais em vigor no país, para a elaboração da LDO de 2020 em Capanema, Cametá e Marabá, tornaram-se apenas figuras de retórica, no entendimento semântico do termo retórica como algo feito para ludibriar, enganar com um verniz de verdadeiro. Os mandatários do poder político entrevistados nos três municípios, secretários e técnicos municipais responsáveis pela elaboração do orçamento municipal, enviaram a LDO-2020 para a aprovação das suas respectivas Câmaras Municipais, todas com maioria da situação, com parca participação social, ou mesmo nenhuma intervenção da sociedade civil ou de seus representantes. O que se viu foi a construção de diversos mecanismos que tinham, em última instância, o objetivo de obstruir ou afastar significativamente a população local de seu orçamento, tudo com a complacência das Câmaras Municipais, que entre suas obrigações tem a incumbência e o dever de aprovar e fiscalizar o orçamento, e do TCM-PA, que mesmo

com suas atribuições regimentais de controle dos orçamentos municipais no Estado do Pará, não analisa os aspectos referentes a participação social conforme prevê a LRF e o Estatuto da Cidade, como relata os representantes das três controladorias responsáveis pela análise e fiscalização das peças orçamentárias dos três municípios pesquisados.

Os representantes da sociedade civil que foram entrevistados demonstram ora desconhecimento da legislação que impõe a participação social junto ao orçamento, ora descaso com tais prerrogativas, mesmo sendo suas instituições e seus filiados diretamente influenciados pelas definições que serão impostas pelo orçamento para a execução de políticas públicas em vigor ou futuras.

A construção de uma esfera democrática em torno do orçamento municipal de 2020 em Capanema, Marabá e Cametá, não se efetivou. O que se levantou foi uma sucessão de justificativas, ou nem isso, por parte do poder público local para criar um relato falacioso e sem sustentação na tentativa de encobrir um fato consumado, as prefeituras não criaram ambientes propícios para a prática de um processo deliberativo, ampliado e com a participação popular para referendar as peças orçamentárias que entraram em vigor no ano em questão. Outro ponto que cabe ressaltar é o distanciamento dos representantes da sociedade civil nos três municípios durante todo o processo de elaboração da LDO-2020, o que demonstra a dificuldade desses representantes em criar uma aproximação efetiva e perene com o Orçamento Público Municipal.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto. *Orçamento público no Brasil: história e premência de reforma*. Joaçaba, v. 17, n. 1, p. 9-28, jan./abr. 2016.

ESTATUTO DA CIDADE. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

GIACOMONI, JAMES. *Orçamento público*. 15. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HABERMAS, Jürgen. *Três modelos normativos de democracia*. Tradução Gabriel Cohn e Álvaro da Vita. São Paulo: Ed. Lua Nova 14/15, 1993. Texto de apresentação de Habermas no seminário "Teoria da democracia". Universidade de Valência, 15/10/1991

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre a factividade e a validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro; Editora Tempo Brasileiro, 2003

HABERMAS, JÜRGEN. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalidade social*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012. tomo 1.

HABERMAS, JÜRGEN. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012. tomo 2.

HONNETH, AXEL. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34. 2003

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CLEMENTE JUNIOR, Augusto. Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. *Revista Sociologia e Política. Curitiba*, v. 20, n. 43, out. 2012.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF. *Lei Complementar no. 101*, abr. 2000. Disponível em: <http://plataformamaisbrasil.gov.br/legislacao/leis/lei-complementar-n-101-4-de-maio-de-2000>. Acesso em: 4 mar.2020

PINZANI, Alessandro. Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. *Revista Lua Nova*, São Paulo, v. 89, p 135-168, 2013.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; WAHL, Joachim. (org.). *Cidade, democracia e Justiça Social*. Rio de Janeiro: FASE, Rosa Luxemburg Foundation, 2004.

SOUZA, JESSÉ. A gramática social da desigualdade Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, fev. 2004

SOUZA, JESSÉ. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade Periférica. Rio de Janeiro. Editora UFMG. 2006a.

SOUZA, JESSÉ. Por uma teoria da ação social da modernidade periférica: um diálogo crítico com Florestan Fernandes. p. 23/55. In: SOUZA, JESSÉ. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2006b.

SOUZA, JESSÉ. A visibilidade da Raça e a invisibilidade da classe: contra as evidências do conhecimento imediato. p.55/71. In: SOUZA, JESSÉ. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006c.



GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas.

PLANEJANDO POLÍTICAS AMBIENTAIS: O QUE DIZEM OS PLANOS PLURIANUAIS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE LIMEIRA – SP?.

Andre Mafra Calderan (UFSJ)¹

RESUMO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165º, institui a realização do Plano Plurianual (PPA) que representa um importante instrumento para a consecução das estratégias orçamentárias que nortearão a agenda de um governo durante o horizonte temporal de quatro anos, caracterizando também a transição entre dois momentos de gestão. Desta forma, o presente artigo busca identificar como a pauta relativa ao Meio Ambiente tem sido caracterizada no PPA dos municípios da microrregião de Limeira – SP. A pesquisa baseia-se em análises quantitativas, descritivo-exploratórias, a partir dos Planos Plurianuais referentes ao quadriênio de 2018-2021 dos municípios da microrregião de Limeira-SP, enfatizando elementos propostos por Olenski et al. (2017), tais como a análise da qualidade do acesso público a itens documentais; coerência entre objetivos, metas e recursos; consistência das ações governamentais e seus indicadores; e o alinhamento do PPA e o orçamento relativos a pautas que contemplem o amplo escopo do meio ambiente. A coleta de dados consistiu-se por pesquisa documental, envolvendo o levantamento e sistematização dos referidos instrumentos legais produzidos pelos municípios para a aproximação com a proposta. A análise dos dados levantados permite concluir que há uma desarticulação entre políticas setoriais (tais como saneamento básico, meio ambiente, proteção ambiental) nos planos plurianuais dos municípios analisados, o que pode se justificar devido à ausência ou recente institucionalização de secretarias de meio ambiente na região, e a falta de orientação estratégica através do PPA que podem representar entraves ao planejamento e à implementação de políticas ambientais.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Planejamento Estratégico, Plano Plurianual, Políticas de Gestão Pública.

¹ Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de São João Del-Rey (UFSJ). E-mail: andremafracalderan@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O conjunto de ações estruturantes adotadas pelos governos em relação ao serviço público, aos seus processos de modelagem organizacional e ao *modus operandi* dos sistemas que compõem suas atividades, tais como os de planejamento, orçamento, recursos humanos, compras e controle e outras atividades sistêmicas de um governo, caracterizam as chamadas políticas de gestão pública, que se traduzem implicitamente no cotidiano das organizações públicas e, por vezes, não se configuram como um objeto de preocupação de muitos atores políticos importantes, ora por se tratarem de políticas-meio, pouco visíveis aos eleitores e difusas entre as várias organizações, ora por exigirem especial rigor técnico. (GAETANI, 2008; GOMES, 2010; CALDERAN, CAPELLA, 2013).

O modelo de Administração Pública Gerencial, desenvolvido nos Estados Unidos e Europa há pelo menos 50 anos, trouxe a preocupação com elementos típicos das políticas de gestão pública, adicionando uma noção racionalista para o setor público ao considerar modelos de mercado e da economia da *public choice* em sua teoria, especialmente para o enfrentamento da crise fiscal da década de 70 ao redor do mundo todo (DENHARDT, 2008). No Brasil, este modelo torna-se evidente a partir da segunda metade da década de 80, especialmente em seu período de redemocratização, a partir da orientação dos formuladores ao ajuste fiscal e às reformas orientadas para o mercado (BRESSER-PEREIRA, 1997, FARAH, 2016). Não obstante, foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165º, que se instituiu como obrigatória aos poderes executivos a realização do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a da Lei Orçamentária Anual (LOA) representando um importante instrumento para a consecução das estratégias que nortearão a agenda de um governo durante o horizonte temporal de quatro anos, caracterizando também a transição entre dois momentos de gestão.

Embora o Brasil tivesse consolidado seus novos instrumentos de planejamento e orçamento, a crise econômica e fiscal se prorrogou nos anos seguintes. Neste cenário, os novos instrumentos de planejamento governamental foram elaborados pela primeira vez, após grande repercussão no Congresso, no ano de 1991 (PPA 1991 - 1995), carregando como principais objetivos a abertura e modernização da Economia (GUIMARÃES FILHO, 1999; BRASIL, 2014), sem deixar de referenciar elementos sobre a reforma administrativa e modernização do Estado, que já delimitavam a nova forma e o modelo de gestão governamental que surgiam na época. (AMORIM, LEITE, 2016).

Com o objetivo de orientar as ações e investimentos governamentais, definir programas e metas em meio à complexidade do cenário organizacional no setor público, o PPA, em especial, recebe uma importante e paradigmática propriedade estratégica, política e administrativa, entretanto, ainda pouco explorada: as preocupações com a normatização do

planejamento governamental e com a matéria orçamentária foram retomadas no final da década de 90, especialmente no conjunto de reformas gerenciais, proporcionando diversas inovações, como com o Decreto nº 2.829, de 29 de Outubro de 1998, que estabeleceu normas para a elaboração do PPA (BRASIL, 1998); a Lei Complementar nº 101 de 4 de Maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), que reafirmou o compromisso dos entes federados com a matéria orçamentária e com as finanças públicas; e a Lei nº 10.180, de 6 de Fevereiro de 2001, que organiza e disciplina as partes componentes do Sistema do Planejamento e Orçamento Federal (BRASIL, 2001).

A obrigatoriedade da elaboração e implementação do PPA como instrumento de planejamento norteador das ações do poder público, para os três entes federativos, passou a ser um instrumento de extrema importância na nova rotina estabelecida para os Estados e Municípios que não possuíam necessariamente a capacidade técnica para seu controle. A aplicação do mesmo instrumento de planejamento para todos os entes da federação foi uma tentativa de reforçar aos governos subnacionais a necessidade e a importância de exercer o planejamento governamental, atribuindo aos três o mesmo status quo jurídico (SILVA, 2018, p.18).

Entretanto, Pfeiffer (2000) aponta que “a transferência de responsabilidades não foi acompanhada por uma preparação e um fortalecimento dos municípios, para que estes tivessem condições reais de assumir os seus novos compromissos”. Como consequência, ainda pode-se verificar uma grande variação na formulação destes instrumentos sob diferentes formas que variam de um PPA prescritivo, que cumpre meramente exigências formais, a um PPA, de fato, estratégico (OLENSCKI et al., 2017).

Frente a este cenário, Olencki et al. (2017) propõem um importante referencial analítico-metodológico para a avaliação da estratégia de governos através do PPA, destacando dois processos distintos em sua metodologia: os processos de formulação e formação estratégicas. O primeiro, ao qual se refere este trabalho, busca abordar a “lógica prescritiva e formal de compreensão da realidade e de estabelecimento de estratégias [...] decorrentes de estratégias pretendidas, deliberadas e explícitas” (OLENSCKI et al., 2017). O segundo, por sua vez, inclina-se ao olhar empírico, à análise de estudos de caso e seus “processos de aprendizado institucional, de conflito e cooperação entre instâncias políticas e administrativas, e de transformação, adaptação ou enraizamento de práticas organizacionais de caráter estratégico [...]” (Idem, 2017). Embora estes mesmos autores destaquem a escassez de estudos que integrem ambas as perspectivas analíticas apresentadas, o presente estudo buscou trazer apontamentos para a análise sobre a formulação estratégica em municípios da microrregião de Limeira, no Estado de São Paulo, elemento integralizador da análise da densidade macroestratégica destes municípios, ou seja,

o grau com que: percebam-se os conteúdos do PPA nas leis e execuções orçamentárias, os quais, também em caso de alterações, sejam

explícitos/transparentes e justificados, e o PPA apresente subsídios estratégicos por meio de objetivos, justificativas, metas físicas e financeiras, e indicadores de políticas públicas e de gestão consistentes e claros para as realidades institucionais e temáticas a que eles pertençam ou refiram. (OLENSCKI et al., 2017)

A reflexão sobre a formulação estratégica via PPA se faz oportuna e necessária, pois compartilha da construção de um instrumental analítico ainda inédito para a área de Administração Pública na medida em que, através dele, será possível verificar a relevância de tais documentos na orientação e gestão estratégicas das ações governamentais, em que nível e de que maneira as informações contidas nestes documentos são relevantes para o governo, tendo em vista seus aspectos estratégicos constitutivos: tais como a definição de objetivos, justificativas, metas fiscais e financeiras e de indicadores específicos.

1.1. O Plano Plurianual (PPA)

É consenso entre alguns autores que o PPA surge na expectativa de substituir o antigo Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI), outorgado na Constituição de 1967 (GUIMARÃES FILHO, 1999; AMORIM, 2016; CALIL, 2017).

A Constituição outorgada de 1967, além de retirar prerrogativas do Legislativo, mormente sobre a iniciativa de leis ou emendas que criem ou aumentem despesas, sobretudo ao projeto de lei do orçamento, estabeleceu os chamados orçamentos plurianuais de investimentos (OPI), que abrangiam receitas e despesas de capital da administração direta pública federal para um período de três anos, atualizados anualmente. Esses planos tinham a finalidade de orientar o orçamento anual nas despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. O OPI, contudo, apesar de compreender mais de um exercício, tratava-se apenas de um plano de curto prazo, mais orientado para a realização operacional, estabelecida nos orçamentos anuais, do que voltado em benefício do planejamento de médio ou longo prazos. (GUIMARÃES FILHO, 1999)

Segundo Calil (2017), até 1988 os orçamentos plurianuais de investimentos contemplavam apenas as despesas de Investimentos do setor público. A partir de 1988, entretanto, o novo Plano Plurianual passou a contemplar todos os grupos de despesas, assim como pode ser observado no parágrafo primeiro, do artigo nº 165 da CF/88: “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL, 1998).

Como pode-se observar, o atual modelo do PPA, assume maiores competências, assim como são apreciados em outros momentos, como no o parágrafo quarto do mesmo artigo da CF/88, em que: “§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais

previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional” (BRASIL, 1988).

Neste contexto, Amorim (2016) faz uma importante observação: “uma vez que se submete a elaboração dos diversos documentos de planejamento e orçamento às disposições do PPA, a Constituição de 1988 atribuiu ao Plano um papel central de organização da ação do Estado. Calil (2017) acrescenta que: “O PPA é a base para o gerenciamento dos programas de governo e tem por objetivo viabilizar os compromissos assumidos com a sociedade por meio de uma ação decididamente orientada para resultados.”

Nos governos subnacionais, Abrucio (2005), destaca um importante dado sobre a utilização do PPA nos Estados brasileiros, obtido através da Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal, coordenada pelo Governo Federal entre os anos de 2003 e 2004, no contexto das reformas gerenciais:

O uso do plano plurianual (PPA) como instrumento de planejamento tornou-se um dos temas centrais da administração estadual — um pouco mais da metade dos estados usa intensamente este mecanismo e quase todos o utilizam de alguma maneira. Isto vai ajudar a transformar prioridades em metas e organizar melhor os gastos públicos. Está se constituindo aí uma coalizão reformista pró-PPA, que pode ter efeitos positivos, como tiveram as alianças em prol do SUS e da LRF (ABRUCIO, 2005).

No âmbito municipal, “o PPA é um instrumento para o planejamento estratégico do município, isto é, para a organização dos recursos e energias do governo e da sociedade local em direção a uma visão de futuro a um cenário de médio prazo” (BRASIL, 2014, p.9). O PPA é relacionado como um planejamento de médio prazo, pois se trata de um instrumento quadrienal, contemplando aproximadamente ao período de um mandato. No primeiro ano do novo mandato deve-se ainda seguir as orientações do último plano plurianual, para se evitar a descontinuidade de projetos, obras ou programas - o mesmo ocorre para os mandatos subsequentes, como será observado a seguir, no item sobre Ciclo Orçamentário.

Em relação ao seu conteúdo, o PPA tem o objetivo prioritário de delimitar “de forma regionalizada, **diretrizes, objetivos e metas** da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes (...)” (BRASIL, 1988, grifo nosso), ou seja, torna-se a base para a gestão governamental e o balanceamento entre planejamento e execução dos compromissos firmados por um governo (CALIL, 2017). Para tanto, o PPA deve contemplar algumas partes componentes essenciais e que se tornam objeto de estudo do presente trabalho, conforme observado nas análises e revisão bibliográfica (CEGOV, 2013):

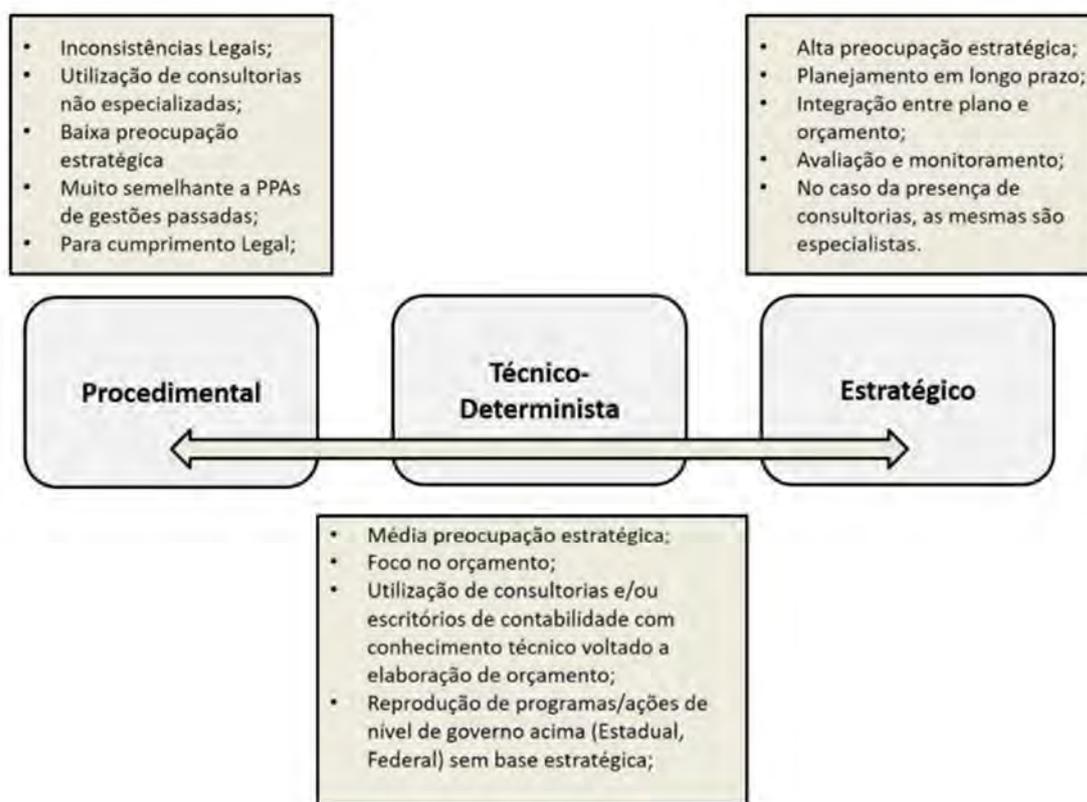
- 1) Mensagem do Chefe do Executivo: encaminhada ao poder Legislativo para apreciação junto ao projeto de Lei do PPA, através das análises realizadas, consagra-se como uma oportunidade de expor a missão e a visão estratégicas de longo prazo, bem como os objetivos macroestratégicos do governo, as estratégias,

prioridades e políticas setoriais que se baseiam em análises da situação socioeconômica da região onde ele será aplicado, seus contextos, o processo de elaboração (seja ele participativo ou não) e disposições preliminares.

- 2) Projeto de Lei: compõe a dimensão do *compliance* no sentido de delimitar as disposições legais acerca do PPA, seus componentes, órgãos que ficarão responsáveis pela gestão do plano, as prioridades, prazos para revisão do documento e outras providências legais. Alguns PPAs também fazem referências a outros instrumentos que integram o sistema orçamentário municipal, por exemplo, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, dentre outras.
- 3) Anexos: Junto ao projeto de Lei e a mensagem do Executivo, encontra-se propriamente o orçamento detalhado planejado, que inclui as expectativas de receitas e despesas planejadas, em geral, devidamente analisadas por especialistas e organizadas, compondo um guia para a repartição e aporte de investimentos aos programas e projetos do governo e às suas ações estratégicas. É comum encontrar também, análises gerais sobre a realidade do município, como, por exemplo, aspectos socioeconômicos, e também, a delimitação de indicadores de metas financeiras e as relativas ao atingimento dos objetivos das políticas a serem implementadas.

Paulatinamente, diversos autores vêm destacando a importância do PPA, principalmente nos municípios, como mostram Olenscki et al. (2017) ao destacarem que o PPA é o principal meio de planejamento estratégico-tático em governos subnacionais. Ainda, a fim de determinar uma ferramenta analítico-metodológica para avaliar o processo de estratégia na gestão municipal através do PPA, os autores referidos classificam este importante instrumento em três categorias, de acordo com a apropriação que cada município faz desse instrumento (FIGURA 1):

Figura 1 - Compreensões Metodológicas do PPA.



Fonte: Silva (2018)

- 1) Procedimental: cujo foco da elaboração seja apenas ao cumprimento legal, sem preocupação com o acesso público ao documento e seu caráter estratégico, sendo meramente procedimental, e, por vezes sem correspondência nas leis e execuções orçamentárias. (OLENSKI et al., 2017)
- 2) Técnico-Determinista: Apresenta foco estrito no orçamento e razoável preocupação estratégica, como objetivos e justificativas à programas, bem como indicadores e metas, mas que ainda obedecem a uma sistemática técnica, determinada por modelos pré-existentes. (SILVA, 2018)
- 3) Estratégico: Diferente dos demais, este instrumento apresenta elementos estratégicos de qualidade articulados à realidade do município e ao orçamento, e considera outros tópicos como pertinentes à matéria orçamentária pública:

Essa preocupação com a estratégia, muito presente na tipologia de PPA, diz respeito principalmente a questões relacionadas à integração entre plano e orçamento, preocupação com as macroestruturas do município, participação social, profundidade e consistência na elaboração dos programas, adequação à realidade do município, transparência, preocupação com resultado e uso de indicadores, monitoramento e avaliação (SILVA, 2018).

A distinção do PPA nestas categorias é elemento essencial na aplicação da metodologia proposta no presente trabalho, o qual se baseia no inovador e ainda recente referencial analítico-metodológico proposto por Olenski et al. (2017).

A microrregião escolhida apresenta características únicas por possuírem proximidade geográfica e, em muitos casos, apresentarem integração na oferta e execução de serviços públicos, que caracterizam elementos estratégicos para governos municipais. As diferenças demográficas de cada município são entendidas no presente trabalho como um elemento positivo, uma vez que possibilitam a análise de diferentes realidades e poderão responder às diferentes questões deste estudo, que busca observar as perspectivas e os limites na formulação estratégica do PPA destes municípios.

1.2. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O artigo nº 165 da CF/88 indica ao Executivo a elaboração das diretrizes orçamentárias, ou seja, um instrumento de ordem legal que orientará a elaboração dos orçamentos nos três níveis de governo. Em seu parágrafo 2º, a lei acrescenta:

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988).

Calil (2017) acrescenta que a LDO se configura como um importante instrumento de planejamento do gasto público criado com a CF/88, embora ainda este importante papel não tenha recebido grande atenção, sendo consubstanciado, desta maneira, pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

De maneira complementar, ao analisar os PPAs municipais, o presente estudo denotou, em alguns casos, a LDO como base determinante de seus exercícios financeiros, ou seja, nestes casos, o PPA não assumiu a referência estratégica, sendo a LDO sua base fundamental para a orientação estratégica destes governos. Assim, aspectos como a integração entre PPA e LDO se tornam um importante foco de atenção na modelagem analítica proposta no presente trabalho.

1.3. A Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual é também estabelecida no artigo nº 165 da CF/88, em consonância ao princípio orçamentário da anualidade, e compreende:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - **o orçamento fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - **o orçamento de investimento das empresas** em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - **o orçamento da seguridade social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988).

Para o presente trabalho, o foco de atenção esteve atrelado ao orçamento fiscal dos Poderes da União. Segundo Calil (2017), os orçamentos dos governos subnacionais deve seguir a mesma fundamentação da União e dos Estados, deste modo, a Lei Orçamentária Anual reflete, tanto a abordagem estratégica do PPA, como a base normativa da LDO, sendo um dos principais instrumentos de orientação da matéria orçamentária de município, devendo ser observado que “no processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), as emendas ao projeto que propõem acréscimo ou inclusão de dotações somente serão aprovadas se estiverem compatíveis com o PPA” (BRASIL, 2012).

1.4. O Ciclo Orçamento-Planejamento-Gestão

Abrucio (2005), em uma revisão sobre a pesquisa elaborada para o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) e seus resultados, afirma que o “princípio basilar da administração pública, o ciclo orçamento-planejamento-gestão teve avanços nos últimos anos, especialmente na melhoria orçamentária e no incremento do PPA”. Novamente, o PPA recebe atenção especial em três momentos de um mandato governamental, de maneira integralizadora: o do orçamento, do planejamento e da gestão – em que ambos se intercomunicam e demandam, segundo SILVA (2018), “exigências e técnicas diferentes da tipologia estratégica convencional”, uma vez que “o planejamento governamental é um exercício essencialmente político” (Idem, 2018), em que de um lado se apresentam o compromisso político assumido nas campanhas de governo e suas coalizões, e de outro, a responsabilidade com o mandato subsequente (Idem, 2018). A Figura 2, elaborada por Pires (2012), busca ilustrar essa integração:

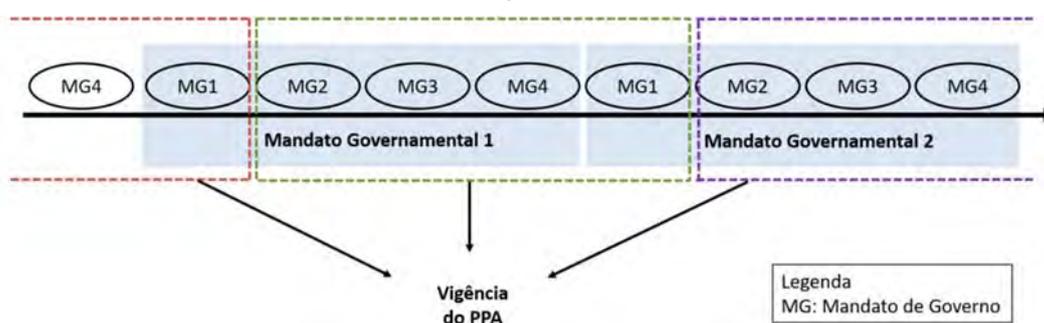
Figura 2 - O Sistema Orçamentário como parte do Sistema de Planejamento



Fonte: Pires (2012).

De maneira sistemática e ilustrativa, Silva (2018) apresenta também a vigência do PPA, em escala temporal, de modo que é possível observar a importância política deste instrumento que norteará pelo menos dois mandatos em quatro anos, visto que o primeiro ano de um novo mandato se orienta quanto ao último PPA elaborado, conforme exposto na Figura 3.

FIGURA 3 - Abrangência Temporal do PPA

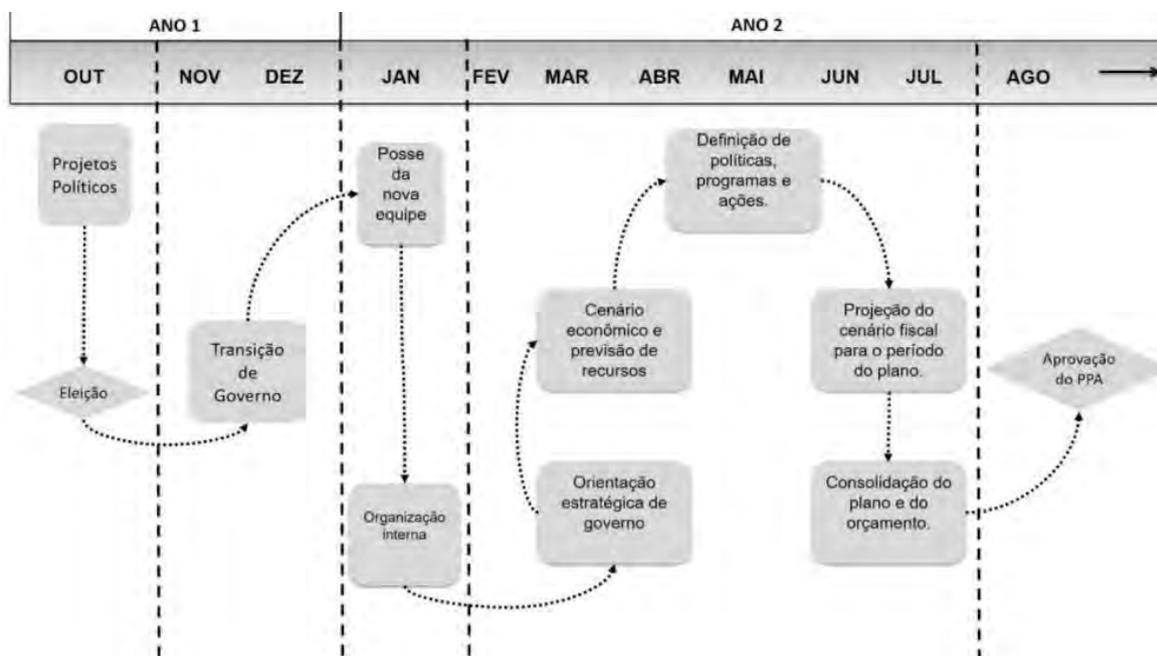


Fonte: Silva (2018)

Para melhor compreender essa transição entre dois mandatos e as especificidades do planejamento estratégico governamental, de maneira detalhada, também em um horizonte temporal, SILVA (2018) ilustra a organização interna de um governo na elaboração de um novo PPA, conforme apresentado na Figura 4. Vale observar, entretanto, que, conforme apresentado por Pires (2012), a orientação estratégica de um mandato está suscetível aos

acordos pré-estabelecidos nas plataformas eleitorais, bem como com a população e as coalizões estabelecidas.

FIGURA 4 – Dinâmica de Construção do PPA



Fonte: Silva (2018)

Apesar dos avanços na matéria orçamentária pública e de planejamento estratégico governamental, Abrucio (2005) aponta algumas limitações na implementação do ciclo orçamento-planejamento-gestão:

Princípio basilar da administração pública, o ciclo orçamento-planejamento-gestão teve avanços nos últimos anos, especialmente na melhoria orçamentária e no incremento do PPA. Todavia, a pesquisa Pnage detectou dois aspectos que dificultam a integração sistêmica entre esses elementos: os problemas de coordenação setorial e regional e, sobretudo, a falta de instrumentos de avaliação institucional. [...] Esta fragilidade na integração sistêmica entre orçamento-planejamento-gestão tem como maior consequência a dificuldade de articular, primeiro, o macro e o microplanejamento, e, segundo, a formulação e a implementação das políticas. Sem resolver esta questão, será muito difícil transformar as intenções políticas em melhoria da qualidade dos serviços públicos. (ABRUCIO, 2005)

Tendo em vista as especificidades do planejamento estratégico governamental e sua interdependência em relação ao orçamento e gestão, bem como às demandas políticas de um governo e à importância estratégica do PPA (e sua necessidade de incremento), a seguir será apresentada a metodologia proposta no escopo deste trabalho para a análise da formulação estratégica em governos municipais através do PPA.

2. METODOLOGIA

O presente estudo baseou-se em análises quantiqualitativas, descritivo-exploratórias, a partir dos Planos Plurianuais referentes ao quadriênio de 2018-2021 dos municípios da microrregião de Limeira-SP, enfatizando elementos propostos por Olenscki et al. (2017), tais como a análise da qualidade do acesso público a itens documentais; coerência entre objetivos, metas e recursos; consistência das ações governamentais e seus indicadores; e o alinhamento do PPA e o orçamento relativos a pautas que contemplem o amplo escopo do meio ambiente. A coleta de dados consistiu-se por pesquisa documental, envolvendo o levantamento e sistematização dos referidos instrumentos legais produzidos pelos municípios para a aproximação com a proposta.

A delimitação dos caracteres analíticos de formulação estratégica foi pensada a partir do modelo proposto por Olenscki et al. (2017), de um estudo recente que faz uso do conceito de densidade macroestratégica por eles apresentado, Silva (2018), e com as variáveis analíticas propostas pelo estudo da CEGOV (2013), dado sua relevância e aplicação prévia. De modo a conjugar tais estudos em um único instrumento, fora proposto um novo modelo analítico sobre a formulação estratégica da pauta ambiental de governos municipais através do estudo dos PPAs.

A microrregião escolhida se consolida como um espaço favorável a análises comparativas, uma vez que apresenta municípios com diferentes realidades, seja pela variação na arrecadação, como do próprio tamanho dos municípios – o que possibilita a visualização de possíveis diferentes abordagens em relação ao planejamento estratégico municipal e de planejamento orçamentário através do PPA. Os municípios que compõem a microrregião apresentada serão apresentados de maneira sintética no quadro a seguir (QUADRO 1).

QUADRO 1 - Características Gerais dos Municípios da Microrregião de Limeira - SP

| ARARAS | CONCHAL | CORDEIRÓPOLIS | IRACEMÁPOLIS |
|--|--|---|---|
| População: 118.843 pessoas Densidade Demográfica: 184,30 hab/km ² Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,8 salários mínimos PIB per capita: R\$36.001,23 IDHM: 0,781 | População: 25.229 pessoas Densidade Demográfica: 138,02 hab/km ² Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,1 salários mínimos PIB per capita: R\$21.284,33 IDHM: 0,708 | População: 21.080 pessoas Densidade Demográfica: 153,22 hab/km ² Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 3,2 salários mínimos PIB per capita: R\$99.315,54 IDHM: 0,758 | População: 23.846 pessoas Densidade Demográfica: 173,99 hab/km ² Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,5 salários mínimos PIB per capita: R\$77.310,95 IDHM: 0,776 |
| LEME | LIMEIRA | STA. CRUZ DA CONCEIÇÃO | SANTA GERTRUDES |
| População: 91.756 pessoas Densidade Demográfica: 227,75 hab/km ² Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,4 salários mínimos PIB per capita: R\$28.678,74 IDHM: 0,744 | População: 276.022 pessoas Densidade Demográfica: 475,32 hab/km ² Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,8 salários mínimos PIB per capita: R\$38.938,54 IDHM: 0,775 | População: 4.002 pessoas Densidade Demográfica: 26,66 hab/km ² Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,3 salários mínimos PIB per capita: R\$28.925,31 IDHM: 0,790 | População: 21.634 pessoas Densidade Demográfica: 220,10 hab/km ² Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 3,1 salários mínimos PIB per capita: R\$66.030,57 IDHM: 0,737 |

Fonte: IBGE @Cidades (2018)

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo sobre a “*Densidade Macroestratégica na Gestão Pública Municipal no Brasil: Uma Abordagem Analítico-metodológica de PPAs e de Variáveis Político-Administrativas*” proposta por Olenscki et al. (2017), pressupõe dois momentos analíticos, abordados anteriormente: a formulação estratégica e a formação da estratégia. Conforme observado em Silva (2018), os dois momentos abordados na metodologia complementam o resultado observado na análise sobre a densidade macroestratégica, mesmo quando esta é vista separadamente nos dois momentos analíticos citados. Deste modo, é necessário acrescentar que a análise aqui proposta descreve prioritariamente os aspectos relativos à formulação estratégica dos municípios analisados, no conjunto de seus instrumentos legais, acrescentado de seu recorte, a perspectiva da pauta ambiental.

Ao retomar o ponto de vista das políticas de gestão, que possuem especificidades inerentes às realidades às quais se aplicam, é possível inferir, ao analisar os PPAs dos municípios da microrregião de Limeira, que há pelo menos duas concepções acerca de seu uso, uma estritamente relacionada ao planejamento orçamentário e ao cumprimento de exigências legais; e outra em que o PPA também é visto como instrumento de planejamento de ações estratégicas (incluindo a perspectiva de planejamento orçamentário).

Entretanto, do ponto de vista do diagnóstico dos elementos estratégicos dos PPAs dos municípios estudados em relação às políticas que se pautam em questões ambientais, dentre os municípios analisados, Araras e Santa Gertrudes apresentaram planos plurianuais ainda procedimentais, com pouca orientação estratégica para a pauta de Meio Ambiente devido à falta de clareza sobre as ações necessárias para concretizar as políticas desta pauta, com destaque às previsões orçamentárias voltadas somente ao cumprimento legal. Conchal, Cordeirópolis e Iracemápolis, por sua vez, possuem planos plurianuais técnico-deterministas,

ou seja, há maior clareza sobre seus objetivos orçamentários relativos à pauta analisada, porém não há orientação estratégica para a consecução de políticas públicas, por exemplo, quanto à justificativa da pauta para o município de Iracemápolis, este apresenta somente a necessidade de política pública de meio ambiente, sem denotar ações estratégicas que a compreenderão. Leme, Limeira e Santa Cruz da Conceição foram os que apresentaram planos plurianuais mais estratégicos, contemplando previsões orçamentárias para ações estratégicas em políticas públicas ambientais.

4. CONCLUSÃO

Percebeu-se que os municípios da microrregião de Limeira podem estar subutilizando o potencial estratégico do PPA para a consolidações de ações estratégicas na área ambiental, o que pode justificar a não aderência de muitos municípios à consideração do caráter estratégico do PPA, esgotando-o a um instrumento de caráter estritamente relativo ao planejamento orçamentário obrigatório, ou seja, ao seu cumprimento legal.

A maioria dos municípios apresenta uma visão ainda técnico-determinista acerca dos seus instrumentos de gestão orçamentária, ou seja, ainda focada num modelo tradicional de planejamento que prioriza, em muitos casos, apenas no cumprimento de uma demanda legal, não traduzindo suas ações planejadas à macro objetivos de médio a longo prazo, não considerando seu potencial estratégico, inclusive em aspectos relativos à participação cidadã na formulação da proposta. Ainda, embora a revisão bibliográfica prescreva a integração regional do PPA, não foram apresentadas relações inter-regionais ou entre os planejamentos Estaduais ou Federais – fato que pode demonstrar uma subutilização do instrumento, tendo em vista que políticas ambientais estaduais, como o Programa Município Verde Azul, poderiam estar contempladas.

Por fim, a análise dos dados levantados permitiu concluir que há uma desarticulação entre políticas setoriais (tais como saneamento básico, meio ambiente, proteção ambiental) nos planos plurianuais dos municípios analisados, o que pode se justificar devido à ausência ou recente institucionalização de secretarias específicas de meio ambiente na região. Assim, a falta de orientação estratégica percebida nos PPAs analisados, especialmente quanto à definição do orçamento para ações estratégicas para a pauta ambiental, podem representar entraves ao planejamento e à implementação de políticas ambientais.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. In: **Revista de Administração Pública**, mar./abr., 2005.

AMORIM, Ivan T. **A institucionalização do plano plurianual (PPA): um estudo no governo federal brasileiro nos períodos 2000-2003 e 2004-2007**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências, 2016.

AMORIM, Ivan T.; LEITE, Leonardo Q. O Plano Plurianual (PPA) como Agenda do Governo Federal Brasileiro. In: **Anais do VII Encontro de Administração Pública e Governança**. São Paulo – SP. Novembro, 2016.

ARARAS. Prefeitura Municipal. Lei Ordinária nº 5031, de 21 de Agosto de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual do município de Araras para o quadriênio de 2018 a 2021, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraararas/Documentos/Documento/93741>>, Acesso em 4 Ago. 2018.

ARARAS. Prefeitura Municipal. Projeto de Lei nº 21 de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual do município de Araras para o quadriênio de 2018 a 2021, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraararas/Documentos/Documento/93741>>, Acesso em 4 Ago. 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. DECRETO Nº 2.829, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências, 1998.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, 2000.

BRASIL. LEI No 10.180, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências, 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Almanaque do Planejamento**: Para entender e participar. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Planos Plurianuais Estratégicos, Territoriais e Participativos**. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Managerial public administration: strategy and structure for a for a new state. In: **Journal of Post Keynesian Economics**. September, 1997.

CALDERAN, Andre M., CAPELLA, Ana Cláudia N. Atores do Conhecimento e Formulação de Políticas Públicas: uma análise sobre o Instituto Publix. In: **XXV Congresso de Iniciação Científica da Unesp**, 2013, Araraquara. XXV Congresso de Iniciação Científica da Unesp, 2013.

CALIL, Vera L. L. O. **Orçamento Público**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

CEGOV (Centro de Estudos Internacionais sobre Governo). **PESQUISA DE DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO ALINHAMENTO DO PPA MUNICIPAL E APLICAÇÃO AO CASO SUL-RIOGRANDENSE**: RELATÓRIO DE PESQUISA. 2013.

COELHO, Fernando S. Uma Radiografia do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil (1995-2006). In: **XXXII EnANPAD**. Rio de Janeiro. Setembro, 2008.

CONCHAL. Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº 460, de 10 de Novembro de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Conchal para o Quadriênio de 2018 a 2021 e dá outras providências. Disponível em: http://conchal.sp.gov.br/source/conchal/PDF_planej_orcamentos/PPA_LEI_INICIAL_2018_2021.pdf Acesso em 4 Ago. 2018.

CORDEIRÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Lei nº 3.072 de 26 de Outubro de 2017. Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2018 a 2021, conforme especifica. Disponível em: <http://consulta.siscam.com.br/camaracordeiropolis/arquivo?Id=38371> Acesso em: 4 ago. 2018.

DENHARDT, Robert B. **Teoria Geral de Administração Pública**. 5.ed. Tradução de Francisco Heidemann. Florianópolis: ESAG/UDESC, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do 'campo de públicas'. In: **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 50, p. 959-979, 2016.

GAETANI, Francisco. As políticas de gestão pública e os desafios da coordenação. In Oliveira, Fátima B. (org). In: **Política de Gestão Pública Integrada**. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

GOMES, Eduardo Granha M. Políticas Públicas de Gestão e Coordenação Intra-governamental. In: **Encontro de Administração Pública e Governança**, 2010, Vitória. Resumo dos Trabalhos - EnAPG 2010. RJ: ANPAD, 2010. v. 1. p. 201-203.

GUIMARÃES FILHO, Roberto de M. A evolução do planejamento federal e a participação legislativa. In: **Revista da Informação Legislativa**. Brasília a. 36 n. 143 jul./set. 1999.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **@Cidades**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acessado em: 26 jul. 2018.

IRACEMÁPOLIS. Prefeitura Municipal. Lei Ordinária nº 2342, de 12 de Dezembro de 2017. Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período de 2018 a 2021.

LEME. Prefeitura Municipal. Lei Ordinária nº 3.652, de 24 de Outubro de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018/2021 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.leme.sp.gov.br/contas-publicas> Acesso em 4 Ago 2018.

LIMEIRA. Prefeitura Municipal. **Programa de Metas 2018-2021**. 2018. Disponível em: <http://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/downloads/ca9435a09c1a4e43e49fa51fabdc896e.pdf> > Acesso em 4. Ago. 2018.

LIMEIRA. Prefeitura Municipal. Lei nº 5.927, de 12 de Dezembro de 2017. Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período de 2018 – 2021 e define as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2018. Disponível em: <http://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/downloads/0fa1a5cc5c9a1823fbf5436def00f01f.pdf> Acesso em: 4 Ago. 2018.

OLENSCKI, Antonio Roberto Bono et al. Densidade macroestratégica na gestão pública municipal no Brasil: uma abordagem analítico-metodológica de PPAs e de variáveis político-administrativas. In: **RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia**. Joaçaba: Ed. Unoesc, v.16, n.3, p.911-932, set. 2017. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/>. Acesso em 24/03/2018.

PFEIFFER, Peter. **Planejamento Estratégico Municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Brasília: ENAP, 2000.

PIRES, Valdemir. **Gestão orçamentária pública**. 2012. Notas de Aula

SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO. Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº 083, de 09 de Novembro de 2017. Estabelece o Plano Plurianual do Municípios de Santa Cruz da Conceição para o período 2018 a 2021. Disponível em: https://file.gtp.net.br/lei/arquivo/70252/CODIGOLEI_33088.pdf. Acesso em: 4 ago. 2018.

SANTA GERTRUDES. Prefeitura Municipal. Lei nº 2652, de 15 de Dezembro de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Santa Gertrudes, Estado de São Paulo, para o período de 2018 a 2021. Disponível em: <http://consulta.siscam.com.br/camarasantagertrudes/arquivo?Id=18709> Acesso em 4. Ago. 2018.

SILVA, Raphael Borella. **Planejamento Governamental com Densidade Macroestratégica em Municípios: Um estudo multicaso sobre o Plano Plurianual de Niterói e de Osasco**. Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas. 2018



GT 2A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

Politização do Espaço e Vida Cotidiana em Canaã dos Carajás

Ana Carolina Campos de Melo (UFPA)¹

Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA)²

RESUMO

Este artigo sugere a (re)inversão do olhar sobre a realidade a partir da concepção do universo cotidiano como campo fecundo para construção da teoria e da prática urbana. Com o objetivo de discutir os limites e possibilidades da urbanização como processo global e horizonte emancipatório, identificam-se práticas socioespaciais manifestas em Canaã dos Carajás como possíveis embriões de uma matriz urbana mais justa, inclusiva e articulada à natureza. Nesta via, assume-se o urbano amazônico como laboratório de estudo privilegiado para reflexão crítica sobre o fenômeno da urbanização e, propõe-se a aproximação entre formulações do pensamento Karl Polanyi e de Henri Lefebvre e a noção de urbanização extensiva. Para ilustrar esses processos em termos espaciais, iluminam-se práticas de moradores e de movimentos sociais associadas à agricultura urbana. E conclui-se, a partir do exemplo dos recentes acampamentos urbano-rurais em Canaã, organizados como contra movimentos à agropecuária e a grande mineração, que a politização do espaço tem criado possibilidades de enraizamento de novas práticas socioespaciais no urbano. No entanto, os limites institucionais para consolidação dessas experiências enfraquecem a sustentação desses arranjos emergentes como práticas emancipatórias. Nesta via, o cotidiano se apresenta como uma encruzilhada para a construção da práxis urbana e, ao mesmo tempo, como um cenário rico de possibilidades, apresentando alternativas, que articuladas ao urbano e à natureza, podem redefinir seus próprios significados e indicar novas vias em contraste, com as limitadas possibilidades oferecidas pela matriz urbano-industrial.

Palavras-chave: Canaã dos Carajás, vida cotidiana, urbanização extensiva, contra movimentos, politização do espaço.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observamos o fortalecimento de estudos urbanos comparativos e o esforço de vários teóricos na elaboração de novas epistemologias urbanas, na tentativa de revelar processos e padrões universais e multiescalares (SHEPPARD et al, 2013; PECK,

¹ Programa de Pós-Graduação em Economia, PPGE-UFPA, Brasil. E-mail: carolmelo.08@gmail.com.

² Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Economia, UFPA, Brasil. E-mail: acardoso@ufpa.br

2014; BRENNER, 2019). Sem questionar o mérito das abordagens teóricas que buscam uma ontologia relacional e comparativa sobre a questão urbana, ancoradas por exemplo, na perspectiva do ‘desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo’ (HARVEY, 2011[2010]), este artigo sugere tomarmos uma perspectiva diferente, a partir da concepção de que as práticas do cotidiano são um campo fecundo para construção da teoria e da prática urbana.

Nesta linha de análise, argumentamos que um exame mais atento sobre a vida cotidiana, além de oferecer pistas sobre os novos espaços urbanos, ao conectar o nível local à processos de extensão planetária, também apontam para uma ampla gama de *insights* para pensarmos em outras formas de organizações socioespaciais, mais coerentes com a realidade em que se situam. Uma vez que a cotidianidade pode servir de matéria-prima para reconstrução de estratégias/alternativas socioespaciais baseadas em conteúdos históricos, em experiências culturais virtuosas e na renovação de saberes vinculados às práticas cotidianas.

Segundo Lefebvre, em *A vida cotidiana no mundo moderno* (1991[1968]), a ideia de cotidianidade expressa o mundo não-filosófico “para e pela filosofia”. Ou seja, o conceito não busca definir, sem mediações, uma representação objetiva da vida diária (o mundo não-filosófico), trata-se mais precisamente de um movimento do pensamento que expressa a possibilidade de transformação do cotidiano por meio da reflexão crítica, ou seja, da filosofia. Isso implica em descrever e analisar o cotidiano a partir de suas possibilidades e limites, com objetivo de revelar a riqueza subjacente a sua manifestação e, mais especificamente, a atividade criativa permanente que se costura no nível da vida diária. Como descreve o autor:

O cotidiano, como conjunto de atividades em aparência modestas, como conjunto de produtos e de obras bem diferentes dos seres vivos (plantas, animais pertencentes à natureza), não seria apenas aquilo que escapa aos mitos da natureza, do divino e do humano. (...) Seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis). (LEFEBVRE, 1991[1968], p. 19-20).

Com base na interpretação de Lefebvre (1991[1968]), queremos dizer, que sem desconsiderar as forças políticas e sociais históricas mais amplas do tecido urbano capitalista, a experiência da vida em pequena escala oferece ao pensamento crítico não só material empírico, mas a possibilidade de entrever um caldo de alternativas que são cultivadas e moldadas no aqui e no agora, e que podem se tornar mais do que um testemunho atento da realidade. A interpretação do seu significado pode orientar novos

horizontes possíveis para o enriquecimento da vida diária e material (SILVA, 2017). A cotidianidade é assim, para além de uma questão empírica, uma virtualidade preñe de novas possibilidades.

Para construir esse debate sobre a virtual emergência de uma realidade urbana emancipatória, com base na renovação de práticas socioespaciais assentadas em raízes culturais e econômicas locais, tomou-se como fio condutor as contribuições da antropologia econômica realizadas por Karl Polanyi. Especialmente suas formulações sobre os mecanismos de integração econômica, de formação de mercados e seus *contra movimentos*³. A interpretação polanyiana (2000[1944]) sobre a transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias fictícias, com a formação do capitalismo industrial, é uma referência útil para o estudo das mudanças que aconteceram no Sudeste Paraense a partir da segunda metade do século XX, na esteira do processo de avanço do capital sobre o território amazônico, e por consequência, de intensificação da mercantilização da terra e do trabalho naquele contexto.

Com a formação dos mercados no Sudeste Paraense, transformações rápidas e profundas começaram a ser colocadas em curso. O que se refletiu nas mudanças no perfil da mão-de-obra e de suas ocupações, em disputas e conflitos por terra, em novas dinâmicas do capital financeiro na agricultura, no comércio e na indústria extrativa, e mais recentemente no imobiliário. Tais dinâmicas, discutidas pela literatura sobre o processo de avanço do capital na Amazônia (VELHO, 2009[1976]; CARDOSO e MÜLLER, 2008[1977], IANNI, 1978), configuraram-se como manifestações da constituição e do funcionamento desses mercados. No cerne deste processo emergiram disputas e forças contrárias, seja por meio de lutas e confrontos diretos, seja através da expressão de diferentes combinações de lógicas econômicas, identificadas por Polanyi como os princípios de *reciprocidade, domesticidade, redistribuição e troca* (POLANYI, 2012). Embora cada um destes padrões tenha sido predominante em algum momento da história humana, isso não quer dizer que sejam entre si mutuamente exclusivos. Mesmo com a ascensão, no século XVIII, da economia de mercado baseada na troca mercantil, a domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição ainda estão presentes na sociedade contemporânea.

Segundo Polanyi (2000[1944]), o progresso humano anterior à era moderna foi principalmente político, intelectual e espiritual, enquanto o sistema econômico, de modo geral, independente do seu grau desenvolvimento, manteve-se subordinado às exigências sociais. Diferente da economia capitalista de mercado onde a tendência geral é o domínio do interesse privado em favor da posse de bens materiais, no passado o bem-estar coletivo

³ Neste trabalho consideramos contra movimentos as formas de organização e tipologias sociais, cuja lógica e sentido fundamentais são distintas daquelas que orientam e caracterizam a economia de mercado capitalista.

esteve muito acima das questões individuais e do interesse material. O sistema econômico era então dirigido por motivações não-econômicas e para garantir a ordem na produção e na distribuição, os princípios sociais da reciprocidade, domesticidade e da redistribuição orientaram a sociedade.

A reciprocidade é um tipo de organização social onde há “transferência de bens, favores e serviços entre indivíduos em dado grupo de acordo com certos costumes sociais bem definidos”, opera na base da organização da sociedade: a família e as relações de parentesco (POLANYI, 2000[1944]). Esse tipo de organização social pode se basear em uma estrutura social simétrica, ou seja, onde há transferência mútua da produção entre os membros da comunidade (“reciprocidade equilibrada”) ou em trocas entre indivíduos que possuem mais provimentos para aqueles que não têm (“reciprocidade desequilibrada”) (HARVEY, 1980).

A domesticidade é considerada uma forma específica de reciprocidade que se expressa na unidade familiar e é baseada na produção para o consumo próprio ou vinculada a um padrão institucional de autarquia (COSTA, 2016). Os atributos da reciprocidade podem ser encontrados de forma secundária na sociedade urbana, nas relações de solidariedade e cooperação entre familiares, vizinhos ou em uma comunidade. Assim como nas sociedades igualitárias antigas, o princípio da reciprocidade e da domesticidade em grupos sociais contemporâneos pode possuir um duplo sentido: o de garantir a atividade produtiva e, ao mesmo tempo a subsistência da comunidade (HARVEY, 1980).

O comportamento econômico da redistribuição também visa salvaguardar esse duplo movimento (produção e sobrevivência da sociedade), mas a estrutura social que rege o funcionamento da economia redistributiva baseia-se no princípio de *status*, ou seja, em um padrão de diferenciação social, que implica por vezes em uma sociedade estratificada. A redistribuição caracteriza sociedades ordenadas, onde usualmente uma parte da população se dedica a produção, permitindo que outra parte possa dela se apropriar (SINGER, 2014[1973]). As sociedades ordenadas, baseadas na redistribuição, operavam a partir da transferência de bens e serviços para um determinado centro, orientadas para o sustento das atividades de um grupo dominante.

Para Polanyi (2012), as economias deveriam ser entendidas a partir dessas diferentes formas de integração, que historicamente criaram interações entre a vida econômica, social, cultural, política e religiosa. Nas sociedades anteriores à economia de mercado capitalista, essas diferentes interações permitiram que as relações econômicas estivessem ao longo dos séculos amalgamadas à princípios extraeconômicos capazes de controlar e limitar o desenvolvimento do mercado como estrutura autônoma. Assim, por séculos, as sociedades mobilizaram mecanismos de proteção e contenção ao domínio da esfera privada e das práticas orientadas para lucro. Os últimos fatos somente se

estabeleceram à medida que economia capitalista de mercado se tornou a estrutura hegemônica de organização da sociedade.

Outra noção fundamental elaborada por Polanyi, refere-se a ideia de constituição das formas de integração como *práticas institucionalizadas*, ou seja, como movimentos contínuos e prolongados de formação de mecanismos institucionais entre bens e pessoas, que tornam possível a superação dos efeitos desagregadores do espaço e do tempo, criando as conexões entre recursos materiais, trabalho, transporte e a distribuição de produtos, inerentes ao processo econômico.

Com a retomada dos princípios econômicos definidos por Polanyi (2012), buscamos evidenciar que o processo de modernização capitalista na Amazônia, em sua contraditória diversidade, desdobrou-se conformando espaços portadores de relações e práticas, cujos princípios vão além das orientações de mercado e de formas exclusivamente capitalistas de produção (MARTINS, 1997).

A abordagem polanyiana é utilizada para apoiar a interpretação das atuais práticas de agricultura urbana e de movimentos sociais em Canaã dos Carajás, especialmente, iluminando as manifestações do princípio da *reciprocidade* ali observadas. Além de acionar o debate sobre a dificuldade de organização de instituições que garantam que estas práticas socioespaciais virtuosas se constituam plenamente.

Nossa hipótese é a de que tais práticas socioespaciais percebidas no urbano amazônico, apesar das diversas contradições e limites envolventes, contêm potenciais socialmente emancipatórios e podem constituir embriões de uma matriz urbana socialmente mais justa e inclusiva, incorporando novas formas de produzir e viver em sociedade-natureza (EUCLYDES, 2016).

Esta ideia é orientada por uma premissa central anunciada e desenvolvida por Henri Lefebvre, em sua obra *A Revolução Urbana* (LEFEBVRE, 2008[1970]), a saber: a urbanização completa da sociedade, coincidente com a formação da sociedade urbana. Essa nova sociedade ou este novo urbano, é definido pelo autor como uma realidade em movimento, que mantém uma relação dialética com a realidade atual, mas caminha em direção a um outro horizonte. Trata-se do urbano entendido como virtualidade iluminadora, movimento capaz de superar “a redução da vida urbana (estruturas, cotidiano, reprodução) a puro suporte da produção industrial” (SILVA, 2017, p. 238). Nessa via, assumimos o espaço amazônico como laboratório de estudo privilegiado para a reflexão crítica sobre o fenômeno urbano como processo global e horizonte emancipatório (LEFEBVRE, 2008[1970]; MONTE-MÓR, 1994, 2004).

A noção de urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994) deriva da hipótese presciente de Henri Lefebvre sobre “a urbanização completa da sociedade”, antecedida por um movimento dicotômico de implosão (concentração, aglomeração das práticas urbanas) e

explosão (extensão do tecido urbano e intensificação das conexões entre os espaços) da cidade. Segundo Monte-Mór (1994, p. 3), o conceito corresponde ao processo de espraiamento do tecido urbano-industrial “que se estende para além da cidade e arredores para eventualmente atingir todos os espaços regionais, nacionais e, eventualmente, mundial”. Movimento simultaneamente vetor de cidadania e de modernidades em direção a fronteiras e regiões remotas, capaz de tornar possível a politização intensa e rápida de movimentos sociais e comunidades, como os povos da floresta na Amazônia (MONTE-MÓR, 1994).

O movimento realizado durante o processo de expansão do tecido urbano, permite o transbordamento dos processos urbano-industriais de produção (e reprodução) e, ao mesmo tempo, a generalização de uma trama socioespacial associada “a práxis urbana, a política e a cidadania” (MONTE-MÓR, 2015).

Nesta via, as contribuições de Lefebvre e a noção de urbanização extensiva, nos ajudam a interpretar os movimentos mais amplos da urbanização capitalista, a partir do caso de Canaã dos Carajás no Sudeste Paraense, e também nos fornecem meios para analisar a cotidianidade como uma poderosa janela para compreensão das especificidades do espaço naquele contexto. Assim como, nos permitem avançar na interpretação e análise das possibilidades de emergência de uma realidade emancipatória no urbano amazônico, bem como os obstáculos que freiam a realização plena deste movimento.

1.1 Estratégias Metodológicas

A metodologia utilizada aqui foi fundamentalmente qualitativa. A escolha do método qualitativo se deu, tanto em razão da inexpressiva existência de dados oficiais organizados sobre o tema, no âmbito da administração pública e de organizações sociais; e, ao mesmo tempo, por permitir uma aproximação maior do universo cotidiano, e da riqueza e diversidade de narrativas que foram registradas a partir das falas dos sujeitos entrevistados. Como algumas perguntas formuladas para o questionário foram semiestruturadas, consideramos como um método quali-quantitativo para obtenção de informações. A partir das perguntas estruturadas fechadas do questionário foram produzidos os gráficos utilizados para fundamentar os argumentos desenvolvidos na pesquisa.

Para a análise do estudo de caso do processo de urbanização e das práticas de agricultura urbana observadas em Canaã dos Carajás, foram realizadas 30 entrevistas, em agosto de 2016 e aplicação de 216 questionários, em novembro de 2016. Em 2018, foram realizadas novas rodadas de entrevistas, mas nem todas foram organizadas e documentadas, portanto, selecionamos aqui apenas as informações necessárias para dar suporte empírico aos argumentos apresentados.

A partir deste ensaio teórico e metodológico⁴, pretendemos sustentar a hipótese de que no urbano amazônico contemporâneo, observam-se práticas socioespaciais que, mesmo imersas numa realidade atravessada por forças reacionárias, destrutivas e desumanizadoras, podem vir a ser embriões de práticas emancipatórias gestadas no cotidiano e ligadas a outras formas de relacionamento entre sociedade e natureza.

2. CANAÃ, DE COLÔNIA AGRÍCOLA AO PROJETO S11D

Canaã dos Carajás originou-se de uma vila criada como iniciativa de colonização federal pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), em um território conhecido pela fertilidade de suas terras; o município foi emancipado na década de 1990, e transitou de sua vocação agrícola para atividades mineradoras. Inicialmente, com a instalação da Mina do Sossego, inaugurada em 2004, e depois com o projeto S11D, maior projeto de extração de minério de ferro da Vale S/A, o qual promoveu significativas alterações no relacionamento urbano-rural. Neste sentido, a formação de Canaã dos Carajás é marcada por duas trajetórias produtivas com grande influência sobre as dinâmicas do município: a agrária e a mineradora.

Na década de 1980, Canaã integrava o território de Marabá e foi uma das áreas escolhidas pelo governo federal para oferecer suporte ao Programa Grande Carajás (PGC). Via GETAT foram criados os projetos de colonização Carajás I, II e III, que deram origem aos Centros de Desenvolvimento Regional, chamados CEDERES I, II e III, voltados à produção agrícola de culturas básicas para atender a população migrante atraída pelo PGC. Em 1984, foram assentadas mais de 1.500 famílias nas áreas denominadas CEDERES II e III, esta última foi o embrião da atual sede de Canaã dos Carajás, cujos colonos, oriundos de

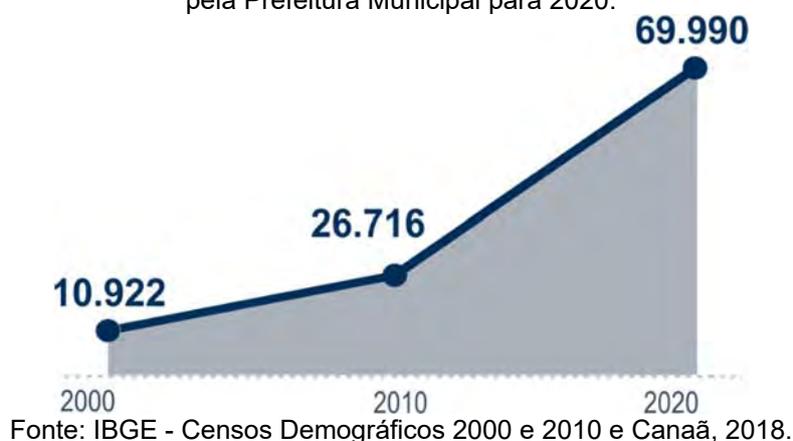
⁴ A pesquisa de campo foi realizada em três etapas. A primeira incursão foi realizada de 08 de agosto de 2016 à 15 de agosto de 2016, seguindo a mesma abordagem utilizada durante a dissertação: levantamento de documentos oficiais, registros fotográficos, observações sistemáticas e a realização de entrevistas com sujeitos representativos. Em parceria com mais dois pesquisadores vinculados ao projeto Economia e Cidade, visitou-se a sede municipal de Canaã dos Carajás e foram realizadas 30 entrevistas com quatro perfis de entrevistados: a) profissionais atuantes no setor imobiliário: corretores, profissionais da construção civil, construtores; b) moradores do município: migrantes, colonos e pioneiros; c) representantes do setor público: servidores públicos, secretários e técnicos do município; d) e, representante do terceiro setor: diretoria da agência Canaã. As entrevistas semiestruturadas abordavam temas relacionados ao perfil socioeconômico dos entrevistados, trajetória dos moradores no município, atuação do setor imobiliário e do setor público nas últimas décadas. A segunda incursão, foi realizada no período de 22 a 26 de novembro de 2016, e na ocasião foram aplicados 216 questionários, com perguntas fechadas e semiabertas relacionadas aos seguintes eixos: socioeconômico, migração, trabalho e renda, vida financeira, moradia, vida cotidiana, relações rurais e cidadania e política. Entre abril e maio de 2018, foi realizado o último campo de pesquisa no sudeste paraense, nos municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, focado na coleta de dados sobre a atuação nesses municípios de instituições públicas e privadas, sindicatos, movimentos sociais, ONG'S, ativistas e pesquisadores. Esta terceira incursão, foi realizada em dois ciclos: no primeiro, em abril, foram feitas entrevistas com pesquisadores, professores, representantes de movimentos sociais e instituições públicas, moradores dos acampamentos, vilas e assentamentos rurais e moradores da sede municipal; no segundo, em maio, foram feitas novas entrevistas, registros fotográficos, levantamentos documentais e participação-observante no I Encontro Nacional do MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração, realizado em Parauapebas (PA) entre os dias 18 e 21 de maio de 2018.

outras regiões, receberam lotes de aproximadamente 50 hectares. Embora, essa política fosse voltada para os pequenos agricultores, os colonos tiveram grande dificuldade de se fixar no local, em decorrência da precariedade dos serviços urbanos (saúde, educação, comunicação, energia elétrica), da carência de incentivos e assistência técnica para trabalhar a terra, do esgotamento das terras florestas e das dificuldades de acesso por estradas, na década de 1980, a viagem para Parauapebas, à 70 km de distância, chegava a alcançar dois dias.

Devido a precariedade das condições de permanência, muitos colonos venderam seus lotes para fazendeiros e famílias recém-chegadas à região, estima-se que na última década apenas 10% dos lotes titulados permaneciam ocupados por seus titulares originais (BANDEIRA, 2014). As mudanças na estrutura fundiária hoje configuram um complexo mosaico de ocupações do território, formado por unidades camponesas, pequenas e médias fazendas e grandes latifúndios (CABRAL, ENRÍQUEZ E SANTOS, 2011).

O perfil agrícola de Canaã, começou a mudar com o anúncio do Projeto Mina do Sossego, para exploração de cobre. Com o anúncio do Projeto, Canaã passou por mudanças comuns em municípios impactados pela mineração, atraindo um contingente populacional significativo, quase triplicando sua população em uma década (ver Figura 1).

Figura 1 - Crescimento Populacional da População de Canaã dos Carajás, com projeção realizada pela Prefeitura Municipal para 2020.

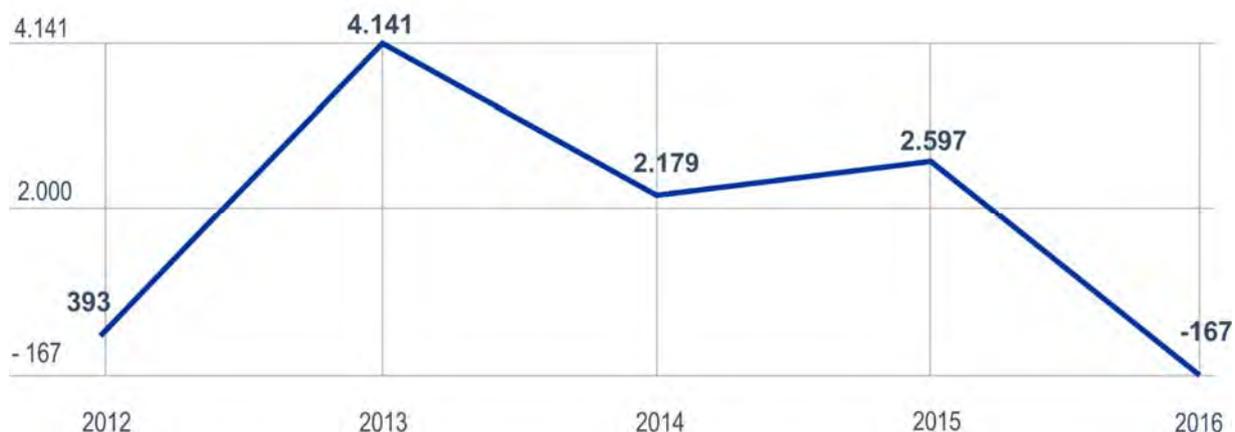


Diferente da implantação do Projeto Grande Carajás, em 1981, em Parauapebas, a relação construída entre território e empresa foi de um novo tipo em Canaã. A empresa Vale S.A., já privatizada, adotou estratégias de integração ao mercado financeiro ampliando ritmo e escala de sua atuação. Mas as mudanças mais drásticas foram sentidas durante a implantação do Projeto S11D, a partir de 2012.

A chegada do Projeto S11D produziu uma rápida urbanização através da expansão de investimentos no ambiente construído, que resultou sobretudo no incremento dos preços dos imóveis. Muitas dessas pessoas não conseguiram permanecer no município, porque somado aos preços impraticáveis associados à extração de renda da terra, também viram

desaparecer as oportunidades de inserção no mercado de trabalho assalariado com o fim das obras do S11D (ver Figura 2).

Figura 2– Geração de empregos formais, saldo líquido de vagas abertas e fechadas até 2016.



Fonte: Prefeitura de Canaã dos Carajás, IBGE e Caged. Elaboração própria a partir de infográfico do site <https://www1.folha.uol.com.br> (2016).

Neste mesmo cenário de recuo do conjunto de investimentos associados à exploração mineral, houve a reconfiguração de práticas associadas ao cultivo e a produção de alimentos tanto na sede municipal quanto no entorno e em áreas mais distantes. No campo realizado entre abril e maio de 2018, observamos a formação e consolidação de novas ocupações agrícolas, localizadas fora do perímetro urbano do município, porém profundamente associadas ao par ruralidade-urbanidade.

Mobilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2015, migrantes, ex-funcionários da mineração e agricultores sem-terra, iniciaram as ocupações das áreas adquiridas pela Vale S.A, na expectativa de reversão dessas aquisições face às ambiguidades e/ou irregularidades dos processos de compra de terras. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) levantou indícios de venda de 1.190 lotes para mineradora, originalmente destinados pelo GETAT para reforma agrária. Como contra movimento ao processo de compra de terras deslanchado pela Mineradora Vale S/A, 6 acampamentos articulados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás (STRCC) começaram a se formar: Grotão do Mutum, Serra Dourada, Rio Sossego, Alto da Serra, Marajaí, Monte Sião.

Quando os projetos de assentamento Carajás II e III foram implantados, na década de 1980, os migrantes eram predominantemente pequenos agricultores rurais vindos, principalmente, do Maranhão, de Goiás e Tocantins, hoje o perfil dos acampados, embora diverso, é dominado por pessoas que já desempenharam ou desempenham alguma função ligada a indústria mineradora ou a serviços urbanos.

Se de um lado, como afirma Merrifield (2012, p. 82), atualmente “os lugares rurais tornam-se parte integrante da produção pós-industrial e da especulação financeira,

engolidos por um “tecido urbano” que continuamente estende suas fronteiras, corroendo incessantemente os resíduos da vida agrária, devorando tudo e em toda parte para aumentar a mais-valia e acumular capital”. De outro, as formas contemporâneas do rural parecem ser redefinidas permanentemente, dando origem a diferentes combinações, nunca desaparecendo por completo, próximo do que afirma Ghosh (2017: 4):

(...) a categoria do rural tem em si um conjunto de valores qualitativos que podem retroceder e quase desaparecer, mas nunca deixam de existir. Em outras palavras, embora a categoria do rural possa se tornar fraca até o ponto da invisibilidade perceptiva, suas construções simbólicas e culturais persistem.

A persistência da ruralidade é constatada no cotidiano de Canaã dos Carajás, onde as relações camponesas tendem a ser recriadas mesmo num espaço onde, pelo menos de forma aparente, essas relações são sistematicamente destruídas. Desde a implantação dos projetos minerários as relações urbano-rurais foram notavelmente alteradas, um exemplo disto é a mudança geracional das atividades rurais para urbanas. Hoje, os filhos de camponeses tendem a assumir postos de trabalho na indústria mineradora, não apenas pelos atrativos ligados às garantias do trabalho formal, mas principalmente por motivações institucionais - como o fato dos colonos pioneiros terem enfrentado amplas dificuldades de manterem seus cultivos agrícolas, enquanto eram fortemente incentivados ao desmatamento, à produção de pastagem e à criação de gado. Para os pioneiros a produção agrícola em muitos casos foi suplantada pela produção agropecuária, leiteira e de corte, mais rentável e incentivada pelo aparato institucional desde a década de 1980. Também notamos nas entrevistas a tendência de encerramento das atividades rurais (agricultura, pecuária leiteira e de corte) realizadas por antigos colonos, especialmente com a implantação da Mina do Sossego, seja em razão do grande estímulo à venda de suas terras com a chegada dos projetos de mineração, seja porque o conhecimento e o interesse na atividade ficaram circunscritos à esta geração, ou seja, os filhos desses colonos passaram a realizar atividades urbanas.

Assim, os colonos orientaram a nova geração a estudar e trabalhar em outros contextos e a buscar atividades urbanas sempre que possível, incentivando não apenas a saída do campo, mas a emigração das novas gerações para outras cidades e regiões. Um exemplo dessa descrença na região é a dificuldade de acesso à escola do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial localizada na sede municipal, por falta de solução de transporte público municipal. A concentração de equipamentos na sede municipal desconhece o padrão histórico de dispersão da população nativa na Amazônia (HECKENBERGER, 2017).

Contudo, nos últimos anos, há um outro movimento em curso, movido menos pela vontade deliberada dos moradores de voltar ao campo, do que pela insuficiência de alternativas oferecidas na cidade: a disseminação dos acampamentos rurais, todos relativamente próximos a sede urbana.

Como argumenta Monte-Mór (2004), embora a urbanização extensiva acompanhe um processo de ampliação das condições gerais de produção industrial (incluindo também um novo padrão de reprodução, de caráter urbano-industrial), o urbano extensivo igualmente amplia as possibilidades de construção de cidadania e politização do espaço (MONTE-MÓR, 2004). Em certo sentido, a realidade urbana em Canaã dos Carajás, apoia fortemente esse argumento, a partir da emergência de um movimento camponês informado em sua luta, organizado pela CPT e STTR, embora historicamente atuem no campo, estão articulados à rede institucional da cidade. Portanto, os novos acampamentos são movimentos sociais urbanos, informados sobre seus direitos e suas formas de acesso, embora igualmente se manifestem por meio de práticas rurais.

Essa condição não se deve à proximidade do núcleo urbano, mas sobretudo às relações mantidas com redes institucionais que são mobilizadas 'em cidades'. A experiência dos acampamentos rurais de Canaã revela a simultaneidade entre o passado camponês e o presente urbano. Apesar da indução de vocações urbanas, e da manifestação de um urbano extensivo que torna o sudeste paraense subordinado a interesses baseados na China (minério) ou Oriente Médio (gado vivo), *não é possível afirmar que as expressões de ruralidade deixaram de existir*, ou que tenha ocorrido *uma completa adesão do urbano neste contexto*. Em Canaã dos Carajás a dicotomia entre o par urbano-rural não existe, ali coexistem dialeticamente manifestações do campo e da cidade; formando um caleidoscópio que atualiza o espaço amazônico, combinando dimensões do urbano-mineral ao que já existia.

3. A POLITIZAÇÃO DO ESPAÇO E AS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA EM CANAÃ

No artigo *Urbanização e Modernidade na Amazônia Contemporânea*, Monte-Mór (2004) argumenta que novos arranjos socioespaciais têm surgido na Amazônia, através da coexistência de distintas temporalidades. Tais manifestações são produzidas em múltiplas escalas e a partir de uma diversificada combinação dos espaços natural, social e abstrato. De acordo com esta definição, aqui destacamos a experiência recente da agricultura urbana em Canaã. Analisamos os dados primários obtidos nos questionários e nas entrevistas, tentando reconstituir em alguma medida o panorama em que estão imersas as iniciativas identificadas.

Para além de uma cidade mineradora carregada de contradições socioespaciais e conduzida por um processo de urbanização especulativo, Canaã é um espaço de coexistência de movimentos e contra movimentos à expansão da racionalidade de mercado (CARDOSO et al., 2018). As evidências empíricas mostram que a interconexão desses processos, recria no município arranjos específicos, em um contexto que nasceu urbano e ao mesmo tempo profundamente marcado pela manifestação da ruralidade em suas diversas nuances.

Menos visível à perspectiva institucional, o cotidiano canaãense entretecido no anonimato da gente comum, é movido por uma população migrante, de raízes polifônicas, com destaque para presença das trabalhadoras e dos trabalhadores do Norte e Nordeste, que compuseram 82,8% das/os entrevistadas/os, dos quais 40,47% de origem nordestina, especialmente do estado do Maranhão (ver Figura 3).

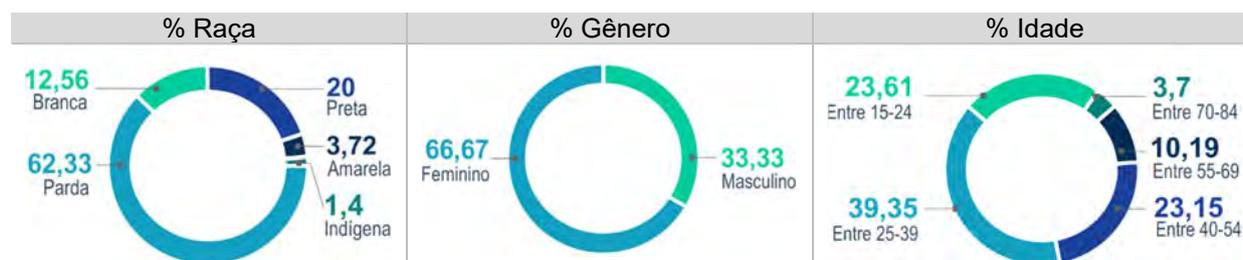
Figura 3 – Moradores entrevistados por Local de Nascimento.



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

O universo de entrevistadas/os foi composto por pessoas não brancas (87,45%), predominantemente representado por mulheres (66,67%) e com idades entre 15 a 54 anos, sobretudo entre a faixa etária de 25 a 39 anos (ver Quadro 1). Ou seja, uma população com potencial de oferta efetiva de trabalho para economia, uma vez que 76,39% dos entrevistados constituíam População Economicamente Ativa.

Quadro 1 – Moradores entrevistados por Raça, Idade e Gênero.



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

Do universo de pessoas entrevistadas que realizam atividades agrícolas para geração de renda, 72,22% afirmaram realizá-las através de práticas de cultivo de hortas (ver Figura 4). Essa característica é ilustrada na manifestação singular de uma trajetória que permanece recriando experiências de ruralidade tanto na sede municipal como fora do perímetro urbano, apesar do baixo interesse no âmbito das políticas públicas e das pautas de investimento voltadas ao desenvolvimento agrícola urbano e familiar.

As práticas de agricultura urbana têm articulado formas de conhecimento tradicional e popular a partir da história de vida de seus participantes. Uma vez que, os pequenos produtores, em sua quase totalidade advindos do Nordeste têm uma longa experiência enraizada no campo, somada ao saber adquirido sobre ao manejo do bioma amazônico nas últimas décadas.

Figura 4 – Atividades realizadas pelas pessoas que afirmaram manter alguma prática agrícola como meio para geração de renda.



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

No entanto, apesar da diversidade de práticas agrícolas encontradas em Canaã (vilas, chácaras, fazendas, assentamentos, acampamentos, hortas em terrenos vazios, cultivos em quintais), elas são de modo geral consideradas residuais.

A própria percepção dessas atividades, como trabalho ou lazer, reflete o lugar tomado pelas práticas de cultivo na vida cotidiana dos moradores. Os gráficos a seguir mostram que, do universo de moradores entrevistados, 45,37% confirmam cultivar hortas e manter atividades semelhantes como lazer (ver Figura 5), enquanto apenas 16% dos entrevistados afirmaram realizar as mesmas atividades como estratégia de geração de renda.

Figura 5 – Atividades agrícolas realizadas pelos moradores vistas como lazer



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

Em nossa interpretação, os resultados revelam tanto a condição em que tais práticas emergem, comumente como atividades de sobrevivência para complementação da renda e da alimentação da população de baixa renda, devido ao preço elevado dos alimentos (ver Quadro 2); como a procura de estratégias de sobrevivência menos vinculadas ao mercado e mais conectadas às relações cotidianas domésticas e lógicas econômicas baseadas na partilha, cooperação e reciprocidade.

Quadro 2 – Entrevista com moradora de Canaã dos Carajás.

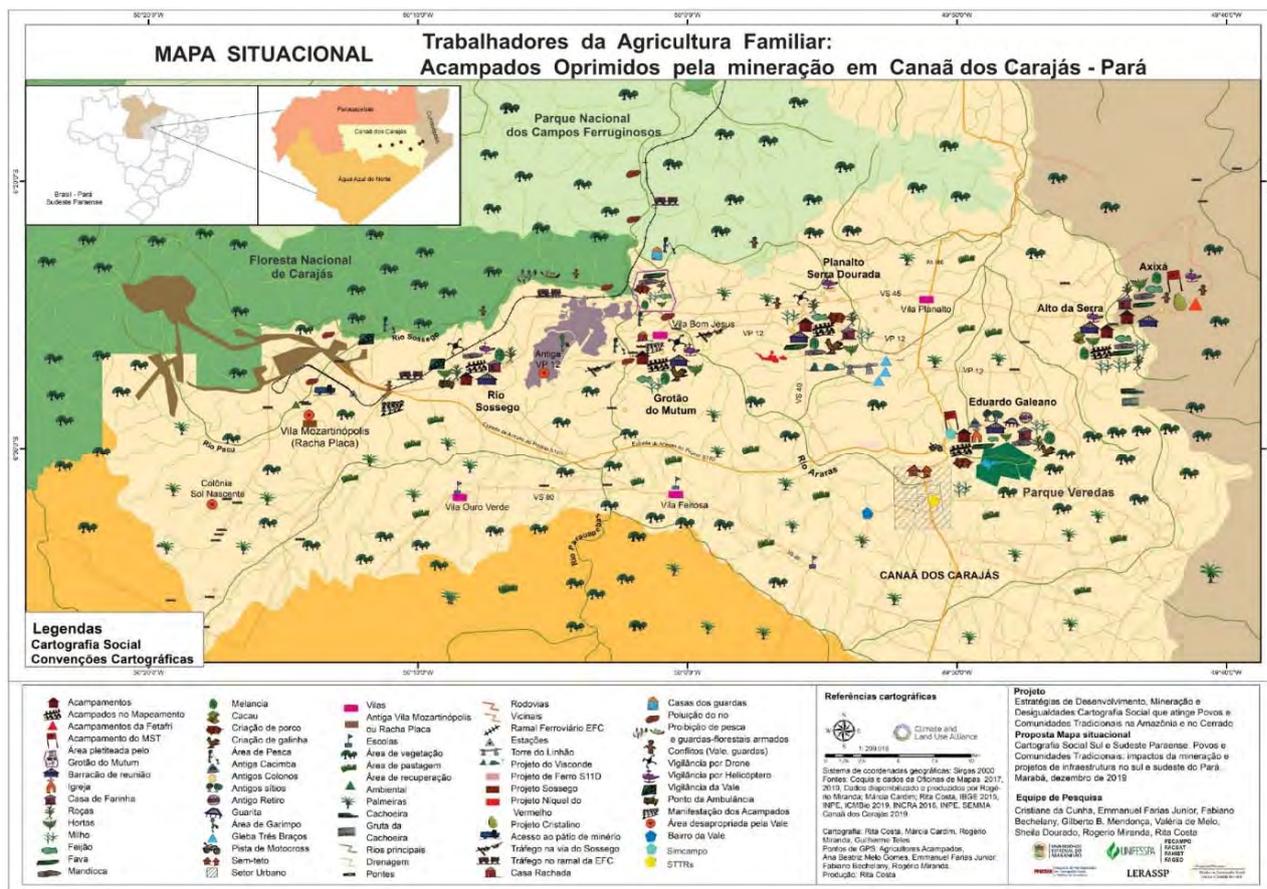


Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

Em 2015, quando diversos acampamentos começaram a se formar no município (MALHEIROS, 2019) (ver Figura 6), foi colocado em curso um contra movimento a dois

processos deslanchados pela grande mineração: a desmobilização das práticas de agricultura familiar e do campesinato e a compra de terras rurais pela Mineradora Vale S/A em Canaã. Para além de uma estratégia de luta pela terra, a ação dos acampados tem se configurado como estratégia de reprodução das famílias ocupantes a partir de práticas de cultivo e da produção de alimentos, e se expandido para além dos limites desses acampamentos.

Figura 6 – Mapa dos Acampamentos localizados em Canaã.



Fonte: Nova Cartografia Social da Amazônia, 2019.

Durante as entrevistas realizadas em 2018, um dos representantes do STRCC, informou que os acampamentos tem contribuído de forma significativa para o abastecimento local de alimentos, com a comercialização da produção de excedente, embora “o grosso seja para consumo”. Segundo o entrevistado, a produção dos acampamentos abastece pelo menos 5 mil famílias em Canaã e se “os assentados não produzirem, não há abastecimento do mercado (em Canaã)”, enfatiza ainda que o avanço da mineração no município “prejudica as duas famílias, a da cidade e do campo, a que planta e a que consome”.

Encontramos nessas áreas produções de milho, feijão, arroz, abóbora, mandioca, e banana, com maior ou menor diversidade a depender do acampamento. No Marajá, uma família somente chegou a ter uma produção de 7 mil pés de banana. De acordo com representante do Serra Dourada, os acampados desenvolveram nas terras ocupadas o cultivo de arroz, alcançaram a colheita de 25 a 30 sacas de milho por safra e produziram 40 toneladas de melancia e abóbora em 2017. O entrevistado reclama da ausência de assistência técnica nos acampamentos e sua fala reflete a mudança na condição de vida que pode ser proporcionada pelo cultivo de alimentos: “eu trabalhava de diária para sobreviver, dormia no chão, hoje, consigo pagar diária... nós temos história para contar aqui”.

A luta da população em favor de seu modo vida e de sua própria sobrevivência, revela o peso que a dimensão política possui na fronteira amazônica (VELHO, 2009[1976]). A atuação dos acampamentos tem demonstrado o fortalecimento das conexões urbano-rurais sob diversas formas, viabilizando a permanência, a articulação e o surgimento de novas organizações e movimentos sociais. A mobilização de acampamentos urbano-rurais em Canaã dos Carajás, têm resultado num duplo movimento: a) de fortalecimento das práticas de mobilização coletiva no território; b) e da diversificação do perfil dos movimentos sociais.

Os acampados relataram um forte vínculo com as atividades da terra, e uma consciente percepção da relação de co-dependência entre suas atividades e a natureza, com forte interação e aprendizado com os ecossistemas. Apesar das dificuldades de institucionalização das práticas agrícolas, os acampados não manifestam interesse de mudar de ocupação devido ao maior grau de autonomia que eles possuem em comparação com outras formas de trabalho assalariado. Isso permite que durante os períodos de entressafra, as pessoas possam desenvolver outras atividades. A racionalidade baseada na unidade da família (COSTA, 2012), na busca de autonomia, na reprodução da vida e em relações de ajuda-mútua e não necessariamente vinculadas ao mercado são as orientações que caracterizam as experiências encontradas nestes seis acampamentos.

A agricultura urbana em Canaã é um exemplo de uma experiência com pleno potencial para o “enriquecimento mútuo das relações entre sociedade e natureza” (SILVA, 2017, p. 20), oferece mais do que oportunidades de geração de trabalho e renda. É uma oportunidade de desenvolvimento de uma cadeia produtiva que necessariamente depende da natureza enquanto matéria viva (SILVA, DINIZ E FERREIRA, 2013).

Em Canaã, as iniciativas de moradores e acampados na agricultura urbana, informam uma experiência embrionária, que aponta horizontes do urbano possível como promessa emancipatória, com capacidade de oferecer contribuições para economia urbana

identidade por meio da combinação de valores e saberes culturais, cujas raízes estão na sua própria população, migrante e pioneira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No espaço amazônico, o tecido urbano extensivo coloca em evidência a dimensão do conflito e do território como campo de disputa, e mobiliza a interação entre movimentos sociais, da cidade e do campo, fortalecendo mutuamente a atuação desses grupos em seus territórios. A região do sudeste paraense é palco de um longo e conhecido histórico de lutas pela terra, protagonizada por agricultores familiares e camponeses (PEREIRA, 2013). Desses contra movimentos, resultam: o aprimoramento dos canais de comunicação entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil e universidade, o fortalecimento da rede de movimentos e representações sociais do campo e da cidade e, em seu reverso desumano, no crescente aumento de conflitos e de violência atingindo os povos da Amazônia, em uma região fortemente marcada por relações de alteridade (SAIDLER, 2015).

Há um forte indicativo de Canaã dos Carajás, evidencia uma cultura urbana mais expressiva do que outras cidades da região, em função da influência da atividade mineradora. Isso acontece porque o processo de urbanização em territórios de mineração se desdobra a partir de um contexto de produção industrial, resultando na configuração de núcleos urbanos “marcados pela concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo espaço (urbano)” (MONTE-MÓR, 2001, p. 5-6). O que queremos dizer é que a atividade mineradora ao atrair manifestações urbanas, criou simultaneamente, uma sinergia urbana que é quase inexistente em outros municípios do entorno. Essa capacidade da vida urbana, de concentrar pessoas, atividades, técnica, conhecimento e excedente, é ao nosso ver determinante para o surgimento da articulação entre ruralidade e urbanidade que se constata no cotidiano de Canaã. Sem a capacidade de integração criada pelo tecido urbano a emergência dessas experiências encontraria mais dificuldade de se estabelecer.

Apesar de existir uma forte ligação entre a mineração e a consolidação de uma base urbana, a própria atuação da empresa mineradora transnacional no território, no sentido de excluir parte da população do processo produtivo e realizar o ‘cercamento’ do território (MALHEIROS, 2019), contraditoriamente reforça a renovação de atividades mais ligadas às exigências sociais do que aos princípios de mercado. Neste sentido, a agricultura urbana expressa princípios econômicos como a reciprocidade e a domesticidade, para além da mera troca de mercado, articulada ao tecido urbano e mobilizada por movimentos sociais, organizações e sindicatos.

As novas articulações promovidas pelo urbano também têm funcionado como uma porta de acesso à cidadania e à circulação de informação e conhecimento entre os acampados, permitindo a interação desses grupos com a universidade e a articulação mais politizada da prática que exercem.

A modernização das relações sociais mediadas pelo urbano, se de um lado iluminam o passado, contribuindo para a valorização dos saberes ancestrais e tradicionais: através da ampliação do conhecimento dos migrantes sobre o bioma, do fortalecimento da identidade e da ideia de pertencimento, por meio de uma organização autônoma e participativa; por outro, a interação com urbano também projeta para o futuro, sobretudo, no que se refere à incorporação de conhecimento tecnológico e inovação dentro do processo produtivo. As articulações recentes com a universidade têm servido como uma forma de mediação entre conhecimento tradicional e científico.

Para concluir, gostaríamos de enfatizar que as entrevistas revelaram uma percepção quase generalizada entre os moradores de Canaã dos Carajás de que a agricultura urbana não é vista como uma atividade econômica promissora. No entanto, para uma parcela da população migrante que atua nos acampamentos, a agricultura urbana, afirma-se e, surpreendentemente, se (re)configura como alternativa de reprodução. Como argumenta Monte-Mór (1994, 2004, 2015) e como a empiria cotidiana mostra em Canaã dos Carajás, a partir do exemplo dos recentes acampamentos que tem se organizado como contra movimentos à trajetória predominante da pecuária e da grande mineração, a politização do espaço criou possibilidades de enraizamento de novas práticas socioespaciais no urbano. Uma vez que a vida urbana reuniu condições privilegiadas para a criação e o surgimento de inovações (JACOBS, 1970) e permitiu a articulação de novos arranjos institucionais entre movimentos sociais, entidades e organizações públicas e coletivas. No entanto, a frágil constituição dessas experiências como práticas institucionalizadas (POLANYI, 2012) – ou seja, como movimentos contínuos e prolongados de formação de mecanismos institucionais entre bens e pessoas, capazes de superar os efeitos dispersivos do espaço e do tempo e criar as conexões necessárias entre recursos materiais, trabalho, transporte e a distribuição de produtos, inerentes ao processo econômico – reduz, em outro sentido, as chances de afirmação dessas práticas como alternativas para enriquecimento da própria experiência urbana.

Neste sentido, este artigo buscou iluminar essas práticas, assim como contribuir para o debate sobre a possibilidade de fortalecimento de práticas urbanas justas, inclusivas e vinculadas à natureza como força viva. Nesta via, o cotidiano se apresenta como uma encruzilhada para a construção da práxis urbana e, ao mesmo tempo, como um cenário rico de possibilidades, apresentando alternativas, que articuladas ao urbano e à natureza,

podem redefinir seus próprios significados e indicar novas vias em contraste, com as limitadas possibilidades oferecidas pela matriz urbano-industrial.

5. REFERÊNCIAS

BANDEIRA, A. O. Alterações sócio espaciais no sudeste do Pará: a mudança de terra rural para solo urbano na cidade de Canaã dos Carajás. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Pará. 2014.

CABRAL, E. R.; ENRÍQUEZ, M. A.; SANTOS, D. V. dos. Canaã dos Carajás – do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A. R. da S.; ALAMINO, R. de C. J. (ed.). Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: Grandes Minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. Cap. 3. p. 39-68.

CARDOSO, A. C; CÂNDIDO, L.; MELO, A. C. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, v. 20, p. 121-140, 2017a.

CARDOSO, F. H., MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008[1977].168 p.

COSTA, F. de A. Elementos para uma economia política da Amazônia: Historicidade, territorialidade, diversidade. Belém: Naea, 2012 468 p. (Economia Política da Amazônia).

COSTA, S. C. D da. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no brasil contemporâneo. 2016. 204 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 2016.

[dx.doi.org/10.1080/00343404.2014.980801](https://doi.org/10.1080/00343404.2014.980801)

EUCLYDES, A. C. A Hipótese otimista: dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul. 270 f. Tese (Doutorado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, Belo Horizonte, 2016.

GHOSH, S. NOTES ON RURALITY OR THE THEORETICAL USEFULNESS OF THE NOT-URBAN. Nova Iorque: Avery Review, v. 27, n. 1, nov. 2017. Disponível em: <<http://averyreview.com/issues/27/notes-on-rurality>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980. 290 p.

HARVEY, D. Enigma do capital e as do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011 [2010].

HECKENBERGER, M. J. As cidades perdidas da Amazônia: A floresta tropical amazônica não é tão selvagem quanto parece. Scientific American Brasil, n. 90, nov. 2009. Disponível em:

<http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/as_cidades_perdidas_da_amazonia_7.html>.

Acesso em: 8 maio 2017.

IANNI, Octávio. A luta pela terra. São Paulo: Cebrap, 1978. 235 p.

JACOBS, Jane. La Economía de las Ciudades. 2. ed. Barcelona: Península, 1975. 285 p.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ufmg, 2008 [1970].

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991[1968]. 216 p. (Temas: Sociologia e Política).

MALHEIRO, Bruno C. P. O que vale em Carajás? geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 440 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia, UFF, Niterói, 2019.

MARTINS, J. S. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MERRIFIELD, Andy. Urban Revolution. In: MERRIFIELD, Andy. Henri Lefebvre: a critical introduction. New York London: Routledge, 2006. p. 79-97. MONTE-MÓR, Roberto. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Texto para discussão n. 164, CEDEPLAR, FACE, UFMG, 2001.

MONTE-MÓR, Roberto. Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-70.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. Brasil Século XXI por uma nova regionalização (2004): 112-122.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.p. 169-181.

PECK, J. Cities beyond Compare? Regional Studies, v. 49, n. 1, p. 160-182, dez. 2014. <http://>

PEREIRA, Airton dos R. A Luta pela Terra no Sul e Sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 349 p.

POLANYI, K. A subsistência do homem: e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLANYI, K. A subsistência do homem: e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SAIDLER, Marcos F. S. As (in)constâncias da urbe selvagem. 2015. 509 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Npgau, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SHEPPARD, E.; LEITNER, H.; MARINGANTI, A. Provincializing Global Urbanism: a manifesto. *Urban Geography*, [S.L.], v. 34, n. 7, p. 893-900, 29 jul. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/02723638.2013.807977>.

SILVA, H.; DINIZ, S.; FERREIRA, V. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s.l.], v. 15, n. 2, p.61-76, 30 nov. 2013. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p61>.

SILVA, Harley. Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira. 2017. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo, Contexto, 2014[1973].

VELHO, Otávio G. Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009[1976]. 243 p.



GT 02 - Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas.

A CIDADE DE BELÉM (PA) E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER: DE QUE LAZER ESTAMOS FALANDO E PARA QUEM?

Flavio Henrique Souza Lobato¹,
Mirleide Char Bahia²

Resumo

A utilização da cidade e dos seus espaços de lazer, em diversas sociedades no mundo, foi envolta por lógicas excludentes e segregadoras. Diante disso, este trabalho objetivou mapear os espaços públicos e privados de lazer em Belém (PA), considerando a relação entre os bairros centrais e periféricos, bem como a extensão territorial e o número de habitantes. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, a partir de dados oficiais e de geolocalização, utilizando como ferramenta o *Google Earth*. Os dados foram submetidos ao cálculo de dois indicadores, a saber: o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural (IDAC-absoluto) e o Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer (IDTEL-absoluto). Em relação ao IDAC (eq./hab.), aferiu-se que os bairros mais centrais, como Campina e Cidade Velha, tiveram melhores resultados do que os bairros considerados periféricos, como Barreiro e Pratinha. Na mesma direção, embora a extensão territorial tenha influência significativa no IDTEL (ha./eq.), há uma clara diferença entre bairros mais e menos afastados do centro da cidade. Tomando-se como exemplo o Barreiro, um dos bairros com menor extensão territorial (92,75 ha), observou-se que o seu indicador foi um dos mais baixos. Evidenciou-se, portanto, que Belém é expressa pela lógica de que quanto mais longe do centro urbano, menos serviços e equipamentos são disponibilizados à população. Cumpre salientar que os espaços mapeados pertencem à concepção convencional de lazer, a qual, historicamente, têm definido o que é lazer, em que espaço e tempo deve ocorrer e quem pode ser seu beneficiário.

Palavras-chave: Lazer. Espaço público. Distribuição de Espaços de Lazer. Belém.

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA, Brasil. E-mail: flaviohslobato@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA, Brasil. E-mail: mirleidebahia@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em Belém, o projeto urbanístico adotado durante o governo do intendente Antônio Lemos privilegiou as áreas centrais da cidade, sendo as concepções de higienização, de saúde, de facilidade de circulação, de conforto e de vocação para o lazer os ideais norteadores do projeto (ROCQUE, 1996). Com a efetivação de suas propostas, a estrutura urbana da parte central de Belém passou por transformações substanciais, seguindo a tendência das cidades europeias (SARGES, 1998). Nesse contexto, diversos estudos apontam que o projeto de desenvolvimento urbano de Lemos também refletiu na dinâmica do lazer (BAHIA, 2012; FRANÇA, 2009, 2018; SANTOS, 2010).

Nessa época, foram criados, reorganizados e reabertos diversos espaços voltados para o lazer da cidade, ainda que apenas de uma minoria (BAHIA, 2012). Santos (2010) destaca que todos esses investimentos permitiram que a vida social da elite da cidade fosse mais agitada, sendo comum no entretenimento da *Paris N'América* apresentações artísticas no Teatro da Paz. Nessa época, a elite tinha preferência pela realização de passeios nas praças, a fim de buscar demonstrar e (re)afirmar seu *status*, onde a lógica do lazer era norteada pela máxima “para ver e ser visto” (BAHIA, 2012).

De outro lado, o banho de rio ou de igarapé se caracterizava como uma vivência de lazer usufruída, normalmente, pela população de baixa renda – a qual compreendia uma tradição herdada dos povos indígenas. Tais espaços se configuravam como espaços elementares da expressão lúdica e da criação de relações com a natureza. (BAHIA, 2012). No entanto, durante o transcorrer da história, muitos igarapés foram aterrados e contornados, alguns desapareceram e outros tomaram cursos diferentes (ALMEIDA, 2010). Assim, as intervenções urbanas de embelezamento da cidade podem ser interpretadas também como uma forma de ruptura das relações entre natureza e cultura, em que os mais pobres foram “empurrados” para espaços longe da civilidade, onde a “natureza rústica” reinava – onde a floresta mais densa ainda estava de pé e os igarapés eram muito comuns.

Nesse cenário, pode-se notar como a cidade era (e continua a ser) utilizada de diferentes modos pelas distintas classes sociais. Acredita-se que a classe mais pobre tinha relações mais estreitas com a natureza e a mais privilegiada tentava fugir dos lugares com muitas matas. Na mentalidade da elite, a natureza era percebida como um espaço de contemplação e não de habitação, pois representava o espaço do atraso, onde a modernidade ainda precisaria chegar. A cidade, não considerada enquanto espaço da natureza, se configurava como o lugar de civilidade, na qual a

natureza aparecia apenas com fins de ornamentação e de embelezamento (ROCQUE, 1996). Portanto, a utilização da cidade e dos espaços e equipamentos³ de lazer, em Belém, foi historicamente envolta por segregações.

Ao ser utilizado de maneira estratégica, funcionalista e instrumentalizada, o direito ao lazer vem sendo violado, se transformando em uma problemática recorrente nas cidades (MARCELLINO, 2006), sendo notável a centralização de espaços (públicos e privados) de lazer convencionais e bem estruturados em diversas cidades. Tais processos de centralização privilegiaram os consumidores com alto e médio poder aquisitivo e, por conseguinte, excluíram os mais pobres. Esse cenário de centralização não se estabeleceu somente sob as perspectivas geográfica e econômica – que viu as áreas mais centrais das cidades como locais propícios para a comercialização do “lazer mercadoria” –, mas também sob uma lógica simbólica (FRANÇA, 2009) que segrega em uma linha imaginária o tecido urbano (LEFÈBVRE, 1991) entre pobres e ricos.

Pelo exposto, esta pesquisa tem como objetivo mapear os espaços públicos e privados de lazer em Belém (PA), considerando a relação entre os bairros centrais e periféricos, bem como a extensão territorial e o número de habitantes. Para alcançar este objetivo foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, tendo sido coletados dados secundários em pesquisas anteriores, em documentos oficiais e em dados de geolocalização, utilizando como ferramenta o *Google Earth*. Os dados obtidos foram submetidos ao cálculo de dois indicadores, a saber: o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural (IDAC-absoluto) (MELO; PERES, 2005) – que calculou a relação entre o número de espaços de lazer e os habitantes – e o Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer (IDTEL-absoluto) – que considerou a razão entre a área de cada um dos bairros (hectares) e o número de espaços presentes neles.

³ No cerne desta questão, convém esclarecer que as definições de espaços e de equipamentos de lazer são comumente empregadas sob perspectivas errôneas, por vezes como sinônimos. Entretanto, Santini (1993 *apud* MARCELLINO, 2006) discorre que os **espaços** de lazer podem ser estabelecidos em toda ou qualquer porção do espaço geográfico ou espaço natural com possibilidades para o usufruto do lazer. Eles, portanto, são a base materialização dos **equipamentos** de lazer. Estes últimos, dependendo da dimensão, compreendem as (infra)estruturas que (re)organizam espaços, a fim de possibilitar e dinamizar a promoção de atividades de lazer. Em meio a esta discussão, Marcellino (2006, p. 67) assinala que “[...] é possível se exercer atividades de lazer sem equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Democratizar o lazer implica democratizar o espaço”.

2 O (DIREITO AO) LAZER E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS NA CIDADE: UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA

A construção social do direito ao lazer vem sendo configurada há bastante tempo. Porém, é somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que há uma maior concretude, pois ficou estabelecido em seu artigo XXIV que “[...] toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 11). No contexto brasileiro, é na Constituição Federal de 1988 que o lazer surge, pela primeira vez, na letra da lei brasileira como um direito social⁴ (BRASIL, 1988). A partir de então, o lazer se configura como uma responsabilidade do Estado, devendo este, segundo a CF, ser fomentado como forma de promoção social (GOMES; ISAYAMA, 2015).

Diferentemente de outros direitos efetivados constitucionalmente, segundo Gomes e Isayama (2015), não há nenhum dispositivo que trate do lazer como direito social especificamente, o qual deveria apresentar princípios, diretrizes, objetivos e outras disposições capazes de orientar a materialização de políticas públicas de promoção do lazer. Portanto, a legislação atual é considerada, por Lopes (2017), como generalista e sem detalhamento basilar para efetivar tal direito. No cerne desta discussão, autores como Marcellino (2006), ao analisar a concepção de “promoção social”, observam que ela compreende o lazer em uma perspectiva funcionalista de utilidade, não como uma necessidade humana importante para o desenvolvimento humano e social (GOMES, 2014).

Embora não haja uma “Política Nacional de Lazer” ou outro qualquer dispositivo normativo para tratar, exclusivamente, a questão do lazer no país, Lunardi (2008, p. 11) apontou que “O direito ao lazer se ramifica em diversos aspectos da vida cotidiana, o que traz repercussão em outras esferas de direitos”. Assim, a Constituição Federal de 1988 tem sido um importante espelho para a criação de “Políticas para o Lazer” em escala nacional, estadual e municipal, ainda que, por vezes, pontuais, tímidas, desintegradas e insuficientes. De todo modo, Gomes e Isayama (2015) ressaltam que elas, cada uma ao seu modo, revelam a importância do lazer para os cidadãos brasileiros.

⁴ Contudo, ainda que seja um avanço considerável a inclusão do lazer no texto constitucional, principalmente em meio ao conjunto de Direitos e Garantias Fundamentais, vários estudos tecem críticas contundentes ao modo como o texto foi inserido nas discussões (SANTOS, F., 2014), à conotação estigmatizante que foi dada ao lazer (BAHIA; FIGUEIREDO, 2013) e à não regulamentação desse direito por dispositivos infraconstitucionais (LOPES, 2017; LUNARDI, 2008; MENICUCCI, 2006).

Contudo, na realidade tanto brasileira quanto mundial, o lazer, aquém de um direito humano, estrategicamente, tem sido observado sob abordagens funcionalistas, como a moralista, a compensatória e a utilitarista (MARCELLINO, 1987). A necessidade humana de lazer, pois, ao ser utilizada e transformada como mercadoria pelo sistema capitalista, conforme os seus interesses, “funciona” como um fator de compensação diante das 44 (quarenta e quatro) horas médias semanais de trabalho e às demais obrigações sociais que o indivíduo, na atualidade, possui (CAMARGO, 1986). Dessa maneira, o lazer é utilizado pelo Estado e pela iniciativa privada, sobretudo, como um apaziguador das tensões sociais (MARCELLINO, 1987), ou seja, uma valiosa ferramenta que, além de controlar os ânimos, mantém a ordem social.

Nesse contexto, Marcellino (2006) reitera que nos dias atuais o lazer se tornou um verdadeiro bem econômico, uma mercadoria que, juntamente com o processo de especulação imobiliária das grandes e médias cidades, tem promovido a valorização desmedida de áreas centrais com a construção e gentrificação de espaços públicos e privados de lazer. Este processo, porém, tem gerado uma centralização desses espaços na cidade, bem como grandes disparidades entre as áreas centrais e as periféricas – sendo uma centrada de benefícios incentivados por interesses econômicos e a outra um verdadeiro “inferno social”, carente de serviços urbanos e farta de mazelas sociais. Tal cenário de exclusão de acesso a espaços de lazer é fruto: 1) de certa inércia do poder público em não conceber espaços para acompanhar o processo de crescimento das cidades e de especulação imobiliária (SANTOS, 2010) e 2) da apropriação e da transformação do lazer, pela indústria cultural, em mais uma arma poderosa de alienação e obtenção de lucro (WERNECK; ISAYAMA, 2001).

Esses processos trazem reverberações aos espaços públicos e seus usos, pois de “[...] lugar da reunião em ato, do encontro, da proximidade entre membros de uma determinada sociedade” (CARLOS, 2014, p. 475) muitos passam a ter uso privado, nos quais barreiras simbólicas filtram quem pode deles usufruir. Por outro lado, com recorrência, muitos espaços públicos são perfilados pela insegurança e pela deficiente ou ausente infraestrutura, uma vez que não são vistos como áreas prioritárias do capital (SERPA, 2009). Segundo Situba (2018), o abandono desses espaços por parte do Estado também dificulta ou afasta a população de vivenciá-los. Assim, nota-se certa “preferência” de algumas pessoas em utilizar com mais frequência os espaços privados em vez de os públicos (SOUZA; LOBATO; GUEDES, 2020).

A função social do espaço público – como “[...] espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideais de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos [...]” (SERPA, 2009, p. 9) – perde sua essência nesse contexto. Afinal, a natureza do

espaço público vai além da dimensão física, está condicionada, em verdade, pela dimensão simbólica, a qual dá sentido à sua existência (GOMES, 2018). Logo, quando há restrições quanto ao seu uso, o espaço público deixa de considerar “[...] as amplas possibilidades de usos e carga simbólica, o livre acesso e a liberdade de escolha quanto ao compartilhamento, ou não, de experiências” (FRANÇA, 2018, p. 23).

Nesses casos, as interações e as relações sociais tornam-se mediadas por lógicas do capital. Tais lógicas, além de nortear relações, limitam quais as práticas e as performances urbanas podem ser projetadas nesses espaços. Bahia e Figueiredo (2012) assinalam que essa situação, por conseguinte, privilegia as pessoas de classes mais favorecidas, pois as manifestações culturais nesses espaços não são diversificadas e seguem um padrão “culto”. Acerca desta questão, Pereira (2019, p. 124) ressalta que “[...] muitos usuários conseguem vivenciar o lazer, mas muitas vezes este se apresenta de forma ‘regulada’, com certa vigilância, sem muita liberdade, visualizadas nas normas e regras impressas no ‘agir’ dos funcionários”. O autor mencionado discorre ainda que os vigilantes de alguns espaços públicos, normalmente, são utilizados pelo sistema para restringir as ações dos usuários no local.

Conquanto os espaços públicos de lazer possuam essas restrições, os usuários não estão por completo à mercê dessas lógicas, pois são também encontradas performances mais livres e com certa digressão às normas impostas nesses espaços. Esses usos, para Pereira (2019, p. 124), “[...] revelam-se como pequenas resistências e demonstração de contraposição à lógica de consumo [...]”. Sob outra perspectiva, tais usos – ao fomentarem lógicas para além do lazer convencional – contribuem a valorização de expressões que antes eram invisibilizadas ou silenciadas, sendo também uma oportunidade de conhecer melhor elas e suas dinâmicas.

No bojo desta discussão, cumpre destacar que Lefèbvre (1991), em “O direito à cidade”, postulava que o Estado contribui com a segregação nas cidades, transformando o “tecido urbano” no espaço das diferenças, marcadas visivelmente pela materialidade da vida. Mas, o autor deixa claro que a cidade não é conformada tão somente pelo material, é também resultante das relações sociais tecidas sobre o espaço, o que o torna dinâmico e dual: material e imaterial. Por assim ser, a cidade ganha vida a partir das demandas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, ainda que nem sempre emanadas das massas. Na visão de Harvey (2012, p. 74), o direito à cidade é um dos mais valiosos e negligenciados direitos, visto que “[...] nos é tomada [...] a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos”.

3 DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS CONVENCIONAIS DE LAZER EM BELÉM (PA): ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

A configuração espacial hodierna do lazer em Belém é derivada de diversos processos históricos mediados por ideais capitalistas de modernidade. Na cidade, existe uma má distribuição de espaços de lazer, em que muitos bairros, sobretudo nos mais distantes do centro, possuem opções restritas (BAHIA, 2012). Nessa perspectiva, Santos (2010, p. 91) reitera que “[...] existe a concentração de espaços nos bairros mais antigos e centrais em detrimento dos bairros mais novos e mais periféricos da cidade [...]”. Logo, Belém é expressa pela lógica de que quanto mais longe do centro urbano, menos serviços e equipamentos são disponibilizados à população. Observa-se ainda que as periferias mais próximas do centro, isto é, as mais antigas, são aquelas que no geral apresentam melhores avanços no estabelecimento de serviços urbanos, possivelmente por serem novas áreas de interesse do capital imobiliário.

Essa situação foi apresentada pelo estudo de Bahia *et al.* (2008)⁵, ao observar que, com exceção do bairro do Atalaia (Castanheira), todos os demais bairros e distritos possuíam pelo menos uma praça como equipamento de lazer, havendo em alguns bairros, como Marambaia e Campina, respectivamente, 34 e 16 das 229 praças existentes na cidade à época da pesquisa. No entanto, ao aferir os demais dados, constata-se que muitos bairros tinham apenas praças como espaços de lazer convencional, a exemplo dos bairros do Barreiro, da Condor, de Miramar e da Pratinha, os quais apresentavam, cada um, apenas uma praça disponível para os seus residentes. Nesse caso, se fosse desconsiderada essa tipologia da análise, quinze bairros de Belém não teriam nenhum equipamento de lazer (Tabela 1).

Os 313 espaços catalogados na época da pesquisa (BAHIA *et al.*, 2008) – 229 praças, 18 museus, 6 teatros, 21 salas de cinema, 3 parques, 4 mercados, 2 dois fortes, 6 igrejas, 6 bibliotecas, 16 Memoriais/Complexos Culturais-Esportivos e 2 *shoppings* – certamente não eram suficientes para atender a população de Belém, nem mesmo considerando a razão entre o quantitativo de espaços e a extensão territorial de cada bairro, sobretudo na periferia.

⁵ É importante esclarecer que não foram contemplados todos os 71 bairros de Belém, pois não foram disponibilizados ou encontrados dados sobre eles.

Tabela 1 – Distribuição dos espaços de Lazer em Belém

| Bairro | Praça | Museu | Teatro | Salas de Cinema | Parque | Mercado | Fortes | Igreja | Biblioteca | Memo/Comp Cult-Esport. | Shopping | Total |
|----------------|------------|-----------|----------|-----------------|----------|----------|----------|----------|------------|------------------------|----------|------------|
| Atalaia | --- | --- | --- | 09 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 01 | 10 |
| Barreiro | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1 |
| Batista Campos | 04 | --- | 01 | 05 | --- | --- | --- | --- | 01 | --- | 01 | 12 |
| Benguí | 07 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 7 |
| Campina | 21 | 02 | 03 | 01 | --- | 03 | --- | 02 | 01 | 01 | --- | 34 |
| Canudos | 02 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 2 |
| Cidade Velha | 11 | 06 | --- | --- | --- | --- | 01 | 03 | --- | 02 | --- | 23 |
| Condor | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1 |
| Coqueiro | 20 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 20 |
| Cremação | 02 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 2 |
| Curió-Utinga | 04 | --- | --- | --- | 01 | --- | 01 | --- | --- | --- | --- | 6 |
| DAICO | 09 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 01 | 01 | --- | 11 |
| DAMOS | 16 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 01 | --- | 17 |
| DAOUT | 03 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 01 | --- | 4 |
| Fátima | 07 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 7 |
| Guamá | 04 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 4 |
| Jurunas | 09 | 02 | --- | --- | 01 | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | 13 |
| Mangueirão | 03 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 01 | --- | 4 |
| Maracangalha | 04 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 4 |
| Marambaia | 36 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 01 | --- | 37 |
| Marco | 05 | --- | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 02 | --- | 8 |
| Miramar | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1 |
| Montese | 04 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 4 |
| Nazaré | 02 | 05 | 01 | 04 | --- | --- | --- | 01 | 03 | 03 | --- | 19 |
| Pedreira | 04 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 01 | --- | 5 |
| Pratinha | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1 |
| Reduto | 04 | --- | --- | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | 01 | --- | 6 |
| Sacramenta | 05 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 5 |
| São Brás | 07 | --- | --- | 01 | 01 | --- | --- | --- | --- | 01 | --- | 10 |
| Souza | 10 | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 11 |
| Tapanã | 09 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 9 |
| Telégrafo | 03 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 3 |
| Umarizal | 04 | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 5 |
| Val-de-Cans | 06 | 01 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 7 |
| Total | 229 | 18 | 6 | 21 | 3 | 4 | 2 | 6 | 6 | 16 | 2 | 313 |

Legenda: Memorial/Complexo Cultural-Esportivo |

DAICO - Distrito de Icoaraci | DAMOS - Distrito de Mosqueiro | DAOUT - Distrito de Outeiro.

Fonte: Bahia *et al.* (2008, p. 71-72), com adaptações e atualizações do autor (2020).

Para constatar essa questão, Melo e Peres (2005) criaram o Indicador de Desenvolvimento⁶ e Acesso Cultural (IDAC-absoluto), que se trata de uma expressão matemática que permite calcular a relação entre o número de espaços e os habitantes e evidenciar, neste caso, o acesso a espaços de lazer. De acordo com os autores, o IDAC tem uma escala de variação entre 0-1, em que zero (0) corresponderia a não existência de nenhum tipo de equipamento para a população e um (1), numa situação hipotética, demonstraria que cada habitante teria à sua disposição pelo menos um equipamento. Logo, um maior indicador implica uma maior quantidade de equipamento por habitante.

Ao considerar que o IDAC demonstra uma situação para além da distribuição e concentração dos espaços, revelando disparidades de acesso, aplicou-se essa ferramenta à situação de Belém, considerando os dados da pesquisa de Bahia *et al.* (2008). Entre os resultados (Tabela 2), foi possível reiterar que os bairros e os distritos não possuíam minimamente um número de espaços necessários para atender os seus habitantes. Por outro lado, numa comparação entre eles, notou-se que alguns apresentam melhor indicador que outros, em virtude disso foram classificados em quatro níveis, a saber: “Bom”, “Regular”, “Baixo” e “Péssimo”.

Assim, aferiu-se que os bairros mais centrais, como Campina e Cidade Velha, tiveram melhores resultados do que bairros considerados periféricos, como Condor, Barreiro e Pratinha, nos quais a relação chegou a ser de 0,00002 eq./hab. Os dados demonstram que, embora o bairro da Marambaia possuísse na época da pesquisa o maior número de espaços (37) na cidade, teve um IDAC de 0,0005 eq./hab., classificado como “Regular” em relação aos demais bairros. Dito de outra forma, o número total de espaços de lazer não é suficiente para atender o seu contingente populacional (Tabela 2).

⁶ Conforme os autores “deve-se ter em conta que o IDAC de modo algum expressa se uma determinada população é mais ou menos desenvolvida culturalmente do que outra; inclusive acreditamos que qualquer tentativa nesse sentido partiria de uma perspectiva limitada e etnocêntrica de cultura. O Indicador trata-se apenas de uma tentativa de revelar as desigualdades a que uma determinada população está sujeita no que se refere à facilidade ou não de acesso aos equipamentos culturais (considerando-se nesse caso o local de residência)” (MELO; PERES, 2005, p. 18).

Tabela 2 – Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural em Belém

| Bairro | População (hab.) | Espaços | IDAC (eq./hab) | Nível |
|-----------------|------------------|----------|----------------|----------------|
| Campina | 6.156 | 34 | 0,0055 | Bom |
| Miramar | 515 | 1 | 0,0019 | Bom |
| Cidade Velha | 12.128 | 23 | 0,0018 | Bom |
| Nazaré | 20.504 | 19 | 0,0009 | Regular |
| Reduto | 6.373 | 6 | 0,0009 | Regular |
| Val-de-Cans | 7.032 | 7 | 0,0009 | Regular |
| Souza | 13.190 | 11 | 0,0008 | Regular |
| Batista Campos | 19.136 | 12 | 0,0006 | Regular |
| DAMOS | 33.232 | 17 | 0,0005 | Regular |
| Fátima | 12.385 | 7 | 0,0005 | Regular |
| Marambaia | 66.708 | 37 | 0,0005 | Regular |
| São Brás | 19.936 | 10 | 0,0005 | Regular |
| Atalaia | 24.424 | 10 | 0,0004 | Baixo |
| Coqueiro | 51.776 | 20 | 0,0003 | Baixo |
| Curió-Utinga | 16.642 | 6 | 0,0003 | Baixo |
| Benguí | 29.379 | 7 | 0,0002 | Baixo |
| Jurunas | 64.478 | 13 | 0,0002 | Baixo |
| Canudos | 13.804 | 2 | 0,0001 | Baixo |
| DAOUT | 38.731 | 4 | 0,0001 | Baixo |
| Mangueirão | 36.224 | 4 | 0,0001 | Baixo |
| Maracangalha | 30.534 | 4 | 0,0001 | Baixo |
| Marco | 65.844 | 8 | 0,0001 | Baixo |
| Sacramenta | 44.413 | 5 | 0,0001 | Baixo |
| Tapanã | 66.669 | 9 | 0,0001 | Baixo |
| Umarizal | 30.090 | 5 | 0,0001 | Baixo |
| Pedreira | 69.608 | 5 | 0,00007 | Péssimo |
| Cremação | 31.264 | 2 | 0,00006 | Péssimo |
| DAICO | 167.035 | 11 | 0,00006 | Péssimo |
| Montese | 61.439 | 4 | 0,00006 | Péssimo |
| Telégrafo | 42.953 | 3 | 0,00006 | Péssimo |
| Guamá | 94.610 | 4 | 0,00004 | Péssimo |
| Pratinha | 22.589 | 1 | 0,00004 | Péssimo |
| Barreiro | 26.003 | 1 | 0,00003 | Péssimo |
| Condor | 42.758 | 1 | 0,00002 | Péssimo |

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), a partir de Bahia *et al.* (2008) e IBGE (2010).

Na mesma perspectiva do indicador criado por Melo e Peres (2005), calculou-se a razão entre a área de cada um dos bairros (hectares) e o número de espaços presentes neles. Essa expressão matemática resultou em um valor que corresponde a quantos hectares um único equipamento estaria à disposição da população. Desse modo, o que se optou por chamar aqui de Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer (IDTEL-absoluto) pode variar entre nenhum equipamento na área total do bairro e, utopicamente, indicar que para cada hectare do bairro (ou menos) haveria um equipamento de lazer à disposição da população.

Nos dados apresentados na Tabela 3, evidenciou-se que, ainda que a extensão territorial tenha influência no indicador de distribuição dos espaços, notou-se uma clara diferença entre bairros mais e menos afastados do centro da cidade. Em virtude disso, como no IDAC, em uma análise comparativa entre os bairros e os distritos, os IDTEL também foram classificados em níveis de “Péssimo” a “Bom”. Novamente, pontua-se que essa classificação em nada isenta a insuficiência de espaços para atender a população na cidade.

Tomando-se como exemplo o bairro do Barreiro, um dos bairros com menor extensão territorial (92,75 ha), observou-se que o seu IDTEL foi um dos mais baixos. Em muitos casos, o IDTEL ha/eq. (área por número de espaços) de alguns bairros periféricos, como Curió-Utinga (496,10 ha/eq), Pratinha (328,42 ha/eq) e Condor (170,88 ha/eq), chega a ser maior que a área total de bairros localizados no centro de Belém, como o bairro da Campina que existia na época da pesquisa um equipamento para cada 3,02 ha, na Cidade Velha 5,46 ha e em Nazaré 7,96 ha (Tabela 3). Para se ter uma dimensão, é conveniente salientar que um hectare representa aproximadamente um campo de futebol (90 X 120m = 10.800 metros ao quadrado, ou 1,08 hectares).

Tabela 3 – Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer em Belém

| Bairro | Extensão territorial | Espaços | IDTEL (ha/eq) | Indicador |
|-----------------|----------------------|----------|---------------|----------------|
| Campina | 102,81 ha | 34 | 3,02 | Bom |
| Cidade Velha | 125,79 ha | 23 | 5,46 | Bom |
| Nazaré | 151,32 ha | 19 | 7,96 | Bom |
| Fátima | 61,89 ha | 7 | 8,84 | Bom |
| Batista Campos | 142,71 ha | 12 | 11,89 | Bom |
| Marambaia | 503,18 ha | 37 | 13,59 | Bom |
| Reduto | 82,17 ha | 6 | 13,69 | Bom |
| São Brás | 162,63 ha | 10 | 16,26 | Regular |
| Jurunas | 235,82 ha | 13 | 18,14 | Regular |
| Atalaia | 211,76 ha | 10 | 21,17 | Baixo |
| Benguí | 197,29 ha | 7 | 28,18 | Baixo |
| Coqueiro | 686,41 ha | 20 | 34,32 | Baixo |
| Souza | 411,30 ha | 11 | 37,39 | Baixo |
| Canudos | 77,73 ha | 2 | 38,86 | Baixo |
| Sacramenta | 237,33 ha | 5 | 47,46 | Baixo |
| Maracangalha | 199,22 ha | 4 | 49,80 | Baixo |
| Umarizal | 262,95 ha | 5 | 52,59 | Baixo |
| Montese | 243,66 ha | 4 | 60,91 | Baixo |
| Marco | 489,23 ha | 8 | 61,15 | Baixo |
| Pedreira | 368,34 ha | 5 | 73,66 | Baixo |
| Cremação | 147,51 ha | 2 | 73,75 | Baixo |
| Telégrafo | 222,32 ha | 3 | 74,10 | Baixo |
| Barreiro | 92,75 ha | 1 | 92,75 | Péssimo |
| Guamá | 417,54 ha | 4 | 104,38 | Péssimo |
| Tapanã | 999,35 ha | 9 | 111,03 | Péssimo |
| Val-de-Cans | 876,48 ha | 7 | 125,21 | Péssimo |
| Miramar | 147,38 ha | 1 | 147,38 | Péssimo |
| Mangueirão | 611,90 ha | 4 | 152,97 | Péssimo |
| Condor | 170,88 há | 1 | 170,88 | Péssimo |
| DAICO | 3.315,34 ha | 11 | 301,39 | Péssimo |
| Pratinha | 328,42 há | 1 | 328,42 | Péssimo |
| Curió-Utinga | 2.976,64 ha | 6 | 496,10 | Péssimo |
| DAMOS | 21.967,33 ha | 17 | 1.292,19 | Péssimo |
| DAOUT | 11.026,28 ha | 4 | 2.756,57 | Péssimo |

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), a partir de Bahia *et al.* (2008) e IBGE (2010).

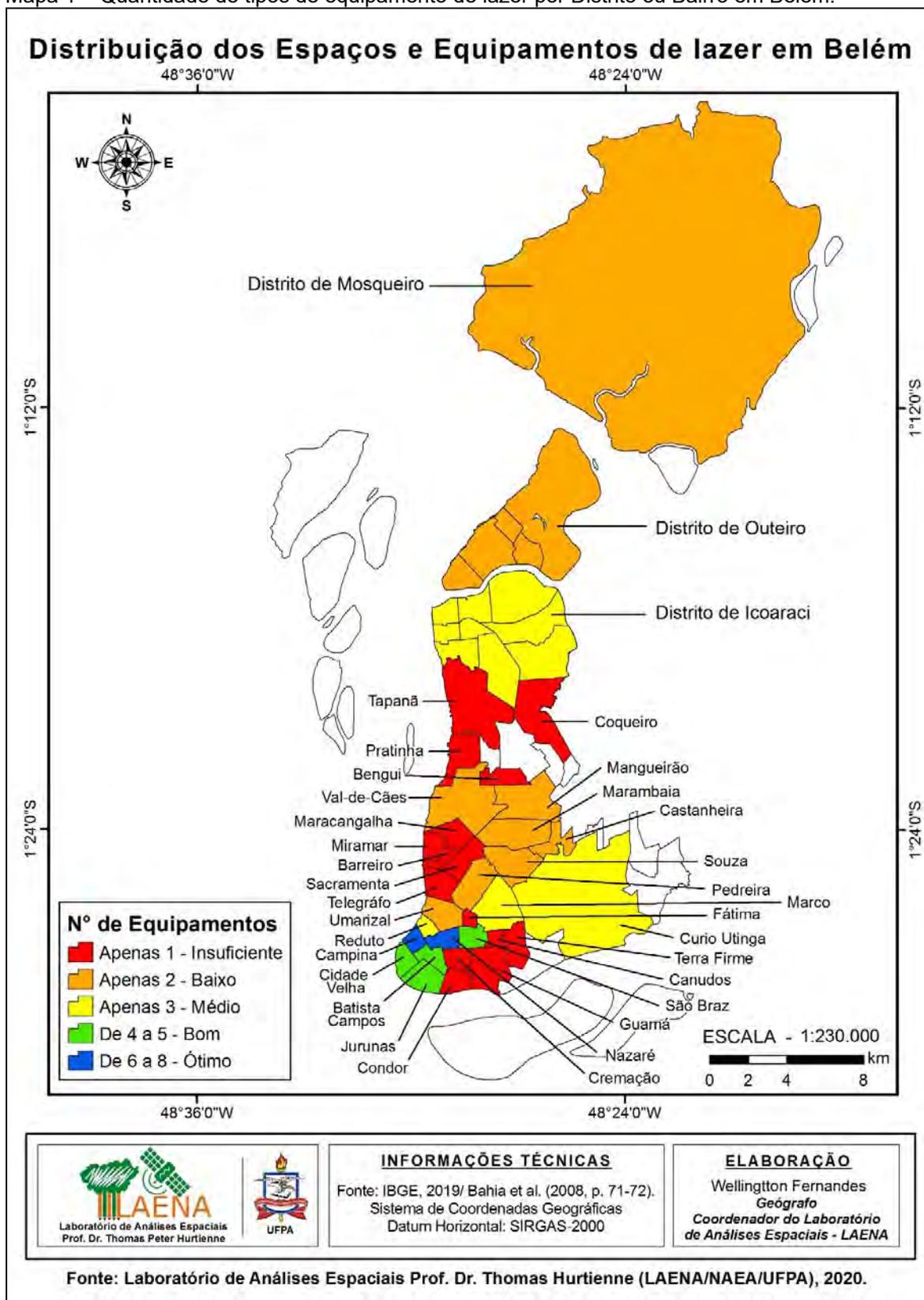
Por fim, é possível notar que não há uma variação dos demais tipos de equipamento de lazer nos bairros e nos distritos de Belém pesquisados, uma vez que nos bairros considerados como a periferia não há parques, bibliotecas, museus, mercados etc. Como demonstrado no Quadro 1, evidencia-se que os bairros considerados mais centrais da cidade, como Batista Campos, Cidade Velha e São Brás possuem de 4 a 5 tipologias e Campina e Nazaré possuem de 6 a 8 tipos, tendo um nível de distribuição considerado “Bom” e “Ótimo” em comparação aos demais. No lado oposto, estão os bairros considerados periféricos com apenas um tipo de equipamento, o qual normalmente se resume a praças que, por vezes, não têm manutenção e segurança, bem como são espaços de refúgio para moradores de rua e usuários de drogas. Esse cenário de concentração de espaços pode ser melhor visualizado pelo Mapa 1 a seguir, cujo objetivo de sua concepção foi mostrar “de cima” parte do que é vivido “em baixo” pela população.

Quadro 1 – Quantidade de tipos de espaço e equipamento de lazer por Distrito ou Bairro em Belém.

| Quantidade de tipos de espaço e equipamento | Bairros | Nível de distribuição |
|--|--|------------------------------|
| 6 a 8 tipos de equipamento | Campina e Nazaré. | Ótimo |
| 4 a 5 tipos de equipamento | Batista Campos, Cidade Velha, Jurunas e São Brás. | Bom |
| 3 tipos de equipamento | Curió-Utinga, DAICO, Marco e Reduto. | Médio |
| 2 tipos de equipamento | Atalaia, DAOUT, DAMOS, Mangueirão, Marambaia, Pedreira, Souza, Umarizal e Val-de-Cans. | Baixo |
| 1 tipo de equipamento | Barreiro, Benguí, Canudos, Condor, Coqueiro, Cremação, Fátima, Guamá, Maracangalha, Miramar, Montese, Pratinha , Sacramento, Tapanã e Telégrafo. | Insuficiente |

Fonte: Organização do autor (2020), a partir de dados da pesquisa de Bahia *et al.* (2008).

Mapa 1 – Quantidade de tipos de equipamento de lazer por Distrito ou Bairro em Belém.



Fonte: Reproduzido por LAENA/NAEA/UFGA (2020), a partir de dados da pesquisa de Bahia et al. (2008).

A concentração de espaços nos bairros mais centrais apresenta-se como uma dificuldade de acesso àqueles que residem na periferia, afinal, a população frequentemente por se apropriar de uma concepção convencional e hegemônica de lazer, não reconhece suas práticas e manifestações como tais e tenta sempre que possível sair das comunidades em busca desse lazer. No entanto, além de não ser bem-vinda nesses espaços e sofrer constantemente violências simbólicas, essa população tem como entraves a “falta de tempo” e de recursos que não comprometam o orçamento da família para pagar pelo acesso a esses espaços (BAHIA, *et al.*, 2008). Tal realidade é comumente narrada em diversos estudos sobre espaços e equipamentos de lazer no Brasil, como as descritas por Melo e Peres (2005), ao analisar o caso do Rio de Janeiro (RJ), por Marcellino *et al.* (2007), que analisou a Região Metropolitana de Campinas (SP), e por Sydow (2017), quando investigou a cidade de Araguaína (TO).

França (2009) considera que as maneiras como os espaços de lazer encontram-se espacialmente organizados, como são utilizados e mantidos, representa uma espécie de segregação simbólica. Para a autora, essa centralização excludente é também incitada pelas possibilidades de lazer ofertadas pelo Poder Público, que normalmente não são divulgadas e atraentes ao “perfil de consumo do lazer” da população periférica (FRANÇA, 2009). Com efeito, nas comunidades periféricas tem-se um lazer com uma oferta muito reduzida de espaços e equipamentos, mesmo aqueles clássicos e impostos como únicos. Quando concebido na periferia, o equipamento de lazer é estabelecido pela iniciativa privada – em que moradores veem o lazer como uma forma de obtenção de renda –, ou como uma política de governo para entreter a massa populacional (WERNECK; ISAYAMA, 2001).

Na contemporaneidade, apesar de os avanços no estabelecimento de direitos sociais e melhorias na qualidade de vida das populações da periferia – por intermédio de políticas, planos, programas e projetos de fomento ao esporte e ao lazer –, novas áreas periféricas estão a se formar. Desse modo, se não houver planejamentos e ações efetivas e eficientes, que sejam capazes de ao menos minimizar toda essa situação, a tendência é que a população que vive nesses locais – que se encontra cada vez mais longe dos centros das grandes cidades – fique mais distante de muitos serviços que viabilizam a satisfação de várias necessidades e direitos humanos, dentre eles o lazer. Afinal, como reflete Bramante (1998), as vivências de lazer e as oportunidades de acesso a bens culturais estão também relacionadas e, por vezes, condicionadas por fatores socioeconômicos, políticos e ambientais.

Assim, Magnani (2015) provoca uma importante reflexão ao argumentar que a cidade, em si mesma, pode configurar-se enquanto um grande equipamento de lazer –

ainda que com seus problemas estruturais e suas desigualdades. Afinal, não obstante se tenha tipos convencionais de espaços de lazer, é primordial ter sensibilidade para compreender que nas diversas periferias das cidades brasileiras muitas crianças e jovens não sabem o que é e como é poder usufruir de quadra poliesportiva, praça, cinema, museu, biblioteca etc. Os seus espaços e as suas práticas de lazer nas periferias são outros. Eles, por vezes, são construídos (física e simbolicamente) pelos próprios moradores, sendo perfilados por dinâmicas, valores e temporalidades deveras diferenciadas das observadas em privilegiados espaços e regiões do Brasil. Por serem práticas diferenciadas, que fogem do enquadramento convencional, frequentemente não são reconhecidas como lazer por eles próprios e, principalmente, pelos ideais hegemônicos do capital.

CONCLUSÃO

A cidade de Belém é expressa pela lógica de que quanto mais longe do centro urbano, menos serviços e espaços são disponibilizados à população. Os dados obtidos, em relação ao IDAC (eq./hab.), revelam que os bairros mais centrais, como Campina e Cidade Velha, tiveram melhores resultados do que os bairros considerados periféricos, como Barreiro e Pratinha. Na mesma direção, os resultados revelaram que, embora a extensão territorial tenha influência significativa no IDTEL (ha./eq.), há uma clara diferença entre bairros mais e menos afastados do centro da cidade. Tomando-se como exemplo o Barreiro, um dos bairros com menor extensão territorial (92,75 ha), observou-se que o seu indicador foi um dos mais baixos. Portanto, observa-se que as periferias mais próximas do centro são as que, no geral, apresentam melhores resultados, possivelmente por serem novas áreas de interesse do capital imobiliário.

Os espaços mapeados seguem a concepção do lazer convencional, a qual, historicamente, têm definido o que é lazer, em que espaço e tempo deve ocorrer e quem pode ser seu beneficiário, muitas vezes, conectando essa lógica a interesses mercadológicos em benefício de uma certa classe social. O *status* de convenção social desse lazer tem sido legitimado pela frequente veiculação na mídia e pela sua institucionalização em governos, os quais “ensinam” a diferentes grupos sociais, não importando o contexto, a cultura e suas criações próprias, quais os espaços/tempos e as práticas podem ser considerados lazer ou não. Desse modo, em diversas políticas públicas foram incorporados tal entendimento, considerando certas formas de lazer como únicas e exclusivas.

Dentro dessa lógica convencional, além da concentração de espaços na cidade, há barreiras simbólicas que regulam os seus usos, a partir da vigilância e da restrição de certas práticas e manifestações. Por essa compreensão se encontrar tão entranhada no imaginário popular, muitas pessoas são norteadas por elas e as reproduzem inconscientemente. Assim, como convenção social, o lazer passou a ser visto de modo restrito por uma grande parcela da população, e as práticas alternativas vistas como pequenas resistências têm sido constantemente restringidas e marginalizadas. Por fim, cumpre salientar que certos espaços não foram considerados no mapeamento por não estarem contemplados na compreensão de lazer convencional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. R. D. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAHIA, M. C. *et al.* Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém. *In: FIGUEIREDO, S. J. D. L. (org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, ANPUR, 2008.

BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. J. L. A construção social do lazer e sua trajetória científica. **Papers do NAEA (UFPA)**, Belém, v. 309, [s. n.], p. 1-18, 2013.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. J. L. Urbanização e dinâmica do lazer em Belém, Pará. *In: ALMEIDA, O.; FIGUEIREDO, S. J. D. L.; TRINDADE JÚNIOR, S-C. D. (Org.). Desenvolvimento e sustentabilidade*. Belém: NAEA, 2012. p. 341-355.

BRAMANTE, A. C. Lazer, concepções e significados. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-18, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

CAMARGO, L. O. D. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.

FRANÇA, J. P. **Espaços públicos de lazer e cidade: desdobramentos em Belém/PA, o caso orla portal da Amazônia**. 2018. 363 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e

Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

FRANÇA, J. P. **Políticas Públicas de Lazer no Município de Belém: concepções e intervenções**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. Multiplicidade de olhares sobre o lazer como direito social. *In*: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (orgs.). **O direito social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2015. p. 1-6.

GOMES, P. C. D. C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, [s. v.], n. 29, p. 73-89, 2012.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Frias. 1. ed. São Paulo: Editora Moraes. 1991.

LOPES, A. C. M. **O direito social ao lazer em perspectiva crítica: desigualdades e democratização do acesso**. 2017. 197f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LUNARDI, A. **Função social do direito ao lazer nas relações de trabalho**. 2010. 193f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário FIEO, Osasco, 2010.

MAGNANI, J. G. C. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. *In*: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (orgs.). **O direito social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2015. p. 7-22.

MARCELLINO, N. C. *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: OPUS, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1987

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. *In*: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 65-92.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. *In*: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. (orgs.). **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-164.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [S. l.]: ONU, 1948. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf> Acessado em: 06 abr. 2020.

PEREIRA, P. V. **Práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio em Belém - Pará**. 2019. 142f. Dissertação

(Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ROCQUE, C. **Antônio Lemos e sua época: história política do Pará**. 2. ed. Belém: Editora Cejup, 1996.

SARGES, M. D. N. **Memórias do “velho” intendente: Antônio Lemos – 1869-1973**. 1998. 204 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 1998

SANTOS, D. D. C. S. D. **O Lazer no Plano Diretor das Metrôpoles Amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus**. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

SANTOS, F. D. C. Procurando o lazer na constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. **Movimento – Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1305-1327, 2014.

SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2000.

SITUBA, N. S. D. A dinâmica dos espaços públicos em Tefé e Coari-Amazonas. **Revista Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 7, p. 166-189, 2018.

SOUSA, G. C.; LOBATO, F. H. S.; GUEDES, L. S. A qualidade de espaços públicos urbanos na Amazônia: uma avaliação em Araguaína (TO) e Belém (PA). In: SOUZA, J. H. M. D. et al. (org.). **Demandas Populares: cidade, inclusão produtiva e trabalho**. 1ed. São Luís: EDUEMA, 2020, v. 1, p. 29-46.

SYDOW, E. **Os espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade de Araguaína (TO) sob a ótica de seus moradores**. 2017. 135f. Tese (Doutorado em Estudos do lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. Lazer, cultura, indústria cultural e consumo. In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. (orgs.). **Lazer e mercado**. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 45-69.



GT 02 A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO: uma leitura do espaço a partir das bibliotecas comunitárias

Danielle Santos de Freitas¹

RESUMO:

Este artigo apresenta uma discussão sobre conceitos, características e importância da Biblioteca Comunitária, a partir de um estudo feito em uma rede de bibliotecas comunitárias implantadas em duas comunidades periféricas da cidade de São Luís-MA. Analisa sua atuação na mediação e disseminação da informação junto às comunidades com base na noção de desenvolvimento geográfico desigual, visto que, as bibliotecas comunitárias no Brasil surgem diretamente do descaso histórico do Estado quanto a distribuição desigual dos equipamentos culturais, quanto a criação de políticas públicas de acesso ao livro, leitura literatura e bibliotecas, e principalmente quanto a localização das Bibliotecas Públicas que dificilmente são acessíveis a toda população a que se destina. Quanto aos aspectos metodológicos trata-se de um artigo de caráter exploratório de revisão bibliográfica. Todas inquietações teóricas e metodológicas sobre as bibliotecas comunitárias são conceituadas a partir dos trabalhos de Badke (1984) e Almeida Júnior (1987), Prado (2010) e o sentido da urbanização dessa instituição social foram feitas sob a luz dos pensamentos de Lefebvre (1978), David Harvey (2005), Neil Smith (1988), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas Comunitárias. Espaços de Leitura. Cidade. Espaço Desigual. Geografia Humanista e Cultural.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade tem sido um dos problemas mais complexo da história e que assola todos os países do mundo. Os díspares níveis de desenvolvimento que uma região, cidade ou nação vivenciam, evidencia que a desigualdade possui uma expressão espacial que de acordo com o local, e associada a diversos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, resulta em diferentes condições e oportunidades que influencia direta ou indiretamente na qualidade de vida dos seus habitantes.

¹ Mestranda da Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional (UEMA), Especialista em Política e Gestão Pública de Esporte e Lazer (UFMA), Graduada em Biblioteconomia(UFMA). E-mail: danny.freitas09@gmail.com.

Nesse sentido, este artigo aponta as diversas ações culturais como possibilidades estéticas das bibliotecas comunitárias da Rede Ilha Literária, que estão situadas em dois polos periféricos, da Cidade de São Luís, o polo Cidade Operária e polo Coroadinho. Afim de discutir como essas bibliotecas estimulam a apropriação dos espaços urbanos e o quanto os bens imateriais estão ligados ao cotidiano destas comunidades, o quanto essas expressões são capazes de provocar reflexões e proporcionar novas perspectivas de realidade e interpretação do dia a dia, e desconstruir os estigmas e estereótipos herdados historicamente por alguns grupos sociais.

Sendo assim, pensar a biblioteca comunitária como alternativa às bibliotecas públicas é importante para entender a cidade a partir das contradições geradas no processo capitalista e compreender como essas questões se materializam em forma de segregação urbana.

Nesta perspectiva, objetivou-se discutir o protagonismo das bibliotecas comunitárias da Rede Ilha Literária quanto ao estímulo de uma cidade lúdica e coletiva, e entender como suas ações culturais e artísticas podem estimular a autovalorização, conhecimento e criticidade na comunidade a qual está implantada. Através de criação de acervos, e intervenções urbanas que favoreçam a arte pública e poética nas diferentes formas de apropriação do conhecimento.

2 DIREITO À LEITURA E À LITERATURA : processos e desafios

O Maranhão é um Estado de grandes contrastes sociais e culturais, onde os interesses privados há anos prevalecem em detrimento dos interesses da população. Esse fato é atestado constantemente pelos indicadores nada animadores e que refletem negativamente sobre a Educação, Saúde, Segurança e, etc.

Embora o Maranhão nos últimos anos experimente uma melhora significativa no campo da Educação e Cultura devido seu atual governo, estamos ainda muito longe do ideal. Sobre isso, Machado nos afirma que:

O ensino médio da rede estadual do Maranhão teve, no atual governo, a maior nota de sua história. O recorde foi divulgado em 2018 com o resultado do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), medido pelo Ministério da Educação. Um dos componentes de maior peso na nota final do IDEB é o Saeb, sistema de avaliação do nível de conhecimento dos alunos por meio de provas de português e matemática. [...] Nota-se um aumento significativo acima da série histórica, em que havia queda no ano de 2013 (gestão anterior à do atual Governador), para um salto exponencial em 2015 – de 236,27 para 244,86 – ano em que começaram a ser empreendidas as ações da Secretaria de Educação para a melhoria do Ensino. O crescimento se confirmou nesta última divulgação, em que a nota atingida foi de 250,39, a maior da série desde que foi criado o sistema de avaliação. No geral, foi o maior crescimento que já se alcançou: mais

de 20% em relação ao IDEB deixado pela gestão anterior. O Maranhão subiu da 21ª para a 13ª posição do país, ao lado de unidades federadas como Rio Grande do Sul e Distrito Federal, conhecidos nacionalmente por sua rede pública de qualidade. No Nordeste, foi conquistado o 3º lugar, atrás apenas de Ceará e Pernambuco. Isso corrobora para a assertividade das medidas implementadas, mostrando que os índices educacionais estão em exponencial crescimento, que reflete a melhoria efetiva da Educação no Estado.

Por conseguinte, a última pesquisa divulgada pelo IBGE, no Maranhão indica que 15,6% de pessoas com mais de 15 anos são analfabetas funcionais. É o quarto pior índice do país. Os três Estados com mais analfabetos funcionais são: Alagoas (17,1%), Paraíba (16,1%) e Piauí (16%) (IBGE, 2019). Mas, comparando com 2018, houve uma redução de 0,7 pontos percentuais no número de analfabetos no Maranhão, o que corresponde a uma queda de 21 mil analfabetos em 2019.

De acordo com a pesquisa, no Maranhão e no Brasil, de forma geral, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos.

Em 2019, eram pouco mais de 400 mil analfabetos maranhenses com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 45,9% para esse grupo etário.

Outro dado preocupante é o da Avaliação Nacional de Alfabetização, divulgada, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que aponta, o Estado do Maranhão como terceiro pior resultado do país, com 77% dos estudantes com nível insuficientes de leitura ficando atrás apenas do Amapá, com (79,4%) e Sergipe (80,2%) onde a média brasileira é de 54, 73%). A expectativa de vida no Maranhão é a mais baixa do país onde a média de vida no Brasil é de 76 anos, mas no estado do Maranhão a expectativa de vida não passa dos 71,1 anos, segundo o IBGE.

Na 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró Livro em parceria com o Itaú Cultural, foi divulgado que os brasileiros leem em média, cinco livros por ano. Sendo aproximadamente 2,4 livros lidos apenas em parte, e 2,5, inteiros. E desses livros, o mais citado pelos entrevistados foi a Bíblia.

O Brasil perdeu, nos últimos quatro anos, mais de 4,6 milhões de leitores. De 2015 para 2019, a porcentagem de leitores no Brasil caiu de 56% para 52%. Já os não leitores, ou seja, brasileiros com mais de 5 anos que não leram nenhum livro, nem mesmo em parte, nos últimos três meses, representam 48% da população, o equivalente a cerca de 93 milhões de um total de 193 milhões de brasileiros.

Diante deste cenário, justifica-se um dos grandes desafios da Educação: fomentar a leitura, interpretação de códigos e produção de sentidos, requisito fundamental para

emancipação dos povos e desenvolvimento das cidades. Sobre as questões referentes a investimentos, melhoria na educação, saúde, infraestrutura ou mesmo incrementação das políticas públicas, o Maranhão é um dos Estados mais pobres do Brasil e está em 21º no ranking dos Estados em números de bibliotecas públicas municipais para cada 100 mil habitantes. São 104 bibliotecas para 6.367.138 habitantes, ou seja, 1,63 bibliotecas a cada 100 mil habitantes. Os dados do 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, do Ministério da Cultura, coletados em 2009 e publicado em 2010 depois de onze anos nenhuma mudança significativa foi identificada.

Ferreira (2007), em sua pesquisa “Informação e desigualdade social” feita em todo o Estado do Maranhão, verificou que 40% dos 217 municípios maranhenses não dispõem de bibliotecas públicas, e as já existentes se encontram em condições precárias.

A carência de bibliotecas só intensificam a situação de pobreza e abandono existentes no Estado, visto que as bibliotecas são importantes espaços de estímulo que trabalha a leitura como uma forma de inclusão, participação e de transformação social.

O atual governo do Estado com a finalidade de elevar os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), implantou Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas no Maranhão (SEBPMA), através da Lei Nº 10.613, de 5 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), que visa disseminar o acesso à informação e o estímulo à leitura, e promover por meio de projetos e ações um diálogo com os vários segmentos das políticas públicas, como educação, cultura, lazer.

Na prática, existe uma concentração dessas ações na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), que por inúmeros motivos, distanciamento territorial, falta de acessibilidade, ou até mesmo falta de divulgação das atividades desenvolvidas, não consegue abranger toda comunidade a que se destina.

Desse modo, as bibliotecas comunitárias surgem como alternativas às bibliotecas públicas com a finalidade de garantir o direito ao acesso gratuito à leitura, e ao livro de forma digna. Para tanto, a proposta da Biblioteca Comunitária é possibilitar que comunidades com baixo poder aquisitivo possam ter acesso e utilizem os bens informacionais de que dispõe, pois, o uso da informação gera o saber que possibilita à sociedade criar meios para promover mudanças que possam garantir a todos o direito de ter e exercer seus direitos.

Assim, por meio de estratégias participativas, e da integração de todas as vozes da comunidade em relação à sua proposta de desenvolvimento, as articulações locais irão

garantir a sustentabilidade das Bibliotecas Comunitárias. Por isso, Martins (2002, p. 325) afirma que:

[...] é preciso que a biblioteca seja um instrumento central que auxilie na articulação de projetos junto à comunidade e estimulem os seus integrantes em atividades constantes, planejadas e integradas, inclusive com outras comunidades, concebendo as relações interculturais e configurando uma ação social voltada para o bem das comunidades envolvidas.

Logo, compete às bibliotecas comunitárias, a função de influenciar o debate e conscientizar a população local, da importância da criação e implantação de políticas públicas. Entender o acesso a leitura, literatura, livro e biblioteca como um direito é importante, para não ficar refém de um sistema de exclusão que privilegia parcelas reduzidas da sociedade. Montano (2002 p.03) afirma que:

[...] os “serviços estatais para pobres” são “pobres serviços estatais”. Desta forma, para cobrir os vácuos que, na previdência e serviços sociais e assistenciais, deixa este novo Estado “minimizado” na área social, parcelas importantes das respostas à “questão social” são privatizadas e transferidas ao mercado (quando lucrativas) e à “sociedade civil” ou “terceiro setor (quando deficitárias), que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais.

Desse modo, essa transferência de responsabilidade das obrigações estatais para a sociedade civil é própria de um sistema que se apropria, reduz e fragmenta as políticas sociais, as práticas coletivas e por conseguinte os movimentos sociais. Impossibilitando a construção de uma sociedade democrática e sustentável. Não estamos com isso invalidando a importância da produção de projetos que contemplem a educação e cultura, articulando parcerias com diferentes instituições: empresas, governo, pesquisadores, comunidade e universidades. E sim, fazendo uma crítica a desresponsabilização do estado com as questões públicas.

O sistema capitalista de produção, na sua fase monopolista (madura e consolidada), transforma todas as relações sociais, instituições, indivíduos, valores, atos, em meios para a acumulação capitalista e a reprodução das relações sociais. Instrumentaliza todas as esferas da vida social para o seu primordial fim: a acumulação ampliada de capital. Desta forma, um objeto, sujeito, instituição etc., não necessariamente representa um meio ou instrumento “natural” para atingir a finalidade. Deve ser adaptado, convertido em meio adequado, ser instrumentalizado. Assim, o ferro deve ser convertido em foice, o trabalhador em assalariado, os serviços sociais em instrumentos de controle e intervenção na vida cotidiana da população, o ensino em meio de treinamento de força de trabalho sem ônus para o capital etc. (MONTANO 2002 p.5-6)

Contrariando à lógica neoliberal deve-se enfatizar que é responsabilidade do Estado efetuar o direito à cultura e educação, e que as bibliotecas comunitárias devem atuar pressionando-o a fazer isso de forma digna. Que o direito ao livro e a literatura no sentido amplo, para Cândido, é indispensável, uma necessidade universal, um direito que precisa ser efetivado:

O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance. Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito (CÂNDIDO, 2011, p. 174- 175).

Lombardi (1993, p. 354) apud Porfiro (1999, p. 13) afirma que:

Torna-se hoje, indispensável que as manifestações culturais busquem e, verdadeiramente, encontrem meios que promovam o aguçamento das consciências críticas ante a realidade da vida e do mundo, o que fortalecerá na busca das transformações necessárias. Desta maneira, cabe afirmar que o atraso cultural a que têm sido relegadas as massas proletárias, jamais lhes favorecerá o conhecimento e a adequação do pensamento à realidade, uma vez que sua realidade ignorante leva-as a crêr tão somente no irreal, no fictício ideológico, e sua irracionalidade é explicada pela falta de desenvolvimento da consciência crítica; desenvolvê-la não é o que querem as classes dominantes. Aí só resta, então, pensar e agir na “busca do interesse comum que gera a ideia de resistência, de união, o que é criação do próprio capitalismo e que leva à constituição da classe para si”, através do crescimento intelectual, para a tomada de consciência.

Nesse contexto, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Assim as lutas sociais, são de extrema importância para a educação no “processo de denúncia da realidade perversa como do anúncio da realidade diferente a nascer da transformação da realidade denunciada” (FREIRE 2000, p. 67 e 90).

Assim existência de práticas culturais e artísticas dentro e fora do âmbito das bibliotecas comunitárias tem iniciado uma recente transformação, no que concerne a demanda e cooperação da sociedade em geral, influenciando a participação democrática das comunidades, na missão de reivindicar garantias dos direitos ao acesso à literatura, à cultura, educação e lazer.

3 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS: conceitos e contexto

A primeira vez em que o termo biblioteca comunitária é citado na literatura brasileira da área foi em 1978 na Revista Brasileira de Biblioteconomia em um artigo intitulado: “Biblioteca pública é biblioteca escolar?” cuja autora, Carminda Nogueira de Castro Ferreira discute a articulação e integração da biblioteca pública e bibliotecas escolares, resultando na “biblioteca conjunta comunitária.” (ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 94).

E em 1984, Todêska Badke relata o caso da biblioteca do Parque Residencial Laranjeiras sobre constituição de bibliotecas comunitárias do Estado do Espírito Santo (BADKE, 1984, p. 18). E embora a literatura sobre Bibliotecas Comunitárias ainda seja

escassa, observa-se um interesse maior na Biblioteconomia e Ciência da Informação em discutir sobre o assunto tanto na literatura nacional, como na estrangeira que também utilizam o termo biblioteca comunitária.

Como podemos confirmar nos relatos de Gorosito Lopéz (2003, p.35) sobre a instalação de uma biblioteca comunitária no povoado “18 de Septiembre”, da cidade de San Fernando, Chile. Segundo ele, essa experiência trata-se de um projeto de autogestão local que estimula o desenvolvimento educativo e cultural de um de seus vários bairros urbanos periféricos pobres.

As bibliotecas comunitárias são instituições criadas como alternativas (a partir de movimentos da sociedade civil organizada), que através da ação cultural, têm se transformado em um espaço que vai além de reunir, guardar e preservar a memória, mas um espaço de criação, de acolhimento e de convivência, a medida que, incentiva o desejo de mudança através das artes: literatura, música, dança, teatro, artes plásticas, etc. Para Coelho Neto (1988, p.5): “a ação cultural trata do desejo de fazer da arte e da cultura instrumentos deliberados de mudança do homem e do mundo, de forma a possibilitar mais interações entre o homem e a sociedade”. Para Freire:

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização [...] Dessa forma são tão importantes para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta. (FREIRE, 2007, p. 16).

Freire defendia uma educação preocupada com os problemas de nosso tempo e com o desenvolvimento da consciência crítica, tomando como pressuposto a conscientização de como as opressões e desigualdades sociais orientam e determinam a ação prática, ou seja, à realização do que denominou de “práxis”.

Sendo assim, as bibliotecas comunitárias são peças ímpares no processo de fomentar a reflexão e o questionamento sobre pontos que afetam diretamente a comunidade ao promover o fortalecimento de identidades e criar condições para que as pessoas possam enxergar-se socioculturalmente.

Apesar da ascendência de assuntos do universo sociocultural e do crescimento na implantação desse tipo de instituição, observa-se que mesmo incipiente, as reflexões feitas nas universidades acerca das bibliotecas comunitárias tem aumentado e dado subsídios para aqueles que atuam na criação e manutenção de espaços de leitura e

informação com vistas a minimizar a carência de bibliotecas escolares e públicas no Maranhão.

4 ESPAÇO, CIDADE E A REDE DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS ILHA LITERÁRIA

Considerando espaço rural e urbano como expressões históricas e sociais criadas a partir das relações e divisões territoriais entre cidade e campo, e divisões do trabalho entre intelectual e manual, buscou-se entender como essas divisões agenciadas a outras variáveis, tais como: a localização geográfica; o clima; o solo; o tempo e a acessibilidade, influenciam no uso e na apropriação do território, contribuindo para a formação de um o espaço desigual e conseqüentemente para o agravamento das desigualdades sociais. |

Lefebvre (1978) alerta que a diferenciação social, a desigualdade de condições, somadas a pressão, do Estado e o apagamento histórico levariam ao colapso das comunidade. Para o autor é importante reconstituir a história para enfatizar a resistência das comunidades, suas lutas, e combates contra as forças exteriores, contra o feudalismo, a escravidão, e contra o Estado centralizado.

Igualmente Villaça (2001), contribui para a compreensão deste cenário, para ele o espaço urbano está estruturado em um processo contraditório da apropriação diferenciada da localização no espaço urbano. A forma que o indivíduo utiliza seu tempo se deslocando entre um ponto e outro, é um importante diferencial entre as localizações urbanas, em virtude das circunstâncias de acessibilidade, o que interfere em como esse indivíduo vai olhar, experimentar e se apropriar das vantagens, e desvantagens estruturais do espaço urbano.

Dessa forma, pensar a biblioteca comunitária como alternativa que surge diretamente do descaso histórico do Estado quanto à distribuição desigual dos equipamentos culturais, quanto à ausência de políticas públicas de acesso ao livro, leitura literatura e bibliotecas, e principalmente quanto à localização das Bibliotecas Públicas que dificilmente são acessíveis a toda população a que se destina. É importante para entender a cidade a partir das contradições geradas no processo capitalista e compreender como essas questões se materializam em forma de segregação urbana. (SMITH, 1988, p. 166) afirma que: “[...] a colonização e a modernização são processos supridores de matérias-primas à “metrópole”, que apresenta, nesse sentido, tendência clara para diferenciação (centro e periferia)”.

Apesar da diferenciação geográfica do (centro/periferia) o que vai definir essa diferenciação é o acesso a equipamentos públicos, culturais e infraestrutura urbana, que não existem nas regiões mais afastadas, são as características sociais dessa periferia e desse centro, a facilidade de mobilidade, o tempo de deslocamento de casa para o trabalho, de casa para escola, da escola para casa.

Dessa forma, a acessibilidade é fundamental para criação de condições favoráveis das localizações no espaço intra-urbano, e consiste como principal requisito nos conflitos pela terra urbana, para o autor a acessibilidade assume um papel até maior e mais importante que a infraestrutura, para ele “uma terra jamais será urbana, se não for acessível”. (VILAÇA, 2001). Para Villaça (2001, p.24) “é essencial considerar as relações de determinado ponto, ou conjunto de pontos, com todos os demais pontos do espaço urbano”, pois o espaço intra-urbano se conduz pela localização.!

Diante do exposto, nos aproximamos da Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária com bibliotecas localizadas nos bairros do Coroadinho e Cidade Operária, em São Luís – MA. Esta Rede é um exemplo de lugar de resistência, estando, como será visto, relacionada a uma rede de afetos com papel fundamental na reflexão sobre as desigualdades que transpassam as periferias da cidade de São Luís.

Na busca por entender a vida social, Lefebvre (1978) parte da abstração científica para algo mais concreto, para ele se a cidade retrata um todo social, a História faz parte indissociável dessa totalidade, a cidade é um espaço- tempo e não apenas um produto de uma estrutura social. O autor ressalta a vida social cotidiana para além da sua aparência, buscando revelar sua essência. Com base nesses ensinamentos vamos buscar contextualizar historicamente a Rede Ilha Literária e os espaços os quais está inserida.

É importante ressaltar que A Rede Ilha Literária está localizada em dois importantes polos periféricos da cidade de São Luís : A Cidade Operária e o bairro Coroadinho. O Conjunto Habitacional Cidade Operária, foi considerado o maior conjunto habitacional da América Latina. O conjunto foi estruturado em seis grandes unidades que se transformaram em grandes aglomerados populacionais nas redondezas, como: Santa Clara e Cidade Olímpica. Esta última, considerada uma das maiores ocupações da América Latina. Conforme aponta Burnett (2012, p. 11):

A ocupação da Cidade Operária deu-se de maneira bem peculiar: no início da década de 1980, no governo de João Castelo, foram construídas 7.500 unidades habitacionais, de um total de 15.000 previstas no projeto. No governo posterior, de Luís Rocha, foi realizado o sorteio dessas casas, porém, por estarem em completo abandono, encobertas por mato e com infraestrutura inacabada,

houve a desistência de inúmeros beneficiados do projeto; propiciando, portanto, diversas invasões nas moradias.

Quanto ao bairro Coroadinho, considerada a quarta maior favela do Brasil ou aglomerados subnormais (nome técnico dado pelo IBGE) divulgado pelo Censo (2010). Além do mínimo de moradias, outro critério-chave para classificar essas áreas como aglomerados subnormais é carência: com origem em ocupações de locais públicos ou particulares, a maioria sofre a falta ou a inadequação de serviços públicos de qualidade, além de, em geral, estarem expostas à pobreza. Como podemos confirmar nos estudos de Pio e Araújo (2019) esse cenário não é recente:

O Bairro do Coroadinho surgiu de modo mais notável no cenário ludovicense na década de 1980, quando pessoas vindas do interior do Estado do Maranhão e de outras ocupações dentro de São Luís, resolvem se instalar às beiras do Rio Bicas e ali fixar moradia. Essa ocupação gerará uma disputa judicial pelas terras ocupadas e mesmo com decisão favorável para os moradores, não livrará a população do esquecimento e da ausência do Estado nesta região. Como ocupação “irregular”, não teve prioridade do estado em políticas públicas de desenvolvimento, e por décadas sofreu do descaso e esquecimento, fazendo com que os moradores tivessem que sobreviver em um local com precárias condições de vida.

A estrutura socioespacial resultante deste processo de estruturação espacial, de forma indubitável revela as desigualdades sociais entre parte da população do espaço urbano dentro do processo de desenvolvimento nacional. Essas desigualdades são aprofundadas a medida que, as populações se deslocam em direção à periferia regional, ou seja, esses fluxos migratórios intensificam as desigualdades regionais.

Diante desse cenário de precaridade e desigualdades que a Rede Ilha Literária surge, primeiramente no ano de 2006 com a Rede Leitora Ler pra Valer, a partir da parceria com o Programa Prazer em Ler, do Instituto C&A que busca promover a formação de leitores e desenvolver o gosto pela leitura, por meio de ações continuadas e sustentáveis e de articulações com distintos agentes envolvidos com a leitura no Brasil. Seu primeiro polo de leitura foi o da União dos Moradores da Vila dos Frades a Casa da Leitura.

No mesmo ano o Centro Educacional e Profissional do Coroadinho (CEPC) ingressa na Rede com a biblioteca Caminho do Conhecimento. Em 2008 a Rede se institui com mais quatro organizações comunitárias do polo Coroadinho, formando 08 organizações integradas, geridas coletivamente com a participação de representantes da comunidade local, que atendem a uma população de quase 4 mil pessoas cadastradas. Ver (Quadro 1 e 2).

QUADRO 01 -BIBLIOTECAS DA REDE ILHA LITERÁRIA

| COROADINHO | CIDADE OPERÁRIA |
|--------------------------------|--------------------------|
| Monteiro Lobato – Coroadinho | Arco-íris do saber |
| Mundo do Saber | Arthur Azevedo |
| O Fantástico Mundo da Leitura | Caminhos do Conhecimento |
| Paulo Freire | Cora Coralina |
| Portal da Sabedoria | Josué Montello |
| Prazer em Ler | Monteiro Lobato |
| Raimundo Antunes | |
| Semente Literária | |
| Vale Ler Ana e Joaquim | |
| Viajando pela Alegria do Saber | |
| Wilson Marques | |

FONTE: COORDENADORA DA REDE (2020)

QUADRO 02 -MISSÃO, VISÃO E OBJETIVO DA REDE ILHA LITERÁRIA

| MISSÃO | VISÃO | OBJETIVO |
|--|--|--|
| Garantir o Direito Humano à Leitura e à Literatura, promovendo ações de democratização, contribuindo para a formação de comunidades leitoras na Cidade de São Luís/MA. | Ser referência local e nacional no desenvolvimento de ações de incentivo à leitura e democratização do acesso ao livro, contribuindo para a formação de uma nação leitora. | Garantir acesso à biblioteca, ao livro e a democratização da leitura. Formando leitores capazes de exercer plena cidadania para a construção do bem viver. |

FONTE: SITE DA REDE ILHA LITERÁRIA(2020)

A criação do Fórum Estadual do Livro e Leitura do Estado do Maranhão em 2011 foi um acontecimento de extrema importância para o nascimento da Ilha Literária. Pois juntou

a Rede Leitora Ler pra Valer (Coroadinho) e a Rede Terra das Palmeiras (Cidade Operária) que também contou com o apoio do Instituto C&A.

Os dois grupos de bibliotecas trabalharam juntas nas articulações do Fórum Estadual do Livro e Leitura e na luta de incidência em políticas públicas por dois anos. Participaram juntamente de audiências públicas, assinatura de carta compromisso por vereadores, secretários e prefeito, eventos científicos e literários, eleição dos representantes da sociedade civil para composição da comissão de elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, em conjunto com o Fórum e demais parceiros. E em 2017 se juntam formando uma única rede, a Ilha Literária – a Rede de Bibliotecas Comunitária Ilha Literária, com o compromisso de garantir o direito humano à leitura e formar leitores capazes de exercer plena cidadania para a construção do bem viver.

QUADRO 03 - DADOS DE ABRANGÊNCIA DA REDE ILHA LITERÁRIA

| ATENDIMENTOS | MEDIAÇÃO DE LEITURA | EMPRÉSTIMOS | ACERVO | QUEM FAZ | ABRANGÊNCIA |
|---|--|---|--|--|--|
| 16,380 pessoas foram atendidas nas bibliotecas ao longo do ano de 2019. | 1.965, atividades de leitura em grupo que em geral acontecem no contraturno escolar ocupando e educando as crianças. | Foram realizados 15,705 empréstimos de livros literários. | 26.756 livros literários, provenientes de doações e projetos de captação de recursos para a compra dos mesmos. | Contam com 42 pessoas entre voluntários e assistidos pelo projeto diretamente ligados a Rede Ilha Literária. | Atuam em toda região metropolitana de São Luís com 17 bibliotecas fixas em 11 bairros e divididas em dois polos: Coroadinho e Cidade Operária. |

FONTE: Portfólio da Rede Ilha Literária (2019).

Como podemos ver no Quadro 03, a Rede possui uma demanda bem expressiva de usuários, muitos livros, um acervo novo e diversificado. Mas em relação à quantidade de pessoas, a equipe é pequena para dar conta da quantidade de usuários e quantidade de bibliotecas, uns dos visíveis problemas que a maioria das bibliotecas comunitárias enfrentam é conseguir formar uma equipe capacitada e que possa atuar diariamente pois como os recursos são pequenos, não se tem verba para pagamento de funcionários, e precisam contar com muitos voluntários.

Devido a maioria dessas bibliotecas receberem apoio de ONG,s, e ou Institutos do Terceiro Setor, modelos neoliberais e que representam a fragmentação das políticas sociais, as bibliotecas comunitárias não podem estar submetidas as ameaças desse sistema no afastamento e terceirização das responsabilidades do Estado. Por não existir uma política pública de amparo específico para as bibliotecas comunitárias, essas iniciativas precisam ser pensadas de forma conjunta com as políticas públicas para bibliotecas públicas e escolares.

Dessa forma, é importantíssimo que os agentes dessas bibliotecas se mantenham articulados e mobilizados reivindicando mais apoio do governo, participando de audiências públicas, eventos literários, formando representantes da sociedade civil para composição da comissão de elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, participando de Congressos, Fórum e demais eventos. |

Tudo isso como forma de reivindicação desse direito que deve ser garantido pelo Estado. Nesse sentido, a lógica do capital, do mercado e da industrialização, produzem desigualdade, seja ela espacial e ou social, pois tendem a criar hierarquias entre rural-urbano, campo-cidade, rico-pobre, centro-periferia, ao mesmo tempo que cria homogeneizações na tentativa de igualizar essas diferenças. Nega-se portanto, os efeitos estruturais como forma de perpetuar a desigualdade, forçando esquecimento da história, das lutas, dos sofrimentos, das culturas, e tradições dos povos, ou seja, nega-se tudo aquilo que se poderia consolidar em força contra-hegemônica.

Em seu estudo sobre diferentes tipos de educação, Gadotti (2012), expõe os processos que julga ser complexo e diverso, defende uma educação transformadora, livre de falsas neutralidades, e que capacite a criticidade, uma educação que seja instrumento de politização humana tal como Paulo Freire defendia, ou seja uma educação não conformada com um sistema social que favoreça pequenos grupos em detrimentos de outros. Para Gadotti (2012), a educação popular, social e comunitária são formas emancipatórias de um grupo oprimido, que necessita não apenas de alfabetização mas do entendimento sobre sua realidade e reconhecimento dos diferentes interesses hegemônicos, que os segregam e excluem social e culturalmente.

Sendo assim, ressalta a importância do papel educador social para essa transformação, por possuir conhecimento empírico pode agir facilmente como mobilizador social. Apesar de criticar a pedagogia científica, por sua atuação muitas vezes autoritária e domesticadoras, Gadotti, não descarta sua importância e até defende que educadores sociais tenham uma educação adequada afirmando que não adianta apenas 'boa vontade'

são necessárias equipes profissionais de diferentes áreas, com formação em diferentes níveis e saberes específicos, para melhor lidar com a diversidade social. |

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas comunitárias têm sido um tema em ascensão nos últimos anos e tem gerado grandes debates. Dessa forma, essa temática deve permear, não só os discursos governamentais e sociais, como, também, as discussões acadêmicas.

Por essa razão, acredita-se na necessidade de investigar, documentar e publicar mais sobre estas questões, com a finalidade de contribuir com suporte teórico e dados estatísticos para os pesquisadores e gestores que atuam nessa área, como incentivo para futuras publicações, desenvolvimentos de novas pesquisas/ estudos, criação de bibliografia especializada confiável e outras possibilidades.

Deste modo, a relevância desse trabalho se deu em ampliar e fortalecer o debate no assunto e contribuir para a caracterização da visibilidade da produção científica, bem como para identificação de temas e trabalhos situados na margem científica.

Nesse sentido, evidenciamos que, a partir dessa pesquisa, conquistamos elementos para avançar nos estudos das bibliotecas comunitárias e avistar novos cenários de análises nesse tema.

REFERÊNCIAS

BADKE, Todêscia. **Biblioteca popular**: uma experiência no bairro das Laranjeiras.

Palavras – Chave, São Paulo, n.4, p.18-9, maio, 1984.

BRASIL. Ministério da Cultura. Notícias do MinC: **Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais**. Disponível em:<<http://forumleitura.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Censo-bibliotecas-publicas-brasil.pdf/>>. Acesso em: 8 dez 2017.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Uso do solo e ocupação territorial na região metropolitana de São Luís**: dinâmica econômica e realidade socioambiental dos municípios de São Luís e São José de Ribamar. São Luís: Setagraf, 2012.

COELHO NETO, Francisco Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção primeiros passos; 216).

FERREIRA, Maria Mary. **Informação e Desigualdade Social**: desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas maranhenses. 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/272/1/Informacao-Desigualdade-Ferreira.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária**: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p.333, maio/ago. 2011.

ILHA LITERÁRIA. Jan.2020. Disponível em: <<https://redeilhaliteraria.org/o-instituto/>____.<https://redeilhaliteraria.org/wp-content/uploads/2020/09/PORTIFOLIO-DE-APOIO.pdf>

IMESC: Instituto IMaranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. *imesc.ma.gov.br*. Consultado em 16 de julho de 2020.

IBGE. Censo 2019 / Maranhão. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2019/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf>. Acesso em: 20 dez.2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed.11 set. 2020. Disponível em:https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf.

LEFEBVRE, H. Problemas de sociologia rural. In: LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**, Barcelona: Ediciones 62 S.A., 1978, p. 19-38.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas Comunitárias como prática social no Brasil**. São Paulo, 2008.

MACHADO, José Gabriel Costa Carneiro. **Avaliação de Políticas Públicas**: um estudo sobre o programa escola digna da secretaria de estado da educação do maranhão. 2018. 58 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <http://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/845/1/20-%20Jos%c3%a9%20Gabriel.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. In: **Lutas sociais**, n. 8, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo:UNESP, 2000.

_____. **Educação de adultos**: algumas reflexões. IN: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E.(orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 9 ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2007.

PIO, Marco Aurélio de Jesus; ARAUJO, Celio Roberto Pinto de. OCUPAÇÃO, CRESCIMENTO URBANO DESORDENADO E CRIMINALIDADE: A luta por moradia no Bairro do Coroadinho. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 5, n. 2, p. 32-50, 2019.

PORFIRO, José Cláudio Mota. Literatura de Cordel, educação e formação da consciência crítica. Campinas: FEC, 1999. Tese doutorado defendida em Educação, Faculdade de Educação de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

SMITH, Neil. “Por uma Teoria do Desenvolvimento Desigual” (I: A Dialética da Diferenciação e da Igualização Geográficas). In: **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano: esse desconhecido. In: **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001, p. 17-48. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/236362/mod_resource/content/0/Texto%205-Villa%C3%A7a_Espa%C3%A7o%20intra-urbanoo.pdf.



GT 02 - DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS.

Contra-Cartografias de Povos Tradicionais nas Metrôpoles Paraenses: repertórios para um urbano amazônico plural

Ana Claudia Cardoso(UFPA)¹
Maria do Socorro Amoras (UFPA)²
Solange Gayoso (UFPA)³
Harley Silva (UFPA)⁴

RESUMO

Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa maior, intitulada “Alternativas de Desenvolvimento: cartografia social de territórios de populações tradicionais do Pará e Minas Gerais”. Para este trabalho, analisou dados de como são apropriados e gerenciados coletivamente territórios de comunidades que manifestam aspectos da transição urbano/periurbano/rural em duas regiões metropolitanas paraenses: Belém e Santarém. As primeiras investidas no campo possibilitaram mapear e compreender aspectos históricos, geográficos e socioterritoriais presentes na dinâmica da organização social e política de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas e assentadas). Visando a construção de uma contra-cartografia para territórios periurbanos e periféricos, a partir de narrativas próprias dessas comunidades, a metodologia se valeu da pesquisa participante, tomando como interlocutor e pesquisador os discentes/bolsistas da pesquisa, nativos dessas comunidades, contemplados pela política de cotas raciais, e pelos demais discentes/bolsistas envolvidos com as lutas desses grupos. As reflexões apontaram que esses territórios vivenciam conflitos diversos, internos e externos, e seguem por tempos imprimindo estratégias de resistência para enfrentar tensões resultantes das dimensões materiais e imateriais provocadas por processos que desencadeiam situações de ameaças de perda do espaço habitado, abandono dos seus modo de vida e a inserção de seus membros como subalternos na sociedade urbana. O modo, portanto, como lutam para serem reconhecidos, expressa territorialidades específicas dessas comunidades, as quais desmontam visões estáticas e essencializadas acerca desses povos.

Palavras-chave: Contra-cartografia; povos tradicionais; Região Metropolitana de Belém; Região Metropolitana de Santarém.

¹ Doutora em Arquitetura, professora do PPGAU/PPGE/FAU/UFPA, coordenadora do Grupo de Pesquisa Urbana – Urbanização e Natureza na Amazônia. E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com

² Doutora em Antropologia, professora da FASS/UFPA. Email: mmaria.amoras@gmail.com.

³ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental do professora do PPGSS/FASS/UFPA. Email: solgayoso@ufpa.br

⁴ Doutor em Economia, professor do PPGE/FECON/UFPA. Email: harley74@gmail.com

1. INTRODUÇÃO - CONTRA-CARTOGRAFIA: LUTA POLÍTICA PELA REPRESENTAÇÃO DA DIVERSIDADE

A década de 1990 foi um marco na difusão de movimentos populares contra as grandes narrativas, culturais, políticas e científicas. Elas foram reconhecidas como instrumentais para a justificativa dos discursos hegemônicos em favor de formas de viver de sociedades ocidentais, particularmente em suas versões urbano-industriais (ARES; RISLER, 2013). Essas narrativas atingiram de modo particularmente intenso regiões de grande diversidade social e ambiental, como a Panamazônia, onde naturalizaram o apagamento de atores sociais e os registros de suas formas de vida tanto dentro das cidades, quanto no espaço rural cada vez mais apropriado para a produção de commodities (HALDER et al, 2018; ALMEIRA, DOURADO, BERTOLINI, 2018).

Neste período, a difusão de tecnologias e ferramentas tais como o georreferenciamento e geoprocessamento tornou possível a produção de representações com a perspectiva de grupos sociais camponeses, indígenas e tradicionais em países sulamericanos, em contraponto àquelas produzidas pelas instituições oficiais ou pela mídia de massa, sob o comando de instituições políticas e econômicas, para fazer a opinião pública acreditar em uma única narrativa possível a respeito do território, não por acaso comprometida com os interesses de mercado (ARES; RISLER, 2013), dentro do ideário do desenvolvimentismo.

No Brasil, destaca-se a experiência da produção da Nova Cartografia Social da Amazônia⁵, que sistematicamente expôs conflitos territoriais de comunidades a partir de narrativas e registros desenvolvidos por elas mesmas. As cartografias produzidas contemplam uma diversidade de situações sociais que chamam atenção para um processo de afirmação identitária bastante diversa, apresentando critérios étnicos e identitários próprios de cada grupo cujo território foi mapeado, com uso de conhecimentos cartográficos elementares, como modalidades de interpretação desenvolvidas em trabalhos de pesquisa/extensão.

Para Ares e Risler(2013), as cartografias oficiais são representações ideológicas. Historicamente elas têm servido para facilitar a apropriação de territórios e da riqueza nele existente. Nesta condição de instrumento de conquista também naturalizam a conversão de áreas rurais ou de floresta para os usos e estratégias de produção capitalista, inclusive a produção da cidade. Os sistemas produtivos da Amazônia, de organização mercantil e base extrativista, historicamente favoreceram um intenso fluxo entre a cidade e sua hinterlândia. Em função de suas características produtivas e institucionais esses sistemas econômicos criavam limites difusos entre áreas urbanas e o entorno, faixas periurbanas nas quais com frequência existiam vilas e comunidades. Com a intensificação da urbanização, esses territórios têm sido incorporados como parte de manchas urbanas, constituindo territórios urbanos marcadas por uma diversidade social e ambiental que é desconcertante quando submetida ao enquadramento territorial produzido a partir das definições e normas oficiais (GOMES; CARDOSO, 2018; CARDOSO et al, 2018; CARDOSO, MELO, GOMES, 2017).

A desarticulação entre as representações oficiais e a realidade cotidiana de grupos vistos como diferentes, sob a perspectiva da vida metropolitana, torna crucial a produção de contra-cartografias, entendidas como representações que expressem a apropriação do

⁵ A produção do Projeto pode ser consultada em <http://novacartografiasocial.com.br/>.

território sob outras perspectivas ou visões de mundo, que dialoguem com a linguagem, símbolos e formas de representação dos grupos sociais considerados diferentes. Esse movimento alimenta-se nas formulações de autores decoloniais⁶ como da socióloga boliviana Silvia Cusicanqui, que destaca a insurgência de grupos sociais e povos subalternizados como estratégia de denúncia da violência simbólica a eles imposta pelas representações hegemônicas e oficiais (CUSICANQUI, 2015). Estas últimas desacreditam as narrativas dos povos (e grupos) subalternizados, desqualificando-as por não serem técnicas, ou adequadas aos códigos vigentes.

Nesta perspectiva, este texto apresenta resultados parciais da pesquisa “Alternativas de Desenvolvimento: cartografia social de territórios de populações tradicionais do Pará e Minas Gerais”. O projeto é dedicado à produção de registros de como se formam, são apropriados e gerenciados coletivamente territórios de comunidades que manifestam aspectos da transição urbano/periurbano/rural em duas regiões metropolitanas paraenses - as Regiões Metropolitanas de Belém e Santarém, conforme indicado nas figuras 1 e 2. Trata-se da construção de uma contra-cartografia para territórios periurbanos e periféricos dessas regiões, pautada pela narrativa das próprias comunidades, sendo também traduzida pelos discentes/bolsistas da pesquisa nativos dessas comunidades e pelos demais discentes/bolsistas envolvidos com as lutas de seus integrantes.

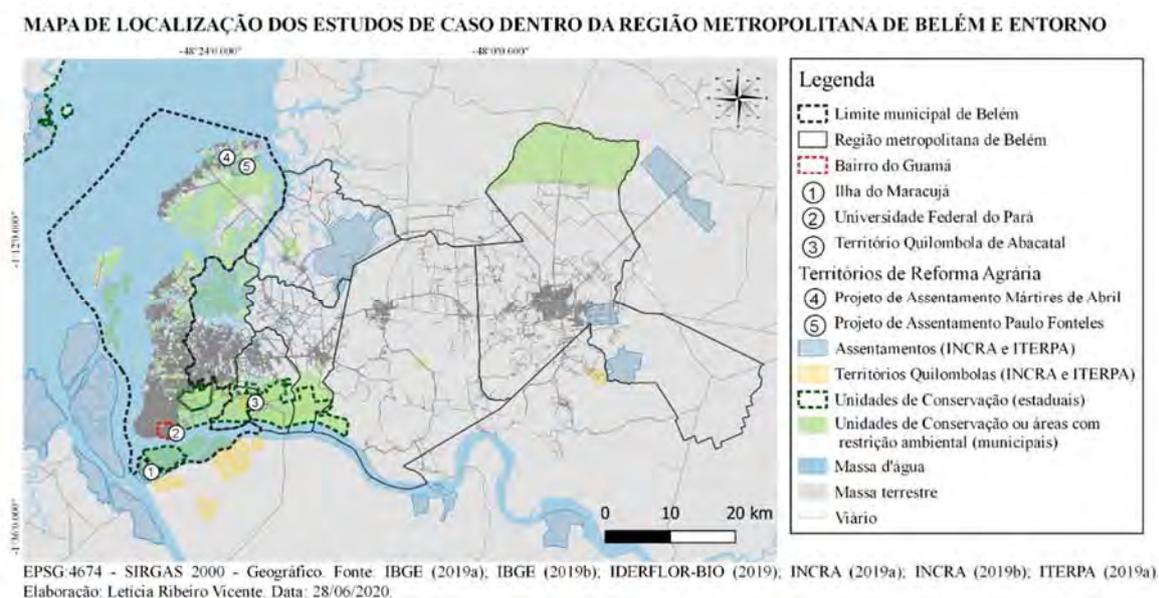


Figura 1: áreas de estudo em Belém e Ananindeua, parte da Região Metropolitana de Belém. Fontes e elaboração já indicados na imagem.

⁶Ballestrin(2013:1) chama de decoloniais os autores que compõem um movimento epistemológico de renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina, que buscam promover um "giro decolonial", e oferecer releituras históricas e problematizar velhas e novas questões para o continente, sob diversas influências teóricas. Segundo a autora, defendem "a opção decolonial" - epistêmica, teórica e política - para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva" (idem, p. 1).

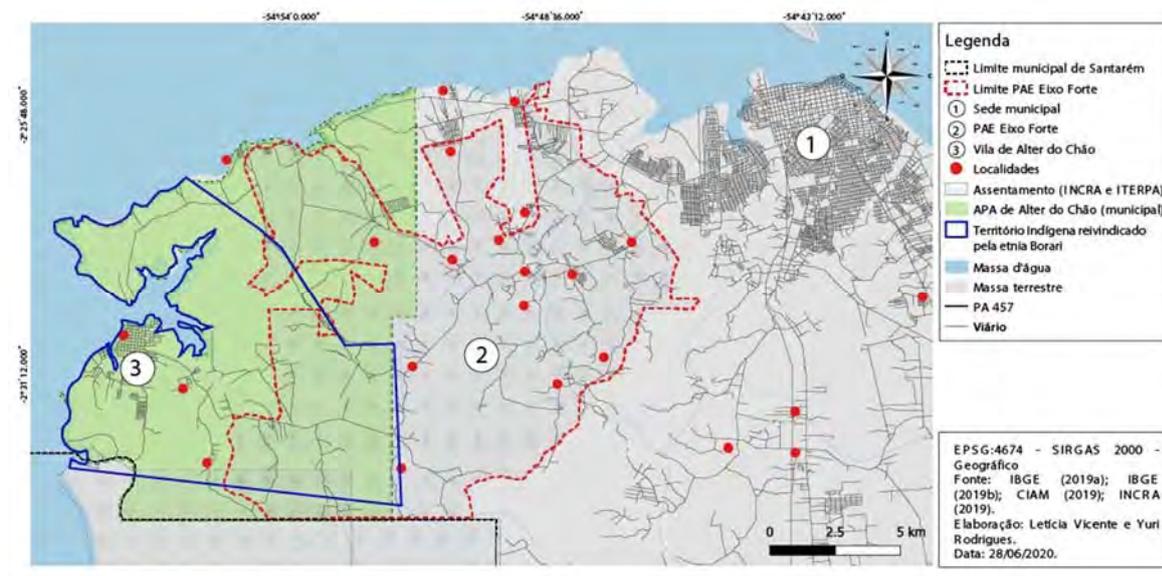


Figura 2: áreas de estudo em Santarém - parte da Região Metropolitana de Santarém. Fonte e elaboração já indicados na imagem.

A pesquisa busca a representação dos conflitos, perdas e injustiças socioambientais relacionados ao processo de urbanização extensiva, que: a) por um lado sujeitam tais comunidades à forte influência de padrões de consumo, regras ou atividades ligadas ao modo de vida urbano industrial, dada a proximidade com as cidades e à fluidez histórica do relacionamento urbano rural na região (CARDOSO et al, 2018); e b) por outro lado promovem sua assimilação pelas periferias, condenando-as por meio da carência de políticas públicas a uma crescente incerteza sobre a sua permanência e sua capacidade de produção e reprodução da vida a partir da gestão dos recursos do território. As tensões resultantes das dimensões materiais e imateriais desse processo alimentam a tendência de conversão e abandono do modo de vida dessas comunidades e a inserção de seus membros como subalternos na sociedade urbana.

Em termos metodológicos, lidar com tais tensões na busca de representações requer esforços de descolonização do pensamento e do conhecimento, para descontaminá-los de valores e interesses hegemônicos. Cusicanqui (2015) destaca a importância da observação ao longo do tempo para a detecção dos conflitos territoriais, por meio da consulta dos registros acumulados (orais, iconográficos, documentais), de modo a permitir o desenvolvimento de narrativas de vida e dos processos que as afetam. Esta estratégia facilita a detecção das invisibilidades (ex.: de gênero), de contradições, transitoriedades e simultaneidades. A autora defende a posição radical de recusa de aceitação do híbrido, ou da acomodação de opostos (fusão) em uma síntese (dialética), para evitar a perda dos registros e o mascaramento das contradições latentes dentro e entre comunidades. Mais do que enquadrar a realidade segundo grandes categorias como urbano e rural, formal e informal, seria necessário explicitar as co-existências e oposições (uma pessoa pode viver e trabalhar na cidade e continuar atuando em uma atividade considerada rural como a agricultura, pesca ou extrativismo de coleta dentro da cidade). Para detectar as co-existências seria necessário observar a realidade: a) com o olhar periférico, b) a partir de um diálogo com o passado e, c) a partir dos silêncios. Nesta perspectiva, Ocanã e López (2019) também recomendam a) o contemplar comunitário, b) o diálogo solidário - que coloca o outro como igual, e c) a reflexão pautada em um sentir e pensar coletivo, capaz de rever

crenças e evitar a apropriação privada do conhecimento. Desse modo, o pensamento e a ação teriam maior potência.

A partir desse intuito, este texto refere-se ao desenho interdisciplinar (envolvendo contribuições das áreas de arquitetura e urbanismo, antropologia, economia e serviço social) de uma pesquisa conduzida durante o isolamento social, imposto pela pandemia de Covid-19. As limitações levaram à associação de tecnologias digitais ao trabalho dos estudantes já inseridos nas comunidades para que, por meio da escuta deles, fosse possível tornar conhecidas as formas de resistência em territórios com identidades cruzadas (indígena, ribeirinha e quilombola) aos problemas desencadeados pelas pressões da urbanização.

Esta estratégia beneficiou-se da política de cotas⁷, que permitiu o ingresso de pessoas indígenas, quilombolas, ou em condição de vulnerabilidade social ao ambiente acadêmico, tornando-os pesquisadores e interlocutores preferenciais dentro de suas comunidades, e assumindo-os como representantes de suas comunidades no diálogo do grupo de pesquisa. Outro aspecto relevante do desenho da pesquisa é a promoção da interação entre as comunidades estudadas para discussão de processos e problemas comuns, e também com outras semelhantes no país, já que a pesquisa conta com casos parceiros em Minas Gerais. Nesta formação em rede a diversidade de visões de mundo e de práticas sociais, econômicas e ambientais presentes dentro das duas regiões metropolitanas tornou-se evidente.

2. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS EM ÁREAS METROPOLITANAS: DIVERSIDADE SOCIOTERRITORIAL

A concepção de território vem sendo utilizada por diferentes agentes sociais, e segue em permanente disputa. Tal disputa teórica e prática na apropriação da categoria território possibilitou a construção de outras percepções sobre os espaços vividos, que abrangem as formas de apropriação e uso territorial por quem nele habita e se constituem como elementos estruturantes da identidade do território, sinalizando territorialidades específicas de cada grupo social.

As territorialidades específicas, por sua vez, trazem os elementos identitários de seus sujeitos a partir de uma perspectiva dinâmica e aberta. Elas são um conjunto de possibilidades e não um dado *a priori*, invariante, uma categoria homogênea, socialmente determinada e determinante dos comportamentos e das disposições subjetivas dos indivíduos. O território pressupõe movimento. Ele possui dimensão histórica, pois se estrutura, se constrói e cria sua identidade a partir das relações sociais estabelecidas nas trocas e disputas entre os diferentes agentes sociais envolvidos. A trajetória do território reflete e se interliga a trajetória daqueles que nele vivem.

Os processos de territorialização incluem a compreensão de território como território usado, assumida a noção de que a ação sobre a natureza se “realiza a partir da natureza valorada pela sociedade” (Santos, 1999:18), relação a partir da qual se inicia uma dialética sociedade-natureza. E, por isso, o território com conteúdo social, no lugar de interpretações que dão conta apenas das divisões político-administrativas e ignoram a dinâmica sócio-

⁷ “A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.” (Min. da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>).

territorial fundada na existência e por isso, a noção de território que encerra mudanças, processo, como forma-conteúdo.

Outro aspecto importante a considerar são as transformações ocorridas nos séculos XX e primeiras décadas do século XXI, que alteraram a dinâmica social das denominadas sociedades moderna e pós-modernas com aceleradas transformações no desenvolvimento da técnica, da ciência e da informação. Avanços que, longe de atender a todos, significaram maiores situações de desigualdade e exclusão social.

Nas cidades é possível observar que as diferenças locais são aprofundadas, da mesma forma, as evidências dos conflitos e violência relativizam a conformação do poder catalisador dos atores que buscam se hegemônizar. E ainda, ao contrário da tão difundida idéia de arrefecimento e morte do Estado, este se impõe com força na viabilização de interesses econômicos, financeiros e políticos da classe econômica no poder (Santos, 2000), assumindo violentamente sua vertente de um Estado capitalista neoliberal, de (necro)políticas⁸ nacionais / locais que negaram a existência de povos e comunidades tradicionais ao não reconhecerem sua (re)existência em seus territórios. Como exemplos dessas negações pode-se listar as especificidades dos povos ribeirinhos e quilombolas residentes nas comunidades tradicionais e ilhas da RMB e de extrativistas e indígenas da RMS, situações referidas no próximo item.

A organização social dos territórios tradicionalmente ocupados⁹ é agenciada por cosmologias e cosmovisões, epistemes por onde são acionados saberes e práticas, a moral e a ética. São conhecimentos dinamizados nas relações intergeracionais. Assim, a cultura é atualizada e modificada no tempo. Esses elementos de pertença são ativados na mobilidade que esses grupos imprimem do espaço habitado, sendo expressivos das relações simbólicas que orientam suas defesas políticas por um modo de ser e de viver. Compreende-se, desse modo, que esses grupos são dinâmicos e diversos, com identidades coletivas em construção.

A diversidade está na forma de interagir com a natureza pelo trabalho individual e coletivo, contudo, não é possível generalizar os efeitos e a maneira como criam suas estratégias de subsistir nesses lugares, pois o modo como lidam com as circunstâncias materiais que lhes são impostas também é movido de acordo com as suas concepções políticas sobre o território. Reconhecer a diversidade, nesse sentido, é compreender a autonomia de um esquema da ancestralidade do grupo, ou seja, a sua genealogia que os ajuda a analisar as gerações e suas experiências sociais em torno de um modo de vida singular nesses lugares.

A relação de parentesco, desse modo, é estruturante da identidade dos membros dessas populações, está estreitamente vinculada à transmissão de saberes na organização sócio territorial e seus critérios de pertencimento estabelecidos. Como argumenta Almeida (2001), o sentimento de pertença desses agentes não se apóia em provas documentais e arquivísticas da instrumentalidade jurídica moderna.

As relações simbólicas movimentadas por um conjunto de saberes definem processos de afirmação étnica e política. É a forma como acionam seus esquemas convencionais e os conformam às suas necessidades, buscando novas categorias, atribuindo sentidos e significados ao lugar habitado. A compreensão do que lhes fazem

⁸ ... “expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018: 8)

⁹São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram (CUNHA & ALMEIDA, 2001).

diversos exige, assim, o entendimento das circunstâncias em que intercambiam saberes, valores, arranjos e rearranjos particulares na relação com a natureza e com o Estado. São longos processos de conflitos históricos travados com agentes externos. Por isso, são necessários entendimentos que alcancem as lógicas, as estratégias políticas de sobrevivência dessas comunidades; que sejam capazes de expressar como elas se colocam hoje, ou como elas se autodefinem e desenvolvem suas práticas de interlocução, em meio a processos de *territorialização*¹⁰.

Viver do sustento do lugar e no lugar do sustento, confere a esses grupos singularidades pela forma como articulam suas redes de conhecimentos¹¹. Sustentar-se do lugar habitado é uma medida de equilíbrio biótico, em termos de possibilidades de subsistência e reprodução social; uma forma de subsistir entre estabilidades e mudanças.

Por meio de epistemes da ancestralidade, acionadas para habitar seus lugares, estabelecem um diálogo histórico com o legado desses povos para afirmar suas identidades e suas práticas expressivas dos conhecimentos agroflorestal e telúrico, os quais não se desvinculam de suas religiosidades e crenças. Assim, a partir de um “modo de estar no mundo”, mapeiam as suas fronteiras étnicas e criam estratégias de atualização dos seus saberes, ou seja, daquilo que lhes fazem diversos.

Em acordo com Bhabha (1998), a diversidade cultural aqui pensada não diz respeito às identificações fixas de sujeitos na cultura, ancora-se na perspectiva da diferença cultural e suas interconexões na contemporaneidade, *entre-lugares*. O deslocamento do entendimento da diversidade cultural para a compreensão da diferença cultural produz uma cisão no modo de entender o tempo presente a partir de espaços plurais e híbridos enunciadores de reterritorializações. Nesse sentido, rompe-se com binarismos atribuídos a esses povos e populações e com a oposição sujeito/objeto, sujeito/cultura.

A compreensão dessa ruptura trás para este estudo o questionamento: de que modo se formam esses sujeitos nos *entre-lugares*? O que negociam e tomam para si daquilo que excede da soma das partes da diferença (aquelas já conceituadas como raça/classe/gênero, e outras)? De que modo chegam a formular estratégias de representação ou aquisição de poder no interior de pretensões concorrentes intra e entre comunidades? Esses grupos apesar de histórias comuns de privação, exploração e discriminação, o que acionam como valores e interesses, significados e prioridades, pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, evidenciando antagonismos e conflitos desmedidos.

¹⁰“O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolve a capacidade mobilizatória em torno de uma política de identidade e certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva. A chamada “comunidade tradicional” se constitui nesta passagem. O significado de “tradicional” mostra-se, deste modo, dinâmico e como um fato do presente, rompendo com a visão essencialista [...] Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do estado” (ALMEIDA, 2006, p. 88-89).

¹¹Segundo Almeida (2008, p. 40), “Trata-se, em resumo, de um capítulo do processo de politização da natureza e da emergência de uma vívida autoconsciência cultural apoiada em conhecimentos imateriais que nutrem as unidades de cálculo do processo de produção permanente (tamanho da área de plantio, sua localização distante das margens dos cursos d’água e das nascentes, tempo de encapoeiramento, cuidados durante o preparo da área de cultivo para evitar a derrubada de determinadas espécies vegetais, uso seletivo dos recursos florestais, etc.)

É a produção, contudo, dessas diferenças que acionam lugares híbridos, alternativos de negociação cultural, deslocando, assim, a reflexão epistemológica sobre a fixidez dos binarismos do sujeito com traços culturais e étnicos pré-estabelecidos, inscritos na tradição, para um lugar enunciativo, de uma prática enunciativa (BHABHA, 1988). Assim, povos subalternizados têm tomado o lugar da discriminação social e os deslocamentos culturais para afirmar suas tradições culturais, recuperar histórias de opressões e exclusões, serem reconhecidos, enfim, reivindicar o direito de serem nomeados nas suas diferenças, ou seja, naquilo que lhes fazem diversos.

3. O CONTEXTO ESPACIAL DAS PRÁTICAS COTIDIANAS NA RMB

Belém é uma metrópole amazônica de 404 anos, com uma formação socioespacial diversa. O município é dividido em uma porção continental e aproximadamente quarenta ilhas que compreendem 66% do território do município. A região metropolitana é composta por outros seis municípios e possui amplas áreas periféricas. Na porção não insular, as áreas urbanas de terras firme foram originalmente apropriadas pelas elites coloniais e seus herdeiros. Essas ocupações geralmente aconteceram segundo cânones do urbanismo português (pré e pós reconstrução de Lisboa), enquanto as várzeas foram ocupadas por usos rurais praticados pelos migrantes nativos da região, que sabiam manejar a biodiversidade e o ciclo das águas (hortas, espaços de extrativismo e criação de animais, trapiches, etc.).

Miranda (2020) sistematizou informações demográficas de 1872 e constatou que 55,79% da população de Belém era composta por não brancos (pardos, negros, caboclos) e destacou o quanto este fato é omitido da narrativa de cidade branca do ciclo da borracha, quando os padrões europeus de serviço (provisão de energia, transporte e saneamento) eram tomados como referência inclusive com a contratação de concessionárias europeias para a provisão destes serviços (SARGES, 1998).

Esta visão demográfica deve ser articulada a outra de natureza econômica: a importância histórica da atividade extrativa e da agricultura praticada por populações caboclas na economia amazônica. Não obstante a literatura de história econômica tenha atribuído rótulos depreciativos e associado sua prática à uma condição de pobreza atávica, as atividades extrativistas e os grupos que a praticaram, foram historicamente o fundamento da economia amazônica. Como mostra Costa (2019) há abundante material empírico que corrobora essa hipótese, enquanto as afirmações sobre pobreza e estagnação das economias extrativas foram geralmente feitas de modo dogmático. Essa condição chave do extrativismo na economia da região veio a se interromper apenas com as mudanças drásticas introduzidas pelos governos militares. Neste período se introduziram na região condições inteiramente novas para a monocultura, agropecuárias, além da mineração, todas essas com base em pesado investimento estatal (BECKER, 2005).

As atividades extrativistas continuam importantes na economia da Amazônia, particularmente (embora não exclusivamente) pela criação de oportunidades de trabalho e renda na economia popular. Segundo o Boletim do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho, no quarto semestre de 2019 havia 66% da população ocupada no Estado do Pará trabalhava na economia informal. Essa cifra é hoje bastante superior à média que no país é de 47,4%, o que é uma condição historicamente forte na Amazônia (LEÃO, 2020). Para esta discussão, é importante destacar que grande parcela desta economia informal é ligada ao manejo de recursos naturais (produtos não madeireiros, frutos, agricultura familiar e pesca) e que depende da existência de rios e florestas e do direito de acesso a um território de produção (BARTOLI 2018; SILVA, DINIZ, FERREIRA, 2013).

3.1 Os territórios insulares dos quilombolas ribeirinhos da Ilha do Maracujá e dos assentamentos de reforma agrária da Ilha do Mosqueiro

Territórios com tais atributos estão preservados por meio de assentamentos especiais nas ilhas de Belém e Ananindeua, onde ocorre as maiores concentrações de vegetação nativa do espaço metropolitano (CARDOSO, BRAZIL, CARDOSO, 2021). Em Belém, as ilhas são consideradas majoritariamente rurais e, após a ocupação das várzeas do continente por grupos sociais excluídos, tornaram-se alternativas de moradia para população assalariada que não consegue arcar com o custo da moradia no continente, ou como espaço de reserva para a construção de condomínios de luxo (caso do Alphaville construído sobre zona de proteção ambiental na ilha de Caratateua), conforme a disponibilidade de acesso por ponte ou por transporte público regular.

As ilhas são territórios sub-representados em todas as estatísticas e políticas públicas (VICENTE, 2019); durante séculos a porção seca das ilhas maiores foi destinada a usos de interesse da metrópole (presídio, colônias agrícolas), suas praias foram ocupadas por casas de final de semana, enquanto suas várzeas se mantiveram como território de populações extrativistas. Atualmente esse mesmo assédio se estende às ilhas de várzea, como a Ilha do Combu, localizada a 1,5 km do continente, que sofrem impacto da poluição do continente, do turismo e da gentrificação das margens dos rios, por grupos que procuram casas de final de semana e compram do ribeirinho a posse da margem do rio, promovendo um adensamento da ocupação, redução da área de produção das famílias, pressão por novos usos e desestruturação do modo de vida dos nativos (BRITO, 2018), ao mesmo tempo em que a produção extrativista é valorizada pelos circuitos da gastronomia regional.

A Ilha do Maracujá localiza-se atrás da Ilha do Combu (ver figura 3), e está em uma situação de indefinição de pertencimento entre os municípios de Belém e Acará por falta de recursos tecnológicos na época de definição de limites entre estes municípios (SILVA; TOURINHO, 2017). Outra situação de ambiguidade está ligada à identidade da população, que se declara ribeirinha (pescadora) e passa por um processo de reconhecimento como comunidade quilombola (de agricultores como seus ancestrais), já que boa parte de sua população descende dos Territórios Quilombolas de Santa Quitéria e Itacoãzinho, localizadas em solos de terra firme do município do Acará. A população da ilha instalou energia elétrica com seus próprios meios, e está mobilizada para a instalação de uma rede de abastecimento de água. Carece de soluções de saneamento e de um serviço de telefonia de qualidade. O avanço para o ensino médio demanda o deslocamento para a Belém continental assim como o escoamento da produção de palmito, açaí e frutas, que são vendidas nas feiras da cidade. A figura 3 ilustra os fluxos mais importantes de mercadorias e população entre a ilha e a cidade. A expectativa dos membros da comunidade terem acesso à universidade pública por meio da política de cotas, motivou a organização de um novo quilombo na Ilha do Maracujá (COSTA, 2020)

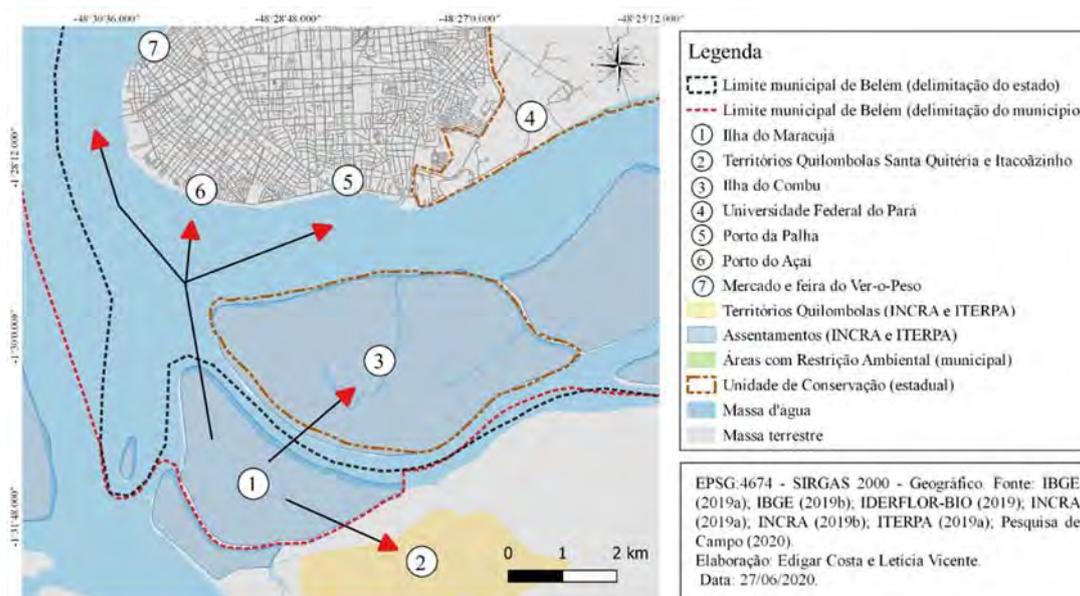


Figura 3 – Localização e fluxos principais dos moradores da Ilha do Maracujá. Fontes e elaboração já indicadas na figura

Em Belém assentamentos de reforma agrária na ilha do Mosqueiro também sofrem crise de identidade diante das pressões para conversão de uso das terras do assentamento que margeiam a rodovia, devido à localização dos assentamentos próximos a bairros já consolidados (ver figura 4). A localização também redireciona as expectativas das novas gerações dentro das famílias ampliadas, que por falta de oportunidade de acesso à terra compartilha e divide o lotes de produção para usos urbanos e rurais (figura 5). Também merece destaque a prática do trabalho sazonal no turismo, que por um lado permite a venda de produtos do lote em barracas na praia (ex: açai), e por outro concorre com a produção e comercialização de alimento agroecológico. Os assentados se reconhecem como agricultores e se veem como um grupo estigmatizado dentro da Ilha (GONZAGA, 2020).

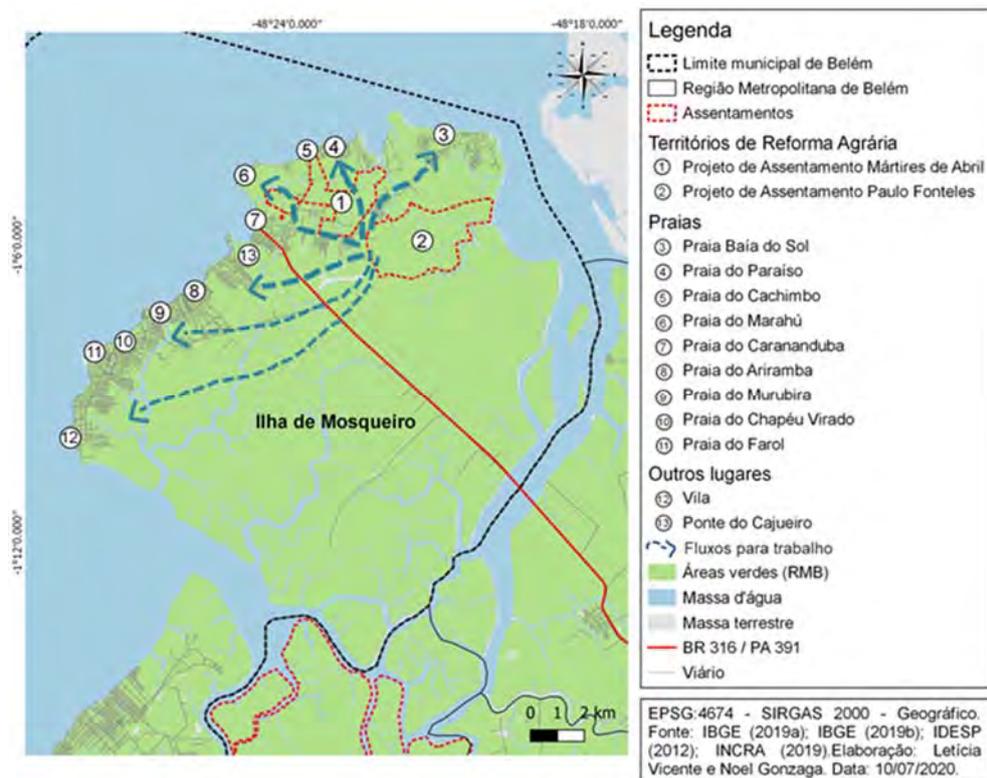


Figura 4 Localização e fluxos principais dos Assentamentos estudados. Fontes e elaboração indicados na figura.

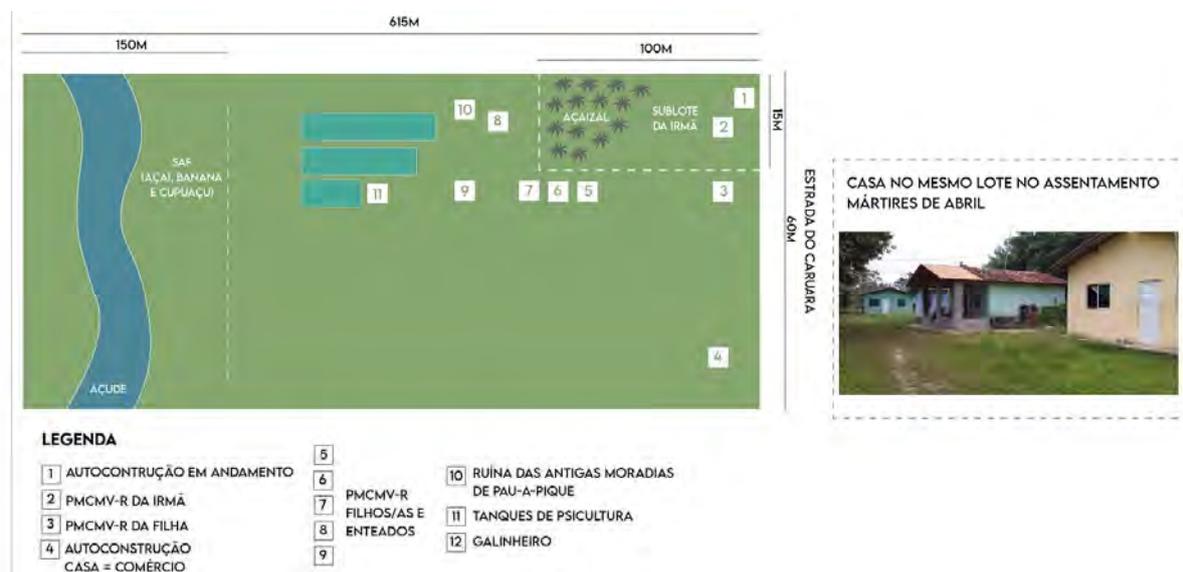


Figura 5 Aproveitamento do lote de uma família do Assentamento Paulo Fonteles. Fonte: Gonzaga, 2020. Elaboração: Elis Brazil e Noel Gonzaga.

3.2 O território continental do Quilombo do Abacatal

Na porção continental, destaca-se um mosaico de áreas protegidas ao sul da mancha urbana metropolitana, que segue uma perspectiva de conservação sem população, à exceção da comunidade do Abacatal, comunidade de herdeiros, localizada às margens do rio Uriboquinha, afluente do Guamá, município de Ananindeua, na Região Metropolitana, a 16 km de Belém. Território doado por um Conde à sua escrava e às filhas que tiveram em 1710 (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004), foi bastante reduzido no decorrer de sete

gerações. Há carência de registros históricos para reconstituir este processo de encolhimento, mas relatos sobre a localização da casa do Conde dentro da Fazenda Pirelle, indicam que sua propriedade era muito maior do que é hoje. Documentos com registros fundiários da virada entre os séculos XIX e XX, mostram que essas áreas periurbanas próximas ao Rio Aurá eram reportadas como terras de Amélia Chermont em 1905 (MUNIZ, 1905).

Relato do arquiteto Cicerino Cabral (2020), presidente da Cohab durante o período de construção das Cidades Novas, informa que as terras vizinhas ao Abacatal, que hoje constituem a Fazenda Pirelli, foram oferecidas à Cohab por empresários japoneses nos anos 1970. Trata-se de uma área de 7300 hectares que foi expropriada de comunidades extrativistas para produção de borracha, sob operação da Companhia Industrial Brasileira Pirelli S/A, instalada em 1920 com o objetivo de produzir matéria prima para a produção de pneus (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004).

Apenas em 1998 as terras da comunidade foram tituladas e em 2012 ampliadas para a configuração atual de 308 hectares, com base no registro da sesmaria (doação) do século XVIII e nas garantias da Constituição de 1988 (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004). Observe-se que isto corresponde a apenas 15% do espaço reivindicado pela comunidade (AMORAS, 2018), atualmente composta por 500 famílias. Sua condição de área rural do município de Ananindeua, segundo mais populoso do Pará, é ameaçada pela intenção oficial de construção de uma via expressa que atravesse as áreas ambientalmente protegidas conectando do centro metropolitano e a Alça Viária, complexo de rodovias e pontes que conecta por via terrestre a capital ao sul do estado. A regulamentação oficial do município não oferece resistência às pressões por expansão urbana ou de instalação de usos ligados ao metabolismo urbano naquela parte de seu território. Desse modo o Quilombo do Abacatal foi cercado pelo Aterro (ou Lixão) do Aurá, por empreendimentos habitacionais financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida, por áreas de exploração de minério destinado à construção civil, à instalação de uma subestação de energia elétrica de 500 Kv, conforme representado nas figuras 6 e 7. A condição de isolamento e de obstáculo à realização de interesses imobiliários também atraiu a ação de milícias para o entorno da comunidade, que gradativamente intensificam ações de promoção do terror, como parte de uma estratégia de intimidação.

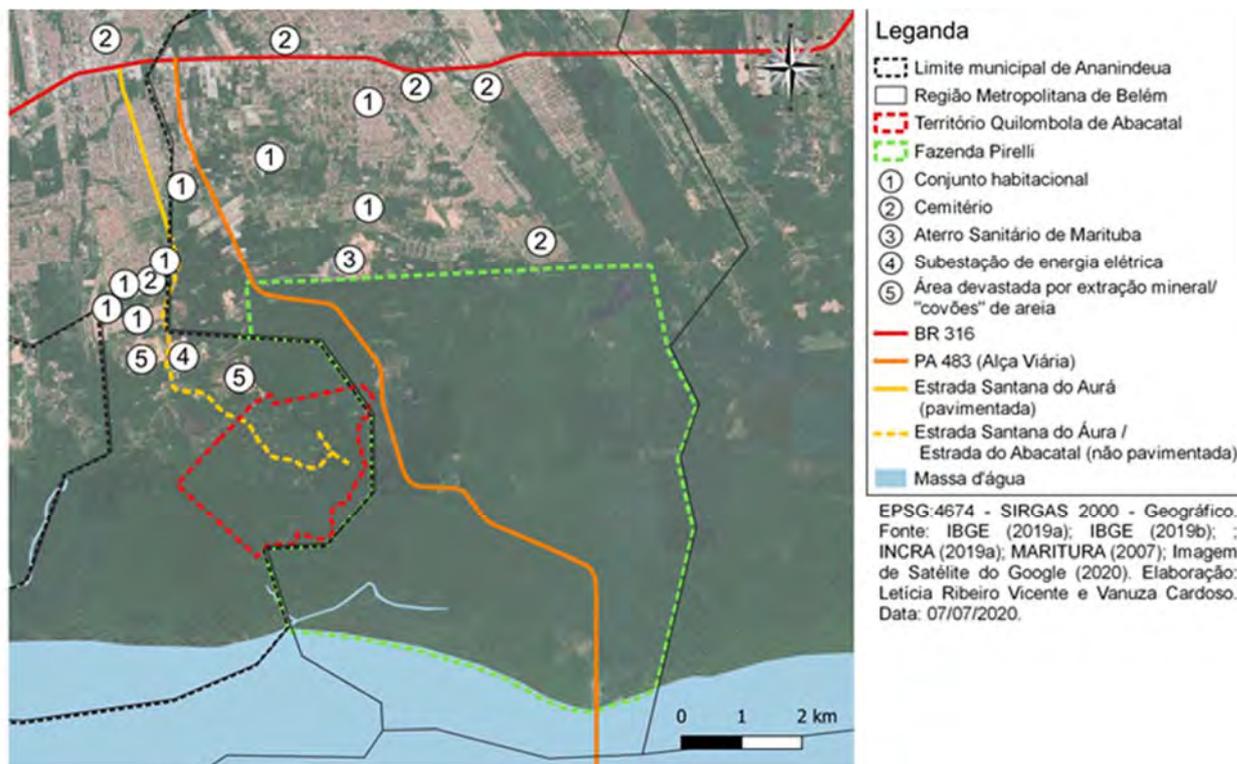


Figura 6: Espacialização das pressões que afetam o Território Quilombola do Abacatal. Fontes e elaboração indicadas na figura.

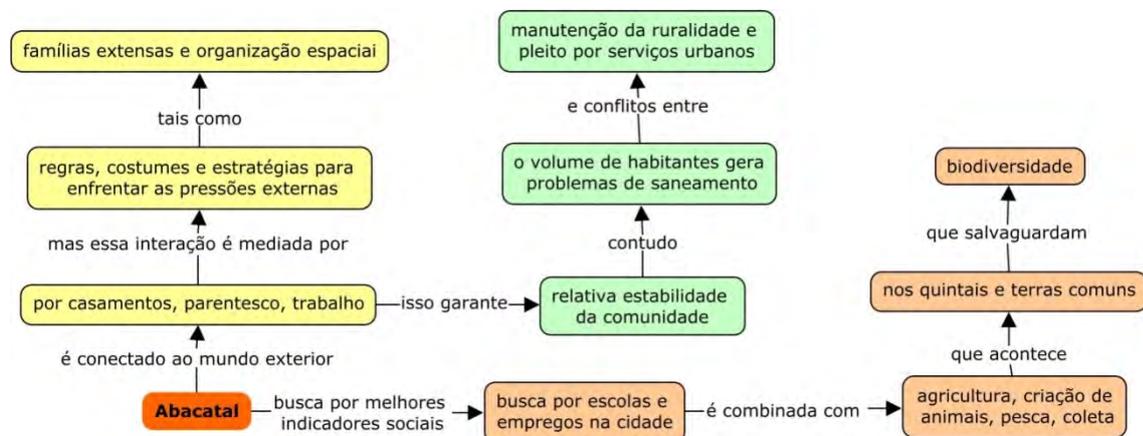


Figura 7: Mapa conceitual síntese dos processos observados na comunidade. Fonte: Araújo et al (2017) e Amoras (2018). Elaboração: Ana Cardoso.

No caso desta comunidade, Amoras (2018) observa o perfil socioeconômico das famílias (escolaridade e renda baixas, composição extensa das famílias), as estratégias de geração de renda (trabalho rural e trabalho urbano), a organização espacial (agrupamento de casas de membros da mesma famílias) e os costumes e regras internos, como fatores que têm mantido a coesão e também e decisão de manter o caráter rural da comunidade, apesar da crescente demanda por serviços e equipamentos que historicamente são melhor oferecidos em contextos urbanos (tais como telefonia, transporte, saneamento, educação, saúde). A figura 7 apresenta um esquema síntese dos processos observados na comunidade por Araújo et al (2017) e Amoras (2018).

4. CONTEXTO ESPACIAL E CONFLITOS EM SANTARÉM

Santarém é a cidade mais importante do Oeste Paraense, que teve sua fundação portuguesa há 355 anos, mas cujo sítio teria sido ocupado há mais de dez mil anos. O lugar abrigou civilizações pré-cabralinas portadoras de dinâmicas urbanas, cultura e organização social próprias e serviu de nó para redes que conectavam populações de diferentes territórios da Amazônia (LOPES, 2017). Com o tempo a cidade consolidou a sua localização estratégica, de ponto central entre Belém e Manaus, e se destacou como importante entreposto comercial. Sua localização privilegiada foi articulada à rede de infraestrutura logística, o que transformou a cidade em ponto de apoio à exportação de commodities, em paraíso da acumulação primitiva para o setor imobiliário, articulado globalmente, e também em palco de profundas desigualdades, violências e conflitos contra a população tradicional que sempre soube como usufruir e preservar seus recursos.

Neste cenário, Santarém exemplifica um padrão de metrópole em formação incomum, onde a diversidade socioespacial reporta-se tanto ao perfil hegemônico metropolitano, quanto a origem amazônica ribeirinha; apenas 1% do município de Santarém corresponde à mancha urbana consolidada, não existe conurbação de Santarém com as cidades da sua periferia metropolitana (ver figura 2); ao invés disso, em meio às manchas urbanas, existem outros padrões de ocupação, como assentamentos extrativistas, comunidades indígenas e quilombolas, áreas de reserva, florestas, e o agronegócio (GOMES et al, 2017).

O município atravessa constantes disputas por terra e pela preservação/destruição dos recursos naturais. A pressão constante do agronegócio, desmatamento, queimadas, grilagem de terra e turismo de alto padrão ameaça mosaico institucional que assegura a terra para outros modos de vida e outras formas de ocupação do território. Neste mosaico, os recursos naturais são preservados e há interdependência entre o padrão de ocupação, habitantes e o bioma. A segurança da terra nesse contexto garante a reprodução das práticas tradicionais, possibilita a geração de renda e fortalece os movimentos de preservação ambiental. Em um cenário reverso de falta de segurança da terra, que vem sendo estabelecido com a extinção dos assentamentos especiais e rurais por efeito da Lei 13465/2017, essa população migra para as áreas urbanas, reproduzindo um padrão precário de ocupação do território e de exclusão socioeconômica (REIS, RODRIGUES, 2019).

Outro aspecto relevante é a pressão da indústria do turismo sobre o território de Alter do Chão, reconhecida pelo povo indígena Borari como uma aldeia (RODRIGUES, 2020). Os Borari reivindicam uma extensão da terra que se sobrepõe à APA de Alter do Chão e a parte do PAE Eixo Forte (figura 2), para constituir a Terra Indígena Borari. Muitas vilas do assentamento são habitadas por famílias indígenas, que desde a abertura das estradas, da implantação de uma logística de apoio às exportações e à difusão internacional da região como Caribe de água doce, sofrem apagamento de suas identidades étnicas, face ao agravamento dos conflitos.

Existe uma coalizão de segmentos das elites locais e internacionais disposta a impor um padrão de ocupação do território baseado na grande aglomeração, no consumo excessivo, na matriz rodoviária, na exclusão social e degradação ambiental, apesar da capacidade milenar dos povos nativos manejarem a natureza, e contribuírem para a reprodução da biodiversidade (CARDOSO, OLIVEIRA, GOMES, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de cartografias a partir dos processos informados pelas comunidades revela a existência de conflitos diversos, e de práticas de resistência para enfrentá-los, que perpassam dimensões materiais e imateriais. Todavia, os conflitos resultam em perda do espaço habitado no decorrer do tempo, que nesses casos é também o espaço do sustento, e contribuem para o abandono do modo de vida, e inserção dos habitantes dessas comunidades como subalternos na sociedade urbana.

As ferramentas de geoprocessamento quando utilizadas em associação com a escuta ativa podem contribuir na afirmação identitária desses grupos, oferecendo-lhes novas perspectivas do processo espacial e a possibilidade de insurgência efetiva contra as pressões dos agentes vinculados aos setores do turismo e imobiliário, ávidos consumidores de territórios periurbanos.

Ao situarem espacialmente os processos de luta e pressão, as contra-cartografias geram maior visibilidade de atores que são propositalmente apagados nas cartografias oficiais ou hegemônicas, e potencializam a articulação sistêmica das práticas concretas das comunidades periurbanas às demandas do século XXI por capacidade de adaptação às crises ambientais, sanitárias, políticas e econômicas. No contexto estudado observou-se que a resistência tem sido um grande marcador de resiliência e exatamente por isso deve ser melhor estudada e compreendida, para que deixe de ser resistência e venha a se tornar condição digna de existir em uma região rica e diversa, social e biologicamente, como a Amazônia.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO-MARIN, R.; CASTRO, E.. *No caminho de pedras de Abacatal: experiências sociais de negros no Para*. Belém: Nucleo de Altos Estudos Amazônicos, 2004.

AMORAS, M. “Temos um jeito de viver aqui”: identificação quilombola pelas crianças abacataenses. *Temáticas*, Campinas, 26, (51): 53-86, fev./jun. 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Vol. 6, nº 1. 2004: 9-32.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e Museus: uma nova cartografia social. In *Revista Ciência e Cultura*. vol.70 no.4. São Paul.Oct./Dec. 2018. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400016 . Acesso em 18 de outubro de 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. “*Terras de quilombo, terras indígenas, ‘babaçuais livres’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas*”. Manaus: PPGSCA-UFAM, Fundação Ford, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade da Amazônia, 2008.

ALMEIRA, B.; DOURADO, S.; BERTOLINI, C. A New Social Cartography. Defending Traditional Territories by Mapping in the Amazon. In: HALDER, S. et al (org) *This is not an Atlas – A Global Collection of Counter- Cartographies*. Dusseldorf: Transcript, 2018.

ARES, P.; RISLER, J. *Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos para procesos territoriales de creación colaborativa*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

BALLESTRIN, L. A América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia, sistemas territoriais e a rede urbana. *Revista Mercator*, v. 17, 2018.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. *Estudos avançados*, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BERCKER, B. *Urbe Amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BRITO, Romario. *Esse rio é minha rua... e a floresta, a minha casa: guia de desenho ribeirinho para a Ilha do Combu, Belém, Pará*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

CABRAL, C. Entrevista concedida à Ana Claudia Cardoso em dezembro de 2020.

CARDOSO, A.C.; MELO, A.C. ; GOMES, T. O urbano contemporâneo na fronteira de expansão do capital: padrões de transformações espaciais em seis cidades do Pará, Brasil. *Revista de Morfologia Urbana*, v.4, n. 1, p. 5-28, 2017.

CARDOSO, A.C; SILVA, H.; MELO, A.C.; FERNANDES, D. Urban Tropical Forest: where nature and human settlements are assets for overcoming dependency, but how can urbanisation theories identify these potentials? In: Horn, P et al (orgs) *Emerging Urban Spaces*. Cham: Springer, 2018, p. 177-200.

CARDOSO, A.C; OLIVEIRA, K.; GOMES, T. Mismatches between extended urbanization and everyday socioenvironmental conflicts in Santarém, Pará, Brazil. *Sustainability in Debate*, v. 11, n.1, p 83-97,2020.

CARDOSO, A.C.; BRAZIL, E. ;CARDOSO, C. Proposta de Trama Cabocla para Cidades Amazônicas. *Anais do VI Enanparq*. Brasília: UnB, 2021.

COSTA, F. *A Brief Economic History of Amazon (1720-1970)*. London: Cambridge Scholars Publishing, 2019.

COSTA, E. *Relatório de Pesquisa – Ilha do Maracujá. Projeto “Alternativas de Desenvolvimento: cartografia social de territórios de populações tradicionais do Pará e Minas Gerais”*. Belém: UFPA, 2020 (não publicado).

CUSICANQUI, S. *Sociología de la Imagem. Miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro & ALMEIDA, Mauro W. B.. *“Populações tradicionais e conservação ambiental”*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Sócioambiental, 2001.

GOMES, T. V., CARDOSO, A. C. D. (2019). Santarém: o ponto de partida para o (ou de retorno) urbano utopia. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20170219. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.AO03>

GOMES, T. ; CARDOSO, A.C.; COELHO, H.; OLIVEIRA, K. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 891-918, set/dez 2017 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4009>

GONZAGA, N. *Relatório de Pesquisa – Assentamentos Paulo Fonteles e Mártires de Abril. Projeto “Alternativas de Desenvolvimento: cartografia social de territórios de populações tradicionais do Pará e Minas Gerais”*. Belém: UFPA, 2020. (não publicado)

HALDER, S. et al (org) *This is not an Atlas – A Global Collection of Counter- Cartographies*. Dusseldorf: Transcript, 2018.

LOPES, J. 1499: *O Brasil antes de Cabral*. São Paulo: HapperCollins, 2017.

LEÃO, Richard Douglas Coelho. *Cenários da informalidade na Amazônia: estudos sobre o mercado de trabalho informal na capital do meio do mundo–Macapá (AP)*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unesp, Araraquara, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: mbremN-1, 2019.

MUNIZ, P. *Mapa de Belém e Terrenos Adjacentes*. Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará. Belém: Comissão Demarcadora de Limites, 1905.

OCAÑA, A.; LÓPEZ, M.I., 2019. Hacerdecolonial: desobedecer a lametodología de investigación. *Hallazgos*, 16(31), 147-166.

REIS, A.B.; RODRIGUES, Y. (org) *A luta pelo direito à cidade na Amazônia, o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém (PA)*. Santarém: FASE, 2019.

RODRIGUES, Y. *Relatório de Pesquisa – Alter do Chão e PAE Eixo Forte. “Alternativas de Desenvolvimento: cartografia social de territórios de populações tradicionais do Pará e Minas Gerais”*. Belém: UFPA, 2020. (não publicado)

SANTOS, Milton. “O território e o saber local”, in: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, 1999, pp.15-20.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Record, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Harley; DINIZ, Sibelle; FERREIRA, Vanessa. Circuitos da Economia Urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 2, p. 61-61, 2013.

SILVA, M.; TOURINHO, H.. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. *Urbe*, 9(1), 96-109, jan./abr. 2017.

VICENTE, L. *Do (Outro) lado do Rio: Proposta de Ordenamento Territorial para a Ilha de Cotijuba – Belém (Pa)* Trabalho de Conclusão de Curso, monografia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará, 2019.



GT 02A – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS

O DISTRITO DE ICOARACI E AS NOVAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DA SUBCENTRALIDADE URBANA EM BELÉM DO PARÁ

Erick Afonso Santiago Ramos (GETTAM/NAEA/UFPA)¹

RESUMO:

O presente trabalho visa abordar um recorte do resultado de pesquisa de dissertação de mestrado que se debruçou em compreender a dinâmica dos sujeitos onde a partir de suas práticas desenvolvem representações que culminam na redefinição das centralidades já existentes no espaço urbano. Nessa perspectiva, retrata-se a realidade urbana da subcentralidade do distrito de Icoaraci, pertencente territorialmente à cidade de Belém no estado do Pará. O objetivo deste artigo se direciona na exploração das novas representações sociais construídas pelos sujeitos, em especial por comerciantes informais e moradores a fim de compreender como esse processo cognitivo influencia na redefinição da subcentralidade icoaraciense a partir da Feira da Oito de Maio, no subcentro recente localizado no entorno da Avenida Augusto Montenegro. A pesquisa se pautou na revisão bibliográfica das noções de centro, subcentro, centralidade, subcentralidade urbana e da representação social. Considera-se, portanto, que a inter-relação pela ação comunicativa entre os sujeitos com o meio é elementar para o desenvolvimento da manutenção e das mudanças de preferências de equipamentos e espaços de consumo pelos grupos sociais em destaque. Ademais, entende-se que há um comportamento de satisfação dos sujeitos acerca dos equipamentos de comércio e serviços existentes atualmente em Icoaraci, sejam eles de caráter formal ou informal, onde outrora isso se apresentava de modo diferenciado, mas que com o intenso processo de metropolização essa sensação vêm sendo minimizada.

Palavras-chaves: Subcentralidade urbana. Representação social. Icoaraci. Belém. Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

Assim como as cidades em todo o Brasil, Belém se apresenta em um contexto de relevantes mudanças no que condiz ao crescimento urbano aliado ao processo de aumento da população urbana juntamente com a dispersão de assentamentos habitacionais desde a década de 1970 do século passado (TRINDADE JR., 1998; MENDES, 2018). Ademais, ressalta-se o quadro econômico histórico da cidade baseado, sobretudo, no setor terciário caracterizando-se como o de maior importância dentro da escala metropolitana no qual a cidade está inserida (TRINDADE JR., 1998).

¹ Geógrafo, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), pela Universidade Federal do Pará (UFPA), integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM/NAEA/UFPA), Brasil. Email: erickafonso@outlook.com.

Diante da expansão urbana nas cidades capitalistas devido a necessidade de acumulação por diversos agentes e suas atividades (sejam elas políticas e econômicas) seu tecido urbano se estende. Desse modo, esse processo culmina por redefinir, assim, as relações de centro e centralidade², assim como as de subcentro e subcentralidade, no seu âmago. Com sua expansão, o crescimento demográfico para essa área se elevou nos anos subsequentes promovendo a migração de um grande contingente populacional (TRINDADE JR., 1998; MENDES, 2018), embora seja importante afirmar que nem sempre no âmbito da estruturação territorial o crescimento populacional encontra-se relacionado ao espraiamento do espaço urbano, tampouco na mesma proporção.

Em Belém o movimento migratório fora um dos elementos que proporcionou uma desconcentração espacial para regiões afastadas da área central, causando dessa maneira uma forma urbana marcada pela dispersão. Com isso, novos espaços para assentamentos foram sendo procurados em regiões afastadas tanto como em seu espaço intraurbano (como nos distritos de Icoaraci, Caratateua conhecido popularmente como Outeiro e Mosqueiro) como nos municípios vizinhos (Ananindeua, Marituba e Benevides), justificando a dinâmica de crescimento e dispersão da capital (TRINDADE JR., 2016).

Tal crescimento urbano e seu conseqüentemente espraiamento do tecido, embora dado no caso de Belém, num primeiro momento, de maneira ainda descontínua no território diante da existência de áreas institucionais (TRINDADE JR., 1998) assim como o papel especulativo da terra como patrimônio de determinados grupos, pressupõe o reforço e/ou até mesmo na criação de novos espaços de consumo, que possibilitassem favorecer o atendimento dessa crescente camada urbana, promovendo uma intensificação de demandas a serem contempladas na metrópole (CARLOS, 2001).

Belém em sua história já passou por diversas modificações em seu espaço urbano desde sua fundação. Trindade Jr. destaca o processo inicial da metropolização que a cidade sofreu perpassando por dois momentos: na urbanização confinada e na formação da cidade dispersa, tais características são elementares para a compreensão da reestruturação urbana de Belém desde a década de 1960 até o presente século (TRINDADE JR., 1998).

Juntamente com a história de Belém como cidade e metrópole, destaca-se a trajetória da formação do Distrito de Icoaraci pertencente política e territorialmente à capital do estado do Pará. Conhecida popularmente pelos seus moradores assim como pelos seus visitantes como “Vila Sorriso”, o distrito carrega suas particularidades dentro do contexto da cidade de Belém. Uma particularidade que aqui será destacada é a diversidade de sujeitos

² De modo a diferenciar centro e centralidade, Sposito aponta que o centro pode ser delimitado a partir da percepção do nível de densidade das atividades de comércio e de serviços, contudo a centralidade não pode ser colocada em limites já que sua ação pode ser modificada dentro do tempo e do espaço de maneira rápida indo para além do intra-urbano, sendo assim o centro se caracteriza pelos fixos enquanto a centralidade é entendida pelos fluxos (SPOSITO, 2004).

que constroem, desde a sua gênese até os dias atuais, o espaço urbano de Icoaraci através do seu uso, apropriação e dinâmicas que promovem uma ativa efervescência no espaço.

Entende-se que nas últimas décadas, assim como o núcleo central da cidade de Belém, Icoaraci passou por transformações relevantes no tocante do uso e da apropriação do solo e às formas e funções históricas relacionadas ao processo contínuo de produção do espaço.

Como este artigo é produto de uma das abordagens de uma pesquisa de dissertação, o intuito foi de se debruçar nas representações sociais construídas pelos sujeitos, em especial por comerciantes informais e moradores para a compreensão da influência do processo cognitivo como possibilidade de redefinição da centralidade, neste caso, no Distrito de Icoaraci.

Localizado na parte setentrional do município, o distrito de Icoaraci é entendido de modo institucionalizado pela prefeitura municipal como DAICO (Distrito Administrativo de Icoaraci)³, possuindo segundo o Anuário Estatístico do Município de Belém 167.035 habitantes (BELÉM, 2011).

Icoaraci apresenta um subcentro⁴ e, conseqüentemente, uma subcentralidade comercial histórica, mesmo considerando a escala ainda tímida de abrangência que lá se formara quando se pensa no âmbito regional. Algumas conseqüências para o surgimento dessa subcentralidade se deu: pela questão da moradia, havendo a atração de uma camada social que utilizou o referido espaço para a construção de suas residências; ao fator comercial, já que ali fora constituído um entreposto de trocas de produtos com a região das ilhas de Belém e Marajó; por último o fator locacional, já que era significativa a distância entre ele e o núcleo central de Belém tendo como meio de locomoção apenas os rios (DIAS, 2007).

A partir do contexto de maior integração com o núcleo central da cidade de Belém a partir da década de 1970, capitaneada pelo poder governamental surge a rodovia (hoje avenida) Augusto Montenegro (respeitando o traçado da antiga estrada de ferro do Ramal do Pinheiro que fizera parte da EFB - Estrada de Ferro Belém-Bragança)⁵. Contudo, diante

³ Entende-se como Distrito Administrativo o agrupamento de bairros e/ou áreas limítrofes com densidade demográfica e funções urbanas, diversificadas ou não (Lei Municipal nº 7682/1994).

⁴ De acordo com Sposito (1991), entende-se como centro o ponto de convergência/divergência, o nó do sistema de circulação, sendo o lugar para onde todos se deslocam para a interação das atividades localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Enquanto o subcentro é compreendido como as "áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas." (SPOSITO, 1991, p. 270).

⁵ Sobre esse processo, Cruz, Castro e Sá (2011), pontuam essa fase dentro de uma perspectiva regional em que "a expansão do capital ocorrida a partir da década de 1970 desencadeou novos processos em que o urbano se tornaria a mediação fundamental do movimento de globalização, com sérios impactos na economia e o uso da terra. O Estado teve papel central na gestão e na produção desse movimento. Tais fatores constituíram elementos geradores de conflitos pela disputa na ocupação do território e pela apropriação marcadamente desigual da infraestrutura produzida, pelo Estado, como rodovias, hidrelétricas, portos, equipamentos e serviços coletivos, notadamente os localizados nas áreas urbanas." (CRUZ; CASTRO; SÁ, 2011, p. 90).

das intensas modificações ocorridas nas últimas décadas no espaço urbano no referido corredor, atualmente se revela como um dos principais vetores da mobilidade urbana de Belém, interligando o núcleo central da cidade com o distrito de Icoaraci. Embora se acredite em outros meios de interligação do lócus com o núcleo de Belém (como o modal histórico dos rios), não se pode entender o contexto de integração atual de modo desassociado com a Avenida Augusto Montenegro, principalmente pelas atuais e intensas dinâmicas do setor imobiliário, de comércio e serviços que lá se fazem presentes (MENDES, 2014).

Dessa maneira, ocorre na supracitada avenida um adensamento populacional em alguns bairros que cortam a mesma (alguns deles pertencentes ao Distrito de Icoaraci) e, juntamente à isso na criação de novos espaços de consumo (MENDES, 2014). Surge assim em Icoaraci, além do já consolidado subcentro pioneiro, um subcentro com o intuito de disponibilizar para as camadas mais populares do distrito bens de consumo, já que estes são estimulados pela metrópole para a realização de seus consumos em centros de menor porte, periféricos (BERRY, 1970).

O referido subcentro foi produzido devido o crescimento para o interior do distrito, onde incorpora em sua dinâmica a Feira da Campina se estendendo até a Feira da Oito de Maio, estando localizado na Avenida Augusto Montenegro no limite entre os bairros da Campina de Icoaraci com a Agulha. Dentro desse contexto, torna-se pertinente abordar as representações sociais construídas pelos sujeitos como os comerciantes informais e, sobretudo, dos moradores acerca desse espaço de consumo mais recente comparado ao subcentro tradicional/pioneiro.

Nesse sentido, no âmbito metodológico buscou-se abordar a partir de uma análise qualitativa (CRESWELL, 2007) e interdisciplinar (JAPIASSÚ, 1976) elementos da Geografia e da Psicologia que possibilitassem uma apreensão rigorosa e imparcial do fenômeno socioespacial utilizando como recurso metodológico a dialética (GILL, 2012) e a representação social (BERTONI; GALINKIN, 2017; ALMEIDA, 2001). Outro elemento inserido no processo de construção metodológica baseou-se através da observação completa de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas de caráter aberto e individual.

2. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS DOS CONCEITOS DE CENTRO, SUBCENTRO, CENTRALIDADE E SUBCENTRALIDADE URBANA

No intuito de desenvolver a abordagem proposta, torna-se necessário uma breve discussão dos conceitos a serem trabalhados. Nesse sentido, buscam-se as contribuições de importantes cientistas sociais, sobretudo, da área da geografia para a realização de tal discussão. Desse modo, Milton Santos realiza sua contribuição quando ajuda a pensar os

centros da cidade dentro da perspectiva dos países subdesenvolvidos. Diante disso, ele elenca dois aspectos fundamentais para a análise do centro: por ser o nóculo da rede viária e na sua concentração de comércio e serviços para a população (SANTOS, 1981).

Para Castells (2014) o centro estaria representado pela diversidade de conteúdos sociais em determinado local geográfico, sendo que seu entendimento seria pautado apenas no contexto da estrutura urbana e do seu respectivo processo histórico que lhe fora desenvolvido (CASTELLS, 2014).

Já Sposito (1991) promove algumas ressalvas importantes, conforme a autora o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou. Ela afirma que ele é antes de tudo o ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se deslocam para a interação destas atividades localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela (SPOSITO, 1991).

Entende-se, assim, que o sentido que se dá a categoria centro remete-se àquilo que lhe é fixo e aos atributos nele contidos pela sua importância na interação das pessoas e de suas atividades, configurando-se como um nó.

Além disso, é convidativo apresentar outras perspectivas acerca do centro permitindo, sobretudo, a relativização crítica do conceito com o intuito de aprimorar o olhar da investigação para diversas concepções existentes, evitando, assim, o aprisionamento teórico. Serpa (2013) sublinha que embora se entenda que há a hierarquia de centros para mostrar que há lugares mais centrais que outros por afirmar que tal processo hierárquico é um reflexo e condicionante das desigualdades dos lugares, ela reforça a dialética de centro e periferia. Nesse sentido, o autor destaca que essa dialética é relacionada no âmbito econômico e político.

Sobre os subcentros, Jânio Santos (2011) coloca que se baseia em uma materialidade produzida através do processo de centralidade nas cidades que adquirem contornos diversos diante da constante reestruturação urbana.

A materialidade do processo de constituição de centralidade na cidade pode aparecer sob diversas formas, como centros, sub-centros, áreas de desdobramento dos centros, dentre outras definições. Entretanto, estas formas ao mesmo tempo em que são produzidas por este jogo de relações, influenciam no processo, tendo um plano de determinação na constituição de centralidades na cidade (SANTOS, 2011, p. 7).

Sposito ajuda na compreensão do conceito de subcentro e da consequente subcentralidade constituída nos espaços urbanos, como no distrito de Icoaraci, quando ela situa sua particularidade, pois para ela o subcentro se caracteriza como:

[...] áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de

atividades especializadas. Tais atividades voltadas para um público mais restrito, funcional ou economicamente (SPOSITO, 1991, p. 270).

Esse aspecto se relaciona com as mudanças que o espaço sofre através das modificações na lógica da reprodução do consumo assim como nas transformações na reprodução do capital, influenciando assim, diretamente a reprodução da estrutura urbana (SANTOS, 2011).

A fim de apresentar as contribuições marxistas para o estudo da centralidade em relação a diversos aspectos que são envolvidos diretamente, parte-se primeiramente do entendimento de Castells (2014) que o percebe imbricado com a estrutura urbana. Nesse sentido, a centralidade urbana é vista a partir da noção dos níveis: econômico, político-institucional, ideológico. Assim, o autor afirma que a centralidade pode ser vista como um ajuste entre as atividades econômicas, político-administrativas, da prática social e da representação coletiva corroborando para a manutenção do conjunto da estrutura urbana.

Desse modo, entende-se que o autor procura mostrar o centro através do seu espaço físico que detém as suas funcionalidades com diversos atributos, embora sendo necessárias como fio condutor da concretização da centralidade as redes de transportes e de telecomunicações (CASTELLS, 2014). Portanto, apreende-se nas formulações do autor que o centro se baseia naquilo que é fixo no território enquanto a centralidade é composta pelos fluxos, caracterizando-se assim o centro como expressão e base do processo da centralidade (CORRÊA, 1989).

Nesse sentido, diante do contexto da subcentralidade, Berry (1970) aponta este processo inserido dentro da lógica metropolitana quando aborda que as grandes cidades por possuir centros “metropolitanos” de maior importância além de reunir uma centralidade em nível regional, a metrópole estimula com que as camadas populares mais distantes realizem seu consumo em centros de porte menor, periféricos (BERRY, 1970 apud SOUZA, S., 2010).

3. A SUBCENTRALIDADE URBANA E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Apresenta-se como recurso teórico-metodológico, advindo da psicologia social, a representação social. Tal recurso é utilizado na tentativa de abarcar componentes que favoreçam e ampliem o entendimento da centralidade urbana a partir da intersubjetividade dos sujeitos. Assim, destacam-se particularmente as contribuições de Moscovici que, a partir de 1960, construiu o conceito de representação social. Segundo o autor sua teorização parte do pressuposto de que os indivíduos são produtores de significados, não se configurando apenas como meros receptores de informações, um exemplo aplicável na pesquisa são os sujeitos que reproduzem o espaço do distrito de Icoaraci (MOSCOVICI, 2007).

É imprescindível esclarecer que a ideia é a de apontar que a dimensão espacial relaciona-se com o modo que as representações constituem uma espacialização contínua no espaço urbano, em especial na subcentralidade urbana de Icoaraci, apontando que as percepções, e principalmente suas tomadas de decisões, apresentam manutenções e mudanças a partir de determinadas representações.

É importante destacar os elementos que são utilizados para a interpretação da representação social, Moscovici (2007) articula os componentes da cognição, comunicação e dos afetos do ser humano para tal. Com isso, se distancia da linha de pensamento do positivismo, reafirmando a interatividade entre os indivíduos através do cotidiano (ZILHÃO, 2013).

Além de buscar as interferências das representações sociais na atividade cognitiva do homem e das convergências que elas realizam no ser humano através das tradições já existentes, Moscovici (2007) procura compreender o processo gestacional das representações sociais. Nesse sentido, a teoria se pauta em torno de duas noções, como: na transformação de tornar algo familiar ao que antes não seria e também na reafirmação da não-familiaridade pelo sujeito.

No sentido de auxiliar na caracterização do conceito e a relação entre os envolvidos, Jovchelovitch (2004) destaca que no contexto geral a representação:

[...] é uma estrutura de mediação entre o sujeito-outro, sujeito-objeto. Ela constitui enquanto trabalho, ou seja, a representação se estrutura através de um trabalho de ação comunicativa que liga sujeitos a outros sujeitos e ao objeto-mundo. (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 23).

A autora facilita a compreensão das relações entre os envolvidos no processo de produção das representações quando aponta a mediação em dois níveis, o primeiro entre os sujeitos e o segundo do sujeito com o objeto, este último se configura como o elo intersubjetivo da relação entre os primeiros. Nesse contexto, a ferramenta propulsora da representação se define com a ação comunicativa, pois é através dos signos expressos que a cognição é atingida.

Dois mecanismos postulados por Moscovici (2007) são fundamentais, pois favorecem o entendimento de que as representações sociais pelos sujeitos são desenvolvidas por meio da ancoragem e objetificação. O primeiro se baseia na integração de novas informações em categorias que o sujeito já detém através de experiências anteriores, isto é, a ancoragem atua no processo de familiarizar o que antes não era vivenciado pelo indivíduo. Como demonstra Moscovici (2007, p.63):

Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas. O primeiro passo para superar essa resistência, em direção à conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando nós somos capazes de

colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido.

Já a objetificação atua na união da ideia daquilo que antes não consistia como familiar, na tentativa de tornar aquilo real de tal modo que seja visível e acessível ao sujeito (MOSCOVICI, 2007).

Partindo do exposto, Zilhão (2013) nos apresenta a representação social na figura da cidade através da centralidade urbana. Essa associação faz com que a âncora da representação social seja o centro, entendendo o autor que é o lócus essencial dos processos de ancoragem e objetificação do sujeito na cidade. Conforme Zilhão (2013) o centro, além de ser posterior à objetificação, é também anterior ao passo que no processo de formação dos centros das cidades “a evolução histórica urbana criou condições para a construção dos centros enquanto elementos âncora, através do reforço” (ZILHÃO, 2013, p. 67) no espaço de práticas sociais por diversos grupos.

O autor destaca que o centro pode ser entendido como o lócus urbano em que a capacidade social dos sujeitos de atribuir e partilhar significações comunica e reproduz o sentido e significado reforçados. Nesse sentido, “o centro resulta, não só de atributos físicos e funcionais intrínsecos, mas resulta, também, de qualidades atribuídas e reforçadas pelos mecanismos do processo de representação social da cidade.” (ZILHÃO, 2013).

Com a emergência de novas subcentralidades e de novas acessibilidades no espaço urbano, o centro tradicional perde a importância não somente em seu aspecto funcional, mas também como o lócus de referência dos sujeitos, sobretudo, para o entendimento do cotidiano pelas suas vivências diferenciadas (ZILHÃO, 2013).

Pontua-se também que o intuito no pressuposto artigo parte em pensar o espaço e as centralidades como bases da vida cotidiana na produção de identidades individuais e coletivas na metrópole (SERPA, 2013; CARLOS, 2001). Tais processos podem ser evidenciados nas narrativas coletadas dos entrevistados pela pesquisa, contudo ressalta-se a intenção de aprofundamento, sobretudo, nas práticas e representações de moradores que assumem a posição de consumidores de bens e serviços no espaço urbano do supracitado distrito.

4. A SUBCENTRALIDADE DO DISTRITO DE ICOARACI

Desde a formação de Icoaraci, o núcleo sempre estabeleceu relação socioeconômica com a cidade de Belém e outras localidades (FIGUEIREDO; PIANI, 2006), sobretudo, com a região das ilhas na parte setentrional do estuário guajarinense. Essa relação se deu, principalmente, pela migração regional ocasionada e com o perfil exercido de entreposto comercial na distribuição e recebimento de produtos para comercialização, seja

num primeiro momento articulado apenas através da baía (CASTRO, 2019), posteriormente pela ferrovia e nos dias atuais pelo modal rodoviário que marca a sua integração com a metrópole (DIAS, 2007).

Guimarães (1996) apresenta em dados obtidos na 16ª Região Fiscal (SEFA), a potencialidade que Icoaraci já apresentava no âmbito do comércio e serviço no ano de 1996. A tabela abaixo demonstra a dimensão que ainda no fim do século passado o distrito já possuía.

Tabela 2 - Icoaraci – Disposição dos setores de comércio e serviço. 1996

| SETORES | QUANTIDADE |
|-------------|------------|
| VAREJISTAS | 909 |
| ATACADISTAS | 193 |
| SERVIÇOS | 371 |

Fonte: Guimarães (1996, p. 122).

Ademais, Dias (2007) assinala a existência de dois subcentros, um tradicional/pioneiro por existir desde a gênese do núcleo próximo ao rio, atualmente localizado no bairro do Cruzeiro, tendo sua origem a partir de um entreposto comercial.

Mapa 1 – Icoaraci – Localização dos subcentros abordados e seus principais espaços de consumo. 2020

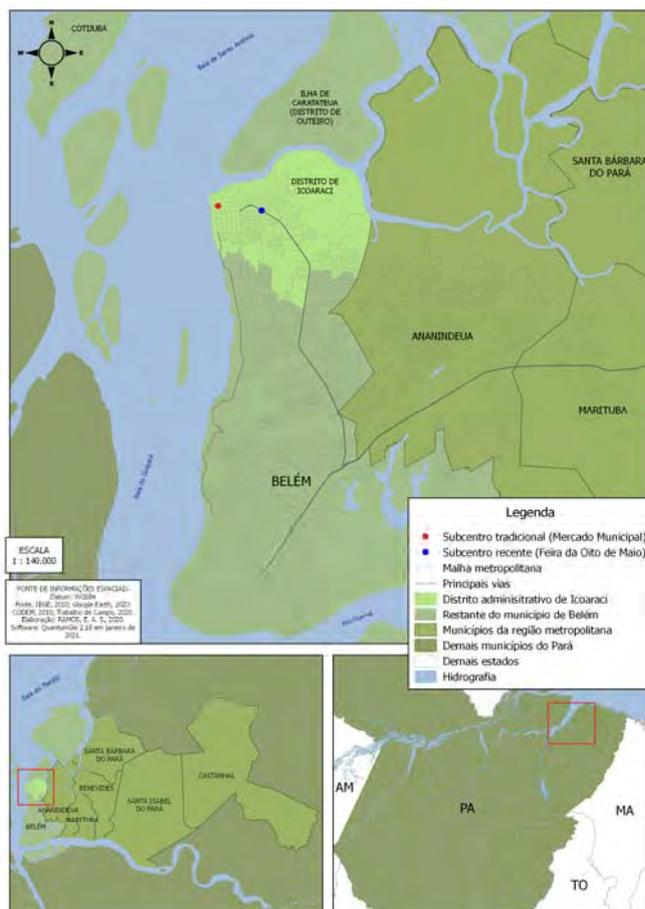
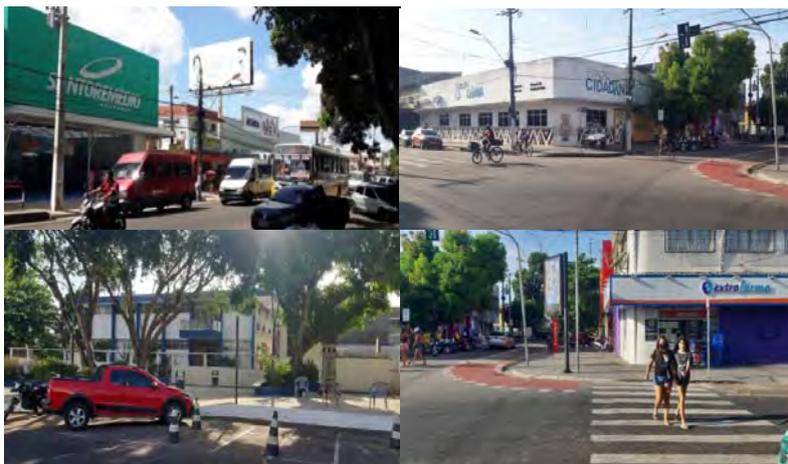


Foto 1 - Icoaraci – Comércio no subcentro tradicional, localizado no bairro do Cruzeiro. 2019-2020



Fonte: Erick Ramos (2019, 2020).

Acerca do subcentro tradicional/pioneiro, Dias (2007, p. 145) o caracteriza como:

[...] a área mais antiga e que oferece maior e mais diversificado número de atividades e funções, conseqüentemente, onde circula um grande número de pessoas. Desse modo, o vetor da travessa Cristóvão Colombo, o mais importante corredor comercial e de serviços. No núcleo pioneiro, destaca-se comercialmente um quadrilátero formado pelas seguintes ruas: Travessa do Cruzeiro, 15 de Agosto, São Roque, Siqueira Mendes, tendo ao centro a travessa Cristóvão Colombo, onde estão localizadas as mais importantes atividades comerciais e serviços.

Com a dimensão de sua abrangência sendo descrita da seguinte maneira:

A localização de atividades comerciais tem se intensificado nesta área da cidade em função do papel que Icoaraci exerce na área de influência; é um importante entreposto de verduras, frutas, produção pesqueira industrial e artesanal que vêm das ilhas, do nordeste paraense, ilha de Marajó, Baixo Tocantins. É também o local onde se localizam os comércios que fornecem gêneros de primeiras necessidades às populações ribeirinhas que vivem nas ilhas ao longo da baía do Guajará e do furo do Maguari. Da mesma forma que é o local que oferece os mínimos serviços como assistência médica pública e privada, ambulatorial, bancária, religiosos, educacional, comercial etc. É intensa a vida na orla fluvial, o movimento de embarcações no porto local que se deslocam com destino a vários municípios, como nas demais cidades ribeirinhas da Amazônia, em que a população que mora ao longo dos rios procuram nas cidades mais desenvolvidas satisfazer as necessidades, em outras palavras, é um lugar de grande importância no contexto da microrregião onde se encontra, sendo um importante pólo articulador com a região do entorno. (DIAS, 2007, p. 148).

Ademais, surge em Icoaraci, além do já consolidado subcentro pioneiro, um subcentro localizado entre os bairros da Campina de Icoaraci e da Agulha com o intuito de disponibilizar para as camadas mais populares do distrito bens de consumo, já que estes são estimulados pela metrópole para a realização de seus consumos em centros de menor porte, periféricos (BERRY, 1970). Nesse contexto, até então a população ainda havia que se deslocar para o subcentro tradicional para a possibilidade de obtenção de produtos.

Foto 2 - Icoaraci – Comércio no subcentro recente, localizado no bairro da Campina de Icoaraci.2019-2020



Fonte: Erick Ramos (2019, 2020).

Optou-se, na intenção de alcançar uma organização metodológica, a exposição das narrativas de modo individualizado com o objetivo de que as práticas cotidianas particulares obtivessem destaque. Posteriormente, essas práticas foram reunidas, a fim de analisar as mudanças temporais da subcentralidade e, sobretudo, as relações construídas pelos sujeitos, onde através da articulação das principais narrativas escutadas em campo com alguns dos elementos que norteiam a representação social possibilitasse compreender a redefinição da subcentralidade icoaraciense.

5. AS NOVAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA SUBCENTRALIDADE RECENTE DO DISTRITO DE ICOARACI

Percebe-se que as práticas comerciais dispostas anteriormente no subcentro tradicional de Icoaraci, se dispõem nos dias atuais para outros espaços próximos à Avenida Augusto Montenegro. Se a mudança é recente e envolve elementos forjados pela metropolização de Belém, há que se considerar que sua gênese é relativamente antiga e foi capitaneada pelas atividades de caráter informal que deram origem à Feira da Oito de Maio incidindo diretamente na construção de representações passadas que culminaram em lembranças dos moradores que cotidianamente consomem esses espaços.

De primeiro, tudo era pro Mercado Municipal e mercadinhos, até pro pessoal da ilha que vinha pelo trapiche, agora já tem os supermercados e o povo já vai tudo para lá [Oito de Maio], tem muito comércio grande lá para a Agulha agora. (Informação verbal⁶).

⁶ Entrevista concedida pelo morador do bairro do Cruzeiro, Seu Zózimo, em 11 de dezembro de 2019.

Hoje aqui em Icoaraci você faz muito mais compras na Oito de Maio por causa da feira e do acesso. O preço é muito melhor do que no centro de Icoaraci. (Informação verbal⁷).

Geralmente, eu vou na Feira da Oito de Maio fazer compras, eu hoje pouco frequento o trapiche do mercado. Na Oito é mais em conta as coisas, no Mercado Municipal já foi bom quando não tinha a Oito, agora lá na Oito tem o peixe, tem a carne, tem a farinha a verdura aí sai mais em conta porque acabou o movimento no mercado. O mercado deixou de ser barato há uns 15 a 20 anos atrás. (Informação verbal⁸).

Às vezes vou na Oito de Maio, porque fora a feira do Cordeiro a gente encontra tudo que a gente quer buscar. Mas na Feira da Oito de Maio é mais completa, mais variedade, o preço é melhor lá. (Informação verbal⁹).

Quando tô com pressa, vou na feira aqui do Eduardo Angelim [Conjunto Habitacional], mas eu prefiro a da Oito de Maio porque ela é maior né e fora que é mais barato. (Informação verbal¹⁰).

Associando ao que a teoria da representação postula, a Feira da Oito de Maio e toda a sua dinâmica pode ser considerada como uma ancoragem superada estando em fase de consolidação do processo de objetificação no espaço urbano. Esta última se aproxima da realidade, pois procura reafirmar a familiaridade já construída da feira no processo cognitivo daqueles que a consomem. Tal reafirmação é assentada através de suas qualidades na atração de pessoas, já que ela intriga a comunidade pelo conteúdo existente, e também por ter se dado de modo recente em comparação à espaços mais antigos como o Mercado Municipal localizado historicamente próximo ao rio, atraindo assim fluxos para a nova área (MOSCOVICI, 2007).

Com a superação da não-familiaridade já ocorrida, o processo de objetificação se apresenta como o momento da inserção gradual daquilo que anteriormente não se conhecia e que passa a se experimentar, seja através de imagens, gestos e linguagens transformando-se no cotidiano ou na própria experiência socioespacial. Nesse contexto, a Feira da Oito de Maio reúne as recentes preferências de consumo na maioria da população que vive ou frequenta o tradicional e/ou o recente espaço de consumo em Icoaraci, apresentando-se nesse momento de objetificação um processo ainda em consolidação por receber todos os dias novos consumidores (MOSCOVICI, 2007).

Os atributos que podem caracterizar e condicionar a Feira da Oito de Maio como um espaço presente na objetificação no cognitivo dos indivíduos se dispõem a partir dos signos espaciais expressos ao redor e no interior da feira. Esses signos se apresentam nas imagens das ofertas estampadas nas placas dos produtos à venda; na variedade de frutas e verduras entre outros produtos que atraem o consumidor; na comunicação interindividual que gradualmente torna-se rotineira e que aproxima através da linguagem o vendedor ao consumidor a partir do ambiente que eles se inserem; e também no dinamismo gestual do movimento frenético de pessoas que envolvem praticamente a feira ao todo e que gera

⁷ Entrevista concedida pela moradora do bairro da Ponta Grossa, Dona Cátia, em 11 de dezembro de 2019.

⁸ Entrevista concedida pelo morador do bairro do Cruzeiro, Seu Nazareno, em 11 de dezembro de 2019.

⁹ Entrevista concedida pela moradora do bairro da Pratinha, Dona Tereza, em 11 de dezembro de 2019.

¹⁰ Entrevista concedida pelo morador do bairro do Parque Guajará, Seu Garcia, em 11 de dezembro de 2019.

inquietação aos que ainda não a conhecem (JOVCHELOVITCH, 2004; MOSCOVICI, 2007; FURINI, 2014).

Esses aspectos se tornam essenciais para a articulação das representações sociais em espaços comerciais, que nesse exemplo específico ocorre na Feira da Oito de Maio, reunindo elementos importantes para a análise. Sobre tais elementos importantes para a análise, Jodelet (2001, p. 41) destaca que:

As representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição da linguagem e da comunicação, as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas intervirão.

Diante do universo das narrativas ouvidas, selecionaram-se também representações do cotidiano de alguns sujeitos no interesse de realizar análises na qual os elementos para a construção da representação social fossem evidenciados contribuindo para a análise da reconfiguração da subcentralidade urbana atual no espaço urbano de Icoaraci.

Nesse sentido, acerca da construção de representações no que se refere ao âmbito comercial, narrativas acerca do histórico Mercado Municipal são constantemente reproduzidas no espaço urbano por diversos segmentos. Dentre elas, destacam-se a degradação do espaço, dos produtos ofertados e, sobretudo, dos preços.

A queda dos consumidores aqui no mercado é porque tem muita mercadoria aqui que o pessoal vende caro, aí o pessoal procura a Oito de Maio para comprar. Por exemplo, a farinha aqui tá 5, 6 reais o litro, lá na Oito é 2,50 o litro, eu mesmo compro na Oito de Maio por causa do valor. Aí o consumidor deixa de vir no mercado porque acha que tudo é caro e só vai na Oito. (Informação verbal¹¹).

Na narrativa acima, os próprios comerciantes localizados no interior do mercado revelam os preços mais elevados dos produtos lá comercializados por outros segmentos, já que sua oferta é variada no espaço. Depreende-se que, diante de alguns preços elevados, o mercado em si fora qualificado como um espaço de consumo de valor maior em relação a outras feiras.

O comércio daqui de perto [área central do distrito] perdeu espaço para o lá da Feira da Oito de Maio. Vá domingo lá no Mercado Municipal para o senhor ver como tá seco de gente, aí dê uma passada no mesmo dia lá na Oito para o senhor ver o quanto de gente tá lá comprando, o senhor não pode nem passar de carro, de moto e nem de bicicleta. Lá além dos feirantes no meio da rua que vende de tudo, tem as lojas nos dois lados. (Informação verbal¹²).

¹¹ Entrevista concedida pela feirante do ramo de vestuário, Dona Rosinete, em 18 de janeiro de 2020.

¹² Entrevista concedida pelo morador do bairro do Cruzeiro, Seu Nazareno, em 11 de dezembro de 2019.

A passagem acima também aponta, agora por parte de um morador da área central do distrito, que as trocas de experiências e informações sobre o Mercado Municipal são existentes para além de um restrito grupo social que a desenvolve, transformando para além das preferências, também a intensidade dos fluxos. Essas percepções são transformadas já que, num tempo anterior, elas se constituíam como uma realidade distinta da atual, sendo qualificada hoje apenas como lembranças (BOSI, 1994).

As pessoas procuram onde é mais acessível, onde você pode comprar e trazer muito. Hoje é mais acessível ir para a Augusto Montenegro do que consumir aqui [no Mercado Municipal], o que ainda é vantajoso é a parte do pescado que você ainda consegue peixe e caranguejo, mas mesmo assim, se você for mais cedo para a Oito de Maio, você paga mais barato do que aqui. O caranguejo lá é mais barato do que aqui perto no trapiche. Se você for fazer um vatapá, eu tava fazendo pesquisa de camarão salgado, para lá [Oito de Maio] é mais barato, aqui [mercado municipal] é mais caro. (Informação verbal¹³).

Outra moradora ratifica o que vem sendo constatado na área central do distrito, a decadência dos fluxos que tem como destino, sobretudo, o Mercado Municipal. Outro elemento surge nesse contexto que acentua a construção dessas percepções pelo cognitivo dos sujeitos (MOSCOVICI, 2007), as relações paradoxais do comércio de produtos originários do rio. Produto como o caranguejo, crustáceo que vive no ecossistema dos manguezais próximo ao leito dos rios que, nesse caso particular, são vendidos no Mercado Municipal há poucos metros do trapiche localizado na baía do Guajará possuem valor mais elevado comparado àqueles comercializados na Feira da Oito de Maio, distante do trapiche.

Considera-se que para além da questão econômica, ligada à diferença de preços, essa realidade representa a ampliação dos espaços de trocas econômicas entre o urbano e o rural amazônico, expandindo para além dos portos e trapiches as condições de reprodução social dos ribeirinhos (CASTRO, 2019).

Por outro lado também se ratifica, assim, o êxodo dos frequentadores do Mercado Municipal e a procura de novos espaços para a realização de suas compras. Dentro dos aspectos tratados acerca desse equipamento histórico com significativa carga simbólica para a história de Icoaraci, depreende-se que há uma sinalização da decadência de espaços de consumo mais tradicionais e informais com a queda da presença de cidadãos, sejam eles transeuntes ou de consumidores no espaço público central do distrito. Essa decadência é compreendida pela falta de interesse dos frequentadores em utilizar o referido espaço, sendo esse desinteresse caracterizado em diversos âmbitos, Barreto (2010, p.38) aponta que:

A condição de centralidade resulta não só da funcionalidade que marca um espaço concreto da cidade, mas também da imagem, do bem-estar e do prazer visual, sustentada na qualidade da arquitectura, do espaço público e da paisagem.

¹³ Entrevista concedida pela moradora do bairro da Ponta Grossa, Dona Cátia, em 11 de dezembro de 2019.

Avançando nas análises encontradas no âmbito da realidade comercial icoaraciense, outra narrativa ouvida pelos sujeitos se apresenta no valor acessível e na variedade que constitui a dinâmica da Feira da Oito de Maio no subcentro recente.

O comércio da Oito de Maio é preço, ele atende uma classe baixa para paupérrima, meu irmão tem uma loja lá e ele diz que tem que ter preço, se um item daqui que eu vendo por 10, lá ele tem que vender à 7, ele ganha mixaria lá, eu nunca quis ir pra lá. O comerciante tem que ter uma porcentagem de lucro menos que isso não dá pra pagar tanto imposto que tem. (Informação verbal¹⁴).

Na narrativa acima, tem-se o comentário de um comerciante da área de influência do subcentro tradicional que mesmo em tom de descontentamento com a concorrência existente no subcentro em expansão, admite os fatores que são determinantes para o crescimento dos fluxos para a área da Oito de Maio e, conseqüentemente do consumo em seu entorno, abrangendo a Avenida Augusto Montenegro.

A Feira da Oito de Maio é uma feira que vende muito produto barato aqui. Aparece gente de Cotijuba e Marajó, porque lá próximo ao trapiche tem um mercado lá que é muito caro as coisas e aqui é mais fácil pra se comprar, tem tudo aqui que você procurar, aqui na Feira da Oito de Maio o que você procurar você encontra. Lá [Mercado Municipal] é mais perto pra eles, mas não tem opção, aí eles preferem vir pra cá [Oito de Maio]. (Informação verbal¹⁵).

A Feira da Oito de Maio é uma feira em si popular, aqui vem o rico, vem o pobre, vem a classe média, classe alta e classe baixa. Ele vêm porque aqui tem muita coisa barata, muita coisa se encontra aqui. (Informação verbal¹⁶).

Já nestas falas, apresentam-se os comerciantes da Oito de Maio que expõem a variedade e o valor dos produtos ofertados na feira em um âmbito geral, para além de suas atividades específicas. Essas falas, embora sendo construídas por grupos distintos ao anterior, diante da localização e dos interesses pessoais implícitos, corroboram para uma construção representativa que qualifica atualmente a Oito de Maio, sendo produzida assim uma significação a partir das relações sociais estabelecidas (ZILHÃO, 2013).

[...] eu vou na Feira da Oito de Maio fazer compras, eu pouco frequento o trapiche do mercado. Na Oito é mais em conta as coisas, no Mercado Municipal já foi bom quando não tinha a Oito, agora lá na Oito tem o peixe, tem a carne, tem a farinha a verdura aí sai mais em conta [...] (Informação verbal¹⁷).

Às vezes vou na Oito de Maio, porque fora a feira do Cordeiro a gente encontra tudo que a gente quer buscar. Mas na Feira da Oito de Maio é mais completa, mais variedade, o preço é melhor lá. (Informação verbal¹⁸).

Quando tô com pressa, vou na feira aqui do Eduardo Angelim [Conjunto Habitacional], mas eu prefiro a da Oito de Maio porque ela é maior né e fora que é mais barato. (Informação verbal¹⁹).

Eu acho que o comércio pra lá [área central] não é como antes, antes era intenso. Porque eu vejo muita gente que mora pra lá pro centro de Icoaraci, amigos meus

¹⁴ Entrevista concedida pelo comerciante de produtos voltados ao trabalho e variedades, José Roberto, em 09 de janeiro de 2020.

¹⁵ Entrevista concedida pelo feirante do ramo de hortifrúti, Delson Macedo, em 16 de janeiro de 2020.

¹⁶ Entrevista concedida pelo feirante do ramo de hortifrúti, Francisco Edmundo, em 16 de janeiro de 2020.

¹⁷ Entrevista concedida pelo morador do bairro do Cruzeiro, Seu Nazareno, em 11 de dezembro de 2019.

¹⁸ Entrevista concedida pela moradora do bairro da Pratinha, Dona Tereza, em 21 de fevereiro de 2020.

¹⁹ Entrevista concedida pelo morador do bairro do Parque Guajará, Seu Garcia, em 19 de dezembro de 2019.

que moram pra lá, eles vem fazer compra aqui na Feira da Oito de Maio, porque aqui tem tudo, tu encontra tudo. (Informação verbal²⁰).

Nos trechos destacados, encontra-se a narrativa de diversos moradores, que residem em distintas áreas seja em Icoaraci e de seu entorno, revelando aspectos de preferência pela Oito de Maio devido sua variedade e preço mais acessível. Essa escolha se associa à um outro elemento formador da interpretação da representação social, o afeto do ser humano (MOSCOVICI, 2007). Esse afeto está intrinsecamente interligado às preferências constituídas por estes indivíduos diante da sua experiência espacial cotidiana.

É importante ressaltar que embora em alguns casos a feira seja a segunda opção para alguns entrevistados, essa condição se deve à fatores como localização e distância que não os privilegiam não anulando, contudo, a importância da feira para seu cotidiano.

Ainda no âmbito comercial, outra narrativa presente acerca dos comerciantes informais da Feira da Oito de Maio refere-se à concorrência. Destacando-se os grandes objetos espaciais de consumo conhecidos popularmente como *atacarejos* que utilizam, como apelo mercadológico, o discurso da compra em grande quantidade por um preço menor.

Antigamente o fluxo de gente era maior do que hoje, hoje tem várias feiras, tem no Paracuri, tem na Campina, tem na Estrada do Outeiro, comércio em todo canto, tem o Armazém, tem o Atacadão, Mateus, Carrefour, os supermercados e sacolões, isso fez cair muito a venda. (Informação verbal²¹).

Desde o início que vim para cá, quando não tinha esse Armazém, esse Atacadão não tinha nada, o supermercado era longe e o pessoal não ia, aí com o Armazém todo mundo vai porque é aqui pertinho, aí tem o Belemzão agora, é mais concorrência. (Informação verbal²²).

A feira inchou com o tempo, e já tem outras feiras, tem feira no Paracuri, tem feira no Tapanã, aí muitos dos clientes sumiram e muitos compram em outras partes como no supermercado, no Atacadão que tem coisas mais baratas, eles estão tudo indo pra lá, nós perdemos espaço com o Atacadão aqui. (Informação verbal²³).

A maioria dos nossos consumidores é daqui mesmo do Paracuri II, aqui Outeiro vem, o pessoal de Cotijuba vem bastante, do Tenoné também sempre vem, de vez de quando até do Tapanã vem. A abrangência da feira era maior, agora já ficou mais difícil por causa do Armazém, abriu outro mais lá na frente também e são lugares que vendem em grande quantidade aí fica mais barato para eles no caso [consumidores], para nós já fica mais difícil vender num preço mais acessível, aí fica difícil. (Informação verbal²⁴).

Como vislumbrado pelos comerciantes da feira, essas grandes estruturas comerciais vêm reconfigurar a dinâmica do distrito através do processo de (re)produção do próprio distrito, alterando suas funções gerando, assim, novas centralidades (PINTAUDI, 1999) incidindo diretamente em conflitos quando se pensa nas atividades já desenvolvidas na feira. Essa representação dos feirantes se apresenta diante da dimensão espacial da concorrência que eles vivenciam, antes de outros feirantes e agora de novas estruturas de

²⁰ Entrevista concedida pelo morador do bairro das Águas Negras, Seu Djair, em 18 de dezembro de 2019.

²¹ Entrevista concedida pelo feirante do ramo de hortifrúti, Francisco Edmundo, em 16 de janeiro de 2020.

²² Entrevista concedida pelo feirante do ramo de hortifrúti, Delson Macedo, em 16 de janeiro de 2020.

²³ Entrevista concedida pelo feirante do ramo de hortifrúti, Francisco Edmundo, em 16 de janeiro de 2020.

²⁴ Entrevista concedida pelo feirante do ramo de hortifrúti, Delson Macedo, em 16 de janeiro de 2020.

comércio, configurando-se próximas a eles influenciando nas práticas comerciais, e na ausência já percebida dos consumidores. Esse conjunto de percepções e práticas está relacionado ao processo de representação do ambiente pelos sujeitos (BOSI, 1994).

Uma das narrativas levantadas em campo se direcionam à oferta de bens e serviços no distrito, na qual diminui a dependência na aquisição de determinadas itens em relação ao centro da cidade de Belém.

Hoje não é viável ir para Belém comprar um par de sapatos, não é viável ir para comprar uma maquiagem. Hoje tem o Empório Mix aqui, você tem outras lojas também de maquiagem e vestuário também para o lado da COHAB [conjunto habitacional localizado no bairro da campina próximo à Feira da Oito de Maio]. (Informação verbal²⁵).

Vestuário a gente compra na Paraibana, dificilmente vou no Ver-o-Peso, não é toda vez não, mais final de ano mesmo. Mas quando a gente necessita de uma roupa em cima da hora a gente compra por aqui mesmo, uma camisa, um chinelo, aqui tem tudo que a gente precisa pode vê, tem muita loja em Icoaraci. (Informação verbal²⁶).

Muito difícil eu ir em Belém, a última vez foi para fazer um pagamento da conta da Yamada porque a loja daqui fechou e eu tive que ir lá pra Belém pagar e olha que a Yamada saiu daqui já tem um tempo. Tudo que preciso tenho em Icoaraci. (Informação verbal²⁷).

Percebe-se no contexto das narrativas dos moradores que vivenciam o distrito cotidianamente um tom de satisfação com os equipamentos hoje existentes tanto no subcentro tradicional como nos espaços mais recentes de consumo. Essa representação coletada por estes moradores auxilia na compreensão das experiências existentes que contribuem para a justificativa da oposição na procura de espaços mais distantes de sua residência. Os trechos apresentados destacam-se como produtos da construção da ação comunicativa com o passar do tempo entre os indivíduos que residem no distrito, resultando na sensação de maior autonomia de Icoaraci em relação a outros espaços de comércio e serviço localizados fora do distrito, sobretudo, na cidade de Belém (JOVCHELOVITCH, 2004).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o cotidiano dos sujeitos foi reconfigurado a partir das novas formas, funções, estruturas e processos dispostos na *Vila Sorriso*. Essa reconfiguração transformou vivências, usos, apropriações e experiências no espaço urbano, descentralizando assim, atividades econômicas e também os locais de referências dos sujeitos, gerando rupturas.

Uma das rupturas espaciais profundas nas narrativas dos sujeitos entrevistados é encontrada na preferência por outros espaços de consumo em relação ao Mercado Municipal, onde alguns dos motivos norteiam-se para o valor elevado no produto, na falta de

²⁵ Entrevista concedida pela moradora do bairro da Ponta Grossa, Dona Cátia, em 11 de dezembro de 2019.

²⁶ Entrevista concedida pelo morador do bairro do Cruzeiro, Seu Nazareno, em 11 de dezembro de 2019.

²⁷ Entrevista concedida pelo morador do bairro do Cruzeiro, Seu Zózimo, em 11 de dezembro de 2019.

variedade e na degradação do espaço público. Essa ausência de consumidores é refletida em representações tanto de moradores quanto dos próprios comerciantes internos e externos do mercado que corroboram e influenciam na dinâmica que atualmente o mercado desenvolve.

Vislumbra-se no subcentro recente uma efervescência de novos equipamentos de comércio seguindo novas lógicas e estruturas comerciais, embora não se possa esquecer que a gênese desse movimento ainda se encontra enraizada pelo comércio informal, sobretudo, através da Feira da Oito de Maio que irradia fluxos constantes para a Avenida Augusto Montenegro assumindo papel significativo para tal compreensão.

Os moradores do distrito e suas adjacências revelaram elementos interessantes acerca das subcentralidades locais. Pode-se concluir que por ser territorialmente extensa a área do distrito, as realidades entre eles possuem diferenças que abarcam as localizações de suas residências em relações aos equipamentos, às vias de deslocamento, à renda e, conseqüentemente, a inserção social através do acesso aos bens e serviços, culminando nas experiências espaciais obtidas pelo indivíduo e na qualidade de vida.

Acerca do consumo, essas representações condicionam áreas e corredores de circulação no espaço que a partir dos fluxos gerados fortalecem ou enfraquecem subcentros dependendo das atividades em relação às suas preferências. Nesse sentido, as dinâmicas são afetadas pelas experiências dos sujeitos que influenciam outros sujeitos.

Vale considerar a posição da Feira da Oito de Maio nesse contexto que a envolve, sendo esta que surgiu como uma alternativa para suprir a demanda crescente em bairros recentes no interior do distrito, descentralizando o comércio, sobretudo, informal para o atendimento de uma camada popular. Atualmente, com a inserção de outros equipamentos comerciais de caráter formal nessa última década na Avenida Augusto Montenegro, compreende-se que, embora existam conflitos nas atividades desempenhadas por ofertarem em grande parte os mesmos produtos, a dinâmica comercial nesse subcentro é percebida como de complementariedade, onde uma se reforça na presença da outra a partir da perspectiva da economia de aglomeração, fortalecendo conseqüentemente a subcentralidade do distrito (CORREA, 1989).

Considera-se, portanto, a inter-relação pela ação comunicativa entre os sujeitos como meio elementar para o desenvolvimento da manutenção e das mudanças de preferências de equipamentos e espaços de consumo pelos grupos sociais em destaque. No ouvir sobre a vivência cotidiana dos moradores florescem também representações de alguns dos sujeitos na sensação de redução da dependência em relação aos produtos e/ou serviços existentes no centro de Belém diante da relativa facilidade de acesso à determinados equipamentos no distrito justificada pelo intenso processo de metropolização que o espaço urbano icoaraciense vêm recebendo atualmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. de O. A pesquisa em representações sociais: fundamentos teóricos metodológicos. **Ser Social**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 129-158, jul./dez, 2001.

BARRETO, R. **O centro e a centralidade urbana**: aproximações teóricas a um espaço em mutação. Lisboa: Cadernos curso de doutoramento em geografia FLUP, 2010.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Características demográficas e sócio econômicas da população. *In*: BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. **Anuário Estatístico do município de Belém 2011**. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2012. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/2_01_Demografia.pdf. Acesso em: 08 mar. 2019.

BERRY, B. **Geographic perspectives on urban systems**. Englewood Cliffs: New Jersey Prentice-Hall, 1970.

BERTONI, L. M; GALINKIN, A. L. Teoria e métodos em representações sociais. *In*: MORORÓ, L. P; COUTO, M. E. S; ASSIS, R. A. M. (org.). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação**: concepções e trajetórias. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017. p. 101-122. *E-book*. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yjxdq/pdf/mororo-9788574554938-05.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 402.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, M. **A Questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 506 p.

CASTRO, E. Belém do Grão-Pará: de águas e de mudanças nas paisagens. *In*: STOLL, E.; ALENCAR, E.; FOLHES, R.; MEDAETS, C. (org.). **Paisagens Evanescentes**. 1. ed. Belém: NAEA, 2019. v. 1, p. 1-32.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, S. H. R; CASTRO, E. R. de; SÁ, M. E. R. de. Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: modernização e conflito. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 89-116, dez. 2011.

DIAS, M. B. **Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FIGUEIREDO, S. L; PIANI, A. T. **Mestres de cultura**. Belém: EDUFPA, 2006.

GILL, R. Análise de discurso. *In*: BAUER, M. W.; GAASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 224-270.

GUIMARÃES, J. **Icoaraci** – a monografia do megadistrito. Belém: Delta, 1996.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1976.

JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 20-31, ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jun. 2020.

MENDES, L. A. S. **A urbanização metropolitana estendida**: aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MENDES, L. A. S.; OLIVEIRA, J. M. G. C. Espaços elitizados de moradia e consumo: novas centralidades urbanas na Região Metropolitana de Belém-PA. **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 4, p. 26-49, 2014.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas do comércio. *In*: CARLOS, A. F. A. (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.137-153.

SANTOS, J. Centro, sub-centros e novas centralidades na metrópole soteropolitana. *In*: ENCONTROS DE GEOGRÁFOS DA AMÉRICA LATINA, 11., 2011, San José. **Anais [...]**. San José: [s.n.], 2011. p. 1-21. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/18.pdf>. Acesso em: 4 out. 2019.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geográfica**, São Paulo, n. 10, p. 1-18, 1991.

SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. *In*: CARLOS, A; SOUZA, M; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 97-108.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação das cidades. *In*: SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 504 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

TRINDADE JR., S. C. C. da. **A cidade dispersa**: Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JR., S. C. C. da. **Formação metropolitana de Belém**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

ZILHÃO, A. Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. XXV, p. 55-77, 2013.



GT 2A – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

Movimentos de moradia, insurgência e o diálogo com os saberes tradicionais

Pâmela Rodrigues Castro (UNICAMP)¹
Pedro Testolino (UNICAMP)²
Sidney Bernardini (UNICAMP)³

RESUMO

O presente artigo busca trazer luz às experiências das ocupações de terra urbana pelos movimentos de moradia como ações de insurgência e o diálogo com os saberes tradicionais e de vivências na cidade. Busca-se compreender, com base na literatura recente, como se formam as redes comunitárias e as dimensões subversiva e insurgente de todo o processo de ocupação da terra até a conquista da posse. Pretende-se discutir, a partir do método da história oral, de que forma isso contribui para a formação de um repertório de ação política que corrobora a ocupação e a legitimação desses espaços, criando táticas subversivas que permitem a manutenção da população no terreno ocupado. Para isso, utiliza-se como estudo de caso, o bairro denominado Eldorado dos Carajás, localizado na cidade de Campinas – SP, ocupado em 1997 e em processo de regularização fundiária pela Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB) por quase vinte anos. A relevância do núcleo baseia-se no seu histórico de organização política e social, desde a ocupação, como evidente luta pela legitimação da função social da propriedade, que incluiu a atuação de alguns líderes comunitários, protagonistas no processo de conquista do direito à propriedade, e, em paralelo, do direito à cidade. Dessa forma, trazemos à discussão as ações construtivas e reativas com relação às experiências entre poder público e ocupantes, questionando o real papel do poder público neste processo e de como a dimensão da regularização fundiária, antes de se constituir em um processo de formalização dos assentamentos irregulares pelo Estado, é intrinsecamente ligado às práticas contra-hegemônicas da sociedade e símbolo de luta social.

Palavras-chave: planejamento insurgente; direito à cidade; urbanismo.

¹ Mestranda em Arquitetura, tecnologia e cidade pela Universidade Estadual de Campinas, bacharel em arquitetura e urbanismo. E-mail: pamela_castro@hotmail.com

² Mestrando em Arquitetura, tecnologia e cidade pela Universidade Estadual de Campinas, bacharel em arquitetura e urbanismo. E-mail: arq.langella@gmail.com

³ Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor titular FEC/UNICAMP. E-mail: spiochi@unicamp.br

1. INTRODUÇÃO

Para que seja possível aprofundarmos a discussão acerca da formação de redes comunitárias, e as dimensões subversiva e insurgente, de suas contribuições para a formação do território urbano, é importante que realizemos, ainda que de maneira breve, uma contextualização histórica da luta que perpassa, sobretudo, as reivindicações populares pelos direitos à moradia digna e à cidade.

Durante o século XX, sobretudo a partir da década de 1940, com a alta taxa de crescimento econômico do país, o Brasil vivenciou uma grande intensificação do processo de urbanização. No entanto, tal processo foi acompanhado da manutenção da concentração de renda e, conseqüentemente, da exclusão social e territorial, conforme aponta Maricato (2000). Ao mesmo tempo que as cidades se desenvolveram, as oportunidades de acesso à terra urbanizada se deram de formas distintas entre as classes sociais existentes no Brasil. Tendo como expoente de tal processo a cidade de São Paulo (SP), nota-se que, entre os anos de 1940 e 1960, os loteamentos clandestinos, associados à autoconstrução, constituíram a forma mais expressiva encontrada pela população de baixa renda de se ter acesso à moradia e, sobretudo, à casa própria, como apontaram Silva e Castro (1997) e Bonduki (2004). Essa lógica não se restringiu a São Paulo e se deu de forma análoga nos centros urbanos de todo o país. Vale ressaltar que, ocorrendo de forma concomitante com o adensamento construtivo e populacional das áreas centrais das cidades, os loteamentos clandestinos, contribuíram intensamente para a extensificação do uso do solo e, portanto, para a produção de uma cidade de ocupação do solo difusa e espraiada, como aponta Abramo (2007), além da manutenção dos segmentos populares no mercado informal da terra.

Levando em consideração todas as mazelas causadas por esse processo da urbanização, ao longo dos anos 1960, acompanhando as reformas de base, tomou corpo no Brasil o tema da reforma urbana. A pauta da distribuição de renda e terras urbanas, dentre outras trazidas por esses movimentos, buscava a inversão da lógica da espoliação urbana e da especulação imobiliária, promovendo acesso ao solo urbano e submetendo-o ao exercício de sua função social (KOWARICK, 1975)

No entanto, com o golpe civil-militar de 1964, essa discussão deu lugar a uma política nacional de produção habitacional, diretamente ligada com a mudança do padrão de produção pela qual o país passava, restringindo-se às diretrizes estabelecidas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964. Como resultado, essa política não promoveu a democratização do acesso à terra, tendo sido voltada, sobretudo, às camadas médias e altas da sociedade, mantendo assim ainda à margem, tanto das políticas como do território urbano, a população de baixa renda. Dessa forma, o mercado informal e a autoconstrução se

mantiveram enquanto forma predominante de provisão habitacional junto à população de baixa renda.

Este período, marcado pelo conservadorismo e a repressão, atingiu a sociedade como um todo, sobretudo aqueles mais desfavorecidos, intensificando o abismo social já vivenciado pela sociedade brasileira. Ao longo dos anos 1980, como peça fundamental do processo de redemocratização, emergiram variadas formas de insurgência pelo país, contando com a intensificação e consolidação das organizações populares de caráter emancipatório (SANTOS, 2018; SANCHEZ, 2018).

Dentre essas organizações, estava o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), inicialmente através de lutas locais por moradia, mas assumindo, gradativamente, um escopo de luta pelo direito a direitos (HOLSTON, 2013) e o direito à cidade, entendido como a possibilidade de usufruir de forma plena e satisfatória das oportunidades, vantagens e serviços sociais oferecidos pela cidade (FERNANDES, 2007; MARICATO, 1996, apud TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012).

No entanto, esse direito à cidade é infringido em detrimento dos interesses do capital, levando a população mais pobre à informalidade. A proporção de moradias irregulares no Brasil cresceu assustadoramente nas últimas décadas atingindo, já no início da década de 2000, quase 50% da população das principais metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro), segundo aponta Fernandes (2007).

Desde os anos 1970, movimentos sociais organizados por moradias promoveram, principalmente nos grandes centros, ocupações planejadas de glebas nas periferias com o duplo objetivo de chamar a atenção e pressionar os governos para uma política habitacional. Uma das formas propostas pelo poder público para atender às demandas populares e superar de forma imediata as precariedades do acesso à moradia foi a regularização fundiária de interesse social que induziu as várias esferas de poder a criarem mecanismos que pudessem sustentar a segurança na posse. A proposta se sustenta na ideia de impor limites à racionalidade de produção do espaço capitalista, que lança mão da expulsão dos não-proprietários nas centralidades econômicas da cidade. Desse modo, inicia-se uma prática reivindicativa pela regularização fundiária de interesse social concretizando-se como luta pelo espaço da vida (RIBEIRO, 2012).

Supõe-se que as ocupações politicamente organizadas e com a presença de associações de moradores contribuem para o processo regulatório, atuando como mediadoras entre poder público e moradores, buscando-se relacionar a política de legalização do solo urbano com as lutas de resistência e suas conquistas. Este sinalizador tem sido pouco investigado, já que os processos de regularização fundiária têm sido creditados apenas aos esforços do Estado em conceder a legalidade ao que é informal, sem que se saiba ao certo

de que forma e em que grau de importância estes movimentos interferem no processo. É com este propósito que se pretende investigar, a partir da leitura com base nos saberes tradicionais, desde a ocupação até o processo regularização fundiária do núcleo urbano denominado Eldorado de Carajás, localizado na região sudoeste de Campinas, ocupado 1996, no âmbito da chamada “terceira periferização”, conforme aponta Garcia (2010). O nome da ocupação indica uma homenagem ao massacre ocorrido, no mesmo ano, na cidade de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 19 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar enquanto acampavam na Rodovia PA – 150, durante uma marcha rumo a Belém.

A relevância do núcleo baseia-se no seu histórico de organização política e social, desde a ocupação, como evidente luta pela legitimação da função social da propriedade, que incluiu a atuação de alguns líderes comunitários, protagonistas no processo de conquista do direito à propriedade, e, em paralelo, do direito à cidade. Dessa forma, trazemos à discussão as ações construtivas e reativas com relação às experiências entre poder público e ocupantes, questionando o real papel do poder público neste processo e de como a dimensão da regularização fundiária, antes de se constituir em um processo de formalização dos assentamentos irregulares pelo Estado, é intrinsecamente ligado às práticas contra-hegemônicas da sociedade e símbolo de luta social.

2. PRÁTICA INSURGENTE E DIREITO À CIDADE

No Brasil, a partir do período de redemocratização, foi colocada em pauta, e em diálogo com a noção do direito à cidade, uma agenda social com o intuito de se buscar a efetivação de direitos por meio da participação popular. Como resultado, e síntese dessa agenda, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que traz em sua redação diversos instrumentos que possibilitam a participação popular nas tomadas de decisão de produção do território.

No âmbito do planejamento urbano, essa iniciativa foi representada pela adjetivação “planejamento participativo”, que tem como uma de suas premissas a participação popular. No entanto, com passar do tempo, e uma bagagem suficiente de experiências, é possível hoje, identificarmos que tal participação, que a princípio soa como conquista, de fato, presta-se apenas a convencer os cidadãos de que eles são ouvidos e incluídos nas tomadas de decisão do poder público. Enquanto, na realidade, apenas legitima o poder hegemônico da ideologia neoliberal vigente (MIRAFTAB, 2009), uma vez que, essa participação não é efetiva em todas as etapas de decisão, e sim limitada a momentos estratégicos. Desta forma, como aponta Sánchez (2019), a partir da ideia de planejamento participativo, o Estado busca

conduzir a participação popular, de modo que esta se dê apenas na fase de implementação dos projetos, e não na tomada de decisões políticas, deslegitimando quaisquer outras formas de participação que, verdadeiramente, disputem o espaço político.

Como resposta a esse aparelhamento do Estado sob o controle das forças hegemônicas do neoliberalismo, consolidam-se práticas populares insurgentes, em busca por outros espaços e formas de lutar pela efetivação de direitos. Miraftab (2009) define esse planejamento insurgente como radical, que contesta a inadequação do planejamento participativo performado pelo Estado neoliberal, cuja narrativa de inclusão social tem servido mais para legitimar os interesses do mercado do que atender às necessidades e garantir o direito à cidade. Essas práticas insurgentes de planejamento podem ser caracterizadas como: contra hegemônicas, transgressivas e imaginativas.

Nesta mesma via, o delineamento apresentado por Miraftab (2016) ajuda a pensar uma forma de circunscrever o objeto, adotando a tática transgressora como um caminho de observação do fenômeno social, assim como na imaginação de atitudes descolonizadoras, muitas vezes pouco percebidas nos trâmites que se observam nas práticas adotadas no âmbito das políticas públicas estatais.

Apesar da insurgência colocar-se como dicotômico ao Estado, essa performatividade é ilusória, conforme aponta Holston (2013). A insurgência existe como reação a um Estado opressor, e esse Estado se mantém pela existência de uma cidadania subalterna. Estado e sociedade, constituem-se mutuamente, e coexistem a partir de instrumentais que navegam de maneira fluida entre a formalidade e a informalidade, entre as instituições e as ruas, entre a legalidade e a ilegalidade. Miraftab (2009) distingue estes como “espaços convidados” de participação da sociedade determinado pelas autoridades e “espaços inventados”, que seriam os lugares de contestação política e movimentos contra hegemônicos.

Para Lefebvre (2008), a cidade nada mais é do que uma utopia e o direito à cidade se expande para além desta, reunindo um conjunto amplo de manifestações para a plenitude da vida urbana, as condições básicas de sobrevivência nas cidades permanecem comprometidas diante da discrepância que se revela na distribuição das classes sociais no espaço que vem se alargando com o acirramento da ideologia neoliberal, tornando ainda mais distante a utopia lefebvriana, em especial nos países do chamado sul global.

Assim, a utopia lefebvriana só se faz possível a partir da contestação a essa lógica neoliberal vigente, e da compreensão do direito à cidade como prática radical e revolucionária, tratando-se como uma “forma superior dos direitos” e como “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar” (Lefebvre, 2008).

3.CIDADE ESPRAIADA: EXPANSÃO URBANA E FORMAÇÃO DA PERIFERIA POBRE EM CAMPINAS - SP

Campinas, não diferente da tendência de urbanização do Brasil, cresceu de maneira desigual e espraiada, possuindo inúmeros problemas sociais, incluindo a questão habitacional, uma vez que, a oferta de moradias para a população de baixa renda tem sido aquém da necessária, tendo o poder público investido nos últimos anos, quase que exclusivamente, na regularização fundiária como política habitacional de interesse social.

Atualmente, conforme aponta Diógenes (2012), Campinas é um aglomerado metropolitano de crescimento rápido e intenso nos últimos 40 anos, localizando-se a 90 quilômetros de São Paulo, possuindo, segundo estimativa do IBGE (2019), uma população de 1.204.073 habitantes, sendo 98,28% considerados população urbana. O município é um dos principais polos industriais do estado com acesso para algumas das principais rodovias, como a Rodovia Anhanguera (SP 330), Rodovia dos Bandeirantes (SP 348) e Rodovia Santos Dummont (SP 075). Nesse sentido, o município de Campinas possui uma grande importância econômica e demográfica e um dos mais altos PIBs do Estado de São Paulo.

Sabe-se que o século XX foi importante para consolidação da cidade de Campinas como importante eixo econômico na rede urbana brasileira em virtude, dentre tantos outros fatores, de um parque industrial de grandes proporções que é instalado na cidade. Esse processo de “desconcentração concentrada” da metrópole de São Paulo, conforme denomina Lecione (1994) citado por Rizzatti & Silva (2017), a partir da década de 1970, alavancou sua pujança econômica. É nesse contexto que a cidade se atualiza na divisão territorial do trabalho como um dos mais importantes polos de alta tecnologia do país, centro de produção e distribuição de tecnologia e informações. (RIZZATTI; SILVA, 2017)

Baeninger (1996) aponta que na segunda metade do século XX deu-se início um novo processo de crescimento urbano, com um padrão definido por espaços vazios à espera de valorização, verticalização das áreas já urbanizadas e, posteriormente, o surgimento de novos bairros e loteamentos (cada vez mais distantes) para as classes de mais baixa renda. Neves (2007) complementa que, além desses fenômenos urbanos, verifica-se também, um processo da aquisição de lotes pela classe média, (local ou não) com expectativa da valorização futura. Nesse processo há uma valorização imobiliária nas áreas centrais, quando Campinas desfrutava de altos índices de "qualidade de vida", e o deslocamento, para áreas mais periféricas, de população mais pobre, começava a se tornar frequente.

Nesse sentido, as necessidades industriais induziram à constituição de um novo tipo de território, amparado por uma legislação voltada à livre multiplicação do capital. E, por outro lado, estimulou a produção da moradia do trabalhador, modulada conjuntamente ao tecido

urbano constituído, ou próximo às imediações industriais, apoiado a um sistema de circulação voltado para a indústria, usado também para o deslocamento do trabalhador (SILVA, 2013).

Os eixos das rodovias tornam-se os principais norteadores para o crescimento urbano. A implantação da Rodovia Anhanguera contribuiu para a valorização fundiária do seu entorno, estimulando a instalação de indústrias, que optavam por terrenos mais baratos adquiridos em glebas integrais e contribuindo para aceleração do crescimento urbano de Campinas. E assim, a região do atual Campo Grande, antes uma área tida como uma reserva de terras, passou a ser tratada como local oportuno à abertura de dezenas de loteamentos, fato corroborado com a aprovação da Lei n 1993/59, que veio alterar o zoneamento da região, de uso industrial para uso misto, possibilitando, dessa forma, uma ocupação também residencial, favorecendo a expansão do perímetro urbano da cidade (SILVA, 2013).

Nas palavras de Silva (2013), Campinas chega aos anos 1980 com um estoque habitacional tanto formal como informal, decorrente do processo de anexação e ocupação de novos espaços geográficos, alimentado por um processo migratório. O mercado de terras urbanas, ao tornar-se formalmente saturado, devido à insolvência de parte da população, passa a operar “pelos beiradas”, de um modo informal.

Neves (2007) aponta que a implementação do Distrito Industrial de Campinas - DIC - na porção Sul do município, em 1974, foi realização da Prefeitura municipal. Próximo ao traçado definido para a Rodovia Bandeirantes, trouxe para a região maior demanda por infraestrutura básica, tanto para os loteamentos já existentes quanto os Conjuntos Habitacionais da COHAB que o seguiram. Contudo, as diretrizes de planejamento urbano para o local não consideravam as questões ambientais, e articulava-se aos expressivos fluxos migratórios provenientes, tanto de cidades vizinhas e moradores da própria cidade migrando para regiões mais baratas, como de outros estados.

Campinas, ao mesmo tempo que se modernizou ao longo das décadas, também conheceu acentuada expansão da pobreza, sendo hoje a terceira cidade com maior número absoluto de população residente em favelas e ocupações do Estado de São Paulo e a décima quinta do Brasil (IBGE, 2011). A cidade acompanhou, assim, o processo brasileiro de urbanização, transformando-se, nas últimas décadas, em uma cidade fragmentada (SOUZA, 2008 citado por Rizzati & Silva, 2017). Dessa forma Campinas apresenta-se como um espaço urbano que se modernizou, mas foi incapaz de atender às necessidades da população espoliada, reproduzindo uma pobreza estrutural e evidenciando o espraiamento do tecido urbano que escancara a desigualdade socioespacial.

4. RESISTÊNCIA PERIFÉRICA: O CASO DO ELDORADO DOS CARAJÁS

O núcleo Eldorado dos Carajás (imagem 1) é cercado pelos bairros DIC V, IV e Parque Vista Alegre. A maior parte do seu entorno consiste em vazios urbanos, servindo como investimento a agentes especulativos. Segundo informações extraídas do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Campinas, essas áreas correspondem a futuros loteamentos denominados até o momento de Jardim Guararapes e Palmeiras. Localizado a sudoeste do município de Campinas, a ocupação do núcleo teve início em 1996. Nos dois anos seguintes, a Associação constituída pelos moradores conseguiu comprar o terreno de 185.829,12 m², potencializando as chances de consolidação do núcleo. Em 2004, ano que se iniciou, de fato, o processo de regularização fundiária, 650 famílias já estavam instaladas no bairro. Sua consolidação se deu a partir de uma organização política social local, incluindo os líderes comunitários, que lutaram durante anos para conquistar o direito à propriedade, e, em paralelo, o direito à cidade, com a instalação das obras de infraestrutura.



Imagem 1: Limite do núcleo Eldorado dos Carajás. **Fonte:** Secretaria de Planejamento de Campinas

A ocupação iniciou-se em 1996, quando um grupo de famílias se instalou em um terreno privado localizado na região sudoeste do município de Campinas – SP. Essa região possuía alguns outros bairros provenientes de ocupações ocorridas nos anos anteriores. Nos meses subsequentes, a ocupação começou a se expandir devido aos contatos com parentes e amigos dos moradores pioneiros, que em busca de sair do aluguel mudaram-se para a área. Muitos moradores vieram também de cidades próximas ou outras regiões do Brasil, principalmente Norte e Nordeste, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Apesar de não conhecerem os proprietários da terra, as lideranças da ocupação conheciam o terreno e, segundo descrevem, tinham conhecimento sobre a potencialidade da área para ocupar e posteriormente criar de um bairro consolidado. A princípio, a ocupação do

Eldorado dos Carajás aconteceu de forma pacífica, no entanto, após a instalação dos barracos e consolidação dos primeiros moradores, os proprietários passaram a reivindicar a posse e, somente após diversas negociações foi formalizada a compra do terreno pela Associação:

Eles chegaram a reivindicar a posse, depois de várias e várias reuniões, que eles decidiram vender. Eles também estavam cientes que o terreno tinha dívidas de imposto com a prefeitura, então sabiam que estavam errados.

(morador do bairro Eldorado dos Carajás - março de 2020)

Não haviam ameaças de reintegração, era tudo bem dialogado com os donos das terras. Tiveram bastante reuniões até chegar a uma negociação.

(morador do bairro Eldorado dos Carajás - outubro de 2020)

Após a consolidação dos primeiros moradores na ocupação, iniciou-se a busca pela instalação de redes de infraestrutura, fato este que se arrastou por alguns anos. A rede coletora de esgoto foi construída apenas em dezembro de 2005 e a pavimentação viária, em 2015, a partir do financiamento federal do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Conforme descreve um dos moradores:

Quando eu cheguei aqui o pessoal não tinha nada, muitos tinham barracos, cavaletes para todo mundo usar, cada cavalete era 20 famílias que usaria...era utilizado pra construir as casas ou colocar água [...]

Primeiro veio a rede de água e energia, no começo era gato de luz puxando da rodovia, agora água não! no início tinha os cavaletes tudo arrumadinho. Veio as infraestruturas e aí fomos pagando o boleto na cohab. O esgoto demorou, foi em 2005.

(morador do bairro Eldorado dos Carajás - março de 2020)

Colocamos pneu na entrada das rodovias, e só depois conseguimos a negociação com a família proprietária da terra. Parava as estradas, fomos para a faroeste, antigamente tinha a faroeste que tinha ali no tancredão, pra chamar atenção, e aí começamos a negociação e foi aí que a cohab começou a trabalhar aqui dentro.

(morador do bairro Eldorado dos Carajás - março de 2020)

Nesse contexto de luta por anos para conquista das infraestruturas, os moradores comemoram e as interpretam como símbolos de muita luta popular, recordando dos protestos e conflitos gerados ao longo de todo o processo de consolidação da área.

Para a COHAB a interferência da associação e os constantes protestos realizados pelos moradores para conquista de benefícios ao bairro foram determinantes para sua consolidação inicial, uma vez que na década de 1990, correspondente a maior parte das ocupações de Campinas, incluindo o Eldorado dos Carajás, não existia legislação específica para regularização fundiária urbana, o que dificultava a instalação de infraestrutura e principalmente de reconhecimento desses bairros:

Na época pegavam esses desenhos que fazíamos na cohab dos assentamentos e colocava na Prefeitura que ficava analisando, só que dificilmente o departamento de

urbanismo iria assinar aquilo fora da Lei, então acredito que tinha uma protelação, porque só tinha a ideia de urbanização de favela, não existia legislação específica, e assim o máximo que conseguia eram algumas infraestruturas essenciais. Vinha água porque o pessoal não podia ficar sem água, depois luz, e só depois o transporte.

Acontecia muito do pessoal entrar e a gente fazer correndo um arruamento pra companhia de eletricidade colocar os postes. O Carajás é um desses casos em que se ocupa e aí tem que correr pra colocar a luz e a água. A água como é um pouco mais difícil era colocado por torneiras coletivas.

A ocupação se dá em 97, em 98 já tava com pelo menos iluminação. Eu lembro que teve até uma ocorrência que os moradores seguraram um pessoal da companhia de eletricidade lá dentro do bairro pra fazer umas exigências, quase um sequestro.

No Carajás a influência da associação junto com os moradores foi importantíssima pra conquista de melhorias do bairro. Com todas as restrições que podemos ter ali com os primeiros líderes, eles tiveram papel fundamental, um pouco ali com a agressividade. A primeira líder da associação era uma pessoa que fazia muito barulho politicamente, não sei se ela tinha alguma proteção política, ou as pessoas atendiam em função dessa postura. Ela promoveu uma invasão no prédio da cohab, isso depois que eles já tinham ocupado o bairro, ficaram dois dias ocupando a cohab inteira. Dessa forma ela entrava em qualquer lugar e não pedia licença, conseguiu dessa maneira várias coisas pro pessoal do bairro.

(técnico da Companhia Habitacional de Campinas - setembro de 2020)

É fato que após a Constituição de 1988, segundo Carlos (2011), a multiplicação de instituições participativas de elaboração de política públicas propiciou novas oportunidades de participação e representação no desenho das políticas e na regulação da ação governamental. Nesse sentido, a inserção institucional de movimentos e organizações sociais a partir do Orçamento Participativo e conselhos gestores, por exemplo, ampliou as arenas de acesso à institucionalidade política, conforme aponta Carlos (2011). Esse processo, por outro lado, desafiou os atores coletivos a inovar em práticas e repertórios para mobilizar-se frente ao Estado.

No entanto, é ilusório dizer que o marco legal que se constituiu a partir de 1988 foi decisivo para que a regularização fundiária avançasse no Brasil, ainda que, certamente tenha contribuído significativamente, considerando, especialmente, o reconhecimento dos tecidos informais e todo o conjunto de problemas decorrentes como questões a serem tratadas pelas políticas de habitação. A inclusão de medidas e instrumentos específicos incidiam sobre as questões da terra e elevaram as possibilidades de aquisição via posse, como é o caso da usucapião individual e coletiva, por exemplo. Entretanto, outros dispositivos tiveram mais alcance do que este.

Essa participação institucional foi, e ainda é, importante como ferramenta para luta social, uma vez que é preciso o reconhecimento do Estado sobre a população “desabrigada” e suas demandas, seguida da inserção ou criação de políticas públicas para atender às demandas impostas. Essa interação entre Estado e movimentos sociais é constante e conflituosa.

Após anos de conflitos, considera-se o Eldorado dos Carajás um núcleo consolidado, possuindo pontos de conexão de vias com o Distrito Industrial V (DIC V) permitindo a integração do bairro com o restante da cidade. Com relação ao uso e ocupação do loteamento, verifica-se que a maioria das residências são de alvenaria, ou em alvenaria e madeira. Existe uma diversidade em áreas comerciais, e principalmente um tecido urbano bem articulado, onde a espontaneidade dos espaços, a variedade de usos e a dinâmica social fortalecida evidenciam um modo de habitar respeitando os espaços comuns, verificado na própria dinâmica da ocupação, nos quais espaços para equipamentos públicos foram mantidos e não ocupados.

Verifica-se também que o núcleo se consolidou já nos primeiros anos de ocupação, não existindo um adensamento considerável a partir dos anos 2000 e, apesar da ausência de espaços públicos e da urgência pela habitação, foram mantidas as poucas áreas livres destinadas a equipamentos públicos, o que pressupõe uma consolidação e organização da própria ocupação.

Um desses espaços livres estava destinado à implantação de uma escola de ensino infantil, tendo sido proposto em 2002, por iniciativa da população e da COHAB. O projeto arquitetônico foi desenvolvido por alunos do último ano de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com a definição de técnica construtiva e programática a partir de reuniões com moradores e associação do bairro, resultando em uma proposta de escola horizontal e integrada à comunidade. O projeto, no entanto, não se consolidou, ainda que o terreno continue vago à espera de uma futura instalação.

Desde 2004, o bairro encontra-se em processo de regularização fundiária. Atualmente os moradores possuem apenas a titularidade provisória da terra, que corresponde a uma documentação municipal em que a Prefeitura garante a permanência das pessoas no solo urbano. Segundo a COHAB, o processo do bairro encontra-se na última etapa do cronograma definido pela Companhia, que seria a aprovação em Cartório da planta de loteamento para regularização lote a lote, devendo sair a titularidade oficial nos próximos meses.

Conforme descreve técnico da COHAB em entrevistas sobre a titularidade provisória da terra:

Esse termo de posse foi uma iniciativa do poder público municipal, como medida intermediária, ele diz no texto, simploriamente falando, que você tem direito àquela terra. O prefeito assina comprovando que você não vai ser perturbado e não vão te tirar do local. E aí é só, o prefeito vai lá e faz a coisa política dele pra entrega, e aí transforma a coisa em algo mais factível. No caso do Eldorado ocorre pós 2010 e dentro da prefeitura, apesar do receio, vai se aceitando essa condição urbanística, porque o bairro já é grande em extensão e em população, e os técnicos que trabalham tanto na SEHAB quanto na COHAB, começam a ser substituídos por pessoas mais sensíveis, arquitetos e profissionais formados após o Estatuto da Cidade e pós governo PT, podendo até não ser partidário, mas já existem mais discussões, cursos, palestras e workshops sobre habitação de interesse social, e desde 2001 iniciam os cursos capacitores.

(técnico da Companhia Habitacional de Campinas - setembro de 2020)

É importante considerar que os servidores públicos têm opiniões, posições políticas, ideologias e afiliações que os influenciam na interação com a população e principalmente como definem o formato final da política adotada. Conforme argumenta Penna (2015), boa parte da bibliografia sobre movimentos sociais os concebia como essencialmente externos à estrutura do Estado e que presumia que a proximidade de movimentos às instituições políticas implicaria necessariamente na sua desmobilização. No entanto, no caso brasileiro, vê-se o contrário, movimentos interagem sistematicamente com instituições estatais, em dinâmicas não necessariamente desmobilizadoras.

A regularização fundiária do bairro representa para os moradores a consolidação de toda luta que se estende por mais de vinte anos:

Pra gente a regularização é boa, porque você é o dono mesmo, né. Prova que é seu. Vira um troféu de luta, nós conseguimos. Ver a evolução do bairro, de como era no início e de como ta agora.

(morador do bairro Eldorado dos Carajás - março de 2020)

Tem que regularizar tudo, deixar tudo certinho. Aqui acho que uns 80% já tá pago. A escritura, dizem que já está pronta. Já temos um documento que fala que a terra é nossa. A regularização é boa porque prova que o terreno é seu. É muito difícil alguém querer sair do bairro, então é difícil vender algo aqui. Mas é bom pra vender também caso alguém queira. Se você tem ai sua casa pra vender, e não tem escritura, não tem um habite-se, vai vender de que jeito?... Tem muita gente que quer comprar aqui financiado, mas pra financiar precisa de escritura. Então o melhor é ter tudo certinho.

(morador do bairro Eldorado dos Carajás - outubro de 2020)

Para garantir suas conquistas, os movimentos se moldam às regras institucionais que, conseqüentemente definem suas formas de participação e aceitam tacitamente, muitas vezes, condicionantes perversas no jogo das forças que interage para a implementação das

regras. Penna (2015) argumenta que, para além da ideia de interação, a noção de mútua constituição sugere que os atores nos movimentos e nas agências estatais não apenas se inter-relacionam a partir de terrenos institucionais, mas participam da construção deles e, não raras vezes, esta interação se faz para além das disposições legais.

É interessante analisar a leitura dos moradores acerca dos símbolos que o território por eles ocupado representa. Quando questionados sobre as dinâmicas da ocupação:

No ano que teve a ocupação aqui teve várias outras na cidade, teve o Oziel, Santo Antônio, Vila Vitória, Vida Nova, União da Vitória, foi tudo quase perto uma da outra. Mas se for ver Campinas boa parte é tudo invasão. Eu acho que sempre foi assim, né. Às vezes as pessoas mais novas acham que antigamente tudo era mais fácil, mas não era mais fácil também não. Era complicado, porque não consegue. A pessoa precisa de um lugar pra morar, não tem condição de pagar aluguel, aí... encaixa com uns líderes e aí mora.

Ah é justo ocupar, os dono não tão fazendo nada no terreno, além de não tá fazendo nada ainda não tá pagando as suas dívidas, então ou... igual aqui, eles concordaram e a gente pagou pelo terreno, no caso a gleba inteira. Então não vai fazer nada, então divide, vê como as pessoas têm condições de pagar aí. Não tem condições comprar terreno, faz um financiamento muito alto que não tá no seu alcance e aí o que você vai fazer?

Você precisa, porque uma hora você desmembra da sua família, tem filho, arruma casamento, sai de casa, e aí pra onde você vai? com o salário que a gente ganha... não é compatível com isso.

(morador do bairro Eldorado dos Carajás - março de 2020)

Antigamente era, correto ocupar, né, era mais fácil. Hoje não! Hoje ta mais difícil...com esse governo aí as pessoas tem medo Mas aqui lutamos bastante, viu, lutamos bastante nessa terra, não tínhamos medo, mas foi difícil demais.

(morador do bairro Eldorado dos Carajás - outubro de 2020)

Assim como em inúmeros casos de ocupação, o núcleo urbano Eldorado dos Carajás surgiu, a partir de um movimento de luta por moradia, considerando que muitos assentamentos se formaram no mesmo período, como mostra o relato acima. Nesse momento histórico de luta em Campinas, esses movimentos reivindicavam um espaço na cidade desigual e, assim, grande parte das suas conquistas foi fruto dessa movimentação e articulação político-social, e do entendimento do direito à cidade, revertendo, a partir desse cenário insurgente, a lógica da cidade formal excludente. Ultrapassar a barreira do legal, neste caso, é parte da estratégia de sobrevivência de grande parte da população que não tem acesso a uma unidade habitacional. Pesa, nessa compreensão, o entendimento de que o cumprimento da função social da propriedade no Brasil se faz pela via da ocupação –

questão cara, mas irreversível diante da ausência de outras soluções que sejam viabilizadas pelo Estado.

Silva (2011) aponta que os territórios são espaços da produção e reprodução das relações sociais, de construção da sociabilidade, do convívio, de interação e de pertencimento dos indivíduos, famílias e grupos sociais, de expectativas, sonhos e frustrações. As disputas, contradições e conceitos se apresentam, expressando os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. Nesse sentido, os territórios são, em essência, espaços políticos. A trajetória do bairro Eldorado dos Carajás, considerando todas as lutas travadas, repercutiram durante anos até a sua consolidação, potencializando a construção de sociabilidade.

A transformação de interesses hegemônicos em aprendizados coletivos que se fazem no âmago do repertório de luta é algo estruturante para as soluções que se apresentam no âmbito do acesso à moradia. Esse aprendizado se evidencia a partir das posturas adotadas por integrantes do movimento e na percepção da necessária adoção de estratégias que se estabelecem no limiar entre acordos e confrontos com o Poder Público. Embora o papel das lideranças seja importante, há um aprendizado coletivo que se mostra nas tomadas de decisão, conformando aquilo que Santos (2002) chama de razão indolente.

É possível verificar a cidade como arena política na trajetória do bairro Eldorado dos Carajás, sendo que as lutas travadas repercutiram durante anos até a consolidação do núcleo, criando relações e construção de sociabilidade, sendo possível associar a organização e as inúmeras conquistas do núcleo a essa articulação popular genuína.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contrapartida à urbanização corporativa, que atende à lógica da cidade como mercadoria e perpetua a exclusão social e segregação socioespacial (SANTOS, 2002), as famílias da ocupação Eldorado dos Carajás consolidam-se como agentes políticos à medida que travaram uma luta em busca de um modelo de cidade democrático, ainda que se inserindo nas esferas do capitalismo, no mercado de terras. Assim, ao mesmo tempo que reivindica o direito à cidade e à moradia digna, a própria comunidade, organizando-se a partir da autogestão, com assembleias e reuniões, cria espaços de formação cidadã e política, ligando-se fortemente à dimensão territorial da cidadania, permitindo vislumbrar outras formas de participação.

Muito além do planejamento urbano tradicional, atrelado a velhas práticas subordinadas ao capitalismo e a especulação imobiliária, ações como a ocupação Eldorado dos Carajás e todo o seu processo de consolidação trazem, em si, o debate acerca de um novo planejamento insurgente, principalmente no estágio atual particular do avanço do neoliberalismo, onde a inclusão torna-se um álibi para a exclusão e normalização da dominação neocolonial. Neste sentido, Mirafteb (2016) comenta que falência do planejamento inclusivo liberal exige que se repense os parâmetros epistemológicos e ontológicos das teorizações e práticas de planejamento, apontando para o planejamento insurgente, alternativo à medida que inclui comunidades subordinadas, sejam assentamentos informais e municípios em ex-colônias ou comunidades desfavorecidas.

Neste âmbito, a organização espacial se dará para além das esferas do Estado e não partilhará dos mesmos ritos idealizados pelas gestões municipais, na maior parte das vezes, vagarosas em destrinchar os nós que estão atrelados à complexa realidade da luta pela moradia, fenômeno que, no Brasil, já nasceu contrahegemônico e que, desde a sua origem, se faz a partir da luta também contra o Estado. Passar pelos ritos designados pela legislação dita progressista não sustenta todos os passos para a conquista da terra urbanizada. Assim é que, ao invés de dar luz aos processos de regularização fundiária pela via estatal, observando os modelos associados aos trâmites que estão dados na esfera da lei, este artigo procurou inverter a lógica, trazendo o aspecto da regularização fundiária a partir dos esforços dos ocupantes e a trajetória, nada ortodoxa, para fazer valer o direito constitucional. Pesa sobre essa análise a ideia de que, para além das políticas oficiais, o acesso à moradia se faz a partir do esgarçamento das disposições legais e chega até o limite da resistência contra a proteção do Estado à propriedade privada e seu mecanismo de sempre levar para fora dos privilégios associados a população de baixa renda.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Aluguel informal e acesso dos pobres à cidade**. Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4ª edição, São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização**. Lua nova, n. 84, São Paulo: 2011.

DIÓGENES, Cristiano Silva da Rocha. **Avanços e limites da regularização fundiária na Vila Brandia (Campinas-SP)**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, Campinas: 2012.

FERNANDES, E. **Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas**. Disponível em:

<http://www.pucminas.br/virtual/2009_01/cursos/curso.php.curso.>. Último acesso em 15/06/2010. Belo Horizonte: PUC MINAS VIRTUAL, 2007.

GARCIA, Ana Letícia Guimarães. **Espaços urbanos derivados da implantação de conjuntos habitacionais e áreas de ocupação ilegal: o caso da região do Distrito Industrial de Campinas**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, Campinas: 2010.

MARICATO, E.; ARANTES, O. e VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, Vozes, 2000.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOWARICK, Lucio. **A lógica da desordem**. São Paulo, 1975.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

MIRAFTAB, F. **Insurgent planning: situating radical planning in the Global South**. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, pp. 32-50, 2009.

MIRAFTAB, F. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, pp. 363-377, 2016.

NEVES, Izabella Maria Zanaga de Camargo. **Dinâmica Demográfica e assentamentos urbanos populares em Campinas na década de 90**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, Campinas: 2007.

PENNA, Camila. **A relação de parceria entre o INCRA e os movimentos sociais no processo de implementação das políticas de reforma agrária**. *Interseções*, Rio de Janeiro v. 17 n. 1, p. 165 – 188, junho 2015.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. **A luta pelo espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo**. Tese de doutorado

apresentada ao programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo: 2012.

RIZZATTI, Helena; SILVA, Adriana Maria Bernardes da. **Cidades e contra-racionalidades: ocupações urbanas em Campinas (do Parque Oziel ao Jardim Campo Belo)**. Radega, Curitiva, vol. 40, agosto de 2017.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SILVA, Ricardo Alexandre da. **O processo de expansão urbana recente da região sudoeste de Campinas – agentes e impactos**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de mestrado em urbanismo do Centro de Ciências exatas, ambientais e de tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. PUC Campinas: 2013.

SILVA, Helena Menna Barreto; CASTRO, Carolina Maria Pozzi de. **A legislação, o mercado e o acesso à habitação em São Paulo**. Lincoln Institute of Land Policy, FAU USP, São Paulo: 1997.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Tiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**. V.18 n.2 Campinas: nov. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200007



GT 2 - Desenvolvimento, Desigualdade Social e a Vida nas Cidades Latino- Americanas

A MORADIA CONTRA-HEGEMÔNICA: O DECOLONIALISMO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST)

João Pinheiro Valadares Penna (UnB)¹
Fabrício Monteiro Neves (UnB)²

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) se apresenta como uma das principais forças de resistência à lógica imobiliária predatória nos grandes centros urbanos no Brasil, os quais são marcados por dinâmicas de concentração fundiária e exclusão. Longe de ser simplesmente um movimento de protesto, o movimento propõe soluções inovadoras e distintas daquelas oferecidas pela poder/epistemologia moderna/colonial/capitalista para os graves problemas sociais enfrentados pela população urbana. Este trabalho pretende elaborar uma análise do MTST a partir de uma perspectiva Decolonial, por reconhecer que, na prática, o movimento produz formas de resistência contra a geopolítica do conhecimento hegemônica. Analisa-se três esferas – material (analisa os materiais usados nos mutirões), prática (relativa à dinâmica da luta política, incluindo questões de gênero e raça) e ideológica (no que tange à dinâmica das ideias) – por meio de notícias e artigos jornalísticos catalogados em 3 jornais de ampla circulação no Brasil, além de revisão bibliográfica de livros e artigos sobre a questão urbana e a Teoria Decolonial. Apesar de não ter sido encontrada nenhuma referência explícita a Decolonialidade nas pesquisas relacionadas ao movimento, pôde-se, no entanto, verificar formas materiais, práticas e ideológicas que se enquadram em dinâmicas de decolonização.

Palavras Chave: Colonialidade, Decolonialismo, Moradia, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Teoria Decolonial.

1. INTRODUÇÃO

Desde o século XVI, o projeto epistêmico do norte global é destacado pelo privilégio de determinar os limites epistemológicos. Para isso, ele faz uso de ferramentas como a violência e o poder para lograr o domínio e a conquista de outras sociedades. Tal privilégio

¹ Graduado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, UnB, Brasil. Email: joaopvpenna@gmail.com.

² Professor no Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, UnB, Brasil. Email: fabriciomneves@gmail.com.

nasceu pela empreitada genocida e epistemicida do ocidente contra os sujeitos colonizados. A empreitada colonial hierarquizava, e ainda hierarquiza, as epistemologias, lançando mão de recursos para legitimar e justificar os projetos imperiais/patriarcais/coloniais que inferiorizam e invisibilizam outras formas de conhecimento e experiências sócio-históricas experimentadas no mundo (GROSFOGUEL, 2016).

O planejamento urbano e as políticas públicas empreendidas pelo Estado em parceria com o setor imobiliário são um reflexo da lógica epistemológica moderna/colonial e que hoje auxilia na perpetuação das desigualdades nos centros urbanos do Brasil. Um dos problemas mais graves da questão urbana nas cidades brasileiras é o problema da moradia. O déficit habitacional no país estava por volta de 6 milhões e 400 mil moradias em 2015, de acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP). (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018)

A parceria entre Estado e o setor imobiliário promove a especulação e a valorização imobiliária, que desaloja e afasta os trabalhadores pobres para locais cada vez mais afastados. Os baixos salários e o alto índice de desemprego contribuem para dificultar o acompanhamento desproporcional dos aumentos dos aluguéis e acabam piorando ainda mais o acesso à moradia para essa população (BOULOS, 2012).

Os inúmeros problemas que fazem parte da questão urbana brasileira, como a especulação imobiliária, a falta de moradia, a gentrificação, as zonas de habitação em condições de infraestrutura cada vez mais precárias, a péssima relação entre os meios urbanos e o meio-ambiente e a constante marginalização e subalternização de camadas específicas da população, evidenciam a gravidade e a objetividade desse problema social, bem como a urgência com que ele deve ser tratado.

O Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), movimento fundamental engajado na luta por uma moradia digna e por direitos fundamentais como educação, transporte, saúde e saneamento básico nas cidades do Brasil, rejeita a organização social imposta pelo capitalismo e sua herança colonialista para enfrentar o capital e o seu cúmplice, o Estado.

Apesar do MTST ter um foco na luta pela casa própria, ele não se configura única e exclusivamente como um movimento pela moradia. O Movimento propõe uma reforma urbana que tenha mudanças profundas na organização social das cidades. É uma luta pela democratização da propriedade e pela inclusão social, política e cultural dos trabalhadores.

Seu corpo é composto por milhares de famílias que sofrem cotidianamente com as abismais desigualdades sociais explícitas e replicadas nas zonas urbanas. Não obstante o contexto desfavorável, o MTST foi capaz de criar identidades coletivas dos trabalhadores, conseguindo unificá-los em torno das reivindicações contra o modelo de cidade atual que tem a função social de excluir progressivamente as populações subalternizadas e marginalizadas. (MTST, 2020)

O conceito de Pensamento Fronteiriço elaborado por Mignolo representa bem a geopolítica do conhecimento do MTST, isto é, um pensamento que emerge da subalternidade social e, justamente por essa razão, por conhecer a realidade social na qual está inserido, tem o potencial de construir uma epistemologia que critique a ideologia capitalista/moderna. (MIGNOLO, 2017)

O presente trabalho aborda o MTST como um movimento pautado por uma epistemologia impugnante do atual cenário do capitalismo/colonialismo e, também, como uma epistemologia que busca dar voz às demandas de uma população que sofre cotidianamente com as mazelas da herança genocida e epistemicida empreendida pela modernidade. Para isso, este estudo analisa o MTST por meio de 3 esferas de atuação do movimento - material, prática e ideológica - fazendo um contraponto com os princípios da Teoria Decolonial. É fundamental apontar a arrogante pretensão da modernidade/colonialidade de querer ser, como diria Spivak (2010), a porta-voz do outro e de submeter as experiências locais a um racismo epistêmico.

Para isso, este trabalho apoia-se no princípio Decolonial que busca maneiras distintas pelas quais realidades locais podem dialogar e produzir novas compreensões que sejam capazes de ir além das localizações geo-políticas e que consigam enfrentar a pretensão universalizante e o epistemicídio empregado pela modernidade/colonialidade (MIGNOLO; WALSH, 2018).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar com mais rigor as esferas citadas e suas particularidades, foi realizado um recorte de diversas notícias e reportagens - de 1998 a 2020 - publicadas em grandes jornais do Brasil, agências de notícias independentes que tratam sobre o MTST. Além disso, o próprio site do MTST foi utilizado para colher matérias e notícias. As matérias jornalísticas foram essenciais para analisar a representação do movimento criada pela imprensa e também, em certos casos, para ilustrar como suas práticas acontecem.

Ademais, foi feita uma revisão bibliográfica de diversos textos sobre o MTST para melhor compreender quais eram os principais temas e problemas tratados pelos pesquisadores que estudam o movimento em sua luta por moradia e trabalho. O trabalho também se baseia em uma ampla bibliografia da Teoria Decolonial.

Infelizmente, essas ferramentas de trabalho não foram, e nem poderiam ser, suficientes para alcançar os mesmos resultados de um trabalho *in loco*. A dificuldade de acesso a mutirões e ocupações somada com as restrições sociais impostas pela pandemia da Covid-19 impossibilitaram a realização de um exercício etnográfico. Apesar disso, o

trabalho aponta para questões que, no futuro, poderão ser guias para um trabalho etnográfico que tenha o mesmo propósito.

3. A QUESTÃO URBANA E O PROBLEMA DA MORADIA

Os indicadores estatísticos do déficit habitacional no Brasil, divulgados pela Fundação João Pinheiro, mostram que de 2014 para 2015, o déficit aumentou em 20 dos 27 estados do país crescendo de 9,0% (6 milhões e 68 mil moradias em termos absolutos) em 2014 para 9,3% (6 milhões e 355 mil) em 2015.³ Vale destacar que um dos critérios para o cálculo do déficit habitacional é a necessidade de construção de novas moradias, no entanto, em 2015, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, foi revelado que existem mais de 7,9 milhões de imóveis vagos no país. Mais de 80% deles em áreas urbanas. Esses dados demonstram a dimensão e a profundidade que o problema habitacional atingiu no Brasil.

A dinâmica citadina funciona de tal forma que a manutenção dos lucros exorbitantes e da propriedade privada são os fins que guiam a apropriação do espaço urbano pelo capital. Para manter a continuidade do lucro, a burguesia acaba por afastar os trabalhadores pobres para locais afastados do seu convívio. Como corolário, surgem as periferias, onde há piores condições de vida para os trabalhadores. Quando eles chegam à periferia, o Estado precisa fazer o mínimo para que aquela população ao menos tenha condições de ir para o trabalho e de sobreviver minimamente. Portanto, constroem ruas conectando a periferia ao centro e fornecem serviços públicos básicos como água e energia elétrica. (BOULOS, 2012)

A grande jogada desse negócio, reside no fato de que para que esses serviços cheguem àquela população, eles têm que atravessar todo o espaço vazio entre os loteamentos e os centros urbanos. Com os serviços públicos já disponibilizados, os terrenos vazios que ficam entre o centro e a periferia se valorizam e os especuladores aguardam o melhor momento para vendê-los para conseguir a maior margem de lucro possível. Assim, a burguesia consegue atingir dois objetivos de uma só vez: monta-se um negócio extremamente lucrativo e exclui-se a população pobre e trabalhadora de suas “bolhas”. Os

³ A metodologia desenvolvida pela FJP divide o problema da habitação no Brasil em dois segmentos. O primeiro é classificado como déficit habitacional e o segundo é classificado como inadequação de moradias. O déficit leva em conta a ideia de que há ou a necessidade de construção de novas moradias ou a necessidade de reposição de uma estrutura de domicílio que já está muito precária e, portanto, tem de ser reconstruída. Por sua vez, a inadequação de moradias relaciona-se não à falta de habitação, mas sim a problemas relacionados à qualidade de vida dos moradores do domicílio. A inadequação de moradias, portanto, não está ligada à dimensão do estoque de moradias. Não é possível totalizar o número de imóveis em situação de inadequação sob o risco de dupla contagem. Portanto vou apenas quantificar o número de domicílios inadequados por cada critério. 9,692 milhões ou, 16,5% dos imóveis particulares localizados em zonas urbanas possuem alguma carência de iluminação elétrica, abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgoto sanitário, coleta de lixo ou fossa séptica, 1,867 milhão de domicílios estão em situação de inadequação fundiária, o adensamento excessivo em domicílios próprios afeta 1,02 milhão de moradias, a ausência de banheiro exclusivo é um problema de 191 mil residências e a cobertura inadequada é um problema de 830 mil casas.

trabalhadores pobres só entram na "bolha dos ricos" pelo elevador de serviço. (BOULOS, 2012)

Atualmente a cidade cumpre o papel de dar lucro para uma pequena elite independentemente dos avassaladores retrocessos sociais. A moradia como mercadoria e a valorização do espaço urbano que a exclusão de uma população acarreta, pertencem a lógica colonial/moderna/capitalista responsável pela exclusão de milhões de sujeitos cujo direito à cidade é negado.

A mercantilização do espaço coordena o planejamento urbano e suas políticas públicas. Essa lógica capitalista/moderna reforça as relações de poder racistas e exclusivas do sistema-mundo⁴. A transformação do espaço em mercadoria, é uma consequência da mercantilização das relações sociais dentro do sistema capitalista:

"Como lembra Lefebvre, o espaço não é receptáculo passivo das relações sociais e, portanto, se há uma hegemonia de classe no capitalismo, tal também se apresenta em relação ao espaço. O monopólio da classe dominante sobre o espaço exclui os subalternos, entre outras coisas, da propriedade fundiária (1999) e da possibilidade de acumulação pelo uso do espaço. A segregação espacial apresenta-se como uma forma de controle sobre a produção e o consumo na cidade, sem a qual a classe dominante não poderia fazer uso do espaço segundo seus interesses. Assim o uso do solo, por comportar a propriedade jurídica privada, abriga o conflito entre ser lugar de atividade humana e lugar de acumulação." (GOULART, 2011, p. 194)

O significado concedido à habitação popular no Brasil, seja qual for o período histórico, tem o mesmo pano de fundo: a habitação é usada para a manutenção e controle da força de trabalho e para o lucro das classes dominantes. (BLAY, 1978)

Houve algumas tentativas por parte do Estado para reduzir o déficit habitacional no país. Uma das tentativas foi com o Banco Nacional da Habitação (BNH) em agosto de 1964. O BNH, apesar de criado para construir habitações para famílias de renda mensal entre um e três salários mínimos, não conseguiu melhorar a vida do povo, muito pelo contrário, acentuou ainda mais as desigualdades e o problema de moradia. O BNH funcionava com uma lógica semelhante à de um banco privado ou de uma grande construtora. O Estado não subsidiava nada dos imóveis do programa e as prestações seguiam as normas de crédito bancário privado. Além disso, 65% das unidades financiadas foram destinadas às camadas de renda média e alta da população. Apenas 35% das unidades financiadas eram destinadas às famílias com renda mensal inferior a cinco salários mínimos. (CARIELLO FILHO, 2011)

⁴ World-systems analysis argues that the unities of social reality within which we operate , whose rules constrain us, are for the most part such world-systems. (WALLERSTEIN, 2004, p.99)

Outra tentativa veio com o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que surge no contexto da grave crise hipotecária e financeira dos Estados Unidos em 2008 que também teve forte impacto sobre o setor imobiliário brasileiro. A possibilidade de quebra do setor colocava em risco a estratégia neo-desenvolvimentista pretendida pelo governo petista. A partir disso, as empresas do setor pressionaram o governo para criar um pacote habitacional e, conseqüentemente, salvar o capital imobiliário. O governo aplicou 34 bilhões de reais de recursos públicos para as empresas e, mais uma vez, investiu em um programa que foca não na demanda popular, mas na demanda empresarial. (BOULOS, 2012)

Ao deixar nas mãos das construtoras o projeto de construção e planejamento das habitações, surgem edificações com estruturas precárias, sem infraestrutura e localizadas em regiões muito periféricas. É óbvio que ao deixar o planejamento do projeto nas mãos das empresas a qualidade das estruturas, uma melhor localização e a infraestrutura das habitações construídas seriam desprezadas em prol da rentabilidade e do lucro. No entanto, o programa MCMV representou um avanço na quantidade de subsídio disponibilizado pelo governo para a obtenção da moradia própria e, também, porque criou a modalidade Entidades do programa MCMV. Após a pressão dos movimentos sociais ligados à reforma urbana, preocupados com a articulação de empresários junto ao governo, cria-se a modalidade Entidades, que destina algumas moradias para a gestão de movimentos sociais, associações etc. (OLIVEIRA, 2018)

Os dois programas aprofundaram a ideia de que a moradia é uma mercadoria que tem como finalidade a rentabilidade. Além disso, reforçaram a lógica da segregação urbana ao permitirem que as habitações fossem construídas em locais completamente afastados e com estruturas péssimas. Mais uma vez os trabalhadores foram excluídos para locais ainda mais afastados. (CARIELLO FILHO, 2011)

O efeito da política habitacional foi cruel. Apesar de ter sido pensada para atenuar as desigualdades sociais, o que aconteceu foi o acentuamento, agravando ainda mais a concentração de renda no país. Diante de um quadro como este, a crítica à lógica de colonização do espaço urbano no Brasil era algo esperado. Mais que isso, sustentamos abaixo que essa crítica veio permeada de elementos que remontam a uma alternativa às políticas e prática anteriores, as quais poderiam ser enquadradas no marco decolonial.

4. DECOLONIALISMO E MTST

Os grupos que propõem uma alternativa à lógica urbano-capitalista são invisibilizados e marginalizados, quando não literalmente dizimados. Mesmo com o fim da colonização, a colonialidade permanece interferindo na vida da população e nas estruturas de conhecimento, como por exemplo, na lógica de colonização espacial ou na estrutura do

conhecimento científico que dá sustentação a ela. Por conseguinte, os conhecimentos que não são produzidos nos parâmetros estabelecidos pela estrutura epistêmica dominante são invisibilizados e silenciados, como é o caso do MTST.

Aníbal Quijano e o seu conceito de colonialidade são considerados um marco da gênese da Teoria Decolonial. O conceito revela o fracasso da descolonização e demonstra como os padrões econômicos, políticos e as relações de poder coloniais, mesmo com o fim dos regimes administrativos coloniais, ainda permanecem imbricados nas formas de pensar, agir e ser das populações das antigas colônias. A colonialidade dá nome ao longo desenvolvimento da estruturação do sistema-mundo moderno/colonial. (GROSFOGUEL, 2016)

Um dos mais influentes legados nas estruturas epistêmicas da civilização ocidental foi o cartesiano. A famosa frase "penso, logo existo" é um marco fundamental que desafiou a autoridade do conhecimento da cristandade. É claro que o "Eu" do "penso, logo existo" de Descartes, era um homem branco europeu. Na visão de Descartes, o "Eu" é capaz de construir um conhecimento verdadeiro que supera o tempo e o espaço. Para ele, a mente e o corpo são separados, o que permite que a mente e os pensamentos estejam indeterminados pelo corpo. Isso faz com que esse "Eu" acredite que ele constrói um pensamento universal e neutro, algo equivalente ao "olho de Deus". Esse universalismo idolátrico busca substituir o "olho de Deus" para assim assumir a posição de um único conhecimento verdadeiro e universal. Sendo assim, os negros, os indígenas, as mulheres, os muçulmanos eram todos considerados inferiores e não pensavam, logo, não existiam. (GROSFOGUEL, 2016)

Essa pretensão de divindade da filosofia cartesiana só foi possível porque foi criada em um contexto onde os europeus acreditavam ser o centro do mundo justamente por terem conquistado o mundo. Como aponta Dussel, o universalismo idolátrico cartesiano foi precedido por 150 anos de "conquisto, logo existo". (GROSFOGUEL, 2016 apud DUSSEL, 2005)

A inferiorização dos povos é fundamental para o desenrolar da modernidade, para a manutenção da divisão internacional do trabalho e para a manutenção da acumulação capitalista em escala mundial. A colonialidade é, portanto, o lado obscuro e imprescindível da modernidade. Não existe modernidade sem colonialidade. Ela é parte constitutiva da modernidade. É daí que surge a expressão: moderno/colonial ou modernidade/colonialidade. (WALSH; MIGNOLO, 2018)

É importante ressaltar que, ao evidenciar o lado oculto da modernidade, os decolonialistas não propõem a negação de valores cunhados pela modernidade como liberdade, igualdade e democracia. O que se exige é que categorias explicativas universais e absolutas utilizadas pela modernidade sejam localizadas para que seus conteúdos sejam

ressignificados principalmente por outras epistemologias invisibilizadas. Além disso, a opção decolonial não pretende em nenhum momento ocupar o lugar da epistemologia dominante, mas sim, dar visibilidade e legitimidade a várias outras formas de conhecimento que são desqualificadas e invisibilizadas, clamando assim, por uma pluralidade de soluções. Como dizem os zapatistas "Um mundo onde muitos mundos são possíveis." (GROSFOGUEL, 2016), (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014)

A Teoria Decolonial tem como um dos seus princípios a ideia de relacionalidade. O conceito busca representar as diferentes maneiras pelas quais as histórias locais particulares podem dialogar e construir novas e diferentes compreensões que consigam ir além de suas localizações geo-políticas. Além disso, é um confronto direto à pretensão universalizante e à violência epistêmica exercida pela modernidade (MIGNOLO; WALSH, 2018).

Outro conceito fundamental trabalhado pelos decolonialistas é a transmodernidade. O termo foi concebido pelo filósofo argentino Enrique Dussel e tem como princípio "ir além da modernidade", ou seja, é o reconhecimento da diversidade epistêmica e a rejeição da pretensão totalizante da epistemologia moderna/colonial. A transmodernidade pretende redefinir, a partir de perspectivas e projetos epistêmicos distintos, elementos como a democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos, que são originalmente concebidos a partir dos moldes europeus. Apesar de diversas tradições culturais estarem contaminadas pela colonialidade, muitas ainda preservam uma exterioridade relativa da modernidade. Para Dussel, é ela que possibilita a ascensão de um mundo transmoderno. (GROSFOGUEL, 2016); (BALLESTRIN, 2013)

Desta forma, a decolonialidade busca negar a racionalidade ocidental como a única perspectiva e possibilidade exclusiva de existência e hierarquização imposta pelo legado moderno/colonial. A principal proposta da Teoria Decolonial é reinscrever na história diferentes trajetórias que abalem a pretensão totalitária e universalizante que a colonialidade impõe ao tornar visíveis diferentes epistemologias silenciadas pela racionalidade moderna/ocidental. (MIGNOLO; WALSH, 2018).

Para alcançar o objetivo de trazer à tona os projetos epistêmicos subalternizados pela modernidade, Walter Mignolo apresenta o pensamento fronteiriço. Por meio dele é possível reescrever a história contada pela modernidade. Mignolo apresenta o conceito para identificar um pensamento subalterno que tem o potencial de causar uma ruptura no pensamento hegemônico ocidental. Por definição ele surge a partir de uma geopolítica do conhecimento negada como uma crítica direta às imposições da modernidade/colonialidade. E é por estarem justamente na posição subalterna que conseguem interpretar o falacioso discurso da modernidade a partir de suas próprias epistemologias. Ele surge como uma resposta epistêmica dos povos marginalizados ao projeto da modernidade. (MIGNOLO, 2017)

A base social do MTST é formada por trabalhadores que vivem em circunstâncias muito delicadas. As condições de moradia, trabalho, serviços do Estado e infraestrutura para essa população são precárias. São famílias e pessoas marginalizadas, subalternizadas e silenciadas. E ao contrário do que muitos pensam, a média da população economicamente ativa de uma ocupação do movimento pode superar a média da população economicamente ativa da cidade.⁵ As pessoas não precisam chegar ao limite da degradação humana causada pelo capitalismo para decidir se juntar e lutar junto ao MTST. (BOULOS, 2012)

A maneira como o movimento e seus membros se articula e constrói suas relações e suas identidades, com base na coletividade para uma mudança material de vida, deságua na construção do Poder Popular, tornando-se uma das principais bandeiras levantadas pelo movimento. A ideia é de que ninguém além dos próprios trabalhadores pode conseguir efetivamente realizar alguma mudança real e significativa em suas vidas. Para isso, o MTST luta pela construção do Poder Popular para trazer esse poder para a maioria da população que se vê excluída e cujos direitos sociais básicos lhes são negados. (MTST, 2020)

O Poder Popular é uma prática que se materializa nas ações do movimento no seu cotidiano. É uma experiência de construção e reflexão feitas pelas mãos dos próprios trabalhadores acampados capaz de trazer um ponto de vista de uma geopolítica do conhecimento distinta e que resiste e afronta diretamente a lógica moderna/capitalista/colonial. Além disso, a construção do Poder Popular, proposta pelo MTST, busca, a partir de um projeto político epistêmico diferente, redefinir elementos que são tidos como inerentes à Europa, como a democracia, os direitos humanos e a lógica capitalista que predomina nas cidades. (GOULART, 2011)

O MTST, portanto, se configura no que Mignolo (2017) denomina de pensamento fronteiro, ou seja, significa dizer que ele surgiu da subalternidade social e que o seu conhecimento, produzido a partir de uma geopolítica do conhecimento marginalizada, aparece como uma crítica da ideologia moderna/colonial.

5. MTST VS COLONIALIDADE

A realidade dos trabalhadores do MTST é a realidade da especulação imobiliária, da falta de moradia, da gentrificação, das zonas de habitação com condições de infraestrutura cada vez mais precárias, da péssima relação entre os meios urbanos e o meio- ambiente e da constante marginalização e subalternização de camadas específicas da população. Para

⁵ MARCOLINO, Adriana et al (org.). Teto e trabalho: perfil e características de trabalho e moradia das famílias da ocupação povo sem medo em SBC. São Paulo: Friedrich-ebert-stiftung (FES) Brasil, 2017. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13932.pdf>> . Acesso em: 29 de dezembro de 2020.

que esses trabalhadores consigam superar os obstáculos impostos pela lógica cidadina, eles desenvolvem soluções próprias que buscam impactar diretamente em suas vidas. A maneira como os sem-teto são obrigados a viver os força a construírem soluções para melhorarem suas vidas com as próprias mãos.

A primeira área de atuação do MTST que vai diretamente no sentido oposto ao da lógica urbano-capitalista dominante engloba a esfera materialista do movimento. Levando em conta que as condições materiais são determinantes nas vidas dos indivíduos, as diversas formas pelas quais o movimento se organiza para conseguir sobreviver no contexto citadino revelam-se pelas dificuldades impostas pela lógica capitalista que os obrigam a buscar soluções com as próprias mãos. Nos mutirões e ocupações realizados pelo movimento, as soluções encontradas pelos trabalhadores e pela organização prezam pela preocupação com o desenvolvimento sustentável e a harmonia com a natureza. Diversas ocupações ressaltam a importância do cuidado com o meio ambiente ao defenderem técnicas de bioconstrução e outras formas inovadoras de construção civil, empreendimentos sustentáveis e a construção de hortas comunitárias livres de agrotóxicos.

A dura realidade sob a qual milhões de trabalhadores são forçados a viver, acaba tornando-se uma potencialidade para a resistência às imposições da lógica moderna/colonial/capitalista. Sendo assim, em busca de saídas para o problema da falta de moradia, o movimento foi capaz de criar soluções para auxiliarem na sobrevivência de suas ocupações enquanto concomitantemente rejeitam a linearidade da narrativa ocidental.

O MTST valoriza uma alimentação orgânica, saudável e sem impactos negativos para o meio ambiente. Enquanto o atual governo liberou mais de 474 agrotóxicos no ano de 2019, a utilização das hortas comunitárias por ocupações do movimento tem se ampliado. As hortas comunitárias⁶ tornam-se espaços coletivos de discussão e de plantação de alimentos orgânicos e livres de agrotóxicos. E nas construções de suas moradias⁷, o MTST tem se conscientizado cada vez mais sobre a importância e os benefícios da bioconstrução não só para a natureza, mas também para os trabalhadores.

Ao contrário dos métodos construtivos mais comuns nos meios urbanos, que utilizam recursos industrializados em praticamente todas as etapas da construção, a bioconstrução opta pela utilização de recursos naturais locais. Só se aceita o uso de recursos industrializados para reutilização e reciclagem. Além disso, os futuros moradores das residências e outras pessoas que vivem na comunidade participam de todas as etapas da

⁶ Hortas Comunitárias do MTST | Comida Sem Veneno na Periferia - <<https://mtst.org/mtst/hortas-comunitarias-domtst-comida-sem-veneno-na-periferia/>> - 23/08/19. Acesso em 22 de novembro de 2020.

⁷ Trabalhadores Sem Teto dispensam empreiteiras e constroem casas com as próprias mãos em Brasília - <<https://mtst.org/mtst/trabalhadores-sem-teto-dispensam-empreiteiras-e-constroem-casas-com-as-proprias-maos-embrasilia/>> - 11/01/2018. Acesso em 21 de novembro de 2020.

obra. Ao construir suas próprias casas e auxiliando na construção da casa de amigos ou vizinhos, a moradia e a própria vida em comunidade é ressignificada.

Os diversos efeitos causados pelo modelo capitalista de cidade acabam por forçar as pessoas a desenvolverem soluções alternativas à lógica de moradia orientada para o lucro. Essas são, portanto, algumas das saídas encontradas pelo MTST na busca pela construção de uma sociedade que rejeita as imposições do capital e da narrativa moderna/colonial e, ao mesmo tempo, propõe novas soluções e caminhos para a superação dos problemas do capitalismo.

As possibilidades de re-existência - ressignificação e redefinição das condições de vida - são apenas possíveis por meio da *práxis*. É ela que constrói e pavimenta os "caminhos" decoloniais. Aqui, ela pode ser interpretada a partir da perspectiva freiriana - unidade dialética entre teoria e prática. É uma prática que se ancora no conhecimento (teoria) que tem impacto direto sobre a realidade, e a partir desse impacto renova o conhecimento para, assim, criar novas práticas. É ela que possibilita a superação dos preceitos lineares e universais do pensamento ocidental e é por meio dela que o MTST atua. (MIGNOLO; WALSH, 2018); (FREIRE, 1987)

A segunda esfera trata da prática do movimento, e a sua principal forma de atuação, mas não a única, é a ação direta por meio da ocupação de terrenos urbanos, principalmente os que não cumprem sua função social - prevista no Art. 5, inciso XXIII da Constituição Federal de 1988. Ela surge como um mecanismo que exalta a ação coletiva, potencializando assim, o surgimento de identidades coletivas que estão inseridas na realidade que o sistema capitalista impõe. É o espaço da ocupação que permite que as distintas histórias locais dos trabalhadores entrem em contato umas com as outras para a construção de uma unidade identitária que permita unificar as pessoas para a luta contra o capital e as desigualdades. Além disso, a escolha do local da ocupação, normalmente locais que são utilizados para especulação e que não cumprem sua função social, também é uma prática que afronta diretamente o capital e a lógica cidadina. (GOULART, 2011)

Ocupar um espaço ocioso utilizado para especulação em áreas urbanas é um ato de resistência à lógica cidadina de mercantilização do espaço. A ocupação materializa a luta do MTST contra o capitalismo. É a apropriação coletiva do espaço em contraposição à mercantilização do espaço imposta pelo capital. Ademais, podemos afirmar que as ocupações promovidas pelo movimento também são uma resposta à supervalorização do individualismo e da meritocracia na nossa sociedade.

Além do surgimento de identidades coletivas, o MTST ressalta a priorização das decisões coletivas sobre as individuais no contexto de suas ocupações. Elas representam um lugar onde experiências e histórias locais colocam-se em embate direto com as

desigualdades sociais provenientes da lógica do planejamento urbano e da epistemologia universalizante moderna. (GOULART, 2011)

Para enfrentar o machismo enraizado na sociedade, o movimento realiza em diversas ocupações espaços de convivência para as mulheres onde se realizam reflexões construídas coletivamente a partir da perspectiva feminina. O objetivo é analisar os atuais desafios que estão presentes para os movimentos de mulheres urbanos.⁸ Além disso, o MTST participa e promove protestos contra o machismo, como por exemplo o ocorrido em frente a uma hamburgueria de São Paulo que publicou uma propaganda que retrata uma de suas funcionárias sendo agredida.⁹

Contra o racismo, o MTST também promove espaços de reflexão com o seu Coletivo de Negras e Negros e posiciona-se firmemente contra a desumanização do povo negro. Em 2014, por exemplo, no dia da consciência negra, trabalhadores sem-teto realizaram no Leblon um ato¹⁰ para comemorar o dia da consciência negra e também para ilustrar a exclusão racista que opera nas cidades impossibilitando o acesso de negros à determinados locais mais valorizados. Como é bem lembrado no Manifesto contra o Racismo no supermercado Ricoy¹¹, manifesto publicado após o episódio de tortura promovido pelos seguranças do mercado em 2019, não existe capitalismo sem racismo. Por isso, a questão racial também se apresenta como um aspecto fundamental na luta anticapitalista.

Para combater a crise ambiental causada pela insaciabilidade capitalista, o movimento realiza protestos¹² que reivindicam a pauta ambiental e nas suas ocupações valoriza a utilização de materiais sustentáveis e alimentos orgânicos cultivados em hortas comunitárias.

A última esfera a ser tratada é a ideológica, onde diversas bandeiras, práticas e ideais importantes que o movimento põe em prática, como a construção de um poder popular autônomo, anticapitalismo, sustentabilidade, decrescimento, coletivismo, questão identitária entre outros, serão analisados por meio da ótica da Teoria Decolonial, buscando viabilizá-los e enxergá-los como agentes construtores de conhecimento e resistência.

⁸ Pela Cidade: especial Cidade, Gênero e Interseccionalidade #11: Claudia Garcez - <https://mtst.org/mtst/pela-cidade-especial-cidade-genero-e-interseccionalidade-11-claudia-garcez/> - 17/05/2019. Acesso em 27 de novembro de 2020.

⁹ Mulheres sem-teto protestam em hamburgueria que encenou violência contra funcionária em rede social - <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/19/mulheres-sem-teto-protestam-em-hamburgueria-que-encenou-violencia-contrafuncionaria-em-rede-social.ghtml> - 19/07/2019. Acesso em 22 de novembro de 2020

¹⁰ MTST faz manifestação na Praia do Leblon para comemorar Dia da Consciência Negra - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-11/mtst-faz-manifestacao-na-praia-do-leblon-20/11/2014>. Acesso em 27 de novembro de 2020.

¹¹ MANIFESTO CONTRA O RACISMO NO SUPERMERCADO RICOY - <https://mtst.org/noticias/manifesto-contrao-racismo-no-supermercado-ricoy/> - 06/09/2019. Acesso em 27 de novembro de 2020.

¹² Greenpeace, MST, MTST e outros grupos vão à PGR contra ministro do Meio Ambiente - <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/01/greenpeace-mst-mtst-e-outros-grupos-vao-a-pgrcontra-ministro-do-meio-ambiente.shtml> - 22/01/2020. Acesso em 22 de novembro de 2020.

O “Mito do Self Made Man” é muito conhecido e reproduzido principalmente nos Estados Unidos da América; o termo equivalente no Brasil seria a ideia de meritocracia, ou seja, é a ideia de que o sucesso é única e exclusivamente resultado do trabalho duro e do sacrifício pessoal. Essa é uma das subjetividades mais bem sedimentadas nas maneiras de pensar e agir da sociedade ocidental. O mito pressupõe o completo desprezo de toda e qualquer contribuição da sociedade e de qualquer serviço prestado pelo Estado (saneamento básico, eletricidade, linha telefônica, internet, asfalto, transporte, segurança, saúde, educação) no sucesso individual.

A sua narrativa tem fortes impactos na sociedade. Entre eles está a justificativa do argumento neoliberal de restringir as intervenções estatais em todas as esferas. Além disso, grandes empresários de sucesso são vistos como geradores de emprego cujo sucesso deve ser enaltecido. Portanto, para esse mito toda a riqueza é fruto do esforço e sacrifício dos indivíduos, ou seja, qualquer tentativa do governo de aumentar as taxas sobre grandes fortunas é percebida como uma punição do sucesso individual. (MILLER; LAPHAM, 2012)

O mito, por conseguinte, reconhece que desigualdades são um reflexo exclusivo da falta de esforço pessoal dos indivíduos, além deles serem responsabilizados pelo próprio fracasso, o Estado não deveria intervir para tentar diminuir as desigualdades. (MILLER; LAPHAM, 2012)

A luta do MTST e a maneira como ela é desenvolvida demonstram como seus ideais são opostos às ideias propagadas pelo mito do “Self Made Man”. A busca do movimento na construção de formas de organização coletivas é um ato de resistência que coloca em xeque essa narrativa meritocrática.

A contaminação do imaginário coletivo já tão consolidada e a contínua representação feita pela grande mídia sobre o movimento, contribuem ainda mais para a criminalização dos trabalhadores sem-teto. Seus protestos e ocupações são interpretados como um ataque não apenas ao proprietário do espaço mas à toda narrativa ocidental/capitalista que enaltece os sacrifícios individuais, e ao mesmo tempo exclui, invisibiliza, menospreza e mata negros, mulheres, indígenas etc.

Em 2009, no Relatório da Reunião Nacional, o MTST faz uma referência direta ao capitalismo como o maior obstáculo ao acesso da população ao poder e às riquezas sociais. Por conseguinte, sua luta acontece em diversas frentes contra a sociedade capitalista. O movimento reconhece a natureza racista, machista, patriarcal e exploratória do capitalismo e se posiciona com frequência contra a hierarquização humana imposta pelo sistema. (GOULART, 2011)

Reconhecendo a necessidade de uma profunda transformação no Brasil, o Movimento defende a aplicação das Reformas Populares, uma agenda idealizada para reduzir as desigualdades. Entre as reformas defendidas pelo MTST estão: “Reforma Tributária (reduzir

impostos para os trabalhadores e aumentar para os ricos), Reforma Política (aumentar a participação do povo nas decisões), Auditoria da Dívida (acabar com o “Bolsa Banqueiro”, que leva boa parte do dinheiro público), Democratização dos meios de comunicação e Reformas Urbana e Agrária (distribuição das terras na cidade e no campo)". (MTST, 2020)

6. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que o MTST reconhece e defende que não há possibilidade de mudança real e efetiva na vida dos trabalhadores se as ferramentas que continuam sendo utilizadas para a superação dos problemas que infligem sobre a população são as mesmas criadas por uma herança moderna/colonial/capitalista.

O MTST busca re-existir¹³ no meio das imposições do sistema-mundo. É por meio do movimento que os trabalhadores obtêm voz e rejeitam a pretensão da epistemologia moderna/colonial em que o detentor do poder pretende ser o porta-voz do outro.

A hierarquização epistêmica dominante reforçada pela colonialidade precisa ser superada, e para isso é necessário assumir o paradigma rizomático trabalhado por Deleuze e Guattari como um ponto de partida para qualquer epistemologia, isto é, pressupor que o sistema epistemológico possui raízes com distintas origens e não advindas de um entroncamento único, e portanto, deve se levar em conta os diferentes saberes produzidos em outras realidades como formas de conhecimento reais próprias e viáveis. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014)

O movimento aborda os mesmos problemas que seguem sem solução da sociedade com novas possibilidades mas que são ignoradas pela epistemologia moderna/colonial/capitalista. Essa lógica é chamada por Santiago Castro-Gómez (2005) de “ponto zero”, ou seja, a epistemologia do norte global assume-se enquanto um ponto de partida de observação, supostamente neutro e absoluto e que representa a mais pura e legítima estrutura universal da razão, isto é, um ponto de vista que não se assume enquanto ponto de vista.

Os aspectos abordados sobre a luta do MTST neste trabalho, representam a negação da narrativa universalizante moderna/colonial/capitalista. O movimento surge como uma resposta ao modelo de vida insustentável do capitalismo e baseia-se nas existências locais para resistir à lógica desse sistema-mundo. É a partir dessa e de outras re-existências que o

¹³ Central here is that which Adolfo Albán names as re-existence, understood as "The mechanisms that human groups implement as a strategy of questioning and making visible the practices of racialization, exclusion and marginalization, procuring the redefining and re-signifying of life in conditions of dignity and self-determination, while at the same time confronting the bio-politic that controls, dominates, and commodifies subjects and nature." (MIGNOLO; WALSH, p.18)

MTST constrói caminhos decoloniais que nos levam para além da modernidade e, ao mesmo tempo, desconstruem a narrativa universal e linear promovida pelo ocidente, revelando-se um movimento de luta decolonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p.89-117, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2020.

BLAY, Eva Alterman et al. *A luta pelo espaço: Textos de Sociologia Urbana*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci, 2012.

CARIELLO FILHO, Orlando. *As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores*. 2011. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11327/1/2011_OrlandoCarielloFilho.pdf> Acesso em: 23 de novembro de 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la nueva granada (1750-1816)*. ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/pensar-puj/20180102042534/hybris.pdf>>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <<http://www.tlaxcala-int.org/upload/telechargements/150.pdf> >. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Estatística e Informações: demografia e indicadores sociais: déficit habitacional no Brasil: 2015*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76871>>. Acesso em: 31 set. 2020.

GOULART, Débora Cristina. *O ANTICAPITALISMO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO – MTST*. 2011. 276 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências 62 Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/goulart_dc_do_mar.pdf>. Acesso em 06 de agosto de 2020.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1, p. 25-49, janeiro/abril 2016.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr. 2014 Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181/10959>> Acesso em: 07 de junho de 2020.

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E.. *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham And London: Duke University Press, 2018.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje, *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), PP. 12-32, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

MILLER, Brian; LAPHAM, Mike. *The Self-Made Myth: And the Truth About How Government Helps Individuals and Businesses Succeed*. [s.i]: Berrett-koebler Publishers, 2012. Disponível em: <https://www.bkconnection.com/static/The_Self-Made_Myth_EXCERPT.pdf>. Acesso em: 08 de julho de 2020.

MTST, Brigada de Comunicação do. Site Oficial do MTST. Disponível em: <<https://mtst.org/>>. Acesso em: 18 julho de 2020.

OLIVEIRA, Marcos Willian Campos de. *MINHA CASA, MINHA LUTA: o MTST frente a ofensiva neoliberal*. 2018. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22088/1/MinhaCasaMinha.pdf>>. Acesso em 12 de novembro de 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham and London: Duke University Press, 2004.



**GT 02A – Desenvolvimento, desigualdade social
e a vida nas cidades latino-americanas.**

**A COMPLEXIDADE DAS QUESTÕES RELACIONADAS À SAÚDE FEMININA EM
CIDADES DO INTERIOR DO PARANÁ (1960-1990): AMOSTRAGEM DE
PROBLEMÁTICAS LATINO-AMERICANAS.**

Vânia Inácio Costa Gomes (UEM)¹
Ivana Aparecida da Cunha Marques (UEM)²

RESUMO

O presente trabalho é fruto da análise de uma dissertação de mestrado que refletiu sobre as questões relacionadas à saúde feminina em algumas cidades do interior do Paraná, conhecida como Vale do Ivaí paranaense (1960-1990), a partir de relatos orais de quatro mulheres que tiveram como função a prática de fazer partos em domicílio num momento de saúde pública inacessível e de atendimento hospitalar restrito às famílias mais abastadas. A saúde pública se populariza no Brasil com a Constituição de 1988 e a criação do SUS (Sistema Único de Saúde), antes porém, as pessoas desprovidas de recursos financeiros recorriam à medicina popular. Nesse sentido, as cidades do interior do Paraná, contavam com as parteiras, que se dispunham aos cuidados da saúde feminina no período de gestação, no momento do parto e durante o processo do puerpério. Eram detentoras de conhecimentos empíricos, adquiridos por meio da experiência cotidiana, repassados por outras mulheres, remontando uma prática muito antiga e extensiva a outras regiões do país. Esta produção tem por objetivo fazer uma análise dessas práticas na região estudada, utilizando-se de relatos orais de mulheres que contribuíram com seus cuidados de saúde feminina como forma de compreender a complexidade da ausência da saúde hospitalar para a garantia das vidas presentes no espaço e a importância desses cuidados empíricos para a sobrevivência de mulheres e crianças.

Palavras-chave: Saúde Feminina; História Oral; Conhecimento Empírico.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Brasil. E-mail: vaniaicg79@gmail.com

² Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Brasil. E-mail: ivanamarquess@outlook.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da pesquisa realizada na dissertação de mestrado, que possibilitou a análise das condições de saúde feminina em meados do século XX, em uma região do interior paranaense conhecida como Vale do Ivaí semelhantes a muitas outras regiões do Brasil. Para tal análise, será utilizado os relatos orais de quatro mulheres, parteiras, que atuaram na região pesquisada, que ainda vivem nessas cidades, e que se dispuseram a contribuir com o trabalho com suas experiências e subjetividades no intuito de compreender a prática de realizações de partos e cuidados femininos no Vale do Ivaí paranaense, com a indisponibilidade de atendimento médico por meio da saúde pública, uma vez que o SUS (Sistema Único de Saúde) foi criado em 1988.

Pela pesquisa foi possível perceber que a presença das parteiras e a ausência de atendimento médico hospitalar na segunda metade do século XX não foi uma dinâmica apenas da região em análise, mas em muitos outros espaços do Brasil, como forma de sobrevivência e de uma prática cultural que permanece viva em muitas localidades até os dias atuais, inclusive em algumas regiões do estado do Paraná.

Por meio de dados estatísticos adquiridos junto ao Ministério da Saúde e ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), foi possível compreender os problemas sociais que envolveram a falta de acesso a médicos e hospitais e a importância do conhecimento empírico para a garantia da sobrevivência de mulheres e crianças, bem como na atenção com o período de puerpério.

Para o desenvolvimento da pesquisa, contou-se com a fundamentação de teorias apresentadas por autores que discutem a importância da História Oral e da memória para o registro de fatos que não constam nos registros historiográficos, além de capturar as subjetividades contidas nos silêncios e nas reações do entrevistado; autores que discutem a saúde feminina no Brasil e a prática dos partos domiciliares e hospitalares, a partir do início do século estudado; e autores que discutem a relação cidade e campo, para análise das diferenças de condições de acesso aos bens e serviços entre a população do campo e da cidade.

Por fim, o presente artigo, objetiva fazer uma análise dos cuidados femininos realizados por meio das práticas empíricas e a ausência de acesso aos cuidados científicos com toda a complexidade existente nas condições econômicas e sociais que remontam em outras regiões do Brasil.

2. O CONTEXTO SOCIAL E GEOGRÁFICO ONDE OCORREU A PESQUISA

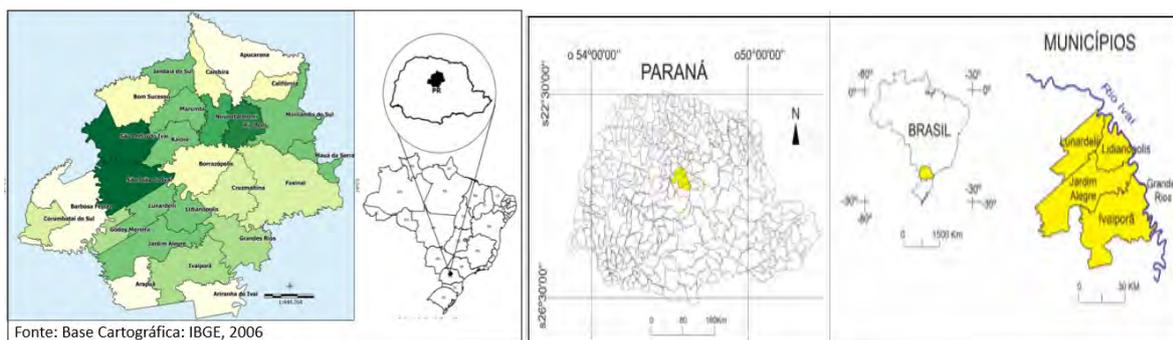
A prática dos cuidados femininos é algo muito antigo na história da humanidade, há uma relação entre misticismo e cultura que envolve a relação da mulher e a atenção ao bem estar dos outros, como se fosse da essência feminina oferecer seus saberes às pessoas que estão ao seu redor. Segundo Michelet (2003, p. 11), é da mulher o papel natural de exercer cuidados sobre os que a rodeiam.

A mulher possui a asa infinita do desejo e do sonho”, tem o poder de compreender a natureza e, a partir dela, desenvolver a habilidade de praticar conhecimentos sobrenaturais...para melhor contar o tempo, observa o céu. Mas a terra não está menos em seu coração. Com os olhos amorosamente postos nas flores, também ela jovem e flor, trava com elas um conhecimento pessoal. Como mulher, pede-lhes que curem aqueles que ama.

Segundo Silva (2009), no Brasil, essas práticas foram se construindo a partir do entrelaçamento das culturas indígena, africana e europeia, essa última por sua vez, acabou exercendo um domínio sobre as demais ao expandir o catolicismo, que por sua vez, absorveu as práticas das demais culturas por meio do catolicismo popular.

O contexto do Vale do Ivaí paranaense não é diferente. Essa região é marcada pela presença das três culturas acima citadas, porém, o cristianismo que é muito forte nesse espaço, tomou conta dessas práticas de cuidados femininos. Assim, as mulheres que contribuíram com a pesquisa, se posicionam como alguém que tem um dom, recebido por Deus, para fazer partos e cuidar de outras mulheres e crianças. A maioria delas, além de parteiras são também, benzedeadas, e aliaram as duas práticas ao longo de suas vidas.

As cidades envolvidas na pesquisa, pertencentes ao Vale do Ivaí fazem parte da mesorregião de Ivaiporã, cidade que conta com 31.894 habitantes (IBGE, 2019. In: IPARDES, 2020 apud GOMES, 2020, p. 30) e compõem um grupo de cidades que vivem uma mistura entre o espaço urbano e o rural no tocante ao estilo de vida, uma vez que a maioria das pessoas, é oriunda da zona rural e está direta ou indiretamente ligada à agricultura. Lidianópolis, Jardim Alegre e Lunardelli, são cidades pequenas, de economia pouco desenvolvida, contando com poucas indústrias e com uma margem de empregos muito pequena para a sustentabilidade da população.



Organizado por: Cezar Felipe Cardoso Farias e Ana Paula Mariano dos Santos. *In*: SANTOS, 2019, p. 18. Apud: GOMES, 2020, p. 26-27)

Por estar distante dos demais centros urbanos do estado, por muito tempo contou com uma estrutura de saúde bastante deficitária, com poucas condições de atendimento. Essa situação muda apenas na década de 1990, quando a saúde pública se tornou mais acessível para as populações que viviam na região. Sendo assim, a presença das parteiras foi de grande importância para as mulheres até o final do século XX.

Segundo dados do Ministério da Saúde (2020), no período que abrange as décadas de 1960 e 1970, o número de crianças mortas em partos domiciliares era muito alto. Essa estatística diminuiu após a década de 1980, quando aumentaram os partos por meio de cesarianas em hospitais e diminuíram os partos domiciliares. É importante ressaltar que nos dados apresentados, Lidianópolis e Lunardelli não aparecerem nas décadas de 1960 e 1970, porque se tornaram municípios a partir de 1990, logo, essas taxas podem ter sido maiores, uma vez que essas duas cidades não tiveram seus registros oficializados.

Tabela 1 – Óbitos infantis de acordo com o DATASUS³

| ANO | IVAIPORÁ | | | | JARDIM ALEGRE | | | | LUNARDELLI | | | |
|------|---------------|---------------|----------|-------|---------------|---------------|----------|-------|---------------|---------------|----------|-------|
| | Parto Vaginal | Parto Cesário | Ignorado | Total | Parto Vaginal | Parto Cesário | Ignorado | Total | Parto Vaginal | Parto Cesário | Ignorado | Total |
| 1979 | 29 | 12 | 43 | 84 | 06 | 03 | 27 | 36 | - | - | - | - |
| 1980 | 38 | 21 | 58 | 117 | 14 | 08 | 30 | 52 | - | - | - | - |
| 1981 | 37 | 17 | 31 | 85 | 18 | 05 | 28 | 51 | - | - | - | - |
| 1982 | 52 | 14 | 20 | 86 | 08 | 06 | 23 | 37 | - | - | - | - |
| 1983 | 44 | 05 | 31 | 80 | 15 | 04 | 11 | 30 | 02 | - | 04 | 06 |
| 1984 | 37 | 13 | 11 | 61 | 16 | 08 | 03 | 27 | 08 | 03 | 01 | 12 |
| 1985 | 31 | 17 | 03 | 51 | 13 | 11 | 02 | 26 | 06 | 06 | - | 12 |
| 1986 | 38 | 08 | 02 | 48 | 14 | 07 | 01 | 22 | 10 | 06 | 02 | 18 |
| 1987 | 30 | 08 | 04 | 42 | 11 | 08 | 01 | 20 | 03 | 02 | 01 | 06 |
| 1988 | 33 | 09 | 04 | 46 | 04 | 04 | 01 | 09 | 04 | 06 | - | 10 |
| 1989 | 18 | 08 | 02 | 28 | 15 | 07 | 01 | 23 | 02 | 02 | 01 | 05 |
| 1990 | 22 | 06 | 03 | 31 | 04 | 05 | - | 09 | 03 | - | 01 | 04 |
| | 409 | 138 | 212 | 759 | 138 | 76 | 128 | 342 | 38 | 25 | 10 | 73 |
| | 54% | 18% | 28% | 100% | 40% | 22% | 38% | 100% | 52% | 34% | 14% | 100% |

Fonte: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/inf09pr.def>. Acesso em: 01 jul. 2020.

De acordo com a tabela acima, é possível perceber os impactos que a ausência da saúde hospitalar causaram na região, o que faz com que se perceba ainda, a necessidade

³ O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) surgiu em 1991, com a criação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), pelo Decreto nº 100, de 16/04/1991, publicado no D.O.U. em 17/04/1991 e retificado, conforme publicado no D.O.U., em 19/04/1991. Tem como responsabilidade prover os órgãos do SUS de sistemas de informação e suporte de informática, necessários ao processo de planejamento, operação e controle. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/sobre-o-datasus/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

que havia em buscar os conhecimentos empíricos das parteiras para que a vida de mulheres e crianças fossem garantidas no momento dos partos.

3. O TRABALHO DAS PARTEIRAS E AS QUESTÕES DE SAÚDE OBSERVADAS

Segundo Borges (2007), a prática de realização de partos domiciliares é antiga no Brasil, remontando desde o período colonial e se misturando com as práticas de benzimentos. Para a autora, que pesquisa o trabalho das parteiras e benzedeiras na região de Minas Gerais, essa ação ainda é uma constante em muitas regiões do Brasil até os dias atuais, fazendo com que gestantes e recém-nascidos fiquem aos cuidados de mulheres que adquiriram o conhecimento em realizar partos a partir do contato com a prática no dia-a-dia, vendo mães ou outras mulheres mais velhas praticarem

De acordo com as parteiras entrevistadas, apesar da prática ser uma transição de conhecimento entre mulheres, apenas as que exercem o dom para o ofício aprendem e praticam no seu cotidiano. O fato do Brasil contar com essa realidade até os dias atuais, é explicado por Pinto (2002), como uma questão cultural, uma vez que muitas comunidades trazem em suas culturas a necessidade de manter viva esse exercício de cuidados femininos, como também, uma questão de necessidade de saúde, já que nem sempre as mulheres têm contato com médicos e hospitais. Este é o caso do Tocantins, que conta com a existência de muitos quilombos que ainda preservam os trabalhos das parteiras, como parte dos cuidados femininos das comunidades envolvidas.

Na região pesquisada, não foi possível identificar a existência dessa prática nos dias atuais. Segundo as parteiras entrevistadas, isso ocorre devido à chegada de médicos e hospitais públicos na localidade, bem como o acesso físico e econômico das famílias a esses atendimentos, uma vez que a urbanização trouxe maiores facilidades de transporte, de informação e de recursos para buscar atendimento hospitalar.

As informações sobre as práticas de partos domiciliares se restringiram então, aos documentos levantados pelo Ministério da Saúde e pelos relatos oferecidos pelas parteiras, que se propuseram a recordar e discorrer sobre suas habilidades e a forma como esses trabalhos eram desenvolvidos. Para tais registros, foi necessário fazer uso da História Oral, que segundo Thompson (2000), permite a compreensão de fatos que muitas vezes não constam nos registros escritos, favorecendo o esclarecimento dos acontecimentos do passado, não da forma como aconteceram exatamente, mas como foram interpretados por aqueles ou aquelas que vivenciaram o processo.

O trabalho com a História Oral é subjetivo e traz consigo uma série de questões que são fundamentais para garantir a seriedade da pesquisa. De acordo com Alberti (2018), esse

trabalho é minucioso, e exige do pesquisador muita atenção e sensibilidade para captar o que é dito e o que é deixado de lado, para se fazer confiável aos olhos daqueles e daquelas que estão abrindo suas vidas e suas experiências. Seguindo nessa linha, o trabalho foi minucioso, cheio de sensibilidades e de subjetividades que contribuíram com a compreensão dos fatos e a noção das complexidades que envolveram e envolvem a saúde feminina na região e no Brasil.

Aliado à História Oral, a pesquisa utilizou-se dos estudos da memória para garantir que os fatos fossem registrados ou recordados de maneira que contribuíssem com a análise das questões levantadas. Para Bosi (1979), o estudo da memória, é minucioso e cheio de subterfúgios. Não é a transcrição exata do ocorrido, mas o fato relembrado e repensado por quem o viveu e o conservou ao longo de sua vida, assim, a autora afirma que “a memória é um cabedal, do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 1979, p. 03). Durante a realização da pesquisa foi possível perceber os conceitos levantados pela autora, nas falas das mulheres, os seus silêncios e seus relatos orais demonstraram claramente as questões que para elas eram importantes de serem recordadas e registradas e aquelas que, por alguma razão, pretenderam não contar, ou não acharam importante registrar.

Para Pollak (1989), o depoimento das mulheres, pertence a outra temporalidade e de alguma forma está muito restrito ao mundo privado, diferente do depoimento dos homens que reforça fatos e conceitos ligados à vida pública. Isso é perceptível nas entrevistas realizadas. É possível perceber que as parteiras relatam acontecimentos que não constam na historiografia existente da região, que por sua vez, foi construída a partir do olhar masculino, dos feitos e dos registros dos homens. As parteiras relatam fatos que estão mais próximo da vida cotidiana das pessoas, do trabalho praticado, das dificuldades da época, das relações de convívio entre vizinhos e familiares, das práticas e costumes diários, enfim, detalhes que guardaram em suas memórias e que apesar de expressarem o contexto da vida coletiva, têm muito a ver com suas próprias vidas e a forma como se relacionavam com as demais pessoas.

Essa é uma vantagem do estudo da memória, pois não se faz um resgate do passado, mas uma análise daquilo que não foi registrado e que se perdeu no silêncio das pessoas. Pesavento (1995) afirma que conhecer o passado sem fazer julgamentos, atentando-se para a interpretação e compreensão dos documentos, é uma forma de entender o presente e aquilo que é valorizado pelos indivíduos que vivenciaram acontecimentos e que de alguma forma foram deixados de lado pelos interesses que norteavam as questões econômicas e políticas da época. Assim, para entender o trabalho das parteiras, foi preciso fazer um exercício de releitura da história, voltar para o passado com o olhar do presente e perceber a presença delas no contexto em que se viviam nas cidades na segunda metade do século XX e todas as questões que envolviam os lugares abordados. Somente assim, foi

possível inserir essas mulheres na historiografia local e valorizar o trabalho por elas desenvolvido.

Ao ouvir as narrativas dessas mulheres, foi possível compreender muitas questões do passado, perceber a magnitude do trabalho por elas realizados e a importância de suas práticas para a vida das pessoas, uma vez que a ciência estava muito distante da realidade vivida pelas pessoas que com elas se relacionavam. É possível analisar dados coletados pelo Ministério da Saúde e compreender as estatísticas apresentadas, a partir da concepção de quem vivenciou esses acontecimentos. Segundo D. Maria do Posto, uma das mulheres que contribuíram com a pesquisa, a realidade da época era muito complexa, pois a maioria das pessoas moravam na zona rural, em lugares de difícil acesso, sem transporte para as cidades onde haviam hospitais. As pessoas não tinham nem informação e nem condições financeiras para buscar tal socorro.

Naquela época era tudo muito difícil, não era como hoje, que rapidinho você já está dentro do hospital. Não, naquela época, nem estrada direito para as pessoas chegarem até a cidade tinha. As pessoas não tinham dinheiro para ir ao médico e, quando tinham o dinheiro, tinham medo do hospital. Assim, as mulheres que vinham no posto ganhavam muita confiança em mim e acabam aceitando mais eu atender elas do que o próprio médico. As enfermeiras do hospital, então, elas tinham muito medo. Então eu preparava elas no postinho. Aprendi a fazer o toque para ver a dilatação, daí eu ia acompanhando quando via que estava chegando a hora, eu levava elas para internar. Mas antes eu fazia tudo, fazia a raspagem dos pelos, preparava direitinho, depois levava, internava e só daí eu voltava embora (informação verbal, 2019 In: GOMES, 2020, p.112).

Para Mott (2002), a prática das parteiras foi uma realidade no Brasil Colonial e só começou a ser substituída no final do século XIX, quando médicos passaram a se interessar por estudos da saúde feminina, porém, foi apenas durante o curso da primeira metade do século XX, que nos centros urbanos e nas regiões em que havia mais acesso à medicina hospitalar, a prática dos partos domiciliares foram sendo substituídas pelos partos hospitalares. A autora afirma que havia uma disputa entre médicos e parteiras, uma vez que a ciência não reconhecia os conhecimentos empíricos dessas mulheres como saberes que pudessem salvar vidas e, por muito tempo, ficaram à margem das discussões de saúde.

De acordo com Martins (2005), o ensino de obstetrícia no Brasil passou a ser reproduzido ainda no século XIX, mais precisamente em 1832, por meio da fundação das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, no entanto, segundo a autora, muitos médicos questionavam a necessidade de uma ciência que estudasse a saúde feminina e as parteiras entendiam essa prática como uma imoralidade, uma vez que o corpo das mulheres seriam utilizados para os estudos da medicina.

Foi apenas no decorrer do século XX, que alguns médicos começaram aliar o conhecimento científico com as práticas realizadas pelas parteiras, dando formação para

essas mulheres e liberando-as para que pudessem atender por meio de um acompanhamento científico hospitalar.

Na região pesquisada não houve essa relação entre médicos e parteiras. Segundo as entrevistadas, os médicos repudiavam e não reconheciam o trabalho que elas realizavam, tratando-as como charlatãs, ou mulheres sem conhecimento nenhum. Aos poucos, os hospitais foram se tornando mais acessíveis e as mulheres passaram a ter seus filhos nas maternidades e o trabalho das parteiras foi sendo deixado de lado, juntamente com os partos domiciliares. Essa rejeição ao trabalho das parteiras pode ser comprovada no relato de D. Maria Izabel, que indicou a forma como era reconhecida pelo médico da cidade da região em que atuava como parteira.

Ele disse: “Por que não trouxe essa parteira aqui, que eu queria olhar pra cara dela e perguntar que estudo ela tem pra vim querer saber de parto?”. Ela disse: “Ela está ali no corredor”. Aí, ele falou: “Isso aí não é parteira, não, é uma arrancadeira de batata” (informação verbal, IN: GOMES, 2020, p. 119).

O Brasil ainda conta com essa prática em outras regiões. Segundo Costa (2015), no quilombo Kalunga das Emas em Goiás, a presença das parteiras faz parte da cultura vivenciada pelas mulheres que habitam o espaço. Há uma condução da saúde feminina voltada para as práticas de conhecimentos empíricos aliadas aos atendimentos da saúde pública, que preserva essas práticas e faz com que as mulheres se sintam mais seguras tendo seus filhos em casa com a ajuda de um parteira.

Costa (2015), ressalta que a presença de mulheres que se ocupam de realizar partos e cuidar da saúde feminina desde a gestação até o puerpério ainda é muito forte em várias regiões do Brasil, destacando o Norte, com as parteiras tradicionais, numa relação entre necessidade de cuidados femininos, uma vez que o acesso a hospitais é um problema e fortalecimento cultural, já que essas comunidades ainda preservam a cultura de praticar a saúde empírica nas suas ações diárias.

É interessante perceber que tanto, na região do Paraná em que a pesquisa foi realizada, como nas demais regiões do Brasil, essa não é uma prática profissional, ou seja, as parteiras não realizam partos por profissão, mas por missão. Elas não cobram para realizar o atendimento, pois acreditam que receberam um dom divino para cuidar de outras pessoas e assim sendo, não pode haver cobranças pelos serviços prestados. Muitas recebem presentes das mulheres atendidas e todas acabam se destacando nas comunidades onde vivem, como mulheres especiais e se tornando muito respeitadas por todos. D. Maria Poderosa afirma que: “[...] isso é dom de Deus e dom de Deus não pode ser cobrado, senão ele castiga a gente” (informação verbal. In: GOMES, 2020, p. 133)

Esse compromisso ético e de relação com o dom é perceptível também em outras regiões do Brasil. O trabalho realizado por elas não são atividades complexas, mas são muito especiais, pois permitem que o sofrimento seja diminuído, está envolvido em uma teia de

sentimentos de cumplicidade e de compreensão que garantem a estabilidade emocional e física daquelas que recebem o atendimento.

Perrot (2017) afirma que a história das mulheres está diretamente ligada à história da maternidade, pois historicamente, a mulher foi construída para ser mãe. Essa ideia de relação entre mulher e maternidade está presente nos relatos das parteiras entrevistadas, pois elas demonstram muito conhecimento sobre o mundo feminino. Os saberes práticos que possuem também estão muito ligados ao universo feminino e na educação que receberam como meninas, uma vez que foram educadas por suas mães para a maternidade e para cuidar de outras pessoas, como se essa fosse uma das principais funções de uma mulher.

Pelas entrevistas, percebe-se que, na segunda metade do século XX, a maioria das mulheres do Vale do Ivaí, vivia de acordo com os conhecimentos tradicionais e repassados de geração a geração, sem o rigor científico. Muitas mulheres buscavam os hospitais, mas eram mal atendidas e acabavam retornando para as parteiras, como relata D. Maria:

Teve uma vizinha que foi no Dr. José [referindo-se ao médico que atendia no hospital em Jardim Alegre]. Ele falou assim pra ela: “olha, é dois meninos, Joana, é dois meninos grandes e você é muito pequena e já está rompendo seu útero. É dois meninos gêmeos e você tem que permanecer aqui por dois meses, porque você está de sete meses, porque no hospital você tem enfermeira para dar banho, comida na boca e levar para tomar sol, dez minutos todos os dias”. Daí o marido dela falou para o médico que não podia pagar por isso. O médico falou que ele ia perder a mulher e os dois meninos. Eles voltaram pra casa chorando. Daí me chamaram. Quando eu cheguei lá, ela estava deitada na cama. Eu ajoelhei e escutei, porque, quando são gêmeos, a batida do coração fica assim, muito forte. Segurei a barriga dela e falei: “olha, aqui é um menino só e é grande, e falta poucos dias para nascer. Você fica tranquila que o nenê vai nascer logo. Fique tranquila, porque você está com prisão de ventre. Eu vou te dar leite de magnésia e você vai ficar boa até o menino nascer”. Daí ela falou: “D. Maria, quando chegar a hora, a senhora vem?”. Eu falei: “venho”. Eles confiavam mais em mim que no médico, e eu consegui fazer mais que o médico mesmo, porque nasceu um menino só e bem forte. E a mulher está viva até hoje (informação verbal, 2019 In: GOMES, 2020, p. 112).

Outras contavam apenas com o atendimento das parteiras por falta de recursos financeiros ou contato com o atendimento médico. Nesses casos, as parteiras acabavam não apenas fazendo o parto, mas realizando o trabalho de acompanhamento das gestantes desde o início da gravidez. Havia os cuidados com o pós-parto, no período do puerpério, quando essas mulheres eram essenciais nos cuidados não somente com a parturiente e o recém-nascido, mas com toda a família. Esse fato é relatado por D. Geralda, ajudante de parteira que contribuiu com a pesquisa: *“as muié ia ter nenê e chamavam primeiro eu. Eu tomava conta das crianças que tinha, fazia qualquer coisa, e de olho nelas, né? Eu chamava a assistência na hora do parto. Fazia sopa de frango pra muié de dieta e todo mundo na casa comia e achava gostoso”* (Informação verbal In. GOMES, 2021, p.120)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa foi possível reconhecer que a prática de conhecimentos empíricos desenvolvida pelas parteiras ao longo da história do Brasil, foi imprescindível para a manutenção da saúde de muitas mulheres e crianças, bem como compreender os impactos que a ausência da saúde pública hospitalar deixou lacunas em muitas regiões ao longo de século XX e ainda deixam em muitas regiões no presente século, impactando sobre a vida das pessoas, que apesar de lançar mão dos conhecimentos empíricos de mulheres que se dispõem de dons e saberes práticos que salvam vidas e garantem o equilíbrio das famílias, ainda sofrem com a ausência de uma saúde pública que dê conta de garantir boas condições de sobrevivência.

Os relatos coletados nas entrevistas permitiram conhecer e compreender alguns aspectos relacionados à saúde feminina na região do Vale do Ivaí paranaense e seus problemas, no tocante a investimentos por parte do Estado, no que se refere aos atendimentos básicos da vida. A presença dos saberes femininos empíricos e repassados de geração a geração é uma realidade que só foi possível ser reconhecida após ouvir as memórias dessas mulheres, uma vez que suas trajetórias não estão registradas na historiografia existente sobre a região. Nesse sentido, fica a certeza da importância da História Oral e do estudo da memória para o reconhecimento desses sujeitos que ficaram à margem da história dita oficial, mas que foram essenciais para a sustentabilidade dos grupos que viviam e compartilhavam saberes nesse espaço.

Por meio desse trabalho, foi possível fazer um parâmetro entre a realidade vivida na região de pesquisa como outros espaços do Brasil, onde os partos domiciliares com parteiras também se fizeram presente por boa parte da história do país, bem como entender que ainda se fazem realidade em muitas outras, que até os dias atuais, por uma questão de cultura ou de necessidade econômica e social, ainda são praticados de forma hegemônica ou coexistindo com a saúde hospitalar.

O trabalho analisou ainda as questões complexas que permeiam a história da saúde feminina em algumas cidades do interior do Paraná e suas consequências para as mulheres e crianças envolvidas, considerando as questões culturais, sociais e econômicas presentes no cerne das questões.

Por fim, foi possível registrar e reconhecer o trabalho das parteiras enquanto portadoras de saberes empíricos e donas de práticas de cuidados femininos essenciais para a garantia da vida e o equilíbrio das comunidades em épocas em que o acesso aos bens de serviços eram raros e inacessíveis à maioria da população do Vale do Ivaí paranaense.

5. REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 155-159.
- BORGES, Rosane Ribeiro. **Uma análise no feminino artes e ofícios de cura: benzedeadas e parteiras de Ituiutaba - 1950/2006**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16536>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.
- COSTA, Cristiane do Nascimento Borges da. **O Conhecimento Tradicional das Parteiras: um estudo na comunidade Kalunga Ema, Teresina - GO**. 2015. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade de Brasília, Planaltina (DF), 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13172/1/2015_CristianedoNascimentoBorgesdaCosta.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.
- GOMES, Vânia Inácio Costa. **Parteiras e Benzedeadas: Saberes e Fazeres de Mulheres na Região do Vale do Ivaí, Paraná (1960-1990)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, UEM, 2020. Disponível em <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6057>. Acesso em 02 fev. 2021.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, set./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300011/7719>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- MICLHELET, Jules. **A Feiticeira - 1979-1974**. Tradução de Ana Moura. São Paulo: Aquariana, 2003.
- MOTT, Maria Lucia. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). **Proj. História**, São Paulo, v. 25, dez. 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10588/7878#>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- PERROT, Michelle. **Minhas histórias das mulheres**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 276-290, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Vivências cotidianas de parteiras e ‘experientes’ do Tocantins. **Estudos Feministas**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ano 10, p. 441-448, 2º sem. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14969>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em:

http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

SILVA, Claudia Santos. Rezadeiras: guardiãs da memória. **V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 27 -29 maio. 2009. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador (BA). Disponível em:

<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19161.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

TOMPSON, Paul. História Oral e contemporaneidade. **História Oral**, v. 5, p. 9-28, 2000. Disponível em:

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=47&path%5B%5D=39>. Acesso em: 02 fev. 2021.



GT 02B

Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

Coordenadores: Ester Limonad (UFF), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR),
Juliano Ximenes (PPGAU/UFPA) e Sara Alonso (Universidade de Barcelona)

Ementa: O campo da vida urbana tem sido um dos temas centrais nas análises das ciências sociais abrigando várias abordagens pela sociologia em geral, pela sociologia clínica, pelas antropologia, ciência política, geografia e também no campo da crítica ao urbanismo hegemônico. Essas análises tem permitindo conhecer a diversidade da cultura urbana, como mostram os estudos realizados nos diferentes países da América Latina, com abordagens quantitativas e/ou qualitativas. São cada vez mais importantes os estudos sobre as mudanças na subjetividade das pessoas e dos grupos sociais, nos desejos e frustrações dos sujeitos, e nas formas como montam suas estratégias coletivas para enfrentar processos dolorosos devido a desigualdade social, a exclusão, o desenraizamento, e a violência do Estado e da sociedade. Pretende-se discutir trabalhos resultantes de pesquisa teórica ou empíricas sobre a vida urbana, considerando categorias chave como tempo, espaço, identidade, singularidade, diferença, cotidiano, cultura, economia urbana e global, política e planejamento urbano e regional. O GT contempla trabalhos que abordem as manifestações políticas nas cidades, ou em seu entorno mas a elas articuladas, visando fomentar o debate crítico sobre o urbano e os limites e potencialidades da ação política e da democracia.



Programação

GT 02 B – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANO

Coordenadores: Ester Limonad (UFF), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR), Juliano Ximenes (PPGAU/UFPA) e Sara Alonso (Universidade de Barcelona)

1º Dia – 25 de fevereiro de 2021

1ª SESSÃO

14h00 às 16h00

Coordenadoras: France Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Sara Alonso (Universidade de Barcelona)

Desigualdades socioespaciais e o saneamento básico na cidade de Belém - Pa

Gizele Cristina Carvalho dos Santos (UFPA) e Sandra Helena Ribeiro Cruz (UFPA)

Saneamento, desigualdade e redes sociotécnicas: um esforço de compreensão em um estado da Amazônia

Ingrid Tatiany Ribeiro de Souza Mendes (UFPA), Juliano Pamplona Ximenes Ponte (UFPA) e Mary Lucy Mendes Guimarães

A presença das redes de infraestrutura em áreas de irregularidade urbana: elementos da fluidez de capital

Karen Alessandra Solek Soares (COHAVEL) e Fabíola Castelo de Souza Cordovil (UEM)

Desigualdade social e pobreza na América Latina

Lauro Mattei (UFSC)

A importância da (re)atualidade da teoria dos circuitos econômicos urbanos para entender as estruturais relações de desigualdades socioeconômicas e trabalho nas cidades latino americanas

Leonardo Alves Leite dos Santos (UFPE)

As insurgências e conflitos urbanos no contexto das cidades latino-americanas

Fabiana Felix do Amaral (UNIVAP) e Silva e Lidiane M. Maciel (UNIVAP)



2ª SESSÃO

16h00 às 18h00

Coordenadoras: Sara Alonso (Universidade de Barcelona) e France Rodrigues (PPGSOF/UFRR)

Desigualdades socioespaciais e Covid-19 na região metropolitana de Porto Alegre

Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS) e Pedro Azeredo de Ugalde (UFRGS)

Desafios da reocupação dos centros urbanos das cidades latino-americanas pós Covid-19

Vera Magiano Hazan (PUC-Rio), Adalton da Motta Mendonça (URFJ) e Júlia de Queiroz Pereira Luiz Alves (PUC-Rio)

Pobreza urbana e quarentena do Covid-19 em Salvador: os primeiros 06 meses de experiência de quarentena para moradoras de uma periferia

Tháise Sá Santos (UFBA) e Marie Kolling (DIIS, Dinamarca)

“Histórias ocultas” ou como publicar o que parece impublicável: notas sobre as implicações políticas da publicização dos autos do “caso dos meninos emasculados de Altamira”, Pa

Rubens José Garcia Pena Junior (UFPA)

Direito à moradia para mulheres: avanços no debate do acesso à terra urbana a partir da compreensão do direito à cidade sob uma perspectiva de gênero

Thayanna Paula Neves Barros (UFPA) e Érica Corrêa Monteiro (UFPA)

Gênero, identidade indígena e experiência urbana: processos de subjetivação e agências cotidianas nas narrativas de mulheres indígenas na cidade do Rio de Janeiro

Luiza Freire Nasciutti (UERJ)

2º Dia – 26 de fevereiro de 2021

3ª SESSÃO

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenadores: Juliano Ximenes Ponte (PPGAU/UFPA) e Sara Alonso (Universidade de Barcelona)

Entre configurações rurais e hostilidade urbana: os ribeirinhos e a violência nas ilhas de Abaetetuba-Pará

Giovane Silva (UFPA) e Alda Cristina Silva da Costa (UFPA)



Trançando as margens do Guajará: interseções entre rural e urbano na ilha das Onças – Pa
Terezinha de Fátima Ribeiro Bassalo (UFPA)

Controvérsias nas palafitas de Macapá/Ap: entre ação direta e luta institucional
Luana Rocha de Souza (UFMG)

O iptu como instrumento auxiliar na reurb
Mozart Silveira (UFPA) e Carla Peixoto (UFPA)

A regularização fundiária de interesse social como um instrumento de promoção do direito à vida ribeirinha
Érica Corrêa Monteiro (UFPA) e Thayanna Paula Neves Barros (UFPA)

Ferramentas de monitoramento de políticas públicas em municípios da Amazônia paraense: um aporte teórico
Ilton de Jesus Viana (UEPA)

A pauperização feminina nas cidades brasileiras- trabalho, classe, raça
Ana Lúcia Alencar Burgos (UC, Coimbra/Portugal)

4ª SESSÃO

16h00 às 18h00

Coordenadores: Ester Limonad (UFF) e João Carlos Cs Monteiro

Tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina: transfronteirização através dos serviços educacionais e as relações desse processo com a questão da moradia
Airton Leitzke (UFPR)

Interesses e práticas na produção da habitação no âmbito dos grandes eventos realizados no Rio de Janeiro: as vilas dos atletas e a vila autódromo
Honorio Magalhães Neto (UFF) e Gerônimo Leitão (UFF)

A política pública habitacional a luz dos princípios do novo urbanismo: novas possibilidades e desafios no desenvolvimento da política urbana de habitação brasileira
Naiara Videira dos Santos (PPGSA/UFPA) e Edila Arnaud Ferreira Mora (IFCH/UFPA).

Expansão urbana e padrão morfológico dos bairros da cidade de Videira, SC
Inara Pagnussat Camara (Unoesc), Joselaine Tesk (Unoesc), Jeferson Eduardo Suckow (Unoesc) e Juliana Aparecida Biasi (Unoesc)

Metropolização contemporânea: um estudo sobre a configuração socioespacial brasileira
Magno Vasconcelos P. Junior (UEMA)

Ilusões e alternativas para a cidade: a experiência do plano diretor municipal, em Belém – Pa
Welson de Sousa Cardoso (UFPA), Gizele Cristina Carvalho dos Santos (UFPA) e Raissa Fernanda Souza Palheta (UFPA)



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 2B – Desenvolvementismo, Desigualdade Social e a Vida nas cidades Latino-Americanas.

Desigualdades socioespaciais e o saneamento básico na cidade de Belém - PA

Gizele Cristina Carvalho dos Santos (UFPA)¹
Sandra Helena Ribeiro Cruz (UFPA)²

RESUMO

Este artigo se debruçará na análise sobre os desafios da universalização do Saneamento na cidade de Belém, considerando as propostas das eleições municipais para esta questão. Esta pesquisa foi orientada pela Teoria Social de Marx, sendo assim, o método de investigação e de tratamento dos dados desta pesquisa foi o materialismo histórico-dialético. Nos procedimentos metodológicos da pesquisa utilizaram-se técnicas de pesquisas qualitativas e quantitativas, em que a observação simples e a consulta em bases de dados do Instituto Trata Brasil constituíram nas principais técnicas de pesquisa, conforme protocolos estabelecidos no campo das ciências sociais. Ademais, foram realizadas: 1) Pesquisa Bibliográfica a partir da utilização de obras de pensadores marxianos e obras de pensadores marxistas regionais, nacionais e internacionais; e 2) Pesquisa Documental, por meio da coleta de matérias de jornais, vídeos, relatórios, propostas dos candidatos (as) a prefeitura de Belém, dados da Prefeitura Municipal de Belém e do Governo do Estado do Pará. Através da pesquisa constatou-se que no Brasil, o saneamento básico vem sendo disputado pela lógica do mercado. Em Belém, as frações da classe trabalhadora vêm sofrendo com a crise do saneamento em pleno século XXI, que se expressa pelos índices precários de acesso à água potável, com a falta de tratamento de resíduos sólido e do esgotamento sanitário e com a falta de soluções técnicas para os constantes alagamentos.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Desigualdades Socioespaciais. Saneamento Básico

¹ Estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), bacharela em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA), na Universidade Federal do Pará. E-mail: gizele.santos@icsa.ufpa.br

² Assistente Social, Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Desenvolvimento do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da UFPA. E-mail: shelena@ufpa.br.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é produto das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará, de modo específico, da pesquisa em andamento no mestrado, intitulado “Direito à Cidade *versus* Mercantilização da Cidade: uma análise do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Belém – PA”.

Nesse sentido, este trabalho se debruçará na análise sobre os desafios da universalização do Saneamento na cidade de Belém, considerando as propostas das eleições municipais para esta questão.

A pesquisa foi orientada pela Teoria Social de Marx, sendo assim, o método de investigação e de tratamento dos dados desta pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, que, de acordo com Lukács (2018), busca apreender o movimento dialético da realidade, no sentido singular – universal e universal – singular, mediatizado pelo particular.

Nos procedimentos metodológicos da pesquisa utilizaram-se técnicas de pesquisas qualitativas e quantitativas, em que a observação simples e a consulta em bases de dados do Instituto Trata Brasil constituíram nas principais técnicas de pesquisa, conforme protocolos estabelecidos no campo das ciências sociais (GIL, 1987). Ademais, foram realizadas: 1) Pesquisa Bibliográfica a partir da utilização de obras de pensadores marxianos e obras de pensadores marxistas regionais, nacionais e internacionais; e 2) Pesquisa Documental, por meio da coleta de matérias de jornais, vídeos, relatórios, propostas dos candidatos (as) a prefeitura de Belém, dados da Prefeitura Municipal de Belém e do Governo do Estado do Pará (GIL, 1987).

Através da pesquisa constatou-se que no Brasil, o saneamento básico vem sendo disputado pela lógica do mercado, agravando as condições de moradia das frações da classe trabalhadora que sobrevive na “cidade ilegal”. Em Belém do Pará, as frações da classe trabalhadora vêm sofrendo com a crise do saneamento em pleno século XXI, que se expressa pelos índices precários de acesso à água potável, com a falta de tratamento de resíduos sólido e do esgotamento sanitário e com a falta de soluções técnicas para os constantes alagamentos.

Ademais, no período de eleições municipais, em meio à pandemia da COVID-19, foi possível identificar que das 12 propostas dos candidatos a eleição da Prefeitura Municipal de Belém, 11 propostas contemplam a questão do saneamento e do meio ambiente. Entretanto, durante a pesquisa, identificou-se em algumas destas propostas a presença de concepções mercantilizadoras da cidade, que se traduzem no incentivo as Parcerias Público-Privadas. É importante enfatizar que algumas destas propostas são favoráveis e se relacionam ao que está posto na Lei Ordinária 14026/2020, que estabelece mudanças no marco regulatório do

saneamento Básico no país, de nítido teor neoliberal, o que provocará o desmantelamento dos serviços públicos de saneamento, de ataque aos direitos humanos e de intensificação da produção e reprodução das desigualdades socioespaciais no Brasil e na cidade de Belém.

Este artigo possui o seu desenvolvimento dividido em três momentos. Em um primeiro, busca-se refletir sobre a lógica do Planejamento Urbano do Estado capitalista. Em seguida, será discutido o saneamento básico no contexto da lógica capitalista, fazendo um contraponto entre a concepção do saneamento como Direito Humano e do Saneamento a partir da lógica mercadológica. Em um terceiro momento, subdividido em duas partes, pretende-se abordar as particularidades da questão do saneamento básico na cidade de Belém, trazendo os aspectos históricos e sociais, os desafios da universalização do saneamento na cidade e uma breve análise das propostas para o saneamento básico nas eleições municipais da cidade de Belém em 2020.

2. A LÓGICA DO PLANEJAMENTO URBANO DO ESTADO CAPITALISTA

Entender a lógica que permeia o planejamento urbano, em nível mundial e, especificamente no Brasil e na Amazônia, requer compreender de que forma a acumulação capitalista vem historicamente modelando a construção das cidades, já que a cidade não está desvinculada das leis de acumulação capitalista. Pelo contrário, não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção, das quais a urbanização é um componente essencial. A cidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo, porém, inversamente, a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista (LOJKINE, 1981; HARVEY, 2014).

Diante dessa fundamentação inicial, pode-se dizer que foi durante o processo de urbanização e industrialização nos países centrais, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, que emergiram as primeiras concepções de planejamento urbano, que inclusive vieram a influenciar a regulação do espaço urbano brasileiro (VILLAÇA, 1990).

Segundo Santos (2007), é em meio ao cenário, de desenvolvimento econômico, que os reformadores sociais e os primeiros urbanistas e os filantropos passaram a sugerir aos governos planos para a melhoria das condições de vida nas cidades e a reversão da realidade caótica, como, por exemplo: um novo tipo de zoneamento, casas jardins, construção de áreas verdes e a separação entre as zonas industriais e residenciais. Apesar do surgimento de planejamento para as cidades, ainda é questionável se esse planejamento foi feito para a classe trabalhadora.

Não seria possível deixar de mencionar uma experiência histórica de planejamento urbano que ocorreu na cidade de Paris, que foi reconhecida por todas as cidades do mundo por conta da sua reforma urbana promovida por Napoleão III, tornando-se o mais usado modelo na modificação da fisionomia das metrópoles até meados do século XX. O plano para a cidade parisiense foi desenhado e controlado pelo Barão Georges-Eugène Haussmann. Após essas reformas, Paris passou a ser considerada modelo de modernidade, exercendo influências sobre cidades de todo mundo (PORTO *et al.*, 2007).

A reforma “Haussmanniana” ocorreu na segunda metade do século XIX, entre os anos de 1853 à 1870. Durante a reforma, foram executadas obras como a de rede de esgotos, iluminação a gás, abastecimento de água, construção de aquedutos, implantação de serviço de transporte, abertura de parques, construção de edifícios públicos. As reformas seguiam três princípios básicos: circulação acessível e confortável dentro da cidade; eliminação da insalubridade nos bairros densos; revalorização e reenquadramento dos monumentos, unindo-os através de eixos viários e perceptivas (PORTO *et al.*, 2007).

Segundo Harvey (2014), para Haussmann realizar a sua reforma foi necessário acabar com os velhos bairros pobres de Paris. Esse processo se deu através de expropriação e tudo isso se fez em nome do desenvolvimento cívico, da recuperação ambiental e da renovação urbana. A reforma urbana Haussmanniana:

(...) conseguiu remover do centro de Paris boa parte da classe trabalhadora e de outros elementos indesejáveis, juntamente com indústrias insalubres, onde representavam uma ameaça à saúde pública e, sem dúvida, ao poder público. Haussmann fez uma reforma urbana na qual, acreditava-se (erradamente, como ficou claro na Comuna de Paris), um grau suficiente de vigilância e controle militar asseguraria o fácil controle das classes insurgentes pelo poder militar (HARVEY, 2014, p. 50).

Salienta-se que esta “reforma urbana”, apesar de ser reconhecida por sua obra física e por ter atendido aos caprichos da burguesia, não se pode dizer o mesmo do ponto de vista social, já que na medida que a cidade sofreu o processo de renovação urbana, a classe trabalhadora foi sendo segregada para áreas insalubres (HARVEY, 2014).

Destaca-se que é com a influência desta concepção de planejamento, nos moldes do melhoramento e embelezamento, que nasce o Planejamento Urbano no Brasil, em 1875, como será discutido adiante (VILLAÇA, 1990).

Ressalta-se que o modelo de planejamento urbano que vem ocupando o trono deixado pelo padrão tecnocrático-centralizado-autoritário é o chamado planejamento estratégico. Este foi inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School e segundo seus defensores, este modelo deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem às cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Para o autor, esta lógica de planejamento urbano visa a “eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de

um projeto empresarial (...) transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria” (VAINER, 2002, p. 98). No mesmo sentido, Sánchez (2001) destaca que esse modelo de planejamento implementado foi uma estratégia utilizada pelo poder político para mercantilizar a cidade. O planejamento estratégico, mesmo aparentando ser democrático e participativo, está vinculado ao ideário neoliberal que “orientou o ‘ajuste’ das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington”. Essa lógica de planejamento a nível local, cumpre o papel de desregular, privatizar, fragmentar e atender os interesses do mercado (MARICATO, 2011).

Essas concepções de Planejamento Urbano, descrita por Harvey (2014), Maricato (2002), Vainer (2002) e Sánchez (2001), apontam para uma tendência histórica em âmbito mundial, que reproduz uma lógica em favor do grande capital, em detrimento aos interesses da classe trabalhadora. Infelizmente, essa lógica, que já tinha sido questionada por Engels, em 1872, ainda vem se reproduzindo historicamente no espaço urbano capitalista. Ao observar o processo urbano contemporâneo de grande parte da Ásia (Nova Délhi, Seul, Mumbai) e em áreas como o Harlem e Brooklyn, em Nova York, percebe-se que tais cidades vivenciam os impactos da lógica em questão, representada pelo capitalismo financeiro, e que vem gerando diversas expressões da questão social, tal como o processo de deslocamento e desapropriação (HARVEY, 2014).

Para melhor exprimir como essa lógica afeta diretamente a classe trabalhadora e não contempla a participação popular, já que há uma tendência de planejamento “de cima para baixo”, onde pequenos grupos decidem os rumos da cidade, serão apresentados dados sobre o processo global de despossessão em diversos países (ROLNIK, 2015).

Destaca-se que Mumbai, na Índia, possui 6 milhões de pessoas, consideradas faveladas, que na sua maior parte não possuem o título da propriedade, por isso as áreas onde estas vivem não estão presentes nos mapas da cidade. Com o intuito de tornar Mumbai em um centro financeiro do capital, o *boom* imobiliário entrou em processo de aceleração, fazendo das terras ocupadas pelos favelados um ativo de valor. Um exemplo é a favela de Dharavi, em Mumbai, que chega a 2 bilhões de dólares. Lá, as pressões para remover as moradias são constantes e com o respaldo dado pelo Estado, os poderes financeiros tomam violentamente a posse de terrenos ocupados há anos por famílias. Contraditoriamente, a constituição indiana assinala que o Estado é obrigado a proteger a vida e o bem-estar de toda a população, desconsiderando as questões de raça e classe, e deve assegurar o seu direito à moradia. Entretanto, o Supremo Tribunal da Índia promulgou leis que reescrevem essa exigência constitucional, destacando que os moradores ilegais não possuem direito a nenhuma indenização, pois não conseguem comprovar a sua permanência no território há anos e garantir o direito à moradia a estes moradores, segundo o tribunal, seria o mesmo que recompensar batedores de carros por suas ações (HARVEY, 2014).

Percebe-se então que o movimento de tomada das terras pelo capital financeirizado tem assumido várias formas, uma delas é a compra- a partir da “regularização” da propriedade e de seu registro como propriedade. Mas isso se dá também por meio das chamadas concessões remuneradas de terras por parte do estado para empresas privadas as explorarem ou cultivarem. Um exemplo apresentado por Rolnik (2015) ocorreu no Camboja, onde desde 1990, mais de 940 mil hectares de terra rural foram concedidos a empresas privadas para o desenvolvimento de plantations agroindustriais. Das 59 concessões, 36 foram feitas para as empresas estrangeiras e para figuras proeminentes do mundo empresarial e político do país. Os processos de usurpação de terras no Camboja não são isolados. Relatos de deslocamentos forçados em função de concessões de terras para atividades agroindustriais também estão presentes em vários outros países, principalmente na Ásia e na África Subsaariana (ROLNIK, 2015).

Essa mesma situação se reproduziu nos Estados Unidos, quando os juízes da Corte dos Estados Unidos, afirmaram que para as jurisdições legais, era constitucional transferir moradores para moradias razoáveis, em favor de usos mais lucrativos do solo urbano, pois isso iria aumentar sua base de cálculo do imposto sobre a propriedade (HARVEY, 2014).

Na Coreia do Sul da década de 1990, mais especificamente em Seul, segundo Harvey (2014), foi criada uma alternativa para a remoção de moradias nos morros da cidade. As empresas de construção civil e as empreiteiras contratavam diversos “lutadores de sumô” para invadir bairros e destruir, a marretadas, as casas e os pertences desses sujeitos. Tais morros na década de 1990 tornaram-se muito valiosos e atualmente, a maior parte desses morros está cheia de arranha céus, que escondem a brutalidade que ocorreu durante a desapropriação de famílias para a sua construção.

Na Turquia, os assentamentos informais chamados *gecekkondus* foram o local que abrigou muitos imigrantes do campo, em meados do século XX. Entretanto, esse cenário mudou no contexto da reestruturação produtiva, do ajuste urbano e da implementação de políticas neoliberais empreendidos pelo governo de Recep Erdogan, no poder desde 2003. Em Istambul, assim como em outras cidades, grandes projetos de reestruturação urbana foram implementados. Esses projetos motivaram intervenções em áreas antes ocupadas por *gecekkondus*. No processo de despossessão na Turquia existe o papel da *Toki*, agência de promoção habitacional fundada em 1984 e tornou-se o mais poderoso agente de desenvolvimento imobiliário do país, como do governo. A ação da *Toki* sobre os assentamentos foi “facilitada” por medidas legais decretadas pelo governo (ROLNIK, 2015).

No caso da Turquia, assim como nos outros casos, não se trata de “deslocar” os pobres, mas de ao mesmo tempo transformar o território que ocupam em ativos transacionáveis e direcioná-los para o mercado nascente de hipotecas, não apenas

mercantilizando as terras, mas também transformando as vidas – com todas as suas implicações – em vidas hipotecadas (ROLNIK, 2015).

Na China, milhões de pessoas estão sendo removidas dos seus territórios, pois a sua maioria não tem direito de propriedade privada, acabam sendo expulsas por meio de um decreto e recebem um pagamento insuficiente para sair do local, antes de ser vendida aos empreiteiros a um alto valor (HARVEY, 2014).

Situações como estas estão se reproduzindo infinitamente em diversos momentos históricos e em diversos países. Estimava o relatório da Anistia Internacional em 2008, 150 mil pessoas estavam ameaçadas de remoção no Camboja, por conta de disputas por terra, confiscos e novos projetos de desenvolvimento (ROLNIK, 2015).

No Haiti em 2011, após o terremoto que devastou Porto Príncipe, Rolnik (2015) chegou a uma cidade com mais de mil campos de pessoas deslocadas internamente, nos quais 800 mil pessoas aguardavam uma solução de moradia. Havia uma ameaça de remoção, principalmente daqueles que, desde 2010, haviam se instalado em áreas privadas. As agências humanitárias e de reconstrução estavam desesperadas com a falta de perspectivas e respostas para a situação, visto que a maior parte dos moradores dos campos vivia antes em favelas e pelo fato dos moradores dessas favelas, que não foram atingidos pelo terremoto, tinham uma situação tão precária quanto os dos campos.

O cenário internacional mostra que existe uma lógica que permeia a construção da cidade, que por sua vez se distancia das reais necessidades da classe trabalhadora, na medida que existe uma crise da posse e que marca a experiência de vida de milhões de habitantes do planeta. Isto significa que milhões de pessoas foram e estão sendo removidas à força do local de moradia, deslocadas por meio de usurpação de terras e em função de grandes projetos de infraestrutura e renovação urbana, desastres naturais ou conflitos armados (ROLNIK, 2015).

O modelo de planejamento urbano do Estado capitalista adotado sem levar em consideração as particularidades de cada região e formas de ocupação tradicionais é mais uma engrenagem da máquina de despossessão. Diante desse processo de radicalização da transformação da cidade em empresa (VAINER, 2002; SÁNCHEZ, 2001), não importa está em Dubai, Rio de Janeiro ou Mumbai, pois o processo de despossessão é uma máquina de aniquilamento, material e simbólico, de modos de vida em qualquer lugar do mundo (ROLNIK, 2015).

Verifica-se então que essa lógica de planejamento urbano, não visa transformações urbanísticas como instrumentos de estratégias e planos de desenvolvimento futuro das cidades, definidos a partir das necessidades dos sujeitos, mas um “urbanismo” de projetos, que privilegia o mercado e que vem mercantilizando o Direito à Cidade (ROLNIK, 2015).

3. O SANEAMENTO BÁSICO NO CONTEXTO DA LÓGICA DO CAPITAL: DIREITO SOCIAL VERSUS MERCADORIA

Conforme Pereira (2013), o investimento em saneamento enquanto política pública e direito social está atrelado à formação do espaço urbano, especialmente, no contexto do capitalismo monopolista. Salienta-se que

A existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se. Evidentemente que não desde os seus primórdios, mas quando se tem um reconhecimento da questão social inerente às relações sociais nesse modo de produção, vis à vis ao momento em que os trabalhadores assumem um papel político e até revolucionário (BEHRING, 2006, p.14-15).

Ainda em concordância com Pereira (2013, p.270), existe uma compreensão intencional do saneamento como intervenção física, isto é, o saneamento é reduzido a dimensão técnica, "(...) tal fato justifica-se pela histórica marca tecnocrática de trato do saneamento como política de infraestrutura, dominada no campo do saber por disciplinas como a Engenharia". Cabe assinalar que essa concepção visa diluir a concepção do saneamento como direito social.

Na sociedade capitalista não existe uma apropriação igualitária ou coletiva do solo urbano entre estes segmentos, sendo assim, a classe trabalhadora, classe que produz a riqueza da sociedade capitalista, torna-se a classe mais penalizada nesse processo, pois o solo urbano trata-se de um ativo e uma fonte de acumulação capitalista (CORRÊA, 2004).

Segundo Foster (2012), no processo de acumulação capitalista a usurpação do meio-ambiente e da riqueza pública – ar, água, terra, ecossistemas, espécies –, é caracterizada pelo desperdício, destruição e pelo processo de apropriação privada dos recursos naturais pela classe dominante.

Compreende-se que diante disso o acesso aos recursos naturais e à infraestrutura urbana, especialmente, o acesso ao saneamento – compreendido através do conjunto abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana –, é restrito, ou seja, os desafios da universalização do saneamento, um direito humano, na sociedade capitalista se mostra pela sua não socialização com todos os sujeitos que produzem o espaço urbano (MAGALHÃES, 2015).

Em meio ao cenário de financeirização do capital, conforme Britto *et al.* (2012), o Saneamento passa a ser disputado por interesses de classes. O saneamento como uma mercadoria, está sujeito a regras e à lógica do capital. O saneamento como direito humano parte da concepção da universalização do acesso, que envolve o princípio da não exclusão de parcelas da classe trabalhadora sem capacidade de pagamento pela prestação dos

serviços, bem como o papel do Estado na garantia da provisão dos serviços para esses segmentos.

No Brasil, segundo Pereira (2013), comparando o saneamento em dois momentos históricos, o de redemocratização e o pós- aprovação do Estatuto das Cidades tem-se, respectivamente, uma limitação do saneamento enquanto serviços de água e de esgoto e atribuições da política urbana. Para a autora

A mobilização de movimentos sociais fomentou o alargamento da noção do saneamento, bem como a construção de princípios que devem ser assegurados por lei, formalizando seu caráter público e estatal como política de direito fundamental, vinculando-o à saúde, ao ambiente e à habitação (PEREIRA, 2013, p.275).

De acordo com Junior *et al.* (2020), as políticas urbanas, em especial o saneamento básico, vem sofrendo com a inflexão ultraliberal na história do Brasil. Cabe mencionar inicialmente, alguns aspectos do processo histórico de tentativa de privatização do saneamento no Brasil. Nos governos de Fernando Collor de Melo e de Itamar Franco, em 1990, iniciou-se o processo de dilapidação do Estado brasileiro com as primeiras propostas de desestatização, porém nenhum destes presidentes investiu na privatização do saneamento e setor energético. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreu a inauguração das tentativas de privatização do setor, porém pode-se dizer que o governo encontrou um empecilho, a titularidade que nesse momento era dos municípios. Por conta disso, o governo federal editou o Projeto de Lei 4147/2001 para cassar a titularidade dos municípios das regiões metropolitanas e por conta da mobilização popular da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA), o PL não avançou.

No governo do Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, foi exigido o arquivamento do PL 4147/2001 e começou uma nova era no setor do saneamento no país. A partir da criação do Ministério das Cidades, e da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), foi investido 2 bilhões de reais para om setor de saneamento no país, financiados por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ocorreu a transformação do saneamento para o cálculo do superávit. Com a aprovação da lei 11.445/2007 foi possível deixar claro as regras para prestação do serviço, prestador e titular, participação popular e obrigatoriedade de planejamento. Em 2013, já no governo de Dilma Rousseff, foi aprovado o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) que trouxe uma contribuição para o planejamento do saneamento no Brasil rumo a universalização (JUNIOR *et al.*, 2020).

Após o golpe da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a entrada do governo de Michel Temer se tem a retomada da pauta da privatização do setor por meio da construção da Medida Provisória 844. Por conta disso, a resistência popular composta por diversas entidades, movimentos sociais e universidades que lutam contra a privatização da água e do

esgotamento sanitário, retoma a FNSA e constroem o Observatório nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS). Esse processo de reivindicação popular foi fundamental para que a MP não fosse votada e perdesse a validade. Entretanto esta MP foi reeditada, tornando-se a MP 868, de 28 de dezembro de 2018 e novamente perdeu a validade em 3 de junho de 2019. Após isso, foi criado o Projeto de Lei 3.235/2019, já no governo de Jair Bolsonaro, inspirado no relatório do Senador Tasso Jereissati em relação a MP 868/2018. O texto do PL 3261/2019 não diferiu das MP's anteriores que tentavam alterar o marco regulatório do saneamento e incentivar a participação do setor privado (JUNIOR *et al.*, 2020). Conforme o autor:

A privatização subordina o acesso da população aos serviços fundamentais de saneamento básico à lógica do lucro e do mercado, colocando enormes riscos de agravamento das desigualdades sociais. Atualmente, a participação privada no saneamento no Brasil se dá de diversas maneiras: (1) através da delegação dos serviços a empresas privadas, casos de Niterói, no RJ, de Manaus, no AM, e de inúmeras outras cidades no Brasil; (2) através da abertura de capital das CESBs, como ocorreu, por exemplo, com a Sabesp, em SP, e com a Copasa, em MG, – que ainda possuem os respectivos estados como controladores –, e com a Saneatins, em TO, inteiramente privatizada e controlada atualmente pela BRK Ambiental, empresa do grupo Brookfield; e (3) através das Parcerias Público-Privadas (PPPs), nas quais as empresas privadas atuam na construção de infraestrutura de saneamento e operam os serviços por um tempo determinado em contrato, a exemplo do que ocorre com a operação dos serviços de esgoto na Região Metropolitana de Recife, em PE (JUNIOR *et al.*, 2020, p.40).

Além da proposta de alteração da Política de Saneamento Básico, outra posposta em curso é a alteração da Política Nacional de Recursos Hídricos, lei nº 9.433/1997, proposta através do PL 495/2017 de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB), “(...) que tem como objetivo introduzir os “mercados de água” em moldes semelhantes ao que ocorre no Chile” (JUNIOR *et al.*, 2020, p.40)

Diante desse cenário de disputa, com os impactos do projeto ultraneoliberal, mercantilizar as políticas urbanas, que de acordo com Lojkine (1981, p.168-169) “(...) são “contratendências” produzidas pelo próprio MPC para regular, atenuar os efeitos negativos da segregação e da mutilação capitalistas dos equipamentos urbanos”, especialmente a política de saneamento, implica considerar que as expressões da Questão Social, tendem a se intensificar, agravando profundamente as condições de reprodução social da classe trabalhadora nas cidades.

A partir desta reflexão inicial, propõe-se agora conhecer as particularidades da cidade de Belém e um panorama da situação do saneamento básico.

4. AS PARTICULARIDADES DA QUESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO EM BELÉM

4.1 A cidade de Belém do Pará: aspectos históricos e sociais

De acordo com Macedo e Oliveira (2004), a cidade de Belém é essencialmente hidrográfica. Belém está localizada na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará e possui um relevo similar ao da região amazônica, verificando-se a presença de igarapés, várzeas e terra firme, sendo a área insular formada por 39 ilhas, correspondendo a 65,64% de sua extensão total, enquanto a área continental, cortada por furos e igarapés, é composta por 14 Bacias Hidrográficas, ou seja, regiões com vários cursos d'água que se conectam para um rio principal, cujas águas são despejadas por uma única foz (Agência Nacional de Águas [ANA], 2014).

Historicamente, diversas áreas e rios urbanos de Belém tiveram a sua fisionomia reconfigurada por projetos de urbanização e saneamento. De acordo com Trindade Jr (1997), as intervenções urbanísticas de saneamento nas áreas alagadas de Belém, chamadas de “baixadas”³, ocorreram em diversos momentos históricos.

Em um primeiro momento pontuado pelo autor, no século XVIII, especificamente em 1771, o *locus* de intervenção foi Igarapé do Piri, que impedia a contiguidade do traçado urbano da cidade. O projeto para solucionar os alagamentos da cidade, projetado pelo Major e engenheiro Gaspar J. G. Gronfelts, buscava aproveitar as formas naturais do sítio urbano para solucionar os problemas de saneamento e drenagem da cidade, com a proposta tornar a cidade de Belém, a Veneza amazônica, e também dar-lhe a proteção militar. Entretanto, em 1803, os rumos do projeto foram mudados no governo de Conde dos Arcos, no qual foi realizado o ensecamento do Igarapé do Piri, que se prolongou por mais de um século (TRINDADE JR., 1997).

O segundo momento se dá na segunda metade do século XIX até o início do século XX, no *boom* da borracha, tendo como destaque a administração de Antônio Lemos. O processo de modernização da cidade nesse momento “(...) consistia na construção de redes de esgotos, de água, coleta de lixo e ainda drenagem de áreas pantanosas” (TRINDADE JR., 1997, p.40). O autor também menciona que nesse período foi realizado o aterramento de áreas baixas da cidade.

Segundo Silva e Pereira (2003), nesse momento a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) em Belém, foi uma das primeiras do Brasil, tendo uma influência dos ingleses. Em 1906 foi constituída a *Municipality of Para Improvement Ltda* para gerenciar

³ Segundo Trindade Jr. (1997, p.22), as “baixadas” “(...) são áreas inundadas ou sujeitas às inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés – e ficaram conhecidas, principalmente a partir da década de 60, por serem espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo”.

o sistema e contratou a empresa inglesa *Douglas Fox & Partner* para realizar os estudos. O projeto inicial envolvia uma parte da área central de Belém, porém foi modificado e somente 56,9% realizado por conta da redução de recursos em decorrência do declínio da borracha.

Outra face deste cenário se mostrou com a criação de um Código de Postura que impôs à população, principalmente as frações da classe trabalhadora, normas para a construção de novos prédios, nesse sentido “(...) o código era autoritário e excludente. A lei proibiu a construção de “barracos” nos boulevares criados” (PORTO *et al.*, 2007, p. 2716).

Nesse sentido, a população mais empobrecida era cada vez mais forçada a ir para locais insalubres e frágeis ambientalmente, já que não existia alternativa habitacional nas áreas altas e saneadas da cidade. Morar em espaços insalubres e alagáveis, utilizando aterro – geralmente insuficiente – para revesti-los e assim construir seu “barraco”, foi a única opção da classe trabalhadora em Belém (SILVA, 2010).

Intervenções com a proposta de renovação urbana, segundo Trindade Jr. (1997), foram realizadas em Belém no século XX. Entretanto, destaca-se que a lógica da renovação urbana não envolve apenas a mudança da estrutura urbana do ponto de vista físico, mas também inclui a mudança do seu conteúdo social (ABELÉM, 2018).

Principalmente em 1960, com a instalação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) em Belém, ocorreu uma maior atuação destes projetos nas chamadas Bacias de Drenagem, como exemplo a Bacia da Tamandaré, Bacia do canal das Almas, Bacia do Reduto. Ainda conforme o autor foram realizadas, entre 1965 a 1979, por meio do DNOS, obras nas Bacias da Estrada Nova, Una e Tucunduba (TRINDADE JR, 1997).

Pode-se dizer que estes projetos de urbanização e saneamento pouco agregaram na melhoria de vida da população mais pobre (RIBEIRO, 2017). Assim, o Saneamento Básico continua sendo uma demanda urgente na cidade em pleno século XXI.

Um exemplo de investimento em obras macroestruturais de saneamento na cidade de Belém, nas últimas décadas, é o Projeto de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Una, uma obra de macrodrenagem realizada na maior Bacia Hidrográfica da cidade, e que, contraditoriamente, pela falta de manutenção vem gerando consequências drásticas na vida dos moradores, como o transbordamento dos canais, trazendo doenças e poluição para as ruas e casas de diversas famílias (CRUZ; SOARES; CARDOSO, 2020).

Outro exemplo de investimento no setor de saneamento em Belém, no contexto da Bacia Hidrográfica do Tucunduba, a segunda maior Bacia Hidrográfica de Belém, é o Projeto Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba, que ainda está inconcluso⁴. Esta intervenção

⁴ De acordo com a publicação de 12 de janeiro de 2021, do site da Agência Pará, o Governo do estado do Pará, gestão de Helder barbalho, entregou dois trechos do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, que correspondem ao perímetro entre a Rua São Domingos e a Passagem 2 de junho. O terceiro trecho do canal, da Rua Dois de junho até à travessa Vileta, tem entrega prevista para o início de 2022 (ROCHA, 2021).

é uma demanda histórica da população do Tucunduba, pois é vista como a solução dos constantes alagamentos (SANTOS, 2018).

Entretanto, é importante mencionar que o discurso de “sustentabilidade” e da “qualidade ambiental da vida urbana”, que muitas vezes permeia tais intervenções, contraditoriamente, vem beneficiando minorias e continuam a reproduzir as mazelas do sistema capitalista, por meio do aumento da desigualdade, segregação socioespacial e degradação dos recursos ambientais. A classe trabalhadora, nesse sentido, além de conviver com a desproteção social e precarização das condições de trabalho, tem que sobreviver em condições de moradia precárias “(...) em encostas perigosas, beiras de cursos d’água sujeitas a enchentes, áreas contaminadas por lixo tóxico (...) tem acesso também desigualmente aos recursos ambientais como água, saneamento e solo seguro” (ACSELRAD, 2009, p.39).

4.2 Os desafios da universalização do Saneamento Básico na cidade de Belém

A partir dos dados recentes sobre a situação do Saneamento no Brasil realizada pelo Instituto Trata Brasil (2019; 2020), verifica-se que a cidade de Belém possui um dos piores índices de Saneamento básico do estado do Pará, ficando atrás de mais dois municípios paraenses, Santarém e Ananindeua. Estes três municípios tem em comum o mesmo operador do serviço, a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), e, no caso de Belém, o serviço é prestado em conjunto com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB). O indicador de atendimento total de água na cidade, em 2019, era de 71, 27%. No ano de 2020, como mostra a tabela 1, ocorreu uma redução desse indicador.

Tabela 1 – Piores Indicadores de Atendimento Total de Água

| Colocação | Município | UF | (%) |
|-----------|--------------------|----|-------|
| 91 | Berford Roxo | RJ | 76,54 |
| 92 | São João de Meriti | RJ | 91,60 |
| 93 | Várzea Grande | MT | 97,68 |
| 94 | Gravataí | RS | 95,24 |
| 95 | Belém | PA | 70,30 |
| 96 | Manaus | AM | 91,42 |
| 97 | Santarém | PA | 51,29 |
| 98 | Porto Velho | RO | 35,26 |
| 99 | Macapá | AP | 39,00 |
| 100 | Ananindeua | PA | 32,63 |

Fonte: Instituto Trata Brasil (2020). Adaptado pelas autoras.

Já na tabela 2, constata-se que o indicador de tratamento total de esgoto em Belém em 2020 teve um pequeno aumento em relação ao ano de 2019, de 12,99%.

Tabela 2 – Piores Indicadores de Atendimento Total de Esgoto

| Colocação | Município | UF | (%) |
|------------------|--------------------|-----------|------------|
| 91 | Belford Roxo | RJ | 38,78 |
| 92 | São João de Meriti | RJ | 60,51 |
| 93 | Várzea Grande | MT | 29,14 |
| 94 | Gravataí | RS | 28,90 |
| 95 | Belém | PA | 13,56 |
| 96 | Manaus | AM | 12,43 |
| 97 | Santarém | PA | 4,19 |
| 98 | Porto Velho | RO | 4,76 |
| 99 | Macapá | AP | 11,13 |
| 100 | Ananindeua | PA | 2,05 |

Fonte: Instituto Trata Brasil (2020). Adaptado pelas autoras.

De acordo com os indicadores do Painel de Saneamento (2019), do Instituto Trata Brasil, o município de Belém possui uma área de 1.059,458 km², uma população de 1.452.275 pessoas e uma renda média do trabalho de R\$ 2.131,00. Os dados quantitativos de saneamento revelam que a classe trabalhadora da cidade de Belém ainda não vivencia a universalização da Política de Saneamento, como prevê a Lei do Saneamento Básico (2007), e que engloba além do abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e de drenagem pluvial.

Conforme os dados: 28,7% da população, cerca de 417.309 pessoas, do município de Belém, estão sem acesso a água; 87% da população, em torno de 1.263.558 pessoas, não tem acesso a coleta de esgoto; o percentual de esgoto tratado sobre água consumida é de 0,8% e o volume de esgotamento não tratado na cidade equivale a 51.859,44 m³; o número de internações totais por conta de doenças de veiculação hídrica é de 3.242 e o número de óbitos por doenças de veiculação hídrica foi de 12 pessoas; a renda mensal das pessoas com saneamento é de 2.637,94 reais e a renda das pessoas sem coleta de esgoto é de 1.837,78; a escolaridade das pessoas com saneamento e das pessoas sem coleta de esgoto, por ano de educação formal, é de 9,93 e de 8,90, respectivamente; e o valor do aluguel médio mensal das moradias com saneamento e das moradias sem saneamento é R\$ 788,87 e R\$ 549,64, respectivamente (PAINEL..., 2019).

De acordo com Davis (2006) em nível mundial, as doenças do trato digestivo oriundas das más condições sanitárias e da poluição da água potável, como diarreia, enterite, colite, febre tifoide e febres paratífoides, são a principal causa de morte do mundo e afetam principalmente bebês e crianças pequenas.

Segundo o Instituto Trata Brasil (2017), a ausência do Saneamento gera reflexos imediatos nos indicadores de saúde. A taxa de mortalidade de crianças com até 5 anos de idade foi de 16,4 mortes por 1.000 nascidos vivos no Brasil em 2015. Esse valor era bem mais baixo que o da média mundial para esse ano, mas superior às taxas de mortalidade infantil

de outros países latinos, como: Cuba (5,5%), Chile (8,1%), Costa Rica (9,7%), Argentina (12,5%) e Uruguai (10,1%).

A situação precária do Saneamento também repercute na longevidade da população. A esperança de vida no Brasil, de 74,4 anos em 2015, era menor que a média da América Latina (74,9 anos). Em relação aos países mais próximos, o Brasil ficou atrás do Uruguai (77,0 anos), da Argentina (com 76,2 anos) ou do Chile (81,5 anos), conforme os dados do Instituto Trata Brasil (2017).

Observa-se, com base nos dados, que a cidade de Belém, não diferente de outras cidades globais, em pleno século XXI, vive em plena miséria, “cercada de poluição, excrementos e deterioração” (DAVIS, 2006, p. 28-29).

É importante mencionar que existem sucessivas tentativas de privatização do saneamento no Brasil, com o argumento do sucateamento e a baixa qualidade dos serviços prestados pelas companhias públicas e a aposta da melhoria dos serviços prestados pelas empresas privadas.

Diante da crise já instalada na cidade de Belém pela ausência de serviços básicos de saneamento e com a precarização das condições de moradia de frações da classe trabalhadora, o alvo da pandemia de Covid-19, que apesar de ser vista por muitos como democrática, afeta diretamente os sujeitos de acordo com a classe, raça e gênero.

De acordo com a campanha do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), “o percentual de pessoas negras que vivem em condições precárias de saneamento, sem acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo, é quase o dobro de pessoas brancas”, ou seja, “na falta de água e na sobra de esgoto transborda racismo” (CFESS, 2019).

4.3 As propostas para o Saneamento Básico nas Eleições Municipais em 2020

Em meio a Pandemia de Covid-19 e em pleno cenário das eleições municipais, os candidatos à Prefeitura Municipal de Belém, em 2020, sugeriram propostas para a solução da questão do Saneamento Básico. Foi possível identificar que dentre as doze propostas⁵, onze propostas possuíam diretrizes para a questão do saneamento e do meio ambiente. Apenas um plano de governo, do candidato Jair Lopes (PCO), não deixou claro as diretrizes para atuar na questão do saneamento básico.

⁵ Cassio Andrade (Partido Socialista Brasileiro – PSB), Cleber Rabelo (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU), Everaldo Eguchi (Patriota), José de Sousa (Partido da Mulher Brasileira – PMB), Edmilson Rodrigues (PSOL), Guilherme Lessa (Partido Trabalhista Cristão – PTC), Gustavo Seffer (Partido Social Democrático – PSD), Jair Lopes (Partido da Causa Operária – PCO), Mario Couto (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB), José Priante (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), Tiago Araújo (Cidadania) e Vavá Martins (Republicanos).

Nos doze planos de governo, dez propostas – dos candidatos Cassio Andrade (PSB), Everaldo Eguchi (Patriota), José de Sousa (PMB), Edmilson Rodrigues (PSOL), Guilherme Lessa (PTC), Gustavo Seffer (PSD), Mario Couto (PRTB), José Priante (MDB), Tiago Araújo (Cidadania) e Vavá Martins (Republicanos) –, incluíram em suas diretrizes a necessidade de realizar, recuperar ou concluir intervenções e fazer estudos nas Bacias Hidrográficas da cidade, como forma de solucionar os alagamentos.

Dez candidatos incluíram em suas propostas a questão dos resíduos sólidos, enfatizando: ampliação e fortalecimento da cobertura dos serviços de coleta de lixo domiciliar e da coleta seletiva de materiais recicláveis; incentivar e apoiar as cooperativas de coleta seletiva; implementar a gestão dos resíduos sólidos de forma sustentável; parcerias público-privadas para a substituição dos aterros sanitários por uma forma sustentável; revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e outros. Destas dez propostas, foram identificadas quatro propostas que incluíram o enfrentamento da questão dos resíduos sólidos e da coleta seletiva na Região Metropolitana de Belém, que se mostrou um enfrentamento a ser feito na gestão de 2021-2024.

Com a pesquisa, foi possível analisar que apesar da maioria dos candidatos afirmarem que possuem interesse na melhoria da questão do saneamento básico para a população de Belém, na votação do Projeto de Lei 4162/19 – na sessão extraordinária nº 414, realizada dia 11 de dezembro de 2019, no qual foi debatida a mudança do marco legal do saneamento básico –, dois candidatos e que são deputados federais, disseram sim a mudança desse marco, à saber: Cássio Andrade (PSB) e Vavá Martins (Republicanos). O deputado José Priante esteve ausente na sessão extraordinária, tendo como justificativa licença para tratamento de saúde. Apenas o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL), dentre os candidatos analisados, e que foi deputado federal, se mostrou contra a proposta e fez obstruções ao projeto de lei. Com a aprovação do PL, foi promulgada a Lei Ordinária 14026/2020, que estabelece mudanças no marco regulatório do saneamento Básico no país e que possui um nítido teor neoliberal, o que provocará o desmantelamento dos serviços públicos de saneamento, de ataque aos direitos humanos e de intensificação da produção e reprodução das desigualdades socioespaciais no Brasil e na cidade de Belém.

Por fim, identificou-se ainda na pesquisa que em oito planos de governo – Cassio Andrade (PSB), Everaldo Eguchi (Patriota), Guilherme Lessa (PTC), Gustavo Seffer (PSD), Mario Couto (PRTB), José Priante (MDB), Tiago Araújo (Cidadania) e Vavá Martins (Republicanos) – existiam o incentivo de parceria com empresas privadas nas ações a serem realizadas pelo município, por meio das Parcerias Público-Privadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, à luz do referencial teórico escolhido para conduzir este trabalho, foi possível analisar que historicamente às cidades vêm sendo guiadas por concepções de Planejamento Urbano no qual os interesses da classe trabalhadora não são contemplados, mas sim os interesses do capital. Esta lógica, irradiada nas várias cidades do mundo, vem cada vez mais tornando o Brasil como parte deste circuito de mercantilização das cidades.

Através da pesquisa constatou-se que no Brasil, o saneamento básico vem sendo disputado pela lógica do mercado, agravando as condições de moradia das frações da classe trabalhadora que sobrevive na “cidade ilegal”. Em Belém do Pará, as frações da classe trabalhadora vêm sofrendo com a crise do saneamento em pleno século XXI, que se expressa pelos índices precários de acesso à água potável, com a falta de tratamento de resíduos sólidos e do esgotamento sanitário e com a falta de soluções técnicas para os constantes alagamentos.

Observou-se que apesar da maioria dos planos de governo para a prefeitura possuírem diretrizes para a política de saneamento básico, muitas propostas continuam a presença de concepções mercantilizadoras da cidade, que se traduzem no incentivo as Parcerias Público-Privadas, e também candidatos favoráveis ao que está posto na Lei Ordinária 14026/2020, que estabelece mudanças no marco regulatório do saneamento Básico no país, de nítido teor neoliberal, o que provocará o desmantelamento dos serviços públicos de saneamento, de ataque aos direitos humanos e de intensificação da produção e reprodução das desigualdades socioespaciais no Brasil e na cidade de Belém.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção**: por que e para quem?. Belém: NAEA, 2018.

ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Agência Nacional de Águas. (2014). **Comitê de Bacia Hidrográfica** [Vídeo]. Brasília, DF: Agência Nacional de Águas.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRITTO, Ana Lucia Nogueira de Paiva; LIMA, Sonaly Cristina Rezende Borges de; HELLER, Léo; CORDEIRO, Berenice de Souza. Da fragmentação à articulação: a política nacional de saneamento e seu legado histórico. **R. B. Estudos urbanos e regionais**, v. 14, n.1. 2012.

CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo**. Brasília: CFESS, 2020. p. 26. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo; CARDOSO, Welson de Sousa Cardoso. Belém (PA): contradições sociais do e no planejamento urbano. **Rev. de Pol. Púb.**, São Luís, v.22, p.1269-1290. 2018. Edição Especial. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9865/5816>. Acesso em: 21 jan. 2021.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. *In*: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.28, p.87-104. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins fontes, 2014.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Benefícios Econômicos e Sociais da expansão do Saneamento no Brasil**. São Paulo, SP, 2017. 74p.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento 2019**. São Paulo, SP, 2019. 128p.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento 2020**. São Paulo, SP, 2020. 134p.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; JUNIOR, Nelson Saule (Orgs.). **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades: violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins fontes, 1981.

LUKÁCS, Georg. O particular à luz do materialismo dialético. *In*: LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética Marxista: sobre a Particularidade como Categoria da Estética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

MACEDO, Cleonice Meireles de; OLIVEIRA, Maria C. Z. G. de. Esse rio é nossa vida: meio ambiente e educação ambiental no Tucunduba. *In*: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **A política de assistência social em Belém: palavra de quem trabalha e reinventa a vida (1997-2004)**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

MAGALHÃES, Rafael Caldeiras. Lutas sociais no espaço urbano de Belém/PA e suas conexões com o saneamento básico. **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 6, n. 2, p. 183-204, jul./dez. 2015.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

PAINEL saneamento Brasil. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/>. Acesso em: 15 junho 2019.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Saneamento e suas múltiplas (inter) faces: digressões sobre o direito ao meio ambiente no território. In: GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques *et al.* **Renovação Urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

PORTO, Aline L. G.; SECCO, Chiara B.; DELGADO, Gisele M.; VERBICARO, Camila C.; DEMARZO, Mauro A. A Influência “Hausmanniana” nas Intervenções Urbanísticas em Cidades Brasileiras. In: XI ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E VII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, XI e VII, 2007, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Universidade do Vale da Paraíba, 2007. P.2714-2717.

RIBEIRO, Armando. Intervenções urbanísticas: Projetos não consideram necessidades e desejos dos moradores. **Jornal Beira do Rio**: divulgação científica, Belém, n. 140, dez./jan., 2017.

ROCHA, Matheus. Governo do Estado entrega trechos do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, em Belém. **Agência Pará de notícias**, Belém, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/24355/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ROLNIK, Raquel. Os sem-lugar ou a crise global de insegurança da posse. In: ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escaladas de ação política. **Rev. Sociol. Polit.**, Cutitiba, nº16, p.31-49, jun. 2001.

SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena dos. **Planejamento Urbano do Brasil e a Intervenção Urbanística no Igarapé Tucunduba em Belém/PA – 1997/2004**. 2007. 109f. Dissertação (Mestrado) – Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Curso de Mestrado em Serviço Social, Belém, 2007. Disponível em: <Http://Www.Ppgss.Propesp.Ufpa.Br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2007/CLEIDIANE%202007.Pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2018.

SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Planejamento urbano e participação popular**: os limites do Projeto Tucunduba, em Belém (PA). 2018. 128f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, Maria Gorete da Gama e. **Projeto de urbanização empreendimento Riacho Doce**: a contradição entre o discurso e a prática no processo de gestão democrática do Governo do Estado do Pará. 2010. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, Valdinei Mendes da; PEREIRA, José Almir Rodrigues. Evolução do sistema de esgotamento sanitário da RMB. *In*: PEREIRA, José Almir Rodrigues (Org.). **Saneamento Ambiental em áreas urbanas**: esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belém. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2003.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA, 1997

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEAK, Csaba; SCHEFFER, Ramon. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.



GT 2 B – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americano

SANEAMENTO, DESIGUALDADE E REDES SOCIOTÉCNICAS: UM ESFORÇO DE COMPREENSÃO EM UM ESTADO DA AMAZÔNIA

Ingrid Tatiany Ribeiro de Souza Mendes (Doutoranda do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará)

Juliano Pamplona Ximenes Ponte (Docente da Universidade Federal do Pará. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Mary Lucy Mendes Guimarães (Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Belém. Doutora em Desenvolvimento Sócio ambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará)

RESUMO

O artigo analisa, criticamente, a partir de uma perspectiva marxista de desenvolvimento desigual, que modelo de política de saneamento vem se consolidando na Região Amazônica, mais especificamente, no Estado do Pará, desde a segunda metade do século XX até os dias atuais. A problematização contextualiza a relação intrínseca desse modelo de política com a distribuição assimétrica de infraestrutura e de serviços urbanos em escala estadual, adquirindo características, ainda, mais graves com o processo de modernização ocorrido desde a ditadura de 1964. A metodologia com abordagem qualitativa, é definida por dois tipos de procedimentos, as pesquisas bibliográfica e a documental, essa última com ênfase em documentos institucionais e governamentais. Como resultado da discussão, constata-se um modelo de saneamento básico paraense que vem se estabelecendo a partir de diferentes padrões de desigualdade, ora exógeno, em virtude da posição do Estado intervencionista frente a ocupação territorial. Ora endógeno, caracterizado pela reprodução de modos de vida urbano, metropolitanos, periurbanos e rurais. Fato é que esse modelo de saneamento vem sendo adaptado às políticas e agendas governamentais e revela o escopo de um processo de desenvolvimento desigual com suas diversas matrizes de espacialização do território.

Palavras-chave: Saneamento Básico. Desigualdade. Redes Sociotécnicas. Estado do Pará. Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre o saneamento no Brasil vem se modificando desde a segunda metade do século XX, sobretudo em decorrência da gradual incorporação de novos

elementos, perspectivas e variáveis de natureza sanitária, ambiental, social e política. A articulação de novos olhares sobre esse tema resulta, inevitavelmente, no desenho de abordagens e cenários, atualmente, alicerçados em duas grandes frentes de compreensão: a de que o saneamento precisa ser qualificado enquanto instrumento de direito e justiça social e a de que a constante demanda social por acesso a serviços se constitui de parâmetros e regras mercadológicas, resultando em um abismo de natureza socioespacial, que avança, criando robustez no próprio desmembramento disso, a partir de outras componentes, como: territorialização de investimentos; implantação de obras; impactos ambientais, sanitários e de saúde pública.

O padrão brasileiro de intervenção em saneamento, historicamente, perpassa pela acumulação de capitais e dividendos, onde a água foi, e continua sendo, considerada um negócio lucrativo, sobretudo, quando alinhado, financeiramente, com a produção de habitação, e que tal condição em pouco ou em nada avaliou os impactos resultantes do uso indiscriminado do espaço urbano como palco para interesses de determinados atores sociais.

Em discussões feitas por Melosi (2000), Dupuy (2008), Sen (2000) e Perreault (2015), e ainda, como Borja (2014), Heller (1998), Heller e Rezende (2002), Heller e Castro (2013) e Britto e Quintslr (2017), constatam-se, o amadurecimento de narrativas enfáticas no entendimento de que o setor saneamento básico não pode e nem deve se reduzir a um olhar, exclusivamente, tecnicista, derivado da engenharia sanitária, mas que passa a ganhar sentido analítico e crítico a partir da reconfiguração de modelos de desenvolvimento socioespacial ao longo de sua história recente.

Dessa forma, há de se explorar elementos fundamentais que aproximam o debate dicotômico em torno do saneamento e do desenvolvimento desigual, pois sendo essa política pública um direito social, é evidente que a persistência da problemática do saneamento se encontra, fortemente, associada ao modelo sócio-econômico praticado, e que a população mais vulnerável corresponde justamente àquela excluída dos benefícios do desenvolvimento (HELLER, 1998). Tal como ocorreu na Amazônia brasileira, doravante chamado somente Amazônia, com o advento dos grandes projetos de colonização ou do estabelecimento de mega empreendimentos em rede, como rodovias, telecomunicações e energia elétrica. A questão, portanto, é como o desenvolvimento desigual na Amazônia, vem determinando modos de vida e diferentes modelos de apropriação do espaço urbano originando uma distribuição assimétrica de serviços urbanos e infraestruturais, como se observa no estado do Pará?

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a reprodução de novas matrizes de espacialidade é consequência de incipientes estratégias de justiça e direito social, fruto do escopo político-ideológico vigente, numa perspectiva marxista de desenvolvimento desigual, caracterizando um descompasso entre crescimento econômico e qualidade de vida (LEFEBVRE, 2008). E, ainda, cuja configuração socioespacial é engendrada a partir das redes sociotécnicas, enquanto instrumento de transformação do espaço urbano, articulados pela iniciativa privada, porém, legitimadas pelo Estado, quando da viabilização de políticas, programas e projetos infraestruturais. Portanto, o esforço de compreensão, nesse artigo, remete a pensar a política de saneamento, historicamente, como mecanismo, de expansão de mercado, de grupos econômicos, de vantagens locacionais e de poder. De tal sorte que, a partir desses elementos latentes de coalizão, realinhamentos e alianças, determinantes de novas espacialidades e temporalidades, em uma região cujo histórico peculiar de apropriação do território relegou diretrizes e princípios de equidade de acesso a serviços urbanos, observa-se, recentemente, aspectos relacionados à intensidade na consolidação dessas redes sociotécnicas no norte do Brasil.

2. DISTRIBUIÇÃO ASSIMÉTRICA DE SERVIÇOS E OS MODELOS DE GESTÃO DIVERGENTES DO SANEAMENTO BRASILEIRO

A década de 1960 marca a história brasileira como um momento de forte opressão, expressado pelo regime de ditadura militar implantado no País com o golpe de 1964, tratando-se de um período de supressão e desrespeito às mais elementares garantias dos cidadãos (FICO, 2004). Em 1967, a Lei Federal n.º 5.318 institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento. Entretanto, o contexto que antecede a promulgação dessa Lei é marcado por uma gestão sanitária entregue, exclusivamente, à iniciativa privada, especialmente, ao capital internacional, único interessado em aportar investimentos no setor.

A atuação de grupos políticos vinculados às políticas de infraestrutura urbana, nesse período, girava em torno de interesses monetários, e isto, se viabiliza com muita clareza a partir da política setorial habitacional em meados dos anos de 1960 e com o, já consolidado, operador financeiro, o Banco Nacional de Habitação – BNH. Melo (1989) destaca que a criação do BNH favorece a transferência das atribuições pertinentes aos setores de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, para esse órgão, pois o saneamento enquanto “mercado” foi incorporado ao escopo financeiro do banco.

Essa é uma modelagem comum e já previsível em um país com linhas de gestão, extremamente, autoritário-burocráticas, e que são reforçadas com a adoção de um planejamento tecnocrático diante de políticas públicas extremamente importantes para a expansão territorial e o crescimento urbano em escala regional e local, como por exemplo, a malha rodoviária, a energia elétrica e as telecomunicações. É nesse sentido de abertura e diversificação de investimentos que a implantação de serviços de saneamento encontra na missão organizacional do BNH terreno fértil para sua consolidação, conforme salienta Jorge (1992).

Em se tratando de um sistema, eminentemente, financeiro, foram criados mecanismos institucionais capazes de fomentar o mercado do saneamento. Apesar disso, foram criados e institucionalizados em nível federal os seguintes instrumentos: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG 1964 - 1966); o Plano Decenal (1966); e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED-1968-70). Nesses documentos, fica recomendado a criação de um Conselho Nacional de Saneamento, de um Fundo Nacional de Saneamento e de um Fundo de Reinvestimento. Consequentemente, foi instituído o Fundo de Financiamento para Saneamento (FISANE)[1], cuja gestão foi entregue ao BNH. Esse processo torna evidente a potencialidade que os serviços de infraestrutura urbana ofereciam para investimentos. Eram grandes as vantagens do setor, enquanto, nicho de mercado para o BNH, o qual, anteriormente, ainda não vinha sendo explorado a contento. Simultâneo a essas medidas governamentais, são delineadas iniciativas que reforçam cada vez mais a fragilidade deliberativa do papel dos municípios frente a prestação de serviços de água e esgoto, os quais nesse período nem eram reconhecidos administrativamente como entes da federação. Sobre isso, Botega (2007, p.67) afirma:

O BNH desde a sua constituição teve uma lógica que fez com que todas as suas operações tivessem a orientação de transmitir as suas funções para a iniciativa privada. O banco arrecadava os recursos financeiros e em seguida os transferia para os agentes privados intermediários. Algumas medidas inclusive demonstravam que havia ao mesmo tempo uma preocupação com o planejamento das ações de urbanização aliada aos interesses do capital imobiliário. Exemplo disto foi a medida que obrigou as prefeituras a elaborar planos urbanísticos para os seus municípios, o que era positivo, mas a condição de serem qualificadas para a obtenção de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo era de que estes deveriam ser elaborados por empresas privadas.

A criação do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA - seguiu os moldes instituídos pela Lei Federal n.º 5.318/67 e, nascia com o objetivo de regulamentar a destinação e aplicação de recursos advindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para investimento no setor de saneamento. Gama (2010) conclui que o sistema foi fundado na filosofia da viabilização e acesso global, baseado na economia de escala e

apoiado na concentração dos serviços de saneamento em empresas estaduais[2], com atuação no foco regional, em detrimento da gestão municipal.

Rezende e Heller (2002) afirmam que, enquanto aos estados eram dadas todas as facilidades, até mesmo empréstimos para viabilizar sua contrapartida nos financiamentos, aos municípios poucas eram as chances de acesso a estes recursos. Embora os financiamentos do PLANASA fossem teoricamente possíveis, exigiam uma grande contrapartida municipal, o que dificultava sua participação. Recorrer ao estado era inviável. Segundo a legislação do BNH, o fundo de financiamento só poderia ser utilizado nas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs). Sem empréstimos federais ou estaduais, e com baixa capacidade financeira, só restavam aos municípios concederem seus serviços às CESBs.

Em 1986, acontece a extinção do BNH, e, conseqüentemente, o fim do PLANASA, foram muitas as razões que contribuíram para esse cenário, dentre elas: inadimplência dos mutuários, corrupção e, sobretudo, fragilidade em relação à flutuações macroeconômicas do seu período de vigência. Além disso, os Sistemas Financeiros, da Habitação (SFH), e do Saneamento (SFS), não foram capazes de atender a principal demanda do déficit de habitação e saneamento do país – a população com renda inferior a 5 (cinco) salários mínimos – o que reafirma o seu insucesso enquanto grande impulsionador da problemática habitacional e sanitária no Brasil (GUIMARÃES, 2009). Segundo Rosito (2019), nos anos de 1971 a 1986, foram investidos, massivamente, em abastecimento de água potável, e minimamente, em esgotamento sanitário, o correspondente a US\$ 35 bilhões de dólares, cerca de R\$ 6,5 bilhões de reais.

Guimarães (2009) comenta que, efetivamente, a política de saneamento no Brasil, a partir do PLANASA, introduziu práticas perniciosas, como exemplo, cita-se as desigualdades regionais na distribuição de recursos, entre outras, que contribuíram para: o grave quadro de demanda pela universalização do serviço; a confirmação de ações originadas em políticas compensatórias e não preventivas; a expansão do atendimento desse serviço, sem efetiva avaliação de seus resultados; a falta de conectividade do sistema de infraestrutura, que revela a incapacidade por parte da gestão, de buscar soluções não estruturadas; e finalmente, a total ausência de princípios de sustentabilidade urbana que dessem conta de promover a gestão democrática, controle social, distribuição justa, igualitária e adequada desse serviço para a preservação do território onde ocorre sua espacialização, nos seus aspectos físicos, geográficos, ambientais e sociais.

Nesse período do PLANASA, promover saneamento na Amazônia, estava muito relacionado ao melhoramento e provisão mínima das condições sanitárias na região. O

grande vazio demográfico que a Amazônia e seus territórios representavam ao Estado-nação constituía a base do entendimento de formuladores de políticas setoriais de expansão, cujo entendimento corrente era de que os investimentos em saneamento deveriam estar condicionados ao setor habitacional. Pontualmente, os investimentos financeiros eram empregados nas capitais dos Estados, mobilizados por interesses estaduais e, até locais, sem grande expressão. Ou seja, apenas a capital do Estado dispunha de recursos em maior quantidade, estabelecendo a cultura institucional, aos demais territórios que se emancipavam e passavam a ocupar o status de município, de que investir em saneamento era secundário frente a outras políticas setoriais.

Com o processo de redemocratização a partir de 1988, nota-se um olhar incipiente na condução do setor de saneamento, se comparado aos condutos institucionais que elevavam as políticas de saúde e de educação, em torno da universalização destas. No início dos anos de 1990, a caracterização do cenário do setor do saneamento no Brasil figurava, essencialmente, a escassez de recursos financeiros que viabilizasse aporte para o estabelecimento de compromissos com o mercado internacional, aliado a inexistência de um marco regulatório que sustentasse a incorporação de outros atores e reforçado pelo precário desempenho das CEBs.

No período compreendido, entre 1990 até 2002, foram pelo menos duas décadas de marasmo e inércia, sobretudo no âmbito do controle social e sem a discussão de pautas perenes para o setor, em termos de investimentos e intervenções que objetivasse a redução do déficit sanitário, e com um agravante, movimentos crescentes de privatização oriundos do Governo Federal. A concatenada condução por parte do poder executivo federal, repercutindo nas ações de estados e municípios, resultou no desmantelamento das políticas urbanas, e, por conseguinte, o saneamento. Nesse sentido, este período infértil referendou a continuidade da outorga às concessionárias estaduais, com sua política interna apoiada no lucro a partir dos ativos e na própria receita gerada. Ainda, nessa década se concretiza a possibilidade da privatização dos serviços de saneamento básico, com estrutura de grandes empresas. Entre os anos de 1996 e 2002 foram realizados investimentos em saneamento da ordem de R\$ 22,3 bilhões, entre onerosos e não onerosos (BRASIL, 2014).

Em 2003, primeira gestão do Governo Lula, foi criado o Ministério das Cidades, voltado para programas e ações de infraestrutura urbana, sendo responsável pela retomada expressiva de investimentos no setor de saneamento básico (NOZAKI, 2007). Em seguida, a Lei Federal nº 11.445/2007, que dispôs sobre a Política Nacional de Saneamento Básico, constituiu o novo marco regulatório do saneamento brasileiro, redesenhando princípios, diretrizes, papéis e governabilidades. Aspectos, até então, desconsiderados passam a

ocupar lugar de destaque nessa lei, como: o fortalecimento da responsabilidade municipal sobre os serviços de saneamento, e o fomento a consórcios públicos para a gestão compartilhada. Nessa direção, ainda, em 2007, a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), consolidou-se no intuito de reduzir desigualdades de investimentos de políticas de infraestrutura urbana. Ressalta-se, em 2013, a aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), Decreto Federal nº 8.141, que estabeleceu metas para universalização do acesso aos serviços de saneamento básico em todo o território nacional, num horizonte de 20 anos. Segundo o PLANSAB (BRASIL, 2014), até o ano de 2033, seria necessário investir recursos estimados em R\$ 304 bilhões em abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, com preponderância de investimentos na área urbana, 92,5% desse total, ou seja, cerca de R\$ 281 bilhões. Dessa feita, entre anos de 2003 a 2011, foram investidos recursos em saneamento, onerosos e não onerosos, respectivamente, da ordem de R\$ 38,4 bilhões e R\$ 41,5 bilhões, perfazendo um total de R\$ 79,9 bilhões. Segundo dados do Ministério do Planejamento e do Ministério das Cidades, no período compreendido entre os anos de 2007 a 2015, houve a conclusão de 1.058 obras de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, totalizando macroinvestimentos da ordem de 104,2 bilhões de reais (JUNIOR, 2017).

No entanto, em 2017, inicia-se um processo de deslegitimação do marco regulatório do Saneamento no Brasil, decorrente do fortalecimento gradativo de movimentos em torno da monopolização e privatização do saneamento, que parte do pressuposto de que a água é artigo e mercadoria. Um dos pontos centrais em torno dos movimentos que descredibiliza o marco regulatório de 2007 é a demonstração massiva de ineficiência e ineficácia dos serviços públicos de saneamento, sobretudo em áreas metropolitanas consideradas mais rentáveis sob o aspecto financeiro, a fim de justificar a introdução de novos atores sociais, que possibilitem "a circulação de água, também, uma parte integral da circulação de poder e capital" (SWYNGEDOUW, 2004, p. 18).

Não obstante, as assimetrias oriundas de modelos de gestão divergentes ao longo do tempo, contudo, atualmente, há de se atentar para o fato de que o setor do saneamento vem passando por fortes pressões nos estados brasileiros, seja em função de sua remodelagem político-institucional, a partir da revogação da Lei Federal nº 11.445/2007, e o sancionamento da Lei Federal nº 14.062/2020, seja por aspectos locais de ordem política que interferem na perenidade e na interdisciplinaridade de medidas e ações em diferentes territórios. Subjacente a esse cenário, persiste a problemática do saneamento, gerando quadros deficitários cada vez maiores e insustentáveis, onde a população mais vulnerável,

subtraída em seu direito fundamental, corresponde, justamente, àquela excluída dos benefícios do desenvolvimento (HELLER, 1998).

DESIGUALDADE, PODER E SANEAMENTO.

Direito humano pressupõe liberdade, dignidade e acesso a serviços básicos essenciais à vida. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, se cerca do referendo de várias nações de diferentes origens jurídicas e culturais que, em consenso, a definem como principal instrumento universal de proteção aos direitos humanos. É apenas em 2010 que a ONU reconhece o tema saneamento básico, substancialmente, o acesso à água potável e, posteriormente, o esgotamento sanitário, como direito humano (ONU, 2010).

A garantia do direito social ao saneamento básico, em áreas metropolitanas, municípios médios e áreas rurais, representa modificar valores e princípios presentes no dia a dia da sociedade contemporânea, novas práticas de gestão pública e priorização perene em investimentos no setor. A Resolução nº 64/292 (ONU, 2010) oportuniza as pessoas uma percepção mais clara do direito ao saneamento, fortalecendo sua capacidade de reivindicá-lo, quando o Estado falha em prover os serviços, ou quando os serviços não são seguros, são inacessíveis ou sem a privacidade adequada.

O conceito de justiça ambiental nos reconecta a noção distributiva e equitativa sobre o meio ambiente e os recursos naturais disponíveis a todos, porém, constitui parte de um sistema capitalista no momento em que fomenta desproporcionalidade (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Assim posto, é relevante refletir sobre a compreensão de desigualdade e segregação espacial, a qual pode ser identificada a partir de uma escala global (SANTOS, 1993), incorporando variáveis como tecnologia, poder econômico e políticas públicas, caracterizando elevada diferenciação entre países, regiões e estados.

Dessa maneira, expressa feições perversas quando reproduz formas de privação de acesso, determinadas pelo mercado, resultando, inevitavelmente, em desigualdades globais e reduzindo-se, portanto, a componente equidade na distribuição de serviços essenciais a vida urbana, como o saneamento. Nesse sentido, observa-se que, de forma cíclica, fatores hegemônicos e de poder centralizado incidem e determinam as diferentes apropriações do espaço, garantindo, conseqüentemente, padrões contrastantes de territorialização e reproduzindo novas matrizes de espacialidade[3] (GIDDENS, 2010).

Para Smith (1988), a lei do desenvolvimento desigual[4], expressa os diferentes ritmos de desenvolvimento impostos pelo capitalismo, forçando que regiões mais atrasadas passem a adotar mecanismos personalizados de capitalismo endógeno, onde o fator inspirador advindo das grandes potências seria uma espécie de híbrido entre os elementos modernos das nações avançadas, aliados as condições materiais e culturais preexistentes, e até certo ponto, ultrapassadas. Essa trajetória de desenvolvimento retardatário de países coloniais ou semicoloniais enaltece temas como cultura, comércio, indústria e inovações tecnológicas à frente de agendas básicas de demandas sociais, na ordem burocrática do dia. Essa situação pode denotar o não amadurecimento das políticas públicas, não havendo, na maioria das vezes, uma espécie de combinação entre a crescente carência socioespacial e os mecanismos conduzidos pelo Estado.

Em outro campo de reflexão, há a difícil missão para regiões tardiamente convidadas para um debate político-institucional – integrado ou não – como a Amazônia, *locus* de relações de poder patriarcais e oligárquicas, superarem, ou, ao menos, administrarem, de forma minimamente possível, tal herança. De tal sorte, faz-se importante destacar algumas premissas quanto a região amazônica: (i) o processo de ocupação territorial na Amazônia, desde a segunda metade do século XX, passou longe de diretrizes e princípios de equidade de acesso a serviços essenciais dirigido às populações nativas; (ii) pouco se tem pesquisado e produzido acerca de uma fisionomia do saneamento essencialmente amazônico, reconhecendo sua linha histórica, suas interfaces, seu quadro político-institucional e seus resultados e impactos; (iii) a característica de modo de vida ribeirinho de populações tradicionais amazônicas não se consolidou como elemento de planejamento do setor saneamento nem tampouco avança em estratégias de investimento governamental; (iv) o déficit em serviços de água e esgoto nas regiões metropolitanas e em municípios menores, demograficamente, vem se posicionando, há décadas, entre os piores do País; da mesma forma, (v) historicamente, os investimentos realizados em saneamento na região foram pouco representativos, em face do passivo e da crescente demanda, e caracterizam elementos de desigualdade e poder.

Entre os nove (09) estados brasileiros que compõem a Amazônia, está o Pará. Segundo maior estado em extensão territorial e, terceiro em densidade demográfica, porém, líder no escore populacional, com estimativa de 8,69 milhões de pessoas, onde, cerca de 46% de seus habitantes, 4,0 milhões de pessoas, vivem abaixo da linha de pobreza, e tal situação se agrava, consideravelmente, nos municípios do interior (IBGE, 2018). Também, é em terras paraenses que se concentram elevados déficits sanitários, entre os piores do Brasil, com cerca de 54% de seus habitantes sem acesso a água e 95% sem acesso a

coleta de esgoto sanitário, e com a segunda maior ocorrência de internações hospitalares por doenças de veiculação hídrica do Brasil, 28.348 internações/ano, e o primeiro lugar em óbitos da mesma natureza, 104 óbitos/ano. Vale ressaltar, que a média percapita dos investimentos realizados em saneamento no Pará, estão na ordem de R\$ 14,93, em contraposição, à média percapita brasileira que corresponde a R\$ 62,43 e a média percapita do Estado de São Paulo, a maior do Brasil, que é de R\$ 105,66. Ainda, digno de nota, a renda média das pessoas com e sem saneamento no território paraense, é respectivamente, R\$3.240,00 e R\$ 617,25, enquanto, que a renda média das pessoas com e sem saneamento no Brasil, é respectivamente, R\$ 2.947,06 e R\$ 501,21. Seguindo a lógica de desigualdade, o aluguel médio de habitações com ou sem saneamento no Pará, corresponde, respectivamente, a R\$ 855,88 e R\$ 170,54, em contraposição aos números do aluguel médio brasileiro com ou sem saneamento que é de, respectivamente, R\$ 795,58 e R\$ 178,42 (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2018). Em tela, destaca-se, ainda, que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) paraense ocupa o 24º lugar em relação aos demais estados brasileiros, revelando a relação direta desse indicador e de todos os outros apresentados, ao histórico de ocupação desordenada ocorrida no território paraense, ora por grandes processos de colonização a partir do rural, ora pelo *locus* de grandes empreendimentos econômicos prosseguidos pelo estabelecimento das *company towns* (BECKER, 2004).

Em Bourdieu (1997), encontramos a relevância da relação entre o espaço social e o mercado. Neste sentido, a relação capitalista existente na provisão de saneamento no Pará reafirma a assertiva de que o progressivo crescimento de espaços de segregação social é inversamente proporcional aos padrões de desenvolvimento socioeconômico, revelando-se a partir do incipiente acesso a serviços básicos de saneamento em áreas periféricas urbanas e rurais em todo o Estado.

REDES SOCIOTÉCNICAS DE SANEAMENTO NO PARÁ: ESCALAS E CONFIGURAÇÕES

A rigor, a concepção da expressão “sociotécnica”^[5] tem em sua base o esforço de articular a perspectiva, exclusivamente, tecnológica sobre determinado fato, situação ou processo produtivo aos componentes de natureza social e cultural, questões, historicamente, dissociadas. À medida que esta abordagem é adotada por outras escolas, como a do urbanismo, sua conceituação se modifica sob a égide de que a rede urbana e as relações de poder e comando compõem essa malha.

Em linhas gerais, o conceito de sistemas sociotécnicos consiste na noção de que redes referem-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, não remetendo exclusivamente a uma entidade fixa. Iniciando em Dupuy (2008) é necessário que se apreenda três importantes momentos de sua contribuição para a consolidação desse conceito: em primeiro lugar, o fato de que seu trabalho irradia uma compreensão profunda dos processos de desenvolvimento histórico, como ilustrado por seu tratamento integral do "surgimento" de redes, o desenvolvimento de conceitos subjacentes através de transferências trans-setoriais e transfronteiras de conhecimentos e das alterações na estrutura física dessas redes; em segundo lugar, o seu tratamento aprofundado com estudos de casos, ora holísticos, ora para ilustrar conceitos e argumentos específicos, enriquecendo sua fundamentação teórica; em terceiro lugar, seu estudo detalhado, tanto do sistema rodoviário, como das Tecnologias de Informação e Comunicação, ou "TICs", articulando seu trabalho teórico às agendas políticas atuais e futuras, onde se encontra referência que a ligação entre urbanismo e técnica consiste em uma espécie de casamento de conveniência^[6].

No que consiste as redes técnicas inerentes aos sistemas de água, esgoto e drenagem implantados nas cidades brasileiras, é oportuno comparar a expressão "urbanismo fragmentado" criada por Graham e Marvin (2001), onde há a afirmativa de que a partir do momento em que determinadas infraestruturas públicas passam a adquirir características monopolistas e liberais, há a perda da premissa de que se tratavam de redes para todos, que ocupavam territórios geográficos e ofereciam serviços amplamente iguais e a um custo amplamente igual. O papel dos sistemas sociotécnicos pressupõe atuação direta em um determinado território, reconfigurando suas relações de permanência, até porque essas redes foram (e são) planejadas e projetadas, e sua interferência fomenta ou atrofia novas urbanidades. Sobre isso, Ponte (2015, p. 46)

O século XX demarca não apenas a acentuação do caráter das águas técnicas, como processo de racionalização do ambiente, do território e da paisagem urbana, mas também o aprofundamento do caráter da água como veículo (de dejetos, de matéria, inclusive mercadorias), como substância (para produzir reações, de limpeza, sulfactação, diluição) e, então, como recurso (econômico, como ativo). Demarca, ainda, que as operações da água como extensão, conexão e observação incorporem, também, a apropriação material.

Albrechts e Mandelbaum (2007) levantam importantes questões pertinentes a essa discussão, onde se anseia pela desmistificação de uma Amazônia excessivamente planejada por governos federais autocráticos, onde a reafirmação de um projeto hegemônico de poder em detrimento de um processo de ocupação territorial socialmente

equitativo, de acesso à vida urbana e rural nas municipalidades, que foram surgindo e se estabelecendo por diferentes fatores, passou a inspirar diversas narrativas, a partir de variadas perspectivas e interesses. Nesse sentido, os autores suscitam a indagação sobre como as práticas de governança se aplicam ao estudo da diversidade, da variação, e da multidimensionalidade em contextos urbano-regionais.

De tal sorte, que os investimentos em saneamento básico na Amazônia e no Pará continuaram sendo muito bem orquestrados pelo Estado-nação, desde o PLANASA (1970) até o PLANSAB (2013). Em se tratando das grandes intervenções infraestruturais ocorridas desde a década de 1960 até os dias atuais, na Amazônia e, conseqüentemente, no Estado do Pará, há de se refletir na tessitura de uma intrincada relação entre desenvolvimento de redes técnicas e a expansão de cidades paraenses.

Na atualidade, o que se observa é que o critério de estabelecimento e consolidação dessas redes sociotécnicas, no âmbito da política de saneamento básico no Pará, fundamenta-se na pactuação de médios e grandes investimentos em projetos e obras de saneamento, articulando os níveis de atores envolvidos – governos estaduais, municipais e empresas privadas. Alinhado a robustez dos nós dessas redes, existe o aparato jurídico-institucional, que traz o marco regulatório do saneamento proporcionando novas frentes de exploração e, por conseguinte, o surgimento de instâncias até então adormecidas e subjugadas, como os Conselhos, e a prerrogativa do planejamento do setor. Nesse tocante, o debate sobre os elementos para um novo urbanismo, a partir do reconhecimento do papel de sistemas sociotécnicos presentes no cotidiano das metrópoles e em outras escalas de urbanidade, precisa estar incorporado a uma análise crítica das redes de saneamento.

CONCLUSÃO

Fagnani (apud ORSI, 2015), afirma que “o saneamento, em geral, é monopólio. Quer dizer, não tem concorrência”. Posto isso, vale destacar que o padrão de apropriação do setor de saneamento no Brasil e na Amazônia contribui para a constituição de monopólios naturais embasados em capital específico e em economias de escala. Ainda que se note um processo de renovação em estudos econômicos e sociológicos trazendo discussões críticas que esta política pública setorial necessita, há ainda a pertinência em se analisar como os estudos urbanos e territoriais postulam espacialidades concebidas, desenvolvidas ou ignoradas pela ação ou inação desse serviço essencial a vida urbana.

O estabelecimento do marco regulatório para o saneamento brasileiro, Lei Federal nº11.445/2007, foi importante e se contrapôs ao paradigma de um regime autocrático

vigente por décadas, que cristalizou a atuação primaz de muitos grupos econômicos, como grandes empreiteiras e instituições financeiras desde o PLANASA. Essa nova condição estabelecida no setor de saneamento materializou-se a partir do PLANSAB, onde programas estruturais e estruturantes se difundiram nos estados brasileiros com o objetivo de cumprir a meta para a universalização dos serviços de saneamento básico. Em seguida, o PAC, programa de grande envergadura financeira para o setor de infraestrutura no País, abre espaço para que um novo processo de planejamento e de aporte de recursos se estabelecesse, redesenhando inclusive o mapa de territórios brasileiros, que passaram a contar com recursos federais que pudessem promover os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e aqui se destaca regiões nordeste e norte do Brasil, fatos estes fundamentais para a nova fisionomia das redes sociotécnicas decorrentes do saneamento, pós PLANASA.

Entretanto, constata-se que, mesmo após os avanços regulatórios promovidos pela PNSB, o cenário do setor de saneamento básico, ainda, aponta para uma visão de que essa política pública tem fortalecido, monetariamente, alguns poucos grupos econômicos, em detrimento de milhares de usuários, boa parte deles residentes em áreas periféricas urbanas, em áreas rurais e em regiões ribeirinhas, ironicamente, privilegiados com extrema abundância de sua principal matéria-prima, as águas dos rios, mas com poucas iniciativas de condição adequada e saudável de acesso.

Na Amazônia se encontram as principais sequelas de um projeto falido de expansão capitalista, e no estado do Pará se configuram diversas matrizes de espacialidades que revelam as consequências de um modelo de desenvolvimento desigual, onde prevalecem, historicamente, formas de privação de acesso a serviços básicos, como o saneamento, essenciais a qualidade de vida e a dignidade humana. Onde se verificam as assimetrias decorrentes de políticas públicas que não objetivam dirimir ou mitigar os efeitos perversos das desigualdades sociais, e que originam modelos de gestão divergentes e práticas de governança, orientados e regidos pela lógica do mercado. Observa-se, ainda que, os programas e projetos não caminharam de forma articulada, gerando resultados insignificantes no aumento da cobertura em serviços de água e esgoto sanitário, e impactando, insatisfatoriamente, para a redução do déficit. Onde, a alta pulverização do setor e o elevado número de agentes envolvidos torna ainda mais desafiadora a execução dos investimentos. As mudanças estruturais precisam atingir e sensibilizar, por exemplo, os 1441 municípios paraenses que, em sua maioria, encontram dificuldades para o desenvolvimento de projetos de saneamento qualificados e aptos à captação de recursos. Também, onde há muito, não se discute o redesenho de política tarifária subsidiada frente a

uma movimentação silenciosa de inserção de cerca de dez (10) empresas privadas atuando na prestação dos serviços de saneamento e na inércia dos poderes executivos municipais em reverter quadros decadentes desses serviços, quando a eles é dada a prerrogativa autárquica de conduzir esta política pública por meio de Serviços Autônomos de Água e Esgoto. Não há saneamento para a grande maioria dos paraenses, mas há pequenas parcelas do espaço urbano que contam com sazonalidade, intermitência e irregularidades na prestação de serviço de água, e quase nenhuma coleta e tratamento de esgoto nos municípios.

A guisa de conclusão pontua-se que os debates e reflexões em torno do saneamento no Brasil, na Amazônia e no Pará, além de estarem alinhados em outros campos do conhecimento, podem, a partir de uma abordagem multidisciplinar, descrever sua relação, direta ou não, com o espaço construído em uma Amazônia do século XXI, ainda repleta de desigualdades socioespaciais, seja em áreas metropolitanas, seja em áreas de populações tradicionais ou rurais. Suas variáveis formas de monopolização, se assim podemos denominar, vem denotando características comuns desde a segunda metade do século XX. Dessa forma, arrisca-se afirmar que, a partir do sancionamento da Lei Federal nº 14.026/2020, o papel das redes sociotécnicas, que se materializaram no espaço amazônico paraense, passe a se consolidar em um padrão liberal de gerir e promover saneamento básico, aberto economicamente, que, se instalado, institucionalmente, romperá com as componentes sociais conquistadas pelo marco regulatório de 2007, estabelecendo-se, portanto, um novo modelo de gestão dos serviços e, que, inevitavelmente, consistirá em novos meandros de desigualdade socioespacial, sobretudo em terras amazônicas.

[1] Foram transferidos para o FISANE os recursos e os compromissos do Fundo Nacional de Obras de Saneamento (FNOS) (BRASIL, 1967).

[2] A Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), instituída em 1970, é uma autarquia resultante do padrão tradicional nacional de gestão em saneamento, desde o PLANASA, e foi oriunda do antigo Departamento de Águas e Esgotos do Estado do Pará.

[3] Como exemplo, cita-se, a seguinte pré-classificação: a matriz reticulada e formal dos projetos de colonização na Transamazônica, a matriz espontânea e já preexistente das populações tradicionais, indígenas e quilombolas, a matriz de vida urbana colonial e modernista da capital, a matriz dos grandes empreendimentos econômicos instalados a partir da extração de recursos naturais.

[4] Nesse sentido, Trotsky (1985) adiciona a componente “combinado” na tese do desenvolvimento desigual de Neil Smith, concebendo a expressão “desenvolvimento desigual e combinado”.

[5] Segundo Garcia (1980), esta expressão está relacionada a teoria da administração de empresas e teve sua aplicação na Inglaterra, por volta de 1950, a partir das atividades do Instituto Tavistock, em Londres.

[6] Gabriel Dupuy intitula seu primeiro livro como “Urbanisme et Technique, Chronique d'un Mariage de Raison”, de 1978, resultante de sua tese de doutorado.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHTS, L.; MANDELBAUM, S. J. **The network society: a new context for planning?** London: Routledge, 2005.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BOURDIEU, P. **Efeitos do Lugar.** In: Bourdieu, P. (coord.) *A Miséria do Mundo.* Petrópolis: Vozes, 1997.
- BORJA, P. C. **Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira.** *Revista Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 432-447, 2014.
- BOTEGA, L. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil.** Espaço Plural, Paraná, n. 17, p. 66-72, Ano VIII. 2º semestre de 2007.
- BRASIL. **Decreto nº 61.160, de 16 de agosto de 1967.** Cria o Fundo de Financiamento para o Saneamento e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/483782/publicacao/15814547> . Acesso: em 15/11/2020.
- BRASIL. **Lei nº 5.318, de 26 de setembro de 1967.** Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5318.htm#:~:text=L5318&text=LEI%20N%C2%BA%205.318%2C%20DE%2026,o%20Conselho%20Nacional%20de%20Saneamento . Acesso: em 15/11/2020.
- BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece as diretrizes nacionais sobre o Saneamento Básico e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, pág. 3, Brasília, DF, 08 de janeiro de 2007.
- BRASIL. **Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB):** mais saúde com qualidade de vida e cidadania. Brasília, DF, 2014. 220 p.
- BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.** Atualiza o marco legal do saneamento básico, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, págs. 1 a 8, Brasília, DF, 16 de julho de 2020.
- BRITTO, A. L.; QUINTSLR, S. **Redes técnicas de Abastecimento de água no Rio de Janeiro: história e dependência de trajetória.** *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, v. 9, n. 18, 2017.
- DUPUY, G. **Urban Networks — Network Urbanism.** Amsterdam: Techn Press, 2008.
- FICO, C. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2004.
- GAMA, R. S. **Aspectos da Política Nacional de Saneamento diante da transição democrática da sociedade e do Estado brasileiro.** *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 141-152, 2010.
- GARCIA, R. M. **Abordagem sócio-técnica: uma rápida avaliação.** *Revista de Administração de Empresas*, vol.20, n.3, 1980
- GIDDENS, A. **A política da mudança climática.** Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GRAHAM, S.; MARVIN, S. **Splintering urbanism: networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition.** New York: Routledge, 2001.
- GUIMARÃES, Mary L. M. **Políticas de provisão de saneamento básico: uma análise da insustentabilidade de intervenções de esgotamento sanitário no espaço urbano da Região Metropolitana de Belém.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009. 303 p.
- HELLER, L. **Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento.** *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998.

- HELLER, L.; REZENDE, S. C. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HELLER, L.; CASTRO, J. E. **Política pública e gestão de serviços de saneamento**. Belo Horizonte: Editora UFMG FIOCRUZ, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018. 151 p.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. **Painel Saneamento Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=15> . Acesso em: 13/12/2020.
- JORGE, Wilson Edson. **A Política Nacional de Saneamento – Pós 64**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - FAUUSP, v. 1, n. 2, p. 21-34, 1992.
- JUNIOR, N. F. Felipe. **Especial Governo Lula da Silva: O PAC – saneamento básico e sua contribuição para o desenvolvimento social**. Blog Geoeconômica, 2017. Disponível em: <https://marciogedri.wixsite.com/geoeconomica/single-post/2017/05/04/ESPECIAL-GOVERNO-LULA-DA-SILVA-O-PAC-%E2%80%93-Saneamento-b%C3%A1sico-e-sua-contribui%C3%A7%C3%A3o-para-o-desenvolvimento-social>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 192 p. , 2008.
- MARTÍNEZ ALIER, J.O **ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELO, M. A. B. C. de. **O padrão brasileiro de intervenção pública no saneamento básico**. Revista de Administração Pública, v. 23, n. 1, p. 84-102, 1989.
- MELOSI, M. V. **The Sanitary City: Environmental Services in Urban America from Colonial Times to the Present**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2000.
- NOZAKI, V.T. **Análise do setor de saneamento básico do Brasil**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - FEA-RP, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 64/292**. 03/08/2010. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292 . Acesso em: 16/09/2020.
- ORSI, C. **A lógica invertida da mercantilização**. Jornal da UNICAMP, Campinas, ano 2015, n. 623, 10 maio de 2015.
- PERREAULT, Thomas; BRIDGE, Gavin; MCCARTHY, James. (Org.). **The Routledge Handbook of Political Ecology**. Oxon; New York: Routledge, 2015.
- PONTE, J. P. X. **Belém do Pará: cidade e água**. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 41-60, maio de 2015.
- ROSITO, C. A. **Do PLANASA ao PLANSAB: os últimos 50 anos da água e do esgoto no Brasil**. 10.06.2019. Disponível em: <https://www.sgpam.com.br/artigos/do-planasa-ao-plansab-os-ultimos-50-anos-da-agua-e-do-esgoto-no-brasil> .Acesso em: 12/12/2020.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- TROTSKY, L. **A revolução permanente**. 2ª edição. São Paulo: Kairós, 1985.



GT 02B – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades Latino-americanas.

A PRESENÇA DAS REDES DE INFRAESTRUTURA EM ÁREAS DE IRREGULARIDADE URBANA: ELEMENTOS DA FLUIDEZ DE CAPITAL.

Karen Alessandra Solek Soares (COHAVEL)¹
Fabiola Castelo de Souza Cordovil (UEM)²

RESUMO

Na sociedade de classes há diferenças de acesso aos bens e serviços conforme as diferenças sociais, sendo a habitação um dos que mantém um acesso seletivo. Coexistem na cidade o sistema formal/legal e informal/irregular de apropriação do solo para fins habitacionais, dependentes da condição de acessibilidade da população aos preços do mercado formal sobre o solo urbanizado, já que os atributos da implantação de infraestrutura, fatidicamente, elevam estes preços. No intuito de evidenciar as negligências no fornecimento de infraestrutura em ocupações irregulares para fins habitacionais, elencaram-se determinados índices para identificar tais situações em Cascavel, município do Estado do Paraná, Brasil. Identificou-se que a permissividade da irregularidade urbana acontece desde a década de 1970, intensificando-se nas décadas de 1990 e 2000, conjuntamente com o estabelecimento do município como polo regional na prestação de serviços, às margens da BR-277, caracterizando-se como importante eixo de articulação viária nacional e internacional. Metodologicamente, fez-se uma análise do atendimento das redes de infraestrutura (pavimentação, drenagem, iluminação pública, água tratada e esgoto) sobre as 30 áreas com irregularidades cadastrais levantadas pelo Plano Municipal de Habitação de forma quantitativa. Observou-se desenhos semelhantes em relação a localização destas na malha urbana, contudo, apresentaram diferenças nos resultados de implantação da rede de infraestrutura, conforme o promotor da irregularidade urbana: agentes privados, autarquias habitacionais (municipal e estadual) e a municipalidade. Concluiu-se que a execução da infraestrutura se dá, tanto mais fluida, quando há a possibilidade de investimento de capital privado, o que diferencia a ação destes agentes promotores da irregularidade urbana.

Palavras-chave: redes de infraestrutura; habitação popular; irregularidade urbana.

¹ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (UEM), arquiteta da Prefeitura Municipal de Cascavel no setor de Regularização Fundiária da COHAVEL. E-mail: karensolek@gmail.com

² Pós Doutora em Geografia (UFSC), Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP), professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UEM). E-mail: cordovilfabiola@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordou o assunto da localização e implantação das redes de infraestrutura, e desenvolve o tema das negligências no seu fornecimento em loteamentos ou ocupações irregulares/clandestinos. Justificou-se o presente trabalho na notória distinção de acesso aos bens e serviços da cidade conforme as diferenças na sociedade de classes, sendo a habitação uma das que mantém um acesso seletivo. Essa diferença, a qual é limitante no sentido do estabelecimento do direito à cidade, é evidentemente precária quando da apropriação do solo para fins habitacionais em áreas irregulares/clandestinas. Estas características são encontradas em cidades da região de fronteira de expansão do capital que sofreram com processos de adensamento e industrialização, como Cascavel, no Paraná.

Como problema, fixou-se em como evidenciar as carências em infraestrutura urbana resultantes da produção de assentamentos irregulares ou clandestinos na cidade de Cascavel, inserida na região de fronteira de expansão do capital. Foram identificados três tipos de agentes promotores da irregularidade urbana sendo estes: agentes privados, autarquias habitacionais de cunho municipal e estadual e a municipalidade através de sua secretaria de Assistência Social. Diante de diversas evidências, procurou-se responder quais desses agentes seriam o mais negligente?

Para tal problema, foram formuladas as seguintes hipóteses: primeiramente, que a não conformidade com alguma regulamentação urbanística acarreta a irregularidade jurídica e cadastral do loteamento, e, em consequência, há uma negligência intencional ao fornecimento de infraestrutura básica (vias de circulação, escoamento de águas pluviais, rede de abastecimento de água potável, soluções de esgotamento sanitário e energia elétrica para a rede pública), estipulado no marco jurídico da Lei Federal nº 6.766/1979 – Parcelamento do solo (SAULE JR, 2004). Tendo em vista a identificação de diferenças de implantação das redes de infraestrutura em áreas igualmente irregulares, como segunda hipótese, tem-se que, no atendimento à infraestrutura de loteamentos com fins habitacionais, é preferencial o espaço onde há a realização do capital financeiro (CARLOS, 2007).

O marco temporal relacionado à irregularidade de loteamentos e assentamentos urbanos se dá entre as décadas de 1970 a 2000, época do estabelecimento da frente pioneira de expansão do capital até a efetiva financeirização da economia brasileira na década de 1990, bem como do surgimento das situações de loteamentos irregulares ou clandestinos³, em situação de informalidade cadastral na cidade de Cascavel-PR.

³ Neste trabalho distingue-se pela sua morfologia que, Loteamentos irregulares são aqueles implantados obedecendo um desenho físico-territorial próximo ao da malha urbana regular, que permaneceram em desacordo dimensional ou quantitativo com as normas vigentes. Os loteamentos

Estudos decorrentes de uma análise sobre o Plano Municipal de Habitação – PMH, feito em 2012, entre outros dados identificados pelo setor de Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de Cascavel, volumam um quantitativo de trinta áreas nas quais se procedeu uma análise qualitativa (SOARES, 2016). Permaneceram as situações de residências implantadas em áreas com infraestrutura deficitária, sendo a maioria destes loteamentos, provenientes da intervenção do próprio Poder Público Municipal, através de sua empresa pública: Companhia Municipal de Habitação de Cascavel - COHAVEL (SOARES e CORDOVIL, 2019).

Nos limites desta pesquisa, não foram desenvolvidos os motivos, intenções da origem ou permanência das áreas na situação de clandestinidade ou irregularidade frente às legislações urbanísticas. Seguiu-se o objetivo de evidenciar as práticas espaciais de carências em redes técnicas de infraestrutura urbana, resultantes da ação de agentes públicos e privados na produção de assentamentos irregulares na cidade de Cascavel-PR, desde a década de 1970 – 2000. Ao relacionar a infraestrutura com os locais de assentamentos irregulares/clandestinos, visa contribuir, de modo mais amplo, sobre os possíveis modos de apropriação da cidade e evidenciar os espaços excludentes.

O artigo divide-se em: fundamentação teórica, processo de análise da infraestrutura, procedimentos metodológicos, discussão da composição dos índices gerais e considerações finais sobre o mercado imobiliário formal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir de um histórico de políticas públicas que induziram o adensamento urbano, a partir da década de 1930, e das intencionalidades sobre a industrialização relacionadas ao processo de acumulação capitalista na década de 1960, intensificados na década de 1990, em algumas cidades brasileiras, passaram a coexistir no mesmo espaço o legal e o ilegal no uso e apropriação do solo urbano (OLIVEIRA, 2013). O primeiro, dentro dos padrões urbanísticos e ambientais da cidade definida em marcos legais e formais, com uma população de proprietários. O segundo, o da irregularidade urbana, que é definida por Clichevsky (2009), como sinônimo de ilegalidade e de informalidade, e se relaciona às transgressões de agentes sobre o domínio da propriedade (como a falta de titulação ou contrato de aluguel) e ao processo de urbanização (descumprimento das normas edilícias, de uso e ocupação do solo e ambientais).

clandestinos são ocupações as quais não se reconhece estruturas fundiárias homogêneas ou os limites da propriedade devido à disposição e adensamento das edificações (SOARES, 2016).

Destaca-se que a habitação é um bem de consumo que mantém um acesso seletivo, conforme as diferenças sociais. A sujeição à informalidade na ocupação do solo urbano, encontrado em toda a América Latina, é resultante da inacessibilidade que representa à população de baixa renda aos preços do mercado formal sobre o solo urbanizado, no crescente de preços entre: terra nua, informal e urbanizada (SMOLKA, 2003).

De um modo geral, as pessoas com maior renda habitam as melhores áreas da cidade. A segregação espacial fruto da diferenciação de classes, poder econômico, político e social, que dá acesso à propriedade da terra, acontece na medida que possibilita o pagamento de seu preço. O preço da terra decorre da sua localização, acesso aos serviços, infraestrutura, privacidade, além dos reflexos dos custos e construção. Restam aos de menor poder aquisitivo as áreas com ausência de infraestrutura ou distantes das áreas privilegiadas da cidade, conjugadas com a possibilidade de autoconstrução. Mais além destas possibilidades, o que resta é a favela, onde não vigora o direito à propriedade (CARLOS, 2015).

Em Cascavel, município da Mesorregião Oeste do Estado do Paraná, Brasil, a permissividade da irregularidade urbana acontece desde a década de 1970, intensificando-se entre as décadas de 1990 e 2000, conjuntamente com a financeirização da economia e do estabelecimento de Cascavel como polo regional na prestação de serviços, às margens da BR-277, que se constituiu na reconfiguração da antiga BR-35, importante eixo de articulação viária nacional e internacional (figura 1) (SOARES, 2016).

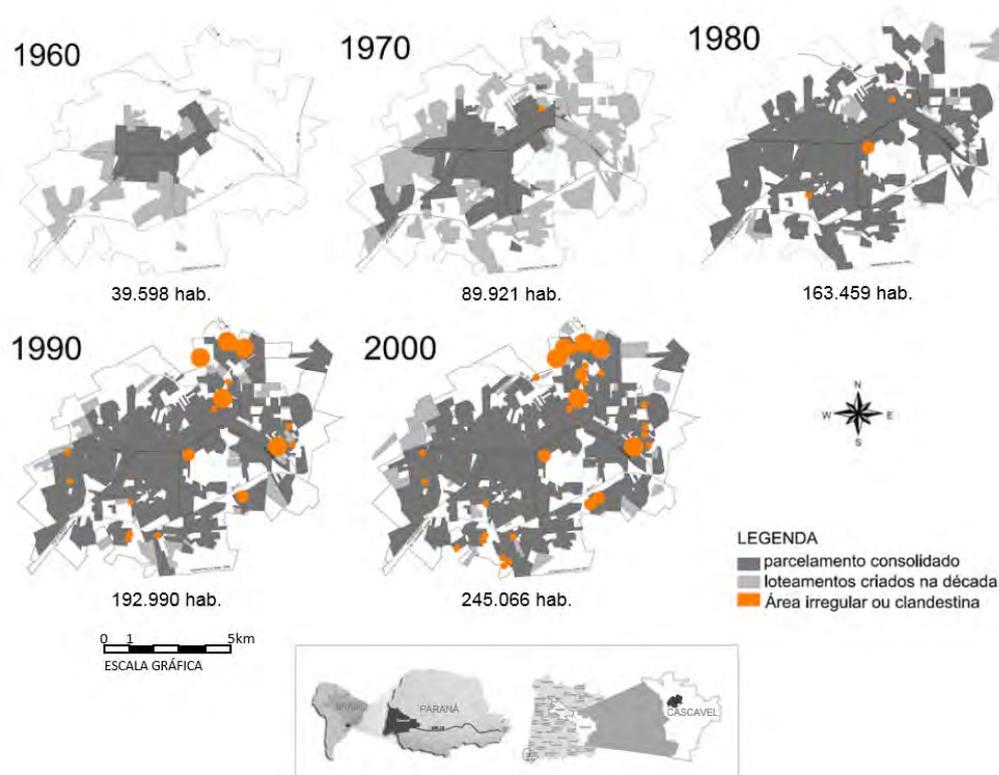


FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA IRREGULARIDADE URBANA DE 1960 - 2000
FONTE: SOARES, 2016, p.156.

A figura 1 ilustra o surgimento da irregularidade seja em loteamentos inteiros, seja assentamentos em parte de loteamentos já aprovados, e sua disposição pela cidade, independente de seus agentes promotores. Para evidenciar a evolução temporal foi mantido o perímetro urbano do ano de 2008, através das décadas de 1960 até 2000. Nota-se o surgimento da irregularidade/clandestinidade (círculos alaranjados) a partir da década de 1970, que segue com o mesmo ritmo pela década de 1980. Neste período a cidade começa a sentir os reflexos dos investimentos de capital, fundada no mercado e na contratualidade social (MARTINS, 1996). A explosão da irregularidade acontece nas décadas de 1990 e 2000, décadas de menor percentual de crescimento da população do município, mas de grande urbanização (SOARES, 2016).

Na economia da cidade, a habitação é uma atividade de consumo na reprodução social de um modo de vida determinado. Esse morador/consumidor, nas dimensões de uso, se apropria de certos bens públicos gerenciadas pelo Estado que são essenciais para a reprodução da força de trabalho e constituem a base da vida cotidiana de todos os grupos sociais e trazem disputas por tudo o que o habitar implica: educação, saúde, cultura, comércio, transporte, etc (CARLOS, 2015).

Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação expressar-se-á na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana (CARLOS, 2015, p.46-47).

O Estado e o Município são provedores de serviços públicos e de infraestrutura, principalmente aos que servem ao consumo coletivo da população em geral (redes físicas de água, esgoto, calçamento, sistema viário, iluminação, equipamentos urbanos, coleta de lixo, etc.). A gestão pública por estes entes gera uma expectativa de atuação, esperada e cobrada pela população (GOTTDIENER, 2010). A gestão espacialmente desigual torna-os alvos de reivindicações de certos movimentos sociais urbanos, sendo mais cobrada para a gestão dos espaços urbanos, do que pelo real controle destes espaços (CORRÊA, 2005).

Nesse contexto, ganha ainda maior importância o papel do Estado, seja para regulamentar as alianças entre os setores fundiário, imobiliário e financeiro, seja na definição de projetos urbanísticos de renovação/estruturação urbana, ou ainda no uso do poder da violência para definir o lugar que cabe a cada um na cidade [...] (CARLOS et al, 2014).

3 PROCESSO DE ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA

Dupuy (1998) propõe uma revisão de doutrinas urbanistas, a partir do ponto de vista da construção de um espaço em rede, para uma concepção de território baseada nas redes de infraestrutura por três dimensões: topológica, cinética e adaptabilidade.

No presente trabalho, a análise se limita à possibilidade de conexão, na existência ou não da rede. Não será analisado a sua velocidade de conexão a outros pontos, ou sua adaptabilidade como suporte. Admite-se, assim, uma negligência intencional de descontinuidade topológica da rede de infraestrutura, como hipótese, e verifica-se como esta atinge os assentamentos irregulares/clandestinos, como forma de constatação pura e simples da infraestrutura.

Como as áreas irregulares se distribuem pela cidade, adota-se outra forma de marcar os territórios, mediante a suas fronteiras e delimitações, a partir da virtualidade e do imaginário que se materializam na rede técnica (DUPUY, 1998).

Estas otras formas de territorialidad siempre restringen la RPT [red de proyectos transaccionales]. Los proyectos de los actores no contemplan, ni el lo imaginario ni en la virtualidad, todas las conexiones posibles inmediatamente con todos los puntos. Las fronteras permanecen o aparecen aquí u allá, excluyendo algunos puntos, algunos períodos, algunos ritmos. Así, se imponen límites entre los "a dentro" y los "a fuera", límites que las transacciones no osan transgredir (DUPUY, 1998, p.124).

São estes pontos limites da fronteira, a gestão da conexão com os excluídos, com diferentes restrições técnicas, com condicionantes econômicas e políticas, que se pretende discutir com este trabalho. Dentro de uma possibilidade múltipla de conexões entre seus pontos, o projeto coletivo exige de seu agente promotor uma homogeneização da lógica da rede, que joga com a diversidade, ao invés da uniformização (DUPUY, 1998). Atem-se às operações de primeiro nível, onde se elaboram o território das redes reais, sendo este o lugar de intervenção do urbanismo segundo Dupuy (1998), o qual facilita as articulações com outros níveis de operação (outras territorialidades).

São a partir das redes de infraestrutura estabelecidas, que, em outra escala, cada família de trabalhador constitui e organiza sua cidade individual, como usuários (DUPUY, 1998). Para esta subjetivação da vida cotidiana, não homogênea ou unitária, o valor criado para a produção da existência do próprio indivíduo, é incomensurável, isto é, não pode ser medido objetivamente (GAGO, 2015).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a execução da presente pesquisa foram definidas três abordagens principais: a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a pesquisa correlacional sob uma análise quanti-qualitativa.

A identificação das áreas irregulares partiu dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Cascavel, evidenciados no instrumento político-administrativo do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMH, descritos na Lei Municipal 6.063/2012 - PMH, sobre as áreas passíveis de regularização fundiária, acrescido de outras identificadas a partir de documentos do setor de Regularização Fundiária da Secretaria de Planejamento e Urbanismo do município (SOARES, 2016).

As fontes utilizadas para a identificação das infraestruturas existentes na cidade de Cascavel foram as contidas nos levantamentos de planos diretores da cidade, nos anos de 1978, 1986, 1992 e 2006. Também foram feitas consultas *in loco* como meio de conferir a ampliação das redes técnicas de infraestrutura ao longo do tempo, em uma análise topológica, conforme conceitos de Dupuy (1998). A partir disso, elaborou-se mapas multitemporais para apresentação do contraponto entre o local de implantação dos assentamentos irregulares/clandestinos, com os da infraestrutura existente, a partir da década de 1970 até a de 2000. Nos casos em que houve falta de informações quanto à evolução temporal das redes técnicas, o parâmetro de análise foram os dados encontrados nos levantamentos para o Plano Diretor do município de Cascavel de 2006.

A partir dos dados gerais foram feitas análises individuais qualitativas do atendimento de infraestrutura sobre os dados da expansão da implantação das redes técnicas de infraestrutura eleitas para a análise de gestão: vias pavimentadas com drenagem; rede de esgotamento sanitário; rede de abastecimento de água potável e rede de energia elétrica. Agregou-se a combinação das várias redes que correspondem aos diferentes setores de abastecimento a cada um dos trinta loteamentos e assentamentos irregulares da cidade, organizados conforme seu agente promotor (município, autarquias ou agentes privados).

A análise de atendimento das redes de infraestrutura foi feita identificando-se a presença de tais elementos pelos segmentos das vias que conformam 100% do assentamento ou loteamento implantado, de maneira quanti-qualitativa.

Para facilitar a identificação quantitativa, a cada segmento de via de acesso existente, foi atribuído uma numeração para contagem sequencial, verificando sua totalidade e conferência de quais infraestruturas atingem as mesmas. Cada infraestrutura eleita contribui com o valor 0,2 para atingir o índice total 1,0, que confere 100% da infraestrutura.

Para a verificação qualitativa, a cada situação encontrada na totalidade da implantação da infraestrutura, nos assentamentos ou loteamentos, atribuiu-se o valor de zero

a um. Considera-se zero, como inexistente; 0,25 como com estrutura ruim; 0,50 com estrutura regular; 0,75 com boa estrutura e a pontuação de 1,0 como atendida na totalidade. O somatório destas informações qualitativas resulta em um “índice geral” sobre a proporção do quão negligenciada ou atendida configura-se as redes de infraestrutura até a década de 2000, conforme seu agente promotor.

A partir da localização das áreas elencadas, fez-se esquematicamente um mapa síntese, ligando os empreendimentos de mesma promoção, como se fossem parte da mesma rede, para melhor visualização de sua distribuição e configuração espacial dentro das possibilidades do perímetro urbano. Justifica-se esta metodologia, de junções de pontos, nas considerações de Dupuy (1998), que defende a análise sobre as redes de infraestrutura:

La red asegura la puesta en relación, la conexión máxima, a ser posible directa y múltiple, entre unos puntos del espacio, independientemente de su localización y más allá de las diferentes barreras y límites. La red favorece así la apertura del espacio urbano y la descentralización. Se trata de una extensión espacial necesariamente discontinua porque la red sólo une puntos. A las discontinuidades lineales del espacio creadas por las fronteras de los perímetros históricos, administrativos o urbanístico, la red opone una discontinuidad intrínseca que borra de alguna manera el espacio geográfico fuera de los nudos y de los arcos, creando un espacio particular de la red (DUPUY, 1998, p.94).

Não se considera o ponto de localização destas áreas necessariamente uma abstração, mas sim “[...] la expresión de un ego individual o colectivo, es decir el lugar donde un actor piensa su acción, puede convertirse en el origen de una voluntad individual o colectiva de relación, de enlace potencial con otro punto (es decir otro actor)” (DUPUY, 1998, p.122).

Admite-se, com isso, a existência de projetos de interação e comunicação potenciais na lógica da cidade, com elos virtuais em diferentes pontos, numa espécie de delegação coletiva de poderes. “Sólo se trata de proyectos, cuyas realizaciones suponen un poder: poder de hacer entrar otro lugar, otro punto en el territorio del actor, de establecer la relación deseada, proyectada, en el espacio y en el tiempo” (DUPUY, 1998, p.122). Assim, mapeia-se a lógica espacial conforme o agente produtor da irregularidade urbana.

5. LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS CLANDESTINOS / IRREGULARES QUANTO ÀS REDES DE INFRAESTRUTURA

A pesquisa visa complementar a consideração da habitação como uma atividade de consumo na reprodução social e a sua proximidade às redes de infraestrutura, a qual relaciona-se à produção do território, e também de exercício de poder (DUPUY, 1998). Efetivamente, o modo de observação do fenômeno é sobre a implantação das redes técnicas de infraestrutura e não sobre a necessidade de seus usuários (GOTTDIENER, 2010).

5.1 Pavimentação e drenagem

Foi feita a análise temporal entre as décadas de 1970 a 2000, sobre a configuração das vias pavimentadas da malha urbana levantadas nos Planos Diretores pertinentes, juntamente com o surgimento dos pontos com áreas de irregularidade na cidade de Cascavel (figura 2).

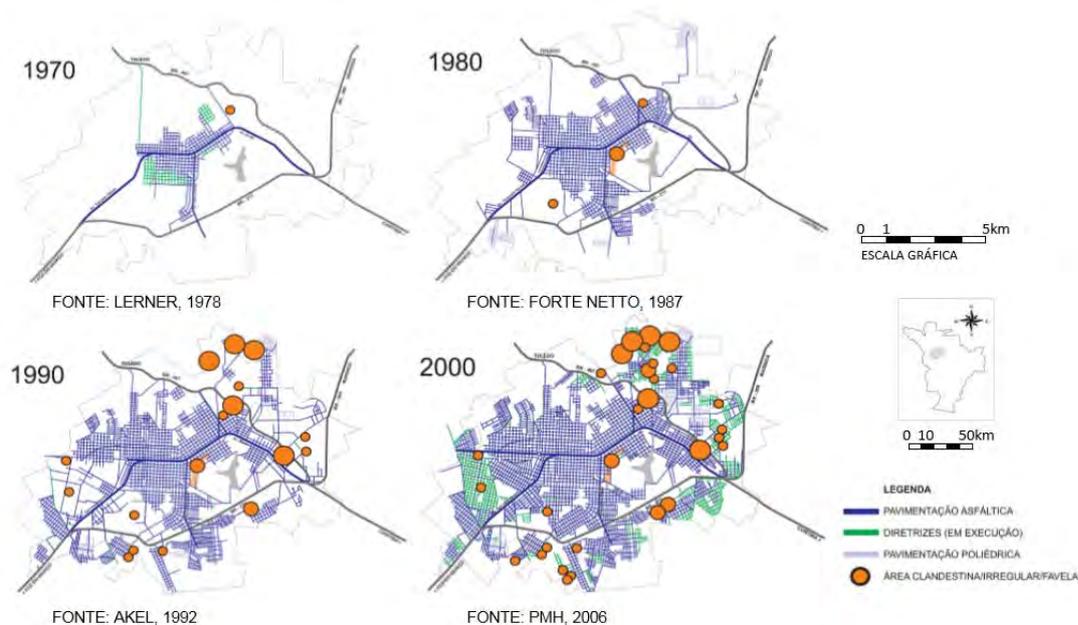


FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE DRENAGEM 1970 - 2000
 FONTE: SOARES, 2016, p.171.

Observa-se que nas décadas de 1970 e 1980, mesmo com vários loteamentos aprovados, estes são implantados somente com leito encascalhado das vias. As linhas verdes representam somente as vias abertas, como diretrizes de pavimentação, sem a execução necessária de pavimentação e drenagem na década apresentada. Verifica-se que as vias pavimentadas não alcançam toda a extensão do perímetro urbano o que prejudica loteamentos periféricos. Contudo, os loteamentos irregulares que surgem próximos as redes com a infraestrutura já existente logo são encapsuladas por ela nas décadas seguintes.

Neste item não se pretende desenvolver uma análise de distâncias mínimas da via à rede, mas somente a sua configuração física em continuidade, constatando as conexões em número de vias de ligação. Entende-se que quanto maior esta ligação, melhor será o atendimento e adaptação da rede, a configuração de trajetos múltiplos (DUPUY, 1998).

Para os resultados dos índices gerados, as variáveis de pavimentação e drenagem pluvial foram analisadas em um item conjunto. O coeficiente 1,0 representa um índice ótimo, com todas as vias de acesso pavimentadas.

| PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL URBANA | | |
|--|------------|----------------|
| PRIVADO | AUTARQUIAS | MUNICIPALIDADE |
| 0,7 | 0,4 | 0,2 |

QUADRO 1 – ÍNDICE DE PAVIMENTAÇÃO DE DRENAGEM URBANA.

FONTE: As autoras, 2020.

Conforme resultados no quadro 1, com a constatação de que os assentamentos de promoção privada estão próximos à malha urbana já consolidada, é notório o seu resultado 0,7 (bom) de atendimento superior aos demais agentes promotores.

As áreas de promoção das autarquias apresentam grandes diferenças de implantação da infraestrutura de pavimentação e drenagem entre os empreendimentos analisados individualmente, mas na análise geral apresenta-se o resultado 0,4 (ruim).

Mesmo apresentando características semelhantes de localização com os empreendimentos das autarquias, os assentamentos de promoção da municipalidade têm o pior resultado 0,2 (inexistente).

5.2 Esgotamento sanitário

O serviço de coleta de esgoto sanitário no município de Cascavel é prestado pela concessionária do Governo do Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Não foram encontradas informações referentes ao início da implantação das obras de saneamento, contudo, acredita-se que estas tenham sido desenvolvidas a partir dos Programas para Cidades de Porte Médio - PCPM, na década de 1980 (SOARES, 2016). Os dados sobre a evolução do número de ligações de esgoto aparecem como contabilizados a partir do ano de 1997 e atinge 44,17% da população urbana da cidade de Cascavel na década de 2000 (SOARES, 2016).

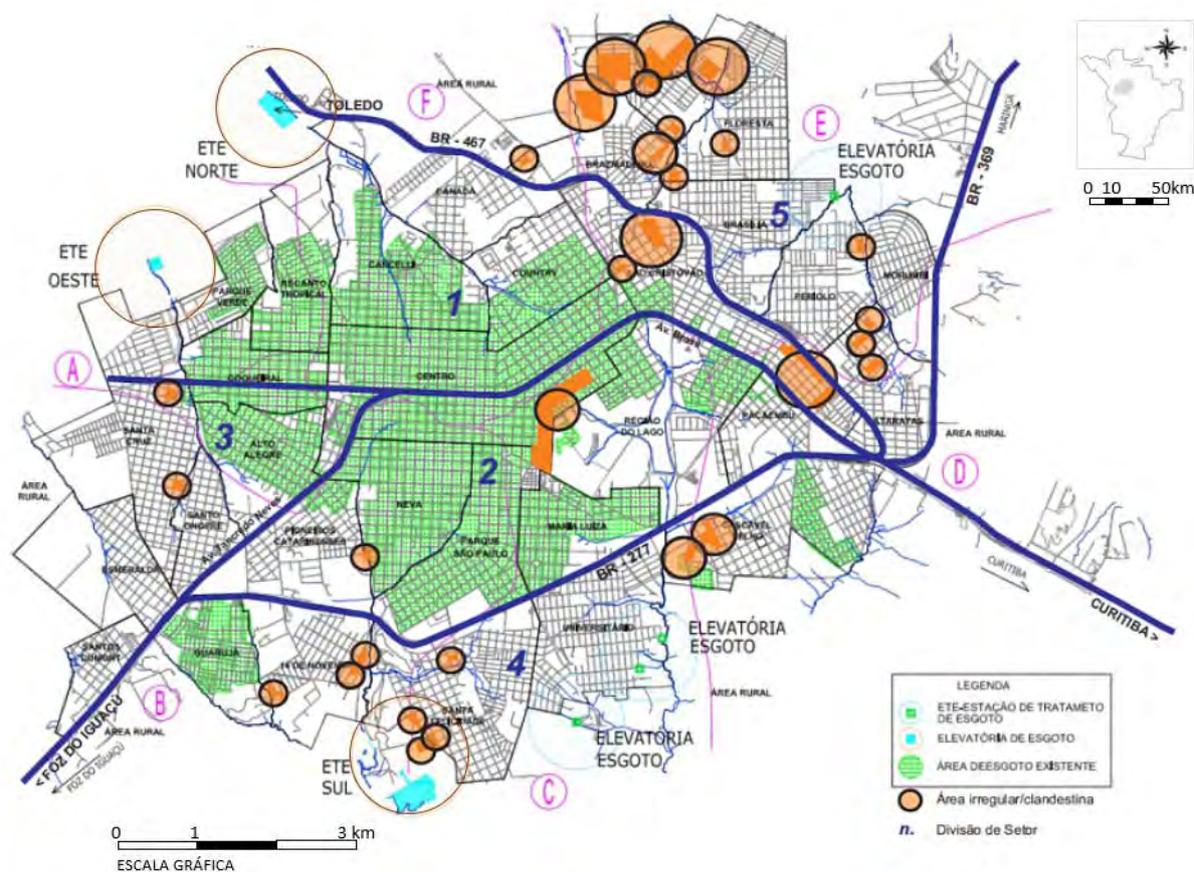


FIGURA 3 – MAPA ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 2004
 FONTE: SOARES, 2016, p.177.

Na cidade de Cascavel, são três as Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de sistema de tratamento tipo lagoa anaeróbia, seguida de lagoa facultativa (Norte e Sul), e uma de desinfecção (Oeste). Estas estão identificadas na figura 3 através de um polígono azul inscrito em um círculo. O levantamento de infraestrutura feito em 2004 para o Plano Diretor de 2006 traz no mapa de esgotamento sanitário o serviço identificado pela mancha verde. Os círculos em laranja representam as áreas de assentamentos clandestinos ou irregulares.

Em uma análise macro em relação à posição e atendimento dos loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos quanto ao serviço de esgotamento sanitário, conforme as divisões setoriais definidas pelas vias principais de ligação da cidade, nota-se que a maioria destes não é atendida pela rede de esgotamento sanitário existente. Outra observação é a de que, esta rede se apresenta descontínua, atendendo em maior extensão, basicamente áreas centrais de número 1 e 2, entre a BR-277 e a BR-467. As sequências com o pior atendimento seguem a numeração de setores 3, 4 e 5, sendo este último o mais negligenciado nesta variável. O sistema utilizado, quando da ausência de rede de esgotamento sanitário, é o de fossa séptica.

| ESGOTAMENTO SANITÁRIO | | |
|-----------------------|------------|----------------|
| PRIVADO | AUTARQUIAS | MUNICIPALIDADE |
| 0,3 | 0,0 | 0,0 |

QUADRO 2 – ÍNDICE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

FONTE: As autoras, 2020.

Como resultado geral da variável tem-se o quadro 2, o qual identifica as áreas de promoção privada com o melhor resultado. Mesmo que com um coeficiente ruim, tem condição melhor de infraestrutura que os de promoção das autarquias e da municipalidade, totalmente inexistentes.

5.3 Abastecimento de água

O abastecimento de água no município de Cascavel é prestado pela concessionária Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Conforme o Perfil Municipal 2003/2004 a captação de água para o abastecimento é feita nos rios: Cascavel, Peroba, Saltinho, os quais são encaminhados para as Estações de Tratamento de Água ETA1 (roxo na figura) e ETA3 (em amarelo na figura). Para complementar a demanda do abastecimento de água também são utilizados oito Poços subterrâneos, captados do Aquífero Serra Geral Norte (em verde na figura) (SOARES, 2016). Os tipos de captação de água compõem a cobertura da rede, que atende a 99,88% da população da cidade (SOARES, 2016).

Além do sistema público de abastecimento de água, há o atendimento através de poços artesianos, no qual condomínios verticais e horizontais possuem unidade de abastecimento por fonte própria (SOARES, 2016). Estes pontos são identificados na figura 4 pelas manchas pontilhada na cor vermelha.

Cabe ressaltar que o mapa com a rede de abastecimento de água é proveniente do levantamento de infraestrutura para o Plano Diretor de 2006, o qual indica a abrangência do sistema de abastecimento de água e não as efetivas ligações ao sistema existente.

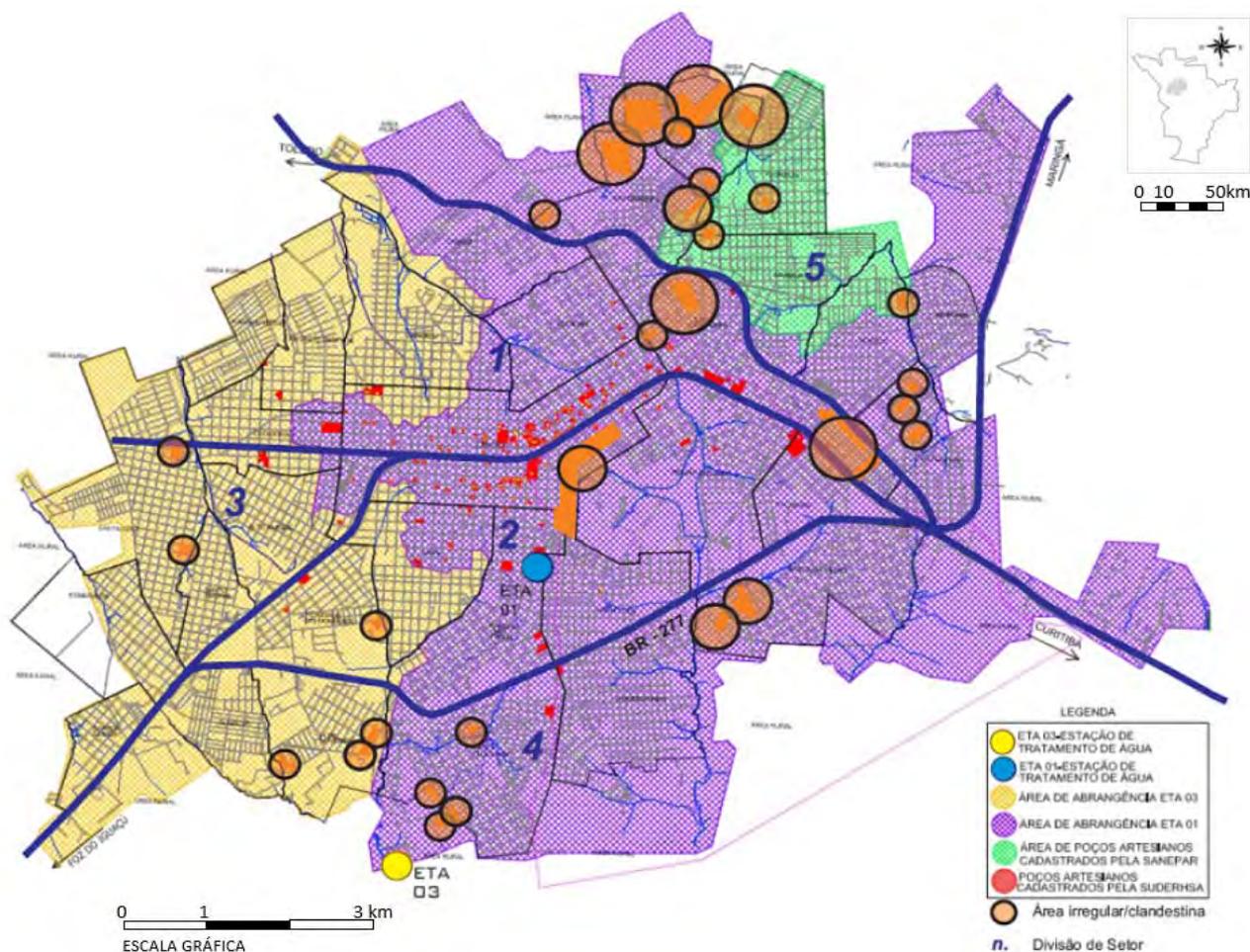


FIGURA 4 – MAPA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 2004
 FONTE: SOARES, 2016, p.181.

Nos empreendimentos de promoção privada, todos estão na área de abrangência da ETA 01, e desde que autorizados pelo proprietário, todos podem ser atendidos com o abastecimento de água. Neste sentido, conforme indefinições de propriedade, alguns assentamentos apresentam dificuldades nesta liberação.

Quanto ao acesso dos assentamentos à rede de abastecimento de água, os empreendimentos de promoção das autarquias (Municipal e Estadual), como estão distribuídos pela cidade, possuem atendimento por todas as estações de água, desde que tenham autorização dada pelo proprietário, neste caso, as autarquias. Neste sentido, como há um ente regulador de contratos e a propriedade identificada, os processos burocráticos e documentais de ligação de cada residência à rede de abastecimento de água são mais facilitados do que a do caso anterior, o de promoção privada. Contudo, a problemática não reside necessariamente no processo documental de ligação e sim na inexistência da rede ou na sua ampliação em algumas destas áreas.

Quanto ao acesso dos assentamentos à rede de abastecimento de água, nos empreendimentos de promoção da municipalidade, parte está na área de abrangência da ETA

03; e parte é abastecida pela captação feita em poços artesianos de profundidade. Todos, desde que possuam autorização dada pelo Município de Cascavel, podem ser atendidos com o abastecimento de água. Neste caso há todo um protocolo de solicitação, envolvendo visitas técnico social na área, para depois ocorrer a liberação a ser apresentada na SANEPAR para o consumidor final.

| ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA | | |
|-------------------------------|------------|----------------|
| PRIVADO | AUTARQUIAS | MUNICIPALIDADE |
| 0,9 | 0,9 | 0,9 |

QUADRO 3 – ÍNDICE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA

FONTE: As autoras, 2020.

Os três agentes promotores, por mais que o abastecimento de água mantenha uma característica de atendimento prioritário e que apresentem um coeficiente bom, são igualmente falhos no atendimento a alguma de suas áreas neste item.

5.4 Energia elétrica na iluminação pública

Na análise sobre a iluminação pública, os planos diretores consultados não possuem dados mapeando este item, por isso não foi possível identificar precisamente a abrangência ou analisar as demandas por bairro. Conforme os dados do Censo de 2000 (IBGE), a cidade de Cascavel possui três subestações de energia elétrica que atendem o percentual de 99,45% da população.

| ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | |
|--------------------|------------|----------------|
| PRIVADO | AUTARQUIAS | MUNICIPALIDADE |
| 0,9 | 1,0 | 1,0 |

QUADRO 4 – ÍNDICE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

FONTE: As autoras, 2020.

Conforme verificação *in loco*, em cada assentamento, verificou-se que, ao menos a rede pública de iluminação, atende quase que igualmente a toda a extensão dos empreendimentos, inclusive aqueles mais distantes, com ruas de abertura irregular. Excetua-se poucos casos de vias sem iluminação pública onde os assentamentos de promoção privada encontram-se, em parte, em áreas de fundo de vale, ou em casos de rua interna ao assentamento. Bem como as vias dos assentamentos que têm como divisa chácaras ainda não parceladas ou no limite do perímetro urbano. Casos que poderiam ser resolvidos com recursos do proprietário. Estas informações refletem no quadro 4, com ótimos resultados das autarquias e da municipalidade, e um resultado pouco inferior aos de promoção privada.

6. DISCUSSÃO DA COMPOSIÇÃO DOS ÍNDICES GERAIS

Na análise sobre as áreas de loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos levantados na cidade de Cascavel, organizados conforme os seus agentes promotores, levou-se em conta algumas variáveis de infraestrutura e seu efetivo atendimento a estas áreas, conforme a implantação existente. Para compor o índice geral (1,0) este deveria conferir a presença de 100% de todas as infraestruturas elencadas. A composição do índice geral e seu resultado encontrado revela a negligência de infraestrutura aos assentamentos clandestinos ou irregulares conforme o seu agente promotor.

| Variáveis/ Agentes | Pavimentação | Drenagem Urbana | Esgotamento Sanitário | Água Tratada | Iluminação Pública | Índice (1,0) |
|-----------------------|--------------|--------------------|--------------------------|-----------------|-----------------------|-----------------|
| Privado | 0,7 | 0,7 | 0,3 | 0,9 | 0,9 | 0,70 |
| Autarquias | 0,4 | 0,4 | 0,0 | 0,9 | 1,0 | 0,54 |
| Municipalidade | 0,2 | 0,2 | 0,0 | 0,9 | 1,0 | 0,46 |

QUADRO 5 – ÍNDICE GERAL DE VARIÁVEIS CONFORME AGENTES

FONTE: As autoras, 2020.

Em uma análise geral sobre o resultado dos índices demonstrados no quadro 5, observa-se que os empreendimentos de promoção privada, independentemente do número de assentamentos promovidos, apresentam melhor índice (0,70 - Regular) seguindo dos de promoção das autarquias (0,54 - Ruim) e, por último, o da municipalidade (0,46 - Ruim), como mais negligente.

Nesta lógica de ação dos agentes promotores, o agente privado apresenta um melhor resultado geral na gestão de infraestrutura do total dos empreendimentos com irregularidades urbanas.

Afirma-se, a partir disso, que o próprio município é o agente que mais negligencia a responsabilidade de instalar redes de infraestrutura urbana, além de ser, ao mesmo tempo, agente fiscalizador, regulador e fornecedor da demanda de infraestrutura. Lembrando que, em áreas públicas há uma dificuldade legislativa em relação ao estabelecimento da propriedade, enfraquecendo o elo reivindicatório com o mercado imobiliário, ou seja, a ligação política, não é o único fator para o estabelecimento da implantação da infraestrutura.

6.1. Mapa Síntese

Ao se analisar as áreas de assentamentos como pontos no espaço, centros geográficos que se conectam em três redes distintas de promoção, visualiza-se suas fronteiras, espaços onde o ator pensa sua ação.

De volta à resolução da primeira hipótese, a partir da proposta de revisão de doutrinas de Dupuy (1998), admite-se uma análise das redes de infraestrutura, somente topológica, no que influi sua continuidade ou interrupção no sentido dos assentamentos e loteamentos informais, e a constatação de conexões. Como esta rede se instala e alimenta os pontos de assentamentos irregulares/clandestinos, que conformam territorialidades, agrupadas pelo seu agente promotor, tende a evidenciar os limites do que está dentro e o que está fora, e não uma reflexão sobre a cidade como um todo. São estes pontos limites da fronteira, a gestão da conexão com os excluídos, com diferentes restrições técnicas, com condicionantes econômicas e políticas, que podem evidenciar as negligências em infraestrutura destes espaços.

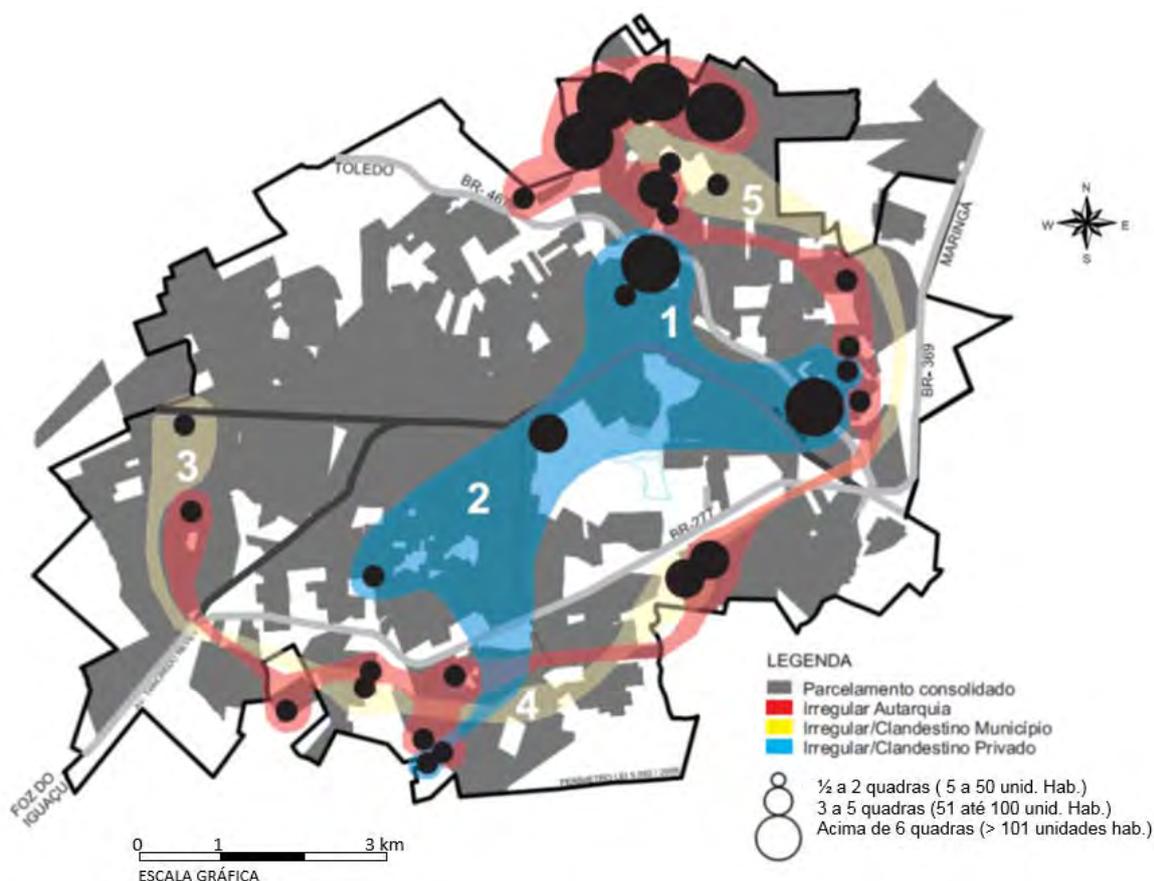


FIGURA 5 – SÍNTESE DA LOCALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA IRREGULARIDADE URBANA EM CASCAVEL-PR
 FONTE: SOARES, 2016.

O mapa demonstra uma associação entre a produção da irregularidade e a segregação sócio-espacial formados por cada agente promotor, como se formassem uma interconexão em rede de significação territorial.

Observa-se na figura 5 que, quanto a localização dos empreendimentos, os de promoção privada (em azul) apresentam-se, em grande parte, mais próximo ao núcleo urbano inicial (setor 1, 2 e 4), onde se encontram as redes de infraestrutura já consolidadas. As de

promoção das autarquias (vermelho) e da municipalidade (amarelo), já se agrupam em áreas periféricas, além das barreiras das rodovias BR-277 e BR-467, nos setores 3, 4 e 5, local onde as redes de infraestrutura já são escassas ou descontínuas. Essas duas promoções, da autarquia e da municipalidade entrelaçam-se demonstrando a mesma lógica de implantação dos assentamentos.

A gestão da irregularidade possui uma aproximação aos conceitos de “sequência de camadas de trabalho” nos termos definidos por Mautner (2010). Afirma que a produção do espaço urbano poderia ser apresentada como uma sequência de três camadas: as duas primeiras consistindo em trabalho, primeiro o não remunerado sobre a terra sem transformá-la em propriedade (autoconstrução e informalidade), e depois, o trabalho o remunerado com a implantação de infraestrutura e regularização. A terceira camada consiste na entrada do capital e a integração do loteamento ao espaço urbano (MAUTNER, 2010).

Voltando-se para a discussão geral sobre os índices obtidos ressaltada na ação de cada agente promotor, nota-se que a infraestrutura implantada se afasta quando da não flexibilização de usos ao mercado, entre eles, a possibilidade de incorporação à malha urbana.

Neste sentido, os promotores privados apresentam melhor índice de infraestrutura instalada, mesmo pela disposição de seus empreendimentos dentro do perímetro urbano, mais próximos as áreas centrais, com infraestrutura consolidada. Essa proximidade torna mais barato investimentos para ampliações ou extensões de rede de infraestrutura existente.

Depois, os índices dos que se aproximam morfologicamente ao já estabelecido na malha urbana, definido por Mautner (2010) como a segunda camada de trabalho. Admite como resultado desses espaços construídos, mesmo em loteamentos à margem da legalidade, a reprodução de um espaço pronto a ser incorporado ao restante da cidade por seguir formas tradicionais do traçado da cidade, como os apresentados pelas autarquias.

Por último, os autorizados para ocupação pela municipalidade, no sistema de autoconstrução, na primeira camada, de trabalho puro, para a produção do espaço urbano (MAUTNER, 2010). Quando em camadas mais primitivas de produção do espaço urbano, mais distantes das porções consolidadas e da flexibilização de usos, as quais direcionam a interferência do capital e a implantação de infraestrutura.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL

Ao se analisar o embasamento teórico obtido, percebeu-se que a informalidade nos acessos ao solo urbanizado (irregular/clandestino), apresenta-se como uma alternativa, aparentemente com preço acessível, em relação à opção inferior em recursos de infraestrutura que o ocupante estaria disposto a se sujeitar, mas acarreta um aumento no custo de vida do seu adquirente quando na falta das redes e serviços (falta de transporte

público pela falta de pavimentação, aumento de custos com saúde na falta de saneamento básico e água tratada, etc). Observa-se, também, que para o vendedor/loteador clandestino esta é uma forma desordenada de obtenção de lucro, com terrenos oferecidos a um menor custo devido à falta de investimento em infraestrutura, ajudada pelas esferas do Estado, que atuam dentro do setor da propriedade (GOTTDIENER, 2010).

Os rearranjos quanto às redes de infraestruturas podem ser negociados entre loteadores e compradores por contratos de promessa de compra, na expectativa de provimento da terra urbanizada e sua regularização, o que aumenta a especulação do valor de uso nas áreas informais, já que a real implantação das redes diminui a taxa de lucros do mercado imobiliário. Nestes casos de cumplicidade, no pior deles, ocorre a sujeição de ocupação sem a possibilidade de titulação de propriedade, o que acarreta uma inércia nos rearranjos, quanto a infraestrutura, como no caso das áreas promovidas pela municipalidade (GOTTDIENER, 2010).

Outra discussão é que estas reivindicações negociáveis não estão necessariamente vinculadas ao estabelecimento da propriedade, mas na ação fluida do mercado sobre o valor de troca. A relação com a propriedade, ou, no caso desta pesquisa, a possibilidade de titularidade, serve somente como argumento de reivindicação de implantação das redes de infraestrutura frente aos gestores do espaço, no atendimento a um interesse público primário. Quanto mais fluida a ação do mercado sobre o valor de troca da propriedade, tanto menor o ativismo do proprietário em sua permanência na área (GOTTDIENER, 2010).

Fatidicamente, o fator que altera os preços, como os atributos diferenciais da infraestrutura (valor de uso), representando os meios de consumo socializados, ou seja, a intervenção, para mobilização de capital, depende essencialmente da intervenção do Estado, para sua produção, distribuição e administração, o que caracteriza a gestão urbana voltada para o interesse público secundário (erário, instrumentais, patrimônio, etc).

A intervenção do Estado exacerba os conflitos e disputas, mas garante uma certa estrutura organizacional para a mobilização de capital para lugares e modelos específicos, tanto mais fluida quando há a possibilidade de investimento privado, pois afeta os múltiplos interesses do mercado imobiliário e do capital. Este impacto torna-se visível nas redes de infraestrutura resultantes das gestões públicas.

Voltando-se a esta pesquisa e aos dados encontrados nos índices de atendimento das infraestruturas em áreas de irregularidade urbana, verifica-se que os promotores privados estão mais próximos à ação de flexibilização de capital, por isso do maior índice de infraestrutura encontrado. As promoções das autarquias, mesmo com a força da legitimação da propriedade de seus ocupantes, que pagaram por estas áreas e por isso possuem um forte elo reivindicatório ao interesse público primário, encontram-se com um índice inferior ao privado. Por último, as ações da municipalidade, com pouca fluidez na ação do mercado e

inércia quanto ao provimento de infraestrutura, possivelmente relacionados às situações de regularidade engessadas.

Conclui-se que as carências em infraestrutura urbana na produção de loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos são reflexos das diferentes gestões de seus agentes, que conformam outros territórios, com características de localização, ligação com a rede e disponibilidade de suas áreas, inclinadas em diferentes graus para a flexibilização de usos para o capital, conforme interesses do mercado imobiliário. Neste sentido, a produção da irregularidade urbana comunga com a visão de que o acesso a bens e serviços não é mais uma porta para a “reivindicações de direitos”, mas o resultado de uma transação que tem um “custo direto” para o usuário (DARDOT e LAVAL, p. 381, 2018).

Contata-se que as produções das irregularidades urbanas comungam diretamente com as inclinações do mercado e não somente a um atendimento ou não a normativas legislativas, evidenciado pelas diferentes situações de promoção e agentes. Esta característica era corrente até a década de 1990, quando as normas e legislações funcionavam como marcos dos jogos de poder. A partir da financeirização mundializada do capital, exige-se que se ultrapasse o sentido “política policial” das decisões, para que haja somente a gestão, direcionada aos interesses do capital, no qual a regularização fundiária é um instrumento que se encaixa perfeitamente (OLIVEIRA e RIZEK, 2007).

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2015. (Repensando a Geografia). 9.ed.
- CARLOS, A.F.S.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2014. p.41-51.
- CARLOS, A. F. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CLICHEVSKY, N. **Algunas reflexiones sobre informalidad y regularización del suelo urbano**. Bitácora Urbano Territorial. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1, 14, 63-88, junio 2009. Acesso em Outubro, 2019. Disponível em: https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18508/pdf_36
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005. Série Princípios. 3ª ed.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2018). **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1 ed. 2 reim. São Paulo-SP: Boitempo (Estado de Sítio), 2018.
- DUPUY, G. **El urbanismo de las redes: teorías y métodos**. Barcelona: Oikos-tau, 1998.
- GAGO, V. **La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EdUsp, 2010. 2 ed. 1 reimpr.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8, 25-70, maio de 1996.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira da expansão do capital. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010. p.245-259.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. (2013) 1 ed., 4. Reimpr. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C.S. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Estado de sítio).

SAULE JUNIOR, N. **A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

SMOLKA, M. O. Regularização da ocupação do solo urbano: o problema que é parte da solução, a solução que é parte do problema. in: FERNANDES, Edesio; ALFONSIN, Betania (Orgs.). **A lei e a ilegalidade na produção o espaço urbano**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2003. p.255-291.

SOARES, K. A. S. **Produção da irregularidade urbana: gestão, agentes, processos e práticas espaciais no território de Cascavel/PR**. 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2016.

SOARES, K; CORDOVIL, F. A fronteira de expansão do capital como condicionante para a produção da irregularidade urbana: análise multiescalar da atuação da Companhia de habitação de Cascavel, Paraná, Brasil. In: **GOT - Revista de Geografia e Ordenamento do Território [eletrônica]**, n. 18, 153-178, dez, 2019.



GT 2 B – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

A IMPORTÂNCIA DA (RE)ATUALIDADE DA TEORIA DOS CIRCUITOS ECONÔMICOS URBANOS PARA ENTENDER AS ESTRUTURAIS RELAÇÕES DE DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E TRABALHO NAS CIDADES LATINO AMERICANAS

Leonardo Alves Leite dos Santos (UFPE)¹

RESUMO

O artigo consiste em uma discussão analítico-crítica da teoria dos circuitos econômicos urbanos com objetivos de elencar possíveis novos conteúdos que a teoria necessita apreender da dinâmica da economia urbana e da divisão social e territorial do trabalho, na fase atual da globalização com a financeirização, digitalização do trabalho, desemprego formal em massa, novas formas legais e não regulamentadas de trabalho, entre outros. Com vista a essa ação, metodologicamente realizamos coleta e revisão bibliográfica de pesquisas de pós-graduação atuais com contundência no assunto, destacando algumas cidades brasileiras. A partir das descrições dos trabalhos revisados pontuamos nossa discussão propondo críticas pela a necessária atualização da teoria miltoniana a realidade do século XXI e reforçamos o ainda grande potencial útil dessa teoria para analisar, compreender e expor as contradições das relações socioespaciais da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Concluímos que a teoria dos circuitos é fundamental para compreender as novas formas de precarização do trabalho, da sistematização dos negócios e trabalhos movidos a crédito (dividas) e como ela conecta-se com teorias que estudam a conjuntura do capital e do trabalho, em escala global, na atualidade da economia mundial e do trabalho nas cidades.

Palavras-chave: economia urbana; circuitos econômicos; divisão territorial do trabalho; pobreza urbana; precarização do trabalho.

¹ Mestrando em Geografia (PPGEO/UFPE), bacharel em Geografia (UFPE), integrante do Grupo de Pesquisa em Epistemologia e História do Pensamento Geográfico (GEHPEG/UFPE). E-mail: leonardoalves7777@gmail.com.

Agradecimentos: Pesquisa subsidiada pela bolsa de mestrado concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1. INTRODUÇÃO

As cidades do Brasil, e de forma geral as cidades dos países subdesenvolvidos, vem ao longo das últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI aumento seu número de população economicamente ativa desempregada. Esse número crescente de desempregados por não conseguir se colocar novamente em postos de trabalhos formais, dado o aumento das automatizações por tecnologias artificiais entre outras mecanizações que reduziram e continuam a reduzir consideravelmente o número de quantitativo de força humana nas atividades do setor secundário e primário da economia, agora engordam o setor terciário com serviços e comércios informais, microempresas, microempreendedores individuais, serviços autônomos não regulamentados, etc. Todos essa conjuntura atual da divisão do trabalho nas cidades constitui o aprofundamento da pobreza estrutural urbana dos países subdesenvolvidos, já anunciada pelas análises do geógrafo Milton Santos durante a década de 1970 e 1980.

O pesquisador (SANTOS, [1979] 2004) construiu uma obra em esforço de teorização dessas incompletudes, perversidades de relações de trabalho, divisão de renda e poder de consumo nos espaços urbanos dos territórios subdesenvolvidos, compreendendo as formas adaptativas de sobrevivência e auferir renda dos pobres e as estruturas hegemônicas que denotavam os níveis mais elevados de produção e consumo. Santos (2004) chamou-os de circuitos da economia urbana, sendo esta teoria aplicada, crítica por geógrafos, economistas e diversos campos das ciências sociais até os dias atuais.

Porém, mesmo com o nosso uso dessa teoria pra investigar e compreender os processos urbanos, econômicos e trabalhistas atuais das cidades brasileiras, evidenciamos a necessidade de releituras conceituais e metodológicas dela para dar conta da conjuntura da economia e organização socioespacial urbana atual. Para tal esforço, fizemos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica de diversos trabalhos recentes² sobre a temática urbano-econômica dos circuitos. Coletamos teses e dissertações que desenvolveram pesquisa empírica em diferentes sítios urbanos do país, com dimensões hierárquicas na rede urbana diferentes (de metrópoles a cidades pequenas), regiões diferentes e focos objetivos diferentes dentro da complexidade da economia urbana e da divisão territorial do trabalho.

Enfim, o trabalho está estruturado em 5 seções: 1) introdução aqui pontuada; 2) apresentamos brevemente a teoria dos circuitos econômicos, sua concepção teórica-metodológica; 3) abordamos as transformações da economia, do trabalho e do fator

² Delimitamos os últimos 15 anos (2006-2021) na nossa busca por teses e dissertações que empenharam pesquisa sobre os circuitos da teoria miltoniana.

técnico/tecnológico/informacional como propulsor dessas (re)estruturações; 4) fazemos uma descrição de alguns dos principais trabalhos revisados pelo autor e consonante discussão sobre estes trabalhos e a conjuntura atual que a teoria miltoniana pode apreender ou necessita correções/atualizações; e 5) nossas considerações finais.

2. OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: EXPOSIÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA

Os circuitos da economia urbana é uma teoria desenvolvida durante a década de 1970 por Milton Santos ([1979] 2004) como ponto de partida no caminho teórico-metodológico nas pesquisas de exploração, compreensão e explicação das dinâmicas econômicas e socioespaciais incompletas e desiguais dos espaços urbanos em países subdesenvolvidos. É essencialmente um mecanismo conceitual, intelectual voltado a aperfeiçoar a análise das particularidades dos processos de subdesenvolvimento econômico nas cidades, enfatizando a análise sobre as desigualdades de técnicas/tecnologias de produção, circulação, distribuição de renda e consumo, ou seja, todo o encadeamento da divisão social do trabalho vista em dimensão também territorial. As espacialidades do fenômeno urbano, definido pelo autor como a totalidade do sistema, em sua dimensão econômica produtiva (trabalho), renda e consumo, onde configuram-se como subsistemas integrantes à totalidade que é a cidade e a complexidade do urbano.

Silveira (2004, p. 3) sintetiza bem o que caracteriza cada circuito e como eles são inter-relacionados na constituição da realidade urbano-econômica

Mientras el circuito superior está constituido por bancos, comercio, industria y servicios modernos a menudo orientados a la exportación, el circuito inferior está integrado por formas de fabricación que no son intensivas en capital, y por el comercio y servicios no modernos. El circuito superior marginal está constituido por formas mixtas, pertenecientes tanto a actividades heredadas de divisiones del trabajo pretéritas como a formas de trabajo emergentes e incluidas en las actividades modernas. No se trata, si embargo, de actividades divorciadas, sino de un sistema de vasos comunicantes, en el cual todos los circuitos son resultado de las modernizaciones y de las respectivas transformaciones en la división territorial del trabajo.

No obstante, la comprensión de lo real total solamente puede ser alcanzada cuando se lo considera como un período histórico determinado.

Enquanto o circuito superior é o capital hegemônico e para os segmentos de renda mais elevados, o circuito inferior é o capital escasso na sua forma-dinheiro e na sua forma de valor fixo de bens de produção e qualificação das mercadorias comercializadas, mas demandado de forte presença do trabalho intenso e, geralmente, pessoalizado nas suas relações cotidianas de circulação. Já o circuito superior marginal constitui-se das atividades, empresas e segmentação da divisão sócio-territorial do trabalho que goza de tecnologias, técnicas e meios informacionais/científicos do circuito superior, bem como formas mais acessíveis de capitalização de suas atividades com o circuito superior, porém, também são

permeados por características do circuito inferior com técnicas/tecnologias adaptativas de qualidade inferior ao circuito superior, necessidade de intenso trabalho humano na composição dos bens ou serviços. Além de o circuito superior marginal se comportar como “ponte” entre a produção e consumo do circuito superior e inferior, abarcando muitas atividades econômicas de circulação com transportadoras, distribuidores, varejistas, atacadistas e indústrias de médio porte (BICUDO JUNIOR, 2006; XAVIER, 2009).

Santos ([1979] 2004, p. 53-57) levanta a observação de que não há um “dualismo” entre os circuitos, mas uma “bipolarização” entre eles. Onde o circuito superior, segundo prospecções do autor, tenderia a aumentar sua acumulação de capital e desenvolvimento de novas técnicas/tecnologias, que por sua vez seriam modernizações oligopolizadas e/ou monopolizadas a todo custo pelo também avanço da rigidez normativa e protetiva sobre a propriedade intelectual e, principalmente, informacional dessas modernizações.

Pois, da mesma maneira que no conjunto de um país, a oposição e mesmo o antagonismo das situações de desenvolvimento são fruto de um mesmo encadeamento de causas; a existência de dois circuitos na economia das cidades é resultado de um mesmo grupo de fatores que, com a preocupação de simplificar, chamamos de *modernização tecnológica*.

Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar de sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior (...) (SANTOS, [1979] 2004, p. 56, grifo do autor).

Essa corrida constante pela inovação e sua proteção normativa ferrenha, amparada através das ações protetivas e incentivadoras do Estado, acarretariam cada vez mais a baixa na demanda da economia superior por quantidades significativas de mão de obra e aumentaria a necessidade qualitativa ultraespecializada dessa força de capital humano. Por outro lado, o circuito inferior tenderia a aumentar sua subordinação e exploração indireta (mascarada) e mesmo contextos de exploração direta ao circuito superior, devido ao aprofundamento da necessidade de capital de giro para dar levantamento e sustentação aos micro e pequenos negócios, sendo eles formais ou informais. E visto que a necessidade de mão de obra nos segmentos dominados pelo circuito superior, em geral destinados a produção industrial, agroindustrial de exportação, cada vez menos dependem do trabalho braçal e repetitivo humano, onde sistemas de informação/computação, autômatos e maquinários tomaram lugar de uma grande massa populacional em pouco mais de 40 anos.³

³ Pensando aqui no intervalo de 1980 a 2020, quando tomou impulso global de fato os grandes processos de (re)estruturas técnicas, informacionais dos meios de produção, novas infraestruturas em redes, a emergência do ciberespaço, entre outras tecnologias que possibilitaram a emergência do modelo flexível de produção e acumulação no espaço (HARVEY, 1992).

3. MUDANÇAS NA CONJUNTURA ATUAL DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

O resultado desse processo prospectado por Santos (2004) foi e ainda é, com alarmante intensificação nas primeiras décadas do século XXI, a emergência do desemprego formal em massa, a explosão das formas de terceirização e subempregos, muito ancorado na rápida ampliação e emigração de grande massa da população economicamente ativa para o setor terciário (serviços e comércio): formas não regulamentadas de relações de trabalho que velados por artifícios ideológicos (empreendedorismo) somadas a tecnologias digitais exercem amplo poder sobre a exploração do trabalho inferior; “infoproletarização” ou “uberização” já são focos de pesquisas das condições sociais do trabalho no período atual da globalização; a expansão das microempresas e pequenas empresas; dos autônomos regulamentados (MEIs – Micro Empreendedores Individuais)(ANTUNES, 2018; HARVEY, 1992; MONTENEGRO, 2011).

Contudo, são todas formas adaptativas e inovativas as condições impostas pela explosão do circuito inferior em números de não mais incorporados na repartições produtivas hegemônicas, mais os constantes desempregados pela modernização computacional-automatizada do circuito superior, que por sua vez amplia-se enquanto rede de acumulação e centralização financeira da economia e dos mecanismo de reversão dessa acumulação em formas de financiamento e creditização aos setores inferiores – circuito superior marginal e circuito inferior (SILVEIRA, 2009; MONTENEGRO, 2006).

Adentramos aí nas conjunturas atuais dos fatores que coordenam a divisão territorial do trabalho no mundo, mas que são bem pouco presentes nas variáveis e tipologias dos agentes socioeconômicos que a teoria miltoniana se baseou para sua validação empírica. De fato não é para menos, pois desde sua publicação no final da década de 1970 o processo de globalização da economia e da complexificação e densificação da divisão territorial do trabalho modificou significativamente as relações internacionais, nacionais, regionais e locais do trabalho, padrões e objetos de consumo (BITOUN; MIRANDA, 2009). No seção seguinte faremos uma breve discussão sobre a organização dos circuitos em cidades brasileiras de diferentes regiões, tamanhos hierárquicos na rede urbana nacional e suas diferenciações e similaridades, a partir da nossa revisão bibliográfica de pesquisas no assunto aqui tratado.

4. O ESPAÇO DIVIDIDO EM CIDADES BRASILEIRAS: UMA BREVE DISCUSSÃO DA SITUAÇÃO DO TRABALHO, ECONOMIA E RENDA EM DIFERENTES CONFIGURAÇÕES URBANAS

Apesar da teoria de Santos (2004) ter uma aplicabilidade genérica para análise urbano-econômica e da divisão territorial do trabalho em cidades do mundo subdesenvolvido, a forma e os conteúdos do local não se perdem. As particularidades de arranjos espaciais, especialidades dentre os circuitos que compõem a realidade urbana de uma cidade, suas características de mercado consumidor e trabalhador, complexidade maior ou menor da presença dos circuitos (superior, superior marginal e inferior) de acordo com a dimensão e importância da cidade em sua rede urbana regional ou nacional; ainda se tratando da realidade brasileira, país de dimensão continental com profundas desigualdades sociais, étnicas e gênero, mas também profunda desigualdade regional, este último fator acrescenta mais diferenciações ao quadro socioespacial dos circuitos de acordo ao contexto regional que a cidade em análise se integra.

Cientes dessa observação podemos descartar o que os autores em suas pesquisas quase que em homogeneidade de conclusões pontuaram, que o estudo dos circuitos nas realidades urbanas de suas cidades de campo empírico apresentavam a questão da “totalidade” do urbano dita por Santos ([1979] 2004) e também trazida por Silveira (2004; 2009;2013) onde essa totalidade seria composta pela emergência das relações contraditórias e solidárias dos subsistemas representados pelos circuitos. Porém, as descobertas concretas dessas relações de trabalho e economia espacializadas na cidade com objetivo de não só entendê-las, mas também propor mecanismos alternativos, ações que combatam esse processo dialético contínuo que aprofunda a (re)produção da pobreza contínua – a pobreza estrutural –, é preciso entender as particularidades dos agentes e processo subjacentes do sítio urbano que estudam. Usando sempre a fluidez da escala da análise para se alcançar as ligações da redes econômicas que os agentes dos circuitos da cidade integram-se na cadeia internacional e/ou nacional de produção de valor e trabalho.

Em São Paulo, principal cidade da rede urbana brasileira e do crescimento econômico desigual do país, Montenegro (2006) pesquisou a fundo as atividades econômicas que compunham o circuito inferior da metrópole paulista. Nesse estudo inicial a autora observou que há uma subdivisão organizacional dentro do circuito inferior na cidade de São Paulo. A autora definiu o que seria uma espacialidade diferencial do circuito inferior dentro dos espaços de uso e ocupação de trabalho e comércio no intraurbano – comerciais centrais, sub-centrais e ruas de especialização comercial –, onde em determinadas áreas se concentram mais atividades do forma “diversificada” e em outras se encontram áreas de maior especialização em certos segmentos de atividades do circuito inferior (MONTENEGRO, 2006).

Entendesse que muito pela dimensão da malha urbana da metrópole global do país o porte quanti e qualitativo dos circuitos é mais denso e complexo de se mapear no espaço intraurbano. Logo a distinção de formas de arranjos feita pela autora nos ajuda a compreender padrões socioespaciais possíveis da organização territorial dos circuitos de acordo as especificidades das atividades realizadas, por exemplo, em São Paulo o circuito inferior forma cadeias de divisão do trabalho e geração de mercadorias de baixo a médio custo que demandam a formação de aglomerações produtivas de escala para sua sobrevivência na dinâmica do mercado interno da cidade.

Em trabalho posterior, no doutorado, Montenegro (2011) amplia o estudo e compara a realidade do circuito inferior de São Paulo com os de outras capitais brasileiras e o Distrito Federal (DF), analisa e compara os circuitos de São Paulo (atualizando-o), Belém-PA, Fortaleza-CE e Brasília-DF. A busca de compreender os circuitos em cidades grandes mas em diferentes regiões do país foi enriquecedora para o avanço da teoria dos circuitos e é um dos nossos pilares de referência para a nossa tese de que a formulação de estratégias para o combate da verticalização entre os circuitos e seu adensamento da pobreza estrutural urbana, perpassa pelo conhecimento mais detalhado possível das dinâmicas singulares entre os agentes e sua rede na escala maior (a local), o intraurbano. Enquanto Belém desenvolve seus circuitos inferior e mesmo superior marginal ligados a atividades tradicionais, como extração de madeira, atividades agropastoris e serviços ligados ao agronegócio de médio e pequeno capital (isto no circuito inferior e inferior marginal), devido ao seu contexto regional histórico de formação territorial a base da extração natural (mineral, vegetal, animal), principalmente voltado a exportação, a cidade de Brasília já apresenta um contexto de circuito inferior que se aproxima mais das características de serviços e manufaturas básicas como São Paulo. No caso de Fortaleza, a capital do Ceará entrecruza um misto de atividades nos circuitos que podem ser entendidos como tradicionais da economia, mesmo estado na qualidade de circuito superior para economia regional, vide a ação portuária de exportação de *commodities* do agronegócio regional e do estado, atividades que tem longo desenvolvimento com a formação territorial do estado e das características socioeconômicas cristalizadas da região Nordeste. Fortaleza se torna emblemática, um pouco mais destacadas que as outras capitais, no quesito das rugosidades espaciais de atividades econômicas (SANTOS, 2002). É uma vitrine aberta da exposição da coexistência de técnicas (e tempos) passados (tradicionais) justapostos ou coexistindo em proximidade a formas e funcionalidades urbanas das mais modernas técnicas/tecnologias do capital globalizado sob exige do neoliberalismo. Enfim, o segundo estudo de Montenegro (2011) evidência não só as particularidades que a situação urbano regional de cada capital leva-as a ter organizações de trabalho e espacialidades diferenciadas dos circuitos, ela abre caminho a pesquisa da diferenciação regional das formas de consumo e trabalho nas cidades brasileiras. Torna-se um catalisador

de compreensão das culturas econômicas regionais no país, possibilitando caminhos para novas perguntas e pesquisas sobre essas disparidades de consumo, padrões e preferências de consumo, organizações da divisão social e territorial do trabalho, entre outras problemáticas.

O estudo de Carneiro (2011) compreende mais uma investigação regional de uma atividade produtiva de especialização regional, a produção de “redes de dormir”, difusa em alguns policentros sub-regionais no Nordeste, são eles: cidades de Jaguaruana-CE, Jardim de Piranhas-RN, São Bento-PB e Tacaratu-PE. O foco urbano-econômico centrado em relações diferenciais e desiguais de trabalho e renda não se perde, ele passa a se dar para além da escala intraurbana, o autor usa de múltiplas escalas – local (cada cidade do estudo), regional (rede de fluxos no Nordeste) e internacional (fluxo de comercialização internacional). O estudo é centrado em apenas uma atividade de importância centralizadora nessas cidades interioranas do Nordeste, mas elenca ponto a ponto como a divisão internacional do trabalho está conectada ao consumo internacional, ou numa observação estritamente da cadeia de produção, como uma rede de produção regional de uma mercadoria liga cidades interioranas ao consumo global do artigo artesanal que são as redes de dormir (CARNEIRO, 2011). E esse consumo internacional e supra regional acaba que por sustentar uma mínima camada de renda e qualidade de vida a uma boa parte da população concentrada nessas cidades pequenas, interferindo em outros setores produtivos nessas municipalidades e entornos imediatos e próximos.

Martinuci (2008) abre uma linha de investigação e dialogo da teoria dos circuitos econômicos urbanos como a teoria dos Coremas. O estudo dá-se em duas cidades do estado de São Paulo: Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Em ambos os casos o pesquisador focou em mapear a desigualdade intraurbana de cada cidade e para tal tarefa se baseou em parte na teoria dos circuitos para a metodologia de diferenciação dos espaços de atividades econômicas superior e inferior. Posteriormente correlacionou o resultado dos mapeamentos em GIS (Sistema de Informações Geográficas) baseados em aplicações cartográficas quantitativas e categorizadas (qualitativas) com uma forma de representação modelada que fosse mais didática ao entendimento da espacialidade das desigualdades no espaço intraurbano de ambas as cidades, depois comparando os resultados obtidos e avaliando as particularidades das desigualdades e problemáticas histórico-territoriais que levaram Presidente Prudente e São José do Rio Preto aos seus conteúdos enquanto circuitos econômicos no começo do século XXI. O estudo contribui largamente para a possibilidade de inovações na aplicação metodológica da teoria dos circuitos econômicos urbanos com formas de mapeamentos e modelização representativa do estado endógeno das desigualdades em dado espaço urbano.

Já Boraschi (2019) estudou uma determinada forma de organização social típica da territorialidade de agentes do circuito inferior – o camelódromo –, tendo como campo empírico as cidades de Presidente Prudente-SP e Londrina-PR. Identifico uma grande heterogeneidade interna aos espaços dos camelódromos, alguns comerciantes apresentavam estabelecimentos de capital e nível técnico condizentes ao circuito superior marginal. Racionalidade normativa do Estado (prefeitura) sobre os espaços “confinados” e especialidades dos camelódromos passaram a atender todos os perfis sociais de classes econômicas, ou seja, a organização normativa e territorial pelo poder público aumentou a contradição entre circuitos no espaço de atividades econômicas diversas. A maioria dos produtos advém de complexa cadeia mundial produtiva, comercialização e consumo, com produtos importados em grande maioria da China. O autor observou o aumento da especialização técnica em eletrônicos modernos, na comercialização de peças e serviço de consertos, como esse tipo de atividade está intimamente ligada a redes de importação informais e por distribuidores de grande e médio capital que verticalizam a cadeia da venda de peças, aparelhos e serviços especializados de consertos de celulares *smartphones*, entre outros eletrônicos computadorizados (BORASCHI, 2019). É o estudo mais recente destacado aqui por nós e já demonstra a concisa transformação da tipologia de serviços e atividades desenvolvidas no circuito inferior, a expoente migração de serviços braçais para serviços de nível técnico que requisitam bases de formação educacional média a superior e o domínio de saberes técnicos intermediários especializados.

Por fim destacamos dois estudos que diferenciam-se dos demais pelos seus objetivos e centro de observação usando da teoria dos circuitos: i) o estudo de Xavier (2009) sobre o processo de nacionalização, internacionalização dos atacadistas distribuidores e seu ganho de poder por atuação estratégica com agente superior marginal no circuito hegemônico; e ii) a pesquisa de Diego Salvador (2016) que usou dos aportes dos circuitos para entender a dinâmica do crescimento de atividades as margens da rodovia que faz o eixo de ligação Natal a Caicó, Rio Grande do Norte.

No primeiro trabalho (XAVIER, 2009) temos a investigação do processo histórico da ampliação e metamorfose do setor atacadista distribuidor no Brasil, focando mais precisamente no desenvolvimento desse setor na região concentrada do país, o Sudeste (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Apesar de fazer campos de observação e coletas metodológicas em Uberlândia-MG, a dimensão do estudo pode ser definida como nacional. Descreve precisamente o processo de modernização tecnológica/técnica do setor atacadista com a abertura ao mercado global em quase paralelo de ações. É um objeto fundamental para entender o espraiamento no território das propagandas (*marketing* digital e físico) dos capitais hegemônicos que buscam interiorizar o alcance de seus produtos a mercados mais excluídos dos círculos das redes urbanas mais pujantes em fluxos e população consumidora. O autor

elena a formação de conglomerados, grupos internacionais atacadistas com grupos nacionais e emergência de grupos atacadistas de porte intermediário, os regionais em escala de abrangência, identificados mais dentro do quadro superior marginal proposto por Santos (2004) a esse setor, mas com as transformações tecnológicas, redução da competição por formação de oligopólios nacionais/internacionais, esse setor não pode mais ser genericamente identificado estritamente como superior intermediário. A financeirização, diversificação de mercado e autogestão dos grandes atacados, emergente processo de gerenciamento, financiamento dos pequenos e médios varejistas, são fatores de maior entrelaçamento e maior aprofundamento das relações desiguais e perversas entre os intermediários do circuito superior (atacadistas) e pequeno varejo (circuito inferior), como identifica Xavier (2009).

Segundamente, em síntese, no estudo de Salvador (2016) o eixo rodoviário Natal-Caicó (RN) é importante para dinâmica não só dos fluxos materiais de pessoas e mercadorias no território, mas também pela dinâmica econômica e social do território que os agentes econômicos as suas margens estabelece. O circuito superior e inferior, dada sua concorrência e contradições, se justapõem na configuração territorial do eixo e exercem importante ação diferenciada e desigual no uso do território. São importantes para inserção trabalhista de desocupados e cidadãos que empreendem micro e médios empreendimentos (os segundos do circuito superior marginal), fazendo das “margens” verdadeiro “centro” de uso do território do Rio Grande do Norte (SALVADOR, 2016, p. 309).

4.1 A importância, mais do que nunca, de uma atualização da teoria dos circuitos econômicos urbanos

Pesquisadores como Silveira (2004; 2009; 2013), Montenegro (2006; 2011), Salvador (2016), Xavier (2009), Martinuci (2008), entre outros já mencionados acima, vem tentando construir críticas atuais a teoria dos circuitos levando em conta as novas organizações socioespaciais que compõem a realidade urbano-econômica das cidades brasileiras no século XXI. Mas para tal tarefa é necessário ampliarmos o leque de visão sobre os processos do capitalismo globalizado em seu estágio atual e trazemos os suportes, em níveis de escala mais amplas, das formas e dos conteúdos do movimento do capital e do trabalho.

As pesquisas mais recentes de Harvey (2018) e Antunes (2018) nos serviram de base para refletir tal questão em níveis mais gerais do fenômeno, mesmo que os exemplos trazidos em suas obras sejam muito mais direcionados ao nosso espaço de análise que são as condições de trabalho, economia, renda nas cidades, diferindo as dinâmicas urbanas nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos.

Harvey (2018) em *A Loucura da Razão Econômica* faz uma autocrítica a sua direção de entendimento da conjuntura global da sociedade capitalista, onde em *Condição Pós-moderna* (HARVEY, 1992) trilhou hipóteses de uma virada cultura civilizatória humana a uma “pós-modernidade” cujas raízes do capitalismo e a cultura do valor estavam sendo transformadas rompendo com bases do modernismo dos séculos das primeiras revoluções industriais. A Era Flexível de acumulação, produção e a revirada tecnológica dos meios computacionais fomentando a emergência do domínio das redes e dos fluxos de dados e informações (CASTELLS, 2007), segundo o autor estaríamos dentro de uma pós-modernidade que estaria superando algumas formas de realização da valorização contínua. Todavia, ele recua nesta concepção próprio ao analisar a obra de Marx para o contexto do capitalismo pós crise de 2008, chegando ao entendimento que estamos num aprofundamento das relações modernas e não em uma pós-modernidade. Chegamos em um ponto do capitalismo onde a produção do antivalor, principalmente em sua forma-dinheiro a juro (financeirização), expandiu-se para quase todas as organizações e setores (re)produtivos da economia, do Estado e própria vida, ao que ele chama de a crescente massa dos trabalhadores ultraexplorados pela “servidão por dívida” (HARVEY, 2018, p. 199)

E aqui, pela criação de antivalor e pela promoção de servidão por dívida, que a loucura da razão econômica assume o controle. Em um mundo com excesso de liquidez (denominação frequentemente usada pelo FMI em seus relatórios), esse dinheiro precisa ser mobilizado, centralizado e emprestado com a garantia e a certeza de uma produção futura de valor. A conversão de dinheiro excedente em uma forma de anticapital que demanda seu quinhão futuro e realizada nas instituições financeiras. O credor retém o direito de propriedade referente ao dinheiro ao longo do processo todo e espera receber de volta esse valor monetário em um prazo estipulado, acrescido de um excedente, que é o juro, e de um ganho de capital, que também pode ser alcançado com um aumento das valorizações dos ativos da empresa na bolsa. O gerenciamento geral dessa operação de conversão (ou metamorfose, como Marx preferiria se referir a ela) do dinheiro em antivalor está localizado em larga medida naquilo que chamei em outro lugar de “nexo Estado-financeiras”.

A precisa análise de Harvey sobre a conjuntura atual do movimento do valor e dos mecanismos centrais para sua geração de mais valor no mundo da expansão neoliberal e ultraneoliberal na última década, enfatiza justamente a ação da financeirização de todos os segmentos da produção social e espacial, evidentemente. Isso vai de encontro com o que Antunes (2018) compreende como a questão do trabalho no mundo atualmente e os níveis escalas do trama do desemprego, subemprego e ultraexplorações laborais reificadas com suporte dos Estados governados pelos agentes financeiros que levantam a todo custo a bandeira do neoliberalismo. Se por um lado o setor financeiro demanda o aumento da exploração trabalhistas em suas complexas formas atuais, para ter retorno cada vez mais crescentes de dividendos e antecipações de mais-valia futura, por outro, o Estado, desde sempre subserviente em primazia a essas formas alheias e frias as verdadeiras necessidades territoriais, denota a formalização legislativa, jurídica e punitiva (Estados de exceção) na

quebra dos direitos trabalhistas conquistados ao longo de séculos de luta entre capital e trabalho.

Tudo se liga ao fato de o setor moderno da economia ser incapaz de transferir uma parte apreciável de seus lucros para o setor não moderno e para a população pobre. Ao contrário de existir esta transferência, o circuito inferior funciona como uma bomba que drena a poupança popular para o circuito superior pelos canais dos consumos de tipo moderno, das loterias, dos programas de construção de casas e financiamento, pelo Tesouro Público, de infraestruturas econômicas e sociais indispensáveis ao funcionamento de atividades modernas (SANTOS, 1975, 1978 apud SANTOS, 2003, p. 115).

O que Santos já observava como uma extração indireta, um processo global de extração da renda dos pobres que compõem a economia do circuito inferior, agora tem mecanismos legais e protetivos por parte do Estado para assegurar a condição estrutural de exploração do trabalho e dominação do circuito superior sobre o inferior. A desregulação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), regulamentação de formas flexíveis de relações de trabalho pouco abertas a pauta social para definições de limites e consensos como a terceirização, a regulação dos MEIs, o descaso sobre a regulamentação do trabalho por meio de aplicativos em aparelhos intermediadores da logística em rede e no espaço de serviços de entrega, transporte, etc. (Uber, IFOOD, 99 Táxi, entre outros). Enfim, a geração do expoente “infoproletário” (ANTUNES, 2018) dos serviços de baixa qualificação técnica para realização, mas de propriedade tecnológica desenvolvida pelas grandes empresas de tecnologia da informação e comunicação do mundo. Se do lado central dos países capitalistas a divisão do trabalho se adensa na competição e predileção por especialização em serviços avançados, indústrias híbridas no processo de concepção intelectual/científico e na execução material das inovações. Os países da periferia do capital, dentro deles os emergentes, como o Brasil, a intensificação da especialização produtiva não se desmembra em duas direções: i) a da competição hiperqualificada nos circuitos superior e superior marginal da economia; e ii) na diversificação e adensamento quantitativo e qualitativo dentro do circuito inferior das cidades com novas formas de economias produzidas pelos mais pobres, muitos executando diariamente trabalhos de características mais tradicionais conciliando tempo a execução de trabalhos em contextos da modernidade técnica atual. Por exemplo, como veremos a seguir na discussão sobre o estado dos circuitos em casos de diferentes realidades urbanas espalhadas pelo Brasil, muitos trabalhadores que atuam em subempregos de meio turno prestando serviços em empresas terceirizadas e para complementar a renda ao final do mês ainda dedicam tempo para trabalhar e auferir renda da prestação de serviço “autônomo” em aplicativos, ou como moto-táxis, vendedores em feiras, etc.

Portanto, entendemos que a teoria dos circuitos é potencialmente útil ao entendimento desse processo mais geral de financeirização do capitalismo, nova divisão internacional do trabalho e macro tendência de informalização e desemprego nos seus modelos do século XX até meados da década de 1970, sendo este o processo mais global do capital e do trabalho

(HARVEY, 2018; ANTUNES, 2018). Enquanto a teoria dos circuitos econômicos urbanos nos propicia aportes a investigação nos quadros reais particulares, em outras palavras, na investigação na escala do intraurbano (MARTINUCCI, 2008), nos eixos regionais de desenvolvimentos (SALVADOR, 2016), em metrópoles/grandes núcleos urbanos (MONTENEGRO, 2006; 2011), na ênfase de determinada cadeia dinâmica de produção, circulação e consumo de um produto específico (CARNEIRO, 2011), na compreensão da influência e participação ativa dos varejistas/atacadistas na difusão da urbanização e do consumo entrelaçado entre circuitos (XAVIER, 2009), as políticas territoriais de regulação dos circuitos no espaço urbano e a tecnização niveladora das atividades do setor inferior em estreita relação com os produtos tecnológicos info-digital-computacionais na atualidade (BORASCHI, 2019). Portanto, enfim, a análise da realidade da economia urbana subdesenvolvida em diferentes focos objetivos, delimitações de área e gêneros de atividades que integram o universo das atividades produtivas no espaço urbano, sendo os circuitos uma teoria de visualização do real que mais se aproxima de desvelar as particularidades da economia e do trabalho a nível de escala local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso esforço com este artigo em tela foi uma discussão da teoria dos circuitos econômicos urbanos, levando em consideração enquanto subsídios para nossas reflexões as pesquisas recentes sobre diferentes realidades urbanas de diferentes cidades brasileiras, entre outras formas inovadoras de se pensar a dinâmica do espaço dividido para além da organização intraurbana e seus espaços de territorialização dos circuitos. A nossa conclusão após a pesquisa, leitura e comparação dos estudos aqui destacados e refletidos, em diálogo com outros postulados atuais sobre o movimento do capitalismo e a condição do trabalho atualmente, é que a financeirização do capital tem efeitos sistêmicos de replicação sobre os circuitos aprofundando agora através de mecanismo de crédito e microcrédito a subordinação dos circuitos inferior e superior marginal ao circuito superior em seu centro nervoso das atividades financeiras/bancárias. Isso nos dá espaço para questionar se o circuito superior também estaria em profusão de interna entre atividades hegemônicas que não são diretamente atividades financeiras, mas que estão cada vez mais dependente destas.

Por outro lado, de forma homogênea nos trabalhos estudados e nas observações pessoais do autor sobre o quesito do trabalho e da renda nas cidades brasileiras, e dos países subdesenvolvidos de forma geral, observamos que vem tomando novas formas, na divisão internacional do trabalho, na era da digitalização/informatização, os serviços realizados pela população pobre no circuito inferior. Agora com a densificação dos serviços ao mesmo ponto que aumenta vertiginosamente o desemprego, muitos setores que antes eram recebedores

de muita parcela da população desempregada e desprovida de direitos sociais básicos estão sendo reformulados constantemente pelas atualidades tecnológicas informacionais, pela própria conjuntura atual da globalização onde impera o domínio de dados e informações a todo o momento. Agora os circuitos inferior e superior marginal enfrentam aprofundamentos de desigualdades técnico e de capitais dentro de suas próprias margens de atuação na produção de valor e atendimento de mercados consumidores pobres e de classes médias.

O requisito tecnológico, poder de capitalização, marketing, networking de cadeias produtivas e qualificação profissional individual está aprofundando os laços de subordinação do circuito inferior ao superior, enquanto que para os setores superior marginal acontece um processo crescente de anexação ou fusões com outras empresas de mesmo poder e concorrente de mercado, como observamos no setor atacadista/varejista. Já para o setor hegemônico da economia, a internacionalização já é um requisito básico para sua afirmação corporativa como tal, mas a dependência de políticas de incentivos do Estado e de outros instrumentos de capitalização já evidenciam uma crise sistêmica em todos os níveis dos circuitos à dependência do crédito e da expectativa de geração de riqueza no futuro. O antivalor do capital-dinheiros a juros engendra como o combustível para a circulação da produção de mercadorias, da distribuição de rendas diferenciais e dos consumos diferenciais a partir dessa renda, isto para todos os circuitos em suas posições de produtores e de consumidores. Todavia, claro, o circuito inferior e os pobres e miseráveis pagando a maior parcela dessa extração de renda atual e futura pelo sistêmico endividamento que sustenta nosso modelo econômico e social, nossos espaços divididos das cidades, das regiões, das relações internacionais geopolíticas.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. [Recurso eletrônico] 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BICUDO JUNIOR, Edison Claudino. **O circuito superior marginal**: produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-17072007-104024. Acessado: 17/11/2020.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia. (Orgs.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais**. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009.

BORASCHI, Gabriel Ribeiro. **Circuitos da economia urbana em cidades médias: Os camelódromos de Presidente Prudente (SP) e Londrina (PR)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/183119>. Acessado: 25/11/2020.

CARNEIRO, Rosaldo Nobre. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir no Nordeste brasileiro**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, CFCH, Recife: 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6028>. Acessado: 25/11/2020.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas, 2007.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Tradução: Artur Renzo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MARTINUCI, Oséias da Silva. **Circuitos e modelos da desigualdade social intra-urbana**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP: [s.n.], 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96717>. Acessado: 01/12/2020.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12062012-133347/pt-br.php>. Acessado: 26/08/2020.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062007-140750/pt-br.php>. Acessado: 26/11/2020.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. **O centro está nas margens: os circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó (RN)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Vol. 1. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. A periferia está no Polo: o caso de Lima, Peru. Em: SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 75-124.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. Tradução: Myrna T. R. VIANA. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica - Bauru - XVII - Vol. XVII - (1): Janeiro/Dezembro, 2013**. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVII_1/agb_xvii1_versao_internet/agb_05_jandez2013.pdf. Acessado: 17/11/2020.

_____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55**, p. 65-76, Jan./Abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100004>. Acessado: 19/11/2020.

_____. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del CENDES, vol. 21, núm. 57**, p. 1-21, septiembre-diciembre 2004. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40305701>. Accedido en: 18/12/2020.

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. **OS elos entre os dois circuitos da economia urbana brasileira no atual período: os atacadistas distribuidores e seu papel intermediador**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286716>. Acessado: 01/12/2020.



**GT 02B – Desenvolvimento, desigualdade social
e a vida nas cidades latino-americanas.**

**AS INSURGÊNCIAS E CONFLITOS URBANOS NO CONTEXTO DAS
CIDADES LATINO-AMERICANAS**

Fabiana Felix do Amaral e Silva (UNIVAP)¹,
Lidiane M. Maciel (UNIVAP)²

Resumo

O propósito é trazer para o debate do planejamento urbano as epistemologias decoloniais como alternativa analítica chave para compreender o pensar e o fazer territorial a partir das realidades da América Latina. Neste sentido, pretende-se apresentar uma nova perspectiva capaz de rever aplicação de paradigmas teóricos e epistêmicos dos países do capitalismo central, bem como, evidenciar as lógicas e hierarquias de poder presentes na gestão dos territórios latino-americanas. O fio metodológico condutor da reflexão parte da apreensão de estudos sobre as experiências socioterritoriais latino-americanas como *locus* de articulação de outras narrativas territoriais.

Palavras-chave: Epistemologias decoloniais, Planejamento Urbano, Cidades, Espaço de vida.

Introdução

Esta comunicação busca refletir sobre o planejamento urbano, enquanto experiência reflexiva, histórica e prática. O objetivo é discutir o campo do planejamento urbano à luz da realidade latino-americana, e pontualmente repensar a prática e a reflexão do planejamento a partir das experiências periféricas. Considera-se que as experiências empíricas demonstram que o conflito está na base da organização da sociedade, muitas vezes, expressa na luta pela sobrevivência, são estruturas das bases dos espaços/territórios de vida.

¹ Arquiteta e urbanista. Docente no Programa em Planejamento Urbano e Regional - PPGPLUR- UNIVAP, Brasil. E-mail: fabiana.amaral@gmail.com

² Socióloga. Docente no Programa em Planejamento Urbano e Regional -PPGPLUR- UNIVAP, Brasil. E-mail: lidiane.maci@univap.br

No início do século XXI, especialmente, no Brasil, após as Jornadas de 2013, o debate teórico tem mostrado a preocupação com os conflitos. Entre diversos autores, é expressiva a argumentação de David Harvey (2014), em *Cidades Rebeldes* questionando-se sobre as contradições da urbanização expostas pelos movimentos críticos à gestão capitalista do território. Neste contexto, ganha-se força a ideia de *planejamento insurgente, conflitual e contra hegemônico*, particularmente citadas por James Hoston (2016) e de alguma maneira Carlos Vainer (2013), acompanhando os processos políticos derivados das obras das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Essas formas de pensar o planejamento apresentam-se como importante para referir as experiências da vida urbana e resistência da ordem de gestão neoliberal dos territórios, que *gentrificam* os centros das cidades e espraiam as periferias para as mais longínquas áreas do município.

As experiências empíricas demonstram que a “insurgência” está na base da organização da sociedade, muitas vezes, expressa na luta pela sobrevivência. O colocar-se em “ação”, “agir” e “movimentar-se” são estruturas das bases dos territórios de vida e não tão somente um campo acadêmico teórico que vem orientando os estudos na área do Planejamento Urbano. A premissa para justificar que a insurgência está na base da organização da sociedade e são estruturas das bases dos territórios de vida é de que o mesmo território que é apropriado pela lógica neoliberal também tem sido *locus* de articulação de outras narrativas territoriais.

Desse modo, inspirando-se pelo desenrolar das concepções de planejamento, o olhar do trabalho de revisão volta-se aos processos desencadeados pelo neoliberalismo na América Latina nos últimos cinquenta anos. Da saída autoritária para a democrática verifica-se a criação de uma série de instrumentos jurídicos impositivos que estimulam a construção da vida participativa dos territórios, como os Planos Diretores Participativos, mas que no entanto, estão suscetíveis às pressões das políticas neoliberais de gestão dos territórios lançados a iniciativa privada, desconstruindo qualquer possibilidade de uma vida comunitária. O objetivo é repensar a prática e a reflexão do planejamento a partir das experiências periféricas tanto no campo teórico como no empírico nas realidades das seguintes cidades: São Paulo (Brasil), Cidade do México (México), Buenos Aires (Argentina) e Bogotá (Colômbia).

No campo teórico propõe apresentar ao debate das insurgências urbanas a compreensão de que na realidade latino-americana as concepções de cidadania e de democracia não estão tão consolidadas, desta maneira, as lutas sociais atuam onde o capitalismo implantado se desenvolve dentro de uma lógica de exclusão e violência. Busca-se evidenciar o debate sobre a relação intrínseca dos seguintes aspectos -

resistência/sobrevivência/enfrentamento -observados nas diversas formas de organização e estrutura da ordem cultural e simbólica das experiências periféricas.

1. Epistemologias decoloniais para pensar o planejamento

Os processos de industrialização vividos no início do século XX na América Latina concedeu ao campo do Planejamento Urbano uma força de articulação de diversos interesses e que, em certa medida, promoveu repensar a ordem e a funcionalidade das cidades. As experiências das cidades latino-americanas demonstram que o processo tem um aspecto técnico e institucionalizado gerido pelos Estados e pelos poderes corporativos no âmbito das políticas públicas, das normativas urbanas e dos processos de participação institucionais.

Alinhada à disputa material e econômica do território, ou seja, local da realização da acumulação do capital que gera processos de expropriação e violência, está a disputa de narrativas que define as percepções e as ações de diversos grupos sociais. Aqui aponta-se três destas dimensões sobre o território: narrativas empresariais, narrativas acadêmicas e narrativas periféricas.

Na dimensão empresarial estão as categorias de cidades inteligentes, cidades sustentáveis, cidades criativas (Florida, 2003,2005). Tais práticas políticas promovem a implementação de projetos e ações políticas de cunho social, cultural, ambiental e turístico em certas áreas, com a justificativa de que a aglomeração de agentes, firmas e instituições nestes espaços resulta em aspectos urbanos e econômico-produtivos positivos. Portanto, o Estado atua como facilitador do mercado ao outorgar benefícios econômicos aos investidores interessados em radicar-se nestas novas localidades do território.

No âmbito acadêmico percebe-se uma ampliação das análises sobre as novas dimensões do ativismo social e territorial, e que tem promovido a rediscussão dos parâmetros atuais do direito à cidade, numa releitura do termo cunhado por Lefebvre (1968) a partir da concepção de cidades rebeldes (Harvey, 2014), do planejamento insurgente (Holston, 2016; Miraftab,2016) planejamento conflitual (Vainer, 2013) planejamento subversivo (Randolph, 2008). As discussões apresentam alguns caminhos de análise tais como: estudo das práticas de ativistas urbanos que reivindicam o direito clássico à cidade, ou seja, o acesso aos bens e serviços; levantamento de experiências de auto-planejamento territorial de suas localidades e reflexões sobre a prática de ensino no campo do planejamento urbano.

Uma outra narrativa desta disputa é a dimensão da periferia como território sócio-político (Zibechi, 2008 ; Silva & Oliveira, 2018; D`Andrea, 2013); são ações de

movimentos e/ou grupos sociais que por meio de expressões e ações políticas, culturais e sociais reelaboram suas existências. Tais ações promovem uma nova organização social e os territórios servem, ao mesmo tempo, como espaços de sobrevivência e lugar da construção de uma outra dimensão sócio-política.

O que difere ou aproxima tais narrativas? A narrativa empresarial está distante das demais e ocupa um lugar de destaque na prática do planejamento urbano e da gestão neoliberal dos territórios. O que aponta-se como questionamento entre as narrativas acadêmica e periférica é a necessidade de rever o debate acadêmico que tem interpretado as insurgências dentro de uma lógica de democracia e prática da cidadania liberal que é alheia à realidade da América Latina. Considera-se que nas experiências latino-americanas as concepções de cidadania e de democracia não estão tão consolidadas, desta maneira, as lutas sociais atuam onde o capitalismo implantado se desenvolve dentro de uma lógica de exclusão e violência. Portanto, o objetivo de trazer para o debate do planejamento urbano as epistemologias decoloniais como alternativa analítica chave para compreender as dinâmicas e disputas territoriais latino-americanas justifica-se por três aspectos: - rever a aplicação de paradigmas teóricos e epistêmicos dos países do capitalismo central; - evidenciar as lógicas e hierarquias de poder presentes na gestão dos territórios e - repensar a prática e a reflexão do planejamento a partir das experiências periféricas.

As epistemes decoloniais como campo teórico-metodológico aparece no debate das ciências sociais no final dos anos 1990 associadas às discussões do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) (Ballestrin, 2013), que promoveu a elaboração e sistematização de categorias e análises que proporcionaram, não apenas reconceituar a história e a prática política latino-americana, como também criar espaço para novas proposições teórico-metodológicas.

Apresenta-se três categorias analíticas para iniciar um debate sobre epistemologias decoloniais para pensar o planejamento, que são: a **colonialidade de poder** (Quijano, 2005); a **cultura como relacionalidade** (Escobar, 2014) e a **hiperpotência – o poder do povo** (Dussel, 2007).

O conceito de colonialidade de poder elaborado inicialmente por Anibal Quijano (2005) discute sobre o colonialismo, ao considerá-lo uma dimensão constitutiva da história da modernidade e, neste sentido, o processo de colonização da América Latina foi elemento central para a constituição do sistema-mundo capitalista. (Wallerstein, 2001). O autor articula que a dominação se constitui a partir da classificação das diferenças entre opressores e oprimidos com bases na ideia de raça, como uma suposta diferença estrutural que coloca os conquistados em situação natural de inferioridade em relação aos conquistadores. Esta análise permite apreender que nos processos

socioespaciais da realidade latino-americana, a sua espacialidade abrange as divisões e classificações raciais.

A concepção de cultura presente nas ambiências das Ciências Sociais evidencia a existência de debate e reflexões que seguem dando nome a cultura como uma estrutura simbólica, tais como: o multiculturalismo, a hibridação, as disputas simbólicas, a luta contra discriminação, no entanto, é necessário entender que estas elaborações possuem alguns limites quando são transferidas como chaves de interpretação das realidades latino-americanas. Neste debate, Arturo Escobar (2014) apresenta a noção de cultura como - *diferença radical* - ao promover o rompimento com a leitura analítica binária presente nos dualismos constitutivos das formas dominantes da modernidade para pensar a cultura na sua totalidade.

Escobar (2014) ao analisar as experiências e ações de grupos sociais populares que partem de ontologias não dualistas aponta como fatores analíticos: a diversidade e a possibilidade de compartilhar alternativas com base na alteridade. Esta categoria analítica permite também interpretar as experiências dos grupos sociais periféricos que tem a cultura e a comunicação com ambiências de atuação para produzir seu cotidiano e seu fazer político e que atuam em contrapartida à lógica hegemônica de produção do espaço que impõe uma concepção de cultura e arte mercantilizada e, portanto, alheia à cultura e arte local.

Dessa maneira, para pensar o fazer urbano a partir das experiências de grupos sociais periféricos latino-americanos apresenta-se a categoria hiperpotência – o poder do povo, elaborado por Dussel (2007). Para o autor esta categoria se constitui a partir de três movimentos associados: vontade de vida, o consenso crítico dos subjugados e a construção de uma nova hegemonia. Para o autor a dimensão de poder não está associada à ideia de dominação e sim da *vontade de viver*, o que permitiria uma tomada de consciência da situação em que se encontram, produzindo, deste modo, uma crise de hegemonia e uma abertura da ordem social. Esta categoria analítica permite analisar experiências periféricas que atuam como uma consciência crítica e coletiva dos mecanismos institucionais que os exploram e, neste sentido, promovem, para além, de espaços de denúncia e reivindicação, a apropriação popular dos territórios.

2. A pedagogia das experiências

Em meados da década de 1980, verifica-se que as políticas neoliberalizantes promoveram a privatização, desregulamentação e abertura da economia, o que impactou diretamente na gestão dos espaços de vida das populações latino-americanas. Argentina, Brasil, México e Colômbia foram países afetados diretamente

neste processo. Grupos sociais se uniam em práticas de “resistência” ou “existência/sobrevivência” a nova gestão neoliberal dos territórios. Neste contexto, foi significativo o fortalecimento dos movimentos sociais no período. Zibechi (2008), avalia as potencialidades políticas presentes nas experiências periféricas. O autor coloca que estas experiências têm promovido uma nova organização social, o território é lugar da construção de uma dimensão sociopolítica. O foco na educação, cultura, saúde e produção de alimentos apresenta-se como um modo de enfrentamento. Brasil, Argentina, Colômbia e México, apresentam experiências importantes sobre resistências propositivas. O objetivo do tópico é oferecer uma visão panorâmica de possibilidades vividas.

2.1 O Caso São Paulo – Brasil

No Brasil, na cidade de São Paulo, para além do histórico e importante movimento de ocupações de terras nas periferias, se destacam no centro as ocupações de prédios abandonados/desocupados por uma série de questões legais. São inúmeras as entidades que lutavam por moradia no centro, entre elas se destacam: o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), a Frente de Luta por Moradia (FLM), o Terra Livre e o Movimento de Luta Social por Moradia (MLSM). Ocupar o centro da cidade de São Paulo, torna-se uma estratégia de visibilidade dos movimentos ainda em 1990 (NEUHOLD, 2009).

As ocupações organizadas pela Frente por Luta de Moradia em (FLM) e Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), em particular, a ocupação 9 de Julho, abrigava cerca de 500 pessoas, 151 famílias ao todo, subdivididas em 14 andares.

O MSTC intenta remodelar o padrão de ocupação da cidade: **não é a conquista da propriedade em si o que está em questão**, para o movimento o direito à moradia deve ser desvinculado do mercado imobiliário. **A proposição é pela “alocação social”**, que se fundamenta na concessão de uso do imóvel e não na propriedade dele.

2.2. Buenos Aires – Argentina

O grupo *La Boca Resiste y Propone* se destaca pelo trabalho que realiza de levantamento e denúncia dos processos de exclusão, de assessoria às famílias que são desalojadas e partilham com outras organizações sociais maneiras de propor e atuar contra as investidas neoliberais impostas pelo governo municipal. O bairro é um local tradicional e turístico da cidade de Buenos Aires e passa pela intensificação do processo de gentrificação desde 2008, sob a gestão do partido PRO e em 2012 com maior intensidade com a implementação do projeto do *Distrito de las Artes*. No entanto,

espaços institucionalizados de gestão são apropriados pelo grupo, como por exemplo, o conselho consultivo da Comuna 4, do qual o bairro de La Boca é parte.

Uma ação interessante neste contexto ocorreu em março de 2017, os grupos Vivienda y Hábitat e La Boca Resiste y Propone, com apoio do Observatorio del Derecho a la Ciudad (ODC), denunciaram a emergência habitacional pela qual passa o bairro de La Boca, considerando com uma das dimensões desta emergência, a crescente quantidade de despejos ocorridos no bairro após a aprovação da Lei N° 4.353 que implementa o Distrito de las Artes.

Um ato interessante na ambiência da cultura e da comunicação foi a campanha dos *Murales* confeccionados por artistas locais e que apresentavam temas relacionados às problemáticas locais. A mobilização cultural teve uma extrema visibilidade ao atingir uma dimensão regional e ser divulgado em diversos meios de comunicação, e, também, uma dimensão local que potencializou, de forma simbólica, a luta pelos direitos violados. Os ativistas comentaram que os *Murales* promovidos pelo governo foram escrachados pela comunidade, pois não tinham a representação que os *Murales* produzidos para e pela a comunidade possuem. Todos os *Murales* produzidos pela iniciativa do grupo estão preservados, porque contam, no tempo e no espaço, a sua história local e coletiva. A proposta do referido projeto neoliberal, enquanto discurso, é promover a arte, a cultura e fazer cumprir sua função social para os vizinhos do bairro e, em contraposição a este discurso, o grupo propõe uma ação realmente social e transformadora que parte das experiências locais.

2.3 Bogotá – Colômbia

Observa-se na cidade de Bogotá a promoção de megaprojetos como de turismo rural na região de Santa Fé; de usinas de lixo, em Ciudad Bolívar; de turismo ambiental, na região do Pacífico (onde se localizam as terras tituladas das comunidades afrocolombianas). Estas novas reorganizações dos territórios colocam em debate os processos de deslocamentos das populações periféricas e que de maneira auto-organizativa promovem ações comunitárias e coletivas ao combate às investidas dos interesses do capital transnacional por meio das implementações e normativas do Plano de Ordenamento Territorial- POT.

Uma das experiências de resistência/sobrevivência que tem tido destaque nas periferias de Bogotá é a organização das hortas coletivas como é o caso da Red sócio-económica de origen agrícola (Huertas) que fica no bairro de Altos de la Estancia, em Ciudad Bolívar e também a experiência da Casa de La Lluvia [de ideias] com o projeto do ecobairro, localizada no bairro La Cicilia, em Los Cerros Orientales de Bogotá, ambas em regiões periféricas da cidade.

Bryan líder do projeto Casa de la Lluvia evidencia as formas de adaptação e sobrevivência das populações nas periferias de Bogotá que a sua maioria são fugitivos das zonas de conflito nas áreas rurais. Segundo Arena Grisales (2017) salienta-se na ocupação dos territórios as disputas entre os paramilitares, FARC, ELN e o Estado colombiano que continuam a fomentar o êxodo das áreas rurais e mesmo com as políticas do governo Uribe Velez para integrar as FARC e os paramilitares à institucionalização, o mesmo não fomentou (no caso dos paramilitares) a destituição dos exércitos. As iniciativas dos movimentos sociais trouxeram esperança às populações de bairros periféricos em Bogotá. O projeto da Casa de La Lluvia é um exemplo da resistência cultural dos povos expropriados da terra no interior colombiano.

No caso da “La red de huertas en los Altos de la Estancia” Vargas (2015) discute que a agricultura familiar se converte numa forma de empreendimento comunitário e de controle popular dos territórios. Nesta dimensão é capaz ao mesmo tempo de servir de apoio às comunidades subjugadas e um elemento de proposição aliando as dimensões de sobrevivência/resistência nos processos de enfrentamento das comunidades periféricas em Bogotá.

2.4 - O caso da Cidade do México - México

No México segundo Nieto (2016, p. 277) “ los movimientos sociales mexicanos contemporáneos, resaltando cómo en sus reivindicaciones se ha aceptado —e incluso legitimado— el abandono del Estado de su responsabilidad social, como en el caso del cumplimiento del derecho a la vivienda.” Como no caso de São Paulo, no México, alguns movimentos sociais se destacam ainda na década de 1980 e se aglutinaram por meio da Coordinadora Nacional del Movimiento Urbano Popular (CONAMUP).

Zaragoza (2017) destaca que o documento “Carta de la Ciudad de México por el Derecho a la Ciudad (2010)” se apresenta num contexto de reivindicações por garantia políticas que envolvem necessariamente uma vida mais igualitária que garanta o crescimento econômico sustentável, em que os cidadãos tenham direito efetivos a uma vida digna.

Um pouco mais afastado do centro, destaca-se na Cidade do México, o Movimento de Mulheres do Bosque de Oztotepec, na delegación Milpa Alta de la Ciudad de México, como tratado por Antuñano (2017), o movimento centra-se na defesa do bosque frente a práticas neoextrativista não sustentável. A formação de uma Brigada Florestal representa uma contra resposta a posturas degradantes da natureza, na cosmovisão do grupo. Ainda segundo Antuñano (2017) o movimento apresenta com uma alternativas a ordem degradante vivida em tempos neoliberais fundada numa perspectiva étnico-retributiva.

Considerações

Verificando-se que as cidades latino-americanas, apresentam uma diversidade de problemáticas, como a concentração populacional, índices elevados de pobreza urbana, déficit de moradias para os trabalhadores da cidade, dentre outras questões, as ações e práticas empenhadas pelos movimentos sociais desperta para o entendimento de que a resistência num primeiro momento não é uma opção e sim uma questão de sobrevivência cotidiana que garanta os benefícios sociais mínimos, como comer, morar e viver. Ocupar os espaços oficiais de tomada de decisões como os conselhos municipais, ou ainda, construir espaços de legitimidade ao propor políticas e leis populares são processos constitutivos e ampliados desta mesma sobrevivência, bem com o plantio de hortas urbanas.

Estas experiências apresentam, sobretudo, soluções que: - promovem a produção e ocupação do território que atendem aos aspectos de sustentabilidade e respeito ao meio-ambiente na ocupação de seus territórios e bairros; - elaboram economias produtivas e solidárias geradoras de trabalho e renda; - criam redes de apoio e solidariedades; - consolidam espaços de participação, comunicação, cultura e educação comunitárias; - constroem cartografias sociais e plano populares de bairro e, que, portanto, podem contribuir para o desenvolvimento de estudos e estratégias para rever e ampliar as discussões do planejamento urbano.

Referências

ANTUÑANO. ALICIA E. EGUILUZ DE. ¿Movimiento social? ¿Acción colectiva anti neoextractivista? “Mujeres del Bosque” de Milpa Alta. Movimientos sociales en México y Latinoamérica. / Francisco Javier Aguilar García, coordinador. — Primera edición. — México : UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2017

ARENAS GRISALES, Sandra Patricia. Colômbia: a memória em meio à guerra. Tempo Social, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 62-78.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2013, n.11, pp.89-117. ISSN 0103-3352. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. Tese de Doutorado, Usp, 2013

DUSSEL, Enrique. **20 teses da política**. São Paulo. Expressão Popular (Coleção Pensamento Latinoamericano).2007.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones Unaula. 2014.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. Nueva York: Basic Books. 2002.

FLORIDA, Richard. **Cities and the creative class**. Nueva York: Routledge. 2005.

HARVEY, David. *Cidade Rebeldes*. São Paulo. Boitempo, 2014

HOLSTON, James. 2016. "Rebeliões Metropolitanas e Planejamento Insurgente no século XXI" *Rev. Brasileira de Estudo Urbano e Regional Recife*, v.18, n.2, p.191-204.2016.

LEFEBVRE, Henri. 1968. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro. 2008.

MIRAFITAB, Faranak. 2014. *insurgent planning: situating radical planning in the global south*. *planning theory*, 8, n.1, 2009, p. 32-50.

NIETO, Beatriz García Peralta. Movimientos sociales en México y el problema de la vivienda: de la tibieza al olvido. Invisible cities. Disponível em:<https://aoratespoleis.wordpress.com/2016/02/acesso> em 15/05/2020.

NEUHOLD, Roberta. Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. *Dissertação de mestrado*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. *CLACSO, A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas (pp. 117-142). Buenos Aires: Biblioteca CLACSO, 2005.

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil.; *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245.

SILVA, Fabiana F.A; OLIVEIRA, Dennis. A potência política dos territórios periféricos na metrópole de São Paulo. *Polisemia*, v. 13, n. 24, p. 41, 16 jul. 2018.

VAINER, Carlos; Bienenstein, Regina; Tanaka, Giselle; Oliveira, Fabricio; Lobino, Camilla. O plano popular da vila autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. *revistas anais encontros nacionais da anpur*, v. 15, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2001.

ZARAGOZA. Miguel Ángel Ramírez Movimientos sociales y ciudadanía en la construcción social de nuevos derechos. *Movimientos sociales en México y Latinoamérica*. / Francisco Javier Aguilar García, coordinador. — Primera edición. — México : UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales., 2017

ZIBECHI, Raúl. *Territórios en resistência: Cartografía política de las periferias urbanas latino-americanas*. Buenos Aires: Lavaca Editora, 2015.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento*. Fondo editorial de la facultad de ciencias sociales, Lima, septiembre de 2007.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 02B - Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E COVID-19 NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS)¹

Pedro Azeredo de Ugalde (UFRGS)²

No Brasil, a pandemia da Covid-19 apresentou uma difusão fortemente influenciada pela rede urbana, manifestando-se inicialmente nas metrópoles e grandes cidades, difundindo-se posteriormente para as cidades médias e pequenas do interior do país. No Rio Grande do Sul não foi diferente, com concentração inicial de casos nos espaços metropolitanos e aglomerações urbano-industriais. Nesse sentido, nossa comunicação se propõe a analisar a relação entre as desigualdades socioespaciais da Região Metropolitana de Porto Alegre e a expansão da covid-19 neste espaço, procurando observar de que forma a heterogeneidade da metrópole influenciou na difusão do vírus e nos impactos da pandemia. Além disso, procuramos trabalhar na escala intra urbana, analisando a pandemia no município de Porto Alegre, à luz das suas desigualdades socioespaciais. Fornecemos ainda um panorama da pandemia nas demais aglomerações urbanas do estado, que, ao longo de 2020, foram também grandes concentradoras de casos da doença. Serão apresentados o número de casos, sua evolução e a relação destes com indicadores sociais, tais como IDH-M e IBEU, dos respectivos espaços. Nossa intenção é realizar a correlação entre o padrão de incidência e difusão da doença com as condições socioeconômicas vigentes nos territórios em análise, observando assim mais uma consequência da ampliação do padrão neoliberal-periférico de urbanização.

Palavras-chaves: metropolização, desigualdades socioespaciais, Covid-19, Região Metropolitana de Porto Alegre.

¹ Doutor em Geografia Humana. Professor do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles. Núcleo Porto Alegre. E-mail: paulo.soares@ufrgs.br.

² Estudante de Geografia Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. E-mail: pedrogaldeu@gmail.com.

Introdução

O ano de 2020 está definitivamente marcado na história da humanidade como o ano da pandemia do **SARS-CoV-2** (conhecida como Covid-19). Neste ano todas as atenções estiveram voltadas para a expansão e difusão da pandemia iniciada, ao que tudo indica, na cidade de Wuhan na República Popular da China no segundo semestre de 2019. Foram diversos os impactos sociais, econômicos, culturais e socioespaciais e territoriais da pandemia. Cientistas de todas as áreas dedicaram-se ao seu estudo, especialmente quanto aos efeitos da mesma na nossa sociedade. E a ciência geográfica, a Geografia, também deu a sua contribuição, uma vez que esta ciência já contava em suas subdivisões de um campo chamado de “Geografia da Saúde”, que experimentou um “renascimento” em função da pandemia.

A modo de contribuição para as análises da pandemia no Brasil e em particular no estado do Rio Grande do Sul, realizamos ao longo do ano de 2020 a coleta e espacialização dos dados da pandemia da Covid-19 no estado. Nosso interesse é especialmente a expansão da pandemia e seus impactos nos principais espaços urbanos gaúchos, incluindo aqui a metrópole de Porto Alegre e sua região metropolitana. Esta apresenta uma grande desigualdade em seus espaços, com o que a pandemia apresentou e tem apresentado impactos diferenciados social e espacialmente.

Assim, o objetivo de nossa comunicação é relacionar os casos da Covid-19 nas principais aglomerações urbano-industriais do RS, com destaque para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e sua metrópole, mas também na Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG) e demais aglomerações urbanas oficiais e não institucionalizadas, no caso as Aglomerações Urbanas do Sul (AUSUL) e do Litoral Norte (AULN) e as aglomerações de Lajeado-Estrela, Santa Cruz do Sul e Passo Fundo. Posteriormente, abordamos com mais detalhes as desigualdades intra-urbanas da Região Metropolitana de Porto Alegre e do próprio município de Porto Alegre.

A metrópole de Porto Alegre possui cerca de 1,5 milhões de habitantes, enquanto a sua região metropolitana, com mais 33 municípios, 4,3 milhões de habitantes, sendo oito deles com mais de 100 mil habitantes. Como desde a sua institucionalização em 1973 houve a incorporação de um grande número de municípios (20 municípios mais), realizamos uma “regionalização” da RMPA, a qual tenta dar conta das diferenças entre os diferentes núcleos urbanos que a compõem, especialmente entre aqueles mais próximos do núcleo metropolitano e que realizam intensos fluxos e trocas no interior da metrópole e os mais distantes, já situados em uma zona de desconcentração da metropolização.

Igualmente, como a pandemia é dinâmica em sua expansão e difusão espaço-temporal, foi necessário realizar uma periodização do estudo. Assim, estabelecemos que o período de nossas análises se dará entre o início da pandemia até 31 de dezembro de 2020.

1. A pandemia da COVID-19 e a questão territorial e espacial

Fenômeno global e multifacetado, a pandemia do SARS-CoV-2 afeta a humanidade em variadas dimensões da vida contemporânea: desde a saúde e a economia, até questões sociais, políticas, culturais, psicológicas e, também, ambientais, territoriais e socioespaciais. Outras pandemias ocorreram na história da humanidade, porém estamos diante do primeiro grande acontecimento efetivamente global. Hoje temos uma realidade diferente e esta diferença atende pelo nome de mundialização ou globalização. O grande geógrafo Milton Santos (1926-2001) em seu livro *Por uma outra globalização* (2000) apontou os três significados da globalização para a humanidade: como fábula, como perversidade e como possibilidade. A pandemia revela a fábula da globalização, ao questionar a abertura de fronteiras e a livre circulação das pessoas pelos países e se apresenta cada vez mais como perversidade ao atingir as populações mais pobres e vulneráveis do planeta, especialmente em países onde prevalecem fortes desigualdades, como é o caso dos latino-americanos. Resta saber se a mesma se manifestará como possibilidade de uma nova - mais solidária, menos competitiva - ordem social, econômica e política.

A pandemia tem sua difusão e efeitos manifestados em diferentes escalas. Globalmente, a pandemia expandiu-se pelos circuitos e redes que envolvem as cadeias globais de produção e do turismo internacional, as quais permitiram a rápida disseminação do vírus por todos os continentes, pois vivemos a era da “urbanização planetária”, em um mundo cada vez mais urbano e unificado nos modos de vida, especialmente de consumo, processo no qual a China, como “fábrica do mundo”, é uma engrenagem central da nova geografia econômica.

O combate ao vírus, inicialmente capitaneado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), posteriormente foi envolvido principalmente pelos governos nacionais, os quais concentram recursos humanos e financeiros para programar e implementar as políticas de prevenção, contenção e mitigação dos efeitos da doença entre a população. Em países como o nosso, o poder central confronta-se política e ideologicamente com diferentes poderes e esferas (escalas) governamentais, estaduais e municipais, as quais também são cobradas por resultados. Por serem “conhecedoras da realidade” e estarem “próximas aos cidadãos” reivindicam e legitimam seu protagonismo. Por outro lado, os impactos sociais do vírus refletem as “fendas e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico”, em nosso caso, o modelo ultraliberal que vem sendo implementado desde 2016. Nesse sentido, a precarização do trabalho, da saúde pública, o “teto de gastos” e o desmonte de políticas e redes públicas de proteção promovidos pelo neoliberalismo constituem fardos a mais sobre os mais pobres na luta contra a letalidade do vírus, assim

como as redes urbanas e a fragilidade socioespacial de nossas periferias tornam-se um “meio de cultura” favorável à sua transmissão.

David Harvey (2020) abordou o tema do enfrentamento entre as diferentes escalas de poder:

“Quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa deixaram o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública desse calibre (...). Em muitas partes do suposto mundo “civilizado”, os governos locais e as autoridades regionais, que invariavelmente formam a linha de frente da defesa em emergências de saúde e segurança pública desse tipo, tinham sido privados de financiamento graças a uma política de austeridade projetada para financiar cortes de impostos e subsídios para as empresas e os ricos”.

Assim como Harvey, diversos outros pensadores, entre eles Boaventura de Sousa Santos, Mike Davis, Slavoj Žižek, Giorgio Agamben, Noam Chomsky, trataram de interpretar a partir do pensamento crítico, os dilemas do momento que a humanidade está vivendo. A produção foi intensa e reflete em grande parte a perplexidade de todos e todas pelo momento que estamos vivendo.

A pandemia proporcionou a redescoberta da Geografia da Saúde, um campo da Geografia como uma longa tradição, mas que embora em constante atualização estava menos em evidência nas últimas décadas. Por exemplo, na década de 1950, o geógrafo francês Max. Sorre desenvolveu conceitos da “geografia médica”, especialmente a ideia de “complexo patogênico”, na qual o autor já reconhecia a complexidade de relações sociais e ambientais presentes em uma epidemia:

Na complexidade das relações que interessam a uma só vez ao biólogo e ao médico, procura-se uma noção sintética capaz, de orientar as pesquisas do geógrafo. A interdependência dos organismos postos em jogo na produção de uma mesma doença infecciosa permite inferir uma unidade biológica de ordem superior: o complexo patogênico. (SORRE, M, 1951 apud FERREIRA, 1991).

No caso da Covid-19 diversos fatores de ordem biológica, econômica e social se inter-relacionam, fazendo o combate a esta pandemia extremamente complexo. Acrescente-se que vivemos um momento de intensa polarização política em nível mundial, com a ascensão dos fundamentalismos, especialmente de extrema-direita, que também afetam o enfrentamento da doença. Como no caso dos grupos antivacina e na oposição ultraliberal aos decretos de *lockdown* e de limitação da circulação de pessoas.

Historicamente a Geografia da Saúde tem baseado suas atividades nas resoluções de problemas de saúde pública, na identificação de lugares de risco e no planejamento territorial de ações de políticas públicas voltadas à saúde. (GUIMARÃES, 2015). No caso brasileiro, ganha destaque a participação da Geografia na elaboração e implementação das

políticas nacionais de saúde pública, especialmente com relação aos processos de regionalização da saúde.

Com o ingresso do vírus Sars-cov-2 no Brasil, a Geografia e suas técnicas e conceitos rapidamente passaram a contribuir para o enfrentamento da pandemia. Em março de 2020, estudos de pesquisadores do Departamento de Geografia da UNESP já alertavam para o peso da circulação de pessoas no processo de difusão do vírus no território e sua relação com a rede urbana brasileira (SPOSITO; GUIMARÃES, 2020). Posteriormente, o mesmo grupo identificou o processo de interiorização do vírus no estado de São Paulo e as rotas de difusão da doença e os municípios com maiores riscos (PALHARES, 2020). Somado a esses esforços, a FioCruz emitiu, desde abril, uma série de notas técnicas apontando os processos de difusão do vírus pelo território nacional, tratando de ressaltar as questões espaciais da pandemia (FIOCRUZ, 2020).

Ainda sobre as contribuições da Geografia para o enfrentamento da pandemia, destacamos o grande número de revistas, números especiais e dossiês elaborados sobre a temática. Dentro dessa variada produção científica, temos como exemplos os números especiais das revistas *Hygeia* e *Espaço e Economia*, o dossiê produzido pelo Observatório das Metrôpoles *As metrôpoles e a COVID-19* e o livro *Covid-19 e a Crise Urbana* - além, claro, dos trabalhos citados no parágrafo anterior.

2. O espaço urbano e a disseminação do covid-19

No Brasil, a disseminação do Covid-19 tem, em sua origem e desenvolvimento, muito de metropolitana e urbana. Seja pelas linhas aéreas internacionais, seja pela presença das concentrações urbano-industriais. Estas atualmente estão localizadas, sobretudo, nas adjacências das metrôpoles, nas periferias metropolitanas, ou nas cidades médias, mas ainda assim, muito relacionados aos centros de gestão.

A rede urbana e seus fluxos que integram desde as “cidades globais”, até os mais recônditos rincões do planeta se encarrega de ser o vetor da disseminação do coronavírus, pois como escreveu Milton Santos agora “todos os lugares são mundiais”. Na década de 1950, Hägerstrand afirmava sobre a difusão de inovações que “a *hierarquia urbana direciona o curso da difusão. Para além da influência de um centro sobre os municípios vizinhos, encontramos curtos-circuitos para os lugares mais importantes, mesmo que sejam mais distantes*”³. Se encaramos as mutações que originaram o Covid-19 como “inovações” genéticas podemos entender um pouco mais esta disseminação.

³ HÄGERSTRAND T. A propagação de ondas de inovação (1952). Publicado no Boletim Campineiro de Geografia, Vol. 3, nº 2, 2013.

Em 1990, Peter Gould e Joseph Kabel assim afirmaram sobre a epidemia de AIDS na Pensilvânia: “*em certo sentido o mapa [atual] se revela como uma placa fotográfica na câmara escura: a imagem futura está de algum modo latente na história espaço-temporal do processo de difusão em desenvolvimento*”⁴. Buscando “padrões de difusão” desvendaram “dois tipos de difusão hierárquica” do HIV: primeiro através da hierarquia urbana, fortemente controlada pelas relações entre os grandes centros urbanos e, segundo, pelo “contágio espacial”, com a enfermidade se estendendo como uma mancha de óleo a partir dos epicentros regionais e “recheando o mapa” à medida que se infiltrava pelas áreas rurais.

No caso brasileiro e latino-americano, as estruturas socioespaciais e as morfologias urbanas de nossas cidades têm influencia direta na disseminação do vírus entre a população. No caso, as populações periféricas estão bastante segregadas das principais centralidades, o que as obriga aos deslocamento para ganhar a vida. Também, por viverem em bairros e moradias com menores dimensões e piores condições sanitárias, têm dificuldades de manter os protocolos de higiene e distanciamento exigidos. Estes fatores muitas vezes não são levados em conta com protocolos centrados nos padrões de habitação e trabalho das classes médias do setor de serviços avançados, para as quais o *home office* é possível e até desejado pelas empresas.

Não entraremos em detalhes do caso brasileiro, país continental e desigual, portanto passamos agora a discutir a situação no Rio Grande do Sul e seus principais centros e concentrações urbanas.

3. Os caminhos da pandemia no RS e a Covid-19 nas principais aglomerações do estado

A difusão do vírus no Rio Grande do Sul seguiu as lógicas observadas nos demais estados e no Brasil como um todo: respeitando a hierarquia urbana, o Sars-cov-2 teve como “gatilho” o espaço metropolitano, especialmente Porto Alegre. Posteriormente, difundido pelas principais aglomerações urbanas do estado e demais cidades médias, o vírus chegou, enfim, aos municípios do interior.

Assim, no início do período de pandemia, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) concentrava a maioria dos casos da covid-19 confirmados no estado. No dia 2 de abril, por exemplo, a capital concentrava 60% e a RMPA 73% dos casos no estado. As aglomerações urbano-industriais da Serra e do Vale do Taquari, a aglomeração urbana do

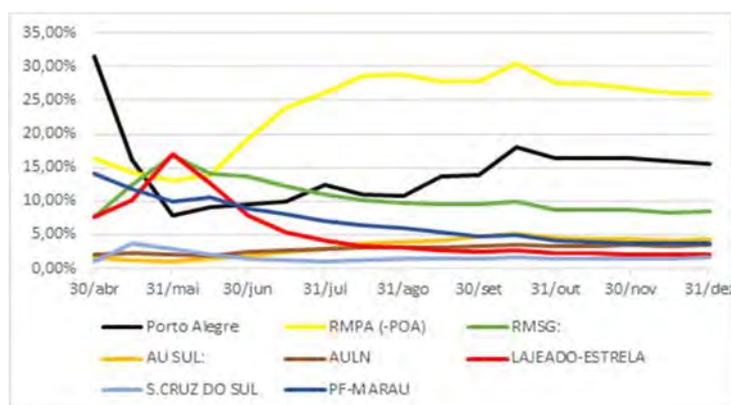
⁴ GOULD, P. y KABEL, J. La epidemia de SIDA desde una perspectiva geográfica. *Geo Crítica*. Cuadernos críticos de Geografía Humana. Universidad de Barcelona. Año XV. Nº 89. Septiembre de 1990.

Litoral Norte e as principais cidades médias do interior constituíram-se nos demais pontos iniciais da difusão do vírus no estado.

Com a evolução do processo de dispersão do vírus pelo estado, algumas aglomerações passaram a se destacar como pólos concentradores de casos: em 31 de maio, por exemplo, a Região Metropolitana da Serra Gaúcha e as aglomerações de Lajeado-Estrela e de Passo Fundo concentravam, respectivamente, 16,7%, 17% e 9,9% dos casos do estado, números muito acima das suas participações no total populacional do Rio Grande do Sul (tabela 1). Essas aglomerações compartilham uma característica que foi de fundamental importância para a difusão dos casos nas regiões: elevada concentração de ramos da agroindústria.

Ambos os períodos acima mencionados podem ser percebidos a partir do gráfico abaixo. Nota-se a grande concentração de casos em Porto Alegre no início da análise, a posterior queda desses números, o aumento da concentração nas regiões dos frigoríficos, e posteriormente um incremento nos números da RMPA.

Figura 1 - Participação de cada aglomeração no total de casos do estado.



Fonte: SES/RS. Elaborado pelos autores (2020).

A tabela 1 apresenta os números dos casos confirmados em cada uma das principais aglomerações urbanas do estado. Percebe-se que as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas concentram, ao longo de todo ano de 2020, um número de casos maior que os seus números relativos à população do estado. Em 31 de dezembro, somente duas aglomerações apresentavam um percentual de casos menor que o seu percentual de população: Santa Cruz do Sul e Aglomeração Urbana do Sul (AUSul).

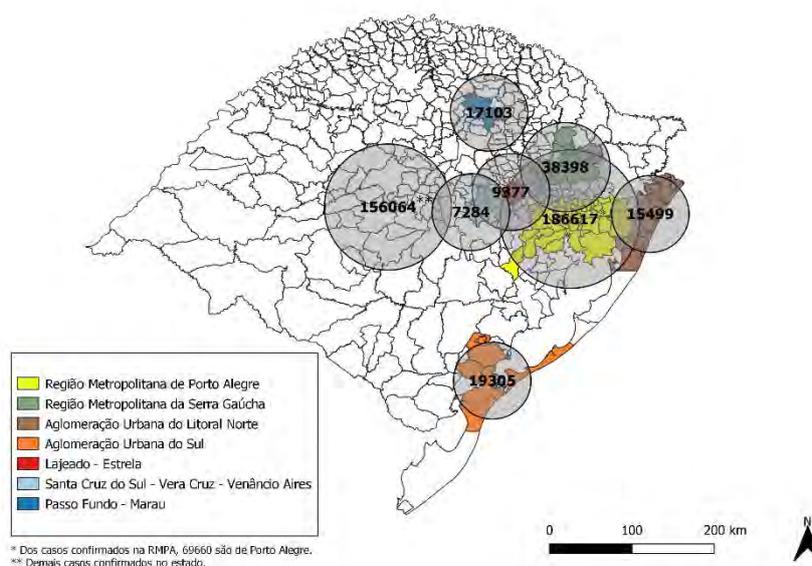
Tabela 1 - Distribuição dos casos de covid-19 nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas.

| Município/Região | 30/abr | | 31/ago | | 31/dez | | POPULAÇÃO ESTADO (%) |
|--------------------|--------|------|--------|------|--------|------|----------------------|
| | Casos | % | Casos | % | Casos | % | |
| Porto Alegre | 447 | 31,5 | 13675 | 10,9 | 69660 | 15,5 | 13,0 |
| RMPA (-POA) | 234 | 16,5 | 36273 | 28,8 | 116957 | 26,0 | 25,1 |
| RMSG | 110 | 7,7 | 12385 | 9,8 | 38398 | 8,5 | 7,5 |
| AUSul | 25 | 1,8 | 5083 | 4,0 | 19305 | 4,3 | 5,4 |
| AULN | 31 | 2,2 | 3938 | 3,1 | 15499 | 3,4 | 3,0 |
| Lajeado-Estrela | 108 | 7,6 | 3850 | 3,1 | 9377 | 2,1 | 1,4 |
| Santa Cruz do Sul | 16 | 1,1 | 1759 | 1,4 | 7284 | 1,6 | 2,0 |
| Passo Fundo | 200 | 14,1 | 7648 | 6,1 | 17103 | 3,8 | 2,2 |
| Total Aglomerações | 1171 | 82,5 | 84611 | 67,3 | 293583 | 65,3 | 59,5 |
| Rio Grande do Sul | 1420 | 100 | 125813 | 100 | 449647 | 100 | 100 |

Fonte: SES/RS nas datas indicadas. Elaborado pelos autores (2020).

O mapa a seguir representa os casos de Covid-19 no estado 31 de dezembro de 2020. Por eles podemos perceber a presença nas maiores aglomerações e sua difusão pelos municípios adjacentes, via rede urbana.

Figura 2 - Casos confirmados nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas em 31 de dezembro.



Fonte: SES/RS. Elaborado pelos autores (2020).

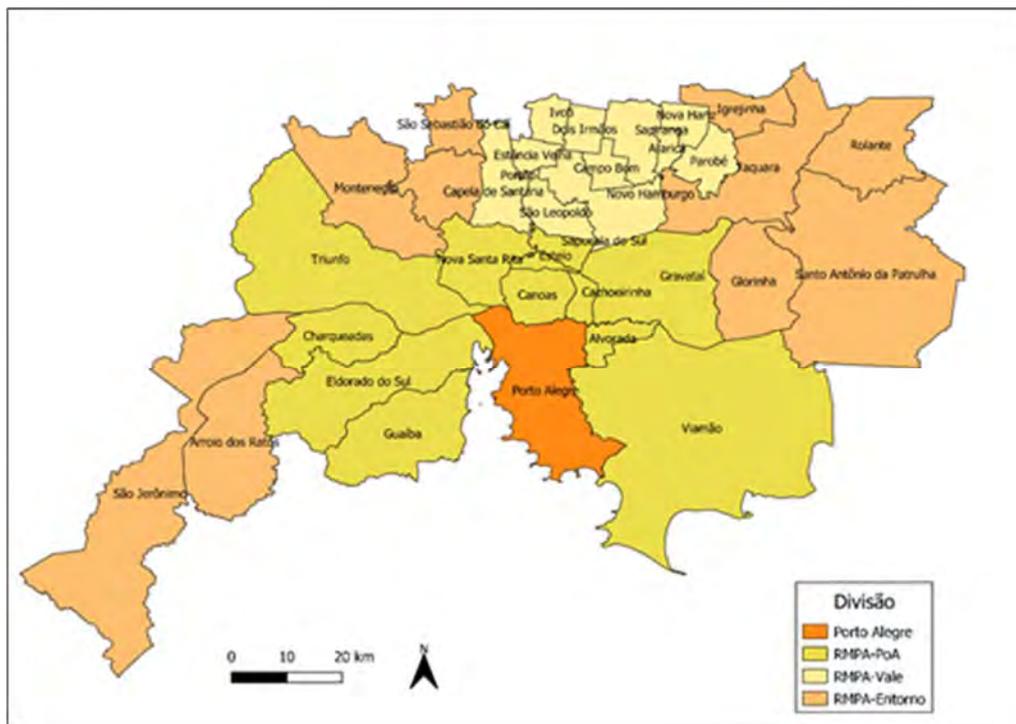
4. A Covid-19 na Região Metropolitana de Porto Alegre

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) concentrou ao longo do ano de 2020 a maior parte dos casos da doença no estado. O primeiro caso no Rio Grande do Sul foi confirmado em um município da RMPA e, nas primeiras semanas da pandemia, 60% dos casos do estado estavam localizados nos municípios que a compõem. Internamente, a dinâmica da pandemia variou na região metropolitana: inicialmente o município de Porto Alegre concentrou o maior número de casos. Com a ampliação do processo de difusão do vírus na metrópole, os municípios adjacentes passaram a confirmar cada vez mais casos e rapidamente o vírus esteve presente em todos os municípios metropolitanos. Ainda assim, a pandemia não se dá de forma homogênea na metrópole.

Para compreender as dinâmicas do vírus e as diferentes incidências, faz-se importante discutir a formação histórica da RMPA, suas subespacialidades e desigualdades socioespaciais. Historicamente a RMPA é constituída de dois polos: Porto Alegre e São Leopoldo - Novo Hamburgo. O primeiro polo conformou um entorno com uma presença de indústrias diversificadas e um protuberante setor terciário. O polo do Vale dos Sinos, por sua vez, conformou um núcleo assentado na indústria coureiro-calçadista. Além disso, uma série de municípios foram sendo incorporados à região ao longo dos anos, muitos dos quais pouco integrados à dinâmica metropolitana. Sendo assim, se verifica na RMPA um arranjo complexo de subespacialidades que acabam por conformar um espaço metropolitano heterogêneo.

Tais diferenças intrametropolitanas se fizeram sentir também na pandemia, razão pela qual utilizamos nessa pesquisa a regionalização da RMPA proposta pelo Observatório das Metrôpoles (figura 3), que define quatro recortes espaciais: Porto Alegre, RMPA-PoA, RMPA-Vale e RMPA-Entorno. O recorte Porto Alegre refere-se tão somente à capital do estado; a RMPA-POA formada pelos municípios mais relacionados com a capital e que apresentam uma industrialização mais diversa e um terciário protuberante; a RMPA-Vale formada pelos municípios do Vale do Sinos e polarizada por São Leopoldo e Novo Hamburgo; e a RMPA-entorno, com municípios mais recentemente incorporados à RMPA, mais distantes do núcleo metropolitano e com um perfil populacional menos urbano que os demais recortes.

Figura 3 - Regionalização da RMPA proposta pelo Observatório das Metrôpoles (2015).



Fonte: FEDOZZI, L.; SOARES, P. R. R.; Mammarella, R. (2015). Elaborado pelos autores (2020).

A tabela 2 apresenta a situação de cada recorte metropolitano no que se refere ao total de casos confirmados da doença, concentração de casos e percentuais populacionais. Percebe-se que inicialmente Porto Alegre concentrava quase dois terços dos casos. Posteriormente esse número diminuiu, mas, ainda assim, a capital do estado apresenta uma elevada concentração de casos da doença, de tal modo que ao fim de 2020 é o recorte metropolitano com a maior concentração de casos da doença novamente.

A RMPA-POA apresentou ao longo dos meses números de casos inferiores à sua participação na população metropolitana, embora com significativo aumento desde abril. Esta sub-região apresenta maioria dos trabalhadores no setor terciário e muitos do terciário inferior, os quais foram afetados logo no início das políticas de distanciamento, com o fechamento do comércio e dos serviços. No entanto, com a progressiva liberação destas atividades foram os trabalhadores com maior circulação, especialmente no transporte público.

A RMPA-Vale apresentou alguns dos primeiros casos do covid-19 no estado (Campo Bom) e a presença da indústria coureiro-calçadista e suas ligações comerciais com a China podem explicar esta incidência inicial. Posteriormente a própria organização do trabalho nas fábricas, a proximidade dos trabalhadores e trabalhadoras na linha de produção, pode ter sido um fator de transmissão do vírus. Como se nota ao comparar os

números de casos e de população do recorte, a RMPA-Vale apresenta uma concentração de casos da Covid-19 acima da sua participação na população da Região Metropolitana.

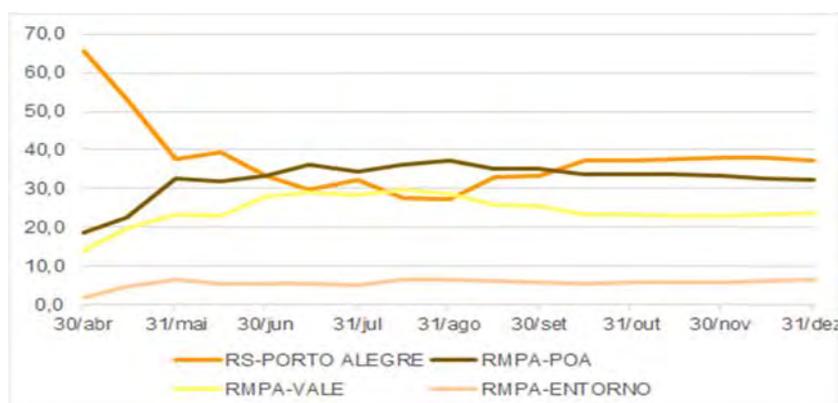
A RMPA-Entorno, por outro lado, manteve ao longo do ano uma participação no total de casos da RMPA abaixo da sua participação populacional. Os municípios que compõem o recorte estão menos integrados à metrópole, apresentando menores deslocamentos diários com Porto Alegre e uma menor população urbana.

Tabela 2 - Casos confirmados na RMPA por sub-região.

| Sub-Região | 30/abr | | 31/ago | | 31/dez | | População RMPA (%) |
|---------------------|------------|------------|--------------|------------|---------------|------------|--------------------|
| | Casos | % | Casos | % | Casos | % | |
| Porto Alegre | 447 | 65,6 | 13675 | 27,4 | 69660 | 37,3 | 34,2 |
| RMPA-PoA | 126 | 18,5 | 18607 | 37,3 | 60455 | 32,4 | 38,1 |
| RMPA-Vale | 95 | 14,0 | 14331 | 28,7 | 44505 | 23,8 | 19,8 |
| RMPA-Entorno | 13 | 1,9 | 3335 | 6,7 | 11997 | 6,4 | 7,9 |
| RMPA | 681 | 100 | 49948 | 100 | 186617 | 100 | 100 |

Fonte: SES/RS nas datas indicadas. Elaborado pelos autores (2020).

Figura 4 - Participação de cada sub-região no total de casos da RMPA.

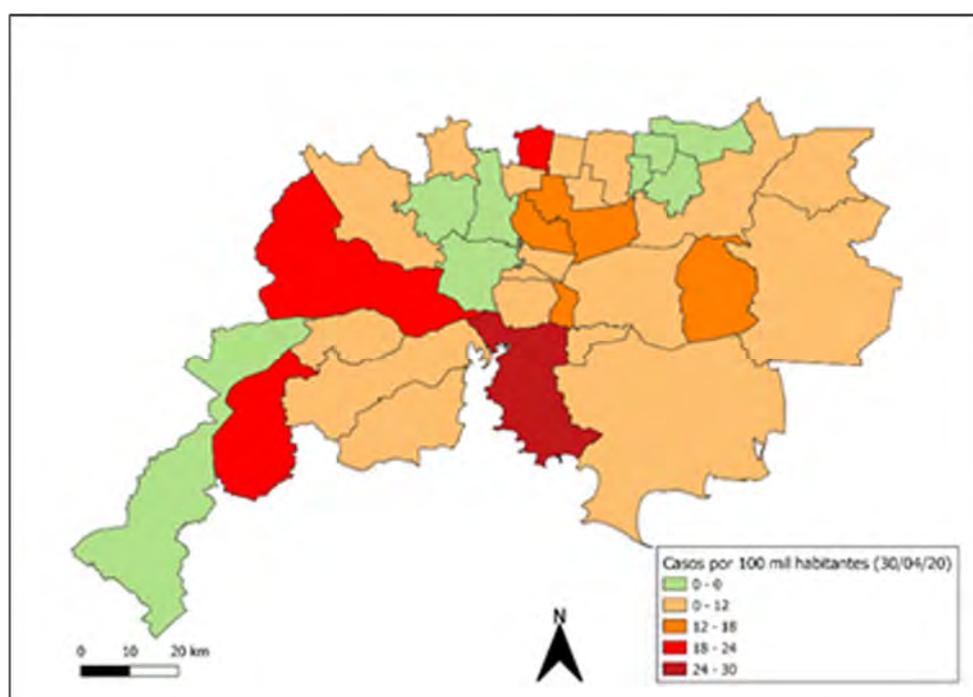


Fonte: SES/RS nas datas indicadas. Elaborado pelos autores (2020).

Tratemos agora da incidência de casos confirmados da doença nos municípios da RMPA nas datas 30 de abril e 31 de dezembro. Conforme o mapa abaixo, nota-se que em

abril as maiores taxas estavam localizadas em Porto Alegre - núcleo metropolitano - e nos municípios de Arroio dos Ratos (RMPA - Entorno), Ivoti (RMPA-Vale) e Triunfo (RMPA-PoA). Sobre esses três municípios, as altas incidências podem ser explicadas em função dos baixos números de moradores: ambos encontram-se entre os 10 municípios menos populosos da RMPA. Assim, poucos casos confirmados já são suficientes para elevar os números de casos por 100 mil habitantes. Ainda sobre a incidência em 30 de abril, é interessante notar que os municípios de São Leopoldo e de Novo Hamburgo, já apresentavam taxas mais elevadas que a média do seu recorte intrametropolitano, o que reforça esses municípios como pontos iniciais de difusão do vírus na região norte da RMPA.

Figura 5 - Casos por 100 mil habitantes em 30 de abril.

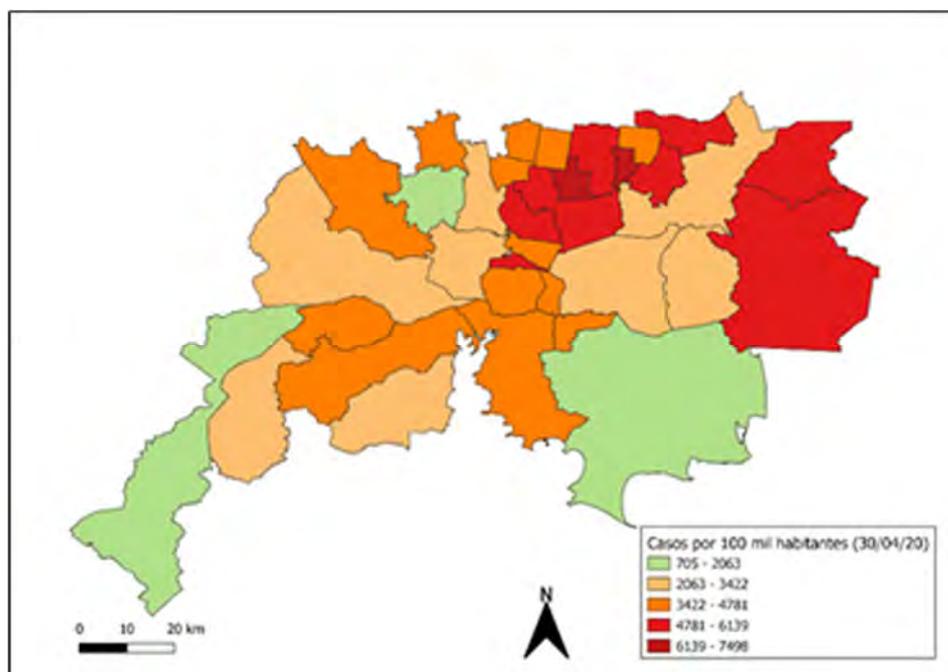


Fonte: SES/RS. Elaboração dos autores (2020).

Em 31 de dezembro, chama a atenção, a partir do mapa abaixo, a coincidência entre o recorte da RMPA-Vale e os municípios com a maior incidência da doença. Dos dez municípios com as maiores taxas, seis fazem parte desse recorte. Tal situação pode ser explicada pelos seguintes fatores: relação entre altas taxas de urbanização dos municípios da sub-região e pequenas áreas dos municípios, fazendo com que a cidade seja mais concentrada; pelas condições de trabalho nas indústrias coureiro-calçadistas, com a concentração de trabalhadores na linha de produção em ambiente fechado; e pela proximidade com os pontos iniciais de difusão do vírus São Leopoldo e Novo Hamburgo. Ainda sobre o mapa abaixo, destacamos o aumento das taxas de incidência dos municípios de Alvorada, Canoas e Cachoeirinha, ambos fazendo fronteira com Porto Alegre, o que

evidencia o processo de difusão do vírus para os municípios nas adjacências do núcleo metropolitano.

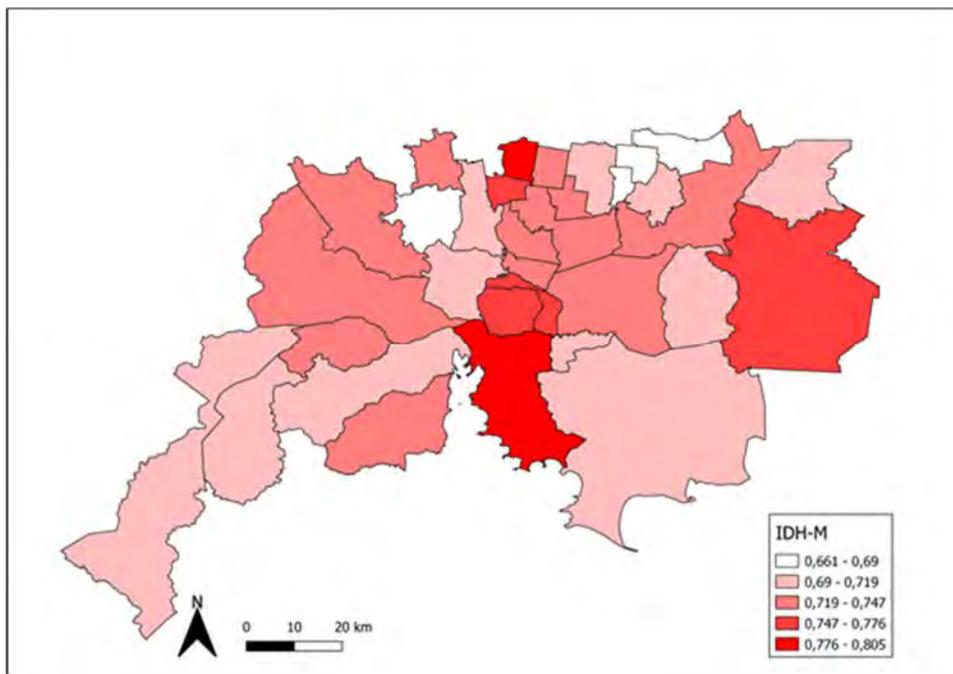
Figura 6 - Casos por 100 mil habitantes em 31 de dezembro.



Fonte: SES/RS Elaboração dos autores (2020).

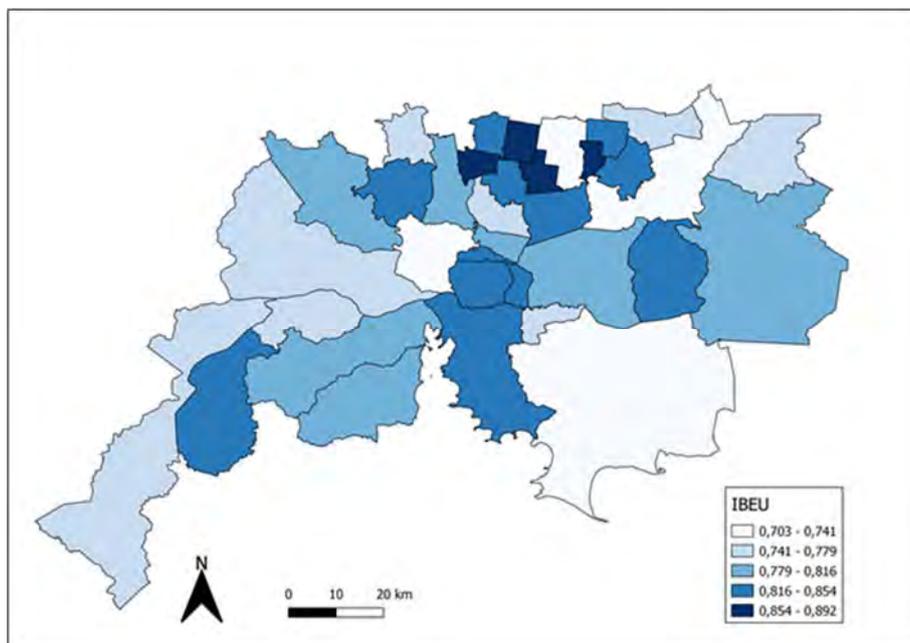
Ao relacionarmos os números de casos por 100 mil habitantes com os indicadores Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice de Bem Estar Urbano (IBEU) constatamos que não há uma imediata correspondência entre maior incidência da doença e piores indicadores sociais. O que se tem é um quadro bastante diverso na RMPA: alguns municípios com grande incidência da doença apresentam também melhores indicadores sociais - Santo Antônio da Patrulha, por exemplo, é o sétimo município com mais alta incidência da doença e também o sexto melhor IDH-M. Os mapas abaixo (figuras 7 e 8) apresentam esses indicadores na RMPA.

Figura 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010) na RMPA.



Fonte: PNUD. Elaboração dos autores (2020).

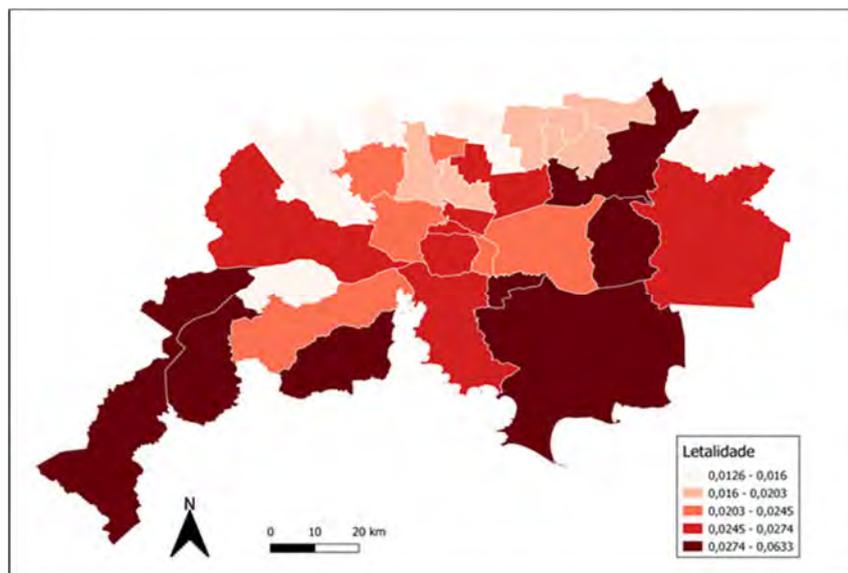
Figura 8 - Índice de Bem Estar Urbano (2013) na RMPA..



Fonte: Observatório das Metrôpoles. Elaboração dos autores (2020).

Por outro lado, quando se cruza a letalidade da doença com os indicadores sociais, a correlação passa a ser mais nítida (figura 9). Parte dos municípios com a maior letalidade são aqueles com os piores indicadores sociais.

Figura 9 - Letalidade da covid-19 na RMPA em 31/12/2020..

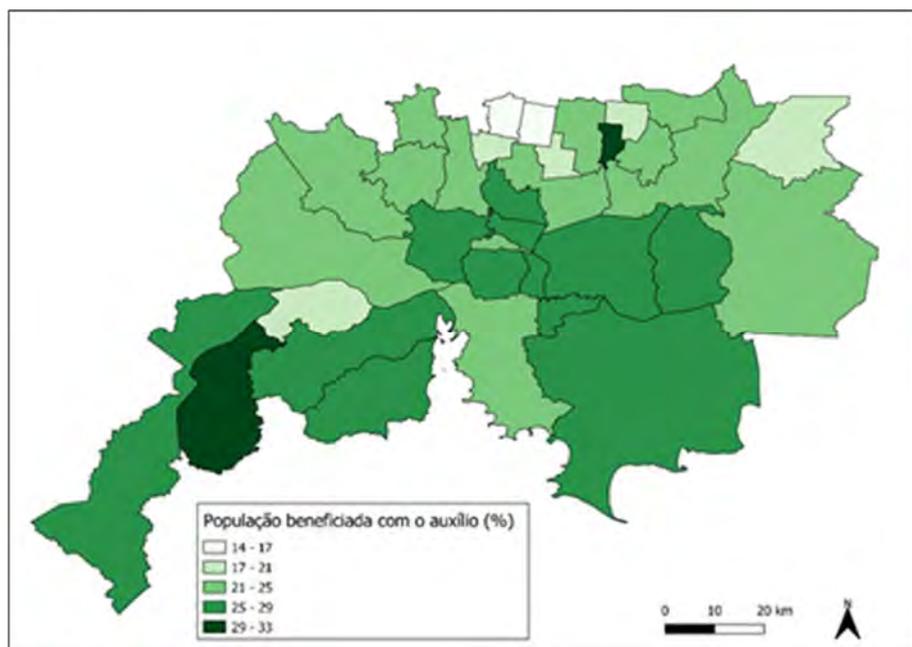


Fonte: SES/RS. Elaboração dos autores (2020).

Ainda assim, a pandemia não se faz sentir somente do ponto de vista dos casos confirmados da doença. Com a crise econômica, que já era vigente no país e foi intensificada com a pandemia, e com a suspensão de muitas atividades econômicas na tentativa de diminuir a circulação de pessoas, muitos empregos foram encerrados. Nesse sentido, o mapa com a porcentagem da população atendida com o auxílio emergencial na RMPA (figura 10) carrega informações importantes para a compreensão do período vigente, onde o emprego é cada vez mais escasso e, quando há, é muitas vezes vítima de um processo de precarização. Nota-se que, de um modo geral, os municípios cujas populações mais demandaram do auxílio emergencial conformam a sub-região denominada RMPA-PoA, cujo setor de serviços, especialmente o comércio, é protuberante.

Por outro lado, os municípios da RMPA-Vale, onde a incidência da doença foi maior, são aqueles com o menor percentual da população beneficiada. Mais uma vez, a estrutura socioeconômica da região parece fornecer a explicação: os empregos formais estão mais presentes na RMPA-Vale, o que fez com que menos pessoas demandassem o benefício. Ainda sobre esse recorte, cabe destacar a correspondência entre melhores indicadores sociais e menor demanda pelo auxílio emergencial.

Figura 10 - Percentual da população beneficiada pelo auxílio emergencial por município.



Fonte: Portal da Transparência. Elaborado pelos autores (2020).

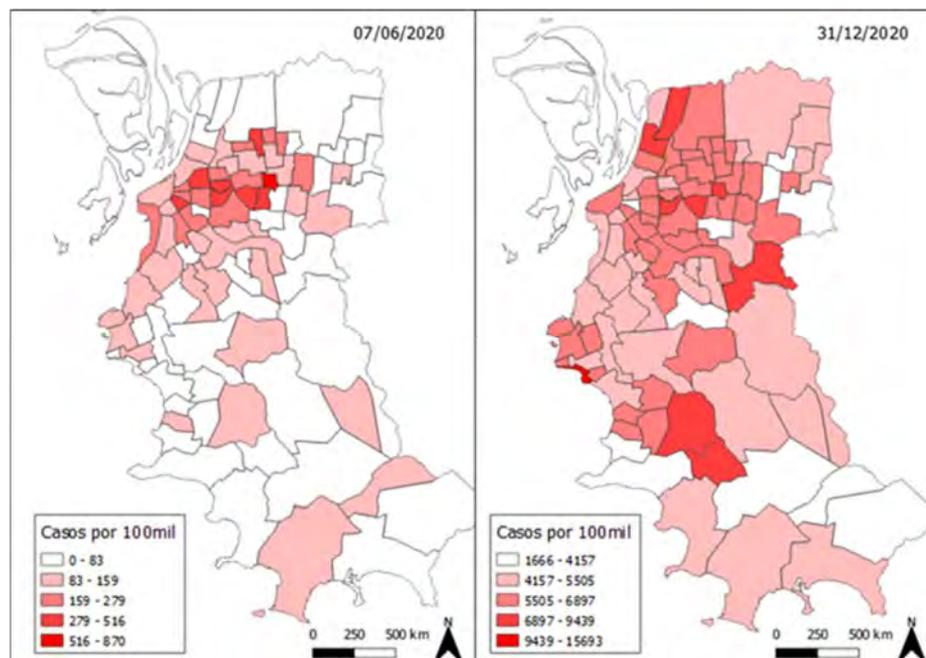
5. A escala intraurbana: o exemplo de Porto Alegre

Os processos que ocorreram e ainda estão a ocorrer na escala intra urbana estão demarcando de modo claro e escandaloso a segregação socioespacial existente entre bairros centrais e periferia. As desigualdades em termos de acesso aos empregos, aos serviços, as dificuldades de mobilidade e, especialmente, as condições de moradia estão se fazendo latentes e desvendando as faces ocultas da crise, especialmente o colapso econômico que obrigou setores da população a estarem na rua para garantir sua sobrevivência: entregadores, serviçais, catadores. Evidenciou-se o “distanciamento com relacionamento” entre classes sociais e o quanto as populações precarizadas necessitam das classes médias e altas para sobrevivência diária. As condições de moradia na periferia e as famílias extensas dificultaram que estas populações seguissem as restrições do distanciamento social. A difusão do vírus, iniciada pelos setores mais abastados, transitou por outros territórios da cidade, atingindo as periferias.

O caso de Porto Alegre é ilustrativo das desigualdades socioespaciais evidenciadas com a pandemia. Conforme os mapas abaixo (figura 11), a pandemia esteve concentrada inicialmente nas áreas mais centrais da cidade, especialmente nos bairros mais abastados, devido ao fato dos primeiros contágios terem se dado a partir dos circuitos internacionais de turismo. Posteriormente, como o mapa indica, o vírus se difundiu por todos os bairros da cidade e atingiu os mais pobres. Estes, que já estavam sob pressão devido à perda de seus

empregos em razão da crise econômica, passaram agora a enfrentar os problemas relativos às complicações da doença: a falta de testes, lotação de hospitais, dificuldades de realizar o isolamento social em casas com grande ocupação, etc. Segundo o dossiê produzido pelo Observatório das Metrôpoles sobre a covid-19 na RMPA, tanto na zona norte quanto na zona sul da cidade, as comunidades mais vulnerabilizadas foram afetadas pela pandemia.

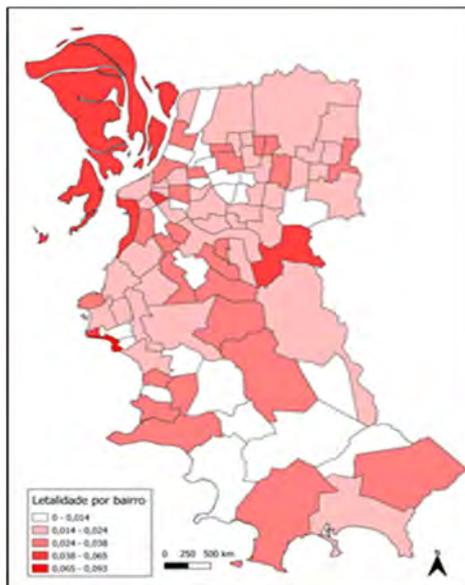
Figura 11 - Casos por 100 mil habitantes por bairro de Porto Alegre nas datas 07/06 e 31/12.



Fonte: PMPA/CGVS. Elaborado pelos autores (2020).

Ainda sobre as questões intra urbanas, um dado que fornece uma boa visão das desigualdades socioespaciais é o da taxa de letalidade. Percebe-se pelo mapa abaixo (figura 12) que muitos dos bairros mais periféricos apresentam as maiores letalidades, como são os casos dos bairros Arquipélago, Agronomia, Restinga e Rubem Berta.

Figura 12 - Taxa de letalidade por bairro de Porto Alegre em 31/12.



Fonte: PMPA/CGVS e SES/RS. Elaborado pelos autores (2020).

5. Considerações finais

Para concluir consideramos a importância da relação entre a pandemia e a Geografia. Como procuramos demonstrar, a ciência geográfica tem muito a contribuir no estudo do período pandêmico, seja através das bases tradicionais da geografia da saúde, aproximando-se da epidemiologia, seja a partir das análises de cunho mais econômico, urbano e regional.

No Rio Grande do Sul o que se verificou, do ponto de vista da difusão do vírus, foi um amplo processo de desconcentração metropolitana do Sars-cov-2, saindo do núcleo metropolitano e das demais cidades médias e aglomerações urbanas e atingindo os pontos mais interioranos do estado. Cabe destacar que, embora tenha se interiorizado, é nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas que o vírus tem seu espaço privilegiado para difusão, seja pela alta mobilidade intermunicipal, ou pelos trabalhos nas indústrias ou ainda pelas precárias condições de moradia de boa parte dos moradores das grandes cidades.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre foi possível notar que a heterogeneidade da mesma influenciou na difusão do vírus e nos impactos da pandemia em cada um dos recortes espaciais trabalhados. No município de Porto Alegre as desigualdades socioespaciais ficaram ainda mais evidentes com a pandemia, especialmente ao se observar os números da letalidade conforme cada bairro.

Destacamos ainda que a pandemia apresenta-se como um processo dinâmico que demanda enorme esforço tanto para ser superado quanto para ser estudado. As

atualizações constantes nos números de casos confirmados, além de uma certa descentralização dos dados da pandemia constituem-se em problemas para a pesquisa do tema.

Concluímos nos posicionando ao lado da ciência e contra aqueles que “negando aparências”, procuram “disfarçar as evidências” da gravidade da disseminação e do contágio do coronavírus sobre a população. São os mesmos que preferindo interpretações subjetivas de um senso comum quase esotérico ignoram que em sociedades desiguais como a nossa os seus impactos sociais são também desiguais, atingindo os mais pobres e vulneráveis. Aqui observamos todo potencial necropolítico do casamento entre reacionarismo e obscurantismo, que nega o conhecimento e a ciência. Na universidade as ciências humanas têm sido as mais perseguidas por este tipo de pensamento disseminado como outro vírus em nossa sociedade. Mas também são elas as que possuem potência e criatividade para a busca de soluções para os dilemas que estamos vivendo.

6. Referências:

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (coord.). **COVID-19 e a crise urbana.** São Paulo : FFLCH/USP: [s. n.], 2020. ISBN 978-65-87621-03-6. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>. Acesso em: 23 fev. 2021.

FEDOZZI, L.; SOARES, P. R. R.; Mammarella, R.. Dinâmica da metropolização brasileira: investigação da Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1980-2010. In: Fedozzi, L. e Soares, P. R. R. (Org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 17-41

FERREIRA, Marcelo Urbano. Epidemiologia e geografia: o complexo patogênico de Max. Sorre. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 7, n. 3, p. 301-309, Sept. 1991 .

FIOCRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT). **MonitoraCovid-19.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciict.fiocruz.br/>. Acesso em: 30/04/2020.

GOULD, P. y KABEL, J. La epidemia de SIDA desde una perspectiva geográfica. **Geo Crítica.** Cuadernos críticos de Geografía Humana. Universidad de Barcelona. Año XV. Nº 89. Septiembre de 1990.

GUIMARÃES, R.B. **Saúde: fundamentos de Geografia humana.** São Paulo: Editora Unesp, 2015. 109 p

HÄGERSTRAND T. A propagação de ondas de inovação (1952). Publicado no **Boletim Campineiro de Geografia**, Vol. 3, nº 2, 2013.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. In **Sopa de Wuhan. Pensamento contemporâneo em tiempos de pandemias**. ASPO, 2020, p. 79-96.

HYGEIA - REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA MÉDICA E DA SAÚDE: Edição Especial: Covid-19. 2020 ISSN 1980-1726. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1972>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ÍNDICE de Bem-estar Urbano. 2013. Disponível em: <https://ibeu.observatoriodasmetroplites.net.br/dados/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PALHARES, Isabela. 13 cidades paulistas são polos de maior risco de difusão de coronavírus. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1-6, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/04/13-cidades-paulistas-sao-polos-de-maior-risco-de-difusao-de-coronavirus.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2020.

PORTAL da Transparência. 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 16 out. 2020.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde. **COVID-19 distribuição dos casos na cidade.** 2020. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgvs/default.php?p_secao=2177. Acesso em: 2 jan. 2021.
RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **As metrópoles e a COVID-19 : dossiê nacional.** Rio de Janeiro: 2020. ISBN 978-65-00-07813-8.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Record, 2000. 176 p.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. (SES/RS). **PAINEL Coronavírus RS. 2020.** Disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>. Acesso em: 31 dez. 2020

SPOSITO , Maria Encarnação Beltrão; GUIMARÃES, Raul Borges. Por que a circulação de pessoas tem peso na difusão da pandemia. **UNESP.** 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35626/por-que-a-circulacao-de-pessoas-tem-peso-na-difusao-da-pandemia>. Acesso em: 30 abr. 2020.



GT 02B – Desenvolvimento, desigualdade social e vida nas cidades latino-americanas

DESAFIOS DA REOCUPAÇÃO DOS CENTROS URBANOS DAS CIDADES LATINO-AMERICANAS PÓS COVID-19

Vera Magiano Hazan (PUC-Rio)¹

Adalton da Motta Mendonça (SBS)²

Júlia de Queiroz Pereira Luiz Alves (PUC-Rio)³

Resumo

Com a chegada da COVID-19 ao continente sul-americano em 2020, pode-se verificar, com grande clareza, o aumento da desigualdade social na América Latina, ampliada pela imobilidade forçada em função do fechamento das fronteiras por questões sanitárias.

A desativação de atividades comerciais e de serviços expôs, ainda mais, a vulnerabilidade daqueles que delas dependiam para sobreviver. As ruas das grandes cidades ficaram por um tempo desertas, povoadas apenas pela crescente população de rua, que sem o mínimo de infraestrutura e suporte não tinha condições de se higienizar.

Apesar de uma série de iniciativas solidárias, desde a oferta de alimentação até a construção de equipamentos provisórios de higienização, a situação continuou alarmante. Não se poderia imaginar tanto tempo de pandemia e esvaziamento dos espaços públicos. As cidades latino-americanas se revelaram pouco acolhedoras e o empobrecimento se tornou ainda mais latente, sobretudo nos centros, repletos de imóveis fechados e grandes vazios urbanos, lado a lado com um contingente cada vez maior de pessoas vivendo nas ruas.

¹ DSc em Urbanismo, Coordenadora do Laboratório de Arquitetura Humanitária/ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Membro da CSVMPontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil. E-mail: verahazan@puc-rio.br

² DSc em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-URFJ, Brasil. E-mail: professor.adalton@gmail.com

³ Membro do Laboratório de Arquitetura Humanitária, DAU/PUC-Rio, Brasil. E-mail: julia.queica@gmail.com

Após muitos meses de pandemia, não se pode deixar de discutir e planejar ações de retomada e reocupação desses centros urbanos, e especialmente ressignificá-los diante de uma realidade diferente da anterior.

Palavras chave: cidades latino-americanas, esvaziamento, centros urbanos, reocupação, urbanidade.

Introdução

Este tema faz parte de um dos desdobramentos da pesquisa *Habitar a Rua, Viver a Cidade*, com a qual trabalhamos desde 2016, sempre com o olhar voltado para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e os desafios que elas encontram para lidar com a complexidade da cidade formal, e em especial os grandes centros urbanos.

Inicialmente, o foco foi voltado para a população de rua, e especialmente aquela a qual vivia na cidade do Rio de Janeiro. A partir de um trabalho desenvolvido junto à Arquidiocese do Rio e a Pastoral da População de Rua, pudemos verificar as maiores dificuldades e desafios que essas pessoas encontravam na nossa cidade. Na pesquisa junto a esse segmento, pudemos verificar que a falta de acesso à água pública e à higiene era, junto com a violência sofrida nas ruas, o maior problema que enfrentavam. (Hazan et al, 2017)

A cidade do Rio de Janeiro, que no passado oferecia fontes, chafarizes, bicas e sanitários públicos, há alguns anos deixou de oferecer esse traço de urbanidade para atender às demandas de outros públicos, incomodados com o uso desses pontos d'água pela população de rua.

Com a chegada da COVID-19 em março de 2020, essa população ficou ainda mais desassistida, pois a sua sobrevivência dependia principalmente do acesso à água, conseguida através do comércio e da solidariedade dos porteiros dos edifícios da vizinhança. Como o confinamento passou a ser regra, ruas ficaram desertas e a falta de estrutura da cidade se mostrou maior do que imaginávamos, sobretudo no centro. Algumas iniciativas, como a instalação de lavatórios provisórios, foram realizadas inicialmente por organizações sociais, e depois pela própria prefeitura, mas elas não duraram muitos meses em função da falta de

manutenção dos equipamentos, abastecimento d'água e conscientização dos próprios usuários.

O fato é que ninguém imaginava que a pandemia pudesse se prolongar por tanto tempo, nem que alguns governos, como o do Brasil, fossem negar a gravidade da situação. O esvaziamento que vimos no Rio se reproduziu em diversas cidades brasileiras e latino-americanas. A monofuncionalidade da área central, a falta de oferta de habitação digna para as diversas faixas de renda, o crescimento do desemprego e, conseqüentemente, da informalidade, se tornaram ainda mais evidentes com essa crise.

A desativação de atividades comerciais e de serviços expôs a vulnerabilidade daqueles que dependiam delas para sobreviver, bem como a desigualdade social resultante da falta de acesso à educação, saúde, habitação, infraestrutura e tecnologias da informação. Pode-se verificar, com grande clareza, o aumento da desigualdade social em toda a América Latina, ampliada pela imobilidade forçada em função do fechamento das fronteiras por questões sanitárias, com refugiados e imigrantes, especialmente da Venezuela e do Haiti, em situações de extrema precariedade nas fronteiras de Roraima e do Acre, nesse caso com o Peru.⁴

As cidades latino-americanas se revelaram pouco acolhedoras e o empobrecimento tornou ainda mais latente esse cenário, com ruas repletas de imóveis comerciais e residenciais fechados, lado a lado de uma população vulnerável, formada pelos mais diversos segmentos sociais, inclusive profissionais liberais que antes da Covid-19 tinham uma vida estável.

Após quase um ano de pandemia e perdas de milhões de vidas, não se pode deixar de discutir e planejar ações de retomada e reocupação dos centros urbanos, e especialmente resignificá-los diante de uma realidade diferente da anterior. Apesar de algumas atividades começarem a se reerguer, sabe-se que boa parte dos imóveis continuarão vazios, a menos que sejam ocupados de forma diferente. É importante mudar a dinâmica tradicional e estabelecer novos

⁴ Para aprofundar sobre o tema da Mobilidade em tempos de pandemia. Ver por exemplo: CHIARETTI, Daniel; LUCHINI, Natália; CARVALHO, Laura Bastos. MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: reflexos da covid-19 nos direitos dos migrantes e refugiados. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, [S.l.], v. 24, n. 48, p. 59-90, jul. 2020. ISSN 2177-8337. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/353>>. Acesso em: 22 fev. 2021. doi: <https://doi.org/10.30749/2177-8337.v24n48p59-90>.

paradigmas mais ajustados às realidades locais, de forma a ampliar o acesso aos bens da cidade para todos.

As diferentes escalas de cidades e os desafios na América Latina

Enquanto grandes empresas reorganizam suas estruturas, reduzem seus espaços físicos e criam suportes para seus executivos trabalharem de casa, continua-se a propagar o mito do empreendedorismo, onde empreendedores lançariam seus produtos *online* e trabalhariam de forma virtual, aproveitando os recursos da internet. Mas, nem todos têm formação, capacidade ou condições para reagir dessa forma e participar desses novos desafios. A informalidade é uma realidade que se amplia e as cidades precisam aprender a lidar com essa situação de forma mais receptiva. Por outro lado, os mais pobres se angustiam com o fim dos auxílios fornecidos pelos governos e a falta de políticas públicas e de programas sociais que permitam um mínimo de segurança alimentar e estabilidade em suas vidas.

A desigualdade se amplia desde a alimentação até a educação. Enquanto alguns têm opção de escolher entre se confinar e proteger, outros têm que sair diariamente para conseguir alimentar sua família, independente dos riscos de contaminação e falta de acesso aos leitos hospitalares utilizam transportes coletivos superlotados e sucateados. O colapso visto em cidades como Manaus, capital do Amazonas, deixou a todos perplexos, principalmente diante da incapacidade de gestão do governo federal. Assistir ao desespero dos familiares comprando seus próprios cilindros de oxigênio expôs as desigualdades entre o Norte e o Sul do país.

A pandemia ainda não terminou, e mesmo com a chegada das vacinas será preciso repensar as cidades pós-covid, sobretudo aquelas que tiveram seus centros organizados a partir da oferta de serviços com estruturas tradicionais. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Santiago, Bogotá, Buenos Aires e Cidade do México estão repensando seus centros, sua mobilidade urbana etc, para se adequar aos novos tempos. Não se pode garantir, entretanto, que esses projetos reduzam a desigualdade social e atendam plenamente às necessidades de boa parte da população, pois a pressão do mercado imobiliário e do setor de comércio e serviços é grande, sobretudo em cidades de maior porte. Em relação às pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, a dúvida é ainda maior, pois para o mercado imobiliário,

a permanência desse extrato da população em áreas valorizadas não é compatível com o cenário planejado.

Enquanto os tradicionais centros urbanos se esvaziam, novas centralidades começam a se formar a partir da pandemia. Muitos profissionais liberais e executivos viram a oportunidade de se mudar para imóveis maiores em cidades de menor porte, mudando seu modo de vida e reduzindo seus deslocamentos diários, em busca de melhor qualidade de vida, sobretudo em tempos de distanciamento social. Enquanto o estoque de imóveis vazios, sejam eles residenciais ou comerciais, multiplica-se em áreas centrais e nobres, regiões serranas e cidades do interior, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, experimentam um *boom* imobiliário, sobretudo em termos de locação. Pode ser um movimento temporário, mas há quem diga que parte da população pretende manter esse modo de vida que, de certa forma, altera a dinâmica de cidades de menor porte também.⁵

Em cidades como São Paulo e Cidade do México, as questões são ainda mais complexas. Segundo (Ziccardi, 2019), a Cidade do México é um interessante laboratório para analisar a complexidade de uma megacidade que em 2010 tinha 21 milhões de habitantes distribuídas de maneira concentrada e também dispersa em 16 “alcadias” da própria Cidade do México, 59 municípios conturbados do Estado de México e 21 municípios do estado de Hidalgo. Com a pandemia, novos desafios foram lançados a essas cidades, e os problemas se multiplicaram tanto em termos sociais e econômicos quanto urbanos.

Segundo Veronica Adler:⁶ “muitas soluções projetadas para a cidade formal não funcionam para a cidade informal”. Em alguns bairros de Bogotá, Buenos Aires, Lima e Santiago, o conceito da “cidade de 15 minutos”⁷, que explora o caminhar e os deslocamentos em curtas distâncias, começa a ser adotado em função da pandemia, mas nas áreas mais pobres e densas, a população não tem muita

⁵ http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=79532

⁶ Coordenadora de cidades emergentes e sustentáveis do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) para o Cone Sul, em entrevista à publicação <https://www.mobilize.org.br/noticias/12117/como-as-cidades-latinoamericanas-sairao-da-pandemia.html>.

⁷ Conceito desenvolvido por Carlos Moreno. Segundo este, inspirado no trabalho de Jane Jacobs, o conceito de 15 minutos visaria melhorar a qualidade de vida a partir de proximidades. Por exemplo, empregos, serviços, equipamentos, comércios etc. Visa também repensar como podemos projetar melhor para atender as necessidades dos moradores. Para um debate ver: <https://saopaulosao.com.br/nossos-conexoes/5175-uma-utopia-para-pedestres-a-cidades-de-15-minutos.html#>

alternativa, e continua se deslocando da periferia para bairros mais nobres para ganhar sua subsistência.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o sistema de transportes chamado de BRT⁸ entrou em colapso, e tornou impossível manter o distanciamento social e a redução do contágio nesse tipo de transporte. Diversas estações foram depredadas no início da pandemia, e atualmente os usuários enfrentam filas enormes para se deslocar de casa ao trabalho, geralmente de bairros muito distantes para as áreas mais nobres e centrais. Essa rotina diária de trabalhadores das classes mais populares é fruto de uma política urbana que privilegiou o mercado imobiliário e concentrou riquezas em alguns bairros e a pobreza em outros. Mesmo aqueles sem um vínculo formal de trabalho procuram obter renda nos bairros mais privilegiados, já que dificilmente conseguem se sustentar com atividades próximas às suas moradias. (Ribeiro, 2015: 209).

Como vimos em Ribeiro, há alguns anos já se debatia a mudança dessa linha de pensamento, e olhava-se para as áreas mais infra estruturadas das cidades como alternativa de uma ocupação mais densa e menos exclusiva. Mas, também se via a ocupação de antigas áreas industriais, especialmente as portuárias, com equipamentos culturais e edificações comerciais e residenciais voltadas para um público de maior renda, acarretando em um processo de gentrificação bastante complexo, sobretudo em cidades onde existiam raízes históricas populares importantes naquelas áreas.

Com a pandemia, muitos desses imóveis revitalizados e atividades empresariais instaladas nessas áreas ficaram desocupados, e as municipalidades passaram a olhar para essas áreas com grande preocupação. Segundo Giovanni D'Agostino, diretor regional para a América Latina da empresa Newmark, só na cidade do México o ano de 2020 fechou com 1,38 milhões de metros quadrados em imóveis corporativos desocupados⁹ em função da crise econômica e sanitária.

Já, em Bogotá, o prefeito Gustavo Petro¹⁰, em reunião com outros prefeitos e congressistas, lançou algumas propostas para ocupação dos imóveis, sobretudo com habitações de interesse social no centro, entre as quais a reconversão de

⁸ Bus Rapid Transit (BRT), um sistema rápido de ônibus, que parte de estações de transporte em corredores viários, e integra um sistema mais amplo de mobilidade, junto com o metrô e o trem.

⁹ <https://www.infobae.com/america/mexico/2021/01/18/la-pandemia-de-covid-19-provoco-una-caida-historica-en-la-ocupacion-de-oficinas-en-la-cdmx/>

¹⁰ https://caracol.com.co/radio/2012/05/07/bogota/1336398060_683766.html

imóveis corporativos e industriais em habitações para todos os extratos sociais, citando os cerca de 800 mil metros quadrados de imóveis subutilizados na área central. Para isso, sugeriu processos de expropriação por via administrativa, financiados de forma mista e contrapartidas em todos os projetos de urbanização, com um mínimo de 25% de áreas cedidas para as VIP (Viviendas de Interés Prioritário).

Em entrevista ao jornal Clarin de Buenos Aires, Martim Smolka¹¹ falou que, com a crise atual, muitas empresas deixaram seus espaços em edifícios compartilhados nos centros urbanos latino-americanos para mudarem-se para espaços próprios em outras áreas das cidades, reduzindo os preços dos imóveis das zonas centrais e aumentando os valores de bairros inicialmente residenciais, criando uma nova dinâmica para essas áreas. Ele alertou, entretanto, para a dificuldade de reconversão e *retrofit* de algumas tipologias arquitetônicas, entre as quais os grandes edifícios corporativos de planos de vidro, com dimensões e equipamentos inapropriados para habitações, especialmente se forem para habitações mais tradicionais, em função do alto custo de adaptação e manutenção.

Como se pode observar, o esvaziamento das áreas centrais e desvalorização dos imóveis comerciais faz parte de uma pauta comum a boa parte das grandes cidades latino americanas. No caso do Brasil, estudos realizados nas principais capitais, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, que têm a maior porcentagem de contaminação por covid-19 e um empobrecimento evidente, refletem sobre a urgência de se repensar essas cidades.

Segundo o arquiteto e urbanista Nabil Bonduki¹², relator do novo plano diretor de São Paulo, o conceito de cidade 15 minutos pode inspirar boas mudanças na cidade, que ele considera centralizada e com grandes dificuldades de urbanização e mobilidade. Com cerca de 12 milhões de habitantes, o município de São Paulo concentra por volta de 70% dos empregos em seu centro expandido, forçando um deslocamento diário de boa parte da população, em especial da periferia.

¹¹ Martim Smolka, diretor do Programa para Latinoamérica do Lincoln Institute of Land Policy. Depoimento dado ao jornal argentino Clarin. https://www.clarin.com/arq/coronavirus-argentina-miedo-alta-densidad-puede-dejar-edificios-vacios-centro_0_0qe4S4IAJ.html

¹²<https://saopaulosao.com.br/nossos-conexoes/5177-mudan%C3%A7a-de-mentalidade-%C3%A9-essencial-para-melhorar-as-cidades.html#>

Ainda segundo Bonduki, “o objetivo do plano diretor de São Paulo é criar pólos de desenvolvimento econômico nas periferias, combatendo os imóveis luxuosos subutilizados, as antigas áreas industriais, e trazendo a moradia próxima do emprego”, pois o objetivo é ampliar o número de habitações em áreas infra estruturadas e reduzir a desigualdade social. A questão é como fazer isso sem fracionar a área central e expulsar a população mais vulnerável. Como incluir essas pessoas em habitações dignas e de uma forma viável economicamente é a grande questão.

Essa questão também é um dos pontos fundamentais do projeto Reviver do Rio de Janeiro, que assim como São Paulo, viu sua população de rua praticamente duplicar a partir da pandemia, e se concentrar principalmente na área central. Os objetivos do programa, segundo a apresentação disponível no site, são: atrair o uso residencial, fomentar faixas de renda diversas, mudar a percepção do centro e implementar revitalização duradoura da área¹³.

A recém-criada Secretaria de Planejamento Urbano (SPU) resgatou o projeto da gestão anterior e se colocou a meta de viabilizar um novo plano de ocupação em apenas 100 dias, imaginando-o como um plano de recuperação econômica para a cidade também. Agora em janeiro de 2021, em seu primeiro mês de gestão, a SPU lançou uma enquete pública, através do seu próprio site¹⁴, sobre a ocupação da área central da cidade. Em fevereiro, uma segunda pesquisa de opinião foi novamente disponibilizada no site, com o intuito de ouvir os diversos atores da cidade e avançar no plano.

Por mais que disponibilizem essa pesquisa e tentem tornar esse processo público e participativo, fica a dúvida sobre a abrangência do público que responde à enquete, se houve uma divulgação ampla e irrestrita e se foram utilizados outros mecanismos de consulta para atingir a diversos públicos, entre os quais a população de rua e classes menos favorecidas.

Segundo o Censo da População de Rua da cidade do Rio de Janeiro¹⁵, realizado em outubro de 2020, o número total era de 7.272 pessoas, sendo 81% do sexo masculino, e o bairro com maior concentração o Centro. Outro dado importante se refere ao fato de mais de 700 pessoas irem para as ruas em função da pandemia,

¹³ <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12384475/4312610/REVIVERCENTROlight.pdf>

¹⁴ <https://reviver-centro-pcrj.hub.arcgis.com/>

¹⁵ <https://psr2020-pcrj.hub.arcgis.com/>

sendo que 34% em função da perda do trabalho e 19% por conta da perda da moradia. Segundo algumas fontes, esse número não corresponde à realidade, e há no mínimo o dobro desta população nas ruas da cidade, em condição de extrema vulnerabilidade. Ainda que a maior parte seja de homens em idade produtiva, há famílias, mulheres sozinhas e idosos.

Algumas entidades de representação da população de rua pleiteiam o acesso à habitação e reinserção social e econômica através do programa Moradia Primeiro¹⁶, chamado projeto Ruas¹⁷ no Rio de Janeiro. Esse programa já existe em diversos países e começou a ser implementado no Brasil desde 2018. A pandemia reforçou a necessidade de ampliar essa ajuda, mas o que se viu, apesar dos inúmeros imóveis vazios, foi pouca disposição dos proprietários em alugar seus imóveis para alocar essa população.

Acredita-se que em função da estigmatização desse público, esse segmento dificilmente será contemplado no programa de habitação no centro, apesar da Lei Complementar que institui o Programa “REVIVER Centro” ter como objetivo “criar condições para a implementação de programa de locação social como alternativa para as famílias cuja fonte de renda e capacidade de pagamento não se enquadram nas normas dos programas disponíveis, atingindo as camadas sociais mais frágeis e evitando o processo especulativo na região a partir de investimentos públicos; criar condições para a implementação de programa de moradia assistida, como forma de amparar temporariamente pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, para reinserção comunitária”.

Urbanidade pós covid-19

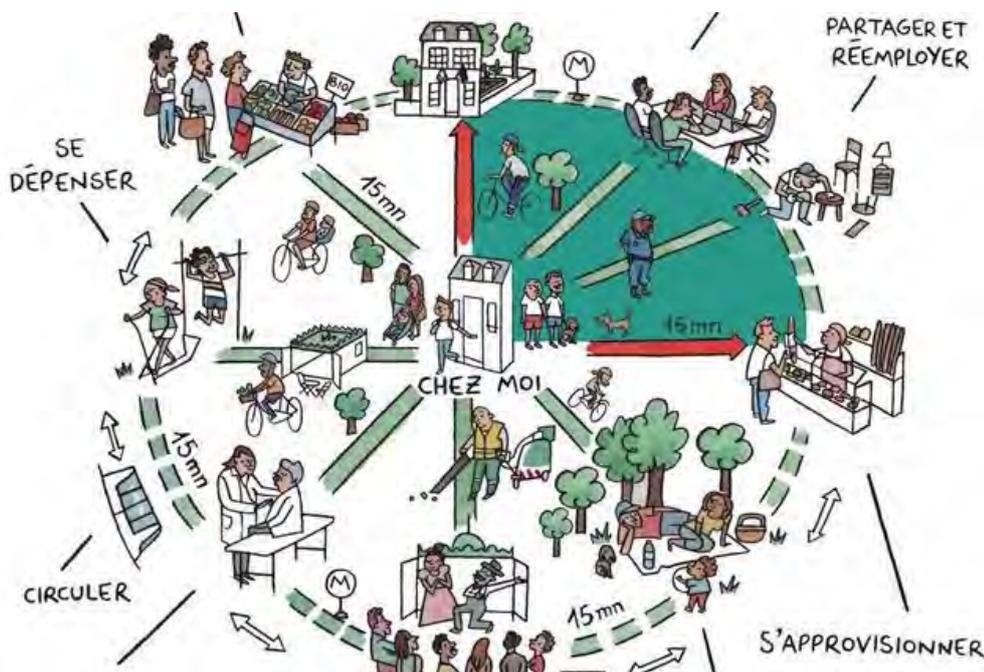
Como já se disse anteriormente, em função da pandemia, muitos deixaram as grandes cidades e foram para outras localidades mais tranquilas à procura de maior distanciamento social, segurança e conforto, trocando o deslocamento de

¹⁶ Baseado no programa Housing First, presente em diversos países, ele tem o objetivo de viabilizar moradia e reinserção da população de rua através de aluguel social, formação, empregos e redução dos estigmas. No Brasil, o Projeto RUAS no Rio de Janeiro foi a primeira experiência desse programa. Outras cidades como Porto Alegre também têm tentado implementá-lo, mas esbarra na dificuldade de conseguir imóveis disponíveis para aluguel social.

¹⁷ <http://www.projeturuas.org.br/assets/cartilha-housing-first.pdf>

grandes distâncias e a vida em ritmo intenso por uma desaceleração saudável. Essa procura por um cotidiano mais próximo da moradia já fazia parte dos planos de algumas cidades europeias, como Copenhague e mesmo Paris, antes da Covid-19, que há alguns anos passaram a investir nos espaços públicos, em um sistema de mobilidade mais sustentável, valorização do comércio de bairro, resgate das calçadas para os pedestres, acessibilidade universal etc. (GEHL, 2013)

Com um pensamento próximo ao de Gehl, Carlos Moreno¹⁸, uma das principais vozes internacionais do urbanismo sustentável e da mobilidade ativa, começou a implementar sua proposta de cidade de 15 minutos, a partir do primeiro Acordo de Paris em 2015, em função do compromisso de diminuir 40% das emissões de CO2 em dez anos e chegar à neutralidade de carbono em 2050. França, Alemanha, entre outros países europeus, desde então ampliaram o investimento nos espaços públicos, ciclovias, aluguel de patinetes etc, de forma a incentivar a população a mudar seu modo de vida e se engajar nesse movimento.



Cidade em 15 minutos. Ilustração: Paris en Common.

¹⁸ O cientista franco-colombiano Carlos Moreno¹⁸, da Universidade Paris 1 Panthéon Sorbonne, foi o criador da "Cidade de 15 minutos", e como assessor especial de Anne Hidalgo, prefeita de Paris, tem tentado implementar suas ideias na capital parisiense, sobretudo a partir da Covid-19.

Citando a prefeita de Paris Anne Hidalgo, Moreno fala sobre a proposta de um modelo de cidade policêntrica, com mais solidariedade, diversidade, melhor utilização de recursos e participação coletiva. Quando lançou a proposta, ainda não havia pandemia, mas já vislumbrava um cenário de menores deslocamentos, revisão das atividades centrais etc. Com a chegada da Covid-19, viu a possibilidade de reduzir a poluição, priorizar caminhadas e deslocamentos de bicicleta, e valorizar o convívio e o comércio entre vizinhos.

O distanciamento social e o medo de contrair o vírus fizeram com que urbanistas imaginassem novas formas de intervir na cidade, permitindo um maior convívio social com segurança. Algumas cidades como Buenos Aires investiram em infraestruturas temporárias e econômicas em espaços públicos, de forma a permitir um convívio coletivo com distanciamento social e promover centralidades de bairros, evitando deslocamentos desnecessários e aglomerações no sistema de transporte público.

Segundo Clara Muzzio¹⁹, ministra do Espaço Público e Higiene de Buenos Aires, essas propostas fazem parte de um plano de desenvolvimento distrital e de mobilidade sustentável, que visa incentivar as caminhadas e o uso de bicicletas na rotina dos cidadãos, não só nesse momento de pandemia, mas também para o futuro, dentro do mesmo espírito das cidades europeias inspiradas por Gehl e Moreno.

Talvez seja o momento de refletir sobre o conceito de urbanidade e imaginar novas formas de atuação sobre os espaços públicos, preparando-os não só para o momento atual como para eventuais futuras ondas similares. Rever a legislação e repensar a ocupação dos vazios a partir de novos conceitos, pautados em uma urbanidade menos desigual e mais humana parece um caminho viável tanto em termos sociais quanto econômicos. Há muitos esqueletos corporativos que facilmente podem ser reconvertidos em moradias ou equipamentos para a coletividade. Além disso, povoar os centros a partir de dinâmicas menos estanques pode abrir perspectivas para cidades menos desiguais e mais interativas.

Sabe-se, entretanto, que a política urbana não é tão simples assim, e que muitos centros urbanos europeus passaram por processos de revitalização que valorizaram tanto seus imóveis, que acabaram expulsando seus antigos moradores e comerciantes, renovando completamente o perfil de certas áreas. Fora isso, é preciso observar as mudanças da própria sociedade. Se até alguns anos atrás as

¹⁹ <https://www.mobilize.org.br/noticias/12117/como-as-cidades-latinoamericanas-sairao-da-pandemia.html>

classes A e B necessitavam de diversas vagas de garagem para guardar seus carros, hoje em dia seus filhos sequer aprendem a dirigir. Enquanto isso, muitos trabalhadores das classes C e D dependem do automóvel para viver, seja como motoristas de aplicativos, seja para entregas de produtos.

O fato é que em áreas infraestruturadas com boa oferta de transporte público, ciclovias etc, não faz sentido exigir o mesmo número de vagas de automóveis que em bairros distantes e com pouca mobilidade. O princípio de urbanidade sugere experienciar a cidade, ocupar os espaços com seus corpos, ou como sugere Netto (2013), “a coexistência e bem-vir das alteridades, e como um desejo de futuro: o devir do urbano em uma urbanidade plena e aberta”.

A revisão de planos diretores e legislações urbanas tem observado essas mudanças, e em alguns momentos, ouvido a população. O fato é que a maior parte das cidades latino-americanas mantém um modelo de urbanização muito desigual, que só amplia os problemas sociais. Por muitos anos, os assentamentos populares foram construídos em áreas distantes, com alto custo de infraestrutura e desgaste diário para os trabalhadores. O que de fato importa na equação dos investidores e do próprio governo é a equação composta pelo custo do terreno e m² da construção. Se o esvaziamento de áreas centrais reduz exponencialmente o valor da terra, que já conta com boa infraestrutura, vale investir em imóveis de todos os padrões para os mais diversos públicos, especialmente para aqueles que de fato precisam.

A ocupação do Centro como espaço de resistência

Como as áreas centrais são locais “dotados de qualidades especiais” (Haesbaert. 2021, pág. 31), importantes para novas políticas públicas voltadas não só para o capital como para pessoas em situação de vulnerabilidade, sem teto e migrantes, há que se estudar a melhor forma de viabilizar esses projetos, para que não se formem novas áreas de exclusão. É importante compreendê-las também como espaços de resistência social, locais de manifestações, lutas e disputas territoriais, espaços de conflito, não apenas em termos locais, mas como um fenômeno que abarca quase toda América Latina.

Ainda segundo Haesbaert (2021, pág. 62), “é necessário que se comece por esclarecer de que ‘América Latina’ se trata. Trata-se da América Latina anticolonial,

descolonial, resistente e combativa”, onde o fenômeno urbano se mostra como espaço dos conflitos e lutas de classe. Em sua obra, identificamos muito desta teorização descolonial, através de uma crítica que pretende ir além da perspectiva do mercado a homogeneizar como fenômeno de países do “Terceiro Mundo”, atenuando e naturalizando as crises, pois são cidades dotadas de “flexibilidade”, graças a um meio ambiente construído que permite a atuação de todos os tipos de capital e, desse modo, admite a presença de todos os tipos de trabalho, mas que ao mesmo tempo oferece resistência à dominação em suas múltiplas formas.

A cidade tem suas “zonas de resistência” regidas pelos contatos, aproximações, usos e não pela aceleração. (Haesbaert: 2021, pág. 147). Planejadores, a serviço do mercado, muitas vezes não são capazes de perceber essas formas de resistências, pois estas são criadas e recriadas em cada época e em cada luta.

O aumento dos fluxos de migrantes, refugiados e pessoas em situação de rua com o agravamento da pandemia e empobrecimento da população se ampliou com os desgovernos de direita e permanência da crise econômica. Segundo Haesbaert, estes fenômenos podem aumentar o controle territorial enquanto controle da população, sobretudo em governos autoritários ou de direita, que buscam controlar, gerenciar e limitar a “circulação dos corpos no espaço”, com medo das massas, das classes perigosas de outrora e de “aglomerados humanos de exclusão” (Haesbaert, 2004, p. 278).

Por outro lado, não podemos esquecer que planos de revitalização ou de reestruturação de grandes áreas têm encontrado resistência ao longa da história latino americana, sobretudo quando há o risco de gentrificação. Santiago no Chile, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Caracas, La Paz e Santa Cruz, Cochabamba, Tarija, Trinidad e Sucre, na Bolívia são exemplos de grandes mobilizações populares. Por meio da ocupação de ruas e conflitos com as forças de repressão.

Segundo Buttler (2018): “... quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (...), eles estão exercitando o direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e que instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas,

sociais e políticas não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária. (apud Haesbaert, págs. 183 e 184)

Notadamente, a realidade das cidades latino-americanas não é simples. O que ocorre hoje no Brasil, após sucessivos governos progressistas parece uma tragédia sem fim, de instabilidade social e agravamento da miséria, mas esta profunda exclusão não é um caso isolado ao longo da nossa história de escravidão e extermínio de negros e índios.

Em função da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro passou por uma série de obras e processos de revitalização, inclusive em boa parte do Centro. O projeto Porto Maravilha trouxe alguns pontos positivos para a cidade, especialmente em termos turísticos, mas sofreu resistência dos moradores e frequentadores da área, especialmente em função da imposição de posturas públicas higienizadoras e excludentes (Hazan et al, 2017). Segundo Ziccardi, não só o Rio, como Buenos Aires e outras cidades latino americanas passaram pelo mesmo processo, com ações e projetos com assessoria e recursos internacionais, que beneficiaram sobretudo o capital, prejudicando a população local. (Ziccardi, 2021: 324).

Nesse sentido, vale dizer que a dinâmica do poder produz e reproduz dinâmicas de conflitos, resistências e lutas de classe. As estratégias são criadas e territórios são transformados dialeticamente, para além de um poder político-econômico de caráter muito mais funcional. (Haesbaert, 2021: 270)

O baixo nível de renda das populações marginalizadas e excluídas não só limitou o acesso ao mercado de bens e serviços urbanos, mas também aumentou a "segregação social e territorial para a grande maioria; a formação de várias cidades dentro de cada uma, com os mais variados níveis de habitabilidade. (Ziccardi,2020: 325).

Conclusões

Por mais que se possa afirmar que a pandemia agravou a situação de diversas cidades latino-americanas, não se pode dizer que os problemas surgiram a partir dela. A crise atual permitiu aos pesquisadores olharem mais atentamente para o continente latino-americano e pensarem em novas formas de intervenção mais sensíveis e ajustadas às necessidades regionais.

A pandemia desconstruiu alguns mitos, em especial em relação aos países desenvolvidos. O descontrole em relação ao contágio e o problema em relação à vulnerabilidade urbana puderam ser vistos nos Estados Unidos, na Europa, Ásia etc. Alguns países latino-americanos, em função da própria instabilidade econômica, rapidamente fecharam suas fronteiras e conseguiram controlar o contágio melhor do que outros países mais ricos. Outros, entretanto, em função de regimes autoritários e governos de extrema direita, têm enfrentado grandes dificuldades por conta de políticas negacionistas e posturas controversas de seus governantes.

Ainda que até 2022 boa parte da população latino-americana seja vacinada e as novas cepas do vírus sejam dominadas, não se pode imaginar que a vida volte ao normal do passado e nada mude a partir do que todos vivenciamos. É importante refletir sobre essa crise humanitária e aproveitar o momento para rever conceitos e formas de atuar sobre as cidades. Se há um grande número de pessoas sem moradia digna, trabalho remunerado, saúde e educação de qualidade, o esforço deve ser feito nesse sentido, e não em projetos que ampliam a desigualdade e aumentam as riquezas de alguns grupos.

Os projetos de revitalização das áreas centrais e incentivo a novas atividades de geração de renda mais ajustadas às necessidades locais precisam estar atentos às demandas da própria população para que os esqueletos não continuem se multiplicando.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Douglas & NETTO, Vinicius M. (org.). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Libro digital, PDF. Archivo Digital: descarga. ISBN 978-987-722-832-8

HAZAN, Vera Magiano & MENDONÇA, Adalton da Motta. Habitar a rua e viver a cidade. Belo Horizonte: 4º Fórum Habitar, 2017.

NETTO, Vinicius M. A urbanidade como devir do urbano. Santiago: Revista Eure, 2013.

<https://biblat.unam.mx/pt/revista/eure-santiago/articulo/a-urbanidade-como-devir-do-urbano>

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, (org.) O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade [recurso eletrônico]. Ribeiro. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ZICCARDI, Alicia. Nueva arquitectura espacial, pobreza urbana y desigualdad territorial. Polis, 12(1), 7-13. México, 2019.

http://www.ademi.org.br/article.php?id_article=79532

<https://www.mobilize.org.br/noticias/12117/como-as-cidades-latinoamericanas-sairao-da-pandemia.html>

<https://saopaulosao.com.br/nossos-conexoes/5175-uma-utopia-para-pedestres-a-cidades-de-15-minutos.html#>

<https://www.infobae.com/america/mexico/2021/01/18/la-pandemia-de-covid-19-provoco-una-caida-historica-en-la-ocupacion-de-oficinas-en-la-cdmx/>

https://caracol.com.co/radio/2012/05/07/bogota/1336398060_683766.html

https://www.clarin.com/arq/coronavirus-argentina-miedo-alta-densidad-puede-dejar-edificios-vacios-centro_0_0qe4S4IAJ.html

<https://saopaulosao.com.br/nossos-conexoes/5177-mudan%C3%A7a-de-mentalidade-%C3%A9-essencial-para-melhorar-as-cidades.html#>

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12384475/4312610/REVIVERCENTROlight.pdf>

<https://reviver-centro-pcrj.hub.arcgis.com/>

<https://psr2020-pcrj.hub.arcgis.com/>

<http://www.projeturas.org.br/assets/cartilha-housing-first.pdf>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-20/fugindo-da-pandemia-no-brasil-haitianos-sao-reprimidos-na-fronteira-com-o-peru.html>



GT 02B – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas.

**“HISTÓRIAS OCULTAS” OU COMO PUBLICAR O QUE PARECE IMPUBLICÁVEL:
NOTAS SOBRE AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DA PUBLICIZAÇÃO DOS AUTOS
DO “CASO DOS MENINOS EMASCULADOS DE ALTAMIRA”, PA**

Rubens José Garcia Pena Junior (PPGA/UFPA)¹

RESUMO

Este trabalho trata sobre o caso dos meninos emasculados em Altamira/PA e pretende problematizar as implicações políticas da publicização de autos judiciais criminais e nas modalidades de gestão desses documentos. Procuo também perceber as práticas de poder envolvidas na guarda de informações, compreendendo o papel de agentes estatais e políticos a partir das semelhanças e diferenças de tais práticas e seus mecanismos de dominação. Para isto, realizo uma análise etnográfica dos documentos que compõem o volumoso processo judicial acerca de casos de emasculação de crianças em Altamira/PA. Procuo refletir o processo como um conjunto documental que não apenas registram realidades pré-existentes, mas também são tecnologias centrais na produção e fabricação das realidades que governam corpos, territórios e relações.

Palavras-chave: violência, práticas de poder, emasculação, etnografia de documentos.

1. UMA NOTA INTRODUTÓRIA

Na manhã do dia 18 de junho de 2020 no município de Atibaia, São Paulo, foi preso o policial militar aposentado Fabrício Queiroz por determinação do juiz Flávio Itabaiana, da 27ª (vigésima sétima) Vara Criminal. A acusação se tratava de um suposto esquema de corrupção envolvendo um grupo de pessoas, incluindo o filho do Presidente da República, atual Senador da República, Flávio Bolsonaro. Queiroz foi capturado pela polícia em um imóvel pertencente ao advogado Frederick Wassef, que atuou em diversas causas que

¹ Advogado e Mestrando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, PPGA-UFPA, Brasil. da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA). E-mail: rubens.junior@ifch.ufpa.br

envolviam o Presidente da República e seus familiares. Wassef chegou a afirmar em noticiário² que era o advogado do presidente, dias após a prisão.

Diversas inquietações, por meio de manifestações em redes sociais, surgiram após o incidente da prisão de Queiroz em decorrência de sua procura pela polícia há cerca de um ano³. As inquietações estavam relacionadas não apenas à conexão próxima entre Presidente da República, Queiroz e Wassef, mas pelo fato de o advogado ter sido ligado, no passado, a crimes cometidos contra crianças no estado do Paraná e do Pará. É a partir dessas inquietações que procuro observar o que chamo aqui de histórias ocultas – implicações políticas da etnografia documental realizada no Fórum Criminal na Cidade de Belém.

A partir da análise etnográfica do primeiro, segundo e terceiro volume dos documentos que compõem o volumoso processo judicial acerca de casos de emasculação de crianças em Altamira/PA, percebi uma série de questões que não estavam expressas nos documentos, de acordo com as análises de Peirano (2014) "palavras não são o único meio de comunicação; o silêncio comunica, outros sentidos como olfato, visão, espaço, tato, tem implicações que é necessário avaliar e analisar"- Esses outros sentidos corroboram para múltiplas interpretações para as lacunas/questionamentos - coisas que não nos são ditas e/ou sequer suspeitamos através da leitura dos documentos, e fatores que podemos nos interrogar a respeito (VIANNA, 2014). Os entrecruzamentos desses questionamentos que surgiram perfazem campos de saber múltiplos, e envolvem agentes políticos como Polícia, a Justiça e o Estado, esses três inseridos como atores sociais importantes nas implicações políticas da pesquisa que desenvolvo e quem vem atingir repercussão com a prisão de Queiroz e as fake News que envolveram o advogado do atual Presidente do Brasil.

Este trabalho trata sobre as idas e vindas ao Fórum Criminal para iniciar o campo de etnografia documental em um processo judicial sobre violências contra crianças, e que devido a repercussão do processo motivada pelas notícias de internet, foi possível identificar a maneira de gerir os espaços públicos e a tentativa de controle e dominação que está implícita/explicita na organização urbana do espaço do órgão Público.

Com a prisão de Queiroz em um imóvel pertencente a Frederick Wassef, espalhou-se na internet, principalmente nas redes sociais, inúmeras postagens atribuindo ao advogado de Jair Bolsonaro a estrita ligação com crimes envolvendo a morte e desaparecimento de crianças nos Estados do Paraná e Pará, essas postagens se tornaram plataforma política e acabaram por trazer implicações para a minha pesquisa pois me encontrava (na ocasião do 'estouro' das *fake News*) finalizando o trabalho de digitalização dos processos judiciais

² <https://istoe.com.br/advogado-do-presidente-wassef-afirma-que-deixara-caso-de-flavio-bolsonaro/>

³ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/18/mprj-cumpre-mandados-em-enderecos-de-fabricio-queiroz.ghtml>

criminais para a pesquisa do mestrado. Para compreender a vinculação do nome de Frederick Wassef nesses casos criminais é necessário entender o contexto em que ocorreram essas investigações.

No início da década de 1990, duas crianças desapareceram no Estado do Paraná, mais precisamente na cidade de Guaratuba. No início das investigações desses desaparecimentos as polícias (federal, civil e militar) indicaram como prováveis suspeitos dos sequestros, um grupo de pessoas, entre argentinos e brasileiros, que praticavam supostos rituais nas praias da mencionada cidade litorânea. Na ocasião do desaparecimento de crianças, esse grupo, chamado de LUS (Lineamento Universal Superior) estava presente na cidade, o que implicou em uma investigação policial sobre suas práticas e na associação do grupo aos desaparecimentos.

A polícia centralizou as investigações nos líderes do grupo, um casal tratado por todos como “Papá e Mamá”: José Teruggi e Valentina de Andrade e o advogado que os acompanhava de perto. O grupo de pessoas, do que os investigadores chamavam de “seita religiosa”, teria sido visto realizando rituais de orações, com altar de flores e papel laminado – fatos que para a polícia levantavam suspeitas. O advogado era Frederick Wassef, que de acordo com seu depoimento no inquérito policial investigativo⁴ contou que adquiriu o livro “Deus, a Grande Farsa”, de autoria de Valentina de Andrade no final de 1988 em uma banca de jornais e, após a leitura, teve muita curiosidade em contatar a autora do livro. O advogado então enviou cartas para ela por meio do número da caixa postal disponível no livro. A partir daí, Wassef passou a fazer parte do círculo do casal, que o convidou para ir à Guaratuba. Ele ficou na cidade por cerca de quatro dias em companhia de vários argentinos que participavam do grupo LUS. Mais tarde, em abril, retornou ao litoral, onde permaneceu por cerca de 15 dias – ocasião em que Teruggi e Valentina se hospedaram no Hotel Villa Real, em Guaratuba.

Os investigados e seus seguidores foram associados pelos meios de comunicação da época a uma suposta “seita” – termo cunhado pela própria imprensa – embora eles nunca tivessem em público assim se autodenominado, mas se reconheciam como pertencentes a uma organização chamada Lineamento Universal Superior (LUS). Seis meses após o início das investigações sobre o desaparecimento de crianças no Paraná, o envolvimento de Valentina de Andrade, seu marido José Teruggi e de Frederick Wassef foi descartado pela polícia e pela Justiça. Deste modo, outras pessoas foram acusadas, processadas pelo sequestro e assassinato das duas crianças.

Durante o período das investigações desses crimes no Paraná, a imprensa, rádio e outros meios de comunicação se empenharam em realizar o acompanhamento das

⁴ Depoimento policial prestado por Frederick Wassef às folhas 83 do inquérito policial que investiga o desaparecimento do menor Leandro Bossi, em Guaratuba.

investigações, publicando matérias de jornais e revistas⁵ acerca da linha investigativa que condizia com a suspeita de haver uma seita que praticava crimes contra crianças.

No outro extremo do país, precisamente na cidade de Altamira, Pará, crimes contra crianças e desaparecimentos já ocorriam há pelo menos dois anos antes do primeiro desaparecimento em Guaratuba/PR. Ocorre que, apenas em 1992, com o aumento do número de casos em Altamira/PA, as autoridades começaram investigações mais intensas para desvendar os crimes e a repercussão dos desaparecimentos no Paraná uma maior ênfase foi dada nos jornais nacionais para a linha investigativa que tratava sobre a possibilidade de uma seita estar praticando crimes contra crianças em Altamira/PA.

Os crimes ocorridos no Pará ficaram conhecidos como o “Caso dos Meninos Emasculados de Altamira”, pois as crianças eram sequestradas, emascaradas e mortas. Com o avanço das investigações no Pará, a líder da LUS foi acusada de ser autora intelectual dos assassinatos e mutilações que aconteciam em Altamira. O advogado Frederick Wassef tornou-se defensor da líder e fez sua defesa técnica perante as acusações nos primeiros meses em que foi investigada em Altamira/PA, depois deixando sua defesa a cargo de outros advogados.

As histórias ocultas, eventos que parecem não ser claramente ditos tanto em notícias quanto da leitura dos autos do processo, se revelam um objeto real de interesse de pesquisa quando procuro estudar as mudanças causadas nos grupos sujeitos envolvidos com a guarda deste processo e outros que nele possuem interesses diversos, os deslocamentos para realizar a etnografia documental mostraram como o poder hegemônico tenta controlar os espaços e as intenções de pesquisa a partir de seus interesses políticos.

Com a prisão de Queiroz em Junho de 2020, e a divulgação em massa de que o local onde foi encontrado era propriedade de Frederick Wassef, o advogado começou a ser alvo de inúmeros posts nas redes sociais e manchete em notícias de imprensa: em algumas postagens e notícias, Wassef era associado como advogado da acusada no Pará pelos crimes de emasculações; em outras, associado aos crimes contra crianças ocorridos nos Paraná.

Os crimes cometidos nessas duas cidades são exemplos de situações de violência que se arrastam por décadas em seus volumosos processos judiciais. Eles ficaram para sempre na memória da sociedade desses estados pela extremidade de violência em que foram cometidos.

⁵ Matéria publicada na Revista Manchete – LUS em Guaratuba – 8 Agosto 1992 (numero 2105) – “Satanismo, a multinacional do Diabo”; Matéria publicada na Revista Veja em 29 de Julho de 1992 (número 1245) – “ Suspeita Diabólica: investigada no desaparecimento de um menino no Paraná, a seita LUS revela princípios macabros. Matéria Anexada aos autos do processo.

Este trabalho pretende problematizar as implicações políticas da publicização de autos judiciais criminais em Fóruns Urbanos e nas modalidades de gestão desses documentos, procuro também perceber as práticas de poder envolvidas na guarda e controle de informações, compreendendo o papel de agentes estatais e políticos a partir das semelhanças e diferenças dessas práticas de poder e seus mecanismos de dominação.

2. DO(S) PROCESSO(S) JUDICIAL(IS) DO “CASO DOS MENINOS EMASCULADOS”

Os autos do processo judicial⁶ que tratam dos casos de Altamira podem ser considerados um conjunto documental sobre crimes contra crianças e acusações envolvendo o uso de órgão sexuais em rituais de magia. São compostos por setenta volumes de documentos que podem ser classificados inicialmente em dois tipos: documentos relacionados aos crimes ocorridos em Altamira e outros documentos oriundos de outros processos criminais sobre crimes que envolvem o uso/abuso de crianças em supostos rituais ocorridos em outros Estados do Brasil.

A prisão de Queiroz em Junho, durante a Pandemia de Covid-19, e seu envolvimento com Frederick Wassef gerou um grande volume de notícias, reportagens televisionadas, entrevistas sobre a participação ou não do advogado em crimes. A mídia recorreu a reportagens antigas, publicadas em jornais da década de 1990 para contar “histórias ocultas” e publicar o que parecia durante longos anos indigno de ser publicado.

As “histórias ocultas” sobre a participação ou não de Wassef, seja nos crimes que vitimaram crianças ou mesmo como participante de uma seita considerada ‘satânica’ pela mídia, nasceram de um processo judicial que permaneceu por anos guardado em espaços urbanos de poder como fóruns criminais, tribunais de justiça, delegacias de polícia e tribunais superiores. Muito do que se conhece sobre os crimes efetivamente é publicado pela imprensa que utiliza os meios de comunicação para informar sobre crimes dessa natureza.

Os conteúdos de processos judiciais são de difícil publicação na mídia, considerados até mesmo impubescíveis pela dificuldade de compreensão do idioma técnico-jurídico implementado em sua composição. Um processo judicial é um concatenado de etapas e ritos, que devem obedecer a um comando legal, ditado pela Lei. Em resumo, todo processo é construído por meio de uma técnica específica, jurídica ou não (pode ser policial, criminológica, psicológica, médica), o tipo de técnica utilizada perde a relevância quando a utilização de determinado método é o próprio elemento central da construção de verdades e certezas que serão narradas e por conseguinte objeto do interesse antropológico.

⁶ Processo Judicial é o instrumento por meio do qual o Estado exerce o Poder Jurisdicional de Punir, *JUS PUNIENDI*.

A tese narrativa acerca de um fato criminoso, obtida de um processo judicial estão sujeitas às vicissitudes da técnica aplicada na construção do processo, assim como de fontes de outras naturezas, como por exemplo, no processo do caso dos meninos emasculados, encontramos acostados aos autos, reportagens de jornais, impressos da web, livros, cartas, fontes anônimas e entre outras. Essas conclusões ou “verdades” sobre o caso produzidas no processo não são neutras, ou seja, não estão livres de interpretações, impressões pessoais de quem as produz, e, portanto, não podem ser consideradas absolutas (CUNHA, 2005).

Um processo judicial, apesar de conter um conjunto de depoimentos, termos de declarações e relatórios formulados pelos agentes de estado que o conduzem, contém um discurso específico que ajuda a construir um ‘campo jurídico’. Assim, segundo Bourdieu (1989) é através da forma do discurso que se confere a legitimação do campo jurídico. A linguagem jurídica força efeitos de neutralidade e universalidade que são marcas do campo. Essa neutralidade intentada pelos juristas não existe de fato, é apenas propalada. No texto jurídico do processo, estão em jogo lutas, pois a leitura é uma maneira de apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial” (BOURDIEU, 1989 p.213).

Meu interesse pelo estudo dos casos de violência contra crianças em Altamira é oriundo da construção das noções de justiça e indignação que surgiram no decorrer de minha vida. Fatores como classe social, família, princípios e educação foram fundamentais para definir minha atenção em narrativas acerca da dor e violência. Além disso, meu crescimento como pessoa acompanha o início, meio e fim das investigações dos crimes de emasculação no Pará (quase trinta anos) que produziram múltiplas narrativas.

A minha formação em Direito foi fundamental para compreender parte da técnica que envolve um processo judicial e também para entrar no campo, pois como advogado fui recebido nos fóruns e outros lugares que precisei transitar de maneira mais tranquila, algumas vezes, obstáculo para pesquisadores de outras áreas. Entretanto, parecia desde o início da intenção desta pesquisa, que crimes como os mencionados acima e especificamente o dos meninos que foram emasculados em Altamira, ultrapassavam o limite da compreensão jurídica.

Inspirado em trabalhos como os de FOOT-WHYTHE (2005) em determinados momentos, optei por utilizar vestimentas e praticar “atitudes de advogado” em campo como forma de proceder para ser inserido/aceito pelo grupo que se pretendia estudar que naquele momento eram os servidores da justiça que me forneceriam o processo.

Eu precisava olhar mais detidamente para a forma como esses crimes impressionavam e repercutiam na sociedade e opostamente, à necessidade Estatal e Urbana de colocá-los em esquecimento. Crimes violentos revelam múltiplas formas narrativas e agentes, e a categoria tempo funciona como um agente que “trabalha” nessas relações,

permitindo a reinterpretação e modificação das interações (DAS, 1999) e o esquecimento é uma maneira pela qual se pode contar uma história que se pretende encerrar.

Os volumes cinquenta e nove e sessenta dos autos do processo judicial se dedicam exclusivamente a demonstrar como a mídia percebia esses casos de emasculação e de que forma informava a população. O volume sessenta e nove possui o título “PESQUISA IMPRESSA – Matérias Publicadas nos veículos de circulação no Brasil e na Argentina”, composto por matérias de jornais, revistas e periódicos que tratam do desaparecimento e assassinatos de crianças em Altamira e em outros Estados do Brasil, as matérias são divididas em períodos que vão de 1989 a 2003.

Esses dois volumes são muito importantes no conjunto documental pois, a partir deles, podemos obter marcos interpretativos para compreender os fatos reportados nesses recortes de jornais como componentes culturais presentes em cada sociedade. Nas reportagens argentinas, a ideia das seitas satânicas foi muito bem aceita pelos jornalistas e ativistas anti-seitas, caracterizando um fenômeno conhecido como “desvio religioso”, uma vez que isto ressoa fortemente com temas culturais próprios de cada sociedade. Na Argentina, de acordo com Frigerio (1995) as religiões mágicas e encantadas não tem lugar, salvo se vistas como uma patologia social. Por outro lado nas reportagens brasileiras, apesar da tentativa forte de descredenciar práticas não hegemônicas, surge uma autocrítica, originada da forte presença sobrenatural na vida cotidiana (Da MATTA, 1984), o que permite uma melhor aceitação da diversidade religiosa.

É necessário observar a partir dessas reportagens o contexto de translocalidade (GUPTA, 2015) para compreensão dos fenômenos locais. A translocalidade no caso dos meninos emasculados pode ser vislumbrada pela presença forte da mídia, que desenvolve um papel fundamental na ultrapassagem dos casos de localidade em regiões de difícil acesso. A repercussão midiática contribui para a chegada de outros agentes de Estado, exteriores aqueles da localidade como a Polícia Federal, da pressão dos Organismos internacionais no caso, como a ONU, para que os agentes de Estado fixassem seus olhares para Altamira/PA.

Para além do terror e do impacto que os crimes dessa natureza causam na sociedade, o imbróglio em que se desvendam os ‘casos’ policiais é em si mesmo um objeto de estudo quando refletimos as práticas de/do Estado. Estas práticas geram narrativas sobre os crimes a partir do aparato institucional que dá suporte às investigações e ao procedimento jurídico criminal em si mesmo.

3. DO ACESSO, CONSULTA E DIGITALIZAÇÃO DOS AUTOS DO PROCESSO – UMA ETNOGRAFIA DE/NOS ARQUIVOS

No ano de 2014, cumpria um estágio acadêmico da graduação em Direito na 3ª Promotoria do Tribunal do Juri, junto à Promotora Dra. Rosana Cordovil Corrêa dos Santos, responsável pela acusação nas sessões de julgamento dos acusados no ‘caso’ dos meninos emasculados. Na ocasião, um programa de televisão solicitou à promotora de justiça uma entrevista para realização uma matéria jornalística sobre dois médicos condenados (no caso dos meninos emasculados) que se encontravam presos e solicitavam revisão criminal ao Tribunal de Justiça do Pará, pedido que foi negado no mesmo ano.

A revisão criminal é uma espécie de recurso jurídico que se propõe a revisar todo um processo quando surgem fatos/provas novas que possam alterar aquilo que já havia sido decidido.

Nos meses de Abril e Maio de 2014, estiveram em Belém dois repórteres do programa Fantástico da Rede Globo e sua equipe para gravar a matéria sobre os médicos réus no processo, Anísio Ferreira e Césio Brandão. A entrevista com a representante do Ministério Público estava marcada e precisávamos localizar o processo para que a promotora relembresse os argumentos da acusação da época dos julgamentos. Desta maneira, tive acesso, pela primeira vez aos autos do processo instaurado no Pará sobre os crimes de assassinatos de crianças em Altamira, conhecido no fórum criminal e na Justiça paraense como o “processo da Valentina”, ou “dos Emasculados”.

No estado do Pará existem dois processos judiciais criminais instaurados para apurar os crimes que se iniciaram em 1989. O primeiro processo judicial (nº 0020190-05.2002.8.14.0401) tomou proporções muito grandes em termos de volume e extensão. Sua grande extensão física se caracteriza pela anexação de outros processos sobre crimes semelhantes que ocorreram em diversas partes do Brasil. O segundo processo judicial (nº 0001615-25.2005.8.14.0005) que tramita em segredo de justiça em Altamira/PA, indica outro possível autor para os crimes de emasculação.

Anos mais tarde enquanto me preparava para a seleção do mestrado, compreendi a necessidade de se realizar uma topografia do material que compõe o processo judicial número 0020190-05.2002.8.14.0401 no qual se investigou os crimes no Estado do Pará. Como será demonstrado, os desafios que se impõem sobre o trabalho de catalogar este extenso material vai além da operacionalização física do procedimento.

No âmbito da pesquisa que venho desenvolvendo, percebi que para compreender as situações de violência no “caso dos meninos emasculados”, era necessário fazer uma análise do conjunto documental do processo, composto por diversas situações de crimes, e para isso o ponto de partida era ter acesso ao conjunto total dos autos. Em conversas com outros

pesquisadores do tema⁷, verifiquei que eles acessavam partes dos autos, de acordo com seus recortes de pesquisa e percebi que ninguém, com exceção dos advogados que atuaram durante a fase processual do “caso” e da própria Justiça, teve acesso ao acervo completo dos documentos.

No estado do Pará existem dois processos judiciais criminais instaurados para apurar os crimes que se iniciaram em 1989. O primeiro processo judicial (nº 0020190-05.2002.8.14.0401) tomou proporções muito grandes em termos de volume e extensão. Sua grande extensão física se caracteriza pela anexação de outros processos sobre crimes semelhantes que ocorreram em diversas partes do Brasil. O segundo processo judicial (nº 0001615-25.2005.8.14.0005) que tramita em segredo de justiça em Altamira/PA, indica outro possível autor para os crimes de emasculação.

Desde a execução do primeiro crime, cuja característica principal era emasculação, em Altamira, no ano de 1989, até o início da minha pesquisa no arquivo iniciada em Julho de 2019, se passaram trinta anos. Antes de ter acesso aos autos, eu já tinha prévio conhecimento da extensão do conjunto documental e me dispus a realizar a digitalização de todo o arquivo para então poder realizar o que chamei de topografia do documento.

Para realizar o processo, era necessário compreender o campo da vida urbana, as categorias envolvidas tempo, espaço, identidade política dos servidores públicos. Entrei em contato com a 3ª Vara do tribunal do júri de Belém, local onde o processo deveria estar arquivado, para obter informações sobre as condições para retirada dos autos. Fui informado que existiam basicamente dois procedimentos para retirada e digitalização dos documentos: a) a remoção por meio de ofício de alguma universidade, que deveria tramitar internamente na Vara até a Juíza responsável autorizar o deslocamento do processo a um lugar apropriado para ser digitalizado; b) um procedimento mais simples que consistia na retirada do material por qualquer advogado (com registro ativo na OAB) pelo período de dez dias⁸.

Optei pelo segundo procedimento por ser menos burocrático, mesmo por indicação dos servidores que me passaram a informação. A partir disso, segui um cronograma e fui ao Fórum Criminal Desembargador Romão Amoedo Neto para retirar e levar para casa os primeiros cinco volumes do processo para iniciar a digitalização. Eu tinha prévio conhecimento de que os cinco primeiros volumes são muito importantes para o processo como um todo,

⁷ Agradeço aqui a contribuição da Professora Dra. Paula Mendes Lacerda (UERJ) pelas conversas e orientações acerca da pesquisa e das valorosas comunicações da professora Dra. Ellen Woortmann que durante a Reunião Brasileira de Antropologia em 2020 no GT sobre etnografia de documentos informou sobre aspectos da pesquisa com documentos que precisavam ser considerados nesta análise.

⁸ Esse período de dez dias é válido para advogados mesmo que não estejam formalmente contratados para atuar nas causas mediante um instrumento de procuração no processo. Este ato está previsto na legislação, e por se tratar de um processo público e sem segredo de justiça, não haveria problemas na retirada.

pois neles estão contidos os depoimentos fundamentais para a tese da acusação. As causas para os crimes no Estado do Pará ficaram conhecidas e amplamente divulgadas até a data do julgamento como assassinatos e emasculações para fins de utilizações de órgãos em 'magia negra' ou 'rituais satânicos'. O discurso empregado pela televisão e que de certa forma se coadunava com a tese de acusação, feito pela representante do Ministério Público e advogados de assistência de acusação, era que uma seita havia recrutado seguidores em Altamira entre os anos de 1986 e 1987, que apreendiam as práticas rituais e que começaram a emascular crianças a partir de 1989. Sob esta tese de acusação e mais outras provas produzidas no processo, quatro dos cinco acusados foram condenados a penas restritivas de liberdade.

Durante oito meses, reproduzi o "ritual" conhecido no meio jurídico como o ato de "retirar a carga" ou um processo judicial, que consistia em me apresentar no balcão do cartório judicial munido de meu documento de identificação profissional de advogado, falar o número do processo, solicitar os volumes que desejava retirar, aguardar o servidor registrar no sistema, imprimir o comprovante de entrega e por fim assinar e retirar os volumes.

O lugar da Justiça, ou a casa da Justiça como é denominado por muitos operadores do Direito, é um lugar que possui características próprias para distinguir as pessoas que ali frequentam. Entre policiais militares, servidores públicos, terceirizados, oficiais de justiça, advogados e juízes, podemos perceber as diferentes formas de tratamento que cada um recebe. O fórum criminal também é um lugar frequentado por vítimas e familiares bem como acusados/as e familiares, presos/as e agentes penitenciários regularmente também ali estão.

Partindo da análise de uma "situação social", como propôs Gluckman (2010), com as devidas adaptações, procuro pensar nesta seção do texto as "situações sociais" que observei nos espaços do Fórum Criminal enquanto questões importantes para pensar os espaços inter-relacionais, onde se pode compreender as estruturas da instituição e as implicações políticas de dominação entre as pessoas que neles circulam.

O Estado possui seus rituais próprios e retirar em carga um processo é um desses atos. Eu, além de pesquisador atuo como advogado e isso me dá a prerrogativa de retirar os autos do fórum e levar para casa por um período de 10 (dez) dias, mas além disso, o fato de ser advogado permite o acesso ao fórum e todas as salas pertencentes a ele sem grandes burocracias as quais outras pessoas são submetidas.

O Fórum Criminal funciona em um prédio antigo localizado no bairro da Cidade Velha, Belém. Possui quatro andares e o Processo está arquivado no segundo andar, onde funciona a secretaria da 3ª vara do tribunal do júri da capital. O processo judicial que investigou e processou os crimes que vitimaram meninos em Altamira é um processo conhecido como 'findo', em outras palavras, é um processo em que não há mais nada a se fazer juridicamente com ele, devendo apenas estar ainda arquivado em secretaria para aguardar o tempo de ir

definitivamente para o arquivo geral do poder judiciário, local onde se guardam os processos antigos.

Na secretaria da vara, este processo ocupa um armário inteiro: são 69 volumes ou tomos, de em média 300 páginas cada, dispostos em caixas arquivos de cor amarela, e em cada caixa arquivo uma média de 03 tomos. Além do processo físico impresso, outras caixas-arquivo fazem parte do conjunto documental e contém, entre outras coisas, fitas VHS, DVDs e CDs, roupas de vítimas, pertences de vítima, livros, diários, capuzes e objetos que serviram de base para as teses sustentadas tanto pela defesa quanto pela acusação.

A sala onde funciona a secretaria é ampla e possui outros armários de ferro onde provavelmente devem estar outros processos criminais em curso. Nesse recinto trabalham cinco servidores públicos que se dividem entre técnicos e analistas, cujas atribuições têm objetivo final de dar conta da rotina de uma vara criminal. Esta pode ser bem agitada, em se tratando de uma secretaria de crimes contra a vida que ensejam ritos do tribunal do júri. Receber advogados, preparar despachos, registrar a entrada e retirada de processos, acompanhar e redigir minutas de mandados entre outras são as funções que ocupam estes servidores. Anexa a esta sala onde trabalham estes funcionários, está o gabinete da juíza da vara que ali trabalha acompanhada de um assessor, lugar que não tivemos acesso.

Procurei inicialmente falar com o servidor responsável por receber os processos na antessala onde são feitos os atendimentos ao público em geral. Eu já era um conhecido dos servidores, pois inserido no campo, já estavam habituados a me ver no local. Em uma de minhas visitas, o servidor público encarregado de receber os processos, conferiu os processos que devolvia e logo se adiantou a perguntar-me sobre os próximos volumes que desejava retirar. Em decorrência da quantidade de volumes que eu estava devolvendo, me foi solicitada a entrada por uma porta lateral, que difere do local onde são atendidos normalmente os advogados. Esta entrada lateral dá acesso apenas aos servidores e à juíza responsável pela vara, que na ocasião estava conversando com o chefe da secretaria.

Ao me ver entrar com excesso de volumes de processos, a juíza perguntou do que se tratava e o chefe da secretaria respondeu: “É o processo dos *emasculados* que eles estão digitalizando, doutora”. E ela respondeu com outra pergunta: “Depois que eles terminarem o que a gente faz com esses volumes todos de processo? Podemos nos desfazer?”

Desde que comecei a pesquisa recorde os servidores comentando sobre a “energia negativa” que emanava do processo, as dores de cabeça que sentiam ao manuseá-lo e até mesmo os incidentes que ocorriam com quem ousasse abri-lo e estudá-lo. Esse aspecto deve ser considerado em minhas análises pois não considero se tratar de curiosidade mórbida por parte dos servidores, considero o que era dito e busco não recair em desqualificação da palavra ‘nativa’. É a partir da experiência de campo, que posso explorar mil aspectos da subjetividade do sujeito humano frente a si mesmo (SAADA,2005), essas noções sustentam

toda a literatura da antropologia das emoções e colocar essas sensibilidades discursivas dos sujeitos, meus interlocutores, em minhas análises, me permite compreender os simbolismos envolvidos acerca do processo judicial.

O chefe da secretaria informou à juíza que eu era aluno de mestrado da UFPA e estava ali para fotografar o conteúdo de algumas caixas, devolver e retirar outros volumes do processo para digitalização. E, além disso, aquele material não poderia ser descartado porque ainda não havia sido prescrito⁹ para um dos acusados, que se encontrava (e continua) foragido.

Neste processo criminal foram denunciadas cinco pessoas: dois médicos condenados, que cumprem pena em regime aberto; uma mulher que foi absolvida e teve seu julgamento anulado posteriormente em 28 de Abril de 2005 no Acórdão de nº 25.231 TJPA, e como os crimes prescreveram para ela, era impossível levá-la a novo julgamento; um ex-policial militar, também condenado que morreu na prisão; e o filho de um comerciante da cidade de Altamira, que foi condenado e cumpriu parte da pena, porém consta¹⁰ nos dias atuais como foragido em local incerto. O processo para todos os réus aqui citados, com exceção do filho do comerciante, está concluído. Em outras palavras, não há o que fazer, nenhum cumprimento de ato ou recurso são cabíveis. No entanto, o processo ainda não pode ser arquivado, pois este último acusado que se encontra foragido pode ser encontrado a qualquer momento, e, em caso de ser localizado, é necessário o cumprimento do mandado de prisão, expedido por aquela juíza.

O chefe da secretaria autorizou a minha entrada, bem como o manuseio e a retirada das fotografias dos objetos. Ele designou uma mesa para posicionar os objetos e solicitou a dois servidores que me auxiliassem no processo. Um dos meus interesses era verificar os objetos juntados ao processo, pois sua retirada seria impossível. O primeiro objeto a ser fotografado foi um capuz preto. Este capuz estava condicionado em uma caixa arquivo com a seguinte inscrição “objetos”. O capuz preto de tecido possuía apenas dois buracos para os olhos e não possuía orifícios para boca e nariz, esta peça foi apreendida pela Polícia Federal na residência de um dos réus. A importância deste capuz para a acusação estava centrada em comprovar mediante este objeto que as crianças eram assassinadas em rituais com fim religioso.

⁹ O direito do Estado de punir e também cumprir a sentença de condenação a qual o acusado foi submetido tem um prazo de validade, este prazo no mundo jurídico chama-se prescrição. A prescrição é uma categoria jurídica que serve para dar fim a um ato ou direito. Em outras palavras, se alguém está em vias de ser preso e não é localizado, a punição desta pessoa não pode vigorar para sempre, mas deve obedecer a um tempo em que haja um prazo para punir, este prazo é a prescrição que é medida em anos, meses ou dias.

¹⁰ desde 2004 o réu Amailton Madeira Gomes, condenado da justiça, encontra-se foragido para a Justiça. O réu foi condenado a 57 anos de reclusão em regime fechado, na penitenciária de Americano. A sentença data de 29 de agosto de 2003. No dia 16 de março de 2010, o sr. Dr. Juiz de direito Claudio Henrique Lopes Rendeiro, em exercício na 3ª vara do tribunal do júri proferiu o seguinte despacho: “considerando o teor do ofício nº 96/2010-pccr-hc, constante as fls. 25.919, que informa a concessão de hc em favor do réu Césio Flávio Caldas Brandão, e extensivo aos réus Amailton Madeira Gomes e Anísio Ferreira de Souza, determino em atendimento ao hc concedido, que os autos permaneçam em secretaria aguardando o trânsito em julgado do decreto condenatório, para só então, haver a execução da pena em definitivo. Cumpra-se”.

É importante ressaltar que esses objetos são capazes de causar reações inesperadas nas pessoas que tem acesso a eles. O chefe da secretaria informou que trabalha desde 2012 na vara e nunca atuou no processo judicial, tampouco teve curiosidade de olhar e verificar o que nele continha, em outro momento na pesquisa de LACERDA (2012; 2015), na qual os servidores que atuavam na secretaria, os servidores demonstravam interesse e já haviam folheado os documentos, por curiosidade, diversas vezes. As reações aos objetos são as mais diversas, curiosidade, sentimento de indignação, dúvidas e confusões, muitas perguntas e poucas respostas sobre o motivo de estarem ali e de que forma serviam para embasar teses tanto da defesa quanto da acusação.

Após as fotografias do capuz preto, segui para os objetos cirúrgicos e medicações que foram apreendidas na casa de um dos médicos acusado de ser um dos autores do crimes, seguindo para fotografia de pertences de uma vítima em que continha um isqueiro, cigarros, parte de um relógio e uma pequena quantidade de dinheiro, fotografei também as roupas de uma das vítimas, bermuda, boné, camiseta e cueca. As roupas da vítima estavam em um envelope e dentro de um saco plástico. Roupas sujas de terra e ensanguentadas, o sangue seco de muitos anos atrás, cabelos da vítima e a pequena roupa íntima com marcas da violência.

Procurro refletir o processo como um conjunto documental que “ não só registram realidades pré-existentes, mas também são tecnologias centrais na produção e fabricação das realidades que governam, sejam elas corpos, territórios, relações (LOWENKRON, FERREIRA, 2014).

O processo em si é um concatenado de documentos que vão se juntando através de agentes estatais e de acordo com as formas pré-estabelecidas ou não, muitas vezes, conforme o ‘gosto’ do servidor público. O processo é produzido em meio à burocracia estatal, o trabalho procura perceber as maneiras pelas quais se produzem os discursos e as narrativas acerca das motivações dos crimes. A prática burocrática pode ter aspectos de impessoalidade e racionalidade, entretanto ultrapassavam por vezes os limites, expandindo-se para o campo da opressão e da indiferença (HERZFELD, 1992)

Dessa maneira completei parte da primeira etapa da pesquisa que consistiria em levantar todo o material físico do trabalho com documentos. A partir daí precisaria analisar o material a partir da perspectiva das contribuições das pesquisas antropológicas com documentos, observando o que é dito pelo documento sem se descuidar da forma como está escrito, quem escreveu e qual o contexto da escrita. Conferir atenção ao modo de gestão do processo pelos servidores da justiça, enfatizar assinaturas, carimbos, folhas que faltam, amassados no papel, clipes, dobraduras nas páginas entre outras observações que fiz durante o processo de digitalização me fazer perceber como a materialidade retrata a institucionalidade e a autoridade de quem ‘guarda’ o processo.

4. UMA ÚLTIMA NOTA: AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DA PUBLICIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS AUTOS JUDICIAIS

Comecei falando sobre a prisão de Fabrício Queiroz na residência de Frederick Wassef e de como este último se imbricou no fenômeno das *Fake News* ao ter sua imagem atrelada a casos de crimes contra crianças em Altamira no Pará. Segui demonstrando minha trajetória de pesquisa acerca desses casos que ficaram mundialmente conhecidos, para então compreender como todas essas teias de ligam.

Após o encerramento do processo de digitalização dos autos criminais a que me referi fui procurado por uma produtora de São Paulo interessada em obter o material (processo judicial) para produzir uma série de televisiva em um canal de *streaming*. Quando isso ocorreu eu não imaginava que nacionalmente o caso dos meninos emasculados retornaria à grande mídia, em virtude de já ter se passado muitos anos dos julgamentos e pelo menos juridicamente o caso estava encerrado.

Com a atribuição de Wassef aos crimes e à suposta seita, muitas pessoas procuraram conhecer sobre o caso a partir das suas “histórias ocultas” e impublicáveis até o momento. A polarização política no país também ensejou uma maior ênfase aos crimes, em virtude dos apoios frente a uma plataforma política que a partir de 2004 fez frente às condenações dos acusados pelos crimes no Pará alegando erro judiciário. Essa frente política é encabeçada por personagens que hoje são considerados de extrema direita e defendem e legislam para ruralistas, latifundiários, empresários, evangélicos entre outros.

As implicações políticas da publicização dos autos constituem basicamente interesse de pelo menos quatro grandes grupos de pessoas: primeiro aqueles que acreditam na inocência das pessoas acusadas e condenadas pelos crimes gravíssimos que os ‘casos’ tratam, a partir de uma nova acusação - a de que os crimes todos foram cometidos por um assassino em série do estado do Maranhão. O segundo grupo é dos agentes que protegem o processo (Desembargadores, Juízes, Delegados de Polícia do Pará), considero essa proteção burocrática como um mecanismo de dominação e de tentativa de silenciar as práticas de poder que envolveram um processo investigativo duvidoso; um terceiro grupo, que são os jornalistas interessados em novas séries de filmes, podcast e outros programas de investigação criminal e nós, antropólogos interessados em análises sociais e aspectos outros de variabilidade antropológica.

O processo judicial, apesar de público, conforme a legislação nacional prevê possui uma infinidade de empecilhos burocráticos que impedem o livre acesso às informações nele contidas, mesmo para pessoas do campo jurídico. Talvez, os interesses que envolvem os casos de crianças mortas no Brasil tenha muito mais a ver com a política do que com

acusação de 'magia negra' e estes aspectos não caminham em direções contrárias, acredito que fazem parte de um mesmo sistema daqueles que manejam o Estado (ABRAMS,2015).

Percebi durante a pesquisa com os documentos que tanto os interlocutores vivos e o processo judicial, meu interlocutor de papel, falam sobre uma centralidade que é a questão da Magia e das acusações de Crimes Rituais. Por mais que eu tenha tentado analisar o processo e os procedimentos de gestão do documento e as práticas de poder envolvida no caso, surge como principal categoria de interesse, tanto dos servidores da Justiça, quanto do que se lê dos autos a categoria Magia, e isso me faz refletir a partir o quão relevante é esse assunto quando tratamentos desse 'caso'. Inspirado nos trabalhos de Pritchard, (1978, 2013) optei por em estudos posteriores dar relevância ao que era dito pelos meus interlocutores que se centravam em falar sobre um assunto específico, distinto daquele que os antropólogos procuravam estudar.

Procurei pensar as implicações políticas da publicização de autos judiciais criminais de forma a concluir que é necessário tal publicização para que se produza efeitos científicos diversos e essa produção possa de alguma forma modificar ou pelo menos problematizar as modalidades de gestão desses documentos.

Compreendo que as práticas de poder envolvidas na divulgação ou não de informações e os momentos adequados para isso, são reflexo de um momento político e do que se pode obter de favorecimento a partir das informações divulgadas.

Ao longo destas notas, utilizei algumas vezes o termo – questionamentos - buscando qualificar as intenções subjetivas, aquelas que não são claras no estudo do caso ou do que se noticia, bem como da dúvida na publicização ou não de determinados documentos. Esta foi a maneira que encontrei utilizar os rumores do ponto de vista da intenção. Deste modo, entendi que o privilégio a certas informações ou modos de gestão documental; que são publicadas ou não de acordo com plataformas políticas e intenções próprias são parte fundamental da etnografia que estou me propondo.

Com isso, não pretendo tornar definitiva a decisão de publicizar ou não os autos, mesmo possuindo autorização legal para isso. Contudo, tornar pública a informação/boato é também uma estratégia, conforme demonstrado muito claramente por Bailey (1993). Se verdadeira ou falsa ou ainda, mal interpretada, as informações/documentos precisam ser percebidas enquanto arsenal político para os conflitos. Os limites e potencialidades dessa ação política na cidade, empreendida por meus interlocutores serventários da justiça se espraiam provocando mudanças na subjetividade das pessoas e dos grupos sociais envolvidos com o "caso", nos desejos e frustrações dos sujeitos que anseiam por respostas há tanto tempo, e nas formas como montam suas estratégias coletivas para enfrentar processos dolorosos devido a violência do Estado criador de narrativas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHEL, Timothy. **Antropología del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 2015
- BAILEY, F. **Gifts and Poison: the politics of reputation**. Oxford: Basil Blackwell, 1973.
- _____: **The Tactical Uses of Passion: An essay on power, reason and reality**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.
- BOURDIEU, Pierre 1989. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, pp. 163-208 (A representação política. Elementos para uma teoria do campo político/ A força do Direito. Elementos para um sociologia do campo jurídico. pp.209/254)
- CUNHA, Olivia M. Gomes da Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 36, julho-dezembro de 2005, p. 7-32.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Editora Rocco
- DAS, Veena. 1999. **“Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns dilemas wittgensteinianos”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 14 (40): 31-42
- EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer: uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Introdução, cap. 1 e cap. 4)
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. **“Ser afetado”**. Cadernos de Campo, 13: 155-161
- FRIGERIO,A. *La medicalización de la desviación social: las sectas y la sociedade argentina*.1995. Ponencia presentada. XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, out.1995
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: Feldman-Bianco (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**. (Introdução; Cap.1 e 2) Petrópolis: Vozes, 2016.
- LACERDA, Paula Mendes. **Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- _____. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.2012
- LOWENKRON, Laura, FERREIRA, Letícia. **“Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers”**. in: Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology, v. 11, n. 2. July to December 2014. Brasília, ABA. Available
- VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. (orgs). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014



GT 02B – Desenvolvimento, Desigualdade Social e a Vida nas Cidades Latino-Americano

DIREITO À MORADIA PARA MULHERES: AVANÇOS NO DEBATE DO ACESSO À TERRA URBANA A PARTIR DA COMPREENSÃO DO DIREITO À CIDADE SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

Thayanna Paula Neves Barros (UFPA)¹
Érica Corrêa Monteiro (UFPA)²

RESUMO

A partir da investigação acerca da evolução das políticas públicas de direito à moradia para mulheres no Brasil, este artigo pretende discutir o formato em que vêm sendo inseridas no ordenamento jurídico brasileiro e aplicadas tais políticas, assim como as medidas tomadas com vista à promoção do acesso à terra urbana e a segurança da posse às mulheres, evidenciando o papel dos processos de regularização fundiária de interesse social nesse cenário. Busca-se, portanto, compreender o direito à moradia em sua amplitude, abrangendo seus reflexos nos usos e apropriações dos espaços públicos e privados pelas mulheres e, conseqüentemente, no alcance do direito à cidade, tratado aqui sob uma perspectiva de gênero, por meio de uma releitura da concepção de direito à cidade proposta por Henri Lefebvre. O método utilizado consistiu no levantamento, leitura e análise das legislações nacionais e Convenções Internacionais acerca da promoção do direito à moradia para mulheres, bem como sobre a política de regularização fundiária de interesse social no Brasil e os instrumentos urbanísticos intermediadores desses processos, além de levantamento histórico-bibliográfico e interpretação a respeito da construção das relações sociais de poder entre os sexos, pautadas em práticas sociais e culturais que se refletem na apropriação do espaço urbano e no acesso à terra, a partir da reprodução de estruturas capitalistas, patriarcais e coloniais.

Palavras-chave: Mulheres. Habitação. Regularização fundiária. Direito à cidade.

¹ Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: barrosthayanna@gmail.com

² Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: ericapaulaarq@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A vivência da cidade é experimentada de forma diversa por seus sujeitos, que têm seus corpos atravessados por estruturas de poder e mercado, as quais vão definir o “seu lugar” naquele espaço com base em marcadores de raça, classe e gênero. A realidade brasileira revela que o Planejamento Urbano, em geral, cumpre um papel de aliado da permanência do uso de critérios urbanísticos que coadunam com a segregação socioespacial, por vezes, assegurados pela própria legislação.

Neste cenário, a camada social que vivencia com maior dificuldade o acesso à moradia e, conseqüentemente, ao direito à cidade, é a de baixa renda. E deve-se dar ênfase às mulheres no interior desse processo de exclusão e invisibilização, para as quais ainda não se têm oferecido a merecida atenção no desenvolvimento de políticas e programas de regularização fundiária e de promoção do direito à moradia, ao revés do fortalecimento dos movimentos feministas nos últimos anos.

Ao considerar as diversas funções assumidas pelas mulheres no seu dia a dia, dentro e fora da sua residência, observa-se o papel de protagonistas nas redes de solidariedade que garantem a sobrevivência de toda uma comunidade. Portanto, a segurança do seu direito de morar é fator determinante para o acesso à cidade e a uma vida de qualidade.

As mulheres, como grupo mais diretamente afetado pelos resultados de políticas habitacionais, urbanização e qualificação de moradias, deveriam ser privilegiadas nesses processos, por meio de ações específicas destinadas a ouvir e buscar atender suas opiniões reivindicações, anseios, necessidades, desde a primeira etapa dos processos até a efetiva gestão e implantação das medidas (ALFONSIN, 2009), mas, infelizmente, não é o que se verifica com frequência, resultado de um enraizamento da prática de homogeneização do uso do espaço urbano que leva à invisibilização da forma como esse espaço é utilizado e demandado de forma diferente por homens, mulheres e crianças, e ainda, entre as próprias mulheres, negras e brancas, com ou sem deficiência, ricas e pobres.

O gênero, como categoria útil de análise, surge de preocupações teóricas no final do século XX, como resultado das tentativas de feministas contemporâneas para reivindicar o campo de definição e demonstrar a inadequação das teorias existentes para a abordagem das desigualdades entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). É alcançada, então, uma visão mais ampla de gênero, pautada não apenas em relações de parentesco, mas também no mercado de trabalho, na educação e no sistema político.

Portanto, este artigo tem como objetivo discutir o formato em que vêm sendo aplicadas as políticas públicas, os programas de governo e as medidas legais voltadas à promoção do acesso à terra e garantia do direito à moradia para mulheres, com destaque ao procedimento de regularização fundiária de interesse social, sob um viés mais amplo, que é o alcance ao direito à cidade para além da titulação.

A metodologia utilizada constitui-se de pesquisa histórico-bibliográfica e documental, a partir de uma abordagem qualitativa, seguindo o método dedutivo de análise e interpretação histórica. Adota-se o feminismo enquanto perspectiva político-científica (SAFFIOTI, 1991), de modo a evidenciar os sujeitos das relações de gênero, classe e raça, dentro dos processos de segregação socioespacial, a partir da leitura de Silvia Federici, Heleieth Saffioti e Danièle Kergoat acerca do papel das mulheres nas relações de produção, com ênfase na sociedade capitalista, bem como a verificação da existência ou não da imbricação dos referidos marcadores sociais na construção de instrumentos normativos urbanísticos e em políticas públicas de acesso à terra urbana no Brasil. E ainda, propõe-se uma releitura e atualização da concepção de direito à cidade de Henri Lefebvre, com base em uma perspectiva de gênero.

2. REFLEXOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA SOBRE O GÊNERO E A RAÇA NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Nas sociedades pré-capitalistas, embora em posição de inferioridade, a mulher desempenhava papel fundamental no sistema produtivo. Enquanto a produtividade ainda era baixa, não se impunha a necessidade de exclusão das mulheres do sistema produtivo (SAFFIOTI, 1976), apesar da posição de subalternidade dotada ao seu trabalho demonstrar sinais do que viria a se tornar um processo excludente, conforme expõe Saffioti (1976, p. 34-35) ao declarar que

o processo de sua expulsão do sistema produtivo já estava esboçado na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho. Tanto na economia feudal quanto na economia de burgo, e sobretudo nesta última, que prepara o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições mais subalternas e menos compensadoras [...] conduzem o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a mais uma etapa (SAFFIOTI, 1976, p. 34-35).

A terra no período pré-capitalista era, comumente, dada aos homens, seguindo o critério da linhagem masculina, embora existissem casos em que mulheres herdavam e administravam em seu nome (FEDERICI, 2017). Ainda que possuíssem o *status* de “segunda classe” (BENNETT, 1988; SHAHAR, 1983 apud FEDERICI, 2017, p. 51), demonstravam menor subordinação de suas necessidades aos parentes do sexo masculino, em comparação ao que seria imposto mais adiante na sociedade capitalista.

A divisão sexual do trabalho mostrava-se menos evidente, e não havia uma separação social entre a produção dos bens e a reprodução da força de trabalho, equivalendo-se as variadas formas de trabalho quanto à sua contribuição para o sustento da família, inclusive, as atividades domésticas não eram tão desvalorizadas e nem presumiam relações sociais diferentes entre homens e mulheres (FEDERICI, 2017).

Durante o processo de transição à economia capitalista e de acumulação primitiva do capital, buscou-se pôr fim ao uso comum da terra para garantir a expansão das propriedades privadas (FEDERICI, 2017). As mulheres foram uma das mais prejudicadas com a privatização da terra e perda da vida comunitária. O domínio das relações monetárias fez com que a mulher fosse reduzida ao trabalho reprodutivo e, quando exercia alguma atividade remunerada, recebia valores bem menores em relação ao salário do homem (SAFFIOTI, 1976).

Segundo Federici (2017), essas mudanças históricas têm seu auge no século XIX, com inserção da figura da dona de casa em tempo integral, que redefine a posição das mulheres com relação aos homens na sociedade, limitada à função reprodutiva e ao aumento da sua dependência.

A mulher vai ser submetida na sociedade capitalista a uma dupla desvantagem social referente à subvalorização comum da mulher com base nos “mitos” da superioridade masculina, somada ao desenvolvimento das forças produtivas, que levaram à marginalização das funções produtivas da mulher e sua periferização no sistema capitalista de produção (SAFFIOTI, 1976). Tal inferiorização social vai resultar também no subaproveitamento do trabalho feminino na indústria, a fim de alcançar o máximo de mais-valia.

A família se apresenta, nesse contexto, como a instituição determinante à apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres, que junto do Estado e da Igreja impunham a posição inferiorizada da mulher. A perda do poder social da mulher vai expressar-se também por meio da nova diferenciação sexual do espaço (FEDERICI, 2017).

A intensa urbanização ocasionada pelo processo de industrialização levou do campo para a cidade um elevado número de pessoas, o que concentrou nas áreas urbanas inúmeros problemas sociais, dentre eles a condição de vida das mulheres. E estes geraram diversas tensões por conta da constituição de uma sociedade na qual coexistiam problemas relacionados à pobreza, precariedade das habitações e de alimentação, separação entre a vida privada (doméstica, familiar, etc.) e a vida pública (trabalho, política, etc.) (SAFFIOTI, 1976).

A cidade, estruturada a partir das relações de produção capitalista, vai se pautar na concentração de capitais e nos meios necessários para a realização desse modo de produção. Essa característica reflete-se na divisão do espaço, baseada em exigências econômicas e na divisão social/sexual do trabalho e, portanto, converge a luta de classes com a luta de espaços.

Nessa lógica, verifica-se que o espaço da cidade não é dado às mulheres, e sim conquistado, a partir da luta e articulação ao longo de décadas por movimentos de mulheres e feministas, que colocaram em evidência e recusaram a redução do espaço da mulher ao privado, ao trabalho doméstico e reprodutivo.

Por outro lado, ressalte-se que enquanto algumas mulheres – em geral, brancas de classe média/alta - lutavam pelo acesso ao espaço público, ao trabalho, ao voto, e outros direitos paritários aos que os homens detinham, as mulheres negras buscavam a sua condição humana, retirada por processos históricos de escravidão, tráfico e exploração (SAFFIOTI, 1976).

Vista como essencial à propagação do capitalismo, a escravidão contribuiu para a exploração da mulher negra sob critérios sexuais e raciais. De acordo com Federici (2017, p. 219-220),

assim como a discriminação estabelecida pela “raça”, a discriminação sexual era mais que uma bagagem cultural que os colonizadores trouxeram da Europa com suas lanças e cavalos. Tratava-se, nada mais, nada menos, do que da destruição da vida comunitária, uma estratégia ditada por um interesse econômico específico e pela necessidade de se criarem as condições para uma economia capitalista — como tal, sempre ajustada a tarefa do momento. (FEDERICI, 2017, p. 219-220)

À mulher negra cabia o papel de escrava, exercendo função no sistema produtivo e, ao mesmo tempo, a função de “objeto” sexual do senhor de escravos. Verifica-se, assim, que o sexo biológico vai condicionar e ser condicionado pelo modo de produção. Homens e mulheres escravos, apesar de submetidos ao mesmo grau de exploração, eram tratados de forma diferenciada, às mulheres, por exemplo, era dada menor quantidade de comida, sofriam ataques sexuais constantes de seus senhores, e recebiam castigos mais cruéis, pois além do sofrimento físico, suportavam a humilhação sexual (SAFFIOTI, 1976).

Nessa lógica, a própria ocupação dos espaços públicos pelas mulheres negras, se deu a partir de funções, via de regra, subalternizadas. No Brasil, por exemplo, desde o período colonial, verifica-se que estas já ocupavam posições de informalidade nas cidades, como exemplo as quitandeiras ou quituteiras no século XVIII, vendedoras, lavadeiras entre outras que exerciam atividades informais (GALETTI e DRUMOND, 2020).

Neste sentido, mostra-se essencial para a análise da apropriação do espaço a compreensão e imbricação dos marcadores de gênero, raça e classe, considerando que as mulheres negras e brancas vivenciam experiências na cidade de forma bastante diversa.

3. O ACESSO À TERRA NO BRASIL

O território brasileiro como hoje se apresenta é resultado de um processo de ocupação da coroa portuguesa. Sob o predomínio do mercantilismo e do colonialismo, com base na exploração de territórios colonizados, Portugal tinha o domínio público sobre as terras brasileiras, e utilizava de mecanismos como a concessão de sesmarias (frações de terra) para promover a ocupação do território (RIBEIRO, 2020).

A doação de sesmarias objetivava fazer com que os que possuíssem meios necessários recebessem porções de terra para viabilizar o seu cultivo, e impedir a

disseminação de propriedades improdutivas. Portanto, segundo Ribeiro (2020, p. 31-32), “a base da ocupação efetiva e colonização do Brasil se deu pelo uso do sistema de capitânicas hereditárias conjugado com a concessão de sesmarias”.

Com a suspensão do sistema sesmarial pelo decreto de 17 de julho de 1822, houve um período de ausência legislativa que disciplinasse o acesso à terra, o que gerou um aumento do processo de ocupação por meio da posse já identificado no período anterior, visto como uma alternativa àqueles que não tinham condições econômicas para solicitar uma sesmaria (RIBEIRO, 2020). Assim, boa parte das ocupações do território brasileiro foram beneficiadas pelo princípio de que aquele que ocupasse a área seria indicado como proprietário, o que fez surgir uma das figuras jurídicas de destaque na História nacional, referida nas legislações patrimonial e fundiária do Brasil como posseiro (ÉLERES, 2002).

A limitação do acesso à terra no Brasil está diretamente ligada à exploração da mão de obra para o desenvolvimento das atividades econômicas. Ribeiro (2020) apresenta a relação entre o fim do tráfico negreiro, a importação de mão de obra e a consequente migração do trabalho escravo para o trabalho livre/assalariado, e a restrição do acesso à terra, já que com a criação da Lei de Terras de 1850, a característica de mercadorias, até então dada ao escravo, passa a ser atribuída à terra.

José de Souza Martins (apud RIBEIRO, 2020) esclarece com maiores detalhes a referida relação, ao apontar que o fim do tráfico negreiro ocasionaria uma crise na grande lavoura, vez que fundada no regime de escravidão, e a vinda de imigrantes como solução para este problema poderia influenciar no acesso à terra, a qual seria intensamente ocupada por estes “homens livres”, por isso a necessidade de algum tipo de impedimento e instituição de um novo regime de propriedade.

Neste cenário, a criação da Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, chamada Lei de Terras, instituiu a aquisição legítima de terra apenas sob o sistema de compra e venda, estabelecendo novamente o comando das classes dominantes sobre as terras no país (RIBEIRO, 2020).

Destaca-se que, com a abolição formal da escravidão no Brasil em 1888, inúmeros ex-escravos encontravam-se em situação de total vulnerabilidade, uma vez que a lei que aboliu o regime escravocrata não impôs medidas à promoção da integração socioespacial e econômica dessa população, a qual não possuía os meios para sua subsistência e nem a possibilidade da obtenção de terras através da compra, e ainda, encontravam-se preteridos no acesso ao trabalho assalariado em relação aos trabalhadores imigrantes, passando a desempenhar atividades informais: os homens, geralmente, em trabalhos braçais, como transporte de cargas e as mulheres em trabalhos de “vendeiras, quitadeiras, amas de leite e amas secas, criadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, costureiras, rendeiras” (BARONE; RIOS, 2018, p. 117), dentre outras atividades.

Estas características herdadas da estrutura fundiária anterior ao período de urbanização vão se refletir sobre a ocupação dos espaços urbanos e resultar em processos de segregação espacial. A restrição do acesso à propriedade da terra pela compra com a vigência da legislação de 1850, fortalecida com a instituição do Código Civil de 1916, que compreendia como proprietário aquele que primeiro registrasse o bem, prevalecendo o documento escrito sobre a ocupação de fato, confirmou o poder dos grandes proprietários de terra e os seus privilégios, manifestados pela concentração de terras nas cidades (RIBEIRO, 2020).

Então, a ocupação socioespacial dos espaços urbanos vai se dar de forma segregada, associada também a segregação da população negra, resultado da ausência de políticas de integração racial no período pós-abolição. A dificuldade de acesso à habitação, levou à periferização dessas populações e à situação de extrema vulnerabilidade, observada até os dias atuais.

Neste sentido, a estrutura de regulação fundiária excludente, atrelada ao modelo de urbanização que se deu no Brasil, segundo Raquel Rolnik (2015, p. 267) “estabeleceu as condições de espraiamento de enormes assentamentos autoconstruídos nas franjas urbanas, em que formas ambíguas de segurança da posse e padrões não planejados de uso do solo prevalecem.”

Portanto, as cidades brasileiras, no seu processo de urbanização, mantiveram características dos períodos coloniais e do Império no Brasil, tais como concentração de terra, renda e poder, aplicação arbitrária da lei e segregação racial (RIBEIRO, 2020), assim como, a predominância de leis tradicionalistas, que impuseram, historicamente, impossibilidades no acesso da mulher à terra. A lei, então, é aplicada para manter esses privilégios nas cidades, o que se reflete na desigualdade nos espaços urbanos.

Diante dessa realidade de manutenção de estruturas historicamente construídas, que se repercutem sobre a ocupação dos espaços urbanos, promovendo a segregação socioespacial, observa-se que até mesmo no interior de processos que pretendem promover a inclusão, existem lacunas relacionadas, por exemplo, às questões de gênero e raça.

4. POLÍTICA URBANA E CRITÉRIOS DE GÊNERO

As escalas de poder que se reproduzem no espaço da cidade proporcionam dimensões diferentes à experiência da mulher, refletindo-se no corpo, na casa, no bairro, na cidade e na nação (GALETTI; DRUMOND, 2020). Nesses espaços complexas relações se apresentam e, muitas das vezes, resultam em abusos, exclusões e dificuldade de acesso aos equipamentos urbanísticos e direitos públicos. Neste sentido, aponta Bourdieu (1997, p. 160),

não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo dissimulada pelo *efeito*

naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa). (BOURDIEU, 1997, p. 160)

As relações de gênero estão entre essas relações de poder, que se constroem com base nas diferenças entre os sexos e se afirmam em práticas e representações sociais e culturais, organizando toda uma vida social e reproduzindo ao longo do tempo uma estrutura que distribui desigualmente o poder entre os sexos (ALFONSIN, 2009).

A partir dessa lógica, as cidades apresentam, desde a sua fundação, ideologias que desconsideram perspectivas e necessidades das mulheres. O próprio planejamento urbano e as políticas urbanas e habitacionais nas cidades brasileiras, em geral, não se mostram preocupados com as questões de gênero. De acordo com a crítica de Alfonsin (2009, p. 5),

o Direito urbanístico, que “regula” toda a vida urbana, tem cumprido com o papel de legitimar o espaço das cidades como um território que reforça a desigualdade nas relações de gênero e como uma arena em que as “regras do jogo” têm sido desfavoráveis às mulheres, seja através de expressas disposições legais, seja por omissão. (ALFONSIN, 2009, p. 5)

Segundo apontamentos realizados na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China, em setembro de 1995, diversos são os fatores, incluindo o sexo, que criam barreiras de isolamento e marginalização das mulheres. Situação que vai gerar recusa de promoção dos direitos humanos às mulheres, quando lhe é fornecido “pouco ou nenhum acesso à educação e à formação profissional, ao emprego, à moradia e à autossuficiência econômica, ou mesmo esses lhe são negados; além disso, são excluídas dos processos de tomada de decisão” (ONU, 1995, p. 160).

A Nova Agenda Urbana adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III, realizada em Quito, no Equador, em 2016, ressalta a importância da inclusão, pautada no equilíbrio de gênero e indica mecanismos para o alcance da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres e meninas em sua vivência nas cidades, com ênfase às moradoras de assentamentos precários em situação de vulnerabilidade (ONU, 2017).

No Brasil, a década de 1980 foi marcada por um momento de reformulação das políticas urbanas, de luta dos movimentos sociais pela Reforma Urbana, incluindo, o movimento de mulheres e os movimentos feministas, unidos por mudanças em diversas áreas do Estado, o que ampliou e fortaleceu a discussão de temas sobre a inclusão de novos atores sociais nos processos de gestão urbana, sob um marco participativo e a busca por políticas públicas mais incluídas (ROLNIK; CYMBALISTA; NAKANO, 2011).

Um importante instrumento, resultado dessas mobilizações, foi o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988,

estabelece o cumprimento da função social da cidade e da propriedade e determina ao Poder Público a implementação de um planejamento urbano que responda às necessidades de todos os habitantes.

Tal legislação, ao estabelecer normas de ordem pública e interesse social para regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, pensando na segurança e no bem-estar dos cidadãos, assim como no equilíbrio ambiental, proporcionou uma série de novos mecanismos que, associados ao Plano Diretor das cidades dão suporte a uma nova ordem urbanística (FARIAS; GOMES; MUSSI, 2011).

De acordo com o artigo 40 do Estatuto da Cidade, “o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.” (BRASIL, 2001). Neste sentido, a edição do Plano amplia o uso de instrumentos de implantação de políticas urbanas adequadas à realidade de cada Município e às necessidades específicas da sua população, possibilitando, inclusive, a criação e inserção de políticas públicas de gênero, com atenção às necessidades e demandas das mulheres conforme as características regionais de moradia, modo de vida, cultura e acesso à cidade.

O Estatuto traz ainda em seu artigo 9º, §1º, premissa que confere a titulação de domínio em casos de usucapião de imóvel urbano em nome do homem ou da mulher, ou a ambos, independente do estado civil, possibilitando ao agente atuante no procedimento optar pelo benefício da mulher.

Um outro instrumento normativo que fomentou significativas mudanças no quadro das políticas urbanas para as mulheres foi a Lei 11.977 de 2009, a qual dispunha sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos informais em área urbana, e que prescreveu o atendimento prioritário às famílias com mulheres chefes de família, assim com a preferência de titulação e dos contratos formalizados a partir do programa em nome da mulher.

Destaca-se que, com o novo marco legal da Regularização Fundiária, instituído pela Lei 13.465 de 2017, manteve-se a preferência de concessão de direitos reais em nome da mulher e o atendimento prioritário de famílias chefiadas por mulheres.

Entretanto, ainda que não se possa deixar de considerar a importância desses instrumentos para o fomento de outras dinâmicas no interior das famílias e comunidades, relacionadas à valorização do papel da mulher e à prevenção de violências e abusos resultado da dependência da mulher em relação ao marido ou parente do sexo masculino, persistem precariedades no atendimento das necessidades das mulheres e na promoção de uma vivência na cidade com qualidade. Ressalte-se ainda que a ideia de titulação feminina é “preferencial”, o que abre uma lacuna para o seu não cumprimento.

E ainda, considerando a enorme diferença de acesso à moradia e à cidade entre pessoas brancas e negras, e o fato de que a maioria das mulheres em situação de

vulnerabilidade habitacional são negras (pretas e pardas) e chefes de família, observa-se que estas últimas têm esses respectivos direitos muito mais violados e negados em sua experiência no espaço urbano.

De acordo com o Relatório Igualdade Racial em São Paulo: avanços e desafios (apud RIBEIRO, 2020), produzido pela Secretaria Municipal da Igualdade Racial de São Paulo (SMPIR) em atuação à época e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com base em dados censitários de 2010, constatou-se que “a desigualdade socioeconômica está obrigatoriamente atrelada à ausência de integração racial, considerando as diferenças raciais que impactam a vida social e econômica dos indivíduos em uma sociedade racializada” (RIBEIRO, 2020, p. 120-121), evidenciando-se, portanto, o privilégio de um grupo social sobre os demais.

Assim, a realidade de ocupação socioespacial do Brasil permite identificar que a segregação da população negra nos espaços urbanos associa-se diretamente a sua integração socioeconômica problemática, somada à ausência da integração racial após a abolição da escravatura (RIBEIRO, 2020).

No que diz respeito à inclusão da mulher negra no espaço urbano, Franco, Francisco e Tavares (2017, p. 12), expõem que “[...] estas sempre tiveram sua circulação e vivência da cidade completamente distintos das mulheres brancas, inclusive das mulheres brancas pobres”, o que vai se traduzir na forma como aquelas têm sua experiência invisibilizada na cidade.

Mastrodoni e Batista (2018) esclarecem ainda que os planos de desenvolvimento das cidades não costumam apresentar preocupação com a busca de inclusão social mesmo tendo condições de promover debates a respeito de políticas públicas neste sentido.

Posto isso, a “miséria urbana” (TAVOLARI, 2017, p. 95) verificada nas cidades brasileiras é fruto de um planejamento urbano excludente que privilegia, principalmente, às demandas daqueles que detém o poder econômico, político e social, através do qual conseguem realizar seus objetivos no espaço do território urbano. A liberdade que este grupo possui restringe o exercício da liberdade de outros grupos inferiorizados e marginalizados, os quais não usufruem da cidade já apropriada (MASTRODONI; BATISTA, 2018).

5. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO À CIDADE PARA MULHERES

O patriarcado historicamente se traduz também por meio do instituto da propriedade privada, afastando as mulheres do seu direito ao domínio do espaço público e direcionando-as apenas ao espaço privado/doméstico. O alcance de direitos como a preferência da titulação da moradia nos programas de habitação popular mostra-se como um ganho diante dessa realidade histórica, mas se observado sob o olhar do direito à cidade, para além da obtenção e um título, amplia o debate sobre o acesso à terra urbana para as mulheres e a abrangência

desse mecanismo de obtenção da garantia da posse/propriedade, analisado a partir da forma como está posto no ordenamento jurídico (FRANCO; FRANCISCO; TAVARES, 2017).

Apresentando-se como “foco de tensões” (TARTUCE, 2018, p. 2), o sistema de propriedade ainda prevalece no ordenamento jurídico brasileiro, e a problemática quanto a sua distribuição gera na maioria dos Municípios condições de habitação precárias, especialmente em áreas periféricas, que vão demandar mecanismos para sua possível regularização fundiária e promoção do direito à moradia, ainda sob o viés da titulação, que nem sempre garante o acesso a uma moradia adequada, com segurança da posse; disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; economicidade; habitabilidade; acessibilidade; localização e adequação cultural, condições necessárias indicadas no Comentário Geral nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (BRASIL, 2013).

Importa frisar que a lógica de formação das cidades brasileiras não superou heranças dos períodos colonial e imperial, pautados na concentração de terra e renda, clientelismo, monocultura e patriarcado, elementos que ainda marcam as desigualdades no espaço urbano (CERQUEIRA, 2017).

Ressalte-se, portanto, que além da distribuição desigual da renda e do território, como fatores de propagação de desigualdades na cidade, o gênero e a raça, principalmente quando imbricados, influenciam no comprometimento do exercício do direito à cidade. Como aponta Souto (2017, p. 71) “para as mulheres, a rua, ou melhor, o espaço público é um *locus* de constrangimento, não de liberdade.”

Ainda assim, nos processos de regularização fundiária, por exemplo, as questões de gênero são deixadas em segundo plano, inclusive, no procedimento de inscrição do cadastro social, passo essencial para formulação de medidas que venham atender às necessidades específicas da população a ser beneficiada pela regularização.

No que tange aos referidos processos, em análise promovida por Alfonsin (2009, p. 6) acerca da Pesquisa “Instrumentos e Experiências de regularização fundiária em áreas urbanas ocupadas”, realizada em 1996, buscou-se identificar o tratamento de gênero nos procedimentos de regularização fundiária, e por meio desta avaliação constatou-se que

mesmo os cadastros de usuários e/ou beneficiários dos programas não têm uma preocupação explícita com a categoria sexo, não se verificando na grande maioria das vezes, nem o registro por sexo das pessoas que serão atingidas pelos projetos, o que dificulta bastante a implementação de qualquer tipo de política pública nesta área. Da mesma forma, dentre as famílias cadastradas, não é possível identificar as que são chefiadas por mulheres, por exemplo. Resulta daí que não há nem ao menos estatísticas sobre o perfil das famílias moradoras nesses assentamentos (as percentagens de famílias formadas por uniões estáveis, as famílias chefiadas por mulheres - tanto sozinhas quanto acompanhadas, as famílias chefiadas pelos homens, as famílias formadas por uniões homossexuais, as famílias com outras configurações, etc.) [...] Em relação às urbanizações, também não

tivemos relatos de incorporação de equipamentos comunitários que aumentem a qualidade de vida das mulheres, como poderiam ser fraldários, lavanderias ou cozinhas coletivas. (ALFONSIN, 2009, p. 6)

Portanto, as prefeituras, em geral, atuam para uma população homogênea, a partir de um olhar sobre as pessoas como se elas não apresentassem diferenças: sujeitos “sem sexo, sem contexto, sem História, sem inserção em relações sociais permeadas por relações de dominação” (ALFONSIN, 2009, p. 6).

Com a vigência do novo marco legal de regularização fundiária, instituído pela Lei 13.465/2017, foram inseridos como princípios norteadores do processo a “sustentabilidade econômica, social e ambiental; e a ordenação territorial, buscando a ocupação do solo de maneira eficiente, combinando seu uso de forma funcional” (BRASIL, 2017). A recente lei apresentou ainda importantes mudanças para os institutos de direitos reais, relacionados à propriedade plana ou limitada, buscando uma desburocratização ampla, em tese, da situação irregular de diversos imóveis, através de meios extrajudiciais para se atingir a segurança jurídica de uma unidade habitacional, loteamento, incorporação, etc. (PAIVA, 2017). No entanto, não apresentou maiores inovações quanto às questões de gênero e raça no processo.

Apesar de existirem instrumentos legais promotores de algum olhar de gênero nos procedimentos de regularização fundiária, a experiência ainda é limitada, principalmente, quando consideramos a intersecção entre os marcadores de gênero e raça, dada a sua importância, pois a maioria das mulheres que sofre com a precariedade habitacional é negra (pretas e pardas). Essas insuficiências legais e práticas afetam a participação das mulheres nos processos decisórios da regularização fundiária, considerando a articulação das estruturas de poder dominantes, que buscam afastar este olhar prioritário sobre as demandantes.

Segundo o artigo V, alínea e, item iii, da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto nº 65.810 de 1969),

os Estados Partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas suas formas e a garantir o direito de cada uma à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gozo dos seguintes direitos:

- e) direitos econômicos, sociais, culturais, principalmente:
- iii) direito à habitação; (BRASIL, 1969)

Da mesma forma, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288 de 2010), em capítulo destinado ao tratamento da moradia, estabelece nos artigos 35 a 37, a garantia de implementação de políticas públicas que assegurem o direito à moradia adequada à população negra, reintegrando-a à dinâmica urbana e promovendo melhorias em sua qualidade de vida e no ambiente em vivem, bem como o acesso à assistência técnica e

jurídica em processos de regularização fundiária e melhoria habitacional, levando em conta as peculiaridades sociais, econômicas e culturais da população negra.

Quanto à garantia de direito à moradia para mulheres, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Decreto nº 4.377 de 2002), garante no artigo 14, item 2, alínea e, o gozo de “condições de vida adequadas, particularmente nas esferas da habitação, dos serviços sanitários, da eletricidade e do abastecimento de água, do transporte e das comunicações” (BRASIL, 2002).

Nesta lógica, o documento intitulado Estratégia de Montevidéu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030, aprovado na XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, dispõe acerca da persistência das “barreiras para que as mulheres tenham acesso a recursos produtivos, como crédito, terra, água, capacitação, tecnologias e tempo” (CEPAL, 2017, p. 16). Fatores que deixam claro o caráter estrutural da desigualdade de gênero.

A referida Agenda identifica os acordos para a igualdade de gênero e autonomia das mulheres em relação às diversas problemáticas associadas aos direitos humanos, reconhecendo-as com sujeitos de direito e o Estado como garantidor desses direitos, afirmando seu caráter “universal, indivisível, inalienável e interdependente”, dentre eles os “direitos econômicos, sociais e culturais”, e inserido nesses o direito à terra (CEPAL, 2017, p. 10).

Sobre o acesso à terra, segundo dados da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, 1995, a pobreza das mulheres está relacionada diretamente com a ausência de oportunidades e de autonomia econômica, e pela falta de acesso aos recursos econômicos, inclusive crédito, e à propriedade da terra (ONU, 1995). Sendo necessário, portanto, a adoção de políticas e estratégias de desenvolvimento que levem em conta as demandas das mulheres, como o disposto no item 58, alínea m da Declaração e Plataforma de Ação (ONU, 1995) para

facilitar às mulheres moradia a preços razoáveis e o acesso à terra, mediante, entre outras coisas, a eliminação de todos os obstáculos que impedem esse acesso, com especial ênfase na satisfação das necessidades das mulheres, especialmente daquelas que vivem na pobreza e as chefes de família. (ONU, 1995, p. 166)

A Nova Agenda Urbana adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III, realizada em Quito, 2016, vai apresentar também grande preocupação com a situação das mulheres e meninas moradoras de assentamentos urbanos, vislumbrando cidades e assentamentos que

alcancem igualdade de gênero e empoderem todas as mulheres e meninas, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres e direitos iguais em todas as áreas e em funções de liderança em processos decisórios em todos os níveis; garantindo emprego decente e remuneração igual para trabalho

igual ou de igual valor para todas as mulheres; e previnam e eliminem todas as formas de discriminação, violência e assédio contra mulheres e meninas em espaços públicos e privados. (ONU, 2017, p. 5)

Diante dos instrumentos apresentados, observa-se que a garantia do direito à moradia vai muito além da titulação, principalmente em se tratando da promoção desse direito às mulheres, público mais diretamente afetado por políticas de habitação e urbanização, considerando que, conforme descreve Alfonsin (2009, p. 3),

a qualidade da casa, sua localização, as possibilidades de acesso aos serviços básicos como saneamento, água encanada, luz elétrica, transporte público, pavimentação, equipamentos de saúde, educação e lazer, têm grande influência na extensão da jornada de trabalho doméstico e no grau de dificuldade em desenvolvê-lo cotidianamente. (ALFONSIN, 2009, p. 3)

Associado ao fato de que a “segurança no exercício do direito de morar” (ALFONSIN, 2009, p. 3) é ainda mais almejada por aquelas que têm no espaço privado da casa extensão do seu espaço de atuação, trabalho e cuidado.

Nessa perspectiva, medidas promotoras do acesso à terra e à moradia de qualidade, com disponibilidade de instrumentos urbanísticos e serviços públicos essenciais tornam-se imprescindíveis também ao alcance do direito à cidade para mulheres.

O conceito de direito à cidade, conforme consagrado por Henri Lefebvre em sua obra intitulada com o mesmo nome, publicada em 1968, consiste em um direito de apropriação do espaço urbano a partir dos seus usos por meio das atividades da vida cotidiana e no direito à participação dos habitantes como agentes principais do processo de produção das cidades (LEFEBVRE, 2001). No entanto, ressalta-se que a visão aplicada à época em que foi concebido ainda se exprimia sob o ponto de vista do homem branco heterossexual, com base em padrões e normas estabelecidas em uma sociedade que sofria mudanças decorrentes da industrialização e urbanização.

Ainda que se vislumbrasse a cidade como um local de habitação de “todos”, não foram aprofundadas na obra de Lefebvre abordagens sobre a diversidade e a pluralidade social, como por exemplo, o tratamento das questões de gênero e raciais. Porém, o “direito à cidade” inaugura conceitualmente o direito de apropriação do espaço urbano, e surge como um importante conceito que abre caminho para novas compreensões acerca da análise da cidade, como descreve David Harvey (2014, p. 20 e 244), “o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado [...] A própria definição de ‘direito’ é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo.”

Neste sentido, levando em conta que o espaço urbano é vivenciado e apropriado de forma diversa por homens e mulheres, há uma lógica no uso desses espaços que precisa ser compreendida sob uma perspectiva de gênero. Assim, a partir dessas “vivências, privações,

percepções e apropriações do espaço urbano” (NUNES, 2020, p. 177), as mulheres encontram meios alternativos para vivenciar a cidade.

De acordo com Lefebvre (2006),

as inclusões comportam exclusões: há lugares interditos (sagrados-malditos, heterotopias) por diversas razões, e outros lugares permitidos ou recomendados, o que qualifica dramaticamente as partes e partições do espaço opondo o benéfico e o maléfico, distinguindo-os do neutro. (LEFEBVRE, 2006, p. 204)

Desta feita, ainda que Lefebvre não tenha debruçado seus estudos especificamente sobre as questões de gênero, é possível criar conexões, considerando as privações de certos usos do espaço urbano para o corpo feminino, ainda que não haja barreiras físicas ou claras, mas os “signos e símbolos” existentes dificultam o seu acesso pleno (NUNES, 2020). Inclusive, em sua obra *A Produção do Espaço*, Lefebvre (2006) reconhece assimetrias nas interações entre o masculino e o feminino, ao atentar que

as representações das relações de reprodução consistem em símbolos sexuais, do feminino e do masculino, com ou sem os das idades {gerações}, juventude e velhice. Simbolização que dissimula mais do que não mostra, visto que essas relações se dividem em relações frontais, públicas, declaradas e, portanto, codificadas – e relações veladas, clandestinas, reprimidas e definidoras desde então de transgressões, em particular no que concerne não tanto ao sexo como tal, mas à fruição sexual, com suas condições e consequências. (LEFEBVRE, 2006, p. 58)

Revela-se, então, a importância do tratamento de gênero para a compreensão dessas interações que se instauram a partir de relações de poder e atravessam as relações sociais de produção e reprodução do espaço.

As relações de gênero manifestam-se nas ações do Estado, envolvidas por regras impostas pelo modo de produção capitalista e por uma sociedade patriarcal, pelo poder público e por empresas privadas que atuam nas políticas públicas e de planejamento, que reforçam as desigualdades de gênero e entre a população no seu cotidiano (NUNES, 2020). Vê-se, portanto, sob diversas perspectivas, que existe uma evidente assimetria nas relações de gênero, a qual se repercute sobre as relações sociais no interior da família, no trabalho, no lazer, na educação, e em outros níveis, que moldam e transformam o espaço, interferindo no urbano e na cidade.

Este urbano que, por um lado, é encarado como cenários de tensões e problemáticas, ao não facilitar, por exemplo, atividades básicas do cotidiano das mulheres nas cidades, tais como: ida ao trabalho, acesso a um transporte público, embarque e desembarque em locais perigosos e ociosos, caminhada pela cidade à noite, etc., por outro lado, segundo as análises de Lefebvre é o local onde se encontram as possibilidades de superação e do alcance de um “outro urbano” (NUNES, 2020, p. 178).

E as mulheres, por meio das práticas de resistência diárias, buscam ocupar e se apropriar desse espaço, criando “rearranjos espaciais” e “novas territorialidades” (NUNES, 2020, p. 178), de modo que suas ações ressignificam os lugares e os usos. É fundamental, portanto, uma visão diferenciada que enxergue os processos de transformação do urbano e de produção de territorialidades a partir dessas manifestações de resistência (NUNES, 2020).

A luta das mulheres, as lutas de classes, e a luta do movimento negro produzem seu espaço e, inclusive, por vezes estão imbricadas na prática socioespacial.

Portanto, se faz necessária a adoção de perspectivas que articulem as análises de gênero, raça e classe, principalmente no que diz respeito às relações sociais de sexo no contexto das cidades. Por essa lógica, para além da proposta de análise interseccional, ressalvada a sua relevância, adota-se neste exame o conceito de “consustancialidade”, proposto por Danièle Kergoat (2010), ao identificar que

as relações sociais são consustanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente. (KERGOAT, 2010, p. 94)

Ao tratarmos do acesso à terra para mulheres, este imbricamento das relações sociais de classe, gênero e raça são claramente observados em virtude de todo um histórico de concentração de renda e da terra, de supervalorização da propriedade, do racismo herdado de um longo período de escravidão no país, e de políticas e leis tradicionalistas pautadas em ideologias capitalistas e patriarcais.

E embora as mulheres estejam transformando cada vez mais as práticas cotidianas e tenham buscado sua inserção na realidade urbana, a prática administrativa, via de regra, continua a invisibilizá-las (ALFONSIN, 2009).

Na implementação de políticas públicas de habitação e processos de regularização fundiária são raras as iniciativas institucionais atentas às necessidades e demandas específicas das mulheres, até mesmo os indicadores de gênero e raça para avaliação dos resultados dessas medidas são deficitários, quando não inexistentes.

Posto isso, é urgente a consideração das questões de gênero, raça e classe na elaboração de políticas de regularização fundiária e, principalmente, é fundamental a adoção de medidas que, segundo Alfonsin (2009), possibilitem o acesso das mulheres ao poder, garantam melhoria da qualidade de vida, o acesso à segurança no exercício do direito de morar, seja pela segurança da posse ou da propriedade, o acesso à renda, ao conhecimento e à informação.

O poder público, portanto, não deve ter poder decisório exclusivo sobre os processos de promoção e melhoria habitacional, mas tem papel fundamental na criação, no estímulo e aplicação de mecanismos que favoreçam o acesso ao direito à moradia e à cidade. E

conforme ressalta Fernandes (2011), é indispensável a participação popular, principalmente das mulheres, no processo de tomada dessas decisões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a situação das mulheres tenha evoluído nos últimos anos quanto à sua inserção nas estruturas econômicas, a maioria continua distante de alcançar autonomia econômica e o acesso a meios de vida que lhes proporcionem maior qualidade de vida.

Limitações jurídicas e pautadas em costumes persistentes impedem, por exemplo, a segurança da posse/propriedade ou o acesso à terra, ao capital, ao crédito, dentre outros meios de produção, o que se coloca como obstáculo ao progresso econômico das mulheres e, conseqüentemente, leva ao empobrecimento e vulnerabilidade destas, especialmente das mulheres pobres e negras, atingidas por marcadores diversos e intensificados de opressão.

Apesar do avanço no ordenamento jurídico brasileiro acerca da prioridade de titulação da posse e/ou propriedade em nome das mulheres, considerando o modelo tradicional de titulação que vinha sendo seguido no Brasil, com base em uma padrão patriarcal de apropriação no acesso à riqueza, à posse e/ou propriedade, o sucesso da medida depende também do interesse dos agentes envolvidos em interpretá-la e aplicá-la de forma ampla e em benefício das demandantes, posição que está sujeita também a adoção de critérios de gênero, incluindo imbricações de raça e classe, na execução dos demais mecanismos parte do processo de regularização fundiária, de modo a favorecer a compreensão das peculiaridades e necessidades das mulheres em cada caso no procedimento como um todo, por exemplo, com a ampliação das informações solicitadas e inscritas no cadastro social, que em geral, não exige dados específicos de gênero e de raça.

Se por um lado, as mulheres contribuem para o desenvolvimento do país por meio do seu trabalho remunerado, por outro, elas também garantem esse desenvolvimento mediante uma grande parcela de trabalho não remunerado, realizando a maioria das atividades domésticas e comunitárias, os cuidados com as crianças e idosos, o que nem sempre é declarado e exposto em termos quantitativos.

Assim, a casa se apresenta como uma extensão da atuação da mulher e de sua experiência sobre a cidade, portanto, a qualidade da habitação, com acesso aos instrumentos urbanísticos e serviços essenciais, e a segurança da posse são determinantes para a inserção das mulheres no contexto urbano, para que se sintam efetivamente parte da cidade.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes. Cidade para todos/Cidade para todas – Vendo a cidade através do olhar das Mulheres. *In*: ALFONSIN, Betânia de Moraes; FERNANDES, Edésio (org.). **Direito Urbanístico**: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. pp. 253-264.

BARONE, Ana; RIOS, Flávia. **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018. 358p.

BOURDIEU, Pierre. Efeito de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 159-166.

BRASIL. **Decreto nº 12.288, de 20 de julho de 2010**: institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, Congresso Nacional, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**: promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Brasília, Congresso Nacional, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. **Decreto nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969**: promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Brasília, Congresso Nacional, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, Congresso Nacional, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

_____. **Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**: dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências. Brasília, Congresso Nacional, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

_____. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**: dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, e dá outras providências. Brasília, Congresso Nacional, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

_____. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**: dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Estratégia de Montevidéu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030**. XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Santiago: Nações Unidas, mar., 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/41107-estrategia-montevidéu-implementacao-agenda-regional-genero-ambito>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CERQUEIRA, Jessica Tavares. Barreiras visíveis e invisíveis na favela: pelo bem viver das nossas mulheres. *In*: IBDU, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. **Direito à Cidade**: uma outra visão de gênero. São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em: <https://ibdu.org.br/biblioteca/direito-cidade-genero>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ÉLERES, Paraguassú. **Intervenção territorial federal na Amazônia**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 157p.

FARIAS, Vanderlei de Oliveira; GOMES, Daniela; MUSSI, Andréa Quadrado (Org.). **Estatuto da cidade**: os desafios da cidade justa. Passo Fundo: Ed. IMED, 2011.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante editora, 2017. 464p.

FERNANDES, Edésio. **Regularização de assentamentos informais na América Latina**. Lincoln Institute of Land Policy, Cambridge, 2011. Disponível em: https://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/regularizacao-assentamentos-informais-full_1.pdf. Acesso em: 08 dez. 2020.

FRANCO, Marielle; FRANCISCO, Mônica; TAVARES, Rossana. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. *In*: IBDU, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. **Direito à Cidade**: uma outra visão de gênero. São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em: <https://ibdu.org.br/biblioteca/direito-cidade-genero>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GALETTI, Camila Carolina Hildebrand; DRUMOND, Nathalie. Direito à cidade: revisitando o conceito de Henri Lefebvre sob uma perspectiva marxista feminista. **Revista Vernáculo**, n. 45, primeiro semestre/2020. Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/73312/40913>. Acesso em 10 dez. 2020. p.109-137.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: Do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Tradução de Antonia Malta Campos. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 86, mar. 2010. p. 93-103. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev., 2006.

_____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143p.

MASTRODONI, Josué; BATISTA, Waleska Miguel. O dever de cidades incluídas em favor das mulheres negras. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 10, nº 2, 2018. Rio de Janeiro: UERJ, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/31664>. Acesso em: 12 dez. 2020.

NUNES, Renata. O Espaço Urbano das Mulheres na Cidade de Sorocaba-Sp: desigualdades de gênero e territorialidades. **Revista de Geografia**, v. 37, n. 1, 2020. Recife: UFPE, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/241344>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. **Nova Agenda Urbana**. Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), Quito (Equador), 2016. Nações Unidas: Secretariado da Habitat III, 2017. Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em 15 dez. 2020.

PAIVA, João Pedro Lamana. **Regularização fundiária: reflexos sobre as inovações legislativas**. XLIV Encontro Nacional dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, 2017. Curitiba: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB, 2017. Disponível em: <http://irib.org.br/files/palestra/xliv-tema-06-joao1.pdf>. Acesso em 25 nov. de 2020.

RIBEIRO, Anna Lygia Roberto Custódio. **Racismo estrutural e aquisição da propriedade: uma ilustração na cidade de São Paulo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 456p.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato; NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. **Revista de Direito da ADVOCEF**, ano VII, n. 13, nov. 2011. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: https://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/2014/2014.1%20Bibliografia%20Complementar/Aula%2004_Texto%2005.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976. 384p.

_____. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de. (org.) **Mulher em seis tempos: seminário temático II**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1991. pp. 141-176.

SOUTO, Anna Luiza Salles. Gênero e cidades: violência, assédio e exclusão. *In*: IBDU, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. **Direito à Cidade: uma outra visão de gênero**. São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em: <https://ibdu.org.br/biblioteca/direito-cidade-genero>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TARTUCE, Flávio. **A lei da regularização fundiária (Lei 13.465/2017): análise inicial de suas principais repercussões para o direito de propriedade**. Pensar revista de ciências jurídicas. v. 23, n. 3, p. 1-23, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/7800>. Acesso em: 25 nov. 2020.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: Uma trajetória conceitual**. Novos Estudos: São Paulo, 2016, p. 92-109. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306056929_Direito_a_cidade_uma_trajetoria_conceitual. Acesso em: 05 de dezembro de 2020.



GT 2B – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANO

ENTRE CONFIGURAÇÕES RURAIS E HOSTILIDADE URBANA: OS RIBEIRINHOS E A VIOLÊNCIA NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PARÁ

Giovane Silva da Silva (UFPA)¹
Alda Cristina Silva da Costa (UFPA)²

RESUMO

A presente proposta objetiva refletir, a partir dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba, quais percepções eles constroem sobre as influências do urbano sobre o rural? Especificamente, como a violência tem transformado suas sociabilidades? Nossas inquietações partem da perspectiva que mesmo estes indivíduos viverem dinâmicas territoriais rurais, enquanto espaço e ambiente social, experienciam problemas de cidades metropolizadas (TRINDADE JUNIOR, 2005). Ou seja, a violência urbana que aterroriza as grandes cidades se expande para as áreas fronteiriças ou rurais. Nas 72 ilhas do município de Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins, os ribeirinhos convivem com o mesmo medo típico das metrópoles, uma vez que passam a sofrer também das hostilidades urbanas. Por outro lado, além das ações violentas dos chamados “piratas”, esses moradores convivem com outras violências externas, como: poluição dos rios causada pelos grandes projetos, conflitos de demarcação de terras, exploração de recursos naturais, entre outras. Neste sentido buscamos desvelar questões que motivam a realização desta pesquisa, entre elas: quais os sentidos de violência para os ribeirinhos? Como eles se identificam na relação com o urbano? Quais estratégias elaboram nessa relação entre rural e urbano, a partir da violência vivida? Para responder essas questões utilizamos o método de entrevista narrativa, que proporciona reconstruir os processos interativos, que produzem o sentido prático ou a construção social da realidade (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002), e fazendo emergir narrações a partir da interação entre entrevistador e participantes (CRESWELL, 2014).

Palavras-chave: Ribeirinhos; Urbano e Rural; Sociabilidades; Violência.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão da vida na Amazônia paraense, em específico parte do seu contexto urbano, em que se observa um forte hibridismo entre características urbanas e rurais, necessariamente passa pela compreensão dos modos de vida dos indivíduos que compõem

¹ Universidade Federal do Pará – giovane.smkt@gmail.com

² Universidade Federal do Pará – aldacristinacosta@gmail.com

o seu território geográfico, cultural, social e simbólico. A própria urbanização se configura como diferenciada quando comparada a outras regiões brasileiras, onde se identificam interações e relações socioespaciais distintas (MONTE-MÓR, 2016). Nessa perspectiva, a presente escrita objetiva refletir, a partir dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba, as experiências que constroem sobre as influências do urbano sobre o rural, assim como a transformação de suas sociabilidades a partir da violência.

Nossas inquietações partem da perspectiva que mesmo estes indivíduos viverem dinâmicas territoriais rurais, enquanto espaço e ambiente social, experienciam problemas de cidades metropolizadas (TRINDADE JUNIOR, 2005). Ou seja, a violência urbana que aterroriza as grandes cidades se expande para as áreas fronteiriças ou rurais. Nas 72 ilhas do município de Abaetetuba³, na região do Baixo Tocantins, os ribeirinhos convivem com o mesmo medo típico das metrópoles, uma vez que passam a sofrer também das hostilidades urbanas, mas não dispõem do aparato de segurança das cidades. Por outro lado, além das ações violentas dos chamados “piratas”, esses moradores convivem com outras violências externas, como: poluição dos rios causada pelos grandes projetos, conflitos de demarcação de terras, exploração de recursos naturais, entre outras.

A população do estado do Pará, segundo dados do IBGE (Censo de 2010), é composta de sete milhões e meio de habitantes, dos quais 68,48% vivem na área urbana e 31,51% na área rural. Abaetetuba, lugar da pesquisa, sétima mais populosa do estado, possui 159.080 mil habitantes⁴, sendo que 40% da população situa-se em áreas rurais, entre eles os ribeirinhos que estão distribuídos nas 72 ilhas que compõem o município. A distância em linha reta entre a capital, Belém e Abaetetuba, é de 51.38 km.

A forte migração para o município de Abaetetuba, na década de 1980, proveniente dos grandes projetos minerais, instalados no município vizinho de Barcarena, provocou um aumento exponencial da população, resultando numa série de problemas, entre eles: falta de infraestrutura urbana, prostituição, crescimento da violência e do tráfico de drogas.

Sua infraestrutura é escassa. Falta acesso aos serviços básicos para boa parte da população que se ressentem com as precárias condições das estradas, do abastecimento de água, dos postos de saúde, da assistência médica, a inexistência de ampla rede de esgoto sanitário, a falta de emprego, baixa qualidade da educação, a exploração sexual de menores e o crescimento do tráfico de drogas (SOUSA, 2009, p. 24).

A cidade de Abaetetuba vive sua expansão econômica. Com uma economia baseada no comércio de serviços e produtos, aliada à produção de açaí, miriti e bacuri, frutas típicas da Amazônia. Do mesmo modo, apresenta uma expressiva diversidade relacionada à dinâmica dos rios, em que as populações, segundo Pojo e Elias (2018, p. 30), “convivem

³ A cidade de Abaetetuba teve repercussão nacional, em 2007, quando uma menina de 15 anos, foi presa com 20 homens na carceragem da Polícia Civil do município.

⁴ Disponível < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>>. Acesso 08 fev.2021.

com costumes e uma rotina entrelaçada com os espaços dos rios, das matas, por áreas de várzea e de praia; contextos que apresentam especificidades ambientais e sociais, além da estreita ordem econômica”.

Essa convivência sofre uma quebra levada pela ação violenta dos chamados ‘piratas dos rios’, mudando o ritmo de vida desses ribeirinhos. Segundo o Atlas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019)⁵, a cidade de Abaetetuba registrou, em 2017, 96 homicídios. Já o diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Tocantins, elaborado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará – FAPESPA (2016), identificou as seguintes taxas na área de segurança pública, em Abaetetuba: 36,70% taxa de homicídios; 61,09% taxa de assassinatos de jovens; e 11,77% taxa de mortes por acidente de trânsito. Dados que levaram em consideração a cada 100 mil habitantes. Por outro lado, Gonçalves et. al (2016, p.87), evidenciam a violência e sua materialização nas ilhas de Abaetetuba, quando os grupos organizados (piratas) atacam as famílias, em situação vulnerável, invadem as casas e abordam as embarcações, saqueando os equipamentos e a produção. Toda a ação é executada com muita violência, o que tem afetado os ribeirinhos e suas sociabilidades. Inclusive matéria publicada, em 22 de novembro de 2017, pelo site The Hindu, na Índia, denominada “Piratas da Amazônia: ascensão das gangues do rio”, caracteriza a extensão da ação desses piratas:

Os piratas, de acordo com a polícia, são gangues organizadas que se deslocaram das costas do país para os rios da Amazônia. Armados com rifles de assalto AR 15, metralhadoras, sistema de rádio VHF e binóculos de alta potência, essas gangues visam principalmente navios que transportam combustível e eletrônicos da zona de livre comércio de Manaus, capital do estado do Amazonas. De acordo com as estimativas do governo, as empresas que transportam carga através dos rios amazônicos perdem até 100 milhões de reais (US \$ 30 milhões) por ano para essas gangues⁶

Entendemos, aqui, a sociabilidade, dentro do campo comunicativo, isto é, enquanto relação de interação entre os indivíduos e os espaços físicos e simbólicos de sua existência. Esse enlace entre espaço concreto e a dimensão simbólica, constituída a partir dos frames (GOFFMAN, 2014), ou os quadros simbólicos que ordenam a interação dos indivíduos. Ou seja, [...] em função dos quais os participantes se assumem como sujeitos de comunicação, definindo para si mesmos na interação, para os outros da interação e para as situações sociais em geral (da interação), padrões significantes que transcendem a mera dimensão física (ESTEVEES, 2011, p. 83).

O desenvolvimento social parece estar a tornar o estatuto do consenso mais incerto, perante uma sociabilidade humana cada vez mais complexa e pluralista. [...] a estrutura elementar da interação, que constitui para todas as formas de

⁵ Disponível < <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/seguranca-publica/atlas-da-violencia-2019-por-municipios/>> Acesso 05 fev. 2020.

⁶ Disponível< https://cieam.com.br/noticias/piratas-da-amazonia_-ascensao-das-gangues-do-rio>. Acesso 10 jan. 2021.

sociabilidade, pois, propriamente um nível metacomunicacional: organiza a comunicação elementar das relações sociais mais complexas, confere a cada indivíduo (actor social) um sentido comum fundamental da realidade social (da interação) e, ainda, uma determinada compreensão de si mesmo e dos outros (na interação) (ESTEVEZ, 2011, p. 84).

Essas sociabilidades são produzidas e inscritas na vida cotidiana desses indivíduos, a partir das práticas interativas, constituídas por trocas simbólicas, mediadas pela linguagem. “Falas, expressões faciais, gestos, olhares, toda uma série de possibilidades que permitem que os indivíduos interajam entre si” (FONTE, 2018, p. 167).

Nessa perspectiva de compreensão, buscamos desvelar questões que motivam a realização desta pesquisa, considerando as sociabilidades dos ribeirinhos mediante ‘novas’ situações sociais em seus espaços de existência, indagando: a) quais os sentidos de violência para os ribeirinhos? b) Como eles se identificam na relação com o urbano? c) Quais estratégias elaboram nessa relação entre rural e urbano, a partir da violência vivida? Para responder os questionamentos, estabelecemos como objetivos: a) compreender como os ribeirinhos constroem o sentido de violência a partir da ação de indivíduos externos às ilhas; b) analisar as relações dos ribeirinhos com o urbano; b) compreender os sentidos produzidos sobre a hostilidade urbana.

2.1 Procedimentos metodológicos

Os objetos estudados na Ciências Sociais e na Comunicação compreendem, sobretudo, as expressões ou interações estabelecidas no cotidiano, que, aqui, se configuram numa inspiração hermenêutica de interpretação, tendo como recurso a entrevista narrativa, uma vez que esta técnica proporciona reconstruir os processos interativos, que produzem o sentido prático ou a construção social da realidade, centrado em acontecimentos sociais e no ponto de vista dos informantes, enfatizando sua linguagem espontânea (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2012), e fazendo emergir narrações a partir da interação, da troca, do diálogo entre entrevistador e participantes (CRESWELL, 2014), considerando a relevância de escuta de indivíduos que sofrem ações ‘alheias’ às suas experiências.

Com a entrevista narrativa, os indivíduos tem a possibilidade de constituir os sentidos das experiências vividas ou “[...] contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2012, p. 91). A sociedade é constituída e modificada na interação com os indivíduos, por isso, a compreensão dos fenômenos sociais demandam a compreensão dos indivíduos que nela se inserem e nas suas interações.

Segundo Ravagnoli (2018, p. 9),

A entrevista narrativa é um procedimento de construção de dados que busca compreender experiências do indivíduo, inseridas em uma realidade social

determinada. Assim, privilegia a introspecção do entrevistado que, pela linguagem, atribui significado às suas experiências, por meio de narrativas construídas segundo seus próprios critérios de utilização e relevância.

A entrevista narrativa tem como princípios norteadores os pressupostos de Fritz Schütze e sua sociologia interpretativa. Com ela, adotamos dois aspectos centrais: a entrevista e a análise de narrações, a partir da escuta dos ribeirinhos. Ou seja, com a entrevista narrativa tivemos a oportunidade de [...] compreender a relação entre indivíduo e estrutura e o esquema conceitual construído de maneira significativa pelos sujeitos ao relatarem suas experiências e trajetórias” (WELLER; ZARDO, 2013, p. 132). Ou,

Concebida a partir de o considerar que indivíduos interpretam o mundo a partir de uma dada perspectiva, de determinados interesses, motivações, desejos, entre outros, a realidade não pode ser concebida sob o princípio de validade universal. Dessa forma, o sentido subjetivo que tem uma ação para o ator é único e individual, porque se origina de uma situação biográfica única e particular. Com isso, o modo como o senso comum se apresenta depende das experiências que os indivíduos constroem no curso de sua existência concreta (WELLER; ZARDO, 2013, p. 132).

Primeiro, realizamos uma pesquisa com a finalidade de encontrar investigações com as seguintes palavras-chave: ribeirinhos, ilhas na Amazônia, violência e sociabilidades. Quando relacionado ribeirinhos e Amazônia encontramos diversas pesquisas, de caráter diferenciado, assim como em áreas de conhecimento distintas. Realizamos um outro filtro específico com relação violência e sociabilidades, mas encontramos pouquíssimos trabalhos, com caráter distinto da presente pesquisa.

A segunda etapa foi a escolha das ilhas. Para o presente artigo optou-se por apenas duas ilhas: Piquiarana (ver Imagem 01) e Maracapucu-miri (ver Imagem 02). A terceira etapa começamos a realização das entrevistas narrativas. Inicialmente, realizamos uma conversa informal com os moradores dos rios Maracapucu-miri e Piquiarana, com objetivo de obter informações preliminares. O contato foi feito por telefone, para agendar dia e hora da entrevista. Foram nove pessoas entrevistadas, sendo quatro no rio Maracapucu-miri⁷, e cinco no rio Piquiarana⁸. Foram cinco homens e 04 mulheres com idade entre 38 e 64 anos (ver Quadro 01). Das 09 entrevistas realizadas, apenas 06⁹ constam nesta pesquisa. A renda mensal dos entrevistados está entre um a quatro salários mínimos. Para chegarmos a essas ilhas utilizamos uma embarcação conhecida como “voadeira”, muito comum na região. Uma hora de viagem ao rio Maracapucu-miri e uma hora e meia de viagem ao rio Piquiarana. Todas as conversas foram gravadas por celular, com a devida autorização dos interlocutores.

⁷ As entrevistas foram realizadas no dia 26 de janeiro/2020.

⁸ As entrevistas foram realizadas no dia 04 de fevereiro/2020.

⁹ Informamos que para este artigo, identificamos as pessoas entrevistadas como Morador (a) do rio Piquiarana e Morador (a) do rio Maracapucu-miri, considerando que a proposta de pesquisa ainda será apresentada à Plataforma Brasil – Comitê de Ética em Pesquisa que prevê a realização de entrevistas com pessoas.

| Nome: | Idade | Função | Ilha |
|-------------|---------|------------|---------------------|
| Morador 01 | 74 anos | Lavradora | Rio Maracapucu-miri |
| Moradora 02 | 51 anos | Professora | Rio Piquiarana |
| Moradora 03 | 43 anos | Professora | Rio Maracapucu-miri |
| Moradora 04 | 64 anos | Lavradora | Rio Maracapucu-miri |
| Morador 05 | 45 anos | Pintor | Rio Piquiarana |
| Moradora 06 | 60 anos | Professora | Rio Piquiarana |

Quadro 01 – Identificação dos ribeirinhos

Fonte: Produção dos pesquisadores/2021



Imagem 01 – Rio Piquiarana – 04/02/2020

Fonte: Produção dos pesquisadores



Imagem 02 – Rio Maracapucu-miri – 26/01/2020

Fonte: Produção dos pesquisadores

O artigo foi desenvolvido em três sessões. Na primeira, a introdução, apresentamos as discussões centrais que motivam a escrita da pesquisa. Na segunda, os marcos teóricos e conceituais sobre os ribeirinhos; na terceira, apresentamos os aspectos metodológicos de

interpretação elaborados pelos ribeirinhos sobre sua realidade. Por último, as considerações finais e as contribuições da presente pesquisa.

2. OS RIBEIRINHOS E SEUS 'ENTRE-LUGARES'

As ilhas do município, localizadas na região insular de Abaetetuba, apresentam características diferentes umas das outras. Uma mais estruturada e outras menos. Nesses espaços residem os ribeirinhos que estruturam seus modos de vida levando em conta a importância dos rios, ou mesmo a temporalidade e territorialidade das águas, que segundo Pojo e Elias (2018, p. 31), “têm um sentido muito mais simbólico, tidas como um bem da natureza e um elemento que integra grande parte das ações cotidianas, ao passo que as sociedades urbanas conferem às águas um status de recurso ou bem de consumo”.

Mas na atualidade, esses ribeirinhos também são afetados pelas mudanças que ocorrem nas áreas urbanas, elas se estendem aos seus espaços de pertencimento. Ou seja, aos locais de aproximação, de experiências e de vivências cotidianas de uns com os outros. Com a expansão do desenvolvimento, algumas ilhas já contam com energia elétrica e acesso à internet. Com relação ao meio de transporte muitas famílias possuem lanchas e outras embarcações mais rápidas e potentes, o que facilita o acesso à cidade e aos outros rios da região.

Características essas que levam a identificar, neste artigo, as ilhas como 'entre-lugares' (ver Imagem 03), pelo hibridismo vivido, que ao mesmo tempo, separa e limita, distancia e aproxima, de tensionamentos e estranhamentos, mas que necessita de reelaboração dos seus sentidos e significados a partir das influências sofridas. Para Hanciau (2005, p. 13), os “entre-lugares fornecem o campo para a elaboração de estratégias de subjetivação que dão início a novos signos de identidade e a postos inovadores de colaboração e contestação no ato de definir a própria sociedade”. Já Massey (2000), refere-se também ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso. Recorremos também aos aspectos teóricos fenomenológicos da análise de Augé (2003) sobre o mundo contemporâneo, mesmo entendendo que sua compreensão apresenta diferenças de análises, mas tomamos em especial, questões que envolvem a alteridade, a espacialidade e o entrelaçamento das duas na compreensão da relação desses indivíduos com esses espaços.



Imagem 03 – Orla de Abaetetuba.

Fonte: Produção dos pesquisadores - 04/02/2021

Nossas reflexões, ao trabalhar, ainda que de forma breve, essa perspectiva de entrelugar, é apontar as sociabilidades, em condições diferenciadas de um lá e um cá, ou seja, não relações separadas, mas experiências que são atravessadas por fenômenos sociais presentes no cotidiano da vida nas cidades urbanas, como a violência. Evidente que a violência não é tomada como uma característica única das cidades metropolizadas, pelo contrário, mas como um fenômeno social que se faz presente na vida das pessoas de forma diferenciada. Especificamente, aqui, analisamos essas ‘novas’ experiências dos ribeirinhos, considerando a agudização das tensões e conflitos a partir da violência, aparentemente como um caráter mais ‘urbano’. Mas não desconsideramos que essas discussões, necessariamente, levam a pensar ao que nos aponta Massey (2000, p. 178), de que “A compressão do tempo-espaço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso”.

Nesta perspectiva observa-se um processo denominado de metropolização que apresenta características da cidade para as áreas urbanas. “Tal processo é marcado por (re) estruturas, rupturas e alterações, tendência essa já apontada por Santos (1993), para o caso brasileiro, desde a década de 1990” (SANTOS apud TRINDADE e BARBOSA, 2005, p. 352).

Esses processos de metropolização nos rios de Abaetetuba têm configurado uma discussão à parte, mas incluem uma série de eventos que modificam as paisagens, provoca a insegurança, gera medo e muda até as formas de sociabilidades e interações das populações ribeirinhas. São vazamentos de óleo na baía, abertura de um porto de uma multinacional, assaltos e roubos frequentes, acidentes com embarcações causados pela imprudência dos próprios pilotos, ou dos visitantes, entre outros. Movimentos que podem ser

equiparados ao agito e a movimentação de uma metrópole, com os perigos e riscos também cada vez mais presentes nos múltiplos espaços.

2.1 O contexto das realidades

Os ribeirinhos dessas 72 ilhas de Abaetetuba transitam, diariamente, entre um rio e outro, ou entre o rio e a cidade, mas as limitações entre os territórios que diferenciavam a zona rural da urbana se tornaram estreitas ou invisíveis. Demarcamos que não entendemos essas limitações como espaços ou indivíduos homogêneos, pelo contrário, vivemos num processo intersticial, tomando emprestado o termo da medicina, entre partes, e do campo cultural em Bhabha (1998), nunca fixo, em que as realidades são tecidas ao mesmo tempo. Ou como afirma Ferraz (2010, p. 16), com a necessidade de pensar e analisar com “novos olhares e interpretações das relações humanas exercitadas nas regiões periféricas do complexo espacial do mundo, principalmente quanto ao sentido de pertencimento das pessoas em relação a esses locais”. Essa constatação foi observada, por nós, logo nas embarcações que chegam diariamente na orla da cidade. São lanchas, *rabetas*¹⁰ e barcos de pequenos e grandes portes. É um ir e vir constante, levando-se em conta as necessidades dos ribeirinhos em obter atendimento ou objetos para suas realidades.

Esse trânsito entre o ir e o vir, configura a dinamicidade da vida nos rios da Amazônia, em que os indivíduos cruzam os dias em sinergia com a natureza e com os seus recursos naturais. Segundo Paes Loureiro (2016, p.126), este ribeirinho “promove a conversão estetizante da realidade em signos, e revela sua singular relação com a natureza”. Mas eles não vivem apartado das mudanças em seu entorno, pelo contrário, tem consciência que suas vidas são influenciadas por diversos fatores políticos, econômicos e sociais, assim como criam também uma simbologia própria com relação ao seu mundo.

Os ribeirinhos substanciam de forma própria uma observação acurada sobre as mudanças do rio-mar e da natureza em geral; dominam a localização geográfica das ilhas; são perceptíveis e sensíveis às mudanças climáticas e sociais que vem ocorrendo no lugar e no mundo; vinculam às águas às situações de assombrações e símbolos que polarizam a vida e a morte, a alegria e a dor, o real e o mágico, sentidos próprios de quem vive aqui (POJO, ELIAS e VILHENA, 2014, p. 193).

O deslocamento dos moradores até a cidade - rotina do dia a dia - tem o objetivo de fazer compras, sacar dinheiro, visitar um familiar ou até mesmo fazer negócio através da venda de açaí, miriti, manga, bacuri e outras frutas, assim como os alimentos regionais colhidos ou pescados nessas regiões. Constatamos que por mais próximos que os ribeirinhos estejam da cidade, os rios e florestas se configuram como experiências das

¹⁰ Embarcação de médio porte motorizada e muito utilizada pelos ribeirinhos

sociabilidades e meios de subsistência, conforme reflete Santos (2014) sobre os ribeirinhos, “o rio constitui-se no principal elemento da sua territorialidade, embora não seja único, pois ela se estende também a terra e à floresta. É nesse território que ele traça o seu cotidiano com uma economia de subsistência” (SANTOS, 2014, p. 54). Ou segundo Fontes (2018, p.170),

Os territórios são os lugares onde a vida, repartida em diversos momentos e experiências, adquire sentido. Estabiliza o sentido da vida, na medida em que fornece às pessoas as referências de sua existência: sabem que estão no mundo porque se reconhecem nas outras pessoas, com quem convivem cotidianamente; estruturam suas memórias também apoiadas nos símbolos de sua existência [...].

O encontro entre urbano/rural, entre diferenças e semelhanças é percebido por Graziano (2002) como um *continuum espacial*:

O corte entre rural/urbano parece hoje mais uma vulnerável explicativa das diferenças quantitativas entre níveis de renda e o grau de acesso a determinados bens e serviços, que um corte analítico que explique as diferenças entre dois territórios. Por isso ‘a ideia de dois mundos se opõe’ vai cedendo lugar a ideia de um *continuum* espacial, seja do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial, seja na sua dimensão econômica e social (GRAZIANO, 2002, p. 61).

A compreensão da relação dos ribeirinhos com esses ambientes, em que ocorrem suas experiências, foi uma das questões centrais que mediaram a realização da pesquisa, considerando que eles vivem experiências distintas do lugar em que vivem.

2.2 Narrando vidas

Na tessitura da pesquisa, partimos de pergunta central na nossa entrevista narrativa: Gostaríamos que você nos relatasse um pouco sobre você e sua vida nas ilhas. A pergunta é tomada como uma das etapas principais na entrevista narrativa, ou seja, norteia:

A relevância das entrevistas narrativas na pesquisa qualitativa importa na contribuição que este instrumento fornece para a compreensão das estruturas processuais dos cursos de vida ou trajetórias dos sujeitos pesquisados (SCHÜTZE, 2011). O ato de rememorar e a narração da experiência vivenciada de forma sequencial permitem acessar as perspectivas particulares de sujeitos de forma natural (WELLER; ZARDO, 2013, p. 132).

A entrevista narrativa possibilita acessar três momentos importantes: uma pergunta narrativa orientada formulada de forma a abordar toda a trajetória de vida do sujeito pesquisado, ou parte de sua história de vida; segundo, a exploração do potencial narrativo dos temas correlatos e fragmentos narrativos expostos pelo pesquisado; e a terceiro, objetiva a descrição abstrata de situações, percursos e contextos que se repetem. “Nesta etapa incentivam-se respostas argumentativas às perguntas do tipo “por quê?”, ou seja, perguntas que instiguem o informante a verbalizar explicações subjetivas sobre eventos de sua trajetória” (WELLER; ZARDO, 2013, p. 134).

Nossa primeira viagem a campo foi realizada pelo rio Maracapucu-miri, no dia 26 de janeiro de 2021, quando constatamos que cada parte do rio possui uma característica peculiar. Em alguns trechos da viagem a região parece pacata, com ausência de embarcações no rio. Em outra passagem há intensa movimentação de *rabudos*¹¹ e o ruído provocado por esses barcos muda a característica de lugar tranquilo.

O Morador 01 (rio Maracapucu-miri), de 74 anos, que nasceu na ilha de Maracapucu-miri, relata com entusiasmo e paixão o ambiente em que vive. “Eu e minha esposa estamos vivendo nesse terreno há 40 anos. Sempre morei aqui e gosto muito das ilhas. Aqui, tem camarão, tem peixe e açaí. De vez em quando, a gente precisa mandar alguém ir à cidade para fazer umas comprinhas de uma ou outra coisa que falta em casa, mas no geral é bom, tem sossego. Às vezes, preciso dormir na cidade para fazer um exame ou uma consulta e é bem difícil, sabe? A vida na cidade é uma vida presa, a gente não pode nem sentar na porta da casa, por isso prefiro estar aqui, posso ir a ponte pegar um vento ou tomar um banho de rio a qualquer hora”.

O relato do Morador 01 revela um sentimento de pertencimento ao rio, embora ele precise ir com frequência à cidade, ele não abre mão de usufruir dos benefícios da vida rural. O mesmo prazer é destacado pela Moradora 02, professora, rio Piquiarana, que se orgulha de viver nas ilhas. “A ilha pra mim meu é tudo, é minha rua, meu rio, meu patamar, pois é das coisas que têm aqui que a gente vive. Então, eu me identifico muito com o interior. Se eu passo dois ou três dias na cidade, não vejo a hora de voltar. Aqui tem a natureza e sossego, embora a gente tenha o problema com a violência. Eu gosto muito daqui”.

Já o relato da Moradora 03, professora, do rio Maracapucu-miri, revela alguns problemas enfrentados pelos ribeirinhos, bem como possíveis soluções. “As ilhas ainda são um lugar bom de ser viver. Mas o que falta pra gente é a valorização das pessoas que moram aqui. Precisamos de mais pesquisas sobre as dificuldades e problemas enfrentados. Por exemplo, as drogas. A gente ouve falar, a gente sabe que ocorre, sabe que tem adolescente que se envolve, mas ninguém denuncia. Há um medo de que a denúncia gere um problema bem maior. Então, para mudar essa realidade e enfrentar esse e outros problemas, a gente precisa de pessoas que lutem para denunciar as coisas erradas que acontecem nas ilhas”.

A questão de venda e consumo de drogas narrado pela Moradora 03 é um problema tipicamente urbano, mas que segundo relato, agora se estende aos rios. Outros problemas relatados nessa relação rural/urbano são: poluição, abandono de animais, violência doméstica, e violência infantil. A Moradora 03 também fala das mudanças nas ilhas de

¹¹ São embarcações pequenas movidas por um motor a gasolina, de fácil manuseio e muito comum nos rios da Amazônia.

Abaetetuba. “As ilhas mudaram muito nos últimos anos. A tecnologia, por exemplo, é mais presente. Ficou mais fácil a comunicação com a cidade. Outro ponto é questão do transporte, antes uma viagem para a cidade durava três horas, hoje a gente faz essa viagem em minutos. Mas o que mudou mesmo foi a segurança. Hoje você não pode comprar uma lancha de 25 ou 30 mil reais, porque você corre grande risco de ser roubado e violentado”.

As mudanças apontadas pela Moradora 03 revelam que o desenvolvimento em Abaetetuba promoveu a metropolização dos rios, que agora ganham contornos urbanos com todas as vantagens e problemas da cidade. Ou seja, o *continuum* espacial de Graziano (2000), em que a aproximação entre ilhas e cidades em virtude das embarcações que hoje são mais rápidas e estão mais acessíveis. Neste sentido, é possível observar também que ambos os territórios sofrem as ações oriundas do crescimento em Abaetetuba, pois os bairros periféricos estão em expansão, há mais moradores de ruas nas cidades e mais violência no campo. Para Fernandes (2009, p. 201), nas “diferentes relações sociais e políticas dos territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, gerando complexas conflitualidades”.

A Moradora 04, lavradora, de 64 anos, também do rio Maracapucu-miri, relata que a expansão da cidade afetou profundamente a vida dos ribeirinhos. “O desenvolvimento em Abaeté nos afetou aqui. A segurança já não é a mesma. Criminosos saem da cidade para se esconder e cometer crimes aqui. Além disso, a gente acredita que tenha pessoas envolvidas com esses crimes perto da gente, pode ter um informante. Alguém que contribua com criminosos. A falta de segurança pública nas ilhas, é um problema que provém da cidade, em virtude do crescimento urbano em Abaetetuba. Ela relatou também que apesar do desenvolvimento claramente visível na cidade, as ilhas ainda são “esquecidas”, pois as escolas públicas são precárias, não há postos de saúde próximos de sua localidade e a insegurança está cada vez mais evidente”.

Observamos, nesse primeiro momento das entrevistas, uma percepção de mudança pelos ribeirinhos, sobre as ilhas, a partir de todo o processo de expansão da urbanização. Mas percebemos que a violência se configura como fenômeno mais radical de mudança, considerando que afeta diretamente os comportamentos e as sociabilidades dos ribeirinhos, uma vez que muda os contextos econômicos, culturais e socioambientais.

2.4 Sociabilidades e a violência

Assim como os bairros, as ruas e as vielas da cidade possuem suas peculiaridades, as ilhas de Abaetetuba também são singulares. Em uma manhã, ao percorrermos o rio Maracapucu, observamos trechos bastante movimentados. Em outros, nem tanto. Observamos crianças e adolescentes pilotando os *rabudos* em alta velocidade. As casas,

em sua maioria, de madeira, formato palafita. Algumas famílias constroem casas próximas umas das outras, e essas casas se interligam por meio de uma ponte o que ganha uma característica de vila.

Diferente do primeiro, o rio Piquiarana é muito mais movimentado. Há mais lanchas e outros tipos de embarcações circulando no rio. Aqui, encontramos casas de alvenaria, posto de gasolina, padaria e um intenso comércio. Mas apesar das diferenças entre os dois rios, há uma semelhança comum: as narrativas de hostilidade. Os ribeirinhos têm medo dos *piratas dos rios*¹², que cometem violência física e psicológica nas comunidades por onde passam.

Os atos de violência nas ilhas ocorrem a qualquer hora do dia. Os crimes tão comuns na cidade ultrapassaram a fronteira urbana e hoje aterrorizam e amedrontam as comunidades ribeirinhas, sem que estes tenham condições de recorrer, de imediato, ao aparato da polícia para protegê-los.

Modena (2016) cita Chauí (2011) que nos ajuda a compreender os sentidos de violência, quando apresenta cinco conceitos que possibilitam pensar os atos violentos cometidos contra os ribeirinhos:

a) uso da força contra a natureza de algum ser (desnaturar); b) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (coação, constrangimento, tortura, brutalizar); c) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa (violar); d) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, “violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror”. (CHAUÍ, 2011, p. 01 APUD MODENA, 2016, p. 97).

No relato da Moradora 04 que perdeu uma filha e um genro em virtude da ação dos piratas, identificamos esses princípios da violência. O crime ocorreu em 2019, às 11 horas da manhã. Os piratas tentaram roubar dinheiro e a lancha das vítimas em uma localidade próxima ao rio Maracapucu-miri, mas a tentativa foi frustrada e ambos acabaram sendo assassinados. “Antigamente, relata a lavradora, as ilhas eram um lugar bom, por que a gente vivia sossegado. Hoje em dia a gente não tem mais paz. Minha filha foi assassinada por ações desses bandidos, ela ainda implorou para não ser morta. Esse crime desestruturou minha família. Eu vivo hoje pela misericórdia de Deus. A gente tem tantos amigos, mas nessas horas não aparece ninguém que nos ajude. Hoje, a gente dorme e qualquer barulho diferente, a gente já fica assustado. Aqui a gente não tem segurança.

A professora – Moradora 03 - narra também os atos de violência que acontecem com vizinhos ou em localidades próximas, a diz que todos vivem amedrontados e preocupados.

¹² Piratas dos rios é um termo utilizado pelos ribeirinhos para denominar criminosos que praticam roubos, assaltos, homicídios e violência contra moradores das ilhas de Abaetetuba.

“Meu vizinho já foi vítima de violência. Ele tinha um dinheiro guardado e por volta de oito horas da noite, quatro pessoas pararam na casa dele e exigiram o dinheiro. Foi uma situação terrível, pois ele foi espancado. Levaram muitas coisas dele e ainda ameaçaram sequestrar o filho dele. Hoje, a gente vive com esse trauma. A gente não pode ter dinheiro guardado, porque alguém pode roubar, agredir e até matar a gente. Essa situação nos afeta muito, pois não podemos ter um supermercado, um comércio maior, um empreendimento que gere lucro, pois não temos segurança”. O relato da Moradora 03 revela que a insegurança nas ilhas impede os ribeirinhos de empreender e até de ter dinheiro em suas residências.

No rio Piquiarana, os moradores contam que a polícia têm visitado muito a região em virtude do aumento do número de assaltos e roubos. Em alguns casos são pessoas da própria localidade que cometem esses crimes, conforme relato do Morador 05, do rio Piquiarana, de 45 anos. “Eu nunca fui vítima da violência, mas não tenho vergonha de falar: eu não sou vítima por que eu procuro fazer amizades com eles, se eles me pedem alguma coisa eu dou. Então, alguns desses piratas são conhecidos da gente, outros vêm de fora. Mas de qualquer forma, eu não facilito sempre fecho a casa cedo não deixo nada aberto. Antigamente a gente podia sair sem preocupação, podia dormir a noite de janela aberta. Hoje em dia não tem mais como fazer isso”.

As narrativas dos ribeirinhos do rio Piquiarana também são similares no sentido da falta de registros na polícia sobre os crimes que ocorrem na região. Justificam porque poucos procuram a polícia para registrar um boletim de ocorrência: Não acreditam em solução, outros têm medo de possíveis retaliações.

A professora – identificada como Moradora 02, de 51 anos, conta que já foi vítima das ações de piratas por quatro vezes e até hoje continua tendo medo da violência nas ilhas. “Uma vez a gente foi fazer uma celebração religiosa numa comunidade local perto do rio Piquiarana. Na volta fomos assaltados. Eles pediram para parar a embarcação e encostar numa beirada, depois disso começaram a assaltar. Eles levaram a caixa de som da igreja, celular e até meus anéis. Foram muito agressivos. Eu fiquei apavorada. Depois do ocorrido eu entrei em contato com o coordenador da comunidade onde nós estávamos. Ele conhecia os envolvidos e no outro dia vieram deixar todas as coisas aqui em casa. Nesse assalto a gente não teve prejuízo, mas fica aquele trauma. Aquele medo de sair de casa”.

Para a Moradora 02, a melhora de renda da população do rio Piquiarana provocou os assaltos constantes na região. Ela também declarou que a venda de açaí tem gerado lucros e isso chama a atenção de criminosos que estão cada vez mais presentes nos rios. “Nossa economia está melhor, tem mais dinheiro circulando, há mais pessoas bem de vida. Mas isso chama atenção. E a gente perde a vontade de ter as nossas coisas. Eles já interromperam muitos sonhos meus. A gente trabalha para conseguir o melhor e poder

realizar nossos sonhos, mas nem sempre é possível, por que a gente tem medo. Por exemplo, meus filhos queriam comprar um carro pra deixar na cidade, pois temos uma casa lá, mas acabamos desistindo da ideia, porque vamos ficar mais visados ainda

A violência praticada pelos piratas muda as formas de sociabilidades entre os ribeirinhos, pois eles têm mais receio de ir à cidade, de frequentar outras localidades de sair com dinheiro, ou abrir um empreendimento. Até mesmo de conversar com os vizinhos, considerando que os crimes acontecem em qualquer horário. As relações sociais acabam se tornando mais restritas em virtude da hostilidade.

Fosé (1981) explica os diferentes tipos de relações sociais que nos ajuda a compreender que a violência pode afetar os ribeirinhos de Abaetetuba.

[...] as relações que uma pessoa mantém com as outras são de diferentes tipos. Vão desde almoços em família até a adesão a uma associação, da escolha da pessoa a quem se recorre para tomar conta dos filhos ao bom-dia ao vizinho, passando pelo carteado, o futebol ou a dança. Todas essas atividades implicam em graus diversos de relações com o outro, o que se chama [...] de relações de 'sociabilidade' (FORSE, 1981, p. 39).

A Moradora 06, professora, de 60 anos, relata que a violência já fez com que pessoas mudassem para a cidade. “Teve um vizinho meu que mudou para a cidade por conta da violência. Ele trabalhava com açaí e foi assaltado muitas vezes. Não aguentou e foi para a cidade. O problema é que quem se muda não tem perspectiva de sobrevivência, pois geralmente as pessoas vivem das coisas que têm aqui. É uma pena, pois se tivéssemos segurança essa e outras famílias não precisariam sair daqui”. Continua seu relato afirmando que a tecnologia tem sido uma ferramenta muito utilizada pelos ribeirinhos para trocar informações sobre crimes que estão na eminência de acontecer. “A tecnologia nos ajudou muito. Hoje, quando a gente ver uma embarcação diferente no rio, com pessoas que a gente não conhece, a gente vai logo trocando mensagem. Desse jeito todo mundo se ajuda e passa a ficar mais atendo a possíveis crimes que podem ocorrer”.

REFLEXÕES FINAIS: alguns achados

Ao fim das narrações dos moradores dos rios Piquiarana e Maracapucu-miri, compreendemos que os sentidos produzidos por esses indivíduos são marcados pelas experiências vivida entre o ir e vir, assim como da aproximação de um Outro distante, alheio à sua realidade. Ou seja, um Outro que vem de fora e transforma a vida dos ribeirinhos. Nos relatos, narram as hostilidades que sofrem provenientes de uma realidade configurada a partir de um outro ambiente, a cidade. Ao mesmo tempo, não separam sua vida entre aqui e um lá, mas como um entre-lugar, um continuum espacial, em que suas experiências se encontram nesse entremeio. Ou seja, a realidade da vida

quotidiana, lembrando as inserções de Berger e Luckmann (2012, p. 39), “apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo”, um mundo de que participo juntamente com outros indivíduos. Não posso existir na vida quotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros.

Observamos que apesar dos ribeirinhos terem uma relação de dependência com a cidade, pois precisam ir ao banco, ao médico, ao supermercado e utilizar outros serviços presentes no território urbano, eles não abrem mão da vida nas ilhas. O sentimento de pertencimento é essencial à construção de suas vidas, uma vez que suas sociabilidades estão relacionadas socioespacial e culturalmente. Eles gostam da natureza, do ar puro, do açaí, do peixe e do camarão. Há um sentimento de afeto pela culinária local. Os ribeirinhos não declaram um sentimento antagônico com o espaço em que vivem, pois não desejam sair ou mudar para a cidade, apesar dos problemas que enfrentam de falta de hospitais, escolas e de segurança pública. Mas não demonstram desejo de mudar para a zona urbana de Abaetetuba.

Com relação ao rural e urbano, percebe-se a narração dos sentimentos de medo e insegurança, mesmo não tendo sido vítima de violência, mas ouviu daqueles que estão próximos relatarem ações violentas. E essas narrativas do Outro passam a compor suas experiências também, pois o Outro ribeirinho é um continuum na sua sociabilidade. Sua vida e experiência também são minhas. Relatam que tem medo quando ouvem ou veem uma embarcação que não é da localidade, pois os que foram vítimas dos piratas sofreram graves agressões, isto é, a ação praticada vem acompanhada de palavrões, xingamentos e ameaças. Assim, a violência presente nas ilhas de Abaetetuba tem mudado as sociabilidades desses indivíduos na região.

Portanto, a violência mudou as formas de sociabilidades nas ilhas de Abaetetuba, pois os ribeirinhos ficaram mais inseguros para ir a uma festa, reunir com amigos, ir à cidade, ou sair à noite para qualquer lugar. As percepções de violência provocaram êxodo rural. Algumas famílias saíram de seus territórios para viver na cidade e isso é um reflexo de que a hostilidade muda às formas de vida dessa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus, 2005.

_____. Para que vivemos? 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus, 2006.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 34.ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2012.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

CRESWELL, J. W. *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre Cinco Abordagens*. Tradução Sandra Mallmann da Rosa. Rev. Técnica: Dirceu da Silva. 3. Ed. VitaBook file: Penso, 2014. Tradução de: *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. Disponível em: <<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788565848893>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

CRUZ, Manuel M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. *Revista de Geografia da Universidade do Amazonas*, Manaus, v. 1, n.1, p. 105-122, jan./dez. 1999.

ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa-Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FAPESPA. Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Tocantins. Governo do Pará. Belém, Pará. 2016. Disponível < http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/perfil_regiao_tocantins.pdf> Acesso 05 fev.2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*. Presidente Prudente, ano 8, n. 6 – jan./jun. 2005

FORSÉ, Michel. La sociabilité. *Economie et statistique*, n. 132, p. 39-48. 1981.

FONTES, Breno Souto-Maior. Os espaços de sociabilidade na construção dos territórios. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR*, v. 14, n. 4, p. 165-179, Taubaté, SP (ed. especial), jul/2018.

GONÇALVES, Osmana Dias; CARDOSO, Rodrigues Jairo; FILHO SOBREIRO, José. Marés das Rebeldias em Abaetetuba: dos Rlos da Existência à Resistência dos Territórios na Amazônia paraense, baixo Tocantins, Universidade do Estado do Rio Janeiro, *Revista Tamoios*, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/41209>.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, C. (orgs.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Urberlândia/Campinas: Embrapa/UFU/Unicamp, 1997.

_____. O novo rural brasileiro. Campinas: Unicamp, 1999. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

HANCIAU, Nubia Jacques. O Entre-lugar. In: FIGUEIREDO, E. *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Niterói:EdUFF, 2005, p. 215-141

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). *Censo Demográfico 2010 - Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo Brasileiro*., de <http://www.ibge.gov.br/home>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, *ATLAS da Violência 2019*. Brasília, DF, disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190802_atlas_da_violencia_2019_municipios.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra.; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas-SP: Papyrus, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1994.

MODENA, Maura Regina (org.). Conceitos e formas de violência. Caxias do Sul: EducS, 2016.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. Meditação devaneante entre o rio e a floresta. Arteriais - Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes – ICA/UFGA. n. 03. Belém, ago 2016.

POJO, Eliana C.; ELIAS, Lina G. D. O cotidiano das águas na tradição quilombola da comunidade do Rio Baixo Itacuruçá- Abaetetuba, PA. **Revista Sociais & Humanas**, v. 31, n. 3, 2018.

POJO, Eliana C.; ELIAS, Lina G. D.; VILHENA, Maria de Nazaré. As águas e os ribeirinhos: beirando sua cultura e margeando saberes. Margens – Revista Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI). Universidade Federal do Pará - Campus Abaetetuba – Editor Abaete, v. 8, n. 11, 2014.

RAVAGNOLI, Neiva Cristina da Silva Rego. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. **revista.pucsp.br/esp**. Volume 39. Número 3, 2018.

SANTOS, Jenijunio dos. Populações ribeirinhas e educação do campo: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012. 2014. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGED/UFGA, Belém, 2014.

SCHMICKLER, Catarina Marina. Uma outra face da violência. **Revista Katálysis** nº 1. Florianópolis: UFSC, 1997. P. 73-82

SILVA, Luciane Lemos da. CEVIC: a violência denunciada. Mestrado em saúde Pública, 2005. Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 210-222.

SOUSA, Iris Amaral. O que fazer do poder público municipal na Amazônia: Os caminhos da política educacional em Abaetetuba/PA. 2009. Tese (Doutorado) – PUC/SP, São Paulo, 2009.

TRINDADE JR., S.-C. C.; BARBOSA, E. J. S. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. Ge USP – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 349-363, mês. 2016.

WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. Entrevista Narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 131-143, jul./dez. 2013.



GT 02B – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E A VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANO

Controvérsias nas palafitas de Macapá/AP: entre ação direta e luta institucional

Luana Rocha de Souza¹

RESUMO

Macapá (AP), localiza-se à beira do Rio Amazonas e possui seu perímetro urbano permeado por áreas úmidas, localmente denominadas de “ressacas”. As ressacas são áreas ambientalmente protegidas, mas que sofrem pressão por ocupação informal. Nesses espaços, as pessoas vivem em palafitas e as vias são passarelas construídas acima do nível das águas. O objetivo da presente pesquisa consiste em discutir sobre a ação direta e luta institucional dos moradores na produção da ocupação informal de palafitas, em Macapá. Para o levantamento das informações, utilizamos o método da cartografia das controvérsias de Bruno Latour (2012). A pesquisa de campo ocorreu na ressaca do Congós, com observação participante e entrevistas. Conclui-se que os moradores precisam ter conhecimentos e práticas reconhecidos, melhoramento de qualidade de articulações, novos agenciamentos, assim como possuir novos espaços de decisão dentro do Estado. Um caminho e vínculo possível, que considere os pontos supracitados e aproxime a ação direta com a via institucional, consiste em uma efetiva participação.

Palavras-chave: Palafita. Ação direta. Luta institucional. Áreas úmidas. Teoria Ator-Rede.

1. INTRODUÇÃO

Macapá, capital do estado do Amapá, localiza-se à beira do Rio Amazonas e possui seu perímetro urbano permeado por áreas úmidas, localmente denominadas de “ressacas”. Tais áreas sofrem pressão por ocupação informal. Sua espacialização caracteriza-se por construções em palafitas, situadas acima do nível da água e materializadas, principalmente, em madeira. As casas se conectam entre si e às ruas de terra firme mediante passarelas de madeira, também conhecidas como “pontes”.

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Email: luanarochoaap@gmail.com

As ressacas são áreas protegidas por vastas leis ambientais nas esferas federal, estadual e municipal. Porém, as ocupações informais consolidadas – onde não é mais passível de recuperar ambientalmente – são passíveis de ordenamento urbano e dotação de infraestrutura, de acordo com o Plano Diretor de Macapá, Zoneamento Ecológico Econômico de Macapá e Santana e legislação estadual (MACAPÁ, 2004; TAKYAMA et al., 2012; LEI ESTADUAL Nº 0835/2004).

Para Souza (2019), a grande maioria das pesquisas sobre ocupações informais em Macapá afirmam que a causa de ocupar informalmente é pela necessidade, devido à falta de acesso ao mercado formal de terras. Está relacionada às dinâmicas de grandes empresas e de atuações estatais. A partir de 1950 houve instalação de empresas para extração de minérios no interior do estado. Em 1988, o Território do Amapá foi transformado em Estado. Já em 1991, foi implantada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Tais fatores colaboraram para o aumento da imigração na capital e conseqüente crescimento populacional. Os imigrantes foram atraídos pela expectativa de emprego, porém, sem recursos para adquirir um lote no mercado formal de terras, acabaram ocupando informalmente as áreas úmidas, com maior intensidade a partir da década de 1980 (PORTILHO, 2006). Soma-se a essa problemática a ineficiência na aplicação de políticas públicas e planejamento habitacional. Por estar atrelada ao setor mais pobre da população, está comumente associada à precariedade e carência, como pouca estrutura física das casas e falta de infraestrutura.

De forma minoritária, outra linha de pesquisa enfatiza o aspecto cultural, ao associarem às moradias em palafitas rurais e seus imigrantes ribeirinhos. De acordo com o antropólogo Caporrino (2016), os ribeirinhos e caboclos migraram para Macapá a partir da década de 1950 e tiveram que adaptar seu modo de vida tradicional à cidade.

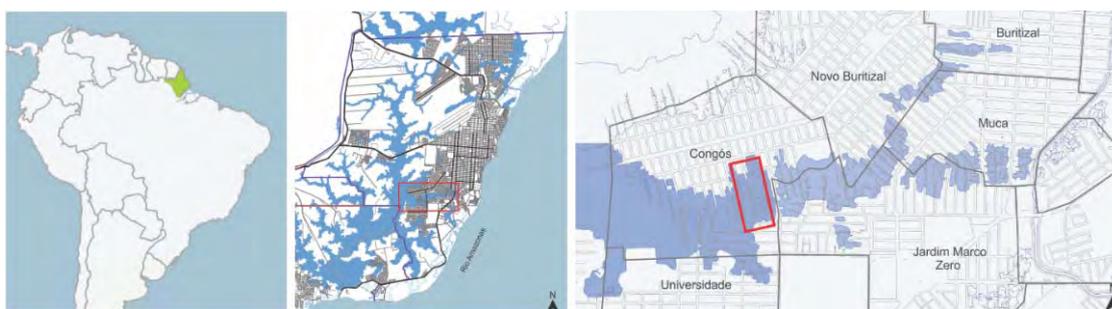
Este artigo não se atém de antemão a nenhuma das correntes supracitadas, tampouco as nega, mas se propõem a tratar da produção da ocupação informal a partir do viés dos habitantes de tais áreas, tendo como objetivo discutir sobre a ação direta e luta institucional dos moradores na produção da ocupação informal de palafitas, em Macapá.

Para o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2012), a ação direta designa o conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas apesar ou contra o Estado, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais (SOUZA, 2012). Nessa pesquisa, refere-se à prática de autoconstruir. De sua parte, a luta institucional significa o uso de canais, instâncias e recursos estatais.

Nas ressacas, as pessoas autoconstróem suas habitações, as vias e a infraestrutura necessária. Sendo que autoconstrução corresponde ao processo em que os usuários administram os recursos necessários e tomam as decisões sobre a construção ou reforma sem agentes externos (LOPES, 2015). Por sua vez, a via institucional focaliza em suas lutas perante o Poder Público buscando melhorias de infraestrutura. Veremos, então, ambas atuações exercidas pelos moradores.

Para o levantamento das informações, utilizamos o método da cartografia das controvérsias de Bruno Latour (2012), o qual consta logo após a introdução deste artigo. A pesquisa de campo ocorreu na ressaca do Congós, com observação participante e entrevistas na décima passarela. Esta ressaca está localizada no bairro do Congós e se conecta à bacia do Igarapé da Fortaleza. A passarela dá prosseguimento a Rua Torquato Nascimento, começa larga e distante das habitações e termina em um beco estreito. Vale salientar que este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado defendida em 2018².

Figura 1 – Localização da ressaca do Beirol e passarela investigada



Fonte: a autora, 2018.

Após o aporte teórico e metodológico, trataremos da autoconstrução, mostrando pontuações relevantes nas maneiras de autoconstruir dos habitantes da ressaca. Em seguida, abordaremos as maneiras que os moradores lutam institucionalmente. Por fim, discutiremos ambas pelo viés da corrente *urban assemblage*.

2. TEORIA ATOR REDE E O MÉTODO DE CARTOGRAFAR CONTROVÉRSIAS

A Teoria Ator-Rede (TAR) foi desenvolvida por Bruno Latour, John Law e Michel Callon, nela, os objetos são tratados de um modo inovador e distinto, rompendo com a divisão moderna entre cultura e natureza ou sujeito e objeto. Tomaremos como base o filósofo Bruno Latour (2012), em seu livro “Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede”. Para o autor, o termo ator-rede procura ressaltar que a ação sempre é partilhada, isto é, os atores

² Caso queira mais informações, sugiro acessar o site <https://cartografar.wixsite.com/palafitas>, o qual foi feito para expor a pesquisa de mestrado.

inter-agem, moldam e são moldados por relações. Os atores, na rede, não agem segundo uma força social que os predeterminam, “as causas não pressupõem os efeitos porque propiciam apenas ocasiões, circunstâncias e precedentes” (ibid, p. 92). Contra a noção de causalidade às ações, o autor utiliza a noção de subdeterminação da ação. Há “subdeterminação da ação, das incertezas e controvérsias em torno de quem e o que está agindo quando ‘nós’ entramos em ação” (ibid, p.74). A causa das ações, então, é trocada por uma série de atores, que sempre são combinados por componentes em rede, o que representa uma perspectiva relacional do que seja o ator. Os atores inter-agem, moldam e são moldados por relações, “ao falarmos de ator, deveremos sempre acrescentar a vasta rede de vínculos que o levam a atuar” (ibid, p.313). Em decorrência, o ator nunca está sozinho ao atuar.

Para rastrear as associações em torno da autoconstrução e luta institucional, utilizou-se o método cartografia das controvérsias a partir de Bruno Latour, somado às dicas do sociólogo Thomaso Venturini. A cartografia de controvérsias foi criada por Latour no final da década de 1990, com o intuito de facilitar a utilização da TAR e, assim, torná-la mais inteligível aos estudantes (VENTURINI, 2010). Para Venturini, as controvérsias “*are situations where actors disagree (or better, agree on their disagreement)*” (ibid, p. 261). Começam quando os atores notam que não podem se evitar mutuamente e finalizam quando os atores conseguem definir um compromisso concreto de conviverem juntos. A cartografia, por sua vez, corresponde a técnicas para se mapear e rastrear as controvérsias do social.

Cartografar controvérsias é “aprender a alimentar-se de incertezas, em vez de decidir de antemão como deve ser a aparência do conjunto de equipamentos do mundo” (ibid, p. 169). Isto é, deve-se desdobrar a realidade, mantendo incertezas, para não reagregá-las prematuramente. Como, por exemplo, ao evitar se ater prematuramente nas noções de necessidade ou causa cultural nas ocupações informais nas ressacas de Macapá.

Na cartografia das controvérsias é preciso manter incerteza quanto à formação de grupos, pois não há grupos, somente formação de grupos. O que implica na unidade de análise não ser o indivíduo ou a sociedade, mas as associações realizadas entre os atores. Também implica em entender as associações como frágeis, em transformação, pois as entidades precisam ser reagregadas a cada nova circunstância (LATOUR, 2012).

Deve-se manter incertezas quanto à origem da ação, tendo em vista que suas múltiplas conexões lhe dão existência. A ação deve ser definida como um nó, como um conjunto de agências. O interesse da teoria são mediadores que possuem agência, isto é, que *induzam* outros a agir. Vale salientar que induzir não equivale a *causar* ou *fazer*. Para os mediadores o que entra nunca é o que sai, sua especificidade sempre precisa ser levada em

consideração, tendo em vista que “os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOUR, 2012, p.65). O que difere dos intermediários, pois estes transportam elementos (significado, força, dados etc.), entretanto não os transformam (ibid). Ninguém nasce actant, pois ser actant é circunstancial. Dessa forma, os moradores da ressaca, compreendidos como intermediários, seriam apenas um meio para forças ocultas atuarem. Entretanto, ao agirem e modificarem uma trama de ação, seja na autoconstrução ou na luta institucional, são considerados como mediadores.

Os não-humanos também são reconhecidos como atores na autoconstrução ou luta institucional. Para Latour, nossa tendência consiste em reduzir o social só aos humanos, esquecendo que sua esfera é mais ampla. Porém, as pessoas não são independentes da natureza e vice-versa, portanto, é impossível separar o mundo dos homens do mundo das coisas em si. Diante disso, a TAR não se limita a estudar a agência de humanos. Com a TAR, os não-humanos também são considerados atores completos, pois ator consiste em “qualquer coisa que modifique uma situação fazendo a diferença” (ibid, p.108).

Atento a isso, Venturini (2010) estipula cinco níveis para se rastrear o social: a) Ler literatura, revelando os discursos tecidos sobre o assunto. b) Seguir os atores humanos e não-humanos. c) Considerar as redes tecidas pelos atores a partir de suas ações e do incessante trabalho de (des)vincular conexões. d) Atentar-se ao cosmos, os quais são as estabilidades em que os atores almejam atingir. São significados e pontos de vista que os diversos atores atribuem às controvérsias. Tais visões não estabilizam o coletivo atual, mas pode influenciá-lo (ibid). e) Por fim, considerar a cosmopolítica. Esta remete à construção de um mundo comum. O que não será estável e sem discussões, pois, para haver um mundo comum “deberemos construí-lo, juntos, con uñas y dientes” (LATOUR, 2014, p. 50).

No primeiro nível da leitura da literatura, lemos sobre o tema das ocupações nas ressacas. Na segunda etapa, procuramos identificar os não-humanos naturais (água, solo, ar), econômicos (como uma rifa comunitária) e os objetos técnicos responsáveis pela materialidade das construções (materiais e tecnologias), meios de divulgação e os valores atribuídos. Para tanto, seguimos os atores a partir da observação participante e fizemos 16 entrevistas³ semiestruturadas de cunho qualitativo; além disso, utilizamos instrumentos de apoio às informações coletadas, com diário de campo, fotografias e mapas. E, ao seguir os

³ As entrevistas foram feitas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2018 na décima passarela. Os nomes dos entrevistados foram mudados. As perguntas tiveram os seguintes delineamentos: dados gerais, transformações ocorridas, mudanças na habitação e lote, produção de infraestrutura e saneamento, relações com a prefeitura, percepção, cotidiano e usos no bairro. As entrevistas em profundidade efetuadas demonstram um relato das ações desses moradores e suas dificuldades enfrentadas.

atores, atentamo-nos às redes e grupos formados. Consideramos os grupos dos moradores, mas partindo do pressuposto de que não são homogêneos e que estão em transformação. Além do mais, atentamo-nos aos pontos de vista dos atores às ações e deixamos as explicações de como e por que aos próprios atores envolvidos na ação.

O geógrafo Michel Lussault contribui na reflexão ao compreender o espaço como elemento situacional, efêmero, co-construído pela prática (LUSSAULT, 2007). O autor defende que o espaço é híbrido (material e ideacional) e “l’espace est (en) action(s)”, isto é, está em movimento, em transformações, e é simultaneamente um recurso e resultado da ação humana. O conceito de situação corresponde à convergência circunstancial de entidades heterogêneas, cujas ações são mobilizadas; isto é, praticar em determinada situação denota envolver-se com essas entidades convergentes. Para essa abordagem sobre o espaço, o autor adota a concepção de associações de Latour (2012) - são vínculos frágeis, controvertidos, incertos, continuamente em movimento e estabelecendo conexões. Com isso, o sistema é aberto, onde nada é pré-determinado e fixo. Para Lussault (2010), essa perspectiva possibilita uma investigação em que as associações são descontínuas, onde as dimensões do espaço estão continuamente mudando. Seu estado é transitório. Dessa forma, a ocupação na ressaca é analisada como um espaço descontínuo, onde distintos atores se associam, a transformam e são transformados continuamente.

3. AUTOCONSTRUÇÃO

Duas situações gerais foram observadas na ocupação informal: o início da ocupação e sua consolidação. Em breve retrospectiva, as pessoas iniciaram a invasão na Décima Avenida a partir da delimitação de terrenos e da autoconstrução de habitações e passarelas a partir do início da década de 1990, em paralelo a omissão do poder público em proteger tais áreas. A ocupação informal iniciou nas bordas da ressaca, dando prosseguimento à rua de terra firme. Nessa época, as casas eram pequenas e espaçadas uma das outras. Joaquim, morador antigo, contou-me que no início “tudo era lago”. Maria mudou-se em 1996 para a Décima Passarela, descreveu que, antigamente, o lugar era só “serradal” e “mato verde”. Ela lembra que os primeiros moradores foram tocando fogo, abrindo espaço e invadindo. Nesse aspecto, a passarela era construída antes ou concomitantemente à habitação. No início, a passarela possuía difícil acesso, pois era estreita, construída com duas tábuas uma do lado da outra, onde a pessoa “tinha que dar um jeito para passar”, nas palavras de Joaquim. Eram materializadas na urgência. Quando construíram as primeiras casas no lago, já havia energia elétrica nas áreas de terra firme. Porém, os recentes moradores das palafitas, enquanto não possuíam condições de ampliar a rede informalmente, utilizavam lamparina, velas e não

possuíam eletrodomésticos. Carla conta que pediam para colocar alguns mantimentos nas casas dos outros, de quem morava na rua. Tampouco havia iluminação pública – como ainda hoje. Sem abastecimento de água, sobreviviam a partir de doações dos vizinhos e por um poço usado coletivamente na rua, onde os moradores pegavam água livremente, sem custo. Joaquim conta que no final da tarde eles se reuniam na rua de terra firme e se arranjavam em fila indiana para encher seus baldes com água. Nesse processo, a infraestrutura como sistema sociotécnico configura-se como “agência das ausências” (AMIM, 2014). Isto é, mesmo com sua inexistência, influencia os actantes. Além disso, os moradores tomam soluções que advém com outros tipos de presenças e situações.

Figura 2 – Passarela principal e beco onde a passarela termina



Fonte: a autora, 2017.

Com o passar dos anos, a ressaca continuou a ser ocupada e, atualmente, a décima passarela se insere na Zona com Ocupação Urbana Consolidada (TAKYAMA et al., 2012). Essa zona engloba áreas com médio a alto adensamento populacional, construções ao redor e dentro da ressaca, multiplicidades de usos e paisagens muito antropizadas. Com as práticas e relações de diversos actantes, a ocupação informal se transforma. Seguimos os atores e o resultado deste capítulo consiste em um relato de práticas na consolidação da ocupação, a partir de duas situações: via direta e via institucional. Com a autoconstrução, as passarelas foram ampliadas, continuando seu processo de autoconstrução; a rede elétrica foi construída, puxada da rede formal da rua de terra firme; a água encanada também foi feita, seja conectada à rede formal da companhia de água ou a partir de redes alternativas de algum morador de terra firme que possui poço e vende a água para quem mora na ressaca. Quanto a coleta de lixo, é feita regularmente pelo poder público. Processos de aterro e demolição de partes da passarela são feitos.

Cada ação supracitada mobiliza diversas entidades. Quando a situação cessa, espera-se uma ocorrência nova de sua atividade e da associação de novo agenciamento. Podemos citar que para construir a passarela, vincularam-se madeiras novas para distintas finalidades construtivas (esteio, frechal, tábua), prego, serrote, rifa comunitária, lanche, água, orçamento, acessibilidade, passarela deteriorada. De outra forma, para preservá-la, associaram-se moradores, pedaços de madeira, prego, martelo, serrote, motos, passarela em bom estado físico. Vale salientar que não são necessariamente os mesmos moradores que participaram de ambas as ações. Portanto, esses vínculos são frágeis, eles mudaram, desfizeram-se e outros atores se reagregaram. Estão estabelecendo e reestabelecendo conexões. E, com isso, vários grupos de elementos heterogêneos se formam e se desfazem.

Na ocupação, a autoconstrução varia, por um lado, por valores, normas, desejos, necessidades, conhecimento e recurso financeiro dos moradores. Por outro, pelo espaço como recurso e à temporalidade. Tais elementos implicam em possibilidades e restrições autoconstrutivas.

Em meio à passarela, há comportamentos e regras próprias dos moradores. Cito como exemplos as responsabilidades de construir as passarelas e suas diferenciações. Os moradores entendem a construção de habitações próximas à passarela principal⁴ como proibida, não querem que vire beco. Delimitam (parcialmente) os lotes em dimensões regulares. Já os becos, deve ser suficiente para acesso de pessoas e móveis, assim, o direito de passagem é reconhecido. É preciso respeitar as passarelas existentes. Não podem simplesmente fechar um caminho, mesmo estando em seu lote. Quanto ao ato de se locomover, é proibido dirigir moto pela passarela, pois alegam que o movimento destrói mais rápido a madeira. E caso a passarela esteja precária, é melhor andar no meio da passarela por ser mais estável e se duas pessoas se cruzam, uma deve ir para o lado ou para uma passarela intermediária para a outra passar. Portanto, a ocupação não é concretizada de forma aleatória e caótica, mas exercida nas negociações cotidianas dos moradores com a ressaca. Esses comportamentos e regras fazem um controle espacial e influenciam em um ordenamento próprio da ocupação. Os próprios moradores manejam esse sistema de regras e comportamentos, o que não oblitera desordens e transgressões.

Claro que não podemos esquecer o controle mediante legislação e fiscalização por parte do Poder Público e as práticas de subversão dos moradores. Os moradores atuam taticamente⁵ pelo não enfrentamento direto com o Poder Público. São práticas que ocorrem

⁴ Aquela que dá prosseguimento a via de terra firme. Desta, saem outras que conectam às casas.

⁵ Nos termos de Certeau (2014), as táticas são as ações que abarcam o inconformismo daqueles que não detém poder diante dos poderes disciplinadores, são subversões, astúcias, inventibilidades.

nas brechas do sistema, mediante omissão da instituição. Aproveitam-se do controle que não é total, com ações sutis e pulverizadas. Como o ato de ocupar a ressaca, por ser contra a legislação. Outro exemplo consiste no melhor jeito de aterrar para fugir de denúncias. Os materiais utilizados são terra, entulho, sementes de açaí e até lixo. Marcos conta como os moradores aterram, “aí, disque não pode e tal. Aí, assim mesmo o pessoal joga uma carrada de manhã e carrega à noite”. Letícia afirma “Não pode aterrar, mas a gente aterra, vai jogando assim pra cá, a gente compra um aterro e joga, aí deixa passar uma semana”. O aterro precisa ser feito aos poucos, sem chamar atenção, para não ser denunciado, de forma sub-reptícia.

Figura 3 – À esquerda, área aterrada no início da ponte; à direita, construção de casa em lote recém comprado



Fonte: a autora, 2017 e 2018.

Por sua vez, os desejos e necessidades variam de acordo com os moradores e a temporalidade. Como o aumento da família, um morador novo, querer aumentar a renda. Dos entrevistados, catorze vivem em casa própria e já haviam feito alguma modificação, como ampliação, reforma ou reconstrução. Joaquim, Rosana, Carla, Maria são os moradores antigos que ampliaram a casa e também cederam parte de seu terreno para parentes construírem outra habitação. As novas residências foram construídas em espaços livres nos lotes – atrás, na frente ou ao lado da primeira casa – e, em menor caso, em seu andar superior. Outro tipo de transformação está vinculado aos usos. Os lotes de Joaquim, Marcelo e Suzana são de uso misto, onde antes era apenas residencial. Atrás da casa de Joaquim há uma oficina com acesso pelo beco; na casa de Marcelo, o salão de sua irmã é geminado a casa; Suzana converteu a sala de estar de sua recente casa em minibox. Esses exemplos dos entrevistados, longe de esgotar o assunto, laçam luz sobre as possibilidades de mudanças. Essas transformações variaram pela disponibilidade de espaço, a quantidade de pessoas, novas

necessidades que surgiram e seus recursos financeiros (inclusive a busca por maior recurso). Com isso, elevaram a taxa de ocupação do solo, ou melhor, da água.

Em relação às suas percepções de autoconstruir, disseram que se trata de: uma obrigação, uma tentativa, um quebra-galho; de outra forma, também citaram que os moradores sabem o que é melhor para eles mesmos e que a população atua até melhor que o governo.

A gente que faz aqui, que é nós que tamo precisando mesmo. Se a gente não fizer, se a gente não meter a cara pra fazer, eles [poder público] não vêm fazer [...] a gente quer uma coisa melhor né, não tem quem faça, é obrigação, é obrigado a pessoa fazer. (Mariana)

Ixi! Faz muito tempo já [que a prefeitura fez], nem lembro, faz muito tempo. Aqui, essa ponte, é o pessoal que tão construindo pra ela não cair já, é a população. (Carla)

Na autoconstrução, outro actante consiste no recurso financeiro, sua falta é um grande problema para se construir com boa qualidade. Um exemplo é que madeira de lei não é material barato, mas sua durabilidade é maior do que outro tipo de madeira. Comprar madeira de lei sai mais caro que comprar tijolos. Mesmo assim, como acredita Rosana, o Poder Público, mesmo com muito recurso, não o faz tão bem.

A gente faz o quebra-galho né, que é o quebra-galho pra gente, que é o que a gente pode fazer, que eu acho que se a gente pudesse fazer o melhor serviço, aquele que a gente não pudesse, não precisasse tá fazendo manutenção, a gente faria. Às vezes, falta dinheiro, falta material, aí tem coisas que a gente não consegue comprar. (Vitor)

Para contornar as dificuldades financeiras, em 2010, os moradores se organizaram para reformar a passarela. Pelo material ser oneroso, os vizinhos se reuniram, planejaram e fizeram uma rifa comunitária para subsidiar a compra de materiais que foi complementada com doações. Dessa forma, refletiram sobre o quadro atual de precariedade da passarela, tomaram a iniciativa de mudança e imaginaram seu resultado. Mariana lembra que “fizeram um acordo com os moradores. Aqueles que não podiam cooperar com dinheiro cooperavam no trabalho, né?”. Eles construíram juntos. Lucas lembrou que a construção ocorreu no sábado. Ele não pode ir, mas doou prego e seu filho ajudou. Participaram mais de 10 pessoas. Além da construção, teve lanche e suco. Foi autoconstruída apenas metade da passarela. Os moradores da outra metade, próximos ao beco, arranjaram outra reunião, mas não deram prosseguimento. No mesmo ano, a prefeitura construiu uma passarela por cima dessa. As madeiras em bom estado foram aproveitadas pelos moradores. Com essa prática, os moradores tomaram decisões sobre seus espaços, conseguiram reaver uma das maiores limitações que enfrentam – a falta de recursos – e agiram.

Nesse processo, há os saberes construtivos. Minuchin (2016), ao abordar o uso de materiais em assentamentos populares, afirma que os conhecimentos próprios se consolidam mediante repetição em virtude da união de procedimentos e percursos que são contextualizados e vinculados de acordo com restrições espaciais e econômicas. E esse processo vai além do domínio técnico:

Das casas aos estabelecimentos comerciais, das infraestruturas de saneamento aos espaços comunitários, os saberes tecnopopulares transformam o ato de construir em uma prática social e coletiva: aprendendo copiando, traduzindo experiências e introduzindo pequenas adaptações, esses saberes se acumulam e circulam por meio de domicílios e redes de vizinhança (MINUCHIN, 2016, p.10, tradução nossa).

Sobre o conhecimento na autoconstrução da rressaca, os moradores com casa própria conhecem os materiais mais adequados e as ferramentas empregadas na autoconstrução de passarelas, redes de energia e água. Não são todos que trabalham, só os homens, e, dentre esses, os que não são carpinteiros ou pedreiros sabem o básico do ramo. Veem como uma prática fácil de exercer. Na dúvida, homens ou mulheres conhecem alguém que trabalha com isso. Como na fala de Rosana “bem, porque nós sabe né, aonde aperta, o que é bom e o que é ruim pra nós. Então se nós for fazer, nós vamos fazer de boa qualidade se a gente tiver material, entendeu?”.

Essa aprendizagem é diluída no tempo, pois as autoconstruções estão sendo feitas desde o início da ocupação na décima passarela, no início da década de 1990. As melhorias e conquistas foram sendo autoconstruídas aos poucos. Além do mais, há uma grande rotatividade de moradores, de acordo com os moradores mais antigos (atualmente ainda permanecem 8 famílias que moram há mais de 20 anos no local, dos quais entrevistei 6). Assim, parte da história da ocupação informal e de suas lutas se perde, pois os moradores recentes e inquilinos de casas alugadas possuem uma relação mais frágil com as famílias antigas e não vivenciaram muitas mudanças espaciais.

O poder público desconsidera tais conhecimentos em suas intervenções. O Poder Público já construiu a décima passarela três vezes, por volta de 2002, em 2006 e em 2010, próximo à época de eleições. Técnicos aparecem para as medições antes da construção, como disse Natália, “eles só vem, fazem a medição, aí veem quanto de madeira eles têm a base pra levar, depois eles vêm trazer só a madeira”. Marcos informou que só colocam uma placa avisando que terá reforma. Informações pouco são compartilhadas. Para construção, a prefeitura fornece madeira e pregos e designa os moradores a trabalhar na construção em formato de mutirão ou com remuneração, os quais usam suas próprias ferramentas. Caso contratem os trabalhadores, há um encarregado de obra. Dessa forma, ainda que alguns

moradores trabalhem na construção de sua passarela pela prefeitura, na etapa projetual, não possuem poder decisório nem contribuem com seus conhecimentos construtivos.

No espaço como recurso, temos a ressaca com a água, solo, animais, plantas; os espaços “vazios”, com seu potencial construtivo; os arranjos existentes na ocupação, como casa, lote, passarela e passagem; no exterior, possui as ruas e as redes de infraestruturas pré-existentes. Ao serem vinculadas, a ocupação coordena diversas aspirações e restrições espaciais e econômicas. Como na existência de uma passarela que impede o crescimento do lote, Joaquim, morador antigo, comprou seu lote de um vizinho que detinha vários terrenos. O terreno, à época, dispunha de 10,80 metros de largura, mas sem limite em seu comprimento. A sua atual dimensão (10,80 x 25 m) foi estabelecida posteriormente por causa de uma ponte que construíram atrás de sua casa. Parafrazeando-lhe: quando tem uma “pontezinha” é difícil tirar. Podemos citar, como outros exemplos, a passarela precária que dificulta a locomoção ou a fiação informal precária que é insuficiente para funcionar um eletrodoméstico, assim, freezers ficam parados sem funcionar ou não conseguem gelar o suficiente e os moradores não podem ter um ar-condicionado.

Nas transformações do local, os moradores enfatizam as conquistas, de hoje estar bom em comparação com antigamente. Há melhorias da habitação, mas também da água que falta menos, da luz que cai menos, das proximidades de comércio, de ter mais linhas de ônibus.

Na perspectiva da sociologia de associações, um ator não está sozinho ao atuar, mas se vincula para mobilizar uma mediação. Dessa maneira, a água, a madeira, o Poder Público, as casas, a passarela, os moradores, rifa, influenciaram na prática de construir a passarela. A cada situação, as entidades se transformam pela mediação nas associações. De outra forma, os moradores podem atuar sozinhos, como ao puxar uma fiação de energia. Mas isso não significa que não façam parte de uma rede, pois, lembremos, uma ação sempre está vinculada a diversas entidades.

4. LUTA INSTITUCIONAL

Durante a consolidação, os habitantes da décima passarela podem continuar com a ação direta no espaço ou seguir o caminho da via estatal. Não são ações excludentes. Com essa última opção, os moradores requerem melhorias de infraestrutura ao poder público. São pedidos pontuais. Fazem-no, individualmente ou em grupo, das seguintes maneiras: vão às secretarias, reclamam em redes televisivas e em jornais, produzem abaixo-assinado. Além do mais, alguns participam de Organizações e da associação de bairro.

Pelas entrevistas, há relatos de moradores que foram individualmente em secretarias reclamar e pressionar técnicos e parlamentares por melhorias. Como retorno, complicações e informações avulsas são respondidas, como o impedimento em construção em áreas de ressaca.

Os moradores já enviaram abaixo-assinados reivindicando a reforma da passarela, demandando o asfalto na rua e postes de energia. O documento torna-se uma composição de interesses comuns de pessoas que não querem ser simples agentes passivos, mas influenciar o curso da ação.

A família de Carlos já organizou dois abaixo-assinados assinados pelos moradores e deixados, em seguida, na CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá). Depois de tentarem por ofício com abaixo-assinado, chamaram a imprensa, que mostrou que havia postes em outra ponte. A companhia de energia elétrica alegou que não podem colocar poste de energia na água. Além da vontade de ter uma boa energia, alegaram o desejo de ter um comprovante de endereço, para provar onde moram. Vale salientar que há entrega de correio, porém quem mora nas casas dos fundos ou dos becos colocam o endereço das casas da frente. Porém:

Fizemos ofício pra CEA, os morador fizemos abaixo-assinado e pra ... pra isso que a gente tem direito né, de um comprovante, porque só tem direito quem tem uma tevê a cabo, alguma linha de telefone, fixo que tem chega correspondência conhecido como de endereço, pra tirar uma coisa na loja, hospital e alegaram que era área de ressaca, não pode colocar postes, mas se você reparar aí atrás nessa outra rua tem poste de energia e chega correspondência normal da CEA lá. (Carlos)

Por outro lado, Letícia acredita que os moradores não pressionam mais a CEA, pois não querem pagar energia. Ela crê que há passarelas com postes de concreto, pois os moradores são unidos e demandam ao Poder Público.

Em jornais, rede televisiva e rádio, o tema predominante é sobre violência e criminalidade nas ressacas. Quando são feitas reclamações, os habitantes expõem suas dificuldades e o abandono do Poder Público. Letícia diz que sempre reclama, mas não é sempre que seus pedidos são atendidos. Na pauta das reclamações, a passarela é o carro-chefe.

Pela pressão popular, eles conquistaram uma pequena melhoria. Já chamaram para a passarela:

não, ficou mais de 6 anos sem uma reforma, aí sempre só funciona quando a imprensa vem, aí a gente chamamos a imprensa, a gente reunimos com os moradores, aí informando, né, que tinha caído idosos, criança. Exatamente pra não mentir, o cara quando virou a câmera pra lá, vinha criança indo pra escola fruuu caiu na hora da entrevista. Aí, a prefeitura falou que com 15 dias, 30 dias iam reformar, aí foi nessa época, né. Fizemos a entrevista mês de maio e quando foi em agosto eles fizeram. (Carlos)

Carlos acredita que só conseguem melhorias quando chamam a imprensa. Porém, para Maria, nem adianta mais chamar a televisão, pois os políticos só fazem na época de eleição. Para Letícia, os moradores unidos conseguem melhorias, por isso acredita que há passarelas melhores que outras. Rosana e sua filha creem que falta um representante de rua para trazer melhorias.

Em relação ao que pensam sobre as intervenções da prefeitura, catorze afirmaram que era de péssimo ou ruim, alegando que o Poder Público pouco atua e/ou demora. Os moradores evocaram alguns pontos: só fazem na época das eleições; constroem só algumas passarelas; a coleta de lixo é a única ação regular; há falta de interesse sobre as opiniões dos moradores; promessas descumpridas – como Lucas se queixou “prometeram que iam dar madeira para ligar na casa”. Apenas duas entrevistadas afirmaram que as intervenções da prefeitura eram boas, ainda assim, demoravam a ocorrer.

Perguntados se havia outra solução além do que era feito, desejos por melhorias, reclamações, ideias, vontades, conformismo e silêncio foram expressos. Para Letícia, “aí tem rua para melhorar, tem esses fios pra melhorar, tem algumas coisas. Não é muita coisa, mas dava pra fazer um monte de coisa”. Para Mariana, poderiam colocar poste de concreto – mesmo que digam que não pode – ou, pelo menos, colocar de madeira com iluminação. Carlos citou a precariedade do esgoto na cidade e que o Poder Público deveria fazer. Alguns afirmaram que não teria outra solução, pois nada iria mudar, “nunca vi uma melhora” (Lucas). Para Natália, é difícil dizer se haveria outra solução, pois estão desacreditados de promessas não cumpridas. Já para Suzana, a solução seria cada um fazendo sua parte. Por sua vez, Rosana e Ana sugeriram a ideia de um representante por rua que conhecesse os principais problemas e levasse ao prefeito. Já Vítor gostaria que ouvissem mais a população:

acho que se se a prefeitura, ou qualquer órgão que trabalhe nessas áreas, ouvisse mais a população e trabalhasse em cima daquilo que a população precisa, porque nem sempre também o que a população precisa eles podem fazer né, mas eles podem ouvir o que a população tem, quem sabe eles não conseguiriam resolver o problema que, às vezes o, por exemplo tem a gente tem o problema, mas se ninguém ouvir a gente não vão conseguir resolver, aí eles precisam de voto, mas se a gente não votar eles não vão se eleger. (Vítor).

A pergunta sobre a ocupação no futuro era a indagação que costumava gerar um silêncio antes de ser respondida e em quase metade das respostas os entrevistados ficaram calados ou disseram “não sei”. Dos que responderam, Letícia acredita que continuará do jeito que está. Já para Arthur, será tudo aterrado. Uma citou a possibilidade do asfalto, um imaginou um lugar mais seguro, outra com posto de saúde funcionando. Rosana acredita que se em 20 anos a prefeitura não fez quase nada, não é agora que irá fazer. Por sua vez, Natália

contou não saber sobre o futuro, pois dizem que vão remover os moradores de área de ressaca:

Natália: não sei, porque eles dizem que eles vão fazer é, esses conjuntos, né, pra tirar o povo que mora aqui, só que muitas pessoas não querem sair daqui, porque aqui é um lugar bom, o povo tá acostumado, vai pra esses conjuntos aí, é uma dificuldade que só, promete uma coisa e quando é na hora, depois é tudo diferente.

Eu: Como diferente?

Natália: é porque eles dizem, olha você vai que vai pagar uma taxa disso e disso e quando é no fim aí vem uma conta de energia alta, vem água, vem condomínio, vem tudo e aqui a gente ... a gente não paga isso, mas se viesse, porque tem um projeto disque de passar é poste pra gente pagar energia, eu falei por mim eu faço questão, eu pago, só que queria uma coisa boa. Mas, até então nada, eu não sei como é que vai ser daqui pra frente no futuro, né, se a gente vai continuar aqui, porque eles dizem que vão tirar o povo que mora em área de ressaca, não sei.

No final de sua fala, podemos perceber a dualidade entre as ações da prefeitura de reassentar ou urbanizar, pois caso invistam em melhorias na ressaca, subentende-se que aceitam os moradores de seguir vivendo na ressaca. Porém, essas divergências das ações do Poder Público geram confusões nos moradores no que se refere ao futuro de suas habitações.

O ZEEU e o PDDUAM apontam para as duas alternativas supracitadas, o que depende do nível de consolidação. A décima passarela da ressaca do Congós se insere na Zona com Ocupação Urbana Consolidada (TAKYAMA et al., 2012). Essa zona engloba áreas com médio a alto adensamento populacional, construções ao redor e dentro da ressaca, multiplicidades de usos e paisagens muito antropizadas. Mesmo assim, o Poder Público pouco produz infraestrutura nas ocupações informais nas ressacas.

Em relação à participação dos moradores em organizações locais, temos o CASP, Congós 100% paz, e à associação de bairro. O Centro de Atividades Sociais da Periferia (CASP)⁶, também conhecido como “centrinho”, está localizado na décima avenida, em área de terra firme, na frente da residência de sua diretora. O local possui diversas atividades de cunho cultural e ensino. O CASP já organizou abaixo-assinado às secretarias, presta auxílios pontuais aos moradores (como mutirão para reforma de uma casa de palafita, doação de roupa e alimentos); e oferece o espaço físico para reuniões de moradores. A líder já participou de reuniões com secretarias, como sobre iluminação pública e passarelas. Por sua vez, os Núcleos Rotary de Desenvolvimento Comunitário (NRDCs) estão vinculados ao Rotary Club. São grupos que planejam e implementam ações locais com o intuito de mobilizar as pessoas e atender às necessidades locais. A primeira atuação do NRDC do bairro Congós foi tentar

⁶ Os membros que estão na diretoria do centro são vizinhos, amigos e familiares, que moram na rua de terra firme, com exceção do líder da capoeira, que vive em outro bairro.

minimizar o índice de violência do bairro, mediante criação do grupo de whatsapp denominado “Congós100%paz”; o grupo de whatsapp bem como seu líder, Nildo, atuam até os dias presentes. Apenas dois moradores entrevistados estão no grupo de whatsapp. Por fim, em relação à associação de bairro, onde entrevistei, ninguém conhecia a líder da associação, nem sabia seu nome. Poucos entrevistados afirmaram onde fica a associação de bairro. Dos que sabiam, disseram que estava fechada. Não tinham certeza se ainda funcionava. Só três já participaram de alguma reunião.

Com a consolidação da ocupação, o Poder Público começou a urbanizar pontualmente a ocupação informal, mas sem diálogo com a população, o que desconsidera e desmobiliza os vínculos dos moradores na ação direta. Ainda assim, a urbanização pontual abriu brechas para requerimentos dos moradores pela via institucional. Os moradores acreditam que é (ou deveria ser) dever do Poder Público fornecer, ao menos, passarelas e asfalto.

A luta institucional é uma busca de melhorias sócio-espaciais centralizada no papel do estado, refletindo em seu dever como provedor, regulador e ordenador. Por outro ponto de vista, por esse meio de luta, os moradores também nos mostram que estão à procura de visibilidade, de reconhecimento de sua cidadania perante o poder público e de legitimidade de se viver sobre as águas. E nos revelam, que o direito dos pobres urbanos em reivindicar a cidade é possível.

5. DELINEAMENTOS: ENTRE AÇÃO DIRETA E LUTA INSTITUCIONAL

Uma maneira de refletirmos as negociações entre os actantes a partir da ação direta ou luta institucional consiste nos termos controle e autonomia. Os moradores da ressaca vivem na relação entre um e outro. Com a TAR, entendemos que não vivemos em via única do controle, pois os atores estabelecem entre si múltiplas conexões em redes mais sutis que causa e efeito; nem tampouco da autonomia, pois a formação de vínculos é inevitável. A liberdade, nesse sentido, não consiste na ausência de vínculos. A TAR postula que alguém desvinculado mostra uma situação de empobrecimento, pois, caso não tenha vínculos, não se move; já com poucos vínculos possui movimentos limitados. De outra forma, com muitos vínculos, ocorre a crescente complexidade de sua prática. Isto posto, em vez de lutar contra certa entidade ou contra a ideia de que precisam passar por algum projeto de capacitação emancipador, deve-se melhorar a qualidade de articulações e refletir sobre novos agenciamentos com instrumentos e ferramentas.

Um exemplo consiste na falta de vínculos com as legislações na luta institucional. O plano diretor e o ZEEU são instrumentos que poderiam ser apropriados para legitimar os discursos nas lutas por melhorias frente ao Poder Público. Na décima avenida/passarela, serviria como um embasamento – legitimado pelo próprio Poder Público – para reforma das passarelas ou instalação de energia. Contestaria a resposta institucional da impossibilidade de atuar por ser “área de ressaca”. Não obstante, deve-se ter cuidado com a assertiva, pois, ademais da criação do vínculo entre moradores e líderes comunitários com os instrumentos de planejamento, é preciso atentar-se para sua qualidade – para não ser um contato superficial e desconectado das realidades cotidianas. Então, uma questão em aberto a futuras pesquisas seria como criar dispositivos que facilitem a compreensão de termos técnicos desses planos.

Questionar as intervenções do Poder Público nas ocupações informais na ressaca também é conjecturar sobre suas intervenções em toda cidade, ao refletir sobre como a investigamos, e também ao repensar outras possibilidades de planejamento urbano. Como desdobramento de nossa pesquisa, perguntamo-nos que mundo queremos partilhar. Tal pergunta aponta para outras duas: qual o desenho político que a TAR sugere? Qual o lugar para quem toma decisões?

A Teoria ator-rede é alvo de críticas de uma suposta neutralidade política. Mas, para Latour, a política “não é a revolução, mas a *explicitação*, ou seja, o desdobramento dos elementos artificiais que precisávamos para viver, mas até então não sabíamos” (LATOURE, 2009). Desdobrando e conhecendo os vínculos de forças até então ocultas, é possível combater suas forças. Isso posto, a relevância política é descrever como o coletivo é mantido, ou seja, desbravar a coexistência dos elementos heterogêneos que a compõem. Como um “diplomata incansável” (VIVEIROS DE CASTRO, 2006), Latour julga que sempre é necessário negociar o comum com os outros (SOULIER, 2015). Para tanto, o autor afirma que outros pontos de vista não podem mais ser desconsiderados. É preciso reconhecê-los.

Latour tem sido visto como um teórico radical da democracia, pois amplia o conceito de política, modernamente oposto à natureza, e a estende aos não-humanos. A política não é apenas um problema de representação ou de tomada de decisão de humanos (LATOURE, 2014). O autor propõe que as coisas têm plenos direitos – como sugere com a democracia das coisas. “Nada de noção espacial que não seja, por assim dizer, animada, permanentemente modulada pelos mais heterogêneos agenciamentos do real” (DIA, SZTUTMAN, MARRAS, 2014, p. 501), as questões de políticas urbanas são composições de objetos, naturezas, tecnologias e pessoas.

A política urbana não é, portanto, sobre sujeitos, subjetividades ou discursos, mas sobre coisas, objetos complexos e entrelaçados, misturas

sociomateriais. Isso é o que Latour (2005a) chama de Dingpolitik: o entendimento de que a política urbana não pode mais ser entendida como conflito entre interesses humanos ou, melhor, de classe, mas envolve conflitos sobre diferentes 'cosmogramas', isto é, formas de articular os elementos de o mundo e suas conexões mútuas (Latour, 2004b; Tresch, 2007). A consequência dessa política orientada a objetos é que novos modos de representação são necessários, assim como novos espaços democráticos nos quais conjuntos urbanos complexos, controversos e conflitantes, em vez de apenas interesses humanos, podem ser representados em toda a sua heterogeneidade” (FARIAS, 2011, p. 371-372).

Como estudos da TAR têm mostrado e são evidenciados na *urban assemblage*⁷, “o projeto político que esta perspectiva envolve está ligado a uma redefinição da democracia em relação a práticas participativas que reconheçam humanos e não humanos como atores políticos” (FARIAS, 2011, p. 371). Para tal afirmativa, os teóricos de corrente baseiam-se no “direito à cidade” de Lefebvre e o compreendem como direito de acesso à participação, para se tornar um Estado do direito à cidadania para todos, o direito de regular e de influenciar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os moradores precisam ter conhecimentos e práticas reconhecidos, melhoramento de qualidade de articulações, novos agenciamentos, assim como possuir novos espaços de decisão dentro do Estado. Um caminho e vínculo possível, que considere o supracitado e aproxime a ação direta com a via institucional, consiste em uma efetiva participação – ainda que haja desafios, como o risco de cooptação, consulta e dificuldade de acesso a informações (SOUZA, 2006). Nesse tipo de relação, as negociações não devem ser entre profissionais com agência e cidadãos sem, caso contrário os moradores seriam meros intermediários. Mas, de outra forma, a efetiva participação da população com a instituição parte da “parceria”, com o compartilhamento de poder de decisão e transparência; e da “delegação de poder”, a partir do qual o Estado renuncia de co-interferir na decisão (SOUZA, 2006).

⁷ A *urban assemblage* é uma corrente de estudos urbanos que visam compreender a cidade incorporando ferramentas da TAR. Refletir a cidade a partir da *urban assemblage* é entendê-la como um processo relacional de composição, não confinada a limites bem estabelecidos, e com seu conjunto de associações com entidades heterogêneas (McFARLANE, 2011). Isso implica em compreendermos que a infraestrutura não se resume a um objeto estático, que a arquitetura não está finalizada. Portanto, a TAR permite que atores não-humanos possuam importante papel de mediação no estudo da cidade.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ. Lei nº. 0835, de 27 de maio de 2004. Dispõe sobre a ocupação urbana e Peri urbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e várzeas localizadas no Estado do Amapá e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amapá, Macapá, n. 3286, 27 mai. 2004.
- AMIN, Ash. Lively Infrastructure. *Theory, Culture and Society*, Londres, v. 31, p. 137-161, out. 2014.
- CAPORRINO, Bruno Walter. Resíduos e resquícios, rio Amazonas. *Piseagrama*. Disponível em: <http://piseagrama.org/residuoseresquiciosrioamazonas/>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1980], 316p.
- DIAS, Jamile Pinheiro Dias; SZTUTMAN, Renato; MARRAS, Stelio. Múltiplos e animados modos de existência: entrevista com Bruno Latour. *Revista De Antropologia*, 57(1), 499-519, 2014.
- FARIAS, Ignacio. The politics of urban assemblages. In: *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 15:3-4, p. 365-374, 2011.
- LATOUR, Bruno; YANEVA, Alben. Give me a Gun and I will Make All Buildings Move: An ANT's View of Architecture. In: HARRISON, A. (Org.). *Architectural Theories of the Environment: Posthuman Territory*. Londres: Routledge, 2012. p. 107-115.
- LATOUR, Bruno. ¿El cosmos de quién? ¿Qué cosmopolítica?: Comentarios sobre los términos de paz de Ulrich Beck. *Revista pléyade*, vol. 14, julio-diciembre, 2014, pp. 43-59.
- _____. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do ator-rede*. Salvador/Bauru: EDUFBA/ EDUSC, 2012.
- LOPES, Marcela Silvano Brandão. *Artesanias Construtivas e urbanas: por uma tessitura de saberes*. 2015. 276f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte, 2015.
- LUSSAULT, Michel. *L'homme spatial*. La construction sociale de l'espace humain, Seuil, 2007, 366 p.
- _____. Ce que la géographie fait au(x) monde(s). Tracés. *Revue de Sciences humaines* [En ligne], vol.10, 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/traces/4854>>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- MACAPÁ. *Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá*, 2004.
- MCFARLANE, Colin. Assemblage and critical urbanism, *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 15:2, 204-224, 2011.
- MINUCHIN, Leandro. The politics of construction: towards a theory of material articulations. *Environment and Planning D: Society and Space*, 2016.

PORTILHO, Ivone dos Santos. *Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do PDSA na cidade de Macapá (AP)*. 2006. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SOULIER, Eddie. *Territory as a Narrative*. CS-DC'15 World e-conference, Sep 2015, Tempe, United States. CS-DC'15 World e-conference. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01291117>. Acessado em: jun, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?* (1a e 2ª partes). Publicado no jornal Passa Palavra, April, 2012. Lastro. UFSC, 2012.

_____. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

TAKIYAMA, Luís Roberto [et al.]. *Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana*, estado do Amapá: relatório técnico final. /Luís Roberto Takiyama. Macapá: IEPA, 2012.

VENTURINI, Tommaso. Diving in Magma: How to Explore controversies with Actor-Network Theory. *Public Understanding of Science*. vol. 19, n. 3, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2007. *Encontros. Eduardo Viveiros de Castro* [Entrevistas Org. Renato Sztutman]. Rio de Janeiro: Azougue Editorial



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 02B – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

O IPTU COMO INSTRUMENTO AUXILIAR NA REURB

Mozart Silveira (UFPA)¹
Carla Peixoto (UFPA)²

RESUMO

Nesse sentido, o intuito do presente artigo é o de contribuir com o arcabouço teórico já produzido, bem como o de situar o diagnóstico fiscal do Município de Belém, no Estado do Pará. Mais especificamente, o presente artigo buscará verificar se é verdade a hipótese de que a cobrança do IPTU é um empecilho à concretização de programas de regularização fundiária urbana (REURB). Para tanto, a primeira sessão do artigo apresenta a teoria da renda no ciclo produtivo do capital, teoria de base para as formulações do artigo. Na segunda parte, verificar-se de que maneira a tributação pode contribuir para redistribuição de capital acumulado e equalização de rendas diferenciais. O terceiro ponto esclarece o contexto jurídico aplicável ao Município de Belém, suas regras locais e os preceitos constitucionais a qual o ente federativo deve obedecer. Por fim, utilizando-se do arcabouço teórico apresentado, buscar-se responder à questão proposta, se o IPTU é um empecilho à REURB. Os resultados mostram que, a depender do foco, nem sempre ele será um obstáculo à regularização. Na verdade, ele pode contribuir de maneira indireta à REURB.

Palavras-chave: IPTU; REURB; teoria da renda; capital

INTRODUÇÃO

A presente obra tem como escopo de verificar de que modo uma política tributária focada na tributação imobiliária urbana pode contribuir com políticas públicas de regularização fundiária, em especial na cidade brasileira de Belém, no Estado do Pará. Para tal fim, é necessária a compreensão da teoria da renda, dado que é através dela que se estudará como a tributação pode redistribuir parte do valor agregado no movimento do capital.

Desse modo, o trabalho inicia-se buscando fundamento na teoria marxista, reconhecendo o caráter monopolista da propriedade privada, em especial no que diz respeito à sua forma jurídica viabilizada pelo Estado que garante significado universal na sociedade burguesa, advogando conforme aos interesses das classes dos expropriadores. Também é preciso discutir os conceitos fundamentais da lei do valor enquanto lei geral de acumulação

¹ Doutorando em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU/NAEA/UFPA), e-mail: mozart@ufpa.br

² Doutoranda em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU/NAEA/UFPA), e-mail: carla_peixoto@hotmail.com

capitalista. Além disso, é preciso a compreensão da forma com que o capital subordina a renda da terra conforme o seu interesse.

Em seguida, discute-se a importância da tributação como instrumento de distribuição de parte do mais-valor acumulado na expansão do capital e a sua possível relação indireta para com as políticas de regularização fundiária. Por fim, trabalhar-se-á com aspectos da tributação e ocupação do espaço urbano na cidade de Belém.

1. A TEORIA DA RENDA NO CICLO PRODUTIVO DO CAPITAL

O ciclo produtivo do sistema capitalista é complexo e, para a sua melhor compreensão, alguns termos basilares devem estar claros. Desse modo, ainda que em caráter introdutório, alguns conceitos serão apresentados como ponto de partida. É importante ter em mente que que todos esses conceitos se relacionam dialeticamente entre si e, dependendo da abstração adotada, revelar-se-á outras camadas do véu que encobre a sistemática capitalista.

Na sociedade capitalista, todas as mercadorias têm um valor de uso e um valor de troca. As duas concepções são fundamentais e, ao mesmo tempo, contraditórias no modo de produção. Desse modo, o valor de uso de um determinado bem corresponde à capacidade de a coisa satisfazer, direta ou indiretamente, desejos e necessidades humanas. Esses valores são variados, diferentemente do valor de troca que tendencialmente é uniforme e qualitativamente idêntico (HARVEY, 2004). Desse modo, “um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2017a, p. 115).

A terra é um exemplo fundamental de que nem todos valores de uso são produzidos pelos seres humanos. “O valor de uso daquilo que os seres humanos produzem não provém totalmente, ademais, do trabalho que o produz, em parte porque toda a produção atua sobre um material ao qual transforma, transporta ou extrai” (COHEN, 2013, p. 478).

Outro conceito relevante é o valor de troca, uma propriedade dos valores de uso que possuem o *status* de mercadoria. O valor de troca de uma mercadoria é exatamente a sua capacidade de ser trocada por outras mercadorias no mercado. Esse valor é mensurado por um número de mercadorias suficientes para que se possa ter equivalência na troca. Desse modo, o valor de troca de uma sala comercial em um shopping center no centro da cidade será, em regra, superior a uma sala comercial em local distante, ainda que essa última seja maior e mais confortável.

Entendidos as diferenças entre valor de uso e valor de troca, existe um terceiro termo que deve ser aclarado, trata-se do valor *per se*. Considera-se a teoria do valor implícita nos processos de produção e troca de mercadorias, mostrando-se de maneira mais palpável quando se busca o que há em comum entre os valores de uso e de troca. O atributo que todas as mercadorias têm em comum é o fato de serem construtos do trabalho humano (HARVEY, 2013). O trabalho, que se divide em concreto (que envolve a transformação material da

natureza, criando valor de uso) e abstrato (que, no processo produtivo, cria valor, ou seja, é o tempo de trabalho socialmente necessário para fabricar/incorporar mercadorias) é o grande responsável pelo acréscimo de valor nas mercadorias (MARX, 2017a).

A teoria do valor, assim, trespassa o problema da simples precificação das mercadorias. A referida tese reflete e incorpora conceitos às relações sociais essenciais que estão no cerne do modo de produção capitalista. Ou seja, o valor, sob esse prisma, é uma relação social. Todavia, para que esse valor continue a sê-lo, ele deve ser criado no âmago da produção e concretizado por meio da troca e do consumo. Diferentemente do valor de troca, que é relativo entre os diferentes mercados - mas tende a ser precificado de maneira equânime em um mesmo mercado -, o valor é uma magnitude absoluta.

Conforme tratado alhures, os objetos possuem valores de uso, ou seja, a utilidade de um dado bem e valor de troca, o poder de compra e troca por outros bens. Nesse sentido, as coisas que possuem o maior valor de uso, em muitos casos, têm um valor de troca irrisório, e as que têm maior valor de troca têm um pequeno ou nenhum valor de uso (RICARDO, 2018). A título de exemplo, o ar e a água possuem utilidade fundamental para a vida humana e possuem, até o presente momento, baixo valor de troca em comparação ao ouro ou aos diamantes, que têm uma utilidade muito menor do que os bens necessários à sobrevivência dos homens, mulheres e animais de todas as espécies no planeta. Além dessas categorias já tratadas por Ricardo (2018), temos a contribuição marxiana do valor de bem em si, que é uma relação com o trabalho produzido que é acrescentado à mercadoria (MARX, 2017a).

Buscando compreender essa linha conceitual para aplicabilidade na pesquisa, a renda da terra é um objeto de estudo de economistas clássicos, a exemplo de Ricardo (2018), que tratou do conceito unicamente como uma relação técnica, não refletindo acerca da relação entre preço e valor. Apenas com Marx (2017b) que o conceito foi tratado como decorrente de uma relação social existente em uma sociedade desigual, fundamentalmente relacionada ao monopólio da propriedade privada e apropriação decorrente do processo de distribuição de mais-valia social³ oriunda do capitalismo.

A renda da terra é, em apertada síntese, um pagamento pelo direito de usar a terra e seus pertences (RICARDO, 2018). Nesse sentido, a terra evidentemente possui valor de uso e valor de troca. Contudo, a renda da terra não se confunde com uma mercadoria ou com o capital, dado que ela não é resultado do trabalho social. Ou seja, ainda que a terra tenha valor de uso e valor de troca, ela não tem valor, pois o valor, nessa linha de estudos, é uma grandeza que se mede com o trabalho social que se acrescenta ao bem.

³ Semelhante ao conceito de mais-valor, a mais-valia social é o acréscimo de valor resultante da apropriação indevida de esforço de toda a sociedade para uma parcela da população. Essa modalidade de acréscimo se dá para além do ambiente fabril.

Mesmo que não possua valor, a terra como mercadoria possui valor de uso e valor de troca. A terra no seu estado virgem é a origem de toda a riqueza, sendo o objeto do trabalho humano, condição de produção e repositório de infindáveis possibilidades de valor de uso. Devido às suas características intrínsecas, trata-se de um bem monopolizável e alienável, podendo ser arrendada ou vendida como qualquer mercadoria. Além disso, ela não é um bem reprodutível, dado que a quantidade total de terra na superfície terrestre é limitada.

Além disso, a renda proporciona uma base para diversas formas de controle social sobre a organização social e do desenvolvimento do capitalismo (HARVEY, 2013). Isso porque a terra é também o lugar e o espaço que proporciona a base de operações do sistema (MARX, 2017a), ou seja, o espaço é elemento essencial em toda a produção e atividade da humanidade.

Entende-se que as relações de distribuição de renda podem ocupar papéis de coordenação estratégica no modo de produção capitalista, no sentido de que a circulação do capital que rende juros não produz valor diretamente, mas ajuda a coordenar a produção do valor excedente (HARVEY, 2013).

A circulação adequada do capital mediante o uso da terra e o processo de moldagem de uma organização espacial apropriada às atividades estão ajustados ao funcionamento dos mercados fundiários, que, por sua vez, se baseiam na capacidade de se apropriar da renda. As funções e coordenação são adquiridas à custa de permitir formas insanas de especulação da terra (HARVEY, 2013).

A presente obra representa um estudo de uma realidade urbana e, ainda que os estudos clássicos tratem da realidade agrária, contudo *“this ought not to deter us, for the translation to the urban context is relatively easy provided we can garner a general enough concept of rent from the classical debate⁴”* (HARVEY, 1993, p. 178).

Para adquirirem renda, os proprietários fundiários baseiam-se no poder monopolista de determinadas porções do planeta (HARVEY, 2005). Marx (2017b) entende que no sistema capitalista pode assumir quatro formas diferentes: monopolista, absoluta, renda diferencial I (RD-1) e renda diferencial II (RD-2).

Devido ao escopo do presente trabalho, maior ênfase será destinada à renda diferencial. A renda diferencial é derivada da produtividade gerada pelo trabalho humano sobre a base natural de produção na agricultura (MARX, 2017b). Trata-se de uma forma existencial de mais-valor extraordinário criada pelo trabalho humano – fonte do valor -, dado que, se não ocorrer o trabalho, a terra permanecerá estéril.

⁴ Tradução livre: isso não deve nos deter, pois a tradução para o contexto urbano é relativamente fácil, desde que possamos obter um conceito geral de renda do debate clássico.

A RD-1 é fixada por meio da diferença entre os preços individuais da produção e o valor de mercado determinado por condições de produção na pior terra. Ao caracterizar as rendas essenciais, Marx (2017b) nos mostra a diferenciação entre a RD-1, que independe do progresso técnico, e a RD-2, intimamente ligada ao investimento do capital em ciência e em tecnologia para o aumento da produção. Ainda que sejam formas de manifestações diferenciadas, as duas resultam em apropriação do lucro suplementar, entendido como a diferença entre o preço individual de produção de determinada mercadoria e o preço social de sua produção. Esse lucro extraordinário não fica na mão do capitalista, mas sim nas mãos dos senhores de terra, sob a forma de renda diferencial (CARIO; BUZANELO, 1986).

No espaço urbano, a obtenção de renda diferencial depende das virtualidades oriundas da localização. Nesse sentido, terrenos de iguais dimensões e mesmas características topográficas terão preços diferenciados a depender do bairro que se encontre, ainda que na mesma cidade. A produção social do espaço urbano é responsável por estabelecer essa diferenciação intraurbano, o que possibilita aos proprietários fundiários a extração de renda diferencial.

O papel das externalidades e capacidade de aglomeração urbanas são fundamentais para a compreensão da valorização desigual de localizações diversas do espaço urbano. A existência de serviços públicos urbanos diversos como, por exemplo, rede de água e esgoto, asfaltamento, centros comerciais, *shopping centers*, bancos, dentre outros, são fatos geradores de vantagens locacionais em relação a zonas menos favorecidas desses meios de consumo coletivos.

Conforme afirmado acima, o prestígio social é outro elemento que deve ser considerado na geração das rendas diferenciais. Desse modo, no ambiente urbano, a RD-1 se dá com o somatório de fatores como localização e condições de construção, ao passo que a RD-2 é captada a partir da diferença entre investimentos capitalistas em centros comerciais, imóveis para escritórios, que resultem em retorno econômico ao investimento financeiro (LOJKINE, 1979). Com base nesse raciocínio, é possível perceber que não se vislumbra a RD-2 em imóveis residenciais.

A compreensão da teoria da renda é fundamental para que se possa compreender o valor do espaço urbano e da mais-valia social incorporada, percebido dessa forma: inicialmente se calcula a renda anual da terra (R), que se define pelo somatório das rendas diferenciais (RD-1 e RD-2), da renda absoluta (RA) e, quando houver, da renda de monopólio RM.

$$R = (RD1 + RD2) + RA + RM$$

Obtendo-se esse valor, é possível calcular o preço de venda do solo. Na verdade, não se compra o solo como um bem ordinário, mas um direito de receber renda (MARX,

2017b). Essa afirmação é importante para deixar claro que não existe paradoxo no fato de a terra não ter valor, mas ter preço. Então,

$$P = \frac{R_1}{1+i} + \frac{R_2}{(1+i)^2} + \dots + \frac{R_n}{(1+i)^n} = \sum_{j=1}^n \frac{R_j}{(1+i)^j}$$

Nessa equação, P é o preço do solo, R_j é a renda que se espera para um período j de anos, e i é a taxa de juros real da economia, mantida como constante nesse modelo apenas para simplificar a visualização. Essa explicação demonstra a relevância da renda na formação do mais-valor social que, para os fins do presente texto, é chamado de mais-valia urbana. Essas apropriações de renda são acumuladas por uma classe específica. Contudo, existem mecanismos eficientes para a distribuição de parte desse mais valor e, dentre eles, a tributação um eficiente meio para capturar essa mais-valia decorrente da renda imobiliária.

2. A TRIBUTAÇÃO COMO MEIO DE CAPTURA DE MAIS-VALIA URBANA

O capital, elemento fundamental na lógica do sistema de produção hegemônico é um processo, um ciclo no qual a movimentação tem a finalidade de acumular-se indefinidamente. Sob essa lógica, a terra torna-se uma mercadoria e, como tal, possui um valor de troca, transmutando-se em uma *commodity*. Isso faz com que o seu valor seja volátil, dependendo de fatores externos. Nesse processo, novas geografias são criadas e, com isso, a classe dos proprietários de terra, na maioria dos casos, lucra com essa modificação da terra.

Os benefícios podem se dar no aumento dos valores dos terrenos, crescente rendas da terra e recursos de localização inerentes ao espaço. Rendas e valores da propriedade crescentes dependem de investimentos no lugar e aplicações que modificam as relações espaciais que agregam valor à terra, melhorando a acessibilidade. Os interesses dos desenvolvedores da terra assumem um papel ativo no fazer e refazer da geografia do capital, com objetivos de elevar a sua renda e o seu poder (HARVEY, 2011).

Nesse sentido, o investimento em rendas sobre terras torna-se atrativo para todos os capitalistas, com predomínio do valor especulativo da terra. A produção da geografia do capitalismo é posta como uma necessidade de realizar ganhos especulativos nos ativos de investimento, no caso, nas terras. Em muitos casos, a renda da terra em áreas mais distantes valoriza-se e recebe investimentos públicos, como vias asfaltadas, esgotos, abastecimento de água, dentro outras infraestruturas materiais, valorizando a terra que antes tinha uma renda baixa ou nula. Essa valorização pode ser um ato posterior à despossessão de comunidades tradicionais. Essa formação de valores acarreta em diversas transformações e retransformações sistemáticas da forma-mercadoria (no caso, a terra-mercadoria) em forma-dinheiro, em forma-mercadoria e assim sucessivamente, sempre acumulando o capital. Devido a essa valorização excessiva, o aumento de rendas diferenciais (em muitos casos de

rendas absolutas e até mesmo de rendas de monopólio) é distribuído entre diversos *players* que, por motivos diversos, reivindicam parcelas desses valores. Essa divisão de mais-valor se dá com o pagamento de trabalho assalariado, dízimos religiosos, distribuição entre diversas facções do capital e, em destaque no presente estudo, os tributos.

De maneira contrária à tese de um Estado neutro, entende-se que a razão da existência do Estado é de manutenção da classe responsável pelos seus princípios e normas que o regulamentam. É o ente responsável pela regulação do próprio sistema, investimentos públicos, regularização, comando e controle soberano do que acontece em seu território. Para realizar essas diversas ações, é preciso, além de poder político e monopólio do uso da força, meios econômicos. Duas são as formas básicas de obtenção de recursos financeiros por parte do Estado. A primeira, as receitas originárias, nas quais Poder Público age como um particular e atua no mercado, não havendo manifestações de poder de império (ou seja, superioridade jurídica) na realização das transações no mercado.

A outra forma, é por meio de receitas derivadas. Nesse caso, o Estado vale-se de prerrogativas de direito público para editar leis obrigando que os particulares devam pagar uma quantia determinada de seu patrimônio ao fisco, caso ocorra a hipótese tributária, que pode ser a posse ou propriedade algum signo de riqueza (como um bem imóvel ou um veículo automotor) ou realizar certa ação (compra e venda mercantil de um apartamento, por exemplo), previamente determinada em lei. Dentre as receitas derivadas, temos as multas, as reparações em decorrência de guerra e os tributos.

Os tributos são a maneira por meio do qual o Estado apropria-se de uma porção do valor e do mais-valor. É por meio desse financiamento que o Estado é invocado como agente e elemento ativo na garantia da manutenção e ampliação do capital (HARVEY, 2018). Além disso, o Estado contribui para o regime de mercado pela sua demanda efetiva, assumindo diversas funções além de atuar como agente redistributivo, por meio de educação, saúde, habitação subsidiados por recursos públicos.

Áreas que potencialmente existe uma maior renda, frequentemente ocorre segregação de grupos mais abastados em relação ao restante da sociedade, um prestígio social da vizinhança. Isso provoca o aumento da renda diferencial, excluindo os já marginalizados. Aumenta-se, desse modo, as mais-valias urbanas. Dentre os mecanismos tributários que podem amenizar essa situação, temos o Imposto Predial e Territorial Urbano. Que será melhor explanado a seguir.

3. A SISTEMÁTICA DO IPTU NO CONTEXTO DA CAPITAL PARAENSE

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) consolidaram no Brasil uma nova ordem jurídica baseada no princípio da função social da cidade. Nesse sentido, dado o caráter constitucional a esse

princípio, temos uma série de implicações sobre o tema que merecem investigação aprofundada para fins de uma melhor aplicabilidade jurídica e nas políticas públicas. Não obstante, o tema tem avançado bastante em aspectos urbanísticos, ambientais e legais, com grandes contribuições nos tempos mais recentes (FERNANDES; ALFONSIN, 2009).

Os conceitos jurídicos gerais entram como parte de processos e sistemas ideológicos, facilitando a manutenção do *status quo*. Entretanto, ainda que a mudança de paradigma não venha da legislação por uma benesse estatal, a sociedade civil organizada conseguiu algumas garantias plasmadas no texto legal. No que se refere ao direito urbanístico, muitas das conquistas só se concretizaram por movimentos sociais, a exemplo do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Diversos instrumentos que constam na norma foram originados por pressão dos movimentos sociais.

É nesse contexto instrumental que a tributação ganha relevância. Ela possui características distintas a depender do modelo estatal aplicada. Em apertada síntese e em um aspecto formal, a norma constitucional do Brasil nos informa que o Estado brasileiro é um Estado Social, conforme se percebe no primeiro artigo da CRFB, que informa os valores constitucionais a serem seguidos (BRASIL, 1988).

Nesse diapasão, as implicações do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no mundo jurídico e urbanístico são relevantes. Trata-se de um dos impostos, ao lado do Imposto Territorial Rural (ITR), responsáveis pela propriedade imobiliária, incidindo sobre os imóveis localizados em áreas urbanas. Trata-se de um imposto com características predominantemente fiscais⁵. Nesse sentido, as alíquotas do IPTU são progressivas em razão do valor do imóvel. Ou seja, imóveis cujo o valor venal (a avaliação do preço do imóvel feita por técnicos municipais) é superior merecem um percentual mais elevado na cobrança por parte do fisco. Essa é a chamada progressão fiscal.

Para tornar o entendimento menos abstrato, um exemplo dessa progressão é o que ocorre no município de Belém, no qual imóveis residenciais de até R\$ 52.929,16 são isentos do IPTU, ao passo que imóveis avaliados em valores acima de R\$ 518.164,81 devem pagar alíquotas de 06% do valor venal do bem de raiz, conforme a tabela 01 (BELÉM, 2008).

Tabela 01 – Variação de alíquotas de IPTU em relação ao valor venal do imóvel

| Imóveis de uso residencial | |
|----------------------------|-----------|
| Valor venal do imóvel | Alíquotas |
| | |

⁵ No âmbito fiscal, existem impostos cuja a finalidade é predominantemente fiscal, ou seja, carear recursos para o erário, dentre eles, temos o Imposto Sobre Serviços, o Imposto de Renda, dentre outros. Todavia, também temos impostos com finalidades preponderantemente de intervenção em uma dada situação no mundo concreto: a finalidade extrafiscal, como, por exemplo, o ITR, uma vez que a alíquota é maior para propriedades de maior área e reduzido grau de utilização. O objetivo dessa política é o de desestimular os grandes latifúndios improdutivos.

| | |
|-----------------------------|--------|
| Até R\$ 52.929,17 | Isento |
| R\$ 52.929,17 a 119.561,54 | 0,3% |
| R\$119.561,55 a 319.181,51 | 0,4% |
| R\$ 319.181,52 a 518.164,81 | 0,5% |
| Acima de R\$ 518.164,81 | 0,6% |

Fonte: Belém (2008)

Mas, mesmo no caso de tributos com finalidade precipuamente fiscal, o objetivo extrafiscal, mesmo que secundário, se faz presente. Olhemos o caso do IPTU de Belém. A progressividade das alíquotas, ainda que possua uma finalidade arrecadatória, por exigir mais de quem possui maiores signos de riqueza, temos interessantes reflexos sociais.

O IPTU pode, por uma excepcionalmente constitucionalmente autorizada, ser utilizado com a função predominantemente extrafiscal, com previsão no art. 182, §4º da CRFB (BRASIL, 1988). De acordo com a legislação máxima, é facultado ao Poder Público municipal, nos termos de lei específica e em área incluída no plano diretor municipal, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova o seu adequado aproveitamento. Caso o particular não atenda à demanda estatal, existem consequências legais sucessivas, como o parcelamento ou edificações compulsórias e, mais importante para o presente estudo, o IPTU progressivo no tempo (IPTUPT).

Desse modo, a lei federal que regula o caráter extrafiscal é o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001 (BRASIL, 2001). Nessa sistemática, lei municipal específica determinará a alíquota do IPTU aplicável a cada ano. É necessária atenção à norma, dado que a alíquota não pode exceder duas vezes o valor referente ao ano anterior e deve-se respeitar a alíquota máxima de 15%, conforme o art. 7º, §1º do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Por fim, para evitar a frustração de objetivos constitucionais por benefícios fiscais, o §3º do artigo (BRASIL, 2001) veda que se concedam isenções e anistias relativas ao IPTU progressivo no tempo. Além disso, caso não haja o pagamento do IPTU progressivo no tempo, pode-se adotar medidas mais drásticas, como a desapropriação do imóvel (CARRAZZA, 2004).

De acordo com a legislação tributária (BRASIL, 1966), o fato gerador do IPTU, ou seja, a situação hipotética definida pelo legislador capaz de ensejar a obrigação tributária de pagar o imposto é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel definido em legislação civil, localizado em zona urbano do Município. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, conforme afirmado alhures. Esse valor venal deveria refletir o valor de mercado. Embora seja desejável que se recupere integralmente as mais-valias urbanas, é impossível fixar com exatidão o quanto se valorizou determinada área por atuação estatal. Some-se a isso fatores como defasagem em avaliação e/ou falta de planilha de valores imobiliários.

Todavia, apesar da potencialidade desse tributo com finalidade precipuamente extrafiscal, ele não foi instituído em grande parte dos municípios do Brasil, não sendo Belém uma exceção. Na lei do município consta como uma norma programática, ou seja, a ser instituída (BELÉM, 2008)

4. O IPTU COMO INSTRUMENTO AUXILIAR NO PROCEDIMENTO DE REURB

De Soto (2000) entende que o fracasso da lei e das instituições jurídicas se relaciona diretamente com o fracasso econômico dos países mais pobres. Isso porque existe um descompasso entre a realidade vivida e o mundo jurídico, o que acaba por condenar a população mais carente a viver à na informalidade, o que significar estar à margem do sistema legal.

Essa informalidade é responsável por diversas consequências na vida cotidiana dessas pessoas, como a insegurança em relação à sua posse/propriedade da terra, impossibilidade de buscar subsídios creditícios e não amparo legal a diversas situações que poderiam ser solucionadas com o apoio do Poder Público. Some-se a isso o receio da população menos abastada de regularizar-se, pois seriam obrigadas a cumprir diversas urbanísticas, administrativas e a inserção em um complexo sistema tributário.

Tem-se a tese de que a inserção na legalidade traria malefícios, como a necessidade de pagar pelo IPTU. Analisando essa afirmação conforme o seu par dialético, ou seja, a de que a legalização (e consequente obrigações tributárias) seria benéfica.

Ocupações de terras partindo-se da informalidade, individuais ou coletivas são reflexos no mundo fático de uma negação jurídica: a concretização do direito de moradia. Essa necessidade muitas vezes não é atendida por fatores diversos, como a precarização do trabalho, elevados valores de troca de terras com melhores localizações e heranças históricas na garantia de direitos à terra, que reflete nas desigualdades sociais presentes na Amazônia brasileira.

E, nesse sentido, quando se fala em formalização do direito de moradia, um dos temas a se falar é o da regularização fundiária. A REURB de interesse social é uma conquista relevante de movimentos populares urbanos que lutam há anos pela permanência na terra ocupada e pelo direito à moradia. Essa garantia foi conseguida por lutas institucionais, garantindo-se que seja possível a legalização de áreas ocupadas que não cumprem a função social.

A formalização da propriedade ou da posse possui tríplice função, falando-se de empreendimentos econômicos: a proteção da propriedade, cria mecanismos de *enforcement* de contratos e acesso a um sistema de responsabilização civil (COUTINHO, 2010). A insegurança jurídica também incentiva aos particulares em poupar e investir na valorização do imóvel (DE SOTO, 1989).

Outro ponto de destaque é que a questão da Regularização Fundiária Urbana) ganhou novos aspectos com a publicação e consequente vigência da lei 13.465/17 (BRASIL, 2017), que trata da regularização fundiária e rural. Em uma visão geral, percebe-se que um dos objetivos da nova política é a regularização de áreas favelizadas, como se poder ver com a leitura do art. 9º, como se segue:

Art. 9º Ficam instituídas no território nacional normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes (BRASIL, 2017, n. p.)

A cidade é produzida pela padronização espacial desses processos, e o papel que a forma urbana desempenha neles se deve a possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que regem a disposição da mais-valia concentrada no seu âmago. A necessidade de acumulação e de estimular à demanda efetiva produzem desconcentração urbana e o surgimento de forma urbana metropolitana regional.

Um exemplo dessa expansão do capital, no ambiente urbano de Belém é o que ocorre na Rodovia Augusto Montenegro, com constante obras e expansão de serviços e bens de consumo, como de *shopping center*, supermercados, agências bancárias “todos cercados com os mais diferentes e variados tapumes, espalhados pelas principais ruas da cidade” (MENDES, 2019, p. 81), elevando a inserção do espaço metropolitano de Belém no circuito econômico do capital financeiro internacional.

Especificamente em relação ao sistema tributário, mesmo os moradores que não pagam o IPTU não estão à margem do sistema tributário. De fato, a maior parte da carga tributária no Brasil e na América Latina como um todo é composta de impostos indiretos, ou seja, os que tributam o consumo (LINCOLN INSTITUTE, 2019). Esses impostos são suportados por essa população, de maneira desigual, pois não há diferença entre o percentual de impostos entre os mais ricos e os mais pobres.

Nesse sentido, o IPTU é um dos impostos com maior capacidade de afetar diretamente a propriedade privada com justiça fiscal. Sem adentrar aos meandros da definição da propriedade privada no modelo adotado pelo Brasil, entende-se que a função social da propriedade se baseia na relação dialética poder-dever do particular. Isso porque trabalha-se com o binômio de poderes da propriedade (usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la) e deveres, como o de cumprir a sua função social.

Sobre esse conceito jurídico, entende-se que a propriedade urbana se compromete em satisfazer as necessidades humanas. Desse modo, esse poder-dever subordina não apenas os particulares, mas o próprio poder público no cumprimento da função social, que impõe a estes atos omissivos e comissivos.

Outro ponto que merece ser apresentado é que, em relação ao Município de Belém, no Estado do Pará, existe uma faixa de valores que são isentas de IPTU, conforme já apresentada em Tabela 01. Nesse ponto, a tributação direta, como é o caso do IPTU, é uma solução mais justa que a tributação indireta. Isso porque cobra-se mais de quem apresenta maiores signos de riqueza. Mas, para que isso se concretize, é preciso modernização e atualização constante do cadastro imobiliário.

Demonstrando de maneira empírica, tomemos como base a reprodução recente do espaço da Rodovia Augusto Montenegro, na área de expansão de Belém. A partir dos anos 2000, devido a ações do setor imobiliário, diversos condomínios privados foram construídos, além de comércios, serviços e obras de infraestrutura que modificaram significativamente o desenho urbano dessa parte da cidade.

Essa ocupação mais recente acarretou em aumento da renda diferencial para as localizações próximas. Entretanto, as consequências positivas mais evidentes se deram nos setores relacionados ao capital imobiliário atraídos pelos baixos valores dos imóveis. Isso elevou a

especulação imobiliária na área, dando a ela uma nova face, uma nova valorização, ou seja, o boom de construções na rodovia fez com que ficasse alto o preço dos imóveis nessa área, que passou até a ser dominada pelas construtoras em suas propagandas como a “Nova Belém”. Esta definição das construtoras se caracteriza pelo novo cenário da avenida com diversos imóveis e serviços disponíveis para a população (LUZ *et al.*, 2017, p. 7).

Conforme se denota a figura 01, a renda diferencial não cresce de maneira equânime entre as diferentes classes sociais. Para a população que reside há mais tempo, mas que em grande parte não possui titulação do imóvel, como os moradores do Residencial Ruy Barata, faltam serviços básicos como asfaltamento, saneamento básico e acesso a água de qualidade. Conforme entrevistas com moradores, muitas vezes no ano o serviço público de abastecimento de água via abastecimento público é descontinuado, as vezes por mais de uma semana. Uma realidade impensável para os residentes dos condomínios de luxo.

Além disso, vazios urbanos em locais com maior renda diferencial são problemas que afetam o planejamento urbano e contribuem para o déficit habitacional. Tratam-se de áreas grandes que não cumprem a função social da cidade (seja por inutilização, subutilização ou não edificação).

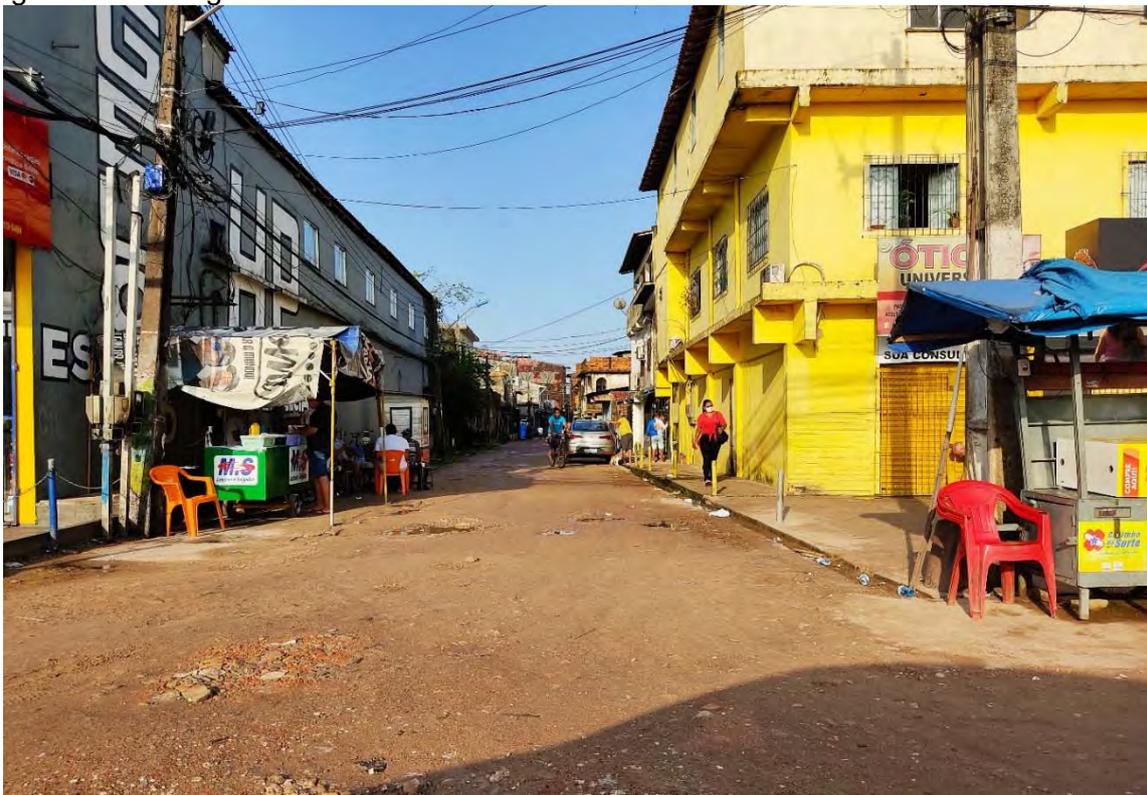
Nesse contexto, O IPTUPT poderia ser uma resposta para incentivar a utilização dessas áreas. A referida prestação compulsória poderia auxiliar indiretamente processos de REURB quando aplicado em conjunto com outros instrumentos urbanísticos (como direito de

preferência⁶). Desse modo, poderia o Poder Público se utilizar desses imóveis para reassentamento de moradores de áreas de risco ou sem estrutura, sem que seja necessário deslocá-los para áreas muito afastadas da cidade, com reduzida ou nula renda diferencial.

No aspecto extrafiscal, o IPTUPT é outra ferramenta importante no que toca ao aproveitamento e utilização do solo urbano e o cumprimento da sua função social da cidade. Afirma-se isso porque, cumprido os requisitos legais, esse instrumento pode potencialmente contribuir para a utilização social de áreas urbanas com maior renda, contribuindo para com a justiça fiscal e combate à especulação imobiliária.

Essa estratégia tributária é mais eficiente para o município do que a desapropriação, que pode ser feita após a cobrança sistemática do IPTUPT por mais de cinco anos. A eficiência se justifica, pois, a desapropriação requer significativo custo administrativo, jurídico, financeiro e temporal, ao passo que os incentivos negativos da tributação “sugestionam” o particular a cumprir a função social da propriedade podendo, inclusive, trabalhar junto com o poder público para a promoção de regularização fundiária dessas áreas que não cumprem a função

Imagem 01 – Vias sem asfaltamento no Residencial Ruy Barata, às margens da Rodovia Augusto Montenegro.



Fonte: Elaborada pelos autores através de pesquisa de campo, 2020

⁶ O direito de preferência confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. Para isso, o Município pode estipular as áreas urbanas ou propriedades em que tem preferência na aquisição no terreno quando o proprietário for aliená-lo.

Todavia, o IPTU no seu âmbito predominantemente fiscal pode apresentar efeitos negativos. A expansão do capital plasmada em obras de infraestrutura e em investimentos privados do setor imobiliário e financeiro acarreta em valorização dos imóveis. Mas nem todas as ruas receberam esses melhoramentos. Contudo, oficialmente houve acréscimo no valor venal dos imóveis. Dessa lógica, tem-se uma contradição: burocraticamente se tem valorização imobiliária e o conseqüente aumento do valor venal imobiliário, mas as ruas continuam sem elevação significativa da renda diferencial.

Essa sistemática pode contribuir para a despossessão de moradores dessas áreas invisibilizadas por parte pelo Poder Público, dado que se eleva o ônus tributário para população mais pobre. Essa situação é especialmente prejudicial para as pessoas que não possuem título de propriedade, dado que residências sem garantias legais recebem menor consideração por parte dos moradores para investir nelas (DE SOTO, 2000) ou mesmo garantias para se lutar pelo direito à moradia digna e manter-se no espaço.

CONCLUSÕES

A teoria da renda é uma ferramenta importante para o estudo dos casos urbanos e exposição de contradições mascaradas pelo véu ideológico do sistema capitalista. O aumento de rendas diferenciais relaciona-se diretamente com a localização dos imóveis e, por isso, pode ser elevada por meio de decisões políticas, garantindo-se o retorno de investimentos do capital financeiro e do imobiliário, mesmo em áreas que não eram valorizadas ao tempo da compra.

Sob essa perspectiva teórica, o presente trabalho visou analisar de que maneira o IPTU poderia contribuir para auxiliar no processo de REURB. Inicialmente, partiu-se da tese de que a legalização cadastral da propriedade urbana poderia ser benéfica por causa do IPTU. O imposto seria então um obstáculo à reforma urbana, pois é mais uma despesa financeira aos moradores, ou seja, uma dívida que se torna um fator extra de repulsão de ocupantes dos assentamentos irregulares do ponto de vista do direito positivo. Isso porque eles são, em regra, vulneráveis financeiramente.

Contribuindo para essa tese, os relatos empíricos mostram que o valor do IPTU tem subido substancialmente nos anos posteriores à expansão do capital, sem que as vias transversais recebam a devida atenção do poder público, seja por meio de pavimentação das vias transversais, seja pela precarização de serviços relacionados ao saneamento básico e abastecimento de água.

Os argumentos de antítese são relacionados à teoria de De Soto, que apresentam dados de que a regularização leva a benefícios de ordem estrutural (segurança para investir na própria residência), bem como contribuições para o desenvolvimento econômico devido ao

fortalecimento institucional e aplicabilidade do direito às zonas que estariam à margem do sistema.

Especificamente falando do IPTU, ele é um imposto com potencial de realizar mais justiça pois, por ser um imposto direto, afetaria mais fortemente os proprietários de imóveis com maiores símbolos de poder e com menor incidência (e até mesmo isenção) para os posseiros e proprietários de imóveis mais modesto, com menor renda diferencial.

O sistema tributário do Brasil é pernicioso à isonomia pois taxa mais incisivamente de forma indireta. Ou seja, os moradores de áreas sem regularização fundiária e os de condomínios de luxo pagam os mesmos impostos e em proporções iguais. Uma reforma no sistema tributário, taxando-se mais fortemente bens em vez do consumo poderia ser uma saída mais isonômica para a correção dessas distorções que geram injustiças fiscais. Ou seja, o problema não é o IPTU *per se* que seria de instituição obrigatória para os prédios e territórios urbanos, mas o excludente sistema tributário pátrio.

Não obstante, o IPTU com função precipuamente fiscal, ou seja, o IPTUPT é uma excelente ferramenta para captura de mais valias e redistribuição de rendas diferenciais originadas de investimentos públicos. Isso porque seria possível enfatizar tributariamente territórios urbanos que não cumprem a função social da propriedade que posteriormente, com a combinação de instrumentos urbanísticos, utilizar-se dessas áreas que possuem renda diferencial relevante para vindouros projetos de REURB.

Um aspecto que não ficou claro, e merece aprofundamento teórico e empírico é em que medida o aumento do IPTU influencia na volatilização da renda diferencial, e seus reflexos no campo empírico, em especial no entorno da Rodovia Augusto Montenegro, em Belém, no Estado do Pará. O tema merece ser mais estudado para se averiguar a relação qual a força relacional entre os temas.

Então, o presente trabalho apresenta a conclusão por meio da tese de que a legalização de terrenos e conseqüente cobrança do IPTU pode contribuir para os planejamentos urbanos de regularização fundiária, mas se deve atentar que é possível ocorrer distorções na sua execução quando se desconsidera a realidade fática dos moradores e a sua instituição ou elevação não é seguida de elevação nas rendas diferenciais da propriedade urbana. Além disso, o aspecto extrafiscal do IPTU é um mecanismo que também pode contribuir de maneira acessória nos projetos de REURB, todavia, apenas pode-se especular sobre a sua efetividade, devido à sua não regulamentação na capital paraense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. P; MONTE-MOR, R. L. de Melo. Renda da terra e o espaço urbano capitalista contemporâneo. **Revista de Economia Política**, vol. 37, nº 2 (147), pp. 417-436, 2017.

BELÉM. **Lei nº 8.655, de 19 de novembro de 2008. Dispõe sobre o plano diretor do município de Belém, e dá outras providências.** Belém, PA. Belém: Câmara Municipal de Belém, [2008]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2008/865/8655/lei-ordinaria-n-8655-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-do-municipio-de-belem-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, [1966]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5172-25-outubro-1966-358971-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 11 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm Acesso em: 20 de jan. de 2018.

CARIO, S. A. F.; BUZANELO, E. J. Notas sobre a teoria marxista da renda da terra. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v.5, n. 8, p. 32-47, 1986.

CARRAZZA, R. A.; **Curso de direito constitucional tributário.** São Paulo: Malheiros.

COHEN, G. A. **A teoria da história de Karl Marx: uma defesa.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

COUTINHO, L. Hernando de Soto e sua tentativa de solucionar o mistério do desenvolvimento. **Revista Direito GV.** São Paulo: 2010.

DE SOTO, H. **The mystery of capital.** Nova York: Basic Books, 2000.

FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. Revisitando o instituto da desapropriação: uma agenda de temas para reflexão. *In*: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (orgs.) **Revisitando o instituto da desapropriação.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009, p. 21-40.

GAIO, D. **A interpretação do direito de propriedade em face da proteção constitucional do meio ambiente urbano.** Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

LINCOLN INSTITUTE. Property Tax in Latin America. **Lincoln Institute of Land Policy**, Londres, 2019. Research and data. Disponível em: <https://www.lincolninst.edu/research-data/data/property-tax-latin-america>. Acesso em: 06 out. 2020.

LOJIKONE, J. Existe uma renda fundiária urbana?. *In*: FORTI, R. (org.) **Marxismo e urbanismo capitalista: textos críticos.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1974. p. 81-92.
LUZ, A. C.; LAPA, M. R. P.; FIGUEIRAS, G. C.; MARTINS, C. E. R.; SILVA, E. C. Espaço urbano e expansão do mercado imobiliário em Belém: o caso da avenida Augusto Montenegro. *In*: CONGRESS LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN SCIENCE ASSOCIATION INTERNATIONAL, 1,

2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FEA/USP, 2017, p. 1-13. Disponível em: http://siscone.v.com.br/Uploads/ENABER17/Trab01570037842017009_000000.pdf. Acesso em 06 out, 2020.

HARVEY, D. **Social Justice and the city**. London: Edward Arnold, 1993.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017c.

MENDES, L. A. S. Espaços elitizados de moradia e consumo: a reestruturação urbana da Avenida Augusto Montenegro no quadro das centralidades da Região Metropolitana de Belém. In: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; SANTOS, T. V. (org.). **O urbano e o metropolitano em Belém: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 81-112.

NOGUEIRA, A. T. B. A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária. **Nera**. Presidente Prudente, v. 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

PACHUKANIS, E. Teoria geral do direito e marxismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Lebooks editora, 2018.



GT 02B – Desenvolvimento, Desigualdade Social e a vida nas cidades Latino-Americanas

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL COMO UM INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DIREITO À VIDA RIBEIRINHA

Érica Corrêa Monteiro (UFPA)¹
Thayanna Paula Neves Barros (UFPA)²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma breve discussão acerca da execução da política de Regularização Fundiária de Interesse Social como um fundamental instrumento de inclusão socioespacial, de modo a proporcionar cidades mais acessíveis e democráticas, que correspondam às necessidades de populações com grande diversidade, principalmente, em se tratando das zonas ribeirinhas no Estado do Pará. Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi necessária a combinação de diferentes processos metodológicos, dentre eles, o método de pesquisa bibliográfica e documental, por meio do levantamento e análise da legislação e bibliografia especializada a respeito de conceitos relacionados à Regularização Fundiária de Interesse Social e Acessibilidade Espacial no cenário ribeirinho. Foi realizada também pesquisa de campo com abordagem multimétodos, composta por visita exploratória, observação participante e entrevistas, desenvolvidas entre os anos de 2012 a 2019, as quais puderam contribuir para o conhecimento com maior profundidade do ambiente estudado. Nesse processo, foram identificados diversos problemas relacionados à garantia do direito à preservação do modo de vida ribeirinha, pautado aqui como extensão do direito à cidade. Assim, os dados alcançados permitiram discutir algumas complexidades acerca da temática e a importância da abordagem de estudos neste sentido, a fim de pensar alternativas e construir mecanismos de melhoria da qualidade de vida nas ocupações informais ribeirinhas.

Palavras-chave: Regularização Fundiária. Acessibilidade Espacial. Ocupações informais ribeirinhas.

1. INTRODUÇÃO

O território brasileiro apresenta uma distribuição muito desigual da propriedade urbana, por conta disso a informalidade está presente em quase todas as cidades, o que

1 Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: ericapaulaarq@yahoo.com.br

2 Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: barrosthayanna@gmail.com

resulta na exclusão de parte significativa da população do acesso a condições mínimas de dignidade e do seu exercício à cidadania. Neste caso, a cidadania está relacionada ao acesso digno à moradia, à saúde, à educação e ao lazer, direitos defendidos na Constituição Federal de 1988, mas violados, na sua aplicabilidade, pela falta de políticas públicas mais incisivas e de investimentos efetivos nas áreas urbanas informais.

Para Tartuce (2018) a precariedade de habitabilidade na maioria dos municípios brasileiros, assim como o direito à moradia digna, sempre foi foco de tensões. Sobre isso, Maricato (2000) explica que o planejar das cidades no Brasil tornou-se um exercício técnico da “cidade legal para a cidade legal”, de forma que a cidade ilegal, ou seja, aquela informal, correspondente à maioria da realidade brasileira, torna-se invisível por não existir a comprovação e o controle das propriedades e do uso e ocupação do solo. Para Bezerra e Chaer (2020, p.31) os investimentos públicos, equipamentos e serviços, priorizam áreas já urbanizadas, agravam as condições de precariedade das ocupações informais e perpetuam a cisão entre a cidade legal e ilegal. As referidas autoras alertam que o modelo do planejamento urbano tradicional voltou os olhos apenas para a cidade formal e negligenciou, por muito tempo, a cidade real.

Dentro da perspectiva de cidade real, Rolnik (2007) relata que, excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além de constituir vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais, eternamente desprovidas das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade. Nesse contexto, Maricato (2003) faz uma crítica ao Estado que se torna notavelmente tolerante ao assunto quando permite a ocupação irregular, mas não proporciona o direito à cidade, e isso impacta negativamente na qualidade de vida da população, sobretudo, a mais pobre e mais vulnerável.

Assim, diante dessa problemática, surge, por meio de ordem jurídica, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257), no qual reconhece o direito social à moradia aos ocupantes de assentamentos informais à moradia. Tal direito social deve ser entendido aqui em sentido amplo. Isto é, o direito de todos a viver em condições dignas, adequadas e saudáveis, do ponto de vista urbanístico e ambiental (ROLNIK, 2007, p. 22). Nesse escopo, a Regularização Fundiária no Brasil surge como um instrumento para combater a informalidade e promover a inclusão social. Para Andrade *et al.* (2013, p. 239), a regularização fundiária é um instrumento de política urbana capaz de fomentar o acesso à cidade e ao direito social à moradia, atenuando os descompassos gerados por um processo de urbanização desequilibrado, cujo ônus e benefícios não foram distribuídos de forma justa entre seus habitantes.

Diante da relevância da Regularização Fundiária, cabe destacar que, na Amazônia, a deficiência e morosidade deste procedimento é um dos grandes obstáculos para o avanço

de políticas de desenvolvimento sustentável da região, visto que muitas das terras ocupadas estão concentradas em áreas de proteção ambiental, assentamentos da reforma agrária, terras da União, cuja legalização requer um tratamento específico para estas áreas.

Dentre as situações particulares da Amazônia, destaca-se o estado do Pará com um território composto por 144 municípios, onde muitas cidades e comunidades, consolidadas há vários anos, foram erguidas sobre várzeas e ilhas fluviais, áreas de grande importância na Amazônia Legal, sob dominialidade da União. Embora sejam localidades que apresentem uma arquitetura tradicional em palafita e cultura ribeirinha, o que lhe confere particularidades únicas e ricas da região amazônica, sofrem com a ilegalidade fundiária que contribui para a invisibilidade e omissões de políticas públicas voltadas a essas áreas, como a ausência e/ou precariedade de infraestruturas básicas de água e esgoto, de equipamentos públicos de lazer, educação e saúde, que ocasiona o aumento da desigualdade e da exclusão social.

A regularização fundiária das comunidades tradicionais ribeirinhas é assegurada pela Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, como garantia à segurança da posse, componente fundamental do direito humano à moradia adequada, ao acesso à terra e aos recursos naturais da região. Mastrodi e Alves (2017, p. 36) defendem que “a segurança de posse é uma proteção jurídica que confere dignidade ao morador, em virtude de eliminar o temor das ameaças de despejo, conferindo planejamento familiar e investimentos na melhoria de sua habitação”. Esse argumento adequa-se à situação das populações tradicionais, já que muitas vezes as famílias estão passíveis a ações de “grileiros” e de expulsões. Além disso, segundo Carvalheiro *et al.* (2013) obter a titulação da área onde se vive é a “porta de entrada” para as políticas públicas, por meio das quais o recebimento do título é um reconhecimento de cidadania, um passo importante para romper a histórica exclusão socioterritorial dos povos amazônicos. É importante destacar que essas políticas públicas devem ser mais coerentes e viáveis à realidade local dentro do escopo do direito à cidade acessível e sustentável.

Para alguns ribeirinhos, a precariedade física nos espaços públicos, por exemplo, é uma questão de costume e de adaptação, no entanto, para cerca de 23,61% dos paraenses (aproximadamente 1.790.259 habitantes) que declararam possuir algum tipo de deficiência, seja auditiva, visual, motora, intelectual e mental, realizar qualquer tipo de atividade básica cotidiana pode levar a constrangimentos ou riscos em potencial, ou seja, a falta de acessibilidade em áreas ribeirinhas, significa negar a cidadania de uma parte significativa da população.

Dessa forma, a acessibilidade espacial é um tema importante nessa discussão por se tratar de um tópico relevante dentro dos benefícios da Regularização Fundiária, já que não busca apenas o benefício do registro da terra, mas o início de um processo para obtenção de dignidade e qualidade de vida à população. Assim, esta pesquisa tem como objetivo discutir, brevemente, como a política de Regularização Fundiária pode se tornar um instrumento

essencial de inclusão socioespacial para pensar cidades mais acessíveis e democráticas, principalmente, nas zonas ribeirinhas.

Para alcançar este objetivo, foi necessária a combinação de diferentes processos metodológicos. Dentre eles, o método de Pesquisa Bibliográfica tendo como referência temas relacionados à Regularização Fundiária e à Acessibilidade Especial no cenário ribeirinho. Além disso, a Pesquisa de Campo com abordagem multimétodos (visita exploratória, observação participante e entrevistas), realizadas entre os anos de 2012 a 2019, relacionadas ao Desenho Universal e à Acessibilidade em Ilhas paraenses, em que foi possível contribuir e conhecer com maior profundidade o ambiente estudado. Neste processo, foram identificados vários problemas relacionados ao direito à vida ribeirinha, pautado aqui, como extensão do direito à cidade. Assim, os dados alcançados permitiram uma discussão sobre a complexidade e a importância da Regularização Fundiária, assim como sobre o aperfeiçoamento do processo, a fim de se criar alternativas que contemplem melhorias e qualidade de vida às ocupações informais ribeirinhas.

Portanto, os tópicos seguintes foram divididos a fim de, em primeiro lugar, compreender como ocorre as políticas de Regularização Fundiária em Bens da União, mais especificamente, em várzeas e ilhas com influência de maré e/ou fluviais. Em segundo lugar, entender qual a importância do direito à diversidade nos espaços públicos em zonas ribeirinhas, sobretudo, para pessoas com deficiência e/ ou com sua mobilidade reduzida. Em terceiro lugar, apresentar uma breve discussão sobre a estrutura deficitária dos ambientes ribeirinhos, principalmente, sobre como isso afeta o processo de inclusão e participação plena da maioria dos ilhéus. Por fim, discutir como o poder da fala e da participação da população local nas decisões sobre a vida coletiva é relevante para mudanças que contemplem a construção da plena cidadania dos povos amazônicos.

2. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM BENS DA UNIÃO: VÁRZEAS E ILHAS COM INFLUÊNCIA DE MARÉ E/OU FLUVIAIS

De acordo com Nascimento e Ferreira (2014) os principais marcos legais acerca da dominialidade das ilhas da União (lacustres fluviais e de várzea) estão contidos no Decreto nº 9.760 de 05 de setembro de 1946 e na Constituição Federal de 1988, que atualizou essas definições. De acordo com a legislação em vigor, os tipos de ilha da União caracterizam-se da seguinte forma: Lacustres, Fluviais, Várzea e Marítimas, conforme o QUADRO 1.

QUADRO 1 - Características dos principais tipos de ilhas da União.

| LACUSTRES | FLUVIAIS | VÁRZEA | MARÍTIMAS |
|---|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> •PERTENCEM À UNIÃO QUANDO SÃO PERMANENTES; QUANDO SITUADAS NA ZONA LÍMITROFE COM OUTRO PAÍS | <ul style="list-style-type: none"> •ESTÃO SITUADAS NA ZONA LÍMITROFE COM OUTRO PAÍS; QUANDO SITUADAS EM ZONA ONDE SE FAÇA SENTIR INFLUÊNCIA DAS MARÉS; •ART. 1º, C, DECRETO- LEI Nº9,760/46, COMBINADO COM O ART. 20, I, DA CF /88. | <ul style="list-style-type: none"> •SÃO AQUELAS QUE PODEM SOFRER ALAGAMENTO EM ALGUMAS ESTACÕES DO ANO, DEVEM SER CONSIDERADAS PROPRIEDADE DO ENTE QUE SEJA TITULAR DO RIO OU LAGO EM QUE A ILHA ESTIVER. | <ul style="list-style-type: none"> •OS TERRENOS MARGINAIS DE RIOS E AS ILHAS NESTES SITUADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA DO TERRITÓRIO NACIONAL E NAS ZONAS ONDE SE FAÇA SENTIR A INFLUÊNCIA DAS MARÉS; •AS ILHAS SITUADAS NOS MARES TERRITORIAIS OU NÃO, SE POR QUALQUER TÍTULO LEGÍTIMO NÃO PERTECEREM AOS ESTADOS, MUNICÍPIOS OU PARTICULARES. |

Fonte: NASCIMENTO; FERREIRA (2014) adaptado por MONTEIRO (2020).

Muitas ocupações tradicionais ribeirinhas estão consolidadas em terras da União, sobre ilhas e várzeas no estado do Pará, portanto, para proteger essas terras de ações nocivas do homem, foram criadas Unidades de Conservação (UC), com a finalidade de associar a conservação da natureza e a utilização controlada dos recursos naturais sob a categoria de Área de Proteção Ambiental (APA) instituída por lei. As áreas de proteção ambiental (APA) são unidades de uso sustentáveis normalmente caracterizadas por uma extensa área que permite até certo grau de ocupação humana. Sobre a sua criação, Almeida (2006) discorre que:

Foram criadas pela Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, nos termos de seu art. 9º, sendo regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, que determina que o decreto que crie a APA deverá mencionar objetivos, proibições e restrições ao uso dos recursos ambientais nela contidos. Deste mesmo modo, a Resolução do Conama nº 10, de dezembro de 1988, ainda dispõe sobre o zoneamento ecológico de tais unidades de uso sustentável (ALMEIDA, 2006, p. 78).

Almeida (2006, p. 78) acredita que há flexibilidade nas razões de criação da APA que permite e disciplina a ocupação humana e a preservação da diversidade biológica. Para o autor, a APA disciplina o processo de ocupação e assegura a sustentabilidade dos recursos naturais de tal forma que seus atributos sejam preservados, pois também são importantes para a qualidade de vida e bem-estar das populações humanas.

No entanto, criar a APA sem levar em conta a questão da regularização fundiária às populações locais é invisibilizar vários aspectos conflitantes que irão impedir o alcance, de fato, da qualidade de vida e sustentabilidade.

Como uma forma de solucionar este problema, a SPU mantém, desde 2005, um projeto intitulado “Projeto Nossa Várzea”, que tem como objetivo disciplinar a utilização e o aproveitamento dos recursos naturais em favor das populações locais tradicionais, por meio da emissão de Autorização de Uso, instituto jurídico de Direito Administrativo, pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU, 2009). No documento da SPU (2009) consta que a iniciativa partiu da organização das comunidades ribeirinhas que estavam sendo pressionadas por

“grileiros” para dividirem a colheita, sob ameaça de expulsão de suas casas. Com isso, em agosto de 2005 foram realizados dois seminários com o tema “Nossa Várzea” sobre “Regularização de Áreas de Várzeas Rurais no Estado do Pará”, que contou com o comparecimento de mais de 200 lideranças da sociedade civil, associações de ribeirinhos e representantes dos estados do Amazonas, Amapá e Pará.

Este projeto resultou na publicação oficial da Portaria nº 284, de 14 de outubro de 2005 (DOU de 17.10.2005) instituindo a Autorização de Uso como instrumento administrativo capaz de reconhecer a ocupação das várzeas de rios federais por comunidades ribeirinhas, garantindo a sustentabilidade das ações agroextrativistas por essa população. Ademais, este projeto facilitou o acesso a outros programas sociais como o Bolsa Família e a aposentadoria rural, o acesso a linhas de crédito, além de poder ser utilizado como comprovante de renda oficial.

No caso das ilhas paraenses, dentre os principais instrumentos legais vigentes sobre a Regularização Fundiária no Brasil, destaca-se a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), o Termo de Autorização do Uso Sustentável (TAUS) e a Legitimação de Posse. Para Nascimento e Ferreira (2014) a Permissão de Uso e a Concessão de Uso são institutos do Direito Administrativo que necessitam de procedimentos específicos e complexos que inviabilizam a regularização das ilhas da Amazônia.

A informalidade leva muitos municípios à estagnação, e com isso, a desigualdade e exclusão social tornam-se mais evidentes. Maricato (2003) explica que a exclusão social não pode ser mensurada, mas deve ser caracterizada por indicadores como: informalidade, irregularidade, ilegalidade, pobreza, baixa escolaridade e, sobretudo, a ausência de cidadania. Tais indicadores estão associados, também, aos problemas ambientais que reagem a esses eventos de forma lenta e gradual.

A degradação ambiental é, efetivamente, uma ameaça aos Direitos Humanos, já que, muitas vezes, atingem a vida, a saúde e a cultura de indivíduos e comunidades humanas em estado de maior vulnerabilidade social, de modo mais intenso e desproporcional em comparação com o restante da população, sendo uma recusa à dignidade humana dos atingidos (RAMMÊ, 2012, p. 140).

Sobre um planejamento mais coerente para essas áreas, Bezerra e Chaer (2020) compartilham um pensamento que nos faz refletir que a visão do planejamento convencional sempre vai esbarrar em uma versão real das cidades e nos desafios que ela impõe. Nas áreas ribeirinhas, muitos dos desafios estão relacionados à precariedade e/ou ausência de infraestrutura básica (destino final e tratamento de esgoto e de água potável, por exemplo) e na qualidade de equipamentos urbanos (espaços públicos, escolas, áreas de lazer, etc.), que ainda são justificados pela falta de políticas públicas específicas, pela ausência de investimentos e repasses públicos e, principalmente, pela inviabilidade da instalação de

soluções técnicas tanto pelos altos custos, tanto quanto por serem apresentadas soluções genéricas, pensadas para uma cidade padronizada e formal. Estes são fatores preponderantes à permanência e agravamento dos problemas ambientais e sociais.

Nesta perspectiva é que a Regularização Fundiária nas ilhas e várzeas torna-se essencial para o desenvolvimento urbano e preservação ambiental. A legalização traz benefícios aos municípios e aos seus moradores, permitindo que o Poder Público direcione recursos financeiros à segurança, habitação, educação, saúde, transporte, lazer e à cultura. Assim, tais ações podem abrir os caminhos para a inclusão, o respeito, a cidadania e sustentabilidade local.

3. O DIREITO À DIVERSIDADE EM ZONAS RIBEIRINHAS

Para Weimer (2012, p. 1) “uma das características mais fascinante da aventura humana é o fato de ser extremamente adaptável aos mais diversos meios”. Para o autor, somos capazes de nos adaptar a lugares inóspitos, e sobreviver às condições mais adversas que beiram o impossível, e ainda, conseguir, por vezes, manter admiráveis níveis de qualidade de vida.

Nessa perspectiva, a paisagem ribeirinha da Amazônia apresenta características regionais advindas das arquiteturas indígenas e caboclas de populações ribeirinhas que, conforme Oliveira Junior (2009), conferem um repertório técnico, cultural e social peculiar que se constitui na relação indissolúvel com o seu ambiente, configurando-se como um sistema semiótico em que é formada a arquitetura ribeirinha.

Assim, a arquitetura ribeirinha apresenta a tipologia das edificações em palafita, cujo acesso é realizado, na maioria das cidades, por meio de escadas, trapiches e circulações em madeiras chamadas de: estivas, ponte de madeira, marombas (em Manaus, por exemplo), calçada palafitada ou ruas de madeiras, dependendo da localidade (MONTEIRO, 2015; SIMONIAN, 2010). Dessa forma, Simonian (2010) ressalta que as palafitas e estivas se apresentam como elemento do cotidiano de milhares de famílias/pessoas que vivem na região amazônica.

O problema é que, embora sejam estruturas consideradas mais adequadas à região, por não causarem grandes impactos ao ambiente natural e por não destoarem da paisagem, as infraestruturas físicas de acesso e espaços públicos de lazer (quando existentes) apresentam situações de acessibilidade precárias e/ou inexistentes que afetam os espaços coletivos e à participação segura e igualitárias de todos os ilhéus (MONTEIRO, 2020).

Ao levar em consideração os dados do IBGE (2010) estima-se que a cada cinco paraenses, um apresenta algum tipo de deficiência, o que inclui os habitantes das zonas ribeirinhas. Deve-se ainda considerar a população idosa do estado do Pará que, de acordo com o Censo de 2010, corresponde a cerca de 535.135 idosos, os quais apresentam

limitações naturais da idade. Considerando este Censo há mais de 10 anos desatualizado pode-se deduzir que, atualmente, as faixas etárias já mudaram e com isso o aumento de idosos na região. Só no município de ribeirinho de Afuá, com 35.042 mil habitantes (IBGE, 2010), por exemplo, o Censo 2010 mostrava uma estimativa total de 2.360 idosos (60 anos ou mais).

Além desses dados existem pessoas que apresentam alguma mobilidade reduzida, seja temporária ou permanente, tais como: gestantes, crianças, obesos e convalescentes. Esta diversidade nos faz refletir se as pessoas conseguem se adaptar ou não a todas as estruturas físicas das áreas ribeirinhas, sobretudo, se conseguem realizar, com segurança e autonomia, atividades básicas do cotidiano referentes à circulação, ao trabalho e ao lazer.

Diante disso, observa-se que em muitas áreas de ocupações ribeirinhas sair de casa torna-se um desafio, sobretudo, para pessoas com deficiência e/ ou com sua mobilidade reduzida. Em muitas dessas localidades, as circulações peatonais de madeira, quando existem, muitas vezes, são frutos de autoconstrução para atender, de forma mínima, apenas as necessidades de circulação/passagem da população. Geralmente, são estreitas e com condições precárias para o deslocamento seguro, o que resulta em espaços públicos que não atendem uma maior diversidade de pessoas. Tal situação é importante para se compreender que nem todos conseguem sair de suas casas e circular com autonomia e independência por essas circulações, portanto, em muitos casos, principalmente de pessoas com alguma deficiência, a permanência em casa não é opcional.

Outro agravante que gera desconforto às pessoas ao caminhar, são os problemas causados pela falta de manutenção desses espaços, tais como: tábuas quebradas, apodrecidas e escorregadias por conta do lodo e dos resíduos trazidos pela maré, o que a torna um elemento perigoso às pessoas, principalmente para as mais vulneráveis fisicamente, uma vez que cair ali pode resultar em grave acidente (Figura 1).

Figura 1- Circulações peatonais de madeira construídas de forma que não atendem a uma maior diversidade humana.



Fonte:MONTEIRO, 2012.

Outro elemento importante na cultura e na arquitetura ribeirinha é o trapiche, pois o seu significado vai além de embarque e desembarque de barcos. Para muito ribeirinhos, no âmbito privado (doméstico), o trapiche é a extensão da casa, o lugar de encontro e de diversão, por exemplo. Já no âmbito amplo de sentido público, o trapiche é o lugar de conexões com a cidade e pessoas, de trocas, de vendas, de comércios, de trabalho e de acordos. Portanto, deveria ser mais acessível e democrático possível.

No entanto, muitas vezes, apresentam-se pouco acessíveis e com áreas improvisadas para o embarque e desembarque de seus usuários, o que resulta, para muitas pessoas, em medo, inseguranças e constrangimentos (Figura 2).

Figura 2. A falta de acessibilidade espacial nas comunidades ribeirinhas, risco de acidente em potencial



Fonte: MONTEIRO, 2019.

Um dos problemas constantes e de difícil solução devido a oscilação da maré, é a transferência das pessoas, e até de cargas, dos trapiches para o barco e vice-versa. De acordo com um barqueiro entrevistado, no Porto da Palha, em Belém (MONTEIRO, 2015) em alguns casos a dificuldade é tão grande que as pessoas precisam ser carregadas. Ele afirma que, idosos e cadeirantes costumam ser cobrados pela “ajuda” para sair e entrar nos barcos. Além disso, existe a preocupação de em um deslize acontecer algum acidente grave nessa transferência improvisada (MONTEIRO, 2015;2017).

Dessa forma, barreiras físicas, barreiras atitudinais ligadas ao preconceito e à falta de informações sobre as pessoas com deficiência e suas capacidades, além das barreiras normativas e de políticas públicas para acessibilidade espacial no contexto ribeirinho refletem-se em desigualdades, desvantagens, limitações que tornam o ambiente gerador de exclusão social.

Assim, a Acessibilidade Espacial, segundo Oliveira (2006) refere-se à possibilidade de participação das pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação,

sendo uma das condições para atingir a inclusão social. Nessa perspectiva de mudanças, incluir a fala e o olhar das pessoas com deficiência no processo de Regularização Fundiária é uma forma de enxergar além dos direitos básicos de morar e de ir e vir, mas também de se garantir o avanço da construção da cidadania.

4. UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DEFICIÊNCIA DOS AMBIENTES RIBEIRINHOS

Ao longo do tempo, o pensamento estigmatizado sobre as pessoas com deficiência vem sendo minimizado a partir dos avanços dos Direitos Humanos e das lutas das pessoas com deficiências na conquista de seus direitos como cidadãos. Embora a Constituição Federal de 1988 assegurasse o direito básico (moradia, educação, trabalho, circulação e lazer) a todos os cidadãos, sua aplicabilidade na realidade para muitos brasileiros é desigual, mutilada e incompleta.

Portanto, nesse processo, a Lei Brasileira de Inclusão (LEI Nº 13.146/15), sancionada em julho de 2015, foi um grande avanço à democracia e à cidadania, uma vez que a sociedade está em um processo de evolução para compreender e reconhecer, mesmo que por meio de força de lei específica, a relevância da efetiva participação e inclusão de todos nas mais diversas esferas sociais.

Este documento traz uma mudança relevante sobre do conceito de deficiência, não sendo mais entendida como uma condição estática e biológica da pessoa, mas como o resultado da falta de acessibilidade no meio físicoespacial, no meio informacional e na falta de oportunidades impostas pela sociedade e pelo Governo. Portanto, a deficiência está no meio e não nas pessoas.

Segundo a World Health Organization - WHO (2012) o ambiente tem um enorme efeito sobre a prevalência e extensão da deficiência, e sobre as desvantagens que as pessoas enfrentam. No caso das ocupações ribeirinhas, principalmente nas áreas rurais, as deficiências são agravadas pela falta de acessibilidade espacial nos espaços físicos de circulação, de lazer, de trabalho e de educação que levam, muitos dos ilhéus, a ficarem “trancafiados” em casa por medo, por constrangimentos e por falta de motivação para que possam participar e expressar os seus direitos como cidadãos. Essa situação de desvantagem, segundo Froyen *et al.* (2009), não se limita às características físicas e/ou mentais de um indivíduo, mas pode estar relacionado às consequências profundas que marcam um ambiente inadequado como um obstáculo social e físico.

Além disso, cabe ressaltar que, em qualquer momento da vida, por questões físicas e até biológicas, causadas por ordem natural, pelo envelhecimento, todos estão suscetíveis a se encaixar na definição de pessoa com a mobilidade reduzida, ou seja, aquela que não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade,

flexibilidade, coordenação motora e percepção, como, por exemplo: gestantes, idosos, obesos, pessoas com criança de colo e convalescentes cirúrgicos.

Ter uma deficiência ou ter sua mobilidade reduzida não significa, necessariamente, “ser” limitado, mas “estar” limitado, e isso, pode acontecer da mesma forma com qualquer indivíduo. Um ambiente com barreiras, ou sem facilitadores, vai restringir o desempenho do indivíduo, seja este com deficiência ou não (OMS, 2004, *grifo nosso*). No entanto, as más condições do meio ambiente potencializam as dificuldades das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida e as colocam em uma situação de desvantagem relativa às demais pessoas (Figura 3).

Figura 3 - As pessoas tentando se adaptar às condições precárias e/ ou inadequadas a grande maioria das pessoas em áreas de embarque e desembarque de barcos.



Fonte: MONTEIRO, 2013; 2019.

Do ponto de vista de Duarte e Cohen (2004) a desvantagem é resultante do desajuste entre as características físicas das pessoas e as condições do ambiente em que elas estão. A deficiência pode ser constatada como uma situação contextual e não como um problema irremediável. Para estas autoras, o espaço construído é deficiente por não acolher diversidades.

As restrições ambientais afetam também, a construção de uma vida social saudável (DUARTE; COHEN, 2010). Infelizmente, em algumas comunidades ribeirinhas, a precariedade dos espaços impede que pessoas com deficiência não consigam se deslocar com facilidade e autonomia. Este fato além de intimidar a participação de forma ativa deste indivíduo, muitas vezes, resulta em isolamento social. Para Duarte e Cohen (2010) os espaços inacessíveis para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida dificultam o processo de afeto e construção do lugar, impedindo muito mais que acesso, já que interferem na sua construção identitária e na relação com o outro.

5. O PODER DO DIREITO À FALA NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NAS ÁREAS RIBEIRINHAS

A utopia do direito à cidade enquanto um conjunto de direitos materiais e intangíveis, os quais a sociedade possa usufruir de forma igualitária transcende o contexto das ilhas como o Direito de viver e se apropriar do espaço como ribeirinho em condições de igualdade de oportunidades e escolhas, independência e de vida digna em todos os âmbitos da sociedade. Como abordado por Lefebvre (2001), o direito à vida urbana, às cidades renovadas e transformadas deve ser conquistado a partir dos próprios cidadãos e de suas formas de se apropriar dos espaços, e em se tratando das populações ribeirinhas resta claro o sentido próprio que estas dão ao seu cotidiano por meio das suas atividades de produção e sobrevivência.

Neste sentido, Rodrigues (2016, p. 2) explana que a utopia do Direito à Cidade, “implica, em um sentido amplo, a possibilidade de construir e viver a vida cotidiana sem as pressões e opressões que impedem o livre pensar, o direito de usufruir da produção coletiva da e na cidade”. Santos (2014) e Sousa Santos (2018) defendem que as utopias são necessárias, já que podem ser o pensamento alternativo onde se busca várias formas possíveis e viáveis de construir o futuro. Assim, dentro dessa lógica a Regularização Fundiária para além da titulação é relevante para a construção de uma sociedade ribeirinha mais digna e com qualidade de vida.

No entanto, de acordo Rodrigues (2016) para que a regularização ocorra depende tanto do interesse político de governantes como e, principalmente, das lutas sociais de cada lugar. E acrescenta que, a regularização fundiária de interesse social, resultado do processo de luta de movimentos populares urbanos, não é uma doação é o reconhecimento de direitos.

Nessa perspectiva, dentre os instrumentos relevantes incluso no processo de Regularização Fundiária nas áreas de ocupações ribeirinhas, destacam-se as audiências e consultas públicas. Henriques, Braga e Mafra (2002, p. 3-4) defendem que as pessoas precisam, no mínimo, de informação para se mobilizarem, mas além disso, precisam compartilhar um imaginário, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança.

Diante disso, cabe ressaltar a fala de Milton Santos (2007, p. 150) ao defender que “as populações locais devem ter direito à palavra”, a partir dessa consciência, os instrumentos de audiências e consultas públicas, podem ser um arsenal potente para dar voz àqueles que vivem e sobrevivem nesses espaços informais, e assim, tornar o processo de Regularização Fundiária mais viável, flexível e coerente com as preocupações e expectativas dessas populações.

Sobre isso, Demo (1997) coloca que a condição mais aguda de pobreza é a exclusão de caráter político, visto que é historicamente produzida, mantida e cultivada. Todavia,

pondera que pode ser mudada, quando é dado ao povo o direito à mínima oportunidade de ter acesso ao saber, pensar, para melhor intervir e inovar.

Dentro desse viés, destaca-se a participação das pessoas com deficiência e/ou com sua mobilidade reduzida nessas discussões públicas, pois ninguém melhor que eles para explicar não apenas as suas dificuldades, mas suas potencialidades e desejos de realização a partir da oportunidade de inclusão no meio em que vive.

Assim, nessa perspectiva, a fala das pessoas com deficiência a partir das suas experiências e expectativas serve como uma referência interessante para se pensar alternativas mais criativas à implantação da Regularização Fundiária nas áreas ribeirinhas. Dentre os exemplos, ao tentar-se resolver um problema de uma situação precária em espaços públicos, visando também o atendimento de uma pessoa cega, um surdo ou cadeirante, as soluções encontradas iriam contemplar necessidades e interesses de uma gama maior de pessoas e, provavelmente, esse espaço teria a qualidade de ser acessível para acolher à diversidade humana dentro de um escopo mais naturalizado, e não imposto ou hostilizado.

Nessa perspectiva é interessante trabalhar o olhar dos planejadores e técnicos ao propor ideias alternativas, criativas e viáveis para que sejam respeitadas as vontades e expectativas locais sem destoar dos aspectos culturais e identitários da localidade. Além disso, vale lembrar que a participação, segundo Souza (2010, p. 333) não elimina os erros ou é uma garantia de acertos, pois uma coletividade pode tomar uma decisão injusta ou equivocada, mas uma ampla participação pode contribuir para minimizar certas fontes de distorções e, sobretudo, alcançar o direito de correr riscos de falhas e acertos no exercício da liberdade de tomar decisões sobre assuntos que atingem a população. Portanto, esse diálogo seria um pequeno caminho para um processo de Regularização Fundiária mais democrática nessas localidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender alguns dos problemas referentes ao direito à vida ribeirinha a partir dos aspectos da ilegalidade fundiária e da ausência de acessibilidade espacial tanto nos espaços públicos quanto nas moradias é relevante para se buscar alternativas mais coerentes e viáveis a fim de melhorar a qualidade de vida dessas populações dentro das suas particularidades.

Neste sentido, a Regularização Fundiária em áreas de ocupações ribeirinhas é um dos caminhos contínuos na construção da plena cidadania, sobretudo, para romper o processo de desigualdade e exclusão dos povos amazônicos.

O processo é longo, mas para pensar em inclusão, é importante entender que todas as ações e intervenções realizadas no espaço coletivo serão percebidas de formas distintas, entre os mais diversos usuários. Por esta razão, deve-se conhecer quem são estes usuários e quais as suas necessidades, para assim, projetar espaços que possam ressaltar suas

habilidades e suprimir e/ou amenizar suas dificuldades. E dentro dessa lógica, a dimensão social presente no escopo da Regularização é fundamental.

A fase inicial de *cadastramento social* da Regularização Fundiária realizada pelos agentes é um ponto chave para se compreender quem são essas pessoas, pois é ali, nas observações *in loco*, que a realidade de muitos é exposta. Nesse momento, a percepção, sensibilidade e compreensão do ambiente e das pessoas podem ser dados essenciais para se trabalhar as fases seguintes relacionadas na dimensão ambiental, urbanística e jurídica de forma mais democrática possível. Aqui nascem as utopias.

Além disso, essa fase junto aos instrumentos de audiências e consultas públicas com a participação da população nas decisões mais importantes que competem as suas vidas na comunidade, podem suprir a falta e/ ou conhecimentos mínimos sobre a urbanização dos assentamentos ribeirinhos a partir de parâmetros urbanísticos mais adequados à ocupação.

O escasso aporte técnico-científico disponível para essas áreas, inclusive de normas técnicas de acessibilidade impacta na continuidade de espaços que não atendem a diversidade humana e que podem colocar em risco toda a população, tendo deficiência ou não. Portanto, as trocas de saberes técnicos formais e informais, no processo de regularização fundiária, são pequenos passos para à valorização do direito à vida ribeirinha, tornando-a mais digna.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. C. de. **Direito de Propriedade**. Barueri, SP: Manole, 2006.

ANDRADE, P. A. de, [et al.]. Participação popular em projetos de regularização fundiária: relato de uma experiência. *In*: PEREIRA, Elson Manoel (Org.). **Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. 2.ed. ver. Atual. Chapecó: Argos, 2013, p.231-256.

BEZERRA, M. do C. L.; CHAER, T. M. S. (org.). **O que avançou na regularização fundiária urbana: conceitos, marco legal, metodologia e prática**. Parte 1 – Aspectos conceituais, normativos e avaliação da implementação da regularização fundiária. p. 17 – 107. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. 220 p. Disponível em: <<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/68/54/249-1>>. Acesso em 20 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**: institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. 20 nov. 2020.

CARVALHEIRO, K. [et al.]. **Trilhas da Regularização Fundiária para Comunidades nas Florestas Amazônicas**: Como decidir a melhor solução para regularizar sua terra? Brasil e Amazonas, 2013, 142p.

DEMO, P. **Combate à Pobreza**: Desenvolvimento como oportunidade. São Paulo: Ed. Autores Associados, 1997.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. Afeto e lugar: a construção de uma experiência afetiva por pessoas com dificuldade de locomoção. *In: Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano*, 2004, Rio de Janeiro. 1CD-ROM.

_____. Acessibilidade como fator de Construção do Lugar. *In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; PRADO, Adriana Romeiro de Almeida; LOPES, Maria Elisabete (Org.). Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010. 306p.

FROYEN, H.; VERDONCK, E.; DE MEESTER, D.; HEYLIGHEN, A. **Documenting handicap situations and eliminations through Universal Design Patterns**. AMJ 2009, v. 1, n. 12, pp.199-203. Doi 10.4066/AMJ.2009.158.

HENRIQUES, M. S.; BRAGA, C. S.; MAFRA, R. L. M. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da corresponsabilidade. **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rdc.2017.23262/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ITERPA, INSTITUTO DE TERRA DO PARÁ. **Relatório de Gestão 2008**. Belém, 2009, 170p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143p.

MASTRODI, J.; ALVES, E. dos S. A segurança jurídica da posse como pressuposto do direito fundamental à moradia. *In: Revista de Direito da Cidade*. vol. 09, nº 1. ISSN 2317-7721, 2017, 27-49p. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24.11. 2020.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. *In: ARANTES, O., et. Al. (Org.). In: A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARICATO, E. MetrÓpole, Legislação e Desigualdade. **Scielo Brasil**. Estudos avançados. São Paulo, v.17, n. 48, May/Aug. 2003, p.151-157. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>>. Acesso: 10 dez. 2020.

MONTEIRO, É. C. **Acessibilidade espacial em calçadas de estivas no Pará**: estudo de caso na Ilha do Combu e na cidade de Afuá. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MONTEIRO, É. C. Acessibilidade Espacial nas Calçadas de Estivas da Ilha do Combu, Belém, Pará: Soluções Técnicas para a Realidade Amazônica *In: 4º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono (CIHEL)*, 2017, Covilhã e Porto. A Cidade Habitada. 4º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono (CIHEL), 2017. v.1. p.128.

MONTEIRO, É. C.; FEIO, A. G. S.; ARAUJO, K. F. Vida ribeirinha: uma análise de como a falta de acessibilidade pode influenciar na qualidade de vida dos moradores da Ilha do Combu em Belém, Pará. *In: Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado* 2.2 ed. Ponta Grossa: Atena, 2020, v.1, p. 82-94. ISBN: 9786557060292

NASCIMENTO, D. M.; FERREIRA, A. dos S. **Bens da união em várzeas e ilhas com influência de maré e/ou fluviais**. Belém: NAEA, 2014. 20 p.

OLIVEIRA, A. S. D. A. de. **Acessibilidade espacial em centro cultural estudo de casos**. Florianópolis, 2006. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

OLIVEIRA JUNIOR, Jair Antônio. **Arquitetura Ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos**. São Paulo, 2009. 203p. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

RAMMÊ, R. S. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos [recurso eletrônico]:** conjecturas políticas-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012, 203p.

RODRIGUES, A. M. A regularização fundiária de interesse social como possibilidade de realização do direito à cidade. **XIV Colóquio Internacional de Geocrítica**. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona, 27 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xiv_arletemoyses.pdf>. Acesso em 10 nov. 2020

ROLNIK, R. [et al.]. **Regularização fundiária sustentável - conceitos e diretrizes**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. 304p.

SANTOS, M. Território e cidadania. *In*: SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. Coleção Milton Santos, 8. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 139-150.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 3. reimp. Coleção Milton Santos, 7. São Paulo: EDUSP, 2014. 176 p.

SANTOS, B. S.; MENDES, J. M. (ORGS). **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SIMONIAN, L. T. L. **Palafitas, estivas e sua imagética na contemporaneidade urbanorrural a pan-amazônia**. Papers do NAEA n. 267, 2010. Belém: NAEA/ UFPA.

SPU, SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. Oficina de Capacitação, 1. **Projeto Nossa Várzea**. Brasília-DF, 2009, 33p.

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558 p.

TARTUCE, F. A lei da regularização fundiária (Lei 13.465/2017): análise inicial de suas principais repercussões para o direito de propriedade. *In*: **Pensar revista de ciências jurídicas**. v. 23, n. 3, p. 1-23, jul./set. 2018. Disponível em:< <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/viewFile/7800/pdf>>. Acesso em: 15.11.2020.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 333p.

WHO, World Health Organization, The World Bank. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. 334 p.

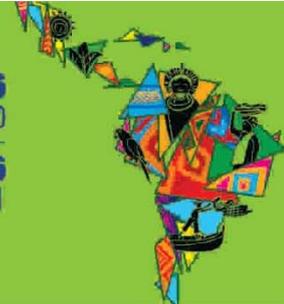


SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 02B – Desenvolvimentismo, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

A pauperização feminina nas cidades brasileiras- Trabalho, Classe, raça.

Ana Lúcia Alencar Burgos (UC)¹,

RESUMO

De espaço de mobilidade social e lugar de acesso à diversidade cultural, melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida, elas têm se tornado em aglomerações, ou depósito de pessoas, marcadas pela fragmentação, dualização, violência e degradação ambiental.

A aceleração da desigualdade social (1990), somou-se à crise do Estado, que tirou dos governos brasileiros muito do seu poder de investimento em infraestrutura e serviços sociais e passou a ser sinônimo de desemprego, miséria, violência, favelas.

Nas “relações sociais de sexo” e de “raça”/etnia, existem elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, especialmente, no que denomina de “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”. As mulheres efetuam majoritariamente ‘trabalho como (informalidade, precarização, assédio sexual) e os salários das mulheres” (FALQUET, 2012).

1 Pós-doutoranda em Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em Serviço Social e Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife- PE, Brasil. Especialista em Gerenciamento de Cidades pela Universidade de Pernambuco, Recife- PE, Brasil. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Faculdade Redentor- Rio de Janeiro-RJ-Brasil. Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília-DF, Brasil. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Credenciada da Caixa Econômica Federal em serviços especializados do Trabalho Social nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Mais de 20 anos profissionais na Caixa Econômica Federal no estado de Pernambuco, atuando na coordenação de projetos sociais. Consultora de Políticas Sociais em Pesquisa Social, execução, monitoramento, avaliação e elaboração de termos de referência para licitação de projetos sociais. Foi professora na Universidade Estácio de Sá, no estado do Rio de Janeiro. Idealizadora, coordenadora e palestrante do I e II Congresso Nacional Online sobre a Prática do Serviço Social. Professora de cursos à distância sobre gestão ambiental e gestão de projetos sociais. Credenciada da Fundação Banco do Brasil para implantação de tecnologias sociais do Programa Minha Casa Minha Vida nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia (2015 a 2018). Os interesses de investigação correspondem as áreas de Política Urbana, Gênero, Trabalho, sindicalismo, desigualdades sociais.

Instituição - Universidade de Coimbra-(UC),Coimbra/Portugal

E-mail- anaburgos@gmail.com.

Abordaremos um estudo de caso sobre a pauperização feminina. Este foi realizado no Condomínio Urupiara, localizado em Alagoinhas/Bahia/Brasil. Os dados retratam que a maioria da população é formada por mulheres jovens com baixa escolaridade e com uma renda de 1 S.M. Nesta área não se encontra os serviços públicos necessários para os moradores, com exceção dos equipamentos de lazer (parques e praças) e equipamento esportivo.

Concluimos com o estudo que a pauperização feminina no mundo contemporâneo, está presente na maioria das cidades brasileiras, em virtude de um processo histórico cultural, onde ainda existem menos oportunidades de trabalho e menor renda para as mulheres, principalmente para as mulheres pobres e negras. Esta precarização ocorre ainda devido se associar o trabalho doméstico ao das mulheres.

Palavras-chave: desigualdades sociais, trabalho, pauperização

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, é bastante evidente, a cidade “dos que têm” e a cidade “dos que não têm”. A cidade dos que têm toda infraestrutura instalada e a prestação de serviços públicos, e outra, que mora nas áreas periféricas e não possuem serviços públicos de qualidade.

Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes.

Essa é uma distinção importante, na medida em que se atuamos apenas no plano das desigualdades de acesso, estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres, o que é importante, mas não o suficiente, enquanto, ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades, estaremos enfrentando a questão do poder, e conseqüentemente, dos privilégios que os homens têm com a conservação dessa estrutura. Desse modo, analisar as sociedades numa perspectiva de gênero é desvelar e buscar transformar os complexos mecanismos sociais, políticos e institucionais que têm mantido as mulheres em situações de opressão, submissão e injustiça. (MACEDO, 2001).

As mulheres têm grande dificuldade em representar seu papel de mulher na sociedade, nas diversas esferas, política, social e econômica. Também essa dificuldade é verificada na sua participação nas cidades e na construção de políticas públicas, que observem: as necessidades das mulheres quanto à construção de habitações, com qualidade para o cuidado dos seus filhos; a construção de creches, de áreas de lazer e de postos de saúde; que permitam à mulher buscar o mercado de trabalho e que tenham um mínimo de condições para a educação e para a segurança e o convívio dos seus filhos. As mulheres

estão nas cidades em todos os lugares. Ainda que essa constatação possa parecer uma obviedade, vez por outra, nos damos conta que o que parece evidente por vezes oculta uma trama complexa, em que o estar e transitar fisicamente em um dado território não significa automaticamente a ocupação do mesmo como espaço próprio, ou mais grave ainda, como espaço público, lugar da cidadania (TACIANA, 2005).

Falar da categoria Trabalho das mulheres, nos remete para o “trabalho desvalorizado” e o “trabalho considerado feminino”. Estes são entendidos, ainda, como tudo o que se encontra entre a extração de trabalho mediante salário e a extração de trabalhos gratuitos. Essas extrações são “coconstruídas”. Em termos de classe e das relações de exploração, o “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”, tipo de trabalho proletário, permite fazer uma relação entre sexo e classe por um lado, entre “raça” e classe por outro.

O Brasil vivenciou uma inédita e sistemática queda da desigualdade no período de 2002 a 2015, mas continua a ocupar a posição de um dos países mais desiguais do mundo. É absolutamente importante discutir a desigualdade do ponto de vista da renda, olhando o estoque de capital e o patrimônio acumulado pelos ricos. No entanto, o olhar sobre a desigualdade não pode ignorar a necessidade de superar a assimetria de acesso a bens e serviços. Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida. Elevá-las a um patamar de dignidade não pode ser considerado um valor secundário no debate sobre desigualdade. Esse tema é, sem dúvida, um dos mais relevantes aprendizados e evidências do período de conquistas sociais que o Brasil viveu recentemente.

2.AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

A mensuração de desigualdade mais conhecida é a da concentração de renda apurada pelo Coeficiente de Gini. Ela aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais estruturantes do fenômeno, a desigualdade de renda. Entretanto, apresenta limitações por olhar um único aspecto do problema: a renda monetária.

Os dados do Coeficiente de Gini, todavia, são claros ao evidenciar uma queda na desigualdade de renda no período de 2002 a 2015, em patamares e com uma qualidade como não havia ocorrido na história brasileira. Durante o período, a riqueza acumulada no País aumentou e, ainda que a renda de todos os quintis tenha se ampliado significativamente, a renda dos mais pobres (primeiro e segundo quintis) aumentou mais do que a do resto da população.

O processo reverteu uma tendência à concentração de renda que vivia o Brasil desde a ditadura militar e que ficou estagnada no início do período democrático. Entre 1980 e 2001, o Coeficiente de Gini ficou congelado no elevado patamar de 0,59, caindo, em 2015, ao seu

nível mais baixo, 0,49. O aumento real do salário mínimo, a crescente formalização do mercado de trabalho, a incorporação dos mais pobres ao orçamento federal, por meio de políticas de inclusão social e distribuição efetiva de renda, e a promoção de uma política social integrada explicam, em boa medida, essa transformação.

A ampliação da renda, que se refletiu em mais direitos, mais acesso e, sim, mais consumo, é resultado direto da política de valorização do salário mínimo, formalização do trabalhador, criação de novos empregos – inclusive os decorrentes de investimentos como habitação popular, equipamentos sociais e política de conteúdo nacional –, ampliação do acesso à aposentadoria urbana e rural, benefícios assistenciais e do Bolsa Família.

A consequência direta desse processo foi o fortalecimento do mercado interno. A expansão dos investimentos em infraestrutura foi direcionada para chegar às periferias, aos bairros operários e ao campo. Fomos buscar nos indicadores de água, saneamento e energia como isso se reflete para os que historicamente ficaram para trás. A busca da universalização e do enfrentamento das iniquidades em educação, saúde e assistência social, prevista desde a Constituição Federal de 1988, ousou tocar na franja marginalizada da sociedade; e a resposta foi imediata: milhões de jovens na escola na idade certa, jovens negros e negras nas universidades, queda vertiginosa da mortalidade infantil.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), no seu primeiro relatório sobre distribuição de renda na América Latina (2010), *Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad*, afirma ser esta a região mais desigual do mundo (ONU-PNUD, 2010). Dos 15 países com maior desigualdade, dez estão na América Latina e no Caribe, sendo que o Brasil e o Equador têm o terceiro pior Índice Gini: 0,56 (quanto mais próximo de 01 o coeficiente, mais desigual é o país), só superados pela Bolívia, Camarões e Madagascar com 0,60, e África do Sul, Haiti e Tailândia com 0,59.

Os países da região com o melhor índice – inferior a 0,49 – são: Costa Rica, Argentina, Venezuela e Uruguai. Na média, o Índice de Gini da América Latina e do Caribe é 36% maior do que o dos países do Leste Asiático e 18% acima da África Subsaariana. Por outro lado, o grau de concentração de propriedade da terra no país está praticamente inalterado desde 1985.

Segundo o 10º Censo Agropecuário 2006 – o mais recente disponível –, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Gini – indicador da desigualdade da propriedade fundiária – registra 0,854 pontos, patamar próximo aos dados verificados nas duas pesquisas anteriores: 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). A desigualdade é indissociável do processo de “modernização produtiva” e da inserção do país no competitivo mercado mundial de commodities agrícolas, atualizando sua condição histórica de economia agroexportadora. Verifica-se, ao mesmo tempo uma intensa internacionalização do território brasileiro mediante a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros

mundiais, sem controle público, tendo em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade.

Segundo o Ipea (op. cit.), a desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente entre 2001 e 2011: a renda per capita dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6%, enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período. Ou seja, a renda dos mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos.

Segundo o panorama identificado pelo Ipea:

- Nas famílias chefiadas por analfabeto, a renda das pessoas sobe 88%. E há um decréscimo de 11% nas famílias em que as pessoas de referência possuem 12 ou mais anos completos de estudos;
- A renda do Nordeste sobe 72,8% contra 45,8% do Sudeste;
- A renda cresceu mais nas áreas rurais mais pobres (85,5%), contra 40,5% nas metrópoles e 57,7% nas demais cidades, A renda daqueles que se autoidentificam como pretos e pardos sobe 66,3% e 85,5%, respectivamente, contra 47,6% dos brancos.

Com a redução da desigualdade, entre 2001 e 2011, a pobreza e a extrema pobreza mantêm uma trajetória decrescente contínua, com queda de 55%, independente da linha de pobreza e da medida utilizada. A redução dos níveis das desigualdades e da pobreza extrema merecem ser saudadas porque representam ampliação de possibilidades reais de vida para grandes parcelas populacionais.

Os dados retratam a distribuição dos rendimentos das famílias brasileiras, decisivamente impulsionada pela ação estatal de transferência de verba pública. Mas recusa-se a armadilha da naturalização dos níveis de desigualdade, colocando em questão apenas os efeitos mais visíveis dos “excessos da exploração e da desigualdade”.

Este movimento distributivo e desconcentrador da renda familiar – que atesta redução da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade de rendimentos – convive com um profundo processo de concentração e centralização da propriedade fundiária e de capitais nacionais e internacionais. Estes processos têm sido impulsionados por generosos créditos estatais, por meio de instituições bancárias públicas, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e de subsídios previstos nas políticas públicas, inclusive no campo da pesquisa e inovação tecnológica. Em outros termos, nesse processo de crescimento econômico vivenciado pelo país recompõe-se e aprofunda-se a concentração da propriedade e do poder de classe.

No período de 2016 a 2018 não se pode interpretar como tendo havido a destruição do arcabouço da rede de proteção social no país. Apesar dos golpes contundentes que sofreu, tais como a Emenda Constitucional 95/2016 que cria o teto de crescimento das despesas na área social vinculado à inflação, do aumento do percentual da Desvinculação de Receitas da

União (DRU) de 20 para 30%, da reforma trabalhista, e da ameaça da reforma previdenciária. Esse período caracteriza-se não pela *destruição* propriamente dita do arcabouço social que vinha sendo construído e consolidado, mas pela sua *desconstrução*. O discurso que fundamenta as reformas não é agressivo; elas são justificadas como forma de enfrentamento do desajuste fiscal, propondo-se a desconstitucionalização dos direitos sociais. O traço maquiavélico que marca esse período de transição entre 2016 e o pesadelo que se inicia em 2019 para a área social é que o formato das políticas e programas sociais continuaram como tais, embora progressivamente desidratados e tendo pervertidos seu conteúdo social até então vigente.

A racionalidade técnica passa a estar a serviço dos interesses econômicos da administração pública, e contra os interesses dos cidadãos, mas em nome da defesa destes. Acena-se, então, mais do que nunca, com as vantagens do mercado frente à irracionalidade e falta de capacidade de gestão do Estado; mercado este que, tal como nas origens de sua presença na área social, caracteriza-se por se constituir num mercado sem risco, porque tem no Estado a garantia da sua demanda. Asfixia-se a área social com o congelamento de recursos para seu financiamento, e promove-se o empreendedorismo individual como substituto do trabalho com estabilidade. Esvazia-se o SUS com restrição de recursos e de contratação de pessoal e enxugamento de programas, porém seu arcabouço institucional continua o mesmo, utilizando-se a tática de um ninho vazio. Tem início na área social a privatização da gestão dos serviços sociais por meio da aceleração de contratações de instituições públicas de direito privado, que significam a privatização da gestão pública estatal pela racionalidade privada.

A partir de 2019 o jogo endurece. Inicia-se um processo de destruição truculenta do arcabouço social da rede de proteção social, mas não só: do meio ambiente, do direito à terra por parte dos trabalhadores rurais, indígenas e ribeirinhos, dos direitos dos negros, dos LBGTQI+, enfim, de todos os direitos que não respondam à bíblia dos novos donos do poder. O pacto de solidariedade social que até então vinha sendo construído a duras penas e crivado de tensões vem agora sendo substituído a ferro e fogo (literalmente) pela norma régia de cada um por si e contra os outros. A burocracia estatal se torna o algoz e o cemitério das políticas sociais e das práticas de gestão inovadoras e progressistas da área social.

O vaticínio e o propósito do atual chefe de Estado vêm sendo cumpridos à risca: “há muita coisa a ser destruída para depois construir” (construir o quê, não se sabe). O objetivo é retornar aos anos 1950, e particularmente aos anos 1960. Mas numa situação agravada uma vez que está se tratando de romper qualquer forma de solidariedade social, mesmo aquela neoliberal de focalização das políticas sociais aos segmentos extremamente pobres da população. Não se trata mais de propostas de focalização *versus* universalização das políticas e dos programas sociais, mas de destruição de todo aparato social, começando por

mudar o conteúdo social desses programas e políticas. Os pobres foram excluídos da agenda pública. Tome-se como exemplo a operação “pente fino” na previdência e assistência social, e no Programa Bolsa Família (PBF). Voltam as filas de espera para a concessão dos benefícios (3,5 milhões de famílias no caso do PBF), os prazos para respostas de pedidos são indeterminados, entre 2015 e 2019 - a população dos moradores de rua na cidade de São Paulo aumentou em 53%, atualmente 11,7 mil dormindo em abrigos e 12,6 mil nas ruas (PMSP, 2020) - ; 1,7 milhões de segurados da previdência social aguardam retorno após entrada do pedido de concessão de benefício, inclusive gestantes. O Brasil volta para o Mapa da Fome; o sarampo ressurgiu a começar pelos estados mais ricos do país; a sífilis por transmissão vertical volta a se fazer presente de forma expressiva; a culpabilização dos indivíduos por suas doenças é uma constante. Da mesma forma a culpabilização dos pobres por terem ousado começar a ocupar o mesmo espaço dos não pobres, seja em aeroportos ou nas universidades.

O conjunto de ações do atual governo a partir de 2019 é marcado por ações que penalizam sobretudo os mais pobres, seja por meio de restrição eivada de arbitrariedades de acesso ao Benefício de Prestação continuada (BPC), seja por destruir a credibilidade do PBF quanto a critérios de distribuição das bolsas, como recentemente, quando as novas bolsas foram destinadas em 3% para o Nordeste e 76% para o Sul/Sudeste, sendo que aquela região apresenta 36% dos pobres e extremamente vulneráveis do país.

Agrega-se a esse enxugamento dos benefícios distributivos sem vínculo contributivo à reforma da previdência social, tida como carro chefe do caminho para a retomada do crescimento. Aprovada e homologada, ela destituiu direitos, acompanhando a destituição de direitos promovida pela reforma trabalhista, proíbe acúmulo de benefícios (pensão por viuvez e aposentadoria, por exemplo), acaba com a atualização do valor dos benefícios, além de aumentar idade e tempo de contribuição e diminuir o valor dos benefícios.

Se a destruição de todas as políticas do arcabouço institucional de proteção social e de garantia dos direitos sociais básicos, que atinge também as áreas da cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, e todo o rastilho do que diz respeito a garantias de vida digna, a previdência social é aquela que mais atinge o núcleo das políticas distributivas pelo seu caráter efetivamente redistributivo. Segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais, em 2017, em 88% dos municípios brasileiros, a transferência monetária da previdência e da assistência social era maior que as suas receitas tributárias; e, em 73,6% dos municípios entre 10 e 20 mil habitantes, ela era maior que a transferência da União por meio do Fundo de Participação Monetário (FPM) (França,2019).

Lena (Lavinias, 2019)) mostra como em 2018 o índice de Gini na faixa entre 14-59 anos era de 0,59 enquanto entre aposentados e pensionistas com mais de 60 anos era de 0,39, a menor medida de desigualdade da histórica brasileira. E um último adendo: o modelo da

reforma é o chileno, reconhecidamente fracassado em termos de suas funções sociais de proteção social. No Chile atual, 8 entre 10 aposentados pela previdência social recebem benefício inferior a um salário-mínimo, e 44% dos aposentados estão abaixo da linha da pobreza. Mas o sistema previdenciário chileno, nosso modelo, é reconhecidamente, bem sucedido em termos de política econômica: as Administradoras de Fundos de Pensão movimentam 70% do PIB chileno.

Essa destruição da rede de proteção social e dos direitos fundamentais dos cidadãos significa a quebra dos pactos de solidariedade social e do ciclo de cidadania social que se instaurou a partir de 1988, e implica a quebra da expectativa de direitos, portanto, a quebra da possibilidade de projetos de futuro por parte de largos setores da sociedade.

Abre-se um novo ciclo. No Brasil a expansão dos direitos contributivos deu-se em períodos de regimes autoritários (cidadania regulada). Entre 1995-2002, no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu a expansão fracionada de benefícios sociais como não direitos. De 2003 a 2010, no período do Governo Luis Inácio Lula da Silva, ocorreu uma expansão agressiva das políticas sociais e da implementação dos direitos sociais (e dos “quase direitos”, no caso do PBF) com incentivo da participação social. De 2011 a 2016, no período do Governo de Dilma Rousseff, ocorreu a consolidação das políticas e programas sociais e a instituição do Sistema Nacional de Participação Social, em 2014, embora no segundo mandato da presidente tenha havido um distanciamento do governo com relação à sociedade. Entre os anos de 2016 e 2018 assiste-se à desconstrução do aparato social até então construído, no período que se inaugura com o Governo de Jair Bolsonaro, que tem início a destruição de toda e qualquer política de proteção social no país.

3. O TRABALHO FEMININO NO MUNDO CAPITALISTA

Falar do trabalho feminino, temos que inicialmente entendermos o conceito de gênero e como ele está inserido no mundo capitalista.

Para discutir e propor o conceito de gênero, Scott situa historicamente a emergência dos estudos sobre a mulher numa narrativa tradicional. Diferentemente da história apresentada por essa autora em seus trabalhos, a história das mulheres emerge nos anos 1960, com o movimento feminista exigindo que a historiografia apresentasse a participação feminina no curso da história, resgatasse suas heroínas e explicasse a opressão patriarcal. Tratava-se de um momento no qual os historiadores desfrutavam de uma “estranha imunidade”, “[...] a de não pertencerem a nenhum sexo”. Tinha-se, então, que convencê-los a assumirem que eles o possuíam e que isso era relevante. (SCOTT, 1990, p. 5).

O conceito de gênero abordado por Scott (1990) fez examinar as três posições teóricas que lhes dão sustentação. A primeira, numa tentativa feminista de entender as origens do

patriarcado; a segunda se situa numa tradição marxista e busca um compromisso com a crítica feminista; e a terceira se divide entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspirando-se em diversas escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais.

Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985). Sabemos que o capital é uma relação social por excelência que, na sua busca incessante de lucro, tende a expandir-se indefinidamente por meio da apropriação de trabalho não pago dos trabalhadores. Seu ciclo expansionista realiza-se por meio da ampliação da parcela do capital investida em meios de produção – capital constante – aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo relativamente aquela investida em força de trabalho – capital variável.

Outra condição e resultado contraditório desse mesmo processo é a ampliação da superpopulação relativa – ou população “sobrante” para as necessidades médias de valorização do capital –, fazendo crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho. Assim, o pauperismo como resultado do trabalho – do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social –, é uma especificidade da produção fundada no capital (NETTO, 2001). Em outros termos, o processo de acumulação ao realizar-se faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais – a acumulação da riqueza e da pobreza –, o que, por sua vez, restringe a capacidade de consumo das mercadorias produzidas.

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais.

A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo e se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa. Tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho: para o controle do capital sobre o trabalho e para a concorrência entre os trabalhadores.

No tocante ao trabalho no país, os dados sintetizados por Silva (2011) a partir da Pnad/IBGE de 2009, podem ser apreciados a seguir:

- Desemprego maciço e prolongado
- Informalidade em grande proporção (terceirização, trabalho temporário, subemprego)
- Grande rotatividade no emprego e predominância de contratos até dois salários mínimos
- Desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, sobretudo no âmbito da seguridade social
- Queda do nível de renda média do trabalhador
- Redução da participação da renda trabalho no conjunto da renda nacional
- Concentração da renda e do poder político.

Segundo o Pnud (2010), em 2009, 10% dos mais ricos detinham 43% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres disputavam 1,1% dessa renda. Segundo o Ipea (2012b), em 2011, o cenário brasileiro foi de desaceleração econômica: não houve crescimento do PIB, da renda e houve perda de dinamismo da produção industrial, apesar do aumento do emprego e da massa salarial.

Daí os chamamentos ao “desenvolvimento” no âmbito da política econômica. Segundo a mesma fonte, verificou-se um aumento expressivo da população ocupada entre 1996-2009 em todos os setores de ocupação, cujos postos de trabalho foram absorvidos predominantemente por trabalhadores informais – à exceção do setor agrícola que apresentou um desempenho negativo de 19,1%. Em 2011, houve crescimento de 6,2% de emprego com carteira assinada e uma queda de 1,9% do nível médio de informalidade. Ela é mais acentuada nas áreas não metropolitanas e diminui com a elevação do nível de escolaridade.

Como registra o Ipea (2012b), tanto a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), nos anos 2008-2011, quanto a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, em 2011, detectaram crescimento da população ocupada com a geração de novos postos de trabalho.

Para o IBGE, houve diminuição da taxa de desemprego fixada em 4,7% em dezembro de 2011 e uma média anual de 6,0%. A taxa de desocupação encontra-se em trajetória descendente em relação a 2010 e há uma evolução favorável da taxa de desemprego para todos os segmentos nos recortes de faixa etária, gênero, grau de instrução e posição na

família. Mas, segundo o Dieese, o nível de ocupação favorável está localizado prioritariamente na intermediação financeira e na construção civil, tendo o emprego nos setores industrial e agrícola apresentado sinais de perda de dinamismo. O chamado setor terciário foi responsável em grande medida pelos dados favoráveis do mercado de trabalho.

Em 2015, uma crise atinge em cheio as famílias brasileiras. A renda média havia aumentado 6,6% entre 2012 e 2014; no entanto, no ano seguinte, despencou 3,3%. Permanece então em baixa pelos dois anos seguintes, gerando a impressão de estagnação generalizada. Somente em 2018, a recessão parece dar lugar ao crescimento. A desigualdade ainda apresenta queda até 2015. Mas, em 2018, já não se trata mais do processo de equalização verificado desde a década anterior, mas sim das consequências da crise, que afetou com intensidade um pouco maior os extremos da distribuição. No geral, todos se tornaram “igualmente um pouco mais pobres”. Porém, a partir dali a tendência inverte a alta consistente da desigualdade. O Gini deu saltos particularmente intensos em 2016 e em 2018, fazendo com que o Brasil registrasse, naquele ano, o maior nível de desigualdade da série: 0,545.

4..ESTUDO EMPÍRICO- RESIDENCIAL URUPIARA

Descrevemos a seguir os dados do Autorecenseamento realizado no Condomínio Urupiara, objeto de estudo empírico, sobre as categorias trabalho, sexo, escolaridade, renda.

No Empreendimento Urupiara, com relação a categoria sexo, demonstramos que os moradores são, em sua maioria, formados por mulheres, com cerca de 774 pessoas, representando cerca de (53,64%). Entretanto, existe uma pequena margem de diferença comparada com os homens, por estes representarem 669 pessoas e cerca de (46,36%) dos moradores. Muitas dessas mulheres são chefes de família.

Na categoria idade apresentamos os dados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1-Grupos de Idade

| Grupos de Idade | Pessoas | Percentual |
|------------------|-------------|------------|
| 18 a 24 anos | 183 pessoas | 11,91% |
| 25 a 35 anos | 306 pessoas | 19,91% |
| 36 a 45 anos | 255 pessoas | 16,59% |
| 46 a 60 anos | 137 pessoas | 8,91% |
| Maior de 60 anos | 49 pessoas | 3,19% |

Fonte- o autor

Com os dados acima podemos apontar que as faixas etárias que representam a maioria dos moradores, são de 25 a 35 anos, onde contêm cerca de 306 pessoas e um percentual de (19,91%.) Podemos concluir que os moradores, em sua maioria, são moradores jovens e que se encontram na faixa da população economicamente ativa.

Na categoria escolaridade, apresentamos os dados na Tabela 2:

Tabela 2- Nível de Escolaridade

| Escolaridade | Pessoas | Percentual |
|---------------------------|----------------|-------------------|
| Ensino Médio Completo | 338 pessoas | 26,24% |
| Curso Superior Incompleto | 55 pessoas | 4,27% |
| Curso Superior Completo | 55 pessoas | 4,17% |

Fonte- o autor

Observamos que, em sua maioria, os moradores possuem ensino médio completo, com 338 pessoas e cerca de (26,24%). Portanto, é uma comunidade com um regular nível de escolaridade, que por sua vez, poderá ter um melhor nível de compreensão e conhecimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos e que poderão ter melhor inserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito a situação da categoria trabalho, podemos verificar na Tabela 3:

Tabela 3- Trabalho

| Trabalho | Pessoas | Percentual |
|----------------------------|----------------|-------------------|
| Assalariados com registro | 268 pessoas | 24,84% |
| Autônomo | 161 pessoas | 14,92% |
| Desempregados | 126 pessoas | 11,68% |
| Aposentados e Pensionistas | 36 pessoas | 3,34% |

Fonte- o autor

Verificamos através dos dados que em grande parte, os moradores são assalariados com registro, representando 268 pessoas, e (24,84%) dos moradores. Entretanto, existem ainda moradores autônomos, que exercem seu trabalho sem nenhum vínculo trabalhista. Dentro desta categoria, encontramos moradores desempregados, com um índice bastante expressivo, de 11.68% e muitos deles não possuem outra fonte de renda.

A faixa de renda dos moradores está descrita na Tabela 4:

Tabela 4- Nível de renda

| Nível de renda | Pessoas | Percentual |
|-------------------------------|----------------|-------------------|
| Até 1 S.M | 348 pessoas | 49,15% |
| 1 S. M até R\$ 1,245,00 | 138 pessoas | 19,49% |
| R\$ 1.245,00 até R\$ 2.480,00 | 30 pessoas | 4,24% |

Fonte- o autor

Verificamos também nos dados da pesquisa, que a maioria dos moradores possuem renda de até 1 S.M, significando quase a maioria. Se observarmos todo os dados, cerca de 68,62% possuem renda de até R\$ 1.245,00. Portanto, o nível de renda é muito baixa para esses moradores.

Outro indicador pesquisado foi sobre se os moradores recebem outra fonte de renda. Apresentamos na Tabela 5 os dados:

Tabela 5- Outra Fonte de Renda

| Outra Fonte de renda | Pessoas | Percentual |
|------------------------------------|----------------|-------------------|
| Não tem outra fonte de renda | 792 pessoas | 80,41% |
| Pensão | 44 pessoas | 4,47% |
| Programa de Transferência de Renda | 78 pessoas | 7,92% |
| Eventual (bico) | 11 pessoas | 1,12% |
| Aposentadorias | 9 pessoas | 0,91% |

Fonte- O autor

Estes dados nos remetem ao que ocorre na maioria das populações que vivem nos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, pessoas que muitas delas viviam em áreas de risco, lugares insalubres sem condições de moradia e que foram remanejadas para Empreendimentos Habitacionais construídos em áreas periféricas. Podemos apontar alguns problemas para esses moradores: 1) Distância do centro da cidade e de seus trabalhos; 2) Sem prestação de serviços de saúde, educação, transporte, saneamento, suficientes, que possam atender esses moradores, além dos que já residem nestes lugares. Associado a isto, no residencial Urupiara, tem o problema da falta de atendimento à população dos serviços públicos, como creche, escolas, posto de saúde. Só existem esses serviços em outro bairro próximo ao Empreendimento e, por sua vez, estes serviços não podem mais absorver esses moradores. Portanto, eles têm que se deslocarem para o centro da cidade.

Analisando os dados representados nas duas categorias trabalho, sexo e renda, podemos concluir que, a maioria dos moradores são mulheres trabalhadoras assalariadas, com registro na carteira de trabalho, porém possuem uma faixa de renda de um a dois salários

mínimos. Existem algumas mulheres que estão desempregadas e que não possuem outra fonte de renda, sendo a maioria. Algumas recebem dinheiro de pensão, outras recebem recursos do Programa de Transferência de Renda, de aposentadorias ou vivem de trabalhos informais eventualmente. Como a maioria dos moradores são mulheres, esta precarização do trabalho é bem maior e, portanto, a pauperização feminina é marcada, pois muitas destas mulheres, se quer, possuem renda para uma vida digna.

Apesar das desigualdades sociais no Brasil, segundo dados do IBGE (2010) terem reduzidas, a situação das mulheres pouco mudou. Elas são subrepresentadas. A inserção do trabalho qualificado fica para o homem.

A realidade do mundo do trabalho no Brasil ainda indica obstáculos históricos impostos à participação das mulheres e das mulheres negras em particular. Enquanto os homens, sejam brancos ou negros, apresentam taxas de atividades superiores, ao das mulheres. Isso significa dizer que de cada 10 mulheres, 4 não conseguem se colocar disponíveis para uma ocupação no mercado de trabalho, dificuldade ampliada ao considerarmos a realidade das mulheres negras.

É possível perceber uma nítida separação entre homens e mulheres. Os homens, sejam brancos ou negros, apresentam taxas de atividades superiores, ao das mulheres de ambos os grupos raciais.

A pirâmide da escolaridade no Brasil revela primeiramente que às mulheres brancas possuem uma maior escolaridade. Os homens brancos estão em segundo lugar, e por último, as mulheres negras e homens negros. O nível de escolaridade permite que as mulheres possam ingressar no mercado de trabalho mais qualificado, embora comparado ao homem, ele a supera.

Os indicadores mostram que a população economicamente ativa (PEA) feminina aumentou consideravelmente no período 1995-2005, assim como as taxas de atividade e os percentuais femininos no conjunto dos trabalhadores. Em 2005, mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhou ou procurou trabalho e mais de 40 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino, mesmo assim, as mulheres ainda estão longe de atingir as taxas masculinas de atividade, superiores a 70%.

O processo de feminização do mercado de trabalho parece estar se esgotando. Ao longo do período de 2004 a 2014, a taxa de atividade feminina oscilou muito pouco, tendo alcançado seu teto, 59%, em 2005, para depois, em 2011, cair a 56%. No último ano, este valor foi de 57%, inferior ao do início da série. Se voltarmos a 1995, ou seja, vinte anos atrás, é possível perceber que a taxa de atividade para mulheres era de 54,3%, menos de 3 pontos percentuais em relação à taxa de 2014, o que parece indicar um limite de inserção das

mulheres no mercado de trabalho. Este limite muitas vezes é decorrente do processo de desemprego vir crescendo no país nos últimos anos, que atinge primeiro as mulheres, demonstrando que, a feminização do trabalho é desigual e determinante para a desigualdade social.

A participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu no período pós-1970. Em sentido inverso, a intensificação da inserção feminina foi o traço marcante nas duas últimas décadas. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, onde a exploração é, em grande medida, mais acentuada.

A alta escolaridade das mulheres é uma conquista a ser considerada, na medida em que pode protegê-las da não-atividade e do desemprego, mas, por outro lado, as desigualdades de remuneração entre homens e mulheres aumentam quanto maior é o nível de escolaridade. Deste modo, o desafio para as mulheres mais escolarizadas é o de participar de forma equitativa nas carreiras e ocupações consideradas tradicionalmente masculinas.

No que diz respeito aos menores salários, a mulher é a que sempre obtêm estes salários. Os homens por sua vez, recebem maiores salários. Ambos, homens e mulheres, nos mesmos setores de atividades, concentram-se em faixas distintas de salários, apontando uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o sexo. Portanto, nas mesmas funções existem diferenças de salários para homens e mulheres.

O número de mulheres ocupadas no Brasil sofre a precarização do trabalho na questão geográfica. O trabalho feminino é bem superior na região sudeste do Brasil em comparação com a região nordeste, onde se localiza o Condomínio Urupiara, o nosso objeto de estudo, localizado no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. O motivo da diferença do trabalho feminino da região sudeste comparado com a região nordeste, se refere a uma economia mais dinâmica na primeira região, a sudeste. No Brasil podemos observar que no período industrial ocorreu o fenômeno da migração das pessoas da região nordeste para a região sudeste, visando trabalho e melhores salários e condições de vida (habitação, educação, lazer).

Podemos verificar claramente a superqualificação feminina na região nordeste, com os dados apresentados sobre o Condomínio Urupiara, coletados durante a realização do autorecenseamento, demonstrados acima. As mulheres que lá habitam são em sua maioria, chefes de família, como na maioria das áreas pobres do Brasil e recebem até dois salários mínimos, tendo algumas mulheres que residem no Condomínio, sem nenhuma renda formal ou estão desempregadas e vivem de recursos de transferência de renda do Governo Federal do Brasil.

5. CONCLUSÕES

Segundo Fernandes (1975), no Brasil, a expansão monopolista manteve a dominação imperialista e a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofundou as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que vem favorecendo a concentração de renda, prestígio e poder ao nível social, étnico e regional.

Aquela expansão redundou numa forma típica de dominação política, de cunho contrarrevolucionário, em que o Estado capturado historicamente pelo bloco do poder assume um papel decisivo na unificação dos interesses das frações e classes burguesas; e na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade, antecipando-se às pressões populares e realizando mudanças para preservar a ordem.

Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica se expressam na conciliação entre as frações das classes dominantes com a exclusão das forças populares e no recurso frequente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado (COUTINHO, 1989, p. 122). Esta estratégia se atualiza hoje tanto na criminalização da questão social, quanto na decisiva interferência do Estado na estruturação de políticas anticíclicas para o capital na contramão das necessidades da maioria.

O processo de criação de igualdade de oportunidades implica extinção de privilégios, de discriminação, de preconceitos racial, econômico e de sexo presentes na sociedade, quase sempre tolerados pelo Estado. A existência desses condicionantes, em si, constitui barreiras limitadoras de mobilidade econômica de grupos sociais (MILLER, 1996). Nesse caso, o Estado, ao invés de permitir privilégios e preconceitos, deveria coibi-los, criar e discriminar equitativamente as oportunidades de crescimento socioeconômico das pessoas de modo a garantir condições de igualdade de oportunidades a todos.

A educação de qualidade é considerada suficiente para criar condições de oportunidades na redução das desigualdades sociais, porém, devido aos elevados níveis de desigualdades sociais e econômicas do Brasil, os efeitos lentos das atuais políticas de redistribuição de renda, as enormes diferenças econômicas regionais, a educação somente não é suficiente para reduzir significativamente as desigualdades. Na velocidade, o problema exige, e, se for, levará muito tempo, cinco ou mais gerações para equilibrar o processo de desenvolvimento econômico com justiça social.

Daí a necessidade de combinar várias políticas com a educação para acelerar a redução das desigualdades, tais como: política de valorização do salário dos trabalhadores; investimentos e melhorias na educação; política de geração de emprego qualificado e renda; política de saúde com atendimento prioritário aos setores menos favorecidos; aproveitamento dos nichos de desenvolvimento econômico; e, principalmente, uma política de

desenvolvimento e crescimento econômico associada à justa política de (re)distribuição de renda.

Das mulheres que residem no Condomínio, em grande parte, são as que possuem empregos com carteira assinada, emprego considerado formal no Brasil, mulheres assalariadas. Todavia, o nível de renda é muito baixo, com até dois salários mínimos, mesmo tendo muitas delas curso médio ou superior, sendo chefes de famílias. Algumas delas, nem se quer possui alguma renda, vivendo de Programas de Transferência de Renda do Governo Federal do Brasil. Combater mais rapidamente a pobreza, a extrema pobreza e favorecer uma expressiva diminuição das desigualdades sociais e econômicas dessas famílias do Condomínio Urupiara, exigem medidas de aprofundamento das políticas sociais, maior participação da sociedade e transição de um Estado de benefícios e transferências de renda para um Estado de bem-estar social. A renda se torna determinante para a redução das desigualdades sociais. Entretanto, a prestação dos serviços públicos é essencial para diminuir também os índices de pobreza.

Muitas destas mulheres, que vivem a precarização do trabalho, com trabalhos muitas vezes domésticos, em tempo parcial, desqualificado, vem a se acentuar com a falta de trabalho, ou com as diferentes formas de trabalhos (informais, part-time), que por sua vez, reforça as desigualdades sociais entre as mulheres. Observamos esta faceta no caso do Condomínio Urupiara, onde as mulheres são maioria, e que possuem uma renda muito baixa para a sobrevivência da sua família.

Esta pauperização feminina é marcante na sociedade brasileira, apesar do Brasil ser um país considerado rico. As mulheres que se encontram na idade da População Economicamente ativa, muitas delas estão sem trabalho, e quando o possui, são trabalhos informais, precários, trabalhos domésticos, Além do trabalho na rua, existe o trabalho na casa, com afazeres domésticos. Entretanto, a dupla jornada difícil é enfrentada por elas. As mulheres têm que irem em busca de trabalho vivo, que lhe dê valor, em troca de recursos, para o sustento da sua prole.

Concluimos então que a condição humana sem direitos se quer a vida, nos transporta para o que é de mais necessário, a verdadeira transformação social para uma vida com sentido. A Precarização do Trabalho nas Relações Sociais de Sexo é um fator determinante para a pauperização feminina brasileira, tendo em vista que as mulheres são em maioria na sociedade, são as mais exploradas e as que tem menor renda. Entendemos que, no Brasil a maioria da população é de mulheres, que sofrem diretamente as desigualdades de sexo, raça, etnia, e para que possamos diminuir esta precarização do trabalho feminino e conseqüentemente, a pobreza feminina, se faz necessário de dar oportunidades de trabalho iguais para mulheres e homens. Estas desigualdades sociais são um retrato de um governo que nos últimos anos, não tem aumentado o salário mínimo, que não tem dado condições de

sobrevivência para as famílias pobres, bem como, não possui políticas de inclusão social e distribuição efetiva de renda, e promoção de uma política social integrada. O Brasil precisa de decisões políticas para enfrentar as desigualdades sociais após a pandemia da Covid-19, com a taxa de desemprego nunca vista antes e a população vivendo numa pobreza profunda.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**-ensaio as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho., São Paulo, Cortez,16. Edição, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação. .São Paulo, Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy.A Rebeldia do precariado. Trabalho e Neoliberalismo no sul Global. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

CAMPELO, Tereza. **Faces da desigualdade no Brasil:** um olhar sobre os que ficam para trás. Saúde Debate, Rio de Janeiro, V. 42, N. Especial 3, P. 54-66, Novembro 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo, Editora Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Relações Sociais de Sexo, “Raça/Etnia e Classe”:** Uma análise demanda. e feminista materialista. Revista temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro ,Editora Zahar, 1975.

GUERRA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global,** São Paulo Editora Boitempo, ,2017.

IAMAMOTO, Marilda. **O Brasil das desigualdades:** “questão social”, trabalho e relações sociais. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

LUKÁKS. **Ontologia do ser social.** Os princípios Ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, Livraria editora Ciências Humanas. 1979.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular., 2008 p. 47. LUKÁCS, Gyorgy. O jovem Marx, p.167.

MARX, Karl,**O Capital.** São Paulo ,Edição Compacta. Centauro Editora, 2005.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

OLIVEIRA, Francisco. **Desigualdade Social.**Uma trajetória de insistência no Brasil.VII Jornada internacional de Políticas Públicas. Universidade federal do Maranhão, São Luís, agosto/2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiova. **O poder do macho: Rearticulando gênero e classe social.;** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 02B – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas.

TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI-ARGENTINA: TRANSFRONTEIRIZAÇÃO ATRAVÉS DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS E AS RELAÇÕES DESSE PROCESSO COM A QUESTÃO DA MORADIA

Airton Leitzke¹ (UFPR)

RESUMO

O processo de transfronteirização que caracteriza a aglomeração transfronteiriça composta pelas cidades de Foz do Iguaçu – PR – e outras duas cidades brasileiras; Puerto Iguazú – Misiones (Argentina); Ciudad del Este – Alto Paraná (Paraguai) e outras três cidades paraguaias, pode ser expresso a partir de diferentes dimensões da realidade, materializadas em distintas atividades, como o turismo (CARNEIRO FILHO, 2013; SOUZA, 2017), o crime (ANDRÉ, 2017; CARNEIRO FILHO, 2011) e o comércio exterior (RÜCKERT et al., 2015; POLON, 2014). Recentemente, um outro grupo de atividades aparece com destaque nessa aglomeração, qual seja, a oferta de serviços na área da educação, tanto pública quanto privada, em especial, relacionada à oferta de cursos de medicina. Apenas na aglomeração transfronteiriça são cerca de oito instituições que oferecem esse curso, o que acrescenta complexidade às questões antigas e aponta para novas. Desse modo, o presente texto tem por objetivo refletir sobre essa nova atividade presente na aglomeração e sua repercussão no âmbito da moradia em Foz do Iguaçu, tendo em vista que a mobilidade característica da aglomeração se intensifica por meio do ir e vir dos estudantes brasileiros que cursam a faculdade nos países vizinhos. Assim, espera-se compreender qual a repercussão dessa realidade na questão da moradia, em aspectos específicos que serão explorados pelo presente trabalho, como por exemplo a alteração significativa na relação de procura e oferta no mercado imobiliário, e também dificultando o acesso à moradia digna para uma parcela dos estudantes que habitam na aglomeração.

Palavras-chave: aglomeração urbana; transfronteirização; ensino superior; mercado imobiliário.

1. INTRODUÇÃO

O processo atual de metropolização do espaço tem resultado em novas formas

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia, PPGGEO, UFPR, Brasil. E-mail: airtonleitzke@gmail.com

urbanas, nas quais a escala regional vem ganhando destaque. Ou seja, a intensificação da urbanização brasileira, e o processo de metropolização que lhe é característico na realidade brasileira atual, criaram novas espacialidades urbanas, fazendo com que regiões urbanizadas contínuas cresçam em número e em extensão, extrapolando os limites municipais (SOARES, 2018). Essas espacialidades vão desde pequenas aglomerações até regiões metropolitanas de grande dimensão, e concentram grande parte da população brasileira. Assim, mudam as formas urbanas, as relações na cidade e entre as cidades e, conseqüentemente, é preciso mudar, também, a forma de gerir e governar essas regiões (FREITAS-FIRKOWSKI, 2012; HOSHINO e MOURA, 2019).

As transformações no território que são resultantes desse processo são profundas, tanto das formas, quanto da estrutura e natureza, uma vez que " a metropolização do espaço se constitui num processo socioespacial que metamorfoseia o território" (LENCIONI, 2017, p. 41).

A metropolização do espaço não produz apenas metrópoles, mas torna mais complexa determinadas realidades urbanas, em função das características que assumem no período atual. Tal nos parece ser o caso das aglomerações objeto desse artigo, que versa sobre a aglomeração urbana transfronteiriça formada pelas cidades de Foz do Iguaçu – PR, Santa Terezinha de Itaipu – PR, São Miguel do Iguaçu – PR, Puerto Iguazú, na província de Misiones – Argentina, além de quatro cidades do departamento Alto Paraná, no Paraguai: Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Minga Guazú.

Sabe-se que, até meados da década de 2000, essa aglomeração se estabeleceu economicamente e teve sua inserção na rede de cidades, principalmente, mediante a construção da hidrelétrica de Itaipu e os efeitos diretos da presença dessa usina; como centro comercial de produtos importados, beneficiando-se da instauração da zona de livre comércio na cidade atualmente denominada de Ciudad del Este; e a partir da dinamização das atividades turísticas - decorrente, em grande parte pela presença das Cataratas do Iguaçu, localizada na linha de fronteira entre Brasil (Foz do Iguaçu) e Argentina (puerto Iguazú) -, e do setor de serviços que dão suporte a essas atividades.

A última década pode ser considerada um marco no desenvolvimento da região em tela, pois é um período de grande expansão da oferta dos serviços educacionais. A partir do ano de 2010, com a criação da UNILA - Universidade da Integração Latino Americana, e, posteriormente, o grande crescimento do número de cursos de graduação em instituições privadas no Paraguai, tal aglomeração passa a se reinserir na rede urbana como um polo educacional. Assim, principalmente a cidade de Foz do Iguaçu tem sido o destino, tanto de estudantes provenientes de diversos países, para estudar na UNILA, quanto de um número enorme de brasileiros que cursam o ensino superior no Paraguai, principalmente o curso de medicina.

Diante disso, acredita-se que o processo de transfronteirização, já característico dessa aglomeração, passa a ser intensificado a partir das dinâmicas que são decorrentes dos serviços educacionais de nível superior, e isso, por sua vez, rebata em alterações no mercado imobiliário, por exemplo, e acaba dificultando o acesso à moradia digna para uma parcela dos estudantes que vêm para Foz do Iguaçu cursar o ensino superior.

Desse modo, o presente texto tem por objetivo refletir sobre essa nova atividade presente na aglomeração e sua repercussão no âmbito da moradia em Foz do Iguaçu, tendo em vista que a mobilidade característica da aglomeração se intensifica por meio do ir e vir dos estudantes brasileiros que cursam ensino superior nos países vizinhos. Assim, espera-se compreender como essa realidade repercute na questão da moradia, em aspectos específicos que serão explorados pelo presente trabalho, como por exemplo a alteração significativa na relação de procura e oferta no mercado imobiliário, e também dificultando o acesso à moradia digna para uma parcela dos estudantes que habitam na aglomeração.

Para isso, foi aplicado um questionário² com aproximadamente 50 estudantes de graduação que vivem na aglomeração em tela, e também realizadas entrevistas com 03 imobiliárias de Foz do Iguaçu.

Deste modo, torna-se importante considerar alguns referenciais teóricos acerca da questão fronteiriça de forma geral, do processo de transfronteirização em particular e da conformação da aglomeração urbana transfronteiriça.

Espera-se, com isso, contribuir para o entendimento da aglomeração, à luz de categorias como espaço, economia urbana, e também da política e planejamento urbano e regional, e assim, subsidiar a elaboração de políticas públicas. Ademais, esse estudo também possibilitará a discussão de questões relacionadas às dificuldades de acesso à moradia, à discriminação, à desigualdade e exclusão sociais, especialmente relacionadas aos imigrantes residentes na região. E, não menos importante, permitirá contribuir com as discussões acerca das especialidades urbanas emergentes em ambientes de fronteira e suas dinâmicas.

2. OBSERVAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE AGLOMERAÇÃO URBANA, DESLOCAMENTOS PENDULARES E FRONTEIRA

No presente artigo, o entendimento acerca do processo de metropolização é de que ele incide sobre diversas escalas territoriais, estando relacionado à formação da aglomeração urbana da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, contribuindo, possivelmente, para o que

² O questionário foi aplicado utilizando-se da ferramenta Google Forms, sendo enviado pela internet a estudantes brasileiros de medicina no Paraguai e também à discentes da UNILA. Estes, por sua vez, compartilharam o questionário com seus colegas. O formulário ficou aberto para respostas no período de uma semana, no mês de janeiro de 2021.

pode ser chamado de transfronteirização. Isso rebate em diversos aspectos, como por exemplo, na relação de procura e oferta no mercado imobiliário e no acesso à moradia, conforme será visto posteriormente.

Lencioni (2017), ao concordar com Ascher (1998), afirma que “[...] o processo de metropolização não se restringe ao espaço metropolitano, posição bem próxima de Bernard Kayser (1969)” (LENCIONI, 2017, p. 44). Assim, “[...] podemos dizer que, em geral, o processo de metropolização imprime características metropolitanas ao espaço, transformando as estruturas pré existentes, independentemente desses espaços serem ou não metrópoles” (Ibid., p. 46).

Fundamentando-se em Pinson (2011), Lencioni (2017, p. 47) afirma que o processo de metropolização se constitui “[...] num fenômeno multiformas e contraditório que, no caso das grandes cidades, faz com que elas se curvem aos fenômenos de dilatação, aumento e diversificação das modalidades”.

A partir dessa compreensão, é possível notar que a mobilidade e os deslocamentos são aspectos importantes para o entendimento das áreas/regiões em processo de metropolização.

Assim, para buscar entender as dinâmicas de determinada aglomeração urbana, considera-se importante analisar os deslocamentos pendulares existentes entre os centros urbanos a ela pertencentes. Esses deslocamentos expressam, entre outros aspectos, o nível de integração entre as cidades da aglomeração.

Conforme Jardim (2011, p. 58), a mobilidade pendular “ganha especificidade e novas formas provenientes das mudanças na organização da economia e da sociedade”, e a análise dos “deslocamentos cotidianos funciona como uma proxy dos movimentos da economia e da sociedade contemporâneas, responsáveis pela criação de novos espaços e dinâmicas social e territorial” (Ibid., p. 59).

Nesse sentido, é possível inferir que a mobilidade pendular é um exemplo das interações espaciais, amplamente discutidas nos trabalhos que abordam as aglomerações urbanas, regiões metropolitanas e, de forma geral, a rede urbana.

Para o caso dos deslocamentos pendulares transfronteiriços, há um desafio maior na busca de tentar analisá-los, devido à dificuldade de obtenção de dados “compatíveis” entre si de cada um dos países envolvidos nesses deslocamentos. Alguns estudos realizados por institutos brasileiros e que são muito importantes como fonte de dados, não abarcam as cidades dos outros países da mesma forma que as cidades brasileiras. É o caso, por exemplo, do Censo Demográfico do IBGE, que apresenta dados importantes sobre os deslocamentos pendulares, e também o REGIC – Região de Influência das Cidades que, apesar de considerar as cidades estrangeiras para delimitar os arranjos populacionais fronteira (IBGE, 2020a),

não aplica os mesmos questionários em Ciudad del Este e Puerto Iguazu, possibilitando ter apenas os dados coletados nas cidades brasileiras.

Conforme mencionado, os dados publicados nesses estudos não deixam de ser importantes, pelo contrário, mas não possibilitam ter toda a dimensão da integração e dos deslocamentos pendulares das cidades de determinada aglomeração urbana transfronteiriça, ou arranjo populacional fronteiriço (IBGE, 2016). Além disso, os deslocamentos pendulares que acontecem entre cidades de diferentes países podem receber denominações específicas, como defende, por exemplo, Lozano (2019). Para essa autora, nesse caso,

[...] o tipo migração pendular se mistura com aquilo que foi denominado de migração limítrofe ou fronteiriça. De forma semelhante com aquilo que ocorre na relação entre as cidades metropolitanas e os seus municípios satélites, visualiza-se nos municípios fronteiriços da região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina um constante ir e vir de seus moradores (LOZANO, 2019, p.19).

Assim, tal autora define como mobilidade pendular transfronteiriça o processo de “[...] ir e vir diário daquele sujeito que mantém a sua residência original em um país e se desloca cotidianamente ao país vizinho para desenvolver alguma atividade laboral, retornando ao final do expediente a sua residência original” (LOZANO, 2019, p.21).

É importante considerar as motivações que fazem com que um grupo de pessoas de determinado município/cidade se desloque para outra localidade, pois permite melhor entendimento de como se dá a integração entre esses centros. Estudo e trabalho são os dois principais motivos considerados nas pesquisas sobre os deslocamentos pendulares, estando presentes, por exemplo, no questionário aplicado pelo IBGE nos Censos Demográficos. No entanto, o deslocamento para lazer e para consumo também são bastante significativos, especialmente na aglomeração em tela. A presença da zona de livre comércio em Ciudad del Este e o grande número de atividades turísticas em Foz do Iguaçu reforçam ainda mais o peso que o comércio e o lazer possuem como motivadores dos deslocamentos pendulares na fronteira.

2.1 A fronteira e o processo de transfronteirização

Diante do exposto no tópico anterior, cabe destacar que a noção acerca de “fronteira” é bastante diversa, dependendo da perspectiva em que ela é pensada. O mesmo vale para outros termos e conceitos diretamente relacionados à fronteira, como por exemplo zona, faixa e linha de fronteira, ou então região fronteiriça e os processos de transfronteirização. O intuito do presente trabalho não é aprofundar discussões a respeito de cada um desses conceitos, mas é necessário deixar claro qual é o entendimento a partir do qual esse artigo foi pensado.

Para além do senso comum de que a fronteira é apenas uma linha imaginária que separa dois países, e também não se limitando à ideia de que ela é algo estático, a fronteira

é aqui considerada como um “espaço em mutação, que se abre e se fecha, proíbe e autoriza, que supera a rigidez com uma porosidade unificadora e, acima de tudo, que reflete relações de poder” (OLIVEIRA et al., 2011, p. 82). Assim, a materialização dessas relações que constantemente se transformam, pode ser expressa em “configurações urbanas aglomeradas”, ou seja, são as cidades de fronteira e as aglomerações transfronteiriças (OLIVEIRA et al., 2011, p. 82).

Ainda de acordo com Oliveira et al. (2011, p. 93), “observa-se um novo processo de funcionalização da fronteira, tanto por ela ser um artefato na reprodução da divisão social e territorial do trabalho quanto pela sua acepção sociocultural” e, assim, essa funcionalização provoca “uma complementaridade repleta de contradições e ambiguidades com alto grau de complexidade, fortemente expressas nas cidades e aglomerações (OLIVEIRA et al., 2011, p. 93).

Na mesma linha do entendimento acerca de “fronteira”, a ideia assumida neste trabalho é de que a “zona de fronteira” refere-se a um espaço encontrado na “confluência entre dois territórios nacionais” (FERRARI, 2013, p. 88), correspondendo à ideia de ligação, e não da divisão entre territórios, sendo necessário considerar o conjunto territorial dos dois lados do limite internacional para poder entendê-la, afinal de contas trata-se de outra territorialidade que vai reconfigurar o espaço territorial dividido.

Desse modo, o conceito de zona de fronteira se caracteriza por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional, sendo as cidades gêmeas as formadoras do “elemento geográfico que melhor distingue a zona de fronteira” (FERRARI, 2013, p. 88).

Assim, ao relacionar a literatura acadêmica acerca da questão fronteiriça com o processo de metropolização, por exemplo, pode-se ter uma ideia da complexidade existente em analisar as chamadas aglomerações transfronteiriças. Um ponto chave na busca de enfrentar tal desafio está na tarefa de desvendar as funcionalidades exercidas pelas cidades que formam tais aglomerações, pois é a partir disso que elas podem ser distinguidas, além, é claro, de seu tamanho (OLIVEIRA et al., 2011).

Nessa perspectiva, “As cidades de fronteira, particularmente aquelas situadas na linha de fronteira, destacam-se pelo papel que desempenham enquanto elos articuladores de fluxos e de funções entre países” (OLIVEIRA et al., 2011, p. 80).

Já o termo “transfronteirização” tem sido utilizado por alguns autores para identificar processos específicos às áreas de fronteira, como é o caso de Reitel (2007), Guibert e Ligrone (2008) e Grasland e Rückert (2012), que consideram que o processo de transfronteirização pode se realizar em diferentes dimensões, podendo ser expresso a partir de diferentes dimensões da realidade, materializadas em distintas atividades. Para o caso da aglomeração transfronteiriça que é foco desse trabalho, a transfronteirização é expressa, por exemplo, a

partir das atividades de turismo (CARNEIRO FILHO, 2013; SOUZA, 2017), do crime (ANDRÉ, 2015; CARNEIRO FILHO, 2011) e do comércio exterior (RÜCKERT *et. al*, 2015; POLON, 2014).

Conforme Souza (2009), os espaços assumem caráter transfronteiriço quando há articulação entre o local e o internacional, fazendo com que se estabeleça vínculos e dinâmicas próprias, “[...] construídas e reforçadas pelos povos fronteiriços” (SOUZA, 2009, p. 106). Assim, nesses espaços, “[...] estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos, que constroem, reelaboram e constituem uma outra cultura e identidade diferenciada, capaz de recriar um novo lugar, com aspectos regionais” (SOUZA, 2009, p. 106). Neste trabalho, parte-se da ideia de que o caráter transfronteiriço abordado por Souza (2009), pode ser observado no espaço da aglomeração transfronteiriça aqui referida.

Os pesquisadores Kleinschmitt, Azevedo e Cardin (2013), afirmam que a região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina forma um “um sistema internacional urbano muito peculiar em relação às outras regiões de fronteiras do Brasil, porque não se trata simplesmente de áreas vizinhas a uma linha de fronteira”, ou seja, “As áreas são contíguas também em relação aos aspectos econômicos, culturais, geográficos e de seguridade” (KLEINSCHMITT; AZEVEDO; CARDIN, 2013, p. 04).

Em outras palavras, o que esses autores estão dizendo é que o fato de haver intensos fluxos econômicos, culturais, geográficos e de seguridade, faz com que essa região apresente o que eles denominam de “áreas contínuas”. Nesse sentido, há concordância com o que dizem outros pesquisadores no sentido de afirmar sobre os intensos fluxos econômicos e de pessoas existentes na região em tela (AMARAL, 2010). Para Carneiro Filho e Rückert (2013), a tríplice fronteira formada pelas cidades gêmeas de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este é “a mais notória” das nove tríplices fronteiras de que faz parte o Brasil, sendo que “Tal importância se deve à relevância econômica e demográfica e à intensidade dos fluxos econômicos e humanos da região [...]” (CARNEIRO FILHO; RÜCKERT, 2013, p. 2).

No mesmo sentido, Cardin (2009, p. 164-165), afirma que, entre os moradores de Foz do Iguaçu/Brasil, Ciudad Del Este/Paraguai e Puerto Iguazu/Argentina, “é identificada a facilidade de comunicação e trânsito”. Isso acaba por estreitar “os laços sociais e culturais dos habitantes da região”.

Diante do exposto e conforme já mencionado, é possível inferir que o processo de transfronteirização se realiza de modo bastante significativo na aglomeração de que trata esse artigo, e os serviços educacionais correspondem a uma atividade que reforça ainda mais tal processo. Isso será melhor explorado em momento posterior no presente texto.

2.2 Aglomeração urbana

É importante entender o funcionamento e as relações estabelecidas entre as cidades das regiões urbanizadas, assim como saber tratá-las adequadamente, principalmente para o caso da rede urbana brasileira, pois “o espaço geográfico nacional tende a uma organização pelo urbano” (IPEA, 1999, p. 172), e a organização urbana brasileira tem privilegiado a formação de diversos tipos de aglomerações.

A aglomeração transfronteiriça de que trata esse artigo é a maior entre as aglomerações urbanas na faixa de fronteira brasileira (OLIVEIRA *et al.*, 2011). É formada por cidades de três países diferentes, sendo duas delas de tamanho parecido, dividindo a centralidade na rede urbana, de forma que se torna um desafio distinguir uma delas como o principal centro da aglomeração. Trata-se de Ciudad del Este – com 304.282 habitantes, conforme projeção realizada pela DGEEC - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, para o ano de 2020, e Foz do Iguaçu, com 258.248 habitantes, conforme estimativa do IBGE para o ano de 2020, conforme mostra a Tabela 01.

Tabela 01 - População dos municípios que formam a aglomeração urbana da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina

| Município | Nº de habitantes | Fonte dos dados |
|--------------------------------|------------------|--|
| Foz do Iguaçu - PR | 258.248 | Estimativa do IBGE para 2020 ¹ |
| Santa Terezinha de Itaipu - PR | 23.699 | Estimativa do IBGE para 2020 ¹ |
| São Miguel do Iguaçu - PR | 27.576 | Estimativa do IBGE para 2020 ¹ |
| Ciudad del Este - PY | 304.282 | Estimativa do DGEEC para 2020 ² |
| Presidente Franco - PY | 104.677 | Estimativa do DGEEC para 2020 ² |
| Minga Guazú- PY | 91.531 | Estimativa do DGEEC para 2020 ² |
| Hernandarias - PY | 80.319 | Estimativa do DGEEC para 2020 ² |
| Puerto Iguazú - ARG | 99.849 | Estimativa do INDEC para 2020 ³ |
| TOTAL | 990.181 | IBGE (2020); DGEEC (2020) e INDEC (2020). |

Fontes: ¹IBGE, 2020; ² DGEEC, 2020; ³ INDEC, 2020.

Organização do Autor, 2021.

Destaca-se que a dimensão populacional da aglomeração em tela é de praticamente um milhão de habitantes. Essa informação, isoladamente, não permite qualquer conclusão, mas não deixa de ser relevante que esse conjunto de cidades tenha uma quantidade de pessoas próxima a de outras aglomerações urbanas e regiões metropolitanas presentes no território nacional brasileiro, e que, em geral, são tratadas e analisadas de forma diferente do que se nota em diversos estudos que abordam a tríplice fronteira.

Também merece destaque o fato de que tal aglomeração transfronteiriça é o principal ponto de ligação do corredor Assunção/Paranaguá, que corresponde à principal rota de ligação do Paraguai ao Oceano Atlântico e, portanto, essencial para o transporte dos produtos exportados por esse país (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

De acordo com o IPEA (2002, p. 244), as aglomerações urbanas “[...] são formadas por áreas urbanizadas integradas – logo funcionalmente complementares”. Diante dessa conceituação, não resta dúvida de que as oito cidades referidas no presente texto conformam uma aglomeração urbana.

Além de aglomeração urbana, outros termos e noções são utilizados para expressar a realidade e a dimensão regional decorrente da urbanização e da metropolização do espaço. É o caso dos “arranjos populacionais”, proposto por IBGE (2015), no qual tais arranjos são definidos como “agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais” (IBGE, 2015, 23). Os critérios para identificar um arranjo populacional, conforme (IBGE, 2015), são três: a intensidade relativa dos movimentos pendulares deve corresponder, no mínimo, a 0,17 do índice de integração; ou a intensidade absoluta dos movimentos pendulares ser igual ou superior a 10.000 pessoas entre dois municípios; ou quando há contiguidade das manchas urbanizadas, ou seja, “quando a distância entre as bordas das manchas urbanizadas principais de dois municípios é de até 3 km” (IBGE, 2015, p. 22).

Também no trabalho referido, há a distinção de quatro tipos de arranjos populacionais: fronteiriços, turísticos e de veraneio no litoral, de até 100 mil habitantes e acima de 100 mil habitantes. As cidades que formam a aglomeração urbana retratada neste artigo correspondem, no estudo do IBGE (2015), a um arranjo populacional fronteiriço, sendo denominado Arranjo Populacional Internacional de Foz do Iguaçu/Brasil - Ciudad del Este/Paraguai. Trata-se do arranjo populacional fronteiriço com a maior população entre os 27 arranjos populacionais identificados pelo IBGE na fronteira internacional brasileira.

Entre os municípios considerados no presente artigo como pertencentes à aglomeração urbana, somente São Miguel do Iguaçu – PR não integra o arranjo populacional fronteiriço identificado pelo IBGE (2015). Diante disso, cabe aqui explicar o motivo de considerar o município mencionado como integrante da aglomeração urbana no presente estudo. Conte (2013) e Reolon (2013) mostram, a partir de dados acerca dos deslocamentos pendulares, que São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu possuem forte integração.

Conte (2013) intentou compreender o papel de Foz do Iguaçu na rede de cidades com base nos deslocamentos pendulares, e, a partir do levantamento da quantidade de pessoas que usam o transporte coletivo intermunicipal entre Foz do Iguaçu e as cidades de Santa Terezinha de Itaipu, Missal, São Miguel do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena,

afirma que, exceto as linhas de ônibus que fazem o trajeto de Foz do Iguaçu para Santa Terezinha de Itaipu, e desta para a primeira, “a linha entre Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu é a mais utilizada, já que diariamente 1.055 pessoas utilizaram este serviço entre os meses de janeiro a julho de 2011. É um número expressivo [...]” (CONTE, 2013, p. 69).

Conforme citado, o número de passageiros diários entre Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu é o maior quando comparado com os números de passageiros de Foz do Iguaçu e qualquer outra cidade brasileira, totalizando a média diária de 1.611 pessoas entre janeiro e junho de 2011 (CONTE, 2013), e de Santa Terezinha de Itaipu para Foz do Iguaçu, tal média é de 1.449. Portanto, a média diária de passageiros do transporte metropolitano entre Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, entre os meses de janeiro e junho de 2011, é de 3.060, o que representa uma média mensal, neste período, de 91.800 passageiros. Esse número torna-se bastante expressivo ao considerar a população total do município de Santa Terezinha de Itaipu: 18.837 habitantes, conforme projeção do IBGE para 2020 (IBGE, 2021).

Ainda de acordo com o estudo da referida autora, uma parcela expressiva das pessoas que se deslocam de São Miguel do Iguaçu para Foz do Iguaçu com o intuito de frequentar alguma instituição de ensino superior (CONTE, 2013).

Cabe aqui mencionar o REGIC (IBGE, 2020a), que até identifica Foz do Iguaçu como um polo de ensino superior, mas afirma que a influência dessa cidade, com relação à esse serviço, “[...] se limita a sua região imediata, assim como o Arranjo Populacional Internacional de Ponta Porã/MS e Dourados (MS)” (IBGE, 2018, p. 148).

3. OS SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA AGLOMERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA BRASIL-PARAGUAI-ARGENTINA

Diante das informações de UNILA (2020) e também com base nas respostas do questionário aplicado com vistas à realização desse artigo, é possível questionar os resultados do REGIC (IBGE, 2020a) no que diz respeito ao alcance espacial dos serviços de ensino superior. Conforme dados da própria instituição, a UNILA possui 5.312 discentes, sendo 1.450 não brasileiros, vindos de 32 países diferentes (UNILA, 2020). Além dos estudantes latino-americanos, essa universidade também recebe alunos de países de outras partes do mundo, como por exemplo, Síria, Paquistão, Rússia e Guiné-Bissau, que ingressam por meio de processo seletivo específico voltado para refugiados e portadores de visto humanitário (UNILA, 2020).

A Tabela 02 mostra a origem dos estudantes de graduação e pós-graduação ativos na UNILA em novembro de 2019. Pode-se observar que a UNILA, naquela data, possuía discentes de graduação e pós-graduação provenientes de 31 países, além dos brasileiros.

TABELA 02 - Estudantes ativos na Unila em novembro de 2019 - por país de origem

| NACIONALIDADE | GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO - ESPECIALIZAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO | PÓS-GRADUAÇÃO - DOUTORADO |
|---------------------|-------------|-----------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Argentina | 76 | 2 | 8 | |
| Boliviana | 73 | 1 | 3 | |
| Brasileira | 3350 | 231 | 262 | 19 |
| Chilena | 49 | 3 | 3 | |
| Colombiana | 276 | 1 | 20 | |
| Cubana | 14 | | 2 | |
| Equatoriana | 50 | | 3 | |
| Haitiana | 95 | | 1 | |
| Paraguaia | 441 | 14 | 9 | |
| Peruana | 127 | 2 | 5 | |
| Salvadorenha | 24 | | 1 | |
| Uruguaia | 14 | | 1 | |
| Venezuelana | 53 | 1 | 7 | |
| Outras ³ | 63 | 3 | 5 | |
| TOTAIS | 4705 | 258 | 330 | |

Fonte: Plano de Gestão Reitorado: 2019 - 2023 (UNILA, 2019)

Já a Figura 02 mostra a quantidade e a origem dos estudantes que ingressaram na UNILA pelo processo seletivo de 2019. Nela, pode-se notar que, em tal processo seletivo, ingressaram 1080 estudantes brasileiros, dos quais 663 são do estado do Paraná e, destes, 476 de Foz do Iguaçu, 112 de cidades do Oeste do Paraná (exceto Foz) e 75 de outras cidades paranaenses. Portanto, do total de brasileiros, 604 estudantes mudaram de alguma cidade brasileira, de 23 estados federativos diferentes e Distrito Federal, para Foz do Iguaçu, ou fazem deslocamentos diários para cursar o ensino superior. Desse modo, os únicos estados brasileiros sem representantes matriculados na UNILA são Amapá, Roraima e Sergipe.

³ Angola, Barbados, Chinesa, Congo, França, Japão, Rússia, Síria, Paquistão, Gana, Benin, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Guiné-Bissau, Honduras, México, Nicarágua e Panamá.

FIGURA 02 - ESTUDANTES INGRESSANTES NA UNILA PELO PROCESSO SELETIVO DE 2019 - POR ESTADO OU PAÍS DE ORIGEM



Fonte: UNILA, 2020.

Além dos estudantes que já residiam em Foz do Iguaçu antes de ingressar na UNILA, outros 22 residiam em uma das outras duas cidades gêmeas da tríplice fronteira. Os dados também mostram que 23 estudantes, entre os ingressantes de 2019, residiam no Departamento Alto Paraná (PY) e 8 na província de Misiones (AR), que são as regiões administrativas das cidades gêmeas de cada um dos respectivos países que formam a aglomeração transfronteiriça aqui tratada.

Os estudantes não brasileiros que ingressaram em 2019 são 557, vindos de 29 países diferentes. Tais discentes participaram de um dos três processos seletivos especializados: Processo Seletivo Internacional de Estudantes Latino-Americanos e Caribenhos, Processo de Seleção para o Ingresso de Indígenas e o Processo de Seleção de Refugiados e Portadores de Visto Humanitário em Território Brasileiro (UNILA, 2020).

A partir das informações mostradas aqui, é possível observar que, em aproximadamente 10 anos, a UNILA passou a ter relevância significativa para a aglomeração transfronteiriça, atraindo expressivo contingente de estudantes, principalmente de Foz do Iguaçu e região, mas também de praticamente todos os estados brasileiros e, em certa medida, de toda a América Latina e de outros países mundo afora.

Conforme já mencionado, a expansão da oferta de ensino superior pelas cidades da aglomeração em tela não se limita à UNILA, mas corresponde, em grande parte, pelo

crescimento do número de instituições e de vagas das faculdades privadas do Paraguai, com destaque para os cursos da área da saúde, atraindo um grande número de brasileiros.

Webber (2018, p. 20) afirma que, no segundo semestre de 2018 “[...] circulava entre a comunidade estudantil o número atualizado de 18 mil estudantes matriculados em Medicina nas IES paraguaias da tríplice fronteira”, sendo “[...] mais de 80% brasileiros, conforme estimativa realizada junto aos estudantes e instituições durante o trabalho de campo” (WEBBER, 2018, p. 20), e quase a totalidade desses estudantes brasileiros cursam medicina ou enfermagem (WEBBER, 2018).

O número de estudantes atual é, possivelmente, maior do que os dados apresentados pela referida autora, pois após o término de sua pesquisa foram criadas duas novas instituições e um segundo campus de uma instituição que já existia.

Atualmente estão presentes, nas cidades paraguaias da aglomeração urbana transfronteiriça, as seguintes instituições de ensino que oferecem o curso de medicina: Universidad Privada del Este – UPE (um campus em Presidente Franco e um campus em Ciudad del Este, ; Universidad Internacional Tres Fronteras – UNINTER (implementada em 2007); UPAP – Universidade Politécnica y Artística Del Paraguay; Universidad María Serrana – UMS (presente em Ciudad del Este desde 2017) e Universidad Central del Paraguay – UCP, criada em Ciudad del Este em 2018.

As instituições citadas já existiam no momento da pesquisa de Webber em 2018. Após essa data, conforme já mencionado, foram criadas duas novas instituições: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción – em Hernandarias no ano de 2019, e Universidad de la Integración de las Américas – UNIDA, em Ciudad del Este no ano de 2019. Além delas, a Universidad Central del Paraguay – UCP inaugurou uma outra sede em Ciudad del Este no ano de 2019.

Há ainda uma única instituição pública que oferece o curso de Medicina no lado paraguaio da aglomeração em tela. Trata-se da Universidad Nacional del Este – UNE, criada no ano 2000, com sede em Minga Guazú, departamento Alto Paraná - PY.

Desse modo, observa-se a presença de oito instituições de ensino superior, sendo sete privadas e uma pública, que oferecem curso de medicina nas quatro cidades paraguaias da aglomeração transfronteiriça, sendo que duas delas possuem, cada uma, duas unidades.

Isto posto, torna-se importante analisar como a rápida e recente expansão dos serviços educacionais apresentado na aglomeração tratada neste artigo, rebate em aspectos específicos da questão da moradia, como na alteração da relação oferta e procura no mercado imobiliário e no acesso à moradia digna para os estudantes.

4. O MERCADO IMOBILIÁRIO E O ACESSO À MORADIA PELOS ESTUDANTES APÓS A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AGLOMERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE BRASIL-PARAGUAI-ARGENTINA

Com o objetivo de entender como a expansão do ensino superior e o reforço da transfronteirização decorrente dela tem repercutido na questão da moradia, foram realizadas pesquisas com dois grupos distintos: imobiliárias da cidade de Foz do Iguaçu, estudantes de ensino superior de instituições presentes na aglomeração. A intenção foi identificar a alteração significativa na relação de procura e oferta no mercado imobiliário, e também dificultando o acesso à moradia digna para uma parcela dos estudantes que habitam na aglomeração.

Portanto, esse trabalho se caracteriza como essencialmente qualitativo, à medida que para fazer as análises desejadas é necessário um olhar que transcende as respostas binárias.

Utilizou-se como técnica de pesquisa a realização de entrevistas com imobiliárias da cidade de Foz do Iguaçu e aplicação de questionários semi-estruturados, com questões abertas e fechadas, que se complementam entre si, com estudantes tanto da UNILA, quanto de faculdades privadas das cidades paraguaias da aglomeração transfronteiriça.

É importante citar que este estudo se concentrou em analisar o mercado imobiliário da cidade de Foz do Iguaçu, visto que é a cidade da aglomeração em tela em que reside a maior parte dos estudantes, tanto da UNILA, quanto das faculdades privadas do Paraguai.

Entre as imobiliárias contatadas, três participaram das entrevistas, e serão tratadas como imobiliárias X, Y e Z, com o intuito de garantir o sigilo das informações prestadas. Em relação ao questionário aplicado com os estudantes, foram obtidas 53 respostas, sendo 25 de estudantes de faculdades particulares e 28 de uma universidade pública.

4.1 Análise e discussão dos dados.

A aglomeração transfronteiriça Brasil-Paraguai-Argentina, conforme demonstrado nesse artigo, apresentou, nos últimos 10 anos, grande expansão da oferta de cursos superiores, rebatendo, possivelmente, no mercado imobiliário e no acesso à moradia para parcela dos estudantes. Para explorar essa hipótese, questionou-se às imobiliárias sobre o peso/dimensão que o aluguel para estudantes tem no mercado imobiliário em Foz do Iguaçu. A imobiliária X afirmou que “antes da pandemia, girava em torno de 50%, pós pandemia 20%”. Em consonância, a imobiliária Y afirmou que 40% do crescimento apresentado pelo mercado imobiliário em Foz do Iguaçu corresponde a aluguéis para estudantes. Já a imobiliária Z, diante dessa pergunta, não respondeu diretamente, mas ressaltou que “a locação para alunos gera uma estabilidade e uma renda fixa por pelo menos 4 anos, estimativa de tempo do curso”.

Isso permite inferir que, não somente o número de estudantes que foi apresentado em momento anterior, neste trabalho, parece ser bastante significativo, mas que o impacto da vinda deles para Foz do Iguaçu é de significativa relevância para o mercado imobiliário. Ou seja, além do aumento da centralidade da aglomeração com relação aos serviços educacionais e da intensificação do processo de transfronteirização com o ir e vir dos estudantes, alguns aspectos intra-urbanos de Foz do Iguaçu também estão sendo alterados pela realidade apresentada.

Com o mesmo intuito da primeira pergunta, questionou-se as imobiliárias sobre a possibilidade de a expansão das instituições de ensino presentes na tríplice fronteira ter aumentado significativamente a procura de imóveis para alugar. As três imobiliárias confirmaram tal possibilidade.. Uma delas (imobiliária X) afirmou que a alta mais significativa relacionada à criação e expansão da UNILA corresponde a aluguéis para servidores, e não exatamente para os alunos. A imobiliária Y acrescentou também que, além do crescimento da locação, também houve o aumento do número de construções voltadas para o mercado de aluguéis para estudantes, por parte de investidores. É possível, assim, deduzir que houve dinamização do setor da construção civil nessa cidade, apesar da falta de dados mais concretos sobre isso.

Ao serem perguntadas se a oferta de imóveis aumentou proporcionalmente à demanda, a imobiliária Y respondeu que sim, devido ao crescimento das faculdades no Brasil e no Paraguai. As outras duas imobiliárias responderam que não. Uma delas (imobiliária X) detalhou tal situação, afirmando que “Acreditamos que houve um aumento de 80% em comparação a demanda”, e que, “visto a demanda, investidores estão investindo nesse mercado”. Já a imobiliária Y relatou que, comparada com a demanda, ainda há pouca oferta no mercado.

As três imobiliárias também responderam positivamente à seguinte questão: “Você acredita que a relação de procura e oferta foi alterada pela expansão do ensino superior na tríplice fronteira (tanto no Paraguai quanto em Foz do Iguaçu)?”. Isso reforça a hipótese levantada na presente pesquisa, qual seja, o aumento do número de estudantes de graduação foi suficiente para alterar a relação de procura e oferta, principalmente do aluguel, no mercado imobiliário. A imobiliária X afirmou que houve maior procura por estudantes das faculdades do Paraguai, e a entrevistada Y explicou que o motivo da relação de procura e oferta ter sido alterada é que estão vindo estudantes de todo o Brasil para a cidade. Isso vai ao encontro dos dados exibidos anteriormente no presente artigo, que mostram a origem bastante diversa dos estudantes da UNILA. Assim, entende-se ser também necessário, para o avanço da pesquisa da qual faz parte deste trabalho, buscar as informações sobre a origem dos estudantes das instituições privadas do lado paraguaio da aglomeração em tela.

No mesmo sentido, a resposta das imobiliárias sobre a alteração de preços dos aluguéis foi bastante similar, ou seja, todas elas afirmam ter havido um aumento dos preços de aluguel após a criação e a expansão, tanto da UNILA, quanto das faculdades de medicina no Paraguai.

Já na resposta da pergunta sobre uma possível diferença de perfil entre os imóveis alugados por estudantes das faculdades privadas do Paraguai e os alugados por estudantes da UNILA, há divergência. A imobiliária X afirma que há diferença nesse perfil, dizendo que “estudantes do Paraguai, por terem condição financeira mais estável, buscam por imóveis de padrão médio, e os estudantes da UNILA buscam por imóveis com valores mais baixos”. Por sua vez, a imobiliária Y afirma não haver diferença entre o perfil dos imóveis alugados para estudantes matriculados em instituições de ensino superior do Paraguai e os estudantes da UNILA. Por último, a imobiliária Z, ao responder que há diferença, diz que isso se deve por uma questão de cultura, e, dessa forma, não contribui efetivamente uma possível diferença na condição financeira entre um grupo e outro, mas levanta a questão das diferenças culturais.

Sobre isso, as respostas dos estudantes parecem ir ao encontro do que afirmou a imobiliária X, ou seja, que há diferença entre o perfil dos imóveis alugados por estudantes das instituições privadas do Paraguai e o perfil dos imóveis alugados por estudantes da UNILA. Isso é evidenciado ao se observar a média de gastos mensais com moradia de cada um desses dois grupos, conforme pode ser resumido pelos gráficos 03 e 04, que foram elaborados a partir da análise dos questionários aplicados.

Gráfico 03 - Gasto mensal com moradia - estudantes da UNILA

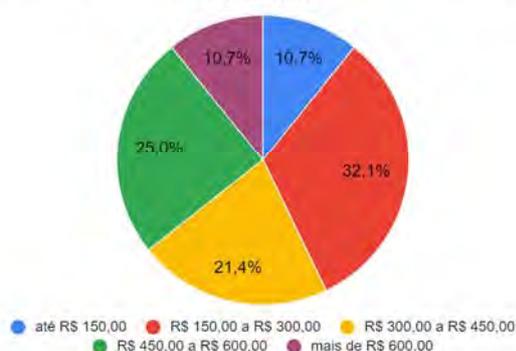
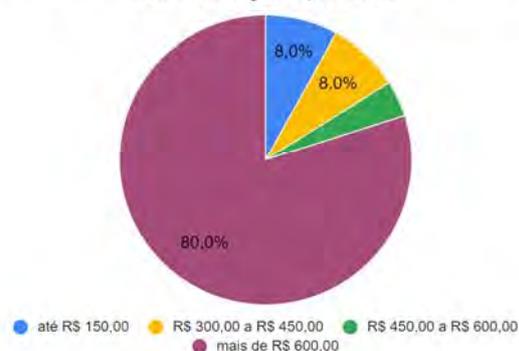


Gráfico 04 - Gasto mensal com moradia - estudantes das instituições privadas



Dos vinte e oito estudantes da UNILA que responderam ao formulário de questões, nove gastam de R\$ 150,00 a R\$ 300,00 reais por mês com moradia, sete deles gastam de R\$ 450,00 a R\$ 600,00, seis gastam de R\$ 300,00 a 450, três deles gastam até R\$ 150,00 e outros três gastam mais de R\$ 600,00, mensalmente, somente com moradia. Já entre os estudantes de instituições privadas (total de vinte e cinco), a grande maioria (vinte deles) gasta mais de R\$ 600,00 somente com moradia, por mês, dois deles gastam até R\$ 150,00, dois gastam de R\$ 300,00 a R\$ 450,00, e somente

um gasta entre R\$ 450,00 e R\$ 600,00. Portanto, a média de gastos dos estudantes das instituições privadas é consideravelmente maior.

Além da provável diferença no perfil de imóvel entre os dois grupos citados, há outro fator que interfere diretamente no valor gasto com moradia, que é a cidade de residência. Todos os estudantes da UNILA residem em Foz do Iguaçu, mas, entre os 25 estudantes de medicina no Paraguai, treze moram na referida cidade brasileira, onze em Ciudad del Este e um em Presidente Franco. Desses doze residentes no Paraguai, somente um relatou gastar entre R\$ 300,00 e R\$ 450,00, e o restante gasta mais de R\$ 600,00 com moradia, por mês. Além, é claro, das diferenças de preço do mercado imobiliário de cada cidade e também da questão cambial, há o relato de que os estudantes brasileiros que residem no Paraguai, por serem estrangeiros na cidade onde moram, sofrem cobranças abusivas e exigências extras em relação aos paraguaios.

A mesma situação foi relatada por não brasileiros que residem em Foz do Iguaçu, ou seja, parece haver condições diferentes para nativos e estrangeiros, em ambos países. No formulário de questões aplicado junto aos estudantes, quando perguntados sobre a possibilidade de haver maiores dificuldades para o estrangeiro ter acesso à moradia em relação aos residentes nativos, trinta responderam que sim, e 23 que não. Entre os trinta que afirmam haver essa dificuldade maior, quinze citam a palavra “preconceito” ou a palavra “xenofobia” para explicarem a razão pela qual eles acreditam haver tal diferença.

Outra pergunta realizada nas entrevistas com as imobiliárias foi a seguinte: “Sobre o mercado de aluguel para estudantes, há alguma coisa que você acha relevante ressaltar ou gostaria de comentar?”. A imobiliária X respondeu que “O mercado precisa disponibilizar de imóveis para esse público, com valores mais acessíveis e tamanhos padronizados”. A imobiliária Y disse que “Por serem jovens e terem as amizades somos mais seletivos na análise cadastral”, e a imobiliária Z afirmou que “Poderia ter mais responsabilidade por parte dos alunos em questão das cláusulas do contrato”.

A imobiliária X afirmou também que, em sua imobiliária, há pouca procura de estudantes estrangeiros. A imobiliária Y parece concordar, nesse sentido, pois disse que a maioria de seus clientes são brasileiros, sendo que os estrangeiros “são carteira mínima”. Já o relato da imobiliária Z destoava das outras duas, ao dizer que o aluguel para estudantes estrangeiros “tem um peso muito grande para a economia da cidade”.

Os estudantes também responderam uma questão formulada com o objetivo de saber se eles encontraram dificuldades para conseguir alugar um imóvel, e também quais foram essas dificuldades. Trinta e dois estudantes responderam “sim”, ou seja, encontraram alguma dificuldade para encontrar um lugar para morar, e vinte e um responderam que não. Dos trinta e dois, vinte e dois citaram os valores altos como principal motivo dessa dificuldade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente estudo permitiu explorar a ideia de que o processo de transfronteirização, já característico da aglomeração transfronteiriça aqui abordada, está sendo reforçada a partir da expansão dos serviços educacionais de nível superior e das dinâmicas resultantes dessas atividades, e, assim, a mobilidade intensa, que já é traço dessa aglomeração, se intensifica por meio do ir e vir dos estudantes brasileiros que cursam ensino superior nos países vizinhos. Isso, por sua vez, rebate em alterações no mercado imobiliário e acaba dificultando o acesso à moradia digna para uma parcela dos estudantes que vêm para Foz do Iguaçu cursar o ensino superior, conforme pôde-se evidenciar a partir das respostas das entrevistas e questionários aplicados.

Por fim, é necessário dizer que, para além de respostas, o presente trabalho suscitou algumas questões e que, futuramente, estas servirão de ponto de partida para dar sequência na pesquisa da qual este artigo faz parte.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

BRASIL. Lei Federal no 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, janeiro de 13 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/83137900/dou-secas-1-13-01-2015-pg-2>>.

CARDIN, E. G. Globalização e desenvolvimento regional na Tríplice Fronteira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 45, n. 2, p. 162-170, maio/ago. 2009.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai: Transfronteirização através do Crime. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 1, n. 11, 2011.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; RUCKERT, Aldomar Arnaldo. Estratégias de cooperação e desenvolvimento nas fronteiras do MERCOSUL: a Região Transfronteiriça do Iguaçu. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR** 15, 2013.

CONTE, Cláudia Heloíza. Compreendendo o papel de Foz do Iguaçu/PR na rede de cidades com base nos deslocamentos pendulares. In: **Revista Terra Plural**, volume 7, nº 1, jan/jun. Ponta Grossa: UEPG/UNICENTRO, p. 61-78, 2013.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DGEEC. **Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos**. Población nacional estimada y proyectada, según sexo, departamento, y distrito, 2000-2025. Disponível em: <<https://www.ine.gov.py/assets/documento/0d37c1.%20Paraguay.%20Poblaci%C3%B3n%20nacional%20estimada%20y%20proyectada,%20seg%C3%BAn%20sexo,%20departament%20o,%20y%20distrito,%202000-2025.xlsx>>. Acesso em nov. 2020.

FERRARI, Maristela. Zona de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do Mercosul. **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, 2013, p. 87-104.

FREITAS-FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, n.122, p.19-38, jan./jun. 2012.

GUILBERT, Martine; LIGRONE, Pablo. Transfronterización. In: BIAGINI, Hugo e ROIG, Andrés Arturo. **Diccionario del pensamiento alternativo**. Buenos Aires, 2008.

GRASLAND, Claude; RÜCKERT, Aldomar. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Europeia. In: **Revista Geopolítica**. Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 90 – 112, jul./dez. 2012.

HOSHINO, T. de A. P.; MOURA, Rosa. Politizando as escalas urbanas: jurisdição, território e governança no Estatuto da Metrópole. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 45, 2019. pp. 371-392.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. 2. ed. - Rio de Janeiro. IBGE, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020. Disponível em <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf>. Acesso em dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina. **Proyecciones y estimaciones**. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/proy_1025_depto_misiones.xls>. Acesso em nov. 2020.

IPEA. Configuração atual e tendências da rede urbana. Vol.1. In: **Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília,1999.

IPEA. Estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília. Vol. 2. In: **Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Brasília, 2002.

JARDIM, A. de P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

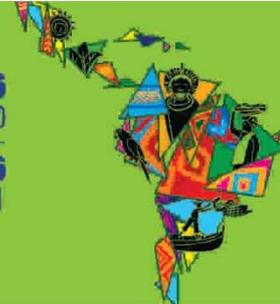
KLEINSCHMITT, S. C., AZEVEDO, P. R., CARDIN, E. G. A Tríplice Fronteira Internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina: contexto histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais. **Revista Perspectiva Geográfica**. UNIOESTE. Vol. 8. N. 9, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LEVY, Jacques. **Penser la ville: un impératif sous toutes les latitudes**. Cahiers d'Etudessur la Méditerranée Orientale et le monde Turcolranien, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/cemoti.1458>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

- MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Ciências da Terra. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009, 242 p.
- OLIVEIRA, T. C. M. de. *et al.* Cidades de fronteira e a rede urbana. In: PEREIRA, Rafael. H. M; FURTADO, Bernardo A. (Org.). **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011, p. 25-46.
- POLON, Luana Caroline Künast Polon. **A Fronteira do Consumo: relações transfronteiriças entre Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY)**. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Câmpus de Marechal Cândido Rondon, 2014.
- REOLON, C. A. A aglomeração urbana internacional de Foz do Iguaçu/Brasil: uma aproximação através da análise da migração pendular. **AGIR**, ano. 1, v. 1, Portugal, 2013.
- RÜCKERT, A. A.; CARNEIRO FILHO, C. P. Uebel; R. R. Cenários de transfronteirizações na América do Sul: Alguns exemplos de pesquisas recentes. **GeoPantanal**, 10(18), 2015. p.159-181
- SOARES, Paulo R. R. Metropolização, aglomerações urbano-industriais e desenvolvimento regional no sul do Brasil. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 20, n. 41, p. 15-34, jan/abr 2018.
- SOUZA, E. B. C. de. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 103-116, jan./jul. 2009.
- SOUZA, E. B. C. de. O turismo como integrador regional em cidades trigêmeas: Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 26 (2): 355-371. 2017.
- UNILA. Universidade Federal da Integração Latino-americana. **A internacionalização como ferramenta para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em <<https://portal.unila.edu.br/reitoria/espaco-reitoria/a-internacionalizacao-como-ferramenta-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em dez. 2020.
- UNILA. Universidade Federal da Integração Latino-americana. **UNILA ofertou 9 mil vagas em cursos de extensão entre 2017 e 2018**. Disponível em <<https://portal.unila.edu.br/noticias/unila-ofertou-9-mil-vagas-em-cursos-de-extensao-entre-2017-e-2018>>. Acesso em dez. 2020a.
- WEBBER, MARIA A. **ESTUDANTES BRASILEIROS DE MEDICINA EM PRESIDENTE FRANCO (PY): motivações e tensões de um fluxo universitário transfronteiriço**. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia, no Curso de Pós-Graduação em Antropologia, 2018.



GT 02 B – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

Interesses e práticas na produção da habitação no âmbito dos grandes eventos realizados no Rio de Janeiro: as vilas dos atletas e a Vila Autódromo

Honorio Magalhães Neto¹
Gerônimo Leitão²

RESUMO

Este trabalho apresenta como tema central as práticas da produção da habitação no âmbito dos grandes eventos realizados na cidade do Rio de Janeiro. Mais especificamente, consiste na análise comparativa entre os empreendimentos utilizados como Vila dos Atletas – nos Jogos Pan-Americanos (“Vila do Pan”) e nos Jogos Olímpicos (“Ilha Pura”) – com as alternativas para a comunidade da Vila Autódromo, nas imediações do Parque Olímpico. A pesquisa, ilustrada através de sociogramas, foi estruturada a partir dos interesses e práticas que permearam a viabilização dos projetos, considerando a atuação dos arquitetos responsáveis, bem como de outros agentes envolvidos, observando também, os conceitos e as características arquitetônicas/urbanísticas dos habitats propostos, a utilidade dos projetos para além de fonte de informações para a construção, destacados ou silenciados, e aspectos da comercialização dos empreendimentos propostos. Procuramos, com isso, discutir as características e os fatores condicionantes dessa produção de modo a contribuir para a compreensão das práticas da produção da habitação no âmbito dos chamados “Grandes Eventos”, destacando as limitações do papel do arquiteto, nesse processo de planejamento e execução da moradia, frente ao protagonismo dos agentes envolvidos com o sistema de promoção imobiliária. A pesquisa pretende, por último, promover uma reflexão sobre os impactos desses projetos habitacionais, promovidos pelo Estado, diretamente ou com subsídios excepcionais, no que diz respeito à perspectiva do direito à cidade.

Palavras-chave: Habitação multifamiliar; Produção imobiliária; Promoção Estatal; Grandes Eventos; Atuação do arquiteto e urbanista.

¹ Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, integrante, Grupo de Pesquisa Oficina de Projeto e Pesquisa de Habitação e Urbanização Social. honorion@id.uff.br

² Doutor em Geografia, Professor, Escola de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. geronimo_leitao@uol.com.br

1. AS PRÁXIS E A PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO NA REGIÃO DA BARRA DA TIJUCA

Os empreendimentos utilizados como Vila dos Atletas e as alternativas para a Vila Autódromo se localizam nas imediações do Parque Olímpico, na região da Barra da Tijuca, que em 2007 foi o centro dos Jogos Pan-Americanos, antecedendo a realização das Olimpíadas, e já apresentando um processo semelhante, embora em menor escala, de vantagens concedidas ao mercado imobiliário, tanto no financiamento dos projetos e no potencial construtivo dos terrenos, quanto na pressão para remoção de favelas para valorização da terra. A escolha da região – maior frente de expansão do mercado imobiliário na cidade desde a década de 1970 – como principal área dos Jogos Pan-Americanos e Jogos Olímpicos, se explica, remetendo a origem da sua ocupação.

Os terrenos da Barra, especialmente aqueles que concentravam os maiores potenciais de aproveitamento de acordo com o plano urbanístico elaborado por Lúcio Costa, pertenciam a quatro grandes proprietários: Pasquale Mauro, Carlos Fernando de Carvalho (Carvalho Hosken), Tjong Hiong Oei (ESTA S.A.) e Múcio Athayde (Grupo Desenvolvimento). Isso gerou um novo padrão de incorporação na cidade, oligopolizado, marcado pela atuação de um pequeno grupo de proprietários da terra em associação a um grupo reduzido de incorporadores. É sobre esse mesmo padrão que se implanta o projeto do Parque Olímpico, que inclui como sócio um dos “donos da Barra” – Carvalho Hosken. (ROLNIK, 2015, p.356)

Os grandes agentes imobiliários, puderam, assim, promover a construção, e a evolução, ao longo dos anos, de um modelo de ocupação do território, os condomínios privados. O desenvolvimento dessa tipologia ocorreu com pequenas modificações ao longo do tempo, apresentadas como inovação de mercado e buscando garantir ou aumentar os ganhos do capital imobiliário. Já presentes em seus primeiros exemplares “cuja apresentação para vendas baseia-se na possibilidade de recriação de espaços semelhantes aos dos antigos bairros da cidade, porém projetados sem os seus supostos vícios” (LEITÃO; REZENDE, 2004, p.3).

A continuidade não é somente do modelo de condomínio privado, mas também das relações políticas na viabilidade de alterações na legislação para favorecer a especulação imobiliária, seus proprietários e promotores, agora com a utilização do projeto olímpico. Ao longo dos quase cinquenta anos de implantação do Plano Piloto, várias alterações foram efetuadas nas normas de ocupação do solo, na maioria das vezes contrariando o conjunto de princípios e diretrizes estabelecido por Lucio Costa e privilegiando os interesses do mercado – as últimas, com significativas mudanças, tomando proveito de condições legislativas especiais com a realização das olimpíadas, na cidade, em 2016. Recursos que poderiam ter sido revertidos na própria urbanização da área. A incapacidade do poder público, evidencia-

se também no agravamento das condições ambientais da área, e quanto ao fato de não conseguir produzir habitações de baixa renda na região.

Nesse contexto, em que a atuação do Estado é direcionada explicitamente para o grande capital imobiliário, a habitação social representada por favelas como a comunidade de Vila Autódromo se encontra ameaçada. O Estado, além de não produzir novas habitações, atua pela remoção e conseqüente deslocamento da população de baixa renda das áreas que são valorizadas por processos que ele também promove. Não se utiliza, entretanto, de projetos que viabiliza como as Vilas do Atletas para promover uma melhoria das condições de habitação dessa população, opta por construir um conjunto habitacional (“Parque Carioca”) à, praticamente, mesma distância e em um terreno que apresenta risco de deslizamentos. Escolhas que demonstram a necessidade da assistência (ou assessoria) técnica, para possibilitar um enfrentamento ao planejamento, tido, como oficial.

Por fim, é sintomático que a área ocupada pelo Parque Olímpico tenha englobado a Vila Autódromo e, por outra lado, respeitado os limites de um condomínio para classe média, também localizado no entorno do Autódromo de Jacarepaguá – descaracterizado para implantação de equipamentos para os Jogos Pan-Americanos, e finalmente desativado para servir de principal palco dos Jogos Olímpicos.



VO Vila Olímpica 'Ilha Pura'. VA Vila Autódromo. PQC Parque Carioca.
 PAN 'Vila do Pan'. PQQ Parque Olímpico.

Mapa 01. Localização dos projetos, regiões: Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Camorim – distâncias em quilômetros. Distâncias, km: PQC – VA: 1,2. VA – VO: 1,4. VA – PQQ: 0. PQQ – PAN: 3 (elaborado pelo autor).

2. AS VILAS DOS ATLETAS, LOCALIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A Vila Pan-Americana (ou “condomínio Vila do Pan”) e a Vila Olímpica (ou conjunto denominado “bairro Ilha Pura”) perpassam tanto a ocupação da área quanto a tipologia adotada. Caso fosse seguida a proposta apresentada na candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2004, a Vila dos Atletas deveria se localizar na Ilha do Fundão, de modo a irradiar o desenvolvimento daquela região:

A localização da Vila na Barra da Tijuca, no entanto, contraria toda esta teoria, e, segundo os críticos ao projeto, contribuiu apenas para que o processo de especulação imobiliária aumentasse na região. E de fato, pesquisa realizada em 2005 pelo Grupo de Pesquisa IPPUR e GPDU-UFF constatou o processo de valorização da área associado ao crescente número de empreendimentos no entorno da Vila Pan-Americana (BENEDICTO, 2008, p.106).

Para os Jogos Olímpicos a localização dos equipamentos e vilas de acomodação também foram objeto de impasse:

Quando da preparação do primeiro dossiê da candidatura, as equipes técnicas da prefeitura chegaram a propor que (na área portuária) fosse instalada boa parte das estruturas dos jogos. A proposta foi vetada pelo Comitê Olímpico Brasileiro, liderado por Carlos Nuzman, um dos mais atuantes protagonistas da construção da “Operação Barra da Tijuca” (ROLNIK, 2015, p.358).

O segundo aspecto analisado quanto a Vila do Pan, é a sua construção:

A construção da Vila sob um terreno de solo turfoso. O porte das edificações aliado à qualidade do solo, ampliou o custo das obras (...) As obras de infra-estrutura externa, a cargo da Prefeitura (assumindo prerrogativa da construtora), tiveram seu orçamento inicial elevado de 25 milhões de reais para 53 milhões (BENEDICTO, 2008, p.108).

A legislação determinava gabarito máximo de três pavimentos, porém, em negociações similares às de alteração do Plano Piloto que marcaram o desenvolvimento imobiliário da região, a empresa Agenco – proprietário do terreno e responsável pela construção – conseguiu com que o gabarito fosse ampliado para dez pavimentos, e o número de prédios reduzido. A obra desse condomínio voltado para a classe média custou R\$ 230 milhões (UOL) e contou com financiamento público, usado habitualmente em empreendimentos para baixa renda, R\$ 189 milhões da Caixa. Com a Vila dos Atletas nos Jogos Olímpicos ocorreram os mesmos processos: alteração no gabarito de 12, para 17 pavimentos; e custo de R\$ 2,9 bilhões, financiado pela Caixa Econômica Federal, com juros pagos pela Rio2016 (ESPN, 2017).

Com relação as opções de plantas das unidades, destaca-se a menor opção de planta (79m²), comercializada como quarto e sala com um conjugado, gerando elevação no menor preço do empreendimento “Ilha Pura” (há opções de até cinco quartos com 170 m²), é necessário um valor próximo de R\$700 mil reais para tornar-se proprietário, enquanto na Vila do Pan as opções são de um a quatro quartos e apartamentos a partir de 44m², comercializado por pouco menos de R\$300 mil reais (dados de junho de 2015).

Quanto aos aspectos arquitetônicos, para além do programa, as mudanças refletem a produção do mercado imobiliário nos dez anos entre os Jogos: proporção do ambiente da cozinha, agora horizontalizado, buscando a ventilação direta e integração da área de serviço; a transformação de varanda em sacadas (com desenho mais ortogonal e previsão de localização do compressor); o rebatimento das mudanças técnicas de aparelhos eletrônicos na largura mínima dos cômodos.



Planta 01. De menor área do Ilha Pura (79m²).

Fonte: Material gráfico de divulgação.



Planta 02. De menor área da Vila do Pan (44m²).

Fonte: Material gráfico de divulgação.

3. PRODUTO IMOBILIÁRIO ILHA PURA, CONTINUIDADE E VIABILIDADE DE UM MODELO

A mudança que mais se destaca no desenvolvimento do modelo adotado de ocupação é a passagem dos condomínios inspirados em bairros, pelo menos no nome (como Novo Leblon, Nova Ipanema), aos “condomínios bairro”, culminando no empreendimento ‘Ilha Pura’ – ou o espaço isolado da cidade e para iguais, com importante papel como a Vila dos Atletas nos Jogos do Rio em 2016. Esse tipo de empreendimento, “as urbanizações exclusivas, mal chamada de bairros fechados ou *gated communities* (uma vez que não são nem bairros nem comunidades)” (MONTANER; MUXÍ, 2014 - 2011, p.88), encontra no início do atual século, na área que foi objeto do Plano Piloto, a admissão das características mais perversas além de nomenclatura imprópria. “Carvalho Hosken e Odebrecht realizações se uniram para criar um destino único, sustentável, e sem precedentes na história da cidade. Um bairro de alto padrão.” com a criação do “bairro Ilha Pura”, localizado no “melhor da Barra” (CARVALHO HOSKEN, 2015).

O termo “condomínio bairro” não é algo novo nos empreendimentos dessa incorporadora, presentes já na década de 1990 com o termo “bairro planejado”, e não apresenta evolução nesse sentido ou mesmo em comparação a valores de uso e estratégias de venda adotadas, sendo, inclusive, comercializado em etapas. Os diferenciais propostos são os evidenciados no próprio discurso, o caráter elitista do empreendimento e o apelo maior a (alegada) sustentabilidade, como principais valores de signo.

De modo a complementar a análise do empreendimento foi realizada visita ao estande de vendas para compreender a atuação de alguns dos agentes envolvidos, esclarecendo algumas das estratégias e signos contidos nos conceitos utilizados. A sustentabilidade é o conceito mais destacado, com a apresentação de mais de dez itens de sustentabilidade ambiental, porém nenhuma referência é feita à sustentabilidade social. Nesse sentido, ressalte-se, que o selo “LEED ND Bairro” requisitado pelo empreendimento obteve 47 de 110 pontos possíveis, apenas sete acima do mínimo necessário. Com nenhum ponto em índices sociais, zero com relação à inclusão de comunidades de rendas diversas e engajamento da comunidade (MOURA, 2014).

Durante a visita o corretor imobiliário respondeu a alguns questionamentos, dentre eles, se o parque de 72 mil m², destacado no estande de vendas, seria público. Prontamente respondeu:

É público, mas é controlado, infelizmente não podemos negar o acesso. Mesmo com a prefeitura só tirando o lixo, o resto é pago pelos condôminos. Mas só tem dois acessos, as pessoas serão identificadas e os equipamentos só podem ser usados com a presença de condômino junto (entrevista concedida ao autor em junho de 2015).

A entrevista realizada com um arquiteto que participou do projeto reflete um posicionamento diferente do corretor envolvido no mesmo empreendimento; deixa claro que o parque mencionado não é público e discorre, ainda, sobre a atuação do arquiteto: “a concepção do projeto já é pré-estabelecida pelo estudo de viabilidade, que apesar de ser feito por um arquiteto é um trabalho de estudo legislativo (ou de adaptação da legislação). (entrevista concedida ao autor em julho de 2015).

Sobre a questão do “legado olímpico”, é feita de forma veemente a valorização dos investimentos na região em função dos Jogos sem mencionar quem são os responsáveis por eles ou a que se destinam, criando um discurso de centralidade da localização do empreendimento. É ressaltado como legado, dessa vez no roteiro de atendimento, características da planta decorrentes da acomodação de atletas dos Jogos Paraolímpicos: “Diferencias de plantas: corredores com 0,95 de largura (padrão é 0,80) – legado olímpico”.

Esse discurso quanto ao “legado olímpico” motivou, então, a procura por ligações entre empresários e políticos. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), registrou a doação da Carvalho Hosken no valor de 150 mil reais, sendo a sexta maior contribuição declarada para a candidatura de Eduardo Paes para a reeleição na prefeitura do Rio de Janeiro em 2012. Os discursos e argumentos, porém, para convencimento de que a escolha natural de investimento na cidade é a Barra da Tijuca se desenvolve, na maioria das vezes, em consonância com a mídia hegemônica. “Eu ofereci as áreas para que a Vila dos Atletas ficasse aqui. Era imperativo para a cidade que isso ocorresse” (Carlos Fernando Carvalho “Hosken”, jornal O globo 25/06/2015).

O planejamento das cidades se mostra, na administração urbana do Rio de Janeiro desse período de busca por sediar Grandes Eventos, tendo passado a ser decidido em mesas redondas entre promotores imobiliários e prefeitos (HARVEY, 1996). “Num mercado tão complexo, onde os argumentos mudam de uma hora para outra, com Carlos Carvalho nunca mudava. Sua palavra era e é uma só. Um construtor de nossa cidade, a quem o Rio deve muito” (Cesar Maia, ex-vereador e ex-prefeito do Rio de Janeiro).

A escolha do escritório contratado para projetar o empreendimento Ilha Pura / Vila dos Atletas segue essa lógica. A “Sérgio Moreira Dias Engenharia Projetos e Consultoria Ltda.” é o escritório Secretário Municipal de Urbanismo (SMU) do Rio de Janeiro em exercício a época das definições de investimentos na região e localização do empreendimento, e ainda influente (CAVALCANTE, 2016). Para ele “a Barra da Tijuca não seria o que é se não houvesse o Carlos Carvalho.” Mas sua importância não pode ser suprimida, Sérgio Dias elaborou o pacote olímpico quando secretário e possibilitou as condições para a construção da Vila Olímpica e de futuros empreendimentos nos terrenos do Parque Olímpico, e na Barra da Tijuca com um todo.

Pacote Olímpico

| Duas Leis de Incentivos | |
|---|--|
| Incentivos Fiscais | Incentivos Urbanísticos |
| <p>Na Aquisição:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Remissão de IPTU - Isenção de ITBI <p>Na Construção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ISS Redução para 0,5% - Isenção de IPTU <p>Na Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução de ISS | <p style="text-align: center;">Não computados na área total:</p> <ul style="list-style-type: none"> - área de serviços - área de administração - área de lazer - centros de convenções - circulações horizontal e vertical |

Tabela 01. Com base em apresentação realizada pelo secretário da SMU para a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário. ADEMI, 2012. Disponível em: <http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=50800>. Acesso: 29/06/15.

Finalmente, é importante ressaltar, que a apropriação do discurso, é feita, até em relação ao Plano Lúcio Costa:

Passados quase 40 anos, como vaticinou o urbanista Lúcio Costa, chegou a hora de desenvolver Ilha Pura. O lugar, assim como conquistou Carlos Carvalho, encantou o COI e a região se tornou o maior trunfo para trazer os Jogos Olímpicos de 2016 para o Rio. A infraestrutura chegou e o entorno se desenvolveu rapidamente. Transporte, Educação, Saúde e comércio vão cercando Ilha Pura para concretizar o que existe de mais moderno em desenvolvimento urbano, no Rio de Janeiro (Material de divulgação do Ilha Pura).

4. PERSPECTIVA HISTÓRICA DA AMEAÇA DE REMOÇÃO DA VILA AUTÓDROMO

A Vila Autódromo se insere no contexto da produção da habitação no âmbito dos Grandes Eventos não só por ser vizinha do Parque Olímpico. Com começo de ocupação dez anos antes da construção do autódromo de Jacarepaguá (implantado em 1970). Conta com associação de moradores desde 1987. Em 1989 e 1994, teve sua população acrescida com reassentamentos realizados no local pelo Governo do Estado (AMPVA, 2016). No ano de 1993 – ano que marca o alinhamento da Prefeitura da cidade à lógica neoliberal – começou a ter requerida sua remoção total, pelo então procurador do Município e subprefeito da Zona

Oeste, Eduardo Paes, sob a justificativa de “dano estético e ambiental” (VAINER et al, 2013). Em 1997, o Governo Estadual utilizou o instrumento de concessão de uso às 104 famílias residentes no núcleo central, estendendo um ano depois, às famílias residentes na faixa marginal.

Com os jogos Pan-americanos de 2007 – terceiro mandato do governo Cesar Maia – se concentrando em instalações construídas dentro do autódromo, a comunidade chegou a ter suas casas marcadas para demolição sob a frágil justificativa de ameaça à segurança dos atletas, com o histórico de nenhuma ocorrência policial no local e com o direito da posse, a Vila Autódromo permaneceu. No ano de 2009, após o anúncio da escolha da cidade como sede dos jogos de 2016 são inseridas “incontestáveis” razões técnicas como justificativa para a remoção, refutadas com a elaboração do Plano Popular de Urbanização, mudavam a cada revisão e solução apresentada no Plano (AMPVA, 2016).

5. O PLANO ALTERNATIVO E O PLANO DA ASSOCIAÇÃO CAPITAL-PREFEITURA-MÍDIA

O Plano Popular da Vila Autódromo, objeto de premiação financiada pelo Deutsche Bank, ficando em primeiro lugar no Urban Age Award Rio 2013, foi produzido pelos moradores (AMPVA) com a assessoria técnica de equipes de extensão de universidades públicas fluminenses (NEPHU/UFF e ETTERN/IPPUR/UFRJ), defendia a manutenção da totalidade da população e previa seu desenvolvimento econômico e social. Foi solicitado pela Associação de Moradores e Pescadores de Vila Autódromo seguindo sugestão da defensoria pública, embora sua permanência estivesse apoiada em instrumentos jurídicos de posse, as famílias sofriam ameaças e pressões e precisavam de um interlocutor técnico e independente para dialogar. A prefeitura, com isso, propôs a prioridade em adquirir (só após ter sua casa demolida) uma unidade no “Parque Carioca” – empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida, erguido em área qualificada pela GeoRIO como de médio a alto risco a deslizamentos e construído pelas construtoras associadas no consórcio Rio Mais, como parte das contrapartidas da licitação da infraestrutura do Parque Olímpico. No âmbito da repercussão das propostas, destaca-se a cobertura realizada pela mídia, notadamente a Rede Globo, se insere como agente, para legitimar e valorizar as opções que não a permanência, como demonstrado pela coluna de Ancelmo Goes – Vila Autódromo não vai deixar saudade, no jornal o Globo de 28/02/2013:

A favela, como se sabe, fica ao lado do futuro Parque Olímpico e será extinta. Ao custo de R\$ 105 milhões, serão erguidos 900 apartamentos. (...) O Parque Carioca terá creche, escola, clube com piscina, quadra de esporte, área verde, além de espaço gourmet igual ao dos condomínios da vizinha Barra da Tijuca.

Essa atuação remete à função do espetáculo, algo inerente aos Grandes Eventos: “Precisamente nesta época que se apresenta como período do pensamento único (...) Palavras que parecem bem intencionadas maquiam propostas sem outro interesse que o da especulação” (MONTANER; MUXÍ, 2014 - 2011, p.242). Demonstra seu poder na construção da narrativa a ela apropriada (e a seus associados). Postura rebatida por mídias alternativas e internacionais, que ao invés de noticiar como fato concreto a remoção, buscaram a visão dos moradores, e demonstrar os impactos a que estavam expostos.

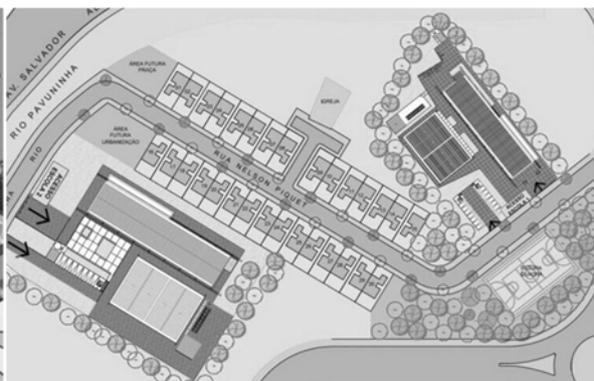
Segundo ex-moradores de Vila Autódromo assentados no conjunto habitacional, pouco tempo depois da inauguração, já surgiram problemas como o transbordo do esgotamento sanitário, com péssimas condições de saúde e habitabilidade (Viva a Vila Autódromo, 2016). Os problemas encontrados em conjuntos habitacionais produzidos pelo Minha Casa Minha Vida não são uma novidade, inclusive com pesquisas solicitadas pelo Ministério das Cidades, reconhecendo os impactos negativos da produção do programa. Porém, são problemas ainda mais graves do que os normalmente encontrados com relação à qualidade da construção, muito em função da topografia local, e dos prazos exíguos para a construção com a urgência das Olimpíadas.

Quanto aos projetos de reurbanização para a Vila Autódromo, há o que parte da vontade de ressignificação, de transformar uma comunidade em um segmento de rua homogêneo. Com a premissa de eliminar o incerto e o imprevisível, numa lógica na qual um conjunto de condomínios não podem se avizinhar à Vila Autódromo, não se comporta o projeto que parte do real, a urbanização tradicional (ou caótica, quanto a seu ordenamento). Caso a sustentabilidade e ecologia, tão em voga na atualidade fossem levadas em consideração, mesmo desconsiderando o aspecto social, não restaria dúvidas na opção entre os projetos, com a prevalência daquele que se pauta por intervir num tecido tradicional, responsável em relação aos materiais e ao trabalho já realizado na construção do lugar.



Planta 03. Plano Popular.

Fonte: Plano Popular da Vila Autódromo, 2016.



Planta 04. Plano executado (Vila).

Fonte: Reprodução. Prefeitura RJ, 2016.

6. PARQUE OLÍMPICO, PROJETO DE ENTREGA DE TERRAS PÚBLICAS

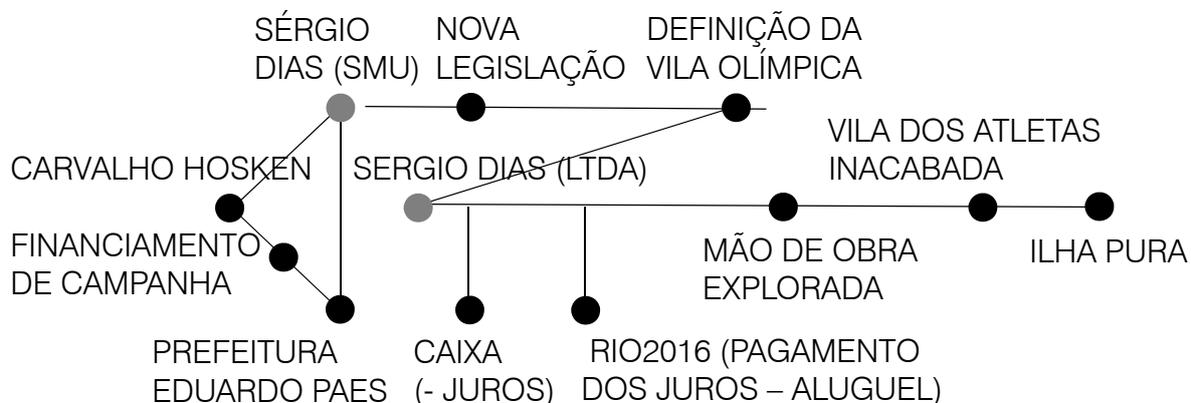
O Parque Olímpico, vizinho à Vila Autódromo, de área federal de uso público, autódromo, passou a espaço privatizado, entregue primeiramente ao Comitê Olímpico Internacional, e cedido em definitivo às três grandes empresas imobiliárias do consórcio Rio Mais (Carvalho Hosken, Odebreth e OAS) para construção de grandes condomínios para as classes de alta renda, no modo denominado “legado”. A origem desse processo, entretanto, remete aos Jogos Pan-Americanos e beneficiaria outros agentes privados:

O conflito teve início em 2004 com a sanção da Lei Municipal 3.758/04, que autorizava a concessão de uso da área do Autódromo e de seu entorno a terceiros. A lei determinou a preservação das funções principais do Autódromo, ou seja, as práticas do automobilismo e do motociclismo. Em dezembro deste mesmo ano, a Rio Sport Plaza ganhou a concorrência do Autódromo. Tendo feito a concessão do local, a Prefeitura sancionou uma lei complementar modificando a legislação referente à construção de edificações na área do Autódromo e do seu entorno, ampliando o gabarito para 22 andares, além de permitir a construção de residências multifamiliares, unidades comerciais e de serviços (BENEDICTO, 2008, p.109-110).

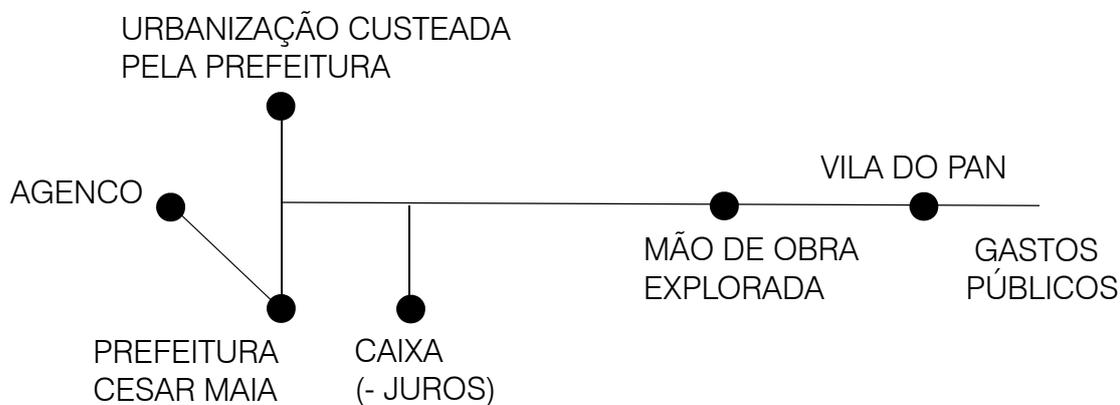
O processo não foi até o final, porém, consumou a cessão do terreno do Estado para a Prefeitura, o que agravou, inclusive a situação de permanência da Vila Autódromo e possibilitou afinal, a aquisição da área pelas empreiteiras relacionadas politicamente com o poder público municipal. Foi importante a participação de Carlos Arthur Nuzman, intercedendo em favor da especulação imobiliária local – como também viria a atuar em relação a concentração dos equipamentos olímpicos na Barra da Tijuca – acabando com a obrigatoriedade da manutenção da atividade fim do autódromo em janeiro de 2008.

A cessão do terreno do autódromo para a iniciativa privada foi realizada através de licitação, e por contrato de Parceria Público Privada, firmado com a Prefeitura para instalação da infraestrutura urbana do Parque Olímpico e construção da nova Vila Autódromo (um conjunto habitacional – à época). Essas obras, em especial o segundo item, aumentam o lucro potencial das empresas com os condomínios futuros, pois quando um empreendimento imobiliário possui visadas e proximidade de uma favela ele sofre uma desvalorização da ordem de 50% no valor dos terrenos (SÁNCHEZ; BROUDEHOX, 2013).

7. DIAGRAMAS

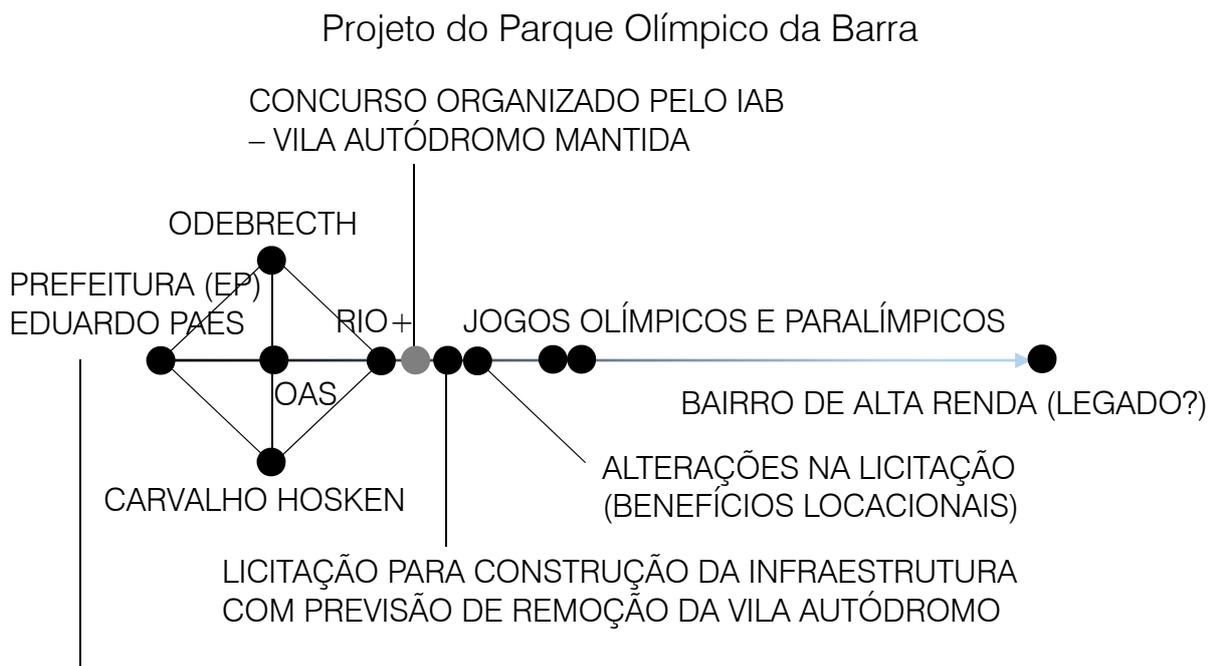
Diagrama / Sociograma – Vila Olímpica “Ilha Pura”:

Apesar da aparente complexidade, as relações paralelas presentes nesse diagrama dão conta de processos para garantir facilidades ao incorporador privado, com um técnico do Estado assumindo função explícita ao atendimento a esses interesses, a atuação do Sérgio Dias (Secretário Municipal de Urbanismo) como empregado – escritório projetista da Carvalho Hosken.

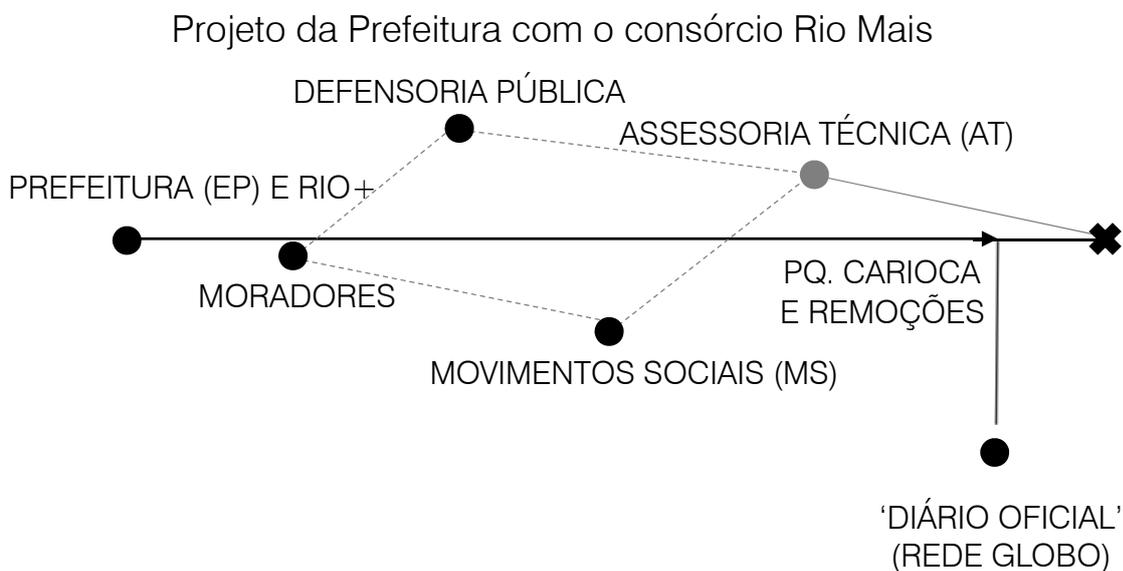
Sociograma – Vila do Pan

A simplicidade em relação ao diagrama anterior é fruto da dimensão menor do evento e o consequente menor número de agentes envolvidos, porém, se assemelha em muitos aspectos, e foi, de certo modo, precursor do que viria a ocorrer.

Diagrama / Sociograma – Projetos para a Vila Autódromo:

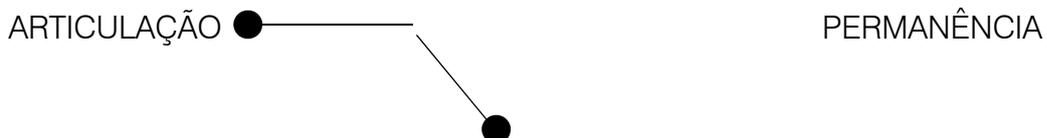


PROCESSOS PARA ACABAR COM A ATIVIDADE FIM DO AUTÓDROMO



 articulação entre os agentes não contemplados

Plano Popular





O sociograma referente ao Parque Olímpico expressa a articulação entre as três grandes construtoras que atuam na região permeadas por favorecimentos concedidos pela administração municipal viabilizados no contexto de estado de emergência em função dos Jogos Olímpicos. As empresas imobiliárias irão se beneficiar ainda da remoção quase total da Vila Autódromo e a mudança da sua morfologia com a cessão do terreno, beneficiam-se da sua própria contrapartida, a instalação de infraestrutura no local, num bairro destinado a alta renda que começou a ser viabilizado por agentes como Carlos Nuzman desde os Jogos Pan-Americanos.

O sociograma da Vila Autódromo é duplo; com o projeto Oficial e o Plano Popular. No primeiro destaca-se a Rede Globo como protagonista de um discurso criado com o claro propósito de legitimar a remoção proposta pela associação, da qual também faz parte, capital-políticos. Por meio da articulação de agentes postos à margem, os moradores conseguem impor uma alternativa real, mesmo que não a idealizada à priori pelo Plano Popular, conseguem a permanência e a exigência de um mínimo de qualidade para suas casas.

8. CONCLUSÃO: REFLEXÕES SOBRE O CONJUNTO DA PRODUÇÃO

Procuramos, com o trabalho, desvelar as práticas da produção da habitação no Rio de Janeiro. As práxis próprias do setor imobiliário, aliado ao financeiro, busca garantir subsídios e outros benefícios por parte do governo, e contemplar, na medida do possível, somente aqueles clientes com capacidade de adquirir um bem entendido como produto imobiliário. O papel do arquiteto prestando serviços para o mercado imobiliário se caracterizou pela submissão ao protagonismo do promotor imobiliário, resultando em inevitáveis limitações, no que diz respeito à sua atuação como profissional.

Demonstrou-se a quem serve a produção da habitação: principalmente no aspecto econômico para os agentes envolvidos em processos potencializados pelos Grandes Eventos em um período de dez anos. Processo que pode ser observado (usufruindo de benefícios por parte do Estado) na proposição das Vilas de Atletas, tanto nos Jogos Pan-Americanos de 2007, e, principalmente, nos Jogos Olímpicos de 2016. Práticas realizadas com o protagonismo do setor imobiliário, escolha de investimentos públicos e alterações na legislação dirigidas por particulares e para favorece-los. A prevalência dos interesses dos grandes empresários da construção civil e dos agentes financeiros sobre os interesses públicos se destaca ainda mais em Vila Autódromo. Nem mesmo o Plano Piloto de Lucio Costa, que trazia consigo uma perspectiva de ocupação de uma grande área livre, de acordo com parâmetros do urbanismo modernista e buscando conciliação com a paisagem natural, impediu a criação de um novo eldorado para a especulação imobiliária, a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá.

Os casos abordados apresentam o que é imprescindível na construção do direito à um outro projeto de cidade, um projeto que priorize o direito à moradia, diferente dos Grandes Eventos e do planejamento estratégico dos quais o Rio de Janeiro foi, e ainda é, palco. A proposta original da cidade como sede contemplava, mesmo que em parte, à uma proposta de promoção da integração dos territórios populares à cidade, através de políticas de urbanização, com o Parque Olímpico principal localizado próximo à grandes complexos de favela, como é o caso da Ilha do Fundão. Nesse caso, seria possível conceber um programa para os jogos que fosse um verdadeiro legado para os complexos de favela e para uma parte considerável na Zona Norte da cidade. Mesmo na região da Barra da Tijuca, as Vilas construídas, como a de atletas e de árbitros, poderiam, e deveriam, pelos aportes concedidos pelo poder público, servir à sociedade, como habitação social, até pela baixa venda dos empreendimentos imobiliários. O Rio de Janeiro exemplifica, portanto, os conceitos utilizados e a importância da política na produção do mercado imobiliário; que apresenta problemas quanto ao acesso a um habitat justo e de qualidade – segundo um conceito expandido de moradia, que envolve infraestrutura, transporte adequado e equipamentos comunitários necessários.

REFERÊNCIAS

ADEMI. Nota de imprensa. 01/03/2013. Disponível em: <http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=52461> Acesso em: 15/03/2017.

Arquiteto participante do projeto do empreendimento Ilha Pura*. Entrevista concedida ao autor, realizada em julho de 2015, na Associação Brasileira de Imprensa, e complementada por email. *Nome omitido em função do teor do artigo.

AMPVA (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo). Plano Popular da Vila Autódromo: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, AMPVA. 2016.

BARBOZA, Marco Antonio. Palestra e entrevista. Documentando o Exercício Profissional. Prof. responsáveis MAGOULAS e LEITÃO – transcrita pelo autor, realizada em Niterói: Chalé, Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, 13/08/2008.

BENEDICTO, Danielle. Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007. 2008. 193 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CAVALCANTE, André. Morar Carioca: Do Sonho a Realidade: Os primeiros anos do Programa Carioca de Integração de Assentamentos Precários Informais. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Corretor imobiliário*. Entrevista concedida ao autor, realizada em junho de 2015, no Estande de vendas do empreendimento Ilha Pura. *Nome omitido em função do teor do artigo.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In Espaço & Debates. São Paulo: n°39, 1996, p. 48-64.

LEITÃO, Gerônimo; REZENDE, Vera. Planejamento e realização da Barra da Tijuca como espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro. In: Anais do SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8. Niterói, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015. Disponível em <www.cidades.gov.br/>. Acesso em: 25 mai. 2016.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014 (2011).

ROLNIK, Raquel, Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças, – 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

SANCHEZ, Fernanda; BROUDEHOUX, Anne-Marie. Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: planning in a state of emergency. In: International Journal of Urban Sustainable Development, Oxford, 5:2, 132-153. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/19463138.2013.839450>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

VAINER, Carlos, et al. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: Anais do XV ENANPUR. Recife, ANPUR, 2013. Disponível em :<http://www.xvenanpur.com.br/anais.php>. Acesso em: 31 ago. 2016.

JORNAL DO BRASIL, Carlos Carvalho: a trajetória de sucesso de um incansável empreendedor. Com talento e percepção visionária, empresário é o homem dos 450 anos do Rio. 10/05/2015. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/05/10/carlos-carvalho-a-trajetoria-de-sucesso-de-um-incansavel-empendedor/>.

MOURA, Diego. Organização critica desigualdade na futura vila dos atletas olímpicos. 17/11/2014. Disponível em: <https://pensamentos2010.wordpress.com/2014/11/17/organizacao-critica-desigualdade-na-futura-vila-dos-atletas-olimpicos/>.

O GLOBO. 'Com as Olimpíadas, a Barra da Tijuca avançará 30 anos', afirma dono da Carvalho Hosken. 25/06/2015.

UOL. Quem financiou a campanha de Eduardo Paes no Rio. 26/11/2012. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quem-financiou-a-campanha-de-eduardo-paes-no-rio/>.

ESPN. http://espn.uol.com.br/noticia/524989_5-vezes-mais-cara-que-o-previsto-vila-olimpica-do-rio-promete-padrao-mais-alto-da-historia

MATTOS, Rodrigo. UOL. Receita dá isenção fiscal a empresas por Olimpíada cinco meses após Jogos. <http://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2017/03/15/receita-da-isencao-fiscal-a-empresas-por-olimpiada-cinco-meses-apos-jogos/?cmpid=tw-uolesp>

UOL. <https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/29/vila-do-pan-2007-e-mico-de-r-230-milhoes-tem-chao-afundando-e-crateras.htm>

CARVALHO HOSKEN. Disponível em: <http://www.carvalhohosken.com.br/> Acesso em: 06/2015.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, com dados do Ministério Público do Trabalho (MPT-RJ). Disponível em: <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1113611988698848/?type=3&theater> Acesso em: 19/03/2017.

GOIS, Ancelmo. Vila Autódromo não vai deixar saudade. O Globo, 28 fev. 2013. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/vila-autodromo-nao-vai-deixar-saudade-487990.html>. Acesso em: 11 nov. 2015.

MARTÍN, María. Prefeito do Rio promete urbanizar o que sobrou da Vila Autódromo. El País, 09 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/09/politica/1457483606_611233.html>. Acesso em: 05 set. 2016.

VIVA A VILA AUTÓDROMO. Página da Vila Autódromo no facebook. Disponível em:<<https://pt-br.facebook.com/vivaavilaautodromo>> Acesso em: 02 de março de 2017.



GT 02B – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas

A POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS DO NOVO URBANISMO: NOVAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA URBANA DE HABITAÇÃO BRASILEIRA

Naiara Videira dos Santos (UFPA)¹,
Edila Arnaud Ferreira Moura (UFPA)²

Este trabalho objetiva discutir a política pública habitacional a partir dos princípios do novo urbanismo nas cidades brasileiras. E, desta forma, identificar como o movimento do novo urbanismo pode contribuir para a melhoria da formulação e da implementação da política urbana habitacional no país. No Brasil, historicamente, a política habitacional para a população de baixa renda, tem se materializado em construções de conjuntos habitacionais de moradia popular, onde predominam a massificação das tipologias habitacionais, a descontinuidade desses empreendimentos com a malha urbana central, a carência de serviços básicos, a ausência da população nos processos decisórios, dentre outros aspectos. Estas características conflitam com os princípios básicos do movimento do novo urbanismo que se fundamenta, principalmente, no desenvolvimento de cidades integradas, diversificadas, acessíveis e com bairros sustentáveis, para que, dessa maneira, seja possível a melhoria na qualidade de vida de seus habitantes. O tema se torna importante na medida em que as melhorias nas condições de habitabilidade das populações nas cidades brasileiras, principalmente, aquelas mais vulneráveis, estão relacionadas não somente à garantia ao bem casa, mas também a um conjunto de fatores que possibilite aos moradores acessarem as condições básicas para viver nas cidades. Para tal, é reconhecida a importância dos modelos de gestão que promovem o acesso e uso mais democráticos do espaço citadino. Para esta análise, de base qualitativa, adotou-se a revisão de literatura com enfoque nos principais autores que discutem os conceitos de processo da urbanização brasileira, os modelos de planejamento urbanístico e a política habitacional.

Palavras-chaves: Novo Urbanismo; Política Habitacional; Cidades Brasileiras.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento rápido e desordenado que experimentaram as cidades brasileiras, como consequência do desenvolvimento industrial tardio, a partir do século XX, faz parte do processo em que crescimento econômico não representou ao mesmo tempo ganhos sociais para grande parte da população, principalmente para as camadas sociais mais pobres. No

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: nay-videira@hotmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Professora Titular de Sociologia na Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: eafmoura@gmail.com.

Brasil, de acordo com (VILAÇA; MOURA, 2004, p. 9) “O crescimento urbano bem como o desenvolvimento econômico e social sempre ocorreram associados à inclusão econômica subalterna e à exclusão social”.

O modelo de desenvolvimento excludente e desigual que se evidencia fortemente nas cidades brasileiras, acarreta uma série de problemas sociais, possibilitando a coexistência de realidades tão disparens no uso e apropriação do espaço urbano (ROLNIK, 2015).

As populações de menor poder aquisitivo constituem o grupo social que em sua maioria, não consegue habitar áreas em condições adequadas e dignas. A esses indivíduos restam as periferias ou as franjas das cidades, desintegradas do espaço urbano, contribuindo para a formação de enormes espraiamentos na ocupação deste espaço (MARICATO, 2003).

No que tange à política pública habitacional voltada à população de baixa renda, em grande parte, esta tem sido marcada pela ausência de fatores que possibilite a efetivação do direito à moradia. Em geral, sua materialização se processa através da construção de grandes conjuntos habitacionais de moradia popular, marcados pela massificação e padronização das unidades habitacionais, carência ou insuficiência de serviços e equipamentos públicos, localizações dispersas da malha urbana, população alijada dos processos decisórios, ou seja, todo um conjunto de fatores que não possibilita o acesso às condições adequadas de habitabilidade e de urbanidade (RODRIGUES, 2007).

Na contramão desse processo, o movimento do Novo Urbanismo, propõe o desenvolvimento de cidades multifuncionais, compactadas, integradas, acessíveis e sustentáveis, como forma de se alcançar a melhoria na qualidade de vida de seus habitantes (RODRIGUES, 2016).

Este trabalho tem por objetivo discutir a política pública habitacional brasileira a partir dos princípios do Novo Urbanismo e, tecer algumas proposições acerca da contribuição desse movimento para a política de habitação. Desse modo, o estudo se propôs a responder aos seguintes questionamentos: No Brasil, é possível planejar a política pública habitacional tendo por base os princípios do Novo Urbanismo? Quais os desafios e as perspectivas que se apresentam diante desse movimento e sua aplicabilidade nas cidades brasileiras?

Para esta análise de abordagem qualitativa, adotou-se a revisão de literatura, com enfoque nos principais autores que discutem o processo da urbanização brasileira e suas implicações, os modelos de planejamento urbanístico e a política habitacional.

2. A POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS DO NOVO URBANISMO

2.1 As cidades brasileiras e os modelos de planejamento urbanístico: uma breve contextualização

No Brasil, o processo de urbanização se intensifica a partir da segunda metade do século XX com o desenvolvimento industrial. Tal fato provocou significativas mudanças, tanto nas cidades quanto no campo, principalmente, em decorrência das inovações tecnológicas, dos sistemas de transporte rodoviários e ferroviários que possibilitaram a integração de centros urbanos com outras regiões mais afastadas. Isso contribuiu para o crescimento da malha urbana, a exemplo do surgimento de novas cidades as quais, com o aumento populacional, passaram a demandar por mais habitação, além de espaços para a implantação das indústrias e do comércio em geral (BARBOSA, 2018).

Porém, a exemplo do que ocorreu em grande parte das cidades nos países subdesenvolvidos, as cidades brasileiras não contavam com as condições adequadas, como rede de infraestrutura e habitação, para abrigarem um grande contingente populacional, que cada vez mais dirigiam-se em direção as cidades em busca de melhores condições de vida.

O rápido crescimento das cidades e de maneira desordenada - segundo IBGE (2000) as taxas de urbanização em 1950 correspondia a 36,20%, em 1960 a 44,50%, em 1970 a 55,90%, em 1980 a 67,60%, em 1991 a 75,60% e já nos anos 2000 esse patamar alcançou 81,20% - levou ao agravamento dos problemas sociais e urbanos tais como a ocupação predatória, precária, em locais insalubres e de risco, o aumento da poluição, o surgimento de doenças, os problemas ambientais, a segregação socioespacial entre outros fatores que afetam principalmente os grupos sociais mais pobres.

É nesse contexto, que o urbanismo higienista marcado por intervenções de caráter sanitaria, surgido no século XIX nas cidades europeias, ganha força no país. Segundo Maricato (2001, p.17)

realizavam-se obras de saneamento básico para eliminar pandemias, ao mesmo tempo que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista

Na década de 50, o processo de desenvolvimento industrial apoiou-se na indústria de bens de consumo duráveis, como o automóvel (que inicialmente esteve restrito às classes mais favorecidas), as máquinas, os eletrodomésticos e outros. No entanto, nenhum deles provocou mais impacto nas cidades do que o veículo automotivo. De acordo com Maricato (1997, p.37)

As transformações pelas quais passou a estrutura urbana visando adequar o sistema viário ao automóvel foram dramáticas. Elas consumiram a maior parte dos orçamentos municipais desde então. Em vez das políticas sociais, as obras viárias tornaram-se prioridade do investimento público em todas as cidades brasileiras mais importantes, com raras exceções. Com o modelo desenvolvimentista, o Brasil cresce economicamente, mas as desigualdades se aprofundam.

A consequência é o crescimento das cidades de maneira especializada e dispersa, facilitada pelo uso do automóvel. Este possibilitou a expansão das áreas centrais em direção aos subúrbios, principalmente, buscado como alternativas e, nesse caso, especificamente pelas classes altas para fugir dos problemas dos centros urbanos (LEITE,2014).

De maneira, geral, Leme (1999) aponta como características do processo de urbanização brasileira, no século XX, a formação de cidades dependentes do uso do automóvel, em decorrência das necessidades de deslocamento devido às longas distâncias entre um núcleo urbano e outro; a não articulação entre a moradia, o trabalho e o lazer; a ausência de destinação de espaços para áreas verdes e, portanto, a predominância de cidades monofuncionais, na qual se impera a desconexão, a setorização e a dispersão.

E ainda, observa-se um detrimento do planejamento urbano das áreas ocupadas pelas classes sociais mais pobres em relação ao espaço de vivência dos grupos sociais de maior poder aquisitivo, agravando os problemas de desigualdade e segregação do espaço urbano (BARBOSA, 2018). Para àqueles, com poucas ou nenhuma outra possibilidade, têm sido destinados os locais insalubres e precários de moradias, agravando o problema do crescimento caótico e desenfreado das periferias brasileiras.

Nesse contexto, dois modelos de planejamento urbanístico vão influenciar fortemente a forma como as cidades brasileiras seriam planejadas: o modelo progressista e o modelo culturalista (CHOAY, 2003).

O modelo progressista, fortemente ligado ao modernismo, parte da ideia da racionalidade, da técnica e da ciência para resolver os problemas resultantes da relação homem e natureza, baseado em uma lógica funcional. Segundo Choay (2003, p.8-9),

Em primeiro lugar, o espaço do modelo progressista é amplamente aberto, rompido por vazios e verdes. Essa é a exigência da higiene [...] Em segundo lugar, o espaço urbano é traçado conforme uma análise das funções humanas. Uma classificação rigorosa instala em locais distintos o habitat, o trabalho, a cultura e o lazer.

No ano de 1933, no IV Congresso Nacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em Atenas, foi publicado um manifesto urbanístico, denominado de Carta de Atenas, contendo as funções fundamentais para as cidades, tais como Habitar, Trabalhar/Estudar, Recrear e Circular, servindo de base para o modelo progressista (OLIVEIRA, 2014).

O arquiteto europeu Le Corbusier é considerado um dos grandes inspiradores do modelo progressista. Sua proposta tratava de um novo modelo de urbanismo a partir da criação de cidades conhecidas como Ville Radieuse ou Cité Radieuse. Seriam cidades compostas por arranha-céus com alta densidade, com liberação para espaços verdes de uso coletivo e que priorizava o transporte público no seu centro (OLIVEIRA, 2014).

No entanto, mais uma vez, no modelo de cidades proposto por Le Corbusier é nítida a importância conferida ao uso do automóvel, o que pode ser atestado com a preocupação em reduzir o número de ruas para evitar os congestionamentos, o estabelecimento de mão única das vias, além da construção de entradas subterrâneas para os carros de passeio e de cargas. Tem-se, dessa maneira, um afastamento do pedestre das ruas em detrimento dos meios de transporte individuais (JACOBS, 2003).

No Brasil, o modelo progressista ganha expressividade através do trabalho do arquiteto e urbanista Lúcio Costa com o projeto do plano piloto de Brasília, escolhido para a construção da futura capital do país, inspirado nas ideias de Le Corbusier. O projeto previa a construção de uma cidade-parque para abrigar cerca de 500 mil habitantes, de forma a possibilitar uma interação harmoniosa entre os novos habitantes e a natureza do lugar (BARBOSA, 2018).

A cidade de Brasília reflete o caráter funcional do modelo progressista e sua base modernista, em que novamente se prioriza o uso do automóvel, com suas largas vias e de mão única, em detrimento do pedestre, bem com a distribuição setorizada das atividades de trabalho/estudo, lazer e moradia, afastando as pessoas dos espaços das ruas, refletindo seu caráter monofuncional de cidade.

O modelo culturalista constituiu-se também no importante influenciador no planejamento das cidades brasileiras, mas ao contrário do modelo progressista, as cidades teriam limites bem definidos, prevalecendo o agrupamento humano da cidade sobre os interesses individuais. Aqui, o ponto do capital ideológico passa a ser conceito de cultura e não mais o do progresso. Desse modo “no modelo culturalista, a preeminência das necessidades materiais desaparece diante das necessidades espirituais” (CHOAY, 2003, p.12).

Nunes (2010) destaca a importância que os espaços de rua e praças assumem no modelo culturalista, na medida em que se apresentam como fundamentais para o estabelecimento das inter-relações, constituindo-se como locais de encontros, de trocas e de sociabilidades.

Entre os principais influenciadores desse modelo destacam-se Ebenezer Howard, considerado o pai das cidades-jardins e o arquiteto e historiador austríaco Camillo Sitte. Este propôs que além da preocupação com a questão sanitária e princípios higienistas das

idades, deveria ser dada importância à arte e à estética, preservando-se o patrimônio e destinando-se reserva para as áreas verdes no espaço citadino (OLIVEIRA, 2014).

As cidades-jardins de Howard, por sua vez, deveriam se constituir em pequenas cidades autossuficientes circunscritas por cinturões agrícolas, de forma que nesses locais, as pessoas pudessem usufruir tanto das vantagens existentes nas cidades quanto da qualidade de vida que o campo oferece aos seus moradores (OLIVEIRA, 2014).

A Cidade-Jardim deveria ser rodeada por um cinturão agrícola. A indústria ficaria em território predeterminado; as escolas, as moradias e as áreas verdes, em territórios residenciais predeterminados; e no centro ficariam os estabelecimentos comerciais, esportivos e culturais, partilhados por todos. O conjunto da cidade e do cinturão verde deveria ser permanentemente gerido pela administração pública sob a qual a cidade tivesse nascido, de modo a evitar a especulação ou mudanças supostamente descabidas no uso da terra, e também a afastar a tentação de aumentar sua densidade - resumindo, a evitar que ela se tornasse uma cidade grande. A população máxima não deveria ultrapassar 30 mil habitantes (JACOBS, 2003, p.17).

O modelo das cidades-jardins, no Brasil, pode ser encontrado a exemplo do projeto do plano piloto de Goiânia (1933), contendo áreas verdes e numerosos parques, elaborado pelo arquiteto Atilio Corrêa Lima, e remodelado, nos anos posteriores, por Armando de Godow (ALMEIDA, 2014). Assim como o projeto do bairro, o Jardim América, localizado em área nobre na zona sul da cidade de São Paulo, desenhado por Barry Parker e Raymond Unwin em 1913 (OLIVEIRA, 2014).

Ao fazer uma análise dos principais modelos urbanísticos que influenciaram o planejamento das cidades brasileiras, na primeira metade do século XX, Jacobs (2003) destaca que tanto as cidades-jardins de Howard, no seu modelo de associação entre o campo e a cidade quanto o modelo progressista com base nas ideias de Le Corbusier e sua cidade funcional, estão ausentes elementos primordiais para uma efetiva urbanidade, e consequentemente para o exercício da vitalidade urbana.

Somente com a existência de espaços que promovam as sociabilidades, os encontros, estimulando o uso das ruas, a interação com o meio ambiente, a preservação do patrimônio cultural e que privilegie os interesses da comunidade em detrimento do interesse individual pode possibilitar o real desenvolvimento das cidades (JACOBS,2003).

No final do século XX (década de 80) surge, nos Estados Unidos, uma nova corrente de planejamento urbano, denominado NEW URBANISMO ou Novo Urbanismo como proposta para resolver os problemas das cidades americanas, a exemplo do espraiamento³ e da suburbanização. Sua ótica baseia-se na perspectiva da integração

³ Quando ocorre a expansão horizontal das cidades, mas sem que se tenha atingido a densidade demográfica ideal nas áreas já existentes.

usuário e cidade, de maneira a promover a sustentabilidade das cidades conjugada com o bem-estar de suas populações (BARBOSA, 2018).

Dessa maneira, o Novo Urbanismo propõe a formação de cidades ou bairros compactos e multifuncionais em oposição às cidades monofuncionais; a participação comunitária, agora considerada importante no processo de gestão do território; e o desenvolvimento de ações para a preservação do meio ambiente e da sustentabilidade do espaço urbano, através da relação harmoniosa entre as construções, o ser humano e a natureza (VIEIRA, 2011).

Com o Novo Urbanismo, percebe-se, uma mudança no paradigma de pensar a cidade que, até então, nos modelos anteriores, era voltado para atender às necessidades, primordialmente, do capital econômico, a exemplo dos espaços que privilegiam o uso dos automóveis, onde as áreas de lazer, como praças e parques dão lugar aos estacionamentos, aos edifícios, às grandes vias, às produções em larga escala, tudo isso, em grandes distâncias em detrimento dos pedestres. Tratava-se, portanto, de adaptar as pessoas às cidades e não o seu inverso (BARBOSA, 2018).

O Novo Urbanismo, pelo contrário, privilegia a manutenção e produção do espaço público, no qual deve ser ter como prioridades o uso e atendimento às necessidades do pedestre, bem como preconiza a melhoria da qualidade de vida das pessoas, incentivando os processos de interação social entre os indivíduos e a sustentabilidade das cidades.

Trata-se um novo modelo urbano que visa grandes densidades, uso e ocupação do solo variado, território compacto, prioridade de estrutura para o deslocamento do pedestre, em seguida do ciclista e do transporte público, qualidade dos espaços livres de uso público. O Novo urbanismo, visa ainda incorporar o patrimônio cultural já existente no território da cidade à malha urbana dos novos territórios planejados (RODRIGUES, 2016, p.37)

Em 1996, publicou-se durante a realização do IV Congresso do Novo Urbanismo em Charlestown, na cidade de South Carolina, nos EUA, a Carta do Novo Urbanismo, a qual foi assinada por 266 profissionais contendo os princípios para nortear e normatizar o desenvolvimento do espaço regional, da cidade e do bairro. Tal instrumento tinha como diretrizes promover formas de evitar o espraiamento dos espaços urbanos, visando a formação de cidades compactas e com alta densidade, incentivo ao transporte coletivo e estímulo à participação comunitária, além de propor mecanismos para recuperar os padrões do urbanismo tradicional aplicados aos setores da quadra e da arquitetura (MACEDO, 2007).

A Carta contém um total de 27 princípios que, de maneira geral, busca incrementar e articular os mais diversos usos do espaço urbano (cidades multifuncionais), como morar, trabalhar, estudar e circular a curtas distâncias, a ponto de ser possível deslocar-se a pé ou

de bicicleta (o que contribuiria para a diminuição da poluição do meio ambiente com o menor uso do automóvel), devendo o percurso apresentar-se seguro e agradável, beneficiando, dessa forma a todos, incluindo, idosos, crianças, pessoas com deficiência. Estimula o incentivo ao uso do transporte público de qualidade e de fácil acesso como principal meio para as pessoas se deslocarem nas cidades ou nos bairros.

Para o aumento da densidade e com isso evitar o espraiamento da cidade, a carta propõe a verticalização, como forma também de possibilitar um maior dinamismo do bairro e das ruas (MACEDO,2007). Outro ponto relevante é a preocupação com a proteção e a qualidade do meio ambiente, de maneira a promover a sustentabilidade do espaço urbano, possibilitando o desenvolvimento de cidades sustentáveis, inteligentes ou planejadas.

Um elemento intrínseco no modelo de planejamento do Novo Urbanismo é o sentimento de pertencimento com o lugar, pois somente, dessa maneira, as pessoas podem criar vínculo e identidade na comunidade ou bairro onde moram (BARBOSA, 2018).

No Brasil, o Novo Urbanismo vem sendo colocado em prática, embora de forma menos expressiva, o que pode ser reflexo da deficiência ou ausência de legislações específicas que estimule ou viabilize a construção de empreendimentos nos seus moldes, tanto pelo setor público quanto pelo setor privado. Cabe ressaltar, que este último, por sua vez, tem sido, no contexto de globalização econômica, o principal agente indutor e propulsor no desenvolvimento das cidades capitalistas.

2.2 As cidades brasileiras e a política pública habitacional: um breve histórico de desigualdade

O crescimento desordenado e acelerado das cidades brasileiras, principalmente, a partir do século XX, gerou impactos substanciais sobre a questão habitacional no Brasil, marcado por intensos processos de desigualdade e segregação socioespacial das classes populares.

Aos grupos que não conseguem acessar os espaços urbanos de melhor qualidade, resta a precariedade habitacional, em áreas inadequadas e insalubres para moradia, a exemplo da ocupação das periferias e das favelas, retratando um quadro de completa vulnerabilidade socioeconômica desses indivíduos. A trajetória da política habitacional brasileira reflete um processo intenso de déficit na produção de moradias voltadas à população de baixa renda (MARICATO,2003).

De acordo com Rolnik (2015), imperou no Brasil um modelo de desenvolvimento socialmente perverso, acarretando a formação de uma das sociedades mais desiguais do mundo, na qual milhares de pessoas não conseguem satisfazer necessidades mínimas,

entre elas a habitação, constituindo-se, esta, na atualidade, em um dos grandes problemas sociais do país.

Somente na década de 60, no Governo Militar, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), a produção habitacional voltada para famílias de renda mensal entre 1 a 3 salários mínimos apresentou maior dinamismo, embora, posteriormente, o banco ao longo de sua atuação, tenha reduzido drasticamente o investimento voltado a esses setores, mirando-se mais para as classes médias e altas (AZEVEDO, 1998).

O BNH utilizando recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – até meados da década de 70, esse fundo possibilitou ao BNH assumir a segunda posição entre as organizações bancárias do país - e das cadernetas de poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) respondeu pela produção de uma média de 4 milhões de moradias (AZEVEDO, 1998).

As moradias produzidas pelo BNH voltadas à população de baixa renda reproduziram um padrão de desigualdade socioespacial e de segregação urbana, ao serem implementadas em regiões periféricas da cidade, sem condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. Esse padrão acabou por ser reproduzido nas políticas habitacionais mais contemporâneas (MARGUTI, 2012).

Assim, de acordo com Azevedo (1996) de um total de 4,5 milhões de unidades habitacionais financiadas durante toda a existência do BNH (1964-1986), apenas 33,5% foram de fato destinadas as classes populares. No entanto, as revistas da década de 80 apontavam um déficit habitacional variando de 10 a 15 milhões de moradias (NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

Por outro lado, a produção habitacional para o mercado da classe média, que há época obteve o financiamento de 2/3 das unidades produzidas pelo BNH, experimentou um elevado crescimento, principalmente, através da verticalização residencial, estas localizadas nas regiões centrais das médias e grandes cidades do país (ROLNIK, 2009).

Mais uma vez, reforça-se o caráter celetista e clientelista das políticas habitacionais desenvolvidas no país, já existentes desde o Instituto de Aposentadoria e Pensões⁴ (IAP's) no Governo Vargas e a Fundação da Casa Popular⁵ (FCP) criada no período do Estado Novo e com continuidade no Governo de Juscelino Kubitschek (AZEVEDO, 1998).

⁴ O Governo Vargas cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões – IAP's (1937-1964) com vistas a financiar a construção de 140 mil moradias, em sua maioria destinada para aluguéis. No entanto, a criação dos IAP's foi considerada apenas uma medida contingencial, já que não resolvia de fato o problema habitacional, pois suas ações estavam voltadas apenas para atender os associados do próprio instituto e, dessa maneira, caracterizava-se como uma política excludente, visto que atingia apenas a população considerada trabalhadora (MARICATO, 1997).

⁵ Ao realizar uma análise do desenvolvimento das atividades da Fundação da Casa Popular (FCP), durante seus 20 anos de existência, Azevedo e Andrade (1982, p. 13) destacam seu caráter "Clientelista na decisão de onde construir, na seleção e classificação dos candidatos, a Fundação tornava-se tutora paternal e autoritária na administração dos conjuntos".

Com o fim do Governo Militar, o BNH é extinto em 1986 e a Caixa econômica Federal assume todo o seu espólio. Esperava-se que o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do qual o BNH fazia parte, fosse reestruturado e se inaugurasse uma nova política habitacional, no entanto, as mudanças que se seguiram foram apenas de ordem burocrática como a relocação das políticas habitacionais, saneamento e transporte urbano para distintos órgãos ministeriais (ROLNIK, 2009).

A década de 90, com o processo de redemocratização do país, é marcada por uma proposta de uma nova agenda de reforma urbana no país voltadas ao direito à cidade, com a incorporação na Constituição de 1988 de um novo capítulo da política urbana, ao mesmo tempo têm-se os impactos decorrentes das reformas neoliberais na economia, assim como dá-se início ao processo de descentralização administrativa dos entes federados (ROLNIK, 2009). Dessa maneira,

é a combinação particular e perversa destes elementos, em suas relações com a herança pesada da lógica de gestão do território excludente e predatória, que têm ditado as marchas e contramarchas da agenda da Reforma Urbana no país (ROLNIK, 2009, p.32).

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) de agenda neoliberal, foram instituídos, embora em pequena escala, dos Programas de Habitação Social (PHS), a exemplo do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Neste, o setor privado respondia por todas as etapas de elaboração do projeto e execução do empreendimento, como a escolha do terreno até a construção das moradias. A gestão municipal selecionava a demanda e o Governo Federal viabilizava o financiamento direto e subsidiado ao beneficiário final por intermédio da Caixa Econômica Federal (ROLNIK, 2015).

Mas, foi nos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e com continuidade no Governo de Dilma Houssef (2012-2016), que se criam as bases e consolida-se um dos maiores programas habitacionais do País, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Ainda em 2003, o Governo Lula cria o Ministério das Cidades, órgão responsável pela formulação e pela elaboração das diretrizes nacionais da política urbana no país e com a função de prestar apoio técnico e financeiro aos governos locais. A partir de então, este integraria as políticas de habitação, de saneamento e de transportes.

Em 2005, sobre forte pressão popular, o Governo Lula cria, submetidos à Política Nacional de Habitação (2004), o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), assim como Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor, destinados a atender às famílias de baixa renda através de subsídios e adotando critérios diferenciados por regiões (ROLNIK, 2015).

No âmbito do SNHIS, em 2008, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que tinha como objetivo, inicialmente, a construção de 1 milhão de moradias a faixas de renda totalmente subsidiadas, e, simultaneamente, fomentar o crescimento econômico do país, através da construção civil, em resposta à crise econômica global de 2008. (MARGUTI, 2012). Já a longo prazo, o programa visava zerar o déficit habitacional que segundo a Fundação João Pinheiro- FJP (2008) correspondia a um total de 5.546.310 de moradias.

A produção das unidades habitacionais do PMCMV baseado, no modelo chileno e mexicano, tem no setor privado, a exemplo do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o grande direcionador e executor de todas as etapas do empreendimento, como a elaboração dos projetos e a definição da localização dos imóveis, já ao setor público cabe o financiamento e a seleção da demanda (ROLNIK, 2015).

Sendo o mercado econômico, o principal indutor da política habitacional e sua premissa básica sendo a rentabilidade financeira, passa a ser regra a realização de práticas visando a otimização dos lucros frente aos interesses e necessidades dos moradores dos empreendimentos habitacionais. A exemplo desse fato, são as padronizações e produções em larga escala, em sua maioria, em residenciais verticalizados, não levando em consideração questões como a acessibilidade, a qualidade construtiva, as áreas de convívio social. Assim como a compra de terrenos onde o solo é mais barato, e estes conseqüentemente serão mais distantes das regiões centrais, impactando as condições de acesso à cidade.

A construção de grandes projetos habitacionais em áreas periféricas onde a terra é mais barata - forma de provisão predominante ao longo de décadas - contribui substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres. Apesar dos muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o programa MCMV não impacta a segregação urbana existente. Pelo contrário, apenas reforça, produzindo novas marchas urbanas monofuncionais ou aumentando a densidade populacional de zonas gueitificadas já existentes (ROLNIK, 2015, p.314).

Dessa maneira, para Fix e Arantes (2009) o PMCMV não efetiva uma mudança substancial na política habitacional brasileira. Pelo contrário, dá-se prosseguimento ao modelo já existente, como o implantado pelo BNH, no qual o setor privado é o grande direcionador da política de habitação, enquanto o Estado exerce um papel secundário, sujeito aos interesses mercadológicos. Isso contribui para a intensificação dos processos de segregação socioespacial, acompanhado de grandes espraiamentos do espaço urbano em oposição ao ideal de cidades multifuncionais e integradas.

2.3 A política habitacional e o novo urbanismo: algumas proposições

O atual modelo da Política Pública Habitacional no Brasil, materializado em grande parte, na produção maciça de conjuntos habitacionais verticalizados de moradia popular, além de algumas ações voltadas para a urbanização e regularização de assentamentos precários, não tem refletido um real processo de construções de cidades, mas sim, resumindo-se, meramente, a questões de planilhas de custos, de rentabilidade econômica, de investimentos (RECAMAN, 2004).

O direito à moradia pressupõe não somente o acesso ao bem imóvel, mas também a um conjunto de direitos humanos universais e fundamentais que possam garantir as condições de habitabilidade e de urbanidade, a exemplo dos serviços de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos, acesso a mobilidade, qualidade do meio ambiente, localização adequada, enfim, que promova a melhoria de vida dos moradores e o acesso à cidade.

Mais do que habitação, os projetos arquitetônico e urbanístico devem promover o surgimento de áreas habitacionais integradas ao restante do tecido urbano, de maneira, a promover maior urbanidade (o uso da cidade pelas pessoas). Nesse sentido, é preciso associar aquilo que seria a “função social da arquitetura” – pensar os empreendimentos habitacionais como parte integrante (da) e integrada (pela) cidade – aos desafios da rapidez e quantidade de unidades a serem produzidas” (MARGUTI, 2012, p.128)

Trata-se, portanto, de promover espaços de moradia que garantam a inserção e o acesso de qualidade a um tipo de cidade pensada para as pessoas e não mais se constituam como espaços segregados, fragmentados e desconectados, ao reproduzir marchas urbanas monofuncionais e contribuir para o aumento da densidade populacional em zonas já guetificadas (ROLNIK, 2015). Para tanto, “É premente o rompimento como o domínio da lógica mercantil de construção das cidades, em que o princípio da valorização monetária subjuga o bem-estar urbano e o direito à cidade” (MARGUTI, 2012, p.126).

No Brasil, os conjuntos habitacionais voltados às populações de baixa renda têm sido edificados em condições de precariedade habitacional no que tange aos aspectos físicos, socioeconômicos e ambientais.

Em relação aos aspectos físicos cita-se a baixa qualidade do material construtivo, a padronização verticalizada e a produção em massa dos projetos arquitetônicos, desconsiderando as necessidades dos diferentes grupos sociais, como a faixa etária e as pessoas com deficiência, para quem são necessárias condições de acessibilidade adequada. Há ainda problemas com o tamanho do imóvel que, em geral, apresenta-se inadequado para número de membros das famílias beneficiárias, levando-as a privações de conforto dentro da moradia.

Já os aspectos socioeconômicos e ambientais vão desde questões que envolvem a localização dos empreendimentos, já que estes, em sua maioria, têm sido edificados, onde o solo urbano é mais barato e, com isso leia-se fora ou distantes da malha urbana central. Como consequência tem-se a necessidade de maior deslocamento e maior uso de transporte individual para acessar as regiões centrais. Tal fato, demonstra um aspecto do desenvolvimento urbano em que se privilegia o uso automóvel/ônibus em detrimento do pedestre, contribuindo para o aumento da poluição ambiental.

Outro ponto relevante refere-se ao fato de que esses conjuntos até passaram a contar com uma rede de infraestrutura básica, principalmente, água tratada e esgotamento sanitário, embora muito desses serviços não seja de qualidade e, em alguns deles seja possível encontrar em pequena quantidade equipamentos e serviços públicos no habitacional. No entanto, isso não tem significado garantia ou melhor acesso do espaço público do conjunto, pois tem se mostrado insuficiente para atender as necessidades dos moradores.

A precariedade dos equipamentos públicos nos conjuntos habitacionais e no seu entorno, que neste caso, está relacionado, principalmente, à sua localização, é um fator que impede o maior uso das ruas/quadras pelas pessoas, interferindo na dinâmica das relações sociais. Pois, para JACOBS (2003, p.29) “As ruas e suas calçadas, principalmente os locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais”

Diante disso, são importantes apontamentos e direcionamentos no planejamento da política pública habitacional de maneira a suscitar alternativas que possam pensar a produção dos conjuntos habitacionais a partir de uma perspectiva integrada, como espaços multifuncionais pertencentes à cidade em oposição a modelos padronizadores e socioespacial segregador.

Nessa perspectiva, propõe-se através do Novo Urbanismo propostas para a formulação de uma política pública habitacional em que a primazia seja a construção de cidades/conjuntos habitacionais integrados com o ser humano e a natureza.

Uma primeira proposição refere-se à substituição do padrão monofuncional (que segue o padrão das cidades atuais) que vigora em grande parte desses empreendimentos habitacionais - embora, no PMCMV já sejam previstos espaços destinados para a construção de diversos equipamentos públicos – para um modelo de fato multifuncional.

Isso, no entanto, requer mudanças no padrão de escolha da localização dos conjuntos que devem estar integrados à cidade, para que, dessa forma, seja possível, articular e fomentar os diversos usos do lugar, como morar, trabalhar/estudar, lazer e movimentar-se, sem a exigência de grandes deslocamentos entre um bairro/conjunto e outro.

A consequência será a diminuição do uso do automóvel e, portanto, uma cidade que prioriza o pedestre, fomentando o uso do transporte público de qualidade e acessível

como o principal meio de locomoção entre os bairros/conjuntos e o restante da cidade, como preconiza o movimento do Novo Urbanismo.

Uma segunda proposição está relacionada à qualidade ambiental e ao uso sustentável dos espaços dentro das cidades, fatores considerados importantes para o movimento do Novo Urbanismo. Nesse aspecto, seguindo suas diretrizes, a construção dos empreendimentos habitacionais deve buscar o equilíbrio entre as edificações, as necessidades do ser humano e preservação do meio ambiente.

Assim, com a formação de cidades compactas e, neste caso, especificamente, dos conjuntos habitacionais integrados às cidades, é possível, por exemplo, diminuir a poluição ambiental, com a redução da circulação dos veículos individuais, já que as pessoas poderão acessar os outros locais a pé, de bicicleta ou de transporte coletivo.

Mas, é importante que as calçadas e as ruas do bairro/conjunto sejam projetadas de forma a possibilitar conforto e segurança aos pedestres, tornando a caminhada mais agradável, assim como os locais públicos devem ser convidativos, incentivando o cuidado com o local e estimulando os seus usos. Esse conjunto de fatores são importantes para promoção da qualidade de vida e o bem-estar das pessoas e, são um dos principais fundamentos do Novo Urbanismo.

A terceira proposição fomenta a importância da participação comunitária na gestão do empreendimento. Nos programas habitacionais do MCMV consta a obrigatoriedade de realização do Trabalho Técnico Social no qual deve ser garantido, a exemplo, a participação dos moradores no processo de planejamento e de execução do habitacional. A realidade, porém, retrata a dificuldade de atender a essa diretriz, seja por falta de conhecimento dos novos moradores, ou até mesmo, por falta de interesse do poder público em concretizar tal medida.

Como princípio também preconizado pelo Novo Urbanismo para a gestão das cidades, considerado importante para interação social da comunidade, se faz necessário maior envolvimento dos moradores nos processos decisórios. Pois são eles que mais conhecem a realidade onde vivem e podem contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento do lugar. Isso, evitaria, por exemplo, projetos arquitetônicos e urbanísticos desconexos com as suas reais necessidades.

A quarta e, última preposição, mas não menos importante, diz respeito ao sentimento de identidade e de pertencimento que o Novo Urbanismo propaga como sendo importante para estabelecimento do vínculo com o lugar e, dessa maneira, possibilitar que as pessoas se sintam efetivamente integrantes do espaço onde moram.

A realidade dos conjuntos habitacionais de moradia popular no país, em sua maioria, retrata o inverso desse processo. As pessoas não se reconhecem como pertencentes a esses espaços, que em geral, não foram projetados para atender as suas

reais necessidades. Isso vai refletir no descaso ou na depredação da moradia, pouco ou nenhuma relação de sociabilidade entre os grupos e quando possível no abandono do lugar. Dessa forma, não estabelecem vínculo e nem identidade como moradores.

Diante disso, é possível pensar no Novo Urbanismo como diretriz para o desenvolvimento da Política habitacional no Brasil? Há limitações para isso? Essas questões não são tão fáceis de responder, pois o Brasil é um país de dimensões intercontinentais, com realidades muitas vezes distintas dentro de um mesmo espaço. No entanto, já é evidente que um único modelo de gestão para a questão habitacional em todo o país tem se mostrado ineficiente, diante dos vários Brasis existentes e com realidades tão dispares.

De maneira geral, é inegável, que os princípios do Novo Urbanismo trazem conceitos importantes e fundamentais para se pensar a cidade, dentro de uma perspectiva mais humanizada, integrada, sustentável e inteligente. Requisitos fundamentais, hoje, para a promoção da qualidade de vida no espaço citadino. E, quanto a isso, a Política Pública Habitacional tem à sua disposição importantes categorizações teóricas e práticas para formular um projeto habitacional que possa de fato resolver a questão da moradia integrada à cidade, primando pelo bem-estar das suas populações.

No entanto, no atual modelo de gerenciamento das cidades e conseqüentemente da Política habitacional, em que os interesses das grandes corporações econômicas globais tem primazia sobre o interesse coletivo, ditando as regras de funcionamento das sociedades em todos os setores, a efetivação de um modelo como o Novo Urbanismo, ou pelo menos em parte dele, e sua aplicabilidade nos projetos habitacionais voltados às populações de baixa renda, ainda parece muito distante de realidades como a brasileira.

E não é só isso, a sociedade brasileira marcada por intensos processos históricos de desigualdades socioeconômicas, em que uma grande parcela da população, os mais pobres, são invisíveis. Princípios como o de equidade, de promoção social, de cidades sustentáveis, integradas e compactas apresentam-se como desafios a serem incorporados numa perspectiva a curto e médio prazo em sociedades desse tipo.

As possibilidades de mudança existem e estão postas à mesa, o Novo Urbanismo como se viu – e é claro como todo modelo apresenta suas limitações – pode-se constituir como uma dessas muitas possibilidades. Porém, sabe-se que, enquanto perdurar o modelo de desenvolvimento vigente das sociedades capitalistas as reais mudanças serão mínimas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história tem demonstrado que o crescimento urbano acelerado nas cidades brasileiras tem sido acompanhado pelo crescente déficit habitacional, em que uma grande

maioria da população, principalmente, de baixa renda, não consegue obter condições adequadas de moradia.

Diante disso, o poder público vem adotando medidas visando atender com o provimento de moradias as camadas populares através dos programas habitacionais, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, na atualidade.

No entanto, o modelo de política habitacional existente não tem primado pela qualidade e bem-estar dessas populações, pois baseia-se em práticas que não promovem a formação de espaços de moradias numa perspectiva de sustentabilidade, qualidade ambiental, multifuncionalidade e conseqüentemente mais integrados ao espaço da cidade, com enfoque para as necessidades de seus moradores.

Em contrapartida, o modelo do Novo Urbanismo - que se caracteriza, entre outros, em promover o desenvolvimento de cidades multifuncionais, em oposição às cidades monofuncionais e espraiadas e tendo o pedestre como a prioridade – apresenta-se como proposta para a formulação de uma política pública habitacional que efetive o direito à moradia, proporcionando as condições adequadas de urbanidade e habitabilidade.

Para isso, no entanto, são necessárias mudanças nos padrões de gestão e de planejamento das cidades, que hoje, tem no capital privado, o principal indutor do crescimento do espaço urbano. É preciso construir cidades para o indivíduo e não o seu inverso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz Augusto Pereira de. Riviera de São Lourenço. In: CAVALCANTE, Felipe. **Comunidades Planejadas**. Maceió: Viva, 2014.

AZEVEDO, S. **Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986)**: criação, trajetória e extinção do BNH. Revista de Administração Pública, n.4, out-dez.1998.

BARBOSA, Bruna Cansanção de Albuquerque. **Influência do Novo Urbanismo na implantação de bairros planejados no Brasil**: estudo de caso Reserva do Paiva-PE. 2018. 137f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário CESMAC, Maceio, 2018.

CHOAY, Fraçoise. **O urbanismo: utopias e realidades uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fiori. **Minha Casa, Minha Vida**: uma análise muito interessante. 2009. Disponível em:<http://turcoluis.blogspot.com/2009/08/minha-casa-minhavidaaanalise-muito.html>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEITE, Carlos. Conceitos e tendências de desenvolvimento urbano. In: CAVALCANTE, Felipe. **Comunidades Planejadas**. Maceió: Viva, 2014.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil-1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU-USP/FUPAM, 1999.

MACEDO, Adilson Costa. A carta do novo urbanismo americano. **Arquitextos**, São Paulo, ano 07, n. 082.03, mar. 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262>. Acesso em: 03 jan. 2021.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARGUTI, B. O. **Conjuntos habitacionais: estruturação socioespacial e acesso à cidade no município de Santo André**. 2012. 161f. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? **Risco Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo (online)**, São Paulo, n.9, p.98-109, jan. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44765>. Acesso em: 18 fev.2021.

OLIVEIRA, Marcia Mikai Junqueira de. **A metodologia Charette Design no desenvolvimento do empreendimento Pedra Branca SC**. 2014. 222f. Dissertação de mestrado (Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Documents/ARQUITETURA/TGF/ARTIGOS%20DA%20CLAUDIA/DissertacaoMarciaMikaiFinal.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021.

RECAMÁN, Luiz. Forma sem Utopia. In: Adrian Forty; Elisabetta Andreolli. (Org.) **Arquitetura Moderna Brasileira**. Londres: Phaidon, 2004. Disponível em: <http://www.la2.com.br/textos/forma%20sem%20utopia.pdf>. Acesso em: 07 jan.2021.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais: A luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602>. Acesso em: 16 jan. 2021.

RODRIGUEZ, Karina Diógenes. **Princípios do Novo Urbanismo e Territórios Planejados no Brasil**. 2016. 156f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016. Disponível em <file:///C:/Users/DELL/Documents/ARQUITETURA/TGF/ARTIGOS%20DA%20CLAUDIA/Karina%20Diógenes%20Rodriguez.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n.2, p.31-50, set. 2009.

VIEIRA, Patrick Di Almeida. Atílio Corrêa Lima e o Planejamento de Goiânia: um marco moderno na conquista do sertão brasileiro. **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a cidade**, v.4, n.4, p.52-66, mar.2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635150>. Acesso em: 3 jan.2021.

VILAÇA, A. P. de O.; LA MORA, L. de. Habitabilidades e lutas pelo direito à moradia. In: CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL; ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DE AMBIENTE CONSTRUÍDO, 1.; 10., 2004, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Unicamp, 2004. Disponível em: ftp:///10017719.eng.ufjf.br/Public/AnaisEventosCientificos/ENTAC_2004/trabalhos/PAP1002d.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.



GT 02B – Desenvolvimento, desigualdade social e a vida nas cidades latino-americanas.

EXPANSÃO URBANA E PADRÃO MORFOLÓGICO DOS QUARTEIRÕES DA CIDADE DE VIDEIRA, SC.

Camara, Inara Pagnussat (Unoesc)¹
Tesk, Joselaine (Unoesc)²
Suckow, Jeferson Eduardo (Unoesc)³
Biasi, Juliana Aparecida (Unoesc)⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar as características gerais de uma nova metodologia para planejamento e desenho urbano, detalhando os procedimentos para integração de quarteirões de maneira mais democrática na divisão de uso e ocupação do solo. Esta abordagem é até certo ponto inovadora e focada em criar quarteirões com divisão de lotes integrando estratégias e soluções em morfologia e mobilidade urbana para o planejamento de áreas em desenvolvimento urbano, novas ou a serem requalificadas. A análise é feita através do estudo de caso da cidade de Videira, SC, a qual possui características peculiares e diversificadas na morfologia urbana, partindo do estudo de sua formação através da colonização europeia e desenvolvimento de regiões pelo trabalho disponível na construção ferroviária que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo, da análise das tipologias dos quarteirões existentes configurados pelos seus tamanhos e formatos, com o objetivo de entender a forma urbana estruturada e moldada pelas quadras, análise das tipologias e sua distribuição pelas diferentes declividades e análise da densidade populacional em relação as declividades, em que se interpreta como a população está distribuída e concentrada pelo relevo acentuado do município. Estas análises servem de base para interpretação de como o conjunto plano de ocupação geral territorial e relevo impactam na estrutura organizacional de uma cidade, contribuindo também com a leitura e compreensão das dinâmicas urbanas e desta forma criar planos de desenho que possam ser implantados, auxiliando em uma expansão urbana estruturada e um sistema urbano mais eficiente e democrático.

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil. E-mail: inara.camara@unoesc.edu.br

² Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil. E-mail: joselaine.tesk@unoesc.edu.br

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

Palavras-chave: morfologia urbana, planejamento urbano, lotes, declividade, quarteirão.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Videira, SC se formou a partir da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que após a conclusão da obra, o ano de 1918 é marcado pela instalação da Empresa de Colonização de Desenvolvimento do Brasil, a qual tem como objetivo realizar a venda de terras que foram obtidas através de concessões. Após um período de estagnação na Europa, imigrantes alemães e italianos e emigrantes também da região do Rio Grande do Sul, sabendo da oferta destas terras, se deslocaram para a região. No ano de 1921, dois distritos, divididos pelo Rio do Peixe, se formam, sendo denominados como Perdizes e Vitória. Instalaram-se no Distrito de Perdizes imigrantes alemães, e no Distrito de Vitória imigrantes italianos (Scapin, 1997). Em 1944, através do desmembramento das pequenas localidades, ocorreu a emancipação do município. O nome escolhido, Videira, é uma saudação aos parreirais de uva, muito presentes no local. Atualmente a urbe é intitulada como a “Capital Catarinense da Uva, Capital Catarinense do Espumante e Berço da Perdigão”, possui a 14ª posição na economia do Estado e 8ª posição em Índice de Desenvolvimento Humano (Município de Videira, 2018).

Videira apresenta uma topografia acidentada, concentrando-se geograficamente na porção do Planalto Dissecado Rio Iguaçu / Rio Uruguai, o qual é caracterizado pela presença de vales profundos e elevadas altitudes (Atlas Escolar de Santa Catarina, 1991). O relevo acentuado forma o que é caracterizado como fundo de vale, pois na parcela mais baixa da cidade encontra-se o Rio do Peixe, servindo como uma espécie de calha, e no seu arredor situam-se as colinas. A urbanização do município foi se distendendo pelo espaço geográfico montanhoso, apresentando vida urbana em áreas com baixa até elevadas declividades.

Como forma de se compreender a evolução da cidade ao longo do tempo, é possível reconhecer que a mesma obteve seu desenvolvimento urbano através da presença de trabalhadores que contribuíram com a construção da ferrovia e posteriormente a posse de terras obtidas através das vendas. Contudo, a característica topográfica e a sua configuração urbana atual, aparentemente desordenada, são resultados de um somatório de elementos que se formaram no decorrer do seu processo evolutivo, sem que houvesse, inicialmente, um plano de ocupação geral do território e um planejamento em conjunto destas partes.

Considerando que a cidade está obtendo um progresso em sua expansão urbana, instiga-se a necessidade de um estudo mais aprofundado com o objetivo de compreender a formação do perímetro urbano em que o foco são as disposições dos padrões morfológicos dos quarteirões que o município apresenta, visando contribuir com a leitura e a análise das

dinâmicas urbanas de Videira e de cidades semelhantes, para que a partir da concepção possa se obter um planejamento de crescimento urbano mais estruturado.

A abordagem metodológica da pesquisa é de caráter quantitativo, onde traduz-se em dimensões o crescimento de Videira, SC por meio da pesquisa em cartografia, e também de caráter qualitativo, onde são analisadas as circunstâncias e a atribuição de significados para determinadas situações, como a morfologia dos quarteirões existentes no município (Silva e Menezes, 2005). Os procedimentos técnicos e científicos estão compreendidos em duas ações, o de cunho literal, em que o método é baseado diante de material já elaborado como referências bibliográficas, artigos científicos e material disponível na internet e o de cunho documental, baseado na análise de mapas do processo evolutivo urbano da cidade e estudos relativos as quadras, apoiados em bases cartográficas de 2010 e 2018 (Gil, 2002). O desenvolvimento do trabalho valeu-se da verificação dos seguintes instrumentos: análise cartográfica da urbe ao longo da sua evolução, em que está compreendido o estudo de formação e estruturação do espaço intraurbano; análise das declividades do sítio físico; análise das tipologias dos quarteirões existentes configurados em tamanhos e formatos; análise do padrão morfológico das quadras em relação as declividades e por fim análise da densidade populacional em relação as declividades.

2. A MORFOLOGIA URBANA E O QUARTEIRÃO COMO ELEMENTO DE ESTUDO

As cidades são tidas como pontos de admiração, servindo de resguardo da população através do seu suporte físico. É possível observar que as urbes se adequam ao tempo conforme suas necessidades, porém, sendo passível de observação as marcas registradas de gerações que por ali passaram. O mais natural da morfologia urbana é o entendimento de que a cidade do futuro seja a cidade atual, porém alterada, pois assim não perderá a integração do seu processo de formação (Coelho, Costa, et al., 2015).

A morfologia urbana busca compreender desde a formação até comportamento atual da cidade. Lamas (2014, p. 37) afirma que este conhecimento tem por objetivo interpretar “[...] os aspectos exteriores de meio urbano e suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura”. Através disso o estudo da morfologia urbana consiste em entender a forma que a cidade adquire no decorrer da sua transformação.

Na definição de Lamas (2014, p. 41) “a forma da cidade corresponde a maneira como se organiza e se articula a sua arquitetura”, diante desta afirmação dentro da ciência da morfologia urbana obtém-se o estudo da forma urbana, o qual tem por objetivo fazer uma análise dos principais elementos físicos que estruturam e moldam a cidade, podendo ser definidos como: tecidos, quarteirões, ruas, lotes, entre outros (Amaral, 2017).

O estudo da forma urbana é realizado por meio de uma análise dos seus elementos morfológicos, os quais são identificáveis desde o seu processo inicial até a sua transformação no decorrer do tempo. Este contexto ocupa-se da movimentação do meio urbano entre si juntamente com o conjunto que o define, sendo estes os lugares que constituem o espaço urbano, considerando assim, a formação urbana em conjunto com as suas inter-relações (Lamas, 2014).

Conforme Lamas (2014, p. 41) “a noção de forma aplica-se a todo o espaço construído em que o homem introduziu a sua ordem e refere-se ao meio urbano, quer como objeto de análise quer como objetivo final de concepção arquitetônica.” Para a realização da pesquisa da forma urbana são feitas abordagens distintas, sendo no sentido morfológico através da diversificação das formas, a modelagem da paisagem urbana, e após a investigação do aspecto dinâmico, onde se produz e altera o panorama da cidade no decorrer do tempo, obtendo o resultado de que a paisagem urbana é o reflexo da sociedade local (Costa e Netto, 2015).

De acordo com Costa e Netto (2015) a forma urbana pode ser explorada por meio do seu contexto físico o qual se conforma em três princípios, podendo ser: elementos físicos essenciais – tal como edificações e espaços livres; tipos de resolução – proporção e relação construtiva; e a partir da história – pois os elementos foram formados pela sociedade, a qual está em constante transformação.

Com ênfase para este artigo, se faz um embasamento sobre o objeto de estudo, o quarteirão, compreendendo-o como sendo um espaço em que estão agrupadas as unidades de lotes e encontra-se inserido em meio a vias circulatórias, apresentando desta forma a função de estabelecer uma conexão entre o espaço público e privado, o qual contribuirá para a estruturação urbana. De acordo com Santos (1988, p. 77) “o quarteirão, também chamado de quadra, é o resultado da agregação de lotes formando um conjunto com acessos comuns”, este elemento morfológico serve como uma organização local ocupando um espaço singular, pois possui um lugar de concepção na cidade servindo ao mesmo tempo como escala de intermediação.

A partir do quarteirão concretizado pode-se determinar o modelo populacional que ali se instalará, o conceito dos modos de vida, a conformação do espaço e da arquitetura, a relação entre o público e o privado, o usufruto do solo e o habitar e a infraestrutura e o sistema ecológico (Coelho, Costa, et al., 2015). Para Justo (2014) no estudo dos quarteirões é necessário analisá-los em duas fases específicas, porém, em que ambas se complementam para o entendimento deste elemento urbano, sendo: a análise morfológica – onde sua evolução é explorada de forma individual, e a análise tipológica – a qual é baseada na abordagem comparativa de quadras.

Na análise de Coelho, Costa, et al. (2015) o quarteirão cumpre a função de escala de intermediação, pois pode resultar ou assumir a função de sistema gerador de traçado. Sua influência não cabe apenas conformar o desenho da cidade, mas na forma como permite os indivíduos a viver a urbe. O quarteirão também tem por ênfase dar sentido à cidade na relação entre as escalas do urbano e do arquitetônico, podendo ser definido que a capacidade criativa que a quadra adquire no urbanismo torna-o um dos possíveis elementos geradores no desenho da cidade.

3. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE VIDEIRA, SC

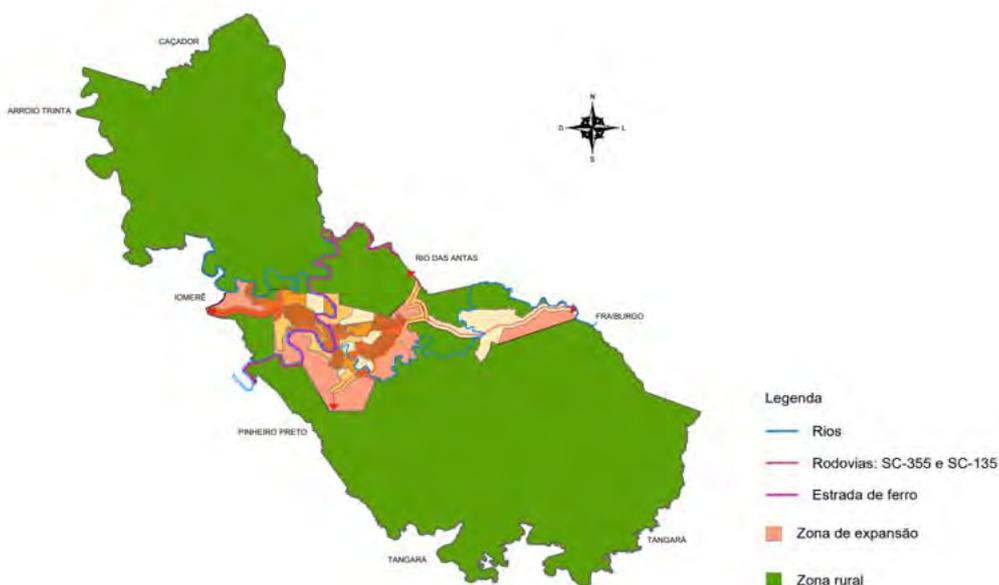
Conforme dados extraídos no site Município de Videira (2016), Videira é uma cidade brasileira e está localizada na região Meio-Oeste do estado de Santa Catarina (Figura 1). O município está instalado na microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe e sua formação territorial constitui-se em uma área de 378,4 km² e está situada a uma latitude 27°00'30" sul, uma longitude 51°09'06" oeste e a uma altitude de 750 metros acima do nível do mar. A urbe conta com uma população estimada em 53.065 habitantes e uma densidade demográfica de 135 hab./km² (IBGE, 2019; Videira, 2018).



Fonte: Adaptado de Grátispng (20?); Brasil Escola (20?); Suporte Geográfico (2019).

A cidade de Videira (Figura 2) faz limites com os municípios de Caçador, Rio das Antas, Fraiburgo, Tangará, Pinheiro Preto, Iomerê e Arroio Trinta. Nas áreas laterais do território videirense encontram-se as zonas rurais e no miolo está localizado o perímetro urbano, constituído de 32 bairros e cinco zonas de expansão (Município de Videira, 2016; Município de Videira, 2018).

Figura 2 – Município de Videira



Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Videira (2018).

4. FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO

O estudo de formação e estruturação do espaço intraurbano tem como objetivo fazer uma análise, neste momento, comparativa da evolução da cidade. Desta forma, se faz o uso de recortes dos mapas dos anos de 1948 e 2018, em que é possível compreender como a cidade foi se moldando pelo território ao longo do seu processo evolutivo.

No recorte do mapa de 1948, Figura 3, O município começa a se formar em uma área de baixada, característica advinda do relevo de fundo de vale. Identifica-se a demarcação do perímetro urbano com seus elementos estruturadores, sendo estes o Rio do Peixe e a ferrovia. Observa-se neste período a presença de edifícios públicos, como a estação ferroviária, a igreja matriz, respectivamente.

Sobre os quarteirões, neste período iniciam os primeiros parcelamentos do solo. As quadras apresentam formas e tamanhos variados, não possuem divisões de lotes e ocorre uma concentração de gabaritos nas áreas mais próximas aos rios e a estrada de ferro.

Em comparação, no recorte do mapa de 2018, Figura 3, observa-se que a urbe se desenvolveu a partir da sua estruturação inicial, ainda sendo expressiva a presença do Rio do Peixe e a estrada de ferro e também a permanência dos edifícios públicos apresentados no ano de 1948, sendo apenas o paço municipal localizado em uma área que não a do perímetro urbano daquele período. Os quarteirões apresentam variados tamanhos e

formatos, neste momento dividido em lotes de diversas dimensões, podendo ser observado também um adensamento populacional mais concentrado em todas as quadras.

Figura 3 – Mapa de formação e estruturação do espaço intraurbano de 1948 e 2018



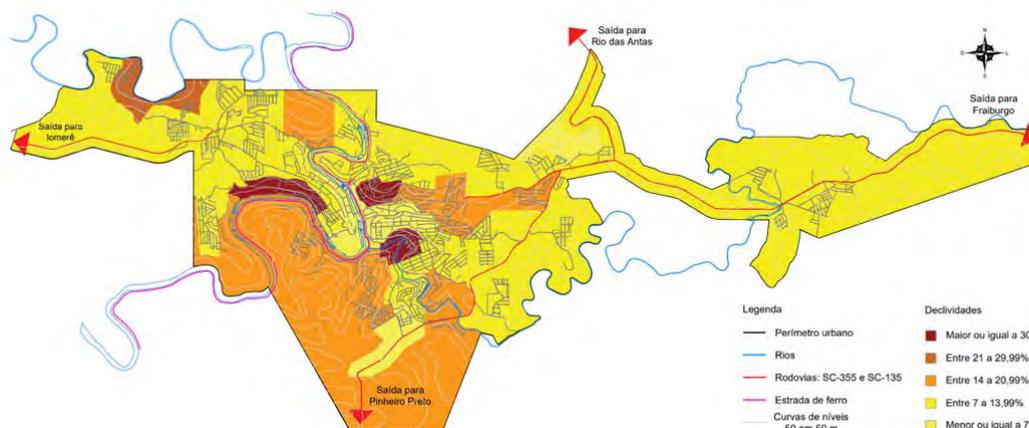
Fonte: Elaborados pelos autores com bases da Prefeitura Municipal de Videira (2018); Arquivo Digital de Mapas Catarinenses (2020).

5. ANÁLISE DE DECLIVIDADES DO SÍTIO FÍSICO

No estudo de declividades foi compreendido todo o perímetro urbano da cidade, onde analisou-se, aproximadamente, as inclinações topográficas que o município possui. Para este, foi elaborado um mapa subdividido pelos bairros (Figura 4), em que a escala de cor representa os níveis de declividade, sendo que as mais escuras possuem um valor maior ou igual a 30% e as mais claras sendo menor ou igual a 7%. Para esta análise, utilizou-se como base as curvas de níveis disponibilizadas pela Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE (2004), dispostas em níveis com diferença de 50 metros.

Para um melhor entendimento, as inclinações fragmentaram-se em altas, intermediárias altas, intermediárias, intermediárias baixas e baixas. A partir disso constata-se no município três pontos em que a declividade supera os 30%, dois pontos ficando entre 21 a 29,99% e quatro pontos encontrando-se menor ou igual a 7%, sendo a declividade predominante em áreas com inclinação de 7 a 13,99% e 14 a 20,99% respectivamente.

Figura 4 – Mapa de declividades



Fonte: Elaborados pelos autores com bases da Prefeitura Municipal de Videira (2018); Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE (2004).

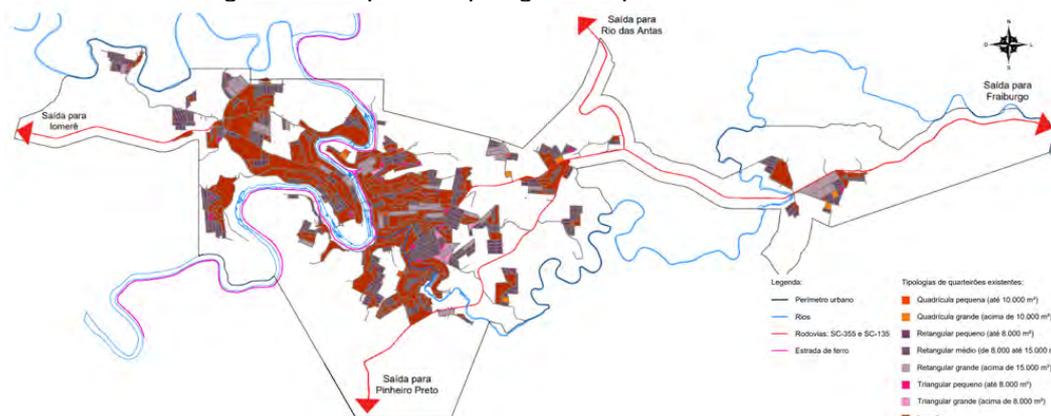
6. ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DE QUARTEIRÕES EXISTENTES

Para a análise das tipologias de quarteirões foi confeccionado um mapa das quadras existentes sobre a base cartográfica CAD de 2018 (Figura 5). A metodologia adotada foi de selecionar os quarteirões em diferentes tipologias de formatos e tamanhos, assim apresentam-se: com formatos de quadrículas (pequena – até 10.000 m² e grande – acima de 10.000 m²), formatos retangulares (pequeno – até 8.000 m², médio – de 8.000 até 15.000 m² e grande – acima de 15.000 m²), formatos triangulares (pequeno – até 8.000 m² e grande – acima de 8.000 m²) e com formatos irregulares⁵. Este estudo morfológico tem como objetivo compreender a forma urbana estruturada e moldada pelos quarteirões.

Em uma análise geral, observa-se que em menor quantidade apresentam-se as quadras em formas de quadrículas, seguido dos quarteirões com formatos triangulares. Em grande parte, e distribuídos pelo espaço urbano, apresentam-se os quarteirões de formatos retangulares, predominando os de tamanho pequeno, médio e grande, respectivamente. Já a tipologia de quarteirão que se destaca é a de formato irregular, sendo predominante em todo o perímetro urbano.

⁵ A metodologia utilizada pelos autores Bruna Dal Agnol, Fernanda da Cruz Moscarelli, Inara Pagnussat Camara e Maurício Kunz faz parte de um manuscrito o qual foi aprovado e aguarda publicação na edição 2020.2 (jul./dez.) da revista IMED.

Figura 5 – Mapa das tipologias de quarteirões existentes



Fonte: Elaborados pelos autores com bases da Prefeitura Municipal de Videira (2018); Nota de rodapé⁵.

7. TIPOLOGIAS DOS QUARTEIRÕES EXISTENTES EM RELAÇÃO AS DECLIVIDADES

O foco desta análise, é observar como os quarteirões se estruturaram e se moldaram pelas diferentes declividades do sítio físico da cidade de Videira e a configuração de tipologias prevalentes.

Conforme apresentado na Figura 6, nas áreas que apresentam declividade menor ou igual a 7%, próximas ao Rio do Peixe, em algumas regiões de topo planejado constata-se que os quarteirões alocados nessas áreas são predominantemente de formas irregulares, retangulares (médio, grandes e pequenos) e alguns em formatos triangulares e de quadrículas, respectivamente.

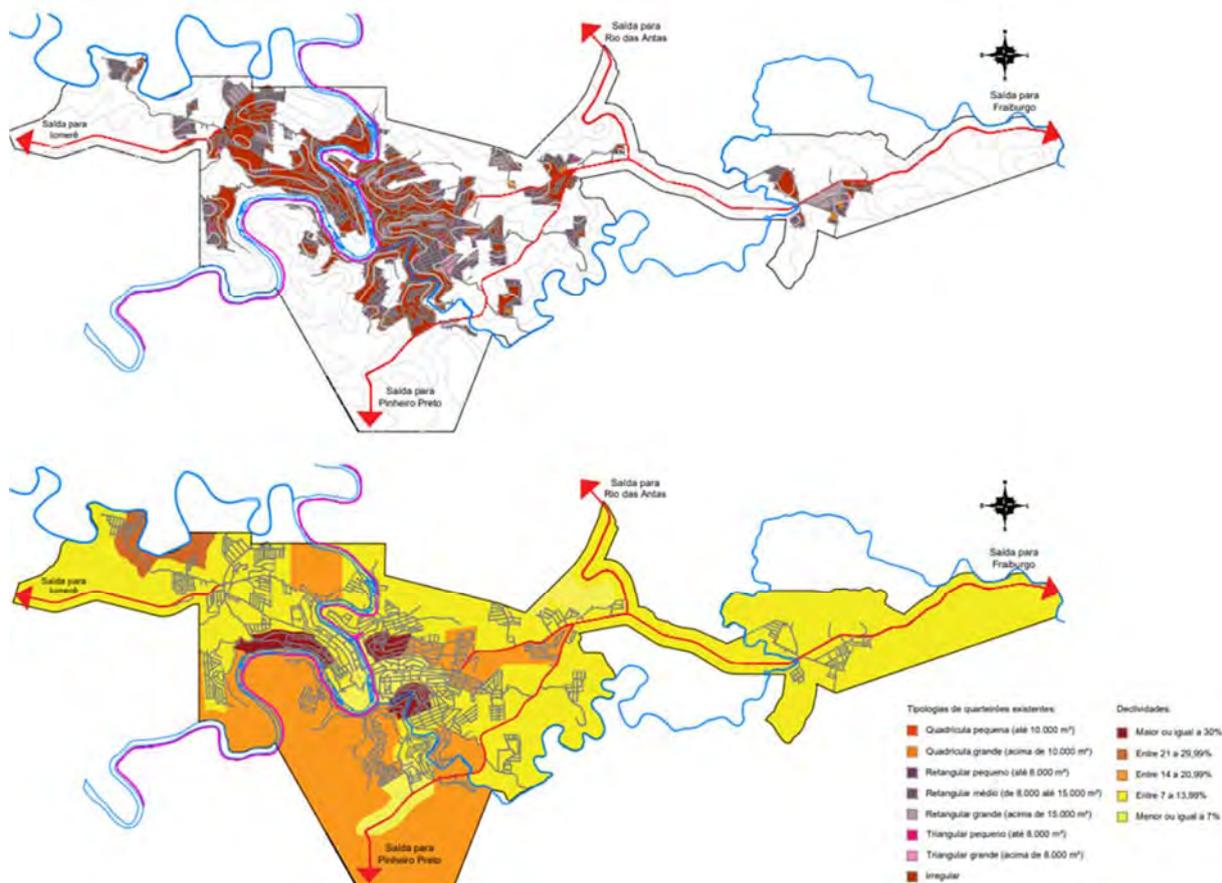
Nas áreas em que a declividade se encontra entre 7 e 13,99%, sendo está a que se sobressai na cidade, os quarteirões apresentam formatos retangulares pequenos e médios, irregulares, triangulares, retangulares grandes e quadrículas, respectivamente (Figura 6).

As declividades estão entre 14 e 20,99%, as quadras dividem-se, com predominância de formatos irregulares, apresentando também, formas retangulares pequenas e médias e uma pequena parcela de quadrículas e formas triangulares, nesta ordem (Figura 6).

As declividades entre 21 e 29,99%, a qual se apresenta em uma pequena parcela da cidade, contando com quarteirões irregulares, retangulares pequenos e grandes e quadrícula, respectivamente (Figura 6).

Nas áreas com declividade maior ou igual a 30%, sendo a segunda menor parcela da cidade, apresentam quadras predominantemente de formatos irregulares, e em seguida se distribuindo respectivamente em quarteirões retangulares médios e pequenos, triangulares e quadrícula (Figura 6).

Figura 6 – Mapa das tipologias de quarteirões existentes em relação ao mapa de declividades



Fonte: Elaborados pelos autores com bases da Prefeitura Municipal de Videira (2018); Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina EPAGRI / IBGE (2004); Nota de rodapé⁵.

De forma conclusiva, observa-se que a cidade apresenta diversas tipologias de quarteirões independente da declividade. Sendo assim concentra-se em grande parte, quadras irregulares, demonstrando desta forma, que o planejamento urbano destas não é realizado de forma conjunta, em que sejam considerados fatores como dimensões, formatos, relevo, acessibilidade e mobilidade urbana.

8. DENSIDADE POPULACIONAL EM RELAÇÃO AS DECLIVIDADES

O objetivo desta análise é compreender como a população está distribuída pelas declividades que a cidade apresenta em seu sítio físico e em que território ela está mais concentrada.

Observa-se na Figura 7, que se distribui pelos territórios com declividade menor ou igual a 7% as densidades populacionais de 16 a 27 hab./ha, 45 a 75 hab./ha e 75 a 106 hab./ha.

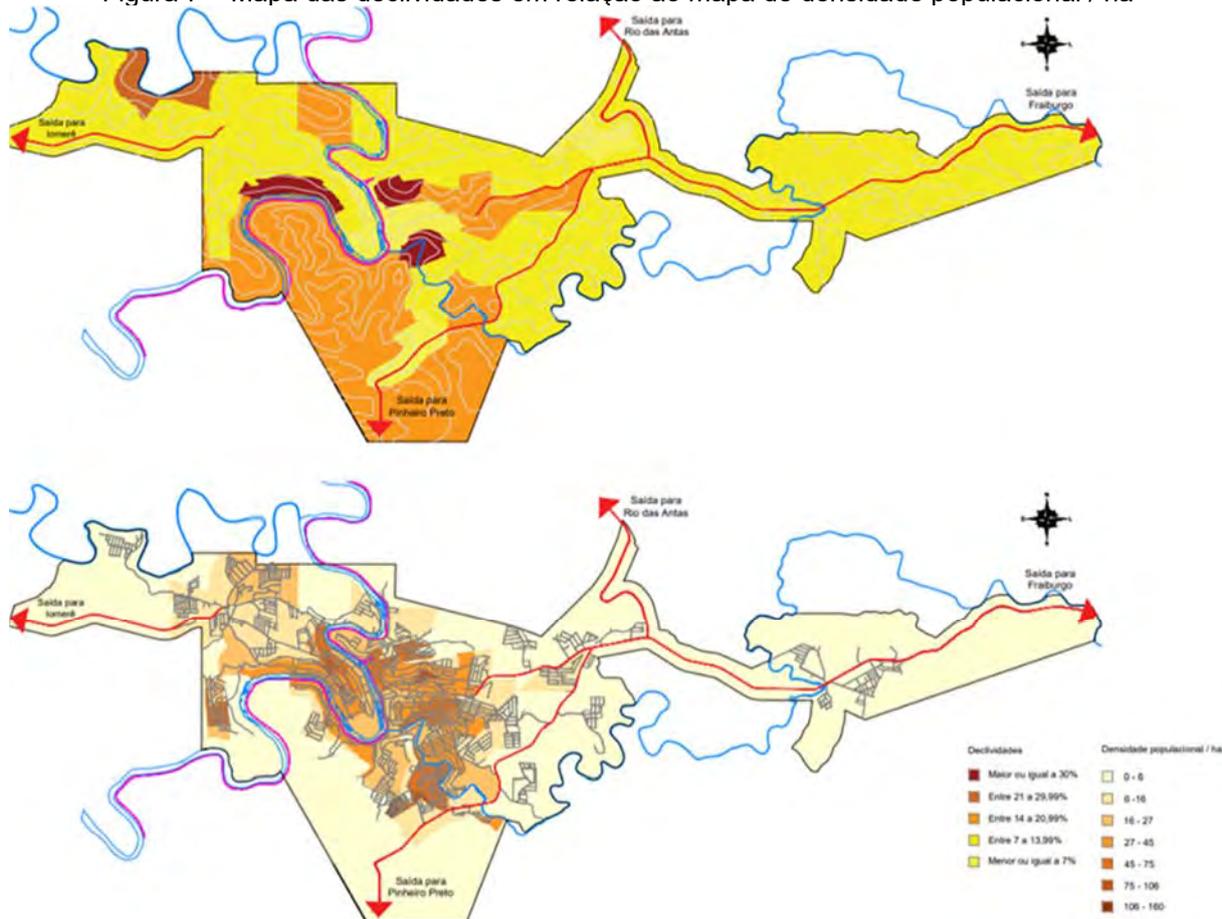
Os territórios com declividade entre 7% e 13,99% as densidades populacionais são de 6 a 16 hab./ha, 16 a 27 hab./ha, 27 a 45 hab./ha, 45 a 75 hab./há e 75 a 106 hab./há (Figura 7).

Os territórios com declividade entre 14% e 20,99% as densidades populacionais de 6 a 16 hab./ha, 16 a 27 hab./ha, 27 a 45 hab./ha, 75 a 106 hab./há. Sendo que densidade populacional de 106 a 160 hab./ha, localizada na região periférica, está inteiramente concentrada nesta declividade (Figura 7).

Nos territórios com declividade entre 21% a 29,99%, a densidade populacional de 6 a 16 hab./ha e 75 a 106 hab./há (Figura 7).

Por fim, nos territórios com declividade maior ou igual a 30%, as densidades populacionais de 16 a 27 hab./ha, 27 a 45 hab./ha, 45 a 75 hab./ha e 75 a 106 hab./ha (Figura 7).

Figura 7 – Mapa das declividades em relação ao mapa de densidade populacional / ha



Fonte: Elaborados pelos autores com bases da Prefeitura Municipal de Videira (2018); IBGE (2010).

Conclui-se que as declividades em que a densidade populacional se concentra são entre 7 a 13,99% e entre 14 a 20,99%. Realizada esta análise constata-se que em determinadas situações pode ocorrer a falta de acessibilidade, mobilidade e integração urbana.

9. PROPOSTAS DE TIPOLOGIAS DE QUARTEIRÕES PARA DIFERENTES DECLIVIDADES

Realizadas as análises foram propostas tipologias de quarteirões para diferentes declividades fundamentadas no urbanismo sustentável, enfatizando a redução dos impactos ambientais causados pelo adensamento populacional e que promovam um crescimento urbano mais ordenado e pensando para as pessoas. Os modelos foram propostos para declividades menor ou igual a 7%, 7% e 14% e entre 14% e 30%.

O modelo proposto para quarteirões com declividade menor ou igual a 7% seguiram duas linhas. O Modelo 01 (Figura 8) com formato em T tem como objetivo atender quadras em zonas residenciais, devido a dinâmica zigue-zague das ruas entre os quarteirões, permitindo um fluxo mais lento.

Figura 8 – Proposta de tipologia de quarteirão para declividade menor ou igual a 7% (modelo 01)



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Já o Modelo 02 (Figura 9) apresenta formato retangular e tem como objetivo atender quadras em zonas comerciais, devido a dinâmica contínua das ruas entre os quarteirões, permitindo assim um fluxo mais diluído.

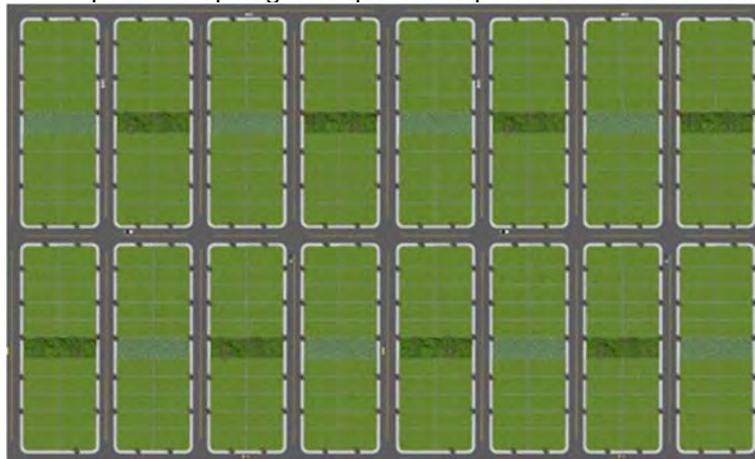
Figura 9 – Proposta de tipologia de quarteirão para declividade menor ou igual a 7% (modelo 02)



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O modelo de quarteirões para declividade entre 7% e 14%, como mostra a Figura 10, também apresenta formato retangular, entretanto, a forma acompanha a declividade, com o objetivo de que não sejam tão curtos, a ponto de torná-los muito íngremes e também que não sejam extensos e tornem-se cansativos.

Figura 10 – Proposta de tipologia de quarteirão para declividade entre 7% e 14%



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Por fim, a proposta para os quarteirões com declividade entre 14% e 30%, apresentado na Figura 11, o foco principal é o formato em losango, de forma que a rua em diagonal não ultrapasse 13% de inclinação, contribuindo com a caminhabilidade dos pedestres.

Figura 11 – Proposta de tipologia de quarteirão para declividade entre 14% e 30%



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

As propostas de tipologias apresentam nos quarteirões áreas públicas, sendo estes espaços destinados às áreas verdes ou edifícios públicos, de modo que seja atingível para todas as pessoas. Propõe-se que as ruas sejam arborizadas. Prioriza-se em todos os modelos a acessibilidade dos transeuntes, a mobilidade urbana favorecendo a caminhabilidade e vias que possam ser utilizadas para o transporte público, além da composição das quadras que contribuem com a função estética urbana.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta pesquisa permitiu verificar que a cidade se desenvolveu a partir da vinda de povos atraídos por novas terras, ocorrendo um crescimento acelerado do município, e também sendo o relevo composto por vales e colinas, fatores que contribuíram com uma expansão urbana irregular e aparentemente sem organização formal.

Diante disso, a pesquisa revela a importância de se compreender a formação da cidade e a necessidade de considerar todos os elementos que compõem a forma urbana, os quais contribuem para a evolução da urbe e que devem ser pensados em conjunto na execução de um planejamento urbano multifuncional.

Compreender a forma urbana da cidade pode contribuir para que se possa propor um planejamento urbano integrado, temas fundamentais que visam contribuir para um crescimento mais estruturado, tornando desta forma que a cidade passe a compor um ambiente salubre, sustentável e pensado para as pessoas.

Desta forma, ficam abertas novas possibilidades para que esta metodologia possa ser aprimorada e que os estudos da morfologia urbana sejam sucessivos, pois estas análises visam contribuir com a leitura e compreensão das dinâmicas urbanas e podem ser utilizadas no desenho da cidade de modo a promover uma melhor qualidade de vida urbana.

REFERÊNCIAS

- Amaral, R. D. Seduh. (2017) *Morfologia urbana: Conceitos e Aplicações*. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/morfologia_urbana_conceitos_aplicacoes.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- Atlas. (1991) *Atlas Escolar de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro.
- Cadernos de Desenvolvimento. (2019) *Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina*. Videira, p. 80.
- Coelho, C. D. et al. (2015) *Os Elementos Urbanos*. 2. ed. Lisboa: Argumentum.
- Costa, S. D. A. P.; Netto, M. M. G. (2015) *Fundamentos de Morfologia Urbana*. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte.
- Epagri/IBGE. (2004) *Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina*. Disponível em: <ciram.epagri.sc.gov.br/mapoteca/servlet/MapotecaControlador?command=Login>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- Giesbrecht, R. M. (2019) Videira (antiga Rio das Pedras e Perdizes). *Estações Ferroviárias do Brasil*. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/videira.htm>>. Acesso em: 07 Outubro 2020.
- Gil, A. C. (2002) *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. SÃO PAULO: ATLAS S.A.
- IBGE. (2010) *Geociências: malhas de setores censitários divisões intramunicipais*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 07 Outubro 2020.
- IBGE. (2019) *Videira: Panorama*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/videira/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- Justo, R. P. M. (2014) *O Quarteirão na cidade de Lisboa: da Forma ao Tipo*. Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo - 06_VI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. Barcelona-Bogotá: [s.n.]. p. 10.

Lamas, J. M. R. G. (2014) *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Município de Videira. (2016) *Perfil*. Disponível em: <<https://www.videira.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/74188>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

Município de Videira. (2018) *Histórico*. Disponível em: <<https://www.videira.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/74782>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

Santos, C. N. F. D. (1988) *A Cidade como um Jogo de Cartas*. Niterói: EDUFF.

Scapin, A. (199?) *Videira Nos Caminhos De Sua História*. [S.l.]: [s.n.], v. 1.

Silva, E. L. D.; Menezes, E. M. (2005) *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC.

Videira. (2018) *Plano de Desenvolvimento Econômico*. Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. Florianópolis, p. 111.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 02B – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E VIDA NAS CIDADES LATINO-AMERICANO

Estudo sobre a configuração socioespacial dos espaços metropolitanos da Amazônia Oriental

Magno Vasconcelos P. Junior¹

RESUMO

Durante a década de 70, ocorreu profundas mudanças na sociedade e nas cidades brasileiras, deste então, observou-se até os dias atuais um aumento contínuo e irreversível da população urbana, favorecendo o surgimento de áreas suburbanizadas, periféricas, desiguais e segregadas. Essa transformação afeta a distribuição socioterritorial dos espaços e, a partir de então, a sociedade experimenta um acelerado processo de metropolização do território, resultado da nova dinâmica econômica global, apoiada pelos modernos sistemas tecnológicos em um cenário focado nas políticas neoliberais. É nesta perspectiva, do crescente aparecimento dos espaços desiguais, é que este artigo tem como objetivo analisar a partir dos indicadores de segregação, as correlações socioespaciais intra e entre as regiões metropolitanas que fazem parte da Amazônia Oriental. Para realizar esse estudo trabalhou análises espacial exploratório através do uso dos Índices de Similitude Bray-Curts, auxiliado pelo Índice do Desenvolvimento Humano que também considera saúde, educação e renda na sua composição e o Índice de Vulnerabilidade Social, composto por IVS em infraestrutura do espaço, IVS do capital humano e IVS da Renda e trabalho. Como resultado foi identificado a relação existente entre as RMs da Amazônia Oriental e se esses grupos existem padrões de associação espacial semelhantes ou diferentes entre si.

Palavra-chave: desigualdade espacial, configuração socioespacial, região metropolitana.

1. INTRODUÇÃO

O território urbano brasileiro no ano de 2015 passou a compor 84,72% da população total do país (IBGE, estimativa, 2015), fenômeno este que mais contribui para o processo de metropolização das cidades brasileiras, caracterizado pelo expressivo adensamento populacional em razão da dinâmica da economia, da produção técnica, do conhecimento, e

¹ Prof. Visitante do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDRS/UEMA e Pós-doutorando no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. magnoj5@hotmail.com

da diversidade do trabalho centralizado em determinadas cidades, e conseqüentemente, convergiu e vem convergindo na expansão física dos espaços urbanos. Desta forma, pode-se afirmar que o crescimento acelerado das grandes cidades, a rápida evolução de conurbação e o aumento da intervenção do Estado nacional são os principais responsáveis pelo surgimento das áreas metropolitanas no Brasil.

Na atualidade, Brasil conta com 111.164.201 milhões de pessoas vivendo em 74 regiões metropolitanas (IBGE, estimativa, 2020), pouco mais da metade da população total do país. A nova configuração espacial formada através das metrópoles no Brasil, integrou os territórios independentemente da origem de suas urbanizações, com tempo, espaço e processos culturais distintos, que passam a compartilhar dos mesmos interesses, ou seja, configura-se em um território ampliado, tornando em uma única urbanização em termos físicos com os mesmos objetivos relacionado a organização do espaço, definido pela apropriação social, econômica e política do território.

A formação das regiões metropolitanas no Brasil se converteu de certa forma uma maneira de institucionalizar conjuntos de aglomerações urbana densa e polarizada, que por sua vez, aparece com o objetivo de enfrentar os desafios que constitui essas aglomerações urbanas, geralmente, focadas nas questões essenciais da sociedade, como explica Ronaldo Gouvêa:

escassez de habitação, levando à constituição de cortiços e favelas; saturação das vias de circulação, gerando intermináveis congestionamentos e acidentes de trânsito; insuficiência de serviços urbanos essenciais, como transporte público, abastecimento de água, rede de esgoto, ou de equipamentos como hospitais, escola etc. (GOUVÊA, 2005, p. 30).

É neste sentido, que a criação das áreas metropolitanas deve dar sua contribuição fundamental na implantação de políticas públicas urbanas, que vise equilibrar as conseqüências geradas pela desigualdade socioespacial e de acesso á infraestrutura urbana, através dos instrumentos outorgado a ela, como os instrumentos de gestão territorial, diagnósticos, diretrizes, entre outros. Porém nem sempre as políticas públicas conseguem alcançar esse equilíbrio, muita das vezes as rápidas tomadas de decisões, com pouca planificação, afetam diretamente a produção dos espaços citadinos.

O processo de desenvolvimento desigual aplicado no território nacional, provocou alterações socioespaciais significativas, que acarretaram em diferenciações geográficas tanto na escala global, regional e local, produzindo assim, espaços desiguais, com discrepâncias socioespaciais e econômicas em diversas escalas. Fator este que se aplica tanto na estrutura interna entre os municípios, como externa entre as outras regiões metropolitanas da Amazônia Oriental, objeto de estudo deste artigo.

Precisamente este é o objetivo deste artigo, conhecer a desigualdade socioespacial das regiões metropolitanas que fazem parte da Amazônia Oriental, onde a configuração territorial esta estreitamente ligada aos processos sociais e político-econômico, este último, reforça a produção do desenvolvimento desigual, disperso e segregado, nas mais variadas escalas.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou técnicas e análises estatísticas a fim de entender as relações entre as variáveis pesquisadas, e assim contribuir para o entendimento dos espaços desigual e suas similitudes entre grupos diferentes, além de proporcionar uma percepção sobre o nível de desenvolvimento social e humano e suas vulnerabilidades territoriais dos municípios das regiões metropolitanas da Amazônia Oriental.

Para tanto, a elaboração desta pesquisa transcorreu conforme descrito a seguir:

- a) Na primeira etapa do estudo foi realizado a pesquisa e tratamento dos dados dos indicadores IDHM e IVS;
- b) Na segunda etapa foi classificado e agrupado os dados segundo suas similitudes conforme as categorias do desenvolvimento humano e da vulnerabilidade social;
- c) Na terceira etapa foi classificado 2 grupos (clusters – I e clusters II) segundo os indicadores IDH e IVS e agrupando-os em relação as RM da Amazônia Oriental de acordo com suas similitudes;
- d) A última etapa, foi realizado análise das similitudes encontradas das regiões metropolitanas que fazem parte da Amazônia Oriental.

O estudo contou com a técnica multivariada através da análise espacial exploratória, a fim de averiguar a existência de relações estatísticas entre as duas variáveis. No tocante à coleta de dados, utilizou-se do banco de dados do IPEA, PNUD e IBGE.

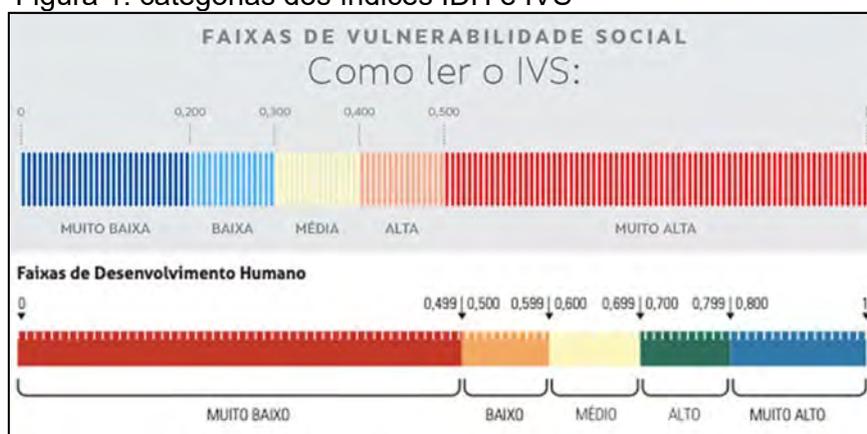
2.1. Técnicas e análises aplicadas

A análise se realizou sobre os dados do censo de 2010, a escala municipal, que por sua vez concebeu os dados a escala de região metropolitana (RM). Os grupos populacionais levados em consideração desta investigação dos municípios estudados tiveram os dados extraídos de sua composição nas categorias do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (renda, educação e longevidade) e Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

(IVS infraestrutura, IVS capital humano e IVS renda e trabalho). Esses indicadores foram os que melhor detectaram a desigualdade social no território, para a aplicabilidade desse estudo.

Uma vez separado os dados do IDH e IVS por municípios das regiões metropolitanas investigadas, posteriormente, utilizou-se a técnica multivariada de “Análise de *Clusters*”, com o objetivo de agrupar os municípios em *clusters*. Para realizar essa função foi necessário agrupar os dados municipais de cada RM, segundo as nomenclaturas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, para IVS e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para o IDHM, que varia de muito baixo, baixo, médio alto e muito alto (figura 1).

Figura 1: categorias dos índices IDH e IVS



Fonte: PNUD; IPEA 2020.

Uma vez agrupados os dados, foi aplicado o Índice de Dissimilaridade de Bray-Curtis, com o intuito de encontrar as similaridades ou dissimilaridade da composição populacional das Regiões Metropolitana da Amazônia Oriental, para esse fim, foi utilizado como ferramenta de auxílio o software livre Past que ajudou a analisar os dados científicos, através das diversas funções para manipulação de dado que o aplicativo fornece como: plotagem, estatística univariada e multivariada, séries temporais e análise espacial, morfometria e estratigrafia.

2.2. Seleção dos Indicador de segregação

A segregação urbana é um fenômeno social, onde ocorre essencialmente no espaço público através do processo de socialização. Dito isso, a segregação urbana possui uma instância espacial, por tanto, os desafios dos indicadores de segregação é conseguir medir o impacto espacial desse fenômeno.

É neste sentido, que cada vez mais torna necessário incluir elementos espaciais no cálculo dos índices, neste contexto que os índices foram mais bem fundamentados, principalmente por James e Taeuber (1985) e Massey e Denton (1988). Eles definem a

necessidade de entender a segregação de forma multidimensional, por consequência, criam subdivisões mensuráveis dos índices separados em cinco dimensões: uniformidade; exposição; agrupamento; centralização; e concentração. Todos eles podem ser aplicados para os índices de um e dois grupos, mas somente o de uniformidade e exposição, para os de múltiplos grupos.

Para esta investigação se utilizou os indicadores do tipo uniformização, utilizados quando se deseja analisar a dispersão/separação em um grupo ou entre grupos, ou seja, a distribuição dos elementos da população estudada em uma área. Quanto mais desigual for esta distribuição, maior será a segregação existente.

É neste contexto que foram escolhidos os Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM e Índice de Vulnerabilidade Social – IVS e Índice de Dissimilaridade de Bray-Curtis – ID (Bray-Curtis). Onde o IDHM segundo PNUD Brasil² segue as mesmas três dimensões do IDH Global para medir o desenvolvimento humano municipal: longevidade, educação e renda. E que o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

O IVS é um indicador que permite o detalhamento sobre as condições de vida identificando àquelas que se encontram em vulnerabilidade e risco social, a partir do estudo de 16 indicadores organizados em 3 dimensões: IVS Infraestrutura, IVS Capital Humano e IVS Renda e trabalho³.

Nesses dois indicadores citados acima não foi necessário realizar a fórmula, pois o IBGE, IPEA e PNUD já disponibiliza esses dados calculados. No entanto, o Índice de Dissimilaridade de Bray-Curtis – ID (Bray-Curtis), que é uma estatística usada para quantificar a dissimilaridade composicional entre grupos diferentes, com base em contagens em cada local, necessitou ser trabalhado, e para isso foi aplicado a fórmula conforme definido por Bray e Curtis:

$$BC_{ij} = 1 - \frac{2C_{ij}}{S_i + S_j}$$

Onde C_{ij} é a soma dos menores valores de cada espécie em comum entre os grupos, neste caso, são as RM que apresentam menor quantidades de municípios incorporado em cada categoria.

² Fonte: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>

³ Fonte: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

Ademais, vale ressaltar que o índice de similaridade exclui a dupla-ausência, ou seja, aos municípios que tem o IDHM e/ou IVS ausentes em qualquer uma das categorias muito baixa, baixa, alta e muito alta são excluídas da fórmula.

S_i e S_j são o número total de espécies contados em ambos os locais. Dessa forma o número total de municípios de cada RM, foi levado em conta nos resultados ao apresentar a similaridade entre as regiões estudada.

Como o objetivo é encontrar a similaridade das RM que fazem parte da Amazônia Oriental, foi excluído da soma matemática o menos um, do qual, dá o valor reverso ao que se pretende encontrar. E desse modo o índice varia entre 0 (nenhuma similaridade entre as amostras) e 1 (similaridade completa).

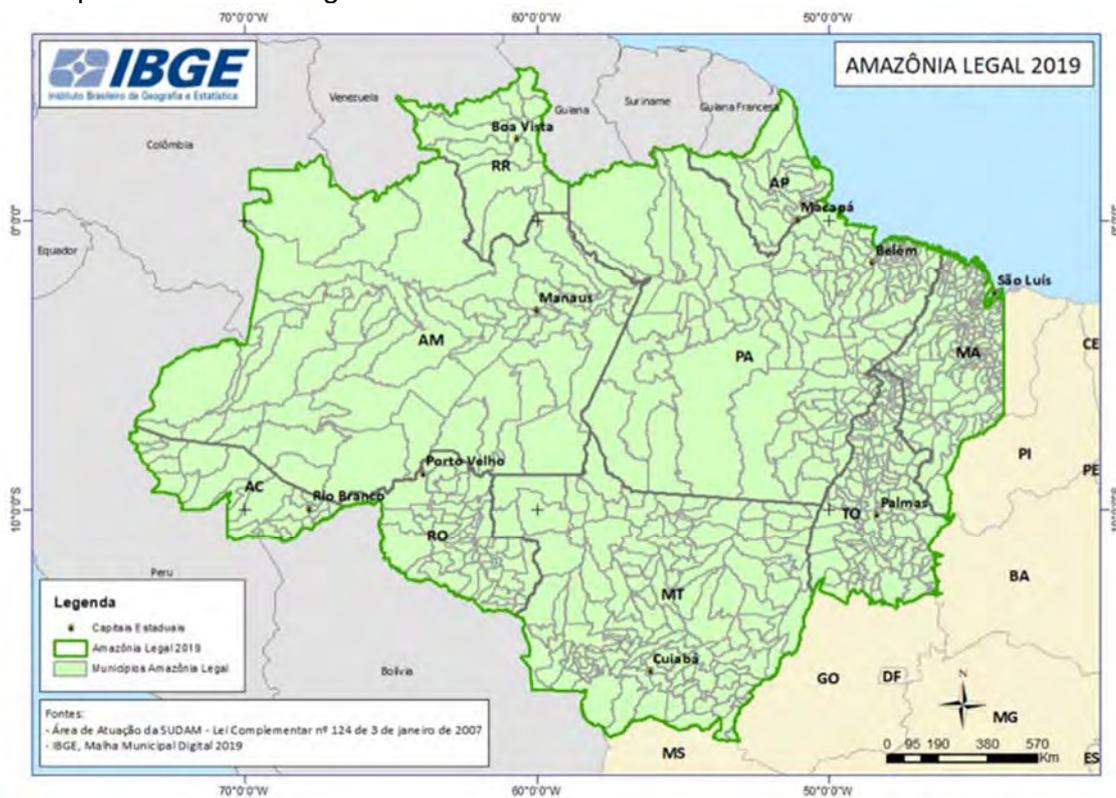
2.3. Recorte espacial

A Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios, abriga o bioma Amazônico e representa 67% das floresta tropical do mundo⁴, foi criada a partir da Lei nº 5.173 de 27.10.1966 Art. 2º onde diz: “A Amazônia para efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44^o”⁵ (mapa 1).

⁴ Fonte: <https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>

⁵ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm

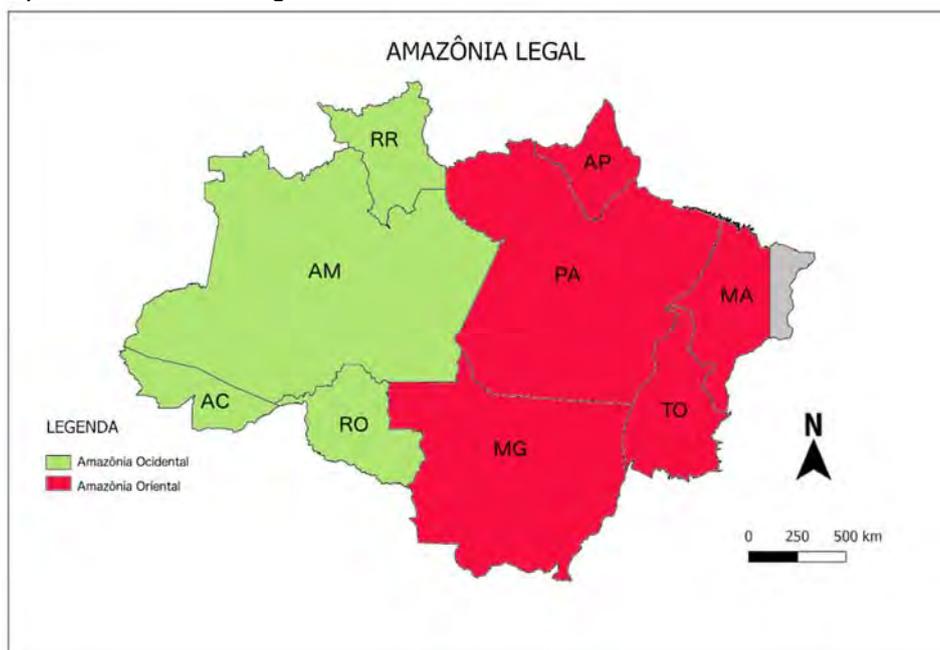
Mapa 1: Amazônia Legal -2019



Fonte: Portal de mapas – IBGE, 2020.

Esta investigação faz um recorte da Amazônia Legal, pesquisando a área que compreende a Amazônia Oriental que está composta pelos estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. A parte oriental da Amazônia abriga 20% do bioma Cerrado e uma parcela do Pantanal mato-grossense. Sua população é de 21.783.584 habitantes (IBGE, estimativa 2020), representando pouco mais que 12,5% da população nacional (mapa 2).

Mapa 2: Amazônia Legal, Ocidental e Oriental



Elaboração própria a partir do Portal de mapas – IBGE, 2020.

A análise se realizou nos municípios das áreas metropolitanas que fazem parte da Amazônia Oriental dos quais são: Região Metropolitana de Belém; Região Metropolitana de Gurupi; Região Metropolitana de Manaus; Região Metropolitana de Palmas; Região Metropolitana de Santarém; Região Metropolitana da Grande São Luís; Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense; Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. No total são 8 regiões metropolitanas com 91 municípios, formada por uma população total de 9.333.559, (IBGE, Estimativa, 2020). Ver tabela 1.

Tabela 1: RM. por nº de município e população incluídas na Amazônia Oriental.

| REGIÃO | UF | NOME | Nº de MUNICÍPIO | POP. METROPOLITANA |
|--------------|----|---|-----------------|--------------------|
| Centro-Oeste | MT | Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá | 13 | 1.049.312 |
| Nordeste | MA | Região Metropolitana da Grande São Luís | 13 | 1.644.923 |
| | MA | Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense | 8 | 360.966 |
| Norte | PA | Região Metropolitana de Belém | 7 | 2.529.178 |
| | PA | Região Metropolitana de Santarém | 3 | 340.503 |
| | AM | Região Metropolitana de Manaus | 13 | 2.722.014 |
| | TO | Região Metropolitana de Gurupi | 18 | 193.718 |
| | TO | Região Metropolitana de Palmas | 16 | 492.945 |
| Total | | 8 RM | 91 | 9.333.559 |

Elaboração Própria.

Fonte: Pop. IBGE Estimativa, 2020.

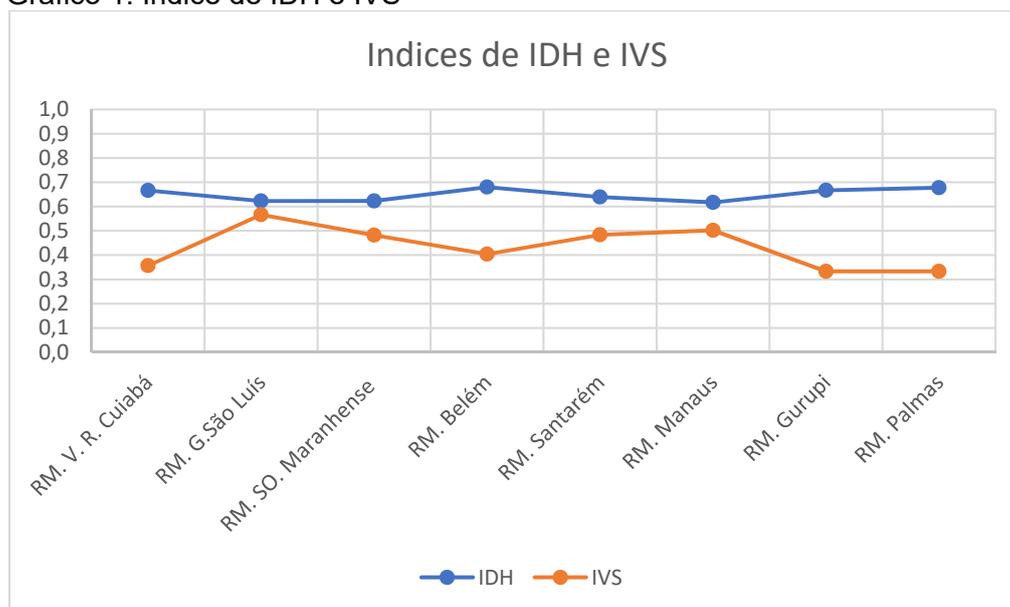
Neste recorte que foi observado o fenômeno espacial estudado, a desigualdade territorial entre as RMs e como a distribuição de diferentes grupos no espaço metropolitano tem importantes consequências sociais. Sendo assim, a análise das concentrações, do desenvolvimento humano e das vulnerabilidades socioespacial é relevante para discursões científicas.

3. ANÁLISES DOS RESULTADOS

A partir dos indicadores de segregação urbana calculados se pode fazer uma análise das suas semelhanças e diferenças entre as áreas estudadas. O Indicador de Vulnerabilidade Social junto com Índice de Desenvolvimento Humano, pode dizer se aquelas áreas são vulneráveis e se está tendo avanços no desenvolvimento. O resultado encontrado mostra que das 8 RMs que fazem parte da Amazônia Oriental, a que apresenta indicadores preocupante é a Região Metropolitana da Grande São Luís, sendo o segundo indicador mais baixo do IDH 0,623 e o pior em IVS 0,567 das RMs.

Dito isso, os dados confirmam que a vulnerabilidade encontrada no território está diretamente ligada com o desenvolvimento da sociedade. É nesta perspectiva, que o gráfico 1, mostra essa relação, onde a linha azul representa o IDH e, quanto mais próximo do 1, melhor está o desenvolvimento humano, já a linha laranja representa a IVS e quanto mais próximo do 1, mais vulnerável é o território.

Gráfico 1: Índice de IDH e IVS



Elaboração própria.

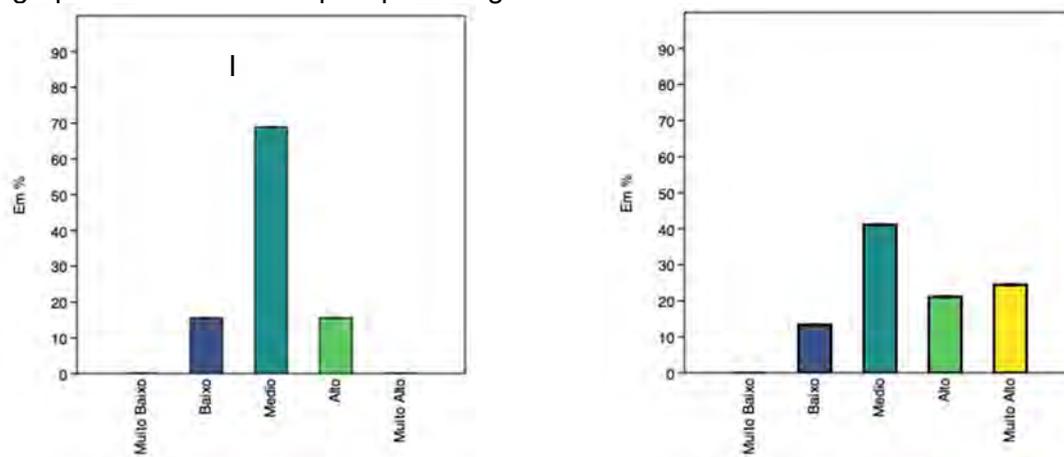
Fonte: IBGE, IPEA, PNUD, 2010.

Do ponto de vista referente ao gráfico 1, em que o ideal seria o distanciamento da linha laranja da linha azul, encontra-se as duas melhores RM, a de Palmas e Gurupi, apresentando igualmente uma vulnerabilidade de 0,333 considerada médio, quase que baixo, segundo as categorias do IPEA. Já o IDH reflete a análise anterior, quanto menor a vulnerabilidade maior será o desenvolvimento humano, nesse sentido, encontram-se nos grupos dos melhores índices seguindo primeiramente a RM. Belém 0,681, RM. Palmas 0,677 e RM Gurupi 0,667.

Dito isso, ao ver a unidade territorial como um todo, no caso, a área estudada, da Amazônia Oriental, pode-se observar que a composição dos municípios que integram as RMs, os 91 municípios em relação ao IDHM, somente 15,56%, encontram-se na categoria alto entre 0,700 a 0,799, 68,89% em médio, 15,56% baixo. Vale ressaltar que não tem nenhum município na categoria muito alto, entre 0,800 a 1 e nem muito baixo, entre 0 a 0,499.

Sobre o IVS, as RMs apresentam uma porcentagem significativa na categoria muito alto, representando 24,44%, dos quais 10 municípios se encontram na RM. Grande São Luís e 7 na RM. Manaus, no entanto, é na categoria médio onde a maioria dos municípios estão incorporados, representando 41,11%, já na categoria baixo apenas 13,33%, a RM de Palmas e do Gurupi são as que melhores apresentam nesses dados, tendo respectivamente 5 e 4 municípios nesse grupo (figura 2).

Figura 2: Agrupamento dos municípios por categorias dos indicadores IDHM e IVS.



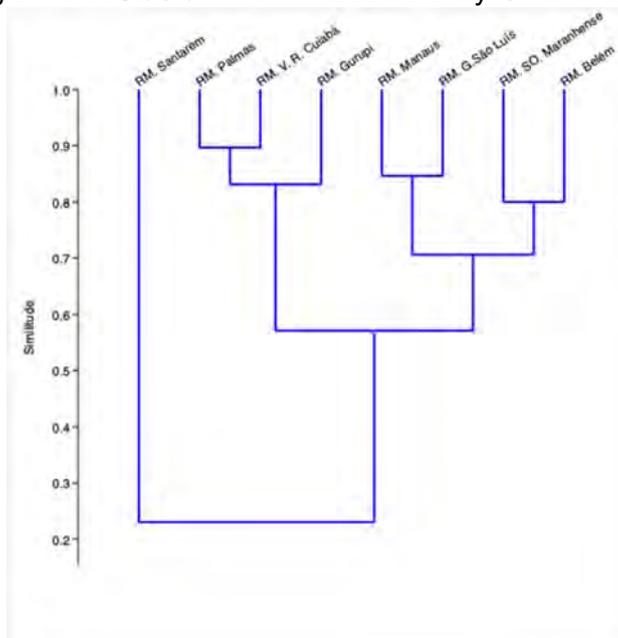
Elaboração própria.

Fonte: IBGE, IPEA, PNUD, 2010.

Ao estruturar as RMs da Amazônia Oriental em *Cluster* segundo os indicadores IDH e IVS foi identificado as áreas com maior similitude em relação a sua composição. Deve-se ressaltar que o cálculo leva em consideração à aproximação da composição das RMs, não estando limitado em calcular a média do indicador e igualar para encontrar a similitude ou para encontrar as melhores regiões, mas é levado em consideração a quantidade dos municípios que compõem cada RM (abundância ou S_i e S_j) e a soma da menor quantidade de municípios em cada categoria para cada RMs (C_{ij}), este tendo um maior peso.

É neste sentido que as duas regiões mais similares é a de Palmas e de Cuiabá com 0,897 de similitude, e Gurupi próximo desse grupo formando um *cluster* com as RMs com os melhores indicadores, do outro lado extremo está o grupo da RM de Manaus e de São Luís com 0,846, as duas são similares com suas problemáticas, tendo um baixo avanço no seu índice de desenvolvimento.

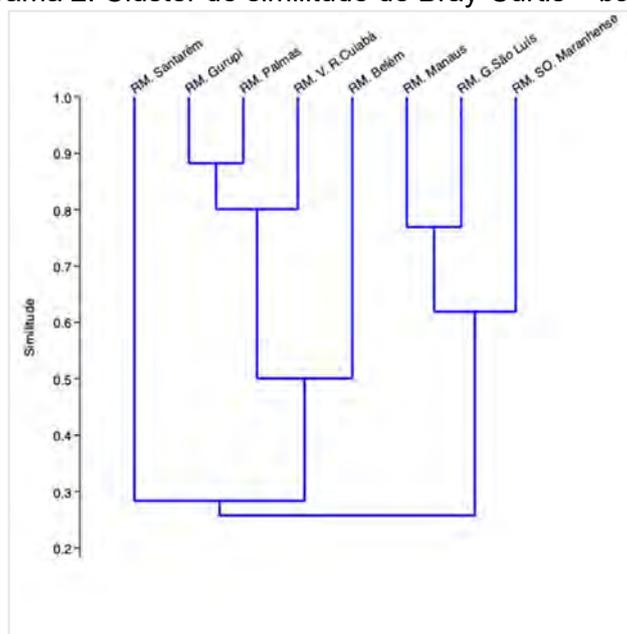
A RM de Belém e RM. SO. Maranhense são similares em sua composição, do qual esse grupo se aproximando mais do grupo de Manaus e São Luís. Já RM. de Santarém, não foi possível encontrar similaridade em relação as outras RMs, o principal motivo é por ter 3 municípios e, um deles, o de Mojuí dos Campos é recém criado, emancipado em 2013, com apenas 8 anos e dessa forma não tem dados do IDH (Dendograma 1).

Dendograma 1: *Cluster* de similitude de Bray-Curtis – base do IDHM

Fonte: Elaboração própria

Referente ao IVS ao agrupar em *Cluster* as alterações identificadas foram mínimas, já que o IDH e IVS neste trabalho apresentou ter uma relação próxima, onde menor for a vulnerabilidade social, melhor é o desenvolvimento humano e vice versa, havendo somente uma exceção na RM Maranhense, que apresenta bons IDH, porém tem uma alta vulnerabilidade Social com 0,482 quase muito alta, essa relação altera a similaridade com RM Belém, do qual se manteve no padrão. (Dendograma 2)

Dendograma 2: Cluster de similitude de Bray-Curtis – base do IVS



Fonte: Elaboração própria

Esta investigação demonstrou a existência de relacionamento estatístico entre os objetos pesquisados, no entanto, como o objetivo era demonstrar essa relação, não foi possível diagnosticar o fenômeno, a segregação e sua origem, apenas sinalar o tão quanto são similares ou dissimilares uma região da outra em relação a sua composição social, independentemente de sua cultura, economia e política.

4. CONCLUSÃO

A análise espacial exploratória realizada neste trabalho foram centradas no uso dos Índices de Similitude Bray-Curts, auxiliado pelo Índice do Desenvolvimento Humano e Índice de Vulnerabilidade Social. Essas ferramentas demonstraram o potencial da sua aplicabilidade nas pesquisas sobre distribuição e comparação espacial numa dada região de estudo.

É neste sentido que a análise visou a identificar a estrutura de correlação espacial, ou seja, a medida estatística, associada à covariância espacial, que melhor descreve os dados, a fim de estimar a magnitude da autocorrelação espacial entre as áreas. Desta forma, foi identificado a relação existente entre as RMs da Amazônia Oriental e se esses grupos existem padrões semelhantes ou diferentes entre si.

Os índices consideram as áreas internas de análise como unidades concisas (bairros, setores censitários, etc), onde todos os membros destas áreas são considerados iguais e afetados da mesma forma e com isso não conseguem identificar as nuances e diferenças da segregação dentro dessas áreas de análise, sendo que este não foi o objetivo deste artigo, no entanto, o desdobramento desta pesquisa apontam para a necessidade de aprofundar o entendimento dos fatores socioespaciais e econômicos capazes de influenciar o IDHM e IVS e de como esses fatores variam nas diferentes sub-regiões das regiões metropolitanas.

Por fim, a análise socioespacial com indicadores de segregação é necessária para fazer uma valoração completa das tendências das desigualdades das nossas cidades. E também a base para saber em que medida está garantindo o direito a cidade (Lefebvre, 2001), resultando em um passo imprescindível para valorar os impactos deste fenômeno na escala tanto individual como a escala metropolitana. Por isso, é preciso que se entenda aspectos fundamentais de como uma sociedade se estrutura para que possa se iniciar uma compreensão de seus fenômenos urbanos.

5. REFERENCIAS

ANASELIN, L. *Local indicators of spatial association-lisa geographical analysis* v.27, p.90-116,1995.

Druck, S.; Carvalho, M.S.; Câmara, G.; Monteiro, A.V.M. *Análise Espacial de Dados Geográficos*. Brasília: EMBRAPA, 2004.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. *A questão metropolitana no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 Feb. 2021.

IBGE. Estimativa, 2015. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 Feb. 2021.

IBGE. Estimativa, 2020. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 Feb. 2021.

IPEA. Base de dados sobre Conferências Nacionais, 2010. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 Feb. 2021.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

PNUD. Atlas de desenvolvimento humano do Brasil. 2010-2020 Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 13 Feb. 2021



GT 2B – Desenvolvimento, Desigualdade Social e a Vida nas cidades Latino-Americanas.

Ilusões e alternativas para a cidade: a experiência do Plano Diretor Municipal, em Belém – PA.

Welson de Sousa Cardoso (UFPA)¹
Gizele Cristina Carvalho dos Santos (UFPA)²
Raissa Fernanda Souza Palheta (UFPA)³

RESUMO

Neste trabalho, pretende-se realizar apontamentos iniciais sobre o processo de revisão do Plano Diretor do Município de Belém de 2008. Dessa forma, o caminho teórico-metodológico da pesquisa foi orientado pela Teoria Social de Marx, sendo assim, o método de investigação e de tratamento dos dados foi o materialismo histórico dialético. Os procedimentos metodológicos envolveram a pesquisa com enfoque qualitativo, tendo como técnica principal a observação simples. Ademais, foram realizadas: 1) Pesquisa Bibliográfica a partir da utilização de obras de pensadores marxianos e obras de pensadores marxistas; e 2) Pesquisa Documental, por meio da coleta de relatórios, vídeos, atas, legislações e outros documentos sobre o Plano Diretor de Belém de 2008. A partir da pesquisa, constatou-se que o Plano Diretor Municipal é um instrumento fundamental para a materialização da função social da cidade, como prevê o Estatuto da Cidade, e por isto não se pode perder de vista a existência de conflitos de classe em torno das decisões sobre o acesso ao Direito à Cidade, que envolvem de um lado, melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, e de outro, um forte incentivo a mercantilização da cidade. No caso do Plano Diretor de Belém de 2008, constatou-se que no fundo foi um instrumento elaborado de forma tecnicista e com pouca ou quase nenhuma participação popular. É importante salientar que este instrumento da política urbana historicamente, vem sendo construído e decidido de “cima para baixo”, isto é, a cidade vem sendo planejada por técnicos e por determinados grupos da sociedade.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Plano Diretor. Cidade. Belém

¹ Doutor em Ciências Socioambientais pelo (PPGDSTU/NAEA), na Universidade Federal do Pará, professor Adjunto na Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal do Pará, coordenador do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA), na Universidade Federal do Pará. E-mail: cardosow5@gmail.com.

² Estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), bacharela em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA), na Universidade Federal do Pará. E-mail: gizelecarvalho@ufpa@gmail.com

³ Estudante de graduação do 9º semestre da Faculdade de Serviço Social (FASS), pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA), na Universidade Federal do Pará. E-mail: raissafernandas@ufpa@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Nesse artigo pretende-se realizar apontamentos iniciais sobre o processo de revisão do Plano Diretor do Município de Belém de 2008, que, assim com outras cidades brasileiras, se tem a ilusão do Plano Diretor como um poderoso instrumento para a solução de problemas urbanos, como mostra Villaça (2005).

Dessa forma, o caminho teórico-metodológico da pesquisa foi orientado pela Teoria Social de Marx, sendo assim, o método de investigação e de tratamento dos dados foi o materialismo histórico dialético. Os procedimentos metodológicos envolveram a pesquisa com enfoque qualitativo, tendo como técnica principal a observação simples (GIL, 1987). Ademais, foram realizadas: 1) Pesquisa Bibliográfica a partir da utilização de obras de pensadores marxianos e obras de pensadores marxistas regionais, nacionais e internacionais; e 2) Pesquisa Documental, por meio da coleta de matérias de jornais, vídeos, relatórios, atas, legislações e outros documentos sobre o Plano Diretor de Belém de 2008 (GIL, 1987).

Através da pesquisa constatou-se que o Plano Diretor Municipal é considerado um instrumento fundamental para a materialização da função social da cidade, prevista no Estatuto da Cidade, como também se revela como uma ilusão, que tem como pano de fundo a acumulação de capital.

O desenvolvimento deste artigo está dividido em quatro partes. No item dois têm-se breves apontamentos sobre a lógica do Planejamento Urbano do Estado Capitalista. Na sequência, será discutida a lógica que permeia a história do Plano Diretor Municipal no Brasil. Na parte seguinte, será apresentada a experiência de elaboração do Plano Diretor Municipal de Belém de 2008. Por fim, apontou-se brevemente os caminhos da revisão do Plano Diretor de 2008.

2. O PLANEJAMENTO URBANO DO ESTADO CAPITALISTA

Entender a lógica que permeia o planejamento urbano, em nível mundial e, especificamente no Brasil e na Amazônia, requer compreender de que forma a acumulação capitalista vem historicamente modelando a construção das cidades, já que a cidade não está desvinculada das leis de acumulação capitalista. Pelo contrário, não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção, das quais a urbanização é um componente essencial. A cidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo, porém, inversamente, a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista (LOJIKINE, 1981; HARVEY, 2014).

Diante dessa fundamentação inicial, pode-se dizer que foi durante o processo de urbanização e industrialização nos países centrais, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, que emergiram as primeiras concepções de planejamento urbano, que inclusive vieram a influenciar a regulação do espaço urbano brasileiro (VILLAÇA, 1990).

Não seria possível deixar de mencionar uma experiência histórica de planejamento urbano que ocorreu na cidade de Paris, desenhado e controlado pelo Barão Georges-Eugène Haussmann, que foi reconhecida por todas as cidades do mundo por conta da sua reforma urbana promovida por Napoleão III, tornando-se o mais usado modelo na modificação da fisionomia das metrópoles até meados do século XX.

Segundo Harvey (2014), para Haussmann realizar a sua reforma foi necessário acabar com os velhos bairros pobres de Paris. Esse processo se deu através de expropriação e tudo isso se fez em nome do desenvolvimento cívico, da recuperação ambiental e da renovação urbana.

Salienta-se que esta “reforma urbana”, apesar de ser reconhecida por sua obra física e por ter atendido aos caprichos da burguesia, não se pode dizer o mesmo do ponto de vista social, já que na medida que a cidade sofreu o processo de renovação urbana, a classe trabalhadora foi sendo segregada para áreas insalubres (HARVEY, 2014).

Destaca-se que é com a influência desta concepção de planejamento, nos moldes do melhoramento e embelezamento, que nasce o Planejamento Urbano no Brasil, em 1875, como será discutido adiante (VILLAÇA, 1990).

O modelo de planejamento urbano que vem ocupando o trono deixado pelo padrão tecnocrático-centralizado-autoritário é o chamado planejamento estratégico. Este foi inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School e segundo seus defensores, este modelo deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem às cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (VAINER, 2002, p. 98).

No mesmo sentido, Sánchez (2001) destaca que esse modelo de planejamento implementado foi uma estratégia utilizada pelo poder político para mercantilizar a cidade. Essas concepções de Planejamento Urbano, descrita por Harvey (2014), Vainer (2002) e Sánchez (2001), apontam para uma tendência histórica em âmbito mundial, que reproduz uma lógica em favor do grande capital, em detrimento aos interesses da classe trabalhadora. Infelizmente, essa lógica, que já tinha sido questionada por Engels, em 1872, ainda vem se reproduzindo historicamente no espaço urbano capitalista. Ao observar o processo urbano contemporâneo de grande parte da Ásia (Nova Délhi, Seul, Mumbai) e em áreas como o Harlem e Brooklyn, em Nova York, percebe-se que tais cidades vivenciam os impactos da lógica em questão, representada pelo capitalismo financeiro, e que vem gerando diversas

expressões da questão social, tal como o processo de deslocamento e desapropriação (HARVEY, 2014).

O modelo de planejamento urbano do Estado capitalista adotado sem levar em consideração as particularidades de cada região e formas de ocupação tradicionais é mais uma engrenagem da máquina de despossessão. Diante desse processo de radicalização da transformação da cidade em empresa (VAINER, 2002), não importa está em Dubai, Rio de Janeiro ou Mumbai, pois o processo de despossessão é uma máquina de aniquilamento, material e simbólico, de modos de vida em qualquer lugar do mundo (ROLNIK, 2015).

Verifica-se então que essa lógica de planejamento urbano, não visa transformações urbanísticas como instrumentos de estratégias e planos de desenvolvimento futuro das cidades, definidos a partir das necessidades dos sujeitos, mas um “urbanismo” de projetos, que privilegia o mercado e que vem mercantilizando o Direito à Cidade (ROLNIK, 2015).

No Brasil, pode-se dizer que a regulação do espaço urbano se deu no final do século XIX e início do século XX, já com uma orientação ideológica predominante, segundo Villaça (1990).

Para este autor, o planejamento urbano (*lato sensu*) no Brasil nasce sob a égide dos planos de embelezamento, em 1875. Os planos de melhoramento e embelezamento, mais conhecido pela expressão embelezamento urbano, chegaram, principalmente, da França, mas já tinham uma penetração em vários países, inclusive nos Estados Unidos, se tornou a proposta que a classe dominante possuía para as cidades brasileiras. Esse plano foi executado na cidade do Rio de Janeiro, na administração de Carlos Sampaio, através das obras de aterro para a Avenida Beira-Mar, com o intuito de abrir espaço para a Exposição Internacional do Centenário da Independência. Outra experiência se deu em São Paulo, na década de 1870, durante a presidência de João Teodoro Xavier, onde cerca da metade das receitas foram gastas com embelezamento da cidade.

Para Villaça (1990), de 1906 a 1930 ocorre o declínio dos planos de melhoramento e embelezamento das cidades brasileiras e nesse contexto, surge a concepção de ‘cidade bela’ para a ‘cidade eficiente’. Em ambos os padrões de planos para as cidades o interesse imobiliário estará fortemente presente (VILLAÇA, 1990, p. 199).

Após o declínio dos planos de melhoramento e embelezamento, Villaça (1990) mostra que nos anos seguintes houve o predomínio de outras tendências, tal como o Urbanismo, o Plano Diretor, os Superplanos e o “Plano sem Mapa”.

O Urbanismo, de acordo com Maricato (2002), é entendido como planejamento e regulação urbanística e “não possui comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade”, a cidade legal (MARICATO, 2002, p.122). Na cidade ilegal, segundo a autora, não existem planos nem ordem, pois trata-se de um lugar fora das ideias. A crítica da autora mostra a contradição entre as matrizes que fundamentaram

o planejamento e as legislações urbanas no Brasil, e a realidade socioambiental das cidades, em relação ao crescimento da ocupação ilegal do solo urbano e das favelas, que não é uma realidade somente do Brasil, mas que vem marcando as cidades no mundo.

Os Superplanos e o Planejamento Integrado partiam do pressuposto que a cidade não poderia ser encarada apenas nos seus aspectos físicos, limitando-se apenas no âmbito da engenharia e arquitetura, mas sim deveriam ser integrados através da interdisciplinaridade. Somente dessa forma seria possível resolver os “problemas urbanos”, o que para o autor seria um discurso ideológico (VILLAÇA, 1990). Segundo Maricato (2002), nos anos 1960 surgiram alguns Superplanos com diretrizes e recomendações para diversos níveis do governo. Um exemplo foi o Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB), construído por um consórcio de escritórios brasileiros e norte americanos e enviado para a Secretaria Municipal de Planejamento, onde foi engavetado.

Ressalta-se que foi durante o período de Regime Militar no Brasil que o Planejamento Urbano mais se desenvolveu. Esse desenvolvimento se deu através da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), prevista no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), criado no governo do General Ernesto Geisel, na década de 1970. A implementação destas propostas se deu através da Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios (SAREM) com o objetivo de controlar o fundo de participação dos municípios e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), que tinha por finalidade controlar o fundo de financiamento ao planejamento. Posteriormente criou-se a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas para incorporar as regiões metropolitanas ao sistema de planejamento urbano e municipal. Esta por sua vez controlou o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDU) e Fundo Nacional de Transporte Urbano (FNTU), que depois passou a ser de abrangência da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU) (VILLAÇA, 1990).

Neste período foram elaborados uma gama de Planos Diretores para conter o “caos urbano” das cidades brasileiras, porém tais planos foram construídos por especialistas que não tinham conhecimento da realidade social dos municípios e por outro lado, não houve a participação da população nesse processo, e, nem mesmo dos técnicos municipais. Apesar desse desenvolvimento, o planejamento urbano dos governos militares, de viés tecnocrático e autoritário, não foi eficaz para resolver as demandas das cidades (VILLAÇA, 1990).

3. A LÓGICA DO PLANO DIRETOR NO BRASIL: APONTAMENTOS INICIAIS

Como já foi citado anteriormente acerca da função social da cidade, essa definição e importância nasce com a instauração da Constituição Federal de 1988. Segundo Junior, Silva, Ana (2011), isso só foi possível através da sociedade por meio das lutas sociais, com isso, na

constituição se define a política urbana e a diretrizes dos municípios, tornando-os verdadeiramente o principal meio da efetivação da política de desenvolvimento e gestão urbana, como consequência instituiu como dispositivo elementar da política de desenvolvimento urbano o plano diretor para os municípios com mais de vinte mil habitantes.

A lei nº 10.257/2001 compõem-se em um relevante marco jurídico, pois, ela dispõe acerca das competências dos artigos e incisos a respeito da política urbana. A princípio, na Constituição Federal o Plano Diretor era somente direcionado para os municípios com mais de vinte mil habitantes, todavia, com o firmamento do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor passar a abarcar também os requisitos como

(...) as cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as integrantes de áreas de especial interesse turístico, as inseridas em áreas de influência de significativo impacto ambiental ou ainda aquelas nas quais o poder público pretenda utilizar os instrumentos definidos no § 4º do Art. 182 da Constituição Federal, que trata do devido aproveitamento do solo urbano (JUNIOR; SILVA; ANA, 2011, p. 14).

Portanto, o Estatuto da Cidade traz para o planejamento urbano o perfil de participação da sociedade na formulação do município em questão, através do Plano Diretor, uma nova função social da cidade e da propriedade privada se estabelece, em prol do benefício coletivo e bem estar da sociedade, visando a diminuição consequentemente das desigualdades sociais no qual se constata nas cidades brasileiras. Vale destacar que o Plano Diretor se configura de forma diferente depois do Estatuto da Cidade, antes ele possuía um perfil burocrático, agora se constitui a partir da: participação popular, governo, empresas, sindicatos e também dos movimentos sociais ligados a reforma urbana, todos presentes em sua elaboração. Dito isso, o autor Villaça define o Plano Diretor como:

(...) Um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999, p.238).

Ainda conforme este autor supracitado, em sua obra “As ilusões do Plano Diretor”, a ideia do Plano Diretor no Brasil existe desde 1930, e, aparece pela primeira vez no Plano Agache, elaborado para a cidade do Rio de Janeiro. Essa ideia foi difundida desde então e passou a ser adotada por diversos segmentos como arquitetos, engenheiros, políticos, empresários e outros (VILLAÇA, 2005). Entretanto, cabe salientar que:

Nossa sociedade está encharcada da ideia generalizada de que o Plano Diretor (na concepção ampla) é um poderoso instrumento para a solução de nossos problemas urbanos, na verdade indispensável, e que, em grande parte, se tais problemas persistem é porque nossas cidades não tem conseguido ter e aplicar esse miraculoso Plano Diretor. É impressionante como um instrumento que praticamente nunca existiu

na prática, possa ter adquirido tamanho prestígio por parte da elite do país (VILLAÇA, 2005, p.10)

A visão do Plano Diretor após a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, difere da sua concepção anterior, deixando de ser um mero documento administrativo com pretensão de resolução de todos os problemas locais, desconsiderando as práticas sociais quotidianas e assume a função de interferir no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão intersetorial da realidade dos Municípios (OLIVEIRA, 2001).

Ainda de acordo com Oliveira (2001, p.13), o Plano Diretor, como prevê o Estatuto da Cidade, deve ser aprovado por lei municipal e se constitui em instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Como parte de todo o processo de planejamento municipal, o Plano Diretor deverá estar integrado ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual. O Estatuto da Cidade destaca ainda que o município é o principal responsável pela formulação, implementação e avaliação permanentes de sua política urbana, estabelecida no Plano Diretor, visando garantir, a todos, o direito à cidade e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. Ademais, “o Estatuto afirma a necessidade de integração e articulação entre as áreas urbanas e rurais, especialmente em função do Plano Diretor, que deve contemplar o Município como um todo”.

Uma das críticas a esse instrumento, realizada por Rezende e Ultramari (2007), diz respeito à amplitude de seus propósitos para uma realidade complexa e mutante que é a realidade urbana da atualidade. Ademais, apesar do Plano Diretor Municipal ser um instrumento de ordenamento das relações sociais sobre o espaço de todo o território de um município, o mesmo ainda é reduzido para o planejamento físico-territorial.

4. A EXPERIÊNCIA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELÉM DE 2008

Anterior à vigência do Estatuto da Cidade, em 2001, no qual se prevê o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, como foi exposto anteriormente, a cidade de Belém do Pará vivenciou a implementação do Plano Diretor de 1993, ainda no governo municipal de Hélio Gueiros.

O segundo Plano Diretor do Município de Belém foi construído após a promulgação do Estatuto da Cidade, no ano de 2008. Através da pesquisa documental, foi possível analisar que no período de 2005 à 2007, foram dados os primeiros passos para o processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

Um dos documentos que apontam para este primeiro passo é o Diagnóstico da Estrutura Intra-Urbana de Belém, de 2005, no qual atendeu aos requisitos do contrato entre a Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP) e Fundação

Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA), com vistas a realização da segunda etapa do componente da Revisão do Plano Diretor do município de Belém, ação que integra o módulo de Regulação Urbanística do Subprograma Desenvolvimento Institucional (DI) do Programa Habitar Brasil/BID (CORRÊA *et al.*, 2005).

Além deste, outros diagnósticos do Município de Belém foram realizados no ano seguinte, tais como o “Diagnóstico da região insular do município de Belém” feito pela Fundação de Apoio a Pesquisa, Extensão e Ensino e Ciências Agrárias (FUNPEA); o “Diagnóstico habitacional do município de Belém”, feito pela ONG Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA); e o relatório e proposta preliminar da “Análise de desempenho urbano”, feito pela empresa MapDados engenharia e geoprocessamento.

No bojo desse processo, pode-se dizer que uma das primeiras Audiências Públicas para debater o processo de revisão do Plano Diretor do Município de Belém de 2008 se deu em 2 de abril de 2007, realizada pela Comissão Permanente de Obras e Urbanismo e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Belém (CMB), presidida nessa conjuntura pelo Vereador Paulo Fonteles e pela vice presidente, Vereadora Marinor Brito. Através da ata desta Audiência Pública, foi possível identificar que a primeira etapa de elaboração do Plano Diretor Municipal, de 2005 a 2006, se deu de forma pouco participativa. O Plano elaborado pela Prefeitura Municipal de Belém chegou a Câmara Municipal de Belém no dia 10 de outubro de 2006, último dia do prazo que a lei federal impôs as prefeituras para a revisão do Plano Diretor Municipal. Nesse período foram realizadas apenas duas audiências públicas. De acordo com a ata da audiência, essas duas audiências públicas não atingiram o coração da cidade, elas não responderam as preocupações e as dificuldades nas quais o povo está submetido.

Portanto, a audiência do dia 2 de abril de 2007, é considerada pela Vereadora Marinor Brito um embrião para a reversão dessa falta da participação popular, com uma metodologia eficaz, para que a população a partir da Câmara Municipal passe a ter conhecimento do que a Prefeitura Municipal de Belém propõe para o Plano Diretor Municipal de Belém. Ficou claro que o intuito da audiência pública foi de dar visibilidade para o debate sobre o plano, bem como de receber apoio de outros parlamentares e da sociedade civil para a realização de audiências públicas e seminários para estimular a participação popular.

Um elemento que chama a atenção nesta audiência é o conflito de interesses, pois segundo a crítica da Vereadora Marinor Brito ao Vereador Gervásio Morgado, este teria comentado que iria impedir a realização desta audiência, pois o Plano Diretor Municipal já teria sido discutido. O próprio presidente da Comissão de Obras e Urbanismo, Vereador Paulo Fonteles, afirmou que a discussão do Plano Diretor Municipal era uma luta política, que a realização de audiências públicas estava prevista em lei e que a não realização das mesmas seria inconstitucional. Por fim, ficou como encaminhamento a realização de audiências

públicas setoriais e distritais, a realização de um seminário e a formação de um grupo técnico, bem como o cronograma de atividades.

No dia 13 de abril de 2007, o Ministério Público do Estado do Pará (2007), recomenda por meio do ofício nº 092/2007, da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, que a Câmara Municipal de Belém cumpra “(...) os art. 182 e 183 da CF, bem como os mandamentos expressos no Estatuto da Cidade, especificamente, no que tange a abertura de debates do processo legislativo, garantindo canais de participação a todos”. Tal recomendação se deu por conta da denúncia de possíveis irregularidades no processo de aprovação do Plano Diretor do Município de Belém junto a Câmara Municipal de Belém e o teor da denúncia informa que “o processo de elaboração do texto do PDU não tem permitido o debate democrático no âmbito da Câmara Municipal de Belém e que estaria subtraindo do texto municipal instrumentos importantes, dispostos no Estatuto da Cidade, como o Estudo de Impacto de Vizinhança, o Imposto Predial e Territorial Urbano, a Outorga Onerosa, o Zoneamento Especial, o Macrozoneamento”.

No dia 25 de abril de 2007, ocorreu a primeira reunião do Grupo Técnico sobre o Plano Diretor Municipal, que ainda seria a reunião de instalação da referida equipe, convocada pela Comissão de Obras e Urbanismo, com a finalidade de garantir a discussão e assessorar sobre o Plano Diretor Municipal, em tramitação no poder legislativo. A segunda reunião do GT se deu no dia 02 de maio de 2007, no Hotel Sagres. Dentre as entidades que participavam deste grupo, destacam-se: Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), Sindicato do Comércio Varejista de Derivado de Petróleo no Estado do Pará (SINDEPA), Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento (SEGEP), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Comissão de Moradia da Ordem dos Advogados do Brasil, Universidade da Amazônia (UNAMA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e outros. Outras reuniões do GT ocorreram nos dias 14/05 e 16/05 de 2007.

Foi identificado por meio do levantamento documental que as audiências públicas por Distritos Administrativos ocorreram no período de 4 de maio de 2007 a 27 de setembro de 2007. A primeira audiência iria ocorrer no dia 4 de maio de 2007 no Distrito de Mosqueiro, porém foi transferida para o dia 22 de junho de 2007. A segunda audiência ocorreu no dia 11 de maio de 2007 no Distrito de Outeiro. A terceira audiência ocorreu no dia 18 de maio de 2007 no Distrito de Icoaraci. A audiência pública seguinte ocorreu dia 25 de maio de 2007, no bairro do Guamá. No dia 1 de junho de 2007 ocorreu a audiência no Distrito do Entroncamento. No dia 15 de junho de 2007 ocorreu uma audiência pública no bairro do Telegrafo. No dia 22 de junho de 2007 ocorreu a primeira reunião no Distrito de Mosqueiro. No dia 28 de junho de 2007 ocorreu uma audiência pública no bairro de São Brás. No dia 16

de agosto de 2007 ocorreu uma audiência na Ilha de Cotijuba. E no dia 27 de setembro de 2007 ocorreu a audiência no bairro do Benguí.

É importante mencionar, de acordo com Junior e Montandon (2011), que o Plano Diretor construído e decidido de “cima para baixo”, isto é, unicamente por técnicos e por determinados grupos da sociedade, não é eficaz para o enfrentamento dos problemas urbanos. Portanto, o controle social e os processos participativos associados ao Plano Diretor são fundamentais desde a sua elaboração como forma de romper com o pragmatismo, o imediatismo e as práticas tecnocráticas na gestão urbana.

No IV Colóquio de Serviço Social, intitulado, “*Revisão do Plano Diretor Urbano de Belém: experiências de 2008 e desafios para 2020*”, promovido pelo Grupo de Pesquisa Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA) e Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) vinculados à Faculdade de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), ocorrido em 8 de julho de 2020, a Deputada Estadual do PSOL, Marinor Brito, relatou através da sua experiência na Comissão Permanente de Obras e Urbanismo e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Belém (CMB), expõe o processo de andamento do projeto na câmara, demonstrando, de um lado, a mobilização de segmentos mais radicais e, de outro, o esforço de setores mais conservadores nas decisões da cidade:

(...) E tive o privilégio de participar de muitos encontros e muitos debates e depois em 2005 quando eu ainda estava vereadora de Belém tive a oportunidade de começar a questionar, através de cobranças ao Ministério Público, de cobranças ao executivo municipal, naquela altura o prefeito Duciomar Costa, já num outro modelo de gestão, um modelo de gestão autoritária, verticalizada, cobrar o debate sobre a revisão do plano diretor. Nesta discussão, nós conseguimos fazer com que o prefeito mandasse pra câmara de Belém o projeto acumulado pelo governo Edmilson, chegou na câmara municipal um projeto já com muitas questões debatidas coletivamente. Embora não tenha tido nenhuma única discussão com a sociedade civil. Por causa do estatuto da cidade a prefeitura vem fazendo de lá pra cá que é aqueles arremedios de audiências públicas pra justificar que teve audiência e que não deixou de cumprir a lei. Com, mas nós conseguimos fazer uma coisa muito importante neste período. Eu assumi, por uma mobilização política muito importante, que nós conseguimos, a possibilidade de fazer a relatoria do Plano Diretor de Belém e o momento era bem importante porque nós conseguimos fazer uma base de apoio que não se curvava diante das decisões do governo Duciomar (FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL, 2020).

Através da pesquisa constatou-se que nos dias 5 e 6 de novembro de 2007 ocorreu o Seminário Plano Diretor Urbano de Belém, na Câmara Municipal de Belém. No seu primeiro dia, o evento propôs um 1º nivelamento acerca da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Belém e uma mesa com o tema “Do ordenamento territorial/dimensão metropolitana do Plano Diretor”, tendo como expositores o Prof. Dr. Marco Aurélio Arbage (UNAMA), Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (SEGEP) da Prefeitura Municipal de Belém e Prefeitura Municipal de Ananindeua. No seu segundo dia, foram discutidas: as “Políticas Públicas no Plano Diretor”, pela Dr.^a Elizabeth Bittencourt de Almeida (IPHAN) e Prof. Eduardo Brandão (UFPA); “Parâmetros e Instrumentos”, pelo José Potiguar

(MPF) e Clovis Freire (ADEMI-PA); e “Gestão Democrática da Política Urbana”, pela Dr.^a Daniela Dias (MPE), Prof. Maria Elvira Rocha de Sá (UFPA) e João Gomes Neto (FASE).

No dia 16 de abril de 2008, o senador Flexa Ribeiro enviou um ofício para a Câmara, presidida pelo Vereador Zeca Pirão, informando a aprovação de um Projeto de Lei de sua autoria no qual se prorrogaria até o dia 30 de junho de 2008 o prazo para a aprovação dos planos diretores nos municípios que ainda não tinham aprovado. Já em 25 de junho de 2008 foi criado um Termo de Acordo de Lideranças para reunião de líderes das bancadas do poder legislativo para a votação do Projeto de Lei do Plano Diretor Municipal, considerando que o prazo para a aprovação do projeto estava terminando. A data da Sessão Extraordinária de votação do PL seria dia 27 de junho de 2008, às 9h00. O Plano Diretor de Belém foi aprovado, se tornando a Lei 8.655, de 30 de julho de 2008.

Quase sete meses depois da aprovação da lei, no dia 19 de fevereiro de 2009, o Ministério Público do Estado do Pará enviou um ofício à Câmara afirmando que grande parte dos instrumentos do Plano Diretor Municipal estavam sem regulamentação. Portanto, o Ministério Público recomendou a Prefeitura Municipal de Belém: 1) elaboração, discussão e encaminhamento a Câmara as legislações urbanísticas específicas, sem as quais os instrumentos dispostos no plano diretor careceriam de aplicabilidade; e 2) a regulamentação da EIV.

Nesse contexto, o prefeito de Belém encaminha alguns projetos de lei para serem votados na Câmara, dentre os quais destaca-se a regulamentação da Outorga Onerosa do Direito de Construir e a regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança, submetidos em 10 de fevereiro de 2011. Já no dia 14 de março de 2011 o prefeito apresenta um Projeto de Lei substitutivo, que visa a regulamentação, por meio de uma lei municipal específica, da Outorga Onerosa do Direito de Construir e da Transferência do Direito de Construir. No dia 4 de abril de 2011 o prefeito encaminha outro Projeto de Lei propondo a alteração do Plano Diretor, mais especificamente, o quadro de parâmetros urbanísticos da lei de outorga onerosa do direito de construir. Nesse período, outros projetos de lei foram submetidos.

Neste mesmo ano o Ministério Público do Estado, novamente, faz recomendações em relação a regulamentação de dispositivos do plano, principalmente, em relação a abertura de debate dentro do processo legislativo, garantindo canais de participação popular. Por conta disso, no ano de 2012 ocorrem 15 reuniões do Grupo Técnico, 4 audiências públicas para debater projetos que tinham a proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Belém e 5 dias de Seminário de Nivelamento para discutir os Instrumentos do Plano Diretor Municipal, tendo como temáticas “Plano Diretor e Lei de uso e Ocupação do solo”, “Gestão Democrática e Política Urbana”, “Estudo de Impacto de Vizinhança e a sustentabilidade”, “Os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano” e “Impacto de vizinhança”.

É nesse sentido que Junior e Montandon (2011) afirmam que os Planos Diretores no Brasil apresentam deficiências e debilidades de natureza técnica para a regulamentação dos instrumentos para sua aplicação prática. Ainda de acordo com estes autores:

A pesquisa evidenciou uma generalizada inadequação da regulamentação dos instrumentos nos Planos Diretores no que se refere à autoaplicabilidade ou efetividade dos mesmos, principalmente no caso dos instrumentos relacionados à indução do desenvolvimento urbano. Tal inadequação gera uma insuficiência no que se refere à definição de conceitos e parâmetros urbanísticos, à demarcação dos instrumentos no território e à definição de prazos para implementação e operacionalização de procedimentos administrativos entre outros aspectos. Mesmo que alguns instrumentos requeiram regulamentação específica ou que suponham detalhamento de seu modo de operar em regulamento próprio, aquilo que cabe ao Plano Diretor definir, especialmente a incidência dos instrumentos no território, de um modo geral está precariamente disposto nos Planos Diretores (JUNIOR; MONTANDON, 2011, p.34).

Nesse período de debates de projetos que tinham a proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Belém, a proposta de projeto de lei mais polêmica nesse contexto foi de autoria do Vereador Gervásio Morgado, do Partido da República (PR). O projeto 07/2011 previa a alteração do anexo X da lei nº 8.655/2008, aditando na ZAU6, no uso Comércio Varejista/Comércio Atacadista e Depósito, no setor III um novo Modelo M16 (8). De acordo com o parecer técnico solicitado pelo 3º Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, do Ministério Público do estado do Pará, Dr. Raimundo de Jesus Coelho de Moraes, o Modelo M16 (8) para a ZAU 6 – setor 3 passa a permitir a instalação de empreendimentos que possuem área do lote igual ou superior a 1.000m² com testada mínima de 20,00m. E, como o Coeficiente do modelo era 3,00, significava que com a aplicação do modelo M16 seria permitida a construção de até 3 vezes a área do lote. Isto é, em um lote como o da Tuna Luso Brasileira que possui uma área de 65.340,00 m² com 220,0 metro de testada, poderia ser construído um empreendimento de até 196. 020, 00 m² (PARÁ, 2012).

Como afirmou o Ministério das Cidades (2005, p.126), os instrumentos da política urbana, como os tributários e de indução do desenvolvimento urbano, como o: Direito de Preempção, Direito de Superfície, Utilização, Parcelamento ou Edificação Compulsória, IPTU Progressivo, Outorga Onerosa do Direito de Construir, operações urbanas consorciadas, no cenário brasileiro, são uma aposta “(...) estratégica no manejo do uso do solo, especialmente no que se refere ao processo de formação de preços no mercado imobiliário, com possíveis efeitos a médio e longo prazo”.

Para Tourinho (2004), a experiência de construção do instrumento Outorga Onerosa do Direito de Construir no Plano Diretor do Município de Belém de 2008 evidencia a dificuldade histórica de pactuar esse instrumento com os setores compostos pelos proprietários fundiários e do capital imobiliário. Para a autora:

(...) as dificuldades de gerenciamento técnico do instrumento e de monitoramento da dinâmica imobiliária e os baixos valores arrecadados são alguns dos fatores que ajudam a entender o pouco interesse que o instrumento desperta no executivo municipal. A julgar pelo que tem ocorrido até o presente, é grande o risco de se tornar a OODC um instrumento sem eficácia e credibilidade (TOURINHO, 2004, p.10).

Constata-se que o Plano Diretor Municipal de Belém elaborado em 2008, assim como outros Planos elaborados no Brasil no contexto pós-Estatuto da Cidade, é considerado um instrumento fundamental para a materialização da função social da cidade, porém como afirma Oliveira e Biasotto (2011), “a (...) autoaplicabilidade” das leis é uma construção social que não é resolvida no meio jurídico, mas na política”.

5. OS CAMINHOS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BELÉM DE 2008

De acordo com o artigo 40º do Estatuto da Cidade, no seu §3º que “a lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” e durante o processo de elaboração e na finalização de sua implementação os Poderes Legislativo e Executivo deverão garantir a promoção a participação popular e audiências públicas, publicidade aos documentos e informações produzidas e acesso aos documentos e informações produzidas por qualquer interessado.

Cabe assinalar que no artigo 52º do Estatuto da Cidade fica evidente que o prefeito incorre em improbidade administrativa, quando impedir ou deixar de garantir os requisitos contidos nos incisos I a III do § 4º do art. 40, que dispõem sobre a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação (BRASIL, 2001).

Além disso, deixar de tomar as providências necessárias para garantir a observância do disposto no § 3º do art. 40, que trata da revisão do plano diretor, pelo menos, a cada dez anos, é motivo para a improbidade administrativa (BRASIL, 2001).

Conforme Carvalho e Rossbach (2010, p.100), a Improbidade administrativa é tratada pela Lei 8.429/1992 e significa ato contrário ao dever do agente público de atuar com honestidade e “(...) quem incorre em improbidade está sujeito a sanções que podem ocasionar a suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário”.

O Plano Diretor Municipal de Belém aprovado em 2008 completou dez anos de vigência em 2018. Conforme a Audiência Pública realizada sobre a revisão do Plano Diretor, por meio do mandado da Vereadora Marinor Brito, em 29 de novembro de 2018, na Câmara

Municipal de Belém, este plano gerou muitas expectativas, principalmente, para a classe trabalhadora. Infelizmente, dez anos após a sua implementação, observa-se que a realidade de Belém e suas ilhas estavam fora “das ideias”.

Nesta audiência, as principais críticas e sugestões para a revisão do Plano Diretor, de diversos segmentos organizados da cidade se referiam a não implementação do Estatuto da Metrópole, visão urbanocêntrica do Plano Diretor, a exclusão de segmentos populares que não estão no urbano no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU), participação burocrática e excludente CDU, incorporar as dimensões da Nova Agenda Urbana para a revisão do Plano Diretor, criação de uma Política de Desenvolvimento para o município de Belém e a região metropolitana, inserir as demandas do rural e das ilhas no processo de revisão do Plano Diretor, construção de um Fórum Popular alternativo para acompanhar a revisão do Plano Diretor, inserir políticas voltadas a Juventude, mulheres e para a segurança pública, construir um Plano Diretor levando em consideração as particularidades do município de Belém e com uma concepção do Direito à Cidade para todos (as), levar a discussão da revisão do Plano Diretor para os bairros de Belém, construção de políticas para a mobilidade urbana levando em consideração os ciclistas, os cadeirantes, pessoas com deficiência e pedestres, atualização do Cadastro Multifinalitário da cidade de Belém, transformar o território em território de cultura de economia criativa e considerar a cultura como fator de desenvolvimento humano na cidade e levar em consideração as observâncias constantes nos manuais técnicos de conservação e manutenção do conjunto de obras do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una.

Nesse processo de elaboração e revisão do Plano Diretor destaca-se o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, que é o mecanismo de participação institucionalizada previsto no artigo 199 do Plano Diretor Municipal de Belém, no qual visa, dentre outras coisas, “analisar, debater, deliberar e participar dos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor do Município de Belém, da lei de uso e ocupação do solo e outras regulações urbanísticas” (BELÉM, 2008).

No processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Belém, os membros deste conselho representam entidades, como: Secretaria de Urbanismo (SEURB), Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), União Nacional de Moradia Popular (UNMP/PA), Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBel), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/PA) e outros.

Conforme o questionamento da Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBel), encaminhado em 8 de junho de 2020 ao Ministério Público do Estado do Pará, sobre esse processo de revisão, existem muitos limites para a participação popular diante de

um governo municipal tecnocrático, seja no contexto de lançamento do processo em 2019, mas principalmente, durante a pandemia de Covid-19:

Desde o lançamento do processo de revisão do Plano Diretor de Belém (PDB) em 27 de junho de 2019, nenhum tipo de documento preliminar produzido pela equipe técnica municipal sobre o conteúdo das mudanças propostas foi apresentado para os conselheiros do CDU e nem disponibilizado para o amplo conhecimento da sociedade como forma de subsídio de debates, discussões, proposições e decisões (...) Tais procedimentos, frente à situação de emergência em saúde pública enfrentada em todo o país, e em especial em Belém, e que impõem a limitação das atividades presenciais, torna inviável a realização de tal processo, em que as autoridades públicas recomendam o isolamento e distanciamento social e desautorizam a realização de reuniões ou encontros que agrupem um elevado número de pessoas. O proposto pelo executivo municipal é substituir a efetiva participação social em instâncias presenciais por apenas uma consulta virtual, através de aplicativo digital em curtíssimo período de tempo, sem a disponibilização de informações imprescindíveis ao entendimento do tema, o que se caracteriza como insuficiente e limitador da capacidade de apreensão e proposição de diferentes setores da sociedade, descumprindo a norma legal, transforma-a em letra morta, reduzindo-a à uma atuação de caráter meramente formal. Na representação apresentada à Promotoria de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo, a AAPBEL solicita as providências cabíveis, no sentido de suspender quaisquer atos decisórios relativo ao processo de revisão em curso, enquanto não for possível a ampla e irrestrita participação social, sob as diversas formas anteriormente planejadas e que os trabalhos de revisão tenham continuidade com os demais procedimentos preparatórios, tais como: levantamento de dados, contratação de consultoria, realização dos estudos técnicos, sua sistematização e divulgação através de diferentes meios e canais (AAPBEL, 2020).

A partir disso, o Ministério Público do Estado do Pará atendeu as representações da Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBel) e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, Comissão de Direito Urbanístico e Planejamento Urbano, recebidas nos dias 8 e 10 de junho, respectivamente. Por meio da Recomendação Conjunta n. 002 - Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade de Belém, publicada em 15 de junho de 2020, foram recomendados que:

- 1) Que determine a SUSPENSÃO DO CURSO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR do Município de Belém, adequando o cronograma previsto ao estado de calamidade e de emergência decretados e aos procedimentos de publicização e de participação pública necessários, a fim de garantir a participação democrática qualificada e o controle social assegurados pela Constituição da República e pelo Estatuto da Cidade, sem prejuízo das ações preparatórias e não decisórias, a cargo da equipe técnica, da Secretaria responsável e do Conselho de Desenvolvimento Urbano - como levantamento e análise de dados e estudos preliminares e diagnósticos;
- 2) Que qualquer ato deliberativo e decisório, anterior ao encaminhamento da Proposta de Revisão da Lei à Câmara Municipal, apenas ocorra após realização de audiências e eventos públicos, com participação da sociedade, conforme previsão legal;
- 3) Dessa forma, assim que retomado o processo de revisão do plano diretor, seja estabelecido conjuntamente com o CDU um fluxograma e processo de trabalho sobre a revisão do plano diretor, em todas as suas etapas, assegurando-se aos seus integrantes as informações, oportunidades e mecanismos de participação necessárias, bem assim a alimentação completa e permanentemente atualizada do site ou página oficial da revisão do plano diretor com todos os documentos e registros produzidos e atividades programadas, a fim de preservar e garantir a participação e planejamento democrático da cidade (PARÁ, 2020)

Pode-se dizer, nesse sentido, que o planejamento urbano no Brasil exige uma revisão radical, ou seja, deve-se questionar todos os pressupostos e estes devem ser redefinidos de baixo para cima (VILLAÇA, 2005).

Em suma, a partir da pesquisa, constatou-se que o Plano Diretor Municipal é um instrumento fundamental para a materialização da função social da cidade, como prevê o Estatuto da Cidade, e por isto não se pode perder de vista a existência de conflitos de classe em torno das decisões sobre o acesso ao Direito à Cidade, que envolvem de um lado, melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, e de outro, um forte incentivo a mercantilização da cidade.

É importante salientar que este instrumento da política urbana historicamente, vem sendo construído e decidido de “cima para baixo”, isto é, a cidade vem sendo planejada por técnicos e por determinados grupos da sociedade, em geral, grupos que detém o poder econômico. Portanto, pode-se dizer que a participação popular e a gestão democrática da cidade são fundamentais desde a elaboração até a execução do Plano Diretor, como forma de romper com as práticas tecnocráticas na gestão urbana.

Na cidade de Belém, o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Belém, aprovado pela Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008, completou dez anos de vigência no ano de 2018. Entretanto, pode-se dizer que este plano gerou muitas expectativas, principalmente, para a classe trabalhadora, porém dez anos após a sua implementação, observa-se que a realidade da cidade de Belém e suas ilhas estava “fora do plano”. Logo, o Plano Diretor Municipal de Belém se mostra com lacunas que se expressam, na: exclusão das particularidades locais; não incorporação das necessidades das frações da classe trabalhadora em relação a outros setores que visam lucrar com a cidade; o não incentivo no processo participativo da sociedade, fato garantido em lei.

É possível afirmar, que diante da atual conjuntura brasileira, o planejamento urbano, tendo como norte o Direito à Cidade, vem se dando com muitos desafios diante de uma forte tendência neoliberal e conservadora na construção das cidades, que se refletem no esvaziamento dos espaços de participação popular, propostas de privatização de espaços e serviços públicos e desmantelamento de políticas públicas.

6. CONCLUSÃO

À luz do referencial teórico escolhido para conduzir esta pesquisa foi possível analisar que historicamente às cidades vêm sendo guiadas por concepções de Planejamento Urbano no qual os interesses da classe trabalhadora não são contemplados, mas sim os interesses do capital. Esta lógica, irradiada nas várias cidades do mundo, vem cada vez mais tornando o Brasil parte deste circuito de mercantilização das cidades.

A breve análise realizada, sobre o Planejamento Urbano, tendo centralidade no Plano Diretor, mostra que no Brasil existe uma ilusão do Plano Diretor como um poderoso instrumento para a solução das expressões da questão social no espaço urbano.

Na breve experiência de elaboração e revisão do Plano Diretor Municipal de Belém de 2008 – Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008, como apresentado, se deu de forma fragilizada, e, na contemporaneidade, já em fase de revisão, tem muitos desafios para ser materializado e para garantir a gestão democrática em um contexto de fragilidades da democracia e de intensificação do projeto ultraneoliberal no país.

Ao excluir a participação da população e não garantir suas demandas através da efetivação da revisão do Plano Diretor, se contata-se a negação do direito contido na Lei nº 10.257 do Estatuto da Cidade, no qual veda no capítulo IV, no art.45 que os gestores deverão incluir a participação da sociedade civil, com o objetivo de assegurar a cidadania (BRASIL,2001).

Compreende-se que a particularidade da experiência de revisão do Plano Diretor na cidade de Belém, possui rebatimentos de uma lógica do capital mundial, que faz com que esse processo seja marcado por sua complexidade. Ademais, é importante compreender também, que a conjuntura que se apresenta no Brasil, vem sendo de forte ataque ultraneoliberal a classe trabalhadora e suas formas organizativas, no qual reflete a prioridade dada ao mercado ao invés da melhoria da vida da maioria da população.

Portanto, o Plano Diretor Municipal de Belém, enquanto instrumento da Política Urbana, gera muitas expectativas para a construção de uma cidade para todos (as); por outro lado, provoca questionamentos sobre o seu processo de construção e no caso específico da cidade de Belém, surgem questionamentos sobre a sua capacidade de considerar a realidade local, incorporar as demandas da população e a ampliação da participação popular nas tomadas de decisão sobre os recursos para Belém.

REFERÊNCIAS

AAPBEL. AAPBEL questiona andamento da Revisão do Plano Diretor de Belém junto ao Ministério Público. Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém, Belém, 9 jun. 2020, Disponível em: <https://aapbel.blogspot.com/2020/06/aapbel-questiona-o-andamento-da-revisao.html>. Acessado em: 14 fev. 2021.

BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém, Belém, PA, 5 set. 2008**. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 17 out. 2019

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Ana Cláudia. **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010.

CORRÊA, Antônio José Lamarão; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury; LÔBO, marco Aurélio Arbage; FUJIYOSHI, Milton Masayuki Miyhara. **Diagnóstico da Estrutura Intra-Urbana de Belém**. Belém: Ministério das Cidades/ Programa Habitar Brasil/ CAIXA/ Prefeitura Municipal de Belém/ FIDESIA, 2005.

DAVID, Harvey. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade revolução urbana. São Paulo: Martins fontes, 2014.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL. **IV COLÓQUIO DE SERVIÇO SOCIAL**: Revisão do Plano Diretor Urbano de Belém: experiências de 2008 e desafios para 2020. Belém, 8 de jul. 2020. Facebook: Faculdade de Serviço Social – UFPA. Disponível em: <https://www.facebook.com/946765925663821/videos/735138137297970>. Acesso em: 17 jan. 2021.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; SILVA, Renata Helena da, ANA, Marcel Claudio Sant'. Introdução. In: JUNIOR, Orlando dos Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

JUNIOR, Orlando dos Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. Síntese, desafios e recomendações. In: JUNIOR, Orlando dos Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

LOJIKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins fontes, 1981.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: vozes, 2002.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano diretor participativo**: guia para a elaboração pelos municípios e cidadão. Brasília: 2004.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de; BIASOTTO, Rosane. O Acesso à terra urbanizada nos planos diretores brasileiros. In: JUNIOR, Orlando dos Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade**: para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PARÁ. Ministério Público. **Parecer Técnico**. Belém, PA: Ministério Público, 2012. 5p.

PARÁ. Ministério Público. **Recomendação Conjunta n. 002 - PJMA/PC/HU; PJDCC**. Belém, PA: Ministério Público, 2020. 6p.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual, **RAP**, Rio de Janeiro, 255-71, Mar./abr. 2007.

ROLNIK, Raquel. Os sem-lugar ou a crise global de insegurança da posse. In: ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escaladas de ação política. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, nº16, p.31-49, jun. 2001.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Outorga Onerosa do Direito de Construir: a Experiência de Belém. *In*: CONGRESSOS EM AMAZONAS, 2004, Belém. **Anais....** Belém: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 2004. Disponível em: <http://www.ibdu.org.br/eficiente/sites/ibdu.org.br/pt-br/site.php?secao=congressos-e-seminarios&pub=26>. Acesso em: 1 de fev. 2019.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: vozes, 2002.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. Dilemas do plano diretor. *In*: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas** [S.l: s.n.], 1999.

VILLAÇA, Flávio. As ilusões do plano diretor. São Paulo: [s.n.], 2005.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEAK, Csaba; SCHEFFER, Ramon. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1990.



GT 03

Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

Coordenadores: Marcel Hazeu (ICSA/UFPA), Thales Ravena Cañete (PPGSA e PROFICIAMB/UFPA), Rosane Brito (GETTAM/UFPA), Fernando Mier Sosa (Universidad de la República, Uruguay) e Santiago Ferreira Rocha (Universidad de la República, Uruguay).

Ementa: O GT Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sócioterritoriais é uma chamada para trabalhos que tenham sido feitos com a intenção de entender de maneira crítica a profusão de discursos sobre meio ambiente e sobre sustentabilidade, entre outros conceitos que têm sido produzidos e incorporados ao debate sobre meio ambiente e seus impactos, e a relação entre sociedade, economia e natureza. Recebe trabalhos que discutam temas como migração, mobilidade, fronteiras e conflitos sociais. Inclui trabalhos sobre conflitos socioambientais (água, mineração, energia, mudanças climáticas, mercado de carbono etc), sobre políticas ambientais, estratégias de controle social e de gestão de territórios, e práticas sociais de comuns.



Programação

GT 03 – POLÍTICAS ANTI-DIREITOS, CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Coordenadores: Marcel Hazeu (ICSA/UFPA), Thales Ravena Cañete (PPGSA e PROFICIAMB/UFPA), Fernando Mier Sosa (Universidad de la República, Uruguay), Rosane Brito (GETTAM/UFPA) e Santiago Ferreira Rocha (Universidad de la República, Uruguay).

1º Dia – 25 de fevereiro de 2021

1ª SESSÃO: TERRITÓRIOS EM CONFLITO: O DIREITO DE HABITAR DAS COMUNIDADES

14h00 às 16h00

Coordenadores: Marcel Hazeu (ICSA/UFPA), Rosane Brito (GETTAM/UFPA) e Fernando Mier Sosa (Universidad de la República, Uruguay).

A trama verde e azul dos povos da floresta

Ana Cláudia Cardoso (UFPA), Cristina Cardoso (UFPA) e Elis Tayná Brazil (UFPA)

Sítios sitiados em Barcarena: impactos, pressões e r-existências no contexto do pólo industrial-portuário

João Daltro Paiva (MEG)

Assentamento massapê: memória, oralidade e representações sobre as lutas camponesas

Francisco Ruy Gondim Pereira (UFC)

Destinação de terras públicas na Amazônia: como, para quem e por quê?

Laira Vasconcelos dos Santos (UFPA), Thais Fernanda Matos Sena (UFPA) e Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA)

Urbanização de assentamentos precários e o debate sobre meio ambiente e injustiça ambiental

Maria Júlia Veiga da Silva (UFOPA)

Projetos de desenvolvimento e comunidades negras no Maranhão: fronteiras territoriais, lutas sociais e afirmação de direitos

Cíndia Brustolin (UFMA)



Conflitos ambientais e desigualdade social: os impactos gerados pelo desenvolvimento desigual na Vila Intel II (Breves – Marajó)

Eunápio Dutra do Carmo (GETTAM/NAEA/UFPA), Adriano Vieira Farias (UFPA), Leandro Seixas de Conceição (UFPA) e Maria Vitória Costa Fernandes (UFPA)

O tráfico de pessoas na fronteira franco-brasileira

Joel Sousa do Nascimento (UNIFAP)

2ª SESSÃO: DESLOCAMENTOS FORÇADOS EM TORNO DE GRANDES PROJETOS E POLÍTICAS QUE EXPULSAM

16h00 às 18h00

Coordenadores: *Rosane Brito (GETTAM/UFPA), Thales Ravena Cañete (PPGSA e PROFICIAMB/UFPA) e Santiago Ferreira Rocha (Universidad de la República, Uruguay).*

A eterna condição colonial da Amazônia: caso do projeto arco norte no Baixo Amazonas

Rogério Henrique Almeida (UFOPA)

Bom futuro: “conflitos e implicações socioambientais a partir da atividade mineradora”

Cynthia Vilhena das Neves (UFPA)

Itaituba (Pa) e Paracatu (MG): estudo comparativo sobre saúde-doença em contextos de exploração minerária

Cristina Maria Arêda-Oshai (UFPA)

Memórias de lutas e resistências dos atingidos pela UHE-Tucuruí: experiências de colonos expropriados segundo registros orais (1974-1996)

Maria das Graças da Silva (UEPA) e Lucas Felipe Sardinha de Sousa (UEPA)

Distopia e resistência nos casos de violação de direitos pela mineração

Estefania Momm (USP) e Guilherme Cavicchioli Uchimura (PPPP/UFPR)

Enquadramentos socioambientais de resistência à atividade mineradora no contexto dos grandes desastres

Raquel Lucena Paiva (UFES)

Fotografando e cartografando o “novo caminho das águas”: retratos da expropriação no canal Acauã-Araçagi, Paraíba, Brasil

Hugo Belarmino de Moraes (UFPB) e Ana Maria Motta Ribeiro (UFF)



Fronteiras mercantis em movimento na Pan-Amazônia: dinâmicas transfronteiriças entre o departamento de Beni (Bolívia) e o estado de Rondônia (Brasil)

Luis Fernando Novoa Garzon (UNIR), Máira Silva Ribeiro (UNIR) e Daniele Severo da Silva (SEDUC- RO)

2º Dia – 26 de fevereiro de 2021

3ª SESSÃO: IMPÉRIO DO AGRONEGÓCIO E CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS: O NEOEXTRATIVISMO COMO PROJETO POLÍTICO E ECONÔMICO

14h00 às 16h00

Coordenadores: Thales Ravena Cañete (PPGSA e PROFICIAMB/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA); Fernando Mier Sosa (Universidad de la República, Uruguay)

“Desenvolvimento para quem?”: populações tradicionais e a expansão do monocultivo de soja no Baixo Amazonas – Pará

Marcelo Moraes de Andrade (UFOPA) e Danielle Wagner Silva (UFOPA)

Estratégias de gestão do território em comunidades rurais do Planalto Santareno, Pará

Anderson Coelho Borges (UFPA) e Caio Pinheiro Della Giustina (UnB)

Expansão da dendeicultura na Amazônia paraense e transformações nas condições de vida e trabalho na comunidade de Curupeté Miri, no município de Abaetetuba/Pa

Thais Sousa Silva (UFPA) e Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA)

Democracia em ruínas e desnacionalização: retrato da violência e das insurgências no oeste do Pará

Rosane Brito (GETTAM/NAEA/UFPA)

Indígenas gamela: viver e habitar o sudoeste do estado do Piauí

Cristhyan Kaline Soares da Silva (UFPI)

4ª SESSÃO: AÇÕES E RESISTÊNCIAS SOCIAIS PARA FORÇAR O RECONHECIMENTO DE DIREITOS PELO ESTADO

16h00 às 18h00

Coordenadores: Rosane Brito (GETTAM/UFPA), Thales Ravena Cañete (PPGSA e PROFICIAMB/UFPA) e Santiago Ferreira Rocha (Universidad de la República, Uruguay).

Educação ambiental em unidade de conservação estadual na Amazônia, parque estadual Charapucu: pensando o território e os impactos de transformação social

Alzira Almeida de Araujo (UEPA) e Francisco Perpetuo Santos Diniz (UFPA-UEPA)



Pacto pelo mar: gestão social através da coalizão de redes pelo desenvolvimento sustentável na década das ciências oceânicas

Edmir Amanajás Celestino (UFRRJ-UNRC) e Naetê Barbosa Lima Reis (UFPA)

Análises contemporâneas sobre a nova política nacional de educação especial

Violeta Refkalefsky Loureiro (UFPA), Andréa Bittencourt Pires Chaves (UFPA) e Tainah Sousa do Nascimento Ferreira (UFPA)

Mulheres, trabalho e sustentabilidade: agroecologia e resistência na região metropolitana de Belém (Pa)

Tatiana Ferreira Reis (UFPA) e Marcela Vecchione Gonçalves (UFPA)

Cadastro Ambiental Rural (CAR), participação e consulta: um relato de experiência no território quilombola de Oxalá de Bujaru, Bujaru/Pa

Larissa Corrêa Lopes Quadros Oliveira (INCRA), Claudiane de Fátima Melo de Sousa (INCRA), Marcos Trindade Borges (INCRA) e Ronaldo de Souza Coelho (INCRA)

Primeiras aproximações acerca das estratégias adotadas para controle de risco social em Barroso (MG)

Felipe Pimentel Palha (IF Sudeste MG) e Christopher Mickelle Romão Ribeiro (IF Sudeste MG)

A geografia da violência de gênero no assentamento Bom Jesus dos Fernandes e quilombo Lagoa dos Índios - Amapá

Lana Patrícia de Matos dos Santos (UNIFAP), Patricia Rocha Chaves (UNIFAP) e Antônio Carlos Sardinha (UNIFAP)

Pacto pela big: construindo uma agenda territorial a partir das representações locais

Daniel Neto Francisco (UFRRJ), Edmir Amanajás Celestino (UFRRJ), Lamounier Erthal Villela (UFRRJ) e Patrick Maurice Maury (UFRRJ).



GT 03 – Políticas Anti-Direitos, Cartografia dos Conflitos e Transformações Sociais

A Trama Verde e Azul dos Povos da Floresta

Ana Claudia Cardoso (UFPA)¹
Cristina Cardoso (UFPA)²
Elis Tayná Brazil (UFPA)³

RESUMO

Este texto é um ensaio dedicado à argumentação sobre a importância da trama constituída por povos a floresta, entendida como uma trama que preserva rios e (sócio)biodiversidade, para a adequada compreensão da estruturação urbana do município amazônico. O texto parte da crescente preocupação com a dimensão ambiental observada em cidades de sociedades predominantemente urbanas e industriais, constituídas sob a égide do capitalismo, que assume a terra como mercadoria, e tem todas as suas formulações teóricas metodológicas voltadas para a compreensão do planejamento como cidadão e não territorial. Sob tais lentes, comunidades que vivem e produzem no território não são reconhecidas como parte de uma nova escala de urbanização, ao mesmo tempo em que são desterritorializadas por atividades ligadas ao consumo urbano global, e sofrem racismo ambiental e exclusão social, apesar do potencial positivo que sua presença gera em termos ambientais. Como considerar esta perspectiva requer um olhar descolonizado e comprometido com condições históricas, socioambientais e geomorfológicas locais, cartografias produzidas nas escalas do município, da cidade e seu entorno, e do espaço da vida cotidiana para Belém, Marabá e Santarém, foram utilizadas como evidência de que uma trama verde e azul já existe nestes municípios, e que ela deve ser considerada como um componente da estruturação do território, onde há moradia e produção que se articulam por meio de fluxos comerciais com a cidade, e que precisam do respeito aos bens comuns e à diversidade de visões de mundo para continuar a existir.

Palavras-chave: Trama Verde e Azul; povos tradicionais; ajuste ambiental, planejamento territorial

1 Doutora em Arquitetura, professora do PPGAU/PPGE/FAU/UFPA, coordenadora do Grupo de Pesquisa Urbana – Urbanização e Natureza na Amazônia. E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com

2 Graduanda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (bolsista Pibic), UFPA, Brasil, Email: 000sirclima@gmail.com

3 Graduanda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (bolsista Pibic), UFPA, Brasil, Email: elisalmeidab@gmail.com

1. POR UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AS VISÕES URBANÍSTICA E AMBIENTAL PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO DAS CIDADES AMAZÔNICAS

Este texto aborda a importância da trama verde e azul – corredores de água e vegetação, na estruturação do espaço da cidade amazônica. Parte de alguns pressupostos sobre o processo de urbanização da região, tais como a dispersão de assentamentos humanos no território (BECKER, 2013) e a prática de uma urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2004), e da maneira como os fluxos de pessoas e mercadorias, que normalmente são considerados em análises do espaço intraurbano (VILLAÇA, 1995; SINGER, 1982; FARRET, 1985), deveria ser considerada para dar conta da diversidade de formas de vida e de produção existentes neste território.

Essa perspectiva questiona a narrativa clássica advinda de países/ regiões completamente convertidas pela industrialização que desconsidera as conexões históricas entre cidade e natureza pré-existentes, e a contribuição socioambiental de atividades que requerem manejo de biodiversidade em territórios periurbanos, empurrados para cada vez mais longe pela lógica capitalista de produção da cidade.

Esta discussão se beneficia do fato da crise ambiental ter promovido ajustes nas cidades do Norte Global desde os anos 1980, onde corredores ecológicos que protegem águas e vegetação, chamados originalmente na França de Tramas Verde e Azul, têm sido recompostos para apoiar a recuperação da biodiversidade e redirecionar dinâmicas econômicas, a partir de atividades “limpas”, ligadas a um planejamento territorial que recicla localizações e insere novas tipologias de modo coerente à realidade de sociedades urbanas e pós-industriais (MOURÃO, COSTA, 2018).

E procura dar visibilidade a uma Trama Verde e Azul dos Povos da Floresta, que por séculos foi adaptada às formas de viver e produzir na região, mas que desde o advento da integração logística da Amazônia, sofre pressão pela urbanização extensiva ligada à produção de commodities. A transformação da terra em mercadoria com financiamento e regulamentação públicos, associada à implantação de rodovias, grandes projetos agrominerais, de geração de energia pressupunha a exploração da floresta morta (COSTA, 2012).

A nova lógica produtiva fomentou o crescimento de cidades e a constituição de um tecido urbano estendido, que articulou os pontos de apoio dessas novas atividades econômicas às cidades e vilas existentes, e que gradualmente ressignificou a produção a partir da floresta como algo ultrapassado (CARDOSO; OLIVEIRA; GOMES, 2020). O avanço grilagem fundiária levou a movimentos de luta pela estabilização de parte dos territórios reconhecidos como indígenas, quilombolas e ribeirinhos (FOLHES, 2010), mas muitas

comunidades desses grupos foram assimiladas por áreas urbanas e/ou produtivas e findaram descaracterizadas ou desterritorializadas.

A partir da revisão de literatura observa-se que esse processo deve-se a uma visão colonizadora dirigida à Amazônia, combinada à carência de planejamento territorial e a fragilidades institucionais diversas sobre, não apenas o desmatamento da região, mas também a dissolução das tramas dos povos da floresta, decorrentes de fatores tais como a governança territorial realizada por diferentes entes federados, políticas públicas homogeneizantes, carência de informação e racismo socioambiental (SCHASBERG, 2006; VENTURA NETO, 2017; HERCULANO, 2006). E que as décadas de intensificação desse processo coincidem com o período de emergência do pensamento sobre o esverdeamento urbano do Norte Global (ANGELO, BASTOS, 2020).

Esta aparente contradição é completamente compreensível a partir da lógica capitalista, visto que na Europa a reintrodução da natureza significava requalificação e reciclagem de lugares que passavam a assumir novo protagonismo nas dinâmicas econômicas ligadas à cultura, ao turismo e ao conhecimento. Enquanto na Amazônia a natureza exuberante oferecia a oportunidade do lucro fácil por acumulação primitiva, viabilizada pela conversão de uso de terras florestadas em periferia urbana, em assentamentos lineares ao longo de estradas ou em áreas de exploração de recursos naturais.

Essa ação foi intensa em áreas de terra firme, e nas últimas duas décadas passou a pressionar também as várzeas, que se constituíam em refúgio de povos nativos e comunidades tradicionais. Este interesse vem sendo acompanhado por mudanças na legislação por meio das Leis Federais 11.925/2009, que permite a regularização de terras griladas, e 13465/2017, que ameaça extinguir os assentamentos especiais que viabilizaram a permanência de povos da floresta em espaços periurbanos, como ocorre nas ilhas de Belém e Ananindeua e no entorno de outras cidades importantes da região, como Marabá e Santarém. Como a gestão dessas áreas tem sido federal, a ameaça de extinção dos assentamentos é grave, uma vez que não há previsão de incorporação desses espaços à gestão municipal articulando-os às cidades, apesar de sua coexistência com as periferias urbanas e da crise socioambiental a que as cidades estão sujeitas.

A partir deste ponto, o texto faz uma retrospectiva do modo como evoluiu a gestão urbanística do espaço no Brasil, como contraponto para a análise de como agentes, escalas e temporalidades foram incorporadas em cidades paraenses. As evidências foram obtidas a partir de imagens de satélites e recursos tais como a plataforma gratuitas do projeto MapBiomas, software QGIS de licença pública geral, extração e coleta de dados nos sites governamentais como: INCRA, IBGE, SICAR, ICMBio, e de pesquisas de campo realizadas no âmbito do projeto “Alternativas de desenvolvimento decolonial: cartografia social dos

territórios de populações tradicionais no Pará e Minas Gerais”, que conta com cinco áreas de estudo no Pará.

2. POR QUE AVANÇAR DA VISÃO CLÁSSICA DE ESTRUTURAÇÃO DE UM ESPAÇO INTRAURBANO PARA UMA VISÃO AMPLIADA?

Nos anos 1970 buscava-se a compreensão da estruturação do espaço das cidades, entendendo-as como um artefato produzido por sociedades capitalistas, regidas pelo marco da propriedade privada dos meios de produção, que abrangia também o solo urbano. Premissas tais como a propriedade privada da terra, atributos físicos do lote e sua “fertilidade” construtiva dada pela regulação urbanística aplicável, foram adotadas pelas escolas neoclássicas, marxista e institucionalista para explicar a distribuição de usos e a construção de centralidades e estabelecer o valor das localizações, mais do que das edificações, na cidade (FARRET, 1985; SINGER, 1982).

Aspectos ambientais quando citados eram tratados como “amenidades” (o parque, a praça, a praia), que poderiam distinguir uma localização residencial dentre as demais, assumindo a cidade como o espaço da artificialização pela ação capitalista, para garantir a máxima eficiência dos fluxos de pessoas (vistas como força de trabalho) e mercadorias. Estradas, avenidas, redes técnicas (eletricidade, telefonia, água, drenagem, esgoto), serviços (coleta de lixo, iluminação pública), passaram a distinguir o ambiente assumido como urbano - a cidade, do resto do espaço, que poderia ser natural (selvagem) ou produtivo (dedicado à agricultura/pecuária/mineração).

Mesmo na sociedade norte americana que acreditava que a natureza teria um papel importante na difusão da civilidade (HALL, 1998), a abordagem ecológica da Escola de Chicago limitou-se a trazer da biologia as analogias para explicar os comportamentos humanos em bases individuais, como uma espécie dentro de um ecossistema (pessoas competem, invadem, dominam, sucedem-se como usuárias de edificações, etc.). Os estudos da ecologia e da fisiologia da paisagem tiveram um desenvolvimento paralelo e posterior (FORMAN, GODRON, 1986), e demorou para que a cidade fosse compreendida como um artefato humano construído sobre os ecossistemas naturais, e modificados por ação antropogênica, na medida em que o homem também foi agente na trajetórias evolutivas dos ecossistemas vivos (SCHULTZER, 2014).

Observa-se que a ruptura ocorrida no iluminismo serviu de justificativa para uma postura científica não só antropocêntrica, mas centrada no homem da civilização industrial ocidental. Desta perspectiva a natureza poderia estar comodamente contida fora da cidade, delimitada em áreas rurais ou protegidas, de modo a não tencionar os interesses e processos de apropriação da terra urbana. Essa perspectiva burguesa da relação entre

cidade e natureza aceitava as ações produtivas e formas de moradia que resultavam em degradação ambiental (poluição do ar, das águas, do solo) e produziam artificialização dentro da cidade, mas que garantiam ao proprietário de terras rurais a justificativa para que estas fossem constituídas como refúgios e espaço de refazimento (SMITH, 1988).

No decorrer do século XX essa posição tornou-se completamente ultrapassada, diante da intensificação do processo de urbanização, que levou à formação de regiões urbanizadas (das cidades conurbadas às megalópoles) e de um tecido urbano extensivo (BRENNER, 2014; MONTE-MOR, 2014). Este novo patamar de urbanização levou ao crescimento das demandas desses metabolismos por recursos naturais, e a uma busca por recursos em territórios cada vez mais distantes, afetando mesmo os lugares mais remotos do planeta. Florestas, áreas congeladas ou oceanos passaram a ter seus recursos prospectados e explorados para oferecer insumos de todo tipo para as sociedades urbanas. A partir dessa nova realidade escalas, atores e temporalidades tornam-se chaves importantes, face à maneira como diferentes atores atuam no espaço, com estratégias e temporalidades diversas segundo diferentes escalas de ação (TSIOMIS, 2004).

Nesta perspectiva mais ampla, a compreensão dos fluxos de pessoas e mercadorias deve levar em conta muito mais do que as clássicas estruturas residenciais, de produção e de transporte que a visão neoclássica identificou, baseada nesta concepção produtiva, ou mesmo a divisão da sociedade em classes, ou a ação de agentes e instituições como bem apontaram as críticas marxista e institucionalista. Se considerarmos que a trama verde e azul é base para modos de vida pautados por outras cosmovisões que não a das sociedades capitalistas será preciso recorrer a teóricos sul americanos como Acosta (2016) ou Cusicanqui (2015), para sustentar a necessidade de novas abordagens que incluam os territórios de povos originários, tomados por políticas públicas até o século XX como subalternos, por não serem completamente convertidos às práticas de mercado, embora articulados às economias urbanas que os polarizam. Estes grupos estão misturados às populações camponesas que migraram para as cidades, e ocuparam as terras frágeis (várzeas, morros) que, via de regra, estão associadas à trama verde e azul, e que eram mantidas descartadas pelo setor imobiliário até que as ocupações informais as integrassem à cidade consolidada.

Enquanto esta realidade se instalava, a formação profissional de urbanistas era completamente direcionada para a cidade consolidada (SCHULTZER, 2012), e no Brasil mais especificamente, para a cidade formal (FERREIRA, 2003), excluindo da compreensão desse profissional os espaços periféricos, sob disputa pela expansão urbana, onde ocorre a desterritorialização, e também a ampliação de impactos ambientais. A incompreensão do entrelaçamento entre processos urbanos e naturais, e dos conflitos entre os tempos sociais

e os tempos da natureza levam a processos de adoecimento da cidade (ilha de calor, inversão térmica, esterilização do solo, mudanças na hidrodinâmica e geomorfologia, empobrecimento dos ecossistemas) (SCHULTZER, 2012) e à exclusão socioambiental dos povos nativos.

O debate sobre este desencontro destaca temas ligados à eficiência do metabolismo da cidade (SWINGEDOW, 2009), a necessidade das pessoas terem contato com a natureza (CAMERON et al, 2012) ou à distância entre locais de produção de alimentos e de consumo (STEEL, 2013), em uma perspectiva orientada pela necessidade de adaptação às mudanças climáticas nas cidades, mas que na escala local amazônica precisa transcender dicotomias entre urbano e rural e entre cidade consolidada e periferia, ou entre cidade e natureza. Em 2020 a pandemia de covid-19 expôs de modo mais contundente as desigualdades entre os assentamentos humanos no Brasil, que em 2012 já eram evidenciadas no Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (FIOCRUZ, 2012) (ver figura 1).

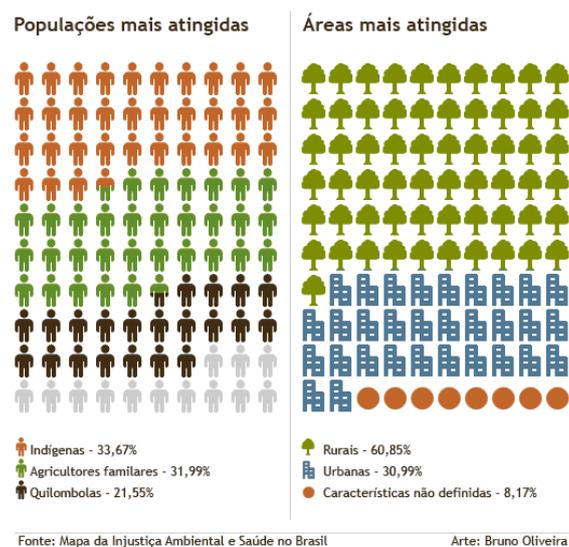


Figura 1: Distribuição da injustiça ambiental entre subgrupos da população brasileira. Fonte: Fiocruz (2012).

Apesar da original abundância de recursos e alimentos nos rios e floresta na Amazônia, processos de reestruturação de espaços rurais e periurbanos impõem a transferência das populações dos territórios nativos para as periferias das cidades, constituindo exclusão, seja pela moradia precária, que pode carecer de água encanada para seguir as mínimas medidas de higiene, seja pelo estigma da desqualificação para o trabalho na cidade e decorrente pobreza. Não há reconhecimento do trabalho no local de moradia, para sustento próprio e produção de alimentos como uso elegível, dentro da concepção de estruturação da cidade capitalista, apesar do urbano ter extrapolado a cidade, com sua

logística e usos de apoio às demandas de consumo no metabolismo urbano, e da intensificação da crise ambiental (MONTE-MÓR, 2014).

A constituição de áreas periurbanas é extremamente funcional para a modulação do microclima urbano, pois nada pode substituir árvores nos ecossistemas naturais. A supressão de vegetação desestrutura e infertiliza o solo, modifica o ciclo hidrológico, aumenta temperatura (SCHULTZER, 2012), e mesmo assim persiste uma compreensão equivocada de que populações que sabem manejar a natureza sejam desqualificadas para o modo de vida urbano. A extensão indiscriminada das manchas urbanas associadas às características de terras planas e encharcados da bacia amazônica torna a questão da permeabilidade do solo crucial para a prevenção de alagamentos (MIRANDA, 2020). A eliminação das tramas compostas por várzeas e de territórios de comunidades tradicionais dentro das manchas urbanas, desconsidera as alterações os ciclos longos da natureza, manifesto seja no movimento de rios em suas várzeas no decorrer das décadas ou na alterações no clima do planeta em períodos geológicos (SPIRN, 1984).

Além disso, ainda se discute pouco a respeito da relação entre este padrão de reestruturação do território e o potencial de liberação de patógenos nocivos à espécie humana após a destruição de ecossistemas. Fearnside (2020) alerta que a Amazônia devastada pode ser um celeiro de novas pandemias. A comparação do padrão de desmatamento no entorno de cidades médias como Santarém e Marabá entre 1985 e 2019 (figura 2) demonstra a velocidade do desmatamento em contexto periurbano, mas também alguma capacidade de resistência nos casos em que houve a institucionalização de assentamentos especiais pelo INCRA, como foi o caso do PAE Eixo Forte a oeste de Santarém e da Terra Indígena Mãe Maria a nordeste de Marabá.

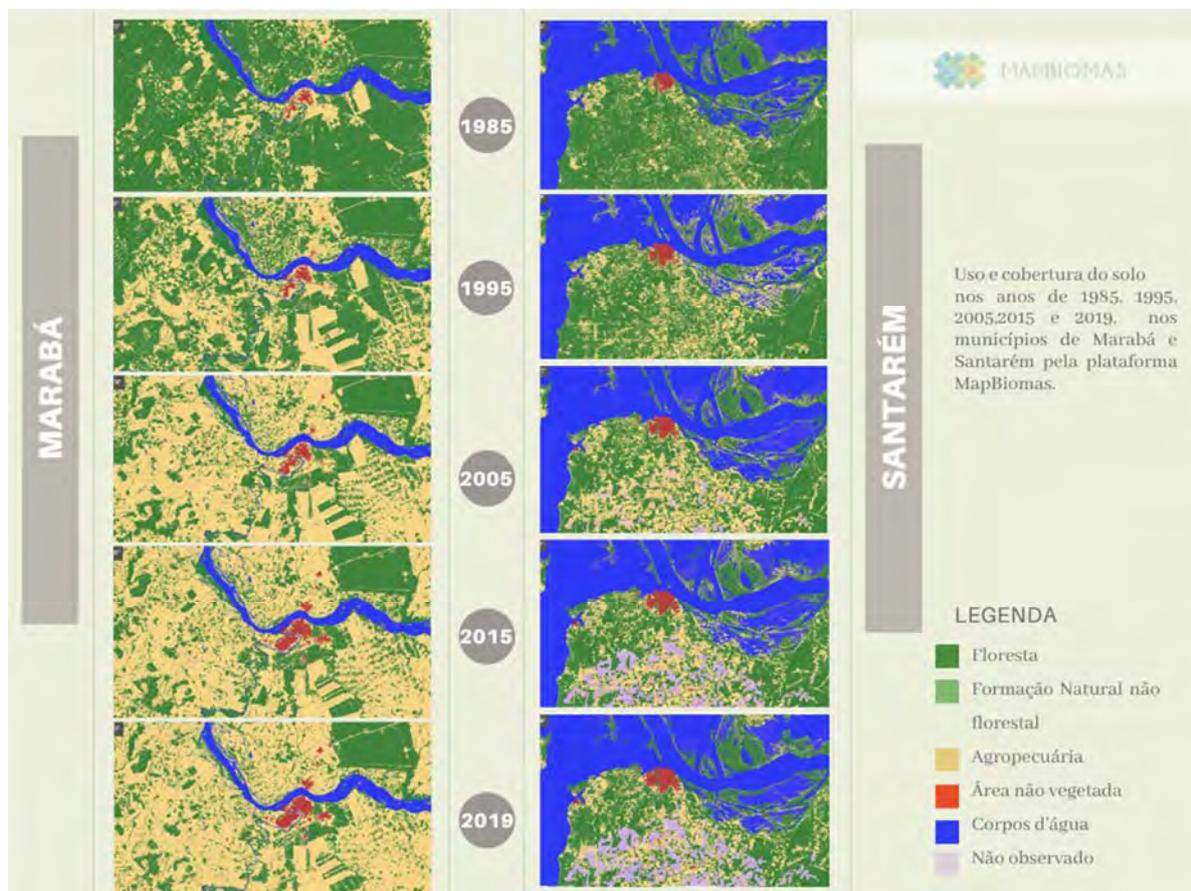


Figura 2: Uso e cobertura do solo entre os anos 1985 e 1995 no entorno das cidades de Marabá e Santarém. Fonte: MAPBIOMAS (1985, 1995, 2005, 2015, 2019). Elaboração: Cristina Cardoso.

Pesquisas nas bases de dados oficiais e nas imagens de satélite de livre acesso da última década, associada ao uso do geoprocessamento, em busca da identificação do que seriam as formações correspondentes contemporâneas da Trama Verde Azul nas áreas de influência imediata de cidades como Belém, Santarém e Marabá, e verificou-se grande correspondência entre matas primárias e presença de população tradicional, exatamente os territórios que correm risco de extinção pela ação federal; também houve um esforço de consulta à população (entrevistas por telefone com colaboradores em Marabá, Santarém e Belém, somada à consulta nas redes sociais por meio de formulário do tipo google docs disponibilizado no perfil do grupo de pesquisa) para identificar as conexões existentes entre atividades dentro da cidade e esses territórios, com destaque para as feiras, portos e balneários, para lembrar que, no caso amazônico, o fluxo de pessoas e mercadorias articula floresta, rios e cidade por meio das feiras - o local de trabalho desses grupos periurbanos na cidade, e dos balneários - os locais da sociabilidade popular. Portos e trapiches foram destacados como infraestrutura de apoio para o acesso de comunidades ribeirinhas, e os campos de futebol são apontados como o espaço multiuso das comunidades, onde ocorrem os jogos de futebol, mas também as festas e reuniões da comunidade periurbanas (ver figura 3) (BRAZIL, CARDOSO, 2020; CARDOSO, CARDOSO, 2020).

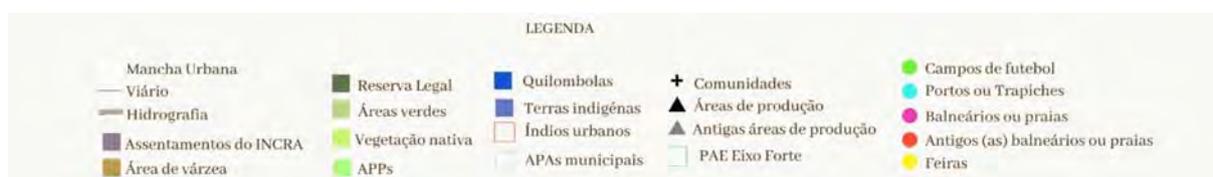


Figura 3: Distribuição de usos associados ao modo de vida tradicional nas cidades de Belém, Santarém e Marabá. Fontes: IBGE (2015, 2016, 2019); INCRA (2019); SICAR (2020); CPRM (2012, 2017). Brazil, Cardoso (2020); Cardoso, Cardoso (2020). Elaboração: Cristina Cardoso.

Reduzindo a escala para o município, é possível observar a forma como as vilas habitadas pelas comunidades rurais formam uma trama do território. O caso de Santarém é bastante didático neste aspecto. Oliveira (2016) identificou que a proporção entre área de moradia e área de produção de 1:9 para o Projeto de Assentamento Agroextrativista Eixo Forte (localizado entre a cidade de Santarém e o Rio Tapajós); para efeito de produção de uma representação cartográfica, a partir desta referência de proporção, foi atribuído um raio de 4 km para cada comunidade, como estimativa “pessimista” de área utilizada para produção. A partir dessa representação foi possível observar como esta trama se espalha pelo território do município (ver figura 4). Esta trama de comunidades que se articulam em sistemas entre si e com a sede municipal (PINHO, 2012) revela um espaço periurbano estendido - a trama de populações e biodiversidade, que resiste ao agronegócio apesar do favorecimento institucional oferecido ao segundo por condições de financiamento e leis de diversos níveis.

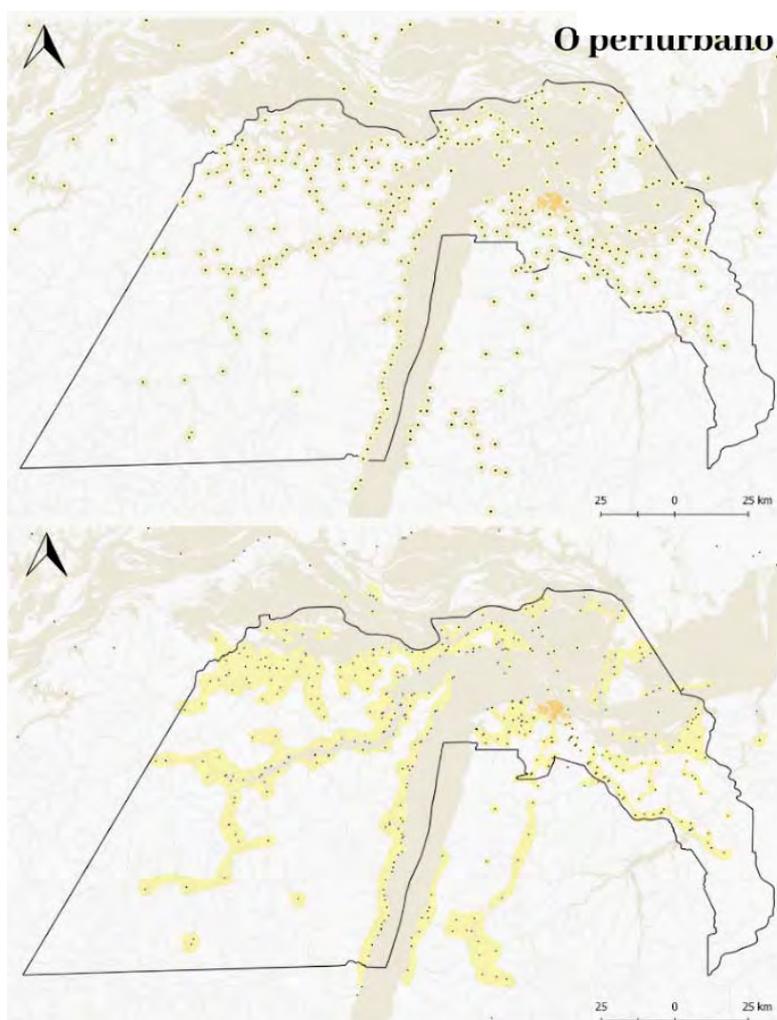


Figura 4: Representação da trama de povos da floresta constituída por corredores de áreas de produção de comunidades rurais. Fonte: STTR (2016), SICAR (2016), IBGE (2016). Elaboração: Cristina Cardoso.

No caso específico de Santarém, esta caracterização da trama dos povos da floresta como um espaço periurbano estendido, também baseia-se nos registros do processo de discussão popular preparatório à elaboração do Plano Diretor para o Município de Santarém apresentado em Reis e Rodrigues (2019). A perspectiva de atualização do plano diretor provocou a mobilização de todas as comunidades do município, que embora produzam no lugar onde vivem, são politizadas e têm expectativa de acesso à cidadania, aos serviços básicos (transporte, saúde, educação, saneamento), da mesma forma que as populações que vivem no chamado perímetro urbano, a poligonal que delimita a cidade.

Todavia, ainda prevalece o pensamento colonizado e desinformado sobre os efeitos de longo prazo de processos de expansão urbana por crescimento de uma mancha contínua que transforma sítios naturais, devasta sua cobertura vegetal e desterritorializa população nativa. As elites locais não compreendem as possibilidades locais, e buscam o lucro imediato da articulação com agentes externos para a redefinição de zoneamentos que favoreçam a produção de commodities e a transformação da beleza cênica em mercadoria. Há uma orquestração para extinção dos assentamentos especiais e constituição de uma proto-conurbação, ao longo das rodovias que ligam as cidades que compõem a Região Metropolitana de Santarém (constituída por Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos), distantes cerca de trinta quilômetros entre si, como se não existissem pessoas e riquezas nestes espaços.

3. O ESPAÇO DA VIDA COTIDIANA

Melo (2020) sugeriu a observação da urbanização na Amazônia a partir das práticas do cotidiano, para melhor capturar as possibilidades de contra-movimentos contemporâneas, lembrando que a é na domesticidade, no trabalho da unidade familiar, que melhor se compreende a reciprocidade e o respeito aos limites de exploração dos recursos naturais investigados por Costa (2016). Sob esta perspectiva apresenta-se as comunidades periurbanas de várzeas e florestas como agentes sociais importantes no cenário de crise ambiental vivido no planeta, devido à sua visão da natureza como mantenedora do seu sustento a partir do manejo consciente dos ciclos da natureza, aproxima-as da visão de bem comum, discutida como alternativa à visão de mercado em Tonucci e Cruz (2019).

A figura 5 mostra o arranjo da família ribeirinha na Ilha do Combú (Belém), que tem um quintal no entorno da casa (pode existir mais de uma casa, a depender da composição da família), para cultivo de alimentos, plantas medicinais e criação de pequenos animais. A casa é ligada ao rio pelo trapiche, que é multifuncional (apoia trabalho, lazer, sociabilidade) e que articulada à floresta por meio do quintal (BRITO, 2018). Na Ilha de Cotijuba (Belém) o lote produtivo em terra firme setoriza tipos de plantio, preservando a vegetação de maior

porte e concentra as moradias em parte do lote (OLIVEIRA, 2019). Em uma tipologia mais contemporânea, o Assentamento de Reforma Agrária Paulo Fonteles, as famílias também se organizam em parte do lote, para permitir que o mesmo seja melhor aproveitado para as diversas atividades produtivas (GONZAGA, 2020).

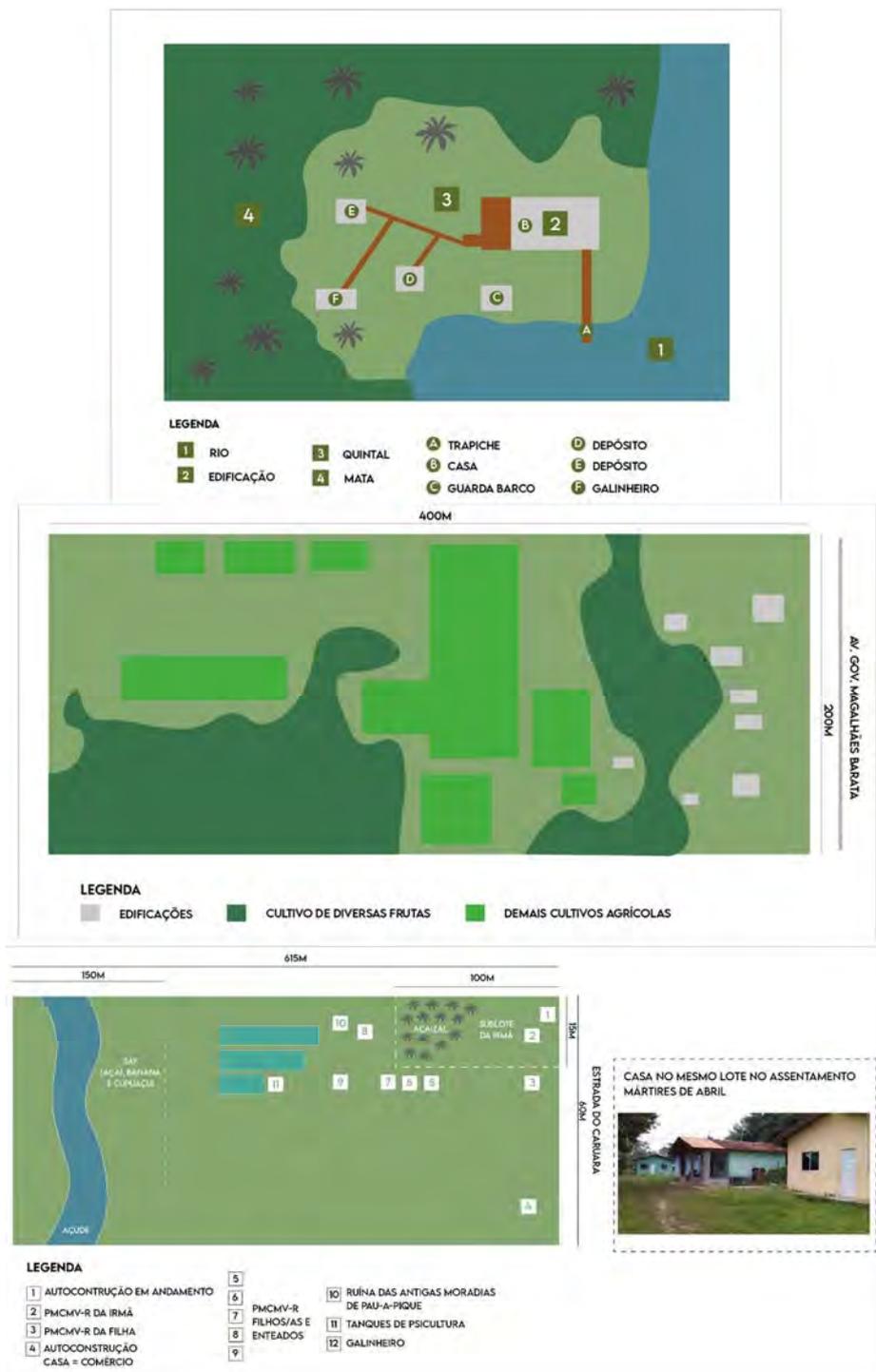


Figura 5: Exemplos de forma de aproveitamento de lote ou de áreas de posse para moradia e produção. Fontes: Brito (2018); Oliveira (2019), Gonzaga (2020). Adaptados por Elis Brazil.

Sustentar e proteger estes modos de vida, permitindo sua co-existência com as estruturas urbanas clássicas (logística, infraestruturas técnicas, centralidades, espaços de produção e moradia) seria uma forma da política urbana incorporar elementos cruciais da agenda socioambiental e ecológica. Não fazer isso significa reproduzir formas de urbanização que foram desenvolvidas para outros contextos socioeconômicos, ambientais e institucionais, e reeditar processos de colonização e subalternização de grupos sociais, que praticam uma economia popular e solidária, que se conecta com os circuitos formais do turismo, por exemplo, através da gastronomia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências apresentadas neste texto iluminam as possibilidades do município amazônico estabelecer uma nova concepção de estruturação urbana no século XXI, comprometida com processos que não são regidos pela economia capitalista (industrial/extrativa/financeirizada) - que necessita desmatar a terra para transformá-la em meio de produção de commodities. Seria uma concepção que inclui na gestão urbanística novas tipologias de uso e ocupação do solo, hoje vistas como rurais, mas que diante dos processos de expansão urbana e das características geomorfológicas e climáticas locais, deveriam ser incorporados à gestão urbanística para melhor articulação entre processos sociais e ambientais.

A trama de povos da floresta destacada emerge como um componente de estruturação do território, que articula campo, várzea, floresta e cidade, para cujos habitantes a terra é território para viver e produzir. O patamar de preservação estabelecido pelas leis brasileiras (Áreas de Preservação Permanente/ Código Florestal; Reservas Legais) não é suficiente para manter tais estruturas e será necessário que os municípios, apesar de todas as suas dificuldades financeiras, técnicas e políticas, protagonizem instrumentos de proteção socioambiental com este fim.

Além disso, ao reconhecer a produção social do território, é preciso atentar que nem todos estão inseridos no mesmo marco cultural, econômico e político. As dicotomias formal e informal ou urbano e rural, não podem ser superadas a partir de uma visão da população apenas pelo viés socioeconômico (de classe social), será necessário incluir as visões de mundo, para acessar a repercussão de decisões dos agentes envolvidos em diferentes escalas e temporalidades, e desse modo pode ser que se prove viável apontar na vida e na preservação e na solidariedade.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ANGELO, Hillary; BASTOS, Pedro M.. **O imaginário do esverdeamento urbano: a natureza urbanizada na região alemã do Vale do Ruhr**. e-metropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, 2020, N. 41 Ano 11.
- BECKER, B. **A Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BRAZIL, E; CARDOSO, A. C. **Tramas Verde Azul e Multicoloridas para fortalecimento da sociobiodiversidade na RMB**. Belém: PROPESP/UFPA, 2020. Relatório de Pesquisa em Iniciação Científica.
- BRENNER, N. (org) **Implosions/ Explosions: Towards a study of planetary urbanization**. Berlin: Jovis, 2014
- CAMERON, R. et al. **The domestic Garden – its contributio to urban green infrastructure**. Urban Forestry & Urban Greening, 11, 129-137, 2012. doi: 10.1016/j.ufug.2012.01.002
- CARDOSO, A.C; OLIVEIRA, K.; GOMES, T. **Mismatches between extended urbanization and everyday socioenvironmental conflicts in Santarém, Pará, Brazil**. Sustainability in Debate, v. 11, n.1, p 83-97,2020.
- CARDOSO, C; CARDOSO, A. C. **Caracterização de estruturas espaciais na Amazônia oriental através da produção de cartografias**. Belém: PROPESP/UFPA, 2020. Relatório de Pesquisa em Iniciação Científica.
- COSTA, Francisco. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 – 1970)**. Belém: NAEA, 2012.
- CUSICANQUI, S. **Sociología de la Imagem**. Miradas ch'ixi desde laihistoria andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015
- FARRET, R.L. **Paradigma da estruturação do espaço residencial intra-urbano**. In: GONZALES, S.F.N. et al. (orgs) **O espaço da cidade**. Contribuições à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985. Pp 73-90.
- FEARNSIDE, Philip. **Will the next coronavirus come from Amazonia? Deforestation and the risk of infectious diseases (commentary)**. Mongabay, 08 Abril 2020. Disponível em: <<https://news.mongabay.com/2020/04/will-the-next-coronavirus-come-from-amazonia-deforestation-and-the-risk-of-infectious-diseases-commentary/>>. (Acessado em: 13 Mai 2020).
- FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade global**. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. 2003.
- FIOCRUZ. **Mapa mostra como a injustiça ambiental afeta a saúde coletiva no país**. 2012. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/mapa-mostra-como-injustica-ambiental-afeta-saude-coletiva-no-pais>> acesso em fev.2021.
- FOLHES, R. **Cenários de Mudanças no Uso da Terra, Explorando Uma Abordagem Participativa e Multi-Escala para o Assentamento Agroextrativista do Lago Grande**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará. 2010.
- FORMAN, R.; GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: John Wiley ans Sons, 1986.
- Hall, P. **Cities in civilization**. Weidenfeld & Nicolson, London, 1998.

HERCULANO, Selene (2006). **"Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental"**. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. Consultado a 02.02.2010, em <<http://www.professores.uff.br/seleneherculano/publicacoes/la-como-ca.pdf>>.

MAPBIOMAS. **Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil**. Disponível em: <https://mapbiomas.org> Acesso em fev.2021.

MELO, A.C. O invisível em movimento: **um estudo sobre as resistências na fronteira amazônica no século XXI**. 2020. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal do Pará. 2020.

MIRANDA, T. **A ilusão da igualdade: natureza, justiça social e racismo em Belém**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Universidade Federal do Pará. Belém, 2020.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. **Modernities in the jungle: Extended urbanization in the Brazilian Amazon**. 2004. Tese (Ph.D. em Planejamento Urbano) - University of California, Los Angeles.

MONT-MOR, R. Extended Urbanization and Settlement Patterns in Brazil: an Environmental Approach. In: Brenner, N. (org) **Implosions/ Explosions: Towards a study of planetary urbanization**. Berlim: Jovis, 2014, 109- 120.

MOURÃO, Ana; COSTA, Heloísa. **A Trama Verde e Azul no planejamento territorial, aproximações e distanciamentos**. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., SÃO PAULO, V.20, N.3, p.538-555, 2018.

OLIVEIRA, K. D.; CARDOSO, A. C. D. **CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS AS MARGENS DE RIO NA CIDADE DE SANTARÉM**. In: XXVII Seminário de Iniciação Científica da UFPa, 2016, Belém. Resumos do XXVII Seminário de Iniciação Científica da UFPa. Belém: UFPA/PROPESP, 2016. v. 1. p. 1

PINHO, C. **Análise das redes de localidades ribeirinhas amazônicas no tecido urbano estendido: uma contribuição metodológica**. Tese de doutorado em Sensoriamento Remoto, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). São José dos Campos. 2012

REIS, A.B.; RODRIGUES, Y. **A Luta pelo Direito à Cidade na Amazônia, o processo de revisão do plano diretor de Santarém-PA**. Santarém: Fase, 2019.

SCHASBERG, B. **A nova safra de planos diretores pós-Estatuto da Cidade**. In STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas espaciais**. Brasília: Paralelo 15/LGE, 2006.

SCHULTZER, J.G. **Cidade e Meio Ambiente, a apropriação do relevo no Desenho Ambiental Urbano**. São Paulo: Edusp, 2012.

SINGER, Paul (1982). **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, Erminia, org. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Omega.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPIRN, A. **Granite Gardens, Urban Nature and Human Design**. New York: Basic Books, 1984.

STEEL, C. **Hungry City: How Food Shapes Our Lives**. NY : Vintage Books, 2013.

SWYNGEDOUW, E. **The Antinomies of the Post-Political City**. In Search of a Democratic Politics of Environmental Production. In: SWYNGEDOUW, E. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 33, p. 601-620. 2009.

TONUCCI FILHO, J; M. CRUZ. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? *Rev. Bras. Estud. Urb anos Reg.*, SÃO PAU LO, V.21, N.3, p.487-504, SET .-DE Z. 2019

TSIOMIS, Y. **Urbanisation et environnement: la ville du présent et du futur**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 129-138, jul./dez, 2004.

VENTURA NETO, R. **A (TRANS) FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA: Floresta, Rentismo e Periferia**. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2017.

VILLAÇA, Flávio. (1995). A crise do planejamento urbano. São Paulo em perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, vol. 9, nº 2.

XIMENES, J. et al. **A Região Metropolitana de Belém: Territórios precários, condições de infraestrutura, moradia e a covid-19**. Série As metrópoles e a Covid-19: Dossiê Nacional. Disponível em https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%3%AA-N%3%BAcleoBel%3%A9m_An%3%A1lise-Local_Julho-2020.pdf



GT 3 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais.

Sítios Sitiados em Barcarena: impactos, pressões e r-existências no contexto do polo industrial portuário.

João Daltro Paiva (MEG)¹

RESUMO

O presente artigo pretende analisar os impactos e pressões sobre os sítios camponeses ribeirinhos que até os anos 1970 eram a base de ocupação territorial e produtiva do campesinato em Barcarena, assim como as estratégias de permanência dos sítiantes em seus lugares de existência, sob a perspectiva da multiterritorialidade e o sítio enquanto uma expressão multidimensional de territorialidade. O estudo aponta que mesmo imersos em um contexto de constantes ameaças às suas territorialidades, os sítiantes camponeses ribeirinhos encontraram estratégias de permanência e existência em seus territórios, a qual se expressa tanto como luta e organização social como a vivência no *sítio* não somente sob o aspecto produção-consumo, mas como territorialidade e pertencimento à Barcarena. Uma vez que as atividades de pesquisa de campo estão ainda por serem realizadas em 2021, a análise teve como referência os processos de deslocamentos forçados para a instalação do complexo industrial portuário e foi desenvolvida a partir da identificação do percurso social e histórico dos sítios camponeses ribeirinhos, assim como mapas e estudos já realizados nos níveis das vivências concretas das pessoas e dos grupos sociais onde estão os discursos e narrativas de resistência cotidiana, especificamente aqueles relacionados Quilombo de Gibirí de São Loureço e as comunidades de Itupanema e Vila Nova do Piry, localizadas em Barcarena.

Palavras-chaves: Barcarena – Territorialidades - Sítios

1. INTRODUÇÃO

Barcarena situa-se no Estado do Pará e se localiza na mesorregião Metropolitana de Belém e na microrregião de Belém. Sua sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 01° 30' 24 "de latitude Sul e 48° 37' 12" de longitude a Oeste de Greenwich. O município tem os seguintes limites: Ao Norte, a Baía de Guajará e município de Belém; ao Sul, os municípios de Moju e Abaetetuba; ao Leste, a Baía de Guajará e o município de Acará e a Oeste, a Baía do Marajó.

¹ Graduado em Filosofia, mestrando em Diversidade Sociocultural no Museu Emílio Goeldi. E-mail: daltropaiva@gmail.com

Barcarena no censo demográfico de 2010 (IBGE Cidades) apresentou uma população total de 99.859 habitantes, distribuída em uma área total de 1.310.336 Km², o que equivaleu a uma densidade demográfica de 76,21 hab/Km². Em 2020 a população estava estimada em 127.027 pessoas, o que equivaleu a um crescimento populacional de 27.168 pessoas, ou seja, 27,20% pessoas a mais no município em 10 anos. A partir dos anos 1980 o município presenciou a instalação de projetos de beneficiamento industrial da cadeia minero metalúrgica, assim como o fluxo migratório que a acompanhou. Hoje o município vivencia a instalação e ampliação de projetos de infraestrutura (portos, hidrovias, rodovias e ferrovias) e seus múltiplos desdobramentos na existência das pessoas que habitam o município. Neste trabalho, o foco de análise e esforço interpretativo destes desdobramentos se dá acerca dos camponeses ribeirinhos e a modalidade de apropriação espacial que esta categoria social vem ali construindo e configurando a centenas de anos, que são os sítios, os quais demarcam a constituição social e histórica de Barcarena, assim como hoje emergem como um lugar de afirmação social e política camponesa ribeirinha no município.

A discussão proposta está organizada em três seções. Além desta introdução, a segunda seção desenvolve o conteúdo em quatro subseções. Na primeira subseção são apresentadas referências teóricas acerca de território, territorialidade e identidades. A segunda subseção é dedicada a uma breve revisão social e histórica, situando os sítios como uma modalidade socioespacial de ocupação e territorialização singular no Baixo Vale do Tocantins. Na terceira subseção se aborda o contexto recente de pressões e impactos a que as populações de sítiantes estão colocadas na Bacia do Rio Murucupi e a quarta subseção são discutidas as estratégias de permanência, pertencimento e existência das famílias sítiantes no território, assim como possibilidade de questões ainda a serem tratadas. Ao final se tem as considerações finais.

2. BARCARENA, DOS SÍTIOS, AO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO: PRESSÕES IMPACTOS E AFIMAÇÕES DE EXISTÊNCIAS

2.1. Os sítios camponeses ribeirinhos: marcações teóricas necessárias sobre território, territorialidades e identidades.

A imagem de Barcarena como um polo concentrador do elo de beneficiamento da cadeia da bauxita, do caulim e da infraestrutura e logística é recente. Barcarena está situada numa região de ocupação antiga, que Bates, em 1849, já descrevia como uma ocupação intensiva ao falar das áreas cultivadas, como citado por Amorozo e Gély (1988, p. 50):

Um grande número de novas clareiras abertas na floresta virgem pelos nativos e a existência de plantações de mandioca e milho em consideráveis proporções, além de pequenas culturas de café, algodão e cana nas barranqueiras do rio Murucupi.

Logo, a região de Barcarena anterior aos anos 1970 não era despovoada, não era um vazio demográfico. Portanto, as plantas de industrialização da cadeia mínero metalúrgica e o Porto de Vila do Conde – primeiro projeto portuário instalado no município - sobrepuseram-se à um território de longa ocupação humana, onde um conjunto de pessoas viviam em comunidades de base agrícola, haliêutica e extrativista. O processo de implantação não considerou os usos territoriais feitos por estas comunidades, havendo reações diferenciadas da população local à estas dinâmicas, desde a aceitação da instalação do Distrito Industrial, do Porto de Vila do Conde e dos projetos das empresas como sinais da inexorabilidade do desenvolvimento e do progresso que pareciam chegar à “atrasada” Barcarena, assim como posicionamentos contrários à instalação destas empresas e seus processos produtivos por considerarem-nos uma ameaça aos seus modos de vida e territórios ou por não concordarem com os valores das indenizações que eram oferecidas às famílias para a saída forçada de suas terras originárias (BARROS, 2007).

Considerando-se que este processo de dinamização da economia de Barcarena sob o fluxo da instalação dos projetos empresariais vinculados à cadeia mínero-metalúrgica e às atividades de infraestrutura e logística pode alterar as percepções que tanto os agentes externos quanto as populações locais tem sobre o município como lugar, igualmente é possível que se tenha um processo de ressignificação do lugar numa logica de mutiterritorialidade, neste caso considerando-se sua multidimensionalidade – política, cultural, econômica – como bem atesta Haesbaert (2002; 2004). Sob esta perspectiva, a noção de mutiterritorialidades defendida por Haesbaert (2002;2004) e comentada por Ferreira (2014) pode se constituir numa chave de compreensão dos processos de configuração de territórios e como territorialidades em Barcarena.

“(…) este autor (HAESBAERT, 2004; 2007) se refere a uma mutiterritorialidade (ou seja, uma dinâmica combinada de múltiplos territórios e territorialidades) reunida em três elementos básicos denominados *territórios-zona*, *territórios-rede* e *aglomerados de exclusão* (itálico do autor).

A multidimensionalidade do território pode ser compreendida sob duas vertentes, uma de caráter subjetiva e outra de caráter político-econômica, ou como Boligian e Almeida (2003, p. 241) categorizam: funcional e simbólico-afetiva. Aquela definida como base espacial “onde estão dispostos objetos, formas e ações construídas pelos atores sociais e historicamente determinadas segundo as regras do modo de produção vigente em cada época, ou seja, pelas relações sociais de produção”, e igualmente como espaço, mas “onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural”.

Portanto, território e identidade se relacionam na medida em que se efetiva a territorialidade, a qual se expressa como dinâmicas de caráter cultural, política, econômica e social, operadas em múltiplas escalas e formas de relação e espacialização, pois diz respeito – ainda que não somente – à identidade, à (re) construção identitária (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009). Assim, para compreender os processos identitários de uma determinada comunidade ou coletivo humano é necessário considerar os componentes relacionados aos conflitos pelo domínio e uso dos *bens naturais* tornados *recursos naturais* e, portanto, ressignificados à mercadoria e que, sob esta lógica, ressignificam também a relação destas populações com estes bens e, portanto, sua relação com a terra, água, animais e florestas, desconstruindo imagens e construindo imaginários num processo relacional destas comunidades com o território, configurando-o em seus lugares, uma vez que “o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 42).

Alguns outros aportes se fazem necessários para acerca da questão identitária e sua relação com esta dada socioespacialidade que é o sítio camponês ribeirinho em Barcarena. Por um processo social, histórico e cognitivo, a lógica que determinou a linguagem sobre identidade demarcou-a como elemento de continuidade (HALL, 2014), como componente de permanência, como essência de si, como ponto fixo e imutável de referência. Neste sentido, é importante destacar a visão do autor sobre o imbricamento entre identidade e representação-discurso: uma não vem antes da outra, ambas emergem justapostas e intercambiando-se.

Restrepo (2015), apoiando-se em Hall, demarca que a identidade é uma construção que se dá pela diferenciação com o outro, sua conformação narrativa baseia-se numa dinâmica em que o *nós* se diferencia do *eles*, onde identidade e alteridade, *mesmo* e *outro* são aspectos distintos e interrelacionados do mesmo processo. Sendo processo, se dá de forma histórica e, como tal, distancia-se de qualquer fixismo ou essencialismo. Neste aspecto, este percurso identitário se dá como marcação das diferenças e é igualmente demarcado pelas relações de poder.

Sob este aspecto, a identidade sendo um processo de diferenciação, faz igualmente emergir identidades como contraponto e resistências aos sistemas de desigualdades e dominação que subjazem à diferenciação. Na medida em que esta dinâmica de resistência se dá como ação coletiva, gera identidades coletivas, as quais se retroalimentam destas ações coletivas, ao mesmo tempo que as impulsionam (RESTREPO, 2015: p. 139):

Resumindo, as identidades não são somente *objeto* (itálico do autor), mas também *mediações* (itálico do autor) das disputas sociais, da reprodução ou

da confrontação dos patamares de poder nas diferentes escalas e âmbitos da vida social.

Em continuidade à compreensão não-fixista, histórico-processual e dinâmica da construção identitária, outro elemento a considerar é compreendê-la como sendo um discurso construído a partir de práticas e relações sociais, mas igualmente um horizonte de possibilidades de vivenciar tais práticas e relações, ou seja, possui um grau ou nível de materialidade e de realidade que é capaz de influenciar o viver de um indivíduo ou de uma coletividade (RESTREPO, 2015) e, por conta disso, é um discurso, mas não somente.

É, acima de tudo um percurso que, sob determinadas marcações históricas e espaço temporais, emergirá como um *essencialismo estratégico* (RESTREPO 2015), como expressão narrativa de identidade, mas acima de tudo como significantes de sua política de representação e de sua estrutura de sentimentos, ou seja, de sua estrutura subjetiva. Sob esta perspectiva emerge a categoria de território, como um esforço humano por dar inteligibilidade ao espaço, neste caso enquanto “espaço representado e apropriado”, sendo mais preciso, como uma apropriação política do espaço (SEGATTO, 2010)

Evidencia-se assim o imbricamento entre território e identidade, na medida em que sua constituição – por ser uma construção social – implica em relação de posição, de relação entre o Eu e o Outro, por isso “as paisagens (geográficas e humanas) que o formam são os emblemas em que nos reconhecemos e em que cobramos realidade e materialidade ante nossos próprios olhos e os olhos dos outros” (SEGATTO, 2010: p. 198). Desta forma, existe uma correlação direta entre o território e a identidade e as paisagens enquanto pronunciamento de um determinado indivíduo ou coletivo.

O lugar pode então ser compreendido como o suporte de concretude do espaço apropriado (SEGATTO, 2010), onde o espaço construído se materializa como paisagem com seus elementos compósitos, sejam eles naturais ou construídos exclusivamente pela ação humana ou ainda aqueles que são uma mescla de ambos. Importante que se destaque que será aí no lugar que afloram as crises e que colocam em estado de crisálida o espaço representado. Sob esta perspectiva, Restrepo (2015) aponta a multiplicidade e a diversidade como inerentes à concepção de identidade, a qual se expressa de forma concreta em indivíduos e coletividades, de tal maneira que é mais apropriado falar de identidades do que de uma identidade unívoca e totalizadora. Tanto no campo individual quanto coletivo, são identidades múltiplas, em escalas diferenciadas que um indivíduo ou coletividade precisa operar e concertar num dado tempo e num dado espaço.

Utilizando-se de uma analogia: se pensamos as identidades como paisagens, então não é suficiente para uma compreensão destas paisagens olhar o cenário que se tem hoje, porque *este hoje* é o resultado do fluxo e influxo de diversos fatores e de diversas agências, sejam aquelas que atuaram ou irão atuar na construção desta paisagem. Paisagens e

identidades não são estáticas no tempo, não são fixadas no espaço, mas são espaço e tempo em mudança, envoltas em feixes múltiplos de relação, em escalas diversas de interações.

Tendo em conta estas primeiras marcações conceituais se pode então avançar para a compreensão desta forma singular de territorialização enquanto espaço apropriado, percorrido, tornado e tomado como seu pelos camponeses ribeirinhos da Amazônia. Forma que é simultaneamente única – ainda que não uniforme – e diversa – ainda que não fragmentada, a qual os camponeses ribeirinhos constituíram por um processo histórico e social de longo percurso e que denominam de *sítio*.

2.2. Os sítios camponeses ribeirinhos: algumas marcações históricas e sociais no Baixo Vale do Tocantins.

O território que atualmente é Barcarena compôs o que se denomina historiograficamente como o Vale do Tocantins, mais precisamente o Baixo curso do Rio Tocantins, sendo esta região espaço singular do processo de colonização da Amazônia. Desta forma, conforme Pará (2010: p. 28): “A política de exploração colonial produziu as instituições políticas, os mecanismos e as relações econômicas e sociais que centradas em Belém tornaram a embocadura do rio Amazonas, o epicentro da história do Estado do Grão-Pará”.

No caso da sociedade colonial, os indígenas serão estratégicos e fundamentais na busca pelo sucesso do empreendimento colonizador, não somente pela sua força de trabalho, mas pelo seu conhecimento, o qual será direcionado de forma funcional aos interesses do governo colonial, assim como aos interesses dos colonizadores locais. Ao ser qualificado como um reconhecimento funcional, destaca-se que não se trata de um reconhecimento da diferença e de sua valorização ética e étnica por parte das estruturas da colonização, mas de reduzir a expertise dos povos indígenas à um componente que pode aumentar o auferimento de ganhos monetários. Assim, aprisionar e distribuir indígenas para o trabalho forçado junto aos colonos será uma estratégia para garantir a eficiência e a eficácia do empreendimento colonial, pois as populações indígenas são força de trabalho e meio de produção (RAMALHO: 2017).

O ano de 1755 é um marco cronológico de um conjunto de leis que irão definir outros parâmetros para o projeto colonizador. Destaca-se neste conjunto de leis, aquelas diretamente relacionadas à alteração na forma pela qual os indivíduos indígenas passaram a ser legalmente considerados (SANTOS e SAMPAIO, citado por RAMALHO, 2000: p. 43):

O Alvará de Lei, de 4 de abril de 1755, que —declara os vassallos do Reino da América que se casarem com índias não ficarão com a infâmia alguma, antes serão preferidos nas terras em que se estabelecerem, etc. II; a Lei, de 6

de junho de 1755, que —restituiu aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e comércio na forma que nela se declarall;

Os indivíduos indígenas passam a ser legalmente percebidos como integrados à sociedade colonial. Porém não se tratava de uma benesse, mas de uma condição funcional ao projeto colonial, pois a inserção do indígena na sociedade colonial amazônica, era imprescindível nos planos político-econômicos de recuperação da Coroa portuguesa, onde a presença do branco não seria possível sem a existência de relações de troca, favores e alianças entre os nativos e os lusitanos.

Um dos elementos que corroboram essa perspectiva é o tratamento dado à agricultura, a qual irá ser delineada com uma dupla função: primeiramente manter o sustento das famílias de colonos e de seus lugares de instalação e a em segundo lugar, a sustentação da estrutura e do aparato colonial – a alimentação das tropas nas incursões de descimento dos indígenas, por exemplo, tendo como força motriz inicial o trabalho compulsório dos indígenas. Sobre esta ancoragem a questão do sítio campesino ribeirinho assume outras dimensões que não somente aquelas diretamente vinculadas à produção, pois se em termos gerais havia um esforço da metrópole em garantir que a agricultura *civilizadora* se tornasse a matriz econômica e social, como esta diretriz matricial se efetivava na construção das espacialidades camponesas ribeirinhas no Vale do Tocantins tendo como forma de materialização desta espacialidade o Sítio Camponês Ribeirinho.

Em termos especulativos se pode pensar que esta modalidade de ocupação socioespacial e produtiva pode ter sido, no período em questão (Século XVI ao século XVIII) um espaço silencioso de reconfiguração do conhecimento indígena, sob influências das determinações da metrópole, mas construído a partir dos interesses e lógicas das populações autóctones, o que levou a operar seleções, exclusões e inclusões de técnicas, ferramentas, cultivares e igualmente influenciaram na formas de relação com a terra, as águas, as florestas e os animais por estas populações.

Neste aspecto, Barbosa (2018) alerta para que olhar sobre as abordagens acerca da história social e econômica do Norte da Amazônia Portuguesa que obscurecem ou desconsideram o papel cumprido pela agricultura não extrativista exportadora – e seus agentes – como uma contribuição relevante à implantação do projeto colonial no período do século XVI e os períodos posteriores até ao século XIX.

Assim, ao não se reconhecer que o processo e o projeto colonial comportava também atividades produtivas não-extrativistas, tais como a agricultura de alimentos e a pecuária, ou a considerá-las como marginais, acessórias ou menos relevantes, coloca-se neste manto de invisibilidade outras questões que não são somente aquelas vinculadas à dimensão econômica da ocupação da Amazônia iniciada no século XVI, tais como os híbridos que aí foram forjados e o papel que um conjunto de atores sociais cumpriram nesta dinâmica,

especialmente aquelas famílias dispersas no território. Somente assim será possível perceber as estruturas internas ao projeto colonial, as quais em conjunto com as macro-estruturas - como a estratégia mercantilista definida pela metrópole -, construíram a singularidade da Amazônia colonial e imprimiram marcações que continuaram nos períodos seguintes.

Neste contexto, faz-se necessário considerar os fluxos migratórios dinamizados pelas fugas individuais e coletivas que marcam este período, em especial a partir da instalação do regime pombalino e com a consequente desestruturação do sistema de missões e a criação dos diretórios, Vilas e Lugares de Índios em seu lugar e por seu impacto sobre a economia agrícola fundada no trabalho compulsório dos povos indígenas e no trabalho escravizado dos povos pretos, mas também os pobres livres, especialmente por questões relacionadas ao recrutamento militar.

Será este processo de fuga e deserção em busca das matas de liberdade e trabalho que irá constituir os territórios e as gentes da ruralidade amazônica de forma diferenciada de outras regiões, no sentido de que não se configurará uma hegemonia da atividade agrícola nestas comunidades, ao contrário, o que se observou na Amazônia colonial e permanece ainda hoje, é que o campesinato amazônico é possuidor de uma dinâmica multiprodutiva, conciliando a agricultura, a extração florestal e a pesca (BARBOSA, 2018).

Este percurso social e histórico dos sítiantes camponeses ribeirinhos do Vale do Baixo Tocantins, especialmente em Barcarena será abruptamente modificado a partir dos anos 1970 pela instalação do complexo industrial portuário em Barcarena, as quais se materializam como território reocupado, levando a grandes transformações no uso do solo e efeitos sobre os rios, furos e igarapés locais, assim as terras, florestas e águas como lugares de trabalho destes sítiantes passam a ser lugares também marcados pelo risco e pelo temor.

2.3. Sítios sitiados: impactos e pressões do complexo industrial-portuário de Barcarena nos sítios e sítiantes locais.

O percurso recente da dinamização econômica de Barcarena em torno da cadeia mineira metalúrgica, infraestrutura e logística remete sua conformação territorial aos marcos do processo histórico de ocupação recente da Amazônia, onde o componente socioambiental é significado funcionalmente à noção de que a *Amazônia-lugar* é a espacialização “ótima” para a valorização econômico-financeira de produtos destinados ao mercado internacional e que influenciam diretamente na construção do espaço urbano na região (BECKER, 2005).

A localização ótima de Barcarena foi complementada com a instalação de um conjunto de infraestrutura urbana e logística para a implantação do complexo Albras-Alunorte, voltado a produção de alumínio, assim como a criação de um arcabouço legal favorável aos megaempreendimentos, como foi a Lei Kandir (MACEDO, 2019). O fato de que na área pretendida para a instalação das plantas industriais e as estruturas necessárias para o seu

funcionamento haver pessoas não foi empecilho ao projeto, sendo que esta situação foi “equacionada” por meio da remoção destes moradores legitimada legalmente.

A instalação “das empresas” – termo recorrentemente usado pela população de Barcarena para se referir ao complexo industrial portuário – ainda está em curso, sendo que o período mais recente tem sido de ampliação das instalações portuárias, num processo de profundas transformações socioterritoriais. O impulsionamento destas transformações se dá no contexto do que comumente se denomina de implantação dos grandes projetos na Amazônia, expressando um movimento de avanço do capital sobre a região, apresentada como um vazio demográfico no discurso governamental.

Uma narrativa que procurava legitimar o avanço sobre a região nos marcos do desenvolvimentismo e da industrialização (CASTRO, E. MOURA, E.A.F; MAIA, M.L.S., 1995), materializado em projetos agropecuários, minerários, hidrelétricos e de infraestrutura fluvial-rodoviária, o quais implicaram em uma diversidade de enfrentamento e conflitos com as populações que já habitavam secularmente a Amazônia, assim como estratégias destas populações para a defesa de seus territórios (MOREIRA e HÉBETTE, 2009; ALMEIDA, 2009).

No caso de Barcarena, as pressões e impactos se deram de forma mais intensa no entorno do complexo industrial portuário instalado na bacia hidrográfica do rio Murucupi. Para descrevê-los se irá recorrer aos estudos realizados acerca do uso e ocupação do solo e os riscos, ameaças e desastres socioambientais que tem comprometido a qualidade das águas desta bacia hidrográfica e conseqüentemente dos camponeses ribeirinhos que a habitam

Segundo Silva e Bordalo (sd), Santos (2018) e Furtado e Outros (2020), a Bacia Hidrográfica do Rio Murucupi comporta uma área de 30 Km² com perímetro de 29 km, seguindo sentido sudoeste a nordeste, tendo no Rio Murucupi seu principal curso d’água, mas tendo ainda quatro (4) igarapés e um (1) furo, situados à margem esquerda e vinte e seis (26) igarapés localizados à margem direita. Destaque-se que “a nascente principal do rio Murucupi se encontra na área do complexo industrial da empresa Alunorte” (SILVA e BORDALO, s/d, s/p) a depois irá percorrer a Vila dos Cabanos, os bairros Pioneiro e Laranjal, assim como comunidades camponesas ribeirinhas e tradicionais – como o quilombo Gibirí de São Lourenço – e finalmente desagüando no Furo do Arrozal. Conforme visualizado na Figura 1.

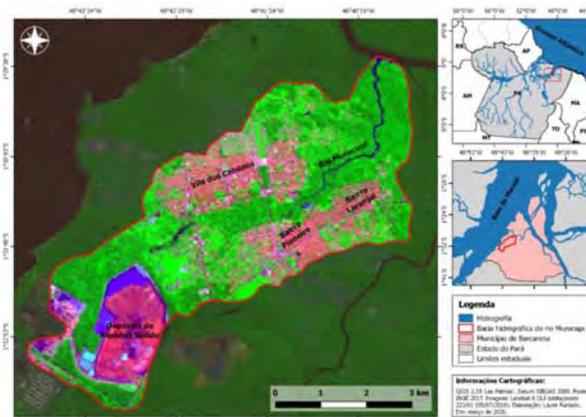


Figura 1. Mapa de localização da bacia hidrográfica do rio Murucupi, Barcarena/PA (FURTADO e OUTROS, 2020: p. 2343)

Santos (2018) realizou um estudo sobre a área, considerando os usos do solo e água e os barramentos instalados na área de estudo. Neste artigo utilizar-se-á os mapas referentes a 1986 e 2017, que tem como base os dados do United States Geological Survey (USGS), conforme a Figura 2.

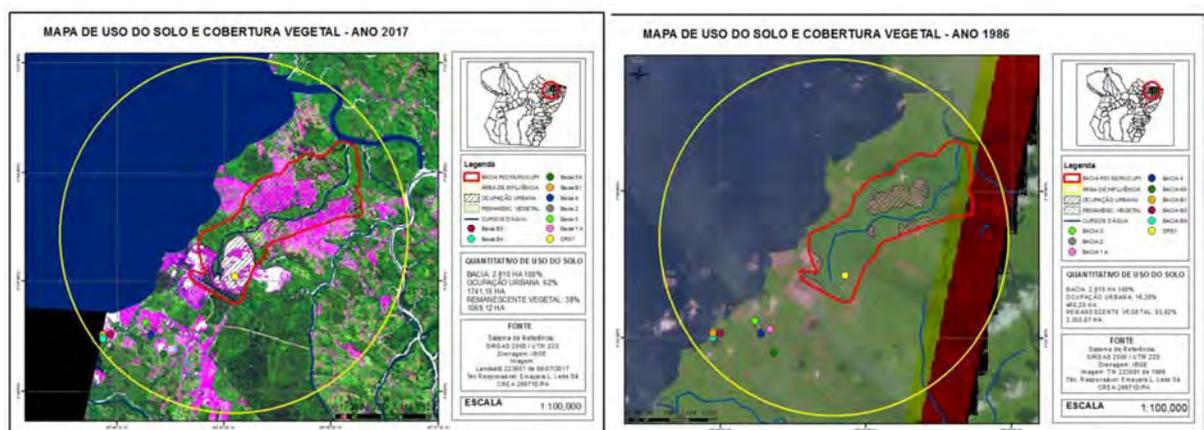


Figura 2 – Mapas de uso do solo e cobertura vegetal da Bacia Hidrográfica do Rio Murucupi, em 1986 e 2017 (SANTOS, 2018: p. 94; 99)

Os dados quantitativos analisados por Santos (2018) demonstraram a gravidade dos efeitos registrados nas imagens. Enquanto em 1986 se tinha uma cobertura vegetal de 83,62% e uma ocupação urbana de 16,38%, em 2017 o quadro está radicalmente invertido, com um remanescente vegetal de 38% e uma ocupação urbana de 62%. Esse quadro leva Santos (2018) a concluir que há um quadro de degradação ambiental, a qual sem mudanças atingirá a população local.

Furtado e Outros (2020), analisou as transformações no uso e cobertura da terra nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2019, tendo como referências a classe de uso água (o Rio

Murucupi) e também “área urbanizada, englobando os núcleos urbanos e industrial; solo exposto, característico por área isentas de vegetação e/ou infraestrutura de moradia; vegetação secundária, com uso não identificado e vegetação florestal” (FURTADO e OUTROS, 2020: p. 2345), gerando o conjunto de mapas da Figura 3.

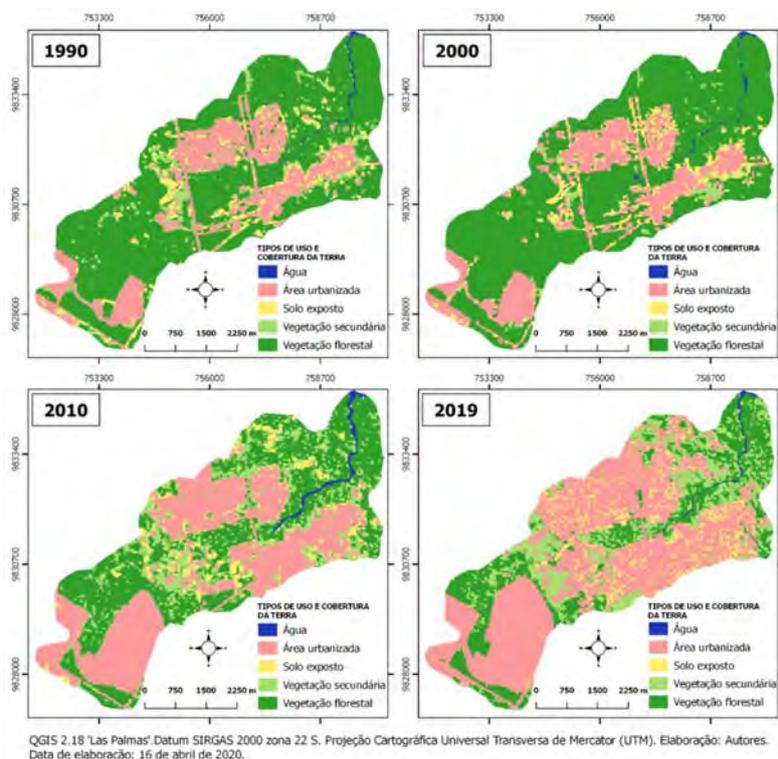


Figura 3 - Distribuição espacial do uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica do rio Murucupi nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2019 (FURTADO e OUTROS, 2020: p. 2346)

A imagem é expressiva ao indicar que houve uma significativa redução de cobertura florestal no decorrer de 29 anos, sendo que o principal uso que se sobrepõe às florestas é da urbanização, seja ela enquanto expansão de ocupação domiciliar ou comercial, quanto das indústrias e suas empresas terceirizadas. Em termos estatísticos, os dados de supressão vegetal analisados por Furtado e Outros (2020) indicaram que o intervalo entre 2000 e 2010 correspondeu a uma perda de 679 ha de florestas e o maior período de expansão de área urbanizada ocorreu entre os anos de 2010 a 2019, com um acréscimo de 484 ha. O percurso de inversão no uso e cobertura da terra é impactante: “Nos anos de 1990 e 2000, mais de 50% da bacia hidrográfica era composta por vegetação florestal. Adverso a esses anos, em 2019 mais de 50% da bacia era constituída por área urbanizada” (FURTADO e OUTROS, 2020: p. 2350 – 2351).

Neste cenário a ocorrência de desastres socioambientais não é questão do acaso, como demonstrado por Rodrigues e Hazeu (2019), uma vez que um desastre socioambiental

não é fortuito ou casual, mas situado em um conjunto de eventos interligados, os quais comportam o sofrimento em grandes níveis de dor para as coletividades atingidas e que não se esgotam no momento do evento, mas se prolongam.

Como se pode inferir dos dados apresentados, as comunidades tradicionais e moradores camponeses ribeirinhos que habitam secularmente a Bacia do Rio Murucupi estão tendo seus bens naturais ameaçados desde a instalação do complexo industrial portuário na década de 1980. Uma leitura superficial poderia levar a conclusão que este processo os “eliminou do mapa” de Barcarena, porém as suas movimentações e estratégias - invisibilizadas nos mapas de uso e cobertura do solo – mostram que eles e seus sítios estão vivos, mas para isso é necessário alcançar a escala das resistências, e r-existências.

2.4. Sítios vivos como estratégias de r-existência e afirmação identitária: o vivido em Gibirí de São Lourenço e o por descobrir em Vila Nova e Itupanema.

A abordagem em diferentes escalas possibilita uma percepção mais integrada das transformações socioterritoriais em Barcarena. Neste sentido, as contribuições de Scott (2011) são fundamentais para a construção de uma postura epistemológica que se abra à possibilidade de compreender o cotidiano como espaço de resistências e lutas do campesinato, reconhecendo o caráter de movimento social das formas cotidianas de resistência do campesinato, ainda que seja uma ordem distinta daquelas de estrutura altamente institucionalizada ou com uma estrutura de cadeia de comando ou de liderança relativamente bem definida.

Assim, o que é muitas vezes interpretado como *quietude, submissão, escravidão*, pode ser o resultado de como as classes subalternas assumem as narrativas, visões de mundo, ser humano e sociedade que não seriam as suas, mas justamente daqueles que os exploram e subordinam. “Nessa perspectiva, a paz agrária pode mais propriamente ser a paz da repressão (recordada e/ou prevista) do que a do consentimento ou cumplicidade.” (SCOTT, 2011: p. 231), ou seja, resultante dos fluxos do confronto das forças materiais da história que se expressam muitas vezes em violência e morte como recursos para manter a sociedade estável e sem rupturas. Será neste cotidiano que se identificam os códigos locais, reais, para questões que ultrapassam o contexto local e que se colocam como questões explicativas aos processos de resistência que aí são operados. Em outras palavras, a exploração capitalista se dá como vivida nas relações comunitárias e sociais que são estabelecidas entre os atores humanos (SCOTT, 2011).

As localidades tomadas como referência nesta seção, apesar de situadas em Barcarena, possuem um percurso social e histórico bem diferenciado entre si. Considerando ainda que há mais informações sistematizadas em relação à Gibirí de São Lourenço do que

sobre Itupanema e Vila Nova, a abordagem será igualmente diferenciada, debruçando-se sobre as dinâmicas de r-existência vividas em Gibirí de São Lourenço, enquanto que em relação à Itupanema e Vila Nova será possível estabelecer questões que possam vir a ser enfrentadas na pesquisa de campo a realizar-se.

Gibirí de São Lourenço é certificada como Comunidade Quilombola pela Fundação Palmares desde 04 de outubro de 2016, estando localizada “[...] na freguesia de São Francisco Xavier de Barcarena; situado à margem direita do rio Mucuruçá, com marcos naturais pelo furo Itamembuca, rio e furo do Ipará-Açú e Rio Murucupi. Município de Barcarena [...] (ACOQUIGSAL, 2018). Suas origens remontam ao seu ancestral Manoel Joaquim dos Santos, o qual trabalhou como escravo no Engenho São Lourenço por volta de 1830 e quando da decadência do empreendimento foi deixado morando na terra com a família e as benfeitorias que nela existiam. Em 2015 havia 130 famílias residentes no quilombo (MAIA, 2017)

A Vila de Itupanema está situada na região noroeste do município de Barcarena, à margem direita do rio Pará, em um platô de cerca de oito metros acima do nível do mar. A sua origem está ligada aos modos de vida tradicionais do município de Barcarena, com forte acento nas atividades da pesca, extrativismo e agricultura familiar. Com a instalação do Distrito Industrial de Barcarena, várias famílias foram removidas de suas terras originais. Entre estas, 74 famílias foram deslocadas para uma área na Vila de Itupanema, a qual se tornou uma localidade contígua à Itupanema (COSTA e GUIMARÃES, 2018). Esta nova localidade inicialmente foi chamada de Vila Nova do Pyri, posteriormente de Vila Nova de Itupanema e hoje é denominada pela população local somente como Vila Nova. A população estimada nestas duas localidades em 2019 era de 9.316 pessoas (SYNERGIA SOCIOAMBIENTAL, 2019).

A instalação do projeto Albrás-Alunorte em Barcarena seguiu a lógica de um planejamento autoritário, no qual os elementos levados em conta para as tomadas de decisão foram estritamente voltados à otimização do empreendimento minero-metalúrgico, desconsiderando tratar-se de um território já ocupado, sendo que o elemento visível foi o avanço do complexo industrial e todo o seu aparato complementar (Porto, Vila dos Cabanos, Bairro Laranjal, Eletronorte) sobre os sítios camponeses ribeirinhos (MAIA e MOURA, 1995) O processo de remoção forçada das famílias se expressou como um conjunto de violências sob a marca da ativação de forte aparato estatal, inclusive com legislação própria. Neste caso o Decreto nº 10.064 de 25 de abril de 1977, que declarou os imóveis e benfeitorias localizados em Barcarena no polígono pretendido à instalação do complexo industrial como sendo de utilidade pública e, portanto, passíveis de desapropriação (NAHUM, 2006).

Em estudo realizado entre os anos de 2004 e 2005 em Gibirí de São Lourenço, portanto passados 25 anos da implantação do complexo Albrás-Alunorte, Souza (2005)

demonstra que a fala e a organização socioespacial na comunidade ainda mantinha a marcação dos sítios, pois ao descreverem seus espaços de vida fazem-no com os termos *roça*, *roçado* e *sítio*, “expressando o lugar onde cultivam e colhem suas plantações agrícolas” (SOUZA, 2005: p. 34), assim como o trabalho sustentado pela força de trabalho familiar, típico da forma de trabalhar dos sítios desde o período colonial, onde conseguem relativa autonomia a partir de sua própria capacidade produtiva familiar e a apropriação do espaço e construção das referências espaciais ao lugar de trabalho.

Evidencia-se também a relação terra-trabalho como permanência e pertencimento, de segurança e de continuidade da unidade familiar naquele espaço apropriado como lugar de trabalho, mas igualmente como lugar que atualiza suas histórias pessoais e coletivas e as estabelece como futuro, pois é no trabalho que a terra como posse se perpetua e se estabelece e não por uma ação burocrático-cartorária.

Contudo, Souza (2005) também constata alterações no lugar de trabalho e a sua complexificação pela necessidade da articulação entre o trabalho no sítio e o trabalho “fichado” (trabalho assalariado em empresas que prestam serviço principalmente para a Albrás-Alunorte), uma relação que se instalou junto com o complexo Albrás-Alunorte. O assalariamento tornou-se um componente da relação terra-trabalho, o qual exige dos moradores de São Lourenço novos arranjos pessoais e coletivos. Segundo os dados da pesquisa de campo (SOUZA, 2005) uma das estratégias das famílias sítios para conciliar o trabalho na roça e o trabalho fichado era a ajuda entre elas aos finais de semana nas atividades agrícolas, ou seja, recorrendo ao mutirão - centenária forma de otimização da força de trabalho familiar ativada por camponeses ribeirinhos em todo o território nacional - para manter suas atividades agrícolas como uma forma de manutenção de sua autonomia econômica relativa em composição com o trabalho assalariado. Uma estratégia em vista de não serem apagados do mapa de Barcarena.

Outro estudo que contemplou Gibirí de São Lourenço foi realizado por Maia (2017), 10 anos depois de Souza (2005), tendo como pressuposto que o conjunto de comunidades estudadas são comunidades sob pressão e, por isso mesmo, construtoras de processos de resistência, inseridas em uma história de despossessão que não se encerrou com o primeiro ciclo de implantação do complexo Albrás-Alunorte, mas que permanece com as consequências socioespaciais de sua instalação no município de Barcarena.

Esse percurso histórico tem uma dinâmica de fluxos e contra-fluxos, ao mesmo tempo que reconfigura as referências simbólicas dos comunitários. Assim, simultaneamente ao movimento estatal-empresarial de supressão territorial pela desapropriação dos sítios - que são terras e águas de existência - os sítios operam intelectual e afetivamente uma contra narrativa, de tal maneira que estas terras e águas negadas a eles se tornem igualmente símbolos e componentes de narrativas de r-existência. Por isso, continuar pescando nos rios

mesmo com os medos e as ameaças – em estrito senso uma temeridade e um risco à saúde, por conta das potenciais contaminações destas águas - , além de ser uma ação de trabalho é também uma afirmação de que o rio não pode ser deixado de lado, o rio não pode ser abandonado, o rio não pode ser depósito de rejeitos empresariais, ou seja, é uma atitude de não desistir do rio.

Como dito anteriormente, Itupanema inicialmente foi impactada e alterada na sua composição original pela criação da Vila Nova no contexto da remoção de famílias tradicionais de seus lugares originários (COSTA e GUIMARÃES, 2018). Novas modificações territoriais ocorreram a partir dos anos 2000, com a instalação de empreendimentos diretamente em Itupanema e Vila Nova: o Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena, operado pela empresa Bunge desde 2014 e, mais recentemente, o Terminal de Uso Privado (TUP) da empresa Hidrovias do Brasil, operando desde 2016.

Amorozo e Gély (1988) realizaram uma pesquisa etnobotânica envolvendo as duas comunidades que trazem alguns elementos sobre o que há por descobrir em Itupanema e Vila Nova, passados mais de 40 anos da instalação do Projeto Albrás-Alunorte em Barcarena. À época da pesquisa o cenário nos domicílios visitados era o seguinte (AMOROZO e GÉLY, 1988: p. 51 – 52):

Os moradores de Vila Nova (80 famílias) mudaram-se para o povoado há mais de três anos quando foram desapropriados de seus sítios. Cada qual recebeu um terreno de 10 X 60 m, onde construiu sua casa e estabeleceu o quintal. Embora o espaço não seja muito grande, se comparado às áreas que possuíam, os caboclos transplantaram de lá muitas das espécies que cultivam hoje.

Em um dos quintais, entre as plantas herbáceas, arbustivas e arbóreas, registrou-se um total de 69 plantas úteis, em menos de 400 m² de terreno. Além deste pequeno lote, os moradores de Vila Nova receberam uma roça comunitária onde trabalham em regime de cooperação.

As observações descritas levantam a questão sobre o quanto as famílias de sítiantes assentadas em Vila Nova, ao transplantarem as espécies de seus sítios para os quintais fizeram mais que uma ação adaptativa, reproduzindo dentro das condições possíveis os elementos constitutivos dos seus sítios e o quanto a (re)configuração de seus quintais foi, na verdade, uma *tradução* em novo contexto de suas vivências e práticas como sítiantes camponeses ribeirinhos e sendo uma *tradução*, tratou-se então de composição que é materialidade (espécies úteis) e ao mesmo tempo memória (algumas espécies podem ter sido transplantadas por serem significantes de suas vivências nos sítios).

Essa noção do sítio tradicional ou camponês ribeirinho em sua complexidade interna fica mais evidente na descrição das práticas socio-produtivas dos moradores de Itupanema à época da pesquisa de campo de Amorozo e Gély (1988). A descrição demonstra as práticas produtivas de um sítiante, onde o lugar de trabalho é uma composição de diversos percursos

cotidianos entre floresta, roça, águas e casa de farinha. Evidencia-se então que o lugar de trabalho da família camponesa ribeirinha não está limitado à roça, mas realiza-se no conjunto de ambientes que ela maneja para sua reprodução, construindo aí igualmente seus conhecimentos sobre estes ambientes.

Nesta perspectiva, espaço e lugar são categorias que podem contribuir na leitura do modo de vida caboclo/ribeirinho (FRAXE e Outros, 2006), na medida em que o espaço assume a conotação de generalização, ou seja, é constituído do lugar enquanto uma narrativa concreta e localizada e assumirá as marcações desta localização, mas ultrapassa esta demarcação e se situa como uma abstração, isto é, com capacidade explicativa não somente das relações estabelecidas naquele determinado lugar, mas como uma forma de vivência humana onde o eixo de construção e significação é o trabalho.

Considerando-se então o *quintal-sítio* como o lugar de reprodução não somente econômico, mas igualmente dos conhecimentos e saberes dos sítiantes, quando se alteram estes espaços, alteram-se igualmente as percepções sobre ele enquanto lugar de aprender e ensinar pelas práticas agrícolas, pelos cuidados com as plantas uteis e ornamentais, pelos brinquedos e brincadeiras.

Em Vila Itupanema e Vila Nova esse processo pode ter exigido esforços imensos das famílias camponesas ribeirinhas destes lugares, porque objetivamente houve uma redução drástica – para não dizer dramática – destes espaços não só enquanto lugar, mas enquanto dimensões físicas. Como relatado por Maia e Moura (1995), os sítiantes que tinham cerca de 10 hectares em seus sítios passaram a viver em vilas rurais, com espaços disponíveis significativamente menores, exigindo destas famílias adaptação, mas que elas podem ter tornado ressignificações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os elementos levantados neste trabalho, a dinâmica econômica em Barcarena parece operar como uma variável de impacto sobre os lugares e os territórios, mas também sobre as expectativas de seus moradores quanto às estratégias de permanência ou de saída do território. Estas expectativas, por sua vez, podem impulsionar dinâmicas identitárias, seja a partir das relações que estavam estabelecidas com o seu território, assim como as novas relações que se conformam com as mudanças que o território tem sofrido nestas últimas décadas.

Isso se evidenciou social e historicamente nos processos de remoção compulsória para a instalação do complexo Albrás-Alunorte, onde aqueles que eram moradores de longuíssima data desta área passaram ao toque de uma caneta para a condição de indesejáveis intrusos, obstáculos ao processo de modernização tão necessário à “atrasada” Barcarena. Frente ao argumento de que eram possuidores desta terra por herança, por seu

trabalho nas águas e florestas deste território, o aparato jurídico do Estado os taxou de invasores, por não terem o título de posse de suas águas e terra de trabalho e existência e decretou a inexorabilidade de suas remoções.

Estas dinâmicas tem operado no decorrer de 40 anos da instalação do complexo industrial portuários mudanças expressivas nas formas de uso e ocupação do solo, com consequências para as florestas, terras e águas que constituem o universo material e simbólico dos sitiantes, ou seja, seus lugares de trabalhos e de afetos. Ao mesmo tempo, há formas ocultas de resistência, seja pela manutenção de suas práticas produtivas – que são igualmente formas de se relacionar com a terra e com os bens comuns da natureza a partir de seus conhecimentos e racionalidades – quanto a venda dos lotes, pois ali não é o seu lugar. O sítio onde viviam não cabia vender, mas o lote onde foram realocados não era mais do que um pedaço de terra, não carregava suas memórias, dores, alegrias, construções de presente e futuros.

Em Gibirié de São Lourenço, o trabalho na roça e o trabalho “de carteira” não se excluem, mas são articulados como uma forma de permanência nas suas terras e, portanto, de permanência de seus modos de vida, de suas formas de existência. Contudo, esse contexto não deve ser idealizado, as alternativas engendradas por estas pessoas não é uma escolha livre em sentido estrito, mas uma forma de responder a uma pressão deste mesmo contexto.

Em Vila Nova e em Itupanema, a implantação do complexo industrial portuário operou modificações socioterritoriais, algumas muito mais evidentes que outras e com ritmos e efeitos de impacto diferenciados. Os assentados em Vila Nova viveram remoções sumárias de seus locais de origem e como tal, altamente desagregadoras dos seus modos de vida dos sitiantes. Após as remoções, as famílias se viam assentadas em outros lugares que não aqueles onde construíram suas histórias de vida, mas que aí devem se re-construir como camponeses ribeirinhos, mas numa lógica socioespacial muito diferente do que antes era vivido por estas famílias – a separação entre a casa e roça no modelo agrovila que é imposto em Vila Nova é um exemplo. Mas será neste contexto que precisarão se ressignificar.

E neste ressignificar sítio comporta para estas pessoas uma potência e agência, na medida em que ativa uma capacidade de intervenção, uma disposição à ação social e política em diferentes dimensões, mas também em diferentes formatos, ritmos e estratégias, desde aquelas que passam pelo enfrentamento direto, quanto as que são mais silenciosas, mas não menos eficazes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: Uso comum e conflito. GODOI, E. P., MENEZES, M. A., MARIN, R. A. (orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias e reprodução social**. São Paulo: Editora UNESP. 2009. p. 39 – 66.

AMOROZO, M.C.M e GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas. Barcarena, PA, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Botânica. (4) 1. 1988.

Associação da Comunidade Quilombola Gibrié de São Lourenço – ACOQUIGSAL. Protocolo de Consulta: Quilombolas de Gibirié de São Lourenço. 2018.

BARBOSA, C. E. C. Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: agricultura e ocupação de terra na calha do rio Tocantins Setecentista / CARLOS BARBOSA, CARLOS BARBOSA. — 2018 180 f. : il. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História (PPGH), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em <http://pphist.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20MS%20Carlos%20Versao%20final.pdf> Acesso em 29 dez 2020.

BARROS, M. J. B. Vila do conde e a instalação dos projetos em Barcarena. MATHIS, A. (Org.). **Poder local e mudanças socioambientais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

BECKER, Bertha. **Dinâmica Urbana na Amazônia**. DINIZ, C. C; LEMOS, M.B. (Org.). *Economia e Território*. Minas Gerais: UFMG, 2005. p. 401-428.

BOLIGIAN, L. A; ALMEIDA, R. D. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. GERARDI, L. H. O. (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro. UNESP, 2003. p. 235-248.

CASTRO, E. MOURA, E. A. F., MAIA, M. L. S. Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém. Editora da UFPA. 1995.

COSTA, R. S. C.; GUIMARÃES, L. A. V. Barcarena: Resumo histórico de sua expansão urbana. Disponível em https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/08/1.-Historico_Barcarena-PA.pdf, Acesso dez. 2019.

FERREIRA, D.S. Território, Territorialidade e Seus Múltiplos Enfoques na Ciência Geográfica. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. V. 9, No. 17. Abril. 2014. p. 111 – 135.

FRAXE, T. J. P. e Outros. Natureza e Mundo Vivido: O Espaço e o Lugar na Percepção da Família Cabocla/ribeirinha. Em III Encontro da Anppas, 23 a 26 de maio de 2006, Brasília – DF. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT3.html, Acesso 26 dez. 2020.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de Globalização**. etc..., espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

FURTADO, L. G. e Outros. Transformações do uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica do rio Murucupi, Barcarena, Pará. In Revista Brasileira de Geografia Física v.13, n.05 (2020) p. 2340-2354. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe>, Acesso nov. 2020.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

_____. Territórios alternativos. São Paulo. Contexto, 2002.

HALL, Stuart. Identidad y representación. In: Stuart Hall. Sin garantías. Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Popayán: Universidad del Cauca, Fundación Enviñón, 2014. p. 373-487.

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/panorama>. Acesso 5 fev. 2020.

MACEDO, J.R. Desastre Socioambiental em Barcarena: a percepção dos moradores de Vila do Conde sobre o naufrágio Haidar. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEA). Universidade Federal do Pará (UFPA). Castanhal. 2019. 127f.

MAIA, M. L.S., MOURA, E. A. F. Da Farinha ao Alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. Em CASTRO, E. MOURA, E. A. F., MAIA, M. L. S. Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém. Editora da UFPA. 1995. P. 223- 260.

MAIA, R. O. M. Territorialidades Específicas em Barcarena Confrontadas com Projetos de Desenvolvimento. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA. Universidade Federal do Pará, UFPA. Belém. 2017. 323 f.

MOREIRA. E. S., HÉBETTE, J., Metamorfoses de Um Campesinato nos Baixos Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. GODOI, E. P., MENEZES, M. A., MARIN, R. A. (orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.1: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora UNESP. 2009. p. 187 – 207.

NAHUM. J.S. Capítulo I: O Moderno Reordenamento Territorial de Barcarena. O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro. [s.n.], 2006. 126 f. p. 17 – 58.

PARÁ. MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Formação Histórica do Pará e Territorialidades Específicas no Vale do Rio Tocantins, Ilha de Marajó e Calha Norte do Rio Amazonas. Em **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. v.1. Diagnóstico do Meio Socioeconômico**. Editores Técnicos: Carmen Roseli Caldas Menezes, Marcilio de Abreu Monteiro e Igor Maurício Freitas Galvão. Belém, PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. v.1. 309 pág. p. 23 - 36 Disponível em https://www.amazonia.cnptia.embrapa.br/publicacoes_estados/Para/Calha%20Norte/ZEE%20V1-Calha%20Norte%20-%20Socioeconomia.pdf Acesso 30 dez. 2020.

RAMALHO, J. P. G. A Produção para Consumo Interno na Amazônia da segunda metade do século XVIII: da historiografia à análise do abastecimento no vale do rio Tocantins. TCC. Brasília. Universidade de Brasília – UnB. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. 2017. Disponível em https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20056/1/2017_JoaoPedroGalvaoRamalho_tcc.pdf Acesso 30 dez. 2020.

RESTREPO, Eduardo. Identidades: conceptualizaciones y metodologías. In. Eduardo Restrepo. Intervenciones en teoría cultural. Popayán: Sello Editorial Universidad del Cauca, 2015, p. 93-105.

RODRIGUES, J. C.; HAZEU, M. T. Projetos de infraestrutura, desastres e indicativos para novos desastres em Barcarena, Pará, Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 818-838, 12 dez. 2019. Disponível em <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2457> Acesso 5 jan. 2021

SANTOS, A. T. L. M., Análise Temporal dos Impactos Socioambientais das Barragens de Rejeito na Bacia Hidrográfica do Rio Murucupi, Barcarena – PA. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Barragem e Gestão Ambiental. Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia. UFPA. Tucuruí. 2018. 166 f.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

SCOTT, James, C. **Exploração Normal, Resistência Normal**. In Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 217-243.

SEGATTO, R. Em Busca de um Léxico para Teorizar a Experiência Territorial Contemporânea. **História Revista**, v. 10, n. 2, 23 mar. 2010. p. 196 – 226.

SILVA, F. A. L. BORDALO, C. A. L. Uma Análise Sócioambiental do Rio Murucupi em Barcarena-Pa. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT9-154-861-20100903212419.pdf>, Acesso 30 out. 2020,

SOUZA, W.C.A. Vinte e Cinco Anos Depois: Efeitos sociais do projeto Albrás-Alunorte em São Lourenço, Barcarena (Barcarena, Pará). Dissertação (Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. UFPA. Belém. 2005

SYNERGIA SOCIOAMBIENTAL. Projeto de Apoio e Incentivo à Mão de Obra Local. 2019.



GT 03 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

ASSENTAMENTO MASSAPÊ: MEMÓRIA, ORALIDADE E CONTRADIÇÕES DAS LUTAS CAMPONESAS

Francisco Ruy Gondim Pereira¹

RESUMO

Em 1987, os herdeiros da Fazenda Massapê (Itapiúna/Ceará) disponibilizaram-na para o Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) desejando vendê-la por meio de desapropriação para fins de reforma agrária. O aceite resultou na realização de uma vistoria e constatação de que o imóvel era “passível de desapropriação pelo não cumprimento de sua função social”. Em 6 de janeiro de 1990, a “tensão social” era instaurada com a “invasão” da propriedade por 28 famílias sem-terra, que se somavam as 11 já residentes no imóvel. Em abril de 1991, o Incra promovia a cerimônia de emissão de posse, desfecho de uma luta que fora abraçada pela militância católica de Itapiúna. Durante o evento, o representante do instituto atacou os movimentos de luta pela terra acusando-os de manipuladores do sofrimento dos pobres. A reação tímida dos/as moradores contra o ataque – e sua confraternização com políticos locais não alinhados com a resistência do acampamento – provocou mal-estar na militância e foi criticada por Padre Eudásio, principal liderança do movimento popular no município. Ele avaliou o episódio o evento como desrespeito à dedicação da Igreja com as lutas por direitos. A partir do Conflito Massapê, proponho compreender a “memória dividida” (PORTELLI, 2005) e as distintas maneiras de “composição da memória” (THOMSON, 1997) que demarcam a polifonia de representações sobre os movimentos de luta pela terra.

Palavras-chave: conflitos de terra; lutas por direitos; memória;

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará (UFC) / Brasil. Email: ruygondim@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Em 1987, o falecimento do proprietário da Fazenda Massapé/Cangati,² Vicente Gomes de Oliveira, desencadeou o primeiro ato pela disputa da terra. Viúvo e sem descendentes, os direitos do espólio foram reivindicados por seus irmãos.³ Em julho de 1988, eles formalizaram o desejo de venda disponibilizando-a para o Plano Regional de Reforma Agrária, do Mirad. No documento, condicionaram o ato ao recebimento do “justo valor atribuído”⁴ e elencaram outras existências contratuais que sinalizavam como a opção de transação financeira através do mecanismo da desapropriação por interesse social – até então largamente rejeitado pelos proprietários de terra no estado – escancarava a grande desvalorização dos imóveis agrários nesta porção do semiárido.⁵

Após a oferta dos herdeiros ao Mirad, o passo seguinte para a desapropriação foi dado em julho de 1988 com a realização de uma vistoria técnica. Dentre as conclusões apresentadas em relatório, o engenheiro responsável informava que o tamanho real do imóvel (1.363ha⁶) era maior que o registrado em cartório e observara que apenas 62ha eram efetivamente utilizados (pelas 11 famílias de residentes), o que representava 5% do total de 80% legalmente classificado como aproveitáveis. A conclusão era de que os solos ali encontrados poderiam ser explorados com cultivo tradicionais da região (algodão arbóreo e herbáceo, feijão, milho, cana-de-açúcar e plantas de forragem), pecuária de grande e médio porte, “justificando, portanto, sua total viabilidade para um projeto de assentamento”.⁷

As condições de trabalho encontradas no interior da fazenda estavam demarcadas pelas relações de moradia e parceria, àquela altura em processo de desagregação, mas ainda situadas na “sujeição”. Esta modalidade significava que os moradores (ou melhor, todos os

² Localizada a 10km ao sul da sede do município de Itapiúna. A cidade dista 110km ao sul de Fortaleza. O município se estende do sopé da serra úmida de Baturité até o sertão central. Sua paisagem natural é marcada pela caatinga e pelo clima semiárido.

³ Massapé era um conglomerado de três fazendas (Massapé/Cangati/Pirajá) com 1.019ha, considerada de grande porte para os padrões da região. Após dois desmembramentos, foi reduzida para 894ha. Inca/CE, PA Massapé, fls.7-8 e 26.

⁴ Inca/CE, PA Massapé, 20/jul/1988, fls.07-08.

⁵ Em 3 de maio de 1991, após a emissão de posse, os/as herdeiros/as iriam recorrer contra a “irrisória avaliação global do imóvel”. O texto citava erros grosseiros de avaliação das benfeitorias, cálculo incorretos e reforçavam discordar “totalmente dos valores atribuídos pelo Inca, tanto para a indenização da terra quanto para o elenco de benfeitorias existentes no imóvel”. Lembravam que a Constituição de 1988 condiciona a desapropriação a “prévia e justa indenização” e que não poderia ser confundida com confisco. Por si só, a natureza dessa contestação não chega se uma novidade, dada a recorrência costumeira em ações de desapropriação judicializadas. Chama a atenção é a contradição entre o desejo inicial de venda e os muitos imbróglis que a lentidão burocrática provocou. Em 23 de maio, o Inca respondia às contestações dos requerentes recordando que o imóvel fora classificado como improdutivo e pedindo que a avaliação judicial verificasse se os açudes construídos foram financiados pelo DNOCS; caso sim, que tivessem valor diminuído sobre a indenização. A respeito dos erros, ofício interno anexado ao processo, em 19/nov/1990, constatava: “são tantas e graves as deficiências encontradas” nestes e noutros processos, que recomendava o cumprimento imediato de rigorosas determinações a serem seguidas pelos técnicos do órgão. (5ª Vara da Justiça Federal, Ceará, Processo 91.0001510-5 v.II, fls.387-394 e fls.384-36, fls.340-342)

⁶ Somente com o Laudo Técnico Pericial de 07/out/1992 o tamanho real foi descoberto: 941,89ha.

⁷ Inca/CE, PA Massapé, Laudo de Vistoria e Avaliação, 19/ago/1988, fls.09-16.

homens em condição de trabalho) deviam ceder três dias de serviço para a fazenda, sendo remunerados sob as condições e valor impostos pelo proprietário, quase sempre inferiores à diária paga a trabalhadores desobrigados. Essa troca assimétrica era parte de um conjunto complexo de obrigações mútuas que César Barreira (1992) denomina *reciprocidade desigual*. A “sujeição” era uma das contrapartidas que os “moradores de favor” deviam ao proprietário. Os moradores-parceiros recebiam um lote de terra e uma casa rústica para usufruto⁸. Costumeiramente, o lote de terra era dividido para o plantio de milho e feijão para subsistência familiar (integralmente da família) e para cultivo de algodão (sob contrato de meia). Podendo ou não receber as sementes do patrão, os moradores tinham obrigação de repartir a meio a colheita com o proprietário e, em seguida, vender a sua metade para *e/e* pelo preço por *e/e* determinado. Também eram comuns os armazéns de fornecimento (não raro ocorria a proibição de compras externas dos produtos ali oferecidos), uma fonte de antecipação de crédito e permanente expropriação da renda familiar pelo dono da terra. A relação de moradia e parceria implicava ainda a renovação dos laços de lealdade nas eleições (o morador e sua família integravam uma base eleitoral exclusiva do patrão), assim como as obrigações implícitas de proteção, apoio e favores aos moradores.

Esse conjunto de regras estava efetivamente em vias de desagregação quando da realização do processo de desapropriação da fazenda. O engenheiro responsável pela vistoria observara que afora o gerente (o morador Juvenal Rufino de Oliveira, único empregado assalariado), as demais famílias, trabalhavam 3 (três) dias por semana para a fazenda e retinham toda a produção para si.⁹ Inexistiam posseiros ou arrendatários, assim como inexistiam “conflitos” ou “tensão social” na terra.¹⁰ O parecer final do documento indicava a necessidade de desapropriação do imóvel pelo não cumprimento de sua “função social” – citando a alínea b do parágrafo 1º, artigo 2º do capítulo I do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/nov/1964) – por não manter “níveis satisfatórios de produtividade”. Portanto, um latifúndio por exploração¹¹. Pelas condições socioambientais verificadas, inclusive recursos hídricos satisfatórios, o projeto de assentamento a ser instalado poderia abrigar 40 famílias. Na ocasião, 53 pessoas viviam na fazenda, distribuídas nas 11 famílias indicadas acima: 7 delas

⁸ Laudo de vistoria de dezembro de 1990 registrava 12 casas, 5 de alvenaria e 6 de taipa, todas cobertas de telhas.

⁹ O Laudo Técnico Pericial informava que todas as famílias destinavam o cultivo de forragem para a fazenda e que apenas delas tinha contrato de parceria sem obrigação de “sujeição”. Justiça Federal/5ª Vara/CE, Processo 91.0001510-5, 07/out/1992, 2º vol. (fls.377-383) e 3º vol.

¹⁰ Em ofício de junho de 1989, enviado ao Mirad, a procuradoria do Incra reconhecia apenas o gerente como trabalhador assalariado, não reconhecendo vínculo empregatício para os demais trabalhadores.

¹¹ Até então o imóvel era classificado como “empresa rural”. O relatório cita a produção de 56 toneladas de grãos (milho e feijão), além de 80 ovinos e 68 bovinos, sem referências a outras culturas alimentares ou animais. A definição de latifúndio por exploração está presente no Estatuto da Terra, alínea b do capítulo V, artigo 4º do capítulo 1.

informaram que o tempo de permanência era inferior a 11 anos; duas delas alcançavam 42 anos de ocupação!¹²

2. O CLIMA DE “TENSÃO SOCIAL”

Em 23 de setembro de 1989, a União publicava o decreto 98.192/1989 declarando a Fazenda Massapê/Cangati de “interesse social, para fins de reforma agrária”, ação a ser efetuada “mediante prévia e justa indenização” (seguindo o que determina o artigo 184 da Constituição Federal de 1988)¹³. Em 7 de novembro de 1989, a superintendência estadual do Incra relatava uma novidade ao solicitar a liberação do pagamento da desapropriação. Havia agora “grave tensão social reinante no imóvel, haja visto que o mesmo foi invadido por trabalhadores rurais sem-terra que se encontram acampados na área”. Informava que haviam acordado com “o proprietário” (sic) “a não expulsão dos campados” como contrapartida ao compromisso de agilizar o ajuizamento da ação¹⁴.

Apesar desse informe, a ocupação pelos/as sem-terra viria a ser concretizada dois meses após, na madrugada do dia 6 de janeiro de 1990, quando 28 famílias oriundas de comunidades rurais no município vizinho de Capistrano estabeleceram um acampamento no interior da fazenda. O livro de tombo da paróquia de Itapiúna registra que, “de início, os proprietários da fazenda moveram uma ação de despejo junto as autoridades”. Ao que o movimento respondeu com a deliberação de promover uma manifestação no Incra, em Fortaleza, para “cobrar a solução urgente de desapropriação da terra”. Na manhã do dia 8 de janeiro, a comissão de representantes, composta por 17 famílias, ocupou a sede do Instituto. Na verdade (é curiosa a coincidência dos eventos), ela se somava a uma mobilização organizada pela CPT e MST da qual participavam outras 13 comunidades, de diferentes regiões do estado, envolvidas em conflitos semelhantes. No dia 10, o livro de tombo saudava o nascimento da menina Débora, júbilo à luta emergente. Seus pais eram uma das famílias de Massapê que acampavam no Incra. A escolha do nome se deu por ser Débora “uma notável figura bíblica”: mãe e filha seriam acolhidas pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado em sua residência no regresso à Itapiúna. No dia 11 de janeiro, as famílias retornavam para Massapê e começavam “um trabalho coletivo como meio de sobrevivência”,

¹² Incra/CE, PA Massapê, Laudo de Vistoria e Avaliação, 19/ago/1988, fls.09-16.

¹³ Incra/CE PA Massapê, ofício-circular 18/out/1989, fls.117.

¹⁴ Incra/CE, PA Massapê, 07/nov/1989, fls.129. Não encontrei conexão factual para esta “invasão dos sem-terra”. Há um outro documento, na mesma pasta, que o cita. Nenhuma outra fonte, escrita ou oral, o confirma. Será erro acidental, relatando evento de outra fazenda homônima (ou o município de Massapê, no centro-sul do estado)? Ou estratégia deliberada de recorrer a retórica da “tensão social” para a acelerar o pagamento?

cultivando hortaliças e grãos, organizando pescarias coletivas e promovendo um mutirão para a construção de barracas, suas moradias provisórias.¹⁵

Auxiliadora Beserra, militante das pastorais de Itapiúna e integrante do MST/CE, narra os momentos precedentes à ocupação da fazenda. Seu relato a respeito do vínculo de trabalho dos sem-terra com a Fazenda tem contradições com outros relatos orais e documentos oficiais. Importa reter dele, no entanto, a *composição de uma memória militante* das lutas por direitos negados, face a condições humilhantes de existência. Em especial, ler como a divisão inicial (moradores e sem-terra) é superada pela força política da unidade na luta, identidade em comum que se erige a duras-penas.

No ato da ocupação, eram famílias de Capistrano que trabalhavam na terra a mais de 10 anos – muito tempo. Então eles vinham, passavam a semana trabalhando lá, tinha uma certa característica de trabalho escravo. O finado Domingos e o Valter eram os líderes, e eles sabiam que a gente estava trabalhando essa questão das ocupações de terra aqui no Ceará. E eles me procuraram e procuraram o Padre Eudásio. A gente sentou na casa paroquial e resolvemos fazer uma ocupação no Massapê. Se as famílias que já moravam lá aceitassem as nossas regras, poderiam ficar, se não iriam sair: o que todo mundo aceitou.¹⁶

A entrevista realizada com Antonio e Maria (assentados em Massapê) revela nuances distintas da mobilização das famílias de Capistrano. Revela, sobretudo, a maneira peculiar sobre como chegaram a Massapê, mais prosaica que os relatos de um despertar da luta por justiça e da conscientização dos de baixo, que habitualmente caracterizam narrativas militantes. O relato de Antonio, por sinal, constantemente evoca formas narrativas próprias da contação de histórias, apresentando eventos em que se multiplicam situações cômicas recortadas por bravura e ironia.

Minha chegada em Massapê foi uma graça! Nessa época eu morava numa parcela de terra da minha mãe, no Mazagão [Capistrano]. Eu me fornecia num mercantil em Capistrano de um homem que é casado com uma herdeira daqui. Quando foi um dia, ele mandou um recado pra mim por um compadre meu pra ir falar com ele.

- Cheguei e perguntei: 'o que quer comigo!?'.

Aí ele disse: 'Macho, junta uns *homi* aí e vai pro Massapê'.

- Fazer o que no Massapê, *homi*!?

- Ganha aquela terra lá, rapaz! Ela tá vendida pro Incra, mas tá parada. Eu tive vendo: se ajuntar um grupo de gente e botar lá dentro, eles se apressam pra vender.

Eu disse: 'macho, vou pensar no teu caso!'.¹⁷

¹⁵ Livro de tomo da paróquia de Itapiúna, 06/jan/1990, fls.55v-56f; & Auxiliadora Beserra, "Dossiê", fonte autoral, 31/mar/1990; & Jornal O Povo: "INCRA volta a ter acampados", 09/jan/1990.

¹⁶ Conversa com Auxiliadora Beserra, 16/ago/2020.

¹⁷ Entrevista com Antonio e Maria, 14/nov/2020. Uso nomes fictícios.

A intensão era montar o acampamento para pressionar o Incra,

“mas que não dissesse que eles estavam pedindo pra gente vir, que a gente veio por conta própria. A ação tava amornando, não sei quanto anos pra ser desapropriada pra fazer reforma agrária, e tava parada. Então ele sugeriu, deu essa ideia e foi quando o Antonio foi no sindicato de Capistrano ver como fazia isso”.¹⁸

Os/as herdeiros/as desejavam ansiosamente finalizar a questão e receber o pagamento, mas eram minoritários/as os/as que desejavam acelerar a ação criando um clima de tensão que inevitavelmente a “invasão” instauraria. Antonio prossegue:

Eu pensei: essa é fácil, essa é mole, já tá no Incra. Se nós entrar lá, não vai vir ninguém contra nós [risos]! Então eu saí convidando uns colegas. E sei que nessa voltinha que eu dei, arranjei trinta, homem de pé e ponta, pra vir. Marcamos o dia e horário! Cinco da manhã a gente tava esperando o motorista, só que quando eu vi, só se encontrou seis, os outros desistiram.

- E agora Antonio?

- Rapaz, se vocês quiserem me acompanhar a gente vai nem que seja só pra olhar, mas nós vamos. Nós saímos de casa pra ir!

Chegamos na casa de uma moradora perto acima daquele açude [apontando o local], pedimos licença, pedimos pra cozinhar o feijão pra nós. Meu amigo, não deu meia hora! Começou a passar carro. Quando dei fé, chegou o filho gerente, se esbagaçando em cima de um carro.

- Quem é o Antonio aqui?!

- Pronto, meu fil!

- A mulher tá chamando o senhor lá na fazenda!

- Bora, negrada.

Quando cheguei, vieram pra cima de mim. Um dos herdeiros era professor no Capistrano. Quando os outros saíram, ele me chama.

- Antonio, só não vai dar certo porque é pouca gente, mas se tu conseguir mais famílias, dá certo.

- Tá bom, vamo simhora agora.

Pedi desculpa pela invasão que a gente tinha feito [risos]. E voltamos pra casa às quatro da tarde. Dessa viagem, eu já saí no Marmoré completo, de casa em casa, convidando. Arranjei 46 famílias. E já marquei o dia”.¹⁹

Dois caminhões-caçamba foram cedidos pelo prefeito de Capistrano para o transporte das famílias, entre adultos e crianças. Chegaram na madrugada do dia 6 de janeiro e logo iniciaram a construção do barracão.²⁰ Pouco tempo após, receberam a visita de Dom Adélio Tomasin, bispo da Diocese de Quixadá, trazendo, a pedido de Padre Eudásio, um presente que simbolizava o apoio da igreja diocesana à luta da comunidade: a doação de uma lona preta para substituir a palha que cobria as barracas. O apoio da paróquia de Igreja foi

¹⁸ Entrevista com Antonio e Maria, 14/nov/2020.

¹⁹ Idem.

²⁰ A primeira tentativa de ocupação descrita no relato ocorrera pouco antes do Ano Novo. Maria explica que a escolha da nova data, o início de janeiro, fora motivada pelo desejo de garantir a organização das famílias no novo lar a tempo de permitir a matrícula escolar das crianças antes do início do ano letivo em fevereiro.

fundamental para a resistência dos acampados. A militância articulou a legitimidade da ocupação, proteção política, assistência jurídica e o apoio material. Ela estimulou o fortalecimento dos laços de solidariedade comunitária, o controle das aflições e o fortalecimento da esperança através da paciência resiliente e do exercício cotidiano da fé.

A presença de Padre Eudásio é destacada nos relatos de Antonio e Maria. “Padre Eudásio foi a mola-mestra daqui”, sintetiza Antonio. Maria destaca sua preocupação permanente com o bem-estar das famílias.

Padre Eudásio foi muito importante porque pedia [doação de alimentos], conhecia muitas comunidades. Era o padre, era influente, era uma autoridade no município e voltado para a causa dos movimentos sociais e dos sem-terra. Ele sempre aparecia aqui com alguma coisa. Ou então dizia ‘Antonio, vá na comunidade tal porque a gente fez uma coleta lá e tem umas coisas pra trazer pra cá; ou ‘fiz uma reunião com os padres, consegui x em dinheiro, leva e compra comida, não deixa aquelas crianças passarem fome’.²¹

Desde o primeiro momento, tensões, boatos e ameaças veladas foram crescendo, incluindo desentendimentos entre moradores e os novos ocupantes. A militância católica atuava ativamente para estimular a solidariedade entre os dois grupos, para constituir uma identidade em comum forjada sob interesses convergentes, apesar das diferenças pessoais. Na prática dos discursos ocultos silenciados pela primazia do discurso militante, e pela ação bem-sucedida de compor uma memória de lutas e conquistas coletivas, permanecia dormente essa divisão. Os moradores residentes eram um ausente nas tensões com os/as herdeiros/as, alguns deles/as inconformados/as com a presença do acampamento, que criava impedimentos a gestão do imóvel e que sentiam como ameaça de destruição patrimonial.

Nesse clima, em maio de 1990, Auxiliadora Beserra, Josias Maia e outros três acampados denunciavam terem sido jurados de morte por um dos herdeiros. Em 19 de julho, a esposa de outro herdeiro tentou agredir Auxiliadora dentro do acampamento. Na manhã do dia de 30 de julho, Auxiliadora denunciava um fato bizarro: um carro com vidros escuros havia parado ao seu lado e pela brecha da janela entreaberta uma pessoa lançara aos seus pés um bilhete feito com letras de jornal colada com a mensagem: “você vão morrer”. Logo em seguida, na casa paroquial, Padre Eudásio atendeu recebeu uma chamada telefônica ouvindo a mesma ameaça.

Em 31 de maio de 1990, acampados de Massapê assinavam – junto com moradores da Fazenda Touro (Itapiúna), comunidade que vivenciava os momentos finais de luta pela resistência na terra, conflito anterior e de dimensões mais amplas para a militância católica de Itapiúna – um ofício ao Congresso Nacional demandando celeridade nas desapropriações. Apresentavam seu apelo para fazer valer seus direitos enquanto “mulheres, homens e

²¹ Entrevista com Antonio e Maria, 14 de novembro de 2020.

crianças simples do campo”. Recordavam o acordo estabelecido entre Incra, acampados e herdeiros de Massapê para aceitar a permanência dos recém-chegados sem importunações, em troca da aceleração da desapropriação. Denunciavam ameaças que partiam dos herdeiros: “querem nos expulsar de lá, queimar nossos barracos e fazer com que percamos toda nossa colheita”. O prazo oferecido para retirada teria sido de um mês. Os requerentes da carta lembravam que a fazenda antes era “totalmente improdutiva (sic)” e já desapropriada, faltando apenas a transferência do pagamento.²²

Em julho de 1990, a tensão fora elevada a níveis inéditos com a “ameaça de despejo por ação judicial” para reintegração de posse, “concedida liminarmente” pelo juiz da comarca de Itapiúna, Washington Dias (reconhecido opositor dos movimentos populares) contra os ocupantes sem-terra. Em ofício de 16 de julho enviado ao Governador Tasso Jereissati, os acampados recordavam três fatos fundamentais: primeiro, estavam acampados desde outubro de 1989 “com o devido consentimento do Incra e proprietários”; segundo, a fazenda fora desapropriada pelo Governo Federal antes mesmo de estarem morando e trabalhando nela; e terceiro, começaram a trabalhar a terra após acordo estabelecido entre Incra e proprietários.

Situavam a dimensão de seu trabalho informando terem plantado 113,5 mil pés de tomate e pimentão; 34 canteiros de beterraba, coentro e cebola; 3ha de milho, feijão e algodão; 2.850 covas de batata doce, 15 de pepino e 20 pés de mamão; 60 animais entre bovinos, caprinos, suínos e equinos, e 208 galinhas. Eram benfeitorias introduzidas que envolviam 2.050 dias de trabalho em “broca, destoca, coivara” e na “produção de algodão, verduras e versantes (sic)”. Destacavam que a comunidade havia conseguido uma creche e professores com duas ONGs que atuavam no município e alertavam que, se expulsas, seriam 150 pessoas (das quais 74 eram crianças) lançadas ao relento. Finalizavam com duas reivindicações simples: intercessão do governador para garantir a emissão de posse da terra e a “não violência policial: queremos viver na terra de maneira livre em paz, trabalhando e produzindo”.²³

Em 16 de julho, o Jornal O Povo publicava matéria sobre a crise. O texto relatava que a falta de pagamento poderia “provocar o despejo de 22 famílias que há sete meses se encontra acampadas na propriedade”. Dizia que “os acampados temem que a ação se concretize hoje, uma vez que tomaram conhecimento da solicitação de reforço policial dirigida a Fortaleza e Baturité pela polícia militar de Itapiúna”. Valter Barroso e Josias Maia dialogaram com o jornal e falavam em nome, respectivamente, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

²² Ofício ao Congresso Nacional, 31/mai/1990, arquivos pessoais de Auxiliadora Beserra.

²³ Nas benfeitorias enraizadas e animais, foram incluídas a dos moradores antigos. A ordem judicial parece ter sido emitida entre 7 e 8 de julho. Ofício ao Governador do Estado Tasso Jereissati, 16/jul/1990, arquivos pessoais de Auxiliadora Beserra.

Itapiúna e da Frente de Libertação da Terra (entidade de curta duração liderada por Auxiliadora Beserra após sua experiência com o MST). A publicação da matéria dera visibilidade aos fatos, ampliando a solidariedade aos acampados e produzindo constrangimento para o Incra. No mesmo dia, um ofício fora enviado pela superintendência estadual à presidência do Instituto reproduzindo a matéria, e anexando telegrama recebido da CPT exigindo providências contra o despejo. Ao mesmo tempo, Padre Eudásio, Dom Adélio e a CPT-CE (representados por Irmã Cleide e o deputado estadual Hilário Marques) costumavam com o Governador Tasso Jereissati, o Incra e o juiz Washington Dias a interrupção da ação de reintegração e a solução definitiva da crise.²⁴

Padre Eudásio detalha os meandros destes acontecimentos.

Foi uma equipe falar comigo no salão paroquial de Itapiúna e então disse: 'se você não tirar os trabalhadores, nós vamos despejar. Vai ser amanhã. Isso me deprimiu. E eu fui ao Dom Adélio e ele disse assim 'vamos ao Tasso Jereissati. Chegamos lá e o Tasso disse: 'Dom Adélio, eu não posso sustar a ação de despejo porque a justiça é independente. O que eu posso fazer é não liberar a polícia para isso'. [...] Então, o Tasso não deixou a polícia vir, o juiz foi com os policiais de Itapiúna esperar a cavalaria, esperam um show de humilhação (a cavalaria, a tropa de choque, as bombas, aquela coisa toda). E lá não apareceu ninguém. Dizem que esse juiz ciscava de ódio pelo fato da polícia não ter sido liberada. Uma semana depois a polícia federal veio averiguar a fazenda, porque falaram que nós tínhamos depredado a fazenda, estragado as fruteiras. E na realidade eles viram um oásis no deserto, muito feijão, muito tomate, muito pimentão. Então eu ouvi quando um disse pro outro: 'esse pessoal tá precisando de uma chance de trabalhar'.²⁵

Em ofício de 21 de agosto de 1990, a procuradoria do Instituto tomava providências. Confirmava que o imóvel havia sido “declarado de interesse social para fins de reforma agrária”, o que justificava a aplicação do art. 8º da Lei nº 7.595, de 9 de abril de 1987, que estabelece serem de interesse da União questões relativas a domínio, uso, exploração e/ou conservação de terras públicas ou particulares declaradas de interesse social pelo executivo federal para fins de reforma agrária. Portanto, solicitava à procuradoria estadual do Incra peticionar à Comarca de Itapiúna informada da nulidade de sua competência sobre Massapê. A ação de reintegração de posse deveria ser suspensa de imediato e os autos remetidos à Justiça Federal.²⁶

²⁴ Incra/CE, PA Massapê, 16/jul/1990, fls.161-162.

²⁵ Entrevista com Padre Eudásio, 18/out/2007. Ao invés de Tasso Jereissati, Padre Eudásio diz que a reunião foi com Ciro Gomes. Optei por modificar porque o contexto dos diálogos era a negociação com o Governador do Estado, que era Tasso. Ciro era prefeito de Fortaleza e seria eleito governador no fim do ano, assumindo o mandato em março de 1991.

²⁶ Telex de 21/agol/1990, PA Massapê, INCRA, fls.173.

CONCLUSÃO: A POLIFONIA DAS MEMÓRIAS DIVIDIDAS

A tensão foi mantida em fogo brando até que um novo evento veio selar de vez o conflito no início de 1991: a efetivação da desapropriação da Fazenda Massapê. Em dia 07 de abril, representantes do Incra se reuniam com a comunidade para oficializar a emissão da posse. Na cerimônia, estavam presentes, as famílias de Massapê, Padre Eudásio, as freiras da paróquia, as militantes Valdízia Freitas e Auxiliadora Beserra, representantes dos assentamentos Touro e São José, apoiadores dos movimentos populares e vereadores do distrito de Caio Prado. A militância imaginara a cerimônia como júbilo da luta. Mas a avaliação escrita no livro de Tombo relata frustração. Como primeiro ato, a presença de políticos que até aquela ocasião não haviam se solidarizado publicamente com a resistência, fora sentida como afronta. Como segundo ato, o discurso do representante do Incra, elogiando o presidente Collor de Melo, exaltando seu plano de reforma agrária e atacando os movimentos de luta pela terra, “humilhando todos aqueles que trabalharam por esta vitória”. Como terceiro ato, “os trabalhadores ludibriados pela conversa, os aplaudiram”.²⁷

Padre Eudásio (2007) analisou o evento nestes termos.

Nesse dia foi uma decepção. Quem recebeu os aplausos? O vereador Oscar Moreira Dantas, o vereador Carlos Candú... Todo aquele pessoal que estava contra nós foi quem recebeu os aplausos no dia da posse. E os desabafos do agente do Incra: ‘esse grupo que oprime o povo, esse grupo que gosta de baderna, que gosta de invadir terra e tomar terra’, aquela coisa toda. Os trabalhadores não deram um pio na nossa presença! Simplesmente. Nós ficamos com o rabo entre as pernas. Naquele dia, nós não valíamos nada para aquele povo. Dom Adélio sempre acreditou na gente. Quando ele veio celebrar [17 de abril], era de fazer vergonha: quase ninguém foi pra missa. Ele chegou lá nem o altar estava pronto, muito sujo o ambiente. Já percebemos que aquilo seria mais uma frustração.²⁸

Padre Eudásio avalia o resultado das lutas de resistência e conquista da terra com uma mescla de melancolia e frustração. Em seu relato há certa dubiedade: não desacreditara da luta dos deserdados como condição para a superação da opressão, tampouco nega a dimensão positiva do movimento que ajudara a construir. Por outro lado, seu relato evoca o desanimo com a utopia não concretizada, forjada com dramacidade nas batalhas enfrentadas no cotidiano, alimentadas por um cristianismo ancorado no desejo da libertação de todas as amarras que obliteram a antecipação do projeto divino no plano terreno. “Mais uma decepção” é uma referência direta ao Assentamento Touro (1986-1990), em especial aos desencontros entre o projeto da militância católica que idealizava como uma “terra prometida” e as

²⁷ Livro de Tombo, Paróquia de Itapiúna, fls.57f a 58f. Referido daqui em diante apenas como Livro de Tombo.

²⁸ Padre Eudásio, entrevista em 18/out/2007.

contradições vividas pela comunidade após a conquista. A decepção se revelava no abandono do trabalho coletivo da terra, e especialmente na ausência de voz ativa para a Igreja na gestão do assentamento. “A Igreja foi um inocente útil. Depois que tudo aconteceu, quando nós queríamos dar sequência aos trabalhos, eles simplesmente não estavam mais precisando da gente”, disse em relação ao Assentamento Touro.

Se o modo de ver as contradições dos assentamentos de reforma agrária encontram em Padre Eudásio uma verbalização mais direta e contundente, com eco noutros militantes, ela é parte de uma polifonia de modos distintos de avaliar o passado recente. Auxiliadora Beserra recorda os mesmos fatos da cerimônia de posse, mas a partir de outra significação. Sua leitura sobre o evento destaca acontecimentos que demonstram como, tanto na escrita do livro de tombo como no depoimento de Padre Eudásio, há silenciamentos que, quando emergem no relato, estabelecem uma leitura distinta. O que ela verbaliza expressa uma *memória dividida* (PORTELLI, 2005), ou melhor, a diversidade de reminiscência que compõe uma pluralidade fragmentada de formas distintas de rememoração.

Eu lembro que os jovens prepararam uma peça de teatro com toda a história da ocupação até aquele dia. Exatamente para mostrar ao pessoal do Incra (não para bajular), a dureza. Ocupar a terra é uma ação de justiça. Ninguém está ali por lazer, por prazer. Era essa a intenção. E essa peça trazia os personagens: eu, Eudásio, as freiras... Depois do discurso, a lapada foi grande com essa peça. A gente também falou: eu falei, o Eudásio, o Domingos...²⁹

Quase que num outro espectro, os relatos de Antonio e Maria devem ser analisados com outras chaves de interpretação, seja pelas representações que evocam, seja pelo lugar em que se colocam em relação à história da resistência, seja pelo diálogo que estabelecem com estes múltiplos personagens da luta política ou mesmo da compreensão que tem da cidadania, da justiça e dos direitos. Quando indaguei Antonio sobre como recordava a cerimônia de posse, ele respondeu: “eu lembro de um dia muito bom! Porque quem veio fazer a emissão de posse foi um chefe do Incra: *doutor Mourão*”. E continua, intercalando sua fala com Maria: “Esse dia foi uma festa, teve missa, o padre veio abençoar, foi uma vitória daquelas esmagadoras”. Antonio recorda de sua intervenção no ato:

“Eu agradei a força dos companheiros, do Movimento Sem-Terra, a força da Igreja (principalmente do Padre Eudásio) e também agradei ao *doutor Mourão*, que foi quem resolveu nos dar a emissão de posse, nos dar o direito de ficar na terra que a gente tava querendo”.³⁰

²⁹ Conversa com Auxiliadora Beserra, 16/ago/2020.

³⁰ Entrevista com Antonio e Maria, 14/nov/2020.

Insisti e perguntei sobre o discurso acintoso do representante do Incra (o *doutor Mourão*) contra os movimentos de luta pela terra. Maria respondeu:

“Ele fez um discurso lindo. Na época eu entendi que ele tava querendo dizer que pra existir reforma agrária não necessariamente tinha que existir as invasões de terra, que era o lema do governo na época, porque quem se apossa das coisas dos outros é desonesto. Mas aí, na fala do Padre, ele desfez isso aí tudo [que o Mourão disse]. Quando *doutor Mourão* tava falando essas coisas, a gente já tava olhando pro Padre. Porque se fosse tão errado e tão pecado, se não fosse de Deus, o Padre não taria com a gente, taria com ele. Então ele dava essa segurança”.³¹

E Antonio finaliza:

“o Padre deu um exemplo, exatamente o que eu falei pros herdeiros. Um dia a gente discutindo, eu disse: ‘vocês pensam que a gente tá aqui a toa? Nós tamo aqui como invasor? Não!!! Nós viemos pra cá porque saiu no diário oficial, meu amigo, que isso aqui tá nas mãos do Incra. Nosso problema agora é com o Incra, não é com vocês. Vocês num já botaram pra lá! Porque vocês não vão lá também como nós? Nós estamos aqui dentro da lei! Nós estaríamos invadido se isso aqui tivesse nas mãos de vocês.’”³²

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jadawt e SOUSA, José Jurandir. As revoluções silenciosas no Nordeste: eleições e mudança social em Itapiúna. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de (org). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais em 2000*. Campinas: Pontes; Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003.

BARREIRA, César. *Trilhos e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BESERRA, Bernadete de L. Ramos. *Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

HOBBSAWM, Eric. Os camponeses e a política. In: *Pessoas extraordinárias: resistências, rebelião e jazz*. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

³¹ Idem.

³² Idem.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O Regime empresarial-militar e a questão agrária. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org). *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)*. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (O Brasil Republicano, 4)

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína. e FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. 7ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.109 e 128.

SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greve camponesas. In: LEITE LOPES, José Sergio e HEREDIA, Beatriz (org). *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.15, abr.1997



GT 3 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: COMO, PARA QUEM E POR QUÊ?

Laira Vasconcelos dos Santos (UFPA/UNIFAMAZ)¹

Thais Fernanda Matos Sena (UFPA)²

Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA)³

RESUMO

Por meio de Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com metassíntese, referente a produção bibliográfica dos últimos cinco anos, identificamos e analisamos as políticas públicas de destinação de terras implementadas na Região Amazônica. As quais tiveram como marco inicial a Lei de Terras de 1850 e nos anos posteriores o Estado tem reproduzido colonialidades, por meio de constantes e renovados processos de “acumulação via espoliação”, da propagação de discursos que subjagam o outro como empecilho ao desenvolvimento do país, por meio de tentativas de invisibilizar povos e comunidades tradicionais. Portanto, as políticas de destinação de terras estão diretamente relacionadas aos modelos de desenvolvimento implementados na região e tem sido marcadas pelo racismo, legalização da grilagem, exclusão, concentração de terras voltadas para produção de *commodities*, o fortalecimento do agronegócio, garantidoras de segurança jurídica para investimentos de capital estrangeiro na região com finalidade expropriatória, expulsão e/ou desterritorialização de povos e comunidades tradicionais e estímulo aos conflitos socioambientais uma vez que favorece predominantemente uma classe e valoriza uma única forma de propriedade, a propriedade capitalista, em detrimento do modo de vida das comunidades tradicionais e os seus territórios.

Palavras-chave: Destinação de terras; Amazônia; conflitos socioambientais; “acumulação via espoliação”.

1 Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, UFPA/PPGSS e Centro Universitário Metropolitano da Amazônia UNIFAMAZ, Brasil. Email: laira.vasconcelos@outlook.com.

2 Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, UFPA/FASS, Brasil. Email: thaasena100@hotmail.com

3 Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, UFPA/PPGSS, Brasil. Email: solgayoso@ufpa.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados obtidos através das atividades de iniciação científica e pesquisa de doutorado, desenvolvidas no Grupo de Estudos Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), vinculada ao projeto pesquisa “Os efeitos da destinação de terras na produção das desigualdades sociais na Amazônia”, proposta desenvolvida pelos Programas de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA) e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDTU/NAEA/UFPA).

Utilizamos a metodologia de Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com a análise dos dados por meio de metassíntese qualitativa, segundo Lopes e Fracoli (2008, p. 772) pode ser definida como modalidade de estudo qualitativo que utiliza os dados dos achados de outros estudos qualitativos relativos ao mesmo tema, ou a temas correlacionados. Ou seja, a metassíntese corresponde a uma integração interpretativa dos resultados qualitativos que vão além da soma das partes, uma vez que oferecem uma nova interpretação dos resultados e análise dos dados originais que resultam em novas interpretações. A RSL possui uma sequência de etapas, cuja metodologia é claramente explicitada, com técnicas padronizadas e passíveis de reprodução. Assim, as revisões são investigações de caráter científico baseadas na reanálise de estudos primários (SANTOS, 2015).

Realizamos a pesquisa nas seguintes bases de dados: catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Repositório da Universidade Federal do Pará (UFPA), Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP) e na biblioteca virtual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Utilizamos os descritores: “Destinação de Terras”; “Políticas Ambientais”; “Regularização Fundiária”; “Reforma agrária”, “reconhecimento de Terras Indígenas”, “regularização de territórios Quilombolas”; “ordenamento territorial e fundiário”, “regularização ambiental” e “demarcação de terras indígenas”. Foram selecionados e analisados setenta e nove trabalhos, produzidos nos últimos cinco anos.

Foram identificados os seguintes instrumentos normativos que objetivam regular o uso e o acesso as terras públicas brasileiras: Lei de Terras; Estatuto da Terra; Lei 11.952 de 2009; Programa Terra Legal; Código Florestal; Estatuto do índio; Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de 2000; Convenção 169 da OIT de 2004; Lei de Gestão de Florestas Públicas de 2006; normas de criação de assentamentos de reforma agrária; Programa Integrado de Proteção das terras indígenas da Amazônia Legal; Programa Raízes em 2000. Na Constituição do estado do Pará a titulação de terras quilombolas foi abrigada no artigo 322 e posteriormente objeto da Lei 6.165, de 02 de dezembro de 1998, que dispõe

sobre procedimentos básicos necessários à ativação da regularização dos territórios quilombolas, na escala estadual.

Este artigo encontra-se organizado em quatro seções, uma breve introdução, um item sobre a atuação do Estado e processos de “acumulação via espoliação”, outro abordando a relação entre destinação de terras, desterritorialização e conflitos socioambientais e uma conclusão.

2. “ACUMULAÇÃO VIA ESPOLIAÇÃO” POR MEIO DAS POLÍTICAS DE DESTINAÇÃO DE TERRAS

Esta seção objetiva demonstrar a relação entre a ação e/ou omissão do Estado, processos de “acumulação via espoliação”, o modelo de desenvolvimento identificados nas normas referentes a destinação de terras na região Amazônica.

Treccani (2001) afirma que a história do direito agrário e a estrutura agrária brasileira tem suas bases fincadas no direito português, consideradas terras do rei, da coroa portuguesa, pois no Brasil não existia mais terras sem dono, as terras eram originariamente públicas, a história territorial do Brasil começa em Portugal, pois aqui vigoraram as leis lusitanas. Assim, o direito de propriedade no Brasil tem sua origem a partir do desmembramento do patrimônio público, contudo até esse momento ainda não possuía o aspecto absolutista da propriedade que permite ao dono usar como achasse melhor a propriedade, a época o proprietário deveria tornar a terra produtiva, sob pena de confisco, essa era a lógica do sistema sesmarial que objetivava a proteção do interesse público em relação ao uso e ocupação das terras.

Da análise da evolução histórica do sistema de aquisição territorial no Brasil, verifica-se que o grande problema da irregularidade fundiária existente na atualidade trata-se na verdade de um problema histórico na ocupação do solo brasileiro. Os efeitos excludentes da Lei de Terras tiveram reflexos ainda mais gravosos após a abolição da escravatura, vez que lançou os escravos libertos na completa exclusão social e econômica (MILLEO, 2018); (NASCIMENTO, 2014); (GOMES, 2013).

A Lei de Terras cumpriu um importante papel no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, no qual o dinheiro arrecadado com a venda de terras devolutas era utilizado para financiar a migração de trabalhadores, consolidando a situação preexistente, legitimando grandes propriedades, não criou oportunidade de redistribuição das terras e passou a considerar crime o direito à terra através da posse. Este cenário, impossibilitou que posseiros, lavradores sem-terra, adquirissem terras, posto que não possuíam poder econômico para tal. E é nesse momento no Brasil que o mercado

de terras foi constituído pelo Estado, em 1850, com a possibilidade jurídica e institucional de ocorrência de negócios com terras, ficando proibida a ocupação de áreas públicas (BENATTI, 2003) (CATETE, 2016).

Malcher (2017) e Silva (2017) reforçam que a relação entre destinação de terras e concentração é histórica, desde a criação da Lei de Terras de 1850, o papel do Estado no processo de concentração fundiária atende exclusivamente aos interesses de uma elite agrária que concentra a propriedade da terra e poder político. Essa colaboração do Estado para com o latifúndio é viabilizada ao realizar a “alienação de terras devolutas por meio de venda” e favorecer a “fixação de preços suficientemente elevados das terras, buscando impedir a emergência de um campesinato livre [...]”. (ALMEIDA, 2006, p.6).

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, denominada Estatuto da Terra, disponibilizou instrumentos legais eficazes para concretizar o princípio da função social da propriedade imóvel rural, objetivando a consecução de uma melhor distribuição de terras. O Estatuto da Terra, se aplicado plenamente, poderia ser eficaz para modificar o regime de distribuição de terras então vigente. Contudo, o vanguardista Estatuto, aprovado em plena ditadura militar, não passou de instrumento de contraposição às ideias comunistas e de manipulação dos camponeses que reclamavam uma reforma agrária com a efetiva redistribuição fundiária (NASCIMENTO, 2014).

E assim, a formação das propriedades rurais no Brasil se deu de forma confusa, desde as ordenações portuguesas. Seguiu-se então aquisições por meio de esbulho, grilagem, manobras jurídicas e políticas, por parte das elites dominantes, que se perpetuam até hoje. As políticas públicas fundiárias no Brasil foram fundamentadas na exclusão e na desigualdade de distribuição, atribuindo à terra uma rentabilidade econômica, símbolo de poder na racionalidade capitalista (BOHRER, 2015); (MAIA, 2011).

Neste sentido, Catete (2016) afirma:

Assiste-se, atualmente, à implementação de políticas de “reorganização de espaços e territórios” que não são um produto mecânico da expansão gradual de trocas, mas sim o efeito de uma ação do Estado deliberadamente protecionista, voltada para a reestruturação do mercado, disciplinando a comercialização da terra, dos recursos florestais e do subsolo. (...) Desta forma, as instâncias político administrativas incorporam o próprio termo “território” para designar não apenas aparatos burocráticos, mas também programas, planos e projetos (CATETE, 2016, p. 102).

E o Estado atua como agente no mercado de terras, Maricato (2011) afirma que o Estado age enquanto principal agente para a concentração da renda imobiliária e fundiária. As políticas habitacionais no país exemplificam as contradições e incompatibilidades entre os domínios de terra e as necessidades habitacionais, assim, há intensa exploração do território,

observando-o enquanto mercadoria e gerador de lucros, projetando a terra como um grande negócio.

Seguindo a mesma linha, Madeira (2015) afirma que as desigualdades sociais se aprofundam na medida em que a sociedade é baseada no modelo de produção capitalista, assim há um desenvolvimento desigual entre as regiões do país e do mundo e a omissão do Estado é compreendida como autorização para uma exploração predatória e para a ocupação ilícita, desigual e violenta. Diante disso, notamos que a destinação de terras em diversas áreas está voltada a atender o avanço do mercado de *commodities* (BATISTA, 2013).

Pelo exposto, percebemos que o começo do papel desenvolvimentista do Estado se deu há muito tempo e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista de poder sempre interligados, por meio do monopólio da violência e suas definições de legalidade, o Estado exerce um papel fundamental nos processos de “acumulação via espoliação”, em que a privatização do que é público indica uma nova onda de expropriações de terras comuns e o poder do Estado é usado para impor esses processos, assim como a regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o ambiente da degradação (HARVEY, 2014).

A exemplo dessa realidade, na Amazônia, Catete (2016) em análise sobre o município de Santarém expõe a existência de um processo escalar de reestruturação do mercado terras, sendo o Estado um importante agente para defesa dos interesses empresariais, agindo através da reorganização, criação e/ou flexibilização de instrumentos jurídico-administrativos, como permutas, planos de manejo florestal e outros, como estratégia para liberar terras para o mercado. Podemos inferir que o descrito por Catete (2016) se coaduna com a explicação de Vecchione Gonçalves (2018) sobre “acumulação por legislação”.

Esse processo entendido, por Vecchione Gonçalves (2018), como “acumulação por legislação” envolve a flexibilização ou a criação de normas que possibilitem a expansão do agronegócio e a apropriação de terras coletivas mediante a segurança jurídica e pactos de legalidade revestido de um aparente discurso triunfalista do agronegócio e da proteção do meio ambiente.

De outro lado, Santos Jr (2015) chama atenção não só para atos comissivos do Estado mas a indefinição e omissão governamental, no que se refere a garantia dos direitos de propriedade da terra, prejudica a efetividade do chamado desenvolvimento com sustentabilidade na Amazônia. E conclui que a presença de conflitos de interesses decorrentes de diferentes *stakeholders*, tais como entes federativos e movimentos específicos (indigenista, ambientalista e de agronegócio) tende a se materializar em ações judiciais que se arrastam nos tribunais devido a uma latência da insegurança jurídica dos

direitos de propriedade que repercute como entrave estrutural ao desenvolvimento regional no longo prazo.

Neste sentido, Batista (2015) apresenta que a omissão do Estado é compreendida como autorização para uma exploração predatória e para a ocupação ilícita. Outro problema identificado em relação a destinação de terras refere-se a um pré-requisito fundamental para praticar as ações de ordenamento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), não apresenta até o momento bases de dados confiáveis (LASKOS, 2014).

Uma demonstração dessa insegurança cadastral em relação aos dados, é feita por Passos (2016) que nos apresenta uma amostra por meio da análise de nove imóveis rurais que tinham erros nos cadastros. Foram identificados nos imóveis rurais problemas como supressão da hidrografia e conseqüentemente na área de preservação permanente, desmatamento ilegal, e/ou dentro de área delimitada como reserva legal, sobreposições entre os imóveis cadastrados, que refletem a estrutura fundiária caótica do Brasil, enfim erros que não deveriam ocorrer no cadastro ambiental rural, que tem como uma das suas finalidades a regularização ambiental.

Outros problemas relacionados à destinação de terras foram apresentados por Machado (2015) concluiu que os processos de demarcação das Terras Indígenas nos últimos dez anos esbarram na falta de recursos financeiros para sua continuidade e uma morosidade e/ou paralisação na regularização de terras e aponta para um alinhamento do governo aos setores da economia vinculados à agronegócio e a exportação de *commodities*, refletindo na desigual distribuição de terras na Amazônia, processos violentos de expropriação e desterritorialização de povos e comunidades tradicionais e o racismo fundiário é uma das causas dessa realidade, racismo que é estrutural, está enraizado na sociedade brasileira e se manifesta em discursos, políticas públicas, leis, atos de gestão, em decisões judiciais, etc.

Diversos estudos abordam o Programa Terra legal, e são uníssonos em afirmar que trata-se da privatização das terras públicas, com o discurso de regularização fundiária, acesso a terra e garantia de direitos. Assim, como o CAR, apresentado pelo governo como instrumento de combate ao desmatamento, mas que em sua implementação tem sido também utilizado como instrumento de regularização fundiária e institucionalização da grilagem de terras e legitimador da desterritorialização de povos e comunidades tradicionais.

É importante observar que o debate sobre as políticas de destinação de terra no Brasil está imbricado às discussões mais amplas sobre projetos de sociedade e desenvolvimento, sobre as quais incide uma série de interesses, principalmente, de cunho político-econômico (GOMES, 2013).

Nesse sentido, o desenvolvimento entendido estritamente como progresso e crescimento econômico, cujo fundamentos e pressupostos desse modelo datam do século XVIII, período do iluminismo e da Revolução Industrial e nesse período a ideia do homem em relação a natureza é alterada e ela passa a ser vista como objeto de controle e utilização livre para o homem, como um insumo e também a revolução industrial possibilita que a produção não dependa mais dos ciclos da natureza. Nesse momento tem-se a ideia da expansão do desenvolvimento associada ao aumento da produção material e ao mercado como principal mecanismo de distribuição. Contudo, essa concepção apresenta limitações nos aspectos políticos e sociais, questionada principalmente pelo pensamento de base marxista (MOTA, 2001).

E o Estado brasileiro é marcado por projetos de “colonização”, pautados nos modelos acima descritos e no arcabouço de iniciativas do Estado voltadas para exportação e se tratando da Amazônia, tem-se uma região onde empreendimentos, empresas, grupos estrangeiros, grupos de latifundiários, detêm interesse em explorar os recursos da região, entretanto, não podemos esquecer dos espaços de resistência, que são presentes na região, contando com povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros.

Analisando período mais recente Alves (2017) afirma que a política pública de regularização fundiária, na medida em que a sociedade hierarquizada em classes e, com ela, a distribuição da riqueza, do poder e da propriedade ficam submetidas à lógica e a racionalidade capitalista, reproduzindo a mesma lógica da Lei de Terras e se tratando da região amazônica, é necessário perguntar quem tem direito a ter direito à terra e acesso aos recursos naturais considerando que o direito de propriedade e a legislação combinadas orientam-se por uma diretriz excludente produzindo e agudizando um quadro social de conflitos fundiários na cidade e no campo por todo o país.

Na atual conjuntura de financeirização da política e do Estado, o Pará apresenta-se entre os estados mais violentos da federação, segundo dados da CPT (2020) incidência da prática de trabalho escravo além de intimidações, ameaças, perseguições, sequestros, torturas e assassinatos de trabalhadores rurais, extrativistas, quilombolas, pescadores e indígenas e ainda a destruição de plantações e roçados, envenenamento de rios, pulverização de grandes quantidades de agrotóxicos que atingem plantações orgânicas e etc. Uma espécie de cerco responsável pela promoção da concentração e especulação da terra (ALVES, 2017).

No Pará, o agravamento desses conflitos se dá como Ramos (2014) ressalta:

(...) O traumático processo político-econômico de ocupação das terras; as desarticuladas políticas públicas de titulação de terras e os seus problemas de falsificação e localização; o descontrolado sistema de registro de imóveis;

e, a intervenção federal e esquizofrênica gestão das terras públicas; títulos falsos. (RAMOS, 2014, p.48).

Segundo Nascimento e Sá (2012), na Amazônia, as lutas por território se intensificam a medida que o modo de produção capitalista avança com o objetivo de acumulação de capital, esta problemática é acompanhada por processos de aculturação, desterritorialização e expropriação de terras. Neste sentido, Trindade Junior (2006) sugere compreender a Amazônia como região a partir de três características: uma região de um complexo ecossistema de grande sociobiodiversidade; uma região de planejamento estatal e capitalista; uma região de fronteira, no sentido de conflitos entre o modelo e lógica capitalista com seu planejamento centralizado e os modelos e resistências não-capitalistas, tradicionais presentes no território.

Para Harvey (2004), a acumulação do capital é vista como uma questão geográfica, correlacionada ao desenvolvimento geográfico desigual, expansão geográfica e reorganização espacial. Deste modo, a acumulação do capital, inclui a privatização da terra, mercantilização e expulsão forçada das populações. Segundo Moraes (2005), essa acumulação inclui a transformação na utilização dos bens comuns, visto que a conversão nas formas de direito a terra (transformação em uso de propriedade exclusiva) infere no modo de vida destas populações.

É importante salientar, bem como afirma Girardi (2015) as questões referentes às estruturas agrárias e de terras são multidimensionais, ou seja, não devemos desassociá-las de outras discussões, como as questões de desigualdades de renda, fome, pobreza, violência, e questões regionais e do trabalho, visto que as políticas de ordenamento territorial se consolidaram enquanto estratégias de benefícios ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Podemos afirmar que ao longo da história do Brasil, as políticas de destinação de terras, submetidas aos modelos de desenvolvimento tem estimulado a concentração de terras, induzem o acirramento de conflitos fundiários e favorecem a lógica do latifúndio para atender a interesses capitalistas de produção voltadas para empresas e para o mercado imobiliário, excludentes e desiguais em relação ao acesso a terra, são políticas que visam beneficiar a infraestrutura, políticas voltadas para as atividades agrárias, com a omissão e ação do Estado em suas três funções (executivo, legislativo e judiciário). Neste sentido, o Estado forma espaços desiguais, desde o projeto de colonização da Amazônia são observados mecanismos diversos, entretanto todos centrados na questão estrutural agrária do país: a negação do acesso à terra a maioria dos trabalhadores do campo (LIMA E MIRANDA, 2013); (ALVES, 2016).

3. DESTINAÇÃO DE TERRAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: entre a concentração de terras e a desterritorialização de povos e comunidades tradicionais.

A análise da produção bibliográfica nos possibilitou identificar a relação entre concentração fundiária, a desterritorialização de povos e comunidades tradicionais e a ocorrência de conflitos socioambientais, como um dos principais elementos das políticas envolvendo a destinação de terras, mas também da omissão do Estado e estratégias de “acumulação por legislação” como demonstrado no item anterior.

Chesnais (1996) explica que a mundialização do capital tem sido a estratégia para solução da crise por meio de renovados processos de acumulação marcados por transações financeiras aceleradas, expropriações, exploração dos trabalhadores, a financeirização da natureza intensificando a pilhagem dos bens comuns (água, serviços ambientais, recursos do subsolo, etc.), transformando-os em objetos de transação mercantil, ao tempo em que se expande a produção de *commodities*, de forte impacto ambiental e social, sobretudo, para os chamados povos e comunidades tradicionais.

Essa realidade agravou-se atualmente em decorrência das sucessivas crises do capitalismo, tem-se buscado como solução o deslocamento do capital especulativo e produtivo para a aquisição de “ativos” sob a forma de natureza, são as *commodities* (TEMPER, DEMARIA, SCHEIDEL, 2018). Dessa forma, o capital se expande para porções do globo onde existam estoques passíveis de dominação e mercadorização.

E essa estratégia de expansão como solução para crises do capital tem ocasionado profundas transformações na questão agrária e a multiplicação dos conflitos socioambientais que expressam os antagonismos entre os modelos de desenvolvimento impulsionados pelo capital e as formas de existência e resistência dos povos tradicionais (RAMOS FILHO; MITIDIEIRO JR; SANTOS, 2006; SASSEN, 2016; BOSCHETTI, 2018; HARVEY, 2014; MURIEL, 2018).

O Brasil tornou-se um importante provedor de *commodities* para o mercado internacional, não só pela disponibilidade de terras, mas também pela riqueza de sua biodiversidade, aprofundando-se a dependência do país aos interesses do grande capital internacional para adequar a economia nacional às exigências da divisão internacional do trabalho (SILVA E SILVA, 2020).

A concentração fundiária é presente em vários estados do país, Silva (2008, p.18) ressalta “a alta concentração da propriedade da terra é um fator em torno do qual evoluiu a ‘questão da terra’ e que atravessa todos os períodos da nossa história”, assim tem-se influenciado profundamente a história política, agrária e ambiental do país.

Ainda, Gonçalves (2012, p.2) afirma que “a elevada concentração da propriedade é a principal fonte de conflitos e causa da pobreza rural” e defende que a questão agrária brasileira é gerada pela falta da eficácia de leis que regularizem o mercado de terras e garantam o direito à propriedade, para maiores números de pessoas, evitando a concentração de terras nas mãos de poucos. Neste sentido, Reydon (2011) ainda afirma que essa concentração de terras é responsável pela formação de grupos organizados, dispostos a lutar pelas mesmas gerando conflitos.

Reydon (2011) afirma ser o Brasil um dos países com maior concentração de terras no mundo. Neste sentido, Merlet (2006) explica que os conflitos possuem três naturezas distintas, entretanto relacionadas entre si, a primeira é reflexo da distribuição desigual da terra, a segunda diz respeito à insegurança e incertezas no acesso a terra, relacionados à falta de garantias com arrendatários, meeiros e direitos dos extrativistas, e por fim, reivindicações de grupos sociais, visando exercer poder sobre determinado território.

Conforme estudo do Observatório Latino Americano de conflitos socioambientais existe uma tendência de generalização dos conflitos e, em condições de profunda assimetria, as comunidades enfrentam um modelo econômico predatório imposto aos territórios com apoio do Estado. Dessa maneira, a demanda por *commodities* tem originado um processo que combina rentabilidade extraordinária, reprimarização da economia e conflitos socioambientais (OLCA, S/D).

No contexto brasileiro, essa nova dinâmica aumentou a concentração fundiária, a produção de monoculturas e a grilagem de terras, resultando na expropriação de comunidades tradicionais dos seus territórios para beneficiar o aumento da exportação de bens primários (LOUREIRO, 2016).

Silva e Silva (2020) afirmam que os conflitos socioambientais vem se alastrando em todo o mundo, tanto nos campos quanto nas cidades, e o Brasil tem assumido um papel de destaque: “aparece em terceiro lugar ao lado da Nigéria em número de disputas, enquanto a mineradora brasileira ‘Vale’ ocupa a quinta posição no ranking de empresas envolvidas”. (SILVA e SILVA, 2020, p. 192)

Ramos (2014) apresenta que a construção de políticas públicas que contemplem a regularização fundiária seriam instrumento essencial para redução de conflitos socioambientais pelo acesso a terra e demais recursos naturais. Contrariamente Ribeiro (2016) aponta a Regularização Fundiária como “(In)Solução para a Questão Agrária”, ao analisar o Programa Terra Legal ele demonstra que a regularização fundiária tem se apresentado como um novo caminho “(i)legal” na reconcentração de terras, bem como a legitimação da grilagem, apresentando resultados ainda acanhados, principalmente no

processo de regularização das posses através da emissão dos títulos de domínio. Desta forma, o problema “caos fundiário” não se resolve em si, mas se reproduz, no seio da produção do espaço agrário com a continuidade da insegurança, resistência, expropriação, grilagem e dos conflitos pela terra; agora pela terra legalizada, tendo como principais protagonistas os camponeses posseiros e o agrohidronegócio mundializado.

Como demonstrado a política fundiária adotada desde o Brasil Colônia, Império e República sempre foi excludente, durante o Regime Militar essa realidade agravou-se, pois a Amazônia foi considerada como uma válvula de escape para os conflitos fundiários de outros estados, e a privatização de terras operou-se de maneira ilegal contendo nulidades insanáveis (TRECCANI, 2001).

Maia (2011) afirma que a demanda pela posse da terra e seus recursos pela população rural amazônica é presente desde os primeiros projetos de colonização da Amazônia na década de 1950, que sinalizou o início de conflitos fundiários na região. Segundo Jordão (2012) a questão agrária relaciona-se com os conflitos do campo e sua não solução, ou a criação de caminhos paliativos, que somente agravam as tensões no meio rural e atrasam o desenvolvimento social e econômico das populações que dependem diretamente da terra para sobreviver, isto apenas perpetua a situação de desigualdade social já há muito marcante no Brasil.

A CPT indica que a região norte tem 92% do total de terras em conflito no ano de 2018. E esse dado não pode passar despercebido, 2.307 famílias foram expulsas pelo poder privado e 11.225 pelo poder público, através de ordens de despejo, realidade que se repete e intensifica em 2019, que fica evidente quem promove a violência no campo: o próprio Estado.

Sassen (2016) explica que as expulsões são possibilitadas por decisões elementares e/ou por algumas de nossas conquistas econômicas e técnicas mais avançadas, para realizar as expulsões são necessárias negociações e a elaboração de novas leis, portanto o aparato estatal é fundamental nesse processo, seja por sua ação ou omissão.

Os estudos apontam que a questão agrária brasileira existe pela falta de eficácia das leis e instituições que regularizem o mercado de terras e garantam o direito de propriedade. Um dos maiores agravantes da questão agrária é a concentração de terras, que faz com que parcela da população seja excluída do acesso a terra. Existe um esforço do governo no sentido de minimizar o problema por meio da reforma agrária tradicional, no entanto, há o indicativo de que a reforma agrária tradicional não favorece a desconcentração de terra além de estimular conflitos (GONÇALVES, 2012).

Neste mesmo sentido Souza (2012) apresenta a inefetividade da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que toca à destinação de terras públicas e devolutas para fins de reforma agrária e demonstra como as atuais políticas públicas vinculadas à matéria estão distanciadas do texto constitucional, e reforça a realidade da omissão do estado em realizar a devida reforma agrária conforme preceitua a Constituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A políticas de destinação de terras historicamente estabelecidas desde de 1850 são caracterizadas nos estudos como racistas, excludentes, que estimulam a concentração de terras, com reforço ao latifúndio, a monocultura e a escravidão, perpassadas pela colonialidade do poder e estão diretamente relacionadas ao modelo de desenvolvimento que tem como fundamento a desigualdade, assim, os projetos, planos e programas qualificados como de desenvolvimento social, são concebidos e implementados de acordo com a racionalidade comandada pelo mercado.

De modo que, restou demonstrado que, por diversas políticas públicas não só fundiárias, mas também ambientais, historicamente se promoveu como se continua a fazer a entrega de terras e de recursos ao capital e a política fundiária não foge a um constrangedor indicativo de continuidade na inclinação da legislação brasileira, dos atos e omissões do executivo e do judiciário em favor do latifúndio em detrimento ao modo de vida das populações camponesas, quilombolas e indígenas que ocupam as florestas. As políticas de destinação de terras são apontadas nos estudos como instrumentos de legalização da grilagem e de estímulo aos conflitos fundiários e a concentração de terras.

Neste sentido, as leituras apontam para políticas estatais marcadas pela instabilidade e conflitos, além de influenciar e permitir regularizações ilícitas, posses sem títulos legítimos, voltadas para a agropecuária, incentivos à colonização, exportação de *commodities*, grilagens e especulação imobiliária. Tal situação aumenta a especulação da terra, processos ilegais e os conflitos socioambientais, bem como agravando as desigualdades sociais no país. Por fim, ressalta-se um processo que esteve presente na maioria das produções: lutas e resistências dos povos, do campo e da cidade. Os próprios conflitos são reflexos e provas que há resistências, em prol de uma distribuição de terras mais igualitárias, que garanta a terra como meio produtivo de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daise. **Demarcação de Terras Indígenas no Brasil: a análise do processo demarcatório da aldeia Xambioá-TO'**. 28/08/2017 134 f. Mestrado em Estudos de Cultura e

Território. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Araguaína
Biblioteca Depositária: BDTD/UFT

ANDRE, Victor Conte. **Demarcação de Terras Indígenas: aspectos jurídicos e políticos do caso Raposa Serra do Sol**. 07/06/2013 102 f. Mestrado em Ciências Sociais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE VILA VELHA, Vila Velha Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Prof. José Leão Nunes da Universidade Vila Velha (UVV)

BATISTA, Júlio Fernando Teixeira. **Desenvolvimento Econômico do Município: regularização fundiária e responsabilidade civil**. 27/02/2015 141 f. Mestrado em Direito. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE MARÍLIA, Marília Biblioteca Depositária: ZILMA PARENTE DE BARROS

BARBOSA, Leonard Jéferson Grala. **Comunidades Ribeirinhas no Processo de Consolidação Fundiária do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia-PA**. 2019. 181 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019

BENATTI, J. H. **Posse agroecológica e manejo florestal**. Curitiba: Juruá, 2003
BOHRER, CRISTINA. **A PROBLEMÁTICA DA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS A PARTIR DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA** 30/10/2015 158 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: FACULDADE MERIDIONAL, Passo Fundo Biblioteca Depositária: <http://imed.edu.br/Biblioteca>

BORGES, Luciana Riça Mourão. **Políticas territoriais na fronteira: o Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do séc. XXI** 01/09/2012 242 f. Mestrado em Geografia (Geografia Humana) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: CAPH-FFLCH

CATETE, Vania Lucia Lemos. **Mercados de terras, apropriação e exploração dos recursos naturais na Amazônia: o caso do Gleba Olinda no Estado do Pará**. 2016. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Curso de Mestrado em Serviço Social, 2016;

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Sojicultura e mercado de terras na Amazônia. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 19, n. 1, p. 173-185, jan./jun. 2015

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; ALVES, Edivânia Santos. Regularização fundiária e ações insurgentes na cidade de Belém: o caso Estrada Nova. **Rev. katálysis [online]**. 2016, vol.19, n.2, pp.214-223. ISSN 1982-0259

DELMONDES, João Paulo Sales. **Precedentes Judiciais como Alternativa para os Entraves na Demarcação de Terras Indígenas e seus Reflexos para o Desenvolvimento Local** 25/02/2016 undefined f. Mestrado em Desenvolvimento Local Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, Campo Grande Biblioteca Depositária: undefined

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela Renda da Terra e Disputas Territoriais na Fronteira Agrícola Brasileira. **Rev. NERA**. Presidente Prudente v. 22, n. 47, pp. 173-201 Dossiê - 2019

GOMES, Carla Morsch Porto. **"A Governança da Terra em Questão: Uma Análise da Política de Crédito Fundiário no Brasil"** 06/08/2013 249 f. Mestrado em Agroecossistemas Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFSC

GONÇALVES, Lilian Valeriano. **Efeitos da Política de Crédito Fundiário e de Arrendamento nos Conflitos por Terra em Estados Selecionados, Brasil.**' 01/10/2012 98 f. Mestrado em ECONOMIA APLICADA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca Depositária: UFV

HARVEY, David. **A acumulação via espoliação.** In: Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Jordão, Luciana Ramos. **DA QUESTÃO AGRÁRIA E DA COMPRA DE TERRA POR ESTRANGEIROS.** 01/03/2012 152 f. Mestrado em DIREITO AGRÁRIO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, GOIÂNIA Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA SETORIAL DA UFG

JOAQUIM, Ana Paula. **Direito Constitucional Indígena: uma análise à luz do caso Raposa Serra do Sol**' 13/05/2013 162 f. Mestrado em Direito. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP

LASKOS, ANDRE ARRUDA. **Ações e políticas públicas de ordenamento fundiário no meio rural**' 27/08/2014 168 f. Mestrado em AGROECOSSISTEMAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Universitária da UFSC

MACHADO, MARJORI DE SOUZA. **TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL: ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DEMARCATÓRIOS NOS GOVERNOS LULA E DILMA**' 27/02/2015 128 f. Mestrado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFSC

MADEIRA, Welbson do Vale. **Modelos de Desenvolvimento Econômico e Ordenamento Territorial na Amazônia:** rupturas e continuidades no corredor Açailândia - São Luís (MA). 2015. 234 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

MAIA, Rosane de Oliveira Martins. **A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA: O PAE NAS ILHAS DO PARÁ.**' 01/10/2011 203 f. Mestrado em DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM Biblioteca Depositária: José Marcelino da Costa

MALCHER, Maria Albenize Farias. **O Olhar Geográfico:** a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará' 11/12/2017 184 f. Doutorado em geografia instituição de ensino: universidade federal do Ceará, fortaleza biblioteca depositária: central – ufc

MILLEO, CIBELLE MANFRON ROSAS. **O PROBLEMA FUNDIÁRIO DECORRENTE DO SISTEMA DE AQUISIÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL E A USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DA REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA**' 29/06/2018 90 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA, Curitiba Biblioteca Depositária: Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA

MOTA, Carlos Renato. **As principais teorias e práticas de desenvolvimento.** In: BURSZTYN, Marcel (org.). A difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2001

NASCIMENTO, BRUNO PEREIRA. **DEFENSORIA PÚBLICA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL: NOVOS RUMOS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL À MORADIA'** 27/03/2014 99 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: FACULDADE DE DIREITO DE VITORIA , Vitória Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA PROFESSOR RENATO PACHECO – FDV

PASSOS, JOELSON DE SOUZA. **A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS EM MATO GROSSO: Análise Cartográfica Do Cadastro Ambiental Rural'** 30/04/2016 undefined f. Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, Cuiabá Biblioteca Depositária: undefined

RAMOS, Bruno Yoheiji Kono. **A questão fundiária na Amazônia e os reflexos jurídicos no uso e ocupação do solo público pela mineração:** estudo de caso do estado do Pará' 22/10/2014 108 f. Mestrado em Direito Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC-SP

RIBEIRO, ALYSON FERNANDO ALVES. **A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO (IN)SOLUÇÃO PARA A QUESTÃO AGRÁRIA: O DESVELAR DO PROGRAMA TERRA "LEGAL" AMAZÔNIA NO CONE-SUL DE RONDÔNIA'** 04/02/2016 206 f. Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, Porto Velho Biblioteca Depositária: Biblioteca Roberto Pires Unir

SANTOS JUNIOR, ERNANI BATISTA DOS SANTOS. **A QUESTÃO FUNDIÁRIA EM RORAIMA À LUZ DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS'** 21/12/2015 undefined f. Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Boa Vista Biblioteca Depositária: undefined

SILVA, Eliane Aparecida Cabral da. **Quando a Terra Avança Como Mercadoria Perde-se o Valor de Uso na Cidade:** regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá – amapá' 12/12/2017 195 f. Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital da Unicamp

SOUZA, Antiógenes Ferreira de. **REFORMA AGRÁRIA E CIDADANIA: O EMPREGO DE TERRAS DEVOLUTAS COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL'** 01/02/2012 140 f. Mestrado em CIÊNCIA JURÍDICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, Jacarezinho Biblioteca Depositária: 01

TRECCANI, Girolomo Domenico. **Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará.** Belém, 2001

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Pensando a Concepção de Amazônia.** In. SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. Org. Panorama da Geografia Brasileira 1. São Paulo: Annablume, 2006.

VECCHIONE GONCALVES, Marcela. **ACUMULAÇÃO POR LEGISLAÇÃO: Código florestal e cadastro ambiental rural como zoneamento da expansão do Agronegócio. Revista Cerrados CPT,** Goiânia, p. 44 - 55, 19 dez. 2018.

CPT Nacional. **Conflitos no Campo: Brasil, 2019.** Centro de Documentação Dom Tomás Balduino; 2020.

MURIEL, Ana Paula. Estado e expropriações no capitalismo dependente. *In*: BOSCHETTI, Ivanette (org). **Expropriações e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

BOSCHETTI, Ivanette (org). **Expropriações e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIEIRO JR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza. (org). **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2006.

TEMPER, L., *et al.* Atlas Global de Justiça Ambiental (EJAtlas): conflitos de distribuição ecológica como forças para a sustentabilidade. **SustainSci**. 13, 573–584 (2018). Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-018-0563-4>. Acesso em: 14 mai. de 2019.

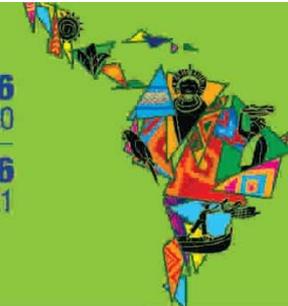


SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 03 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais.

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E O DEBATE SOBRE MEIO AMBIENTE E INJUSTIÇA AMBIENTAL

Maria Júlia Veiga da Silva¹

RESUMO

Este artigo apresenta recortes de investigações científicas já concluídas por meio da elaboração e apresentação de tese de doutorado defendida em 2017 junto ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro e de novas investigações científicas formalizada por meio do projeto de pesquisa urbanização de assentamentos precários em Santarém, considerando as áreas delimitadas como aglomerados subnormais pelo IBGE como sendo os próprios assentamentos precários, visto que os indicadores de um e de outro são semelhantes. A pesquisa proposta pelo projeto supracitado envolve levantamentos junto a legislação ambiental e urbana de Santarém-PA, assim como junto a plataforma oficial do IBGE, levantamentos em jornais locais sobre as principais intervenções urbanas realizadas nos últimos dez anos em áreas definidas como aglomerados subnormais em Santarém, além da identificação sobre o conceito de meio ambiente expresso nos discursos dos agentes públicos e privados na manifestação de suas opiniões junto aos meios de comunicação de massa. O trabalho aqui apresentado não alcança ainda o conceito de meio ambiente expresso nos discursos dos agentes, mas analisa como este conceito se manifesta na legislação ambiental e urbana. Trata-se de conceito que restringe o meio ambiente aos aspectos materiais e de energia, o que tem dificultado o provimento de políticas públicas que promovam a justiça socioespacial, assim como a justiça ambiental.

Palavras-chaves: Meio ambiente; segregação socioespacial, processos espaciais, Santarém-PA, Amazônia

1. INTRODUÇÃO

O avanço do processo de urbanização tem sido acompanhado do aprofundamento das desigualdades socioespaciais, assim como das injustiças ambientais, sendo que ambas

¹ Doutora em Geografia, professora do curso de Geografia do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, Líder do Núcleo de Pesquisa sobre Ecologia Política, Dinâmicas, processos, práticas sociais e espaciais urbanas e territoriais na Amazônia - NEPUAM. E-mail: mjvsilva2000@yahoo.com.br

se originam na expropriação de grupos sociais extirpados de seu protagonismo social pelas forças econômicas e políticas muito bem articuladas por meio de discursos capazes de impor a maior parte da sociedade a sua hegemonia. Tais discursos hegemônicos ofuscam o fato de que todo o processo histórico de expropriação e consequente alienação dos meios de subsistência, incluindo o habitat é que têm gerado serias problemáticas ambientais, ameaçando, inclusive, a possibilidade de reprodução da vida na Terra.

Neste contexto, os grupos sociais, cujo protagonismo vem sendo dilacerado pela lógica capitalista, assumem uma posição desfavorável na disputa de narrativas e de espaço, visto que a legislação urbana e ambiental são garantidores da manutenção das estruturas socioespaciais vigentes. Dessa forma, no contexto da cidade, de maneira “legítima” e aparentemente, por uma determinação coletiva, vai se reproduzindo a concentração espacial de equipamentos e serviços em determinadas áreas, principalmente, e a carência e/ou total ausência destes em outras. Desse modo, a segregação socioespacial inerente ao processo acima descrito, tem como uma de suas materializações, os assentamentos precários, os quais evidenciam a presença de grupos sociais nas cidades que vivem carentes de um ambiente adequado, salubre e que garanta a sustentabilidade da vida. Nestes termos, continuar confundindo meio ambiente com natureza permite que se permaneça ofuscando a visualização das injustiças ambientais nas cidades, as quais podem ser facilmente identificadas nas áreas definidas pelo IBGE como aglomerados subnormais, tratados neste trabalho como assentamentos precários.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa consistiram em levantamento e análise bibliográfica relacionado aos conceitos de meio ambiente, justiça ambiental, assentamentos precários, segregação socioespacial e riscos ambientais. O referencial empírico para o qual se fez levantamentos sobre a legislação ambiental e urbana, notadamente o Plano Diretor Municipal e o Código Ambiental, além de levantamento em jornais online, onde se buscou o discurso de meio ambiente evidenciados pelas narrativas dos atores sociais com interlocução nos meios de comunicação, bem como as intervenções urbanas realizadas nos últimos anos nas áreas delimitadas como assentamentos precários.

Geralmente, as regiões definidas como assentamentos precários coincidem com o que é definido como áreas de risco. De acordo com o plano diretor de Santarém-PA não é possível realizar projetos de urbanização em áreas delimitadas como áreas de risco. Então é necessário combater os processos urbanos que levam as pessoas a ocuparem áreas que oferecem risco a vida, a natureza e a base material das pessoas. Nesse contexto, é imprescindível a construção e compartilhamento de um conceito de meio ambiente abrangente. Finalmente, por meio deste trabalho foi possível evidenciar de que forma o meio

ambiente se manifesta nas cidades amazônicas e como ele é tratado conforme os interesses dos diferentes atores sociais para se alcançar as injustiças ambientais camufladas naquilo que se denomina assentamentos precários.

2. DINÂMICA DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

A emergência e consolidação de assentamentos precários no contexto do espaço urbano relaciona-se a forma como o solo urbano é apropriado pelos diferentes grupos sociais. O desigual acesso a terra urbana e as benesses da urbanização, tem empurrado cada vez mais os desfavorecidos a ocuparem espaços inviáveis para a habitabilidade tanto nos aspectos naturais quanto sociais.

Conforme aponta Villaça (2001) a dinâmica da segregação socioespacial, envolve não apenas a ocupação de áreas desintegradas das áreas urbanas mais bem servidas, previamente, de equipamentos e serviços, como também pelo poder político e econômico que os ocupantes de determinadas áreas da cidade dispõem. Os mais poderosos pressionam o Estado que promove uma verdadeira transferência de rendimentos dos mais pobres na direção dos mais ricos por meio de uma distribuição desigual e injusta dos investimentos provenientes do pagamento de impostos e tributos pelos cidadãos de diferentes níveis de renda. Tal dinâmica de investimentos públicos contribui para a reprodução de espaços precarizados, carentes de equipamentos e serviços urbanos básicos, como acesso à água potável e de qualidade, acesso a rede de esgoto e a coleta de lixo, segurança alimentar, dentre outros, além da regularização fundiária.

A segregação está entre os seis processos espaciais destacados por Correa (2005), que assim os apresenta acompanhados de suas respectivas formas resultantes: centralização produz as áreas centrais; a descentralização que produz núcleos secundários; a coesão resulta em áreas especializadas; a segregação gerando áreas sociais desiguais e bem delimitadas; dinâmica espacial da segregação; a inércia responsável pela elaboração de áreas cristalizadas. Todas essas formas produzidas pelos processos espaciais resultam em um espaço urbano fragmentado e articulado segundo a lógica dos atores hegemônicos da sociedade urbana e suas articulações externas.

[...] as áreas sociais resultam das diversas soluções que as classes sociais e suas frações encontraram para resolver os problemas de *como* e *onde* morar. Mas estas não derivam de uma solução autônoma por parte das classes sociais vistas enquanto consumidoras. (CORREA, 2005, p. 62).

A segregação é, assim, definida por Corrêa (2001) como um processo espacial relacionado às áreas residências, as quais caracterizam-se por forte homogeneidade social

interna. “[...] A segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas” (CORRÊA, 2001, p. 131).

As diferenças sociais entre essas áreas uniformes devem-se essencialmente ao diferencial da capacidade que cada grupo social tem em pagar pela residência que ocupa. Em outros termos, as áreas uniformes refletem, de um lado, a distribuição da renda da população, e de outro, o tipo de residência e a localização da mesma em termos de acessibilidade e amenidades. Em realidade, a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista. (CORRÊA, 2001, p. 131-132).

Embora elabore sua argumentação a partir da perspectiva da estruturação urbana, Villaça (2001), constrói um pensamento sobre a segregação, que se assemelha ao de Corrêa (2001, 2005) quando aponta para a homogeneização das áreas residenciais, considerando a predominância de grupos pertencentes a determinadas classes sociais em determinadas áreas da cidade. Assim, para Villaça (2001, p. 142) “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole” (grifos do autor). A despeito de tal concentração, Villaça (2001) adverte que:

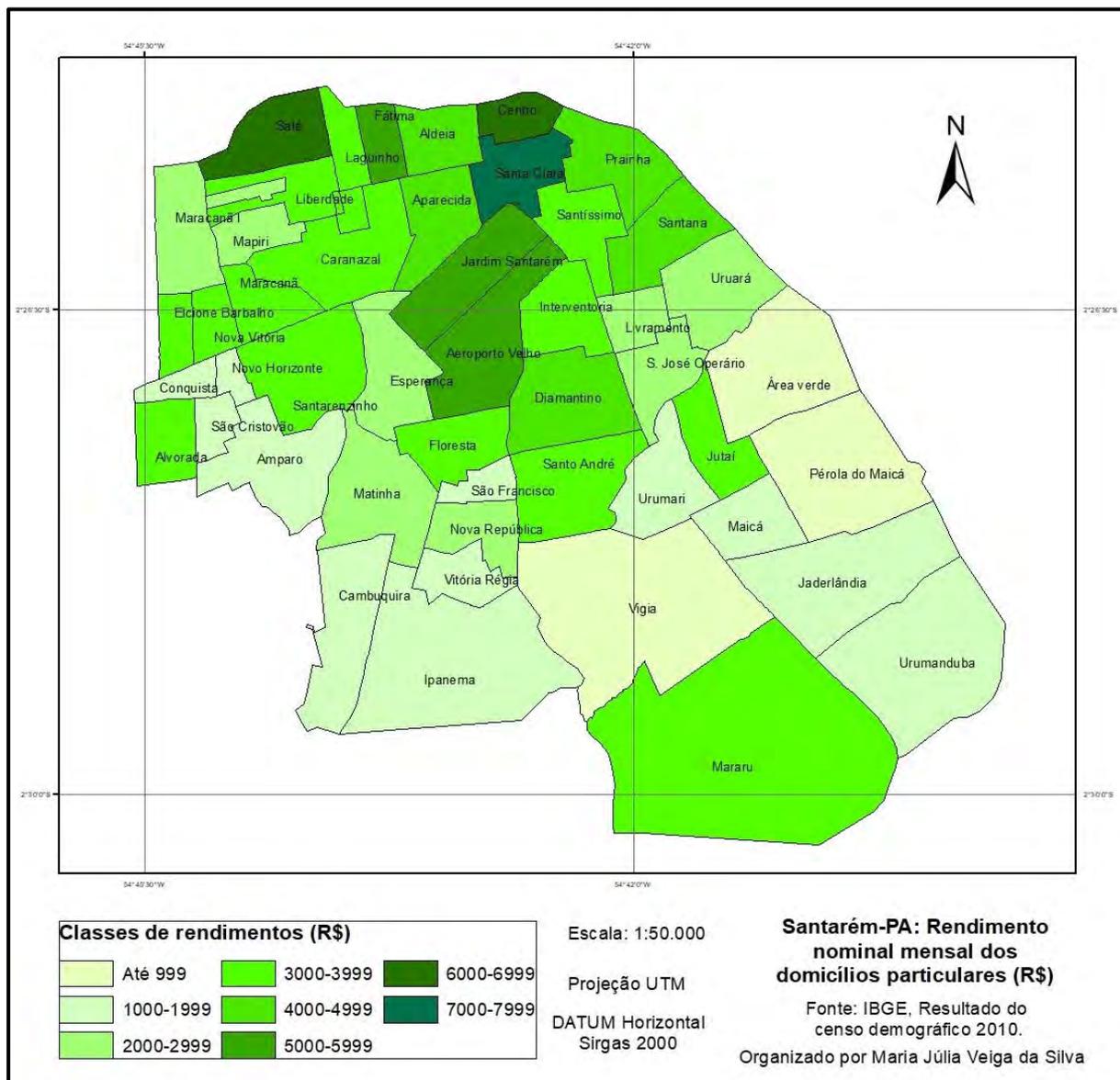
[...] a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço. Não existe presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral de nenhuma metrópole brasileira (embora haja presença exclusiva de camadas de baixa renda em grandes regiões urbanas). Na melhor das hipóteses pode haver tal exclusividade em bairros. (VILLAÇA, 2001, p. 142).

Para Villaça (2001), se não há a presença exclusiva da classe alta em determinada área da cidade, então a segregação é identificada da seguinte forma: “o que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região da metrópole”. (VILLAÇA, 2001, p. 143).

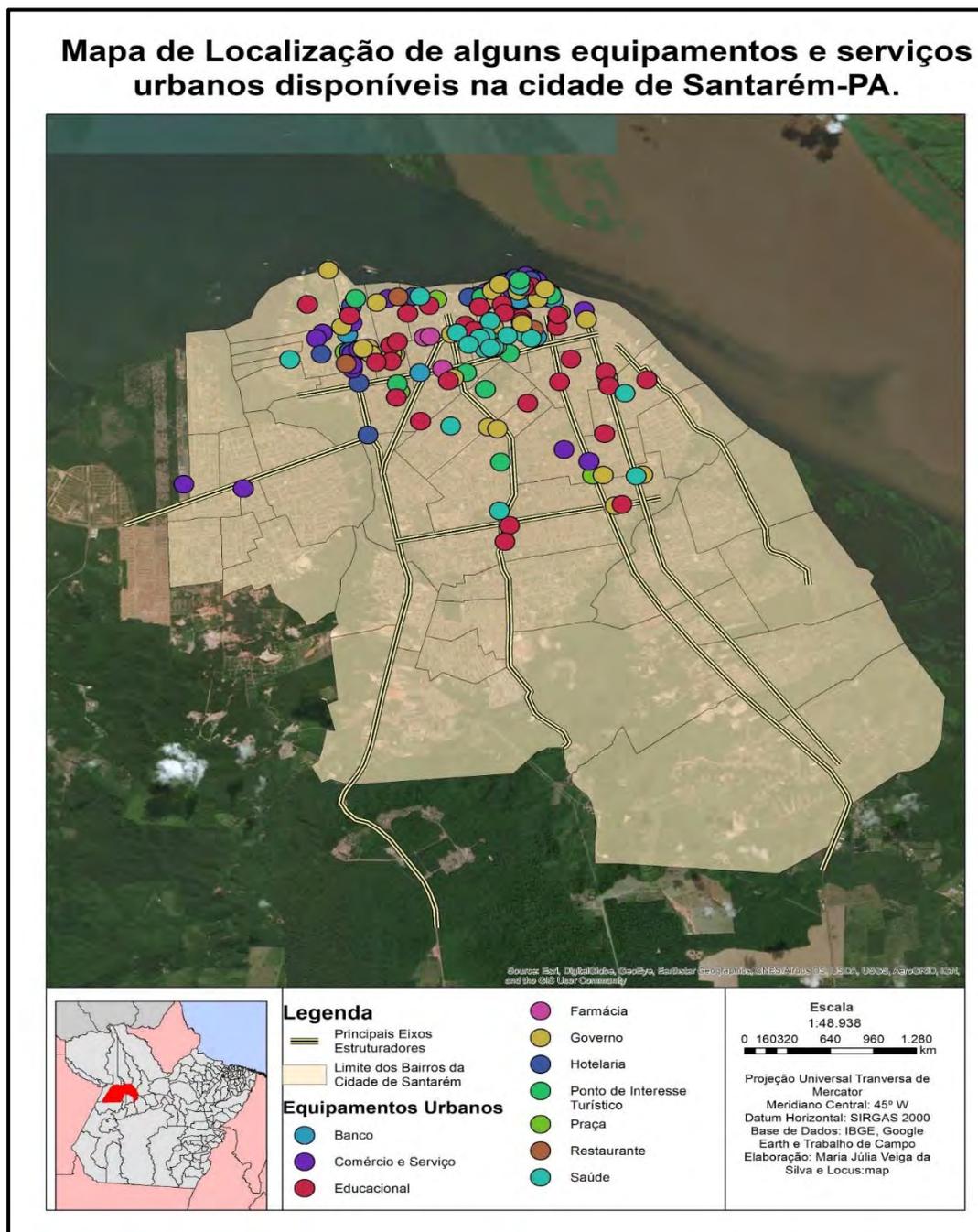
O mais conhecido padrão da segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão. (VILLAÇA, 2001, p. 143).

Observa-se, por meio da citação precedente, que o autor referencia seu estudo sobre a dinâmica da segregação socioespacial em realidades metropolitanas, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza. Tal constatação não inviabiliza a reflexão sobre segregação socioespacial em Santarém, considerando que, por meio de levantamentos realizados entre 2015 e 2017 junto a plataforma oficial do IBGE, de observações sistemáticas de campo e pelo

Google Earth foi possível constatar as desigualdades de renda, assim como a desigualdade na distribuição dos equipamentos e serviços, conforme se observa nos mapas 01 e 02, nos quais é possível observar que a área de concentração dos principais equipamentos e serviços urbanos, coincide com a área de concentração dos mais elevados rendimentos das famílias residentes.



Mapa 01 – Santarém-PA: rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes (R\$). Fonte: IBGE, Resultado do Censo demográfico 2010. Organizado por Maria Júlia Veiga da Silva, agosto de 2016.



Mapa 02– Localização de alguns equipamentos e serviços urbanos disponíveis na cidade de Santarém-PA. Base de dados: IBGE e Google Maps e trabalho de campo. Elaboração: Maria Júlia Veiga da Silva e Locus: map

Villaça (2001) evidencia o caráter de luta social da segregação, em que há vitoriosos e derrotados desenvolvendo a segregação voluntária e involuntária, respectivamente, mostrando, desse modo, o caráter contraditório da segregação. Nesse mesmo ponto, ainda adverte que a segregação é um processo dialético, trazendo a seguinte argumentação:

Na verdade, há dois tipos de segregação, mas uma só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor. (VILLAÇA, 2001, p. 147-148).

Villaça (2003) argumenta que a segregação é uma forma de exclusão social que apresenta uma dimensão espacial. Correa (2005) evidencia que a segregação socioespacial é produzida pelo acesso desigual ao solo urbano pelos agentes modeladores do espaço. Dessa forma, enquanto processo espacial, a segregação socioespacial que envolve diferentes atores sociais e agentes modeladores do espaço urbano é capaz de orientar as pessoas a ocuparem áreas de risco; sejam eles naturais, tecnológicos ou sociais. Os riscos tecnológicos podem, ainda, ser impostos ao cotidiano das pessoas após estas estarem instaladas em determinadas áreas da cidade e por fatores de raça, classe social, entre outros destacados por Acselrad; Melo; Bezerra, (2009), produzindo a denominada injustiça ambiental. Da mesma forma os perigos sociais são inerentes à própria existência das pessoas vulneráveis socialmente nos espaços segregados compulsoriamente.

Villaça (2001) esclarece que procura desvendar porque a segregação facilita ou possibilita a ação do Estado em favor das camadas da mais alta renda e identifica, nessa circunstância, que o movimento das classes altas da cidade orienta a direção e localização dos equipamentos e serviços públicos; daí provém a necessidade dessas classes se concentrarem em determinadas áreas da cidade para exercerem o poder de atração sobre a disponibilidade de equipamentos e serviços adequados no interior das áreas ocupadas por grupos sociais de alta renda. Nesse ponto, é interessante destacar que tal necessidade de concentração também leva grupos sociais de alta renda a ocuparem áreas consideradas inadequadas à habitabilidade no decorrer do processo de expansão da área urbana ocupadas por populações de alta renda. Após da ocupação de áreas com poucas amenidades pelos atores sociais de alta renda, porém contígua à uma região em franco processo de consolidação como área concentradora de valor no espaço, o estado produz as benfeitorias capazes de diminuir ou até mesmo eliminar os efeitos negativos de um fenômeno natural, como aqueles produzidos pelas grandes enxurradas, por exemplo; ocorrendo, assim, o processo de valorização no espaço, com uso de recursos da coletividade, em benefício de determinados grupos sociais.

Desse modo, fica evidente que a segregação socioespacial é um produto da dinâmica social capitalista com constante necessidade de dominação das movimentações das classes de trabalhadores e consumidores e do acesso à terra urbana pelas classes sociais subalternizadas. A organização espacial da cidade, a princípio, é orientada pelas demandas dos atores das classes sociais com maior poder econômico e político. Entretanto, há autores que apresentam certo otimismo quanto a tal dinâmica, expressando que é possível uma lógica diferente para a organização do espaço urbano através de uma dinâmica de inversão da lógica

atual, onde os menos poderosos possam ter um papel mais ativo no processo de produção do espaço urbano, esse é o caso de Souza (2013), para quem:

A organização espacial está sempre mudando. Às vezes, mais rapidamente, às vezes mais lentamente. E não apenas mudando: está, também, sendo constantemente desafiada, em diferentes escalas. Para cada “ordem” sócio-espacial aparecerá, mais cedo ou mais tarde, ao menos em uma sociedade injusta e heterônoma, um contraprojeto (ou vários contraprojetos concorrentes) que proporá ou pressuporá, explícita ou implicitamente, novas estruturas socioespaciais, para agasalhar novas relações sociais. [...]. (SOUZA, 2013, p. 38).

O caráter dialético e contraditório da segregação socioespacial evidenciado por Villaça (2001) também é expresso por Souza (2013), quando este destaca que os passivos espaciais e os impactos negativos da urbanização desigual podem ser prejudiciais, não só para os mais pobres, como também para as classes sociais mais elevadas e para o próprio capital. Entretanto, segundo o autor, nesse jogo, apesar de afetar a todos, nem todos perdem na mesma proporção; há, inclusive, quem ganhe. Embora o autor não esclareça como ocorre o processo de ganho, há algumas pistas, em que se identifica como um dos tipos de ganhos, aqueles provenientes da proliferação dos condomínios fechados e os loteamentos murados relacionados aos promotores imobiliários. Entretanto, não se pode ignorar o fato de que é a partir dos passivos espaciais e dos impactos negativos inerentes a eles que os mais pobres constroem seus questionamentos. Para explicitar seu entendimento sobre passivos espaciais e sua relação com as agendas reivindicatórias dos movimentos sociais urbanos, Souza (2013) toma como exemplo a relação entre o suposto déficit habitacional e os imóveis vagos.

[...]. São os mais pobres, mais claramente explorados e oprimidos, que geralmente constroem suas agendas em torno do questionamento frontal de certos “passivos espaciais” e do que eles representam: edifícios “abandonados” e se deteriorando – o que remete ao acintoso contraste, no Brasil, entre o déficit habitacional e o estoque de domicílios vagos, cujas magnitudes têm sido muito próximas em nosso país. [...]. (SOUZA, 2013, p. 73).

Souza (2013), ainda expõe sobre o papel das formas não alteradas pela ação antrópica e sobre sua influência no processo de estruturação urbana ou organização do espaço da cidade. Para definir o conceito de organização espacial Souza (2013) parte do conceito desenvolvido por Roberto Lobato Corrêa na obra *Região e Organização Espacial*, fortemente concentrado nas formas produzidas pela sociedade em sua relação fomentada pela divisão social do trabalho. Souza (2013) avança na definição acrescentando as formas espaciais não criadas; argumenta Souza (2013, p. 37): “não parece muito defensável excluir do conceito de organização espacial formas espaciais não criadas (mesmo que possam vir a ser transformadas) pela sociedade”. Incluindo componentes da organização espacial do

campo “e inclusive a espaços urbanos, em que – para ficar em um único tipo de exemplo – topografia, ocupação e segregação residencial são indissociáveis uma das outras”. (SOUZA, 2013, p. 38).

Partindo do conceito de substrato espacial, Souza (2013), alerta que o próprio sítio pode se expressar como rugosidade pelos limites impostos pela topografia ou por outras características do terreno à ação humana na forma das reestruturações urbanas. Entretanto, há de se convir que os efeitos negativos da dinâmica da natureza são orientados a afetar a população com menores recursos financeiros. Ainda há a simbologia que pode reforçar uma modalidade de segregação socioespacial amparada não apenas na distância físico-geográfica como também sociocultural.

Pois bem: o substrato condiciona as relações sociais em si mesmo, por bloquear, facilitar, dificultar etc. através de sua materialidade (infraestrutura boa ou ruim, que atrai ou afasta investimentos; espaços bem-cuidados ou não, que atraem ou repelem visitantes; espaços que favorecem ou desfavorecem o encontro casual, a assembleia, o debate entre cidadãos...). Mas também condiciona por ser o “portador” de símbolos e mensagens, inscritos formal ou informalmente no mobiliário urbano e, mais amplamente, nos objetos geográficos da paisagem, que colaboram, para o bem e para o mal, para a socialização e a (de)formação de hábitos, costumes e mentalidades. (SOUZA, 2013, p. 74).

Dessa forma, a gênese e consolidação dos assentamentos precários relaciona-se à dinâmica da segregação, desde a autosegregação até a segregação compulsória, que impele populações mais pobres a ocuparem áreas impróprias a habitabilidade e criam mecanismos de distribuição injusta e desigual dos investimentos públicos através da disponibilização de equipamentos urbanos, onde prevalecem as demandas do capital e dos grupos sociais com maior poder político e econômico. No caso de Santarém, pode-se evidenciar que a concentração maior de moradias inadequadas (gráfico 01), coincide com as áreas de concentração de populações com menores níveis de rendimentos (mapa 01).

O IBGE (2015) considera moradia adequada aqueles domicílios que têm rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e coleta de lixo direta ou indireta; são delimitados como moradia semiadequada, os domicílios que atendem de uma a duas características de adequação; e inadequada, domicílios que não atendem a nenhuma característica de adequação. Assim sendo, este indicador expressa as condições de moradia através da proporção de domicílios com condições mínimas de habitabilidade. (IBGE, 2015).

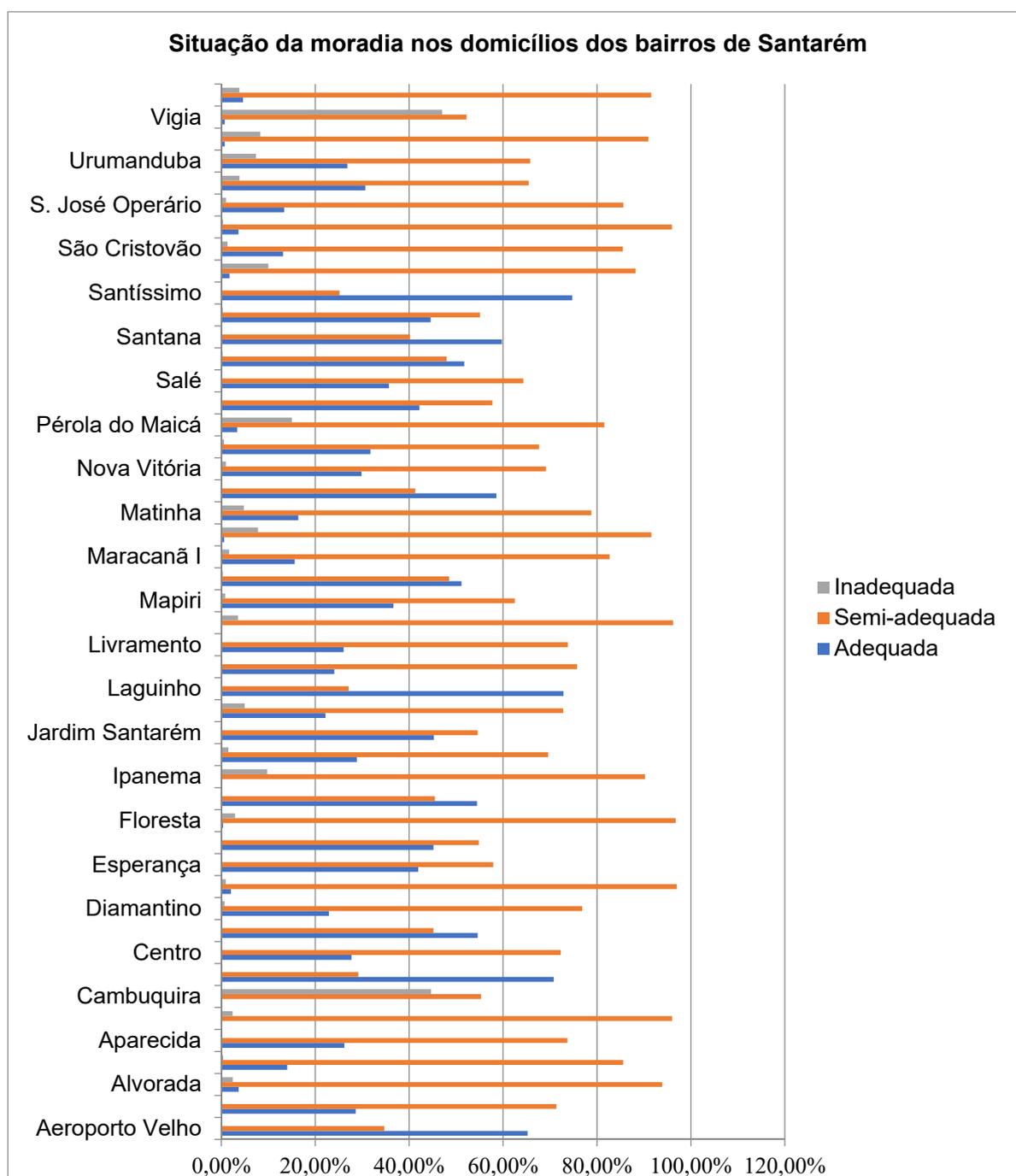


Gráfico 01 - Situação da moradia nos domicílios dos bairros de Santarém. Fonte: IBGE, Resultado do Censo Demográfico 2010. Organizado por Maria Júlia Veiga da Silva.

Do ponto de vista da escala do município, são indicadores que estão relacionados à adequação da moradia: Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico; Acesso ao sistema de abastecimento de água; Acesso a esgotamento sanitário; Taxa de desocupação; Rendimento familiar per capita; Rendimento médio mensal; Esperança de vida ao nascer; Taxa de mortalidade infantil; Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado; Existência de conselhos municipais; Comitês de bacias hidrográficas; Fundo Municipal de Meio

Ambiente; Agenda 21 local; e articulações interinstitucionais dos municípios. (IBGE, 2015). Dessa forma, o gráfico 01 esclarece que a maioria dos bairros de Santarém aglomera domicílios incorporados na categoria de moradia semiadequada, acompanhando a média desta cidade. Portanto, os elementos que compõem o indicador adequação da moradia, compõem o conjunto de elementos que são considerados na segregação socioespacial e se estende ainda aos que se considera nos debates sobre a injustiça ambiental e ao meio ambiente adequado.

Finaliza-se este tópico reforçando que se há uma agenda da urbanização e da produção de espaços segregados pelos atores hegemônicos, há a possibilidade de insurgência de proposição e efetivação de uma agenda positiva para todos. Nesse sentido, Souza (2013) finaliza sua explanação fazendo considerações sobre o urbanismo conservador e a possibilidade de um planejamento urbano crítico promotor da igualdade de oportunidades e do amplo debate popular, em que os mais pobres sejam elevados da categoria de agentes modeladores do espaço, com características reativas para agendas mais propositivas, tornando-se agentes de um planejamento crítico, insurgente e gestores de territórios dissidentes. Essa é uma esperança que norteia a produção de uma análise que procura desnudar as ideologias e os valores impostos no processo de produção do espaço orientado pela heteronomia e que escondem os verdadeiros objetivos do ordenamento urbano excludente.

3. URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E O DEBATE SOBRE MEIO AMBIENTE E INJUSTIÇA AMBIENTAL

A cidade de Santarém passou por significativo processo de urbanização da população², sem ser acompanhado pelo oferecimento de equipamentos e serviços urbanos adequados e suficientes aos cidadãos. A insuficiência de equipamentos e serviços disponibilizados nos bairros periféricos de Santarém gerou e gera significativa vulnerabilidade socioambiental.

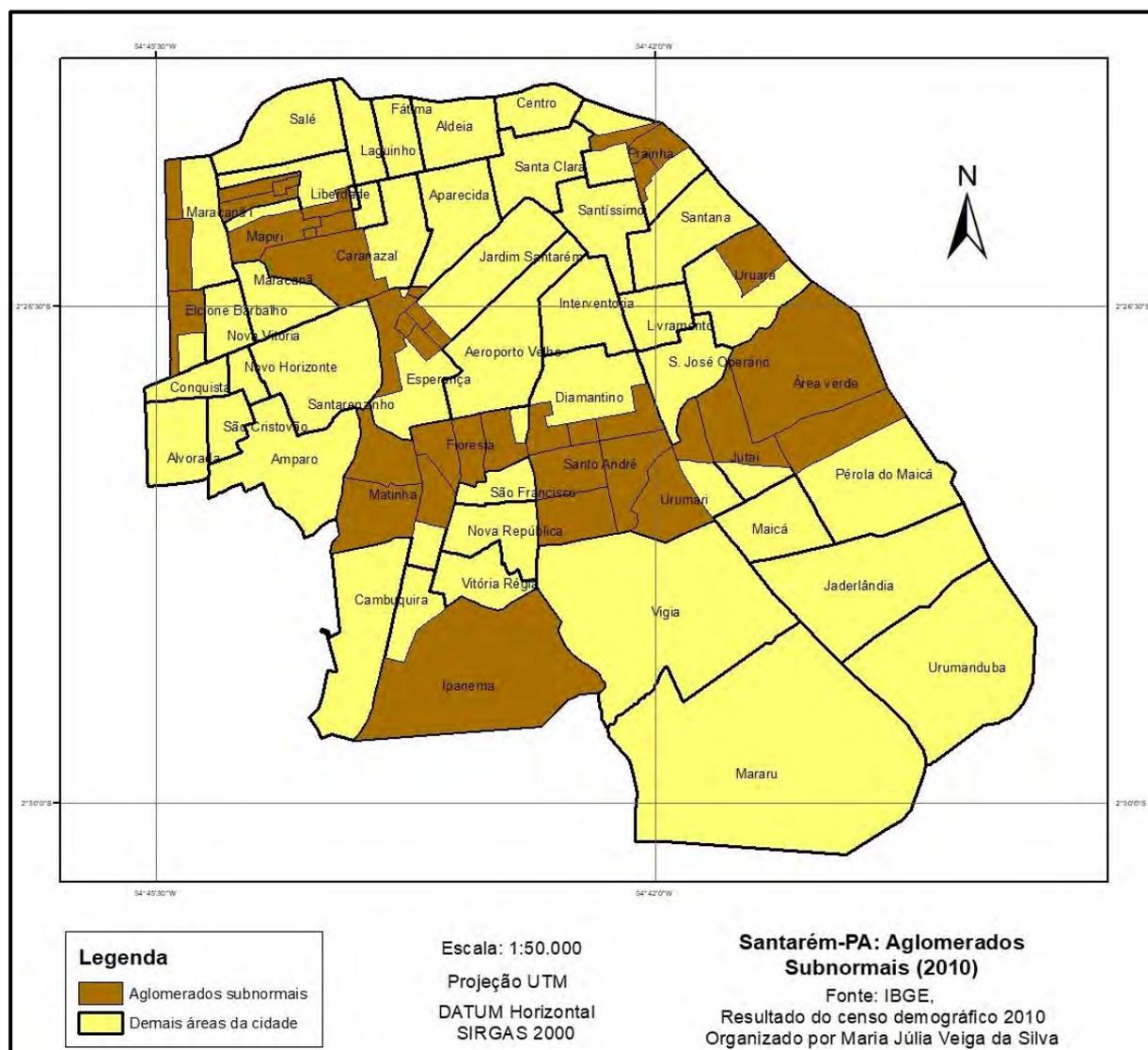
Para o trabalho aqui apresentado são identificados como assentamentos precários aquelas áreas delimitadas pelo Censo do IBGE do ano de 2010 como aglomerados subnormais, os quais são definidos pelo IBGE (2010) como o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho

² A urbanização da população se manifesta quando o percentual da população vivendo em áreas urbanas, aumenta significativa em relação ao percentual de população vivendo em áreas rurais. (SANTOS, 2005)

e forma dos lotes e/ou – carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Dada a definição de aglomerados subnormais pelo IBGE, considera-se que áreas urbanas delimitadas com esta qualificação devem ser objeto prioritário de projetos de urbanização e de regularização fundiária. Considerando-se ainda o principal objetivo da reforma urbana institucionalizada através da lei 10.257 (O Estatuto da Cidade), isto é, “a justa distribuição do ônus e do bônus da urbanização”, promovendo a função social da terra urbana. A justa distribuição do ônus e do bônus da urbanização realizar-se-ia, assim, à medida que as distorções produzidas pela urbanização desigual possam ser corrigidas através do investimento público nas áreas da cidade que mais precisam da presença do estado por meio da instalação de infraestrutura e de equipamentos e serviços essenciais para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

O mapa 03 evidencia quais áreas da cidade de Santarém constituem-se aglomerados subnormais, de acordo com dados extraídos da plataforma oficial do IBGE. A cartografia dos aglomerados subnormais permite ter uma noção das áreas segregadas com carência de equipamentos e serviços urbanos, bem como de regularização fundiária, um importante elemento para garantir segurança e estabilidade ao cidadão quanto ao direito à moradia e à cidade.



Mapa 11 – Santarém-PA: aglomerados subnormais (2010). Fonte: IBGE, resultado do censo demográfico 2010. Organizado por Maria Júlia Veiga da Silva, julho de 2016.

O capítulo II do Título III do Plano Diretor Municipal de Santarém, que trata da Organização do Município, discorre sobre a regularização de assentamentos espontâneos e no caput do artigo 119 encontra-se o seguinte enunciado: “O poder executivo processará a urbanização e regularização fundiária de assentamentos espontâneos existentes no município”. O parágrafo primeiro deste artigo descreve sobre o que são considerados assentamentos espontâneos que seriam

[...]. Consideram-se assentamentos espontâneos as áreas ocupadas por população de baixa renda, em áreas ou não de risco e assentamentos assemelhados, destituídos da legitimidade do domínio dos terrenos e em desacordo com os padrões urbanísticos legalmente instituídos, com viabilidade de regularização fundiária. (SANTARÉM, 2006, p. 39).

Por outro lado, no artigo 121, deste mesmo capítulo, estão expostos quais seriam os assentamentos espontâneos inadequados à urbanização e à regularização fundiária. Considerando a relevância do conteúdo dos incisos para este estudo, dos seis, que compõem este artigo serão destacados cinco, sendo eles: “I – que apresentem alto risco a segurança de seus ocupantes” (SANTARÉM, 2006, p. 39). Para as pessoas que ocupam as áreas de risco e não podem receber os bônus da urbanização existe a proposta de remoção conforme disposto no inciso VIII do art. 8º que trata das diretrizes da organização do território e faz o seguinte enunciado: “remoção das pessoas e equipamentos das áreas de risco de habitabilidade e ambiental, coibindo seu repovoamento mediante penalidades constantes em lei específica, visando à recuperação de áreas degradadas” (SANTARÉM, 2006, p. 6). Conforme se observa, a preocupação é com a degradação e recuperação do ambiente, entendido como materialidade, e não com as pessoas que vivem em áreas de risco.

Portanto, o estabelecimento de restrição ao recebimento de benefícios provenientes de projetos de urbanização e regularização fundiária em áreas consideradas de risco, sem as devidas ressalvas, expressa uma ênfase no natural em detrimento do socioambiental, entendido como um aglomerado de relações dialéticas entre o natural e o social. Desse modo, as demandas por equipamentos e serviços dos moradores de regiões periféricas de Santarém que coincidem com áreas de fragilidade ambiental, não figuram como um tema relevante na política urbana expressa em seu plano diretor “participativo”. Isso prejudica sobremaneira a possibilidade de construção de qualidade de vida entre os moradores. De acordo com Oliveira; Hermann (2011):

[...]. Com efeito, a ênfase dada ao Natural no discurso ambiental restringe e escamoteia o que constitui a maior potencialidade oferecida pelo processo de urbanização: a de constituir ambientes construídos nos quais prime a qualidade de vida de seus habitantes. Nas cidades, a expressão qualidade ambiental tem como sinônimos: qualidade do Habitar; qualidade da infraestrutura à disposição dos cidadãos, qualidade da cultura; qualidade do ar e das águas usadas; e qualidade da paisagem. (OLIVEIRA; HERMANN, 2011, p. 148-149).

Algumas abordagens emergentes empenhadas em mostrar que a construção do conceito de meio ambiente, como bem comum, muitas vezes o confunde com o próprio conceito de natureza. Essa confusão, propositalmente ou não, levanta uma cortina de fumaça sobre uma discussão mais estrutural sobre as questões espaciais relacionadas à problemática ambiental e urbana. Rodrigues (2011) demonstrou com muita propriedade as questões sobre conceituação sobre meio ambiente e a propalada suposta mudança de paradigma no contexto das ciências.

Afirma-se que há um novo paradigma porque o “meio ambiente” passou a ser visto como “bem comum” da humanidade que deve ser preservado para as gerações futuras. Como se pode dizer que um novo paradigma considera as riquezas naturais como um “bem comum” se predominam a propriedade privada da terra e dos meios de produção, a concentração de riquezas e a exploração do homem pelo homem? Afirmar que há alteração do paradigma pelo fato de se atribuir à natureza a condição de “bem comum” é uma falácia que impede a compreensão da realidade. [...]. Dessa forma “meio ambiente” passa a ser o tema que obscurece a realidade da crise. O saber competente está sendo guiado pelos organismos internacionais de financiamento e a colonização do inconsciente atinge a academia e não apenas os não letrados. (RODRIGUES, 2011, p. 210-211).

Harvey (2004) evidencia esse grave momento de obscurantismo, inclusive na produção do conhecimento, que sem a devida criticidade corre o risco de reproduzir e validar pensamentos falaciosos sobre a humanidade apresentados como novos e avançados pelos que os constroem, sobre a natureza, o meio ambiente e a relação humana com a natureza, assim como as relações entre os homens e mulheres na sociedade. Então, é preciso ter prudência e analisar criticamente as soluções produzidas e difundidas por atores hegemônicos para atenuar a crise ecológica em nome da maior longevidade da humanidade, mas que pode ter como seu interesse fundamental, a própria manutenção das condições adequadas para a reprodução do capital, por meio da preservação de significativa reserva de capital natural para exploração futura. Para tanto, Harvey (2004) propõe uma concepção ecológica e evolutiva do conhecimento que permita a visualização de múltiplas interações e potencialidades em contrapartida à concepção mecânica sobre a relação homem-natureza.

O conceito de meio ambiente equivalente ao de recurso da natureza, obscurece a percepção das injustiças ambientais que emerge da desigualdade ambiental, a qual que pode manifestar-se tanto sob a forma de proteção ambiental desigual como de acesso desigual aos recursos (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009). Para esses autores o acesso desigual a recursos se dá tanto na esfera da produção, no que diz respeito aos recursos do território, quanto na esfera do consumo de bens. Considerando que o solo é um recurso essencial para a reprodução da vida, essa situação se aplica satisfatoriamente a análise da ocupação e produção do espaço urbano pelos agentes modeladores do espaço e sua apropriação desigual por esses agentes, gerando, assim, a segregação socioespacial (CORREA, 2005).

Contrapondo-se a injustiça ambiental, vem se construindo a abordagem da justiça ambiental. Frota; Meireles (2008) a tratam como um paradigma de análise urbana capaz de articular segregação e degradação ambiental no espaço urbano. E a partir do conjunto de princípios e práticas propostos pela rede brasileira de justiça ambiental (RBJA), assim as resume: “1) distribuição igualitária das consequências ambientais negativas decorrentes das atividades humanas; 2) equidade do acesso aos recursos naturais; 3) democracia participativa e direito a informação; 4) sustentabilidade”. (FROTA; MEIRELES, 2008, p. 3306). Já Acselrad

(2005), contextualiza a justiça ambiental no âmbito da cultura dos direitos, como um processo de conquista empreendido pelos movimentos sociais, que têm conseguido elevar suas pautas ao aparelho estatal e produzido mudanças na concepção e regulação da proteção ambiental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação urbana ganhou um significativo impulso nas últimas décadas, principalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988, quando a política urbana teve espaço por meio dos artigos 182 e 183 que posteriormente seriam regulamentados por meio de leis complementares. Adverte-se, entretanto, que esses artigos foram conquistados por lutas sociais desenvolvidas a partir das principais cidades brasileiras, “contempladas” pela industrialização e principalmente pela urbanização e por todos os problemas inerentes a esses processos nos países subdesenvolvidos. Como longamente teorizado por Lefebvre (2002), Castells (2014), dentre outros, a organização do espaço inspira as lutas sociais. Nas cidades amazônicas ainda não se observa movimentos urbanos articulados capazes de reverter as prioridades dos governos municipais, estaduais e federais. A própria legislação urbana só é aplicada parcialmente, conforme os interesses hegemônicos das atividades econômicas afloram.

De outro lado, há os resultados de pesquisa periódicas desencadeadas pelos órgãos do governo com o objetivo de subsidiar o planejamento e a proposição de políticas públicas. Este é o caso das pesquisas do IBGE, cujos resultados deveriam ser apropriados ainda pelos cidadãos para reivindicarem políticas públicas adequadas às suas realidades. Entretanto, suspeita-se que os habitantes das cidades ainda não conseguem articular as suas demandas num contexto amplo que envolva a proposição de políticas públicas amparadas em suas vivências diárias, nos resultados obtidos pelos institutos de pesquisa do governo e na legislação vigente que lhe assegura minimamente o direito à cidade (e o direito territorial para o caso dos municípios amazônicos).

Portanto, trata-se de um trabalho que busca chamar atenção daqueles que pensam e planejam o espaço da cidade, definem as áreas prioritárias para os investimentos públicos como forma de compensação, aos cidadãos, do longo processo histórico de injustiça social, na concepção geográfica de Benach (2017), injustiça espacial. O direito à cidade precisa ser uma realidade para todo o conjunto da população.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido in Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores.** Brasília: MMA, 2005.
- ACSELRAD, H; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas - 2ª edição.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2009b.
- BENACH, N. Da desigualdade social à justiça espacial. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PÁDUA, R. F. **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017. (p. 15 a 32).
- CASTELLS, M. **A questão urbana.** 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- CORREA, R. L. **Trajatórias geográficas.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. **O espaço urbano.** 6ª impressão da 4ª edição. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios).
- HARVEY, D. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004b.
- IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>. Acessado em julho de 2016.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- OLIVEIRA, M. A. T.; HERMANN, M. L. de P. Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. (p. 147 a 188).
- RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Ed. Contexto, 2011. (p. 207 a 230).
- SANTARÉM. LEI Nº 17.894/2004. **Código ambiental do Município de Santarém,** de 15 de dezembro de 2004. Santarém: Gabinete do prefeito, 2004.
- SANTARÉM. LEI Nº 18.051/2006. **Plano Diretor Participativo de Santarém,** de 29 de dezembro de 2006. Santarém: Gabinete do prefeito, 2006.
- SANTARÉM. LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2012. **Parcelamento, uso e ocupação do solo no município de Santarém,** de 28 de setembro de 2012. Santarém: Gabinete da prefeita, 2012a.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel / FAPESP / Lincoln Institute, 2001.
- _____. A segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). **Revista brasileira de ciências criminais,** ano 1, nº 44, julho/setembro de 2003, p. 341-346.



GT 03 – Políticas Anti-Direitos, Cartografia dos Conflitos e Transformações Sociais

Projetos de Desenvolvimento e Comunidades Negras no Maranhão: fronteiras territoriais, lutas sociais e afirmação de direitos

Cíndia Brustolin - UFMA¹

RESUMO

No trabalho busco conexões entre processos de reconhecimento de direitos territoriais às comunidades quilombolas e os conflitos socioambientais no Maranhão, relacionados à instalação de “grandes projetos” de extração mineral, monocultivos, áreas militares e suas estruturas logísticas de escoamento. Em comum, são projetos apresentados como políticas que levam o desenvolvimento para uma região, como boas possibilidades de geração de empregos e de investimentos na economia local, uma condição para superação da pobreza. A configuração das dinâmicas de poder ligadas aos projetos desenvolvimentistas implementados na Amazônia brasileira durante o período ditatorial e retomados mais recentemente nos planos governamentais e empresariais permite contribuir na discussão sobre as lutas pela afirmação de direitos territoriais aos quilombolas no Brasil e seus obstáculos. Às dificuldades em titular os territórios quilombolas, relacionadas a um Estado que apesar de reconhecer formalmente direitos aos grupos negros, não criou estruturas para fazer valer esses direitos (Ilka, 1999); à herança do processo de estruturação da nação brasileira sob o regime escravista, como os efeitos da Lei de Terras de 1850; ao racismo estrutural que permeia as ações estatais; soma-se então uma série de ações propositivas públicas/privadas que relativizam os direitos territoriais mesmo que formalizados. As questões que guiam a pesquisa dizem respeito aos processos políticos que operam a desqualificação sistemática dos pleitos por terra dos grupos negros no bojo dos processos de reconhecimento nos contextos dos grandes empreendimentos.

Palavras-chave: desenvolvimento – direitos territoriais - quilombolas

1. INTRODUÇÃO

As décadas de 1960 a 1980 marcaram profundamente a vida camponesa no Maranhão com transformações na estrutura agrária do estado que levaram ao acirramento dos conflitos no campo, compondo um cenário de expulsão e deslocamentos de famílias, organização e luta dos lavradores e muitas mortes. Como lembra Seu Justo, importante

¹ Doutora em Sociologia UFRGS. Professora da Universidade Federal do Maranhão, departamento de Sociologia e Antropologia. Coordenadora Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma).

liderança comunitária e sindical nas décadas de 1970 e 80 e posteriormente fundador da ACONERUQ, “muitos lavradores tombaram naquele tempo. Não tínhamos escolha, tivemos que nos organizar”.²

A implementação de projetos e programas de desenvolvimento a partir de políticas nacionais e estaduais incidiram fortemente sobre a ordenação territorial do estado, foram implementadas sob o argumento de racionalizar o uso da terra, integrar economicamente a região aos centros comerciais brasileiros e internacionais, fomentar as exportações e criar uma balança comercial favorável e ainda apaziguar conflitos no campo que já pontuavam em diferentes regiões do Maranhão. As décadas de 1960-1970 foram marcadas pelos projetos de colonização, atração de investidores e comercialização das terras públicas e legalização das terras anteriormente sem registros.

Uma década depois, seria implantando na Amazônia Oriental, que inclui a Pré-Amazônia Maranhense, um ambicioso programa de desenvolvimento, o Programa Grande Carajás (PGC). E, no município de Alcântara, a década de 1980 marca também a construção da base de lançamento de foguetes pelo Ministério da Aeronáutica e o deslocamento de 312 famílias.

As vendas e legalizações de terras, as empresas de colonização, a base de Alcântara e as ações realizadas para a implementação do PGC pouco levaram em conta a existência de um campesinato comunal nas áreas de colonização antiga no estado e as frentes de expansão camponesa que migravam de outros estados nordestinos, ocupavam áreas de floresta e abriam os centros. Classificados como posseiros e foreiros, muitos camponeses perderam terras, ficando nas margens de fazendas, em situações de moradia, ou foram expulsos. Uma forte organização política envolveu os lavradores nessas décadas em torno dos sindicatos rurais e dos movimentos da Igreja Católica (Cebs, CPT, ACR). As lideranças quilombolas mais antigas que entrevistamos no decorrer dos trabalhos de pesquisa (como Seu Justo, Seu Libânio e Seu Tinoco³) estiveram inicialmente vinculados a ACR e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e posteriormente a luta quilombola.

Os projetos de desenvolvimento⁴ são retomados a partir dos anos 2000. A Amazônia e o Cerrado maranhenses passam a ser novamente objeto de investimentos, principalmente, da expansão de monocultivos (como o MATOPIBA), da instalação de estruturas logísticas para exportação de *commodities* (estradas e portos) e do avanço da exploração mineral. Na década de 1980, a atuação do Centro de Cultura Negra (CCN) e a organização do Projeto

² Realizamos uma série de entrevistas e conversas com Seu Justo Evangelista, 82 anos, de setembro de 2017 a janeiro de 2020. Seu Justo é uma importante liderança da luta pela terra no Maranhão. Iniciou sua luta nos movimentos da igreja, participou das CEBs, da ACR e atuou junto com a CPT. Foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru Mirim e da ACONERUQ. Exerceu também dois mandatos como vereador em Itapecuru Mirim.

³ Respectivamente: Comunidade quilombola de Tingidor, Comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, comunidade quilombola de Santa Maria dos Pinheiros, ambas em Itapecuru Mirim.

⁴ Os “grandes projetos”, os “megaprojetos”, como vem nomeando a literatura nas ciências sociais.

Vida de Negro (PVN), juntamente com outras frentes do movimento negro nacional, contribuíram na emergência da luta em torno da regularização fundiária dos territórios quilombolas. A emergência desses sujeitos políticos como sujeitos de direitos e os mapeamentos e abertura de processos em órgãos públicos, tencionam, dão novas matizes à expansão dos empreendimentos sobre os territórios reivindicados ou titulados. A discussão então segue com as possibilidades, limites e tensões dos desdobramentos da emergência dos quilombolas e dos pleitos por direitos territoriais frente a nova expansão e ao racismo estrutural e ambiental, enquanto estruturas persistentes. Proponho uma discussão mais geral sobre esses cenários e trago reflexões relacionadas aos trabalhos de campo na região de Itapecuru Mirim-MA.

2. O DESENVOLVIMENTO E O VAZIO SOCIAL: DA PRODUÇÃO SISTEMÁTICA DA INVISIBILIDADE DO CAMPESINATO COMUNAL À CONSTRUÇÃO DE CORREDORES PARA EXPORTAÇÃO

Na década de 1970, a política governamental no Maranhão concentrou esforços em incentivar o setor primário, que seletivamente se configurou como aporte para a expansão da pecuária sobre “áreas livres”, em detrimento das unidades produtivas familiares das frentes de expansão camponesa ou das áreas de colonização mais antigas.⁵ A baixa densidade populacional e a quantidade de terras públicas disponíveis, sugeridas “pelo material cartográfico usual e os dados do Censo Demográfico da FIBGE”, como alerta Almeida e Mourão (2017), contribuíram para a construção da imagem de um estoque de terras a ser explorado, um espaço territorial “vazio”, a ser destinado a atividades que permitissem um uso racional dos recursos, uma “pecuária racional” (ALMEIDA E MOURÃO, 2017, pg. 86). Entre os objetivos, estava o de garantir o assentamento de foreiros e posseiros que estavam em situações de conflito com o latifúndio em regiões ocupadas nas décadas de 1950/60 pelas frentes camponesas que migravam de outros estados do nordeste para o Maranhão, como as regiões do Mearim e de Pindaré, que enfrentavam pecuaristas que adquiriam terras de grileiros, e nas regiões de ocupação camponesa mais antiga, do Vale do Itapecuru e da Baixada Maranhense, onde os latifundiários mantinham conflitos com camponeses, impondo cobranças de foro e por vezes expulsavam antigos foreiros, que cultivavam arroz, milho, mandioca há gerações (ALMEIDA E MOURÃO, 2017).

⁵ Almeida e Mourão (2017) destacam que “o significado de camponês nesta situação social tanto abrange as unidades familiares das regiões de ocupação antiga, submetidas ao aforamento e designadas como foreiros ou moradores foreiros, quanto aquelas das áreas de ocupação recente, denominadas de posseiros.” Muitos desses grupos que aparecem na literatura das ciências sociais das décadas de 1970-80 como camponeses de regiões de ocupação mais antiga, nas décadas posteriores a 1980, se autodefinirão como comunidades quilombolas e alguns como indígenas, indicando processos de etnogênese.

Os planos governamentais nos anos 1970 visavam estabelecer maior controle sobre as terras no estado, que oficialmente apresentava extensas áreas tidas como “livres”. A esta disponibilidade se acrescentaria o fato de que constituem áreas próximas ou relativamente próximas dos centros de comercialização e dos centros consumidores, conferindo-lhes, sob esta ótica, vantagens relativas sobre as terras abundantes e livres dos demais estados e territórios da região Amazônica, cuja política de ocupação na atual década estaria sendo propulsionada pelo Estado (ALMEIDA E MOURÃO, 2017, pg. 79).

O “Maranhão Novo”, o “Maranhão Carajás”, emergia em várias políticas, em investimentos, em legislações, em conflitos, como observa Asselin (2009, p. 148). A disponibilização de um estoque de terras tinha como objetivo a atração de capitais do sul e do exterior. “Foi o tempo da construção das estradas que cortaram o Estado, ligando, em primeiro lugar, a capital São Luís, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e do Tocantins” (ASSELIN, 2009, p. 148). Uma série de atos jurídicos marcam esse momento, como a expedição do Decreto 3.831, de 6 de dezembro de 1968, pelo governador Sarney, que criou a Reserva Estadual de Terras. No ano seguinte, a elaboração da lei que ficou conhecida como a Lei Sarney de Terras (Lei 2.979/69, regulamentada pelo Decreto 4.028, de 28 de novembro de 1969).

Em 1971, o governo do Maranhão criou a COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização) que teria como objetivos enfrentar as tensões entre campesinato e os latifundiários direcionando posseiros a projetos de colonização (projetava assentar 10 mil famílias) e destinando áreas devolutas para a implantação de projetos agropecuários e a consequente modernização do setor primário, com apoio da SUDENE ou da SUDAM. Pela Resolução N. 60, de 03 de dezembro de 1973, o Senado Federal autorizou o governo do Maranhão a alienar à COMARCO terras públicas localizadas nas regiões Centro-oeste e Noroeste do estado. A COMARCO passou então a contar com duas áreas de terras, uma localizada na região Centro-Oeste com um milhão e setecentos mil hectares e a outra na região Noroeste do Estado com 400.000 ha (ALMEIDA E MOURÃO, 2017, p. 81).

No ano seguinte, o governo federal criou a COLONE (Companhia de Colonização do Nordeste) que sob a coordenação da SUDENE e com empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), em 1973, assumiu o projeto de assentamento de 5.200 famílias numa área de quase um milhão de hectares, ou seja, 939.000 ha localizados em nove municípios maranhenses [...]” (ALMEIDA E MOURÃO, 2017, p. 86). Tais medidas consistiam em ações complementares de controle do deslocamento destas famílias no acesso aos recursos básicos, mas em conjunção com a implantação de grandes projetos agropecuários e de mineração, cujas iniciativas estavam fundadas na apropriação de terras públicas. O projeto de conciliar harmonicamente o estoque de terras entre camponeses e fazendeiros e empresas agrícolas fracassou, destinado a maior parte das terras para a mãos

de fazendeiros e grileiros e organizando os cadastros territoriais. Gistelinck (1988) destaca que após os projetos de colonização, “tanto grileiros, como os donos de grandes projetos começaram, partir dos anos 1970, expulsar sistematicamente os posseiros encontrados na área com muita violência, praticada por grupos de pistoleiros e pela polícia” (GISTELINCK, 1988, pg. 15-16).

A década de 1980 marca a construção de um projeto ambicioso de desenvolvimento para a região Amazônica, em sua porção oriental, o PGC, que transformaria fortemente a economia local e nacional. Em 1976, a Companhia Meridional de Mineração⁶ encontrou na Serra dos Carajás, no Pará, uma grande jazida de minério de ferro e depósitos de manganês, ouro, bauxita, cobre e outros minérios valiosos. Com a intervenção do governo brasileiro, a empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce entrou como sócia da empresa norte americana, fundando a Companhia Amazônia Mineração S. A. (CARNEIRO, 2010). A exploração do minério na Serra de Carajás, em Parauapebas, no Pará, demandava uma série de estruturas para extração do ferro e a construção de uma logística para transporte e beneficiamento, que exigiam investimentos de grande porte e negociações com governos estaduais e municipais que receberiam as obras. Com o objetivo de estruturar a extração, a transformação e o escoamento do minério, foi encaminhado, em 1978, o Projeto Ferro Carajás (PFC) para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O governo federal reorganizou os investimentos na região criando o PGC, dois anos depois, e integrando o PFC ao programa.

O PGC foi instituído pelo governo de João Figueiredo, através do Decreto-Lei 1.813/80, que estabeleceu um regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do programa e delimitou uma área de mais de 900.000 km² da Amazônia Oriental, abrangendo espaços nos estados do Pará, do Maranhão e de Goiás. No relatório realizado pelo IBASE, “Carajás, o Brasil hipoteca seu futuro”, de 1983, o PGC é descrito como um dos grandes projetos de investimento do governo brasileiro naquele momento, juntamente com outros empreendimentos⁷, que chegaria a caracterizar “um enclave econômico multi-setorial com possíveis reflexos até na soberania territorial da área atingida” (IBASE, 1983, p. 14), tamanha a transformação que almejava e a atração de investimentos externos⁸. O texto apresenta as dimensões do PGC em termos de investimentos, diversidade de setores a serem explorados e a extensa abrangência territorial: extração de minérios, levantamento de áreas

⁶ Empresa representante no Brasil da Siderúrgica norte-americana U. S. Steel.

⁷ O texto do Ibase descreve brevemente o que classifica como “os grandes projetos”, considerando como critério inicial o conjunto dos grandes programas de investimento com “projetos patrocinados ou financiados pelo governo federal cujo total de investimentos seja igual ou maior a um bilhão de dólares dos EUA”. A partir desse critério, o governo está executando ou patrocinando (via incentivos, créditos, avais, investimentos estatais e infra-estrutura física social, etc.) 33 grandes programas de investimento” (IBASE, 1983, pg. 17).

⁸ O documento do IBASE é rediscutido em 2004: “Projeto Grande Carajás, trinta anos de desenvolvimento frustrado”, de Tázio Peters Coelho, IBASE.

propícias ao aproveitamento agropecuário, rodovias, ferrovias, portos marítimos, um porto fluvial, hidrelétrica.

O corredor ferroviário iniciado ainda na década de 1970, com sua primeira operação de transporte do minério de ferro em 1985, cortou cerca de 20 municípios no Maranhão⁹, desembocando na área rural de São Luís que abrigou a construção de portos e empresas integradas. Esses empreendimentos alteraram profundamente povoados ao longo do Corredor Carajás, com as siderurgias no sul do Maranhão, como em Açailândia e Imperatriz; bem como, com o entupimento de igarapés, a eliminação de espaços de roças, os atropelamentos nos povoados em que os ferros cruzam o chão, as estruturas portuárias em São Luís.

O PGC inaugura também a expansão de empreendimentos na zona rural de São Luís, fortalecendo a construção de sua “vocação portuária” e abrindo possibilidades para a instala o de um distrito industrial sobre áreas rurais próximas ao centro urbano. Dois grandes empreendimentos inicialmente foram instalados: a Companhia Vale do Rio Doce, com seus terminais ferroviários e portuários, e uma usina de produ o de ferro gusa, que se constitui na primeira e mais poluente etapa da produ o do aço; e o Consórcio Alumínio do Maranhão (Alumar), com seu porto e uma planta industrial [...] (SANT’ANA JUNIOR, 2016).

Para a instala o da Alumar, foi necessária uma área de cerca de 10.000 hectares, cedidas para o empreendimento por meio de desapropria es e cessão de terras públicas estaduais; as obras da Companhia Vale do Rio Doce ocuparam 4.000 hectares. A constru o provocou situa es de “deslocamentos compulsórios” de povoados rurais. Alberto Cantanhede, liderança da comunidade do Taim, na zona rural de São Luís, cita mais de 17 comunidades deslocadas nesse momento. Comunidades com as quais mantinham intensas trocas, principalmente do peixe, pela farinha.¹⁰

Em  rea contínua ao complexo portuário, em 2011, foi iniciada a instala o da Termelétrica Porto do Itaqui, pela empresa MPX”. Nesse processo, a comunidade de Vila Madureira foi deslocada para o Residencial Nova Can a, em Paço do Lumiar, 40 km de seu local de origem, distante do mar e do campo agrícola disponibilizado para os moradores realizarem seus cultivos (SANT’ANA JÚNIOR; PEREIRA; ALVES, 2010).¹¹ Muitas comunidades cortadas com a EFC, também são atravessadas por rodovias e linhões de energia que continuam em expansão, por meio de “duplica es”.

⁹ Esta referência diz respeito aos municípios existente no Maranhão na década de 1980.

¹⁰ Numa das conversas realizadas com Dona Lucilene do território do Cajueiro, ela explicava que sua família tinha casa no Cajueiro e numa das comunidades deslocadas pela constru o do porto do Itaqui, diz que “era o lugar mais bonito”.

¹¹ Importante considerar que outros empreendimentos foram projetados para a zona rural, como a constru o de um Polo Siderúrgico (ALVES, 2014). A instala o do polo sofreu uma forte resistência, e as obras não se concretizaram devido aos enfrentamentos locais, como pelas mudanças no cenário político e econ mico mais amplo.

As projeções de investimentos, juntamente com a existência de uma área delimitada e os canteiros de obras emergencialmente abertos, criaram a região de Carajás (o Corredor Carajás), ao mesmo tempo, em que procuraram ocultar e inviabilizar a existência camponesa e a possibilidade de que suas formas de apropriação territorial fossem consideradas “direitos territoriais”, e suas formas de vida, como economicamente viáveis. O não registro, as propostas de negociação e uma série de operações diretas e violentas integram dispositivos de poder que operam no avanço dos empreendimentos e no controle das populações. Como destaca Almeida (1993), “os extermínios, os massacres e os genocídios ao destruir a possibilidade da existência coletiva também significam metaforicamente “apagar do mapa”, que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro” (ALMEIDA, 1993, p. 25).

3 AS COMUNIDADES NEGRAS, INVISIBILIDADE E ENTRADA NA CENA PÚBLICA

A invisibilidade das situações territoriais vivenciadas pelas comunidades negras pode estar relacionada em parte ao não reconhecimento dos “sistemas de usufruto comum da terra”¹², no ordenamento oficial agrário brasileiro, e das transformações provocadas pelos novos ordenamentos territoriais e o avanço de empreendimentos públicos e privados sobre essas terras.

As temáticas do campesinato negro comunal aparecem em trabalhos da década de 1970, como o de Laís Sá Mourão, *O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense*, de 1974¹³, que percorreu povoados rurais de Alcântara e Bequimão, e discute as formas de apropriação comunal das “terras de santa” pelos camponeses da região e suas variações. Formas de apropriação não parcelares, com regras específicas de uso e que não estão inseridas nos mercados de terras. Como a autora destaca, as questões colocadas em seu trabalho de pesquisa foram intensificadas quando o governo resolveu desmembrar “as terras sobre controle comunal do campesinato (nos municípios de Alcântara e Bequimão) e, declarando-as terras devolutas, promover a venda de parcelas àqueles dentre seus ocupantes que desejassem e pudessem comprá-las” (SÁ, 2007, pg. 30). Em consonância, Pedrosa (2007)¹⁴, advogado atuante no PVN e na assessoria a Sindicatos dos trabalhadores rurais no Maranhão, destaca que na década de 1940, apenas 10% das terras maranhenses estavam nas mãos de particulares, o território do estado em sua maior parte era composto de terras livres, cultivadas por “posseiros” e pela “lavoura tradicional na base da “roça de toco”, para o consumo familiar ou para o mercado local.

¹² Andrade (2007) cita vários trabalhos que abordam o campesinato comunal e destaca: “Lendo esses trabalhos e todos os que os sucederam sobre as terras de uso comum no Maranhão, podemos traçar capítulos de uma história do pensamento antropológico neste estado, realizando a genealogia de categorias como campesinato livre comunal, terras comunais, terras de uso comum, terras de preto” (ANDRADE, 2007).

¹³ Publicada e 2007 na Coleção Antropologia e Campesinato no Maranhão, EDUFMA.

¹⁴ Ver: <http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>.

As formas jurídicas não contemplavam as situações classificadas como de apropriação comunal, campesinato das áreas de ocupação antiga, permanecendo extensas áreas rurais ocupadas por um campesinato secular no Maranhão na clandestinidade em relação aos formatos legalmente existentes, como as terras públicas e a propriedade privada individual. Conforme Almeida, “a situação dominial geralmente indefinida e as dificuldades de reconstituição das cadeias dominiais tornavam estas áreas preferenciais à ação dos grileiros e de novos grupos interessados em adquirir vastas extensões” (ALMEIDA, 2010, págs. 107 e 108). Data desse período também a pilhagem que se sucedeu sobre as terras devolutas do Estado. A grilagem, implantada com a vinda das grandes empresas do sul e do centro-oeste, açambarcou inclusive os corredores de 200 Km de largura ao longo das rodovias, destinadas por decretos à colonização (PEDROSA, 2007).

A não existência nos planos formais oculta essas situações nos cadastros públicos enquanto formas de ocupação e vida nos espaços rurais quando da implantação de empreendimentos, reforçando a perspectiva de um “vazio social” e mais do que isso de um “vazio humano” a ser ocupado e jogando os grupos que ali viviam para a ilegalidade ou inferioridade no plano jurídico, como “invasores” ou “posseiros/foreiros”, a serem deslocados/eliminados. Como destaca Almeida (2010)¹⁵, os sistemas de usufruto comum da terra por colidirem flagrantemente com as disposições jurídicas vigentes e com o senso comum de interpretações econômicas oficiosas e já cristalizadas, a despeito de factualmente percebidos, jamais foram objeto de qualquer inventariamento (2010, pg. 105-106).

A não formalização e a não existência em cadastros abrem espaços para distintos processos de violência, a grilagem, os deslocamentos forçados a partir de dispositivos de poder coloniais e raciais que se atualizam nos projetos desenvolvimentistas.¹⁶ A não formalização em planos estatais opera juntamente com o fato de serem classificados como um resquício do passado no plano econômico e civilizatório, ou seja, como “sistemas tidos como ‘obsoletos’, “anacronismos mais próprios de crônicas históricas, de documentos embolorados de arquivos, de verbetes dos dicionários de folclore e de cerimônias religiosas e festas tradicionais” (Terras de Preto 2010, págs.. 105-106). Nesse sentido, Almeida (1993) afirma que o desconhecimento das realidades locais e a desinformação pelas instituições públicas e pelos organismos de planejamento permitem afirmar que “o descontrole funcionaria como uma forma de controle social”.

¹⁵ Texto publicado anteriormente em 2008, republicado em 2010 na coletânea Brasil Rural em debate.

¹⁶ Exploramos a postura crítica ao desenvolvimento e os debates em torno do pós-desenvolvimento, discutidos nos trabalhos de Arturo Escobar (1996), (2005), (2014) e de Gustavo Esteva (2000). Exploramos ainda as discussões em torno da colonialidade do poder, a partir das discussões decoloniais latino-americanas, e as noções de biopolítica foucaultiana e da necropolítica proposta por Mbembe (1991). Parte dessa discussão, foi realizada num texto apresentado na JOINPP, UFMA, 2017.

Seu Justo lembra da Ação Discriminatória realizada em Santa Rita, em 1981, e depois em Itapecuru Mirim, em que fazendeiros alegavam nos processos jurídicos constantemente a não existência de comunidades nos espaços rurais por eles requeridos: “uma ação discriminatória da terra, pra ver quem eram os proprietários, se tinha proprietário ou não, se tinha morador, porque os proprietários gostavam quando se dizia que uma terra não tinha morador, porque era o tempo maior da grilagem” (janeiro de 2019).

Os conflitos no campo eclodiram dando visibilidade a situação de ocultamento que os projetos e programas geraram. A violência no campo ganhou a cena pública nas décadas de 1970 e 1980, principalmente, pela repressão da polícia e de jagunços às lutas empreendidas contra o avanço da grilagem, à atuação dos movimentos ligados à Igreja Católica, à atuação do CCN junto as comunidades negras. Os camponeses organizam-se para resistir: entidades confessionais agregaram camponeses em torno das ações da ACR, das Comunidades Eclesiais de Base e da CPT e dos sindicatos de trabalhadores rurais, mais tarde foi organizada a ACONERUq.

Nos Cadernos Conflito no Campo - CPT, o Maranhão despontou como um dos estados com maior número de conflitos no campo na década de 1980. Em 1985, o Caderno fala em “terrorismo de estado”: “O [...] Maranhão não está à frente apenas pelos números. A intensidade e o caráter político dos conflitos aqui pesam muito mais. Chega-se mesmo à conclusão de que há um TERRORISMO DE ESTADO [...], tal o envolvimento direto do governo maranhense.” Sobre esse mesmo período, no corredor Carajás, Seu Tinoco descreve três povoados, dentro do mesmo território, que “correram” dos fazendeiros. Sua família e comunidade ficaram cercados, confinados nas brechas dos limites das fazendas, enquanto o gado comia suas roças.

O CCN, com o PVN, iniciou mapeamentos das terras de preto^{na} década de 1980. A questão da terra passou a ganhar prioridade com as denúncias que acessaram junto às comunidades negras e após a organização de encontros. Em 1986, o CCN organiza o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, na cidade de São Luís (PVN, 2002, Pg. 30). Dois anos depois, foi realizado o II Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão e a entidade passou a se aproximar dos STRs e de outras organizações dos trabalhadores rurais em áreas de conflitos.¹⁷ A relação com as entidades que já estavam nas lutas localizadas foi fundamental para um primeiro mapeamento. O PVN na sua primeira fase de atuação obteve informações sobre 97 situações de terras de preto, a partir da observação *in loco* e da consulta a fontes secundárias. As situações foram classificadas como “terras ditas

¹⁷ Projeto Vida de Negro - Vida de Negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos Territórios Quilombolas. Coleção Negro Cosme. Vol. IV. São Luís, SMDH/CCN-MA/PVN, 2005.

tituladas” (pois as lideranças mencionavam serem proprietárias e terem títulos, mas não possuíam os papéis), posses e aforamentos (PVN, 2005).

Uma década após a oficialização do PGC, no relatório que auxilia a leitura do mapa temático preparado para o *Seminário Carajás: desenvolvimento ou destruição?*, publicado como “Carajás: a guerra dos mapas – Repertório de fontes documentais, comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-consulta “Carajás: desenvolvimento ou destruição?”, Almeida (1993) destacava que ainda era difícil precisar a sobreposição do Programa às “terras de preto” (ALMEIDA, 1993, pg. 181).¹⁸

Muitas comunidades deslocadas no período anterior ao mapeamento não constam na classificação conflitos de terra e projetos oficiais. Muito pela abrangência do próprio Projeto em sua fase inicial, mas também pela complexidade da chegada das obras às localidades, em que camponeses trabalharam na abertura de estradas, na colocação de postes e linhões. As expectativas que cercaram a chegada também permitem compreender a complexidade desses processos. Seu Libânio avalia como uma “canoa furada” a interpretação que tiveram quando chegou a estrada. Os linhões, que cortaram roças e igarapés em Santa Maria dos Pinheiros, chegaram mais de uma década antes da energia elétrica às casas dos quilombolas, quando se imaginava que com os linhões se teria energia.

A década de 1980 marca a emergência de discussões políticas e acadêmicas sobre as comunidades negras e os processos de reconhecimento territorial ligados à emergência étnica dos grupos negros. O PVN precede à formalização de direitos territoriais no artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal de 1988. Na verdade, o PVN e as atuações do CNN se somavam as forças que levaram à institucionalização desses direitos¹⁹.

4. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A AMPLIAÇÃO DO CORREDOR

Os projetos de desenvolvimento e de integração para a Amazônia, que fundamentaram a expansão de monocultivos, a abertura de estradas, a construção de portos, sobre as áreas de comunidades camponesas, sobre os territórios de grupos e populações tradicionais, nas décadas de 1970-80, foram potencializados a partir das “reconfigurações geográfico-políticas” que marcaram a reorganização do sistema capitalista, com a expansão das políticas neoliberais, a partir dos anos 1990. E das novas dinâmicas do sistema produtivo e de circulação do capital, associadas à centralidade que assumiu a China no mercado mundial, “com a surpreendente aliança do Partido Comunista chinês com os capitalistas de Wall Street e as grandes corporações transnacionais com sede nos países centrais” (PORTO-

¹⁸ Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento (Levantamento Preliminar em 1988/89 da Situação Atual das Chamadas “Terras de Preto” localizadas no Estado do Maranhão.) – Coleção Negro Cosme – Vol. III. SMDH/CCN-MA/PVN. (2002).

¹⁹ Ver trabalho de Araújo (2019), sobre a discussão e os trâmites durante a Assembleia Constituinte.

GONÇALVES, 2018, pg. 47).

Na América Latina, os programas IIRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana) e do PPP (Plano Puebla-Panamá) dão expressão por meio do estabelecimento de eixos e corredores às necessidades de um reordenamento territorial que organize as operações do capital na integração econômica dos sistemas produtivos flexibilizados aos novos mercados. Os programas brasileiros, os PACS (I e II), seguiram a mesma lógica de “eixos de integração e desenvolvimento”, ou seja, de “integração competitiva, adotando um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimentos” (CASTRO, 2012, pg. 46). Aguiar (2018) destaca que o desenho dos Enids se dá em um contexto de reformas neoliberais relacionada a expropriação dos “sujeitos dos territórios incorporados, por meio de mecanismos sustentados por uma narrativa de “eficiência” e “desenvolvimento” (entendido como crescimento) que lhe desse legitimidade” e ancorado num Estado que se organiza como uma “empresa a serviço das empresas” (AGUIAR, 2018)

A dinâmica de exploração econômica colonial que se reestrutura a partir desses grandes empreendimentos, não tem mais “a região como conceito estruturante, mas, sim, o de *Eixos* e seus *Corredores*, enfim, o fluxo é mais importante que o espaço como um todo do qual a região faz parte” (PORTO-GONÇALVES, 2018). O espaço, portanto, se constitui “desconectado de valores, lugares, tradições e passa a ser regido por relações econômicas e políticas, protagonizadas sobretudo por agentes do mercado” (CASTRO, 2018). À análise da expansão de um processo de territorialização do capital a partir de seus fluxos, é preciso agregar as dinâmicas que perpassam as relações travadas nos locais, sendo escritas nos entraves, nos embates e acordos.

A Amazônia Oriental assiste a expansão da pecuária, da soja e da extração mineral, pela incidência direta desses sistemas produtivos e extrativistas em áreas que ainda estavam parcialmente fora dos circuitos comerciais transnacionais, na ampliação de áreas que já sofriam influência e pelas logísticas necessárias ao escoamento dos produtos aos centros regionais e globais. Dessa forma, muitas obras instaladas nas décadas de 1970 e 1980 passam então a serem ampliadas ou reordenadas e novas fronteiras de exploração instauradas. A expansão portuária e das estações de transbordo das regiões norte e nordeste, necessárias para o escoamento da soja e de outros grãos, com a ampliação das lavouras para os estados mais ao norte, concentradas inicialmente no centro-sul do Brasil, fazem parte do plano estratégico denominado Arco Norte.²⁰ Os portos da regiões norte e nordeste aumentaram a movimentação de soja mais velozmente em relação aos portos do centro-sul,

²⁰O Arco Norte é um plano estratégico que compreende portos ou estações de transbordos dos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão. A região é vista como fundamental para parte do escoamento dos grãos de Mato Grosso”. Disponível em <http://portaldaestrategia.infraestrutura.gov.br/spnt/288-arco-norte-1.html> - acesso em 14/03/2019.

o porto Itaqui, em São Luís, por exemplo, cresceu 200% entre 2000 e 2017 (AGUIAR, 2018, pg.177).

Outra iniciativa dentro desse contexto é o fortalecimento do Corredor Centro-Norte com ferrovias que unem as saídas ao norte com o centro-oeste brasileiro. No ano de 2019, no Sebrae, em São Luís, foi promovido o *XXXII Encontro sobre o Corredor Norte, Logística Integrada para o Desenvolvimento. Em reportagem da ADECON*, o diretor da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), Adalberto Tokarski, afirma: “O Corredor Centro-Norte tem uma infraestrutura de transporte (ferrovias Norte Sul e Carajás) invejável, mas precisa ser mais bem utilizada no transporte de produtos de maior valor agregado”, enfatizado a necessidade de aumentar a exportação pelo corredor.

A expansão de empreendimentos e de suas logísticas de escoamento tenciona diretamente os processos de reivindicação territorial das comunidades remanescentes de quilombos, que emergem como sujeitos políticos nesse cenário em que se acentuam demandas por terras, pela extração mineral e por novas rotas comerciais. Diferentemente do período de chegada dos empreendimentos (em 1970-80), em que as formas de apropriação territorial do campesinato comunal não tinham correspondência em registros oficiais, no caso das comunidades quilombolas, em 2020, os números oficiais registram a existência de mais de oitocentas comunidades quilombolas no Maranhão. O INCRA tem registro de 399 processos de regularização fundiária, o Iterma informa uma lista de 63 comunidades quilombolas tituladas pelo estado²¹ e a Fundação Cultural Palmares apresenta uma lista com 816 comunidades²² certificadas no Maranhão em sua página.

Muitos empreendimentos tem suas obras projetadas justamente sobre os territórios titulados ou reivindicados por esses grupos, que se encontram com processos formais de reconhecimento territorial em órgãos públicos, como os casos que ganharam maior visibilidade pública: da ampliação da Base de Lançamento de Alcântara sobre territórios quilombolas; da duplicação da EFC e das afetações aos quilombos cortados pela estrada; da construção do Porto São Luís e dos deslocamentos de famílias no território do Cajueiro. Comecei a traçar um quadro que relacionada comunidades quilombolas e empreendimentos a partir da análise de dados do INCRA, ITERMA, IBAMA, MPF e DPU:

| EMPREENHIMENTOS EM CURSO QUE REQUEREM TERRAS OU AFETAM TERRITÓRIO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO MA | | | |
|--|---|---|--|
| EMPREENHIMENTO | DESCRIÇÃO | SITUAÇÃO | COMUNIDADES |
| Duplicação Estrada de Ferro Carajás | Duplicação da estrada de Ferro Carajás. Projeto S11D da empresa Vale S. A. Exploração de nova mina de ferro em Parauapebas, construção de nova logística para escoamento. Projeto iniciado em 2004. | Praticamente concluído em 2019. Processos judiciais. Não consideração das comunidades quilombolas nos estudos ambientais iniciais. Não construção dos viadutos e outras condicionantes. | 80 comunidades quilombolas |
| Duplicação BR 135 | Duplicação dos lotes 2 e 3 da rodovia federal BR 135. O primeiro pico da BR 135 foi aberto na década de 1950. | Duplicação Iniciada. Obra parada a partir das denúncias feitas pelas comunidades. Atuação do MPF e DPU. Licença Ambiental Suspensa. | 92 comunidades quilombolas Municípios de Itapecuru Mirim, Santa Rita, Miranda e Anajatuba. |

²¹ <http://www.iterma.ma.gov.br/quilombos-titulados/>

²² <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ma-21022020.pdf>. (atualizado 21.01.2020).

| | | | |
|--|---|--|---|
| Ampliação da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara | Desapropriações na década de 1980 e 1990 para a instalação da base de lançamento de foguetes. Proposta de ampliação da base em curso, com novos deslocamentos de famílias. | - Assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os EUA, para permitir o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), votação na Câmara dos deputados. - Resolução n. 11 do GSI, 2020 (CEA). | - previsão de deslocamento de cerca de 800 famílias. - retirada de 12 mil hectares do território étnico do quilombo de Alcântara, reconhecido e publicado pelo INCRA; - 312 famílias foram deslocadas na década de 1980, quando da instalação do CLA; |
| Porto São Luís | Desde 2014, um consórcio de empresas tenta construir um porto privado na Comunidade do Cajueiro. Empresas: China Communications Construction Company (CCCC), maior empresa de infraestrutura do país asiático, Lyon Capital e TUP. | Compra de terras negociações da empresa com moradores em 2004, muitos saíram intimidados Derrubadas ilegais de casas em 2004; Ação reintegração de posse. Título de propriedade da empresa acusado de grilagem pela DPE. Reintegração de posse cumprida em 2019, 21 casas derrubadas; Dois decretos de desapropriação estaduais – governo do governo Flávio Dino. Um decreto foi anulado em 2020. | Território do Cajueiro (comunidade quilombola de Andirobal e povoados); retirada de famílias - deslocamentos desde 2014. |
| Porto Alcântara | O Terminal Portuário de Alcântara é um empreendimento da Grão-Pará Multimodal. Construção de um porto na Ilha do Cajual em Alcântara e de um ramal ferroviário. Tem o "objetivo de, no futuro, ampliar a malha multimodal ao longo do território maranhense, conectando os portos aos setores produtivos mais importantes do Arco Norte". | Licenciamento ambiental em curso. Realização de acordo com a Associação da Comunidade Quilombola Vila Nova. | Comunidade Quilombola Vila Nova, Ilha do Cajual. |
| MATOPIBA | Projeto de desenvolvimento agropecuário, envolve áreas de estados: Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Abrange cerca de 73 milhões de hectares. | DECRETO Nº 8.447 - 06/05/2015 Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba; | Segundo dados da EMBRAPA, existem 23 territórios quilombolas na sua área de abrangência do projeto no MA. |
| Linha de transmissão Miranda/São Luís – Empresa EDP Transmissão S.A. | Construção de torres para linhões de energia, de Miranda a São Luís. | Realização de audiências públicas. Não realização no município Itapecuru, não identificação de todas as comunidades quilombolas a área de abrangência. Desmatamento e entrada nos territórios quilombolas antes das reuniões ou comunicações. Atuação do MPF e DPU. | Número de comunidades não definido. Na reunião na DPU lideranças de doze comunidades se fizeram presentes. |
| Linha de Transmissão LT 69kV, entre Mirinzal e Cururupu –CEMAR | Linha de Transmissão LT 69kV, entre os municípios de Mirinzal e Cururupu –CEMAR | Licenciamento ambiental do empreendimento iniciado no ano de 2016. Falta de oitiva das comunidades. Atuação do MPF. | Comunidades quilombolas Frechal e Aliança, no município de Mirinzal/MA, comunidade Santa Joana, no município de Cururupu/MA |
| Criação de camarão em tanques, nas áreas de campo | Empresa BOMAR. Proposta de criação de camarão em áreas de campos alagados da baixada maranhense. | Foram realizadas audiências públicas no município de Santa Rita. | Não contabilizadas. Em Anajatuba e Santa Rita existem mais de 10 comunidades na beira do campo. No entanto, empreendimento impedira a entrada das águas do campo para os igarapés. |
| Celulose | | | |
| Gás | | | |
| Mineração | | | |

Construção do quadro em andamento.²³

A princípio, a emergência dessas comunidades nos registros públicos permite de certa forma “aparecer” nos mapas, uma das faces de ver instaurada a possibilidade de existir juridicamente e reivindicar as garantias de permanência nos territórios. Nesse sentido, contam com normativas nacionais e internacionais que deveriam garantir a proteção desses povos e a garantia de seus territórios. No bojo desses processos de afirmação, a Fundação Cultural Palmares²⁴ passou a integrar os processos de licenciamento ambiental, por meio da Portaria Interministerial n. 60 de 24 de março de 2015. A FCP deve acompanhar os estudos, a elaboração do Termo de Referência e as medidas de mitigação propostas pelas empresas

²³ Quadro ainda em andamento, realizado a partir de informações do MPF, DPU, IBAMA e matérias publicadas: https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150514_MATOPIBA_MA.pdf; Linha de Transmissão LT 69kV, entre os municípios de Mirinzal e Cururupu –CEMAR; https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33156; https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150514_MATOPIBA_MA.pdf. Precisamos ainda cruzar os dados do IBAMA que já possuímos, com os do INCRA e ITERMA. Ainda não temos os dados da SEMA-MA.

²⁴ Órgão do governo federal que certifica os processos de autodefinição das comunidades quilombolas.

aos territórios que podem sofrer intervenções dos empreendimentos.²⁵ O Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT que assegura Consulta Prévia, Livre e Informada sobre a instalação de empreendimentos em territórios de povos e comunidades tradicionais que poderiam ser afetados pelas obras, garantido o direito de se manifestarem sobre as mesmas.

É contra as possibilidades de afirmação territorial de direitos por parte dos quilombolas que poderiam, entre outras coisas, impedir a instalação de empreendimentos sobre seus territórios ou pelos menos colocar termos a essa instalação, que passam a operar uma série de dispositivos de poder. Uma ação direta de inconstitucionalidade – ADIN – foi instaurada ainda em 2004 contra o decreto que regulamenta os direitos territoriais quilombolas. Se ficou pendente de julgamento no plano jurídico por anos, foi acionada no plano político e em procedimentos administrativos, como algo que poderia e deveria acontecer. PECs contra as demarcações de terras indígenas e quilombolas tramitam nas esferas do Congresso Nacional. Instruções normativas dentro do INCRA foram alteradas, tornando mais extenso o processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas e foram criadas Câmaras de Conciliação, presididas pela AGU, fora dos trâmites do INCRA para casos de tensões entre diretrizes de órgãos do estado – como INCRA e Marinha, INCRA e ICMBio – organizando formas de controle.

Talvez seja mais difícil ocultar nos planos estatais a existência territorial dos quilombos, como nas décadas anteriores, quando camponeses foram expulsos diretamente e colocados sob a mira de pistoleiros e grileiros, ou levados à condição de invasores/posseiros, representando o atraso; porém, mesmo com a formalização, uma série de ações diretas e violentas permanecem; processos de licenciamento que não contemplam canais de escuta e intervenção, com documentos forjados; processos judiciais em que se negociam as exigências colocadas as empresas; planos estatais que legitimam o avanço das obras (como os decretos de utilidade pública ou discussões sobre a necessidade pública ou os bens públicos); ou seja, dispositivos que reinventam possibilidades de desconsideração dos pleitos, buscando anular seus efeitos políticos e jurídicos e recolocando processos de invisibilidade e inaudibilidade.

Com regimes de visibilidade instaurados, na maioria das vezes, na desqualificação dos pleitos das comunidades negras é preciso encenar o respeito aos direitos ou interpor processos de destituição dos interlocutores como seus sujeitos, e assim, condenar a morte só se torna possível em nome da vida/de algo digno/de um bem maior, colocando em suspeita as identidades, trazendo a polarização pobreza/desenvolvimento, retomando discursos coloniais em torno das obras a partir da relação entre a necessidade do progresso, do emprego e do caráter público e imprescindível das obras.

²⁵ http://www.palmares.gov.br/?page_id=52124.

Mas, como nos diz Mbembe (1991), nos domínios coloniais, uma política de morte explícita, sem encenações, opera sem constrangimentos, como a face noturna da democracia, portanto, ameaças, processos de criminalização, “portas na cara”, “enganações”, ameaças mortas, não desaparecem nesse cenário mais “legítimo” de discussão que se instaura com processos de reconhecimento de direitos territoriais e institucionalização de direitos aos quilombolas. Pensamos a orquestração de poder a partir desses dispositivos como pistas para entender o esvaziamento do conteúdo político e coercitivo das normativas e a persistente violência direta que os acompanha, quando se referem as comunidades negras e aos empreendimentos.

Nos casos que aprofundamos na pesquisa, em comum, assistimos ou escutamos narrativas sobre a chegada de pessoas para iniciar a obra, com papéis inventados, com máquinas escavadeiras, com postes. E nesses casos foram os corpos que impediram o avanço quando se colocaram frente as máquinas. O licenciamento ambiental não os contemplou de início, como nos casos da Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) (nenhuma comunidade quilombola aparecia nos processos, antes de ações judiciais exigindo a consideração desses grupos); nos processos de Duplicação da Br. 135, existiam apenas 4, das mais de 80; não foram realizadas audiências públicas ou consulta prévia. Estar nas listas, ser juridicamente “quilombola, e extrair algum direito dessa condição, requer constantemente punhar a lei na palavra e nos corpos frente as máquinas, em reuniões e principalmente em ocupações de ferrovias e de prédios públicos que compõem os cenários de “ter direitos”.

O universo do conflito envolvendo grandes empreendimentos, enquanto estruturas construídas em “nome do progresso” sobre povos, parece não possibilitar a afirmação de nenhum compromisso com os povos e comunidades. Podemos pensar, então, o reconhecimento da territorialidade quilombola, amparada pelo direito brasileiro após 1988, como uma afirmação jurídica que permite claramente uma mudança nas concepções de apropriação territorial envolvendo grupos negros no Brasil. No entanto, como problematizam Gomes e Olivia (2007), para o contexto da libertação dos escravos no final do século XIX, possivelmente a lógica dessa mudança “seja muito mais próxima da conquista, do convencimento e da contínua produção de interpretações outras, através das quais a crença no estatuto jurídico igualitário seja possível” (no caso, do reconhecimento da forma específica de apropriação territorial e de produção da vida seja possível), e ainda complementaríamos, das muitas lutas.

Seu Justo, que lutou em 1970, afirma que “a lei é a bainha, a luta é a faca”. Em suas palavras, um poderoso ensinamento da luta antirracista e da justiça territorial aos quilombolas:

tinha um parente da minha mulher, primo irmão dela, [...] o nome dele era Teófilo e era em toda festa ele estava, ai nesse tempo não tinha luz, era lamparina, aí vieram e disseram rapaz Teófilo furou um, ele era muito esperto, ele usava a faca aqui detrás das costas na cintura, na bainha, quando criava uma confusão, ele sai um pouco para o escuro que era para o cara ir, e ele quando o cabra descuidava, ele colocava as mãos detrás das costas e ele arrancava a faca com bainha e com tudo e jogava a bainha

na mão direita e a faca na mão esquerda, aí ele era canhoto e direito e quando o cabra caminhava pra ele ou ele caminhava pro cara, ele jogava primeiro era a bainha e cabra pulava, só que ele jogava a mão esquerda e era onde estava a faca. Então a faca furava. E eu fiz a comparação disso com as leis, foi o seguinte, hoje para nós as leis, principalmente para os negros, para os pobres, a lei é uma bainha, ela existe a lei, agora o que vale é a faca que fura, porque a bainha não fura não, quem fura é a faca. Então, as leis para nós, elas não funcionam, o que funciona é a nossa organização, daí eu contei para eles a história de que nós ganhamos nosso direito contra vários fazendeiros por meio das nossas organizações, porque daí o que valeu não foi a lei, o que valeu foram as nossas organizações, foi que nós tivemos direito... (entrevista, janeiro de 2019).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Diana. **A Geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Action Aid/FASE, 2017.
- AGUIAR, Diana. Nas Rotas dos Conflitos. **Conflitos no Campo, Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, 2018, pgs. 174-180.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas – Repertório de fontes documentais comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-consulta “Carajás: desenvolvimento ou destruição?”**, 1993.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**/ coord. De Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010, pgs. 104-136.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**. Salvador, vol. 25, n. 64, 63-71, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. SÁ, Laís Mourão. **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017.
- ANDRADE, Maristela. Uma Antropologia do Campesinato no Maranhão. Apresentação. In: SÁ, Laís Mourão. SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007, págs. 9 – 16.
- ARAÚJO, Dayse Damasceno. O Étnico e Nacional em Disputa: dinâmicas da construção do artigo 68 (ADCT) da Constituição Federal de 1988. **Tese de Doutorado em Ciências Sociais**, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFMA, 2019.
- ASSELIN, Victor. **Corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz/MA: Ética, 2009.
- CARNEIRO, Marcelo. A exploração mineral de Carajás: um balanço trinta anos depois. **Não Vale**. São Luís. Justiça nos Trilhos, 2010. pp. 16-30.
- CASTRO, Edna. Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 25, n. 64. 45-61 – 2012.
- COELHO, Tádzio Peters. **Noventa por cento de ferro nas calçadas: mineração e (sub)desenvolvimentos em municípios minerados pela Vale S.A.** Rio de Janeiro, 106. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- COTA, Raymundo Garcia. G. **Carajás: A invasão desarmada**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GISTELINCK, FRANS. **Carajás Usinas e Favelas**. São Luís (MA): Gráfica Minerva, 1988.
- GOMES, F. dos S. e OLIVIA, O. M. Introdução. **Quase Cidadão - Histórias e Antropologias da Pós- Emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.
- IBASE. **Carajás: o Brasil Hipoteca Seu Futuro**, 1982.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de El gobierno privado indirecto**. Madrid: Editorial Melusina, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso.** Comité Catholique Contre la Faim et pour le Développement - CCFD - Terre Solidaire, el CIDES - UMSA y el IPDRS, 2018.

SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense.** São Luís: EDUFMA, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Complexo Portuário, Reserva Extrativista e Desenvolvimento no Maranhão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29. N.77, pgs. 281-294. Maio/agosto, 2016.

Projeto Vida de Negro - Vida de Negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos Territórios Quilombolas. **Coleção Negro Cosme**. Vol. IV. São Luís, SMDH/CCN-MA/PVN, 2005.

Projeto Vida de Negro - Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento (Levantamento Preliminar em 1988/89 da Situação Atual das Chamadas "Terras de Preto" localizadas no Estado do Maranhão.) – **Coleção Negro Cosme** – Vol. III. SMDH/CCN-MA/PVN, 2002.



GT 03 – Políticas Anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais.

CONFLITOS AMBIENTAIS E DESIGUALDADE SOCIAL: OS IMPACTOS GERADOS PELO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA VILA INTEL II (BREVES-MARAJÓ)

Eunápio Dutra do Carmo (UFPA)¹
Adriano Vieira Farias (UFPA)²
Leandro Seixas de Conceição (UFPA)³
Maria Vitória Costa Fernandes (UFPA)⁴

RESUMO

Os conflitos ambientais e as múltiplas desigualdades sociais vivenciados pelas comunidades ribeirinhas no município de Breves revelam as consequências do desenvolvimento desigual que historicamente aprisiona a região marajoara ao modo de produção capitalista. Por essa razão, a combinação hegemonia do mercado, concentração de riqueza e políticas públicas ineficazes compõe a estrutural situação de violação de direitos e desestruturação socioambiental que avança nas Amazônias (CASTRO, 2010). Com isso, inúmeras comunidades ribeirinhas sofrem com o aprofundamento da exclusão socioespacial (SARRAF-PACHECO, 2006). Contextualizado em espaços de disputa pelo ecossistema, o presente trabalho objetiva analisar a exploração de matéria prima em decorrência dos conflitos ambientais provocados pelo desenvolvimento desigual em territórios da comunidade e mostrar o aumento da desigualdade social já existente. Esta pesquisa com análise dos contextos de exploração e saque na Amazônia Marajoara. Metodologicamente, o trabalho baseia-se na abordagem interdisciplinar e análise sociohistórica dos processos de exploração da comunidade ribeirinha Vila Intel II. A entrada na comunidade se deu a partir da inserção

¹ Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pelo NAEA/UFPA. É professor Adjunto do Curso de Serviço Social e Coordenador de Pós Graduação e Pesquisa da UFPA-Campus Marajó Breves (UFPA). Brasil. E-mail: eunapiodocarmo@gmail.com

² Graduando em Letras. Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Universitário de Marajó (Breves). Brasil. E-mail: adrianovieira1312@gmail.com

³ Graduando em Serviço Social. Universidade Federal do Pará (UFPA) - Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Universitário de Marajó (Breves). Brasil. E-mail: leandroseixas13@gmail.com

⁴ Graduanda em Letras. Universidade Federal do Pará (UFPA) - Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Universitário de Marajó (Breves). Brasil. E-mail: vitoriacfernandes15@gmail.com

dos autores no programa de pesquisa e extensão Redes Comunidades Ribeirinhas (PRCR), vinculado à Faculdade de Serviço Social (Campus Marajó-Breves). Os dados foram coletados durante as atividades do Programa. Além disso, a comunidade foi incentivada a retomada de práticas produtivas se opondo ao modo de produção capitalista destrutivo, em que os moradores conseguem se organizar em associação, gerar sua própria renda, entretanto, sem causar impactos ao meio ambiente local, preservando as suas ancestralidades.

Palavras-chaves: Vila Intel II. Desigualdade Social. Desenvolvimento desigual. Vulnerabilidade.

1. INTRODUÇÃO

O Marajó (Pará), assim como a Amazônia de uma maneira geral, são territórios, historicamente, marcados pela destruição dos seus ecossistemas e ampliação das desigualdades sociais. É nessa linha de reflexão que o presente trabalho problematiza fatores da realidade marajoara resultantes do contexto socioambiental em destruição, dando ênfase para ao debate sobre desenvolvimento desigual. O trabalho também evidencia a força coletiva da comunidade Vila Intel II não obstante aos ataques constantes sofridos por grupos socialmente vulnerabilizados. Além disso, o estudo ambienta-se no fato da comunidade resistir às consequências dos impactos causados pela exploração descontrolada dos recursos naturais da região, que afetaram diversas áreas como a economia ribeirinha, os saberes tradicionais e as culturas deste povo. Nesse sentido, será enfatizada a maneira como os moradores estão, aos poucos, contornando estes diversos problemas gerados pelos impactos ambientais. Por outro lado, será destacado como a atual força social da comunidade estão auxiliando os moradores a fortalecer ações coletivas para enfrentar partes das desigualdades sociais que a comunidade enfrenta.

A metodologia utilizada contou no primeiro momento com pesquisas bibliográficas para reflexão crítica e interdisciplinar. A entrada em campo se deu através do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (PRCR), programa interdisciplinar realizado com o apoio da Universidade Federal do Pará (UFPA), vinculado à Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó – Breves, que tem como objetivo principal pesquisar, analisar e intervir coletivamente na realidade das comunidades ribeirinhas marajoaras para conquista de direitos. As conversas com os membros da comunidade foram permanentes, bem como as reuniões de trabalho e rodas de conversas e oficinas que ampliaram o alcance de conhecimento do cotidiano, história, dificuldades e organização social da Vila Intel II. Também foram fundamentais os diálogos com as lideranças locais da comunidade, bem como as suas visões sobre o processo sociais em curso. Após essa fase, foram realizadas visitas às casas dos moradores da comunidade Vila Intel II para entender a realidade em profundidade e,

posteriormente, analisar de que maneira alguns fatores, dentre eles o desenvolvimento desigual, afetam a vida dos moradores das comunidades ribeirinhas.

Sendo assim, o presente trabalho está organizado em cinco tópicos. Após a introdução, o texto apresentará a realidade e contexto da Amazônia Marajoara, e como essa vivência de anos de exploração dos recursos naturais reflete na vida das comunidades ribeirinhas. A seguir, serão exemplificados os conflitos ambientais e de que forma o discurso desenvolvimentista foi uma “farsa” para a Amazônia. Ademais, será apresentada a realidade geral da pesquisa, seus resultados e as discussões. Por fim, as considerações finais verificando as agendas futuras de pesquisa e as intervenções que serão adotadas junto com a comunidade envolvida.

2. O CONTEXTO DA AMAZÔNIA MARAJOARA E AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

A região Amazônica é uma área mundialmente conhecida pela riqueza da sua sociobiodiversidade; entretanto, sua notoriedade atrai uma visão de mercado, o que resulta em exploração sistemática, derivado do modo de produção capitalista que avança na região e que apresenta como principais consequências: poluição, desmatamento, queimadas, miséria e desigualdade social. Esses fatores colaboram para o crescimento dos conflitos ambientais, do impacto na biodiversidade local e para a destruição dos modos de vida das comunidades ribeirinhas. A Amazônia Marajoara, termo apresentado por Sarraf-Pacheco (2006), é um exemplo claro da riqueza da natureza Amazônica, localizada no extremo norte do estado do Pará, região norte do Brasil, como demonstrado na imagem abaixo.



Imagem 01: Mapa da região da Amazônia Marajoara referente a América do sul.
Fonte: Google Images (2018)

Historicamente, o processo de ocupação das terras marajoaras está diretamente relacionado com o modelo de ocupação de toda a Amazônia brasileira. De acordo com Gonçalves et. al (2016), em um primeiro momento, o povo predominante que habitava a região

era indígena até boa parte do século XV. Ainda de acordo com os autores, as primeiras investidas dos europeus na Amazônia Marajoara ocorreram no final do século XV; entretanto, o processo de ocupação europeia se intensificou somente ao longo do século XVII. Além disso, a partir do século XVIII, outros povos começaram a se estabelecer na região, como o caso dos nordestinos.

Com o início da intensificação do processo de ocupação da Amazônia Marajoara, começou a ocorrer uma mescla de culturas entre os povos, e os mesmos começaram a estabelecer relações, dentre elas a formação de famílias. Sobre isso, Gonçalves et al (2016) observam que as terras do Marajó

pertencem historicamente a inúmeras famílias que se estabeleceram na região, cuja ancestralidade é milenar, considerando-se a indígena e, uma ancestralidade mais recente, porém secular, a africana, que chegara à região para servir de mão de obra escrava ao colonizador e, ainda, de nordestinos do semiárido, que migraram para região a fim de trabalhar nas colocações²⁰ de borracha da Amazônia oriental no fim do século XIX, início do XX. (GONÇALVES et. al, 2016, p. 112)

Os autores citam que além dos europeus e nordestinos, muitos africanos também vieram morar na região, sendo forçados a serem escravos dos senhores europeus que residiam na região, fato que contribuiu ainda mais para a miscigenação local, formada, segundo Gonçalves et. al (2016) pela presença de povos indígenas e quilombolas, que já estavam na região, e com a chegada de outras populações, os europeus, africanos e nordestinos. Ademais, é importante ressaltar que desde essa época (fim do século XVII e início do século XVIII) já ocorria a exploração dos territórios Amazônicos-Marajoaras, por meio de atividades agrícolas controladas pelos europeus, ou seja, a Amazônia do Marajó vem sendo explorada ao longo de vários séculos.

Nesse contexto, Gonçalves et. al (2016) afirmam que ao longo dos séculos XIX e XX dar-se início ao processo de consolidação do município de Breves, capital do Arquipélago do Marajó, e para que isso realmente ocorresse era necessário que a economia da cidade estivesse consideravelmente estável. Com isso, o extrativismo da borracha começou a despontar como uma das principais atividades da região, fato este que é lembrado até os dias atuais tamanha sua relevância para o município.

Essa fase de extração e exploração da borracha ocorreu nas primeiras décadas do século XX, segundo Gonçalves et. al (2016), e contou com a participação direta dos migrantes presente na região. Eram essas pessoas que retiravam o látex e entregavam o material para ser utilizado pela classe elitista. Esse período, apesar de ter impactado fortemente o meio ambiente da região, também foi importante para o fortalecimento da economia regional.

Porém, assim como um ponto positivo para a economia, os pesquisadores propõem a reflexão sobre os impactos que as atividades mercadológicas causam na região e de como

essa situação vem alterando a biodiversidade de Breves, e do Marajó, ao longo dos séculos, ou seja, até que ponto essas atividades foram/são prejudiciais para a região.

Em concordância com os fatos descritos acima por Gonçalves et. al (2016), Schaan e Martins (2010), reforçam a tese sobre a exploração descontrolada da área florestal da Amazônia Marajoara, no município de Breves, causou um grande impacto nas terras locais, sendo assim, as autoras declaram que

A cobertura vegetal do município ao longo dos anos vem sendo muito alterada pela exploração madeireira, sendo que grandes extensões de florestas já foram retiradas para a implantação de agricultura e para a criação de gado (incluindo búfalos, além de suínos). Muitas áreas derrubadas atualmente estão dando lugar à capoeira e mata secundária. A economia da região está baseada no extrativismo vegetal, principalmente de açaí, palmito, carvão e madeira, e pecuária. Planta-se ainda arroz, milho, mandioca, laranja, banana e limão. (SHAAN; MARTINS, 2010, p. 115)

As autoras exemplificam de maneira clara uma das principais consequência da exploração sem limites da biodiversidade, sendo citada a exploração madeireira com grande destaque. Esse período ficou marcado na história da região marajoara; pois, a localidade sempre apresentou uma das biodiversidades mais ricas do planeta, com isso chamou a atenção de grandes empresários que investiram na exploração dessa matéria-prima durante as décadas de 1980 e 1990, prolongando-se até a primeira metade da década de 2000.

Schaan e Martins (2010) explicam que, além de lucrar com a extração irregular de madeira, os empresários utilizavam as zonas desmatadas para outras formas de obterem lucro, como a criação de gado e o plantio de matéria-prima do extrativismo vegetal. Essa situação reforça o pensamento de quanto o capitalismo que produz acumulação exacerbada, pode impactar a vida e a natureza de cidades dos interiores amazônicos.

Sendo assim, pode-se dizer que o município de Breves, apresenta um histórico de descaso nos mais variados aspectos, desde ao descuido em relação ao meio ambiente, até não implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da região, com foco para essa problemática em especial nas áreas mais afastadas da zona urbana da cidade, principalmente nas comunidades ribeirinhas. Essas populações sofrem com o descaso dos governos locais, já que não há grandes investimentos para a melhoria de qualidade de vidas desses povos, o que faz com que os mesmos se esforcem ainda mais para continuar resistindo a todas essas adversidades.

E esse é um dos principais problemas da região; pois, de acordo com dados do Observatório do Marajó (2020), aproximadamente 57% da população marajoara reside na zona rural dos municípios pertencentes ao arquipélago (veja abaixo o mapa dos municípios marajoaras), isso ressalta a importância e a dimensão do meio rural na região até os dias de hoje. Além de tudo, vale destacar que, pelo fato da maioria da população do Marajó morar no

meio rural, o impacto do aproveitamento ilegal da natureza é ainda maior, pois são eles, os habitantes rurais são os mais prejudicados com essa situação.

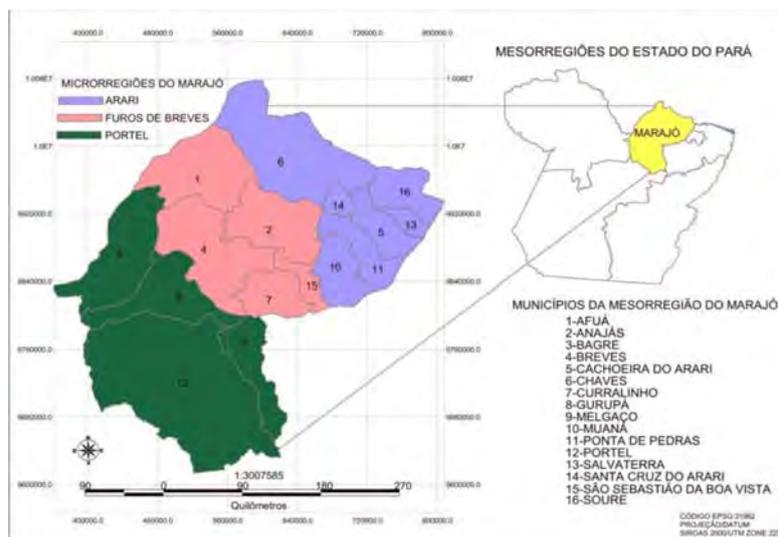


Imagem 02: Mapa específico da mesorregião do Marajó.

Fonte: Google Images (2017)

Analisando os fatores apresentados até o momento, é possível afirmar que, além do contexto histórico da região marajoara como um todo ser marcado pela exploração dos recursos naturais por grandes empresas, esse quadro estrutura as múltiplas desigualdades sociais. Neste sentido, outro grave problema que afetou a vida das comunidades ribeirinhas ao longo dos anos foi a extração irregular e clandestina de madeira, gerando mais um grave problema para o meio ambiente da região.

Apesar do ápice da exploração dos recursos naturais ter ocorrido entre a década de 90 e o início dos anos 2000, Gonçalves et. al (2016) faz uma importante ressalva. Os autores afirmam que ainda existe exploração, mas agora com foco na extração de palmito e de açaí, produtos facilmente encontrados na região e que essa remoção desses artigos, assim como a retirada das madeiras acontece de forma clandestina.

Essa exploração irregular de madeira é um grave problema não somente na região Marajoara, como também em todo o território do estado do Pará, sendo que, apesar do impacto que esse tipo de atividade causa ao meio ambiente, ainda assim representou um papel importante para a cidade de Breves e para todo o estado no sentido de favorecer a espacialização do sistema capitalista.

Resque (2013) afirma que, de acordo com dados do IBGE (2012), o estado do Pará possui uma área equivalente a 24% da Amazônia Legal. E ainda, que a zona madeireira conhecida como estuário, localizada no município de Breves, foi a responsável por 12% da produção total de madeira no estado, com uma área de 349,70 Km² em 2001, segundo informações publicadas pelo Relatório Analítico do Território do Marajó (2012). Ou seja, a

partir destes dados fica nítido o potencial econômico ligados ao setor madeireiro na cidade; logo, pode-se afirmar que este era um dos principais pilares da economia da região.

Entretanto, Resque (2013) destaca ainda que esse é um dos evidentes fatores que contribuíram para que Breves ocupasse uma das primeiras colocações entre os municípios no Índice geral de desmatamento no Marajó, segundo o levantamento do Relatório Analítico do Território do Marajó (2012). O autor destaca ademais que a exploração descontrolada de madeira ao longo dos anos implicou em vários problemas e que essa situação não ocorria somente em larga escala, como também como a participação de pequenas empresas

A extração clandestina de madeira na região é um dos grandes entraves para que seja exercido um controle mais efetivo sobre a atividade, o que, inclusive, contribui sobremaneira para o grande desperdício da madeira que é extraída da floresta. Grande parte das fábricas e serrarias do Estado do Pará atua de forma predatória, sem qualquer preocupação com a recomposição da fonte de matéria- prima, o que, em pouco tempo, proporciona a inviabilidade da manutenção da atividade madeireira na área (MENEZES; GUERRA, 1998 apud RESQUE, p. 129-130, 2013).

Os pesquisadores Menezes e Guerra (1998), citados por Resque (2013) defendem que, além das empresas responsáveis pela exploração clandestina de madeira atuarem de forma completamente descontrolada, e sem que haja uma preocupação com a recuperação das áreas devastadas, ocorre ainda o desperdício da matéria-prima extraída, o que deixa toda essa situação ainda mais grave.

Entretanto, a “boa fase” das empresas madeireiras não durou para sempre. A partir de 2004 ocorreu uma grave crise no setor madeireiro, com um fechamento de várias empresas na região. Ramos, Rodrigues e Santos (2011, p. 3), ressaltam que esse fechamento não desamparou e desempregou somente a população ativa do município, como também outras camadas sociais de pessoas que não possuíam outras qualificações para, segundo os autores, trabalhar nos outros poucos empregos disponíveis na região naquele período.

De fato, o fechamento das empresas madeireiras deixou diversos trabalhadores desempregados e sem uma renda, resultando no aumento ainda mais significativo da desigualdade social. Porém, deve ser mencionando que o fechamento dessas empregas ocorreu por motivos plausíveis, as madeiras eram extraídas de maneira completamente ilegal e clandestina, além do que, em muitos casos os trabalhadores não possuíam a mínima condição para trabalhar no local.

Entretanto, vale-se ressaltar um ponto curioso; que apesar, das madeireiras representarem boa parte da economia local, o produto interno bruto (PIB) da cidade seguiu em alta em Breves (Pará), como pode ser analisado na tabela a seguir.

| Breves | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2004 | 2008 | 2014 |
| PIB | R\$ 182.528,00 | R\$ 251.684,00 | R\$ 613.983,17 |
| PIB per capita | R\$ 2.163,00 | R\$ 2.536,55 | R\$ 6.306,90 |

Tabela 01: Índices do PIB e do PIB per capita ao longo dos anos.
Fonte: IBGE/Cidades – PIB dos municípios. (2014)

Como fica claro, com os dados do IIBGE (2014), a partir de 2004, a época do desgaste e fechamento das empresas madeireiras, o PIB do município de Breves cresceu cerca de 337% em 10 anos. Desde então, os moradores têm tentado encontrar formas de valorizar e resgatar alguns meios que já existiam antes da fase da exploração madeireira para tentar elevar sua economia, e não somente isso, como também recuperar sua cultura e saberes tradicionais que foram perdidos ao longo do processo de exploração madeireira.

Ademais, essa exploração irregular da madeira acabou gerando para a região o chamado desenvolvimento desigual. Michael Lowy (1998) afirma que essa teoria consiste em uma

forma de produção dominante exerce a sua hegemonia sobre as outras [...] é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade. (LOWY, 1998, p. 73)

Lowy (1998) explica que o desenvolvimento desigual acontece por meio de vários fatores, dentre eles a relação de dependência de um grupo perante ao outro, principalmente quando uma das partes busca meios para beneficiar-se. Entretanto, os conceitos de desenvolvimento desigual e as consequências para os moradores da vila serão aprofundados no decorrer do texto.

3. O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA AMAZONIA MARAJOARA

O contexto histórico do Brasil é marcado pela exploração de recursos naturais desde sua colonização até os dias atuais. Seu primeiro material mais conhecido era o Pau-brasil, que tinha como objetivo usar a tinta – vermelha - extraída das árvores para ser usada nas vestimentas da classe dominante, em que apenas reis e rainhas faziam uso e assim destacando sua importância e seu grande poder na sociedade. De acordo com Castro (2018) o país passou a ser reconhecido como solo fértil, levando a mais buscas de riquezas naturais, como: a borracha (principalmente no Pará) cana-de-açúcar, ouro, café, etc.

O Brasil passou a ser dominado pelo imperialismo, que segundo Lowy (1998) é uma maneira na qual um país é dominado sobre o poder hegemônico dos países centrais. Nessa perspectiva, o país torna-se periferia nas relações comerciais internacionais com o centro industrializado e financeiro, tendo suas maiores riquezas incorporadas ao desenvolvimento

dos países centrais mediante exportação de matéria-prima seguido da exploração do meio ambiente. Segundo Trotsky (1963), uma sociedade que se origina de um processo de exploração estrutural, gerando desigualdade social. As consequências dessa exploração têm se tornado cada vez mais nefasto para os povos da floresta. O desenvolvimento desigual, teoria esboçada as contradições sociais do sistema capitalista em que busca o desenvolvimento de um determinado espaço é a única forma de superar o “atrasado” (LOWY, 1998). As contradições sociais estão presente no Marajó resultado da atuação das empresas de madeiras que foram instaladas em espaços próximos aos municípios para a extração e produção de matéria prima para o mercado internacional. Neste sentido, Fernandes e Medeiros (2020, p. 31) ressaltam:

O desmatamento e a exploração dos trabalhadores são vetores da acumulação do capital madeireiro, cuja fronteira econômica está baseada na concentração de terra e na exportação para os mercados europeus e asiáticos.

Esses espaços eram ocupados pelos povos tradicionais que são os povos indígenas, quilombolas. Com isso, tiveram seus territórios ocupados pelos moradores e empresários que ali se instalaram e permaneceram, causando danos e provocando poluição na natureza, que para aquela comunidade tradicional precisava do meio ambiente limpo, pois sua alimentação e todo seu cuidado estava dedicado naquela área. Devido ao enorme crescimento de empresas nesses espaços, ocorreu uma migração e um inchaço populacional dos habitantes de municípios vizinhos.

Esses trabalhadores eram oriundos de Portel, Breves, Melgaço, deslocavam-se para obter melhores condições de vida, que era um dos principais motivos pela qual esses moradores exerciam uma longa jornada de trabalho, conforme afirma Castro (2018, p. 16):

O entendimento mais próximo de interesses coletivos pode dizer respeito à possibilidade de melhorias no padrão de vida. Este seria marcado pela ideia de aumento do bem-estar, para além do aumento simples da *renda per capita*.

Uma vez que houve o crescimento das serrarias, as mesmas passaram a produzir e extrair, levando cada vez mais ao desmatamento, causando danos ao meio ambiente, como as queimadas. Dentro desse contexto, vários fatores são ilegais, destaca-se o crime ambiental e também a violação dos direitos humanos, pois eles estavam ligados.

E para a realização dessas atividades, trabalhadores eram submetidos a um trabalho análogo a escravo, pois era com sua força física que essas árvores eram carregadas e havia uma longa jornada de trabalho, como DO CARMO, FERNANDES e MEDEIROS (2020, p. 34) afirmam:

A expansão dessa atividade também provoca desmatamento que era praticado de forma irregular, agredindo brutalmente o meio ambiente para obtenção de madeira de boa qualidade. Os desdobramentos desses aspectos ascenderam a discussão sobre a semelhança com o trabalho escravo.

De acordo com Resque (2013) qualquer precariedade em seu âmbito de trabalho, já é uma violação de direito, pois o trabalhador está fazendo um esforço além do que lhe é permitido, em uma situação degradante, colocando em risco sua saúde física e também mental. Trabalhar com as madeiras e em um período que as máquinas não possuía um manuseio acessível causava a eles danos físicos, pois qualquer movimento errôneo, poderia levar a algum acidente, o que era comum dentro da fábrica.

Com o aumento dessas retiradas de recursos naturais de maneira ilegal, houve um grande impacto ao meio ambiente, pois prejudicava cada vez mais o solo, com isso, as empresas passaram ter a produção reduzida. Como destacado abaixo:

Do comércio e da extração e do beneficiamento de madeira, que ainda é extraída de forma rudimentar pelas populações nativas (SILVA, 2008), nas pequenas fábricas que resistiram às proibições impostas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), devido ao desmatamento de áreas verdes da região (ALVES, SILVA, REIS e CAETANO, 2020, p. 410, 411).

Através disso, essa empresa madeireira que funcionava clandestinamente, foi fechada, pois como afirma CASTRO (2018), este espaço só era visto para ser saqueado e para desestruturar territórios sociais. A desigualdade social é fruto dessa apropriação desigual do território, soma-se a isto, CASTRO (2018, p. 27) destaca que:

Estes fenômenos são uma consequência tanto da história de ocupação da região quanto do desenvolvimento de um conjunto de atividades que têm no extrativismo e na incorporação de novas terras a consequente exploração dos recursos advindos desta exploração como elemento mais básico. Mas também é importante ressaltar as formas violentas de exploração na realização do trabalho nos processos extrativistas. Dominação é, portanto, uma variável chave na compreensão da subalternidade e da pobreza que marcam a história social da região

Ou seja, a desigualdade social na comunidade em estudo se agravou com o fechamento das empresas. Os trabalhadores tinham uma longa jornada de trabalho e para o controle social foi criada escola, posto de saúde e pequeno comércio para não ser necessária uma locomoção diária até a cidade, o que para eles era o suficiente. Entretanto, com as denúncias feitas e as fiscalizações naquele espaço, foi evidenciado as condições em que estavam submetidos, reforçando ainda mais o fechamento da empresa.

Atualmente, os moradores passam a depender do programa de transferência de renda, tendo seus direitos constantemente violados, perdendo toda dignidade de vida no âmbito do território. Dessa maneira, Castro (2018, p. 31) afirma:

Uma região altamente tencionada pela perda de qualidade de vida para inúmeros grupos sociais e étnicos, formados por povos tradicionais e trabalhadores, pela precarização da posse e do uso da terra, pela vulnerabilidade legal e tensão constante frente às múltiplas ameaças.

Diante deste contexto, essa comunidade tem buscado novas formas de resistir após esse processo de exploração e abandono historicamente em curso.

4. A LUTA DA CUMUNIDADE VILA INTEL II PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO DA AMAZONIA MARAJOARA

Situada às margens do rio Parauaú no município de Breves (Marajó-Pará), distante em média 45 minutos da sede do município, a comunidade Vila Intel II conta com aproximadamente 25 famílias ribeirinhas que vivem, em grande parte, dos recursos naturais e do bolsa família. Em decorrência das ações de empresas madeireiras que se instalaram na região com alto potencial de extração da madeira brutal, a comunidade tem tido muitas dificuldades para se permanecer no território.

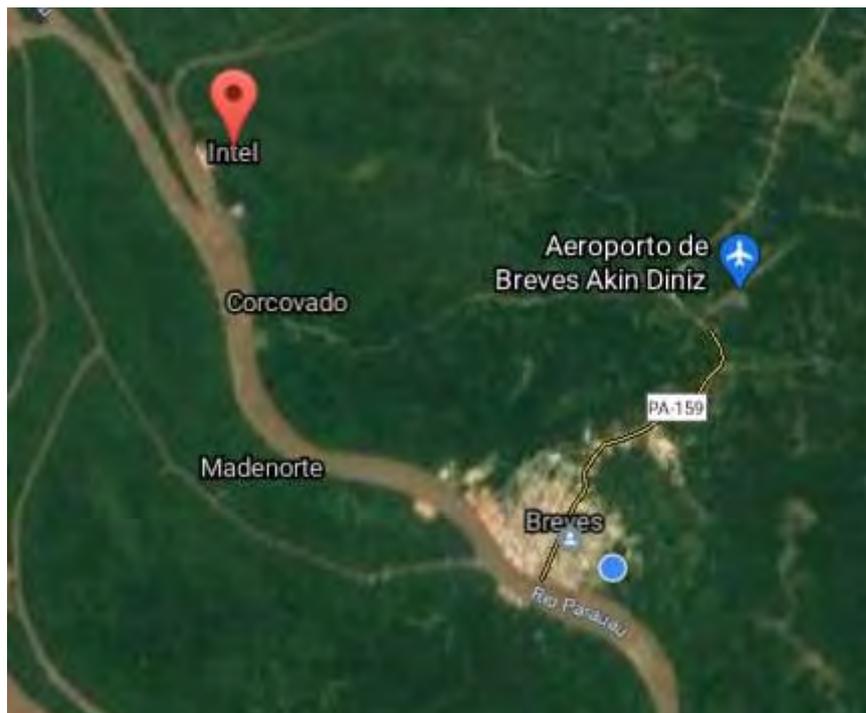


Imagem 03: Mapa da localização da comunidade Vila Intel II.
Fonte: Google Maps / Arquivo PRCC (2020)

Atualmente, a Vila Intel II é marcada pelo impacto da exploração de recursos naturais. Com isso, a comunidade apresenta características que demonstram e exemplificam a maneira como esses impactos agravaram a desigualdade social na vila.

Durante as visitas realizadas pela equipe do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas no local, fica nítido o deterioramento do espaço físico e falta de aspectos mínimos relacionados ao saneamento básico, como rede de esgoto, por exemplo, realidade esta que não se restringe a Vila Intel II, e segue sendo constantemente encontrada nas zonas rurais do Marajó.

Entretanto, é válido, e extremamente importante, destacar a força dos moradores da comunidade para, mesmo enfrentando todas as adversidades já citadas, os mesmos seguem em busca da valorização da sua cultura e dos seus saberes tradicionais para, desta maneira, superar os traumas causados pelo desaparecimento das madeiras.

Como uma das consequências do fechamento das empresas, para além da intensificação do desemprego, aflora também o sentimento de “saqueamento” das riquezas naturais, que se perpetuou pela região com a desertificação de áreas de floresta, poluição dos rios. Essa exploração intensiva e a ocupação do território de comunidades tradicionais, ao qual Castro (2017) mensura, faz parte da realidade em todas suas extensões, das comunidades ribeirinhas da Amazônia Marajoara.

Partindo desta concepção, o Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas vem atuando, em conjunto com os moradores da comunidade Vila Intel II, para registrar as histórias vivenciadas na localidade desde o período no qual a região começou a ser povoada, passando pela época do ápice da exploração por parte das madeiras até os dias atuais. Mediante a realização de oficinas e rodas de conversão, essa construção coletiva da “linha de tempo” para além da produção social dos conhecimentos e revisitação das memórias, permitiu reflexões críticas sobre o processo de ocupação e as contradições sociais resultantes do encontro choque entre madeiras e ecossistemas das várzeas. Os dados coletados ao longo dessas atividades, preliminarmente, tensionaram as questões fundiárias, os direitos coletivos e as formas de superação. Nas oficinas, os moradores foram incentivados a contarem as suas próprias histórias sobre a vila e as suas opiniões dos fatos relacionados com a exploração que ocorreu por vários anos.

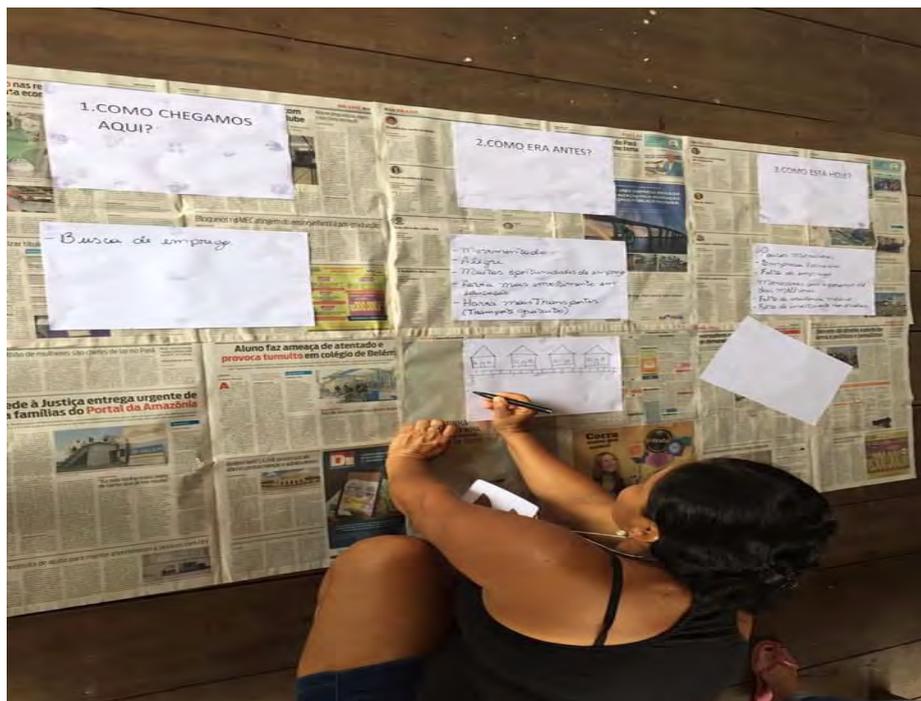


Imagem 03: Moradora da Comunidade Vila Intel II em atividade realizada durante oficina do Programa Redes de Comunidade Ribeirinhas (PRCR)
Fonte: Arquivo PRCR (2019)



Imagem 04: Moradores da comunidade Vila Intel II durante realização da oficina do Programa Redes de Comunidade Ribeirinha (PRCR)
Fonte: Arquivo PRCR (2019)

Durante as atividades extensionistas, ficaram evidente que a desigualdade social vivenciada por eles ainda perdura na comunidade como o não funcionamento da escola para

que crianças e jovens tenham acesso, o desemprego permanente, como observado pelo Relatório Analítico do Território do Marajó (UFPA, 2012) mostram que essa região foi historicamente abandonada pela ausência das políticas públicas.

Após fazer a interconexão entre os resultados obtidos dos estudos das obras dos autores inseridos nessa pesquisa e a realidade dos sujeitos que lutam para serem ouvidos e respeitados enquanto comunidade aqui apresentados, chama atenção o papel do Estado, que adotando uma postura omissa quando se trata de políticas públicas e sociais voltadas às territorialidades das comunidades ribeirinhas que tradicionalmente habitam nessa região. Uma demonstração dessa realidade é a situação do único posto de saúde (figura abaixo) que atende a Vila Intel II e as demais comunidades ribeirinhas no em torno que atualmente estava correndo o risco de ser definitivamente fechado pela atual gestão do município. Mesmo com essa precariedade, ausência de materiais e equipamentos, este posto já atende pacientes e dentro dele é realizado procedimentos que na atual condição que se encontra, deveria ser encaminhado para um hospital em um município próximo.



Imagem 05: Posto de Saúde da vila Magebras que fica bem ao lado da comunidade vila Intel II que atende as populações que vivem ao entorno.

Fonte: **Arquivo PRCC (2019)**

Além disso, a comunidade tem enfrentado dificuldade de acessibilidade dentro da própria comunidade, pois para que haja interação entre os moradores, é necessário deslocamentos por pontes, entretanto, essas as mesmas encontram-se em situação de precarização e muitas estão quebradas, promovendo acidentes naqueles espaços onde há locomoção direta de crianças, adultos e idosos. Não obstante o mutirão para a recuperação das pontes, foi fundamental a reflexão junto com a comunidade sobre o fato de os ribeirinhos não terem uma ponte digna na região considerada uma das maiores produtoras de madeira do mundo.

Outro problema encontrado na comunidade Vila Intel II é a escassez de água potável. Uma comunidade que é banhada de águas, ainda sim, sente a ausência dessa água

para que possa ter acesso e ingerido, consequência dos anos de exploração e poluição do meio ambiente. E diante desse atual contexto de Pandemia do Covid- 19 pelo qual o mundo inteiro está passando é também uma crise sanitária, que vem pra acentuar ainda mais o cenário caótico da extrema desigualdade social que atravessa rios e florestas atingindo os mais vulneráveis. Ainda segundo o documento do Observatório do Marajó (2020), uma campanha de comunicação ribeirinha, em 2019 a renda média das famílias marajoaras, era de R\$ 807,00 por mês, porém essa renda média sofre abalos após os primeiros casos confirmados de Covid- 19 em abril de 2020, de acordo com dados coletados pelo Observatório do Marajó (2020) .E mais uma vez a crise que agora é pandêmica, reverbera de modo mais severo junto às populações ribeirinhas da área rural do município e a luta por sobrevivência nesse território torna- se a mais desumana possível.

De maneira geral, pode-se constatar que, apesar de todo o processo de exploração dos recursos naturais, causados por grandes empresas e empresários, os moradores da comunidade Vila Intel II seguem resistindo aos conflitos ambientais impostos pela desigualdade social há vários anos. Deve ser registrado também que os moradores da comunidade estão conseguindo, aos poucos, (re)existir e afirmar suas identidades para garantir seus direitos, sempre valorizando seus saberes e conhecimentos tradicionais.

Considerações finais

Em síntese, o presente trabalho apresenta dados e exemplifica de que maneira os processos conflituosos gerados pela extensa exploração dos recursos naturais ao longo dos séculos no território pertencente à Amazônia Marajoara resultaram em um vasto e doloroso regime tensão social e de desigualdade social que assola a região até os dias atuais. O conjunto dessas ações causam desestruturação socioambiental e atinge, principalmente, a vida dos moradores das comunidades ribeirinhas que habitam a região, com destaque para a comunidade Vila Intel II.

O mercado de extração clandestina de madeira agenciada por grandes empresas em muitos anos gerou graves consequências para as comunidades ribeirinhas. Os contextos históricos de ocupação da área da Amazônia do Marajó compõem a espacialização da produção capitalista é acompanhada pelos rastros de saque, destruição e violação dos direitos base da desigualdade social. As dificuldades de afirmação no território sempre em disputa à ausência de políticas públicas adequadas às atividades socioculturais e produtivas das populações ribeirinhas, revela a estrutural invisibilidade social em curso, o racismo ambiental e visão ainda colonial presentes na região. São razões que explicam a precarização, silenciamento e apagamento de muitas comunidades no Marajó e, conseqüentemente, os problemas com a produção, transporte, abastecimento de alimentação e, principalmente, saúde e educação.

As contradições do desenvolvimento desigual presente na comunidade Vila Intel II iluminam formas de resistir vias processos organizativos, informativos e formativos na perspectiva da cultura de direitos, buscando a emancipação social. Todavia, o protagonismo político dos moradores é vital e vendo sendo conquistado, haja vista as mobilizações, formas coletivas de aprendizagens e mutirão social com foco nas prioridades discutidas coletivamente. Não se pode negar as mazelas sociais que causam tensões, inclusive socioemocionais, contudo, é inspirador perceber, no cotidiano, dos territórios das águas, movimento na direção do bem-viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Odair Aragão; SILVA, Christian Nunes; REIS, João Francisco Garcia; CAETANO, Vivianne Nunes da Silva. Desterritorialização produtiva e mudanças em Marajó: arrecadação, desemprego e violência na cidade de Breves (Pará-Brasil). *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 31, n. 2, p.406-427, 2020.

BARBOSA, Maria José de Souza. Relatório analítico do território do Marajó. Belém: UFPA, 2012.

CASTRO, Edna. FIGUEIRO, Silvio. RIVERO, Sergio. ALMEIDA, Oriana. Pensamento crítico, fronteira e polissemia: a proposito do Desenvolvimento. *Ambiente e sociedade desafios político do desenvolvimento*, p. 11-36, 2018.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017. E-book. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jondison_Rodrigues/publication/330726628_Identificacao_analise_e_relacao_de_poder_da_politica.pdf<acesso em> 07 fev.2021.

DO CARMO, E.D., Medeiros, N.S. e FERNANDES, M.V.C. PRECARIZAÇÃO, SOFRIMENTOS E MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES DAS MADEIREIRAS NO MARAJÓ: A QUEM INTERESSA (VA) O SILÊNCIO? *Revista Espirales*. 2, 5 (out. 2020).

F.; SANTOS, R. A. S.; CRUZ, W. C.; SOUZA, E. J. L.; FÉLIX, O. D. L. **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências. Belém, 2012.

GONÇALVES, Aline Cristina Oliveira et. al: Marajó. In: ALVES, Fábio (org). **A função socioambiental do patrimônio da união na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. 359 p.: il., gráfs., mapas color. Disponível em: ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160623_livro_funcao_socioambiental.pdf

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PIB dos Municípios: IBGE CIDADES. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

LOWY, Michael. A teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In outubro, n. 1, 1998, p. 73-80.

OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ. O Marajó com coronavírus a pandemia da desigualdade. Campanha ribeirinha Égua do corona. Disponível em: <<https://www.observatoriodomarajo.org/>>. Acessado em: 10 de fevereiro, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos**: Uma contribuição para a ecologia política da região. Revista Crítica de Ciências Sociais 2015.

RAMOS, Elenise. RODRIGUES, Aldair. SANTOS, Dione. **Notas sobre o processo de utilização dos recursos naturais no Marajó-Breves e suas consequências**: um futuro à (re) construir. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís Maranhão 2011.

RESQUE, Samir Pinto. Exploração madeireira e trabalho análogo ao de escravo no estado do Pará: o caso do Arquipélago do Marajó /Samir Pinto Resque; Orientadora, Rosa E. Acevedo Marin – 2013.

SARRAF-PACHECO, Agenor. À margem dos “Marajós”: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta” – Melgaço-Pa. Belém, Editora Paka-Tatu, 2006.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. **Muito Além dos campos**: arqueologia e história da Amazônia Marajoara. 1. ed. – Belém: GKNORONHA, 2010.



GT 3 - Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

O TRÁFICO DE PESSOAS NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

Joel Sousa do Nascimento¹

Considerando a visão de sociedade em rede, as fronteiras territoriais são facilmente transcendidas por fluxos migratórios que ocorrem dentro de circuitos globalizados de informação e intercâmbio. O presente trabalho tem o objetivo geral de analisar as intersecções entre a migração e o tráfico de pessoas na fronteira Franco-Brasileira, pois as vítimas do tráfico veem na migração uma oportunidade na busca por qualidade de vida, escapar de relações sociais opressivas ou subsidiar membros da família que são deixados no país de origem. Especificamente, visa investigar o intenso fluxo migratório nessa região fronteira e a sua correlação com o fenômeno tráfico de pessoas. Assim, busca-se na figura do *homo sacer* elementos para compreensão desses contextos, onde a vida é percebida como indigna de ser vivida plenamente, com a cessação de seu caráter político relevante para vida em sociedade. Para analisar o tema, na capital Macapá(AP) e município de Oiapoque(AP), foram realizadas entrevistas com profissionais e pesquisadores; organizações religiosas (Missão nas Fronteiras), associações (DEPAC/Fronteiras), órgãos de segurança (Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Delegacia de Polícia Civil). Na Guiana Francesa, entrevistas nas comunas de Kourou e Caiena, com brasileiros em situação indocumentada no território francês. Houve pesquisa documental e revisão bibliográfica para compreender o fenômeno a partir da teoria do *homo sacer*. Assim, os migrantes indocumentados são as potenciais vítimas das redes de tráfico, pois nessa situação de “ilegalidade” produzida pelo estado e reproduzida pela sociedade, esses atores tornam-se vulneráveis aos diversos tipos de exploração.

Palavras-chave: Migração; Tráfico de Pessoas; Amapá; Fronteira Franco-Brasileira.

INTRODUÇÃO

O direito humano fundamental à mobilidade faz parte das aspirações individuais de uma fração crescente da população mundial, que a partir da denominada “obsessão com fronteiras” (FOUCHER, 2009), fez os Estados elaborarem políticas mais rígidas de controle,

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Formado em Direito pela Universidade Federal do Amapá. Atua como Oficial de Justiça no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP). Email: jsousadonascimento@gmail.com

ao verem no tráfico de pessoas uma forma específica e degradante de mobilidade, com sua inclusão como matéria de segurança interna e internacional.

O tráfico de pessoas como violação à dignidade da pessoa humana conta com fatores complexos que contribuem para sua ocorrência, devendo, assim ser compreendido em consonância com as mudanças globais e regionais, em razão de problemas econômicos, ambientais ou políticos, entre os quais a pobreza e o desemprego fomentam a mobilidade de pessoas.

Assim, o tráfico de pessoas seria uma espécie das grandes mobilidades populacionais ao fazer parte do entendimento que existem permutações, em diferentes aspectos, como no que diz respeito aos fatores socioeconômicos, trocas produzidas pelos sujeitos em movimento.

Assim, como se desenrolam experiências de vida nas fronteiras e como são percebidas e pensadas depende muito das circunstâncias mediadas por subjetividades historicamente construídas, pois o que constitui e significa uma fronteira é múltiplo, podendo ser barreiras para uns, caminho para outros.

Na mobilidade, os sujeitos tornam-se suscetíveis a diversos tipos de violação de direitos, como por exemplo, o tráfico de pessoas, em contextos onde a vida é percebida como indigna de ser vivida plenamente e, nesse caso, está cessado seu caráter político. Nessa circunstância, compara-se a vida humana ao *homo sacer*, figura de Giorgio Agamben (2010), a partir da qual a vítima do tráfico de pessoas passa a ser apenas um corpo biológico, sujeito a todo tipo de exploração.

O tráfico de pessoas mercantiliza e coisifica a vítima, fazendo com que as características pessoais sejam irrelevantes; o que determina é a utilidade para a qual aquela pessoa se presta. É definitivamente a situação de vulnerabilidade que vai determinar se esta ou aquela pessoa é uma potencial vítima de tráfico de pessoas ou não.

Com uma área de 707 quilômetros de fronteira, o Amapá está localizado na região Norte do Brasil, limitando-se ao norte com a Guiana Francesa, a nordeste com o Suriname, a leste com o oceano Atlântico e ao sul e oeste com o Estado do Pará, do qual está separado pelo rio Amazonas. O município de Oiapoque (AP) configura-se como a principal rota de passagem do estado à Coletividade Ultramarina da Guiana Francesa.

Considerando o tráfico de pessoas como um fenômeno que envolve os seres humanos e suas entrelaçadas relações sociais, a pesquisa se desenvolverá a partir de uma abordagem qualitativa, a qual visa dar ao pesquisador dados pautados na vida real, segundo Flick (2004) esta é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades dos atores envolvidos e suas realidades locais nas quais estão inseridas. O tráfico de pessoas acontece num contexto em que diferentes sujeitos protagonizam o estudo realizado e diferentes realidades

se apresentam no estudo do fenômeno. Para compreensão da intersecção entre a migração e ocorrência do tráfico de pessoas na fronteira franco-brasileira, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com objetivo de coletar dados, compreender experiências e analisá-los.

Na capital Macapá e município de Oiapoque, foram realizadas entrevistas com profissionais e pesquisadores; organizações religiosas (Missão nas Fronteiras), associações (DEPAC/Fronteiras), órgãos de segurança (Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Delegacia de Polícia Civil). Na Guiana Francesa, entrevistas nas comunas de Kourou com três (03) migrantes residentes na vila brasileira “PK-6” e em Caiena, numa área próxima ao centro comercial, conhecida zona de prostituição denominada “Chicago”, onde foram realizadas entrevistas com duas (02) profissionais do sexo, das quais uma mulher *cis* e outra transexual, ambas brasileiras em situação indocumentada na Guiana Francesa.

A pesquisa se desenvolveu, ainda, através de revisão bibliográfica que embasou a fundamentação teórica referente ao tema, através de livros, artigos científicos, dissertações, e teses, para aprofundar os conceitos importantes à análise do fenômeno a partir da teoria do *homo sacer*. Tais contribuições teóricas possibilitarão uma compreensão mais pormenorizada, crítica e singular das ocorrências.

1 FLUXOS E MOBILIDADES: *the people on the move*

Tendo em vista que o Tráfico de Pessoas constitui-se num amplo campo de práticas, de saberes e de atribuições, trata-se de um objeto complexo, porque é perpassado pelos aspectos econômicos, socioculturais, de exclusão e discriminação, e suas interfaces com fluxos e mobilidades, se faz necessária a compreensão das causas de movimentos populacionais em regiões como a fronteira franco-brasileira.

Segundo a Organização dos Estados Americanos (2015, n.p):

A mobilidade humana, seja como migração internacional ou interna, é um fenômeno multicausal que pode ocorrer de forma voluntária ou forçada. O primeiro ocorre quando a pessoa migra voluntariamente, sem qualquer coerção. Enquanto isso, a migração forçada abrange aquelas situações nas quais a pessoa foi forçada a migrar porque sua vida, integridade ou liberdade foram ameaçadas como resultado de várias formas de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade e participação em um grupo específico, opiniões sociais ou políticas, conflitos armados, violência generalizada, violações dos direitos humanos, outras circunstâncias que perturbaram seriamente a ordem pública.

Segundo Wihtol (2009) existem várias categorias de fluxos de migração, sendo os fluxos de migração legal aqueles que atendem aos padrões estabelecidos pelos países anfitriões e variam de acordo com os países de origem daqueles que circulam, a duração exata da estadia, o motivo e a natureza voluntária ou forçada da migração. Uma primeira

categoria é aquela que atende aos padrões para atravessar em uma região através da liberdade de circulação, instalação e trabalho, como no caso dos cidadãos da União Europeia. O segundo são os beneficiários com permissão de residência nos países anfitriões, o que lhes permite atravessar fronteiras legalmente.

Uma terceira categoria inclui refugiados estatutários que buscam refúgio em um país estrangeiro. A quarta categoria inclui aqueles com os vistos necessários que desejam se estabelecer por casamento, reunião de família, estudos ou trabalho. E um último grupo é formado por turistas, com ou sem vistos curtos, e dependendo dos países de origem, eles não têm a possibilidade de trabalhar.

Nesse processo de mobilidade, muitas pessoas sofrem violações em seus direitos humanos fundamentais, sem o devido respeito à dignidade humana, como no caso do tráfico internacional de pessoas, fenômeno ao qual estão expostos os migrantes que o fazem de forma indocumentada.

A dinâmica do tráfico de pessoas pode ser percebida em três etapas: aquisição, movimentação e exploração, e geralmente resulta em uma ou mais instâncias de tráfico novamente. A aquisição de vítimas para o tráfico ocorre principalmente de cinco maneiras: fraude (geralmente uma oferta falsa de emprego, migração ou casamento), venda por família (seja por desespero econômico ou ganância, pode ser percebido em lugares mais pobres no mundo), rapto, sedução ou romance, e recrutamento por meio de pessoas anteriormente traficadas.

A segunda etapa é o movimento. A pessoa traficada é transferida do país de origem pelos países de trânsito para os países de destino. No caso de tráfico interno, o mesmo país atua como origem, trânsito e destino. Esse movimento é realizado por meio de vários tipos de transportes, que vai depender do lugar de partida e chegada. Contudo, algumas pessoas aceitam se deslocarem a outro país por meio de engano, geralmente através de promessas de emprego, outras migram cientes da finalidade de exercer algum tipo de atividade sexual.

É importante ressaltar que o presente estudo se baseia numa concepção de fronteira para além dos seus limites políticos, com um olhar sobre a mesma a partir de pontos de vista diferentes, não somente do Estado, mas dos agentes, do espaço. De acordo com Barrero(2012), fronteiras territoriais deixaram de ser entendidas como meras linhas geográficas fixas e começam a ser dimensionadas como resultado de um processo dinâmico, como uma realidade construída politicamente e socialmente e em constante mudança em termos de gestão da mobilidade humana.

É nesse contexto que surge o tráfico de pessoas, como uma espécie do grande grupo de mobilidades humanas, adquirindo caráter coercitivo ou, ainda que inicialmente voluntário, porém posteriormente caracterizado pela coercitividade, onde o sujeito é surpreendido com a violação de direitos fundamentais por parte de terceiros.

É importante compreender, que a migração é um direito humano fundamental, enquanto o tráfico de pessoas é um ato caracterizado como crime. As condutas não devem ser confundidas, e o tratamento jurídico deve ser diferenciado em cada caso.

Neves (2014, p. 104) distingue três tipos de violência fundamentais contra *the people on the move*. Em primeiro lugar, o autor classifica a violência sistemática, organizada e de longo prazo exercida pelas redes de auxílio à imigração ilegal pelas redes de tráfico de pessoas, cuja estrutura sofisticada favorece o controle das vítimas e limita a eficácia da ação policial. A violência, utilizada de modo racional e controlado, assume diversas formas mais diretas, como a violência física, violência psicológica, controle da vontade (drogas e álcool), restrição de movimentos ou, outras mais sofisticadas, como a servidão por dívida ou ameaças a terceiros.

Em segundo lugar, ainda conforme Neves (2014, p. 104), está a violência difusa ao nível da sociedade civil do país de acolhimento, que se traduz em atos de discriminação, limitação do exercício de direitos e violência psicológica, mas pode envolver processos mais violentos e organizados, associados aos setores radicais extremos, que envolvem violência física e atentados contra a vida.

Em terceiro lugar, o autor especifica a violência soft exercida pelo Estado sobre as vítimas de tráfico de pessoas, depois de resgatadas e que configuram situações de revitimização, uma vez que nas situações de condenação de uma vítima de tráfico por crimes que foi obrigada a cometer coagidas pelos traficantes constituem processos violentos de revitimização que restringem direitos fundamentais da pessoa humana.

Por isso, as ações de combate e enfrentamento ao tráfico de pessoas devem ser pautadas na proteção da dignidade humana. Tal respeito deve ser entendido em todas as suas dimensões, seja protegendo os indivíduos da condição análoga à de escravo, da sujeição mediante violência ou fraude, da vulnerabilidade provocada pelas condições socioeconômicas aviltantes, no respeito às escolhas, incluindo a liberdade sexual.

Destarte, a constatação da existência de tráfico de pessoas, em um determinado contexto, demanda uma análise apurada e razoável das circunstâncias fáticas, de modo a evitar que o poder público (local, nacional ou internacional) se imiscua indevidamente na vontade do particular, porém, tampouco seja omissivo no combate à exploração da pessoa humana. Interessante é o limite tênue que está presente na constatação daquilo que é vontade do particular em praticar seu direito fundamental à mobilidade e o exercício que poderá ensejar na exploração, mesmo com o consentimento da vítima.

2 O CONCEITO DE TRÁFICO DE PESSOAS E O *HOMO SACER*

O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, promulgado pelo Brasil através do Decreto Nº 5.017, de 12 de março de 2004, em seu artigo 3º, dispõe sobre o tráfico de pessoas:

a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos; b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea 'a'; c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo; d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos (BRASIL, 2004, n. p.).

Desta forma, pode-se dividir o conceito de tráfico de pessoas em três partes, identificando-se a ação (recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas), meio (ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra) e o fim (exploração).

Nesse processo de caracterização, a pesquisa analisa os sujeitos envolvidos no tráfico de pessoas, a partir da figura do *homo sacer* descrita por Giorgio Agamben (2010). Se atualmente, uma grande parte do pensamento jurídico-político não concebe a condição humana fora do âmbito da proteção do direito, talvez, isso ocorra porque não se entendeu que as identidades jurídicas, sociais e políticas, em última instância, dentro do espaço político do ocidente, convergem no ponto da vida nua e desta dependem. Esta dupla face dos direitos e liberdades adquiridas inscrevem, cada vez mais, a vida na ordem estatal, o que implica na crescente sujeição ao poder do soberano.

O autor relata que os gregos do mundo clássico não possuíam um termo único para designar a palavra vida como entendida atualmente. Na verdade, os gregos se valiam de dois termos: *zoé* e *bíos*. O primeiro termo exprimia o simples fato de viver, comum a todos os seres vivos, sejam eles animais, homens ou deuses; o segundo, a forma de viver própria de um indivíduo em grupo (AGAMBEN, 2010, p. 9). Enquanto *zoé* designava a vida animal

ou orgânica, *bíos* indicava a vida politicamente qualificada. O clássico exemplo do portador da vida nua empresta nome ao projeto filosófico de Agamben: *homo sacer*.

O resultado desta fabricação jurídico-política do homem é a vida nua em suas mais variadas roupagens adotadas pela política ocidental: as formas de vida. As formas de vida ou formas de viver podem ser encontradas em todas as identidades jurídico-sociais (AGAMBEN, 2010, p. 5-6), tais como: o indígena, a prostituta, o trabalhador, o cidadão, o migrante, são alguns exemplos. Ao qualificar a vida, como, por exemplo, “vida de migrante”, abre-se a possibilidade de retirar o qualificativo (“migrante”) e isolar a palavra “vida”.

Ao predicar ou qualificar a vida, ao dar formas de vida (*bíos*) a um singular ou a um grupo, procurou-se excluir a *zoé*. Entretanto, o que está sendo capturado nestas formas de vida é justamente a vida nua, pois o qualificativo ou atributo dado pode, a qualquer momento, ser retirado, restando somente uma vida exposta a um poder soberano.

Nessa interpretação, é possível entender que as vítimas de tráfico de pessoas possuem vivências próximas à “vida nua”, não são “ouvidas e nem vistas” e são compelidas ao terreno da indiferença, cujo sofrimento não causa comoção da sociedade em geral e nem provoca atos aptos à transformação de tal realidade por parte dos agentes estatais.

Portanto, a sistêmica violência experimentada pelas vítimas do tráfico de pessoas parece não configurar crime, é algo semelhante à “vida matável e sacrificável” do *homo sacer*. Por isso, tal como a figura do *homo sacer*, as vítimas do tráfico de pessoas são consideradas como sujeitos indignos de viverem a vida de forma qualificada, fazendo cessar seu caráter politicamente relevante, subjugadas a um corpo biológico sujeito a todo tipo de exploração, deixando de ser relevante para o Estado e para sociedade.

3 A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA: OS MIGRANTES BRASILEIROS NA GUIANA FRANCESA

Deve-se considerar que o estudo do tráfico de pessoas necessita de uma concepção de fronteira para além dos seus limites geográficos, com um olhar sobre a mesma a partir de pontos de vista diferentes, não somente do Estado, mas dos sujeitos, do lugar. De acordo com Barrero (2012), as fronteiras territoriais deixaram de ser entendidas como meras linhas geográficas fixas e começam a ser dimensionadas como resultado de um processo dinâmico, como uma realidade construída politicamente e socialmente e em constante mudança em termos de gestão da mobilidade humana.

Segundo Motta (2011), a fronteira é mais que um limite, o mesmo afirma que a fronteira política não pode ser reduzida à delimitação jurídico-política do espaço do Estado: implica também as relações sociais, econômicas e culturais associadas à mudança de

soberania territorial, juntamente com os imaginários, práticas e costumes vinculados à construção de coletividades diferenciadas e que coincidindo com o Estado, pode-se entender como nacionais.

Como mencionado no início deste trabalho, o estado do Amapá possui uma privilegiada posição geográfica, sempre que os aliciadores que vêm de outras partes do Brasil, principalmente do Pará, buscam fazer o transporte por via terrestre, optam pela fronteira norte do país, ou seja, o fazem através do município de Oiapoque para chegar até a Guiana Francesa e Suriname.

Segundo publicado na pesquisa Enafron (2012), o Amapá é um dos estados onde o tráfico de pessoas teria maior incidência, principalmente pelo estado ser uma das principais vias de acesso à Guiana Francesa e possuir uma fiscalização menor, ou mais vulnerável. Por isso, Amapá e Guiana Francesa estão enquadrados como áreas de vulnerabilidade.

Vale destacar que, muitas vezes, o deslocamento das pessoas, seja entre regiões ou países, ainda que para fins do tráfico de pessoas, acontece de forma legalizada e livre, não existindo nenhuma forma explícita de coerção. Nessas circunstâncias, a configuração enquanto crime de tráfico somente ocorre pela identificação da finalidade do deslocamento, no caso, para fins de exploração ou a escravidão. (SOUSA; MACÊDO, 2016 p. 72).

A área fronteira entre o estado do Amapá e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa apresenta um fenômeno de migração constante, todos os dias carros, vans, caminhões e ônibus partem da capital Macapá em direção à cidade de Oiapoque na fronteira com a Guiana Francesa e levam migrantes em grande parte do Pará e Amapá, conforme relatado nas entrevistas com migrantes daquela região. Segundo a pesquisa Enafron (2012, p.116), o “Amapá é também região de trânsito de nordestinos e amazonenses para a Guiana Francesa, pois é ‘o meio do caminho’ entre a Região Amazônica, o Nordeste e as Guianas, principalmente a Guiana Francesa”.

Segundo relatório obtido junto ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá NEPT-AP, o Amapá é geralmente rota de passagem do tráfico de pessoas, a maioria das pessoas traficadas vêm de pequenas cidades, passam pelo Amapá e vão diretamente ao país em que serão destinadas à exploração, em sua maioria Guiana Francesa e Suriname. Segundo o relatório, não existe controle do fluxo de pessoas na fronteira franco-brasileira e com a abertura da ponte binacional, o Ministério da Justiça, por lei, determina que seja implantado um posto avançado do NETP-AP em Oiapoque, porém, devido à falta de recursos logísticos e de pessoal a implantação não tem previsão de acontecer.

Nesta região há um intenso movimento de brasileiros que migram clandestinamente para Caiena, a fim de trabalharem na construção civil, ou nos garimpos de ouro, existentes nas terras dos índios que vivem na Guiana Francesa e no Suriname.

Esse fluxo migratório não se apresenta como fenômeno novo, já que remonta meados da década de 1970 com a criação da base aeroespacial de Kourou e posteriormente para áreas de garimpo ou zona urbana, revelando-se uma região atrativa para vários migrantes que almejavam melhores condições de vida, observando-se considerável aumento da migração na região, seja de forma autônoma ou dependente.

São brasileiros oriundos de várias unidades da federação brasileira, com destaque para Maranhão, Pará (Itaituba e Pacajá) e Amapá (Macapá, Santana e Oiapoque), como identificado nas entrevistas realizadas. Para se deslocarem para Guiana Francesa viajam por meio de veículo terrestre (ônibus ou carros) de Macapá até Oiapoque, mediante o pagamento de passagens que variam de acordo com as condições da BR-156 (AP).

Ao chegarem ao município de Oiapoque atravessam o rio por meio de catraias (pequenas embarcações), geralmente na madrugada quando a fiscalização é menor. A partir desse ponto entram na Guiana Francesa via terrestre (região de mata) ou via marítima, navegando a costa da Guiana Francesa até descerem em algumas das diversas praias, tudo intermediado por “coiotes”, que são pessoas com expertise em viajar pela região, e são pagas para atravessarem brasileiros para Guiana de forma indocumentada.

Na literatura, estudos mostram que a fronteira entre o migrante que se une a um membro da família e o “agente econômico autônomo” nem sempre é claro (Hondagneu-Sotelo, 1994). Por outro lado, migrantes que seguem membros da família podem aceitar um emprego no país de destino, que qualifica o caráter de “dependência” da migração (Oso Casas, 2004). É o que se observou na pesquisa de campo realizada com brasileiros na Guiana Francesa, na comunidade conhecida como PK-6², comuna de Kourou, onde uma das entrevistadas destacou:

“Quando eu vim a primeira vez pra cá, eu tinha outro marido. Morava com ele muitos anos e ele veio atrás de um amigo dele que veio pra cá, pro garimpo (...). Aí eu vim atrás dele... aí quando eu cheguei, eu gostei, eu trabalhei sim, realmente em garimpo, um tempo”. (Agosto de 2019, Kourou).

Portanto, tem-se que as redes de migrantes, parentes ou amigos não migrantes, desempenham um papel fundamental no processo de migração de brasileiros para Guiana Francesa. As condições de sigilo em que muitas das migrações ocorrem, além da informalidade dos empregos nos locais de destino, impedem uma intervenção legal eficaz para garantir uma “migração segura”, o que torna a sociedade uma reprodutora de

² PK-6 é uma área de invasão habitada por brasileiros, distante cerca de 8km da comuna de Kourou, existente há 40 anos, a qual seus primeiros moradores vieram para construção da base aeroespacial. A área não possui pavimentação asfáltica, água tratada, hospital, escolas ou mercados. Os moradores, quase exclusivamente brasileiros, trabalham em garimpos, outros atuam no serviço informal ou vivem de benefícios assistenciais do governo).

ilegalidades produzidas pelo Estado, como pode ser observado no caso das profissionais do sexo, uma delas entrevistada numa periferia da região central de Caiena:

Sim, eu já conhecia aqui já, já tinha vindo aqui uma vez (...), mas clandestina, né? Aí eu não passei muito tempo aqui. Aí eu voltei de novo pro Brasil, aí eu trabalhava lá e estudava também. Aí eu parei, voltei de novo pro Oiapoque, daí foi assim... de volta aí eu fui pro garimpo, aí eu fui pro garimpo...Eu já trabalhei de garçõnete numa lanchonete. Eu já trabalhei em casa de família, mas não gostei muito, porque é muito humilhante, eu não gostei... e paga muito pouco, nem a passagem não pagava, aí eu saí de lá. Aí depois eu fui pro garimpo fazer programa. (Agosto de 2019, Cayenne).

Muitas mulheres que estão nas áreas de garimpo podem estar em situação de tráfico de pessoas para trabalho escravo ou exploração sexual, e nem sabem disso porque desconhecem a existência do fenômeno e como ele se caracteriza. De fato, o tráfico internacional de pessoas é um fenômeno complexo, grande parte da população e até mesmo profissionais dos diversos setores públicos e redes de atendimento às vítimas têm dificuldade na caracterização do fenômeno.

A discriminação de gênero e a falta de status social, além das responsabilidades domésticas, reduzem o acesso de mulheres a recursos, educação, treinamento e ao mercado de trabalho. Tal situação é agravada, quando considerado o caso das mulheres transexuais, como a entrevistada na região central de Caiena::

Aí eu consegui uma casa lá no Kourou. Aí eu comecei a fazer meus programas (...) mas só na rua que é arriscado, lógico tem um problema na rua. Lá que os guianenses são muito racista... é... eles são tipo assim: eles passam, e gritam: - Ah viado, macome, pd (...)... ah, então aí nós não dá confiança, se nós dá confiança, é um pé que eles que...(Agosto de 2019, Cayenne).

Pelo exposto, tem-se que além do estigma de migrante “ilegal”, a entrevistada relata o preconceito de gênero por ela vivenciado no percurso migratório para Guiana Francesa. Assim, a migração é uma tendência crescente que tem caracterizado as últimas décadas, onde muitos são atraídos pela possibilidade de uma vida melhor, e em alguns casos, esses brasileiros enfrentam maiores desvantagens ao migrarem, como empregos informais, superexploração de sua mão de obra, discriminação de gênero, mesmo que para isso corram o risco de serem expostos ao tráfico de pessoas na Guiana Francesa.

CONSIDERAÇÕES

O maior problema enfrentado no combate ao tráfico de pessoas é exatamente a identificação do contexto em que ele ocorre, uma vez que a vítima, quando questionada, raramente aceita sua condição de vulnerabilidade. Daí decorre a dificuldade em conciliar, de um lado, a liberdade de cada um e, de outro, manterem-se resguardados tais grupos

minoritários e vulneráveis. Para tanto, é necessária a utilização de critérios objetivos, capazes de caracterizar a situação de vulnerabilidade e de exploração, a fim de manter protegida a vítima, independentemente de sua manifestação de vontade.

É o tráfico de pessoas, dessa forma, fenômeno extremamente subnotificado, cujas cifras são desconhecidas e estimadas. Inclusive, quando denunciado, nem sempre a justiça criminal está preparada para registrá-lo como tal, fazendo com que os casos que chegam ao sistema também passem despercebidos ou tipificados de outras maneiras.

Após a pesquisa exploratória realizada nas cidades de Macapá e Oiapoque (Brasil), constatou-se tal dificuldade em se identificar o fenômeno tráfico de pessoas na região, sobretudo porque alguns fatores isolados parecem interagir para tal configuração.

De um lado, fatores sociais, políticos e culturais parecem condicionar a ocorrência do fenômeno. É o caso das diversas pessoas, que saem de suas cidades de origem, geralmente interiores menos desenvolvidos das regiões norte e nordeste, atraídos por melhores condições de trabalho e/ou acesso aos programas assistenciais do governo francês acessíveis na Coletividade do Ultramar Francês (Guiana Francesa), situações as quais redes de tráfico veem oportunidades de atuação, a partir de uma condição de vulnerabilidade por eles vivenciadas, ou seja, fogem de situações de violação aos direitos humanos e acabam caindo em outras, como o tráfico de pessoas.

E de outro, fatores estatais, políticos e institucionais geram negligência no atendimento às pessoas traficadas, por parte dos órgãos que deveriam fornecer apoio à vítima e auxiliar na investigação do fenômeno, sobretudo porque o limitado número de órgãos atuantes no município de Oiapoque com reduzido quadro de profissionais ou a falta de local apto a acolher e tratar a vítima do tráfico de pessoas, na cidade de Oiapoque (Brasil), dificulta a caracterização do fenômeno na região, principalmente, considerando-se o Amapá como uma rota para o deslocamento até a Guiana Francesa.

De certa forma, tais elementos e concepções podem ter relação direta com os poucos ou quase nulos registros oficiais de tráfico de pessoas na justiça brasileira, o que justificaria a subnotificação, sendo esse um dos grandes desafios para o enfrentamento ao tráfico na região franco-brasileira. Essa carência de dados sobre o tráfico de pessoas não está limitada apenas à ocorrência do fenômeno, mas também à carência de informações sobre as vítimas, seu acompanhamento e desfecho do atendimento.

Por isso, compreender a operacionalização dos protocolos e legislação correlata de atendimento às vítimas traficadas é fundamental no processo de identificação do ilícito, e para o adequado tratamento e encaminhamento às vítimas violadas em seus direitos fundamentais.

Nesse sentido, o ciclo do tráfico de pessoas somente será descontinuado com o apoio, a disponibilização e facilitação de acesso aos meios de proteção e atendimento às

vitimas. Como se pode depreender, este estudo não tem a pretensão de esgotar o debate sobre o tráfico de pessoas, mas contribuir para a reflexão do tema que representa uma das mais graves formas de violação dos direitos humanos existentes no mundo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua** I. 2. ed. Trad.: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANDERSON, Bridget; DAVIDSON, Julia. ***Is trafficking in human beings a demand driven? A multi-country pilot study***. International Organization for Migration (IOM), Geneva, n. 15, p. 6-50, 2003. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/mrs_15_2003.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.

BARRERO, Ricard Zapata. **Teoría Política de la Frontera y la Movilidad Humana**. Revista Española de Ciencia Política, Madrid, n. 29, p. 39-66, 2012. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/37548>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças**. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa** / Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. 3a Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

HONDAGNEU-SOTELO P., 1994. ***Gendered Transitions: Mexican Experiences of Immigration***, Berkeley and Los Angeles, CA, University of California Press, 286 p.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial - PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil**. Brasília: CECRIA, 2002.

GAATW. **Padrões de direitos humanos para o tratamento de pessoas traficadas**. 3. ed. [S. l.]: Global Alliance Against Traffic in Women, 2001. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/novosdireitos/traficoseres/padroes_pessoas_traficadas.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

KONIG, Mauri. **Tráfico de pessoa: quanto vale o ser humano na balança comercial do lucro? A escravidão no século XXI**. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial - PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil**. Brasília, DF: CECRIA, 2002.

MACHADO, Lia Osório *et al.* **Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira.** Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2010. 450 p. v. 1.

NEVES, Miguel Santos. **Migrações internacionais, violência e direitos humanos.** Janus.Anuário, Lisboa, 2014. Metamorfoses da violência. Disponível em: http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.12_MiguelSNeves_Migracoes.pdf. Acesso em: 02 dez. 2019.

OEA. **Derechos humanos de migrantes, refugiados, apátridas, víctimas de trata de personas y desplazados internos: Normas y estándares del Sistema Interamericano de Derechos Humanos.** Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2015.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Tráfico internacional de mulheres na Amazônia: desafios e perspectivas.** In: **Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.** 23 a 26 de agosto de 2010. Anais. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1268240201_ARQUIVO_TraficodmulheresnaAmazonia.pdf >. Acesso em 06 de dezembro de 2020.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

OSO CASAS L., 2004. **Femmes, atrices des mouvements migratoires. Femmes em mouvement, genre, migrations et nouvelle division internationale du travail.** Genève, Unesco, IUED, p. 165-193.

ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil: histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque.** Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

SALES, Lília Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso Onofre. **Tráfico de seres humanos, migração, contrabando de migrantes, turismo sexual e prostituição: algumas diferenciações.** Novos Estudos Jurídicos – NEJ, vol. 13, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/1225>. Acesso em: 10 set. 2019.

SCANDOLA, Estela Márcia Rondina. **Tráfico de pessoas: da peleja do cotidiano ao tasteio da realidade.** Memorial da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Majupá, 2014.

SILVA, Amaury da. **O Amapá na Rota do Tráfico de Pessoas: Um Estudo sobre o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Amapá.** 2016. 62f. Dissertação (Mestrado em segurança pública). Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, Jose Maria da. **A Cidade de Oiapoque e as Relações Transnacionais na Fronteira Amapá - Guiana francesa.** História Revista, Goiânia, v.10, n.2, p.273-298, jul./dez., 2005.

SOUSA, Tatiana Raulino; MACÊDO, Alano Carmo. **Fluxos migratórios, tráfico de mulheres e feminização da pobreza.** Argumentum, Vitória, v. 8, n. 3, p. 67-77, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13673>. Acesso em: 24 ago. 2018.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Report on Trafficking in Persons**. New York. 2012. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and.../Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

UNODC. **Global Report on Trafficking in Persons 2014**. New York: United Nations Office on Drugs and Crime, 2014. 86 p. Disponível em: https://www.unodc.org/res/cld/bibliography/global-report-on-trafficking-in-persons_html/GLOTIP_2014_full_report.pdf. Acesso em: 14 dez. 2019.

WIHTOL De Wenden C. **Atlas mondial des migrations. Autrement**, Paris, 2009.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 03 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

TÍTULO: A ETERNA CONDIÇÃO COLONIAL DA AMAZÔNIA: CASO DO PROJETO ARCO NORTE NO BAIXO AMAZONAS¹

Rogério Henrique Almeida (UFOPA)²

RESUMO

O debate sobre a acumulação primitiva em Marx, e as formas não capitalistas do modo de produção capitalistas na Amazônia a partir das contribuições de José de Souza Martins, e a reflexão de autores da Teoria Crítica da América Latina, entre eles, Carlos Walter Porto Gonçalves, sobre a condição colonial do continente são alguns dos pressupostos adotados para refletir sobre o projeto Arco Norte, um desdobramento da iniciativa de edificação de uma política de integração da América do Sul, baseada em Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), onde o Baixo Amazonas do Pará representa um dos ENIDs estratégicos para a consolidação da região como um corredor de exportação de commodities do Brasil Central, projeto que ratifica a condição colonial da região como mero exportador de matéria prima, e promotor de expropriação das populações locais.

Palavras chave: Amazônia, Desenvolvimento, Política, Conflitos

INTRODUÇÃO

Diferentes disciplinas das ciências humanas ratificam o monopólio da terra enquanto componente central na formação do universo rural do país. E, é esta conjuntura, marcada pela concentração da terra, o elemento padronizador das situações de conflitos entre as classes sociais antagônicas. Tais situações são engendradas ainda por componentes hierárquicos de poder, de caráter étnico e racial, a partir de uma complexa relação de escalas, que mobiliza uma infinidade de sujeitos, numa economia marcada pela mundialização, iniciada ao apagar das luzes do século XV, período em que se conforma o que conhecemos como mundo moderno-colonial, erigido a partir da perspectiva ibérica, que irá consagrar o eurocentrismo como protótipo de poder em escala planetária.

Na referida estrutura nacional, marcada pelo monopólio da terra, desde a sua gênese, predominou a *plantation*, voltada para o mercado externo, sustentada pelo braço

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Professor do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Doutorando do Dinter em Geografia Humana da USP, email: araguaia_tocantins@hotmail.com.

escravo, a consagrar formas não capitalistas de produção na dinâmica de produção capitalista na história do país, como argumenta José de Souza Martins, em boa parte de suas obras, em particular, no debate em que empreende sobre a categoria fronteira. Em síntese, uma “modernização” assentada sobre os pilares mais profundos de estruturas reacionárias, arcaicas, patriarcais, racistas, discriminatórias e violentas.

A conjuntura que se expressou/expresa pela concentração da terra (território), o trabalho compulsório de indígenas e de negros e a expropriação das populações locais representou/a formas fundamentais na transferência de valor para os circuitos das economias centrais. Além de configurar modelos de conformação do espaço/território/tempo assentados em hierarquias de feições étnico e racial.

Estes fundamentos de produção do espaço-território-tempo estabeleceram um formato de representação de poder e de dominação, orientado para além do controle territorial de base autoritária, patriarcal, patrimonialista, paternalista, cristão, em elementos de raça, gênero e cor como marcadores de diferenças hierarquizadas por *habitus* de mando e de obediência. Emerge, assim, um padrão de dominação ancorado em classe e étnico-racial, onde o senhor de terras e escravos, o capitão do mato, o militar, o burocrata e a Igreja representam o setor hegemônico.

Nestes termos, tem-se a construção de uma hegemonia econômica, política, cultural e social ancorada na concentração da terra. Arquitetura esta que se estende até os dias de hoje, a perpetuar o seu monopólio, a expropriação, as desigualdades de toda ordem, violências e um Estado e sociedade autoritários e racistas; enquanto que, em oposição ao quadro estruturante da formação do país, frações de classe, grupos e setores de oposição surgem a agitar táticas e estratégias de re-existências, e, assim compor o quadro da totalidade e das contradições do sistema, neste contexto, ao se recortar a região amazônica, podemos encontrar indígenas, camponeses, quilombolas e outras modalidades.

No entanto, cumpre ratificar que é a conquista das Américas, esta financiada pelos reis católicos dos países ibéricos, o momento fundante do sistema capitalista na escala mundo, em sua fase mercantil, como esclarece Marx no tomo I de *O Capital*. A trama que mobilizou o mercado de negros da África para as colônias do Novo Mundo teve como protagonista a Europa, em particular, o mundo ibérico.

A dinâmica aciona a separação entre o produtor dos meios de produção, no caso, a terra, como analisa Marx ao elaborar o conceito de acumulação primitiva do capital, que se assenta tanto pela expropriação de camponeses e a efetivação de um exército de reserva, – em particular, de camponeses privados dos meios de sua reprodução econômica, política, social e cultural – quanto pela criação de códigos leoninos contra os trabalhadores, quando ele analisa alguns casos dos países europeus, onde ressalta o excesso da carga de trabalho e a apropriação do mais valor gerado pelos trabalhadores, por meio do capital.

A expropriação, seja na fase originária, seja na fase considerada de normalidade do capitalismo, representa elemento fundante para a garantia e a continuação da reprodução e acumulação do modo de produção capitalista, explica Marx.

Tem-se assim, a violência como elemento estruturante em dois planos: o primeiro a expropriação do meio de produção dos camponeses, e o segundo, o caráter normativo da relação de trabalho do capitalismo emergente. Gonçalves e Costa (2020), ao revisarem o conceito de acumulação primitiva em Marx e Luxemburgo, evidenciam que o processo envolve conquistas imperiais, colonizações, pilhagem, assassinatos, roubo e intervenções normativas, onde a violência se constitui como elemento consolidador do processo.

No capítulo dedicado ao assunto, Marx assim interpreta o quadro (2018, p.533):

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.

“A expropriação da massa do povo – despojada de sua terra – constitui a base do modo de produção capitalista, [...], onde a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova, defende Marx (2018, p.533-544) ao refletir sobre a edificação do sistema colonial. Violência está mediada pela ação do Estado como recurso para impulsionar o processo de transformação do sistema feudal em capitalista, e assim, abreviar o processo de transição.

Ao refletir sobre a “conquista” das Américas, Quijano (2005) analisa que a mesma descortina a primeira identidade da modernidade, e institui o primeiro espaço-tempo de um padrão de poder de potencial mundial. Corroboraram nesta direção a codificação da diferença entre conquistadores e conquistados, a partir do critério de racialidade, o que conferiu aos últimos o enquadramento como inferiores em relação aos primeiros.

No caso do Brasil, o argumento perdura nos planos de governo que almejam o desenvolvimento do país. Nos mesmos, via regra, os sujeitos, historicamente marginalizados, como indígenas e negros, ou são tratados como empecilhos, ou simplesmente não aparecem nos tratados e cartografias.

No que tange à Amazônia, Gilberto Marques (2019), a partir de pressupostos marxianos, ao analisar os processos de integração subordinada da região ao sistema da economia mundial, recupera diferentes experiências governamentais impostas, a exemplo de outros autores, conclui pelo papel autoritário exercido pelo Estado – principal indutor da economia a favorecer grandes corporações do mercado nacional e mundial –, além de frações de classes, no sentido em pilhar a região e expropriar as populações locais.

Marques (2019) adverte que, no presente momento, o capital, marcado pela financeirização, promove nas regiões de periferia do capital a acumulação primitiva (Marx) ou a acumulação por espoliação (Harvey), onde o caso amazônico emerge como um emblema. O autor também lança mão dos pressupostos da teoria da dependência em suas análises, em particular, a partir dos postulados de Mauro Marini.

O economista constata que os modelos de desenvolvimento, ainda hoje impostos sobre a região, fomentam o desmatamento, a concentração de terra e renda nas mãos de poucos, e socializa todo tipo de estragos promovidos pelos grandes projetos marcados pela concentração de capital. Nesta perspectiva, o professor realça a violência estrutural a partir das inúmeras execuções de dirigentes camponeses, indígenas, quilombolas e dezenas chacinas de sem-terra. Via de regra, crimes marcados pelo manto da impunidade, a naturalização dos mesmos e o silêncio.

Em todos os períodos e fases do processo de integração subordinada da região aos principais centros econômicos, a violência se constitui como um elemento estruturante. A começar pela expropriação das populações ancestrais, passando pelo trabalho compulsório, a coerção privada e pública, o genocídio de indígenas, e os sistemáticos assassinatos das mais diferentes lideranças do campo popular, chacinas, massacres e a criminalização dos movimentos sociais – evento mais recente nas arenas de luta pelo controle da terra e os modos de uso das riquezas locais.

Tem-se ainda a violência do campo simbólico, como realçado acima, onde as populações são enquadradas como inferiores em relação aos centros da economia, sem a capacidade de gerir suas próprias vidas, onde o conhecimento ancestral é tratado com indiferença, ainda que muitas das vezes seja apropriado por empresas de diferentes setores, cosméticos e fármacos, em particular.

Tais disputas são marcadas pela assimetria de forças entre os sujeitos que operam em diferentes arenas de disputa de poder, bem como pela heterogeneidade de racionalidades e marcação de tempos a operar sobre o mesmo espaço/território. A racionalidade-tempo da mega corporação do mercado mundial da mineração, do agronegócio ou portuária, ou de navegação é distinta da racionalidade tempo e cosmologia das populações indígenas, das populações ribeirinhas, das populações de beiradeiros, das populações de quilombolas, entre outras, da vasta, rica e complexa sociodiversidade de um paralelo amazônico.

Tal os rios Tapajós e o Amazonas, que alumeiam de vida o Baixo Amazonas paraense, correm em paralelo em situações de combate, distinções e complementaridades de um quadro de totalidade da economia mundo. Ocupam um lugar singular, marcado pela presença de uma civilização pré-colombiana. *Lócus* conectado ao sistema global a partir da particularidade de seus povos, seus conhecimentos, bem como da cobiça sobre as riquezas naturais em constante ameaça de pilhagem, em uma conjuntura em que o Estado funciona

como indutor. Estado esse apreendido pelos setores mais conservadores do país, frações de classe e interesses capitais do sistema mundial, entre outros, como expressa o projeto Iniciativa de Integração de Infraestrutura Sul-americana (IIRSA).

A IIRSA – INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA SULAMERICANA

O projeto Marcha para o Oeste originado no governo de Getúlio Vargas, idos de 1930. É tido como uma espécie de marco do planejamento geopolítico na história recente do país – em particular para a Amazônia –, seguido pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek, na década de 1950. Neste mesmo escopo, são referências ainda, os tratados sistematizados pelos militares Golbery do Couto e Silva e Meira Matos, no arcabouço da Escola Superior de Guerra (ESG), esta última, responsável pela estruturação da Doutrina de Segurança Nacional, que assina o princípio da modernização conservadora, baseada no modelo de substituição de importação. Tais propostas estavam em alinhamento às teses da Aliança para o Progresso³, no ambiente da Guerra Fria. Nestas experiências, o Estado, de caráter autoritário, cumpria o papel de indutor da economia.

Tal caráter autoritário do Estado permanece no escopo dos planejadores do desenvolvimento do país, como nos planos e programas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), este, em consonância com a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Sul-americana (IIRSA). Castro (2012), ao historicizar o processo de edificação do IIRSA, situa na década de 1960 a criação do primeiro acordo multilateral, materializado na Associação Latino-Americana de Livre Comércio, que visava eliminar as barreiras comerciais. No fim da mesma década, os países com vistas a aportar investimentos para o desenvolvimento criaram o Pacto Andino.

Retomando princípios presentes na matriz da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a partir de negociações entre o Brasil e a Argentina, o Mercosul nasce com o mesmo objetivo de integração de mercados, enquadrado na concepção do Consenso de Washington do livre comércio como instrumento único e suficiente para a promoção do

³ Criada após o triunfo de Fidel Castro em Cuba, em 1961, durante o governo de John Kennedy, a Aliança para o Progresso (AFP, sigla em inglês) intentou deter o avanço do ideário socialista no continente latino, bem como fomentar políticas de desenvolvimento e a redução das desigualdades com base em experiências dos planos New Deal (1930) e Marshall, do pós 2ª Guerra Mundial. Assim, apresentou um volume expressivo de políticas e programas para a América Latina. Foi até hoje a mais abrangente e ambiciosa iniciativa diplomática de cunho multilateral formulada pelos Estados Unidos para a América Latina. Em termo absoluto, o Brasil foi o país que mais recebeu recursos no conteúdo. A Aliança no Brasil redundou no golpe civil-militar de 1964 e para a consolidação de um projeto desenvolvimentista liberal fortemente ancorado na lógica e em interesses do capital privado estadunidense. Com o mesmo viés, outras ditaduras foram instaladas na América Latina com o apoio e intervenção explícita dos EUA. O governo Kennedy empenhou toda ordem de esforço em desestabilizar governos no continente latino, e em uma guerra de cunho cultural ideológica em oposição ao ideário comunista, Ioris e Mozer (2019).

desenvolvimento, redução das desigualdades sociais e geração de empregos, na melhor tradição das Escolas de Manchester e de Chicago (Guimarães, 2008, p.32)⁴.

A 1ª Cúpula dos Presidentes da América do Sul ocorre em 1999, nela é assinado por 12 países pan-americanos o protocolo que institucionalizou a IIRSA. O projeto é implantado a partir do planejamento estatal. Em setembro de 2000, em Brasília, 12 presidentes dos Estados nacionais da América do Sul consolidaram a IIRSA. Já, em dezembro de 2004, a IIRSA é finalmente aprovada na cidade de Cuzco, no Peru. Para os países membros, o objetivo é incrementar a competitividade no mercado mundial, cabendo ao Brasil papel estratégico, em particular, como agente financiador com o protagonismo do BNDES (CASTRO, 2012).

Já, ao longo da década de 1990, os organismos multilaterais (BID e BIRD), em associação com governos de diferentes países do continente americano, vinham ensejando um novo desenho de suas relações para a América Central, Caribe e América do Sul. Desde 1994, tratativas vinham sendo feitas para estabelecer um novo “sistema de normas” (SANTOS, 2013) com a ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas), que seria a base de sustentação para o que, mais tarde, se configuraria como um novo “sistema de objetos⁵”, a saber, o PPP (Plano Puebla-Panamá) e a IIRSA. Vicente Fox, pelo México, e Fernando Henrique Cardoso, pelo Brasil, apareceram, no ano 2000, como protagonistas dessa reconfiguração geográfico-política com o PPP e a IIRSA. Tanto a IIRSA como o PPP dão forma material (estradas, represas, hidrelétricas, portos, aeroportos e comunicações) ao criar as “condições gerais de produção” necessárias para que os capitalistas operem e realizem seus objetivos privados de lucro⁶.

Os referenciados projetos acima citados possuem implicações diretas com a Amazônia. Os processos econômicos, políticos e sociais vivenciados na(s) Amazônia(s) brasileira(s) ou na Pan-Amazônia⁷ têm socializado junto ao vasto e complexo conjunto da sociodiversidade, toda ordem de mazela social, entre eles: a catequese, a expropriação, a espoliação, a escravidão e a execução de dirigentes que defendem a reforma agrária, o meio ambiente e os direitos humanos envolvidos em disputas pela terra e recursos naturais aí

⁴ CASTRO, Edna. **Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-americana**. Cadernos CRH, Salvador, v.25, n 641, p.45-61.jan/abril, 2012, p.46.

⁵No debate em que empreende sobre a produção do espaço, Milton Santos (2003) crava que o mesmo é formado por um sistema de ações e um sistema de objetos, de forma indissociável, onde os sistemas de objetos estão relacionados com as forças produtivas, e o sistema de ações possui vínculo com as relações sociais de produção.

⁶ PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: Encruzilhada Civilizatória. Tensões Territoriais em Curso**. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2017, p. 49.

⁷ Cobre uma extensão de 7,8 milhões de km², sobre 12 macrobacias e 158 sub-bacias, compartilhados por 1.497 municípios, 68 departamentos/estados/províncias de oito países: Bolívia (6,2%), Brasil (64,3%), Colômbia (6,2%), Equador (1,5%), Guyana (2,8%), Peru (10,1%), Suriname (2,1%) e Venezuela (5,8%), além da Guyane Française (1,1%). Na Amazônia vivem cerca de 33 milhões de pessoas, incluindo 385 povos indígenas, além de alguns povos em situação de “isolamento”. São 610 ANP e 2.344 TI que ocupam 45% da superfície Amazônica, sem contar os pequenos, médios e grandes proprietários rurais, empresas de vários tipos, instituições de pesquisa e fomento, além de organizações religiosas e da sociedade civil (RAISG, 2012).

existentes. Violências que alcançam ainda religiosos, advogados, educadores e outras modalidades de assessorias e adesões.

Com relação aos intentos desenvolvimentistas, em linhas gerais, a modalidade se perpetua na IIRSA, que preconiza eixos de integração e desenvolvimento a partir da construção de redes de transporte multimodal, energia e comunicação. A coordenação ficou a cargo da Corporación Andina de Fomento (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

Tal estratégia política disparada na década de 1990 tem replicação em políticas e programas para a Amazônia, hoje, enquadrados no PAC, onde o Banco Nacional de Desenvolvimento, Econômico e Social (BNDES) exerce papel estratégico como o principal financiador das obras de infraestrutura dentro, ou para além das nossas fronteiras, como ocorre no Peru.

Em resumo, o estudo levanta as principais riquezas naturais da América do Sul, e indica como podem ser utilizadas com o melhoramento de infraestrutura, onde se ambiciona a inserção na economia global. Hidrovia do Paraná-Paraguai, BR-163 (Cuiabá-Santarém), Complexo do Rio Madeira, hidrelétrica de Belo Monte são alguns dos 82 projetos na Amazônia.

A América do Sul sempre foi considerada como a região destinada a um natural extravasamento do poder e da influência do *Brasil Potência*. A partir dos anos 1980, entretanto, e principalmente nos últimos 15 anos, as concepções e as políticas brasileiras com relação à América do Sul transitaram de um quadro político estratégico claramente centrado em exercícios de hegemonia e na competição com países vizinhos (especialmente Argentina) para outro que tende a expressar cada vez mais concepções e práticas tendentes à cooperação regional⁸.

Porto Gonçalves (2017, p.51) alerta que:

Cabe assinalar, por suas implicações para as áreas/regiões que vão ser afetadas pelas obras da IIRSA, alguns conceitos que fundamentam a nova gestão territorial com seus Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) que são pensados para facilitar o fluxo de mercadorias através de "corredores". Não é mais a *região* o conceito estruturante, mas, sim, o de *Eixos* e seus *Corredores*, enfim, o fluxo é mais importante que o espaço como um todo do qual a região é parte. Para isso, foram propostos com a IIRSA dez eixos de integração, dos quais cinco incidem diretamente sobre a Amazônia.

É de grande relevância o alerta promovido por Porto Gonçalves, bem como outros autores que buscam analisar a IIRSA no que se relaciona com a radical alteração de ação às escalas, bem como os conceitos que reestruturam a ação dos estados articulados a partir da UNASUL, e o preponderante papel exercido pelo Brasil. A reflexão incide ainda sobre

8 COSTA, Wanderlei Messias. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. *L'Espace Politique* [En ligne], 31 | 2017-1, mis en ligne le 04 avril 2017; p.05

complexas redes de sujeitos e instituições de variados campos que operam no presente circuito, e no afunilamento de outras medidas, a exemplo da política de logística Arco Norte, que visa dinamizar corredores de circulação de *commodities*, numa franca sinalização ao aprofundamento da nossa condição colonial de exportador de matéria prima.

O PROJETO DE LOGÍSTICA ARCO NORTE

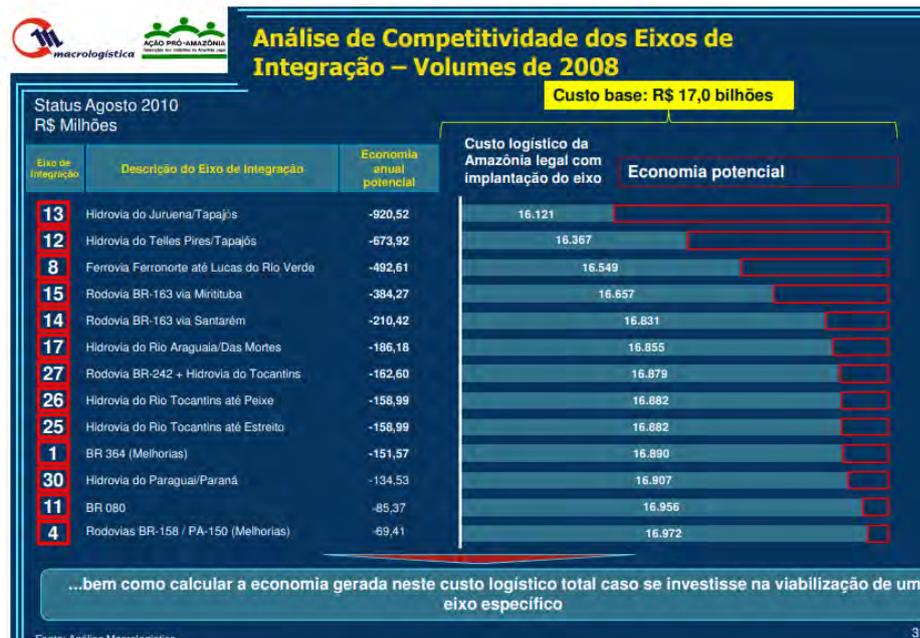
O estudo sobre o Arco Norte é o sexto volume da série Estudos Estratégicos, sob a responsabilidade do Cedes (O Centro de Estudos e Debates Estratégicos). O estudo calçado em dados de consultorias internacionais sob os auspícios da Confederação Nacional de Transportes (CNT), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) salienta a fragilidade da infraestrutura do país, considerada uma das piores do mundo, e que, por conta do presente cenário, onera em demasia o escoamento da produção do agronegócio nacional, em particular, do Brasil Central.

Neste xadrez, o Mato Grosso possui centralidade nesta cadeia produtiva, onde:

“O Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) estima que a produção de soja deve crescer 17 milhões de toneladas até a safra 2021/22, enquanto a de milho deve crescer em torno de 15 milhões de toneladas” Brasil (2016, p. 26).

Além de celebrar a produção de soja e milho, o documento festeja a pecuária e a produção de açúcar e etanol. Produção está baseada em toneladas e toneladas de agrotóxicos, muitos destes proibidos pelos principais consumidores da produção nacional de grãos. Tais dados, claro, não constam no documento. O Norte Competitivo (2011), documento produzido pela CNI, é uma das bases de informação que alimentam o conteúdo do documento Arco Norte. Naquele, sobre as possibilidades de redução de custos, o quadro abaixo assim expressa:

Figura 01 – Análise de Competitividade dos Eixos de Integração



Fonte: Projeto Norte Competitivo, CNI (2011, p. 31).

Mais que atentar aos números, aqui cumpre a relevância do Baixo Amazonas, na composição de corredores de exportação da cadeia, com obras, em particular, à primeira vista, em Itaituba e Santarém, no entanto, existem rebatimentos em Rurópolis e em outras cidades. No caso de Rurópolis, constam estações de transbordo de cargas e a construção de inúmeras PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas).

Em resumo, pode-se salientar que a proposta representa o triunfalismo do agronegócio, onde possui relevo a figura do Blairo Maggi e seus pares, em convergência com a Associação Nacional de Exportadores de Cereais para incrementar o “escoamento de cargas e insumos com a utilização dos portos ao norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelos Estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís, no Maranhão” (Brasil, 2016, p.12).

O projeto do Arco Norte propõe exatamente a implantação de uma nova logística intermodal de transporte que vai, a um só tempo, diminuir a pressão sobre os portos da Região Sudeste e aproximar mais os produtores nacionais de nossos parceiros comerciais no resto do mundo.

Explica o documento Arco Norte – um desafio logístico, de 2016, vinculado ao Legislativo Federal, organizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos Consultoria Legislativa (Cedes)⁹ – que teve como relatores os deputados federais pelo Pará, Lúcio Vale (PR/PA) e Remígio Monai (PR/RR). O PR, nos dias atuais, atende pela legenda PL.

⁹ O Centro de Estudos e Debates Estratégicos – Cedes – é um órgão técnico-consultivo, vinculado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que, com o apoio da equipe técnica da Consultoria Legislativa, desenvolve estudos de

O documento Arco Norte após exaltar as contribuições do setor do agronegócio na composição do Produto Interno Bruto Nacional (PIB), argumenta sobre o custo adicionado ao setor produtivo no processo de distribuição, o que prejudica a competitividade do país no mercado mundial (2016, p.22):

[...] a atividade de distribuição representa cerca de 30% do valor adicionado pela cadeia produtiva do agronegócio, comprovando a relevância do setor de transporte para a competitividade e rentabilidade do setor. Assim, como a disponibilidade da infraestrutura não acompanha o ritmo de crescimento da produção, o Brasil não consegue tirar proveito de suas vantagens competitivas.

Ele alerta sobre a concentração da exportação nos portos do Sul (Paranaguá) e Sudeste (Santos) do país – a estimativa beira a casa de 80% – e defende a necessidade urgente em viabilizar o corredor do Eixo Norte. Em sua narrativa, como de praxe, festeja o setor privado, e sataniza o público, onde sintetiza “O Brasil tem-se notabilizado pelo contraste entre o dinamismo do setor privado e a morosidade do setor público”, Brasil (2016, p. 15).

Aqui ocorre lembrar o recente apagão ocorrido no estado do Amapá, cujo setor é controlado pela iniciativa privada, uma empresa estrangeira, que por quase 30 dias privou o povo amapaense do serviço de energia elétrica, e que coube a técnicos da empresa pública Eletronorte sanar o problema.

Um outro elemento sobre o ambiente de grandes obras de infraestrutura recai sobre o financiamento centrado nas rubricas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e recentemente, os Fundos de Pensão (Bando do Brasil/Previ, Caixa Econômica Federal/Funcef, Petrobrás/Petros), o que sinaliza, nesta triste e complexa trama, a presença de sindicalistas na empreita, conforme reflete o professor Carlos Walter Porto Gonçalves (2017, p. 51):

Estamos diante, pois, de uma reconfiguração geográfica profunda regional/continental/global que abre uma nova fase de acumulação de capital e de uma nova aliança entre classes e frações de classe (sindicalistas ligados aos fundos de pensão, capital financeiro, gestores militares e da diplomacia, empresas de engenharia e construção civil, grandes corporações capitalistas do agronegócio e de mineração e gestores do Partido Comunista chinês).

O estudo que se empenha em realçar os limites sobre o planejamento público, tem como lacuna a ausência de uma interpretação sobre a formação do Estado no Brasil, este, apropriado desde a sua gênese por frações de classe, que a partir desta apropriação, efetivam a sua reprodução econômica, política e social, desde as clássicas oligarquias, até os dias de hoje.

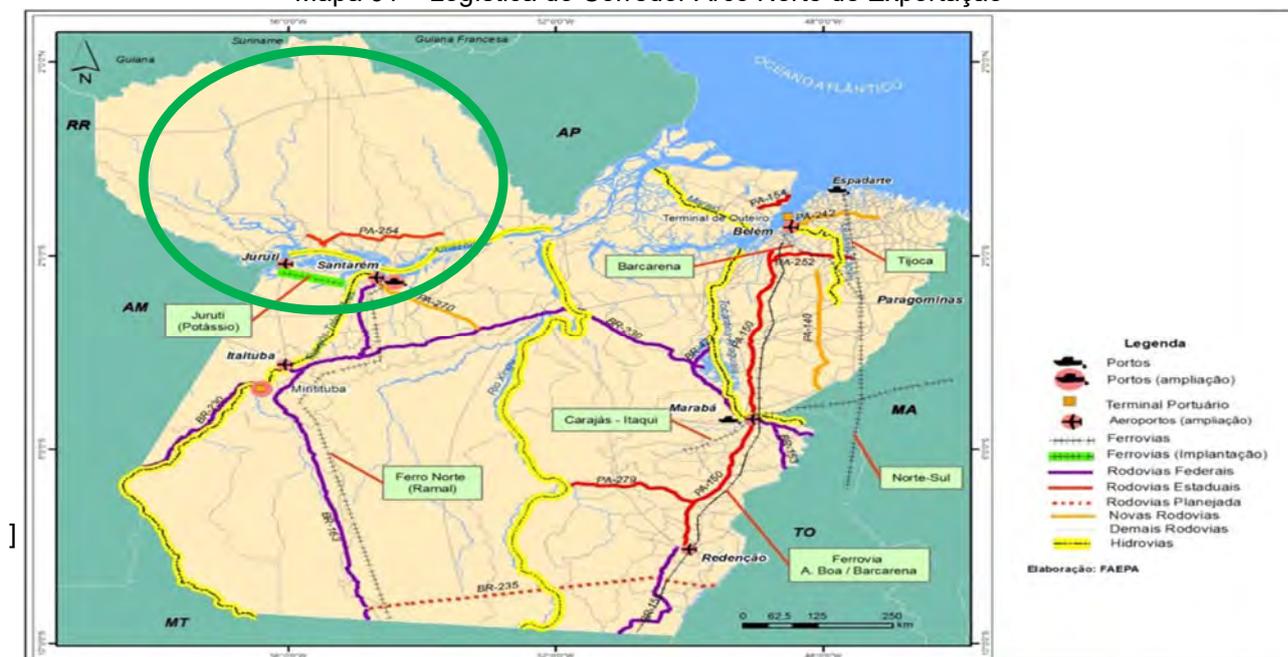
caráter inovador ou com potencial de transformar as realidades econômica, política e social do nosso País. Após intensa pesquisa, fóruns de debate, audiências públicas e visitas “in loco” são percebidos os problemas, captadas as expectativas dos cidadãos e projetadas soluções que se materializam por meio de proposições legislativas ou sugestões ao Poder Executivo, Brasil (2016, p. 15).

Assim como outros estudos estratégicos produzidos ao longo dos anos, com vistas a “desenvolver” o Norte do país, esmera-se em indicadores da economia dos setores hegemônicos e do grande capital, e apaga as territorialidades já existentes das populações ancestrais ao melhor estilo das iniciais políticas coloniais.

Nesta direção, não se encontra única linha sobre os povos da floresta no documento Arco Norte, estes, territorializados em uma infinidade de possibilidades e uso da terra e das riquezas locais, a exemplo de aldeias, projetos de assentamentos rurais, unidades de conservação, territórios quilombolas e demais modalidades. A grafia do mapa obedece à mesma narrativa do texto: apagamento dos povos da floresta, como é possível notar no mapa abaixo.

Nesta parte em destaque, no município de Santarém e seu entorno, ao contrário do que o mapa oculta, existe um conjunto de territorialidades, em particular, de territórios indígenas, unidades de conservação, projetos de assentamentos da reforma agrária e territórios quilombolas. No pacote de obras estruturantes, além de complexos portuários, consta o modal de transportes, onde possui relevo a Ferrovia Lucas do Rio Verde/MT – Itaituba/PA (Distrito de Miritituba), popularizada como Ferrogrão.

Mapa 01 – Logística do Corredor Arco Norte de Exportação



Fonte: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas. Fapespa, 2015.

FERROGRÃO – O SISTEMA FERROGRÃO-TAPAJÓS (EF-170 MT/PA-TAPAJÓS)

Ferrovia Lucas do Rio Verde/MT – Itaituba/PA (Distrito de Miritituba) faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e

Aviação Civil (MPAC). O projeto denominado de Ferrogrão é avaliado como a alternativa mais eficiente para a redução do custo de logística, defende o documento Arco Norte.

O mesmo esclarece que em fevereiro de 2016 o Diário Oficial da União despachou os estudos técnicos desenvolvidos no âmbito do Processo de Manifestação de Interesse – PMI pela empresa autorizada Estação da Luz Participações Ltda – EDLP – como vinculados à concessão e de utilidade para a licitação. A extensão da ferrovia se equipara à Estrada de Ferro de Carajás (EFC), na proximidade de mil quilômetros. Se efetivada, a ferrovia deverá reconfigurar as feições socioterritoriais dos municípios do Mato Grosso e Pará, como explicita o documento, Brasil (2016, p. 52) sobre as cidades a serem atingidas pelo projeto:

O traçado apresentado possui cerca de 933,7 km de extensão e se desenvolve interligando os municípios de Sinop, Claudia, Itaúba, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Matupá, Guarantã do Norte e Novo Mundo, no estado de Mato Grosso, e Novo Progresso, Trairão, Itaituba, no estado do Pará. Inclui-se ainda o Ramal Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, distrito do município de Rurópolis/PA, com 32,3 km de extensão. A inclusão do Ramal de Santarenzinho foi motivada pela busca de eficiência operacional na etapa de descarga (evitar gargalo operacional) e atendimento aos diversos possíveis clientes da ferrovia que se utilizam ou devem se utilizar do transporte hidroviário ao longo do Rio Tapajós, no trecho entre Miritituba e Santarenzinho.

Cumpra salientar, em nenhum momento existe alguma menção aos territórios já efetivados sobre a vasta sociodiversidade da região, onde constam indígenas, camponeses, populações remanescentes de quilombos, unidades de conservação (UC). No estado do Pará, o oeste paraense é o que concentra o maior número de UCs, calculada no patamar de 33, a partir de uma heterogênea modalidade de uso. Muitas destas UCs e outras modalidades de territórios já enfrentam situações de conflitos por conta da pressão de garimpos ilegais, grileiros, madeireiros, sojicultores e outros setores, como no caso do Lago do Maicá, em Santarém, onde a empresa Embraps almeja a edificação de um complexo portuário.

Tais políticas desenvolvimentistas ocorrem no arcabouço neoliberal, no que Almeida (2010, p.117) denomina de agroestratégias. Assim como autores que tratam sobre o tema da globalização, o antropólogo ressalta que em seus preceitos, as agroestratégias preconizam a remoção dos obstáculos jurídico-formais e político-administrativos [desregulamentação], que reservam áreas para fins de preservação ambiental ou para atender as reivindicações de povos e comunidades tradicionais, e influenciar em políticas e planos do governo, localização de empreendimentos, conversão de grandes extensões de terras à racionalidade da escala mundo de fluxos de mercadorias e capitais, entre outros itens.

Oito são os produtos considerados como os mais relevantes para o transporte ferroviário, a saber: soja, milho, farelo de soja, óleo de soja, fertilizantes, açúcar, etanol e derivados de petróleo. A Estimativa de demanda em 2020 de carga alocada será de aproximadamente 25,0 milhões de toneladas, e em 2050 será de 42,3 milhões de toneladas, Brasil (2016, p. 53). Quase a duplicação num prazo de 30 anos.

Ainda segundo o documento, R\$12,6 bilhões (data base de março de 2015) é a estimativa de investimentos a serem usados em terraplenagem, obras de arte correntes e drenagem, superestrutura ferroviária, obras complementares, obras de arte especiais, compensação socioambiental, desapropriação, sistemas de sinalização ferroviária e energia, equipamentos ferroviários, oficinas e instalações, canteiro de obras, engenharia e material rodante, que deverá ligar Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, à Itaituba, no oeste do Pará, conforme o mapa a seguir.

Figura 02 – Trecho deve ligar Lucas do Rio Verde/MT a Itaituba/PA



Fonte: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MPAC

No campo normativo, como estratégia de ação em direção a favorecer o setor privado ou atendendo a ele, duas medidas provisórias (MPs), a partir do bloco de poder que gravita em torno do Projeto Arco Norte, foram efetivadas em 2016, são elas: a MP nº 726 e a MP nº 727, onde assim resumimos, com base no documento Arco Norte, Brasil (2016, p. 83):

MP 726: agrega novamente a área portuária e, pela primeira vez, a área de aviação civil, à Pasta de Transportes, que passou a se chamar Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Trata-se, portanto de iniciativa proposta pelo estudo do Arco Norte em 2015, que na nossa visão, permite a criação de um núcleo de gestão que suporte o planejamento de longo prazo e as ações de integração dentro do Ministério e órgãos sob sua gestão, o acompanhamento de projetos prioritários e possibilita o diálogo e a realização de trabalhos conjuntos com a iniciativa privada na busca e análise de oportunidades de melhoria e de projetos; e a

MP 727: convertida na Lei nº 13.334, de 2016, cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A medida visa a formulação de um novo programa de estímulo à infraestrutura, preconizando novos princípios e uma nova dinâmica. A ideia é que o programa sirva de mola propulsora da atividade econômica e que traga a iniciativa privada como parceira dos grandes projetos públicos de infraestrutura – seja pelo viés do financiamento, seja porque são provavelmente melhores operadores logísticos do que o Estado.

No percurso do documento, além do apagamento dos sujeitos locais historicamente colocados em situação de marginalização, procedimentos como o licenciamento ambiental são tratados como um grande entrave ao setor, bem como a ação de fiscalização, de defesa dos sujeitos mais frágeis nas arenas onde se dão a implantação de projetos de grandes envergaduras, e a preservação da memória nacional, tais como o TCU (Tribunal de Contas da União), MPF (Ministério Público Federal), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Funai (Fundação Nacional do Índio) e Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Nestes embates entre os interesses privados e o interesse público, vale sublinhar a revisão do Plano Diretor do município de Itaituba, oeste paraense, que na interpretação de (RODRIGUES, RODRIGUES, 2015b) expressa a captura do Estado pelo interesse privado, aqui no caso, expresso pela ATAP – Associação dos Terminais Portuários Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia do Tapajós sediada em Belém.

Segundo os referidos autores, a ATAP é composta por seis empresas associadas: Bunge, Cargill, Hidrovias do Brasil, Unirios (joint venture da Fiagril e Agrosoja), Cianport e Chibatão Navegações. Além da Brick Logística, empresa consultora que identifica terrenos na Amazônia e depois os estruturam para a transformação em portos. Coube à ATAP o financiamento da revisão do Plano Diretor de Itaituba.

Com relação à intervenção do setor do agronegócio, em decisão do processo de construção ou revisão de plano diretor municipal, a mesma situação foi verificada no município de Santarém. No município, o setor do agronegócio, articulado com a associação comercial, “capturou” o legislativo e o executivo municipal, e, ao contrário da decisão soberana da assembleia final, que decidiu por meio de votação pela não construção de um complexo portuário no Lago do Maicá, acenou favoravelmente ao setor.

Todo o processo do plano se desenvolveu de forma atribulada, desprovido de pouca divulgação, e na assembleia final ocorreu toda ordem de manipulação com vistas a evitar a participação popular, como atesta obra organizada pela UFOPA, sobre o processo, A Luta Pelo Direito à Cidade na Amazônia, organizado pela professora Beatriz Reis e Yuri Rodrigues, a partir de diálogo com os sujeitos populares do município. Ainda sobre tais dinâmicas, vale aqui recuperar um registro sobre audiência pública ocorrida no município de Rurópolis.

PEQUENA MEMÓRIA SOBRE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Ainda que represente um avanço no processo de instalação de grandes empreendimentos no país, no sentido em democratizar o acesso à informação e a possível construção de contraditório, via de regra, as audiências públicas sobre grandes obras têm sido mera formalidade normativa para a instalação das mesmas. Exemplo, recentemente na

Amazônia, foi a implantação da Hidroelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no estado do Pará, durante o governo Lula-Dilma.

Nem mesmo a intervenção de um Painel de Especialistas Independentes, compostos por cientistas de várias partes do mundo, reconhecido pelo notório conhecimento, e de diferentes campos das ciências, foi capaz de reverter o projeto, que nos dias atuais externaliza toda ordem de problemas juntos às populações do entorno, entre elas, indígenas, camponeses, pescadores, e demais modalidades.

Sobre a memória de uma audiência pública, realço uma realizada na cidade de Rurópolis, em 2018, no Ginásio Poliesportivo, no dia 05 de outubro. Após mais de duas horas de atraso, a principal presença foi a de estudantes de uma escola pública. Prevista para iniciar às 9h, começou somente às 11h. Rurópolis dista 220 km de Santarém, cidade polo do Baixo Amazonas.

À porta do ginásio Dr. Almir Gabriel¹⁰, além de agentes da segurança privada, havia moças de uma empresa de assessoria de imprensa que faziam as inscrições das pessoas. À mesa, exemplares da versão impressa do EIA/RIMA podiam ser consultados.

Os inscritos recebiam, além de um material gráfico de apresentação do projeto, um *ticket* para o lanche, que dava direito a uma maçã, dois pacotes de biscoito, suco e um chocolate. Os alunos fizeram a farra com o lanche, e com o aproximar da hora do almoço, não tardaram a abandonar o espaço.

E, assim, num espaço que em tese seria para se tratar de forma mais profunda sobre impactos que o empreendimento requerido pela empresa francesa Louis Dreyfus Company (LDC) pode vir a provocar no município, – caso seja ratificado o projeto –, e equacionada as dúvidas, pode-se notar mais como mera formalidade burocrática. Coube à Secretaria do Meio Ambiente do Pará a mediação da audiência, onde o papel do técnico se confundia com os profissionais que realizaram o EIA-RIMA.

A Dreyfus opera no mercado de *commodities* há 140 anos, e pleiteia a construção da Estação de Transbordo (ETC) na localidade de Santarenzinho, localizado à margem direita do rio Tapajós. No mesmo município, projeta-se a edificação de um complexo composto por uma hidroelétrica e três Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), no rio Cupari, afluente do Tapajós, como pode se visualizar no quadro abaixo.

¹⁰Médico e ex-governador do estado do Pará pelo (PSDB), notabilizado mundialmente por ordenar o massacre de sem-terra em Eldorado dos Carajás, em 1996, junto com o então secretário de segurança pública Paulo Sette Câmara, no dia 17 de abril. A operação da PM resultou na execução de 19 trabalhadores rurais.

Quadro 02 – Complexo Hidroelétrico Cupari Braço Oeste

| EMPREENDIMENTO | ÁREA DO RESERVATÓRIO (km ²) | POTÊNCIA (MW) |
|--|---|---------------|
| Usina Hidrelétrica – UHE Águas Lindas | 1,42 | 40,00 |
| Pequena Central Hidrelétrica – PCH Sapopema | 1,69 | 27,00 |
| Pequena Central Hidrelétrica – PCH Candeia | 2,31 | 8,00 |
| Pequena Central Hidrelétrica – PCH Jaborandi | 1,64 | 22,00 |
| TOTAL | 7,06 | 97,00 |

Fonte: RIMA (2016, p. 08).

Ponderações derradeiras

Ancorado no conceito de formas de acumulação primitiva de Marx, em convergência com a linha de interpretação de formas não capitalistas do modo de produção capitalista do tardio capitalismo nacional, de José de Souza Martins, bem como as contribuições de Carlos Walter Porto Gonçalves, Aníbal Quijano e do economista Gilberto Marques, buscou-se analisar a matriz de políticas desenvolvimentistas direcionadas para a Amazônia, em alinhamento com a IIRSA, e em seguida, afunilando para a região do oeste do Pará, em particular, sobre o Arco Norte.

Nestes termos, é possível sinalizar que as mesmas ratificam a condição colonial da região, como mera exportadora de produtos primários. O planejamento recente, baseado em ENIDs, difere das experiências pretéritas, em particular, as implantadas pelo regime de exceção (1964-1985) baseadas em polos de produção. Neste sentido, o Estado autoritário se mantém, assim, como a narrativa de apagamento das populações locais e sua diversificada territorialidade em planos, programas e políticas desenvolvimentistas.

Dinâmica agudizada com o presente cenário da política nacional, este dominado pelo espectro político considerado de extrema direita, que tem se empenhado em retirar direitos constitucionais dos povos originários consagrados na Constituição de 1988. Conjuntura que além de grandes corporações de diferentes setores (agronegócio, construtores, grileiros, consultorias), tem-se o sindicalista, como alerta Porto Gonçalves, sobre a presença dos Fundos de Pensão da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Apesar da assimetria entre as forças nas diversas disputas pelo poder em decidir qual o modelo de desenvolvimento menos danoso ao conjunto das populações locais, as mesmas articulam-se em defesa de seus territórios. Nos derradeiros anos, agrupam-se em inúmeros coletivos, onde podemos realçar no estado do Pará os movimentos Xingu Vivo e o Tapajós Vivo, estes mobilizam-se a partir de redes que transcendem as fronteiras locais em defesa de seus direitos.

Empenham-se na produção de conteúdos sobre suas necessidades e pautas, empreendem debates, garantem assento de seus dirigentes em diferentes fóruns de debate dentro e fora do país, ocupam espaços em universidades, produzem livros, notas, documentários, cartilhas, sentam praça na grande rede virtual, dentre outros.

E, ainda, protagonizam ações diretas, como as tomadas pelo povo Munduruku, em medida de autodemarcação de seus territórios, e na construção de Protocolo Consulta, mobilizado a partir da Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reza sobre os povos originários. Além dos povos indígenas, camponeses, pescadores, remanescentes de quilombos formam fileiras na produção de protocolos.

Bibliografia

ALMEIDA, A.W.B. Agroestratégias e desterritorialização- direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In. Almeida, A.W. *et. al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

BRASIL. **Arco Norte: o desafio logístico**/Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa; relatores Lúcio Vale, Remídio Monai; Tarcísio Gomes de Freitas, Alberto Pinheiro. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altos-estudos/pdf/estudo-arco-norte>. Acesso, novembro de 2018.

CASTRO, E. **Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-americana**. Salvador: Caderno CRH, v.25º, p45-61,jan/abril,2012.

Complexo Hidrelétrico Cupari Braço Leste Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. CIENGE – Engenharia e Comércio Ltda. Ambientare – Soluções em Meio Ambiente, 2016. Disponível em https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2012/12/RIMA_CUPARI_BRACO_LESTE_16082016.pdf. Acesso janeiro de 2017

COSTA, W.M. **A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional**. *L'Espace Politique* [En ligne], 31 | 2017-1, mis en ligne le 04 avril 2017.

----- **O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração**, *Confins* [Online], 7 | 2009, posto online no dia 31 Outubro 2009, consultado o 17 Fevereiro 2016. URL: <http://confins.revues.org/6107DOI: 10.4000/confins.6107>.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas. Fapespa, 2015. Disponível em seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/perfil_regiao_baixo_amazonas.pdf. acesso em dezembro de 2018

GONÇALVES, Leite Guilherme e COSTA, Sérgio. **Um Porto no Capitalismo Global**. Editora Boitempo. São Paulo, 2020.

IORIS, Rafael e MOZER, Josiane. Parceiros em quê? A Aliança para o progresso e a Política Editorial de Modernização da América Latina no Contexto da Guerra Fria. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 529-548, set./dez. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019.e61478/41006>. Acesso em dezembro de 2019.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2019

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. O Capital, Vol I – Boitempo, São Paulo, 2018

Norte Competitivo, Confederação Nacional da Indústria e Federações das Indústrias da Amazônia Legal, 2011. Disponível em http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2013/02/25/3202/20130225180821358791e.pdf. Acesso, novembro de 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

-----, **Amazônia – encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2017

-----, A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação Social da Natureza e Reinvenção dos Territórios. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org)*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

RAISG, Red Amazônica de Información Socioambiental e Georrefenciada. **Amazônia sob Pressão**. Disponível em: <https://raisg.socioambiental.org/amazonia-bajo-presion-2012>, Acesso em dezembro de 2016.

REIS, Ana Beatriz e RODRIGUES, Yuri (org). A Luta pelo Direito à Cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém/PA. Fase, Santarém/PA, 2019

RODRIGUES, Jondison Cardoso; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. Política Territorial no Oeste do Estado do Pará: Identificação, Análise e Relação da Política Pública Portuária do Município de Itaituba. p.27 – 43. **Rev. Geogr. Acadêmica** v.10, n.1,2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003.

WASHINGTON, ACORDOS DE. **Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>. Acesso em novembro de 2019.



GT 03 – políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais.

DISTOPIA E RESISTÊNCIA NOS CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS PELA MINERAÇÃO

MOMM, Estefania (FAU/USP)¹
UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli (PPPP/UFPR)²

RESUMO

Os rompimentos das barragens nas bacias do Rio Doce e do Rio Paraopeba, respectivamente em novembro de 2015 e janeiro de 2019, para além das 300 mortes resultantes diretamente das duas catástrofes em conjunto e da assustadora destruição ecológica por elas produzida, desencadearam a produção de um tecido de relações jurídico-econômicas de magnitude colossal orbitando em torno do processo de reparação. Historicamente processos que envolvem conflitos socioambientais são marcados por um grande desequilíbrio entre o empreendedor e a população atingida. Há uma disparidade de forças e influências expressivas: de um lado temos duas das três maiores empresas mineradoras do mundo com técnicas, estratégias e conhecimentos especializados; do outro, a população atingida, comunidades urbanas e rurais, povos tradicionais, quilombolas, indígenas, comunidades que vivem a base da pesca; a despeito dos seus saberes populares, as populações atingidas estavam até o momento do rompimento muito distantes dos diálogos, da linguagem jurídica e da influência direta das mineradoras. Buscamos apresentar no presente artigo indagações e reflexões sobre como este processo pode ser encarado a partir do caráter distópico desta relação entre forças assimétricas e, dentro disso, como se identifica intensos processos de resistência e engajamento popular em luta por plena democracia e distribuição de riquezas.

Palavras-chave: Mineração; Desastres-crimes ambientais; Neoextrativismo; Atingidos por barragem; Reparação de danos.

INTRODUÇÃO

É possível um mundo sem rompimentos de barragens? A regularidade com que eventos catastróficos deste tipo ocorrem no atual estágio do capitalismo sugere uma conformação global de riscos tecnológicos que, no limite, podem ser considerados de algum modo “naturais” ou, ao menos, inerentes às atividades de extração de minérios a céu aberto e de formação de reservatórios de água. Os rompimentos das barragens nas bacias do Rio Doce e do Rio Paraopeba, respectivamente em novembro de 2015 e janeiro de 2019, para além das 300 mortes resultantes diretamente das duas catástrofes em conjunto e da assustadora destruição ecológica por elas produzida, desencadearam a produção de um

1 Doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, Brasil. E-mail: estefania.momm@gmail.com.

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR, Brasil. E-mail: gcuchimura@gmail.com.

tecido de relações jurídico-econômicas de magnitude colossal orbitando em torno do processo de reparação. Ambos os casos vêm desafiando a produção de conhecimento científico em múltiplas áreas do conhecimento, voltadas não apenas a explicar estas experiências particulares, mas também a buscar as regularidades estruturais que permanecem a nos assombrar. Não é incomum que o sentimento resultante deste estado das coisas se traduza em um questionamento – tragicamente – antes factível que retórico: qual será a próxima barragem a se romper e quantos serão mortos desta vez?

Como se sabe, não são apenas as populações de Mariana/MG e Brumadinho/MG as atingidas pela força destrutiva das barragens. Ambos os desastres deslocaram o modo de vida de populações viventes ao longo de dezenas de municípios entrelaçadas materialmente com as águas das bacias do Rio Doce e do Rio Paraopeba. Deve ser destaca a gigantesca invisibilização, em diversos níveis, dos processos de perdas, sofrimento e deslocamento pelos quais passam incontáveis atingidos e atingidas às vezes muito distantes da localização das barragens rompidas. Além disso, são conhecidas situações como as de Barão do Cocais/MG, Congonhas/MG, Itatiaiuçu/MG e Macacos (esta última, região de São Sebastião das Águas Claras/MG), cujas populações foram territorialmente deslocadas em razão do elevado risco de rompimento de barragens de mineração nas proximidades de onde moravam. Isso para não contabilizar os casos considerados de menor magnitude e que, por isso, ganham menor repercussão midiática. Para ilustrar o contexto de que tratamos, apenas no dois primeiros meses de 2021, dois desastres ocorreram envolvendo barragens no Brasil, um em Florianópolis/SC³ e outro em Brejo Santo/CE,⁴ este último ocasionando a morte de três trabalhadores.

A lógica da extração minerária no Brasil é, desde o período histórico da colonização, marcada por processos de desterritorialização, dependência geopolítica e assimetria de poderes.⁵ A história da extração minerária na América Latina nos mostra que o valor gerado com a extração dos minérios concentra-se sob o poder de poucos, enquanto as populações das regiões mineiras sofrem uma série de problemas de dependência da economia local em relação às mineradoras, precarização do trabalho, saúde pública, degradação ambiental, racismo ambiental entre outros.⁶

³ FERNANDES, Carolina; BORGES, Caroline; MARTINS, Valéria. Polícia Civil e MPF vão investigar rompimento de lagoa após enxurrada em Florianópolis. *G1 Santa Catarina*, 25 jan. 2020 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/01/25/policia-civil-vai-investigar-rompimento-de-lagoa-apos-enxurrada-em-florianopolis.ghtml>>. Acesso em 12 fev. 2020.

⁴ BRANDÃO, Marcelo. Rompimento de tubulação deixa três mortos em barragem no Ceará. *CNN Brasil*, 09 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/02/09/rompimento-de-tubulacao-deixa-tres-mortos-em-barragem-no-ceara>>. Acesso em 12 fev. 2020.

⁵ Para uma leitura que trata destes processos em uma síntese substancial, cf. Araoz, 2020.

⁶ Estes temas são indicados aqui apenas a título de contextualização. São tratados, entre outros, em: Machado, 2020; Penido, 2018; Uchimura e Ferreira, 2021; Acselrad, 2020.

É necessária uma reflexão aprofundada sobre a superexploração do minério de ferro e sobre como a mineração vem por anos se mostrando uma atividade extrativista predatória sob a lógica produtiva da sociedade capitalista e de sua perspectiva de desenvolvimento. Os rompimentos das barragens de Fundão – em 2015, sob responsabilidade das transnacionais Samarco S/A, Vale S/A e BHP Billiton Limited & Plc Ltda.⁷ – e do Córrego do Feijão – em 2019, sob responsabilidade da Vale – reforçam e corroboram diversas críticas e denúncias quanto ao *modus operandi* destas empresas.

De acordo com pesquisa realizada pelo grupo *PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade*, as empresas mineradoras utilizam-se de estratégias territoriais centradas em um discurso pró-mineração difuso, muitas vezes amparadas por empresas especializadas na comunicação com as comunidades, mantendo avaliação e monitoramento contínuos das comunidades e dos riscos reputacionais e econômicos potenciais (MILANEZ et al, 2019). Trata-se daquilo que Acselrad (2018) estabelece como a “gestão empresarial do social”, realizada pelas grandes empresas mineradoras através de um discurso de “governança”, “responsabilidade social” e “investimento social privado” - configurando formas de “governo indireto” que enfraquecem o poder do Estado e da sociedade civil.

As empresas têm distintos mecanismos consolidados para influenciar decisões políticas ao seu favor, ampliando seus privilégios principalmente através do trabalho de *lobby* e do financiamento de campanhas, considerados instrumentos de aumento de poder corporativo assimétrico, pois permitem alterar e influenciar decisões governamentais a favor dos interesses da empresa, minimizando e restringindo o acesso e poder de influência de grupos de oposição (MILANEZ et al, 2019). Assim, a lógica perversa da exploração dos recursos naturais mostra o poder descomunal assumido pelas empresas multinacionais da mineração na esfera política, ao ponto de elas interferirem nas atribuições próprias aos Estados-nação e nos modos de vida das comunidades atingidas (ACSELRAD, 2018).

Historicamente, processos que envolvem conflitos socioambientais são marcados por um grande desequilíbrio entre o empreendedor e a população atingida. Há uma disparidade de forças e influências expressivas: de um lado temos duas das três maiores empresas mineradoras do mundo⁸ com técnicas, estratégias e conhecimentos especializados; do outro, a população atingida, comunidades urbanas e rurais, povos tradicionais, quilombolas, indígenas, comunidades que vivem a base da pesca; a despeito dos seus saberes populares, as populações atingidas estavam até o momento do rompimento muito

⁷ Daqui em diante, utilizaremos os nomes destas empresas de modo simplificado: Samarco, Vale e BHP.

⁸ De acordo com levantamento do portal *Mining*, tomando por base o ano de 2020, a BHP e a Vale ocupam respectivamente a primeira e a terceira posição no *ranking* das maiores mineradoras do mundo pelo critério de acúmulo de capital (cf. ANGELO, 2020).

distantes dos diálogos, da linguagem jurídica e da influência direta das mineradoras. Quase que de um dia para o outro, estas populações tornaram-se atingidas pelo que, nos casos dos rompimentos das barragens de Fundão e Feijão, podem ser considerados os maiores desastres-crime socioambientais da história do Brasil, ambos separados por pouco mais de três anos na quadra da década de 2010, precisando desde o início lutar por seus direitos, por reparação, por visibilidade e por participação ativa nas deliberações.

Dessa forma, buscamos apresentar no presente artigo indagações e reflexões ainda provisórias e aproximativas, eis que integrantes de pesquisas em andamento sobre como este processo pode ser encarado a partir do caráter distópico desta relação entre forças assimétricas e, dentro disso, como se identificam intensos processos de resistência e engajamento popular em luta por plena democracia e distribuição de riquezas.

1 DISTOPIA

1.1 Distopia e estranhamento no contexto dos rompimentos de barragens

Em um mundo metalicamente maquinado de modo progressivo a partir da revolução industrial, a maneira como as barragens operam e integram hoje o modo de produção capitalista impõe um questionamento desolador sobre o futuro da humanidade: *será possível que, de quando em quando, as barragens não mais se rompam?* Se a esperança na potência humana já permitiu a construção de sonhos mais altos em tempos passados, a década de 2010 – manchada profundamente pelos rejeitos minerários das transnacionais Samarco, Vale e BHP – acabou nos relegando uma utopia proporcionalmente rebaixada: a mera segurança de que não morreremos soterrados por falhas tecnológicas evitáveis na maquinação de um extrativismo que, ao povo, muito pouco aproveita de fato. Em síntese, o que estamos argumentando é o seguinte: se o povo não dispõe no presente desta condição de segurança e, evidentemente, não pode retornar a um passado em que ela existiu, o não rompimento de barragens apresenta-se como este não-lugar futuro que, miseravelmente, merece o nome de utopia.

Buscando alguma inspiração nas discussões próprias da crítica literária, é interessante notar que, na perspectiva defendida por Terry Eagleton, “toda utopia é ao mesmo tempo distopia, já que não pode deixar de nos lembrar de como estamos presos pela história no próprio ato de tentar nos libertar dessa escravidão” (2000, p. 31, tradução nossa). A respeito de uma nação engolfada por rejeitos, basta lembrar que, nos meses seguintes ao rompimento da barragem da Vale em Brumadinho/MG, o município mineiro foi tomado por uma longa operação de resgate intensamente midiaticizada. Os noticiários nacionais registravam diariamente a contagem de corpos e segmentos encontrados em boletins necrotelevisivos, operando uma contabilidade macabra, muitas vezes ilustrada por cenários

de terra arrasada e entrevistas com bombeiros que, pouco tempo depois, viriam a adoecer em decorrência do contato intenso com a toxicidade dos rejeitos enlameados (cf. PENIDO, 2018). Depois de algum tempo, veio o costume e o espanto tornou-se menor. Os boletins tornaram-se menos frequentes, e a pauta foi diversificada. Mas mal houve tempo para respirar, e a naturalidade de boletins igualmente necrocontábeis ganhou dimensão catastrófica de tipo pandêmica com a escalada da crise sanitária de covid-19 no mundo e com a evitável proporção que ela alçou no Brasil por irresponsabilidade do negacionismo bolsonarista.

O fato é que, ao que nos parece, o poder altíssimamente concentrado em empresas transnacionais, como é o caso expresso na trinca⁹ Samarco, Vale e BHP, e a brutalidade que decorre de suas operações já não são elementos estranhos o suficiente para provocar tanto espanto. Em Minas Gerais, a naturalização destas particularidades sociais é o resultado histórico de uma combinação complexa de fatores; hoje, acentuam-se elementos como as ações do Estado enaltecidas da economia minerária, as milionárias campanhas midiáticas das mineradoras e a aparente condição de estabilidade salarial atribuída aos trabalhadores da Vale. Veja-se que, articulado a isso, há um imaginário colonizado por uma espécie de terraplanismo jurídico¹⁰ fazendo muitos automatizarem a concepção de que basta as empresas violadoras realizarem a reparação integral dos danos, como se esta integralidade fosse de fato possível, para estarem quites com a sociedade e seguirem suas atividades econômicas livremente. A respeito deste quadro, merece destaque, como rápido contraponto, o comentário de um autor pós-colonial como Agualusa a respeito da importância política das distopias: “[q]uando a gente convive quotidianamente com o absurdo acaba por o achar normal” ([em entrevista para] COELHO, 2008).

Não fosse a familiaridade com que, pela força do hábito, este contexto nos atravessou e permanece atravessando, os elementos acima narrados poderiam muito bem ter servido de inspiração para elementos literários ou fílmicos de obras de autores emblemáticos do gênero distópico como Aldous Huxley (*Admirável Mundo Novo*), George Orwell (1984), Anthony Burgess (*Laranja Mecânica*), José Saramago (*Ensaio sobre a Cegueira*), Margaret Atwood (*O Conto de Aia*), Thea von Harbou com Fritz Lang (*Metrópolis*), Terry Gilliam, (*Brazil*), George Lucas (*THX 1138*) e James McCausland com George Miller

⁹ Utilizamos aqui a palavra trinca para enfatizar que há uma unidade e padrões de regularidade no modo de agir destas corporações, não se tratando de ações isoladas de uma ou de outra.

¹⁰ A aproximação da reparação integral ao “terraplanismo jurídico” – expressão que vem sendo utilizada para denunciar com sarcasmo as estranhas crenças que sustentam certas práticas do direito – foi contada a nós por Luciana Tasse, por ocasião de sua exposição na disciplina *Perspectivas geográficas sobre os desastres nos rios Doce e Paraopeba*. Grande parte das reflexões aqui esboçadas, ademais, foram desencadeadas por nossa participação neste privilegiado espaço de estudo e discussão, ministrado e conduzido pelos professores Miguel Felipe (TERRA/UFJF) e Bruno Milanez (PoEMAS/UFJF) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2021.

(*Mad Max*). Podemos mencionar ainda, entre tantos outros, José Eduardo Agualusa (*Barroco Tropical*), Ignácio de Loyola Brandão (*Não Verás País Nenhum* e *Desta Terra Nada Vai Sobrar e A Não Ser o Vento Que Sopra Sobre Ela*), Andrew Niccol (*O Preço do Amanhã*), Akira Kurosawa (*Monte Fuji em chamas* e *O demônio que chora*, em *Sonhos*), Luiz Bolognesi (*Uma História de Amor e Fúria*, em especial o ato *Rio de Janeiro, 2096*) e Kleber Mendonça Filho com Juliano Dornelles (*Bacurau*).

As referências acima foram – desordenadamente e sem escaparem de alguma arbitrariedade – reunidas com o objetivo de demonstrar que, mesmo no repertório de algumas das distopias consideravelmente difundidas pela indústria cultural editorial ou audiovisual, o espanto causado pela produção artística distópica é em grande medida provocado pela acentuação exorbitante de características extraídas das relações sociais reais que a contextualizam. O caráter exageradamente irreal das tramas não permite que o leitor ou o espectador confundam o ambiente artístico com a realidade. As obras carregam, com isso, não exatamente a imaginação inconsequente de futuros absurdos, mas a crítica implícita ao modo como as coisas efetivamente são: seja um autoritarismo totalitário extremamente opressivo e violentamente naturalizado pela população retratada; sejam os avanços tecnológicos que desembocam em organizações sociais dominadas pelas mercadorias em ambientes tomados pela ausência de recursos naturais ou pelo elevado risco de contaminação; seja a integração mundial realizada por guerras de extermínio e apagamento. Contra a expectativa de ordem e o progresso, a tirania; contra a expectativa de elevação das condições de vida proporcionada pelo domínio técnico da natureza, a brutalidade da sujeição do ser humano à ordem mercantil; contra a expectativa de uma globalização pacificadora, a violência permanente do imperialismo na disputa por fronteiras. É notável também que, a julgar pelas obras listadas acima, há quase sempre na literatura distópica uma ênfase na narrativa dos processos de resistência desencadeados em reação aos ambientes de ultraviolência construídos.

Há quem veja, afinal, que “a distopia não é simplesmente o oposto da utopia, mas antes uma utopia que não foi bem sucedida, ou que funciona apenas para uma elite” (FONSECA, 2020, p. 18). A distopia provoca, assim, a reflexão sobre porque as coisas efetivamente são como são. Por serem utopias frustradas, carregam a provocação sobre a necessidade de construção de outras utopias e de vigilância sobre o rumo que o desenvolvimento histórico das formas sociais pode eventualmente tomar. Viktor Chlowski, crítico literário do grupo dos formalistas russos, é conhecido justamente por pontuar que o procedimento da arte está relacionado a combater o processo pelo qual a percepção das coisas se torna automática. Quando a automatização engole tudo, desde os objetos até o medo, a vida desaparece, “é como se esta vida não tivesse sido” (CHKLOVSKI, 1973, p. 45). É a partir daí que surge a concepção de “estranhamento” ou “desfamiliarização” (*ostranenie*,

para os formalistas russos), relacionada a uma “consciência dramática da linguagem [que] renova essas reações habituais, tornando os objetos mais ‘perceptíveis’” (EAGLETON, 2019, p. 5-6).

Esta mesma concepção serve de base ao “efeito de estranhamento” ou “efeito de distanciamento” (*Verfremdungseffek*), elaborado por Bertolt Brecht como técnica levada à produção cênica engajada politicamente na contestação do real. Eis como o dramaturgo alemão o expôs em seu estudo *Um pequeno Organon para o Teatro*, de 1945:

O que permanece inalterado há muito tempo, parece ser incapaz de ser transformado. Por toda a parte, as coisas que aparecem são de uma evidência de si tão grande que não precisamos fazer esforço para sua compreensão. Os homens encaram tudo o que vive entre si como um dado humano preestabelecido. A criança que habita um mundo de senilidade fica conhecendo o que se passa neste mundo: para ela, as coisas vão-se tornando correntes precisamente sob a forma por que ocorrem. [...] desta forma, tudo o que não é possível de ser influenciado será familiar, e quem desconfia do que é familiar? Para que todos estes inúmeros dados pudessem parecer duvidosos, teria de ser capaz de produzir em si um olhar de estranheza, idêntico àquele com que o grande Galileu contemplou o lustre que oscilava. As oscilações surpreenderam-no, como se jamais tivesse esperado que fossem dessa forma, foi assim que descobriu a lei do pêndulo. O Teatro, com suas reproduções do convívio humano, tem de suscitar no público uma visão semelhante, visão tão difícil quanto fecunda. Tem de fazer com que o público fique assombrado, o que conseguirá, se utilizar uma técnica que o distancie de tudo que é familiar. (BRECHT, 1978, p. 117-118).

Entre Chlowski e Brecht, a aposta é semelhante: que a linguagem literária ou teatral, em síntese, carrega a capacidade de contaminar o hábito e violentar a familiaridade. É precisamente esta força, tornando a capacidade abstrativa uma potência epistêmica, que podemos buscar para *estranhar* vigilantemente não apenas a brutalidade dos rompimentos de barragem na década de 2010, mas também a automação das formas sociais do particular modo de produção que produz e condiciona esta violência permanente.

Em outro contexto socioespacial, a sensação de monstruosidade precisamente diante da mineração da Vale foi expressa por Carlos Drummond de Andrade em *Montanha Pulverizada* com a descrição poética de um “trem-monstro de 5 locomotivas” – “tomem nota”, advertia o poeta: tratava-se do “trem maior do mundo”. Em outro poema, precisamente intitulado *O maior trem do mundo*, o extrativismo da Vale em Itabira foi condensado na descrição do conteúdo das locomotivas monstruosas da Vale: era a “vida triturada em 163 vagões de minério e destruição”. Esta sensação de monstruosidade – que na poesia de drummondiana realiza certa construção distópica da paisagem da modernização de Minas Gerais à imagem da ausência do Pico do Cauê em sua cidade natal – amplificou-se na década

de 2010 pelo eco estrondoso de montanhas artificiais pulverizadas vertiginosamente pelo soterramento violento de suas tecnologias de rejeitos.¹¹

A magnitude sonora e a imagem de turbidez – atribuídas aqui aos rompimentos de barragens da trinca Vale, Samarco e BHP – fazem lembrar reflexão realizada em Uchimura e Pazello (2019), adiante por nós adaptada. O caso é que, diante da queda das torres gêmeas em 11 de setembro de 2001, o renomado compositor serial Karl-Heinz Stockhausen referiu-se ao evento como um “concerto ensaiado loucamente por dez anos” (G. WISNIK, 2018, p. 160), tendo classificado o atentado como a mais alta obra de arte então realizada. Para ele, seguindo a mesma perspectiva estética, os desastres nas bacias dos rios Doce e Paraopeba talvez figurassem no mesmo rol de ruidosas expressões artísticas – se é que assim podem ser denominadas – produzidas pelo violento mundo contemporâneo. Trata-se, em ambos os casos, do alargamento da espacialização sonora realizado sob a irrupção destrutiva de uma arquitetura maquinada, tecnologicamente, como monumento do acúmulo de ferro sobre ferro. A esta estrutura maquinada, difusa e quase imperceptível, dentre outros elementos fazemos associação à gestão empresarial do social e ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que veremos na seção a seguir.¹²

Sob esta perspectiva estética, os espaços atravessados pelos rejeitos seriam como uma instalação permanente em que, conforme a lama seca, a poeira de rejeitos minerários – e aqui a palavra *bruma* adquire outro sentido ao designar Brumadinho – decanta-se pouco a pouco. As populações atingidas transitam em uma nuvem invisível, possivelmente tóxica, e, ao nosso juízo, nisso evidentemente nada há de belo. Como contraponto à utopia imaginativa de um mundo sem rompimentos de barragens, caracteriza-se assim o caráter espacialmente distópico da luta entre atingidos e transnacionais no contexto da acumulação do capital minerário transnacional. Sabendo-se antes real e material do que literário ou teatral, estamos diante da tarefa de desautomatizar a forma pela qual operam as violações de direitos em casos como os observados nas bacias dos rios Doce e Paraopeba.

1.2 Gestão empresarial do “social” e Responsabilidade Social Corporativa

A apropriação e a transformação de recursos naturais para fins econômicos é conflituosa por essência, pois essa transformação sempre afeta o uso de terra, água, trabalho e o patrimônio histórico-cultural. Assim, a contestação social, impulsionada pelos impactos

¹¹ Em *A Maquinação do Mundo*, a obra poética drummondiana é apresentada por José Miguel Wisnik (2018) como uma potente crítica à voracidade das grandes corporações de mineração mundiais. O poeta itabirano, aliás, foi também atingido pelas operações extrativistas da Vale em sua cidade natal.

¹² A questão do nevoeiro como metáfora contemporânea da violência, em uma perspectiva crítica da arquitetura, é substancialmente tratada por Guilherme Wisnik (2018). Na obra, também o caso de Stockhausen é descrito e comentado pelo autor.

negativos das empresas mineradoras na vida cotidiana das pessoas, apresenta-se territorialmente como dinâmica de resistência da população local diante das atividades extrativas.

Ao longo da história da exploração econômica da América Latina, observou-se por parte dos agentes mineradores um intenso esforço de controle e disciplinamento social. Como argumenta Acselrad (2018), as empresas envolvidas em atividades econômicas inevitavelmente atreladas ao território passaram a investir na estabilização sociopolítica dos “entornos” dos estabelecimentos produtivos, o que hoje é entendido como “gestão empresarial do social”.

Se os movimentos de oposição são considerados um risco para a empresa, logo parte de suas ações são destinadas a conter e minimizar tais contestações. Ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) são implementadas a fim de minimizar as contestações e, ao mesmo tempo, criarem proximidade com as comunidades. Com um bom relacionamento com a sociedade, tendem a se criar vínculos mais estreitos entre os agentes sociais e os agentes econômicos, tanto que a empresa consegue assim a “licença social para operar” (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016).

Desta forma, a categoria “gestão empresarial do social” se concentra na descrição e no debate das práticas que são nomeadas como responsabilidade social empresarial. Esta realidade, aliás, reflete-se inclusive nas teorias gerenciais, “que passaram a incorporar as relações extra-mercantis das empresas com a sociedade ao próprio cálculo econômico da eficiência dos investimentos” (ACSELRAD, 2018, p.10).

A Responsabilidade Social Corporativas (RSC) é um conceito formulado em um contexto de internacionalização e globalização do mercado e pode ser entendida neste contexto como *o conjunto de práticas voltadas à legitimação de grandes projetos de exploração privada dos recursos do território nacional* ou, ainda, como *uma gestão para diminuir ou até antecipar contestações sociais de uma maneira que a ação da empresa seja percebida como sensível às problemáticas sociais*, transformando essa gestão em um mecanismo de vantagem e passando a incorporar ações e práticas assim chamadas “sociais” no intuito de enraizar uma imagem de boa reputação das empresas (ACSELRAD, 2018).

A RSC vem sendo motivo de grande debate e análise em programas de pós-graduação, consultorias especializadas, empresas etc.; porém, não se sabe ao certo se são constituídas por práticas de direitos humanos, filantropia, *marketing*, ações de qualidade interna da empresa entre outras possibilidades descritivas. O que de fato se apresenta são mecanismos cujas consequências são a redução de poder estatal em relação às corporações e a autorregulação empresarial. Um exemplo destes mecanismos são as estratégias de *marketing* voltadas a melhorar a percepção pública sobre a empresa ao apresentar soluções

supostamente efetivas para os problemas que causam, amenizando impactos sociais por meio de estratégias de alienação e dependência ao empreendimento (HERKNER, 2020).

Ao menos duas características das ações de RSC podem ser destacadas: (i) a perpetuação do poder corporativo e do poder institucional no entrelaçamento de atores externos como autoridades (órgãos do poder executivo, parlamentares, partidos políticos instituições do sistema de justiça etc.) e a empresa; (ii) com as remediações firmadas por Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) entre empresas e Estado sem envolvimento da população atingida, as empresas se promovem, ao cumprirem o TAC, como bondosas, produzindo todo um *marketing* positivo de uma ação em nome da empresa, mesmo se tratando do mero cumprimento de ações para obter os licenciamentos necessários às operações econômicas.

Além de inúmeras situações conflituosas disfarçadas pelas RSC, com substancial bibliografia que busca analisá-las (ver, por exemplo, ACSELRAD, 2018; HERKNER, 2020), há aspectos subjetivos de enraizamento social, que visam considerar vivências, sentimentos e cultura da população do entorno dos megaprojetos mineradores – tratam-se de ações que nascem de uma noção de altruísmo, ética e que teoricamente não estão atreladas a finalidades estratégicas ou financeiras da empresa, são ações de “Filantropia” e “Ações Sociais”. Da mesma forma, pautas ambientais são relevantes para criar uma imagem positiva da empresa, e as ações de RSC podem ser entendidos como mecanismos para a realização destas. Logo, as empresas se promovem ativamente como solucionadoras dos problemas, ao invés de causadoras (HERKNER, 2020). Ao que nos parece, as ações corporativas componentes da RSC resultam em uma espécie de movimento impulsionador da naturalização do controle privado do território, algo indiretamente funcional ao intuito de maximizar o lucro dos acionistas. Não queremos aqui, evidentemente, dar a entender que a crítica à RSC significaria dizer que a Responsabilidade Social das empresas não deveria ser levada a sério; pelo contrário, o que se questiona é se a responsabilização pelos impactos socioambientais e econômicos causados operam mais no registro da segurança das populações atingidas ou da segurança econômica das empresas.

O que buscamos, por fim, é entender tais práticas como parte de uma linha contínua de estratégias empresariais de controle e administração de espaços que antecedem em muito o surgimento do vocabulário da “responsabilidade social empresarial”, conforme apresentado por Acselrad (2018). Com certa regularidade, cria-se uma gestão especializada que implementa as soluções para os problemas decorrentes da exploração minerária, muitas vezes negligenciando os saberes tradicionais e sentimentos afetivos do povo. O debate em torno dos impactos através de ações estratégicas e tecnológicas desconsidera e desvaloriza o conhecimento da população local, afastando assim as possibilidades de contestação popular e evidenciando a estrutura desigual de poder e acesso à informação.

Em suma, é importante avançarmos no debate sobre as políticas empresariais voltadas à estabilização territorial e analisarmos em que medida, em vez de estarem “incluindo os excluídos”, não estão comprometendo a capacidade de a sociedade debater as condições de implantação de tais negócios, “neutralizando as condições de construção democrática dos territórios e o exercício dos direitos básicos das populações atingidas por tais projetos.” (ACSELRAD, 2018, p. 8).

2 VIOLAÇÃO DE DIREITOS E RESISTÊNCIA

2.1 Sob o efeito do estranhamento, as violações de direitos

Não existe apenas um modo de se entender que realidade se abriga com a expressão “violação de direitos”. Para expor a perspectiva que gostaríamos de discutir neste momento, podemos começar dizendo que, no âmbito das relações de produção, apreendem-se sistêmicas práticas de violação do direito por parte de um grande número de unidades produtivas, em grande medida como estratégia de minimizar custos com obrigações ou transgredir obstáculos legais. Neste sentido, a sistemática de relações de violação do direito pode ser considerada um problema real, cotidiano e que perturba principalmente a vida das populações historicamente exploradas ou mesmo as suas lutas por melhores condições sociais.

Se a relação entre produção econômica e práticas de violação do direito já se colocava como realidade historicamente acentuada nos contextos do extrativismo e do neoextrativismo mineral na América Latina, os rompimentos das barragens na década de 2010 amplificaram a necessidade de uma compreensão mais profunda sobre a materialidade e a forma social pelas quais operam as violações dos direitos nos territórios atingidos. É diante deste desafio que apostamos no *estranhamento* como procedimento epistêmico valioso para evidenciar que as relações sociais decorrentes das violações de direitos são historicamente condicionadas. Não há nada de *natural*, se pudermos observar com a distância da familiaridade condicionada pelo hábito, na liberação jurídica das empresas violadoras mediante o pagamento de medidas equivalentes ao conjunto de danos reivindicados por órgãos do Estado, acionistas e populações atingidas. Nosso objetivo é explorar melhor – ainda que nos limites de uma discussão provisória e inacabada – esta relação entre direito, economia, território e luta nas próximas páginas.

Veremos, adiante, que a Vale produziu em 2015 um documento interno em que se discutia qual seria o melhor método para estimar o preço das vidas humanas possivelmente “perdidas” em decorrência de rompimentos de barragens. Para provável espanto de muitos

diante de tamanha frieza contábil, tal fato foi descrito em mídias de difusão nacional, como o jornal *El País* (cf. JUCÁ, 2019). Se na experiência de leitura deste documento o direito aparece como fenômeno, em alguma medida, redutível ao cálculo pela prática empresarial – e isto pode nos parecer algo estranho ou anormal em relação ao que estamos geralmente familiarizados na compreensão habitual do jurídico, muitas vezes vinculada a uma espécie de aspecto afirmativo dos “direitos” como resultado de conquista de lutas populares –, cabe-nos aqui situá-lo no quadro distópico dos rompimentos de barragens e, com isso, exercitar o seu estranhamento. Pode-se dizer que, em uma aproximação aos métodos próprios da perspectiva antropológica, tal exercício se irmana ao sentimento assim apontado por Roberto DaMatta: “vestir a capa de etnólogo é aprender a realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) transformar o exótico no familiar e/ou (b) transformar o familiar em exótico” (DAMATTA, 1978, p. 4).

Nosso argumento é que, à semelhança do enredo de *O Preço do Amanhã*, de Andrew Niccol (IN TIME, 2011), um dos filmes distópicos mencionados anteriormente, a presença das mineradoras transnacionais nos territórios atingidos pelos rompimentos de barragens condensa um *efeito de estranhamento* sobre o caráter mercantil das relações sociais capaz de fazer-nos questionar a anormalidade da conduta da Vale.

A premissa central da trama deste longa-metragem é a situação de uma sociedade futura em que a imortalidade tornou-se, pelos avanços da tecnologia molecular, possível a todos. Ao completarem vinte e cinco anos, os indivíduos param de envelhecer. Contudo, no mesmo dia, também começa uma contagem regressiva de exatamente um ano de vida, segundo por segundo, contabilizada, registrada e exibida em uma espécie de biomecanismo implantado no braço de cada indivíduo. Ao final, o esgotamento deste temporizador leva imediatamente o seu portador à morte. A moeda desta sociedade é o tempo de vida restante de cada um, aumentado ou diminuído com trocas de mercadorias, entre as quais a força de trabalho. Enquanto os mais ricos vivem centenas de ano, os mais pobres estão sempre com os minutos contados, correndo atrás de mais tempo e, não raro, fulminados no chão da fábrica pelo dispositivo que carregam nos próprios corpos quando o salário cronológico não é mais suficiente para a vida estender.

Como vimos, o efeito de estranhamento das distopias está presente no peculiar distanciamento em relação à realidade que as sociedades imaginadas possuem. No caso do filme mencionado, por exemplo, o espectador pode espantar-se em um primeiro momento com a substituição do dinheiro pelo tempo de vida como equivalente universal das trocas mercantis. A potencialidade crítica da trama revela-se na potencialização exacerbada daquilo que é real. Mesmo após certa familiarização do espectador com os elementos ficcionais do enredo, o caráter absurdo não permite repouso absoluto, impondo-lhe certa vigilância sobre a aproximação entre arte e realidade. Will Sallas, a personagem principal, acaba rebelando-

se contra a desigualdade na distribuição de recursos da sociedade. Com a constatação disruptiva protagonizada pelo operário rebelde, magnetizando o espectador para o ambiente fictício da obra, é a concentração de poder e riquezas típica da sociedade capitalista que pode revelar-se como *realidade não natural carregada de situações espelhadamente absurdas e violentamente normalizadas*.

Semelhante *efeito de estranhamento* foi em nós despertado pela leitura do documento interno denominado *Análise de Riscos em Barramentos*, desenvolvido pelo Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Ferroso da Vale.¹³ A julgar pelas informações constantes em seu cabeçalho, o documento foi produzido no ano de 2015, tendo por público alvo “[e]mpregados da Vale e das empresas contratadas no Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Ferroso”. Seu objetivo seria o seguinte:

Descrever os procedimentos para valoração monetárias das consequências decorrentes de uma ruptura de barragem por meio da aplicação metodológica específicas para cada esfera de consequências (Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Econômico, Imagem da Empresa, Social e Órgãos Reguladores), como parte do processo de Análise de Risco. (VALE S/A, 2015, p. 1).

A partir disso, o documento, totalizando ao todo 51 laudas, desenvolve a discussão de caráter principalmente econométrico sobre métodos de “valoração” nos seguintes tópicos: esfera econômica, esfera de saúde e segurança, serviços de emergência, serviços de saúde, esfera do meio ambiente, esfera social e imagem da empresa. Não teremos condições aqui de apresentar uma análise detalhada da íntegra do documento, muito menos dos autos de que foi extraído e do contexto jurídico-processual destes, objetos que mereceriam estudos específicos e aprofundados. Gostaríamos de descrever brevemente, por outro lado, o tratamento dado à análise de riscos no título “7.1 INDENIZAÇÃO POR PERDA DE VIDAS HUMANAS”.

De acordo com o documento, a “indenização por perda de vidas humanas é o tema com maior divergência de opiniões, elevado grau de incerteza e questões éticas associadas” (VALE S/A, 2015, p. 22). Esta complexidade, entretanto, não impede a empresa de buscar justamente a redução deste grau de incerteza por meio de atribuição de padrões de mensuração ao valor da vida humana. São discutidos no documento três métodos, assim, denominados: “Valor de uma Vida Estatística (VSL)”, “Valor de Indenização Determinado pela Justiça” e “Curva de Tolerabilidade de Riscos”. Não é nosso objetivo aqui explorar as particularidades de cada uma destas metodologias, mas observar o caráter distópico que se

¹³ Este documento foi localizado na instrução da Ação Civil Pública nº 0010080-15.2019.5.03.0142, 5ª Vara do Trabalho de Betim, tendo o polo ativo formado pelo Ministério Público do Trabalho, pela Defensoria Pública da União e por sindicatos representantes de trabalhadores. A parte requerida é a Vale. O documento encontra-se disponível no portal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, podendo ser verificado e consultado pelo sítio <<https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>> com o uso dos seguintes códigos: 19022515084199700000083252440, 19022515084967100000083252460 e 19022515090136300000083252489.

faz presente na própria proposta e nos objetivos corporativos da discussão materializada neste documento da Vale. Com base no “terraplanismo jurídico” da integralidade da reparação, para retomar a noção acima levantada, o Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Ferroso da terceira maior mineradora do mundo parece agir com naturalidade ao precificar a vida humana.

Como está expresso no próprio documento da Vale e bem sedimentado nas práticas jurídicas relacionadas à responsabilidade civil, a reparação dos danos e perdas deve incluir danos materiais (prejuízos de natureza patrimonial ou pecuniária) e danos imateriais (aqueles que afetam negativamente valores, interesses e bens jurídicos relativos à conformação e expressão da personalidade e da dignidade da pessoa humana). Porém, há aspectos materiais e simbólicos da vida que não são passíveis de reparação. Há perdas tão severas – de vidas, histórias, trajetórias – que processo indenizatório nenhum seria capaz de repor o estado anterior das coisas. Por outro lado, este mesmo documento apresenta uma seção intitulada “VALORAÇÃO – IMAGEM EMPRESA”, que apresenta uma profunda preocupação com o efeito midiático de seus danos, o que corrobora os questionamentos sobre RSC abordados anteriormente:

A divulgação de notícias negativas e de impactos/acidentes tem a capacidade de mudar o conceito que a sociedade possui em relação à empresa, podendo resultar em recusa de produtos, cancelamento de contratos, queda de ações no mercado financeiro, dentre outros efeitos. [...] O bem a ser protegido ou lesado seria a imagem, a reputação, o conceito que as pessoas fazem ou faziam da vítima (**a empresa**). A exposição de notícias verdadeiras, ou mesmo infundadas, publicamente abala a imagem e compromete a credibilidade, levando à perda de respeito e valor do indivíduo/empresa [...] **O desempenho ambiental e social tem se tornado uma preocupação no mundo corporativo, devido a cobranças da sociedade** (VALE S/A, 2015, p. 33, grifos nossos).

Analisando o caso sob o efeito do estranhamento, notamos que há certa semelhança entre a expressão documental do modo necrocontábil de agir da Vale e os temporizadores biomecânicos de *O Preço do Amanhã*. Em ambos os casos, existe um caráter distópico na aceitação da premissa de que é possível atribuir um padrão métrico à extensão da vida: na ficção, o tempo-moeda; na realidade, o dinheiro magicamente indenizatório. Este distanciamento da automatização das práticas jurídicas provocado pela leitura do documento da Vale, sobretudo consideradas as entranhas distópicas do contexto pós-rompimento em que ele este se insere, confirmam, em certa medida, a aproximação produzida à caracterização da “*forma da violação do direito*” em Uchimura (2018, p. 203):

Desde os acúmulos propiciados pelo debate soviético sobre o fenômeno jurídico, a crítica marxista ao direito descobriu que, na dinâmica das relações de produção capitalistas, a forma jurídica apresenta-se como a via histórica da separação entre o ser humano e as próprias faculdades vitais e, com isso, da mercantilização da vida. A força de trabalho, afinal, não pode ir por si própria ao mercado para alimentar o ciclo de reprodução do capital. O encontro entre sujeitos de direito é um processo necessário ao processo de valorização, e daí se desenvolve historicamente a forma jurídica. A forma da violação do direito, por sua vez, apresenta-se de modo

complementar como a via histórica da calculabilidade de pretensões entre estes sujeitos.

Esta crítica ao uso da forma da violação do direito pelas empresas em suas práticas predatórias não implica, porém, desconsiderar as possibilidades de organização e luta popular que nela estão contidas. Ao planejamento tecnocrático estratégico das empresas, materialmente expresso aqui com a racionalidade expressa no documento interno da Vale, contrapõe-se a resistência e o planejamento popular, tema que gostaríamos seguir investigando a partir da discussão esboçada a seguir.

2.2 Resistência, planejamento e luta

Na ação política, na organização popular e no embate com Estado e empresas mineradoras nasce a resistência. Como parte integrante do caráter distópico da realidade vivida em regiões mineradoras, há quem conteste a aparente naturalidade e a automatização dos processos sociais decorrentes da presença do extrativismo de escala industrial em seu território. Lutam coletivamente pelo reconhecimento de suas pautas.

Muitos dos grupos populares que começaram a se organizar para resistir à ação das mineradoras não contam inicialmente com uma mobilização interna muito grande. As lutas populares estão inseridas em lutas políticas mais amplas, em que estão presentes lideranças políticas, organizações da sociedade civil e movimentos populares¹⁴ de caráter nacional com histórico de acúmulo de experiências, como o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e o MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração. Desta forma, atingidos organizados em luta se juntam a instituições e Assessorias Técnicas Independentes para conquistar espaços políticos, entrando em embate com forças políticas e econômicas poderosas, mesmo cada vez mais conscientes das condições extremamente desiguais de poder na qual se encontram. A fim de realizar denúncias e pressão política, de forma a tensionar estruturas existentes, exigem condições democráticas de decisão e espaços possíveis de negociação.

A população organizada instaura o conflito social ao mesmo tempo em que é resultado desse mesmo conflito. A situação de ameaça e o sentimento de injustiça são fatores que favorecem a unificação de lutas populares e a mobilização de comunidades no intuito de se organizarem para resistir. No curso da luta por direitos, notamos serem comuns processos de apropriação popular da linguagem especializada jurídica, em grande parte resultado do contato com o acúmulo histórico de movimentos populares e grupos organizados. Ao mesmo

¹⁴ Consideramos movimentos populares aqueles que se orientam “pela contestação de eixos articulares de nossa realidade social” (PAZELLO, 2014, p. 29). Para um aprofundamento na distinção entre movimentos sociais e populares e uma caracterização destes como formas sociais do capitalismo, ver Pazello (2014, p. 26-37).

tempo que se reconhece a linguagem técnica como instrumento de dominação, apropria-se dela para representar interesses legítimos e dar expressão discursiva à luta. Para Gisele Tanaka, “[n]ão é uma linguagem externa a eles, mas um discurso que incorporam, somando valores próprios, e dentro de um campo de disputa e de construção de sentidos (2017, p. 263)”.

Conforme Souza e Carneiro (2019) e Moreira e Momm (2020), em contextos de violação reiterada no tempo, parece inegável a necessidade de assessoramento técnico e informado que viabilize levantamento dos danos oriundos do rompimento contemplando sua complexidade, tendo em vista a interpretação dos danos e o respeito ao modo de vida das comunidades atingidas, segundo a sua própria narrativa. Cabe aos atingidos narrarem aquilo que lhes parece prioritário diante de experiências trágicas que eles não escolheram viver, para dizer o mínimo. No entanto, nos casos dos rompimento das barragens de Fundão e Feijão, o que podemos notar é que o processo de disputa é complexo, injusto e assimétrico – tão violento quanto o próprio crime ambiental, dado que se arrasta no tempo, conflitando com as urgências de atingidas e atingidos pela retomada de suas vidas.

As Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) são compostas por profissionais engajados e alinhados com objetivos emancipatórios do coletivo popular. Além do domínio da linguagem técnica, tem-se uma sensibilidade para dialogar e construir espaços coletivos, para além da “participação”. Trata-se de experiências que, com isso, se aproximam do conceito de planejamento militante, discutido por Faria e Pontes (2016) no campo do planejamento conflitual. As assessorias técnicas, como parte do sujeito do planejamento, buscam reconhecer e incorporar demandas, propostas e desejos dos moradores, assim como construir soluções conjuntas, porém que respeitem o princípio da centralidade das vítimas. A comunidade, por sua vez, “estabelece uma relação de confiança política com a assessoria, para a compreensão de conflitos internos, e construção coletiva de formas de lidar com eles (TANAKA, 2017, p.271)”.

Dentre os muitos desafios que a população atingida e suas assessorias ainda enfrentam está o de confrontar tecnicamente o poder concentrado pelas empresas sobre os órgãos ambientais, governamentais e jurídico, conforme alerta Acselrad (2018). Isso nos revela um papel importante para as assessorias no auxílio à formação política das atingidas e atingidos para a disputa por seus direitos. Não por outra razão, no processo de reparação de danos e perdas causados pelo rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP), há hoje uma disputa complexa em jogo: no momento em que escrevemos, há 16 territórios com o processo de contratação de suas respectivas assessorias em suspenso por não haver negociação possível com os agentes poluidores. Há indícios de que estes trabalharam em função de inviabilizar a chegada das novas ATIs nos territórios buscando previamente deslegitimar seu trabalho. Neste contexto, o que se vê na análise do arrastado e errante

processo dito de reparação no caso dos atingidos pelo rompimento de Fundão, é a luta que persiste por mais de 5 anos, por um processo justo e que dê participação protagônica¹⁵ à população atingida através da ação de movimentos populares e assessorias técnicas.

A este ponto podemos lembrar o processo de acordo de reparação de danos após os rompimentos das barragens de Fundão e Feijão. Na Bacia do Rio Doce, o primeiro acordo foi realizado em um processo reconhecidamente atropelado, sem envolvimento do Ministério Público e das populações atingidas. Só depois de muita luta e com o envolvimento de aliados políticos – tais quais movimentos populares, instituições do sistema de justiça e grupos universitários pesquisa – foi possível garantir o direito à ATI e reconhecer o princípio da centralidade da vítima no processo de reparação. Formalmente, isso se deu com a assinatura do Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar em novembro de 2017, ou seja dois anos após o rompimento da barragem.¹⁶ De forma similar, em fevereiro de 2021, no principal processo judicial envolvendo o desastre-crime da Vale em Brumadinho, foi firmado acordo pelo Estado de Minas Gerais, instituições de Justiça e a mineradora, com a intermediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sem a participação efetiva da população atingida, apresentando novamente o caráter opressor e distópico da questão mineral no país. A este respeito, parece-nos importante reproduzir parcialmente nota do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens:

O governador Romeu Zema (Partido Novo), de maneira mentirosa, afirmou que “todas as partes envolvidas participaram” e que esta foi “uma participação como poucas vezes se viu em Minas Gerais”. Desde outubro de 2020, o acordo é construído sem nenhuma participação dos atingidos, representantes ou comissões na mesa de negociação. Apenas em uma das reuniões, os atingidos foram convidados a estarem presentes na sala e apenas como ouvintes, sem direito a fala, representando uma ideia falsa de participação no acordo. E os atingidos não aceitaram. Este é o acordo dos “de cima”, envolvendo a criminosa e quem deveria fiscalizar, impedir e punir o crime. [...] Este é, em suma, um grande negócio entre a mineradora criminosa e o governo liberal de Zema, que buscam, juntos, a publicização de valores bilionários, com verniz de reparação, mas que na prática representam propaganda eleitoral e indicativo de boas condutas para o aumento das ações internacionais da mineradora. Fica claro nas contas apresentadas que o Estado alcançou se objetivos de receber quase 27 bilhões, em troca apenas de 9 bilhões aos atingidos, descontando inclusive o pagamento emergencial já feito nesses dois anos, o que é um absurdo. Isso mostra claramente a intenção da proibição da participação dos atingidos nos processos de negociação, porque foram eles que saíram prejudicados com essa negociação, o que representa uma violação clara aos direitos básicos da população da bacia do rio Paraopeba, que ficou destruído após o crime. [...]. (MAB, 2021).

Neste processo histórico de caráter distópico expresso de modo concentrado em um acordo “absurdo”, como qualifica a nota do MAB acima, é importante observar que o contexto de conflito social impõe limitações e tensões ao planejar. O tempo dos processos junto às assessorias é dado em contextos muitas vezes de ameaças iminentes. O tempo das ações

¹⁵ A respeito da distinção entre participação agônica e protagônica dos atingidos por barragens, cf. Pazello, Uchimura e Ferreira (2019).

¹⁶ Para análise mais detalhada deste histórico, cf. Moreira e Momm, 2020

junto às populações atingidas é limitado, embora seja requisito central para que a construção coletiva se realize. Estas limitações são bem pontuadas por Gisele Tanaka:

O conflito exige a mobilização política e respostas imediatas, e a opção por planejar exige tempo para organização coletiva, levantamentos, organização e compartilhamento de informações, trocas de saberes, elaboração de propostas e tomada de decisões [...]. O contexto de conflito, ao mesmo tempo em que cria as condições para que um coletivo se forme e constitua para si uma identidade política, impõe limitações temporais, que não permitem, por exemplo, a realização plena de um processo de educação popular, respeitando os tempos necessários para a troca de saberes e apropriação dos processos por todos os envolvidos. (TANAKA, 2017, p.261).

A luta popular vai além da denúncia e propõe alternativas, reivindicando determinada ética pública, historicamente construída. O planejamento popular e emancipatório das atingidas e atingidos se coloca, portanto, como um recurso de poder, de utilização da linguagem técnica para confrontar os agentes opressores nos seus próprios termos, de uma linguagem de direitos para reivindicar uma legitimidade social. “A seu modo, sujeitos políticos têm conseguido conquistar e criar espaços. Seus alcances não podem ser medidos em si mesmo mas tem que ser inseridos no contexto das lutas (TANAKA, 2017, p. 273)”.

Para a efetividade de um processo de reparação minimamente equilibrado, é essencial dar centralidade às causas das populações atingidas, assegurando sua participação ao longo do processo de definição, negociação e implementação dos programas, projetos e ações de reparação (PINHEIRO *et al*, 2019). A reparação integral dos danos é, ao fim e ao cabo, uma meta sabidamente inatingível, como abordamos na seção 2.1 deste artigo, mas que, no entanto, pode ser entendida como balizadora de uma luta pela justiça possível diante da perversidade dos fatos. Somada à utopia de um mundo sem rompimentos de barragens, a reparação integral é também bandeira utópica, pois, ao mesmo tempo que impossível, é marco mobilizador de um caminhar espantado pelo caráter distópico das ações violentas das mineradoras transnacionais.

Conforme exposto na introdução, os elementos aqui articulados expressam o atual estágio de algumas das discussões que vimos realizando em torno dos pontos de intersecção de nossas pesquisas de doutoramento. Esperamos seguir investigando os objetos aqui delimitados e aprofundando estas primeiras aproximações em futuras oportunidades.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri et al. *Políticas Territoriais, Empresas e Comunidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

ACSELRAD, Henri. Autoritarismo mineral. 04 set. 2020. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/09/04/autoritarismo-mineral-por-henri-acselrad/>>, *Racismo Ambiental*, 4 set. 2020. Acesso em: 19 fev. 2020.

ANGELO, Maurício. 50 maiores mineradoras do mundo atingem US\$ 1 trilhão em valor de mercado pela primeira vez. *Observatório da Mineração*, 13 out. 2020. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/50-maiores-mineradoras-do-mundo-atingem-us-1-trilhao-em-valor-de-mercado-pela-primeira-vez/>>. Acesso em 19 fev. 2021.

ARÁOZ, Horacio Machado. *Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade*. Editora Elefante, 2020.

CHKLOVSKI, Victor. A arte como procedimento. CHKLOVSKI, Victor et al. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1973. p. 39-56.

COELHO, Alexandra Lucas. José Eduardo Agualusa e a amável ditadura de Angola. Entrevista com José Eduardo Agualusa. *Público*, 3 jun. 2008. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2009/06/03/culturaipsilon/noticia/jose-eduardo-agualusa-e-a-amavel-ditadura-de-angola-233271>> Acesso em: 12 fev. 2020.

COELHO, T. *Noventa por cento de ferro nas calçadas: mineração e (sub)desenvolvimentos em municípios minerados pela Vale S.A.* 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

COELHO, Tadzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. *A empresa, o estado e as comunidades*. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (Orgs.): *A questão mineral no Brasil – Vol.2. Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/ BHP Billiton*. Pará: Editorial Iguana, 2016. p.183-227.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter antropológico blues. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia*, n. 27, mai./1978.

EAGLETON, Terry. Utopia and its opposites. *Socialist Register*, v. 36, 2000.

FARIA, José Ricardo; PONTES, Daniela Regina. Planejamento militante. In: OLIVEIRA, Fabricio Leal de; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Gisele; MONTEIRO, Poliana. *Planejamento e conflitos urbanos: experiência de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 231-269.

FONSECA, Ana Margarida. *Cartografias imaginárias: representações de espaços distópicos em José Saramago, José Eduardo Agualusa e Ignácio Loyola de Brandão*. Em: REIS, Carlos. José Saramago. 20 anos com o Prêmio Nobel. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2020. p. 15-30.

HERKNER, E. M. H. Responsabilidade Social Corporativa: o caso da Samarco S/A. *Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS*, GT10, 2020.

IN TIME. Direção: Andrew Niccol. Título lançado no Brasil: “O Preço do Amanhã”. EUA: 20th Century Fox, 2011.

JUCÁ, Beatriz. O valor de uma vida exposta ao risco das barragens da Vale: 2,6 milhões de dólares. *El País*, 17 fev. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/14/politica/1550171184_562739.html>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. *MAB irá recorrer ao STF, após acordo entre Vale e governo de MG sobre Brumadinho*. 04 fev. 2021. Disponível em: <<https://mab.org.br/2021/02/04/nota-mab-ira-recorrer-ao-stf-apos-acordo-entre-vale-e-governo-de-mg-sobre-brumadinho/>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. Duas provocações ecossocialistas e abolicionistas à luz dos desastres empresariais de Mariana e Brumadinho. *InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, n. 5, v. 2, p.166-87.

MILANEZ, B. ET AL. Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, v. 3, 2019, p. 45-55.

MOREIRA, Renata E; MOMM, Estefania. O papel e limite das Assessorias Técnicas Independentes no desastre-crime da Samarco (VALE/BHP BILLITON). Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT10, evento virtual, 2020.

PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Curitiba, Curitiba, 2014.

PAZELLO, Ricardo Prestes; UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli; FERREIRA, Matheus Soares. A acumulação originária que se renova: aproximações antropológico-jurídicas ao confronto entre a saúde do capital mineral e a dos atingidos de Barra Longa. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 7, n. 1, p. 279-301, 31 jan. 2021.

PENIDO, Marina de Oliveira. Bio (necro) política da mineração: quando o desastre atinge o corpo-território. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 63, n. 2, p. 38-51, 2018.

PINHEIRO, F. D.; VIEIRA, F. B.; VAINER, A.; GIMÉNEZ, M. J. O Direito à Reparação Integral dos atingidos por barragens de rejeitos e o avanço das políticas para evitar novos desastres: reflexões a partir do caso da Samarco em Mariana/MG, *Anais do 18º Seminário de Diamantina*, cidade, 2019.

PRATA, Daniela Arantes. *Criminalidade Corporativa e vitimização ambiental: análise do caso da Samarco*. São Paulo: LiberArs, 2019.

SOUZA, Tatiane Ribeiro; CARNEIRO, Karina. G. O direito das "pessoas atingidas" à assessoria jurídica independente: o caso de Barra Longa. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, n. 8, v. 2, 2019, p. 187-209.

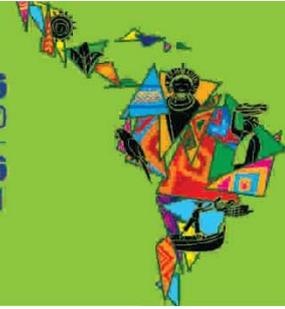
TANAKA, G. *Planejar para Lutar e Lutar para Planejar*. Possibilidades e Limites dos planejamentos alternativos. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017

UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. *A estranha forma da violação do direito*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná, 2018.

VALE S/A. *Análise de Riscos em Barramentos*. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Ferroso. [s.l.], 2015.

WISNIK, Guilherme. *Dentro do nevoeiro: arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas*. São Paulo: Ubu, 2018.

WISNIK, José Miguel. *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



GT 03 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

Enquadramentos socioambientais de resistência à atividade mineradora no contexto dos grandes desastres

Raquel Lucena Paiva (Ufes)¹

RESUMO

Este artigo propõe um olhar sobre as disputas relativas aos enquadramentos socioeconômicos e ambientais que giram em torno da atividade mineradora, a partir de uma perspectiva que observa as estratégias de legitimação destas empresas e as interações e resistências construídas pelos movimentos sociais e outros atores afetados por estes problemas. A partir do contexto dos dois grandes desastres que se iniciaram na Região Sudeste do Brasil, em 2015 e 2019, este texto apresenta o contexto da atividade mineradora na América Latina e os fatores estruturais percebidos por diversos analistas como fatores correlacionados aos desastres tecnológicos provocados pelas grandes mineradoras: Vale, Samarco e BHP Billiton. Com enfoque interacionista, este texto se debruça sobre os discursos socioambientais e as visões de natureza e de desenvolvimento envolvidos nestes conflitos e disputas.

Palavras-chave: interacionismo simbólico; mineração; economia ecológica; sociologia ambiental; sociologia dos desastres.

1. INTRODUÇÃO

O extrativismo minerador é uma atividade que perpassa todo o histórico de apropriação colonial, dentro de um processo de expansão do modo de vida ocidental que se estende aos dias atuais. A densidade simbólica dos metais atravessa as relações sociais, políticas e econômicas mas seu poder cortante não é nem um pouco abstrato, mas se fundamenta na expropriação de territórios e controle sobre governos, populações e indivíduos, seja por meio dos benefícios econômicos oferecidos ou por estratégias bastante diversas, todas utilizando um poder descomunal, capaz de remover montanhas.

Este artigo propõe um olhar sobre as disputas relativas aos enquadramentos socioeconômicos e ambientais que giram em torno da atividade mineradora, a partir de uma perspectiva que observa as estratégias de legitimação destas empresas e as interações e resistências construídas pelos movimentos sociais e outros atores afetados por estes problemas.

¹ Mestre e doutoranda em ciências sociais, graduada em comunicação social. Membro do grupo de pesquisa Organon. Email: raquel@eloseartes.com.br

Os conflitos relacionados à atividade mineradora tornaram-se mais visíveis e intensos a partir dos dois grandes crimes-desastres provocados pelas mineradoras Vale S/A, BHP Billiton e Samarco S/A. O primeiro, iniciado em Mariana e o segundo, em Brumadinho, ambos em Minas Gerais, com impacto sobre toda a bacia do Rio Doce, litoral do Espírito Santo e Bahia, bacia da Rio Paraopeba e Rio São Francisco. Os rompimentos da barragem de Fundão, em Mariana, em 2015 e da Barragem I, do complexo do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019, soterraram comunidades e mataram quase trezentas pessoas.

A dimensão desses impactos é ainda maior quando consideramos sua dimensão temporal, visto que os desastres não se limitam ao evento catastrófico, mas deve ser entendido como situação e como processos duradouros de crise social, “[...] frequentemente intensificada pelos encaminhamentos institucionais que lhe são dirigidos, o que faz perpetuar o sofrimento social” (ZHOURI; VALENCIO; OLIVEIRA, 2016, p. 36).

As ações de legitimação ou de enfrentamento à atividade mineradora ou aos desastres da mineração passam pelos enquadramentos interpretativos construídos em torno dos mesmos. Segundo Blumer (1984, p. 2), “[...] os seres humanos agem sobre as coisas com base nos significados que as coisas têm para os mesmos [...]”.

No contexto da atividade mineradora na Região Sudeste, a nomeação do estado de Minas Gerais traz em si a disputa contínua pela legitimação da mineração como uma vocação inerente ao território, o mesmo ocorre em relação à região dentro deste estado denominada de quadrilátero ferrífero. Ambas as expressões são questionadas e ressignificadas nas disputas discursivas em torno do tema.

Em audiência realizada na Câmara dos Deputados, semanas após o rompimento da barragem em Brumadinho, a integrante do Movimento Águas e Serras de Casa Branca e da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, Carolina de Moura Campos reafirma a proposta de mudança social e discursiva defendida pelo movimento do qual faz parte:

[...] Minas não é um estado que tem mineração no nome, essas minas são de águas. Minas de Águas Gerais. Não é Quadrilátero Ferrífero, é Quadrilátero Aquífero, o nosso território está absolutamente saturado de mineração [...] (CAMPOS, 2018, informação verbal)

Aplicando o princípio do interacionismo simbólico acima citado, os seres humanos agem sobre territórios e lugares a partir dos significados atribuídos sobre os mesmos, considerando o estado como um grande projeto de mineração ou como um lugar onde se vive e onde as riquezas naturais garantem as condições de vida, como água e alimentos, além de todos os aspectos culturais, afetivos e de pertencimento envolvidos nessa relação.

Este artigo apresenta disputas argumentativas e enquadramentos de ações coletivas que fazem parte do contexto de interações nos quais se envolvem populações

afetadas, atores acadêmicos, representantes estatais, as empresas e os atores por elas mobilizados e os movimentos sociais de resistência ao modelo de mineração implantado no Brasil.

Como parte do processo de doutoramento em ciências sociais², este artigo utiliza fragmentos do recorte utilizado na tese, que se refere aos materiais de comunicação produzidos pelos movimentos sociais e pelos agentes que desenvolvem argumentações favoráveis à mineração, para evidenciar as interações e os conflitos em torno do tema. As organizações da sociedade civil analisadas foram percebidas como relevantes devido à representatividade das mesmas e pela forte presença nas mobilizações e nas disputas argumentativas em torno do tema. São eles: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM).

Com enfoque interacionista, este texto se debruça sobre os discursos socioambientais e as visões de natureza e de desenvolvimento envolvidos nestes conflitos e disputas. Apresenta o contexto da atividade mineradora no Brasil, que obedece a uma lógica da divisão internacional do trabalho que reserva à América Latina e outras regiões periféricas o *status* de exportadores de matéria-prima. Discorre sobre os fatores percebidos como codeterminantes para a ocorrência dos desastres e explora peças de comunicação produzidas tanto por atores que almejam construir uma visão positiva da mineração como pelos movimentos sociais de contestação aos argumentos e artifícios utilizados para legitimar o setor.

2. INTERACIONISMO SIMBÓLICO E ENQUADRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS

Conforme citado na introdução, Herbert Blumer (1984, p. 2) define como princípio do interacionismo simbólico a centralidade do processo de significação. A partir da primeira premissa, de que "[...] os seres humanos agem sobre as coisas com base nos significados que as coisas têm para os mesmos [...]", acrescenta-se a segunda premissa, de que "[...] o significado de tais coisas derivam do, ou surgem do, interacionismo social que se tem com os companheiros [...]". Por fim, a terceira premissa enfatiza que "[...] estes significados são tratados, e modificados, por meio de processos interpretativos, usados pelas pessoas para lidar com as coisas que encontram [...]".

Blumer (1984, p. 4) reconhece que outras abordagens compartilham a primeira premissa com o interacionismo simbólico e defende que a segunda premissa estabelece melhor esta linha de diferenciação, quando enfatiza que a fonte dos significados deriva das interações sociais, e acrescenta que "[...] o significado de uma coisa para uma pessoa,

² Pesquisa em andamento, com título provisório: Crimes e tragédias da mineração, enquadramento e contradiscursos dos movimentos sociais, percebidos nas narrativas dos desastres socioambientais provocados pela atividade mineradora; orientada pela Prfa. Dra. Cristiana Losekann.

crece nas maneiras em que outras pessoas agem com a pessoa com relação às coisas [...]".

Ao definir 'coisas', amplamente abordadas nas premissas, como objetos físicos (árvore, casa), sociais (mãe, presidente, trabalhadores) ou abstratos (princípios morais, doutrinas filosóficas, ideias como justiça, exploração etc), as implicações socialmente envolvidas no processo de significação são expandidas para percepções mais abrangentes, como o meio ambiente, percebido como os mundos de objetos compartilhados por algumas pessoas. Segundo Blumer (1984, p.11):

[...] o meio ambiente consiste somente dos objetos que determinados seres humanos reconhecem e conhecem. A natureza deste meio ambiente é estabelecida pelos significados que os objetos que o compõem têm para aqueles seres humanos. Indivíduos, também grupos, que ocupam ou vivem na mesma localização espacial talvez tenham, portanto, ambientes muito diferentes; como nós falamos, pessoas podem viver lado a lado e ainda estar vivendo em mundos diferentes [...]

A partir dos princípios do interacionismo simbólico propõe-se pensar os enquadramentos da mineração dentro dos conflitos ecológicos distributivos com os quais se ocupa a ecologia política (ALIER, 2011). Estes processos estão inseridos nas disputas em torno dos mecanismos de significação dos discursos ambientais, pensando estes como constitutivos da realidade socioambiental, visto que são partes integrantes do processo de moldar, orientar e negociar significados valores e relacionamentos, defender perspectivas e negociar crenças, sentimentos, entre outros aspectos (COX, 2018).

Considerando-se, portanto, os aspectos constitutivos e pragmáticos da linguagem, a densidade histórica dessas construções sociais e o processo contínuo de interação dos processos interpretativos, pode-se identificar *frames*, ou molduras interpretativas, relacionadas aos impactos socioambientais da atividade mineradora e aos desastres tecnológicos provocados por estas empresas.

Os movimentos sociais estão entre os atores que participam diretamente das disputas relacionadas aos enquadramentos. Benford e Snow (2000, p. 613) os considera "[...] agentes ativamente engajados na produção e manutenção de significados para os seus participantes, antagonistas e espectadores, ou observadores [...]". Neste processo, os movimentos sociais atuam em relações de cooperação ou conflito com outros atores relevantes, como a mídia, os governos e as empresas.

A partir dos *slogans* utilizados pelos movimentos sociais estudados apresentam-se núcleos de significados que expõem os enquadramentos centrais desenvolvidos pelos mesmos. O *slogan* do MAB defende que "água e energia não são mercadorias", o MovSAM afirma que "minério não se bebe" e o comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração não utiliza *slogan*, porém o próprio nome da organização cumpre esta função.

Utilizando estes *slogans* como núcleos de enquadramento, percebe-se a ênfase do MAB na importância de se impor limites ao capitalismo. A água, juntamente com a energia,

ocupa posição central na definição do problema, de maneira que se deixa em aberto as valorações possíveis ao elemento natural, desde que dentro de uma gama de utilizações que não a reduza à condição de mercadoria.

O MovSAM também traz a água ao centro do enquadramento, embora não utilize a palavra diretamente no *slogan*, valoriza a água como um elemento insubstituível. No caso, defende a inviabilidade de que seja substituída por minério, remetendo ainda ao metal como metáfora financeira, uma riqueza ilusória que não satisfaz às necessidades materiais básicas de todos os seres vivos.

Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração remete à soberania e à sobreposição dos aspectos naturais, culturais, populacionais e políticos que envolvem a questão territorial. Define, no próprio nome, a mineração como uma ameaça aos territórios e à territorialidade. Trata-se de um enquadramento com contornos mais amplos, em consonância com a posição desta organização como um comitê que agrupa diversos movimentos sociais.

Percebendo-se estes enquadramentos como partes de conflitos mais amplos, é necessário compreender a densidade temporal das interações que resultaram nestas molduras interpretativas e a complexidade das relações de poder, resistências, dominações e apropriações envolvidas nos conflitos ecológicos distributivos fomentados pela mineração.

3. MINERAÇÃO

A apropriação colonial do continente americano foi amplamente fomentada pelos interesses mineradores. Ao ciclo do ouro se sucederam vários outros ciclos minerários, mas a presença impactante da atividade foi constante desde a chegada dos europeus, no século XV. O estado de Minas Gerais, epicentro dos dois desastres abordados neste artigo, tornou-se o núcleo da atividade mineradora e o Espírito Santo também teve seu uso territorial definido pelos interesses coloniais em relação à exploração mineral, visto que era proibida a construção de estradas ligando o Espírito Santo a Minas Gerais, para garantir o controle da corte sobre o ouro, que deveria ser exportado pelo Rio de Janeiro.

Trocate e Coelho (2020) apresentam um panorama dos altos e baixos da mineração no Brasil e cita descrição de Auguste Saint Hilaire, que percorreu diversas províncias brasileiras no século XIX e falou da pobreza dos habitantes das regiões mineradoras e das muitas crateras produzidas no solo pela mineração.

Em 1942 foi fundada a Companhia Vale do Rio Doce, como parte dos Acordos de Washington, no qual o governo do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra firmaram acordo de cooperação para implantar a companhia e o Brasil fornecer ferro para a indústria bélica destes países. Neste acordo, os Estados Unidos financiou U\$ 14 milhões, a Inglaterra entrou com jazidas de ferro de sua propriedade no território brasileiro, o governo brasileiro se comprometeu com a modernização da Estrada de Ferro Vitória Minas e a CVRD se

comprometia em vender toda sua produção, em torno de 1,5 milhões de toneladas de minério de ferro, para estes países, a preços abaixo dos praticados no mercado mundial (TROCATE; COELHO, 2020).

Muitos outros fatores históricos serviriam para ilustrar a trajetória brasileira de exploração mineral, mas o objetivo não é oferecer um relato exaustivo do processo histórico, mas contextualizar este processo dentro da trajetória de exploração colonial, que se perpetuou após a precária independência política e se reconfigurou com os processos de financeirização, os ciclos neoextrativistas e a radicalização do neoliberalismo.

Já no século XXI, o neodesenvolvimentismo e o neoextrativismo deram o tom do contexto econômico dentro do panorama do superciclo das *commodities*, período em que ocorreu um crescimento rápido e expressivo na demanda por matérias-primas, fomentado, principalmente, pela industrialização da Ásia, em especial, da China. Neste processo, as importações globais de minerais saltaram de US\$ 38 bilhões, em 2003, para US\$ 277 bilhões, em 2013, refletindo aumentos na demanda e nos preços (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Porém, seguindo a tendência cíclica de instabilidade, o valor da exportação de minérios no Brasil caiu de US\$ 44,2 bilhões para US\$ 28,4 bilhões, entre 2011 e 2014. Essas oscilações geram reflexos no mercado, com o fechamento de mineradoras menores e ampliação de algumas maiores, que optam por ampliar a extração de matéria-prima para compensar a baixa nos preços. Porém, mesmo para as grandes mineradoras, a expansão da produção foi acompanhada da redução de custos operacionais e do preço por tonelada, podendo vir acompanhada de resultados econômicos negativos (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

4. OS CRIMES-DESASTRES E SEUS CONTEXTOS

O rompimento da barragem Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A., com participação da Vale S. A. e da BHP Billiton, no município de Mariana, Minas Gerais, ocorreu em 05 de novembro de 2015, dezenove pessoas morreram e centenas de moradias foram destruídas, riscando do mapa duas pequenas comunidades, suas rotinas e suas histórias e afetando fortemente diversas localidades em toda a extensão do rio Doce.

Aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos da atividade mineral foram derramados nos rios e carreados até o rio Doce, percorrendo uma extensão de aproximadamente 600 km até o oceano, traçando um caminho de destruição que é contínuo e tem consequências negativas para diversas espécies animais e vegetais, afetando também as relações ecossistêmicas no rio, nos estuários e no mar.

Algumas das primeiras notícias sobre o rompimento da barragem Fundão seguiram a nomenclatura utilizada pela própria empresa e o evento chegou a ser classificado como

'acidente', fato que gerou forte reação popular. Nas redes sociais foi criada a *hashtag* #NãoFoiAcidente. Neste contexto, indivíduos e coletividades propõem evidenciar estes fatores e classificam tais acontecimentos como 'crimes'. A coerência lógica deste enquadramento se fundamenta em informações relativas às omissões e descumprimento de normas de segurança, entre outras irregularidades.

Três anos após o crime-desastre da mineração iniciado em Mariana, a barragem da Vale em Brumadinho se rompe, interrompendo a vida de duzentos e setenta e duas pessoas, sendo que alguns corpos não foram encontrados. A comovente perda de uma quantidade tão expressiva de vidas humanas delineou um enquadramento predominante em torno da tragédia humana; a dimensão ambiental deste crime tem sido menos problematizada que no desastre do rio Doce.

Ambos os desastres estão inseridos dentro de uma tendência cíclica, que se pode observar a partir da análise da correlação entre o período do pós-*boom* das *commodities* (período de desvalorização após o *boom*) e o aumento no número de rompimento de barragens. A análise de um período de 45 anos, realizada por Davis e Martin em 2009 (*apud*, ZONTA; TROCATE, 2016) evidencia o aumento no número de rompimento de barragens de rejeitos no período recessivo dos ciclos de preços dos minérios.

O levantamento e a análise destes dados, em paralelo a diversas outras evidências, fundamentam a avaliação de que os desastres provocados pela Vale, Samarco e BHP fazem parte dos negócios da mineração:

Assumindo a plausibilidade de tais análises, deve-se considerar que, se a volatilidade dos preços é uma característica intrínseca ao mercado de minérios, assim também seria o rompimento das barragens. Dessa forma, os diversos episódios de rompimento das barragens de rejeitos citados neste relatório não deveriam ser vistos como eventos fortuitos, mas como elementos inerentes à dinâmica econômica do setor mineral (ZONTA; TROCATE, 2016, p. 22)

A financeirização do setor mineral também interfere nas estruturas de poder e governança. Definida por Trocate e Coelho (2020, p. 83), como "[...] o processo no qual o modo de acumulação de riquezas se baseia no poder crescente do setor financeiro [...]", a financeirização foi um fator decisivo para uma série de mudanças na estrutura de governança da Vale, nas últimas décadas (MILANEZ; MAGNO; SANTOS, 2019). A lógica do mercado financeiro, com suas estruturas acionárias pulverizadas, dificulta a responsabilização em relação à ocorrência dos desastres.

Os fatores institucionais também são fatores determinantes na configuração das estruturas deste setor, no qual os desastres fazem parte da rotina operacional. Porém, o controle estatal das normas técnicas e ambientais não pode ser percebido como dissociado dos fatores econômicos e culturais que o configura. Na análise da correlação entre os rompimentos de barragem e o pós-*boom* das *commodities*, Davies e Martin (*apud* ZONTA; TROCATE, 2016, p. 20) percebem como fatores comuns nestes contextos:

[...] pressa para obter o licenciamento no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e à escolha de locais não adequados para a instalação de projetos; pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode levar a avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos [...]

A ineficácia dos processos de licenciamento, o sucateamento das estruturas de fiscalização e a ineficácia dos sistemas de monitoramento são fatores que acumulam diversos exemplos de mal funcionamento, fartamente denunciados na imprensa e nas publicações relacionadas ao rompimento dessas duas barragens.

Dando um exemplo de como este aparato técnico-normativo não reflete a realidade dos riscos, as três barragens da Samarco em Mariana (Fundão, Germano e Santarém) tiveram sua estabilidade garantida pelo auditor da empresa VogBR, em auditoria realizada em junho de 2015, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente ratificou este parecer dias depois (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

As questões legislativas também se configuram como um campo de disputas onde as mineradoras utilizam o forte poder econômico para garantir vantagens para o setor, em detrimento da segurança das populações e ambientes e da distribuição realmente significativa, em termos proporcionais, dos benefícios angariados com a exploração mineral. As disputas em torno do Novo Código da Mineração se estendem desde 2013 e seu processo tem sido marcado pelo forte *looby* do setor mineral (SILVA; ANDRADE, 2016)

De uma maneira geral, o sistema normativo e o controle e fiscalização das barragens mostraram-se ineficazes para evitar que essas catástrofes acontecessem. Segundo Mansur, Wanderley, Milanez e colegas (2016, p. 36), "[...] a inação do Estado, no que diz respeito a um entendimento amplo e democrático da matriz de disposição e recuperação de rejeitos de mineração no Brasil, provoca uma armadilha de elevação exponencial dos riscos [...]".

Neste contexto, os desastres provocados pela Vale, Samarco e BHP na região sudeste são compreendidos como desastres tecnológicos porque

"[...] as operações de disposição de rejeitos na indústria extrativa mineral (IEM) no Brasil [...] constituem uma opção tecnológica determinada por incentivos de mercado [...] práticas corporativas inadequadas e intensificadoras de riscos socioambientais e da inação estatal no que concerne à fiscalização e ao controle (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2015 *apud* MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ *et al*, 2016, p. 35)

A construção de argumentações contrárias e favoráveis ao setor minerador, é um tipo de disputa que mobiliza novas subjetividades e de diferente paradigmas de conhecimento e ação.

5. A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL

O poder econômico da mineração mobiliza os governos, as pessoas e os imaginários em torno de promessas e recompensas bastante sedutores. Embora o que se deixa para populações e governos locais seja irrisório em relação aos lucros angariados

pelas corporações e seus acionistas e às perdas sofridas por populações e ecossistemas, mesmo assim as cifras financeiras movimentadas são grandes o suficiente para gerar forte dependência econômica em relação à atividade mineradora.

Neste contexto, os movimentos sociais de resistência ao sistema minerador vigente disputam enquadramentos e narrativas em torno da veracidade dos benefícios materiais supostamente trazidos pela mineração e em torno dos ideais de desenvolvimentos possíveis, ou do tipo de desenvolvimento almejado e seus limites.

Dentro do padrão de desenvolvimento econômico dominante, a mineração utiliza como argumentação paralela ao do crescimento econômico a presença dos derivados de sua atividade em praticamente todos objetos do dia a dia, utilizados por todas as pessoas, sendo, portanto, um dos contra-argumentos mais frequentemente utilizado pelos que defendem esta atividade econômica para desqualificar a crítica dos opositores.

Para apresentar esta linha argumentativa frequentemente presente nas interações e disputas discursivas em torno do tema, um vídeo³ compartilhado no canal do Instituto Minere⁴ encarna esta visão de mundo de maneira eloquente. No *lettering* de abertura, uma pergunta resume o argumento, interpelando o expectador: “você já imaginou o mundo sem mineração?”

Nas cenas seguintes, o casal que protagoniza os filmes é apresentado em um cenário de cidade europeia. Um plano de detalhe mostra o parafuso se despregando da parede e a prateleira caindo, situações em que os metais deixam de existir são apresentados em intensidade crescente: as letras de um jornal se desfazem, a aliança derrete na mão, papel de parede se descola, uma mesa desmonta, entra outras cenas no mesmo padrão. Em um crescente apocalíptico, os prédios históricos da cidade desabam, carros desmontam, as cordas dos instrumentos de uma orquestra se rompem em um ápice dramático que antecede a visão de fim do mundo utilizada pelos realizadores.

Em um cenário de deserto e ruínas, pessoas nuas batem com pedras no chão, mobilizando um imaginário bastante clichê de retorno à idade da pedra. A fisionomia do casal também encarna o clichê de humanos primitivos, de cabelos grandes e desgrenhados, sendo que a mulher também traz uma expressão caricata de ignorância ou loucura um tanto intrigante. O homem havia encontrado um espelho e ela demonstra insatisfação com sua aparência, talvez para completar a utilização de todos estereótipos, até os desnecessários para o argumento da mineração.

Este vídeo leva ao extremo a dramatização da dependência do modelo hegemônico da civilização contemporânea em relação a mineração em uma narrativa típica do ponto de

³<https://www.youtube.com/watch?v=dZ64w-wbY2o>

⁴ Instituto que oferece cursos de capacitação voltados para o setor mineral. No vídeo e nos comentários não existe informação sobre a autoria do mesmo.

vista dos que participam da cadeia de *commodities* na posição de consumidores. Todos os personagens são brancos, as cidades e os cenários das primeiras cenas são ricos, um mundo perfeito, literalmente sustentado, em suas estruturas, pela mineração e bem distante do cenário de desolação das cavas e dos rejeitos do terceiro mundo.

Mas o olhar que se propõe se volta para as disputas em torno do enquadramento dado ao fato de que o modo de vida ocidental é completamente dependente da mineração. Para alguns, esta constatação é argumento para continuar como está, independente da insustentabilidade do modelo minerador e da iminência de exaustão dos estoques de matéria prima. Para outros, isso é motivo para defender outras propostas de desenvolvimento.

Enrique Leff (2007, p. 124) delinea o conceito de uma racionalidade ambiental, que se distingue da racionalidade capitalista em um processo de confrontação de interesses opostos “[...] arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais [...]”. Esta racionalidade se fundamenta na ideia de adaptação, em vez de se apoiar nos ideais de domínio da natureza nos quais se apoiam os pressupostos de desenvolvimento capitalista e os paradigmas da ciência moderna.

Importante ter em mente, porém, que os movimentos sociais que disputam os enquadramentos socioambientais relacionados à mineração e seus desastres, nem sempre têm um caráter ambientalista. Com as devidas diferenciações relacionadas à identidade de cada coletivo, geralmente, os atores envolvidos não têm a questão ambiental como um único núcleo de onde se articulam as mobilizações, mas como um dos importantes fatores mobilizadores das disputas.

Mariestella Svampa (2012, p. 22) percebe os conflitos socioambientais como relacionados ao acesso e controle dos recursos naturais e dos territórios, que envolvem diferentes atores, com valores e interesses diferentes em contextos de grande assimetria de poder. A autora percebe que as lutas socioambientais na América Latina têm se configurado no que ela denominou de ‘giro ecoterritorial’, definido como: “[...] emergência de uma linguagem comum que dá conta do cruzamento inovador entre a matriz indígena-comunitária, defesa do território e discurso ambientalista [...]”. Estes fatores são percebidos como marcos comuns da ação coletiva, que funcionam como esquemas de interpretação alternativos e como produtores de uma subjetividade coletiva.

Joan Martinez Alier (2005, p. 2) levanta a seguinte questão: “[...] Em qualquer conflito ecológico-distributivo, podemos perguntar: quem tem ou se dá o poder de determinar quais são as linguagens de valoração pertinentes? [...]”. Compreende-se que este poder é sempre um objeto de disputa, embora a assimetria das forças econômicas ou políticas frequentemente atuem para ofuscar perspectivas concorrentes.

Nas redes que disputam os enquadramentos socioambientais relacionados à mineração no Brasil, percebe-se uma forte herança proveniente de uma das primeiras vozes que se levantou contra o modelo de exploração mineral e que conseguiu repercutir enquadramentos de oposição. Carlos Drummond de Andrade nasceu em Itabira, Minas Gerais, lugar em que foi fundada a Companhia Vale do Rio Doce. Ele viu a paisagem de sua infância ser transportada nos trens da mineradora e atuou em oposição aos impactos da atividade e ao imaginário de desenvolvimento promovido pela mesma, associado à ideia de vocação mineral da região (WISNIK, 2018).

A poesia de Drummond tem sido amplamente utilizada pelos movimentos sociais, autores e grupos de pesquisas, entre outros afetados pela mineração que anseiam repercutir em linguagem poética a angústia do enfrentamento à mineração. Os versos da 'Lira itabirana' foram publicados originalmente em 1984 e soaram como uma profecia aos desastres do século XXI:

O Rio? É doce. / A Vale? Amarga. / Ai, antes fosse / Mais leve a carga. // Entre estatais / E multinacionais, / Quantos ais! // A dívida interna. / A dívida externa / A dívida eterna // Quantas toneladas exportamos / De ferro? / Quantas lágrimas disfarçamos sem berro. (ANDRADE, 1984)

Percebe-se que os núcleos-chaves dos enquadramentos permanecem os mesmos. O peso da mineração, os poderes que suplantam qualquer desejo de autodeterminação das populações locais, as *commodities* e a dívida externa.

Nas redes sociais, o poema 'Lira Itabirana' foi inserido em diversos *posts* sobre o tema. Entre inúmeras publicações que utilizaram este poema, após o rompimento da

barragem da Vale em Brumadinho, o comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, publicou na rede social *Facebook*, o *post* abaixo:

Em Defesa dos Territórios Frente a Mineração
24 de fevereiro de 2019 · 🌐

#SOLIDARIEDADE A BRUMADINHO

Nas estrofes do Poeta Drummond vai a dor de quem viu a vida de seus parentes e amigos ceifadas em nome do lucro da exportação de minério de ferro.

"Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?"

(Carlos Drummond de Andrade, 1984)

#30 dias do Crime da Vale em Brumadinho (MG)

Que cada vítima da Vale em Brumadinho receba o nosso abraço solidário. E saibam que continuaremos juntos, na luta pela garantia dos seus direitos e pela criminalização de cada um dos culpados por esta tragédia.

#ForçaBrumadinho



**“QUAN
-TAS
TONELADAS EXPORTAMOS
DE FERRO
QUAN
-TAS
LÁGRIMAS DISFARÇAMOS
SEM BERRO?”**

Carlos Drummond de Andrade, 1984

#30 DIAS DO CRIME DA VALE EM BRUMADINHO (MG)

COMITÊ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE A MINERAÇÃO

710

17 comentários 290 compartilhamentos

Figura 1

A atuação, interação e construção de contraenquadramentos ao discurso da mineração tem se dado em redes com as características descritas por Svampa (2012, p. 20) na definição do que ela chamou de "novos movimentos socioambientais" ou "redes e movimentos socioterritoriais", que se dão pela articulação de diferentes atores, engajados em diálogos de saberes "[...] caracterizado tanto pela elaboração de um saber especialista independente dos discursos dominantes (um saber contraespecialista), assim como pela valorização dos saberes locais, muitos deles de raízes indígenas-camponesas [...]".

Segundo esta autora, estas redes têm gerado linguagens de valorização relacionadas à territorialidade, desenvolvimento e natureza divergente do discurso ecoeficientista e desenvolvimentista hegemônico, "[...] ao contrário da visão dominante, no

marco do giro ecoterritorial os bens naturais não devem ser compreendidos como *commodities*, isto é, mera mercadoria [...]” (SVANPA, 2012, p. 24).

Neste processo, o giro ecoterritorial tem resultado na construção de “[...] marcos comuns de ação coletiva, que funcionam como estruturas de significação e esquemas de interpretação contestatórios ou alternativos [...]” (SVANPA, 2012, p. 27). Este repertório de significação tem o potencial de desenvolver importantes capacidades mobilizadoras, agendar novos temas, definir linguagens, criar *slogans* e palavras de ordem, enquanto orientam uma dinâmica interativa para a produção de novas subjetividades, além de produzir repertórios argumentativos, construídos por meio de pesquisas, publicações e outros meios de divulgação, que disputam a construção dos enquadramentos relacionados ao tema.

Na publicação do MAB apresentada abaixo, as informações levantadas pelo grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) foram apresentadas em uma linguagem acessível e visualmente atraente no *Facebook* do MAB, promovendo a divulgação de informações contextualizadas que apresentam as tragédias da mineração como eventos recorrentes, contribuindo para a desconstrução do enquadramento que as percebe como acidentes ou fatalidades.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
9 de novembro de 2016 · 🌐

|MARCAS DA LAMA|

O rompimento de Fundão não parece ser um caso isolado no contexto das barragens de rejeitos. O grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), formado por acadêmicos de diversas universidades brasileiras, levantou sete rompimentos de barragens nos últimos trinta anos, apenas no estado de Minas Gerais. Além dos danos ambientais, esses desastres resultaram na morte de 15 pessoas.

Confira o especial do Brasil de Fato: <http://bit.ly/2eLiFyn>

#1AnoDeLamaELuta



| Ano | Localização | Descrição |
|------|----------------------------------|---|
| 1986 | ITABIRITO - Grupo ITAMINAS | Rompimento de Barragem (Ocupação a montante de 150 pessoas) |
| 2001 | NOVA LIMA - MINERAÇÃO RIO VERDE | Rompimento de Barragem (Ocupação a montante de 1000 pessoas) |
| 2006 | MIRAJ - Rio Paraíba (CATAGUASES) | Rompimento de 1,2 km anuais de rejeitos |
| 2007 | MIRAJ - Rio Paraíba (CATAGUASES) | Rompimento de 2,5 km anuais de rejeitos (desmoronou as terras de Miraj e Mirajão) |
| 2008 | CONGONHAS | Desmoronamento (instituto de pesquisa) |
| 2008 | ITABIRA | Rompimento de Barragem (na região de ocupação de 1000 pessoas) |
| 2014 | ITABIRITO - MINERAÇÃO | Rompimento de Barragem (ocupação a montante de 1500 pessoas) |

👍👎 26 25 compartilhamentos

Figura 2

A diversidade dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais também reflete a amplitude dos impactos provocados pelo setor minerador e delinea o caráter de múltiplas

identidades e cosmovisões que dialogam na construção dos enquadramentos de ação coletiva, promovendo linhas argumentativas que se somam às perspectivas de outros atores e grupos sociais.

Os dois desastres aqui abordados afetaram comunidades indígenas. No Rio Doce, foram atingidos os Krenak, que vivem tradicionalmente à beira do rio e no desastre iniciado em Brumadinho a comunidade Pataxó Hã Hã Hãe foi impactada. Na publicação apresentada na Figura 3, realizada pelo comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, apresenta-se uma ação de protesto na qual os Krenak fecham a ferrovia da Vale e a participação destes atores promove o enquadramento de defesa da natureza como sagrada. A fala do líder indígena Geovani Krenak defende esta cosmovisão integrada e holística, quando defende que: “Com a gente não tem isso de nós, o rio, as árvores, os bichos. Somos um só, a gente e a natureza, um só [...] Morre o rio, morremos todos”.



Figura 3

Neste contexto de diversidade, as disputas se fazem, também, em torno de valores humanísticos e da incomensurabilidade das perdas e impactos sofridos. Em depoimento à Comissão externa da Câmara dos Deputados, realizada semanas após o crime-desastre iniciado em Brumadinho, o presidente da Vale, Fábio Schvartsman afirma que a empresa é uma “joia” e que “[...] não pode ser condenada por um acidente, por maior que tenha sido a tragédia” (BOLDRINI; MORAES, 2019). Várias narrativas em resposta a este depoimentos foram empreendidas pelos mais diversos atores. O MovSAM, publicou o grande texto apresentado abaixo, no qual contrapõem os valores defendidos pelas populações aos valores expostos pelo presidente da Vale.

Movimento pelas Serras e Águas de Minas
26 de fevereiro

"Schvartsman, você está errado. Não é a Vale quem julga quem é ou não uma joia

A minha mãe, Malu, é que era uma joia brasileira. Todo mundo que fala dela lembra-se do seu sorriso, da sua bondade. Da sua bravura de leoa quando mexiam com a família dela. A Malu foi levada pela lama tóxica que a Vale derramou lá em Brumadinho. A onda lá na pousada devia ter uns 10 a 12 metros e velocidade de 80 km por hora.

Foram com ela Adriano, Camila, Luiz, Fernanda, Lorenzo: cinco joias, de futuro longo, violentamente interrompido no dia 25 de janeiro. Foram com eles outras 300 ou mais pessoas-joias: pais, filhos, netos, avós, sobrinhos, tios, irmãos.

Todos eles deixaram de existir em um intervalo de minutos. Eu nunca vou esquecer o tamanho do vazio que senti quando vi o local do desastre com os meus próprios olhos...

O estado de Minas Gerais é uma joia. Com suas lindas montanhas e rios —como o Paraopeba, que morreu. Com seus cidadãos e suas belas comunidades como a de Brumadinho —completamente traumatizada, com futuro incerto e arrancado de suas raízes, da sua história.

Joia é a cultura indígena, como aquela comunidade no morto rio Paraopeba que chora a sua existência suspensa e a perda de seu sustento e da sua natureza.

Joias são os nossos heróis bombeiros de Minas Gerais e de todo o país que dia após dia enfrentam um futuro incerto que a lama tóxica traz, condições perigosas e difíceis de trabalho. Tive o prazer de conhecer membros do Gost Curitiba, que abriu mão de algumas horas de sono quase não disponíveis para conversar conosco, para que pudéssemos mostrar a nossa gratidão.

Tudo isso não para trazer sobreviventes, mas para trazer aos familiares, como eu, o conforto de ter um corpo para velar, para carregar para a eternidade com um mínimo de dignidade. Eu ainda não tive esse conforto.

Joias são as equipes de médicos-legistas que trabalham dia e noite incansavelmente nos nossos familiares perdidos. Trabalham com corpos e fragmentos de corpos nos mais variados estados de decomposição. Trabalham para dar a eles seus nomes de volta, devolver-lhes sua história, tirá-los da temida lista (que confiro todos os dias) dos desaparecidos de Brumadinho.

Trabalham para nos dar mais respostas, embora as mais importantes ainda fiquem...

Jóias são os voluntários que abandonaram suas vidas para prestar apoio às comunidades afetadas, aos bombeiros convalescidos, e distribuir doações, abraçar, dar amor. Porque eles não se conformam, porque eles choram por todos nós.

Uma empresa não é joia só por trazer empregos e dinheiro. Uma empresa-joia lidera guiada pelo norte da ética, do respeito à vida e ao meio ambiente. E a Vale, hoje, não é essa empresa. Vidas não podem mais ser risco calculado, danos colaterais de uma estratégia falida.

Fábio, hoje não é a Vale quem julga quem é e quem não é uma joia. Somos nós que julgamos. A voz de Brumadinho. Fábio, é nossa. Essa é a nossa história.

E, por último, mas não menos importante, levante-se da próxima vez que houver minuto de silêncio pelos nossos mortos. Seria uma demonstração melhor de respeito às nossas joias brasileiras.

Patrícia Borelli
Filha de Maria de Lurdes Da Costa Bueno, 'desaparecida em Brumadinho'
Via Em Defesa dos Territórios Frente a Mineração

WWW.FOLHA.UOL.COM.BR
Schvartsman, você está errado
A minha mãe, Malu, é que era uma joia brasileira. Todo mundo que fala...

75 compartilhamentos

Figura 4

O episódio não poderia ser mais emblemático dos extremos a que se pode chegar a discrepância de valores e enquadramentos. O presidente da Vale ultrapassou um limite de valorização dos negócios que provavelmente não seria aceito em um posicionamento institucional mais planejado. Sua justificativa insensível de apresentar a empresa como uma jóia, dias depois que quase trezentas pessoas perderem suas vidas, ainda é complementado com a insistência em classificar o crime como um acidente.

Um choque de valores tão extremo não costuma ser explícito em situações mais cotidianas, porém uma série de enquadramentos bastante aceitos conformam o imaginário coletivo, especialmente nos assuntos relacionados às questões econômicas e aos padrões de desenvolvimento. Parâmetros macroeconômicos, como o PIB, por exemplo, além de não contabilizar trabalhos não remunerados realizados na família ou na comunidade, principalmente por mulheres, computa de forma positiva recursos provenientes da comercialização de recursos não renováveis, quando seria coerentes que tais explorações fossem vistas como um processo de descapitalização (ALIER, 2011).

A ideia de atribuir valor monetário às riquezas naturais não renováveis mostra-se inconsistente diante de uma análise não reducionista do mundo real. Um exemplo citado pelo autor se refere à tentativa de contabilização de serviços que a natureza nos proporciona ao concentrar os minerais utilizados pela nossa civilização. Segundo Alier (2011, p. 54), os ecólogos industriais propõem cálculos para este custo energético, porém:

[...] a tecnologia para criar tais depósitos de minério simplesmente não existe. Assim sendo, as cifras disponíveis a respeito dos valores monetários aplicados aos serviços ambientais disponibilizados de forma gratuita pela natureza carecem de coerência metodológica (COSTANZA et al, 1997). São úteis, por outro lado, para estimular o debate sobre como 'levar em conta a natureza'.

A economia ecológica “[...] observa a economia como um subsistema de um ecossistema físico global e finito [...]” (ALIER, 2011, p. 45). Portanto, o princípio da compensação e da substituição é percebido como ineficaz porque alguns bens naturais são insubstituíveis. Considera-se também que “[...] a vida e a dignidade humana possuem dimensões mais profundas que a valoração monetária [...]” (ALIER, 2011, p. 45).

Para dar conta dessa complexidade, a economia ecológica se articula com a ecologia política, que se ocupa dos conflitos ecológicos distributivos. Neste contexto, percebe-se que os valores monetários atribuídos às externalidades negativas ou aos serviços ambientais “[...] são uma consequência de decisões políticas, pautas de propriedades e da distribuição da renda e do poder [...]” (ALIER, 2011, p. 209). Ou seja, a atribuição de valores deve ser percebida como um exercício de poder político, exacerbado quando este poder é utilizado para simplificar a complexidade, descartando-se perspectivas socioculturais diversas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Drummond Carlos. **Lira Itabirana**. Jornal Cometa Itabirano, 1984. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/08/lira-itabirana/>. Acesso em 21/02/2021.
- ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. SP: Contexto, 2011.
- ALIER, Joan Martinez. **Los conflictos ecológicos-distributivos y los indicadores de sustentabilidad**. Barcelona: Universidad Autònoma de Barcelona, 2005.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. *Framing processes and social movements: an overview and assessment*. Annu. Rev. Sociol. 2000. 26:611–39
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactinism: perspective and method*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1984(1969).
- BODRINI, Angela; MORAES, Fernando Tadeu. **Presidente da Vale diz que empresa é uma joia e não pode ser condenada**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/presidente-da-vale-diz-que-empresa-e-uma-joia-e-nao-pode-ser-condenada.shtml>. Acesso em 20/02/2021.
- CAMPOS, Carolina Moura. **Audiência na Câmara dos Deputados: comissão geral sobre Brumadinho, 13/02/2019, de 1h10min a 1h17min**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFMt3qPgLOY>. Acesso em: 03 mai. 2019.
- COX, Robert. *Environmental communication and the public sphere*. 5ª Edição. London: Sage Publications, 2018.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, BRUNO *et al*. **Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale? BHP Billiton**. In: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá: Ed. iGuana, 2016.
- MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. RJ: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016
- MILANEZ, Bruno; MAGNO, Lucas; SANTOS, Rodrigo. **Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba**. Juiz de Fora: Poemas, 2019.
- SILVA, Jarbas Vieira; ANDRADE, Maria Júlia Gomes. **Introdução**. IN: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce:antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. RJ: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016
- TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro**. SP: Fund. Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.
- SVAMPA, Maristella. *Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina*. Disponível em: <http://maristellasvampa.net/archivos/ensayo59.pdf> Acesso em: 10/02/2021.
- WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo: Drummond e a mineração**. SP: Ed. Schwarcz, 2018.
- ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel. **O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social**. SP: Cienc. Cult. vol.68 no.3, 2016
- ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá: Ed. iGuana, 2016



**GT 03 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos
e transformações sociais.**

**FRONTEIRAS MERCANTIS EM MOVIMENTO NA PAN-AMAZÔNIA: DINÂMICAS
TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE O DEPARTAMENTO DE BENI (BOLÍVIA) E O
ESTADO DE RONDÔNIA (BRASIL)**

Luis Fernando Novoa Garzon (UNIR)¹

Maíra Silva Ribeiro (UNIR)²

Daniele Severo da Silva (UNIR)³

RESUMO

Nosso propósito é demonstrar como se entrecruzam as diversas frentes de despossessão na região amazônica para que sejam explicitadas as práticas de estigmatização e extermínio que as impulsionam. Para tanto, se faz necessário identificar marcadores analíticos e espaciais da confluência das agro-minero-energo estratégias visibilizadas a partir da sobreposição de iniciativas econômicas concentradas em determinadas faixas territoriais em que se instalaram grandes projetos em consonância com o avanço do desmatamento, da grilagem de terras e de empreendimentos agropecuários e minerais. Essa sobreposição será demonstrada no bojo de cartografias, de maior escala e de menor escala, tendo como foco o Departamento de Beni e o estado de Rondônia. Entre os objetivos da pesquisa destacamos a identificação de como as dinâmicas socioculturais das populações são alteradas nesse entrecruzamento de estratégias. A cartografia que apresentaremos demonstrará como essas estratégias podem ser visibilizadas a partir do acoplamento de processos de territorialização empresarial com

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor da Universidade Federal de Rondônia. Líder do grupo de pesquisa: "Territorialidades e Imaginários na Amazônia". E-mail: l.novoa@unir.br

² Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: silvaribeiro.maira@gmail.com

³ Especialista em Sociologia e Ensino de Sociologia. Professora de Sociologia da Educação Básica- SEDUC- RO. E-mail: danieleseveroprofsociologiajbc@gmail.com

indicadores de desmatamento e de violação de direitos humanos e territoriais. Além disso, será necessário dimensionar os efeitos diferenciados da pandemia do COVID- 19 sobre povos já apossados e em processo de desintegração, particularmente sobre os povos indígenas de Rondônia. Queremos evidenciar quais são as novas ameaças postas pelo lobby do desmatamento e da grilagem nesse contexto de “risco duplicado” a que estão submetidos os povos da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia como fronteira; Estratégias empresariais; Cartografias da desterritorialização.

1 INTRODUÇÃO

A marcação da confluência das agro-minero-energoestratégias pode ser feita com o mapeamento da sobreposição de iniciativas econômicas concentradas em determinadas faixas territoriais em que se instalaram grandes projetos em consonância com o avanço de empreendimentos agropecuários e minerais.

O aumento vertiginoso do desmatamento, seguido de queimadas na Amazônia entre 2018 e outubro de 2020, pode ser interpretado, nesse sentido, como um teste do que pode e do que não pode na Amazônia.

O arranjo territorial concebido para a região amazônica como um mosaico de terras protegidas em meio a corredores de ocupação que respeitassem o marco do zoneamento econômico-ecológico, já não cabe nem mesmo como marco lógico que valha cinicamente cortejar. Do cinismo ambiental, com pleno respaldo das instituições multilaterais, prevalecente até 2016, passou-se à apologia da truculência dos agentes econômicos cuja expansão depende da impunidade frente às práticas de devastação ambiental, de grilagem de terras e da limpeza social dos territórios.

A pandemia de Covid-19 radicalizou os efeitos dessas políticas de maleabilidade regulatória e de abertura de novas fronteiras de acumulação. As condições desiguais de vida, aprofundadas com a pandemia, redundaram em condições desiguais de sobrevivência. Amplos segmentos sociais nas cidades e comunidades do campo e da floresta foram entregues à sua própria sorte, sem expansão proporcional das redes de atendimento, sem adaptação e especificação dos processos de diagnóstico, controle e tratamento segundo suas especificidades culturais. Em meio à perversa “convivência” com a pandemia, um terceiro lema deveria ser apostado aos lemas desse capitalismo necroliberal (Mbembe, 2018), além de “deixai fazer e deixai passar”, “deixar morrer”.

Enquanto novas porções da Amazônia vão sendo incorporadas por dinâmicas exógenas e desfiguradoras, tramas clandestinas vão sendo refeitas. Sobreviver à peste

metabólica do capital implica na reconstrução cognitiva e dos imaginários, no sentido da reapropriação social de outros futuros possíveis.

Seção 01: Neoextrativismo em escala amazônica

A região amazônica tem servido para aprofundar o perfil produtivo neoextrativista (Gudynas, 2015; Svampa, 2019) do Brasil e dos demais países em que está contida. Perfil que depende crescentemente da flexibilização de direitos territoriais e de normativas ambientais e da precarização da força de trabalho. Na denominação do conceito composto de neoextrativismo, percebe-se o esforço analítico de condensar as características típicas de economias primário-exportadoras em um novo patamar de sintetização territorial, considerando as novas tecnologias espoliativas disponíveis e os profundos ajustes institucionais a que se impuseram esses países. Compõem esse regime de simplificação territorial e redução política: a) marcos regulatórios sob encomenda dos investidores setor a setor; b) formações discursivas pró-abertura de fronteiras a qualquer custo contra qualquer limite ambiental ou pactuação social; c) e processos de militarização (e para-militarização) dos territórios em processo de apropriação.

Entre as novas tecnologias disponíveis, cabe destacar aquelas que localizam e mensuram a integralidade das utilidades e rentabilidades a serem auferidas. Esse maior poder de “medição da realidade” (Crosby, 2011), por sua vez, confere aos vetores de homogeneização do espaço roteiros mais precisos para o apagamento das reticularidades coletivas e de suas memórias impregnadas. Segundo Acselrad (2014, p. 92) é através de formas sociais assim reorganizadas que “o movimento dos investimentos incute a norma – os atributos disciplinares que justificam a localização e o perfil dos negócios.”

A crescente tecnificação do espaço amazônico, em prol de sua funcionalidade para os fluxos exportadores de *commodities*, tem como premissa transformações irreversíveis de biomas e culturas entrelaçadas. Não são previstos processos de transição da estrutura produtiva e das formas de organização social. O tempo vazio e acelerado (Rosa, 2016) se acopla ao espaço esvaziado, em negação de qualquer alteridade não mercantil.

Governos incubados por arranjos privados abriram e limpam o terreno para esses ajustes espaciais, principalmente por meio de suas estatais e bancos públicos. A tão aguardada (em uma perspectiva nacional, popular e democrática) “presença do Estado” na região Amazônica se fez sentir sob o signo rentista-neoextrativista (Carvalho *et al*, 2018). No caso brasileiro, tanto governo federal como governos estaduais da chamada Amazônia legal tendem a ser leiloeiros dessas riquezas, na melhor das hipóteses organizam a fila da pilhagem, intercalando portfólios de investimentos em minério, em petróleo, hidrelétricas, áreas agrícolas e centros logísticos. Nossa hipótese é que no entorno de empreendimentos

neoextrativistas de larga escala na Amazônia, processos de desterritorialização e de reterritorialização consumam-se celeremente, pelo grau de interpenetração dos consórcios empresariais com os aparelhos governamentais regulamentadores e fiscalizadores.

Estado de exceção na Amazônia transfigura-se imediatamente em “território de exceção” (Nascimento; Castro, 2017), um regime de renúncia ou de rearranjo permanente à última linha de força estabelecida pelos seus controladores privados majoritários. Se, em algum momento, foi conferida a missão ao Estado de centralizar ferramentas de controle e gerenciamento para assim deter margens de legibilidade (Das; Poole, 2004), no presente momento, e de forma exponencial na Amazônia, tais atributos de coordenação foram em grande parte transferidos para grupos econômicos monopolistas. É justamente quando os grandes empreendimentos obliteram e dissimulam, enunciando que não são o Estado é que de forma factual pode se afirmar que “o Estado é os grandes empreendimentos” (Bronz, 2013).

O que está em questão hoje, na Amazônia, é a criação paraestatal e paramilitar de dispositivos perpetradores de genocídios e de ecocídios continuados. Não se trata aqui de eventos isolados, mas de um método que reorganiza os processos produtivos sob impulso da máxima rentabilização, apelando para a sintetização de povos e territórios na forma de custos e riscos financeiros. Sintetização, redução, super-exploração que nunca é suficiente. A inevitável corrosão dos resultados dessas estratégias de expansão não produz qualquer “consciência súbita” dos limites naturais do capitalismo. Ao contrário, a destrutividade criadora como último recurso de um capitalismo em fase necrófaga (Mézszáros, 2002) faz com que a fronteira não seja apenas uma margem física para acumulação ampliada, mas sim uma forma singular de metabolismo: o estertor como método.

Jason Moore (2011) contrapõe os limites pretensamente absolutos a limites social, ecológica e historicamente configurados em regimes ecológicos que

[...] abarcam, no mínimo, os mecanismos institucionais e de mercado que se fizerem necessários para assegurar os fluxos adequados de energia, alimentos, matérias-primas e excedentes de mão-de-obra em função dos centros organizadores da acumulação mundial (Moore, 2011, p. 38).

Mais que “fronteiras em movimento” (Velho, 2009) a partir de polos em expansão ou de fronteiras econômicas consolidadas expandindo seu raio de ação, o que queremos ressaltar é o movimento das fronteiras como um continuada apropriação e produção da natureza. Nesse sentido, não se pode dizer simplesmente que o capitalismo disponha de fronteiras, mas que ele é definido em si mesmo pelo movimento de fronteiras. (Moore, 2016).

Panitch e Gindin (2004), em seu intento de repensar a dinâmica ampliada de acumulação, sublinham que tal ampliação ocorre tanto no plano “externo” como no “interno”, tanto no plano espacial como no plano de morfologias sociais regressivas. Ou seja, a corrida

física/externa pela aquisição de novos fatores de produção, através principalmente de expropriações primárias, não está descolada de novas corridas “para dentro”, por meio de expropriações secundárias, no bojo de uma crescente centralização e concentração de capitais.

No caso brasileiro, combinam-se e retroalimentam-se fugas para dentro e para fora, tendo por base enorme elasticidade territorial e societal a oferecer formas permanentes e renovadas de expropriação⁴. A coalizão de poder vigente nas últimas décadas no Brasil se reproduz e se alimenta na extensividade e na itinerância da sua elástica fronteira de acumulação. O modo predominante de realização de valor no Brasil se caracteriza por uma sequência calculada de ofensivas ao setor público, a bens ambientais de interesse difuso e às territorialidades tradicionais, demarcando ausências e presenças, definindo reconhecimentos e responsabilidades condicionados a patamares mínimos de retorno e segurança do capital.

A destruição ambiental plena, parcial ou potencial não coloca em questão de forma alguma a base de funcionamento do capitalismo, antes faz parte de sua lógica, seja na construção desse meio técnico destrutivo-criativo, seja na desconstrução desse meio em economia da escassez, capitalizando os recursos naturais, feitos esgotáveis pela forma desigual de apropriação e de acesso a eles.

Há, portanto, a fronteira da fronteira que reflete a cada momento os limites de barateamento dos custos de insumos e da força de trabalho e há a fronteira amealhada em função de seus custos e direitos minimizados através de dispositivos de silenciamento de conflitos. Esta seria uma condição própria a uma multivariada “situação de fronteira”, o lugar da alteridade trãnsfuga, negada e renegada particularmente na Amazônia brasileira (Souza Martins, 1997).

O método de limpeza social foi uma constante na expansão das relações capitalistas no campo e na cidade no Brasil. Onde chegou a fronteira de acumulação e rentabilidade, prevaleceu a remoção dos grupos sociais que representavam obstáculo à conversão de terras e territórios em mercadorias. Nos “saltos adiante” do capitalismo brasileiro, “fronteira” sempre significou um metabolismo de terra arrasada e de superexploração. O avanço dessa fronteira se explicita tanto na expansão do escopo físico da acumulação de capital quanto na desintegração de sociabilidades não integralmente mercantis. Opera vigorosamente nessas fronteiras abertas ou inventadas a chamada chantagem locacional (Fontagné; Lorenzié, 2005;

⁴ Outra forma de caracterização da fronteira aberta de acumulação, seria “acumulação primitiva estrutural” (Oliveira, 1981) e “acumulação primitiva permanente” (Brandão, 2010).

Acselrad; Bezerra, 2010), muito mais eficiente e perversa em regiões concebidas como atrasadas, em falta, portanto com o que seriam os requisitos do “desenvolvimento”.

Compreender o movimento dessas fronteiras, verificando níveis de coerência e congruência entre elas, parece ser o caminho para explicitar esse marco estratégico dos capitais conjugados e operantes na Amazônia. Para tanto, é preciso decompor complexas redes de atores distribuídos em arranjos institucionais e dispostos por uma determinada economia política para que se dimensionem os conflitos ambientais (Lamas, 2017; Billon, 2015).

Esse sequenciamento específico de arranjos de poder ou de marcos institucionais em que agentes privados e agências públicas interagem convergentemente, no sentido da integralização e da intensificação da exploração de um conjunto de recursos naturais, implica em uma política de tábula rasa de regulações atinentes ao uso e função não apenas da terra, mas do território como um todo. O desmatamento na Amazônia não deve ser apenas medido ou limitado, tampouco deve ser utilizado como uma espécie de moeda de troca, um sinal ou um selo verde, para a vinda de investimentos “diferenciados”. O desmatamento na Amazônia deve ser compreendido como um metabolismo particular do capitalismo no Brasil, impulsionado e mantido por determinadas coalizões de interesse entre agentes econômicos e políticos que resultam em ordenamentos ou governanças territoriais “de fato”, que margeiam ou esgarçam as de direito (Araújo; Vieira, 2019).

Seção 02: Percurso metodológico e mapeamento das ameaças e das resistências

O estudo qualitativo de nível exploratório foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica/documental; e para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e análises estatísticas de dados secundários.

Um das fontes utilizadas foram: bibliotecas virtuais, acervos *on-line*, arquivos de revistas, análise de documentos oficiais e informações jurídicas e dados obtidos em jornais locais. Também foram realizadas análises estatísticas de dados oficiais disponibilizados por organizações governamentais, como a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON) e o Projeto PRODES – Amazônia, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Nesta pesquisa, nos propusemos a identificar os agentes impulsionadores, as matrizes produtivas regionais e globais em que se inserem, bem como as ideologias, imaginários e os espectros (mobilizados/mobilizadores) dos processos de desmatamento na Amazônia. Compartilhamos aqui com a mesma preocupação de Jason Moore quanto à recorrente abstenção de sínteses integradoras em pesquisas que arrolam múltiplas variáveis

para explicar um fenômeno sem se deter nas interrelações entre elas: “a interrelação (*interplay*) dos fatores descritos é considerada decisiva, mas as relações reciprocamente constitutivas entre eles continua sendo algo como uma caixa-preta” (2011, p. 5).

Para dar conta dessa costura ou síntese multifatorial, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas remotas, feitas pelo computador e à distância, por meio de aplicativos como Google Meet, Zoom, Skype e e-mails, com representantes de órgãos públicos e representantes da sociedade civil. Contamos também com a própria experiência de observação direta e indireta da equipe no campo referido, muitas vezes em conjunto com atores contatados. Além disso, coletamos dados socioeconômicos e ambientais, somados às assinalações feitas pelos entrevistados para mapear como se entrecruzam investimentos no setor agropecuário, no setor mineral e no setor elétrico na região entre Rondônia e Beni.

O recorte espacial adotado procurou encontrar uma zona de clara intersecção dos movimentos das diversas fronteiras em expansão na Amazônia, zona em que também seria possível articular interlocutores representativos, com inequívoco enraizamento territorial. Percebemos ainda, após essa escolha, que esse lugar de encontro de fluxos só poderia ele mesmo ser um espaço-fluxo, um eixo rodoviário pelo qual circulam os atores e suas estratégias, as mercadorias e os processos espoliativos que as geram. As rodovias 420/42 formam um único eixo, cortando um extenso paralelo ao sul da BR 364, fracionando e pressionando Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento e Territórios Indígenas em seu caminho.

Os territórios cortados pelas rodovias 420/421, além do valor imensurável em si mesmos, cumprem crucial papel territorial e simbólico no sentido de contenção da frente de espoliação do eixo da BR 364, resguardando minimamente a “zona de conservação” compreendida pelo vale dos rios Guaporé-Mamoré, composto por UCs, territórios indígenas e quilombolas. A pulverização desses territórios por meio de invasões, intrusões, “unidades de exclusão”, processos de queimadas e de desmatamento, traz embutido o cenário de uma enorme “porteira arrombada” para a devastação padrão desses territórios remanescentes.

Mapa 01: Área de recorte da pesquisa.



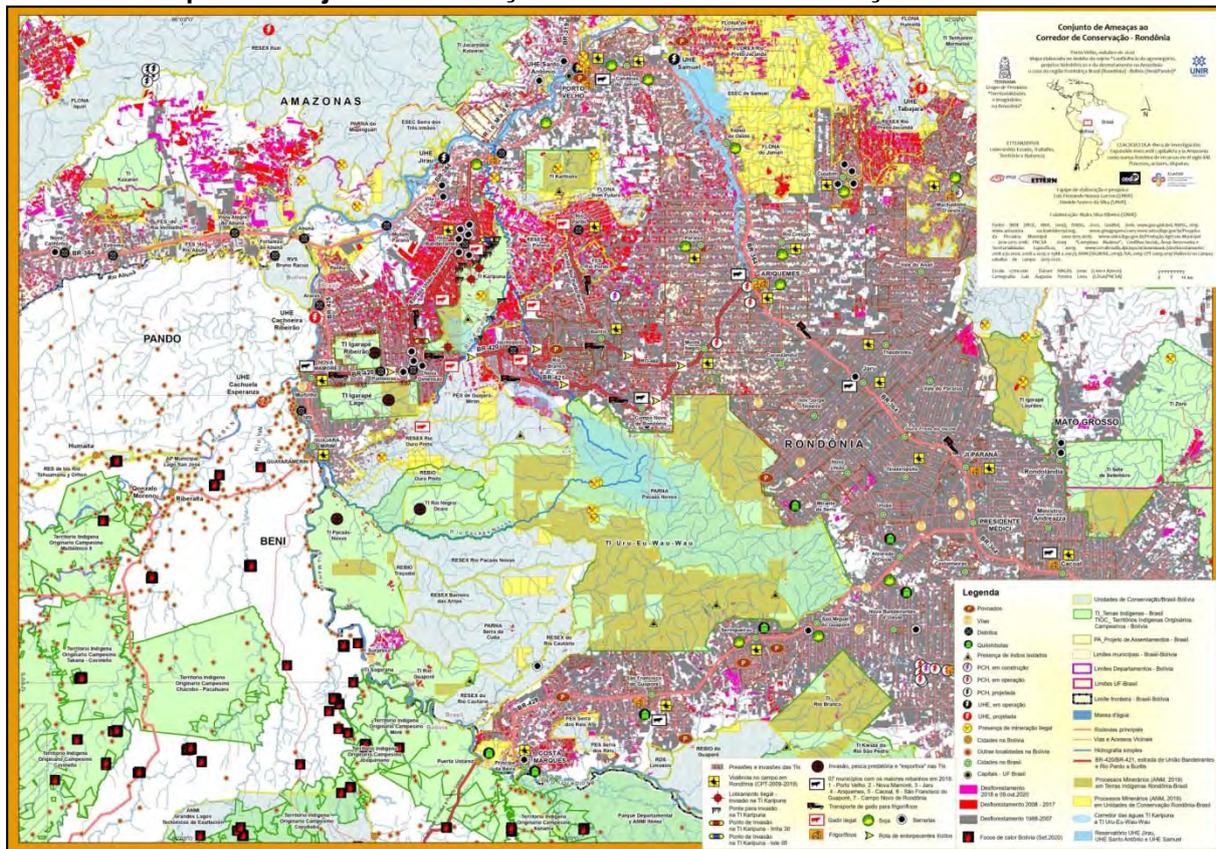
Fonte: elaboração própria, 2020.

O “arrombamento” vem se processando de forma ilícita e lícita, combinadamente. As Unidades de Conservação vão sendo desafetadas em bloco com pleno apoio do Legislativo e do Executivo estaduais. Cadastros ambientais rurais estão sendo aceitos e registrados normalmente não apenas nas bordas dos Territórios Indígenas, mas no seu interior. Gado e madeira ilegal são comercializados legalmente com o beneplácito do poder público e de grandes grupos econômicos. Além disso, foi preciso considerar os processos de mafialização⁵ desses territórios, alguns desses processos de mais longa data. No caso dessa faixa territorial, objeto de nossa análise mais detida, há uma rota consolidada do narcotráfico transnacional que escoava cocaína pela Colômbia e Bolívia por Guajará Mirim (e em menor escala, Costa Marques). Estudos fundantes como os do Christian Geffray (2002), revelavam, já nos anos 1980 e 1990, que tanto a esfera política como a sociedade de Rondônia eram dirigidas pelo tráfico de drogas. A interpenetração que se aprofundou nos últimos anos entre o narcotráfico, a grilagem de terras e o desmatamento não só recoloca a questão trazida por Geffray, como amplia o escopo das esferas política e social envolvidas.

⁵ Utilizamos aqui o conceito de Rita Segato (2014) acerca da “duenidad” que supera a colonialidade para explicar formas de dominação integral dos territórios, com base em seus estudos das práticas das máfias mexicanas.

Seção 03: Mapeamento das dinâmicas e dos atores da devastação social e ambiental

Mapa 02: Conjunto de ameaças ao corredor de conservação – Rondônia.



Fonte: elaboração própria, 2020.

No mapeamento realizado nesta pesquisa, procuramos sequenciar temporalmente o avanço do desmatamento no Estado de Rondônia em três períodos: de 1988 a 2007 em cor cinza, de 2007 a 2018 em cor vermelha e de 2018 a 2020 em cor rosa. O desmatamento consolidado até 2007 procura delinear o arco do desmatamento nessa região até o início da instalação e implementação dos grandes projetos do PAC – Programa de Aceleração de Crescimento, como as Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira.

A marcação em vermelho demonstra como se alarga o eixo de devastação vertebrado pela BR 364 em direção à fronteira com a Bolívia por meio da ramificação das rodovias 425, 420 e 421. Fica nítido como os empreendimentos hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio, e seus alongados reservatórios, potencializam esse novo raio do arco do desmatamento. Destacam-se ainda investidas depredadoras carregadas pela BR 429 em direção à cidade de Costa Marques que, se integrada a Puerto Uztares por meio de ponte em fase de projeto, representará um novo corredor para expansão agropecuária nos lados da fronteira.

Em rosa, destacam-se as mais recentes áreas incorporadas pela pecuária e pela grilagem como negócio em si mesmo, no aguardo da expansão pacífica da atividade sojeira, sob a égide da discursividade bolsonarista do “vale-tudo”. Na porção norte de Rondônia, o novo arco de desmatamento se expande a partir de 2018 em três focos: 1) a partir do distrito de Abunã, seguindo a BR 364, sentido Rio Branco no Acre; 2) ao longo da bacia do rio Machado (que deságua no rio Madeira) até o distrito de Demarcação, refletindo expectativas da construção da hidrelétrica de Tabajara (em fase de licenciamento) e da instalação de novos terminais graneleiros na hidrovia Madeira-Amazonas; e 3) no entorno das rodovias 420 e 421 se intensificam processos de invasão e desintegração de Territórios Indígenas e Unidades de Conservação.

Percebe-se ainda que existem processos minerários (em fases distintas) em praticamente todos Territórios Indígenas⁶ e em grande parte das Unidades de Conservação (marcadas em quadriculas amarelas e verdes), processos que são acompanhados tanto de desmatamento quanto de garimpo ilegal, que resultam em movimentos coreográficos em frentes distintas e por diversos meios. Os acenos da Presidência da República e do Congresso Nacional às medidas de exploração compulsória de jazidas minerais, onde quer que se encontrem, são o pano de fundo para essas novas incorporações a fórceps.

Neste mapeamento destaca-se o que sobrou de Amazônia no Estado que mais devastou esse bioma, que mais brutalmente expulsou e acantonou os povos originários. O eixo de expansão da BR 364 fez de Rondônia uma extensão longitudinal do Mato Grosso, com fronteiras sucedendo-se na mesma ordem: atividade madeireira, desmatamento, pecuária extensiva, monocultura da soja.

Exemplar dessa “vocalização” impingida aos territórios é o caso da Reserva Extrativista de Jaci-Paraná, que desaparece no novo zoneamento para que assuma a condição de grande pasto que se tornou após uma década de desmatamento, grilagem e pecuária ilegal. Depois disso, não há o que fazer senão legalizar o crime cometido? Regularizar a ocupação existente, eis justificativa do Governo do Estado para desafetar a área:

[...] estima-se que existam 120 mil cabeças de gado no interior da Reserva Extrativista de Jaci Paraná, sem qualquer licenciamento ambiental ou autorização para supressão de vegetação nativa, o que impossibilita a regeneração natural da Reserva, em razão do alto grau de compactação do solo ocasionado pela carga excessiva de animais [...] (Governo do Estado de Rondônia, 2020, p. 2).

⁶ Mais dados referentes à mineração estão disponíveis no link: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3723>

Itinerário similar se dá com o distrito de União Bandeirantes, que depende do eixo da 420/421 para escoar legalmente seu gado ilegal. O que distingue União Bandeirantes é que vigora no distrito a economia da grilagem por meio de invasões de terras públicas e intrusões em TIs e UCs em todo seu perímetro. Conforme os depoimentos coletados, os madeireiros perderam suas fontes seguras de madeira de lei, após as últimas operações da Polícia Federal na TI Karipuna. Experimentações de soja feitas pela empresa agropecuária ZAMA no distrito dão ideia da nova delimitação da soja a partir do eixo da BR 364. Com a perspectiva do avanço da soja, mantém-se aquecido o mercado da grilagem e intensificam-se os conflitos por terra. Com o fechamento das serrarias, a pecuária passou a ser a atividade predominante e seu escoamento se dá pela Estrada União Bandeirantes – que tem ligação com as rodovias 420/421.

Dinâmicas congêneres ocorrem na RESEX Rio Ouro Preto e no Parque Estadual Guajará Mirim e o resultado é o mesmo: intrusões, grilagem, conflitos por terra e gado ilegal circulando pelo mesmo eixo rodoviário. A construção de vias de acesso a regiões situadas na fronteira do mercado traz embutidos projetos de desarticulação e rearticulação de um conjunto de territorialidades não mercantis. Durante esta pesquisa, ouvimos distintas versões desse eixo rodoviário ao mesmo tempo regular e clandestino. O trecho sensível de ligação entre a rodovia 420 e a Rodovia 421 cruza o Parque Estadual Guajará Mirim e por isso é chamada de estrada-parque. Na prática, não funciona como estrada-parque, mas como estrada que não deveria atravessar unidades de conservação e imediações de territórios indígenas. Ao contrário de uma infraestrutura pública ou equipamento coletivo, é um bem privado de uso particularístico de largo espectro. O que se desloca por essa estrada, e o que se deslocaliza em função dela, é o que demonstraremos a seguir.

Seção 04: Beni e Rondônia: fronteiras em movimento e territórios em rotação

A caracterização de três ciclos subsequentes de expansão da fronteira agrícola na Bolívia, feita por Enrique Ormachea (2020), é pertinente. No primeiro ciclo, entre 1950 e 1980, Beni, Pando e Santa Cruz eram fornecedores voltados para o mercado interno do altiplano paceño, constituindo uma divisão inter-regional do trabalho. No segundo, entre 1980 e 2005, Santa Cruz se “alforria” economicamente como cinturão exportador de soja e gado. No terceiro ciclo, a partir de 2005, se inicia o processo de incorporação da Amazônia boliviana, começando por Beni, pela agroindústria cruceña. Instituições Financeiras Multilaterais e programas como a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (em sua primeira versão) já estavam atentos a esse movimento e já previam financiamentos para projetos de interligação rodoviária entre o oriente boliviano e a região amazônica com este fim.

Até mesmo o Governo do MAS, em primeiro mandato, teve que vocalizar a consigna da “Marcha ao norte” e projetar rodovias junto com o BID no intento de dirigir minimamente tais processos. Em 2015, a realização de uma portentosa “Cumbre agropecuária” sela o destino das terras baixas bolivianas e das comunidades indígenas-campesinas. Nessa reunião de cúpula empresarial-governamental, foram aprovados acordos de exportação de carne bovina e a extensão do mecanismo de avaliação da função social ou especulativa das terras de dois em dois anos para cinco em cinco anos.

O novo consenso em torno da ampliação da fronteira agrícola boliviana era ultrapassar os 3,8 milhões de hectares agriculturáveis para atingir 13,8 milhões de hectares em 2025. E, nessa pauta, não cabia agricultura voltada para a soberania alimentar, e sim o impulsionamento decidido da produção de oleaginosas, de biocombustíveis e da cadeia de carne. Essa triplicação da área agrícola do país evidentemente não é viável sem a incorporação de grande parte dos territórios de Beni e Pando.

O novo Plano de Uso dos Solos de Beni, aprovado no final de 2019, representou um passo a mais nessa direção. O objetivo é converter savanas inundáveis e bosques em áreas de pastagem, ressaltando-se a Província Vaca Diaz (Riberalta, Guayaramerin), por serem protegidas constitucionalmente. Os critérios adotados para a máxima potencialização do uso mercantil dos solos benianos são mensurações produtivistas de desempenho:

La Zonificación Agroecológica identifica y recomienda usos de la tierra en correspondencia con su aptitud, resultado de la evaluación de la tierra que considera la oferta y demanda del territorio para el mejor uso de la tierra. [...] Es el proceso de predecir el desempeño de la tierra en el tiempo para tipos de uso específicos (Plan de uso del suelo, 2019, p.14).

Trata-se um processo de regularização fundiária pelo alto que procura enfraquecer a estruturação comunitária da terra no país. Nesse sentido, são homólogos os métodos utilizados neste Plano e no novo zoneamento socioeconômico-ecológico de Rondônia, ambos sem qualquer processo efetivo de consulta às comunidades tradicionais. Como se pode no mapa a seguir, as áreas destinadas às atividades agropastoris e marrom e amarelo ocupam tanto a região central do Departamento como também a sua porção nordeste, fronteira com Rondônia.

E assim como as elites agrárias (com funções mais agroindustriais e comerciais) do Mato Grosso estão para as elites agrárias de Rondônia (com funções mais extrativas), estão as elites agrárias cruzeñas para as elites agrárias benianas. Nesse sentido, a retomada da agenda de infraestrutura de transportes é crucial para a confluência dessas estratégias empresariais. Exemplo disso é a estrada Rurrenabaque-Riberalta, antes projetada e parcialmente financiada pelo BID e pelo BNDES, que agora é movida por investimentos chineses.

Outra estrada, que cumpre papel similar àquela que atravessaria o Território Indígena Parque Nacional IsiboroSécure (Tipnis), e que foi o estopim da ruptura das organizações indígenas e camponesas com o governo masista em 2011, é a estrada de Trinidad a Porto Uztares, com a construção de uma ponte cruzando para Costa Marques. O agenciamento dessas obras tem sido feito nos dois lados da fronteira por grupos econômicos como o Grupo Cassol. Naturalmente, essas obras viárias não foram concebidas para a população local, diminuta, mas para abrir um novo eixo de interconexão para expansão da soja e da pecuária.

Referências

ACSELRAD, Henri. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 84-105, 2014.

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: Considerações sobre o Controle de Demandas Sociais. *In*: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (Org.). **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In*: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (Org.). **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ARAÚJO, Roberto; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. **Sustainability in debate**, v. 10, n. 3, 2019.

BILLON, Philippe Le. Environmental Conflict. *In*: PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; MCCARTHY, J. (Orgs.). **The Routledge Handbook of Political Ecology**. Abingdon and New York: Routledge, 2015.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In*: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (Org.). **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRONZ, Déborah. O Estado não sou eu. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. **Campos**, Curitiba, Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná UFPR, v. 14, n.1/2, 2013.

CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). *In*: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (Orgs.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Cia da Letras, 2011.

DAS, V.; POOLE, D. (Org.). **Anthropology in the margin of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

FONTAGNÉ, L.; LORENZI, J. H. **Désindustrialisation, délocalisations**. Paris: Conseil d'Analyse Économique, 2005.

GEFFRAY, Christian. Social, economic and political impacts of drug trafficking in the state of Rondônia in the Brazilian Amazon. *In*: GEFFRAY, Christian; FABRE, Guilhem; SCHIRAY, Michel (Orgs.) **Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico**. Paris, Unesco/Most, 2002.

GOBIERNO AUTONOMO DEL DEPARTAMENTO DEL BENI. **Plan de Uso de Suelo del Departamento del Beni**. Trinidad, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Mensagem nº 204, do Projeto de Lei Complementar de 8 de setembro de 2020. Rondônia, 2020.

GUDYNAS, E. **Extractivismos - ecología y economía política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Cochabamba: CEDIB, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. COORDENAÇÃO GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. **Desmatamento – Amazônia Legal** – Disponível em: <http://terrabilis.dpi.inpe.br/downloads/>. Acesso em: 02 agosto. 2020.

LAMAS, Isabela Alves. Reflexões metodológicas sobre uma etnografia multisituada dos conflitos socioambientais na mineração de larga-escala. Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), Montevideo, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MOORE, Jason. El fin de la naturaleza barata: o cómo aprendí a dejar de preocuparme por “el” medioambiente y amar la crisis del capitalismo. **Relaciones Internacionales**, n. 33. Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales GERI – Universidad Autónoma de México, 2016.

_____. Transcending the Metabolic Rift: Towards a Theory of Crises in the Capitalist World-Ecology. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, 2011. Disponível em: doi:10.1080/03066150.2010.538579.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita; CASTRO, Edna Ramos. Estado de exceção como paradigma do desenvolvimento: uma análise sobre a hidrelétrica de Belo Monte. *In*: CASTRO, Edna Ramos (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para um re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ORMACHEA, Enrique. Amazonia: situación actual y perspectivas. Presentación- CEDLA, 2020. Disponível em: <https://cedla.org/download/amazonia-situacion-actual-y-perspectivas-presentacion-enrique-ormachea/>

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American Empire. Socialist Register. 2004. Disponível em: http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso04/panitch_060404.pdf

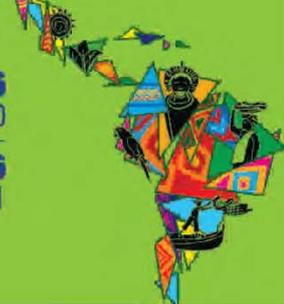
SOUZA MARTINS, José. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSA, H. **Alienación y aceleración - hacia una teoría crítica de la temporalidad y la modernidad tardía**. Madrid: Katz Editores, 2016.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, 2014.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**. Guadalajara: Calas, 2019.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo: Centro Edelstein, 2009.



GT 03 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

“DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?”: POPULAÇÕES TRADICIONAIS E A EXPANSÃO DO MONOCULTIVO DE SOJA NO BAIXO AMAZONAS – PARÁ

Marcelo Moraes de Andrade¹
Danielle Wagner Silva²

RESUMO

Neste texto discutimos processos de marginalização de povos e comunidades tradicionais no decorrer da expansão do cultivo de soja no território Baixo Amazonas, nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, estado do Pará. A partir de revisão bibliográfica, demonstramos que a expansão do cultivo de soja no território está relacionada a processos de reestruturação produtiva, os quais ocasionam impactos de diferentes dimensões, gerando, dentre outros aspectos: concentração fundiária; desflorestamentos; desterritorialização; mudanças nas relações de produção local; fragmentação de espaços agrícolas e aumento da urbanização; extinção/esvaziamento de comunidades rurais; assoreamento e contaminação de igarapés; limitações às atividades pesqueiras; ameaça à segurança alimentar e nutricional. Apontamos interconexões entre ações e práticas de Estado (federal, estadual e municipal) e grupos de interesses que acabam criando conflitos sociais, culminando na marginalização de minorias sociais.

Palavras-chaves: Planalto Santareno. Marginalização. Monocultivo de soja.

1. INTRODUÇÃO

Em *Desenvolvimento como liberdade*, o economista indiano Amartya Sen afirma que há duas perspectivas contrastantes na apreensão de *desenvolvimento*. Em uma das perspectivas, *desenvolvimento* resulta de processos ‘amigáveis’, na outra, é considerado um processo “feroz”, constituído com muito “*sangue, suor e lágrimas*” (SEN, 2000, p. 51). Mesmo correndo o risco de corroborar com tantos rótulos atribuídos à Amazônia, não é exagero afirmar que a primeira perspectiva citada representa marca emblemática de vários projetos desenvolvimentistas propostos e executados nessa região. A inserção e avanço do monocultivo de soja na Amazônia é mais uma página da sujeição histórica da região à contraditórias concepções de *desenvolvimento* (enganosamente difundidas como referencial

¹ Pesquisador e consultor ambiental, Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA. E-mail: mllblues@yahoo.com.br

² Docente no Instituto de Biodiversidade e Florestas - IBEF/UFOPA: e-mail: swagnerdanielle@gmail.com

positivo), insistentemente fundamentadas em paradigmas da modernização agrícola, subjacentes a interesses econômicos e imperativos setoriais.

A expansão do cultivo de soja, principal produto da pauta de exportação do Brasil, sobre a fronteira amazônica, especialmente no estado do Pará, fora constituído de forma desordenada, alicerçado em práticas violentas, marcadas por processos de espoliação, reproduzidos com sangue, suor e lágrimas, via de regra, de povos e comunidades tradicionais. Este processo corrobora outro aspecto que se manteve comum a tais grupos sociais da Amazônia, “a sua relativa invisibilidade social e política” (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009, p. 32).

Embora as regiões Centro-Oeste e Sul sejam as principais produtoras de soja do país, nos últimos 20 anos, estados da região Norte, em especial o Pará, despontaram como locais estratégicos para os interesses de setores do agronegócio, em decorrência de suas potencialidades em termos de utilização de redes multimodais (TRINDADE, 2015). Mas, sobretudo, disponibilidade de terras para ampliação das frentes de expansão agrícola, em decorrência de alegada ‘oferta’ de terras. O estado do Pará se tornou local privilegiado neste processo pela possibilidade de concretização de um desejo antigo de setores do agronegócio: a almejada viabilização da ‘saída pelo norte’ (ALARCON; GUERRERO; TORRES, 2016), integrando as regiões produtoras do Centro-Oeste, diminuindo a distância até os mercados consumidores na Europa e na Ásia.

Contudo, conforme frisado por Alarcon, Guerrero e Torres (2016, p. 44), “nesse quadro, as prioridades territoriais são ditadas pelo tráfego das mercadorias, e não pela garantia de direitos socioambientais” (ALARCON; GUERRERO; TORRES, 2016, p. 44). Agricultores familiares, extrativistas, povos indígenas, caboclos, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, são algumas das categoriais constitutivas do universo social da região que possuem territorialidades, visões de mundo e temporalidades que representam empecilho aos objetivos do agronegócio de grãos. Tais categorias são frequentemente submetidas à condições que acentuam vulnerabilidades históricas do território, as quais foram intensificadas pelo avanço da soja. De acordo com Almeida (2010, p. 117), como forma de garantir sua manutenção e legitimação, há um claro investimento, tanto de representantes do agronegócio quanto do Estado, na elaboração de ‘agroestratégias’, pelas quais implementam “[...] medidas que objetivam remover obstáculos jurídico-formais e político-administrativos, que reservam áreas para fins de preservação ambiental ou para atender a reivindicações de povos e comunidades tradicionais”.

Partindo desta breve contextualização, neste texto objetivamos discutir o processo de marginalização de povos e comunidades tradicionais no decorrer da expansão do cultivo

de soja no território Baixo Amazonas³, focando os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, os quais conformam a microrregião denominada Planalto Santareno⁴. A partir de revisão bibliográfica sobre a expansão da soja e processos de licenciamento ambiental para implantação de dois portos graneleiros em Santarém, apontamos fatores que contribuíram para a marginalização de grupos minoritários.

A proposta é convergente com diversos estudos realizados no território sobre o tema. Com este ensaio objetivamos contribuir com as discussões acerca da temática proposta no GT, assim, apontamos elementos que demonstram a natureza recorrente de práticas de invisibilização de povos tradicionais do Baixo Amazonas. Partimos do pressuposto de que a implantação e consolidação da soja na região, assim como a consequente marginalização de grupos sociais, é resultante de atuações conjuntas do Estado e representantes do capital privado, fundamentados em concepções de bases desenvolvimentistas que tendem a sobrepor visões de mundo divergentes, agindo de modo a invisibilizá-las.

Neste contexto de análises preliminares, estamos utilizando a noção de ‘margens do estado’, conforme trabalho de Das e Poole (2008), a qual constitui-se em uma perspectiva que possibilita análise das interfaces entre Estado e populações, assim como entre territórios e Estado, destacando os agentes aí intervenientes. Do ponto de vista das autoras, a categoria ‘margem’ enquanto perspectiva, constitui tanto um espaço físico quanto social (ou ainda simbólico), ambos carregados de temporalidades históricas. Tais espaços são formados cotidianamente, a partir de ações estatais contraditórias e que exigem frequentes negociações. Por outro lado, as autoras consideram o Estado um projeto em aberto, inacabado, o qual exige, para sua compreensão, consideração para além de suas dimensões legais, de modo a abordar as particularidades contidas em suas ‘margens’. Assim, ‘margem’ e Estado se constituem como categorias inter-relacionadas, no qual um determina o outro, caracterizados por processos de negociação, formulação e reformulação de limites e fronteiras (DAS; POOLE, 2008).

Ao nos valermos de pesquisas anteriores, em certa medida, realizamos um balanço social de ações públicas e privadas que conformam o atual contexto de conflitos na região. A problemática abordada insere-se em estudo dos autores cujo escopo é reunir informações que evidenciem as interconexões entre formas de poder e articulações de grupos

³ A mesorregião do Baixo Amazonas compreende um território que abrange 317.273,50 km², que se estende por 13 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Mojuí dos Campos, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.

⁴ O Planalto Santareno é constituído por um platô de terras firmes e altas, cujos solos possuem grande potencial agrícola (CORTES et al., 2020). Gayoso da Costa (2012, p. 112), em referência ao estudo de Sá et al. (2006, p. 122), “dividiu a região em três realidades distintas: planalto santareno, localizado no eixo da rodovia Santarém-Cuiabá, ocupado por pessoas oriundas de outras regiões do país; a várzea – área alagada; e terra-firme, a área dos ribeirinhos do Tapajós, onde habita uma população nativa que guarda os costumes da região”.

dominantes em relação à práticas e políticas antagônicas à vida social de povos e comunidades tradicionais situadas às ‘margens’ de processos desenvolvimentistas, mas que ao mesmo tempo estão neles situados e são por eles afetados.

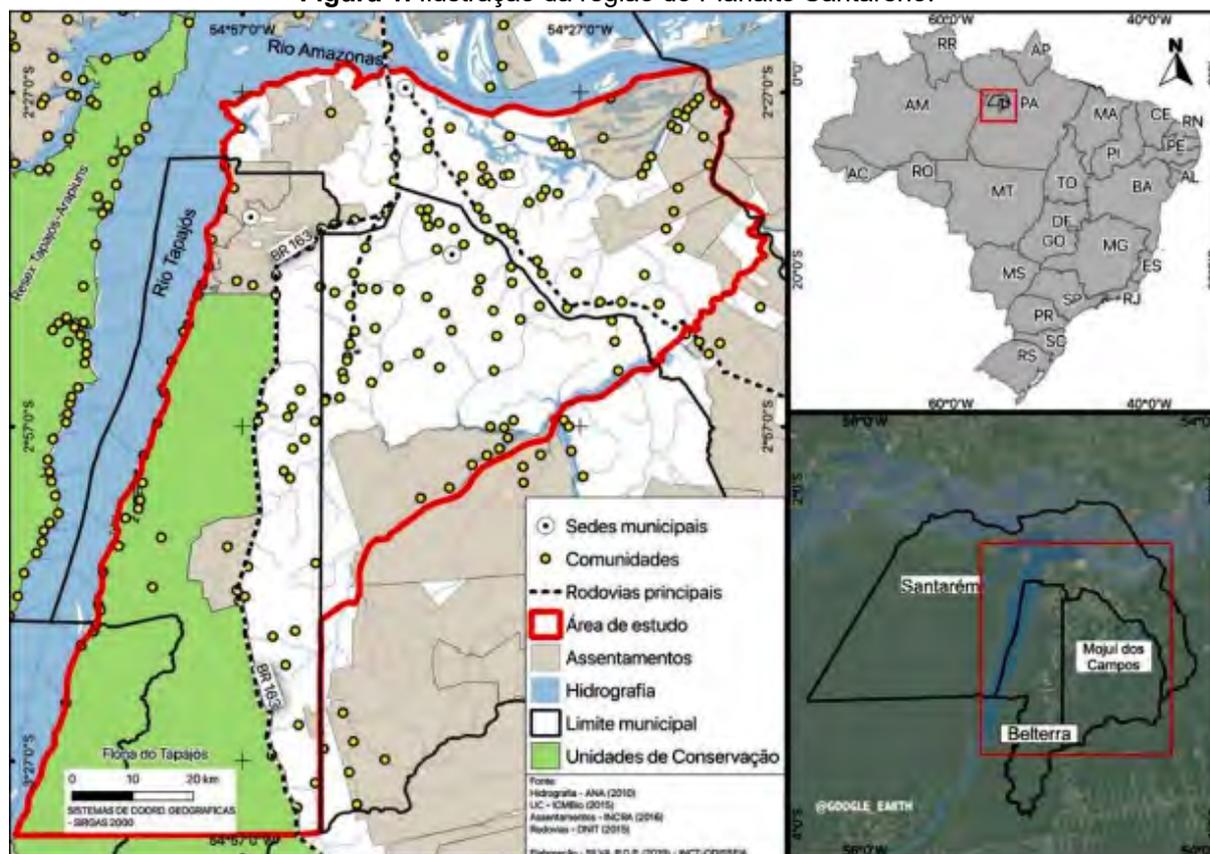
2. “O AGRONEGÓCIO ACHA QUE NÃO TEMOS O DIREITO DE SOBREVIVER ONDE NASCEMOS”⁵: A EXPANSÃO DO MONOCULTIVO DE SOJA NO PLANALTO SANTARENO

Historicamente vêm sendo reproduzidas múltiplas intervenções que conjugam discursos que apelam à noção de *desenvolvimento* como gramática capaz de promover a geração de emprego, renda e inclusão social, mas também como princípio concessor de violência e predação. Assim, práticas e ações do Estado, articuladas ao capital privado, por mais depreciativas do meio ambiente ou da tessitura social que sejam, são efetivadas em nome deste pretense *desenvolvimento*, ocultando injustiças e desigualdades relacionadas aos processos de reprodução.

A inserção do estado do Pará, mais especificamente a região do Baixo Amazonas, nas cadeias produtivas de *commodities* da soja e do milho, é resultante de planejada estratégia desenvolvimentista, tanto de setores estruturantes da economia do país, nomeadamente associados ao agronegócio, quanto pelas agendas de desenvolvimento do Estado (em esfera federal, estadual e municipal). As primeiras experiências com o monocultivo de soja no Planalto Santareno (Figura 1) tiveram início no município de Santarém, a partir de meados da década de 1990. Posteriormente, os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, ambos constituídos a partir de desmembramentos de áreas de Santarém, converteram consideráveis extensões de seu território em monocultivos de soja e milho. De acordo com dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP, 2021), em 2019, Mojuí dos Campos foi o sétimo município em área plantada do estado (21.500 ha), Santarém foi o oitavo (15.530 ha) e Belterra foi o décimo (13.851 ha).

⁵ Frase de liderança indígena extraída da reportagem produzida por Bárbara Dias, Mariana Pontes e Tiago Miotto. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/11/a-cerca-que-os-divide-povo-munduruku-do-planalto-santareno-pressionado-pela-soja/>

Figura 1. Ilustração da região do Planalto Santareno.



Fonte: Adaptado de Cortês et al. (2020).

Em 1996 foi implantada a primeira lavoura de soja (com 50 ha). Dois anos antes, em 1994 o governo do estado do Pará, por meio da Secretaria de Agricultura, lançou o *Plano Operativo de Política Agrícola: Pará Rural*, pelo qual constituía o *Polo Agroindustrial da Soja nos Cerrados da região Sudeste do Pará*, elaborado por técnicos da Embrapa Amazônia Oriental (HOMMA, 2005). Este programa previa a realização de estudos voltados à análise de viabilidade econômica e desenvolvimento de variedades adaptadas à região, inclusive com a contratação, pelo governo do estado, de uma empresa especializada em engenharia agrária, com sede no estado do Paraná, responsável pela ação que ficou conhecida como '*Soja em Santarém*' (SANTOS, 2015; SOUSA, 2017).

Após identificada promissora viabilidade da produção na região de Santarém, por iniciativa da Prefeitura Municipal, no período entre os anos 1996 e 2004, constituiu-se uma comissão formada por agentes do governo municipal e representantes de setores privados que empreenderam viagens a estados da Região Sul e Centro-Oeste do país, com o propósito fazer *lobby* e incentivar a migração de produtores de soja daqueles estados para o município de Santarém (SOUSA, 2017). Em 1997, atraídos pela promessa de aquisição de terra a baixos custos, Santarém recebe os primeiros produtores de soja vindos daquelas regiões, os quais contaram com apoio da prefeitura e de empresários locais (PUTY, 2007).

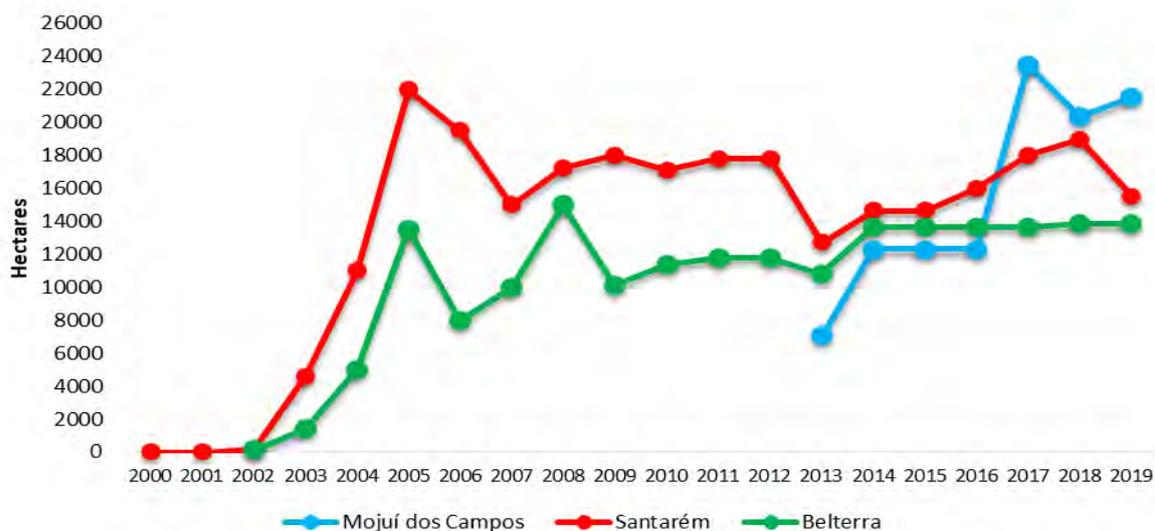
Os grupos de interesse envolvidos, a partir de consenso político e animados com os resultados dos estudos e do *lobby*, passaram a propagar discursos de exaltação da soja que “alardeava uma vantagem pedológica sobre a fertilidade dos solos da microrregião de Santarém (Alenquer, Belterra, Curuá, Santarém, Monte Alegre, Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná e Prainha) em relação às outras microrregiões do estado” (TEIXEIRA; CUNHA; TERRA, 2012; SOUSA, 2017, p. 10). Conforme frisado por Sousa (2017), em um desses discursos, proferido pelo então prefeito municipal, em início dos anos 2000, é destacado a parceria entre a prefeitura municipal, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM e a Embrapa, referente ao zoneamento agroecológico do município. Naquela ocasião, embora o prefeito tenha observado que tanto a política migratória, quanto a expansão da soja no território, deveriam proceder de acordo com padrões ecológicos desejáveis (SOUSA, 2017). Contudo, no momento presente, constata-se que a realidade foi outra.

A partir de 1997, o governo do estado fomentou política de financiamento voltada à produção agrícola, institucionalizada pela disponibilização de linhas de crédito e financiamento de lavouras, via Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO (TEIXEIRA; CUNHA; TERRA, 2012; SOUSA, 2017). Importa observar que as linhas de crédito e financiamento, disponibilizada pelo Banco da Amazônia, estavam voltadas ao apoio apenas de grandes produtores rurais, deixando à margem pequenos agricultores locais (TEIXEIRA; CUNHA; TERRA, 2012), responsáveis pela produção e abastecimento local de alimentos.

Em 1999, com o anúncio da construção de uma estação de transbordo de cargas de grânéis sólidos pela multinacional Cargill Agrícola S/A, em área da Companhia Docas do Pará – CDP, às margens do rio Tapajós, em Santarém, consolidou o cultivo de soja na região. Desde então, Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos vem registrando significativos aumentos de área plantada (Figura 2).

A região do Planalto Santareno, historicamente constituída por povos e comunidades tradicionais, anteriormente à chegada da soja era caracterizada por um modo de vida típico do ‘*ser da Amazônia*’ (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009), denotando uma tipologia de campesinato com perfil agroextrativista, cuja convivência se constituía entorno da comunidade, fundamentando seus modos de existência no trabalho familiar, em práticas extrativas e agrícolas, utilizando técnicas artesanais e trabalho em mutirão, (SILVA; CONCEIÇÃO, 2017). O extrativismo, caça, pesca e policultivos garantiam segurança alimentar às famílias, que ainda comercializavam o excedente nos municípios próximos (CONCEIÇÃO, 2017).

Figura 2. Evolução da área (ha) ocupada com monocultivo de soja nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) a partir de dados da SEDAP (2020).

Conforme observou Cohenca (2005), em estudo no qual analisa a relação entre desmatamento e expansão do cultivo de soja na região da BR-163, no período entre 1999 e 2004, o monocultivo de soja ocorreu em áreas de sítios diversificados de produção familiar e em áreas de florestas. Puty (2007), ao analisar o zoneamento econômico ecológico da BR-163, demonstra outro processo deliberado de invisibilização de minorias sociais, ao constatar que as áreas utilizadas para os primeiros plantios também foram adquiridas de pequenos produtores rurais.

Em sua pesquisa de mestrado, pela qual abordou processos de transformações na reprodução do campesinato nas comunidades de Jenipapo e Tracuá, nos municípios de Belterra e Santarém, respectivamente, Paixão Júnior (2012) ressaltou que, segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, até 2003, cerca de 500 famílias do Planalto Santareno haviam vendido suas terras para sojicultores. Segundo o autor, a situação de precariedade daquelas famílias antecedia a chegada dos sojicultores, devido à ausência do Estado na oferta de serviços de infraestrutura, como estradas e fornecimento de água.

Esses efeitos também são observados nas sedes municipais. Gomes et al. (2012), ao analisarem as trajetórias das sedes de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, mostraram que coalizões criadas entre agentes governamentais, agentes econômicos do capitalismo global e elites locais, excluíram comunidades tradicionais e beneficiaram grandes agentes capitalistas na apropriação da região metropolitana de Santarém.

Logo, a chegada da soja na região demarca processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), ressignificando a região, no qual grupos sociais que habitavam

o território foram desprezados. Tais grupos sociais não receberam suporte equivalente em contrapartida ao auxílio despendido a produtores de soja vindos de outras regiões do país.

3. LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE INVISIBILIZAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O licenciamento ambiental, instrumento de proteção instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938/1981), constitui procedimento administrativo de responsabilidade do Estado, portanto, cabe ao poder público garantir meios para a efetivação do direito à participação. Tema relevante para a discussão proposta nesse texto, nesta subseção serão destacadas informações que contribuam para a compreensão da relação de práticas de Estado e processos de marginalização de povos e comunidades tradicionais no contexto de expansão da soja.

A instalação de portos graneleiros faz parte das ‘*agroestratégias*’ mobilizadas para expansão da agricultura capitalista, mas também são responsáveis por muitos conflitos. A instalação de portos, com suas atividades de alto potencial de transformação regional, expressa práticas de poder de forças macroeconômicas. Tais práticas, sob a condescendência do Estado, se constituem à medida que os Estudos de Impactos Ambientais – EIA e Relatórios de Impactos Ambientais – RIMA, ocultam a existência de povos e comunidades tradicionais e seu direito ao território. Neste sentido, destacamos os licenciamentos para a instalação do Porto da Cargill e a tentativa de instalação do Porto do Maicá, pela Empresa Brasileira de Portos de Santarém – Embraps.

O anúncio, em dezembro de 1999, de que a Cargill, multinacional que há décadas está entre as maiores empresas atuantes no controle da importação, exportação e processamento de *commodities* agrícolas do mercado mundial, havia vencido licitação para instalação de um porto graneleiro no município de Santarém, impulsionou monocultivos no Planalto Santareno. Ponto fundamental tanto da inserção quanto da consolidação da soja na região, a instalação do porto foi sucedida por inúmeros desdobramentos que, para além de um processo de licenciamento marcado por fraude nos EIA/RIMAs, colaborou com o agenciamento de territórios de povos e comunidades tradicionais, os quais foram expropriados e incorporados ao mercado de terras para monocultivo de soja e milho.

O processo de licenciamento ambiental do Porto da Cargill em Santarém ocorreu de forma totalmente avessa às diretrizes consolidadas pela legislação ambiental vigente, não seguindo os ritos institucionalizados, tanto que recebeu destaque nacional, tendo sido produzida significativa produção bibliográfica sobre o tema (BARBOSA; MOREIRA, 2017; SANTANA, 2010; PINTO, 2016). Importa destacar que o EIA/RIMA do Porto da Cargill foi elaborado após o empreendimento ter sido instalado, após quase uma década de disputas

judiciais envolvendo a Cargill, movimentos sociais, Ministério Público Federal e Estadual, além de ter sido identificadas fraudes nos dados referentes aos índices de desmatamento na região.

Em 2008, a Cargill apresentou o EIA/RIMA ao órgão licenciador, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM. Contudo, técnicos do órgão consideraram o estudo incompleto e solicitaram complementações. Dentre as exigências constava a incorporação às análises dos demais municípios da área de influência da BR-163. Na segunda versão do EIA/RIMA apresentada e aprovada pelo órgão licenciador em 2010, de modo geral, as deficiências, omissões e falhas permaneceram. Em relação ao componente de povos e comunidades tradicionais, ambas versões apresentam graves deficiências metodológicas, técnicas e analíticas. Embora o Termo de Referência – TR do porto também apresente limitações, havendo deficiência de indicadores pertinentes à avaliação de impactos sobre povos e comunidades tradicionais, as análises realizadas no EIA não atendem o mínimo indicado no TR, o qual contém apenas uma referência a esses grupos sociais⁶.

Vê-se no EIA/RIMA uma inversão da finalidade a que se presta o documento. Ao invés de apresentar informações para orientar a decisão do órgão ambiental, com informações precisas acerca dos efeitos negativos e positivos do empreendimento, o que se tem no EIA/RIMA é um amontoado de informações em defesa do cultivo de soja, denotando falta de autonomia das equipes em relação aos interesses da Cargill. Em contrapartida, as questões relacionadas a povos e comunidades tradicionais são abordadas com displicência, de forma superficial e protocolar. Chama atenção a ausência de análises socioantropológicas, assim como apresentação da representatividade dos universos sociais. Toda a riqueza e diversidade sociocultural constituinte do território, representada por comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, dentre outros, foi restrita no EIA/RIMA à míseras quatro páginas de informações insuficientes para a identificação, caracterização e apreensão de suas territorialidades e vínculos históricos com os territórios. Mesmo assim, a Cargill obteve e vem obtendo sucessivas licenças de operação para o funcionamento do porto.

Reafirmando a posição estratégica da região do Baixo Amazonas na logística do agronegócio na aproximação de mercados consumidores, em 2016, em um contexto de muitos conflitos sociais envolvendo movimentos contrários ao projeto, a Embraps apresentou ao órgão licenciador em esfera estadual o EIA/RIMA referente a instalação de

⁶ Item 4.4. Meio Socioeconômico: Caracterizar as comunidades indígenas e populações tradicionais existentes na área de influência, mesmo que não titulados, incluindo localização geográfica, município e vias de acesso, considerando as possibilidades de alteração da dinâmica social, política, econômica e ambiental das terras e grupos, face a instalação e operação do empreendimento (SECTAM, 2008, p. 5).

um porto graneleiro, também situado no município de Santarém. Tratava-se de mais um porto para escoamento de *commodities*, o qual seria instalado na margem direita do rio Amazonas, no bairro Área Verde, às margens do rio Amazonas, denominado Lago do Maicá.

O Porto do Maicá, como ficou localmente conhecido, tornou-se foco de conflitos porque o território possui importância do ponto de vista da biodiversidade. Está situado em zona de transição entre o perímetro urbano e rural do município, caracterizado pela interação de áreas de terra firme e zonas de várzeas de rios e lagos. Constitui local de reprodução e estoque de diversas espécies de peixe (SANTOS; MARTINS, 2018). Além disso, é historicamente utilizado por comunidades quilombolas, povos indígenas e pescadores artesanais residentes nas intermediações. Embora desenvolvam práticas agrícolas e extrativas, a pesca no lago do Maicá representa importante fonte de renda e alimentação para os referidos grupos sociais.

Entretanto, a atividade pesqueira e a existência de pescadores artesanais foi subestimada no EIA/RIMA apresentado pela Embraps. O documento necessário no processo de licenciamento ambiental é repleto de insuficiências metodológicas e analíticas, sendo negligenciada a referência a povos indígenas, comunidades quilombolas e pescadores artesanais na área de influência do porto (UFOPA, 2018; SANTOS; MARTINS, 2018). “A não identificação de povos indígenas e comunidades quilombolas na área de influência do empreendimento faz parte de uma lógica de colonialidade que invisibiliza a existência de sujeitos cujos modos de vida são considerados atrasados e descartáveis” (SANTOS; MARTINS, 2018, p. 125).

Conforme observou Pérez (2019; 2017) ao analisar o componente étnico do processo de licenciamento ambiental do Porto do Maicá, o estudo é permeado por tentativas de invisibilização de comunidades quilombolas residentes tanto nas margens e circunvizinhanças do lago, quanto do Planalto Santareno. Ao todo, o território abriga 12 comunidades quilombolas: Pérola de Maicá; Arapemã; Saracura; Nova Vista; São Raimundo; São José; Patos do Ituqui; Bom Jardim; Murumurutuba; Murumuru; Tingu e Surubiu-Açú (PÉREZ, 2017).

Pérez (2017) ressalta que elaboradores do EIA/RIMA adotaram três estratégias diferentes para invisibilização das comunidades quilombolas. A primeira consistiu na total negação de oito, das doze comunidades, as quais se quer foram mencionadas no EIA/RIMA, mesmo seis delas sendo reconhecidas institucionalmente pela Fundação Cultural Palmares por meio de Certidão de Autoreconhecimento, juntamente com seus respectivos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação. A segunda estratégia identificada foi elaborada a partir da impossibilidade de ocultamento de quatro comunidades situadas muito próximas ao local proposto para o porto, cerca 1,2 km. Neste caso, o autor considera que

três comunidades foram parcialmente inviabilizadas, porque, embora as mesmas tenham sido citadas no documento, as informações foram superficiais e ocultaram qualquer impacto negativo das atividades do porto sobre as mesmas. E por último, a comunidade quilombola Pérola do Maicá foi vítima de invisibilização forçada, pois, de forma arbitrária, a mesma foi deixada de fora da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento. Os responsáveis pelo EIA/RIMA ainda negaram o componente étnico da referida comunidade, por situar-se próxima ao perímetro urbano (PÉREZ, 2017).

Cabe destacar ainda que o ano de 2017 foi marcado por debates entorno da elaboração do Plano Diretor de Santarém. Naquele contexto, a plenária de revisão do Plano deliberou pelo assentimento da proposta de movimentos sociais. A proposta previa que a área do Lago do Maicá seria destinada, prioritariamente à conservação e manutenção das formas de uso adotadas por grupos sociais locais: pesca artesanal, embarque e desembarque de pequenas embarcações que realizam o transporte entre comunidades ribeirinhas e exploração da rica paisagem do local por meio do turismo de base comunitária.

Após o projeto de lei do Plano Diretor ter sido encaminhado à Câmara de Vereadores, lá permaneceu por mais de um ano esperando aprovação pela casa legislativa. Ao final de 2018, cedendo à pressão de agropecuaristas e representantes do agronegócio, de forma unilateral, os vereadores resolveram ignorar os longos debates realizados com a população para construção do Plano Diretor e decidiram alterar o documento, destinando o território do Lago do Maicá como área portuária.

Mediante a judicialização da questão, o licenciamento do Porto do Maicá foi suspenso e em outubro de 2019, em decisão da 2ª Vara Federal de Santarém, oriunda de Ação Civil Pública, tendo como partes os Ministérios Públicos Federal e Estadual, contra a União, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e a Embraps. A decisão condicionou o prosseguimento do licenciamento do porto à realização de Consulta Prévia, Livre e Informada às comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais afetadas pelo empreendimento, assim como a retificação do EIA/RIMA de modo a contemplar as mesmas nas avaliações ambientais (TERRA DE DIREITOS, 2019).

4. EXPANSÃO DA SOJA E A MARGINALIZAÇÃO DE POVOS TRADICIONAIS: PROCESSOS HISTÓRICOS DE INVISIBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA SOCIAL

A produção bibliográfica sobre os efeitos do avanço do monocultivo de soja na região do Baixo Amazonas (COHENCA, 2005; COSTA, 2015; SANTOS, 2015; GAYOSO DA COSTA, 2012; SANTOS, 2015; PEREZ, 2017; PAIXÃO JÚNIOR, 2012; SANTOS, 2015; SOUSA, 2017; FERREIRA et al., 2019; CORTES et al., 2020) vem apontando aspectos

degradantes dessa atividade, como êxodo rural, aumento da violência em espaços rurais, extinção ou esvaziamento de comunidades rurais, aumento da grilagem de terra, expropriações de famílias de suas terras, impedimento de acesso à áreas e interrupção de caminhos outrora de uso comum, intoxicação de pessoas por agrotóxicos, redução da biodiversidade, assoreamento de rios e igarapés, perda de diversidade cultural, intensificação da especulação fundiária, violação de direitos humanos, limitações para à atividade pesqueira e desmatamentos.

Conforme frisou Santos (2015), ao discutir processos de territorialização do agronegócio da soja em comunidades de camponeses do território do Baixo Amazonas, no decorrer da inserção e expansão da soja, povos e comunidades tradicionais foram invisibilizados mediante a objetivação de uma '*dinâmica substitutiva*', na qual as práticas sociais locais foram sobrepostas à lógica homogeneizadora do agronegócio. Quando começaram a chegar os primeiros migrantes interessados em cultivar soja, a demanda por terra acentuou a pressão sobre grupos camponeses da região a venderem suas terras a preços irrisórios, assim, as famílias de camponeses "não saíram porque foram coagidas pelo poder dos papéis falsos, mas pela repressão de suas existências, acreditando que aquele dinheiro oferecido lhes proporcionasse menos privações em outro lugar" (PAIXÃO JÚNIOR, 2012, p. 92).

Costa (2015), ao analisar a relação entre a sojicultura e o mercado de terras na região de Santarém, ressalta que este processo acarretou no aumento da especulação fundiária e comércio ilegal de terras, acompanhado de ações violentas contra agricultores familiares. A especulação fundiária causada pela busca de áreas para cultivo de soja na região de Santarém está intrinsecamente vinculada à emergência de identidades étnicas, inclusive coincidindo com a criação de uma unidade de conservação, ações motivadas principalmente pela defesa de territórios tradicionais (COSTA et al., 2013; ANDRADE, 2019).

Santos (2015) frisou que nesse processo, por intermédio de várias ações que exaltavam e promoviam o cultivo de soja, o Estado atuou como principal agente na arquitetura e execução de uma '*invisibilidade fabricada*', referindo-se ao termo cunhado por Nugent (1993). Afinal, corroborando com Pereira (2016, p. 15), ao discutir processos de transformações sociais na Amazônia, "neutralizar as iniciativas e interesse do *Outro* pela determinação de sua *inexistência social e política* é um eficiente mecanismo de controle e dominação". No caso em foco, os diversos conflitos socioambientais, as violações de direitos humanos, as estratégias de marginalização de povos e comunidades tradicionais, constituem 'margens' que emergem a partir de distintas racionalidades referentes à forma de conceber o uso e apropriação do território traduzidas em práticas de regulação estatal e de ações coletivas de resistência. Assim, as 'margens' no caso em apresso são consideradas,

para além dos territórios tradicionais, como práticas e ações do Estado que, por intermédio de agendas de desenvolvimento, endossam processos históricos de marginalização e “inferiorização, imposta por um projeto civilizatório que tem como marca a domesticação das múltiplas alteridades amazônicas” (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009, p. 32).

Entretanto, isso não significa que os agentes invisibilizados aceitem tal condição que lhes fora imposta. O Planalto Santareno também constitui território historicamente ocupado por povos indígenas da etnia Munduruku e comunidades quilombolas, os quais protagonizam conflitos e disputas em prol do reconhecimento por direitos territoriais. O território Munduruku está situado entre na área de abrangência da rodovia estadual Santarém-Curuá-Una (PA-370), que engloba o lago do Maicá (FERREIRA et al., 2019). Há quatro aldeias no território (Açaizal, Amparador, São Francisco da Cavada e Ipaupixuma), somando 205 famílias. Os Mundurukus há anos lutam pela homologação de seu território. Enquanto isso não acontece, os mesmos convivem com ameaças e a diminuição de suas áreas, apropriadas para o cultivo de soja. Os constrangimentos também passam por consequências diretas da prática do monocultivo, como assoreamento e contaminação de igarapés por agrotóxicos, grilagem de terras, morte de animais, cercamento de áreas e interrupção de acesso à áreas tradicionalmente ocupadas, bem como destruição das áreas consideradas sítios arqueológicos (SILVA, 2019).

O Ministério Público Federal, em 2015, solicitou à Fundação Nacional do Índio – FUNAI a formação de equipe multidisciplinar para realização de estudos referentes a identificação e delimitação do território indígena Munduruku, até o atual momento não realizada pela FUNAI por deficiência de corpo técnico e recursos para contratação de especialistas (SILVA, 2019). O que levou o povo Munduruku a efetuar a autodemarcação de seu território e, em janeiro de 2017, publicaram o Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno.

Seguindo exemplo de outros povos e comunidades tradicionais da região, como o povo Munduruku e ribeirinhos das comunidades Montanha e Mangabal, diante da ameaça de seus modos de vida representada pela instalação do Porto do Maicá, as comunidades quilombolas, por meio de sua representação política, a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS, elaboraram um protocolo de consulta. O referido protocolo se constitui importante instrumento na luta pelo reconhecimento dos quilombolas como sujeito de direito, conferindo amparo jurídico, visibilidade e oportunidade de participação nos debates e processos de decisão.

Consideramos o contexto e práticas de marginalização de minorias sociais como questões situadas às ‘margens do Estado’, tanto no âmbito territorial quanto social, segundo a perspectiva de Das e Poole (2008), porque os processos sociais são marcados por movimentos dicotômicos. Ou seja, as ações e práticas de Estado são contraditórias, muitas

vezes distanciadas da realidade social, criando a constante necessidade de administração da organização social, sendo que, por meio deste controle, o Estado vai construindo sua soberania. Porém, as práticas sociais acabam por fluir para fora de seu controle (DAS; POOLE, 2008).

Contudo, conforme frisaram Das e Poole (2008, p. 35), as 'margens' também se configuram como espaços de criatividade, "embora certas populações sejam patologizadas através de vários tipos de práticas de poder/saber, elas não se submetem a essas condições passivamente". O caráter criativo das 'margens' se expressa nas lutas por reconhecimento e visibilidade, seja no âmbito local, por intermédio da criação dos protocolos de consulta prévia, ou paradoxalmente, no âmbito de inserção de suas demandas nas institucionalidades do Estado, a exemplo da Lei nº 6.040/2007 (Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais). Logo, o processo de desenvolvimento econômico representado pela inserção da soja na região do Planalto Santareno reitera o histórico de desprezo estatal em relação à diversidade de modos de vida de povos tradicionais e o contramovimento entorno da mobilização dos grupos sociais marginalizados, reafirmando a necessidade de luta social contra o Estado e pelo Estado.

5. CONSIDERAÇÕES

Por este texto objetivamos discutir fatos que ressaltam a articulação da presença ou ausência do Estado em favorecimento e/ou em detrimento de grupos sociais que compõem o tecido social da microrregião do Planalto Santareno, delimitando ações ligadas ao avanço do cultivo de soja e sua correlação com conflitos sociais e processos de marginalização de povos e comunidades tradicionais do Baixo Amazonas.

O cultivo de soja na região é resultante de múltiplos investimentos, ações e medidas de Estado articulados a esferas de interesses privados. A inserção e avanço do monocultivo da soja nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos carrega consigo histórico de degradação social, processos marcados por conflitos socioambientais, falta de ética e imposição de limites a modos de vida tradicionais. Nesta microrregião, o monocultivo de soja se constituiu como prática fundamentada em sistema de reprodução econômica que deslegitima populações locais e territórios tradicionais.

Os fatos ocorridos durante o processo e licenciamento ambiental dos portos graneleiros em Santarém mostram a negligência do Estado nos processos de licenciamento à medida que o órgão ambiental de licenciamento não exige o atendimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em relação à consulta prévia, livre e informada, e na invisibilização das populações tradicionais na elaboração dos EIA/RIMAs.

Neste contexto, importa destacar que o discurso desenvolvimentista utilizado para consolidação do cultivo de soja, ainda que se constitua como figura retórica, embora desgastada, ainda mantém eficiência prática. Apesar da pergunta ‘desenvolvimento para quem?’ ser recorrente nas narrativas de atores sociais do Baixo Amazonas frente aos danos e conflitos gerados pela expansão da soja neste território, vê-se crescente avanço da agricultura capitalista à medida que lógicas da economia de mercado e neocoloniais estão na base das ações estatais. As demandas dos grupos sociais minoritários afetados por esse processo tem sido invisibilizadas à medida que a existência desses grupos é negada ou negligenciada em documentos que compõem o aparato burocrático do estado e em arenas de disputas por acesso a recursos de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALARCON, D. F.; GUERRERO, N. R.; TORRES, M. Saída pelo norte: a articulação de projetos de infraestrutura e rotas logísticas na bacia do Tapajós. In: ALARCON, D.F.; MILLIKAN, B; TORRES, M. (Orgs.). (Org.). Ocekadi: **Hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na bacia do Tapajós**. 1ed. Brasília; Santarém: International Rivers; PAA/Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016, v. 1, p. 43-78. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/ocekadi-hidreletricas-conflitos-socioambientais-e-resistencia-na-bacia-do-tapajos/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (et. alii.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.101-144.

ANDRADE, M. M. **Organização social na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: sistemas sociais em mudança**. 2019. 294 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais), Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Santarém/PA, 2019. Disponível em: https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=815. Acesso em: 15 fev. 2021.

BARBOSA, J. A.; MOREIRA, E. C. P. Impactos socioambientais da expansão do agronegócio da soja na região de Santarém/PA e a crise dos instrumentos de governança ambiental. **Revista Jurídica** da FA7, v. 14, p. 73-87, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/258>. Acesso em: 11 jan. 2021.

COHENCA, D. **A expansão da fronteira agrícola e sua relação com o desmatamento detectado em imagens Landsat TM e ETM+ na região norte da BR-163, Pará entre os anos de 1999 a 2004**. 2005. 23 f. Monografia (Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais), Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG; 2005. Disponível em: <https://www.webartigos.com/storage/app/uploads/public/588/4ce/171/5884ce171f2fc672752680.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

CORTÊS, J. P. S.; COUDEL, E., PIRAUX, M.; SILVA, M. P.; SANTOS, B. A.; FOLHES, R.; SILVA, R. G. P. Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão

do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes comunitários do Planalto Santareno. *Revista franco-brasileira de geografia - Confins*, nº 45, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/596471/1/confins-28077.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2021.

COSTA, S. M. G.; VIEIRA, J. C.; LIMA, M. V. C.; MILEO, B. P. Territorialização e identidade indígena no Baixo Tapajós no estado do Pará. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINP**, 2013, São Luis. VI JOINP O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. São Luís: UFMA, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16-impassesedesafiosdaspolicasdaseguridadesocial/pdf/teitorializacaoeidentidadeindigenanobaixotapajosnoestadodopara.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes. In: **Etnografías comparadas**. Cuardenos de Antropologia Social, n. 27, PP.19-52, 2008.

FERREIRA, A. C. S.; SANTOS, E. P. A.; SANTOS, E. P. A.; NASCIMENTO, N. S. F. Desconstrução da Amazônia e conflitos fundiários: resistência do povo indígena Munduruku. In: **Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: inflexões (in)esperadas e resistências possíveis**, 2019, Porto Alegre. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//anais/sipinf/assets/edicoes/2019/artigo/30.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência e Cultura**, v. 61, p. 30-32, 2009. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n3/a12v61n3.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, 187 p.

GOMES, T.; et al. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. In: **Cadernos MetrÓpole**. vol.19 no.40. São Paulo:2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4009>. Acesso em: 21 jan. 2021.

HOMMA, A. K. O. A expansão da soja na Amazônia: a repetição do modelo da pecuária? In: ANDRADE, E.B. (Org.). **A Geopolítica da Soja na Amazônia**. 1ed.Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005, v. , p. 89-126. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/902551/a-geopolitica-da-soja-na-amazonia>. Acesso em: 3 fev. 2021.

NUGGENT, S. L. **Amazonian Caboclo Society: an Essay on Invisibility and Peasant Economy**. Oxford/Providence: Berg, 1993.

PAIXÃO JÚNIOR, P. R. C. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno**. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8201/1/Dissertacao_UsoTerritorioGeneroVidaAmazonia.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

PEREIRA, R. E. D. **Pela margem: ribeirinhos e transformações sociais na Amazônia**. 2016. 180 f. Tese (Doutor em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo/SP, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19304>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PÉREZ, D. **As comunidades quilombolas de Santarém/PA e o Porto de Maicá: os efeitos sociais de um empreendimento anunciado**. 2017. 98 f. Monografia (Graduação em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia, Niterói/RJ, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6894/1/TCC%20Final%20%281%29.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PÉREZ, D. O componente étnico no licenciamento ambiental de grandes projetos de desenvolvimento: a invisibilização das comunidades quilombolas de Santarém/PA. **CADERNOS DO LEPAARQ (UFPEL)**, v. 16, p. 121-133, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/14872>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PUTY, C. A. C. B. Agricultura empresarial mecanizada. In: **Zoneamento-ecológico econômico da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém): gestão territorial**. Belém, Embrapa Amazônia Oriental, 2007. v.1: Diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia, p. 229-252. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/409035/zoneamento-ecologico-economico-da-area-de-influencia-da-rodovia-br-163-cuiaba-santarem>. Acesso em: 3 fev. 2021.

SANTOS, E. P. **Dinâmicas territoriais no processo de expansão do agronegócio da soja e campesinato no Baixo Amazonas/PA**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4978>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SANTOS, L. Q.; MARTINS, P. S. V. Pluralismo Jurídico e a construção do protocolo de consulta: a experiência da Federação Quilombola de Santarém, Pará. **Revista Terceira Margem Amazônia**, 2018. Disponível em: <http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/viewFile/236/174>. Acesso em: 4 fev. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIA E DA PESCA – SEDAP. **Dados agropecuários**. Gabinete do Governador, Belém, Pará, 2021. Disponível em: <http://www.sedap.pa.gov.br/dados-agropecuarios/agropecuaria>. Acesso em: 1 fev. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE – SECTAM. **Termo de Referência para elaboração de Estudo Ambiental** - Relativo a regularização do terminal portuário da Cargill Agrícola S.A, estabelecido no município de Santarém.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad.: Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 464 p.

SILVA, R. G. C.; CONCEIÇÃO, F. S. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **GEOgraphia**, vol. 19, n. 41, 2017: set/dez. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13819>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SILVA, K. **Os Munduruku do Planalto Santareno: resistência, identidade e território**. Beira do Rio, v. 6, p. 1-8, 2019. Disponível em: https://issuu.com/beiradorio/docs/beira_especial_006. Acesso em: 01 fev. 2021.

SOUSA, M. P. **Movimentos sociais: a contra-hegemonia ao processo de expansão da monocultura da soja em Santarém/PA (2000-2010)**. Curitiba: CRV, 2017. 136 p.

TEIXEIRA, B. E. S.; CUNHA, I. M. M.; TERRA, A. A Expansão da Fronteira da Soja no Município de Santarém (PA) e suas Transformações Socioespaciais. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária** - ENGA, 2012, Uberlândia - MG. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1282_1.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

TERRA DE DIREITOS. **Justiça Federal mantém suspenso licenciamento de porto que afetará comunidades quilombolas de Santarém**. 08/10/2019 - Assessoria de comunicação Terra de Direitos. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/justica-federal-mantem-suspenso-licenciamento-de-porto-que-afetara-comunidades-quilombolas-de-santarem/23169>. Acesso em: 3 fev. 2021.

TRINDADE, G. O. **A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2015. Disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2015/GESIANE%20OLIVEIRA%20TRINDADE.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.



GT 3 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO EM COMUNIDADES RURAIS DO PLANALTO SANTARENO, PARÁ

Anderson Coelho Borges (UFPA)¹,
Caio Pinheiro Della Giustina (UNB)²

RESUMO

O agronegócio da soja está presente na região do Planalto Santareno desde 1996, seguindo tendências de expansão do Sul em direção ao Norte do País. Essa expansão gerou impactos nas populações estabelecidas no território. Essa nova situação ocasionou em processos de expulsão de famílias de suas terras levando a casos em que comunidades rurais inteiras desapareceram em função da venda de suas terras para sojicultores, entretanto, houve casos de permanência de outras comunidades. Assim, este estudo se propõe a compreender: 1) as relações entre meio ambiente e sustentabilidade que ambos sujeitos estabelecem entre si e entre o meio biofísico, e 2) estratégias de gestão que agricultores familiares realizam para permanecer com práticas agrícolas no território cujas dinâmicas socioambientais foram alteradas devido à abrangência da sojicultura na região. Para alcançar os objetivos da pesquisa, utilizamos metodologias de: pesquisa de campo, observação participante, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, análise de dados secundários e documentais. Assim, a pesquisa de campo mostrou que sojicultores e agricultores familiares mantêm entre si diversos tipos de relações, por mais que haja tais problemáticas. Entretanto, é comum observar que no Planalto Santareno os agricultores familiares muitas vezes adotam estratégias de adaptação em detrimento de estratégias de enfrentamento.

Palavras-chave: Amazônia; Agricultura Familiar; Gestão Territorial; Agroecologia

1. Introdução

Em 1996 o agronegócio da soja chega em Santarém (PA) seguindo tendências de expansão do Sul ao bioma cerrado, e posteriormente à Amazônia. A soja chega na região Norte do País acompanhando 1) o desenvolvimento de tecnologias que permitiram a adaptabilidade ao solo amazônico (EL-HUSNY & ANDRADE, 1999; FEARNSSIDE, 2006); 2)

¹ Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, UFPA, Brasil. Email: andersonborges51@yahoo.com.br

² Mestre pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, Brasil. Email: caiogalileu@live.com.

a expansão das áreas de fronteira do desmatamento e do agronegócio (PNUMA, 2006) em direção aos estados no Norte; e 3), em Santarém, graças a cooperação público-privada firmada pelo Governo Federal, Estadual e Municipal com a empresa Agrária Engenharia e Consultoria S.A. que visava a exploração agrícola da região (DELLA GIUSTINA, 2020).

Santarém era uma localidade estratégica visto que uma das vantagens comparativas de produção de soja é o custo de transporte (PNUMA, 2006), e dessa forma, a existência de portos, hidrovias e rodovias nessa cidade, além da proximidade com portos consumidores da Europa decresceram o custo de exportação do grão. Para além disso, Santarém era uma localidade cujo baixo preço por hectare de terra atraía atores do agronegócio (COSTA, 2011), influenciando na expansão da fronteira agrícola em direção ao Norte. Essas características desencadearam um processo de expansão do cultivo de soja pelo Planalto Santareno³. Tal processo se deu pela compra de terras de agricultores familiares (DELLA GIUSTINA, 2020; BORGES, 2020) e expansão do desmatamento (GREENPEACE, 2006), dando lugar à sojicultura.

A expansão da sojicultura que se deu por volta dos anos 2000, gerou impactos negativos que perduram até hoje nas populações estabelecidas no território. Entre esses impactos destacam-se problemáticas relacionadas à pressão fundiária e aos agrotóxicos. Ambos impactos têm afetado as condições de permanência na terra e a produtividade dos agricultores familiares do Planalto Santareno. Essa situação gerou processos de expulsão de famílias de suas terras (BARBOSA & FERRER, 2010) e levou a casos em que comunidades rurais inteiras desapareceram em função da venda total de suas terras para sojicultores (DELLA GIUSTINA, 2020). Como resposta a isso, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos lançaram a campanha “Não Abra Mão da Sua Terra” (NAMST), em 2003, a fim de criar condições e um discurso para incentivar agricultores familiares a permanecerem em suas terras e continuarem as atividades produtivas.

Pode-se compreender que o lançamento da campanha NAMST instaura uma oposição de discursos sobre meio-ambiente e ideias sobre sustentabilidade entre atividade agrícola dos atores do agronegócio e atividade agrícola entre os agricultores familiares. É necessário destacar que a campanha NAMST não é o único discurso oposto ao da sojicultura em Santarém, mas é o discurso analisado neste artigo. A partir da pesquisa de campo percebe-se que o modelo de desenvolvimento defendido pelos atores do agronegócio é questionado nas comunidades rurais. Para além do questionamento, agricultores familiares apresentam críticas ao modelo de desenvolvimento trazido pela sojicultura ao mesmo tempo buscam se adaptar à essa realidade pós 1996. Essa adaptação

³ Área plana conjunta dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos

tem como finalidade garantir a permanência na terra e permitir a continuação de trabalhos agrícolas. Teoricamente, as diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento, aliada a diferentes interesses dos atores, levam a situações de conflito socioambiental. Nesse sentido entende-se conflito como uma forma de relacionamento (SIMMEL, 1989) ao mesmo tempo que se compreende essa dinâmica como um conflito socioambiental (LITTLE, 2001).

A experiência de campo possibilitou observar que sojicultores e agricultores familiares mantêm entre si diversos tipos de relações, por mais que haja problemáticas e oposições. Entretanto, contrariando o senso comum de como devem se comportar grupos opostos (isso é, com relações de reciprocidade negativa) é comum observar que os agricultores familiares adotam estratégias de adaptação em detrimento de estratégias de enfrentamento. Dessa forma, este trabalho se propõe a registrar as estratégias de adaptação de agricultores familiares frente a presença e expansão do agronegócio. Para isso, duas comunidades rurais foram escolhidas como estudo de caso: Boa Esperança e Terra de Areia, estas respectivamente pertencentes ao município de Santarém e Mojuí dos Campos.

As metodologias usadas para elaborar este artigo foram: pesquisa de campo, ocorridos entre abril de 2019 e março de 2020; observação participante em reuniões que concentravam lideranças de diversas comunidades e nas comunidades Boa Esperança (Santarém) e Terra de Areia (Mojuí dos Campos); entrevistas estruturadas e semiestruturadas aplicadas em pessoas chave nas comunidades visitadas; e, por fim, análise de dados secundários e análise documental. É preciso destacar que, para proteção dos envolvidos na pesquisa, foram conferidos nomes fictícios aos participantes.

Observando a metodologia e os objetivos deste artigo, o texto está dividido em 4 seções: Introdução; descrição das comunidades - onde são apresentadas características gerais das comunidades em questão; Meio Ambiente e Sustentabilidade, onde discutimos como cada grupo se relaciona com o meio-ambiente e quais as visões de sustentabilidade e natureza estão em disputa; e, por último, Estratégias de Gestão, onde buscamos explorar como agricultores familiares criam estratégias para se adaptar à realidade após a chegada da sojicultura.

Por fim, esse trabalho é um dos frutos gerados pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Observatório das Dinâmicas Socioambientais (INCT-ODISSEIA), que buscou trabalhar juntamente com os STTRs de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, para auxiliar tais Sindicatos em suas demandas. As demandas apresentadas pelos Sindicatos e trabalhadas por esse INCT dizem respeito a finalidade de compreender os fenômenos fundiários da região, estudar os impactos dos agrotóxicos e sobre trabalhar a agroecologia como solução na região. Esses três eixos ofereceram resultados que mapearam problemas comunitários e gerais; ofereceram dados produtivos sobre a agricultura familiar; e

disponibilizaram ferramentas que favorecessem a adaptação dos agricultores familiares frente aos problemas atuais.

2. Descrição das comunidades e suas problemáticas (o caso das famílias)

2.1 Boa Esperança (Santarém)

Figura 1: localização de Boa Esperança dentro do município de Santarém (PA)



Fonte: Google Earth. Elaborado por Caio Pinheiro Della Giustina

A comunidade de Boa Esperança é localizada no município de Santarém, no Km 42 da PA-370. Fundada no ano de 1961 por um morador que construiu sua casa no ramal do Pixiubá. O crescimento dessa comunidade está diretamente relacionado com a construção da estrada que liga Santarém à Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (DELLA GIUSTINA, 2020), em meados da década de 1960 e ao Programa de Integração Nacional (PIN) do governo militar que influenciou no povoamento amazônico na década de 1970 (BRASIL, 1997). Desde sua fundação até o momento da chegada da sojicultura, por volta dos anos 2000, Boa Esperança era uma comunidade cuja produção rural era estruturada pela atividade de agricultores familiares e diferentes tipos de cultivos (pimenta-do-reino e gado). A partir dos anos 2000, há alteração no uso da terra de modo a modificar o território e as práticas produtivas da comunidade. Tais modificações estão diretamente relacionadas com as externalidades do processo produtivo da soja: a pressão fundiária (que influencia na venda e arrendamento de terrenos por parte de moradores da comunidade para sojicultores) e os impactos dos agrotóxicos (percepção de contaminação de recursos hídricos, impactos negativos na produção de moradores da comunidade).

Para além dessas problemáticas, Boa Esperança também é uma comunidade referência em saúde e educação, ao mesmo tempo que possui o título de “distrito” do município de Santarém. Outro fato comumente narrado pelos moradores é que após a chegada da soja ao redor de Boa Esperança, houve uma “explosão” de casos de câncer.

Como forma de dimensionar essa comunidade é preciso citar a estimativa do Censo 2010 do IBGE: a população de Boa Esperança era de 1432 habitantes. De acordo com um dos autores citados (SANTOS, 2012), essa população estaria dividida em 441 famílias.

O histórico da comunidade indica que boa parte de seus moradores sempre estiveram voltados à atividades agrícolas, tanto trabalhando em grandes empreendimentos do passado, como o ciclo da pimenta-do-reino (DELLA GIUSTINA, 2020) como no plantio, colheita e processamento da macaxeira que resulta em farinha e em tapioca. Essa última atividade é tão forte na comunidade que tem se tornado tradicional na comunidade, acontecendo anualmente desde 1999.

Após os anos 2000, quando a sojicultura começa a alterar a paisagem de Boa Esperança, os moradores começam a perceber e relatar impactos socioambientais que dificultam a permanência e/ou produção na localidade. Em primeiro lugar há os impactos fundiários com o processo de compra/venda de terrenos e arrendamentos que substituem áreas por plantios de soja. Isso tem por consequência a diminuição da área destinada aos agricultores familiares na comunidade. Esse fato se torna problemático quando se percebe que Boa Esperança é uma comunidade rodeada por soja. Em alguns pontos, a distância que separa os campos das casas de moradores é de aproximadamente 20 metros sem vegetação de barreira. A proximidade entre casas e campos de cultivo instalam outra ordem de problemas, pois o processo produtivo da sojicultura é muito baseado na utilização de fertilizantes e agrotóxicos que impactam no ambiente ao redor.

Muito é narrado que os agrotóxicos contaminam igarapés historicamente utilizados pela comunidade, bem como impactam diretamente na produção local dos moradores, queimando as “guias das plantas” (gemas apicais), ora derrubando frutos, ora matando plantas frutíferas, e foram narrados casos de mortes na avicultura local. Há ainda a crença local de que os agrotóxicos causam adoecimento geral na comunidade, tais casos são narrados como “víroses” (DELLA GIUSTINA, 2020) e, em situações mais extremas, se relacionam com o aumento de casos de câncer na comunidade. Um pequeno relato com o enfermeiro do posto de saúde de Boa Esperança reforça essa ideia:

“Enfermeiro: Eu sou enfermeiro, trabalho aqui desde 1988. [...]

Entrevistador: E do que você via perto de 88, e o que você vê hoje, como são as doenças? Comparando uma época com a outra. Como que a população adocece?

Enfermeiro: Eu confesso pra ti: quando comecei aqui, eu tinha muito mais casos de leishmaniose, malária, tuberculose, hanseníase, que era o que já tivemos. Quando a gente começou, era frequente, eu sempre dizia assim pra meninas aqui, pras colegas que cada vez a gente tinha 5 ou 6 pacientes

com tuberculose, com hanseníase, né? Nem sei quantos pacientes com leishmaniose, né? Com malária a gente não tratava, só recebia e encaminhava para a Sucran(?), que a Sucran(?) na época fazia o tratamento. mas hoje, o que eu vejo muito mais aqui na vila, tem assim, a gente já fez alguns... algumas reuniões, algumas coisas, as pessoas morrem muito mais de câncer hoje aqui na vila do que de outra doença.

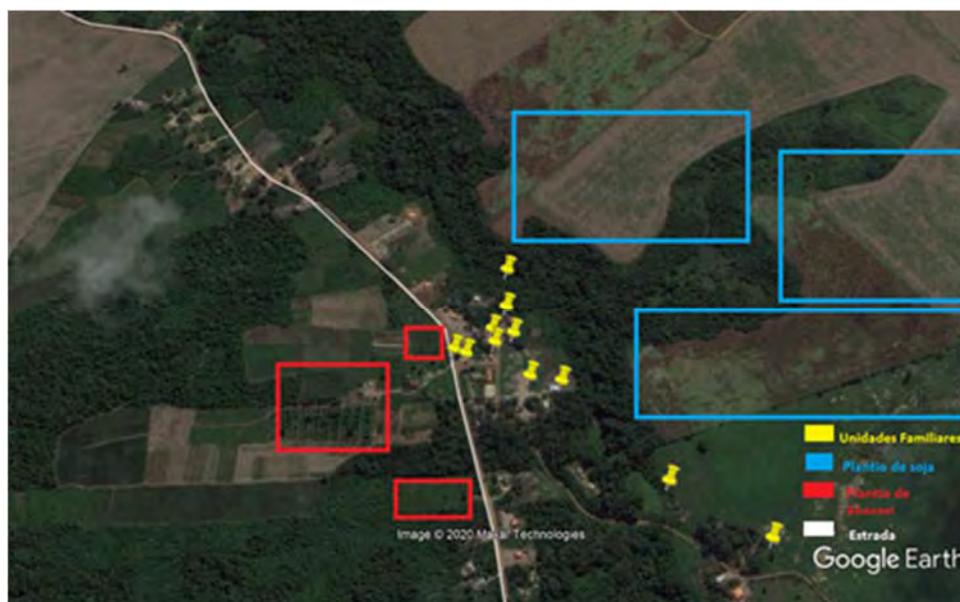
Caio: Muito mais?

Enfermeiro: Muito mais! Que é muito alto o nível de morte de pessoas de câncer aqui na comunidade de Boa Esperança, né? Que a gente já tentou correlacionar ao uso do agrotóxico, né? [...]

2.2 Terra de Areia (Mojuí dos Campos)

A comunidade Terra de Areia fica localizada a 12 km da área urbana do município de Mojuí dos Campos e a 38 km do principal centro comercial da região, situado no município de Santarém (Figura 2). Observa-se, ainda na Figura 2, que os pinos amarelos representam os estabelecimentos de agricultores que residem na comunidade; unidades familiares estas que, em sua maioria, estão localizadas próximo à estrada (linha branca) que dá acesso às comunidades do entorno e às áreas comerciais da região. Além disso, ao redor dessas residências, observam-se extensas áreas da monocultura de soja, destacada em azul; áreas onde, antigamente, localizavam-se as fazendas e casas de antigos moradores da comunidade.

Figura 2 – Comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Google Earth, 2020.

Em seus relatos, os moradores mais antigos da comunidade afirmam que ela foi fundada no dia 09 de março de 1988⁴, a partir de uma reunião entre os moradores pertencentes a três famílias que residiam próximo, com cerca de 50 pessoas morando no local. Eles faziam parte da comunidade Água Fria e participavam de todas as organizações que existiam, porém, com a morte de uma liderança da comunidade que organizava as missas da igreja católica na área, eles resolveram formar a presente comunidade, construindo uma igreja e uma escola para que, assim, pudessem gerir sua própria organização social. O nome que faz referência à comunidade surgiu desses moradores que, quando chegaram à área, encontraram areia preta próximo ao igarapé que de acordo com os relatos pertenciam a indígenas que viviam no local. Considerando os documentos da Associação de Moradores da Terra de Areia Água Fria Baixa d'água (AMTAB) e os relatos dos agricultores, bem como os trabalhos de campo na comunidade Terra de Areia, é possível concluir que cerca de 50 famílias residem no local. Ademais, embora algumas pessoas realizem atividades não agrícolas, a maioria das unidades familiares trabalha com a produção do abacaxi; fato este que representa a principal fonte de renda desses moradores e os possibilita o status de comunidade que mais produz a cultura na região (BORGES, 2020).

O final dos anos 1990 marca na comunidade a chegada de migrantes produtores de grãos, os quais começaram a arrendar ou comprar terras de fazendeiros locais que vivem no local desde os anos 1960. Ressalta-se que estes fazendeiros foram para a região em virtude da expansão da pecuária que estava ocorrendo na região, bem como do avanço sobre as áreas de floresta primária e, posteriormente, da construção das estradas (BORGES, 2020).

De acordo com um agricultor, um de seus vizinhos possuía em sua área algumas cabeças de gado que criava para a subsistência, porém, vendeu-as para os sojeiros. Ele também destaca que morava com seus pais até o ano de 2012, contudo, após a morte de seu pai, sojeiros apareceram querendo comprar a terra de 20 ha. Sua mãe, demonstrando agrado para com a oferta feita, vendeu o terreno e foi morar em outra comunidade, mais afastada do município.

Os agricultores entrevistados afirmam que os sojeiros possuem porções de terras de 30 ha em média e que estão espalhados pelas comunidades do município e da região, assim como os quatro produtores que possuem plantio de soja na Terra de Areia, alguns comprados de filhos de agricultores que, devido à morte dos pais, naquele período e em

⁴ Nesse período, os agricultores mesmo pertencentes à comunidade Água Fria já moravam e praticavam atividades agrícolas no local onde atualmente é a comunidade Terra de Areia.

face do valor ofertado pela compra, acabavam vendendo suas terras. Porém, destaca-se que, atualmente, essa prática diminuiu porque os agricultores da comunidade começaram a ver na produção do abacaxi uma oportunidade de investimento que traz retorno e possibilita a reprodução da família na comunidade.

Atualmente as famílias com características ligadas a agricultura familiar tem se relacionado de diversas formas com os sojicultores que possuem produção na comunidade. Assim, foi possível identificar a partir dos relatos coletados compreender essas relações, estas que buscam evitar o embate direto entre os sujeitos a fim de atender os interesses de ambos. Nesse sentido, selecionamos experiências de algumas das comunidades para compreendermos a relação que cada grupo estabelece com a natureza, bem como podemos identificar as ideias sobre sustentabilidade que orienta as ações de cada grupo.

3. Meio ambiente e sustentabilidade

Quando discorremos sobre os diversos usos da terra por diferentes grupos sociais, lidamos diretamente com perspectivas diferentes sobre natureza, meio ambiente, economia e sustentabilidade. O quadro elaborado por Barros (2018) nos auxilia a destacar essas diferenças entre tais grupos tentando caracterizar e comparar o “agronegócio” com a “agricultura camponesa”:

Quadro 1: Caracterização do Agronegócio e da Agricultura Familiar

| Campo do Agronegócio | Campo da Agricultura Familiar |
|---|---|
| Monocultura - commodities | Policultura - uso múltiplo dos recursos |
| Paisagem homogênea | Paisagem heterogênea |
| Produção para exportação | Produção para o mercado interno |
| Campo com pouca gente | Campo com muita gente |
| Cultivo e criação onde predominam espécies exóticas | Campo e cultivo onde predominam espécies nativas e da cultura local |
| Competitividade e eliminação de empregos | Trabalho familiar e geração de emprego |

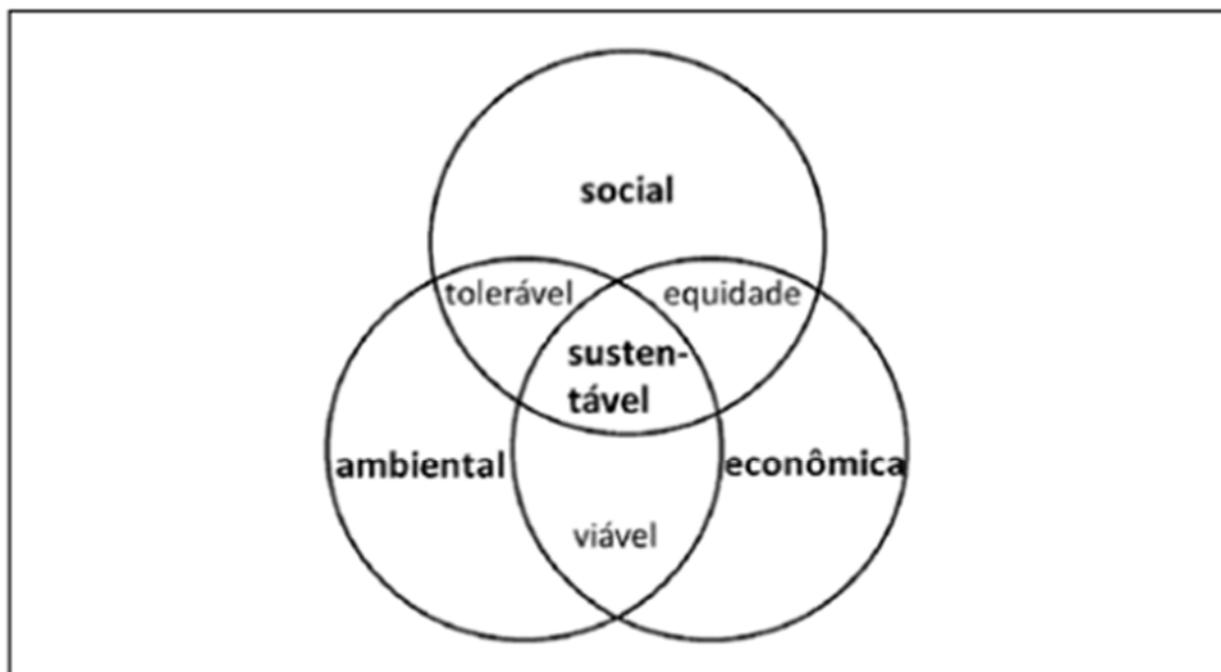
Fonte: Barros (2018) com alterações

Dessa forma, se afirma que quando a relação em análise diz respeito à Agricultores Familiares, por um lado, e por outro sojicultores (como grupo representante do agronegócio), as divergências distanciam esses grupos e orientam sua forma de processo produtivo. Observando tal caracterização, é relevante se perguntar como cada grupo se

relaciona com o meio-ambiente e quais as visões de sustentabilidade que estão em disputa? Para responder isso, é necessário compreender que “sustentabilidade” estamos nos referindo.

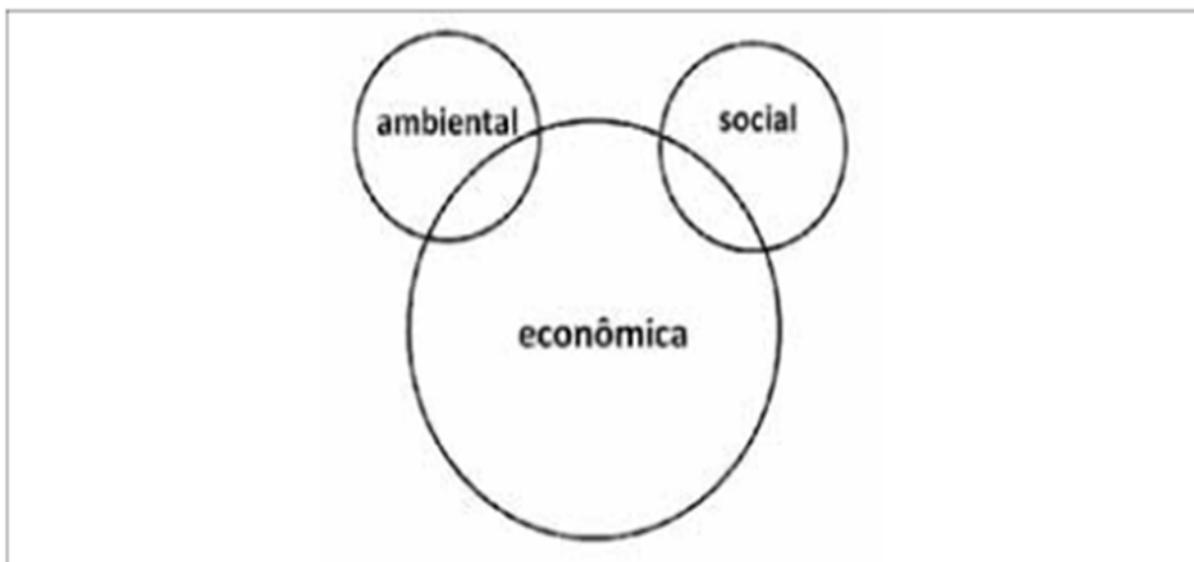
O conceito de sustentabilidade abordado nesse texto gira em torno da ideia de desenvolvimento sustentável adotada pelo Relatório Brundtland, intitulado de *Nosso Futuro Comum* (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988). Isso significa dizer que a ideia de sustentabilidade está ancorada em atender as necessidades do presente de modo a permitir o atendimento da necessidade das gerações futuras. Tais necessidades relacionam o universo social, econômico e ambiental. Dessa forma, compreende-se que o entendimento comum utilizado por esse grupo é representado pelo seguinte diagrama:

Figura 3: Tripé da Sustentabilidade



Fonte: Burstyn e Burstyn (2012).

Os dados de campo permitem diferenciar concepções de sustentabilidade nas visões dos Agricultores Familiares e atores do Agronegócio da soja. Enquanto os Agricultores Familiares operam pela ideia do tripé da sustentabilidade, os atores do agronegócio da soja parecem operar a partir de uma deformação do tripé original, resultando na prevalência da esfera econômica:

Figura 4: Esquema (ou deformação) Mickey Mouse

Fonte: Burstyn e Burstyn (2012)

Exemplos colhidos em campo ajudam a validar essa observação:

Relato 1:

“Entrevistador: as pessoas usavam a floresta antes? A mata?

Entrevistada: Mas era tudo preservado porque ninguém fazia nada demais, Caio. Tudo tinha cautela, entendeu? E tinha muito respeito. Só se entrasse um fogo, quase... se entrasse um fogo fora da roça o pessoal tinha mó respeito de sair com água e tudo e ia apagando o fogo pra não acabar com a floresta. Era tudo preservado, tinha muita coisa, tinha muito pássaro, muita caça, era tudo muito bonito. Você via era aquela coisa mais linda do mundo. Hoje você vê que se você andar pra rumo, *pralí*, pra rumo do Santarém-Mirim, se você andar a pé num horário desse, de meio dia, você é capaz de morrer. Morrer! Porque você fica sem abrigo, é só sol numa quentura que não tem medida, entendeu? E é uma coisa que piorou muito. Acabou. Matou [inaudível]. Uma coisa que eu não gosto nem de dizer é que: a mãe natureza chora de tristeza pela devastação, desmatamento. (fragmento de entrevista com moradora de Boa Esperança).

Relato 2:

“É. E... eu digo assim, hoje, a nossa história assim, eu não sei se a gente poderia contar diferente, com o agronegócio, com a monocultura da soja aqui na região, né? É triste. Nós vamos caminhar, eu não sei... eu não posso imaginar. Mas é difícil, porque a... a... hoje eu não sei, assim... Você pode até não comungar, mas o próprio governo federal hoje, né? Estimula muito isso no seu discurso, né? Quando hoje as queimadas que estão acontecendo eles dizem que... que é as ONG criminosas que faz. Caio, eu vou te contar uma história que tu não acreditas, isso é verdade pura. Esses *cabras* dizem que as ONGs que fazem isso; que é nós que fazemos isso. Mas esses caras eles pegam essas florestas *aí*, eles passam veneno na floresta com avião. Isso não é mentira não, a gente não pode porque a

gente não tem condições de documentar e mostrar para que todo mundo veja, para que o povo veja. Ele pega uma floresta dessa, passa veneno, com 3 dias essa floresta cai a folha todinha. Que que eles fazem? Com avião também, eles jogam semente de capim. Aí que que eles fazem? Daqui a três anos esse capim cobriu. Você acha que eles vão fazer outra coisa, eles vão queimar. Queima que aquela pauzera cai todinho.

Entrevistador: Aí pronto, está o pasto limpinho...

Entrevistado: Tá o campo limpinho para ele plantar soja. Mas é assim que eles fazem, hoje eles dizem que é isso, que é as ONGs, que é nós que está fazendo isso, né?" (Fragmento com morador de Boa Esperança).

Relato 3:

Entrevistador: E esses agrotóxicos que eles [sojicultores] botam aí?

Entrevistado: "Hum, grande quantidade. (Fragmento de uma agricultora da comunidade Terra de Areia).

Entrevistador: Prejudica bastante?

Entrevistado: Sim . Muito. Ainda mais os patinho, não tem quem aguente. Vocês não conhecem a catinga da mucura ,né? Quando o vento não tá legal, chega umas 6h da tarde , a gente tá deitado assistindo televisão chega arde tudo isso aqui. Incomoda". (Fragmento de uma agricultora da comunidade Terra de Areia).

Relato 4:

"Depois da visita feita ao projeto piloto do plantio da soja, na Colônia Diamantino, sábado passado, uma certeza ficou patente na cabeça de todos os que estiveram participando do evento: a de que a produção de soja é uma das saídas para o aquecimento da economia do município de Santarém e da região.

[...]

Dinheiro no bolso – Ao discursar para os presentes, o empresário destacou que o seu objetivo, como de todo empresário, é ganhar dinheiro. 'O que nós queremos é dinheiro no bolso. Se investir na produção em Santarém significa dinheiro no bolso, então nós investiremos.' (Fragmento da reportagem "Soja - Uma esperança para Santarém" publicada na edição de 03 a 09 de maio de 1997 do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, cuja finalidade era divulgar os benefícios econômicos de se plantar soja em Santarém).

Relato 5:

Entrevistador: O que a soja trouxe para vocês?

Entrevistado: Desde quando você chegou? A soja? Trouxe pioria Mas em que sentido assim?" (Fragmento de um agricultor da comunidade Terra de Areia).

Entrevistador: Veneno.

Entrevistado: O veneno que eles passam na soja, né? Os pessoal aqui tudo se lascando. (Fragmento de um agricultor da comunidade Terra de Areia).

Entrevistado: Era grande as áreas que eles já ocupavam aqui ou aumentou?

Entrevistador: Aumentou muito. O pessoal endoidaram pra vender as terra". (Fragmento de um agricultor da comunidade Terra de Areia).

4. Estratégias de gestão

4.1 Conflitos e adaptação

Quando pensamos em interação social entre grupos antagônicos, estamos pensando em conflitos, pois a oposição entre ambos os grupos leva a movimentos de mudança na sociedade. Esse pensamento é decorrente das leituras de Simmel (1983). pensa o “conflito” como uma associação. Em outras palavras, o conflito diz respeito às formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam. Agricultores Familiares e sojicultores estão interagindo entre si por intermédio do conflito e também por vias de adaptação das práticas para garantir sua permanência no território e/ou a continuidade de suas práticas produtivas. Aqui está a contribuição do artigo: pensar que grupos opostos, mesmo em um contexto de violência (DELLA GIUSTINA, 2020) não se relacionam negativamente pelo conflito em forma de confrontos e/ou ameaças. Ao contrário, existem múltiplas estratégias que utilizam para garantir sua permanência em territórios e atividades agrícolas. É dessa forma que pensamos as estratégias de gestão de território como uma das formas de adaptação dessas populações frente aos impactos da sojicultura. Em primeiro lugar é preciso delimitar o conceito de gestão territorial para, posteriormente, compreender as estratégias.

Se “Gestão” se refere a uma ação humana direcionada a administrar/gerir/gerenciar algo, a ideia de “Gestão Territorial” está relacionada à ação humana de gerenciar um território. Para Paul Little (2006) a gestão territorial se refere ao

“controle político e o manejo ambiental do espaço geográfico que é o território de um grupo social ou de uma entidade política”. [...]

O conceito de gestão territorial opera dentro da esfera política. Assim, as ações de gerenciamento ou administração desse território, contidas na noção de gestão, serão realizadas por esse grupo social. Mas, essas ações, além de implementar seus interesses sociais, econômicos e políticos, contêm uma preocupação com o adequado manejo dos fluxos biofísicos do território” (p.21).

Quando se observa que as ações da Gestão Territorial estão preocupadas com o manejo adequado dos recursos, começa-se a visualizar as diferentes estratégias que grupos utilizam para atingir seus objetivos. É preciso destacar que as estratégias de Gestão Territorial podem ser opostas às agroestratégias. A ideia de agroestratégias é elaborada por

Almeida (2008; 2010; 2011) que as identifica como parte da política mundial que nutre a retórica de que o agronegócio sustenta a demanda alimentar no mundo. Assim, as agroestratégias estão apoiadas por ações governamentais, investimentos privados e mecanismos jurídico-formais em direção a viabilizar os empreendimentos e interesses do agronegócio.

Como forma de entender as estratégias de gestão territorial de agricultores familiares, damos como exemplo a campanha Não Abra Mão da Sua Terra (NAMST).

4.2 Não abra mão de sua terra

A campanha “Não Abra Mão da Sua Terra” foi uma resposta dada pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, no ano de 2003, ao processo de compra de terras desenfreadas por parte de sojicultores que desestruturou algumas comunidades do Planalto. Em tom combativo, os Sindicatos se organizavam para conscientizar os agricultores familiares a não venderem suas terras para sojicultores e outros grupos de interesse. Mobilizam discurso de proteção ambiental e de que o agricultor familiar precisa da garantia de sua terra para perpetuar as condições de sua reprodução social e econômica. Essa campanha foi reeditada em 2017, com a parceria entre os Sindicatos de Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos e Alenquer, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para dar continuidade ao enfrentamento de atividades extrativistas. Essa segunda edição ampliou o escopo de ação para outros empreendimentos que vieram a ocorrer após 2003, para além da soja. A figura 5 demonstra fragmentos da cartilha distribuída nas comunidades:

Figura 5: Trechos da Campanha NAMST



Fonte: Material coletado em Campo, 2020.

Por mais que a NAMST seja uma estratégia de caráter combativo, boa parte das outras estratégias não o são. Ao contrário, é comum pelo planalto Santareno encontrar estratégias de gestão do território de caráter aparentemente pacífico e de não enfrentamento.

4.3 Escolhas de não enfrentamento

A pesquisa de Della Giustina (2020) é relevante para compreender esse fenômeno, pois esse autor buscou compreender os motivos para adoção dessas estratégias. Em

primeiro lugar, a região de Santarém é marcada por séries de conflitos entre grupos críticos à sojicultura e grupos apoiadores. Esses conflitos se manifestaram por meio de casos de agressões, ameaças, ameaças de morte, processos judiciais e assimetrias de poder entre os grupos envolvidos. A isso se soma o assassinato da Irmã Dorothy Stang em 2005, no município de Anapu, também no Pará. Esses casos de conflito, aliado à dimensão do medo de ir contra os atores do agronegócio local, somado a casos de laços fracos de solidariedade entre comunitários nos ajuda a compreender esse fenômeno.

Entretanto, é preciso destacar que por mais que agricultores familiares não optem pelo enfrentamento, seria falso acreditar que eles não tecem estratégias de adaptação frente aos impactos causados pela sojicultura e seus responsáveis.

Durante a coleta de dados realizada por Borges (2020) na comunidade Terra de Areia no município de Mojuí dos Campos onde existe a presença de sojicultores e agricultores familiares ficou evidente perante a entrevistas concedidas que atualmente não existe o enfrentamento entre os diferentes sujeitos com lógicas próprias de utilização dos recursos naturais existentes no território. Porém, isso não significa ausência do conflito, este se manifesta a partir da contaminação devido a utilização de agrotóxicos na área de soja, aumento de pragas provocados pelo mesmo, assim como pelo fechamento de ramais que impede a passagem de agricultores até as suas unidades produtivas.

Além disso, foi possível identificar que mesmo diante do conflito, existem relações nem sempre conflituosas que diminuem o conflito a partir das relações de trocas estabelecidas entre os sujeitos que se manifesta a partir do empréstimo de maquinários, novos laços familiares devido a união entre duas pessoas pelo casamento, conversas informais em eventos realizados na comunidade.

4.4 Agroecologia

As experiências de campo, juntamente com os trabalhos do INCT-ODISSEIA, permitiram evidenciar que agricultores familiares enxergavam a agroecologia como prática de adaptação e de incremento das práticas agrícolas. Como afirmado anteriormente, a oposição entre sojicultores e agricultores familiares separa tais grupos por, também, diferentes formas de produzir (com insumos e técnicas diferenciadas). Investigando essa diferença no sentido econômico da questão, percebe-se que tal dissimetria ocorre pela diferentes capacidades desses grupos em adquirir maquinário, insumos e força de trabalho para realizar uma mesma tarefa, como controle de pragas, por exemplo. Dessa forma, a busca por agroecologia alia as condições econômicas locais aos conceitos nativos de

sustentabilidade que, dessa forma, propõe novas formas de adaptação frente às externalidades do processo produtivo da soja.

Valente, Oliveira e Vieira (2017), elaboraram um artigo que descreve em profundidade as práticas agroecológicas de uma comunidade do Planalto Santareno. Eles afirmam que nessa região se encontram algumas práticas agroecológicas bastante difundidas: rotação de culturas (como forma de atuar no controle de plantas daninhas, pragas e doenças, além da recuperação, melhoria e manutenção dos recursos naturais); Desinfetante com vinagre, para insetos de tamanho médio; tucupi com vinagre, para combate de fungos.

Eles concluem afirmando

“A agricultura é a principal fonte de renda dos agricultores entrevistados, sendo a mandioca a cultura mais representativa nestes sistemas, no universo da agricultura familiar desta comunidade.

As práticas agroecológicas adotadas nesta comunidade são consórcios de culturas, rotação de culturas, cobertura morta, adubação orgânica, controle alternativo de pragas, isenção de agroquímico, pousio e poda. Apesar da presença destas práticas, ainda há pouca orientação técnica a estes agricultores.” (Valente, Vieira e Oliveira, 2017, sem página).

5. Conclusão

Contrariando ideias do senso comum sobre conflito, a oposição existente entre agricultura familiar e sojicultura ocorre, muitas vezes, de maneira a viabilizar a coexistência de ambas atividades. Isso significa a coexistência, no território dessas práticas antagônicas e quase excludentes entre si. Entretanto, esse pensamento não pode desconsiderar a assimetria de poder entre ambos os grupos, nem mesmo desconsiderar a tendência de quanto mais soja, menos capacidade há de dar continuidade às práticas da agricultura familiar.

Outro aspecto relevante foi a identificação das diferenças entre ideias sobre natureza e sustentabilidade que orientam as ações tanto dos agricultores familiares e dos sojicultoras. Tais entendimentos sobre natureza e sustentabilidade estão intimamente ligados às alterações que ambos os grupos exercem sobre o território, além de impactar diretamente na forma como tais grupos criam e lidam com externalidades. No caso dos sojicultores observamos que a busca pelo lucro, isso é, a maior relevância dada aos aspectos econômicos do que aos aspectos sociais e ambientais, gera pouca preocupação e ações compensatórias/mitigatórias frente às outras áreas do tripé da sustentabilidade – diferentemente das práticas dos agricultores familiares.

Essa pesquisa também permite perceber que por mais que ambos os grupos estejam relacionados de modo oposto e mantenham visões distintas sobre sustentabilidade, o relacionamento entre tais é viabilizado pela eficácia das estratégias de gestão do território realizadas por agricultores familiares. Tais estratégias surgem como resultado da busca por adaptação, por parte dos agricultores familiares, em respostas às profundas alterações socioambientais e espaciais causadas após a chegada da sojicultura na região do Planalto Santareno. Portanto, reunimos, aqui, elementos para afirmar que, caso tais estratégias não fossem minimamente eficientes, a permanência dos agricultores familiares pelo Planalto Santareno seria ilusória em um contexto de expansão da sojicultura.

6. Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In: ALMEIDA, A.; CARVALHO, G. (Orgs.). O Plano IRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica. Belém: Fase, Observatório Comova; UFPA, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica**. In: SAUER, S. e ALMEIDA, W. (org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, Editora da UnB, 2011. p. 27-44.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In: ALMEIDA, A. (et al). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.101-143.

BARBOSA, Josimar Alves; FERRER, Gabriel Real. **O Agronegócio da Soja e as Violações do Direito à Cidadania e ao Desenvolvimento Rural: em estudo de caso das comunidades locais de Santarém-PA, Brasil**. In: III Encontro de Internacionalização do CONPEDI, 1(12), 34–53. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.26668/2448-3931_conpedilawreview/2015.v1i12.3485

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **O Avanço do Agronegócio da Soja sobre Terras Camponesas em COmunidades da Rodovia PA 370 em Santarém, Pará**. XIX Encontro Nacional de Geógrafos: Pensar e fazer a Geografia Brasileira no Século XXI: escalas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova geopolítica mundial. 01 a 07 de julho, João Pessoa, 2018.

BRASIL, Marília. **Os Fluxos Migratórios na Região Norte nas Décadas de 70 e 80: uma análise exploratória.** *Cad. Est. Soc. Recife*, v. 13, n. 1, p.61-84, jan/jun, 1997.

BORGES, Anderson Coelho. Agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno: formas de existência em Mojuí dos Campos-PA. 2020. 129 f. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: Caminhos para a Sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV. 1988.

COSTA, Solange Maria. **Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará.** In: SAUER, S. e ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas.** Brasília, Editora da UnB, 2011. p.69-89.

DELLA GIUSTINA, Caio. Ilusão Desenvolvimentista no Planalto de Santarém/PA: um estudo sobre ideologias, discursos e conflitos na comunidade de Boa Esperança. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília. 2020.

EL-HUSNY, Jamil Chaar; ANDRADE, Emeleocípio Botelho de. Soja no estado do Pará. In: EMBRAPA. **Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental** (Belém, PA). Programa de melhoramento genético e de adaptação de espécies vegetais para a Amazônia Oriental. Belém, 1999.

FEARNSIDE, Philip M. **O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira.** In: L.C. Forline, R.S.S. Murrieta and I.C.G. Vieira (eds.) *Amazônia além dos 500 Anos.* Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. p.281-324.

GREENPEACE. **Eating Up the Amazon.** 2006. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/amazonsoya.pdf>, acessado em 10/03/2020

LITTLE, Paul. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política.** In BURSZTYN, M. (org.). *A difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais.* Rio de Janeiro: Garamond. p. 107-122. 2001.

LITTLE, Paul. **Gestão Territorial em Terras Indígenas**: Definição de conceitos e proposta de diretrizes. Rio Branco, Acre, 2006. Relatório.

PNUMA. **Avaliação e Planejamento Integrados no Contexto do Plano BR-163 Sustentável**: o setor da soja na área de influência da rodovia BR-163. Unidade de Economia e Comércio. Escritório do Brasil, Brasília, 2006.

SANTOS, Raimundo A.: **O Planalto em Destaque**: História da Comunidade de Boa Esperança. 2ª Edição. Santarém – Boa Esperança. Sem Editora, 2012.

SIMMEL, Georg. **A Natureza Sociológica do Conflito**, in Moraes Filho, Evaristo (org.). São Paulo: Ática, 1983.

VALENTE, Andria; Oliveira, Elaine; VIEIRA, Thiago. **Práticas agroecológicas em sistemas de uso de terra em uma comunidade rural na Amazônia Oriental, Brasil**. Revista Espacios. Vol. 8 (nº22), 2017. Sem página. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n22/17382210.html>



GT 03 – POLÍTICAS ANTI-DIREITOS, CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA PARAENSE E TRANSFORMAÇÕES NAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NA COMUNIDADE DE CURUPERÉ MIRI, NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Thais Sousa Silva (UFPA)¹
Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA)²

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de territorialização do capital na Amazônia paraense por meio da expansão do agronegócio no município de Abaetetuba/PA. Objetiva analisar as transformações nas condições de vida e trabalho dos/as moradores/as da comunidade de Curuperé Miri a partir da dendeicultura naquele município. O método de análise que fundamenta este estudo é o materialismo histórico e dialético e os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No levantamento bibliográfico utilizamos os estudos de Harvey (2014) sobre a acumulação por espoliação, quando este analisa a acumulação primitiva de Marx (2003) como um processo em desenvolvimento na sociedade capitalista. No contexto amazônico estas reflexões se juntam aos estudos de Leal (1991), Fialho Nascimento (2006) e Costa (2012), além dos estudos de Nahum e Bastos (2014) e Barros (2016) que abordam sobre a expansão da dendeicultura no Nordeste paraense. No levantamento documental foram analisados o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), de 2004 e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), de 2010, políticas de Estado que impulsionaram a expansão da dendeicultura na Amazônia paraense. A análise da realidade social da comunidade de Curuperé Miri demonstrou que a instalação da monocultura do dendê na região produziu, além da expropriação dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho) das/os moradores/as, a contaminação do solo, da água e do ar como resultado do uso excessivo de agrotóxicos, ocasionando o surgimento de doenças na comunidade.

Palavras-chaves: Amazônia paraense; Acumulação por espoliação; Condições de Vida e Trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI, o chamado agronegócio veio ganhando espaço na economia brasileira. Entretanto, foi a partir de políticas

¹ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: tsilva0514@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: fialho@ufpa.br

econômicas que o setor começou a receber maiores investimentos do grande capital e passou a contar com o forte incentivo do governo brasileiro para a sua viabilização. Neste contexto, a Amazônia brasileira³, com seus recursos naturais e uma dimensão territorial que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e parte do Maranhão se constitui em área de interesse do grande capital. Segundo Silva (2015), nos estados do Mato Grosso, Pará e em Rondônia as culturas agrícolas com maior produção nesses estados são a soja, o milho e o arroz, voltados para o mercado nacional e internacional.

Acerca das culturas agrícolas do agronegócio desenvolvidas na Amazônia paraense e voltadas para exportação, destaca-se a soja e, recentemente, com maior intensidade produtiva a partir da primeira década do século XXI, o cultivo da palma de óleo ou dendê. A dendeicultura, que no início não era em larga escala, passou a sê-lo a partir dos incentivos dos governos federal e estadual através do Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis (PNPB) de 2004 e do Programa Sustentável de Produção e Uso do Óleo de Palma (PSPOP) de 2010.

Com esses incentivos e as facilidades encontradas na região como a exploração da força de trabalho local e dos recursos naturais – elementos que fazem parte das estratégias do capital para a contenção da queda tendencial da taxa de lucro –, o Pará tornou-se cobiçado pelos grandes investidores e a atividade passou a ser explorada em grandes extensões de terras. Na contramão desse crescimento econômico tem-se a intensificação das alterações nas condições de vida e trabalho da população local, sucedendo no campo brasileiro, o agravamento do processo de (re)concentração de terras, gerando fortes conflitos pela sua posse e o aumento exacerbado da violência no campo entre os proprietários e não-proprietários dos meios de produção. A exemplo dessas alterações, destaca-se neste trabalho o resultado da pesquisa de campo realizada na Comunidade de Curuperé Miri, no município de Abaetetuba/PA⁴, que objetivou-se identificar as alterações nas condições de vida e trabalho a partir da presença da dendeicultura na região.

O presente estudo fundamentou-se teoricamente no materialismo histórico e dialético e os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Utilizamos os estudos de Harvey (2014) sobre a acumulação por espoliação e as reflexões de Leal (1991), Fialho Nascimento (2006) e Costa (2012), além dos estudos de Nahum e Bastos (2014) e Barros (2016) que abordam sobre a expansão da monocultura de

³ A grande região Amazônica envolve 09 (nove) países na América Latina (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa).

⁴ Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado "O AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA PARAENSE: alterações nas condições de vida na Comunidade de Curuperé Miri no município de Abaetetuba/PA", defendido na Faculdade de Serviço Social (FASS/UFGA), em Abril de 2018.

dendê na região do Nordeste paraense. Já no levantamento documental priorizou-se analisar o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), de 2004 e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), de 2010. A partir da análise dos resultados da pesquisa de campo, que teve como *lócus* a comunidade de Curuperé Miri, foi possível identificar que a monocultura do dendê produziu na região a expropriação dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho) de moradores/as e a contaminação do solo, da água e do ar como resultado do uso excessivo de agrotóxicos, ocasionando o surgimento de doenças na comunidade.

2 A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: o caso do estado do Pará

Marx (2003), aborda o processo que antecede o modo capitalista de produção, onde ele denominou de Acumulação Primitiva. Para o autor, a expropriação do produtor direto dos meios de produção compõe o determinante que marca a acumulação primitiva, pois são retiradas de forma violenta grandes massas humanas de seus meios de sobrevivência, transformando-as em proletários destituídos de direitos, lançados como força de trabalho no mercado.

A que se reduz a acumulação primitiva a origem histórica do capital? Quando não é a transformação direta de escravos e servos em assalariados, mera mudança de forma, significa apenas a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade baseada no trabalho pessoal, próprio [...] a expropriação da grande massa de população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação constitui a pré-história do capital (p.874, 875).

Harvey (2005), por compreender que o processo apresentado por Marx (2003) está presente no decorrer da geografia histórica do capitalismo, apenas substitui o termo “primitivo” ou “original” pelo conceito de “acumulação por espoliação ou despossessão”, que para ele o capital “[...] faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo [...]” (p. 124). O autor destaca também a participação do Estado que “[...] com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos [...]” (HARVEY, 2005, p.121), onde torna-se necessário para a resolução de crises de sobreacumulação a expansão para outros territórios, que se dá através da exportação de excedentes de capital e trabalho, encontrando nessas regiões “[...] força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo [...]” (idem, p.117).

Nesse cenário de expansão do capital para outras regiões, destaca-se a colonização da Amazônia, uma região que corresponde a 09 (nove) países latino-americanos, são eles: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A ocupação da Amazônia brasileira⁵ é abordada por Leal (1991) em 04 (quatro) grandes períodos. No primeiro momento, é denominado pelo autor de período exploratório, marcado com os processos que aconteceram a partir do século XVI; o segundo foi chamado de período colonial português, que é marcado pela fundação de Belém, em 1616 e o início do Império, nos anos de 1822. O terceiro com a vinculação da região às economias capitalistas hegemônicas, aconteceu a partir do século XIX em diante, onde temos a subordinação da economia brasileira à Inglaterra. O quarto e último período, é considerada como a fase atual, marcada pela redefinição da Divisão Internacional do Trabalho, pós Segunda Guerra Mundial, que no contexto brasileiro, se materializa através do golpe militar de 1964.

A territorialização do capital na Amazônia foi reforçada, nas primeiras décadas do século XXI, com a expansão do agronegócio no estado do Pará que se desenvolveu através de violência e exploração da natureza e dos povos da região. Ao lado dos grandes projetos minero-metalúrgicos implantados neste estado a partir da década de 1970, instrumentos privilegiados de saque aos recursos minerais, o crescimento significativo do agronegócio tem produzido impactos socioambientais sobre comunidades nativas formadas por quilombolas, indígenas, ribeirinhos entre outros grupos sociais.

Fialho Nascimento (2006) identifica que,

[...] O Baixo-Amazonas paraense, na qual há uma significativa parcela de habitantes que a ocupam há incontáveis gerações, já começou a ser violentamente invadida pelos sojeiros, majoritariamente “fazendeiros” do sul e sudeste do país, atraídos pela facilidade no acesso à terra, pela facilidade em pressionar seus ocupantes locais e pelas facilidades generosamente oferecidas desde a época da ditadura. Têm-se, assim, o desalojamento dos ocupantes originários dos espaços onde aqueles empreendimentos se instalaram, as chamadas populações tradicionais – *cabôcos*, ribeirinhos, quilombolas, grupos indígenas, pequenos trabalhadores rurais, etc. (p.153-154 – itálicos do original).

Costa (2012) apresenta o alto índice de violência no campo ocasionados pelos grileiros, madeireiros, sojicultores contra as comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores. Como forma de se manter nos seus territórios, esses sujeitos se organizam e resistem contra as investidas do capital, como é o caso das comunidades indígenas pertencentes à Gleba Nova Olinda.

⁵ A Amazônia brasileira, região que abrange 09 (nove) estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e parte do Maranhão.

[...] o conflito entre madeireiros e povos indígenas já dura cerca de 13 anos. A Gleba Nova Olinda compõe o conjunto de Glebas Estaduais Arapiuns/Mamurú, possui 172.905,413ha e fica entre os rios Aruã e Maró, afluentes do rio Arapiuns, município de Santarém. Na gleba residem 14 comunidades, dentre elas três são de povos indígenas em permanente estado de ameaça à sua manutenção e existência. (p.165).

A partir da primeira década do século XXI, outra monocultura voltada para a exportação que ganhou destaque na Amazônia brasileira foi o cultivo da palma de óleo ou dendê. A dendeicultura teve início ainda na década de 1980, quando a empresa AGROPALMA iniciou suas atividades no nordeste paraense. As facilidades encontradas na região tornaram o território do estado do Pará atrativo também para o investimento na palma de dendê e a atividade passou a ser explorada em grandes extensões de terra. Para isso contou com incentivos fiscais dos governos, federal e estadual, em especial o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) de 2004 e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP) de 2010 (BARROS, 2016).

O PNPB se estrutura na forma de benefícios fiscais para empresas que promovem a chamada integração de agricultores familiares em sua cadeia de produção agrícola, por meio da produção de matérias-primas usadas na produção de biodiesel (soja, mamona, algodão, girassol, palma de óleo, amendoim entre outros). Barros (2016) destaca que o instrumento para realizar essa integração é o Selo Combustível Social (SCS) dando acesso aos incentivos fiscais nos diversos impostos federais como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O PPSOP por sua vez objetivou expandir a produção da palma de óleo por meio da criação, pelo governo federal, no ano de 2009, de uma linha de financiamento para viabilizar a integração da produção agrícola familiar com as empresas de dendê. Esta foi viabilizada por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Eco-Dendê) que tem como principal operador o Banco da Amazônia (BASA). A estrutura deste crédito se realiza por meio de contratos entre a chamada empresa integradora e o agricultor familiar onde, enquanto a primeira se compromete a comprar a produção do agricultor familiar, fornecendo mudas e assistência técnica, o segundo se compromete a trabalhar em suas terras na produção do dendê. Segundo Barros (2016), ainda no contexto deste programa,

[...] foram criados um conjunto de atos normativos e políticas de incentivos para a expansão da produção de dendê no Brasil, em especial na Amazônia. Os principais atos e instrumentos de incentivos foram: a criação da linha de crédito do Pronaf Eco-Dendê, do Programa Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROPFLORA), do Programa de Incentivo a Produção Sustentável do Agronegócio (PRODUSA), da Câmara Setorial da Palma (MAPA), além da elaboração do Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo (ZAE-PALMA), realizado pela Embrapa. (p.131)

De acordo com o Repórter Brasil (2013), com base nos dados do Banco da Amazônia (BASA) para os anos de 2010 à 2012, foram inseridos 581 (quinhentos e oitenta e um) agricultores na cadeia produtiva da dendecultura por meio da modalidade deste contrato. Estudos de Barros (2016) sobre os contratos entre as empresas e os agricultores familiares no Baixo Tocantins, apontam 07 (sete) municípios onde esses contratos estão em vigor por meio da linha de crédito do PRONAF Eco-Dendê, totalizando 147 (cento e quarenta e sete) contratos: Abaetetuba (01), Acará (02), Baião (01), Cametá (03), Mocajuba (01), Moju (45) e Tailândia (94).

Ao refletir sobre a integração da produção agrícola familiar à cadeia do processo produtivo do dendê, Barros (2016) informa que uma das transformações produtivas e sociais resultantes dessa integração é a modificação do modo de trabalhar na agricultura familiar. Para o autor a produção da agricultura familiar que, historicamente, foi voltada para o consumo local, altera-se com esta modalidade “integrada às grandes empresas de agroenergia como a Biopalma, a Petrobras, a Agropalma e a Marborges [...]” (p.165). Ainda de acordo com o mesmo autor, as alterações produzidas a partir da presença das empresas de dendê no nordeste paraense – com destaque para a integração da renda familiar e da propriedade aos interesses das empresas -, ocasionaram um impacto no mercado local com as culturas agrícolas comuns à região, como é o caso da farinha de mandioca, sendo substituídas pela dendecultura.

[...] De fato, a chegada de projetos de agricultura familiar de dendê em localidades que passaram a adotar esta cultura agrícola tem causado transformações produtivas, sociais e até mesmo ambientais. As transformações produtivas estão relacionadas ao abandono de culturas tradicionais que antes eram praticadas na localidade como a mandioca, o milho, o feijão e o arroz. Com um financiamento para pagar ao banco, o agricultor integrado passa a focar seu trabalho na lavoura de dendê e vai deixando de lado as culturas tradicionais. Sem a produção destas culturas tradicionais o agricultor integrado passa a comprar o que antes produzia. As transformações sociais nestes lugares estão relacionadas às normas que são impostas pelas empresas de dendê e visam assegurar a produção de dendê em condições técnicas e regulares. Desta forma, estas normas passam a regular o cotidiano dos agricultores que agora são integrados a uma racionalidade hegemônica de uma empresa que decide o que, quando e como será a produção na propriedade do agricultor integrado (BARROS, 2016, p.206-207)

Observa-se assim que, antes da inserção da cultura do dendê no nordeste paraense, as relações sociais de produção no campo eram outras, com trocas de mercadorias não mediadas pelo dinheiro, uma produção voltada somente para a subsistência e o tempo de trabalho mediado pelo próprio camponês, ainda proprietário dos seus meios de produção. Com a expansão da dendecultura na região, a ausência do Estado na implementação de políticas públicas para o atendimento das demandas da população do campo - além da falta de investimentos na agricultura familiar -, o pequeno agricultor está se transformando em trabalhador assalariado. Nesta condição, sem ter outro meio de sobrevivência, ou ele vende

a sua força de trabalho para as empresas e/ou submete as suas terras ao cultivo de dendê através do chamado contrato de integração ou parceria. Nahum e Bastos (2015) trazem reflexões acerca dessas mudanças afirmando que:

[...] a ausência de política de estado para as comunidades camponesas, que desencadeia a descampesinização, redirecionando-o para reprodução de um modo de vida que não é o seu. Senão, vejamos, campesinato da Amazônia paraense não dispõe de alternativa produtiva com o mesmo suporte institucional capaz de se configurar como alternativa ao dendê. [...] Camponeses buscam nas empresas emprego e renda, colocando as atividades de produção, criação, extração e cultivo na unidade produtiva familiar em segundo plano ou mesmo abandonando-as, emergindo um campo onde o trabalho na terra tornou-se sinônimo de emprego e as relações sociais mediadas predominantemente pelo dinheiro. Antes, na produção do espaço rural imperava o circuito onde a economia camponesa produzia mercadorias para vender no mercado e comprar o que precisava. Agora o dinheiro não provém da produção camponesa, mas fundamentalmente do assalariamento rural, da venda de dendê produzido pelos agricultores familiares associados e dos programas de bolsa família, bem como aposentadoria rural e remessa de recursos de familiares (p. 324-325).

Em paralelo às alterações das relações sociais de produção, a expansão da dendeicultura na Amazônia paraense ocasiona, também, alterações nos modos de vida e trabalho das comunidades da região. Os produtores rurais que venderam suas terras às empresas, passaram a travar disputas por vagas de emprego nas mesmas o que abre espaço para processos de violência e individualismo em comunidades onde antes prevaleciam relações comunitárias. Observa-se, assim, que a produção de óleo de palma na Amazônia paraense, ao proporcionar expressivos lucros ao capital produz, por sua vez, alterações nas condições de vida e trabalho dos agricultores rurais, aprisionados ou não na lógica da dendeicultura (re)produzindo, assim, expressões da “questão social”⁶ na região.

2.1 ALTERAÇÕES NAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NA COMUNIDADE DE CURUPERÉ MIRI A PARTIR DA EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Um dos municípios paraenses onde as alterações advindas da expansão da dendeicultura se fazem presentes é Abaetetuba, localizado na região do Baixo Tocantins e

⁶ Não é foco neste trabalho aprofundar a discussão sobre a “questão social”, mas é importante destacar que ela surge como produto do processo de produção e reprodução da sociedade burguesa e é objeto de trabalho do Serviço Social. Para uma melhor compreensão, trazemos as reflexões de Netto (2011): “[...] *as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a “questão social”, mas com suas particularidades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização dos monopólios* [...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...] a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potência as contradições fundamentais do capitalismo [...] as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona [...] Donde, simultaneamente, a contínua reafirmação das suas tendências e regularidades imanentes (as suas “leis” de desenvolvimento gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as “leis” particulares dos estágios do imperialismo) (p18-20 – Itálicos do original).

com uma expressiva importância na região. Para Barros (2016, p.65) a forte influência de Abaetetuba na região do Baixo Tocantins “[...] ocorre em função da presença de um sistema diversificado de comércio, entreposto comercial entre Belém e Marajó, além da presença de instituições públicas federais e estaduais [...]”.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que, com base no Censo Demográfico de 2010, Abaetetuba contava com uma população de 141.100 habitantes e, já no ano de 2020, a população estimada passou a 159.080 habitantes. O município possui uma área de 1.610, 652 km² e divide-se em 02 (dois) distritos: Abaetetuba (sede) e Vila de Beja, contado ainda com 17 (dezessete) bairros, 16 (dezesesseis) ilhas – com 72 (setenta e duas) localidades - e 49 (quarenta e nove) comunidades do campo (na área da estrada/ramal). Ao tratar sobre as realidades distintas que caracterizam o município, Silva (2013) destaca que,

[na] zona urbana, é possível visualizar, com mais intensidade, os bolsões de pobreza. Uma realidade marcada pelo crescimento desordenado decorrente da migração e do êxodo rural. [...]. A zona rural ribeirinha [...] entrecortadas por rios, furos e igarapés, onde a rua é o rio e a natureza é quem determina a localização, os dias e os horários, [...] A zona rural estrada, que tem sua área territorial dividida em 49 colônias e uma vila. Território entrecortado por caminhos e ramais, que na época das chuvas se torna de difícil acesso, recebe a menor cobertura da Política de Assistência e demais políticas públicas, e recentemente foi ampliado com a reorganização territorial do estado, sem um processo de discussão dos impactos sob a vida da população residente nas localidades envolvidas (p.84-85 - grifos da autora).

Na chamada zona rural estrada, destaca-se a comunidade do Curuperé Miri⁷, uma das 49 (quarenta e nove) colônias citadas por Silva (2013)⁸, localizada na PA 151 entre os municípios de Moju e Igarapé Miri. A comunidade, criada em meados dos anos de 1960, possui no seu território 148 (cento e quarenta e oito) famílias, totalizando 532 (quinhentas e trinta e dois) moradores (as).

Os dados de pesquisa realizada por Silva (2018) sobre as condições de vida e trabalho na comunidade do Curuperé Miri, a partir da dendeicultura no município de Abaetetuba, são reveladores de significativas alterações socioeconômicas na comunidade. Na área da saúde 02 (dois) fatores foram relatados pelos sujeitos como mais significativos:

⁷ Na impossibilidade de encontrar registros formais sobre o significado do nome CuruperéMiri, indagamos aos (às) entrevistados (as) na pesquisa de campo, um (a) deles (as) relatou que, na linguagem dos moradores antigos, Curuperé significa um “lugar alagado”, um “brejo” e miri significa pequeno, o nome pode ser entendido como “igarapé estreito”.

⁸ Para a realização desta pesquisa, utilizou-se por Silva (2018) como técnica a observação e a entrevista, através do uso de questionário com perguntas abertas e fechadas para os sujeitos da pesquisa. Os nomes dos/as entrevistados/as foram mantidos em anonimato, sendo apresentados a partir de numeração progressiva (de 01 a 10).

um deles é o adoecimento dos trabalhadores da comunidade que estão vinculados às empresas, como relatado por um (a) entrevistado (a):

“[...] Várias pessoas que trabalham nessa firma têm adoecido e não se sabe como, e a firma não indeniza os direitos” **(Entrevistado (a) 5)**.

Os (as) entrevistados (as) mencionaram a morte de um morador da comunidade, trabalhador da empresa que, de início, foi diagnosticado como portador de uma bactéria que provocou complicações e o levou a óbito. Não se sabe se essa morte tem relação com o plantio de dendê, pois não se teve acesso ao laudo.

Aquela situação, pode até ter surgido, mas a gente não tenha identificado, uma das coisas foi a morte do morador que falaram que era uma bactéria, mas até hoje pra gente essa morte foi um mistério e não sabemos se tem relação com a empresa, só me falaram, mas a gente não sabe porque não tive acesso ao laudo. **(Entrevistado (a) 08)**

Outro fator mencionado pelos (as) entrevistados (as) em relação à saúde da comunidade, a partir da dendeicultura no município, diz respeito aos impactos do uso de agrotóxicos⁹ pelas empresas. Para o cultivo do dendê é utilizada uma grande quantidade de agrotóxicos, e outros produtos, para propiciar um melhor desenvolvimento dessa cultura. A partir do uso excessivo de agrotóxicos no dendê, os sujeitos da entrevista destacaram que:

Olha, em alguns casos há um perigo pra comunidade, como no início que foi um problema com inseto, carapanã que vinha direto na nossa casa, outros problemas é o veneno que eles aplicam nas plantas, que prejudica a nossa saúde, os nossos animais, o ar e isso com certeza prejudica a nossa saúde porque os venenos que eles colocam é muito forte, porque vai também pra água prejudicam os animais e a gente. **(Entrevistado (a) 02)**

[...] com os venenos houve a contaminação da água, os nossos peixes estão desaparecendo até a água tá modificando antes a gente bebia e agora nem pensa [...] **(Entrevistado (a) 03)**

Saúde, a gente acredita que é essa questão dos venenos que eles jogavam lá no mato, é muito tóxico que descia para nossos igarapés e isso acaba prejudicando direta ou indiretamente a saúde do morador. **(Entrevistado (a) 09)**

Como observado nas respostas dos (as) entrevistados (as), o uso de agrotóxicos afeta não apenas a saúde dos trabalhadores vinculados às empresas, mas também a dos (as) moradores (as) da comunidade de Curupé Miri. Há moradores (as) que residem próximo da área de plantio do dendê e por esta razão estão mais expostos (as) aos produtos utilizados

⁹ O consumo de agrotóxicos no Brasil é apresentado nos estudos realizados pela Professora Larissa Mies Bombard, da Faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), através do Atlas Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexão com a União Européia. O Atlas encontra-se no formato digital para *download* gratuito no link: https://drive.google.com/file/d/1ci7nzJPm_J6XYNkdv_rt-nbFmOETH80G/view. Acesso em: 12/02/2018.

pelas empresas. Além da indicação de efeitos sobre a saúde dos trabalhadores e moradores (as) da comunidade, merecem destaque também as referências feitas pelos (as) entrevistados (as) aos impactos sobre o meio ambiente. Como apresentado acima os (as) entrevistados (as) 2, 3 e 9 se referem à contaminação das águas dos igarapés como possível causa da mortandade de peixes e, ainda, à sua diminuição.

Guardando relação com as alterações sobre a saúde na comunidade causadas pelo uso de agrotóxicos, os (as) entrevistados (as) mencionaram ainda aspectos relacionados às alterações sobre o meio ambiente causadas pelos desmatamentos. Com a chegada da dendeicultura no município de Abaetetuba, o desmatamento iniciado na área pela pecuária¹⁰ foi intensificado pelas empresas, trazendo como resultados o aumento da temperatura, as mudanças no fluxo dos ventos, o desaparecimento da caça e também a diminuição do nível das águas dos igarapés.

No meio ambiente houve mudanças na floresta, porque eles tiraram uma penca de floresta e agora faz mal pro nosso ar, a temperatura que esquentou. Por exemplo, agora em casa a partir das duas horas ninguém aguenta que é um calor danado, enfim, pra mim foi mudança climática. A contaminação da água, do solo, também o vento, daquele dia veio um vento forte que não acontecia veio direto pra algumas árvores perto de casa que passou direto com uma forte presença de ar e bateu e derrubou a árvore que caiu em cima de casa. Identifico que essas mudanças é a partir do dendê, porque o vento passa lá em cima e o dendê tá aqui embaixo. Essa questão do desmatamento começou com o Português, antes tinha muitas árvores, essa área atrás de casa tinha muitas árvores, só fazia uma roça aqui num buraco que não prejudicava, aí veio primeiro o Português com o gado e depois veio o dendê e acabou com tudo. **(Entrevistado (a) 02)**

[...] As caças hoje ficaram cada vez mais pra longe porque antes a caça tinha muito e próximo das nossas casas. Hoje além de ter pouco, elas estão pra longe, devido o desmatamento porque a caça gosta de estar na área da mata pra ficar mais tranquila e essa área a gente não tem. E antes tinha mais frio e hoje tá mais calor do que frio, a temperatura tá mais alta do que antigamente e a gente dormia tranquilo e se hoje a gente não tiver um ventilador é capaz que não durma porque o calor é muito”. **(Entrevistado (a) 04)**

[...] Antes tinha muita caça e peixe, tinha paca, veado, cutia, capivara e hoje tú não vê, que com esse desmatamento, com esses dendezal isso acabou. Isso foi uma perda muito grande pra nós, e os nossos filhos e o nossos netos o que vai ser deles, eu coloco mais dez anos como vamos está, que forma de agricultura vamos ensinar pra eles se não temos nem aonde trabalhar porque essa empresa tomaram tudo que era do pobre, só vieram pra iludir os pobres. **(Entrevistado (a) 07)**

A fala do (a) entrevistado (a) 07 evidencia a preocupação com a sobrevivência das novas gerações uma vez que a agricultura familiar está deixando de ser praticada e os saberes tradicionais, repassados de geração para geração, estão se perdendo. Esta preocupação se justifica pela perda da terra após a sua venda para os intermediários que fazem a revenda para as empresas, como apresentada a seguir:

¹⁰ Relatos dos (as) moradores (as) entrevistados (as) registraram que os primeiros desmatamentos na comunidade foram realizados pelo fazendeiro conhecido como “português”, antes da chegada da dendeicultura, para a criação de gado.

A venda das terras de algumas famílias foi feita pelo português que transformou a propriedade em fazenda, e foi esse português que vendeu as terras para as empresas. Meu pai chegou a ir em várias reuniões pra vender as terras, mas a empresa não pagou o que ele queria e ele não vendeu. A terra que agora nós mora, planta e cria galinha é a terra que meu pai iria vender. **(Entrevistado (a) 01).**

Aqueles que tem a terra é a farinha, açaí, cupuaçu. Mas diminuiu a produção. Aqui essa questão da farinha é como tá na cidade a gente tá comprando, até eu compro, vou no retiro que lá eles vendem mais barato por 3 reais o quilo. A maior parte daqui que é roceiro tá comprando a farinha porque não tem a terra pra trabalhar. Antigamente a farinha podia tá barata, mas como ele tinha a terra, fazia pra comer e até pra vender, agora não tem a terra e até pra comer tem que comprar. O povo antigamente que tinha a terra ajudava a comunidade, quando a gente fazia farinha lá no retiro a gente dava a farinha. **(Entrevistado (a) 05).**

A empresa comprou muitas terras da comunidade, a maioria vendeu e o que a gente ver é que as pessoas só tem um pedacinho de terra pra morar, pra plantar hoje a gente não tem, porque a empresa veio com a promessa que iria empregar muita gente, né, e até hoje a gente não ver isso, só algumas pessoas que estão trabalhando outras não estão, infelizmente. E na minha opinião essas pessoas se arrependeram de ter vendido suas terras porque o patrimônio que a gente consegue no decorrer da vida como terra, casa e pra gente se desfazer a gente tem que ter certeza daquilo que a gente tá fazendo pra mais tarde, no futuro a gente não se arrepender. Para os que tinham perderam o valor das terras, agora pra empresa que comprou vai ser muito valorizada [...]. **(Entrevistado (a) 08).**

A venda das terras configura-se como alternativa imposta pelo avanço do grande capital deixando aos (as) trabalhadores (as), como alternativa para a sua reprodução, a venda de sua força de trabalho para as próprias empresas que lhes comprou a terra. Segundo Fialho Nascimento (2006) a implantação de grandes empreendimentos na Amazônia contribuiu “[...] para a expropriação do nativo, que foi perdendo aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência - a terra e os espaços da natureza [...]” (p.14). Outra parcela dos que vendem suas terras migram para a periferia do município e/ou de outras cidades, reconfigurando a rede urbana da Amazônia. Também no território das comunidades do campo se produzem alterações na paisagem, particularmente caracterizadas pela vastidão da área plantada como o dendê.

[...] Mais tarde vai ser só dendem com está acontecendo, tú entra lá no Ramal do Piratuba e é só dendem até aqui no Curuperé. Tú atravessa aqui e pega alí do lado do Pontilhão, até do lado que vai pro Baixo Itacuruça é só coisa de dendem e o povo tão pior do que tá na cidade, né! A maior parte é empregado e aquele que não é empregado tá sujeito, né, porque se tú vendi esse pedaço de terra eu não posso mais fazer nada lá porque te vendi, e aquele dinheiro que vendi já se foi, né, e o que foi que aconteceu, te vendi a terra e acabou o dinheiro. Pra quem viu no passado e olhar agora no presente teve uma grande diferença porque antigamente o povo trabalhava até umas dez horas pouco usava a comida da mercearia, era caça do mato. O que se comprava no comércio era o sal, o açúcar, o café, o fumo aquele que fumava e o querosene. A farinha era a gente mesmo que fazia pra bôia. Houve, porque a maior parte ficaram sem as terras porque venderam pra firma. Onde começou a comunidade tá só dendem”. **(Entrevistado 05)**

As alterações no modo de vida dos (as) moradores (as) da comunidade de Curuperé Miri guardam relação dialética com as alterações nas condições e relações de trabalho. Os sujeitos da pesquisa relataram mudanças no trabalho “entre os que têm a terra e aqueles que não a têm”. Para ambos o trabalho continua sendo na agricultura, mas o resultado dele é diferenciado pois os produtos ficam com os donos da terra, que pagam o trabalho do outro com dinheiro ou por outras formas, acordadas entre eles. Esse é o caso da produção da farinha onde muitos preferem o produto do seu trabalho e não o pagamento de uma “diária”¹¹. Outras formas são a “empreita” – quando se faz um acordo que estipula valor e tempo para o desenvolvimento de um determinado serviço – e o “trabalho na meia” – que é a forma mais praticada e onde um lado entra com a terra e o outro com a força de trabalho e os instrumentos. Nesse último caso, depois que o serviço é realizado o fruto dele é dividido entre ambos os lados.

Quando os trabalhadores rurais passam a trabalhar para as empresas dendeicultoras, sujeitando-se às normas e regras do trabalho assalariado, os impactos sobre as condições e relações de trabalho são significativos.

[...] Sobre o trabalho na empresa, a jornada mudou, agora eles têm que trabalhar quatros dias, sendo que esses quatros dias tem que valer os oitos. Tem trabalhador que acorda quatro horas e a hora da chegada depende, se for aqui na pratiada eles chegam seis da tarde, mas quando é pra ir pro lado do Mojú tem dias que eles chegaram mais de sete horas. Na questão do trabalho eu escuto que agora ele puxa mais o corpo, mas ficou uma coisa pela outra porque eles trabalhavam mais e ganhavam menos e hoje tú trabalha menos, falo menos porque são menos dias em compensação o salário aumentou. Antes começava seis e paravam três, sendo que a diária era trezentos cachos cortados, entendeste! Agora pra diária dele valer ele precisa cortar 600 cachos porque os quatros dias trabalhados têm que valer pelos oitos, quanto mais ele cortar é melhor pra ele, porque é por produção. **(Entrevistado (a) 06)**

Na fala do (a) entrevistado (a) observa-se que o deslocamento dos (as) trabalhadores (as) para o local de trabalho se dá em condições penosas, afetando sua qualidade vida em vários aspectos. Também verificam-se alterações em relação à renda dos (as) trabalhadores (as), o que é relatado nas entrevistas sobre o quantitativo de moradores (as) efetivamente empregados (as) e a promessa de empregos realizada no momento de implantação do agronegócio na região.

Olha algumas pessoas se empregaram, não com muitos benefícios, mas houve mudanças porque conseguiram empregos, isso de um lado, de outro lado é que largaram seus trabalhos, suas terras, que não foi bom. Hoje é poucos empregados, no início eram muitos sem condições de retornar, muitos não terão mais chances de se empregar, como exemplo, os que estão saindo e que tem 50 anos não terão mais chances de se empregar, a chance deles acabou, agora não vão poder se aposentar com 60 anos porque já foram empregados, vão ter que esticar mais 5 anos e isso se na previdência não mexer, porque parece que o trabalhador não vai ser mais afetado,

¹¹ É a expressão utilizada para relacionar os dias de trabalho que possui um valor a ser pago.

o trabalhador e o professor e isso porque houve muita confusão e eles falaram o agricultor e o professor não iriam mais mexer. **(Entrevistado (a) 02)**

Segundo os sujeitos da pesquisa, outra alteração desencadeada na comunidade se manifesta na área da segurança, pelo aumento da violência no campo a partir da abertura de ramais pelas empresas do agronegócio. Esses ramais servem como meio de tráfego de equipamentos, insumos, de força de trabalho e do transporte do próprio dende. A compra de terras entrecortadas de comunidades circunvizinhas de Curupé Miri levou as empresas a abrirem novos espaços para plantio e, também, novas vias de escoamento da produção. Na fala dos sujeitos da pesquisa essas novas vias de acesso, de uma comunidade a outra e, até a outros municípios, são identificadas como uma ameaça para a segurança dos (as) moradores (as) diante do risco de assaltos ou outras situações.

Segurança, antigamente o povo vivia numa boa, não tinha assalto. Hoje estamos sem segurança na nossa própria comunidade. Hoje com essas veredas acontece muitos assaltos que a gente não sabe se vão entrar por aí pessoas com mal intenção, que a gente não sabe quem é. E isso vara até no Moju, porque eles podem fazer qualquer coisa e sumir aí, pra mim essa vias prejudicou nós. Eu não me sinto seguro nem na minha casa, a gente não vive seguro, porque a qualquer momento a gente pode ter supressas, hoje tenho minhas preocupações que antigamente não tinha. **(Entrevistado (a) 02)**

[...] Antes me sentia seguro, você deixava a sua casa semanas e ninguém mexia e agora não tem segurança, tem muito assaltante, vem debaixo da sua casa pra levar o pouco que você tem. A abertura dessas estradas influencia muito essa questão de assalto e isso é pelos ramais que a empresa fez. **(Entrevistado (a) 04)**

Nada, trouxe foi insegurança com abertura dos ramais, no meu ponto de vista tá tendo mais assaltos, nós nem tanto ver isso porque a gente não sai, mas quando a gente vai no ônibus só ver relatos que ramal tal assaltaram e assim vai e o ramal que assaltaram muito, acho que já tem uns seis meses, foi o do Sicurijuquara, do Piratuba e dos Neves todos esses ramais tem dendezal. **(Entrevistado (a) 06)**

Nas falas dos sujeitos da pesquisa se observam comparações entre o período anterior e posterior à investida do agronegócio na região, por meio das alterações na rotina de vida das comunidades. Com a abertura dos ramais intensificou-se o medo, a incerteza e, contraditoriamente, o isolamento, uma vez que os (as) moradores (as) estão deixando de realizar atividades diárias com receio de serem vítimas de algum tipo de violência a partir da presença de estranhos à comunidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da dendeicultura, uma das expressões produtivas do agronegócio, na Amazônia paraense, faz parte da investida do grande capital na região com o apoio do Estado em nível federal e estadual. Esse apoio se dá, entre outros, pela via da promoção de políticas públicas voltadas ao crescimento da produção do agronegócio na Amazônia paraense, particularmente com a criação, em 2004, do Programa Nacional de Produção de

Biocombustíveis (PNPB) e do Programa Sustentável de Produção e Uso do Óleo de Palma (PSPOP) e, em 2010, com a criação de programas específicos para a produção do dendê. Estes programas englobam um conjunto de medidas que beneficiam o capital valendo-se do histórico discurso de desenvolvimento e progresso, aliando uma proposta de inclusão social que, também historicamente, não se realiza. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Eco Dendê, operacionalizado pelo Banco da Amazônia (BASA) e realizado por meio de um contrato de parceria entre as empresas da dendeicultura e os agricultores é exemplo emblemático desse tipo ação estatal.

Ao garantir benefícios às empresas do dendê no Pará, o Estado cria condições para a ampliação da acumulação de capital e, contraditoriamente, não provê políticas públicas de corte social para, minimamente, atender as demandas sociais de uma população expropriada de suas condições de vida. Segundo os sujeitos da pesquisa as principais alterações nas condições de vida e trabalho na comunidade foram: adoecimento dos trabalhadores na empresa; agravamento na saúde dos/as moradores/as pelo uso excessivo de agrotóxicos que contaminam a água, solo e o ar; expropriação dos meios de sobrevivência; transformação do espaço natural; aumento da temperatura; diminuição do nível de água dos igarapés; diminuição da produção agrícola; enfraquecimento da agricultura familiar; desaparecimento de animais comuns à região; exploração da força de trabalho pelas empresas; poucas oportunidades de emprego e insegurança através da abertura dos ramais.

Essas são algumas alterações apresentadas pelos/as entrevistados/as sobre o uso da terra em benefício do agronegócio do dendê, onde se tem a mudança na paisagem da comunidade que antes do cultivo dessa monocultura era cercada de árvores com a presença em abundância de caças e peixes. Outro impacto é que sem esse meio o agricultor se ver forçado a buscar outras formas de sobrevivência e a cidade é o lugar mais procurado. Como destacado por Fialho Nascimento (2006), os segmentos sociais que chegam às cidades, expropriados dos seus meios de produção, não têm garantidas condições mínimas de cidadania. Nota-se que esses impactos tendem a se aprofundar, pois a terra é o meio que permite a reprodução social da população local e sem ela, se alteram as relações sociais e de produção no campo, pois o agricultor passa a comprar alimentos que antes produzia.

REFERÊNCIAS

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **O uso agrícola do território e a integração da agricultura familiar no agronegócio do biodiesel de dendê - Baixo Tocantins/PA**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília, 2016. 305p.

BOMBARD, Larissa Mies. **Atlas Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexão com a União Europeia**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ci7nzJPM_J6XYNkdv_rt-nbFmOETH80G/view>. Acesso em: 12/02/2018.

BRASIL. Decreto nº 1.570, de 29 de junho de 2016. **Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Pará 2030 e dá outras providências.** Belém, PA, junho 2016. Disponível em <<https://www.semas.pa.gov.br/2016/06/30/decreto-no-1570-de-29-de-junho-de-2016-publicado-no-doe-33159-de-300616/>>. Acesso em: 20/02/2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial.** Disponível em: <www.mda.gov.br/biodieselwww.mda.gov.br/bio> Acesso em: 05/05/2018.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na floresta: estratégias expansionistas do agronegócio na Amazônia.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do tópicos Úmido, Belém, 2012. 312p.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: Elementos para uma Abordagem da “Questão Social” na região.** (Tese de Doutorado) 177f. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. 195p.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CIDADES.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/>>. Acesso em: 19/02/2021.

MARX, Karl (1818-1883). **O capital: crítica da economia política: livro I, v. II / tradução de Reginaldo Sant’Anna.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 966p.

NAHUM, João Santos e BASTOS, Cleison dos Santos. **Dendeicultura e descampesinização na Amazonia paraense.** Revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. 176p.

REPÓRTER BRASIL. **Relatório “Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará”.** Organização de Comunicação e Projetos Sociais, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>>. Acesso em: 03/01/2018.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia.** Confins [Enlignee], 23 | 2015, misenlignee 02 mars 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/9949>>, acesso em: 13/02/2018.

SILVA, Rita Abreu da. **A Assistência Social no território das águas.** In: (Org.) CAMPOS, Edval Bernardino. Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social. 1ª ed. – Belém: ICSA/UFGPA, 2013. 204p.

SILVA, Thais Sousa. **O agronegócio na Amazônia paraense: alterações nas condições de vida na Comunidade de Curuperé Miri no município de Abaetetuba/PA.** Trabalho Conclusão de Curso (Graduação - Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, 2018.



GT 03 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

DEMOCRACIA EM RUÍNAS E DESNACIONALIZAÇÃO: RETRATO DA VIOLÊNCIA E DAS INSURGÊNCIAS NO OESTE DO PARÁ

Rosane Brito (GETTAM/NAEA/UFPA)¹

RESUMO

O trabalho analisa a acumulação capitalista mundial e a intensificação de dinâmicas neoliberais atuais, tomando como lugar de observação o oeste do Pará, especialmente a cidade de Itaituba, na BR-163, às margens do Tapajós, onde exacerbam-se conflitos sociais. A rodovia constitui grande eixo de circulação da produção de *commodities* agrícolas e o dinamismo caracteriza-se pela associação de capitais transnacionais, financeirização da economia e desnacionalização do patrimônio público estatal. A agenda neoliberal reforça a posição subalterna do Brasil na geopolítica mundial, identificada também por autores pós-coloniais e decoloniais (BHABHA, 1998; QUIJANO, 2002, 2005; GROSFUGUEL, 2005). A ocupação ilegal de territórios, a grilagem de terras públicas, os investimentos para a implementação ávida do neoextrativismo (GUDYNAS, 2011, 2016; ACOSTA, 2016, CASTRO, 2016, 2017), o saque às riquezas naturais da região e o desmatamento ilegal da floresta amazônica, somam-se à invasão de terras indígenas e de outras populações tradicionais, à contaminação e ao controle privado das águas, imperando arbitrariedades de toda ordem (CASTRO, 2004, 2012, 2017; SANTOS, 2009). De outro lado, é patente o desinvestimento do Estado na reforma agrária, no controle ambiental e em direitos sociais. A região passa por profundas transformações socioambientais, implementadas autoritariamente, desrespeitando direitos há muito consagrados na legislação do país. O Estado neoliberal, articulador e promotor de políticas anti-direitos, é analisado como partícipe dos campos político-econômico (BOURDIEU, 1983, 1989, 1997). Os conflitos sociais constituem a perspectiva da análise, por revelarem tensões e violências do modelo capitalista, e por possibilitarem identificar resistências, rupturas, deslocamentos de poder e transformações sociais, na contraordem.

Palavras-Chave: Conflitos sociais. Capitalismo. Violência. Estado. Resistência.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia, como vem sendo amplamente debatido em diferentes áreas de estudo, tem sido alvo direto, nas últimas décadas, de aceleradas intervenções características da agenda e da lógica neoliberais. Detentora de riquíssimo patrimônio natural, a região está no

¹Doutora em Ciências-Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM). E-mail: rosanebaraujo@globo.com

foco de cadeias produtivas e de interesses do grande capital internacional. Particularmente no oeste do Pará e em Itaituba, que se encontra às margens do rio Tapajós e da rodovia BR-163, esses interesses estão voltados à produção energética, à exploração mineral, ao transporte e embarque da produção do agronegócio, em especial da soja e outros grãos da região Centro-Oeste do país, que implicam a construção de megaestruturas ligadas à consolidação do modelo de transporte multimodal, como hidrelétricas, portos, estações de transbordo de cargas, hidrovias. Tal dinamismo traz implicações de diversas ordens, que vão, para citar apenas algumas delas, da deslocalização forçada e invasão de territórios pertencentes aos povos indígenas e outras populações tradicionais, ao esgotamento de reservas naturais, inclusive com grave recrudescimento do desmatamento da floresta amazônica, à contaminação e ao controle das águas e à ocupação ilegal de terras públicas. No conjunto, conforme estudos de instituições de pesquisa, relatos das forças sociais de resistência e até mesmo pelo que revelam dados e estatísticas produzidos por instituições do próprio Estado, quando não há como camuflá-los, o cenário socioambiental da região é devastador, razão das insurgências que se contrapõem ao avanço inclemente do modelo e da racionalidade que o sustenta.

A região oeste do Pará, por ser cortada pela BR-163, rodovia que atravessa cinco estados do país e possibilita o acesso aos mercados consumidores mundiais de matérias-primas brasileiras, pelo oceano Atlântico, tem sido vista, por essa lógica, como corredor de passagem para grandes produtores do agronegócio e da mineração. Os investimentos extraordinários que vêm sendo feitos na região, quer pelo Estado, quer pela articulação de grandes capitais privados, fundos de investimentos e corporações transnacionais, visam tão somente à lucratividade e/ou ao aumento da produção de insumos e produtos de baixo valor agregado, que, entretanto, têm peso na balança comercial do país. A opção, que caracteriza a reprimarização da economia (SALAMA, 2012), resulta em redução crescente da industrialização no Brasil e mantém o país refém dos compradores de matérias-primas do centro do capitalismo, em um processo de trocas comerciais desiguais.

O Estado neoliberal, diferentemente do período liberal, exerce papel fundamental como captador de capitais transnacionais, promotor das condições institucionais e jurídicas para favorecer a implantação de megaempreendimentos, inclusive por meio da transferência do patrimônio público brasileiro ao grande capital internacional privado, valendo-se para isso da força de que dispõe - o que se concretiza com a atuação das diferentes esferas de poder do Estado, tanto do Executivo como do Judiciário e Legislativo – bem como pela articulação e imbricação das classes política e econômica dominantes do país. Os diferentes matizes do exercício desse poder hegemônico incluem formas violentas que destituem representações sociais e mecanismos democráticos, conquistados duramente após a ditadura militar imposta ao povo brasileiro por cerca de vinte anos, colocando em prática, sem tréguas, políticas anti-

direitos. Se violam direitos conquistados após árdua luta das forças contra-hegemônicas, constituem também, obviamente, a negação dos clamores sociais e de mecanismos democráticos capazes de garantir outros direitos essenciais, que as populações passam a exigir a partir das consequências das dinâmicas atuais da acumulação capitalista, como o direito aos seus territórios, às suas culturas e identidades, à água sem metais e resíduos tóxicos para beber, ao trabalho e ao acesso aos bens da natureza, enfim, à vida.

No debate aqui proposto, que tem por base pesquisa que vem sendo realizada naquela região há mais de uma década², ao mesmo tempo que se analisa, brevemente, o dinamismo que caracteriza o capitalismo nas duas primeiras décadas deste século, tomando como *locus* de observação o oeste do Pará e a região do Tapajós, a partir de Itaituba, situa-se as questões também a partir de perspectivas teóricas, como a dos autores pós-coloniais e decoloniais (BHABHA, 1998; QUIJANO, 2002, 2005; GROSFUGUEL, 2005), que veem a configuração da geopolítica mundial atual como resultante das estruturas de poder que se consolidaram e deitaram raízes, desde os processos de colonização do Brasil e demais países da América Latina, estabelecendo diferenciações raciais e culturais, geradoras de padrões de superioridade e inferioridade e a subalternidade desses países aos dominantes do capitalismo global. Como afirma Grosfoguel (2009), a independência jurídico-política das antigas colônias significou o fim do colonialismo, mas não da colonialidade do poder, originando o “mito de um mundo pós-colonial”:

As múltiplas e heterogêneas estruturas globais, implantadas durante um período de 450 anos, não se evaporaram juntamente com a descolonização jurídico-política da periferia ao longo dos últimos cinquenta anos. Continuamos a viver sob a mesma ‘matriz de poder colonial’. Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de ‘colonialismo global’ para entrar num período de ‘colonialidade global’ (GROSFUGUEL, 2009, p. 394).

A partir dos elementos acima sintetizados, os resultados da pesquisa apontam para o crescimento dos conflitos sociais e da organização de mecanismos de resistência, no período 2007-2017, dinâmicas essas que causaram novos transbordamentos até 2019, até onde se estendem os dados colhidos na investigação. São elas capazes de enfrentar a desdemocratização e produzir rupturas e deslocamentos de poder?

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Os conflitos sociais foram identificados, na pesquisa, como a chave de acesso para o entendimento das relações de poder político-econômicas e suas consequências naquele

² A pesquisa referida vem sendo feita na região oeste do Pará, há mais de dez anos, estando vinculada ao GETTAM, tendo a última etapa de campo sido realizada em 2019, dando origem aos dados, informações e elementos que foram analisados na tese de doutorado “O grito dos silenciados contra a devastação neoliberal na BR-163”, defendida pela autora em 2020, no NAEA/UFPA.

lugar escolhido para a investigação, entendido a partir da concepção de Escobar (2005). Na região, os conflitos sociais estão fortemente ligados à afirmação de identidades sociais e coletivas e à defesa dos territórios por parte de diversos agentes do campo social e trazem à tona a truculência do modelo e do seu poder de império, revelando também diferentes formas de dominação e de sujeição. Ao mesmo tempo, as resistências produzem rupturas, desfazem agendas de implantação de megaprojetos, apresentados como extremamente relevantes para o 'desenvolvimento' do país, forçam o reconhecimento de povos e culturas, ou seja, provocam deslocamentos de poder. Daí a riqueza da interpretação do dinamismo social por essa perspectiva e, também, a importância de constatar o quanto são capazes de provocar cisões no poder estruturado e nas agendas das forças hegemônicas, mesmo que ainda não cheguem a provocar transformações mais estruturais.

Tornou-se, assim, imprescindível na pesquisa ouvir os agentes sociais diretamente envolvidos nos três campos identificados como centrais – o social, o político e o econômico – para a compreensão dos processos históricos que vêm ocorrendo no oeste do Pará, bem como das consequências atuais. A opção teórico-metodológica foi definida, então, a partir das contribuições de Bourdieu (1983, 1989, 1997), que levam em conta, em cada campo, as convergências, disputas, relações de força e outros aspectos que sejam identificados como mantenedores do jogo ou provocadores de rupturas. A essa opção, somou-se a proposição metodológica de Foucault (1999), que propõe a identificação das relações de poder e a observação de como os operadores da dominação articulam-se e buscam reproduzir, permanentemente, relações de sujeição, além da importância de compreender como o poder vincula as menores escalas à dominação global.

Em termos procedimentais, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e a análise documental. Ao longo da investigação, foram entrevistados, com base em critérios previamente definidos como representativos para o campo social, agentes ligados aos movimentos sociais, indígenas, trabalhadores de comunidades rurais, sindicatos de trabalhadores, associação de pescadores, representante da Igreja e outros. Do campo político, foram entrevistados agentes de diferentes instituições do Estado, inclusive secretários municipais, dirigentes regionais e locais de órgãos ligados ao controle ambiental e à mineração, representante de conselho de direitos, o prefeito de Itaituba. Quanto ao campo econômico, participaram da pesquisa representantes de produtores rurais, madeireiros, donos de garimpos, associação de garimpeiros e o presidente da Agência Nacional do Ouro.

3. O ESTADO NEOLIBERAL: DESNACIONALIZAÇÃO E DEMOCRACIA EM RUÍNAS

O Estado neoliberal é agente ativo e forte articulador dos interesses dominantes dos campos político e econômico (BOURDIEU, 2010, 2014; DARDOT & LAVAL, 2016; QUIJANO,

2002; SANTOS, 2009), tanto nacional como internacionalmente. O jogo de identificações e de disputas nesses dois campos, marcado por fortes embates entre Estados nacionais e pela concorrência entre corporações transnacionais, envolve a disputa pelo controle parcial ou total da produção em setores estratégicos para a economia capitalista mundial, ou para a obtenção da lucratividade máxima, o que, no neoliberalismo, vincula-se a extraordinários processos de financeirização da economia.

Ainda que de forma subalterna (QUIJANO, 2002, 2005; SALAMA, 2012; GUDYNAS, 2016), ou periférica, no sentido das disputas por fatias do mercado e do poder político-econômico global, grupos oligárquicos do Brasil - ligados ao agronegócio, à mineração, à produção de energia e/ou à construção de grandes infraestruturas, como portos, rodovias e estações de transbordo de cargas (ETCs) - buscam cada vez mais garantir investimentos de corporações transnacionais no país, ou de Estados nacionais como a China, por meio de suas empresas estatais. De forma radical, o Estado neoliberal opera também, diligentemente, para que entrem novos fluxos de capital no país por meio da desnacionalização do patrimônio público brasileiro.

Dardot e Laval (2016, p. 15) analisam o papel do Estado neoliberal por meio do que conceituam como “intervencionismo negativo”, ou “anti-intervencionismo como princípio”, e como ele próprio - o Estado - é o mentor, definidor das regras e executor da transferência de bens e patrimônios pertencentes ao país para corporações transnacionais.

Nesse sentido, o oeste do Pará é exemplar como expressão das dinâmicas do intervencionismo negativo que ocorre no país. Na região, o Estado opera tanto pelas vias jurídico-legais para repassar o patrimônio público para o domínio de agentes privados, como deliberadamente para estar ausente em esferas e setores que são, legalmente, de sua reponsabilidade e competência diretas. Observa-se, assim, acelerado processo de extração das riquíssimas reservas minerais de Itaituba, por meio da concessão de licenças para grupos transnacionais canadenses, árabes e de vários outros países. Quanto à destruição da floresta amazônica existente na região e especificamente em Itaituba, que possui cerca de 75,61% de seu território formado por Unidades de Conservação e Terras Indígenas (TIs), o aumento das queimadas e a atividade madeireira predatória garantem lucratividade crescente nas transações de terras para produtores do agronegócio, para os quais as áreas já desmatadas têm grande valor.

Outra forma de intervencionismo negativo do Estado na região vincula-se à apropriação ilegal de terras públicas por grandes grileiros de terras, de amplo conhecimento público, muitas delas destinadas por leis federais à reforma agrária, o que têm aquecido o mercado de terras em Itaituba e nos arredores. Os mecanismos democráticos de garantia do acesso à terra e ao trabalho por pequenos produtores, salvo raras exceções, sucubem à força do poder instituído e também do poderio econômico armado e truculento, do qual fazem prova,

conforme denunciam trabalhadores rurais e outros agentes sociais entrevistados, que possuem longa trajetória nas lutas por democracia da região, cemitérios clandestinos onde são atirados corpos, cujos crimes nunca foram investigados, nem punidos, sendo a intimidação contra os dominados a regra prevalecente.

As transações comerciais de terras públicas se dão por meio de documentações fraudadas oficialmente, havendo grande número de denúncias, processos e estudos que comprovam a teia de corrupção da máquina pública, responsável pela concessão de licenças frias e de títulos ilegais de terras.

Retomando Foucault (1999), quanto à vinculação dos interesses dominantes entre as diferentes escalas, observa-se em Itaituba grande adesão das elites político-econômicas locais às medidas anti-intervencionistas do Estado brasileiro e às esferas de decisão do poder hegemônico mundial. A lógica local preponderante, de um lado, é a do aumento da arrecadação de tributos - inclusive por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), ainda que isso implique o esgotamento célere das reservas, muitas décadas antes das previsões iniciais -, assim como a das vantagens dos investimentos do grande capital transnacional no município.

De outro lado, ressalta-se aspecto central em Itaituba, também identificado em vários municípios do oeste do Pará, que é o fato de que os atores que compõem a classe política - ocupantes dos cargos de prefeitos, como o reeleito recentemente em Itaituba, vereadores e outros agentes do poder político estatal local -, são também, via de regra, latifundiários com atividades diversificadas e combinadas. Nesse sentido, os principais agentes econômicos locais combinam a atividade garimpeira com a produção madeireira, a atividade pecuária com o garimpo, algumas destas atividades com as do ramo dos combustíveis, abastecendo tanto os caminhões que transportam grãos como os garimpos, e, mais recentemente, tais agentes começam a investir na cadeia carne-grãos, muito lucrativa no estado de Mato Grosso, no Centro-Oeste do país.

Desse modo, os agentes políticos que detêm o poder local atuam como agentes econômicos diretamente interessados nos benefícios que advêm das transações que fazem como gestores estatais, visando ao crescimento do patrimônio pessoal e familiar. Em muitos casos, estão eles diretamente envolvidos em processos judiciais e em denúncias de grilagem, invasão de terras indígenas, desmatamento ilegal, entre outros crimes.

As conexões capitalistas entre o local e o global naquela região, que passam portanto pela atuação direta das estruturas do Estado, articulam uma série de elementos e interesses, históricos e atuais que dão a dimensão dos efeitos perversos que produzem.

Ao mesmo tempo que se intensificam os mecanismos de financeirização da economia e o dinamismo próprio da acumulação capitalista do século XXI, estão presentes, como referido, práticas explícitas de colonialidade do poder, incluindo a apropriação ilícita de terras

públicas e riquezas, violência e arbitrariedades, o genocídio de povos e etnias regionais, o desrespeito às leis de preservação e renovação da natureza e as que se vinculam ao trabalho, existindo altos índices de trabalho em condições análogas às da escravidão, como acontece frequentemente em garimpos da região, às margens da rodovia e em grandes fazendas.

Sob o prisma do dinamismo da articulação dos capitais transnacionais, conglomerados gigantes que investem no agronegócio, no mercado mundial do ouro e na construção de grandes infraestruturas na região da BR-163 e do Tapajós são, em grande parte, constituídos por poderosos agentes do mercado mundial de capitais, como as bolsas de valores, que atuam por meio de grandes acionistas e de outros milhões de pequenos acionistas espalhados por todo o mundo.

A lógica que rege o extraordinário mercado mundial de capitais visa tão somente à especulação financeira e à rentabilidade máxima possível dos capitais investidos, independentemente dos desastres socioambientais causados, ou da manutenção da pobreza e da extrema pobreza em territórios interceptados por megaempreendimentos. Seguem, assim, como refere Gudynas (2010), a lógica dos enclaves extrativistas associados aos mercados globais e voltados à exportação, sem visar encadeamentos produtivos que incluam pequenos produtores, ou a distribuição de parte da riqueza gerada local e regionalmente, sendo responsáveis por muitas das disputas territoriais no seu entorno. Trata-se, também, de investimentos altamente voláteis, regidos pela lucratividade dos negócios, onde quer que estejam ou venham a ser descobertas novas reservas que apresentem melhores condições de mercado. Para muito além de impessoais, as definições do mercado seguem parâmetros e análises altamente precisas dos países do centro do capitalismo e dos agentes econômicos dominantes, associados ao poder financeiro mundial operado por meio de fundos, bolsas de valores e outros investimentos financeiros globalizados.

O Estado brasileiro, diante dos interesses e disputas do jogo político-econômico mundial, tem atuado ativamente por vários mecanismos. Foi criada no país, em 2017, a maior bolsa de valores do país - a Brasil, Bolsa e Balcão, conhecida como B3, - originada da fusão de duas das principais instituições do setor no país, a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa). Além disso, vem investindo em novos mecanismos de gestão da chamada 'governança corporativa', visando oferecer condições mais seguras aos grandes investidores que já estão no país e favorecer a entrada de novos capitais externos, em diversos setores estratégicos da economia.

Em outra perspectiva de atuação, dentro do mesmo campo, o Estado brasileiro vem desnacionalizando, porque não haverá como reintegrá-las ao patrimônio público estatal, grandes empresas estatais de setores estratégicos, fundamentais para a soberania do país. Nas últimas décadas, tem havido a transferência para a iniciativa privada, e mesmo para

estatais de outros Estados nacionais, como a China, de portos, rodovias, ferrovias, empresas ligadas à produção de energia, ao controle da água e outros.

Sob o governo de ultradireita de Jair Bolsonaro, desde 2019, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo brasileiro, criado em 2016 pelo governo Temer, segue de forma galopante, ameaçando a soberania do país, o que se tornará irreversível, se concretizadas todos os projetos governamentais. Para a década em curso, o atual governo do país projeta obter, R\$ 1,57 trilhão com a desnacionalização do patrimônio público brasileiro.

3. CONFLITOS SOCIAIS E INSURGÊNCIAS: O DESAFIO DAS REDES DE RESISTÊNCIA

Os mecanismos de dominação do poder político-econômico estruturado no país, articulado com as forças hegemônicas capitalistas mundiais, ao promover o avanço voraz das políticas e agendas neoliberais, como referido brevemente acima, tornam a capacidade de reação e de articulação do campo contra-hegemônico um desafio de grandes proporções, ainda mais porque no interior desse campo é preciso enfrentar estratégias muito bem urdidas pelos detentores do poder, visando ao esfacelamento da unidade de ação e reação entre os agentes sociais que atuam mais diretamente na resistência.

As estratégias utilizadas apresentam distintas facetas. Para mencionar apenas algumas delas, vão da cooptação de lideranças dos movimentos sociais para trabalhar nas estruturas do poder político local e nos grandes empreendimentos, à desmobilização dos sindicatos de trabalhadores, com ofertas de empregos com bons salários para as lideranças sindicais, às sucessivas investidas para minar a unidade da resistência indígena contra os megaempreendimentos da mineração, incentivando-os e oferecendo vantagens para que trabalhem na extração do ouro, inclusive nas próprias terras indígenas, em que é proibido legalmente. Na mineração, em especial, o aparato militarizado do Estado, como refere o dirigente nacional do MAM, é amplamente utilizado para barrar todas as formas de resistência, assim como nos conflitos sociais em geral, denunciam os entrevistados, o poder de polícia atua com violência e de forma arbitrária contra os manifestantes, mesmo quando as reações ocorrem de forma pacífica.

Trata-se, portanto, de um jogo bruto, em que o grande capital utiliza todas as suas estratégias para desmobilizar a capacidade de organização social do campo contra-hegemônico que pode vir a causar dificuldades, retardar cronogramas, trazer prejuízos, por meio de medidas judiciais ou administrativas, ou, ainda, se for utilizado o peso da articulação internacional da contraordem. Como recorte para a pesquisa, foram definidos os conflitos sociais ligados à mineração, ao agronegócio e aos grandes empreendimentos de infraestrutura, vinculados à BR-163, no período compreendido entre 2007 e 2017.

O primeiro desafio da pesquisa prendeu-se justamente ao entendimento de como vinham se dando as articulações da contraordem. A opção considerada mais legítima, teve como referência a concepção de “lugar” de Escobar (2005). Para além dos limites geográficos e dos problemas locais e regionais é preciso apreender a abrangência das lutas sociais, da defesa de identidades e de territórios que enfrentam questões comuns, porque estão assoladas pelo poder destrutivo do modelo. As representações de força da contraordem em Itaituba foram assim interpretadas a partir das conexões e articulações com outros níveis que extrapolam o âmbito local para interferir no jogo político, tanto no eixo da BR-163 como no entorno da bacia do Tapajós. Buscou-se também apreender as conexões existentes entre as lutas locais e regionais com as lutas mundiais.

Afirma Grosfoguel (2009) que em um sistema capitalista mundializado torna-se imperioso que as intervenções políticas da contraordem operem também em escala global. Não há, afirma o autor, outra forma possível para promover transformações na divisão internacional do trabalho, para que haja redução das desigualdades sociais e mudanças nas definições estratégicas fundadas na lógica colonial, que atingem diretamente os oprimidos.

Ao entrevistar representantes de movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), de sindicatos, como o de trabalhadores rurais de Itaituba, associações de trabalhadores de projeto de Assentamento, dos povos indígenas da etnia Munduruku, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros agentes do campo social, constata-se que vêm eles atuando e buscando fortalecer articulações em nível regional e, em alguns casos, que possuem estratégias e mecanismos de organização e de cooperação mútua consolidados em níveis mais amplos, nacional e internacionalmente.

Por uma série de fatores, há marchas e contramarchas no processo de mobilização política na região em torno de questões candentes, que têm a ver também com fragilidades organizacionais e com os processos políticos vividos no país e na Amazônia em particular, desde o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, passando pelo golpe de 2016, até chegar ao governo de ultradireita que dirige o Brasil atualmente.

Para além das dinâmicas políticas experienciadas no país e na região, é preciso considerar, como explicitam Dardot e Laval (2016, p. 8), que a racionalidade neoliberal se assenta no regime da concorrência como lógica globalizante, exercendo influência corrosiva também nos processos de organização social que se dão na perspectiva da contraordem.

Não obstante a compreensão das disputas que são incentivadas estrategicamente pelos que detêm o poder e que são também analisadas como fator de peso pelos próprios agentes do campo social entrevistados, que possuem acurada compreensão dos jogos de poder, e talvez por isso mesmo, há também um nível de capilaridade das lutas e tentativas de

formação de redes, para barrar disputas mais localizadas e, ao mesmo tempo, construir novas possibilidades de enfrentamento contra as oligarquias do poder político-econômico.

As dificuldades frente à ordem político-econômica instituída são muitas, dado o peso das ofensivas, e, como citado por vários entrevistados do campo social, há o fato de que o avanço sobre os territórios e as reservas ocorre simultaneamente em vários investimentos e locais, sem que as representações sociais consigam acompanhar ou organizar a reação, porque sequer são chamadas ao debate pelo poder Público, para que participem de decisões e de calendários de ação, que os atingem diretamente. Em muitos casos, as licenças ambientais e de operação, que deveriam anteceder o início dos projetos de exploração ou de grandes obras, sequer foram liberadas quando as empresas adentram as áreas, expulsam os que lá se encontram, exploram riquezas. Nesse sentido, cabe mencionar o que diz o dirigente do MAB:

Enquanto estávamos nos organizando contra as hidrelétricas, na outra semana já estavam construindo os portos. Quando passamos a discutir os portos, já estavam tentando construir a Ferrogrão. Quando passamos a discutir a Ferrogrão, eles já estavam implantando a mineração em grande profundidade. É uma coisa desesperadora, que não se consegue acompanhar [...]. Na prática, foi isso também, muita coisa ao nosso redor e ficamos muito fragilizados por não conseguir acompanhar, porque tudo está acontecendo de forma muito rápida (Dirigente do MAB, em Itaituba, em entrevista concedida à autora).

Nos processos de ocupação ilegal de terras por grileiros, fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, inclusive em projetos de assentamento, afirma a representante da CPT da BR-163, ao ser entrevistada, que “quem tem de fato perfil para beneficiário da reforma agrária acaba não adquirindo a terra, que lhe é devida por direito, e quem não tem esse perfil concentra terras, agregando vários lotes”. Essa situação gera constantes conflitos e muitas “lideranças que defendem o meio ambiente, um modo de vida agroecológico e sustentável nos seus locais de moradia são perseguidas e ameaçadas de morte”.

Santos (2009, p. 37) analisa as relações de poder que se estabelecem a partir da força de agentes privados, quando o Estado constitucional moderno ocidental se retira da regulação social, privatizando serviços públicos essenciais ou deixando de exercer competências que lhe cabem por dever legal. Ao transferi-los à iniciativa privada, por meio de contratos privatizados e despolitizados, submete a parte mais fraca à mais forte, dando lugar ao que denomina o autor de “fascismo social”, pois passa a ser exercido pelos mais fortes o poder de veto sobre a vida e o modo de vida dos mais fracos, com imposições que desconhecem o diálogo e os mecanismos de democratização das decisões, assim como, no caso, as próprias leis do país.

São processos, como refletem Dardot e Laval (2016), a partir de Wendy Brown, de ‘desdemocratização’, em que ocorre o “esvaziamento da democracia sem a extinguir formalmente”. Na visão dos autores, há uma guerra “sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 20). O padrão de concorrência e o modelo de empresa, que essas oligarquias tentam cada vez mais impingir às sociedades, implica necessariamente em “enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

Diante da complexidade mundial das dinâmicas capitalistas deste século e da racionalidade abrangente que sustenta o neoliberalismo, como referido por vários entrevistados na pesquisa e analisado por teóricos críticos, as contrarreações precisam seguir avançando em processos de organização em bases cada vez mais amplas e plurais, construindo redes de resistência que possam apontar para deslocamentos de poder e destabilizações da ordem hegemônica.

Ao analisar, em diferentes países, formas de organização, mobilização e poder das forças sociais, frente às muitas questões impostas pela ideologia e ação capitalistas, e levando em conta os impasses com que se depararam muitos movimentos da contraordem, Castells (2013, p. 157) conclui que os movimentos sociais “continuam a ser as alavancas da mudança social”. Para isso, considera fundamentais as novas injunções que vêm sendo experimentadas, inclusive a partir das redes sociais na internet, porque possibilitam construir outras formas de articulação, com força e determinação para reinventar a democracia e ganhar poder, sob novos pilares. Considera o autor que as transformações são possíveis à medida que existem processos de identificação de muitos ao redor do mundo, em torno de questões candentes. As transformações, embora tendo dimensão grandiosa e enfrentando limites, dificuldades e retrocessos, identifica Castells (2013), estão em curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos sociais em Itaituba e no seu entorno, de acordo com os dados levantados na pesquisa de campo e em farta documentação, vêm se intensificando na região desde 2007, o que está estreitamente vinculado ao dinamismo das políticas, práticas e projetos neoliberais, que vislumbram ali grande potencial para a expansão extrativista e aumento da lucratividade da produção, assim como dos investimentos financeiros.

Para além das riquíssimas reservas, do enorme potencial hídrico, de integrar a maior floresta tropical do mundo e da localização geográfica estratégica para os interesses do agronegócio e da atividade minerária, aquela região atrai também os interesses do capital transnacional por muitos fatores negativos que estão diretamente vinculados às práticas

históricas de colonialidade do poder no país e na Amazônia, em particular. Isso porque, naquela grande área do estado do Pará, há precária institucionalização dos direitos dos trabalhadores e de garantias sociais aos povos da região, desrespeito às culturas e aos processos de trabalho que não se adequam à lógica do grande capital, débil aplicabilidade das leis e das normas de preservação e controle ambiental, desrespeito ao que estabelecem acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, permissividade com o saque das riquezas e, em muitos casos, corrupção da máquina estatal em benefício dos detentores do poder econômico.

Ressalta Castro que a violência colonial no Pará não é nova e se assenta no coronelismo e no patrimonialismo, em uma história marcada por “conflitos agrários, expropriação de populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros” (CASTRO, 2017, p. 9).

O neoextrativismo (GUDYNAS, 2011, 2016; ACOSTA, 2016; ZHOURI, BOLADOS E CASTRO, 2016), como projeto político e econômico da atual fase da acumulação capitalista mundial, entretanto, constitui fator de profundo agravamento das condições socioeconômicas, políticas e de respeito à natureza na história da região. Por se caracterizar pela superexploração violenta dos bens naturais e culturais, imposta pelos mercados mundiais, com a anuência das oligarquias do poder político-econômico do Brasil, o neoextrativismo tem levado à destruição acelerada da natureza, de vários ecossistemas, que inviabilizam economias regionais e locais, alterando, de forma irreversível, como afirma Acosta (2016), os territórios, as culturas, a saúde e as formas de viver dos povos. Tais dinâmicas vêm ocorrendo em várias partes do mundo, como analisam Zhouri, Bolados e Castro (2016), gerando conflitos sociais e lutas de resistência.

Não obstante o crescimento dos conflitos sociais, o autoritarismo do poder estatal segue desconsiderando a importância da participação popular nas decisões e, conforme constatado na pesquisa, o único mecanismo que ainda vem sendo esporadicamente utilizado, o das audiências públicas, é interpretado pelos entrevistados como artimanha de manipulação para aprovar o que já está previamente aprovado pelos detentores do poder. Muitos entrevistados revelaram que não participam mais de audiências públicas, considerados simulacros de democracia, que servem tão somente para legitimar o discurso de que os povos da região vêm participando das decisões.

A profunda contradição entre, de um lado, o discurso do desenvolvimento, os altos investimentos públicos e privados em Itaituba, nos grandes empreendimentos ligados ao agronegócio e à atividade minerária, e, de outro, as condições socioeconômicas da população do município, assim como ocorre em toda a Região de Integração do Tapajós, está expressa nos levantamentos feitos pelas instituições de pesquisa do próprio Estado.

Segundo dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para mencionar apenas alguns aspectos cruciais da profunda contradição existente, em 2017, 43,9% dos domicílios de Itaituba recebiam até meio salário mínimo por pessoa, o que coloca o município na 119ª posição, entre os 144 municípios paraenses; apenas 20,3% dos domicílios possuíam esgotamento sanitário, naquele mesmo ano; quanto à violência, elemento central destacado pelos entrevistados na pesquisa, a taxa de homicídios de 77,65, em Itaituba, colocou o município na pior posição entre os demais da Região de Integração do Tapajós, que já apresenta dados extremamente preocupantes em relação às demais do estado do Pará e ainda piores em relação ao Brasil, em muitos indicadores.

Os resultados da pesquisa apontaram, assim, as profundas contradições do modelo capitalista, que têm levado à intensificação dos conflitos sociais em Itaituba e no seu entorno, assim como a necessidade de que as lutas dos povos do Tapajós sejam compreendidas como expressão da reação, que precisa cada vez mais ganhar força e construir redes de resistência, contra os padrões de dominação e de violência em todos os níveis a que, como muitos outros ao redor do mundo, têm sido submetidos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGE, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 46-87.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (org.). Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile RaudMattedi. **Revista Actes de La Recherche em Sciences Sociales**, n. 119, p. 48-66, set. 1997.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. (trad.). Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integraçõesulamericana. **Caderno CRH**, Dossiê, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara; NASCIMENTO, Sabrina. Mineração na Pan-amazônia: neoextrativismo, colonialidade e lutas territoriais. *In*: ZHOURI, ndréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. (org.). São Paulo: Annablume, 2016.

CASTRO, Edna. Novas configurações nos territórios política nacional de infraestrutura: renovação de práticas coloniais e desenvolvimentistas. *In*: CASTRO, Edna. **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e desconstruções. (org.). Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Edna. Introdução a territórios em transformação. *In*: CASTRO, Edna. **Territórios em Transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e desconstruções. (org.). Belém: NAEA, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento? *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. (org.). São Paulo: Cortez, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. **La ecología política del progresismo sudamericano**: los límites del progreso y la renovación verde de la izquierda. Barcelona: Sin Permiso, n. 8: 147-167, diciembre 2010.

GUDYNAS, Eduardo. El nuevo extractivismo progressista en América del Sur: tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. *In*: GUDYNAS, Eduardo. **Colonialismos del siglo XXI**. Negocios extractivos y defensa del territorio em América Latina. Varios autores. Barcelona: Icaria Editorial, junio 2011. p.75-92.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame. *In*: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, Ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. LANDER, Edgardo (org.). set. 2005. (Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina).

SALAMA, Pierre. China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 229-251, jan./ jun. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. (org.). São Paulo: Cortez, 2009.



GT 3 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

INDÍGENAS GAMELA: VIVER E HABITAR O SUDOESTE DO ESTADO DO PIAUÍ

Cristhyan Kaline Soares da Silva (S)¹

RESUMO

Os Gamela estão localizados em um complexo de comunidades, no sudoeste do estado do Piauí, que estão interligadas geográfica e socialmente. A região tem se caracterizado pelo avanço do agronegócio e expõe os sujeitos que nela vivem a conflitos pela terra. A perda progressiva do território, os impactos socioambientais causados pelo desmatamento influenciam na dinâmica social das comunidades reverberando em movimento de defesa e reivindicação territorial. Assumimos como objeto de interesse desta pesquisa os processos de viver, habitar e ocupar o território dos indígenas Gamela, localizados no sudoeste do estado do Piauí. A observação, segundo Tim Ingold (2015), é um compromisso ontológico, um seguir em frente, um modo de aprender que nasce do envolvimento etnográfico de vidas dos pesquisadores e pesquisados. A presente pesquisa é fruto de uma incursão etnográfica, portanto, de observação entre os sujeitos das comunidades supracitadas. Segundo Paul Little o território é compreendido como uma decorrência histórica de processos sociais e políticos de um grupo, sendo que este é ao mesmo tempo artifício constituinte de grupos humanos. Tim Ingold defende que a diferença entre espaço e lugar se constrói no processo de habitação do mundo. Prossequindo ao longo do caminho, cada habitante deixa uma trilha que se entrelaça com outras trilhas (INGOLD, 2015, p.219). Dessa maneira, este autor usa o termo *peregrinar* para revelar a experiência corporificada de movimento pelo espaço, a mobilidade pelo território se configura como uma das muitas possíveis formas de habitar o mundo.

Palavras-chave: Gamela, Território, Habitar e Conflito Socioambiental.

¹ Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Piauí, UFPI, Brasil. Email: cristhyankaline@hotmail.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente escrito é fruto de minhas experiências na graduação de Ciências Sociais e posteriormente na continuação da pesquisa no Mestrado em Antropologia na Universidade Federal do Piauí. Por dois anos seguidos, na graduação, fui bolsista PIBIC do Projeto de pesquisa Emergência Étnica no Piauí, coordenado pela professora Carmen Lúcia Silva, que em parceria com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia (PNCSA) tem como objetivo refletir sobre os povos indígenas existentes na atualidade no Estado do Piauí. Foi no âmbito do desenvolvimento deste projeto, relacionado ao movimento de Emergência Étnica e reivindicação territorial no estado do Piauí, que tive a oportunidade de conhecer as pessoas e a região da presente proposta de reflexão.

Os Indígenas Gamela estão localizados em um complexo de comunidades, na região sudoeste do estado do Piauí, que estão interligadas geograficamente e socialmente, sendo elas: Pirajá, Barra do Corentim, Morro D'água e Vão do Vico. Estas comunidades se concentram nos municípios de Currais, Bom Jesus e Santa Filomena, respectivamente.

A região na qual essas comunidades estão inseridas, tem se caracterizado pelo avanço do agronegócio e expõe os sujeitos que nela vivem a conflitos pela terra. A perda progressiva do território, os impactos socioambientais causados pelo desmatamento influenciam na dinâmica social das comunidades reverberando em movimento de defesa e reivindicação territorial. A área geográfica citada, é uma região de serras, que tradicionalmente é terra de uso comum, (terra usada coletivamente sem delimitação específica de lotes ou cercas) utilizada para caça, coleta de mel e frutos nativos, pastos de animais e “morada dos encantados”, e foi totalmente invadida pelas fazendas de soja, milho e milheto.

Nas últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI, a região é testemunha do avanço da fronteira agrícola no país, Favareto (2018). A micro-região na qual as comunidades estão inseridas foi tomada pela expansão das fazendas do agronegócio com o incentivo do Governo do Estado por meio projeto MATOPIBA ².

Segundo Bruno Rezende Spadotto (2019), em decorrência das atividades das fazendas, as serras foram totalmente ocupadas e os moradores da região, Gamela e outros povos tradicionais, foram sendo encurralados nos baixões, que atualmente estão sendo igualmente disputados devido aos recursos hídricos que abriga. O baixão é uma categoria nativa que é acionada para caracterizar a área geográfica entre serras, mais baixas, onde se

² Acrônimo referente a junção dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bhaia em função

localizam os brejos e outros cursos de água, é próximo a esses locais que geralmente se assentem as moradias dos Indígenas.

Há relatos dos indígenas sobre práticas de violência realizadas pelos fazendeiros; proibição de deslocamento pelas terras que “antigamente” eram de uso comum, restrição de acesso a determinados locais da região, porte de armas, ameaças de morte, contaminação dos recursos hídricos com agrotóxicos, derrubada de casas e queima de roçados.

Os conflitos entre os indígenas e fazendeiros na região é frequente, no ano de 2016 uma família indígena na comunidade Vão do Vico, teve sua casa derrubada, enquanto estavam fora de casa. Mesmo denunciando o crime a polícia, esta não tomou as medidas para apuração dos fatos. No mês de janeiro de 2021 uma família Gamela residente na comunidade Morro D`água foi despejada de casa³. Em meio a uma disputa judicial, um fazendeiro da região conseguiu uma liminar na justiça para desapropriação da terra. A partir de uma intensa articulação política a liminar foi suspensa e a família retornou para sua casa.

É nesse panorama de conflitos socioambientais, nos baixões e encostas das chapadas, próximos aos cursos das águas, que vivem esses indígenas Gamela do cerrado piauiense. A partir da empreitada desenvolvimentista os indígenas estão vendo seus territórios e seus modos de vidas ameaçados. Os Gamelas, em defesa do seu território empreendem uma articulação política, que envolve várias instituições e órgãos da sociedade civil.

Neste artigo proponho pensar o processo de ocupar, viver e habitar o território pelos indígenas Gamela do sudoeste do estado do Piauí. Importa saber o que pensam e como vivem e habitam, os sujeitos das comunidades do cerrado piauiense, que estão sendo afetados pelo avanço do agronegócio. A ênfase dada ao vínculo específico com o território diz respeito ao processo experiência etnográfica, no qual é notável a relação diferenciada com a terra.

Este escrito parte de observações em eventos, reuniões, encontros entre os indígenas e instituições, bem como estadia nas comunidades e contatos com os indígenas. A partir do ano de 2020 esse contato tem se estendido pelas redes sociais e visitas a sites, devido ao contexto de pandemia.

Segundo George Marcus (1995), uma das técnicas que pode ser usada na etnografia é entendê-la como uma prática de construção por meio do movimento e do rastreamento de

³ Notícia disponível em <<https://www.cptpiaui.org.br/artigo/familia-indigena-despejada-indevidamente-retorna-a-sua-casa>>

diferentes configurações culturais. Tendo isso em vista, o que os dados aqui apresentados são fruto de um processo dialógico entre indígenas e pesquisadora.

A observação, segundo Tim Ingold (2015), é um compromisso ontológico, um seguir em frente, um modo de aprender que nasce do envolvimento etnográfico de vidas dos pesquisadores e pesquisados. Esta imersão pode proporcionar uma apreensão sobre a realidade social e o recorte que o pesquisador quer compreender.

Desta maneira, encararemos a etnografia, nesta proposta de pesquisa, como um processo de aprendizado com as pessoas. Neste processo de aprendizado e compreensão acerca da vivência do território entre os indígenas Gamela, buscaremos considerar as formas de relação com a terra. Seguindo as pistas de Tim Ingold (2015) entendemos o papel da etnografia nesta proposta de pesquisa como uma intenção de seguir a vida cotidiana dos Gamela, procurando um envolvimento com a vida desses sujeitos.

2. VIVER E HABITAR

Dentro desse movimento de ocupação e vivência no território é possível observar uma extensa rede de parentesco entre as comunidades, por essa razão justifica-se a atenção dada as comunidades enquanto recorte desta pesquisa. As relações de parentesco e troca estabelecidas entre as comunidades abrem caminho para o entendimento da construção da territorialidade elaborada na vivência do grupo étnico. O vínculo específico com o lugar e as pessoas se desdobra em narrativas míticas e simbólicas sobre o território. As narrativas sobre os encantados, por exemplo, demonstram umas das formas de se relacionar com o território e se apresenta como uma dimensão fundamental de vivência no local.

A categoria “Encantado” é usada aqui para nomear os seres das narrativas das pessoas das comunidades em questão que, segundo estas, tais seres seriam indígenas aos quais se dedicam várias histórias. A presença dos mesmos pelo território é sempre pontuada nas falas, por meio do campo sensitivo, ou seja, “sentir a presença” ou escutar os assovios, sentir um vento passando.

A invisibilidade física carrega consigo uma conotação de mistério, por meio das falas e das narrativas das pessoas não é possível estabelecer uma linha divisória entre o plano material e o imaterial. As narrativas são sobre o medo das mulheres de que suas as crianças com características indígenas sejam raptadas por estes seres. Entretanto, a despeito desse medo, segundo relatos, os “índios/encantados” ajudavam a encontrar animais perdidos na mata, da mesma forma que auxiliavam no êxito na caça, perturbavam adultos ou crianças que estivessem na mata sozinhas.

O contexto de pesquisa se aproxima da análise feita por Emilia Pietrafesa de Godoi sobre os “sistemas de lugar” em povoados do sertão do Piauí. Para esta autora, as narrativas sobre o lugar não se encontram no domínio da construção mística puramente, nem no da história, mas sim da interseção de ambos (GODOI, 1998, p.109).

Para analisar as relações existente entre as pessoas e o território, tomamos como ponto de partida a perspectiva de Yi-Fu Tuan (1983), este autor aponta o lugar/espaco como um mundo vivido estruturado e ordenado diferencialmente por um grupo cultural com base em suas experiências particulares. Dessa forma a paisagem do cerrado piauiense, que compreende o território dos Gamela, é penetrado de sentidos culturais historicamente construídos.

Os indígenas Gamela, cultivam roças de milho, feijão, fava, arroz e mandioca. Suas roças localizam ou nas partes baixas das chapadas ou nas partes altas, depende do que seja o plantio. A região de cerrado rica em recursos hídricos também é usada como local de pesca, caça, coleta de mel e extrativismo de vários frutos, a exemplo do pequi e do buriti. As casas dos indígenas localizam se próximas aos cursos de água, essa proximidade é atrelada ao consumo doméstico da água.

Tim Ingold defende que a diferença entre espaço e lugar se constrói no processo de habitação do mundo. Prosseguindo ao longo do caminho, cada habitante deixa uma trilha que se entrelaça com outras trilhas (INGOLD, 2015, p.219). Dessa maneira, este autor usa o termo *peregrinar* para revelar a experiência corporificada de movimento pelo espaço, a mobilidade pelo território se configura como uma das muitas possíveis formas de habitar o mundo.

A locomobilidade pelo território é constante, o deslocamento de casa até as roças ou aos espaços de coleta e caça deixa uma marca na paisagem. Os indígenas nomeiam carreirinhos, os estreitos caminhos que se formam na floresta pelo fluxo constante de pessoas ou animais. Consideramos os carreirinhos como uma marca na paisagem, inscrita pela dinâmica da experiência a paisagem no dia a dia.

Consideramos, pois marcas na paisagem, as roças, os carreirinhos, as casas os quintais frutíferos, as trilhas nos brejos de buritizais, os caminhos as estradas. As marcas físicas se entrelaçam com as marcas simbólicas é na vivência e habitação no cerrado, que os indígenas Gamelas constroem sua cultura e seus modos específicos de estar no mundo.

É neste sentido que a territorialidade do grupo é utilizada como via para interpretação acerca da vivência dos sujeitos com o espaço geográfico. A territorialidade é uma abordagem que não só permite recuperar e valorizar a história da ocupação do território por um grupo, como também propicia uma melhor compreensão dos elementos culturais em jogo nas experiências de ocupação e gestão territorial (GALOIS, 2004, p.37).

A vivência no território diz respeito ao processo de experiência no lugar, é comum os indígenas relatarem, que nasceram e se criaram em seus territórios, essa expressão conota

uma ideal de pertencimento. A relação que é estabelecida entre os indígenas e os lugares que habitam, estar para além do valor de propriedade, as relações que são acionadas para reivindicação dos territórios são particulares e subjetivas.

As gerações mais velhas acionam a infância como um período de intensa vivência no território, relatos de brincadeiras e traquinagem nas matas e dos contatos com os encantados descortina as subjetividades confeccionadas com o espaço físico e simbólico. As subjetividades são construídas de geração em geração de forma coletiva e individual.

O território é fundamental para a existência do grupo, o espaço geográfico que o grupo considera como pertencente a ele e com o qual mantém relações históricas e simbólicas. Paul Little trabalha a noção de territorialidade em diversos grupos humanos, deste modo, a definindo como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se, assim, em seu ‘território’ (LITTLE, 2002, p. 3).

O território é compreendido como uma decorrência histórica de processos sociais e políticos de um grupo, sendo que este é ao mesmo tempo artifício constituinte de grupos humanos. A análise feita por Little enfatiza uma abordagem histórica, sendo a relação entre territorialidade e grupo. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizaremos o conceito de *cosmografia*:

“Definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2001, p. 4).

O território indígena é marcado pela identificação física (biofísica, segundo Little), pois nos caminhos e circulações desses povos quando fixavam residência em algum local, os espaços eram áreas de caça, pesca, cultivo da agricultura e ervas medicinais. Os deslocamentos eram constantes e o território ia se definindo ao longo das caminhadas. As migrações do passado repercutem hoje, pois:

“[...] noção do lugar não devem ser confundidas com a noção de originalidade, isto é, o fato de ser o primeiro grupo a ocupar uma área geográfica – o que apelaria à ideia de terras imemorais –, algo difícil, senão impossível de se estabelecer, como bem mostram as disputas arqueológicas. A situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não. A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese” (LITTLE, 2002, p.10).

No caso dos indígenas Gamela, o que está em jogo é o território em que estão vivendo e ocupando, em um espaço de tempo que vem dos seus ancestrais. Uma vez dispostos em

uma região que sofre investidas do agronegócio, os indígenas Gamela enfrentam conflitos acerca da ocupação destas terras.

Os indígenas Gamelas possuem uma extensa rede de articulação política entre o grupo e com demais instituições. Localizados em diferentes comunidades as trocas de informações são constantes, para a proteção de seus territórios. Os Gamelas compartilham sua luta com os outros povos indígenas do Piauí, fazendo parte do movimento indígena do estado.

A Comissão Pastoral da Terra Piauí (CPT) atua em defesa dos Gamelas, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio de suas pesquisas na região também se põem a disposição como parceira dos Indígenas. Nos conflitos mais violentos, como no caso da família retirada de sua casa, na comunidade Morro D`agua, uma intensa e extensa rede de articulação foi formada para solução do caso.

Os conflitos irrompem a partir das violências infligidas aos indígenas pelos fazendeiros, esse cenário se estende as diferentes formas de apropriação do território do cerrado piauiense, por um lado a lógica indígena que encara a região como um locus de vivência e habitação onde cultivam sua vida física e simbólica. E por outro lado a lógica desenvolvimentista que vê o cerrado como uma fonte de lucros a partir da produção de monoculturas.

A expansão das fazendas na região, infligiu uma nova dinâmica de vida aos habitantes do lugar, as terras soltas usadas por todos, formas sendo desmatadas de limitando assim os territórios dos Gamelas. Nos dias de hoje, os espaços geográficos das comunidades estão localizados entre fazendas, afetando os modos tradicionais de caça, pesca e até a locomoção entre lugares, que outrora era livre. Em territórios, considerados pequenos em comparação ao que era antes do agronegócio, os indígenas resistem e defendem os seus modos de vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de territorialização pelos quais a região sudoeste do Piauí passou, é fruto da conjuntura histórica e social em contexto determinado. O mais recente processo de territorialização, caracterizado pelo avanço do agronegócio, expõe a região e os sujeitos que nela vivem, à violência, em uma nova roupagem, a perda progressiva do território, os impactos socioambientais influenciam na dinâmica social da comunidade Pirajá.

Acreditamos assim, que as relações entre os sujeitos, e lugar constituem o território do, na medida em que essas relações transformam o espaço (TUAM, 1983) e constroem uma cosmografia (LITTLE, 2001) específica, cuja reprodução se dá por meio da vivência no território.

Em suma, vários temas estão interligados por um fio condutor que é a ocupação e vivência do território. A reivindicação política e a preocupação com a terra estão estreitamente ligadas à perda progressiva do território para o agronegócio, este por sua vez causa impactos socioambientais ao desmatar e envenenar o cerrado.

As formas divergentes de usufruto do cerrado, se coloca como um caminho para o entendimento da importância do território Gamela. Em contraponto a lógica desenvolvimentista do agronegócio, os indígenas Gamelas, visualizam a paisagem do cerrado como um lugar existência física e simbólica. A ocupação é ancorada no sentido da vida diária do grupo, que preserva a diversidade e especificidade das vidas do bioma em questão.

Neste sentido, na relação entre os sujeitos e a lugar há muita coisa para ser dita, no presente escrito procuramos demonstra algumas formas vivência e ocupação do território. Entre o dito e o não dito, há o devir, ou seja, há muito o que se apreender, e é ancorado neste desejo de aprender, que a região sudoeste do estado do Piauí, se apresenta como um campo aberto para novas possibilidades aprendizado.

REFERÊNCIAS

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. *Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba*. São Paulo: UFABC, 2018.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidade?* in: RICARDO, Fany (org) *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza. O desafio das sobreposições de territórios*. São Paulo, instituto socioambiental, 2004.

GODOI, Emília Pietrafesa de. *O sistema do lugar: história, território e memória no sertão*. In *Além de territórios; para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos/* GODOI, Emília Pietrafesa de; NIEMEYER, Ana Maria de (orgs), Campinas: Mercado de letras, 1998.

INGOLD, Tim. "Contra o espaço: lugar, movimento, conhecimento" In *Estar vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. EDITORA. VOZES. Petrópolis, Vozes, 2015. pp. 215-229

LITTLE, Paul Elliot. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Rio de Janeiro; revista tempo brasileiro, 2004: Pg. 251- 290

MARCUS, George. *Ethnography In/Of The World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography*. *Annual Review of Anthropology*, 24, 1995, p. 95-117.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. *Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro*. Presidente Prudente: Rev. NERA, 2019.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.



GT 03 – direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

ANÁLISES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A “NOVA” POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Violeta Refkalefsky Loureiro (UFPA) ¹

Andréa Bittencourt Pires Chaves (UFPA) ²

Tainah Sousa do Nascimento Ferreira (UFPA) ³

A educação inclusiva para alunos com deficiência está positivada no texto jurídico brasileiro, sendo fundamental para a construção e efetivação de vários outros direitos dessa população no país, como a inclusão social, acesso ao mercado de trabalho, à profissionalização, à previdência social, etc. Tendo em vista que o Decreto nº 10.502/2020, publicado em 1º de outubro de 2020, pelo Governo Federal, que instituiu a “nova” Política Nacional de Educação Especial, a qual prevê o retorno de escolas e classes “especiais” somente para estudantes com deficiência, surge a necessidade de uma análise dos pontos relevantes dessa mudança. O artigo propõe uma análise dos princípios teóricos consolidados sobre interação social, que o decreto rejeita, e aborda possíveis consequências das mudanças instituídas pela “nova” Política Nacional de Educação Especial. Para isto, as autoras valeram-se da análise comparativa, com o objetivo de apontar as características e alterações trazidas pela “nova” Política Nacional de Educação Especial, destacando seu retrocesso em relação aos parâmetros legais relativos aos direitos já positivados anteriormente e à Política Nacional de Educação Especial em vigor. Salientam que o referido decreto encontra-se suspenso por determinação do Supremo Tribunal Federal-STF e enfrenta críticas de entidades da sociedade civil até decisão do plenário do STF.

Palavras-chaves: pessoas com deficiência, política de inclusão, educação inclusiva.

1 Doutora em Sociologia, Profa. Emérita da Univ. Federal do Pará. Email: violetarefkalefskyloreiro@gmail.com

2 Dra em Sociologia, Profa da Universidade Federal do Pará. Email: andreapbchaves@ig.com.br

3 Discente doutoranda da Universidade Federal do Pará no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). Mestra em Segurança Pública. Email: tainahnascimento@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo remete a um tema clássico no campo das ciências sociais: os processos de integração/segregação das pessoas em geral e das pessoas com deficiência na sociedade. A luta por direitos das pessoas com deficiência faz parte do rol de conflitos sociais permanentes no Brasil e no mundo. Ao longo de sua história a sociedade brasileira e o Estado têm apresentado dificuldades em lidar com a questão das deficiências e dos direitos da população atingida. As várias formas sociais e governamentais de lidar com elas vinham sendo vivenciadas sob a marca do estigma, da segregação, da discriminação, do desrespeito, acompanhadas da ausência de direitos. Este quadro tem mudado bastante desde a Constituição do Brasil/1988.

Este trabalho está estruturado em cinco breves partes, visando facilitar a compreensão das mudanças postas pela “Nova” Política Nacional de Educação Especial (Decreto 10.502/ 09/2020): a primeira parte diz respeito ao suporte teórico utilizado para compreender a discriminação e a luta por direitos, com base em teorias recentes; a segunda analisa aspectos da legislação brasileira e de acordos internacionais nos quais o Brasil é signatário acerca da matéria; a terceira dirige seu foco para a “Nova” Política Nacional de Educação Especial, trazendo à crítica os principais pontos da alteração constantes do decreto e ressaltando seus aspectos segregacionistas; a quarta destaca argumentos e reações de entidades da sociedade civil e a quinta apresenta breves considerações finais.

Entre as diferentes linhas teóricas de análise da discriminação que envolvem as pessoas e grupos sociais subestimados e hierarquicamente reduzidos a patamares inferiores – como ocorre com as pessoas com deficiências, tanto na esfera privada quanto na pública, as autoras valeram-se de um ramo da Teoria Crítica que destaca a luta por reconhecimento. Entendem que, no caso das pessoas com deficiências, o grande empenho está centrado na busca do justo e ético reconhecimento de suas individualidades ou particularidades, ao mesmo tempo que cuidam para que essas diferenças não se convertam em discriminação, tal como o que institui o mencionado decreto da “Nova Política”.

Uma das mais criativas linhas teóricas para a compreensão dos conflitos sociais e dos desajustes de pessoas e grupos na sociedade, reside na falta de reconhecimento de que elas fazem parte de uma humanidade única e comum a todos como iguais em direitos. E, quando isto ocorre, elas se voltam por meio da luta, para cobrar da família, do Estado e da sociedade o reconhecimento de direitos.

Recentes estudos têm mostrado que o amadurecimento humano depende do reconhecimento intersubjetivo (isto é, entre as consciências das pessoas e grupos sociais,

entre consciências individuais e coletivas), da autoconfiança, da autoestima e do autorrespeito devidos às pessoas e aos grupos sociais; e, quando esses elementos lhes são negados, quando desrespeitos múltiplos são cometidos contra pessoas e grupos sociais, resta aos atingidos a luta por reconhecimento de sua humanidade comum e de suas individualidades. Assim, respeito, reconhecimento e direitos e, também o contrário - desrespeito, violações, negação de reconhecimento -, estão inextricavelmente articulados nas situações que geram conflitos e luta na sociedade.

1. Suporte teórico para a compreensão da discriminação e da luta por direitos

Num passado não muito remoto a honra das pessoas esteve vinculada aos bens materiais e a títulos de honra. As revoluções burguesas no mundo ocidental tiveram o mérito de desacreditar que o valor das pessoas derivava de sua posição ou classe social, de sua filiação, da vinculação ou pertencimento à nobreza ou mesmo de suas posses materiais. Desde então e cada vez mais, as democracias do mundo ocidental contestam a visão de superioridade e hegemonia inatas das pessoas e empenham-se em imprimir e disseminar a concepção de que o valor das pessoas deve ser creditado aos seus valores éticos e ao seu desempenho social (com destaque para a escola e o trabalho no mundo atual); portanto, há mais de dois séculos as democracias esforçam-se para mostrar que o valor das pessoas há muito deslocou-se da **honra** (dos títulos de nobreza, hierarquia familiar, posição de classe, hereditariedade, riqueza material etc, o que pressupõe que alguém seja merecedor inato de privilégios e distinção apenas por ser um “bem nascido”). E para fundar e disseminar uma nova base ética para a identidade moderna, assentando-a na concepção de **dignidade da pessoa**. E, assim, procuram mostrar que isto apenas é bastante para fazê-la digna de respeito e consideração, independente do lugar e condição de nascimento, origem da família, cor, religião, ou outra qualquer; daí porque deve-se partir da pressuposição de que todas as pessoas são merecedoras do respeito e da consideração de seus pares na comunidade. Entretanto, a discriminação e o preconceito permanecem como fatos sociais injustos e penosos nas mais diversas sociedades do mundo. E quando se trata da causa e das formas de lidar com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, muitas são nitidamente inadequadas e, mesmo quando de origem pública, podem estar permeadas de preconceito e discriminação, que geram segregação e visões distorcidas da realidade.

O preconceito e a discriminação tiveram algumas de suas características explicadas por Horkheimer e Adorno desde os anos 40 (1985). Estes autores caracterizaram a dinâmica do preconceito como um conjunto de condutas sociais hostis, que atingem pessoas e grupos sociais e étnicos considerados estranhos ou diferentes do padrão instituído como superior. E

nesta arbitrária hierarquização as pessoas com deficiência são colocadas em patamar inferior, por terem sido categorizadas por características que, longe de se voltarem para o caráter universal e humano compartilhado por todas as pessoas humanas, fixaram-se nas particularidades que causaram estranhamento ao grupo majoritário e dominante. E são muitos os casos em que as diferenças existentes entre as pessoas geram ações discriminatórias. Na análise de Horkeheimer e Adorno (1973, p.179), sobre como é o sentir de alguém que age com discriminação em relação a outros, ao analisarem causas e formas de preconceitos e discriminação, mencionam que:

Para que se sintam alguém, essas pessoas têm necessidade de se identificar com a ordem estabelecida e essa identificação faz-se com tanto mais agrado quanto mais inflexível e poderosa for essa ordem. E dessa forma as particularidades são destroçadas em função da totalidade” (Horkeheimer e Adorno:1973, p. 179).

Entretanto, o reconhecimento é um ato social de mão dupla: o respeito social devido à pessoa decorre de várias condições que repousam nela mesma, por ter características como tal, essencialmente idênticas às de qualquer outro ente humano como os demais mas, também, de sua articulação e vivência na sociedade. O reconhecimento da comunidade mantém uma relação direta com o comportamento social e ético da pessoa nela inserida e com ela articulada, o que exige uma ação de permanente reciprocidade de ambos (pessoa e comunidade). Com relação à matéria a Constituição do Brasil/88 assenta-se em dois pilares fundamentais: a igualdade entre as pessoas, isto é: 1) o reconhecimento de que todos são iguais em pessoas e direitos; 2) e a dignidade da pessoa humana. Daí a ideia de universalização de direitos, o que, por sua vez, implica necessariamente no reconhecimento mútuo como iguais – o que, também sabemos que não acontece em numerosos casos, especialmente no caso do respeito às diferenças – requisito imprescindível à formação da identidade e da dignidade da pessoa.

Embora essas assertivas se afigurem como muito simples, na prática da vida cotidiana e na produção de direitos, frequentemente, coloca-se um conflito entre a universalidade de direitos e o reconhecimento da singularidade da pessoa. O respeito à singularidade é condição necessária para a dignidade mas, não suficiente para tal: quando o foco da comunidade se restringe principalmente à singularidade, a pessoa é colocada como diferente das demais e, frequentemente, inferiorizada por sua diferença; quando é tratada pelo ângulo da universalização, suas especificidades são esmagadas. Neste caso, o equilíbrio é fundamental mas, difícil de ser equacionado, tanto na esfera legal quanto na vida social.

Houve um primeiro momento das políticas sociais em que a prioridade foi desenvolver uma **política de igualdade** (pelo menos naquilo que é essencial) entre as pessoas, seja no plano da saúde, da educação e de outras necessidades básicas. Se o conceito de universalização representou um avanço, em pouco tempo os grupos minoritários e outros desfavorecidos constataram que quando uma política se estende a todos de forma igualitária, o que costuma ocorrer é que as desigualdades e particularidades tendem a se agravar para as minorias porque elas são ignoradas ou subsumidas; é quando se inicia na história ocidental recente um novo momento, em que grupos sociais defendem uma **política da diferença**, que atente para as particularidades das minorias, o que dá origem às lutas por reconhecimento de gênero, cor e outras, incluindo nas lutas as pessoas com deficiência.

Coube ao filósofo alemão Georg Wilhelm Hegel (TAYLOR, 1979) compreender e explicar, em primeiro lugar na história, que o ser humano somente se sente plenamente realizado como pessoa e na sociedade se conseguir o reconhecimento em três dimensões e etapas da vida: pela família (no amor), desde o nascimento; pela comunidade (na solidariedade) e pelo Estado (no direito). Segundo ele, a síntese dos conflitos sociais repousa na falta de reconhecimento dos sujeitos ou grupos sociais minoritários por uma ou mais dessas instâncias o que, portanto, não deve ocorrer em nenhuma das três dimensões.

Charles Taylor (1979) e mais que ele, Axel Honneth (2003), tiveram o mérito de terem recuperado e expandido a abordagem hegeliana, abrindo uma luz na questão, a partir de uma nova linha teórica de abordagem dos conflitos sociais. Tendo por base a psicologia e a sociologia, além da educação no caso de Taylor e dos novos movimentos sociais (no caso de Nancy Frazer (2006), esta linha extrapola ou complementa o clássico conflito capital versus trabalho, aplicando-se a situações novas da sociedade moderna nas quais, claramente, não se coloca em questão o binômio capital versus trabalho.

Esta linha se insere numa nova subcorrente da Teoria Crítica e visa proporcionar uma dupla compreensão: 1) das condições básicas para a plena integração familiar e social do indivíduo na vida moderna, o que exige como suporte a categoria do **reconhecimento**; 2) e para a causa maior dos conflitos sociais, o que ocorre quando este reconhecimento visceral para a construção da identidade da pessoa lhe é negada numa das três esferas citadas originalmente por Hegel e endossadas integralmente pelos autores mencionados.

Perceber o que se esconde em atitudes de rejeição, menosprezo, preconceito e discriminação é fundamental para contrapor-se a elas, mas é necessário muito mais que isto - é preciso garantir, em sua integralidade, o respeito à dignidade plena da pessoa humana. O empenho na luta por reconhecimento e na garantia de direitos consolidados e novos, defendidos especialmente por Taylor (1997) e Honneth (2009) e outros autores, implica em

impedir retrocessos como o que propõe a “Nova Política” ao segregar os alunos com deficiência em classes específicas, apartando-os dos demais, como se fossem subnormais.

Pessoas que possuem algum tipo de deficiência têm sido alvo ao longo da história, de vários tipos de segregação, remontando à época da Idade Média, quando eram vistos como monstros ou como resultados de castigos de Deus. Ainda hoje, como reflexo de uma mudança social gradativa e bastante lenta (a lentidão tem ficado mais por conta da sociedade do que dos dispositivos legais), as pessoas com deficiência, seja ela de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, enfrentam desafios diários e ameaças de retrocesso nas vitórias e duras penas conquistadas.

O retorno às salas de aula exclusivas e confinadas para deficientes, como institui o referido decreto, que pretende construir uma “Nova Política”, é claramente uma dessas formas institucionais de reprodução da rejeição do diferente. É também uma involução nos parâmetros éticos da educação, uma vez que desde a Declaração Mundial Sobre a Educação para Todos (Jontien/Tailândia/1990), a UNESCO vem envidando esforços, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, para modificar o sombrio cenário de discriminação, principalmente de meninas e deficientes. A Conferência propôs uma *educação básica para todos*, em condições de igualdade, com apoio especial àqueles que apresentem dificuldades no desenvolvimento de suas habilidades e capacidades. Desde então, o mundo se empenha nesta espinhosa missão, embora, a cada momento, o processo corra o risco de regressão, como o que ocorre hoje no Brasil pela via do projeto da “Nova Política”.

Charles Taylor (1997) em *As fontes do self* tem papel importante em mostrar as omissões das políticas de universalização e apontar para a formação plena da identidade do indivíduo, o que implica sua plena integração como pessoa na vida social. Taylor entende que a construção da nossa identidade se dá por meio do reconhecimento ou, do não reconhecimento e isto se processa na articulação, no diálogo da pessoa e dos grupos com a família, a escola e a sociedade, sem isolacionismos diferenciados. Nesse diálogo pode haver dois problemas, pelo menos: a pessoa pode ser reconhecida de forma errônea/equivocada, como inferior ou incapaz. Isto pode acontecer tanto no âmbito da família quanto por parte da sociedade civil e mesmo na esfera da vida pública. E quando isto acontece, muitas vezes a própria pessoa internaliza em sua personalidade essa forma equivocada de reconhecimento ou do não reconhecimento como igual, sentindo-se diminuída, inferiorizada, podendo mesmo acreditar que ela é, de fato, inferior. A própria pessoa se julga menos digna de consideração que os outros e pode até se odiar ou se menosprezar – equivocadamente, isto é, sentir-se da forma como os outros dos grupos majoritários a veem. Ou seja, considerar a pessoa com diferenças como desigual ou inferior, forma na pessoa uma imagem distorcida de si própria,

tornando-a infeliz e inadaptada socialmente. É o que se quer evitar que a “Nova Política” reinstaure no âmbito das escolas. Em muitos outros casos, entretanto, a pessoa se rebela contra a discriminação e se envolve em lutas pelo reconhecimento, movimento que vem crescendo e conquistando vitórias – poucas, mas sucessivas ao longo do tempo.

Apesar de Taylor e Honneth defenderem a convivência, respeitosa, multicultural, fraterna e solidária entre pessoas e grupos sociais os mais diferenciados, é forçoso apontar o fato de que as políticas igualitárias têm sido priorizadas, enquanto as políticas das diferenças correm riscos frequentes e perigosos, quando concorrem com a ética plana do “direito das maiorias”, que não aprofunda as questões, fixando-se no número de beneficiados.

Mesmo nos dias atuais formas de segregação embutidas em políticas públicas trazem em seu bojo novas e sempre renovadas formas de criar divisões dos espaços físicos e minimizar direitos conquistados e novos. Recentemente, a política de cotas nas universidades para pobres, negros e índios passou por este processo, tendo sobrevivido. As salas de aula exclusivas para alunos com deficiência como propõe a “Nova Política”, não apenas segregam os alunos com deficiência como comprometem o desenvolvimento da identidade pessoal e social dos alunos, dificultando a afirmação deles como pessoas na vida cotidiana, na medida em que os apartam como diferentes daqueles que são considerados “mais iguais” ao padrão considerado “normal”, do qual eles ficam social e espacialmente de fora.

Conciliar igualdade e diferença exige uma permanente luta e Boaventura de Souza Santos propõe uma linha ética que, se não é uma fórmula mágica para equacionar todas as questões, é uma diretriz ética e prática, que é lapidar: *Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades* (SANTOS, 1999).

2. A Aspectos da legislação brasileira e de acordos internacionais

Muitos preconceitos, discriminações e segregações vêm permeando a história das pessoas e grupos sociais até os dias atuais, em todo o mundo, incluindo o Brasil. Em decorrência de conflitos sociais, alguns deles envolvendo vários países, algumas leis de proteção aos direitos das pessoas discriminadas e perseguidas foram criadas. Elas têm o condão de criar proteções positivadas, que podem ser exigidas, com o objetivo de garantir a dignidade e a plena cidadania a essas populações, entre elas as pessoas com deficiência. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em Paris, em 10 de dezembro de

1948, estabeleceu, pela primeira vez, a proteção dos direitos humanos das pessoas, trazendo um marco importante e global para os direitos das pessoas com deficiência:

“todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (Art.7º/Dec. Univ. dos Direitos Humanos/ONU/1948).

De acordo com o Relatório Mundial sobre Pessoas com Deficiência (WHO, 2012), cerca de 15% da população do mundo possui algum tipo de deficiência. Isto significa alguns milhões de pessoas, tendo como referência as estimativas da população mundial de 2010. Esta estimativa, feita na década de 70, prevendo 10% da população com algum tipo de deficiência, hoje está subestimada face ao crescimento da população mundial. O mais alarmante na situação conflituosa que aflige as pessoas com deficiência reside nas desigualdades por elas enfrentadas, como a baixa escolaridade, o desemprego, o subemprego e a baixa renda, condições que, além de atormentarem as pessoas atingidas, acarretam impactos negativos nos indicadores de desenvolvimento (IBGE, 2010).

O Censo Demográfico 2010 (IBGE/2012), informou que a população de pessoas com deficiência no Brasil atingiu 23,9%, o que corresponde a aproximadamente 45 milhões de pessoas. “Nas estatísticas estão considerados todos os tipos e graus de deficiência de acordo com o desempenho nas atividades e domínios pesquisados: alguma dificuldade, grande dificuldade ou não ser capaz de caminhar e subir escadas, enxergar, ouvir ou apresentar deficiência mental/intelectual” (MAIOR, 2015, p.3).

As dificuldades para essas pessoas levarem uma vida minimamente independente são de várias ordens. Nas regiões Norte e Nordeste as escolas construídas nos últimos anos apresentam melhores condições de acessibilidade. Já aquelas construídas em décadas passadas – e elas são a maioria – não dispõem de rampas ou elevadores e suas portas, de largura padronizada pela média, são incapazes de deixar passar uma cadeira de rodas. Por sua vez, as universidades não costumam habilitar profissionais para lidar com alunos com necessidades especiais em número suficiente; para completar, não há dotações específicas para um amplo processo de adaptação das escolas públicas no país. Com este quadro, o circuito de dificuldades se completa. A recorrência frequente de pais ao Ministério Público para que uma determinada escola de ensino regular aceite matricular seus filhos com necessidades especiais não equaciona de todo o problema, uma vez que em geral, a recusa da escola é a de que não conta com pessoal especializado para tal – o que é quase sempre verdadeiro. Não dispondo de pessoal capacitado, a escola aceita o aluno, conforme dispõe o

MP, mas não consegue proporcionar a ele o cuidado de que precisa para o desenvolvimento máximo de suas potencialidades.

De acordo com o mapa do Centro de Análise de Políticas Mundiais, 72% dos países do mundo não preveem em suas constituições o direito específico à saúde das pessoas com deficiência; 11% dos países preveem o direito à licença ou afastamento remunerado dos pais para que possam cuidar de filhos com alguma deficiência. Existem vários avanços nos direitos das pessoas com deficiência, mas eles são ainda muito escassos diante das necessidades existentes e do cenário mundial. No campo da educação há uma grande discrepância entre as matrículas de crianças com e sem deficiência, especialmente em países de menores rendas. Há ainda países que atendem crianças com deficiência apenas em escolas separadas e outros que não permitem a entrada de crianças com deficiência na rede pública de ensino.

Figura 1: Países que as Constituições garantem a igualdade e proíbem a discriminação de pessoas com deficiência

A constituição garante igualdade e proíbe a discriminação de pessoas com deficiência?



Fonte: Centro de Análise de Políticas Mundiais (2016)

A Figura 1 destaca países que garantem igualdade e proíbem a discriminação pessoas com deficiência em suas Constituições. A imagem exhibe graus variados de garantias ao redor do mundo e a necessidade de avanços e proteção de direitos.

NASCIMENTO et al (2016), informa que “no Brasil, as reivindicações das pessoas com deficiência pelo reconhecimento efetivo da cidadania e participação em igualdade de

condições na sociedade foram iniciadas por movimentos sociais. Após vários anos de luta, em 1982, ocorreu o 1º Encontro Nacional das entidades, realizado em São Bernardo do Campo, no qual definiu-se o dia 21 de setembro como o dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, data que foi ratificada pela Lei Federal Nº 11.133, de 14 de julho de 2005” (NASCIMENTO et al, 2016, p. 4).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 traz algumas garantias de proteção a pessoas com deficiência, em especial, relacionadas a garantias trabalhistas. Apesar do reconhecido avanço da legislação neste campo, muito ainda há de ser conquistado, efetivado, respeitado e considerado para a aproximação da verdadeira justiça social das pessoas com deficiência. Pelo Dec. Nº 6.949, de 25/08/2009, o Brasil tornou-se signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. A Convenção e o citado decreto inspiraram tanto o Estatuto das Pessoas com Deficiência como a Lei Nº 13.146/06/07/2015, que estabelece o conceito legal de pessoa com deficiência – PCD.

“Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

A amplitude ou restrição do conceito de pessoa com deficiência – PCD tem variado conforme se expandem ou se reduzem os níveis de democracia no país a cada momento histórico; assim, os direitos hoje positivados em lei devem ter seu cumprimento legal vigiado em permanência, visando não apenas garantir a manutenção daqueles já obtidos, como para inibir possíveis retrocessos na luta por justiça social. Uma vez que os conceitos que definem tais direitos não são permanentes e imutáveis, as entidades que representam a população com deficiência, devem ser consultadas sobre quaisquer propostas de mudanças, que devem ser precedidas de audiências públicas. A própria população de pessoas com deficiência e suas entidades de defesa devem permanecer atentas para coibir supressões e restrições e para que, havendo mudanças, elas sejam tendentes a ampliações e a maiores garantias.

Nas últimas décadas o país adotou algumas políticas das chamadas “ações afirmativas” ou de “discriminação positiva”. Algumas visam efetivar direitos das pessoas com deficiência no espaço social, na educação, na saúde, etc. Ações afirmativas conferem tratamentos especiais a grupos vulneráveis como no caso das pessoas com deficiência, de modo a minimizar as desvantagens sociais enfrentadas por essa população. Políticas de ações afirmativas são importantes no contexto de busca por justiça social. Mas, no caso de pessoas com deficiência elas ainda se mostram insuficientes, precisando se alargar e

aprofundar, para que os indicadores de desenvolvimento humano apresentem melhorias consideráveis e reduzam desigualdades em relação à população de grupos não vulneráveis.

3. A Política Nacional de Educação Especial

A diretriz que garante a educação inclusiva no Brasil, assim como outras garantias a pessoas com deficiência estão respaldadas em vários instrumentos internacionais e nacionais, como a Constituição Federal, que teve várias alterações ao longo das últimas décadas, no sentido de incluir garantias a direitos às pessoas com deficiência. Além da Carta Magna destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA); a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência (OEA), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015.

A proteção à educação escolar ensejou no Brasil uma Política Nacional de Educação Especial (em vigor), que tem por objetivo unificar e garantir direitos educacionais para as pessoas com deficiência. Em contraposição a ela o Decreto nº 10.502/2020, publicado pelo D.O.U. em 01/10/2020, lançou uma “nova” Política Nacional de Educação Especial, suprimindo a inclusão educacional dos alunos com deficiência, hoje inseridos nas classes de ensino regular, e retoma o superado e condenado sistema de “classes especiais” para eles, isoladamente. A infeliz “inovação” vem em meio a um momento histórico em que quase 90% de estudantes com deficiência já estão incluídos na escola regular, o que custou anos de empenho. No “novo” modelo agora proposto, haveria novamente, a retomada de separação dos alunos com deficiência em turmas e escolas especiais, estando estes separados dos alunos que não possuem deficiência e que estão matriculados no ensino regular⁴.

Nos últimos anos, milhares de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência foram matriculados em escolas de ensino regular do país, numa árdua jornada de inclusão escolar, com preferência ao ensino regular. Este, evidentemente, não tem se apresentado como um ambiente preparado para receber uma demanda de tantas variedades e graus de

4 Após a Conferência de Jontien (1990), dirigentes da SEDUC/Pará, na gestão 1995/2000 (Profs. João de Jesus Paes Loureiro, Violeta Loureiro e Odinéia Figueiredo), implantaram pioneiramente no Brasil, o sistema de inserção dos alunos da rede pública estadual com necessidades especiais em classes de ensino regular num turno (acompanhados de monitores), enquanto as instituições especializadas apoiavam esses alunos no contraturno. A experiência mereceu da UNESCO como prêmio por seu pioneirismo, convite à equipe para conhecer as mais relevantes experiências similares na Europa. Na época, não foi fácil convencer a comunidade (especialmente de pais), de que a integração como pessoa humana seria mais exitosa dessa nova forma mas, ao final de 5 anos, os resultados positivos eram muito claros e visíveis, tanto no aprendizado quanto na integração social dos alunos.

deficiência. No entanto, a desestrutura do espaço físico ideal e a necessidade de profissionais qualificados e em maior quantidade, não podem provocar como solução a retomada da segregação. Para os cofres públicos trata-se de uma solução econômica, uma vez que a medida dispensa monitores ou professores extras para o acompanhamento dos alunos com necessidades especiais e, também, a redução do número de alunos nas salas de ensino regular que abrigam esses alunos, como foi feito no Pará nos anos 90. Entretanto, a “nova” política coloca uma clara segregação.

Quando retira dos alunos o direito à interação e à convivência social com os demais, a “nova política” coloca no aluno com necessidades especiais a marca e o estigma de “incapaz”, tanto para o aprendizado quanto para a convivência com os demais – considerados como “normais”. Além do que, impede os alunos ditos “normais” de conviverem pacífica e solidariamente com a diferença e de contribuírem para um sociedade mais ética e humana.

Desconsiderar os caminhos de luta dos movimentos sociais por uma educação inclusiva é rasgar da biografia histórico-social das pessoas com deficiência, todo o sofrimento sentido e toda a árdua luta pela conquista do direito do ensino inclusivo. É notório que o ensino inclusivo necessita de reformas, melhorias e estruturas mais adequadas, que seja direcionado aos diferentes, e não somente aos alunos considerados ideais pelos dirigentes da política.

4. Reações das entidades da sociedade civil

A “nova” Política Nacional de Educação Especial, instituída no Decreto Nº 10.502, de 30/09/2020, vem sendo questionada pelos movimentos sociais, por defensores da educação inclusiva e entidades da sociedade civil, sendo inclusive, batizada como “decreto da exclusão” por ser considerada segregacionista. O questionamento central está na recriação das chamadas “escolas e classes especiais”, destinadas somente a alunos com deficiência. Se aprovada, a medida os confinará em ambientes “próprios”, distintos daqueles destinados aos alunos do ensino regular e, por esta medida, sujeitando-os a enfrentar obstáculos maiores no já difícil processo de integração social que esses alunos encaram em suas vidas, hoje.

Para compreender melhor a crítica de especialistas e movimentos organizados na sociedade, é importante compreender que nos avanços históricos que se deram na educação inclusiva de pessoas com deficiência, um dos grandes pilares foi o combate à segregação entre estudantes com e sem deficiência no ambiente escolar. A “nova” Política Nacional de Educação Especial rompe a diretriz da educação inclusiva, pois promove a segregação dos alunos com deficiência, confinando-os em classes e/ou escolas especializadas somente para alunos com deficiência, o que contrasta com a necessidade vital e humana de inclusão social.

O Anuário Brasileiro de Educação Básica (ABEB/2019), registra as matrículas de alunos em classes especiais e escolas especializadas tanto na rede pública quanto privada. Muitas delas correspondem a matrículas de aluno inseridos simultaneamente na rede de ensino regular, visando uma educação suplementar dos mesmos, o que é bem diferente do entendimento posto no decreto da “nova” política. Deve-se destacar que a meta de universalizar a educação inclusiva foi um dos avanços das últimas décadas pelas entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Tabela 1 - Educação Básica, Matrículas 2018

| Educação Básica | Todas as redes | Rede pública | Rede partic. |
|--|----------------|--------------|--------------|
| Total de matrículas | 48.455.867 | 39.460.618 | 8.995.249 |
| Educação infantil | 8.745.184 | 6.321.951 | 2.423.233 |
| Ensino fundamental | 27.183.970 | 22.511.839 | 4.672.131 |
| Ensino médio | 7.709.929 | 6.777.892 | 932.037 |
| Educação profissional | 1.903.230 | 1.132.533 | 770.697 |
| Educação de jovens e adultos | 3.545.988 | 3.324.356 | 211.632 |
| Classes especiais e escolas especializadas | 166.615 | 41.858 | 124.757 |

Fonte: MEC/INEP/DEED/2019.

Neste sentido, a “nova” Política Nacional de Educação Especial, estabelecida pelo Decreto Nº 10.502/20 (BRASIL/30/09/2020), está em clara dissonância com os anseios dos movimentos sociais, das entidades da sociedade civil, das evidências e dos estudos baseados em dados e estatísticas disponíveis até o momento, pois retomam a forma da educação segregadora entre alunos com e sem deficiência, criando espaços distintos e não proporcionando a efetiva participação das pessoas com deficiência na sociedade. As escolas especializadas e classes especiais nunca deixaram de existir, mas mudaram de função. Hoje são importantes na formação das pessoas com deficiência, pois fazem o complemento de aprendizados e prestação de serviços fundamentais para essa população e seus familiares. Desta forma, devem continuar existindo com essa prestação de apoio, assistência, auxílio, mas não como lugar de educação exclusiva e segregadora.

Alguns movimentos de reação contrários ao Decreto Nº 10.502/2020 foram adotados. Dentre eles tramita no Senado Federal um projeto de lei (Nº 437/2020), que tem como base no art. 49, inciso V, da Constituição Federal, que autoriza a sustação de atos do Executivo que, porventura ultrapassem os limites do poder próprio do Executivo nela instituídos. O dito decreto fere os artigos 1º, 2º e 6º da Constituição/88. No Supremo Tribunal Federal tramitam:

a) uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF/nº 751), proposta pelo partido Rede Sustentabilidade (REDE/ 06/10/2020; b) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI/ nº 6.590), ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 26/10/2020 que traz à tona o questionamento desse modelo segregacionista proposto pela “nova” Política Nacional de Educação Especial, caracterizando-o como discriminatório e incompatível com os direitos fundamentais da Constituição Federal e destacando as alterações postas pelo Decreto Nº 10.502/2020, que estariam em desacordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e com o direito das pessoas com deficiência a uma educação inclusiva.

No dia 1º de Dezembro de 2020, dois meses após a publicação do Decreto Nº 10.502/2020 (BRASIL, 2020), por meio de uma liminar, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli suspendeu os efeitos do referido decreto, considerando-o uma ameaça à educação inclusiva das pessoas com deficiência, por promover o isolamento, a discriminação e a segregação. Em sua decisão, o Ministro refere-se à necessidade de adaptação de todo o sistema de educação regular para atender a alunos com e sem deficiência, considerando suas especificidades. De acordo com o Ministro Toffoli (STF, 2020, p. 2):

“em uma interpretação sistemática dos princípios e dispositivos constitucionais sobre a questão, verifica-se que é dada prioridade absoluta à educação inclusiva, não cabendo ao poder público recorrer aos institutos das classes e escolas especializadas para deixar de tomar providências para a inclusão de todos os estudantes. Ele destaca que a Política Nacional de Educação Especial contraria esse modelo, ao deixar de enfatizar a absoluta prioridade da matrícula desses educandos no sistema educacional geral, ainda que demande adaptações das escolas (STF, 2020, p.2).

O plenário do Supremo Tribunal Federal - STF deverá apreciar a decisão de Dias Toffoli, mas ainda não há data para o julgamento. No entanto, os movimentos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência comemoraram a decisão liminar, pois consideram o decreto presidencial um retrocesso na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

A retomada dessa modalidade de educação, ao invés da ampliação e aperfeiçoamento da educação inclusiva, remete a marcos históricos de exclusão tidos anteriormente como superados. Ela aponta a necessidade de reflexão sobre antigos momentos históricos de clausura que a população com deficiência experimentou ao longo de sua história e que, a cada instante da história voltam a ameaçar. Alternativas segregadoras de educação especial foram praticadas em outros marcos históricos, trazendo resultados indesejáveis que, não deveriam surpreender, de vez que a exclusão social sempre se mostrou incapaz de promover a interação social harmônica do indivíduo.

5- Considerações finais

Ainda de acordo com o Relatório Mundial Sobre a Deficiência (WHO, 2012), existem várias barreiras legais, físicas e sociais incapacitantes, como a escolha de políticas e padrões inadequados, atitudes negativas, falhas nas ofertas de serviços, problemas nas prestações de serviços, financiamento inadequado, falta de acessibilidade, falta de consulta e envolvimento, carência de dados e evidências necessárias à consolidação de uma política mais eficiente para a educação de alunos com necessidades especiais. Essas barreiras, segundo o Relatório, trazem consequências para a vida das pessoas com deficiência, como a precariedade nos resultados relativos à saúde, rendimento escolar inferior, menor participação econômica, altas taxas de pobreza, maior dependência e restrições à participação em atividades sociais, econômicas, educacionais, etc (WHO, 2012, p.9,10 e 11).

A educação voltada para pessoas com deficiência não pode permanecer refém de amadorismos e sofrer alterações unilaterais e retrógradas, que ignoram a história e os avanços havidos na educação inclusiva. É necessário que as políticas sejam pautadas em uma agenda técnico-científica, baseada em estudos, dados, estatísticas, evidências e experiências de sucesso e avanços no Brasil e no mundo. Uma das metas das lutas das pessoas com deficiência no âmbito da educação inclusiva, constante no Anuário Brasileiro de Educação Básica é de (2019, p. 46):

“Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (ABEB, 2019, p. 46).

Esta meta visa dar preferência ao acesso das pessoas com deficiência no ensino regular, com foco na universalização do sistema inclusivo de educação, insere-se diretamente na linha teórica e vivencial da luta por reconhecimento, proposta por Taylor (1997), Honneth (2009) e outros. Ela tem como pano de fundo a busca de justiça social para pessoas com deficiência, com vistas na participação social em condições de igualdade de oportunidades para todos, sem distinção, incluindo o necessário apoio complementar para pessoas com deficiência. A fragilidade na segurança do sistema de garantias de direitos das pessoas com deficiência está na adoção de políticas de governo que desconsideram aspectos técnicos, evidências, estudos e experiências históricas existentes no Brasil e no mundo. Para minimizar essas fragilidades, em 2016, Brasília, a 4ª Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência, apontou a necessidade imediata de coleta, sistematização e análise de dados

relativos a indicadores sociais das pessoas com deficiência, incluindo seu mapeamento quantitativo e qualitativo, juntamente com indicadores de desenvolvimento humano, como o aprimoramento das pesquisas do IBGE relativas à caracterização da pessoa com deficiência (CDPCD, 2016) e à capacitação pessoal para lidar com a questão. O Anuário Brasileiro de Ed. Básica (ABEB:2019, p.48) registra que o fato do Censo Demográfico em relação às pessoas com deficiência ser decenal também deve ser revisto, pois o lapso temporal prejudica as análises de dados, além da necessidade de aprimoramento da forma de apuração e de coleta das informações sobre essa população.

Ao invés da segregação, talvez a resposta seja a aproximação, a oitiva, o fazer compreender, como ensina Cortella (2017, p. 19) em uma experiência na qual ministrou uma palestra para cegos:

“Eu tomava mais cuidado com a fala, pronunciava as palavras de modo mais enfático e pausado. Parecia que eu temia que eles não pudessem me entender. Mas não eram eles que não sabiam ouvir. Eu é que não sabia falar com eles” (CORTELLA, 2017, p. 19).

O lema das pessoas com deficiência “Nada sobre nós sem nós!”, consagrado na Convenção de Madri de 2002, refere-se à luta constante dos movimentos sociais para serem ouvidos antes da adoção de ações governamentais ou decisões políticas relativas à população que possui algum tipo de deficiência. Trata-se de um clamor por consultas prévias, dados, estudos e audiências públicas anteriores à tomada de decisão - um verdadeiro apelo ao diálogo e à cooperação em ações governamentais e sociais com as organizações representativas de pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ABEB. *Anuário Brasileiro de Educação Básica, 2018*. Todos pela Educação. Ed. Moderna. 2019. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf. Acesso em 17 de jan. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 jan. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e o Protocolo assinado em 2007, em Nova York, 2009.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 15 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 17 Jan. 2021.

CDPCD. Anais 4ª Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2016.

CORTELLA, Mario Sergio. *Viver em paz para morrer em paz: Se você não existisse que falta faria?* São Paulo: Planeta, 2017.

FRAZER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. S.P.: USP/ *Cadernos de Campos*, nº 14/15. P.1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. IBGE. 2012.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34. 2ª Ed. 2009.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Elementos do antisemitismo. In: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (Orgs.). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MAIOR, Izabel. *História, conceito e tipos de deficiência*, 2015 Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MPPR. Ministério Público do Paraná. *Pessoas com Deficiência: Dados e Indicadores*

Dados sobre a deficiência no Brasil. Disponível em <<http://pcd.mppr.mp.br/pagina-622.html>>. Acesso em 17 Jan. 2021.

NASCIMENTO, Tainah; CHAVES, Andréa; SILVA, Amaury; RAMOS, Edson; CORRÊA, Flávia. A inclusão de pessoas com deficiência na atividade policial. In: ALMEIDA, Silvia; RAMOS, Edson; CHAGAS, Clay. *Segurança e Defesa: Conflitos, Criminalidade, Tecnologia da Informação*, 2016.

ONU. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas. Paris. 10 dez. 1948.

PAINS, Clarissa. Pessoas com deficiência não têm direitos garantidos em 76% dos países, 2016. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/pessoas-com-deficiencia-nao-tem-direitos-garantidos-em-76-dos-paises-20579389>>. Acesso em 17 de jan. 2021. Fig. 1 disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/pessoas-com-deficiencia-nao-tem-direitos-garantidos-em-76-dos-paises.html>. Acesso em: 16 jan. 2021

Supremo Tribunal Federal - STF. Suspensa eficácia de decreto que instituiu a política nacional de educação especial, 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1>. Acesso em 17 Jan. 2021

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Oficina do CES, nº 135, Centro de Estudos Sociais, Coimbra: jan., 1999.

TAYLOR, Charles. *Hegel and modern society*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1979.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self – a construção da identidade moderna*. S.P. Ed. Loyola, 1997.

World Health Organization - WHO. Relatório mundial sobre a deficiência. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70670/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf?sequence=9. Acesso em 16 de jan. 2021.



GT 03 – Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

MULHERES, TRABALHO E SUSTENTABILIDADE: AGROECOLOGIA E RESISTÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA)

Tatiana Nazaré Amaral Ferreira Reis¹
Marcela Vecchione Gonçalves²

RESUMO

A Região Metropolitana de Belém (RMB) se configura como território onde mulheres desenvolvem diversas formas de trabalho com forte conexão com a natureza. O interesse de estudo deste artigo está centrado na agroecologia como prática em comum de trabalhadoras da RMB que lutam por melhores condições de vida para suas famílias, bem como por soberania alimentar e preservação ambiental, como benefício coletivo. O objetivo, neste primeiro momento, é tecer um diálogo entre autoras da economia feminista e autores que abordam o estudo dos comuns enquanto campo de produção do conhecimento e da ação política. A adoção da produção agroecológica pode ser vista como transformação nos relacionamentos entre humanos e natureza, adotando uma perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente, sem hierarquização e reconhecendo o trabalho de cada pessoa envolvida nessa prática.

Palavras-chaves: Mulheres. Trabalho. Comuns. Agroecologia. Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Diversas formas de trabalho desenvolvidas por mulheres na Amazônia têm como base a relação estreita com o espaço, pela qual dificilmente se separa o que é a cultura e prática do que é natureza, não hierarquizando natureza e pessoas. Nessas práticas de trabalho, quase sempre em comum, encontram-se artesãs, erveiras e agricultoras operando sob o princípio da agroecologia que une todas essas relações e ofícios em atividades de natureza integral do uso e transformação do espaço. São essas relações e transformações e seu potencial de aglutinação indo de encontro à razão neoliberal individualizante, competitiva e de especialização com fragmentação do espaço que nos interessa introduzir como futura agenda de pesquisa envolvendo mulheres, conservação e economia regional na RMB. Para refletir e

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido Departamento, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: tatianajor@gmail.com

² Cientista em Relações Internacionais. Doutora em Ciência Política/Relações Internacionais pela McMaster University. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido Departamento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: marcela.vecchione@gmail.com

construir esta agenda, é importante reconhecer e dialogar com os conhecimentos e saberes constitutivos dessas práticas de convivência sócio-produtiva com a natureza em comum e em espaços integrais, que é o que caracteriza a agroecologia na Amazônia, mais do que técnicas de cultivo em si.

Para tanto, o aspecto intergeracional visto como agregador na criação das esferas de valor comuns, em contraposição à esfera de valor da mais-valia, baseada na exploração das trocas aceleradas capitalistas, precisa não apenas ser tomado em consideração, mas detectado nas categorias nativas, formuladas na prática na relação entre essas mulheres. A pesquisa até aqui desenvolvida ainda não se debruçou detidamente sobre estas relações, embora seja este seu principal objetivo de desenvolvimento. Assim, neste trabalho pretendemos analisar alguns aspectos que podem delinear como o trabalho comunal em prática pode se desenhar como alternativa de desenvolvimento local ao mesmo tempo em que questiona fundamentos profundos da razão econômica e política neoliberal.

2. PROPOSTAS PARA A AGROECOLOGIA

Pesquisas realizadas na Região Metropolitana de Belém, espaço de interesse desse artigo, investigam o protagonismo das mulheres em projetos de agroecologia, temática que também vem sendo observada em outras regiões do Pará e do Brasil³. A escolha pela Região Metropolitana de Belém deve-se à pesquisa de doutorado em andamento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Entre as experiências que poderão integrar a pesquisa estão a de trabalhadoras da agroecologia que vivem no Assentamento Mártires de Abril, em Mosqueiro, distrito de Belém, antiga Fazenda da Taba, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Também será estabelecido contato com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) - Programa Amazônia para que se possa interagir com grupos de mulheres envolvidos no projeto nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) sobre as Cadernetas Agroecológicas.

Como análise de fundo a se debater a agroecologia como praticada pelas mulheres amazônicas, considera-se importante no cenário atual o lançamento do documento “Agroecologia nas eleições: proposta de políticas de apoio à agricultura familiar e à

³ Araújo et. Al (2020) realizaram pesquisa no quintal agroecológico do Sítio “ED Mãe e Filha” que integra o Assentamento Mártires de Abril (AMA), localizado no Distrito Administrativo de Mosqueiro, distante cerca de 70 km da capital Belém. Concluiu-se que, no espaço estudado, os princípios da agroecologia vêm sendo utilizados. No entanto, sua melhor ampliação depende da existência de políticas públicas e da atuação efetiva de assistência técnica para dar suporte à agricultora que cuida sozinha do espaço.

agroecologia e de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional em município”. A carta apresenta propostas de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional. Foi elaborada por organizações, coletivos e movimentos sociais e destinada a candidatos nas eleições municipais de 2020. Objetivo foi de ampliar o compromisso dos candidatos com a agroecologia a partir da assinatura do documento com as propostas debatidas pelas organizações.

Mais de mil candidaturas de vereadores e prefeitos se comprometeram com os objetivos do documento *Agroecologia nas eleições*. No entanto, é relevante observar o fato de que o atual prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (Psol), foi o único entre os prefeitos eleitos das capitais brasileiras a assinar o compromisso de apoio à agricultura familiar e à agroecologia. Diversos candidatos às prefeituras das capitais, principalmente vinculados aos partidos da esquerda, assinaram o documento, como Guilherme Boulos, Manoela Davila e Marília Arraes, entretanto, não conseguiram se eleger.



Figura 1: Reprodução do site Brasil de Fato, em 13 de novembro de 2020

O documento *Agroecologia nas Eleições* inclui reflexões e propostas direcionadas especialmente para o fortalecimento da participação das mulheres na agroecologia em vários itens. Um dos mais importantes é a proposta que trata da instituição de leis e políticas municipais de reconhecimento e valorização dos territórios das comunidades tradicionais e de

apoio “às práticas e conhecimentos ancestrais das mulheres de gestão da biodiversidade estimulando práticas agroecológicas nesses territórios (ANA, 2020).

Outra proposta enfoca o apoio à organização produtiva das mulheres que potencialize o trabalho na agroecologia com assistência técnica continuada, melhoria de infraestrutura e suporte para a comercialização da produção. Sugere-se também que os municípios priorizem e fortaleçam a compra de alimentos de grupos específicos de mulheres e de comunidades tradicionais.



Figura 2. Reprodução do Instagram da ANA, publicação de 25 de janeiro de 2021.

Importante considerar que projetos de agroecologia envolvem atividades que se contrapõem ao sistema de produção agrícola intensiva, mecanizada, com o uso de agrotóxicos. A agroecologia valoriza tarefas tidas como femininas dentro do sistema de produção familiar, como a plantação de hortas e os cuidados com os alimentos para si e para a sociedade. A adoção da produção agroecológica pode ser vista como transformação nos relacionamentos entre humanos e natureza, adotando uma perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente, sem hierarquização e reconhecendo o papel de cada pessoa no processo. Dessa forma, a agroecologia também abriria espaço para o questionamento de

hierarquizações e relações de poder autoritárias seja nas relações de trabalho ou internas às famílias, conforme Siliprandi (2015).

2. AS MULHERES, OS COMUNS E A AGROECOLOGIA

Neste artigo o objetivo é iniciar um diálogo entre a economia política feminista e o estudo dos comuns enquanto campo de produção do conhecimento e da ação política. Parte-se do pressuposto de que as mulheres trabalhadoras da agroecologia na Região Metropolitana de Belém são sujeitos de conhecimento que podem trazer contribuições para a reflexão sobre as políticas dos comuns na Amazônia.

A escolha do aporte teórico nos dá a oportunidade de repensar a separação rígida entre o pessoal e o político. Isso porque as mulheres vêm mostrando a importância de fazer política pensando o corpo, o espaço doméstico e o próprio espaço público rompendo com separações rígidas entre essas dimensões e, ao mesmo tempo, explorando as interseções entre elas, conforme observam Escobar e Harcourt (2007). Pretende-se considerar ainda a heterogeneidade do território amazônico em que essas mulheres vivem e atuam, entre o rural e o urbano, em municípios da Região Metropolitana de Belém.

No mundo de hoje, os lugares não são mais isolados, nem são puros, estáticos ou simplesmente tradicionais; lugares são claramente feitos e afetados por seus encontros com os processos globais. No entanto, mesmo em um mundo globalizado, o lugar é ainda a forma como as pessoas conhecem e experienciam a vida (ESCOBAR e HARCOURT, 2007, p.8).

A reflexão sobre feminismo e os comuns parte do pressuposto de que as mulheres enquanto sujeitos principais do trabalho reprodutivo sempre dependeram mais do que os homens do acesso aos recursos naturais comunitários (Federici, 2019). Nesse contexto, é importante considerar as lutas das mulheres amazônicas por terra, moradia, para impedir a instalação de grandes projetos predatórios às suas comunidades e à natureza – como as hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte – ou mesmo pela sobrevivência dos filhos ameaçados pela violência nas periferias das cidades e na luta pela terra.

A agroecologia pode ser considerada uma ciência, bem como uma prática contra-hegemônica, que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento rural agrícola intensivo. Também pode ser compreendida como movimento de resistência, prática e luta pela soberania alimentar. A agroecologia procura valorizar atividades tidas como tarefas das mulheres no sistema de produção familiar, como cultivo de hortas, pomares, o cuidado com pequenos animais e a fabricação de produtos caseiros, segundo Siliprandi (2015). A autora observa também que a transição para o modo de produção agroecológico costuma ser uma mudança radical nos relacionamentos entre humanos e natureza “adotando uma perspectiva

ética de cuidado com o meio ambiente e com outras pessoas, sem hierarquização e reconhecendo o papel de cada sujeito no processo”.

Uma razão para se pensar na relação entre agroecologia, feminismo e comuns está na necessidade de valorização de formas de vida coletivas. A reprodução dos seres humanos foi um processo coletivo durante séculos, quando famílias e comunidades compartilhavam laços de confiança e se apoiavam mutuamente nas atividades ligadas à reprodução dos seres humanos. Com o avanço do capitalismo, a reprodução foi, em grande parte privatizada, ou ficou destinada às mulheres.

O relatório “Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”, divulgado pela organização Oxfam Brasil em janeiro de 2020 com grande repercussão em veículos de comunicação, mostra como o trabalho doméstico e de cuidados é colocado em uma segunda categoria de relevância dentro das políticas públicas e das economias globais. O relatório ressalta que o número de meninas e mulheres que, desde cedo, dedicam o seu tempo para afazeres domésticos ou cuidados com crianças e idosos é alto e tem implicações financeiras completamente ignoradas. Segundo o estudo, mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado – uma contribuição de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global (Oxfam, 2020).

Importante ressaltar que o relatório da Oxfam foi lançado antes da pandemia da Covid-19, que agravou a situação das mulheres quanto à sobreposição de jornadas de trabalho⁴, bem como em relação ao crescimento dos índices de violência doméstica. O secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, alertou para o que classificou como “horível aumento global da violência doméstica” dirigida a mulheres e meninas em meio à quarentena adotada por diversos países como medida de combate à pandemia da Covid⁵.

⁴ “Trabalho das mulheres na pandemia aumentou com inclusão de tarefas e de pessoas para cuidar, diz pesquisa” é o título de reportagem publicada no site G1, tendo como base dados de pesquisa realizada pela organização de mídia Gênero e número. A reportagem pode ser consultada em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/30/trabalho-das-mulheres-na-pandemia-aumentou-com-inclusao-de-tarefas-e-de-pessoas-para-cuidar-diz-pesquisa.ghtml>

⁵ O site das ONU no Brasil lançou alerta sobre o tema da violência doméstica na pandemia por meio de notícia publicada em 06.04.2020, intitulada “Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus”. A notícia foi consultada em <https://brasil.un.org/pt-br/85450-chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-pandemia-do-coronavirus>.

Trabalho de cuidado: uma questão também econômica

23/01/2020

Tempo de leitura: 4 minutos



Figura 3. Reprodução do site Oxfam, publicação de 23.01.2020.

O documento *Agroecologia nas Eleições*, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) reforça essa preocupação e também evidencia o quadro de crise econômica que vem agravando o desemprego e elevou o risco de fome e insegurança alimentar para grande parte da população brasileira, além das mulheres, “que enfrentam ainda a sobrecarga de trabalhos e, vimos nos últimos anos, o agravamento do quadro de violência contra elas”.

3. Corpo-território e agroecologia

Os feminismos, bem como a agroecologia, questionam conceitos pré-estabelecidos sobre o trabalho, valorizando a sociobiodiversidade e a relação das comunidades com os territórios. Dessa forma, trabalho, território e natureza não podem ser pensados isoladamente no contexto da agroecologia. Por meio do uso do conceito de corpo-território é possível pensar a luta pelo fortalecimento da agroecologia abrangendo os direitos das mulheres e a luta pela terra. Aqui compreende-se corpo-território conforme explicitado pela feminista guatemalteca Lorena Cabnal (2018), uma das precursoras do feminismo comunitário: “corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação”.

Trata-se de conceito apropriado para abordar as lutas políticas das mulheres amazônicas, debate que já vem ocorrendo no que diz respeito aos territórios impactados pela mineração e pelas hidroelétricas, por exemplo⁶. Parte-se do pressuposto de que as lutas

⁶ Como na publicação *Mulheres Amazônicas: ecofeminismo, mineração e economias populares*, lançada em 2021 pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

protagonizadas por mulheres organizadas no enfrentamento aos megaprojetos extrativistas e pela defesa da vida provocam questionamentos importantes. Pensar sobre o corpo-território é uma forma de dar visibilidade ao fato de que a violência sobre os corpos das mulheres se conecta com os processos de despojo globais dos territórios (García-Torrez et. al., 2020, p. 24).

Propõe-se que o conceito de corpo-território também pode ser aplicado para a reflexão sobre as mulheres que atuam na agroecologia. Isso porque falar de agroecologia na Amazônia pressupõe o debate indispensável sobre a terra e sobre a violência que abate os corpos inseridos na luta por reforma agrária por exemplo. No caso das mulheres, considera-se também a luta contra a violência doméstica e o trabalho não remunerado, no âmbito da reprodução do capitalismo, que sobrecarrega os corpos femininos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do capitalismo, o aumento da fome, a pandemia da Covid-19 e a aceleração da degradação ambiental nos levam a repensar a importância dos comuns enquanto teoria e prática que pode fortalecer a construção de novas formas de viver, trabalhar e socializar. Com base nessas primeiras reflexões sobre o tema, acredita-se que a organização das mulheres por meio da agroecologia se constitui como ação comum entre sujeitos coletivos (Dardot e Laval, 2017), afirmando seu direito à existência nos territórios amazônicos, disputados com agentes ligados à lógica do capital neoliberal.

A observação das mulheres que atuam em projetos de agroecologia poderá nos ajudar a refletir sobre a necessidade de ações e políticas dos comuns baseadas no lugar, lideradas por sujeitos que se compreendem como parte do meio ambiente na região, apontando caminhos para a Amazônia diante do cenário desafiador imposto pelo capitalismo neoliberal.

Contudo acredita-se que as mulheres devem ser protagonistas da construção dos novos bens comuns para que possam alavancar formas de reprodução social mais justas. Futuramente pretende-se acompanhar, por meio da pesquisa-ação, grupos de mulheres que trabalham na agroecologia no seu cotidiano, na relação com a natureza e o corpo-território, atribuindo a mesma importância ao trabalho do cuidado, envolvendo a família, a casa e a interação com a comunidade. Procura-se reforçar que não podemos construir um forte movimento de transformação se não redefinirmos relações sociais e econômicas de forma mais cooperativa, colocando um ponto final na separação entre o pessoal e o político, e entre o ativismo político e a reprodução da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

- Articulação Nacional da Agroecologia (ANA). *Agroecologia nas Eleições*, 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/10/01/agroecologia-nas-eleicoes/>
- BAUER, M; JOVCHELOVITCH, S. *Entrevista narrativa*. BAUER, M. W. GASKELL, G (Orgs.) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 90-113.
- CABNAL, Lorena. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. In: *Outras economias: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento*. Instituto Pacs, 2018. <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/975/>
- CHIZZOTTI, A. *A pesquisa em ciências humanas e sociais*. In: CHIZZOTTI, A. *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 2 Ed. Petrópolis: Vozes: 2008. P.19-32.
- DARDOT, Pierre, and CHRISTIAN Laval. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Boitempo Editorial, 2017.
- FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo, SP: Elefante, p. 81-103, 2019.
- _____. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. *The end of capitalism (as we knew it) : a feminist critique of political economy* / J. K. Gibson-Graham ; with a new introduction.— 1st University of Minnesota Press ed., 2006.
- GUNTER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v.22, n.2, p. 201-210, mai.-ago., 2006.
- OXFAM INTERNATIONAL. *Tempo de Cuidar. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*, 2020. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade/>
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.



GT 03 - Políticas anti-direitos, cartografia dos conflitos e transformações sociais

CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR), PARTICIPAÇÃO E CONSULTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE OXALÁ DE BUJARU, BUJARU/PA

Larissa Corrêa Lopes Quadros Oliveira¹
Claudiane de Fátima Melo de Sousa²
Marcos Trindade Borges³
Ronaldo de Souza Coelho⁴

RESUMO

Este trabalho realiza uma discussão sobre o primeiro Cadastro Ambiental Rural (CAR) de Território Quilombola (TQ) inserido no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), no módulo Povos e Comunidade Tradicional-PCT, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Estado do Pará. A ação contou com a participação da comunidade quilombola de Oxalá de Bujaru (ARQUIOB) e de servidores do INCRA/Belém. Até o ano de 2018, no SICAR, os TQs titulados recebiam o mesmo tratamento dado às propriedades e posses rurais, o que revelou as incongruências do instrumento em relação a esses coletivos e gerou críticas das comunidades quilombolas, as quais reivindicaram ao poder público reconhecimento dos seus direitos enquanto grupos étnicos diferenciados e a participação, por meio da consulta livre, prévia e informada, na realização do CAR, o que engendrou debates dos quais participaram os movimentos sociais e várias instituições preocupadas com os marcos legais da questão quilombola, em contraponto à tentativa de grilagem e sobreposições sobre os TQs, por meio de cadastramentos individuais. Em 2019, a ARQUIOB solicitou ao INCRA a elaboração de CAR do seu TQ. Com o protagonismo e a participação esclarecida das famílias quilombolas, os servidores elaboraram o CAR no módulo PCT do SICAR. A realização do CAR mostrou que o protagonismo da comunidade, somados à vontade institucional de agregar as normativas ambientais aos direitos territoriais dos quilombolas, nos termos da Convenção 169/OIT, podem engendrar o reconhecimento dos TQs por parte do Estado, sem contrapor outros direitos constitucionais não menos relevantes, como o ambiental.

Palavras-chave: CAR quilombola. Povos e Comunidades Tradicionais. Direitos territoriais. Grilagem.

¹Doutora em Ciências Florestais. Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Brasil. Email: larissaclquadros@gmail.com.

²Doutora em Desenvolvimento socioambiental. Técnica em Reforma e Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, lotada no Serviço de Regularização de territórios quilombolas. Email: sousaClaudiane@yahoo.com.br.

³Mestre em Antropologia. Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Brasil. Email: mtborges07cs@hotmail.com

⁴Mestre em Ciências e Meio Ambiente. Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Brasil. Email: ronipgm@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em que pese o Brasil ser signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), a consulta livre e informada dos povos indígenas e tribais ainda carece de real implementação no Brasil, haja vista que é muito comum essa consulta ser substituída por audiências públicas nas quais o saber técnico se sobrepõe ao saber tradicional e as dúvidas e anseios das comunidades interessadas, em geral, são suprimidos, ou mesmo silenciados (SOUZA, 2016). Em se tratando do Cadastro Ambiental Rural -CAR a questão não tem sido diferente (ISAGUIRRE-TORRES; GOMÉZ, 2016).

Instituído no âmbito federal por meio da Lei 12.651/2012 (BRASIL, 2012), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é instrumento de monitoramento da regularidade ambiental e não teria função fundiária, porém, tem sido recorrente a utilização do CAR como comprovação fundiária, sendo mais um elemento na já engenhosa indústria de grilagem de terras no Brasil, em especial na Amazônia (ISAGUIRRE-TORRES, GOMÉZ, 2016; SOUSA FILHO, 2016).

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), os coletivos e outras instituições parceiras⁵ denunciam que o CAR tem sido feito sem consulta às comunidades quilombolas em todos o Brasil, e como tal reproduz a lógica da propriedade privada, sem reconhecimento dos usos e costumes tradicionais (AMAZÔNIA, 2020; FASE, s/d; SOUZA FILHO, SONDA, LEMOS, 2016), bem como do caráter étnico dos grupos remanescentes de quilombos.

Enquanto grileiros e problemas ambientais avançam sobre terras devolutas e territórios tradicionais nos estados que pertencem à Amazônia, como o estado do Pará, utilizando o CAR como instrumento fundiário, as comunidades quilombolas têm tido dificuldades de acesso ao Cadastro, seja por falta de conhecimento e informações adequadas, seja por falta de recursos financeiros e apoio das instituições relacionadas ao Cadastramento⁶. E quando o acessam, seus usos, costumes e territorialidades específicas são desconsiderados (CONAQ, s/d; ISAGUIRRE-TORRES, GOMÉZ, 2016).

Este trabalho tem o objetivo de expor um relato de experiência no Estado do Pará, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/Belém), da realização de trabalho de campo e posterior inscrição no Cadastro Ambiental Rural Quilombola (CAR Quilombola) do território quilombola de Oxalá de Bujaru, município de Bujaru/Pará, no módulo Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) do Sistema de Cadastro

⁵ Os coletivos quilombolas chamam assim as instituições (Instituto Socioambiental, Terra de Direitos, Ministérios Públicos) que acompanham e participam da luta das comunidades pelo reconhecimento de direitos e defesa de suas costumes e tradições.

⁶ Aqui destaca-se o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), SEMAS, o Incra, ICMBio em outros, que são citados nas leis e normas relacionada s ao CAR.

Ambiental Rural (Sicar) da Secretaria de Sustentabilidade e Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMAS), em conformidade com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 169).

2. CONSIDERAÇÕES REGULAMENTARES SOBRE O CAR

O Cadastro Ambiental Rural – CAR dos Povos e Comunidade Tradicionais foi pensado a partir da realidade e experiência de CAR em imóveis rurais, que teve seu pioneirismo em 2008 no Estado do Mato Grosso e logo depois, por meio do Decreto Estadual nº 1.148/2008, foi Implantado no Estado do Pará, através do Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental - SIMLAM, que tem o CAR inicialmente como condição para o licenciamento ambiental das atividades rurais e também para o controle e monitoramento do desmatamento, além da regularização ambiental da Propriedade Rural.

No contexto nacional, o CAR aparece pela primeira vez no Decreto nº 7.029 de 10 de dezembro de 2009, que se instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”. Neste decreto, o CAR se instrumentalizou como:

Art. 3º. Um sistema eletrônico de identificação georreferenciada da propriedade rural ou posse rural, contendo a delimitação das áreas de preservação permanente, da reserva legal e remanescentes de vegetação nativa localizadas no interior do imóvel, para fins de controle e monitoramento. (BRASIL, 2009).

Até a instituição do novo Código Florestal (Lei nº12.651/2012), o CAR não era de caráter obrigatório e apenas alguns estados mantinham sistemas de monitoramento e controle ambiental. A partir dessa lei cria-se um sistema Nacional de Cadastro Rural e institui-se a obrigatoriedade de inscrição no CAR, consoante artigo 29 da referida Lei:

(fica criado) o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente –SINIMA, (como um)registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. (BRASIL, 2012)

Ao se analisar a Lei 12.651/2012, nota-se que há uma predominância do princípio privativo da terra e faz-se pouca menção de outras realidades do campo, expondo, assim, o despreparo dos gestores, dos órgãos ambientais e de regularização fundiária no tratamento diferenciado das populações tradicionais e quilombolas na Amazônia e no Brasil, e ainda traz outras problemáticas:

O CAR também serve como instrumento de transferência da responsabilidade ambiental ao jogar toda a pressão que o agronegócio diz sofrer por desmatar as florestas, justamente para as costas de quem sempre conservou e que já sofre com as pressões causadas por Unidades

de Conservação de proteção integral (Parques Nacionais, Estações Ecológicas, por exemplo), de quem corre risco de vida e, muitas vezes, é assassinado ou expulso de suas terras pelas mãos do agronegócio. Além disso, por ser pensado na lógica do agronegócio, e não contar com a participação do povo do campo e dos territórios tradicionais, o CAR não admitia, lá em sua origem e até hoje encontra muitas dificuldades, em incorporar outras formas de gestão e uso e ocupação do território. (CARTA DE BELÉM, 2018).

Com isso, vem a questão dos povos e comunidades tradicionais, como os Quilombolas. Como esses povos iriam se adequar à lei que não dispõe claramente sobre a sua aplicação em diferentes situações e tradicionalidades territoriais, em que a diversidade sociocultural do país não foram considerados ao se criar o CAR.

Apesar de ser declaratório, quando aplicado aos territórios tradicionais para a inscrição do CAR, logo que promulgada a Lei 12.5651/2012, o parágrafo único do artigo 3º considerava passível de inscrição apenas as terras indígenas demarcadas e os territórios tradicionais titulados ou destinados.

Seguindo o mesmo princípio, a Instrução Normativa MMA nº 02/2014 estabelece que sejam consideradas inscritas no CAR as Terras indígenas e as Unidades de Conservação, quando indicadas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e os demais povos e comunidades tradicionais exigia-se a titulação ou a destinação, consoante pode-se ver no artigo 58 da referida IN:

As áreas e territórios de uso coletivo tituladas ou concedidas aos povos ou comunidades tradicionais deverão ser inscritas no CAR pelo órgão ou instituição competente pela sua gestão ou pela entidade representativa proprietária ou concessionária dos imóveis rurais, podendo dispor dos benefícios contidos no § 3º do art. 8º do Decreto nº 7.830, de 2012⁷. (BRASIL, 2014)

A este respeito Moreira (2016) discute que:

É interessante que a mesma Instrução Normativa tão afável com a ausência de comprovação de propriedade ou posse por particulares, seja extremamente rigorosa quando o assunto é o CAR para terras indígenas e territórios de povos e comunidades tradicionais, para os quais se exige que sejam estas demarcadas e tituladas respectivamente, numa clara subversão ao direito de autorreconhecimento destes Povos estabelecido pela Convenção 169 da OIT.

Essa exigência forçava pessoas que habitam em territórios tradicionais, que necessitasse acessar políticas públicas que exigem o CAR, como o crédito rural, por exemplo, fizessem o CAR particular dentro de territórios tradicionais, à revelia de seus usos e costumes. O supremo Tribunal Federal julgou tais exigências inconstitucionais por meio da

⁷ § 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao proprietário ou posseiro rural com até quatro módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, e aos povos e comunidades indígenas e tradicionais que façam uso coletivo do seu território.

Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 42 e pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.903, ambas de 2018.

Como salienta Moreira (2016) a Lei é afável com particulares e rígidas com povos e comunidades tradicionais, sendo essa "afabilidade" ainda é facilitadora de outro problema, o uso do CAR para grilar terras públicas e também os territórios de povos e comunidades tradicionais.

Ou seja, instituído como instrumento de monitoramento da regularidade ambiental e, portanto, sem função fundiária, o CAR tem sido utilizado como comprovação fundiária, sendo mais um elemento na já engenhosa indústria de grilagem de terras no Brasil, em especial na Amazônia. (ISAGUIRRE-TORRES; GOMÉZ, 2016; SOUSA FILHO, 2016).

Aquino (2020) relata que o Observatório "De olho nos Ruralistas" analisou a situação fundiária de 735 territórios indígenas em diferentes fases de reconhecimento pela Funai e constatou uso intensivo, em mais de 200 desses territórios, do CAR para regularizar e até grilar terras sobrepostas a áreas indígenas.

Em um estudo realizado por Azevedo-Ramos et al (2020), quantificou-se as ocupações ilegais por meio da identificação de áreas de propriedades privadas em florestas públicas não destinadas do poder Estadual e Federal já cadastrados no CAR. Observou-se que 23% dessas áreas já foram declaradas irregularmente como imóveis rurais e 2,6 milhões de hectares foram derrubados até 2018, gerando a emissão de 1,2 bilhão de toneladas de CO₂.

Em entrevista ao IPAM (2020), o pesquisador Paulo Moutinho afirma:

A grilagem dessas áreas (Florestas não destinadas) tem como objetivo frequente a especulação fundiária. "Na Amazônia, observamos a seguinte dinâmica: um grileiro entra na área pública e a registra como dele ou no nome de laranjas; depois desmata a área, coloca algumas cabeças de gado para se dizer pecuarista e tenta de todos os jeitos a regularização, ou espera um desavisado comprar a terra. Uma vez vendida, essa terra entra no sistema de produção agropecuária, e o novo dono e seus produtos carregam esse passivo, enquanto o grileiro passa para a próxima área".

Vê-se assim que mesmo sem ter sido concebido como mecanismo fundiário, o cadastro sempre teve por pressuposto a existência de uma propriedade ou posses válidas sobre as quais o CAR incidiria (MOREIRA, 2016). Ocorre, porém, que na prática este pressuposto tem sido deixado de lado e com isto o CAR é que passa paulatinamente a servir de instrumento de comprovação de posse, contribuindo para a grilagem, com avanço sobre terras públicas e territórios tradicionais.

Em entrevista a Barcelos e Barros (2016) Girolamo Trecanni afirmou que:

Muitas comunidades quilombolas, por exemplo, que apresentam o CAR à pretensão dela [a área pretendida por essas comunidades], estão sobrepostas ao CAR de terceiros. Infelizmente, o acesso a essas comunidades ainda é restrito. Há um atraso com relação a essa população. E em muitas situações já há cadastros sobrepostos a essas comunidades.

Torna-se então imperativo que povos e comunidades tradicionais tenham seus territórios inscritos no CAR com urgência para que sejam evitados que particulares avancem a grilagem sobre esses territórios ou mesmo utilizem essas áreas, comumente mais preservadas, como se fossem reservas legais de imóveis já devastados.

No entanto, no que pese as iniciativas do governo do Pará e do próprio INCRA em avançar com o cadastro dos territórios quilombolas sob suas respectivas jurisdições, o acesso ao CAR por populações tradicionais ainda é problemático, principalmente porque inicialmente não se reconhecia o território e constava no Sicar apenas o módulo propriedade rural que tratava povos e comunidades tradicionais sob a lógica da propriedade privada, levando esses coletivos a empreenderem mais uma luta pelo reconhecimento de seus modos tradicionais de uso e posse da terra.

A importância de um novo módulo para os povos e comunidades tradicionais vem da forma como se é feito o cadastro, que não contempla a coletividade do território e a forma de vivência dessas populações. Como afirma Marcela Vechione, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA:

Todo o formato do CAR – Área de Proteção Permanente, Reserva Legal etc –, isso se relaciona muito com a forma que você explora o uso da terra. Só que a forma de uso de um médio e grande produtor rural é completamente diferente das comunidades que têm posse coletiva da terra. Nessas comunidades, tem áreas particulares e tem também uso de determinadas áreas de forma coletiva, mas o CAR não pega esse tipo de sutileza. O CAR gera um certo enquadramento do uso da terra para uso do médio e grande proprietário rural. Não levar em conta essas formas distintas de uso pode gerar uma padronização do que deve ser a forma certa e adequada ambientalmente. E isso é perigoso porque pode mudar pouco a pouco a relação que se tem com a terra e com a importância de se ter a posse coletiva. Já tem notícias de conflitos dentro das próprias comunidades quilombolas. Os conflitos se davam porque alguns quilombolas registravam CARs individuais nos quilombos, que são áreas coletivas. (BARCELOS e BARROS, 2016)

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais em países independentes, aprovada pelo Decreto nº 143/2002, é muito clara quanto aos direitos desses povos e responsabiliza o governo para tomar as medidas necessárias para identificar as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados e garantir efetivamente a proteção de seus direitos de propriedade e posse.

3. O CAR PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AS DISCUSSÕES NO ESTADO DO PARÁ

O pioneirismo do estado do Pará em relação ao uso do termo Cadastro Ambiental Rural tem um histórico que passa pelas discussões que envolveram tanto a criação de normas de controle ambiental quanto a ação de instituições e grupos tradicionais no esforço

de reconhecimento de suas especificidades (que vão muito além da definição de imóvel rural individual dada pelos órgãos ambientais e de regularização de terras) no âmbito do uso coletivo de seus territórios e do meio ambiente.

Em relação ao CAR nos territórios quilombolas no Estado do Pará, foco deste trabalho, a demora no reconhecimento de direito territoriais e a não participação das comunidades no processo; apesar de o Brasil ser signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), levaram novamente a um pioneirismo que envolveu a participação de coletivos quilombolas, instituições da sociedade civil e instituições públicas no estado.

As comunidades quilombolas de Saracura e de Arapemã, localizadas na região do Baixo Amazonas, no município de Santarém/PA, foram, no início de 2014, os primeiros coletivos quilombolas do Brasil a realizarem os seus Cadastramentos, os quais, segundo a Organização Terra de Direitos (2014)⁸, foram realizados a partir de estudos que afirmam a ocupação tradicional dos territórios, reivindicados com base no georreferenciamento das áreas e descrição dos modos de viver e produzir dos grupos.

De acordo ainda com a Organização, naquele ano, a iniciativa ocorreu por meio do projeto piloto desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), em parceria com a Federação das Organizações Quilombos de Santarém (FOQS), Terra de Direitos e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)/Amazônia; bem como convênio com Secretaria de Meio Ambiente de Santarém.

Ainda conforme Terra de Direitos (2014),

A contribuição do trabalho em Santarém poderia servir de referência para outros movimentos sociais, por tratar de áreas de uso coletivo em uma região de várzea. O processo de pesquisa tem como grande ponto forte a metodologia de participação direta dos quilombolas, além de atividades nas comunidades durante o registro dos dados para o Cadastro [grifo nosso] (...) A primeira experiência do projeto piloto demonstra que a execução e implementação de melhorias para as famílias do meio rural são feitas por esforço e iniciativa das organizações e movimentos populares.

O pioneirismo do CAR dos coletivos de Santarém destaca o envolvimento dos movimentos sociais no Cadastro de terras de uso coletivo e na metodologia participativa desses grupos étnicos no processo de gestão de seus territórios, conforme a Convenção 169 da OIT, o que acabou levar a discussões do tema na região e fora dela⁹

⁸ Segundo o site da Organização Terra de Direitos, o eixo de atuação da entidade é: "A Terra de Direitos atua para garantir o reconhecimento e a efetivação do direito humano à terra e aos territórios urbano e rural, apoiando a luta coletiva dos movimentos sociais populares. Trabalha para o fortalecimento de articulações, espaços institucionais e de monitoramento de políticas públicas para efetivação da justiça espacial e da democratização da terra urbana e rural. Acredita que a efetivação desses direitos passa, necessariamente, pela garantia do direito à cidade e à terra, que se dará, principalmente, pela concretização das reformas agrária e urbana.

⁹ Neste mesmo ano de 2014 as comunidades de Morro Seco e São Pedro, no Vale do Ribeira, São Paulo, foram também incluídas no CAR em uma ação que envolveu parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), conforme <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/quilombos-do-vale-do-ribeira-realizam-o-cadastro-ambiental-rural> Acesso: 05/02/2021.

bem como chamou a atenção das instituições ambientais para a inclusão de terras dos povos tradicionais nas normas infra legais.

Talvez, o resultado mais importante do pioneirismo dos Cadastramentos ambientais de territórios quilombolas em Santarém, diante da dificuldade de regularização de suas áreas e negligência das normativas institucionais, foi inicialmente colocá-los no mapa ambiental do país, no qual o CAR de imóveis rurais individuais caminhavam a passos largos, dando margem inclusive para a posse irregular de terras na região (grilagem), a qual prejudica severamente também os coletivos.

Destarte, colocar os territórios no mapa ambiental do país significou ainda evidenciar suas peculiaridades relacionadas ao uso da várzea (TERRA DE DIREITOS, 2014) e outras partes do territórios, bem como apontou “a necessidade de um ‘CAR coletivo’, um sistema que se abra a estas múltiplas formas de gestão coletiva dos territórios e da biodiversidade” (CARTA DE BELÉM, s/d), de modo visibilizar a diversidade rural brasileira, historicamente e politicamente menosprezada.

Os movimentos sociais e grupos étnicos de Saracura e Arapemã¹⁰, bem como suas instituições “parceiras”, mostraram-se reativos ao assumirem a gestão participativa de seus territórios; e quebraram, pela primeira vez, a invisibilidade dessas comunidades diante da falta de reconhecimento de seus direitos territoriais, bem como expõem o desrespeito às leis, como a Convenção 169 da OIT, pelo Estado brasileiro, diante da pluralidade de ocupação socioambiental do meio rural do país.

As reações institucionais voltadas ao CAR de comunidades tradicionais vieram ainda em 2014, visto que o Novo Código Florestal havia estabelecido o prazo de um ano, a partir de 5 de maio de 2014, para que todos os imóveis do Brasil fossem inscritos no CAR. A entrada em vigor da Instrução Normativa (IN) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 2/2014, mostra uma tentativa de resposta institucional às especificidades das comunidades.

Estabeleceu-se na IN, entre outras coisas, que o estado deve prestar assistência na realização do Cadastro comunidades tradicionais. A norma estipulou também que as áreas e territórios de uso coletivo tituladas ou concedidas aos povos ou comunidades tradicionais deveriam ser inscritos no CAR pelo órgão ou instituição competente pela sua gestão ou pela entidade representativa proprietária ou concessionária dos imóveis rurais.

Dessa forma, coube ao Incra Nacional, em convênio com a Universidade Federal de Lavras (UFLA/MG), incluir 160 territórios quilombolas no CAR¹¹, a partir do ano de 2014.

¹⁰ Conforme a Comissão Pró-Índio de São Paulo, os territórios quilombolas de Saracura (92 famílias) e Arapemã (74 famílias), com áreas de 2.889,9571 hectares e 3.828,9789 hectares respectivamente, até o início do ano de 2021, ainda não haviam sido titulados pelo Incra de Santarém. As duas comunidade possuem Portaria de reconhecimento emitida pelo órgão federal de terras, do ano de 2010. Os processo de regularização de terras foram abertos no Incra em 2003. (<https://cpisp.org.br/saracura/> & <https://cpisp.org.br/arapema-santarem-pa/>).

¹¹<http://www.ufla.br/dcom/2014/11/13/parceria-entre-ufla-e-mda-permitira-a-inscricao-de-75-mil-assentamentos-no-cadastro-ambiental-rural/> Acesso: 06/02/2021.

Entretanto, as instituições executaram o processo de CAR em territórios quilombolas em todo o Brasil sem considerar a participação efetiva dos grupos étnicos no Cadastramento, ou seja, sem respeitar os preceitos da Convenção 169 da OIT, já que não houve a consulta livre, prévia e informada das comunidades.

Até o ano de 2016, Lavras cadastrou 150 territórios quilombolas com as informações repassadas (Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID - dos territórios quilombolas) pelo Incra de Brasília. Os territórios incluídos CAR pela universidade haviam sido titulados pelo Incra, por órgãos estaduais fundiários, pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Ressalta-se que os cadastramentos dos territórios quilombolas realizados pelos técnicos da universidade Lavras foram feitos no módulo Assentamento na época, pois o módulo PCT não estava disponível, mas que mesmo assim, não atendeu ao modo de vida dos quilombolas e mesmo migrando para o módulo adequado posteriormente, até então não incluíram a relação de pessoas do território, inviabilizando-as de acessarem políticas públicas, como o crédito rural.

Além da obrigação imposta pela legislação, as comunidades quilombolas enfrentam ainda as incongruências nas categorias que definiam o CAR como coletivo no Sistema Nacional de Cadastramento Ambiental Rural (SICAR), que dificultavam inclusive o acesso das comunidades ao sistema.

Mesmo com o posterior avanço do sistema, as comunidades quilombolas esbarravam ainda nas incongruências das categorias que as definiam no CAR seus territórios como coletivos no Sistema Nacional de Cadastramento Ambiental Rural (SICAR), engendrando inclusive barreiras de acesso dos coletivos ao sistema.

O que fica evidente até aqui, é que a diversidade das comunidades quilombolas e a relação delas como o meio ambiente não têm sido reconhecidas durante a elaboração das normas e sistemas concernentes ao CAR. A negligência com as populações rurais negras por parte do Estado brasileiro é histórico e cruel. Os quilombolas resistem e lutam, a fim de garantir seus direitos territoriais, fundamentais à manutenção cultural, econômica e física de suas futuras gerações.

Diante dessas dificuldades, a partir de 2016, o Ministério Público (federal e estadual), os movimentos sociais (CONAQ, MALUNGO, etc), os quilombolas e os órgãos ambientais e de terras que engendraram grandes discussões a respeito das adversidades enfrentadas pelas comunidades quilombola no CAR. Neste ano, por exemplo, começaram os diálogos para formação de uma Câmara Técnica de apoio e acompanhamento do Projeto PMV/Fundo Amazônia.

A Câmara Técnica realizou várias reuniões objetivando discussão e elaboração de Termo de Referência (TR) para Serviços de CAR, Demarcação e Georrefenciamento dos

territórios quilombolas no Pará. Em 2017, tanto na sede do PMV quanto no Ministério Público Estadual as sessões contaram com a participação de representantes de vários de órgãos estaduais, da Malungo, do Incra, do PMV, entre outros.

Em outra linha de frente, que dialogava com as reuniões do TR do CAR no PMV, o Ministério público do Pará - MPPA também realizava sessões em nível nacional e regional para discussões e adaptações dos módulos de Cadastramentos gerenciados pela SEMAS/PA e pelo SFB, o SICAR, para inclusão dos territórios das comunidades quilombolas e povos tradicionais do estado do Pará, respeitando ao máximo as diferenças entre os cadastramentos particulares e os coletivos.

Em 2018 ocorreu um evento em Belém que reuniu os representantes de 88 territórios quilombolas localizados em seis Regiões de Integração (Baixo Amazonas, Guamá, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim e Tocantins) do Estado do Pará, com a finalidade de discutir o processo adequado de tomada de decisão das comunidades quanto a elaboração dos CAR em suas terras. O evento foi promovido pelo PMV/Fundo Amazônia.

De todas as ações e discussões em relação ao CAR em comunidades quilombolas no Estado do Pará, envolvendo entidades estaduais e federais, movimentos sociais e comunidades quilombolas, a partir de 2016, algumas resultaram em passos relevantes para a garantia dos direitos dos coletivos quilombolas acerca do CAR, mas outros não.

Concernente ao TR do CAR sob gestão do PMV/Fundo Amazônia, este e o Incra Belém tentaram um Acordo de Cooperação Técnica visando contratação de instituições (pública ou privada), especializadas na prestação de serviços de elaboração de CAR no Estado, com eventual Identificação, Demarcação e Georreferenciamento dos territórios¹². Até o ano de 2020, as tratativas institucionais não haviam avançado.

Em relação às alterações no módulo SICAR para inclusão dos territórios quilombolas, verificou-se que as dificuldades de acesso ao sistema eram apenas um dos problemas, já que os Cadastramentos revelaram várias sobreposições de particulares sobre as terras das comunidades quilombolas. Para além disso, as discussões foram fundamentais para a elaboração do Módulo de Povos e Comunidades Tradicionais, que é resultado das muitas discussões ocorridas a partir de 2016.

As pressões das comunidades quilombolas e dos povos tradicionais foram intensas em relação aos ajustes no sistema e na elaboração de um módulo específico para atender as diferenças dos coletivos em relação aos casos individuais. Tanto que:

O MMA e INCRA criaram Grupos de trabalho para pensar em um sistema específico de CAR que respeite tais formas comunitárias de manejo dos territórios e recursos naturais, assim como o conjunto de direitos internacionais e nacionais destinados a estes sujeitos de direitos coletivos. Destaca-se o dever de respeito à Convenção 169 da OIT, principalmente

¹² Conforme o processo SEI Incra/54000.013827/2018-40

acerca do dever de consentimento livre, prévio e informado antes de qualquer lei ou ato administrativo ou empreendimento que afete o direito destes povos. Este módulo estava em discussão nos GTs e entre os membros do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, devendo estar em operação a partir deste mês de abril. Portanto, ainda está em construção normativas no âmbito federal, para que o CAR se adeque à realidade dos Povos e comunidades tradicionais e povos quilombolas, inclusive acerca do entendimento quanto aos documentos necessários de dominialidade para os fins do Cadastro (CARTA DE BELÉM, 2018)

Mesmo com os entraves e com muitos debates e ações ainda em andamento, não há dúvidas que as discussões e a elaboração do Módulo de Povos e Comunidades Tradicionais foi um importante passo no reconhecimento de direitos coletivos.

Acerca do evento que reuniu os representantes de 88 territórios quilombolas localizados Pará, com finalidade de discussão sobre a participação dos coletivos no CAR, foi nele que as comunidades decidiram solicitar ao Incra de Belém a realização do Cadastramento das comunidades localizadas na Região do Marajó, Baixo Tocantins e Guamá do Estado e que estavam em processo de regularização de suas terras no órgão federal.

Do ano de 2018 até o ano de 2020, quatro comunidades quilombolas com processos em várias etapas de andamentos no Incra, mas que não possuíam CAR dos seus territórios, solicitaram, por meio das suas Associações representativas, que o órgão realizasse o CAR. São elas: Gurupá (Cachoeira do Arari), Rosário (Salvaterra), Fugido Rio Tucunaré (Baião) e Oxalá de Bujaru (Bujaru). Todas esses coletivos já possuem RTID publicado, com a Exceção de Fugido Rio Tucunaré.

4. CAR QUILOMBOLA: A EXPERIÊNCIA DE OXALÁ DE BUJARU

A comunidade quilombola de Oxalá de Bujaru¹³, com o intuito de se adequar as normas ambientais vigentes, solicitou por ofício no ano de 2019 que o Instituto realizasse seu CAR nos seguintes termos:

A Associação das Comunidades Renascentes de Quilombos Oxalá de Bujaru, vêm através deste ofício solicitar da vossa pessoa a execução e elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das comunidades quilombolas inseridas neste território quilombola, São Judas Tadeu, Bom Sucesso e Sagrada Família, para que haja regularização ambiental de âmbito nacional criado pela lei 12.651/12, portanto em nomes das famílias pedimos encarecidamente a sua atenção. (PROCESSO SEI INCRA 54000.141466/2019-10)

Em que pese a Universidade de Lavras em parceria com Incra, vir fazendo os CAR dos territórios de quilombo, não incluía a relação dos nomes dos moradores, o que os impedia de utilizar o documento para acesso a políticas públicas, mas como o CAR

¹³ A Associação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos Oxalá de Bujaru – ARQUIOB recebeu do Incra, EM 2017, o título coletivo e pró-indiviso de seu território, conforme o Artigo 68 do ADCT/CF/1988 e o Decreto 4887/2003.

comunidade quilombola de Oxalá de Bujaru não havia sido cadastrado, o pleito da comunidade foi atendido pelo Incra de Belém, para que Cadastro fosse feito, dessa vez no módulo PCT, com a participação efetiva das famílias, respeitando as formas de uso tradicional da terra, como prevê o ordenamento jurídico acerca do respeito a autonomia e a consulta, conforme relato de experiência a seguir.

4.1 Localização e forma de vida

O Território quilombola de Oxalá de Bujaru fica localizado na zona rural do município de Bujaru, estado do Pará. O acesso para o território é por um ramal que inicia no km 29 da rodovia PA 140, e dista 37 km em linha reta, do referido município. O Território é composto por três comunidades, a comunidade Bom Sucesso, Sagrada Família e São Judas Tadeu.

As comunidades se organizam a partir das margens do ramal que dá acesso ao território, com outros pequenos ramais que dão acesso aos sítios. Ao entrar no território por este ramal, a primeira comunidade é a Sagrada Família, composta por 45 famílias, a segunda é a comunidade São Judas Tadeu, com 76 famílias e por último, a comunidade Bom Sucesso com apenas 11 famílias.

A comunidade São Judas Tadeu, não é apenas a comunidade central, ela é também a comunidade na qual está a sede da associação, a igreja do padroeiro do território e o barracão da igreja, onde também se improvisa uma sala de aula multisseriada do ensino fundamental menor, contando com apenas um professor, que é membro da comunidade.

As famílias quilombolas do território de Oxalá de Bujaru vivem sobretudo da agricultura, e cultivam para consumo próprio com vendas de excedentes. Cultivam principalmente mandioca, da qual fazem a farinha, base da alimentação, arroz, feijão e milho. Entre as culturas permanentes destaca-se o açaí (cultivado e também extraído de açaizais nativos), cacau e a pimenta-do-reino (esta última voltada para comercialização).



Figura 01 e 02 – quintal agroecológico das famílias quilombolas.

Nos quintais das residências criam pequenos animais, como pato e galinha, e algumas vezes suínos. Cultivam hortaliças, plantas medicinais e destacam-se na paisagem os arranjos agroflorestais, que contemplam o açaí, cupuaçu, pupunha, banana, coco, laranja, ingá, dentre outros.

4.2 Procedimento de campo

Com o módulo Povos e Comunidades Tradicionais do SICAR já homologado pela SEMAS-PA e em operação¹⁴, uma equipe de 3 servidores do INCRA (uma antropóloga e dois engenheiros florestais) se deslocou em outubro de 2019 até o território quilombola Oxalá de Bujaru no intuito de realizar levantamento de campo para a confecção do CAR quilombola¹⁵.

A associação do quilombo foi consultada sobre a melhor data para receberem os servidores do INCRA e informada, um mês antes, da programação para poderem realizar a mobilização dos moradores para a efetiva participação de todos.

O trabalho foi dividido em quatro etapas. Na primeira etapa a equipe do INCRA reuniu-se com a diretoria da associação no intuito de explicar a legislação do CAR. Neste momento também foram apresentados dois mapas de uso do solo, um referente ao ano de 2008, outro do ano de 2019.

A adoção dos mapas de uso do solo nos anos de 2008 e 2019 objetivava comparar como estava o uso do solo até 22 de julho de 2008, marco para o Código Florestal o qual enquadrou como área consolidada as "áreas de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio".

Ou seja, as áreas abertas até 22 de julho de 2008, mesmo que sobre Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente não acarretaria sanção para os possuidores da área em questão, portanto, era importante naquele momento comparar como estava o uso do solo entre o ano marco para o Novo código Florestal e o ano no qual estava sendo feito o

¹⁴ O módulo não atendeu em sua plenitude as sugestões do Ministério Público Estadual e as solicitações dos quilombolas em alguns aspectos, como a retirada da Reserva Legal e Área de Preservação Permanentes das feições ambientais, por entenderem que expressam uma visão individual do imóvel. Apesar de ainda permanecerem essas informações, pode-se apenas inserir o perímetro do território, deixando os quilombolas livres para informar ou não essas feições. Aqui é necessário ressaltar que se esses povos desejarem licenças ambientais para alguma atividade é necessário informar a APP e RL, sendo que isso deve ser esclarecido durante a consulta livre, prévia e informada. O tratamento "proprietário e possuidor" nos dados de domínio ainda persiste em algumas abas, indo de encontro a terminologia das comunidades, no qual foi sugerido adotar a terminologia "titular de direito", entre outras considerações. É importante frisar que apesar de não ter atendido todas as sugestões de modificação, a confecção de um módulo para Povos e Comunidades Tradicionais já é um grande avanço na diferenciação da inscrição dos CAR de imóveis rurais, além de permitir que esses territórios apareçam no sistema, não permitindo a sobreposição de posseiros.

¹⁵ Esse não foi o primeiro CAR quilombola do Estado do Pará, mas foi o primeiro que se tem conhecimento que foi produzido com a participação da comunidade no módulo PCT.

CAR e também para indicar que novas áreas, a partir dali não poderiam ser abertas, sob pena de sanção.

Essa discussão esclareceu os quilombolas principalmente devido ao uso do fogo para preparo do solo, sendo que as áreas que já vinham sendo utilizadas desde 2008 poderiam ser utilizadas novamente, tendo o cuidado de não abrir áreas que não fossem aquelas já abertas em 2008.

No mapa também identificamos áreas abertas posteriormente a 2008 e em discussão com o grupo menor identificamos que as áreas haviam sido desmatadas por uma mesma pessoa, que mora no território, mas não pertence à associação e se recusa a adotar as normas do grupo local.

Os mapas também foram utilizados para que os quilombolas identificassem as áreas nas quais trabalhavam, cultivavam e moravam. Num diálogo, onde dois conhecimentos se encontraram, o dos técnicos e o dos comunitários. No início eles tiveram dificuldades em identificar o território no mapa, mas pouco a pouco foram se familiarizando e então fizeram as marcações solicitadas.

Neste trabalho com o mapa também aproveitou-se para explicar a linguagem da legislação e a linguagem local. Os servidores ensinaram aos quilombolas termos técnicos que encontrarão na lei e nos órgãos públicos quando forem tratar do CAR e da regularização ambiental, e os quilombolas ensinaram aos técnicos qual linguagem utilizar na reunião quando um número maior de pessoas participariam, fizeram assim, uma espécie de glossário aos termos técnicos de modo que os quilombolas em geral e técnicos pudesse efetivamente conversar.



Figura 03 e 04- Reunião entre os servidores do INCRA e diretoria da Associação dos Quilombolas de Oxalá de Bujaru.

A segunda etapa do trabalho foi uma reunião ampliada com as três comunidades que formam o território. Da mesma forma que ocorreu na reunião com a diretoria, nesta também foram utilizados os mapas de uso do solo dos anos de 2008 e 2019. Foi explanado

acerca do Novo código Florestal, a obrigatoriedade do CAR, o que era este instrumento e quais as implicações destes.

Na oportunidade também foi explicado acerca da utilidade do CAR para acesso a políticas públicas e também que o deles era diferenciado por ser o CAR do Território e que em hipótese alguma devem fazer o CAR individual. Ressaltou-se que se algum agente cobrar o CAR individual ou restringir o acesso de qualquer quilombola a qualquer política pública por não aceitar o CAR coletivo, que o Ministério Público Federal deveria ser acionado.



Figura 04 e 05 - Reunião entre os servidores do INCRA e as três comunidades de quilombo de Oxalá de Bujaru.

Após a apresentação, discussões e esclarecimento de dúvidas, os presentes foram inquiridos acerca do interesse de realização do CAR coletivo e que fosse feito pelo INCRA, o que foi aprovado por unanimidade. Sendo assim, passou-se para a leitura da lista de pessoas que a associação havia encaminhado para o INCRA. A leitura da lista objetivava a aprovação dos presentes, bem como, garantir a transparência e a participação do maior número de pessoas no cadastro.



Figura 04- votação sobre a elaboração do CAR ser realizada pelo INCRA.

Na leitura da lista identificou-se pessoas que ou não constavam nela ou estavam com os dados incompletos, em virtude disso, nos dias seguintes foi feita a terceira etapa do trabalho, que foi o cadastramento das pessoas que não constavam na relação inicial e a atualização cadastral dos que estavam com os dados incompletos.

Por fim, na última etapa, foi realizado o levantamento de campo guiado e acompanhado pelos próprios quilombolas, percorrendo o território e fazendo as marcações tanto do perímetro quanto das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Ao final do trabalho, a proposta era retornar à comunidade e em reunião ampliada apresentar os dados coletados em campo, tanto no que se refere ao cadastro de pessoas quanto as marcações, porém em virtude da chegada de funcionários da prefeitura municipal para tratar da construção de uma escola no território, a reunião foi esvaziada e não foi possível realizar novamente, tendo em vista que os recursos do governo federal permitiram uma logística de apenas 7 dias.

4.3 Procedimento no sistema SICAR – módulo Povos e Comunidades Tradicionais

Após a viagem de campo foi realizada a inserção dos dados no SICAR – módulo Povos e Comunidades Tradicionais. Para facilitar o trabalho do profissional responsável em inserir o CAR no sistema, foi elaborado um check list com todas as informações necessárias, além de serem digitalizados em formato excel os “dados do proprietário”, que são os dados necessários dos quilombolas (CPF, data de nascimento, nome da mãe, nome e CPF do cônjuge) para a inserção no sistema. Salienta-se que o termo proprietário está incorreto, indo de encontro a forma de vivência e coletividade do território e que ainda precisa ser ajustado no novo módulo PCT.

Alguns desafios foram identificados nessa etapa. Dos dados fornecidos pela associação, haviam alguns grafados errado, o que não permitia a inserção daquela pessoa¹⁶. Houve também casos de as informações estarem corretas, mas a pessoa estar com pendências junto à Receita Federal, no que se refere ao Cadastro de Pessoa Física, nesses casos o Sicar não permite o cadastramento. Devido a essas situações, cinco pessoas não tiveram seus nomes cadastrados¹⁷.

O CAR foi concluído com 216 pessoas cadastradas. Ressalta-se que o número de pessoas residentes no território é superior, porém há uma situação que foi determinante, o

¹⁶Percebemos então que o mais eficaz é recebermos da associação ou a cópia dos documentos ou quando em campo que os quilombolas compareçam para o cadastramento com os documentos em mãos.

¹⁷ Inicialmente eram vinte pessoas com divergência nos dados e que portanto o sistema não estava permitindo o cadastro, mas conseguimos solucionar junto à associação que por meio de aplicativo de mensagem enviou imagem dos documentos das pessoas. Porém, devido às dificuldades de comunicação com a associação, a correção dos dados demorou mais de duas semanas.

costume nas comunidades de apenas os representantes das famílias nucleares¹⁸, em geral pai e mãe, serem cadastrados nos órgãos públicos, e mesmo na associação local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Cadastro Ambiental Rural no módulo Povos e Comunidades Tracionais do SICAR, realizada pelo INCRA/PA, respeitou o dispositivo da consulta livre e informada e proporcionou a participação das comunidades, inaugurando uma metodologia, a ser aprimorada, e que foi uma experiência única nos territórios quilombolas que estão sob a jurisdição do INCRA, tendo em vista que a orientação do INCRA Nacional era a confecção do CAR em territórios titulados, a ser feitos via convênio com a Universidade Federal de Lavras, apenas utilizando as coordenadas geográficas dos territórios, sem qualquer participação ou mesmo ciência por parte dos quilombolas.

O chamado direito de consulta prévia tem demonstrado ser uma poderosa ferramenta política na defesa dos direitos desses povos ao redor do mundo, especialmente na América Latina, onde está o maior número de países que já ratificaram e incluíram em sua legislação nacional as disposições da Convenção 169 da OIT (ISA, S/D).

Da experiência em Oxalá de Bujaru identificamos a necessidade de antes de iniciar o trabalho de campo propriamente dito fazer uma oficina acerca do CAR, focado na legislação e nas obrigatoriedades a serem cumpridas, assim como adequar a linguagem para tornar a informação acessível. No caso do Estado do Pará, a Semas e Programa Municípios Verdes vinham fazendo esse trabalho por meio da ONG Rádio Margarida, porém, esse trabalho não chegou em Oxalá de Bujaru.

Na metodologia aplicada identificamos elementos que precisam ser aprimorados e outros que foram escolhas favoráveis ao trabalho. Na etapa 1, avaliamos que ao invés de apresentar à comunidade o mapa do território com *as feições do uso do solo* deve-se utilizar primeiro o mapa com a imagem real da comunidade, para facilitar como eles se enxergam dentro daquele instrumento para então poder trabalhar mapas com linguagens mais específicas, como a de uso do solo.

Reunir primeiro um grupo menor, no caso, a diretoria, se mostrou acertado, pois facilitou a troca de conhecimentos e permitiu ajustar a linguagem para trabalhar com o grupo maior e ainda coletamos informações sobre as especificidades do território, como a organização das comunidades e como estão espacializadas, por exemplo.

Em relação aos dados fornecidos diretamente pela associação e pelos quilombolas, durante o cadastramento no sistema alguns nomes estavam grafados errado, bem como número de alguns documentos estavam ou incompletos ou ilegíveis, o que exigiu que

¹⁸Na reunião orientamos a todos maiores de dezoito anos serem cadastrado, mesmo assim, o número de jovens cadastrado foi baixo

entrássemos em contato com a associação para retificação dos dados. Porém, esse contato não é fácil devido o sinal de telefonia não cobrir todo o território, demorando nas trocas de informações, assim como o tamanho do território e distância entre os moradores e comunidades dificultou a retificação de alguns dados pessoais.

A leitura da relação de nome na reunião para apreciação e confirmação, ainda que seja maçante, se mostrou necessário e eficiente, pois neste momento algumas pessoas já foram tirando dúvidas sobre quais membros da família poderiam ser cadastrados, por exemplo. Bem como acerca de situações específicas, como pessoas que entre a entrega da documentação e o trabalho em campo já haviam falecido e que foram excluídas durante esse momento.

Embora fosse permitido e possível que o CAR seja feito com dados coletados anteriormente, a ida em campo para registrar os pontos geográficos se mostrou eficaz, pois é mais um momento de troca entre técnicos e comunidades. Porém, se não for possível, a falta de retirada desse pontos não prejudica o trabalho se a comunidade já dispuser de georreferenciamento, o que era o caso de Oxalá de Bujaru.

Com todos os percalços, o CAR do território de Oxalá de Bujaru foi o primeiro CAR quilombola inserido no módulo PCT completo, ou seja, além do perímetro, registrou feições internas com a participação dos quilombolas, respeitando suas escolhas, além do cadastro individual de cada morador. Foi também o primeiro no âmbito do INCRA no estado do Pará a ser feito adotando metodologia participativa e respeitando o ordenamento jurídico que rege povos e comunidades tradicionais, ou seja, respeitando a autoatribuição e o direito de participação.

O cadastramento ambiental de forma coletiva rompeu com a concepção individualista originária do cadastramento ambiental, ao considerar a dimensão do território em seus diversos usos e costumes socioambientais, bem como com o racismo sistêmico e ambiental, presentes nas políticas públicas voltadas a grupos étnicos no Brasil (GELEDÉS, s/d; HERCULANO, 2008; CARVALHO, 2019).

Assim, a experiência de Oxalá de Bujaru abre caminho para pensarmos em novas metodologias a serem adotadas no cadastramento do CAR quilombola, mesmo que consideremos essa experiência de sucesso, pois contou com a participação das famílias, algumas lacunas no processo nos levaram a refletir que a metodologia deve ser aprimorada, pois não basta ter respeito aos direitos, é necessário saber como respeitá-los, e isto exige a adoção não só de novas metodologias, mas também de novas posturas.

Ações como essa mostram o caráter multifacetado do Estado e nos lembra que essa grande entidade é feita por pessoas, e que dependendo do local que cada grupo ocupa nessa grande estrutura política, há maior ou menor sensibilidade em relação aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Por fim, ressalta-se que outros territórios quilombolas solicitaram, via Ofício, a realização do CAR em suas terras. Entretanto, devido ao recursos escassos, priorização de políticas públicas como Titulação, poucos servidores do INCRA (muitos servidores já se aposentaram e o último concurso foi realizado em 2010), e posteriormente a pandemia ocasionada pelo Coronavírus, não permitiram a continuação dos trabalhos.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA. **Oito anos após criação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) ainda viola direitos quilombolas.** Disponível em <https://amazonia.org.br/2020/11/oito-anos-apos-criacao-cadastro-ambiental-rural-car-ainda-viola-direitos-quilombolas/>, 2020, acesso em 15/01/2021.

AQUINO, R. **Estudo mostra uso de cadastro ambiental para grilar terras indígenas.** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/11/uso-cadastro-ambiental-grilar-terras-indigenas/>, 2020, acesso em 15/01/2021.

AZEVEDO-RAMOS, C.; MOUTINHO, P.; ARRUDA, V. L. da S.; STABILE, M. C. C.; ALENCAR, A.; CASTRO, I.; RIBEIRO, J. P. Lawless land in no man's land: The undesignated public forests in the Brazilian Amazon. **Land Use Policy**, v. 99, 2020.

BARCELOS, I.; BARROS, C. **Crime e grilagem com o uso do CAR.** Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/crime-e-grilagem-com-uso-do-car/>, 2016, acesso em 17/01/2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 7.029 de 10 de dezembro de 2009.** Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 dez. 2009.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2002.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 mai. 2012.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 02/MMA, de 06 de maio de 2014.** Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural CAR. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 mai. 2014.

CARTA DE BELÉM. **Denúncia pública sobre violação do direito constitucional quilombola no Tocantins.** Disponível em: <http://www.cartadebelem.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Denuncia-Cadastramento-Quilombola-Naturantins.pdf>, 2018, Acesso:07/02/2021.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **Reflexões sobre experiências de racismo institucional e ambiental de comunidades remanescentes de quilombos do Recôncavo da Bahia.** In: Cadernos do Lepaarq, v. XVI, n.31., p. 67-78, Jan-Jun. 2019.

CONAQ. **CAR não leva em conta a realidade dos povos e comunidades tradicionais.** Disponível em <https://conaq.org.br/noticias/car-nao-leva-em-conta-a-realidade-dos-povos-e-comunidades-tradicionais/>, s/d, acesso em 15/01/2021.

FASE. **A invisibilização dos povos e comunidades tradicionais no CAR.** Disponível em <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/08/DEN%C3%9ANCIA-1.pdf>, s/d, acesso em 15/01/2021.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Indicadores de Racismo Institucional ou Sistêmico.** In: Racismo Institucional uma abordagem conceitual. Parte 3. s/d. Disponível em <https://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4357-racismo-institucional-uma-abordagem-conceitual> Acesso: 18/12/2020.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental.** INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em 18/12/2020.

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Cientistas mapeiam grilagem em florestas públicas na Amazônia.** Disponível em: <https://ipam.org.br/cientistas-mapeiam-grilagem-em-florestas-publicas-na-amazonia/>, 2020. Acesso em 13/01/2020.

ISA – Instituto Socioambiental. Produzido em parceria com a Rainforest Foundation Norway (RFN). **Consulta livre, prévia e informada na Convenção 169 da OIT.** Disponível em: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/83432/IS_C.pdf?sequence=1&isAllowed=y, s/d, acesso em 15/02/2021

ISAGUIRRE-TORRES, Katya R; GOMÉZ, Jorge Ramón Montenegro. Parecer Sobre Povos E Comunidades Tradicionais Frente Ao Cadastro Ambiental Rural: Retrato De Uma Relação Excludente e Mercantilizada *in Estudos sobre o cadastro ambiental rural (CAR) e consulta prévia: povos tradicionais/* organização de Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Flávia Donini Rossito. – Letra da Lei, 2016.

MOREIRA, e. **O cadastro Ambiental Rural: a nova face da grilagem na amazônia?** Disponível em: <https://abrampa.org.br/abrampa/site/index.php?ct=conteudoEsq&id=230&modulo=NOT%C3%8DCIA>, 2016, acesso em 14/01/2021.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT /** Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011.

Projeto piloto de Cadastro Ambiental Rural fortalece a luta de comunidades quilombolas do Oeste do Pará. Terra de Direitos, 2014. Disponível: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/projeto-piloto-de-cadastro-ambiental-rural-fortalece-a-luta-de-comunidades-quilombolas-do-oeste-do-para/13455>. Acesso: 14/01/2021

SOUZA FILHO, C. F. M. de; SONDA, C.; LEMOS, A. CAR e Povos Tradicionais *In Estudos sobre o cadastro ambiental rural (CAR) e consulta prévia: povos tradicionais.* Letra da Lei, 2016. Rossito. – Letra da Lei, 2016.



GT 04

Pensamento social Latino-Americano e epistemologias para pensar o amanhã

Coordenadores: Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFGA), Sirlei Silveira (UFMT), Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Carlos Walter Porto-Gonçalves (UFF), Silvio Figueiredo (NAEA/UFGA) e Pascale de Robert (IRD, França).

Ementa: Pretende-se com este GT reunir trabalhos que busquem entender dimensões do pensamento social latino-americano voltado a grandes temas contemporâneos. Busca colocar em debate categorias, teorizações e interpretações sobre a sociedade, de grupos insurgentes no passado e no presente, e como interferiram no entendimento da realidade social. Entre eles são bem vindos estudos críticos sobre narrativas históricas e a produção de sentido sobre o desenvolvimento na América Latina; interpretações sobre novos processos de ocupação dos territórios, conflitos, tensões geopolíticas, processos de integração na América Latina e Caribe; colonialismos, imperialismos e processos de desestabilização; povos originários, etnias e neocolonialismo: as lutas dos movimentos sociais, plurinacionalismo e refundação do Estado.



Programação

GT 04 – PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E EPISTEMOLOGIAS PARA PENSAR O AMANHÃ

Coordenadores: Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT), Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Carlos Walter Porto-Gonçalves (UFF), Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Pascale de Robert (IRD, Franca) e Maria Ernestina Garreta Chindoy (Ministério de Ambiente y Desarrollo Sostenible Colômbia).

1º Dia – 25 de fevereiro de 2021

1ª SESSÃO: Pensamento Social Latinoamericano: abordagens sobre colonialidade e modernidade

14h00 às 16h00

Coordenadoras: Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA) e Sirlei Silveira (UFMT)

Debatedora: Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai)

Teorias do desenvolvimento na América Latina: pontos de intersecção e de oposição

Emilio Romanini Netto (UFPR)

Crioulizando o pensamento social brasileiro: um diálogo decolonial com Sérgio Buarque de Holanda, a partir da releitura invertida do clássico Raízes do Brasil

Thiago de Oliveira Thobias (UFRRJ)

Compreendendo raça através do pensamento social latinoamericano: a obra de Rita Segato e a influência de Aníbal Quijano

Samara Mariani (FURB) e Luciana Butzke (FURB)

Arte do norte: experiências amazônicas do fazer e pensar territórios e suas epistemologias

Orlando Franco Maneschy (UFPA), Sávio Luis Stoco (UFPA), Keyla Cristina Tikka Sobral (UFPA) e Guido Couceiro Elias (UFPA)

O “Ethos Barroco” como discurso crítico da modernidade

Jessica Solórzano Orellana (UFPA) e Fábio Fonseca de Castro (UFPA)



A psicanálise como instrumento crítico da colonialidade em Fanon: alienação e identidade em diálogo com a teoria lacaniana

Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães (Faci) e Heitor Moreira Lurine Guimarães (UFPA)

O maretório: a ressignificação de um conceito como categoria política por populações pesqueiras e extrativistas do litoral do Pará

Paulo Victor Sousa Lima (UFPA) e Tânia Guimarães Ribeiro (UFPA)

2ª SESSÃO: Epistemologias do Sul, cartografias latino-americanas e decolonialidade

16h00 às 18h00

Coordenadoras: *Sirlei Silveira (UFMT), Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai) e Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA)*

Debatedora: *Carlos Walter Porto-Gonçalves (UFF)*

Descolonização ou neocolonização do território na região andinoamazônica? Disputa pela plurinacionalidade e o vivir bien na Bolívia

Evanderson Camilo Noronha (UFOPA)

Os ventos do “norte” não movem moinhos? Pensando a Amazônia à luz das geografias e das epistemologias do sul

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (UFPA)

A cartografia de rizoma como fundamento de um pensamento subalterno, amazônico e decolonial

Francisco Perpetuo Santos Diniz (UFPA) e Alzira Almeida de Araújo (UEPA)

Período, evento e periodização em Milton Santos: uma periodização geográfica

Ana Cláudia Alves de Carvalho (UFPA) e João Santos Nahum (UFPA)

Colonialismo de dados: da espoliação da informação à rapina de bens naturais na economia do conhecimento

Jader Gama (GETTAM/NAEA/UFPA) e Fábio Carlos da Silva (UFPA)

Ligando os pontos aparentemente soltos sobre a ação da bancada ruralista na Amazônia

Ivone dos Santos Siqueira (UFPA) e Edna Maria Ramos de Castro (GETTAM/NAEA/UFPA)



**Ritual solene aos antepassados: pajés e personalidades indígenas na intervenção artística
iluminação da jararaca (2002)**

Paola Maués (UFPA), Sávio Luis Stoco (UFPA), Joel Carlos Silva da Silva (UFPA) e Orlando Franco Maneschy (UFPA)

2º Dia - 26 de fevereiro de 2021

3ª SESSÃO: Narrativas indígenas, resistências epistêmicas, feminismos e racismos

14h00 às 16h00

Coordenadoras: Pascale de Robert (IRD, França) e Sirlei Silveira (UFMT)

Debatedora: Maria Ernestina Garreta Chindoy (Ministério de Ambiente y Desarrollo Sostenible Colômbia).

Antigas-novas epistemologias indígenas para pensar um mundo plural

Lino João de Oliveira Neves (Ufam)

Los pijao, el monte y los límites del desarrollismo capitalista

Andrés Felipe Ortiz Gordillo (UFPA)

**Buen vivir e feminismo decolonial: a luta emancipatória feminina como forma de resistência
à exploração do corpo e do território**

Sebastião Issá Reis Gomes (UFPA) e Ingrid Sarah Cordeiro Caldeira (Faculdade Pitágoras de Paragominas)

**“Unir para organizar, fortalecer para conquistar”: reflexões sobre direitos indígenas,
participação política e governabilidade a partir da XI Assembleia da COIAB**

Benedito Emílio da Silva Ribeiro (MPEG)

**De la crianza a la sostenibilidad de la vida: las economías comunitaria andina y feminista
como alternativas a la modernidad**

César Carranza Barona (UCE Ecuador) e Nicolás Villavicencio (UCE Ecuador)

**“Eu sou porque elas são” - práticas emancipatórias de mulheres negras da Amazônia entre
racismo estrutural e pandemia**

Raissa Lennon Nascimento Sousa (UFPA) e Célia Regina Trindade Chagas Amorim (UFPA)

A questão racial e a interpretação dos direitos fundamentais das minorias raciais no STF

Viviane Souza de Almeida (UFPA)



4ª SESSÃO: A inversão do olhar em territórios múltiplos: sujeitos e estratégias de resistências

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenadoras: Sirlei Silveira (UFMT), Pascale de Robert (IRD, França) e Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA)

Luta urbana no Brasil: inclusão subordinada ou organização resistente na cidade capitalista periférica?

Frederico Lago Burnett (UEMA)

Novas formas de pensar a cidade Amazônica

Camilla Souza Barbos (UFPA)

Zona Franca de Manaus e desindustrialização global: limites e perspectivas

Francinézio Lima do Amaral (UFPA) e Andréa Bittencourt Pires Chaves (UFPA)

Quilombolas na Pós-graduação: uma política afirmativa a gerar novos sujeitos produtores de conhecimento, epistemologias outras e relações entre a universidade, os movimentos e os territórios

Rodrigo Corrêa D. Peixoto (UFPA), Andrea Cardoso e Cardoso (UFPA), Dayane Érica Cardoso Ribeiro (UFPA) e Silviane Couto de Carvalho (UFPA)

A importância de um sistema técnico tradicional: o modo de produção agrícola das comunidades quilombolas do município de Icatu- MA

Alexandry Serra Castelo Branco (UEMA) e Frederico Lago Burnett (UEMA)

5ª SESSÃO: Capitalismo, desenvolvimento e matrizes para pensar a América Latina e a Amazônia

16h00 às 18h00

Coordenadoras: Silvio Figueiredo (UFPA), Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai) e Maria Ernestina Garreta Chindoy (Ministério de Ambiente y Desarrollo Sostenible Colômbia).

Debatedora: Mirleide Chaar (UFPA)

O futuro possível: (contra) narrativas do desenvolvimento e povos em resistência na América Latina

Ana Julia Mourão Salheb do Amaral (UFRGS) e Luis Miguel Barboza Arias (UFRGS)



O avanço do capitalismo de vigilância sobre as universidades públicas brasileiras como consequências das políticas neoliberais na educação

Leonardo Ribeiro da Cruz (IFCH/UFPA)

Filosofia do Desenvolvimento, Direito à Informação e Consciência de Consumo sobre o Agronegócio

Larissa Carreira da Cunha (GETTAM/NAEA/UFPA), Ana Paula Soares de Souza (UNAMA), Luna Lima Elmescany (FABEL) e Luiz Otávio Duarte dos Santos Junior (Faculdade Anhanguera)

Mulheres negras e não-existência: quebradeiras de coco babaçu e reflexões críticas sobre o mundo

Igor Thiago Silva de Sousa (UFRGS) e Greice Adriana Neves Macedo (UFRGS)

Cinema Da e Na amazônia: discursos internacionais e percepções locais

Victória Costa (UFPA)

Possibilidades e desafios da cocriação: reflexões de uma pesquisa afetiva e proximal com uma prostituta militante

Amanda de Mello Calabria (UFF)



GT 4 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã.

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: PONTOS DE INTERSECÇÃO E DE OPOSIÇÃO

Emilio Romanini Netto¹

RESUMO

Neste artigo é realizado uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar os pontos de intersecção e oposição entre as teorias do desenvolvimento, a fim de obtermos um panorama esclarecedor, histórica e teoricamente, das distintas perspectivas mais influentes do pensamento latino-americano sobre o desenvolvimento neste território. Da metade final do séc. XX, foi possível destacar que, apesar da oposição epistemológica e programática, as teorias cepalinas e da dependência convergem na crítica ao imperialismo e a subserviência dos países latino-americanos no sistema-mundo capitalista. Agudizado os problemas socioeconômicos do período neoliberal, a América Latina foi palco de um “giro à esquerda” na entrada dos anos 2000, quando o papel do desenvolvimento proporcionou a emergência analítica de conceitos como *neodesenvolvimentismo*, *neoextrativismo* e *neocolonialismo*. Impulsionados pela questão ambiental, se delineiam as teorias do desenvolvimento alternativo. De forma paralela, se aglutinam as teorias de alternativas ao desenvolvimento. Estes dois campos teóricos se intersectam na busca pelo reestabelecimento da dicotomia entre as relações sociedade e natureza como método, como teoria e como política e se opõem radicalmente à noção de desenvolvimento como síntese necessária ao crescimento econômico e ao progresso humano. Ambas correntes se opõem desde suas questões primordiais: se um campo teórico questiona “qual desenvolvimento é possível? ”, o outro questiona “seria o próprio desenvolvimento possível? ”. Em síntese, espera-se que os pontos de intersecção e oposição entre as teorias levantadas neste trabalho, colabore não somente com uma visão crítica e acurada, mas que também colabore com a criatividade necessária às análises da realidade atual.

Palavras-chaves: desenvolvimento e meio ambiente; relação sociedade natureza; ecologia política; pensamento latino-americano; epistemologias do sul.

1. Introdução

As contradições encontradas nas experiências de importação de modelos de desenvolvimento dos países centrais para a América Latina e suas inevitáveis deficiências,

¹ Agrônomo, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná. E-mail: emilioromanini@hotmail.com

criaram as condições para a produção local de novos conhecimentos que dessem conta de compreender a metáfora desenvolvimento/crescimento econômico que se desdobrava, essencialmente, em vantagens desiguais aos países periféricos.

A literatura que aqui será descrita, retoma a raiz do processo de desenvolvimento, tratando das formulações das teorias do desenvolvimento que estivessem de acordo com as realidades e especificidades latino-americanas. Desta maneira, serão destacados conceitos problematizadores e analíticos próprios do pensamento latino-americano que irão tratar desde a questão do desenvolvimentismo, passando pela questão ambiental até a problemática do processo de organização do conhecimento na perspectiva colonizadora para compreender o desenvolvimento como relações de exploração no sistema mundial.

Com isto, quer-se com este trabalho identificar os pontos de intersecção e oposição entre as teorias do desenvolvimento, a fim de obtermos um panorama esclarecedor, histórica e teoricamente, das distintas perspectivas mais influentes do pensamento latino-americano sobre o desenvolvimento neste território. Para tal, será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas envolvidas, as quais fomentarão o choque reflexivo entre as abordagens.

Além desta breve introdução, este trabalho soma mais quatro partes. Primeiro, será abordado as teorias do desenvolvimento advindas da Cepal e a teoria da dependência. Em seguida, abordaremos a transição do período neoliberal para os governos progressistas na América Latina e a emergência analítica de novos conceitos como *neodesenvolvimentismo*, *neoextrativismo* e *neocolonialismo*. Posteriormente temos as condições de tratar das teorias que assumem a questão ambiental em si, o que será chamado de teorias do desenvolvimento alternativo e teorias de alternativas ao desenvolvimento. Enfim, será discorrido considerações finais.

2. Uma abordagem latino-americana de teorias do desenvolvimento. Da Cepal à teoria da dependência

Esteva (2000) interpreta o conceito de desenvolvimento em uma miríade poderosa de significados, que, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, é tão frágil. O uso metafórico do desenvolvimento foi primeiramente bem utilizado na biologia para explicar o crescimento das plantas e dos animais. Mas foi principalmente após as descobertas de Darwin que o desenvolvimento passou de uma concepção da “transformação de um movimento na direção da forma apropriada” para a “transformação em direção a uma forma sempre mais perfeita” daquele ser. Assim os cientistas começaram a utilizar a evolução como sinônimo de desenvolvimento. Havia ainda neste período a associação do desenvolvimento natural como um plano divino.

No campo da teorização social, Marx foi central para o ganho de sentido do desenvolvimento muito em função de seu método materialista histórico, assim como toda a teorização econômica clássica prévia de Smith e Ricardo. Então, segundo Esteva, já no século XIX o conceito de desenvolvimento se popularizou e eram utilizados por quase todas áreas do conhecimento moderno.

No entanto, é na segunda metade do século XX que a ideia de desenvolvimento toma seu signo mais depreciativo e ao mesmo tempo passa dar novo sentido a divisão internacional do trabalho a partir de sua antítese: o subdesenvolvimento. Esteva (2000) nos remonta o contexto: a posse do presidente americano Truman no ano de 1949, onde os já vitoriosos da Segunda Guerra Mundial colocavam suas cartas na mesa, o plano de expansão e perpetuação da hegemonia global dos Estados Unidos da América. Não obstante, segundo o autor, o conceito de desenvolvimento, que já lhe tinha sido esmaecido nas palavras de Truman, teria se empobrecido ainda mais na mão de seus primeiros defensores passando a

constituir um simples índice de crescimento da renda per capita nas áreas economicamente subdesenvolvidas.

O autor acrescenta que posteriormente gerou-se um conflito dentro das Nações Unidas entre os quantificadores econômicos e os especialistas em serviços sociais. A título de exemplo, como consequência se deu a criação do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) em 1962 e posteriormente em 1963 a criação do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNIRISD). Todavia, segundo Esteva, este debate esteve presente em todo período posterior no interior da ONU e suas agências sem resoluções que dessem verdadeiramente conta de equacionar crescimento econômico com questões sociais.

Mais que isso, os intelectuais do “Sul” estavam atentos às incongruências na aplicação dos modelos de desenvolvimento dos países industrializados para os países subdesenvolvidos, sob a égide da teoria rostowiana, de que os países subdesenvolvidos sairiam de sua condição cumprindo a trajetória de modernização dos países do “Norte”. Em outras palavras, havia necessidade de se compreender os motivos que levavam aos países, em especial os latino-americanos, a não colher os mesmos frutos do crescimento econômico em relação as economias de primeiro mundo.

As formulações mais expressivas sobre o contexto econômico latino-americano e sobretudo as teorias sobre o subdesenvolvimento foram gestadas no seio da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão ligado a ONU. A pedra de toque foi formulada na década de 1940 pelo então diretor da CEPAL Raúl Prebisch. Apoiado no esquema centro-periferia, Prebisch, defendia que os países periféricos não adquirem as mesmas vantagens econômicas que os países centrais durante a abertura comercial em função das vocações expostas na divisão internacional do trabalho. Ou seja, segundo a “lei das vantagens comparativas” de David Ricardo à medida que os países industrializados aumentavam a produtividade técnica dos bens transformados haveria a baixa dos preços na importação dos países periféricos, que por consequência, poderiam aumentar a qualidade de vida das massas a medida que também aumentassem a produtividade técnica da exploração das matérias primas exportadas. No entanto, nas palavras do próprio Prebisch:

Se isso tivesse acontecido, esse fenômeno teria um significado profundo. Os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países centrais, a queda dos preços dos produtos finais da indústria. Portanto, os frutos do progresso técnico teriam sido compartilhados igualmente em todo o mundo, de acordo com a suposição implícita no esquema da divisão internacional do trabalho, e a América Latina não teria vantagem econômica em sua industrialização. Pelo contrário, haveria uma perda efetiva, desde que a eficiência produtiva não seja alcançada nos países industrializados. (PREBISCH, [1949] 2012, p.14)

Prebisch, contrariando Ricardo, compreendia este fenômeno através do efeito cíclico da relação econômica centro-periferia. Na fase ascendente do ciclo os preços dos produtos primários tendem a subir com mais intensidade que o preço dos bens manufaturados transferindo o lucro do centro para a periferia. Contudo, na fase descendente os preços dos produtos primários descem também com intensidade, muito em função do próprio aumento da oferta, e os preços dos bens manufaturados se distanciam dos bens primários concentrando os lucros nos países centrais e gerando a escassez de produtos industrializados essenciais aos países periféricos.

Essa é a chave do fenômeno, segundo o qual os grandes centros industriais não só retêm para si os frutos da aplicação de inovações técnicas à sua própria economia, mas também estão em uma posição favorável para capturar uma parte do que emerge o progresso técnico da periferia. (Prebisch, [1949] 2012, p.20)

Desta forma, para Prebisch, a industrialização foi, para os países da América Latina, o único meio disponível para se apropriar dos frutos do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas. Com efeito, pouco a pouco foi se diversificando o antigo esquema da divisão internacional do trabalho, onde a América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, tinha o papel único de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. Na ideia do cepalino, a industrialização não era incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. Pelo contrário, a modernização da agricultura seria fundamental para dispor do progresso da técnica. Pois se impõe uma necessidade considerável de importações de bens de capital e, conseqüentemente, a exportação de produtos primários para conseguir tanto o progresso técnico na agricultura quanto durante a formação de polos industriais.

Tão importante quanto as contribuições de Prebisch, está o brasileiro Celso Furtado. Muito em função de sua passagem pela CEPAL entre a década de 1950 Furtado iria construir uma análise original a partir de sua teoria do subdesenvolvimento. O brasileiro fazia leitura de que industrialização na América Latina, que se dava majoritariamente substituindo as importações, logo encontraria a estagnação, muito em função da exigência cada vez mais elaboradas em tecnologia e capital a medida que as indústrias atendiam setores cada vez mais complexos. Ainda, a industrialização, em especial no Brasil, teria sido pouco diversificada e pouco heterogênea acentuando o subdesenvolvimento e a dependência. Daí que Furtado, muito apoiado no esquema centro-periferia de Prebisch, iria compreender o subdesenvolvimento como uma condição estrutural dos países latino-americanos, em função da adoção dos estilos de vida modernos não acompanharem a adoção de métodos produtivos mais eficazes (CASSOL; NIEDERLE, 2016).

Outra característica do pensamento de Celso Furtado é a dimensão cultural. Furtado acreditava que as oligarquias agrárias representavam o atraso de um Brasil pré-capitalista e que um crescimento econômico que servisse somente para responder ao consumo da elite não representava a ideia de desenvolvimento. Desenvolvimento para Celso Furtado se caracteriza pelo seu projeto social. Neste bojo, para Furtado era essencial que se aplicassem uma ampla reforma agrária e uma industrialização com base nas tecnologias de vanguarda (FURTADO, 2004).

Os estudos fundantes de Prebisch e Furtado permaneciam estimulando o debate sobre as especificidades latino-americanas nos anos 1960 o que fomentou o surgimento da teoria da dependência aos fins da década de 1960 início de 1970. Intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, entre outros, iriam abrir um campo explicativo do subdesenvolvimento na América Latina em paralelo ao CEPAL. Se para Celso Furtado o subdesenvolvimento era uma condição estrutural dos países periféricos, para André Gunder Frank o subdesenvolvimento era um produto do desenvolvimento dos países industrializados sem o qual estes não o seriam. Diferentemente de Prebisch, Gunder Frank faz uso do par metrópole-satélite para compreender as relações de exploração entre as regiões no sistema capitalista mundial. Se por um lado Gunder Frank (1967) não provoca muitas rupturas com Prebisch ([1949] 2012) ao levar em consideração a fase ascendente do ciclo econômico, onde as regiões satélites logram êxito ao exportar produtos primários e durante a fase descendente somente as metrópoles permanecem com as vantagens comerciais, por outro lado Gunder Frank defende o subdesenvolvimento como produto do abandono da metrópole que permite o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e não por falta de um setor industrializado com “tecnologias de vanguarda” como diria Furtado.

Ao levar em conta o Brasil, Gunder Frank sugere que esse é determinadamente o caso dos estados do Nordeste produtores de cana de açúcar, que foram abandonados ao subdesenvolvimento após a elevação da produtividade técnica da extração de açúcar da beterraba. O mesmo teria acontecido após o ciclo do café. A respeito da industrialização nas

regiões satélites, Gunder Frank (1967) afirma se dar, majoritariamente em regiões que não são produtoras de produtos primários à metrópole. Mais ainda, o autor sugere que:

O desenvolvimento da indústria em São Paulo não produziu grande riqueza para as outras regiões do Brasil. Pelo contrário, converteu-os em satélites coloniais internos, decapitou-os ainda mais e consolidou-os e aprofundou ainda mais o seu subdesenvolvimento. (GUNDER FRANK, 1967, p.164, tradução dos autores)

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o acúmulo intelectual entre os pensadores da CEPAL e os pensadores da teoria da dependência se convergem em uma forte crítica ao imperialismo dos países centrais e sobre as vantagens desiguais da importação de modelos econômicos e de desenvolvimento aplicadas nos países do norte. No entanto, estas abordagens divergem radicalmente no que se refere o papel do desenvolvimento para tais nações. Se para os cepalinos a formação de uma indústria de base sólida e um mercado consumidor interno fosse suficiente para um arrefecimento de sua condição de periferia, para os dependetistas seria necessário a socialização dos meios de produção (DIAS, 2012). Sobretudo, cabe ressaltar o papel destas correntes, mesmo que a partir de abordagens estruturalistas, como pioneiros em destacar o caminho das especificidades e peculiaridades do território latino-americano, suas mazelas e riquezas, envolvidos nos jogos de poder geopolítico.

Desde o trabalho intelectual de tais pensadores, a América Latina assistiu a ascensão e queda do desenvolvimentismo, dando lugar às políticas neoliberais e a entrada do século XXI com o seu “giro à esquerda” possibilitou novos caminhos reflexivos aos teóricos do desenvolvimento, assunto que será tratado a seguir.

3. Neodesenvolvimentismo, neoextrativismo e neocolonialismo: novos conceitos para velhas práticas

O modelo de desenvolvimento promotor do crescimento econômico via industrialização apoiado no pressuposto de substituir as importações vigorou em grande parte dos países da América Latina dos anos 1930 a 1970, período chamado de desenvolvimentista. Em que pese dizer, a característica geral do desenvolvimentismo é a presença forte do Estado, mais ou menos intervencionista dependendo sua fase. Os governos adotaram uma estratégia nacional de desenvolvimento, ou o nacional-desenvolvimentismo, baseadas na teoria econômica do desenvolvimento, uma abordagem majoritariamente keynesiana, e na teoria estruturalista latino-americana, sobretudo o pensamento cepalino (BRESSER-PEREIRA, 2011).

Niederle, et al (2016) fazem uma análise de que ao caso brasileiro, o desenvolvimentismo não foi alterado em essência econômica entre os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e o Golpe Militar de 1964, porém foi a partir dos governos militares em que o papel do Estado teve seu auge, inclusive a despeito das liberdades individuais e do mercado. Outra característica do desenvolvimentismo na América Latina é a ideologia nacionalista (por vezes de esquerda, por vezes de direita) que andava de braços dados com o desenvolvimentismo, criavam as condições de conciliação de classe, grupos sociais e partidos com a meta de deixar o passado arcaico para trás. (NIEDERLE et al, 2016)

Bem como Celso Furtado já haviam prognosticado, a ausência de um projeto social adjacente ao crescimento econômico levou a estagnação do velho modelo desenvolvimentista a fins dos 1970. Aliados ao alto endividamento dos Estados latino-americanos e o desgaste político dos governos militares, à medida que havia a redemocratização se criavam as condições para implantação do projeto neoliberal. Então, ao fim dos anos 1980 iniciavam as políticas de reformas institucionais orientadas a abertura ao mercado internacional aliadas a

um conjunto de políticas macroeconômicas ortodoxas que imobilizavam o balanço de pagamentos do Estado e retraíam sua capacidade de investimento. A solução dada foi a valorização da moeda estrangeira a fim de atrair a entrada de capitais e promover investimentos privados (NIEDERLE et al, 2016).

Como consequência, os anos 1990 foram marcados pela falência do Estado, privatizações das agências públicas, aumento da concentração de renda e a incapacidade da oferta de políticas sociais só aumentavam o abismo social (NIEDERLE et al, 2016). Este período foi palco de enormes mobilizações sociais que deram força às eleições de governos progressistas em toda a América Latina, a partir dos anos 2000.

Este fenômeno que Gudynas (2011) irá chamar de “giro à esquerda” é representado pelo grupo de governos que se autodefinem como esquerda ou progressistas, como a era Kichner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, o Lula e Dilma no Brasil, Rafael Correa no Equador, Mujica no Uruguai, Hugo Chávez e Nicolas Maduro na Venezuela, com ressalvas à Bachelet no Chile e Lugo no Paraguai.

Estes governos tiveram em comum a reversão das reformas neoliberais e a implantação de distintas regulações e controles em um processo de fortalecimento do Estado. Ainda que cada país preservasse uma grande diversidade de trajetórias, neste período foram criadas as condições para a fase neodesenvolvimentista na América Latina. Segundo Bresser-Pereira (2011), o neodesenvolvimentismo, ou “novo desenvolvimentismo”, mantém a característica macroeconômica e keynesiana do período desenvolvimentista, porém, a industrialização passa a ocupar papel periférico, em contrapartida, as exportações assumem como projeto central de crescimento econômico, juntamente ao mercado interno, baseado no comércio e nos serviços, forte. Caberia, assim, ao Estado, o papel de criar oportunidades de investimentos e de reduzir as desigualdades econômicas (BRESSER-PEREIRA, 2011).

Entre as peculiaridades locais, Gudynas (2011) chama atenção para o contexto boliviano, equatoriano e venezuelano terem tido uma intensificação à crítica ao capitalismo e o surgimento de propostas para construir um “socialismo do século XXI”. Já caracteristicamente na Argentina e no Brasil se dá o retorno do desenvolvimentismo com uma nova característica, o diálogo com a economia de mercado. Em síntese, reproduz-se a ideia de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, e estes governos os fazem aumentando as exportações e maximizando os investimentos. Isto explica o forte apoio dos governos progressistas aos setores extrativistas, o que Gudynas vai chamar de “neoextrativismo progressista”:

Os governos progressistas dão um papel maior ao Estado nesses setores, sejam empresas nacionais ou via royalties e impostos mais altos; e apresentam a coleta desses fundos como um componente essencial para o financiamento de planos de assistência social e redução da pobreza. Dessa forma, o extrativismo progressista fecha um novo tipo de vínculo, que promove e legitima projetos de mineração ou petróleo como necessários para sustentar planos de ajuda, como títulos diferentes ou pagamentos em dinheiro para os setores mais pobres. (GUDYNAS, 2011, p.36)

O neoextrativismo como política constitutiva do neodesenvolvimentismo revela o arrefecimento crítico à subordinação dos países latino-americanos dentro da geopolítica da globalização, assim como, à influência das corporações transnacionais, mantendo a América Latina com papel de países primário-exportadores dentro da divisão internacional do trabalho, já preconizado pelas ortodoxias convencionais do liberalismo e neoliberalismo. Ainda, o neoextrativismo expõe o papel utilitarista dos recursos naturais, o mito de uma natureza abundante ainda não explorada, revela um projeto assistencialista de redução das desigualdades sociais a despeito das injustiças socioambientais consequentes da voracidade acumulativa dos empreendimentos extrativos (GUDYNAS, 2011, ARÁOZ, 2016).

Sob a égide do crescimento, os governos progressistas fomentaram a expansão do consumo, ascensão das classes médias, como caminho para superação da pobreza, e encobriram a condição subordinada frente as economias centrais e a contínua exploração do meio natural, ao custo da alteração das subjetividades das densas camadas populares que adentraram a zona de consumo fetichista da mercadoria, e como consequência encaramos a estagnação dos “efeitos anestésicos do consumismo”, e nos encontramos em um cenário de crises e de efervescência dos conflitos sociais e políticos (ARÁOZ, 2016).

Para a desgraça do rumo presente e futuro dos processos sociopolíticos, os tão ponderados “êxitos alcançados em matéria social e econômica” não foram comprometidos pela eficácia das resistências “antiextrativistas”, mas sim, como era elementar, pelo esgotamento do ciclo de alta das commodities. Isso altera drasticamente as condições do diálogo, mas não o cerne da questão. É que, quando iniciamos esses debates, vivíamos imersos ainda em um clima marcado pela embriaguez do crescimento. (...). Hoje, o cenário mudou radicalmente. Agora, o corpo social latino-americano está atravessando o tempo da ressaca. Como tantas outras vezes na história econômica da região, o momento cíclico de auge durou pouco – e, depois, vieram à tona os efeitos e sintomas das expropriações e devastações. (MACHADO ARÁOZ, 2016, p.449)

Aráoz remonta a compreensão do extrativismo como um fenômeno constitutivo da natureza colonial do capitalismo. Partindo dos estudos sobre a acumulação primitiva à acumulação por espoliação, o autor defende basicamente que o extrativismo não é uma fase do desenvolvimento capitalista exclusivo de do período colonial, mas sim um aspecto inerente e contínuo do capitalismo ao longo de suas diversas fases históricas. Por isso irá defender que, o estudo sobre a evolução histórica do capitalismo só pode ser compreendido se estudarmos as geografias industrializadas e as coloniais conjuntamente. Em outras palavras, o autor nos traz a existência fundante do vínculo orgânico entre as economias industrializadas e as regiões coloniais onde o extrativismo é o dispositivo colonial do *geometabolismo* do capital.

No sentido epistêmico do desenvolvimento tecnológico, a natureza americana foi (e ainda é) fundamental para o exercício de separação entre o homem e a natureza em um período que dava início a uma perspectiva de natureza como objeto de conquista, uma concepção mecanicista e utilitária da natureza. Assim, leva-se em conta como a separação homem e natureza é fundamental para compreensão do *modus operandi* do conquistador e da importância da natureza de “Nossa América” (Abya Ayala) para o desenvolvimento das economias europeias, e por fim, do capitalismo globalizado, sem a qual não existiria da forma que é. Neste sentido, podemos reforçar o extrativismo como a face neocolonial do desenvolvimento das forças produtivas das elites capitalistas que reproduzem o aspecto de subordinação de grupos sociais marginalizados assim como reproduzem o aspecto utilitarista da natureza.

4. Do desenvolvimento alternativo às alternativas ao desenvolvimento na América Latina

A ausência dos debates sobre o espaço natural e das formas de exploração da natureza nas teorias do desenvolvimento cepalinas, assim como, na crítica da teoria da dependência, revelam a centralidade de tais abordagens nos problemas socioeconômicos e geopolíticos, que persistem no dualismo epistemológico entre sociedade e natureza, em uma visão predominantemente antropocêntrica. Como comentado anteriormente, mesmo os governos progressistas que se espalharam no início do séc. XXI na América Latina, objetificaram a natureza americana como a saída para redução das desigualdades sociais e elevação da capacidade de consumo das classes médias.

No entanto, o desenvolvimento como metáfora para o progresso e o crescimento econômico ilimitado, do ponto de vista dos recursos naturais, foi contraposto pelos alertas

ambientais que se tornaram evidentes, à exemplo da publicação da Primavera Silenciosa de Rachel Carson, em 1962, seguido por diversos outros estudos, com destaque para o mundialmente influente *Limiths to Growth*, elaborado pelo MIT (Massachussets Institute of Technology) em 1972, a pedido do grupo de empresários reunidos no Club de Roma (PIERRI, 2005).

Com o crescente alarme dos estudos e suas evidências ocorre um posicionamento da ONU em direção à uma política internacional para conciliar o desenvolvimento e a proteção da natureza, da qual o marco histórico é a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972, e a posterior criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1983 foi criada uma comissão independente de trabalho, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que mais tarde, em 1987, viria a publicar o documento *Our common future* (Brutland inform), a primeira vez que se apresenta a noção de desenvolvimento sustentável, o qual interconectava a ideia de desenvolvimento ao meio ambiente de forma interdependente. Já na conferência CMMAD Rio 92, realizada para instrumentalizar globalmente o desenvolvimento sustentável, o que houve, na realidade, foi um retrocesso à Estocolmo 1972, demonstrando a influência política dos países centrais, os limites sociais e políticos para construção da sustentabilidade, e a pequena margem de manobra dos países pobres e dependentes (PIERRI, 2005).

Se por um lado, o movimento global de preocupação com os limites ambientais fez, tanto cristalizar a noção de crise ambiental e colocar na agenda global a questão ambiental como um importante fator no desenvolvimento, quanto criar as condições para que distintas formas de mobilizações e movimentos sociais ambientalistas viessem à tona. Por outro, os limites de mediação das instituições internacionais e o enfraquecimento e esvaziamento da noção de desenvolvimento sustentável, tencionaram os intelectuais a refletir e organizar correntes críticas às propostas de desenvolvimento criadas nos ambientes governamentais.

Na América Latina, as correntes de *desenvolvimento alternativo* mais influentes que levam em consideração a noção interdependente entre desenvolvimento e meio ambiente podem ser elencadas, primeiramente, com a influência da *economia ecológica* disseminada por Herman Daly, assim como, a noção de *desenvolvimento à escala humana*, de Max-Neef, o *ecodesenvolvimento* de Ignacy Sachs e a noção de *decrescimento* de Latouche. Também importante, mas menos influente, foi a noção de *desenvolvimento endógeno*, de Johan Galtung (GUDYNAS, 2011, PIERRI, 2005).

Entre estas correntes possuem como pontos de intersecção a crítica aos modelos (neo)desenvolvimentistas e (neo)liberais e a descrença de que o desenvolvimento sustentável venha conter os mecanismos analíticos e políticos para superação da crise ambiental que leve em consideração as desigualdades sociais, políticas e econômicas.

De outra maneira, vem se disseminando entre os intelectuais latino-americanos distintas abordagens críticas ao desenvolvimento como projeto de vida e de organização dos Estados-nação, isto é, o que vêm se reivindicando como *alternativas ao desenvolvimento*. Para estes, há um consenso de que a noção de desenvolvimento é predominantemente etnocêntrica, advinda de países que fizeram sua transição de sistemas de produção feudais para capitalistas industriais e financeirizados, mas que, sobretudo, não foram objetos da colonização como elemento constituinte do capitalismo moderno.

Cada vez mais influente, a noção de *colonialidade* tem corroborado distintos campos analíticos sobre a realidade, não somente latino-americana, como africana e asiática. A noção de colonialidade como conceito analítico cria as condições para interpretar como o aparato de dominação, subordinação e legitimação das estruturas de poder se transformaram desde o fim do colonialismo. É com base nesta visão em que os *pós-colonialistas* negam com mais veemência as teorias evolucionistas e suas consequentes “receitas” etapistas para o desenvolvimento.

Para Quijano (2005), “o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais” (p.124). Desta forma, a crítica pós-colonialista parte da colonialidade do poder, do saber e do ser em que os latino-americanos estão imersos. Desta interpretação deriva a crítica ao *eurocentrismo* entre as abordagens do desenvolvimento, as quais ignoram à linha abissal (SANTOS, 2019) que divide a experiência colonial dos seus colonizadores.

O eurocentrismo, para Quijano (2005) é uma característica constitutiva do padrão mundial de poder. Inclusive, parte de uma relação direta e imbricada entre a colonização da América e o estabelecimento de um poder mundial, sem a qual deixariam de haver os meios para o desenvolvimento do capitalismo mundial. Contudo, esse movimento de dominação não se deu somente na forma de espoliação do capital natural e social latino-americano. Para o autor peruano:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p.107).

Outro elemento defendido por Quijano (2005), produto deste debate, é a reconstrução do imaginário latino-americano, a influência do poder colonial nas subjetividades, na constituição do eu, na construção de uma auto-identidade distorcida. O autor ressalta que a conquista europeia do continente americano abriu um precedente inédito, a primeira identidade *geocultural* moderna: a América; a segunda foi a Europa, como consequência da primeira. A própria ideia de Oriente teria o mesmo fundamento. A implicação posterior seria um processo de *re-identificação* histórica, a formação de uma nova intersubjetividade mundial.

Assim, o político se torna epistemológico, o que torna fundamental questionar as premissas epistemológicas do pensamento crítico, por mais rico que seja seu arcabouço teórico, não raramente, possui fortes raízes no eurocentrismo. Portanto, a disputa epistemológica é imprescindível, não somente à reinterpretção do mundo, como à necessidade de um pensamento alternativo de alternativas (SANTOS, 2019).

Entre diferenças e semelhanças das políticas de desenvolvimento, Escobar (2006) ressalta todas estarem moldadas pelo mito da universalidade e da superioridade cultural, que desde a modernidade (neste caso a conquista ibérica sobre a América) permitiu o ocidente definir a identidade dos outros. O que faz da globalidade etnocêntrica, no caso, eurocêntrica, conter uma característica sistemática de encobrimento do outro, uma espécie de colonialidade global.

Escobar (2006) vê a colonialidade como uma noção que assinala dois processos: a supressão sistemática dos conhecimentos e das culturas subordinadas por uma modernidade dominante, e, o surgimento de conhecimentos moldados por esta experiência, que tem, ao menos, potencial de converter os lugares em projetos alternativos e permitir uma pluralidade de configurações sócio naturais. Deste último processo, tem sido acompanhado por uma produção contínua de diferentes conhecimentos sobre a natureza, a economia, o sujeito e do mundo em geral, conhecimentos estes que vivem nos limites epistêmicos do sistema mundial. Não raro, estes conhecimentos são extrapolados do local pelos ativistas dos movimentos sociais em interconexão ente universalidade/pluriversalidade, o que Escobar entende por uma luta desde a diferença colonial.

Neste bojo teórico, surgiu uma vertente crítica às noções de desenvolvimento autodenominada de pós-estruturalismo. Esta corrente, que passou a ser influente na América

Latina após os anos 1990, traz uma abordagem foucaultiana do desenvolvimento, onde o desenvolvimento opera especificamente como discursos e práticas de origem ocidental capaz de orientar a produção cultural, social e econômica das nações ainda não desenvolvidas. Em particular, a abordagem pós-estruturalista destaca as redes de exclusões geradas por processos de desenvolvimento, sobretudo, a exclusão dos conhecimentos, das vozes e preocupações daqueles quem seriam os grupos “beneficiados” pelo desenvolvimento (ESCOBAR, 2014).

Desde esta crítica, foram criadas as condições para proposição da noção de pós-desenvolvimento, isto é, um programa teórico e político capaz de abrir espaço para as vozes dos diferentes grupos sociais disputar suas próprias formas de reprodução e soberania que não as baseadas nas normas e regras do desenvolvimento. Uma vez aberto este espaço, pode-se suspender a noção de “verdade” contida no conhecimento científico proferido pelos discursos do desenvolvimento, em detrimento as trajetórias de vida dos grupos sociais definidos em sua experiência de viver entre si e com a natureza, de maneira que a verdade somente pode ser considerada desta forma. Assim, abrem-se as portas dos imaginários ao fim do desenvolvimento (ESCOBAR, 2014).

Ainda que, as abordagens pós-estruturalistas sejam um reduto acadêmico e político crítico ao desenvolvimento, as alternativas ao desenvolvimento derivam, majoritariamente, de mobilizações e movimentos sociais que lutam contra os diferentes tipos de exclusões que os padrões e normas de desenvolvimento produzem. Daí a importância da epistemologia e da ontologia como campo de disputa. Em outras palavras, implica em favorecer o protagonismo político dos grupos sociais marginalizados desde suas diferenças constitutivas, de suas relações sociais e com a natureza, onde a produção do conhecimento científico é realizada por intelectuais de retaguarda, tradutores e divulgadores das experiências marginalizadas e mediadores do diálogo de saberes (SANTOS, 2019).

O Bem viver se materializa como um dos discursos e práticas mais sólidos de alternativas ao desenvolvimento na América Latina. O Bem viver, originalmente na língua castelhana *Buen vivir* ou *Vivir bien*, se origina nos conhecimentos dos povos nativos americanos, possui herança no significado *sumak kawsay*, da cultura kichwa, ou *suma qamaña* na cultura aymara, ou mesmo *nhandereko*, da cultura guarani. O Bem viver traduz a relação comunitária dos povos em conexão com a natureza (ACOSTA, 2016).

A crítica radical do Bem viver ao desenvolvimento parte dos saberes indígenas nem ao menos possuem concepção análoga ao processo linear e dual do qual se baseia o desenvolvimento, isto é, as noções de desenvolvido e subdesenvolvido, como se fosse um ponto de partida a outro ponto de chegada. Por isto mesmo, estas culturas que partem de uma noção outra de reprodução da vida que não a baseada no progresso material, foram marginalizadas, consideradas atrasadas. Desde uma abordagem holística, o Bem viver reivindica a soberania dos povos poderem decidir seus modos de produção e reprodução da vida desde seu grau de satisfação. Neste sentido, a noção de Bem viver foi fundamental para a defesa do direito dos povos originários e da natureza nas constituições do Equador e da Bolívia e a formação de Estados Plurinacionais (ACOSTA, 2016).

O sentido do Bem viver latino-americano, assim como de Ubuntu africano (SANTOS, 2019), sugerem caminhos outros para o *devoir humano* que certamente extrapolam as racionalidades instrumentais presas à noção ocidental de desenvolvimento. Uma vez reconhecido tais contribuições, revitaliza-se a noção de soberania e democracia, sinalizando a urgência da efetiva participação e empoderamento dos grupos sociais que estiveram sempre a margem do desenvolvimento nas decisões e direções tanto dos Estado-nações quanto de sua própria reprodução material e simbólica.

5. Considerações finais

Ao fim desta trajetória pode-se afirmar, como ressaltamos no início com auxílio de Esteva (2000), o desenvolvimento reúne uma miríade de significados. Estes significados são operados por atores, individuais ou coletivos, da sociedade civil ou governamentais, desde o conhecimento científico e os saberes populares, sendo que cada grupo de atores sociais produzem diferentes sentidos.

Sem dúvida, é difícil analisar a América Latina do século XX sem o aporte dos significados possíveis do desenvolvimento. Isto se dá porque neste período descobrimos que éramos subdesenvolvidos. Ou seja, a resposta para as mazelas deste território, predominantemente rural, não escolarizado, e extremamente desigual, advinha do fato de não termos organizado, como Estados-nação, nosso projeto de desenvolvimento nacional, composto por uma classe empresarial interna, urbana, capaz de aceitar os riscos do mercado, assim como, uma classe proletária, também urbana, que ofertasse trabalho e que fossem capazes de conquistar níveis satisfatórios de consumo.

Assim, com todo “apoio” dos países já desenvolvidos, bancos internacionais, e governos comprometidos, grande parte dos países latino-americanos, cada um ao seu modo, aplicou as diversas “receitas” ao desenvolvimento, que por sua vez, seria a porta de entrada para o sistema-mundo capitalista moderno, posteriormente globalizado. As consequências econômicas, sociais, ecológicas, epistemológicas e ontológicas foram das mais diversas, sobretudo as pejorativas.

Assim emergem as teorias do desenvolvimento na América Latina, preocupadas em responder, primeiramente, porque os países não obtinham as mesmas vantagens econômico-políticas nas relações comerciais internacionais que os países centrais do capitalismo. Dentre as respostas mais satisfatórias, destacam-se os trabalhos da CEPAL, que entre suas investigações no campo da economia política e da teoria econômica estruturalista, conseguiram destacar as vantagens desiguais dos países latino-americanos ao aplicarem as mesmas “receitas” ao desenvolvimento as quais tinham sido elaboradas pelos países centrais. A teoria cepalina se tornou influente entre os governos, quando adentramos ao período desenvolvimentista, principalmente ao que se referia a estratégia de diminuir as importações fortalecendo o setor industrial interno. Infelizmente, a colheita desta estratégia foi amarga, levando-se em consideração a dificuldade de manter as indústrias nacionais competitivas internacionalmente.

Posteriormente, a conjuntura favoreceu o surgimento da teoria da dependência, uma abordagem também de influência da economia política, mas que procurava investigar mais precisamente a subordinação latino-americana aos países desenvolvidos. Emerge assim uma crítica radical aos processos de desenvolvimento, as quais foram capazes de explicar a necessidade constituinte da acumulação capitalista das nações centrais se darem por meio do empobrecimento das regiões periféricas. No entanto, esta abordagem, essencialmente marxista, visualizava em seu horizonte a saída para tais problemas com a revolução, saída que se tornou cada vez mais distante com a queda do muro de Berlin. Ainda assim, o maior ponto de intersecção entre as teorias cepalinas e da dependência, é a crítica ao imperialismo e a subserviência dos países latino-americanos no sistema-mundo capitalista.

Agudizado os problemas socioeconômicos do período neoliberal, a América Latina foi palco de um “giro à esquerda” na entrada dos anos 2000, isto é, a ascensão de governos progressistas e de esquerda. Com o projeto de diminuir as desigualdades sociais, aumentar o Estado nas áreas de carência, tais governos não somente coexistiram e se beneficiaram com a classe empresarial interna, como se basearam fortemente na exploração dos recursos naturais para exportação, com intuito de garantir as medidas sociais propostas.

Tal período, que passou a ser reconhecido como neodesenvolvimentismo, exacerbou algumas características da posição subalterna dos países latino-americanos na geopolítica

global. O que favoreceu as análises teóricas a interpretação de que o colonialismo e o extrativismo não seriam uma fase primitiva do capitalismo, mas sim elementos constituintes, sem as quais as nações centrais não poderiam exercer seu poder global.

Desta perspectiva há dois desdobramentos. Primeiramente, impulsionados pela emergente questão ambiental, se delineia as teorias do desenvolvimento alternativo. Estas teorias, em suas diferenças, se interseccionam ao se posicionarem de forma crítica à noção de desenvolvimento sustentável, assim como, em destacarem os limites sociais e ecológicos ao crescimento econômico ilimitado. De forma paralela, se aglutinam as teorias de alternativas ao desenvolvimento. Tais intelectuais fazem uma análise a partir da raiz discursiva, semântica e semiótica do desenvolvimento, como estratégia de dominação intersubjetiva dos povos e grupos sociais. Esta perspectiva possui a característica se situar com as mobilizações e movimentos sociais, descartando a noção de desenvolvimento como orientação sócio, econômico e ecológica, mas sim, formulando teorias por meio de um diálogo de saberes entre o conhecimento científico a experiência de vida dos grupos sociais

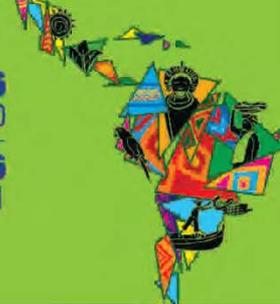
Estes dois campos do desenvolvimento se intersectam no reestabelecimento da dicotomia entre as relações sociedade e natureza como método, como teoria e como política e se opõem radicalmente à noção de desenvolvimento como síntese necessária ao crescimento econômico e ao progresso humano. Ambas correntes, apesar de reconhecerem o trabalho pioneiro das teorias cepalinas e da dependência, as criticam, sobretudo, por não levarem as questões de sociedade e natureza em consideração. Entretanto, se posicionam de forma oposta desde suas questões primordiais, se um campo teórico questiona “qual desenvolvimento é possível? ”, o outro questiona “seria o próprio desenvolvimento possível? ”.

Em síntese, foi buscado aqui identificar os traços teóricos e históricos das abordagens que acompanham os processos de desenvolvimento na América Latina, e que de forma específica, procuram produzir conhecimentos a partir deste território. É possível observar que a novidade teórica acompanha também os fatos socioeconômicos, o que se fez necessário abordar as teorias do desenvolvimento desta perspectiva. Com isto, espera-se que os pontos de intersecção e o oposição entre as teorias levantadas neste trabalho, colabore não somente com uma visão crítica e acurada, mas que também colabore com a criatividade necessária às análises da realidade atual, pós crise de 2008, em especial, sobre os fenômenos de (re)emergência do conservadorismo social e moral aliado às políticas neoliberais, as quais se não estão vigentes agora nos países latino-americanos, assombram diariamente sua soberania.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ARÁOZ, H. M. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca. A Natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 444-468.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Texto para Discussão**. FGV: São Paulo, n. 275, nov. 2010.
- CASSOL, A.; NIEDERLE, P. A. Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento latino-americano. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

- DIAS, Marcelo Francisco. **Do Estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. Tese de Doutorado (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Universidade de São Paulo. 2012.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.
- ESCOBAR, A. Ecología política de la globalidad y la diferencia. In: ALIMONDA, H. (comp.): **Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana**, Clacso, Buenos Aires, 2006.
- _____. **La invención del desarrollo**. 2ª Ed. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.
- FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política** 24(4): 483-486. Rio de Janeiro: URFJ, 2004.
- GUDYNAS, Eduardo. Desarrollo, extractivismo y buenvivir. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. In: LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia (comp.) **Más allá del desarrollo**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/AbyaYala, 2011, p. 21-53.
- GUNDER FRANK, A. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, Habana, nº 7, agosto de 1967.
- NIEDERLE, Paulo André, et al. Estado, desenvolvimento e neodesenvolvimentismo." Introdução às teorias do desenvolvimento In: In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.
- PIERRI, Naína. "Historia del concepto de desarrollo sostenible". In: FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naína (coord), *¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*, Miguel Ángel Porrúa, México, 2005.
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: **Raul Prebisch y los desafíos del siglo XXI**. Santiago: Cepal, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección SurSur. Buenos Aires: CLACSO. 2005
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.



GT 04 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

CRIOLIZANDO O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UM DIÁLOGO DECOLONIAL COM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, A PARTIR DA RELEITURA INVERTIDA DO CLÁSSICO “RAÍZES DO BRASIL”

Thiago de Oliveira Thobias¹

Desde o final dos anos de 1980, a razão ocidental vem sendo colocada em xeque pelas chamadas *teorias insurgentes*, uma tendência que tem sido definida como *desobediência epistêmica* e que converge para um movimento mais amplo denominado *giro decolonial*. Essa investida teórico-epistemológica visa, principalmente, deslocar os habituais lugares de enunciação – *desvinculação epistêmica* – para, assim, refazer a atual geopolítica do conhecimento – *reconstrução epistêmica* – e superar a tendência a não reconhecer a produção teórico-metodológica não-hegemônica – *racismo epistêmico*. Dito de outra forma, as perspectivas eurocêntricas estão sendo abandonadas em detrimento das *epistemologias do Sul*. Em consonância com este contexto, o presente trabalho – fruto de minha dissertação de mestrado e das reflexões atuais para o doutorado – aponta caminhos para um diálogo decolonial com Sérgio Buarque de Holanda, a partir da *releitura invertida* de “Raízes do Brasil”, um dos principais clássicos do Pensamento Social Brasileiro. A questão central é: o quanto Sérgio Buarque seria afetado por esse diálogo? Para responder à questão, aproximo o pensamento de Sérgio Buarque do pensamento de Paulo Freire, de Ailton Krenak e de Lélia Gonzales, considerando-os como decoloniais e, portanto, centrando a análise no *encontro colonial* e na *colonialidade*, bem como em seus desdobramentos na atualidade em termos de continuidade, reprodução e atualização das diferentes formas de dominação sobre indígenas, africanos e mulheres. Utilizando o conceito de *crioulização* de Édouard Glissant, defenderei que a aproximação do pensamento de autores de diferentes matizes culturais produzirá algo absolutamente novo e imprevisível em termos de interpretação do Brasil. Trata-se, portanto, de um pequeno esforço teórico e bibliográfico, que utiliza como fontes obras centrais desses autores e algumas outras sugestões decoloniais. Por conseguinte, a hipótese é de que a *crioulização* do pensamento social brasileiro contribuirá para renovar o pensamento social latino-americano, ampliando seu potencial e alcance epistemológico para pensar o amanhã. A objetivo aqui é apresentar os pressupostos e pistas para uma reflexão mais ampla a partir desse diálogo.

Palavras-chave: Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, Crioulização, Pensamento Social Brasileiro, Pensamento Social Latino-americano.

¹ Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPGCS/UFRRJ, Brasil. E-mail: thago.thobias@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos de 1980, a razão ocidental vem sendo colocada em xeque pelas chamadas teorias insurgentes, uma tendência que tem sido definida como desobediência epistêmica e que converge em um movimento mais amplo denominado giro decolonial. Essa investida teórico-epistemológica visa, principalmente, deslocar os habituais lugares de enunciação para, assim, refazer a atual geopolítica do conhecimento e superar o racismo epistêmico. Dito de outra forma, as perspectivas eurocêntricas estão sendo abandonadas em detrimento das epistemologias do sul. Em consonância com este contexto, o presente trabalho promove uma leitura pós-colonial de “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, por meio da articulação dessa obra com algumas sugestões pós-coloniais. Como ensaio histórico-sociológico, seu formato ensaístico nos oferece uma obra aberta, que convida para o diálogo e reflexão crítica sobre o Brasil. Trata-se, portanto, de um esforço teórico que toma uma obra clássica do pensamento social brasileiro e extrai dela novas potencialidades.

Coloco o pensamento social de Sérgio Buarque de Holanda, presente em sua obra “Raízes do Brasil”, em conexão com o pensamento descolonial de [1] Aimé Césaire², em seu “Discurso sobre o colonialismo”, [2] Albert Memmi³, em seu “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador” e [3] Frantz Fanon⁴ em seu “Os condenados da terra”. Adoto esses três autores como tríade de pais fundadores do pensamento pós-colonial porque, apesar de anteriores à institucionalização do campo e de não o terem sistematizado, [1] já trabalhavam com essa divisão binária do mundo, [2] inauguram a descrição do mundo da perspectiva dos não-brancos e colonizados e [3] estão no interior do colonialismo, o que os favorece na proposta de recontar a história da perspectiva do colonizado. Para tanto, afasto-me das leituras weberianas, demasiadamente vinculadas à lógica eurocêntrica, em prol de uma perspectiva do sul que permanece nas suas entrelinhas. A questão central é: o que Sérgio Buarque teria a dizer se fosse afetado pelas provocações

² Aimé Césaire (1913-2008), nascido na Martinica, é reconhecido como um dos mais importantes poetas surrealistas do mundo e um dos grandes poetas de língua francesa do século XX, além de dramaturgo, ensaísta, filósofo anti-colonial e político. É co-criador, junto com Leopold Sédar Senghor, do conceito e movimento “negritude”, que formula dentro da própria França, uma crítica à opressão cultural do sistema colonial francês e afirma as raízes africanas. Autor, dentre outras obras, de “Discurso sobre o colonialismo” (1950) e “Diário de um retorno à terra natal” (1939).

³ Albert Memmi (1920-2020), nascido na Tunísia, foi um escritor e ensaísta. Em 1943, esteve em campos de trabalho forçado na Tunísia e, após a independência de seu país, emigrou para a França, onde fixou residência. Em 1973 adotou nacionalidade francesa. Professor honorário da Universidade de Paris. Possui vasta e premiada obra, traduzida para cerca de 20 idiomas. Além de “Retrato do colonizado precedido do colonizador” (1957), também é autor de “A estátua de sal” (1955) e “Retrato do descolonizado árabe-mulçumano” (2007).

⁴ Frantz Fanon (1925-1961), nascido na Martinica, foi um psiquiatra, escritor e filósofo, que atuou ativamente na luta pela independência da Argélia. Influenciou o pensamento do século XX e vem sendo cada vez mais presente no século XXI. Suas obras foram inspiradas em mais de quatro décadas de movimentos de libertação anti-coloniais. Dentre elas, destacam-se “Pele negra, máscaras brancas” (1952), “Sociologia da revolução” (1959), “Os condenados da terra” (1961) e “Em defesa da revolução africana” (1964).

do pensamento pós-colonial? A leitura e problematização pós-colonial produzirá inovações teórico-metodológicas no campo sociológico. A relevância desse esforço teórico está em apontar possíveis caminhos para uma Sociologia Pós-colonial no Brasil.

O objeto de análise deste trabalho é “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, um clássico do Pensamento Social Brasileiro. Ao todo, a edição inaugural de 1936, da Editora José Olympio, sofreu quatro modificações nas edições de 1948 (2ª - Editora José Olympio), 1956 (3ª - Editora José Olympio), 1963 (4ª - Editora UnB) e 1969 (5ª - Editora José Olympio). A obra foi comemorada nas reedições especiais de 1971, 1976, 1986, 2006 e 2016. A última, organizada por Lilian Moritz Schwarcz e Pedro Meira Monteiro e editada pela Companhia das Letras, é um ótimo cotejo das várias edições. Foram quase 30 edições da obra, traduzidas para espanhol, o italiano, o francês, o japonês, o alemão e o inglês. Acredita-se que sua literatura secundária poderia ocupar uma biblioteca e, até hoje, críticos e comentadores não chegaram a um consenso sobre a interpretação correta de cada capítulo (COSTA, 2014).

“Raízes do Brasil” é um ensaio de interpretação da formação da sociedade brasileira, unindo história da colonização portuguesa e sociologia dos processos colonizadores. Sérgio Buarque tem como tese central a cultura da personalidade ou personalismo português como raiz principal da subjetividade, da sociabilidade e da própria sociedade brasileira, bem como fonte da falta de racionalidade necessária à modernização e democratização autênticas do Brasil. Utiliza-se do arcabouço teórico-metodológico weberiano, principalmente seus tipos ideais, e da metodologia dos contrastes e contrários do pensamento latino-americano da época, para criar seu conceito-chave de homem cordial, além de outras fontes da história social, da antropologia, da sociologia, da etnologia e da psicologia. Divide-se em sete capítulos: 1 (Fronteiras da Europa), 2 (Trabalho & Aventura), 3 (Herança Rural), 4 (O Semeador e o Ladrilhador), 5 (Homem Cordial), 6 (Novos Tempos) e 7 (Nossa Revolução). Ao longo dos capítulos, o autor vai da colonização (tentativa de implantação da cultura europeia) à pós-colonização (permanência dos velhos padrões coloniais), finalizando com sugestões para o futuro (necessidade de aniquilação das raízes europeias).

Essas características da obra abrem a possibilidade de problematização no campo do pensamento social brasileiro, articulado a perspectivas teóricas transnacionais, como a teoria social e o pensamento pós-colonial. Essa é minha proposta: uma leitura panorâmica da obra, extraindo fragmentos do texto, porém uma leitura crítica, de uma perspectiva pós-colonial, distanciando-me das leituras weberianas adotadas pelo autor, por estarem vinculadas sobremaneira à lógica eurocêntrica. Articulando teoria e pensamento social brasileiro, meu objetivo, nos limites deste trabalho, será verificar em que medida a obra pode se converter também em uma crítica da colonialidade.

1. RELEITURA INVERTIDA: PARA ALÉM DAS LEITURAS WEBERIANAS DOS COMENTADORES DO CLÁSSICO

Até hoje, inúmeros pesquisadores refletem sobre os limites e possibilidades de “Raízes do Brasil”, principalmente do conceito típico-ideal de homem cordial, para um diagnóstico do presente (CANDIDO, 1998; MARRAS, 2012; SCHWARCZ e MONTEIRO, 2016). Vários trabalhos concluíram que o arcabouço teórico weberiano utilizado pelo autor explica a história e a sociedade brasileira a partir da falta de racionalidade e suas consequências não modernas (CANDIDO, 2011; BARBOSA, 1989; MONTEIRO e EUGENIO, 2008). O ponto em comum entre os trabalhos elencados é que “Raízes do Brasil”, tanto para autores consagrados quanto para os novos estudiosos da obra, está aberta a diversas interpretações, diferentes perspectivas e, a cada balanço, cria-se a expectativa de novas e inovadoras investigações (ANHEZINI, 2012). Esses balanços reúnem interpretações que, mesmo contrastantes, possibilitam uma significativa reflexão coletiva. Segundo Pedro Monteiro e João Eugênio, o mais importante num balanço é permitir o diálogo crítico, criativo e apaixonado com a obra (MONTEIRO e EUGÊNIO, 2008).

O formato ensaístico torna “Raízes do Brasil” uma obra aberta que nos convida a dialogar e refletir sobre o Brasil, trazendo novas questões a cada leitura (WEGNER, 2006). Por ter sido escrito na forma de um ensaio, fazia perguntas para as quais não oferecia respostas fechadas. Assim, Holanda abriu possibilidade para que os comentários pudessem ser articulados sempre de maneiras diferentes (WEGNER, 2016a). A atitude ensaística, por um lado, é parte do posicionamento político de Sérgio Buarque, que parece ter direcionado a obra ao debate na esfera pública e, por outro, uma provocação à auto-reflexão de todo brasileiro que Holanda chama de homem cordial, enquanto caráter nacional e brasilidade (WEGNER, 2016b). Essa abertura para a reflexão e diálogo sinaliza, portanto, a possibilidade de uma leitura pós-colonial capaz de extrair questões que ajudem a pensar os indivíduos, suas sociabilidades e a própria sociedade brasileira para além das perspectivas eurocêntricas. Extrair perguntas alternativas às que surgem quando a leitura é feita utilizando o arcabouço teórico weberiano.

Holanda foi duplamente influenciado no momento da escrita da obra (CANDIDO apud HOLANDA, 1995). Por um lado, incontestavelmente, pela teoria weberiana, em especial sua sociologia histórica e metodologia dos tipos ideais. Por outro, pelo pensamento latino-americano, marcado pela reflexão da realidade e da história baseada no senso de contrastes e de contrários. Unindo teoria social (weberiana) e pensamento social (latinoamericano), o autor construiu seu argumento baseado numa metodologia dos contrários que amplia o pensamento latino-americano e modifica a teoria weberiana. Tudo indica que Sérgio Buarque uniu teoria social e pensamento social (CANDIDO apud

HOLANDA, 1995; RICUPERO, 2007). Além de outras fontes da história social, da antropologia, da sociologia, da etnologia e da psicologia. Isto posto, muito provavelmente há, em sua obra inaugural, a abertura para perspectivas críticas que coloquem em evidência aspectos relevantes em termos de produção teórica atual, como um digno *livro-problema* (CASTRO ROCHA, 2012).

João Marcelo Ehlert Maia, sociólogo brasileiro, que desenvolve pesquisa centrada nas possibilidades de produzir discussão teórica atual a partir dos estudos do pensamento social brasileiro, acredita que para extrair dos estudos de pensamento brasileiro ferramentas teóricas significativas é preciso articular esses estudos em campo teórico mais amplo e transnacional. O autor parte do pressuposto de que a sociologia global vem passando por um processo de descentramento teórico, à partir de trabalhos que questionam os fundamentos eurocêtricos da disciplina, à partir de lugares outros e de discursos outros, da crítica de conceitos sociológicos e da revisão de teorias de médio alcance (MAIA, 2011). Maia afirma também que se os clássicos formam o substrato que sustenta e nutre a discussão teórica contemporânea, é urgente a necessidade do esforço de (re)leitura e (re)interpretação dessas obras, ou seja, de trabalhos em pensamento social. Para ele, esse esforço é o que torna cada vez mais fértil a produção teórica em sociologia. Infere, à partir daí, que não há uma separação tão rigorosa entre teoria social e pensamento social. O autor acredita que a teoria social é produzida e atualizada pela (re)leitura e (re)interpretação dos clássicos e, por isso, é importante questionar a universalidade das teorias, ou seja, seu eurocentrismo (MAIA, 2011).

Mas a proposta é produzir um distanciamento estratégico da perspectiva weberiana, demasiadamente vinculadas à lógica eurocêntrica, em prol da perspectiva pós-colonial, que questiona a racionalidade ocidental moderna eurocentrada, para reexaminar as raízes de nossas sociabilidades e de nossa sociedade. Pergunto então se é possível identificar, em “Raízes do Brasil”, conexões parciais com o conceito de colonialidade, atualmente debatido no pensamento pós-colonial? Ou, formulando de outra maneira: é possível interrogar Sérgio Buarque com questões pós-coloniais e extrair pressupostos e pistas para um diálogo, mais amplo, em torno da colonialidade? Minha hipótese é de que sim, para ambas as perguntas. Além disso, numa perspectiva mais ampla, essa aproximação entre Pensamento Social Brasileiro e Pensamento Pós-colonial promete inúmeras possibilidades de produção de teoria social atual, como propõe Maia e tem o potencial para oferecer significativa contribuição para as reflexões sobre os rumos e obstáculos na produção e disseminação de determinados estilos de pensamentos no Brasil.



Joaquín Torres-García, "A América Invertida", tinta sobre papel (1943). Fonte: <https://images.app.goo.gl/RX1odgFYox4MJwGD6>.

Metodologicamente, me distancio das leituras weberianas da obra adotando a perspectiva de leitura invertida. O que seria uma *leitura invertida* de "Raízes do Brasil"? Joaquín Torres-García, com seu manifesto "A Escola do Sul" (1935), declarou que "Nosso Norte é o Sul", desafiando o pensamento tradicional eurocêntrico e reivindicando o Sul como novo Norte. Sua obra "A América invertida" (1943) transcendeu a esfera da arte e, quase 50 anos depois, tornou-se símbolo do pensamento decolonial, que se pretende independente dos centros de poder do conhecimento acadêmico e se propõe a produzir a chamada *teoria invertida*, tendo as epistemologias do Sul como referencial e abarcando as contribuições dos povos originários/tradicionais. Torres-García afirma:

Eu chamei isso de "A Escola do Sul" porque, na realidade, nosso Norte é o Sul. Não deve haver norte para nós, senão em oposição ao nosso Sul. Portanto, agora nós viramos o mapa de cabeça para baixo, e então temos uma ideia verdadeira de nossa posição, e não como o resto do mundo deseja. A ponta da América, de agora em diante, para sempre, aponta insistentemente para o Sul, nosso Norte. (TORRES-GARCÍA, 1944, p. 213, tradução nossa)⁵

De Joaquín Torres-García, utilizo a ideia de *inversão* para atualizar meu procedimento de releitura crítica de "Raízes do Brasil", seguindo a tendência de releitura e reinterpretação dos clássicos do pensamento social brasileiro para mostrar sua atualidade teórica. A leitura invertida do clássico buarquiano seria, portanto, reler a obra de uma

⁵ "He dicho Escuela del Sur, porque en realidad, nuestro norte es el Sur. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte"

perspectiva crítica, interrogando, principalmente, o protagonismo dos colonizados, dos oprimidos e, em termos atuais, das classes populares.

2. UM DIÁLOGO DECOLONIAL COM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Há duas afirmações muito significativas feitas por Sérgio Buarque, em “Raízes do Brasil”. A primeira, no início da obra, coloca que somos desterrados em nossa terra e a outra, no final, declara que desde nossas raízes, nossa sociedade foi mal formada (HOLANDA, 1995). Essas declarações podem ser comparadas à de Aimé Césaire, em seu “Discurso sobre o colonialismo” (1950), quando escreve que a colonização produz sociedades esvaziadas delas mesmas e de homens desarraigados de suas terras (CESAIRE, 2010). Também de Albert Memmi, em seu “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador” (1957), quando discorre que a sociedade colonial é uma sociedade enferma incapaz de produzir novas estruturas e provoca mutilação social e histórica no colonizado, mesmo após a colonização (MEMMI, 2007). Assim como de Frantz Fanon, em seu “Os condenados da terra” (1961), quando apresenta a sociedade colonial como um panorama social de desordem absoluta, um mundo compartimentado em que o colonizado é relegado à completa exclusão, como verdadeiro condenado da terra (FANON, 2005). Esses autores escreveram esses clássicos fundadores do pensamento pós-colonial 14, 21 e 25 anos, respectivamente, após “Raízes do Brasil”. Foi a partir desses indícios que passei a indagar sobre se seria possível um diálogo pós-colonial com Sérgio Buarque de Holanda? É o que continuo investigando em minha pesquisa, reunindo os pressupostos e pistas para esse debate.

Em “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque denuncia o processo de europeização nas origens da sociedade brasileira, ou seja, apresentando nossas raízes como resultado da implantação de sementes europeias em solo brasileiro. Sua convicção de que este é o fato principal e de mais diversos desdobramentos, aponta para o sentido da colonização e, conseqüentemente, para sua continuidade. Isso fica claro quando escreve que nossa sociabilidade (nossas formas de convívio), nossa institucionalidade (nossas instituições) e nosso ideário (nossas ideias) foram importados da Europa e, com isso, construiu-se nesta terra, chamada Brasil, uma pseudo-nação brasileira e, logo, foi-nos negado o direito à essa nacionalidade (desterrados em nossa terra).

É significativo também destacar que, quando o autor assevera que somos herdeiros de formas de convívio, instituições e ideias europeias e que entramos numa espécie de evolucionismo social, onde tudo que (re)produzimos ou não, em todas as dimensões de nossa existência social, participam de um sistema de evolução outro.

Ao realizar a extração de excertos de “Raízes do Brasil” que apontavam para o possível diálogo decolonial de Sérgio Buarque com a tríade de pais fundadores, obtive 15 pressupostos. O primeiro pressuposto é europeização, desterro e evolucionismo social (HOLANDA 1995, p. 31). O segundo é europeísmo, territórios-ponte e herança ibérica (idem, p. 31). O terceiro é iberismo, cultura da personalidade e originalidade portuguesa (ibidem, p. 32). O quarto pressuposto é aculturação, miscigenação e alma comum à Portugal (ibidem, p. 40). O quinto é ética da aventura, formação e evolução da sociedade brasileira (ibidem, p. 44-45). O sexto é civilização de raízes rurais e significado da Abolição de 1888 (ibidem, p. 73). O sétimo é ditadura dos domínios agrários, patriarcalismo e ideia de escravidão (ibidem, p. 80-81). O oitavo é preeminência das elites rurais e supremacia das virtudes do intelecto (ibidem, p. 82). O nono é ausência de burguesia urbana, mentalidade de casa-grande e estrutura social sui generis (ibidem, p. 88-89). O décimo pressuposto é presença massiva de negros e mouros cativos em Portugal (ibidem, p. 54). O décimo-primeiro é mestiçagem, ausência de orgulho de raça e plasticidade social portuguesa (ibidem, p. 52-53). O décimo-segundo é contato íntimo com a população de cor e o tornar-se negro português (ibidem, p. 55 e 64). O décimo-terceiro é moral das senzalas e sua influência nas várias esferas da sociedade (ibidem, p. 62). O décimo-quarto é insuficiências do americanismo e permanência das raízes lusitanas (ibidem, p. 172). E o décimo-quinto pressuposto é homem cordial, brasilidade e influência ancestral (ibidem, p. 146-147)

Esses 15 pressupostos parecem abarcar a forma como Sérgio Buarque interpreta, lê e busca sentido para o processo histórico e cultural de construção de nossa sociedade. Ao buscar nossas raízes, Holanda tentou lançar luz sobre o que realmente se passou no contexto da colonização. Mesmo não abordando diretamente o encontro colonial, o autor parece tratar, por um lado [1] da formação da sociedade colonial (europeísmo, europeização, herança ibérica, iberismo, cultura da personalidade, ética da aventura, civilização de raízes rurais, ditadura dos domínios rurais, patriarcalismo, preeminência das elites rurais, ideia de escravidão) e [2] da produção, reprodução e atualização da situação colonial (aculturação, miscigenação, mentalidade de casa grande, insuficiências do americanismo, permanência das raízes arcaicas, homem cordial, brasilidade e influência ancestral). Por outro lado, parece negligenciar [3] as transformações das relações sociais com a situação colonial e [4] as lutas de descolonização, ao suavizar o real aspecto da colonização como forma social estruturada e estruturante pela racialização e pela violência (significado da Abolição de 1888, alma comum com Portugal, presença massiva de escravos negros e mouros cativos em Portugal, portugueses como povo mestiço, ausência de orgulho de raça, plasticidade social, tornar-se negro português, moral das senzalas influenciando toda a sociedade). Parece que Sérgio Buarque nega, em sua história da colonização, a participação de africanos e ameríndios em sua articulação dialógica conflitual com os

portugueses, numa atitude historiográfica eurocêntrica. Seria preciso inverter a lógica eurocêntrica, assumindo o ponto de vista dos colonizados, com uma atitude historiográfica não-eurocêntrica.

Sérgio Buarque questiona *como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?* (HOLANDA, 1995, p. 78). Afirma que enquanto perdurassem os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial, e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas. Reforça que ainda éramos presos à economia escravocrata, mas com a fantasia de moderna de uma grande democracia burguesa, um forte indicativo da profunda incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens secular.

Holanda esclarece que durante a Monarquia e após, já durante a República, fazendeiros escravocratas e seus filhos, cujo prestígio repousava sobre o trabalho escravo, monopolizavam a política e as instituições. Mas muitos de seus representantes manifestaram inclinações anti-tradicionistas e empreenderam significativos movimentos anti-liberais. Sérgio Buarque acrescenta que o século XIX, mesmo após a Proclamação da República, foi um período de febre intensa de reformas, que somadas ao nativismo lusófono, culminaram com a abolição da escravidão, ou seja, a supressão do tráfico negreiro (HOLANDA, 1995, p. 74)

Continuando o trabalho de extração de fragmentos textuais, obtive 5 pistas para o diálogo decolonial de Sérgio Buarque com Aimé Césaire, Albert Memmi e Frantz Fanon. A primeira pista é os movimentos reformadores de cima para baixo e a grande massa do povo (HOLANDA, 1995, p. 260-161). A segunda é a Abolição, a grande revolução brasileira e o aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura (idem, p. 171-172). A terceira é resignificação dos ideais da revolução francesa e o impersonalismo democrático brasileiro (ibidem, p. 179). A quarta é a antítese liberalismo-caudilhismo, liquidação dos fundamentos personalistas e revogação da velha ordem colonial patriarcal (ibidem, p. 180). E a quinta pista é revolução vertical e amalgamação das massas populares com as camadas superiores da sociedade (ibidem, p. 181)

Essas 5 pistas de Sérgio Buarque dão a dimensão de sua ideia de revolução e permitem algumas reflexões. Conforme já me referi, um dos significados de teoria é de relato normativo ou político, ampliando o esforço de produção teórica para um projeto crítico, ético, político e epistemológico. Nesse sentido, o projeto de “Provincializar a Europa”, que visa deslocar a Europa e seu pensamento da centralidade e hegemonia, em especial nas narrativas das histórias não europeias, parece se aproximar [1] das ideias de aniquilamento

das raízes ibéricas de nossa cultura e liquidação dos fundamentos personalistas, propostas por Holanda. Isso porque a autorrepresentação moderna da Europa é compartilhada, muitas das vezes acriticamente, pelos nacionalismos terceiro-mundistas, como fundamento das suas ideologias modernizadoras. Sérgio Buarque demonstra isso quando fala [2] da ressignificação dos ideais da Revolução Francesa pela elite nacionalista brasileira e consequente impersonalismo democrático, assim como com [3] da antítese liberalismo-caudilhismo. Mas considerando o projeto de “Provincializa a Europa” como um projeto de reescrita da história da modernidade com suas contradições, uso da força e tragédia, servindo de fator motivador e empoderador de lutas descoloniais e de lutas sociais e políticas por direitos. O que mais chama a atenção na narrativa buarquiana [4] do significado da Abolição de 1888 e da grande revolução brasileira é mais uma vez a suavização dessas contradições, uso da força e tragédias. Holanda até aponta que [5] aqui os movimentos sempre foram reformadores e de cima para baixo, com a massa do povo à parte e sugere, para a revogação da velha ordem colonial patriarcal, uma revolução vertical, de baixo para cima. Mas suaviza ou nega as contradições e propõe a amalgamação das massas com as elites.

Cesaire, Memmi e Fanon parecem expressar uma ideia de *colonialidade*, em suas obras, da seguinte forma: [1] a Europa é incapaz de resolver dois problemas causados por sua existência, que são o problema do proletariado e o problema colonial; [2] milhões de homens desarraigados de seus deuses, de suas terras, de seus costumes, de sua vida, da vida, da dança, da sabedoria; [3] milhões de homens aos quais sabiamente se lhes inculcou o medo, o complexo de inferioridade, o temor, o pôr-se de joelhos, o desespero, o servilismo; [4] o racismo é o nutriente essencial da imutabilidade da relação histórica entre colonizador e colonizado, que teve data de nascimento, mas é eterna; [5] colonização seria *eterna* porque, além da missão histórica civilizacional, seria impossível a ruptura da relação colonial, pois o colonizado seria naturalmente dado à servidão e o colonizador à dominação.

Além disso, consideram revolução como: [1] recusa absoluta da relação entre colonizador e colonizado; [2] liquidação completa da situação colonial; [3] união dos escravizados oprimidos (africanos, ameríndios, asiáticos e outros) com potências produtivas modernas (proletariado), empoderados com a antiga fraternidade das ancestrais civilizações negras; [4] colonizado parar de se definir por categorias do colonizador; [5] abandonar a antítese Oriente-Occidente, que caracteriza o colonizado negativamente; [6] revolução não é revolução dos métodos; [7] mobilização das massas e luta no plano real; [8] reparação moral e material resultante de dupla tomada de consciência do colonizador e do colonizado; [9] evolução dos povos colonizados em autarquia coletiva; [10] revolução socialista, pela amalgamação das “massas europeias” e das “massas subdesenvolvidas”.

Esse segundo sentido, parece se aproximar da ideia de “aniquilação das raízes coloniais” de Sérgio Buarque, mas como ele não trata a situação colonial da mesma forma que Cesaire, Memmi e Fanon, não é possível definir, por ora, se é o mesmo fio condutor. Talvez, quando Sérgio Buarque fala de “revolução vertical”, de baixo para cima, aproxime mais da ideia de revolução dos pais fundadores pós-coloniais, mas teríamos que problematizar um pouco. De antemão, o que vimos é que Sérgio Buarque fala da amalgamação das massas com as elites. Cesaire, Memmi e Fanon falam da amalgamação das massas escravizadas com massas proletarizadas. Além disso, a revolução que Cesaire, Memmi e Fanon propõem é violenta, a partir da explosão do colonizado, em resposta à opressão do colonizador. Sérgio Buarque propõe uma revolução lenta, sem deixar claro por que meios. De qualquer forma, a aproximação entre os autores aponta para uma discussão sobre revolução no sentido do protagonismo das massas populares.

Por que persistir no diálogo decolonial com Sérgio Buarque? Um dos achados de minha pesquisa de mestrado foi um conjunto de 15 pressupostos e 5 pistas, a partir de excertos do pensamento de Holanda em “Raízes do Brasil” e da aproximação com o pensamento da tríade pós-colonial, que apontam para a necessidade de um diálogo decolonial mais amplo.

Os 15 pressupostos são:

[1] europeização, desterro e evolucionismo social; [2] europeísmo, territórios-ponte e herança ibérica; [3] iberismo, cultura da personalidade e originalidade portuguesa; [4] aculturação, miscigenação e alma comum com Portugal; [5] ética da aventura, formação e evolução da sociedade brasileira; [6] civilização de raízes rurais e significado da Abolição de 1888; [7] ditadura dos domínios rurais, patriarcalismo e ideia de escravidão; [8] preeminência das elites rurais e supremacia das virtudes do intelecto; [9] ausência de burguesia urbana, mentalidade de casa grande e estrutura social sui generis; [10] presença massiva de negros e mouros cativos em Portugal; [11] mestiçagem, ausência de orgulho de raça e plasticidade social portuguesa; [12] contato íntimo com a população de cor e o tornar-se negro português; [13] moral das senzalas e sua influência nas várias esferas da sociedade colonial; [14] insuficiências do americanismo e permanência das raízes arcaicas; e [15] homem cordial, brasilidade e influência ancestral. (THOBIAS, 2020, p. 101-102)

E as 5 pistas seriam:

[1] movimentos reformadores de cima para baixo e a grande massa do povo; [2] abolição, a grande revolução brasileira e o aniquilamento das raízes ibéricas; [3] resignificação das ideias da revolução francesa e o impersonalismo democrático brasileiro; [4] antítese liberalismo-caudilhismo, liquidação dos fundamentos personalistas e revogação da velha ordem colonial patriarcal; e [5] revolução vertical e amalgamação das massas populares com as camadas superiores. (THOBIAS, 2020, p. 103)

“Raízes do Brasil” foi escrito em formato de ensaio, como uma obra aberta ao diálogo e reflexão sobre o Brasil, trazendo novas questões a cada leitura (WEGNER, 2006), possibilitando a análise de diferentes perspectivas. Vale ressaltar que o ensaísmo era característico nos esforços de síntese e interpretação do processo histórico nacional, na primeira metade do século XX, período em que as Ciências Sociais estavam se consolidando (MENDES, 2012). Persistir com Sérgio Buarque é aceitar esse convite e realizá-lo da perspectiva decolonial visa tensionar o pensamento buarquiano para extrair novas linhas de leitura da obra. Isso só é possível voltando ao clássico, relendo-o e reinterpretando-o inúmeras vezes, e interrogando-o, até o limite do não-dito (BHABHA, 1998).

Os pressupostos e pistas, acima apresentados, emergiram da releitura crítica de “Raízes do Brasil” com algumas sugestões pós-coloniais e da aproximação com o pensamento de Sérgio Buarque, Aimé Cesaire, Albert Memmi e Frantz Fanon. A partir de agora, com Sérgio Buarque dialogando com Paulo Freire, Lelia Gonzales e Ailton Krenak, espera-se que essa pesquisa contribua para os estudos de teoria social e de pensamento social brasileiro e latinoamericano, com perspectivas de renovação de ambos.

3. CRIOLIZANDO O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Por que *crioulizar* o pensamento social brasileiro? Segundo Édouard Glissant, africanos que foram sequestrados em África, transportados no ventre dos navios negreiros pelo Oceano Atlântico e escravizados nas Américas – despojados de tudo, inclusive de sua língua –, conservaram heranças pontuais de sua vida cotidiana e de sua cultura, heranças essas que denomina de *pensamentos do rastro/resíduo*. São como sobrevivências do genocídio e epistemicídio perpetrados pelo colonizador, fruto do que chama de *pensamentos de sistema* do colonizador. Glissant afirma que, pelos poderes da memória e a partir dos pensamentos de rastro, desde o ventre da plantação – e arrisco dizer que da senzala, do quilombo – e ao longo dos séculos, os povos afrodiaspóricos foram recompondo sua paisagem mental e cultural num processo chamado de *crioulização*. Para o autor, a

crioulização supõe que elementos culturais absolutamente diversos, colocados em presença uns dos outros, se imbricando e se confundindo um no outro, podem dar nascimento a algo absolutamente novo – a realidade crioula. [...] A crioulização exige que os elementos heterogêneos colocados em relação “se intervalorizem” [...] a crioulização rege a imprevisibilidade; ela cria nas Américas microclimas [de interpenetração] culturais e linguísticos absolutamente inesperados. (GLISSANT, 2005, p. 17-23)

Considerando que uma das conclusões de minha pesquisa de mestrado é de que Sérgio Buarque negligencia o protagonismo de africanos, ameríndios e mulheres em sua investigação das raízes da formação da sociedade brasileira, [1] minha tese central é de que o pensamento social brasileiro precisa crioulizar-se, [2] minha questão de pesquisa é qual o impacto que a articulação do pensamento de Paulo Freire, Lélia Gonzales e Ailton Krenak produzirá em nosso pensamento social e político? e [3] minha hipótese é de que pesquisar as contribuições desses autores produzirá elementos para renovar os estudos e pesquisas do campo. Ademais, aproximá-los à Sérgio Buarque, intervalorizando-se e interpenetrando-se, promete algo novo e imprevisível.

O objetivo geral da pesquisa é colocar o pensamento social brasileiro, à partir de Sérgio Buarque de Holanda, em sintonia com as atuais discussões sobre *(de)colonialidade*, em todas as suas dimensões. Para isso, como objetivos específicos proponho [1] apresentar as possibilidades de diálogo decolonial da obra “Raízes do Brasil”; [2] situar essa proposta de diálogo no contexto da renovação teórico-metodológica promovida pelas chamadas *teorias insurgentes* nas ciências sociais; [3] compartilhar aspectos centrais da vida, obra e legado teórico de Paulo Freire, Lélia Gonzales e Ailton Krenak; [4] articular o pensamento dos autores; e [5] verificar os efeitos dessa articulação no pensamento social brasileiro, via Sérgio Buarque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A releitura crítica panorâmica de “Raízes do Brasil” permitiu colocar em evidência alguns aspectos do clássico que as leituras weberianas identificavam como dados, mas que identifiquei como pressupostos, vislumbrando possibilidades para colocá-los em questão, a partir de nova releitura crítica, mais aprofundada e ampla, em diálogo decolonial futuro. Além de colocar em evidência os 15 pressupostos do pensamento de Holanda, ajudou a entender a estrutura básica do pensamento Ocidental, que considera a Europa sujeito da História e de todas as histórias, o que explicou o fato de Sérgio Buarque ter definido nossas raízes à partir da subjetividade e das ações objetivas dos colonizadores portugueses. Do ponto de vista da diferença colonial e imperial, Holanda faz sua macrointerpretação da perspectiva do colonizador e da metrópole, valorizando o personalismo e o iberismo como determinantes na constituição de nossa brasilidade [colonialidade], sociedade e cultura.

Cesaire, Memmi e Fanon invertem o olhar colonial e imperial, se propondo a reexaminar e recontar a história da colonização da perspectiva dos colonizados, negando o monólogo Ocidental que exclui os colonizados e afirmando o diálogo não-Ocidental que valoriza o ponto de vista do subalterno. A aproximação entre Holanda e a tríade explicou a posição coadjuvante dada por Holanda à africanos e ameríndios na constituição de nossas

raízes, inclusive negando a violência do encontro e da situação colonial, ao propor a ausência do orgulho de raça e da relação amistosa dos portugueses com negros e índios, ao propor que são capazes de americanizarem-se, africanizarem-se e tornarem-se negros por sua plasticidade social.

Essa aproximação, visando um diálogo decolonial, se mostrou muito mais potencialmente frutífera do que minha hipótese supunha. Sendo assim, entendendo que os limites da pesquisa não permitiriam a articulação em nível de aprofundamento e amplitude necessários, considerando que é nas noções de “revolução” dos autores que um diálogo decolonial se concretizaria, tanto nas aproximações quanto nos afastamentos. Isso porque Sérgio Buarque propõe uma revolução em curso, uma dissolução e um cataclismo lentos, ao contrário de Cesaire, Memmi e Fanon. Com base nos 15 pressupostos e 5 pistas, confirmo a hipótese de que “Raízes do Brasil” dialoga com a atual discussão de colonialidade. A inovação teórico-metodológica é a possibilidade de inversão do olhar e ponto de vista de Sérgio Buarque.

Com o tema *Crioulizando o Pensamento Social Brasileiro: um diálogo decolonial com Sérgio Buarque de Holanda, a partir da leitura invertida do clássico “Raízes do Brasil”*, estou interessando em saber o que surge de novo do esforço de *crioulizar* o pensamento social brasileiro, à partir da *releitura invertida* “Raízes do Brasil” como fundamento para um *diálogo decolonial* com Sérgio Buarque de Holanda, incluindo Paulo Freire, Lélia Gonzales e Ailton Krenak, como intérpretes do Brasil, no debate.

REFERÊNCIAS

ANHEZINI, Karina. Perspectivas e expectativas para novas interpretações da obra de Sérgio Buarque de Holanda. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 5, n. 9, p. 262-266, ago. 2012

BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p.70-104.

CANDIDO, Antonio. *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 9-21.

CASTRO ROCHA, João. Raízes do Brasil: biografia de um livro-problema. In: MARRAS, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp; IEB, 2012, p. 19-39.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 823-839, set. 2014.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GLISSANT, Édouard. Introdução a uma poética da diversidade. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAIA, João Marcelo. Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 71-94, mai./ago. 2011.

MARRAS, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, C. M. M. O ensaísmo na historiografia brasileira. In: *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 34, n. 1, p. 91-100, 2012.

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. In: MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Raízes do Brasil*: edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 11-26.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

THOBIAS, Thiago de Oliveira. Caminhos para uma Sociologia Pós-colonial no Brasil: pressupostos e pistas para um diálogo decolonial com Sérgio Buarque de Holanda, a partir da releitura crítica de “Raízes do Brasil”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

TORRES-GARCÍA, J. La escuela del Sur. Lección 30. In: *Universalismo: Contribución a la unificación del arte y la cultura de América*. Buenos Aires: Editora Poseidón, 1944.

WEGNER, Robert. Raízes do Brasil: uma obra aberta que convida para o diálogo (Entrevista). *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, n. 205, p. 9-10, nov. 2006.

WEGNER, Robert. A insistência da cordialidade (Entrevista). *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, n. 498, p. 50-53, nov. 2016a.

WEGNER, Robert. A montanha e os caminhos: Sérgio Buarque de Holanda entre Rio de Janeiro e São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 111-133, set./dez. 2016b.

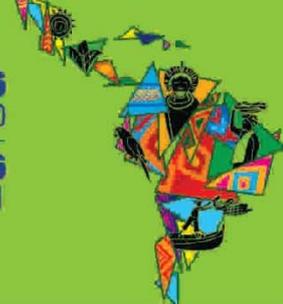


SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 4 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã.

**COMPREENDENDO RAÇA ATRAVÉS DO PENSAMENTO SOCIAL LATINO AMERICANO:
A OBRA DE RITA SEGATO E A INFLUÊNCIA DE ANÍBAL QUIJANO.**

Samara Mariani (FURB)¹
Luciana Butzke (FURB)²

RESUMO

Este trabalho procurou investigar e compreender as reflexões da antropóloga Rita Segato sobre a temática racial. O objetivo principal deste trabalho foi identificar as contribuições de Rita Segato para a reflexão sobre raça. Os objetivos específicos foram: a) fazer breve histórico da vida e obra da autora; b) identificar o contexto na vida e obra da autora o momento em que emerge a reflexão da questão racial; c) identificar como a temática racial é compreendida por Rita Segato; d) verificar quais autores e autoras aparecem na obra de Rita Segato. Como metodologia de análise, foi utilizada a análise de conteúdo, mais precisamente uma análise estrutural do conteúdo. Para esta pesquisa, foram selecionados três (3) artigos que fazem parte do seminário on-line de Segato no Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais - CLACSO. É a partir da perspectiva sobre raça de Quijano que a obra de Segato foi analisada. Sendo a raça uma construção social, ou seja, um conceito crucial para o estabelecimento de subordinações e diferenciações sociais, e que se enraíza na base da sociedade brasileira de forma que nos dias atuais ainda estamos lidando com o racismo e suas intersecções. Os principais resultados desta pesquisa apontam a centralidade dos conceitos trabalhados por Quijano na obra de Segato. Isso faz com que raça seja tratada diretamente ligada com a colonialidade. Segato se mostra uma intelectual chave para pensarmos alternativas de interpretação das questões sociais, em diálogo com saberes que estão sendo marginalizados em detrimento das ideias eurocêtricas.

Palavras-chave: Raça. Colonialidade. Rita Segato. Aníbal Quijano. América Latina.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau e integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional/FURB. E-mail: samara.mariani@hotmail.com

² Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professora da Universidade Regional de Blumenau e integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional/FURB. E-mail: lbutzke@furb.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho procurou investigar e compreender as reflexões da antropóloga Rita Segato sobre a temática racial. Segato é uma antropóloga argentina que trabalhou como professora do departamento de Antropologia da Universidade de Brasília durante trinta e dois anos. É conhecida, majoritariamente, por suas obras que debatem a questão de gênero, como *'La Guerra contra las mujeres'* e *'Las Estructuras Elementales de la Violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los Derechos Humanos'*. A autora, porém, se dedicou ao debate sobre raça no Brasil e foi inclusive coautora da primeira proposta de cotas para estudantes negros (as) em uma universidade federal.

A principal questão norteadora deste trabalho foi: quais as reflexões de Rita Segato em relação à temática racial? O objetivo principal deste trabalho, portanto, foi identificar as contribuições de Rita Segato para a reflexão sobre raça. Os objetivos específicos foram: a) fazer breve histórico da vida e obra da autora; b) identificar o contexto na vida e obra da autora o momento em que emerge a reflexão da questão racial; c) identificar como a temática racial é compreendida por Rita Segato; d) verificar quais autores e autoras aparecem na obra de Rita Segato.

O artigo está dividido em cinco partes. A primeira parte, essa introdução, apresenta brevemente a autora, questão norteadora e objetivos específicos. A segunda parte apresenta o referencial teórico ancorado em Aníbal Quijano, que converge para o referencial utilizado por Rita Segato. A metodologia é tratada na terceira parte. Na quarta parte é discutida a questão racial em Rita Segato a partir da consideração de sua vida e obra, da influência de Quijano e do contexto específico latino-americano. A quinta parte traz uma síntese da contribuição da autora à discussão sobre raça na América Latina.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento deste trabalho, a compreensão do conceito de raça através da perspectiva da colonialidade é importante. Para isso, utilizamos o artigo de Aníbal Quijano (2017), *¡Que tal Raza!*. Quijano é um dos principais autores com quem Rita dialoga e se inspira. Nesse sentido, Quijano entra em concordância com a abordagem desta pesquisa. O conceito de raça é consolidado com a colonização da América Latina, como forma de instrumento de diferenciação social entre indígenas e europeus, tendo como seu aporte o eurocentrismo. O mundo passa a ser dividido entre brancos, negros, asiáticos, índios e mestiços (QUIJANO, 2017). Apesar de que os europeus já comercializassem pessoas escravizadas vindas da África (mais tarde chamadas de negros e negras), ainda não se aplicava um termo para especificar a cor de pele como fator de diferenciação. Nas palavras

do autor: “*La idea de ‘raza’ nace con ‘America’ y originalmente se refiere, presumiblemente a las diferencias fenotípicas entre ‘indios’ y conquistadores, principalmente ‘castellanos’.*” (QUIJANO, 2017, p. 22). Para Quijano, a raça, como ferramenta de dominação, é a sustentação da colonização. O racismo, por sua vez, é a manifestação dessa colonialidade (QUIJANO, 2017). É a partir daí que começam a surgir teorias científicas que ‘comprovavam’ a superioridade dos europeus, o que abriu as portas para a escravização em massa dos povos africanos (e que mais tarde serviria de apoio para o regime nazista, no século XX).

No Brasil colônia, a raça era a forma de divisão social do trabalho, identificava quem fazia trabalhos braçais e ‘sujos’, e quem administraria a colônia. A raça seria, para Quijano, a ferramenta de dominação existente mais eficaz, visto que permeia todos os âmbitos sociais de modo que até hoje perdura. Para o autor isso é o que se chama de colonialidade do poder, ou seja, a manutenção de certas práticas e ideias que existiam na época colonial, mesmo após o processo de independência e formação dos Estados-Nação (QUIJANO, 2017). É a partir da perspectiva sobre raça de Quijano que analisamos as obras de Segato. Sendo a raça uma construção social, ou seja, um conceito crucial para o estabelecimento de subordinações e diferenciações sociais, e que se enraíza na base da sociedade brasileira de forma que nos dias atuais ainda estamos lidando com o racismo e suas intersecções.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa propôs a seleção, organização, leitura e análise de livros, artigos publicados em revistas, textos, documentos, entrevistas de autoria de Rita Segato. Uma vez que o tema que está sendo enfatizado em sua obra é a questão racial, não se pode desconsiderar o arcabouço teórico que existe no país acerca da temática. Assim, foi necessário compreender as relações que Segato faz com esse arcabouço em sua obra.

Tendo em vista que esta não é uma pesquisa que envolveu observação direta com aplicação de instrumentos, a realidade observada se dá a partir do discurso de um sujeito presente em documentos. Como metodologia de análise, foi utilizada a análise de conteúdo, mais precisamente uma análise estrutural do conteúdo, buscando compreender e organizar os elementos que formam o discurso do sujeito (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005). Esta metodologia possibilita ao investigador o acesso a diversas fontes de conteúdo. Isto se torna vantajoso quando se quer compreender certos aspectos da realidade que se apresentam em forma de literatura, programas de rádio, jornais e tantas outras maneiras de se disseminar uma ideia. Este método é útil, segundo Quivy e Campenhoudt (2005, p. 230) para “a análise de estratégias, do que está em jogo num conflito, das componentes de uma situação

problemática, das interpretações de um acontecimento, das reacções latentes a uma decisão, do impacto de uma medida...”.

Objetivamente, esta pesquisa analisou dois tipos de documentos. O primeiro são documentos, textos e entrevistas que permitiram fazer um resgate do histórico intelectual de Rita Segato. Esta parte consistiu em contextualizar vida e obra de Segato, e a principal fonte de análise foi seu currículo Lattes. O segundo é o material disponibilizado no seminário criado pela autora na plataforma on-line do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais - CLACSO, intitulado de *Raza, Género y derechos desde la perspectiva de la colonialidad*³, de 2019. Este seminário é constituído em 120 horas e foi realizado em doze semanas, iniciando em 30 de abril de 2019. Inclui vídeo-aulas gravadas pela autora, onde cada aula contempla uma literatura selecionada por Segato. Ele representa a síntese da reflexão de Segato, pois aborda temas como a perspectiva da colonialidade, raça e racismo a partir da América Latina, constitucionalismo, cotas em universidades e gênero. Deste seminário, apenas a bibliografia foi consultada, visto que o interesse está em analisar quais os conceitos que Segato utiliza, bem como os autores e autoras com quem ela dialoga. Os critérios de seleção dos textos do seminário estão de acordo com os conceitos utilizados no referencial teórico-conceitual. Portanto, os textos selecionados contêm (em seu título ou resumo) palavras referentes aos temas de raça e colonialidade.

Foram selecionados os seguintes artigos da autora para análise: (1) *Anibal Quijano y la perspectiva de la Colonialidad del Poder*, de 2015; (2) *Los cauces profundos de la raza latinoamericana – una relectura del mestizaje*, de 2010; (3) *El color de la cárcel en América Latina: Apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente en desconstrucción*, de 2007. Na análise dos textos foi importante também mapear as referências utilizadas por Rita Segato, para identificar quais autoras e autores do pensamento social fazem parte do arcabouço conceitual da autora. Definidos os documentos para análise, foi feita a leitura e fichamentos como metodologia de registro destas leituras.

4. A QUESTÃO RACIAL EM RITA SEGATO

Esta seção está dividida em três partes, a primeira tem o objetivo de contextualizar a vida e obra de Rita Segato, a segunda tratará da perspectiva da colonialidade do poder presente na obra de Segato. A terceira e última subseção propõe a análise da questão racial em seus textos e os principais apontamentos feitos pela autora.

³ Mais informações do seminário online: <<https://www.clacso.org/seminario-raza-genero-y-derechos-colonialidad-2019/>>

4.1 Vida e Obra

Rita Laura Segato nasceu na cidade de Buenos Aires - Argentina, em 14 de agosto de 1951. Frequentou o Conservatório de Música da Cidade de Buenos Aires, graduando-se em 1968. Durante o período no Conservatório, aos 14 anos, viaja para Tilcara, cidade pertencente a província de Jujuy, e lá entra em contato pela primeira vez com uma forma de existência alternativa a que via na capital argentina. Segato conhece a cidade andina que vive a partir das heranças deixadas pelos povos originários, e a partir desta experiência sua história traça um caminho que a liga com Tilcara e seu povo permanentemente. Pouco tempo depois de se formar no Conservatório, Segato ingressa na Universidad de Buenos Aires e passa a estudar Ciências Antropológicas.

No ano de 1974 obtém sua graduação e logo em seguida, em 1975 se especializa em Etnomusicologia no Instituto Interamericano de *Etnomusicología y Folklore* de Caracas, na Venezuela, e permaneceu em Caracas como investigadora do arquivo de música latinoamericana até 1980. Em 1978 obteve seu mestrado em Antropologia Social pela The Queen's University Of Belfast, na Irlanda do Norte, sob o título "*Social Conservatism and Cultural Conservatism. An Analysis of Traditionalism and Heterogeneity in Latin American Nations*". Ainda em 1978 inicia seu doutoramento na mesma instituição, obtendo grau em 1984, sua tese teve o título "*A Folk Theory of Personality Types. Gods and their Symbolic Representation among members of the Shango Cult of Recife, Brazil*".

É na década de 1980 que Segato se aproxima do cenário brasileiro, através de suas pesquisas sobre as religiões de matriz africana. Em 1985 se torna professora do Departamento de Antropologia na Universidade de Brasília (UnB), lecionando na graduação até 2010 e, a partir de 2011 passou a exercer docência nas pós-graduações interdisciplinares de Bioética e Direitos Humanos. Suas pesquisas se concentram, nesse período, majoritariamente na temática da religiosidade no Brasil, principalmente das religiões de matriz africana.

Na década de 1990, a discussão de gênero começa a aparecer em suas publicações como, por exemplo, o artigo "A Natureza do Gênero na Psicanálise e na Antropologia" publicado em 1993 na revista *Anuário Antropológico* e em 1997, na revista *Sociedade e Estado*, o artigo "Os Percursos do Gênero Na Antropologia e Para Além Dela". O início da década de 2000 é definida por discussões voltadas as questões de gênero, direitos humanos, e a institucionalização da violência. Os casos de feminicídio na cidade de Juárez, no México no início dos anos 2000 também foram foco de pesquisas da autora, principalmente em relação ao papel da mídia local e sua repercussão global. Em 2002, Segato publica em

coautoria com José Jorge de Carvalho, “Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília”, artigo que foi o primeiro passo para a implementação do sistema de cotas, um ano depois, na UnB. Ainda no ano de 2002, foi coautora da primeira proposta de políticas públicas para mulheres indígenas.

Em 2006, Segato publica um texto que demonstra sua preocupação com as relações interseccionais de gênero e raça, “O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça” foi publicado na revista *Série Antropologia*, e pela primeira vez os dois termos aparecem juntos em um artigo seu. As temáticas se afunilam cada vez mais, e a questão racial passa a protagonizar alguns de seus escritos. O artigo “*El color de la carcel en América Latina: Apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente en desconstruccion*”, de 2007, é um exemplo de como Segato começa a tratar dos temas envolvidos na questão racial, através do conceito de Colonialidade. Este termo passa a ser utilizado mais frequentemente em suas publicações, sempre atrelado a influência do autor Aníbal Quijano. O texto “*Ejes argumentales de la perspectiva de la Colonialidad del Poder*”, de 2013, marca substantivamente o lugar de onde Segato parte para dialogar com as temáticas de gênero e raça. Rita Segato se aposentou como professora emérita na Universidade de Brasília em 2017, sendo professora visitante em diversas pós-graduações na América Latina.

Atualmente Segato reside em Tilcara, cidade que despertou o olhar antropológico na autora. Em abril de 2019, criou juntamente com a CLACSO o seminário “*Raza, Género y derechos desde la perspectiva de la colonialidad*”. Este seminário sintetiza de forma objetiva o percurso acadêmico da autora e sua linha de pensamento. É possível observar nas temáticas abordadas por este seminário a presença de um eixo central: a colonialidade e o pensamento decolonial. Este eixo está presente nas três principais discussões da autora: gênero, raça e direitos. O que torna interessante de se observar, analisando a época de suas publicações, é o fato de que Segato passa a discutir a colonialidade recentemente. Ou seja, esta não é uma trajetória que inicia de uma definição de linha de pensamento (a colonialidade), para então definir objetos de pesquisa (raça, gênero, direitos) e por fim propor ações concretas na realidade (política de cotas).

4.2 A influência de Aníbal Quijano

Para dar início a análise dos textos selecionados, é necessário evidenciar a grande influência do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018) na obra de Rita Segato, principalmente nos textos voltados à questão racial. A obra de Quijano é uma das principais representantes do pensamento decolonial, uma corrente de pensamento contra hegemônica, que busca construir um conhecimento emancipatório dos territórios colonizados. Quijano, em

seu famoso conhecido artigo “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” descreve como opera a colonialidade dentro do continente latinoamericano e, conseqüentemente, como a racialização dos corpos não-brancos é estruturante dessa colonialidade do poder. Nas palavras de Quijano (2005, p. 229):

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como uma nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.

Em 2013, Rita Segato publica um texto síntese dos principais eixos da perspectiva da colonialidade do poder, que mais tarde se torna capítulo do seu livro “*La Crítica de la Colonialidad en ocho ensayos y una Antropología por demanda*”. Neste texto, Segato reconhece quatro pautas teóricas, a partir do séc. XX que propõe uma distorção na forma tradicional europeia de pensar o mundo. São perspectivas que enxergam a realidade desde o “Sul”. São elas: a Teologia da Libertação, a Pedagogia do Oprimido, a Teoria da Marginalidade, Teoria da Dependência e, por último, e mais recente, a Colonialidade do Poder. A Colonialidade do Poder impõe uma mudança de paradigma, não somente por ser concebida a partir da América Latina, mas por anunciar a estrutura de poder globalmente configurada (SEGATO, 2015).

Na década de 1970, as Ciências Sociais passaram por uma transição devido a ruptura das discussões polarizadas sobre capitalismo-comunismo e, na América Latina, o pensamento marxista foi sendo rediscutido por alguns cientistas sociais (inclusive Quijano), que entendiam que as heterogeneidades continentais não estavam contempladas na teoria marxista e em boa parte dos marxismos. Segundo Segato (2015, p. 18) “[...] *se hace necesario introducir otra y novedosa lectura de la historia que reposiciona el continente en el contexto mundial, y a su vez entiende y representa de forma nueva ese contexto.*”

A partir desse cenário, o desafio proposto não era desenvolver uma teoria sobre uma região específica, e sim uma teoria “para” e “sobre” o sistema-mundo (SEGATO, 2015). Os escritos de Quijano em coautoria com Immanuel Wallerstein compreendem como a colonialidade e a invenção da raça se tornam essenciais para o entendimento da configuração do mundo moderno. Outra referência importante de Anibal Quijano é o sociólogo peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), tanto para a concepção heterogênea do continente latinoamericano quanto para a importância do “fator raça” para compreensão da subordinação na América Latina (SEGATO, 2015).

O que é importante destacar nesse texto síntese do pensamento de Quijano construído por Segato, é o trabalho minucioso em destrinchar o que ela denomina de “ejes

argumentales” da perspectiva da colonialidade do poder. No total, a autora apresenta catorze eixos: *Reordenamiento de la historia*; *Colonial/moderno sistema mundo*; *Heterogeneidad histórico/estructural de la existencia social*; *Eurocentrismo, identidad y reoriginalización*; *Colonialidad del saber*; *Colonialidad y Subjetividad*; *Racismo*; *Raza*; *Colonialidad y Patriarcado*; *Ambivalencia de la Modernidad: racionalidad tecnocrático-instrumental y racionalidad histórica*; *Poder, Estado y Burocracia en el liberalismo y el materialismo–histórico, ‘Razón de Estado’ y falencia democrática en América Latina*; *Descolonialidad o Giro Descolonial – “el regreso del futuro”*; *El indio, el movimiento indígena y el movimiento de la sociedad - “El Regreso del Futuro”*; *La economía popular y el movimiento de la sociedad* (SEGATO, 2015).

A autora não só apresenta cada um deles, mas também os associa com a sua própria obra. De uma forma, ela está apresentando também seu marco teórico, o corpo na qual suas reflexões orbitam. Estes são elementos importantes que compreendem tanto a colonialidade do poder, quanto a própria obra de Segato. Não cabe, neste momento, discorrer sobre todos os catorze eixos de argumentação, mas é válido citar alguns que parecem ser centrais para Segato. A ideia de “*reordenamiento de la historia*” compreende que a modernidade surge a partir da colonização da América, ou seja, “*la idea sintéticamente enunciada de que América inventa Europa [...]*” (SEGATO, 2015, p. 22). Não somente porque a exploração das riquezas foram o princípio da acumulação de capital, mas também porque a América é a novidade que se desdobra no espírito da modernidade.

Importante es también percibir que antes de la llegada de los barcos ibéricos a estas costas, no existía Europa, ni tampoco España o Portugal, mucho menos América, ni el “indio”, ni el “negro”, ni el “blanco”, categorías étnicas éstas que unificaron civilizaciones internamente muy diversas, con pueblos que dominaban alta tecnología y ciencia y pueblos de tecnología rudimentaria. (SEGATO, 2015, p. 23)

O eixo “*Colonialidad y Patriarcado*” se torna importante de ser mencionado justamente pelo extenso trabalho de Segato nas discussões envolvendo gênero. Segato reconhece que Quijano não se envolve diretamente com essa reflexão, mas que “*En una variedad de trechos dispersos entre sus artículos, Quijano aplica al género la misma lógica histórica que a la raza [...]*” (SEGATO, 2015, p. 31), ou seja, para Quijano tanto gênero quanto raça obedecem a uma estrutura dual, na qual a autora tem algumas ressalvas. Segato faz referência à Maria Lugones, que segundo a autora desenvolve mais profundamente as relações de gênero e de colonialidade, apontando que a estrutura patriarcal existente hoje também é uma invenção colonial, pois se configura de maneira diferente das hierarquias pré-coloniais. A autora conclui:

A pesar de inscribir mi análisis en el paradigma de la colonialidad del poder, concluyo que no se trata aquí de una jerarquía dual sino binaria. Reservo el dualismo para hablar de las relaciones de género en el “mundo-aldea”, es

decir, en el mundo pre-intrusión colonial, y adopto el modelo binario y de los binarismos para hablar del orden moderno. (SEGATO, 2015, p. 31)

Por fim, um outro eixo presente na obra de Quijano em que Segato apoia suas reflexões é o conceito de “raça”. Na apresentação dos instrumentos teórico-metodológicos já compreendemos que a construção da raça serve até hoje como instrumento de dominação e subordinação de povos e, na América Latina, isso ocorre através dos fenótipos herdados do período colonial. Segato (2015, p. 30) enfatiza “[...] *el carácter plenamente histórico de la maniobra de racializar la diferencia entre los pueblos, en el sentido de biologizarla [...]*”. Neste momento, é importante relacionarmos este artigo com outro que também foi selecionado para análise: *Los cauces profundos de la raza latinoamericana – una relectura del mestizaje*, publicado em 2010, na qual Aníbal Quijano é sua principal referência. O artigo tem por temática a construção histórica da raça na América Latina e o surgimento das pautas identitárias. Quijano aparece como ponto central na crítica ao marxismo e sua perspectiva puramente eurocentrada. Uma síntese da crítica de Segato pode ser encontrada no seguinte trecho: “El capital permite, sí, leer únicamente las relaciones a partir de la dualidad capital-salario, pero el capitalismo es un sistema que constela muchos otros tipos de relaciones de producción no siempre mediados por el salario.” (SEGATO, 2010, p. 29).

Nesse sentido, analisaremos como Segato trabalha a questão racial trazendo a perspectiva da colonialidade do poder para suas próprias reflexões, para isso dois textos são centralizados: “*Los cauces profundos de la raza latinoamericana – una relectura del mestizaje*”, este previamente mencionado e também o artigo “*El color de la cárcel en América Latina. Apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente en desconstrucción*”.

4.3 Raça na América Latina e a leitura de Rita Segato

Em todos os textos analisados neste trabalho, Segato levanta uma problemática importante para sua reflexão: a dificuldade de falar sobre raça na América Latina. Nesse sentido, o texto “*El color de la cárcel en América Latina*”, publicado em 2007, é um em que isso se torna evidente. O texto tem como temática a racialização do sistema penitenciário nos países latinoamericanos e sua problemática aborda a colonialidade enraizada nas instituições geridas pelo Estado. Segato (2007, p. 144) aponta que “[...] *los métodos de los agentes estatales de seguridad se dirigen hoy contra aquellos que ostentan las marcas de la derrota en el proceso fundante de la conquista de África y de América, esto es, aquellos racializados por la dominación colonial*”. Para a autora, a persistência da colônia na América Latina é percebida através da branquitude das elites e da constante exploração do trabalho dos não-brancos, além da naturalização do encarceramento e morte destes indivíduos. Como a colonização da América Latina foi crucial para a construção do conceito de raça onde então,

o mundo foi dividido entre brancos e não-brancos (e sucessivamente, quem detém o poder e quem é marginalizado), existe uma naturalização da população carcerária ser, em sua maioria, não-branca. Aqui, Segato passa a dialogar com a área da Criminologia:

Sin aceptar que son los desheredados del proceso colonial, con su marca legible, quienes habitan, mayoritariamente, en las cárceles de América Latina, no se puede hacer ni criminología crítica ni sociología del castigo. (SEGATO, 2007, p. 145).

A dificuldade que a criminologia enfrenta ao debater raça começa, para a autora, do fato de ser uma área do conhecimento originada na Europa, portanto, sua construção está fundada em ideias eurocêntricas do que seria a “raça” (SEGATO, 2007). Outros problemas que derivam desse contexto são: o debate acadêmico sobre a racialização do cárcere está atrasado para um conflito que existe desde a América Latina colônia e, também, a falta de estatísticas e estudos sobre o assunto e a própria área do direito, que haveria de admitir a existência de um racismo estatal.

O principal diálogo em relação à criminologia crítica é feito com Loïc Wacquant, sociólogo e teórico da seletividade da justiça, aponta a existência do Estado penitência (a visão do encarceramento como solução da sociedade) como uma criação estadunidense e exportada para os países europeus. Wacquant (2000, p. 100-101 apud SEGATO, 2007, p. 148) também entende a raça como uma ferramenta dessa colonialidade presente nos sistemas penitenciários: *“En probabilidad acumulada a lo largo de una vida, un hombre negro tiene más de una posibilidad sobre cuatro de purgar al menos un año de cárcel y un latino una sobre diez, contra una sobre 23 en el caso de un blanco. [...]”*. A importação do sistema penitenciário americano pelos países europeus instaura, dentro da própria metrópole, um sistema de colonialidade, segundo Wacquant (2000 apud SEGATO, 2007, p. 148): *“En toda Europa, los extranjeros, los inmigrantes no occidentales calificados de «segunda generación» y las personas de color están masivamente sobrerrepresentados dentro de la población carcelaria”*.

Neste artigo, Segato observa que na América Latina faltam dados concretos sobre a situação carcerária, as informações geralmente são baseadas em observações de terceiros, mas não existe um senso institucionalizado que fale a respeito. Isso ocorre, segundo a autora, devido à naturalização da raça no sistema penitenciário. Dois trechos do texto deixam evidentes a crítica de Segato a respeito da produção de dados dentro desse universo:

El tratamiento de este tema por la mayor parte de las entidades y los organismos que estudian la situación carcelaria se ve también perjudicado por una comprensión muy limitada de la noción de «raza». La reflexión sobre esta categoría es todavía muy deficiente en América Latina: se suele hablar de «grupos étnicos» y «raza» indistintamente, confundiendo ambas categorías. (SEGATO, 2007, p. 148-149)

Logo em seguida, a autora argumenta:

El «color» de las cárceles al que me refiero aquí es la marca en el cuerpo de un pasado familiar indígena o africano [...] Lo que deseo enfatizar es que puede haber una cárcel habitada en un 90% por presidiarios no blancos sin que ninguno de ellos se considere miembro de una sociedad indígena o forme parte de una entidad política, religiosa o de cultura popular auto declarada como afroamericana o afrodescendiente. (SEGATO, 2007, p. 149)

Segato traz à discussão estudos realizados no Brasil sobre o assunto. O Estudo de Sérgio Adorno (1995 apud SEGATO, 2007) aponta uma vigilância maior sobre a população negra, onde o número de flagrantes era maior que o de pessoas brancas. Outro dado apresentado mostra que o número de brancos absolvidos é maior, mesmo quando há provas testemunhais. Outro estudo mencionado no texto é o de Sílvia Ramos e Leonarda Musumeci, que apontam dados convergentes aos de Adorno: *“El desequilibrio se acentúa si consideramos que, del total de los abordados por la policía, solo 32,6% de los blancos sufrió revista corporal, contra 55% de los negros y 38,8% de los mestizos.”* (RAMOS; MUSUMECI, 2005 apud SEGATO, 2007, p. 150). Aqui, Segato retorna à Wacquant propondo uma “torção” em seu argumento: para o teórico, o sistema do cárcere nos moldes estadunidenses serve para a manutenção da ordem racial. Em outras palavras, a raça e a segregação racial é a causa do sistema (WACQUANT, 2000 apud SEGATO, 2007). Segato, no entanto, propõe o contrário de Wacquant: *“Raza es efecto y no causa, un producto de siglos de modernidad y del trabajo mancomunado de académicos, intelectuales, artistas, filósofos, juristas, legisladores y agentes de la ley, que han clasificado la diferencia como racialidad de los pueblos conquistados.”* (SEGATO, 2007, p. 150).

No capítulo concluinte do artigo, a autora retoma a relação colonialidade-raça, pois entende que é uma relação necessária para conseguirmos apontar “a cor do cárcere”. E, no trecho a seguir, Segato explica:

La raza presente y visible en las cárceles no es la del indio recién salido de su aldea, ni la del negro africano que guarda en su memoria el trauma de la esclavitud. La raza que está en las cárceles es la del no blanco, la de aquellos en los que leemos una posición, una herencia particular, el paso de una historia, una carga de etnicidad muy fragmentada, con un correlato cultural de clase y de estrato social. (SEGATO, 2007, p. 152-153).

Essa leitura dificultada e muitas vezes inexistente é consequência, segundo Segato, da ideia da mestiçagem, que foi a ferramenta utilizada no período colonial para apagar as memórias de descendência não-branca. A negação da ancestralidade destes sujeitos torna a análise ainda mais desafiadora. Por esses fatores, a criminologia crítica tem de dialogar com as reflexões críticas da colonialidade, e então, a autora propõe alguns autores para a formulação deste intercâmbio.

O primeiro é, como poderíamos esperar, Aníbal Quijano como autor chave para compreender o processo de formação da raça na América Latina. Dentro dos estudos pós-coloniais, Segato indica Dipesh Chakrabarty e sua concepção de Europa, e Partha Chatterjee com a análise dos Estados nacionais como herdeiros e reprodutores dos Estados coloniais. Walter Mignolo, Santiago Castro-Gómez e Aníbal Quijano convergem no que diz respeito à formação dos Estados nacionais no “hemisfério ocidental”: a independência dos Estados latinoamericanos foi apenas um processo de reestruturação colonial. *“En otras palabras, no hay modernidad posible, en el sentido de ciudadanía generalizada y plena, cuando la estructura de racialidad/colonialidad organiza el ambiente social.”* (SEGATO, 2007, p. 157). Santiago Castro-Gómez (2004 apud SEGATO, 2007) aponta que a construção do Estado no sec. XIX cria a ideia de cidadania baseada na figura do homem branco, letrado, católico, proprietário, heterossexual, pai de família. Assim se forma a Constituição do Estado independente latinoamericano: a partir do colonizador. Nesse sentido, a prática jurídica-penal é inviabilizada, segundo Segato, pois desde sua origem está estabelecido um ideal racializado: *“Mientras las naciones latinoamericanas mantengan vigente en su interior la estructura colonial –y su correlato, el orden racial–, no será posible un Estado plenamente democrático ni un discurso jurídico-penal que no sea utópico e irrealizable.”* (SEGATO, 2007, p. 159-160).

Retomando o texto mencionado anteriormente *“Los cauces profundos de la raza latinoamericana – una relectura del mestizaje”*, neste artigo, Segato procura aprofundar a reflexão sobre o problema que ela apresenta em *“El color de la cárcel em América Latina”*: o problema da mestiçagem, juntamente com as pautas identitárias emergentes na América Latina. O propósito do texto, portanto, é examinar as noções de identidade e como elas se contextualizam nas novas políticas, considerando a dificuldade de falar sobre raça na América Latina (SEGATO, 2010). A primeira parte do artigo apresenta a emergência das pautas identitárias na América Latina. Com o fim do socialismo “real” na década de 80, as lutas por direitos sociais na América Latina passaram a aderir pautas voltadas às minorias sociais. Assim entende Segato (2010, p. 14): *“La lucha de los años sesenta y setenta “contra el sistema” se transformó, a partir de los años ochenta, en la mucho menos gloriosa lucha por la “inclusión en el sistema [...]”*. O debate que surge no campo crítico das Ciências Sociais assume duas posturas diferentes: 1) a inclusão no sistema é fruto de uma falsa consciência, e as leis do mercado somente geram mais desigualdades; 2) as lutas por inclusão podem ser ferramentas para obter espaço no âmbito político (reforma y revolución) (SEGATO, 2010).

A fim de contextualizar estas críticas na realidade, Segato aponta estas duas posturas no debate sobre cotas raciais no Brasil, nos manifestos contrários as cotas existem duas posições: a conservadora, formada pela elite intelectual branca que deseja manter o monopólio das universidades públicas, muitos destes antropólogos com uma visão

homogeneizadora da sociedade brasileira, e que entendem que a criação de uma lei de cotas “instituiria” a raça no país (SEGATO, 2010). A segunda posição contrária se define como crítica, que vê raça e a política de cotas como possível desestabilizador de movimentos sociais das minorias. Esta postura contrária às cotas – por parte da esquerda – vinha de uma preocupação com a racialização dos movimentos sociais e suas lideranças. Nesta introdução, aquilo que Segato aponta como “dificuldade de falar sobre raça” fica mais evidente, principalmente devido a crença fiel da miscigenação e da “democracia racial”.

Na segunda parte do artigo, Segato dá continuidade na reflexão sobre política e pautas identitárias. Ainda apresentando o cenário Brasileiro, Segato traz alguns dados referentes ao tratamento das populações não-brancas por parte do Estado, como: a primeira *causa mortis* de jovens negros entre 18 e 25 anos é a execução, a “*muerte matada*”, que em sua maioria é feita pela seguridade pública (PAIXÃO; CARVANO, 2008 apud SEGATO, 2010). Nos laudos de perícia destas mortes, há um silêncio referente a “não-brancura” dos sujeitos: “*Valga un ejemplo que retrata como ninguno la ausencia de nominación, es decir, el silencio que pesa sobre la raza, aún en un campo en que ella es determinante de la victimización y genera máxima vulnerabilidad.*” (SEGATO, 2010, p. 16-17). Outro documento que Segato analisa é feito em 2007 por Philip Alston, importante figura dos direitos humanos que visita o Rio de Janeiro para uma observação dos agentes estatais de seguridade pública. No relatório de Philip Alston, só há uma menção sobre a cor de pele das vítimas, em um laudo feito por um perito da Comissão de Direitos humanos da Ordem dos Advogados no Brasil - OAB. Nas palavras da autora:

Esta, como dije, es la única mención al color de las víctimas en todo el relatório, a pesar de que el propio observador de la Organización de Naciones Unidas (ONU) reporta, en el documento final de su autoría, la generalizada “percepción de que las operaciones policiales son planeadas con la finalidad de matar pobres, negros y jóvenes del sexo masculino” que, según afirma, “sorprende por ser corriente y general” (ALSTON, 2008 apud SEGATO, 2010, p.17-18).

A autora também traz para a discussão o texto “*El color en America Latina*” que foi apresentado anteriormente e, como percebemos, faz uma crítica à precariedade de obtenção de dados a respeito da população encarcerada. Segato entende que as instituições que estudam a situação carcerária na América Latina pouco sabem abordar a racialização dentro destas instituições. Em relatórios institucionais, abordam a questão partindo daqueles que são ligados a uma identificação étnica e territorial (indígenas, negros territorializado) e quando não, utilizam o termo afrodescendente, que não é uma categoria que se basta para falar de raça (SEGATO, 2010). Para Segato (2010, p. 20): “*Percibir la raza del continente, nombrarla, es una estrategia de lucha esencial en el camino de la descolonización.*”. Novamente, a autora menciona que a política da mestiçagem para nada mais serviu além de apagar as

memórias e genealogias, uma “mestiçagem etnocida”. Chegamos em um ponto do texto que deve ser apreendido de forma cuidadosa, quando a autora apresenta a raça na América Latina como incerta, indecifrável, e aqui representada nos sujeitos encarcerados, Segato diz:

Esa “raza”, que es nada más que trazo de la historia en los cuerpos y que habita las prisiones del continente, se muestra por alguna razón esquivada, se evade de ser nombrada, denominada, cuantificada en las estadísticas, y sólo se revela, paradigmáticamente, en los relatos testimoniales sobre el encarcelamiento y la guetificación. (SEGATO, 2010, p. 20)

E logo depois, afirma:

Esa raza incierta, incapturable... y nuestra –de todos, al final, cuando mirados desde el norte–, en su realidad multiforme, será la consigna capaz de reunir a los desheredados del proceso colonial, y es la marca legible de quienes habitan, mayoritariamente, en las cárceles de América Latina. La cárcel, como ya algunos han dicho antes de mí, es la más apta alegoría del continente. (SEGATO, 2010, p. 21)

Analisando estas palavras, podemos compreender Segato quando fala que, desde o “Norte”, a raça latinoamericana pertence a todos no sentido de que: ao cruzarmos as fronteiras dos países europeus-colonizadores, nenhum sujeito latinoamericano é branco. Ao Norte, a “branquitude” do sujeito carrega no seu cerne a colonialidade, o território conquistado, a subordinação. E se torna extremamente necessário entender que dentro do território latinoamericano existe a diferenciação racial entre brancos e não-brancos e que, além de colonial, está atrelada (pois assim foi construída) à um aspecto de aparência física. Isto fica evidente com os dados sobre encarceramento trazidos pela própria autora e que foram apresentados anteriormente. Buscando responder à principal questão deste texto: porque é tão difícil falar sobre raça na América Latina? Porque a antropologia não fala sobre a raça “imprevisível, não-biológica”? Segato compreende que falar de raça toca em feridas abertas de 3 principais grupos: 1) a esquerda intelectual, que busca compreender os conflitos de classe a partir da Europa (marxismo); 2) a sociologia, pela escassez de dados e dificuldade de classificação racial; 3) os atores políticos e as forças legisladoras, por denunciar o racismo institucionalizado (SEGATO, 2010).

Vale também mencionar uma análise feita na Argentina, onde Segato analisa a página online do *Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo* (INADI), onde em análises estatísticas de pesquisas com associação de palavras, a raça, ou racialização das questões quantitativas é completamente oculta. O seguinte trecho contém a principal crítica de Segato dentro desse estudo:

Es decir que solamente cuando se les permite a las personas relatar y se toma en cuenta el lenguaje de la gente o, en otras palabras, cuando la encuesta se aproxima un poco más a lo cualitativo etnográfico, solamente en ese caso, la no-blancura genérica es mencionada. (SEGATO, 2010, p. 24)

Há então um mistério sobre aqueles que formam as camadas populares, que não se pensam indígenas, nem “afrodescendentes”.

¿Qué raza es esa? ciertamente una raza que sufrió la mayor de las expropiaciones: el robo de su memoria, el seccionamiento de sus linajes originarios, interceptados por la censura obligatoria del recuerdo, transformado entonces en una nebulosa confusa por el contrabando psíquico de un relato de la nación como una fotografía en la que un personaje se encuentra recortado y figura solamente como espacio hueco de la memoria. [...] Porque el mestizaje – crisol de razas, trípode das raças, cadinho – se impuso entre nosotros como etnocídio, como cancelamento de la memoria de lo no-blanco por vías de fuerza. (SEGATO, 2010, p. 25-26).

O tópico seguinte do artigo, Aníbal Quijano aparece e, junto dele, as noções de raça e colonialidade. Na seção anterior, mencionamos brevemente este texto pela centralidade de Quijano e a crítica, partindo do autor, que Segato faz ao marxismo. Também é feita uma síntese muito breve ao pensamento de Quijano, principalmente a respeito da temática racial. Segato estabelece também que *“No hay soluciones para la comprensión del fenómeno racial fuera de una perspectiva compleja y de las relaciones de poder originadas en el evento de la constitución del sistema colonial moderno.”* (SEGATO, 2010, p. 31). Em outras palavras, o que Segato pretende dizer é que a “não-brancura” é, hoje, a leitura contemporânea dos corpos que carregam os povos vencidos de desterritorializados. E onde Segato conclui *“Raza, entonces, es un fenómeno cognitivo o, como Quijano lo llama, puramente “mental”, pero constituye una pista en dirección a quién se fue, y a quién, por lo tanto, se es.”* (SEGATO, 2010, p. 31). Surge então o questionamento: em que consistem essa “brancura” e “não-brancura”? E Segato (2010, p. 32) traz a provocação: *“Porque, si en Quijano la raza se define como una emergencia histórica, eso significa que ella es adversa a toda fijación biologicista y a toda posibilidad de esencialismo.”* Identifica então, que as relações de hierarquias raciais surgem justamente no início da conquista colonial e que foram:

[...] solo anticipadas por la mal llamada “reconquista” española –“puramente mítica”– y la racialización de judíos y moros en una doctrina metropolitana de la “limpieza de sangre” que asoció la sustancia biológica “sangre” con una afiliación religiosa. es en ese momento y de esa forma que se inventa, según Quijano (1993), la maniobra de biologización de la cultura que luego pasó a llamarse “raza”. (QUIJANO, 1993 apud SEGATO, 2010, p. 32).

E a partir deste contexto Segato compreende o desafio que consiste a identificação da raça no cenário de colonialidade. Partindo do entendimento que a raça é um fenômeno sociológico, histórico e também, transformado em biológico, a variabilidade da leitura racial se transforma em função da mudança de contexto. Isto pode ser compreendido de forma mais objetiva quando sabemos que, durante o período escravocrata, a noção cognitiva da raça não bastava para manter as relações de exploração. Para isso, existiam leis que classificavam

aqueles que seriam escravizados e os que poderiam comprar sua liberdade e por quais meios (como o arroio, por exemplo) (SEGATO, 2010). A racialização plena é alcançada no fim da escravidão, pois ela se integra estruturalmente ao sistema político e econômico. Assim indica: *“Esa raza extralegal, como verdadera “costumbre” no legislada, se vuelve, entonces, modulable y plenamente histórica, se adapta como válvula instrumental siempre a la acumulación y a la concentración.”* (SEGATO, 2010, P. 34).

Uma perspectiva defendida por Segato, a fim de amarrar as ideias trazidas neste texto é a do pluralismo histórico. O pluralismo histórico defende que as identidades são mutáveis, que são historicamente produzidas e transformadas (SEGATO, 2010). Nesse sentido, o fenômeno da mestiçagem – a raça indecifrável, etnocida – pode ser compreendido em duas perspectivas: 1) para as elites, a mestiçagem foi uma ferramenta para homogeneizar a América Latina, onde os não-brancos abririam mão de seu passado para caminhar rumo ao norte/progresso (como a política do branqueamento, no Brasil); 2) os ativismos negro e indígena adotam políticas de identidade, no Brasil, surge uma nova categoria identitárias: o pardo. Segato, então, traz uma terceira perspectiva: *“mestizaje como brújula que apunta al Sur. Un cuerpo mestizo en desconstrucción, como conjunto de claves para su localización en un paisaje, que es geografía e historia al mismo tiempo.”* (SEGATO, 2010, p. 36).

A penúltima seção deste artigo trás “uma palavra sobre índios”, onde Segato inicia com a pergunta: o que é um povo? E desenvolve a ideia no seguinte trecho:

Y la pregunta es esta y no puede ser otra menos que esta, no solamente porque la noción de grupo étnico, basada en idea de los repertorios culturales usados como fundamento de identidades, tanto por los investigadores como por los propios sujetos considerados “étnicos”, es una noción clasificatoria, de orientación archivista, y por lo tanto reificadora de dichos repertorios, sino, y por sobre todo, porque ese fundamento de identidad falla en algunos casos históricos concretos. (SEGATO, 2010, p. 36).

Para ilustrar o que Segato aponta como “*identidad falla*”, a autora traz o relato de Ana Lino Tapuia sobre como as três mulheres sobreviventes de sua aldeia, após o genocídio indígena que dizimou os Tapuio, reconstruíram sua aldeia, seu “povo”, através da seguinte maneira:

Esta estrategia consistió en practicar conjunción carnal con todo forastero, de cualquier origen y color, que atravesase sus tierras. [...] Este origen por convergencia de sangres no debe ser pensado, sin embargo, como extraño. pues fue siempre por convergencia de sangres que, en tiempos remotos, se formaron los pueblos de cuya sustantividad hoy no dudamos. (SEGATO, 2010, p. 37-38).

A história dos Tapuio e de suas três regeneradoras mostra o que Segato chama de projeto ou vetor histórico dos povos, “[...] *un sentido de futuro, a partir de la conciencia de un pasado.*” (SEGATO, 2010, p. 38). O pluralismo histórico apresentado anteriormente, abarca

situações como a dos Tapuio, pois é capaz de compreender a fundo as especificidades e relatividades de uma cultura (SEGATO, 2010). Segato apresenta a ideia da metafísica do macrosujeito histórico, a partir de Quijano (1992 apud SEGATO, 2010), apontando que do liberalismo ao marxismo existe uma noção de totalidade histórica homogênea, porém, os povos colonizados não estavam inclusos nesta totalidade. Nas palavras da autora: “[...] *los pueblos no occidentales estaban incluidos en esa marcha histórica sólo como exterioridad, y el sentido y dirección del curso histórico estaba dado por europa.*” (SEGATO, 2010, p. 39).

Na última seção do artigo, a raça é apresentada, mais uma vez, como um fenômeno, um sentido presente em um corpo, mas que está associado à uma paisagem: de vencedor ou vencido, de poder ou sujeição. E retoma a problemática apresentada no início do artigo: as pautas identitárias e os projetos políticos, desta vez, com um caminho possível: a mestiçagem como alternativa ao branqueamento (SEGATO, 2010). Segato desenvolve esta ideia a partir de uma reflexão iniciada por Quijano, ilustrada pelo “*cholos*” (termo utilizado em alguns países latinoamericanos para se referir à um grupo de indígenas miscigenado) onde “*ve al mestizaje en oposición a la identidad criolla – un mestizaje de abajo, en oposición a un mestizaje de arriba –.*” (QUIJANO, 1980 apud SEGATO, 2010, p. 40). A ideia de Quijano de que a figura mestiça “de abajo” surgiria para um levante popular, que coloca a mestiçagem no centro das respostas para uma reconfiguração social, retorna nos anos 2000/2010. E Segato afirma:

Esto significa que no bastan las políticas de la identidad, ni bastan las políticas públicas que de ellas se derivan, es necesario reoriginarse de otra forma, retomar los hilos de un panel histórico desgarrado, interrumpido por la interferencia, la represión, la prohibición, la intrusión. (SEGATO, 2010, p. 41)

A autora retorna à outra provocação inicial do artigo: qual é então o valor da luta por inclusão universitária no Brasil? Segato tem duas propostas reflexivas: a “agitação” do debate político em somente mencionar a possibilidade de implantação de uma política de cotas e o sentido histórico, a possibilidade de mudança e a capacidade de decisão da sociedade, em suas próprias palavras: “*lo que he llamado de “fe histórica”, es decir, la creencia de que la historia se encuentra abierta, indecida, y expuesta a la voluntad colectiva.*” (SEGATO, 2010, p. 42).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção se dedica a sintetizar os resultados alcançados durante a pesquisa, a partir de uma reflexão crítica. Retomemos, então, os objetivos específicos do trabalho: a) fazer breve histórico da vida e obra da autora; b) identificar o contexto na vida e obra da autora o momento em que emerge a reflexão da questão racial; c) identificar como a temática racial é compreendida por Rita Segato; d) verificar quais autores e autoras aparecem na obra de Rita Segato.

A começar pela vida e obra da autora, nossas observações iniciais se mostraram condizentes ao longo da análise dos textos. O contato com os moradores da cidade de Tilcara desperta o interesse de Segato em seguir a carreira de antropóloga. A partir de sua tese de doutorado, Segato aprofunda suas pesquisas sobre as religiões de matriz africana no Brasil e seu ingresso como docente na UnB intensifica sua relação com o país. Como pudemos perceber, Segato não se firma com uma perspectiva conceitual desde o início, a sua vivência enquanto pesquisadora no Brasil foi indicando caminhos de interesse da autora. O que ocorre é a centralidade de algumas temáticas como gênero e direitos humanos, que estavam sempre relacionados à sua atuação como ativista.

O segundo objetivo desta pesquisa era identificar o contexto na vida e obra da autora o momento em que emerge a reflexão da questão racial. Em nossas primeiras análises, já tínhamos uma hipótese de que Segato passou a escrever e publicar sobre a temática quando compreende o contexto social brasileiro. Nos textos selecionados para este artigo, não há uma declaração da autora sobre como a questão racial surge em suas reflexões, porém, quando observamos as datas de publicações de textos em que Segato aprofunda a temática, podemos perceber que a autora passa a publicar sobre após a proposição da política de cotas, no início da década de 2000.

Refletindo sobre o objetivo de identificar quais autores e autoras aparecem na obra de Rita Segato, o que percebemos é um certo distanciamento de alguns intérpretes do Brasil conforme sua reflexão fica cada vez mais voltada para a teoria decolonial. Portanto, Aníbal Quijano aparece como sendo sua principal referência quando se trata da questão racial na América Latina.

Algo perceptível durante a análise dos textos, e que possivelmente derive de sua perspectiva, é o uso frequente dos termos “branco” e “não-branco” quando se refere aos indivíduos racializados. Segato parece compartilhar da preocupação de Quijano sobre o entendimento de que os povos indígenas foram os primeiros povos racializados durante a colonização. Por isso, não encontramos o uso frequente de termos como “negro” ou “índigena”, pois a autora está tratando da questão racial como um problema compartilhado em toda a América Latina. Em “El color de la cárcel em América Latina”, Segato trata da questão racial nas penitenciárias e como a população encarcerada é, em sua maioria, não-branca. No Brasil, esta população está representada por pretos e pardos, porém, nos outros países, Segato aponta a forte presença da população indígena dentro das penitenciárias. Nos dois cenários, a autora compreende a mesma problemática: não se fala sobre a “cor” do cárcere. Esta seria a principal característica de seus escritos quando trata do contexto latinoamericano: identificar as questões em comum no continente, a fim de compreender como opera a raça na América Latina.

Essa abordagem feita pela autora em generalizar a raça no continente pode trazer algumas limitações quando falamos de cenários específicos. No Brasil, as populações racializadas vivem sua raça de maneira diversa, assim como as opressões em que são submetidas. É importante compreender, portanto, que a perspectiva de Segato é apenas uma das várias interpretações do fenômeno racial no Brasil e no resto do continente. Vale lembrar também que esta generalização foi encontrada nos textos selecionados para esta pesquisa, uma investigação futura poderá abordar textos em que Segato aborda raça em regiões específicas da América Latina.

Nesta pesquisa, pudemos compreender quem é Rita Segato e quais suas contribuições para a reflexão sobre raça na América Latina. Elegemos, por fim, três principais contribuições da autora ao pensamento social latinoamericano e à reflexão sobre a questão racial. A primeira seria a postura da autora em colocar a colonialidade como chave para o entendimento das diversas formas de violência e exclusão instauradas na América Latina, e aproximar o Brasil dos outros países. O conhecimento científico produzido, em grande medida, enfatiza o Brasil e não o relaciona com a América Latina, mas Segato faz um esforço para conciliar as pautas sociais brasileiras com o resto do continente. A colonialidade se torna uma ferramenta essencial da autora para compreender como a América Latina está posta globalmente.

A segunda contribuição que percebemos é sua denúncia ao racismo institucional existente no continente latinoamericano. Segato percebe, desde o início, que falar sobre raça é algo que incomoda às elites e às instituições estatais. E é esse incômodo que faz com que a autora perceba a profundidade da questão racial, atrelada sempre à um sistema colonial de dominação. E a partir dessa percepção, encontramos a terceira contribuição: a inversão do propósito da mestiçagem. “Mestiçagem apontando ao Sul” é a alternativa proposta pela autora, no sentido de colocar a história de ponta-cabeça, de transformar uma política que foi utilizada para o branqueamento do continente em um movimento inverso, de reafirmação das raízes latinoamericanas: indígenas e africanas. Segato se mostra uma intelectual chave para pensarmos alternativas de interpretação das questões sociais, em diálogo com saberes que estão sendo marginalizados em detrimento das ideias eurocêntricas.

Por fim, esta pesquisa deixa em aberto a possibilidade de mais investigações sobre a obra de Rita Segato, como já mencionamos acima, relativas à implementação das cotas, às reflexões sobre gênero, bem como seus extensos trabalhos sobre direitos humanos.

REFERÊNCIAS

QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza! In: CAMPOALEGRE SEPTIEN, Rosa; BIDASECA, Karina (Coord.). **Más allá del decenio de los pueblos afrodescendientes**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 17-26.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT; Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

SEGATO, Rita Laura. Anibal Quijano y la perspectiva de la Colonialidad del Poder. In: QUIJANO, Aníbal (autor); PALERMO, Z.; QUINTERO, P. (compiladores). **Aníbal Quijano. Textos de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2015, p. 15-43.

SEGATO, Rita Laura. Los cauces profundos de la raza latinoamericana – una relectura del mestizaje. **Revista Crítica y Emancipación**, Buenos Aires, ano II, n. 3, 2010

SEGATO, Rita Laura. El color de la cárcel en América Latina: Apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente en desconstrucción. **Nueva Sociedad**, [s.l.], n. 208, p. 142-161, 2007.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 04 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

ARTE DO NORTE: EXPERIÊNCIAS AMAZÔNICAS DO FAZER E PENSAR TERRITÓRIOS E SUAS EPISTEMOLOGIAS

Prof. Dr. Orlando Franco Maneschy¹,
Prof. Dr. Sávio Luis Stoco²
Me. Keyla Cristina Tikka Sobral³
Guido Couceiro Elias⁴

RESUMO

Neste artigo empreendemos um debate sobre a arte na região norte do Brasil, destacando modos de pensar e de criar, epistemologias constituídas por pensadores da região como João de Jesus Paes Loureiro, Osmar Pinheiro Júnior, Vicente Cecim, Renan Freitas Pinto e ainda por Paulo Herkenhoff (1985). Aproximamos o pensamento de Pedro Pablo Gómes e Walter Mignolo (2012), dentro de uma perspectiva decolonial em diálogo com questões presentes em obras dos artistas Roberto Evangelista, Armando Queiroz e Paula Sampaio.

Palavras-chave Visualidade Amazônica, Arte, Coleção Amazoniana, Decolonialidade.

A Arte é um dos campos de inestimada importância para a expressão humana e sua existência. Com todas as construções estéticas, poéticas, simbólicas e políticas afetam nossos processos constitutivos enquanto sujeitos, e enquanto grupos sociais, por meio de operações que se dão tanto nas micro, quanto nas macropolíticas. Todas as culturas detêm suas relevâncias artísticas e simbólicas salientadas ao longo da história. Na Amazônia evidenciamos a construção de saberes e fazeres próprios que vêm sendo associados às produções artísticas, contribuindo para a construção de epistemologias a fortalecerem o campo da arte e da cultura, quiçá das humanidades.

¹Programa de Pós-Graduação em Artes, ICA/UFPa, Brasil. E-mail: orlandomaneschy@gmail.com.

²Programa de Pós-Graduação em Artes, ICA/UFPa, Brasil. E-mail: saviostoco@gmail.com.

³Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes, ICA/UFPa, Brasil. E-mail: keylatikkasobral@gmail.com.

⁴PIBIC – UFPa/CNPq, Faculdade de Artes Visuais, ICA/UFPa, Brasil. E-mail: guidocelias@gmail.com.

Destacamos aqui a ideia de *visualidade amazônica* que será debatida com intensidade a partir dos anos 1980, período em que o Brasil passou pelo processo de redemocratização durante o qual o governo militar, sob pressão da sociedade, começou a reorganizar a abertura política. Neste ambiente em que a sociedade deu os primeiros passos rumo à democracia, uma efervescência que estava reprimida ganhou espaço e voz no meio cultural. Experimentações e proposições coletivas passam a ser empreendidas pelo olhar de artistas e pensadores da arte e da cultura para os seus territórios, aprofundando um debate a partir das experiências estéticas e políticas, bem como de matrizes culturais desta região como pontos deflagradores de reflexão.

É neste contexto que algumas vozes, como as de João de Jesus Paes Loureiro, Vicente Cecim e de Osmar Pinheiro Jr, contribuem em bases epistêmicas para a reflexão sobre a(s) cultura(s) amazônica(s), com a ideia de *visualidade amazônica* e a dimensão política que envolveu essa tema. Todavia, para pensar este território na atualidade é necessário atenção aos mecanismos de apropriação utilizados pela indústria cultural e os riscos dos “ismos”, como é evidente nas expressões do nacionalismo e suas armadilhas. É preciso estar alerta às violências perpetradas pelos ditos processos civilizatórios. É fundamental estabelecer o diálogo com a crítica decolonial presente no discurso de Renan de Freitas Pinto, atento aos projetos de construção de uma identidade nacional e aos fins que estes serviram e suas consequências. (OURIQUES, 1985)

Partimos, então, do que esses pensadores articularam no seminário *As Artes Visuais na Amazônia*, que ocorreu em Manaus, entre os dias 8 e 9 de novembro de 1984. O evento integrou o projeto Visualidade Brasileira, realizado em parceria com a Coordenadoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Amazonas, e realizado em paralelo ao VII Salão Nacional de Artes Plásticas, que contou com uma significativa participação de diversos artistas do Norte, no período em que o curador e historiador de arte Paulo Herkenhoff era diretor do Instituto Nacional de Artes Plásticas – INAP.

Artistas visuais, poetas, intelectuais e acadêmicos estiveram presentes, tanto do Pará quanto do Amazonas, bem como de outras localidades, debatendo sobre a cultura, da visualidade regional, da ideia de desenvolvimento a partir de experiências na academia e no campo da cultura e das artes. As falas organizadas do encontro materializaram-se no livro *As Artes Visuais na Amazônia: Reflexões sobre uma Visualidade Regional (Belém: FUNARTE, 1985)*, que teve idealização e coordenação editorial desenvolvidas pelo professor e pesquisador Evandro Vieira Ouriques¹.

Editado pela Funarte em co-edição com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Semec/Belém-PA, dirigida então pelo professor João de Jesus Paes

Loureiro, o livro se tornou um documento fundamental para a reflexão sobre a cultura e as artes na Amazônia e sinaliza o caminho que Paes Loureiro viria a constituir em pesquisas sobre a região e suas epistemologias, apresentando o pensamento dos demais pesquisadores que se debruçaram sobre o tema.

Ressaltamos algumas passagens que parecem ser fulcrais para o debate, como quando Osmar Pinheiro sinaliza no texto *A Visualidade Amazônica*: "...o sentido desse "voltar-se para si mesmo" da perspectiva de uma visão não excludente das questões que informam a arte contemporânea." (PINHEIRO JR., 1985, p. 95). Pinheiro não faz alusão ao regionalismo como uma bandeira, mas destaca a importância da matrizes da cultura regional, percebendo perspectivas, fricções e relações da visualidade popular, compreendendo as situações contextuais inscritas em uma diversidade cultural que não coaduna com ideias de exotismo, observando demarcações históricas, e a existência de práticas significativas relacionadas à ancestralidade dos povos.

Se para Pinheiro a questão da *Visualidade na Amazônia* precisa ser compreendida e percebida como um ambiente pluri-cultural e pluri-étnico, que não cabe em generalizações totalizantes, ele percebe que a antropologia e o conhecimento sensível dos aspectos dessa visualidade precisam ser entendidas, "enquanto consequência plástica para uma busca de autonomia no contexto mais amplo da arte brasileira". (Pinheiro JR., 1985, p. 94)

Onde arte e trabalho são partes de um mesmo movimento cuja razão é o afeto; que quatro séculos de violência colonizadora não foram capazes de destruir de todo. [...] É fato de que a paisagem vem mudando, em muitos casos o discurso dessa visualidade é a narrativa trágica da devastação amazônica, que se expressa ideologicamente pelos canais da indústria cultural. (PINHEIRO JR., 1985, p. 96-97).

Paes Loureiro irá, em busca de uma fala amazônica sobre a cultura, atestar que dentro da perspectiva oficial da classe dominante "a história da produção cultural amazônica é a história trágica de uma queda." Destaca essa percepção na visão de uma elite que compreende o ápice cultural como a *Belle Époque* e o fluxo comercial deflagrado pela cultura do caucho. O professor detalha que esse entendimento em que a consagração de um modelo importado de desenvolvimento cultural desqualifica manifestações culturais que não sejam a de base ocidental européia, segregando "alta" e "baixa cultura", sendo esta última local e "sem legitimação e não legitimadora, relegada a uma luta de sobrevivência e afirmação".(LOUREIRO, 1985, p. 114). E complementa:

Não podemos celebrar em nossa atividade política de defesa da cultura amazônica um vago regionalismo de consumidores dessa cultura. (...) Devemos servir com essa produção de comunidades, não

resguardando apenas no cofre do nosso carinho suas músicas e danças e poesia. Mas fazendo da prática cultural um instrumento importante de transformações nas condições e trabalho e de qualidade de vida. (LOUREIRO, 1985, p. 114).

No mesmo livro, Renan Freitas Pinto, professor e intelectual que se dedica a pensar o imaginário que se constituiu sobre a Amazônia, irá se concentrar na questão regional e produção cultural, observando a colonialidade e refletindo sobre a história social.

Desde cedo a Amazônia foi aprisionada pelas descrições fabulosas dos viajantes e pelo registro visual dos desenhistas que acompanhavam as expedições que percorreram a região, em especial a partir do século XVIII. É essa visão fantástica e fabulosa o caminho para a mitificação daquilo que a partir de agora é selva e água, selvas misteriosas, rios infinitos. Medo, silêncio e vazio. Esta mitificação da Amazônia torna tudo invisível a crueldade e o horror que vai ficando no caminho do processo civilizatório. A ideia da Amazônia como um vazio é desde já uma obsessão que os agentes da civilização perseguem, à medida em que condenam ao silêncio e à morte aos povos com que se defrontam. Sem registro permanece portanto a desesperada resistência dos povos indígenas contra seu submetimento ao projeto colonial (PINTO, 1985, p. 58).

No capítulo *O Colonialismo na Amazônia*, o escritor Vicente Cecim apresenta um potente manifesto que corrobora para o adensamento do pensamento:

É simples: ao tomar o real expresso como Real, o homem se amesquinha e trai seu projeto de ser inerente; ao suspeitar desse real manifesto em torno de nós, todas as possibilidades de modificá-lo se escancaram. Esse real à nossa volta é, na Amazônia, socialmente, a transplantação da realidade forjada pela cultura do dominador, herança que nos forçaram.

(...) Ante a constatação inevitável de nossa carência material em resistir a esse colonizador com armas idênticas às dele, porque somos, irmãos, muito pobres, e ante a constatação de que isso seria repetir seus erros e reafirmá-los em valor – quando nosso projeto é uma reinvenção cultural, uma revalorização da vida – ante essas constatações, e a par de um esforço de independência política e econômica, não temos o direito de negar-nos a nossa arma mais eficaz, imediatamente: o imaginário, esse poder de que os nosso dominadores seculares, exaustos de sonhar, vem abrindo mão. (CECIM, 1985, p. 14-15.)

Observamos em falas presentes no seminário uma emergência de modo que, ao refletir sobre uma visualidade regional, não se caia em estetizações, mas se vá além, percebendo como questões religiosas e sociais impactam na vida cultural, levando Renan de Freitas Pinto a evidenciar:

Esses fatos e sua dinâmica tem uma grande relevância dentro do universo amazônico, que esperam por uma documentação mais ampla e aprofundada, não somente de antropólogos e historiadores,

mas dos artistas mesmo. Quer dizer, uma percepção mais aguda por parte dos artistas de todas essas alterações que estão ocorrendo. (...) (PINTO, 1985, p. 61)

Diante dessas bases identificamos um conjunto de posicionamentos conceituais e éticos a tomar partido diante dos processos engendrados pela colonialidade na esteira dos projetos de modernidade e seus impactos para a região. Compreendemos estas falas como determinantes para se pensar condutas diante da experiência de viver na região e constituir novos modos de criar, de se relacionar e de viver.

Ao elencarmos os artistas sobre os quais nos debruçamos aqui, evidenciamos um potente compromisso com a perspectiva histórica, que dialoga com certa “virada etnográfica da arte”, como aponta o crítico e historiador de arte estadunidense Hall Foster no livro emblemático *O Retorno do Real* (1996) que evidencia, logo na introdução: “Essa expansão horizontal é, em grande medida, bem vinda, pois envolveu a arte e a teoria em locais e audiências há muito tempo delas afastados e abriu outros verticais, outras dimensões históricas para o trabalho criativo e sua coordenação do eixo diacrônico e sincrônico na arte” (FOSTER, 2017, p. 8). E mais:

Porém, a codificação automática da diferença aparente como identidade manifesta e da condição do outro [otherness] como exterioridade [outsideness] tem de ser posta em questão. Pois esse código poderia não só reduzir a identidade à sua essência, como também restringir a identificação, tão importante para a filiação cultural e a aliança política (a identificação nem sempre é um mecenato ideológico). (Foster, 2017, p. 172-173).

Diante desses estudos e aprofundamentos de pesquisa, fomentados pela relevância estética e ética que vêm sendo assumidos na dita pós-modernidade, articularemos sobre criações artísticas que operaram questões no campo dessa visualidade e engajaram-se no tocante à história, memória cultural e política nas porções oriental e ocidental da região dentro de uma perspectiva crítica, observando os agenciamentos da realidade e mergulhando em processos de alteridade cultural para além dos estereótipos comumente suscitados para deleitar consumidores.

Consideraremos que as obras dos artistas Roberto Evangelista, Armando Queiroz e Paula Sampaio sinalizam uma reflexão crítica sobre este território e encontram-se presentes no escopo de ação da Coleção Amazoniana de Arte da UFPA. Eles detêm uma relação dialógica com o outro para o qual seu olhar se direciona. Há uma experiência de intensidade e presença em que o mergulho na vivência não se baseia exclusivamente na experiência estética, mas em processos de

alteridade e de tomada de partido, em um estar com o outro e, no encontro, na troca e no conhecimento da história, o projeto se manifesta.

A coleção tem sua gênese em 2010, com a elaboração de um acervo de arte a partir de artistas que detém uma relação diferenciada com a região, baseada em relações com o outro e com vivências locais, estabelecidas na prática cotidiana, em diálogos e trocas forjadas em percursos empreendidos por distintos artistas e pesquisadores que somam forças para potencializar seus desejos e viabilizar seus projetos.

O acervo materializa-se a partir da premiação em editais públicos, inicialmente o *Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça/Prêmio Procultura de Estímulo às Artes Visuais 2010*, da Funarte, que viabilizou a realização das primeiras mostras e a constituição do recorte inicial da Amazoniana em 2012, e do estabelecimento de um campo de diálogos e trocas, com site, seminários, potencializando novas atividades. Em 2013, por meio da premiação do edital *Conexões Artes Visuais* (MinC/Funarte/Petrobras), junto com a UFPA, foi editado o livro *Amazônia, Lugar da Experiência*, apresentando não apenas as obras do acervo, mas o registro das exposições, bem como um conjunto de textos de pesquisadores e artistas que pensam sobre a região. Em 2014 estabeleceu-se a Seção Moda da Amazoniana com a doação de obras e documentos do estilista André Lima e o]Arquivo[que já estava sendo gestado a partir de documentos levantados em pesquisas.

A Coleção Amazoniana de Arte da UFPA surge como fruto do desejo de fomentar na Amazônia um território de articulação para experiências potentes com arte de maneira a resistir à invisibilização perpetrada pela colonização. Ela se origina na reflexão crítica da pesquisa científica; na emergência de estudar, de repercutir, e compartilhar os olhares e manifestações de artistas que experimentaram uma relação de intensidade com a região e seus frutos, a fim de que essas vivências e expressões possam ser ativadas na construção do conhecimento, e vir à luz, dispostas em diálogo com a sociedade e reveladas em forma de conjunto de experiências pulsantes.

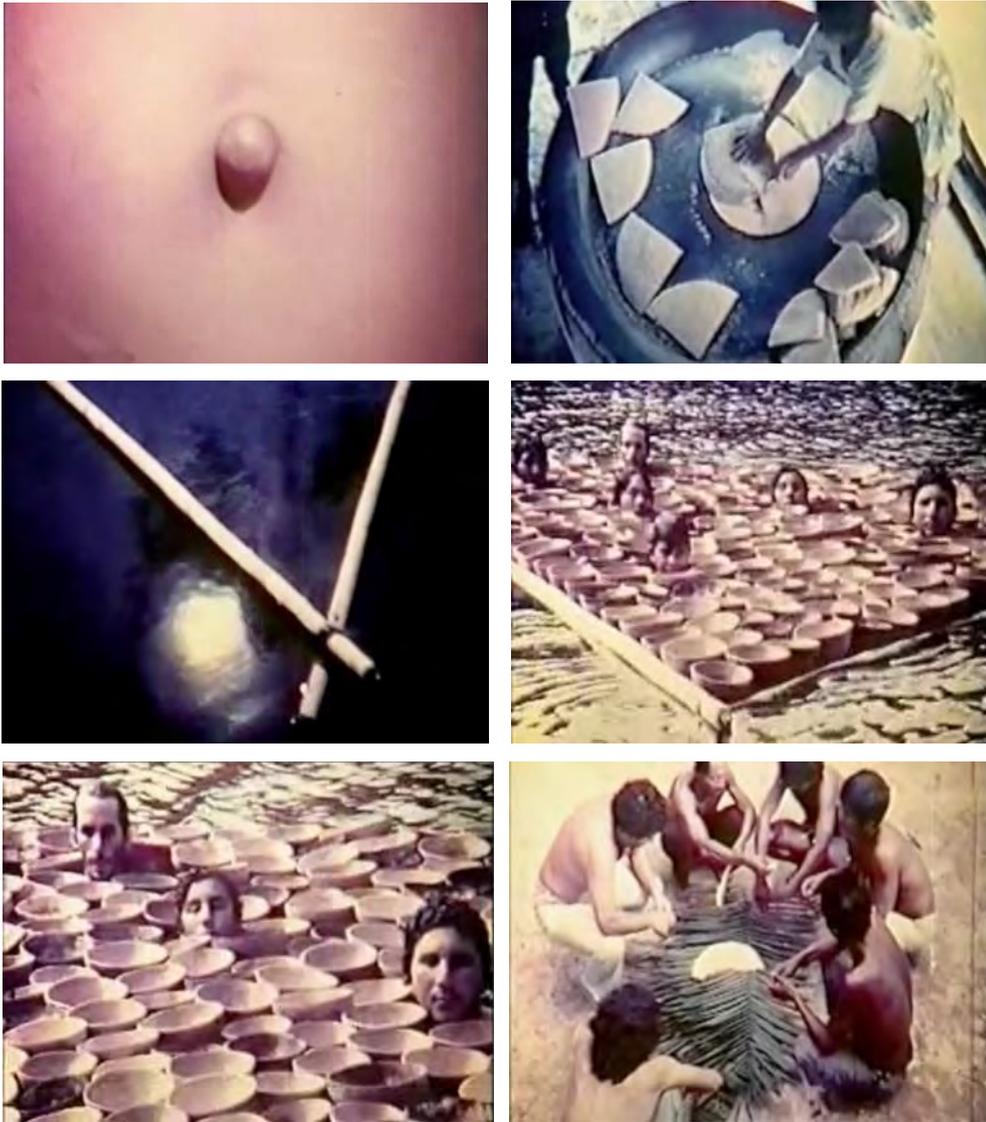
A vontade de enraizar o conhecimento na Amazônia em articulação com ensino, pesquisa e extensão, pauta a coleção em seus processos, compartilhando o pensamento por meio da pesquisa, envolvendo diversos atores, de estudantes da iniciação científica aos colaboradores e pesquisadores que vêm se debruçando sobre o acervo.

É neste contexto que iniciamos a abordagem de algumas obras de artistas cujas experiências reverberam os ensejos da coleção e estabelecem diálogos com ela.

Iniciamos com *Mater Dolorosa II – In memoriam* (1978⁵), do artista multimídia amazonense Roberto Evangelista (Francisco Roberto Evangelista, 1946 -2019), em filme emblemático produzido no lago do Arara, no rio Negro, estado do Amazonas. Nele o artista lança seu manifesto visual ecológico. Ali, junto com indígenas, o artista reflete sobre ancestralidade e dizimação.

Em linha horizontal os remanescentes. Pai, depois do massacre só restaram os restos, os riscos e restos da memória. Aí onde guardamos as falas dos velhos, para não esquecer do início. De boca ao ouvido, durante muitas luas, as linhas foram passadas, as informações das linhas, as formações das linhas, as linhas. Com elas, sem que eles soubessem, redesenhamos a vida e sobrevivemos. As nossas primeiras ferramentas de armar, chegadas do sol e da água. Luz ou água, quem estava no princípio? Os velhos diziam: juntas sempre estiveram! Lá no começo, bem antes do começo, antes da terra e da mata, antes da primeira oca e da primeira roça. Os velhos contavam: no princípio nunca foi o caos e o primeiro nunca dormia. Olho imenso, bojudo, luz de muitos olhos, flutuante, circulante, circulando, circulações geradoras, círculos em cada olhos, olho-círculo, a primeira morada. O círculo alimento, entranhado no corpo. As misteriosas relações do espírito e do estômago, no fundo, a mesma forma. Sol alto, alto e sem sair do meu corpo. Daí, água e ar desenharam as linhas impensáveis e o círculo gerou todas as formas. No cruzamento das varas, na armação da uií, casa grande, os velhos contam: te fizeram prisioneiro. O círculo solto, movente era o único desenho que os primeiros tinham para construir o grande abrigo. Nika Uiíkana, e todos estarão na mesma casa e serão irmãos. E no cruzar firme das varas, os velhos contam: te fizeram prisioneiro. Desde então, estás presentes em todos os fazeres e afazeres, em todos os construídos, seguras amarras e estruturas, coisas da terra, coisa do homem. Antes, bem antes, entre o círculo e o quadrado, o espírito do homem boiou do mistério das águas e habitou as cabeças e todos os altos. Mãe terra, eu te decifro, eles te devoram. Mãe terra, eu te decifro, eu te devoro e a ti devolvo. Até a consumação dos círculos, até a consumação dos círculos, até a consumação dos círculos. (EVANGELISTA, 1978).

⁵ Disponível em: <http://www.experienciamazonia.org/site/roberto-evangelista.php>.



Figuras 1, 2, 3, 4, 5, e 6. Roberto Evangelista, *Mater Dolorosa – in memoriam II - da criação e sobrevivência das formas*, 1978. Filme (Fotograma). Acervo: Coleção Amazoniana de Arte da UFPA.

Para nós é fundamental trazer a voz do artista que aponta para um pensamento estruturante de modos de vida que se ancoram em cosmogonias ancestrais de indígenas com os quais o artista irá estabelecer forte relação diante da vida e transformará seu olhar, como nos revela em depoimento publicado na revista *Flue* v.3 i.2., 1983. “E, apesar dos massacres, a memória indígena ainda respira. Algumas clareiras permanecem intocadas - aí podemos ter acesso às fontes. vivemos com drama. aprendemos com a tragédia. A proposta é recuperar a memória primordial antes da última olhada⁶.” (EVANGELISTA, 1983, p.9). Além da vinculação espiritual e estética que irá constituir com os indígenas e descendentes, Evangelista estabelece uma conduta em relação à destruição dos modos de vida e das culturas.

⁶ Livre tradução de Orlando Maneschy.

Para o curador Paulo Herkenhoff este filme no qual a demarcação da geometria e o discurso da consumação do tempo fala de um “pensamento cosmogônico e a resistência da forma natural, primeira, simbólica. (...), Evangelista opera sobre a totalidade e o contínuo de devastações das queimadas, massacres de índios e de populações caboclas, falência da cultura ocidental” (HERKENHOFF, 1976, p. 76)

Atual, sua obra sinaliza para a desconstrução e violência que nossos povos ancestrais, os verdadeiros senhores da terra, sofrem continuamente com a invasão de reservas, destruição da floresta, morte.

Observando as violências empreendidas pelos modelos de desenvolvimento que se apresentam à região o artista paraense Armando Queiroz (1968) vem constituindo sua obra por meio de objetos, instalações, vídeos, textos e performances que repercutem acontecimentos, por vezes da história recente, e em outras concentra-se em fatos que compõem os processos coloniais. Refletindo e atualizando eventos, constrói reflexão densa sobre a violência que ocorre ao longo da história da Amazônia. Tal qual Evangelista, o artista tem uma carreira com reconhecimento nacional e internacional, e permanece atuando e vivendo na região.

Suas proposições revelam em alguns momentos uma violência velada, como em alguns dos trabalhos que giram em torno da questão indígena, como em *Tupambaé* (Parte de Deus), na qual o artista se apropria de vozes coletadas de crianças guaranis e os reproduz na capela do Museu do Estado do Pará. No espaço branco e vazio, essas vozes indígenas soam como um lamento de toda a dizimação sofrida ao longo dos séculos. Os cantos que ecoam são utilizados para esmolar. Já em *Cântico Guarani*, instalação também apresentada no 29º Salão Arte Pará, o artista, convidado especial, cria outra instalação no mesmo museu, que fala de opressão e morte. Escura, com luz azulada e difusa, é composta por redes de dormir que descem do teto. Elas não estão abertas para o uso, os dois punhos descem do mesmo ponto, penduradas, mas fechadas como um saco, uma forca. Todas são pretas e reportam-se a práticas suicidas empreendidas por jovens indígenas que utilizaram esse tipo de aparato para realizar suicídio já que não viam expectativa de futuro diante das condições sócio-políticas. Além das insólita sensação diante da sala escura com as redes pendentes, um odor de flores mortas impregna o ambiente, propiciando ao visitante uma sensação olfativa de estar em um velório.



Figura 7. Armando Queiroz, *Cântico Guarani*, instalação, 2010. Artista homenageado com Sala Especial no 29º Arte Pará, Museu Histórico do Estado do Pará. Acervo: [Arquivo] Amazoniana

Em outra obra pungente, *Midas*, vídeo realizado sob curadoria de Paulo Herkenhoff em projeto desenvolvido no Prêmio Marcantonio Vilaça – CNI, 2008, Queiroz debruça-se sobre os garimpos na Amazônia, especialmente *Serra Pelada*, que ganhou destaque na mídia internacional nos anos 1980, sendo um dos maiores garimpos do Brasil, para onde milhares de pessoas foram se aventurar movidos pelo sonho de riqueza com as jazidas. Alguns enriqueceram, poucos conseguiram sobreviver ao sonho. Tal qual a alegoria de Midas, o sonho vira pesadelo. O artista se deslocou para o local onde conheceu pessoas, conviveu, escutou história de fortuna e perdas:

Miséria, hanseníase e abandono espreitam Serra Pelada quase trinta anos depois do início da febre do ouro. Restaram casebres abandonados, pessoas perambulando, qual mortos-vivos numa cidade fantasma, ao redor de um grande lago contaminado de mercúrio, o oco. Restaram velhos aposentados, mulheres e a prostituição infantil. O índice de HIV é altíssimo. O gigante ameaçador, percebido no clima tenso do local, está presente a todo o momento. (Queiroz, 2009: 01).



Figura 8. Armando Queiroz, *Midas*, vídeo, 2009. Realizado durante o processo do Prêmio Marcantonio Vilaça - CNI. Acervo: Coleção Amazoniana de Arte da Universidade Federal do Pará, Brasil.

No vídeo o artista coloca pequenos besouros na sua boca, constituindo metáfora para a grande cratera de Serra Pelada que “devorou” por volta de nove mil pessoas, entregues aos sonhos de enriquecimento, mergulhados em violenta condição de vida. Ao comer os besouros, o artista tem sua boca também picada por eles. A ilusão do brilho do ouro significou, na prática, desagregação, doença e miséria para a maioria. Os poucos mineradores que ganharam, perderam as fortunas rapidamente. Os que efetivamente lucraram não estavam nas crateras escavando.

A obra de Queiroz, como aponta Herkenhoff, engendra a “violentação da violência” (Herkenhoff, 2008: 03), revelando dramas presentes nos processos que seguem articulando condutas capitalistas. Pungente, o trabalho é um brado decolonial na região norte a desestabilizar olhares onde é exibido.

Paula Sampaio é outra artista que lança o olhar agudo e sensível, e atravessa a região por estradas e vicinais, registrando a vida dos habitantes à margem das rodovias, muitos migrantes deslocados pelas promessas de futuro empreendidas por projetos desenvolvimentistas na Amazônia. Sonhos frustrados, vida nova transforma-se no embate com a selva, com o baixo desenvolvimento e o abandono à própria sorte que esses sujeitos foram vitimados; *Antônios e Cândidas tem Sonho de Sorte*, título de um dos projetos que, longe de sintetizar seu trabalho, cria uma inflexão em seu

percurso, evidenciando sonhos, os desejos e os encontros com os sujeitos, em uma trajetória que se subdivide em sub-projetos, pequenos desvios, com rotas percorridas, como a própria vida se desenha e parecem lhe explicitar. São pessoas que ainda sonham com justiça social, com possibilidades de melhorias, com a posse de suas terras tão labutadas.

Dedicada a atravessar as rodovias Transamazônica e Belém-Brasília, no fluxo da relação com migrantes que se deslocaram em busca de uma vida melhor, é a partir desses encontros e escutas que Sampaio se depara com sujeitos que habitam sua obra e aos quais visibiliza discursos e existências. Não são meros personagens a ilustrar fotografias. Há troca e envolvimento com esses cidadãos que lutam para resistir em condições extremamente difíceis. A obra, de matriz documental, transcende para nos falar do humano, de lutas dos oprimidos, invisibilizados pela História. Às imagens em fotografia e vídeo, reúne depoimentos, fragmentos de narrativas que revelam a fragilidade da vida que pulsa nesses lugares esquecidos pelo Estado.

No início, as rodovias Transamazônica e Belém Brasília foram o itinerário principal, um motivo para a partida. Com o tempo, os incidentes e o acaso provocaram desvios sem fim. Inocentes paragens, novos caminhos e muitos retornos que estão marcados nesse mapa de lembranças e esquecimentos.

Um caleidoscópio de imagens-histórias foi se construindo, fazendo-se matéria e me abraçando ao fim de cada viagem. E é essa natureza (da vida) a minha estrada. (SAMPAIO, 2013: 12).

Nessa perspectiva abordamos o projeto *Antônios e Cândidas tem Sonhos de Sorte* (1990 – 2010, em fase de conclusão) que revela as relações entre os processos que o trabalho de Sampaio contempla. Em *Antônios e Cândidas tem Sonhos de Sorte*, a fotógrafa percorre o Pará, Piauí, Maranhão, Acre, Tocantins, Amazonas, Paraíba, Pernambuco, bem como o Distrito Federal, levantando dados, imagens e memórias da migração do brasileiro, como afirma em site próprio: “esses homens e mulheres contam suas histórias materializadas em imagens, escritos e memórias orais, entrelaçadas nesse imenso território onde pulsam sonhos de sorte, nesse Brasil do Norte” (SAMPAIO, 2005).



Figura 9. Paula Sampaio, *Tatiane Nascimento Belém-Brasília, São Miguel do Tocantins*, fotografia, integra o projeto *Antônios e Cândidas tem Sonhos de Sorte*, 1998. Acervo: Coleção Amazoniana de Arte da Universidade Federal do Pará.

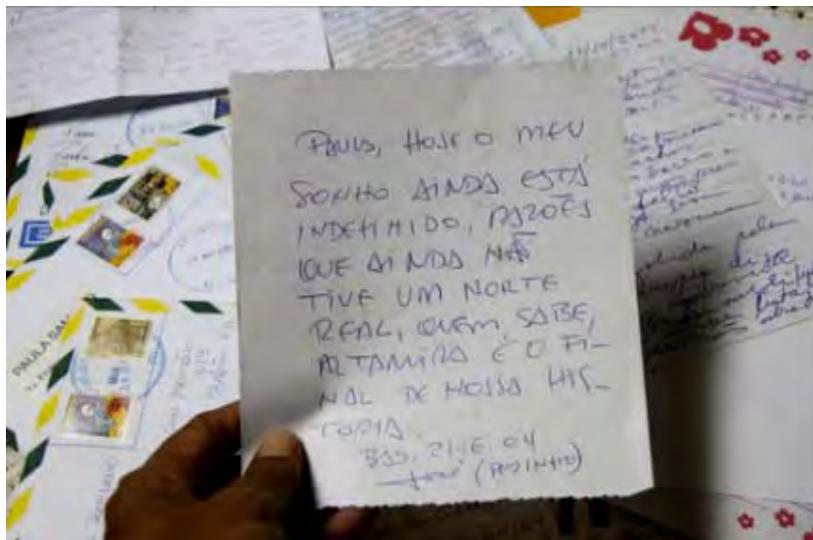


Figura 10. Paula Sampaio, fragmento de vídeo realizado a partir de fotografias, documentos visuais e sonoros coletados pela artista, *Projeto Antônios e Cândidas tem Sonhos de Sorte*, postado no site paulasampaio.com.br, 2012.

No percurso Sampaio encontra sujeitos, reencontra outros, por vezes décadas após o primeiro encontro. Ali percebe as decepções, a impossibilidade diante de um estado negligente e irresponsável com seus cidadãos. São trocas intensas, conversas e silêncios; são cartas que a artista vai colecionando e guardando carinhosamente em

uma maleta de viagens do tipo que ainda se encontra em feiras de cidades do interior. Ali tem, entre sonhos e desilusões, um retrato de um país que insiste em acreditar em direitos. No atravessar das estradas, a dificuldade enfrentada é também com a própria natureza, que reclama seu lugar e toma de volta o rasgo na floresta. Algumas imagens perpassam diversos projetos nos quais o olhar da artista volta-se à realidade evidenciando aquilo que nos faz humanos, e que a lógica neoliberal insiste em tentar apagar. É um olhar político e ético que revela a vulnerabilidade do povo que não tem garantidos seus direitos fundamentais.



Figura 3. Paula Sampaio, fotografia que compõe o vídeo do *Projeto Antônio e Cândidas tem Sonhos de Sorte*, postado no site paulasampaio.com.br, 2012.

Em *Estéticas Decoloniales*, os pensadores Pedro Pablo Gómes e Walter Mignolo irão destacar:

Las estéticas decoloniales, en su doble trayectoria, tiene una importancia fundamental en los procesos de transformación y formación de subjetividades y sujetos decoloniales. Descolonizar la estética para liberar la *aesthesis* no es ya un hacer que busca la catarsis ni el refinamiento del gusto, sino la liberación de los seres humanos de los diseños imperiales en sus variados rostros. La decolonialidad, recordemos, es una opción que, al presentarse como tal, revela las verdades universales en opciones. Y es una opción que

promueve la dignidad y la soberanía de las personas y las comunidades por sobre el simple bienestar económico (GÓMES & MIGNOLO, p.15).

Romper, por meio da arte, com as estratégias do neoliberalismo - que nos parece ser a face mais cruel do capitalismo – pode ser uma possibilidade quando olhamos para esses e outros processos desenvolvidos por artistas que têm um compromisso enquanto sujeitos frente à colonialidade: articulam estratégias conceituais, políticas que subvertem a lógica comum. Olham para o seu lugar de atuação, lançando mão de estéticas decoloniais, acionando matrizes que refletem a visualidade amazônica para além da visualidade, mas na perspectiva de que ali se pode vislumbrar estratégias contra-hegemônicas como forma de transformação.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Roberto. **Universalis 96**. 23ª Bienal Internacional de São Paulo – Universalis. Disponível em: <<http://www.23bienal.org.br/universa/puu.htm#universalis>> Acesso em: 10 out. 2018.
- ARAÚJO, James; GOMES, Verônica; PINTO, Renan Freitas. (Org.). **Ritos Roberto Evangelista**. MANAUS: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2017.
- EVANGELISTA, Roberto. **Entrevista concedida a Sávio Stoco e Ricardo Agum**. Manaus, 11 ago. 2018 [a].
 _____ . **Entrevista concedida a Sávio Stoco**. Manaus, 29 dez. 2018 [b].
- FARIAS, Aguinaldo. **Notas à margem**. 23ª Bienal Internacional de São Paulo – Universalis. Disponível em: <<http://www.23bienal.org.br/universa/pubr.htm>> Acesso em: 10 out. 2018.
- GÓMES MORENO, Pedro Pablo, MIGNOLO, Walter. *Estéticas decoloniales [recurso electrónico]*. Bogotá : Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012.
- HERKENHOFF, Paulo. **Travessias e Dissoluções**. 23ª Bienal Internacional de São Paulo – Universalis. Disponível em: <<http://www.23bienal.org.br/universa/pubrre.htm>> Acesso em: 10 jun. 2018.
- OURIQUES, Evandro Vleira. *As artes visuais na Amazônia: reflexões sobre uma visualidade regional*. Belém: FUNARTE/SEMC, 1985.
 _____ . **Paulo Herkenhoff entrevista Armando Queiroz**. Armando Queiroz (catálogo). Brasília: Prêmio Marcantonio Vilaça – CNI, 2009.
- _____. **Amazônia: ciclos de modernidade**. – São Paulo: Zureta, 2012.
- MACHADO, Vânia Leal, [Organização], Maneschy, Orlando [Curadoria geral e Organização], Mocarzel, Marisa [Curadoria especial Armando Queiroz]. *29o Arte Pará*. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 2011.
- MANESCHY, Orlando. **Amazônia, a Arte**. Rio de Janeiro: Imago, 2010.
 _____ . **Amazônia, Lugar da Experiência**. Belém: Edufpa, 2013.
- Queiroz, Armando. **O Fio da Ameaça**. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 2011.

Referências Audiovisuais

MATER *Dolorosa – in memoriam II - da criação e sobrevivência das formas*. Criação: Roberto Evangelista, Brasil, 1978. Acervo: Coleção Amazoniana de Arte da UFPA. Disponível em: < <http://www.experienciamazonia.org/site/roberto-evangelista.php>> . Acesso em: 13 out. 2018.

Queiroz, Armando (2009) *Midas*. [Video]. Acervo: Coleção Amazoniana de Arte da Universidade Federal do Pará. Disponível em: < <http://experienciamazonia.org/site/armando-queiroz.php>> . Acesso em: 12 de jan. 2021.

ⁱ Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, É coordenador do Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Teoria Psicopolítica e Consciência-NETCCON/Escola de Comunicação/UFRJ, que criou em 1984, diretor de pesquisa do Laboratório de Gestão Mental, Psiquismo e Instituições/LAMAE/UFRJ, e atua em doutorados no Brasil, Chile e Argentina, sendo pesquisador do Proyecto Anillos de Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades (SOC180045).



GT 04 - Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

O “ETHOS BARROCO” COMO DISCURSO CRÍTICO DA MODERNIDADE.

Jessica Alejandra Solórzano Orellana (NAEA-UFPA)¹
Fábio Fonseca de Castro (NAEA-UFPA)²

RESUMO

O presente trabalho pretende explorar a linha de pensamento anticolonial, de influência caribenha e mexicana, através da revisão do conceito “barroco” e seus desdobramentos analíticos, marcando os contrapontos com as teorias decoloniais e pós-coloniais desenvolvidas, sobretudo na América do Sul. Procura-se rastrear uma conceptualização de barroco como um ethos crítico da modernidade, historicamente identificado como estratégia narrativa de insubordinação, e mesmo de insurreição, na experiência social do continente. Utilizando os desenvolvimentos teóricos sobre o barroco no espaço latino-americano, como Lezama Lima e Bolívar Echeverría, entre outros, busca-se perceber como, por meio desse *ethos* barroco, existe a possibilidade de criar resistências culturais e políticas. O artigo examina essa reflexão, partindo dos pressupostos interpretativos do barroco na estética e na arte até chegar na formulação do conceito “ethos barroco”, como conceito sociológico, no México. Pensando esta proposta analítica como um discurso crítico anticolonial, concluímos que a modernidade não tem sido um processo unívoco e uniforme no continente e, a vida social latino-americana denuncia e combate, de forma “barroca”, o desdobramento colonial moderno: a procura continuada de uma modernidade econômica, expressada como ganhos para as elites crioulas, com escasso ou nulo aprofundamento da modernidade sócio-política para as populações que foram escravizadas e/ou marginalizadas durante os processos coloniais e pós-coloniais no continente.

Palavras-chave: *ethos* barroco; pensamento anticolonial; modernidade; política barroca.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa “Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas. Email: solorzano_jessica@yahoo.com

² - Doutor em Sociologia, pela Universidade da Sorbonne (Paris V Descartes). Professor da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas. E-mail: fabio.fonseca.decastro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O conceito “ethos barroco” foi apresentado pelo sociólogo equatoriano Bolívar Echeverría em 1999. O presente trabalho procura refletir sobre as bases analíticas e críticas do conceito de “barroco” para compreender a construção do mundo social latino-americano e os desdobramentos da modernidade na América Latina, a partir de uma perspectiva das particularidades históricas do continente y seus efeitos.

No Brasil, apesar da sua importância como expressão arquitetônica e artística epocal, sempre houve pouca disponibilidade a aceitar a ideia de um “espírito barroco”, não assim no caso da linha de pensadores caribenhos. Ainda que movimentos culturais importantes tenham aglutinado temas e proposições barrocas – dentre os quais a Antropofagia Cultural dos modernistas e, já nos anos 1960-70, o Cinema Novo e o Tropicalismo – permaneceu uma histórica desconfiança em relação a tudo o que rompa com a ordem Clássica/Neoclássica/Moderna. Pense-se, por exemplo, na extrema recepção do pensamento positivista no país, que, cremos, ilustra bem essa disposição. No mesmo sentido, pense-se nos impulsos modernizadores que caracterizaram, historicamente, as políticas de desenvolvimento brasileiras ou, ainda, a sensibilidade moderna que produziu Brasília – um exemplo, dentre outros – que, apesar de suas formas curvas – e, nesse sentido, barrocas – não se fez sem impulso geométrico e racionalizador. Assim, este trabalho tenta trazer para o pensamento brasileiro esta discussão do *ethos* barroco como possibilidade de pensar, de forma crítica, à modernidade no continente.

Primeiro, problematizamos o contexto do pensamento latino-americano do século XX. A partir daí discutimos, especificamente, sobre o barroco e as fontes que levam a pensa-lo além de uma crítica artística, como uma forma cultural, ontológica e política. Isso nos permite, na seguinte seção aprofundar nos desenvolvimentos teóricos de Bolívar Echeverría e sua interpretação da modernidade, do *ethos* barroco e a crítica à visão funcionalista da cultura moderna. Fechamos o artigo com uma breve reflexão sobre a dimensão política do *ethos* barroco.

Acreditamos que, a partir dessa passagem pelo pensamento barroco e de seus principais expoentes, abrimos uma passagem para a discussão sobre epistemologias latino-americanas que permitem interpretações críticas e historicamente delimitadas para pensar o amanhã do continente.

2. CONTEXTO DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO

Existem diversas interpretações sobre a modernidade na América Latina. Entre as linhas de pensamento social que problematizam, a partir de uma perspectiva crítica, à

modernidade no continente, encontramos duas possibilidades analíticas que chamam a nossa atenção: a linha “modernidade/colonialidade” e a linha do pensamento “barroco”. Estas duas perspectivas pretendem problematizar os desdobramentos da modernidade no continente, analisando seu início e seus efeitos, na construção do mundo social, durante e após os processos coloniais.

Esse pensamento crítico na América Latina emerge entre a década de 1990 e 2000, momento de grande agitação dos movimentos sociais, sobretudo camponeses e indígenas, o que mostra uma América Latina diversa, híbrida, que exigiu novas leituras sobre os processos sociais do continente. Contudo, as raízes desse pensamento crítico latino-americano, de finais de século, já estavam presentes no início e metade do século XX, com diversos intelectuais e escolas de pensamento, com diferentes níveis de influência na realidade continental. Entre outros podemos mencionar:

- O movimento antropófago (Brasil, 1930) inaugurado por Oswald de Andrade. Foi a base para os movimentos do Cinema Novo e Tropicalista dos anos 1960 em Brasil (que também tiveram influência no movimento tzántzico do Equador).
- Movimento “Tzantzico” (Equador, 1960), grupo de intelectuais equatorianos que, a partir de diferentes posições artísticas e das ciências sociais procuraram o estudo e a compreensão das estruturas sociais nacionais. Colocaram em questão a narrativa da nação equatoriana como unívoca e uniforme. Neste grupo participou Bolívar Echeverría que, nos anos 1990, desenvolveu a teoria da “modernidade e o ethos barroco”.
- Teoria da dependência (vários países, 1960) que critica, a partir da economia e a economia política, a ideia da América Latina como subdesenvolvida e explica como, a divisão mundial de trabalho gera relações de “dependência”, entre os países centrais e países periféricos, entre outros elementos, pela deterioração dos termos de troca. Daqui vai se desprender a teoria do “Sistema – Mundo” e que é uma das bases para o grupo “Modernidade – Colonialidade”.

Cada uma dessas linhas de pensamento procuraram compreender os fenômenos sociais, econômicos e culturais da região. Nos anos 1950 a pergunta pela modernidade continental tornou-se relevante pelo contexto internacional particular, marcado pelo final da II Guerra Mundial, a execução do Plano Marshall na Europa e Plano Ponto Quatro na América Latina, o aparecimento da noção de “terceiro mundo” e pelos processos nacionais democráticos internos nas nações latino-americanas (consolidação das “democracias”, diversificação da política – direita, esquerda, ditaduras –).

Nesse contexto, os pensadores regionais procuraram uma descrição dos processos de constituição do espírito “americano” para pensar, sobretudo, as possibilidades de criação de cultura (como a cultura latino-americana se cria e quais são suas bases), num contexto de países altamente diversos, que mantinham importantes brechas de desigualdade e as marcas dos processos coloniais.

3. O BARROCO: DE EXPRESSÃO ESTÉTICA A FORMA CULTURAL, ONTOLOGIA, ETHOS E POLÍTICA

A discussão sobre o barroco, fora da América Latina, é profunda e bastante anterior. Longo imaginário social, geralmente erudito, percebeu o barroco, historicamente, como “imperfeição”. No dicionário da Academia Francesa de 1740, por exemplo, ele é referido, “em sentido figurado com referência a algo irregular, extravagante, desigual” (apud Menezes 2008). Na mesma direção, Burckardt (1991) o considerou como um renascimento decadente, selvagem e inculto.

Coube a Wölfflin (2010), no ano 1888 resgatá-lo, ao menos relativamente, por meio da sua oposição antitética Barroco/Classicismo e, mais tarde (WOLFFLIN, 2004), compreendê-lo como valor social, como espírito de uma época e não, simplesmente, como linguagem artística. Efetivamente, várias leituras se abriram a partir dessa perspectiva.

Menezes (2008) observa que os estudos contemporâneos sobre o barroco se agrupam em duas tendências teóricas, antagônicas entre si. Primeiramente, a percepção do barroco como fenômeno cultural historicamente delimitado. Segundamente, a concepção do barroco como categoria trans-histórica, ou seja, como uma sensibilidade que se exprime em diferentes épocas e lugares.

Diversos autores, sobretudo na Espanha e na América Latina, seguem esta última tendência, inaugurada pelo filósofo espanhol Eugenio D’Ors, que compreende o barroco como uma sensibilidade trans-epocal, uma entidade abstrata, que se manifesta recorrentemente ao longo da história (D’ORS, 1993). A ela também pertencem Severo Sarduy, José Lezama Lima (1954) e Alejo Carpentier (1949), três autores cubanos que discutem a contemporaneidade e a singularidade do barroco no continente. Note-se, a esse respeito, a tese de Carpentier (1985) de que o barroco constitui, inerentemente, a ontologia própria da América Latina. Lezama Lima (1954) reflete que, o barroco, é a forma privilegiada de expressividade mestiça de contraconquista colonial.

Pensando no barroco como categoria trans-histórica, como uma sensibilidade trans-epocal, podemos discuti-lo como uma sensibilidade trans-estética. Ou seja, como forma cultural duradoura, como ontologia e como ethos. E, posteriormente, como política.

As três categorias propostas – forma cultural, ontologia e ethos – se inserem no mesmo contexto e podem ser vistas como variações de um debate de longa duração na América Latina. Pensar o barroco como forma cultural leva à ideia de padrão de referência para sensibilidades, comportamentos e maneiras de dizer. Uma forma cultural equivale a uma estrutura lacunar, a uma estrutura duradoura, que pode ser preenchida, a cada época, lugar ou experiência, com conteúdos próprios: os conteúdos são novos, mas a estrutura, a forma de dizê-los ou senti-los permanece disponível na vida social. Pensá-lo como ontologia significa, por sua vez, entendê-lo como modo existencial do ser, como possibilidade de reflexividade a respeito da própria condição existencial, individual, coletiva ou social. Por fim, compreendê-lo enquanto ethos, remete à noção de costume, de disposição socialmente partilhada, de reserva moral que predispõe à dado padrão de atitudes. As três categorias são convergentes e assinalam uma tendência a perceber o barroco como algum tipo de fundamento das sociedades latino-americanas – posto que é longa a tradição de que estas sociedades o reivindicam como referencial para sua visão de mundo.

Revisando o referencial estético barroco podemos dizer, em síntese, que o espírito barroco se constitui, historicamente, como uma tensão entre opostos: presença e ausência, verdade e mentira, luz e sombra. Wölfflin (2010) afirma que uma de suas características centrais é a progressividade da luz, a sutileza entre a escuridão e a claridade. Com isso, destaca a importância da região de contato e contágio entre esses dois universos opostos, o jogo de sombras que dissimula a aparência apagando os contornos.

Observa Wölfflin, igualmente, que essa ambiguidade natural do barroco conforma um distanciamento imenso em relação a Descartes e, assim, um rompimento com a ordem moderna, representada por este autor. O entrelugar barroco, o elogio da hesitação, da incerteza, dos entreditos, da progressividade da luz resulta numa vivência, numa experiência social sensível que, fundamentalmente, é uma crítica à racionalidade e ao racionalismo modernos.

Wölfflin também destaca a disposição barroca em substituir a “visão frontal”, própria do Renascimento e do Classicismo – uma percepção que busca enquadrar o modelo a partir de uma perspectiva imediata e objetiva, por meio da qual alcance seu caráter estável e invariável – por uma “visão lateral”, que, progressivamente girando ao redor do modelo, destaca seu caráter passageiro, relativo, transitório e, portanto, frágil.

Embora Wölfflin reflita sobre o barroco como expressão estética, é preciso compreender que a estética à qual se refere não se produz sem um *ethos*, sem uma cultura que, a todo tempo, transcende o artístico e que se torna, poderíamos dizer, utilizando Mauss (2003) um fato social total. Essa dinâmica foi percebida por Maffesoli (1979), que, a partir de

Wölfflin, refletindo a respeito dessa ética da estética, observa a permanência, a duração, do espírito barroco na vida social e, sobretudo, a sua retomada contemporânea.

Na compreensão de Maffesoli, o barroco enfatiza a ambiência e tende a romper com a estrutura linear e contínua, característica das instituições racionais da modernidade (Maffesoli, 1979). Para este autor, o barroco conforma o *ethos* de uma vida social na qual nada está em linhas claras ou bem delineadas e tudo funciona com base na ambiguidade, conformando um jogo sem fim das aparências (Maffesoli, 1979).

Analisado assim, em termos gerais, o barroco possui a abrangência conceitual para fazer possível o trânsito do estético ao ético e do cultural ao político. A continuação, aprofundamos no estudo do barroco e seus desdobramentos analíticos da modernidade, no pensamento de Bolívar Echeverría autor que levou o termo barroco ao campo das ciências sociais para analisar o mundo social latino-americano.

4. O CONCEITO DO ETHOS BARROCO. APROXIMAÇÃO PRELIMINAR.

O *ethos* barroco de Bolívar Echeverría se desenvolve num contexto de diálogo com a escola de Frankfurt e autores pós-estruturalistas como Deleuze. Também, de diálogos com diversos autores caribenhos que já trabalhavam a noção de “barroco” como um “espírito latino-americano”, como descrito na seção anterior. A relevância da perspectiva analítica de Echeverría é que ele coloca o barroco como uma totalização da experiência cultural especificamente moderna e toma à América Latina, como um espaço social para a experimentação da sua teoria.

Segundo Echeverría “[...] o conceito do “barroco” tem saído da história da arte e da literatura e tem se afirmado como uma categoria da história da cultura no geral” (ECHEVERRÍA, 1998, p. 32).

Uma das bases da reflexão do autor é que a vida prática contemporânea tem que enfrentar, no cotidiano, o fato capitalista. Esse fato representa o constante confronto da contradição entre o valor de uso e o valor de troca e o progressivo predomínio do segundo sobre o primeiro. Como a sociedade o faz? Isso é o que Echeverría resolve ao formular os *ethos* da modernidade. O fato capitalista é inevitável, não pode se fugir dele (ECHEVERRÍA, 1998, p. 38) todavia existem diferentes formas de criar modernidade para (sobre)viver ao capitalismo.

Saindo de um relato unívoco sobre a experiência social da modernidade e do capitalismo o autor explica que existem quatro formas diferentes, ou *ethos*, para enfrentar o

fato capitalista no mundo da vida. Cada um desses *ethos* é uma forma social e cultural que conceitua, negocia e gera estratégias de vida diferentes frente à expansão capitalista.

- 1) *Ethos* realista. O *ethos* que abraça o fato capitalista como a única realidade possível. “Esse *ethos* elemental podemos-o chamar realista pela sua forma afirmativa não só da eficácia e da bondade insuperável do mundo estabelecido ou ‘realmente existente’ senão, sobretudo, pela impossibilidade de um mundo alternativo.” (ECHEVERRIA, 1998, p. 38)
- 2) *Ethos* romântico. “Para o *ethos* romântico, a vida moderna e seu mundo são criações do sujeito humano [...] e como tais podem ser refeitos e transformados por ele, de forma soberana, em qualquer momento. As misérias que vão da mão da suntuosidade da modernidade são custos breves [...] dos quais um projeto tão criativo não pode desistir” (ECHEVERRIA, 2002, p. 9)
- 3) *Ethos* clássico. Um *ethos* que avalia a realidade contemporânea na sua possibilidade de melhorar o que tem sido feito até agora já que, o fato capitalista é inevitável. “[...] a contradição entre os dois tipos de valor não só é evidente senão inevitável; é como uma lei natural da qual sua vigência não pode ser eludida e, minimamente, pode diminuir-se depois de ser avaliada através da razão.” (ECHEVERRIA, 2002, p. 10)
- 4) *Ethos* barroco. O *ethos* da resistência ao fato capitalista de uma forma particular: criar a vida mesmo na morte por mérito da constante dissimulação. Reivindica o valor de uso sobre o valor de troca e desafia, de forma constante, o capitalismo. Porém não como uma forma de destruí-lo senão como a maneira de fazê-lo possível de viver.

Na proposta de Echeverria (1998) cada um desses *ethos* configuram a vida social contemporânea em diferentes partes do mundo. Contudo, esses *ethos* não são exclusivos senão estão sempre em combinação e concorrência um dos outros nos mesmos espaços sociais. Sendo que o *ethos* realista é o predominante no mundo contemporâneo. O *ethos* barroco, nesse sentido, não é um *ethos* exclusivo da latino-américa senão é o resultado de condições históricas específicas entre duas perspectivas civilizatórias antagônicas porém interdependentes (ECHEVERRIA, 1998, p. 47). Acreditamos que o autor, ao pensar no *ethos* barroco como possibilidade de criação de subjetividade, está pensando nos espaços sociais que foram submetidos a processos coloniais.

A pretensão do autor é, desafiando às análises weberianas da ética protestante e o espírito do capitalismo, compreender como o capitalismo se desdobra num espaço cultural gerado pela modernidade barroca. Refletindo que a experiência da modernidade capitalista não só a pertence aos povos de matriz puritana-calvinista (*ethos* realista) senão que outras formas culturais também têm tido sua própria forma de lidar com o fato capitalista, somente que essas foram, progressivamente, apagadas da história social.

O encontro do 'espírito do capitalismo' entendido como a pura demanda de um comportamento humano estruturalmente ambicioso, racional e progressista, com a ética protestante (na sua versão puritana calvinista), entendida como a pura oferta de uma técnica de comportamento individual dentro de uma auto repressão produtivista e uma autossatisfação sublimada, é uma condição necessária da organização da vida civilizada em torno à acumulação de capital. Contudo, não existe dúvida de que o espírito do capitalismo vai além da sua própria presença na sola figura dessa demanda, assim como fica evidente que viver *no* e *com* o capitalismo pode ser mais do que viver *por* e *para* ele. ECHEVERRIA, 1998, p. 36

Se o encontro do espírito do capitalismo com a ética protestante resultou no *status quo* da modernidade, qual será a forma resultante do encontro desse espírito com uma ética barroca? Sobretudo se pensamos que o *ethos* barroco é uma forma insurgente frente ao fato capitalista, diferente do *ethos* realista, por exemplo, que procura maximizá-lo.

O *ethos* barroco, diferenciado do *ethos* realista, é explicado por Echeverria como uma forma de enfrentamento que, a cada novo golpe de expansão capitalista, no continente sul americano, acontece uma ressignificação, "acreditar que dessa vez, as coisas vão melhorar". Isso resignifica também a forma na que se faz e se interpretam os processos de resistência. Assim, nesse caso, a resistência não seria uma ação para acabar com a modernidade senão torna-la possível de viver, resignificando os códigos dela e adaptando-os à própria realidade.

Na explicação de Echeverria, o *ethos* barroco (seguindo as explicações da arte barroca) tem como fundamento sua própria falta, seu próprio vazio. Contudo, esse vazio mostra-se como uma "possibilidade" de ser preenchido e é o que dá sentido e faz operar ao *ethos* barroco. O vazio aparece na impossibilidade de encontro pacífico de duas culturas que, no confronto, se debilitaram a uma à outra, sendo preciso "criar" um terceiro caminho. Para pensar essa possibilidade de síntese entre duas culturas que se "devoram" entre si, o autor pensa a colonização espanhola na América Latina.

Contudo, não só a civilização europeia estava perto de extinguir-se; as civilizações 'naturais' viviam uma situação similar ou pior que aquela. Não estavam na capacidade de substituí-la ou talvez dominá-la porque elas mesmo não existiam mais como centros de síntese social. Sua presença como totalizações político-religiosas tinha sido acabada; delas somente permanecia uma infinidade de pontadas culturais desarticuladas, que dependiam da vigência das instituições político religiosas europeias para se manter com vida. ECHEVERRIA, 1998, p. 53.

Assim, a síntese cultural se faz necessária para manter a vida. Contudo, no caso da América Latina, a partir da "dobra" barroca: refazendo os códigos, resignificando, preenchendo os vazios com interpretações de criação própria. O novo mundo da vida se criou a partir dessa codigofagia. Porém, muitas vezes essa leitura do processo tem sido avaliada de forma negativa já que a forma de conceituar "cultura" fez parecer que a codigofagia era um

símbolo de fraqueza ou submissão frente aqueles chamados de “colonizadores”. Por isso, Echeverria discute a forma na que é interpretada a cultura na modernidade e dá relevância ao “mundo da cultura” (ECHEVERRIA, 2010).

5. MUNDO DA VIDA E MUNDO DA CULTURA

Echeverria trabalha com o conceito de mundo da vida. Ele coloca que o “mundo da vida” está atravessado pelo “mundo da cultura”. Ao refletir sobre esse último, Echeverria (2010) faz uma crítica profunda à forma moderna de pensar à cultura, como resultado da raiz etnográfica colonialista que tornou-se funcional à modernidade capitalista e associou o termo “civilização” com a cultura europeia (*ethos* realista) qualificando-a como superior enquanto aquilo não europeu é simplesmente cultura que, nalgum momento, terá que desaparecer e converter-se à civilização.

O autor refere que, por trás da diferencia que se faz entre civilização e culturas, se “esconde” a ideia de que o espírito da civilização (no sentido funcional e produtivista do capitalismo) seria uma graça divina, entregue para uma cultura elegida: a europeia moderna cristã. Assim, na concepção moderna o “espírito” da cultura é relacionado com a capacidade técnica racional de incrementar a produtividade do processo de trabalho (ECHEVERRIA, 2010, p, 27), que seria correspondente com um *ethos* realista. Echeverria, ao levantar esta discussão quer explorar o que ele considera o fundamento do mundo da vida: a liberdade.

Echeverria traz essa discussão para pensar as possibilidades de criação do mundo da vida por fora daquilo que pretende impor a modernidade capitalista aos sujeitos: a produção mercantil. Echeverria reivindica que existe atividade criativa muito além do processo de produção abstrato, de formação e valorização de valor econômico (ECHEVERRIA, 2010, p. 37). Para Echeverria a cultura não é, simplesmente, uma função da sociedade senão que é uma dimensão da existência social “que aparece quando se observa à sociedade perseguindo um conjunto de metas coletivas que dão identidade” (ECHEVERRIA, 2010, p. 40)

Ao pensar a liberdade, como condição humana, o autor recorre à individualidade porém, especifica que essa individualidade não é correspondente, unicamente, com o indivíduo biológico, senão com grupos que compartilham uma identidade que permite cumprir compromissos históricos de longa duração. Esses compromissos se estruturam como “eleições civilizatórias” específicas. As opções civilizatórias de identidades coletivas, dão conta de explicar funções essenciais da vida humana, mas não implicam uma “essência humana”.

No caso da “civilização moderna” e seu *ethos* realista sua opção está determinada pelo produtivismo e pela escassez, sendo a noção de “progresso” o sinal dessa eleição

civilizatória. Aqueles com mostras de pensamento a contra essa eleição, que a resistem (como o *ethos* barroco) são considerados os bárbaros, já que não estariam se identificando com essa eleição civilizatória. Por isso Echeverria acredita fundamental refletir sobre a dimensão cultural da vida social, que é a que dá sentido às ações da sociedade e que se desenvolve por fora das definições coloniais de cultura que a associam com produtivismo mercantil.

6. O BARROCO E SUA DIMENSÃO POLÍTICA

Ao pensar o barroco como uma possível eleição civilizatória, que rejeita a forma cultural realista da modernidade, podemos refletir ao respeito da dimensão política do barroco. Um mote central para essa dimensão, que conversa com o pensamento echeverriano, é a definição do barroco, feita por Lezama Lima, como “a arte da contraconquista” – conceito que não estará distante da antropofagia cultural, de Oswald de Andrade, ou com ideia de cultura de inclusão, aglutinadora, defendida por José Martí. Em Andrade, é perene a imagem dos indígenas que comem o coração do inimigo poderoso, quando este é capturado, para obterem magicamente a sua força. Já em Carlos Fuentes (1992) o barroco é pensado como “uma arte de deslocamentos, semelhante a um espelho em que, constantemente, podemos ver a nossa identidade em mudança.”

Outro autor que reflete sobre o barroco a partir de um modelo ético, de um *ethos*, é Deleuze, que, em sua análise do barroco, busca politizar o conceito heideggeriano de dobra (*Zwiefalt*), observando que o barroco, para além de seu sentido estético, possui uma dimensão política, marcada pela permanente tensão do jogo social entre aparecer e desaparecer, que, partindo da distinção de Heidegger sobre esses termos, ele compreende como diferença e repetição. Assim, a dobra Heideggeriana do aparecer/desaparecer torna-se a dobra deleuziana da diferença/repetição.

Nesse conjunto de sugestões podemos perceber a figura que, em nossa percepção, agencia a ideia de uma política barroca, ou do barroco como política. Por tal, pode-se compreender uma conquista enviesada, uma conquista que pode se dar, inclusive, por meio da derrota. Esse tema do enviesamento parece ser forte na política barroca, funcionando como uma arma para lidar com a assimetria das relações de poder impostas pelo mundo colonial, pelas forças coloniais – pela colonialidade, em síntese. Esse enviesamento gera uma cultura política específica (ECHEVERRIA, 2002).

Em Echeverria a cultura política “[...] seria a forma particular que tem uma sociedade concreta de institucionalizar o político na política. Seria a forma que se tem de manter ativa, no meio da vida cotidiana, uma função que só se assume ou atualiza em momentos

extraordinários [...] nos que volta-se a criar a forma da própria socialidade, no que se redefine a sua identidade. (ECHEVERRIA, 2002, p. 2) Assim, a cultura política, pensada a partir do barroco, se explica como a sedimentação da experiência moderna através dos processos contínuos de codigofagia cultural que permitiram (e permitem) à sociedade inventar, de maneira continuada, formas de socialidade para lidar e resistir ao fato capitalista.

Aqui é onde aparece a força do sujeito barroco (individual o coletivo) contraposto ao ideal de sujeito moderno liberal, funcional aos processos de acumulação mercantil, como uma alternativa cultural que resiste à mercantilização da vida. (ECHEVERRIA, 2002, p 7)

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A modernidade é um objeto importante de análise na América Latina. Duas linhas de pensamento chamam nossa atenção, por sua posição crítica frente aos processos históricos continentais: a linha “modernidade/colonialidade” e a linha do pensamento “barroco”. A nossa eleição pelo aprofundamento no pensamento barroco deve-se à possibilidade do conceito para refletir sobre a construção do mundo social a partir de uma perspectiva das particularidades históricas.

A discussão sobre o barroco, fora da América Latina, é profunda e bastante anterior às reflexões do barroco latino-americano porém colaboraram para separar o conceito do barroco do campo exclusivo da arte e leva-lo ao campo da análise social, como uma forma de sensibilidade trans-epocal (D’ORS, 1993) que alimentou as reflexões dos caribenhos Sarduy, Lezama Lima, Fanon e que foram parte das referências para Echeverria (2000, 2002, 2010) desenvolver o quadruple ethos da modernidade e a modernidade barroca, além de Walter Benjamin e outros autores da Escola de Frankfurt.

O pensamento de Echeverria (2000, 2002) nos leva, desafiando às análises weberianas da ética protestante e o espírito do capitalismo, a compreender como o capitalismo se enfrenta e se desdobra num espaço cultural gerado pela modernidade barroca. Refletindo que, a experiência da modernidade capitalista, não só a pertence aos povos de matriz puritana-calvinista (ethos realista) senão que outras formas culturais também têm tido sua própria forma de lidar com o fato capitalista, somente que essas foram, progressivamente, apagadas da história social ou deslegitimadas.

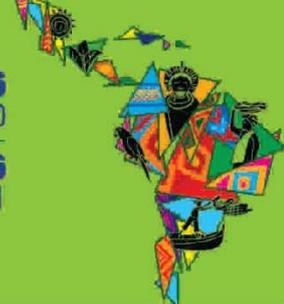
O ethos barroco viria ser uma dessas outras formas culturais de fazer frente à contradição capitalista, subvertendo o valor de troca pelo valor de uso, colocando-se como um pensamento fundamentalmente crítico da racionalidade instrumental e mercantil moderna e resistindo às tentativas de apagamento das suas particularidades históricas.

No caso da “civilização moderna” e seu *ethos* realista, a racionalidade instrumental está determinada pelo produtivismo e pela escassez, sendo a noção de “progresso” o sinal dessa eleição civilizatória. Aqueles com mostras de pensamento a contra essa eleição, que a resistem (como o *ethos* barroco) são considerados bárbaros, já que não estariam se identificando com essa eleição civilizatória. Por isso Echeverria acredita fundamental refletir sobre a dimensão cultural da vida social, que é a que dá sentido às ações da sociedade e que se desenvolve por fora das definições coloniais de cultura que a associam com o produtivismo mercantil.

Nesse ponto, o sujeito barroco (individual o coletivo) contraposto ao ideal de sujeito moderno funcional aos processos de acumulação mercantil, representa uma alternativa cultural que resiste à mercantilização da vida.

REFERÊNCIAS

- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: Editora UnB, 1991.
- CARPENTIER, Alejo. *Concerto barroco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- _____. *El reino de este mundo: relato*. Ibero Americana de Publicaciones, España. 1949.
- D'ORS, Eugenio. *Lo barroco*. Madrid: Aguilar, 1944 / Madrid: Tecnos, 1993.
- ECHEVERRIA, Bolívar. *La modernidad de lo barroco*. Ediciones Era, 2000.
- _____. *La clave barroca de la América Latina*. Archivo Bolívar Echeverria. (digital). 2002.
- _____. *Definición de la cultura*. FCE, Editorial Itaca, México 2010
- FUENTES, Carlos: *O Espelho enterrado*. Rio de Janeiro: Rocco. 1992
- LEZAMA LIMA, José. *La expresión americana*. Fondo de cultura económica, 2013.
- MAFFESOLI, Michel. *La Conquête du présent. Pour une sociologie de la vie quotidienne*. Paris, PUF. (1979)
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naif, 2003.
- MENEZES, Eduardo Bezerra de. *O Barroco como cosmovisão matricial do êthos cultural brasileiro*. *Revista Ciências Sociais*, 39(1): 49-77, 2008.
- WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- _____. *O problema da evolução dos estilos na arte mais recente*, 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



GT 4 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

O MARETÓRIO: A RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CONCEITO COMO CATEGORIA POLÍTICA POR POPULAÇÕES PESQUEIRA E EXTRATIVISTA DO LITORAL DO PARÁ¹

Paulo Victor Sousa Lima (UFPA)²
Tânia Guimarães Ribeiro (UFPA)³

RESUMO

Busca-se apresentar ao debate, um olhar sociológico em torno de um conceito, ora em construção, que também consiste em objeto de demanda do movimento de populações pesqueiras e extrativistas que vivem em reservas extrativistas do litoral brasileiro: o “maretório”. A reflexão parte da experiência empírica junto as resex’s localizadas no litoral do estado Pará, junto a lideranças e representantes locais da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem). As observações apontam que esses grupos sociais reivindicam que os territórios das reservas situados no litoral paraense, devam ser denominados “maretórios”. Uma vez que, a palavra “território” não daria conta de expressar as especificidades locais, atreladas a um modo de vida de subsistir e de se reproduzir social, política e economicamente. Argumenta-se que perceber esses espaços como “maretórios” é compreendê-los como um tipo de território socialmente constituído por uma dinâmica de uso e apropriação dos recursos naturais entre a terra, o mangue e o mar. Fluidez, a qual, as políticas socioambientais não conseguem abarcar em sua especificidade.

Palavras-chave: Amazônia; Maretório; Reserva Extrativista Marinha; Socioambientalismo

INTRODUÇÃO

Fruto de uma longa e intensa trajetória de mobilizações sociais, as reservas extrativistas (Resex), são concebidas como um modelo inovador que propõe conciliar a proteção dos recursos naturais e modo de vida de grupos sociais caracterizados como

¹ Esta comunicação apresenta resultados da Projeto Território Participação e Conservação Ambiental CNPq – 2018.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Licenciado em Ciências Sociais pela (UFPA). Integrante do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA). Bolsista CNPq. E-mail: paulo.lima@ifch.ufpa.br

³ Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade de Ciências Sociais e do PPGSA da UFPA. Coordenadora do Núcleo de Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA). E-mail: taniagr@ufpa.br

populações tradicionais. O Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) define esse modelo de Unidade de Conservação como

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

É sabido que o legado de Chico Mendes⁴ e de seus companheiros e companheiras, ecoou para além das florestais dos seringais do estado do Acre, influenciando no contexto de luta por direitos socioambientais de outros grupos sociais. É o caso das populações pesqueiras e extrativistas que viram na criação de reservas extrativistas marinhas – uma “adaptação” da Resex para o bioma marinho e costeiro – uma alternativa aos conflitos socioambientais, decorrentes da incorporação do litoral brasileiro à agenda desenvolvimentista. De acordo com Svampa (2016, p. 143)

Entendemos por conflitos socioambientais aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno do mesmo, em um contexto de assimetria de poder (...) tais conflitos expressam diferentes concepções sobre a natureza e, que em última instância, manifestam uma disputa sobre o que se entende por desenvolvimento.

Em se tratando dos conflitos socioambientais que desencadearam a criação de Resex's marinhas no litoral do estado Pará, destacam-se: grandes projetos, como a construção de estradas que atravessam ecossistemas como manguezais; instalação de empresas de pesca industrial associada a construção de portos; aumento populacional; degradação de mananciais e bacias hidrográficas; entre outros.

Atualmente, o estado do Pará ocupa uma posição de destaque no que se refere ao panorama de Resex's – florestais⁵ e marinhas – decretadas no território brasileiro. O estado detém 23 Unidades de Conservação, instituídas entre os anos de 1998 e 2014, estando no primeiro lugar no *ranking* nacional. Em conjunto, abrangem 4.326.371,645 hectares, o que corresponde a 32,4% da área protegida através do modelo resex no Brasil (ICMBio, 2020).

⁴ O fato de haver uma literatura já consolidada em torno do tema – ver por exemplo, Allegretti (1994), Almeida (2004), Diegues (2001), Gonçalves (2001), entre outros – acredita-se que não se faz necessário um aprofundamento. E assim, apresentar uma contribuição avançando com discussão para reservas extrativistas marinhas.

⁵ Como uma forma diferenciar os dois modelos de resex, adota-se a expressão “florestais”. É importante ressaltar que essa escolha diverge do que a literatura apresenta como “reservas extrativistas amazônicas” (CHAMY, 2005, CUNHA, 2001, entre outros). Em nossa percepção, esta expressão invisibiliza a especificidades presente na Amazônia, dentre elas o fato de haver um litoral.

No que se refere ao quadro exclusivo de Resex's que objetivam a proteção dos recursos marinhos e costeiros no litoral do Brasil⁶, o estado paraense também ocupa lugar de destaque. Das 33 Resex's implementadas, entre 1992 e 2018, 14 estão localizadas na região litorânea do estado (ICMBio, 2020). Esse modelo de unidade de conservação é responsável pela proteção de um importante ecossistema, tanto do ponto de vista biológico, quanto do socioeconômico: os manguezais.

No que tange a perspectiva biológica, os manguezais são de suma importância para a diversidade da fauna e flora. O Brasil detém uma extensão de 1.398.966,11 hectares de manguezais em seu litoral, desta área 83% se encontram protegidos nessas Resex's. E, o estado do Pará ocupa o segundo lugar no ranking nacional abrigando 390.589,41 hectares de manguezais, ficando atrás apenas do estado do Maranhão com 505.490,12 hectares (ICMBio, 2018).

Do ponto de socioeconômico, os manguezais são de grande importância para a reprodução social, política e econômica de milhares de famílias que vivem nessas unidades de conservação. São homens, mulheres, jovens, crianças e idosos, que em seu cotidiano tecem relações socioambientais marcadas pela apropriação dos recursos naturais da terra, do mangue e do mar. Isto é, trata-se de um esforço coletivo de ocupar, usar, controlar e se identificar com uma porção da natureza – em outras palavras, o território a na perspectiva de Godelier (1984) – caracterizando a territorialidade de um grupo social.

Com base no que foi exposto até aqui, ressaltasse-se a relevância e a necessidade de estudos e pesquisas em torno das Resex's do litoral da Amazônia, e em particular do estado do Pará. Outrossim, as reflexões que vem sendo desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA) apontam para uma discussão – ou mesmo releituras – que vem ganhando contorno e forma: o “maretório”. Isso se dá em função do observar os contornos distintos que essa discussão vem ganhando; e que, por outro lado, é objeto de reivindicação de movimentos sociais de populações pesqueiras e extrativistas que vivem em Resex's marinhas do litoral brasileiro.

Dessa forma, acredita-se que esta pesquisa – ainda em desenvolvimento, sob a forma de projeto de dissertação de mestrado – tornar-se-ia uma oportunidade para contribuir para visibilizar os *discursos alternativos* (ALATAS, 2010). Busca-se assim, apresentar um olhar sociológico em torno do conceito “maretório”. O que se constitui, num esforço de apresentar ao (a) leitor (a) desta comunicação a sistematização do debate sobre o conceito de *Maretório e algumas inferências sobre o Estado da Arte*. São propostas também algumas hipóteses a serem perseguidas em trabalhos posteriores. Ressalta-se ainda, que a reflexão

⁶ Nesta pesquisa, consideramos como reservas marinhas não só aquelas assim denominadas pelo ICMBio. Mas, aquelas cuja localização e características físicas, biológicas e socioeconômicas se assemelhem as designadas por “marinhas”.

parte da experiência empírica junto as Resex's marinhas localizadas no litoral do estado do Pará, com lideranças e representantes locais da Comissão Nacional para Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem).

Além desta Introdução (sessão 1), essa comunicação está estruturada em 4 sessões. Na sessão 2 busca-se apresentar uma breve contextualização da Confrem e de que forma o conceito "maretório" vem sendo materializado a partir da observação do uso do termo por seus representantes em diferentes espaços. Na sessão 3 procura-se demonstrar os esforços que vêm sendo realizados por pesquisadores (as) na tentativa de construir um conceito para o termo "maretório", bem como uma proposta nossa de narrativa a partir de uma aproximação entre o conceito "maretório" e "maritorio". Por fim, busca-se apresentar possíveis implicações, e releituras que o termo "maretório" poderia vir a desencadear nas formas de pensar as Resex's marinhas e costeiras do litoral do Brasil, e em particular, das localizadas no litoral do estado do Pará.

2. ALGUMAS NOTAS SOBRE A RELAÇÃO CONFREM & MARETÓRIO

Como aponta De Lucca (2018), mesmo que os integrantes do Conselho Nacional dos Seringueiros argumentassem que as áreas florestais das Resex's abrangiam diversos ecossistemas – campos, áreas costeiras e marinhas, entre outros –, os representantes e lideranças das Resex's marinhas não se sentiam representados. Sendo assim, foi proposta a criação de uma comissão que os representasse: a Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras (Confrem). Nas palavras de um pescador, liderança da Reserva Extrativista Marinha de Canavieira, no estado da Bahia, e um dos principais representantes da Confrem

A Confrem é uma articulação de extrativistas costeiros marinhos, onde se inclui: pescadores artesanais, marisqueiros, coletores de cipó, e todos que estão na região costeira do Brasil. Que estão em áreas de Unidades de Conservação de Uso Sustentável ou não, podendo ser também de uso Integral. E a Confrem nasce, pela necessidade de se haver um espaço para essas populações destas comunidades (SANTOS, 2015, p. 1)

Ainda segundo o representante, o processo de articulação para a criação da Confrem teve início no ano de 2007, mas só foi legitimado em 2009 num encontro realizado no estado do Pará. De acordo com a liderança comunitária, neste encontro

[...] nós reunimos um total de 200 extrativistas. E posteriormente nós fizemos o segundo encontro, em Arraial do Cabo, em 2012. O nosso objetivo e meta de trabalho, é garantir o território das populações tradicionais, extrativistas, pesqueiras e marinhas; fortalecer as reservas extrativistas marinhas; bem como, a garantia de políticas públicas que essas comunidades tem necessidades (SANTOS, 2015, p. 1).

Ressalta-se no trecho acima, a ausência do termo “maretório” como uma forma de caracterizar o território ou a identidade deste grupo. No entanto, alguns achados posteriores a essa entrevista, que foi realizada em 2015, mostram como o termo vem sendo acionado nos discursos de lideranças da Confrem. Ora como uma forma de caracterizar o território das resex's

A gente vive em reservas extrativistas marinhas, o nosso território é o maretório. É espaço onde a gente trabalha e mora. Em algumas comunidades os pescadores moram dentro da área, moram dentro do manguezal. Então, essa área por ter influência do mar, elas são maretório. Lá você planta o feijão, você planta uma mandioca, você planta uma agricultura de subsistência. Lá não é só pesca e extrativismo. Então necessariamente precisa ter essa compreensão (SILVA, 2019, p. 9)

(...) É muito importante ressaltar é que, quando a sociedade está articulada e está mobilizada, é possível fazer ações em defesa do meio ambiente e defender os recursos naturais. Pra nós, pescadores, nós estamos defendendo a nossa casa. É o nosso ambiente, é a nossa vida, é indissociável. Você não consegue separar o pescador do seu ambiente de vivência, do seu território, do seu maretório (SANTOS, 2020, p. 10).

Ora como uma forma de reivindicá-lo como identidade

É a nossa identidade, porque assim, o que o sistema nos impõe é que em determinadas regras que eles criam é que a gente sempre tem que estar atendendo o que o sistema quer[...] a gente através do esclarecimento, do conhecimento, da troca de saberes, a gente vai começando a se empoderar destes direitos (SILVA, 2019, p. 13).

“[...] Nós, povos pesqueiros e extrativistas das reservas extrativistas do litoral paraense, reivindicamos a vocês pesquisadores que conceituem o termo “maretório”, como parte de nossa identidade [...]” (Registro no diário de campo, 2018, grifo nosso)

A ausência do termo “maretório” no início do processo de criação da Confrem, nos instiga a seguinte questão: quando e como este termo passou a ser incorporado no discurso dessas lideranças? Ainda não temos resultados empíricos para apresentar uma resposta a essa indagação. No entanto, os achados da pesquisa nos direcionam para a compreensão de que o termo fora incorporado posteriormente. Dessa forma, se por um lado o “maretório” não se constitui em uma categoria à priori do movimento, por outro caracteriza as especificidades que foram invisibilizadas, e que passaram a ser reivindicadas por esses grupos sociais.

3. UM ESBOÇO SOBRE OS ESFORÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

O termo “maretório” constitui-se ainda um conceito pouco explorado nas pesquisas em torno das reservas extrativistas marinhas do litoral brasileiro. No entanto, com base na literatura que até aqui investigada, foi possível delinear o estado da arte que vem se configurando sobre o conceito “maretório”.

Um primeiro ponto a ser destacado é que nem todos os trabalhos possuem como objeto de análise as *resex's* marinhas. É o caso de Brasilino e Barata (2017) ao buscarem discutir o conceito território – tendo em vista suas particularidades, aplicações e compreensões – no contexto das populações tradicionais, dando ênfase aos pescadores de Mangaratiba, no litoral Sul Fluminense, no Rio de Janeiro. A autora e o autor não realizam uma discussão aprofundada sobre o conceito “maretório”. Todavia, explicam o termo como uma reivindicação da Marcha das Margaridas. Que propõem o reconhecimento do território marítimo como área utilizada para práticas de atividades pesqueiras.

O mesmo entendimento é observado na pesquisa de Marques (2020), em seu estudo sobre as transformações históricas, econômicas e ambientais que influenciaram na territorialidade dos pescadores artesanais de Caravelas e Nova Viçosa, no estado da Bahia. O autor interpreta o “maretório” como uma concepção de “oceano” e/ou “mar” sob a ótica do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais.

No que refere aos trabalhos que abordam as *resex's* marinhas é possível separá-los em dois grupos. O primeiro, reúne a maior parte das pesquisas (ARRUDA, 2020; CASAGRANDE, 2019; DE LUCCA, 2018; MARÇAL, 2019; SANTOS, BRAGAS e ESPÍRITO SANTO, 2020). Em síntese, os trabalhos não propõem a construção de um conceito para “maretório”. Os (as) pesquisadores (as) o caracterizam como uma reivindicação dos representantes e lideranças do movimento de populações pesqueiras e extrativistas do litoral brasileiro.

Quanto ao segundo grupo, este se caracteriza por pesquisas em que os (as) autores (as) se propuseram a conceituar o “maretório”. É o caso de Pimentel (2019), que ao tomar sua experiência de campo na Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta, no litoral do Pará, apresenta a seguinte definição:

Para os extrativistas do mar e dos estuários, a singular relação com a dinâmica da maré, considerada o marcador temporal de todas as atividades da vida, constrói um novo termo, o maretório (...) O sentido do maretório é o da apropriação construída mediante práticas culturais, ecológicas, econômicas, rituais, por isso, não tem fronteiras fixas, já que é um conceito que representa a mobilidade de uma coletividade pela zona costeira (PIMENTEL, 2019, p. 202).

Somado a isso, Pimentel (2019, p. 202) afirma que se pode também compreendê-lo como “uma expressão do poder como dominação, quer seja na demarcação dos espaços de extração de caranguejos dentro do manguezal, quer seja na reivindicação de políticas públicas específicas para esse grupo nos fóruns nacionais e internacionais”.

Em uma direção semelhante, Sousa (2019) em sua análise sobre o processo de mobilização que repercutiu na criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, em

Bragança, Pará, parte da ideia de “maritorio” (CHAPANOFF, 2007) para interpretar o conceito de “maretório”.

O maretório se traduz como um espaço relacional, que envolve um conjunto de práticas tradicionais exercidas por essas populações, desde a retirada do caranguejo dos mangues até a pesca artesanal. E a luta em seu maretório resulta na formação de uma identidade compartilhada por mulheres e homens que habitam a terra, o mangue e mar (SOUSA, 2019, p. 68)

Ribaric (2020) em sua pesquisa, se ancora na ideia de “maritimidade” (DIEGUES, 1998; MALDONADO, 1994), isto é, a apropriação social do ambiente aquático dos pescadores que ocorre segundo o autor, dentro dos limites da “territorialidade tradicional”. Para Ribaric (2020, p. 46)

O mar não é um espaço vazio ou indistinto, mas um lugar antropológico sendo, apropriado coletivamente pelos pescadores artesanais através de formas individuais, coletivas e comunitárias de acesso a tenência que garantem formas coletivas de sobrevivência, convivência e devir.

A partir disso, Ribaric (2020, p. 46) faz a seguinte interpretação

O maretório, isto é, o território aquático, portanto, além de base material para a reprodução da sociabilidade tradicional, é onde estão impressos os marcadores simbólicos que mantêm viva a memória coletiva do grupo, sustentando um sistema de significados por meio do qual a existência é apreendida e vivenciada.

Com base no que foi apresentado até aqui, observa-se que mesmo em se tratando de um conceito em desenvolvimento, sua construção vem ganhando nuances. Nesse processo é importante pontuar que, a partir do olhar do (a) pesquisador (a) e de seu referencial teórico o termo “maretório” ganha um significado diferente.

Se por um lado, nos trabalhos desenvolvidos nas regiões nordeste e sul do litoral brasileiro (ARRUDA, 2020; BRASILINO e BARATA, 2017; CASAGRANDE, 2019; MARQUES, 2020; RIBARIC, 2020), o significado do termo “maretório” atua como marcador de uma dicotomia entre terra e mar. Tal interpretação pode ser atribuída, em parte, a referencial teórico comum nestes estudos: a maritimidade apresentada por Diegues (1999) e Maldonado (1994). Por outro lado, nas pesquisas desenvolvidas na região litorânea do estado do Pará (DE LUCCA, 2018; MARÇAL, 2019; PIMENTEL, 2019; e SOUSA, 2019) é observado que tal dicotomia não se faz presente. Impera-se uma ideia de fluidez entre a terra, o mangue e um mar, na qual as fronteiras não são fixas – essa interpretação se aproxima do conceito “maritorio” presente na literatura chilena (ÁLVAREZ, et. al. 2019; BICK e MORALES, 2007; CHAPANOFF, 2007).

Argumenta-se assim, que o conceito “maritorio” pode vir a fornecer uma grande contribuição para a reflexão sobre o termo “maretório”. Com base nas referências bibliográficas disponibilizadas na *internet* sobre o termo “maritorio” foi possível identificar que

este apresenta um duplo significado: i) por um lado, traduz um tipo de território socialmente constituído, marcado por um modo de vida particular, em que as fronteiras entre a terra e o mar se confundem (BICK e MORALES, 2007); ii) por outro, constitui-se em uma identidade política-territorial que emerge nas mobilizações sociais empreendidas por populações pesqueiras do Chile, ao reivindicarem a permanência em regiões, alvos de grandes empreendimentos, como a pesca industrial (CHAPANOFF, 2007; ÁLVAREZ, et. al. 2019).

Com base nisso, argumenta-se que pensar essas Resex's como "maretórios" – em particular as Resex's marinhas localizadas no litoral do Pará – é compreendê-las como um tipo de território socialmente constituído em meio a fluidez de uma dinâmica socioambiental de uso e apropriação dos recursos naturais – da terra, do mangue e do mar – a qual, as políticas socioambientais não conseguem abarcar. E que, portanto, passa a ser reivindicado pelas populações pesqueiras e extrativistas do litoral do Pará frente aos avanços constantes da agenda desenvolvimentista sobre a região.

4. IMPLICAÇÕES, ALTERNATIVAS & RELEITURAS PARA SE PENSAR AS RESEX'S MARINHAS NO LITORAL DO PARÁ

Com base no que foi exposto até o momento, os esforços para a construção da categoria "maretório" e sua adoção como instrumento de análise pode contribuir para enriquecer o entendimento sobre os conceitos de "território" e "territorialidade". Particularmente, voltados para a análise das dinâmicas socioambientais de uso e apropriação dos recursos naturais da terra, do mangue e do mar nas resex's marinhas do litoral do Pará.

Acredita-se que essa reflexão, pode vir a fornecer pistas conceituais, retroalimentando-se com as experiências do campo empírico – que se ajustem as dinâmicas próprias das Reservas Extrativistas Marinhas. Podendo assim, contribuir para os estudos que abordam os processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas; bem como, para a compreensão da gestão compartilhada desses maretórios e assim colaborar para a conservação da sociobiodiversidade das regiões marinho e costeira do Brasil.

No âmbito das políticas destinadas as populações residentes nessas unidades de conservação, os resultados de pesquisas que vem sendo desenvolvidas⁷ demonstram que as políticas públicas – como as de transferências de renda, habitação e serviços de saneamento básico – que incidem em unidades de conservações como a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu e Reserva Extrativista de São João da Ponta, localizadas sucessivamente

⁷ E aqui em destaque para as realizadas por integrantes do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA), em diferentes estágios: iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, e teses de doutorado.

nos municípios de São João da Ponta e Bragança, ambos situados no litoral do estado do Pará, apresentam carências no sentido de levar em conta as especificidades da região.

É o caso do Programa de Apoio a Conservação Bolsa Verde (MOREIRA, 2017; SOUSA, 2017; RIBEIRO e SOUSA, 2018; PESSOA, MOREIRA e RIBEIRO, 2020), os créditos de habitação oriundos do Programa Nacional de Reforma Agrária (ALVES, 2019; SILVA, 2018; SOUSA, 2017) e os serviços de saneamento básico (PESSOA, 2019;2020). Em contrapartida, políticas públicas como um seguro defeso destinado aos (as) coletores (as) de caranguejos vem sendo objeto de luta, tendo em vista o reconhecimento da categoria destes (as) trabalhadores (as) invisibilizados na cadeia produtiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a complementar os resultados expostos, apresenta-se uma hipótese a ser perseguida em função de uma indagação que foi apresentada ao (a) leitor (a) desta comunicação: quando e como este termo passou a ser incorporado no discurso dessas lideranças?

A partir de alguns achados argumenta-se que: o intercâmbio de atores locais e extra-locais – elemento comum no socioambientalismo na Amazônia – resultou na incorporação do termo “maritorio”, que passou a ser ressignificado localmente como bandeira de luta.

Essa visão de forma alguma busca apagar a agência desses grupos. Pelo contrário, tal estratégia pode ser fonte de uma narrativa singular. Uma construção que encampa a especificidade do lugar através da ação dessas populações, que as ressignificam pela sua experiência. E podem assim, transformar tal apropriação em narrativas de enfrentamento e afirmação de sua identidade.

Tal como se desenha na literatura – decolonial– contempla-se a possibilidade da construção de um discurso alternativo (ALATAS, 2010), frente as ações de desmonte das políticas socioambientais. Mas também, para influenciar na elaboração e aplicação das políticas públicas destinadas às Resex's e na conquista de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALATAS, Syed F. **A definição e os tipos de discursos**. Revista Est. Hist., Rio de Janeiro, v. 23, n. 46 p. 225-245. 2010

ALLEGRETTI, Mary. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da Floresta Amazônica. In: ANDERSON, A. et al (org) **O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará - Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994. ALMEIDA, 2004

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Direitos à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas Lutas**. Revista brasileira de ciências sociais, RBCS v. 19 n. 55, 2004.

ARRUDA, Emerson A. **Política pesqueira e os territórios dos pescadores artesanais de Bitupitá, Barroquinha, Ceará**. 181 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2020.

ÁLVAREZ, Ricardo; THER-RÍOS, Francisco; SKEWES, Juan Carlos; HIDALGO, Carlos; CARABIAS, Diego; GARCÍA, Christian. **Reflexiones sobre el concepto de maritorio y su relevancia para los estudios de Chiloé contemporáneo**. Revista Austral de Ciencias Sociales, n. 36, p. 113-124. 2019

ALVES, Débora Melo. **Moradia e pertencimento: a “casa verde” na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú, Bragança-PA**. 2019, 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2019

BRINCK, Guillermo P. e MORALES, Cristian P. **Dinámicas de la insularidad: espacio, lugar y territorio en Puerto Gala**. In: VI Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Valdivia, 2007.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** e dá outras providências.

BRASILINO, Raquel S. e BARATA, Paulo H. **Conflitos territoriais e a luta pela sobrevivência: a maricultura como estratégia de resistência dos pescadores de Mangaratiba – RJ**. Revista Khóa, v. 4, n.5, p. 21. 2017.

CASAGRANE, Alana. **Pertencimento e uso comum na cogestão da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé – Florianópolis – SC**. 244p. Tese (Doutorado em Agrossistemas), Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC. 2019.

CHAMY, Paula. **Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre territorialidade marítima e sustentabilidade**. 2005, 172f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2005.

CHAPANOFF, M.. **La Invención del No Lugar: El Maritorio en la Noción de los Navegantes del Archipiélago de Chiloé**. Santiago de Chile. 2001

CUNHA, Lúcia H. O. **Reservas Extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade**. In: Encontro dos Povos do Vale do Ribeira, 2001.

ICMBio. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. Brasília. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. 2018. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/17L00001.pdf>

ICMBio. **Painel dinâmico de informações do ICMBio**. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. Disponível em: http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true Acesso em: 30 de junho de 2020.

DE LUCCA, Luana L. **Tensões e expectativas: as narrativas dos interlocutores da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá – PA**. 177p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém-PA. 2018

DIEGUES, Antonio C. **Ilhas e Mares Simbolismo e Imaginário**. 1 ed. São Paulo. Editora HUCITEC -NUPAUB/ São Paulo. 1998

DIEGUES, Antonio. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Diegues e Moreira (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo, NUPAUB, USP, 2001.p. 97-123.

GODELIER, M. Território e propriedade em algumas sociedades pré-capitalistas. In: **O ideal e o material: pensamento, economias, sociedades**. Fayard, Paris 1984. 7-49.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

MALDONADO, Simone C. **Mestres e mares: espaço e Indivisão na pesca marítima**. 2ª Edição. São Paulo. ANNABLUME. 1994

MARÇAL, Alessandro S. **Os desafios para a gestão das Reservas Extrativistas Marinhas na Amazônia: estudo de caso Reserva Extrativista Maracanã/PA**. 159p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém-PA. 2019.

MARQUES, Pedro H.D. **Abra os olhos para o banco dos abrolhos: percepção ambiental, territorialidade e conflitos na ótica da pesca artesanal de Caravelas a Nova Viçosa, Bahia, Brasil**. 131p. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologias Ambientais), Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologias Ambientais, Universidade Federal do Sul da Bahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Porto Seguro – BA. 2020.

MOREIRA, Carla C. S. **Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma resex marinha na Amazônia**. 156f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017

PESSOA, Cláudia F. **Políticas públicas e sustentabilidade – entendendo a desigualdade a partir das unidades de conservação – ano II**. Relatório técnico científico do Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC/UFPA. Belém, PA). Universidade Federal do Pará. 2018-2019. Orientadoras: Tânia Ribeiro e Carla Moreira.

PESSOA, Cláudia F. **Políticas públicas e sustentabilidade – entendendo a desigualdade a partir do saneamento público – ano III**. Relatório técnico científico do Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC/UFPA. Belém, PA). Universidade Federal do Pará. 2019-2020. Orientadoras: Tânia Ribeiro e Carla Moreira.

PESSOA, Cláudia; MOREIRA, Carla; RIBEIRO, Tânia. **Implicações sobre desigualdade ambiental presente na cartilha “o dia em que a mata sumiu**. Revista Gênero na Amazônia. Belém –PA. n. 16-18. p.239-248. 2020

PIMENTEL, Márcia A.S. **Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: conflitos e resistências**. Ambiente – Revista de Geografia e Ecologia Política. V. 1. N.1. p. 191-218. 2019

RIBARIC, Adrian. **Maritimidade: patrimônio cultural e formas tradicionais de apropriação social do território marítimo**. Emblema – Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais. v. 17, n. 2, 39-56. 2020.

RIBEIRO, Tânia G. e SOUSA, Victor P. L. **Cidadania, renda e conservação: percepção sobre uma política socioambiental na Amazônia**. Nova Revista Amazônica, v. 6, n. 4, p. 193-211, 2018.

SANTOS, Carlos A. P. **Os pescadores e artesanais e a Confrem**. Entrevista concedida ao Portal Ypadê. 2015. Disponível em: Os pescadores artesanais e a Confrem de Portal Ypadê | Ouça grátis na SoundCloud . Acesso em: 16 de janeiro de 2021

SANTOS, Carlos A. P. **“Estamos defendendo a nossa casa”, relata líder de pescadores.** Entrevista concedida a MENEZES, Paulo D. e PIMENTEL, Spensy. Le monde diplomatique Brasil. Bahia. 22 de dezembro de 2020. Disponível em: “Estamos defendendo a nossa casa”, relata líder de pescadores (diplomatique.org.br). Acesso em: 16 de janeiro de 2021

SANTOS, Neuma T; BRAGA, Roberta M; ESPÍRITO SANTO, Adilson O. **Tecitura entre modelagem matemática e saberes da complexidade na temática ambientação no manguezal.** Revista Educação, Matemática e Pesquisa. v. 22, n. 3, p. 250-284, 2020

SILVA, Talita I. **Conflitos sociais e partilha de políticas públicas: a atuação da Associação dos Usuários da Resex Caeté-Taperaçu – Bragança-PA.** 143f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018

SOUSA, Victor P. L. **Identificação de políticas públicas e sociais destinadas aos usuários e moradores da reserva extrativista Caeté-Taperaçu.** Relatório técnico científico do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA). Belém, PA. Universidade Federal do Pará. 2016-2017 Orientadora: Tânia Guimarães Ribeiro

SOUSA, Victor P. L. **A minha terra é o mar: a trajetória de um movimento socioambiental no litoral da Amazônia.** 2019, 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2019

SVAMPA, Maristella. **Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?** In: DILGER, LANG e FILHO (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo. Fundação Rosa Luxemburgo. 2016. p. 141-171

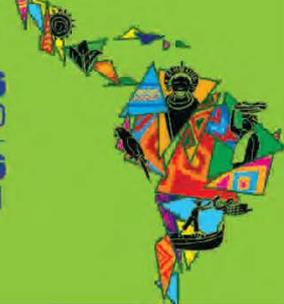


SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 04 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

OS VENTOS DO “NORTE” NÃO MOVEM MOINHOS? PENSANDO A AMAZÔNIA À LUZ DAS GEOGRAFIAS E DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (NAEA/UFPA)¹

RESUMO

A partir de duas perspectivas de abordagem - geografias do Sul e epistemologias do Sul – presentes no pensamento crítico contemporâneo, o trabalho investe na forma de interpretação da Amazônia por elas proporcionada. O objetivo é analisar as contribuições de ambas no tocante a uma região do chamado Sul global. Do ponto de vista procedimental, buscou-se aprofundar a leitura das obras de dois autores, representantes respectivos daquelas vertentes, bem como, sistematizar estudos sobre a Amazônia que, de alguma maneira, dialogam com eles. Como conclusão, apresentam-se aproximações e distanciamentos entre as duas vertentes, chamando a atenção para a possibilidade permitida por ambas de pensar a Amazônia e sua relação com o mundo de forma descentrada. Destaca-se ainda a importância de um discurso científico contra-hegemônico revelador de assimetrias regionais e que permite pensar aquela região como espaço de resistência e de contraposição a um ordenamento socioespacial imposto hierarquicamente.

Palavras-chaves: Geografias do Sul. Epistemologias do Sul. Pensamento Crítico Contemporâneo. Região. Amazônia.

Introdução

O trabalho busca o entendimento da Amazônia à luz das reflexões do que se está chamando de geografias do Sul² - surgidas no interior do movimento de renovação crítica da ciência geográfica contemporânea -, cotejando-as com interpretações sobre a mesma região a partir da vertente teórica denominada de epistemologias do Sul (SOUSA SANTOS; MENESES, 2009), que questiona a hegemonia de um saber colonizador e a sua visão eurocêntrica de mundo.

Com base em tais abordagens, busca-se mostrar distanciamentos e proximidades entre elas, bem como interpretações que ambas podem proporcionar à Amazônia em relação à qual as referências de sua localização assumem sentidos para além do convencional, levando-se em conta sua inserção em escala geográfica nacional e internacional e em estruturas de poder que definem sua condição socioespacial no mundo.

¹ Doutor em Geografia Humana, Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará; pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil, entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico. E-mail: stclair@ufpa.br.

² Alguns autores como Dantas (2014), Cerqueira-Neto (2017), Machado (2019) e Ferretti e Pedrosa (2018) nos inspiram a essa denominação ao abordarem contribuições de autores da Geografia, a exemplo de Milton Santos, relacionadas à situação de países ditos periféricos.

Do ponto de vista procedimental, buscou-se aprofundar a leitura das obras de dois autores centrais (Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos), cada um representando uma daquelas vertentes de conhecimento, assim como, buscou-se estabelecer um perfil de produções científicas sobre a região amazônica que dialogam de alguma forma com essas mesmas abordagens, com seus autores e com suas proposições.

Dividida em três partes, a análise situa o ponto de vista teórico-conceitual - ao estabelecer a crítica epistemológica que interpreta as assimetrias regionais e enuncia elementos centrais das duas abordagens consideradas -, e o ponto de vista empírico - ao problematizar questões regionais atuais a partir de estudos qualitativamente representativos das duas vertentes e que tiveram a Amazônia como foco de atenção.

O pensamento crítico contemporâneo através de duas vertentes

Muito se tem problematizado a respeito da dificuldade de se proceder à compreensão da realidade amazônica a partir de suas particularidades. Se o distanciamento entre plano teórico-conceitual e empírico se coloca como desafio independentemente da realidade que se deseja conhecer, ele se torna ainda maior quando o lugar de concepção das teorias e conceitos não é o mesmo da realidade analisada.

Discussões no sentido de superar tais distanciamentos têm sido feitas sobre as regiões e países ditos periféricos ou semiperiféricos. Nesse caso, questionam-se conceitos e formas de fazer ciência colocados em prática a partir de países centrais. Em contraponto, mostra-se a importância de se construir conhecimentos sobre essas realidades desde elas mesmas. Duas posturas aqui buscaremos tratar por interessarem de perto os debates que dizem respeito diretamente a possibilidades de entendimento do espaço amazônico.

Para Boaventura de Sousa Santos, “uma epistemologia do Sul assenta-se em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SOUSA SANTOS, 1995, p. 508 *apud* SOUSA SANTOS; MENESES, 2009, p. 9). Em uma linha de preocupação aparentemente não muito diferenciada, Milton Santos estabelece um argumento no qual considera que: “as mudanças a serem introduzidas, no sentido de alcançarmos uma outra globalização, não virão do centro do sistema, como em outras fases de ruptura na marcha do capitalismo. As mudanças sairão dos países subdesenvolvidos” (SANTOS, 2000a, p. 153-154).

A partir desses autores, problematizam-se questões que repercutem nos processos socioespaciais, nas formas de poder e nas configurações regionais do mundo. O sentido dado a elas confere importância a ações de transformação a partir do Sul (SANTOS, 2000a) ou a atitudes anti-imperialistas relacionadas ao “sufrimiento sistemático producido por el capitalismo y el colonialismo, así como por otras formas que se han apoyado en ellos como, por ejemplo, el patriarcado” (SOUSA SANTOS, 2012, p. 16).

Tais posicionamentos buscam também somar para uma tomada de consciência crítica a respeito do saber que se produz nessas regiões, que deve se voltar sobretudo para elas próprias e ser elaborado a partir delas mesmas. Isso significa, por um lado, uma proposta de renovação teórica na perspectiva crítica e, por outro, uma preocupação com a possibilidade de reinventar a emancipação social (SOUSA SANTOS, 2007).

Nessas formulações cabe destacar os esquemas de poder das quais o Sul e o Norte são produtos, conforme se faz perceber nas epistemologias propostas por Sousa Santos (2012), mas que aparece também claramente nas geografias de Santos (1988), quando este fala de processos sociais e de suas espacializações, entendidas como momentos da inserção territorial em processos sociais globais e de incidência da sociedade sobre arranjos espaciais pré-existentes.

A espacialização, para o autor, não é apenas resultado do movimento da sociedade, posto que esta também depende do espaço que o precede (SANTOS, 1988). Daí suas proposições serem representativas do que estamos chamando de geografias do Sul, assim como as de Boaventura de Sousa Santos o são das epistemologias do Sul. Por isso os dois autores serão aqui tratados para efeitos de entendimento do espaço amazônico.

Geografias e epistemologias do Sul: distanciamentos e aproximações

Ao teorizar sobre o espaço, Milton Santos, em várias oportunidades, revelou uma preocupação com as regiões ditas periféricas, mas sem perder de vista as regiões centrais, em perspectiva epistemológica que contribuiu para mostrar a espacialização capitalista em diversas escalas geográficas (LEITE; TRINDADE JR., 2020)³.

Das preocupações presentes na obra desse autor⁴ e que dão subsídios para entender as regiões ditas periféricas, destacam-se: a reprodução econômica e a natureza desigual do espaço, as especificidades da pobreza em realidades economicamente dependentes, a modernização do espaço e o meio técnico-científico informacional, o território usado e o binômio território-cidadania. Por meio desses temas centrais relacionam-se algumas contribuições que ajudam a pensar a questão aqui exposta, a saber: a) o espaço como instância social (SANTOS, 1986), b) os circuitos da economia urbana e as questões do subdesenvolvimento (SANTOS, 1979), c) a globalização e a modernização do

³ Nessa tarefa, várias são as discussões que contribuem, conforme já pontuamos em outra ocasião (TRINDADE JR., 2020b), para teorias diversas: do subdesenvolvimento, do espaço, da globalização, da cidadania. Todas elas levam a uma proposta maior, a de uma teoria geográfica, e, a partir desta, a de uma teoria mais geral para a sociedade no interior da qual o espaço é visto como uma de suas instâncias (SANTOS, 1986).

⁴ Sua atenção para um olhar territorial da sociedade o leva a compreender as espacializações de processos que revelam a sociedade global em totalidade. Foi essa mesma preocupação a responsável por ajudar a renovar, do ponto de vista metodológico, a ciência geográfica. Não chegou, assim, a propor uma ou outra geografia voltada somente para uma porção do espaço mundial. Esta ressalva se faz necessária de modo a não concluir que seu interesse se limitou a elaborar exclusivamente uma Geografia do Sul global.

espaço (SANTOS, 1994, 1996, 2000b), e d) o espaço como condição de cidadania (SANTOS, 1987).

Nessa base teórico-conceitual encontramos ferramentas que ajudam na leitura do espaço amazônico (TRINDADE JR. 2020a). Trata-se de uma elaboração original, de natureza interdisciplinar, presente em sua obra como uma forma de entender o mundo e as desigualdades capitalistas. Por meio dela, dá-se especial atenção às realidades territoriais marcadas pela pobreza e pelas fortes consequências das desigualdades econômicas e socioespaciais; aí incluindo a sua preocupação com a formação territorial de seu País.

A experiência desse autor fora do Brasil, seja em países centrais, seja em regiões periféricas, conduz suas sistematizações para uma visão não eurocêntrica de mundo. Promove, assim, a problematização de questões que definem os processos de globalização em uma perspectiva descentrada; postura essa perceptível tanto ao tratar da escala global, como também da escala nacional. A discussão das espacializações dos processos, o enfoque às regiões periféricas e o trânsito metodológico por escalas diferenciadas tornaram-se fundamentais para que estabelecesse um olhar de dentro das regiões.

A abordagem transescalar o auxiliou na percepção das assimetrias espaciais. A ideia de Norte e de Sul, nesse caso, era menos importante que o entendimento das desigualdades e das relações de poder processualmente analisadas. Isso se vê tanto na perspectiva mais global ao falar da América Latina, da África e da Ásia, regiões meridionais em face do Norte global, quanto da das regiões setentrionais, quando mudava de escala e falava das desigualdades regionais brasileiras.

Preocupado com a transnacionalização do espaço brasileiro, chegou mesmo a afirmar ter descoberto São Paulo e o Brasil quando esteve em Rondônia discutindo o ordenamento territorial (SANTOS, 1982) como convidado do governo estadual em fins dos anos 1970; momento em que pode perceber como São Paulo se instala como capital geral da nação, estabelecendo, ao mesmo tempo, um comando único sobre todo o território brasileiro (SANTOS, 2000b).

Com preocupação não muito diferenciada, ainda que assentada em um campo teórico-metodológico distinto, temos a abordagem decolonial e as epistemologias do Sul, cujos pressupostos podem ser percebidos com base em alguns elementos, como a crítica à racionalidade moderna, chamada por Sousa Santos (2008a, 2009a) de “razão indolente”. Esta é responsável por um “pensamento abissal”⁵, universal e etnocêntrico; divisor de experiências, epistemes e atores sociais, por meio do qual se classifica os que ficam de um lado e de

⁵ Nascido com a colonização europeia, esse pensamento continua a vigorar hoje, não se extinguindo com o fim do colonialismo político (SOUSA SANTOS; MENESES, 2009) e culmina com uma crise paradigmática na maneira de pensar que faz questionar o chamado “universalismo negativo”. Este coloca a impossibilidade de uma teoria geral completa, ao mesmo tempo em que questiona a “razão metonímica”, aquela sempre voltada para a totalidade e para a ordem; e, ainda, contrapõe-se à “razão proléptica”, que concebe o futuro a partir da “monocultura do tempo linear”, questionando a epistemologia ocidental eurocêntrica (SOUSA SANTOS, 2008b).

outro da linha divisória ao se referir à crescente e irreversível polarização entre o Norte e o Sul, entre realidades centrais e periféricas no sistema mundial (SOUSA SANTOS, 1999).

Em contraponto, propõe uma “razão cosmopolita”, assentada nas epistemologias do Sul, que supõem uma maior comunicação e cumplicidade através das fronteiras, por não haver uma só forma de conhecimento, levando à necessidade de optar por aquelas que favoreçam a desestabilidade e o inconformismo perante a outra, que se pretende única (SOUSA SANTOS, 2008b).

Nesse propósito, funda um projeto sociológico pautado: a) na “sociologia das ausências”, que consiste em dar voz e visibilidade aos grupos invisíveis; b) na “sociologia das emergências”, que aposta na projeção de novas experiências existentes; c) no “trabalho de tradução”, assentado na prática dialógica e de interlocução de saberes; d) e no discurso de “antidispersão das experiências”, que visa valorizar as diversas experiências sociais descentradas em curso no mundo de hoje (SOUSA SANTOS, 2008b).

Mobiliza nessa proposição instrumentos metodológicos que se apoiam: a) na “hermenêutica diatópica”, que nada mais é do que o trabalho de interpretação de duas ou mais culturas, com o objetivo de identificar as preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que proporcionam para um mesmo problema; b) no “trabalho de tradução”, calcado em exercício intelectual e político, mas também emocional; c) no reconhecimento de “zonas de contato”, onde diferentes mundos de vida normativos, práticas e conhecimentos encontram-se, chocam-se e interagem (SOUSA SANTOS, 2008b).

Pouco prudente seria afirmar que as duas concepções mencionadas se confundem, mesmo que os locais de fala (referências geográficas imediatas onde se situam os sujeitos e seus discursos) de cada um não sejam os países centrais e sim principalmente Portugal (Boaventura de Sousa Santos) e Brasil (Milton Santos), tidos, respectivamente, como semiperiferia e periferia em face do centro das decisões mundiais.

Trata-se de duas concepções de ciência com matrizes diferenciadas. As geografias do Sul se apoiam na ciência moderna, conforme se constata na proposta da “Geografia Nova” (SANTOS, 1986), notadamente de influência europeia; ao passo que as epistemologias do Sul fazem um contraponto à ciência moderna e têm suas primeiras reflexões assentadas em uma proposta pós-moderna de ciência (SOUSA SANTOS, 2002a).

A construção deste último autor, inclusive, pressupõe dois movimentos que dão base à sua análise notadamente sociológica. O primeiro é o “regresso do colonial e do colonizador”, de natureza mais política, e que revela a transposição da linha de divisão imposta entre a metrópole e a colônia herdada do passado. O segundo é um contramovimento, chamado de “cosmopolitismo subalterno”, que faz emergir um pensamento alternativo de resistência epistemológica associado à resistência política (SOUSA SANTOS, 2009b).

Por outro lado, em Milton Santos há uma clara intenção de pensar uma conceituação do espaço que o coloque em um patamar de relevante importância para as ciências sociais (SANTOS, 1986, 1991); e isso é feito assumindo uma opção disciplinar desde a ciência geográfica, mas em uma perspectiva aberta de diálogo com a filosofia e as ciências sociais em geral.

Boaventura de Sousa Santos não assume claramente essa ideia de espaço proposta pela Geografia miltoniana, ainda que demonstre conhecê-la (SOUSA SANTOS, 2018). Associa, em vez disso, a ideia do “geográfico”, muitas vezes, à geometria espacial propriamente dita, e reconhece os termos de Sul e de Norte como metáforas espaciais, já que os entende muito mais como uma condição que como uma localização:

en este sentido, son un conjunto de epistemologías, no una sola, que parte de esta premisa, y de un Sur que no es geográfico, sino metafórico: el Sur antiimperial. Es la metáfora del sufrimiento sistemático producido por el capitalismo y el colonialismo, así como por otras formas que se han apoyado en ellos como, por ejemplo, el patriarcado (SOUSA SANTOS, 2012, p. 16).

Em seu propósito de explicar desigualdades regionais, Santos (1978), por seu turno, faz a crítica ao empirismo da Geografia francesa, colocando a necessidade de novas bases teóricas para discutir o espaço e, fundamentalmente, empreende um pensar focado nos países ditos subdesenvolvidos; isso é feito sem deixar de reconhecer o papel de seus mestres europeus, ao mesmo tempo em que define uma Geografia muito própria (PEDROSA, 2018).

Para o autor, o Sul é uma espacialidade, parte de uma totalidade. Constitui-se por meio de processo e localização socialmente produzidos e representados, em periferia social e econômica, mas também geográfica, do espaço global. Com base nesse entendimento, depreende-se que as geografizações (SANTOS, 1988), diferentemente dos geografismos⁶ (LACOSTE, 1988), apresentam-se como inscrições territoriais no presente de processos sociais, resultando da combinação do movimento da sociedade com as configurações espaciais existentes. As regiões do Sul são pensadas a partir dessa perspectiva, de forma que não estejam isoladas da totalidade das quais dialeticamente fazem parte.

Se para Boaventura de Sousa Santos a história e as estruturas de poder definem a condição do Norte e do Sul global, para Milton Santos, esses elementos buscam ser entendidos sob a perspectiva do território e, portanto, das espacializações, que são resultado, mas igualmente condição, desses mesmos processos que se configuram na

⁶ Para Lacoste (1988), trata-se de metáforas que acabam por escamotear os sujeitos ou frações sociais que assumem, de fato, a ação, conferindo protagonismo aos lugares, espaços ou territórios como exploradores, colonizadores ou dominadores de outros.

escala global; daí preocupar-se com o discurso das geografizações dos processos sociais, formadas por sistema de ações e por sistemas de objetos (SANTOS, 1988, 1994, 1996).

De qualquer forma, algumas aproximações são identificadas tendo em vista as proposições dos dois autores. Em ambos é possível reconhecer as limitações que percebem nas teorias e conceitos da ciência contemporânea, que se mostra generalista e eurocêntrica (SOUSA SANTOS, 2019), ou, ainda, de aplicabilidade limitada em realidades específicas, posto que pensada a partir dos países centrais, demandando novas epistemologias e enfoques (SANTOS, 1999).

Dessa maneira, os autores investem na elaboração de um pensar inspirado em realidades empíricas fora do centro, seja como contraponto ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado, a partir do aprendizado com o Sul global (SOUSA SANTOS, 2018), seja como uma forma de ler particularidades socioespaciais daquilo que ficou conhecido há algumas décadas como questões do “Terceiro Mundo” (SANTOS, 1978). Ainda, o entendimento da relação Sul-Norte dá-se como um contramovimento de natureza emancipatória que, conforme já assinalado, assume uma dimensão política e outra epistemológica (SOUSA SANTOS, 2009b); e de descentramento (SANTOS, 2000a), pois a periferia do sistema-mundo comparece muito claramente como locus de enunciação, não obstante este último autor trabalhar com a ideia de universalidade, como bem observam Melgaço e Prouse (2017),

O aprendizado com o Sul permite o deslocamento de olhares em Sousa Santos (2018), quando propõe o contramovimento mencionado, e a necessidade de transitar por escalas geográficas em Santos (1996), quando entende os lugares como depositários finais dos eventos, pontos de entrecruzamentos de horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1994, 1996), e as regiões como funcionais ao todo (SANTOS, 1985) a definir versões diferentes da mundialização (SANTOS, 1988).

A necessidade de pensar uma outra ordem global em contraponto à hegemônica, leva à formação de movimentos contra-hegemônicos (SOUSA SANTOS, 2008a) como resposta às pressões da globalização capitalista; ideia essa que se aproxima muito do entendimento dos múltiplos sentidos da globalização de Milton Santos (2000a): o mundo tal como nos fazem vê-lo (a globalização como fábula); o mundo tal como ele é (a globalização como perversidade); e o mundo tal como ele pode ser (a globalização como possibilidade).

A visualização dessa possibilidade, seja como movimento contra-hegemônico, seja como possibilidade, coloca o acento na sociologia das ausências/emergências (SOUSA SANTOS, 2008b), ou nas geografias dos tempos lentos e dos espaços opacos (SANTOS, 1994, 1996), que imprimem outra racionalidade à lógica espacial contemporânea, governada pela ciência, pela técnica e pela informação. Para Santos (1994), a força dos

fracos está em seus tempos lentos e, por extensão, na solidariedade cooperativa deles em seus espaços opacos, nos quais a racionalidade técnica e informacional não é a dominante.

Nessa mesma linha de raciocínio se enfatiza em Santos (1996) a preocupação com o lugar, marcado pela escala da vida cotidiana e por possibilidades de encontros organicamente solidários; nisso se revelando a preocupação idiográfica do autor para com a espacialidade. Em Sousa Santos (2008b), o contraponto às metanarrativas estabelece a crítica ao universalismo, à unilinearidade da história, às totalidades hierárquicas; e a aposta na pluralidade de projetos coletivos articulados de forma heterárquica por mecanismos de tradução e de reinvenção da emancipação social (SOUSA SANTOS, 2007).

Os dois autores vislumbram um novo momento histórico, que está em Sousa Santos (2008a), por exemplo, na possibilidade de inventar, inspirado em José Martí, uma “nuestra América”. Esta seria a superação da narrativa europeia e norte-americana pela autonomia latino-americana, baseada em uma perspectiva de pensamento político com atitudes contrárias ao colonialismo e ao imperialismo. A correspondente desse novo momento em Santos (2000a) seria o “período popular da história”, quando a primazia do homem o colocaria no centro das preocupações, assegurando a compaixão nas interações interpessoais, a solidariedade social e a ética como formas de reduzir fraturas sociais.

Os autores também fazem apostas nas potencialidades do Sul. A mestiçagem cultural a definir um “metatopos”, assentado no *ethos* barroco, faz-se presente em Sousa Santos (2008a, 2009a)⁷. Tido como fenômeno essencialmente mediterrâneo (o Sul do Norte) e latino-americano (Sul global), revelou-se quando o poder no centro estava enfraquecido. De caráter aberto e inacabado, permitiu autonomia e criatividade às margens e às periferias por se tratar de uma imaginação centrífuga surgida das periferias internas do poder europeu para as da América Latina (SOUSA SANTOS, 2009)⁸.

Interpretação não muito diferente é feita por Santos (1994, 1996, 200a) através da noção de “flexibilidade tropical”. Esta pressupõe resistência e criatividade cultural, econômica e espacial associada às estratégias diversas de existência e de sobrevivência nos trópicos. Concebida na periferia global, conforme sistematizado alhures (TRINDADE JR.; LEITE, OLIVEIRA, 2021), em nada se equipara à flexibilidade pós-fordista, dada a diversidade encontrada nas práticas e configurações socioespaciais de realidades pobres, como a brasileira.

⁷ Esse *ethos* não é utilizado no sentido do estilo pós-clássico da arte e da arquitetura, mas no seu caráter de excentricidade, a sinalizar uma metáfora cultural que designa formas de subjetividade e de sociabilidade capazes de explorar as potencialidades emancipatórias da transição paradigmática.

⁸ Na América Latina a criatividade cultural e social (imaginação centrífuga, sobreviva e blasfema) resultou da brecha deixada pela pouca presença do centro na periferia durante um certo período da colonização, originando a mestiçagem barroca (codificada, caótica, erudita, popular oficial e ilegal ao mesmo tempo), herança do século XVII, que confere centralidade às margens e se torna mais forte à medida que nos deslocamos; ao mesmo tempo, escondendo a fraqueza dramatizada em sociabilidade conformista (SOUSA SANTOS, 2009a).

A problematização das assimetrias e desigualdades espaciais, por seu turno, é vista por Sousa Santos (2009a) como uma questão de poder de grupos e de regiões e que se faz compreender por meio de uma relação estrutura-ação. Em Santos (1994), é revelada como configurações territoriais diversas que contrapõem regiões que ganham/mandam a regiões que perdem/obedecem; isto visto sobretudo por meio dos sujeitos que se espacializam e definem suas ações, seja no centro, seja na periferia, descartando qualquer possibilidade de geografismo em sua interpretação.

A construção de uma nova sociedade como superação dessas assimetrias é sugerida através da “razão cosmopolita” e da “ecologia dos saberes” em Sousa Santos (2008b), e de um outro arranjo espacial, de natureza cívico-territorial, em Santos (1987). Acrescenta-se a isso uma forma de ler o mundo que combina razão e sentimento em Sousa Santos (2019), contido no verbo “corazonar” – híbrido alquímico de emoções/afetos/razões – ; e razão e emoção em Santos (1996), ao relacionar a natureza do espaço às variáveis técnica, tempo, razão e emoção.

Colocados esses distanciamentos e aproximações entre os dois autores, importa, a partir de agora, considerar como suas proposições e ideias têm ajudado a entender o espaço amazônico, suas questões e seus problemas.

Pensando a Amazônia a partir das geografias e das epistemologias do Sul

Para visualizar o pensamento dos dois autores, selecionamos trabalhos representativos das abordagens em comento. A ideia é apresentar contribuições sobre o espaço regional amazônico apoiadas nessas abordagens.

O estudo de Huertas (2009) busca avançar na compreensão da região sob a ótica do espaço como uma verdadeira instância social (SANTOS, 1986). Mobilizando vários conceitos presentes na teoria miltoniana, o autor buscou mostrar a fluidez territorial em uma região até então reconhecida pela imagem da grande floresta e de seus modos de vida pouco alterados. Ao analisar fluxos responsáveis por definir uma nova espacialidade regional amazônica em interação com o restante do País, mostra elementos da modernização do espaço e da fluidez territorial por meio de atividades que adentram a região com força de transformação e que reforçam um modelo de desenvolvimento decisivo na constituição atual do território.

Reconhece, assim, uma espécie de sub-região (“quadrilátero” formado por Manaus/Belém/Distrito Federal-Goiânia/Porto Velho), que não se ajusta necessariamente àquelas regionalizações oficialmente conhecidas, sendo uma leitura territorial que se contrapõe ao saber convencional de região ao desvendar processos e, ao mesmo tempo, estabelecer uma crítica científica às estratégias oficiais de desenvolvimento. Trata-se de uma espacialidade sub-regional que resulta de um subsistema de circulação responsável

por estreitar os vínculos de fluxos entre partes do Centro-Oeste e do Norte do País. Tais fluxos definem uma rede estruturadora de movimento articulada a vetores hidroviários e rodoviários em pontos nodais estratégicos e que atende a interesses de determinados circuitos produtivos (soja, madeira, minérios, pecuária bovina etc.) em áreas que, até bem pouco tempo, eram praticamente desprovidas desses fluxos modernos.

Promove, por meio dessa interpretação, uma análise crítica das políticas territoriais que têm na técnica e seus movimentos um fator de transformação do meio geográfico. Os conceitos de tecnosfera (esfera técnica) e de psicofera (esfera de comportamentos), de Santos (1996), aí se fazem presentes para mostrar os eventos que são portadores de racionalidades exógenas ao lugar.

A análise não se restringe a mostrar e a explicar a nova configuração territorial mencionada. Paralelamente a isso, indaga a quem essa nova coesão territorial busca beneficiar e, ao mesmo tempo, a preocupação com uma outra Amazônia, que parece recuar e que se mostra em maior sintonia com a natureza. Nela, embora algumas cidades revelem características próprias do período técnico-científico informacional (SANTOS, 1994, 1996), sua presença não chega propriamente a ditar as normas da dinâmica social (HUERTAS, 2009), o que ajuda a entender e principalmente a questionar o papel da região, seja em face do mundo, posicionada no Sul global, seja em face do espaço nacional, posicionada ao Norte do território brasileiro, mas, nos dois casos, sujeita a processos de expropriação de recursos, de riquezas e de territórios.

Em direção muito semelhante e apoiado no mesmo autor de referência anterior, Rodrigues (2012) concebe a Amazônia como totalidade dinâmica. Nesse caso, o subespaço amazônico é visto por meio da noção de espaço banal, regatada por Santos (2005) de François Perroux, onde empresas, instituições e vivências ganham existência. Sob mediação do território usado, definido pela racionalidade hegemônica, novas racionalidades contra-hegemônicas podem vir a ser constituídas, e mesmo autorizar uma nova hegemonia.

A centralidade conferida ao espaço para a leitura do tema é feita entendendo-o como uma acumulação desigual de tempos e, por isso, o processo de reconfiguração geográfica atual na Amazônia tem raízes distantes, fazendo com que eventos contemporâneos conttenham velhas intencionalidades, que sofisticam os sistemas de engenharia e aumentam a densidade técnica da região ao aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do território. Assim, novos elementos fazem parte dessas intencionalidades, como a criação de hidrelétricas (Tucuruí, Belo Monte etc.) e a privatização dos sistemas de saneamento (RODRIGUES, 2012).

Essas premissas dão base para a discussão que realiza a respeito do uso do território no período da globalização e seu rebatimento na soberania territorial, considerando o fenômeno da apropriação mercantil dos recursos hídricos, mas também observando a

imanência de usos não-mercantis do território, o que o faz observar a resistência dos lugares e o imperativo ético de uma práxis transformadora. Na argumentação do autor, o uso do território, como recurso mercantil, compromete a soberania e gera constantes tensões. Categorias miltonianas são para isso mobilizadas na análise, como a ideia de totalidade dinâmica, eventos normativos, técnicas da ação e formação socioespacial.

A partir da mercantilização da água, discute a contradição entre o constrangimento da soberania territorial e a possibilidade de um território não-alienado, um exercício consciente dos lugares, base de sua soberania, como resistência e como produção de uma racionalidade alternativa. Por isso a região é também pensada como espaço de muitos lugares, onde as ações se dão conjuntamente, como um acontecer solidário, de diferentes temporalidades, existências, materialidades, eventos e normatividades públicas ou corporativas, que definem formas e possibilidades diversas de uso do tempo e da técnica; elementos esses que sinalizam para novas formas de conceber o território e o desenvolvimento, como contrarracionalidades.

A mesma convivência de tempos e a presença de racionalidades para além das hegemônicas se faz presente no estudo de Montenegro (2014). Seu objetivo é mostrar particularidades do circuito inferior da economia urbana, conforme assim definiu Santos (1979), em formações metropolitanas brasileiras. Para isso, elege a metrópole belenense para, juntamente com outras três metrópoles (Fortaleza, Brasília e São Paulo), representantes das demais regiões do País - Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada (SANTOS; SILVEIRA, 2001) -, identificar particularidades do circuito inferior no processo de metropolização da Amazônia.

Montenegro (2012) não deixa de estabelecer uma espécie de cotejo do circuito inferior em Belém com aquelas outras metrópoles, mostrando ainda as metamorfoses desse circuito na Amazônia no período da globalização. Nesse empreendimento, mostra como se encontram justapostas, no meio construído da metrópole belenense, múltiplas formas combinadas de produção e de consumo realizadas com técnicas e formas de organização diversas, revelando a feição regional diferenciada assumida pelo circuito inferior no território amazônico de hoje.

Além das particularidades geográficas amazônicas, que permite, por exemplo, por meio da rede hidrográfica, uma forte articulação econômica da metrópole com a região - através de suas feiras fixas, portos, trapiches e bairros pobres, que fogem aos grandes circuitos de produção e de circulação -, a autora destaca em seu estudo estratégias criativas relacionadas à vida da metrópole e ao mundo do trabalho imersos em uma economia urbana da pobreza, como as ocupações múltiplas realizadas pelo mesmo agente, o pequeno comércio, a diversidade de serviços oferecidos, os espaços de moradia mesclados aos de trabalho, a cooperação familiar, a combinação de tarefas na forma de pequenos

negócios, o fornecimento de produtos caseiros para pontos comerciais/residenciais e/ou nas ruas, e a reutilização e reaproveitamento de objetos/materiais em atividades diversas.

Tais estratégias aparecem como contrarracionalidades a um circuito moderno e comandado pelo capital, cuja teoria dos circuitos, desenvolvida por Santos (1979), permite revelar no espaço amazônico um potencial econômico e com grande densidade comunicacional e social marcada por uma forte interação entre a vida rural da floresta e a vida metropolitana que nela se instala.

Elementos importantes dessa particularidade está naquilo que Montenegro (2012) chama de economia fracionada. Refere-se a mercadorias vendidas a retalho, a ocupações diversas e criativas e ao fracionamento do dinheiro, nomeado pela autora de “economia dos centavos”. Tais elementos sugerem um olhar diferenciado a propósito do planejamento econômico e territorial, normalmente dominado pela episteme economicista do desenvolvimento na qual se sobressai o circuito superior da economia urbana e regional.

O estudo de Porto-Gonçalves (2017a), por seu turno, mostra como, ao longo de sua história, a Amazônia vem sendo narrada sempre na perspectiva dos vencedores e à revelia das populações locais. Destaca, nesse processo, não apenas a violência física, como também a epistêmica relacionada aos saberes nativos. Ao estabelecer a crítica à formação socioespacial da região, o autor estabelece uma linha de pensamento que não separa a sociedade da natureza, o espaço do tempo, e que não coloca os processos e eventos locais e regionais em uma linha histórica demarcada por etapas.

As ideias sobre a região convencionalmente assimiladas, na maioria das vezes, concebem-na como sinônimo de natureza, como vazio demográfico, como fonte inesgotável de recursos e como região do futuro; tudo isso em prejuízo da compreensão de sua “complexidade sociometabólica” (PORTO-GONÇALVES, 2017a)⁹, como se deduz ao se tratar o solo amazônico, visto como inapropriado para atender àquelas culturas agrícolas impostas pelos interesses externos, não obstante ser ele responsável pela exuberância da floresta graças à forma com que as sociedades locais aprenderam a lidar com a natureza. A visão da pobreza edáfica, tornou-se, inclusive, um pressuposto à intenção de exploração e de destruição da floresta e de seus recursos, especialmente a partir dos anos 1960.

Sustenta ainda o autor que a visão estabelecida é sobretudo sobre a Amazônia e não propriamente dos povos que nela vivem. Empreende, com isso, uma leitura distante do etnocentrismo por meio do qual a região costumou a ser vista; ao mesmo tempo nega a interpretação moderno-colonial dominante e que tende a ignorar o acervo cultural e

⁹ As novas formas de apropriação dos recursos e do território geram alterações metabólicas na floresta e na vida dos indivíduos que fazem dela espaço de vivência imediata, gerando violência, combinada a desmatamento e destruição. O acirramento dos conflitos e tensões define igualmente espaços e tempos de “r-existências” dos chamados povos da floresta, que parece ser um dos pontos centrais de suas proposições. Negando a ideia de uma região demograficamente vazia, o rebatimento das ações e os interesses externos, esses povos definem ações e mobilização capazes de dar visibilidade a eles e a suas demandas.

intelectual das sociedades que aí se territorializaram antes da chegada dos colonizadores. Valoriza no seu empreendimento o potencial de conhecimentos existentes e as formas de bem-viver aí enraizadas, além de destacar os mecanismos de preservação do seu patrimônio natural e cultural, fruto de aproximadamente doze mil anos de forte interação dos seus povos com a floresta.

Desse embate decorre a “encruzilhada civilizatória” e as “tensões territoriais”. Trata-se de uma espécie de confronto entre as práticas dos povos locais e o ideário civilizatório imposto pelos interesses externos e estranhos à região decorrentes da presença das rodovias, dos grandes empreendimentos, dos projetos logísticos, da expansão da soja, da exploração do petróleo e do gás e da produção de energia elétrica através do aproveitamento hídrico. Tais elementos, marcados pelo tempo e pelo ritmo do capital, colocam a região em escalas diferenciadas de integração, em nível nacional, conforme se deu na segunda metade do século XX; e sul-americana, conforme se vê nas políticas territoriais mais recentes.

Pautado em Sousa Santos (2009), mas também em outros autores do pensamento decolonial ou pós-colonial, sugere a necessidade de superar a colonialidade do saber e do poder que inferioriza os amazônidas e que promovem substanciais “desperdícios de experiências humanas” que nessa região se fazem presentes.

Essa mesma preocupação pode ser visualizada em estudo de Corrêa (2014), sobre as lutas e resistências e as perspectivas alternativas diante do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Para isso, esse autor levou em conta o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e sua ação contra-hegemônica na área afetada pelo projeto. Tomando como base várias contribuições de Boaventura de Sousa Santos, demonstra a expansão da fronteira hidrelétrica na Amazonia e seu movimento de territorialização sob a perspectiva do capital em parceria com os projetos neodesenvolvimentista do Estado, que usa, para isso, de violência institucional e simbólica com vistas à concretização do empreendimento hidrelétrico.

A análise foca o processo de desterritorialização em curso por conta do referido projeto, demonstrando as formas de expropriação, de desintegração e de precarização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e camponesas; formas essas que se fazem acompanhar da violação de seus direitos fundamentais, risco e violência física e social, além de comprometimento do equilíbrio do ecossistema e do bioma amazônico.

As premissas das epistemologias do Sul o fazem identificar um processo não apenas capitalista, mas igualmente colonialista, que tem como consequência resistências ao modelo imposto, manifestas por meio de dinâmicas não hegemônicas (vivências, experiências e perspectivas sociais), a partir das resistências e das lutas do MXVPS, que atua em quatro frentes (jurídica, comunicação/mobilização, bancos e política).

O movimento estudado, por meio de suas resistências nessas diversas frentes, além da aprendizagem na luta, que ganha uma dimensão pedagógica, dá visibilidade a sujeitos locais e reúne tanto elementos relacionadas a contradiscursos neodesenvolvimentistas, quanto proposições de novos caminhos a serem construídos social, cultural, econômica, política, territorial e ambientalmente, considerando o uso comum do espaço e a sociobiodiversidade amazônica com a legítima participação de seus sujeitos.

Estes ganham projeção e ação regional, como os que resistem a projetos similares por meio da mobilização comum e concertada em nível de Amazônia brasileira - “Movimento Madeira Vivo”, “Movimento Tapajós Vivo”, “Movimento Teles Pires Vivo” e a Aliança dos quatro rios” (Xingu, Tapajós, Teles Pires e Madeira) - e em escala continental - “Movimento dos rios da Pan-Amazônia” e da “Aliança dos Povos da Pan-Amazônia”.

Nesse sentido, e adotando os termos de Sousa Santos (2002b; 2008a), o autor define tal mobilização como uma posição marcada no terreno da “globalização de resistência” - organização transnacional de resistência de Estados-Nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais -, pautada no “cosmopolitismo subalterno de oposição” - forma cultural e política de globalização contra-hegemônica – e, igualmente, no “patrimônio comum da humanidade” - lutas transnacionais com vistas à proteção e à desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes tidos como fundamentais para a humanidade e com sustentabilidade a ser garantida na escala planetária.

Para Corrêa (2014), é possível identificar no MXVPS brechas e sinais importantes para uma forma alternativa de ação e de resistência contra-hegemônica e de desenvolvimento para a região e para o País, com articulação de escalas geográficas diferenciadas, apesar do quadro de “fratura” interna do MXVPS.

Em perspectiva apoiada também em Boaventura de Sousa Santos e outros autores de matriz decolonial, Malheiro (2019), trata do ideário do desenvolvimento na Amazônia a partir dos grandes projetos minerais. A questão central gira em torno da suspensão normativa e da excepcionalidade jurídica que coloca em xeque a complexidade e a diversidade territorial regional em prol de uma racionalidade corporativa de governo do território na Amazônia, que se realiza por práticas subterrâneas que tornam, na visão do autor, a política uma guerra e a exceção uma regra.

Na análise é exposta a geografia de exceção - em que povos, comunidade e movimentos sociais tornam-se variáveis administráveis em tabuleiro no qual as peças se movimentam para violá-los, criminalizá-los e ameaçá-los -, suas condições de emergência e suas lógicas de realização, mas demonstrando, em contrapartida, as territorialidades que existem e resistem a ela.

Empiricamente, o estudo se volta para a dinâmica de exploração do ferro no corredor Carajás-Itaqui pela empresa Vale S. A. Mostra no estudo as mediações espaciais criadas que garantem o acesso a recursos e terras à empresa em circunstâncias de indeterminação política. Esta favorece a transformação de espaços necessários ao processo de gestão empresarial do território, colocando em risco territorialidades outras e transformando povos e comunidades que as definem em sujeitos a serem geridos e/ou eliminados.

A diversidade territorial de Carajás - indígenas, quilombolas, pescadores, camponeses etc. - é vista como um imperativo não apenas político, mas igualmente epistêmico para o enfrentamento dos interesses corporativos. Trata-se, antes de tudo, de outras formas de se relacionar com a terra, com a floresta e com os rios. A partir disso, a exemplo de Rodrigues (2012), a questão da soberania regional é abordada, analisando-se criticamente o discurso que tende a se apropriar territorialmente da região e homogeneizar a diversidade regional.

Apoiado no quadrinômio segurança-território-população-riqueza, o autor sugere, por um lado, a existência de uma “territorialização de exceção” - acesso a recursos e/ou domínio de espaços por meio de suspensão normativa e de gestão de populações politicamente matáveis e territorialmente invisíveis e dispensáveis - e de estratégias corporativas de territorialização que levam a processos de acumulação pela via da mineração, que se utiliza da contenção territorial e da desterritorialização para atingir seus fins. Isso ocorre por meio de ações de encurtar, barrar, canalizar e remover caminhos, itinerários e mobilidades, mas, também, da expulsão, da desapropriação, da fragilização, da destruição e da desmobilização de condições objetivas de reprodução social apoiadas na suspensão de direitos fundamentais.

Como contraponto, sugere “a escuta” em face das diversas formas de se apropriar do território e como forma de traduzir a diversidade territorial que demarca diferenças e que, ao mesmo tempo, redefine a gramática da leitura regional, centrada principalmente em processos de homogeneização do espaço. Com isso, além de revelar múltiplas geografias de exceção, sinaliza para as geografias de “r-existência”, que apontam para outros horizontes, surgidos de práticas diferenciadas de vida, de existência e de territorialização.

Ao problematizar a situação da mineração, mostra como ela se articula à questão da terra na Amazônia, à governamentalidade corporativa do território e a uma orientação decolonial do saber como forma de entender tais questões. Apoiado em Sousa Santos (2008a, 2009a, 2009b) identifica a razão ocidental, que produziu um pensamento abissal, como uma razão indolente, preguiçosa e que ignora aquelas múltiplas experiências sociais.

Considerações Finais

A partir de Milton Santos, a possibilidade de uma ação contra-hegemônica em escala nacional e internacional pressupõe conhecer os mecanismos do mundo, de forma a perceber as intencionalidades estranhas que se instalam no lugar; sendo essa uma forma de contra-ação para sugerir o que fazer no interesse social (SANTOS, 1995). Tais premissas parecem ser fazer presentes nos trabalhos sobre a Amazônia inspirados na teoria miltoniana.

Por meio dela problematiza-se o atual período histórico, no interior do qual se produz um espaço regional cada vez mais artificializado, comandado pela técnica, pela ciência e pela informação. Nele, os objetos geográficos, com localização e intencionalidades precisas e de natureza mercantil e simbólica, são marcados pela ubiquidade e pela universalidade, pois estão em todo lugar ao mesmo tempo e se tornam cada vez mais artificiais e grandiosos com vistas a servir aos atores hegemônicos/corporativos (SANTOS, 1994).

Os processos socioespaciais não são, todavia, observados em sentido unidirecional. A presença de “grandes objetos” (SANTOS, 1995) no espaço regional implica em contrarrazões que podem levar a uma nova planificação regional. O olhar de dentro faz reconhecer vínculos de solidariedade e de resistência, especialmente na dimensão dos lugares de vivência, de contato imediato e com densos vínculos orgânicos, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista espacial. O reconhecimento desses vínculos e da potencialidade de suas relações, materializadas no arranjo espacial, apresentam-se como condição para pensar a região sob outra perspectiva; diferente, portanto, daquela imposta pela prática recorrente de ordenamento territorial.

Na outra vertente, a Amazônia é tida como espaço de interação, coexistências e (des)conexões de diferenças cujo desafio é “geo-grafar” a diversidade de vidas, culturas e saberes (PORTO-GONÇALVES, 2001a, 2001b, 2001c) de forma que novos protagonistas locais/regionais ganhem a cena política. Isso é feito em contraponto ao processo civilizatório moderno-ocidental e de maneira a subsidiar a invenção de novas territorialidades, defender de bens sociais/coletivos intangíveis (PORTO-GONÇALVES, 2001a, 2001b, 2002) e negar uma visão linear do tempo e o silenciamento das diversas temporalidades conformadoras da simultaneidade do mundo (PORTO-GONÇALVES, 2017b).

Destacam-se para isso ferramentas como a “expansão do presente”, com valorização de experiências/vivências que constroem a história atual; a “contração do futuro”, que nega a excessiva aposta em projetos modernos de médio e longo prazos em detrimento do presente; e a “ecologia dos saberes”, que leva em conta a diversidade de conhecimentos e suas possibilidades de interação (SOUSA SANTOS, 2008b).

Todas essas preocupações decorrem de formas novas de mobilizar o conhecimento. Para além dos parâmetros convencionais de definir e referenciar espaço-

tempo, apostam-se nas imersões locais/regionais. Com especial ênfase à noção de diferença, enfatiza-se, nessa compreensão, a emergência de novas racionalidades tecidas sob outros modos de agir, sentir e pensar.

Da análise realizada podem ser reconhecidas proximidades e distanciamentos entre as duas abordagens, mas, antes de tudo, em ambas chama-se a atenção para a forma descentrada de pensar o mundo e de entender a Amazônia. Destaque é dado às formulações críticas sobre as assimetrias regionais, que permitem situar aquela região como espaço de resistência e de contraposição a modelos hegemônicos e de ordenamentos socioespaciais impostos hierarquicamente.

Nesse sentido, as regiões do Sul, ou do Norte, se posicionarmos a rosa dos ventos no contexto do território brasileiro, têm muito a ensinar e a ajudar a compreender elas mesmas, o Brasil e o mundo. Se no passado as teorias geradas no centro dominaram as visões de mundo e moveram os moinhos do conhecimento, hoje a periferia do sistema capitalista mundial, por meio de suas experiências, têm muito a contribuir. Aqui, mais que uma contraposição Norte-Sul, historicamente definidos como convenções de localização, buscou-se mostrar a relevância de uma interpretação mais plural do mundo e de suas dinâmicas socioespaciais.

A Amazônia e suas particularidade destacam-se nesse processo de construção do conhecimento, independentemente de ser uma região meridional do espaço mundial ou uma região setentrional do território brasileiro. O conhecimento sobre ela e a partir dela ajuda, assim, a mover os moinhos do conhecimento, que, por sua vez, não é unidirecional, se se trabalha sob o ângulo do pensamento crítico e na perspectiva da emancipação social, como se vê nas teorias de Milton Santos e de Boaventura de Sousa Santos.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA-NETO, S. P. G. Epistemologias do sul e a Nova Geografia: por uma Geografia Popular no encontro entre Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos. *Cronos: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Natal, v. 18, n. 1, p. 68-88, jan./jun. 2017.

CORRÊA, S. R. M. *As lutas e resistências do movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do projeto hidrelétrico Belo Monte: o padrão de desenvolvimento da Amazônia em disputa*. 2014. 506f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

DANTAS, A. Geografia e epistemologia do sul na obra de Milton Santos. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 49-61, set./dez. 2014.

- FERRETTI, F.; PEDROSA, B. V. Inventing critical development: a Brazilian geographer and his Northern networks. *Transactions of the Institute of British Geographers*, Oxford, v. 43, n. 4, p. 703-717, dez. 2018.
- HUERTAS, D. M. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume, 2009.
- LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LEITE, G. C. S.; TRINDADE JR., S-C. C. “Geografias do Sul”: descentramento, transescalaridade e espacializações no pensamento miltoniano. *Geosul: Revista do Departamento de Geociências – CFH/UFSC*, Florianópolis, v. 35, n. 76, p. 39-65, set./dez. 2020.
- MACHADO, T. Milton Santos: a pioneer in critical geography from the global South. *Finisterra*, Lisboa, v. 54, n. 110, p. 175-178, 2019. [Seção] Atualização bibliográfica. Atualização bibliográfica da obra de: MELGAÇO, L.; PROUSE, C. (eds.). *Milton Santos: a pioneer in critical geography from the global South*. New York: Springer, 2017.
- MALHEIRO, B. C. P. *O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existências pelos caminhos do ferro na Amazônia*. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2019.
- MELGAÇO, L.; PROUSE, C. Milton Santos and the centrality of the periphery. MELGAÇO, L.; PROUSE, C. (Edit.). *Milton Santos: a pioneer in critical geography from the global South*. New York: Springer, 2017. p. 1-24.
- MONTENEGRO, M. *Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras*. São Paulo: Annablume, 2014.
- PEDROSA, P. V. O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 25, n. 2, Rio de Janeiro, p. 429-448, apr-jun. 2018.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001a.
- _____. *Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. México, 2001b. Disponível em <http://ivairr.sites.uol.com.br/carloswalter1.htm>. Acesso: 13/04/2012.
- _____. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidade*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 2001c.
- _____. A invenção de novas geografias. In: SANTOS, M. *et alii. Território, territórios*. Niterói: PPGeo-UFF, 2002. p. 257-284.
- _____. *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a.

- _____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, W. C.; OLIVEIRA, D. A (Orgs.) *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2017b. p. 37-51.
- RODRIGUES, E. B. *Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 51-77, 1982.
- _____. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3a. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec 1994.
- _____. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: NAEA-UFPA, 1995. p. 13-20.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Milton Santos. Entrevistado por José Corrêa Leite. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 40, p. 32-39, 1999.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.
- _____. De volta ao Brasil. In: SEABRA, O; CARVALHO, M.; LEITE, J. C. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b. p. 117.
- _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5a. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 6a. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002a.

_____. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). A Globalização e as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002b.

_____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. *Conocer desde el Sur: para una cultura política emancipatória*. Santiago de Chile: Editorial Universidad Bolivariana, 2008b.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009b. p. 23-71.

_____. Um ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009c. p. 443-486.

_____. Introducción: las epistemologías del Sur. In: CIDOB (Org.), *Formas-otras. Saber, nombrar, narrar, hacer*. Barcelona: CIDOB Ediciones, 2012. p. 9-22. Disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/INTRODUCCION_BSS.pdf> Acesso: 08/07/2018.

_____. Para uma nova visão da Europa: aprender com o sul. In: SOUSA SANTOS, B; MENDES, J. M. (org.). *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 51-72.

_____. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOUSA SANTOS, B; MENESES, M. P. Introdução. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 9-19.

TRINDADE JR., S-C. C. Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das “geografias do Sul”. *Confins* [En ligne], Revue Franco-Brésilienne de Géographie Paris, n. 44, n. p., mar. 2020a.

TRINDADE JR., S-C. C. Um lugar para pensar a Amazônia? Revisitando a Geografia Nova e o pensamento crítico miltoniano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. 7, n. 2, p. 18-33, jan.-jun. 2020b.

TRINDADE JR., S-C. C; LEITE, G. S. C; OLIVEIRA, H. M. P. *Amazônia: saberes locais, solidariedade orgânica e flexibilidade equatorial*: Belém: NAEA/UFPA, 2021. (mimeo.).



GT 4 – pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

A CARTOGRAFIA DE RIZOMA COMO FUNDAMENTO DE UM PENSAMENTO SUBALTERNO, AMAZÔNICO E DECOLONIAL

Francisco Perpetuo Santos Diniz (UFPA)¹,

Alzira Almeida de Araújo (UEPA)²

RESUMO

O presente trabalho concebe a cartográfica rizomática como a junção de um emaranhado de epistemológicas e práticas de mapeamentos que visam problematizar saberes socioespaciais e ambientais em contextos de populações tradicionais amazônicas buscando criar um contra-movimento de contestação e resistência frente à ordem racionalizadora científica e produtiva existente que, de forma proposital, invisibiliza realidades regionais de países da América Latina, especialmente os amazônicos. A cartografia rizomática valoriza os povos extrativistas, ribeirinhos, caboclos, indígenas, remanescentes de quilombos, etc. que residem em países amazônicos e latinos e que sofrem com a colonialidade e colonização histórica do poder. A pesquisa tem um caráter dialético por enfatizar as contradições socioespaciais no contexto regional amazônico, qualitativo e une referencial bibliográfico e trabalho de campo. A coleta de dados foi feita usando a técnica da entrevista não estruturada e análise de dados baseou-se na análise de discurso. Os resultados demonstraram que pesquisas que busquem considerar saberes socioambientais e culturais em realidades latinas e amazônicas, devem enfatizar cotidianidades, territórios e territorialidades criados pelos sujeitos em suas relações com os espaços físicos onde vivem e com a natureza, pois expressam processos de descolonização epistêmica e cultural.

Palavras-chave: Cartografia rizomática, território, territorialidades, pensamento decolonial.

1. INTRODUÇÃO

A América Latina foi submetida a um perverso processo de colonização que culminou num processo de exploração econômica, marginalização social e subalternização cultural. O mundo moderno conforme aponta Lefebvre (2016) é efetivado, na atualidade, pela urbano-industrialização, onde o espaço da cidade é vendido como mercadoria e a natureza é feiticizada como produto do urbano.

1 Universidade Federal do Pará – fpsdiniz@gmail.com

2 Universidade do Estado do Pará - alzira1104@gmail.com.

Para este a vida cotidiana no mundo moderno tende a planificação, burocratização e ciberneticização orientados pela ideologia capitalista do urbano, respectivamente propalados pela mídia, marketing e informação destinadas a reprodução do capital, a construção de objetos urbanos edificados como elementos que induzem ao consumo, ao controle do habitar, do deslocamento e do cotidiano.

Para Costa (2016) a América Latina está envolta na ratificação da colonização e colonialidade que atuam no solapamento de estruturas econômicas, sociais e patrimoniais. Para tanto o autor propõe projetos alternativos decoloniais e utópicos de valorização cultural.

É a partir de tal perspectiva que problematizamos o conceito metafórico de cartografia de rizoma baseado numa metáfora deleuze-guattariana como possibilidade de análise territorial endógena e de valorização de saberes e fazeres locais, ambientais, culturais e socioespaciais, de sujeitos que residem em locais de populações latinas, especialmente amazônicas que vivem tecendo relações diretas com a natureza ou em espaços periféricos de cidades e de áreas rurais.

Assim, num primeiro momento discutimos o “território da ciência ocidental” como dinâmica instrumental que se outorga como monocultural, ignorando outras expressões de saberes. Destacamos ainda, que a modernidade colonialidade e colonização têm fundamento no projeto de classe burguês capitalista e que busca padronizar e as formas como os sujeitos criam saberes, culturas e práticas de trabalho em territórios da planificação zonais.

Em seguida apresentamos os fundamentos da cartografia rizomática baseada em pressupostos teórico-metodológicos de Deleuze e Guattari (1995-97) como processos epistêmicos e territoriais de contestação da ordem científica e moderna dominantes e de construção de cartografias ou redes de saberes descoloniais, integrados e flexíveis.

Por último, abordamos as comunidades extrativistas de Mosqueiro, situada na parte insular de Belém, como lócus de práxis rizomáticas, a medida que, sujeitos locais tornam-se protagonistas na construção e socialização de conhecimentos ao reproduzem seus cotidianos em processos de socialização comunitária, uso e apropriação da natureza de forma territorial múltipla.

A pesquisa tem um dialético, qualitativo e une pesquisa bibliográfica e trabalho de campo. Os dados foram produzidos a partir de análises bibliográficas e trabalho de campo, sendo considerada a técnica da entrevista não estruturada e os resultados demonstraram que os territórios concebidos de forma rizomática permitem o exercício da práxis descolonizadora.

2. O TERRITÓRIO DA CIÊNCIA OCIDENTAL

O território é um conceito bastante utilizado em diversas ciências e na geografia expressa o controle, domínio, posse e conquista que determinados grupos exercem em certas áreas que podem ser zonais, ou seja, como limites físicos bem definidos ou expressos em redes e passam a ser articulados com outros locais, não adquirindo delimitações estáticas.

Para Souza (2009) por muito tempo o território foi identificado como área de controle estatal regida por relações de poder com cunho geoestratégico ou geopolítico, mas o poder não estaria restrito a esfera governamental, podendo ser exercido por diferentes sujeitos.

Para este o poder não teria somente uma faceta tirana, a medida em que poderia ser expresso em micro-relações socioespaciais. De acordo com Haesbaert (2011) o território teria multidimensionalidade, variando da escala política, econômica, cultural e natural, sendo comum a dominação de uma dimensão sobre as outras, sem necessariamente excluí-las. Esta noção para o autor representaria a concepção integradora do território e estaria mais adequada a realidades socioespaciais da urbano-industrialização e da globalização.

O território envolto em relações de poder expressando uma perspectiva relacional é abordado por Raffestin (1993) a medida que pode ser construído em quaisquer campos da atividade humana cujos processos envolvem o uso e manipulação de energia e informação, ou seja, quanto maior for o controle que os grupos exercem nos fluxos de energia (recursos naturais, por exemplo) e informação inscrita na capacidade de persuasão, difusão e controle de símbolos e ideologias a serem comunicadas como verdades absolutas e ou dominantes, maiores serão as formas de controle territorial.

O território da ciência ocidental adquire duas facetas: uma abstrata e outra material. A perspectiva abstrata do território da ciência ocidental se efetiva quando ela impõe o conhecimento científico dominante como o único válido e capaz de revelar determinados processos. Para tanto, a ciência ocidental outorga e difunde métodos e técnicas de produção de análises de fenômenos a partir de metodologias advindas das ciências naturais e físicas, onde é necessário fragmentar, refutar, generalizar, analisar, quantificar, mensurar, estabelecer variáveis e determinar leis universais replicáveis em laboratórios.

Por outro lado, o viés material da ciência ocidental se efetiva quando orienta o fazer burocrático, racionalista e instrumental da produção social, espacial e cultural que têm na colonização e colonialidade suas estratégias de dominação.

É importante ressaltar que a colonização de áreas não europeias e a invenção do “Novo Mundo” significaram a exploração econômica e da força de trabalho das colônias. Numa outra dimensão, a colonialidade do poder foi imposta pela subsunção de culturas, fazeres e

saberes, além da afirmação da ideia de reprodução da civilização europeia, o que dava a ideia de inferioridade fenotípica e cultural dos povos latinos (Costa, 2016).

Neste sentido Costa (2016, p.6) considera que:

colonialismo é uma estrutura de exploração em que a política, os recursos, os povos no trabalho são dominados por agentes de identidade e território externos. A colonialidade, gestada no colonialismo, difunde-se a partir da América Latina, com o capitalismo colonial moderno eurocentrado; significa a imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como justificativa à coerção do poder.

A dimensão material é operada pela modernidade urbano-industrial que ordena os espaços urbanos, segrega articuladamente periferias as áreas centrais e torna os espaços de cidades grandes áreas de reprodução do capital e luta de classes. A modernidade se impõe enquanto totalidade urbana que torna o espaço da cidade um local da reprodução do capital, onde o solo urbano torna-se mercadoria a ser vendida e consumida por classes privilegiadas (Lefebvre, 2016).

A modernidade artificializa o espaço da cidade e do campo onde favorece a reprodução de um sistema de objetos e sistemas de ações edificando um meio técnico-científico e informacional articulado ao sistema produtivo mundial (Santos, 1997).

O modelo científico dominante foi estruturado a partir do pensamento cartesiano e mecanicista do mundo. Concebia a natureza como sendo composta por elementos isolados e outorgou que a natureza deveria ser vista como máquina a ser dominada e explorada. A realidade, a natureza e todos objetos de investigação seriam exteriores ao homem. René Descartes com seu método científico separou mente ou *res cogitans* (a “coisa pensante”) e matéria ou *res extensa* (a “coisa extensa”), ou seja, o observador do objeto observado. O mundo passou a ser explicado pela árvore do conhecimento que tinha na metafísica as raízes, na física o caule e os ramos formados pelas demais ciências (Capra, 2014).

Para Santos (2009) O pensamento cartesiano entendeu o todo a partir da análise minuciosa das partes. A análise dissecativa das partes levaria ao conhecimento de suas propriedades que, posteriormente, eram descartadas e não mais utilizadas. A física mecanicista difundia que todos os elementos da natureza eram formados por compostos duros e sólidos. O mundo deveria ser estudado por suas partes isoladas referenciado no princípio da neutralidade científica. Dessa forma, a construção do conhecimento deveria ser neutro e conceber o mundo e os fenômenos sem sons, gostos, afetividades e vivências tácitas.

Para Deleuze e Guattari (1997) a "ciência dura" ou de Estado estaria mais preocupada com a criação de conceitos e categorias, sempre de forma rígida, estanque

agindo como um sistema fechado auto-regulável pautado na demarcação, codificação e controle de fenômenos gerenciados por estruturas e processos mecânicos apresentando ordem imposta que preza em ratificar repetições, busca esquadrihar, recortar, dividir e construir medições independentemente das realidades.

O território da ciência oficial vem sendo questionado e apresentando fissuras a partir do que Santos (2009) considerou como “ecologia de saberes”, pela eclosão de movimentos ecológicos, da organização social, da luta política, da inversão epistêmica cultivada em teorias advindas de “continentes do Sul”, de epistemologias holísticas, materialistas, históricas e subversivas. Ou seja, a monocultura do conhecimento apresenta fronteiras que estão sendo ocupadas, percorridas e integradas, senão dissolvidas.

É a partir de tal contexto que a metáfora do território rizoma ou cartografia de rizoma se configura como uma utopia socioespacial embasada no questionamento do ordenamento epistêmico, da padronização e separação da relação homem-natureza. Ou seja, o conceito de território-rizoma é apresentado como uma proposta de práxis utópica, descolonial e alternativa de populações latinas.

3. O TERRITÓRIO- CARTOGRAFIA DE RIZOMA

O termo rizoma representa um conjunto de raízes (gramas, musgos, etc.) que para a botânica tem haver com raízes que cresceriam sem cessar e sempre de forma subterrânea. O termo rizoma foi utilizado de forma metafórica por Deleuze e Guattari (1991) para definir uma forma de pensar e agir subversivamente em relação às imposições epistêmicas e socioculturais impostas pela ciência moderna.

Para estes o rizoma apresenta 6 elementos, não hierárquicos e entrelaçados: a conexão, a heterogeneidade, a multiplicidade, a ruptura a-significante, a cartografia e o decalque. Neste sentido cairia por terra o modelo da árvore do conhecimento baseada nas raízes rígidas e caule (matemática e metafísica) e galhos (demais expressões de conhecimento), ou seja, na perspectiva deleuze-guattariana os saberes e conhecimentos seriam expressos em redes, aptos a se integrarem, estando constante renovados e multiplicados sem parar.

Corroborando com a necessidade de se conceber a integração entre os conhecimentos Ginzburg (1989) destacada que o pensamento indiciário pautado na investigação fenomênica feita em redes articuladas a partir de pistas, indícios e sinais pode romper com a monocultura do conhecimento.

Quando relacionamos o conhecimento científico à dimensão territorial, percebemos que ele é sempre fechado, padronizado, modelístico e geométrico. Por outro lado, o território

concebido como rizoma evidencia a imagem da mutação, mudança e o constante por vir (do vir a ser).

Segundo Deleuze e Guattari (1997) há as ciências de Estado, Régia ou Imperial e a Nômade ou da Máquina de Guerra que estão em constante processo de conflito, captura e fuga. A Primeira não pára de tentar conter os fluxos e os movimentos da ciência nômade ou do “território do gó-rizoma”. Já a segunda, marcada pelos percursos difusos, voláteis, flexíveis e meândricos encontra-se em constante processo de fuga da ciência oficial. A dinâmica exposta pelos autores revela processos de desterritorialização e reterritorialização associadas à produção de conhecimentos.

O “território-rizoma” ou cartografia de rizoma possui a variável animação como referência para o entendimento do mundo. A animação foi excluída pela ciência oficial que concebe a realidade sem cheiro, cor e sentidos (Capra, 2014). Nenhum território é criado sem a variável sonora, cor, sabor, sabor, subjetividade, percepção e hermenêutica. Imaginemos um mundo sem som, ruídos, representações de paisagens e barulhos. A animação é inerente a existência do meio físico.

Ressalta-se apesar do reconhecimento da dinâmica dos elementos naturais, o entendimento da natureza vai muito além da junção de processos evolutivos, pois ela é resultante da produção social e historicamente situada, sem considerar uma evolução linear e temporal das dinâmicas sociais, mas como produto de processos singulares globalmente relacionados.

A cartografia rizomática representa e problematiza saberes socioambientais, histórias, memoriais, desejos, sonhos, vontades, cultura, pensamentos, tradições, traduções, religiões, afetividades, ancestralidades, emoções e interações. Todos legitimados, continuados coletivamente e efetivados a partir de teias forjadas com os espaços físicos (Diniz, 2012).

Um movimento que nunca cessa e se revela nas bordas, restos, sobras, vestígios, indícios, sintomas, sinais, pistas, problematizações e magias. O território flexível ou rizomático, resgata o encanto, renovação, o som, a cor, o cheiro e percepção. O movimento é incerto, não repetitivo, turbilhonar e liso, sem referências a modelos. Tudo é criação.

O território cartográfico concebido pelo viés rizomático possibilita a contestação da colonização e colonialidade reafirmadas pela modernidade, pois a América Latina foi submetida a um perverso processo de exploração capitalista responsável pelo surgimento de desigualdades sociais e espaciais históricas que têm sido aprofundadas na atualidade com o neoliberalismo e globalização, solapando o caótico Estado de Bem Estar Social (Welfare State) e cedendo lugar para implementação de medidas produtivas estruturais caracterizadas pelo modelo de produção flexível, terceirização e subalternização social

No contexto socioespacial da América Latina, especialmente, da Amazônia, é preciso conjecturar utopicamente a criação de modelos alternativos que atuem na descolonização do desenvolvimento e modernidade.

A Amazônia Sul-americana padece com desdobramentos de megaprojetos que reforçam a colonização e criação de “economias do Sul”. No contexto brasileiro, os grandes projetos geoeconômicos repercutiram negativamente na região e ao provocarem diversos problemas socioambientais e espaciais.

Portanto é a partir de tal perspectiva que a metáfora da cartografia de rizoma expressa territórios flexíveis anti-coloniais e é apresentada como uma construção utópica, anti-colonial e subalterna que possui cunho socioespacial e endógeno, que busca dissipar as dinâmicas de colonização/colonialidade do mundo moderno. Para tanto, enfatizamos a necessidade de considerarmos os saberes e fazeres amazônicos de populações caboclas, extrativistas, indígenas, remanescentes de quilombos, marginalizados de periferias urbanas e invisibilizados propositalmente pelo sistema capitalista que cria a ilusão ideológica que a realidade urbana, rural e científica expressa modos de vida e epistemologias imexíveis, hierárquicas e desiguais, cujos centros emanadores são os países ricos.

4. CARTOGRAFIA DE RIZOMA EM COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DE MOSQUEIRO

Mosqueiro é uma ilha pertencente a Belém-Pa. e fica distante deste município cerca de 70Km e pode ser acessada por via fluvial (Bahia do Marajó, Santo Antônio e do Sol) e rodoviária PA-391 partindo do município de Benevides.

Durante a colonização da Amazônia (século XVII) Mosqueiro foi importante reduto de fornecimento de mão-de-obra indígena (índios tupinambás) para o projeto de dominação portuguesa na região. No período da economia da borracha (1850-1930) Mosqueiro foi importante pólo de beneficiamento do látex (fábrica Bitar) e serviu como local de repouso e lazer para as camadas enriquecidas da economia gomífera.

Após a inauguração da ponte Sebastião de Oliveira no “Furo das Marinhas” situada na PA-391, as praias de Mosqueiro passaram a receber grandes fluxos de turistas, banhistas e brincantes, principalmente da Região Metropolitana de Belém³. Contudo, a ilha “virou as costas” para as comunidades rurais extrativistas de Itapeuapanema, Castanhal de Mari-Mari, Tucumandeuá, Caruarú, Espírito Santo e Tabatinga cujos sujeitos desenvolvem seus cotidianos a partir de interações tecidas diretamente com a natureza.

³ Instituída em 1995, sendo formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara.

As comunidades extrativistas de Mosqueiro são marcadas pela existência de populações tradicionais ribeirinhas, nas quais os ilhéus praticam coletas de frutos, pesca, roçado e resgatem e ratificam táticas cotidianas, experiências sensíveis vinculadas à formas singulares de interpretação e significação de elementos e dinâmicas naturais, pois desde cedo as crianças aprendem a se relacionarem com as águas, ventos, astros, sons, cores, terras, florestas e movimentos que a natureza realiza.

Os povoados tradicionais⁴ de Mosqueiro realizam aprenderam a observar o movimento das águas, os fluxos dos rios, terras, paisagens, chuvas, solos, circulação atmosférica, o orvalho, a insolação, mudança de coloração das plantas, os animais e a biodiversidade para poderem desenvolver suas culturas e produções

A prática diária fundamentada na interação, uso, apropriação e dominação da natureza, sem que sejam realizados grandes danos ambientais, representa relações socioespaciais que poderiam ser replicados em planos oficiais de desenvolvimento regional. É a partir de tais premissas que o território rizoma concebe torna-se um conceito importante para compreensão de tais realidades. Capra e Luisi (2014) consideram a perspectiva sistêmica da vida como uma importante aliada a inversão da ordem cartesiana e colonização do saber.

Neste sentido Capra e Luigi Luisi (2014, p. 10) enfatizam que:

“A visão sistêmica da vida é uma visão ecológica arraigada, em última análise, na percepção espiritual. Conectividade, relacionamento e comunidade são conceitos fundamentais da ecologia”.

É importante ressaltar que a perspectiva sistêmica da vida que para Kosik (1976) não pode ser compreendida e mergulhada num subjetivismo exacerbado, tampouco deve ser considerada como uma somatória de fatos lineares, devendo representar, acima de tudo, processos, mudanças, contradições e conflitos para que possam ultrapassar a pseudoconcreticidade e expressar a totalidade da realidade concreta.

Kosik nos mostra que a totalidade concreta é formada por um conjunto de relações entre a parte e o todo e entre as próprias partes, não podendo o todo, assentado numa parte, mostrar-se como totalidade. Quando relacionamos tal premissa com o contexto colonial, positivista e cartesiano, percebemos que a modernidade se impõe como totalidade a ser replicada, menosprezando as cartografias de saberes, fazeres e territórios latinos

⁴ Também denominados de populações tradicionais que são aquelas que desenvolvem práticas de trabalho, cultura e sustento familiar a partir de relações diretas com a natureza, mesmo tecendo diversas relações com centros urbanos variados, em muitos casos.

subalternos, posto que os modos de vida, conhecimentos e culturais endógenas não são considerados.

Assim, o território rizoma é todo processo cartográfico que considera o por vir, compreende as relações com as endogeneidades e exogeneidades, a realidade integrada não modelística, material e imaterial de sujeitos com os locais físicos onde reproduzem suas vivências e dão significado a natureza.

Processos cartográficos descoloniais se desenvolvem nas comunidades de Mosqueiro assentados e representam territórios rizomáticos ao serem criados e refeitos em dinâmicas culturais e em processos de trabalho, não havendo espaço para ratificação de “locais fechados” sem relações entre eles. Em ambientes rurais extrativistas de Mosqueiro as frações espaciais revelam relações de poder, posse, controle, domínio, interação, interpretação, vivência, subjetividades, conquistas e percepções com os elementos físicos que compõe a natureza natural, além das lutas de classes, da ratificação das identidades e endogeneidades frente a perversidade produtiva do capital que busca reafirmar produções e economias monoculturais e econômicas.

A geometrização de linhas e abstrações de espaços físicos na Amazônia emanadas de estratégias de desenvolvimento regional, invisibilizam de saberes e fazeres endógenos, urbanização desordenada e da ideologia do urbano como totalidade direcionada ao exercício de consumo de espaços é esfacelada quando referenciada ao modo de reprodução de modos de vida locais.

Enfim, as comunidades rurais extrativistas de Mosqueiro representam tão somente, exemplos de resistência frente ao mundo moderno que impõe valores e modelos econômicos que não atendem as demandas econômicas, ambientais, sociais e políticas dos povos latinos. Assim, é fundamental voltar ao pensamento comunitário, sobrevalorizando a ecologia de saberes e as epistemologias do Sul (Santos, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia, especialmente em territórios de populações tradicionais, sujeitos criam cartografias de fluxos e movimentos que orientam a luta política e organização de classes. Tudo é fluxo e movimento. O espaço fixo, frio, a ser preenchido e congelado pela ciência oficial é cruzado de maneira animada. A natureza é explicada pelos que habitam

A América Latina foi historicamente submetida a modelos econômicos e sociais danosos que mergulharam o “continente” em zonas abissais, fossos culturais e modelos de modernidade tardia que dilapidaram as riquezas regionais. Neste sentido, é preciso pensar utopicamente novas estratégias de subversão epistêmica e social, dando protagonismo aos

pobres e conhecimentos subalternizados que orientam e dão sentido ao fazer diário, ao desenvolvimento de usos alternativos da natureza, de produção e socialização.

Buscamos enfatizar as comunidades de Mosqueiro como processos cartográficos territoriais rizomáticos-ambientais dissipam a hegemonia da ciência e do capital, as ideologias do urbano e do desenvolvimento. Reforçamos a necessidade de pensarmos as realidades de povoados tradicionais, rurais e periféricos urbanos como utopias territoriais insurgentes de socialização comunitária e uso da natureza em ambientes endógenos subalternos.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Região Metropolitana de Belém – Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento e Gestão. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/paginas/brasao.php>. Consultado em: nov. 2020.

CAPRA, Fritjof, Luisi, Pier. *A Visão Sistêmica da Vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Cultrix, 2014.

COSTA, Everaldo. UTOPISMOS PATRIMONIAIS PELA AMÉRICA LATINA, RESISTÊNCIAS À COLONIALIDADE DO PODER. XIV Coloquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf. Consultado em: nov. 2018.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo. Vol. 1 ed. 34. 1995.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo. Vol. 5 ed. 34. 1997. 35 pág. a; 38 pág. b;

DINIZ, Francisco P. S. *Relações entre Práticas Educativas, Saber Ambiental-Territorial Ribeirinho e o Desenvolvimento Local*. 2012. 185 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará. Belém. Disponível em: http://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/06/francisco_perptuo_santos_diniz.pdf. Acesso em: ago. 2019.

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói. EDUFF, 2011. 293p.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Teríbio, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*; [tradução Cristina C. Oliveira] Itapevi, SP: Nebli, 2016.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. Da ciência moderna ao novo senso comum, A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4 ed. São Paulo: Cortez. 2009.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª Ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Paulo César da Costa Gomes (org.); CORRÊA, Roberto Lobato. – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 352p.



GT 04 - Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

COLONIALISMO DE DADOS: DA ESPOLIAÇÃO DA INFORMAÇÃO A RAPINA DE BENS NATURAIS NA ECONOMIA DO CONHECIMENTO

Jader Gamal¹,
Fábio Carlos da Silva²

Este trabalho tem o objetivo de apresentar reflexões sobre o Colonialismo de Dados e sua relação com a Economia do Conhecimento bem como suas consequências para a Panamazônia. Para articular teoricamente com esta temática utilizou-se a Teoria da Dependência, Ecologia Política e o Capitalismo de Vigilância. O debate sobre Economia do Conhecimento e Capitalismo de Vigilância, especialmente sua vertente denominada Colonialismo de Dados, volta sua atenção para a captura de dados pessoais dos usuários de internet. Outra aspecto desse modelo de gestão de dados opera na captura de informações da natureza. A articulação das ações necessárias para a estruturação global de uma Economia do Conhecimento centrada no Capitalismo de Vigilância em seu viés de captura de dados ambientais se dá através de instrumentos de controle construídos a partir da lógica cartesiana, sob a qual o sistema econômico se sustenta, e que analisa o uso de elementos da natureza de forma linear e isolada, sem levar em consideração as complexas interações ambientais entre seres vivos e recursos naturais. Esse modelo se materializa em formatos de arquivos, algoritmos, patentes, bancos de dados, acervos digitais, que como objetos técnicos são construções do invento humano e carregam intencionalidades, representando modelos diferentes de mundo, exercendo funções tecnopolíticas capazes de influenciar a sociedade e a natureza. Esse cenário faz com que a maior parte da população local panamazônica não tenha acesso a determinados conteúdos informativos científicos e não científicos (saber popular, conhecimento ancestral) que possam colaborar com a organização e produção do conhecimento em seu benefício próprio. Temos por objetivo desenvolver, além de uma crítica bem informada, um conjunto de alternativas dentro de uma perspectiva tecnológica e comunicacional que leve em consideração outras formas de organização da informação para além da visão eurocentrista, apontando para um emergente contraste que denominamos de conflito cosmotécnico. Partindo do reconhecimento dos riscos inerentes ao avanço do Capitalismo de Vigilância na Amazônia, queremos contribuir apontando outras possibilidades de reapropriação técnica, estética e ética do objeto técnico digital, visando problematizar seus usos e reusos e propor novas maneiras, mais participativas e abertas de construir os acervos digitais na Amazônia. A proposta é descrever como funciona o atual modelo a que chamamos de colonialidade da gestão de dados, fundado em ontologia e epistemologia do progresso, ao mesmo tempo em que nos dedicamos a imaginar outros caminhos, que valorizem o conhecimento tradicional e suas múltiplas aplicações no cotidiano das populações amazônicas.

Palavras-chaves: Teoria da Dependência, Colonialismo de Dados, Capitalismo de Vigilância, Economia do Conhecimento, Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

Partindo do princípio de que a chamada revolução científico-técnica (RICHTA, 1971) coloca o conhecimento e a ciência como as mais importantes forças produtivas

¹ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Brasil. Email: jadergama@ufpa.br

² Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Brasil. Email: fcsilva.ufpa@gmail.com

capazes de impulsionar a economia mundial e esse movimento tem na centralidade dos dados digitalizados a fonte de sua expansão, acúmulo de riqueza e poder, esse artigo se debruça em refletir criticamente sobre o advento da chamada Economia do Conhecimento manifesta no Neo-colonialismo de dados e suas implicações tecnopolíticas na Amazônia.

O professor Theotônio dos Santos (1983, 1987, 2004), um dos precursores do pensamento crítico latino americano mais conhecido internacionalmente como Teoria da Dependência Marxiana, coloca a questão da revolução científico-técnica como principal força produtiva responsável pelo aparecimento das novas tecnologias experienciadas pela humanidade nos últimos 50 anos, bem como suas implicações econômicas e tecnopolíticas que como será visto no decorrer deste trabalho promove um processo ainda mais profundo de dependência dos países ditos subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos e tecnologicamente avançados, a partir da imposição de uma Divisão Internacional do Trabalho que relega aos países pobres o papel de coletores, extrativistas e exportadores de matérias-primas.

Os estudos sobre o tema da ciência, tecnologia e sociedade no NAEA, remontam a década de 1980 do século XX. O que demonstra a visão estratégica longêva que o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA /UFPA) cultiva acerca da necessidade de estudos relacionados a este importante tema para o desenvolvimento da região amazônica. Debate que se torna ainda mais importante na atualidade quando se leva em consideração a expansão da onda negacionista que vê, por exemplo, as pandemias e a crise climática, que são situações que põem sob risco existencial a vida humana e não-humana na Terra como mera teoria da conspiração.

O NAEA possui uma tradição forte relacionada aos estudos de ciência, tecnologia na Amazônia, a começar desde a sua própria gênese fundada em princípios interdisciplinares. Podem-se vislumbrar traços dessas características através das palavras proferidas na aula inaugural do I Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (I FIPAM) pelo professor Armando Mendes em 1973³ ao se referir à UFPA e também ao NAEA a respeito da forte pressão tecnicista exercida pelo mercado sobre a academia. Palavras

³ Discurso proferido pelo prof. Armando Mendes, um dos fundadores do NAEA, quando proferiu a aula inaugural do I FIPAN: “A esquizofrenia da Universidade moderna – dilacerada entre as suas funções humanísticas essenciais tradicionais e às *solicitações tecnicistas* da economia avassaladora – teria de repercutir nela. Os próximos anos deverão permitir-lhe a descoberta da própria identidade. Ao buscar, no meio físico, humano e social da região em que existe, a sua própria inspiração, tenta desatar o “nó górdio” e contribuir, a partir do homem concreto de uma realidade regional concreta. Com os pés no chão. Humildemente consciente de que apenas atingirá um dia os píncaros da Antropologia, da geologia e (se quiserem) da Teologia, com apoio na base modesta de uma Amazonologia que se faz urgente.” (MOREIRA, 2018, p. 52)

que já naquele momento nos remetem a reflexão sobre o tipo de ciência e universidade estamos cultivando enquanto cientistas amazônicos.

As veredas que os estudos de ciência e tecnologia percorrem dentro do NAEA são bastante diversas, mas se pode dizer que essa tradição surge com a criação, em 1987, do Grupo Interdisciplinar de Política Científica e Tecnológica (GIPCT), que teve como coordenador o professor Jean Hébette⁴ e contou com a participação ativa da professora Edna Castro, do professor Raymundo Heraldo Maués, ambos pertencentes ao quadro de docentes do NAEA, além de outros integrantes como, por exemplo, a antropóloga e pesquisadora Iara Vainsberg do Museu Emílio Goeldi e o jornalista Lúcio Flávio Pinto (GIPCT, 1987).

Mas vale ressaltar que os temas relacionados à Ciência, Tecnologia e Sociedade tomaram atenção do professor Jean Hébbete desde os anos 1983 e 1984, período em que ele publicou quatro títulos a respeito deste tema. Segundo seu ponto de vista, que permanece atual, “urge desvendar as estratégias, as ciladas do capital e questionar o papel da ciência e dos cientistas na construção de uma sociedade democrática e sustentável” (GUERRA, 2007, p. 224).

O GIPCT, integrado ao NAEA/UFPA, reunia profissionais de formação diferenciada, que trabalhavam nos mais diversos departamentos da UFPA e em órgãos dos governos Federal e Estadual ligados a questões tecnológicas. Esses especialistas discutiam, em caráter pessoal, de maneira crítica, científica e independente, as políticas científicas e tecnológicas voltadas para a Amazônia (GIPCT, 1987).

Destaca-se também nesta área dentro do NAEA são os estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia empreendidos a partir de 1998 pelo professor Francisco de Assis Costa, com destaque especial para seus estudos sobre trajetórias tecnológicas na Amazônia que são diferentes convergências de sistemas produtivos que levam a padrões e a formas mais hostis ou mais amigáveis de uso da terra (COSTA, 2010, 2019).

Em uma vertente mais interessada no papel das instituições de ciência e tecnologia na Pan Amazônia está o trabalho desenvolvido pelo professor Luís Eduardo Aragon Vaca (1994, 2001a, 2001b, 2005) que vê na articulação de uma rede científica latino-americana capaz de criar e aumentar a parceria entre universidades e pesquisadores para melhor aproveitar os limitados recursos financeiros e humanos, uma possibilidade de desenvolvimento regional sustentável.

Outro pesquisador de destaque que aborda a temática da ciência e tecnologia na Amazônia é o professor Fábio Carlos da Silva, fundador da Incubadora de Políticas Públicas do

⁴ Jean Hébette (Winenne, Bélgica, 15 de fevereiro de 1925 - 11 de novembro de 2016) foi um educador, historiador, escritor, teólogo, missionário, economista e sociólogo belga-brasileiro, um dos maiores e mais respeitados estudiosos sobre o campesinato no Brasil e criador do GIPCT no NAEA/UFPA.

NAEA (IPPA), que a partir de pesquisas e projetos de extensão realizados abre caminho para a criação e utilização de tecnologias sociais na construção de portas para a resolução de problemas que visem à sustentabilidade na Amazônia. Vale conhecer seus trabalhos sobre o tipo de universidade necessário para o desenvolvimento da região, bem como suas análises sobre as políticas públicas de ciência e tecnologia nos estados da Amazônia (SILVA 2007, 2009, 2013).

Também merece destaque os estudos sobre a categoria trabalho na Amazônia em que a professora Edna Castro (que já debatia as questões sobre ciência e tecnologia quando da criação do GIPCT/NAEA) analisa o papel das novas tecnologias a serviço do capital no seu movimento de apropriação da natureza, exploração de recursos naturais e das populações locais (CASTRO, 1999, 2012, 2017, 2018, 2019).

1.1 Colonialismo de Dados como nova face da Dependência

Para refletirmos sobre o colonialismo de dados na atualidade faz-se necessário entendermos a dependência que existe entre os países “desenvolvidos e subdesenvolvidos”. Nesse caminho, partimos dos ensinamentos de Trindade (2018) que defende a Teoria da Dependência Marxista a partir de suas categorias explicativas como ferramental teórico para o entendimento das mutações do sistema capitalista e sua manifestação nos ditos países subdesenvolvidos. Será deste ponto que vamos buscar a compreensão sobre o surgimento do capitalismo de vigilância e o novo modo de reprodução capitalista baseado no uso intensivo de tecnologias digitais para a captura de dados e sua posterior transformação em valor.

Durante um bom tempo por força de um movimento de colonialidade cultural e científica a maneira como esse processo de aprofundamento da perda de soberania e consequente subjugação a economia política dos países ricos levou a um processo difuso de alienação generalizada que colocava os países pobres como os únicos culpados pela sua pobreza. Essa ideia teve e ainda tem grande poder sobre os povos dos países nomeados subdesenvolvidos em todo planeta.

É justamente na América Latina, em 1960, que surge uma escola de pensamento composta por um grupo de professores, pesquisadores e intelectuais, que iniciam o processo de construção de um conjunto de ferramentais críticos econômicos e sociológicos que ficou conhecido mundialmente por Teorias da Dependência.

Entre as suas muitas contribuições as Teorias da Dependência também nos ajudam a entender como os avanços em ciência e tecnologia, a partir da divisão internacional do trabalho, influenciaram e influenciam o chamado desenvolvimento econômico tanto nos países desenvolvidos quanto nos países ditos subdesenvolvidos.

A Teoria da Dependência surge em 1960 de um movimento de crítica ao tradicional enfoque evolucionista, que apresenta como motivação da pobreza dos ditos países subdesenvolvidos o seu atraso econômico, tecnológico e civilizacional. Portanto, o que impediria seu desenvolvimento é o fato de serem economias pré-capitalistas e como tais não conseguiam ainda participar do processo avançado capitalista de produção, tecnologia, comunicação, bem como de avanços em sua organização social e política.

Castro (2018) vaticina que o sistema moderno europeu foi forjado nos séculos XVIII e XIX pelos princípios da razão evolucionista fazendo com que todo conhecimento organizado através da compartimentalização do saber através das chamadas ciências exatas, biológicas e ciências humanas (ciências sociais) fossem concebidas a partir do paradigma cartesiano eurocêntrico.

A matriz evolucionista vê as sociedades segundo níveis de desenvolvimento (dado por indicadores econômicos), como se fosse possível reduzir a complexidade social, cultural, política e econômica de cada sociedade, e do mundo, segundo um único padrão/trajetória de desenvolvimento. Os países ricos elegeram os indicadores e com eles classificaram o "outro", como na sociologia da modernização - que acabou sendo o crivo de leitura e interpretação da sociedade brasileira e latino-americana -, conforme graus de desenvolvimento por eles concebidos, obscurecendo diferenças, diversidades, identidades e escolhas coletivas (CASTRO, 2018, p. 44).

Esse tipo de visão de etapas foi popularizada no mundo inteiro e teve muita influência na América Latina, aliás tem ainda hoje, porque trata da ideia que defende o desenvolvimento como uma questão de força de vontade, graduação e de tempo. Então, bastaria um determinado conjunto de ações econômicas, um conjunto de ações políticas de estado para que aos poucos essas sociedades trilhassem essa trajetória do desenvolvimento e se igualassem aos ditos países desenvolvidos. Ou seja, que a partir de uma cartilha econômica aliada a um conjunto de regulações estatais as sociedades pré-capitalistas conseguiriam juntar as condições necessárias para o arranco rumo ao mundo desenvolvido (TRINDADE e OLIVEIRA, 2017, p. 21).

A entrada em cena das Teorias da Dependência significou uma mudança de enfoque fundamental nos estudos da realidade latino-americana, pois a problemática do atraso e do subdesenvolvimento era percebida tanto pelos teóricos da modernização quanto pelos cepalinos sob a ótica do nacionalismo metodológico, que vê a economia mundial como um agregado de economias nacionais independentes que se relacionam entre si, principalmente por meio do comércio, o que na verdade era uma visão bitolada da realidade, uma vez que os países ricos sempre determinam como serão as relações com os países pobres como veremos a seguir.

Pois bem, essa mudança de enfoque consiste no fato, segundo Dos Santos (2015), na tomada de consciência de que os países pobres não são pré-

capitalistas, e, portanto, não estão fora da economia mundial, mas sim, um componente muito importante do desenvolvimento do capitalismo nos países centrais.

Por isso, sendo impensável o desenvolvimento capitalista mundial sem levar em consideração o processo de acumulação primitiva de capital que foi feito, sobretudo, através da rapinagem realizada pela colonização do chamado Novo Mundo e da escravidão que foram uns dos principais motores para a expansão capitalista. Os países pobres, portanto, não são atores excluídos da expansão do progresso capitalista, mas parte intrínseca do desenvolvimento do capitalismo.

A partir da Teoria da Dependência, o pensamento etapista que consolidou a cartilha político-econômica de expansão do capitalismo mundial se viu despido de sua aparência meritocrática que ainda lhe dava algum verniz. Sendo assim, a Teoria da Dependência constitui “uma tentativa de entender a reprodução do sistema capitalista na periferia, como um modo de produção que cria e amplia diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, a partir do processo do desenvolvimento desigual e combinado” (TRINDADE, 2018, p.7).

De acordo com essa linha de pensamento, pode-se dizer que a desigualdade além de social é também um fenômeno geográfico. O capitalismo assim se desenvolve desigualmente conforme a localização de sua atuação planetária, sendo as condições de desenvolvimento do modo de reprodução capitalista dos países desenvolvidos diferente das condições do modo de reprodução capitalista de áreas subdesenvolvidas (dependentes) como América Latina, África e grande parte da Ásia. Sendo assim, para que o processo de acumulação capitalista se expanda contínua e planetariamente, há a necessidade de uma combinação das formas desiguais de reprodução capitalista nas diversas regiões e países onde esses fenômenos econômicos acontecem (TRINDADE, 2020).

A perpetuação dos padrões exportadores de matérias-primas (com baixo ou nenhum tipo de valor agregado tecnológico) e alimentos (que também são matérias primas no formato de terras-agricultáveis, água, energia, etc), em função da divisão internacional do trabalho, nos levou até este momento que o padrão de produção dependente é o chamado padrão exportador de especialização produtiva.

Isso consiste basicamente em um processo de especialização produtiva primário exportadora, assentada no agronegócio e na mineração de exportação que segundo a análise do Trindade (2020) representa "uma espécie de volta ao passado" em relação ao padrão de reprodução do capital dependente denominado agro-mineiro exportador que havia vigorado até as duas primeiras décadas do século XX.

A partir deste conjunto de categorias e aspectos apresentados até aqui através do pensamento de diversos intelectuais latino-americanos pode-se dizer que a

Dependência consiste em um fenômeno complexo do capitalismo mundial que gera formas de dependência nos países subdesenvolvidos no decorrer da história e que consolida o poderio econômico dos países ricos.

Com o intuito de apresentar de uma maneira esquemática esse processo histórico Dos Santos (2011) desenvolveu uma tipologia das Dependências, manifestada em três formas de capitalismo dependente condicionadas pelas leis dominantes dos centros desenvolvidos e pelos modos como se expandem. Além dos modos de relações econômicas existentes nas nações subdesenvolvidas que são atreladas à situação de dependência, dentro da rede de relações econômicas internacionais geradas pela expansão capitalista mundial, sendo elas:

A dependência colonial corresponde à hegemonia do capital comercial e financeiro sobre a economia mundial. Cria uma estrutura interna nos países dependentes baseada na grande propriedade da terra e no trabalho servil ou escravo para gerar uma produção de exportação, dirigida aos mercados europeus... estende-se a dependência ao período colonial, indicando acertadamente que o processo colonial só pode ser instituído pela estruturação de poderes internos que o sustentem. *A dependência tecnológico-financeira* corresponde ao período da Revolução Industrial nos países centrais e da exportação de capitais para a montagem de um aparato agrícola e mineiro-exportador para a geração de matérias-primas e produtos agrícolas consumidos nos países hegemônicos. Nos países dependentes corresponde à hegemonia das oligarquias rurais e comerciais das subsidiárias do grande capital internacional que controlam o setor de infraestrutura, serviços - e em particular o setor financeiro - e, às vezes, a própria produção agrícola ou mineral por meio de economias de enclave. *A dependência tecnológico-industrial* se estrutura a partir do pós-guerra. Corresponde ao período em que os países centrais atingem a revolução técnico-científica e transferem, por meio de corporações multinacionais - preferencialmente como capital -, tecnologias industriais relativamente obsoletas para promover a industrialização dos países periféricos. Isso é possível porque, com o desenvolvimento da ciência, as tecnologias tornam-se moralmente obsoletas antes do fim de sua vida útil, o que possibilita seu reaproveitamento pelos países hegemônicos em regiões onde podem representar liderança tecnológica (DOS SANTOS, 2011, p.24).

Osório (2012) acrescenta um quarto tipo de dependência, a partir da década de 1990 até o presente. Denominado de dependência exportadora de especialização produtiva, essa dependência se enquadra dentro das novas regras da geopolítica do capitalismo em nível mundial impostas pelo aparecimento do novo padrão de reprodução do capital nos países desenvolvidos intensivo no uso de tecnologias digitais.

Consequentemente, ele é resultante do desenvolvimento, nos países dependentes, de uma estrutura produtiva interna dedicada à exportação de matérias-primas (especialmente minérios) e produtos agropecuários com rígida especialização produtiva e intensa monocultura em regiões internas com foco para exportação para os países desenvolvidos (OSORIO, 2016)

A partir das reflexões feitas neste trabalho, acrescento um quinto tipo de dependência que denomino dependência técnico-científica do simbólico, caracterizada

pelo processo de expropriação das infraestruturas públicas de TICs, que, após serem vendidas para corporações do capital internacional dos países ricos, tornaram-se o suporte para que as empresas plataformas denominadas de Big Techs através de um Neo-Colonialismo drenem o novo commodity do ascendente padrão mundial de reprodução capitalista baseado na indústria do simbólico, que são nossos dados e as informações e conhecimentos inerentes a natureza.

Segundo o prisma da teoria da dependência essa mutação do capitalismo mundial que observamos foi possível por conta da imposição de um modo de produção dependente a partir da divisão internacional do trabalho, que como já mencionado acima, na atualidade está baseado no padrão exportador de especialização produtiva primária (agronegócio e mineração). Os países pobres têm acompanhado através da história as modificações implementadas pelas evoluções técnicas concebidas nos países desenvolvidos e que servem de suporte para os saltos tecnológicos nos centros econômicos e aumento da dependência e pobreza no chamado periferia.

Esse movimento se caracteriza pelo chamado desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial capitalista, posto que os países desenvolvidos também estão passando por um processo de especialização produtiva industrial, mas que é intensiva em conhecimento e tecnologias cibernéticas digitais. Para seu bom funcionamento precisam de matérias-primas como alimentos para autorreprodução de sua população e minérios utilizados na composição de próteses cibernéticas, computadores, sensores, satélites, cabos de comunicação submarina, nuvens computacionais.

Todo tipo de componentes eletrônicos que aliados ao conhecimento técnico materializado nos algoritmos, bancos de dados e sistemas de informação que são necessários à captura, armazenamento e processamento de outro tipo de matéria-prima, um tipo de matéria-prima muito especial que são os dados dos usuários das plataformas digitais e toda informação comportamental, ambiental, científica e natural que puder ser digitalizada, para a composição de um ativo informacional crescente, muitas vezes aguardando as condições tecnológicas ou tecnopolíticas para que deles seja extraído o lucro.

As empresas plataforma marcam essa fase capitalista, significando a novíssima face da histórica extração de recursos dos países subdesenvolvidos. A tônica é tornar a vida humana um insumo para a produção capitalista nos países avançados tecnologicamente, fortalecendo uma nova ordem de acúmulo de riqueza e poder através da captura de dados pessoais, mas também de dados da natureza.

2. Mutação civilizatória a partir da aceleração da passagem do tempo na hipermodernidade

Para a profa. Ana Mar ia Araj jo, estamos passando por uma mutação civilizacional fundada na hipervelocidade da passagem do tempo, “da aceleração das transformações tecnológicas, do surgimento de um universo virtual onde o ciber mundo constrói e desconstrói subjetividades, gera novos controles, seduz ao poder e se torna cúmplice absoluto de vigilância extrema... (ARAÚJO, 2019, p. 85).”

De acordo com Zuboff (2019, p. 5), “a economia de vigilância baseia-se em um princípio de subordinação e hierarquia”, dessa forma deixamos de ser os sujeitos da realização do poder, assim como deixamos de ser produto vendido pela empresa Google, agora “somos os objetos cuja matéria   extraída, expropriada e em seguida injetada nas usinas de inteligência artificial do Google, as quais fabricam os produtos preditivos que são vendidos a clientes reais – as empresas que pagam para jogar nos novos mercados comportamentais”.

Essa antevisão   descrita também pelos estudos de Stiegler (1996) que afirma, que a partir das redes sociais e das próteses cibernéticas a elas conectadas através da internet ocorreu uma digitalização generalizada, o que proporcionou através desta digitalização massiva e permanente o surgimento do complexo industrial do simbólico.

Esse processo, a partir da chamada internet das coisas eleva a digitalização do mundo a outro patamar com a possibilidade de captura de dados a partir da medição por sensores, aliado a expansão das nuvens computacionais, permiti o cálculo dos mais variados fluxos comportamentais de humanos e não-humanos através de algoritmos de inteligência artificial e aprendizado profundo de máquina, o que se materializa em um poder planetário exercido por uma meia dúzia de corporações de alta tecnologia estadunidenses e também chinesas (STIGLER, 2018).

A partir do momento em que o simbólico é colocado a serviço desta nova indústria que nos captura a atenção através do nosso olhar já não encontramos tempo para cultivar uma visão crítica da realidade. E a partir da condução do nosso olhar pelo mundo criado virtualmente pelas chamada Big Techs nos encontramos imersos por uma aliena o técnica difusa, mas projetada (planejada) que nos modula segundo os desejos do deus mercado. (ARAÚJO, 2019)

Abarcados pela velocidade de novas tecnologias que nos são disponibilizadas "gratuitamente" torna-se cada vez mais difícil encontrarmos tempo para a reflexão

sobre seus usos e reusos, bem como sobre as intencionalidades de telas de computadores, smartphones, notebooks que invadem nosso tempo e espaço a serviço das grandes corporações. Como observa a professora Ana María Araújo:

Nessas sociedades de transparência, onde no jogo de luz e sombra tudo parece se tornar visível ao olhar do espectador, quase não há mais sombras, quase não há mais intimidades, nem segredos, nem mistérios. O olhar se torna todo poderoso e ... invade o universo interno e externo. Estamos expostos e, o que é mais importante ainda, queremos nos expor por que é a partir da nossa própria imagem que existimos nas redes sociais, nos meios, e no mundo. (ARAÚJO, 2019, p. 86 e 87)

Entramos em um outro patamar de servidão voluntária (LA BOÉTIE, 1999), escravos que nos tornamos dos novos *arcana imperii* em que se transformaram as corporações detentoras dos meios científico-técnicos capazes de capturar, armazenar, organizar e processar nossos dados e transforma-los em conhecimento a serviço do mercado e para sua acumulação de poder. Poder econômico e político, que usa (como os *arcana imperii* do passado) de sofismas, oferecendo prazer, comodidade, segurança gratuita através de seus aplicativos, e escondendo sua real intenção que é capturar nosso bem mais precioso, que é nosso tempo e nossa atenção.

Desde a ascensão do capitalismo, sabe-se que capturar a atenção de alguém pode render algum dinheiro. [...] com a publicidade, ela foi o mecanismo de conversão que, com surpreendente eficiência, transformou a safra de atenção em commodity industrial. Dessa forma, a atenção poderia não apenas ser usada como revendida. (WU, 2016, p.20)

Refletindo sobre o pensamento de Byung Chul Han em seu livro *El aroma del tiempo*, Araújo (2019) afirma que acreditando que o poder sobre as tecnologias digitais que manuseamos a todo momento está sob nosso controle, contribuímos para o surgimento do supremo paradoxo da hipermodernidade:

somos vítimas e cúmplices ao mesmo tempo, gostamos de estar imersos neste tempo líquido e neste espaço inacessível, convencidos de que os dominamos, mas ao mesmo tempo enfrentamos uma fragilidade existencial que gera novas patologias do corpo e da alma. Alguns talvez não tão novos, mas expressos por meio de sintomas diferentes que se alternam entre eles: ataques de pânico, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), síndrome de burnout ocupacional (SDO), transtorno de personalidade limitrofe (DBP), exacerbação de contraturas, bruxismos, novos tipos de psoríase, alergias, problemas cardíacos, a síndrome de exaustão crônica, distúrbios do sono, estresse negativo ... só para citar alguns exemplos. (ARAÚJO, 2019, p. 89 e 90)

A partir dos escritos de Han, a professora Ana María Araújo explica que a psicopolítica, é justamente um tipo de sistema de dominação, que através de um processo de alienação difuso, inteligente e sedutor. Consegue sutilmente fazer com que as próprias pessoas submetam a si mesmas, de maneira voluntária a estrutura de

poder e dominação vigente. "A eficácia do psicopoder reside no fato de que o sujeito se acredita livre... dominando um ciber-panóptico que ele realmente internalizou em sua própria vida.(ARAÚJO, 2019, p. 90)"

Apesar da crítica severa e bem informada ARAÚJO (2019) afirma que as novas tecnologias da informação e comunicação exercem um papel fundamental em nossa sociedade. No entanto precisamos cultivar uma reflexão e um pensamento complexo sobre os impactos dessas ferramentas cibernéticas sobre nossas subjetividades. Outro filósofo da atualidade que pensa desta maneira é Gilbert Simondon.

Simondon (2007) assevera que escolhendo o caminho do equilíbrio entre idolatrar ou odiar as tecnologias (máquinas) pode-se avançar na relação social com elas, uma vez que a humanidade está presente nas máquinas, manifestada através do "pensamento humano concretizado" nos objetos técnicos. "A presença do homem nas máquinas é uma invenção perpetuada, o que reside nas máquinas é a realidade humana, o gesto humano fixado e cristalizado em estruturas que funcionam" (SIMONDON, p. 34, 2007).

Nesse sentido, a tese simondoniana, como um trabalho científico que demonstra a parcela de humanidade contida nas máquinas, trouxe uma oxigenação na área de estudos relacionada à filosofia da técnica. Essa postura de evitar polaridades buscando o caminho do equilíbrio, segundo Simondon, permite ampliar a cultura e superar o que considera também uma alienação técnica:

A maior causa da alienação no mundo contemporâneo reside no desconhecimento da máquina, que não é uma alienação causada pela máquina, mas pelo não conhecimento de sua natureza e de sua essência, por sua ausência do mundo das significações, e por sua omissão na tabela de valores e de conceitos que formam parte da cultura (SIMONDON, p. 32, 2007).

Simondon (2007) faz um chamado à tomada de consciência a respeito da humanidade presente nos objetos técnicos. Segundo o autor, a cultura se transformou num verdadeiro bunker contra as técnicas, defendendo o homem e conjecturando que os objetos não possuem nenhuma humanidade, ignorando na conformação técnica um espelhamento humano.

Pode parecer um tanto exagerado, mas a reconciliação entre cultura e técnica a partir de uma consciência tecnopolítica capaz de fazer a crítica acerca das

intencionalidades humanas existentes nos objetos técnicos digitais é apontada como caminho para uma mudança nos usos e re-usos dos dados e algoritmos que na atualidade tornaram-se as “máquinas” protagonistas desta fase capitalista bem como propiciar o controle da sociedade sobre as corporações de tecnologia e também dos governos. Abrindo assim uma possibilidade de criação de um imaginário capaz de criar novas formas de uso da técnica em favor das pessoas e da natureza.

Ao encontro das críticas de Zuboff (2019) sobre o capitalismo de vigilância na indústria digital estão as observações do psicanalista e antropólogo francês Frank Enjolras, o qual considera que “os algoritmos nos conhecem melhor que nós mesmos ou que as pessoas com quem convivemos em laços estreitos” (Enjolras, 2019, p.5). Complementando esse pensamento, é mais oportuno dizer que as corporações que controlam as plataformas as quais estamos conectados diuturnamente nos conhecem melhor do que nós mesmos.

A partir de uma leitura da dimensão humana da consciência de nossas ações, o autor pondera que o inconsciente humano, “mestre na nossa própria casa”, não é revelado na relação com o outro, mas sim diante de empresas tecnológicas que através de “dispositivos coletam, armazenam e analisam nossos mais elementares gestos cotidianos e que dão concretude à ideia” (ENJOLRAS, 2019, p.5).

Para além da captura dos dados dos usuários na internet para prever ou modular o comportamento, o capitalismo de vigilância está com o foco nos lares, pois o alvo agora é conectar eletrodomésticos, tudo com o intuito de aumentar a quantidade de dados a serem relacionados com os dados das pessoas, e dessa forma melhorar os processos de previsão e modulação do comportamento.

Diante dessa lógica de apropriação de dados por meio da internet utilizando as tecnologias, podemos inferir que esse processo tende a se aprofundar e se expropriar para o monitoramento e captura de dados a partir do seu próximo passo evolutivo denominado pelos engenheiros de comunicação de IoT (Internet das Coisas).

O que se desenha em um futuro bastante próximo é que o Colonialismo de Dados irá apropriar-se de dados da natureza de tal forma que ainda não podemos saber as implicações desse fenômeno. Pois neste modo de produção econômica, mais do que capturar os dados é necessário torná-los escassos e uma forma de fazê-lo é dificultando o acesso, através de protocolos de segurança da informação no campo técnico-digital e da incorporação de patentes no campo legal (ZUBOFF, 2019).

2.1 Colonialismo de dados: da espoliação da informação a rapina de bens naturais na economia do conhecimento

O Colonialismo de Dados está presente de maneira difusa e sob várias camadas de atuação na economia do conhecimento. Ele se manifesta em uma plataforma que captura dados dos seus usuários, em um dispositivo eletrônico como um smartphone, em uma ferramenta de inteligência artificial, nas redes sociais, câmeras de monitoramento, cabos submarinos, satélites ou nas chamadas nuvens computacionais, bem como em suas patentes e direitos autorais.

A definição de Couldry e Mejias (2019) contempla grande parte da atuação do chamado colonialismo de dados na atual economia do conhecimento, mas precisamos lembrar que a infraestrutura de suporte da base imaterial da economia do conhecimento está sustentada na extração de bens naturais não-renováveis, que precisam ser processados e transformados em matéria-prima para produção dos diversos componentes que vão materializar os objetos e conjuntos técnicos cibernéticos necessários a captura, armazenamento e processamento da miríade de dados que conforma este novo modo de produção baseado no conhecimento que modela uma nova fronteira tanto no espaço digital quanto no espaço físico-natural.

Logo, o colonialismo de dados, a partir do advento da Economia do Conhecimento, se caracteriza tanto pela extração de dados dos usuários das plataformas digitais, quanto pelo monitoramento e organização de dados coletados sobre as riquezas naturais dos países subdesenvolvidos, como a ocorrência dos espécimes botânicos e zoológicos economicamente viáveis, suas amostras genéticas e por outro lado a localização das jazidas de minérios e terras raras indispensáveis na cadeia de produção dos objetos técnicos cibernéticos, e sua exploração através do complexo mineral extrativista incrustado nos países subalternos especialmente na América Latina e África.

Segundo SWAMPA (2018), a partir do *consenso de los commodities*, o processo de aceleração da exploração das riquezas naturais e culturais dos países periféricos se aprofundou em função da implantação de um neo-extrativismo perverso intensivo em tecnologia, que rapina, espolia, empobrece e mata em uma velocidade muito maior. Esse processo neo-extrativista é mais uma vertente dos nexos neo-coloniais advindos da economia do conhecimento nos moldes em que é desenvolvida. O capitalismo informacional tem pressa tanto de acumular dados quanto de acumular as matérias primas necessárias para seu auto reprodução.

Interessante notar que a questão neo-extrativista acaba sendo pedra angular no processo de rapinagem digital, ao contrário da narrativa das “nuvens

computacionais” que apresenta através da propaganda o digital como algo etéreo (MOSCO, 2014), pois os dados para serem capturados, armazenados e processados necessitam algoritmos, programas e aplicativos que funcionam através de próteses cibernéticas (telefones, smartphones, chips), computadores, satélites, cabos submarinos, rádio transmissores, enfim um aparato tecnológico que precisa extrair da natureza commodities minerais, trabalho humano e energia para sua produção e funcionamento (MEZZADRA e NEILSON, 2017).

Países da América do Sul e África ricos em matérias-primas minerais como ferro, alumínio, lítio, tântalo, grafite (grapheno) e principalmente as chamadas terras raras, segundo informações do próprio serviço geológico estadunidense sobre bens minerais estratégicos para a economia do conhecimento (USGS, 2017) são super explorados em diversas frentes e cada uma dessas frentes retroalimenta a outra.

Rapina de commodities minerais articulada com a rapina de dados pessoais e dados da natureza, dados são capturados e retornam como informação para melhor explorar os usuários das plataformas digitais, minérios são explorados e retornam na forma de próteses cibernéticas utilizadas para capturar os dados e também utilizados para o estabelecimento da infra-estrutura digital necessária a esses processos. Assim o aprofundamento da dependência tecnológica e científica entre países ricos e países pobres multiplica-se e perpetua-se.

Sem mencionar o que estamos chamando de neo-extrativismo de dados acerca de informações da natureza, que promove a drenagem do código genético de plantas e animais. Que é rapinado pelas indústrias da economia do conhecimento como dado bruto a ser industrializado, a nosso ver trata-se de conhecimento incrustado em seres humanos e não-humanos (vegetais, animais, minerais-solos). Sendo a grande maioria conhecida desses saberes fruto de relações associativas e de manejo entre pessoas e a natureza há pelo menos 12 mil anos (ROOSEVELT, 1992) na porção de território conhecida hoje em dia pelo nome de Amazônia.

Cada vez que as empresas de infraestrutura de internet disponibilizam as chamadas nuvens computacionais a custos econômicos de bens naturais não renováveis incomensuráveis, mas a custos financeiros módicos, põe em movimento veloz a corrida pela digitalização de tudo e de todos.

Essa lógica de captura da informação social tanto popular quanto científica avança para a digitalização e manipulação da informação da natureza, com o discurso de preservar a biodiversidade que em função da própria expansão capitalista está ameaçada como um todo no planeta.

Os cercamentos de informação biológica e conhecimento ancestral estão em franca expansão. Grandes corporações assim como no passado, de olho nas

produções acadêmicas sobre as potencialidades de plantas, animais ou minerais, investem tanto em projetos de coleta de dados como de digitalização generalizada com intuito de descobrir informações com potencial de se tornarem produtos.

A crescente e cada vez mais extensiva apropriação e acumulação da informação social, sob a forma de conhecimento formalizado e materializado no interior das corporações capitalistas, é a redundância inicial que orienta novas pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos que conduzem à oferta de novos produtos materiais e sígnicos, determinando a dinâmica do crescimento do capital, os padrões de distribuição valor das riquezas e as possibilidades de controle social. Tão logo identifica um valor esperado - que tanto pode ser um material mineral ou biológico, tanto pode ser uma potencial "ideia" (projeto, desenho, texto, marca, modo de fazer ou de servir etc.), valor que ainda precisará passar por todo um trabalho de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico para vir a ser um produto socialmente útil - tão logo identifica esse valor, uma empresa precisa afirmar a sua posse sobre ele: a posse, não sobre a coisa material externa, mas sobre a própria possibilidade dessa coisa vir a ser materializada como algo socialmente útil. O direito de propriedade quer se estender à incerteza que deverá ser removida no tempo (DANTAS, 2002, p. 178).

A corrida dos dados caracteriza a aceleração de novas fronteiras para a exploração tanto de recursos humanos e não-humanos, a partir de técnicas de aprendizado de máquina e organização, armazenamento e processamento das informações digitalizadas e seu posterior inter-relacionamento através de sistemas de inteligência artificial nas indústrias do simbólico (STIEGLER, 1996) que na atualidade só está à disposição de um punhado de corporações globais.

Essas duas frentes de captura de dados tanto cognitiva quanto natural se inter cruzam. Uma vez que as informações biológicas das plantas já trazem um componente cognitivo ancestral, acabam sendo acumulados por espoliação, a partir da descrição em artigos científicos, documentação e registros da digitalização, manipulação genética e patenteamento.

Na era da economia do conhecimento uma nova fronteira se estabelece através da captura de dados natureza, mas não somente dados físicos, morfológicos, geográficos e conhecimentos ancestrais relacionados ao uso destes bens comuns naturais, mas também a informação genética da biodiversidade, nas palavras da estudiosa indiana, física e ecofeminista Vandana Shiva:

O 'cercamento' da biodiversidade e do conhecimento é o passo final numa série de cercamentos que começaram com a ascensão do colonialismo. Terra e florestas foram os primeiros recursos a serem 'cercados' e convertidos de comuns em mercadorias. Depois disso, recursos hídricos foram 'cercados' com represas, mineração de lençóis freáticos e esquemas de privatização. Agora é a vez da biodiversidade ser 'cercada' pelos direitos de propriedade intelectual (SHIVA, 1997, p. 31).

Este seguimento da economia do conhecimento é um dos que mais se destaca e gera interesse das grandes corporações de dados que veem nos processos de digitalização dessas informações biológicas bem como dos conhecimentos ancestrais que as acompanham uma reserva de insumos para a indústria do

conhecimento a serem bioprospectados digitalmente pelas nuvens computacionais através de algoritmos de inteligência artificial gerando mercadoria a ser disponibilizada para setores capitalistas da saúde, agricultura, cosmética, entre outros. O que era conhecimento comum de uma determinada população é capturado e licenciado por um pequeno grupo de corporações globais. Como explica Shiva:

A destruição dos comuns foi essencial para a revolução industrial, para fornecer um suprimento de recursos naturais de matéria prima para indústria. Um sistema de suporte à vida pode ser compartilhado, não pode ser possuído como propriedade privada e explorado para o lucro. Os comuns, portanto, tiveram que ser privatizados, e a base de subsistência dessas pessoas nesses comuns teve que ser apropriada, para alimentar a máquina do progresso industrial e da acumulação de capital (SHIVA, 2001, p. 64).

Para Crawford e Joller (2019) a nova corrida do ouro no contexto da inteligência artificial consiste em cercar diferentes campos de conhecimento, emoção e ação humana para capturar e privatizar esses campos. Articulado a este processo de gigantismo de dados a partir dos comportamentos das pessoas, encontra-se em marcha com o advento da chamada IoT (Internet da Coisas) e a IoE (Internet de Tudo) um tipo de economia do conhecimento que amplia o cercamento digital aos não humanos (objetos, animais, plantas, minerais, ar, água, a tudo) e humanos.

Esse modelo tem como premissa um determinismo tecnológico como base da sua narrativa, achando-se capaz de criar a vida a partir da compartimentação da sua informação. Em vez de uma floresta com toda sua vida e biodiversidade a indústria do conhecimento só precisa de um banco de dados com informação genética in natura desses seres.

Esse tipo de movimento pode gerar perigos existenciais para humanos e não humanos, pois o conceito de agregar valor por meio da bioprospecção esconde a remoção e destruição do valor de plantas e conhecimentos nativos. Segundo esta concepção à medida que os genes de uma determinada planta ganham valor, a planta em si torna-se dispensável, especialmente se os genes puderem ser replicados sinteticamente.

3. O que fazer? Alternativas cosmotécnicas e tecnológicas

Mesmo submersos em uma dependência tecnológica, econômica, científica e cultural, materializada através dos nexos neo-coloniais apresentados até o momento, ainda é possível ver através das associações que os diferentes atores articulam através das redes sociais locais de troca de conhecimentos e cada vez mais através da rede mundial de computadores, a partir de uma ação horizontal de compartilhamento de saberes, alternativas de organização e processamento da

informação com vistas a promover autonomia e soberania de dados. Um enfoque como este tem uma potencialidade que remete a uma Economia do Conhecimento diferente da imposta pelos países desenvolvidos e suas corporações hipertecnológicas.

A emergência da economia do conhecimento é fundamentada no uso da técnica digital, filosoficamente falando a técnica é um produto da concretização do pensamento humano (SIMONDON, 2007). É fato que o modo de pensar a técnica nos moldes da captura de subjetividades e acumulação de poder tem levado a um enorme fosso de desigualdade social e concentração de riquezas.

Analisando os estudos de Descola e Simondon, Yuk Hui pondera que a integração equilibrada dos chamados não-humanos “varia de uma cultura para outra de acordo com diferentes cosmologias. Essas cosmologias não são apenas esquemas que definem os modos de participação, mas também correspondem aos fundamentos morais de tal participação ” (HUI, p. 3, 2017).

Para Hui “a cosmologia não é um conhecimento teórico puro; de fato, as cosmologias antigas são necessariamente cosmotécnica (HUI, p. 4, 2017)”. Assevera ainda que a relação tecnologia e natureza tem uma origem moral que foi deteriorada pela modernidade global, e propõe uma reconciliação entre natureza e tecnologia, a partir do conceito de cosmotécnica:

Cosmotécnica aqui: significa a unificação da ordem cósmica e ordem moral através de atividades técnicas. As atividades humanas, sempre acompanhadas de objetos técnicos, como ferramentas, são sempre cosmotécnicas (HUI, p. 4, 2017).

A técnica não é boa nem má, mas é fruto das forças tecnopolíticas que a norteiam. Os protocolos, os códigos e a maneira como os dados são capturados, organizados e processados tem uma intencionalidade. No momento servem ao capitalismo colonial/moderno materializado em uma economia do conhecimento eurocêntrica.

Pensar formas diferentes para o uso dos conjuntos técnicos na era digital com princípios fundados no conhecimento, na colaboração e na liberdade e principalmente na vida, pode ser um bom caminho a trilharmos. Corroborando o pensamento de Quijano e Castro, Hui manifesta a necessidade de ir além do pensamento ocidental.

Se queremos conceber o futuro da filosofia da tecnologia, devemos dar a ela a tarefa de pensar além da tradição ocidental. E, para lidar com essa tarefa, não devemos ficar satisfeitos com a utilidade da filosofia para o desenvolvimento tecnológico e como a filosofia pode dar conta da ética de uma tecnologia específica. Antes, devemos conceber uma filosofia da tecnologia que lide com o dualismo fundamental entre natureza e tecnologia, humanos e não humanos (animais, plantas, máquinas), modernos e não modernos, e que vá além deles contra uma globalização dominada pelo mero discurso de economia ou economia política (HUI, p. 8, 2017).

Trata-se de um grande desafio pensar a partir de diversas cosmologias, uma cosmotécnica amazônica que tem influência indígena, africana, ribeirinha e também europeia, capaz de contribuir com um movimento de reapropriação tecnológica, calcado em cultura técnica agregadora e que se manifeste a partir da relação simétrica entre humano e não-humano, cultura e natureza, técnica e natureza, conhecimento e natureza que contribua para o surgimento de uma Economia do Conhecimento da floresta viva na Pan Amazônia.

Buscar essas técnicas contra-coloniais fruto das relações entre seres humanos e não humanos que há milhares de anos fazem parte das diversas cosmologias que conformam os mais distintos povos e territórios deste planeta nos inspira nesta pesquisa, pois “cada história é acompanhada por um número indeterminado de anti-histórias, cada uma das quais é complementar a outras (LÉVI-STRAUSS, p. 290, 1970)”.

Mas para isso faz-se necessária uma reflexão e tomada de consciência a respeito do tipo de ciência que estamos fazendo não somente nos países dependentes, mas também a ciência e tecnologia feita nos países dominantes. Atacar a questão da dependência tecnológica mais que uma questão econômica é uma questão de soberania primeiramente intelectual.

Um bom começo seria a utilização de softwares livres passíveis de serem auditados, corrigidos e melhorados. Além disso nesse contexto de colonialismo de dados na economia do conhecimento torna-se imperiosa a missão de cultivar uma infraestrutura própria de armazenamento e processamento de dados em território nacional. Com relação as comunidades amazônicas, faz-se necessário um debate sobre suas necessidades a respeito da organização da informação e compartilhamento de tecnologias cibernéticas livres, lhes proporcionando autonomia sobre seus dados caso decidam por digitalizar suas informações e saberes.

Por outro lado também é importante pensarmos em uma infraestrutura de comunicação comunitária para a Amazônia, que bem pode ser cultivada a partir de tecnologias como rádio AM digital, capaz de transportar dados a grandes distâncias em meio a floresta e rios. Para isso é necessária uma articulação entre universidade e populações amazônicas para que este trabalho seja desenvolvido com intuito acadêmico-científico extensionista, enquanto não conseguimos formar uma maioria capaz de mexer nas leis de telecomunicações que impedem que os povos se comuniquem de maneira democrática. (NOVAES e GAMA, 2016)

Muitas são as possibilidades pautadas no conhecimento, colaboração e liberdade, que são os três principais afluentes que convergem para caudaloso rio das possibilidade de uso de ferramentas livres, a tomada de consciência como já dissemos

é o primeiro passo para mudança e resgate de um pensamento cosmotécnico que respeite os direitos tanto de humanos quanto não-humanos, o segundo em nossa opinião e romper com o modelo de dependência tecnológica que nos é imposto e iniciar um processo de arqueologia técnica que nos inspire a remixar as tecnologias dos países ricos e criar nossas próprias alternativas técnicas.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, L. E. **The Amazon as a study object: building regional capacity for sustainable development**. Stockholm: Stockholm University, Institute of Latin American Studies, 1994.

_____. **Ciência e educação superior na Amazônia: desafios e oportunidades de cooperação internacional**. Belém: NAEA/UNAMAZ, 2001a.

_____. **Ciência, educação e desenvolvimento da Amazônia**. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (Ed.). **Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001b. p. 291-305.

_____. **Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia. Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 20, p. 767-792, jun. 2005.

ARAÚJO, A. M. **Todos los tiempos, el Tiempo, en este ciber mundo... inabarcable**. In: **Pensamento crítico latino-americano / Edna Castro**, organizadora. – São Paulo: Annablume: 2019.

CASTRO, E. **Tradição e modernidade, a propósito de processos de trabalho na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, no 1 - dezembro 1999.

CASTRO, E. **Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência**. In: **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências / Edna Maria Ramos de Castro - organizadora**. – Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Edna. **Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana**. In: **Decolonialidade e Sociologia na América Latina / Edna Castro, Renan Freitas Pinto, organizadores**. – Belém: NAEA: UFPA, 2018.

CASTRO, E. **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

CASTRO, E. **Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas**. In: CASTRO, Edna (org.). **Pensamento Crítico Latino-Americano - reflexões sobre políticas e fronteiras**. Ed. Annablume: São Paulo, 2019.

COULDRY, N; MEJIAS, U. A. **Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject**. Television & New Media. SAGE Publishing, 2019.

COSTA, F.A. **Entrevista: As múltiplas faces da Amazônia**. Informativo Pesquisa Fapesp - Edição 277, março de 2019.

_____. **Mercado e produção de terras na Amazônia: avaliação referida a trajetórias tecnológicas.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 5, p. 25-39, 2010.

CRAWFORD, K.; JOLLER, V. **Anatomia de um sistema de inteligência artificial: o amazon echo como mapa anatômico de trabalho humano, dados e recursos platetários.** Tradução: Cristiana Gonzales e Pedro P. Ferreira; com colaboração de Pedro Paulino. Ano: 2019. Disponível em: < <https://www.comciencia.br/> > Acesso em: 22 ago. 2020

DANTAS, M. **Trabalho com informação: Valor, acumulação, apropriação nas redes do capital.** Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

DOS SANTOS, T. [1978]. **Imperialismo y Dependencia.** Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

DOS SANTOS, T. **Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo.** Tradução de Hugo Boff. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **Revolução científico-técnica e acumulação de capital.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Do terror à Esperança. Auge e declínio do neoliberalismo.** Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

ENJOLRAS, F. **Gare à ces ‘algorithmes qui pourraient finir par nous connaître mieux que nous nous connaissons nous-mêmes’.** Le Monde, 26.12. 2018.

GUERRA, G. **O lavrador e o posseiro da ciência (Uma publicação sobre as complexas relações entre informação, conhecimento e desenvolvimento no Brasil atual).** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 217-228, jan. /dez.

GIPCT. **Série documentos do GIPCT** (Grupo Interdisciplinar de Política Científica e Tecnológica NAEA/UFGA). Belém, 1987.

HUI, Y. “¿Qué es un objeto digital?”, Virtualis, Vol. 8, núm. 15, enero – junio 2017, pp. 81-96, ISSN 2007-2678.

LA BOÉTIE, E de. **Discurso da servidão voluntária ou o contra um.** Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** Tradução de Tânia Pellegrini - Papyrus Editora, Campinas, SP, 1989.

MEZZADRA, S; NEILSON, B. “On the Multiple Frontiers of Extraction: Excavating Contemporary Capitalism” Cultural Studies 31, no. 2–3 (May 4, 2017): 185, Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09502386.2017.1303425>>. Acesso em: 29 out 2020.

MOREIRA, S. M. B. de L. **Ciência e educação superior na Amazônia : trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.** Belém: NAEA, 2018. E-book (260 p.).

- MOSCO, V. **To the Cloud: Big Data in a Turbulent World** (Boulder: Paradigm, 2014).
- Osorio, J. **Sistema mundial y formas de capitalismo. La teoría marxista de la dependencia revisitada**. En: Teoría marxista de la dependencia. México: Editorial Itaca/UAM, 2016.
- OSÓRIO, J. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo (SP): Boitempo, 2012b.
- RICHTA, R. **La civilización en la encrucijada**. Ciudad del México: Siglo XXI, 1971.
- ROOSEVELT, A. C. 1992. **Arqueologia Amazônica**, In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Ed.), História dos Índios do Brasil. São Paulo, Editora Companhia das Letras, pp. 53-86.
- SILVA, F. C. **Instituições e desenvolvimento regional: o papel da universidade na construção de políticas públicas na Amazônia**. SEDRES – Abordagens e experiências. Rio de Janeiro, 2012.
- SILVA, F. C. **Política de ciência e tecnologia e desenvolvimento regional no estado do Pará**. Amazônia, v. 2, p. 137-158, 2007.
- SILVA, F. C. **Raízes amazônicas, universidade e desenvolvimento regional**. Papers do NAEA (UFPA), v. 250, p. 1-15, 2009.
- SILVA, F. C.; SAMONECK, Francisco; LEANDRO, Leonardo. **A Importância da Pós-graduação em Projetos de Desenvolvimento Local na Amazônia: a Tecnologia Social dos Encauchados de Vegetais nas Ilhas de Belém**. Papers do NAEA (UFPA), v. 318, p. 03-20, 2013.
- SHIVA, V. **Biodiversidade e conhecimento popular**. In: “Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento”, tradução de Laura cardellini Barbosa de Oliveira – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SHIVA, V. **The Enclosure and Recovery of The Commons: Biodiversity, Indigenous Knowledge, and Intellectual Property Rights** (Research Foundation for Science, Technology, and Ecology, 1997).
- SIMONDON, G. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Margarita Martinez e Pablo Rodríguez (trads.). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- STIEGLER, B. **La Technique et le temps, 2 - La Désorientation**. Ed. Galilée. Paris, 1996.
- Stiegler, B. **Da miséria simbólica - 1. A era hiperindustrial**. Ed. Orfeu Negro. Lisboa, 2018. (Obra originalmente publicada em 2004)
- SVAMPA, M. **“Consenso de los Commodities, Giro Ecoterritorial y Pensamiento crítico en América Latina”**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. OSAL Observatorio Social de América Latina. Año XIII No 32 / publicación semestral / noviembre de 2012 [15-38].

NOVAES, T.; GAMA, J. **Espectro Livre, Transparência e Vigilância: por uma apropriação dos meios digitais na Amazônia.** Rio de Janeiro: Revista PoliTics, 2016. Disponível em: <<https://abre.ai/cfD3>> Acessado em: 03 de novembro de 2020.

TRINDADE, J.R. **Breve contextualização da atual configuração da dependência Latino-Americana e a economia mundial capitalista: uma agenda de debates.** Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, v. 7, n. 2, 2018.

TRINDADE, J. R.; OLIVEIRA, W. P. **Padrão de especialização primário exportador e dinâmica de dependência econômico brasileira: uma primeira aproximação empírica.** Revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 1059-1092, mar. 2017.

TRINDADE, J. R. **Contextualização da atual configuração da dependência latino-americana e a economia mundial capitalista: uma agenda de debates.** In: TRINDADE, José Raimundo. Agenda de debates e desafios teóricos: a trajetória da dependência e os limites do capitalismo periférico brasileiro e seus condicionantes regionais. Belém [PA]: Paka-Tatu, 2020. p. 19-48.

USGS - **Critical Mineral Resources of the United States—Economic and Environmental Geology and Prospects for Future Supply.** Reston, Virginia: 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/hEKN7> Acesso em: 12 mai. 2019.

WU, Tim. **The attention merchants: the epic scramble to get inside our heads.** Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2016.

ZUBOFF, S. **Tua escova de dentes te espiona: Um capitalismo de vigilância.** Le Monde Diplomatique Brasil, Ed. 138, 2019.

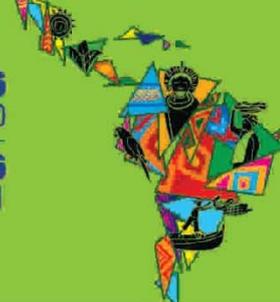


SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 04 – PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E EPISTEMOLOGIAS PARA PENSAR O AMANHÃ

LIGANDO OS PONTOS APARENTEMENTE SOLTOS SOBRE A AÇÃO DA BANCADA RURALISTA NA AMAZÔNIA

Ivone dos Santos Siqueira¹
Edna Maria Ramos de Castro ²

RESUMO:

Este estudo busca por meio de fatos e números desvelar a influência do agronegócio no Congresso Nacional, a partir de informações oficiais, evidenciando a intensificação do desmatamento na Amazônia relacionado ao aumento das exportações de produtos ligados a agricultura capitalista e a viabilização via flexibilização da legislação e redução da fiscalização favorecendo os empresários do agronegócio. As benesses se devem as estratégias do setor em financiar as campanhas eleitorais em busca de favorecimento. As informações foram organizadas e analisadas à luz da técnica de Análise de Conteúdo. As mesmas apontam que as causas do desmatamento estão relacionadas direta ou indiretamente à ação da bancada ruralista, na expansão do capitalismo na Amazônia via agronegócio. Nesse sentido, basicamente três categorias são apresentadas: a) Desmatamentos e exportações aumentam vertiginosamente; b) Compra de apoio ao agronegócio por meio de financiamento de campanhas eleitorais e c) A atuação da bancada ruralista na flexibilização da proteção ambiental e redução da fiscalização. Desse modo, evidencia-se um pensamento ocidental hegemônico de desenvolvimento que diante de suas proposições desenvolvimentistas causam impactos ambientais e naturalizam a miséria. Os recursos naturais da Amazônia estão sendo exaurido, o que desperta grande preocupação. A exploração desmedida da natureza causa tensões socioambientais ao provocar choques de interesses entre os donos do capital e a população regional, por desprezar os direitos e patrimônios ancestrais. Diante desse quadro consideramos necessário o desvelamento dessas relações escusas, extremamente nefasta à sociobiodiversidade da região.

Palavras-chave: Amazônia; bancada ruralista; desmatamento; desenvolvimento.

¹ Doutoranda pelo Programa de Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal do Pará. BRASIL. E-mail: ivone.siqueiraifpa@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Pará. Brasil. E-mail: edna.mrcastr@gmail.com

1. (Des)matar para (des)envolver: irracionalidades do pensamento dominante

A partir da década de 1960 a racionalidade do sistema mundo capitalista moderno-colonial, que funda sua racionalidade técnico-científica na ideia de dominação da natureza começa a ser questionada. Há uma ressignificação da Amazônia na sua dinâmica ecológica planetária. As graves consequências da extração destrutiva da construção de rodovias, da atividade agropecuária, exploração mineral e madeireira começam a ser sentidas em todo o mundo. (PORTO-GONÇALVES, 2018a).

Nos dias atuais, o modelo de ocupação e de exploração na Amazônia ainda se assenta “[...] no que pode ser cunhado de *economia de saque*: atividades extrativas de produtos primários, de baixíssimo valor agregado, destinados à comercialização e industrialização em centros mais desenvolvidos, sem retenção de excedente à economia local” (MELLO, 2015, p. 91, grifo do autor).

A destruição da Amazônia em toda sua sociobiodiversidade está alicerçada na ideia de que floresta em pé significa subdesenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2018a). Os recursos naturais da Amazônia estão sendo exauridos. A exploração desmedida da natureza leva ao “choque dos interesses econômicos contra os direitos sociais, étnicos e os direitos da natureza” (CASTRO, 2019, p. 47). Desse modo, a ideia de desenvolvimento é uma crença que está associada ao progresso e ao crescimento econômico (RIST, 2001; LATOUCHE, 2010). O pensamento colonizado em relação à região, ainda hoje, persistem e retroalimenta o avanço do desmatamento.

A natureza ao ser subjugada às finalidades do desenvolvimento científico e tecnológico, na conformação da racionalidade baseada da razão instrumental com finalidade econômica “[...] se instituiu como razão-de-ser-no-mundo de todo o existente – de todas as ordens ontológicas que são dispostas no ordenamento global da razão econômica [...]” (LEFF, 2016, p. 438).

A economia de mercado na sua lógica de valoração do privado, no controle social e político, ganha forma com as políticas neoliberais e atua no agravamento da devastação ambiental, no aumento da fome e da miséria. No sistema mundo moderno-colonial “determinadas classes sociais, sobretudo a burguesia e os gestores, aos se constituírem como tais, o fazem subordinando outras classes/povos/etnias” (PORTO-GONÇALVES, 2018b, p. 119).

O mito da Amazônia como imensa reserva de riquezas alimenta as ideias racionalistas perversas e devastadoras que se impõem aos povos/culturas da região. O pensamento colonial que domina o imaginário sobre a Amazônia precisa ser confrontado. A floresta não pode continuar sendo vista como um obstáculo à expansão agropecuária.

Esse estudo objetiva relacionar o aumento vertiginoso do desmatamento na Amazônia à ação da Bancada Ruralista, orquestrada pelo Agronegócio, de modo a mostrar que os políticos são financiados pelo agronegócio e atuam a serviço do desse setor, representando os interesses desses grupos, que doam montantes vultosas às campanhas eleitorais.

A importância desse estudo se deve aos graves problemas socioambientais causados a Amazônia tendo nesse processo, a participação da bancada ruralista, conhecida como frente parlamentar, que concentra poder e atua no Congresso Nacional brasileiro, buscando atender aos interesses do agronegócio que segundo Libera (2019, p. 101) é “extremamente articulada com seus ideais, [...] constitui atualmente um movimento legislativo organizado, forte e quase paralelo às forças políticas”.

2. Qual desenvolvimento? Para onde? Para quem?

Na Amazônia os planos nacionais de desenvolvimento tiveram como objetivo ampliar as fronteiras para o capital se desenvolver. Os vários programas criados para a região foram acompanhados e controlados pelo Estado conjuntamente com o capital. São várias “as formas que o capital encontra para tirar proveito para si, sempre apoiados pelo Estado, torna[ndo] a população marginalizada” (PICOLI, 2006, p. 49).

A teoria da dependência com base na dinâmica histórica e estrutural do sistema capitalista explica o processo de saqueamento da natureza e o aumento da exploração do trabalhador, na tentativa de aumentar os lucros. O centro do processo se baseia na diferença em termos de desenvolvimento tecnológico entre os países ditos desenvolvidos e os subdesenvolvidos (WAGNER, 2009).

Os países subdesenvolvidos são dependentes de tecnologia e vendem apenas produtos primários. Os ditos desenvolvidos são os que detêm tecnologia. O mecanismo de trocas desiguais influencia o comportamento da burguesa, nas

economias dependentes. Como compensação acontece a superexploração³, tanto da natureza em termos de volume quanto do aumento da exploração do trabalhador (WAGNER, 2009).

Segundo Marques (2019, p. 267) o Estado contribui para a precarização do trabalhador “com a adoção de políticas que intensificam a precarização do trabalho (a lei de terceirizações e a reforma trabalhista) e reformas previdenciárias (reduzindo direitos) ajudam as empresas a aumentar seus ganhos”. Essa situação contribui para a subordinação e para a condição de semicolônia de recursos naturais em que a Amazônia se encontra.

Essa situação torna nossas riquezas subordinada ao lucro e se mantém a partir do discurso desenvolvimentista do crescimento econômico na crença do progresso e da geração de emprego e renda. O resultado das políticas ditas desenvolvimentistas é “degradação, pobreza, violência, crise urbana e social... saque da riqueza regional”. [Diante desse quadro], “devemos sempre nos perguntar: qual desenvolvimento? Para onde? Para quem? As políticas desenvolvimentistas têm naturalizado a miséria em nome do “desenvolvimento” capitalista (MARQUES, 2019, p. 282).

De outro modo, o quadro de degradação social e ambiental pode ser revertido a partir do rompimento com a sociedade do crescimento. Esse rompimento “não significa preconizar outro crescimento, nem mesmo outra economia; é sair do crescimento e do desenvolvimento e, logo, da economia, ou seja, do imperialismo da economia, para reencontrar o social e o político” (LATOUCHE, 2010, p. 219). Para isso se faz necessário escapar do Desenvolvimento e do Crescimento (com maiúsculas).

Seria preciso realmente distinguir "desenvolvimento" e "crescimento" (em minúsculas) como fenômenos da evolução que afetam uma realidade precisa (a população, a produção de batatas, a quantidade de dejetos, a toxicidade das águas etc.) e que podem ser (ou não ser) eminentemente desejáveis, de Desenvolvimento e Crescimento (com maiúsculas) como conceitos abstratos designando o dinamismo econômico, sendo ele mesmo seu próprio fim. A confusão dos dois não é criação nossa; ela é sabiamente mantida pelo pensamento dominante (LATOUCHE, 2010, p. 222).

³ O conceito de superexploração foi proposto por Marini, para explicar o mecanismo em que a redução das taxas de lucro, na comercialização de bens primários é compensada com o aumento da exploração do trabalhador, por meio da baixa remuneração do trabalho, redução de direitos trabalhistas e elevação da jornada de trabalho.

A sociedade do decrescimento poderá ser criada a partir da situação atual não sendo necessária a abolição do dinheiro, do mercado e nem do salário. A mudança consiste em: “ela não será mais uma sociedade dominada pelo dinheiro, uma sociedade do todo-mercado, uma sociedade assalariada. Sem ter suprimido realmente a propriedade privada dos meios de produção e menos ainda o capitalismo” (LATOUCHE, 2010, p. 225).

A sociedade do decrescimento nos termos de Latouche precisará combater o espírito capitalista do lucro a qualquer preço e estabelecer regras de protecionismo ao ecológico e ao social. Nesse sentido, um reincaixe do econômico ao social seria um ponto de partida. Os partidários do decrescimento têm na economia solidária apoio para pensar numa sociedade não capitalista onde a solidariedade prevaleça sobre a competição.

Nesse sentido, a economia solidária se apresenta como possibilidade, pois “a sociedade seria menos desigual. [...] O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é” (SINGER, 2002, p.10). A economia solidária é uma alternativa ao modo de produção capitalista. “O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p. 112). A economia solidária tem como princípios básicos a propriedade coletiva, o cooperativismo, a solidariedade e a liberdade.

Ao pensarmos em alternativas ao modelo reinante que produz pobreza e exclusão, a economia solidária, se coloca como: “uma economia orientada em direção à reprodução da vida e ao bem-estar de muitos incorpora uma política de *representação* na qual o poder está na comunidade e não no Estado ou em qualquer outra instituição administrativa equivalente” (MIGNOLO, 2008, p. 298, grifo do autor).

Nesse mesmo sentido caminha o projeto da “Trans-Modernidade” de Dussel (2005, p. 31) que se apresenta “como novo projeto de libertação político, econômico, ecológico, erótico, pedagógico, religioso, etcetera)”. Nesse sentido teremos as bases para o enfrentamento da modernidade, com a abordagem decolonial, na produção do saber científico, na busca de outra racionalidade que transcenda a razão moderna. Por esse caminho é necessário se estabelecer outra relação com a natureza, diferente da visão utilitarista da herança colonial. Desse modo, necessita-

se de “uma ruptura radical com as forças ocidentais modernas de pensamento e de acção” ocidental (SANTOS, 2009, p. 44).

O processo histórico do desenvolvimento na Amazônia precisa ser revertido. De forma a mudar a realidade da região Marques (2019, p. 283) nos diz que: “está na hora de chamar a população local a tomar de fato o futuro em suas mãos”, pois “quem conhece a riqueza e os segredos da floresta e rios, sobrevive com menos de um salário mínimo mensal, resiste às diversas formas de violência, produz num solo frágil e quase sem nenhum apoio público, certamente tem muito a dizer” (MARQUES, 2019, p. 283).

Na perspectiva de um novo olhar, de um novo paradigma para tratar as questões ambientais, na atual sociedade global informacional, em que devem ser consideradas não somente suas complexidades e riscos, mas também os aspectos socioculturais emergem direitos que visam atender às novas expectativas de desenvolvimento. Nesse sentido, os direitos da sociobiodiversidade e biodemocracia, podem ser considerados como formas de resistências ao domínio econômico, ao poder hegemônico de dominação dos países do Norte sobre os países do Sul, do avanço das monoculturas (IRIGARAY; MARTINS, 2016, p.181).

A sobrevivência da Amazônia depende da mudança de mentalidade, no reconhecimento dos valores próprios da natureza, da valorização da sociobiodiversidade. O reconhecimento do valor da dinâmica própria da floresta enquanto ecossistema, do direito das diversas formas de vida de existir independente do valor que esses seres vivos venham a ter para os seres humanos (GUDYNAS, 2014).

Uma sociedade do decrescimento tendo a economia solidária por princípio se coloca como saída para frear o desaparecimento de culturas e saberes e a apropriação da biodiversidade de forma predatória que segue intensificada nos últimos anos.

3. Metodologia

As informações coletadas buscaram correlacionar à ação orquestrada do agronegócio que avança sobre a Amazônia viabilizada pela Bancada Ruralista aumentando o desmatamento. Estas foram tratadas com a utilização da Análise de Conteúdo, do tipo categorial temática, nos pressupostos de Bardin (2009). A “[...] análise de conteúdo é uma análise dos significados podendo também ser dos significantes” (BARDIN, 2009, p. 37). A mesma compreende três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A análise do tipo categorial temática visa chegar ao tema a partir dos “núcleos de sentidos”, desse modo, obtemos com a organização das unidades de registro e sua posterior categorização, três categorias de análise, que juntas nos permitiram chegar as seguintes categorias de análise: a) Desmatamentos e exportações aumentam vertiginosamente; b) Compra de apoio ao agronegócio por meio de financiamento de campanhas eleitorais e c) A atuação da bancada ruralista na flexibilização da proteção ambiental e redução da fiscalização.

As mesmas seguem detalhadas, ao serem enriquecidas com fatos e números, evidenciando as ligações entre o desmatamento na Amazônia e a ação da bancada ruralista viabilizando a expansão do agronegócio na região.

4. Fatos e números que evidenciam a ação nefasta da Bancada Ruralista na Amazônia

Nesta seção procuramos mostrar fatos e números que descortinam a atuação da Bancada Ruralista na Amazônia que repercute no aumento da devastação ambiental, principalmente em virtude do desmatamento resultando no agravamento das tensões sociais e socioambientais.

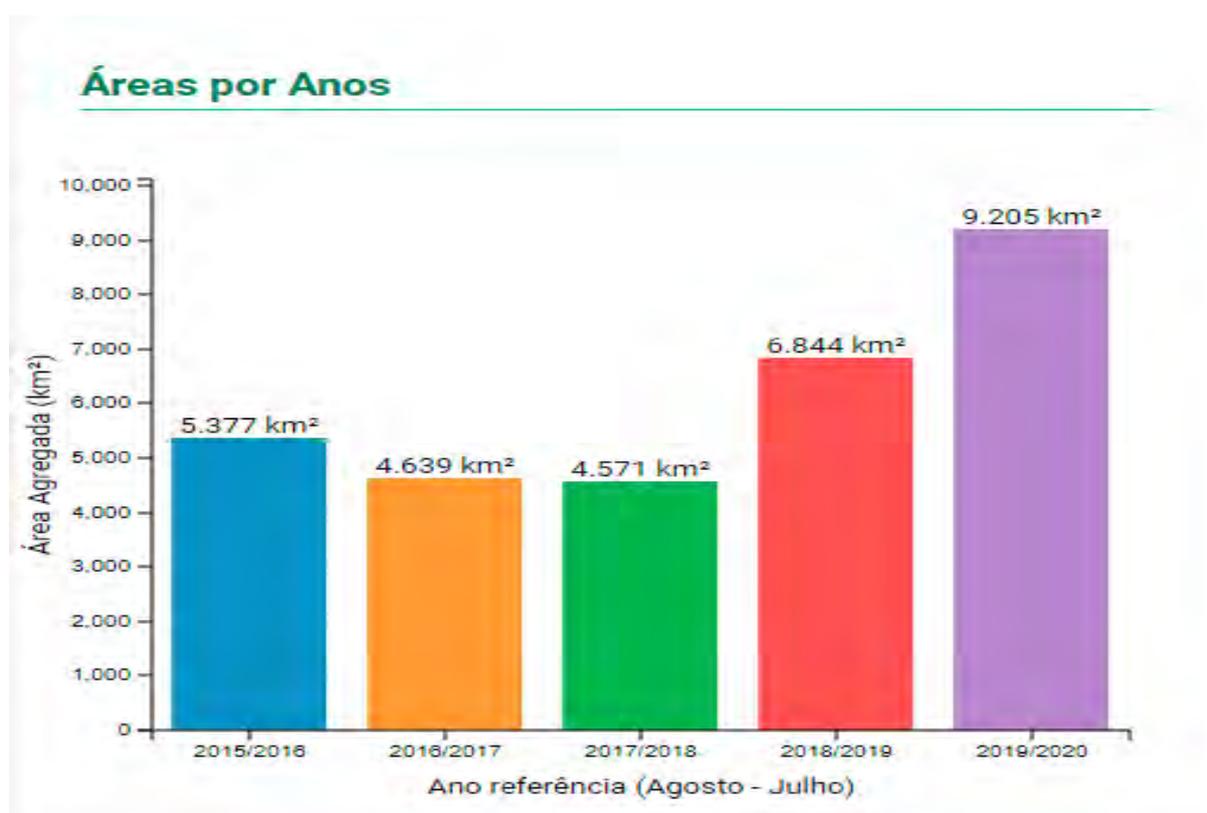
As informações obtidas no seu conjunto possibilitaram perceber interrelações entre o aumento do desmatamento, associado ao crescimento das exportações, o financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas e físicas ligadas ao agronegócio, que favoreceu a vitória nas urnas, dos políticos beneficiados com os recursos ligados ao agronegócio, além de associar a atuação da bancada ruralista na flexibilização da proteção ambiental e redução da fiscalização na região amazônica.

Esses fatores quando associados nos permitiram uma leitura integrada da influência do poder econômico do agronegócio, na vitória eleitoral dos políticos. Estes ao serem beneficiados com recursos do setor ruralista passam a atuar na aprovação de leis que beneficiam o agronegócio em detrimentos dos trabalhadores e do meio ambiente, especialmente, destruição do bioma amazônico com o derrubada da floresta para a expansão da agropecuária. Segue o detalhamento dessas informações em fatos e números, com as devidas correlações.

4.1 Desmatamentos e Exportações aumentam vertiginosamente

O desmatamento na Amazônia cresceu de forma preocupante. Tal informação ao ser visualizada no gráfico 1, nota-se que de 2019 a 2020, o total de área desmatada pulou de 6.844 para 9.205 quilômetros quadrados, perfazendo um aumento de 25,65%.

Gráfico 1: Área total desmatada na Amazônia anualmente.



Fonte: Prodes/Inpe/TerraBrasilis

No mesmo período houve um crescimento significativo da exportação dos principais produtos do agronegócio produzidos no país. Quando comparadas ao crescimento dos mesmos produtos que também são produzidos na Amazônia consta-se essa relação, tal qual observada no quadro 1.

Quadro1: Exportações do agronegócio em toneladas 2019-2020, mês referência março.

| Produtos | 2019 | 2020 | Perc. de Crescimento |
|------------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| Complexo de Soja | 3.598 | 4.601 | 27.9% |
| Carnes | 1.228 | 1.383 | 12.7% |
| Frutas | 61 | 70 | 14.9% |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MAPA.

Ainda no quadro 1, quando comparamos as taxas de desmatamento da região amazônica com o crescimento das exportações brasileiras tendo em vista os principais produtos encontrados na Amazônia é possível estabelecer ligações, pois certamente, o crescimento das exportações ocorreu em função da expansão das áreas de cultivo e da criação de gado.

A maior demanda por exportações num círculo vertiginoso elevou o preço desses produtos no mercado interno repassando aos brasileiros os custos. Ao contar com o apoio dos políticos aliados a burguesia empresarial, inclusive do agronegócio, obteve apoio na aprovação das reformas trabalhistas, o que resultou na fragilidade dos vínculos empregatícios permitindo a burguesia o aumento de suas rendas, com a superexploração dos trabalhadores, típica do desenvolvimento dependente.

O aumento do desmatamento na Amazônia em função da expansão agropecuária tem relação com a elevação da produção agropecuária, pois “o crescimento econômico, medido pela evolução do PIB per capita, significa que o conjunto das atividades econômicas do Estado está crescendo, inclusive aquelas que promovem o desmatamento e aumentam mais do que o crescimento populacional” (DINIZ et al, 2009,p. 134).

O crescimento alarmante do desmatamento na região amazônica, dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), contidas no gráfico 1, referentes a 2019 e 2020, quando comparadas com as taxas de exportações, que tiveram um aumento expressivo no mesmo período, percebe-se a relação existente da expansão do agronegócio na Amazônia com o aumento do desmatamento em consequência da demanda por maior área de cultivo e criação de bovinos, para atender ao mercado externo.

O aumento das exportações de carne e soja, estimuladas pelo governo brasileiro tem impulsionado o avanço do agronegócio sobre as terras amazônicas. O

Ministério do Meio ambiente, no governo de Jair Bolsonaro, não foi extinto de imediato devido às críticas que se seguiram (MARQUES, 2019).

Apesar da Ministra Tereza Cristina dizer que a Amazônia não é atraente para o agronegócio, na tentativa de negar essa relação existente entre agronegócio e desmatamento, os dados revelam que há uma relação de causa e efeito entre a expansão do agronegócio e o aumento do desmatamento, para o mesmo período, devido ao aumento das exportações, para atender a demanda do mercado internacional.

O aumento das exportações também resultou em preços mais elevados no mercado interno. O preço da carne, por exemplo, aumentou substancialmente, prejudicando a qualidade nutricional da alimentação dos brasileiros e inclusive o aumento no número de famintos. Em que pese o discurso do agronegócio na tentativa de nos fazendo acreditar que o aumento da produtividade, se deve ao atendimento da demanda por alimentos, para alimentar a população mundial, quando sabemos que no mundo do agronegócio é o lucro que mobiliza todas as ações.

O pensamento evolucionista do desenvolvimento, com suas estruturas de poder, se associou a ideia de progresso tal qual uma crença (RIST, 2001; LATOUCHE, 2010). Com isso, a floresta em pé, com toda a biodiversidade é considerada um atraso, o mesmo que falta de desenvolvimento. O agronegócio se insere perfeitamente nesse contexto, pois progresso está ligado à produtividade e utilização de tecnologia.

4.2 Compra de apoio ao agronegócio por meio de financiamento de campanhas eleitorais

Ao conhecermos quem e quais são os principais financiadores das campanhas eleitorais é possível perceber as razões desse financiamento, o que ajuda a entender a atuação dos políticos, que nas suas atuações buscam beneficiar o agronegócio. Locatel e Lima (2016, p. 76) ao analisarem as doações em campanha eleitoral constatou as altas cifras de valores doados pelas grandes empresas ligadas ao agronegócio:

A Bunge Fertilizantes gastou um total de R\$ 2.833.000,00 em doações para campanhas eleitorais; a JBS S/A gastou o equivalente à R\$ 30.093.000,00; entre as empresas do setor de papel e celulose, a Fibria S/A doou o

montante de R\$ 4.745.242,43; a Sucocitrico (Cutrale) R\$ 1.960.000,00 e; as empresas do setor Sucroalcooleiro juntas doaram mais de R\$ 15.500.000,00 (LOCATEL; LIMA, 2016, p. 76).

Desde 2016 as empresas, no caso pessoas jurídicas, ficaram proibidas de fazerem doações eleitorais. A partir deste ano, os eleitores passaram a receber doações de forma nominal, como pessoa física. A proibição se deve a constatação “da influência do poder econômico nas disputas eleitorais; e a falta de coerência das doações de pessoas jurídicas que apoiam candidatos indiscriminadamente, inclusive, com ideologias conflitantes” (SOUZA, 2019, p. 48).

Com as mudanças na legislação eleitoral, as doações a partidos e políticos passam a ser nominais, por pessoas físicas. Mesmo com o controle da Justiça Eleitoral, no que tange a prestação de contas de campanha, a possibilidade de caixa dois ainda é premente, sendo difícil o controle dessas práticas (SOUZA, 2019). No quadro 2 temos a relação dos maiores doadores nas campanhas eleitorais de 2018.

Quadro 2: Maiores Doadores Eleitorais em 2018

| N. | Doadores | Empresas/Vinculação | Valor R\$ |
|-----------|--------------------------------------|---|------------------|
| 01 | Rubens Ometto Silveira Mello (COSAN) | COSAN (comercialização de açúcar, energia e biomassa) | 5.430.000,00 |
| 02 | Rubens Menin Teixeira de Souza | MRV Logística | 2.210.000,00 |
| 03 | Nevaldo Rocha | Lojas Riachuelo | 2.200.000,00 |
| 04 | Felipe Sarmiento Cordeiro | Escritório Sarmiento Camargo & Sarmiento | 2.000.000,00 |
| 05 | Jose Salim Mattar Junior | Grupo Localiza | 1.850.000,00 |
| 06 | Carlos Francisco Jereissati | Controlador do Shopping Iguatemi e acionista | 1.750.000,00 |
| 07 | Natasha Preza Sachetti | Setor Agropecuário | 1.382.000,00 |
| 08 | Lisiane Gurgel Rocha | Lojas Riachuelo e indústria Textil | 1.232.000,00 |
| 09 | Inácio José Webler (Agroindustrial) | Agroindustrial | 1.000.000,00 |
| 10 | José Carlos Reis de Magalhães Neto | Tarpon Investimentos | 950.000,00 |

Fonte: Elaborado com dados do Manifesto UOL obtido do TSE (Tribunal Regional Eleitoral).

O montante dos recursos doados e investidos nas campanhas aumentam as chances dos candidatos se elegerem. O quadro 2, apresenta apenas dez dos

maiores doadores. Os candidatos eleitos representam no Governo os interesses desses grupos, numa espécie de “toma lá dá cá”.

Com o financiamento das campanhas “perde-se a essência do regime democrático, uma vez que o Governo é regido por benefícios individuais para os grupos financiadores dos partidos políticos buscadores de interesses próprios [sendo] notável a influência monetária nos resultados das eleições” (NOBREGA, 2018, p. 16).

Uma série de reportagens do Repórter Brasil denominada *Ruralômetro* traz as denúncias sobre a atuação dos deputados federais ao legislar a favor de leis e projetos que impactaram os povos indígenas e o meio ambiente indicando o comportamento negativo dos parlamentares, no agravamento dos problemas socioambientais. O título das reportagens denuncia a ação dos parlamentares, ligados a agricultura capitalista, tal qual descrito no quadro 01.

Quadro 01: Reportagens do Repórter Brasil série *Ruralômetro* nas eleições de 2018

| Título | Data | Autor |
|--|-------------|--|
| 'Musa do veneno', deputada Tereza Cristina recebe doações de empresários ligados a agrotóxicos. | 26/09/18 | Daniel Camargos |
| Desmatadores doaram R\$ 11 milhões a 178 candidatos; presidenciável e aspirantes ao governo estão na lista. | 05/10/2018 | Najla Passos e Reinaldo Chaves |
| Flagrados com trabalho escravo doaram R\$ 10 milhões a 142 candidatos. | 05/10/18 | Ana Magalhães, Daniel Camargos e Reinaldo Chaves |
| Um em cada quatro deputados que têm empresas rurais violaram a lei trabalhista. | 12/09/18 | Ana Aranha, Ana Magalhães e Daniel Camargos |
| Deputado federal boicota programa de acesso à água para indígenas | 16/08/18 | João César Diaz |
| Newton Cardoso Júnior: fazendo leis e bons negócios na Câmara dos Deputados | 16/03/18 | Ana Magalhães |
| Em cada 10 deputados federais, 6 têm atuação desfavorável ao meio ambiente, indígenas e trabalhadores rurais | 30/01/18 | Ana Magalhães e Reinaldo Chaves |
| Maioria dos deputados recebeu doação de desmatadores. Como isso reflete na sua atuação? | 30/01/18 | Ana Aranha e Guilherme Zocchio – |
| Empresas flagradas com trabalho escravo financiaram 10% dos deputados federais | 30/01/18 | Piero Locatelli |

Fonte: Repórter Brasil (<https://ruralometro.reporterbrasil.org.br/>).

As reportagens evidenciam quem são os financiadores de campanhas eleitorais e quais vantagens eles esperam desses políticos, os quais ajudaram financeiramente, com a doação de dinheiro. Os políticos ao atuarem no favorecimento da violação de leis que levam a danos socioambientais, em benefício dos financiadores de suas campanhas, nos revela que a atuação desses parlamentares tem sido no sentido de garantir a proteção necessária a esses grupos, que agem na ilegalidade e na degradação do meio ambiente, em favor de seus lucros.

De acordo com Glass e Santos (2018) o agronegócio se institucionalizou no Brasil e funciona no Congresso como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a bancada ruralista. Esse grupo funciona como espécie de rede que se inicia nas prefeituras, no poder local, e se amplia até Brasília. Nesse sentido, não é exagero dizer que o agronegócio influencia o resultado das eleições, desde as prefeituras até o governo federal em Brasília. Diante desse quadro, percebe-se uma organização orquestrada do agronegócio que a tudo controla.

4.3 A atuação da bancada ruralista na flexibilização da proteção ambiental e redução da fiscalização.

O desmatamento na Amazônia tem relação direta com as políticas públicas para a região. Os investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e crédito rural contribuíram para as altas taxas de desmatamento nas décadas de 1970 e 1980. Recentemente, com o advento do agronegócio se intensificou ainda mais o desmatamento o que despertou grande preocupação em âmbito nacional e internacional haja vista os problemas ambientais globais, como as mudanças climáticas (MACHADO 2009).

No cenário da política nacional, recentemente, no governo Bolsonaro, presenciamos o atendimento “das principais reivindicações de atores políticos do agronegócio, com destaque para o desmonte de políticas ambientais e indigenistas” (POMPEIA, 2020, p. 210). No quadro 3, evidenciamos alterações que regulamentam o desmatamento ou favorecem essa prática, na aplicação de regras flexíveis.

Quadro 3: Projetos de leis que alteram o Código Florestal favorecendo o desmatamento na Amazônia.

| Legislação/Autor | Medidas | Impactos |
|---|--|---|
| PL 3511, de 12 de junho de 2019 - (Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)) | Altera vários dispositivos da Lei 12.651/2012, com destaque para as alterações ao art. 59 que trata do PRA e ao art. 68 que trata da aplicação do percentual de Reserva Legal de acordo com a lei em vigor | Reduz o percentual da Reserva Legal das áreas cobertas por floresta na Amazônia Legal de 80% para 50%. |
| PL 1426, de 1 de abril de 2020 – (Deputados Hiran Gonçalves (PP/RR), Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE/RR), Haroldo Cathedral (PSD/ RR), Nicoletti (PSL/RR) e outros). | acrescenta o §5-A ao art. 12 da Lei 12.651/2012 para propor regras especiais de redução do percentual de Reserva Legal apenas para os estados de Roraima e Amapá | Flexibilização dos requisitos para redução do percentual de Reserva Legal. |
| O PL 2374, de 4 de maio de 2020 - (Senador Irajá do PSD/TO). | Acrescenta o art. 68-A à Lei 12.651/2012 para alterar o marco temporal de regularização ambiental de áreas consolidadas em Reserva Legal | Propõe alteração do marco temporal da regularização fundiária concede benefícios àqueles que descumpriram a lei. |
| O PL 2429, de 6 de maio de 2020 – (Deputado Marcelo Brum (PSL/RS)). | Altera os §§ 4º e 5º do art. 59 e altera o caput do art. 66, dispondo sobre a regularização de imóvel ou posse rural com áreas suprimidas irregularmente após 22 de julho de 2008 | Aumenta a anistia concedida aos proprietários rurais que descumpriram a lei, além de permitir futuros impactos possam ser regularizados com regras flexíveis. |

Fonte: Dados do relatório do Climate Policy Initiative - CPI/PUC-RIO.

Os projetos de lei no seu conjunto reduzem a proteção à floresta amazônica, ao alterar as regras do Código Florestal se apresentando como grave ameaça, ao deixar nas mãos do legislativo todas as discussões sobre as alterações, de modo a impossibilitar a participação da sociedade. Desse modo, se valendo do poder que possuem e dos interesses que representam, os mesmos buscam claramente beneficiar os setores do agronegócio, à medida que incentivam o desmatamento, ao flexibilizar as regras, no descumprimento da lei.

A exclusão da participação da sociedade na discussão/aprovação, de que trata assuntos do nosso interesse, se trata de uma das medidas recentes do governo Bolsonaro ao publicar o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, ao impor diretrizes e regras, que limitam a participação de colegiados na administração pública federal (MATIAS-PEREIRA, 2019, p. 39). Essa medida dá abertura, para a

escolha dos integrantes dos conselhos beneficiando os interesses privados, ao bel prazer dos detentores do poder, do governante em questão.

Ao conhecermos como se dá o jogo do poder, dentro do governo, desvelamos as estratégias que permitem a sociedade compreender o jogo nesse campo e, desse modo exercer a cidadania, de forma consciente. Assim, com o conhecimento de como as forças do mercado, atuam no governo, poderemos fazer interpretações e atuar contra o sistema, no desvelamento da realidade.

5. Considerações Finais

As posições defendidas por políticos (governos e parlamento) em apoio ao agronegócio podem ser facilmente compreendidas, a partir das prestações de contas eleitorais. Com isso, passamos a ter conhecedores de quem são os “doadores” das campanhas eleitorais. Esses políticos, ao terem suas campanhas financiadas por pessoas físicas e jurídicas ligadas ao agronegócio passam a atuar a favor dos interesses destes.

Percebe-se por parte dos políticos que representam os interesses do agronegócio, a bancada ruralista, o empenho dos mesmos no desmonte do Código Florestal Brasileiro, com a evidente intenção de continuidade da expansão do agronegócio flexibilizando a legislação que protege a floresta amazônica favorecendo a expansão do agronegócio, com o desmatamento de áreas, que outrora eram protegidas.

A maior demanda do mercado internacional levou ao aumento das exportações o que elevou o desmatamento na Amazônia. Esse efeito em cadeia tem contribuído, para o crescimento econômico do país repercutindo no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). A obsessão pelo PIB na elevação do crescimento econômico ocasiona uma contradição: a população da Amazônia é excluída da participação da riqueza gerada sendo está concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população, que detêm a propriedade da terra e dos meios de produção. Essa dinâmica faz parte do modelo capitalista hegemônico. É preciso questionar a ideia de progresso a partir da descolonização da nossa mente.

6. Referências

CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. *In*: CASTRO, Edna. **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Annablume: 2019.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

DINIZ et al. Causas do desmatamento da Amazônia: uma aplicação do teste de causalidade de Granger acerca das principais fontes de desmatamento nos municípios da Amazônia Legal brasileira. **Nova Economia**. Belo Horizonte. N.19 , v.1. p.121-151, jan/abr., 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/neco/v19n1/06.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, n. 35, p. 34-82. 2014.

GLASS, Verena e SANTOS, Maureen (orgs). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Ecologias Políticas. Ideas preliminares sobre concepciones, tendencias, renovaciones y opciones latino-americanas. Centro Latino Americano de Ecologia Social - CLAES, n.72, 2014.

IRIGARAY, Micheli Capuano; MARTINS, Evilhane Jum. Sociobiodiversidade e biodemocracia: uma (re) aproximação do homem com a natureza. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**. Brasília. v. 2 , n. 1, p. 170 – 189. 2016.

LATOUCHE, Serge. Existira uma vida após o desenvolvimento? **Estudos de Sociologia**, Unesp/Araraquara, v. 16, n. 2, p. 217 – 230, 2010.

LIBERA, Graciele Dalla. **O agro é tudo? O direito socioambiental em face da ofensiva legislativa do agronegócio**. Dissertação. Universidade de Caxias do Sul. Programa de Pós-graduação em Direito. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/5443/Dissertacao%20Graciele%20Dalla%20Libera.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Fernanda Laize Silva de. Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. **Sociedade e Território**. Natal. Vol. 28, N. 2, p. 57 - 81. Jun./Dez. de 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/11583/8166>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

LEFF, Enrique. **Aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MACHADO, Luciana de Oliveira Rosa. Desflorestamento na Amazônia brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 115-147, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a06v24n1.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MATIAS-PEREIRA, Jose. Réquiem para os conselhos populares. **Revista Conceito Jurídico**. nº 28, 2019. Disponível em: <<https://www.zkeditora.com/revistas/conceito/Conceito%2028.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: o caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 91-108, 2015.

MIGNOLO, Walter - Desobediência epistemológica. A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

NOBREGA, Maria Fernanda Pereira da. Financiamento das campanhas eleitorais: análise baseada no estudo comparado e na atual conjuntura sócio política brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. 2018.

POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ha/v26n56/1806-9983-ha-26-56-195.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia encruzilhada civilizatória**. Tensões Territoriais em curso. 1. ed. Bolívia: IPDRS/CIDES, UMSA, 2018a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a natureza da globalização**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

RIST, Gilbert, 2008. Le développement . Histoire d'une croyance occidentale. Paris, Presses de Sciences Po, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Bruno Cesar Andrade. Financiamentos das campanhas eleitorais por pessoas jurídicas: a ADI 4.650 à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. **Revista Conceito Jurídico**. nº 28, 2019. Disponível em: <<https://www.zkeditora.com/revistas/conceito/Conceito%2028.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**: um novo campo de investigação. In ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. Organizadores. Belo Horizonte. UFMG, 2010.

WAGNER, Adolfo. Ruy Mauro Marini: uma Interpretação Marxista do Capitalismo Dependente. **Revista em Pauta**. Número 22. 2009. Disponível em: < <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/debora.holanda/teorias-do-brasil-2019-01/unidade-3/em-pauta-22-ruy-mauro-marini-uma-interpretacao-marxista-do-capitalismo-dependente>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

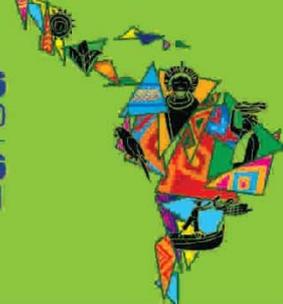


SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 4 –Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

Ritual Solene aos Antepassados: pajés e personalidades indígenas na intervenção artística Iluminação da Jararaca (2002)

Prof. Dr. Sávio Luis Stoco (UFPA)¹
Me. Paola Maués (UFPA)²
Joel Carlos Silva da Silva (UFPA)³
Prof. Dr. Orlando Franco Maneschy (UFPA)⁴

RESUMO

Temos como objetivo compreender a participação indígena efetiva no caso da intervenção artística/ritual contemporânea *Iluminação da jararaca: uma reverência aos mortos* (2002) de Bernadete Andrade, realizada em Manaus, Amazonas. Para tanto iremos empregar uma metodologia interdisciplinar que partirá da História Social da Arte, em seu intento histórico/estético, em aliança com as Ciências Sociais, sobretudo, no estudo de fontes secundárias, textos acadêmicos recentes, que especificam a trajetória pessoal e intelectual dos três personagens focalizados (os pajés Avelino Trindade e Gabriel Gentil e Isabel Sampaio). Esses trabalhos tratam da sociabilidade dos indígenas na capital amazonense, de sua inserção por meio de seus saberes e de sua produção intelectual no campo dos conhecimentos tradicionais e da consequente interação com o meio artístico/cultural branco. Deparamo-nos, naquele contexto, com a proeminência de Gentil dada a sua trajetória como pesquisador autor de livros, o que lhe conferiu considerável reconhecimento no universo dos brancos e suas instituições.

Palavras-chave: Bernadete Andrade; Gabriel Gentil; Noroeste Amazônico; arte contemporânea; cultura indígena

1. INTRODUÇÃO

Temos como objetivo abordar aspectos do movimento da Arte Engajada latino-americana na interação com as culturas indígenas e no contexto das reivindicações políticas desses

¹ Programa de Pós-Graduação em Artes, ICA/UFPA, Brasil. E-mail:saviostoco@gmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Artes, ICA/UFPA, Brasil. E-mail: paolamaues@ufpa.br.

³ PIBIC – UFPA, Faculdade de Artes Visuais, ICA/UFPA, Brasil. E-mail: joelcarloos8@gmail.com.

⁴ Programa de Pós-Graduação em Artes, ICA/UFPA, Brasil. E-mail:orlandomaneschy@gmail.com.

povos originários. Mais especificamente, o cerne deste artigo é a investigação sobre a participação indígena efetiva no caso da intervenção artística/ritual contemporânea *Iluminação da jararaca: uma reverência aos mortos* (2002) proposta pela artista amazonense Bernadete Andrade, realizada em Manaus, Amazonas. Essa obra se realizou tendo como colaboradores indígenas do noroeste amazônico e brancos. Entre esses colaboradores, localizam-se com centralidade o pajé Avelino Trindade, o pajé, artista e pesquisador Gabriel dos Santos Gentil (1954-2006) e a prima deste, Maria Isabel Sampaio, todos indígenas Tukano. Eles foram responsáveis pela realização de uma edição especial-sagrada do *Ritual solene aos antepassados* durante o qual convidaram os presentes na ocasião da intervenção a participarem do ato.

No entanto, a presença da cultura dos povos originários em *Iluminação da Jararaca* não se limita à presença desse trio de lideranças/personalidades Tukano e ao ritual mencionado, como veremos. Para se acessar com mais propriedade as condições sociais de produção de arte nessa obra, há a necessidade de uma investigação interdisciplinar que compreenda os lugares desses indígenas, de sua etnia e de suas culturas na capital amazonense na virada do século XX. Um quadro que tangencia a construção do pensamento social amazônico, nesse caso referindo-nos à produção intelectual/visual dos autores/artistas indígenas naquele contexto. Aspecto este que muito interessa ao estudo histórico do trabalho de Bernadete Andrade pois esta mobilizou também essas produções, entre fontes bibliográficas e visuais indígenas, como referências para a sua intervenção (MAISEL, 2014).

Dessa forma, utilizaremos uma metodologia interdisciplinar que parte da História Social da Arte, com fito nos fatos histórico/estéticos, mas dialogando com estudos de Ciências Sociais e da própria produção intelectual indígena. Para o estudo do contexto indígena amazonense, focalizaremos as trajetórias pessoais de relevo, a vida de algumas instituições sobretudo em Manaus, utilizando-se para isso fontes bibliográficas disponíveis que elucidem os pontos referidos.

O artigo começará com uma descrição da obra *Iluminação da Jararaca*, para em seguida aprofundarmos nos dados e contexto da presença dos indígenas na sociedade manauense, chegando à proximidade com o meio de Bernadete Andrade. E, considerando que a nossa pesquisa sobre essa obra também irá objetivar, futuramente, na constituição de um dossiê documental para posterior integração à Coleção Amazoniana de Arte da UFPA, a última parte deste texto pretende refletir sobre como compreender na *documentação associada* resultante desse aprofundamento na investigação sobre as trajetórias dos indígenas colaboradores e também das referências da intervenção oriundas da cultura dos povos originários.

2. *Iluminação da Jararaca*

Iluminação da Jararaca é uma criação artística debitária da experiência marcante pela qual passou a artista em contato direto com a localização e subsequente perda de um dos maiores sítios arqueológicos indígenas descobertos da região amazônica durante obras para a construção de um conjunto habitacional na periferia de Manaus, local onde essa obra contemporânea *site specific* foi realizada.

Para que se compreenda do que se tratou a obra concretamente, vamos apresentar uma descrição dessa obra, para, em sequência, debatermos aspectos da presença urbana dos indígenas do Alto Rio Negro em Manaus e a circulação de aspectos de sua cultura nessa localidade.

Em síntese, podemos dizer que trata-se de uma intervenção efêmera colaborativa, ritualística e multicultural. Partindo das notícias específicas sobre o Sítio Arqueológico da Nova Cidade e sua destruição, a artista se colocou como propositora de uma sequência de ações com diversificados procedimentos artísticos contemporâneos, não-convencionais. Primeiramente projetou, em esboço no seu caderno de artista, sua obra, visual e textualmente. Engajou e convidou um grupo formado por quinze brancos e três personalidades indígenas da etnia Tukano para que participassem da ação conjunta.

Em 23 de junho de 2002, todos foram ao terreno descampado, cercado por matas e pelo canteiro de obras do conjunto habitacional embargado, entraram respeitosamente, no solo sagrado, deixando na parte profana os calçados no limite de uma linha com pigmento vermelho desenhada pela artista.

Dentro do espaço, as ações da intervenção se iniciaram às 16h30. Os presentes buscaram um local para a instalação do desenho de uma grande cobra, imagem esta formada no solo por mais de 700 velas brancas (trazidas pelos participantes), quatro cuias e quatorze pedras pretas. O ponto exato foi determinado pela existência de uma rachadura na terra formado pela erosão das chuvas, o que para a artista sugeria uma cobra. Esse trecho do terreno possibilitou que a cabeça da cobra de velas coincidisse, com o local de aparição de uma das urnas funerárias do sítio arqueológico.

A razão de ser da escolha da figura do animal foram os significados cosmogônicos de origem e começo dessa figura na mitologia indígena. No local, os três indígenas participantes realizaram uma edição especial-sagrada do Ritual Solene aos Antepassados (também referido como Ritual Solene Lembrando as Origens), no qual todos foram chamados a participar e sua duração foi de uma hora. Nesta cerimônia, a artista conta em seu registro, que foi chamada a receber o “sopro da criação” conferido pela maior autoridade presente, o pajé Avelino Trindade, então com 76 anos.

As velas foram acesas por todos, próximo ao entardecer, contando com a escuridão da noite para a mudança de sua percepção na paisagem. A noite trouxe a revelação da representação da cobra como uma constelação, aspecto que se remete à referência artística que Andrade almejava: o desenho de uma constelação, em formato de cobra, de autoria do artista indígena Kehirí Tolomã⁵ (Luiz Lana).

Apesar de registros videográficos e fotográficos terem sido empreendidos, podemos inferir que o foco teria sido a experiência vivenciada pelos presentes. Posteriormente, um relato visual e escrito, composto por cinco laudas, foi preparado pela artista, a próprio punho e composto por onze fotografias sequenciadas (MAISEL, 2012; 2014; ANDRADE, 2002).

Por último, é significativo considerarmos as especificidades do terreno local de realização da obra, disparador da intervenção artística, cujo objetivo foi fazer com que a obra se incorporasse o ambiente, como pode-se perceber pela descrição. Trata-se de um sítio arqueológico com um grande cemitério indígena, como dito anteriormente, com estimadas 300 urnas funerárias, que, a partir de janeiro de 2001 passou por episódios sucessivos de destruição deliberada e não-deliberada e, no qual, compreende-se que o poder público foi um agente responsável também (AZEVEDO *et al.*, 2015). Ou, seja, um processo que na ocasião da realização da obra artística já se acumulava por vários meses. Tratou-se de um caso que foi assistido por Andrade até a sua morte em 2007, enquanto artista, acadêmica e gestora de patrimônio histórico, mas que que arrastou pelo menos até 2018 (BRASIL, 2001a; 2001b; 2001c; 2002; URNAS, 2001; CEMITÉRIO, 2018).

3. Migração urbana e revitalização cultural

[...] Gabriel [Gabriel Gentil] desempenhou um papel importante em Manaus. Ele mostrou que se pode revitalizar as culturas e valores nativos, mesmo no meio urbano. Ele provou que os índios podem obter prestígio entre os brancos, por conta de seus conhecimentos e práticas que tanto interessam a alguns.

Erlan Moraes de Souza

Gabriel Gentil foi uma das mais notáveis personalidades/autoridades indígenas no meio urbano manauense entre os brancos e suas instituições no final do século XX e nos primeiros anos do século XXI, em uma época de forte migração de indígenas de origem do noroeste amazônico para Manaus, entre outras. Contabilizava-se mais de 25 mil na época

⁵ Nome indígena também referido como Toramu Kehiri, pela pesquisadora Larissa Lacerda Menendez (2014).

(MORAES DE SOUZA, 2016). Este pajé, artista e pesquisador gozava de muito respeito entre instituições de pesquisa e intelectuais, segundo diversas pesquisas atuais que tratam centralmente de sua produção literária/trajetória ou das pesquisas que mapeiam as personalidades fundantes da cultura indígena em interação com os brancos em contexto urbano amazônico (MENENDEZ, 2014, 2005, 2009; MORAES DE SOUZA, 2016; SOUZA, 2011; RODRIGUES, 2012; SÁEZ, 2012). Assim, esta epígrafe acima nos permite imaginar a figura da artista Bernadete Andrade como uma entre esses brancos que reconheceram o saber de Gabriel Gentil em Manaus e o integraram em seus trabalhos pelo interesse em práticas rituais e outros conhecimentos culturais.

O trecho da epígrafe é integrante das análises da tese de doutoramento do antropólogo Erlan Moraes de Souza (2016), um dos pesquisadores que com mais proximidade escreveu sobre Gabriel Gentil, por conta da convivência que tiveram, bem como pelo objetivo de compreender o trânsito de indígenas da família linguística Tukano que migraram da Terra Indígena do Alto Rio Negro Tukano em direção à capital. Por isso uma lupa é colocada sobre a trajetória de Gentil em meio urbano, nos deixando entrever o modo como ele circulou e interagiu entre os brancos, foi integrado ao trabalho das instituições, perfazendo sua ascensão como autoridade, autor e pesquisador no campo da cultura tradicional.

[...] A partir desse conhecimento [adquirido de 1969 a 2000, quando registrou, desenhou, transcreveu, traduziu e catalogou fitas de áudio sobre cerimônias, histórias e mitos, cantos, danças e uso das plantas medicinais na cultura Tukano, trabalho realizado sob coordenação do padre salesiano Casimiro Béksta⁶ em Manaus], Gabriel formou uma rede interessante de relações, principalmente com os brancos. Realizava vários trabalhos relacionados com a Universidade Federal e com Institutos de Pesquisa; dava aulas da língua tukano, ensinava sobre rezas e plantas medicinais, e praticava rituais de cura com todos que lhe procuravam, índios ou brancos. Seu prestígio no meio acadêmico era alto, pois dessa forma Gabriel contribuía com pesquisas em andamento, principalmente no INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, onde trabalhou com biólogos e botânicos na identificação e catalogação de plantas medicinais. (MORAES DE SOUZA, 2016, p.270-271)

[...]

Gabriel também era muito solicitado para realizar curas, tanto entre grupos indígenas quanto entre brancos que viviam na cidade. Possuía um status de curandeiro bem reconhecido no meio urbano, e ele mesmo se utilizava disso na tentativa de se definir profissionalmente. Quando lhe perguntava o que fazia,

⁶ Erlan Moraes de Souza sintetizou a trajetória de Béksta junto aos indígenas amazônicos da mesma região de Gabriel Gentil e depois de Manaus, durante o trabalho de organização e divulgação dos registros que promoveu, parte com auxílio deste indígena. “O Padre viveu entre os índios entre as décadas de 1950 e 1970, e na época em que esteve nas diferentes missões do Noroeste Amazônico, realizou uma série extensa de entrevistas sobre conhecimentos e práticas indígenas entre os mais variados grupos, o que gerou uma documentação interessante do ponto de vista histórico e social. Além disso, ele realizou filmes em 8mm e escreveu artigos para periódicos antropológicos. Suas gravações de campo, no formato de áudio, contêm mais de 400 horas de entrevistas, histórias de vida, descrições de rituais e processos xamânicos, mitos e cotidiano dos grupos locais, e atualmente estão sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/AM.” (MORAES DE SOUZA, 2016, p. 101)

Gabriel me respondia: sou tukano, curandeiro e pesquisador da minha cultura. (MORAES DE SOUZA, 2016, p.20-21)

Apesar do trabalho diversificado a partir de uma complexa rede de relações, avalia-se que seu reconhecimento tenha atingido um novo estágio após o lançamento de seus dois livros sobre a mitologia da cultura Tukano, momento em que passou a ser considerado, na avaliação dos brancos, um “estudioso de sua própria cultura” (MORAES DE SOUZA, 2016, p.20-21). Esses livros são *Mito Tukano: quatro tempos de antiguidade histórias proibidas do começo do mundo e dos primeiros seres* (GENTIL, 2000) e *Povo Tukano: cultura, história e valores* (GENTIL, 2006). Atribui-se a esses lançamentos o título que recebeu o título de Pesquisador Honorário, no campo do conhecimento tradicional, da Fundação Oswaldo Cruz, onde passou a trabalhar na sede do Instituto Leônidas e Maria Deane/Fiocruz Amazônia, formalmente, apenas por cerca de um ano, até sua morte. “Seu objetivo na instituição era escrever e ensinar sobre práticas de saúde entre os Tukano, para que fossem planejadas políticas públicas mais adequadas a estes povos” (MORAES DE SOUZA, 2016, p. 271).

Nesse contexto institucional preparou a autobiografia *A minha história: Gabriel Gentil* (GENTIL, 2005), com textos e desenhos próprios. Além disso, foi um idealizador e um dos fundadores do Movimento dos Índios Sem Aldeia de Manaus (MISA, 2003⁷), que pautava-se pela premissa de oferecer ao índio, mesmo longe de sua Terra Indígena Homologada, “[...] uma atenção diferenciada na cidade, atenção esta que envolvia um atendimento de saúde diferenciado, criação de casas populares destinadas a eles, enfim, todo um conjunto de políticas públicas [...]” (MORAES DE SOUZA, 2016, p.263). Na avaliação geral de seu trabalho como pesquisador, sobressai o empenho: “[...] a quantidade de trabalhos que realizou é realmente assombrosa. Seus manuscritos são volumosos, e seu trabalho para ensinar aos brancos e índios sobre a sociocosmologia nativa era incansável”. (MORAES DE SOUZA, 2016, p. 271)

Em sua autobiografia, Gabriel Gentil rememora e explica, no capítulo *Porque escrevo e desenho*⁸, um dos sentidos do movimento de chamado de revitalização cultural da cultura indígena. “Eu e outros índios que resolveram contar as histórias dos mitos indígenas o fizemos porque os velhos estavam morrendo e foram catequisados pela Igreja, passando a achar os rituais indígenas como coisas do ‘demônio’, de ‘satanás’” (GENTIL, 2005 p. 10).

⁷ (GENTIL, 2005).

⁸ Como artista visual, vale mencionar que, atualmente, alguns desenhos de autoria de Gabriel Gentil participam da exposição *Véxoa: nós sabemos* (Pinacoteca de São Paulo, São Paulo, 2020-2021, com curadoria da pesquisadora indígena Naine Terena). E que o seu escultórico grande calendário lunar Tukano Sepatarida participou da exposição *Aiuricaua: entremisturas* (Galeria do Largo, Manaus, 2018-2019, com curadoria de Cristovão Coutinho e Sávio Stoco).

Outras abordagens à inserção de autoridades indígenas no contexto amazonense não deixam de conferir destaque à Gabriel Gentil, mas o consideram dentro de um quadro social mais amplo, considerando modificações na política brasileira, nas mudanças religiosas católicas e no próprio quadro do movimento indígena (MENENDEZ, 2004, 2009, 2012; SOUZA, 2012, SÁEZ, 2012). Na avaliação de Oscar Colavia Sáez, a região da Amazônia que estamos focalizando é onde se localiza uma das experiências mais notáveis de produção do pensamento social indígena, fenômeno intelectual que cada vez mais tem sido estudado interdisciplinarmente, como estamos vendo.

Como é habitual nas ciências humanas, os etno-historiadores foram de certo modo abandonados por seu objeto. Antes que o estudo da história não escrita desse todos os frutos possíveis, os povos sem escrita começaram a escrever; sobretudo, começaram a escrever sua história. Até naquelas regiões que ilustravam melhor o paradigma das duas carências, como na Amazônia. O exemplo mais contundente encontra-se no Rio Negro, que recentemente (de 1996 a 2006) presenciou um notável florescimento historiográfico, com a aparição de oito livros escritos por autores indígenas, patrocinado pela Federação de Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e a ONG Instituto Socioambiental. Geraldo Andrello, um antropólogo brasileiro que tomou parte muito ativa nesse processo, fez dele o foco de sua tese de doutorado, mais tarde convertida em livro (Andrello, 2006). (SÁEZ, 2012, p. 12)

De forma mais ampla, compreendemos que a integração/valorização indígena na sociedade urbana manauense e, por conseguinte, no meio cultural/artístico, remonta ao contexto da redemocratização brasileira e da Assembleia constituinte na década de 1980. Foi neste cenário que se consolidou, dentre outras, a mobilização nacional dos povos originários, iniciada desde a década de 1970. A mobilização resultante desse período foi estruturante na luta pela regulamentação dos direitos sociais como um todo (OLIVEIRA, 2016). Fato este que se desdobrou no reconhecimento e protagonismo de algumas lideranças político/culturais, propiciando ocasiões de colaborações tais como na proposição artística de Andrade.

Larissa Lacerda Menendez, no artigo *Literatura indígena, memória e resistência: A Casa-universo na obra de Gabriel Gentil e Luís Lana*, lança luz sobre a história das primeiras publicações em livros dos indígenas do noroeste amazônico e nos sugere esses dois autores como precursores, que é muito significativo pela menção ao artista na qual Bernadete Andrade optou por tomar como referência no desenho da cobra, Lana. Segundo a autora, foi com o advento da teologia da libertação que a igreja católica adotou uma postura transcultural (antes proibitiva) com relação à cultura dos povos originários, “o que significou, na prática, um modo de catequização que tentava compreender as estruturas culturais, conviver com elas para poder transformá-las” (MENENDEZ, 2012, p. 140-141).

Dessa forma é compreendido o lançamento do livro, com desenhos e narrativas textuais míticas em italiano, *Il Ventre Dell'Universo* (1986), de autoria de Luiz Lana, pela editora Sellerio Editore Palermo – obra subsidiada e estimulada por Casimiro Béksta. Os manuscritos

desse projeto editorial subsidiaram outra versão, agora organizada por Berta Ribeiro em português e em espanhol (1995, 2000), e que recebeu o título *Antes o Mundo não existia*. (MENENDEZ, 2012)⁹.

Na trajetória de Bernadete Andrade, ressaltamos dois cargos que possivelmente a colocaram muito em contato com as questões indígenas. São eles o de chefe da Divisão de Difusão Cultural do Museu Amazônico da UFAM (2002-2003) e de superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) seção Norte (2003-2005) (Maisel, 2012, 2014). Devemos atentar para essas instituições, pelo trabalho com arqueologia dos povos originários desenvolvida historicamente no caso do IPHAN, e no caso do Museu Amazônico pelo trabalho diferenciado que esta casa desenvolveu/desenvolve na capital amazonense com relação à valorização da cultura indígena. Fato este que está, em parte, expresso em seu acervo museológico que conta com duas coleções significativas: a **Coleção Gabriel Gentil** e a **Coleção Feliciano Pimentel Lana**. A primeira foi uma doação do próprio artista pesquisador e é “Formada por livros, manuscritos, correspondências, fitas de áudio (vários suportes), discos de vinil, recortes de jornais, revistas, fotos, documentos pessoais e desenhos” (UFAM, 2021). A segunda coleção foi uma aquisição por meio de compra efetivada pela Ufam em 1996 e é “Composta por 367 aquarelas sobre papel e 1 pintura sobre tururi [de grandes dimensões]”. (UFAM, 2021)

A respeito do pajé Avelino Trindade e de Isabel dos Santos, foi possível aprofundar pouco na pesquisa sobre suas trajetórias por ora, por meio de pesquisa bibliográfica. Sabe-se do vínculo que Gabriel Gentil tinha com o pajé, pois duas teses (MORAES DE SOUZA, 2016; SOUZA, 2011) registram essa proximidade, inclusive tendo o pajé Avelino contribuído com a formação de Gentil em Manaus (MORAES DE SOUZA, 2016). Já o parentesco de Maria Isabel Sampaio com Gentil veio também de uma dessas referências (SOUZA, 2011).

Pela escassez de referências em trabalhos científicos e não-científicos, inferimos que apesar da importância dessas duas lideranças/personalidades, quem obteve de fato maior lugar na sociedade branca manauense teria sido Gabriel Gentil. Em alguns relatos de como a rede de relação de pesquisadores se deu com lideranças Tukano, a figura de Gentil aparece algumas vezes como “informante”, no vocabulário antropológico, ou seja, aquele que orienta o pesquisador e o apresenta aos demais de seu grupo. Nesse sentido, por viver em Manaus e ter tido alguma relação com o Museu Amazônico, levantamos a hipótese dele ter

⁹ Menendez também elaborou uma dissertação de mestrado publicada em livro sob o título *Iconografias do invisível: a arte de Feliciano e Luís Lana* (MENENDEZ, 2004, 2009) - sobre aquele que talvez tenha sido o artista precursor e também de maior inserção no meio das artes visuais dos brancos, Feliciano Lana, morto em 2020 por COVID-19, em sua casa, na região do Alto Rio Negro.

apresentado o seu mentor ritualístico pajé Avelino Trindade e sua prima Maria Isabel Sampaio para Bernadete Andrade. No futuro, com o aprofundamento das pesquisas, essas hipóteses podem ser testadas a luz de novas fontes e de nova metodologia.

3. CONCLUSÃO

Concluimos nos referindo a um dos produtos futuros desta pesquisa que é de, a partir da compreensão sobre a obra, criar um dossiê documental de *Iluminação da jararaca*. Essa produção consistirá em uma experiência atenta ao caráter efêmero da obra, mas pretendendo a reunião de uma coleção de documentos, de mídias (físicas/digitais) e com procedências diversas, que se aproxime de uma tentativa de apreensão de vários aspectos relativos ao conceito, produção, realização, contexto e outras questões relevantes suscitadas. Poderão fazer parte do dossiê desde registros fotográficos, fontes documentação primária, secundária, produção bibliográfica dentre outros documentos associados ao fenômeno da obra.

Frente aos resultados da iniciativa de investigação aberta aqui sobre as trajetórias indígenas, as possibilidades aumentam exponencialmente, sendo necessário a continuidade dos estudos para verificação das referências para hipotética seleção, levando-se em conta a amplitude do uso que a Coleção Amazonia pretende fazer dessas fontes. A hipótese de seleção levanta-se, pois, em alguns casos, torna-se impossível conservar tudo, já que muitos trabalhos só são possíveis de serem preservados de forma fragmentada, ou por meios secundários, como fotografias, textos, vídeos, desenhos, entre outros, assim como no caso/realidade da obra *Iluminação da Jararaca*. Acreditamos que, em outras ocasiões em que esse tipo de proposta de documentação artística venha a ser implementada na referida coleção, deve-se atentar para a complexidade na compreensão de aspectos particulares de cada proposta artística.

A principal questão que se levanta é justamente o conflito entre a preservação da matéria e/ou preservação do conceito, que traz novos procedimentos e metodologias de preservação e a relevância da documentação nesse processo. Fato este que nos colocou em direção a essa pesquisa de aprofundamento para elucidar, em uma análise mais detida futura, o significado social/artístico do gesto de integração de colaboradores indígenas tão representativos, considerando suas trajetórias pessoais, produções e lugares singulares na sociedade em questão.

A preservação da arte moderna e contemporânea tem sido um grande desafio para os profissionais do campo museológico que se debruçam sobre tais categorias de acervo,

relativas à documentação. Os museus e coleções têm a difícil missão de preservar arte efêmera e/ou composta por materiais e técnicas diversas.

A arte contemporânea, como instância do pensamento social, não é apenas para o presente, apesar da sua possível efemeridade. É responsabilidade dos profissionais de museus e pesquisadores a missão de transmitir, da melhor forma possível, essas novas formas de expressão para o futuro. Seja pela relevância artística de *Iluminação da Jararaca* como também pelas discussões e aspectos históricos, sociais, éticos, estéticos e políticos peculiares que ele revela, tal como ficou transparente no caso do singular retrato da migração urbana e revalorização cultural pelos quais passaram parcela significativa dos indígenas do Noroeste Amazônico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Bernadete Mafra de. *Diário artístico*. Manaus, 2002.

_____. *Cidade mítica: uma poética das ruínas ou a cidade vista pelo imaginário do artista*. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/USP. São Paulo.

_____. *Arqueologia do traço primordial: um estudo para intervenção artístico-ambiental no Campus da Universidade do Amazonas*. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/USP. São Paulo.

AZEVEDO, A. O. de, M. M. F. de Oliveira, e M. A. F. Monteiro. A destruição do sítio arqueológico 'Nova Cidade' por obra do poder público na cidade de Manaus. *Revista ESMAT*, Vol. 6, nº 7, junho de 2015, p. 141-70.

BRASIL, Kátia. Amazonas interrompe obras que danificavam sítio arqueológico. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de janeiro de 2001a.

_____. Governo do AM para obra que estava destruindo sítio arqueológico. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de janeiro de 2001b.

_____. Iphan descobre sítio arqueológico danificado em Manaus. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de janeiro de 2001c.

_____. Iphan vai ao Ministério Público contra destruição de ruínas no AM. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 de outubro de 2002.

CEMITÉRIO indígena em Manaus é devastado por sem terras e criminosos. *Portal Em Tempo*. 21 de setembro de 2018.

GENTIL, Gabriel dos Santos. *A minha História*: Gabriel Gentil. Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane. FIOCRUZ/AMAZONIA. Manaus, Março, 2005.

_____. *Mito Tukano: quatro tempos de antiguidades, histórias proibidas do começo do mundo e dos primeiros seres*. Waldugt: Editora, 2000.

GENTIL, Gabriel dos Santos. *Povo Tukano: cultura, história e valores*. Manaus: EDUA, 2005.

GENTIL, Gabriel. *Bahsariwii: A Casa de Danças*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v.14, p.213-255, 2007.

KEHIRI, Toramu e PAROKUMU, Umusi. *Antes o mundo não existia*, São João Batista do rioTiquié/ São Gabriel da Cachoeira:UNIRT/ FOIRN, 1995.

LANA, Feliciano Pimentel. *A origem da noite/ como as mulheres roubaram as flautas sagradas*. Rio de Janeiro: FUNARTE/ Editora da Universidade do Amazonas, 2002. Série Autores Indígenas.

LANA, Firmiano Arantes e LANA, Luís Gomes. *Antes o mundo não existia*, São João Batista do RioTiquié/ São Gabriel da Cachoeira:UNIRT/FOIRN, 2. ed., 1995.

_____. *Antes el mundo no existia*. Tradução, introdução e estudo de Berta Ribeiro, Hélder Ferreira Motero e José Ibáicio Usquiza, Barcelona: Prensa Universitária, 2000.

_____. *III Ventre Dell'Universo*. Local: Sellerio Editore Palermo, amazônico, 1986.

MAISEL, Priscila de Oliveira Pinto. *Os caminhos da cobra na poética da artista Bernadete Andrade*. Manaus. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas.

MENENDEZ, Larissa Lacerda. *Iconografias do invisível: a arte de Feliciano e Luís Lana*. Local: Editora Annablume, 2009.

MENENDEZ, Larissa Lacerda. *Iconografias do invisível: a arte de Feliciano e Luís Lana*. Local: Editora Annablume, 2009.

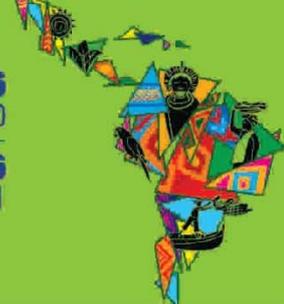
Menendez, Larissa Lacerda. *Iconografias do invisível: a arte de Feliciano e Luis Lana*. 2005. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Sáez, Oscar Calavia . *História indígena, autoria e sexo: a obra inédita de Gabriel Gentil*.Tellus (UCDB), v.22, p. 11-, 2012.

SOUZA, Jakeline de. *Yepá Bahuari Mahsô cria o mundo e a antropologia*. Uma etnografia do conhecimento entre indígenas tukanoan e filhos do candomblé cruzado com umbanda, desde Manaus. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

UFAM, 2021. Museu Amazônico. Acervo Museológico. Disponível em: <https://www.museuamazonico.ufam.edu.br/acervo-museologico.html>. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

URNAS funerárias encontradas em Manaus foram destruídas. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de janeiro de 2001. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/foalha/ciencia/ult306u2146.shtml>>.



GT 04 – PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E EPISTEMOLOGIAS PARA PENSAR O AMANHÃ

LOS PIJAO Y EL MONTE

Territorios-vida y cosmologías de la reciprocidad como límites al capitalismo

Por: Andrés Felipe Ortiz Gordillo (PPGSA UFFPA)¹

Resumen

A través de la exploración etnográfica y testimonial de la noción de “*monte*”, se evidencia cómo los indígenas Pijao del resguardo de San Antonio de Calarma (Tolima, Colombia) hacen frente a las dinámicas del desarrollismo capitalista. *El monte* se define como un espacio del territorio poco intervenido por la acción humana. Para los Pijao es la encarnación de lo que debería ser en su integridad Ibamaca (la Madre tierra), aquel lugar-ser que contiene y dónde se concreta el sentipensamiento Pijao y sus *Concepciones-vida*. Se sostiene que el monte es un *territorio-vida* fundamental para la resistencia territorial y para el proceso de liberación de Ibamaka que los Pijao del resguardo de SAC vienen realizando hace más de 20 años. El monte en tanto territorio-vida se constituye en dos movimientos vitales: un movimiento interno, de carácter bio-espacial, en el cual brota un ecosistema que se sostiene por cuenta propia, y que se ubica en los bordes del Sistema-mundo moderno colonial, y un movimiento externo, de carácter bio-cultural, sustentado en lo que hemos llamado *cosmologías de la reciprocidad*, donde humanos, no humanos y seres ancestrales se encuentran y resisten para vivir bien.

Palabras claves

Pueblo Pijao; Monte; Territorios-vida; Cosmologías de la reciprocidad; Desarrollismo capitalista.

¹ Alter comunicador, educador popular e investigador social. Estudiante del programa en Sociología y Antropología PPGSA de la UFFPA, PA, Brasil. Magíster en Estudios Sociales. Investigador del Colectivo de Estudios e Investigación Social – Proyecto CEIS y de la Fundación Medios al Derecho – MAD. andresfortizg@yahoo.es. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4524-8128>.

Este documento es producto de un trabajo colaborativo que hace parte de las estrategias de lucha por la liberación de Ibamaca del resguardo indígena Pijao de San Antonio de Calarma. En este sentido, el documento está escrito sobre la base de la memoria oral, territorial, cultural y jurídica del resguardo, con la participación de sus líderes, en particular de Jesús Emilio Torres, Jerónimo Guzmán, Pedro Patiño Flores, Adriana Guzmán, Diana Isabel Villalba Yate, Gustavo Váquiro, Carmenza Aroca, la médica tradicional Islena Villalba Yate y Antonio Pedraza, con apoyo de muchos otros compañeros y compañeras del proceso, en especial de Yadira Villalba Yate y familia, y la señora Orfilia y familia. A la pájara pinta que mostró caminos.

Introducción

Porque la selva no es silencio, es el lenguaje más abundante, es allí donde están todas las palabras y donde están más vivas...

William Ospina. La serpiente sin ojos

En diciembre de 2001, los indígenas Pijao² del municipio de San Antonio de Calarma (SAC), iniciaron una nueva fase del proceso de liberación de Ibamaca³: la recuperación, por las vías de hecho, del predio Las Delicias. Ya en el año 2000 la comunidad había ganado una importante batalla: el Instituto Colombiano de Reforma Agraria (Incora) les había adjudicado el predio ‘Las Palmeras’⁴, ubicado en las veredas Villa Hermosa y San Jorge, jurisdicción del municipio de San Antonio, departamento del Tolima, que hacía parte de los bienes del Fondo Nacional Agrario. Con este acto administrativo quedó constituido legalmente el resguardo indígena y fue formalizada la tenencia de la tierra de 278 hectáreas, 8643 metros cuadrados, donde habitaban, en esos años, 282 personas que componían 51 familias Pijao.

Desde 1998 la comunidad venía creando su plan de vida, y uno de los centros era la restitución del territorio ancestral de los pijao, a partir de dos estrategias fundamentales: la legalización del resguardo, que comprendía el territorio ya habitado (predio Las Palmeras) y, en segundo lugar, la posibilidad de recuperación, por la vía de la ocupación de facto, de predios colindantes que se encontraban en abandonados por parte de sus propietarios, cuestión que estaba generando en el municipio una serie de problemáticas sociales vinculadas con el narcotráfico y el abigeato.

Para el año 2001, ya creado el plan de vida y establecida la necesidad de ampliar el resguardo, la comunidad decide priorizar tres territorios para la ocupación: las fincas Las Delicias (sector La Holanda), Barro Blanco y La Samaria, todas ellas colindantes al resguardo ya legalizado. *“Inicialmente vimos la problemática que tenía Las Delicias, que había mucho cultivadero de mariguana y amapola, que eran los cultivos que había porque la coca allá no. Entonces comenzaron esas fumigaciones y cuando fumigaba el gobierno esos cultivos de mariguana y amapola los venenos caían al resguardo, y nosotros dijimos: ‘no, esto es una dificultad para nosotros porque el gobierno no le pone cuidado...’”,* recuerda Jesús Emilio

² El término *pijao*, una aparente deformación española del nombre nativo “pinao”, hace referencia al conglomerado de tribus pertenecientes a un subgrupo de la gran familia lingüística Karib que habitaron en la Cordillera Central, en una región que comprende, aproximadamente, los siguientes límites¹¹: al norte, desde Ibagué y el río Coello hasta la ciudad de Cartago (hoy Pereira). En el sur, desde la desembocadura del río Paéz en el Magdalena, hasta la falda occidental de la Cordillera Central, a la altura de Caloto. Por el oeste, la banda occidental de la Cordillera Central desde Cartago hasta Caloto. Por el oriente, el río Magdalena desde la desembocadura del Paéz hasta la del Coello. (VELASQUEZ, 2018, P. 14)

³ Ibamaca, *Madre tierra*, diosa de la protección para el pueblo Pijao en *Aveki pinao*, lengua propia Pijao en proceso de recuperación.

⁴ Adjudicación por medio de la Resolución 1057 del 18 de diciembre de 2000, del Incora.

Torres, líder del resguardo, exgobernador y actual integrante de las directivas del Consejo Regional Indígena del Tolima (CRIT) en el área de derechos humanos. *“Entonces tomamos la decisión. Hicimos una asamblea. Gustavo Váquiro, que era el gobernador, hizo una asamblea, reunió la comunidad y les comentó la problemática, y fuera de eso nos estaban acusando de que nosotros teníamos ganado robado allá en esa finca [Las Delicias – La Holanda], que allá es donde nosotros juntamos el ganado robado. Entonces hizo la propuesta de que porqué nosotros no nos tomábamos la finca: ‘nos metemos allá y no dejamos que pase eso’, decía Gustavo. Y como en ese predio no había nadie que se hiciera cargo de esa situación, decidimos entrarnos. Se hicieron unas actas y la comunidad estuvo de acuerdo en que entraran unas familias que no tenían territorio en el resguardo [en la finca Las Palmeras], y esas familias se van para allá, y las que no quieran estar allá, pues se vienen para acá para el resguardo”* (Conversación personal con Jesús Emilio Torres, 15/01/2019).

En el fondo, lo que estas estrategias de ocupación territorial por parte de los Pijao revelaban no era solo la necesidad de “tener un lugar donde estar, un lugar para vivir”, sino la importancia de contar con un lugar en el cual poder ser Pijaos. Se presenta aquí una articulación indisoluble entre el lugar/territorio y el Ser pijao, porque como ellos mismos dicen: “Los indígenas no podemos ser sin el territorio”. El pijao es en la medida del territorio que habita.

La relación de los Pijao con el territorio es profunda y compleja. Esta relación ha estado mediada por factores externos al mismo pueblo Pijao, factores que han afectado sus formas particulares de estar y ser en el territorio desde el mismo momento de la invasión europea: “(...) Esta guerra a sangre y fuego logró ir desplazando a los indígenas [pijao] hacia las inhóspitas tierras del filo de la Cordillera Central, en donde tuvieron que afrontar la decisión de rendirse, morir de hambre, o combatir hasta el final contra las fuerzas de sus enemigos. Muchos de los pijaos fueron muertos en batalla, ejecutados en los caminos y fuertes, o esclavizados. Los pocos supervivientes huyeron hacia otras tierras y terminaron por mezclarse con diferentes grupos indígenas” (VELASQUEZ, 2018, p. 10).

Para finales del siglo XX e inicios del XXI, el conflicto armado interno se convirtió en uno de los factores con mayor incidencia en el proceso de desarmonización territorial del pueblo Pijao en SAC, ya que la presencia de grupos armados (guerrillas, paramilitares, bandas criminales, narcotraficantes, fuerza pública) que ejecutaron sobre la comunidad asesinatos de líderes, amenazas y desplazamientos forzados, reconfiguraron las dinámicas territoriales, los tránsitos comunitarios, las relaciones sociales y espirituales.

En medio de este proceso de permanente agresión, exclusión y olvido, la comunidad ha sabido re-crear una serie de prácticas territoriales que los sitúa, en el contexto de las luchas

sociales contemporáneas, como experiencia social indígena en resistencia territorial. ¿A qué se resisten los Pijao de San Antonio de Calarma? Se resisten, fundamentalmente, a desaparecer. Esta ha sido su lucha histórica. Y ¿cómo lo hacen? Liberando a Ibamaca.



Fotografía 1. Resistencia Pijao en SAC frente a los intentos de desalojo del predio Las Delicias (en proceso de liberación), agosto de 2017 (Fuente: Onic.org.co).

El objetivo de las reflexiones que se proponen a continuación es presentar un análisis de las formas y estrategias que los indígenas del resguardo Pijao de SAC vienen implementando para no desaparecer, en un contexto donde la lógica productivista del capitalismo neoliberal ha venido copando los territorios de manera física y simbólica. Nos enfocaremos en un aspecto de esta lucha territorial: *el monte* como concreción de una *ontología de la reciprocidad* en la que habitan el sentipensamiento y la praxis por la liberación de Ibamaca (Madre tierra) de los Pijao de SAC.

En la primera parte revisaremos el concepto de territorio para establecer cómo se le agencia en la lógica del capitalismo. En la segunda parte analizaremos el territorio en la perspectiva de los *territorios-vida* y las *cosmologías de la reciprocidad* que los Pijao del resguardo de SAC implementan para hacer frente y colocar límites al desarrollismo capitalista. Aquí el *monte* se presenta como *territorio-vida* que posibilita la existencia y agenciamiento de las *Concepciones-vida* que dan sentido al sentipensamiento y la existencia de los Pijaos de SAC.

I. El territorio en la lógica productivista del capital

Para el caso del resguardo indígena Pijao de SAC, ser contradictor de la concepción capitalista del territorio ha implicado re–redescubrir la relación ancestral la comunidad tiene con él. Bajo esta orientación, se ha buscado resignificar la noción de territorio colocándola en el contexto de la conflictividad y la lucha social por la tierra, haciendo frente a tres contextos claves: la concentración de la tierra por parte de terratenientes; la presencia de actores armados en el territorio (Frente 21 de las Farc-ep, grupos paramilitares, fuerza pública y narcotraficantes, entre otros) y la implementación de proyectos extractivistas que generan

conflictos ambientales. Estos escenarios de disputa (concentración, guerra y extractivismo) son funcionales a las lógicas del modelo de desarrollo propio del modo de producción capitalista y el mercado mundial, que busca la ocupación productivista del territorio a partir de su vaciamiento.

La apropiación –en tanto propiedad– productivista del territorio genera múltiples disputas. Una de ellas, problemática por su “poder de seducción” (RIST, 2002, p. 13), por “el las oportunidades laborales que genera”, por “el progreso que trae”, tiene que ver con la invasión de los territorios por parte de empresas mineras, petroleras, agroindustriales (buena parte de ellas multinacionales) y, para el caso colombiano, mafias neo extractivistas vinculadas, particularmente, a la minería ilegal y al narcotráfico. Este neo extractivismo se entiende como una nueva fase del modelo de desarrollo que tiene como soporte la sobreexplotación de bienes o recursos naturales, escasos y no renovables, a partir de la expansión de las fronteras productivas por la vía de la ocupación de territorios considerados como “vacíos” en tanto que son “improductivos” para el capital (SVAMPA, 2018, p. 21-23).

Ahora, la relación de los pueblos indígenas con el territorio y sus procesos vinculados –territorialidades y territorializaciones, en la perspectiva de Porto Gonçalves (2002)–, ha configurado un campo de estudio específico en Colombia, entre otras razones por la presencia amplia de comunidades étnicas en todo el territorio nacional, por la importancia del debate por la concentración y la propiedad de la tierra, por las disputas territoriales históricas de los pueblos indígenas y sus reclamaciones sobre la necesidad de ampliación de los *territorios ancestrales*, no en la lógica de la propiedad y la “productividad de la tierra”, sino como acción concreta frente a problemas fácticos de carácter global que ha creado el capitalismo: cambio climático, calentamiento global, desecación y contaminación de fuentes de agua, etc.

Según la revisión documental realizada por Cuesta (2018) en el periodo 2000-2017 sobre la relación conceptual “indígenas – territorio”, la discusión en los ámbitos académicos y en escenarios de deliberación e intervención pública sobre el tema ha transitado por 6 puntos nodales:

- a) El primero atiende a las concepciones que los pueblos indígenas tienen del territorio, revelándose una pluralidad de perspectivas vinculadas a memorias ancestrales actualizadas al contexto de las luchas territoriales contemporáneas.
- b) Un segundo nodo analiza los conflictos ambientales en los territorios indígenas (en los ya formalizados y en los que se encuentran en disputa).
- c) El tercer nodo hace énfasis en el análisis de la perspectiva jurídica con la cual se defienden los territorios o se justifica su apropiación e inserción en los circuitos del capital y del mercado.

- d) El cuarto nodo revela lo fundamental de la mujer en la configuración de los territorios: su importancia en el sostenimiento del tejido social, los espacios de acción y liderazgo público político que han ganado en las últimas décadas, el papel que juegan en el sostenimiento y reproducción de tradiciones ancestrales vinculadas, por ejemplo, a las plantas sagradas, oficios y quehaceres propios de las comunidades, entre otras.
- e) El quinto nodo hace énfasis en el conflicto armado interno y sus impactos en las dinámicas territoriales de los pueblos indígenas.
- f) El sexto nodo se concentra en los saberes ancestrales, a partir de la indagación de formas propias de ser y estar indígena a partir de su relación indisoluble con el territorio habitado (Cuesta, 2018).

Hay que señalar que todos estos nodos incluyen en su discusión un elemento ineludible, que atraviesa los procesos territoriales, las territorialidades, las formas de territorialización contemporáneas: la presencia de la *hidra capitalista*⁵. Ella está presente, como antagonista de las comunidades étnicas, en las formas de entender el territorio (para los Pijao, por ejemplo, el territorio es vida, mientras que para el capital es recurso), en los conflictos ambientales que produce, en las legislaciones que crea para explotar el territorio-comunidad y en las leyes que obliga a crear para defenderlo⁶, en la manera como se entiende y produce el alimento, en las estrategias de cuidado de los seres y existencias que cohabitan el territorio.

La ocupación instrumental de los territorios tiene, entonces, implicaciones sociales, políticas y culturales, además de las implicaciones económico productivas (Escobar, 2015; Svampa, 2018). El proceso neocolonial de ocupación de territorios no solo desconoce los múltiples complejos sociales, culturales, ambientales, epistémicos y tecnológicos construidos históricamente por comunidades locales, sino que además convierte a estas comunidades en “enemigas del progreso y el desarrollo”. Esto quiere decir que el capitalismo le impone unas lógicas de desarrollo al territorio y a las comunidades que en él habitan. Estas lógicas tienen un carácter productivista – extractivista. Los impactos irremediables de este modelo se ocultan

⁵ Para los Zapatistas del EZLN, el capitalismo se puede representar como la hidra, aquel monstruo de la mitología griega de 8 cabezas mortales (que pueden ser reconstruidas infinitamente) y una cabeza inmortal. Este monstruo que representa al sistema capitalista: “sus cabezas representan el poder político (demonio de 2 caras), el maíz transgénico, el poder religioso, la televisión (el poder de los medios de comunicación), el poder de la guerra, la lengua viperina y una tubería con desechos que genera la industria capitalista y su contaminación” (MICTLAN REBELDE, 2015).

⁶ Convenio 169/OIT; Constitución Política de Colombia: Art. 2, 7, 40, 330; Ley 21/91 que ratifica para Colombia el Convenio 169/OIT, entre otros. Para conocer recursos jurídicos que en Colombia las comunidades tienen para defender los territorios, atendiendo ahora a contextos de confinamiento social por efectos de la pandemia del Covid19, se recomienda el artículo: DUARTE, Carlos (2020) *Consulta previa virtual: el poder normalizador de lo extraordinario*. Portal LaSillaVacía.com. En: <https://lasillavacia.com/silla-llena/red-etnica/consulta-previa-virtual-poder-normalizador-de-lo-extraordinario-72338>, (16/02/2021).

y justifican socialmente bajo el discurso del desarrollo y su alter ego, el progreso. Este desarrollo capitalista está sustentado en una mirada particular del territorio y la naturaleza, a los cuales define como recursos dispuestos para el progreso exclusivo de la humanidad.

De este modo territorio–naturaleza y todo lo que ello entraña entra en el ciclo de la negación: son no-lugares, espacios vacíos de vida, pero densos en recursos, materias primas (commodities). El territorio queda situado en el espacio interpretativo del no-ser. No se le reconoce como ser vivo, o como entidad que contiene y soporta la vida, dejando de ser red de relaciones, espacio de interacción entre humanos, y de ellos con los no humanos, espacio articulado a la identidad y a la cultura, soporte del tejido social de los pueblos para el ejercicio de sus autonomías, lugar donde se ordena el pensamiento, donde habitan otros seres y existencias, entidades, dioses, que acompañan el camino, terrano y espiritual, del ser humano. El territorio se convierte en espacio agente del desarrollo, que en la lógica productivista posibilita “el bienestar, el progreso, la justicia social, el crecimiento económico, la expansión personal, e incluso el equilibrio ecológico” (RIST, 2002, p. 19).

Para el caso de los indígenas Pijao, con todo y que ellos mismos están vinculados en muchos aspectos a las lógicas productivistas impuestas por el capitalismo, podría decirse que se encuentran enemistados con el progreso y el desarrollo capitalista que les impone en sus territorios ancestrales, por ejemplo, la construcción de hidroeléctricas (Central Hidroeléctrica Río Amoyá⁷) o la construcción de distritos de riego⁸ para la agroindustria “mono” (monopólica, monoepistémica, monocultural, monoecológica) que, según se ha podido evidenciar, generan impactos ambientales, sociales, culturales, detrimento de patrimonio público, desplazamientos forzados, pérdida de territorios, monopolización de la tierra y presencia de actores armados en su posicionamiento estratégico sobre el territorio, generando condiciones de conflictividad que por lo general no atienden las políticas de intervención social del orden local, regional y nacional, cuestión que genera dinámicas socio territoriales que afectan a la población, en especial de la población indígena. (MININTERIOR Y CRIT, 2014, p. 239).

Al tiempo que las comunidades indígenas se encuentran inscritas o vinculadas, forzosamente, en estas dinámicas territoriales impuestas por las lógicas del capital, ellas presentan elementos diferenciales en su relación con el territorio. Como señala Giraldo (2010) “el concepto de territorio se asocia a lo sagrado y las prácticas y significados son regulados bajo ese marco” (citado por Cuesta, 2018, p. 64). Sobre este asunto trataremos en el siguiente

⁷ Para ampliar información sobre este proyecto hidroeléctrico sugerimos revisar el informe: ILSA y MISEREOR. (2014) Las Hermosas: hidroeléctrica del río Amoyá y luchas por el territorio. En: <http://ideaspaz.org/media/website/primer-estudio-caso-isagen-VF.pdf>

⁸ Como el distrito de riego triángulo del Tolima. Para un análisis sobre la situación actual (2019) del distrito de riego, proponemos revisar el artículo periodístico: “Triángulo del Tolima, ¿otro elefante blanco por el que nadie responde?”, publicado por el portal Confidencialcolombia.com. Ver: <https://bit.ly/3s4jj8R>.

apartado, bajo la premisa de que estas asociaciones y significados con lo sagrado, con formas propias de “subjetivación” más allá de lo humano, con la vida, sitúa al territorio en lugares radicalmente distintos a los promovidos e impuestos por las lógicas del desarrollismo capitalista, y aclarando que esta perspectiva no oculta el hecho de que los pueblos indígenas han vivido más de 500 años bajo el influjo imperial del capitalismo, lo que por supuesto los ha introducido y situado, como periferia claro está, en las lógicas del productivismo, el desarrollismo, el mercado y el consumo.

Ahora bien, nociones de “espacio regulado o trazado”, “linderos”, “propiedades” son una imposición de la visión hegemónica del capitalismo desarrollista colonial sobre el territorio, y los indígenas se han visto obligados a asumirlas para defender sus territorios (Agredo citado por Cuesta, 2018, p. 64), con lo cual se debe entender que si bien el territorio es asumido y vivido en su ancestralidad, también se le reconoce, estratégicamente, como un asunto de disputa económico-productiva, político-organizativa y jurídico-legal, “porque implica un reconocimiento del Estado con linderos concretos, lo que deviene en que el concepto de territorio se asocie al de autonomía” (Ulloa, 2010, citado por Cuesta, p. 64). Los límites de los territorios indígenas estarían identificados por los sitios sagrados o elementos naturales de significación cultural y ritual, y estarían definidos, codificados y ordenados por las leyes de origen que determinan el uso, los tipos de relaciones y los comportamientos posibles en el territorio, en correspondencia a la cosmovisión (Mestre, 2007).

En la lógica del pensamiento estratégico – instrumental moderno colonial que inaugura, entre otras, la arbitrariedad en la definición de los confines de los Estados-nacionales, la noción de *frontera* está vinculada con la propiedad, la soberanía, la vigilancia y, por esta vía, la necesidad de mantener al otro –cualquiera que este sea– lejos (apartado / individualizado), por fuera (excluido). La acción con que se concretan estas exclusiones es la ocupación imperialista - colonial del lugar del otro, del “espacio” del otro, de la “fuerza de trabajo” del otro (*colonialidad del poder*, según propuesta de Quijano), negando o apropiando de manera instrumental el conjunto de conocimientos que el otro –el nativo, el salvaje, el negro, el indio– ha re-creado y apropiado para estar en el mundo (*colonialidad del saber* en la perspectiva de Mignolo y Lander), hasta el punto de querer apropiarse del “otro en sí”, de su ser, de aquello que lo hace particular, inédito, diferente (*Colonialidad del ser*, diría Dussel y Maldonado Torres).

Ahora bien. Lo que nos interesa resaltar en esta indagación son esos lugares del territorio en los que, como en el monte, pervive en la memoria y la praxis indígena. Sin desconocer la realidad neoliberal en la que se inscriben y de la que también participan, es interés de este trabajo situar la reflexión en aquellos aspectos del proceso indígena Pijao que, frente a la discusión sobre el territorio, podemos identificar como particulares, propios,

específicos en su manera de Ser y estar en el mundo, como pueblo Pijao en proceso de liberación de Ibamaka.

II. ***Territorios–vida y cosmologías de la reciprocidad como límites al capitalismo***

Siendo San Antonio⁹ un municipio integrado económica y socialmente a las lógicas del capital (como espacio periférico de producción de materias primas, es claro), buena parte del territorio que comprende su jurisdicción ha sido intervenido por dinámicas productivistas, donde la fuente de empleo principal, según señala la alcaldía municipal, proviene de la agricultura (de café y frijol principalmente, con alguna importancia del plátano y el cacao) y la ganadería, con un desarrollo industrial mínimo. Como se infiere, la base de los procesos productivos y de desarrollo municipal están ligados a la tierra, entendiéndosele estructuralmente como recurso productivo.

San Antonio es un municipio de base rural, por lo que su carácter cultural es principalmente *campesino*, con presencia indígena: “*Tienen sus campos el dulce de las cañas / Tienen sus aves el canto que engalana / Y el campesino con la frente altiva / Lleva el trabajo como escudo y arma...*” canta el himno municipal. A los Pijao de SAC, como a otras comunidades étnicas, se les buscó asimilar con esa especificidad cultural colombiana llamada “el campesinado”, por su similitud en las dimensiones sociológico-territorial, socio-cultural, económico-productiva y político-organizativa (ICANH, 2017)¹⁰, pero en los procesos de autoafirmación como comunidad étnica han logrado intervenir el ordenamiento desde el cual se les lee, reivindicando especificidades en cada una de esas dimensiones.

Como producto de luchas históricas, en los años 60 y 70 del siglo XX los pueblos indígenas consiguen nuevos reconocimientos que les permiten accesos, todavía precarios, a derechos sociales. La construcción simbólica aún no se ve afectada. En general, la sociedad mayoritaria sigue viendo animalidad en los indígenas¹¹. Pero ahora, estando en una nueva fase de los procesos organizativos centrados en la recuperación de territorios ancestrales y reivindicación a derechos ciudadanos diferenciales, logran algunos accesos –exiguos– a la salud, a la educación, a la tierra.

⁹ El municipio de San Antonio se encuentra ubicado al sur occidente del Departamento del Tolima, Colombia. Fue erigido municipio en el año 1915. Es un municipio eminentemente agropecuario. Se encuentra a 230 Km de la ciudad de Bogotá.

¹⁰ Para ampliar información sobre las dimensiones constitutivas del campesinado que aquí se proponen, sugerimos ver: ICANH. (2017) *Elementos para la conceptualización de lo “campesino” en Colombia. Insumo para la inclusión del campesinado en el Censo DANE 2017*. Bogotá: ICANH.

¹¹ Como pueblos colonizados, los indígenas –al igual que otras comunidades étnicas como los afrodescendientes– seguían apareciendo en el contexto nacional como No-Humanos (Lugones); el suyo era el lugar del No-ser (Fanon); sus formas particulares de ser, sentir, conocer, relacionarse, crear... se encontraban en las antípodas de la modernidad (De Sousa Santos), hasta el punto de llevar a que el sujeto indígena se negara a sí mismo, situación que comenzó a cambiar hacia los años 60 del siglo XX con los procesos de lucha y autoafirmación que agenciaron los pueblos indígenas en Colombia.

Los procesos iniciados en los años 60 del siglo XX se concretaron, también, en reconocimientos formales de la diferencia constitutiva del ser nacional colombiano, cuando en la Constitución Política (CPC) de 1991 se dice que Colombia es, ART. 1: (...) República unitaria, descentralizada, con autonomía de sus entidades territoriales, democrática, participativa y pluralista (...)", y ART. 7: "El Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación colombiana" (Subrayados fuera del texto original).

Este reconocimiento jurídico-político formal¹², sin ser el centro fundamental de las acciones de resistencia, dio nuevos aires a los procesos indígenas en la recuperación de los territorios históricamente usurpados por diferentes actores interesados en ese "recurso" en el que se sustenta buena parte de los procesos económicos de la nación. Las luchas por la tierra se convirtieron en incentivo para la autoafirmación del ser indígena, por lo cual se buscó, inicialmente, la restitución de su "propiedad" –en muchos casos por las vías de hecho–, pero afirmándose en concepciones opuestas a las dinámicas productivistas que se le han adjudicado y a los sistemas de relacionamiento instrumentales que el capitalismo le ha impuesto. Así los indígenas adquirirían una nueva conciencia frente a su papel en el ordenamiento desarrollista del territorio: serían su contradictor.

De este modo los procesos territoriales indígenas están asociados a luchas y reivindicaciones en búsqueda de la autonomía, "toda vez que estos pueblos han vivido un proceso de histórico de ocupación territorial" (Rojas citado por Cuesta, 2000, p. 64). En las territorialidades indígenas, algunos sentidos y significados que se dan al territorio son radicalmente opuestos a la perspectiva capitalista, que lo concibe como fecundo recurso productivo, como agente de desarrollo, como espacio contenedor de reservas que posibilitarán el acceso al progreso. No queremos decir con esto que los pueblos indígenas en general, y el pueblo Pijao en particular, se encuentren por fuera de esta lógica desarrollista.

Lo que se quiere decir es que existe suficiente evidencia científica y empírica para poder señalar que en los territorios de los pueblos indígenas aún se encuentran reductos de resistencia en la lógica de los *territorios-vida*. En general los territorios indígenas, en tanto resultado de luchas y confrontaciones por el acceso a la "tierra", ya son territorios en resistencia. Pero dentro de ellos existen *úteros*, espacios potenciales para la vida en todas sus dimensiones. *Territorios-útero* como lugares donde reposa la vida, es decir, *Territorios-vida*, lugares como reservas propicias para la vida humana, para la vida no humana, para la

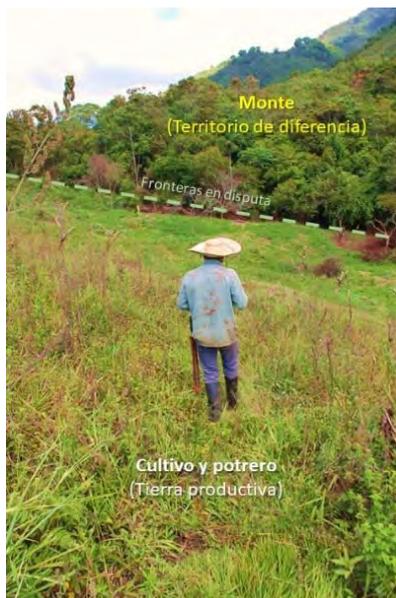
¹² Este reconocimiento permitió, a partir de 1991, nuevos escenarios para la gestión de recursos económicos, teniendo en cuenta que los territorios indígenas eran considerados entidades administrativas en el ordenamiento y la inversión territorial nacional. También se reconoció que los territorios indígenas tienen formas de gobierno propias y que los servicios sociales para las comunidades étnicas tienen que ser diferenciales. Ver: Artículos 286, 329, 330 y 356 de la Constitución Política de Colombia.

vida sobre/para/pan humana, incluso en medio de la muerte. La *chagra* amazónica y andina es un ejemplo de *Territorio-vida*:

Aunque la *chagra* es un espacio dispuesto por las comunidades indígenas para cultivar, su valor no se limita a su función de proveer alimento. La relación con las plantas cultivadas se piensa en términos de relaciones con seres humanos unidos por la sangre o la afinidad. En este sentido, las actividades asociadas al alimento no se limitan a lo técnico o a lo práctico, sino que son un entramado de prácticas, saberes y comportamientos en las que se repiten interacciones con seres como las plantas, los animales y los minerales, así como con otras entidades, como los dueños espirituales (GAIAAMAZONAS.ORG, 2019).

Los *Territorios -vida* son cíclicos, obligan a seleccionar el lugar propicio, a negociar con los dueños del lugar –seres y existencias que lo habitan ancestralmente– y a curar. También obligan, si se realiza alguna intervención tipo siembra o cría de animales, la devolución del lugar a sus dueños para su recuperación, una vez se considere que la intervención ha cumplido su ciclo, para no generar afectaciones irreparables. Con la restitución a sus dueños inicia un nuevo ciclo, en busca del equilibrio sustentado en la lógica de la reciprocidad. Y como se entrevé, en esta perspectiva del territorio no cabe la noción de “espacio productivo” propia del capitalismo, como tampoco caben entendimientos como “propiedad de la tierra” y “espacio vacío”, por lo que el territorio no podría ser visto como “recurso”.

Frente a este asedio histórico, la respuesta de muchas comunidades étnicas ha sido la recuperación del territorio en defensa de la vida. Esto ha constituido un tipo particular de sentipensar territorial que Arturo Escobar (2015) ha llamado *territorios de diferencia*. ¿Dónde está su diferencia? En el hecho de que son espacios vitales de producción de conocimiento y de estrategias sobre las identidades y la vida, donde la vida se enactúa de acuerdo a una ontología particular que posibilita crear las condiciones para cambiar las normas de un mundo desde adentro, más allá del desarrollo y la economía capitalistas, en procesos de negociación inter-mundos que no son estáticos sino que, al contrario permiten que los mundos distintos convivan, se entreveren los unos con los otros, se co-produzcan y se afecten (ESCOBAR, 2015, p. 34-35).



Fotografía 2. Comunero Jerónimo Guzmán caminando hacia los límites entre el monte y los espacios productivos del resguardo (Archivo personal).

Estos *territorios de diferencia* atienden a una distinción ontológica respecto a las formas dualistas, universales, atemporales, objetivas del mundo moderno. No son perspectivas distintas de una sola-misma realidad “objetiva”. Son *otros mundos*¹³ que “aunque entreverados, no pueden ser completamente reducidos los unos a los otros” (Escobar, 2015, p. 34), lo que constituye una forma de ver el mundo en la perspectiva de los muchos mundos que lo componen y en su relacionalidad. Son mundos que están más allá del pensamiento dualista moderno, simplemente no caben en él, no se pueden siquiera concebir, constituyendo lo que Santos ha llamado el *pensamiento abismal*, en el que los otros mundos “desaparecen como realidad, se convierten en no existentes, y de hecho son producidos como no-existentes” (2009, p. 160).

El monte: *Territorio-vida y cosmologías de la reciprocidad*

Para los Pijao, el territorio es vida. Y en tanto *territorio-vida*, es el lugar donde todo acontece, en donde todo participa para la reproducción de la vida, y en donde ningún ser o existencia, humano o no humano, orgánico o no orgánico, puede ser considerado de manera instrumental. Todo cumple su papel en el contexto de la vida, una vida inmanente que ocupa su lugar propio: el territorio. Por eso vida y territorio son inseparables, ya que su conjunción las constituye en útero, mujer, espacio de siembra, lugar vital de re-producción. El territorio en

¹³ En las *ontologías relacionales* (Escobar, 2015) el asunto de las alteridades, incluyendo alteridades no-humanas, es fundamental. Lo es porque formula cuestionamientos respecto al lugar y al carácter que se le da al otro en un sistema de relaciones. Para el sistema-mundo moderno colonial los otros mundos simplemente no existen, fueron colocados en el lugar de la “animalidad”, en la zona del no-ser, del ocultamiento radical (Fanon, 2009), en el lugar de lo no-humano (Lugones, 2011).

su inmanencia no puede tener, entonces, fronteras, linderos¹⁴. Porque en la naturalidad del pensamiento indígena, no existen territorios velados para la vida o territorios destinados para la muerte. Todo territorio tendría que ser vida.

Ahora bien, en tanto *territorio en proceso de liberación* (liberación de Ibamaca, la Madre tierra Pijao), el territorio Pijao en SAC se sostiene en una ontología particular que vamos a denominar como *Cosmología de la reciprocidad*. Esta ontología tiene como base el principio de relacionalidad (Estermann, 2013; Escobar, 2015), dado en el reconocimiento de la existencia de un *nos-otros*, esto es, la existencia de otros mundos (humanos y no humanos) y de la relación ineludible entre ellos. Ahora, en este escenario de relacionalidades la *cosmología de la reciprocidad* en el proceso de liberación de Ibamaca es específica, en el sentido de entender las dinámicas propias de la liberación, ya que ello le imprime un carácter especial a la acción de resistencia territorial. La reciprocidad es una praxis. Se trata de corresponder a lo que otro hace por nos-otros (por los otros, pero también por él mismo), La praxis de la reciprocidad implica también devolución y agradecimiento. Se debe devolver lo que se recibe con el mismo agradecimiento, con la misma alegría, con el mismo cariño con el que se recibió. Esto implica una relación entre pares (no iguales). Cada uno de los pares da o actúa como le corresponde, esperando esa misma correspondencia.



Fotografía 3. Presencia del monte en el territorio Pijao de San Antonio de Calarma (Archivo personal).

¹⁴ Esto no quiere decir que en el pensamiento indígena no exista y actúe la noción de límite. Existe. En su dimensión fáctica y en su dimensión simbólica. Las tribus que conformaban la confederación Pijao antes de la invasión europea sabían en qué parte del territorio se situaban. Es decir, sabían cuál era su lugar respecto a las otras tribus. Pero estas concepciones de límite no estaban vinculadas con la noción de *propiedad privada* creada en las entrañas del mundo capitalista moderno colonial, sino más bien con el acontecimiento de la ubicación –física y simbólica, material y espiritual–, que nos permite ser y estar en el mundo.

En el resguardo indígena Pijao de SAC *el monte* es uno de los lugares fundamentales de agenciamiento de las *cosmologías de la reciprocidad*. Por “monte” entendemos aquel lugar del territorio que no ha tenido mayores intervenciones antrópicas y se guarda en esa condición, o aquellos lugares que, en la lógica de la liberación de Ibamaca, han sido liberados para ser “recuperados” (en el sentido de sanar o de armonizar) luego de la intervención antrópica. *El monte* está vinculado, también, con lugares estratégicos del territorio: fuentes u ojos de agua, las cuencas de ríos y quebradas, sitios considerados sagrados tales como montañas, lagunas, piedras sagradas.



Fotografía 4. El monte como límite al capitalismo en territorio Pijao de SAC (Archivo personal).

En este contexto, *el monte* instituye un límite: instala términos al desarrollismo capitalista, en el sentido de establecerse como “espacio intocable” para la producción rentista de bienes o servicios. Porque a pesar de que los Pijao de San Antonio de Calarma desarrollan en el territorio prácticas socio económicas propias del modo de producción capitalista (siembra de productos agrícolas y cría de animales con fines comerciales, por ejemplo) aun cuentan con *el monte* como lugar reservado para la vida. Ahora, es importante entender que el monte no es refugio de Ibamaca, es Ibamaca misma.



Fotografía 5. Distribución del territorio en el Resguardo Indígena Pijao de SAC y presencia del monte (Archivo personal).

En la *cosmología de la reciprocidad*, el Pijao tiene que actuar en la medida de lo que recibe por parte de todos los actores vinculados en la relación. Si se recibe de Ibamaca (Madre tierra) todo lo que se requiere para vivir, ella tiene que ser sembrada, cosechada. Y, si las circunstancias lo obligan, ella tiene que ser recuperada y liberada. Si la relación se plantea en términos de disputa y antagonismo territorial, el actuar recíproco será la resistencia a la invasión, a la dominación, al genocidio, a la expulsión, “hasta que el sol se apague”, porque, como señala Estermann: “la devolución de lo que uno/a ha recibido, incluye las dimensiones rituales y simbólicas, pero se extiende también al cosmos en su totalidad, a las futuras generaciones, a las personas difuntas y a los espíritus tutelares y protectores” (2013, p 7).

En el ámbito de las cosmologías de la reciprocidad también son importantes la historia y la memoria ancestral. Se debe ser recíproco con la acción y el pensamiento de los mohanes y mohanas guerreros, con los ancestros que defendieron el territorio que les dio la vida, con sus vidas. Los mohanes y mohanas de antigua fueron aguerridos defensores de Ibamaca. Y defendiéndola se estaban defendiendo a sí mismos, porque son uno solo, porque el Pijao no puede ser sino en la medida del territorio que habita. La respuesta de los Pijao más aguerridos al terror que impuso el invasor europeo fue la resistencia hasta la muerte¹⁵. Esa grandeza

¹⁵ Como en todas las Américas, los Pijao también hicieron negociaciones y algunas tribus se subordinaron a los invasores. El relato histórico en general reconoce como guerreras a las tribus que componían la confederación del pueblo Pijao. Era tal su valentía y arrojo, que llegaron a situaciones dramáticas. Se cuenta, al parecer en la voz del antropólogo Pijao Germán Cortés Tocarema, que un aspecto que llamó la atención de los españoles en el proceso de invasión de los territorios era: “*el poco temor que tenían los Pijao a la muerte y su valentía para enfrentarla. Según el presidente don Juan de Borja, estos eran ‘grandes sufridores de trabajos y de notable valor y ánimo en recibir la muerte y cualquier género de tormento sin quejarse ni hacer desvío ni señal de sufrimiento mas que si fuesen insensibles’.* En varias ocasiones fueron arrojados a los perros para que los despedazaran, sin que llegaran a mostrar flaqueza alguna por considerarse una gran cobardía. Incluso en una ocasión, mientras un par de estos animales destrozaban las entrañas de un indio, este gritaba mil oprobios hacia los españoles,

guerrera está siendo hoy reivindicada, y en las lógicas de la reciprocidad los Pijao dan a cada quien lo que de ellos reciben: frente a la invasión narcotraficante del territorio: liberación de Ibamaca; frente a la presencia de actores armados y el consecuente asesinato de líderes, desplazamientos forzados, amenazas, atentados: liberación de Ibamaca; frente al cerco de las agroindustrias y la ganadería extensiva que domina las dinámicas productivas de la región: liberación de Ibamaca.

La *liberación de Ibamaca* es, entonces, el centro de las *ontologías de la reciprocidad* que enactúan en el resguardo Pijao de SAC. La liberación de Ibamaca implica, en lo que refiere al monte, un doble movimiento. El primero es interno de carácter bio-espacial, en el que el monte, por su propia cuenta pero con la presencia de los Pijao como guardianes, se vitaliza, enactúa con toda la complejidad de seres no humanos que le habitan. Este movimiento representa la vida en sí, al margen o más allá de la humanidad. Es la vida misma en acción lo que se sitúa en el monte. La reciprocidad en este movimiento interno se concreta en reconocer la importancia del territorio como fundamento de la vida. En este bio-espacio se toma el agua, se siembra la semilla, se recogen los frutos. Organismos en este bio-espacio limpian el aire. Y los humanos tienen un lugar para estar-ahí, “un lugar para sentirse que uno llegó a alguna parte, que está en su casa”, diría Jerónimo Guzmán, Pijao de SAC, cosa que nos sitúa en el segundo movimiento, externo al monte en sí, y tiene un carácter bio-cultural.

El segundo movimiento está dado en una relación de reciprocidad, correspondencia y complementariedad en la que organismos-sujetos humanos, no humanos y extra/para/pan humanos se encuentran para vivir bien. En la lógica de la reciprocidad, los Pijao reconocen en el monte un espacio significativo del territorio porque hace parte fundamental de su hogar, pero al tiempo es lugar/hogar de otros seres y existencias: animales, vegetales, minerales. El monte también es morada de Lulumoy (dios de la justicia y la sabiduría), de Locomboo (diosa del tiempo y la prosperidad), Gimbales (dios de la guerra). Allí habita Ibanasca (diosa de las tormentas, mujer del trueno). Allí ES Ibamaca (Madre tierra, diosa de la protección). Y así como Ibamaca les brinda a los Pijao un lugar para estar, para hacer, para pensar, para ser, ellos le corresponden, recíprocamente, con la identificación, preservación y cuidado del monte, aquel lugar donde se re-crea la constitución del mundo Pijao.

Frente a estos dos movimientos la función del y la Pijao es la de cuidadores o guardianes del monte como concreción de la vida que se quiere para toda Ibamaca. El guardia es aquel que vela, que cuida y, un aspecto clave, es aquel que guarda para proteger. Así, el

mencionando especialmente que todavía quedaban sus parientes y que estos tomarían venganza “comiendo los hocicos de todos los españoles” (Conversación personal con el comunero Pijao Andrés Castillo Lozano, 28/01/2021).

Pijao es guardián que ha venido salvaguardando conocimientos específicos para cuidar a Ibamaca. A esos conocimientos guardados los hemos denominado *Concepciones-vida*.

***Concepciones-vida* como conocimiento que se guarda en el territorio**

La historia se guarda en el territorio y en la memoria de las mayores y los mayores¹⁶, ha revelado el antropólogo colombiano Luis Guillermo Vasco (2007) en su trabajo con los indígenas Guambianos. Estas premisas pueden aplicar al pueblo Pijao de SAC. Entre otras, porque una de las concepciones-vida que orienta el sentido de vida y el proceso de resistencia territorial de los Pijao de SAC así lo expresa: “la historia es lo que se guarda”, han sentipensado.

¿Qué ha sido guardado? Un tipo de pensamiento propio que no se puede revelar públicamente. Un tipo de pensamiento propio que ha orientado el camino Pijao, y que si ha pervivido es precisamente porque no se hace público. ¿Dónde se ha guardado? En el territorio, sobre todo en aquellos lugares que se han sabido preservar para la vida (el monte, por ejemplo). También se ha guardado en las toponimias como conjuntos de nombres propios asignados a lugares claves (sitios sagrados, por ejemplo), y en los mismos seres y existencias no humanos que conviven con los humanos en el territorio. Las semillas, por ejemplo, son seres que guardan conocimiento, el conocimiento de la vida, que no puede ser revelado en el contexto de disputa con el capitalismo. En la memoria de los mayores y las mayores también está el conocimiento propio, un tipo de conocimiento particular que los no Pijaos podemos entender en sus enunciados, pero no en sus profundos significados en relación con la vida.

Un ejemplo. La comunera Carmenza Aroca, líder fundadora del resguardo Pijao de SAC, cuenta cómo realiza “esculturas” en barro de los Mohanes y Mohanas, líderes guerreros ancestrales del pueblo Pijao. Al barro hay que hablarle, porque si no, no se deja trabajar. Al barro hay que acariciarlo, hay que pedirle permiso, hay que darle las gracias para que se deje trabajar. No es sencillo trabajar con el barro y no cualquier persona lo puede trabajar: *“El día que yo hice el primer mito en bulto [Jerónimo] no me perdió parada, él fue mi ayudante para cuando yo hiciera el indio y la india. Y le cogió dolor de cabeza, le cogió una cosa, le cogió la otra y yo le decía: ‘aguántese porque mire, hacer esto no es tan fácil’*”. Cuenta la compañera Carmenza que otro comunero la estaba ayudando, pero a la “escultura” del Mohán que estaba realizando se le caían los brazos, se le soltaban las piernas, se le desplomaba el tabaco: *“Me tocó decirle a Medina: ‘compita, me da mucha pena pero sálgase porque yo no voy a dar cumplimiento con esto porque mire... Usted no está preparado para esto’*”. Y luego le tocó volver a amasar el barro, volver a conversar con él, volver a pedir permiso para poderlo armar

¹⁶ Ver: VASCO, Luis Guillermo. (2007) *Así es mi método en etnografía*. En: Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No. 6 enero-junio, p. 19-52.

al Mohán: “...y sólo Jerónimo fue el único que pasó la prueba para poderme ayudar. Nadie más tiene permiso en esa comunidad de poder ayudar al Mohán, sólo Jerónimo. Y Jerónimo ya se partía: le daba escalofrío, le daba fiebre, le daba vómito, eso le dolía la barriga. Yo le dije: ‘Jerónimo, es que la hechura de ellos es así, ellos lo indisponen a uno si no está preparado’ (Diálogo testimonial con Carmenza Aroca, 24/01/2019).

En los marcos del pensamiento eurooccidental, moderno, colonial y su “lógica formal” no se puede concebir el barro como un ser vivo, un ser con agencia. La experiencia de Carmenza es tomada, entonces, a lo sumo, como una anécdota folclórica o como expresión de una mitología, de un sistema de creencias que, si bien explicarían simbólicamente el origen y desarrollo del mundo desde la perspectiva indígena, no puede ser considerado como hecho fáctico, como verdad objetiva, como experiencia real. Es de este modo que se ha guardado la historia Pijao: en unas memorias que tienen sentido sólo para aquellos que cuentan con el sistema de códigos necesarios para “desencriptar” los misterios de aquellos otros mundos que habitan el mundo, y su relación con la vida.

A ese sistema de códigos propios del pueblo Pijao de SAC lo hemos llamado *Concepciones-vida*, y se revela en situaciones cotidianas que ellos están en la capacidad de leer como enseñanzas del mundo para el buen vivir. Ese conjunto de “situaciones cotidianas” y la “capacidad de lectura” que los indígenas tienen de esas situaciones, constituyen en el mundo Pijao esa onto-epistemología (cosmología) propia que llamamos *concepciones-vida*.

Las *concepciones-vida* de los Pijao de SAC se expresan de diferentes formas, todas ellas vinculadas con el territorio y todo lo que lo constituye. Tiene que ver con concepciones que el pueblo Pijao ha re-creado históricamente sobre el territorio, la naturaleza, las relaciones sociales. Ellas se revelan en enunciados –que pueden ser frases tipo aforismo o relatos más extensos– que traducen prácticas sociales, perspectivas de pensamiento y sistemas de relaciones que están por fuera de la racionalidad occidental moderno colonial, prácticas, perspectivas y sistemas que incluso contradicen las lógicas del capitalismo y lo enfrentan, no tanto en el discurso sino en la práctica, siendo además un sistema en el que participan otros pueblos indígenas, que se re-alimenta de otras experiencias, como cuando Manuel Ulcué, el único indígena Nasa presente en una reunión de autoridades Pijao convocadas a la socialización de un informe de memoria histórica organizada por la ONIC y el Centro Nacional de Memoria Histórica (CNMH), cuenta lo siguiente:

Los animales nos enseñan a pervivir. Tengo unas hormigas en el patio de la casa y de tanto joderlas de día echándoles veneno y quitándoles el nido, ahora resulta que esas berracas se camuflaron, aprendieron a pervivir, y ahora tienen su nido disimulado y salen es de noche. Es que los animales lo que saben es sobrevivir, como los indígenas...

Al igual que Manuel, los indígenas Pijao también reconocen que los animales enseñan a los humanos a vivir, a pervivir, a sobrevivir y a resistir. Como los animales, los indígenas han generado estrategias que les permiten seguir viviendo en el territorio a pesar de las políticas de exterminio que la sociedad occidental moderna colonial les ha impuesto. Y en ese proceso, al igual que las hormigas del patio de la casa de Manuel, han aprendido a camuflarse, a disimularse, a estar de manera distinta en el territorio, a habitar otros tiempos, a buscar estrategias para “preservar el nido”, ese refugio donde se puede ser y estar “a la manera propia”.

Conclusiones

El pueblo Pijao de SAC se ha constituido como contradictor de la concepción capitalista del territorio. Esta resistencia les ha implicado re–redescubrir su relación ancestral con el territorio en sus dimensiones sociales, culturales, ambientales y onto epistémicas, para hacer frente a la ocupación instrumental que de él han hecho diferentes actores.

A pesar de que los Pijao de SAC no se ubican por fuera de las lógicas productivistas y desarrollistas impuestas por el capitalismo neoliberal, han logrado una mirada particular del territorio, una mirada propia, para establecer y agenciar algunas estrategias, si se quiere ancestrales, de relacionamiento con el territorio, que implican su defensa y su cuidado, en el marco de la fase en la que se encuentra su proceso de lucha histórica: la liberación de Ibamaca (Madre tierra). Este proceso de liberación, como autoafirmación del ser indígena, se busca la restitución espacial, legal y onto epistémica del territorio para poder ser y estar.

En este proceso los Pijao en SAC han constituido un sistema de relacionamiento que denominamos como *Cosmologías de la reciprocidad*. Este es un tipo de ontología de las relaciones territoriales Pijao, donde el principio fundamental que sostiene la relación es la reciprocidad, entendida como la acción de ayudar y responder al otro en la medida de lo que nos da. En el ejercicio de los procesos de liberación de Ibamaca, esta cosmología ha llevado a los Pijao a realizar diversas acciones de reciprocidad. Una de ellas es la de preservar el monte. *El monte* es aquel espacio de territorio que no ha tenido intervención antrópica radical, por lo que es un espacio propicio para la vida, en todas sus manifestaciones, incluso espiritual.

El monte hace parte de los *territorio-vida* Pijao, aquellos lugares donde todo acontece, en donde todo participa para el sostenimiento de la vida, y en donde ningún ser o existencia, humano o no humano, orgánico o no orgánico, puede ser considerado de manera instrumental, tal como lo hace el pensamiento capitalista. Ahora, las *cosmologías de la reciprocidad* se deben entender como sistemas de relaciones en un marco específico: el proceso de liberación de Ibamaca. En esta lógica, el monte se puede entender como expresión de los límites que los Pijao le han impuesto al capitalismo desarrollista en sus territorios. Y

cuidando el monte, en una acción de reciprocidad, el territorio les permite tener espacios para prácticas ancestrales, y para el agenciamiento y praxis de sus *Concepciones-vida*, aquel conjunto de conocimientos específicos y propios del ser Pijao, que han venido guardando en la memoria y realizando en su vida cotidiana.

Referencias bibliográficas

CUESTA, Oscar. (2018) *Trabajos sobre indígenas y territorio en Colombia, estado de la cuestión*. En: Revista Latina de Sociología (RELASO) Vol. 8(3), (2018), pp. 61-75. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6857000> (01/11/2020).

ESCOBAR, Arturo. (2015) *Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio*. En: Cuadernos de antropología social, No. 41, p. 25-38. Recuperado de: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/1594> (14/11/2020).

ESTERMANN, Josef. (2013) *Ecosofía andina: un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de Vivir Bien*. En: Revista FAIA. Vol. II, No. IX-X. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/4714294.pdf> (12/02/2021).

FANON, Frantz (2009) *Piel negra, máscaras blancas*. Madrid: Ediciones Akal.

GAIAAMAZONAS. (2019) *La chagra: fuente de alimento, sistema integral y fundamento de vida*. Recuperado de: https://www.gaiaamazonas.org/noticias/2019-01-14_la-chagra-fuente-de-alimento-sistema-integral-y-fundamento-de-vida/ (16/01/2021).

ICANH. (2017) *Elementos para la conceptualización de lo “campesino” en Colombia. Insumo para la inclusión del campesinado en el Censo DANE 2017*. Bogotá: ICANH. Recuperado de: <https://www.dejusticia.org/wp-content/uploads/2017/11/Concepto-t%C3%A9cnico-del-Instituto-Colombiano-de-Antropolog%C3%ADa-e-Historia-ICANH.pdf> (17/02/2021).

LATOUR, Bruno. (2005). *Reensamblar lo social. Una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial.

LUGONES, María. (2011) *Hacia un feminismo descolonial*. En: La manzana de la discordia, Jul - Dic, Vol. 6, No. 2, p. 105-119.

MESTRE, Yanelia. (2007). *Ordenamiento territorial ancestral desde la visión de los cuatro pueblos indígenas (Arhuaco, Kággaba, Wiwa y Kankuamo) de la Sierra Nevada de Santa Marta, Colombia*. En: DONATO, L.; PAZMIÑO, A. & ULLOA, A. (Eds.), *Mujeres Indígenas, Territorialidad y Biodiversidad en el Contexto Latinoamericano* (pp. 101-108). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

MICTLAN REBELDE (WEB). (2015). *El monstruo más sanguinario y cruel: la hidra capitalista*. Recuperado de: <https://mictlanrebelde.wordpress.com/2015/12/31/el-monstruo-mas-sanguinario-y-cruel-la-hidra-capitalista/>

MININTERIOR Y CRIT. (2014). *Diagnóstico participativo del estado de derechos fundamentales del pueblo Pijao y líneas de acción para la construcción de su plan de salvaguarda étnica*. Recuperado de: https://siic.mininterior.gov.co/sites/default/files/pueblo_pijao_diagnostico_comunitario.pdf (15/02/2021).

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. (2002). *Da Geografia às geografías. Um mundo em busca de novas territorialidades*. En: A. Ceceña y E. Sader (comps.) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, p. 217-256.

RESOLUCIÓN 1057 de 2000. (2000) *Por la cual se confiere carácter legal, en favor de la comunidad Pijao de San Antonio de Calarma, de un predio del Fondo Nacional Agrario,*

localizado en jurisdicción del municipio de San Antonio, departamento del Tolima. Bogotá: Incora.

RIST, Gilbert. (2002) *El desarrollo: historia de una creencia occidental.* Madrid: Catarata.

SVAMPA, Maristella. (2018) *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina.* Guadalajara, Jalisco: Calas.

VASCO, Luis Guillermo. (2007) *Así es mi método en etnografía.* En: Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No. 6, p. 19-52, enero-junio 2007. Recuperado de: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n6/n6a03.pdf> (19/01/2021).

VELASQUEZ, Juan José. (2018) *La guerra contra los indígenas pijaos: financiamiento, organización militar y vida cotidiana, 1550 – 1615.* Medellín: Universidad Nacional de Colombia (Tesis de maestría). Recuperado de: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/69071> (16/02/2021).



GT 04 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

**“UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR”:
REFLEXÕES SOBRE DIREITOS INDÍGENAS,
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E GOVERNABILIDADE
A PARTIR DA XI ASSEMBLEIA DA COIAB**

Benedito Emílio da Silva Ribeiro (MPEG)¹

RESUMO

Este trabalho, fruto de pesquisa de campo, analisa as experiências e agenciamentos dos povos indígenas durante a XI Assembleia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, submersos na conjuntura sociopolítica conservadora vivenciada no país após o Golpe de 2016. Ocorrida na Terra Indígena Alto Rio Guamá – PA em fins de agosto de 2017, e permeada por intensos debates em torno da defesa dos territórios e conhecimentos tradicionais dos povos originários, a Assembleia Ordinária da COIAB permitiu observar os múltiplos posicionamentos frente aos sistemas de governo político-partidários que não respeitam os direitos constitucionais/originários e as convenções supranacionais relativas aos povos indígenas. As observações etnográficas desenvolvidas, inter cruzadas com a bibliografia antropológica, permitiram refletir sobre o universo dinâmico das políticas indígenas na atualidade e dos modos de organização desses coletivos étnicos, os quais trazem outras chaves de interpretação para os perfis de desenvolvimento predatório do capitalismo global sobre a Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; movimentos indígenas; reivindicações políticas; territórios tradicionais; democracia.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva dimensionar a situação enfrentada pelos povos indígenas da Amazônia brasileira, analisando os agenciamentos sociopolíticos desses atores em meio

¹ Mestrando em Diversidade Sociocultural – Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural, Museu Paraense Emílio Goeldi. Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará/Campus de Bragança. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM/UFPa) e do Grupo de Pesquisa Diversidade e Interculturalidade na Amazônia: pesquisas colaborativas e pluridisciplinares (DINA/MPEG). E-mail: emiliosilvaribeiro20@gmail.com.

ao cenário conservador deslindado a partir do Golpe² de 2016, com a ascensão de Michel Temer a Presidência da República. A análise aqui proposta toma como ponto central minhas experiências etnográficas durante a XI Assembleia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), que ocorreu entre os dias 28 e 30 de agosto de 2017, na aldeia Sede da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG).

Tendo como tema “Pela garantia e proteção dos territórios”, a 11ª edição da Assembleia Geral Ordinária da COIAB refletia fortemente os desafios enfrentados pelos coletivos indígenas e as pautas debatidas durante o encontro, as quais gravitavam em torno dos territórios étnicos, conhecimentos tradicionais, sustentabilidade, reconhecimento político, direitos originários garantidos na Constituição Federal de 1988 etc. Ainda que estes pontos estejam presentes desde os primórdios do Movimento Indígena no Brasil, e perpassem suas lutas e reivindicações sociopolíticas (BICALHO, 2010), a nova conjuntura pós-golpe e o recrudescimento de posturas conservadoras e neoliberais na sociedade brasileira trouxeram à tona incertezas sobre velhos problemas, além de colocar novos desafios a serem solucionados de forma coletiva pelos povos indígenas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi baseada em análise qualitativa do material etnográfico produzido *in loco*, durante o evento. A etnografia foi possível através de observação direta (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) das atividades ao longo da Assembleia da COIAB, registradas cuidadosamente em caderno de campo. Nele, foram anotados os principais pontos expostos nas plenárias, como outros aspectos perceptíveis no cotidiano daqueles dias. As observações em campo foram revisitadas e cuidadosamente analisadas para a escrita desse trabalho, sendo intercruzadas com a bibliografia antropológica pertinente ao tema aqui tratado. Esse exercício permitiu-me tecer considerações mais sólidas sobre ontologias e sociocosmologias dos povos que compõem o mosaico pluriétnico amazônico e refletir sobre o universo dinâmico das políticas indígenas, que trazem outras chaves de interpretação para nossa ciência ocidentalizada.

A partir deste horizonte, divido o artigo em duas seções. Na primeira, traço um panorama geral acerca dos povos indígenas na Amazônia, revisando conceitos e imagens históricas e pontuando os processos de autonomia e reconhecimento desses grupos étnicos. Optei por trazer esse pano de fundo enquanto viés metodológico para melhor entender o fenômeno aqui analisado, como apresenta Paul Little (2006), de modo a dimensionar interações e mapear dinâmicas desde uma perspectiva processual e contextualizada. E na segunda seção, apresento e debato os dados etnográficos coligidos durante a Assembleia da

² O termo *golpe* será empregado no artigo de acordo com os entendimentos de Marcos Napolitano (2019), para referir-me ao contexto do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, deposta de seu cargo em 2016, e que proporcionou ao então vice-presidente, Michel Temer, assumir a chefia interina da República Federativa do Brasil.

COIAB, de modo a refletir sobre os posicionamentos políticos e agendas indígenas naquele cenário emergente de conflitos com o governo central, e que se espriam atualmente.

2. OS POVOS INDÍGENAS E O ESTADO-NAÇÃO MODERNO/COLONIAL: IMAGINÁRIOS, SUBALTERNIDADES RETÓRICAS, CONFLITOS E R-EXISTÊNCIAS

Os processos de luta, resistência e reexistência dos povos indígenas espriam-se em um complexo de relações e conflitualidades, que somente ganharam notoriedade perante a opinião pública nas últimas décadas. Apesar de “invisível”, o enfrentamento indígena foi latente ao longo desses mais de 500 anos. A modernidade/colonialidade eurocêntrica instaurou uma gama de situações de violência e subalternidade nos territórios conquistados em Abya Yala. Epidemias, choques culturais, guerras, trabalho compulsório, migrações e deslocamentos forçados, desapropriações de terra, escambo, dívidas, escravização, dizimações etc. foram apenas algumas das marcas impostas na Amazônia indígena.

Porém, essas atrocidades vivenciadas pelos povos indígenas não devem ser encapsuladas em um processo de vitimização e passividade, ou de simples antagonismos, correndo o risco de minimizar sua atuação enquanto sujeitos que moldaram – e moldam – suas próprias histórias. As respostas indígenas foram igualmente diversas, tratando inclusive de agenciar essas mesmas violências coloniais e culturas de terror infligidas sobre suas realidades, seus corpos e regimes culturais de conhecimento (TAUSSING, 1993; OLIVEIRA, 2016; CUNHA, 2017). Assim, novas experiências eram criadas, e recriadas, cotidianamente pelos diferentes povos indígenas enquanto subvertiam tais mecanismos e elaboravam contradiscursos que os reposicionavam conforme suas respectivas cosmologias, ontologias e formas de organização social.

Isto ganhou outras proporções com o Estado republicano e a institucionalização dos dispositivos de poder tutelar no século XX, os quais perduram de forma velada até os dias de hoje. A criação, em 1910, de um órgão estatal específico para aplicação da política indigenista, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967 –, instrumentalizou práticas de violência e subalternização existentes, reposicionando-as em um legado integracionista das políticas tutelares desses órgãos ao longo do século XX. O caráter assimilacionista e coercitivo da tutela anunciava uma guerra simbólica conduzida pelo Estado-nação, e mascarada pela ideia de proteção oficial e fraternal.

Os povos indígenas, entretanto, não permaneceram alheios diante dessas experiências tutelares e progressivos atos de violência. Trataram de agenciar, mais uma vez, os terrores e truculências vividos em seus territórios. Nesse processo, iniciaram uma massiva mobilização como estratégia, tanto endógena quanto exógena, para garantir suas existências e o enfrentamento organizado contra o Estado e sua (necro)política integracionista, sobretudo no contexto da Ditadura Militar. Naquele momento, como a FUNAI não os assistiria de fato,

os indígenas buscaram apoio de outros setores e organismos da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), etc. As lutas, porém, não estavam isoladas:

Estavam inseridas no contexto das lutas dos movimentos sociais contra as brutalidades do regime de exceção implantado pelo Golpe Militar de 1964, sobretudo em sua versão “anos de chumbo” da década de 1970. Enquanto os missionários indigenistas diziam não à tradição assimilacionista da Igreja em relação aos índios, o clero e o episcopado de linha progressista, por seu turno, diziam não aos arbítrios da ditadura, denunciando-os. Enquanto os “chefes indígenas” realizavam os seus primeiros encontros e assembleias, os movimentos sociais urbanos e camponeses, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base, iam às ruas protestar contra o regime (LACERDA, 2008, p. 29).

Na proximidade com os movimentos sociais, os povos indígenas incorporaram suas formas de organização, que naquela conjuntura dava-lhes respaldo no diálogo com a sociedade envolvente, e ocuparam os espaços sociopolíticos. Passaram a exigir o reconhecimento de seus territórios, de sua autonomia e cidadania diferenciada, bem como de sua participação nos processos decisórios de políticas públicas. E também, pautavam a responsabilidade do Estado pela situação de precariedade em que viviam, decorrente das ações tutelares e de expansão frenética da fronteira estatal. As denúncias de extermínio e esbulho territorial ganharam grande repercussão, influenciando mudanças significativas na opinião pública nacional e internacional.

Com o fim do regime militar e a experiência de abertura democrática, a mobilização e participação indígena na Constituinte representou um grande ganho jurídico para os povos originários, ao passo que seus direitos foram incluídos e normatizados na nova Constituição Federal de 1988, em um capítulo específico. Poderíamos afirmar que uma nova história indígena e do indigenismo se construiria no Brasil a partir de então. Todavia, o parâmetro tutelar manteve-se como uma sombra oculta e igualmente pulsante na realidade brasileira.

A FUNAI, sucateada, vivia um estado de anomia e continuava inoperante em faces do clientelismo interno e corrupção, que tornavam ineficaz a atuação do órgão junto aos povos indígenas no contexto da Nova República (POZZOBON, 1999). Neste vácuo, as ações ilegais de exploração sobre áreas indígenas, chanceladas pela FUNAI, foram tão desastrosas quanto aquelas vivenciadas no período militar. O caso da frente de atração dos Waimiri-Atroari, removidos de suas terras tradicionais em virtude da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina (BAINES, 1990), e a fronteira do ouro e a empresa garimpeira estabelecida sobre os territórios Yanomami (ALBERT, 1995) são exemplos claros da preocupação secundária da FUNAI com a questão indígena.

Deste modo, os indígenas passaram a ser legitimamente representados por suas próprias organizações e entidades, como a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), o Comando Geral da Tribo Ticuna (CGTT), o Conselho Indígena

de Roraima (CIR), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a COIAB etc., que estão na vanguarda do movimento indígena na Amazônia. A mobilização indígena tornou-se mais incisiva na luta pelos direitos coletivos e originários garantidos na Constituição de 1988 e em outros acordos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Após a Eco-92 e a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a apropriação do discurso ambiental e ecologicamente sustentável pelos povos indígenas deu novos contornos para suas reivindicações, que os projetou como atores proeminentes na arena das relações internacionais.

Volta à surrada idéia do *bom selvagem* ecológico? Sim e não. Sim, como possibilidade de um papel importante para os índios no nosso futuro comum; não, porque esse papel não repousa sobre alguma essência que lhes seja atribuída. A posição dos índios no Brasil de hoje e de amanhã desenhar-se-á na confluência de várias opções estratégicas, tanto do Estado brasileiro e da comunidade internacional quanto das diferentes etnias. Trata-se de parceria (CUNHA, 1994, p. 134, grifo da autora).

Neste rol, um outro patamar de relações é estabelecido entre os povos indígenas, os Estados-nação e as sociedades envolvidas, sobretudo na América Latina, durante o século XXI. As experiências constitucionais na Bolívia e no Equador, com o reconhecimento das diferenças étnicas e uma certa “indianização” do Estado, abrem possibilidades para o debate internacional sobre autonomia jurídica, governabilidade indígena, plurinacionalidade, interculturalidade, comunitarismo e bem-viver (RAMIREZ, 2012). E as atenções direcionadas à Amazônia, na cruzada pela conservação de sua biodiversidade, proporcionam maior fortalecimento das organizações indígenas e de seus territórios ecologicamente sustentáveis.

No Brasil, os governos petistas iniciariam algumas mudanças no trato da questão indígena, sobretudo com a implementação de uma “nova política indigenista” que buscava romper com as vicissitudes do clientelismo existentes na FUNAI, reestruturando o órgão (STIBICH, 2019). Isso foi mais perceptível na gestão do antropólogo Márcio Meira, então Presidente da FUNAI, que buscava uma atuação mais acessível e horizontalizada junto aos povos indígenas. Nesta esteira, uma das maiores conquistas efetivadas foi a implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que reconhecia a autonomia indígena na gestão de seus territórios e recursos naturais.

Estes passos, porém, foram gradualmente interrompidos com as controvérsias do primeiro governo de Dilma Rousseff, entre 2010 e 2013 (STIBICH, 2019). A reeleição em 2014, acirrou insatisfações de classes políticas conservadoras, que minaram as bases de apoio já desgastadas da presidenta na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O Golpe de 2016, e a posse de Michel Temer como Presidente Interino, foi o estopim para a retomada de uma necropolítica de Estado, com a flexibilização de legislações, instrumentos normativos e convenções internacionais que ferem os direitos dos povos indígenas, buscando revertê-los para agradar as elites aliadas. Novos desafios e enfrentamentos estavam em vista.

3. “PELA GARANTIA E PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS”: NOTAS E REFLEXÕES SOBRE A XI ASSEMBLEIA DA COIAB PARA REPENSAR POSTURAS E ARRANJOS FUTUROS

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, ou COIAB, é uma das mais importantes e ativas entidades do Movimento Indígena Brasileiro, que aglutina e articula diferentes povos, sendo um espaço coletivo de debates, fortalecimento e lutas na região amazônica. Fundada em 1989, e tendo sua sede em Manaus-AM, atualmente a COIAB conta com inúmeras organizações (associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas etc.), dispostas em 46 regiões de base nos nove estados que integram a Amazônia Legal.

A cada 4 anos, os vários organismos de base que compõem a COIAB, e os povos que respectivamente os integram, se reúnem em assembleia para debater problemas e agendas comuns e eleger uma diretoria geral que paute as demandas indígenas em âmbito regional e nacional, além de realizar a mediação junto ao Estado, a FUNAI, as ONGs, e outros órgãos do mundo dos brancos. E em 2017 não foi diferente, levantando a urgência em deliberar sobre os enfrentamentos coletivos ao contexto vivenciado.

Neste sentido, a XI Assembleia Geral Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira aconteceu entre os dias 28 e 30 de agosto de 2017. A mesma ocorreu na aldeia Sede da Terra Indígena Alto Rio Guamá, à qual é habitada pelos Tenetehar-Tembé, povo da família linguística Tupi-Guarani. A TIARG está localizada no nordeste do estado do Pará, entre os rios Guamá e Gurupi, e compreende uma área aproximada de 280 mil hectares. Foi homologada em idos de 1993, em meio a um processo extremamente conflituoso e que ainda hoje reverbera na realidade deste grupo, mobilizando novos contexto de enfrentamento (PONTE; RIBEIRO, 2019).

A Assembleia aglutinou uma quantidade expressiva de povos indígenas, dos mais diversos grupos étnico-linguísticos da Amazônia brasileira, que se reuniram em um mesmo território para debater sobre a aquela conjuntura enfrentada, os desafios comuns ao futuro e as diretrizes para uma nova gestão administrativa da COIAB. E também enfatizar o posicionamento dos povos indígenas face o governo federal e suas medidas conservadoras, expresso na *Declaração do Rio Guamá*, documento final da XI Assembleia Geral da COIAB.

Esta atividade de campo foi realizada por membros do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão, da Universidade Federal do Pará (UFPA), o qual tem desenvolvido importantes investigações transdisciplinares sobre dinâmicas, interações e trânsitos históricos e contemporâneos envolvendo povos indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais entre o Pará e o Maranhão. A equipe que acompanhou a Assembleia da COIAB à época era encabeçada pela líder do referido grupo, a Dr.^a Vanderlúcia Ponte, e mais sete estudantes de graduação (6) e pós-graduação (1).

Partimos em viagem no dia 27 de agosto, chegando na aldeia Sede na tarde deste domingo. Ao longo desse dia, acompanhamos também a chegada constante de vários ônibus que traziam as delegações de cada estado, órgãos de base e/ou povos indígenas que foram participar e contribuir com os debates e deliberações.

O evento teve início na manhã do dia 28 de agosto, segunda-feira, com o credenciamento das pessoas que se encontravam na aldeia Sede, indígenas e não indígenas, na condição de ouvintes/participantes e de delegados de cada organização de base que compõe a COIAB. Ao total, foram credenciados 600 indígenas, de 160 povos, e 202 delegados. Também estavam presentes professores universitários, pesquisadores, ativistas, representantes de ONGs, entre outros.

No final da manhã, ocorreu também a mesa de abertura da XI Assembleia da COIAB, que contou com a participação de Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígena do Brasil (APIB) e Simone Karipuna, da Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANP). Também compuseram a mesa outros representantes indígenas dos nove estados da Amazônia brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Na mesma, foi enfatizada a preocupação com o cenário político, envolto em perdas e incertezas, e sendo considerado um dos piores momentos da história para os povos indígenas. Apesar das recrudescências do governo federal, frisou-se a necessidade de construção conjunta da base de luta, por meio da COIAB, evocando-se o lema do encontro: “Unir para organizar, fortalecer para conquistar”.

Ainda durante a abertura, também foi exposta a enorme preocupação existente com relação aos processos de demarcação de terras naquela conjuntura política do país e as possibilidades das perdas de direitos, principalmente territoriais, por parte dos povos indígenas. Foram frisados principalmente os casos da Terra Indígena Jaraguá, no estado de São Paulo, e da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, com seus processos demarcatórios ainda inconclusivos. Outro ponto mencionado, e muito preocupante do ponto de vista indígena, é a questão do julgamento do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que compromete seriamente a salvaguarda de direitos originários e constitucionais, sobretudo quanto a demarcação e homologação das Terras Indígenas, no contexto golpista e conservador do governo Temer.

Outra questão tratada foram as várias reuniões realizadas entre a diretoria da COIAB, em sua última gestão, e as organizações e movimentos indígenas de base em cada estado da Amazônia brasileira, cuja finalidade era fortalecer ainda mais as articulações políticas do movimento indígena, primeiro internamente para depois costurar as parcerias externas. Na oportunidade, também foi frisada a necessidade de construção de projetos específicos voltados para a juventude indígena, a fim de que os jovens também se insiram paulatinamente

nessa luta e auxiliem os mais velhos nas ações do movimento, lembrando a época da Constituinte e das manifestações da vanguarda do Movimento Indígena no Brasil.

Finalizada esta primeira parte da Assembleia, passamos para a primeira plenária, com o título *Empoderamento das Mulheres Indígenas*. Na oportunidade, foram debatidos alguns pontos sobre o movimento indígena e a participação feminina nos espaços de deliberação política dos respectivos grupos, bem como do movimento indígena em si.

A primeira a tomar a palavra foi Telma Taurepang, iniciando com um agradecimento aos caciques e lideranças masculinas, em especial ao cacique Naldo Tembé. Em sua fala, a mesma fez uma série de indagações. Começou tratando da presença e participação feminina nos movimentos indígenas, mesmo quando as mulheres não possuíam muita visibilidade; porém, estavam lá. Indagou sobre as lutas coletivas que devem ser travadas pela defesa dos territórios, afinal “terra é vida, é patrimônio”. Falou sobre a importância de conscientização acerca da elaboração de políticas públicas específicas voltadas para os povos indígenas, e aplicadas pelos mesmos nas respectivas aldeias e territórios. Questionou qual seria o posicionamento dos povos indígenas em face dos retrocessos naquele cenário político vivenciado no Brasil. E por fim tratou da autonomia das lideranças femininas, sem esquecer, no entanto, de estabelecer parcerias com os caciques e lideranças masculinas, que Telma considera como um importante esteio para a participação das mulheres na política indígena.

Em seguida, foi a vez de Eva Kanoé fazer sua fala. A mesma deteve-se a abordar sobre a abertura de “novos espaços” que devem ser ocupados pelos indígenas, nas Universidades, na política, no mercado de trabalho. E que a luta de homens/guerreiros e de mulheres sempre foi – e será – contínua, revelando que se hoje os indígenas conquistaram seu espaço na política e nos demais espaços de expressão e deliberação da sociedade brasileira, foi através de anos de lutas e reivindicações, muitas das quais não findaram e que custaram a vida de muitos parentes indígenas.

A próxima a falar na plenária foi Rosemeri Arapaso. Ela iniciou seu discurso lembrando da participação feminina nas comunidades e aldeias, e a reverberação desse protagonismo local para uma amplitude maior, a nível nacional pela COIAB ou pela APIB. E mais, disse que era imperativo o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às mulheres indígenas. Também indagou que era importante se apropriar dos debates relacionados aos territórios, a conservação do meio ambiente e as mudanças climáticas. Frisou a questão da sustentabilidade e nos territórios indígenas, principalmente através do plantio de alimentos adequados as especificidades ecológicas locais e do manejo de recursos naturais/florestais das aldeias. Rosemeri concluiu mencionando a necessidade do fortalecimento da presença indígena no cenário político.

Por fim, foi a vez de Alessandra Munduruku, liderança forte e de muita expressão no movimento. Ela falou sobre a defesa da natureza (dos rios, da floresta) como defesa da família

e do povo de maneira geral, evidenciando as conexões cosmológicas entre homens e mulheres e a natureza e o sobrenatural (universo não humano). Contou um pouco sobre sua trajetória, que parou de estudar na adolescência para se envolver no movimento indígena de seu povo, acompanhar os guerreiros para lutar e defender os direitos indígenas para a futura geração. Frisou ainda que é necessário “ocupar para resistir”, pois a luta é árdua e imperativa para refrear as ameaças advindas do mundo dos brancos.

Aqui, gostaria de destacar esse protagonismo feminino indígena, que tem reverberado bastante na atualidade. Ao longo desta plenária sobre empoderamento das mulheres indígenas, houveram falas realmente contundentes quanto à presença e participação feminina no Movimento Indígena. O mais interessante é perceber como os discursos das mulheres se estabelece e como estão afinados com as lógicas indígenas que se construíram no espaço político de suas organizações. Ainda que se agradeça o apoio masculino, e considere o homem como um importante alicerce para a participação feminina, isto não pode ser tomado simplesmente como subordinação e perpetuação do patriarcado, desde uma visão ocidental feminista branca. As relações de gênero entre os povos indígenas apresentam outro nexos ontológico. Como salienta Gersem Baniwa (2019, p. 213):

Em geral, no campo da comunicação, os homens, os mais velhos, os sábios e os líderes clânicos possuem mais prestígio (poder, espaço) da palavra, do convencimento, do exemplo, da habilidade de negociar, articular, mobilizar, apaziguar, organizar e liderar, enquanto as mulheres detêm a sabedoria cósmica para aconselhar, orientar e instruir seus maridos ou seus filhos, o que ocorre nas longas conversas noturnas nos dias que antecedem os eventos de decisões. É importante salientar que os povos indígenas acumulam sabedoria, advinda da vivência e da memória, elementos essenciais nas tomadas de decisão.

Assim, longe de ser um fenômeno recente, as mulheres estiveram presente desde as primeiras assembleias do movimento indígena, acompanhando os caciques e demais homens (ORTOLAN MATOS, 2012). Seu protagonismo e autonomia foi sendo construído aos poucos, nos espaços públicos do Movimento; porém, sua importância política já encontrava-se espalhada desde o *locus* sociocosmológico de cada grupo, onde possuem centralidade para a reprodução cultural dos mesmos. Como frisado pela fala de Rosemeri Arapaso acima, a inserção da mulher se faz desde seus territórios, no interior de suas aldeias, e casas. Nessa relação, ocupam outros espaços de construção política, como o doméstico. Dentro de casa, a mulher indígena dialoga abertamente com o homem, aconselhando-o e opinando sobre os assuntos que o mesmo deve tratar perante os demais indígenas, nos espaços coletivos.

Diversos dados etnográficos têm revelado que relações estabelecidas em espaços indígenas de perfil doméstico não costumam se opor às relações mantidas em espaços públicos mais amplos. Nessa perspectiva, estamos lidando com experiências que, apesar de serem vivenciadas em esferas sociais distintas, comportam-se como complementares e não como

adversárias ou mesmo excludentes entre si (ORTOLAN MATOS, 2012, p. 147).

Isso também nos ficou claro durante a COIAB e o dia-a-dia na aldeia Sede. Observamos que o debate político não estava restrito ao espaço da Ramada, onde se desenrolavam as plenárias. Mas também a beira do campo onde ocorriam partidas de futebol no final do dia, ou ainda na cozinha onde eram preparadas as refeições servidas coletivamente aos participantes da COIAB, sem falar a intimidade da casa. E eram espaços onde estavam as mulheres, conversando entre si ou na presença dos homens. Mesmo distantes, elas faziam-se presentes e estavam ativamente debatendo sobre as pautas do movimento. A experiência política indígena se constrói sob outros signos, e em outros ordenamentos, como destacado por Marisol de la Cadena (2009, p. 148):

Las indigeneidades emergentes podrían inaugurar una política diferente, plural no porque estén representadas por exigentes derechos de género, raza, etnicidad o sexualidad, sino porque ellas despliegan prácticas no modernas para representar entidades no humanas. [...] Y de esta manera las indigeneidades emergentes marcan una época en la que ellas desafían cuatro largos siglos de quiebre y confluyen con los científicos acerca de sus discusiones por una diferente política de la naturaleza.

Na manhã do dia 29 de agosto, terça-feira, ocorreu a formação da comissão eleitoral para o processo de escolha da nova gestão da COIAB, que ocorreria no dia seguinte. Nesse momento, as federações e entidades de cada estado se dispersaram um pouco da Ramada e foram conversar entre si, em outros lugares próximos na aldeia Sede, para deliberar sobre seus posicionamentos e escolhas coletivas quanto a próxima gestão.

Em seguida, houve a segunda plenária da Assembleia, *O fortalecimento da participação indígena na política partidária*. Telma Taurepang, candidata ao Senado Federal nas eleições de 2018, iniciou a discussão com sua fala. Frisou a necessidade de estruturar novas estratégias para a participação indígena no campo político brasileiro, visando inserir os povos indígenas na linha direta de decisões. Ela pontou que é necessário ocupar esses espaços políticos dos brancos sem perder a identidade indígena, e buscando articular com as bases do movimento indígena para assegurar a conquista dos direitos. Para tanto, é fundamental fortalecer as organizações indígenas desde suas bases e incentivar sua participação nas esferas políticas.

Em seguida, foi dada a palavra para Sabá Manchineri, que havia sido indicado para tornar-se Presidente da FUNAI, porém sendo preterido no lugar do general Franklimberg Ribeiro Freitas. O mesmo iniciou trazendo uma importante reflexão a partir de três perguntas aparentemente simples: *O que é que nos une? O que é que nos divide? O que queremos?* Com isso, Sabá Manchineri quis chamar a atenção dos presentes para a incorporação paulatina das lógicas capitalistas do universo do branco, que acaba por inverter os sentidos cosmopolíticos e etnopolíticos do viver indígena. Assim, enfatizou, é preciso se apropriar dos

espaços e discursos sem perder de vista as “raízes” do movimento, da luta dos povos indígenas e suas cosmovisões.

Frisou que a luta indígena não perpassa somente pela terra demarcada, mas igualmente está centrada na defesa de suas culturas e espiritualidades que se inscrevem em seus territórios tradicionais. Nesse aspecto, adentrou nas formas de política indígena, ou etnopolítica, que se alicerçam na relação com o território e com a cosmologia, e suas formas de inserção nos espaços de deliberação política como estratégia para construção de políticas públicas e projetos de desenvolvimento mais equitativos e não agressivos ao meio ambiente e aos povos que dele dependem, incluindo aí os próprios brancos. Além da política indígena desenvolvida por cada povo – e indivíduo – indígena, existe outro aspecto que “conduz” os povos indígenas: a política indigenista. Fez ainda duras críticas aos “jogos políticos” e à política de compra de votos, que dirimi o peso político das candidaturas indígenas quando não aceitas, muita das vezes, pelos poderes hegemônicos da cena político-partidária.

A questão aqui é bastante controversa. Segundo exprime Gersem Baniwa (2019), é preciso repensar a participação política dos povos indígenas desde lugares e modalidades ocidentalizadas que garantem uma inclusão excludente, pois lançam uma outra racionalidade política distinta da indígena. Porém, a inserção indígena nesse jogo político muito criticado, principalmente em Brasília, não se restringe unicamente a participação democrática na construção e fiscalização das legislações e políticas públicas. Busca também estabelecer transformações nestas lógicas de representação do campo político brasileiro:

A participação indígena em cargos eletivos dos Poderes Legislativo e Executivo e a discussão sobre a política partidária também são prioridades do movimento indígena, bem como a presença indígena em postos do Poder Judiciário. A conquista desses espaços não deve ser confundida com a necessidade de se avançar na construção de formas de autogestão dos territórios indígenas e de que as mesmas sejam reconhecidas pelo Estado brasileiro e incorporadas à sua organização. Neste sentido, o debate sobre esses temas deve ser fortalecido nas comunidades e organizações indígenas (DECLARAÇÃO DO RIO GUAMÁ, 2017).

E acima de tudo, como expresso na Declaração do Rio Guamá, é a ocupação direta dos espaços parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como do próprio STF, de modo a exercer pressão e intervir sobre propostas conservadoras que colocam em risco seus direitos conquistados, como os projetos defendidos pela Bancada Ruralista (SILVA, 2017). Ao passo que estes beneficiam o agronegócio e os grandes representantes do patronato rural, estão dispostos a elaborar sanções contrárias, e que marginalizam as legislações protetivas sobre os territórios indígenas e seus recursos.

À tarde, houve a última plenária intitulada *Análise de conjuntura, os direitos indígenas e a política indigenista*, que iniciou às 15h. O primeiro a falar foi Lindomar Terena, que fez uma analogia inicial entre aquela Assembleia e os movimentos da época da Constituinte,

saudando os indígenas da vanguarda do Movimento Indígena que nas décadas de 1970 e 1980 foram à luta pelo direito dos povos indígenas no Brasil, e enfatizando que este exemplo deveria ser seguido para a organização dos povos indígenas em cada estado da união. Denunciou ainda a articulação das elites ruralistas e do agronegócio para evitar e sufocar a luta dos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, através de milícias, e o alastramento desta prática para outros contextos de luta nem face do conservadorismo e da postura colonialista do governo Temer.

O próximo a falar foi Eloy Terena, advogado da APIB, que tratou da importância da Assembleia da COIAB como evento político de visibilidade nacional e internacional, e como movimento de expressão da política indígena. Destacou ainda as ocupações como medidas de resistência e mobilização política face as intervenções estatais e o engajamento da juventude nos movimentos indígenas. E falou sobre a valorização dos mais velhos, que participaram das primeiras organizações e da Constituinte; é preciso ouvi-los e aprender com eles, pois além de deter mais experiências dentro dos movimentos indígenas, são também os grandes conhecedores dos saberes tradicionais. Nesse sentido, transmissão de conhecimento é igualmente empoderador.

E por último, foi convidada a falar Edel Moraes, representando o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) – antigo Conselho Nacional dos Seringueiros. A participação de Edel nesta plenária da COIAB traz consigo a necessidade de construir coletivamente, de forma colaborativa, com outros movimentos que igualmente vem sendo afetados pela política genocida e excludente atual, voltando aos inícios do movimento indígena na década de 1970 e 1980. E isto ficou mais evidente na fala de Edel, que iniciou pontuando sobre a união das “minorias” para fortalecer e resistir, ao passo que exerceriam pressão sobre o governo federal e suas medidas conservadoras e antidemocráticas. Para tanto, frisou a questão da governança local – indígena, quilombola, extrativista – como estratégia de fortalecimento endógeno do movimento, e das pautas de reivindicação, a partir dos respectivos territórios. É no território que está a base de luta e enfrentamento dos povos indígenas e populações tradicionais. Como ela própria contou, em entrevista:

[...] sem o território nós não temos vida, sem o território outras coisas não podem acontecer. É o território que nos possibilita nos autodeclararmos como indígenas, como quilombolas e como extrativistas. E é esse território que é o lugar da nossa vida, dos nossos saberes, dos nossos conhecimentos, das nossas vivências, da nossa forma de organização. É o local que tem a história dos nossos antepassados, dos nossos ancestrais. Então é aqui que tem a vida (Entrevista com Edel Moraes, aldeia Sede, 29 de agosto de 2017).

A luta pelo território foi uma das principais pautas e diretrizes nos debates e falas realizadas pelos participantes indígenas, atravessando o cerne das reivindicações conjuntamente ao reconhecimento da autonomia indígena, da cidadania diferenciada e da autogestão das terras e recursos naturais:

A autonomia e a autodeterminação são direitos inerentes a toda e qualquer pessoa humana. Por isso afirmamos que faremos de forma autônoma e livre a gestão de nossos territórios e recursos naturais, em acordo com nossos usos, costumes e tradições, valorizando nossas formas próprias de decidir e de exercer controle social. Nesse sentido, afirmamos que somos contra atividades de mineração, de aproveitamento de recursos hídricos, da construção de linhas de transmissão ou rodovias dentro de nossos territórios. O território brasileiro é vasto o suficiente para que as atividades imprescindíveis ao interesse nacional e ao crescimento econômico possam ser planejadas e desenvolvidas sem invadir e violar nossos territórios tradicionais (DECLARAÇÃO DO RIO GUAMÁ, 2017).

Na manhã do dia 30 de agosto, quarta-feira, retornamos para Bragança. Saímos um pouco depois da votação para escolha da nova diretoria, e acompanhamos a vitória de Nara Baré, tesoureira na antiga gestão, tornando-se a primeira mulher indígena a ocupar o cargo de coordenadora geral da COIAB. E neste momento, enquanto agradecia a todos e todas ali presentes, disse o seguinte: “Ser liderança não é unicamente por mérito individual, mas vem do reconhecimento e da representatividade dada pelo grupo”. Ou seja, está na luta diária e coletiva junto aos seus, dentro da aldeia. Eis as bases das etnopolíticas indígenas.

Fica evidenciado, portanto, como o Movimento Indígena na Amazônia brasileira pode ser encarado como uma expressão política complexa, ao passo que constitui um corpo díspar com diferentes subjetividades, unidas em torno de causas e lutas comuns. Essa pluralidade, envolta pelos múltiplos significados ontológicos e contextos cosmológicos, marca o funcionamento das agências políticas construídas pelos diversos povos indígenas, que refletem suas posições perante a sociedade envolvente (local/regional/nacional/internacional) e, principalmente, aos demais seres existentes dos seus cosmos. No que define Marisol de la Cadena (2009), essa perspectiva política mobilizada pelos povos indígenas articula certos antagonismos existentes de forma contra-hegemônica, incorporando os “misticismos” e a espiritualidade em suas experiências cosmopolíticas e etnopolíticas. Segundo a autora:

Dada la modernidad fundacional de la política, la relación ha sido siempre sólo parcial y fragmentada. Frases como “los ríos, peces y la selva piden nuestra ayuda, pero el gobierno no sabe cómo escuchar”, hablan del problema que hace imposible una relación cabal entre indios e instituciones políticas modernas.¹⁹ Estas últimas escucharían (en ciertas ocasiones) cuando los indios hablan en términos modernos y los indios – siendo no modernos – saben también cómo hacer eso. [...] La política étnica – la punta del iceberg – está forjada por prácticas inadmisibles para la política moderna, las cuales sin embargo, fractales en su constitución, son parte de las luchas indígenas conforme estas aparecen en la esfera pública.²⁰ Sin embargo, debido a que no existe “la renuncia a la propia sombra”, el “ritual” o las prácticas “i-letradas”, si bien inadmisibles (y por lo tanto invisibles) en la política moderna, sustentan el conflicto que se acumula en la arena política (DE LA CADENA, 2009, p. 155).

A participação neste importante evento, e acontecimento etno-cosmopolítico, indígena possibilitou uma série de percepções quanto a forma de construção indígena do espaço político e social, além de seus princípios de vida integradora, que é díspar da vivência

social ocidental, tão individualista e setorizada. Um modo outro de gestar a experiência de participação e exercício (etno)político, em um movimento de “entrada” e “saída” do molde ocidental/nacional enquanto recurso de acesso desses sujeitos, entrelaçando redes de coletividade que visam rever (e romper) com as estruturas hegemônicas de poder-saber e deslindam um novo horizonte de possibilidades políticas e abertura para governabilidades plurais no cenário democrático. Desta feita, pude avaliar que o campo político acionado pelos indígenas representa um espaço importante de construção colaborativa de conhecimento, a partir da aprendizagem cotidiana com o Outro em suas próprias maneiras de agir, de viver e conviver, e conceber o mundo e a relação com os outros seres, humanos e não humanos.

4. “OS POVOS INDÍGENAS SÃO UMA MÁQUINA DE FAZER HISTÓRIA”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a COIAB, e o Movimento Indígena brasileiro, está buscando maior consolidação de sua base de atuação nos últimos anos, bem como um novo fortalecimento em vistas do contexto de retrocessos e incertezas inconstitucionais. Não apenas para estabelecer pontes de diálogo, mas sobretudo buscar estratégias para resistir, e reexistir, face as intervenções do governo federal, em sua marcha retrógrada e conservadora. Buscar conter as ameaças constantes, diárias, aos direitos indígenas conquistados desde a Constituição de 1988. Esse fortalecimento perpassa um campo de possibilidades, e tem na construção e articulação de redes de parceria uma de suas principais estratégias.

Foi perceptível ao longo da fala de muitos dos representantes do Movimento Indígena, narrando experiências a partir de suas aldeias e regiões, que é preciso repensar as formas de fazer política e, sobretudo, como se relacionar com o mundo dos brancos sem ser engolido por seus sistemas de opressão e dominação. Cada povo, e organização de base, utiliza-se de estratégias distintas de aproximação e distanciamento do mote político brasileiro (ocidentalizado), trazendo à tona posicionamentos discordantes e tensões dentro do próprio movimento indígena, mas que muito reflete os sentidos do fazer-se política entre esses coletivos (BANIWA, 2019). Uma política atravessada pelo parentesco, pelo conflito e pelas relações cosmológicas com os outros seres existentes, não humanos.

Ao observar os muitos posicionamentos indígenas durante a Assembleia da COIAB, e atentando às especificidades políticas concebidas pelos povos indígenas amazônicos, apreendem-se outras maneiras de pensar, e repensar, a experiência democrática brasileira e praticar a cidadania, mas de forma diferenciada. Afinal, os indígenas também são cidadãos, cidadãos da floresta! E neste exercício crítico, e de virada ontológica, rever os perfis de desenvolvimento predatório do capitalismo global e as estruturas vigentes da Colonialidade que recaem sobre seus territórios e lógicas ancestrais. E inaugurar uma outra experiência

histórica. Me utilizando das palavras ditas por Amarildo Tukano durante a Assembleia da COIAB: “Os povos indígenas são uma máquina de fazer história”.

Nesse sentido, é importante (re)pensar a categoria *diversidade sociocultural* na Amazônia e dimensioná-la enquanto chave interpretativa transdisciplinar, juntamente aos aspectos da biodiversidade, para um entendimento mais robusto da complexidade existente na região amazônica, com seu mosaico de povos, culturas, territórios e paisagens. As experiências sociais, políticas e culturais dos povos indígena e demais comunidades tradicionais, erigidas nas suas relações com o espaço e o meio ambiente, bem como com os seres e entidades que povoam esse universo natural/sociocósmico, trazem à tona instigantes cartografias multidimensionais sobre mundos e modos de cultivar e reproduzir a vida, distintos das representações ocidentais direcionadas à Amazônia, de modo específico, e à América Latina, como salientado por Arturo Escobar (2005).

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu**: uma crítica xamânica da economia política da natureza. Brasília: UnB: Série Antropologia, 1995. 33p. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie174empdf.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BAINES, Stephen Grant. **“É a FUNAI que sabe”**: A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1990.

BANIWA, Gersem. Indígenas na política e o poder tutelar no (des)caminho da autonomia indígena no Brasil. In: LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor; SILVA, Cristhian Teófilo da; MORALES, Elena Nava (Orgs). **Desafiando Leviatãs**: experiências indígenas com o desenvolvimento, o reconhecimento e os Estados. Belém: MPEG, 2019, p. 205-233. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/publicacao/desafiando-leviatas-ebook.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil**: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a16.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

DE LA CADENA, Marisol. Política indígena: un análisis más allá de 'la política'. **WAN Journal**, v. 4, p. 139-171, 2009. Disponível em: http://www.ramwan.net/old/documents/05_e_Journal/journal-4/5.%20marisol%20de%20la%20cadena.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

DECLARAÇÃO DO RIO GUAMÁ – Documento final da XI Assembleia Geral da COIAB, 01/set/2017. Disponível em: <http://apib.info/2017/09/01/declaracao-do-rio-guama-documento-final-da-xi-assembleia-geral-da-coiab/>. Acesso em: 03 mar. 2018

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 63-79.

LACERDA, Rosane. **Os Povos Indígenas e a Constituinte – 1987/1988.** Brasília: CIMI, 2008.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v33n96/0103-4014-ea-33-96-395.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

ORTELAN MATOS, Maria Helena. Mulheres no Movimento Indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (Orgs.). **Gênero e povos indígenas.** Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012, p. 140-171.

POZZOBON, Jorge. O lumpen-indigenismo do estado brasileiro. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 85, p. 281-306, 1999. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1999_num_85_1_1738. Acesso em: 12 jan. 2020.

PONTE, Vanderlúcia da Silva; RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. O argumento da “mistura”, a política indigenista e o território-territorialidade entre os Tenetehar-Tembé na fronteira Pará-Maranhão. **Revista GeoAmazônia**, v. 7, n. 14, p. 75-102, 2019. Disponível em: http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/256/pdf_133. Acesso em: 25 dez. 2020.

RAMIREZ, Silvina. Los pueblos originarios en el siglo XXI: principales desafíos. In: BRITO, Antonio Guimarães; BECKER, Simone; OLIVEIRA, Jorge Eremites de (Orgs.). **Estudos de antropologia jurídica na América Latina indígena.** Curitiba: CRV, 2012, p.11-24.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas. **Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 437-457, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17658>. Acesso em: 14 mai. 2019.

STIBICH, Ivan Abreu. **Esforços para a implantação de uma “nova política indigenista” pelas gestões petistas (2003-2016): etnografia de um processo a partir da Fundação Nacional do Índio (Funai).** 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TAUSSING, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.



GT 4 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

DE LA CRIANZA A LA SOSTENIBILIDAD DE LA VIDA: LAS ECONOMÍAS COMUNITARIA ANDINA Y FEMINISTA COMO ALTERNATIVAS A LA MODERNIDAD

César Carranza Barona (UCE)¹

Nicolás Villavicencio (UCE)²

RESUMEN

Este trabajo constituye un análisis de los conceptos de crianza de la vida y sostenibilidad de la vida, desarrollados en el marco de la economía comunitaria andina y la economía feminista respectivamente, oponiéndolos a la racionalidad utilitarista moderna, ligada a la economía neoclásica. Se parte para ello de una descripción de la plataforma común de los llamados buenos convivires, propios de las cosmovisiones indígenas andinas y de cómo a partir de allí se organiza una forma particular de lo económico, la comunitaria, que orienta sus objetivos a la necesidad de criar la vida de una manera digna y armónica con la naturaleza. Después se define el concepto de sostenibilidad de la vida, y se establecen los puntos en que plantea a la economía comunitaria, la necesidad de considerar una transformación interna de las relaciones sexuadas en términos más equilibrados. A manera de conclusión se asientan los puntos en que estas propuestas de resignificar lo económico se distinguen de la economía hegemónica, la neoclásica, y los elementos que brindan la posibilidad de conexión entre la postura comunitaria y la feminista, como la necesidad de ampliar el sentido de lo económico hacia actividades que se desarrollan fuera del mercado y el objetivo común de orientar la finalidad de la economía a la satisfacción plena y plural de necesidades humanas.

Palabras clave: economía comunitaria andina, crianza de la vida, economía feminista, sostenibilidad de la vida, otras economías.

¹ Doctor en Economía del Desarrollo. Experiencia en diseño y evaluación de políticas públicas y gestión de programas y proyectos sociales. Investigación y docencia en campos de historia del pensamiento económico, epistemología, teorías del desarrollo, economía heterodoxa y economía social y solidaria. Docente de Economía en la Universidad Central del Ecuador (UCE). Ecuador. cvcarranza@uce.edu.ec

² Estudiante de Sociología en la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad Central del Ecuador. Participante del Grupo de investigación de ESS de la Universidad Central del Ecuador (UCE). Ecuador. ngvillavicencio@uce.edu.ec

1. INTRODUCCIÓN: LOS CONCEPTOS DE CRIANZA DE LA VIDA Y SOSTENIBILIDAD DE LA VIDA

La crianza de la vida define el modo particular en que los pueblos andinos se relacionan dentro de sus comunidades. Se trata de una forma de relacionamiento atravesada por los principios de reciprocidad, correspondencia y complementariedad, tanto entre los seres humanos cuanto con la naturaleza. Para comprender estas maneras de organizar la vida es necesario ahondar en los principios que rigen las cosmovisiones indígenas andinas. Para ello Acosta (2017) utiliza el término de *buenos convivires*, que contempla una pluralidad de perspectivas en torno al bienestar, como el *sumak kawsay* kichwa y el *suma qamaña* aymara que, aunque distintas, comparten una plataforma común basada en una convivencia armónica entre los seres humanos y de ellos con la naturaleza, así como en el respeto de otras formas de vida en que se manifiesta el buen vivir.

La comunidad andina, puede entenderse como un sistema conformado por tres comunidades: la que corresponde a la naturaleza (Sallqa), la que corresponde a las divinidades (Huacas) y la de los seres humanos (Runas) (Muñoz y Chiroque, 2009). De la relación entre estos tres componentes de la comunidad se desprenden prácticas marcadas por principios rituales de *pago a la tierra*, donde, a través de un proceso dialógico, el aprovechamiento de los productos que brinda la naturaleza es devuelto mediante su correcta crianza (van Kessel y Condori, 1992). Este principio de relacionamiento con la naturaleza tiene como finalidad la reproducción del *sumak kawsay*, según el cual, la comunidad no puede estar bien si la naturaleza es explotada o violentada. Viteri (2002) sostiene que el *sumak kawsay* está relacionado con otros conceptos, como el de *sumaq allpa* (tierra sin mal), que implica que el usufructo hostil e irrespetuoso de los ciclos de la tierra lleva a la comunidad al *llaki kawsay*, una situación de *mal vivir* en que la propia naturaleza castiga las malas prácticas. Entra aquí otro concepto que encuentra Viteri, el de *muskuy* (conocimiento), que no se reduce al aprendizaje formal de las técnicas adecuadas para tratar la tierra, sino a una relación espiritual con el entorno. Al decir de los pueblos indígenas, el *muskuy* “nos ha permitido adaptarnos adecuadamente a las condiciones de vida de la selva y definir nuestra presencia en estos territorios, desde hace cientos de años, con nuestros antepasados” (Sarayaku, 2003: 80). A través del conocimiento de sí mismas en relación con una realidad cambiante, de hegemonía capitalista y desarrollista, las comunidades andinas han sido capaces de darle un nombre histórico a ese escenario de mal vivir, a sus componentes y a los efectos que ha tenido sobre los pueblos indígenas. El *llaki kawsay* se ha producido “del alejamiento de las cualidades personales y los valores sociales que deben regir la vida de los indígenas, en la mayoría de los casos como resultado de un proceso de aculturación en valores occidentales” (Viteri, 2003; en Hidalgo-Capitán *et al*, 2014: 44). Es así que el conocimiento adquirido a través

de sus antepasados, permite a los pueblos indígenas situarse históricamente y construir demandas políticas sólidas y coherentes con sus cosmovisiones que, en enfrentamiento con los principios modernos, les permitan sostener una forma de vida armónica entre ellos y la naturaleza. La crianza de la vida es la crianza de los seres humanos para que sepan alcanzar condiciones de vida digna y para que aprendan a criar la tierra de manera respetuosa; es el aprendizaje sostenido y encauzado al alcance del *sumak kawsay*, a la revalorización de los saberes ancestrales ante un contexto que los ha signado como primitivos.

Por otra parte, el concepto de sostenibilidad de la vida emerge de la vertiente rupturista de la economía feminista, postura que plantea la necesidad de invertir la prioridad de la economía de mercado, centrada en la maximización del beneficio, poniendo la sostenibilidad de la vida como finalidad de la actividad económica (Pérez, 2005). Se parte de asumir un compromiso político tanto en la producción de conocimiento como en el quehacer económico. La economía feminista de la ruptura se distingue de la llamada *economía feminista de la conciliación*, esta última sostiene que es necesario dotar de valor económico a las labores domésticas e igualar los tiempos de hombres y mujeres en las esferas doméstica y de mercado. Por su parte, la vertiente rupturista plantea que no solo deben considerarse las actividades domésticas, sino, en general, los trabajos de cuidado, donde se incluye el tema de los afectos y demás actividades que, aunque no se desarrollen en el hogar, han sido históricamente feminizadas. Bajo la idea de que la feminización de los cuidados, que ha sido asignada a las mujeres por la modernidad, ha conseguido que el mercado se desentienda de un cúmulo de necesidades humanas que son indispensables para su funcionamiento, la economía feminista de la ruptura pugna por dotar de valor central a los trabajos de cuidado, a través del concepto de *sostenibilidad de la vida*. La sostenibilidad de la vida se soporta en dos ideas clave: la necesidad de ampliar el concepto de lo económico, contemplando trabajos que no ocurren dentro de esferas monetizadas (Pérez, 2019) y la centralidad de los trabajos de cuidado como importantes para la sostenibilidad de la economía, pero más allá de ello, como indispensables para la reproducción humana (Carrasco, 2009). Desde esta perspectiva se propone una reorganización de la economía en que la reproducción de una forma particular de mercado no justifique el perjuicio de determinados grupos humanos, particularmente el de las mujeres.

Mirar desde la sostenibilidad de la vida implica preguntarnos si al final todo ese complejo engranaje permite a la gente que lo conforma comer o no, bien o mal, con soberanía alimentaria o sin ella, con tiempo de calidad para sentarse en una mesa, con compañía impuesta o elegida. Y si la gente come mal, de poco nos vale que el saldo de la balanza de pagos sea positivo. (Pérez, 2019: 40-41)

2. LA ECONOMÍA COMUNITARIA ANDINA FRENTE A LA ECONOMÍA DE MERCADO

El sentido de lo económico en las comunidades andinas se basa, como adelantamos, en los principios del buen vivir. A diferencia de la economía ortodoxa, aquí no existe una separación entre lo económico y otras esferas de la vida. Se trata de una economía incrustada en las relaciones sociales, políticas y culturales, que surge de procesos históricos distintos a los de la economía de mercado, a la manera de lo que Polanyi (2003) entiende por *economías sustantivas*. Para entender esta forma particular de relacionamiento de lo económico con otros aspectos de la vida es preciso ahondar en lo que se entiende por comunidad en la cosmovisión andina. “El núcleo de la economía comunitaria andina es el ayllu, que es la idea de familia ampliada, es decir: la comunidad” (Andrade, *et al*, 2014: 177).

Esta noción de familia ampliada contenida en el concepto de ayllu no se reduce a las relaciones humanas, es también la relación de estas personas con la tierra a la que pertenecen. La idea de territorio es fundamental para pensar las relaciones económicas comunitarias. La propiedad de la tierra en el ayllu se distingue de la lógica de propiedad privada, propia del capitalismo. Bajo la racionalidad occidental, la tierra, en tanto mercancía, se adquiere mediante procesos de compra-venta, de lo cual, quien la adquiere puede destinar su uso a cualquier fin basado en sus intereses. Cuando la tierra adquiere el carácter de factor de producción, su precio en el mercado, así como los posibles fines a los que puede ser destinada dependen del principio de rentabilidad. Cuestiones como su ubicación y su extensión devienen variables de cálculo a la hora de determinar su valor en el mercado. Así también, quien se apropia de una tierra adquiere ciertos derechos legales sobre ella, puede venderla, heredarla, rentarla, etc. El territorio del ayllu, por su parte, no se maneja por los principios de la propiedad privada; no existe la figura de la adquisición, a ella la reemplaza la de asignación. Cuando una nueva casa se establece, le es asignada una porción del territorio, dentro de la cual puede hacer su vida; se trata no de una apropiación, sino de una participación vital en ese espacio, tal es así que el hogar que se asienta en esa porción de territorio no posee el derecho de venderla ni de legarla. Esto, impide procesos de acumulación, especulación y desposesión, así como de subsunción laboral por desposesión.

De igual manera, la finalidad productiva a la que se destina determinada porción de territorio en el ayllu no responde al principio de rentabilidad. Esto se debe a que, a diferencia de lo que ocurre en el capitalismo, las partes de territorio no son adquiridas y valuadas en función de su factibilidad para ser destinadas a una finalidad prevista; sino que, como dijimos, son asignadas. Y, en orden con esa asignación, la misma comunidad distribuye las actividades productivas entre las casas tomando en cuenta las facilidades que tiene cada sector del territorio. Esta es una decisión tomada en comunidad y orientada a satisfacer las

necesidades de la comunidad (Vega, 2017). Es así que al principio de la rentabilidad lo sustituye el de la complementariedad y el de la cooperación. Este control sobre la administración productiva se conecta con una distribución colectiva y rotativa de la autoridad. Misma que no es vista como un mérito o un lugar social superior, sino como un servicio que los miembros le deben a su comunidad (Muñoz y Chiroque, 2009). El modo en que la autoridad es distribuida durante un periodo determinado remite a la competencia por el *prestigio*, tal que se adquiere a través de brindar sostenida y continuadamente servicios a la comunidad en general y a los miembros que en determinados casos lo requieran en particular (Alvarez, 2012). La administración de la producción en comunidad no acaba en la definición respecto de qué se ha de producir y en qué medida; se pone en cuestión también la decisión respecto de los excedentes y su redistribución, así como la relación económica con el exterior, ya sea a manera de intercambio con otras comunidades, ya sea a través de la venta en el mercado. Esto último, sin embargo, solo puede acontecer una vez satisfechas las necesidades al interior de la comunidad.

Con respecto a lo que concierne al aprovechamiento de lo que provee la naturaleza, en la economía comunitaria, “La consideración de los recursos naturales como estratégicos, destinados al vivir bien, condiciona la explotación y la industrialización de los recursos naturales a la armonía con la naturaleza, al equilibrio ecológico y a la armonía con las comunidades” (Prada, 2010: 76). La palabra *recursos* no tiene aquí una connotación instrumental utilitaria, la naturaleza no se piensa desde la dualidad sujeto-objeto, con la relación dominación-instrumentalización de por medio. La naturaleza es parte de la comunidad, el ser humano se sirve de ella, y le sirve a ella. La economía comunitaria andina “se inscribe en una concepción holística que integra fuertemente la naturaleza. (...) en la visión comunitaria indígena ésta [la comunidad,] la integran los seres humanos y los seres vivos y no vivos de la naturaleza y el cosmos” (Vega, 2017: 62). En base a esta relación de armonía con la naturaleza, no se permite su destrucción. La comunidad no gana si no gana también la naturaleza, la manera en que el hombre se sirve de ella trasciende límites monetarios o productivos y no se da de manera unilateral, el ser humano debe devolver a la naturaleza lo que toma de ella, a través de su correcta crianza. Es posible visualizar aspectos éticos de la organización económica, ya que los valores que guían la convivencia en comunidad — “relaciones de comensalidad, cooperación, tributación, asignación jerárquica, intercambio, donación, reciprocidad, compensación, recompensa e incidencia redistributiva” (Razeto citado en Vega, 2017: 33)—, atraviesan tanto la relación de los miembros de la comunidad entre ellos, como con la naturaleza. Se distingue claramente la relación de crianza de la tierra de la forma que toma la relación con la naturaleza en el capitalismo, donde esta se somete a las necesidades del mercado en dos sentidos. Por un lado, se explotan ciertos productos más y otros menos, de acuerdo con lo que exige el mercado; lo que implica que la explotación y

sobreexplotación de la naturaleza responden a necesidades mercantiles en que su degradación es un efecto colateral irrelevante para el mercado. Sus ritmos no son respetados, se aceleran y se invaden artificialmente para obtener la mayor renta. La naturaleza es concebida de manera instrumental, dentro de la organización utilitarista de la economía capitalista; así lo asume Schmidt: “la naturaleza se convierte puramente en objeto para el hombre, en cosa puramente útil; [...] cesa de reconocérsele como poder para sí, incluso el reconocimiento teórico de sus leyes autónomas aparece sólo como artimaña para someterla a las necesidades humanas” (Marx citado en Schmidt: 14). La naturaleza aparece como instrumento externo al hombre, presto para ser usado según la conveniencia del capital, sin consideración de sus necesidades y límites.

Los principios del buen vivir andino, que permean la economía comunitaria determinan la reproducción de ciertas prácticas, como la minka, los intercambios no mercantiles, el prestado, el fiado, etc. Ellas deben entenderse en el sentido cooperativo y complementario al que hemos remitido. Estas prácticas se inscriben en el marco de la crianza de la vida, en tanto generan relaciones de confianza y fortalecimiento de los lazos comunitarios, donde lo que importa es sostener a la comunidad en general y reproducir los principios colaborativos según los cuales todos los miembros de la comunidad, incluida la naturaleza, deben mantenerse en condiciones de bienestar conjunto. El trabajador comunitario no actúa con el fin de maximizar sus ganancias o su consumo en detrimento de otros, lo hace para mantener el bienestar de la comunidad en su totalidad, ya que no hay nada que él pueda ganar si el resto pierde. Al proponerse esta forma de organizar la vida no se apunta a una regresión romántica a un pasado idealizado; teniendo como base el principio del muskuy, el conocimiento que permite a los pueblos indígenas situarse históricamente, se comprende que tanto el mundo en general cuanto las comunidades andinas han cambiado a lo largo del tiempo. Por ello, plantear el buen convivir como horizonte implica tener en claro los efectos que ha tenido el capitalismo sobre las comunidades andinas, así como sus posibilidades de hacerles frente, viabilizando formas de vida que constantemente son blanco de intrusión de la economía de mercado. Se trata de una respuesta actual a los problemas modernos, desde la revalorización de los saberes ancestrales.

2. LA ECONOMÍA FEMINISTA, BASES PARA REPENSAR LA ECONOMÍA COMUNITARIA COMO ALTERNATIVA

Es visible que la economía comunitaria andina produce una ruptura con varios de los discursos hegemónicos de la modernidad. Tanto con la economía de mercado cuanto con el desarrollismo, que se ha impuesto desde la Guerra Fría como modelo evolucionista de desenvolvimiento social, basado en el crecimiento económico como determinante del

bienestar de los pueblos (Acosta, 2017). Sin embargo, para que su condición de ruptura no se decante, como se dijo en el acápite anterior, por una vuelta romántica al pasado en lugar de por una alternativa al presente, es necesario “pensar en las otras dimensiones que requieren ser transformadas para lograr sinergias indispensables en el logro de ese propósito” (Vega, 2017: 122-123). Para encaminarse en esta empresa, la economía feminista ofrece un amplio aparataje interpretativo y normativo. Nobre (2015) considera que es necesario que las experiencias encaminadas hacia otra economía integren a sus agendas criterios sobre la sostenibilidad de la vida y el trabajo femenino para evaluar la alternatividad económica. Es decir, que debe considerarse la reformulación del trabajo feminizado y de cuidados en términos más equitativos como un discriminante de lo que es y lo que no, apuntar hacia una alternatividad económica.

En un intento por evidenciar las cuestiones de género que aun requieren ser transformadas en el entorno de los pueblos indígenas, Segato (2016) encuentra una jerarquización en la participación política que distingue a hombres y mujeres en varios pueblos amazónicos. Por ejemplo, en algunos de ellos se tienen dos momentos de deliberación política. Primero se organizan asambleas en que solo participan hombres, donde se discuten los temas de inmediatez para la comunidad, luego las decisiones propuestas son llevadas al espacio doméstico, donde las mujeres son consultadas sobre su opinión. En otras comunidades las mujeres pueden participar de las asambleas, ya sea acompañando a sus parejas o agrupadas fuera del lugar en que esta se celebra, manifestando su acuerdo o desacuerdo con las decisiones que postulan los varones. Aunque en estas prácticas vemos un quiebre respecto a la tajante separación occidental entre lo público y lo privado, pervive una distinción desigual entre la participación femenina y la masculina en la política. En los últimos años hemos atendido a una progresiva arremetida en la participación política femenina en las comunidades indígenas, particularmente en los pueblos andinos; como el caso del pueblo Sarayaku, en que varias mujeres han llegado a ocupar cargos públicos importantes al interior de sus comunidades. Sin embargo, es necesario poner en cuestión todos estos acontecimientos, tanto de las comunidades que se abren más a la participación política femenina, como las que menos. Puesto que es indispensable exceder la consideración del poder político como el único espacio en que se reproducen prácticas sexistas. Se deben considerar las relaciones públicas entre comunidades que no comparten las mismas formas de entender el lugar político de la mujer, así como otros espacios al interior de la comunidad, como el doméstico y el sagrado. Es por ello que la economía feminista insiste en que han de reformularse las relaciones sexuadas en términos equilibrados, para poder apostar efectivamente por una economía alternativa.

La cosmovisión andina tiene una forma peculiar de comprender la distinción entre el trabajo femenino y el masculino. Silverblatt (1990) encuentra que el trabajo en el ayllu es una

unidad armónica e indisociable, atravesada por la complementariedad. A diferencia de la economía neoclásica, en las comunidades andinas no se encierra la actividad económica en una esfera hermética, donde el trabajo de cuidados se considera una externalidad irrelevante para el mercado (Pérez, 2019). Al contrario, el trabajo realizado por las mujeres es igual de indispensable que el realizado por los hombres para la sostenibilidad de la comunidad. Sin embargo, la economía feminista, desde su postura rupturista, plantea que es necesario rebasar el reconocimiento de las actividades históricamente asignadas a la mujer —las de cuidados— como trabajo relevante (Carrasco, 2003). Se vuelve imperante resignificar la complementariedad, pasando de tener su centro en los sujetos sexuados a ponerlo en la actividad que se realiza. Esto implica entender que lo complementario está en la importancia de los cuidados para la reproducción de prácticas productivas, independientemente de quién las realice. Con ello se lograría romper con la idea de que hay trabajos que por sí mismos son femeninos y otros masculinos y que la complementariedad está en la conexión de lo que es femenino y lo que es masculino en sí mismo. La complementariedad basada en la actividad es un punto de ruptura clave respecto de la economía neoclásica que, por un lado ve a los cuidados como irrelevantes para la economía y, por otra parte, distingue el trabajo masculino del femenino en base a un supuesto naturalista de ventajas comparativas, según el cual las mujeres serían biológicamente más aptas para realizar las tareas domésticas (Aguilasocho, 2005).

A partir de los criterios que ofrece la economía feminista, es necesario reevaluar y repensar la economía comunitaria andina, para que dentro de sí sea posible apostar por un buen vivir plural. La sostenibilidad de la vida, como principio reorganizador de la economía, que impone como finalidad de la actividad económica el cuidado de la vida, es un concepto que no solo puede conectarse con el de crianza de la vida, sino que le brinda la posibilidad de reformular sus términos en aras de una equidad sexual hacia adentro.

CONCLUSIONES

La conexión entre los conceptos de crianza de la vida y de sostenibilidad de la vida es doble. Ambas comparten la concepción de lo económico como algo que trasciende la esfera del mercado, entendiendo los procesos económicos como algo incrustado en la totalidad de lo social y asumiendo que la producción es solo posible por otras actividades de reproducción de la vida. Por otro lado, comparten también la idea de que estas actividades de cuidado y crianza de la vida deben ser la centralidad de la actividad económica. La vida y el bienestar pasan a ocupar un lugar privilegiado respecto de la reproducción del mercado; en una racionalidad donde no es deseable sacrificar la dignidad de las condiciones de vida de ningún grupo humano para mantener los procesos óptimos de la economía.

No obstante, la consideración de los dos conceptos en cuestión como conjugables y no como idénticos implica diferencias en sus contenidos. Diferencias que deben ser vistas como oportunidades para repensar una apuesta alternativa. La introducción de la sostenibilidad de la vida como principio de reevaluación de la noción andina de buen vivir conlleva añadir la desnaturalización de los cuidados como femeninos y la reformulación de las relaciones sexuadas al interior de las comunidades. A partir de estas reconsideraciones es posible pensar la recuperación de los principios andinos de una manera no idealista, sino como una alternativa compleja, plural e históricamente situada a la economía de mercado. Se trata de una crítica no solo al capitalismo, sino a otras formas de dominación que deben ser solventadas dentro de una apuesta heterodoxa.

REFERENCIAS

Acosta, A. (2017). Los buenos convivires. Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías. Estudios Críticos del Desarrollo, volumen VII, No. 12, primer semestre (Universidad Autónoma de Zacatecas). México: Estudios del Desarrollo Ediciones.

Aguilasocho, D. (2005). Familias y Empresas: La creación de casas rurales en el marco del turismo rural (Tesis doctoral). Universitat Roviria i Virgili. Recuperado de <https://www.tdx.cat/handle/10803/8810;jsessionid=8B8A642267A1E7ADC5CD3A2F4547686E#page=1>

Alvarez, J. (2012). La economía comunitaria de reciprocidad en el nuevo contexto de la Economía Social y Solidaria: Una mirada desde Bolivia. En: Revista Otra Economía, 6 (11): 159-170.

Andrade, M.; Cáceres, M.; Alexandra Vásquez. (2014). Cosmovisión andina, Sumak Ally Kawsay y economía comunitaria. En: Diálogos sobre Economía Social y Solidaria en Ecuador. Encuentros y desencuentros con las propuestas para otra economía. Jubeto, Y., Guridi, L. y Fernández-Villa, M. España: Agencia Vasca de cooperación al desarrollo, Universidad del País Vasco, Instituto de Estudios sobre desarrollo y cooperación internacional HEGOA: 149- 210.

Carrasco, C. (2003). La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? En León, T. (comp.). Mujeres y trabajo: cambios impostergables (pp. 5-25). Porto Alegre: Veraz Comunicação.

Carrasco, C. (2009). Mujeres, sostenibilidad y deuda social. En: Revista de educación, número extraordinario 2009. Barcelona: Gobierno de España, Ministerio de Educación: 169-191.

- Hidalgo-Capitán, Antonio; Arias, Alexander y Ávila, Javier. (2014). "El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre el Sumak Kawsay". En: Hidalgo-Capitán, Antonio; Guillén, Alejandro y Deleg, Nancy. (eds.) Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay. Cuenca: Universidad de Huelva; Universidad de Cuenca, pp. 25-74.
- Muñoz, S. y Chiroque, H. (2009). La economía comunitaria en la nación aymara. Una ética para la reproducción de la vida. En: Revista Otra Economía, Vol. III, No. 5: 125-145.
- Nobre, M. (2015). Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda. En: Papeles de Economía Solidaria-REAS, No 4. Bilbao: Marra, S.L.
- Pérez, A. (2005). Economía del género y economía feminista ¿Conciliación o ruptura? Revista Venezolana de Estudios de la Mujer, volumen 10 (número 24), 43-63. Caracas, Colombia: Centro de estudios de la Mujer (CEM-UCV).
- Pérez, A. (2019). Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de sueños.
- Polanyi, K. (2003). La Gran Transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo. Ciudad de México, México: FCE.
- Prada, R. (2010). Deconstruir el Estado y refundar la sociedad: Socialismo comunitario y Estado plurinacional, en Democracia, participación y socialismo, Lang, M., Santillana, A., (compiladoras). Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, pp. 69-86.
- Sarayaku. (2003). El libro de la vida de Sarayaku para defender nuestro futuro. En: Hidalgo-Capitán, A.; Guillén, A. y Deleg, N. (eds.), Sumak Kawsay Yuyay. Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay. Cuenca: Centro de Investigación en Migraciones (CIM) de la Universidad de Huelva y Programa Interdisciplinario de Población y Desarrollo Local Sustentable (PYDLOS) de la Universidad de Cuenca: 77-102.
- Schmidt, A. (2013). Para un materialismo ecológico, en Utopía y Praxis Latinoamericana. Año 18, No. 61, pp. 11-23.
- Segato, R. (2016). Colonialidad y patriarcado moderno. En: La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños: 109-126.
- Silverblatt, I. (1990). Luna, sol y brujas. Género y clases en los Andes prehispánicos y coloniales. Cusco: Bartolomé de las Casas.

Van Kessel, J.; Condori, D. (1992). *Criar la vida: trabajo y tecnología en el mundo andino*. Texas: Vivarium.

Vega, S. (2017). *La economía solidaria y comunitaria en Ecuador y Bolivia. Interpelaciones a la experiencia de los gobiernos de Rafael Correa y Evo Morales*. Quito: FLACSO.

Viteri Gualinga, C. (2002). *Visión indígena del desarrollo en la Amazonía*. Polis. Revista Latinoamericana Vol. 1, N° 3: 1-6.



GT 04 – PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E EPISTEMOLOGIAS PARA PENSAR O AMANHÃ

Entre Racismo Estrutural e Pandemia:

“Eu sou porque elas são” - Práticas emancipatórias de mulheres negras da Amazônia

Raissa Lennon Nascimento Sousa (UFPA)¹

Célia Regina Chagas Trindade Amorim (UFPA)²

RESUMO

O artigo tem como proposta compreender o contexto da pandemia do novo coronavírus e seu impacto em diversas populações do mundo, em especial no caso deste trabalho, na vida das mulheres negras, uma das mais afetadas pela doença. No primeiro momento faremos uma interpretação do Racismo estrutural (Almeida, 2018) que opera na sociedade, naturalizando violências e preconceitos dos mais diversos; e, em segundo, buscaremos entender quais ações de enfrentamento essas mulheres estão realizando para sobreviverem em meio a esta tragédia global. Deste modo, centralizamos as nossas reflexões nas ações e estratégias de enfrentamento à pandemia do Coletivo Pretas Paridas de Amazônia³, um grupo de mulheres negras que desenvolvem produtos e serviços relacionados com temáticas afroamazônicas. Concluímos que esse tipo de organização revela práticas emancipatórias (FREIRE, 2011), pautadas em ideais de coletividade e solidariedade, como modo de superação das opressões racistas e patriarcais.

Palavras-chave: Racismo estrutural; pandemia; mulheres negras; práticas emancipatórias; Amazônia

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA) e mestra pela mesma universidade e programa. Pesquisadora do Grupo e Projetos de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia – CNPq/UFPA e projeto Cidadania Comunicativa: Desafios, lutas e direitos compartilhados na Amazônia. (UFPA/PPGCOM/UFPA). Email: lennonraissa@gmail.com.

²Doutora e Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) e da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil. Coordenadora do Grupo e Projetos de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia – CNPq/UFPA e Cidadania Comunicativa: Desafios, lutas e direitos compartilhados na Amazônia. (UFPA). Email: celia.trindade.amorim@gmail.com.

³ O nome foi descrito de acordo com o que o Coletivo, que se identifica publicamente como “Pretas Paridas de Amazônia”.

1. INTRODUÇÃO

O primeiro caso de morte por covid-19 (conhecida cientificamente por SARS-CoV-2) no Brasil foi de uma mulher negra, empregada doméstica, de 63 anos, no dia 11 de março de 2020⁴. Ela foi infectada por sua patroa, que chegou à época da Europa, mas precisamente da Itália, o epicentro da doença no mundo no período⁵. Ela era do grupo de risco, tinha diabetes, obesidade, pressão alta, e mesmo com todas essas comorbidades que potencializam o ataque do vírus em seres humanos, não foi liberada por sua contratante para ficar em isolamento social. Este exemplo é emblemático de abusos de autoridade sobre os corpos negros. Como veremos no decorrer do artigo, as mulheres negras são uma das que mais sofrem com os impactos das desigualdades provocadas por uma estrutura racista.

Desse modo, a pandemia vem se constituindo como uma das maiores tragédias da história mundial, que afetou a vida da população de diferentes formas relacionadas à sociabilidade como saúde, luto, comunicação, educação, política etc. E foi responsável, até o momento da escrita desse artigo, pela morte de mais de dois milhões de pessoas no mundo inteiro e superou a marca de 220 mil vidas perdidas no Brasil, segundo dados oficiais das Organizações de Saúde.

No país a experiência frente à contenção da doença foi desastrosa, já que antes mesmo da pandemia se tornar uma realidade, já enfrentávamos uma crise política e econômica⁶ por conta da gestão do atual presidente do País, Jair Bolsonaro, da composição da extrema-direita.

Neste artigo, a proposta é compreender tendo como fio condutor o Racismo estrutural, o contexto pandêmico e seu impacto em diversas populações do mundo, tendo na centralidade da reflexão a vida das populações negras, e especialmente, das mulheres negras no mundo – especialmente na Amazônia - uma das mais afetadas.

Boaventura de Sousa Santos, em “A cruel pedagogia do vírus” (2020) faz uma análise social do atual contexto mundial de calamidade pública provocada pela pandemia. O autor

⁴ Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/06/27/interna-brasil,867458/covid-19-primeira-morte-no-brasil-ocorreu-4-dias-antes-do-que-se-pens.shtml>> Acesso em 20 nov. 2020.

⁵ O primeiro caso da doença da covid-19 foi identificado em Huhan, província chinesa, em 30 de dezembro de 2019.

⁶ A crise política, da qual nos referimos, leva em conta o processo o golpe que sofreu a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016. Após o impeachment, quem assumiu a presidência do país foi o seu vice Michel Temer (MDB), que deu abertura a uma série de medidas impopulares e de ataques aos direitos trabalhistas. Tais medidas foram reafirmadas pelo atual governo do presidente Jair Bolsonaro (Sem partido), eleito em 2018. Veja mais aqui: <<https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-e-deputados-agem-contra-o-povo-e-retiram-mais-direitos-trabalhistas-f458>> Acesso em 10 nov. 2020.

coloca uma questão importante: apesar da excepcionalidade da situação, com novas práticas de convívio social, como o uso de máscaras frequentes, cuidados redobrados com higienização e isolamento social, a forma como as pessoas são atingidas pela pandemia é diferente a partir de cada grupo social, e outras formas de “tragédias” já se tornaram comuns a esses grupos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2018, cerca de 35% da população brasileira, referente a 74 milhões de pessoas, vive em domicílios sem coleta de esgoto sanitário. Os estados do Norte e do Nordeste apresentam os piores índices, e as proporções são maiores entre pessoas negras do que entre pessoas brancas, e são mais elevadas entre pessoas com menos escolaridade e com trabalho informal⁷.

No Pará, as mulheres negras sempre tiveram um papel importante nas lutas antirracistas e na valorização da cultura afroamazônica e da identidade negra. Existem diversos coletivos de mulheres negras que promovem ações para debater questões raciais e seus atravessamentos de gênero como, por exemplo, a Rede de Mulheres Negras do Pará e o Coletivo Sapato Preto (grupo que pauta as lutas das mulheres negras e lésbicas).

No caso do Coletivo Pretas Paridas de Amazônia, que surgiu no final de 2019, as mulheres são profissionais autônomas que por meio dos seus produtos e serviços buscam a valorização da ancestralidade negra e uma forma de empreender pautada na solidariedade.

Apesar do pouco tempo de vida do coletivo, as mulheres que participam do grupo já têm uma longa história no Movimento de Mulheres Negras no Pará e tem na filosofia africana Ubuntu, “Eu sou por que elas são”⁸, a base de construção do grupo.

Frente ao exposto, a nossa base teórica tem como referência as/os autores Zélia Amador de Deus (2019), Lélia Gonzalez (1981), Neusa Santos (1983), Silvio Almeida (2018), Paulo Freire (2011), Boaventura de Sousa Santos (2020), Michel Foucault (2019), entre outros. Para a metodologia, utilizaremos a pesquisa bibliográfica e observação do grupo em suas redes sociais da internet, já que estamos em isolamento social por conta da pandemia. Nos pautamos na tese de que esse tipo de coletivo revela práticas emancipatórias (FREIRE, 2011) e ideais de coletividade e solidariedade, como modo de superação das opressões racistas e patriarcais.

⁷Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/02/periferias-e-pandemia-desigualdades-resistenciais-e-solidariedade>> Acesso em 10 nov. 2020.

⁸ PRETAS PARIDAS DE AMAZONIA. Produção de Altafonte Network S.L. Belém, 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3TJjKPKkqLQ>>.

2. RACISMO: UMA CRISE PERMANENTE

O contexto de desigualdades social frente à pandemia pode ser explicado pelo que Silvio Almeida (2018), conceituou de racismo estrutural, que significa um modo de operação social racional que normaliza estruturas que provocam discriminações e violências às populações negras. Ou seja, se constitui nas mais diversas relações de maneira consciente e/ou inconsciente. O racismo estrutural representa a naturalização de uma violência estruturada em fatores econômicos, políticos e subjetivos, ou seja, não é somente uma forma de preconceito/discriminação direta como um xingamento ou ofensa.

As dinâmicas de exploração fundamentadas no racismo estrutural ficam ainda mais escancaradas diante de uma crise mundial de saúde, já que por causa da estrutura desigual na sociedade, são afetadas de modo desigual. O maior exemplo está na vida ceifada da empregada doméstica, mulher negra, a primeira vítima da Covid no Brasil, citada neste artigo. Outras populações como as indígenas também são igualmente impactadas.

Como explica Almeida (2018), o racismo é um elemento fundamental de exploração econômica, nesse caso, as mulheres negras também serão mais duramente afetadas pela crise. O racismo, sobretudo, é uma relação de poder, que se manifesta de maneira nefasta em determinadas circunstâncias históricas.

Lélia Gonzalez (1981) explica que a formação socioeconômica do Brasil é também baseada no trabalho e exploração da mão de obra de mulheres africanas e negras e suas descendentes. No período da escravização eram as trabalhadoras de oito ou mucamas. As primeiras trabalhavam no meio rural e assim como os homens tinham rotinas extenuantes, utilizando a força física. E as mucamas, tinham a função dos serviços domésticos, na casa grande. Além disso, havia a violência sexual nos dois modos de trabalho.

Já no pós-escavidão, as mulheres negras eram deixadas à própria sorte pelo Estado. exerceram trabalhos precários, em atividades que exigiam nível mínimo de escolaridade, como nos serviços domésticos, nas fabricas, nas indústrias, recebendo baixa remuneração. Em muitos casos eram discriminadas quando a atividade exigia “boa aparência”, ou seja, uma tática racista para contratar mulheres brancas, que se adequavam ao padrão exigido (branco eurocêntrico). A história das mulheres afrodescendentes brasileiras é marcada pelo racismo colonial que estrutura todas as relações sociais do país.

Com a experiência da situação de outros países e com a inexistência de uma vacina para conter o vírus no ano passado (a vacina começou a ser fornecida no Brasil somente em 2021), as organizações de saúde brasileiras, observando as orientações da OMS, decidiram que a

principal medida a ser tomada era o isolamento social, o uso de máscaras e a higienização constante das mãos com álcool gel ou água e sabão. Medidas das quais a população brasileira, culturalmente não estava habituada a tomar. Além disso, como tomar as seguintes medidas de prevenção em lugares que sequer tem água potável? Ou lugares com moradias precárias, com várias pessoas vivendo em um compartimento pequeno?

Boaventura de Souza Santos (2020) explica que qualquer quarentena atinge de maneira mais cruel determinados grupos sociais, entre eles, mulheres, trabalhadores informais e moradores de periferia. Grupos que se encontram ao Sul Global, metáfora de Boaventura para descrever a exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual.

Segundo o autor as pandemias “não matam tão indiscriminadamente quanto se julga”, principalmente no que diz respeito a sua prevenção, expansão e mitigação. Já que grande parte da população não está em condições de seguir as recomendações da OMS, ou porque vivem em espaços insalubres, ou ainda porque são obrigadas a trabalhar em condições de risco para sustentar as suas famílias.

Como essa parte da população já vivia em uma crise anterior a pandemia, o que acontece é o agravamento da situação legitimada por uma sociedade desigual. Nesse sentido, as mulheres negras sofrem um processo da tríplice discriminação (raça, classe e sexo), são elas as mais exploradas, por estarem na base dessa pirâmide de desigualdades.

A organização social baseada no capitalismo, como analisa Boaventura, também agrava mais ainda as situações de precariedades. No Brasil, além dos profissionais de saúde, os trabalhadores (em empregos precários ou subalternos) foram os que mais sofreram com risco de contaminação ou falência, como comerciantes, vendedores, feirantes, empregadas domésticas e outras.

Para Silvio Almeida (2018), quando falamos sobre racismo estrutural, também se insere aí o racismo de Estado, ou seja, que se alimenta de estruturas estatais. Nesse sentido, pode-se dizer que o racismo é constitutivo dos Estados modernos, que por meio de uma estrutura institucional de poder que opera na classificação de pessoas e divisão dos indivíduos em classes e grupos. Outras instituições também desempenham essa função como escolas, igrejas e meios de comunicação.

Almeida (2018) recorre a Foucault para entender, o que o teórico francês definiu como “tecnologias de poder”, nas quais operam a discriminação baseada em uma hierarquia de raças. Para Foucault (2019), o discurso biologizante das raças (ou seja, baseada na crença que a genética determina a superioridade e inferioridade de indivíduos) denota uma das funções do Estado: o de protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça, caracterizando-se

como a expressão do discurso conservador do pós-século XVIII. Trata-se de uma tecnologia do poder, que diferente da esfera da ideologia e do discurso, assume um papel de controlar a vida e a morte dos seres humanos.

Para Foucault (2019), poder significa relações de forças e é em sua essência repressivo. “O poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (FOUCAULT, 2019, p. 274). Nesse aspecto, o racismo como uma tecnologia de poder, se coloca como a manutenção de forças repressivas que beneficiam um grupo e massacra outro grupo. É nesse sentido que Almeida argumenta:

Os sentidos de vida e da morte ganham um novo *status*. As mudanças socioeconômicas decorridas a partir do século XIX impõe uma mudança significativa na concepção de soberania, que deixa de ser o poder de tirar a vida para ser o poder de controla-la, de mantê-la, de prolonga-la. A soberania torna-se o poder da suspensão da morte, de fazer viver e deixar morrer. (ALMEIDA, 2018, p. 91).

Já Quijano (2005) explica que a colonização latinoamericana, construiu o conceito perverso de raça sob o peso da inferiorização dos indígenas e da população negra africana. Foi idealizada como projeto de dominação eurocêntrica, que privilegiava pessoas de pele clara e relegavam todos os “não brancos”.

Nessa mesma lógica, Ailton Krenak (2019) analisa que os povos brancos europeus sentiam-se autorizados a colonizar o restante do mundo, com a premissa de que havia uma humanidade esclarecida, com uma concepção de verdade, que precisava resgatar a humanidade do obscurantismo, trazendo à civilização.

Logo, a partir da compreensão conceitual de um racismo estrutural que rege a sociedade brasileira, somado ao levantamento histórico da exploração colonial em prol da “civilização” aos moldes eurocêntricos, o racismo então, se constitui como uma crise constante, transformando os corpos negros e indígenas, além dos pobres das periferias, em meros objetos descartáveis para manter o sistema capitalista funcionando.

3. UM PARTO PARA A EMANCIPAÇÃO: “EU SOU PORQUE ELAS SÃO”

A criação do coletivo “Pretas Paridas de Amazônia”, por um grupo de mulheres autônomas de Belém do Pará, tem o propósito de resistência diante de um sistema racista e

neoliberal. Tendo como filosofia o conceito de “Ubuntu”⁹, que significa “eu sou porque nós somos”, o grupo se propõe a estabelecer redes de afetos entre mulheres negras com a intenção de auxílio mútuo para seus empreendimentos.

O grupo começou a se organizar antes do surgimento da pandemia no país, depois de um projeto chamado de Afrolab¹⁰, que ocorreu no período de 15 à 19 de junho de 2019, nesse projeto elas estudaram estratégias de organização e planejamento, com o objetivo de entender os seus negócios a partir de uma inventividade preta¹¹.

Após o evento, elas tiveram a ideia de se organizar em coletivo com o objetivo de potencializar o trabalho feito por mulheres negras amazônidas e dar visibilidade as produções pretas. Ao todo, são 17 empreendimentos liderados por mulheres negras de diversas idades, periféricas, autônomas mães e que vivem em Belém do Pará¹². São trançadeiras, costureiras, artesãs, ceramistas, vendedoras de produtos afros - como turbantes, roupas africanas, bijuterias - ilustradoras, fotógrafas, artistas, rapper, mulheres da dança e da culinária.



Imagem 1: Print do Instagram “Pretas Paridas da Amazônia” (2019)

Em “Pedagogia do Oprimido” (2011), Paulo Freire, discute sobre processos de humanização e desumanização, e propõe metodologias sociais para uma educação como “prática da liberdade”. Para o autor, a desumanização não é uma vocação histórica dos homens e mulheres¹³, ou seja, não é um destino dado, mas, resultado de uma “ordem” injusta que gera

⁹ Saiba mais em: <<https://www.geledes.org.br/ubuntu-filosofia-africana-que-nutre-o-conceito-de-humanidade-em-sua-essencia/>>. Acesso em 12 nov. 2020.

¹⁰ O Afrolab foi uma iniciativa do Projeto Pretahub que pode ser encontrado aqui <<https://pretahub.com/>>. Acesso em 10 nov. 2020.

¹¹ Mais informações no instagram da @pretasparidasdeamazonia pelo link: <<https://www.instagram.com/p/B5VPKkollen/>>. Acesso em 10 nov. 2020.

¹² Informações cedidas pela Maria Luiza Nunes, artesã e integrante do grupo “Pretas Paridas de Amazônia”.

¹³ Faço aqui a inclusão da palavra “mulheres”, pois a universalização do termo “homens” referente a humanidade invisibiliza o debate das opressões de gênero. O próprio autor fará essa correção em seus trabalhos posteriores.

a violência dos opressores. Já a humanização seria um destino comum, que tem a ver com práticas de liberdade e solidariedade. Deste modo, o racismo significa justamente o contrário dessa lógica e se constitui da violência em todas as suas esferas. Freire entende que a violência dos opressores os faz desumanizados e os torna o “ser menos”.

Nesse sentido, entendemos que a formação de coletivos de mulheres negras na Amazônia tem o objetivo de criar estratégias para a superação de condições de racismo provocadas pelas opressões históricas. E que unidas, coletivamente, em um movimento solidário podem agir de forma resistente as crises das quais são atingidas. A partir do momento em que as mulheres negras se unem em coletivo elas agem de maneira a superar as condições de opressão em que vivem, e trabalham no que Freire (2011) definiu como “restauradores da humanidade”.

O oposto da definição acima ocorre quando o indivíduo que está sendo oprimido se reconhece nas pautas de quem oprime, ficando preso a esse ciclo de opressão. Freire (2011) denominou a permanência desse ciclo de opressão de “prescrição”. Fazendo um paralelo com a teoria da psicanalista Neusa Santos (1983), em uma sociedade racista muitas vezes as pessoas negras se autorejeitam porque foram usurpadas de sua alteridade e “ensinadas” a seguirem o padrão branco e hegemônico para serem aceitas na sociedade. Na sua alienação querem a todo custo parecer com o opressor. De tanto que ouviram que são inferiores, apresentam um comportamento de autodesvalia.

Para o autor, a libertação da opressão é uma ruptura com a dominação que atinge todos os indivíduos. “A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é um homem novo, que só é viável na e pela superação da contradição entre opressores e oprimidos que é a libertação de todos”. (2011, p. 48).

Fazendo um paralelo com o nome dado ao coletivo “Pretas Paridas” podemos entender que a intencionalidade é justamente de demarcar o “parto”, o “dar à luz a um novo tempo”, em que a negritude seja potência. Assim como o ato de parir um filho é condicionado as mulheres, esse novo tempo também será possível por conta das lutas das mulheres pretas e outras oprimidas.

Na lógica da prática da libertação, de Freire, a liberdade só é possível em comunhão, junto com o outro(a). Para ele, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Os homens (e mulheres) se libertam em comunhão”. De modo que a luta deve vir dos oprimidos, humanizados, e fora da coisificação proporcionada pelo capitalismo. Homens (e mulheres) devem lutar como seres humanos, não como coisas.

O caminho nessa busca para a emancipação é a solidariedade é “estar com eles na luta para a transformação da realidade objetiva”, um exemplo de “ser para o outro”. Um exemplo de práticas de solidariedade foram as ações desenvolvidas pelo Pretas Paridas de Amazônia no período da pandemia. As mulheres do coletivo tiveram apoio em outras iniciativas como o Festival Exu e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA). Todas as cestas básicas que o Cedenpa arrecadou foram doadas ao “Pretas Paridas” e destinadas as integrantes que mais precisavam, como as mães solo. Entre outras ações, o “Social Vírus”, teve o objetivo de arrecadar cestas básicas para as mulheres do coletivo e ajudar o “Tinta Preta” (marca de estampas autorais com estética urbana e de grafitti¹⁴).



Imagem 2: Print da chamada no Instagram para a Ação Solidária (2020)

Por fim, destacamos um aspecto importante o texto de Paulo Freire que é a necessidade da práxis, da ação na luta contra a opressão. Todos nós só podemos transformar o mundo, a partir de um processo dialético de ação no mundo, mundo e ação. Na busca de práticas e possibilidades de novos cenários, que contemplem as necessidades dos “esfarrapados do mundo” (p. 56, 2011).

Assim, Ailton Krenak (2019) também afirma que estamos vivendo o desastre do nosso tempo, o que algumas pessoas chamam de Antropoceno, mas, a grande maioria chama de caos social, desgoverno geral, perda de qualidade do cotidiano, nas relações, e estaríamos todos juntos nesse mesmo abismo. Uma das saídas para adiar o fim do mundo seria a volta à nossa ancestralidade, a uma identidade que nos liga à natureza e nos distância das “coisas”.

¹⁴Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAV8IMeB_9f/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

A intelectual Angela Davis¹⁵ tem uma frase que diz: “Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, pois como as mulheres negras estão na base da pirâmide dos privilégios, quando elas superam esse lugar de opressão, toda a estrutura social se modifica.

Essa ação coletiva das mulheres negras se configura em uma ação independente, que se inicia de uma organização por quem vive as mesmas dores e opressões de uma sociedade, racista, machista e classista. No momento em que a crise recai novamente de maneira, mais dolorosa em seus ombros, elas têm umas às outras para auxiliar. É uma estratégia antirracista também.

5. CONCLUSÃO

Neste artigo, colocamos na centralidade de a reflexão a respeito do Racismo estrutural para entender o contexto da pandemia do novo coronavírus e seu impacto na vida das populações negras, e especialmente, das mulheres negras no mundo, uma das mais afetadas e impactadas pela doença.

Assim, entendemos a partir do conceito de Racismo Estrutural (Almeida, 2018) e da análise social do Boaventura de Sousa Santos sobre a pandemia, que específicos grupos sociais são afetados de maneira mais cruel pela crise, que é permanente no capitalismo. A pandemia escancara ainda mais as desigualdades.

Nesse sentido, as mulheres negras por sofreram opressões de raça, gênero e classe (GONZALEZ, 1881) tiveram que criar estratégias solidárias para superar a crise proporcionada durante a pandemia. No contexto da Amazônia paraense, o Coletivo das Pretas Paridas de Amazônia, fundado por mulheres negras autônomas que vendem produtos e prestam serviços relacionados a valorização da negritude, nos dão exemplo de solidariedade, autonomia e práticas de liberdade.

Concluimos, a partir da teoria de Paulo Freire (2011), que esse tipo de organização revela práticas emancipatórias pautadas em ideais de coletividade e solidariedade, como modo de superação das opressões. Se o Estado brasileiro não dá conta de solucionar os problemas causados pela crise econômica, as mulheres negras, organizadas coletivamente, promoveram ações para a sua sobrevivência e subsistência durante o período.

¹⁵Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso: 11 nov. 2020.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz De. **O Que É Racismo Estrutural**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Ananse tecendo teias na diáspora**: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: Secult/PA, 2019.

DAVIS, Ângela. Palestra concedida em Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso: 11 nov. 2020.

FOCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2011.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Do Sonho e da Terra. A humanidade que pensamos ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NUNES, Maria Luiza. Entrevista concedida a Raissa Lennon Nascimento Sousa para fins de pesquisa. Modo Remoto (Whatsapp). Data: 16/01/2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Éditions La Découverte, Paris, 2018.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e américa latina**. In. Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PRETAS PARIDAS DE AMAZONIA. Produção de Altafonte Network S.L. Belém, 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3TJjKPKkqLQ>>.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 4 – Pensamento Social Latino-americano e Epistemologias para Pensar o Amanhã

LUTA URBANA NO BRASIL: INCLUSÃO SUBORDINADA OU ORGANIZAÇÃO RESISTENTE NA CIDADE CAPITALISTA PERIFÉRICA?

Frederico Lago Burnett (UEMA)¹

RESUMO

A luta popular nas cidades brasileiras, fortalecida com a democratização nacional da década de 1980, alcançou significativas vitórias jurídicas e, sob idealismo igualitário, pretendeu inclusão da “cidade ilegal” pela via do urbanismo, institucionalizando a participação como práticas de entidades e lideranças do movimento que, sob pressão de interesses políticos funcionais à reprodução capitalista, perderam identidade e vínculos com o caráter resistente da luta dos trabalhadores contra a dominação de classe. Refletindo criticamente sobre as razões da luta urbana no Brasil recente ter secundarizado a realidade própria da organização popular, este artigo parte das categorias luta de classes e produção do espaço urbano e incorpora os estudos sobre processos de dominação e resistência popular, dialogando com as teorias decoloniais, que contribuem para o entendimento do espaço social latino-americano e das bases ideológicas do movimento popular urbano brasileiro recente. Capturado pelo discurso positivista do desenvolvimento capitalista, o projeto da “cidade de todos” demonstra a incompatibilidade da política burguesa com a luta popular, cujas formas de ação partem da condição de dominados e se enfrentam com o Estado

Palavras-chave:

Cidade capitalista periférica; dominação e resistência; luta urbana; organização popular.

1. INTRODUÇÃO

Para trás, o espaço urbanizado da classe dominante, as torres de bons apartamentos com vista panorâmica. Quem lá mora pode olhar para tudo em conjunto e para nada em particular. Mas do lado de cá da lona preta podemos observar a particularidade das coisas.

Manolo; João Bernardo

Para todos que participaram das lutas urbanas recentes no Brasil, o gosto amargo deixado pela fragilidade de suas conquistas no campo do direito à cidade não se compara com o

¹ Arquiteto, Doutor em Políticas Públicas, UFMA, Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil. burnett@professor.uema.br

assombro causado pela desmobilização do movimento e sua fragilidade em reagir às bandeiras políticas da direita nacional. Como entender a passividade perante a inocuidade do Estatuto da Cidade e o desmonte do Ministério, instituído para tratar da questão urbana nacional e que, através dos Conselhos das Cidades, durante mais de dez anos esteve na linha de frente por melhores condições de vida urbana no país?

Terão as longas relações entre personagens tão díspares – movimentos populares e instituições públicas – influído na capacidade de reação daqueles que, nas duas pontas, representavam as demandas populares? Pois os efeitos parecem não ter sido diferentes em relação às centenas de organizações populares que, juntamente com o governo federal, participaram dos esforços para efetivar políticas igualitárias nas cidades do país. A intensa militância do período, com muitos eventos convocados pelo próprio poder público, exigiu dedicação inédita dos ativistas e parte significativa do tempo de contato com as bases foi reduzido em função das agendas militantes.

Entretanto, movimentos de resistência continuam a acontecer cotidianamente em muitas locais, provocando atos de protesto por atendimento público ou contra remoções nos bairros, onde despontam novas lideranças e novas questões. Naquelas cidades com tradição em movimentos urbanos, lideranças locais criam coletivos de comunicação independente que disputam narrativas com a grande imprensa, grupos dão continuidade a assessorias técnicas e surgem e se consolidam nas universidades cursos de extensão voltados para o tema. Núcleos de pesquisa mais críticos das relações que prevaleceram entre movimentos populares e a academia ganham espaço nas discussões e uma rede de militantes em vários pontos do país vem buscando criar, em escala nacional, contatos mais orgânicos com os movimentos locais².

Todo este conjunto de ações indica a iminência da retomada de lutas urbanas em escalas mais significativas, colocando a questão do diálogo entre as diferentes frentes e até aqui desconexas iniciativas militantes. Buscando contribuir com o conteúdo das discussões sobre o tema, esta comunicação arrisca trazer para o debate, em que predominam arquitetos e urbanistas, questões discutidas na geografia e na sociologia desde a perspectiva do movimento decolonial. Construção coletiva de muitas décadas, que revisita o entendimento marxista do mundo da perspectiva das nações colonizadas, articulando diferentes escalas da realidade, com destaque para a condição periférica e dependente de povos e países, o

² Paralelamente à consolidação de novas associações de moradores e coletivos periféricos de mobilização e informação em todo o país, a permanência das práticas de cogestão das assessorias técnicas como Usina e Peabiru, a realização de Cursos de Especialização em Assessoria Técnica para movimentos populares nas Universidades Federal da Bahia e Estadual do Maranhão, a trajetória do Grupo de Pesquisa Morar de Outras Maneiras – MOM da Universidade Federal de Minas Gerais, e o Projeto Brasil Cidades – BR Cidades, explicitamente aberto à diversidade sócio-espacial das áreas urbanas precarizadas, são apenas alguns exemplos de que o movimento urbano *e pur si muove...*

movimento decolonial defende transformações que respeitem a diversidade da realidade sócio-espacial existente, se colocando contra o movimento homogeneizador do Capital e de muitas propostas marxista-leninistas.

Entendendo os bairros periféricos ou ilegais como expressão da diversidade sócio-espacial no interior da cidade capitalista, uma versão urbana das comunidades rurais que, à margem do sistema, resistem às ameaças de destruição de seus modos de vida e expropriação de suas terras, este trabalho vai contestar as tentativas estatais de inclusão subordinada de tais espaços, entendendo-os como territorialidades produzidas pelos seus moradores, indispensáveis às suas realidades sociais.

Territorialidades que constituem, nos termos de Lefebvre, obra, valor de uso, espaço de sociabilidade, troca e solidariedade, mas também que carregam contradições dadas pela propriedade privada e individualizada, limitadora do potencial comunitário de tais espaços. Deste ângulo, a “legalização” da cidade ilegal se inscreve em uma tentativa de subordinação, via direito burguês, dos bairros e seus moradores às normas disciplinadoras e dominadoras do planejamento urbano estatal.

O texto se organiza em três seções, as duas primeiras discutindo liberdade e direito como esforços para entender a cidade desde sua natureza intrínseca e inescapável como espaço da dominação e controle por grupos dirigentes, enquanto a terceira seção explora o potencial de resistência do espaço urbano, com foco nos territórios construídos pelos marginalizados do sistema, à margem dos poderes instituídos. Nas considerações finais, sugerimos que a avaliação das experiências de lutas urbanas no Brasil reconsidere com prioridade o caráter rebelde e revolucionário dos bairros populares. Apesar das evidentes e intencionadas mazelas em que vivem – precariedades de infraestrutura e serviços, impunidade de grupos criminosos e paramilitares, mercantilização das relações -, tais resistências territorializadas se mostram indispensáveis para construir e expandir núcleos de oposição aos modos de vida capitalistas.

2. A CIDADE, ESPAÇO DE LIBERDADE?

O que um homem singularmente convencido de si mesmo ousava sonhar, por favor dos deuses, uma cidade inteira, obediente à sua vontade, podia fazer.
Lewis Mumford

Em oposição ao mito histórico, que propaga ser o “ar da cidade” fator de liberdade, ou ao senso comum, que considera o viver no espaço urbano condição de ascensão a uma “vida melhor”, expressões referidas, respectivamente, à servidão medieval e indigência material e intelectual do rural, cabe recorrer à sabedoria popular sobre os ardis das aparências e do brilho do ouro dos tolos. Pois, o “que parecia ser uma salvação acabou se mostrando,

na realidade, uma miragem, pois no meio urbano incipiente também havia opressão aos pobres” (CUSTÓDIO, 2015:1). Apesar de invisibilizados pela mídia – política, imobiliária, turística etc. - que cria a sedução seletiva dos lugares, servidão e penúria urbanas costumam ser bem mais profundas e dramáticas do que aquelas dos campos feudais ou povoados de ontem e de hoje (ENGELS, 2008; KOWARICK, 1993; DAVIS, 2006). Quanto às possibilidades de promoção a postos mais qualificados pela economia urbana – a ascensão à uma “vida melhor” -, fortemente vinculadas aos valores da meritocracia, desde sempre foram a base do individualismo pequeno-burguês e que, mesmo para as classes médias, constituem histórias familiares de sacrifícios de várias vidas (SOUZA, 2018).

Pois, desde o início, a cidade se constitui a partir da diferenciação das classes sociais em relação à produção geral e ao poder político civil e religioso (MUMFORD, 1991), vinculados entre si através de diferentes processos de dominação social, efetivados pela divisão intelectual e manual do trabalho para sua expropriação. Desta forma, desde as origens na pré-história e em oposição ao campo, a cidade está vinculada a posições de força e exercícios de violências, produto histórico da aliança entre a vida errante e incerta dos nômades com os sedentários e pacíficos agricultores, isto é, “uma união mais remota entre os componentes paleolíticos e neolíticos” (Ibid., ibid., 28). Primeiro prestando-lhes serviços de proteção para plantações e aldeias contra predadores - animais ferozes e outros grupos humanos -, de forma com que “as aldeias protegidas pelo caçador floresceram melhor que aquelas cujas colheitas podiam ser esmagadas por rebanhos selvagens ou cujos filhos podiam ser mutilados e devorados por bestas atacantes”. E assim “a própria prosperidade e tranquilidade da aldeia neolítica pode ter feito que seus protetores trocassem o papel de cão de guarda pelo de lobo, exigindo, por assim dizer, ‘pagamento de proteção’, numa transação cada vez mais unilateral”. (MUMFORD, 1991:30)

A exigência de doação de colheitas levaria à construção da “cidadela primitiva, ponto de armazenagem das pilhagens do chefe, principalmente cereais e possivelmente mulheres,” edificações expandidas a seguir com o trabalho compulsório em construções diversas – diques, aquedutos, muralhas, palácios, templos (MUMFORD, 1991:44). Obras viabilizadas graças ao trabalho coletivo e compulsório, origens simultaneamente da primeira revolução agrária e fundação do espaço de vida dos dirigentes militares e religiosos, posteriormente a corte do soberano, o QG militar, o templo sacerdotal. Um processo de milênios em que tanto a aldeia se consolida e erige elementos da “estrutura embrionária da cidade” - “casa, oratório, poço, via pública, ágora” -, conjunto de “invenções e diferenciações orgânicas” (MUMFORD, 1991:26) que serão redefinidas na cidade. A prevalência do respeito “pelo costume e pelo direito consuetudinário”, até então exercício dos “Conselhos de Anciões da aldeia”, são substituídos pelas instituições dos “começos da moralidade organizada, do governo, do direito

e da justiça”, que configura e “parece preceder todo o exercício mais requintado do controle, por parte de uma minoria dominante, que impõe suas tradições estranhas ou suas inovações de classe superior, igualmente estranhas, a uma população subjugada, ainda que disposta a aquiescer” (MUMFORD, 1991:27)

Por tudo isso, a cidade – “essa peculiar combinação de criatividade e controle, de expressão e repressão, de tensão e libertação” (MUMFORD, 1991:38) – constitui o centro do poder de uma minoria e deve ser entendida como uma forma de colonização do espaço (QUIJANO, 2000 apud GONÇALVES, 2002:14). Condição que na conceituação de Castells atravessa a história (o tempo), pois aponta para uma “natureza” intrínseca à urbe (o espaço), que perdura, perpassa e sobrevive a metamorfoses socioeconômicas e espaciais:

A cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico e social (natural e cultural) de tal ordem que existe uma diferenciação do produto em reprodução simples e ampliada da força de trabalho, chegando a um sistema de *distribuição e de troca*, que supõe a existência de: 1. De um sistema de classes sociais; 2. De um sistema político permitindo ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; 3. De um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne à cultura e à técnica; 4. De um sistema de troca com o exterior. (CASTELLS, 200:42-43)

A síntese totalizante do conceito contraditório da cidade a que chega Castells a partir de trabalhos de Pirenne, Weber, Mumford, expressa nas três dimensões do espaço “concebido, percebido, vivido” de Lefebvre (1972) o leva a afirmar que “é a especificidade *política* da cidade que faz dela um mundo próprio e define suas fronteiras enquanto sistema social”, pois “a ideologia de pertencer à cidade, prolongada até a sociedade industrial avançada, encontra seu fundamento histórico neste gênero de situação” (CASTELLS, 200:44). Da mesma forma que Mumford reafirma Marx e Engels (2007) sobre a separação entre cidade e campo como a primeira e maior divisão do trabalho já realizada, Castells vai identificar ao longo da história tanto “um poder exercido, pela conquista, sobre um vasto território”, quanto a “colonização e a defesa de regiões fronteiras”, um “núcleo de habitação e serviços, e de um mercado”, resultando no lugar onde “organizam-se as instituições políticas-administrativas próprias à cidade, que conferem-lhe uma coerência interna e uma autonomia maior frente ao exterior” (CASTELLS, 2000:43).

A urbanização ligada à primeira revolução industrial e inserida no desenvolvimento do tipo de produção capitalista, é um processo de organização do espaço, que repousa sobre dois conjuntos de fatos fundamentais:

1. A decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para os centros urbanos já existentes, fornecendo a força de trabalho essencial à industrialização.
2. A passagem de uma economia doméstica para uma economia de manufatura, e depois para uma economia de fábrica o que quer dizer, ao mesmo tempo concentração de mão-de-obra, criação de um mercado e constituição de um meio industrial. (CASTELLS, 2000:45)

A “decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para os centros urbanos”, citadas por Castells como condições *sine qua non* para a desestruturação do feudalismo e surgimento da cidade do capitalismo industrial, constituem o processo de acumulação primitiva do Capital, iniciado simultaneamente à descoberta do Novo Mundo e por ele dinamizado exponencialmente (QUIJANO, 2005): o cercamento dos campos comuns para fins de impedimento e criminalização do trabalho livre, o empobrecimento intencional das populações rurais, o ataque às práticas sociais autônomas de reprodução das camadas populares, todas medidas indispensáveis para o disciplinamento de mentes e corpos que serão aglomerados nas cidades, submetidas ao trabalho fabril, um longo e persistente processo estudado por Silvia Federici (2017), para quem a nova crise do capitalismo engendrou o processo atual de acumulação, com a repetição das mesmas iniciativas:

No século XVI, “cercamento” era um termo técnico que indicava o conjunto de estratégias usadas pelos lordes ingleses e pelos fazendeiros ricos para eliminar o uso comum da terra e expandir suas propriedades. FEDERICI, 2017:133)

Menosprezadas na literatura do século XVI como uma fonte de preguiça e de desordem, as terras comunais eram fundamentais para a reprodução de muitos pequenos fazendeiros ou lavradores que sobreviviam apenas porque tinham acesso a pradarias, nas quais podiam manter vacas, ou bosques dos quais extraíam madeira, frutos silvestres e ervas, ou pedreiras, lagoas, onde podiam pescar e espaços abertos para reunir-se (FEDERICI, 2017:137-138)

Logo que perderam o acesso à terra, todos os trabalhadores lançaram-se numa dependência econômica que não existia na época medieval, considerando-se que sua condição de sem-terra deu aos empregadores o poder para reduzir seu pagamento e ampliar o dia de trabalho. (FEDERICI, 2017:140)

Não é surpreendente que, com a expropriação da terra, viesse uma mudança de atitude dos trabalhadores com relação ao salário. Enquanto na Idade Média os salários podiam ser vistos como um instrumento de liberdade (em contraste com a obrigatoriedade dos serviços laborais), começaram a ser vistos como instrumentos de escravidão logo que o acesso à terra chegou ao fim (HILL, 1975 apud FEDERICI, 2017:140)

...o cercamento físico operado pela privatização da terra e o cercamento das terras comunais foram ampliados por meio de um processo de cercamento social: a reprodução dos trabalhadores passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público (a terra comunal, a Igreja) para o privado. FEDERICI, 2017:163)

Desta forma, o trajeto social que vai do trabalho servil ao trabalho assalariado coincide com o trajeto espacial percorrido pelos trabalhadores dos campos para as cidades, percursos nos quais serão desapropriados de suas relações materiais e espirituais com a natureza, “separados (individualizados) da terra e de suas territorialidades se veem obrigados a submeter-se ao mundo da mercantilização, seja vendendo a sua força de trabalho, seja vendendo produtos do seu trabalho (M-D-M) para sobreviver”. (GONÇALVES, 2016:239). E razão não apenas do empobrecimento de suas condições de reprodução física, mas principalmente sociais, com profundas consequências para sua identidade de classe, sob o jugo do que será a “sociedade burocrática do consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991) e que sempre implicou um longo e conflituoso processo de disciplinamento da vida dos

trabalhadores urbanos para consolidação da individualidade e do individualismo funcionais à dominação, pois:

A egosofia do “(Eu) penso, logo (eu) existo”, precedido pelo “eu conquisto” (Dussel), impõe-se diluindo as comunidades, etnias, povos e nações à ideologia liberal do Um, que nos dará a cidadania branca, burguesa, patriarcal e eurocêntrica dos (mais) iguais entre si. (GONÇALVES, 2016:230)

3. A CIDADE, ESPAÇO DE DIREITOS?

O direito civil serve para que os ricos roubem dos pobres,
o direito penal impede que os pobres reajam.
Anônimo

À imposição da individualidade se seguiu a valorização do individualismo, à libertação da servidão sucedeu a venda da força de trabalho, ao trabalho concreto vinculado ao valor de uso opôs-se o trabalho abstrato submetido a valores de troca, sempre tendo a cidade como espaço fracionado, privatizado, comercializado, continente conformado para realizar finalidades de lucro e apropriação particulares (LEFEBVRE, 2006). Com suas condições de reprodução fortemente condicionadas por relações monetizadas, “que divide o homem entre a necessidade de viver, e portanto, consumir, e não ser, sendo força de trabalho, mercadoria que, como sujeito jurídico, ele passaria a vender no mercado de trabalho” (BALDEZ, 2003:72). Nesta situação, agravada pelo reduzido acesso à extração direta de bens da natureza, devidamente privatizados na cidade, a luta dos trabalhadores urbanos guarda fortes diferenças com a ação política empreendidas por seus congêneres rurais. Do ponto de vista do direito, ultrapassando aquele costumeiro, constituído e consolidado pela tradição do trabalho concreto no campo, a cidade será arena da instituição do direito ao trabalho sobre as bases da propriedade privada dos meios de produção. A liberdade de acesso aos bens da natureza e controle de tempos de trabalho e produção, próprios do espaço rural, será substituída pela liberdade abstrata do acesso ao dinheiro, base indispensável para a reprodução social e individual sob a disciplina coletiva para o lucro. (FEDERICI, 2017; GONÇALVES, 2016)

As diferenciações sócio-espaciais entre campo e cidade e a imprescindibilidade de instituir mediações das relações em conflito resultam nas diferenciações com que o direito será apropriado por cada um daqueles espaços. Ao analisar as formas de luta dos movimentos populares rurais e urbanos, Baldez (2003:79) identifica a presença da “tradição histórica da reforma agrária como também pela identidade do trabalhador como agente da ação política” em comparação com os sujeitos urbanos, onde “não se tinha devidamente individualizado e caracterizado o ator político, pois vinha ele de vários segmentos sociais subjetivados pela individualização ideológica jurídica”, isto é, “cada um, portanto, existindo de *per si* como sujeitos de direitos e obrigações” 79

Se no campo o trabalhador se reconhecia e identificava na ação coletiva, por isso política, na cidade a equalização seria definida e imposta pelo direito e a ação, por isso, ficaria contida no espaço próprio do juridicismo, difícil de ser rompido e ultrapassado. Um dado histórico ajuda, na origem a explicar a diferença: não foram os mesmos os meios ideológicos utilizados pela classe dominante para conter a presença e a ação política da classe trabalhadora no campo e na cidade. (BALDEZ, 2003:79)

Diferentemente do campo, onde “a repressão preservou os métodos herdados do escravagismo, mitigado pela ideologia do compadrio”, o direito formal - expressão ‘civilizada’ do trato dos conflitos de classe – se erigiu e prevaleceu como norma de controle político para fins de manutenção da ordem econômica nas relações urbanas. Para Baldez, no Brasil urbano e “a partir da década de 30”, a dominação “se fez através do juridicismo individualizante e atomizador das lutas”, levando “as lideranças urbanas” a ficarem “em sua ótica mais imediata, absorvidas pela ideologia burguesa”, razão pela qual “acabaram desviadas, muitas vezes por opção tática, para a arena do legalismo”. Nesta “procura de novos e mais eficientes direitos, alguns até alcançados”, ignora-se que sua “execução dependeria do poder, que nunca os oprimidos tiveram” (BALDEZ, 2003:80), identificando o momento em que as lutas urbanas se aproximam do direito:

A força ideológica do direito no espaço urbano se demonstra no processo constituinte, através das emendas populares, “elaboração essencial e preponderantemente jurídicas, acabaram representando pela dispersão da ação política, o principal mecanismo de mobilização do povo”, fazendo com que “a luta deixava de ser política, ou de ação política, para conter-se no campo próprio e histórico da dominação de classe, o campo jurídico”. (BALDEZ, 2003:81).

Aquele momento em que “os subalternizados continuavam nas ruas, sentindo-se, quem sabe?, constituintes populares, mas, na verdade, reduzidos a coletores de assinaturas nas variadas emendas” (BALDEZ, 2003:81), guarda porém resultados diferenciados, quando comparamos o movimento urbano com as lutas por Saúde e Educação que logram instituir o Sus e o Fundeb. Mesmo ameaçados de retrocessos na atual conjuntura política nacional, comprovando a relatividade/fragilidade dos direitos populares, tais conquistas indicam que há especificidades do movimento urbano a ser consideradas para definir estratégias de luta.

De forma semelhante, mas restringindo a observação nos movimentos de trabalhadores urbanos durante o período da redemocratização do Brasil, constata-se que, mesmo nos limites da cidade, há diferenças entre lutas travadas no ambiente laboral e nos bairros populares, com as primeiras constituindo uma força política que extrapola os limites da fábrica, resultando em fatos com repercussões nacionais, pois “as greves de 1978, 1979 e 1980” extrapolavam os limites da fábrica e “atingiam em cheio a lógica de ação do regime para o mundo do trabalho”, tendo sido um “passo fundamental para a retomada do movimento operário e sindical brasileiro em termos da cena política mais geral” e se estabeleciam no

cenário político nacional “como uma força não mais silenciável e nem negligenciável” (SANTANA, 2018).³

Comparativamente, e apesar da precariedade histórica dos bairros e das moradias populares, onde viviam muitos dos protagonistas das lutas fabris e que somavam uma longa tradição de movimentos organizados (SANTOS, 1981; VALLADARES, 1983; SOUZA, RODRIGUES, 2004), suas ações mais significativas no mesmo período histórico em pauta foram canalizadas para incluir na Constituição Federal os direitos de cidadão negados pelo poder político e econômico. Enquanto as conquistas por Saúde e Educação portam a universalidade de seu alcance e acesso, identificando-se com demandas do conjunto dos trabalhadores, e as vitórias sindicais no chão das fábricas representam uma ruptura com os processos históricos de controle estatal, sendo simultaneamente triunfos econômicos e políticos, as reivindicações urbanas se resumem a duvidosas e abstratas afirmações de promessa de direitos.

Uma evidência constatada por Maricato (1997), para quem “nos anos que se sucederam à promulgação da nova constituição”, o “ideário” do movimento “toma uma direção bastante técnica e jurídica” (MARICATO, 1997:312) que, em nosso entendimento, irá hegemonizar o movimento através do destaque constitucional da “função social da propriedade urbana”, a determinação do plano diretor como “instrumento maior do desenvolvimento urbano”, seus treze anos nos corredores do congresso nacional para regulamentação como Estatuto da Cidade, lançado quando a “globalização” e o neoliberalismo já conquistavam corações e mentes e as crises sistêmicas tinham sido utilizadas para desmobilizar os trabalhadores (BURNETT, 2011).

Os esforços militantes em implantar, de dentro do Estado, as prescrições constitucionais se mostraram contraditórios, seja na escala municipal, onde “até mesmo as poucas, mas significativas experiências das gestões municipais democráticas e populares enfrentam resistências consideráveis para operacionalizar diretrizes da Reforma Urbana” pois a “parcela dos empresários que têm na cidade sua fonte de lucros, que aqui chamaremos de capital imobiliário (loteadores, incorporadoras, construtores, parte dos corretores, e inclusive grandes proprietários fundiários), tem um projeto para a cidade como um todo” (MARICATO, 1997:313-314); seja no nível federal, através do Ministério das Cidades, que passou a se relacionar com entidades e lideranças populares via conselhos municipais, estaduais e federal para definição e aprovação democrática da política urbana nacional. Pensadas para implementação em regime de cogestão, as propostas do MCidades foram elaboradas em

³ Transformações posteriores às greves operárias do ABC relativizaram essa afirmação de Santana (2018), pois como afirma Gonçalves (2016:234): “Da concentração industrial fordista, de onde a classe operária soube tirar proveito, remeter-nos ao toyotismo e à acumulação flexível, impingindo a maior derrota à classe operária desde sua constituição.”

longos e pacientes trabalhos de coordenação/participação, porém poucas foram efetivadas, pois "enquanto não tínhamos recursos e estávamos sob ajuste fiscal, com dívida pesada, tivemos controle sobre os gastos. Quando apareceram os recursos, os capitais tomaram conta" (Minha Casa, Minha Vida piorou cidades..., 2018).

As propostas do MCidades não chegaram a se materializar e intervir nas condições de vida urbana dos trabalhadores, tendo sido quantitativa e surpreendentemente reduzidas ao avassalador Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, lançado pelo Ministério da Fazenda em 2009 à margem do MCidades, no bojo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Capturando a bandeira do *direito* à “moradia digna”, equivocadamente entendida como produção de unidades habitacionais segundo *normas* de construção favoráveis ao mercado, o PMCMV constituiu o zênite daquela “direção bastante técnica e jurídica” que, por este caminho e como não poderia deixar de ser, manteve a política urbana sob controle de quem nunca a havia perdido: o setor imobiliário (ARANTES; FIX, 2009).

Mas, considerando a herança ainda forte do Banco Nacional da Habitação – BNH, importante fator de realização do “milagre brasileiro” dos anos 1970 e formador do mercado da construção civil monopolista no Brasil (RIBEIRO, 1997), seria previsível que a intervenção do Estado na questão da moradia pendesse para uma solução de mercado. Defendida como a alternativa à autoconstrução, entendida como “vício da virtude”, sob o argumento de que “elevar o nível da contradição significaria atacar o problema da moradia pelos meios do capital” (OLIVEIRA, 2006:72), o novo programa habitacional conseguiu agravar a condição de vida dos trabalhadores: apesar da aparência “digna” e do valor de troca da casa nova obnubilar sua essência, a subordinação ideológica à padrões e valores de vida que têm se mostrado incompatíveis com a marginalização de seus moradores. Mas os milhares de unidades do PMCMV foram certos em repetir processos de expulsão dos trabalhadores da cidade, exilando-os no meio do nada, reunidos por meio de sorteios aleatórios pensados para quebrar sociabilidades e solidariedades longamente construídas nos bairros populares.

Porém, analisando a questão em uma escala geográfica maior e para além de sua funcionalidade à reprodução capitalista, a reincidência estatal na política habitacional massiva se constitui em uma cínica encenação, se propondo resolver, dentro do sistema, o problema da moradia operária, algo que estudos clássicos e definitivos sobre o tema (ENGELS, 1974; BOLAFFI, 1982; VILLAÇA, 1986), já demonstraram a inviabilidade. As consequências políticas e ideológicas de tais iniciativas foram analisadas nas “sociedades capitalistas avançadas” por Harvey (1982), mas seu estudo não esgota o tema, pois enquanto país periférico ao sistema mundo, o Brasil compartilha com África, América do Sul e Caribe uma realidade sócio-espacial radicalmente distinta das nações do capitalismo central.

Nas periferias do sistema, a condição subordinada das nações - com renovados fatores internos e comandos externos (QUIJANO, 2005) -, difere radicalmente do centro capitalista, onde “a concentração da relação capital-salário é o eixo principal das tendências das relações de classificação social e da correspondente estrutura de poder”, enquanto “no resto do mundo, na América Latina em particular, as formas mais estendidas de controle do trabalho são não-salariais, ainda que em benefício global do capital, o que implica que as relações de exploração e de dominação têm caráter colonial” (QUIJANO, 2005:114). Diferentemente dos países centrais, onde predominam a inserção e a homogeneidade social dos trabalhadores (mas, mesmo ali, não totalmente), caberia atentar para a limitada capacidade de inclusão pelo salário e baixo consumo da massa de trabalhadores que as nações periféricas ao capitalismo carregam em suas estruturas socioeconômicas.

O processo de homogeneização dos membros da sociedade imaginada de uma perspectiva eurocêntrica como característica e condição dos Estados-nação modernos, foi levado a cabo nos países do Cone Sul latino-americano não por meio da descolonização das relações sociais e políticas entre os diversos componentes da população, mas pela eliminação massiva de alguns deles (índios, negros e mestiços). Ou seja, não por meio da democratização fundamental das relações sociais e políticas, mas pela exclusão de uma parte da população. Dadas essas condições originais, a democracia alcançada e o Estado-nação constituído não podiam ser afirmados e estáveis. A história política desses países, muito especialmente desde fins da década de 60 até o presente, não poderia ser explicada à margem dessas determinações. (QUIJANO, 2005:122)

4. A CIDADE, ESPAÇO DE RESISTÊNCIA?

Pensar em espaço em termos que integrem seu significado socialmente construído com suas propriedades formais e materiais.
Fernando Colonil

Para além dos limites dados pela individualidade dos sujeitos e de sua subordinação ao direito (BALDEZ, 2003), por que os movimentos urbanos em luta pelo país não lograram a unidade de ação e o poder político necessários para efetivar a proposta de reforma urbana? Haveria um “determinante” nas lutas urbanas que, estando presente no conjunto das cidades em geral e das brasileiras em particular, impede ou restringe seu enfrentamento com as mesmas estratégias das lutas fabris ou de acesso à educação e à saúde? Seria este “determinante urbano” expressão de especificidades do caráter espacial das lutas populares nas cidades que condicionam, submetem e subvertem as determinações jurídicas e técnicas pensadas e impostas desde cima, sejam com objetivos de dominação ou propostas de inclusão? E que, deste ângulo, aproximam e assemelham certas condições das lutas rurais e urbanas?

Ao incluir na análise das lutas sociais o “espaço social”, Gonçalves (2002) chama atenção para as especificidades dos processos de produção do espaço (LEFEBVRE, 2000)

e defende a necessária inclusão da “geograficidade” nos entendimentos dos movimentos sociais, pois

Toda sociedade ao se constituir a si mesma constitui seu espaço, conformando assim seu território. Deste modo, o território não é uma substância externa nem tampouco uma base sobre a qual a sociedade se erige, como queria Hegel. Ao contrário, o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto de suas relações sociais e de poder. (GONÇALVES, 2000:13)

Mas uma vez, a realidade rural salta à frente na materialização do enunciado acima, onde a força da identidade de distintos povos da América Latina se mostra em imbricada relação com seus lugares de vida e trabalho, a natureza como parte e parceira, abrindo um outro entendimento sobre processos de afirmação de posse e de lutas em diferentes frentes pela terra e seus recursos naturais (QUIJANO, 2005). As lutas indígenas e quilombolas, assim como de outras populações tradicionais no Brasil, expressão de seculares movimentos de resistência contra a expropriação de suas territorialidades frente à expansão de fronteiras econômicas sob forte pressão de negociações internacionais de commodities. A semelhança de tais comunidades rurais com as áreas urbanas periféricas que, apesar de contidas no interior ou nas beiradas das cidades, sempre estiveram fora dos mapas do urbanismo estatal (MARICATO, 2000), indica a semelhança bem mais profunda entre os que estão nas lutas urbanas e rurais.

Aparentemente inseridos no sistema, submetidos à monetização das relações sociais, a debilidade dos laços desta inclusão obriga os trabalhadores urbanos dos países periféricos a exercerem o que já foi chamado de “estratégias de sobrevivência”, práticas indispensáveis para a reprodução física, originadas nos espaços rurais e presentes nas cidades (ROMANELLI; BEZERRA, 1999). A mais evidente prova disso é a questão da moradia urbana autoproduzida, uma prática material rural revivida nas periferias urbanas (OLIVEIRA, 2006; MARICATO, 1982), que há décadas tem sido objeto de estudos por diferentes autores (VALLADARES, 1983) e ensejado incontáveis tentativas, bem e mal-intencionadas, de resolução pelo Estado via o capital.

Apesar da presença de tais espaços em muitas cidades brasileiras, com longas e diferentes trajetórias de resistência pela permanência em seus bairros autoproduzidos (SOUZA; RODRIGUES, 2004), o *mainstream* de direita e de esquerda quase sempre os entendeu como espaços de desordem e penúria (SANTOS, 1981), pouco atentando para o seu caráter de “espaço social”. Para esse entendimento, muito contribuiu a fragmentação positivista da ciência (GONÇALVES, 2000), assim como a atribuição de planejador social dos arquitetos (LEFEBVRE, 2006), através do qual se legitimam perante o sistema. Assim, as propostas de intervenção os entendiam como áreas que deveriam ser incluídas no desenvolvimento da cidade a partir do seu reconhecimento pelo planejamento urbano,

resultando em experiências diversas pelo poder municipal, onde se misturavam processos de autonomia e dependência, resistência e clientelismo (SOUZA; RODRIGUES, 2003), mas que nunca lograram efetivar a pretendida inclusão urbana dos trabalhadores.

A reestruturação produtiva dos anos 1970/80, que desde os países centrais constituiu uma tripla resposta, política, econômica e ideológica, à crise social da produção (HARVEY, 2004), retirou o protagonismo das fábricas e multiplicou/visibilizou “novos personagens” na cena pública. Resultando no questionamento das tradicionais estratégias de esquerda e no fortalecimento da socialdemocracia, a nova conjuntura – da ordem mundial aos Estados nacionais – inverteu prioridades da produção e do consumo, fortalecendo imperialismos externos e internos, em um ressurgimento de processos de colonização, agora em outro contexto, em que se ampliam as expropriações, mas também as possibilidades de conexões das lutas fragmentadas (QUIJANO, 2005). As cada vez mais limitadas, porém necessárias, ações desde o Estado nacional em defesa da diversidade social dos países periféricos têm fracassado em tentativas socialdemocratas de homogeneização da sociedade e o projeto de Estados plurinacionais na América Latina demonstra novas possibilidades de retorno ao direito costumeiro.

Em espaços sociais dependentes de condições globais, as identidades coletivas estão-se construindo de formas inéditas através de uma articulação complexa de fontes de identificação tais como a religião, territorialidade, raça, classe, etnicidade, gênero e nacionalidade, mas agora esta articulação está condicionada por discursos universais de direitos humanos, leis internacionais, ecologia, feminismo, direitos culturais e outros meios de fazer respeitar as diferenças dentro da igualdade. (CORONIL, 2005:59)

Ao afirmar que a distinção existente entre lutas rurais e urbanas se dá em função dos interesses dos despossuídos - coletivizados no primeiro caso, individualizados no segundo -, Baldez (2003) permite entender que, para além dos efeitos de dominação do “campo jurídico”, a organização e resistência populares têm relação com as diferentes formas de expropriação do trabalho em cada um daqueles espaços, diferentemente produzidos e condicionando os processos de reprodução de suas vidas (LEFEBVRE, 2006). Enquanto os camponeses o fazem a partir do trabalho concreto – sendo o acesso à terra o principal e fundante instrumento de trabalho / meio de produção, condição que lhes assegura a reprodução social por fora do assalariamento, ensejando práticas coletivas –, que definem espaços comuns de trabalho e moradia⁴, os trabalhadores urbanos, despojados dos seus meios de produção, sob o exercício do trabalho abstrato, se submetem à venda direta ou indireta de sua força de trabalho no

⁴ Esta situação de maior autonomia dos trabalhadores rurais, com destaque para populações indígenas e comunidades quilombolas em relação ao controle da terra coletiva, que inclui populações tradicionais – extrativistas em geral, pescadores, quebradeiras de coco, posseiros etc. -, explica a permanência das atuais e passadas políticas de desenvolvimento na Amazônia e no Cerrado, divulgadas como “fronteiras econômicas”, de fato um processo de desapropriação para nova rodada de acumulação capitalista. (Federici, 2017)

mercado. Mas como despossuídos, são forçados à ocupação de áreas urbanas ilegais refazendo na atualidade processos seculares das comunidades rurais.

Por esta razão, é possível entender a “cidade ilegal”, não apenas como espaços de precariedades materiais, mas como territórios à margem da cidade capitalista, pois desde sua constituição – como ocupação ou loteamento clandestino – negam formas instituídas pelo sistema para acessar o espaço urbano (MANOLO, 2020). Por fora da legislação urbanística, parte significativa dos trabalhadores das cidades assumiram a autoconstrução não apenas de suas moradias, mas também de seus bairros, em processos de territorialização dos quais muitos não se davam conta, como o relato de estudo na Venezuela:

Tenho já vinte anos de incluído num bairro de Petare, uma dessas comunidades que antes se chamaram de marginais e hoje se chamam de excluídas, quando são nomeadas desde fora delas mesmas, pelos incluídos no sistema. De dentro, delas mesmas, nem se consideram marginais nem excluídas, simplesmente porque essa questão não lhes pertence. De dentro se percebem como comunidades. pacíficas ou conflitivas. de conviventes. Dir-se-ia que cada bairro mais parece um povoado tradicional que um setor da cidade. Esta semelhança com o povoado é muito significativa. Da estrutura política, econômica, social e cultural da cidade, os bairros são partes de uma unidade mais ampla. De dentro, identificam-se como, e praticam, uma notável autonomia. Nem desprezam nem rejeitam a cidade, mas tampouco a engrandecem. Não percebem sua autonomia como marginalização nem exclusão, mas como uma maneira natural de praticar a convivência. (MORENO, 2005:91)

Uma convivência que nos bairros populares passa, obrigatória e diferentemente daqueles das classes médias e altas, pela necessidade de demandar ações do estado e explicam a longa trajetória de “ativismos sociais” em tais espaços. Souza e Rodrigues (2004) sintetizam “as causas da crise” de tais movimentos no Brasil e que levaram, indiretamente, os diferentes sujeitos da Movimento da Reforma Urbana a serem tentados por ações de cima para baixo: “demagogia e autoritarismo das administrações municipais, cooptação de líderes e manipulação partidária, caciquismo e personalismo, clientelismo, influências de dificuldades econômicas e do tráfico de drogas” (SOUZA; RODRIGUES, 2004:89-92)

Mas, para outros, vindos de lutas fabris sob ofensiva neoliberal, os bairros populares são mais do que “uma maneira natural de praticar a convivência”, mais que uma territorialidade adequada aos modos e necessidades de vida, cumprindo atualmente um papel de “reconstituição da identidade de classe”, conforme uma liderança urbana argentina:

Reconstituir isto nos abriu uma nova mentalidade e descobrimos que o novo lugar donde os trabalhadores nos nucleamos, onde estamos todos os dias, é o bairro. Isto se sintetizou na frase “a nova fábrica é o bairro”. A fábrica ou lugar de trabalho onde nos formávamos, onde aprendíamos a história, onde se construía e recuperava a identidade e a memória como trabalhador hoje não existe mais. Evidentemente temos que nos organizar no bairro e para isto criamos a filiação direta para todo trabalhador que vive de seu trabalho. Se trata de um companheiro de classe que deve voltar a se reconstituir.

Foi um tempo muito difícil e ainda que a resistência às privatizações e exclusão foi tendo algumas vitórias defensivas, o mais importante é que começamos a ver que nos devolvía nossos companheiros: ex metalúrgicos, ex têxteis, ex, ex, ex trabalhadores,

começavam a se aproximar e se organizar na qualidade de trabalhadores precários. (CECEÑA 2001 apud GONÇALVES, :235)

Para James Scott (2013), o espaço dos trabalhadores na cidade, mais que expressar a desapropriação do trabalho e a falta de recursos, representa a constituição de um espaço de resistência, pois cria ambiente para construção da sociabilidade e da solidariedade, da autoprodução limitada e relativa possível sob hegemonia capitalista, distante do controle do Estado e dos patrões. Através de estudos sobre os processos de construção do “discurso oculto” dos dominados⁵, Scott entende a resistência popular como uma construção social desse discurso que necessita ser “praticado, enunciado, manifestado e disseminado no interior dos espaços sociais marginais”, eles mesmos “uma realização da resistência”, pois “são conquistados e defendidos na face do poder” (SCOTT, 2013:173).

Os espaços sociais de autonomia relativa não são apenas um terreno neutro onde se pode desenvolver negações práticas e discursivas do poder dominante. Uma vez que constituem, eles próprios, espaços de poder, servem também para disciplinar e formular mecanismos de resistência. (SCOTT, 2013:172)

Citando a obra de E. P. Thompson sobre a formação da classe operária inglesa, que afirma a importância de locais como a capela, a taverna e os lares, onde “havia espaço para a liberdade intelectual e para experiências democráticas livres”, Scott vai destacar que lugares como “os cabarés, as adegas e as destilarias eram vistas pelas autoridades seculares e pela Igreja como locais de subversão” (Ibid., ibid.:175). Mas também espaços de confraternização e celebração, onde manifestações culturais próprias da classe se organizam, consolidam e expandem, surgindo em locais adequadamente construídos para tal.

Nem camponeses nem proletários deduzem suas identidades direta e somente do modo de produção, e quanto mais cedo tratarmos da experiência concreta da classe tal como ela é vivida, mais cedo apreciaremos tanto os obstáculos quanto as possibilidades para a formação de classe. (SCOTT, 2011:325)

A observação, em artigo num coletivo de comunicação independente, sobre “a má consciência dos acadêmicos e filantropos” que têm os bairros populares “como objeto de estudos ou ações caritativas” expressa os riscos advindos do desentendimento sobre a ignorância da “experiência concreta”. Para o autor, “desde sempre enquadrados no imaginário citadino como lugares de crime, miséria e insalubridade”, os moradores dos bairros populares “somos tratados como objetos, sujeitos objetificados ‘sem história’, chamados a falar apenas quando pretende-se explicar, por contraste, o desenvolvimento das áreas empregues para formar a imagem da cidade” (MANOLO, 2020).

A classe, afinal de contas, não exaure o espaço explicativo total das ações sociais. Em nenhum outro lugar isso é mais verdadeiro do que na aldeia camponesa, onde classe

⁵ Para James Scott, os discursos ocultos – através dos quais “a dominação é constantemente avaliada, julgada e criticada por aqueles que dela são objeto, alimenta não apenas uma resistência passiva e clandestina, mas é também um canteiro de resistência “ativa” que alberga um potencial de revolta que o torna extremamente eficaz em circunstâncias propícias à sua desocultação e à sua expressão pública”. (Fátima Sá e Melo Ferreira, Apresentação In SCOTT, 2013:10)

pode competir com laços de parentesco, vizinhança, facção, e ritual, como focos de identidade e solidariedade humana. Para além do plano da aldeia, pode competir também com etnicidade, grupo linguístico, religião, e região, como focos de lealdade. Classe pode também ser aplicável a algumas situações, mas não a outras; pode ser reforçada ou cruzada por outros laços; pode ser muito mais importante para a experiência de uns do que de outros. Os que estão tentados a descartar como “falsa consciência” todos os princípios de ação humana que competem com a identidade de classe, e a esperar pela “determinação em última instância”, de Althusser, provavelmente esperarão em vão. (SCOTT, 2011:235)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Excluir a experiência dos agentes humanos da análise das relações de classe é fazer a teoria engolir seu próprio rabo.
James Scott

Ao desprezar a realidade sócio-espacial dos trabalhadores, estruturalmente dominados e explorados pelo capitalismo, as tendências políticas igualitárias que hegemonizaram as lutas urbanas recentes no Brasil se deixaram envolver por valores próprios do sistema, concentrando parte significativa e o objetivo final de suas estratégias na inclusão subordinada dos espaços populares de vida à dinâmica da cidade do capital (LEFEBVRE, 2006). Lançando mão prioritariamente dos instrumentos urbanísticos do Estado capitalista, a luta urbana entrou em uma espiral de contradições ideológicas que aproximou suas demandas da lógica de reprodução capitalista, valorizando o individualismo e a propriedade privada junto àqueles que exercem a solidariedade e o coletivismo.

A retomada da luta exige uma revisão crítica não apenas das alianças firmadas ou dos métodos empregados, mas principalmente da negação dos princípios e práticas impostos pela cidade capitalista, aprendendo com os movimentos da luta rural que a resistência e a rebeldia estão vinculadas aos espaços de vida, instituídos no processo de construção das identidades de classe. Neste sentido, a defesa da diversidade dos sujeitos dominados/explorados é indispensável para a afirmação de suas identidades de classe, seu empoderamento e comando efetivo das lutas urbanas, repondo os possíveis e prováveis “companheiros de viagem” em seus devidos lugares. A vinculação entre local e global, escalas de lutas nos bairros e na cidade, pode oferecer a liga que foi secundarizada no passado recente, mas tendo presente que se trata de um enfrentamento contra o Estado e outras classes, daí partindo intenções, inevitavelmente carregadas de conteúdo de classe, valendo o alerta sobre cooptações possíveis:

A dialética da exploração e da opressão liga intimamente as características e a estrutura interna das várias classes, e sob este ponto de vista a luta entre as classes consiste na transformação contraditória e conjunta de todas elas. (MANOLO; BERNARDO, 2002)

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. F.; FIX, M. Pacote habitacional de Lula é a privatização da política urbana. *Correio da Cidadania*, 29/07/2009. Disponível em <https://www.correiodacidade.com.br/politica/3560-29-07-2009-pacote-habitacional-de-lula-e-a-privatizacao-da-politica-urbana> acesso em 21 jan. 2021.
- BALDEZ, M. L. A luta pela terra urbana. In RIBEIRO, L. C. Q., CARDOSO, A. L. Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003, p. 71-92.
- BATISTELLA, A. A Era Vargas e o Movimento Operário e Sindical Brasileiro (1930-1945). *Unoesc & Ciência - ACHS Joaçaba*, v. 6, n. 1, p. 21-34, an./jun. 2015. Disponível em <https://core.ac.uk/reader/235124800> acesso em 10 fev. 2021.
- BIONDI, L.; TOLEDO, E. Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2018/07/Revolta-Urbana-web.pdf> acesso em 03 fev. 2021.
- BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In Maricato, E. (Org.) *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982:37-70.
- BURNETT, F. L. Da tragédia urbana á farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos. São Paulo: Annablume,
- CARDOSO, A. L. e DENALDI, R. (Org.) *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. Disponível em <https://www.observatoriodasmegropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/06/Adauto-CARDOSO-e-Rosana-DENALDI-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-de-favelas-no-Brasil.pdf> acesso em 08 fev. 2021.
- CASTELLS, M. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005:50-62. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> acesso em 02 fev. 2021.
- CUSTÓDIO, J. A. C. “Stadtluft Macht Frei”: A “Libertação” Das Obrigações Feudais O ar da cidade liberta. XIV Jornada de Estudos Antigos e Medievais – Maringá-PR, 18 a 20/11/2015. Disponível em <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2015/pdf/017.pdf>
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENGELS, F. *Sobre el problema de la vivienda*. Buenos Aires: Polemica, 1974.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- GONÇALVES, C. W.P. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In *La guerra infinita: hegemonia e terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002:217-256. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf> acesso em 04 fev. 2021.

GONÇALVES, C. W. P. Dilemas dos Movimentos Emancipatórios Contemporâneos: Dos Fatos e das Versões (Teorias). Cadernos do CEAS, Salvador, n. 237, p. 225-253, 2016. Disponível em <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/242/205> acesso em 07 fev. 2020.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Espaço e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, jun./set. 1982, p. 6-35.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2004.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início - fev. 2006.

MANOLO. Os bairros sem história. Passa a palavra, 04/10/2020. Disponível em

<https://passapalavra.info/2020/10/134454/> acesso em 10 fev. 2021.

MANOLO; BERNARDO, J. Intelectuais orgânicos. Passa a palavra, 26/12/2002. Disponível em <https://passapalavra.info/2012/02/53056/> acesso em 12 fev. 2021.

MARICATO, E. Reforma Urbana: Limites e possibilidades, uma trajetória incompleta. In RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JR., O. A. Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997:309-325.

MARICATO, E. Autoconstrução, a Arquitetura Possível In Maricato, E. (Org.) A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 71-93.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar, o lugar fora das ideias. In ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula. BBC News Brasil, 4 de junho de 2018. Disponível em

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520> acesso em 08 fev. 2021.

MORENO, A. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. LANDER, E. (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. 88-94. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>

MUMFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

OLIVEIRA, F. O Vício da Virtude: Autoconstrução e Acumulação Capitalista no Brasil In Novos Estudos CEBRAP, nº 74, São Paulo, março 2006:67-85. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100005 acesso em 8 fev. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, E. (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas,

Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005:107-130. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> acesso em 02 fev. 2021.

RIBEIRO, L. C. Q. Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

ROMANELLI, G.; BEZERRA, N. M. A. Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. Paidéia, FFCLRP-USP, Rib. Preto, junho/99: 77-87. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v9n16/08.pdf> acesso em 20 jan. 2021.

SANTANA, M. A. Classe Trabalhadora, Confronto Político e Democracia: O Ciclo de Greves do ABC Paulista e os Desafios do Sindicalismo Atual. Lua Nova, São Paulo, 104: 19-65, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ln/n104/1807-0175-ln-104-19.pdf> acesso em

SANTOS, C. N. F. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

SCOTT, J. Dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Lisboa, Portugal: Letra Livre, 2013.

SCOTT, J. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a09n5.pdf> acesso em 10 fev. 2021.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UESP, 2004.

VALLADARES, L. P. (Org.) Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

VILLAÇA, F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global



GT 4 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã.

NOVAS FORMAS DE PENSAR A CIDADE AMAZÔNICA

Camilla Souza Barbosa (UFPA)¹

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre a urbanização das cidades da região amazônica, em como a racionalidade proveniente do colonialismo europeu impôs uma lógica de apropriação e violência que perdura até os dias atuais no contexto da produção de espaço urbano. Situamos as realidades de Macapá-AP e Belém-PA como exemplos de cidades que evoluíram dando primazia às ações voltadas à modernidade e ao progresso, que resultaram em profundos impactos socioambientais. Atualmente, estas cidades continuam lidando com as consequências deste processo de urbanização que seguiu a racionalidade do pensamento colonial, em que grande parte da sua população habita em áreas de várzea e diariamente sofre com a segregação socioespacial e a falta de saneamento básico e infraestrutura urbana. Por ser um produto histórico-social, a cidade existe em função dos seus agentes sociais e assim é impactada pelas lógicas de poder que os envolvem; então, neste artigo buscamos discutir a necessidade de uma desobediência epistêmica sobre as lógicas que permeiam a produção de espaço urbano na realidade amazônica, de modo que seja possível promover um desencantamento sobre o modo imposto de como as cidades deveriam ser na Amazônia e refletir sobre a cidade do amanhã.

Palavras-chaves: espaço urbano; cidade; região amazônica; desobediência epistêmica.

1. INTRODUÇÃO

Ao abordarmos as cidades amazônicas, falamos de cidades construídas em um campo de tensões e conflitos, bem como entendemos como o vínculo com a água é

¹ Mestra em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA), doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: barbosascamilla@gmail.com.

fundamental para compreender os seus processos sociais. A ocupação mais antiga da região encontra-se vinculada aos rios (CARDOSO; LIMA, 2006), e é na água que encontramos um espaço de conexões forjado pela sociedade (FEBVRE, 2000). Nesta complexidade inerente ao significado da água na Amazônia também encontramos as relações com o urbano, como as áreas de ressaca e baixadas que são vistas como problemas urbanos.

Para se pensar a cidade amazônica sob um novo espectro seria necessário a inversão do olhar de uma lógica que se encontra embrenhada no imaginário social sobre como as nossas cidades devem ser. A proposta de ir contra ao paradigma imposto se relaciona a desobediência epistêmica de Mignolo (2008), em que se exalta a importância de reordenar as lógicas que moldaram certo pensamento, mas, sem deslegitimar o conhecimento ocidental que o construiu.

2. UM OLHAR SOBRE A CIDADE

A forma e o conteúdo da cidade está entrelaçada a um conjunto de práticas socioespaciais, como afirma Carlos (2007), o que impele a análise da cidade sob uma perspectiva de dupla dimensão crítica, que inclua tanto a questão teórica quanto a prática, uma vez que “é impossível separar a produção social do espaço da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade” (CARLOS, 2007, p. 19).

A historiadora Françoise Choay (1992) traz a definição da palavra urbanismo segundo o dicionário Larousse, “ciência e teoria da localização humana”, além de apontar que este “tem a pretensão de uma universalidade científica” (CHOAY, 1992, p. 02). A origem do urbanismo encontra-se atrelada a questões que surgiram com o advento da Revolução Industrial (CHOAY, 1992), pois foi nesse momento em que as cidades sofreram com adensamento populacional devido aos migrantes vindo da zona rural à zona urbana, o que construiu uma situação de calamidade e pobreza; esta situação se mostrou mais evidente na cidade de Londres da década de 1880, como afirma Hall (2014), onde havia “sociedade urbana atormentada por enormes tensões sociais e fermento político” (HALL, 2014, p. 07).

De acordo com Castro (2015), com a emergência desta sociedade industrial também há a construção de um elevado patamar para a ciência e tecnologia, em uma crença que é embasada nas escolhas racionais e se encontra estruturada a um sistema que preza pela universalização e homogeneização dos elementos que o constituem, a modernidade. O sistema moderno é uma invenção ocidental que coloca o indivíduo em uma busca violenta

pelo progresso (CASTRO, 2015), que, para Dussel (2015), tem o colonialismo como uma condição histórica da sua origem² efetiva.

Quijano (2015) afirma que a dominação colonial foi fundamentada pela categorização dos indivíduos seguindo a ideia de raça, de modo que a população mundial passa a ser ordenada por uma construção mental que configurou um dos eixos do novo padrão de poder mundial e que teve a América como o seu “primeiro espaço/tempo”. Assim, a ideia de raça codifica as diferenças entre os conquistadores e conquistados do Novo Mundo em um novo sistema de violência que posteriormente seria utilizado no mundo todo, além de implementar a racionalidade do eurocentrismo (QUIJANO, 2015).

Portanto, em nossa discussão sobre a cidade é necessário aprender a desaprender (MIGNOLO, 2008) o modo em que esta foi construída no espaço amazônico, entendendo as dimensões inerentes a esta construção que são produtos de relações entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2015), para que assim possamos revelar as estruturas baseadas em conceitos modernos e eurocentrados, e frisar a importância de ir além deste pensamento abissal (SANTOS, 2009).

3. MACAPÁ-AP E BELÉM-PA, BREVE HISTÓRICO URBANO

A história do desenvolvimento urbano na região amazônica tem cidades como Macapá-AP e Belém-PA como exemplos da lógica do poder colonial construindo um tecido urbano baseado em uma racionalidade que não condiz com as particularidades ambientais encontradas na Amazônia. Devido ao regime colonial, a evolução urbana no Brasil tem Portugal como agente fundamental na política urbanizadora, em que foi realizado um grande empenho para controlar e intervir nas transformações inerentes ao processo de urbanização brasileiro (REIS FILHO, 1968).

A relação de cidades seculares da região amazônica com a água passou a ser influenciada por um novo padrão com o advento das atividades econômicas de natureza extrativista, a sua ocupação foi determinada para que tais cidades funcionassem como entrepostos comerciais, com a presença de atividade portuária e casas de aviamento. Cardoso e Lima (2006) apontam que a convergência das trocas comerciais às margens dos rios passaram a atribuir articulações que resultaram em uma dinâmica comercial que é muito presente na região da Bacia Amazônica.

² A tese que Dussel sustenta é que “a Modernidade nasce realmente em 1492” (DUSSEL, 2015, p. 29), e as suas condições históricas de existência são “sua empírica mundialização, a organização de um mundo colonial e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico” (DUSSEL, 2015, p. 29).

Situada no extremo Norte do Brasil, a cidade de Macapá tem os primórdios da sua fundação atrelada a instalação da vila de São José de Macapá em 1758 (REIS, 1949). Na época, o modo simbólico de elevar algum núcleo de povoamento ao patamar de vila era realizado pelo levantamento do Pelourinho, o símbolo das franquias municipais. Segundo Araújo (2012), em comparação aos pelourinhos erguidos em Portugal, que eram feitos em pedra e geralmente recebiam algum tratamento estilístico, os pelourinhos construídos na Amazônia eram mais rústicos, sendo constituídos somente de um tronco de madeira com argolas ou travas na parte superior. Mas, ainda que não tivesse um tratamento requintado, o pelourinho de Macapá detinha da mesma simbologia que os realizados em Portugal, de conceder à vila o direito ministrar justiça em primeira instância e de cobrar impostos (ARAÚJO, 2012).

Além do imaginário colonial ser visto no espaço através da construção de elementos urbanos como o pelourinho e a Fortaleza de São José de Macapá³, durante o Período Pombalino⁴, este imaginário também é responsável por grandes transformações e ordenamentos no espaço, tendo em vista que a administração voltada a criação de uma extensa rede de vilas e cidades é um meio de instalar um sistema de controle sobre a vida na colônia brasileira, atuando como um elemento da soberania sob o território (SOUZA, 2013).

Com este movimento de soberania, Souza (2013) indica o surgimento de cidades cuja concepção é estritamente baseada em planos regulares, com projetos de traçados geométricos – na maioria das vezes com traçados ortogonais. Desta maneira, destacamos a estruturação do traçado regular em Macapá conforme a Figura 01, a qual também situa a organização do espaço que a cidade detinha a séculos atrás, uma vez que o projeto desenvolvido em 1761 também estabelecia uma distinção entre o núcleo da cidade e a área periférica (BRITO, 2014). Ao longo dos anos a urbanização de Macapá se desenvolveu obedecendo o desenho urbano inicial determinado pela concepção de 1761, o que resultou em um traçado imponente que não sofreu profundas influências posteriormente nesta área da cidade.

³ Por encontrar-se em uma localização estratégica, a disputa pelo domínio do território era uma situação recorrente desde o século XVI, assim, de acordo com Reis (1949), após a instauração da vila, o próximo passo para garantir a defesa do território foi a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782). O projeto arquitetônico foi realizado com influências da engenharia militar francesa e sua composição é de alvenaria mista de pedra e tijolo, com argamassa de barro e cal (TEIXEIRA, 2006).

⁴ Período entre 1750 e 1777, em que o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) exerceu o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal.

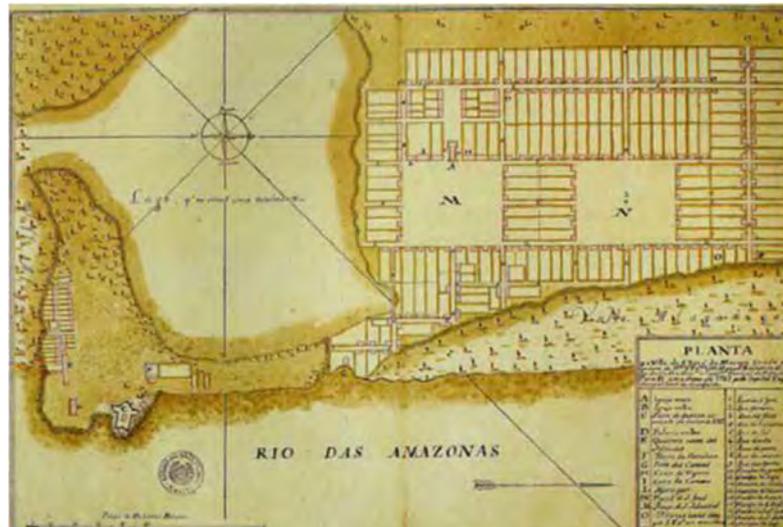


Figura 1: Projeto urbanístico realizado no ano de 1761 à cidade de Macapá. Fonte: Araújo,1998.

A Figura 01 mostra duas características marcantes no espaço de Macapá, a imposição do desenho urbano seguindo a racionalidade colonial portuguesa, baseada na ortogonalidade das vias, bem como a existência de cursos d'água e áreas de várzea. Como uma cidade que se encontra às margens do rio Amazonas, Macapá se mostra em constante contato com a água, seja pela orla do rio Amazonas, ou pela presença de igarapés, igapós, áreas de várzea e áreas de ressaca. Contudo, a evolução urbana de Macapá se mostrou cada vez mais voltada ao extermínio das áreas de contato com a água, sem levar em consideração os benefícios das especificidades ambientais ao meio urbano.

Na Figura 01 vemos a representação do Igarapé das Docas, que passou por um processo de canalização e aterramento na década de 1940 e nos mostra um processo de transformação do espaço urbano em que há a produção de solo em áreas centrais em detrimento de cursos d'água. Posteriormente, na década de 1950, vemos outra grande transformação socioespacial em Macapá (PORTILHO, 2010), o início das ocupações nas ressacas da cidade, sendo estas caracterizadas por Takyama et al. (2012) como:

“[...] extensas áreas úmidas chamadas localmente de ‘RESSACAS’, que constituem sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligadas a um curso principal d'água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea. Em termos globais, as áreas úmidas têm sido discutidas sobre seus valores e funções para a vida humana [...] podemos citar: controle de enchentes, alimentação dos reservatórios de água subterrânea, controlador do clima, manutenção da biodiversidade, recreação e turismo, valor cultural, e geração de produtos (alimentos) (TAKYAMA et al., 2012, p.17).”

Desde a década de 1950, as áreas de ressaca tem passado por um processo de ocupação que passou a ser intensificado a partir da década de 1980 (PORTILHO, 2010). Nos

dias atuais, a população que habita as áreas de ressaca é estimada em 63.771 moradores (IBGE, 2010), e todo este processo de transformação urbana se encontra associado a um cenário de degradação socioambiental na cidade, onde as ressacas ocupadas compreendem 21 dos 24 aglomerados subnormais⁵ destacados no Censo Demográfico 2010 realizado pelo IBGE. Logo, as ressacas compreendem lugares em que a população vive à margem do direito à cidade (LEFEBVRE, 2011), enfrentando questões socioambientais em um espaço urbano onde há a ausência do Estado como provedor de políticas e serviços públicos.

Como resultado temos a fragilidade socioambiental cujos desdobramentos afetam os habitantes destas áreas e a cidade como um todo, pois “as áreas de ressaca compõem um frágil ecossistema fundamental para o equilíbrio ambiental” (TAKYAMA et al., 2012, p. 05). E, este contexto de fragilidade ambiental também fomenta a associação pejorativa da situação precária das áreas de ressaca à cultura ribeirinha, uma vez que a ocupação das ressacas é profundamente afetada pela migração de população ribeirinha proveniente da zona rural em busca de acesso aos serviços e oportunidades da zona urbana, além da ocupação ocorrer por meio da construção de palafitas sob as áreas úmidas, que representa a materialidade da cultura ribeirinha.

O outro exemplo que utilizaremos é o da evolução urbana em Belém do Pará, que, assim como Macapá, também possui a sua história de desenvolvimento do espaço urbano marcado por questões atuais como desdobramentos que se sucederam a partir do domínio colonial no território.

Belém do Pará é uma cidade que também surgiu de uma atmosfera fluvial, por estar inserida em meio a diferentes cursos d'água. Se Macapá possui a proeminência do rio Amazonas associada ao seu desenvolvimento urbano, Belém está situada próxima ao delta amazônico, tendo o rio Guamá e a baía do Guajará como os principais cursos d'água do seu espaço urbano. Além da presença do igarapé das Armas e do Alagadiço do Piri que tem grande importância na evolução urbana de Belém (PENTEADO, 1968; PONTE, 2010), em função de terem sido aterrados e canalizados para a produção de espaço urbano nas proximidades de onde ocorriam as principais atividades econômicas da cidade.

⁵ No site do IBGE temos a seguinte definição: “Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros.” Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>>

Belém do Pará foi fundada em 1616 com um núcleo de povoamento voltado a defesa do território, mas no século XVIII já havia a determinação de um hinterland na cidade (PENTEADO, 1973). No início do século XIX, Belém era responsável pela exportação de toneladas de artigos provenientes do sertão amazônico, o que implicou na necessidade de se expandir o porto de Belém que, segundo Penteado (1973), até então estava atuando seguindo uma estrutura portuária simples situada no Alagadiço do Piri.

Historicamente, Belém é uma cidade comercial e portuária (PONTE, 2010), possuindo uma relação íntima e secular com a água para fins portuários (BAENA, 2004). Com as demandas impostas pela industrialização houve uma intensa mudança sobre as condições essenciais ao ambiente portuário, a produção industrial impactou em um expressivo crescimento do volume de cargas transportadas, e assim, a área portuária de Belém tornou-se cada vez mais imponente em razão da favorabilidade da sua posição geográfica, dentre influências marítimas e fluviais a cidade surgia como um nó dentre as águas (MOREIRA, 1966).

Desde as origens da cidade, vemos o desenvolvimento das atividades econômicas em suas margens em contato com a água, de modo que há um uso homogêneo deste espaço urbano que perdura por séculos, sendo possível afirmar que a privatização da orla de Belém é algo histórico e influenciado pela lógica colonial no espaço. Atualmente, o que vemos nas margens da cidade de Belém é a falta de democratização no seu uso, haja vista que ainda persiste o uso homogêneo da orla pela classe comercial e elitista da cidade.

No entanto, a orla de Belém também é caracterizada pelas baixadas, que são as áreas periféricas situadas próximas às áreas de várzea dos principais cursos d'água da cidade. As baixadas constituem um espaço urbano que sofre constantemente com alagamentos⁶ e, assim como em outras cidades na região amazônica, estas áreas foram ocupadas por meio da construção de palafitas pela população de menor poder aquisitivo, sendo que muitos estão conectados à população ribeirinha que migrou da zona rural à cidade de Belém (LEÃO, 2017). Embora as baixadas sejam caracterizadas pela falta de infraestrutura básica, grande parte dos seus habitantes buscam estas áreas pela sua proximidade às áreas centrais da cidade, ou seja, ao acesso aos serviços e equipamentos públicos.

⁶ De acordo com a Monografia das Baixadas de Belém (SUDAM; DNOS; PARÁ, 1976), estas áreas são "constituídas por terras cujas curvas de nível não ultrapassem a cota 4" (SUDAM; DNOS; PARÁ, 1976, p. 28).



Figura 02: Baixada do Tucunduba em Belém. Fonte: Dida Sampaio/AE

A orla de Belém possui áreas que herdaram arranjos de formas e funções por meio da relação entre o espaço vivido e o uso comercial que foi desenvolvido ao longo dos tempos (BARBOSA, 2018), sendo possível apontar que os desdobramentos dos usos portuários nesta área da cidade a denotaram com valor e o reconhecimento de centro da cidade (LEFEBVRE, 2008; PENTEADO, 1968). A centralidade é o reflexo do que representa a cidade como obra social, de modo que indicar o centro de uma cidade é algo fundamental para defini-la (HASSENPFUG, 2007), deste modo, a localização da zona portuária de Belém influenciou na propagação de dinâmicas socioespaciais que resultaram na valorização desta parte da cidade, como Barbosa (2018) explica:

“A valorização da orla ocorreu principalmente pelos processos complexos que se manifestaram com o desenvolvimento das atividades econômicas nela realizadas. Para Gottdiener (1985), as relações sociais e espaciais se relacionam de modo dialético, a transformação no espaço ocorre a partir das necessidades de capital à medida que as necessidades de capital se impõe no espaço (BARBOSA, 2018, p. 43).”

Esta valorização é percebida por meio de intervenções realizadas pelo Estado com o intuito de soerguimento econômico, em que há a transformação de espaços na orla voltados ao mercado turístico, de acordo com a economia da cultura (JAMESON, 1998). No entanto, em outras áreas da orla, não encontramos este Estado interventor para desenvolver ações que melhorem a situação precária da população que habita as baixadas, cujo adensamento populacional e a falta de serviços básicos propiciam um cenário de insalubridade.

Segundo Leão (2017), a ocupação nas baixadas ocorreu principalmente a partir da década de 60, por populações ribeirinhas que migraram da zona rural à cidade de Belém motivadas pela estagnação econômica e conflitos rurais. Logo, a cultura ribeirinha se manteve profundamente atrelada a estes espaços, tanto pelas habitações em palafitas como no uso

de embarcações para transporte de pessoas e mercadorias, o que configurou ao lugar uma dinâmica portuária com presença de diversos portos informais e feiras.

4. FORMAS DE QUESTIONAR A CIDADE AMAZÔNICA

Com os exemplos das cidades de Macapá e Belém, buscamos neste artigo inverter o nosso olhar quanto ao processo de urbanização destas capitais da região amazônica, com o intuito de salientar os desdobramentos no espaço urbano da imposição de racionalidades e interpretações pertinentes ao colonialismo. Assim, reconhecemos este trabalho como um exercício de reflexão para pensarmos o amanhã das nossas cidades amazônicas, como afirma Castro (2018, p. 25), “reconhecer o plural, e singular em si mesmo, já é uma postura emancipatória”.

No processo de apropriação do espaço podemos ver diferentes relações do indivíduo com a água em razão dos sistemas culturais e sociais existentes, como afirma Diegues (1998), nas sociedades que se inter-relacionam com a água há um discernimento construído historicamente sobre o meio, e nesta relação não podemos admitir uma única perspectiva, como “algo dado, imutável” (DIEGUES, 1998, p. 43). Os ribeirinhos correspondem a uma parte das comunidades tradicionais da região amazônica, que vem habitando as áreas de várzea e margens dos rios por gerações, e assim, segundo Lira e Chaves (2015), possuem um modo de vida e organização política embasada por princípios socioculturais que norteiam a sua identidade enquanto pertencente a dinâmica sócio-histórica da região amazônica.

Contudo, a relevância dos ribeirinhos e de outras comunidades tradicionais é apagada no processo histórico estabelecido para a Amazônia, em que a diversidade dos seus conhecimentos foi subjugada, inicialmente, pela colonização europeia, e, atualmente, pela marca desta razão colonial que se impregnou em nossa sociedade, sendo notável pelo padrão adotado nas cidades da região amazônica, que sustentam a segregação socioespacial com a construção de lugares marginalizados nas cidades.

A descentralização do olhar é colocada por Castro (2019) como um meio para percebermos novos paradigmas que podem contribuir ao entendimento de fenômenos emergentes em nossa sociedade, deste modo, a autora frisa a necessidade de entendermos as dimensões da razão colonial que desencadeiam desigualdades sociais, econômicas, ambientais, entre outras. Nesta perspectiva, a lógica da colonialidade foi reorganizada na retórica da modernidade e há algumas décadas atende pelo termo “desenvolvimento” (MIGNOLO, 2008), do qual a força do discurso do desenvolvimento constrói uma crença

apoiada em diversas práticas que, apesar de também apresentarem contradições, configuram uma única totalidade (RIST, 2008). Sobre a definição de desenvolvimento, Rist (2008) explica:

“A crença não é menos real do que as práticas, porque estão indissolúvelmente ligadas umas às outras. Juntos, eles refletem a lógica de uma sociedade em processo de globalização que - para cumprir o programa que se propôs (cuja consequência não são igualmente animadoras para todos) - deve tirar sua legitimidade de uma série de verdades amplamente compartilhadas e indiscutíveis que têm o caráter de mito (RIST, 2008, p. 24).”

Castro (2015) entende o desenvolvimento como um campo formado através de relações estruturadas e estruturantes, “composto por agentes e instituições que funcionam com dinâmicas marcadas por escalas e mediações, por crenças, regras e saberes e têm autonomia relativa e especificidades que lhe são próprias” (CASTRO, 2015, p. 227). Assim, Castro (2015) propõe que para promover o desencantamento do pensamento construído a partir do discurso do desenvolvimento, é fundamental entender como os agentes deste campo produzem os seus discursos e práticas, de modo que seja possível revelar como as relações sociais estão entrelaçadas seguindo lógicas de dominação e poder.

Historicamente, Macapá e Belém foram construídas a partir de tensões entre dominantes e dominados, haja vista que as relações de superioridade/inferioridade estão na essência do colonialismo europeu (QUIJANO, 2015). Assim, podemos sugerir que estas cidades foram estruturadas por um princípio organizador colonial, do qual Santos (2009) associa a uma representação do território em que não há leis, e, esta noção sobre legal/ilegal e “sem lei” ecoa na discussão sobre as linhas do pensamento abissal moderno.

Segundo Santos (2009), estas linhas dividem a realidade social, criando distinções visíveis e invisíveis que são impossíveis de coexistirem de um mesmo lado da linha:

“A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. [...] Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro (SANTOS, 2009, p. 23-24).”

Nestas cidades amazônicas, o Outro é o sujeito que foi dominado em uma lógica de apropriação/violência (SANTOS, 2009) ao longo da evolução desses espaços urbanos, e que, atualmente, possuem seus descendentes dominados sob manifestações que seguem esta mesma lógica. Na cidade de Macapá, as áreas de ressaca da região Sul são relatadas como áreas de grande incidência de crimes violentos letais, sendo que Chagas et al. (2019) apontam o estigma do perigo e a ausência de estrutura como características marcantes do conflito nestes territórios. E, quanto à situação de Belém do Pará, Côrrea e Lobo (2019) mostram como as áreas de baixadas possuem uma alta incidência de homicídios que, por sua vez, é

um indicador fundamental da criminalidade violenta. Ademais, os autores também traçam uma relação entre a ocorrência de homicídios e as condições de pobreza e vulnerabilidade social.

A estigmatização e a ausência de direitos básicos em zonas urbanas, como as áreas de favelas e as baixadas, mostram uma parte da multiplicidade de formas de violência que configuram a sociedade contemporânea, bem como durante o cotidiano é possível presenciar novos contornos desses fenômenos da violência que, como afirmam Tavares-dos-Santos e Baumgarten (2005), designam um “processo de dilaceramento da cidadania”.

5. A CIDADE ALÉM DA LINHA

Por ser um produto histórico-social, a cidade existe em função dos seus agentes sociais e assim é impactada pelas lógicas de poder que os envolvem, deste modo, ao observarmos as contradições existentes em cidades como Macapá e Belém, podemos visualizar como elas foram construídas seguindo uma lógica de apropriação e violência. Logo, a cidade também é o lugar de produção e reprodução do espaço seguindo as lógicas sociais do campo do desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento urbano segue por meio de processos sociais referentes ao desenvolvimento do capitalismo que, de acordo com Harvey (1996), se apresenta tanto como produto quanto elemento condicionador.

Ao propor que o espaço não possui uma lógica própria, Lefebvre (2008) afirma que “não há espaço absoluto, seja vazio, seja pleno” (LEFEBVRE, 2008, p. 56), pois o espaço é qualificado de acordo com alguma sociedade específica, o que determina que a produção deste espaço é determinada pelos processos sociais inerentes a esta sociedade. A manifestação de contradições e conflitos na produção do espaço é influenciado por determinada sociedade, então, para Lefebvre (2008), as contradições do espaço não advêm de alguma racionalidade ou lógica interna, mas advêm do conteúdo prático e social:

“Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado [...] a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado (LEFEBVRE, 2008, p. 57).”

Para Milton Santos (2013), articular o conceito do espaço é uma necessidade ao estudo da cidade, bem como é importante ressaltar a categoria histórica inerente a noção de espaço. Mas, os processos históricos que constroem as cidades seguem a realidade ordenada pela razão ocidental e colonial, situadas “deste lado da linha” (SANTOS, 2009), que

seguem matrizes do imaginário social que refletem tanto no tecido social (CASTRO, 2019) como no tecido urbano. Assim, as cidades são estruturadas seguindo narrativas⁷ históricas escritas pelos seus “reais protagonistas”, que Mignolo (2008) determina de história da modernidade/colonialidade.

Desta maneira, para pensarmos a cidade sob uma nova perspectiva, é imprescindível nos situarmos do outro lado do pensamento sobre a produção do espaço urbano, por meio de uma ecologia de saberes que promova o confronto a monocultura da ciência moderna (SANTOS, 2009). Para que o espaço urbano seja determinado por processos sociais que reconheçam a pluralidade de conhecimentos, de acordo com o pensamento pós-abissal de Santos (2009), à medida que partimos de uma desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008) para o reconhecimento da diversidade epistemológica existente no mundo.

As novas formas para pensar a cidade amazônica devem atravessar a linha para encontrar os saberes que foram negados em toda a história do seu desenvolvimento urbano; os saberes de sujeitos que em nossa cultura, como expõe Nunes (2007), foram considerados como primitivos, cuja justificativa era que “tinham uma mentalidade diferente da nossa, chamada ‘pré-lógica’, não-lógica porque antecede a lógica” (NUNES, 2007, p. 288). Como Milton Santos diz, “a história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar” (SANTOS, 2013, p. 68), assim, é preciso que a cidade seja pensada a partir da pluralidade de formas de conhecimento, explorando e reconhecendo seus limites internos e externos (SANTOS, 2009).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão das linhas do pensamento abissal (SANTOS, 2009) tratamos de considerar os ordenamentos que ocorrem nos territórios como desdobramentos da razão colonial em nossos processos sociais e urbanos. Assim, dentre o universo da segregação socioespacial, buscamos situar os problemas urbanos das cidades de Macapá e Belém ao abordar a situação das áreas de ressaca e das baixadas, que são lugares que representam como a cidade amazônica ainda vem sendo construída seguindo uma estrutura que remete a lógica de dominação do colonizador.

O espaço deveria promover o encontro e não a segregação (LEFEBVRE, 2008), portanto, neste trabalho propomos a desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008) como meio para alcançar um espaço menos segregador, buscando o pensamento pós-abissal (SANTOS,

⁷ Sobre a organização de realidade históricas, recomendamos “La historia subalterna como pensamiento político” de Dipesh Chakrabarty (2008).

2009) para que possamos entender conhecimentos que há muito tempo vêm sendo subjugados e violentados, dentro e fora das áreas urbanas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. **As cidades da Amazônia no século XIII**: Belém, Macapá e Mazagão, 1998.

_____. **A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII** povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. Anais do Museu Paulista: História e Cultura material. vol. 20, nº 1. São Pulo, 2012.

BAENA, A. L. M. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal. (Edições do Senado Federal, 30), 2004.

BARBOSA, Camilla S. **Planos e Usos na Orla de Belém-PA**. 183f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, 2018.

BRITO, Jaqueline F. de L. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico**. 264 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, A.; LIMA, J. **Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?** In: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). O rural e o urbano na Amazônia. Diferentes olhares e perspectivas. Belém-PA: EDUFPA, 2006, p. 55-98.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, Edna. **Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder**. In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia. Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015, p. 225-246.

_____. **Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana**. In: Castro, Edna & Pinto, Renan. Decolonialidade e Sociologiana América Latina. NAEA/UFPA, 2018. p. 25-52.

_____. **Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas**. In: Pensamento crítico latino-americano / Edna Castro, organizadora. – São Paulo: Annablume: 2019.

CHAKRABARTY, Dipesh. **La historia subalterna como pensamiento político**. In: Mezzadra, Sandro et alli. Estudios Postcoloniales. Ensayos Fundamentales. Traficantes de Sueños, Madrid. 2008.

CHAGAS, C. A. N.; ALMEIDA, L. S. de; RAMOS, E. M. L. S.; REIS NETTO, R. M. **Território e violência urbana: os agentes macro territoriais e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá**. Caminhos de Geografia Uberlândia – MG v. 20 n. 69 Março/2019 p. 385–402. <http://dx.doi.org/10.14393/RCG206941412>

CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CORRÊA, R. S. S.; LOBO, M. A. A. **Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180126>

DIEGUES, A. **As Ciências Sociais e as sociedades marítimas e insulares**. In: _____. Ilhas e mares: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998. p.42-57.

DUSSEL, E. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, E. (coord.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

FEBVRE, L. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FONTANA, Riccardo. **As Obras dos Engenheiros Militares Galluzzi e Sambuceti e do Arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

GOTTDIENER, M. **A Produção do Espaço Social**. São Paulo: EDUSP, 1985.

HALL, Peter. **Cities of Tomorrow**. 4 Ed. Chichester: Wiley Blackwell, 2014.

HASSENPFUG, Dieter. **Sobre centralidade urbana**. Arquitextos, São Paulo, ano 08, n. 085.00, Vitruvius, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235> >.

HARVEY, D. **Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. São Paulo: Espaço & Debates, n. 39, pp. 48-64, 1996.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (coord.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000. Rio de Janeiro, 2010. **Aglomerados Subnormais**. Disponível em: < www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/ >.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

JAMESON, F. **The Cultural Turn: selected writings on the postmodern 1983-1998**. Londres: Verso, 1998.

LEÃO, M. **Paisagem ribeirinha nas baixadas de Belém/PA: usos e apropriações na bacia da Estrada Nova**. Anais XVII ENANPUR. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/1723>>.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LIRA, T. de M.; CHAVES, M. do P. S. R; **Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: Organização Sociocultural e Política**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistemológica. A opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MOREIRA, E. **Belém e sua Expressão Geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

NUNES, Benedito. **O animal e o primitivo: os Outros de nossa cultura**. Apresentação de Jaime Larry Benchimol. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.279-290, dez. 2007.

PENTEADO, A. **Belém – Estudo de Geografia Urbana**. 2º vol. Belém: Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. 1968

_____. **O Sistema Portuário de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. 1973.

PONTE, Juliano P. X. **Cidade e Água no Estuário Guajarinó**. 318 f. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PORTILHO, Ivone dos S. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP**. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física. II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, Maio de 2010. Disponível em: <<https://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ivone> >

REIS, Arthur C. **Território do Amapá – Perfil Histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RIST, Gilbert. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith** (third edition). New York: Zed Books, 2008.

SAMPAIO, Dida. **Jurunas, o Porto do Tráfico na Amazônia**. Favela Amazônia. Estadão. Disponível em: < <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/favela-amazonia/capitulo-5.php>>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes**. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009. P. 23-71. on line

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2013. - (Coleção Milton Santos; 11).

SOUZA, Lucas M. de. **A corte portuguesa e o urbanismo colonial no Brasil**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. Disponível em: < <https://cdsa.aacademica.org/000-010/105.pdf>>

SUDAM; DNOS; PARÁ, Governo do Estado. **Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação**. 2. ed. Belém: SUDAM, 1976. 2 v.

TAVARES-DOS-SANTOS, Jose Vicente; BAUMGARTEN, Maira. **Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social**. Dossier. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 178-243.

TAKIYAMA, Luís Roberto [et al.]. **Projeto Zoneamento Ecológico Econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana**. Macapá, IEPA, 2012.

TEIXEIRA, Paulo R. R. **Fortaleza de São José de Macapá**. In: FUNCEB. *Revista DaCultura*. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2006



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 04 – PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E EPISTEMOLOGIAS PARA PENSAR O AMANHÃ

ZONA FRANCA DE MANAUS E DESINDUSTRIALIZAÇÃO GLOBAL: LIMITES E PERSPECTIVAS

Francinézio Lima do Amaral¹,
Andréa Bittencourt Pires Chaves²

O presente trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre o cenário das políticas públicas de incentivo fiscal adotadas pelo Estado brasileiro para a Zona Franca de Manaus (ZFM), considerando as teorias que versam sobre as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento e as limitações características do próprio sistema capitalista. A partir uma prévia revisão bibliográfica foi construído um histórico do projeto Zona Franca de Manaus para, em seguida, refletir sobre os limites e as possibilidades desse modelo, frente ao processo de desindustrialização brasileiro. Por fim, à guisa de considerações finais, foram indicados alguns fatores que reforçam os argumentos de que as relações econômicas pautadas na dependência e na subalternização, há muito deixam evidentes os limites desse modelo de desenvolvimento industrial adotado no Brasil.

Palavras-chaves: Zona Franca de Manaus, desenvolvimento, desindustrialização, dependência.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A primeira década do século 21 trouxe consigo um processo de acentuação estrutural da crise do modelo capitalista, refletida, com maior ênfase, a partir da crise econômica global de 2008. No Brasil, a temática do desenvolvimento industrial e as características de um projeto de industrialização regido por relações de subalternidade econômica e política voltaram a ocupar a centralidade do debate nas últimas décadas,

¹ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil. Email: amaral.muff@gmail.com.

² Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil. Email: andreachaves@ufpa.br

tanto em âmbito acadêmico quanto entre os diversos setores que lidam com o processo de industrialização.

Neste trabalho buscamos refletir acerca do processo de desenvolvimento no sistema capitalista e como, no Brasil, vem se produzindo o fenômeno da desindustrialização ao longo das últimas décadas. A partir da análise desse cenário, buscaremos apontar como esse processo de desindustrialização vem impactando a dinâmica de atuação da Zona Franca de Manaus em relação ao seu papel enquanto projeto de desenvolvimento regional.

Para tanto, este trabalho procura estabelecer uma reflexão sobre os limites e as perspectivas do atual estágio de desenvolvimento capitalista e como este se impõe às economias cuja industrialização se constituiu por meio de relações subalternizadas que preferiram um projeto de industrialização nacional para atenderem aos interesses econômicos internacionais. Em seguida, buscaremos perceber como tais imposições influenciam nas dinâmicas de funcionamento da Zona Franca de Manaus, considerando as críticas que apontam para as necessidades de se pensar alternativas a esse modelo.

Na primeira seção, buscamos estabelecer um panorama do desenvolvimento industrial global, com ênfase na atual fase do capitalismo regida pela reestruturação das matrizes produtivas onde a inserção das inovações tecnológicas alterou significativamente a relação entre capital e trabalho, acentuando ainda mais a precarização, a perda de direitos e os índices de desemprego. A partir desse cenário, buscaremos refletir sobre os impactos dessas transformações nas políticas econômicas brasileiras, com foco na Zona Franca de Manaus.

Na segunda seção, construímos um panorama da Zona Franca de Manaus enquanto projeto de desenvolvimento regional, mas que até os dias atuais, ainda não cumpriu de forma efetiva seus objetivos enquanto projeto que visa contribuir para o desenvolvimento regional. Contudo, além da análise dos impactos das políticas econômicas globais, nossa reflexão buscou destacar a importância das contribuições de um conjunto de teorias que fazem a crítica ao conceito de desenvolvimento imposto pela hegemonia ocidental, a partir de uma perspectiva de descolonização do pensamento e das ações.

1. DESENVOLVIMENTO, CAPITALISMO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO.

Partindo dos conceitos marxianos de que só é possível gerar acúmulo de riqueza a partir da exploração do trabalho, grande parte dos estudos posteriores sobre desenvolvimento, sempre pautaram suas análises na relação entre capital e trabalho, de forma que pudessem ser compreendidas as estratégias econômicas e políticas que foram capazes de consolidar a hegemonia do modo de produção capitalista em escala global. É sob essa mesma perspectiva teórica, que pautamos as reflexões aqui elaboradas.

Apesar do debate sobre desenvolvimentismo provocar controvérsias entre os economistas brasileiros na atualidade, Fonseca (2015) defende a ideia de que tal conceito continua bastante atual, uma vez que permanece em uso mesmo que o contexto social em que surgiu tenha sofrido transformações significativas. Signatário da ideia de modernidade o Brasil, durante o século 20, implementou as medidas necessárias para sua industrialização. Prevalcia a compreensão de que o desenvolvimento via a industrialização levaria o país aos mesmos patamares vivenciados por países europeus e pelos Estados Unidos.

Para tanto, caberia ao Estado subsidiar o capital privado. Primeiramente, de forma direta, via medidas fiscais, como empréstimos e créditos, oferecendo condições favoráveis de pagamento, enviando recursos públicos para setores econômicos administrados por corporações. E também de forma indireta, mediante o fornecimento das condições de infraestruturas, como energia, telecomunicações e transporte que se constituíam em gastos econômicos não rentáveis, ou seja, não despertavam interesse para o capital privado devido à necessidade de vultuosos investimentos financeiros, com retornos acontecendo em longuíssimo prazo.

Desta maneira, o Estado brasileiro contribuiu com o fomento fundamental para a industrialização do país e com a formação de toda a infraestrutura necessária ao incremento da produção capitalista. Contudo, o aporte estatal brasileiro não foi o suficiente para colocar o país entre a elite das nações industrializadas e ainda no século 20 foi possível observar o esgotamento do projeto de industrialização nacional e verificar a crise industrial em face a desindustrialização do país.

O relativo fracasso do projeto de desenvolvimento brasileiro e a fragilidade de suas políticas de industrialização podem ser melhor entendidos quando observamos que a correlação de forças entre os países, mediadas pelo capitalismo, sempre foi desigual como nos mostra Arrighi (1997), a partir de sua análise da relação centro/periferia. É com

base nesse pressuposto que o autor aponta para a ilusão do desenvolvimento, refletida principalmente nos desdobramentos dessa Divisão Internacional do Trabalho em que o processo de industrialização não é uma garantia de desenvolvimento econômico e político.

Nesse contexto, o Brasil se enquadra enquanto país periférico, que obteve, na década de 70 do século 20, um período curto e “ilusório” de expansão industrial e crescimento econômico, mas que não produziu desenvolvimento para a população e, tampouco, conseguiu estabelecer a continuidade desse processo nas décadas seguintes. Um dos fatores que corroboram com esse processo é justamente, o papel de país subalternizado aos interesses econômicos e políticos externos que foi assumido historicamente, pelos governos brasileiros.

O conceito de desenvolvimento, enquanto processo contínuo de manutenção e ampliação dos níveis de riquezas de um país é, assim, a concretização de polo de poder econômico e político restrito aos poucos países que conseguiram atingir tais níveis de estrutura. Aos demais países, semiperiféricos e periféricos, na definição de Arrigh (1997), restaria construir alternativas mútuas que possibilitem estabelecer estratégias de sobrevivência aos impactos dos desdobramentos do desenvolvimento capitalista, especialmente nos seus característicos períodos de crise que resultam, por exemplo, em fenômenos como a desindustrialização.

O conceito de desindustrialização aqui utilizado, vem das teorias da Economia e, de forma sucinta, pode ser entendido como a redução contínua da participação do “emprego industrial” e do “valor adicionado da indústria” na formação do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, como nos apontam Rowthorn e Ramaswamy (1999) e Tregenna (2009). Assim, é importante ressaltar que um processo de desindustrialização não está associado à inexistência de parques industriais e sim aos níveis de emprego e de valor da produção gerados pela matriz industrial de um país, o que nos remete à observação de que esse fenômeno está diretamente associado aos avanços tecnológicos do desenvolvimento do capitalismo e que transformaram a lógica de produção mundial.

Um dos principais impactos dessa mudança na característica dos grandes investimentos, foi o acirramento de uma crise estrutural na geração e precarização de empregos em escala global, ao passo que as grandes empresas do ramo das tecnologias da informação, que usam pouca força de trabalho, expandiram seus lucros de forma exponencial. Fenômeno este, que também reflete os avanços de uma agenda ultraliberal

que se dedica a atacar as estruturas do trabalho formal, visando a flexibilização das jornadas de trabalho e retirada de direitos sociais.

O mesmo fenômeno também pode ser percebido no processo de automação da produção industrial que reestrutura as plantas produtivas das indústrias e a lógica da produção, diminuindo suas necessidades de utilização da força de trabalho que, no pensamento de Marx (1985), corresponde à mais-valia relativa no processo de subsunção real do trabalho ao capital. Na atualidade, os debates acadêmicos vêm se concentrando em compreender as nuances desse processo, que atingiu o nível mais avançado de exploração do trabalho e da concentração das riquezas, representado pelo fenômeno da uberização³ que se impõe aos trabalhadores que, cada vez menos, conseguem alocação em trabalhos formais.

No Brasil, percebe-se que os sucessivos governos optaram historicamente, pelo abandono de um projeto efetivo de desenvolvimento da indústria nacional em favorecimento dos interesses econômicos e políticos externos e da manutenção dos privilégios das elites econômica e política brasileiras. Assim, a economia continua baseada majoritariamente na produção de *commodities* através do extrativismo, principalmente mineral; na produção industrial de baixa competitividade - basicamente focada no abastecimento do mercado interno - e no agronegócio para a exportação.

Os impactos desse processo estão diretamente ligados ao surgimento da desindustrialização que se intensifica no país, mesmo, e principalmente, por conta do processo de abertura econômica ocorrido nos anos 90 do século 20, onde a agenda neoliberal passa a determinar suas políticas públicas. Os impactos decorrentes desse processo vão refletir diretamente nas dinâmicas de atuação da Zona Franca de Manaus, que pode ser entendida como um resquício do projeto nacional de industrialização brasileira implementado na década de 1960.

2. A ZONA FRANCA DE MANAUS NO CENÁRIO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO GLOBAL.

Por diversas vezes, em sua história econômica e política, o Estado brasileiro abriu mão de construir um planejamento de desenvolvimento econômico que estivesse em sintonia com os potenciais de cada região que formam seu território. Assim, mesmo

³ Ver Abílio (2020), Uberização: a era do trabalhador *just in time*?

sob a égide do pensamento moderno colonizador, as políticas econômicas e de desenvolvimento social do país, deixaram de cumprir várias etapas cruciais para o fortalecimento das bases do processo de industrialização.

A indústria nacional foi preterida pelos governos, especialmente na época da ditadura cívico-militar, recebendo cada vez menos incentivos, em comparação com as indústrias multinacionais, elevando os níveis de dependência, subdesenvolvimento e o endividamento do país, juntos aos bancos de fomento internacionais. Contudo, certos setores da elite econômica foram extremamente privilegiados como as empreiteiras que assumiram o papel de providenciar as obras de infraestrutura necessárias para a implantação das multinacionais que, além dos atrativos fiscais, passam a explorar a força de trabalho barata e pouco capacitada, fartamente encontrada no país.

Outro fator importante nesse processo, é que a opção brasileira por um processo de industrialização voltado essencialmente aos interesses externos, não respeitou as características sociais e ambientais. Assim, sob a justificativa de garantir a soberania nacional e a geração de empregos, o país entregou setores estratégicos de sua economia aos interesses estrangeiros, assumindo de vez o papel de subalternidade que desempenha até os dias atuais, mesmo que tenha dado um pequeno, mas importante passo em direção à diminuição dessa subalternidade entre os anos de 2006 e 2016, quando o país compôs o bloco econômico formado pelas principais economias emergentes, quais sejam Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

Contudo, a guinada econômica brasileira em direção à agenda neoliberal, só se concretiza a partir da década de 90 do século 20, quando ocorre a abertura econômica que reafirma a opção do Estado em preterir a indústria nacional, amplificando o processo de privatização, o fortalecimento do agronegócio e entrando na fase de neoextrativismo, principalmente mineral. É nesse período, em que o governo brasileiro adota fielmente as diretrizes do chamado Consenso de Washington, levando o país a experimentar os maiores índices de desemprego e de inflação.

A Zona Franca de Manaus, desde sua criação, na segunda metade da década de 60 do século 20, como mostra Seráfico (2009), configura entre os grandes projetos para a Amazônia - que se caracterizam por um conjunto de estratégias que visaram a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico, colocadas em prática durante a ditadura cívico-militar – tornando-se, então, a matriz econômica do estado do Amazonas. É a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, autarquia federal que

também abrange os estados do Acre, Amapá e Rondônia, que responde pela administração dos recursos e a promoção do desenvolvimento regional.

Esse modelo de expansão da industrialização, pautado pelo estímulo de incentivos fiscais e de força de trabalho barata e farta, há muito vem sendo estudado a partir dos mais diversos prismas teóricos, que produziram uma gama de conhecimentos essenciais aos que desejem compreender as relações econômicas na Amazônia. Alguns desses trabalhos, nos ajudam a compreender a relação intrínseca entre o trabalho da tradição que, sobretudo, resiste nas expressões de vida dos povos da floresta, e o trabalho da modernidade, subalterno e estranhado (MARX, 2005), que avançou e se estruturou de forma hegemônica, sob a lógica do capitalismo, na vida e no espaço urbano.

Seja como política de planejamento (SALAZAR, 2004), como processo de acumulação a partir de investimento externo direto (MELLO, 1983), como indústria de *off-shore* (VALLE, 2007), como forma de poder nos conflitos de classe (SERÁFICO, 2009), como via de geração de emprego e precarização do trabalho (SCHERER, 2005), como rede de produção (MELO, 2010) ou como representação política (LIMA, 2014), a Zona Franca de Manaus impacta e orienta a vida da sociedade amazonense, direta e indiretamente, trazendo alguns benefícios, mas também problemas estruturais que se colocam como desafios a serem compreendidos e analisados em suas especificidades.

Contudo, os impactos do desenvolvimento do capitalismo e das influências dos grupos de poder nas dinâmicas dessa zona de produção para a exportação não trouxeram os benefícios socioeconômico necessários para a melhora de vida da sua população. E, na condição atual do Brasil, a Zona Franca de Manaus está inserida no cenário de desindustrialização no país sem apresentar perspectiva de produzir uma dinâmica capaz de assegurar sua permanência enquanto matriz econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações finais visam apontar para a necessidade de ampliação do debate sobre os impactos das políticas de desenvolvimento econômico. Contudo, sabemos que esta ideia já vem sendo difundida abundantemente nos debates das Ciências Sociais que produzem conhecimento crítico e assim, buscamos corroborar essa perspectiva ressaltando a importância das teorias que assinalam para a necessidade de descolonização dos pensamentos e das ações como forma de construir estratégias mais sintonizadas com as demandas do modo de vida amazônico.

Acreditamos que a necessidade de negar o ideal de modernidade eurocêntrica, conforme indicado por Dussel (2005) é um ponto de partida essencial, mas que não se encerra em si mesmo. Desse modo, quando buscamos compreender os impactos do desenvolvimento do capitalismo, não podemos perder de vista que, em última instância, estamos apontando para as violências que tal desenvolvimento causa sobre os aspectos mais primários da vida.

Nesse sentido, em seu contexto histórico, o desenvolvimento da sociedade moderna capitalista só se tornou possível através da legitimação de instrumentos diversos de violências. Tais violências são expressas aqui, como as condições de privilégios econômicos e políticos dos países do centro em detrimento dos países da periferia, tornando-se crucial a busca pela compreensão e expansão dos conhecimentos que se insurgem contra tais estratégias de exploração que colonizaram mentes e corpos pela imposição de um modo de vida que busca planificar as subjetividades a fim de manter sua hegemonia.

É a partir dessas perspectivas teóricas, que acreditamos ser possível construir formas de desenvolvimento que estejam em consonância com as demandas econômicas, políticas e culturais das sociedades que foram colonizadas. Como enfatizou Castro (2015), as demandas locais e as estratégias de descolonização são temas prioritários no debate sobre os impactos e as perspectivas do desenvolvimento na atualidade e se tornam essências para produzir as possibilidades de enfrentamento e superação das mazelas causadas pela lógica da sociedade moderna capitalista.

Nesse sentido, a Zona Franca de Manaus, é reflexo desse processo histórico de subalternização e fica evidente que a opção do Estado por implementar um projeto de zona de produção para exportação pautado na isenção fiscal e na exploração da força de trabalho barata, abundante e pouco qualificada só surtiu efeito aos interesses econômicos e políticos externos. Contudo, são evidentes as demandas que urgem pela construção de uma matriz econômica e política que respeite e considere toda a complexidade e diversidade do modo de vida amazônico.

A inabilidade dos governos ditatoriais em compreender essas dinâmicas da vida na Amazônia e suas especificidades ambientais, somadas ao descaso e ao desinteresse dos governantes e das elites econômicas que prefeririam a “subordinação reiterada”⁴ ao adotarem a agenda econômica neoliberal são fatores preponderantes para

⁴ Conceito desenvolvido por Mello (2006).

compreendermos os impactos da desindustrialização global nas dinâmicas econômicas da Zona Franca de Manaus. Cada vez mais, essa estratégia de expansão da industrialização, cunhada no século 20, dá sinais de esgotamentos, mas ainda sem sinais concretos de alternativas à sua substituição enquanto matriz econômica regional.

Por fim, acreditarmos que a compreensão e reflexão crítica das contribuições teóricas das perspectivas de descolonização de pensamento e ações, permitam romper com o que Rist (2002) definiu como a crença de que desenvolvimento ocidental é um fim em si mesmo. Tal crença tem configurado como cerne das sucessivas crises que acompanham o desenvolvimento capitalista agravando os processos de desindustrialização, a precarização e a flexibilização do trabalho e ampliando ainda mais a concentração de riquezas, tal qual aponta Piketty (2014). É este o desafio posto.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador *just in time*? Estudos Avançados, vol. 34, nº 48, jan/abr. São Paulo: EPUB, 2020.

ARRIGHI, G. A ilusão do desenvolvimento. Trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia. Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015, p. 225-246.

DUSSEL, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, Ricardo (org.) Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas: Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2015.

GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. São Paulo: PESQUISA & DEBATE. volume 13, n. 1(21), p. 30-45. 2001.

MARX, K. Capítulo VI. São Paulo: Moraes, 1985.

_____. Fundamentos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2005.

MELLO, N. B. Desenvolvimento industrial e desenvolvimento regional: o caso da Zona Franca de Manaus. Dissertação (Mestrado). 157 páginas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

_____. Subordinação Reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: EDUA, 2006.

MELO, E. L. O polo de duas rodas na Amazônia. Manaus: VALER, 2013.

PIKETTY, T. O Capital no século XXI, tradução: Monica Baumgarten de Bolle. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RIST, G. El desarrollo: historia de una creencia occidental. Trad. Adolfo Fernandes Marugán. Madrid: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2002.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. “Growth, Trade and Deindustrialization”. IMF Staff Papers, Vol. 46, N.1, 1999.

SALAZAR, A. P. Amazônia: Globalização e sustentabilidade. Manaus: Editora Valer, 2004.

SCHERER, E. Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: EDUA, 2005.

SERÁFICO, J; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. Estudos Avançados, USP, vol. 19, nº 54, mai/ago, 2005.

SERÁFICO, M. O empresariado local e a Zona Franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRS, 2009.

SPIVACK, G. C. Estudios de la subalternidade: deconstruyendo la historiografía. In: MEZZADRA, S. Estudios postcoloniales: ensaios fundamentales. Trad. Marta Malo. Cádiz: Traficantes de Sueños, 2008.

Tregenna, F. “Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally”. Cambridge Journal of Economics, Vol. 33, 2009.

VALLE, I. Globalização e Reestruturação Produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus: EDUA, 2007.



GT 04 – Pensamento Social Latino-Americano e Epistemologias para Pensar o Amanhã

Quilombolas na pós-graduação: uma política afirmativa a gerar novos sujeitos produtores de conhecimento, epistemologias outras e relações entre universidade, movimentos e territórios.

Rodrigo Corrêa Peixoto (PPGSA/UFGA) ¹
Andrea Cardoso e Cardoso (PPGSA/UFGA) ²
Dayane Érica Cardoso Ribeiro (PPGSA/UFGA) ³
Silviane Couto de Carvalho (PPGSA/UFGA) ⁴

RESUMO

Quilombolas na academia, cursando pós-graduação na universidade (PPGSA/UFGA), acolhidos em política afirmativa e fazendo-se sujeitos produtores de conhecimentos, que trazem e devolvem para seus territórios, esse é o tema do artigo. Ao tornarem-se sujeitos biográficos, aprendendo a dizer a sua palavra, tecem suas reexistências. Quilombolas, agora observadores da sua própria realidade, essa é abertura transdisciplinar que esse processo permite. O grupo adentrou o programa em 2020, fez-se como corpo político, se constituiu coeso a despeito da pandemia e, articulado a movimentos sociais, sente, pensa e tece o significado de estar na pós-graduação. Os projetos transcendem a própria dissertação de mestrado, uma vez que, com suas comunidades, convergem para a elaboração de projetos políticos pedagógicos para as escolas quilombolas nos territórios, este que é o objetivo do projeto de extensão que executam. Na pós-graduação, não mais como objetos de pesquisa, mas como autores/as dos seus próprios textos, em linguagem oral e escrita, mas também em criações artísticas, expressões culturais e espirituais, em ativismo social, intelectuais orgânicos que são, sem distanciamento da realidade vivida e tampouco neutralidade em relação a ela, esses discentes protagonizam um projeto político-pedagógico decolonial. De acordo com perspectivas subjetivas, autobiográficas, não neutras e focadas em realidades específicas, na pesquisa-ação situada que desenvolvem estes sujeitos discutem o que vivem. Na condição de pesquisadores/as observam a maneira como vivem e dessa perspectiva devolvem os conhecimentos aos territórios, como agentes transformadores dos contextos em que se constituem. Esse é o processo de descolonização epistemológica que o artigo discute.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombolas na pós-graduação, política afirmativa, autoria, descolonização epistemológica, pesquisa-ação.

¹ Professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFGA (PPGSA/UFGA) rodrigopeixoto1810@gmail.com

² Discente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFGA (PPGSA/UFGA) andreagiselli2903@gmail.com

³ Discente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFGA (PPGSA/UFGA) dayaneerica23@gmail.com

⁴ Discente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFGA (PPGSA/UFGA) silvianecarvalho8@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Quilombolas na pós-graduação é o tema desse artigo. O Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFGPA) tem promovido processos seletivos especiais para acolhimento de quilombolas no programa (estamos agora, em fevereiro de 2021, no segundo edital), estabelecendo uma ação afirmativa e uma política de valorização desse/as estudantes. O acesso à pós-graduação abre a possibilidade dele/as ampliarem seus horizontes e fazerem-se sujeitos produtores de conhecimentos. Não mais como objetos de pesquisa, mas agora como autores/as dos seus próprios textos, em linguagem oral e escrita, mediante vídeos, documentários, performances, batuques e outras formas de expressão. Isso já está acontecendo e assim que passar a pandemia - que tantas dificuldades e dores trouxe para esse valoroso grupo de pós-graduandos/as quilombolas e seus parentes - vai acontecer muito mais. A esperança é uma característica do grupo.

Coesão e solidariedade são também características que o grupo cultiva. Ao romper com a subalternidade a que estavam submetido/as, em função de convencionalmente estarem colocados/as no papel de informantes de projetos que não lhes pertenciam, na pós-graduação se recolocam em condição de reexistirem em seus territórios e movimentos, e assim protagonizarem um projeto político-pedagógico decolonial. Pessoas fraternalmente ligadas umas às outras, acompanhando-se nas dificuldades e sucessos, tais discentes tem também consciência de que formam um corpo político dentro da academia. Sentem e pensam a diferença que representam nesse ambiente, assim como a diferença que podem fazer nos territórios aos quais pertencem, e o escopo desse artigo é justamente considerar como essas diferenças vem sendo produzidas. Vamos, pois, eu, professor do programa, junto com três discentes, comentar, ainda que de forma geral, sobre a forma de o grupo realizar-se através da pesquisa-ação que cada indivíduo do grupo esboça no curso. Vamos tratar de especificidades e convergências, da intenção de influenciar a vida nos territórios, isso já significando uma decolonialidade que remete a novas epistemologias.

Quilombolas na academia, acolhidos em política afirmativa e fazendo-se sujeitos produtores de conhecimentos, que trazem, reelaboram e devolvem para seus territórios, esse é o tema central do artigo. O acesso à pós-graduação e o percurso que estes discentes fazem, discutindo a própria permanência na academia enquanto cursam disciplinas de sociologia e antropologia, cujos conceitos e teorias enfrentam do lugar em que se encontram, entre território e academia, entre conhecimento empírico e

conhecimento abstrato, perguntando-se como poderão de alguma forma utilizá-lo no território, esse é um tema da discussão.

Em condição subalterna, porém crítica, porque carregam conhecimento baseado na empiria e com isso um contradiscurso implícito, que desafia cânones academicistas distanciados da realidade, essa condição questionadora engendra epistemologias outras: produzindo um conhecimento situado, no e para o território, elas/es descolonizam o saber e descolonizam-se enquanto seres humanos. Ao tornarem-se sujeitos biográficos, aprendendo a dizer a sua palavra, como preconiza a pedagogia do oprimido, esses discentes tecem suas reexistências.

Quilombolas pesquisadores/as, formando-se como sujeitos do conhecimento, cuja presença na academia carrega a atitude geradora de epistemologias outras, engendradas desde olhares e vozes subalternas, esse é um fato instigante. Continuam quilombolas, entretanto, agora também observadores da sua própria experiência e realidade, essa é abertura transdisciplinar que esse processo permite. O grupo adentrou o programa em 2020 e fez-se como corpo político, se constituiu coeso a despeito da pandemia, articulado a movimentos sociais – Malungu (Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará) e Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos) - e politicamente sente, pensa e tece o significado de estar na pós-graduação.

Sentir, pensar e fazer, nos territórios e na universidade, essa é uma discussão que desenvolvem. Justamente porque os projetos dessas/es estudantes transcendem a própria dissertação de mestrado que almejam, uma vez que, juntos com suas comunidades, convergem para a elaboração de projetos políticos pedagógicos para as escolas quilombolas nos territórios. Este que é um objetivo do projeto de extensão que executam. Politicamente engajado, o grupo propõe o movimento “Aquilomba UFPA” para nomear a práxis decolonial que empreendem.

O artigo discute os efeitos e os horizontes da política afirmativa que permitiu o acesso à pós-graduação. Mais que o acesso, a permanência é também um mote de luta, que questiona a universidade e demanda expansão e efetividade das suas políticas afirmativas. Precisamos considerar os meios materiais necessários para esses discentes realizarem seus cursos de mestrado, visto que o governo brasileiro atual não disponibiliza bolsas de estudos para esses/as estudantes, que delas necessitam. Daí também a necessidade deles/as se articularem em alianças com movimentos sociais em busca de apoio, fato que leva a universidade a sair dos seus muros, o que acaba sendo também decolonial.

2. PESQUISA-AÇÃO NOS TERRITÓRIOS

A atividade acadêmica quilombola nos territórios se relaciona com a construção e o reconhecimento de si como autoras e autores dos seus próprios projetos e textos. Provenientes dos territórios com conhecimentos baseados na experiência, na academia esses discentes buscam elaborar teoricamente essa riqueza empírica na produção de outros conhecimentos, que irão repercutir nas suas comunidades. Fazem isso de acordo com suas perspectivas subjetivas, quase sempre autobiográficas, não neutras e focadas em realidades específicas. A pesquisa situada que desenvolvem significa que estes sujeitos discutem o que vivem. Agora, na condição de pesquisadoras/es, observam a maneira como vivem e dessa perspectiva pretendem devolver conhecimentos aos territórios, algumas vezes querendo transformar os contextos em que se constituem, outras vezes realizando pesquisas que revelam e reavivam valores então adormecidos.

Orlando Fals Borda (1978), discutindo sobre como investigar a realidade para transformá-la, afirma que é necessário vincular o conhecimento com a ação, a teoria e a prática, e que o problema da relação entre o pensar e o atuar se resolve pela atividade prática, que é anterior à reflexão. (idem, p. 3). Considera o autor que, nas disciplinas sociais, o observador é parte do contexto observado, condição que havia sido obscurecida pelos cânones positivistas sobre a objetividade e a neutralidade na ciência. (idem, p. 6). E isso se aplica de forma muito decisiva no fazer acadêmico dos/as pós-graduandos/as quilombolas. Fals Borda fala em experiência e participação, troca, diálogo, construção conjunta, de auto investigação, do não divórcio entre o sujeito e o objeto da investigação, critica a assimetria nas relações entre entrevistador e entrevistado, e afirma que a transformação de coisas em si para coisas para nós é precisamente o que faz o conhecimento. (idem, p. 8). Orientações essas que informam os/as estudantes que leram o autor, na pesquisa-ação que realizam nos seus territórios.

Os contextos dos territórios, situados nessa porção do sistema-mundo submetida a degradantes processos modernos de colonização que é a Amazônia, são marcados pela ação de diferentes agentes, dentre eles empreendimentos econômicos, que exploram e atravessam os domínios territoriais em troca de escassas compensações, e igrejas neopentecostais, que exercem um poder ideológico dominador nas comunidades. Estes agentes externos exercem fortes pressões. Os empreendimentos econômicos, ao concederem benefícios na forma de poucas compensações pelo uso do território apenas a uma parcela dos moradores, dividem a comunidade entre os moradores que um pouco se beneficiam e os que não colhem qualquer benefício. As igrejas neopentecostais, por sua vez, exercem um eficaz proselitismo, logrando converter aos seus valores, que negam veementemente a cultura negra e quilombola, grandes parcelas dos moradores. De modo que os discentes

quilombolas se deparam com lutas difíceis, uma vez que, nos casos acima mencionados, precisam enfrentar não apenas os agentes externos, mas também partes significativas das suas próprias comunidades.

O desafio que essas situações impõem modelam os projetos na forma de estratégias, posto que as ações transformadoras desses contextos necessitam construir adesão na comunidade para enfrentamentos contra hegemônicos no próprio espaço comunitário. A título de exemplo, a questão central do projeto de dissertação de uma mestranda, que envolve processos de apagamento de valores e fazeres das religiões de matriz africana por parte da igreja neopentecostal, no quilombo de Moju-Miri, é enunciada da seguinte forma:

Mediante uma pesquisa-ação, e de um esforço contra hegemônico que inclui a construção de alianças dentro da comunidade, pretendo criar meios para conquistar um diálogo com a igreja Assembleia de Deus estabelecida no território do Moju-Miri, no sentido de abrir espaço para o reconhecimento da diversidade religiosa como um valor fundamental, de modo que esse valor esteja presente na comunidade e na escola do território. (Andréa Cardoso e Cardoso).

O diálogo é visto nessa pesquisa-ação como uma conquista, a ser perseguida mediante estratégias que levem à obtenção do reconhecimento da diversidade religiosa como um valor na comunidade. Com esse reconhecimento, seria possível lograr uma coexistência entre a religião cristã, que muitos em Moju-Miri passaram a seguir, e os rituais das religiões de matriz africana, praticadas antes da chegada da igreja evangélica e que remetem à ancestralidade, um valor fundamental na cultura quilombola. Cabe dizer que a pesquisadora à frente do projeto é evangélica, além de professora da escola quilombola no território, e se sente capaz de enfrentar o desafio, assim como enfrentou antes um pastor intransigente, que proibia o uso do turbante e outros adereços culturais e identitários, pastor este que foi recentemente substituído por outro, mais acessível e propenso ao diálogo, segundo a mestranda.

A diversidade religiosa como valor na comunidade e na escola quilombola no território é o objetivo complexo que a mestranda persegue, posto que seu alcance envolve um esforço contra hegemônico. Será preciso enfrentar uma igreja que, de forma racista, logrou demonizar as práticas religiosas quilombolas exercidas antes da sua chegada no quilombo, nos anos 1980. Há, pois, toda uma geração convertida ao preconceito e à intransigência, da qual fazem parte também os parentes da mestranda, ela mesma evangélica, porém insurgente dentro da igreja. Segundo Fals Borda, quando ocorre de o/a pesquisador/a ser ao mesmo tempo sujeito e objeto da sua própria investigação, é preciso enfatizar um ou outro papel, em uma sequência de ritmos e espaços que incluem se aproximar e se distanciar das suas bases, realizar ação e reflexão por turnos (Borda, 1978, p. 7). No esforço contra hegemônico que a mestranda

está a empreender, a busca de adesões para o seu projeto é questão essencial. Por isso o alcance de um diálogo com a igreja pentecostal, em vista do objetivo da liberdade religiosa, é necessariamente uma construção conjunta.

Os projetos de dissertação têm especificidades e semelhanças, e convergem quase todos na direção da elaboração de projetos políticos pedagógicos (PPPs) para as escolas quilombolas, que ainda não os tem. Os PPPs são referidos a valores: diversidade religiosa, igualdade de gêneros, espiritualidade, conhecimento do território, modo de vida, ancestralidade e juventude, antirracismo, natureza e mercado, história e cultura afro-brasileira e africana, conforme a Lei 10.639/03. A construção de projetos político pedagógicos para as escolas quilombolas nos territórios é uma pesquisa-ação muito importante, e vamos a seguir ilustrar a importância de alguns dos valores desses PPPs,

A título de exemplo, um projeto que propõe formação política no território do Jambuaçu, afetado por grandes empreendimentos de mineração, está organizando uma cartografia social no território. Uma condição para a formação política é o conhecimento do território, afirma a mestranda à frente do projeto. Em 2017, com base na resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as comunidades do quilombo demandaram a prática do “Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada dos Quilombolas do Jambuaçu”. Segundo a mestranda Dayane Ribeiro, professora na comunidade Santa Ana-Axé do Baixo Jambuaçu, “antes de nossas estradas serem usadas faz-se necessária a consulta prévia livre e informada, feita dentro de nosso território, onde escute nossas demandas e as decisões sobre isso”. (Amazônia Real, 2019). Os empreendimentos que afetam negativamente a vida no território são das empresas Vale, Hydro e Imerys. A cartografia social, além de resultar no conhecimento material e imaterial do território, poderá conduzir a uma maior coesão das suas comunidades, habilitando-as a enfrentar com mais poder de negociação a ação dos empreendimentos econômicos.

Juventude e ancestralidade são valores que se conjugam de forma muito relevante. Uma questão importante na vida das comunidades é preservar os valores ancestrais ao mesmo tempo em que se motiva a juventude a permanecer e se engajar nas lutas territoriais. Um objetivo que o grupo de mestrandos/as quilombolas cultiva junto com os movimentos sociais é o reavivamento e a renovação de valores, culturas e identidades. Esse reavivamento e renovação se relaciona à perspectiva de descolonização do poder, do saber e do ser, e aproxima a universidade dos movimentos e dos territórios. A fim de ilustrar uma possibilidade nesse sentido, vamos abrir um subtópico sobre o “Projeto Batuque”.

2.1 Projeto Batuque: os tambores da África reverberam aqui

Segundo Adrian Barbosa, a mestranda que conduz o projeto, o Projeto Batuque é elemento de reafirmação de pertencimento na comunidade quilombola de São Pedro dos Bois, no Amapá, e se articula com a educação escolar quilombola. A mestranda informa que esta modalidade de ensino promove a inclusão de valores, tradição e cultura quilombola como base do projeto político pedagógico das escolas localizadas dentro de áreas remanescentes de quilombo ou em escolas que atendam quantitativo expressivo de estudantes advindos de áreas quilombolas. A pesquisadora informa ainda que o Projeto Batuque é umas das atividades pedagógicas programadas anualmente pela Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas, que se localiza na referida comunidade quilombola, e que o projeto representa uma saída estratégica e didática para inserir os estudantes membros daquela comunidade nas tradições locais, visto que a instituição de ensino identificou que os/as jovens da comunidade estavam se distanciando de suas origens.

Adrian Barbosa argumenta que segue a metodologia da Pesquisa-Ação-Participante de Orlando Fals Borda (1978), e os estudos de Nelson Maldonado Torres (2016), posto que estes autores acreditam na descolonização/decolonialidade associadas à ideia de libertação e independência, nos âmbitos político, cultural e econômico, e que a educação escolar quilombola é uma política pública educacional formulada como estratégia de emancipação e descolonização do saber, dentro da educação formal no sistema brasileiro de ensino. A pesquisadora diz que “implementar e efetivar as diretrizes desta modalidade de ensino se apresenta como um desafio para instituições de ensino, órgãos competentes e os/as docentes que trabalham em escolas localizadas dentro de quilombos”.

Para o desenvolvimento do projeto, algumas questões são colocadas: (i) de que maneira as práticas pedagógicas da educação escolar quilombola na Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas têm fomentado uma formação antirracista para os/as discentes e comunidade em geral? Como o Projeto Batuque tem sido um elemento de formação e reafirmação do sentimento de pertencimento quilombola na comunidade de São Pedro dos Bois? Como o racismo estrutural tem influenciado na forma como as metodologias e currículos específicos da educação escolar quilombola vem sendo executadas na escola Teixeira de Freitas? A partir dessas questões centrais, a pesquisadora pretende compreender a influência do racismo estrutural no processo de implementação da educação escolar quilombola, além de analisar de que forma e em quais condições as metodologias e currículos específicos dessa modalidade de educação vem sendo executadas.

Os objetivos de reafirmar o pertencimento na comunidade e de enfrentar o racismo estrutural, a partir da escola quilombola no território, são muito relevantes, e associados a estes objetivos está a possibilidade de conjugar dois valores essenciais à vida quilombola, que são juventude e ancestralidade. O batuque reverbera muitos significados, literalmente. É tradição ancestral e expressa uma linguagem identitária, integrando-se aos rituais das religiões afro-brasileiras, e, portanto, pode ser um instrumento de grande efetividade política na luta contra hegemônica, face às realidades de anulação da cultura negra que se verificam em várias comunidades quilombolas. O batuque é também cativante para a juventude, que se mobiliza com grande interesse em torno dessa expressão cultural. De modo que o batuque representa um valor a ser estimulado nas escolas quilombolas, e se coloca como uma estratégia pertinente de reavivamento cultural, de conagração entre velhos e jovens, e de participação destes na vida do território.

3. QUILOMBOLAS FAZENDO ETNOGRAFIA NOS TERRITÓRIOS

Como afirmamos na introdução desse artigo, a esperança é uma característica desses discentes quilombolas na pós-graduação, que esperam com paciência o dia em que poderão encontrar pessoas ao vivo, e não apenas virtualmente, e então realizar etnografias nos territórios.

Consideramos a etnografia menos como método e mais como postura teórica (Barbosa, 2016, p. 127) empregada para interpretar e eventualmente transformar o espaço de vida de grupos e pessoas a partir de uma visão e de uma ação crítica e decolonial. Postura essa que envolve questionar a legitimidade de representar, de falar em nome ou etnografar o “Outro” (Sanjurjo; Camargo; Kebbe, 2016, p. 10). A investigação etnográfica busca os sentidos do fazer humano (Arias, 2010, p. 357), nos fatos e realidades, nas interações e conflitos da vida social, nas simbologias, mitos, ideologias e religiosidades, nas instituições sociais e culturais e, enfim, em tudo aquilo que é tido como cultura, sendo que o próprio conceito de cultura, a estrita divisão entre “nós” e “eles”, é também objeto de questionamentos em um mundo interligado cultural e economicamente (Sanjurjo; Camargo; Kebbe, 2016, p. 10). A supressão da divisão entre “nós” e “eles” é quase radical quando se trata de quilombolas pesquisando suas próprias comunidades.

A pesquisa etnográfica, na sua forma convencional, atribui sentidos ao fazer humano utilizando procedimentos tais como a definição do problema, a formulação de hipóteses, a coleta de dados e a elaboração de relatórios a partir de informações contidas em cadernos de campo. Contudo, na forma como estamos propondo aqui, a partir de um questionamento do modelo civilizacional ocidental capitalista, ou seja,

desde uma mirada decolonial e interseccional que procura desvelar e desnaturalizar opressões, sistemas de dominação e assimetrias várias, no intuito de fortalecer as pessoas e trabalhar com elas transformações nos seus espaços de vida, esse fazer etnográfico, além de conter aqueles procedimentos acima mencionados, é comprometido com a vida e com a sua descolonização. (Arias, 2010).

Sim, o foco da etnografia é a cultura, mas aqui é preciso relativizar a questão da diferença. O olhar etnográfico dos discentes quilombolas na pós-graduação, estudantes provenientes de extratos sociais subalternos, portanto, e agora etnógrafos/as, na condição de “intelectuais do ‘terceiro mundo’ [que] emergem como novos sujeitos políticos” (Sanjurjo; Camargo; Kebbe, 2016, p. 11), não irá procurar e traduzir um outro externo, uma vez que no campo esses discentes encontrarão seus iguais. A diferença é que estão reposicionados agora como observadores da sua própria realidade. Trata-se muito mais de considerar as diferenças internas no lugar, as diferenças e conflitos entre grupos e pessoas de um mesmo território, as relações comunitárias entre essas pessoas, e delas com o ambiente externo, e de estabelecer uma comunicação, uma conversação, uma troca de afetos e emoções, um “colocar-se-com-os-outros no interior de processos de produção de conhecimento” (Pimentel, 2014, p. 53). E isso se relaciona ao tratamento dado à noção de cultura. As diferenças culturais nesse caso não são exacerbadas e certamente as culturas do/a etnógrafo/a e a dos/as seus/suas interlocutores/as não se situam, como antes, quando o subalterno era sempre e tão-somente o objeto da pesquisa, em flagrante descontinuidade.

De modo que essa etnografia se faz através de novos sujeitos, do/a etnógrafo/a em relações não assimétricas com outros seres humanos, não mais tomados como objetos nativos exóticos, mas cada vez mais como semelhantes. Feita por etnógrafos conforme posicionamentos políticos e visões de mundo referenciadas na subalternidade – ao chegarem na pós-graduação não deixam sua condição estrutural subalterna -, da etnografia resulta uma análise que não é de forma alguma neutra. Ao contrário, nessa perspectiva a etnografia é instrumento descolonizador do mundo e, epistemologicamente, de si mesma, na medida em que questiona a clássica autoridade etnográfica e a tradicional condição de autoria.

O silêncio marca a condição do subalterno, e, por isso, trata-se aqui de o quilombola conquistar voz, romper o silêncio e trabalhar as possibilidades de se subjetivar autonomamente (Carvalho, 2001, p. 119/120; Spivak, 1993), a partir do seu lugar de fala. Significa essa emergência de vozes subalternas, as dos pesquisadores/as e as dos sujeitos pesquisados, a possibilidade de inseri-las e creditá-las polifonicamente na escrita etnográfica, eventualmente em subjetividades e perspectivas diversas colhidas no campo, em atitude que permite o discurso dialógico.

Usualmente a etnografia se constrói com o/a etnógrafo/a participando na vida cotidiana do lugar por um período de tempo relativamente longo, para permitir a ele/a entender o campo de trabalho, condição empírica que o/a pesquisador/a oriundo/a do território, no entanto, já possui, o que facilita seu encontro com um outro que, não tão diverso de si mesmo/a, ainda assim precisa ser olhado de uma perspectiva que aguace o estranhamento e a desnaturalização do familiar e do cotidiano. Essa atitude etnográfica se relaciona com a necessidade de construir, a despeito da proximidade, uma certa alteridade nas relações de convívio e reciprocidade entre os diferentes sujeitos da pesquisa.

De forma que, em perspectiva dialógica, este/a etnógrafo/a pode se ver em condições de construir conhecimento a partir de um ponto de vista muito próximo do de seus/suas interlocutores/as, e assim buscar cooperativamente respostas para questões complexas, produzindo conhecimento sobre a diversidade de condutas dentro da comunidade, sobre conflitos inter-religiosos, sobre educação de jovens e adultos, sobre maneiras de enfrentar pressões próprias do capitalismo sobre o território e o modo de vida de seus semelhantes, sobre a evolução da cultura comunitária como produto de relações e influências sociais, bem como sobre possibilidades de mudança, sempre tomando a realidade local nas suas relações com a totalidade do sistema social amplo (Mainardes; Marcondes, 2011), que é o sistema mundo/moderno-colonial.

De fato, essa etnografia tem como foco não apenas compreender como também descolonizar relações de dominação que incidem sobre o campo de trabalho, baseadas em raça e racismo, em classes sociais, bem como em hierarquias religiosas, sexuais, de lugar e de gênero. Trata-se de uma etnografia não paroquial e não conservadora, portanto, que articula criticamente o local com o global. Importante acrescentar que essa pesquisa-ação engajada se vale da transdisciplinaridade, daí a crítica epistemológica que realiza, na medida em que rompe a barreira entre o conhecimento tido como científico e outros conhecimentos tidos como não científicos, cuja transposição requer a valorização de um conhecimento transdisciplinar (Santos, 2010).

Nesse contexto, uma questão central a ser discutida é a da autoria. Para um/a pesquisador/a que pertence a uma comunidade quilombola, fazer uma etnografia significa, na linha freiriana, “dizer e escrever o seu mundo, o seu pensamento, para contar sua história”. Defende interdisciplinarmente o educador Ernani Fiori, em prefácio do livro *Pedagogia do Oprimido*, que “Aprender a dizer a sua palavra é toda a pedagogia, e também toda a antropologia”. Contar a sua história, é o “lugar ... do reencontro e do reconhecimento de si mesmo ... processo em que a vida como biologia passa a ser vida como biografia” (Fiori, 1987).

É necessário discutir a questão da autoria. Percebido criticamente no ambiente acadêmico, o problema da autoria se relaciona à ideia da tradução. Contesta-se hoje a autonomia do pesquisador para transformar o desconhecido em conhecido. Em lugar de pretender traduzir, podemos discutir co-autoria (Bizerril, 2008) nos processos de trabalho de campo, compreensão e escrita etnográficas. Podemos considerar um acordo de cooperação entre pesquisadores/as e interlocutores/as para a interpretação da realidade e para o alcance de interesses comuns. Assim como entre docente e discentes, como é o caso desse artigo. A partir da história contada e colhida como narrativa, precisamos problematizar a conversão do que foi dito em texto e dado etnográfico a ser publicado. Seja em linguagem escrita, áudio-visual ou outro meio. Ou seja, o que acontece com a narrativa quando transportada para o texto é uma questão a ser trabalhada entre os agentes do processo. Podemos pensar em autorias coletivas, em permitir vozes dissonantes na etnografia, e é sempre necessário devolver o resultado à comunidade estudada. É claro que tudo isso significa um desafio.

4. ALARGANDO AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Quilombolas na pós-graduação é uma política afirmativa e antirracista porque é uma ação concreta de valorização do estudante quilombola, uma ação que valoriza seu ponto de vista intelectual e político. Nesse tópico, ao defender o alargamento das políticas afirmativas, pretendemos de passagem comentar argumentos contrários às políticas afirmativas, segundo o ponto de vista da “branquitude”.

Antes de entrar nisso, no entanto, a fim de defender a necessidade de ações afirmativas para corrigir desigualdades raciais, inclusive no campo da educação superior, e então oferecer igualdade de oportunidades a todos inclusive na pós-graduação, visto que aqui tivemos que enfrentar reações e lutar para implantar essa política acadêmica, vamos partir de uma introdução. É preciso colocar o problema da profunda desigualdade existente entre negros e brancos na sociedade brasileira, a qual, com mais de quinhentos anos de opressão e discriminação racial, criou dois tipos de brasileiros, um dos quais, o negro, sofre uma lamentável situação de injustiça.

Para exemplificar essa situação, podemos considerar o IDH desagregado por cor/raça. No “ano de 2000, o Brasil ocupava o 74º lugar no ranking da ONU no que tange a esse indicador, o IDH. No entanto, analisando separadamente as informações de pretos, pardos e brancos sobre renda, educação e esperança de vida ao nascer, o IDH nacional dos pretos e pardos despencaria para a 108º posição, figurando entre aqueles dos países mais pobres do mundo, enquanto o dos brancos subiria para a 48º posição (Sales, 2005, p. 15). Essa discrepância mostra a grande diferença de condições de vida

e de expectativas entre negros e brancos no Brasil, algo que configura um tipo de patologia social que impede os sujeitos de se autorrealizarem (Honneth, 2016).

Vale observar que essa situação vinha melhorando ao longo do tempo: “a diferença entre o IDHM de negros e brancos reduziu-se significativamente no período de 2000 a 2010. Em 2000, o IDHM da população branca era 27,1% superior ao IDHM da população negra, ao passo que, em 2010, o IDHM dos brancos passou a ser 14,42% superior ao IDHM dos negros. (PNUD; IPEA; FJP, 2017).

Com a pandemia, contudo, essa situação voltou a piorar, como demonstra Emanuelle Góes, doutora em saúde pública pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Cidacs/Fiocruz sobre desigualdades raciais e acesso a serviços de saúde:

A doença causada pelo coronavírus no Brasil mata mais as pessoas negras e pobres. Com a evolução da epidemia no país, morreram pobres na linha de frente do tratamento à covid-19, trabalhadores de serviços essenciais e informais, trabalhadores que não puderam deixar de trabalhar, além de pessoas pobres idosas e com comorbidades, com acesso desigual ao sistema de saúde” (...) “O que a pandemia tem evidenciado é o que vários estudos já mostravam em relação ao maior prejuízo da população pobre e negra ao acesso da saúde. A covid-19 encontra um terreno favorável porque essas pessoas estão em um cenário de desigualdade de saúde e de precarização da vida. (BBC News Brasil, 2020)

Relevante dizer que aquela discreta melhoria no IDH da população negra, mencionada acima, se deve à ação dos movimentos negros e à não neutralidade do Estado brasileiro - em outros governos, não no governo atual, importante frisar -, que, embora relativa e relutantemente, respondeu em certo momento a essas pressões, no que tange à busca ativa de uma igualdade racial no Brasil. Inclusive no campo educacional, mediante a política de cotas, por exemplo. Consideramos interessante historiar um pouco com relação à adoção de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da questão racial no Brasil. E quanto ao conceito de igualdade, achamos também que vale a pena discorrer um pouco, aproveitando a pesquisa apresentada pela prof. Zélia Amador de Deus, na sua tese de doutorado.

Embora o enfrentamento da questão racial ainda sofra sérias resistências na nossa sociedade, e muitas políticas públicas sejam ainda moldadas pelo racismo – as políticas urbanas, por exemplo, se fazem com muita segregação racial -, e o racismo estrutural seja um elemento que integra a organização econômica e política da nossa sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 20), reproduzindo formas de desigualdade e violência (idem, p. 21), algumas mudanças ocorreram desde a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que foi realizada na cidade sul-africana de Durban, no período de 30 de agosto a 07 de setembro de 2001.” (Sales, 2005, p.16)

Com a conferência de Durban a questão racial entrou na agenda política brasileira, os principais jornais escritos brasileiros não só divulgavam informações sobre a conferência, como também passaram a debater a questão racial no Brasil. Dados sobre as desigualdades raciais brasileiras, entre outros tipos de informação e conhecimentos, foram divulgados sobremaneira pelos principais jornais nacionais nesse período, e assim estabeleceu-se nesse período uma discussão intensa sobre a questão racial brasileira, que contribuiu para que essa entrasse definitivamente na agenda nacional do país ou, no mínimo, que se trouxesse à tona, de vez, o debate sobre a situação dos negros no Brasil. (idem, p. 19).

A partir daí a questão racial passou a integrar a agenda dos candidatos a presidente da república no Brasil, e, inclusive a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que implementou propostas de combate ao racismo e de inclusão de negros em áreas de prestígio e poder mediante ações afirmativas, entre as quais cotas para os negros ingressarem nas universidades públicas brasileiras. (p.19). Esse é um aspecto da luta antirracista que precisamos enfatizar, ou seja, a necessidade de abrir para negros, e também a indígenas, acesso a espaços de prestígio e poder.

As cotas raciais foram motivo de muita polêmica, com os jornais O Globo e Folha de S. Paulo, por exemplo, manifestando-se contra cotas para os negros ingressarem nas universidades públicas brasileiras, e com divergências também no poder judiciário. Entre os argumentos dos opositores das ações afirmativas e das cotas estavam os de (i) ferir o princípio da igualdade, (ii) ferir o princípio do mérito, (iii) ser de aplicação impossível, (iv) desviar a atenção do problema social, (v) prejudicar a qualidade das instituições, (vi) criar um problema social onde ele não existe. (Sales, 2005). É importante considerar que argumentos desse tipo foram e têm sido expressos não apenas por parte de setores conservadores, mas também entre setores progressistas, inclusive na academia, onde se reconhece amplamente a desigualdade social, mas não se a vincula como resultado da discriminação racial. “Racismo não é um tema sociológico”, foi um comentário proferido em relação a um trabalho que denunciava racismo contra indígenas.

Aqui na academia ouvimos argumentos de que essas políticas são assistencialistas, de que quilombolas e indígenas não escrevem bem e, portanto, não conseguiriam realizar suas dissertações de mestrado, argumento esse que subentende que a entrada dessas e desses estudantes na pós-graduação baixaria o nível do programa, ou que “não temos pernas para acolher esses estudantes”, ou mesmo não ouvimos nenhuma manifestação quando a discussão teve lugar. Contudo, numa questão como essa, consideramos que o silêncio não é neutro. Ou seja, a omissão não ajuda em nada o enfrentamento da desigualdade racial.

Entre todos os argumentos contra as políticas afirmativas, queremos considerar o que afirma que elas ferem o princípio da igualdade, utilizando-nos da tese da prof. Zélia Amador de Deus, que informa que

o princípio da igualdade ... desdobra-se em dois outros princípios: princípio da igualdade formal, que diz respeito ao princípio da igualdade perante a lei; e o princípio da igualdade material, que se refere ao princípio da redução das desigualdades existentes entre os diversos segmentos de uma sociedade. O princípio da igualdade perante a lei preconiza que os órgãos jurídicos não devem fazer distinção e que a própria legislação a ser aplicada não faça distinção alguma de nenhuma ordem". (Amador de Deus, 2008, p. 190).

Continua a professora Zélia Amador,

apenas o princípio da igualdade formal não é suficiente para que se atinja a igualdade entre os diversos segmentos que compõem uma dada sociedade. Isto porque o dito princípio, não vem acompanhado de institutos hábeis a fim de torná-lo eficaz. Por esse motivo, para que se o cumpra se faz necessário evoluir para o princípio da igualdade material, o qual decorre da necessidade de tratamento prioritário e diferenciado aos grupos que em razão de circunstâncias específicas acumulam ou acumularam desvantagens em relação a outros grupos. (idem, p. 190).

Daí a importância das políticas públicas para as ações afirmativas, posto que

o postulado da neutralidade estatal esvazia o princípio da igualdade formal e o torna abstrato, caso não venha acompanhado de estratégias capazes de construir a igualdade de fato. Significa dizer que o princípio esvaziado não exerce nenhuma função prática, no sentido de igualar, de fato, os sujeitos a quem se aplicam o dito princípio. (idem, p. 190).

De modo que podemos redimensionar o conceito da igualdade indo além da mera igualdade formal – todos são iguais perante a lei – , para um conceito de igualdade material que corresponda ao ideal de justiça social e distributiva e também de reconhecimento de identidades, relacionadas a “gênero, raça, etnia, idade, orientação sexual e demais critérios que possam ter sido utilizados para justificar discriminações” (p. 190). Sobre esse tópico, a professora Zélia Amador conclui: “É importante ressaltar que a Igualdade material, com base no ideal de justiça enquanto reconhecimento de identidades apresenta o caráter bidimensional da justiça: a justiça enquanto redistribuição e a justiça enquanto reconhecimento” (idem, p. 190). A tese a que estamos nos referindo traz ainda uma citação muito elucidativa de Boaventura de Sousa Santos: “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. (idem, p. 193).

A luta por protagonismo de quilombolas é uma luta antirracista porque questiona e busca transformar o fato de que os lugares de prestígio na nossa sociedade estão ocupados hegemonicamente por brancos. Entre nós, inclusive na academia, como mencionado anteriormente, é comum reconhecer que somos uma sociedade desigual, mas é mais raro

reconhecer que a desigualdade social é fruto da discriminação racial e então assumir atitudes para enfrentar essa patologia. Quando um jovem ou uma jovem quilombola ou indígena adentra na universidade e dentro dela progride para uma pós-graduação, com esse/a jovem vem sua família, sua comunidade e seus iguais, todos com muitas expectativas, em relação à conclusão do curso e depois ao mercado de trabalho.

Como afirma Nilma Lino Gomes, “as políticas afirmativas destinam-se a um público que vive um determinado tempo/ciclo de vida, que é a juventude. Tem a ver, portanto, com as expectativas e sonhos presentes nesse importante momento da temporalidade humana (GOMES, 2005). Portanto, não basta o acesso, é preciso cuidar da permanência na universidade e, depois, da possibilidade desses/as universitários/as encontrarem trabalhos condizentes com a sua formação.

É muito importante que a universidade se interesse vivamente pela questão da permanência desses/as jovens nas instâncias universitárias e também para o que vem depois, que é o mercado de trabalho. A permanência bem sucedida de estudantes quilombolas e indígenas - sobretudo os de baixa-renda, que são quase todos – na universidade é uma situação preocupante (Gomes, 2005, p. 252). Como é preocupante a falta de oportunidade de trabalho para esses/as jovens depois da universidade.

Quais são as demandas colocadas pela juventude universitária com relação a essas questões? A esse respeito, achamos necessário realizar uma pesquisa para colher informações e narrativas, um programa de entrevistas, por exemplo, sobre permanência na universidade e acesso ao mercado de trabalho para indígenas e quilombolas, como uma maneira de embasar políticas afirmativas mais compreensivas, que, além do acesso, compreendam ações e programas de permanência e vida profissional para depois da universidade (idem, p. 252).

A questão do emprego para negros e quilombolas depois de formados é uma questão que preocupa e que move entidades como o Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará) e a Malungu (Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará). Há um Projeto de Lei (Nº 184/2020), resultado de uma articulação entre a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA e organizações do movimento negro e Ministério Público do Estado, que propõe que 20% (vinte por cento) das vagas nos concursos da administração pública, de quaisquer dos poderes do estado do Pará, sejam reservadas aos candidatos negros e negras.

Nilma Bentes, uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) – que este ano completou 40 anos – explica que a aprovação do PL significará

um avanço no sentido de reparar a subalternização secular a que a população negra vem sendo obrigada a viver, mesmo sendo cerca de 76% da população do Pará. Apesar de ter tido um aumento no número de acesso de negros e negras em universidades, a população continua ocupando cargos informais, subalternos com salários mais baixos. O estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do IBGE, pontuou que em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%. (ALEPA, 2020)

Segundo Márcio Nascimento, um militante na Malungu,

o Cedenpa sugeriu a um deputado do PT que botasse em pauta, que apresentasse um projeto que estabelecesse cotas para negros dentro dos concursos do estado. Essa proposta foi sugerida, na verdade, na Comissão de Direitos Humanos da ALEPA, e aí o deputado que preside essa comissão [deputado Bordalo] apresentou esse projeto. Só que como a gente faz parte de um grupo criado pela Defensoria Pública que trabalha a garantia e a defesa dos direitos dos quilombolas e também contra o racismo no estado do Pará, a gente achou que esse projeto de lei deve fazer um recorte étnico-racial, porque tem muitas comunidades quilombolas, o Pará é o quarto em número de comunidades quilombolas, ... aí produzimos uma nota técnica enviada a Assembléia Legislativa pedindo esse recorte, que seja garantido [pelo projeto] os 20% para os negros, mas também seja acrescido ali 5% para quilombolas, 5% para indígenas, essa é a ideia. ... A ideia é que se tenha a reserva de vagas de 20% para negros e [mais] 10% para indígenas e quilombolas, 5% para cada. Ou seja, daria 30% das reservas de vagas no total o projeto de lei. Coisa que a gente vai ter que lutar e os movimentos sociais estão nessa luta para que a gente consiga garantir isso nesse projeto de lei. ... Essa nota técnica foi protocolada ontem [] por mim, representando a Malungu, pela Elza representando o Cedenpa, e pelo Pina Tembé, representando a Fepipa, que é a Federação dos povos indígenas do Pará.

5. CONCLUSÃO: AUTORIA, PROTAGONISMO, COMPROMISSO SOCIAL E CONHECIMENTO SITUADO.

Em um simpósio no XV Encontro Nacional de História Oral (realizado online a partir de Belém em novembro/2020), que reunia um brilhante grupo de pesquisadoras negras, ocorreram comentários que podiam ser proferidos por estas estudantes quilombolas que integram o PPGSA: “não tem como dissociar nossa experiência de vida da nossa experiência acadêmica”; “eu não queria mais ser pesquisada, eu queria ser pesquisadora, e estou conseguindo”; “a gente tendo a possibilidade de produzir conhecimentos sobre nós, isso é muito importante”. O que é isso senão autoria e protagonismo? É fato que a presença dessa turma de quilombolas na pós-graduação desafia cânones epistemológicos eurocêntricos e, pois, a colonialidade do saber, na medida em que suas pesquisas produzem um conhecimento situado, com o compromisso de devolução e voltado à transformação de contextos. Tudo isso com muita subjetividade, dado que os/as autores/as se colocam no texto, porque a vida que

levam informa muito sobre suas condições subalternas. Disso decorre uma atitude não distanciada, assumidamente antirracista e de forma alguma neutra.

Ascender à condição de pesquisadora é um evento significativo para Adrian Barbosa, que propõe ressignificar as histórias, inclusive a dela, “mulher preta e quilombola”:

Desenvolver pesquisa dentro de uma perspectiva decolonial e no campo da Educação Escolar Quilombola, dentro das estruturas (em geral) eurocêntricas do ensino superior (graduação/pós-graduação) no Brasil é um desafio, principalmente se este trabalho é desenvolvido por um indivíduo que a ciência determinou como objeto de suas pesquisas e não como pesquisadores/pesquisadoras. Enquanto mulher preta e quilombola e hoje pesquisadora, procuro construir as narrativas, ciências, epistemologias que fomentem um discurso decolonial e antirracista, que possa ressignificar as histórias, reafirmar a memória e o sentimento de pertencimento do povo quilombola. Dessa sorte, na pós-graduação assim como na graduação, estou desenvolvendo um projeto de pesquisa que possa reafirmar a visibilidade de uma história quilombola e nossas ferramentas de resistência e existência na narrativa de Brasil.

Sentimento de realização e conquista também da professora Andréa Cardoso, que reconhece a luta dos seus ancestrais, fala em protagonismo e da importância do reconhecimento do conhecimento empírico e tradicional na academia:

É importante frisar que é um sentimento que a gente traz da possibilidade de nós quilombolas sermos protagonistas da nossa própria história, do nosso trabalho de pesquisa, nós falando sobre nós. Agora é o momento que não é mais o pensamento branco e nem o outro que fala por nós. Agora nós mesmos podemos falar por nós, nós mesmos também podemos sentar na mesa de igual pra igual, e isso, sem dúvida nenhuma, é um momento de realização, um momento de conquista, uma conquista que, inclusive, foi a luta dos nossos ancestrais por esses espaços ... lutas que eles tiveram pra que hoje pudéssemos estar ocupando esses espaços dentro da academia, que foi onde eles não puderam estar. E esse conhecimento produzido na academia, ele vai voltar para o nosso território, vai influenciar a vida do território, porque esse conhecimento adquirido na academia ele fortalece, ele potencializa e, em alguns itens, ele ressignifica o conhecimento e todo legado que nós quilombolas já trazemos do nosso território quando a gente vem para universidade. E pode-se dizer também que a universidade ela ganha com isso, porque ela engrandece ... importante é que a própria academia reconheça a importância de todo conhecimento empírico, de todo conhecimento tradicional.

Compromisso social com o coletivo, formação política dos sujeitos comunitários através do processo de pesquisa, “escrever a nossa própria história dentro da ciência”, são esses alguns dos significados que a também professora Dayane Ribeiro.

Eu acredito que toda pesquisa que é feita com compromisso social ela tende a trazer benefícios, tanto para o seu objeto de pesquisa como também para a comunidade de um modo geral. Desse modo eu acredito que a minha pesquisa será muito importante para repensarmos o processo de organização política dentro do quilombo do Jambuaçu. Com uma pesquisa que se faz junto com os

sujeitos. É dessa forma que estou me propondo a fazer, com o coletivo. Então, ao mesmo tempo que se faz a pesquisa também se faz a formação política. Eu acredito que esse é o diferencial da pesquisa que eu venho desenvolvendo dentro da pós-graduação. ... Eu me sinto responsável pela construção e massificação de um conhecimento científico que trata o ser humano como sujeito da sua própria história. Isto é, ocupar uma vaga na pós-graduação é mais que a busca por uma titulação, significa a oportunidade de escrever a nossa própria história dentro da ciência, onde deixamos de ser apenas objeto da pesquisa e passamos a ocupar e a protagonizar os diferentes estudos acerca de nós, do nosso povo. Ocupar a pós-graduação é símbolo de resistência, principalmente na conjuntura atual de tantos ataques contra a ciência, contra os povos tradicionais. Então ganha mais ênfase ainda essa oportunidade de cursar uma pós-graduação diante de tudo isso. É o compromisso mesmo com o nosso povo, carrega muito esse significado.

REFERÊNCIAS

ALEPA. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. PL prevê cotas para candidatos negros em concursos públicos no Pará. Por Lilian Campelo - Assessoria Dep Carlos Bordalo 18/08/2020. Disponível em <https://www.alepa.pa.gov.br/noticiadep/4288/106>. Acesso em 25/11/2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMADOR DE DEUS, Zélia. Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. 2008. Disponível em <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3060>. Acesso em 18/10/2020.

AMAZÔNIA REAL. Território quilombola do Jambuaçu é afetado após queda de ponte no Pará. Por Moisés Sarraf. Publicado em: 26/04/2019. Disponível em <https://amazoniareal.com.br/territorio-quilombola-do-jambuacu-e-afetado-apos-queda-de-ponte-no-para/>. Acesso em 20/02/2021.

ARIAS, Patricio Guerrero. CORAZONAR. Uma antropologia comprometida com la vida. Quito, Ecuador: Abya Yala, Universidad Politécnica Salesiana. 2010.

BARBOSA, Raoni Borges. Perspectivas e tradições do fazer etnográfico. In: Anuário Antropológico, Brasília, UnB, 2016, v. 41, n. 2: 127-155. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/anoarioantropologico/article>

BBC News Brasil. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. Por Juliana Gagnani. 12 de junho de 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em 18/11/2020.

BIZERRIL, José. O vínculo etnográfico: intersubjetividade e co-autoria na pesquisa qualitativa. Universitas Ciências da Saúde. Vol. 02 n. 02 – pp. 152-163. 2008. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/article>

CARVALHO, José Jorge de. Poder e silenciamento na representação etnográfica. XXII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Brasília, julho de 2002. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/poder-e-silenciamento-na-representacao-etnografica>.

FALS BORDA, Orlando. El problema de como investigar la realidad para transformala. Federación para el Análisis de la realidade Colombiana (FUNDABCO). Bogotá, Colombia, 1978.

FIORI, Ernani. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. In FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. A universidade pública como direito dos(das) jovens negros(as) – a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG. In SALES, Augusto dos Santos (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume5_acoes_afirmativas_e_combate_ao_racismo_nas_americas.pdf. Acesso em 20/11/2020.

HONNETH, Axel. Uma patologia social da razão: sobre o legado intelectual da teoria crítica. Apud SANTOS, Matheus Rios Silva, BARROS, Carlos César. A origem do conceito de patologia Social na obra de Axel Honneth e suas contribuições para a psicologia. Universidade Estadual de Feira de Santana, Anais Seminário de Iniciação Científica, 2016. Disponível em <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/3212/2616>. Acesso em 20/11/2020.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Reflexões sobre a Etnografia Crítica e suas Implicações para a Pesquisa em Educação. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 425-446, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. Soc. estado. vol.31 no.1 Brasília Jan./Apr. 2016. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100075. Acesso em 10/01/2020.

PIMENTEL, Álamo. A atitude etnográfica na sala de aula. In: REALIS, v. 4, n. 02, Jul-Dez. 2014.

PNUD; IPEA; FJP, 2017. Desenvolvimento Humano para Além das Médias. Brasília, 2017. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30025. Acesso em 20/11/2020.

SALES, Augusto dos Santos (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume5_acoes_afirmativas_e_combate_ao_racismo_nas_americas.pdf. Acesso em 20/11/2020.

SANJURJO, Liliana; CAMARGO, Wagner; KEBBE, Victor Hugo. Etnografias: desafios metodológicos, éticos e políticos. In: Revista de @ntropologia da UFSCar. R@U, 8(1). Jan./jun. 2016: 7-18.

SANTOS, Boaventura de Sousa. SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



GT 04 - PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E EPISTEMOLOGIAS PARA PENSAR O AMANHÃ.

A IMPORTÂNCIA DE UM SISTEMA TÉCNICO TRADICIONAL: O MODO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE ICATU- MA.

Alexandry Serra Castelo Branco¹
Frederico Lago Burnett²

Resumo:

A dualidade existente entre dois modos de produção agrícola que coexistem em um mesmo território reforça a discussão sobre qual forma de produzir é a mais vantajosa. Em regiões do Maranhão onde o agronegócio se apropria de modernas técnicas e maquinários a grande produtividade está diretamente relacionada ao emprego dessas tecnologias. Nas comunidades quilombolas do município de Icatu a agricultura se desenvolve a partir de sistemas técnicos tradicionais que proporcionam aos agricultores condições de se reproduzir fisicamente. Esse trabalho verte sobre a importância da agricultura familiar para a geração de alimento e renda para a população quilombola do município e do emprego dos sistemas técnicos tradicionais na produção agrícola.

Palavras-chave: agricultura; modos de produção; sistema técnico tradicional; comunidades quilombolas; Icatu.

1. Introdução

A existência contraditória de dois modos distintos de produção no campo maranhense é uma característica marcante e facilmente identificada. A presença de duas concepções divergentes de agricultura no estado revela um campo composto por diferentes e conflituosos interesses que se manifestam em desiguais sistemas de produção. A

¹ Geógrafo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.
alexandrybranco@aluno.uema.br

² Arquiteto, Doutor em Políticas Públicas, UFMA, Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil.
burnett@professor.uema.br

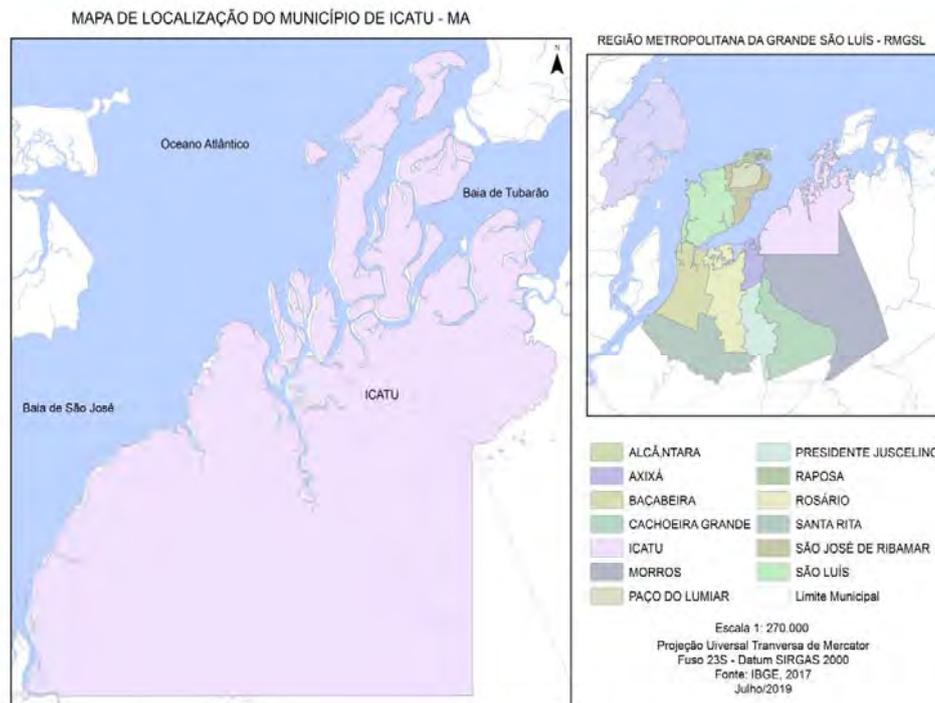
agricultura realizada pelo grande capital (agronegócio) busca uma maior produtividade para gerar lucro aos seus financiadores, enquanto a agricultura camponesa está baseada na produção de alimentos para o consumo dos agricultores e à venda de parte da produção para aquisição de bens e serviços. Essas duas lógicas de produção agrícola se distinguem em vários aspectos, entre eles, o emprego de um grande aparato técnico e científico concorrendo com um sistema técnico tradicional.

A inserção de modernas técnicas e equipamentos agrícolas no campo maranhense proporcionou uma completa mudança na lógica produtiva do estado, possibilitando atender a demanda por uma maior produtividade em um curto espaço de tempo. A agricultura com tais técnicas e equipamentos modernos está concentrada nas regiões produtoras de grãos do estado, localizadas nas áreas de cerrado maranhense (grande parte do Leste e do Sul do Maranhão), onde se manifesta a partir da forte influência do MATOPIBA³. Todavia, essa nova fronteira agrícola avança cada vez mais rápido sobre as demais regiões, impondo seu modo de produção, e trazendo consigo enormes problemas socioambientais.

Em outras regiões do estado a agricultura desenvolvida ainda não foi incorporada a essa lógica de modernização. Em Icatu, município situado no norte maranhense, os agricultores se valem de um sistema técnico tradicional para poder produzir. A utilização de instrumentos artesanais, de técnicas rudimentares e a ausência de um aparato tecnológico, como maquinário e insumos agrícolas, marcam essa atividade, que é de grande importância para a geração de alimento e renda.

³ Projeto de caráter governamental e privado de expansão das atividades agroindustriais para a região que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Figura 1: mapa de localização do município de Icatu - MA



Elaborado por: CASTELO BRANCO, 2019.

Os aspectos tradicionais impressos no modo de produzir da agricultura icatuense é uma herança deixada pelos diferentes povos que habitaram originalmente essa região e por outros que fizeram parte do início da colonização portuguesa, como é o caso dos negros africanos, levados à Icatu para o trabalho servil nas plantações existentes nesse período.

As comunidades quilombolas do município preservam tais práticas ancestrais agrícolas e as utilizam como norteadoras dos seus processos produtivos. As técnicas empregadas por eles estão baseadas nos seus modos de vida e em um amplo conhecimento da natureza, construído ao longo do tempo e repassadas às novas gerações como forma ideal de realização dessa atividade.

Nas comunidades, a produção de mandioca representa a principal cultura desenvolvida, a partir dela é produzida a farinha, que é o item mais comercializado pelos agricultores. Embora seja uma das principais formas de obter rendimentos, os agricultores não acionam outras estratégias para ter uma maior produtividade, ou facilitar o processo produtivo. O acesso a meios técnicos que permitam modificar essa estrutura agrícola ainda parece distante da realidade desses agricultores, seja pela ausência de recursos para a compra, seja pela preferência por suas próprias técnicas.

Todavia, cada vez mais os quilombolas do município de Icatu reivindicam maior investimento público no modelo de agricultura realizada por eles, através de consultorias com agrônomos, maquinários que facilitem algumas etapas da produção, e na expansão de

programas de aquisição de alimentos, que garantam um mercado aos produtos cultivados, incentivando dessa forma essa atividade.

Não é pretensão aqui tomar essa lógica modernizadora como caminho ideal ou inevitável a ser tomado pela agricultura, afinal as formas tradicionais de produção desenvolvidas há muitos anos pelos quilombolas também se revelam muito eficientes. No entanto, o acesso a essas modernas técnicas não deveria se restringir somente ao grande capital, mas por toda a sociedade para imprimir (ou não), com o auxílio delas, seus modos de produção.

2. *Desigualdade no acesso às modernas tecnologias agrícolas no Maranhão*

O incessante processo de modernização vivenciado atualmente na agricultura brasileira foi iniciado durante o período da ditadura militar, tendo forte participação do governo, através da execução de políticas de fomento produtivo e comercial com expressivo gasto público, e nas políticas de concessão de crédito rural, nos incentivos fiscais, nas desonerações do imposto de renda e do imposto territorial rural, dirigidas às empresas e grandes produtores durante esse período (DELGADO, 2004).

Essa modernização no campo brasileiro teve como base a Revolução Verde, nascida nos Estados Unidos, que tinha no incremento de tecnologias de ponta e no uso de fertilizantes e defensivos agrícolas como princípios fundamentais (MESQUITA, 2011). Tais preceitos se espalharam ao redor do mundo estabelecendo um novo paradigma à agricultura e eliminando outras formas tradicionais de realização dessa atividade.

Este processo de modernização técnica da agricultura é caracterizado também por uma maior integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público (DELGADO, 2012). Smith (1988) afirma que “o capitalismo industrial trouxe à luz os significados acumulados da natureza, de modo que eles possam ser moldados e transformados em concepções da natureza apropriadas à época atual” (p 28). Essa mudança de base técnica nos meios de produção agrícola reflete diretamente na crescente procura por insumos industrializados e por maquinário especializado.

Com o passar dos anos, das crises mundiais e da abertura de novos mercados, ocorreu um incentivo ainda maior para a procura de tecnologias que garantissem uma maior produtividade em um espaço-tempo menor (DELGADO, 2012). O fomento às pesquisas de melhoramento de sementes e de defensivos mais eficazes foi fundamental para uma maior produção, gerando dessa forma mais lucro aos grandes produtores. De acordo com Smith (1988), o trabalho científico é de grande importância e cada vez mais se coloca à frente

como uma atividade fundamental, segundo ele, a sua principal função é: “facilitar a produção da natureza na forma de forças produtivas (p.89)”.

Nesse processo, Mesquita (2011) aponta que ocorreu um tendencioso direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, com autorização do Estado brasileiro, representado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para desenvolver em parceria com empresas multinacionais do agronegócio, pesquisas para promover um maior incremento tecnológico para uma perfeita execução de todas as fases do processo produtivo.

Tal modernização do campo não ocorreu de forma linear em todo o território brasileiro, nem absorveu os pequenos produtores. Para Mesquita (2011), “de fato, a trilha de “modernização” da agricultura em geral foi construída de maneira *seletiva, pontual, diferenciada e desigual*, assumindo dinâmica própria em cada espaço econômico onde ela é operacionalizada (p. 32)”. O acesso às modernas tecnologias para agricultura se restringiu, em um primeiro momento, às regiões mais desenvolvidas economicamente e aos grandes produtores, que se beneficiaram desses incentivos públicos para a produção.

No Maranhão, a agricultura desde o princípio da colonização brasileira representa uma das principais fontes de receita do estado. Apesar disso, durante muito tempo fora desenvolvida de forma tradicional, com técnicas rudimentares e com grande dependência de mão-de-obra escravizada (ANDRADE, 1984). A agricultura realizada sob esses moldes vigorou por um longo período, até entrar em decadência, segundo Mesquita (2011), devido, sobretudo, a substituição do trabalho escravo pelo livre, ocasionada pela abolição da escravatura e por pressões internacionais.

Com a falta de mão-de-obra escravizada somado à falta de investimentos públicos na agricultura, o estado viveu uma fase de declínio econômico, que resultou no abandono de grandes *plantations* e na extinção de algumas culturas aqui desenvolvidas (MESQUITA, 2011). Nesse cenário, a agricultura camponesa se tornou a prática agrícola mais realizada no estado, com uma lógica de produção diferente da anteriormente executada.

A agricultura camponesa realizada sob aspectos tradicionais, com pouca tecnologia utilizada e baixo/nenhum investimento público e privado, perdura até os tempos atuais, e é de grande importância econômica para os pequenos agricultores e fundamental para a produção de alimentos. Através dessa prática, voltada para o consumo familiar e à venda do excedente da produção, os agricultores têm condições de se reproduzir fisicamente.

Mesquita (2011) e Delgado (2012) afirmam que a modernização do campo no Maranhão sofre uma guinada a partir dos anos 90, no qual passa a receber forte investida do capital financeiro, fomentando uma maior produção de grãos para atender a uma demanda internacional. Somado a incentivos fiscais e fundiários, além de uma forte colaboração com a EMBRAPA em pesquisas para desenvolvimento de espécies que se

adaptem às características edafoclimáticas do estado, essa moderna agricultura se instaurou em uma grande porção do território maranhense, trazendo consigo uma enorme produtividade e “desenvolvimento econômico” para o Maranhão, mas também grandes problemas ambientais, fundiários, além de muitos conflitos socioterritoriais.

O acesso a novas tecnologias proporcionou uma completa mudança na lógica produtiva do estado. A utilização de modernos maquinários e de inúmeros insumos agrícolas estabeleceu uma nova fase no campo maranhense, a do agronegócio (DELGADO, 2012). Essas tecnologias de produção e domínio da natureza são apresentadas como o futuro da agricultura e tendem a monopolizar as atenções e investimentos e sujeitar outras formas de agricultura que não possuem essa estrutura e viés.

Nesse processo, o campesinato acaba se convertendo, segundo Delgado (2004), em um “imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semi-estagnada (p. 84)”. Sem receber esses privilégios destinados aos grandes produtores, a agricultura camponesa e as demais formas tradicionais de agricultura resistem sob forte pressão do capital financeiro que desterritorializa, sujeita, envenena e mata.

A modernização no campo do Maranhão ocorre, assim como no território nacional, de forma desigual e com forte aporte de grandes investimentos e de políticas públicas de desenvolvimento econômico. Em diversas regiões do estado ainda não tocadas pela mão da modernização da agricultura é possível perceber formas de cultivo com características que remetem ao período colonial, com uma estrutura de produção mais tradicional e desenvolvida de forma distinta à realizada nas áreas consolidadas pela produção de grãos.

O município de Icatu ainda não foi permeado por essa onda modernizadora que a agricultura vem sendo submetida. Nesse território, a lógica produtiva é voltada para o consumo familiar e a venda de parte da produção. Todavia, Icatu no período colonial possuía outra característica produtiva, que atualmente não é mais desenvolvida. Durante um longo tempo, a agricultura realizada no município se assentou em um modelo agroexportador com utilização massiva de mão-de-obra escravizada, que proporcionou um rápido crescimento econômico e uma grande valorização da agricultura.

Nesse período, as políticas adotadas por Portugal foram fundamentais para o desenvolvimento econômico de Icatu, a partir dos investimentos em colonização e na agricultura foi possível extrair as riquezas que esse lugar proporcionava (ALMEIDA, 2016). Entretanto, com o passar dos anos, o interesse da Coroa Portuguesa por outras regiões do Maranhão fez com que Icatu entrasse em decadência. As terras dos vales dos rios Itapecuru e Mearim tornaram-se peças fundamentais para o desenvolvimento econômico do estado, através do cultivo e exportação de arroz e do algodão (ANDRADE, 1984).

Outro importante fator para o declínio da Vila de Icatu foi a proibição da utilização do trabalho escravizado, que acabou ocasionando no abandono das plantações e engenhos por seus proprietários. Com o fim das grandes plantações, pela falta de mão-de-obra escravizada, Icatu perdeu uma relevante fonte de renda, que fazia do município um importante polo de produção agrícola no período colonial (ALMEIDA, 2016).

Os negros escravizados fugidos e os que foram largados à própria sorte após a abolição da escravatura e o abandono das fazendas do município passaram a utilizar esse território para viver em comunidade e cultivar a terra. As comunidades quilombolas buscaram um rompimento total com o modo de produção em que estavam sujeitados, priorizando um modo de vida socialmente equitativo, com o desenvolvimento de atividades econômicas e de subsistência mais sustentáveis.

3. O modo de produção agrícola quilombola: a sobrevivência de um sistema técnico tradicional.

Apesar do histórico de produção agrícola e da grande atuação de seus habitantes nessa atividade, a agricultura no município de Icatu sempre se desenvolveu de forma tradicional, com sistemas técnicos próprios e com pouco investimento estatal e privado. A modernização no campesinato icatuense anda a passos lentos, seja por falta de políticas públicas, ou dificuldade no acesso ao crédito rural, ou mesmo pela resistência dos agricultores em manter um sistema tradicional no qual já dominam. Acosta (2016) revela que a resistência diante do progresso tecnológico não está também somente na dificuldade da aquisição de tecnologias de ponta pela falta de capital financeiro, ou conservadorismo, mas sim pelo questionamento sobre o seu real sentido.

O fato é que as formas tradicionais de plantio, manejo, colheita e transformação ainda se mostram pulsantes apesar das grandes mudanças tecnológicas vivenciadas no campo do Maranhão e do Brasil. As técnicas desenvolvidas nas lavouras da cidade são totalmente diferentes das aplicadas nas regiões produtoras de grãos do estado, por exemplo, onde o grande capital atua fortemente em processos tecnológicos de produção da natureza.

Smith (1988) afirma que:

O desenvolvimento do capitalismo, entretanto, envolve não um desenvolvimento quantitativo, mas qualitativo da relação com a natureza, isto é meramente uma expansão linear do controle humano sobre a natureza, um alargamento do domínio da segunda natureza em prejuízo da primeira

Ainda segundo Smith (1988), essa produção capitalista da natureza é desenvolvida não para atender as necessidades em geral, mas pela busca de uma única satisfação: o

lucro. Esse modo de produção se vale de um sistema técnico eficiente e muito exclusivo que, apesar de ser apresentado como acessível, revela-se cada vez mais seletivo e excludente (SANTOS, 2013). O discurso da facilidade e universalidade do acesso desses sistemas técnicos se mostra ainda mais utópico, visto que o progresso tecnológico está a serviço do capital e por ele é controlado, o privilégio de usufruir desses recursos é destinado a poucos, em especial, aos que detêm grande capital financeiro (SANTOS, 2006).

Acosta contribui para esse debate afirmando:

A técnica, sabemos bem, não é neutra: é parte do processo de valorização do capital – o que a torna nociva em vários aspectos – e desenvolve-se em função das camadas de acumulação. Leva inscrita uma “forma social”, que implica uma certa maneira de nos relacionarmos uns com os outros e de construirmos a nós mesmos. (ACOSTA, 2016, p. 37)

O modo de vida dos quilombolas de Icatu está assentado em valores que não se referem à acumulação nem à predação da natureza. O modo de produção desses camponeses é estritamente ligado ao seu modo de vida, ou seja, as práticas desenvolvidas por eles possui uma racionalidade no seu fazer, que envolve uma ética familiar e comunitária e respeito aos processos naturais.

Para Woortmann (1990), a ética camponesa possui nas categorias: **terra, trabalho e família** os seus principais valores morais, que são relacionadas entre si e possuem como princípios organizatórios centrais a **honra, a hierarquia e a reciprocidade**. A ordem social moderna por outro lado é fundamentada pelo princípio da competição, determinado pelo mercado capitalista, possuindo como valores fundantes o indivíduo e a razão.

O saber tradicional dessa forma possui uma função central na manutenção desses modos de vida, seja na produção de alimentos para a reprodução cotidiana dos quilombolas, seja na reafirmação dessas práticas tradicionais como elementos de uma identidade étnica coletiva. A ancestralidade presente nos sistemas técnicos desenvolvidos ainda se manifesta no cotidiano das comunidades quilombolas e em todas as etapas do processo produtivo.

Os quilombolas de Icatu desenvolveram sistemas técnicos próprios, que envolvem grande dependência dos processos naturais. O conhecimento da natureza é de grande importância, pois como não utilizam a irrigação mecânica, o começo da estação chuvosa marca o início da época de plantio da mandioca e de algumas variedades de frutas, verduras e legumes. Para adubar o solo, não usam agrotóxicos nem fertilizantes, aplicam a técnica do corte e queima que, apesar de muitas críticas sobre o grande risco ambiental que proporciona, se mostra muito eficaz por conta das características edafoclimáticas desse local (CASTELO BRANCO, 2018).

Figura 2: Roça de Mandioca na comunidade quilombola Juçatuba.



Fonte. Dados de pesquisa, 2021.

A colheita também é realizada de forma tradicional, com a utilização de utensílios artesanais e o emprego de muito esforço físico. Por ser uma etapa que demanda muito esforço, em muitos casos é realizada sob o regime de mutirão. Além de contar com boa parte de seu grupo doméstico, é necessário, às vezes, firmar relações de cooperação com outros núcleos familiares em diferentes fases do ciclo agrícola (ALMEIDA, 2006).

Os produtos dos roçados, por sua vez, não encontram-se sujeitos a partilhas, são indivisíveis, mesmo que formas de cooperação com outros grupos tenham sido acionadas em diferentes etapas do ciclo agrícola. Trata-se de atividade principal e autônoma à realização econômica da unidade de trabalho familiar (ALMEIDA, 2006, p. 126).

Findada a fase da colheita, inicia o processo de fabricação da farinha de mandioca. A produção de farinha de mandioca é a fase final do processo produtivo e é nela que os agricultores vêm se apropriando cada vez mais de recursos tecnológicos. Ocorreram algumas substituições de equipamentos utilizados para transformar a massa da mandioca em farinha nas casas de farinha (ou casa do forno, como é localmente conhecida). Essas mudanças ocorreram com a chegada da energia elétrica na cidade, pelo fácil acesso a equipamentos mais eficientes, e pelo desuso de alguns que exigiam muito esforço físico.

Figura 3: Agricultor do Quilombo Mata fazendo farinha.



Fonte: Dados de pesquisa, 2021.

A produção de farinha realizada sob esses moldes garante um produto totalmente orgânico, sem adição de agrotóxicos ou conservantes. O produto que é comercializado pelos agricultores é o mesmo que vai ser consumido pelo seu núcleo familiar, por isso, o cuidado em todas as fases do processo produtivo é essencial para a integridade e qualidade do produto final. A qualidade do produto é a principal estratégia para uma melhor comercialização, pois quem se destaca na produção da farinha de mandioca acaba vendendo mais rapidamente o seu estoque.

4. A importância socioeconômica da agricultura para os quilombolas de Icatu.

A agricultura realizada de forma tradicional nas comunidades quilombolas é de grande importância para a estrutura econômica e social do município, pois através das relações comerciais oriundas dessa atividade é gerada uma dinâmica econômica que interfere diretamente no cotidiano de Icatu. Entretanto, apesar da necessidade de produção de alimento e renda, as formas para obtenção de tal não extrapolam os limites que são socialmente estabelecidos nas comunidades, tais como: o tamanho das plantações, a localização delas, e os cuidados com o processo de corte e queima.

Embora a produção agrícola represente importante fonte de proventos, a grande dependência atualmente de benefícios sociais e previdenciários é uma realidade presenciada em todo município. É a partir deles que grande parte das famílias consegue se reproduzir fisicamente, pois é um ganho mensal assegurado, já que alguns processos produtivos desenvolvidos são cíclicos, ou seja, não ocorrem intensivamente.

A falta ou a pouca atuação de outras fontes econômicas no município, como industrial e agropecuária, não promove uma maior oferta de postos de empregos formais. Esse cenário reforça a importância da agricultura no desenvolvimento econômico municipal. Os processos de produção agrícola garantem um ofício aos trabalhadores e trabalhadoras, além de inserção e uma fonte renda. Segundo Almeida (2006) essas formas de trabalho são acionadas, em muitos casos como identidade coletiva (pescador, lavrador, quebradeira de coco babaçu, etc.).

Apesar de não estarem incorporados a uma lógica de produção capitalista maior, os quilombolas de Icatu possuem relações econômicas que também interferem nos seus modos de produção. O modo de produção empregado pelos eles está diretamente ligado ao acesso a recursos naturais e ao trabalho humano utilizado, e também está vinculada ao modo de consumo, que para Marx (2011) é um momento interno na atividade produtiva, onde os produtos se convertem em objetos de gozo, de apropriação individual e servem à necessidade particular.

Os agricultores reservam parte de sua produção para a comercialização visando adquirir alimentos, bens e serviços de seu interesse que não podem ser obtidos pela

simples troca de produtos ou pelo trabalho em alguma fase do processo produtivo. Smith (1998) revela que “a produção de um excedente é condição necessária, apesar de não suficiente, para que ocorra a troca regular de valores de uso” (p.77).

Esses processos econômicos desenvolvidos pelos agricultores de Icatu podem ser caracterizados, de acordo com Polanyi (2012), como pertencentes a uma economia substantiva, necessária à satisfação das necessidades, que não necessariamente são corporais, como alimento e abrigo.

O significado substantivo do econômico decorre de a subsistência do homem depender da natureza e de seus semelhantes. Refere-se ao intercâmbio com seu meio natural e social, na medida em que isso resulta em lhe prover os meios de satisfazer a necessidade material. (POLANYI, 2012, p. 16)

A venda da produção ocorre de forma direta, através da negociação do próprio agricultor com o interessado. O produto mais comercializado é a farinha d'água (ou farinha de puba), mas outros produtos da plantação também são vendidos, como o milho, a melancia e o maxixe. A farinha geralmente é comercializada em sacas de 30kg (1 paneiro, 1 alqueire), e possui um preço que é estabelecido de acordo com a dinâmica de safra e entressafra.

De acordo com dados do IBGE, em 2018 Icatu produziu em torno de dez mil toneladas de mandioca, gerando uma receita aproximada de 4 milhões de reais. Esses dados reiteram a grande importância da agricultura familiar e da produção de mandioca como geradora de renda para o município e seus habitantes.

A agricultura não é só uma forma de geração de alimento e renda para as comunidades quilombolas, ela é uma prática com forte influência ancestral, desenvolvida como forma de preservar um importante elemento histórico, que representou a sobrevivência por muitos anos de seus antepassados.

As relações familiares e de reciprocidade que são acionadas durante o processo produtivo é outro componente que a agricultura ajuda a fortalecer. Essas relações sociais são essenciais para a vida produtiva em comunidade, pois representam uma unidade de trabalho mais ampla. Enquanto trabalho, a agricultura proporciona inclusão e cooperação, além de fortalecer as identidades étnicas coletivas.

5. Considerações Finais

A modernização das práticas agrícolas proporcionou uma completa mudança no modo de produzir no campo brasileiro. O grande capital apropriou-se desse arcabouço teórico-metodológico para gerar lucros com a maior produtividade. Enquanto isso, a agricultura camponesa e as demais formas tradicionais de agricultura foram colocadas à margem nesse cenário modernizador.

Em diversas regiões do país o pequeno agricultor é responsável por produzir os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Esse produtor, muitas vezes, sem incentivo nenhum para sua produção, utiliza técnicas e equipamentos tradicionais que demandam muito esforço físico e nem sempre resultam em uma boa produtividade, mas, garante ao final um alimento de qualidade e livre de substâncias tóxicas.

Nas comunidades quilombolas de Icatu, a agricultura desenvolvida sob essas bases tradicionais resulta em uma produção destinada a atender interesses de abastecimento familiar e produção de renda. Produzir alimentos saudáveis, com boa procedência e ecologicamente corretos são desafios que os agricultores conseguem enfrentar diariamente para alimentar, não só os seus núcleos familiares, mas todos que adquirem os produtos.

Debater sobre a agricultura camponesa nesse trabalho é mostrar que existem outras formas de agricultura que não são somente as mediadas pelo grande capital. Existem sim agriculturas com outros saberes, com outras relações com a natureza, com outros preceitos, que acabam não sendo apropriados pelo modo capitalista de desenvolvimento. A realizada pelas comunidades quilombolas de Icatu é um exemplo de uma agricultura sustentável, que produz alimentos saudáveis e que resiste diante de um cenário modernizador.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA- UFAM, PPGDA – UEA, 2006.

ALMEIDA, José de. **Icatu**: terra de Guaxenduba. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Ensaio sobre a realidade maranhense**. São Luís: Governo Estado do Maranhão, 1984.

CASTELO BRANCO, Alexandry Serra. **Um punhado de História e um Bocado de saberes**: territorialidades e saberes tradicionais nas comunidades quilombolas Mata e Santa

Maria em Icatu-MA. 2018, 102 f. Monografia (Curso de Geografia). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio”**: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012

FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas Escolar do Maranhão**: espaço Geo-histórico e Cultural. João Pessoa: Grafiset, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2.ed, 2011.

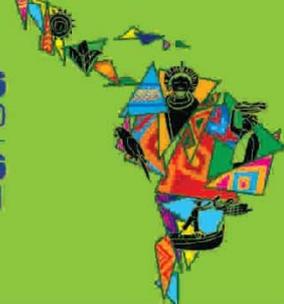
MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura**: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral, in Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.



GT 04 - Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

O futuro possível: (contra)narrativas do desenvolvimento e a sustentabilidade na América Latina no contexto da pandemia da Covid-19.

Ana Julia Mourão Salheb do Amaral (UFRGS)¹
Luis Miguel Barboza Arias (UFRGS)²

RESUMO

O presente artigo faz parte de uma reflexão acadêmica que surge no contexto das discussões mantidas durante a participação dos autores, enquanto estudantes doutorandos, na disciplina-Desenvolvimento Rural I, do Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). O objetivo do trabalho é discutir algumas práticas do desenvolvimento a partir das abordagens pós-coloniais, com a finalidade de aportar novos elementos de análise que contribuam para o aprofundamento da crítica epistemológica e sociopolítica aos processos de apropriação da natureza pelo modo de produção capitalista e suas implicações nos tempos de Covid-19. No primeiro momento, discute-se a intrusão de Gaia e a emergência de pensar os suportes técnico-científicos da modernidade. Nesse sentido, a tese da “desconexão com a natureza” nos convida a pensar na necessidade de avançar para uma nova ética da convivência entre seres humanos e não humanos. A necessidade de estabelecer olhares alternativos para abordar as questões da sustentabilidade e da ecologia, através de mudanças teóricas que permitam compreender as formas contemporâneas de relacionamento entre ciência, política e natureza. Procura-se ainda problematizar as implicações dessas intersecções para a prática da democracia e das cidadanias em disputa. Nosso interesse nos leva a olhar os territórios como espaços da resistência constituídos pelos diversos atores sociais, e nos quais estão sendo ensaiadas novas tipologias de política pública que mantêm o olhar linear da modernidade.

¹ Doutoranda em desenvolvimento rural- Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), integrante do Grupo de Pesquisa- Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia (GEDAF/UFPA) E-mail: annagro4@gmail.com

² Doutorando em desenvolvimento rural- Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), integrante da Red de Políticas Públicas para el Desarrollo Rural en América Latina (Red PP-AL) e aRed Latinoamericana para el estudio de los Sistemas de Aprendizaje, Innovación y Construcción de Competencias (Red LALICS) E-mail: lubasar@gmail.com

Palavras-chave: Ambiente, Degradação ambiental, Ciências sociais, Pandemia, Natureza e Antropoceno.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de uma reflexão acadêmica que surge no contexto das discussões mantidas durante a participação dos autores, enquanto estudantes doutorandos, na disciplina- Desenvolvimento Rural I, do Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/ UFRGS). O objetivo do trabalho é discutir algumas práticas do desenvolvimento a partir das abordagens pós-coloniais, com a finalidade de aportar novos elementos de análise que contribuam para o aprofundamento da crítica epistemológica e sociopolítica aos processos de apropriação da natureza pelo modo de produção capitalista e suas implicações nos tempos de Covid-19. No primeiro momento, discute-se a intrusão de Gaia e a emergência de pensar os suportes técnico-científicos da modernidade. Os caminhos traçados até o momento pela ideologia do progresso e do crescimento econômico sem limites estão levando a uma crise ecológica sem precedentes. As consequências dessa racionalidade instrumental comprometem a reprodução da vida e dos espaços da sociobiodiversidade.

No cenário atual, marcado pelas incertezas e a percepção constante de novos perigos, estão sendo redefinidos os dilemas éticos e políticos, ao tempo que a vulnerabilidade socioambiental que experimenta o mundo está levando ao surgimento de novos conflitos ambientais, que são uma expressão do esgotamento de modelo. Neste sentido, o Antropoceno marca descontinuidades graves; o que vem depois não será como o que veio antes. Esse mesmo conceito pode também nos chamar a atenção da recusa decisiva da separação entre Natureza e Humanidade, que tem paralisado a ciência e a política desde a aurora da modernidade. Lander (2016) aborda que uma razão muito importante, que explica a grave crise capitalista atual, é a perda da capacidade regulatória do sistema. A globalização neoliberal criou condições para que os capitais possam se deslocar livremente. No entanto, diante dessa extraordinária combinação de ameaças, não apenas à democracia, à paz e à dignidade humana, como também à própria vida, encontramos povos em movimento e resistência.

É nesse sentido que os casos apresentados procuram identificar alguns elementos de ordem contextual e situada para problematizar em que medida o combate da pandemia da Covid-19 e as ações adotadas pelos governos nacionais para atender a crise sanitária e econômica, podem levar ao reposicionamento e continuidade das abordagens normativistas e as intervenções planejadas que comprometem o conhecimento adequado sobre a existência de outras agências (incluindo as não humanas) e ao mesmo tempo põem em risco o equilíbrio ambiental que é preciso para a conservação das comunidades de vida.

Desta forma, o caso dos povos ribeirinhos do Baixo Tocantins- PA (Amazônia- Brasil) procura discutir a narrativa da (in)sustentabilidade do desenvolvimento planejado num contexto de auto-organização, autonomia e resistência, no qual também confluem visões diferentes das relações sociedade-natureza, que vão se expressar na forma de luta e conflito e os seus rearranjos de organização e estratégias no contexto da pandemia. Entanto, o caso das plataformas digitais promovidas pelo governo da Costa Rica para estimular as atividades logísticas e de comercialização agrícola durante a pandemia indaga no caráter instrumental dessas iniciativas e identifica a necessidade de uma maior reflexão pública sobre os efeitos e potencialidades desses dispositivos em relação com a diversidade de modos de vida locais, as territorialidades e a influência da paisagem natural.

2. GAIA E OS SUPORTES TÉCNICO-CIENTÍFICOS DA MODERNIDADE

No primeiro momento, discute-se a intrusão de Gaia e a emergência de pensar os suportes técnico-científicos da modernidade. Os caminhos traçados até o momento pela ideologia do progresso e do crescimento econômico sem limites estão levando a uma crise ecológica sem precedentes. As consequências dessa racionalidade instrumental comprometem a reprodução da vida e dos espaços da sociobiodiversidade.

Latour tem defendido que Gaia tem sido mal compreendida por boa parte da comunidade científica, principalmente por aqueles que tentaram encaixar está potente noção, que apresenta uma nova descrição de um estado de coisas, em uma moldura antiga (LATOURE, 2013a). Latour alerta ainda para o risco de um pensamento holístico que despreze a multiplicidade de Gaia: se a tratarmos como uma totalidade, ela será apenas uma possibilidade de recarregar as formas modernas de pensar, de recarregar a ideia de Natureza. Como veremos, ela não guarda nenhum sentido ou semelhança com está e é justamente por isso que Latour acha Gaia tão interessante.

Os caminhos traçados até o momento pela perspectiva moderna nos levaram diretamente para a crise ecológica na qual nos encontramos. Pensar as questões ambientais de um modo não dualista parece-nos, neste sentido, essencial tanto para a compreensão, quanto para a formulação de possíveis soluções para as mesmas. A suposta divisão de tarefas entre Ciência e Política, firmada pela constituição moderna só tem dificultado a vida daqueles a quem foi atribuída a capacidade de resolver os problemas: os cientistas se veem agora obrigados a sair de seus laboratórios para debater sobre entidades imprevisíveis, ambivalentes, que envolvem e são envolvidas por humanos; e os políticos, que pensavam representar exclusivamente às questões dos homens, precisam agora sair de seus gabinetes e levar em conta também o direito dos não-humanos (PIMENTEL, 2003).

Em consonância com Stengers (2015) torna-se possível reflexões acerca do que a autora chama de a arte de ter cuidado, de (re) aprender essa arte, na perspectiva da autora, quando se trata de crescimento e desenvolvimento é justamente o contrário que ocorre. Stengers versa em sua obra como um todo, sobre como a catástrofe se tornou globalizada. Para a autora, essa confiança no crescimento poderá levar o mundo ao fim da linha, motiva refletir sobre o crescimento comum ao desenvolvimento da economia, onde o princípio baseado na arte de ter cuidado perde totalmente o valor em virtude dos interesses que se encontram em volta.

Stengers (2015) descreve como o projeto de desenvolvimento global, é um projeto pejorativo de destruição de Gaia. Alguns exemplos nítidos do dia a dia, como enfatiza que não estamos em um processo de crise e sim de uma catástrofe. Exemplo nítido disso são os inúmeros tratados, cúpulas e acordos (internacionais, governamentais, entre outros) sobre as mudanças climáticas que são apaziguados pelos governantes mundiais. A autora, diante dos novos tempos, sugere que dado o que as crenças históricas colocam em suspenso, torna-se importante procurar criar uma forma de vida para depois o crescimento econômico, uma vida que explore conexões com novas potências de agir, sentir, imaginar e pensar.

3. O SENTIDO DA DESCONEXÃO COM A NATUREZA

No contexto atual, a pandemia do Covid-19 tem se revelado como uma das maiores manifestações do antropoceno. Essa nova era geológica que, nas palavras de Crutzen (2006), encontra-se caracterizada pelo impacto das ações de uma única espécie, o ser humano, sobre o conjunto das condições necessárias para a reprodução da vida e a biodiversidade no planeta; com afetações que vão desde o aquecimento global até alterações da paisagem natural.

Se bem este conceito tem tido um maior desenvolvimento entre as ciências sociais, principalmente a antropologia, e ainda existe um debate acadêmico em torno da sua rigorosidade científica, as ideias e reflexões expressadas por ele permitem estabelecer novos pontos de partida para repensar as alternativas. Nesse sentido, a noção mesma de alternativas é problemática, e fica fora dos limites deste artigo a sua adequada problematização. Não obstante, para propósitos de nosso objetivo é importante destacar que se entende alternativas em relação aos horizontes de possibilidade que estabelece a narrativa do antropoceno, e que fazem possível a exploração de novos percursos de ação e interpretação do mundo (BARNETT ET AL., 2016).

Portanto, convém identificar isto com alguns exemplos. Em primeiro lugar, existe hoje em dia uma maior problematização da questão ambiental, o qual tem efeitos diretos tanto na

esfera pública e coletiva como no âmbito privado das pessoas. O surgimento dos movimentos em favor dos direitos dos animais, entre eles o auge do vegetarianismo e o veganismo, não só tem a ver com a dieta das pessoas e as decisões individuais do consumo das pessoas. Ao mesmo tempo, estes movimentos pressionam as indústrias agroalimentares globais, ao exigir mudanças nos sistemas produtivos e a incorporação de procedimentos que sejam ambiental e ecologicamente sustentáveis. Desse modo, o desempenho ambiental tem se tornado num discurso empresarial que procura a incorporação de valores associados a produção mais limpa e a eco competitividade.

O segundo aspecto está relacionado com a esfera estatal, a questão ambiental também tem sido o objeto de um conjunto inovador de políticas públicas, dirigidas principalmente ao controle das mudanças climáticas, o qual está orientado principalmente para a incorporação de narrativas tecno-sócio-científicas, que tem como propósito a criação e transferência de tecnologias verdes para as atividades produtivas. Um caso paradigmático no que diz respeito aos novos instrumentos de política para a ação climática inteligente é a adoção de estratégias de economia circular e de bioeconomia, assim como outras medidas adotadas para a descarbonização da economia, que nos últimos anos tem experimentado o aumento de interesse por parte dos países da América Latina.

Em terceiro lugar, no âmbito acadêmico, os desafios ambientais têm incrementado o debate sobre a relação entre sociedade, tecnociência e ambiente. O surgimento de novas abordagens e correntes de pensamento, alguns mais críticos dos outros, têm em comum a problematização dos ambientes institucionais nos quais a ciência formal é feita. Isto é também um reflexo das pressões crescentes por estabelecer mudanças epistemológicas e teóricas que deem conta dos novos cenários de crise. Um dos resultados dessas elaborações é justamente a centralidade adquirida pela noção de justiça no âmbito dos estudos sobre ecologia e sustentabilidade (RAUSCHMAYER ET AL., 2015).

Desse modo, uma vertente recente dos estudos sobre transições sustentáveis tem se focado na análise das dimensões relacionais, cognitivas e culturais que contribuem a legitimar visões particulares sobre os sistemas sócio-técnicos-ecológicos, e a forma em que esses sistemas articulam-se com trajetórias de desenvolvimento que sugerem a direção da mudança numa direção específica. Para Leach et al. (2018), o principal elemento problemático dessa articulação, que vamos chamar de instrumental, é a forma em que ela informa a esfera política. Segundo essa perspectiva, é preciso analisar as trajetórias de transição estabelecidas institucionalmente, através das ações planejadas pelos governos centrais, com a finalidade de identificar espaços de interação deliberativa entre o Estado e a cidadania, que permitam a democratização do conhecimento que é necessária para definir as vias inclusivas de adaptação.

Não obstante, também é importante levar em conta que a ênfase na interação deliberativa e a promoção da participação social nos espaços formais do debate público não é uma solução efetiva para resolver os problemas reais da democracia. Sendo preciso dispor de mecanismos adequados para favorecer a deliberação com outros conjuntos de autores (incluindo os não humanos) e com outras formas de conhecimento, em particular, os saberes ancestrais e as cosmovisões do mundo que se encontram inscritos num registro diferente ao da modernidade ocidental (VIRTANEN ET AL., 2020).

Nesse sentido, além dos elementos de inclusão ou visibilização, o verdadeiramente importante é evidenciar que existe uma multiplicidade de contextos da transição (BERKHOUT ET AL., 2004), que vão se identificar com outros tipos de linguagens e representações discursivas e metafóricas. No centro do debate, então, encontra-se a importância de avançar para novas formas de diálogo que reconheçam desde o primeiro momento que existe uma pluralidade cognitiva que não pode ser abordada de forma abrangente pelos sistemas fechados.

Com esta breve pincelada, pretende-se sugerir que a ideologia do desenvolvimento que se encontra associada com os discursos emergentes do crescimento econômico verde não consegue dar conta do caráter rizomático dos desafios atuais. Em parte, porque a instrumentalização do conceito da sustentabilidade, vai aparecer como sendo dependente da continuidade dos modos de produção capitalista, ao tempo que se produz uma abstração da dimensão social e das demais crises complexas que ameaçam o planeta, como é o caso do aprofundamento da desigualdade estrutural e a sua relação com a vulnerabilidade socioambiental.

Por outro lado, a pandemia tem feito evidente a ineficácia dos mecanismos de controle dos regimes sociotécnicos modernos. Kanda e Kivimaa (2020) argumentam que muitas das respostas dadas pelos governos durante as primeiras fases da propagação do vírus têm a ver com uma abordagem da securitização do Estado-nação. Essas alternativas representam respostas parciais que brindam a população uma sensação de confiança momentânea, mas que não resolvem as expectativas de longo prazo.

É preciso recordar que a antropização dos ambientes naturais cria condições para que os encontros entre seres humanos e espécies silvestres sejam muito mais frequentes. Os efeitos das atividades humanas nos ecossistemas aumentam os riscos de que novos vírus passem de uma espécie para outra. A perda da superfície florestal, ocasionada pela deflorestação e o incremento da urbanização e dos solos agrícolas, provoca mudanças nas paisagens e aumenta a exposição ao contágio.

Num artigo recente, Leach et al. (2021) se perguntam como e por quê a Covid-19 nos requer para repensar o desenvolvimento? Uma das principais ideias trazidas pelos autores é a importância de considerar o elemento da incerteza nas narrativas dominantes das políticas

científicas e tecnológicas. A incerteza desempenha um rol configurante na percepção política sobre os perigos e ameaças. Ainda mais importante, porém, é considerar a relação que esse conceito tem com o nosso imaginário sobre a contingência, é dizer, a existência de fenômenos que não podem ser da compreensão total e do domínio absoluto do ser humano.

Ao mesmo tempo, nestas leituras emerge uma nova preocupação sobre a importância de disponibilizar políticas do cuidado, a solidariedade e a empatia que permitam ao ser humano achar novas formas de se inscrever na natureza e recuperar o sentido do sublime (LATOURETTE, 2012). Nesse sentido, é interessante constatar a forma como a pandemia pode nos sensibilizar sobre a importância de repensar uma ética da convivência entre espécies que ponha fim às guerras sistemáticas contra a vida, que tem sido auspiciada pelo modelo de crescimento sem limites (LANDER, 2016).

4. COMO ESSES ELEMENTOS PODEM AJUDAR-NOS A PENSAR AS REALIDADES COMPLEXAS DA AMÉRICA LATINA?

4.1 O caso dos povos ribeirinhos do Baixo Tocantins- PA (Amazônia- Brasil)

Se reconhece que os problemas ambientais são reais e que neste contexto as representações sociais são importantes, atentando para a maneira como percebemos e nos referimos a estes problemas. Os povos tradicionais são considerados povos de resistência a esse contexto. Temos então nesse entendimento a questão ambiental como questionamento das representações e formas de organização social e suas relações com a natureza. Efetivamente, as contradições presentes numa sociedade que mercantilizou o homem, a terra, e a água (POLANYI, 1980), na qual predomina a racionalidade econômica expressa na ideia da “dominação” da natureza, revelam-nos a *insustentabilidade* desse modelo hegemônico capitalista, o que poderá gerar um esgotamento dos recursos naturais globais; abordando Florit (2000) que atualmente as consequências da intervenção humana na natureza são de caráter global, mesmo que em grande parte desconhecidas. Inclusive as áreas protegidas de “natureza intocada” são construções humanas, delimitadas e governadas por humanos. Trazendo para o debate, será que o homem dominou a natureza? ou o homem foi dominado pelo modelo hegemônico capitalista? a base da financeirização e mercantilização a todo custo, a todo preço, da própria vida; podemos mensurar o valor da natureza? Qual o valor da vida?

Essa insustentabilidade poderá e já está gerando problemas de diversas esferas como por exemplo: *conflitos ambientais e impactos ambientais*. Segundo Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos ambientais revelam em geral modos diferenciados de existência que

expressam a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade moderna. Nesse contexto da insustentabilidade abordada acima, a análise dos conflitos ambientais de acordo com os atores leva nos portanto, a possibilidade de reconhecer os múltiplos projetos de sociedade que acionam distintas matrizes de produção material e simbólica e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas, contribuindo para construção de alternativas atentas aos princípios de sustentabilidade e de justiça ambiental. Os autores concluem que o questionamento do modelo de desenvolvimento hegemônico frequentemente vinculado à “[..] luta de grupos não inseridos, ou apenas parcialmente inseridos, no sistema urbanoindustrial-capitalista contra a desterritorialização” conduz a refletir sobre o processo de colonialidade do pensamento moderno. Tal análise é convergente com a proposição de Carneiro da Cunha; Almeida, (2009, p.279), que formulam a configuração contemporânea da questão ambiental com base na definição de “populações tradicionais” como sujeitos políticos, dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais.

De acordo com Morán (1990) cada sociedade adquire critérios únicos que consagram a maneira pela qual os recursos devem ser utilizados e para qual fim. O homem, da mesma forma que tantas outras espécies, geralmente se reproduzem e crescem até os limites ambientais corrigindo seu comportamento reprodutivo e o uso dos recursos ambientais. Essas adaptações e interações incluem a dimensão espacial, a territorialidade, produtiva, econômica, social e, principalmente, a adaptabilidade ao meio, expressando dinâmicas de uso sustentável dos recursos naturais (REIS, 2015). Deste modo, as práticas de cada território são fundadas na simbolização de seu ambiente, e no significado social dos recursos, que geraram diversas formas de percepção e apropriação, regras de uso e acesso, práticas de manejo dos agroecossistemas e padrões culturais de uso e consumo dos recursos (LEFF, 2009).

A exemplo os povos ribeirinhos do Baixo Tocantins- PA (Amazônia- Brasil) trata-se da identidade de uma determinada região onde ofícios e saberes relacionados a esse sistema produtivo local apelam aos sentimentos de pertencimento das pessoas àquele lugar e àquela comunidade, remetem aos vínculos afetivos e sociais, ao fenômeno de enraizamento das pessoas em uma região. A dinâmica de vida, os conhecimentos práticos e mecanismos socioculturais das sociedades caboclo-ribeirinhas podem apontar caminhos mais adequados para o uso dos recursos naturais, com base no manejo sustentado do meio ambiente. As estratégias adaptativas ao meio natural das sociedades amazônicas constituem uma riqueza a ser valorizada, podendo, inclusive, oferecer exemplo de como balancear uso e conservação dos recursos naturais na Amazônia (MORÁN, 1990), a partir de combinações múltiplas de sistemas produtivos, integrando extrativismo, pesca e agricultura, gerando balanço entre os

recursos disponíveis e a demanda das populações por estes recursos (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007).

As estratégias de diversidade produtiva e manejo dos recursos naturais de uma determinada sociedades podem ser mais bem adaptadas às condições do meio físico, possuindo, muitas vezes, sofisticadas formas de manejo oriundas de uma longa experiência com relação ao meio natural, que resistem às mudanças impostas pelas forças externas (ADAMS, 2002). Portanto, a diversidade produtiva representa a redução de riscos para essas populações e a independência de uma única maneira de sobreviver, oportunizando às famílias a se adaptarem e a diversificarem os seus meios de vida. Torna-se uma condição indispensável à sobrevivência e à sustentabilidade dos territórios rurais na medida em que garantem maior autonomia e controle sobre o processo de reprodução social (PERONDI, 2007, 2009).

Tratando-se do contexto da pandemia da covid-19 na qual afeta de forma diferente as populações em função das suas condições territoriais, os povos ribeirinhos do baixo Tocantins- PA, assim como a humanidade tiveram que se adaptar a esse “novo normal” e com isso tiveram que fazer rearranjos na sua organização social, como também produtiva e econômica. Visando este novo protocolo de pesquisa o Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará- GEDAF/ UFPA efetuou algumas entrevistas (por web vídeo) com moradores de algumas comunidades ribeirinhas do território do baixo Tocantins. Eles relataram de forma geral que sentiram diversas dificuldades em relação a falta de informação sobre a pandemia, sobre o isolamento social e como se prevenir em relação ao contágio do vírus. Em relação a reorganização social, produtiva e econômica não podemos apontar ainda um panorama geral pois a pesquisa ainda está em andamento. Mas com certeza a dinâmica de vida, seus modos de vida foram diretamente afetados, pois sempre estiveram na companhia de familiares, parentes e vizinhos, e diante do isolamento social essa socialização afetiva e produtiva foi afetada.

4.2 O caso das plataformas digitais e os produtores agrícolas na Costa Rica

Em que medida a reflexão pós-colonial sobre o antropoceno pode contribuir para a solução dos efeitos adversos da Covid-19? Até que ponto a incorporação das abordagens da securitização durante a pandemia representa uma ameaça para a construção de espaços socioecológicos inscritos a margem da modernidade ocidental?

Para ensaiar uma resposta satisfatória a essas perguntas é preciso entender o surgimento do coronavírus num contexto de crise representacional da modernidade que tem sido amplamente discutida por autores como Giddens (1991) e Beck et al. (1995). Por um lado, essa crise tem se manifestado como uma nova expressão do agravamento de um sistema econômico expansivo e insustentável: o capitalismo no ocaso dos limites de crescimento. Enquanto, por outro lado, contribui para uma maior legitimação das práticas científicas (STENGERS, 2015), que são organizadas pelos regimes sociotécnicos dominantes para mobilizar um conjunto de conhecimentos, tecnologias e arranjos institucionais, e cuja função é brindar uma resposta rápida e efetiva diante a perda de confiança e a crescente sensação de risco.

Esse desdobramento representa, portanto, a principal contradição dos tempos atuais, e poderia resultar num cenário problemático para o bem-estar comum no longo prazo se não se levam em consideração certas precauções analíticas. Para exemplificar estas questões, vamos focar na experiência da Costa Rica no atendimento da pandemia, no particular o caso das medidas de política pública adotadas pelo Ministério de Agricultura y Ganadería (MAG).

Em primeiro lugar, convém assinalar que as autoridades agropecuárias do país têm celebrado com grande alegria o “desempenho sobressalente” desse conjunto de atividades econômicas durante os meses da pandemia, baseando-se no incremento de dois pontos percentuais (2 %) no nível de exportação de 2020 em relação com o ano anterior (UMAÑA, 2020).

Ao mesmo tempo, se fala de uma re-invenção da agricultura (O'NEIL, 2020) por causa do desenvolvimento de uma série de aplicativos tecnológicos destinados a facilitar os processos de comercialização de produtos e as questões logísticas. O comércio eletrônico tem se tornado a principal estratégia das organizações agropecuárias (setor público, cooperativas e associações de produtores) para se adaptar às novas restrições de mobilidade e o isolamento social. No país, somente nos primeiros seis meses de 2020, mais de 3000 empresas de todos os setores da economia começaram a utilizar essas tecnologias (CASTRO, 2020) e alguns pesquisadores já estão considerando as vendas on-line do setor agropecuário como potenciais modelos de negócio para empreendedores.

No setor cafeicultor e do gado, grupos de expertos do Instituto do Café (ICAFE) e a Corporación Ganadera (CORFOGA,) em colaboração técnica com o MAG, criaram protocolos COVID-19 baseados no uso das plataformas tecnológicas. O aplicativo “La Finca Agropecuaria” foi conceitualizado e desenvolvido pelo MAG, a Promotora de Comércio Exterior (PROCOMER) e a Cámara Costarricense de la Industria Alimentaria (CACIA), com a finalidade de fornecer um ponto de encontro virtual entre produtores e consumidores de forma direta (PRESIDÊNCIA, 2020).

Apesar de que estas iniciativas representam uma inovação importante em termos do encurtamento das cadeias de valor e a distribuição mais justa das margens de utilidade a favor dos produtores, é necessário reconhecer que a adoção desses dispositivos beneficia a quem já dispõe de capacidade tecnológica instalada e faz uso dos “telefones inteligentes”, sem distinguir diversidade dos tipos de agricultura, produtores, agricultura e estilos de aprendizagem que vão determinar a apropriação e adaptação desses dispositivos em função de cada contexto e grupo social específico.

De forma contrária, os críticos da adoção e funcionamento destas iniciativas argumentam que o país atravessa uma crise de descoordenação institucional que afeta a transferência das tecnologias num momento em que esses insumos resultam vitais. Além disso, sugere-se que existem debilidades importantes nos esquemas de governança, pouca vontade política e falta de liderança por parte de alguns organismos públicos governamentais (HERNÁNDEZ SANCHÉZ, 2020).

Em ambos os casos, a alternativa proposta é a mesma: uma agricultura competitiva orientada pela modernização técnica e segundo a abordagem das soluções prioritárias baseadas na natureza (PNUND, 2020). Não obstante, uma das principais limitações que apresentam essas perspectivas é a ausência de descrições detalhadas sobre a complexidade dos modos de vida e as dinâmicas rurais que ultrapassam o âmbito agro produtivo. Dessa forma, inclusive se tem proposto o estabelecimento de um fluxo de atração de inversões agroindústrias para garantir a “ausência” desenvolvimento rural em regiões determinadas.

Em princípio, a funcionalidade prática dos aplicativos promovidos pelas organizações do setor agropecuário da Costa Rica como saída da contração econômica originada pela pandemia é favorecida pela abstração que esses dispositivos fazem dos produtores e seu entorno. Nesse cenário, a intermediação do mercado facilita o acesso aos dispositivos sem considerar a legitimação social das tecnologias no contexto imediato da sua incorporação e a sua integração em relações sociais intermediadas por múltiplos saberes e formas de perceber a natureza.

É dizer, o caráter contingente das novas medidas instaura-se como uma narrativa emergencial para a intervenção planejada dos espaços geográficos que contêm a atividade agrícola, sem se perguntar por aspectos da territorialidade e da paisagem que são significativos para as populações que habitam esses territórios e que intervêm de forma decisiva na sua construção do sentido de lugar e de pertença.

5. Considerações finais

Neste artigo tem sido discutida a importância de colocar em perspectiva as relações sociedade-natureza no Antropoceno. Em particular, se procurou identificar a vigência das

capacidades imaginativas e criativas do Ser Humano para oferecer alternativas aos processos de apropriação da natureza pelo modo de produção capitalista.

As abordagens pós-coloniais aprofundam a crítica epistemológica e sociopolítica com elementos analíticos que permitiram caracterizar de forma geral a crise de insustentabilidade do sistema atual. Nesse contexto, a pandemia da Covid-19 se insere no mundo como um registro histórico sem precedentes que torna possível a problematização das visões lineares do progresso e o bem-estar, baseadas comumente no imaginário do controle tecno-científico.

Convém, portanto, aportar algumas considerações finais para acompanhar a discussão posterior do tema. A primeira questão que pode ser pontuada tem a ver com a nova concepção das incertezas que está nos oferecendo o coronavírus (STIRLING; SCOONES, 2020). Com o surgimento de catástrofes ambientais e sanitárias também são estabelecidos cenários de crise que nos requerem para repensar o rol do ser humano em relação com sua própria agência e com as agências dos atores não humanos (SOUSA; PESSOA, 2019).

É neste sentido que se pode indicar que para recuperar o sentimento do sublime no mundo (LATOURET, 2012) também é preciso ressignificar a particularidade do mistério que a natureza pode despertar em nós. O “deixar-se surpreender” pelas expressões do mundo natural é prestar atenção para o caráter espontâneo das relações que surgem cotidianamente entre diferentes espécies, e que tem um efeito direto na preservação dos ecossistemas. Os limites da racionalidade podem ser expandidos por meio de outras sensibilidades e formas de sentir-pensar com a terra (ESCOBAR, 2014). As humanidades ambientais, por exemplo, adquirem uma maior significância neste contexto.

Para alguns autores, a Covid-19 representa uma fissura abstrata no modelo civilizatório (MOREA, 2021). Não obstante, a pandemia também oferece uma oportunidade para reinserir o humano “como sendo parte” da natureza. É nestes termos que se devem procurar as condições para alcançar uma mudança de paradigma que dê conta dos desafios atuais e as ameaças latentes.

Por outro lado, resulta positivo reconhecer que a pandemia está nos levando a conceber o futuro como um vasto “território de possibilidade”, ao abrir espaços de discussão sobre as interações complexas entre ciência, política e modos de vida, que anterior ao Covid-19 não existiam ou eram parte de esferas de diálogo fechadas. Sem dúvida, as medidas de confinamento e distanciamento social tem suposto um terreno fértil para a experimentação de novas sensorialidades. Os estudos sobre as afetividades se estabelecem como um campo rico para a pesquisa do antropoceno na era pós-covid-19, porque eles podem nos ajudar a entender a relação entre as vivências da paisagem e do lugar e a construção de novas materialidades que são significativas para os atores nos planos existencial, espiritual e intersubjetivo. Muitas destas questões ainda permanecem sem abordar, sendo de maior interesse para a antropologia do desenvolvimento.

A pandemia do Covid- 19 evidenciou que a normalidade aparente na qual vivemos está marcada pelo sentido do imediato e a vigência do presente. Não obstante, a Covid-19 está nos obrigando a entender que para construir o amanhã é preciso ir além da nossa confiança cega nos regimes tecnocráticos como via exclusiva de realização-exclusivamente-humana.

A desconexão com a natureza que é abordada por pensadoras como Donna Haraway e Anna Tsing faz parte de uma perda das capacidades sensoriais e emocionais do ser humano com seu entorno natural (TSING, 2011; GREENHALGH-SPENCER, 2019). De modo progressivo, a dominância das práticas utilitaristas no capitalismo moderno tem reduzido a convivência entre espécies a meras relações mercantilizadas, que se orientam quase exclusivamente pelo valor de troca. Portanto, é importante privilegiar reflexões que permitam imaginar comunidades vitais ampliadas, e que façam possível recolocar os valores de justiça, co-habitabilidade e reciprocidade no centro de uma nova ética da convivência entre espécies. Outra das lições que necessitamos aprender com a pandemia é a transformação sustentável requer da adoção de uma filosofia do cuidado que reconheça os direitos da natureza.

Porém, é claro que as mudanças, para que possam ser significativas, requerem de referentes simbólicos e materiais que permitam levar o conjunto destas inquietações aos âmbitos de discussão pública. Para isto é necessário que a recursividade deste pensamento crítico seja cristalizada numa agenda política que disponha de conteúdos claros. É dizer, não é suficiente com mudanças na semântica da linguagem convencional do crescimento econômico. Como tem sido discutido, o capitalismo dispõe de estratégias discursivas para adotar narrativas de sustentabilidade que são funcionais para sua lógica intrínseca de reprodução.

Justamente, um dos principais desafios na atualidade está relacionado com a perda da legitimidade social associada com as instituições que promovem essas mudanças menores, as quais não problematizam as relações estruturais de poder nem o acesso diferenciado a direitos que se supõem universais. Isto põe em risco a estabilidade democrática porque coincide com o aumento da vulnerabilidade socioambiental de comunidades de vida que também lutam contra a desigualdade econômica, a exclusão social e a marginalidade.

O conjunto destas considerações merecem de uma maior elaboração empírica e metodológica, o qual constitui uma limitação importante deste estudo. Se espera que as questões colocadas até aqui possam ajudar a construção de uma agenda de pesquisa sobre o comportamento prático destas (contra)narrativas e sua incorporação em processos que procuram a defesa da vida através da proteção dos bens comuns e da construção de espaços autônomos para a convivência interespecie.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. **Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de Várzea estuarina e estacional: uma análise comparativa**. 2002. 373 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BARNETT, Jon et al. A science of loss. **Nature Climate Change**, v. 6, n. 11, p. 976-978, 2016.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. UNESP, 1995.
- BERKHOUT, F; SMITH, A; STIRLING, A. Regimes sociotecnológicos e contextos de transição. **Inovação de sistema e a transição para a sustentabilidade: teoria, evidências e política**, v. 44, n. 106, pág. 48-75, 2004.
- CARNEIRO DA CUNHA, M; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009. p. 277-299.
- CASTRO, J. Tres mil emprendedoresbrincaron a comercio electrónico ante Covid-19. *Larepublica.net*, San José, 29 de jul. de 2020. Disponível em <<https://www.larepublica.net/noticia/tres-mil-emprendedores-brincaron-a-comercio-electronico-ante-covid-19>>Acesso em: 27/janeiro/2021.
- Crutzen, P. J. The “anthropocene”. In *Earth system science in the anthropocene* (pp. 13-18). Springer, Berlin, Heidelberg, 2006.
- ESCOBAR, A. Sentipensar con la tierra. **Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- FLORIT, L. O lugar da "natureza" na teoria sociológica contemporânea. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS, **Anais...**, Petrópolis, out. 2000.
- FRAXE, T. J.P; PEREIRA, H. dos S; WITKOSKI, A.C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.
- GREENHALGH-SPENCER, Heather. Teaching with stories: ecology, haraway, and pedagogical practice. **Studies in Philosophy and Education**, v. 38, n. 1, p. 43-56, 2019.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. UNESP, 1991.
- Hernández-Sánchez, Silvia. Las «verdades» de Renato Alvarado que ya he advertido. *Elmundo.cr*, San José, 04 de mai. De 2020. Disponível em <<https://www.elmundo.cr/opinion/las-verdades-de-renato-alvarado-que-ya-he-advertido/>>. Acesso em: 02/fevereiro/2021.
- KANDA, Wisdom; KIVIMAA, Paula. What opportunities could the COVID-19 outbreak offer for sustainability transitions research on electricity and mobility? **Energy Research & Social Science**, v. 68, p. 101666, 2020.
- LATOUR, B. Esperando a Gaia. Componer el mundo común mediante las artes y la política. **Cuadernos de Otra parte**. *Revista de letras y artes*, v. 26, p. 67-76, 2012.
- LEACH, Melissa et al. Equity and sustainability in the Anthropocene: a social–ecological systems perspective on their intertwined futures. **Global Sustainability**, v. 1, 2018.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 34 (3): 17-24. set/dez [cited 2014 Feb 20]. 2009.

MORÁN, E. F. **A Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 367 p.

MOREA, J. P. Post COVID-19 Pandemic Scenarios in an Unequal World Challenges for Sustainable Development in Latin America. **World**, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2021.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____; KIYOTA, Norma; GNOATTO, Almir A. Políticas de apoio a diversificação dos meios de vida da agricultura familiar: uma análise propositiva. In: CONGRESSO DA SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 5., Londrina, 2009.

PNUD. *Human Development Report 2020. The next frontier Human development and the Anthropocene*. New York: United Nations Development Programme, 2020.

POLANYI, K. **A grande Transformação**. As origens de nossa época. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Presidencia. Sector agro impulsa plataformas para comercialización mayorista virtual. San José, 20 de mai. De 2020. Disponível em <<https://www.presidencia.go.cr/comunicados/2020/05/sector-agro-impulsa-plataformas-para-comercializacion-mayorista-virtual/>>. Acesso em: 06/fevereiro/ 2021.

O’Neil, Katzy Coto. As plataformas de e-commerce estão conseguindo aproximar produtores e consumidores em uma relação mais direta e justa. Universidad de Costa Rica, San José, 16 de mai. de 2020. Disponível em <<https://www.ucr.ac.cr/noticias/2020/05/16/la-agricultura-costarricense-se-reinventa-frente-a-la-pandemia-del-covid-19.html>>. Acesso em: 06/fevereiro/ 2021.

RAUSCHMAYER, F; BAULER, T; SCHÄPKE, N. Towards a thick understanding of sustainability transitions—Linking transition management, capabilities and social practices. **Ecologicaeconomics**, v. 109, p. 211-221, 2015.

REIS, A. A. dos. **Desenvolvimento sustentável e uso recursos naturais em área de várzea do território do Baixo Tocantins da Amazônia Paraense**: limites, desafios e possibilidades. 2015. 271 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

SOUSA, L. P. de Q; PESSOA, R. R. Humans, nonhuman others, matter and language: a discussion from posthumanist and decolonial perspectives. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, n. 2, p. 520-543, 2019.

STENGERS, I. **No Tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. CosacNaify, São Paulo, 2015.

TSING, A. Arts of Inclusion, or, How to Love a Mushroom. **Australian Humanities Review**, n. 50, p. N_A, 2011.

Umaña, V. Página quince: El sesgo antiagrícola. Nacion.com, San Jose, 07 de fev. de 2021. Disponível em <<https://www.nacion.com/opinion/columnistas/pagina-quince-el-sesgo-antiagricola/FFZ2ASOJ7BDWJMLAVSR5MH7LU4/story/>>. Acesso em: 10/fevereiro/2021.

VIRTANEN, P. K; SIRAGUSA, L; GUTTORM, H. Introduction: toward more inclusive definitions of sustainability. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 43, p. 77-82, 2020.

Zhour, A; Laschefski, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.



GT 04 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

Filosofia do desenvolvimento, direito à informação e consciência de consumo sobre o mercado do agronegócio

Larissa Carreira da Cunha¹
Ana Paula Soares de Souza²
Luna Lima Elmesany³
Luiz Otávio Duarte dos Santos Junior⁴

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de discutir a relação entre sociedade, economia e natureza através das relações de consumo, e mais especificamente através do debate crítico sobre o direito ao acesso à informação de produtos ou serviços pelo consumidor, considerando tanto os aspectos das características da mercadoria, quanto da cadeia de produção a qual determinado consumo está envolvido. O enfoque se centra nos produtos/serviços oriundos de empresas envolvidas direta ou indiretamente com conflitos e discussões no âmbito ambiental. O artigo aborda inicialmente a legislação atual sobre o acesso à informação sobre o produto/serviço pelos consumidores, os conflitos anteriores entre agentes da sociedade sobre o acesso ou não à determinadas informações de consumo, como no caso dos transgênicos, seguindo da crítica ao acesso à informação de produtos/serviços e suas cadeias produtivas, finalizando com a proposição de ampliação do referido acesso pelos consumidores, através de ações legais e empresariais, impulsionadas pelo crescente aumento da demanda por informações de consumo e pela ampliação da consciência de consumo. Utilizaremos o referencial teórico interdisciplinar, incluindo a área do direito através do direito do consumidor, da lei de acesso à informação, da sociologia, Este trabalho tem o objetivo de discutir a relação entre sociedade, economia e natureza através das relações de consumo, e mais especificamente através do debate crítico sobre o direito ao acesso à informação de produtos ou serviços pelo consumidor, considerando tanto os aspectos das características da mercadoria, quanto da cadeia de produção a qual determinado consumo está envolvido. O enfoque se centra nos produtos/serviços oriundos de empresas envolvidas direta ou indiretamente com conflitos e discussões no âmbito ambiental. O artigo aborda inicialmente a legislação atual sobre o acesso à informação sobre o produto/serviço pelos consumidores, os conflitos anteriores entre agentes da

1

Ex: Doutor em Sociologia, professor (...), integrante do Grupo de Pesquisa (...). E-mail: emaildoautor@gmail.com

2

Ex: Estudante de pós-graduação, bacharel em (...), pela Universidade (...). E-mail: emaildocoautor@gmail.com

3

Ex: Estudante de pós-graduação, bacharel em (...), pela Universidade (...). E-mail: emaildocoautor@gmail.com

4

Ex: Estudante de pós-graduação, bacharel em (...), pela Universidade (...). E-mail: emaildocoautor@gmail.com

sociedade sobre o acesso ou não à determinadas informações de consumo, como no caso dos transgênicos, seguindo da crítica ao acesso à informação de produtos/serviços e suas cadeias produtivas, finalizando com a proposição de ampliação do referido acesso pelos consumidores, através de ações legais e empresariais, impulsionadas pelo crescente aumento da demanda por informações de consumo e pela ampliação da consciência de consumo. Utilizaremos o referencial teórico interdisciplinar, incluindo a área do direito através do direito do consumidor, da lei de acesso à informação, através da sociologia dos conflitos e metodologia de campo do Pierre Bourdieu, da comunicação mercadológica através do Phillip Kotler, e da filosofia para a discussão sobre a consciência de consumo com o Hegel.

Palavras-chave: Direito do Consumidor, Consciência de Consumo, Conflitos, Acesso à informação..

1. INTRODUÇÃO

A consciência do consumidor vem se modificando nas últimas décadas. Há cada vez mais informações sobre os produtos, serviços, empresas e o grande fluxo de informações pela internet, permite aos consumidores uma gradativa mudança de consciência sobre os produtos e marcas consumidas. Consumidores com acesso à Internet possuem praticidade de informações através de pesquisas online antes de tomar uma decisão final de compra.

O consumo consciente se refere ao aumento da percepção sobre as consequências positivas e negativas geradas pelo consumo. O comportamento do consumidor não afeta apenas os compradores, mas também o meio ambiente, a economia, aos animais e a sociedade como um todo.

Na primeira parte do artigo, iremos fazer uma apanhado legal sobre a legislação do consumidor e do acesso a informações de consumo. Já no segundo, entramos em um debate mais filosófico sobre a expansão da consciência de consumo e por fim, entramos no debate do consumo do mercado da agropecuária, destacando os conflitos inerentes desse campo, os discursos produzidos e o consumo anti-hegemônico dos agentes desse campo.

2. DIREITO DO CONSUMIDOR E ACESSO À INFORMAÇÃO

As questões relativas ao consumo e comércio, começaram a ser contempladas ainda nos primórdios da humanidade, e foram a base para a

formulação dos movimentos consumeristas e conseqüentemente ao início dos Direitos relativos ao Consumidor até os dias de hoje.

É possível identificar critérios preestabelecidos aos consumidores ainda no Código do Hamurabi⁵, baseado nas Leis de Talião também conhecidas como: “Olho por olho e dente por dente”, revisto pelo império Babilônico, com o intuito de proteger as relações comerciais de bens e consumo impondo uma lei mais rígida quanto a responsabilidade daqueles que prestavam algum serviço ou vendiam algum produto à população, esse movimento continuou durante a Idade Média, com a comercialização de espadas. Segundo Guglinski (2014), por volta do século XIX, com intuito de reafirmar as ações já iniciadas na antiguidade, nos EUA começaram os primeiros movimentos voltados para reprimir e proibir fraudes praticadas no comércio, e conseqüentemente as primeiras normas passaram a existir, conhecida como a Lei *Sherman*, em 1936 surge a *Consumers Union* resultando no maior órgão de proteção do consumidor por realizar e publicar orientações com a temática à população. Já na Europa, após a 2ª Guerra Mundial, onde muitos países necessitavam se reconstruir, e com a expansão do mercado pelo capitalismo, muitos movimentos direcionados à proteção do consumidor já existentes conseguiram se desenvolver e crescer, e outros novos começaram a ser criados.

Em 1960, ainda nos EUA, surge o movimento social *Consumerism* voltado para a produção, comercialização e comunicação de massa contra as técnicas abusivas de marketing e propaganda que ocultavam os possíveis perigos em produtos e serviços vendidos, visando a qualidade e confiabilidade em sua comercialização. Esse movimento também cresceu em outros países e logo se estabeleceu um novo modelo de consumidor, onde se reconhece direitos específicos aos sujeitos que utilizam ou compram produtos e serviços.

Nesse sentido, na Europa a Lei *Royer* e a Lei *Scrivner*, criadas em 1973 e 1978, deram início a proteção do consumidor na França, sendo a base para a formulação do Código de Consumo (*Code de la Consommation*) em 1995. Outro importante marco para o Direito do Consumidor foi a criação da Resolução nº. 39/248⁶ da Organização Nacional das Nações Unidas - ONU, em 1985 que além de

5

Educa Mais Brasil, 2020.

6

Resolução da ONU Nº 39/248, de 16 de abril de 1985.

ser de interesse internacional, pois visava resolver problemas quanto ao desequilíbrio contratual entre consumidor e fornecedor bem como estabelecer critérios quanto a informação acerca da qualidade do que se consumia, definiu o princípio da vulnerabilidade do consumidor, reconhecendo-o e indicando que em uma relação de consumo este é de fato a parte mais fraca e vulnerável.

No Brasil, a Constituição Federal brasileira de 1988 trouxe em seu dispositivo do art. 5º, XXXII, a garantia de defesa do consumidor, como reflexo da movimentação ocorrida em outros países e em respeito a normativas internacionais. Porém, somente em 1990 foi criada a Lei nº. 8.078/90, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC.

O CDC foi constituído com base nos preceitos constitucionais, destacando princípios norteadores que impulsionam os direitos do consumidor, tais como o princípio da autonomia da vontade; o princípio da boa-fé objetiva, prevista no art. 4º do CDC, visando manter o respeito e equilíbrio entre as partes da relação de consumo; o princípio da função social do contrato, descrito no art. 51 do CDC, que visa estabelecer o equilíbrio entre fornecedor e consumidor afastando a aplicação de possíveis cláusulas abusivas; o princípio da proteção à práticas abusivas, disposto no art. 39 do CDC, onde busca garantir que o fornecedor não prevaleça sua superioridade nos contratos assegurando que não haja de forma abusiva em relação ao consumidor; e dentre estes princípios estabelecidos, um dos mais importantes, é o princípio da informação e da transparência, pois este abrange de forma específica os parâmetros de acesso à informação.

O direito e acesso à informação são considerados direitos fundamentais no âmbito de uma sociedade democrática. No Brasil, após a época da ditadura militar, onde o acesso à informação bem como sua transparência era controlado e qualquer ato, principalmente político, era sigiloso, a democracia só passou a se fortalecer em decorrência de inúmeras manifestações da população insatisfeita com a forma de governar naquele momento. Porém, com o advento da Constituição Federal de 1988, o direito e o acesso à informação passaram a vigorar positivamente, pois no próprio texto constitucional o direito de informar é estabelecido como uma prerrogativa. Conforme o que destaca Almeida⁷ (1993), o dispositivo constitucional apresenta uma espécie de permissão dos dois lados, ou seja, o direito de informar

7

João Batista Almeida. A proteção jurídica do consumidor. São Paulo: Saraiva, 1993, p.198.

configura uma relação direta com o direito de ser informado, sendo assim o acesso à informação além de ser um direito é também um dever social. Sabe-se que a Constituição Federal brasileira de 1988, conhecida também como a Constituição cidadã, dispõe em seu art. 170, os princípios gerais que devem reger a atividade econômica no país, e dentre eles se encontra a defesa do consumidor. É importante salientar que as questões envolvendo o capitalismo e as atividades econômicas do país fazem relação direta com as questões referentes ao mercado de consumo, e que o Estado funciona como agente regulador e fiscalizador de tais relações buscando garantir a justiça e o equilíbrio social. Dessa forma, o desenvolvimento do comércio em geral e a ampliação da publicidade criaram uma sociedade consumista, as relações de consumo acabam sofrendo muitas alterações através da produção e consumo de massa, e esse movimento reflete também nas relações sociais, econômicas e jurídicas (ALMEIDA, 1993, p.02).

Nesse sentido, é possível visualizar a importância da transparência nas informações, e levando em consideração o momento político/social vivenciado no Brasil antes de 1988, era necessário que houvesse uma regulamentação própria para que se seguisse um modelo em todas as esferas e níveis de poder, sendo assim, em 2011 foi criada a Lei nº. 12.527/2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação, determinando que a informação pública se tornasse acessível a qualquer pessoa, além de ser a base para questões como a liberdade de imprensa, possibilitando o trabalho jornalístico, e proteção ao consumidor, transformando em regra obrigatória e de cunho social ter transparência nas informações relacionadas a vendas de bens e serviços. De todo modo, para o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, o dever de informar já estava estabelecido como obrigatoriedade, principalmente para que o fornecedor tratasse com clareza o cumprimento das informações aos potenciais e futuros consumidores, sendo o dever de informar essencial e intrínseco às relações de consumo.

Considerando que os consumidores são de fato a parte mais fraca na relação de consumo, é possível visualizar que por meios como a publicidade e propaganda, necessidades são criadas ou despertadas nas pessoas sem que estas percebam a implantação da cultura de consumo, e que dessa forma o fornecedor consegue determinar de forma indireta o que deve ser consumido ou não sem transparecer informações relevantes para tal, deixando de prestar seu compromisso em respeito as leis existentes e ressaltando que a existência da vulnerabilidade do consumidor.

Assim, ao implementar o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, o Estado brasileiro tornou-se responsável por promover os princípios norteadores das relações de consumo tendo como objetivo o atendimento dos interesses e necessidades dos consumidores, devendo ser utilizado em conformidade com a Política Nacional de Relações de Consumo e os parâmetros internacionais vigentes. De fato, as relações de consumo transformaram-se com o avançar dos séculos e tornaram-se relações de trocas diretas em indiretas passando a exigir dos fornecedores de produtos e serviços mudanças e melhorias nas informações e na clareza em seus contratos, e para os consumidores a participação do Estado, quanto a elaboração de leis direcionadas, proporcionou uma relação de consumo mais equilibrada e harmônica, considerando sua vulnerabilidade em relação aos fornecedores. De todo modo, mesmo com toda sistemática de proteção jurídica ao consumidor estabelecida ainda é imprescindível que existam programas de conscientização que demonstrem ao consumidor seus direitos e deveres na relação de consumo, sendo a possibilidade de acesso à informação de qualidade, com clareza e transparência, um quesito essencial ao direito do consumidor.

3. Sociedade de consumo na era pós-moderna e a consciência de consumo

3.1 O hiperconsumismo na sociedade pós-moderna

O termo *sociedade de consumo* é amplamente utilizado pelas ciências humanas para referir-se ao efeito desencadeado pela massificação da produção, advinda da Revolução Industrial, no século XVIII e da conseqüente alteração de padrão de comportamento do consumidor.

A expressão que nasceu em 1920, passou a ser mais utilizada e mais amplamente difundida nas décadas de 50 a 60, e marca um efeito que alterou consistentemente o modelo de consumo adotado pela sociedade (CORSO, 2017).

No entanto, como bem destaca o filósofo Gilles Lipovetsky (2007, p.30), o consumo de massa sofreu alteração ao longo do tempo, sendo marcado principalmente por três fases.

Na fase I do consumo de massa, a qual tem início em meados de 1880, observa-se o fortalecimento da produção em larga escala, do marketing de massa e o

surgimento do consumidor moderno, o qual é seduzido pela multiplicidade de possibilidades.

Já na década de 50 tem-se o início da chamada fase II, na qual há uma elevação do crescimento econômico e democratização do acesso aos bens não essenciais, os quais, na fase I, por exemplo, ainda não eram de fato acessíveis a maior parte dos setores da sociedade.

Em 1970 marca-se o início da última fase, denominada pelo filósofo de *sociedade do hiperconsumo* (Ibidem, p. 32). Nessa fase, o cidadão, agora chamado apenas de consumido ou *homo consumericus*, entra num ciclo repetido de consumo desenfreado de bens não essenciais e de bens não duráveis. Bens esses que a partir de sua aquisição já encontram-se em processo de obsolescência e são facilmente descartados por não oferecem mais satisfação alguma ao consumidor.

É fato que a era dos “Trinta Gloriosos” (período pós-Segunda Guerra de 1945 a 1975) traz consigo um novo padrão para o binômio produção x consumo, atingindo patamares de ampla circulação de produtos e serviços e emergência da classe de consumidores.

Como bem destaca Lipovetsky (2010, p. 100), a economia de consumo maciço e a elevação do nível de vida que marcou esse período, ressignificou o padrão do consumidor, agora não mais limitado às classes burguesas.

Com o aumento do poderio de compra, a forma de consumo mudou. O objetivo deixa de ser o atendimento às necessidades primárias, pois o homem pós-moderno tem necessidades plurais: materiais, psicológicas, estéticas e culturais.

A sociedade de consumo cunhada na modernidade, já não mais se iguala a sociedade de consumo contemporânea ou pós-moderna, a qual é marcada pela massificação do consumo, globalismo, excesso de informação e amplitude de acesso aos bens ofertados pelo mercado (SILVA et al, 2014).

O consumo agora tem por objetivo não mais o bem em si, mas também satisfação pessoal, reconhecimento, prestígio e aceitação social.

Segundo Zygmunt Bauman, temos uma “sociedade da modernidade fluída” (2001, p. 29), também denominada “sociedade líquida”, a qual se contrapõe ao modelo de sociedade sólida.

Segundo o filósofo Zygmunt Bauman, essa sociedade sólida de outrora, trazia como principais ícones a fábrica fordista, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obediente e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda espontaneidade (2001,p. 31).

Em contraponto a noção de sociedade sólida, hoje temos como força contrária, a autonomia e as liberdade individuais, que marcam a sociedade líquida. Suas principais característica são a flexibilização de regras e dogmas e uma defesa irrestrita das liberdades individuais.

Vive-se a era da auto determinação, da busca pela satisfação pessoal, e sobretudo pela incansável busca do desenvolvimento do ser em todos os seus aspectos. Tem se tornado muito comum que essa busca pela satisfação plena passe pelo caminho do consumo desenfreado de bens, serviços e prazeres materiais.

3.2 A noção de consciência sob a perspectiva hegeliana

O consumo é condição indispensável para a sobrevivência da sociedade. Indissociável o viver do consumir. No entanto, é necessário que haja uma reformulação da forma de consumir, de forma a garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e garantir o direito das futuras gerações ao acesso a esses recursos.

Superar a cultura de consumo passa necessariamente por uma mudança de pensamento do *homo consumericus*, a qual se alcança mediante o desenvolvimento da consciência de consumo por parte do homem (SILVA et. al., 2014).

Em que pese os termos *consciência de consumo* ou *consumo consciente* sejam amplamente utilizados e a *priori* conceitos auto explicativos, é necessário aprofundar o que seria a consciência do homem, para melhor aplicarmos o termo no campo das relações de consumo e comportamentos do homem consumidor.

Diante disto, socorre-se da noção de consciência trazida por Hegel (2014) em sua construção filosófica. Para Hegel, a construção da consciência passa pelos estágios da *certeza sensível*, da *percepção*, e do *entendimento*.

Em que peses os conceitos serem completos em si (ou circulares), os mesmos vão se fundamentando uns nos outros, seguindo uma lógica na qual o próximo conceito se alimenta do anterior, utilizando-o como fundamentação.

Segundo Hegel (2014, p. 83), a certeza sensível “se faz passar a si mesma pela verdade mais abstrata e mais pobre, do que ela sabe, só exprime isto: ele é. Sua verdade apenas contém o ser da Coisa”.

Explica o filósofo (Ibidem, p. 84) que o saber sensível está centrado no puro ser, no saber imediato e primeiro. E a sua imediatez é simples: a Coisa é. Tal imediatez constitui a sua verdade, em uma pura relação fundada nas sentidos, é a primeira impressão da coisa.

A certeza sensível quer sempre captar o isto e nem sempre o capta de forma verdadeira, já que não se trata ainda de um exercício completo da consciência, conforme leciona Hegel “Eu, *este*, estou certo *desta* Coisa; não porque Eu, enquanto consciência, me tenha desenvolvido, e movimentado de muitas maneiras de pensamento”. (Ibidem, p.83).

Já no estágio da percepção, Hegel dispõe que se encontre na Coisa o *essente*, assim entendido como o que *traz a própria essência*.

No estágio da percepção, o aprender não é mais aparente ou fenomenal, como na certeza sensível, mas sim é um aprender necessário, que demanda que se determine o objeto de forma mais próxima, ainda que, segundo Hegel, nessa fase ainda não seja possível uma determinação mais completa (Ibidem, p. 94).

Cumprir destacar, que não se trata de descartar a certeza sensível por completo, o que se nega nessa fase é a sua verdade imediata, no entanto o sensível ainda permanece presente como uma propriedade da coisa.

Se na certeza sensível o homem apenas contempla a coisa, na percepção ele reflete sua verdadeira essência, entende a sua essência como universal, um universo em si, e não as suas características externas como uma verdade completa e finda. É um estágio mais avançado de consciência.

Avançando ainda mais, a consciência chega no estágio de entendimento, trazido por Hegel como *mundo suprassensível* (2014, p. 106).

Na fase do entendimento tem-se uma absorção da sua própria inverdade e da inverdade do objeto sensível, ou seja, há uma negação ainda das duas primeiras impressões, com o objetivo de se chegar a um conceito verdadeiro.

No entanto, sabe-se que verdade para a Filosofia não quer dizer algo imutável e universal, mas explica Hegel que:

é um verdadeiro que o entendimento, sem saber que está ali dentro, deixa mover-se à vontade. Esse verdadeiro leva sua vida como lhe apraz, de modo que a consciência não tem participação alguma na sua livre realização, mas ao contrário, simplesmente o contempla e puramente o apreende (2014, p. 107)

Essa capacidade de formular conceitos, de apreender a essência da coisa, já superada as primeiras impressões ou num estágio *suprassensível*, é que podemos de chamar de entendimento ou ter consciência (SILVA et. Al., 2014). O homem passa a refletir de forma profunda e não mais superficial sobre a sua realidade e tudo que lhe cerca.

Refletir sobre o próprio comportamento, imergir no seu eu e entender o efeito dos seus atos no campo social é o se espera o homem consciente dentro de uma sociedade marcada pelo hipercosumismo.

Agregando a noção hegeliana de consciência, vemos que a consciência de consumo passa necessariamente por uma reflexão sobre o ato de consumir, sobre o objeto de consumo e sobre o próprio desejo de consumir.

Quando se entende o contexto em que se insere o consumo na sociedade contemporânea torna-se mais comum a prática de um consumo pensado, refletido, consciente.

4. Consciência de consumo, consumo político e agropecuária

É notório que o avanço na conscientização do consumidor sobre o impacto do ato individual e coletivo de consumo, está promovendo mudanças no jogo do mercado à nível local, a partir da intensificação de redes de produção alternativas que possuem uma relação mais próxima com o consumidor, através não apenas do fornecimento do produto, mas do compartilhamento do valor agregado com a identificação entre consumidor-produtor dos valores, crenças e modos de

pensamentos a cerca de relações mais harmônicas e respeitosas com a natureza, incluindo ou não a comercialização de animais, mas mesmo quando há a produção de alimentos de origem animal, o modo de tratamento dos animais e a lógica de produção é completamente distinta do modo de produção das indústrias de alimentos e grandes produtores.

Esse cenário vem avançando por todo o mundo e o uso da tecnologia, seja para a promoção e divulgação dos produtos, produtores e processos, seja para a o fortalecimento das redes, está auxiliando nas mudanças das concepções sobre consumo e meio ambiente.

Ao mesmo tempo as grandes redes de produção de alimentos, ao perceberem uma onda crescente da demanda por produtos mais saudáveis para a saúde do consumidor e com valores aceitáveis de sustentabilidade, ou seja, condizentes com as questões globais de redução da ‘pegada ecológica’ e da crise climática mundial, buscam manter a competitividade e a lucratividade através da criação de produtos destinados à linhas do discurso de sustentabilidades, como carnes de origem vegetal, leites vegetais, produtos orgânicos, produtos não testados em animais, produtos vegetarianos e veganos, produtos sem glúten, produtos anti-alergênicos no geral, embalagens e plásticos sustentáveis, dentre outras estratégias, porém, mantendo a lógica teórica e metodológica do capitalismo e da racionalidade instrumental econômica das relações de produção e das relações sociais.

Cabe ressaltar porém, que apesar dos consideráveis avanços no debate sobre sustentabilidade no consumo, o chamado “consumo sustentável”, o debate ainda está mais centrado na pressão sobre os impactos causados com as questões da crise climáticas, com uma ênfase maior nas discussões sobre o consumo de plásticos, transgênicos, recicláveis e outros assuntos. No entanto, o debate sobre a utilização de animais para o consumo, as condições de produção e bem-estar animal, a utilização de vacinas e antibióticos, as questões dos direitos dos animais, a senciência animal, as formas de reprodução, os testes em animais, dentre outras questões ainda carecem de uma maior fomento e integração às discussões sobre a consciência de consumo, incluindo a conscientização sobre as etapas de produção, e sobre a ligação de todas as cadeia de produção que se interligam e que são interdependentes, como por exemplo as cadeia de soja e da pecuária.

A cadeia da pecuária é a maior responsável pelo desmatamento na Amazônia e a da soja é em sua maior parte destinada à cadeia da pecuária para o

fornecimento de ração para o gado. Essa conexão não está exatamente explicitada ao consumidor, mas é inegável o avanço no esclarecimento e na conscientização cada vez maior sobre o consumo como um todo.

A mudança nos padrões de consumo que está resultando em uma movimentação dentro do campo da agropecuária para o atendimento à demanda reprimida gerada pela busca de alimentos mais naturais, orgânicos e/ou sem ingredientes de origem animal, foi e está sendo provocada por uma série de ações originadas dos agentes que se situam fora do quadrante dominante e de maior influência no interior do campo, ou seja, o grupo formado por consumidores e o grupo formado por ativistas e integrantes de movimentos sociais, estes último geralmente opositores ao modelo de criação intensiva dos grandes produtores do agronegócio.

Como já foi mencionado, há uma grade heterogeneidade entre e dentro desses dois grupos de agentes, já que o *habitus* individual e coletivo varia de acordo com as informações e as experiências de cada um, moldando as disposições para a ação de cada integrante desses grupos. Para alguns ativistas de movimentos sociais em defesa da natureza, da biodiversidade e da Amazônia, a pauta mais importante é a defesa do meio ambiente, e com isso realizam ações de debates, produção de contra-informação, manifestações, abaixo assinados, boicotes e a preferência e valorização do consumo se dá principalmente para produtores familiares ligados à agroecologia e a produção orgânica de alimentos e produtos em geral.

No entanto para o grupo crescente de consumidores que optaram pela dieta vegana ou pelo estilo de vida vegano nas últimas décadas, a bandeira principal de luta é o direito à vida dos animais tidos como de consumo, da mesma forma como os animais domésticos possuem direito à vida sendo inclusive tutelados pelo Estado, e para isso buscam diversas formas que contribuam para mudança no sistema alimentar dominante. Para que esses consumidores se recusarem a participar da cadeia do agronegócio como consumidores de produtos de origem animal, houve um movimento individual contrário ao fluxo do campo, cujas crenças, normas, regras e valores estão voltados para a perpetuação do padrão social e cultural estabelecido na sociedade em que a exploração de animais para o consumo alimentar, vestuário e outros, é normatizado e legitimado socialmente. A recusa do consumo do padrão estabelecido na sociedade, representa uma ação contra hegemônica, já que há uma clara contraposição as normas e regras do campo em disputa. Há uma disputa pela crença no conceito sobre consumo, que é modificada radicalmente na visão da maioria dos indivíduos que optam pelo não consumo de produtos *agro* de origem

animal, que passa necessariamente por produtos e serviços que não causem dor e sofrimento à uma animal.

Alguns consumidores optaram pela mudança nos hábitos de consumo por uma questão de saúde, devido as alergias e inflamações provocadas pela ingestão do leite de vaca, da carne de animais pelas excessivas doses de hormônios e medicamentos, ou pela preferência de consumo de frutas, legumes e verduras que não contenham agrotóxicos, mas seguem consumindo produtos de origem animal em bolsas, calçados, acessórios, maquiagens, produtos de beleza, entre outros, e esse número também vem crescendo. Nesses casos, o indivíduo busca a melhoria da sua alimentação por questões individuais de saúde. No entanto, a maioria dos consumidores que se autointitulam veganos ou vegetarianos estritos, não consomem produtos de origem animal, nem carne, ovos, leite de vaca e derivados, e nem os demais produtos, tampouco os produtos testados em animais. A principal questão nesse caso é direito dos animais em primeiro lugar, seguido das preocupações com o meio ambiente e por último as questões relativas à própria saúde.

Em todos os casos, há um nível de mudança de consciência de consumo que permite o indivíduo analisar de forma mais ampla a cadeia de produção ao qual determinado produto está inserido, através de novos hábitos de compra como a leitura dos ingredientes que constam nas embalagens, a busca de informações sobre a origem do produto e da empresa produtora, entre outras. A questão mais importante para a maioria desses consumidores na hora da efetivação da compra é ter a informação se esse produto é vegano/vegetariano, pois essa nomenclatura já o caracteriza como um produto que atende aos anseios dessa parte de consumidores.

Alguns desses consumidores também disseminam informações sobre o veganismo e/ou sobre produtos veganos na internet, que caracteriza em alguma medida uma forma individual de ativismo, outros já integram instituições de proteção animal, e outra parte não se envolve com a questão. A maior parte dos consumidores consome de forma moderada os produtos veganos disponibilizados por empresas não veganas ligadas as cadeias da agropecuária, e outros são terminantemente contrários ao consumo dessas empresas, mesmo com opções veganas. O nível de engajamento e ativismo é variável, mas no geral, a maioria das pessoas que optam pelo veganismo possuem uma disposição para algum tipo de divulgação sobre o assunto de formas variadas.

Esse cenário demonstra uma mudança variável nos níveis de consciência de consumo, dentro do âmbito da mudança de consciência em geral, relacionado com todos os âmbitos da vida e não apenas sobre o consumo, comumente chamada de

“*expansão da consciência*”. Aqui nos ativemos a ressaltar a análise das mudanças no âmbito do consumo e os efeitos no campo da agropecuária ao qual os consumidores estão inseridos.

5. Considerações finais

Percebemos hoje uma espécie de *habitus* do mercado pelo intransparência e opacidade dos dados relativos aos produtos, aos processos produtivos e a própria empresa, a conjuntura política de regulamentação da lei de acesso à informação pública e o próprio fato de haver um aumento constante no acesso à informações empresariais através da internet pelos consumidores, bem como as consequências ambientais negativas resultantes da ação mercadológica, contribuem para um constante e crescente processo de tomada de consciência sobre o consumo, gerando uma onda de consumo anti-hegemônico, consumo mais politizado e ainda, o surgimento de novos mercados que atendem requisitos mais éticos e justos aos animais tidos como de consumo e ao meio ambiente, como o mercado vegano e vegetariano.

Ao mesmo tempo em que há uma crescente tendência a expansão da consciência de consumo, também há um movimento corporativo de construção de discursos social e ambientalmente responsáveis para a adequação discursiva da ação empresarial às “novas” exigências dos consumidores, porém, em muitos casos, o discurso não condiz com a prática empresarial, como no caso do mercado da agropecuária, cujos investimentos em publicidade são imensos, para a construção de uma imagem positiva do setor junto à população ao passo que a realidade permanece consequências negativas para o meio ambiente e ao animais, que seguem em regime de exploração e sofrimento. O discurso não condiz com a realizada dos sistemas produtivos ligados à cadeia da agropecuária (CARREIRA, 2020). No entanto, o constante aumento da consciência de consumo pelos agentes do campo desse mercado, contribuem de forma direta e indireta para a reflexão e reposicionamento de certas empresas que já passam a adotar práticas autenticamente sustentáveis e livres da exploração animal.

Mesmo com os jogos de discursos e de poder, o intenso fluxo de informações entre os consumidores pela internet, torna cada vez mais a mudança na consciência de consumo e conseqüentemente a reflexão sobre o impacto sobre o planeta, os animais, as pessoas e a natureza como um todo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Batista. A proteção jurídica do consumidor. São Paulo: Saraiva, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BERQUÓ, Anna T.A.P.P. A proteção jurídica do consumidor: análise histórico-jurídica da evolução do direito do consumidor no Brasil. *Prim@ Facie*, v. 10, p. 69-87, 2007.

CARREIRA, L. **AGRO é POP ou A GLOBO é AGRO?** Relações de poder e dominação através da construção das narrativas de riqueza e dos padrões de consumo pela comunicação midiaticizada do campo da Agropecuária. Tese de Doutorado. Belém: NAEA/UFPA, 2020.

CORSO, Ardala Marta. **Sociedade de consumo. Existem alternativas?** Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/sociedade-de-consumo-existem-alternativas-por-ardala-marta-corso>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

GUGLINSKI, Vitor. Breve histórico do Direito do Consumidor e origens do CDC. JusBrasil, 2014. Disponível em: <https://vitorgug.jusbrasil.com.br/artigos/112106596/breve-historico-do-direito-do-consumidor-e-origens-do-cdc>. Acesso em: 10/02/2021.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes Ed., 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, Hálisson Rodrigo. O direito de informação do Consumidor. *Âmbito Jurídico*, 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-92/o-direito-de-informacao-do-consumidor/>. Acesso em: 13/02/2021.

MACEDO, Márcia. Código de Hamurabi. Educa mais Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/codigo-de-hamurabi>. Acesso em: 09/02/2021.

SILVA, Minelle Enéas; MENK, Tomás Farcic. **A prática do consumo e os níveis de consciência: o consumo consciente sob a Filosofia de Hegel**. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a14v35n08/14350804.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.



GT 04 – pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

MULHERES NEGRAS E NÃO-EXISTÊNCIA: QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O MUNDO

Igor Thiago Silva de Sousa¹
Greice Adriana Neves Macedo²

RESUMO

Este artigo busca contribuir com discussões acerca do racismo, cruzando-as aos debates relativos ao sexismo, ao colonialismo, à modernidade e ao terror racial e as possibilidades de construção de um outro mundo a partir da experiência de mulheres negras em suas vivências, suas estratégias e sua produção de conhecimento. Parte-se de acontecimentos em que raça eclode entre as quebradeiras de coco babaçu durante a Marcha das Margaridas para, a partir disso, pensar em outras possibilidades tanto práticas quanto teóricas e analíticas das mulheres negras em suas experiências, lutas e desafios.

Palavras-chave: racismo, mulheres negras, corpos negros, quebradeiras de coco babaçu.

BLACK WOMEN AND NON-EXISTENCE: THE BABASSU COCONUT BREAKERS AND CRITIC REFLEXIONS ABOUT THE WORLD

ABSTRACT

This article seeks to contribute to discussions about racism, crossing them to debates related to sexism, colonialism, modernity and racial terror and the possibilities of building another world from the experience of black women in their experiences, strategies and knowledge production. It starts with events in which the race breaks out among the babassu coconut breakers during the Marcha das Margaridas, and from there, think about other possibilities, both practical, theoretical and analytical, those of black women in their experiences, struggles and challenges.

Keywords: racism, black women, black bodies, babassu coconut breakers

INTRODUÇÃO

Este artigo toma como pressuposto a indissociabilidade das experiências negras em diáspora a partir da existência de comunidades negras múltiplas que, apesar de recortadas por diferenças e desigualdades, constituem-se como indispensáveis para a existência negra. Parte-se da ideia de que há vínculos efetivos compreendidos a partir do universo posto de desigualdades e da possibilidade concreta de construções

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Brasil. E-mail: igorthiago.sousa@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Brasil. E-mail: ganmacedo@gmail.com

solidárias de autoproteção, de segurança, de vidas saudáveis. Por sua vez, se reconhece o machismo praticado por homens negros, o exercício de poder desigual destes sobre corpos de mulheres negras, porém, aposta-se na ideia de comunidade negra como matriz de enfrentamento a modos de vida assassinos perpetrados pelo capitalismo, e que tem como base indispensável o racismo e o sexismo propiciando, em termos de irrestrita exploração, a morte e o descarte de corpos negros.

Neste artigo, partir-se-á da experiência de pesquisa com quebradeiras de coco babaçu, em como é possível atender ao chamado para a resistência a partir dos apontamentos de Rosenilde Gregória dos Santos Costa, quilombola e quebradeira de coco, oriunda do município de Viana (MA), uma das fundadoras do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Para isso, o texto se divide quatro partes, na primeira é proposta uma reflexão sobre a raça como um marcador de desigualdade e de desumanidade das mulheres negras. Ademais serão analisadas situações nas quais a raça é um elemento que acaba por inferiorizá-las diante de sujeitas brancas, tomando como mote sua participação em grandes eventos nacionais de mulheres. No segundo momento, as reflexões se voltam para as assimetrias presentes em um local no qual raça, supostamente, não seria um elemento discriminatório. Na terceira e quarta parte, o diálogo segue a partir da necessidade de generificar raça e racializar gênero, pois é a partir de tais ações que são construídas saídas possíveis para as comunidades negras. Para esse fim, busca-se dialogar com pensadores/as africanos e afrodiaspóricos/as privilegiando a teoria feminista negra, pois compreende-se que ela contribui de forma propositiva para que mudanças efetivas ocorram na realidade de comunidades negras.

Raça como marcador de desigualdade e desumanidade: quebradeiras de coco babaçu postas em Marcha

Rosenilde Gregória, assim como tantas outras mulheres, compõe o MIQCB, movimento que conta com milhares de mulheres, designadas genericamente como agroextrativistas, nos estados do Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará. Tal movimento possui uma gama étnico-racial, uma vez que entre elas há quilombolas, indígenas, camponesas e sertanejas, essas mulheres residem em diferentes composições: terras devolutas, assentamentos de reforma agrária, aldeias indígenas e comunidades quilombolas, onde é possível observar tanto as dimensões da vida, do trabalho agroextrativista com o coco babaçu quanto a heterogeneidade política da formação do movimento.

Para o surgimento do movimento, é importante atentar para o trabalho de entidades de mediação na trajetória de articulação das quebradeiras de coco babaçu em algumas regiões do Brasil, em especial: a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, com atuação na região da Baixada/MA; a Comissão Pastoral da Terra/TO, com atuação no microrregião do Bico do Papagaio; o Centro de Educação Popular Esperantinense, com atuação em Esperantina/PI; o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, com atuação no município de Imperatriz/MA; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura/ TO e a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, com atuação na região do Mearim/MA (EIQCB, 1991, p. 06).

A luta por acesso à terra e condições de trabalho acontece desde meados da década de 1950, em associações, em sindicatos e em diversas entidades de trabalhadoras, que vêm se organizando em torno de reivindicações pela terra, pelo acesso aos babaçuais, por condições de trabalho e por outras pautas (RÊGO e ANDRADE, p.50).³ O contexto histórico de surgimento do MIQCB atrela-se à complexidade étnico-racial das mulheres que o compõem e de um cenário histórico-social de reorganização da sociedade civil em torno de políticas democráticas. Assim, o I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu ocorre em 1991, na cidade de São Luís/MA, tendo como objetivo discutir: o processo de organização das quebradeiras de coco babaçu, a defesa das áreas de babaçuais e as alternativas referentes ao uso e o beneficiamento e comercialização de produtos oriundos do babaçu. Ademais, buscou-se dar visibilidade às situações de conflito, como a grilagem de terras e a prisão do coco. A organização do MIQCB, desde o início da década de 1990, coloca-se em um local de privilégio do ponto de vista da articulação política, próxima de completar trinta anos de existência, com sua ação sendo essencial para a defesa de seus modos de vida e das áreas de babaçuais.

Para situar o processo de prisão do coco, e os conflitos enfrentados por elas, Maristela de Paula Andrade (2007) aponta a mobilização das quebradeiras pelo acesso aos babaçuais:

Toda vez que solicitamos a essas mulheres [...] para discorrerem sobre as lutas que as levaram à conquista da terra e dos babaçuais, elas remontam ao tempo em que o acesso aos babaçuais e, portanto, a extração do babaçu deixou de ser livre. Toda vez que lhes pedimos para comentar sobre o processo que as levou a se livrar dos atravessadores, a controlar o beneficiamento das amêndoas, a comercialização e, até

³ Para citar algumas entidade de representação: Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais - Lago do Junco (AMTR); Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis; Cooperativa de Pequenos Produtores de Agroextrativistas de Lima Campos.

mesmo, a exportação do óleo para o mercado internacional, as narrativas remontam ao denominado *tempo do coco preso*. A memória das lutas travadas para garantir o livre acesso a esse recurso vegetal remete, nas narrativas, a um tempo em que os babaçuais deixaram de ser recursos abertos, usufruídos em sistema de uso comum. O chamado *tempo do coco preso* não corresponde, necessariamente, ao tempo cronológico. Nós o datamos na década de 80, por ter sido esse o período em que as fontes escritas registraram o maior número de confrontos, de mortes, de incêndio de povoados, de destruição de casas, de escolas, de igrejas, de prisões, de ataques de pistoleiros (ANDRADE, 2007, p. 446).

Importante situar que, ao remeter ao processo de prisão do coco babaçu, alude-se tanto para a constante concentração fundiária como para um dos marcos da malha agrária do Maranhão, que foi agravada com a venda de grandes faixas de terras públicas para empreendimentos empresariais e a consequente restrição do acesso aos territórios até então de uso comum por parte de populações tradicionais ali habitantes ou que dali se beneficiavam com a coleta, plantio e acesso a recursos naturais. Esse tipo de empreendimento empurrou faixas significativas de populações rurais para a condição de pobreza, impedindo-lhes de realizar roças e caça, de fazer usufruto de áreas de extração, e de utilizar rios, igarapés e lagos.

Este período, na memória dessas mulheres, é de fome, falta de áreas para cultivar e de constantes humilhações, já que as terras foram privatizadas via incentivos oficiais. Essas mulheres têm, então, na extração do coco babaçu a única fonte de renda familiar. Tal atividade, tipicamente feminina no meio rural maranhense, colocava-as em confronto direto com situações de privação, já que atravessavam o arame farpado, contestavam a proibição de fazendeiros e a vigilância de vaqueiros, pois ou o faziam ou as famílias não se alimentavam. É nesse sentido que as quebradeiras falam da luta pelo “coco livre”, buscando o acesso às faixas de babaçuais, a criação de assentamentos de reforma agrária, estabelecer a venda das amêndoas sem atravessadores, o beneficiamento de produtos oriundos do babaçu e requisitando, também, a conquista de territórios usurpados e o reconhecimento formal de territórios defendidos a ferro e fogo de grileiros, grupos empresariais e da ação de instituições públicas e privadas, através de grandes projetos de desenvolvimento econômico. Lutar para libertar o coco era a tentativa de libertar a si mesmas e a suas famílias da sujeição e da fome. Trata-se aqui de uma economia de guerra estrategicamente pensada, como situa Andrade (2007), pois o protagonismo dessas mulheres não se dava no vazio atomizado, mas em consonância com a luta de seus companheiros contra grilagens e expropriações.

Espaços de construção política coletiva são importantes para dar visibilidade e amplitude à luta das mulheres. O MIQCB é historicamente um dos construtores e

potencializadores de um dos maiores espaços coletivos de luta de mulheres, a Marcha das Margaridas. A Marcha é um grande evento de mobilização que ocorre desde 2000 em Brasília/Brasil, se repetindo em 2003, e logo após passou a ocorrer de quatro em quatro anos. Tem como público mulheres do “mundo rural”, sobretudo vinculadas a sindicatos de trabalhadores rurais e de agricultores familiares⁴.

Na edição de 2019, teve como lema “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência” e os seguintes eixos: pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética e pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; por terra, água e agroecologia e por autonomia econômica, trabalho e renda; pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade e por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; por previdência e assistência social pública, universal e solidária e por saúde pública e em defesa do Sistema Único de Saúde; por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo.

Ela teve um público estimado de 100.000 mil pessoas e a delegação das quebradeiras de coco babaçu foi considerada a maior. Houve a presença de organizações e coletivos de cinco continentes, totalizando 54 entidades de África, Ásia, Oceania, América e Europa, sendo a Marcha reconhecida como um espaço coletivo de apresentação de demandas ao poder público, de construção de vínculos de solidariedade e de visibilização das lutas e aprendizados, conforme informes da própria Marcha. Em meio a toda essa complexidade, a construção da Marcha das Margaridas torna-se um lugar de possibilidades políticas, de potência e de combate às violências estruturais das quais as mulheres são submetidas cotidianamente. Todavia, veremos a seguir que apesar das potencialidades de construções outras da Marcha das Margaridas, tal espaço não está livre de opressões, pois, mesmo em espaços em que não deveria existir, o racismo opera a partir das engrenagens postas.

⁴ É organizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Tem como parceiros a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a União Brasileira de Mulheres (UBM), o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), o Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia (MAMA), o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado (Coprofam), a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem/Brasil), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Situando acontecimentos: assimetria e corpo negro

Entre milhares de pessoas que desembarcam simultaneamente de ônibus recém-chegados de diversas localidades do Brasil, a expectativa era reunir diferentes regiões e grupos de mulheres para a Marcha das Margaridas em Brasília, Distrito Federal. Estas mulheres param em um estacionamento grandioso, onde os ônibus se acomodam e seguem para o Centro de Convenções onde ficarão hospedadas. Eu, ao entrar no alojamento, tenho noção de que não estou lidando com qualquer evento, pois se o momento inicial é de espanto pela grande quantidade de mulheres de vários lugares do país, este espanto é corroborado por medidas de segurança adotadas, em que a utilização das pulseiras de identificação se mostra indispensável para circular no local “pois elas servem para evitar a circulação de pessoas estranhas e possíveis riscos”, nos alerta o chefe da segurança do local em fala pública. Quando de nossa chegada, muitas delegações já estavam instaladas e acomodadas. Assim, sigo com um grupo de quebradeiras de coco babaçu para a instalação. Trata-se de um local grande, com muitas pessoas circulando e que servirá para as atividades durante o dia e o pernoite, tendo em vista a marcha até a sede do Governo Federal no dia seguinte.

Neste momento surge entre nós um primeiro incômodo, há uma rápida movimentação e percebemos que nossa chegada faz com que um grupo de mulheres brancas saia bruscamente do local, frente à chegada de nossa delegação composta majoritariamente por mulheres negras. Escuto das mulheres mais próximas a mim, ao ver todo o deslocamento, que o motivo da movimentação tão brusca seria que “esse povo acha que a gente é suja por ser quebradeiras de coco babaçu”, seguidos de risos e piadas.⁵

O episódio acima narrado situa um ambiente no qual mulheres poderiam ser descritas enquanto semelhantes, a partir de situações análogas no mundo rural, de opressões que as posicionariam em um lado comum e único contra degradações múltiplas. Todavia, apesar da potência posta em Marcha e de vínculos de solidariedade declarados e expressos, há engrenagens que agem, moldam e configuram as relações sociais. Nesse sentido, estas mulheres são também recortadas e apartadas por um elemento que torna um grupo zoomorfizado, animalizado em relação ao outro. Então, segure-se as seguintes perguntas: o que assegurava que mulheres recém-chegadas de viagem, apressadas por um banho, fossem tão rapidamente identificadas e mapeadas?

⁵ O episódio narrado faz parte da pesquisa de doutorado em Sociologia de um dos autores deste artigo, na ocasião da Marcha das Margaridas que ocorreu em Brasília – DF, em agosto de 2019.

O que configurava as medidas espaciais que grupos deveriam ter em relação aos outros? Quais eram as distâncias necessárias que deveriam tomar ou não?

Assim, em meio a pluralidade do mundo rural, raça tem uma força, carrega uma possibilidade de mapeamento de não-humanidades, mesmo que, muitas vezes, não sejam enfaticamente discutidas por organizações e coletivos ou sejam vistas como meras diferenças residuais. Fred Aganju Ferreira (2020), ao expor seu trabalho de pesquisa militante, situa dois acontecimentos, de um lado, um jovem negro assentado lhe expõe o lugar da raça em seu entendimento a partir de um trecho de uma música dos Racionais MC's:

O jovem participava ativamente do Movimento, em ocupações, eventos, congressos e atividades culturais ligadas ao MST. Ele pronunciou tais versos quando o indaguei sobre o lugar da questão racial e dos negros/as na reforma agrária, sua resposta foi o trecho da música de Rap, que para ele, sintetizava o significado da reforma agrária em um país cuja maioria da população, na cidade e no campo, é de negros/as (FERREIRA, 2020, p. 69).

Essa fala materializa raça como um acontecimento, como um atravessamento que cinde até os lugares supostamente os mais democráticos e mais igualitários possíveis. Uma potência que, enquanto tal, deve ser levada a sério em suas consequências e efeitos desestabilizadores na luta por condições mais dignas nas mobilizações, sejam elas no mundo rural ou urbano.

Em diálogo com um dirigente estadual do MST-BA, ao questioná-lo sobre os aspectos raciais nas esquerdas, em especial em seu movimento, a resposta ouvido foi que esta questão é desnecessária, sendo completamente apagada e desmerecida, pois criaria divisionismos, pois a classe seria o fundamento das lutas, conforme situa o autor:

O tema de nosso debate foi sobre a questão racial nas esquerdas marxistas. O dirigente, um homem branco, defendia que a luta de classes rumo a uma sociedade socialista, destituiria as hierarquias de base racial, dessa forma, segundo ele, debater raça, racismo ou a questão racial de forma geral, dentro do MST, ou na luta política como um todo, criaria um divisionismo desnecessário. O debate foi se aquecendo até o ponto que com certa rispidez o dirigente esbravejou: *“Companheiro, Sem Terra não tem cor, muito menos raça. Aqui todo mundo é uma classe só”* (FERREIRA, 2020, p. 70).

Vale pensar que raça nunca se opera desatrelada de outras opressões, ela está vinculada às questões de gênero, de sexualidade, de classe e de regionalidade. Todavia, o que se tem feito historicamente é suprimir a discussão racial realizada no Brasil, assegurando caminhos únicos, estreitos, pouco contextualizados e incapazes de ouvir quem se pretende guiar, muito menos possibilitar uma construção conjunta, em que os sujeitos racializados, sejam sujeitos de sua própria história. Nesse sentido, o

caminho apresentado no diálogo, só manifesta que a luta contra a subalternidade deve ser múltipla ou não o será, mantendo-se incapaz frente a realidades complexas, ela não conseguirá fazer dos sujeitos agentes em sua própria realidade de forma eficaz, incidindo em como vivem as realidades postas, em formuladores de respostas para suas vivências, mas reprodutores de modelos, fórmulas que são consideradas clássicas, inclusive mágicas em vários momentos, pois transformariam a realidade a partir de palavras de ordem.

A partir das provocações lançadas por Aganju Ferreira, de um lado vê-se o anseio por humanidade a partir de seus próprios termos, como fica expresso na conversa entre os dois militantes negros, um pesquisador e o outro um assentado de reforma agrária, em que o jovem assentado ao ser perguntado sobre questão racial responde entoando um rap para se referir ao que pensa ser a reforma agrária. Em paralelo, vê-se o desprezo por debates e por questões relacionadas à questão racial por quadros dirigentes, enfocando as lutas a partir de diretrizes consideradas já clássicas. Tomando esse conflito, entre negação e afirmação da raça, gostaríamos de pensar o trabalho de campo na Marcha das Margaridas e como um evento em que raça eclode pode propiciar reflexões a partir das vivências de mulheres negras.

Assim, gostaríamos de propor que o estatuto desigual de humanidade está expresso a partir da raça. A condição de “sujas” e abduzíveis situa os estereótipos e marcações no imaginário social que remetem a negritude dos corpos das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Raça permite compreender a indisposição, o incômodo e o asco que a presença negra causa. Seguiremos nossa reflexão sobre quais os efeitos do racismo, em especial o racismo antinegro, e propomos uma discussão com interlocutores/as que nos situam sobre as especificidades deste fenômeno.

Na reflexão sobre o mundo contemporâneo, deve-se atentar que negro como categoria se confunde com os conceitos “escravizado” e “raça”. A palavra “negro” está impregnada no imaginário social mais genérico numa associação cruel entre pessoas negras e escravizadas. Isso se dá porque ao falar sobre a experiência negra, remete-se ao sistema escravista nos primórdios do colonialismo, pois esta experiência nesse período foi construída. De tal forma, para o filósofo camaronês Achille Mbembe (2014) raça se trata de um alterocídio, uma construção fictícia, um complexo perverso em que o *outro* deve ser indissociavelmente combatido, deve ser destruído ou “administrado” se possível. É, sobretudo, uma representação fictícia de outras *gentes*:

Quanto ao resto, trata-se do que se apazigua odiando, mantendo o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o Outro não como *semelhante a si mesmo*, mas como objecto intrinsecamente

ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controlo total (MBEMBE, 2014, p. 26).

Se é uma construção imagética e fictícia, esta não deixa de construir e dispor a realidade. Como bem salienta Mbembe, ao refletir sobre África e sobre os negros em específico, raça trata-se da capacidade de perceber o outro como desprovido de humanidade, logo, a ausência de universalidade, como o específico, o identitário, enquanto ser animalizado, desprovido de razão, ou de qualquer outra capacidade humana, sendo a ele reservada a condição daquele que se combate, aquele do qual se deve proteger a família e as propriedades, daquele de quem se deve manter distância. Logo, a África e negro são lidos como ausências, incapacidades, aquele que se odeia, por isso presume-se a violência, logo, deve ser violentado gratuitamente.

Assim, não seria estranho associar negridão a sujeira, e, fazendo essa associação, não seria atípica uma rápida movimentação, visando fugir do incômodo latente causado pelo encontro entre corpos negros e brancos, uma vez que é o que está posto no universo de possibilidades, como revelado a partir da movimentação de mulheres brancas frente a chegada de um grupo de quebradeiras de coco babaçu negras. Não se trata aqui de escalonar a violência entre os casos importantes que merecem debates, logo, casos de racismo explícito e aqueles menores, quase inofensivos, mas, na verdade, situar que raça opera como um marcador social, provocando desde a indiferença com as mortes negras, a sua desumanização constante, até o incomodo que o corpo negro causa frente ao branco, remetendo-se ao imaginário social mais difundido: a associação entre os negros, a sujeira e a escravidão. Como nos sugere Frank B. Wilderson III, “mesmo se eu me disser: Eu não sou um Escravo”, não somos nós que decidimos o que acontece” (Wilderson III, 2020, p. 04), ou seja, não há controle sobre o ocorre, sobre como se é recebido ou que tipo de tratamento será imposto.

Deste modo, se raça é a ficção pela qual se condena outrem a não humanidade, é também a saída encontrada por aqueles desprovidos de universalidade, a resposta dada ao olhar branco. Aqui pode-se avançar um pouco mais no diálogo, em que a figura do colonizado frente ao branco aparece atônita, insegura, ora com medo, ora com ódio, ora com desejo de vingança, conforme situa Frantz Fanon:

Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas (FANON, 2008, p. 104).

Nesse sentido, o negro frente ao branco é aquele que é atravessado pela insegurança, aquele que performa a corporalidade e tem que lidar com um olhar que o reduz, o situa, o mapeia e lhe retira os atributos de dignidade. A tentativa de passar despercebido se mostra em vão, se é um objeto em meio a outros, exige-se mais do que o ofertado. Reclui-se, encolhe-se, mas onde se esconder? Há negridão por todo corpo que é impossível não ver.

O que é que isso significava para mim, senão um desalojamento, uma extirpação, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo? No entanto, eu não queria essa reconsideração, esta esquematização. Queria simplesmente ser um homem entre outros homens. Gostaria de ter chegado puro e jovem em um mundo nosso, ajudando a edificá-lo conjuntamente (FANON, 2008, p. 106).

Aqui, gostaríamos de sugerir a relação direta entre negrura e sangue coagulado, e que o sangue coagulado é senão para o olhar branco sujeira, a necessidade de uma limpeza que torne o ambiente agradável novamente. Todavia, deseja-se ser pleno, não meramente aceito, incluído, mas ser ativo, ter voz, edificar conjuntamente o mundo, porém, há mapeamentos, há enquadramentos que situam, posicionam, determinam até onde é possível ir, e, no caso em estudo, que distância manter.

Exige-se explicações, há raiva, e é com ela que se explode, e o corpo que eclode é reunido por um outro eu. Na ausência de reconhecimento por parte de outro, se faz necessário se fazer conhecer (FANON, 2008, p. 109). Evoca-se assim uma pluralidade negra que se não deve ser reduzida a raça, mas que não deixa de estar atravessada por tal acontecimento, mas é na pluralidade que se percebem as manifestações múltiplas que recusam o sentimento de inexistência.

Seguindo esse caminho, gostaríamos de explorar um tipo de análise centrada na díade negro e não-negro, ou seja, pensar a partir da estadia compulsória em dois grandes grupos raciais, a saber, *negros e tudo o há mais*. Nesse tipo de abordagem, o pertencimento a humanidade não se daria pela maior aproximação ao branco (*com toda a constelação que a ele e seu mundo são dados*), mas justamente pelo maior e progressivo afastamento do negro, uma migração no sentido de recusa, distanciamento e apagamento, assim mais humano se é quanto mais distante, oposto ao negro se está. Aqui, frisa-se um alargamento da concepção de humanidade, que inclui pessoas não-brancas e não-negras em que:

Nesse contínuo mais abrangente, graus de Humanidade não são conferidos a partir da branquitude, mas em relação à distância relativa da negritude. O conjunto da Humanidade, então, inclui pessoas brancas bem como pessoas não-brancas e não-negras. Ser humano é ser não-negro (VARGAS, 2017, p. 86).

Ser humano é não ser negro. Gozar de expectativa de vida (*digna*), saúde, acesso a equipamentos públicos e a alguma estabilidade econômica não está restrito à pessoas brancas, mas seria exclusivo de pessoas não-negras em que o elemento constituinte da humanidade seria ser não-negro, conforme situa Vargas:

Essa não-referência à não pessoa negra faz com que, não somente brancos, mas todas pessoas não-negras, derivem sua subjetividade e seus privilégios sociais relativos do fato de não serem negras. A pessoa negra, assim, não faz parte da Humanidade; essa pessoa torna possível, mas não é parte da hierarquia Humana (VARGAS, 2017, p. 87).

Aqui, evoca-se o ódio estrutural, franqueado e indispensável, como constituinte do mundo moderno, e por assim dizer, contemporâneo, em que o terror antinegro tem vítimas sistemáticas e gratuitas já presumidas, a morte que ronda, não apenas cerca, como aniquila e saqueia. Os graus de permissividade e acesso são dados a partir de degraus de distância do negro. Esse tipo de análise foca no “mundo negro” como sofrendo de forma incomparável aos não-brancos, por mais que não se exclua esquemas de racialização e dominação que estes últimos sofram.

Assim, reiteramos, que não se trata de escalonar sofrimentos, mas entender a presumibilidade, gratuidade e franqueamento aos quais pessoas negras, em nosso caso, mulheres quebradeiras de coco babaçu negras estão expostas frente ao mundo branco, em como em grandes atos, como na morte e destruição, mas também em aparentes sutilezas, raça opera como um marcador de assimetria e desigualdade entre corpos negros e não-negros. Frente a essa realidade, buscam-se estratégias de resistência a partir da experiência dos próprios sujeitos, de suas potências e desejos. Deseja-se dar a dimensão ao terror antinegro, e não o comparar a outras formas de racialização, e refletir sobre antagonismo estrutural fundante, o que demanda de nós a busca por alternativas coloquem fim a ele.

Mulheres, gênero e raça: contribuições para um debate adiado

Ao pensar nas possibilidades de experiências múltiplas frente a desumanização, na construção de conhecimento e estratégias frente a violência, chama-nos a atenção a elaboração de Patricia Hill Collins (2016) sobre lugares ocupados por mulheres negras em um mundo que as desumaniza, tornar-as menores em um mundo já apequenado, colocando-as em uma quarta posição: das exploradas dos explorados. Em seu esforço, a autora pensa em esquemas de construção de conhecimento entre mulheres negras, em como as suas vivências, os seus conhecimentos e da sua condição de partilha a partir do lugar de *outsider within*. Tal lugar pode ser definido pelo deslocamento, pelo não pertencimento ao espaço ocupado, pois, ao mesmo tempo que ocupam locais hegemonicamente brancos e masculinos, e

compartilham aptidões profissionais, tais atributos não asseguram a mesma condição, pois se tem o jugo do racismo antinegro. Ter as qualidades necessárias não as torna bem-vindas, tampouco não lhes assegura humanidade.

A exemplo disto, apontamos a experiência de mulheres durante a Marcha das Margaridas, um local cuja vivências são parte essencial da construção de suas lutas. Em meio a Marcha das Margaridas, ocorrem espaços de debates e apresentação de experiências entre as mulheres de todo Brasil, em um deles, Rosenilde Gregória, quilombola e quebradeira de coco babaçu, é convidada a falar sobre o Maranhão e as lutas travadas no estado. Há muita expectativa entre as presentes, sobretudo, pelo possível relato de conquistas e avanços que um governo de esquerda teria em nível estadual, notadamente em um momento de ascensão de governos de extrema-direita no país e mundo. A fala de Rosenilde situa que:

[...] A gente tem que começar a voltar para casa, assim no pensamento, porque essas derrubadas no Maranhão e nos outros estados, essa devastação, essas expulsões tirando o povo para colocar obra, colocar hidrelétrica, para colocar ferrovia, para colocar soja. Lá no Maranhão tem tudo isso, tudinho. Para colocar criação de gado, para colocar eucalipto e para colocar agora o porto e tudo isso que acabamos de falar, e aí eu queria dizer para gente, porque a gente não quer vir denunciar isso aqui na marcha, não. A gente tem que fazer isso no nosso estado porque não se faz revolução em Brasília, a gente precisa fazer isso no nosso estado. Por que se nós não fizermos isso no nosso estado... porque o estado tem secretaria de meio-ambiente, funciona companheira? Se não funciona, vamos fazer funcionar, mas a gente não se junta para se sentar na porta da secretaria do meio-ambiente do nosso estado. Aí a gente tem que trazer uma coisa que tem que falar para nós. Porque nós não temos que fazer a revolução em Brasília, porque se no nosso estado, nosso povo tá pegando porrada, vamos se juntar com eles lá. Porque a gente só vem se juntar aqui e aí eu tenho raiva daquela historinha que ninguém solta a mão de ninguém. A gente só não vai soltar a mão de ninguém o dia que a gente tiver coragem de pegar a mão da outra. Quem foi que pegou na mão do Cajueiro? Quem foi que pegou na mão do Cajueiro quando a polícia do governo do Estado tava lá metendo a porrada? Eu tenho certeza que um monte de gente do Maranhão que tá aqui não faria isso porque não fez e porque não faz em outro momento. Aí é por isso que: a gente tá junto, mas ainda não tá misturado e a gente precisa se misturar. A gente precisa dar a mão para gente dizer que tá aqui defendendo uma a outra.⁶

A fala por mais que recebida com aplausos, causou comentários contrários, no sentido de ser lida como “radical” e “pouco contextualizada com a situação do país sob comando do governo Bolsonaro”, assim, contrariou expectativas em jogo. Neste, alguns riscos merecem ser corridos, certos efeitos indesejáveis são aceitáveis, alguns corpos parecem valer menos na equação, são dispensáveis, e nesta equação, a díade negro e não-negro nos ajuda a oferecer respostas.

⁶ Rosenilde Gregória em debate na Marcha das Margaridas em 13 de agosto de 2019.

Na ocasião relatada, por mais que fosse possível presumir situações de semelhança e exploração comum entre as presentes, a condição de deslocamento de grupos de quebradeiras negras era perceptível frente às demais presentes. A insígnia em boa medida parece ser “vidas negras importam menos”, e compartilhar o mesmo espaço não significa igualdade, pois, não há impedimento para que a epiderme compute como significativa, que haja abjeção e desumanização dos corpos negros.

Nesse sentido, ao pensar no diálogo com Patrícia Hill Collins, faz-se uma interessante proposição sobre a possibilidade de construção de conhecimento entre mulheres negras, a partir de diferentes experiências, da partilha de vínculos, códigos e sob o prisma do feminismo negro. Eis uma aposta instigante:

A insistência quanto à autodefinição das mulheres negras remodela o diálogo inteiro. Saímos de um diálogo que tenta determinar a precisão técnica de uma imagem para outro que ressalta a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si. Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos (COLLINS, 2016, p. 103-104).

Assim, para Hill Collins, seria possível compartilhar certas experiências em comum com mulheres negras empregadas domésticas nos EUA a partir de sua própria vivência racial enquanto *outsider within*; na condição de professora universitária, uma profissão majoritariamente branca e masculina, com pouquíssimas e raras exceções. A questão posta não se trata de um desenho ou esquadrinhamento de qualidades *per se*, mas de imagens que se articulam na construção de “matrizes de dominação”, ou seja, imagens que tendem a naturalizar, a situar e a converter em lógicos lugares socialmente ocupados por mulheres negras e não-negras. Mais do que descrever os lugares que as mulheres negras ocupam, Patrícia Hill Collins (2019), situa-se na compreensão de como as estruturas se articulam para lhes colocar em lugares sociais determinados, ou seja, em como são percebidas como fora do perfil daqueles que são espertos, talentosos, competentes. Mais do que concepções erradas, equívocos, as imagens de controle se referem a como determinadas ideias são aplicadas a mulheres negras e permitem certo tratamento, imagens que constroem a realidade e produzem efeitos de poder.

Tais ideias vão desde a disponibilidade sexual, a agressividade, o destino ao cuidado maternal ou alheio. Essas imagens tendem a construir mulheres rebaixadas, que se sentem inferiores às demais e acreditam não terem capacidades e aptidões além

das imagens em questão. Elas não se referem apenas aos negros, mas situam os sujeitos e sua humanidade e os não sujeitos e sua não humanidade. Eis todo esforço que reside na possibilidade de como mulheres negras podem se comunicar na construção a partir desse prisma, em conhecimentos e experiências divididas pelo jugo do racismo antinegro e do protagonismo frente à constante desumanização.

Ao ver a fala de Rosenilde Gregória é notável sua conclamação à luta em que “só se pode soltar a mão de quem já se pegou”⁷, uma resistência que atenta para aspectos de solidariedade concretos, no chão da vida, em meio a porrada que nossa gente toma⁸. A questão é muita gente só olhou, não se sensibilizou, não chorou, não se revoltou, e se fez tudo isso, não o fez além de reclames pessoais estáticos e atomizados, Pensar sobre reclames nas redes sociais frente a obras de grande porte, ao desenvolvimento, progresso e as promessas de prosperidade, bem-estar e segurança que significam nada mais nada menos que brutalizar corpos racializados que impedem essa concretização. O imaginário de estereótipos sobre negros se atualiza para empecilhos ao desenvolvimento, atraso, barreiras para o progresso da nação.

Ao falar do tratamento recebido, mais do que lamentações e choros, Rosenilde expressa na carne sua não aceitação ao mundo dos não humanos, ela se faz ouvir mesmo que não o queiram e diz com força, como é tão bem conhecida entre as quebradeiras de coco babaçu. Assim, ao atentar para que “não se faz revolução em Brasília, a gente tem que fazer isso lá no nosso estado. Se nosso povo tá pegando porrada lá no nosso estado a gente tem que se juntar com eles”.⁹ Se há um chamamento para a luta, ela o faz pontuando as experiências de pessoas negras frente ao seu sofrimento, pois continuamente se está sujeito a escamoteamentos e à secundarização. Nesse sentido, a aposta feita por ela é pela organização vinda dos de baixo, na possibilidade de dividir vivências e conhecimentos frente ao sofrimento e brutalidades e não esperar por eventos grandes, por audiência ou por momentos oportunos. Não se trata de não aproveitar as oportunidades, mas estas são fruto da organização, da luta no chão e não de meros momentos de entretenimento para um público curioso.

Para os desavisados, não é incomum críticas ácidas desse tipo de visão apresentada por Rosenilde Gregória, mostrando avanços em termos de direitos e garantias formais frente a formas de racismo e de exploração. Para além das formalidades e conquistas mínimas de cidadania, o que se vive é a constante e incessante retirada de humanidade e da dignidade de pessoas negras, uma vez que

⁷ Rosenilde Gregória em debate na Marcha das Margaridas em 13 de agosto de 2019.

⁸ Idem.

⁹ Idem, ibidem.

elas não são entendidas como humanas, ou seja, não são pertencentes a tal domínio. Eis o brutal convívio com a violência gratuita e estrutural. Como aponta Vargas:

Ou seja, negros vivenciam violência não por causa do que fazem, mas por causa de quem são, ou melhor, de quem não são. A violência gratuita equivale a um estado de terror que é independente de leis, direitos e cidadania. A violência gratuita é terror porque é imprevisível na sua previsibilidade, ou previsível na sua imprevisibilidade. Da perspectiva de uma pessoa negra, não se trata de perguntar se ela será brutalizada a esmo, mas *quando* (VARGAS, 2017, p. 93).

O quadro de dor e morte que explica os mais de 100 tiros por suposto *engano*, as crianças executadas, os trabalhadores sumindo ao ir ou voltar do trabalho, as mulheres estupradas, os jovens linchados em praças e ruas de cidades de grande e médio porte, as pessoas sendo atacadas pela polícia, outras mortas por jagunços a mando de fazendeiros e uma população carcerária funcionando como depósito de qualquer incômodo, real ou imaginado. A morte negra não causa escândalo, causam rápidas lágrimas que se dissipam no calor de novos acontecimentos.

Nesse sentido, cabe um profícuo debate com Lélia Gonzalez, autora responsável por seguir caminhos que pensam a possibilidade de outro mundo, sem ceder a reformismos gratuitos, tão em sintonia com Rosenilde Gregória. Se a condição negra é estar no lixo, é não ter qualidades, o que nos resta? É exigir a fala e *o lixo vai falar, e numa boa!* (GONZALEZ, 2018, p. 193). Eis uma série de imagens que constroem os entendimentos mais comuns no Brasil, conforme a autora:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta (GONZALEZ, 2018, p. 193).

Essas imagens degradantes também se atualizam em outro plano, o de objeto sexual de exportação, passista que faz homens de todo Brasil e mundo perderem a cabeça no período do carnaval; por sua vez, há também a figura da mucama, aquela que carrega sua família e a dos outros nas costas, o burro de carga dos brancos, a figura do cotidiano doméstico. A figura da negra prestadora de serviços pode ser atualizada e pensada a partir de tantos outros exemplos: da atendente de caixa, garçoneiro, zeladora e tantas outras ocupações. Nesse plano, essas figuras se atualizam para “os empecilhos ao desenvolvimento, as violentas, selvagens, bravas, bichos do mato”. Não se trata aqui de meros lugares sociais, de comentários daqueles que poderiam desconhecer as qualidades sobre quem falam, mas de como imagens

naturalizadas sobre as mulheres negras constroem compreensões, relações de poder e tratamentos, ou seja, constroem um mundo, expectativas sobre ele e autopercepções atomizantes. Lélia Gonzalez aponta que:

A negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos e seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas”, estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país (GONZALEZ, 2018, p. 199).

O exemplo exposto pela autora nos faz pensar tanto em singularidades da mulher negra, quanto a equação geral que incorre sobre os corpos negros. Há com recorrência corpos femininos sendo superexplorados, sexualizados, vendidos, estuprados, expulsos e descartados, porém, há uma economia de guerra contra os corpos negros como um todo, ferindo “seus homens, irmãos e filhos”(GONZALEZ, 2018, p. 199), ou como nos diz Rosenilde “do povo tomando porrada”, em um dilaceramento a partir da epiderme, da constatação que se ser negro é não ser humano, logo, estão disponíveis frente as perversões da branquitude. Porém, é a partir daquilo que comumente é visto como dispensável que se chama para abalar os alicerces do mundo posto, destruir a ordem e sua estrutura.

A economia da morte está indissociada da experiência negra na diáspora, uma vez que os corpos negros são animalizados, subalternizados e exterminados e há a morte não apenas dos corpos, como também dos símbolos e significados da negritude. Ao pensar sobre isto e fazer este movimento, que não está inerte a questões políticas, é necessário ver como:

Nega-se a membros das comunidades negras na diáspora o direito de sobreviver plenamente como cidadãos ou seres humanos – o genocídio como um fato constitui o sustentáculo, a base de onde as variadas manifestações de negritude que definem a diáspora são construídas (VARGAS, 2010, p. 34).

Há morte por todos os lados. É sobre mutilações e cadáveres que temos construído existência. Neste cenário de violências imbricadas e cotidianas à comunidade negra, ressaltamos as especificidades das mulheres negras que são atingidas pelo machismo, sexismo, o não direito sobre seus corpos, que evidentemente, não se reclinam ao atravessamento de questões de classe. Apontamos as responsabilidades dos homens negros na reprodução de tais opressões, afinal suas masculinidades foram construídas dentro preceitos colonialistas, ou seja, a partir de valores construídos no Novo Mundo, um mundo em que a colonialidade é quem dita as

regras de normalidade e ela é patriarcal, cristã e branca e violenta (hooks, 2019). Contudo, destacamos valores comunitários que os unem enquanto grupo, a partir do pertencimento racial, do coletivo, um corte na carne de todo sujeito negro, que é adicionado a outros elementos.

A dimensão do colonialismo que aparece na fala de Rosenilde Gregória aponta que as mulheres são vítimas do colonizador, que por ele são alienadas, para ela [Rosenilde] o que parece estar em questão é a necessidade da luta das mulheres negras e não-brancas, necessitando essa luta ser aliada ao combate às violências que a comunidade negra sofre. É sobretudo uma luta contra o racismo em todo seu ódio estrutural e contra a violência dos corpos colonizados.

Logo, a Marcha das Margaridas, representa para essas mulheres um local de visibilidade e disputa política contra a opressão colonial e o racismo antinegro que assola parte das quebradeiras de coco babaçu, suas famílias e suas comunidades. Rosenilde Gregória ao convocar o público da Marcha para luta pela comunidade do Cajueiro aponta para uma saída coletiva, para o combate à dor, ao assolamento que são expostos pelas políticas governamentais, políticas essas que são estruturadas a partir do racismo, do machismo, do sexismo e do classismo.

Aportes para a luta: racializando gênero e generificando raça

Nesse momento buscamos refletir sobre algumas categorias que foram apresentadas ao longo do artigo, partimos, portanto, dos questionamentos de Ochy Curiel a fim de alargarmos a ideia de descolonização e decolonialidade do saber, já apresentadas na introdução, tendo em vista o gênero de forma racializada, encaramos a comunidade negra como um todo e em sua complexidade, busca-se distanciar da naturalização da categoria gênero apenas como o feminino. Ou seja, a comunidade negra não pode ser pensada sem que raça, gênero, sexualidade, classe sejam interseccionadas. Ochy Curiel aponta que:

Realmente se ha descolonizado el pensamiento y la teoria feminista latinoamericana? Me atrevo a decir casi un rotundo no, con algunas excepciones. Por más que conozcamos el proceso de colonización histórica y que siempre reaccionemos ante él desde la perspectiva de la economía política seguimos pensando que estamos “privadas” de algo, aquello que nos falta para convertirnos en europeas o en norteamericanas. (CURIEL, 2009, p. 05)

Ochy Curiel aponta a necessidade de análises latino-americanas e caribenhas sem condicioná-las às teorias feministas brancas europeias e norte-americanas, neste interim se torna proficiente o debate da teórica feminista Oyêróké Oyêwúmí, feminista nigeriana professora associada de sociologia na Universidade Stony Brook,

em Nova York, no qual ela aborda como a etnia Iorubá³ se organiza tanto em âmbito público quanto privado e aponta que o gênero não é um princípio organizativo de tal sociedade.

Oyêrónké Oyêwúmí ao interrogar gênero e a sua forma eurocêntrica de pensar as experiências feministas e em especial a família nuclear, tenciona a forma como a construção do saber é feita, o que para autora influencia na forma em como se lê o gênero. A autora propõe uma epistemologia que explique não apenas as sociedades africanas, mas que essas experiências sejam capazes de contribuir para teoria feminista geral.

As críticas sobre gênero têm contribuído para pensar até que ponto o conceito pode ser estendido para pensar as experiências de mulheres não brancas americanas/anglófonas. As feministas negras estadunidenses ao articular raça, classe, sexualidade e gênero contribuíram para que as reivindicações feministas atingissem um patamar mais amplo, entendendo que as opressões estão articuladas. Todavia, fora dos EUA, os debates estão na necessidade de pensar o imperialismo, a colonização e as mais variadas formas de estratificação que são utilizadas como armas de opressão, local e globalmente.

Ao direcionarmos as lentes para o Brasil, veremos uma sociedade na qual mais de 50% se autodeclara negra, e como dito acima, as marcas de africanidade são muito presentes no país. Podemos perceber tal marca na forma de organização de algumas famílias não-gentrificadas, que Oyêrónké Oyêwúmí define:

A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-gentrificada. É não-gentrificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero (OYÊWÚMÍ, 2004, p. 06).

Ao analisarmos a comunidade negra brasileira entendendo o gênero a partir do que nos propõe Oyêrónké Oyêwúmí observamos não apenas o tensionamento das categorias homens/mulheres, mas sim de uma leitura aprofundada de gênero na qual essas categorias estão sendo tensionadas. Afinal, o homem negro tem as marcas da colonização tão profundas em seus corpos que estão em posição antagônica ao homem branco universal.

Para aprofundar os debates, mostra-se necessário refletir sobre o que significa ser negra/o: estar em uma escala de exploração e violência que nos coloca em posição de inferioridade e sujeição, em relação a mulheres e homens brancos. Grada Kilomba (2019), brilhantemente aponta sobre como um médico branco, ao atender uma menina

negra, sem qualquer reserva propôs que ela “cozinhasse as refeições diárias, da família, limpasse a casa e eventualmente lavasse suas roupas. Não é muito. Alguns shorts, talvez uma camiseta e, claro, nossas roupas íntimas”. (KILOMBA, 2019, p. 93), enquanto ele e sua família desfrutariam de suas férias.

A questão nessa cena é como uma paciente criança não é vista enquanto tal, é transformada subitamente em serviçal, empregada doméstica. Assim, uma relação profissional típica entre médico-paciente é transmutada em uma relação senhor branco e mucama. Como outrem pode ser desumanizado tão rápida e naturalmente? Kilomba sugere e se mudássemos o gênero e raça de nossos personagens?

O que se segue é uma intrigante mudança de posições entre homens (brancos e negros), mulheres (brancas e negras) e as pessoas negras não ocupam posições de poder capazes de lhes sugerir a possibilidade de interpelar outrem na condição de servente e serviçal. Conforme a autora:

Esse encontro revela como “raça” e gênero são inseparáveis. “Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo (KILOMBA, 2019, p. 94).

Nesse sentido, compondo o último bloco de diálogos gostaríamos de sugerir que a condição da mulher negra não está desatrelada de um pertencimento anterior. Ela é antes de ser mulher, negra; sendo negra, não é mulher, pois ser negro, como já se mostrou anteriormente, é não ter os atributos da humanidade disponíveis, é ser um não-ser. Assim, antes de se poder ser mulher, inscrever seu corpo sob tal signo, esta se inscreve por um pertencimento anterior, ou um não-pertencimento, estar numa zona de corpos caídos, dilacerados, ser a menor entre os já pequenos, ter um estatuto menor entre os já apequenados, conforme situa Grada Kilomba:

O mito da mulher *negra* disponível, o homem *negro* infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de “raça” interagem (KILOMBA, 2019, p. 94).

Aqui mantemos as especificidades expostas por Lélia Gonzalez ao tratar da condição da mulher negra, ao mesmo tempo em que atrelamos tais características a apontamentos já expostos por ela ao pensar em racismo e sexismo: se é mulher negra ou se é negra mulher. Ao mesmo tempo, vemos uma consonância entre Lélia Gonzalez e Grada Kilomba ao pensar que gênero e raça interagem, tem efeitos mútuos sobre si e tem resultados sobre os corpos das mulheres negras de formas específicas, ao mesmo tempo que não desatrelados dos corpos negros em geral, dada a condição fundante de não-humanidade.

Eis aqui um interessante diálogo com Rosenilde Gregória, uma vez que ao falar de dor e sofrimentos, mas também de lutas, pontua a interessante noção do “povo pegando porrada”¹⁰ e complementa com a irônica assertiva sobre “aqueles que nunca soltaram a mão de ninguém porque nem sequer pegaram”. Nesta fala, vemos uma produção sociológica potente em que esquemas de solidariedade vazios e baseados em critérios supostamente universais são substituídos por vivências concretas, por estar junto, pelo caminhar lado a lado, pelo pôr-se guerra pelos seus e por um mundo por vir, ou seja, não se pede ou solicita humanidade no balcão, esta é arrancada, tomada.

Assim, há uma consonância com as autoras, em primeiro lugar, ao pensar em esquemas de dominação que atravessam corpos de mulheres, seus companheiros, filhos e famílias, ou seja, numa relação que é atravessada coletivamente por raça, por como ela age sobre os corpos negros. Por sua vez, os vínculos de luta e resistência vem dali mesmo, pois destes nunca se teve a opção de soltar mão, sendo pensados a partir de práticas cotidianas de resistência milimetricamente executadas, visíveis ou invisíveis, mas assegurando vida e dignidade em comunidade.

Ao mesmo tempo que pontua a especificidade de uma luta que deve pensar raça e a ação de mulheres negras, ou seja, se o mundo as desumaniza, não basta uma ação meramente de denúncia, de lamento frente ao posto, é necessário se juntar, misturar-se, como pontua Rosenilde. Aqui se tem uma prática que possivelmente pensa povo de maneira estendida, ampla, insubmissa, pondo chamadas.

Assim, a possibilidade de diálogo entre as autoras parece residir no seguinte aspecto: se a condição feminina negra tem atributos especiais, estes não estão desatrelados da condição negra em geral, a não humanidade como um marcador que impõe ditames, estes por sua vez são intensificados, explorados e superdimensionados em uma economia da guerra contra corpos negros e agrilhoados por esquemas de dominação de gênero. Por sua vez, a possibilidade de construção de conhecimentos a partir do prisma das mulheres negras pode revelar tanto aspectos dessa sociabilidade quanto esquemas de resistência, construção de laços e estratégias destas em aliança, produzindo conhecimentos que explorem dimensões pouco atentas até então, que percebam construções potentes, submersas e/ou silenciadas, ou seja, pode-se situar as experiências das mulheres negras visíveis tanto na teoria quanto na história.

Tal assertiva se mostra rica por possibilitar a percepção de diferentes experiências de desumanização sob o jugo do racismo antinegro, em como este age sobre os corpos lhes sufocando até não haver mais ar; possibilitar diálogos frutíferos que podem avançar em possibilidades de construção entre mulheres negras e

¹⁰ Rosenilde Gregória em debate na Marcha das Margaridas em 13 de agosto de 2019.

comunidades negras na potência da vida, processando estratégias de enfrentamento de violações múltiplas a partir de suas próprias vivências, diagnósticos e cotidianidade na construção de outro mundo por vir. Por fim, pode-se complexificar e expor de forma mais contundente a relação entre mulheres negras, produção de conhecimentos e suas estratégias, suas leituras de mundo e as marchas postas em movimento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maristela Paula de.; RÉGO, Josoaldo Lima. História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. P. 47-57. Agrária. São Paulo. 2006.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, 99-127, jan.-abril 2016.

_____. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. Texto apresentado em: Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires en junio de 2009.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. SciELO-EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. Terra preta: raça, racismo e política racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Primavera das rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

MIQCB. Relatório do I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MA, PI, TO, PA). São Luís: I EIQCB, 1991.

OYÉWÚMÍ, Oyêrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático por Juliana Araújo Lopes, 2004.

VARGAS, João Costa. Por uma mudança de paradigma: antinegitude e antagonismo estrutural. In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83-105, jul./dez., 2017.

_____. A diáspora negra como genocídio: Brasil, estados unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). v.1, n.2 – jul. – out. de 2010, p. 31-65.

WILDERSON III, Frank B. “Estamos tentando destruir o mundo”. Antinegitude e violência policial depois de Ferguson: uma entrevista com Frank B. Wilderson III. In: Ayé: Revista de Antropologia, Edição Especial –Traduções, 2020.



GT 4 – Pensamento social latino-americano e epistemologias para pensar o amanhã

CINEMA DA E NA AMAZÔNIA: DISCURSOS INTERNACIONAIS E PERCEPÇÕES LOCAIS

Victória Ester Tavares da Costa (UFPA)¹

RESUMO

Há algumas décadas o cinema na América Latina, em seus diversos contextos, vem ganhando força enquanto contador de suas próprias histórias. Contextos sociais, políticos e econômicos fizeram com que produtores latinoamericanos tomassem frente da feitura do cinema, colocando suas perspectivas e histórias cotidianas em filmes. Ao partirmos da Amazônia, existe um histórico de construção de discursos sobre esta área desde os tempos da colonização e que, de algum modo, reverberam até a contemporaneidade. Deste modo, através deste breve artigo, tenho como intenção demonstrar, a partir de alguns exemplos, como esta virada proporcionada pelo movimento do Nuevo Cine Latinoamericano foi de encontro ao discurso construído por anos sobre esta área e, por consequência, expõe e cria outros imaginários sobre os espaços amazônidas.

Palavras-chave: Cinema; Amazônia; Paisagem; Imaginário.

1. INTRODUÇÃO

Os países latinoamericanos, nas últimas décadas, têm vivido contextos de transformações políticas, sociais e econômicas de modo expressivo, principalmente aqueles pautados pelo povo, e a cinematografia tem refletido este momento. Historicamente, as artes afetam e são afetadas pelo seu entorno. O que se pensa, o que se vive, o que é falado é expressado através dos diversos meios artísticos, tornando-os, então, importante marca de seu tempo e constituindo imaginários. A Amazônia faz parte deste cenário ao ser um ponto no qual convergem perspectivas diversas e, por consequência, produções de discursos e imagens, assim como constantes movimentações socioculturais, que acabam refletindo em todos os aspectos da vida cotidiana.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). E-mail: victoriaetcosta@gmail.com

Assim, este breve texto tem como objetivo observar um contexto macro das produções cinematográficas amazônicas, para entender como os discursos já criados sobre esta área ao longo dos séculos afetou e ainda afeta nossas visões. Para iniciar, então, trago uma imagem da Amazônia internacional, com o intuito de pontuar que não se trata de uma observação detida à Amazônia brasileira, visto que constantemente nós, habitantes deste país, não costumamos reconhecer a abrangência e as particularidades das fronteiras deste bioma. Assim, levarei em conta alguns dos nove países vizinhos amazônicos para traçar o panorama de produções audiovisuais.

Imagem 01 – Amazônia internacional



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232>

É importante que seja feita esta visualização da área que o bioma amazônico ocupa para que iniciemos a observação tendo em mente a pluralidade e abrangência da região. O que ressalta, assim, a necessidade de que entender que boa parte das padronizações que pretendem se endereçar para esta área, o fazem historicamente de forma errônea. Afirmando aqui que estas diferenciações se fazem presentes na produção cultural e, portanto, nas artes que dela derivam. As referências e vivências moldam os indivíduos e as sociedades, a partir de seus acontecimentos, marcos históricos, espaços e qualquer outro fator que possa vir a influenciar vivências.

Naturalmente, uma das diferenças observadas entre cada uma destas localidades apresentadas no mapa se trata do mercado audiovisual. O desenvolvimento desta área não se deu de forma comum a todos os países da América Latina, o que caracteriza o modo de fazer e também interfere diretamente nas quantidades e tipos de produções que saem desta parte do continente. Brasil, México e Argentina, por exemplo, figuram como os países que, juntos, são responsáveis por 85% das produções do continente², geralmente por serem ou países cujo contato com o cinema se deu logo no início, quando estava sendo difundido pelo mundo, ou por terem incentivos nacionais para fomentar o mercado. O que resulta em bons números e resultados em seus modelos de iniciativas públicas, produção e distribuição audiovisual.

No que diz respeito à Amazônia e seus múltiplos aspectos, é cada vez mais nítida a necessidade de olharmos para os imaginários que emergem da e sobre a região. Temos uma imagem padrão do que seria Amazônia que ainda repercute como uma verdade sobre o que acontece, quem vive aqui e como é esse bioma. Por isto, também me proponho a observar as paisagens dos filmes que serão citados, a fim de entender qual Amazônia está sendo mostrada e que linha do imaginário se pretendeu reforçar ou recriar.

2. NUEVO CINE LATINOAMERICANO

Durante as décadas de 1960 e 1970, em várias cidades da América Latina, houve a repercussão do *Nuevo Cine Latinoamericano (NCL)*³, movimento no qual eram produzidas obras cinematográficas com temáticas voltadas às cotidianidades políticas, ideológicas, filosóficas e sociais e, mais importante ainda, feitas por equipes também latinoamericanas. Falar de si mesmo a partir da arte abre precedentes para que outros circuitos tomem o mesmo caminho. Acredito ser este um passo também decolonial, em que não mais os colonizadores falam por todos, mas as pessoas que sofreram a violência da dominação (qualquer que tenha sido) encontram ou constroem espaços e meios de expor sua fala. Neste sentido, surge o chamado “Terceiro Cinema”, que deriva justamente de um conceito baseado na categorização dos países a partir de seu desenvolvimento econômico:

O conceito de Terceiro-Mundo serve a partir dos anos 60 – para além das delimitações eufemísticas e conservadoras da geografia contemporânea – para estabelecer uma unidade de cunho libertário e idealista. Os processos de descolonização, de conscientização social e de luta política

² Dados presentes no texto “Cinemas Periféricos da América Latina”. Disponível em <<https://geografiavisual.com.br/noticias/cinemas-perifericos-da-america-latina-curso-gratuito-em-sp>> Acesso em 18 fev 2021.

³ Nuevo Cine Latinoamericano (NCL), também chamado de terceiro cinema ou cinema de periferia. Para saber mais, ler em “Do Terceiro Cinema ao cinema periférico: Estéticas contemporâneas e cultura mundial”, de Ângela Prysthon, A, 2009.

desencadeados no globo ao longo deste período (deste estendido 1968) não se esgotam em si mesmos: eles fazem parte da grande crise da modernidade que implica também numa reorganização (ou desorganização) cultural em todos os cantos do globo. Reafirmamos, então, que uma das mais diretas e evidentes influências da consciência terceiro-mundista (e todas as suas implicações) foi a própria constituição da idéia de Terceiro Cinema. (PRYSTHON, 2009, p. 82)

Ao meu ver, o movimento reverbera até hoje, dadas as intenções mostradas neste contexto e as condições de cada uma das localidades. Além deste, várias iniciativas ao redor do mundo têm agido de modo a tentar minimizar os efeitos da colonização, várias delas ancoradas no setor artístico. Para o autor Néstor Garcia Canclini, “Há uma mudança de objeto de estudo na estética contemporânea. Analisar a arte já não é analisar obras, mas as condições textuais e extratextuais, estéticas e sociais, em que a interação entre os membros do campo gera e renova o sentido” (1998, p. 151), são então estes elementos e condições que acredito serem alcançáveis no âmbito do audiovisual, que possibilitam olharmos para além da arte, alcançar quem a transforma e por ela é transformada. Observar o audiovisual é a superfície de um mergulho para diálogo e conhecimento de construções e percepções históricas e sociais.

Para além do consumo do produto final, a produção audiovisual contém aspectos sociais, políticos, tecnológicos, estéticos, culturais e mesmo institucionais de uma sociedade. Estas particularidades podem se mostrar desde o momento de concepção da ideia, passando pelo modo de concretizá-la, as pessoas e espaços envolvidos, até a mensagem transmitida. As características desse conjunto de fatores moldam o cenário audiovisual e suas produções. Ao observar as relações das pessoas inseridas em um contexto social é possível olhar para o que é criado artisticamente, observando os rastros simbólicos enquanto marcadores de características identitárias, que permitem comparações, análises e discussões. As experiências no ambiente em que se está inserido e todo o contexto histórico-social contribuem para a formação das nossas percepções individuais. Através do audiovisual é possível notar diferentes olhares e experiências sobre um mesmo espaço ou cultura. O que se fala, o que se mostra e, principalmente, o modo como tudo isso ocorre, dentro do âmbito da produção cultural. Assim como a cultura pode ser usada como ferramenta política, como marcação de alteridade ou uma forma de alcançar direitos, para Hommi Bhabha, a cultura também é uma estratégia de sobrevivência que podemos utilizar para perpetuar discursos, criar ou ressignificar símbolos. Pode-se construir a cultura e inventa-se a tradição que será seguida em seu lugar:

Há mesmo uma convicção crescente de que a experiência afetiva da marginalidade social – como ela emerge em formas culturais não-canônicas – transforma nossas estratégias críticas. Ela nos força a encarar o conceito de cultura exteriormente aos *objets d'art* ou para além da canonização da “ideia” de estética, a lidar com a cultura como produção irregular e incompleta

de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social. A cultura se adianta para criar uma textualidade simbólica, para dar ao cotidiano alienante uma aura de individualidade, uma promessa de prazer. A transmissão de culturas de sobrevivência não ocorre no organizado *musée imaginaire* das culturas nacionais com seus apelos pela continuidade de um “passado” autêntico e um “presente” vivo – seja essa escala de valor preservada nas tradições “nacionais” organicistas do romantismo ou dentro das proporções mais universais do classicismo. (BHABHA, 2003, p. 240-241)

Assim, nos voltamos para as culturas que são construídas às margens, através de seus símbolos próprios, não mais de percepções resultantes de generalizações ou padronizações. Neste ínterim, acredito, então, que o audiovisual se coloca neste lugar de meio para uma reformulação, recriação ou mesmo reforço de culturas centradas no viver mais intenso, com maior proximidade. Segundo Deepika Bahri (2013) a posição do sujeito é construída no discurso, não é preexistente. Ao alterar o discurso que é disseminado, talvez seja possível construir outras percepções sobre as diferentes faces possíveis da Amazônia

3. EXOTICIDADE – PAISAGEM - IMAGINÁRIO

O que é o exótico, quando se trata de uma imagem criada há 500 anos e que se perpetua até hoje? Ao falar de Amazônia, temos uma série de discursos que foram criados quando da chegada das grandes navegações e que, à sua maneira, sobrevivem nas referências ainda vigentes sobre a região. A ideia de natureza idílica, ou “excesso de valor simbólico”, como citado por Michael Rogin (1996), caracterizado pelo que Freire Filho chama de estereótipos, que:

[...] a exemplo de outras categorias, atuam como uma forma de impor um sentido de organização ao mundo social; a diferença básica, contudo, é que os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração; da justificação e da racionalização de comportamentos hostis e, in extremis, letais (FREIRE FILHO, 2004, p. 3).

É enorme a lista de filmes que falaram sobre a Amazônia e que utilizam a via dos estereótipos e/ou da aparente superficialidade na abordagem e representação de histórias e lugares.

A observação do espaço representado/mostrado audiovisualmente, aqui, vai além de uma análise fílmica que esteja detida à observação de cenário e direção de arte. Quando se produz um filme, a escolha do espaço que será o cenário está diretamente ligada às intenções que estão no roteiro. O que a pessoa que escreveu aquela obra, juntamente com quem irá dirigi-la, pretende transmitir por meio da composição que se vê em cada uma das cenas. A partir daí, podemos então articular com um olhar antropológico, que se debruce sobre a

escolha das paisagens, dos locais que serão mostrados, através das percepções que causam, certamente uma série de exemplos de imaginários locais, vivências pessoais e devida pesquisa ou contatos entre a equipe técnica e a comunidade autóctone, se for o caso. Sobre paisagem, Sansot diz que:

Le paysage, c'est ce qui n'a pas besoin d'être explicité, porté à la lumière parce que nous le vivons tous ensemble, et, lorsque nous en parlons, c'est sur le mode du sous-entendu ou avec un accent et une pointe de connivence qui échappe à l'homme du dehors et qui le désigne comme tel, même s'il possède une bonne connaissance biologique dudit milieu (SANSOT, 1983, p. 66)⁴

Ainda no tocante à paisagem, também considero o que Flávio Silveira coloca:

A paisagem é um fenômeno do ser porque tem relação com o sujeito que sonha, percebe e representa. Ao permitir-se o repouso e o mergulho para o interior das coisas, dos elementos que a constituem e que abarcam sentidos, torna-se capaz de organizá-la numa totalidade que é a sua própria representação. A paisagem existe como tal porque sua força vibrante está no imaginário, enquanto conjunto complexo de imagens sobre as quais repousa toda a simbolização. Este pluralismo de imagens, portanto, resguarda a capacidade de criar formas sutis, onde o mito e a poesia são possíveis. (SILVEIRA, 2009, p. 77)

A paisagem, então, é algo que está no campo das relações que se constituem, portanto, na experiência, no que não precisa ser explicado, segundo Sansot, porque habita as subjetividades, ainda que ocorram em âmbitos coletivos. Esta representação, dita por Silveira, considero correlacionada com os filmes, uma forma de “organizar” esta paisagem e transferí-la do e para o imaginário. Estabelecer esta transmissão de sensações através do vídeo é, sem dúvidas, um dos objetivos de quem pensa no material, alcançar o público pra além de um ver-ouvir superficial. Consumir um filme, observar sua narrativa e demais elementos, ao meu ver, é também uma forma de viver aquilo. Todas estas vivências citadas podem ser formas de experiência, passíveis de escrita e análise mas, sobretudo, modos de conhecer e, talvez, sobrepor percepções existentes e/ou ativadas a partir do contato com estes outros discursos. Segundo Silveira:

Assim, temos que a percepção – sem nunca esquecer que a imagem é anterior a ela (Bachelard, 1991) – para além do estritamente visível, apresenta-se como algo da ordem do sensível. Ela não se confunde, todavia, com a representação cartográfica, persistindo como uma dimensão ligada à

⁴ A paisagem é o que não precisa ser explicado, trazido à luz porque todos nós vivemos juntos, e quando falamos sobre isso, é no modo do implícito ou com um sotaque e uma sugestão de convivência que escapa do homem exterior e o designa como tal, mesmo que ele tenha um bom conhecimento biológico do ambiente. (SANSOT, 1983, p. 66)

sensibilidade e ao emocional que permite experienciar a paisagem em seu fluir, dado da sutileza subjacente ao próprio fenômeno da visão. (SILVEIRA, 2009, p. 77)

Ao ter acesso a espaços e paisagens, seja no dia-a-dia, seja virtualmente, é mediada pela ordem do sensível, toca a experiência, não será apreendido da mesma forma por todos que tiverem esta fruição. Associado ao que Relivaldo Oliveira diz “a estética se liga à experiência, ela a representa” (2011, p. 17), memória e experiência podem, então, aliar-se neste sentido. Assim, também acrescento que as obras escolhidas

não serão tratadas como reflexos de uma realidade, nem como moldura que encerra um conteúdo, e sim como evocações do real, que com ele mantêm uma relação, mas que a ele não se submetem e não se curvam, e sim lhe dirigem um olhar e querem ser retribuídas (...). A arte, os objetos estéticos, excedem a experiência no sentido restrito, porque se ligam aos vários âmbitos da cultura e, deve-se complementar, estão ligados à linguagem estética que pode prescindir de uma referencialidade direta” (OLIVEIRA, 2011, p. 17-20)

Trago estes exemplos de audiovisual ciente de que se trata de um recorte dentro deste universo que me proponho observar, sem se pretender real, e de como a arte pode ter agência diante da sociedade (GELL, 1998).

4. AMAZÔNIA(S)

De onde vem a imagem de Amazônia que temos hoje? Com o intuito de fazer um breve panorama, selecionei três filmes feitos na última década na América Latina. O critério da busca foi primeiramente me voltar para cada um dos países da Amazônia e, posteriormente, escolher aqueles que apareciam mais recentemente e/ ou com maior frequência. A partir disto, escolhi três obras lançadas na última década, algumas que, inclusive, não conhecia antes da pesquisa, o que me fez também buscá-las, para, então, poder comentar. O primeiro filme é “Eu Moro Aqui”:

Imagem 02 – “Eu Moro Aqui”, 2013



Fonte: <http://www.portalcultura.com.br/node/49731>

“Eu moro aqui - histórias dos povos das florestas do norte do Brasil” é um documentário de 2013, que foi dirigido por Fernando Segtowitz, brasileiro, e filmado no Pará. Com o objetivo de mostrar a organização social de quatro unidades de conservação e seus moradores. A obra dialoga com comunidades tradicionais que vivem na Amazônia brasileira, na área conhecida como Escudo das Guianas.

Pelo seu teor político e por se tratar de uma temática que levanta questionamentos sobre sustentabilidade e pessoas que pregam e têm o compromisso e respeito com a floresta, em geral, as paisagens vistas são desses locais, mostrando as pessoas se organizando, seus locais de atuação e morada, assim como seus locais de trânsito cotidiano, reflexo de seu trabalho em comunidade. O filme foi contemplado no Edital Cultura de Audiovisual, tornando possível sua produção e incentivando ainda outros profissionais e projetos.

Imagem 03 – “La Fortaleza”, 2020

Fonte: Frame do trailer disponível em: <<https://youtu.be/BK9OHOxe4x8>>

O filme “La Fortaleza” (2020), baseado na história de Roque Thielen, pai do diretor venezuelano Jorge Thielen Armand, que resolveu contar uma história baseada na de seu pai, dependente de álcool. Tomado pelas histórias que o pai contava, retornam para a Venezuela para realizar as filmagens, retratando também o momento conturbado social e politicamente no país.

São comuns as imagens de mata, natureza e vida mais próxima do que conhecemos como “rural”, já que ele está em uma área de selva, visto que Roque tenta se cuidar do vício indo até um amigo de infância que trabalha no garimpo ilegal. Logo, a força das paisagens de natureza está justamente em remeter à sua memória mas, também, acabam conferindo uma carga dramática elevada ao passo em que, em alguns momentos, ele tem crises e é sem um cuidado “médico” comum que ele se depara no primeiro momento.

Imagem 04 – “O Abraço da Serpente”, 2016



Fonte: <http://revistacinetica.com.br/home/o-abraco-da-serpente-el-abrazo-de-la-serpiente-de-ciro-guerra-colombiavenezuelaargentina-2015/>

Já o filme “O Abraço da Serpente”, dirigido por *Ciro Guerra* e único filme da América Latina a concorrer ao Oscar de melhor filme estrangeiro em 2016 é um exemplo que vem da Amazônia colombiana. Foi também coprodução entre Venezuela e Argentina, assim como contou com integrantes mexicanos e peruanos na equipe técnica. O enredo que traz duas histórias simultâneas, apresenta o contato de pesquisadores brancos com um grupo autóctone. As imagens da floresta, onde se passa o filme, nos transmitem não somente o lado do cientificismo mas, principalmente, a cosmologia indígena. A entrada de pessoas de culturas diferentes, faz com que, de algum modo, nos remeta aos contatos colonizadores, inevitavelmente. O enredo, no entanto, nos leva a um lugar de uma certa adaptação. Ao falar sobre a planta fictícia, *Yakruna*, temos como que um caminho entre o cientificismo dos pesquisadores e os costumes e crenças desta comunidade tradicional, que assim podem trocar aprendizados, mais do que a imposição violenta e colonizadora que se tem conhecimento histórico.

6. CONCLUSÃO

É importante que notemos a força que nossos atos cotidianos, aquilo que fazemos, o que consumimos ou deixamos de consumir, são parte fundamental da constante reconstrução e perpetuação dos imaginários locais. Nos filmes citados, temos a presença de uma Amazônia que mostra seus aspectos naturais, suas paisagens que remetem ao bioma, no entanto, nenhuma das produções se mostra rasa diante da temática escolhida. Há teor ambiental, discussão sobre cosmologia e respeito às comunidades tradicionais e mesmo a contextualização de momentos sociopolíticos recentes. Existe um aprofundamento que vai

além do mostrar florestas e rios, mas detalha os meandros das convivências, histórias e experiências que são contadas e que serão representadas no filme.

A produção dos países vizinhos que, assim como o Brasil, têm sua parcela amazônica, nos entregam histórias, cenários e personagens que transmitem um olhar que não necessariamente é mais ou menos cuidadoso mas que, sem dúvida, preza pela atenção na construção de narrativas que usem a amazonicidade. Fazer cinema da ou na Amazônia torna-se muito mais uma questão de interesse em olhares mais detidos, atenciosos.

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. 2003. **O local da cultura**. Tradução de M. Ávila, E. L. L. Reis e G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG. 441p.

GELL, Alfred. 1998. **Art and agency: an anthropological theory**. Oxford: Clarendon.

OLIVEIRA, R. P. 2011. **Antropologia e Filosofia: experiência e estética no cinema e na literatura da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA. 214p.

PIAULT, Marc. **Antropologia e Cinema**. São Paulo: Unifesp. 432p. 2018.

PRYTHON, Angela. **Do Terceiro Cinema ao cinema periférico: Estéticas contemporâneas e cultura mundial**. Periferia - Volume 1. Número 1, 2009.

SANSOT, P. 1983. Identité et paysage. In: **Les Annales de la recherche urbaine** (18). Des paysages. 65-72. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/aru_0180-930x_1983_num_18_1_1069>. Acesso em 30 dez. 2018.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. São Paulo. Cosac Naifi, 2006.

SILVEIRA, F. L. A. 2009. **A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar**. In: Silveira, F.L.A. da; Cancela, C.D. (Org.). Paisagem e cultura. Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, p. 71-83.



GT 05

Movimentos sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos

Coordenadores: Edila Moura (PPGSA/UFPA), Eduardo Gudynas (CEAS, Uruguay),
Voyner Cañete (PPGSA/UFPA), Luciana Gonçalves Carvalho (UFOPA)
e Uriens Maximiliano Ravena Cañete (FAM).

Ementa: Esse GT propõe-se a debater estudos sobre atores locais e como organizam suas redes de atuação políticas, reatualizando as lutas sociais. Olhares cruzados sobre África e América Latina nos remetem à questão da escravidão, da dominação colonial e de diversos tipos de racismo, no passado e no presente latino-americano. Nesse contexto o GT contempla estudos sobre diferentes processos sociais e em que contextos os atores locais desenvolvem lutas sócio-territoriais, mobilizações políticas e movimentos sociais, sejam urbanos, rurais e/ou étnicos na defesa de direitos e na reafirmação de pertencimentos, a exemplo de povos indígenas, grupos quilombolas, camponeses, pescadores e demais comunidades tradicionais, e trabalhadores que tem seus territórios ameaçados sob os impactos de políticas, de empresas e de projetos de desenvolvimento. Trabalhos sobre insurgências, levantes e lutas sociais que ressaltem esses processos na pan-Amazônia.



Programação

GT 05 – MOVIMENTOS SOCIAIS, ÉTNICOS E AMBIENTAIS NOS PAÍSES AMAZÔNICOS

Coordenadores: Edila Moura (PPGSA/UFPA), Eduardo Gudynas (CEAS, Uruguay), Voyner Cañete (PPGSA/UFPA), Luciana Gonçalves Carvalho (UFOPA) e Uriens Maximiliano Ravena Cañete (FAM).

1º Dia – 25 de fevereiro de 2021

1ª SESSÃO A: MOVIMENTOS DE ETNICIDADES INDÍGENAS, RESISTÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÕES

14h00 às 16h00

Coordenadora: Voyner Cañete (PPGSA/UFPA)

Debatadora: Luciana Carvalho (UFOPA)

Le pays des vrais indiens: colonialismo, etnicidade e (re)territorialização Kali'nã na fronteira Oiapoque

*Ramiro Esdras Carneiro Batista (UFPA), Evangelina Sonia dos Santos Jeanjaque (UNIFAP),
Daniel da Silva Miranda (UFPA) e Valber Rogério dos Santos Jean Jaques (UNIFAP)*

“Del ‘giro ontológico’ al tiempo de vuelta del nosotrxs: carta de un añuu de Venezuela, al doctor Eduardo Viveiros de Castro”

José Angel Quintero Weir (Universidad de Zulia - Universidad Autónoma Indígena)

Resistência e articulação comunicativa dos povos indígenas contra o genocídio na Covid-19

*Ivana Claudia Guimarães de Oliveira (UNAMA), Alda Cristina Silva da Costa (UFPA) e Lídia
Karolina Rodarte (UFPA)*

Isolamento voluntário, o movimento social de resistência silenciosa e invisível de povos indígenas

Lino João de Oliveira Neves (Ufam)

Mulheres mebengokré/kayapó em atuação política: agências e trajetórias

Maria Alice Costa de Oliveira (UFPA)



1ª SESSÃO B: MOVIMENTOS DE ETNICIDADES INDÍGENAS, RESISTÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÕES

16h00 às 18h00

Coordenadora: *Voyner Ravena Cañete (PPGSA/UFPA)*

Debatedor: *Diego Parra (Universidad de Cuenca)*

As mulheres tenetehar-tembé e seus saberes: reflexões sobre gênero e cultura

Maria Madalena dos Santos do Carmo (MPEG) e Thaynã do Socorro Santiago Galvão dos Reis (UFPA)

Associativismo étnico no Brasil: um panorama das organizações indígenas no país entre 1977 e 2014

Leonardo Barros Soares (UFPA)

Desafios e resistências de indígenas discentes de graduação da universidade federal do Pará

Denise Machado Cardoso (UFPA), Gabriel Silva Braga (UFPA), Andreici Marcela Oliveira (UFPA) e Antônio José Marinho Aguiar Neto (UFPA)

Políticas de integração e territorialidades: análise dos projetos de desenvolvimento e os impactos para as populações indígenas dos rios Tapajós (Br) e Putumayo (Co)

Márcia Eloisa Lasmar Bieri (UFPA)

Territorios sin hábitats, espacios sin significado. Desconfiguración territorial de los pueblos indígenas y su lucha por la resignificación

Ginno Pérez Salas (UFF) e Luis Calcina Romero (SDS)

2º Dia – 26 de fevereiro de 2021

2ª SESSÃO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenador: *Uriens Cañete (FAM) e Edila Moura (PPGSA/UFPA)*

Debatedora: *Eduardo Gudynas (CEAS, Uruguay)*

A vez da voz: cenários da participação no conselho deliberativo da resex do rio Unini

Cassia Karimi Vieira Cativo (UFAM) e Tiago da Silva Jacaúna (UFAM)

Pelo direito de existir nas marés e nas águas: as mulheres e a luta pela proteção dos manguezais na Amazônia

Carla Cilene Siqueira Moreira (UFPA)



Reservas extrativistas no litoral paraense: atores e conflitos socioambientais

Tânia Guimarães Ribeiro (UFPA), Cintia Nayara Ribeiro de Sousa (UFPA) e Paulo Victor Sousa Lima (UFPA)

“Nasci da terra”: vida e luta de uma mulher do Beiradão Amazônico como expressão da luta extrativista

Malenna Clier Ferreira Farias (UFPA) e Luciana Gonçalves de Carvalho (UFPA)

Injustiça social e governança da pesca na região do estuário amazônico e zona costeira do estado do Pará, Brasil

Edmir Amanajás Celestino (UFRRJ-UNRC), Edna Ferreira Alencar (UFPA) e Adriana Guimarães Abreu (UFPA)

De canoieiros e balseiros a patrulheiros ambientais: trajetórias e resistências dos pescadores de porto Ubá no médio rio Ivaí-Pr (1930-2020)

Simone Aparecida Quiezi (SEED-PR)

3ª SESSÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS, EXPRESSÕES DE RESISTENCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

16h00 às 18h40

Coordenadora: *Edila Moura (PPGSA/UFPA)*

Debatedor: *Uriens Cañete (FAM)*

Movimentos sociais e resistências contra o “não ideal de reflorestamento”

Mayara Suellen Costa Bessa (UFPA) e Marcela Vecchione Gonçalves (UFPA)

Movimento das representações sociais sobre campo de professores que atuam na educação por alternância no Peru e no Brasil

Érica Fernanda Justino (UFMG) e Maria Isabel Antunes-Rocha (UFMG)

Memórias de lutas por direitos e pela reforma agrária (1980-1990)

Leila Mourão Miranda (UFPA)

“Se o irmão tem fé, eu não vou desistir da minha”: formas cotidianas de resistência camponesa

Claudiane de Fátima Melo de Sousa (INCRA)

Formação em políticas públicas, educação e diversidade camponesa na Amazônia brasileira: experiência de extensão universitária com agentes sociais que atuam em áreas de conflitos pela terra

Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA), Railana Galvão do Rosario (UFPA) e Marcelle da Silva Moura (UFPA)



Encurtando circuitos agroalimentares: um estudo sobre o MST na região metropolitana de São Paulo

Marina Leite (UFABC), Raul Miranda (IPPRI-UNESP) e Luciana Travassos (UFABC)

Desenvolvimento urbano e espaços periféricos em tempos de Covid-19: um estudo sobre as condições de moradia em Belém do Pará

Marcos Murrelle Azevedo Cruz (UFPA)

4ª SESSÃO: GRANDES PROJETOS, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ECOFEMINISMO

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenador: Luciana Carvalho (UFOPA)

Debatedora: Voyner Cañete (PPGSA/UFPA)

Seca, terra e mobilização pela água em Itapiúna: memórias sobre a construção da barragem do açude Castro e os impactos socioambientais

Ládina Gildo do Nascimento (UECE)

Protocolos ribeirinhos de consulta e grandes projetos de infraestrutura

Maria das Graças da Silva Pereira (UFPA) e Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães (UFPA)

Dinâmicas do reconhecimento dos afetados pelo desastre de mineração da Samarco, Vale e BHP Billiton

Cristiana Losekann (UFES), Rafael Campos (UFES) e Mariana Sobral (UFES)

Ecofeminismo na América Latina: análise documental das “razões de marchar” da marcha das margaridas

Manoel Rufino David de Oliveira (UFPA)

Marcha das margaridas: conjunturas políticas, demandas e estratégias de abordagem de 2000 a 2019

Luciana Ribeiro da Silva (Wellesley College, EUA) e Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário (Unifap)

Feminismo camponês e popular como locus de resistência das camponesas latino-americanas

Vanessa Lazzaretti (UFRGS)



GT 05 – Movimentos sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos

LE PAYS DES VRAIS INDIENS: COLONIALISMO, ETNICIDADE E (RE)TERRITORIALIZAÇÃO *KALI'NÃ* NA FRONTEIRA OIAPOQUE

Ramiro Esdras Carneiro Batista (UFPA)¹
Evangalina Sonia dos Santos Jeanjaque (UNIFAP)²
Daniel da Silva Miranda (INSIDE)³
Valber Rogério dos Santos Jean Jaques (UNIFAP)⁴

RESUMO: O povo *Galibi-Kali'nã-Tilewuyu* está presente em diferentes territórios da faixa costeira do Escudo das Guianas – Venezuela, Guyana, República do Suriname, Guyane (território ultramarino francês) e Brasil – interseccionando etnicidade com diferentes nacionalidades transguianenses, como consequência do histórico esbulho das territorialidades ameríndias que caracterizam a invasão dessa porção da Amazônia caribenha, por parte de diferentes povos e agências mercantis europeias. No presente artigo, inicia-se uma discussão sobre a diáspora assumida (VIDAL, 2010) pelos *Kalinã* no Baixo rio Oiapoque, que empreenderam em meados de 1950 uma imigração saindo da fronteira franco-holandesa para os limites da fronteira franco-brasileira, em busca do que é narrado em termos próprios como *les pays des vrais indiens* (o país dos verdadeiros índios), estabelecendo-se no então território do Amapá/Brasil, após percorrer aproximadamente oitenta léguas pelo mar periférico do Caribe, em canoas a vela. Problematiza-se o movimento de desterritorialização e reterritorialização do povo *Kalinã*, que utilizando-se de conhecimentos ancestrais sobre diferentes nichos ambientais na Amazônia guianense, resiste a política de “afrancesamento” (TIOUKA, 2018) perpetrado pelo estado francês em desfavor de suas minorias étnicas e raciais. Para tanto, combinamos percepções etnográficas com a história narrada em termos próprios (BELTRÃO; LOPES, 2017), por homens e mulheres do povo *Kalinã*, dentre os quais os próprios co-autores.

Palavras-chave: Povo *Galibi-Kali'nã*. Baixo Rio Oiapoque. Colonialismo. (Re)Territorialidade.

1 Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), membro do grupo de pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia, Brasil. Email: jjesdras@bol.com.br

2 Professora indígena, bacharelada em Direito pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. Email: soniakalina@gmail.com

3 Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), integrante do Grupo de Estudos Culturais na Amazônia (GECA/CNPq/UFPA). Pesquisador *Ad Hoc* da Inside Consultoria Científica. Brasil. Email: srdanielmiranda@gmail.com

4 Estudante indígena, graduando em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. Email: jeanjaques@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os *Galibi-Kalinã-Tilewuyu* são um povo Carib que se movimentava no litoral guianense para além do que esta pesquisa conseguiu rastrear entre fontes escritas e memoriais, integrados as redes de troca de povos da faixa costeira em direção aos do interior da floresta Pan-Amazônica (Vallot, 2012), constituindo um sistema de escambo pré-colonial indígena, posteriormente apropriado pelos holandeses no Suriname. A apropriação do tempo e do espaço guianense por parte de diferentes agentes europeus sulcou profundas marcas nos referenciais históricos e mnemônicos dos povos da região, como pretendemos apontar no presente artigo. A exemplo dos Aruak *Palikur-Arukwayene*, que reportam um “espírito” antropófago como um jovem louro, alto e bonito, que comandou a guerra genocida contra a diversidade clânica aruaque na região do Baixo Oiapoque (BATISTA, 2020); os *Kalinã* referenciam, em termos próprios, um outro “espírito” devorador de carne indígena que vem do Suriname, guardando semelhanças com a descrição *Palikur*, tratando-se de *Pailanti’po*, um jovem canibal branco que tem muitas bocas distribuídas pelo corpo.

Compulsoriamente expostos ao universo de invasão colonial das guianas desde o século XVI, e tendo sofrido severo decréscimo demográfico pela atuação de diferentes *Pailanti’po*,⁵ os *Kalinã* somente puderam se recuperar das guerras de invasão colonial a partir do século XX (COLLOMB; TIOUKA, 2000), ora reagindo, ora se conformando as políticas indigenistas de diferentes estados colonizadores na região. Na faixa costeira guianense, aparecem como o grupo étnico dominante pelo menos desde o século XVIII. (RICARDO, 1983) Sua demografia atual contabiliza aproximadamente 20.000 pessoas distribuídas em toda a costa guianense, sendo que mais da metade delas, aproximadamente 11.000 pessoas, habitam o território venezuelano; 3.000 estão no território que compreende a Guiana inglesa; 4.000 na Guiana francesa; e finalmente no Brasil, com uma população atual constando de aproximadamente 30 pessoas⁶. É a nova territorialização destes grupos familiares na guiana brasileira, em meados do século XX que guiará nossa reflexão.

O ato de analisar o que foi chamado de faccionalismo ameríndio, em suas diferentes nuances, pode se constituir como possibilidade de combate ao essencialismo produzido pela ciência antropológica, em relação a seres humanos e arranjos sociais tidos como exóticos. Observada por etnógrafos em diferentes lugares e épocas, a assim chamada “facção indígena” tanto pode denotar a existência de arranjos sociais próprios, quanto tratar de cisões internas que se constituíram ao longo do tempo como instrumental de resistência e/ou

⁵ Na comuna de *Awala-Yalimapo*, extremo norte do território ultramarino francês (Guyane), o antropólogo Gérard Collomb recolheu uma narrativa *kalinã* que demonstra a existência de dois espíritos antropófagos brancos *Pailanti’po* devorando as pessoas, um vindo do Suriname e outro do Brasil. Uma provável alusão a colonizadores holandeses e portugueses, respectivamente. (COLLOMB; TIOUKA, 2000)

⁶ Perfil demográfico levantado por Pauline Laval (2016, p. 66).

acomodação ao sistema colonial. E tratamos de resistência e acomodação no sentido de que a Colônia somente se consolida graças ao apoio de “[s]etores autóctones cooptados e assimilados pelos conquistadores” (OLIVEIRA, 2016, p. 95-96), em que pese a percepção de que as sociedades indígenas foram sumariamente massacradas no processo. Cooptação esta que, por outro lado, teria permitido a sobrevivência e posterior recuperação demográfica dos grupos diaspóricos que Darcy Ribeiro (2007) chamou de “povos testemunho”.

É sabido que o colonialismo tem como regra traduzir à simplicidade de seus termos culturais as expertises de povos e arranjos sociais complexos, a fim de que sejam melhor administrados no âmbito de estados e agências mercantis e teológicas. Por outro lado, cumpre mencionar que a ciência colonizadora que estudou o “homem primitivo” engendrou sua própria antítese, visto que a generalização e a comparação intercultural, tornada possível a partir das bases empíricas e conceituais apreendidas na singularidade dos fazeres etnográficos (BALBI, 2017), pode ser determinante para uma leitura adequada de diferentes sistemas-mundo ameríndios, em sua incessante busca por “bem viver” (ALBERTO, 2016).

Nesse sentido, o diálogo entre uma história étnica, narrada em termos próprios (BELTRÃO; LOPES, 2017), com os referenciais constantes da etnologia colonial podem nos trazer diferentes versões do passado indígena, caminho metodológico a ser percorrido no presente artigo. Enquanto arcaibouço conceitual indígena em construção, o *Bem viver*⁷ tem sido alocado como política e “discurso oficial” por diferentes governos latino-americanos, perdendo por consequência suas cores locais (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016), mas o uso deste conceito, no caso em tela, pode nos ajudar a entender a etnicidade diaspórica e consequente busca por nova territorialidade de uma parte do povo *Galibi-Ka'linã*, em terras brasileiras.

Uma vez insatisfeitos com o “afrancesamento” imposto pela política colonial francesa e sua educação escolar prosélita e eurocêntrica (TIOUKA, 2019), um grupo de famílias *Kali'nã* abordados na pesquisa empreendeu, em meados do século XX, uma migração⁸ em busca do que foi por eles considerado como o “[p]aís dos índios” (ZAGHETTO, 2019). A viagem se deu em direção da margem da outrora “Goyana portuguesa” e faz pensar em uma variação marítima da busca pela terra-sem-males *Guarani*, em versão *Tilewuyu*. Abaixo uma imagem contemporânea das embarcações *Kali'nã*, devidamente adaptadas as condições flúvio-marítimas da faixa costeira das guianas:

⁷ Em 04 de agosto de 2016, João Pacheco de Oliveira problematizou em sua conferência – proferida na 30 Reunião Brasileira de Antropologia (João Pessoa/PB) – a forma como o “Bem viver” indígena vem sendo incorporado por governos populistas sul americanos, citando o exemplo de um país (Venezuela) que havia lançado o “cartão do Bem viver”, uma tarja magnética que “dava” aos indígenas naquele estado o “direito” de comprar móveis e eletrodomésticos a crédito, a fim de melhor “usufruírem do bem-viver”. (PACHECO DE OLIVEIRA, ago. 2016)

⁸ Migração da perspectiva indígena, pois os *Kali'nã* deslocaram-se por um território flúvio-marítimo por eles escrutinado a séculos em rotas de comércio; e imigração, da perspectiva dos estados colonizadores, visto que os indígenas furaram o bloqueio da fronteira binacional que divide os estados brasileiro e francês, respectivamente.



Imagem 01: Canoa a vela utilizada na costa guianense. Fonte da imagem: Alexis Tiouka (2020).

Em princípio, cumpre reafirmar uma vez mais que a História indígena não começa com a colonização, mas ganha diferentes cores e nuances a partir dela, além de nela experimentar um complexo e caótico diálogo entre o documento falado e o escrito, para além da exacerbação do que foi chamado de faccionalismo indígena, como produto das relações coloniais.

2. SABERES E ALIANÇAS MOBILIZADAS NA MIGRAÇÃO

O Cacique Miguel Jean Jaques⁹, nosso principal interlocutor na aldeia São José dos *Galibis*, ao refletir sobre os efeitos da migração em sua trajetória de vida e na cultura material de seu povo, considera que os *Kalinã* sofreram mudanças devido ao “contato com outros povos” no Baixo Rio Oiapoque, a exemplo de sua cerâmica tradicional. Emendou que ao chegarem no Baixo Oiapoque, em 1950, não sabiam onde encontrar a matéria prima para a produção cerâmica, e sobre terem assumido o uso da língua portuguesa, pondera que os chefes de família ainda usam a língua *kalynia* entre si, mas que os mais jovens “não sabem” e não a usam mais (JEAN JAQUES (b), 2019).

⁹ Os *Kalinã* entrevistados na margem brasileira são descendentes diretos dos grupos familiares que realizaram a migração pelo mar na década de 1950, que reterritorializaram-se construindo a aldeia São José dos Galibis, na atual Terra Indígena Galibi, município de Oiapoque/Amapá/Brasil.

Indagado sobre o porquê da localização da nova aldeia próxima a baía do Cabo Orange, o Cacique afirmou que a escolha foi feita a partir da consulta e amizade de Seu Gérard Lod (seu falecido tio), com uma velha mulher *Palikur* que se chamava Dona Fifina. Concordando com o Cacique, outro indivíduo *Kali'nã* emenda que a época da chegada de seu povo o lugar era ocupado unicamente por um casal de “velhos” *Palikur*, confirmando, por sua vez, a “camaradagem e delicadeza” de Dona Fifina, ao recebê-los. (JEAN JAQUE (a), 2019) Aqui percebe-se que na migração, além dos conhecimentos sobre os nichos ecológicos, as alianças e dissonâncias entre povos indígenas guyanenses também são acionadas a fim de operacionalizar a ocupação do novo território.

Cumprir dizer que a aldeia São José dos Galibis – atual território *Galibi-Kalinã* no Brasil – está localizada na foz do rio Oiapoque e sua delimitação enquanto territorialidade indígena é fruto do que Lux Vidal (2010) considerou como uma “diáspora assumida” por grupos familiares *Kalinã*, no sentido de que pessoas indígenas reunidas em torno de pelo menos três poito¹⁰, resolveram, a partir de 1948, enfrentar os *Palanagéilli*, que são les esprits de la mer do Caribe (espíritos do mar do Caribe), em uma arriscada viagem de aproximadamente oitenta léguas marítimas (DAVY, 2015, p. 08), mudando-se da foz do rio Maná, no litoral da Guiana Francesa (Guyane), para a foz do rio Oiapoque, em terras brasileiras.

A migração bem-sucedida foi documentada do ponto de vista historiográfico, visto ter chamado muita atenção a época porque o governo francês não permitiu a migração de “seus índios”, e estes tiveram de realizá-la em canoas a vela construídas em sua própria aldeia, ao arrepio do que pensava o governo da colônia. A resistência em permitir a migração para terras brasileiras consta da memória *Kalinã* pelas dificuldades impostas pelo governo colonial francês, visto que no período havia uma linha regular de navios a vapor tanto no sentido Belém/Oiapoque, quanto Caiena/Saint Georges de l'Oyapock. É fato que quando seu Gérard Lod veio ao Brasil buscar a autorização do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em Belém do Pará, para mudar-se com a família, pode fazê-lo com tranquilidade e gratuitamente em um navio brasileiro, diferentemente do ocorrido quando tentou embarcar com a família. (VIDAL, 2010)

Há registros historiográficos que dão suporte a narrativa do Senhor Lod, pois em abril de 1949, quanto o grupo de famílias *Kalinã* dirigiu-se ao porto francês para empreender a viagem, “[o] governador de Caiena não autorizou o embarque [n]o navio brasileiro”. (ZAGUETTO, 2019, p. 312) Consta que um ano depois, o mesmo grupo deixou a Guiana francesa em três canoas a vela, deixando gendarmes e douaniers impotentes quanto as ordens do governo. Conforme testemunhou Seu Gérard Lod, enquanto navegava, ele via “[o]s

¹⁰ Líderes familiares do Povo *kali'nã* que recebem o título de Poito ou *Yapoto*.

policiais, os funcionários da alfândega, e a população reunida [no litoral]”. (VIDAL, 2010, p. 05) O mesmo líder *Kali'nã* senhor Lod disse a Lux Vidal (em fevereiro de 1995), que gastou cinco dias navegando de sua aldeia no rio Maná até Caiena, e depois percorreu mais três dias de navegação flúvio-marítima de Caiena até Saint Georges de l'Oyapock, somando, portanto, oito dias com as famílias no mar das guianas. Consta que em 27 de julho de 1950 os *Kalinã* chegaram ao Baixo rio Oiapoque. Para a travessia trouxeram em suas canoas “[cento e cinquenta litros de água potável [,] farinha de mandioca [,] polvilho de mandioca, açúcar, café, chocolate, uma caixa de leite condensado, duas latas de biscoito, cocos verdes, lenha para cozinhar, óleo [e] gasolina” além de “tambores para dançar e bancos de madeira”, constando ainda do inventário “[m]aniva para plantar mandioca, sementes de abóbora, de melancia, de pimenta e de abacaxi” (VIDAL, 2010, p. 06), restando claro que as possibilidades para a reprodução do modo de vida *Kalinã-Tilewuyu* no Brasil, vieram na bagagem.

O vislumbre da rota percorrida pelas famílias *Kali'nã* em 1950 nos permite o postulado de que foi o amplo conhecimento de correntes marítimas, rotas e nichos ecológicos da região guianense, no domínio da memória *Galibi* desde tempos imemoriais, que foram acionados na migração e conseqüente resistência aos colonialismos imposto pela colonização francesa. Além disso, a narrativa dos homens *Kali'nã* demonstra que ao conhecimento ambiental, antigas alianças interétnicas também foram acionadas no novo território, a exemplo do auxílio da velha mulher *Palikur*, uma vez que é sabido que os povos *Kali'nã* e *Palikur* detem um histórico de alianças e laços de parentesco, quebrados pelos agentes coloniais em disputa pela colonização das guianas (BATISTA, 2020).

Na imagem abaixo, a rota percorrida pelos grupos familiares *Kali'nã* pelo mar, em direção ao território brasileiro:

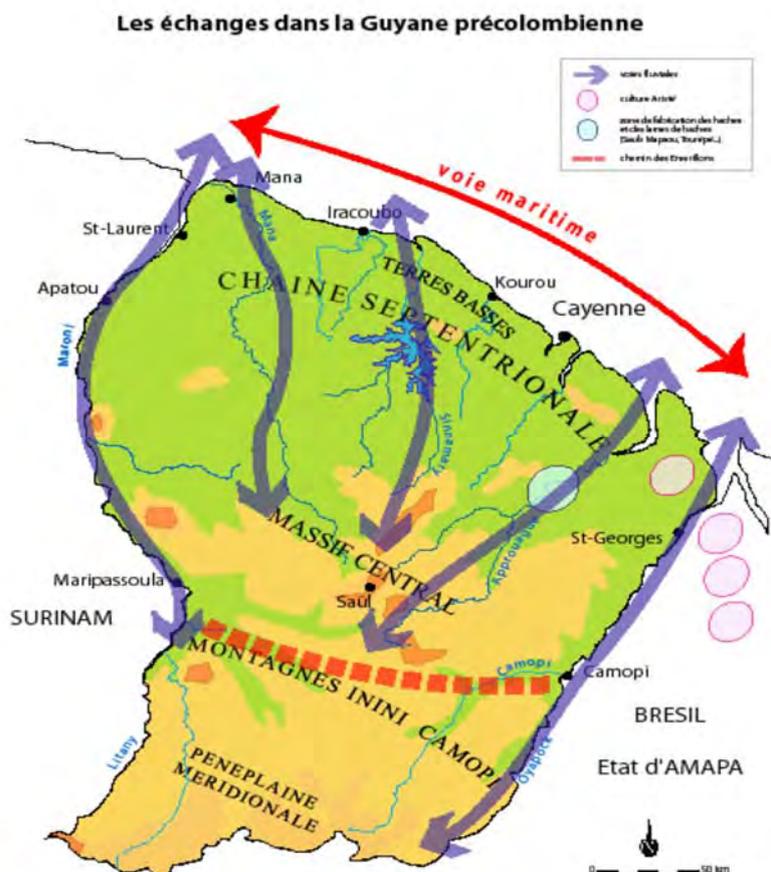


Imagem 02 – A figura acima mostra as rotas marítimas e ribeirinhas de escambo em parte da guiana pré-colombiana, reconstituídas a partir de suas evidências arqueológicas, permitindo o postulado de que a migração dos *Kalinã*, liderada por Seu Gérard Lod, percorreu uma rota de comércio utilizada pelo seu povo desde tempos imemoriais. Rota que posteriormente foi incorporada pelo mercantilismo holandês a partir do século XVI. A migração aqui tratada percorreu exatamente a linha vermelha (voie maritime) no topo da imagem, abrangendo da foz do rio Maná a foz do rio Oiapoque. Fonte da imagem: Migeon (2016).

3. O NOVO TERRITÓRIO E A RELAÇÃO COM O PODER TUTELAR BRASILEIRO

Uma vez no Brasil os *Kali'nã* precisaram se adaptar a língua e as relações sociais recém inauguradas, de um lado junto aos povos indígenas no Baixo Oiapoque; e de outro com o regime tutelar imposto a povos indígenas pelo governo e respectiva legislação brasileira. De acordo com Lux Vidal¹¹ o líder Gérard Lod frequentemente repetia, junto aos poderes constituídos no Brasil a premissa de que “seu povo não era atrasado”, além de constantemente exigir o “documento” de sua nova terra/aldeia, o que só foi equacionado com a demarcação das terras indígenas de Oiapoque, processo iniciado somente na década de 1980. (MAZUREK, 2013)

¹¹ Sobre o assunto consultar: VIDAL, Lux Boelitz. *Narrativas e Memória de um Chefe Galibi do Oiapoque – Relato do Sr. Geraldo Lod sobre a viagem que o grupo Galibi Kali'na Tilewuyyu realizou em 1950, da Mana, Guiana Francesa, ao Oiapoque, Brasil*. (Inédito); e ZAGHETTO, Sonia. 2019. *Histórias de Oiapoque – Com o arquivo e as memórias de Rocque Pennafort*. Brasília, Annabel Lee. 2010.

Como já mencionado, ao reconhecer a si e ao seu povo como “índios de verdade”, consta que o senhor Lod se viu impactado com uma viagem que fez a Belém do Grão-Pará, em 1948. Ocasão em que contemplou a estátua do “índio de bronze armado e em tamanho natural” da praça Santos Dumont, o que supostamente o teria convencido de que na margem brasileira das guianas a alteridade indígena gozava de um outro *status*, afinal, em que colônia francesa seria possível vislumbrar um monumento ao guerreiro indígena, *locus* vulgarmente reservado ao conquistador branco? (MEMMI, 2007)

Mesmo impactado por esse contato experimentado em Belém, o líder da migração *galibi* não se apresentou como uma pessoa ingênua, frente ao tratamento conferido a povos e pessoas indígenas pelo indigenismo do novo país, pois mesmo com a aparente “boa acolhida” por parte do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os *Kali'nã* no Brasil não cessaram de exigir o reconhecimento formal de seu território.

Assim, é possível postular que a ideia de que no Brasil existiam territórios onde habitavam “índios de verdade”, proposta pelo Senhor Lod a Lux Vidal (2010), contrapõe-se ao discurso de que seu povo não era “atrasado” e não precisava ser “pacificado”. O que demonstra que os *Kalinã* tinham ciência do tratamento do SPI dispensado aos “pacificados” do território do Uaçá. Vale lembrar que nesse mesmo período em que o SPI recebeu bem o grupo *Kalinã*, impunha trabalho análogo a escravidão a membros do Povo *Palikur*, como no caso da prisão do indígena *Uwetmin*. (Batista, 2020) Trata-se de uma cadeia de relações díspares, cultivada com os povos indígenas do Oiapoque a partir de um discurso contraditório que sobrepõe “índios atrasados” e “índios adiantados”; a “índios verdadeiros” e “índios falsos”, contradição nunca resolvida à luz da razão ocidental.

A postura dúbia da inspetoria de índios em relação a diferentes etnias que habitam o mesmo território demonstra que a relação com os povos alvo da política indigenista esteve caracterizada pela ausência de controle do estado, ficando quase sempre estribada nas vontades, arbítrio e “humores” de seus agentes. (TASSINARI, 2003; ZAGUETTO, 2019)

4. CONCLUSÃO

No quesito motivação para a migração dos *Kali'nã* para a margem brasileira das guianas, aparentemente temos uma conjunção de fatores, sendo a primeiro e mais evidente, o relacionamento tenso com os agentes coloniais franceses, dos quais o Senhor Lod não escondia o descontentamento. A tensão sofrida pelo grupo foi resolvida empreendendo a desobediência civil, mas que da perspectiva indígena sequer pode ser considerada uma imigração, visto que deslocar-se pelo território guianense na mencionada busca pelo “[p]aís indígena” é um movimento que diz respeito as fronteiras e acordos indígenas, realizado em termos próprios desde tempos imemoriais.

Por falta de entendimento ou excesso de colonialismo, a historiografia atribui um suposto “nomadismo indígena” como causa de tensões e rivalidades clânicas do passado. Passado de luta e faccionalismo interno, cumpre dizer, em grande medida criado e fomentado pela situação colonial. Isto posto, pode-se considerar que a História ameríndia não pode ser dissociada do empreendimento colonial, visto que a colonização é “inventora” e propulsora, não só do referido faccionalismo, mas também do encapsulamento dos grupos humanos em entidades étnicas enrijecidas¹², necessárias ao relacionamento com o poder colonial.

Nessa medida, o que um olhar exógeno pode considerar deslocamento ou imigração, pode ser (re)considerado, de uma perspectiva supostamente autóctone, como uma movimentação pelo território e os biomas ancestrais – dos quais a memória e a história étnica guarda amplo conhecimento e domínio – mediante a necessidade de autonomia e distanciamento do jugo colonial. Trata-se, portanto, de conhecimentos e jogos de alianças sociais acionadas em resposta a pressão dos agentes e estados colonizadores.

5. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária. 2016

BALBI, Fernando Alberto. “Comparación, etnografía y generalización” In *Anuário Antropológico*. Brasília, UnB, v. 42, n. 1. p. 9-35. 2017. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas_vol_42_n1/Comparacion_etnografia_y_generalizacion.pdf> acesso em: dezembro 2020

BATISTA, Ramiro Esdras Carneiro. *Keka Imawri: narrativas e códigos da guerra do fim do mundo*. Belo Horizonte: Ed. Comissão Mineira. 2020.

BELTRÃO, Jane Felipe; LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. “Alteridade e consciência histórica: a história indígena em seus próprios termos” In: Beltrão, Jane Felipe; Lacerda, Paula Mendes (Orgs.). *Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades*. Rio de Janeiro, Mórula, p. 16-24. 2017.

COLLOMB, Gérard; TIOUKA, Félix. *Na’na Kali’na: une histoire des Kali’na em Guyane*. Matoury: Ibis Rouge Editions. 2000.

DAVY, Damien. *Aroumans – Ressource et usages des Amérindiens du sud de la Guyane*. Cayenne: Parc Amazonien de Guyane. 2015.

LAVAL, Pauline. *Captures estuariennes, une ethnoécologie de la pêche sur le bas Oyapock*. Tese (Doutorado), apresentada ao Muséum National d’Histoire Naturelle, Paris. 2016. Disponível em

¹² A exemplo, a insistência dos atuais *Kali’nã* em se autodenominarem *Tilewuyu* é explicada por Collomb & Tiouka (2000) pela necessidade que esse povo tem em se distinguir dos “mulatos”, que são *Kalinãs* mestiçados com *Black marrons* (negros) do Suriname. *Tilewuyu* no caso, designaria o *Kali’nã* “de verdade” em oposição aos denominados “mulatos”, surgidos da dinâmica do colonialismo escravocrata e das novas relações sociais envidadas.

www.researchgate.net/publication/316921079_captures_estuariennes_une_ethnoecologie_d_e_la_peche_sur_le_bas_Oyapock. Acesso em 23 de julho de 2019.

MAZUREK, Roselis. *Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque*. PGTA: The Nature Conservancy. 2013.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

MIGEON, Gérald. “*Homem e natureza: culturas arqueológicas na Guiana Francesa*”, (Comunicação oral). Palestra proferida durante o Encontro Internacional de Arqueologia. Promovido pela Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional do Oiapoque no período de 24-25 de fevereiro de 2016. Oiapoque. Brasil. 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2016.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

RICARDO, Carlos Alberto. *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo, CEDI. 1983.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. *No Bom da Festa: o Processo de Construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003.

TIOUKA, Alexis (Povo Galibi-Kalinã). *O movimento indígena franco-guianense*. (Comunicação oral). Palestra proferida durante o III Colóquio de Literatura Amapaense e Literatura de Fronteira, promovido pela Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional do Oiapoque, em maio de 2019. Oiapoque. Brasil. 2019.

TIOUKA, Alexis; FERRARINI, Hélène. *Petit Guerrier Pour La Paix*. Matoury: Ibis Rouge Editions. 2017.

VALLOT, Hugues. “A construção da fronteira Brasil/Guiana Francesa e os Palikur”. In: Pimenta, José; Smiljanic, Maria Inês (Orgs.) *Etnologia Indígena e Indigenismo*. Brasília: Positiva, p. 53-73. 2012.

VIDAL, Lux Boelitz. *Narrativas e Memória de um Chefe Galibi do Oiapoque – Relato do Sr. Geraldo Lod sobre a viagem que o grupo Galibi Kali’na Tilewuyu realizou em 1950, da Mana, Guiana Francesa, ao Oiapoque, Brasil*. 2010. (Inédito)

_____. “Mito, História e Cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá” In: *Revista de Antropologia*. Vol. 44. No. 01. São Paulo, p. 117-147. 2001. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100004. Acesso em: 18 de março de 2013.

ZAGHETTO, Sonia. *Histórias de Oiapoque – Com o arquivo e as memórias de Rocque Pennafort*. Brasília: Annabel Lee. 2019.

Referencias Orais

JEAN JAQUES, José Calixto (a) (Povo Galibi-Kalinã). *Entrevistas concedida na aldeia São José dos Galibis*. Município de Oiapoque/AP, Brasil. 2019.

JEAN JAQUES, Miguel (b) (Povo Galibi-Kalinã). *Entrevistas concedidas na aldeia São José dos Galibis*, Oiapoque/AP, Brasil. 2019.



GT 5 – Movimentos sociais, étnicos e ambientais nos países Amazônicos

RESISTÊNCIA E ARTICULAÇÃO COMUNICATIVA DOS POVOS INDÍGENAS CONTRA O GENOCÍDIO NA COVID-19.

Ivana Claudia Guimarães de Oliveira (UNAMA)¹,
Alda Cristina Silva da Costa (UFPA)²
Lídia Karolina Rodarte (UFPA)³

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise reflexiva das articulações comunicativas dos povos indígenas na pandemia da Covid-19, contra a reprodução da invisibilidade e do apagamento nas agendas públicas e midiáticas. Partimos das premissas do interacionismo simbólico em que os indivíduos agem com base nos significados que a realidade têm para eles; derivando ou decorrendo da interação social que se estabelece entre uns e outros; e ainda, os significados controlados e modificados em um processo interpretativo. Nossas observações incidem sobre os indígenas e o pedido de socorro contra a ameaça de um novo genocídio sobre suas nações, em virtude do descaso institucional do governo federal e a ausência de ações de saúde mais efetivas no combate à doença. O presente artigo problematiza a experiência desses povos com a doença, indagando: quais sentidos são mobilizados pelos povos indígenas, no Brasil, nas suas articulações políticas, culturais e comunicativas sobre a pandemia da Covid-19, a partir do ambiente digital? Como os povos indígenas se constituem nesses ambientes? A pesquisa objetiva compreender como os indígenas vivenciam essa realidade e os sentidos construídos sobre essa mesma realidade na pandemia. Como corpus de investigação toma-se o site emergenciaindigena.apib.info, administrado por entidades representativas dos povos originários sobre a pandemia nas áreas indígenas. Como procedimentos conceituais e metodológicos, dialogamos com o interacionismo simbólico e a análise enunciativa e narrativa em Rabatel (2016). Os resultados apontam para o domínio da comunicação digital na busca por canais autônomos que possam subverter o modelo das narrativas midiáticas tradicionais.

Palavras-chave: Resistência, Covid-19, Povos indígenas, comunicação digital, emergenciaindigena .

¹ Programa de Pós-Graduação Comunicação, Linguagem e Cultura, UNAMA, Brasil.
E-mail: ivana.professora2020@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Brasil.
E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

³ Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Brasil.
E-mail: lidiakarolina@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na presente escrita tentamos fazer uma leitura, nos moldes de Gabriel Cohn, política, cultural e comunicativa para refletir sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil, frente à pandemia da Covid-19. Tomamos como partida as perguntas elaboradas pelo sociólogo sobre a mídia, entre elas: “como agem os meios de comunicação no plano coletivo? Quais os seus efeitos? Como a organização e o modo de agir desses meios se relacionam com diversos tipos de sociedade?” (COHN, 2014, p. 18). Essas indagações delinearão o corpo desta proposta em que, em pleno século XXI, ainda observamos a reprodução da invisibilidade e do apagamento dos povos indígenas, especificamente na pandemia do novo coronavírus, tanto pelo governo brasileiro como pela mídia tradicional, nos mesmos *modus operandi* das narrativas de viagem do início do século XV (GONDIN, 2007; DUSSEL, 1993;), em quem a voz desses sujeitos fora negada ou cujo reconhecimento de humanidade fora omitido no processo histórico de constituição da sociedade moderna, em específico à América Latina, produto também da invenção dos europeus. Ou como observa Pinto (2005, p. 97) as origens “das noções que separaram o mundo por meio de noções preconceituosas”.

Um dos momentos heurísticos da história das idéias sobre o Novo Mundo certamente é a famosa disputa entre Sepúlveda e Las Casas em torno do direito que possuiriam ou não os europeus – em particular os espanhóis – de estabelecerem legitimamente a escravização das populações indígenas fundando-se sobretudo nos argumentos de Aristóteles, segundo os quais os povos derrotados em guerra estariam forçosamente reduzidos à condição de escravos. De modo semelhante estaria também sugerida a idéia de que existem povos que, em razão de sua inferioridade racial, estariam fadados a serem submetidos e levados à situação da escravidão (PINTO, 2005, p. 97).

Concordamos com o autor quando afirma que precisamos aprofundar as investigações sobre a história das ideias que dão forma ao pensamento social sobre a Amazônia, e de seus povos originários, inclusive implicando retomar alguns autores e repensar novos olhares de compreensão dessa história. Por outro lado, lembrando a inserção de Cohn (2014) quando ressalta que as questões hodiernas se referem socialmente mais à construção de “diferenças” por parte dos sistemas sociais e das organizações poderosas.

É nesta perspectiva, que a presente pesquisa, alinhava suas construções refletindo sobre as relações comunicativas estabelecidas, na contemporaneidade, entre os indivíduos e a mídia, enquanto instituição que contribui na formação desse pensamento sobre a realidade social, em que “o homem que ignora a notícia só passa a existir para a sociedade maior na qual vive, no mundo permeado pelos meios de comunicação, quando essa própria condição o converte em notícia” (COHN, 2014, p. 17).

Dialogamos, particularmente, com o interacionismo simbólico que nos conduz a pensar, pode até parecer uma contradição do postulado acima, que um objeto pode assumir novos e diferentes significados, à medida em que as pessoas se deparam e interagem com ele de novas maneiras. Ou seja, os indivíduos agem com base nos significados que a realidade têm para eles; derivando ou decorrendo da interação social que se estabelece entre uns e outros; e ainda, os significados controlados e modificados em um processo interpretativo (BLUMER, 1980; MEAD, 2006; SANDSTROM, 2016). Essa corrente teórica coloca a ação humana no centro da compreensão da vida social, contra uma visão de mundo mecanicista e dualista do racionalismo clássico, com ênfase: a) na natureza da realidade; b) na natureza humana; c) na relação entre fatos, valores, verdade e conhecimento; e d) no papel da ciência (SANDSTROM et al., 2016). Na concepção pragmatista de John Dewey, a realidade tem múltiplas naturezas e possibilidades, e isso se abre para amplas interpretações.

Segundo Georg Mead (1992), o homem se difere dos outros animais porque tem a capacidade da linguagem e do pensamento, aciocínio, comunicação e habilidade de coordenar suas ações com as dos outros. Sua natureza simbólica do comportamento e comunicação humanos torna o homem distinto, ou os chamados símbolos significativos, pois eles possibilitam trocar significados compartilhados com os outros, e nos comunicar com eles de forma eficaz⁴, assim como habilita a antever como os outros provavelmente vão agir em uma dada situação, proporcionando uma coordenação de nossas ações com as dos outros.

Ao criar e trocar símbolos significantes, as pessoas criam e interpretam o significado. A mente assim não está apartada da sociedade, pelo contrário, ela participa da autointeração e reflexão a partir de símbolos sociais. Para Mead (1992), precisamos aprender a utilizar os símbolos significantes de modo a compreender o mundo complexo e estabelecer a comunicação com o outro e satisfazer nossos impulsos e desejos.

Assim, nossas primeiras observações incidem sobre a relação estabelecida entre os indígenas e o pedido de socorro contra a ameaça de um novo genocídio pela Covid-19 sobre suas nações, pois em 2020 a humanidade foi acometida dessa pandemia, que atingiu a todos de forma alarmante, mas tem sido devastadora nos territórios indígenas, considerando as condições vividas pelos povos, o descaso institucional do governo federal e a ausência de ações de saúde mais efetivas no combate à doença; e por outro lado e ao mesmo tempo, uma generalização sobre esses sujeitos e suas questões pelas narrativas jornalísticas.

⁴ Fazemos uma intervenção, pensando que essa eficácia nem sempre ocorre de forma consensual. Às vezes, concordamos para não causar conflito ou polemizar, ou porque o outro espera uma resposta de imediato. Portanto, a comunicação também é pensada como conflito e tensionamentos entre as pessoas.

No presente artigo indagamos: quais sentidos são mobilizados pelos povos indígenas, no Brasil, nas suas articulações políticas, culturais e comunicativas sobre a pandemia da Covid-19, a partir do ambiente digital? Como os povos indígenas se constituem nesses ambientes? Nessa construção, levamos em conta as experiências desses povos com a doença e as dificuldades vividas em suas comunidades, uma vez que esses sujeitos vivem condições diferenciadas dentro da sociedade. Segundo o relatório “Nossa luta é pela Vida”, produzido por entidades ligadas à APIB⁵ (2020, p 4), em meio à pandemia, as vidas dos indígenas tornaram-se “objeto de ataques, perseguição e extermínio. [...] Vidas negligenciadas pelo poder público e vidas salvas pela solidariedade”. “Não é apenas um vírus. A pandemia expôs a política do ódio que a APIB já vinha denunciando. Acelerou ainda mais a violência política e a perseguição”.

Nossas discussões são amparadas na premissa de que os grupos humanos se constituem; produzem a si mesmos por meio da ação. E com Bakhtin (2000) quando diz que é pela comunicação que se dá a construção do sentido da vida social e o reconhecer-se a si mesmo. Pissarra (2011, p. 40) nos lembra que cada um de nós “só pode assumir-se como agente de comunicação/sujeito do discurso a partir do momento em que se encontra inserido numa dada rede de sociabilidade, isto é, em conjunto com outros indivíduos, dando origem a um processo que transcende amplamente o contributo singular de cada um dos participantes”.

Assim, estabelecemos como objetivos: a) compreender os sentidos/significados produzidos sobre a pandemia pelos indígenas; b) entender as ações comunicativas dos indígenas no ambiente digital; c) analisar como os indígenas percebem suas ações na pandemia, como eles vivenciam essa realidade e os sentidos construídos sobre essa mesma realidade na pandemia.

Como corpus de investigação analisamos o site emergenciaindigena.apib.info, administrado por entidades representativas dos povos originários. O site foi criado a partir de um coletivo de entidades ligadas aos povos indígenas, com a plataforma desenvolvida pela Mídia Ninja, em três idiomas, português, inglês e espanhol.

⁵ Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) foi criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre em 2005, um evento anual de mobilização nacional desde 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas. A APIB é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, com representação em todos os estados brasileiros através das organizações regionais que a compõe:

Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Comissão Guarani Yvyrupa.

Disponível em: <https://www.facebook.com/apiboficial/> e

https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf Acesso Jan/2021.

Identificamos o site como uma importante estratégia política, cultural, social e comunicativa das organizações indígenas, pois a partir dele são elaborados e visibilizados os planos, projetos e ações no acompanhamento do impacto do vírus sobre os povos, com atitudes de enfrentamento específicas e diferenciadas, assim como procurando resguardar a memória e conhecimento ameaçado pela morte dos parentes. Como posto na contemporaneidade, parece que necessariamente para existir, precisamos ser visíveis, isto é, em que “o visível, a imagem, tendem a rechaçar o invisível, que é então desqualificado, tido como inútil. O indivíduo passa, assim, a ser considerado, apreciado, julgado pela quantidade de signos, de texto e de imagens que ele produz, incitado a exibi-los incessantemente” (AUBERT; HAROCHE, 2013, p. 14).

Como procedimentos conceituais e metodológicos, partimos do interacionismo simbólico e da análise enunciativa e narrativa em Rabatel (2016), identificando os pontos de vista na narração, em observação aos traços dos processos interacionais e pragmáticos em que o narrador opera escolhas, com a finalidade de causar efeitos no público. Com Castells (2015), busca-se observar a construção das relações de poder; e a alteração por atores sociais que se mobilizam no enfrentamento à institucionalização.

Como resultados preliminares, constatamos que contra o silenciamento e o apagamento da tragédia nos territórios, os povos indígenas têm se apropriado dos ambientes digitais para construir narrativas próprias de denúncias e de proteção, assim como diferenciar suas demandas de acordo com as etnias existentes no Brasil. Há ainda uma mobilização digital que amplia e referencia o campo da informação, apresentando as populações originárias como fonte primária para mídia e para sociedade.

O artigo foi construído em quatro sessões. Na primeira, a introdução, apresentamos a síntese da tessitura do artigo, com o escopo teórico e metodológico da escrita. Na segunda, os marcos conceituais e históricos dos povos indígenas e a sociedade brasileira; na terceira sessão identificamos as análises narrativas dos sites selecionados. Por último, as considerações finais e as contribuições da presente pesquisa.

2. SER E SE FAZER VISÍVEIS

“A Covid-19 chegou nos territórios indígenas de forma avassaladora. Vidas indígenas estão sendo perdidas em um ritmo crescente. Estamos diante de uma tragédia humanitária sem precedentes e precisamos nos unir e agir. O momento é agora!⁶” Este alerta abre a home do site [emergenciaindigena](https://emergenciaindigena.org/), e tem a intencionalidade de chamar a atenção da sociedade para a grave situação vivida por esses povos. “Nós

⁶ Informação disponível na Home do < <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/> . Acesso: dezembro/ 2021.

não somos apenas números! Vidas indígenas importam, precisamos conhecer as histórias dos que estamos perdendo. É preciso humanizar esses dados! Como diz a liderança Célia Xakriabá: “não se trata apenas de uma conta aritmética”. Esta informação também extraída do site demarca a relevância de se pensar os sentidos desses povos na sociedade, não como mero personagens figurativos ou exóticos, mas como sujeitos que lutam, cotidianamente, para se fazerem visíveis e existentes, em suas particularidades, singularidades e necessidades.

Compreendemos assim, que além das lutas históricas de se fazer visível, contra toda uma interpretação estigmatizadora criada contra si, os indígenas resistem a uma denominação genérica ou à invisibilidade que ainda sofrem na sociedade, principalmente nos meios de comunicação tradicionais. Ou como nativos que desarmonizam a ordem instalada pelo branco, conforme observação de Gondim (2007) no mapeamento das narrativas de viagem realizada pelos europeus na Amazônia. “A colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois, foi o primeiro processo europeu de modernização, de civilização, de subsumir o Outro como si mesmo, [...] é o começo da domesticação, estruturação, colonização do modo como aquelas pessoas viviam e reproduziam sua vida humana” (DUSSEL, 1993, p. 37).

É relevante destacarmos aqui, que entendemos a visibilidade enquanto dispositivo contemporâneo, que alude o sentimento de existência ao fato de ser visível (AUBERT; HAROCHE, 2013, p. 15). Contra essa tirania da visibilidade, infere Matos (2013, p. 343) que “a transparência do poder e dos comportamentos individuais- pelos meios de comunicação e pela sociedade em rede -, em vez de revelar os mecanismos do poder e de ampliarem os espaços de liberdade e de autonomia dos indivíduos, reforçam a ideologia e o fetichismo [...]”. Por outro lado, se o atual momento se estrutura como sociedade da informação e da comunicação, ancorado pelo avanço tecnocientífico e envolto em promessas de um desenvolvimento nunca antes visto, também se ampliam as expectativas das possibilidades de uma melhor comunicação entre os indivíduos e a sociedade.

Nessa perspectiva, relembramos a trajetória dos povos indígenas na formação histórica e social do Brasil, e em particular na Amazônia. As imagens e representações dos índios se configuram, desde do século XVI, quando da presença dos europeus em terras amazônicas, um vício de origem estereotipado, pois esses viajantes tiveram dificuldades em perceber e reconhecer o Outro, criando assim, a figura do índio genérico e homogêneo, ser desprovido de cultura e crenças, com descrições que vão de canibais, preguiçosos a selvagens (GONDIM, 2007). Essa visão deturpada das populações indígenas será descrita pelos portugueses dentro um marco referencial teórico e ideológico próprio deles, contra, conforme análise de Pinto (2005), as configurações

econômico-sociais e culturais que presidiam a organização dessas comunidades tribais. O europeu, assim, tenta eliminar as formas distintas de pensamento ao seu, buscando apagar ou invisibilizar os conhecimentos desses povos, assim como a possibilidade desses povos produzirem conhecimentos.

Portanto, ao refletir sobre essas populações devemos, segundo Brigitte Thiérion (apud SOUZA, 2019, p. 18), entender os sentidos dos indivíduos que compõem a Amazônia e ao mesmo tempo:

Apontar o descaso para com os povos que, depois de terem sido expulsos da condição humana, foram reintegrados nesta condição mediante o abandono de suas crenças e sofrendo toda sorte de dominações físicas e morais. Falar da Amazônia leva a salientar a capacidade de resistência desenvolvida frente aos opressores, bem como os requintes de crueldade usados para reprimir qualquer forma de protesto.

E Márcio Souza (2019, p. 29) nos provoca a pensar a Amazônia para além da história fragmentada, acrescentamos parcial e objetivada, contada por cientistas da América Norte, da Europa, entre outros, considerando que o processo social do território é constituído pelas relações sociais e de poder político envolvendo nove Estados e centenas de etnias. Ou seja, refletindo sobre o pensamento colonial que se instalou na descrição do que seria a Amazônia e os indígenas.

Quando os europeus chegaram, no século XVI, a Amazônia era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica. Ocupavam o solo com povoações em escala urbana, contavam com um sistema intensivo de produção de ferramentas e cerâmicas, uma agricultura diversificada, uma cultura de rituais e de ideologia vinculada a um sistema político centralizado, e uma sociedade fortemente estratificada. Essas sociedades foram derrotadas pelos conquistadores, e seus remanescentes foram obrigados a buscar a resistência, o isolamento ou a subserviência. O que havia sido construído em pouco menos de 10 mil anos foi aniquilado em menos de 100, soterrado em pouco mais de 250 anos e negado em quase meio milênio de terror e morte (SOUZA, 2019, p. 47).

Portanto, a luta dos indígenas é uma luta história, a partir de um movimento de resistência, que busca demarcar as diferenças entre as etnias existentes, pois os povos assimilam seus embates como iguais, mas se compreendem com especificidades diferenciadas de suas culturas. Pois, caso contrário, o hodierno homo comunicans de Gabriel Marcel (apud ESCOLA, 2011, p. 19), “não é senão um habitante desenraizado, uniformizado, errante e exilado na aldeia global, cada vez mais virtual”.

2.1 Corpus de análise

No início da pandemia do Covid-19 no Brasil, foi organizada uma proposta do movimento indígena para evitar uma tragédia entre as etnias afetadas. Construiu-se um

Plano de Enfrentamento⁷ sob três eixos: ações emergenciais de cuidado integral e diferenciado no controle da pandemia; ações judiciais e de incidência política; e ações de comunicação e informação em saúde. O documento apresentado em junho de 2020 pela APIB e assinado por outras entidades que integram a frente indígena. O Plano tem um orçamento de R\$ 100 milhões para ações no Brasil sob a Coordenação da APIB; e apoio a planos e projetos elaborados por organizações de base, organizações regionais e de organizações parceiras da sociedade civil.

Nossa análise inicia no Eixo 3 do Plano de Enfrentamento, que enumera oito ações como objetivos para desenvolvimento; entre elas, o apoio a estruturação de estratégias de vigilância e monitoramento comunitários da Covid-19, para organizar e disseminar informações produzidas, onde se insere a produção de conteúdo do site emergenciaindigena.apiboficial.org, com dados sobre o contágio nas localidades indígenas, povos afetados, compondo uma estratégia para articulação de redes de solidariedade e apoio para implementar as ações do plano. A ação faz monitoramentos e disponibiliza informações para embasar proposição às políticas públicas relacionadas a evitar mortes entre os povos indígenas.

2.2 Marcos conceituais

Ao pensarmos nas articulações comunicativas dos povos indígenas ou das entidades que os representam, levamos em conta o que nos aponta Esteves (2011), ao refletir sobre uma sociologia da comunicação. Para ele, a comunicação é indissociável da experiência concreta dos indivíduos, do seu enraizamento na vida cotidiana, “mas ao mesmo tempo uma comunicação que deve (tem de) poder estabelecer um certo distanciamento em relação à sua própria forma de apreensão em termos intuitivos e estritamente empiristas” (ESTEVES, 2011, p. 27). Do mesmo modo, [...] a comunicação se inclui entre a matéria constituinte das forças compulsivas que dão formas às figurações sociais; condiciona, pois, decisivamente as várias teias de interdependências que os indivíduos estabelecem entre si” (ESTEVES, 2011, p. 28).

Logo, os povos indígenas vivem suas realidades num contexto histórico e social que os ligam a sociedade como um todo. Não apartados, mas inseridos num sistema social que ainda os marginaliza ou excluem de participação desse mesmo sistema.

O Governo Federal é o principal agente transmissor do vírus entre os povos indígenas. A omissão na construção de ações eficazes de enfrentamento a pandemia, a negligência na proteção dos trabalhadores e usuários do Subsistema de Saúde Indígena e a

⁷ Disponível em <http://apib.info/files/2020/06/Plano-Indi%CC%81gena-de-Enfrentamento-ao-Covid-19-Versa%CC%83o-final.docx.pdf>. Acesso: novembro/2020.

construção de políticas que favorecem a invasão dos territórios indígenas são os principais fatores desse contexto de violações⁸.

Especificamente aos analisarmos as ações das entidades e indígenas, retomamos aos pressupostos de Blumer (1980), ao identificar as três premissas do interacionismo simbólico:

A primeira premissa é a de que os seres humanos agem em relação às coisas com base nos significados que essas coisas têm para eles [...]. A segunda premissa é a de que o significado de tais coisas deriva, ou decorre, da interação social que se estabelece com os próprios pares. A terceira premissa é a de que esses significados são controlados em um processo interpretativo (e modificados através dele) utilizado pela pessoa ao lidar com as coisas com as quais entra em contato (BLUMER, 1980, p.119).

Ao reconhecermos que o significado é criado pelas interações sociais, o autor salienta que não deveríamos ver o uso pessoal desse significado como automático. Antes, o uso dos significados por um indivíduo se dá pela interpretação e a autorreflexão, sendo que a interpretação não é uma aplicação irrefletida de significados sociais previamente estabelecidos, mas um processo formativo no qual utilizamos os significados como instrumentos para orientar e escolher nossas ações. Para ele, o processo interpretativo envolve mais do que uma aplicação reflexa dessas definições, pois ao nos encontrarmos em uma determinada situação, devemos decidir quais dentre as muitas coisas presentes nessa situação são relevantes.

Destarte, podemos caracterizar a interação simbólica como a interação em que um processo social é percebido e redefinido. “O Interacionismo simbólico considera os significados produtos sociais. Criações elaboradas em e através de atividades humanas determinantes em seu processo interativo” (BLUMER, 1980, p. 121), não é através de uma ação direta do outro, mas por meio da interpretação dessas ações considerando os significados que lhes foram atribuídos.

No site aqui analisado, nos interessa os processos comunicacionais produzidos no ambiente digital, que, em nosso entendimento, focalizam a ideia de ciberespaço como um ambiente de produção de sentidos e não apenas de circulação, uma vez que as entidades indígenas buscaram as particularidades técnicas que propiciam uma visibilidade negada nos meios de comunicação tradicionais. E sob essas condições, objetivam a formatação de novos cenários de interação, onde podem ser percebidos novos significados.

Como ressalta Castells (2015), na era da “Autocomunicação de Massa” o ambiente digital articula as formas de comunicação em hipertexto interativo e complexo,

⁸ Informação disponível em < <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/relatorio/> > Acesso 10 jan.2021.

integrando e recombinaando em sua diversidade expressões produzidas pela interação, isso permite multiplicar a comunicação a partir de pequenos grupos, tornando-os capazes de sensibilizar o social. O autor explica que neste cenário a comunicação interpessoal, comunicação de massa e autocomunicação de massa, coexistem, interagem e se complementam. Portanto, “Não vivemos mais em um mundo físico ou virtual, mas num mundo híbrido” (CASTELLS, 2015).

Em vista disso, constata-se que, no panorama da análise da realidade social, o interacionismo simbólico demonstra não ter se esgotado na década de 60 e, buscamos, conforme indicam Sandstrom et al. (2016, p. 34), “insights úteis” para refletir “sobre como as ações são afetadas pelos outros e como você também os afeta, especialmente quando você se envolve em ações conjuntas”.

3. Análise - Silenciamento midiático dos povos originários na mídia

O questionamento do modelo vertical e massivo do jornalismo se concretiza na ausência da pluralidade de vozes, para além das fontes institucionalizadas que poderiam construir um conhecimento pluralizado e garantir a diversificação temática da mídia. Interpela-se assim, a função originária do jornalismo enquanto quarto poder. Mesquita (2011) destaca a imagem das instituições da imprensa integradas aos sistemas de pesos e contrapesos que caracterizam a democracia, com uma mídia que pode impedir excessos públicos. Essa concepção de contrapoder expõe o ideal de igualdade, de uma imprensa forte para desempenhar o papel de guardião promovendo críticas e diversidades de opinião.

É nesse cenário que encontramos a ausência de informações midiáticas sobre os povos originários do país na pandemia. A narrativa jornalística reproduz o que gera mais críticas a ela: desinteresse e relação mais próxima ao mercado e à política, retirando-a de sua função mor: promover visibilidade ao povo (BOURDIEU, 1997; CASTELLS, 2011).

Nossa pesquisa fez inicialmente um levantamento quantitativo do noticiário sobre os impactos da pandemia do Covid-19 na população indígena brasileira, entre os meses de abril a outubro de 2020, a partir dos portais de notícias e jornais. O objetivo inicial foi registrar o poder da cobertura para a pauta indígena. Não foi usado nenhum software de extração de dados, apenas duas palavras chaves “indígena + Covid” em buscadores. Foram excluídas publicidades, comunicações de ongs, governo, institutos de pesquisa e universidades: E nos primeiros 56 resultados: 23 apenas eram sites de jornais/revistas/portais, com um intervalo de cobertura com saltos temporais expressivos (maio/agosto/outubro); ratificando uma cobertura pulverizada pelo noticiário.

Os dados legitimam a justificativa do coletivo do Movimento Emergência Indígena na criação do projeto de comunicação digital para expor informações sobre as etnias quem não tem espaço. Na apresentação das estatísticas que incidem sobre os povos indígenas, utilizam trecho da Carta Final da Assembleia Nacional da Resistência Indígena⁹: “Em tempos de pandemia, a luta e a solidariedade coletiva que reacendeu no mundo só será completa com os povos indígenas, pois a cura estará não apenas no princípio ativo, mas no ativar de nossos princípios” (APIB, 2020. Aba sobre dados estatísticos do site)

A página principal demonstra que a temática abordada pelo coletivo não se restringe à pandemia, são expostos outros problemas vividos pelos povos originários como garimpo ilegal e desmatamento.

Apontamos neste momento, que na perspectiva da visibilidade midiática, as vozes dos povos originários criam esta estratégia de visibilidade para evitar o silenciamento. Imprescindível, segundo Orlandi (2007) identificar a diferença entre silêncio e silenciamento. O primeiro, a autora explica, fundamenta a troca de enunciados no processo comunicacional, compõem a necessidade humana de expressão e comunicação com o outro.

(...) há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer. (...) O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego), da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. (ORLANDI, 2007, p 12-13)

De outro lado, o silenciamento é a política do silêncio, um ato consciente, intencional, que “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo (ORLANDI, 2007, p. 73). Para que possa ser compreendido, deve estar inserido na dimensão política que define o que é incluído e excluído pelo interlocutor, e com o desígnio de influenciar o processo comunicacional. Essa ação simbólica produz a negação discursiva e representacional, a opacidade e as distorções discursivas (ORLANDI, 2013).

E a reação dos povos indígenas brasileiros na pandemia foi buscar as ferramentas apontadas por Castells (2015): inteligência coletiva, colaborativa e na confiança mútua. Como ressalta o autor, o uso de redes sociais e plataformas virtuais possibilita o reordenamento das estruturas de poder com a abertura de espaços de

⁹ Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Assembleia Nacional de Resistência Indígena. Brasil: 8 e 9 de maio de 2020. Brasília: APIB; 2020. Disponível em: <http://apib.info/2020/05/08/assista-aassembleia-da-resistencia-online/>

visibilidade, que fortalecem os agentes políticos e a tematização da agenda pública, subvertendo a lógica midiática da distribuição unilateral da informação pelos meios de comunicação de massa.

3.1 A constituição de si

Como explica Vera França (1998), a narrativa depende do contexto em que foi proferida e só podemos interpretá-la a partir de considerações sobre as condições em que foi produzida, como circulou e como foi recebida pela audiência. Em Aristóteles (2000) encontramos que o ato de narrar é um feito que ser considerado como movimento do narrador, derivado de sua ação e empenho, refletidos na enunciação. Para o filósofo, uma história será contada com mais propriedade na dramatização, na possibilidade de confronto, artifícios e no diálogo eloquente. E ainda, completa que deve ser respeitada a completude da história, apresentando início, meio e fim, para que se possa expressar a importância do tempo na significação do que se conta.

Assim, a voz tem a capacidade de criar uma narrativa própria e do mundo, como explica Couldry (2010), mas em si mesma não dispõe de grande valor. É neste ponto que a narrativa indígena se encontra: fora do eixo de fonte da grande mídia, sem interesses convergentes às pautas legitimadas pela audiência, se situa quase sempre no exotismo de sua condição. Buscam hoje estratégias comunicacionais para romper o silenciamento, disseminar no corpo social informações que torne a comunidade indígena capaz de atrair a atenção do público, provocando dissonância e conseguindo reputação e o endosso de agentes sociais.

As entidades representativas dos indígenas construíram no ambiente digital, ambientes interativos, para expor suas realidades discursivas, a partir da criação coletiva de conteúdos no site aqui analisado. Transformaram assim em plataforma de suas narrativas de resistência.

A base deste trabalho se situa na perspectiva interacionista e enunciativa dos Pontos de Vista (PDV). É portanto em Rabatel (2016) que baseamos nossa análise narrativa desses ambientes digitais, já que para o autor, analisar o PDV é determinar o aspecto de seu conteúdo proposital, de um lado, e ainda investigar a origem enunciativa desde a determinação de seus referentes que compõem o texto, mesmo quando isso estiver implícito.

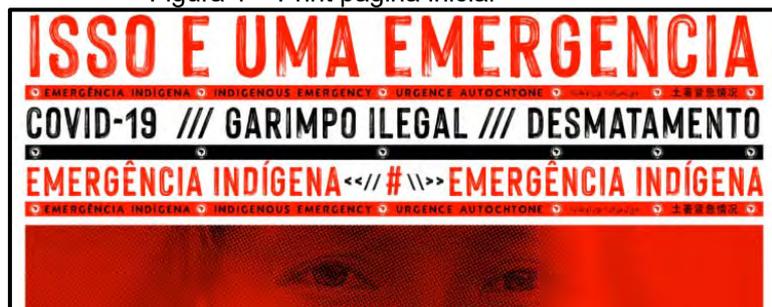
Nessa construção de imagens de si através do PDV, Rabatel (2016) apresenta a proposta de explorar as potencialidades da narrativa: narrador e locutor articulando diferentes PDV, assim a noção de que aqui utilizamos para análise das vozes indígenas em meio a pandemia, é “de expressão das percepções e/ou dos pensamentos representados nos sites em questão” (RABATEL, 2016, p. 141), onde a narrativa se

estabelece como um jogo, como o narrador/locutor pretende alcançar alguns objetivos, como intenção narrativa junto aos interlocutor: emocionar, convencer, etc, e escolher a representação de diferentes PDV, confrontando-os, aproximando-os, e subordinando-os uns aos outros.

3.2. Articulação comunicativa

O site estampa a emergência indígena em cinco idiomas diferentes (português, inglês, francês, árabe e japonês) na capa, usando as cores vermelho e preto sobre o fundo branco. A identidade é destacada no design com o uso de grafismo indígena, imagens de cocares, adereços, arcos e flechas, reforçando a narrativa do PDV da presença indígena no ambiente digital (Figura 1). Ao mesmo tempo há uma atualização dessa narrativa com a temática que é gênese da campanha comunicacional: a pandemia (Figura 2)

Figura 1 – Print página inicial



Fonte: emergenciaindigena.apiboficial.org /2020

Figura 2 – Print página Relatórios



Fonte: emergenciaindigena.apiboficial.org /2020

Ainda na abertura, o vermelho substancia o tom de emergência quando o cursor faz o movimento de descida da página com quatro destaques: um texto de abertura, e três sobre a live Maracá¹⁰, inclusive com dois hiperlinks para páginas internas do site –

¹⁰ Série de oito vídeos (cada um em média com 24 minutos) e um trailer produzidos como parte de uma campanha com objetivo de estimular o apoio nacional e internacional aos povos indígenas brasileiros. A produção é coletiva. O roteiro traz textos elaborados a partir de vídeos de discursos de lideranças indígenas

um para doações e outro para acessar os episódios da live, que é parte da estratégia para conquistar apoio e inclui na campanha uma galeria com 198 personalidades (artistas, ativistas, indígenas, jornalistas, pesquisadores, etc) que apoiam a campanha e cedem suas imagens para conquistar apoio dos fãs e garantir credibilidade ao projeto.

O texto inicial justifica o alarme da organização da plataforma: “Com mais de 50% dos povos diretamente atingidos pela pandemia da Covid-19 e mais de 27 mil indígenas contaminados pelo vírus, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), juntamente com todas as suas organizações de base, lançou uma mobilização internacional para salvar vidas” (emergenciaindigena, 2020)

Dois hiperlinks para páginas externas estão dispostos lado a lado, um para denúncia de violação que remete à página do site da APIB¹¹ orientando como podem ser feitas denúncias em fotos, vídeo ou áudio; outro hiperlink transfere para o perfil @memorialindigena no Instagram, com homenagens aos mortos na pandemia.

Mesmo com o alto da página apresentando 8 abas (Home, Sobre, Relatório APIB, Nossa Luta, Dados Covid-19, Maracá, Apoie, e Idioma), a página inicial traz o acesso facilitado a estas abas. Seguindo com a barra rolagem, é apresentado o link para acesso dos dados sobre o contágio da Covid-19 entre as comunidades indígenas. Até o fechamento deste artigo¹²: 48.958 casos confirmados entre as etnias, 969 indígenas mortos, 162 povos afetados. Regularmente os números são atualizados com apuração diária e conformação através do contato direto com as lideranças indígenas e organizações locais, incluindo indígenas residentes em áreas urbanas, como explicado na metodologia.

A partir dessas informações, o site oferece um panorama geral do avanço da doença sobre os povos originários, inserindo ainda informações qualitativas ao painel quantitativo, como mapas apontando áreas onde o movimento indígena responsabiliza o Governo Federal pelos primeiros casos do novo coronavírus em territórios no Amazonas, Pará, Amapá e Acre; aponta Estados onde falta atendimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) aos indígenas que vivem em contexto urbano e fora de territórios que não são homologados; e denuncia onde hospitais querem registrar indígenas que vivem em contexto urbano como pardos. Os mapas demonstram ainda onde estão sendo denunciados os crimes de racismo contra comunidades indígenas e onde indígenas se negam a fazer teste ou a realizar tratamento temendo o

brasileiras como Cacique Raoni, Sonia Guajajara, Kretã Kaingang, Marcos Xukuru, Shirley Krenak, entre outras, lidos por artistas e personalidades nacionais e internacionais, além de indígenas de todo o país. A produção tem parceria com Mídia Ninja e Mídia Índia.

¹¹ Ver: <https://apiboficial.org/2020/06/29/envie-denuncias-para-apib/> Acesso: Janeiro/2020

¹² Dados de 19/02/2021 disponível em https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/

racismo, “que tem aumentado os conflitos internos nas comunidades”, como revela o texto que acompanha a imagem.

Outra denúncia da página inicial é sobre a introdução do vírus em várias aldeias do Mato Grosso do Sul pelo agronegócio. O site informa, com dados da mídia local, que na Reserva Indígena de Dourados – onde a primeira morte foi registrada por um Guarani Kaiowá – a doença foi transmitida por um funcionário da JBS Frigorific, “padrão se repete no oeste do Paraná, nas terras indígenas de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul”, aponta o texto informativo.

A página finaliza com apresentação dos três eixos dos Planos de Enfrentamento Nacional e Regional da Pandemia; com opção para ler e arquivar cada documento. O final da página dispõe ainda de três hiperlinks – página externa para doações; página externa do Instituto Socioambiental¹³; e página externa do perfil @sos povos no Instagram, que atua como mais uma plataforma de informação em campanhas.

No fim da página há indicações para as redes sociais da APIB no Facebook, Twitter e Instagram, e três opções para grupos de WhatsApp onde facilmente é possível participar e interagir com o movimento.

Analisando a primeira página, é possível identificar elementos fundamentais de interação no ambiente digital, para além do conteúdo informativo, com destaques para os assuntos mais relevantes, concretizando a autocomunicação de massa conceituada por Castells (2015) ao promover no ambiente digital a cultura do compartilhamento, distribuindo a informação, provocando a agenda pública e – consequentemente – enfrentando o silenciamento midiático e das ações do campo político.

A aba “Dados Covid – 19” traz informações atualizadas diariamente sobre a pandemia nos territórios. De acordo com a metodologia¹⁴, as informações apresentadas são do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, a coleta é descentralizada através da articulação de diversas organizações indígenas de base que compõem a APIB, incluem tanto indígenas que vivem nos territórios tradicionais quanto os que vivem em contexto urbano, que se autodeclaram e possuem laços com a etnia. A divulgação é realizada a partir da consolidação dos dados do dia anterior de informações reunidas das organizações indígenas de base da APIB, Frentes de enfrentamento ao Covid-19 organizadas no Brasil, SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal. É possível acompanhar os óbitos a partir da distribuição geográfica por

¹³ Organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, com objetivo de propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Tem sede em São Paulo (SP) e sedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso: dezembro/2020.

¹⁴ Disponível em https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso: dezembro/2020.

município ou pormenorizar em um quadro de confirmações por Estado, povos afetados e municípios (Figura 3).

Figura 3 – Print página Relatórios



Fonte: emergenciaindigena.apiboficial.org /2020

Há um detalhamento em quatro gráficos com efeitos de animação. Enfatizamos o primeiro da página (Figura 4), onde é agrupada uma relação entre as mortes e os povos afetados. Todas as etnias que tiveram perdas estão listadas e ao passar o cursor, é informada a quantidade de vítimas.

Figura 4 – Print gráfico POVOS QUE PERDERAM SEUS PARENTES



Fonte: emergenciaindigena.apiboficial.org /2020

O uso da expressão “parente” no título requer um destaque: a expressão é usada em vários textos e exemplifica a narrativa em PDV e a autonomia individual e social da autocomunicação que a plataforma proporciona, diferente da grande mídia. Em alguns textos do site, um locutor narra a tragédia indígena, enumera ações, faz críticas; em outros é reproduzida a voz dos indígenas com expressões próprias como parente, termo usado para todos os seres (vivos ou não-vivos), significado para além de relações consanguíneas:

Chamar alguém de parente é colocá-lo numa rede de relações que se confunde com a própria compreensão cosmológica ancestral. (...) Do ponto de vista indígena isso vai além da consanguinidade e se insere numa cosmologia cuja crença coloca todos os seres (entes) numa teia de relações. Somente neste contexto é possível compreender a intrínseca relação dos indígenas com a natureza. Isso é, no entanto, assunto para outra conversa. (MUNDURUKU, 2016)¹⁵

Outra presença do PDV é a relação com o tempo. Mesmo no ambiente digital, as narrativas do passado, presente e futuro se encontram numa mesma linearidade, se presentificam no site com homenagens aos que se foram; dados de contágio com atualização sistemática e diária; e a cobrança de políticas públicas específicas para os povos originários – com vitórias na pandemia como inclusão de povos indígenas como grupo prioritário na vacinação contra a Covid-19. A voz da resistência costura uma teia única de valor para todos as camadas temporais.

Paralelo à narrativa da tragédia, o site destaca a atualização das ações obtidas com as campanhas (Figura 5) enumerando pessoas beneficiadas, máscaras distribuídas, barreiras sanitárias instaladas, distritos sanitários indígenas instalados e equipados pelo movimento.

Figura 5 – Print aba Nossa Luta



Fonte: emergenciaindigena.apiboficial.org /2020

A narrativa de resistência se consolida num site informativo, desenvolvido a partir de fontes confiáveis, atualizadas sistematicamente, com todos os elementos necessários para um fluxo informativo que gere interação e possa ser referência à margem do monopólio da comunicação midiática.

Além disso, se encaixa nas exigências do ambiente digital: é um site de carregamento rápido apesar do conteúdo robusto; apresenta legibilidade com coerência das cores, tipografia, identidade visual, e hierarquia clara de conteúdos; a

¹⁵ Disponível em <http://fundacaoarapora.org.br/moitara/wp-content/uploads/2016/02/19-Daniel-Munduruku.pdf> Acesso: dezembro/2020.

navegabilidade é simples e intuitiva; é funcional; promove a interatividade, compartilha experiências; todas as estratégias usadas são para dispor conteúdo que possa mobilizar em favor das causas dos povos originários, seja para qualificar o discurso de apoio seja para direcionar para a aba das doações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto em que o campo midiático é legitimado por outros campos para por eles se expressar, a experiência analisada aqui dos povos originários na pandemia, foi constituir suas narrativas a partir da subversão do modelo das narrativas midiáticas tradicionais, produzindo e circulando as informações que consideram relevantes, independentes da agenda imposta.

O domínio das ferramentas da comunicação digital demonstra que a busca por canais autônomos coloca as comunidades indígenas do Brasil no campo onde estão expostas a luta e os debates políticos atuais. Com essa estratégia, dispõem da possibilidade de garantir no campo dos hipertextos e hiperlinks, a autonomia da emissão de mensagens, da seleção dos assuntos e experiências que querem ver narradas e da realidade que reconhecem a partir dos seus pontos de vista.

Reforça a característica disruptiva e revolucionária do ambiente digital que é o poder da descentralização e da autonomia informacional; fortalece a prática inclusiva do processo de desintermediação comunicativa a partir de um projeto estratégico em que o site expõe a voz aos silenciados, apresenta dados resultados de fontes confiáveis para o compartilhamento, semeando uma experiência participativa e horizontal da comunicação que pode ser amplificada e como demonstra a agenda pública, conseguiu dar resultados – ainda que parciais – de assistência e priorização das comunidades indígenas.

Apesar das regras do ambiente digital, as entidades representativas conseguem apresentar uma narrativa singular, de acordo com as particularidades das etnias, sem hierarquizar ou subverter os sentidos da experiência indígena na pandemia. A articulação comunicativa segue os moldes da ação coletiva priorizada pelos povos indígenas.

5. REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

ARISTÓTELES. **Retórica**, Trad. E. Bini, São Paulo: EDIPRO, 2011.

AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine. **Tiranía da visibilidade**: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas.; tradução Francisco Fátima da Silva e Andrea Stabel. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo Martins Fontes, 2012.
- BLUMER, Hebert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C David (org.). **Teoria da Comunicação**. São Paulo: Mosaico, 1980. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1075930/mod_resource/content/1/Interacionismo%20Simb%C3%B3lico%20-%20H%20Blumer%20%281%29.pdf. Acesso 10 jan. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRIGITTE, Thiérion. (Prefácio). SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.
- _____, Manuel. Medeiros, Carlos Alberto. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar 2013.
- _____, Manuel. **O poder da comunicação**. 1ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- COHN, Gabriel. **Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- DUSSEL, Enrique. 1492- **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa-Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- FRANÇA, Vera. **Jornalismo e vida social**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2 ed. – Manaus: Editora Valer, 2007.
- MATOS, Olgária. **Democracia e Visibilidade: Princípio de Realidade e Sociedade da Comunicação**. In: AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine. Tirania da visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas.; tradução Francisco Fátima da Silva e Andrea Stabel. – São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.
- MEAD, George Herbert. **Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- _____, **Self e Sociedade**. (org). Charles W. Morris. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.
- MESQUITA, M. **O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea**. Edições Minerva Coimbra, 2006.
- RABATEL, Alain. **Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa**. Volume 1: Pontos de Vista e lógica da narração - teoria e análise. São Paulo: Cortez, 2016.
- RABATEL, Alain. **O papel do enunciador na construção internacional dos pontos de vista**. In.: EMEDIATO, Wander (org.). A construção da opinião na mídia. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 19-66.
- SANDSTROM, Kent; MARTIN, Daniel D.; FINE, Gary Alan. **Símbolos, selves e realidade social: uma abordagem interacionista simbólica à psicologia e à sociologia**; tradução de Denise Jardim Duarte. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.



GT 05 – Movimentos sociais, étnicos e ambientais nos países Amazônicos

A VEZ DA VOZ: CENÁRIOS DA PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX DO RIO UNINI

Cassia Karimi Vieira Cativo (UFAM)¹
Tiago da Silva Jacaúna (UFAM)²

RESUMO: Os conselhos deliberativos (CD) de áreas protegidas configuram-se pela pluralidade de atores e instituições envolvidas em seus processos decisórios. Foram criados a partir da Lei n° 9.985/2000 que os estabeleceram como importantes meios de gestão compartilhada das unidades de conservação, constituindo-os assim como um espaço relevante para a promoção do diálogo e da busca de consenso entre os atores envolvidos. Apesar dos inúmeros estudos sobre o funcionamento, os problemas e a importância dos CD das unidades de conservação, poucos se dedicaram a entendê-los como arenas sociais e como os seus participantes estabelecem redes de relações sociais que influem na tomada de decisão. Diante disso, esta pesquisa buscou preencher esta lacuna ao eleger como objetivo principal analisar a participação, o processo decisório e a política ambiental no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Unini (CDRRU). Para isso foi realizada pesquisa de campo junto aos conselheiros, utilizando como instrumento de coleta de dados a aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas, além de entrevistas semi-estruturadas durante o período do encontro dos conselheiros no município de Novo Airão. Os resultados revelaram o processo de formação do CDRRU, marcado pela articulação dos moradores com a sociedade civil; os seus aspectos estruturais, a multiplicidade dos atores que o compõem e as demandas recorrentes; por fim, a pesquisa apresenta a arena e as redes sociais do CDRRU, demonstrando a relação de cooperação e conflito como essencial para entender o processo de formulação e implementação da política ambiental em unidades de conservação.

Palavras chaves: Política ambiental, Movimentos sociais, Conselhos Deliberativos, Controle social

1. Introdução

Os movimentos sociais nascem a partir da articulação de grupos sociais como forma de resistência e luta por direitos, entre os quais: acesso à terra, à educação, à saúde, à questão ambiental, à democratização do Estado e liberdade política, entre outros. Para Loureiro (2009, p. 195), os movimentos sociais e os conflitos são “manifestações públicas da consciência de classe de um grupo que se sente lesado no interior da sociedade; como

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Brasil. E-mail: karimivieira@hotmail.com

² Doutor em Ciências Sociais, professor da Universidade Federal do Amazonas, UFAM; Brasil. E-mail: tiagojacauna@gmail.com.

contestação ao Estado e a hegemonia dos grupos no poder; como uma manifestação que procura recriar formas mais justas na ordem social”.

Esses espaços possibilitam a participação de milhares de cidadãos espalhados por todo território nacional, fiscalizando, discutindo e propondo políticas públicas. Um desses importantes canais de participação são os conselhos, os quais se tornaram um dos importantes instrumentos de diálogos entre sociedade civil e o Estado. A partir da Constituição Federal de 1988, estes passaram a propor, legislar e fiscalizar as políticas públicas. Teixeira (2005) pondera que os conselhos devem seguir parâmetros que assegurem sua efetividade, através das leis, criação de regimento interno, quem pode ou não participar, quais os ritos serão adotados durante as reuniões, como será a dinâmica durante o processo de decisão, entre outros. Essas diretrizes são fundamentais para a participação democrática de todos os conselheiros.

Os conselhos são vários e variam de acordo com a sistematização e organização das políticas públicas. A literatura aponta a existência dos seguintes conselhos: Conselho de saúde, Conselho da Assistência Social, Conselho da Educação, Conselho da Previdência Social, entre outros. Neste trabalho, dar-se-á destaque aos Conselhos de Meio Ambiente em função do objeto de estudo em debate, quanto sua abordagem metodológica esta foi qualitativa com a participação dos 20 membros do conselho deliberativo.

2. O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Unini

Os conselhos deliberativos das unidades de conservação (UCs) tornaram-se espaços públicos que contribuem para a participação democrática da sociedade. Nesses espaços há uma diversidade de atores tais como: representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais das UCs, de acordo com o Decreto 4340/2002, que regulamentou o Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

Na Amazônia, a luta dos movimentos sociais pela permanência, gestão compartilhada e preservação de áreas ambientais também se intensificaram, desdobrando-se na criação de 193 UCs de responsabilidade dos estados e 146 unidades federais, a exemplo, a Reserva Extrativista do Rio Unini (2006) (MMA, 2019).

A RESEX do Rio Unini expressa o processo de governança entre os múltiplos participantes envolvidos nas tomadas de decisões. Criada na década de 2000, a reserva apresenta em sua constituição a difusão política vertical (de baixo para cima), uma vez que foi gestada no interior da sociedade e civil e em seguida incorporada pelo Estado, além

da difusão horizontal, cuja característica é a forte mobilização de atores sociais em redes de aprendizado e influência (JACAÚNA, 2018).

A Resex do Rio Unini foi criada a partir do decreto S/N de 21 de junho de 2006, ocupando uma área de 849.684,79 hectares, localizada entre os municípios de Novo Airão (18.974 hab.), Barcelos (27.364 hab.), distribuída em uma área de 849.684,79 hectares, abriga 9 comunidades³ e 150 famílias residem nessas comunidades. A principal via de acesso é fluvial, saindo de Novo Airão percorrendo o Rio Negro até chegar ao Rio Unini, pertence ao Corredor Central da Amazônia e o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro⁴

Na busca pela efetivação de uma gestão compartilhada foi criado o seu conselho por meio da Portaria nº 87, de 6 de novembro de 2009, com a participação de 22 conselheiros e seus suplentes, representantes das comunidades e das instituições interessadas nos recursos e na gestão da UC. Por intermédio de consulta entre aos comunitários o modelo de conselho adotado foi o deliberativo, ou seja, os membros têm direito a voz e a voto nas decisões.

A pesquisa realizada entre 2018 e 2019, indicou que o conselho é composto por uma pluralidade de participantes, com idade entre 24 a 65 anos, com a maior prevalência os conselheiros com idade entre 41 a 55 anos (58%), desenvolvem as seguintes atividades: agricultura, manejo de peixe, manejo de castanha, vereador, engenheiro, agente de saúde, aposentados e gestores.

Os conselheiros do sexo masculino ainda são maioria (75%) e apenas 25% são mulheres. Para Lüchmann e Almeida (2009, p. 88), alguns fatores podem ajudar a entender a baixa participação feminina na vida política. Um dos pontos citados pelas autoras é o tempo. Muitas se desdobram entre a participação em atividades políticas e as atividades domésticas, pois nem sempre essas atividades são distribuídas igualmente entre os homens e mulheres, uma vez que se associa “o feminino ao espaço doméstico, e o masculino à grande política”.

No que se refere à escolaridade, 42% possuem o ensino fundamental incompleto, 32% possuem o ensino médio completo, 16% possuem o ensino superior e 10% não tiveram a oportunidade de frequentar uma sala de aula. Salienta-se que apenas os representantes do Estado possuem ensino superior, enquanto os representantes das comunidades o

³ Lago das Pedras, Terra Nova, Patauí, Tapiíra, Manapana, Lago das Pombas, Floresta, Vista Alegre, Vila Nunes.

⁴ O Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro – MBRN - foi criado através da portaria nº 483, de 14 de dezembro de 2010. Reúne 11 UC municipais, estaduais e federais de categorias diferentes e possui 7.412.849 hectares. Sua gestão é feita de forma integrada e participativa, considerando os seus distintos objetivos de conservação, visando à compatibilização da presença da diversidade biológica, a valorização cultural e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (ISA).

acesso a políticas educacionais fora limitado ou quase inexistentes, dificultando que pudessem terminar seus estudos.

O reflexo dessa fragilidade no ensino é apontado pelos conselheiros em razão das suas dificuldades em entender termos técnicos, 45% dos entrevistados têm dificuldade em interpretar as documentações apresentadas nas reuniões, e não conseguem entender a linguagem utilizada por alguns debatedores em suas exposições.

De acordo com os entrevistados:

Minha dificuldade é no jeito que algumas pessoas quando vão se apresentar falam. Às vezes eu não consigo entender o que estão dizendo. Quando é assim eu presto atenção no que os outros colegas falam, eu quando tem o intervalo eu vou e pergunto pra alguém, aí tiro minhas dúvidas (Entrevistado 10, Pesquisa de Campo, 2018- 2019).

Para Tatagiba (2005), a formação continuada apresenta-se como uma importante aliada no processo de transmissão de informação entre os membros do conselho, tendo em vista a dinamicidade das legislações ambientais e as possíveis mudanças de representantes da sociedade civil. O acesso a seminários, palestras, cartilhas informativas, entre outros, contribuiria para que os novos conselheiros tivessem maior domínio das temáticas apresentadas nas reuniões, além disso, permitiriam a quem já está há bastante tempo, atualizar seus conhecimentos em torno dos novos debates e legislações vigentes.

Quanto ao seu tempo como conselheiro, a pesquisa revelou que 38% estão entre 1 a 5 anos exercendo a função, 29% estão entre 5 a 10 anos como conselheiro e 33% estão desde o início da criação do conselho. Quando questionados o porquê de sua participação como conselheiro relataram que:

No início eu nem sabia que era conselho, quando falaram que precisava criar eu imaginei algo como se fosse pra dar conselho as pessoas. Então vieram as oficinas da FVA, eles explicaram porque a gente tinha que lutar, teve gente que viajou pra outras unidade e quando voltada vinha falando como era, e isso foi dando um outro sentido. Hoje eu vejo o quanto isso aqui é importante, o quanto nos ajuda aprender, que isso é a força da comunidade, se você for sozinho e falar eu sou da comunidade tal ninguém te dar importância, mas se você diz eu sou conselheiro as portas se abrem (Entrevistado 4, Pesquisa de Campo, 2018-2019)

Olha eu sou antes e depois do conselho, porque aqui a gente aprende muita coisa, você aprende a questionar, a não ficar calado, então sem o conselho a gente ia ser obrigado a aceitar tudo, e a gente aprende que não é assim, que conselho é luta (Entrevistado 2, Pesquisa de Campo, 2018-2019).

Destaca-se em meio aos relatos apresentados a importância da emancipação política dos indivíduos. Para os conselheiros o papel desenvolvido pela ONG Fundação Vitória Amazônia (FVA) foi importante no processo pedagógico da autonomia política, pois através de oficinas, intercâmbio com outros movimentos, participações em conferências,

foram construindo um novo olhar em torno de sua realidade. Freire (2001) apresenta a educação como um ato político, sugerindo que é preciso romper com as ideologias, com o sistema dominante para ter acesso a igualdade, oportunidades e justiça social.

A pesquisa buscou conhecer também qual seriam os caminhos para torna-se conselheiro. No caso dos que representam instituições Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Fundação de Vigilância e Saúde a indicação é feita por seus respectivos gestores que verificam as disponibilidades de seus técnicos para participarem das reuniões. Durante as reuniões dos anos de 2018 e 2019, não houve representantes do INCRA, por sua vez, o IDAM, seu representante já possuía experiência com outros conselhos, mas no ano de 2018 era seu primeiro ano dentro do conselho integrado Jaú e Unini. Em sua apresentação o conselheiro disse que aquela temática era nova para ele, mas que iria buscar conhecer para contribuir com as discussões.

A participação de um novo membro no conselho sempre é bem vinda por todos, pois estes acreditam que se as instituições participarem, seria mais “fácil” encaminhar suas demandas. Nesse sentido, o conselho torna-se uma importante ferramenta dos comunitários para serem ouvidos pelas instituições estatais.

Durantes as reuniões, solicitações foram registradas em atas para o ingresso de novos órgãos no conselho como a FVS, a secretaria de saúde de Barcelos, o IDAM. Quando questionada se a entrada de novos membros sem conhecimento da temática não iria prejudicar os debates, umas das conselheiras respondeu: “não, a gente acha bom, porque é difícil falar com esse povo, aqui a gente pega eles e faz eles se comprometerem e tudo fica registrado no papel, o ruim é não ter ninguém, porque com o tempo eles aprendem, foi assim com todo mundo” (Entrevistado 5, Pesquisa de Campo, 2018-2019).

Por sua vez, nas comunidades, o processo eleitoral é diferente, os comunitários que desejam ser conselheiros devem pôr seu nome à apreciação da comunidade, caso tenham êxito nas eleições tornam-se representantes. Todavia, nem sempre esse é o caminho percorrido. Muitos estão há mais de 10 anos devido à ausência de pessoas que queriam atuar como conselheiro. Durante as entrevistas os participantes sinalizaram o desejo de deixar de atuar nas reuniões, porém, como ninguém em suas comunidades se compromete em participar, estes acabam retornando para a suas funções.

A apatia da população em atuar das decisões políticas não é um problema exclusivo do conselho Deliberativo do Rio Unini. Para Dahl (2009), essa omissão em participar das decisões políticas é explicado pela crença de que os governantes não estão interessados em resolver a situação da população e que as reivindicações não serão resolvidas. Sani (2009, p. 56), define a apatia política como um estado de “indiferença, estranhamento, passividade e falta de interesse pelos fenômenos políticos. O apático não é nunca um

protagonista ativo dos acontecimentos políticos, mas acompanha-os como expectador passivo e, mais frequentemente, ignora-os inteiramente”.

Moises (1995) destaca que esse mal-estar e a desconfiança em relação à política não é um problema exclusivo brasileiro, mas, apresenta-se também em outros países da América Latina. Estas ideias ganham forças no cenário onde a inflação tornou-se crônica, os governos assumem comportamento privatista desqualificando os serviços públicos em favor do privado, os índices de desemprego crescem exponencialmente, a renda não é dividida de forma justa concentrando-se nas mãos de uma minoria e a prática abusiva de corrupção é constante nos governos.

Na última reunião ocorrida em maio de 2019, foi sinalizado a necessidade de substituição de alguns conselheiros, tendo em vista que alguns já permanecem por algum tempo no cargo, e o ideal é que outras pessoas também possam participar e contribuir com o processo democrático. Nesse sentido, Dahl (2009, p. 49) sinaliza cinco critérios fundamentais para efetivação do processo democrático:

Participação efetiva: antes de ser adotada uma política pela associação, todos os membros devem ter a oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros membros conhecerem suas opiniões sobre qual deveria ser esta política; **Igualdade de voto:** quando chegar o momento em que a decisão sobre a política for tomada, todos os membros devem ter a oportunidade iguais e efetivas de votos e todos devem ser contados como iguais; **Entendimento Esclarecido:** dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter a oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis consequências; **Controle do programa de planejamento:** os membros devem ter a oportunidade exclusiva para decidir como e, se preferirem, quais s questões que devem ser colocadas no planejamento. Assim, o processo democrático exigido pelos três critérios anteriores jamais é encerrado. As políticas da associação estão sempre abertas para a mudança pelos membros, se assim escolherem; **Inclusão dos adultos:** Todos ou, de qualquer maneira, a maioria dos adultos residentes permanecem deveriam ter o pleno direito de cidadão nos primeiros de nossos critérios.

Para o autor estes critérios são importantes para a manutenção democrática, cada uma destas regras contribui para que homens e mulheres tenham seus direitos respeitados e que não existam pessoas com maior ou menor poder de influencias nas decisões. Outro ponto observado na pesquisa foram as demandas apresentadas por estes conselheiros nas reuniões. Nesse sentido, as Atas de 2010 a 2013 foram solicitadas ao presidente do Conselho. Após disponibilização, estas foram organizadas por períodos e por demandas que mais sobressaíram durante as reuniões, Para melhor visualização das pautas, optou-se também por apresentar as demandas do conselho no recurso nuvens de palavras. Neste recurso o tamanho da palavra indica a frequência catalogada em Ata, quanto maior for a frequência da palavra maior será sua apresentação na nuvem.

Figura 1 – Nuvem de palavras: Ata do Rio Unini, 2010 a 2013.



Fonte: Pesquisa Documental 2019.

As pautas das reuniões são definidas pela presidente do conselho e apresentadas no início das reuniões. Entretanto, todos os conselheiros tem a oportunidade de apresentar pautas adicionais, bem como é reservado a eles um espaço no decorrer dos dias do encontro para que suas demandas sejam expostas. As palavras mais frequentes estão relacionadas com a temática ambiental, organização política, questão agrária, conflitos e as políticas sociais (Figura 1).

Destaca-se a luta dessas famílias ao acesso a políticas sociais como saúde, educação, saneamento básico, informação, entre outras, reflexos que não são exclusivos da Amazônia, mas refletem a fragilidade brasileira cujo os governantes fecham os olhos para as necessidade de sua população, levando até mesmo na descrença de uma possível mudança na realidade destas famílias, como registrado: “toda reunião a gente apresenta as mesmas pautas, saúde, educação, energia, INSS, e cadê que já mudou? Não mudou nada e pelo que vejo nem vai mudar” (ATA, 2011, s/p).

Mesmo com as dificuldades registradas nas Atas do conselho, os comunitários o veem como seu principal porta voz, pois é através da articulação com outras instituições que suas demandas são atendidas. Entende-se que o conselho para estas comunidades é um importante instrumento de diálogo com o Estado e o terceiro setor, pois através dele o debate em torno de políticas públicas é construído, os quais implementam estas políticas a partir do real e das redes sociais formadas por outros atores sociais.

3. A Arena e redes de Política do Conselho Deliberativo da Resex do Rio Unini

O conceito de arena de ação ajuda a compreender como os atores sociais formulam e executam as políticas públicas. Estas decisões são baseadas no conhecimento adquirido, no conteúdo simbólico e moral das questões, na influência da mídia, na estrutura e no padrão de relação das redes sociais, nos interesses individuais, na estrutura e no estilo do sistema regulador político, e na dinâmica das interações sociais. Esse sistema composto por múltiplos atores caracteriza o Conselho Deliberativo do Rio Unini, na medida em que estes atores são peças fundamentais no processo de construção e execução da política ambiental no rio Unini.

Para Renn (1992) e Hannigan (1995), arenas são compreendidas como uma metáfora para designar espaços simbólicos onde atores e/ou grupos sociais buscam influenciar nas decisões ou nas políticas coletivas. Segundo Renn (1992, p. 181), o conceito de arena baseia-se na ideia de que os grupos sociais em uma arena política “tentam maximizar sua oportunidade de influenciar os resultados (*outcome*) do processo coletivo de decisão por meio da mobilização de recursos sociais”. Nesse sentido, cada ator assume uma posição assimétrica de poder dentro da arena e busca influenciar o processo decisório.

A arena de ação são as deliberações realizadas durante os encontros do CDRRU, os protagonistas dessas decisões são todos os conselheiros, que por meio de conflitos e/ou colaboração constroem os rumos da política ambiental no rio Negro. O padrão de interação são os conflitos e/ou colaboração inerentes ao processo de gestão compartilhada na UC.

A colaboração entre os atores é um dos aspectos importantes observado no CDRRU, principalmente no que se refere às demandas por políticas sociais, pois são demandas coletivas, direcionadas a todas as comunidades que fazem parte das UCs localizadas no rio Unini. A Figura (2) ilustra esse processo de colaboração entre os membros do conselho, onde o presidente da COOMARU apresenta para a assembleia os resultados de sua gestão à frente da cooperativa, os conselheiros são livres para fazer questionamentos, sugerir ações, concordar ou discordar com o que for apresentado. A colaboração também esteve presente no processo da criação da reserva e posteriormente na criação do CDRRU com a intervenção da FVA, ICMBIO e os moradores. Por sua vez, os critérios utilizados para tomar decisões são baseados no interesse coletivo das famílias da UC e nas legislações ambientais.

Todavia, dependendo das pautas apresentadas dentro do CDRRU, a arena terá uma configuração diferente, ou seja, uma arena cuja pauta fosse a pesca esportiva, redelimitação de terras, acesso das comunidades a políticas sociais, entre outras, as variáveis externas e os critérios utilizados para tomadas de decisão poderiam ser diferentes uns dos outros.

Figura 2 – Reunião do Conselho Integrado do Rio Unini



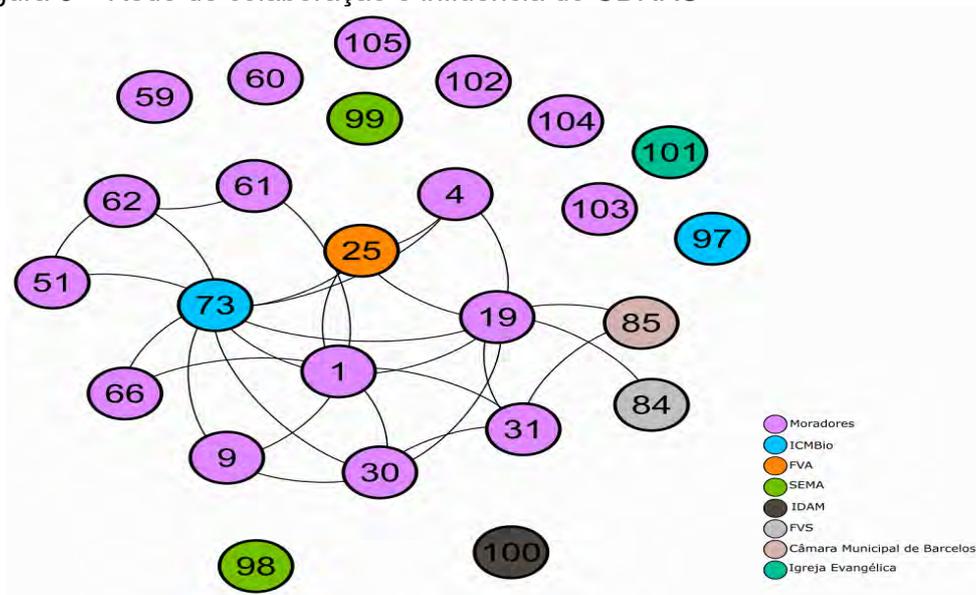
Fonte: pesquisa de campo, 2019.

As ações realizadas no conselho dependem também da influência que cada ator exerce um sobre o outro, do capital social adquirido, das redes sociais que conectam diversos tipos de relações sociais, tais como amizade, parentesco, profissional, ideológico, entre outros. Por meio da pesquisa de campo foi possível observar que os laços afetivos estão presentes principalmente com os representantes das comunidades, os quais possuem relações de parentesco, amizade e companheirismo com outros membros do CDRRU. Estes laços contribuem para formação de coligações cujas alianças são importantes para o processo de formulações de pautas e implementação de ações dentro da UC.

Salienta-se que estas alianças nem sempre acontecem de forma intencional, muitos conselheiros acabam destacando-se diante dos demais, tornando-se referência pelo conhecimento da temática e/ou pela maior desenvoltura para expor as ideias, isso permite que estes conquistem o respeito dos demais conselheiros/as e ganhem notoriedade e centralidade no CDRRU. Também há conselheiros/as que estão mais isolados dos grupos de discussão, dessa forma participam menos dos processos decisórios.

Nesse sentido, entender a posição em que estes conselheiros se encontram dentro das redes de ação, tornou-se uma importante ferramenta para compreender seu grau de influência dentro da arena do conselho. Deste modo, os entrevistados/as foram questionados a respeito dos conselheiros a quem buscam informação, ou querem resolver problemas, estes foram apontando os nomes e a partir de suas respostas foi possível determinar a rede de colaboração e influência presente na arena do CDRRU.

Figura 3 – Rede de colaboração e influência do CDRRU



Fonte: Elaborado pela autora com auxílio do software Gephi 0.9.2.

Como demonstra a Figura 3, chama a atenção o número de atores “isolados” na rede, isto é, pessoas que não foram indicadas por outros conselheiros/as como alguém para compartilhar informações. Nesse sentido, a estrutura geral e as posições dos atores determinam quais ações e alianças (cooperação ou confronto) podem ser realizadas, bem como a forma que os recursos imateriais são transacionados ou constituídos, tais como: status, prestígio e o acesso à informação. Assim, a posição que os conselheiros/as ocupam na rede indica uma vantagem ou desvantagem no que se refere ao acesso à informação e as possíveis alianças.

Uma possível explicação para o conjunto dos atores isolados seria a recente entrada no conselho de alguns deles/as e as dificuldades que muitos encontram em compreender a linguagem jurídica dos documentos ou a linguagem utilizada pelos representantes do Estado nas reuniões, o que levaria esses conselheiros a buscarem ajuda de outros para esclarecer dúvidas e, em muitos casos, solicitar a outros que façam as demandas de suas comunidades.

Entre os atores isolados encontram-se os representantes do Estado, servidores que fazem parte de outra unidade de conservação estadual, que, talvez, pelas demandas de ações de suas UCs não consigam ser mais atuantes dentro do CDRRU. Existe também servidores que ingressaram há pouco tempo em suas autarquias e rapidamente foram indicados a compor o quadro de conselheiros/as do CDRRU, por isso ainda estão se familiarizando com as discussões e conhecendo as demandas e os outros conselheiros.

Outro aspecto importante observado foi a distribuição do poder entre instituições estatais, ONG e comunidades. Os dados indicaram o ICMBio como uma instituição central,

possuindo maior articulação entre os atores envolvidos, entretanto esse poder é compartilhado com a ONG FVA e com os comunitários que se apresentam atuante dentro da arena do conselho, logo, alguns conselheiros possuem condições iguais de participação sem que haja uma estrutura hierárquica que limite sua atuação.

Quando os conselheiros/as foram questionados qual era a relação com os nomes apresentados na pesquisa, muitos apontaram as relações familiares, de trabalho e de amizade como critérios para determinar esta confiança, corroborando com as ideias de Renn (1992), cujas as relações como parentesco, amizade, simpatia e relações de trabalho, influenciam na formação de coligações dentro de uma arena.

Por fim, a rede permitiu observar quais atores detém maior centralidade dentro da arena do conselho, com que conselheiros estão relacionando-se, se possui maior ou menor acesso à informação, bem como a ligação entre cada conselheiro. Estes aspectos são importantes para entender como as relações de poder vêm sendo estruturadas dentro do conselho e conseqüentemente entender o papel dos conselheiros, representantes do estado e terceiro setor na operacionalização da política ambiental no Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conselhos que atuam no setor ambiental são importantes espaços para a participação e controle social sobre a implementação, fiscalização e deliberações das políticas ambientais. Nas UCs estes espaços tornam-se importantes canais de participação popular e empreendimentos de implementação da gestão compartilhada, elemento essencial do sistema de UCs, ao mesmo tempo converte-se em seu mais desafiador papel, considerando os diferentes atores sociais que compõem os Conselhos de UCs estabelecidos em lei.

A pesquisa buscou contribuir para o entendimento do processo de participação e decisão no CDRRU, onde configura-se pela pluralidade de atores e instituições envolvidas em seus processos decisórios. Neste sentido, a participação em reuniões e conversas com conselheiros foram importantes para perceber como a política ambiental vem sendo delineada nos rios da Amazônia.

Além disso, propõe-se falar dos conselhos ambientais utilizando-se o conceito de arenas como uma metáfora que ajuda a compreender o processo de organização política, na qual os conselheiros dirigem seus argumentos nas assembleias e tentam influenciar o processo decisório. Estas ações ajudam a determinar o rumo da política ambiental em sua unidade de conservação, são escolhas feitas a partir do processo de conflitos existentes. Entretanto, as ações não podem ser medidas apenas pelos conflitos existentes, mas pelos

processos de cooperações identificados a partir das redes sociais estabelecidas pelos conselheiros. Estas redes são criadas a partir de relações afetivas, de trabalho ou por objetivos em comum. Por fim, conflito e cooperação foram categorias decisivas para entender a distribuição de poder e como a política ambiental vem sendo desenhada na Resex do Unini.

REFERENCIAS:

- DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. Trad. Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Centauro, 2001
- JACAUNA, TIAGO. **Difusão horizontal e vertical da política ambiental na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, v. 21, n. 2, p. 233–256, 2018.
- LOUREIRO, Violeta F. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 3 ed. Belém: Cultural Brasil, 2009. 383p.
- LÜCHMANN, Lígia H. H.; ALMEIDA, Carla C. R. **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de políticas Públicas**. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 86-94, jan.-jun. 2009.
- MOISÉS, J. A. **Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.
- RENN, O. **The social arena concept of risk debates**. In: _____ Social Theories of Risk. Westport: Preger, 1992.
- SANI, Giacomo. **Apatia**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1, 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, p. 56-57.
- TATAGIBA, L. **A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo**. In: AVRITZER, L. (org.) *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP. 2005
- TEIXEIRA, A. C. **Formação dos conselhos no Brasil**. In: FARIA, H.; MOREIRA, A.; VERSOLATO, F. (Org.). **Você quer um bom Conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.



GT 05 - MOVIMENTO SOCIAIS, ÉTNICOS E AMBIENTAIS NOS PAÍSES AMAZÔNICOS

PELO DIREITO DE EXISTIR NAS MARÉS E NAS ÁGUAS: AS MULHERES E A LUTA PELA PROTEÇÃO DOS MANGUEZAIS NA AMAZÔNIA

Carla Cilene Siqueira Moreira¹,

“*A Carta das Mulheres das Marés e das Águas dos manguezais amazônicos*”, emitida em 2020. Aponta para a reafirmação do histórico de luta das mulheres em defesa dos ecossistemas marinho e costeiro e de todas as comunidades que deles dependem. Mais de 80% do manguezal do Brasil está na região amazônica, entre Maranhão, Pará e Amapá. Vários são os conflitos socioambientais envolvendo a disputa por projetos díspares quanto a utilização dos bens comuns/recursos naturais, evidenciando os diferentes conceitos sobre natureza. Diante do exposto, vemos a crescente demanda por justiça socioambiental ecoar dos manguezais. Este trabalho traça um breve histórico da luta das mulheres rurais e da proteção dos manguezais na Amazônia, até as atuais estratégias frente ao desmonte das políticas ambientais e o enfraquecimento da participação sociopolítica no Brasil. Destacando-se os processos ocorridos nas reservas extrativista marinhas do Pará, a atuação das mulheres e os discursos envolvidos tanto nas reivindicações por justiça socioambiental quanto nas ações do Estado. Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. As mulheres apesar de pouco presentes na literatura sobre a Amazônia sempre participaram ativamente dos processos de lutas socioambientais, e estão *na ponta* do território, ou seja, sentem diretamente as consequências e riscos de ações contraditórias do Estado ao facilitar um projeto de desenvolvimento econômico em oposição a políticas socioambientais com vistas a sustentabilidade. Busca-se compreender os resultados da ação pública para o rural brasileiro, destacando as lutas e resistências que estão sendo construídas nos territórios frente ao desmonte de políticas públicas.

Palavras-chaves: Mulheres. Justiça socioambiental. Manguezais. Reservas extrativistas marinhas. Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

As mulheres são maioria em vários movimentos sociais, e a participação nesses espaços não se deu de maneira espontânea e simples, mas apesar dessa atuação, as mulheres não costumam ter sua participação visibilizada. Em muitos casos, para participar precisam ter o reconhecimento do seu trabalho como atividade econômica e, assim, garantir

¹ Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFPA, Brasil. Email: carlasiqueiramoreira@gmail.com

os seus direitos. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais surgiu neste contexto de reconhecimento e garantia de direitos.

Sendo assim os caminhos percorridos pelas mulheres rurais para que tenham a garantia de direitos fundamentais está totalmente relacionado ao seu cotidiano, assim como na relação com a natureza, porém, isto nem sempre é percebido pelas políticas públicas implementadas. Dessa forma as estratégias e mecanismos de luta e participação acessados são diversos porque são diversas as formas de exclusão.

Na relação política pública e gênero, destaca-se o quadro de mudança que tomou impulso no país a partir da década de 1980, com a redemocratização e uma agenda de reformas, onde transformações no perfil da ação do Estado e das políticas públicas possibilitaram a participação de novos atores na arena pública, bem como a integração de novos temas na agenda governamental (FARAH, 2004).

As mulheres sempre fizeram parte dos movimentos sociais reivindicando tanto a garantia de serviços públicos eficientes, como o saneamento básico, educação e saúde, como em questões específicas à condição da mulher, como a violência contra mulher, o uso de contraceptivos, direito a creches, e no rural, por exemplo, a luta pela aposentadoria das trabalhadoras rurais, entre outras pautas. A aproximação ao movimento feminista ocorre ao levantarem os temas ligados especialmente a problemática da mulher. Isso contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas pelo regime democrático.

Interessa, portanto, analisar as estratégias desenvolvidas pelas mulheres rurais com destaque para os documentos produzidos após os encontros de formação e de mobilização, como as cartas, pois apresentam as reivindicações do movimento de mulheres e sintetizam as indicações de caminhos alternativos.

“A Carta das Mulheres das Marés e das Águas dos manguezais amazônicos contra resolução nº 500 de 2020 que revoga três resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): – a resolução 303/2002. E viva a vida que pulsa nos manguezais amazônicos”. Aponta para a reafirmação do histórico de luta das mulheres em defesa dos ecossistemas marinho e costeiro bem como de todas as comunidades que deles dependem. Mais de 80% do manguezal do Brasil está na região amazônica, entre Maranhão, Pará e Amapá. Constituindo uma das maiores extensões contínuas de manguezais do planeta (PASSOS, 2015). E as populações que ocupam os territórios de unidades de conservação sempre atuaram na reivindicação pelo direito de permanecer e viver nestas áreas, seja nos processos de criação das unidades, na implementação de políticas públicas ou no desenvolvimento de suas atividades de trabalho na pesca extrativista. Vários são os conflitos socioambientais estudados e documentados envolvendo a disputa por projetos díspares quanto a utilização

dos bens comuns/recursos naturais, portanto, diferentes conceitos sobre natureza (ALEGRETTI, 2006), (GUDYNAS, 2019).

As mulheres apesar de pouco presentes na literatura sobre a Amazônia sempre participaram ativamente dos processos de lutas, pelo território como um todo (SOUSA, 2019) ou por demandas específicas de gênero, e estão *na ponta* do território, ou seja, sentem diretamente e de maneira mais incisiva as consequências e riscos de ações contraditórias do Estado que facilita um projeto de desenvolvimento econômico em oposição a políticas socioambientais com vistas a sustentabilidade, mesmo nos anos progressistas, apostando no neoextrativismo (SVAMPA, 2019), o cenário atual agrava essa situação e expõe novas fragilidades e ameaças aos direitos das populações e povos tradicionais. Diante do exposto, vemos a crescente demanda por justiça socioambiental ecoar dos manguezais.

Dessa forma, buscou-se traçar um breve histórico da luta pela proteção dos manguezais na Amazônia, até as atuais estratégias frente ao desmonte das políticas ambientais e o enfraquecimento da participação sociopolítica no Brasil. É destacado neste contexto, os processos ocorridos nas reservas extrativista marinhas do Pará e a atuação das mulheres e os discursos envolvidos tanto nas reivindicações por justiça socioambiental quanto nas ações do Estado. Reflete-se também acerca do conteúdo e de alguns elementos presentes na Carta lançada pelas mulheres em 2020, pois as cartas além de serem importantes instrumentos de mobilização e reivindicação, apresentam um conteúdo vasto para compreensão das bases e influências que estão orientando o movimento social.

A análise parte das perspectivas da sociologia política, ecologia política, bem como outros autores da crítica ao desenvolvimento e estudos com a perspectiva pós-colonial. Este trabalho, portanto, soma esforços para compreender criticamente os resultados da ação pública para o rural brasileiro, tendo em vista também as lutas e resistências que estão sendo construídas nos territórios frente as ameaças e desmonte de políticas públicas.

2. DESENVOLVIMENTO, GÊNERO E MEIO AMBIENTE

As Conferências, como a de Estocolmo em 1972, a Eco 92 e a Rio+20, e as Convenções, Acordos, Tratados, Protocolos e Convênios que foram firmados demonstraram a preocupação sobre os limites da atividade econômica sobre o meio ambiente e a responsabilidade dos países na produção dos riscos causados pela degradação ambiental. Resultando na institucionalização da questão ambiental, evidenciada na construção de políticas públicas, órgãos e instrumentos de regulação ambiental que demonstram o avanço da questão.

No entanto, essa regulação dos recursos naturais também evidencia a mercantilização da natureza, expressa nas políticas de REDD+2 e de pagamento por serviço ambiental, propostas que surgem no bojo do desenvolvimento sustentável. O que se discute, na verdade, não são os diferentes conceitos em torno da natureza, mas de que maneira utilizá-la mantendo o modo de produção e vida da sociedade capitalista.

Na estrutura política vigente do capitalismo observa-se que vários conceitos surgem com o objetivo, as vezes não manifestos, de reafirmação do sistema social e político dominante, por exemplo, os termos progresso, crescimento, desenvolvimento social, inclusivo e sustentável.

Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável³, de acordo com o exposto, apropriou-se do termo sustentabilidade aliando a premissa economicista. Demonstrando as possibilidades de uma estratégia discursiva de apropriação do conceito.

No entanto, dentre os termos citados, o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, às vezes empregados como sinônimos, guardam em sua fundamentação a concepção de conciliação do capitalismo com a pauta ambiental. Expresso na proposta de um plano sustentável de reparação dos ecossistemas e de uma produção que leve em conta a finitude dos recursos naturais com o objetivo de solucionar a crise socioambiental, mantendo um sistema econômico baseado no consumo e exploração dos recursos naturais. A ambiguidade apresentada nessa proposta marca o caráter ideológico do conceito de desenvolvimento sustentável.

Para Leff (2003), é necessário pensar para além da contradição ecológica do capital. A solução da crise ambiental reside em compreender a raiz das contradições e em construir uma nova racionalidade teórica, social e produtiva. Para o autor não é suficiente a internalização dos custos ecológicos. É imprescindível desnaturalizar a natureza, entender e criticar o processo de naturalização da natureza enquanto recurso.

A perspectiva pós-colonial presente nos estudos de Mignolo (2003) como saber subalterno e colonialidade do saber, nos estudos de Dussel (2005), possibilita compreender o discurso presente nas políticas econômicas implementadas e que evidenciam visões hegemônicas que, além de inferiorizar as populações nos locais de implementação, pode

² "REDD+ é um incentivo desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados de Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal, considerando o papel da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal" (MMA, 2016). Disponível em: <http://redd.mma.gov.br>

³O Relatório Brundtland, publicado em 1987, difundiu sua conceitualização. Como objetivos, a proposta do desenvolvimento sustentável pretende elevar, simultaneamente, o meio ecológico, o bem-estar econômico e a justiça social.

O conceito de desenvolvimento sustentável também foi adotado em outros documentos, além do Informe Nosso Futuro Comum, de 1987, como a Estratégia Mundial para a Conservação em 1980; Cuidar de Terra em 1991; e o Informe da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe em 1991 (BURSZTYN, M, PERSEGONA, M, 2008).

essencializá-las. A colonialidade do conhecimento conforma relações de saber hierárquicas que, de certa forma, invisibiliza a trajetória e a especificidade de povos que se distanciam da lógica que o modelo dominante ocidental impõe.

O mito da modernidade levantado por levanta, entre outras características, a superioridade da civilização moderna, que possui como dever e exigência moral “desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes” (DUSSEL, 2005). Assim, o modelo de modernidade construído nas sociedades europeias é entendido pelo autor como a “justificativa de uma práxis irracional de violência” (DUSSEL, p. 29, 2005). Assim, pode-se afirmar não há desenvolvimento sem violência.

Daí a importância do giro decolonial presente no projeto do grupo Modernidade/Colonialidade. De acordo com Miglievich-Ribeiro (2019) o giro decolonial empenha-se na afirmação da autodeterminação política, teórica e epistemológica dos povos do Sul do mundo, afetando também, a área acadêmica internacional. Esse movimento intelectual latino-americano conseguiu promover uma fratura epistemológica na metanarrativa moderna ocidentocêntrica, ao custo de tensões e debates acadêmicos. A autora ressalta que a razão decolonial devolve a racionalidade a pessoas, coletividades, populações e populações que foram desumanizadas sob o jugo colonial.

De acordo com Esteva (2000), desde que Truman usou a palavra “subdesenvolvido”, em 1949, ele empregou um novo significado ao termo desenvolvimento, criando um símbolo que representaria a hegemonia americana. “Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento foram, naquele momento, vitoriosamente usurpados e transformados” (ESTEVA, 2000, p. 60). Nesse mesmo período, os franceses adotaram o termo “terceiro mundo”, para separar os países ricos capitalistas – primeiro mundo – dos países socialistas, segundo mundo.

Segundo o autor, o termo subdesenvolvimento passou a representar e homogeneizar cerca de dois bilhões de pessoas. Naquele momento, elas deixaram de existir em sua diversidade e passaram a ser a imagem inversa da realidade alheia, uma imagem inferiorizada, que define sua identidade à imagem de subdesenvolvidos.

A metáfora do desenvolvimento, portanto, absorveu um poder colonizante, súbito e violento, utilizado pelos políticos da época. O modo de produção industrial tornou-se o estágio final e unilinear para a evolução social. “A metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social” (ESTEVA, 2000, p. 63).

De acordo com Castro (2015, p. 243) “o desenvolvimento é antes de tudo uma construção política e ideológica e por isso é um discurso produzido. Um discurso de poder e de legitimação simbólica e relações sociais estabelecidas.”

Para os autores (as) citados (as), o desenvolvimento é uma espécie de ilusão social, criada a partir da atribuição do adjetivo “desenvolvido” aos países industrializados, que tiveram grande retorno financeiro com esse modelo. Dessa forma, contribuindo para a concepção do desenvolvimento, acredita-se, também, na ilusão de que todos os países podem chegar a este patamar um dia, criando-se estágios nos quais os países não industrializados passaram a ser chamados de subdesenvolvidos. O modelo desenvolvimentista acirrou as desigualdades no interior das sociedades.

Observa-se que mesmo com a ascensão de governos progressistas a partir dos anos 2000, na América Latina, a continuidade de políticas econômicas que facilitaram o acesso à terra e aos recursos naturais por parte de grandes projetos, por exemplo, limitaram o avanço da agenda da sustentabilidade. Como apontado por Allegretti (2006), na Amazônia há um confronto em torno de diferentes conceitos a respeito da natureza, o que por sua vez, influencia na proposição e implementação das políticas públicas, ambientais ou não. Ressaltando-se assim, a conflitualidade entre a implementação de um modelo de desenvolvimento voltado ao crescimento econômico e a efetividade das questões associadas à sustentabilidade, gerando diversos conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004).

Quintslr, Bohrer e Irving (2011) ao analisarem três políticas de âmbito federal⁴ voltadas à Amazônia a partir dos anos 2000, identificaram quatro matrizes discursivas que as orientavam: (I) os discursos desenvolvimentistas, (II) da mercantilização da natureza, (III) preservacionista e (IV) socioambiental. E em cada caso apresentado, os autores observaram que há uma racionalidade dominante que fundamenta os discursos em torno da legitimação de tais políticas.

Para Svampa (2019) com a entrada de governos progressistas houve avanços com relação a garantia de direitos porém uma contradição se instala por parte dos Estados ao insistir na aposta do extrativismo, o que colabora com o modelo neocolonial baseado na apropriação e na destruição dos recursos naturais, no qual a América Latina permanece como exportadora de recursos naturais. Então, nessa nova configuração da divisão internacional do trabalho nosso continente assume posição desigual e de subordinação perante os demais países do norte geopolítico, ocasionando diversos conflitos socioambientais em seus territórios.

Então, as consequências são a explosão de conflitos socioambientais visíveis na potencialização das lutas ancestrais pela terra por parte dos movimentos indígenas e camponeses, assim como no surgimento de novas formas de mobilização e participação

⁴ O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) criado em 2003; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia, implementado no segundo mandato do governo Lula, em 2007 e o Plano Amazônia Sustentável (PAS) de 2008.

cidadã, centradas na defesa dos recursos naturais (definidos como “bens comuns”), da biodiversidade e do meio ambiente.

A autora aborda o conceito de neoxtrativismo e explica que a fase contemporânea o caracteriza como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como fronteira de exploração para territórios antes considerados improdutivos do capital (SVAMPA, 2019).

Em relação aos temas ambientais, a atuação do Brasil no cenário de negociações internacional era, geralmente, tida como proativa; contudo, na maioria das vezes, não se projetam ações internas condizentes com a projeção externa. Dessa forma, de acordo com Guimarães e Bezerra (2011, p. 95):

O discurso brasileiro continua a denunciar a emergência do neocolonialismo de alguns países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, a dificuldade no estabelecimento de políticas efetivas do governo brasileiro em relação à Amazônia, não apenas em termos socioeconômicos, mas também em relação à exploração dos recursos naturais leva a práticas que representam colonialismo interno.

Portanto, notamos no país a conflitualidade entre a implementação de um modelo de desenvolvimento voltado ao crescimento econômico e a efetividade das questões associadas à sustentabilidade, gerando diversos conflitos socioambientais. Acentuado pelo atual governo ao promover o desmonte de políticas ambientais de proteção e conservação.

Ainda sobre a análise de políticas ambientais com vistas a inserção da conservação dentro do mercado⁵, Gudynas (2019) ressalta:

[...] estamos rodeados por evidências que mostram que esses mecanismos econômicos convencionais não asseguram uma efetiva proteção da biodiversidade. Por sua vez, à medida que a qualidade política atual se debilita, por meio de processos como os autoritarismos, a questão ambiental fica ainda mais pra trás. Esse contexto explica a repetição de estilos de desenvolvimento que se baseiam em uma apropriação intensiva da Natureza para repetir nosso papel como exportadores de matéria-prima (GUDYNAS, p.12, 2009).

As populações tradicionais possuem saberes e desenvolvem técnicas, muitas vezes, incompatíveis com a concepção de conservação e sustentabilidade e, por consequência, de desenvolvimento desses territórios pelos órgãos oficiais. Todavia, tais saberes se revelam fundamentais na manutenção dos próprios territórios e do modo de vida dessas populações.

⁵ O Programa Floresta+ é a atual aposta do governo dentro desse modelo. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente “para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando atividades ambientais realizadas e incentivando sua retribuição monetária e não monetária. O Programa tem foco exclusivo em área de vegetação nativa e engloba todas as categorias fundiárias: unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos e propriedades privadas (áreas de preservação permanente, reserva legal ou seu excedente e uso restrito), com cobertura de vegetação nativa em todos os biomas.” Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/florestamais>

Dessa forma, se faz necessário analisar as questões relativas ao desenvolvimento e conservação ambiental a partir do local, dos territórios ocupados pelas populações tradicionais e suas ações, como destaca Escobar (2005).

A crítica feminista ao conceito de desenvolvimento também é necessária, pois se distingue da análise clássica sobre desenvolvimento pautada principalmente em discursos economicistas, mais do que isso possibilita também a valorização de outros saberes além da academia, permite dialogar com discursos políticos e com as lutas individuais e coletivas das mulheres e com um saber produzido em debates latino-americanos.

É nesse tom que o texto de Barragán, et al (2020) analisa as críticas feministas ao modelo de desenvolvimento, as concepções sobre o papel das mulheres no desenvolvimento, e as alternativas apresentadas pelas perspectivas do Sul.

Essas críticas também começam a se articular a partir da década de 1970, pois produziu, como uma consequência das revoltas de 1968, a segunda onda do movimento feminista, tanto em países industrializados, como em grande parte da América Latina.

A primeira hipótese quanto ao desenvolvimento foi lançada pela economista dinamarquesa Ester Boserup em 1970, na obra o papel das mulheres no desenvolvimento econômico. A autora criticou o desenvolvimento por promover a exclusão das mulheres. Que teriam sido incluídas nas políticas de desenvolvimento exclusivamente como receptoras passivas ou mães responsáveis pelo lar, enquanto isso os recursos tecnológicos, financeiros e de capacitação eram destinados aos homens. (BARRAGAN et al, 2020).

A partir dessa crítica os modelos de desenvolvimento universalizados de acordo com o esquema ocidental, definiam o lar como unidade receptora homogênea, sendo o homem assalariado o provedor e a mulher encarregada pelo lar. Esses modelos não levavam em conta que, em muitas culturas, as mulheres trabalhavam na agricultura e produção de alimentos com diferentes divisões sexuais do trabalho.

A autora explica que as mulheres sempre fizeram parte dos processos de desenvolvimento a partir de suas respectivas sociedades, e, portanto, seu trabalho sempre contribuiu para a manutenção dessas sociedades. A integração das mulheres nos enfoques “Mulheres no Desenvolvimento” e “Mulheres e Desenvolvimento” serviu apenas para a manutenção de estruturas internacionais de iniquidade.

Com as políticas neoliberais, a visibilização das mulheres como sujeitos do desenvolvimento não foi suficiente para que fossem reconhecidas como sujeitos das políticas sociais, mas tiveram que se encarregar das políticas sociais abandonadas pelo Estado. Recaiu sobre as mulheres os efeitos mais fortes da desregulação imposta pelos programas de ajuste estrutural, condicionantes para a América Latina. Como consequência as mulheres foram submetidas a geração de autoemprego e a condições de desigualdade no mercado de trabalho. A carga tripla assumida pelas mulheres iniciou um novo ciclo de empobrecimento

feminino e feminização da pobreza, apoiado nas economias de subsistência (BARRAGAN et al, 2020).

Os feminismos do Sul, no entanto, recuperam e atualizam debates que questionam e articulam o patriarcado, a crise civilizatória, o modelo de produção e desenvolvimento e as alternativas a esse paradigma quebrando a hegemonia de várias décadas dos feminismos do Norte.

Os ecofeminismos, também, partem de uma perspectiva crítica ao desenvolvimento, além de se apresentarem como alternativa sistêmica a esse modelo. O debate ecofeminista levanta a relação entre a opressão e a exploração das mulheres e da natureza. Destacando as relações hierárquicas que se estabelecem nas dicotomias homem/mulher e cultura e natureza, ou civilização e natureza, onde a segunda parte é desvalorizada em relação a primeira.

3. MULHERES E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS

De acordo com o contexto no qual o movimento de mulheres esteja inserido e as especificidades culturais locais, as mulheres tendem a buscar seus objetivos por diferentes pontos de vista e estratégias⁶.

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais tem suas origens localizadas na década de 1980, momento em que ocorria a abertura democrática e a consolidação do movimento de mulheres e feminista no Brasil. Surgiram vários conselhos de direitos nessa época, como os conselhos de educação, da mulher, os fóruns e os conselhos de promoção da igualdade racial. A Constituição de 1988 permitiu que a sociedade começasse a cumprir o seu papel de fomentação de políticas públicas e controle social, através da organização em movimentos sociais.

As primeiras organizações específicas de mulheres surgiram nas regiões Nordeste e Sul do país. São compostas por mulheres membros de outros sindicatos filiados à Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) ou à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Estas entidades, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), foram também grandes responsáveis pelo aumento do número de mulheres nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

⁶ Durante a Revolução francesa as mulheres já se organizavam em prol dos seus direitos. No entanto, foi no século XIX que mulheres de várias regiões do mundo começaram a se organizar contra as desigualdades baseadas no sexo. Os primeiros movimentos feministas, como a Associação Feminista Filipina, em 1905, ou o Seito (Meia Azul) no Japão, em 1911, lutavam pelo voto, acesso à educação e melhorias jurídicas para as mulheres, ao mesmo tempo em que discordavam da discriminação baseada no sexo (BOTTOMORE e OUTHWAITE, 1996).

Conforme Deere (2004a), além da inclusão de mulheres na reforma agrária, exigia-se que a Constituição de 1988 incluísse o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas, a legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Portanto, as reivindicações das mulheres nas áreas rurais começaram com a incorporação destas aos sindicatos auferindo benefícios como licença maternidade e aposentadoria. Para as mulheres conseguirem estes benefícios elas teriam que integrar os sindicatos como trabalhadoras rurais, pois estes eram a principal fonte de assistência à saúde em áreas rurais. Mas para participar do sindicato, primeiro era necessário o reconhecimento do trabalho exercido como produtivo e não mais apenas como ajuda ao parceiro.

É o caso também do Movimento de Mulheres Pescadoras que tiveram que lutar por seu reconhecimento social e profissional, como nos mostram Maneschky et al. (1994):

Constata-se, pois, que o movimento de mulheres pescadoras guarda especificidades em relação aos movimentos de outras categorias de trabalhadoras, mas que, em essência, exprime muitos problemas comuns: falta de assistência médico-previdenciária, seguro saúde em casos de acidentes de trabalho, remuneração diferenciada, discriminação por parte de seus pares, falta de uma política que lhes garanta aposentadoria digna na velhice, entre outros. Assim, guardadas as particularidades, podemos dizer que o movimento das mulheres pescadoras na luta por melhores condições de existência vem se somar ao de todas as outras que hoje lutam por seu reconhecimento social e profissional. (MANESCHY *et al*, 1994: p. 84)

Observa-se, na década de 1990, uma ampliação do número de organizações de mulheres, a partir de identidades e questões específicas, em geral vinculadas aos movimentos sociais, como o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, o Movimento de Mulheres Pescadoras, citado acima, a Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, dentro do Conselho Nacional de Seringueiros, a organização das Mulheres Quilombolas e das Quebradeiras de coco babaçu.

O ano 2000 marcou o fortalecimento do movimento de mulheres, através de grandes eventos realizados como a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em junho de 2002, responsável por construir uma plataforma política feminista. A Marcha Mundial de Mulheres em 2000, que surgiu do movimento de mulheres de Quebec, no Canadá, em 1995 e influenciou as mulheres a organizarem a marcha nesse ano por todo o mundo. No Brasil, as trabalhadoras rurais realizaram a Marcha das Margaridas, ao aderirem à Marcha Mundial em 2000, até o presente momento seis edições da Marcha já ocorreram⁷.

⁷ “A Marcha das Margaridas é um movimento social brasileiro de abrangência nacional que recebe apoio de diferentes organizações da sociedade civil. O nome do movimento é inspirado na líder sindical paraibana assassinada em 1983, Margarida Alves, precursora na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo (KUNHEN, p.128, 2020).

As reivindicações por igualdade de direitos e a visibilidade da mulher rural no espaço público representa uma ruptura com a estrutura patriarcal, mais evidente no espaço rural. O questionamento a essa dominação traz consequências, como relações de tensão na família e na comunidade. Para Fischer (2006), a contestação pode ser encarada, muitas vezes, como desvio de identidade e o custo por mudar as regras sociais pode ser alto, mesmo quando estas conseguem conquistas através do movimento:

No Estado do Pará a mobilização dos trabalhadores rurais começa pelo nordeste do estado na década de 1950. Foi nesta região que se formaram as primeiras associações de lavradores, colonos e trabalhadores rurais no estado. Mais tarde, estas associações se transformariam nos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais do Pará. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI, entidade na qual os sindicatos estão ligados no estado, surgindo em 1968.

O aumento do número de mulheres em cargos de direção ocorreu devido uma mudança no organograma para a composição da diretoria do sindicato e da adoção de uma cota de 30% de participação feminina nas instâncias diretivas dos STRS no final da década de 90. O novo sindicalismo na década de 80 e a igreja, também exerceram forte influência na criação do grupo de mulheres⁸.

A luta pelas conquistas dos direitos das mulheres à terra na região norte, assim como nas demais regiões do país, ocorreu dentro do contexto citado anteriormente. Segundo Deere (2004b).

O reconhecimento da importância dos direitos da mulher à terra acontece geralmente por duas razões, o que nós temos chamado de argumentos “produtivista” e “de empoderamento”. O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associado com o aumento do bem estar de mulheres e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto, como bem estar de sua comunidade e sociedade. O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres (DEERE, 2004: p.176-177).

Como exemplo, surge formalmente em 1995, a partir da necessidade de participar da vida sindical e política da região, o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MNEPA, um dos principais articuladores das mulheres nas áreas rurais e urbanas.

⁸ Outro fator importante na história do movimento de mulheres trabalhadoras rurais são as Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra, na década de 70. Foi o caso da Associação de Mulheres Timboteuense Margarida Barbosa que surgiu neste período, no município de Nova Timboteua, nordeste do estado do Pará.

3.1 As lutas pelas Unidades de Conservação

Apesar das dificuldades de participação das populações tradicionais⁹, essas possuem um histórico de luta de garantia dos seus direitos e acesso aos seus territórios. O contexto de criação das Reservas Extrativistas (Resex), mostra que antes de fazerem parte da política ambiental do país, foi uma política pública construída socialmente, através da mobilização de um movimento social composto por uma população pobre rural – os seringueiros – que se articulou junto ao movimento ambientalista sob a liderança de Chico Mendes, para a defesa de seus territórios tradicionalmente ocupados.

O movimento também conseguiu construir uma rede de aliados locais, como a igreja católica¹⁰ e outros movimentos sociais, e extra locais no Brasil, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), além da articulação internacional (ALMEIDA, 2004).

Esse caso ilustra como populações tradicionais podem, através de articulações em redes locais, nacionais e até internacionais, garantir apoio às suas demandas e construir um poder de agência capaz de interferir na construção e controle de uma política pública.

Segundo Vianna (2008), a origem da incorporação, no Brasil, da discussão sobre a importância do papel de algumas populações na conservação da natureza, partindo da perspectiva de aliar a conservação da biodiversidade à diversidade cultural, deve ser entendida sob duas perspectivas históricas. A primeira incorpora as populações ao discurso conservacionista e a segunda incorpora o discurso conservacionista ao movimento social, fortalecendo as lutas para garantir seu território e acesso aos recursos naturais. Um dos frutos dessas lutas é a Resex.

Embora tenham origens históricas e interesses diferentes, as duas perspectivas acabaram se cruzando na busca pela compatibilização da ocupação tradicional com os objetivos de conservação das áreas protegidas e pela maior eficiência na gestão dessas áreas. Um exemplo é a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)¹¹.

Se hoje se apresenta um modelo de gestão mais participativo para as unidades de uso sustentável, isso se deve à conquista de espaços pelas populações tradicionais durante o

⁹ Para Cunha e Almeida (2009) a categoria populações tradicionais é uma categoria em extensão, ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a constituir um pacto: comprometendo-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais.

¹⁰ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram forte presença na Amazônia, a partir da década de 1970. De acordo com Faria (2002) o processo de inserção e desenvolvimento do catolicismo na região do Acre, por exemplo, ocorreu em vários períodos, o período entre 1970 e 1990 foi de mais forte atuação da Pastoral Libertadora, e o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

¹¹ Os pescadores e pescadoras artesanais, sentindo a necessidade de uma instância de discussão e decisão específica para a região costeira, criam em 2009 a Comissão Nacional de Fortalecimento das Resex Marinhas e Costeiras (CONFREM). (PROST, 2018).

processo de discussão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído no ano 2000. Essa conquista foi fruto do fortalecimento da mobilização social das próprias populações.

Isso demonstra que, antes da questão ambiental assumir a importância que tem hoje, grupos de populações tradicionais, como os seringueiros, já resistiam ao processo de apropriação privada dos recursos naturais, demonstrando ser possível a utilização de modos alternativos desses recursos.

O movimento se fortaleceu nos anos 2000 e incorporou definitivamente as populações tradicionais na discussão ambiental, valorizando, principalmente, seus conhecimentos sobre o ambiente natural e seu manejo dos recursos naturais sustentáveis (VIANNA, 2008, p. 225).

Foi, também, a partir desse período que as populações tradicionais foram adquirindo visibilidade crescente, atestada tanto por sua citação em vários documentos oficiais quanto por políticas e legislações específicas que as contemplam. Entre estas, destaca-se o SNUC, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído pelo Decreto 5.758 (BRASIL, 2006), e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), pelo Decreto 6.040 (BRASIL, 2007).

No estado do Pará as primeiras mobilizações são registradas no final dos anos 1990, no município de Soure, localizada do Arquipélago do Marajó, onde foi implementada a primeira Resex marinha do estado, em 2001. Vários atores estavam envolvidos, como representantes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), associações de coletores de caranguejo e de pescadores artesanais, Câmara Municipal de Soure, do Ministério Público e da Universidade Federal do Pará (LOBÃO, 2006).

Os conflitos socioambientais que motivaram as principais reivindicações para a criação de áreas protegidas no nordeste paraense, estavam relacionados à pesca predatória, sobretudo do caranguejo, a pesca industrial e a implementação de projetos de infraestrutura, como estradas (SOUSA, 2019), (FIGUEIREDO et al, 2009).

Ao remontar o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu em Bragança – PA, Sousa (2019) apresenta as especificidades de um socioambientalismo da Amazônia, e destaca a presença das mulheres no processo de mobilização com a criação de Clubes de Mães.

As mulheres do Acarajó e do Bacuriteua conseguiram estabelecer redes sociais entre a associação comunitária e o poder público local, estadual e federal. Dessa forma, em virtude do engajamento das lideranças, as comunidades envolvidas conseguiram se organizar e mobilizar-se reivindicando das autoridades competentes a implantação de uma creche e de uma escola de ensino fundamental, onde as mães poderiam deixar em segurança seus filhos menores. Posteriormente o *Clube de Mães* foi ampliado com a participação do grupo de jovens das comunidades e dos companheiros dessas mulheres, transformando-se na Associação União Comunitária de Acarajo (AURA). Essa associação representou naquele momento um

instrumento de luta política para os moradores, cujas metas incluíam o reconhecimento da categoria de coletor de caranguejo (SOUSA, p.53, 2019).

O trecho mostra a importância e o envolvimento das mulheres na luta pela proteção do território e do ecossistema, bem como na garantia de direitos sociais ao conseguirem serviços públicos essenciais para a melhoria da qualidade de vida das comunidades em que vivem. Através da criação de estratégias sociais os obstáculos e entraves enfrentados são contornados.

Assim, diante do atual cenário de pandemia de Covid-19, de desregulação da proteção ambiental¹² e do desrespeito aos direitos socioambientais de povos e comunidades tradicionais¹³, de desmobilização e enfraquecimento da participação popular em conselhos. Vemos novas e antigas estratégias se articulando para dar força as vozes que clamam por justiça socioambiental no Brasil e que denunciam as ameaças as suas territorialidades específicas.

Em artigo sobre as novas fragilidades no campo do direito e da justiça socioambiental no Brasil, Bronz et al (2020) resumem:

A pandemia de Covid-19, podemos dizer, potencializou os efeitos provocados pelas políticas em curso, agora amplificadas em suas constantes ofensivas contra os princípios constitucionais, o que nos alça a uma condição de “crise do Estado democrático de direito”. São políticas que parecem desenhadas para deixar morrer ou mesmo produzir a morte de diferentes grupos e sujeitos sociais – trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais – e dos seus ambientes de vida nas cidades, nos campos e nas florestas (BRONZ et al, p.9, 2020).

O enfrentamento a violência encabeçada pela atual gestão do governo federal continua através da articulação e parcerias e da apropriação das atuais tecnologias de comunicação. Assim é possível ouvir as denúncias e reivindicações das populações através de debates em *lives* promovidas por Ongs e instituições de pesquisas, como as universidades. A construção sites e *podcasts*, como a iniciativa Ondas da resistência¹⁴ que surgiu para difundir informações sobre o vazamento de óleo na costa brasileira, em 2019, mas que aborda vários temas voltados as mulheres pescadoras, marisqueiras e povos e comunidades tradicionais em geral, também é um exemplo de estratégia de mobilização em tempos de pandemia.

¹² “[...] em reunião ministerial realizada no dia 22 de abril de 2020, o ministro de Meio Ambiente, Ricardo Salles, valendo-se da comoção nacional em torno das mortes provocadas pela pandemia, sugere às autoridades presentes que aproveitem o momento para, conforme suas próprias palavras: “ir passando a boiada, ir mudando todo o regramento, ir simplificando normas” (STF..., 2020 *apud* BRONZ et al, 2020).

¹³ O presidente Jair Bolsonaro vetou a ampliação do auxílio emergencial para diversas categorias, que havia sido aprovada pelo Congresso. Pescadores artesanais, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, artistas e técnicos, catadores de recicláveis, taxistas, motoristas e entregadores de aplicativo não poderão receber o auxílio. <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/05/bolsonaro-veta-ampliacao-auxilio-emergencial-para-diversas-categorias/>

¹⁴ O projeto Ondas da Resistência tem como principal objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a relação entre o direito à comunicação e a luta por justiça socioambiental no Brasil. Disponível em: <http://ondasdaresistencia.org/sobre/>

4. AS CARTAS E A VIDA QUE PULSA NOS MANGUEZAIS

As reivindicações das mulheres do campo, das florestas, das marés e das águas trazem diversas premissas alinhadas ao movimento feminista em seus documentos bases, que vão da luta por participação política, autonomia sobre o corpo, o fim da violência, agroecologia, conservação, soberania alimentar, políticas públicas, direitos sociais até uma educação não sexista. Destacaremos aqui, no entanto, o documento produzido pelas mulheres das marés e das águas dos manguezais amazônicos contra resolução nº 500 de 2020 que revoga três resoluções do conselho nacional do meio ambiente (CONAMA): – a resolução 303/2002.

É nos manguezais amazônicos, lugar de VIDA, que produzem, se reproduzem socialmente, as mulheres das marés e das águas dos manguezais amazônicos, responsáveis na maioria das famílias pela segurança alimentar de suas famílias e de grande parcela da sociedade da costa amazônica, que se alimenta de mariscos, peixes, crustáceos e outros (Carta da Mulheres das marés e das águas, 2020).

São essas vidas que estão ameaçadas pelo Resolução no 500 de 2020 que revoga Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): – a resolução 303/2002, que determina quais são as Áreas de Preservação Permanente (APP) nas faixas litorâneas, protegendo toda a extensão dos manguezais e delimitando como Áreas de Preservação Permanentes (APPs) as faixas de restinga “recobertas por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues” (Carta da Mulheres das marés e das águas, 2020).

O trecho evidencia a importância das mulheres na questão ambiental devido a sua relação com o manejo dos bens comuns¹⁵ essenciais para o local e grupo doméstico do qual fazem parte. Esses recursos naturais entendidos também como bens comuns são de uma grande diversidade e podem agrupar além dos animais, plantas medicinais, plantas utilizadas na alimentação e o conhecimento envolvido na forma como são controladas e utilizados pelas mulheres.

Ao explicar as origens dos ideais feministas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) Paulilo (2016) apresenta uma síntese das principais categorias discutidas nos estudos de gênero e feministas fazendo uma relação com a prática e as experiências das mulheres rurais que compõe o movimento. “O feminismo das agricultoras do MMC defende a ideia de diferença entre homens e mulheres, porém, é um feminismo colado às lutas que desenvolvem” (PAULILO, p.310, 2016).

A autora chama atenção para a forte presença do feminismo urbano e como é equivocado analisar a aproximação das mulheres rurais das diferentes correntes feministas a

¹⁵ “Os comuns são um modo particular de relação social com os bens materiais ou imateriais. Elementos naturais, como a água e o ar, existem como tais, e só se convertem em comuns quando uma comunidade humana administra suas relações com esses elementos de maneira coletiva” (AGUITON, p. 87, 2019).

partir dessa ótica. Acrescenta que as agricultoras brasileiras contribuíram para desurbanizar a pauta, trazendo temas como a soberania alimentar e a distribuição masculina e concentrada da terra. Assim podemos ver também no trecho da Carta:

Nesse importante ecossistema a pesca é uma das atividades extrativistas mais tradicionais e importantes da costa amazônica brasileira, garantindo ocupação, renda, principalmente para as mulheres, direito ao trabalho e segurança alimentar para boa parte da população nesta região (Carta da Mulheres das marés e das águas, 2020).

Assim as agricultoras trazem diversos princípios de diferentes correntes feministas para o seu cotidiano, seja elas socialista, liberal ou de caráter essencialista desde que sejam úteis as suas reivindicações e demandas. O que não cabe, segundo Paulilo (2016) é uma análise evolucionista do movimento, considerando ser preciso haver um “ponto de chegada” para as atitudes das agricultoras serem consideradas “corretas” em termos de feminismo. Para a autora são muito mais importantes os caminhos percorridos e as estratégias utilizadas por elas do que padrões desenvolvidos e aceitos em outros tipos de contexto. Ressalta-se que o contexto de onde falam as mulheres das marés e das águas é diferente do analisado pela autora, porém os desafios e estratégias desenvolvidos pelo MMC se aproxima muito daquele que é vivido por essas mulheres, tendo em vista inclusive a articulação entre os movimentos.

Isto posto, nós Mulheres das Marés e das Águas; e todas as instituições que caminham junt@s conosco, reafirmamos nossa CONTRARIEDADE as improbidades nefastas do Governo Bolsonaro, bem como CONCLAMAMOS ao país, a América Latina, ao Mundo por JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL, nas vozes das MULHERES e de Todos os Movimentos Sociais, Instituições de Classes o reconhecimento do DIREITO DA NATUREZA!! (Carta da Mulheres das marés e das águas, 2020).

As mulheres dos movimentos rurais mostram que a soberania e segurança alimentar dependem do trabalho múltiplo e do conhecimento que elas possuem sobre os processos produtivos, bem como de uma convivência mais harmônica com e integrada à terra e sua diversidade de formas de vida, humanas e não humanas. Elas buscam contribuir para o reconhecimento das relações de interdependência que existem entre humanos e não humanos, distanciando-se, portanto, da abordagem desenvolvimentista. (KUHNNEN, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico de luta destacado no trabalho mostrou a capacidade de autonomia das mulheres para buscar os objetivos que almejam. Isso resulta no processo que permite ao indivíduo ou grupo conseguir recursos que lhes ampliem a voz, visibilidade, influência e capacidade de decisão.

As reivindicações das mulheres expressas nas cartas estão atreladas aos seus cotidianos, mas há algo a mais, trata-se da denuncia de uma crise ambiental e civilizatória, na qual o cerne é a relação sociedade e natureza mediada pela produção capitalista que altera as relações sociais e de poder. Há, portanto, uma crítica ao desenvolvimento e ao que se entende por desenvolvimento com a proposição, muitas vezes, de estratégias e alternativas ao modelo vigente.

Ao conclamarem por justiça socioambiental e os direitos da natureza na defesa dos ecossistemas em que vivem, fazem a defesa direta da vida, e isto é indissociável, a destruição dos manguezais é o fim de milhares de vidas humanas e não humanas.

REFERÊNCIAS

- AGUITON, Christophe. Os bens comuns. In: SOLON, Pablo (Org). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe terra e desglobalização**. Elefante. São Paulo, 2019.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Direitos à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas Lutas**. Revista brasileira de ciências sociais, RBCS v. 19 n. 55, 2004.
- ALMEIDA, Mauro W B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Cultura com aspas: e outros ensaios**. [S.l: s.n.], 2009.
- BARRAGÁN, Margarita Aguinaga, et al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, LANG e PEREIRA (Orgs.) **Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Elefante Editora, 2017.
- BOTTOMORE, Tom, OUTHWAITE, W. (orgs). **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Jorge Zahar Editor, 1996.
- DEERE, Carmem D. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradução: Vera Lúcia M. et al. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.
- FIGUEIREDO, Elida Moura. FURTADO, Lourdes Gonçalves. CASTRO, Edna. **Trabalhadores da pesca e a Reserva Extrativista Marinha Mão Grande de Curuçá-PA: Impactos Socioambientais da rodovia PA-136**. In: Amazônia: CI & amp; Desenv. Nº9. Vol.5. Belém. Jul/Dez de 2009. p.231-252.
- FISCHER, Isaura. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Elefante. São Paulo, 2019.

KUHNEN, Tânia Aparecida. *Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano*. *SUL-SUL Revista de Ciências Humanas e Sociais*, Vol:1. Nº1, Bahia, 2020. P.124-147.

LEFF, Henrique – **La ecologia política en América Latina: un campo en construcción**. *Revista Sociedade e Estado*. Dossiê: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade. V;18, nº1/2 jan/dez. 2003, Brasília, ed. UnB

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento**. Tese Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

MANESCHY, Maria Cristina *et al.* **Pescadoras em busca de cidadania**. In ALVARES, M.L, D'INCAO, M.A. (org.) *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém-PA, GEPEM/GOELDI, 1995.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidades, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MOREIRA, Carla C. Siqueira. **Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma Resex marinha na Amazônia**. Dissertação, Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Belém, 2017.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Que feminismo é esse que nasce na horta? Política & Sociedade - Vol. 15. Edição Especial, Florianópolis, 2016*

SOUSA, Paulo Victor. **A minha terra é o mar: a trajetória de um movimento socioambiental no litoral da Amazônia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Sociais. UFPA. Belém, 2019.

SVAMPA, Maristella. **Neo-extrativism in Latin America**. Cambridge, Politics and Society in Latin America. New York, USA, 2019.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas** – populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2008.



GT 05 – Movimento sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos

DE CANOEIROS E BALSEIROS A PATRULHEIROS AMBIENTAIS: TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS DOS PESCADORES DE PORTO UBÁ NO MÉDIO RIO IVAÍ-PR (1930-2020)¹

Simone Aparecida Queizi (UEM)²

RESUMO

Porto Ubá é uma comunidade ribeirinha, localizada no Município de Lidianópolis, na região central do Estado do Paraná. Constituiu-se em decorrência da ocupação não indígena, à margem esquerda, a jusante do rio Ivaí. Os pescadores de Porto Ubá, atuam nos 110 km deste médio curso do rio Ivaí. São originários da ocupação privada da terra. Até a década de 1930, o médio rio Ivaí só era transposto por canoas, depois por balsas e finalmente em 1967 pela ponte. No período de 1930-1970 Porto Ubá tornou-se uma referência para o acesso à região, a qual estava sob apropriação do mercado privado de terra, após cinquenta anos de conflitos entre Estado, posseiros, indígenas e os proprietários da companhia de terra. Entre os sujeitos que passaram a residir no povoado, estavam os que se dedicariam a atividade pesqueira. Assim, este trabalho vai dialogar com a história ambiental e metodologicamente com a pesquisa de campo, para analisar como um grupo de pessoas se constituíram como pescadores em Porto Ubá, seguiu tendo que se reinventar constantemente para regulamentar a profissão e continuarem a exercer a pesca artesanal profissional no contexto da “Era da Ecologia”. Quais são as origens destes pescadores e agora também patrulheiros ambientais? Qual papel desempenhado por eles no cenário de disputas e deliberações das legislações ambientais para o rio Ivaí? Foram realizadas pesquisas a campo em Porto Ubá, coletada informações, observado o curso do rio Ivaí e a análise dos dados coletados *in loco* se deu com auxílio tecnológico do Google Earth.

Palavras-chaves: Pescadores; Rio Ivaí; Porto Ubá; História Ambiental

¹ As discussões apresentadas neste artigo são parte do trabalho: QUIEZI, Simone Aparecida. *Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no médio rio Ivaí: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/simone-aparecida-queizi.pdf/view>.

² Mestre e doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná (SEED-PR). Integrante e pesquisadora do Laboratório de Estudos Históricos do Contemporâneo (LABEHCON/UUEL). E-mail: simonequeizi@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A História Ambiental pontua que a historiografia deve considerar e analisar os rios, sua história e sua relação com os humanos. Os rios devem ser interpretados como unidade espacial distinta dos limites políticos, jurídicos e administrativos. Assim, entende-se pertinente analisar o conjunto de vidas que coabitam no entorno do rio Ivaí, que reúne não humanos (fauna, flora, ictiofauna) e humanos – sujeitos sociais. Dentre estes sujeitos sociais, de um lado tem-se os ambientalistas e toda a pressão das demandas da Era da Ecologia (WORSER, 1991) para regular os usos e preservar os recursos naturais. Do outro, uma diversidade de sujeitos que tentam usar ou já fazem usos do rio, ou ainda, que praticam atividades nas terras que o margeiam, as quais podem estar alterando a dinâmica do rio.

Os pescadores da comunidade ribeirinha de Porto Ubá podem ser analisados como um destes grupos sociais, que se acredita estar em disputa por usos do rio, os quais, com o objetivo de regularizar a profissão e sair da informalidade, a partir da década de 1980 e, no contexto das ações regulatórias provocadas pelas demandas da Era da Ecologia no Brasil e no Paraná, institucionalizaram-se e passaram a atuar legitimamente em um cenário de disputas.

Segundo Worster (1991), a História Ambiental passou a compor, nos anos 60 e 70 do século XX, as pesquisas dos historiadores norte-americanos e dos integrantes do grupo dos *Annales*, na França. Isso torna possível compreender melhor as bases teóricas da História Ambiental e sua relação entre o local e o global, considerando os fatores sociológicos, epistemológicos e cronológicos. Para Pádua (2010), a História Ambiental encontra, no século XX e início do XXI, um ambiente teórico renovado, livre do determinismo, em que “[...] o grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural” (PÁDUA, 2010, p. 91). É preciso rejeitar os pressupostos e métodos que em suas análises separam o mundo social do mundo natural. De acordo com Toledo e Molina (2007, p.85) esta rejeição ao determinismo defendida por Pádua (2010), fundamenta-se

en una axiomática, una nueva epistemología, en nuevas teorías del cambio social y en nuevas metodologías que, entre otras cosas, rompen con la parcelación típica del conocimiento científico tradicional y restituyen la necesaria unidad que debe existir entre las ciencias naturales y las ciencias sociales.

A história ambiental compreende que o ser humano está ao mesmo tempo na história e na natureza. Da natureza, o humano se apropria, circula, transforma, consome, produz, extrai, usa os recursos naturais e a altera. Sedrez (2012), define História Ambiental como a história das relações entre as sociedades humanas e a natureza ao longo do tempo, em um processo que a natureza transforma a vida cotidiana e ao mesmo tempo, as sociedades humanas e suas experiências, escolhas, práticas e organizações transformam a natureza.

Assim, Drummond (2002), afirma que o Brasil é um lugar privilegiado e carente de pesquisas pautadas na história ambiental. Para este autor, “a preocupação específica da história ambiental — examinar os processos de influência mútua entre as sociedades e os seus quadros de recursos e condições naturais — tem no Brasil um palco cheio de personagens e acontecimentos” (DRUMMOND, 2002, p.15). Os recursos hídricos, neste caso, os rios, compõem e se destacam no território brasileiro, os quais são imprescindíveis para analisar os processos de ocupação e usos da natureza. Identificar, “em escala regional e local, que tipos de sociedades se formaram em torno de diversos recursos naturais, que permanência tiveram essas sociedades e que tipo de conseqüências elas criaram para os seus ambientes sustentarem outros tipos de sociedade” (DRUMMOND, 1991, p.35), inclui analisar as relações destas sociedades com os rios.

Neste sentido, é fundamental destacar que a história ambiental extrapola as fronteiras geopolíticas definidas administrativamente como país, estados ou municípios e desafiam os pesquisadores a apropriarem-se de outras unidades espaciais como objeto de estudos, a exemplo das bacias hidrográficas. Nesta direção, Gallini (2004) alerta que esta redefinição de unidade de escala carrega implicações metodológicas, as quais pressupõe reconhecer e garantir à natureza sua condição de coautora dos processos em que a envolve. A autora defende que é urgente a tarefa de restaurar a unidade perdida entre humanidade e natureza e apresenta uma “taxonomia” de fontes para a história ambiental que se pauta em três categorias: “fuentes de archivos, información ecológica obtenida en el campo, y recuperación de la memoria colectiva de los pobladores locale” (GALLINI, 2004, p.153-154). Categorias que dialogam com as cinco características metodológicas e analíticas da História Ambiental propostas por Drummond (1991) e com os três níveis de análise a serem seguidos pelo pesquisador da História Ambiental, definidos por Worster (1991, p. 202).

Entre as características metodológicas e analíticas propostas por Drummond (1991) o trabalho de campo foi essencial e possibilitou analisar o médio rio Ivaí e os pescadores na perspectiva da história ambiental.

O mapa a seguir, demonstra a delimitação da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, integralmente paranaense e destaca o território localizado entre os rios Ivaí e Corumbataí. A ocupação deste território, a partir do século XX, seguiu a mesma lógica de apropriação privada da terra e expansão das áreas ocupadas por todo o Brasil e Paraná. Foi conflituosamente disputado durante o período de 1900 a 1950, tendo como desfecho, a legitimação de posse em favor da companhia de terra Sociedade Territorial Ubá Ltda. e, conseqüentemente a imposição da violência no processo para demarcar e vender as propriedades, visto que já estavam ocupadas por outros sujeitos e/ou grupos sociais, a exemplo das populações indígenas e os posseiros.

Já o rio Ivaí³ e seu entorno, a partir dos conceitos e representações humanas sobre ele, também em decorrência deste processo macro e capitalista de apropriação, bem como das resistências por meio dos movimentos sociais e civis que passaram a questionar as ações devastadoras que o capitalismo provoca ao meio natural, configurou-se nas últimas décadas do século XX como Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí⁴.

Bacia Hidrográfica é um conceito de gestão de recursos hídricos que se destaca no Brasil e no Paraná na década de 1990, porém,

uma importante experiência na gestão de bacias hidrográficas foi a aprovação, em 1922, pelo Congresso dos Estados Unidos, do pacto do Rio Colorado {...} ainda no contexto histórico, é importante destacar a formação do Tennessee Valley Authority em 1933. A agência proposta pelo então presidente Roosevelt deveria cuidar, no contexto de uma bacia hidrográfica que envolve sete Estados, de todos os usos da água do rio” (PORTO e PORTO, 2008, p.43)

Arruda (2015, p.212) aprofunda a análise conceitual e a definição de bacia hidrográfica e, entre outros importantes resultados apresentados por ele, afirma que bacia hidrográfica é “uma unidade de relevo, que possui uma delimitação física bastante precisa, determinada pelo sentido do fluxo das águas, superficiais e subterrâneas”, com diversos elementos e “componentes formadores da paisagem” que também precisam ser considerados.

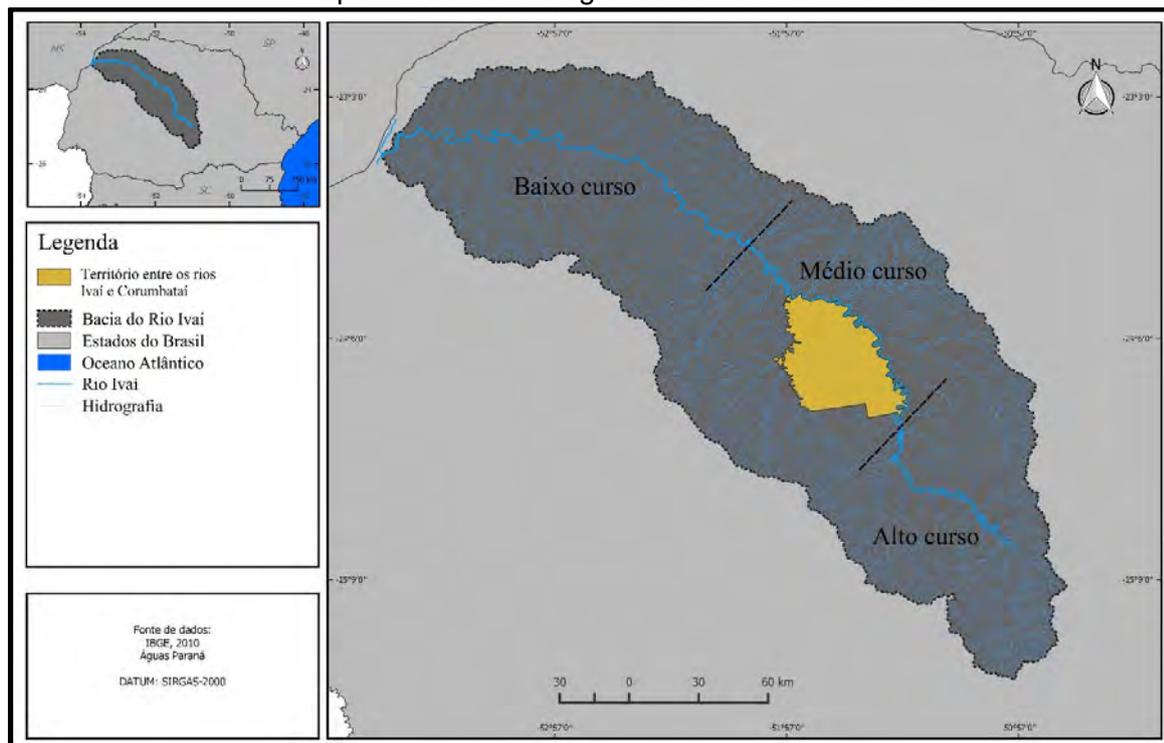
Quanto a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí (mapa 1), há divergências quanto a sua área total de drenagem⁵. Mas, mesmo assim, sem dúvidas, é a segunda maior do estado e, em percentual, representa cerca de 19% do território paranaense. Está subdividida em três Unidades Hidrográficas de Gestão dos Recursos Hídricos (Alto, Médio e Baixo Ivaí), por conta das suas características morfométricas, ambientes naturais diversos e distintos processos produtivos de ocupação e usos antrópicos.

³ Nasce a partir da confluência dos rios Dos Patos (principal curso de origem), com o Jordão, na Serra da Boa Esperança (próximo ao Município de Ivaí), e, desagua no rio Paraná, entre os municípios de Querência do Norte e Icaraíma.

⁴ De acordo com a série “Bacias Hidrográficas do Paraná - uma série histórica” (edição de 2015), *bacia hidrográfica* corresponde à área de drenagem de todos os córregos, rios pequenos, médios e grandes que convergem para um rio principal de uma determinada região. No caso dos rios que formam a Bacia do Rio Ivaí, a bacia hidrográfica compreende, ainda, todas as nascentes de seus afluentes, “serpenteando” 102 municípios ao longo do seu leito e das suas margens. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/corh/Revista_Bacias_Hidrograficas_2015.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

⁵ A Revisa Bacias Hidrográficas (PARANÁ, 2013, p.104) registra área de drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí com 36.540,0 km². Alguns estudos pautados em informações do antigo Instituto das Águas do Paraná (atualmente integrado ao Instituto Água e Terra – IAT), apontam para uma área de drenagem de 36.899km². Neste estudo, considerou-se as pesquisas de Parolin *et al.* (2010) que estabeleceram a extensão da Bacia em 36.646,36 km² e 798 km para o percurso do rio no sentido sudeste-noroeste. Divergências que demonstram as diferentes formas de percepção e representação humana quanto a territorialização da bacia.

Mapa 01: Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí - Paraná



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

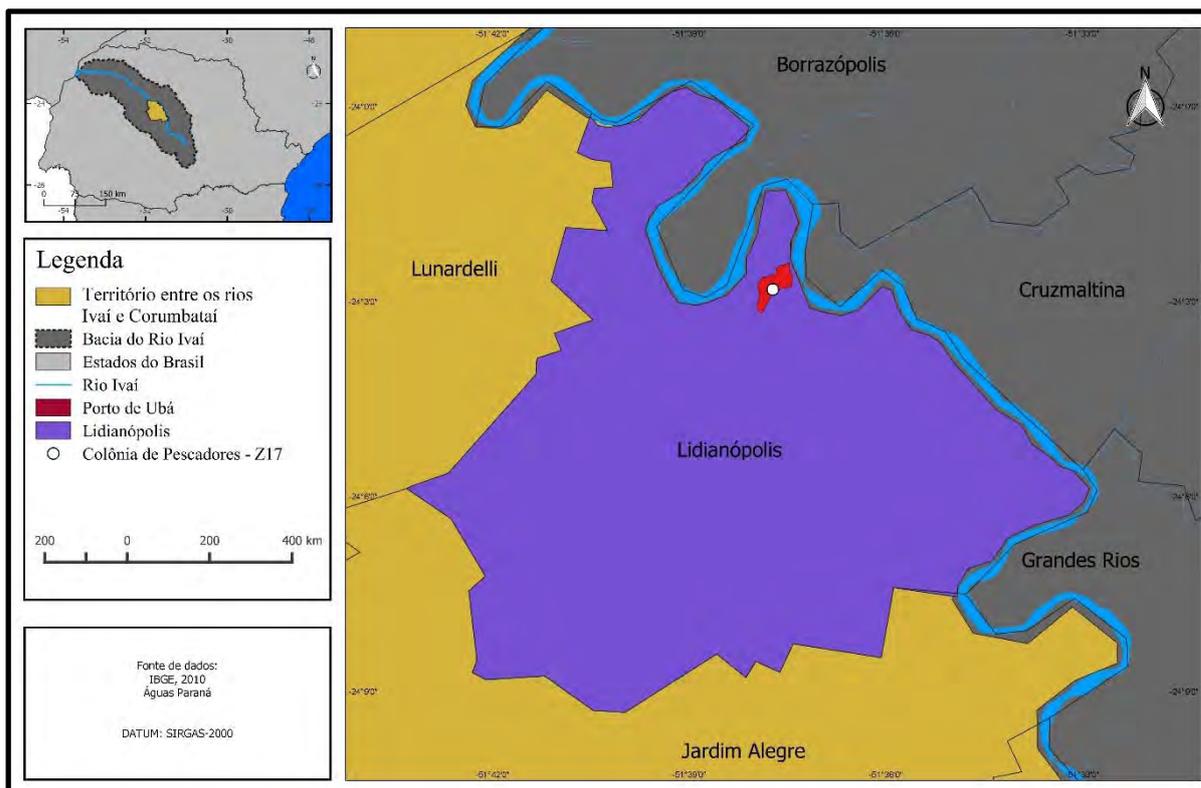
Os estudos de Parolin *et al* (2010) definem que

A bacia hidrográfica do Ivaí corta no sentido sudeste-noroeste o Segundo e Terceiro Planalto Paranaense. A denominação rio Ivaí é dada a partir da confluência do rio Dos Patos, principal curso de origem, com o rio São João, na Serra da Boa Esperança (próximo ao Município de Ivaí), em altitude aproximada de 500m.

A Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí está totalmente inserida no território paranaense, o que lhe confere o título de maior rio genuinamente paranaense, isto é, nasce, percorre e deságua dentro dos limites territoriais do Estado. Após percorrer 798km, o rio Ivaí deságua no rio Paraná entre os municípios de Querência do Norte (margem direita) e Icaraíma (margem esquerda). A bacia hidrográfica do Ivaí possui altitudes que chegam a 1.300 metros sobre o nível do mar (PAROLIN *et al.*, 2010, p. 63-64).

Porto Ubá, no Município de Lidianópolis-Pr (mapa 2), localiza-se na margem esquerda a jusante do rio Ivaí, no seu médio curso e suas origens de ocupação não indígena, remontam à década de 1930, quando algumas pessoas foram se estabelecendo às suas margens movidas pela possibilidade de ocupar as terras entre os rios Ivaí e Corumbataí (mapa 1). Inicialmente estes sujeitos não indígenas, denominados de posseiros, não tinham títulos e demarcações documentais das áreas que estavam ocupando e as atividades desenvolvidas eram a abertura das chamadas roças, que consistia na derrubada da mata, sempre próximo as minas de água (olhos d'água), córregos e o próprio rio Ivaí. Nestas roças cultivavam milho, abobora, batata e mandioca, soltavam os porcos para engorda e depois vendiam-nos, tocando-os a pé até os locais de compra, na época localizados em Apucarana e Ponta Grossa. Foram também denominados de *safristas*, em decorrência do processo da engorda dos porcos se concluir sempre nas épocas de safra das culturas plantadas.

Mapa 2: Município de Lidianópolis, Distrito de Porto Ubá e a Colônia de Pescadores Z-17



Fonte: QUIEZI e SILVA (2020 apud QUIEZI, 2020, p. 210)

Em simultâneo, estes sujeitos, conviviam com grupos indígenas que ainda ocupavam o médio curso do rio Ivaí, assimilaram deles a técnica de confecção de canoas e as utilizaram para a prática da pesca destinada ao consumo doméstico e para o traslado do rio Ivaí. As canoas foram um meio de transporte e uns dos equipamentos para a pesca utilizadas até meados da década de 1950. Conforme Queizi (2020), em 1939, um destes posseiros, recém chegado as margens esquerda a jusante do rio Ivaí, construiu a primeira balsa, um meio de transporte que passou por transformações tecnológicas e de capacidade, por conta do fluxo de ocupação privada da região. Perdurou até 1967, ano em que a ponte construída sobre o rio Ivaí, no trecho 466S0605PRC (Rodovia PRC-466), simbolizou a consolidação da apropriação privada do território (terra e rio).

Os pescadores e a atividade comercial da pesca no rio Ivaí, tem suas raízes neste processo de ocupação privada da terra a partir de 1939 e pode ser analisada em fases distintas: a informalidade (1939/1984), o registro profissional e a institucionalização da categoria (1984/2000) e os pescadores patrulheiros ambientais (2000/2020), reinventados por conta da pesca predatória, por vezes proibida no rio Ivaí.

1.1 Trajetórias e resistências dos pescadores de Porto Ubá no médio rio Ivaí-Pr (1930-2020)

O trabalho de campo, permitiu identificar a presença e usos humanos ao longo do tempo, suas relações, suas interferências na natureza e, conseqüentemente, no rio Ivaí. O que se demonstra na visão plana do território de Porto Ubá (mapa 3) são fragmentos dos resultados obtidos durante as observações a campo, momento em que foram colhidas inúmeras narrativas, entre elas as dos pescadores, sujeitos sociais foco deste trabalho. Nele (mapa 3) é possível identificar inúmeras interferências humanas impressas na natureza em distintas periodicidades. Na chamada “volta do rio” (no mapa demarcado e identificado como local de toldos indígenas) tem-se um espaço em que ainda se encontra objetos líticos e as narrativas locais revelam ter sido até a década de 1930, local ocupado por indígenas. Acima da ponte, que também é uma evidência da ação humana, estão as localizações do antigo funcionamento das balsas no período entre final da década de 1930 a 1967. A configuração atual do povoado e a apropriação imobiliária privada das margens do rio Ivaí também revelam as ações e os interesses de uso do rio no presente. Já no mapa 2, consta também a localização da sede da Colônia de Pescadores Z-17, no Distrito de Porto Ubá.

“As marcas são sinais deixados pelas vivências” (OLIVEIRA, *et al.* 2010, p. 11) humanas sobre a natureza. São evidências da presença e das ações humanas, as quais podem ser identificadas, perdidas, revitalizadas, ressignificadas ou cicatrizadas. Assim, o que nos interessa analisar são as trajetórias dos pescadores no rio Ivaí, compreendido como um espaço (de)marcado pelas ações humanas que o disputam por diversos interesses de usos.

Mapa 03 – Visão plana e histórica de Porto Ubá (Lidianópolis-PR)



Fonte: Queizi, S. A. (2020, p.211)

Conforme demonstra a figura 1, a partir da década de 1940, intensifica-se o processo de ocupação não indígena das terras. Na imagem (figura 1) é possível observar o rio, a floresta, a canoa, a balsa e, pela quantidade de sujeitos a bordo, inferir que o movimento foi intenso. E, para atender as demandas dessa lógica capitalista de ocupação de terras, foi necessária a construção e implementação de balsas, estradas, hotéis, comércios diversos, o que propiciou no período de 1947 a 1967, um considerável crescimento econômico e demográfico de Porto Ubá, que se estruturou de forma portuária, as margens esquerda do rio Ivaí.

Figura 1: Balsa no Porto Ubá – década de 1940



Fonte: arquivo pessoal da autora (2016)⁶

Foi neste mesmo contexto, que a pesca como atividade comercial também surgiu. Inicialmente ela se deu em simultâneo com as atividades da balsa, da extração de areia e em decorrência da própria cultura ao se viver nas barrancas do rio e em assimilação às técnicas indígenas de pesca e usos de canoas. Em 1967, a ponte foi inaugurada e as balsas deixaram de funcionar. A mobilidade das pessoas foi agilizada, pois não eram mais necessárias longas permanências na localidade de Porto Ubá advindas da logística de funcionamento das balsas e das condições naturais do rio. Tal situação, provocou estagnação e crise econômica em

⁶ Foto de autoria desconhecida, cedida para a autora deste trabalho em 2016 pela professora Idalina Aparecida Coutinho Francisco, cuja família se estabeleceu no território delimitado no mapa 1 no início da década de 1950 no fluxo da ocupação privada.

Porto Ubá, o que levou algumas famílias que ficaram sem trabalho, a encontrarem no rio e na atividade pesqueira uma alternativa de sobrevivência.

A informalidade (1939/1984)

No período compreendido entre 1939 a 1947, a atividade da pesca no rio Ivaí, não tinha caráter comercial. Era praticada de forma doméstica para subsistência em simultâneo com outras atividades, a exemplo das roças e criação de porcos pelos posseiros (safristas) que já ocupavam o território vindos de diversos lugares, cujas razões, também diversas, ainda carecem de pesquisa. Uma das hipóteses, com base nos registros da expedição exploratória de Bigg-Wither (1974), é que muitos não indígenas que compunham este tipo de expedição, acabavam por estabelecer-se e ocupar as terras nas margens do rio Ivaí.

Mas no início da década de 1950, quando a companhia de terra Sociedade Territorial Ubá Ltda., após quase cinquenta anos de conflitos judiciais com o Estado, os indígenas e os posseiros, adquire legalmente o direito de posse do território localizado entre os rios Ivaí e Corumbataí (mapa 1), os interesses e as formas de apropriação, fundamentados no loteamento e na comercialização, foram amplamente divulgados pelos proprietários da companhia, o que atraiu ainda mais sujeitos sociais de diversas regiões do Brasil e do Paraná. Processo que se consolidou no percurso das décadas de 1950 e 1960, período em que a atividade pesqueira de forma comercial também ganha espaço movida pela própria demanda da lógica privada de ocupação. O peixe era vendido e/ou servido aos passageiros das balsas, uma delas possuía um comércio (bar). Era também produto de barganha para que a extração de areia do rio Ivaí fosse feita sem entraves legais. De acordo com as narrativas dos pescadores, a partir de 1967, um grupo de famílias que ficou sem trabalho, passou a pescar e a comercializar na informalidade e a sobreviver exclusivamente desta atividade.

Porém, na década de 1980, pelas vias dos ambientalistas, insere-se no mundo de forma mais enfática, as demandas da gestão dos recursos naturais e da preservação da natureza – a chamada Era da Ecologia, cuja trajetória no Paraná foi analisada por Biasetto (2011). Este movimento, provocou a elaboração e a implementação de políticas públicas no Brasil e no Paraná, voltadas para a gestão dos recursos hídricos e ambientais, com atos regulatórios que impactaram de forma contraditória a atividade pesqueira profissional dos pescadores de Porto Ubá. Contraditória, porque ao mesmo tempo em que os pescadores tiveram amparo para requerer o registro profissional e a institucionalização da categoria, passaram a ser agentes da pesca predatória em um rio que passou a receber atenção de outros sujeitos sociais: agentes de órgãos públicos, pescadores desportistas, empreendedores imobiliários, proprietários do agronegócio, empreendedores do ramo energético, ministério público e a sociedade civil organizada em movimentos de proteção ao rio.

O registro profissional e a institucionalização da categoria (1984/2000)

Com o aumento da fiscalização da pesca no rio Ivaí e os constantes enfrentamentos e estratégias para a comercialização do pescado que também ocorria na informalidade, um grupo constituído por treze pescadores de Porto Ubá, passaram a requerer junto ao então Instituto de Terras e Cartografia (ITC), órgão ao qual estava vinculada a autarquia federal de Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE - Lei Delegada nº 10/1962), o registro profissional como pescadores. De acordo com as informações coletas a campo, os pescadores dirigiam-se semanalmente ao escritório regional localizado no município de Ivaiporã e faziam a solicitação do registro profissional da pesca. Em 1984, um agente do ITC, realizou visita na comunidade ribeirinha de Porto Ubá, cadastrou os treze pescadores e emitiram documentação para o registro profissional deles, com filiação à Colônia de Pescadores Z-14 de Porto Rico.

A Constituição Federal de 1988, que teve a representação dos pescadores no seu bojo, tornou-se o maior ato regulatório para o pescador enquanto profissional, com reconhecimento das Colônias de Pescadores como órgão representativo da categoria e lhes assegurou a previdência social e a inserção da pesca como política agrícola. Mas, por outro lado, a Constituição Federal também previu a proteção e a gestão dos recursos hídricos e ambientais do território, transferindo aos Estados a responsabilidade e poder regulador sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição” (CF/1988, art. 24, inciso VI).

Em Porto Ubá, os pescadores aproveitaram desta conjuntura nacional e estadual para legalmente se organizarem. Foram registrados como pescadores profissionais junto a SUDEPE, porém na década de 1980, não havia atos regulatórios específicos de pesca para o rio Ivaí, tão pouco Colônia de Pescadores para filiação dos pescadores. Ao serem filiados na Colônia de Pescadores Z-14 de Porto Rico, ficaram condicionados exercer a atividade da pesca somente nos rios de jurisdição daquela colônia, que não incluía o rio Ivaí. Ou seja, os pescadores continuaram na informalidade para a pesca no rio Ivaí. Foi então que resolveram se institucionalizar e buscar a referida jurisdição. Em 1995 criaram a Associação de Pescadores de Porto Ubá (APPU). Esta por sua vez, não lhes assegurou tal jurisdição, então em 2001, conseguiram fundar a Colônia de Pescadores Z-17 de Porto Ubá, porém, conforme conta os próprios pescadores, uma colônia necessitava de no mínimo cem pescadores para ser formalizada. Em Porto Ubá não tinha este número de pescadores, foi quando então, abriram para filiação de pescadores de diversos outros locais. Outro problema enfrentado foi que em 2001, o rio Ivaí ainda não contava com ato regulatório para a pesca artesanal profissional e foi estrategicamente necessário ampliar a jurisdição da Colônia de Pescadores Z-17 no ato da criação para os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí.

Com uma jurisprudência tão ampla, a Colônia de Pescadores Z-17 de Porto Ubá, teve muitos problemas de gestão e um número muito elevado de pescadores filiados. E o cenário de problemas só ampliou, quando em 2004, o Instituto Ambiental do Paraná (atual Instituto Água e Terra), emite duas portarias (218 e 220/2004), proibindo a pesca profissional e amadora em vários rios do Paraná, entre eles, o rio Ivaí. Novamente os pescadores de Porto Ubá, ficaram proibidos de exercer a atividade profissional. Foi quando então, já inseridos nas políticas públicas agrícolas, passaram a contar com investimentos e programas para desenvolverem a criação de peixes em tanque: o alevino para repovoamento do rio Ivaí e o peixe para engorda e comercialização. Beneficiados com programas federal e estadual adquiriram sede própria, construíram os tanques e passaram gradativamente a atuarem com agentes de preservação da ictiofauna do rio Ivaí. Iniciaram ações de limpeza do rio por meio de arrastões de limpeza, que se tornaram frequentes e um ato político realizado anualmente.

Integralizaram-se aos movimentos que tinham em suas pautas a preservação do rio Ivaí, tais como o Comitê de Bacia (gestão dos recursos hídricos) e o Movimento Pró Ivaí/Piquiri (contra a construção de hidrelétricas). E, para se representarem nestes cenários, os pescadores de Porto Ubá, criaram em 2012 a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (P-A-R-I).

Pescadores e patrulheiros ambientais (2000/2020)

Nestas duas décadas, no cenário nacional e estadual, muitos atos regulatórios são criados e instituídos, órgãos públicos criados, extintos ou alterados quanto as responsabilidades das políticas voltadas ao setor pesqueiro e o desenvolvimento das políticas públicas ambientais e de gestão dos recursos hídricos. A sociedade civil e a ciência também passaram a se representar nos espaços deliberativos e, especificamente no Paraná e na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, o cenário constitui-se dos seguintes movimentos: o Comitê de Bacia Hidrográfica, que se traduz em “[...] um grupo de pessoas que se reúne para discutir sobre um interesse comum – o uso d’água na bacia” (BRASIL, 2011, p. 11); a Rede Ambiental das Bacias Hidrográficas, que é um movimento do Ministério Público do Paraná, instituído por Resolução nº 1021/2014 em doze coordenadorias regionais agrupadas com o objetivo de atuar em rede e fortalecer ações regionais em defesa do meio ambiente; o Movimento Pró Ivaí/Piquiri, uma organização civil, composta por profissionais e sujeitos sociais que tenham como objetivo impedir a construção de barragens e empreendimentos hidrelétricos nos rios Ivaí e Piquiri; o Grupo Gestor da Pesca, criado em 2018 pela Portaria do IAP nº 135/2018 com objetivo de acompanhar a implementação dos atos regulatórios para a atividade pesqueira no rio Ivaí; e, a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, criada em 2012, com a finalidade de atuar na fiscalização e no desenvolvimento de ações de preservação da ictiofauna do rio Ivaí e do meio ambiente ao seu entorno. Esta, por sua vez, participa e se faz representar em todos os outros movimentos.

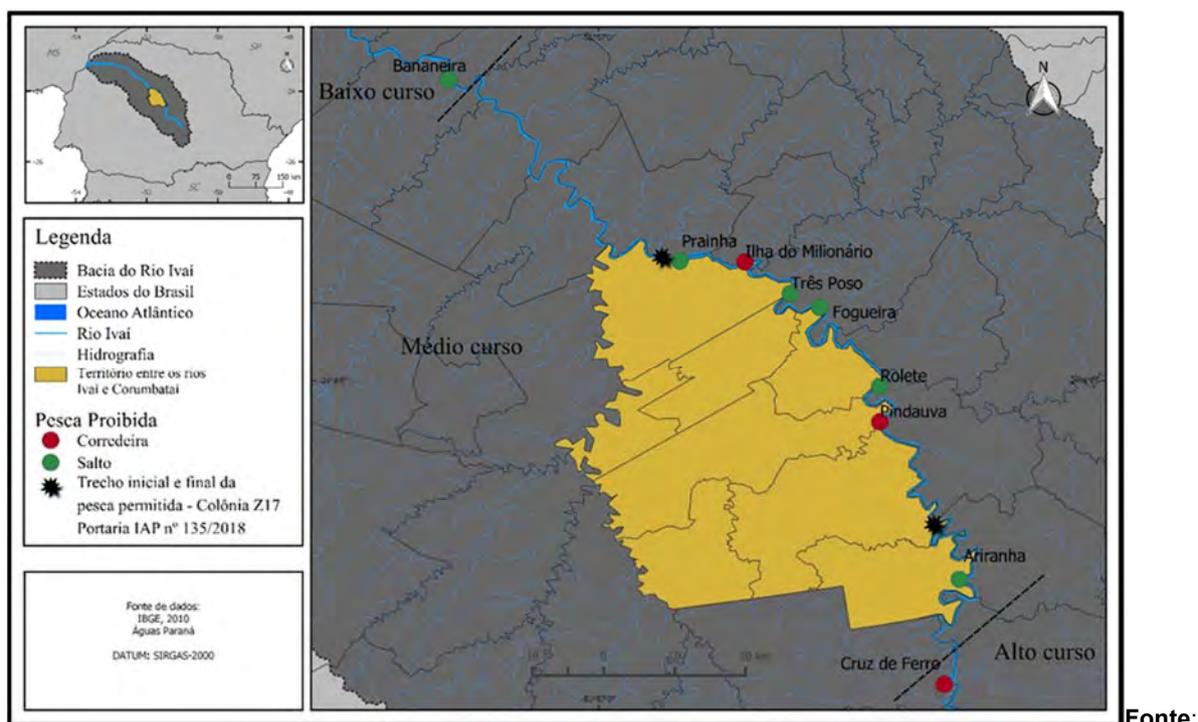
Especificamente em Porto Ubá, a experiência de piscicultura não se consolidou. Duas razões podem ser consideradas para explicar a inconsistência desta atividade. A primeira está vinculada as fragilidades das políticas públicas que, com caráter midiático e eleitoreiro, não permanecem com as trocas de governos. A segunda, conforme analisa o pesquisador Ângelo Antônio Agostinho (2020, informação verbal)⁷ não se transforma pescador extrativista em criador de peixes em tanque. Segundo ele, os pescadores possuem uma cultura e tradições nas suas relações com o rio.

De fato, os pescadores ribeirinhos de Porto Ubá se reinventaram por meio da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, contudo nunca deixaram de nutrir e agir em função de reconquistarem o direito legal de poderem pescar profissionalmente no rio Ivaí. E, como resultado da atuação deles nos cenários de debates, em 2018 por meio da Portaria do IAP nº 135, adquiriram o direito e a liberação para pescarem profissionalmente no trecho que compreende o médio curso do rio Ivaí (aproximadamente 110 km de extensão), porém com várias restrições para locais considerados essenciais ao percurso, desova e reprodução dos peixes, conforme demonstra o mapa 04.

Atualmente, os pescadores profissionalmente exercem suas atividades regidos pela Portaria do IAP nº 135/2018. Pescam e são agentes com responsabilidades de fiscalizar, preservar e desenvolver ações de conservação ambiental e manutenção da ictiofauna do rio Ivaí, especialmente no seu médio curso. As ações educativas, de fiscalização e de preservação se dão também nos municípios limítrofes deste referido trecho. E o cenário atual está composto pela representatividade de inúmeros outros sujeitos ou grupos sociais que nutrem interesses em utilizar ou utilizam-se do rio Ivaí, seja no seu próprio leito ou no território as suas margens.

⁷ Ângelo Antônio Agostinho é Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos, Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Professor Sênior na Universidade Estadual de Maringá. E a informação verbal faz parte de sua fala sobre as principais ameaças à ictiofauna neotropical na Audiência Pública “Rios do Paraná: Peixes e Pesca”, Campo Mourão (PR), 05/03/2020.

Mapa 04 – Locais de pesca proibida no rio Ivaí (2018)



Quellezi, S. A. (2020, p.196)

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza precisa ser interpretada e considerada também como autora na relação humano e natureza. É preciso pensar o rio Ivaí, antes mesmo da ação humana sobre ele. E a partir da interferência humana, analisar os múltiplos interesses de usos no pretérito e os impactos que o transformaram ao longo do tempo e os que o ameaçam no presente.

O foco deste trabalho foi os pescadores com suas trajetórias e resistências para continuarem a exercer a atividade pesqueira de forma regulamentada no rio Ivaí. Um processo que exigiu deles um constante reinventar-se para permanecerem vivos nos cenários de debates e deliberações de atos regulatórios para o rio Ivaí. Importante registrar que a mesma lógica privada de ocupação das terras, seguiu-se para a ocupação e usos do rio. O contraditório entre o uso e a preservação dos recursos hídricos e ambientais subsidiam as forças que atuam e impulsionam o Estado como agente regulador.

Neste sentido, é importante destacar, conforme Côrrea (2015), que com o passar do tempo, cada grupo social com seus projetos e interesses sobre a natureza, criam formas de representações da paisagem, sejam por meio dos discursos, mapas, escritas, pesquisas, imagens e ações. São sempre representações carregadas de intencionalidades, vejam que os pescadores, agora também como patrulheiros ambientais, não deixaram de ser pescadores e suas demandas pautam pela legalização do exercício desta atividade no rio Ivaí. A reinvenção como patrulheiros ambientais foi uma forma de resistir e inserir-se nos cenários

de debates e deliberações provocados em função da efervescência dos movimentos ambientais a partir da década de 1970. Uma sacada bastante positiva, visto que além de exímios conhecedores do leito do rio, os pescadores são compreendidos como um grupo social e profissional que precisam sobreviver econômica e culturalmente. Sua tradição e cultura extrativista estão sendo consideradas nos espaços deliberativos.

Entretanto, essa consideração só ocorre porque eles estão compondo e se impondo nestes espaços. Resta saber, por quanto tempo vão conseguir se manter como pescadores ou poderão vir a ser assimilados por outras demandas neste processo de disputas por usos do rio Ivaí.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. *Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades*. Revista de História Regional, v. 20, n. 2, p. 209-231, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BIASETTO, Eliane Aparecida. *A “Era da Ecologia” no Paraná*. Congresso Internacional de História. Maringá, UEM, p. 749-759, 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/189.pdf>. Acesso em: 01 maio 2020.

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná - Três anos em suas florestas e campos (1872/1875)*. Curitiba: UFPR, 1974. (Coleção Brasil/diferente).

BRASIL. Agência Nacional de Águas (Brasil). *O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?* Brasília: SAG, 2011. 64 p. (Cadernos de capacitação em recursos hídricos; v.1). Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/CadernosDeCapacitacao1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CORRÊA, Dora Shellard. *Paisagens através de outros olhares*. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 252-276, 2015. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/8075/4812. Acesso em: 17 ago. 2019

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental; temas, fontes e linhas de pesquisas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, nº8, 1991, p.177-197

DRUMMOND, José Augusto. *Por que estudar a história ambiental no Brasil? Ensaio temático*. Varia História. Belo Horizonte, UFMG, 26, janeiro, 2002.

GALLINI, Stefania. *Problemas de métodos en la historia ambiental de América Latina*. Anuário IEHS 19 (2004), p.147-171. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2004/Problemas%20de%20m%C3%A9todos%20en%20la%20historia%20ambiental%20de%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf>. Acessado em: 06 jun. 2020.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

PÁDUA, José Augusto. *As Bases Teóricas da História Ambiental*. Estudos Avançados, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009. Acessado em: 22 out. 2020.

PARANÁ, Secretaria Estadual do Meio Ambiente/SEMA. *Bacias Hidrográficas do Paraná*. Série Histórica. 2ª edição. Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/meio_ambiente/material-didatico/Revista_Bacias_Hidrograficas_2015.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARANÁ. Ministério Público. *Resolução nº 1021/2014-PGJ*. Institui a Rede Ambiental das Bacias Hidrográficas na área de Proteção ao Meio Ambiente, no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba, 24 mar. 2014a. Disponível em: http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/imprensa/2014/ResolucaoBacias_2503.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

PARANÁ. *Portaria IAP nº 135, 26 de junho de 2018*. Portaria Gabinete. Paraná, 2018b. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=3875. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARANÁ. Portaria IAP nº 218, de 27 de outubro de 2004. Fixa o período de 01 de novembro de 2004 a 28 de fevereiro de 2005 o defeso da piracema nos rios de Domínio do Estado. http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=330

PARANÁ. Portaria IAP nº 220, de 5 de novembro de 2004. Baixa normas para exercício da pesca profissional em águas do território paranaense. D.O., nov. 2004. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=332. Acesso em: 10 nov. 2019.

PAROLIN, Mauro; VOLKMER-RIBEIRO, Cecília; LEANDRINI, Josimeire Aparecida (Orgs). *Abordagem ambiental interdisciplinar em bacias hidrográficas no Estado do Paraná*. Campo Mourão: Editora da Facilcam, 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/Ya2A7m2>. Acesso: em 06 mar. 2020.

PORTO, Monica FA; PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 22, n. 63, pág. 43-60, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 de novembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000200004> .

QUIEZI, Simone Aparecida. Pescadores, Indígenas, Posseiros e Agricultores no médio rio Ivaí: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960), (2020). Disponível em: <http://www.pph.uem.br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/simone-aparecida-quezi.pdf/view>

SEDREZ, Lise. História Ambiental: quando a historiografia encontra a natureza. [Entrevista concedida a] Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: *Café História – história feita com cliques*. 4 jan. 2012. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SILVA, Rodrigo Blaudt L. da. *Mapeamento Temático* [nesta dissertação]. Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2020.

TOLEDO, M. Víctor e MOLINA, Manuel González de. *El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza*. in: Paradigma ecológico em las ciencias sociales. Icaria Editorial, s.a. 2007, p.85-106. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=E6EmYcGSPDoC&pg=PA85&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r#v=onepage&q&f=false. Acessado em: 14 set. 2020.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.



GT 05 – Movimentos sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos

MOVIMENTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS CONTRA O “NÃO IDEAL DE REFLORESTAMENTO”

Mayara Suellen Costa Bessa (UFPA)¹
Marcela Vecchione Gonçalves (UFPA)²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo retratar via fotografias conflitos, disputas, e uma mobilização de movimentos sociais e comunidades tradicionais em uma região de transição Amazônia/Cerrado. Essas pessoas têm sofrido com a expansão monocultural florestal sobre seus territórios de vida exercida por empresas multinacionais que utilizam a prerrogativa legal do reflorestamento, sobrepondo-se a áreas de uso coletivo de comunidades tradicionais, causando sérios danos ambientais e sociais. Ao realizar esta investigação, buscou-se entender o que seria “reflorestamento” apoiado em legislações e referencial teórico, para, a partir dos conflitos nessas unidades sociais, e referenciais teóricos, tentar desenvolver um conceito de um “ideal de reflorestamento” para as comunidades. Para alcançar tal objetivo, registrou-se dois conflitos em duas comunidades tradicionais, e um episódio de mobilização social que contestava a situação a partir de fotografias. Buscou-se encadear e tecer a análise das imagens de resistência com revisão de literatura. Considerou-se que as mobilizações sociais contra o reflorestamento de empresas, representam fissuras na fronteira econômica territorial, trazendo esperanças nas ruínas da crise socioambiental e territorial protagonizada pelas comunidades tradicionais e povos indígenas. Assim, a mobilização e a resistência praticada nas ruínas desse movimento apontam para sonhos de um ideal de reflorestamento, isto, ligado à restauração da terra praticados cotidianamente pelos modos de vida, atestando que a proteção da terra e sua recuperação só será possível com a proteção e garantia dos meios para que estes modos de vida se reproduzam territorialmente.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Povos Indígenas; Conflitos Socioambientais; Resistência; Áreas de Transição

1. INTRODUÇÃO

A história de mobilização dos movimentos sociais na Amazônia Oriental sempre esteve muito conectada à história de ocupação e, portanto, de conexão da luta pelo direito de estar e ser de uma determinada forma (pela defesa dos modos de vida) dos povos que ajudaram a desenhar este espaço. Hoje denominados e autodeterminados como povos e

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental no Programa de Pós Graduação do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU NAEA/UFPA), Brasil. E-mail: mayarasusu@hotmail.com.

² Phd Ciência Política/ Relações Internacionais pela McMaster University do Programa de Pós Graduação do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU NAEA/UFPA), Brasil. E-mail: marcela.vecchione@gmail.com

comunidades tradicionais³, juntamente com os povos indígenas, protagonizam a luta e a defesa do direito à terra como direito ao território, entendemos que as formas de se viver na e com a natureza, são mais amplas do que a garantia de uma materialidade determinada. Assim, caminhou-se a constituição do que se chama de movimentos socioterritoriais, pelos quais a terra, especialmente na Amazônia, é ressignificada na defesa e garantia da sociobiodiversidade como princípio prático de exercer o que se conhece como bem comum e, também, como direito.

Nesta chave de raciocínio, nos importa destacar que é na porção oriental da Amazônia, especificamente no Bico do Papagaio, onde estão as conexões entre o norte do Tocantins, leste do Maranhão e sudeste do Pará, que residem uma das áreas de ocupação recente e migratórias mais antigas do tempo presente amazônico. Também, é no Bico do Papagaio que estão rotas antigas de trânsito e diversidade de povos que por milênios habitam e caminham na transição entre o bioma Amazônia e Cerrado. Estes trânsitos e conexões, antigos e recentes, de paisagens naturais e cultivadas, acabaram por fazer dessa área um espaço de luta territorial em combinação com a presença de intensa e extensa sociobiodiversidade.

Entretanto, por estar justo em espaço para onde se avança, a partir do bioma cerrado, a expansão de monoculturas rumo à Amazônia, é justamente nesta porção territorial sociobiodiversa, onde estão muitas disputas e ameaças aos territórios coletivos de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas. É também nesta porção da Amazônia Oriental onde outrora a pecuária, e ainda hoje a mineração, expropria pessoas de assentamentos, terras indígenas e territórios coletivos, que observamos desde a segunda metade dos anos 2000, o avanço das chamadas florestas plantadas, para iniciativas de reflorestamento e de integração em agricultura regenerativa com outras atividades agrícolas. A maior parte destes monocultivos é de eucalipto (*Eucalyptus spp*) e de teca (*Tectona grandis*).

Este artigo pretende justamente apresentar os conflitos, disputas e expropriações relacionadas ao avanço de empreendimentos de floresta plantadas sobre territórios coletivos, por empresas florestais, mas também, as manifestações dessas comunidades tradicionais, no que tange a violação dos seus direitos. Ao fazer isso, quer-se argumentar como os trânsitos e ocupações de longa duração que cultivam sociobiodiversidade estão ameaçados por uma falsa solução, reforçada pela legislação ambiental brasileira, através da

³ A Lei da Biodiversidade que regula a Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil, de Nº 13.123, de 20 de maio de 2015, define o que é comunidade tradicional, como: "IV - comunidade tradicional - grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição; (BRASIL, 2015). Diegues (2008) também reforça que comunidades tradicionais ou populações tradicionais são caracterizados por caiçaras, caipiras, varjeiros, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, indígenas, camponeses e pequenos produtores rurais.

restauração e reflorestamentos de áreas previamente desmatadas, também chamadas de consolidadas. Os discursos do reflorestamento através dos monocultivos empregado por empresas florestais, amparado por legislações florestais, vai de direto encontro àqueles que são os modos de vida diversos deslocados e impactados pelo reflorestamento. Modos de vida estes já ameaçados por outras atividades agrícolas predatórias e monoculturais no passado e que, agora, encontram novas dificuldades para resistir e permanecer, tendo em vista que os que avançam, hoje, para estes territórios tradicionais o fazem sob a justificativa de que florestas plantadas podem recuperar ecossistemas, e garantir transição para a regularidade ambiental.

Existem diversas discussões no âmbito acadêmico sobre os impactos ambientais e sociais dos plantios de eucalipto, mostrando vantagens e desvantagens socioambientais (FARINACI; FERREIRA; BATISTELLA, 2013). Entretanto, não é a intenção deste trabalho, expor esta contenda acadêmica e sim retratar via fotografias, conflitos disputas e uma mobilização de movimentos sociais e de comunidades tradicionais na fronteira do bioma Amazônia/Cerrado que se queixam contra o crescente cultivo de uma única espécie florestal por empresas de reflorestamento ao redor de seus territórios, causando sérios danos ambientais e sociais.

2. AVANÇOS MONOCULTURAIS PARA OS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS.

Observaremos com apoio de recursos imagéticos capturados durante pesquisa de campo na região do Bico do Papagaio, que a Terra Indígena Cocalinho e a comunidade Sete Barracas de Quebradeiras de Coco babaçu, vêm se fortalecendo aos movimentos socioterritoriais na região. Este fortalecimento e resistência contra o reflorestamento arquitetado baseado em política florestal excludente desencadeia uma aliança entre vários povos e movimentos sociais para combater o avanço dos monocultivos representados pelas florestas plantadas, que se reproduzem por teias de relações nacionais e internacionais, alijando comunidades do uso e acesso a seus territórios de cultivo diversos, configurando o que argumentamos ser a expropriação de seus modos de vida.

2.1 Terra Indígena Cocalinho

Segundo o relato do Apinajé (1), houve uma reunião em 2013 da Suzano em Augustinópolis no Tocantins para falar de eucalipto, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) e o Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Contudo, seu Apinajé (1) disse: “mas eles, não nos convidaram, os povos não foram ouvidos, a hidrelétrica de estreito teve consulta, mas o eucalipto não.”

O Apinajé (1) segue seu relato dizendo: “a Suzano fez três reuniões em 2018 na Universidade Federal do Tocantins (UFT) junto com a FUNAI, eles falaram de

reflorestamento, de floresta plantada e disseram que sequestravam carbono, os indígenas não gostaram e disseram para eles evitarem comprar mais terras, e eles sabia que a monocultura é ruim e não tem nenhum estudo e nada foi feito, os povos não foi consultado sobre as coisas ruins do eucalipto.”

Dessa maneira, o Consentimento Prévio e Informado, foi definido pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o cesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade dizendo em seu inciso seis, que o consentimento prévio informado é um consentimento formal, previamente concedido por população indígena ou comunidade tradicional segundo os seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 2015).

Porém, antes desta legislação ser promulgada, o consentimento livre e prévio, já era assegurado pela convenção internacional 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelecendo o direito à participação e à consulta livre, prévia como direitos fundamentais dos povos indígenas, e esta legislação internacional prevalece sobre outros instrumentos normativos (DOURADO, 2017). Demonstrando assim, que os direitos dos indígenas foram totalmente violados.

Este entrevistado, continuou relatando que alguns agricultores estão sendo assediados para venderem suas terras para a Suzano. “Esses negócio de arrendamentos pra eucaliptos é muito comum aqui na região de Cachoeirinha, São Bento do Tocantins e Luzinópolis, assim a empresa se livra de certo impostos e responsabilidades com a terra.”

O entrevistado, ainda discorreu sobre a limpeza do eucalipto, afirmando que esta era realizada por meio de pulverização de agrotóxico; em sua fala ele ressalta os impactos: “e depois não nasce mais nada, a colheita é mecanizada e o emprego é temporário, para colher oito a dez anos depois, e eles estão comprando e grilando muitas terras, o povo é expulso para cidade e fica na miséria, o campo está sendo ocupado pelo agronegócio, resultando fome e miséria, a água sofre consequência, por conta que eles jogam eucalipto na água.”

De acordo, com o Apinajé (1) a área desmatada rente a estrada TO 409 (Figura 01) que corta a entrada do município de Maurilândia do Tocantins, pertencia a pequenos trabalhadores rurais que foram pressionados a vender ou arrendar para Suzano para que a empresa plante eucaliptos futuramente. Já a área da BR 230 (Figura 02) pertencia a uma empresa chamada Queiroz Galvão que em 2018 foi vendida para a Suzano e que está com eucalipto em fase de crescimento e essas duas áreas mencionadas, são partes do território Apinajé reivindicado pelos indígenas como parte do seu território.

Figura 01. Área desmatada para plantação de eucalipto Figura 02. Área da Suzano



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

2.2 Comunidade Sete Barracas

Segundo o relato da Quebradeira (1) João Batista fazendeiro, vendeu a Fazenda Jussara, esta, localizada ao lado da comunidade Sete Barracas, por volta do ano de 2006 para dar lugar a monocultura de tecas, que começaram a ser plantadas pela empresa Nobleinvest mais ou menos pelo ano de 2007. A mesma, sugere que os direitos da comunidade Sete Barracas foram violados, com base no Consentimento Prévio e Informado, previsto pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 (BRASIL, 2015).

Mas o que eu quero te dizer, é que eles não fizeram reunião com a comunidade, eles não fizeram reunião com a comunidade pra dizer pra comunidade o que que eles iam fazer, a gente tava em dúvida, a gente tinha dúvida, por que a gente não sabia na verdade o que eles iam fazer, por que a gente só ouvia eles dizer que iam comprar as terra e que eles tavam se chegando mas ninguém não sabia o que era. Até aí ninguém sabia o que que eles iam fazer. Aí eles saíram nas casa, falando po povo que queria que a gente assinasse um documento pra eles, mas eles não diziam o motivo só dizia que era por que eles quiriam comprar aquela área e queria que a gente assinasse pra saber se a gente era de acordo e eles comprarem a área, não falaram se era de acordo eles trabalha, se era de acordo eles desmatar ou se era de acordo eles plantarem teca, que até aí ninguém não sabia o que eles iam fazer. Só disseram, que queriam que a gente assinasse um documento pra dizer que a gente era de acordo com eles pra comprarem a terra, mas não dizia que a gente fosse de acordo que eles iam comprar a teca, e nem disse o que que eles iam fazer, até aí eles não disseram nada, não falaram nada, se iam plantar teca se iam fazer alguma coisa, eles não disseram. Então foi isso, a única coisa que eles fizeram, eles saíram de dono de terra em dono de terra que ia abeirar a

terra deles, que fica ligada a deles, pra mô de conversar pra perguntar se a pessoa era de acordo que ele comprasse a terra dele, a terra do Dr João, por que se a gente não fosse de acordo eles não compravam. Mas acho que isso não tinha nada a ver, se a gente fosse de acordo ou não fosse de acordo eles compravam do mesmo jeito. Mas até aí, Mayara, a gente não sabia, eles não disseram, a gente só foi saber o que eles iam fazer, quando ele começaram a prantar as muda, eles começaram a fazer as mudas, que levaram muita gente aqui da comunidade pra trabalha lá, aí a gente perguntava o que era, e eles diziam que era uma tal de uma teca, e que eles tavam fazendo muda dela. Daí eles começaram a desmatar pra fazer essas teca, mas não fizeram reunião com a gente, não discutiu com a gente, só queria que a gente assinasse o documento pra dizer que a gente era de acordo que eles comprassem, foi isso (Comunitária (1), 2020).

Ainda, sobre os relatos da comunitária (1) a mesma relatou que “antigamente a fazenda Jussara tinha muito babaçu, e a empresa acabou com tudo passaram um trator, e retiraram todas as palmeiras de babaçus existentes nesta fazenda, para poderem plantar teca, eles cavavam um buraco e colocavam as palmeiras dentro, a maioria das pessoas aqui da comunidade, sobreviviam dos babaçus.” A mesma disse ainda: “As pessoas que precisavam do coco babaçu, não puderam mais tirar o coco dessa área, a empresa começou a colocar veneno com um carro pra matar alguns matos e pragas da plantação de tecas e tudo que planta próximo dessa plantação, não dá nada, o veneno mata o legume.”

Os relatos da comunitária (1) e da comunitária (79) e de outros comunitários da comunidade Sete Barracas, no que se refere, aos tempos anteriores a chegada da empresa Nobleinvest, em que haviam florestas de babaçuais e que estas, foram desmatadas para o cultivo das tecas, podem ser analisadas através da (Figura 03) fotografia tirada no sentido de saída da comunidade em direção ao município de São Miguel do Tocantins, onde percebe-se que do lado esquerdo há uma extensão de florestas plantadas de teca e do lado direito uma extensão de florestas nativas de babaçuais tentando resistir, nos dando a entender que toda esta área era ocupada por vegetação nativa de babaçuais. Já a (Figura 04) nos mostra uma parcela da plantação de tecas e duas placas da empresa Nobleinvest, a primeira proíbe os comunitários a ultrapassem o local de plantações de tecas para caçar e pescar, mencionando que estas práticas, estão previstas na lei 9605/98 do Decreto 3179/99 a outra placa contém informações que proíbe a entrada de outras pessoas alheias a empresa e ser for visitante para ligar para o telefone (99) 35257130. Esta situação, nos coloca para reflexão, de que a empresa, além de espoliar a essas pessoas de terem as suas paisagens naturais preservadas, as quais os mesmos estão acostumados a enxergar, espolia-os também, através de placas de proibições para que os comunitários não ultrapassem o local de cultivo de tecas, espaço este, que há anos eles estão acostumados

adentar e retirar seus babaçus e pescar, manejo este, que está ligado aos seus meios e modos de vida, e que nunca prejudicou ou exauriu a natureza, pelo contrário, apenas preservou.

Figura 03. Área desmatada para Teca Figura 04. Tecas e Placas de proibição



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Segundo os relatos e as fotografias mostradas acima, as duas comunidades estudadas, lutam pela autonomia dos seus territórios e o direito de existir neles com qualidade de vida, opondo-se aos problemas socioambientais, desencadeados pelas empresas de reflorestamento ou qualquer situação que venha a violar os seus direitos. E partir desta luta em comum, estas duas comunidades estudadas, se aliaram a outros povos e comunidades tradicionais, que também sofrem por problemas parecidos, juntamente com os movimentos sociais, pesquisadores, estudantes, e outras organizações como a Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA) que envolve várias instituições e movimentos sociais, dentre eles, o Conselho Indigenista Missionário (CIME), o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) e outras para desenvolverem o 5º Encontro Tocantinense de Agroecologia com o tema: “Territórios Agroecológicos tecendo resistências para o campo e a cidade na construção da democracia popular e do Bem Viver” que ocorreu nos dias 24 e 27 de Outubro de 2019, no assentamento Sete Barracas no município de São Miguel do Tocantins.

3. “IDEAL DE REFLORESTAMENTO”

Antes de adentrarmos no que esta pesquisa chamará de “ideal de reflorestamento” abordaremos várias definições do que é reflorestamento, no campo científico. Por sua vez, o termo restauração ecológica gera muita discordância no meio acadêmico pelo seu uso restrito em instrumentos legais e por abranger diversas definições (BRANCALION;

RODRIGUES; GANDOLFI, 2015, p. 17). Contudo, não é a intenção deste trabalho aprofundar-se na discussão dessas nomenclaturas, e sim expor alguns tipos de definições sobre o assunto, entender e buscar auxílios para a definição de um “ideal de reflorestamento” em que este trabalho está se propondo a desenvolver.

A primeira iniciativa de restauração florestal no Brasil se deu em 1862, com o intuito de conter a escassez de água enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro, através de um projeto de restauração ordenado pelo imperador Dom Pedro II e implementado pelo Major Manuel Archer, na atual Floresta Nacional da Tijuca (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015).

Nesse contexto, os mesmos autores dizem que as primeiras tentativas de se criar uma definição de restauração se deu a partir do surgimento da Ecologia, com a teoria de sucessão ecológica, e que, a partir disso, se passou a criar conhecimentos sobre as consequências de degradação. Assim, eles criaram um termo para definir restauração, baseado no surgimento da ciência Ecologia da Restauração, sendo ela: “A intervenção humana intencional em ecossistemas alterados para desencadear, facilitar ou acelerar o processo natural de sucessão ecológica” (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015, p. 17).

Assim, Martins (2009) defende a definição de restauração voltada para o sentido de restabelecimento dos processos ecológicos do ecossistema, em que visam técnicas que possam criar condições como ciclagem de nutrientes, dispersão de sementes, e sucessão ecológica que reagem com a dinâmica da floresta. E ainda, define restauração em relação a dois sentidos sendo eles:

1: sentido restrito: a condição pré-distúrbio do sítio é replicada após a ação de degradação, ou seja, restauração implica na volta da condição ecológica original ou no retorno completo do ecossistema degradado às condições ambientais originais (vegetação, fauna, solo, hidrologia etc.). Como na maioria dos casos este acaba sendo um objetivo dificilmente atingido, muitos pesquisadores que interpretam a restauração dessa forma preferem adotar o termo recuperação e adotar projetos simplificados de revegetação com poucas espécies, e baseados exclusivamente em técnicas agronômicas e silviculturais.

2: sentido amplo: O retorno às condições originais não seria o objetivo principal da restauração, e sim restaurar a integridade ecológica do ecossistema, sua biodiversidade e estabilidade no longo prazo. A ênfase maior está em promover a capacidade natural de mudança ao longo do tempo, procurando assumir a difícil tarefa de reconstruir as complexas interações existentes num ecossistema, visando garantir sua sustentabilidade. Essa interpretação da restauração possibilita maior

flexibilização dos projetos, isto é, apesar de se ter como meta um ecossistema de referência, assume-se que o mais importante é criar condições ecológicas para que a sucessão avance, até atingir um estado estável e com elevada biodiversidade, mas que nem sempre culminará em ecossistema idêntico ao que havia antes da degradação (MARTINS, 2009, p. 27).

A lei 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) define a diferença entre recuperação e restauração.

XIII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

XIV - restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;

O Novo Código Florestal a lei 12.651/2012 sobre a proteção da vegetação nativa, foi a regra precursora para que muitas empresas do ramo florestal se amparassem legalmente para a prática do reflorestamento. A mesma, menciona o termo “restauração” mas não o define. A base para todas as outras ações de reversão de danos ambientais é o termo “recuperação” que também não é definido neste texto legislativo (NERY et al. 2013).

A palavra reflorestamento aparece pela primeira vez, no capítulo VIII – Do controle da origem dos produtos florestais no parágrafo § 1º O plantio ou reflorestamento com espécies florestais nativas independem de autorização prévia, desde que observadas as limitações e condições previstas nesta Lei, devendo ser informados ao órgão competente, no prazo de até 1 (um) ano, para fins de controle de origem. Depois, aparece no parágrafo § 3º O corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo serão permitidos independentemente de autorização prévia, devendo o plantio ou reflorestamento estar previamente cadastrado no órgão ambiental competente e a exploração ser previamente declarada nele para fins de controle de origem. E por fim, a palavra reflorestamento aparece no Artigo 46 inciso II – de áreas de recomposição mediante reflorestamento com espécies nativas, esta situação refere-se a Cota de Reserva Ambiental (CRA). Contudo, apesar da palavra reflorestamento aparecer três vezes nesta legislação a mesma não a define.

Para auxiliar o Novo Código florestal o Governo Federal instituiu a Política Nacional da Recuperação da Vegetação Nativa, (PROVEG) decreto nº 8.972, de 23 DE JANEIRO DE 2017 que foi definido uma série de termos dentre eles:

I - condução da regeneração natural da vegetação - conjunto de intervenções planejadas que vise a assegurar a regeneração natural da vegetação em área em processo de recuperação;

II - reabilitação ecológica - intervenção humana planejada visando à melhoria das funções de ecossistema degradado, ainda que não leve ao restabelecimento integral da composição, da estrutura e do funcionamento do ecossistema preexistente;

III - reflorestamento - plantação de espécies florestais, nativas ou não, em povoamentos puros ou não, para formação de uma estrutura florestal em área originalmente coberta por floresta desmatada ou degradada;

IV - regeneração natural da vegetação - processo pelo qual espécies nativas se estabelecem em área alterada ou degradada a ser recuperada ou em recuperação, sem que este processo tenha ocorrido deliberadamente por meio de intervenção humana;

V - restauração ecológica - intervenção humana intencional em ecossistemas alterados ou degradados para desencadear, facilitar ou acelerar o processo natural de sucessão ecológica; e

VI - recuperação ou recomposição da vegetação nativa - restituição da cobertura vegetal nativa por meio de implantação de sistema agroflorestal, de reflorestamento, de regeneração natural da vegetação, de reabilitação ecológica e de restauração ecológica.

Segundo Brancalion et al (2015) ao longo do exercício sobre a discussão da restauração ecológica apareceu o questionamento entre os pesquisadores se essa disciplina era especificamente ecológica ou multidisciplinar? E se deveriam incorporar dentro da disciplina da restauração ecológica os conceitos das ciências humanas? Dessa maneira, os mesmos citam que:

Em 1995 Jackson, Lopukine e Hillyard (1995) retrataram que a restauração ecológica era composta por quatro principais componentes: ecológico, social, cultural e econômico. De forma semelhante, Higgs (1997) complementou esse ponto de vista ao defender que essa prática deveria ser trabalhada em um contexto histórico, social, político, cultural, estético e moral. Com base nessas reflexões, surgiram definições mais amplas e holísticas, tal como a proposta por Engel e Parrota (2003, p. 6): restauração ecológica é a ciência, prática e arte de assistir e manejar a recuperação da integridade ecológica dos ecossistemas, incluindo um nível mínimo de

biodiversidade e de variabilidade na estrutura e funcionamento dos processos ecológicos, considerando-se seus valores ecológicos, econômicos e sociais (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015, p. 13).

Brancaion et al (2015) segue nessa perspectiva discorrendo que outros autores reforçaram essa visão multidisciplinar como o Clewell e Aronson (2007, p.7) que diz que a restauração ecológica representa,

Sob o ponto de vista ecológico, uma atividade intencional que inicia ou acelera a recuperação do ecossistema com relação a sua composição de espécies, estrutura da comunidade, função ecológica, adequabilidade do ambiente físico para dar suporte à biota e conectividade com a paisagem circundante. Sob o ponto de vista socioeconômico, o restabelecimento de fluxos de bens e serviços naturais de consequências econômicas que os ecossistemas provêm à sociedade. Sob o ponto de vista dos valores pessoais e culturais, representa a renovação de nosso relacionamento com a natureza nos domínios da estética, realização pessoal e experiências compartilhadas (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015, p. 13).

As iniciativas de restauração ecológica geralmente são realizadas para cumprir a legislação ambiental e reestabelecer os serviços ecossistêmicos (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015). Nos estudos apresentados, entende-se que cada autor buscou os fundamentos da ecologia como o ponto chave para se conseguir uma definição para recuperação de áreas degradadas.

Dessa forma, a definição trazida por de Higgs (1997) através dos estudos de Brancaion et al (2015), foi o termo mais próximo do que este trabalho buscará chamar de um “ideal de reflorestamento”, pois o mesmo conseguiu aliar a técnica da restauração ecológica com as questões históricas, sociais, política, cultural, estético e moral.

Assim, consideramos que um “ideal de reflorestamento” pode ser a prática de recuperação das funções ecológicas de um ecossistema degradado, optando-se se necessário, pela utilização de espécies nativas, respeitando os meios e modos de vida de populações tradicionais envolvidas nestes processos, levando em consideração as políticas que as amparam. Para que a questão econômica possa ser incorporada num “ideal de reflorestamento” irá precisar que se respeite todos os outros quesitos mencionados anteriormente. Contudo, o setor econômico dificilmente se propõe a escutar o que as comunidades tradicionais tem a ensinar e a dizer e muitas das vezes nem respeitam as certificações internacionais que exigem este respeito à essas comunidades tradicionais que

possuem formas ancestrais de lidar com um reflorestamento tradicional, ou seja, elas praticam um verdadeiro “ideal de reflorestamento.”

4. Movimentos sociais e resistências contra o “não ideal de reflorestamento”

De acordo com a definição de um “ideal de reflorestamento” desenvolvido por este trabalho, seria evidente que um “não ideal de reflorestamento” é toda prática que não leva em consideração os quesitos recomendados pelo “ideal de reflorestamento.”

O 5º Encontro Tocantinense de Agroecologia com o tema: “Territórios Agroecológicos tecendo resistências para o campo e a cidade na construção da democracia popular e do Bem Viver” buscou ouvir as comunidades tradicionais e suas maiores queixas quanto a violação dos seus direitos e a partir disso, foi realizado no dia 25 de outubro de 2019 na cidade de Imperatriz no Maranhão três atos simbólicos de denúncia e resistência. O primeiro ato (Figura 05) foi realizado em frente ao canteiro central da empresa Suzano, um grande círculo de mãos dadas e denunciemos a destruição do cerrado pelos eucaliptos e enquanto estávamos realizando nosso ato os caminhões com as toras de eucalipto passavam ao nosso redor para adentrar a empresa. Os indígenas de várias etnias confeccionaram cruzes de bambu para simbolizar que o cerrado está morrendo e deixaram as cruzes fincadas neste canteiro (Figura 06).

Figura 05. Ato de denúncia



Figura 06. Símbolo de cruzes



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

O segundo ato foi realizado na praça de Fátima (Figura 07) em frente ao prédio religioso que o padre Josimo Moraes Tavares foi assassinado, além de o lembrarmos e homenagearmos os feitos que o padre concretizou em prol das comunidades tradicionais, denunciemos também a contaminação da “Mãe Terra” e dos rios pelos agrotóxicos (Figura 08) e os impactos que estes venenos podem estar causando nos territórios tradicionais.

Figura 07. Ato na praça de Fátima

Figura 08. Denúncia de contaminação



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

O terceiro ato foi realizado na ponte da divisa dos estados do Maranhão e Tocantins sobre o rio Tocantins onde foram estiradas faixas sobre a ponte e que continham dizeres de denúncia sobre a contaminação dos rios da região por agrotóxicos e a seca dos mesmos, além de queimadas criminosas, o avanço do agronegócio na região do bico do papagaio e o desmatamento que está colaborando para a desertificação do rio e seus afluentes.

No dia 26 de outubro, o evento foi conduzido pelas trocas de sementes crioulas de arroz, feijão, hortaliças e outras (Figura 09), entre os povos tradicionais, as sementes crioulas são chamadas assim, por serem cultivadas de forma tradicional e ancestral com o intuito de saciar a fome dos mesmos.

As trocas das sementes entre os povos, também representa o fortalecimento da biodiversidade local e resistência pela luta da terra. Ademais, o cultivo dessas sementes nativas, carregam a sabedoria tradicional que vem recuperando e conservando o ecossistema, por longos anos. E é a partir dessas práticas tradicionais que este trabalho desenvolveu o conceito de um “ideal de reflorestamento” pois a sabedoria destes povos complementado pelo conhecimento técnico e científico da restauração ecológica e agroecologia proposto por várias entidades acadêmicas e centros de pesquisa juntamente com estas comunidades, estão colaborando para desencadear verdadeiras soluções de recuperação de ecossistemas degradados. Todas essas sementes são cultivadas sem agrotóxico gerando uma alimentação saudável, ambiente saudável e muitas das vezes renda para essas comunidades. Eventos como o 5º Encontro Tocantinense de Agroecologia que teve o objetivo de ouvir o que esses povos tem a dizer para a conservação do meio ambiente precisam ser fortalecidos, pois são esses povos que por gerações sabem conservar e preservar os ecossistemas.

Figura 09. Troca de sementes crioulas entre as comunidades tradicionais



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Considerações Finais

O presente trabalho, visou retratar conflitos, disputas e uma mobilização de movimentos sociais e comunidades tradicionais contra um arquetizado reflorestamento amparado por legislações florestais brasileiras, dessa maneira a partir da observação in loco e dos relatos do principal representante da comunidade Cocalinho e da principal representante da comunidade Sete Barracas, considerou-se, que os mesmos não foram ouvidos, em relação a produção mercadológica de monocultivos aos arredores dos seus territórios. Além disso, a poluição das águas e solos desencadeados pelo uso dos agrotóxicos, além de desmatamentos para a limpeza da área de produção de monocultivos, perdas de biodiversidades e falta de autonomia para essas comunidades adentrarem aos locais que hoje, estão os reflorestamentos, mas que antes, faziam parte das suas vidas e reprodução delas são as principais queixas dessas pessoas.

E a partir desta luta em comum, estas duas comunidades estudadas se aliaram a outros povos e comunidades tradicionais, que também passam por situações parecidas, juntamente com movimentos sociais, pesquisadores e outras instituições com o intuito de formar forças contra o não ideal de reflorestamento realizado pelas empresas. Essas situações, representam fissuras na fronteira econômica territorial, mas traz esperanças nas ruínas da crise socioambiental e territorial protagonizada pelas comunidades tradicionais e povos indígenas. Assim, a mobilização e a resistência praticada nas ruínas desse movimento apontam para sonhos de um ideal de reflorestamento, isto, ligado à restauração da terra praticados cotidianamente pelos modos de vida dessas pessoas.

A comunidade Cocalinho desde 2019 inaugurou uma Casa de Sementes, e a comunidade Sete Barracas ainda precisa dos Babaçuais livres, estas duas comunidades,

trocam sementes crioulas entre elas e com outras comunidades e ainda plantam vários legumes para sobreviver, atestando que a proteção da terra e sua recuperação só será possível com a proteção e garantia dos meios para que estes modos de vida se reproduzam territorialmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. **Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13123.htm Acesso em: 10/02/2020.

_____. Lei de 9.985 de 18 de julho de 2000 **que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm Acesso em: 20/01/2020.

_____. Lei de 12.651 de 25 de maio de 2012 **que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm Acesso em: 02/04/2020.

_____. Decreto nº 8.972 de 23 de janeiro de 2017 **que Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D8972.htm. Acesso em: 05/10/2020.

BRANCALION, P. H; RODRIGUES, R. R; GANDOLFI. **Restauração Florestal.** 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

DOURADO. S. B. A lei nº 13.123/2015 e suas incompatibilidades com normas internacionais. In: **A nova Lei Nº 13.123/2015 no velho marco legal da biodiversidade: entre retrocessos e violações de direitos socioambientais.** (Organizadores) MOREIRA, E. C. P; PORRO, N. M. SILVA. L. A. L da. São Paulo. Inst. O direito por um planeta verde, 280 pp, 2017.

FARINACI, J. S; FERREIRA, L. da C; BATISTELLA, M. Transição florestal e modernização ecológica: a eucaliptocultura para além do bem e do mal. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 25-46, 2013.

MARTINS, S. V. **Recuperação de Áreas Degradadas: Ações em Áreas de Preservação Permanente, Voçorocas, Taludes Rodoviário e de Mineração.** Aprenda Fácil, Viçosa-MG, 2009.

NERY, E. R.A. et al. O conceito de restauração na literatura científica e na legislação brasileira. **Revista Caititu**, Salvador, n. 1, p. 43–56, set. 2013.



**GT 05 – movimentos sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos
resultado dos trabalhos aprovados para comunicação oral**

**MOVIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE CAMPO DE
PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NO
PERU E NO BRASIL**

Dr^a Érica Fernanda Justino¹ - UFMG
Dr^a Maria Isabel Antunes-Rocha² - UFMG

RESUMO

Este artigo analisa, a partir da Teoria das Representações Sociais, as formas de pensar, sentir e agir sobre o campo de professores que atuam na Formação por Alternância no Brasil e no Peru. As escolas vinculadas à Pedagogia da Alternância possuem um projeto de escola contra hegemônico que se compromete com as questões do universo camponês e tensiona os professores a posicionarem-se. Dessa forma, o estudo foi orientado pela seguinte questão: quais são os desafios vivenciados pelos professores ao terem que lidar com o universo camponês em uma perspectiva de fortalecimento dos modos de produção e reprodução para manter a agricultura e o modo de vida camponês? Brasil e Peru possuem uma história de luta agrária que os aproxima, uma frente dessa luta se relaciona à escola. Como resultado dessa luta emerge a Pedagogia da Alternância como alternativa concreta de vinculação entre o projeto de escola e o projeto de campo e de sociedade. As análises estão centradas na apreensão e compreensão do movimento presente nas formas de pensar, sentir e agir dos professores a partir de suas experiências profissionais, pessoais e das suas relações, tanto com o objeto analisado, quanto com seus contextos sociais. Foram realizadas 12 entrevistas narrativas com professores, sendo 06 professores brasileiros e 06 peruanos. Os resultados contrastivos apontam para movimentos representacionais de reelaboração, de manutenção e de recusa.

Palavras chaves: Campo; Educação no contexto camponês; Pedagogia da Alternância; Representações Sociais; Brasil e Peru

ABSTRACT

This article analyzes, based on the Theory of Social Representations, the ways of thinking, feeling and acting on the field of teachers who work in Training through Alternation in Brazil and Peru. Schools linked to Pedagogy of Alternation have a school

¹ Graduada em Normal Superior pela Unimontes é mestre e doutora em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² Graduada e mestre em Psicologia pela UFMG, é doutora em Educação pela FaE/UFMG e pós-doutora pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

project against hegemony that is committed to the issues of the peasant universe and tensions teachers to take a stand. Thus, the study was guided by the following question: what are the challenges experienced by teachers when they have to deal with the peasant universe in a perspective of strengthening the modes of production and reproduction to maintain agriculture and the peasant way of life? Brazil and Peru have a history of agrarian struggle that brings them together, a front of this struggle is related to the school. As a result of this struggle, the Pedagogy of Alternation emerges as a concrete link between the school project and the field and society project. The analyzes are centered on the apprehension and understanding of the movement present in the teachers' ways of thinking, feeling and acting from their professional, personal experiences and their relationships, both with the analyzed object and with their social contexts. 12 narrative interviews were conducted with teachers, 06 Brazilian teachers and 06 Peruvian teachers. The contrasting results point to representational movements of reworking, maintenance and refusal.

Key words: countryside, education in the rural context, alternation pedagogy, social representations, Brazil and Peru

INTRODUÇÃO

Este Artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa de Doutorado intitulada “movimento das representações sociais sobre campo de professores que atuam na educação por alternância no Peru e no Brasil”, vinculada ao Programa de Doutorado Latino Americano da Universidade Federal de Minas Gerais.

A Teoria das Representações Sociais - TRS preconizada por Serge Moscovici consiste de acordo com o autor (1978) em um sistema de valores, ideias e práticas, que estabelece uma ordem que possibilitará às pessoas a orientação em seu mundo material e social e controlá-lo, assim como possibilita que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade. O estudo se vincula à perspectiva de análise que busca compreender as Representações Sociais em Movimento – RSM.

O campo e seus sujeitos tem se tornado cada vez mais objetos de estudo na perspectiva das RSM dadas às contradições que atravessam as relações sociais neste contexto, caracterizado como gerador de mudanças. Historicamente a população camponesa resiste lutando pelos seus direitos e pela produção e reprodução da existência camponesa. Uma das frentes dessa luta é o direito à educação, tanto que a população camponesa buscou na Pedagogia da Alternância uma estratégia para garantia da escola e de um currículo dialogado com as questões do universo camponês. A relação campo e escola foi compreendida a partir das narrativas dos professores que estão em contextos de contradição, de pressão e de conflitos em escolas que formam camponeses e, portanto, são diferenciadas.

O campo, a educação e as representações sociais no Peru e no Brasil

Este artigo é resultado de uma pesquisa de base contrastiva. Os procedimentos metodológicos desta investigação foram organizados levando em consideração a seleção dos contextos de pesquisa com base em critérios como: vinculação à Pedagogia da Alternância, possuir atendimento misto (homens e mulheres) e estar em funcionamento há mais de cinco anos. Para realizar este estudo, escolhemos o Centro Rural de Formação em Alternância (CRFA) de Colcha no Peru e a Escola Família Agrícola de Veredinha (EFAV), vinculada aos Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFAs), no Brasil. A vinculação dessas escolas à Pedagogia da Alternância confere unicidade à pesquisa e contribui para compreensão dos contrastes entre realidades distintas, bem como singulares em termos metodológicos e conceituais. A etapa seguinte consistiu na aplicação de um questionário semiestruturado no intuito de coletar informações gerais sobre os entrevistados e selecionar participantes para entrevista narrativa. Dessa forma a entrevista narrativa compreendeu o principal instrumento de coleta de dados. Foram entrevistados, ao todo, 12 professores, sendo 06 brasileiros e 06 peruanos. Os dados coletados foram analisados com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2010), a partir de duas categorias sendo: a) Sujeitos do campo: movimentos de um modo de vida, terra e produção e b) Uma escola do campo: movimentos de reconhecimento do projeto da Pedagogia da Alternância. As narrativas também foram analisadas à luz da matriz de referência da Educação do Campo.

Peru e Brasil possuem uma estrutura fundiária desigual, marcada por uma trajetória colonial em comum, pela presença de uma estrutura de poder que historicamente controla e explora a população camponesa, lidam com a falta de políticas públicas específicas e eficientes para as áreas rurais, enfrentam um processo migratório campo/cidade que compromete a sucessão rural e convivem com a falta de autonomia camponesa. Em razão disso, compartilham da luta campesina enquanto elemento historicamente presente no campo. A concepção dos processos históricos de constituição do campo nos dois países leva-nos a perceber que a terra como direito é um pensamento novo, surge a partir dos movimentos sociais e sindicais do campo que se organizam e contestam o discurso hegemônico, reivindicando uma vida digna e igualdade social.

A questão agrária nos dois países é marcada pela disputa do território camponês. Na atualidade, essa luta segue sendo travada pela população camponesa contra a modificação da lógica produtiva na qual “a agricultura acaba se transformando em um ramo de produção da indústria” (KAGEYAMA *et al*, 1990, p.113), configurando o Agronegócio no campo. O embate existe porque são projetos antagônicos de campo

empreendendo modos de vida diferentes e implementando políticas públicas também diferenciadas. O Campesinato conforme Fernandes (2008) orienta para o fortalecimento do campo, dos sujeitos e do seu modo de vida camponês, enquanto o Agronegócio procura concentrar riquezas desconsiderando os modos de vida, o campo e os sujeitos que nele/dele produzem e reproduzem suas existências. Dessa forma, o projeto de campo do Campesinato incorporado na Agricultura Familiar, e na Agroecologia tensionam com o projeto de campo do Agronegócio.

Dadas às características, o modelo do Agronegócio tem sido rejeitado pelos movimentos camponeses que lutam para a afirmação do Campesinato, da Agricultura Familiar e da Agroecologia, enquanto orientações para um projeto de campo no Brasil (BENJAMIM, 1999) e no Peru (PLOEG, 2008). É preciso mostrar a/o Agroecologia/Campesinato como tecnologias possíveis de alimentar o mundo sem causar os desastres ambientais e altas dependências de mercados pelo agricultor.

Na luta pela produção e reprodução da existência a população camponesa vem lutando pela resistência do projeto de campo do Campesinato e pela garantia de seus direitos. Um dos direitos negligenciados que essa luta empreende é o direito à educação. A educação ofertada aos sujeitos do campo é historicamente precária tanto em âmbito físico quanto pedagógico.

No Peru, os movimentos sociais e sindicais camponeses lutam pela existência de uma escola com qualidade e condições dignas de acesso e permanência. Reivindicam um projeto de escola dialogado com a cosmovisão andina e com a ancestralidade indígena que orientam a vida no campo. Lutam por uma escola que contribua para a redução da pobreza e que, ao mesmo tempo, seja instrumento de reafirmação da cultura campesina/andina. Nessa luta, conquistaram marcos importantes que dão centralidade à questão do uso da língua materna como pressuposto de reconhecimento e fortalecimento da identidade camponesa nos processos educativos.

No Brasil, a Educação do Campo envolve dimensões não só escolares, mas, sobretudo, vincula-se às diferentes formas de produção e reprodução da vida no campo, à luta pela terra, pelas águas, pelas florestas, por relações que reduzam as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. A Educação do Campo no Brasil nasceu como crítica à realidade da educação oferecida nas áreas rurais, “o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país” (CALDART, 2009, p. 39).

Ao reivindicarem uma escola vinculada ao campo, os movimentos sociais e sindicais camponeses, nos dois contextos, entendem que o vínculo da escola com o

campo é relevante para construir um projeto educativo que parta das condições de vida dos sujeitos camponeses e dos determinantes dessa realidade. Na luta pela existência da escola no contexto campesino percebe-se que os camponeses peruanos e brasileiros apropriam-se da Pedagogia da Alternância como alternativa para garantir o direito à escolarização.

A Pedagogia da Alternância – PA é marcada historicamente, desde sua origem, por se constituir como um projeto pedagógico criado, gerido e sustentado pelos povos camponeses. Surge na França, na década de 30, para, em seguida, territorializar-se por diferentes regiões. “Atualmente pode ser encontrado em 40 países, nos cinco continentes, envolvendo em torno de 150 mil famílias rurais” (BERNARTT, *et al*, 2016, p. 170). Ao alternar tempos e espaços a PA rompe com lógicas hegemônicas que limitam a territorialidade educativa ao âmbito da escola, para isso, a formação ancora-se na tríade escola, família e comunidade e assenta nos interesses do povo do campo e na possibilidade concreta da construção de uma educação emancipatória.

As mediações didático-pedagógicas específicas da PA nos dois contextos permitem o diálogo entre as práticas da escola e as práticas de produção e reprodução da vida no campo. Ao promover a vinculação da escola e da comunidade, integram-se os diferentes conhecimentos produzidos nas diferentes experiências.

A Pedagogia da Alternância pode ser compreendida como uma matriz educativa capaz de estreitar os vínculos entre escola, família e comunidade, produzindo conhecimentos e saberes com vistas à construção de um projeto de campo e de escola que fortaleça o modo de vida camponês, por meio de instrumentos didáticos pedagógicos inovadores e provocativos (BEGNAMI 2019). Por se configurar como um contexto gerador de mudanças este estudo buscou nas Representações Sociais em Movimento compreender como os professores que atuam no contexto da Pedagogia da Alternância pensam, sentem e agem em relação ao campo.

O estudo das Representações Sociais (RS) ganha repercussão e consolida-se como um referencial teórico e metodológico que permite a compreensão das relações entre os sujeitos e os objetos nas diversas dimensões, a partir do trabalho desenvolvido por Serge Moscovici, em 1961, intitulado “La psychanalyse: Son image et son public”. O autor, influenciado pelo pensamento de Émile Durkheim, no qual as representações coletivas são produções sociais que se impõem sobre os indivíduos.

Para Moscovici (1983), a TRS é uma teoria da mudança e nasce em três condições: a) dispersão da informação – quando a informação que se tem mais está desorganizada; b) focalização do individual – interação social como eixos que movem as opiniões e c) Pressão para inferência – como uma ação que move as opiniões, ou seja, o modo como se estruturam as ideias. Para o autor, as Representações Sociais

são produzidas individualmente por meio da influência do coletivo, em que o sujeito é produto e produtor de sentidos das coisas materiais e simbólicas do seu cotidiano, “entendidas como fatos sociais, coisas reais por elas mesmas, como dados, como entidades explicativas absolutas e não como fenômenos que deveriam ser eles próprios explicados” (SÁ, 1995, p.23).

Jodelet (2001, p. 21-22) afirma que:

“As Representações Sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Assim sendo, as Representações Sociais são encontradas nas reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais, enfim, no encontro público de atores sociais, nos espaços em que os sujeitos sociais se reúnem para falar e dar sentido ao cotidiano”.

O movimento das Representações Sociais se dá frente a elementos estranhos à sua compreensão, exterior ao cotidiano que provoca para mudanças por meio de uma necessidade de “tornar o insólito familiar” (MOSCOVICI, 2012, p.55).

No esforço de compreender os desafios vivenciados na transição de uma representação à outra, o Grupo de Pesquisa em Representações Sociais - GERES tem empreendido esforços na compreensão do movimento representacional. O mesmo tem construído um instrumental epistemológico que tem se mostrado capaz de projetar a perspectiva do movimento como uma possível corrente analítica dentro da TRS. Carvalho (2017) acrescenta que o grupo de pesquisa busca entender o movimento como fenômeno representacional em sua característica dinâmica, registrando a constituição de um debate. Em relação ao direcionamento metodológico das análises na perspectiva das RSM Antunes-Rocha (2018), orienta que deve ser construído por meio de três questionamentos:

a) como se organizam os conteúdos representacionais de objeto em um contexto em mudança? b) quais os movimentos realizados pelos sujeitos com relação aos saberes instituídos e dos saberes instituintes? c) como os conteúdos/movimentos articulam-se em termos das possibilidades e limites de mudança de uma representação social? (ANTUNES-ROCHA, 2018, p. 20-21).

Os estudos das RSM conforme Ribeiro (2016) têm apontado para a construção de movimentos representacionais de recusa, manutenção e reelaboração das RS em diferentes contextos.

Compreendendo os Resultados

A análise das narrativas dos professores foi construída à luz dos referenciais teóricos o que possibilitou compreender os deslocamentos vivenciados pelos professores a partir de suas trajetórias de vida em relação ao objeto de estudo levando em consideração suas trajetórias temporais marcadas pelas experiências anteriores à chegada na escola, pela vivência na escola e pelas projeções que estabelecem de futuro.

No Peru foram entrevistados 06 professores entre os quais somente um não possui vínculo de vivência familiar no campo. As experiências de vida sinalizam para o movimento de manutenção das RS conforme mostra a imagem abaixo:

Imagem 01: Movimento representacional no Peru

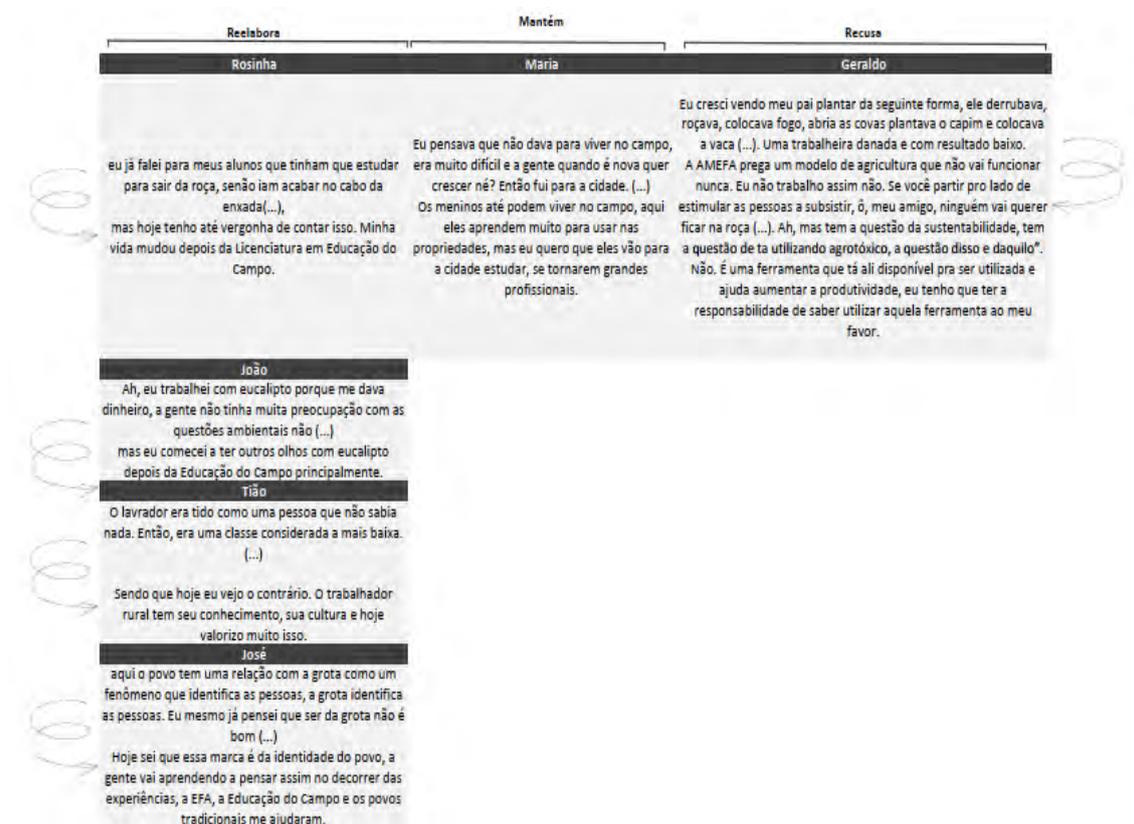
| Mantém | |
|---|---|
| Milagros | Mercedes |
| Yo pensava así que ser del campo no era bueno (...) Hoy creo que ser campesinos todavía no es bueno, porque las condiciones de vida no han cambiado mucho, tienen que vivir con pobreza y discriminación, tienes que ser fuerte. | Viví en el campo durante mi niñez, pero quería ir a la ciudad, donde hay más oportunidades (...) Quería que los estudiantes estudiaran en la ciudad, hicieran un curso de educación superior |
| Dolores | Ollanta |
| Entonces yo pensava que ser campesino no era bueno, la vida era difícil (...) la vida de los estudiantes es difícil, la vida en el campo es dura, son pobres, necesitan dedicarse a sus proyectos productivos para poder cambiar sus vidas. | el campo para mí era un lugar donde había más pobreza y la gente trabajaba mucho con pocos recursos, sufría mucho (...) Para que los estudiantes cambien su situación, necesitan convertirse en emprendedores, crear su propia empresa, los proyectos empresariales aquí los apoyan en esto |
| Rosário | Javier |
| Y ese era el campo para mí, mucho trabajo y mi familia, vivíamos con dificultades (...) Debido a que los papás y las mamás trabajan duro y aún viven con dificultades, los proyectos productivos ayudan a mejorar sus vidas. | Recuerdo que al principio me dio vergüenza porque venía del campo, porque era campesino, y nos dijimos que éramos rurales (...) porque el campo solo no ofrece las condiciones para crecer |

Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Nota-se que existe coesão nos movimentos das representações dos professores entrevistados. A totalidade do grupo mantém sua representação, indicando que o movimento da Pedagogia da Alternância no Peru orienta nesse sentido e, portanto, não há conflitos. Percebe-se que, mesmo tendo experiências singulares em relação ao campo, o grupo movimenta-se mantendo sua representação de forma consensual, tanto entre os pares, quanto em relação ao projeto da escola.

Quanto às alterações percebidas no contexto brasileiro é possível perceber conforme mostra a imagem abaixo que os deslocamentos provocaram a formação de três grupos.

Imagem 02: RSM no contexto do Brasil



Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

No Brasil foram entrevistados 06 professores, todos eles relatam vivência no campo, sendo todos filhos e filhas de agricultores familiares. Com base na imagem 06, nota-se que no Brasil, levando em consideração as RSM, temos a formação de (3) três grupos, sendo um grupo formado por professores que reelaboram sua representação, outro que se movimenta mantendo-a e um terceiro grupo que recusa o objeto novo.

Assim sendo, o grupo que reelabora suas RS transita de um campo fadado ao fracasso para o reconhecimento do Campesinato enquanto projeto de campo pautado em direitos. Este grupo tem pressionado a matriz original da PA no contexto brasileiro e fortalecido uma perspectiva de reafirmação camponesa de direitos.

O grupo que se movimenta mantendo sua representação sobre campo o faz fundamentando em um campo vulnerável e conformado com sua situação histórica. O terceiro grupo se movimenta no sentido de recusar a novidade, e assim, mantém sua representação social. Os movimentos representacionais são construídos a partir das

diferentes inserções desses sujeitos que lhes permitiram construir formas de pensar, sentir e agir em relação ao campo. O grupo que reelabora sua representação sobre campo vem de experiências de vidas nas quais é possível perceber uma formação ou aproximação junto ao contexto da PA, junto aos movimentos sociais e sindicais em luta pela terra e à Educação do Campo. No Brasil, temos quatro professores nesta condição. Essa posição pressupõe uma tomada de posição no confronto de projetos de campo, contra a lógica do campo como lugar de negócio, e afirma a lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas (CALDART, 2009). No contexto do Peru não foi possível identificar nenhum movimento reelaboração.

O grupo de professores que mantém suas representações têm vivências e um campo informacional em relação ao objeto que não permite que reelaborem suas representações, mas que se movimentem no sentido de mantê-las sustentadas em uma visão na qual o campo é o principal elemento para emancipação econômica. Este segundo grupo constitui uma unicidade entre os entrevistados do Peru, já no Brasil, apenas uma entrevistada integra este grupo. Este movimento sinaliza a ausência de experiências formativas que possibilitam contato com referenciais teóricos, metodológicos e práticos nos quais o campo seja tratado enquanto lugar de viver e reproduzir a existência camponesa em uma perspectiva de direitos.

Outro grupo é constituído por um professor brasileiro que movimenta sua RS, recusando o projeto da escola. As experiências de vida desse entrevistado fazem com que ele movimente sua representação, recusando a vinculação de sua prática ao projeto de campo da população camponesa. Ele associa seu fazer docente ao projeto de campo do Agronegócio. Pressupomos que este professor não esteja em consonância, nem com a matriz original, nem com a matriz ressignificada da PA a partir do contexto brasileiro, isto porque, a orientação da PA estimula a existência da condição camponesa, mesmo dando enfoque à sua dimensão econômica, contudo, sem negar o campo e seus sujeitos.

No contexto peruano as representações movimentam-se distantes das contradições que atravessam o campo e dos coletivos organizados campesinos. Ao manterem sua representação, os entrevistados demonstram que problematizam pouco as questões agrárias e as condições de vida e de permanência no campo.

No contexto brasileiro nota-se a formação de três grupos o que mostra que o contexto da PA no Brasil está sendo pressionado. A pressão é provocada pela aproximação à Educação do Campo, aos movimento sociais camponeses, à Agricultura Familiar e à Agroecologia. Os processos formativos destacam-se enquanto propulsores para a movimentação representacional.

Quando analisamos as similitudes entre os dois países, percebemos que os professores têm vivências diferentes em relação ao objeto de estudo e, portanto, elaboram-no de forma distinta. Isso acontece porque nem todos têm a mesma informação, ou seja, os mesmos conhecimentos básicos sobre o tema. Nem todos têm a mesma atitude, seja ela de neutralidade, de aceitação ou rejeição. Essa construção varia de sujeito para sujeito (JESUÍNO, 2014) porque as trajetórias sociais e o agir sobre o mundo são diferentes e interferem na forma como o indivíduo concebe sua realidade. Percebemos, portanto, que os processos de ancoragem e objetivação dos professores nos dois contextos são, pois, maneiras de lidar com as lembranças que têm (FREITAS, 2015).

Os resultados encontrados evidenciam conforme Ribeiro e Antunes-Rocha (2018) que o movimento das Representações Sociais não é linear, isto é, há uma tessitura em termos de possibilidades de convivência de diferentes formas de pensar, sentir e agir sobre um determinado objeto.

Considerações finais

Este estudo buscou entender como os professores elaboravam suas práticas, ao chegar a um contexto escolar contra-hegemônico, que valoriza tanto o campo, quanto os camponeses. Para isso, as Representações Sociais em movimento, conferiu amparo epistemológico para entender como os professores, inseridos em contextos geradores de mudanças, movimentavam suas formas de pensar, sentir e agir sobre o campo em busca de tornar natural o encontro com uma situação nova.

No contexto do CRFA/Peru, todos os entrevistados movimentam-se, mantendo sua representação social sobre campo. O fato de todos os professores realizarem movimentos representacionais hegemônicos mostra que não existe conflito no contexto da PA em relação ao campo e seus sujeitos.

No contexto da EFAV/Brasil, as representações movimentam-se, provocando a formação de três grupos. Um grupo que reelabora sua representação, um grupo que mantém, e outro que recusa. Esses movimentos sinalizam que o contexto educativo da PA está sendo pressionado pela presença das contradições que atravessam a vida no campo.

De acordo com Minayo (2001) as representações podem ser consideradas matéria-prima para análise do social e também para a ação pedagógico-política de transformação. Logo, este estudo aponta elementos que podem ser fortalecidos no contexto da educação oferecida à população camponesa, bem como, para a relevância de estudos que abordem a partir da perspectiva das RSM questões

relacionadas às práticas formativas específicas no contexto da PA em diálogo com o projeto de campo do Campesinato, assim como, sinaliza para o aprofundamento dos conhecimentos relacionados à Agroecologia.

Por fim conforme Caldart (2003) argumenta, é importante uma escola camponesa conheça e respeite a história de seus estudantes e do lugar onde vivem de forma a vincular a prática da escola à realidade da vida. Destaca-se assim a necessidade de construir representações que fortaleçam a produção e reprodução da existência camponesa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, M. I.; CARVALHO, A. S.; RIBEIRO, L. P. **Representações Sociais em movimento: uma análise de duas pesquisas no âmbito da educação do campo da FaE-UFMG**. Revista Educação e Cultura Contemporânea v.14, n.37, p. 343, 2018.

ANTUNES-ROCHA, M. I.; RIBEIRO, L. P. **A Violência no Campo: Representações Sociais de futuros professores campesinos**. Revista Brasileira de Segurança Pública. Vol, 12, Num. 2, p. 230-248, Ago/Set, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

BEGNAMI, J. B. **Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo: possibilidades e limites do diálogo com a Pedagogia da Alternância**. Begnami. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. . 402 f., enc, il. Belo Horizonte, 2019.

BERNARTT, M. de L.; ANTUNES, L. C.; MASSUCATTO, N.; PEZARICO, G.; PIOVEZANA, L. O método da pedagogia da alternância como possibilidade de educação do campo: modelos e práticas educativas. 162-195 In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; MOURAD, L. A. F. A. (ORGs). **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**.– Porto Alegre : Evangraf, 2016. 319 p.

CALDART, R. S. **A escola do campo em movimento. Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003 (online) www.curriculosemfronteiras.org Acesso em 05 de agosto de 2020.

_____. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

CARVALHO, C. A. **Representações Sociais das Práticas artísticas na atuação de professores do Campo**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. OSAL, Observatorio Social de América Latina (Año IX no. 24 oct 2008) Buenos Aires Lugar CLACSO, 2008.

FREITAS, J. K. N. de. **Representações Sociais dos professores sobre a educação inclusiva**. Trabalho final de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2015.

JESUÍNO, J. C. Um conceito reencontrado. p. 42-77. In: 262-297. ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. M. (org), **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, 898 p. Il.

JODELET, D. **As Representações Sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

KAGEYAMA, A. et al (Coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C., GASQUES, J. G., VILLA VERDE, C. M. (org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, n. 127, 1990, p.113-127. (Série IPEA).

MACEDO, R. S. **Pesquisa contrastiva e estudos multicasos: da crítica à razão comparativa ao método contrastivo em ciências sociais e educação**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MINAYO, M. C. de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

RIBEIRO, L. P. **Representações Sociais de educandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo sobre a violência**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

SÁ, C. P. de. *Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria*. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: As Representações Sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.



GT 05 – Movimentos sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos

“SE O IRMÃO TEM FÉ, EU NÃO VOU DESISTIR DA MINHA¹”: FORMAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

Claudiane de Fátima Melo de Sousa² (INCRA)

RESUMO

Este trabalho é um recorte de um esforço de pesquisa que durou seis anos e contemplou minha dissertação de mestrado e tese de doutorado. Após etnografar as relações entre agricultores e uma empresa por meio de contratos, passei a pesquisar os mecanismos de expansão da dendeicultura que culminam com a reprodução ampliada do capital, identificando que a expansão da dendeicultura recorre a mecanismos identificados por Karl Marx ainda na acumulação primitiva. Com apropriação da terra, subjugação da força de trabalho, cercamentos, sistema de endividamento, redução do preço pago na tonelada do dendê, as empresas empreendem uma superexploração dos camponeses. Porém, como também demonstram os dados etnográficos, diante de um quadro desfavorável às famílias camponesas, ainda que não se organizem em uma movimentação coordenada elas não se mantêm inertes, ao contrário sustentam um repertório de práticas de resistência que remetem a micro-estratégias, ao que James Scott denominou de resistência cotidiana e que tem dois propósitos latentes, um o de reduzir os efeitos de sua posição subordinada e explorada e outro de se estabelecer como grupo social diferenciado e garantir alguma autonomia no processo de produção e reprodução da vida material, social e simbólica. Neste trabalho trato dessa relação entre empresas e agricultores, trazendo de um lado os elementos de constrangimentos da economia camponesa pela empresa, e pelo outro as micro-estratégias adotadas pelas famílias, reforçando, minha defesa da especificidade da racionalidade camponesa.

Palavras-Chave: Campesinato. Dendeicultura. Acumulação primitiva. Reprodução ampliada do capital. Resistências cotidianas.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é o recorte de um esforço de pesquisa que durou cinco anos e contemplou minha dissertação de mestrado e tese de doutorado. A pesquisa se situa no contexto do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O PNPB foi

¹ Frase dita por um agricultor ao relatar um repertório de práticas de espoliação da empresa com quem tem contrato para vender dendê. Afirma que é se apoiando nos vizinhos que encontra forças para continuar, isto nutrindo expectativas de dias melhores.

² Antropóloga, especialista em educação para as relações etnicorraciais; mestre em Ciências Sociais (PPGSA-UFGA), pela; doutorada em Desenvolvimento socioambiental (NAEA-UFGA). Técnico em reforma e desenvolvimentismo agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Estado do Pará, lotada no serviço de regularização de territórios quilombolas.

lançado em 2004 e objetivava diversificar a matriz energética brasileira por meio de incentivos à produção e uso de biodiesel.

A pesquisa ocorreu entre os anos de 2014 e 2019 e privilegiou os municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju e São Domingos do Capim e teve como método a etnografia, que é imbricada com a prática antropológica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007). Sendo, portanto, método, teoria e prática, uma vez que não existe o fazer antropológico sem empiria e a empiria sem reflexão teórica implicaria apenas no recolhimento de dados. (PEIRANO, 2014).

Como procedimento metodológico articulei o olhar, o ouvir e o escrever haja vista que esses atos isoladamente não são suficientes para alcançar as estruturas das relações sociais. Além do que, o olhar e o ouvir disciplinados pela teoria antropológica possibilitam a percepção, enquanto que o escrever consiste em exercitar o próprio pensamento, é o momento criativo do antropólogo (OLIVEIRA, 1996).

A utilização de entrevistas foi a técnica escolhida para o *ouvir*, e considerando que no ofício do antropólogo a entrevista é um encontro de distintas reflexividades [a do antropólogo e a do(s) interlocutor (es)], onde se produz uma nova reflexividade (GUBER, 2011), adotei a não diretividade, principal característica da entrevista etnográfica, utilizando desse modo, questionários abertos e perguntas temas a partir das quais os interlocutores discorriam livremente eu fazia apenas perguntas de aprofundamento utilizando a técnica do gancho.

Para o *ver* utilizei a observação direta e a observação participante, tendo em vista que a participação requer certo grau de aceitação do grupo pesquisado em relação ao pesquisador, e do pesquisador em relação ao grupo pesquisador (GUBER, 2011). A observação participante ocorreu prioritariamente com os grupos os quais eu já vinha acompanhando desde 2014, o que permitiu comparar a situação antes da produção econômica³ do dendê e após.

O *escrever*, segunda etapa do trabalho dos antropólogos consiste em textualizar os fenômenos sociais observados. Para Oliveira (1996) o ato de escrever é parte “quase

³ As empresas discorrem que após o quarto ano o dendê passa a produzir economicamente e que a penosidade do trabalho diminui. Quando pesquisei no assentamento Taperuçu em 2014 os plantios ainda estavam com 3 anos e meio, neste período os agricultores estavam trabalhando sete dias por semana no dendê. As exigências da planta nessa fase absorvia quase a totalidade da força de trabalho das famílias que pesquisei. Porém, diziam por uma boca só que após o quarto ano o trabalho diminuiria e que poderiam voltar a diversificar a produção, que havia caído em virtude do pouco tempo que sobrava. Retornei a esse campo nos anos de 2018 e 2019, e não só a família continuou a utilizar toda a sua força de trabalho no dendê como teve que passar a contratar mão de obra adicional. A produtividade do dendê aumentou, o que renderia maior ganho financeiro, porém, os custos de manutenção dos plantios, as dívidas contraídas anteriormente (financiamento bancário e compras de adubo direto na empresa), bem como redução no valor da tonelada, achatou os ganhos.

indissociável do nosso ‘pensamento’, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar” (p. 29), tendo isto em vista, o autor argumenta que a textualização não é uma simples exposição de dados, ela é também produção de conhecimento e envolve o processo cognitivo de criação e reflexão.

Os agricultores interlocutores dessa pesquisa são agricultores integrados à agroindústria do dendê e que têm experienciado mudanças em seu modo específico de se organizar. Primeiro pelas imposições advindas das obrigações contratuais, segundo impostas pelo ritmo da própria cultura do dendê, que até então não fazia parte do sistema de produção, nem das práticas de transmissão de conhecimentos.

A orientação teórica de minha análise concebe esses agricultores sob o conceito de camponato, que, ainda que contemple uma enorme diversidade interna tanto de atores, de identidades e modos de fazer e produzir, tem entre si algumas particularidades, conforme explicita Nazareth Wanderley:

o camponato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2015, p. 26).

O modo de vida de camponeses se diferencia qualitativamente do modo de vida capitalista. Como os agricultores por mim pesquisados estão vinculados à grandes empresas por meio de contratos identifiquei conflitos nessa relação, pois a empresa impõe modos de produzir que estão fora do esquema simbólico e cultural dos camponeses, o que gera constantes conflitos com os agentes representantes das empresas, as tensões advindas dessa relação são vistas cotidianamente e animam as resistências cotidianas dos camponeses.

Para compreender e analisar esse contexto de tensões recorri a noção de resistência cotidiana, definidas por James Scott (2011) como: “prosaica, mas constante, luta entre o camponato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros”. (p. 219).

Assim, identifiquei que muitas vezes os agricultores recorrem à simulação de subserviência, para sem conflito aberto adotar as práticas que melhor se adéquem ou às suas necessidades e possibilidades ou ao seu esquema de valor, reduzindo deste modo não só sua posição subalternização, mas também o peso da expropriação.

2. EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA PARAENSE: ESTRATÉGIAS DE COOPTAÇÃO

Chamo de expansão da dendeicultura a chegada de empresas do ramo da dendeicultura no Estado do Pará após incentivo do governo Federal no contexto do PNPB. De acordo com este programa cada região produziria determinada matéria-prima. Para tal a Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizou o zoneamento das oleaginosas que seriam desenvolvidas em cada região do país. Para a região Norte a soja e o dendê foram as oleaginosas indicadas, porém esta última que recebeu proeminência.

Para incentivar e viabilizar a expansão da dendeicultura foi criado o Programa Nacional de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil (leia-se Amazônia), conhecido por Programa Palma de Óleo, lançado em 2010 pelo presidente da República da época. Com promessas de salvaguardar a floresta amazônica e livrar o amazônida da miséria foi então proclamada a corrida por terras e braços.

A dendeicultura, que desde os anos de 1980 já era uma realidade no Estado Pará, teve sua área triplicada após o Programa Palma de Óleo. Com este, corporações como a Companhia Vale (dona da Biopalma), a Archer Daniels Midland (ADM) e a GALP Energia⁴, que junto com a Petrobrás Biocombustíveis fundaram a empresa Belém Bioenergia Brasil(BBB) chegaram à região e investiram massivamente na expansão da dendeicultura, saindo de 52.244 hectares em 2010 para 164.410 hectares em 2019.

A chegada dessas empresas à região foi precedida da compra de terras. As terras adquiridas eram principalmente ligadas à criação de gado bovino e também oriundas do campesinato. Na dianteira da aquisição de terras estavam membros das elites locais, composta por comerciantes, políticos e agentes públicos.

Na aquisição das terras camponesas pessoas e grupos com conhecimento e ascendência sobre pessoas das comunidades rurais convenciam os agricultores de um jeito ou de outro a vender suas terras. Os agentes aliciadores que funcionavam também como atravessadores de terras⁴, compravam as áreas de porteira fechada⁵ e ficavam com a maior parte da infraestrutura, animais e maquinários e vendiam para as empresas a terra nua.

⁴ Os líderes sindicais e camponeses referem-se às pessoas que compravam terra na região como atravessadores de terras, porque eles compravam as terras para revender. O atravessador é uma figura conhecida no meio rural da Amazônia paraense, pois devido às grandes distâncias, precariedade nos meios de transporte e organização comercial deficitária, existem pessoas que tem como meio de vida sair de comunidade em comunidade rural comprando os mais diversos produtos e revendendo para comerciantes nas cidades, essas figuras são conhecidas como atravessadores.

⁵ O que significa que a pessoa vendia com tudo o que tinha dentro, pastos, animais, maquinários, plantios por serem colhidos.

Os agricultores que não foram convencidos a vender suas terras, depois com as empresas instaladas passaram a ser atraídos para plantarem dendê, haja vista que no escopo do PNPB há a necessidade de inclusão de agricultores familiares e também é um meio que as empresas encontram para acessar mais terras, dispor de força de trabalho a baixo custo e também ter um mercado para vender mudas, sementes e adubos não utilizados por elas, operou-se uma gama de estratégias para atrair agricultores.

Os contratos das empresas com os agricultores é supostamente regulado pelo Governo Federal por meio das Portarias que regulamentam a concessão do Selo Combustível Social. Este selo foi criado para ser concedido a produtores de biodiesel que comprassem matérias primas de agricultores familiares. As empresas detentoras do selo recebem redução e até mesmo isenção tributária, participação em 80% do biodiesel negociado nos Leilões da Agência nacional do Petróleo, gás Natural e Biocombustíveis (ANP), além de taxas de juros diferenciadas nos bancos públicos.

De acordo com as normas do Governo Federal os contratos firmados com os agricultores deveriam ser acompanhados e assinados conjuntamente pelo sindicato de Trabalhadores e trabalhadoras rurais do município no qual reside o agricultor. Quando chegaram à região as empresas até procuraram os sindicatos, porém como encontraram resistências, logo passaram a agir por conta própria e fazer os contratos a revelia do conhecimento dos sindicatos.

O boicote das empresas aos sindicatos de trabalhadores rurais foi para elas uma questão de existir, pois os sindicatos se opuseram à massificação pretendida, e ao discurso do enriquecimento pelo dendê, e também faziam críticas ao monocultivo querendo modificar o que era proposto para a agricultura familiar. Houve das empresas um contato anterior e quando depararam com essas resistências, passaram a atuar por fora, consoante contam os presidentes dos Sindicatos de trabalhadores rurais de Acará..

Primeiro teve uma reunião da Fetagri6 com as empresas de dendê porque tinha que ter um contrato assinado pelo sindicato, pelas empresas e pelo trabalhador, um tripé. Só que isso não aconteceu/essa dinâmica não aconteceu. Quando o sindicato percebeu já tinha gente da empresa fazendo reunião nas comunidades e sabe, fazendo aquela fala, se você plantar dendê daqui com 4-5 anos você vai ter sua hilux, dá isso, isso... todo aquele perfil técnico que o dendê poderia oferecer de produção, só que na pratica foi diferente. (Antônio Pedro, ex-presidente do STTR do Acará).

O nosso pessoal lá [na comunidade que ela reside] nenhum plantou. O pessoal com quem a gente conversou não quiseram. A gente prefere ficar com as nossas coisas, com as plantas nossas daqui. Se a gente tivesse chegado em mais gente, o número de agricultores que plantaram seria ainda menor, porque aqui quase ninguém plantou. (Maridalva, atual presidente do STTR do Acará).

O pessoal que vem aqui e que se diz arrependido, conta que tá muito ruim o dendê a gente sempre fala que eles deveriam ter ouvido a gente. (diretor no STTR de Concórdia do Pará).

Ainda que a resistência aqui enunciada tenha partido de organizações, a ação delas não foi coordenada, pelo contrário, cada sindicato agiu autonomamente realizando as orientações e alertando os agricultores sobre os riscos de entrar em projetos de desenvolvimento que não tem relação com o projeto de vida das famílias camponesas.

Além disso, muitos agricultores olharam com desconfiança esse projeto que se apresentava como salvaguarda da floresta, pretensão gerador de renda e de desenvolvimento. Não estavam ávidos em entrar no projeto porque para muitos deles uma cultura estranha e trazia temores futuros que eles nem conseguiam dimensionar.

Diante disso as empresas utilizaram diversas estratégias para convencer o maior número de famílias a aderirem seus respectivos programas. Desse modo, a atuação das empresas a fim de arregimentar agricultores para plantarem dendê deu-se primeiro por meio de reuniões nas comunidades, vendo que essa estratégia não estava sendo muito profícua, as empresas passaram a bater de porta em porta e eram recorrentemente insistentes.

Da primeira vez eles vieram e fizeram o relato deles e nós não aceitamos. Aí depois eles vieram de novo aí foi que nós decidimos. A gente não queria plantar, a gente tinha assim esse medo, tipo um medo de enfrentar esse serviço do dendê. (R, agricultora familiar de Acará).

(...) os técnicos que botaram muito, nesse tempo eu tava adoentado, eles vieram pra fazer do papai e do vizinho, aí eles botaram, botaram, aí eu disse que não queria de jeito nenhum, que era muito serviço, que eles plantavam pra mim. Até que eu decidi plantar por causa de problema aí, eles botaram quente demais em mim, diziam que era bom, não falaram de um jeito que tá acontecendo agora. (P.S, agricultor familiar de Concórdia do Pará).

Além desses relatos tem muitos outros de agricultores que evidenciam o quanto que as empresas atuaram no aliciamento dos agricultores e que para muitos a decisão de plantar foi sob muita pressão. Os empregados das empresas não tiveram o sucesso que acharam que iriam ter e passaram a ser insistentes e até a recorrer a táticas que iam desde mexer com o brio dos agricultores até a semear a discórdia entre os agricultores.

(...) ai eles colocaram pra mim uma questão assim, que teve alguém que falou pra eles – eles não quiseram relatar nome e eu também não exigi – chegaram a colocar pra eles que eles iam jogar o projeto na minha mão, dizendo eu no tamanho que sou pequeno, ia ter confiança de jogar um projeto na minha mão, aí o C ainda disse assim, cara investe no teu trabalho, temos totalmente confiança em ti, investe no teu trabalho o que vim de lá tu aplica no teu trabalho que se tu investir numa moto, numa casa... zela pelo teu projeto, pelo teu trabalho que mais tarde tu vai ajeitar tua casa e se bobar tua vai comprar teu carro, primeiro faz isso e mostrar pras pessoas que falaram isso que não é aquilo que eles pensam é por isso que até hoje eu não tenho nem sequer uma bicicleta. (G, agricultor familiar de Moju).

A estratégia retratada acima consistiu em mexer com a honra e inserindo intrigas para não só convencer o agricultor a plantar, mas também para que futuramente este priorizasse os investimentos com o plantio e deixar o plano da melhoria de sua família para um plano futuro, a primazia estava em mostrar para quem não acreditava nele que ele era capaz de cuidar do projeto e conseguir boa produção.

Além da estratégia de convencimento a partir do discurso de superação de uma vida supostamente arcaica e atrasada, e do discurso da boa e garantida renda mensal, alguns agricultores foram apresentados a supostas experiências de sucesso de agricultores do Moju que desde 2002 mantém plantios com a empresa Agropalma:

Foi alguém daqui/um grupo de pessoas fazer visita no Moju, fazer algumas perguntas e quando vieram de lá acharam que era importante. Algumas disseram que tinha gente lá dizendo que a partir do dendê deu até pra ter sua motinha, até carro, mas aí tem que cuidar, quem conta as histórias diz que é uma verdade, quem cuida bem tem mais produção, quem cuida pouco, tem menos produção. (J.M, agricultor familiar de Concórdia do Pará).

Observemos que o interlocutor não conhece a pessoa que foi fazer a visita ao Moju, nem conhece o agricultor visitado, mas recebeu informações genéricas, provavelmente inverídicas, num disse-me-disse no qual não se identifica os personagens, nem da onde surgiu tal conversa, mas essa conversa circulava de um agricultor ao outro dando credibilidade a um evidente factóide criado pelas empresas.

Porém, o discurso mais sedutor foi aquele relacionado às promessas de uma vida mais tranquila, com maior acesso à renda e no qual o agricultor ligado a uma economia de mercado superaria o atraso de sua cultura de corte e queima:

(...) eu penso nos meus filhos porque eu sou um agricultor e meus filhos tão se desenvolvendo nos estudos e mais lá na frente o dendê tem condições de pagar uma faculdade pra eles, e roça de mandioca não paga (agricultor familiar de São domingos do Capim).

O discurso do desenvolvimento é muitas vezes insuspeito e sedutor, promovendo a monocultura da mente, que de acordo com Vandana Shiva (2002) são concepções que primeiro ocupam a mente para depois ir para o solo, ou seja, “fazem a diversidade desaparecer das concepções para depois desaparecer do mundo”. (p. 17). E no caso das empresas, os técnicos de modo recorrente passavam para os agricultores a ideia de que os cultivos tradicionais eram atrasos que deveriam ser superados, destruindo a autoestima desses agricultores.

Depois de alguns agricultores convencidos os técnicos começavam a falar que pra ser melhor precisava que o grupo fosse maior e divagavam sobre as desvantagens de ter pouca gente, porque o frete, o adubo e a logística para a comercialização e manutenção do dendê seriam mais caras e mais difíceis e que tudo isso era desvantajoso para os

agricultores. Assim, os próprios agricultores passavam a tentar convencer outros agricultores a plantarem.

Houve, no entanto, caso nos quais as empresas não tiveram que recorrer a nenhum ardil, pois devido à escassez de políticas que contemplassem um projeto de emancipação e inclusão dos segmentos não capitalistas de produção, ou por esgotamento dos solos e ainda devido a doenças que atingiam a principal cultura desenvolvida na região que é a mandioca, o dendê surge como uma opção:

Eu resolvi plantar o dendê porque na roça nós já tivemos muito prejuízo. Teve um tempo que nós plantamos um alqueire de roça, eu com meu irmão, e ela apodreceu todinha. De um alqueire de roça nós tiramos sete sacos de farinha, aí decidimos bora parar de plantar isso. Aí esse ano plantamos uma ponta e já morreu um pé. A área onde está o dendê era toda de mandioca, mas com o tempo passou apodrecer, fazia pena ver as maniva tudo tombada. (H, agricultor familiar do Acará).

Aqui muita gente plantou outras coisas no meio do dendê, aqui eu não plantei nada porque onde tá o dendê fica tudo encharcado, não presta mandioca, não presta banana. (A. S, agricultor de Acará).

eu não tinha plano nenhum pra o negócio de dendê, até porque ninguém conhecia, né?! (...) eu tinha ali cinco tarefas ali pra baixo, que era que eu tinha, era o cacau, o açaí e cupu dentro do caju, que os caju *fazia* sombra pra ele, aí quando o fogo veio, aí queimou tudo, né?! aí quando eu avistei de longe, que eu vi vermelho queimando, aí veio assim um, imediato, assim um desespero, eu digo: Meu Deus, e agora?! (...) Aí que o dendê surgiu...e a empresa, a Vale, que ia plantar dendê nessa região, também tinha vez pros agricultor familiar. Aí digo, é já que não veio de outra maneira, quem sabe não vai dar certo assim!

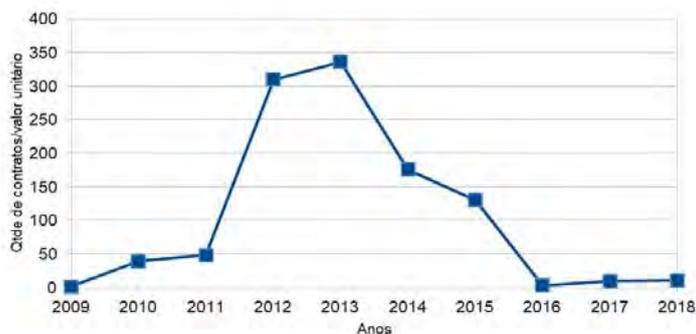
Sérgio Schneider (2010) aponta que em um ambiente hostil, os agricultores buscam alternativas e constroem estratégias que lhes permite resistir e se adaptar. Entre as alternativas e estratégias adotadas estão as migrações, a diversificação que pode ser agrícola ou não agrícola e a integração às agroindústrias.

Mas, as estratégias não tem um fim em si mesmas, o que quer dizer que ao migrar os camponeses vão adotar outros mecanismos, ou melhor, microrresistência que vão dar sentido às migrações (que podem ser temporárias ou definitivas), assim ao migrarem os camponeses procuram locais onde possam continuar a reproduzir seu modo de vida, como apontou Costa (2012) e Sousa (2018), no caso dos agricultores que venderam suas terras para as empresas de dendê e que passaram a habitar regiões nas quais pudessem, ainda que às vezes em condições adversas, continuar a plantar e a viver da terra.

Em que pese muitas famílias terem aderido ao projeto do dendê, essa adesão não foi massiva como planejaram as empresas antes de começarem a selecionar as famílias. Aliás, as empresas depreenderam que ao chegarem à região teria um enorme número de famílias ávidas por aderirem ao dendê, porém, além da resistência dos sindicatos, enfrentaram a desconfiança e o desinteresse da esmagadora maioria dos camponeses.

A empresa Biopalma ambicionava fazer contrato com duas mil famílias. A empresa BBB com mil famílias e a (ADM) com seiscentas famílias. Porém as pretensões das empresas ficaram longe de serem realizadas, do universo pretendido, ou seja, de 3.600 famílias, até 2018 alcançou-se apenas 1.062⁶.

Figura 1 N° de contratos de financiamento do Pronaf Eco-Dendê entre os anos de 2009 e 2018.



Fonte: Dados de crédito do Banco da Amazônia; Banco do Brasil, 2019.

Conforme pode ser confirmado na figura 1, não só as empresas não conseguiram alcançar o número de famílias pretendidas, como também com o passar dos anos o número de famílias que aderiram ao dendê entrou em queda livre, confirmando que o projeto de dendê é desinteressante para a agricultura familiar, que prefere outros tipos de projeto.

Ainda assim, mais de mil famílias contrataram financiamentos, e longe de serem incluídas socialmente o que ocorreu para a maioria foi aumento no dispêndio de força de trabalho, redução no cultivo de plantas alimentares e endividamento (SOUSA, 2019). Sobre alguns percalços enfrentados por esses agricultores tratarei no próximo tópico, para então falar das resistências camponesas, haja vista que estas são reações às imposições das empresas e a um repertório de práticas que buscam maximizar a exploração dos camponeses a serviço da reprodução ampliada do capital.

3. OS CONTRATOS DA DENDEICULTURA E A RESISTÊNCIAS CAMPONESA

Antes de falar sobre as resistências cotidianas, vou tratar de modo geral como ocorre a relação de contrato das empresas com os agricultores. A primeira coisa é em relação a terra, os plantios de dendê são feitos nos estabelecimentos rurais dos agricultores, que além de disporem da terra, financiam por meio de crédito rural a implantação e manutenção do

⁶ Informações baseadas em dados fornecidos pelo Banco da Amazônia e Banco do Brasil, pois as empresas costumam apenas informar números aproximados. No site da BBB informa que esta tem 3.000 hectares plantados pela agricultura familiar; a Biopalma fala em 6,8 mil hectares e a ADM em 270 famílias. Em entrevistas de campo, também consegui apenas números aproximados. Levando em consideração que todo o dendê implantado pela agricultura familiar é financiado, optei em utilizar os dados dos agentes financeiros.

dendê e trabalham nele, depois vendem a produção para a empresa com a qual assinaram contrato.

As empresas, por sua vez, dão assistência técnica, elaboram os projetos, vendem sementes, mudas e insumos para os agricultores e compram o dendê produzido ao preço que elas determinam. Porém, elas não dizem aos agricultores que determinam os preços, elas diziam que compram no valor de mercado, o que não acomoda de todo, mas convence.

O contrato com os agricultores se dá da seguinte forma: Primeiro há a seleção da família, que preferencialmente deve dispor de dez hectares já sem vegetação; depois ocorre a assinatura do contrato para fornecimento de matéria-prima. A empresa então media a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) diretamente com a empresa oficial de assistência técnica, elabora o projeto de financiamento⁷ e encaminha para o banco.

Além de elaborarem os projetos e prestarem assistência técnica, as empresas comercializam as mudas para o plantio, as sementes de puerária utilizadas na cobertura do solo, os adubos químicos e intermedeiam a contratação de trator para o preparo de área. As empresas recebem os valores referentes a esses produtos e serviços diretamente do banco mediante laudo emitido por ela mesma.

Posteriormente, já com o dendezal implantado as empresas seguem prestando assistência técnica e de acordo com o cronograma previsto no projeto liberam as parcelas para aos tratos culturais e adubação do dendê, sendo este o valor que as famílias recebem em espécie e são divididos em três parcelas anuais durante os dois anos do plantio. O adubo e outros insumos utilizados no dendê continuam a ser fornecidos pelas empresas e pagos com recursos do financiamento diretamente do banco para elas.

De modo geral o financiamento do dendê vai até o segundo, no máximo terceiro ano de plantio, porém, neste período a produção ainda não é suficiente para cobrir os custos, principalmente de adubação que é alto, então os agricultores recorrem às empresas que antecipam adubos para eles em troca de descontos posteriores quando o dendê passar a produzir comercialmente. Inicia aí um ciclo de endividamento no qual os agricultores ficam presos às empresas, não só por conta do contrato, mas também devido à dívida.

Como não há mediação de organizações sociais de classe, as empresas arregimentam agricultores de diversas partes, procurando agregar espacialmente, mas não o suficiente que forme grandes grupos, isto permite uma pulverização de camponeses e

⁷ O tamanho padrão das áreas financiadas é de dez hectares por família, sendo os primeiros financiamento (2011) no valor de até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), posteriormente (2012) o valor passou para R\$ 80.000,00 (oitenta mil) e atualmente está em R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil), sendo limitado a R\$ 6.500, 00 (seis mil e quinhentos reais), 8.000,00 (oito mil reais) e R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) por hectare, respectivamente.

dificulta a organização social e também a organização da produção, de modo que o transporte dos frutos dos agricultores para as empresas é organizado por elas mesmas.

A empresa BBB e ADM terceirizam o frete, cobrando R\$ 50,00 (cinquenta reais) por tonelada, a empresa Biopalma utiliza caminhões próprios e cobra R\$ 30,00 (trinta reais) por tonelada. Dessas empresas apenas a Biopalma possui planta industrial na região, desse modo, BBB e ADM compram o dendê dos agricultores e revendem para a empresa Dentauá, assim espoliam ainda mais os camponeses e maximizam seus lucros.

Em julho de 2019, último levantamento de campo para esta pesquisa, identifiquei que a BBB pagava entre R\$ 220,00 e R\$ 250,00 a tonelada para os agricultores e a empresa ADM R\$ 180,00 e revendiam para a empresa Dentauá a R\$ 280,00. Como os agricultores pagam R\$ 50,00 de frete por tonelada, assim, resta para os agricultores que vendem para BBB entre R\$ 170,00 e R\$ 200,00 por tonelada e para os agricultores que vendem para a ADM, pífios R\$ 130,00.

No mesmo período a Biopalma pagava R\$ 250,00 na tonelada e cobrava R\$ 30,00 de frete por cada uma, restando para os agricultores, em tese, R\$ 220,00. Digo em tese porque do valor de cada carga enviada pelos agricultores são descontados quinze por cento a título de abater os valores adiantados pela empresa por ocasião do fornecimento de adubos químicos, vendidos a preços superiores aos praticados no mercado de Belém, por exemplo.

Na safra de 2018 as coisas que já estavam ruins ficaram ainda piores, os agricultores que plantam com contrato para a empresa Biopalma perderam quase toda a sua produção ou no pé, ou apodrecida dentro das caixas aguardando a empresa buscar os frutos.

O calendário do corte é feito pela empresa, não importa se o agricultor teve algum problema, se tem muitos frutos maduros, ou se naquela semana ele tem algum inconveniente, o técnico da empresa liga ou manda mensagem confirmando o corte ou suspendendo o mesmo.

E na safra de 2018 o que os agricultores mais reclamaram é de que na semana marcada para corte o técnico responsável ligava e dizia que teve um problema e que não era para cortar. E assim na outra semana, e assim numa próxima, e com isto os cachos iam ficando velhos nas plantas e aquela carga era perdida.

Aqui eu perdi mais de 45 toneladas de dendê, fora os outros que botava dentro da caixa e apodrecia. Ah, mas nós paga [se referindo a falas dos técnicos da empresa]. Eu dizia, eu tô vendendo um produto fresco e quero receber por ele fresquinho na fábrica. Agora, se tu passar quinze dias pra pesar meu produto, como vai dar o preço desse aí? É 60% de quebra. (S.S, agricultor de São domingos do Capim).

Houve vezes, relataram os agricultores, que acontecia de o técnico responsável ligar autorizando o corte, assim eles faziam, mas aí o caminhão não chegava para buscar a

produção e o dendê apodrecia dentro das caixas, gerando transtornos adicionais, que era o chorume provocado pelo apodrecimento dos frutos escorrendo, contaminando o meio ambiente e gerando um forte odor.

Todo esse quadro de expropriação, os agricultores não ficam inertes, mas diariamente tomam atitudes que vão minimizando os impactos negativos dessa relação, e se ressentem de não possuir uma organização mais coordenada.

O que falta, tá faltando, é organização no grupo, entendeu? ORGANIZAÇÃO, por quê?! É muito bom a gente tá aqui preocupado com seis, oito toneladas de dendê e a firma chegou, pesou, levou...aí vai tirar seus bilhões (...) e o agricultor não sai daqueles centavos. (S, agricultor familiar de São Domingos do Capim, entrevista concedida em 2014).

Apesar de o agricultor acima mencionado se ressentir da ausência de um movimento coordenado para fazer frente a relação com a empresa e dar força às reivindicações dos agricultores na busca de melhorar os termos dessa troca exploratória, as formas cotidianas de resistências camponesa seguem em pleno vapor, estas de acordo com Scott (2011):

Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite. Entender essas formas corriqueiras de resistência é entender o que grande parte do campesinato faz “entre revoltas” para defender seus interesses da melhor forma que conseguem fazê-lo. (ibidem, p. 219).

Scott (2011) discute que os estudiosos das rebeliões e revoluções camponesas têm dado ênfase às insurreições e revoltas, sem negar a importância desses e dos movimentos sociais, o autor defende que não são esses os mecanismos que classicamente o campesinato tem marcado sua presença política, e sim por meio de formas silenciosas e anônimas, que ele nomeia de resistências cotidianas, ou microrresistências, definidas como:

a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros. A maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva. (Scott, 2011, p. 219).

As formas de resistência cotidiana são expressas por meio do que o autor chama de transcrição oculta, que é o ato fora da esfera pública, ou seja, sem confrontação e muitas vezes simulando subordinação para evitar reações e assim, sem confronto, realizar seus intentos, como foi o caso dos agricultores que contrariando as ordens das empresas, fizeram consórcios de outras plantas com o dendê.

Eles chegaram aqui mandaram tirar tudo quanto era pau, aí eu fui tirando, até que tinha um pé de piquiá. Aí eu falei, o piquiá eu não vou tirar não. Aí toda vez que eles vinham eles falavam que tinha que tirar, que tinha que tira. E voltavam e falavam de novo, até que mudou o técnico e ele viu que o piquiá não prejudicava em nada e pararam de falar e o bichão tá lá, bonito que só. (S, C. São Domingos do Capim).

Rapá, eles falaram que não era pra plantar nada, que era pra ficar só o dendê. Eu mandei foi gradear essa área aí todinha e vou deixar só pro dendê? Já plantei limão, pupunha e agora tô plantando banana. (I, agricultor de São Domingos do Capim).

Eu plantei mandioca, tirei mais de sessenta saca de farinha, agora não tá mais dando pra plantar porque o dendê fechou todo. Mas seria uma coisa muito boa poder ter outras plantas dentro, porque diminuía o serviço, quando limpasse uma, já tava limpando a outra. (G. M. Moju).

Eles dizem que não é pra plantar nada no meio do dendê, mas você já viu agricultor só ter uma coisa? (R.M, agricultor de Tomé-Açu).

Não logrando muito êxito na interdição de plantios escalonados com o plantio do dendê, a empresa Biopalma passou a acompanhar tecnicamente esses plantios. Como deu certo, já passou a utilizar as experiências como mais um meio de persuadir outros agricultores a plantarem dendê.

Quando contratam com as empresas há a exigência de que estes cumpram estritamente as orientações técnicas, sob pena de ter ou o contrato rescindido, ou quando ainda está em vigência a liberação de parcelas do financiamento, estas serem suspensas pela empresa. Assim, os agricultores fingem seguir algumas orientações, não discutem com o saber técnico, mas fazem as adequações que se enquadram melhor na organização da família.

Em vista disso, como resistências cotidianas constateei determinadas desobediências, como a redução na quantidade de adubo aplicado por planta, assim eles reduzem o uso e economizam em novas compras, ou utilizam o que sobra em outros plantios.

Outra desobediência é quanto ao prazo de corte dos cachos, as empresas exigem que os cachos sejam cortados 24 horas antes do carregamento, porém, devido ao tamanho dos projetos e a produtividade, isto se torna impossível para as famílias, então, elas começam a corta dois-três dias antes..

Da mesma forma detectei venda de adubos, desvios deste para serem utilizados em outros plantios, principalmente quem tem plantio de pimenta-do-reino e também abandono de plantios. Essas ações podem parecer irracionais uma vez que prejudicam diretamente os agricultores, já que o plantio de dendê é deles e se não adubarem corretamente o dendê poderá perder produtividade.

Todavia, a venda do adubo permite à família acesso a uma renda imediata, o que do ponto da sobrevivência é crucial, porque a necessidade de reprodução física não espera para amanhã. Os desvios do adubo para ser utilizado em outros plantios da família é uma escolha que se baseia também no retorno mais imediato e voltado para atender a produção que a família considera mais interessante.

Constarei ainda abandono de plantios, alguns bem no início, quando se depararam com uma carga de trabalho que excedia e muito a que a família estava acostumada. Outros agricultores abandonaram os plantios já produtivos, entenderam que o que estavam tendo de retorno não compensava o esforço que empreendiam.

As dificuldades já apontadas anteriormente no que concerne ao endividamento constante, preço do adubo, do frete, o atraso no transporte dos frutos, perdas no peso e pagamentos passando de um mês para o outro levou muitas famílias a decidirem que não valia a pena investir esforços físicos e psicológicos numa atividade que proporcionava mais raiva do que contentamentos.

Assim, além das práticas cotidianas de resistência, passaram também ao enfrentamento deliberado, haja vista que diante de uma situação insustentável de exacerbação da expropriação era necessário exceder o discurso oculto e partir para o embate político.

4. DA TRANSCRIÇÃO OCULTA PARA A TRANSCRIÇÃO PÚBLICA

Até aqui tratei de formas cotidianas de resistência, essas formas acontecem fora dos olhos das empresas, uma vez que os agricultores em muitos casos aquiescem com as recomendações das empresas, mas descumprem algumas conforme discuti anteriormente.

Essas formas de resistência, diz Scott (1985) podem ser entendidas como transcrições, que são de dois tipos, públicas e ocultas. Na transcrição pública os atores sociais, dominantes e dominados atuam orientando suas ações pelas expectativas do outro, são expressas em atitudes que demonstram submissão, por exemplo. Não há confronto aberto e ambos cumprem seus papéis sociais.

Na transcrição oculta estão falas, atos e atitudes que só são explicitadas para um grupo restrito ao círculo de confiança dos dominados, são as formas de resistência cotidiana. Porém, há determinados contextos que promovem a eclosão da transcrição oculta para o discurso público.

De acordo com o autor, isto ocorre em dois momentos, um quando as elites se demonstram menos hostis à reivindicações dos dominados, ou quando o grupo dominado revolta-se ou indigna-se deixando assim que o que era privado, venha a pública, estabelecendo assim o conflito direto.

Foi o que ocorreu no Assentamento Taperuçu, no município de Moju e com alguns agricultores de Concórdia do Pará. A empresa Biopalma fez muitos agricultores perder parte significativa de sua produção, por ou atrasar o transporte dos frutos, ou não ir buscar, ou demorar a pesar quando este já estava na empresa, assim o que não era perdido na terra

dos agricultores, perdia qualidade dentro das caixas ou no pátio da empresa ocasionando também a redução do preço pago aos agricultores.

Na safra de 2019 então os agricultores individualmente ou em pequenos grupos, procuraram a empresa Dentauá para a qual às escondidas passaram a vender seus frutos. Deixando uma pequena parte para entregar para a empresa Biopalma e assim afastar as desconfianças, conforme explicitou um dos interlocutores:

A gente agora tá entregando para a Dentauá. A gente ainda tá com a Biopalma, mas eu faço assim, pra Dentauá eu corto só o especial e pra Biopalma eu mando só os refugos. (agricultor de São domingos do Capim).

Porém, com o decorrer do tempo e a venda para a empresa Dentauá se mostrando muito mais vantajosa, primeiro porque o preço da tonelada era maior que o pago pela Biopalma; segundo, o frete era contratado direto pelos agricultores e saia muito mais barato que o cobrado pela Biopalma e terceiro, comercializando para a Dentauá eles escapavam dos descontos em virtude de dívidas contraídas junto a empresa; os agricultores foram tornando-se mais descuidados com essa venda escondida, até o ponto de não mais esconder.

Uma vez deu uma, duas, três viagens, aí eles chegaram e eles sabem que a gente cortou porque fica resto de caroço por aí. Aí eles perguntaram, vocês cortaram? Eu falei cortamos e vendemos pra Dendêtauá que a gente não vai é morrer de fome esperando por vocês. (agricultor de Concórdia do Pará).

Ao tomar consciência de que eles tinham alternativas de comercialização e ao perceber que os técnicos da empresa Biopalma começam a se preocupar com essa situação, os agricultores compreendem que estão com poder de negociação e então deixam a transcrição oculta se articular com a pública, passando então a assumir publicamente a venda para a empresa Dentauá e indo além, pedindo rescisão contratual.

“Agora eles estão uns santinhos”, diz uma agricultora se referindo à mudança no comportamento dos técnicos com a agricultura familiar, mas de acordo com ela não adianta mais, vão deixar de vender para a empresa e acrescenta: “meu marido fala, eles tão com essa garganta toda, mas não lembra que o emprego deles depende da gente, se não tiver agricultor não tem emprego pra eles”.

No Assentamento Taperuçu os agricultores se reuniram com os técnicos da empresa e anunciaram o rompimento do contrato, dos treze agricultores que lá plantam apenas um continuou. Decisão isolada, mas respeitada pelo grupo, que já sentenciou: “cada um escolhe o que acha melhor, e uns acham melhor viver sofrendo”.

Outro exemplo de resistência camponesa e que fez parte do universo da minha pesquisa vem da região da Boa Esperança no município do Acará, em que pese muitas

pessoas da região terem vendido suas terras ao ponto de comunidades rurais se extinguirem, como foi o que ocorreu no Ramal Pucaia. As famílias que ficaram resistiram à ofensiva do dendê, seja no que concerne à tentativa de expropriá-los de sua base fundiária, seja via tentativa de fazer contratos para os plantar dendê.

Ao participar de uma roda de conversar com diversos agricultores da região eles rememoravam as mudanças que ocorreram na região, principalmente no que se relaciona à venda de terras para as empresas de dendê. Então ocorreu o seguinte diálogo: “lá no Pucaia produzia de tudo, hoje não produz nada” e outro agricultor replica, “produz sim, produz dendê” e todos riem, riem porque para eles a produção do dendê não tem sentido, não é nada, riem de uma lógica perversa do monocultivo, riem não porque é engraçado, mas porque para eles não tem sentido plantar o que não se come, e muito menos tem sentido um projeto de desenvolvimento em que não tem gente dentro dele.

Para os camponeses a terra é vital para a continuidade do seu modo de vida. É o espaço onde plantam, criam seus animais e recriam suas vidas, ou seja, é mais que um suporte para o desenvolvimento de suas atividades, a terra tem um valor enquanto uso, e não é entendida como um mero suporte ou meio de trabalho:

(...) mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (Woortmann, 1987, p. 12).

Woortmann (1987) estuda o campesinato como ordem moral e como ordem moral os elementos constitutivos do campesinato remetem a uma honra, nesta perspectiva, a terra é patrimônio, patrimônio da família e a manutenção desse patrimônio honra os vivos, os mortos e os que virão.

Na ordem moral do campesinato transformar o patrimônio da família em mercadoria é motivo de desonra, é o que está implícito no modo como, em geral, outros agricultores se referem a quem vendeu suas terras, os chamam de coitados, iludidos e até riem da situação ruim na qual esses agricultores se meteram.

Na mesma roda de conversa, mencionada anteriormente, os agricultores contavam sobre a compra de terras na região do Acará e em meio a muitas risadas relataram que:

Quando eles pegavam esse dinheiro eles andavam num motão, aí com três-quatro meses a gente olhava eles na rua com um isoposão, vendendo; aí com mais seis meses eles estavam aqui pedindo emprego pra Vale, a Vale dizia: vão-se embora daqui, já venderam o terreno pra gente. (B, agricultor familiar do município de Acará).

Correndo o risco de a história não ser exatamente assim, ela é fidedigna ao que representa. Primeiro a jocosidade com que o caso foi contado, ressalta o elemento da desonra dos que venderam suas terras, negando assim o componente vital da existência do campesinato; segundo, o elemento de desonra em se tornarem outra coisa, vendedores ambulantes, a quem em geral se atribui um *status* de penúria e pobreza, e por fim a desonra em voltar ao seu algoz lhe pedindo emprego, querendo subordinar sua mão de obra, a fim de ganhar seu meio de vida, e por fim, o relato de que a Vale dispensa essa mão de obra, porque desse trabalhador a ela interessava apenas seu patrimônio, sua terra.

Isso tudo falado em uma roda de conversa entre iguais, da qual eu participava muito mais como expectadora, pois estava em situação de pesquisa, revela um modo eficaz de desencorajar outras famílias de participar do projeto do dendê, se mostrando como mais um modo de fazer resistência.

CONCLUSÃO

Em virtude de incentivos do governo Federal para diversificação da matriz energética brasileira, várias empresas foram atraídas para a região Amazônica e passaram, primeiro a comprar terras na região e depois a fazer contratos com camponeses para que estes plantassem dendê e fornecessem a estas empresas.

Os contratos são moldados de modo a extrair o máximo de renda dos camponeses. Para isto as empresas são ao mesmo tempo prestadoras de assistência técnica, elaboradoras do projeto, fornecedora de mudas e insumos, organizadoras do frete e compradoras de matéria-prima ao preço que elas determinam.

Desse modo as empresas controlam a mão de obra e a renda, criando mecanismo de constrangimento dos ganhos dos camponeses não permitindo que os mesmos consigam efetivamente aumentar sua renda, pois o que conseguem produzir, de um jeito ou de outro é apropriado pelas empresas.

Diante de um quadro tão desfavorável e por falta de organização coordenada, os agricultores vão adotando estratégias no dia a dia que minimizam os termos dessa relação. Simulando submissão total, os agricultores não questionam o saber técnico, mas vão descumprindo as ordens dos técnicos, seja fazendo plantios nas entrelinhas do dendê, seja reduzindo a quantidade de adubo recomendada, seja cortando o dendê em prazo superior ao estipulado pelas empresas.

As estratégias adotadas pelos agricultores buscam defender seus modos específicos de se organizar e seu modo de vida. Os consórcios atendem à lógica e a dinâmica da produção camponesa, por exemplo, e a organização do corte do dendê atende às

necessidades e capacidade de dispor sua força de trabalho, buscando diminuir a penosidade do trabalho.

Quando a empresa Biopalma deixa de pegar os frutos dos agricultores ocasionando perda de produção e portanto de renda, eles passam, primeiro individualmente, depois em uma ação mais conjunta, a comercializar para outra empresa. No início faziam isso à escondidas, e quando a relação com a outra empresa se firma, eles passam da transcrição oculta para a pública, tirando a máscara da submissão e informando que estão rompendo os contratos.

Ou seja, apesar de não haver um movimento social coordenado e de os sindicatos se manterem afastados dos agricultores não intervindo em favor deles contra as empresas, as famílias camponesas não estão inertes, ao contrário, cotidianamente sustentam um repertório de práticas que remetem a micro-estratégias que tem dois propósitos latentes, um o de reduzir os efeitos de sua posição subordinada e explorada e outro de se estabelecer como grupo social diferenciado e garantir alguma autonomia no processo de produção e reprodução da vida material, social e simbólica.

5. REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas**. Série Antropologia. V. 413. Brasília. DAN/ UnB. 2007.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. orientadora Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

GUBER, Rosana. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41616179>>, acesso em 20/05/2017.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

SCOTT, James. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais /*

Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 4, n. 1. (2010). Campinas: Unicamp/IFCH, 2011. p. 85-132.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.

SHIVA, Vandana. **Monocultura da mente**. Editora Gaia: São Paulo, 2002.

SOUSA, Rafael Benevides. Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no Nordeste Paraense. Jacob Binsztok (orientador). Doutorado (**Tese**). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2018.

SOUSA, Claudiane de Fátima Melo de. A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos: EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NA AMAZÔNIA PARAENSE. Doutorado (**Tese**). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-Naea. Universidade Federal do Pará, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, 2015, p. S025-S044.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se neguceia":o campesinato como ordem



GT 5 – Movimentos sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos

FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CAMPONESA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM AGENTES SOCIAIS QUE ATUAM EM ÁREAS DE CONFLITOS PELA TERRA

Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA)¹
Railana Galvão do Rosario (UFPA)²
Marcelle da Silva Moura (UFPA)³

RESUMO

O presente estudo reflete sobre uma experiência de extensão universitária com agentes sociais que atuam em áreas de conflitos pela terra na Amazônia brasileira. Tem por objetivo discutir a troca de saberes entre a academia e os movimentos sociais a partir da experiência de um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Pará/UFPA, problematizando sobre a necessária formação profissional compromissada com princípios éticos-políticos emancipatórios. A partir de uma perspectiva crítica e reflexiva acerca da dinâmica social da sociedade capitalista, que constitui o cenário de contradições e conflitos sociais no território amazônico, foram realizadas atividades de formação refletindo sobre a relação entre políticas públicas, educação e diversidade camponesa. O relato das experiências de enfrentamento e resistência utilizadas por agentes sociais que atuam em áreas de conflitos pela terra foram utilizadas como problematizadores para a formação promovida pelo Projeto de Extensão, realizado a partir da parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Dentre as reflexões alcançadas pela experiência extensionista, destaca-se a confirmação do necessário processo permanente de formação das lideranças dos movimentos sociais bem como dos(as) agentes sociais que os acompanham, o que inclui o fortalecimento da relação entre os espaços acadêmicos de formação profissional e os movimentos sociais, particularmente na Amazônia brasileira. No caso da formação em Serviço Social, a negação de direitos promovida pelo grande capital na região, expulsando as populações locais de seus territórios, se constitui em espaço de reflexão e intervenção para as(os) profissionais comprometidos com os princípios ético-políticos da profissão.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; Conflitos sociais; Formação; Políticas Públicas; Diversidade camponesa.

¹ Assistente Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: fialhoppgss@gmail.com.

² Discente de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista de extensão do Projeto de Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia Brasileira. E-mail: galvaorailana@gmail.com.

³ Discente de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista voluntária de extensão do Projeto de Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia Brasileira. E-mail: marcelle.moura@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

É preciso indignar-se e buscar alternativas de resistência e esperança. Essa afirmativa está presente no Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2020), o qual traz um mapeamento de conflitos nos países da Pan-Amazônia. Como apontado pela CPT, a luta dos povos por seus direitos e o enfrentamento às ameaças e contra todas as formas de violência cria caminhos de resistência, de solidariedade, de vida e de esperança com o reconhecimento de que a indignação sendo um primeiro passo, requer a busca de alternativas de resistência, para não se render às adversidades do capital e proteger os bens naturais comuns.

A lógica do capitalismo visa controlar as riquezas naturais necessárias ao processo produtivo compensando assim, particularmente nos momentos de crise do sistema, a queda tendencial da taxa de lucro utilizando-se da intensificação da exploração da natureza (terra, água, florestas, etc) e, também da força de trabalho (LEAL, 2005 *apud* FIALHO NASCIMENTO, 2006). Surgem daí, como resultado da presença do grande capital por meio de grandes empreendimentos como mineradoras, hidrelétricas, portos, ferrovias, agronegócio, etc, uma série de conflitos entre, de um lado, a lógica de exploração da natureza como mercadoria e, de outro, os povos amazônicos que extraem da natureza o necessário à sua sobrevivência, física, espiritual e simbólica em relação direta com o território que ocupam.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com a CPT e com instituições de educação das 05 (cinco) regiões do Brasil, organizaram a capacitação do Projeto, visto que a CPT é uma entidade de caráter pastoral que desenvolve um trabalho político e coletivo de educação, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria para trabalhadores/as do campo, em todo território brasileiro, e a UFG, bem como outras instituições de educação do Brasil, são espaços de promoção da extensão universitária, imprescindível para ações que possam colaborar e fortalecer a relação entre os espaços acadêmicos de formação profissional e os movimentos sociais, no enfrentamento aos conflitos sociais na Amazônia brasileira.

Para o enfrentamento dos conflitos socioterritoriais envolvendo a presença do grande capital e as populações locais, são várias as experiências realizadas por diferentes setores da sociedade civil. Além da CPT, entidade de caráter pastoral que desenvolve um trabalho político e coletivo de educação, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria para trabalhadores/as do campo, em todo território brasileiro há experiências na Academia que buscam contribuir através de diferentes iniciativas entre as quais se destaca a assessoria aos movimentos sociais. É por meio da extensão universitária que instituições de educação do Brasil promovem espaços de troca entre saberes com ações que visam colaborar e fortalecer a relação entre os espaços acadêmicos de formação profissional e os movimentos sociais.

Neste artigo apresenta-se a experiência de formação com agentes sociais que atuam em áreas de conflitos sociais na Amazônia brasileira, desenvolvida por meio do Projeto de Extensão “Formação em Políticas Públicas, Educação e diversidade camponesa na Amazônia brasileira” coordenado por docentes da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Este Projeto teve início no ano de 2018 a partir de uma parceria com a CPT e a Universidade Federal de Goiás (UFG), integrando-se ao “Projeto de Formação Nacional em Educação e Diversidade camponesa” desenvolvido por professores(as) com experiência em assessoria aos movimentos sociais. Na sua etapa regional o Projeto foi denominado “Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia Brasileira”, buscando capacitar agentes sociais, lideranças comunitárias e integrantes de movimentos sociais, incluindo aqui os agentes sociais que atuam também na área urbana em situações de conflitos pela terra.

Na parceria firmada com a FASS/UFPA o Projeto de Formação Nacional contou com a experiência de docentes com longa trajetória de trabalhos em extensão e pesquisa, na área rural e urbana e discentes bolsistas e voluntários da graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS). Para a formação em Serviço Social, o Projeto objetivou fortalecer o Projeto Pedagógico de Curso da FASS/UFPA e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a qual reitera o compromisso da formação em Serviço Social com a organização social e a assessoria aos movimentos sociais da classe trabalhadora, no sentido de ampliação e garantia dos direitos sociais e da emancipação humana.

A metodologia do Projeto de Extensão aqui apresentada foi elaborada em conformidade com o Projeto Nacional coordenado pela UFG e compreendeu uma capacitação organizada em MÓDULOS, objetivando fomentar o entendimento sobre processos econômicos, políticos e sociais que causam conflitos na Amazônia brasileira e subsidiar conhecimentos em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa, com ênfase em legislação e instrumentos legais de enfrentamento aos processos de transformação econômica e social relacionadas aos conflitos nos territórios.

Importante destacar que na Etapa Regional Norte, coordenada pela FASS/UFPA, houve flexibilidade para que a Coordenação Local realizasse alterações que pudessem atender às particularidades da região, especialmente considerando a extensão territorial da Amazônia brasileira de onde os (as) participantes eram oriundos(as). Isso se revela extremamente importante numa região marcada pela diversidade geográfica, cultural, econômica e política, requerendo das Coordenações, nacional e local, estratégias que pudessem garantir a participação dos (as) agentes a quem se destinava a Formação.

A partir do exposto este artigo apresenta inicialmente a realização do Projeto Nacional de Formação e sua dinâmica na Etapa Regional Norte, quando foi coordenado por

docentes da FASS/UFGA. Na sequência são apresentadas reflexões sobre a importância da construção de espaços de troca entre a Academia e os Movimentos Sociais a partir da extensão universitária, finalizando com a contribuição do Projeto de Extensão para a formação em Serviço Social comprometida com os princípios do seu Projeto Ético-Político.

2 O PROJETO NACIONAL DE FORMAÇÃO E SUA DINÂMICA NA ETAPA REGIONAL NORTE

A metodologia desenvolvida pelo Projeto de Extensão foi elaborada pela Coordenação do Projeto de Formação Nacional sob a responsabilidade da UFG e compreendeu uma capacitação em 03 (três) MÓDULOS: 12 (doze) dias em Fevereiro de 2019 no MÓDULO I, 12 (doze) dias em Agosto de 2019 no MÓDULO II e 12 (doze) dias em Fevereiro de 2020 no MÓDULO III. Com autonomia para a organização das atividades na Etapa Regional Norte, a coordenação do Projeto de Extensão local organizou a carga horária diária da Formação em 10 (dez) horas diárias, objetivando assim atender às demandas das(os) participantes da Formação que não poderiam ausentar-se dos seus estados e/ou municípios por longos períodos.

Para mediar as aulas expositivas, as rodas de conversa e os debates, foi composta uma equipe de docentes e educadores popular de variadas instituições, como CPT, UFGA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Estadual de Roraima (UERR) e Centro de Educação Popular (CEPIS), os quais trabalharam o conteúdo programático do curso de acordo com a metodologia elaborada pela Coordenação Geral do Projeto.

O MÓDULO I do Curso ocorreu no período de 04 a 15 de Fevereiro de 2019, na UFGA e contou com a participação de 22 (vinte e dois) participantes, oriundos/as de 04 (quatro) estados (Amapá, Maranhão, Pará e Tocantins), sendo eles/elas agentes de pastoral da CPT, lideranças quilombolas do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), Mulheres Guerreiras da Resistência do MOQUIBOM, Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, liderança indígena da comunidade do Cajuúna no Marajó, integrantes do movimento urbano Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), integrante das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e discentes do Curso de Serviço Social (UFGA).

Para início do Curso, os/as participantes foram convidados/as a fazer uma apresentação oral e escrita em cartelas, sobre seu trabalho enquanto agentes de pastoral, lideranças comunitárias e/ou integrantes de movimentos sociais, os desafios que encontram cotidianamente, os/as sujeitos/as com quem trabalham e suas expectativas para o Curso de Formação. Para compreender esse início com trocas de experiências, as apresentações

foram reunidas em uma tabela, exposta abaixo, dividida por regiões dos/as participantes, seus trabalhos, seus desafios e suas expectativas para o Curso. (Tabela 1).

Tabela 1 - Sondagem das experiências dos (as) participantes

| REGIÃO | AMAPÁ (AP) | MARANHÃO (MA) | PARÁ (PA) | TOCANTINS (TO) |
|-----------------|---|---|--|---|
| TRABALHO | Trabalhos como agente da CPT, em articulação com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), junto a povos e comunidades tradicionais de assentados/as, agricultores/as, pescadores/as, ribeirinhos/as e quilombolas, em Macapá (AP). | Trabalhos como artesão, lavrador/a, educador/a agente ou voluntário/a da CPT, integrante do MOQUIBOM, do Movimento de Mulheres Guerreiras da Resistência do MOQUIBOM, Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão e Quebradeiras de Coco Babaçu, nas regiões de São Luís, Gonzaga, Serrano, Codó, Cajari e Mangabeira (MA). | Trabalhos como educador, agente ou voluntário/a da CPT, integrante do FMPBCU e da CEB, em articulação com povos e comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, juventude quilombola, ribeirinhos/as, agricultores/as, do espaço rural, e com vítimas de inundações e alagamentos, do espaço urbano, nas regiões como Belém, Breves, Itaituba, Jambuaçu e São Félix do Xingu (PA). | Trabalhos enquanto jornalista, historiador, agente da CPT, com povos e comunidades tradicionais de assentados/as, acampados/as, ocupantes, quilombolas e indígenas, na região de Araguaína (TO). |
| DESAFIOS | Conflitos pela terra e pela água que envolvem: - Judiciário; -Grandes projetos; - Expansão da mineração e das empresas de soja em territórios tradicionais; - Grilagem; - Madeiras. | Conflitos pela terra, água, moradia, políticas públicas, relatados como principal consequência do capitalismo: -Conjuntura política; -Grandes projetos; -Defesa do território; - Reintegração de posse; -Destruição do chão sagrado; -Despejo de famílias; - Criminalização e cooptação de lideranças comunitárias; - Racismo institucional; - Violência de gênero; - Organização interna; -Violência de fazendeiros e | Conflito pela terra, pelas águas, pelas florestas e meios de trabalho, na área rural: -Grandes projetos de barragens e ferrovias; - Exploração ilegal de madeira e palmito; -Portos de soja; -Pecuária; - Monocultura de dendê; -Grilagem; -Créditos de carbono; -Linhões de transmissão de energia; -Fazendeiros com ligações políticas; -Conflitos por terra e água; -Trabalho escravo contemporâneo no meio rural; -Carência de organização popular; - Construção de | Conflitos pelos bens naturais, como: -Estado; - Judiciário; - Grandes projetos de barragens e ferrovias; - Expansão de empresas de soja e eucalipto em territórios tradicionais; - Grilagem; - Fazendeiros; - Trabalho escravo contemporâneo no meio rural; - Alcance às Políticas Públicas; -Evasão da juventude rural. |

| | | | | |
|---------------------|--|---|--|--|
| | | grileiros, muitas vezes ligados ao poder político municipal, estadual ou até federal. | protocolos de consultas; - Criminalização e cooptação de lideranças comunitárias; -Acesso a direitos básicos; Na área urbana, os conflitos foram relatados como: - Problemas com o Poder Executivo e Judiciário; Carência na política de saneamento; -Falta de organização, envolvimento e articulação de moradores/as que vivem esses problemas com a FMPBCU. | |
| EXPECTATIVAS | -Ampliação dos conhecimentos; -Troca de experiências; - Fraternidade; - Solidariedade. | -Ampliação dos conhecimentos, para agregar à realidade e fazer a defesa da vida nos territórios; - Aprofundamento de conhecimentos sobre movimentos sociais; -Troca de experiências; - Articulação com o trabalho de outras regiões; -Contraposição aos conhecimentos consolidados. | -Ampliação dos conhecimentos; -Troca de experiências; - Conexão com outras realidades de trabalho de agentes da CPT e lideranças comunitárias; - Alimentar a mística; -Unificar as lutas; -Levar o aprendizado adquirido no Curso para os territórios; - Visibilidade para os problemas urbanos; - Fortalecimento do enfrentamento da FMPBU. | -Ampliação dos conhecimentos, especificamente sobre os conteúdos teóricos que vão agregar fortalecimento para a atuação na base; -Troca de experiências. |

Fonte: Relatório Técnico do Projeto de Extensão “Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia brasileira”

A partir da leitura da tabela de apresentação inicial, é possível compreender que as lutas, os desafios e as expectativas são similares. Os/as integrantes lutam diariamente, em diferentes espaços e territórios, contra um desafio em comum: o capitalismo - o qual também foi citado como desafio principal. O grande ataque do capital configura diversas problemáticas e desafios, vivenciados igualmente pelos/as participantes. Além disso, o Estado, na figura do

poder Executivo, Legislativo e Judiciário, firmam uma ligação de contribuição para esse grande ataque capital, ao negar os direitos sociais e o acesso às Políticas Públicas.

No meio urbano, os desafios também são os mesmos, pois conforme relatado, as inundações e os alagamentos na cidade de Belém, são problemáticas de acesso a direitos básicos de moradia e saneamento, que refletem mais uma vez a negação de direitos por parte do Estado, em figura do poder Executivo, Legislativo e Judiciário. A falta de articulação entre moradores/as para reivindicar seus direitos no meio urbano também está presente no meio rural, já que as lideranças comunitárias ou integrantes de movimentos sociais são criminalizados e muitas vezes cooptados.

Percebe-se que o meio rural e o meio urbano estão conectados, tanto pelo grande ataque do capital e os desafios, quanto pelas lutas e formas de resistência. Suzuki (2007) chama atenção, por exemplo, para o fato de que, na era da modernidade e do moderno, há construção de territórios do capital no campo e na cidade, ou seja, os dois espaços estão sendo ocupados pela lógica desigual do capitalismo, que por meio de seus instrumentos de exploração e dominação, tem negado e destruído o meio ambiente, os modos de vida e os direitos sociais.

Por conta disso, os/as participantes relatam expectativas parecidas para o Curso de Formação, porque reconhecem a necessidade de agregar conhecimentos, trocar experiências, fortalecer velhas e novas formas de enfrentamento, unificar lutas e partilhar solidariedade entre sujeitos/as que vivenciam desafios equivalentes, mesmo em regiões diferentes.

Na primeira semana do MÓDULO I do Curso, foram trabalhadas as disciplinas “Pesquisa, Educação e Campesinato I” e “Elaboração de Projeto de Pesquisa”, pelas/o docentes Maria Elvira Sá (UFPA), Nádia Fialho (UFPA) e Karl Arenz (UFPA). As aulas aconteceram de forma expositiva, com leituras, debates, trocas de experiências e místicas⁴. (Fotografias 01 e 02).

⁴ No livro “Trabalho de Base”, organizado pelo Educador Popular Ranulfo Peloso (2012), a mística é definida como algo que deriva do mistério. É o misticismo, uma visão ou explicação religiosa, as quais têm relação com a divindade. A mística popular é o segredo plantado na alma das pessoas, é uma força interior que impulsiona a militância e que expressa atitudes, individuais e coletivas, celebrada para estimular a resistência. Nas formas de concretização da mística, há recitação de poesias, cantos, reza, grito de guerra, silêncio, olhar contemplativo, ritual festivo, que envolve simbologia, luzes, cores, gestos, expressões culturais, festa, e valoriza a participação e o envolvimento das pessoas; a criatividade e a solenidade; concentra a atenção e recorda a espiritualidade que une o grupo.

Fotografia 01 - Atividade dialogada entre docentes e discentes na disciplina “Pesquisa, Educação e Campesinato I”



Fonte: Relatório Técnico do Projeto de Extensão “Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia brasileira”

Fotografia 02 - Momento de debate na disciplina “Pesquisa, Educação e Campesinato I”



Fonte: Relatório Técnico do Projeto de Extensão “Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia brasileira”

A disciplina de “Pesquisa, Educação e Campesinato I”, discutiu métodos científicos, como positivismo e materialismo histórico-dialético e suas implicações na produção de conhecimento e na construção de um projeto de pesquisa. Em “Elaboração de Projeto de

Pesquisa”, foi abordada a estruturação e a elaboração de um projeto de pesquisa, o qual foi a base para o trabalho final do Curso⁵. (Fotografia 03).

Fotografia 03 - Atividade dialogada entre docente e discentes na disciplina “Elaboração de Projeto de Pesquisa”



Fonte: Relatório Técnico do Projeto de Extensão “Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia brasileira”

Na segunda semana do MÓDULO I do Curso, foram trabalhadas as disciplinas “História das Lutas Camponesas” e “Sociologia das Lutas Camponesas”, pelo/a docente Airton Pereira e Edma Moreira (UNIFESSPA). As disciplinas foram ministradas conjuntamente, com abordagem sobre o panorama, contexto histórico, características e reivindicações das lutas camponesas, movimentos de resistência e o antagonismo político, econômico, ideológico e sociocultural subjacente às resistências camponesas.

O MÓDULO II do Curso aconteceu no período de 19 a 25 de Agosto de 2019, no Centro Social Sagrada Família⁶ e contou com a presença de 24 (vinte e quatro) participantes, sendo eles/elas agentes de pastoral da CPT, lideranças quilombolas do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), Mulheres Guerreiras da Resistência do MOQUIBOM, Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, liderança indígena da comunidade do Cajuúna no Marajó, integrantes do movimento urbano Frente dos

⁵ O trabalho final foi requisitado como produção individual ou em dupla, em formato de projeto de pesquisa ou de Intervenção, artigo, ou relato de experiência popular, para permitir que os/as participantes, com diferentes níveis de escolaridade, possam produzir seus textos abordando a sua experiência no Curso de Formação e a relação do Curso com seu campo de atuação enquanto agente da CPT, liderança comunitária ou integrante de movimento social rural ou urbano.

⁶ Associação de Defesa de Direitos Sociais, com espaço para realização de eventos religiosos e sociais, localizado no bairro Águas Lindas, no município de Ananindeua-PA.

Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), integrante das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), discentes do curso de Serviço Social e Desenvolvimento Rural (UFPA).

As disciplinas trabalhadas foram “Metodologia da Educação Popular e Práticas da CPT” e “Elaboração de Projeto de Pesquisa II”. A disciplina “Metodologia da Educação Popular e Práticas da CPT”, foi ministrada pelo educador popular Ranulfo Peloso (CEPIS), que através de rodas de debates e aulas dialogadas, discutiu a origem e o trabalho da CPT, bem como as práticas concretas e os princípios metodológicos da Educação Popular e do Trabalho de Base e suas dimensões (concepção, objetivo, método organizativo, metodologia e mística), enquanto uma aplicação da Educação Popular⁷. (Fotografias 04 e 05).

Fotografia 04 - Momento de debate na disciplina “Metodologia da Educação Popular e Práticas da CPT”



Fonte: Relatório Técnico do Projeto de Extensão “Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia brasileira”

⁷ Maciel (2011) define Educação Popular como um legado do educador e militante Paulo Freire, que contribuiu para a construção de uma educação libertadora, a partir das camadas populares que são detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade. Essa forma de educação nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo, provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitua nas relações históricas e sociais. (MACIEL, 2011, p. 328). Já o livro “Trabalho de Base”, organizado pelo educador popular Ranulfo Peloso (2012), interpreta Educação Popular como uma ferramenta político-pedagógica e um processo coletivo de elaboração, tradução e socialização do conhecimento, que capacita educadores e educandos a ler criticamente a realidade para transformá-la.

Fotografia 05 - Objetos simbólicos e culturais para compor o espaço da mística



Fonte: Relatório Técnico do Projeto de Extensão “Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia brasileira”

A disciplina “Elaboração de Projeto de Pesquisa II”, trabalhada pelos docentes Nádia Fialho e Karl Arenz abordou a estruturação de um projeto de pesquisa e discutiu os esboços dos projetos que estão sendo construídos pelos/as participantes, sobre a sua realidade de trabalho e atuação no campo e na cidade.

O MÓDULO III se deu como a última etapa do Curso de Formação, que ocorreu no período de 03 a 15 de Fevereiro de 2020, na Casa de Acolhida Santa Clara⁸. Este módulo teve a participação de 27 (vinte e sete) participantes, sendo novamente agentes de pastoral da CPT, lideranças quilombolas do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), Mulheres Guerreiras da Resistência do MOQUIBOM, Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, liderança indígena da comunidade do Cajuúna no Marajó, integrantes do movimento urbano Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), integrantes de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), discentes do curso de Serviço Social e do PPGSS/UFGA.

Nesta última etapa foram ministradas 03 (três) disciplinas, sendo elas “Antropologia das Lutas Camponesas”, “Teologia e Pedagogia do Trabalho Pastoral da Terra” e “Questões Camponesas Contemporâneas” e nos intervalos ou ao final das aulas, os/as participantes receberam orientações para a construção do seu trabalho final, o qual foi iniciado no MÓDULO I do Curso.

⁸ Local de realização de eventos religiosos e sociais da Fraternidade São Francisco de Assis, localizada no bairro Guamá, em Belém-PA.

A disciplina “Antropologia das Lutas Camponesas” foi trabalhada pela docente Maria José (UERR) e contou ainda com a colaboração, a convite da docente, de Adriane do Prazeres, da Universidade Estadual do Pará (UEPA). A disciplina abordou a formação do latifúndio no Brasil Império e seus impactos no Brasil República, antecedentes do latifúndio (capitanias, sesmarias, período imperial e a primeira Lei de Terras do Brasil), o Império e a identidade do Estado brasileiro, o Coronelismo e as representações constitutivas das lutas e resistências camponesas (balaiada, cabanagem, canudos), o Movimento dos Sindicatos Rurais e as Ligas Camponesas.

Nos dias seguintes, a disciplina abordou outros momentos da história do Brasil, como o Golpe Militar de 1964 e seus impactos na Amazônia (intensa migração, crescimento demográfico, abertura e ocupação de projetos de colonização, abertura de rodovias, avanço da mineração, do agronegócio e da pecuária e urbanização), a Constituição de 1988 e as atividades tradicionais (mariscagem, extrativismo, agricultura familiar, trabalho coletivo, etc.) desenvolvidas por segmentos sociais, como alternativa de renda e manutenção de subsistência.

Para finalização da disciplina, ocorreu uma troca de experiências em que os/as participantes dividiram-se em grupos, para expor e debater lutas que a CPT acompanha ou já acompanhou e que ficaram marcadas na história. O primeiro relato foi sobre a luta de Dorothy Stang, missionária estadunidense da CPT em Anapu (PA), que lutou pela criação de assentamentos com garantia de renda para as famílias pobres e pela preservação da Amazônia. Junto a agricultores familiares, Dorothy lutou pela construção do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, que é símbolo de representação histórica da luta por modelos de desenvolvimento que preservem a terra.

Há também a luta das comunidades camponesas de Serra do Centro, em Campos Lindos (TO), a qual recebe apoio da CPT, contra a expansão da soja na região. Conforme foi relatado, o Projeto Agrícola Campos Lindos, localizado no nordeste do Tocantins, sob a lógica da monocultura, é responsável pela expansão da soja, que causa expulsão e apropriação de terras das comunidades tradicionais que vivem na região há anos. Antes as comunidades viviam na região por meio de atividades tradicionais, como extrativismo, caça e pesca. Contudo, o avanço da soja na região transformou as dinâmicas de produção e subsistência das famílias camponesas, que agora sofrem com a problemática do agrotóxico e da redução de áreas de plantio.

O último relato foi da luta da comunidade quilombola do Ambé, em Macapá (AP), a qual também recebe apoio da CPT, contra a empresa Morumbi. Há um processo de enfrentamento diário contra a empresa que chega na região, avançando sobre os recursos naturais, modificando o modo de produção e de subsistência da comunidade. Os quilombolas também vivenciam os ataques de posseiros, que são favorecidos pelas ações de

irresponsabilidade, por parte de órgãos de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas. Dessa forma, a região se encontra em constante situação de tensão com grupos de interesses, mas faz enfrentamento através das articulações e pressão ao Ministério Público Federal e Estadual pelo reconhecimento de seus direitos.

Portanto, a disciplina foi finalizada com muitas reflexões e trocas de conhecimento, que se refletiram na última dinâmica. Ela também foi marcada por gestos de simbologia e espiritualidade, como na mística. (Fotografia 06).

Fotografia 06 - Momento de mística e roda de dança na disciplina “Antropologia das Lutas Camponesas”



Fonte: Relatório Técnico do Projeto de Extensão “Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia brasileira”

A segunda disciplina trabalhada foi “Teologia e Pedagogia do Trabalho Pastoral da Terra”, pelo biblista e assessor da CPT Sandro Gallazzi. A disciplina possibilitou debates relacionados a uma leitura e interpretação sociológica e militante da Bíblia e da igreja, sobre valores teleológicos-históricos e a espiritualidade presente na resistência e na luta pela terra, bem como a origem, a missão e a identidade pastoral, pedagógica, educativa e transformadora da CPT.

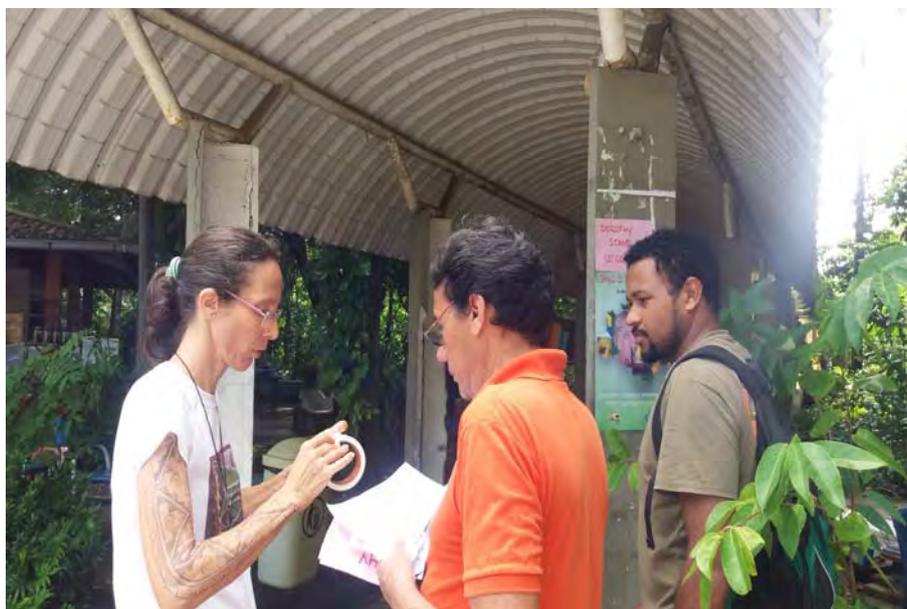
Já a última disciplina ministrada da Formação foi “Questões Camponesas Contemporâneas”, pelo docente Gerônimo Treccani (UFPA). A disciplina foi iniciada com abordagem sobre a origem histórica da propriedade, a síntese dos diferentes regimes fundiários do Brasil (Regime das Sesmarias, Regime das Posses e Regime da Lei de Terras), o Estatuto da Terra e o seu conjunto de normas que objetivou regular os direitos e obrigações aos imóveis rurais, como o Cadastro Rural (CAR) e a execução da Reforma Agrária. No segundo momento, os/as participantes fizeram a leitura de textos e debateram a formação da

propriedade territorial do Brasil e como esse processo implica na atual conjuntura problemática de distribuição de terras no país e a classificação de imóveis rurais contida no Estatuto da Terra e na constituição de 1988.

Posteriormente, o tema trabalhado foi sobre formas de acesso à terra e à propriedade, apresentado juntamente com leitura e discussão de textos, sobre a legitimação e regularização de posse, a regularização fundiária federal no âmbito da Amazônia Legal e as modalidades de assentamentos federais, como o Projeto de Assentamento Federal (PA) e o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE). Na finalização da disciplina, as aulas dialogadas e o debate a partir da leitura de textos foram sobre as normas e os desafios atuais no acesso à terra. Foi trabalhada a Lei 13.465/2017 que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e suas alterações que impactaram os projetos de assentamentos diferenciados na Amazônia, tornando um desafio no que se refere ao acesso à terra.

Para além das aulas expositivas, rodas de conversas e debates, o Curso de Formação também contou com outras atividades coletivas que trouxeram importantes reflexões. Na segunda semana do MÓDULO I, no dia 12 de Fevereiro de 2019, em que se completava 14 anos do martírio de Dorothy Stang, os/as participantes reuniram-se para fazer colagem de cartazes na UFPA, em homenagem à missionária. (Fotografia 07).

Fotografia 07 - Colagem de cartazes em homenagem a Dorothy Stang na UFPA



Fonte: Relatório Técnico do Projeto de Extensão “Formação em Políticas Públicas, Educação e Diversidade Camponesa na Amazônia brasileira”

Esse momento proporcionou reflexões sobre a luta, resistência e legado que Dorothy Stang deixou aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira. Sua luta foi imprescindível para as vozes desses povos ecoar e denunciar o grande ataque do capital e as várias facetas de sua violência.

3 REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A fim de mensurar os resultados do Curso de Formação e o Projeto no geral, foi realizada uma avaliação final, em formato de roda de conversa, para que os/as participantes contassem o que foi bom, o que não foi bom e o que pode melhorar, em relação a estrutura dos locais de atividades, metodologia de educação e convívio entre os/as participantes e docentes. Essa avaliação foi importante para refletir e articular outros Cursos de Formação, tanto da CPT, como de movimentos sociais e da UFPA.

Sobre a estrutura, os aspectos avaliados positivamente foram os espaços dos MÓDULOS II e III, que de acordo com os/as participantes, eram amplos e conseguiram abarcar as demandas. Sobre a questão pedagógica, foram avaliadas positivamente: a metodologia de aulas dialogadas e debates coletivos, que envolveu troca de conhecimentos e descentralização do Curso, que contou com a participação homogênea de membros da universidade, entidades pastorais e movimentos sociais rurais e urbanos, possibilitando a relação entre lutas urbanas e lutas rurais.

A assessoria, contribuição e orientação acadêmica de professores/as e discentes, especialmente de Serviço Social, também foram avaliadas positivamente, porque permitiu a partilha de conhecimentos entre universidade e lutas populares - especialmente no que se refere às dimensões de Pesquisa e Extensão -, articulação sobre instrumentos de lutas, bem como fortalecimento da formação de qualidade em Serviço Social, que deve abranger a participação nesses espaços de debates, tendo em vista que o profissional de Serviço Social vai intervir diretamente neles. Além disso, a metodologia pedagógica promoveu a compreensão sobre elementos históricos, sociológicos, culturais, econômicos e jurídicos, os quais são imprescindíveis para a luta dos/as participantes em seus territórios.

Por fim, o Trabalho de Base e a Educação Popular foram abordados como assuntos essenciais para o trabalho da CPT e dos movimentos sociais, pois são elementos que contribuem para o apoio e a atuação educativa junto aos trabalhadores/as do campo.

Já sobre as questões de convívio, receberam avaliação positiva: as relações construídas e fortalecidas, a diversidade na faixa etária, na origem étnica, na identidade cultural, nos costumes e nas vivências entre os/as participantes, articulação e acompanhamento para uma boa realização do Curso, por parte de coordenadores/as regionais da CPT, Coordenação Nacional do Projeto de Formação e Coordenação Regional do Projeto de Extensão.

Quanto às questões que podem ter um melhor desenvolvimento em outros Cursos de Formação, foram mencionadas: ampliação de espaços de formação continuada para agentes e lideranças comunitárias; espaços de reencontros entre os/as participantes e docentes, para trocas de vivências e experiências nas lutas populares; espaços de atividades

educativas com discussão sobre pautas sociais, como relações de gênero, tanto na CPT como nos movimentos sociais e na universidade; fortificação de Projetos de Extensão com movimentos sociais no curso de Serviço Social e espaços bem estruturados para as aulas e convívio.

Essas sugestões são para aprimorar os próximos Cursos de Formação, na sua organização e nas atividades contemplativas, e para não desagregar os conhecimentos acadêmicos dos conhecimentos populares, isto é, unificar as experiências e as lutas e fortalecer os espaços de discussões amplas. À vista disso, o trabalho terá como continuidade um apanhado sobre a experiência extensionista universitária e a troca de saberes no Curso de Formação, que contribuiu fortemente para a formação em Serviço Social.

3.1 A troca de saberes entre extensão universitária e movimentos sociais

Partindo da reflexão de Corrêa (2010) sobre Projetos de Extensão e de acordo com as reflexões de Nogueira (2001) e Medeiros (2017), a extensão universitária surge em uma conjuntura brasileira marcada pelo avanço da redemocratização, emersão de movimentos sociais e necessidade de vínculo entre sociedade e universidade. Sendo assim, a extensão surge enquanto elemento que vai resgatar, neste lócus, o papel social da universidade diante da comunidade (NOGUEIRA, 2001 *apud* MEDEIROS 2017). A universidade e seu papel social materializado na extensão universitária envolve a dimensão de transformação social por meio do diálogo de conhecimentos entre academia/comunidade e construções coletivas.

A experiência enquanto bolsistas voluntárias de extensão no Projeto de Formação foi vivenciada integralmente por 05 (cinco) discentes de Serviço Social, sendo 04 (quatro) da graduação e 01 (uma) da pós-graduação. As atividades compreenderam a organização dos espaços de aulas, materiais de leitura e dinâmicas educativas, repasses de avisos, apoio nas atividades e orientação nos debates. A Formação que envolveu sujeitos/as de diferentes espaços e culturas, inseridos na luta pela terra com o mesmo objetivo de enfrentamento aos conflitos sociais, proporcionou uma experiência extensionista de construção coletiva de estratégias de luta, ou seja, de possibilidades de transformação social da realidade.

Dessa forma, a contribuição da extensão universitária para o Projeto de Formação, além de representar o papel social da universidade e estabelecer uma relação entre o saber popular e o saber acadêmico, visa oportunizar aos discentes da Academia o contato com uma determinada realidade inerente à vida cotidiana e social, possibilitando uma formação ampla, onde se articula teoria e prática.

O Projeto também contribui na busca de mecanismos de resistência, pois a universidade como produtora de conhecimentos, de estudos e de estratégias que propiciam mudanças sociais, é um campo imprescindível para fortalecer a discussão crítica acerca de uma realidade marcada pela violência do capitalismo, a qual produz desigualdades sociais.

Ou seja, o vínculo entre esses dois espaços - extensão universitária e movimentos sociais - se apresenta como um meio de enfrentamento ao processo de desmonte de direitos e expansão de desigualdades sociais, especialmente no contexto brasileiro atual, em que a violência capitalista assola as universidades da Amazônia e seus movimentos, no sentido de não investir nos projetos educacionais, nas atividades para a comunidade, bem como criminalizar os movimentos populares. Por conta disso, essa parceria com o Serviço Social se faz necessária, pois a categoria tem em seu Projeto Ético-Político e Lei de Regulamentação, o compromisso de trabalho junto aos movimentos sociais e suas reivindicações, isto é, eles são parte integrante do exercício profissional (BRAVO; MATOS, 2006).

Portanto, entende-se a importância de consolidar no espaço de formação profissional, projetos de Pesquisa e Extensão acerca dessa temática, para proporcionar uma dimensão político-organizativa da universidade, que se situa como um espaço de disputa e desafios, assim como os movimentos sociais, rurais e urbanos. São dois espaços atravessados pelas lutas de classes e as contradições do capitalismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1970, em que a América Latina é marcada por um momento de lutas políticas emancipatórias e revoluções ao enfrentamento do imperialismo norte-americano e sua ideologia funcionalista desenvolvimentista e modernizadora (GUERRA, 2009 *apud* FELICIANO, 2018), o Serviço Social vivencia o seu processo de renovação, marcado por três fases: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.

Na fase de Intenção de Ruptura, mais precisamente na década de 1980, o Serviço Social vivencia a “virada”, na qual a profissão é permeada por mobilizações de massa, pela redemocratização do país, anistia aos presos políticos, eleições diretas para presidente e aprovação de uma nova Constituição brasileira (GUIMARÃES *et al.*, 2019). É nesse contexto que a categoria de Serviço Social constrói coletivamente o seu novo Projeto Profissional Ético-Político, comprometido com os direitos da classe trabalhadora e sua organização em movimentos populares, com o avanço da democracia e com a emancipação humana. Desse modo, o Serviço Social ocupa a cena pública, participa de lutas sociais no âmbito da reforma sanitária, seguridade social, enfrentamento a violência contra as mulheres, direitos das crianças e adolescentes, etc (GUIMARÃES *et al.*, 2019).

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, foi um dos documentos que materializou esse processo de transformação do Serviço Social, pois apresenta para a formação de assistentes sociais, o conteúdo programático que trata da relação da profissão com os movimentos sociais, pois o Serviço Social firma como competência profissional a

atuação junto aos movimentos sociais, no sentido de assessoria e apoio, para o âmbito dos direitos civis e políticas sociais.

Ademais, é imprescindível uma formação que reitere o compromisso da profissão com os movimentos sociais e as pautas rurais, urbanas e ambientais, tendo em vista que a ABEPSS, através do Grupo de Trabalho e Pesquisa - GTP “Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social”, também orienta para o aprofundamento de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade, para sustentar a análise crítica das expressões sociais da questão social no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental, em sua materialidade da realidade brasileira, bem como sobre as estratégias de intervenção profissional nestes campos.

Nesse sentido, o Projeto de Formação, na esfera da extensão universitária, contribui para uma experiência de formação profissional em Serviço Social, na medida em que proporciona um contato com a realidade de conflitos sociais e os movimentos populares, assim como entendimento dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais - retratados nas rodas de conversa, nos relatos dos/as participantes, nas místicas, nos objetos simbólicos trazidos por eles/as para compor as místicas, nas aulas dialogadas, bem como nos textos e leituras orientadas - os quais perpassam tal realidade e o fazer profissional exercido futuramente.

Em outras palavras, tal aprofundamento de conhecimento sobre a realidade, através da extensão e, em outros casos, da pesquisa científica, se faz necessário para compreender na formação, que as dimensões da violência nos conflitos sociais na Amazônia são expressões da questão social - na qual o Serviço Social vai intervir - e para potencializar o atual Projeto Profissional e seus princípios fundantes, frente ao atual cenário conservador, neoliberal e violento da política brasileira.

Para mais, nessa experiência, compreende-se, também, que a atuação do Serviço Social - categoria essa que firma a liberdade como valor central do seu Código de Ética e firma compromisso com as camadas populares - tem uma relação importante com a Educação Popular, também firmada no princípio da liberdade e na construção de espaços de conhecimento e de autonomia de transformação, a partir das camadas populares. Tal relação expressa que a Educação Popular é um importante elemento para o diálogo do Serviço Social com as classes populares, visto que deve contribuir para a leitura crítica da realidade, a fim de transformá-la.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo Mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_2016033111404124069_70.pdf> Acesso em: 9 fev. 2021

ABEPSS. Ementa Ampliada GTP (2015-2016) Disponível em: <
http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ementagtpquestaoagrariaurbanaambiental2014_2016-201808231121496259210.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Goiânia) (org.). Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico. Goiânia: CPT, 2020. 116 p.

CORRÊA, Deborah Cristina. O DEBATE AMBIENTAL NO SERVIÇO SOCIAL: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas? 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2010/06/deborah.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2021.

FELICIANO, Iris Sunsyaray Mendes. SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: recortes e problematização dessa relação na atualidade. In: 16º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória-Es. Anais [...]. Vitória-Es: Ufes, 2018. p. 1-17.

GUERRA, Yolanda. A “virada” do Serviço Social. Revista Inscrita, Brasília, DF, ano VIII, n. 12, 2009.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MEDEIROS, Márcia Maria de. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: UM PERCURSO HISTÓRICO. Revista Barbaquá, Mato Grosso do Sul, v. 01, n. 01, p.09-16, jan./jun. 2017.

MORO, Maristela dal; MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Temporalis, [S.L.], v. 11, n. 21, p. 13-47, 25 fev. 2012. Revista Temporalis.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. AMAZÔNIA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB, p. 57-72, 2001.

PELOSO, Ranulfo (org.). Trabalho de Base: seleção de roteiros organizados pelo cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ROSARIO, Railana Galvão do; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA BOLSISTA DE EXTENSÃO: formação em políticas públicas, educação e diversidade camponesa na amazônia brasileira. Belém: UFPA, 2020. 21 p.

SUZUKI, Júlio César. MODERNIZAÇÃO, TERRITÓRIO E RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: uma outra leitura da modernização da agricultura. Agrária, São Paulo, n. 6, p. 83-95, 2007.



GT 05 – Movimento Sociais, Étnicos e Ambientais Nos Países Amazônicos

ENCURTANDO CIRCUITOS AGROALIMENTARES: UM ESTUDO SOBRE O MST NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Marina Leite (UFABC)¹
Raul Miranda (UNESP)²
Luciana Travassos (UFABC)³

RESUMO

O atual modelo de agricultura industrial é caracterizado por circuitos considerados 'longos', com grande distanciamento entre produtores e consumidores e grande quantidade de intermediários. Este sistema favorece produtos padronizados, com preços determinados pelos distribuidores, em detrimento dos pequenos agricultores e diversificação dos sistemas produtivos. Contrapondo esta tendência, há o surgimento de experiências alternativas de produção alimentícia que possibilitam o fortalecimento da agricultura camponesa de base sustentável, estruturando cadeias com distâncias (físicas e relacionais) menores. O presente trabalho pretende caracterizar os Circuitos Curtos de Comercialização e as formas de proximidade e localização de abastecimento, focando na produção próxima a centros urbanos. Nesse contexto, objetiva-se inserir o debate da luta por soberania alimentar no contexto brasileiro, ressaltando a importância dos movimentos socioterritoriais para a construção destes circuitos, trazendo o estudo de caso do circuito de produção e consumo em que se insere a Comuna da Terra Irmã Alberta, acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Franco da Rocha (SP), e a atuação da Cooperativa Terra e Liberdade. Debater sobre os sistemas agroalimentares na Região Metropolitana de São Paulo e o papel das Comunas da Terra – proposta de assentamento de reforma agrária do MST que busca a ocupação de terras em zonas de transição urbano-rurais – lança luz ao fato de que garantir o uso da terra para a produção de alimentos, conservando suas funções ecológicas e contribuindo para a estruturação de circuitos curtos de comercialização, se mostra uma questão central para ambas as populações rurais e urbanas.

Palavras-chave: circuito curto de comercialização; rural metropolitano; soberania alimentar; agricultura camponesa; movimento socioterritorial.

1 Bacharel em Ciências e Humanidades, Discente do Bacharelado em Planejamento Territorial, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, Brasil.

Email: marina.leite@aluno.ufabc.edu.br

2 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, IPPRI-UNESP, Brasil.

Email: raulalmiranda@gmail.com

3 Docente do Bacharelado em Planejamento Territorial e da Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC, Brasil.

Email: luciana.travassos@ufabc.edu.br

INTRODUÇÃO

Frente ao atual cenário do modelo de agricultura e produção alimentar envolvendo diversos intermediários entre os produtores e consumidores, bem como as grandes distâncias percorridas por produtos vendidos em escala industrial, como nos grandes supermercados, o presente artigo pretende analisar os questionamentos e experiências existentes que se contrapõem a essas práticas, construindo alternativas que valorizam os pequenos produtores e a diversificação de sistemas produtivos. Esta análise é feita por meio da caracterização de circuitos produtivos de proximidade, focando na sua importância em áreas próximas aos grandes centros urbanos. Para além da caracterização teórica, identifica-se no Brasil o protagonismo de movimentos socioterritoriais⁴ na estruturação desses circuitos. Neste contexto, o artigo apresenta o estudo de caso das Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo, mais especificamente, o circuito integrado pelo Acampamento Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade, com o intuito de debater o papel de uma forma específica de produção e comercialização de alimentos, que preconiza as funções ecossistêmicas locais e a autonomia dos produtores, e a relevância desses circuitos para as populações urbanas e rurais.

O acesso à alimentação é ponto central para o desenvolvimento das sociedades humanas, sendo reconhecido como direito humano básico (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 25), integrado ao direito à saúde e bem-estar. Considerando-se o cenário de desigualdade global e devastação ecológica, a questão da alimentação ganha peso, sendo incluída nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, posteriormente, nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS/ONU), que tem como meta a extinção da fome e carência nutricional, bem como a promoção da segurança alimentar (direito ao acesso regular à alimentos de qualidade adequada) e agricultura de base sustentável (justa do ponto de vista social, ambiental e economicamente viável).

Antes disso, em 1996, a Cúpula Mundial da Alimentação da ONU estabeleceu a meta de reduzir o número de pessoas subnutridas para não mais do que 420 milhões até 2015 (FAO, 1996). As estratégias traçadas para atingir tal objetivo se estruturaram em dois eixos: intensificação da modernização da agricultura e retirada de medidas de proteção no comércio mundial de alimentos (DESMARAIS, 2013). Contudo, segundo relatório da Organização das

⁴ “Movimento social e movimento socioterritorial [e socioespacial] são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica.” (FERNANDES, 2005, p. 31)

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cerca de 820 milhões de pessoas em todo o mundo não tiveram acesso suficiente a alimentos em 2018 (FAO et al., 2019). Esse organismo da ONU, como bem assinalam Stédile e Carvalho (2010), ajuda a denunciar os problemas da fome, porém não tem forças para combater o interesse em altos lucros por parte das grandes corporações agroindustriais, uma das explicações para que se avance pouco nas metas estabelecidas.

Nos países de capitalismo dependente, a modernização da agricultura alterou substancialmente a relação da sociedade com a cadeia de produção e consumo de alimentos. Com a evolução do sistema industrial moderno de alimentação, a produção se desvinculou do consumo, permitindo que novos agentes controlassem os diferentes estágios da produção. Nesse processo, a autonomia dos agricultores foi destruída, na medida em que eles se tornaram dependentes das corporações do agronegócio (DESMARAIS, 2013). Assim se estabeleceu uma desigual correlação de forças em que a agricultura empresarial capitalista mantém sua hegemonia nos planos político, econômico e ideológico (CAPORAL & PETERSEN, 2012).

A história da América Latina é uma história de violação de direitos humanos em que no território rural houve um longo processo de exploração da terra e do trabalho por parte do capital. Nas décadas recentes, as políticas neoliberais abriram caminho para a atuação das corporações transnacionais, que após a crise de 2008 passaram avidamente a buscar novas oportunidades de investimento, levando o capital financeiro a avançar e se estabelecer nos países capitalistas periféricos, com interesse especial sobre a mercantilização de seus recursos naturais (ROSSET & MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

Inserido numa lógica de disputas e relações de poder, o abastecimento alimentar patronal é caracterizado por *circuitos longos*, priorizando produções agrícolas com grande investimento em infraestrutura, em larga e escala e com padrões fixos, para além das exportações, e um grande número de intermediários envolvidos até a chegada do produto ao consumidor, excluindo produtores que não possuem as capacidades materiais necessárias. Esse quadro tem levado a uma crescente consciência, do ponto de vista científico, da necessidade de se planejar um modelo de agricultura que, para além do encurtamento dos circuitos de comercialização, seja orientado pela transição agroecológica, que é capaz de conservar o meio ambiente, preservar as culturas locais e a biodiversidade associada e promover a soberania alimentar e as múltiplas funções da agricultura camponesa (ALTIERI & NICHOLLS, 2008).

Considerando a necessidade do debate acerca da segurança alimentar e o panorama da produção agropecuária atual, o presente artigo faz inicialmente uma caracterização teórica acerca da essência e relevância de Circuitos Curtos de Comercialização, em relação ao modelo agrícola de grandes escalas e distâncias. A partir dessa estruturação, é possível identificar a presença desse sistema produtivo no contexto brasileiro, bem como suas peculiaridades como os mercados institucionais, políticas públicas e agentes relevantes na dinâmica, como os citados movimentos socioterritoriais; esse panorama leva, finalmente, ao recorte dado pelo artigo ao apresentar o estudo de caso da Cooperativa Terra e Liberdade e da Comuna da Terra Irmã Alberta e seu circuito na Região Metropolitana de São Paulo.

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO (CCC)

O funcionamento dos grandes mercados agropecuários e sua influência nos mercados de terra, trabalho e capital, exerce constante pressão sobre as oportunidades de renda no meio rural, o que aprofunda as desigualdades e aumenta o desmatamento e a contaminação dos recursos naturais (RETIÉRE, 2014). Ao observar as metas dos ODS e os possíveis caminhos para atingi-las, os autores Rambo e Freitas (2019) apontam a relevância das políticas públicas territoriais focadas no desenvolvimento rural para a viabilidade da segurança alimentar, traçando rotas praticáveis para a promoção da equidade social e diminuição dos impactos ambientais e fortalecendo o poder de decisão de um povo sobre a produção e consumo de alimentos. Desse modo, as políticas públicas territoriais constituem uma ferramenta essencial para a estrutura de estratégias de produção sustentável e justa, respeitando as particularidades culturais locais a partir da aproximação dos agentes do ciclo de abastecimento alimentar.

A agricultura capitalista cria maneiras de subordinar a agricultura familiar à sua dinâmica de acumulação ao incorporar esses trabalhadores à sua estrutura de mercado (BERNSTEIN, 2011). O agronegócio tem um padrão centralizado baseado em corporações produtoras de insumos, sementes modificadas e máquinas, desconectadas do contexto local de produção (ROSSET & MARTÍNEZ-TORRES, 2012). Por outro lado, a agricultura camponesa⁵ se baseia em circuitos curtos e descentralizados de produção e consumo, com forte conexão com o ecossistema local e suas relações sociais (PLOEG, 2016). Em resposta aos problemas do sistema produtivo convencional, como a distância dos circuitos e os prejuízos ecossistêmicos, surge o conceito dos Sistemas Agroalimentares Alternativos (SAA)

⁵ Cientes do debate em torno da aderência plena ou parcial da agricultura familiar ao campesinato, como detalhado por Wanderley (2003), prefere-se, aqui, manter os termos conforme utilizados pelos autores citados.

que abrange a possibilidade de redistribuição do valor agregado dos produtos, governança compartilhada, organização política e aproximação entre os atores do circuito, 'relocalizando' o abastecimento alimentar a partir de processos variados, como a diminuição do papel dos intermediários, priorização da produção local, ecológica e maior autonomia dos produtores (RETIÉRE, 2014).

Entre as estruturações possíveis de SAA, os circuitos curtos de comercialização (CCC) (RANABOLDO, 2014) são fundamentados contrariamente à padronização, grande escala e homogeneização da agricultura patronal dos circuitos longos, bem como em resposta à grande quantidade de intermediários e distanciamento entre produtor e consumidor. No presente artigo, refere-se por CCC, a sistemas e circuitos alimentares que não ultrapassem dois intermediários entre a produção e comercialização de produtos agropecuários ou beneficiados, que sejam próximos e que guardem relação entre os agentes, para construir confiança e fortalecer as organizações sociais. Diversas modalidades existentes no contexto brasileiro podem ser caracterizadas como CCC, como grupos de consumo, feiras livres, venda *in loco* e mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Ao considerar-se esse panorama, é possível identificar a criação de novos mercados que renovam o interesse de produtores e consumidores, como pontos de venda coletivos, redes de grupos consumidores, lojas especializadas e pedidos antecipados pela internet, principalmente em áreas urbanas, fomentando a relação com os produtores de áreas próximas. Esse gênero de consumo evidencia a importância das características do produto ao atingir seu consumidor final, que deposita um valor (físico e emocional) agregado, caracterizando a proximidade dos circuitos como tanto as distâncias percorridas, quanto às possibilidades de ressocialização e reespecialização alimentar, que influencia até no julgamento dos preços, que passam a considerar as posições de ambos consumidores e produtores, tornando a compra justa para todos os envolvidos (RETIÉRE, 2014).

É possível classificar as cadeias curtas a partir de diversas dimensões, como (i) o espaço físico, reduzindo as distâncias entre produção e consumo, (ii) social, incentivando contato direto entre os agentes e (iii) econômica, subsidiando mercados locais para produção (RAMBO e FREITAS, 2019). Também é possível classificar os consumidores envolvidos nos CCC, como fez Lamine (apud RETIÉRE, 2014) a partir de pedidos de cestas em áreas rurais na França, identificando três principais perfis: a) consumidores com pouco engajamento político, que aderem aos CCC pela boa qualidade do produto, privilegiando sua saúde de forma a ajudar também os produtores; b) consumidores que buscam os CCC com o intuito de

valorizar a produção local, privilegiando as relações entre as famílias urbanas e agricultores, e c) consumidores com maior engajamento político, que buscam os CCC pelo compromisso com os produtores e ato de consumo cidadão.

OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO BRASIL

Para aprofundar a discussão acerca dos CCC, é necessário compreender o cenário de produção e distribuição alimentar no território brasileiro. O trabalho de Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) aponta a crescente industrialização e modernização da agricultura como fatores essenciais para a composição da transição da produção no Brasil, juntamente com a especialização profunda e aumento de escalas de venda e priorização de monoculturas, o que acaba por sufocar pequenos agricultores. Como bem aponta Caporal (2013), o modelo de agricultura industrial baseado em monoculturas é altamente dependente do uso de agrotóxicos e de fontes não renováveis de energia, apresenta evidentes riscos para a soberania e segurança alimentar do povo brasileiro e ainda agrava o quadro de degradação ambiental existente (CAPORAL, 2013).

A modernização do campo brasileiro, patrocinada pelo governo ditatorial das décadas de 1960 e 1970, agravou os problemas que afetavam o campesinato ao reforçar a dinâmica econômica baseada na concentração fundiária. Aliado a esse processo, houve um esforço de convencimento por parte da burguesia agrária – intensificado no contexto da globalização neoliberal – sobre a suposta necessidade de domínio do modelo agroindustrial, processo classificado por Carvalho (2014, p. 21) como “culto apologético do agronegócio”, acompanhado da negação do modo de produção camponês. O modelo de desenvolvimento dominante, então, aniquilou as possibilidades de reprodução social do campesinato no território rural, sendo decisivo para os problemas estruturais presentes no território urbano brasileiro, sobretudo das grandes metrópoles.

Ainda que políticas mais atuais como o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC) (extinto ao final de 2016), conduzidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tenham tentado reverter essa lógica, com a extinção do MDA, os programas foram enfraquecidos, não resultando em novas possibilidades para esses agricultores (RETIÉRE, 2014).

Ao abordar a relação das políticas públicas brasileiras contemporâneas com a produção agrícola em CCC, Retière (2014) e Rambo e Freitas (2019) destacam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

como exemplos de cooperação entre movimentos sociais e políticas públicas com objetivos comuns. O PAA é responsável por criar mercados institucionais especificando um mínimo de 30% da alimentação em órgãos públicos seja proveniente de produtores locais de pequeno porte registrados na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O PNAE, por sua vez, é criado objetivando fomentar a segurança alimentar nas escolas públicas, criando um mercado localizado para merendas escolares, aumentando a demanda da produção familiar.

Programas com essas características podem influenciar a desmonopolização dos mercados, crédito, assistência técnica e criação de novos mercados a partir do fortalecimento de movimentos agroecológicos e de agricultura familiar. Os CCC formados por estas políticas e por outras cadeias de pequenos produtores são significativos no contexto brasileiro, pois fomentam a economia local e de pequena escala, o que contribui para a geração de emprego e renda e oferta de alimentos de boa qualidade com preços justos (RETIÉRE, 2014).

Por outro lado, Altieri e Nicholls (2008) ressaltam que o desenvolvimento da agricultura que promova menor degradação da natureza requer mudanças estruturais significativas, impossíveis de serem realizadas sem a luta dos movimentos socioterritoriais. É por isso que movimentos de camponeses, indígenas e quilombolas estão ativamente defendendo seus territórios contra o agronegócio - compreendido enquanto o conjunto do setor privado e seus aliados nos governos (ROSSET & MARTÍNEZ-TORRES, 2012). As políticas de Desenvolvimento Rural e as características dos CCC brasileiros mostram também a relevância dos movimentos sociais na estruturação e consecução dos programas, evidenciando o reconhecimento de que sem intervenção externa, a contínua reprodução dos principais mercados, como soja e pecuária, tendem a reforçar a situação de desigualdade do país.

Dentre as reivindicações desses movimentos socioterritoriais, uma das prioridades é a autonomia dos produtores, que deve ser considerada na inclusão em CCC. A possibilidade de diversificação de modalidades de venda, como a venda direta, feiras livres, cestas periódicas e em festas regionais, proporciona também a diversificação do acesso aos consumidores, o que permite a diminuição da dependência do agricultor aos mercados tradicionais, reduzindo os efeitos de concorrência tradicional capitalista. Na realidade brasileira, essa autonomia é limitada pela dicotomia presente na 'obrigação' de inserção em mercados tradicionais e/ou na dependência e necessidade de programas e políticas públicas, o que pode diminuir a emancipação, uma vez que os mercados institucionais, como os proporcionados pelo PAA e PNAE possuem regulações quanto à quantidade vendida (limitação) e retira do produtor a possibilidade de ajustar seus preços conjuntamente aos

outros atores envolvidos na cadeia produtiva, como os consumidores (RETIÉRE, 2014). Apesar da existências de riscos, a autora citada enfatiza a importância de programas como o PAA e PNAE, que, embora não apresentem garantia de construção conjunta de valores por sua obrigação legal, em detrimento à escolha pelo desenvolvimento territorial, apresentam um nicho de política pública fundamental em territórios constituídos como o brasileiro para o favorecimento da consolidação dos CCC.

Levando-se em conta a reflexão de Ribeiro (2017) sobre justiça espacial, o modelo de agricultura brasileiro é encarado como um modelo que gerou e ainda gera injustiça espacial ao impedir o exercício da autonomia no processo de reprodução social do campesinato.

OS CCC E O MST - AS COMUNAS DA TERRA

Diante do cenário estrutural apresentado, nasce, na década de 1980, no Brasil um dos mais expressivos movimentos socioterritoriais do mundo, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Seu objetivo, como afirma Buzetto (1999), é lutar contra a política econômica vigente, afirmando o direito de construir uma nova forma de organização da produção e uma nova sociedade verdadeiramente livre, humana e solidária.

A ocupação de terras improdutivas, frequentemente degradadas (ROSSET & MARTÍNEZ-TORRES, 2012), por organizações de camponeses sem-terra representa uma forma rebelde e organizada de enfrentamento aos agentes do sistema agroalimentar hegemônico, possibilitando tanto a construção de uma alternativa que traz benefícios sociais e ecológicos locais quanto o acúmulo de forças numa escala maior, em direção à soberania alimentar.

Dentre as diversas estratégias do MST, a proposta de criação das “Comunas da Terra” se destaca no âmbito de criação de CCC, no que concerne aos espaços de interface urbano-rurais. A proposta consiste na criação de assentamentos de reforma agrária nas proximidades das franjas de expansão urbana de grandes cidades, com lotes reduzidos e matriz de produção agroecológica (MATHEUS, 2003). A criação de pontos de produção agroecológica perto de centros urbanos é fundamental para a construção de CCC, pois é uma escolha pautada, em termos de produção, na facilidade de acesso aos grandes centros consumidores, o que incentiva o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros, cuja possibilidade de aumento no valor agregado é maior do que na produção de outros insumos, como grãos.

A proposta é feita em resposta aos processos vividos pelo movimento no Brasil; após uma longa expansão do MST pelo país até a segunda metade dos anos 1990, inicia-se um

debate sobre a organização interna dos assentamentos, indicando a possível criação de novos modelos. Durante esse tempo, há também a aproximação do MST aos movimentos de luta pela reforma urbana, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), para discutir coletivamente reforma agrária, êxodo rural, desemprego e falta de acesso à terra em ambos os territórios, urbanos e rurais. Dessa forma, a construção das Comunas se baseia na união do MST com outros movimentos e pela massificação do apoio à reforma agrária, o que inclui organizações políticas, como a CUT, personalidades de influência social e organizações sindicais (RAGGI, 2014).

Assim, a construção de um modelo agroalimentar pautado num programa de reforma agrária popular ocorre por duas principais frentes: as ações diretas de luta pela permanência no campo ou retorno à terra em áreas rurais e a mobilização de famílias de baixa renda em espaços urbanos pelo trabalho de base. Nessas atividades de trabalho de base, houve a percepção de dirigentes do MST de que uma porção da população urbana manifestava interesse em retomar a trajetória da família no campo, mas esse desejo era contraposto pela possibilidade de acesso aos serviços e infraestrutura do espaço urbano. Surgem as Comunas da Terra, com o objetivo de atender essa população, baseadas nos estudos do *Projeto Rurbano*, da UNICAMP (década de 1990), que analisou conceitos como as Novas Ruralidades e dinâmicas em espaços periurbanos (RAGGI, 2014).

As principais diretrizes que sustentam os princípios das Comunas da Terra se vinculam aos princípios das outras estratégias do MST, porém com novas formulações. O movimento destaca sete diretrizes para/com as famílias participantes: o fortalecimento do vínculo do trabalho e produção; possibilidade de agregação de renda a partir de atividades não-agrícolas; a propriedade social da terra; compromisso com a matriz de produção agroecológica; busca pela cooperação e solidariedade entre os participantes; criação de lotes reduzidos em relação aos dos assentamentos 'tradicionais' e o desenvolvimento sociocultural dos núcleos familiares (GOLDFARB, 2007).

A matriz de produção agrícola - conjunto de técnicas e estratégias utilizadas para se cuidar da produção e uso de recursos - utilizada nas Comunas da Terra é orientada pela agroecologia⁶, buscando a manutenção dos serviços ecossistêmicos e integração das

⁶ Além de ser um enfoque científico que reúne vários campos de conhecimento, incluindo os saberes populares (CAPORAL & COSTABEBER, 2002), a agroecologia é compreendida como um movimento político, científico e cultural substantivado por práticas de desenvolvimento de base camponesa e local (SAQUET, 2017) e como uma relação homem-natureza inserida no âmbito geral de uma concepção de mundo diferente da que define os valores da empresa capitalista de produção (CARVALHO, 2014).

características ambientais particulares do local à produção. A junção dessas técnicas com ambientes de reservas florestais e outras áreas de proteção ambiental tem como foco o potencial desses espaços na conservação da natureza, geração de emprego e renda e produção agrícola em áreas periurbanas de forma complementar. A estratégia do MST também consiste em abordar os ambientes urbanos e rurais como integrados, considerando suas diferenças estruturais, mas também sua importância na construção da dinâmica social (GOLDFARB, 2007).

Os assentados das Comunas da Terra não podem ser caracterizados como uma população com um modo de vida inteiramente urbano ou rural, sendo um exemplo das dinâmicas sociais dos locais de interface entre ambos. A identificação de elementos urbanos ou rurais varia de acordo com o perfil de cada grupo e entre os núcleos familiares. Apesar do incentivo à agricultura, principalmente voltada para subsistência e soberania alimentar e financeira, a produção das Comunas ainda está no início e enfrenta diversas dificuldades, o que faz com que seus moradores exerçam também outros tipos de trabalho, inclusive nos centros urbanos, como fonte de renda principal ou complementação, construindo um cenário de pluriatividade nesses assentamentos, conforme identificado por Raggi (2014), na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A COOPERATIVA TERRA E LIBERDADE E A COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA

Esta seção do artigo apresenta um estudo de caso sobre CCC no contexto da RMSP, um dos principais pólos políticos e econômicos do Brasil, que conta atualmente com três Comunas da Terra: Dom Pedro Casaldáliga (Cajamar), Dom Tomás Balduino (Franco da Rocha) e Irmã Alberta (São Paulo). As especificidades de criação e localização fazem com que a trajetória destas Comunas seja um exemplo importante das questões envolvidas sobre a reforma agrária no âmbito urbano, bem como na criação de CCC em grandes metrópoles. Dois procedimentos metodológicos (além das revisões bibliográficas já apresentadas) serviram de base para a discussão: registros de observações de campo e entrevistas semiestruturadas⁷. Os objetos de análise mais aprofundada foram a Cooperativa Terra e Liberdade e a Comuna da Terra Irmã Alberta.

Ao viver e observar os obstáculos enfrentados nas Comunas da Terra localizadas na RMSP, um grupo de dirigentes do MST e agricultores assentados/acampados das Comunas

⁷ As informações que seguem têm origem em entrevista semiestruturada acerca do funcionamento da Cooperativa Terra e Liberdade, com foco na relação entre produtores e consumidores e formas de venda, elaborada por Leite, e nos registros de campo de Miranda como dirigente do MST e membro da Cooperativa Terra e Liberdade.

criaram a Cooperativa Terra e Liberdade, em 2016, com o intuito de contribuir para a comercialização de alimentos produzidos nas Comunas e incentivar práticas de soberania alimentar na Região Metropolitana pela produção local destes assentamentos. O foco da cooperativa na produção e distribuição local, com menos intermediários e distâncias físicas, coloca-a em um ponto central de mediação de um CCC. A Terra e Liberdade leva como principais diretrizes o fortalecimento da produção agroecológica e do policultivo, bem como a valorização dos saberes camponeses, e o trabalho cooperado, sem exploração e alienação, a favor de uma verdadeira aliança campo-cidade.

Uma das problemáticas levantadas por Raggi (2014) foi a dificuldade de vendas apenas para a CONAB, pois, além da possibilidade de vender apenas produtos in natura, se houvesse algum impedimento, os agricultores ficariam sem outras fontes para o escoamento de produção. A partir desta observação, a cooperativa propõe mediar os agricultores e diversos canais de comercialização, como feiras livres, grupos de consumo e vendas pelo site, ainda propondo não ser a única fonte de escoamento de seus produtos. Dessa forma, os agricultores participantes definem o quanto desejam estar envolvidos com a cooperativa e outras modalidades.

A autonomia econômica dos produtores é o objetivo prioritário da cooperativa e da construção das Comunas da Terra, pois ela torna possível o fortalecimento da produção agroecológica, assim como da própria luta do MST em outras frentes, como educação, cultura, saúde e direitos humanos. A autonomia produtiva (de forma intrínseca à econômica), também é um dos princípios que podem caracterizar um Circuito Curto, uma vez que estes diminuem a necessidade de recursos externos. Nas Comunas, os produtos para controle de pragas e cuidados de solo, por exemplo, são produzidos a partir do que é plantado ou encontrado no próprio terreno. Autonomia produtiva para um agricultor também significa que este tem controle sobre o tipo de cultura que será produzida, bem como a quantidade (princípio da Soberania Alimentar), o que depende também de seu conhecimento da demanda e de seus consumidores. A cooperativa se propõe a promover seminários e oficinas nas Comunas para incentivar e prestar assistência aos interessados em dar início ao processo de transição agroecológica, e para que os agricultores possam ter mais ferramentas para exercer sua autonomia produtiva, juntamente com a promoção de reuniões regulares e do incentivo à práticas coletivas de produção, como mutirões rotativos nas propriedades, com o intuito de suprir a eventual falta de mão de obra nas famílias e fortalecer o vínculo dos assentados.

Um território onde as iniciativas citadas são constantemente realizadas, em parceria com consumidores aliados do MST, é a Comuna da Terra Irmã Alberta, que possui 109 ha e

se localiza na subprefeitura de Perus do município de São Paulo. A área faz parte da antiga Fazenda Itahyê e desde a sua desapropriação em 1998, para ser utilizada na disposição final de lodos de Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) - atividade que não se confirmou - não cumpria sua função social. Foi então ocupada no dia 20 de julho de 2002 por um grupo de 200 famílias originárias em sua maioria de assentamentos precários da periferia paulistana (RAGGI, 2014). Atualmente a área que corresponde à Comuna da Terra Irmã Alberta pertence à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), sendo que a negociação a respeito de sua titulação – envolvendo a Sabesp, o INCRA, o ITESP e o MST – ainda não foi resolvida.

A relação construída por grupos de consumidores com produtores que vivem no acampamento Irmã Alberta favorece a formação de uma 'rede cívica alimentar', conceito explorado por Renting *et al.* (2012) que serve como categoria explicativa complementar aos CCC. A experiência que envolve o trabalho da Cooperativa Terra e Liberdade demonstra o argumento, levantado pelos autores citados, de que uma parte considerável da dinâmica recente dos sistemas agroalimentares parece estar enraizada em iniciativas baseadas na sociedade civil, que está reivindicando influência na operação da produção, distribuição e consumo de alimentos. As redes cívicas alimentares, além de constituírem a alteração de uma posição passiva para uma posição de controle por parte dos consumidores, representam uma mudança do lado da produção, pois ocorre uma incorporação de amplos significados políticos e sociais às atividades dessa etapa do circuito (RENTING *et al.*, 2012), o que de fato se observa na Comuna da Terra Irmã Alberta.

O acampamento, nas proximidades da Rodovia Anhanguera e das áreas urbanas dos municípios de Cajamar e Santana de Parnaíba, é um território em disputa inserido numa zona periurbana, que dialeticamente afeta e é afetado pelas dinâmicas características de tal realidade. Para Barsky (2005), o território periurbano é um território em consolidação, bastante instável quanto à constituição de redes sociais e de uma grande heterogeneidade nos usos do espaço havendo uma complexidade de relações ecossistêmicas que sofrem pressões devidas à valorização capitalista do espaço. Nesse contexto, a rede que incorpora a Comuna da Terra Irmã Alberta e o trabalho da Cooperativa Terra e Liberdade corresponde a uma rede cívica alimentar, uma vez que é comum, segundo Renting *et al.* (2012), que as cidades sejam ponto de partida para as inovações do sistema alimentar associadas a estas redes, incluindo formas urbanas de agricultura e, de alguma forma, 'invertendo' as relações rurais-urbanas tradicionais e mudando o ponto de partida e o locus de inovação das redes alimentares do campo/produção para a cidade/consumo.

A Cooperativa atua como mediadora para os produtores em diversos canais de venda, com o fornecimento para locais fixos (associações que comercializam alimentos baseando-se em princípios de economia solidária), entrega de cestas periódicas, feiras livres e outros eventos pontuais. Estas modalidades de venda condizem também com algumas das principais modalidades exercidas dentro de CCC, categorizadas por Claudia Ranaboldo e Marta Arosio (2014). As estratégias utilizadas pela Cooperativa e produtores configuram características notáveis de CCC de acordo com o apontado por Retière (2014), como a valorização quantitativa (maior autonomia e renda dos produtores ao evitar logísticas de venda tradicionais) e a valorização qualitativa (redução de prejuízos originados da variação de preços e exigências de grandes mercados). As feiras são o lugar por excelência para estreitar laços entre consumidores e produtores, sendo um ambiente afetivamente politizador para ambos.

O local de produção das Comunas é uma das áreas passíveis de grande produção agrícola mais próximas da mancha urbana das cidades e da maior demanda de consumo. É possível apontar que a distância considerada “curta” em um CCC está diretamente ligada ao contexto local. A Cooperativa percorre, contemplando os pontos de venda e Comunas envolvidas, mais de 30 km, considerando também desvios e tráfego intenso da região, mas mesmo assim pode ser considerada como parte de um CCC, pois as mercadorias não saem da zona local (RMSP). A produção também não envolve mais de dois intermediários e fomenta a valorização social, uma vez que os agricultores fazem parte do processo de venda, tendo contato com o consumidor e o proporcionando conhecimento sobre a origem do alimento comprado.

A cooperativa orienta consumidores interessados a se organizarem dentro de seus bairros para assim criarem os GCR, fomentando assim, o surgimento de uma identidade territorial dos moradores e maior engajamento. Dessa forma, o que seria apenas uma entrega de alimentos se torna um canal para se entender a produção e o consumo como ações políticas, o que acaba por potencializar a mobilização dos moradores desses bairros para tratar de outras questões além da alimentação. Considerando as diretrizes do projeto e a dinâmica dos Grupos de Consumo Responsável, a cooperativa incentiva a criação de GCR em sindicatos, podendo eventualmente ajustar os preços de venda com o intuito de tornar sua produção ainda mais acessível aos trabalhadores urbanos.

Ao analisar o funcionamento da cooperativa Terra e Liberdade em relação à produção das Comunas da Terra, com seus diversos obstáculos e peculiaridades, é perceptível que suas estruturas atendem aos critérios apontados por Rambo e Freitas (2019)

e Claudia Ranaboldo (2007) para se identificar um Circuito Curto de Produção e Comercialização, mesmo atuando em um papel de intermediária do circuito (preferencialmente inexistente em um CCC). O circuito formado pela cooperativa, as comunas e os consumidores continua atendendo à característica de possuir baixa intermediação, apontada por Ranaboldo (2007), pois a Terra e Liberdade é formada também pelos produtores, sem a presença de intermediação de agentes alheios ao projeto das Comunas. Para além da mediação feita pela cooperativa, o circuito cumpre os critérios de aproximação geográfica, valorização local dos produtores e fortalecimento do capital social pautados pelos autores, mesmo que com peculiaridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bandeira da segurança alimentar, há anos levantada por inúmeras organizações preocupadas com a defesa dos direitos humanos, é insuficiente para combater a fome no mundo. Sua proposta de garantir alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente a todos, se não estiver alinhada com a luta por soberania alimentar, não se concretizará (MIRANDA, 2021, no prelo). A soberania alimentar de uma região se expressa na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de produção e consumo e novos mercados inseridos em estruturas normativas compartilhadas por produtores e consumidores (CAPORAL & COSTABEBER, 2002; PLOEG, 2016). Essa compreensão serve de guia para as mentes e os corpos das pessoas que confrontam o agronegócio na América Latina, que hasteiam a bandeira da soberania alimentar e carregam a segurança alimentar para o terreno da luta de classes, possibilitando assim o acúmulo de forças para a emancipação dos povos do nosso continente (MIRANDA, 2021, no prelo).

Segundo Schmitt (2013), quando exercidas com autonomia, redes que se articulam e atuam no território significam para os agricultores uma maior capacidade de gestão sobre os recursos naturais que servem de base à sua reprodução social. No caso de redes presentes em regiões metropolitanas, a proximidade dos espaços de produção de alimento aos centros consumidores constrói uma realidade complexa de conflitualidades, pois há diversos interesses favoráveis ao capital para uso do solo. Esses interesses quase sempre são antagônicos a projetos como as Comunas da Terra, que são resultado da luta pelo recurso natural mais básico para a produção de alimentos: a terra. Fica evidente, portanto, que o avanço na pauta da reforma agrária proporciona uma construção mais ampla e sólida de Circuitos Curtos de Comercialização.

A discussão apresentada neste trabalho identifica os principais processos e dinâmicas que podem ser observados em um circuito emergente, baseado em uma cooperativa criada recentemente, que dialoga com agricultores em processo de transição agroecológica, alguns inclusive no início de seus trabalhos na produção de alimentos. Além disso, ela exemplifica uma das inúmeras maneiras de funcionamento de um CCC, mostrando como este é um conceito amplo e relevante quando se trata da produção e distribuição de alimentos, especialmente no contexto metropolitano. Nesse sentido, como bem apontam Travassos e Ferreira (2016), o rural metropolitano tem dificuldade em se caracterizar como tal, geralmente não contando com um lugar específico nas políticas públicas dos municípios muito urbanizados, o que implica em perda de importância das atividades rurais e fragilização da proteção ambiental. Em vista disso, é muito importante a construção de CCCs que fortaleçam a importância desses usos nesses territórios.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Scaling up Agroecological Approaches for Food Sovereignty in Latin America. *Development* 51(4): 472-480, 2008.

BARSKY, Andrés. El Periurbano Productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, com referencias al caso de Buenos Aires. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. IX, núm. 194 (36), 1 de agosto de 2005.

BERNSTEIN, H. Dinâmicas de classe da mudança agrária. Trad. MEDINA, B. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BUZETTO, M. Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 6, p. 137-149, jun. 1999.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2002.

CAPORAL, F.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. *Agroecología* 6: 63-74, 2012.

CAPORAL, F. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V.

(org.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARVALHO, H. M. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. In: CALDART, R. & ALENTEJANO, P. (orgs.) MST, universidade e pesquisa. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

DESMARAIS, A. A. A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato. Trad. SOARES, C. A. 2.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação. Roma, 13-17 nov. 1996.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. Roma, 2019.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, jan.-jun., 2005.

GOLDFARB, Yamila. A luta pela terra entre o campo e a cidade: As Comunas da Terra, sua gestação, principais atores e desafios. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo, 2007.

MATHEUS, Delwek. Comunas da Terra – Um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Trabalho de conclusão do curso Realidade brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros. Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes. Juiz de Fora, 2003.

MIRANDA, Raul. Soberania alimentar: direito dos povos. Revista Ciências Humanas - UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, 2021. No prelo.

PLOEG, J. D. Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano. Trad. FREIRE, C. 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, J; JINGZHONG, Y; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Journal of Peasant Studies*. v. 39. p. 133-173. 2012.

RAGGI, Roberta Vieira. O outro lado da metrópole: as Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – São Paulo, 2014.

RAMBO, Anelise Graciele; FREITAS, Tanise Dias. Reconexão entre produção e consumo de alimentos e a política territorial de desenvolvimento rural no Brasil. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 118-141, set. 2019.

RANABOLDO, Claudia María. Desarrollo rural, territorios e identidades culturales. perspectivas desde américa latina y la unión europea. *Revista Opera*, Bogotá, v. 7, p. 9-31. mai. 2007.

RANABOLDO, C.; AROSIO, M. 2014. Rural-Urban Linkages: Short food chains and local food systems. Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural - working paper series. v. 129, Santiago, Chile, 2014.

RENTING, H., SCHERMER, M., ROSSI A., Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and newly emerging forms of food citizenship. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 19(3), p. 289-307, 2012.

RETIÉRE, Morgane Isabelle Helene. Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2014.

RIBEIRO, W. C. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. São Paulo: *Revista de Estudos Avançados*, n. 31, p. 147-165, 2017.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. *Ecology and Society* 17(3): 17, 2012.

SAQUET, M. A. Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (org.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. EcoDebate: Site de informações, artigos e notícias socioambientais, 2010. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>> Acesso em: 11 de agosto de 2020.

TRAVASSOS, L.; FERREIRA, R. C. O Periurbano e o Rural Metropolitanos: desafios para a elaboração do Plano Diretor Regional do Grande ABC. III Congresso Internacional de Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural – Mudanças Globais e Locais: implicações para as dinâmicas de desenvolvimento territorial. Brasília, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, pp: 42-61. Outubro, 2003.



GT 05 – MOVIMENTOS SOCIAIS, ÉTNICOS E AMBIENTAIS NOS PAISES AMAZÔNICOS

DESENVOLVIMENTO URBANO E ESPAÇOS PERIFÉRICOS EM TEMPOS DE COVID-19: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA EM BELÉM DO PARÁ

Marcos Murrelle Azevedo Cruz¹

RESUMO

Partindo dos estudos urbanos em Bonduki & Rolnik (1982); Grostein, (2006); Davidovich (2001) com interface nas chamadas teorias do desenvolvimento (Rist, 2002) e Castro (2015, 2019) o presente trabalho tem por objetivo mostrar como os processos de formação e desenvolvimento dos grandes centros urbanos criaram as condições necessárias para o avanço da pandemia do novo coronavírus em direção aos espaços periféricos. Partindo de uma literatura consagrada no assunto, é possível constatar que a formação e o crescimento das cidades brasileiras ocorreram sem o devido planejamento, fato que explica em grande parte, a formação de assentamentos urbanos em condições precárias e que, conseqüentemente, expõem contradições, negam a ideia de urbanidade e definem as periferias como espaços não urbanos. Essas definições podem ser percebidas mais claramente nas desigualdades de acesso regular a terra, a moradia digna, à saúde, a educação, cultura e lazer. Se de um lado, os centros urbanos concentram riquezas, de outro produzem cenários de extrema pobreza, violência e exclusões que se adensam em ocupações irregulares que avançam em direção de morros, várzeas, terrenos alagados, áreas de proteção ambiental, enfim, cenários reforçados pela ação ou omissão do estado. Em busca de alguns prognósticos a partir de dados obtidos através de boletins, de mapas epidemiológicos, de estatísticas e banco de dados sobre os impactos do novo coronavírus nas periferias das cidades brasileiras situo os desdobramentos da pandemia em alguns cenários da cidade de Belém, mostrando como moradias precárias e superlotadas tornam as populações pobres mais vulneráveis ao contágio de epidemias, dificultam medidas de enfrentamento e tornam inviável o necessário isolamento social. Todos esses fatores contribuem para a perpetuação das desigualdades nos espaços urbanos cada vez mais segregadores, enquanto as políticas públicas de habitação seguem alinhadas ao grande capital e à especulação imobiliária.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Espaços urbanos. Periferias. Desigualdades. Pandemia.

INTRODUÇÃO

O artigo está inserido no debate sobre o modelo de desenvolvimento e retoma algumas das contribuições da crítica pós-colonial e decolonial nas ciências sociais

¹ Doutorando em Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCH/UFPA. E-mail: marcosmurrelle@gmail.com

para analisar temas e problemas da vida social na América Latina, produzida a partir de uma literatura amplamente discutida e ressignificada na experiência amazônica. Destes debates surge um vigoroso campo de crítica ao ensino e a pesquisa nas ciências sociais praticadas na América Latina no sentido de visibilizar as epistemologias das diferentes experiências culturais e acadêmicas propondo aquilo que Castro (2018) chamou de *inversão do olhar*.

Nele vemos a possibilidade de uma crítica aos modelos de desenvolvimento de matriz colonial (CASTRO, 2015, 2018) cujo projeto de expansão continua em curso e suas consequências podem ser percebidas em concepções de progresso que atentam contra a natureza, os povos originários e as minorias e certamente os modelos de planejamento urbano são as que mais expressam o seu caráter predatório.

A crítica ao pensamento latino americano requer o exercício de problematização dos modelos de desenvolvimento das sociedades modernas, a descolonização do olhar e das práticas discursivas (FANON, 1983), o resgate da história como recurso heurístico de desconstrução da colonialidade no saber (DUSSEL, 2005) nas práticas discursivas e nas teorias do sujeito (SPIVAK, 2008). Por fim, a crítica deve figurar como uma tarefa das mais importantes da qual as ciências sociais não podem abrir mão (SANTOS, 2005).

1. URBANIZAÇÃO E PERIFERIAS DAS CIDADES BRASILEIRAS

O avanço da pandemia de COVID-19 sobre as metrópoles brasileiras trouxe à tona o tema das desigualdades sociais, especialmente no que se refere às precárias condições de moradia das populações que vivem nas periferias das grandes cidades, como é o caso de Belém, no estado do Pará. A necessária adoção de medidas de biossegurança como higienização das mãos, uso de máscaras e distanciamento social como formas de conter o avanço da doença e o aumento das internações e óbitos, esbarra nas precárias condições de vida e de moradia das áreas periféricas que, em sua maioria, não foram contempladas por políticas de assistência e seguridade social. Em alguns casos, a presença do estado se faz presente por meio da segurança pública, através da repressão policial motivada em grande medida pela ideia de que espaços periféricos são lugares de práticas de delitos. Machado e Noronha (2002, p. 189) define como “violência oficial” que está

ligada a uma “violência estrutural” onde “o aparelho policial participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não-brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial.” Essa lógica é reforçada por visões e práticas de exclusão social que concebe a periferia como espaço violento.

Ao retomar o estudo dos signos e dos sintomas do colonialismo em Fanon, Bhabha (1998) mostra a importância do resgate da história para compreensão do sujeito e a construção discursiva da realidade social. A história permite compreender como a diferença cultural se torna o processo pelo qual são construídos os sistemas de significação e das diferenças e da discriminação, e como elas autorizam o seu funcionamento. A dimensão da crítica ao racismo mostra a formação de uma semântica estruturada a partir de um quadro referencial de conceitos herdada de uma visão colonial acerca do Eu/Outro que conduz facilmente ao estereótipo. A classificação do outro por meio da regulação da linguagem das ciências e o seu enquadramento em categorias perpetua no tempo e no espaço o sistema colonial do preconceito e discriminação.

Estudos realizados por BONDUKI e ROLNIK (1982) mostram que o surgimento das áreas periféricas constitui uma forte tendência dos processos de urbanização das cidades brasileiras. São locais próximos ou distantes dos centros urbanos que, em geral, possuem estruturas precárias, com problemas de acesso à serviços básicos de educação, saúde e moradia e concentram populações de baixa renda com acesso mínimo ao mercado de trabalho. Outro traço marcante apontado por Maricato (1985) é que a maioria dos espaços urbanos foram construídos sem o devido planejamento ou qualquer infraestrutura, tendência que reforça a periferia como espaço não urbano. A distinção entre espaço urbano e periférico contrastam duas visões que estratifica o centro como espaço próspero e desenvolvido e a periferia como pobre e violenta.

Esse quadro é agravado pela especulação imobiliária através do controle/regulação do território urbano que favorece a dispersão urbana e traz graves problemas para as cidades. A crítica precisa considerar no debate acerca do desenvolvimento das cidades e áreas urbanas mostram que o controle do território urbano, a especulação imobiliária que encarece as áreas da cidade e expropria a população mais pobre num movimento de deslocamento forçado para as áreas periféricas que é impulsionado em grande parte por sistema de crenças que faz

acreditar que o desenvolvimento na especulação imobiliária de alguns territórios da cidade é bom para atrair investimento para o estado e para a cidade.

Para Rist (2001) o desenvolvimento de matriz colonial se impõe e se legitima por meio de um sistema de crenças, um conjunto de mecanismos de convencimento segundo a qual o progresso é útil e necessário para favorecer o progresso e a prosperidade do lugar, historicamente visto como atrasado e subdesenvolvido. Porém, na medida em que avança a lógica desenvolvimentista sobre o território, objeto do desejo, as relações com a sociedade e a natureza mudam e os territórios já regulados/emancipados, assistem à imposição de uma história, de uma cultura e de uma racionalidade ocidental europeia que expropria os saberes locais e as epistemologias, graças aos mecanismos de convencimento e adesão das populações.

O debate crítico acerca do desenvolvimento das cidades mostra que o controle do território urbano, a especulação imobiliária que encarece algumas áreas da cidade são os principais fatores de expropriação da população mais pobre num movimento de deslocamento forçado para as áreas periféricas que é impulsionado em grande parte por sistema de crenças que faz acreditar que o desenvolvimento na especulação imobiliária de alguns territórios da cidade é bom para atrair investimento para o estado e para a cidade.

A discussão provoca uma flexão sobre o lugar da lógica do desenvolvimento e aponta para uma crítica num movimento revisão da lógica que a formou (Mignolo, 2008). O diagnóstico do projeto desenvolvimentista classista e racista, indica para uma ecologia de saberes que nos convida uma nova relação com o espaço urbano, a restauração da natureza e o reconhecimento e respeito pelas pessoas (Santos, 2007). O processo de urbanização e modernização das cidades produzem as periferias como espaços “anti-urbanos” e opera a partir de uma lógica de desenvolvimento marcado por “um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras” (SANTOS, 2007, p. 71). Parafraseando o autor, essa lógica pode ser traduzida pela existência de uma linha divisória que, de um lado, apresenta o espaço urbano como próspero e desenvolvido enquanto do outro lado da linha, a periferia como lugar pobre e violento. Nessa linha divisória, o urbano ocupa o espaço existente socialmente, enquanto a periferia, o da inexistência. Asseverando Lugones (2010, p. 114)

“Ver a colonialidade é ver a poderosa redução do ser humano, animais, inferiores por natureza, em uma compreensão esquizóide da realidade que dicotomiza o humano da natureza, o humano do não humano, e que impõe uma ontologia e cosmologia que, em seu poder e constituição, não permite que todos humanidade, toda possibilidade de compreensão, todas as possibilidades de comunicação humana, para seres desumanizados”

É preciso romper com essa lógica dicotômica que hierarquiza e reforça a opressão dos atores sociais. Essa linha divisória entre o urbano e periférico mostra como as relações sociais acontecem de formas distintas, pois tudo aquilo que é invisibilizado, tende a se tornar inexistente, já que o visível e o invisível não podem dividir o mesmo espaço. Por fim, os desdobramentos estão na omissão/negligência do estado com a promoção de políticas públicas de melhoramentos das áreas periféricas, na ausência de saneamento básico em regiões que há décadas enfrentam abandono e falta de acesso à serviços básicos.

2. SOBRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ

Os dados do censo do IBGE de 2019² mostram que Belém é uma das capitais brasileiras que mais concentram os chamados *aglomerados subnormais*, isto é, moradias precárias, construídas em condições irregulares em espaços urbanos e periféricos com carências de serviços públicos básicos como água, rede de esgoto.

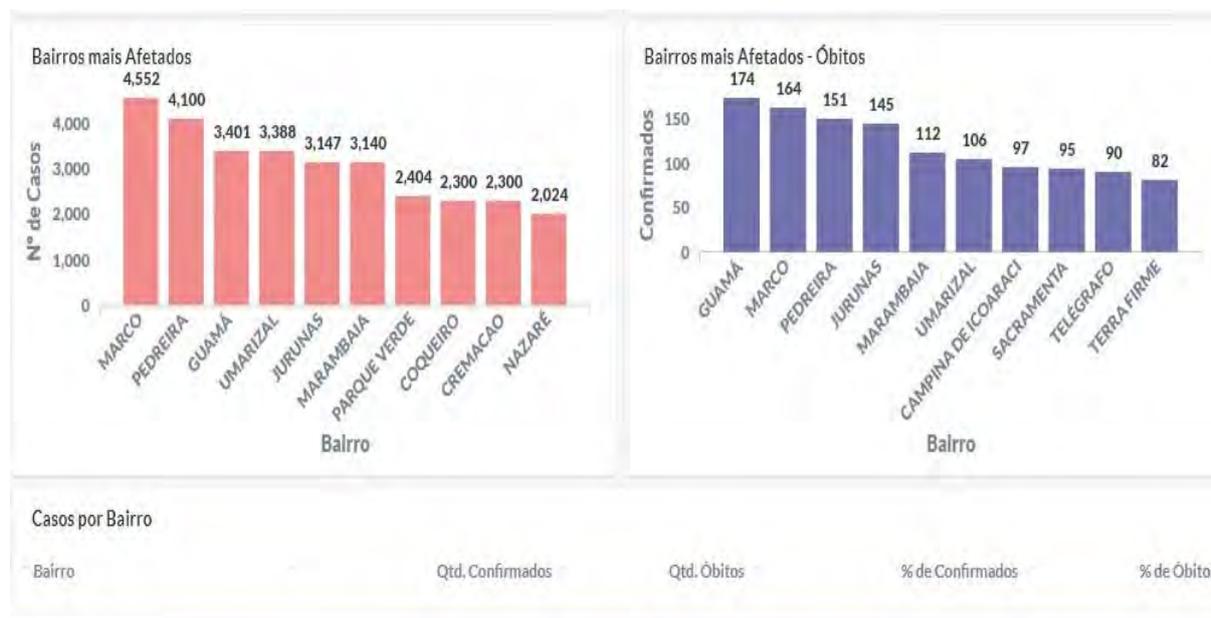
O tema da moradia reaparece com toda a força em razão das medidas de isolamento social impostas pela pandemia da COVID-19, por meio do distanciamento social e a higienização, condições fundamentais para frear a disseminação do vírus. Em 2020, a população da capital estava estimada em 1.499.641 pessoas. Por causa da pandemia, os dados utilizados sobre os *aglomerados subnormais* para o enfrentamento da COVID-19 são relativos ao ano de 2019. A estimativa do IBGE para Belém mostra que a quantidade de domicílios ocupados em *aglomerados subnormais* representam uma taxa de 225.577 com uma proporção de 55,49 em relação ao total de domicílios ocupados. Uma parcela

² Consulta em “Estimativa de Domicílios Ocupados em Aglomerados Subnormais, segundo Estados e Distrito Federal”, disponível em: <https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/sharing/rest/content/items/e537f2bbd43743198f99c77dfc878bff/data>. Acesso em 15 fev. 2021.

desses aglomerados está concentrada em áreas de maré, pouco sujeitas a urbanização formal como abertura de ruas, instalação de rede de água potável, esgoto e luz elétrica para o local da moradia. A ausência de saneamento básico nessas áreas assim como, a falta de energia elétrica e água potável, aliada a péssimas condições dessas moradias foram decisivas na retomada do avanço da doença, no alto índice de notificações, internações e óbitos, sobretudo quando visualizamos os gráficos e os mapas epidemiológicos no período que vai entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021.

No contexto da pandemia da COVID-19 a relação entre contágio e disseminação do vírus pode estar associada a péssimas condições das moradias da capital tanto na área urbana como nas regiões periféricas mais afastadas da cidade. Os dados do IBGE para o ano de 2020 mostram que a insalubridade dos aglomerados subnormais e as péssimas condições de moradia aceleraram o avanço da doença nesses domicílios. Além disso, quando observamos os mapas epidemiológicos divulgados pela Prefeitura de Belém verificamos o avanço da pandemia sobre as áreas periféricas da cidade, em diferentes momentos do ano de 2020. Em fevereiro de 2021 houve um aumento acentuado do número de casos especialmente nas localidades onde se concentram os aglomerados subnormais, como mostra o gráfico:

Figura 1 – Boletim epidemiológico da cidade de Belém



Fonte: <http://contratoemergencial.belem.pa.gov.br/painel-covid-19/>

O gráfico mostra que os maiores índices de casos confirmados da doença bem como o número de obtidos se concentram em bairros com maiores aglomerados subnormais, em áreas que enfrentam problemas históricos de saneamento básico, assistência social, atenção básica de saúde além da precarização de moradias e a ausência de políticas habitacionais.

CONCLUSÃO

Ao propor uma crítica ao desenvolvimento e da lógica do acúmulo e regulação das riquezas é necessário romper com a lógica da colonialidade (Mignolo, 2008) propondo modelos de gestão participativa das cidades, com participação popular nos rumos do planejamento urbano. Repensar a construção de um planejamento urbano participativo que envolva a recuperação das áreas, melhoramento das moradias, com planos de remanejamento de famílias, política de habitação, justa regularização dos títulos fundiários, financiamento a juros baixos. O urbanismo participativo busca inverter a lógica do capital e construir uma cidade “com as pessoas” o que requer a consciência da moradia como um direito básico de acesso à cidadania, mas para isso é preciso romper com a lógica da colonialidade (Mignolo, 2008).

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade. p.70-104. Comentário: Sabine Mabordi (UBC - University of British Columbia). Tradução do comentário: Mariana Lustosa (UFRGS)

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho**. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) do Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

CASTRO, Edna - Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia. - *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015, p. 225-246.

CASTRO, Edna et tal. **Decolonialidade e sociologia na América Latina** / Edna Castro, Renan Freitas Pinto, organizadores. – Belém: NAEA: UFPA, 2018.

CASTRO, Edna - **Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana**. In: Castro, Edna & Pinto, Renan- Decolonialidade e Sociologia América Latina. NAEA/UFPA, 2019. p. 25-52.

DUSSEL, E. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, E. (coord.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

GROSTEIN, Marta Dora; MEYER, Regina Maria Prosperi. **Metrópoles Brasileiras: seus desafios urbanos e suas perspectivas**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP, São Paulo, 2006.

LUGONES, Maria - **Hacia un feminismo descolonial**. Binghamton University, disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em 16/02/2021.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. **A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002.

MARICATO, Ermínia. **Direito a terra ou direito à cidade?** Cultura Vozes, Petrópolis, Vozes, 1985.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Como Andam Belém e Goiânia. Organização Egláisa Micheline Pontes Cunha e Roberto Sampaio Pedreira – Brasília. Ministério das Cidades, 2008.

RIST, Gilbert, 2008. **Le développement . Histoire d'une croyance occidentale**. Paris, Presses de Sciences Po, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos Estudos, 79, Nov. 2007.

SANTOS, Jose Vicente Tavares e Maira Baumgarten - **Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social**. Dossier. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 178-243

SPIVAK, Gayatri. **Estudios de la subalternidad: desconstruyendo na historiografía**. Mezzadra, Sandro et alli. Estudios Postcoloniales. Ensayos Fundamentales. Traficantes de Sueños, Madrid. 2008.



GT 05 -Movimento sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos

PROTOCOLOS RIBEIRINHOS DE CONSULTA E GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA.

Maria das Graças da Silva Pereira¹,
Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães²

RESUMO

No âmbito das ações coletivas de defesa dos territórios, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em situações diversas têm elaborado os chamados Protocolos de Consulta. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o processo de elaboração dos Protocolos, em uma situação de implantação de dois grandes projetos de infraestrutura interligados - o terminal portuário e a ferrovia paraense - em territórios tradicionais das ilhas de Abaetetuba. A pesquisa em curso tem como base metodológica a auto etnografia, que se realiza por meio de uma das autoras nas Ilhas de Campompema e do Xingu. Pelo que podemos analisar, trata-se de um processo complexo de elaboração de objetos ou instrumentos técnicos-políticos. E são, sobretudo, instrumentos de contra regulação num campo de relações de poder. A análise deste processo social ocorrido em ilhas de Abaetetuba pode iluminar outros similares e oferecer referenciais teóricos para situações sociais e políticas que dele poderão decorrer.

Palavras-chaves: Protocolos de consulta; povos tradicionais; grandes projetos; Abaetetuba

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata sobre uma pesquisa em curso sobre a construção social e política de “protocolos ribeirinhos” a partir da experiência de dois territórios tradicionais das Ilhas de Abaetetuba, o PAE São João Batista e o PAE Santo Afonso, em uma situação de implantação de dois grandes projetos de infraestrutura interligados – o Terminal Portuário de Uso Privado (TUP Abaetetuba/ CARGILL) e a Ferrovia Paraense, os empreendimentos fazem parte da expansão da malha ferro e hidroviária do Estado do Pará, com o objetivo principal de garantir o escoamento da produção do agronegócio, sendo o primeiro um terminal portuário graneleiro

¹ Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, UFPA, Brasil. Email: pereiramariabio@gmail.com

² Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, UFPA, Brasil. Email: smag@ufpa.br.

com intenção de instalação na Ilha Urubueua, e o segundo, a ferrovia, deve integrar o Complexo Logístico Industrial e Portuário de Vila do Conde ao Sul do estado Paraense, onde encontram-se os municípios com maior produção de soja.

A base metodológica é a auto etnografia, um método descrito por Ellis (2004) como possibilidade de ser usado na investigação e na escrita, já que tem como proposta descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal, a fim de compreender a experiência cultural. Segundo Adams et al. (2011: p.275) a auto etnografia combina características da autobiografia e da etnografia. Em linhas gerais, trata-se da análise e escrita, retrospectiva e seletiva, sobre epifanias em contextos nos quais o autor parte de uma cultura e / ou possui uma identidade cultural particular.

O Protocolo de Consulta é um dispositivo da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) dispõe em seu artigo 6º que os governos deverão consultar os povos interessados, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.³

O Porto da Cargill, de acordo com o EIA/RIMA, atingirá as comunidades dos PAES Santo Afonso e São João Batista de diversas formas: desde o aumento do barulho e fluxo de pessoas devido a obra, passando por retirada da vegetação, impermeabilização dos solos, transposição de igarapés e rios, até mudanças no fluxo da navegação, alteração na dinâmica das marés, mortandade e fuga de peixes e mamíferos. Até Mesmo com a determinação da Convenção 169, nenhuma das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba foram consultadas.

O Licenciamento ambiental está em andamento e já houve a tentativa de realizar uma audiência pública em 27 de junho de 2019, suspensa justamente pelo não cumprimento da Convenção (http://www2.defensoria.pa.gov.br/portal/noticia.aspx?NOT_ID=3968). Em paralelo, as comunidades ribeirinhas abaetetubenses, vem desde 2017 construindo seus protocolos de consulta. No total são 20 Projetos de Assentamento Agroextrativista e dois territórios quilombolas, destes 03 tem seus protocolos publicados e 09 em construção.

Os protocolos de Consulta tratados neste trabalho, são o do PAE Santo Afonso que está no segundo passo de sua elaboração, e parado devido a pandemia; e do PAE São João Batista que está se organizando para o primeiro passo, por conta da pandemia deve-se encontrar mecanismos de abranger toda a comunidade sem aglomerar. O PAE Santo Afonso, conforme tratarei em seguida é a área de estudo de minha tese, portanto minha atuação tem

³ A Convenção 169 da OIT foi promulgada em 1989 e assinada pelo governo Brasileiro em 2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5

sido como observadora, e o PAE São João Batista, na Ilha Campompema, é onde resido com minha família, e tenho atuado na organização direta do processo de elaboração. Ambas comunidades estão localizadas nas Ilhas de Abaetetuba, município à 100km da capital do estado do Pará, Belém.

É importante demarcar que a pesquisa em curso⁴ visa à elaboração de minha tese, de doutorado, inicialmente intitulada: “PIRÍ: ambiente e práticas políticas em um território tradicional ribeirinho nas Ilhas de Abaetetuba, Amazônia Oriental”.

Pirí é um ambiente alagado no coração da ilha Urubueua, na comunidade do Xingu – PAE Santo Afonso, farto em animais de caça e em peixes e que também abriga seres não humanos, como a mãe do mato, a preguiça gigante, o homem sem cabeça, todos guardiões daquele lugar. Para além disso, é um ambiente de uso coletivo que contribui para o sustento alimentar de diversas famílias distribuídas em 16 comunidades das ilhas Capim, Urubuéua, Caripetuba e do território quilombola do Assacu, a comunidade Nossa Senhora do Bom Remédio (TELES; LOBATO, 2019).

Desastres ambientais decorrentes de grandes projetos de infraestrutura, não são ausentes na região ribeirinha Abaetetubense, tendo sido atingida pelo desastre causado pelo naufrágio do Navio Haidar (2015)⁵, que acarretou a morte de centenas de gado que seriam transportados vivos e que se espalharam pelos rios juntamente com toneladas de óleo, e o vazamento de rejeitos de bauxita da mineradora Hydro Alunorte (2009, 2018)⁶, de forma que mesmo sem um grande projeto de infraestrutura no município de Abaetetuba, a população ribeirinha já sofreu e conhece bem as consequências danosas desses empreendimentos.

Neste trabalho, a elaboração do Protocolo de Consulta é tratado como um processo complexo de elaboração de objetos ou instrumentos técnicos-políticos: técnicos porque são objetos concretos portadores de conhecimentos; e políticos porque são instrumentos de intervenção na forma e no destino do uso dos recursos do território. E são, sobretudo, instrumentos de contra regulação num campo de relações de poder.

⁴ Esse texto apresenta as limitações decorrentes da epidemia SARSCOV-2: O cronograma da pesquisa e o próprio desenrolar dos fatos sociais em análise foram duramente modificados.

⁵ <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/embarcacao-afunda-e-bois-tentam-escapar-de-naufragio-em-barcarena.html>

⁶ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/hydro-alunorte-acusada-de-vazamento-de-rejeitos-ja-foi-multada-em-2009-por-esse-crime.ghtml>

2. DE OBSERVADORA A ATUANTE: DO PERCURSO METODOLÓGICO À REFLEXÃO

Ao ingressar no Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Pará, iniciei meu contato estreito com a área de estudo, Comunidade do Xingu – PAE Santo Afonso, no primeiro contato com Dona Raimundinha, presidente do PAE, fui convidada a acompanhar a assembleia que iniciaria o processo de construção de Protocolo de Consulta.

Minha entrada na comunidade foi aparentemente bem tranquila, tal como aponta Silva (2005), as oportunidades e os espaços que se abrem ao antropólogo durante o processo de pesquisa, são mediados pela interação de todos os marcadores de sua identidade, tal como são lidos pelos nativos. Meu marcador identitário “ribeirinha”, foi fundamental para o contato inicial com a família de Dona Raimundinha. A outra carta na manga que favorece meu contato e me proporciona um tratamento de alguém que faz parte da comunidade é o legado de meu avô paterno (Domingos Trindade), que atuou na Paróquia das Ilhas de Abaetetuba, sendo conhecido em toda a região ribeirinha por suas lutas sociais, entre elas a implantação dos PAEs. De forma específica na Comunidade Santo Afonso, Dona Raimundinha, meu primeiro contato, o conheceu, atuou em lutas ao seu lado, de forma a nutrir um grande carinho por ele.

3. A CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO

No dia 19 de setembro de 2019, participei da primeira Assembleia para a construção do protocolo de consulta, solicitada pelo PAE Santo Afonso, e organizada pela Cáritas e Fase. Inicialmente, fui com intuito de apenas observar, ouvir, visto que aquele seria meu primeiro contato com uma parcela significativa da comunidade, já que até então, só conhecia o núcleo familiar de Dona Raimundinha.

De acordo com a cartilha Protocolo de Consulta e Consentimento prévio, organizada pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e Fundo DEMA – que é utilizada como guia na elaboração dos protocolos de consulta nas comunidades ribeirinhas abaetetubenses – são necessários seis passos para a elaboração do documento de Consulta. O primeiro é uma assembleia geral, onde a comunidade tomará a decisão se quer ou não construir o Protocolo, o segundo é a capacitação sobre a Convenção 169, a construção da linha do tempo, uma espécie de quadro histórico da comunidade é o terceiro passo, a construção do mapa de ameaças e de potencialidades, são o quarto e quinto passo, respectivamente, o último é a elaboração do Protocolo de Consulta em um documento, com as regras de consulta que a comunidade deseja estabelecer. Após a aprovação do texto final pela comunidade, o protocolo é publicado em forma de cartilha.

A primeira assembleia em Santo Afonso, contou com diversas representações de organizações da comunidade, haviam pessoas da igreja evangélica, da igreja católica e representante da Colônia de pescadores, que juntamente com a associação do PAE Santo Afonso, são as que contemplam o maior número de associados. Esse primeiro momento, tratou de esclarecer aos presentes o que diz a convenção 169, e principalmente os exemplos bem sucedidos de bloqueio de grandes projetos a partir do protocolo de consulta, para posteriormente haver a votação se todos os presentes estavam de acordo com a construção do Protocolo de Consulta.

E ao longo de toda a assembleia a representante da FASE utilizando analogias bem cotidianas, como por exemplo, *“você acha correto alguém entrar na sua casa e mexer nas suas coisas sem você permitir”*, essa foi uma relação para mostrar que o que o TUP Abaetetuba está tentando fazer é exatamente isso, entrando no território deles sem pedir permissão e ainda querendo usufruir dos recursos naturais. Era perceptível o quanto essas analogias eram eficazes, e eles rapidamente colocavam sua indignação, lembrando e reafirmando suas lutas, como um morador, Seu Francisco⁷, como ele se autodeclarou, um agricultor extrativista, atuante na Comunidade Católica de Santo Afonso, recordou o quanto lutou ao lado de Dona Raimundinha para terem um prédio para funcionamento da escola, e que não era justo, tudo que eles lutaram para obter lhes serem retirados assim.

Esse mesmo morador mostrou em uma de suas falas a importância da memória naquele cenário, dizendo que *“vou falar das nossas lutas, é importante para os mais novos, que não viram, poderem saber e valorizar o que tem hoje e para os mais velhos, que lutaram com a gente lembrar que a gente consegue”*, e que está em total acordo com a função da memória descrita por Pollak (1989) ao dizer que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum em que se inclui o território.

Comecei a perceber que os assuntos ali tratados – a convenção 169, os direitos das populações tradicionais e os impactos do TUP e da Ferrovia - não diziam respeito apenas ao PAE Santo Afonso, mas que de fato, a todas as ilhas de Abaetetuba que sofrerão os impactos desses grandes projetos, foi então que comecei a refletir que tudo aquilo também me impactava, impactava minha família, o PAE São João Batista onde resido, de forma que eu apenas observar não seria o bastante, eu precisava atuar.

⁷ Nome Fictício

No PAE São João Batista – Campompema, entrei em contato com as lideranças do Assentamento e da igreja Católica, sabendo que esta última agrega mais de 90% da comunidade, para iniciar a discussão sobre a implantação dos grandes projetos, e os riscos que estávamos correndo se mantivéssemos a inércia. Fui convidada a expor sobre o assunto, e sobre a construção do protocolo de consulta, no retiro comunitário que ocorreu em fevereiro de 2020. Esse é um evento que acontece duas vezes ao ano, é um momento avaliativo da comunidade católica.

Em janeiro de 2020, participei de uma nova assembleia na Comunidade Santo Afonso, esta foi a última, antes da pandemia, e desde então todo o processo de construção do Protocolo está parado, visto a proibição de aglomerações e como as condutoras das Assembleias vem das cidades de Abaetetuba e de Belém, uma representante da Cáritas e uma da Fase, há o risco de contaminação no transporte, e de trazerem o vírus para a comunidade é alto.

Nesta última assembleia, foi tratada com mais especificidade a convenção 169, o direito da comunidade de ser consultada sobre qualquer intervenção no território, que afete suas vidas diretamente, e também foram tratadas as regras possíveis de serem inseridas no protocolo, além do amparo legal que o documento lhes oportuna.

Um outro ponto que dominou a reunião foi o fechamento do Posto de Saúde da Comunidade de Santo Afonso (Posto de Saúde Pedro Araújo), cujo motivo foi a não renovação do contrato da Técnica de Posto, Dona Raimundinha. Esta unidade de saúde já vinha em processo de sucateamento com mais de 3 meses sem materiais (remédios, material de curativo), além da revolta pelo fechamento da unidade de saúde, os moradores relatavam a temeridade de o posto significar a primeira instituição de direito básico a lhes ser negada.

A necessidade de organizar-se para evitar o fechamento da unidade de saúde ficou evidente na fala de Dona Raimundinha, “*se não nos organizarmos e buscar informações do que está acontecendo* (referindo-se aos meses sem material e remédio no posto e os cinco meses sem pagamento da técnica de posto), *nós não conseguimos nada, nós vamos pro brejo*” A representante da Cáritas apontou a possível estratégia por trás dessa ação, que seria a negação de direitos básicos levando a um deslocamento “voluntário” da comunidade, facilitando a instalação do TUP Abaetetuba.

Essa participação do Estado como forma de legitimação do Grande Projeto, foi descrita por Ribeiro (1987), ao observar que a “ausência” do Estado através da omissão de serviços básicos, como saúde, saneamento e educação nos locais onde os grandes projetos serão/estão instalados, também é uma forma de legitimá-lo, pois esses serviços acabam por

serem fornecidos pelas empresas, quando estas necessitam de mão de obra barata de forma contínua durante o seu período de atuação, o que conseqüentemente leva a aceitação do grande projeto, mesmo com todos os ônus que podem acarretar, ou ainda como no caso de Abaetetuba, onde os Grandes projetos a serem implantados não exigem muita mão de obra para funcionarem, a “ausência” do poder público leva a um deslocamento “voluntário” das comunidades, facilitando a instalação dos mesmos.

E o mesmo autor é assertivo com sua análise de que *“o grande projeto é alimentado sobretudo pelas desigualdades econômicas existentes nacional e internacionalmente, e do pressuposto acrítico de que para um futuro viável “quanto maior melhor”.* (RIBEIRO, 1987, p. 24)

Em fevereiro, no PAE São João Batista, no retiro da igreja católica, compartilhei com os demais membros da comunidade o que tinha ouvido nas assembleias na comunidade do Xingu – PAE Santo Afonso, de todas os riscos que corremos com a instalação do Porto e da Ferrovia, apontando as informações presentes nos EIAs/ RIMAs dos dois empreendimentos e principalmente falei sobre o protocolo de consulta, como um documento que poderia nos ajudar nessa luta contra a implantação. A ideia da solicitação de orientação da FASE e da Cáritas para elaboração do Protocolo de Consulta foi bem aceita, entretanto, um mês depois a pandemia causado pelo vírus SARS COV-2, paralisou todas as atividades, então todo o processo “esfriou”.

A discussão só voltou a ser retomada em setembro de 2020. Com a redução de casos de COVID-19, a Caritas realizou alguns encontros, com número reduzido de pessoas.

Na comunidade São João Batista, foi realizado um encontro com o MORIPA⁸ (Movimento dos Ribeirinhos dos Paes de Abaetetuba), do qual é associado, além de coordenadores das pastorais da comunidade Católica. Esse encontro objetivava formar disseminadores da informação para os ausentes, assim cada representante repassaria as informações para o seu grupo evitando aglomerações.

Após esse encontro, em outubro, fui convidada pela comunidade São João Batista, a explicar dúvidas que haviam ficado da reunião anterior. Avaliaram que no contexto da pandemia, era melhor me convidar, porque eu já estava na Comunidade do que mobilizar uma nova reunião com a representante da Cáritas Abaetetuba. Nessa oportunidade, apresentei

⁸ MORIPA - Movimento dos Ribeirinhos dos Paes de Abaetetuba, desmembrou-se do MORIVA (Movimento Dos Ribeirinhos - as das Ilhas e Várzeas de Abaeteuba), movimento com importante atuação para a instalação dos Projetos de Assentamento Agroextrativista nas Ilhas de Abaetetuba, atualmente todos os PAEs de Abaetetuba estão associado a um desses dois movimentos.

detalhadamente o que é o Protocolo de Consulta, a importância e o passo a passo da construção desse documento.

Nesse encontro entre mim e a comunidade ao qual pertenço, me vi diante do estranhamento, próprio da etnografia. Como lembra, Guber (2004), mesmo sendo a comunidade na qual vivo, com pessoas que fazem parte do meu círculo social,

“o antropólogo e a população vêm de dois universos de significação, de dois mundos sociais diferentes. Isso acontece mesmo quando o pesquisador pertence ao mesmo grupo ou setor do que seus informantes, e isso porque o interesse do primeiro – a pesquisa - difere daquele de seus interlocutores, e seu olhar não é como o de alguém em vida cotidiana.” (GUBER, 2004 p. 50)

Nas reuniões de ambos os PAEs, a memória da instalação do Pólo Industrial de Barcarena há cerca de 30 anos, foi ativada. Em Santo Afonso, Dona Ana⁹, uma das ribeirinhas presentes na assembleia, moradora na comunidade de Santo Afonso a mais de 20 anos, havia se mudado de Barcarena quando houve o deslocamento compulsório dos moradores da área onde foi instalado o complexo industrial. Ela disse “*eu não acredito nessas empresas, eu vim de lá quando começaram a construir o Porto do Conde, eles falaram que iam nos pagar, e até hoje nada, só ficou a poluição*”.

No PAE São João Batista, pessoas que trabalharam durante a construção do porto relembrou das promessas e do trabalho. Seu Antonio¹⁰, uma liderança da Comunidade Católica em Campompema, agricultor, e como ele mesmo definiu, nascido e criado na comunidade São João Batista, lembrou: “*quando começaram a fazer essa vila do Conde, falaram que ia ter muito trabalho, emprego pra muita gente, durante a construção saía muitos ônibus, lotado de pião pra trabalhar, de Abaeté pra Barcarena, depois que tava pronto mandaram a gente embora, por que a gente não tinha estudo, só querem a gente pro trabalho pesado*”.

Além da memória relativa à construção do porto do Conde, as memórias de desastres ambientais recentes como o naufrágio do Navio Haidar (2015)¹¹, e o vazamento de rejeitos de bauxita da mineradora Hydro Alunorte (2009, 2018)¹² deram suporte aos argumentos. O naufrágio é o acidente mais marcante para estes ribeirinhos, que se reportaram aos seus

⁹ Nome Fictício

¹⁰ Nome Fictício

¹¹ <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/embarcacao-afunda-e-bois-tentam-escapar-de-naufragio-em-barcarena.html>

¹² <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/embarcacao-afunda-e-bois-tentam-escapar-de-naufragio-em-barcarena.html>

efeitos mais visíveis: os bois mortos aportando nas casas; o óleo vazado por meses preso à mata ciliar, nas margens dos rios.

A experiência atual sempre leva em conta o passado e antecipa o futuro, segundo Bruner e Tuner (1986), claramente tanto o PAE Santo Afonso, quanto o PAE São João Batista estão antecipando o futuro da instalação desses dois grandes projetos levando em conta o passado de desastres ambientais causados por um outro grande empreendimento, e assim decidindo sua atitude no presente – construção do protocolo de consulta - para em algum nível impedir a repetição do passado recente.

Neste sentido, realizam o que Pollak (1989) denomina enquadramento de memória, isto é, uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido, indicando que o enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história e esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a referências associadas do passado e do presente.

Chama atenção também Pollak (1989), para o fato de que os dominantes quase sempre acreditam que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", mas frequentemente são levados a reconhecer, ainda que tardiamente e quase sempre com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações impostas ao desenvolvimento do trabalho pela epidemia SARSCOV-2, este texto aponta para duas considerações finais: uma de cunho metodológico e outra referente à situação social vivida/analizada. A primeira, a experiência em campo, aponta como já nos fez refletir Bourdieu (2017), para o fato de que fazendo o uso racional da subjetividade como parte analítica da etnografia, obriga-nos a sermos mais retos em nossas aplicações metodológicas e analíticas. Assim como evidencia que, onde há uma proximidade ou até mesmo faz-se parte do objeto de pesquisa a tensão subjetividade e objetividade, é grande e constante. (GOMES E MENEZES, 2007),

Do ponto de vista da situação social, ficou evidente como as memórias da construção do Pólo Industrial de Barcarena e dos desastres ambientais como do naufrágio do Navio Haidar (2015) e do vazamento de rejeitos de bauxita da mineradora Hydro Alunorte (2009, 2018); atuam como uma operação importante para o afloramento de sentimentos de coletividade e pertencimento, combustíveis essenciais para o enfrentamento dos Grandes Pojeto. Leva-nos a reiterar a constatação de Polak (1989) de que esse tempo após as

comunidades sofrerem com as consequências da atuação dominante não as faz esquecer o acontecido; ele apenas contribui para uma resposta efetiva e potente. A memória opera pois, como fundamental na construção do protocolo de consulta nos dois territórios tradicionais ribeirinhos – PAE Santo Afonso e PAE São João Batista.

A análise deste processo social ocorrido em ilhas de Abaetetuba pode iluminar outros similares e oferecer referenciais teóricos para situações sociais e políticas que dele poderão decorrer.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T.; BOCHNER, A.; ELLIS, C. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, v.36, p. 273-290, 2011.

BOURDIEU, P. **La objetivación participante**. Apuntes de investigación del CECYP, n° 10, 2006. Pp.87-101.

BRUNNER, E.; TURNER, V. Introduction;“Ethnography as narrative” In: TURNER, V.; BRUNNER, E. (eds.) **The anthropology of experience**, University of Illinois Press, 1986, pp.01-19.

Defensoria Pública recomenda suspensão de audiência pública em Abaetetuba. Disponível em < http://www2.defensoria.pa.gov.br/portal/noticia.aspx?NOT_ID=3968> acesso em 22 de jun de 2019.

ELLIS, C. **The Ethnographic I: A Methodological Novel About Autoethnography**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004

GOMES, E. de C., e MENEZES, R. A. **Emoções do antropólogo em campo: a etnografia em questão**. 31º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, DE 22 A 26 DE OUTUBRO DE 2007, CAXAMBU, MG. 2007.

GUBER, R. “El trabajo de campo como instancia reflexiva del conocimiento”. IN: **El selvaje metropolitano. Reconstrucción del conocimiento social em el trabajo de campo**. Buenos Aires: Paidós, 2009. Pp. 83-97.

HAYANO, D. M. Auto-ethnography: Paradigms, Problems and Prospects. **Human Organization**, v. 38, n. 1, p. 99-104, 1979.

MASO, I. Phenomenology and ethnography. In: ATKINSON, P.; COFFEY, A.; DELAMONT, S.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. (Eds.), **Handbook of ethnography** ,p.136-144. 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes** [Convenção 169]. 27 jun. 1989.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

RIBEIRO, G. L. ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. **Desarrollo Economico**, v. 27, nº 105,1987.

ROCHA, F. M. L.; GOULART, M. D. C; FREITAS, E. M. (Org.) **Relatório de impacto ambiental do Terminal Portuário de Uso Privado TUP Abaetetuba** (RIMA). Cargill Agrícola. Ambientare, 2018.

SILVA, K. C. **O poder do campo e o seu campo de poder**. UNB-DAN. SÉRIE ANTROPOLOGIA 385, 2005

TELES. E.; LOBATO, M. D. P. **Reunião preparatória de Oficina de Mapeamento na Comunidade Quilombola Nossa Senhora Do Bom Remédio, Território Assacu, Na Ilha Xingu, Abaetetuba-Pa.** Mai 2019. Disponível em <<http://novacartografiasocial.com.br/reuniao-preparatoria-de-oficina-de-mapeamento-na-comunidade-quilombola-nossa-senhora-do-bom-remedio-territorio-assacu-na-ilha-xingu-abaetetuba-pa/>> Acesso em Jun 2019.



GT 5 – Movimento sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos

ECOFEMINISMO NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DOCUMENTAL DAS “RAZÕES DE MARCHAR” DA MARCHA DAS MARGARIDAS

Manoel Rufino David de Oliveira (UFPA)¹

RESUMO

O presente estudo busca discutir em que medida a Marcha das Margaridas incorpora em sua Plataforma Política as premissas do ecofeminismo. Em primeiro lugar, será discutido o ecofeminismo enquanto abordagem ambiental desenvolvida sob diversos enfoques feministas. Em segundo lugar, será explicada a a Marcha das Margaridas enquanto ação estratégica e articulatória, no contexto do sindicalismo rural brasileiro. Em terceiro, será analisado como a Marcha das Margaridas incorpora as premissas do ecofeminismo, a partir da análise da “Plataforma política da 6a Marcha das Margaridas”. Ao final, concluiu-se que as Margaridas se reconhecem como um projeto feminista e, ao descrever seu feminismo como anticapitalista, antirracista e antipatriarcal e abranger questões ambientais em sua Plataforma, ela incorpora os preceitos ecofeministas mediante um pensar feminista de mulheres que vivem na América Latina. Em análise às reivindicações contidas em seus eixos políticos, atestou-se que os preceitos ecofeministas encontram-se expressamente previstos em vários de seus eixos políticos, muito embora alguns eixos não façam uma correlação expressa das mulheres com a natureza e um deles não trate acerca das mulheres especificamente.

Palavras-chave: Ecofeminismo; Marcha das Margaridas; Sindicalismo rural brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

No ano 2000, mulheres do campo, da floresta e das águas de todo o Brasil saíram dos seus rincões marchando até a capital federal para denunciar a fome, a miséria e a violência sexista. Essas 20 mil mulheres protagonizaram a primeira Marcha das Margaridas e desde então se multiplicaram em mais de 100 mil mulheres, que continuaram marchando e voltando à Brasília nos 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019. A luta das Margaridas é marcada pela construção de justiça e igualdade social num país historicamente marcado pela concentração de terras, riquezas e poder. Nesses 20 anos, a Marcha das Margaridas vem realizando sua ação estratégica e articulatória com base no desenvolvimento sustentável, na agroecologia e

¹ Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor auxiliar da Universidade Federal do Pará (UFPA) e professor universitário da Faculdade Faci Belém e da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). E-mail: manoelrufinoadv@gmail.com

na luta contra o racismo, o patriarcado e o capitalismo, pautadas nos valores da ética, solidariedade, reciprocidade e respeito à natureza.

Embora não se reconheçam expressamente como ecofeministas, a Marcha das Margaridas se reconhece como um projeto feminista, construído a partir da reflexão crítica sobre a vivência de mulheres do campo, da floresta e das águas e seus saberes tradicionais. Esse feminismo tem como pautas principais a vinculando a defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos. Dessa maneira, percebe-se que a Marcha das Margaridas, ao discutir em suas pautas e reivindicações a subordinação das mulheres em intersecção com a subordinação da natureza, produz um saber ecofeminista que pode se aproximar e diferenciar das abordagens do feminismo liberal, feminismo marxista, feminismo radical e feminismo interseccional do meio ambiente.

Com base nas questões arguidas acima, adotou-se a seguinte indagação de pesquisa para este trabalho: **em que medida a Marcha das Margaridas incorpora em sua Plataforma Política as premissas do ecofeminismo?**

E, para responder a essa questão, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o ecofeminismo enquanto abordagem ambiental desenvolvida sob diversos enfoques feministas;
- Explicar a Marcha das Margaridas enquanto ação estratégica e articulatória, no contexto do sindicalismo rural brasileiro;
- Analisar como a Marcha das Margaridas incorpora as premissas do ecofeminismo, a partir da análise da “Plataforma política da 6a Marcha das Margaridas”.

Para pensar a respeito da incorporação das premissas do ecofeminismo na Plataforma Política da Marcha das Margaridas, é incontornável o estudo do ecofeminismo, a partir de uma revisão bibliográfica de autoras como Karen Warren, Vandana Shiva, Emma Siliprandi entre outras. Além disso, para compreensão da Marcha das Margaridas como parte do movimento sindicalista rural brasileiro, foram utilizadas autoras como Berenice Gomes Silva, Tânia Kuhnen entre outras. Ressalte-se que, pela própria proposta do trabalho ser de abordagem feminista, foram utilizadas na grande maioria mulheres pesquisadoras como referencial teórico. Por fim, o trabalho parte de uma análise documental da “Plataforma política da 6a Marcha das Margaridas” para analisar como o movimento social incorpora os pressupostos ecofeministas e os ressignifica sob um aspecto latino-americano.

A “Plataforma política da 6a Marcha das Margaridas”, doravante denominada apenas Plataforma, é um documento elaborado a partir de escutas e reflexões feitas com as mulheres do campo, da floresta, das águas e, também, da cidade, percorrendo as cinco grandes regiões do país, desde os seus locais de vida e atuação. A Plataforma foi publicada em 2019, mas foi construída desde 2017, a partir de diálogos estabelecidos com pelo menos 30 organizações

e movimentos sociais, resultado de centenas de encontros e reuniões realizadas em âmbito nacional, regional, estadual e na base dos movimentos, envolvendo milhares de mulheres por todo o Brasil. O seu conteúdo, nesse sentido, é resultado de uma série de discussões e acordos estabelecidos entre as representantes das várias organizações e movimentos que compõem a coordenação política ampliada da Marcha das Margaridas

2 ECOFEMINISMO, UM NOVO NOME PARA UMA RELAÇÃO ANTIGA

A palavra “ecofeminismo” pode ser nova, mas o significado por trás dela representa uma relação ancestral entre mulheres e natureza. Karren Warren (2000, p. 21) aponta que o termo “ecofeminismo” foi cunhado em 1974 pela feminista francesa Françoise D’Eaubonne, em seu texto *Le féminism ou la mort*. Segundo esta teórica, os problemas ambientais surgem a partir do modelo econômico produtivista excludente, dominado pelos homens, que orienta os países industrializados e que estava leva à humanidade ao colapso, numa clara relação entre superpopulação, devastação da natureza e dominação masculina. Nesse sentido, os interesses das mulheres, ao lutar contra a dominação masculina, coincidiriam, portanto, com os interesses de toda a humanidade, ao passo que os interesses individuais dos homens, não (EAUBONNE, 1974, p. 237).

Uma vez que o ecofeminismo é uma abordagem ambiental desenvolvida sob diversos enfoques feministas (feminismo liberal, feminismo marxista, feminismo radical e feminismo interseccional, por exemplo), existem diversos posicionamentos ecofeministas que expressam uma pluralidade de posicionamentos feministas, alguns mutualmente compatíveis, alguns excludentes entre si. Por essa razão, é mais acertado considerar o “ecofeminismo” como um termo guarda-chuva que abrange as diversas abordagens éticas feministas que buscam compreender as relações existentes entre a dominação das mulheres, dos animais e da natureza. Contudo, de maneira geral, Karen Warren (2000, p. 22) aponta ser uma constante no pensamento ecofeminista que a dominação patriarcal foi instituída a partir da dominação das mulheres e da natureza.

Emma Siliprandi (2000, p. 63) entende que, de forma bastante simplificada, os princípios do pensamento ecofeminista são os seguintes: em primeiro lugar, existe uma convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a natureza, pois prevalece o entendimento da utilização de recursos naturais sem custos, a serviço da acumulação de capital; em segundo lugar, o pensamento ocidental hegemônico identifica a mulher com a natureza e o homem com a cultura, posto que a cultura é superior e prevalece como uma forma de domínio da natureza; em terceiro lugar, as políticas científicas e tecnológicas que orientam o desenvolvimento econômico moderno têm reforçado essa visão e não são “neutras” do ponto de vista ambiental e de gênero.

Em outras palavras, a dominação das mulheres está baseada nos mesmos fundamentos e impulsos que levaram à exploração da natureza, uma vez que tanto o meio ambiente como as mulheres são vistos pelo capitalismo patriarcal como “coisa útil” a ser explorada, ou seja, que devem ser submetidas às supostas necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção ou exploração. Tendo em vista que em muitas culturas as mulheres têm historicamente o papel primário de indivíduos coletores de alimentos, combustíveis e água para suas famílias e comunidades, as mulheres acabam por criar vínculos com a agricultura e com o lar, passando ser identificadas do ponto de vista político, com a natureza, ao passo que os homens são identificados com a cultura, sendo a cultura, no pensamento ocidental, superior à Natureza. Assim, enquanto reproduz-se e reforça-se a dominação da cultura sobre a Natureza, também se reproduz a dominação dos homens sobre as mulheres.

Desse modo, vemos que a mulher é entendida de forma hierarquizada em relação ao homem, como se fosse mais uma parte ou extensão deste, do que propriamente um ser autônomo – como nos termos do relato teológico da criação, na qual a mulher veio da costela do homem. Além disso, a mulher também acaba por ser mais valorizada pelo seu papel de reprodutora social, do que por ser um agente de transformação em potencial que pode contribuir e participar no cenário político da sociedade. Ao ser constituído esse panorama de dominação patriarcal, configura-se a situação na qual a mulher é impulsionada a lutar pela abertura de novos espaços, uma vez que é relegada ao segundo plano e acaba sendo preterida em razão à deficiência e esquecimento de políticas públicas em relação a seus problemas, uma vez que essas políticas são feitas pelos e para os homens.

Nesse sentido, segundo a relação entre desigualdade de gênero e meio ambiente, surge o ecofeminismo, enquanto uma corrente de pensamento que procura evidenciar a ligação, nas culturas patriarcais, entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza. A teórica ecofeminista Vandana Shiva (1995, p. 23) resume bem o conceito da corrente de pensamento ecofeminista ao dispor que “o movimento ecofeminista traz a relação estreita existente entre a exploração e a submissão da natureza, das mulheres e dos povos estrangeiros pelo poder patriarcal”. Ele representa um movimento social de resistência contra a degradação do meio ambiente, lutando pela superação da dominação patriarcal nas relações entre os gêneros enquanto procura por tecnologias suaves que não agridam o meio ambiente, levando em conta ideais de democracia direta, descentralização e o fim das hierarquias e apoiando economias de subsistência rural como modelo de desenvolvimento.

Emma Siliprandi (2000, p. 61) lança atenção para o fato que, atualmente, o ecofeminismo se apresenta mais como uma corrente que trabalha com mulheres dentro do movimento ambientalista, do que propriamente parte do movimento feminista, uma vez que o

feminismo não compartilha totalmente da tese da natureza como “princípio feminino”. Segundo Vandana Shiva (1991, p. 77), para a cosmologia hindu, toda a existência brota dessa energia primordial que é a substância de tudo e que perpassa por tudo. A manifestação dessa força recebe o nome de natureza, ou *Prakriti*. A *Prakriti* é simbolizada como a encarnação do “princípio feminino”, já que a natureza é alimentada pelas mulheres para produzir vida e proporcionar os meios de subsistência.

Para a autora, a morte da *Prakriti* ocorreu quando se passou a entender a natureza como um recurso separado e à disposição da humanidade, algo inerte, passivo, uniforme, separável, fragmentado e inferior, a ser explorado. Para a mulher, cuja produtividade na tarefa de sustentar a vida se baseia na produtividade da natureza, a morte de *Prakriti* é simultaneamente o início de sua marginalização, desvalorização, deslocamento e dispensabilidade final. A crise ecológica é, em sua raiz, a morte do princípio feminino, simbolicamente, e, não no contexto de vários países do Sul Global, não apenas simbolicamente, mas também fisicamente (SHIVA, 1991, p. 82). Por essa razão, a recuperação do “princípio feminino” permitiria reverter o quadro de violência, dominação e destruição da natureza e das mulheres.

Essa visão cosmológica reflete da morte da *Prakriti* reflete o processo histórico de formação da sociedade capitalista patriarcal, que retira das mulheres seu papel de protagonista na agricultura, já que paulatinamente a mulher deixou de ser vista como administradora de recursos hídricos, agricultora e silvicultora, tendo seu conhecimento ecológico e plural sido sistematicamente inferiorizado e perdido e substituído pelo protagonismo masculino. Com a quebra das relações tradicionais, as mulheres perderam acesso aos recursos naturais e passaram a ter menos renda, emprego e menos acesso ao poder, ao passo que o meio ambiente passou a ser explorada cada vez mais de maneira insustentável, pela lógica masculina de destruição e uso explorativo e insustentável de recursos naturais.

O pensamento de Vandana Shiva, desenvolvido a partir do saber ancestral hindu, reflete uma das premissas basilares do ecofeminismo: uma pessoa que se opõe à opressão das mulheres, deve se opor à opressão da natureza, e vice-versa. E nesse contexto, as mulheres tem um grande potencial para lutar contra essas opressões, um potencial diferente, que não se baseia em dominação, violência e morte, mas em cuidado e compartilhamento. Por essa razão, os princípios do ecofeminismo foram aplicados em diversos movimentos que buscaram o empoderamento feminino no contexto do manejo da natureza e seus recursos naturais, sendo aplicado ao Movimento *Chipko* na Índia, no *Women's Pentagon Action* nos EUA, no movimento *Green Belt* no Quênia, movimento *Love Canal* no norte do Estado de Nova Iorque entre outros.

Em uma perspectiva nacional, é possível dizer que o ecofeminismo aparece no Brasil a partir da atuação das mulheres do campo, das águas e das florestas, representantes dos diversos contextos camponeses e rurais do Brasil. Seja individualmente quando do manejo da natureza no seu cotidiano, seja coletivamente quando reunidas em um movimento de trabalhadoras rurais, essas mulheres colocam em prática a potência revolucionária do que se entende por “ecofeminismo”. Por exemplo, a luta contra a destruição da natureza, contra o patriarcado e contra o capitalismo aparece no movimento sindical de trabalhadoras rurais, do qual a “Marcha das Margaridas” faz parte.

3 MARCHA DAS MARGARIDAS E A LUTA PELA NATUREZA E PELAS MULHERES

O sindicalismo rural brasileiro se estruturou nas décadas de 1950 e 1960, em razão do surgimento das Ligas Camponesas. Como explica Maíres Sousa (2017, p. 15), a regulamentação da sindicalização rural só aconteceu no ano de 1962, visando o controle dos conflitos e das crescentes mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Já em 1963, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu para os trabalhadores do campo os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora urbana na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1944, e foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Entretanto, só era permitida a filiação nos sindicatos rurais de um único membro da família, o que impedia a participação feminina, já que quem se filiava era o chefe da família e as mulheres acabavam tendo de ser mediadas pela figura do pai, irmão ou marido (SOUSA, 2017, p. 16).

Explicando essa barreira de filiação imposta às trabalhadoras rurais, Deere (2004, p. 180) aponta que:

Durante a metade da década de 1980, nos sindicatos filiados à CONTAG, assumiu-se que somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, geralmente o homem chefe de família. Além disso, as mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura, seu trabalho sendo „invisível”, quer como trabalhadoras de família não remunerada, quer como trabalhadoras assalariadas temporárias. No estado nordestino da Paraíba, por exemplo, líderes sindicais argumentaram que as mulheres não eram trabalhadoras rurais; uma vez que elas eram dependentes de seus maridos não necessitariam juntar-se aos sindicatos, pois elas tinham seus benefícios garantidos; e eles chegaram mesmo a argumentar que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei, embora este não tenha sido o caso (DEERE, 2004, p. 180)

As mulheres rurais só conseguiram o direito à sindicalização e participação nos sindicatos, bem como à auto-organização em movimentos próprios, na década de 1980. É na conjuntura política e social dessa década que a configuração dos sindicatos e movimentos

sociais que viriam a surgir passa a ser questionada por essas trabalhadoras, pois surge uma nova configuração do sindicalismo com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, em forte oposição à CONTAG. Além desse marco histórico, pode ser mencionada a criação da Secretaria da Mulher da CUT da Paraíba, em 1985, e da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT) e da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural, em 1986. Essas duas comissões foram fundamentais para a aprovação da política de cotas que garantiu o mínimo de 30% de mulheres nos cargos de direção pela CUT em 1993 (SOUSA, 2017, p. 18).

O direito de participação feminina no CONTAG só foi conquistado definitivamente na década de 1990, quando a entidade representativa passou a ter uma Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural em 1995. Em 1997, foi aprovada a cota de no mínimo 30% de mulheres na direção da confederação, o que permitiu a participação de três mulheres na sua diretoria executiva. Já em 1999, acontece a ampliação dessa política para todas as entidades que compõem a CONTAG, além disso, foi deliberada a participação de 50% de mulheres em todos os espaços de formação da confederação.

Uma das maiores representantes femininas do sindicalismo rural brasileiro foi a líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, ativista e sindicalista brasileira precursora na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo. Como explicam Oliveira, Gomes e Pereira (2017, p. 208), durante seus 12 anos de presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, Margarida moveu mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e donos de engenhos no estado da Paraíba, além de conquistar o direito de 13º salário e férias para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Margarida foi umas das Fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural.

Por sua luta em favor dos trabalhadores do campo, sofreu ameaças de morte e atentados contra sua integridade física. Contudo, nunca se intimidou perante essas ameaças, e em seu último discurso disse a célebre frase: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Por ser um ato de resistência em pleno período de ditadura militar, atuar contra os interesses de usineiros e fazendeiros da região e lutar por justiça aos trabalhadores rurais, Margarida Alves foi assassinada em 12 de agosto de 1983, por um matador de aluguel. A morte de Margarida Alves foi considerado um crime político e a ativista deixou um legado de luta e resistência que permanece até os dias presentes, tornando-se uma das maiores lideranças sindicais mesmo diante da exclusão e barreiras impostas pelas organizações camponesas e sindicatos daquele período.

A figura de Margarida Alves não apenas foi essencial às lutas das trabalhadoras rurais, como serviu de inspiração ao nome da “Marcha das Margaridas”, em 2000. Como explica Tânia Kuhnen (2020, p. 128), a Marcha das Margaridas é um movimento social brasileiro de abrangência nacional, criado no ano de 2000, com a finalidade de mobilizar causas de

diferentes mulheres do contexto rural, tais como agrega a demanda de mulheres agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas. A característica central desse movimento de mulheres é ser uma ação estratégica e articulatória no formato de marcha na cidade de Brasília. A Marcha é realizada periodicamente a cada três anos e já conta com seis edições, sendo que a primeira aconteceu em 2000, a segunda em 2003, a terceira em 2007 por conta das eleições, a quarta em 2011, a quinta em 2015, e a última em 2019.

Além da sua ação estratégica e articulatória, a Marcha se orienta a partir de ações político-educativas e organizativas de caráter formativo, de denúncia, pressão, proposição, diálogo e negociação política com o Estado. Tratando das estruturas organizativas e de mobilização, a Marcha coordenação ampliada que é responsável por debater sua plataforma política com as entidades parceiras. Os debates e encontros promovidos pela coordenação resultam na elaboração de um documento base, pauta de reivindicação e de avaliação que até chegar numa versão final é disponibilizado para a introdução de novos temas e demandas. Além disso, existe um processo interno de mobilização que antecede as Marchas, chamado de “Jornadas das Margaridas”, envolvendo encontros, seminários, audiências e diálogos com o governo visando o fortalecimento das reivindicações e acompanhamento da negociação com o governo.

Como explica Manuella Cavalcanti e Eden Lima (2016, p. 97-98), a Marcha é coordenada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e composta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Sua composição também conta com mais de 27 Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (FETAG) e mais de 4000 sindicatos, além de inúmeras entidades parceiras, como movimentos feministas, de mulheres e organizações internacionais. Além do apoio dos sindicatos na mobilização e arrecadação de recursos financeiros, as margaridas ainda realizam bingos, rifas, sorteios, festas, venda de animais para angariar fundos.

A Marcha das Margaridas consegue articular as dimensões local, nacional e internacional, um vez que consiste numa grande rede de comitês organizados em diversos municípios, em cada estado brasileiro e em nível nacional. As Margaridas criaram Comitês Estaduais e uma Coordenação Nacional, composta por entidades sindicais rurais e as chamadas entidades parceiras que expressam a diversidade do movimento e cumprem o papel de amplificação da divulgação e mobilização, assim como contribuem para garantir a infraestrutura e a logística da Marcha (SILVA; SILVA, 2018, p. 311). Por essa razão, a Marcha se destaca pela pluralidade do protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais, que se identificam como mulheres do campo, das águas e das florestas e representam a diversidade dos vários contextos camponeses e rurais do Brasil.

Nesse sentido, Manuella Cavalcanti e Eden Lima (2016, p. 103) apontam que nas duas décadas de existência, a Marcha das Margaridas se consolidou como um movimento de mulheres essencial para a democracia participativa no Brasil, e complementam que:

a participação política é o empoderamento dessas mulheres do campo e da floresta, a partir das ações da Marcha, ocasiona modificações em suas vidas a nível individual e coletivo. Contudo, isso não ocorre em ações espontâneas, mas nas pequenas ações do cotidiano e na luta do movimento. São nos fóruns, seminários, reuniões de sindicatos e dos movimentos sociais que estas mulheres obtêm seu pertencimento, reconhecimento, aumentam a autoestima e assim marcham em busca de seus direitos. Ou seja, com a participação política e o empoderamento das organizações e das mulheres, elas podem ocupar lugar de centralidade e propor mudança na esfera individual e coletiva (CAVALCANTI; LIMA, 2016, p. 103)

Nota-se que, na “Plataforma política da 6a Marcha das Margaridas”, as Margaridas descrevem a afirmação de seu feminismo da seguinte forma:

A nossa Plataforma Política é também a expressão de um projeto de sociedade enraizado em princípios feministas. Um feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, que reflete cada uma de nossas realidades, evidenciando a afirmação de nossas tantas identidades. Um feminismo que pauta a igualdade de gênero, a orientação sexual, a autonomia das mulheres, o seu direito de decidir, inclusive sobre o próprio do mercado sobre nossas vidas. **Um feminismo que é construído a partir da reflexão crítica sobre o que vivenciamos como mulheres do campo, da floresta e das águas e que reconhece e valoriza o saber por nós acumulado.** Um feminismo que traz a auto-organização e participação política das mulheres como condição para a superação da violência em suas diversas faces e, sobretudo, que valoriza a vida, vinculando a **defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos.** É olhando para as contradições, para a violência, a opressão e o racismo que vivenciamos, pelo simples fato de sermos mulheres, que construímos nossas formas de resistência, sendo a Marcha das Margaridas uma das suas mais fortes expressões (CONTAG, 2019, p. 10-11, grifo do autor)

Percebe-se que as Margaridas se reconhecem como um projeto feminista e descrevem seu feminismo como anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, construído a partir da reflexão crítica sobre a vivência de mulheres do campo, da floresta e das águas e seus saberes tradicionais. Esse feminismo tem como pautas principais a vinculando a defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos. Dessa maneira, muito embora não se encontre a expressão “ecofeminismo” mencionadas no texto e nem na Plataforma Política como um todo, o movimento social incorpora os

pensamentos principais dessa abordagem feminista, ao aliar a luta contra a subordinação das mulheres à luta contra a subordinação da natureza,

Curiosamente, nota-se que no texto se menciona que o feminismo adotado pela Marcha das Margaridas é anticapitalista e antirracista, o que distancia seu pensamento do ecofeminismo liberal estadunidense e europeu. Nesse caso, a luta contra o racismo e o capitalismo aproxima o feminismo da Marcha das Margaridas muito mais do ecofeminismo interseccional e do ecofeminismo decolonial, que associam as discussões de gênero e meio ambiente às discussões de raça e classe sob uma perspectiva do Sul Global. Assim como Vandana Shiva é uma representante do pensamento ecofeminista produzido na periferia do capitalismo, o pensamento ecofeminista das Margaridas por ser reconhecido como um saber insurgente desse contexto.

Dessa maneira, é possível concluir que, no contexto do sindicalismo rural brasileiro, a Marcha das Margaridas aparece como fruto de um processo de lutas históricas pelos direitos sociais trabalhistas, pelo acesso à terra pelo respeito aos direitos das mulheres trabalhadoras rurais. Neste sentido, a atitude das Margaridas é louvável, uma vez que, partindo de diversas regiões do país, tomam as ruas de capital do país, exigindo seus direitos, num grande ato de democracia participativa. Elas se mostram indispensáveis, pois mesmo diante dos avanços conquistados, as mulheres rurais ainda enfrentam dificuldades de flexibilização para que possam atuar, ativamente, na estrutura sindical rural.

4 MARCHA DAS MARGARIDAS E SEU ECOFEMINISMO

Uma vez discutida a relevância do pensamento ecofeminista e situada a Marcha das Margaridas no contexto dos movimentos de trabalhadoras rurais, o presente artigo se propõe a buscar nas reivindicações das Margaridas alguns elementos para pensar um, dentre tantos possíveis, feminismo latino-americano, sem a pretensão de esgotar a temática. Nesse caso, a partir da análise documental da “Plataforma política da 6a Marcha das Margaridas”, pretende-se analisar como o movimento social incorpora os pressupostos ecofeministas e os ressignifica sob um aspecto latino-americano. Parte-se da hipótese de que embora tais mulheres não se autodenominem como ecofeministas, seus princípios feministas, eixos políticos, reivindicações e proposições partem de uma intersecção entre questões de gênero e ambientais, representando um pensar feminista de mulheres que vivem na América Latina.

No que tange ao eixo 1 da Plataforma Política, “por terra, água e agroecologia”, as Margaridas esclarecem a importância do direito à terra, do direito à água, e da produção da agricultura familiar e camponesa para as mulheres. São as trabalhadoras rurais que são, em sua grande maioria, responsáveis pela produção de alimentos saudáveis, sem venenos e adubos químicos, com insumos produzidos na propriedade, utilizando sementes crioulas,

respeitando a biodiversidade. Contudo, sem o acesso à terra e espaço de produção, assim como sem o acesso à água de qualidade, esse modelo agroecológico de produção é impraticável. É extremamente potente a seguinte afirmação da Plataforma: “sem feminismo não há agroecologia”. Dentre as reivindicações desse eixo, são propostas: a prioridade de mulheres como beneficiárias nos programas de reforma agrária; a garantia e ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as mulheres agricultoras familiares, indígenas e extrativista; assim como a retomada de programas de acesso à água, resguardando a participação das mulheres no seu processo de implementação.

Em segundo lugar, o eixo “pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética” frisa como a soberania alimentar é protegida principalmente por mulheres camponesas e indígenas, que produzem “comida de verdade”, rompendo com a lógica do modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal. Apesar de serem responsáveis pela produção de alimentos saudável, as mulheres do campo, da floresta e das águas, tem menor acesso à terra e território, à financiamentos, à assistência técnica, à comercialização dos produtos e, muitas vezes à energia. Apesar de na descrição do eixo 2 ser mencionado expressamente como a soberania alimentar e o acesso à energia estão relacionados igualmente com a exploração das mulheres e da natureza, as reivindicações não mencionam expressamente as mulheres. Apesar disso, como todas as reivindicações de cunho ambiental envolvem a garantia, promoção e proteção da soberania alimentar, não deixam de todas estarem ligadas implicitamente à proteção das mulheres.

O eixo 3, chamado “pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns”, nasce como fruto da resistência ao neoliberalismo, à privatização e financeirização da natureza e a destruição da sociobiodiversidade, levando em consideração que milhares de agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pescadoras sobrevivem do uso sustentável da biodiversidade, através de práticas que expressam o saber tradicional e milenar sobre a natureza. Dentre as proposições, destaca-se a reivindicação pelo reconhecimento de legislação municipal, estadual e federal específica de proteção e de livre acesso aos babaçuais, a exemplo da Lei do Babaçu Livre já existente em 15 municípios do estado do Maranhão, e do PL 1.066/2015, que proíbe o corte e a derrubada da mangabeira e dá outras providências. Essa medida envolve diretamente a proteção dos babaçuais e das mulheres quebradoras de babaçu como uma forma de conservação da sociobiodiversidade.

O eixo 4, “por autonomia econômica, trabalho e renda”, trata acerca de como é importante que mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir sobre suas próprias vidas. Esse eixo menciona que a divisão sexual do trabalho está na base da opressão das mulheres e faz com que as atividades de produção das mulheres do campo, da floresta e das águas acabem sendo consideradas extensão do trabalho doméstico e não sejam valorizadas

como um trabalho produtivo, tal qual o trabalho na roça, onde o que se produz vai para o mercado para ser comercializado, sendo um espaço de controle masculino. Posto isto, o eixo pleiteia pela ser necessário alterar a divisão sexual do trabalho e estabelecer relações de confiança, troca e cuidado numa economia feminista comunitária. Nesse eixo, existem inúmeras reivindicações que mencionam expressamente as mulheres do campo, da floresta e das águas, e sua correlação com a natureza. Notadamente, são mencionadas diversas medidas de proteções às mulheres negras, indígenas e LGBT no contexto rural.

Em quinto lugar, o eixo “por previdência e assistência social, pública, universal e solidária” aborda a importância do reconhecimento do direito à seguridade social aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que não tem acesso pleno à Previdência Social e nem à Assistência Social. A descrição do eixo não contextualiza propriamente como essa questão impacta especificamente as mulheres do campo, da floresta e das águas, diferentemente da forma como impacta os homens nesse mesmo contexto. De maneira semelhante, nas proposições feitas nesse eixo, não são encontradas quaisquer reivindicações que mencionem especificamente as mulheres, no que tange o direito à Previdência Social e Assistência Social. Todas as discussões e proposições políticas trazidas nesse eixo são abordadas de maneira geral, para trabalhadores e trabalhadoras rurais.

No eixo 6, “por saúde pública e em defesa do SUS”, é frisada a responsabilidade com os cuidados da saúde que recai sob as mulheres. A Plataforma parte do princípio que o direito à saúde é fundamental às mulheres do campo, da floresta e das águas pois são elas que mantêm as vacinas em dia, que enfrentam as filas dos postos médicos, que zelam pela recuperação dos doentes. Além disso, o sucateamento da saúde pública e a falta de financiamento ao Sistema Único de Saúde (SUS) tem precarizado o acesso aos medicamentos, profissionais e equipamentos públicos de saúde, principalmente, no meio rural, atingindo, sobretudo, a população feminina e negra. Dentre as reivindicações desse eixo, é mencionado o fortalecimento do papel de parteiras tradicionais, a formação de doulas com conhecimento das mulheres do campo, da floresta e das águas e Formação para profissionais de saúde do SUS, que atuam no pré-natal, parto e saúde da mulher, sobre desigualdade de gênero, racial, e violência contra a mulher.

O eixo 7, intitulado “por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo” fala especificamente sobre a opressão patriarcal que aflige as mulheres num contexto geral. Contudo, nesse eixo em específico, a abordagem é principalmente feminista, não sendo mencionada questões ambientais e nem como essa violência, esse racismo e esse sexismo impactam as mulheres do campo, da floresta e das águas de maneira específica. As reivindicações desse eixo não possuem proposições específicas para as mulheres no contexto rural. O eixo 8, por sua vez, trata acerca da autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade. Assim como verificado no eixo anterior, a

abordagem é principalmente feminista, não sendo mencionada questões ambientais e nem como os prejuízos aos direitos sexuais e reprodutivos impactam as mulheres do campo, da floresta e das águas de maneira específica. Nas reivindicações, também não foi encontrada nenhuma proposição direcionada especificamente para o contexto rural.

O eixo 9, “por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo”, aponta que as mulheres do campo, da floresta e das águas, além de serem expostas à violência física, enfrentam uma série de violências simbólicas e materiais, como a desconsideração de suas contribuições econômicas. Mesmo constituindo importante parte da força de trabalho das famílias e responsáveis por produzir parte significativa dos alimentos que a sociedade consome, essas mulheres são as mais afetadas pelo aumento da pobreza e extrema pobreza rural. A Plataforma justifica que esse prejuízo ocorre pois a grande maioria dessas mulheres não são donas formais das terras onde vivem, não conseguem ter acesso a crédito e nem recebem assistência técnica e suas atividades são classificadas como “ajuda” ou “complemento” ao trabalho do homem.

Dentre as várias proposições desse eixo, se destaca a criação de mecanismos de proteção de mulheres do campo que sofrem violência, tais como: canais de realização e apuração de denúncias; capacitação de profissionais da Assistência Social e do Direito na questão da violência contra as mulheres no campo, da floresta e das águas; campanhas de enfrentamento à violência contra mulheres e adolescentes em escolas rurais; e a implementação integral da Lei Maria da Penha no contexto da área rural. Além disso, as Margaridas se posicionam contra o Decreto Federal 9.685/2019 e o PL 3.713/2019, que facilitam a posse de arma de fogo nas propriedades rurais, o que promove o aumento dos casos de violência doméstica e violência no campo.

Por fim, no eixo 10, “por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres”, são abordados os vários ataques que a democracia brasileira tem sofrido nos últimos anos e as consequências do autoritarismo às políticas públicas e participação dos espaços de gestão e controle dessas políticas. Na descrição desse eixo, não é utilizada uma abordagem expressamente feminista ou ambiental, ou mencionada questões acerca do meio ambiente e de participação política das mulheres, exceto na seguinte frase: “a participação política das mulheres tende a sofrer um refluxo diante das esparsas conquistas que alcançadas ao longo desses anos”. Contudo, nas proposições, são feitas diversas reivindicações em torno da participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão na vida econômica e pública.

A partir da análise desses eixos, vemos que a maioria deles delimitam sua área e suas proposições e reivindicações a partir de uma clara intersecção entre a luta pelo meio ambiente e a luta pela igualdade de gênero, enquanto demandas que são indissociáveis. Os eixos 1, 2,

3, 4, 6 e 9 não apenas partem de uma abordagem ambientalista para discutir a importância da proteção da natureza e da luta anticapitalista, mas também contextualizam essas questões especificamente às opressões vivenciadas pelas mulheres no campo, na floresta e nas águas. Por essa razão, é possível concluir que esses eixos, apesar de não utilizar a palavra “ecofeminismo” em nenhum momento do texto, refletem os pensamentos ecofeministas abordados pelas diversas teóricas ambientalistas e feministas dessa abordagem.

É importante mencionar que esses eixos mencionam especificamente as mulheres negras, quilombolas e indígenas, apontando intervenções necessárias para lutar contra a opressão racista que sofrem. Além disso, em alguns eixos, como por exemplo o eixo 4, são mencionadas as mulheres LGBT que se encontram no contexto rural. A menção dessas mulheres é de extrema importância, tendo em vista que a importância da proteção da biosociodiversidade frente os conflitos socioambientais. Ao incorporar preceito de igualdade racial e igualdade de gênero e sexualidade, a Plataforma Política da Marcha das Margaridas caminha para uma abordagem diferenciada do ecofeminismo, marcada pela luta antirracista, anticolonialista e anticapitalista própria de um feminismo decolonial produzido na América Latina.

Contudo, não é possível enxergar, de maneira clara, como os eixos 7, 8 e 10 da Plataforma Política incorporam os preceitos ecofeministas. Apesar desses eixos discutirem expressamente a opressão das mulheres no contexto patriarcal, não é feita uma contextualização específica dessas opressões à situação das mulheres no campo, da floresta e das águas, e tampouco são mencionadas as correlações dessas desigualdades de gênero com o meio ambiente e a natureza. Dessa maneira, é possível dizer que esses eixos adotam uma abordagem feminista, muito embora não seja possível caracterizá-la propriamente como uma abordagem ecofeminista. Apesar disso, é importante lembrar que lutar contra a opressão das mulheres implica em também lutar contra a opressão da natureza, razão pela qual o atendimento às proposições e reivindicações desses eixos poderiam refletir positivamente na luta pelo meio ambiente.

Um ponto que merece atenção é o eixo 5, que não incorpora na Plataforma Política quaisquer ponderações específicas à realidade das mulheres no contexto da opressão patriarcal, tão somente falando de maneira geral sobre a importância da Previdência Social e da Assistência Social para homens e mulheres que trabalham no campo, na floresta e nas águas. Nesse caso, fica a impressão que, muito embora esse eixo seja muito bem construído e reflita as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, possa se beneficiar com um direcionamento mais específico aos impactos da ausência de seguridade social para a vida das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões trazidas, o termo “ecofeminismo”, cunhado em 1974 pela feminista francesa Françoise D’Eaubonne, foi explicado como abordagem ambiental desenvolvida sob diversos enfoques feministas. Muito embora as vertentes ecofeministas possuam suas particularidades, elas convergem ao considerar que a dominação patriarcal foi instituída a partir da dominação das mulheres e da natureza. Como explica Vandana Shiva, sob um enfoque da cosmologia hindu, a morte da *Prakiti*, do “princípio feminino”, marcou o início da subordinação da natureza e das mulheres aos homens. A partir dessa alegoria, contextualizou-se à premissa basilar do ecofeminismo de que uma pessoa que se opõe à opressão das mulheres, deve se opor à opressão da natureza, e vice-versa, e que as mulheres representam um potencial único de luta contra essas subordinações.

Ao longo do trabalho, também foi possível compreender que, historicamente, as mulheres foram excluídas do processo de formação do sindicalismo rural no Brasil. Foi apenas a partir da criação da CUT em 1983, em forte oposição à CONTAG, que as mulheres puderam conquistar o direito de participação feminina no sindicalismo dos trabalhadores rurais. O direito de participação feminina no CONTAG só foi conquistado definitivamente na década de 1990, quando a entidade representativa passou a ter uma Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural em 1995. Nesse contexto, a Marcha das Margaridas desponta no ano 2000 como um movimento social que reúne mulheres do campo, das águas e das florestas e representa a diversidade de vários contextos camponeses e rurais do Brasil.

Com a realização da análise documental da “Plataforma política da 6ª Marcha das Margaridas”, foi possível concluir que, em primeiro lugar, as Margaridas se reconhecem como um projeto feminista e, ao descrever seu feminismo como anticapitalista, antirracista e antipatriarcal e abranger questões ambientais em sua Plataforma, ela incorpora os preceitos ecofeministas mediante um pensar feminista de mulheres que vivem na América Latina. Em análise às reivindicações contidas em seus eixos políticos, atestou-se que os preceitos ecofeministas encontram-se expressamente previstos em vários de seus eixos políticos, muito embora alguns eixos não façam uma correlação expressa das mulheres com a natureza e um deles não trate acerca das mulheres especificamente.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Manuella Paiva de Holanda. LIMA, Eden Erick Hilário Tenório de. **Marcha das Margaridas**: Participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta. ACENO, Vol. 3, N. 5, p. 94-107. Jan. a Jul. de 2016.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira**. Revista Estudos Feministas, vol. 12, n. 1, 2004, pp. 175-204.

- EAUBONNE, Françoise d'. **Le féminisme ou la mort**. Paris : Pierre Horay Éditeur, 1974.
- KUHNEN, Tânia Aparecida. **Marcha das Margaridas**: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. Revista Sul-Sul.
- SILVA, Ilse Gomes. SILVA, Berenice Gomes da. **Margaridas em marcha por terra, água e agroecologia**. Revista *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.22 n.41, p.306-317, jul./dez. 2018.
- SILVA, Berenice Gomes. **A Marcha das Margaridas**: resistências e permanências, Brasília. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2008.
- SOUSA, Maíres Barbosa. **Marcha das Margaridas**: um olhar florido sobre a democracia. Monografia, INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA, UNB, 2017.
- OLIVEIRA, Dayana. GOMES, Larissa. PEREIRA, Jesana. **Marcha das margaridas**: trabalhadoras rurais em luta. Cadernos de graduação Ciências Humanas e Sociais, Alagoas, v. 4, n.2, p. 205-212 , 2017.
- SHIVA, Vandana. **Abrazar La Vida**: Mujer, ecología y supervivência. Montevideo: Instituto Del Tercer Mundo, 1991.
- SILIPRANDI, Emma, **Ecofeminismo**: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. In *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre, V.1, n. 1, jan/mar., 2000.
- WARREN, Karen. **Ecofeminist Philosophy**: A Western Perspective on What is and Why it Matters. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.



GT 05 – Movimentos sociais, étnicos e ambientais nos países amazônicos

Marcha das Margaridas: Conjunturas políticas, demandas e estratégias de abordagem de 2000 a 2019

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário (UNIFAP)¹
Luciana Ribeiro da Silva (Wellesley College)²

RESUMO

A Marcha das Margaridas é um movimento social brasileiro formado por mulheres do campo, da floresta e das águas que se reúne em Brasília a cada quatro anos para reivindicar direitos, denunciar condições precárias e visibilizar sua posição como agentes políticos. O presente artigo analisa como a Marcha das Margaridas tem interagido com as diferentes conjunturas políticas de 2000 a 2019, considerando as demandas do movimento em cada edição e suas respostas governamentais. Foram analisados relatórios do governo e fontes secundárias sobre a Marcha, além de pautas e avaliações de cada edição disponibilizadas pelas Margaridas e entrevistas semiestruturadas com lideranças do movimento. Como referencial teórico foi utilizado a teoria do Processo Político e seus desdobramentos. Concluiu-se que o movimento utiliza de estratégias de abordagem que se adequam à cada conjuntura política sem deixar de reconhecer as diferentes realidades das mulheres rurais do país.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Mulheres Rurais. Teoria do Processo Político. Política Pública.

1. INTRODUÇÃO

Por que você decidiu vir para a Marcha das Margaridas?

Vim para mudar a realidade do campo e não ser forçada a ir para a cidade. Vim para reivindicar terra, água e direitos, a gente sofre muito com a seca, não tem água nem pra plantar nem pra beber. Vim porque fui escolhida dentro do movimento social das ribeirinhas. Vim para lutar pelas margaridas que sofrem agressão. Vim para gritar pelos direitos de todas aquelas que não puderam vir. Essa marcha é história, aqui me sinto forte. A gente luta pela vida.

Marcha das Margaridas de 2011 (IPEA, 2015, p.7).

Com início no ano 2000, a Marcha das Margaridas (MM) completou 20 anos em 2020. Ao longo desse período foi mobilizando mulheres para reivindicar por políticas públicas, denunciar condições precárias e visibilizar suas posições como agentes políticos. O contínuo crescimento da sua capacidade articulatória e de mobilização, determinantes para sua

1 Mestrado em Desenvolvimento Regional-MDR/Universidade Federal do Amapá, Unifap, Brasil. Email: luciatereza@yahoo.com.br.

2 Departamento de Sociologia, Bacharelado em Sociologia e Educação, Wellesley College, EUA. Email: lr2@wellesley.edu.

habilidade de negociar políticas públicas (AGUIAR, 2016, p. 290) é tema para diversas análises sobre as dinâmicas de movimentos sociais brasileiros.

O artigo propõe analisar as estratégias de atuação e as demandas da MM frente às diferentes conjunturas políticas desde a sua criação. De maneira mais objetiva, como se manifestaram os governos em resposta às demandas do movimento ao longo de seis edições. A MM é um importante movimento no reconhecimento das mulheres no âmbito das políticas públicas, de maneira que a institucionalização de suas pautas na estrutura do Estado implica em novos patamares de demanda.

Para a compreensão e análise da pesquisa utiliza-se da Teoria do Processo Político (TPP). Orienta-se em dados primários e secundários através de pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas semiestruturadas com a coordenadora da MM, Mazé Moraes, secretária geral das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e coordenadora nacional da Marcha das Margaridas. O objetivo desse artigo é analisar como o movimento social Marcha das Margaridas interagiu com os diferentes governos de 2000 a 2019, ao longo das seis edições, analisando as estratégias de abordagem e as demandas do movimento.

Foto 01 - Margaridas protestando em frente ao Congresso Nacional em Brasília



Fonte: Ribeiro (2019).

2. A MARCHA DAS MARGARIDAS

A Marcha das Margaridas (MM) é um movimento social brasileiro formado por mulheres do campo, da floresta e das águas que se reúnem a cada quatro anos sob o sol do verão seco de Brasília para lutar por políticas públicas. Desde 2000, mulheres de todas as regiões brasileiras marcham a fim de demandar visibilidade e reivindicar direitos sociais, políticos, econômicos e reprodutivos (AGUIAR, 2016, p.25).

A MM reúne mulheres de muitas vivências: trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, camponesas, trabalhadoras sem-terra, quilombolas, pescadoras, quebradeiras de coco etc. Vestidas de verde e roxo - as cores da marcha - as Margaridas pintam Brasília num mosaico identitário. Em 2015, elas se autodeclararam “mulheres do campo, das florestas e das águas” e se afastaram do termo “mulheres rurais” a fim de demonstrar a pluralidade do movimento e de suas demandas.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) durante a quarta edição da Marcha, em 2011, feita com 611 participantes, traçou o perfil demográfico das Margaridas presentes: 77,6% eram pretas ou pardas, 75% das regiões Norte e Nordeste, uma em cada cinco mulheres eram mães-solo e 36% das entrevistadas se considerava a chefe da família (IPEA, 2015).

O nome do movimento é uma homenagem à Margarida Maria Alves, trabalhadora rural paraibana que deu a vida pela luta camponesa e sindical durante a ditadura militar. Enquanto a primeira presidente mulher do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, Margarida moveu mais de 600 ações trabalhistas contra grandes proprietários de terra e usineiros (SILVA, 2008, p. 70). Mesmo alvo de inúmeras ameaças de morte, ela não se rendeu aos interesses do agronegócio e, no dia 12 de agosto de 1983, Margarida foi executada na porta de sua casa, à luz do dia.

E esse não foi nem um caso isolado, nem um fantasma da repressão militar, as lideranças rurais continuam sendo alvo de injustiças: entre 1985 a 2017, 1.904 mortes foram resultado de conflitos por terra (CPT, 2018) e, somente em 2018, 482 mulheres foram vítimas em disputas agrárias (CPT, 2019). Assim, as Margaridas seguem cantando alto e clamando por justiça no aniversário da morte de Margarida Maria Alves.

As ativistas não lutam somente pela terra, mas também reivindicam por justiça de classe, gênero e raça. Inspiradas por essa intersecção, a primeira Marcha das Margaridas foi organizada em suporte à Marcha Mundial das Mulheres em 2000 (AGUIAR, 2016, p. 280). O movimento é organizado pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), espaço articulatório composto por lideranças estaduais das Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), além de parcerias com movimentos feministas, sindicatos, organizações internacionais e centenas de grupos locais camponeses (CONTAG, 2019), as chamadas entidades parceiras.

Meses antes de cada edição, a mobilização para a MM se inicia em níveis local e regional com uma série de discussões sobre demandas e estratégias, configurando um processo plural, participativo e democrático. O resultado dessas conversas é transformado em um documento cujas pautas são geralmente apresentadas ao presidente durante a Marcha; são também encaminhadas aos representantes do executivo e legislativo nos âmbitos municipal, estadual e federal (SILVA, 2008, p. 96).

À cada edição, a plataforma política da MM vai se aprimorando em estrutura e conteúdo, trazendo agendas elaboradas e amplamente justificadas. Na edição de 2019, o documento de quarenta páginas continha apresentação da Marcha e da sua organização, contextualização da conjuntura política e uma afirmação dos princípios políticos do movimento. Em dez eixos temáticos traçam desafios e, em seguida, apresentam uma série de proposições para cada tópico.

Para além das suas demandas históricas, a pauta de reivindicações se atualiza a cada edição, integrando um vasto leque temático que engloba meio ambiente, previdência social, saúde, educação, sexualidade, segurança alimentar, democracia, classe, gênero e raça, além da questão agrária no Brasil. Aguiar (2016) afirma que os vínculos entre diferentes entidades e a abrangente definição identitária das Margaridas — “mulheres do campo, da floresta e das águas” — contribui para a articulação desse diverso leque de demandas que é indiscutivelmente heterogêneo, mas que dispõe de uma unidade discursiva e identitária.

Foto 02 - Margaridas indígenas marchando em Brasília



Fonte: Ribeiro (2019).

3. MOVIMENTOS SOCIAIS

A definição de *movimento social* é tema de discussão na Sociologia — Alan Touraine arriscou-se a dizer que tal conceito seria o objeto central da área de estudo (GOSS e PRUDENCIO, 2004, p.1) — mas ainda assim não há consenso sobre seu significado. Aqui, resolvemos trabalhar com a versão de Maria da Glória Gohn (2000):

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 2000, p.13).

Ainda complementamos com a definição de *movimento societal* de Alan Touraine (2003). Em uma tentativa de evitar denominar como *movimento social* qualquer tipo de ação coletiva, o autor diferencia movimentos culturais, históricos e societais, sendo os últimos “aqueles que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais”. (TOURAINÉ, 2003, p. 119, apud GOSS e PRUDÊNCIO, 2004, p.5)

A MM se insere em ambas as definições, movimento social de Gohn (2000) e movimento societal de Touraine (2003), por ser uma ação popular com poder de negociação formada por participantes plurais que têm como base comum uma definida plataforma política, defendendo um projeto cultural com princípios feministas, agroecológicos e comprometidos com a justiça social.

Entre 1930 e 1960, autores clássicos caracterizavam ações populares como tentativas coletivas de resolver tensões psicológicas causadas pela alienação e ansiedade causadas pela sociedade moderna (MCADAM, 1982, p.16), em que indivíduos com tendências narcísicas se mobilizam para externalizar suas frustrações individuais em surtos de irracionalidade apolítica (ALONSO, 2009, p. 50).

Apenas no fim da década de 1960, com o surgimento de manifestações populares como o movimento negro e o feminismo nos Estados Unidos e na Europa, percebiam-se movimentações organizadas e solidárias que não podiam mais ser explicadas por justificativas psicossociais de indivíduos isolados (ALONSO, 2009, p.50). Eram *movimentos sociais* que demandavam mudanças concretas e predefinidas na estrutura social, portanto não podiam ser caracterizadas como comportamentos psicológicos isolados.

Em contraste ao modelo clássico, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), idealizada por McCarthy e Zald (1977), racionaliza essas mobilizações populares como fruto de deliberado pensamento crítico e método. A TMR atribui como elemento fundamental à execução e sucesso de movimentos sociais a disponibilidade de recursos materiais e humanos. Tais recursos, como capital, infraestrutura e ativistas pela causa, dependem de um suporte externo, de um nível elevado de organização, e conseqüentemente, da burocratização da ação coletiva (MCCARTHY; ZALD, 1977). Ao dar ênfase para a captação de recursos, o

modelo realça a participação da elite nos movimentos sociais, em detrimento do agenciamento dos próprios participantes da mobilização.

Já a Teoria do Processo Político (TPP), estabelecida por Tilly, Tarrow e McAdam, determinava que a “estrutura das oportunidades políticas” era central para a abertura de canais de expressão popular. Aliados mais uma vez à capacidade organizacional do movimento, essas oportunidades políticas designavam momentos oportunos de ação coletiva, seja por maior receptibilidade do governo às reivindicações, por mudanças na interação Estado-sociedade, pela presença de potenciais aliados (KRIESI, 1995 apud ALONSO, 2009, p. 55).

Abers, Silva e Tatagiba (2018), em uma análise crítica das oportunidades políticas propostas pela TPP, ressaltam a agência e o agenciamento recíproco dos atores ao invés da ênfase exagerada da conjuntura política no surgimento de movimentos sociais. As autoras argumentam que

movimentos que constroem e disputam políticas agem criativamente, interagindo ativamente com os agenciamentos de outros atores e instituições com os quais apresentam relações de interdependência. (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018, p. 17).

Desta forma, movimentos sociais não são fundamentalmente dependentes da captação de recursos de agentes externos ou vulneráveis ao cenário político, mas são agentes ativos, criativos e interdependentes de outros agentes, como o próprio Estado, do sistema em que fazem parte.

A fim de aprofundar o debate sugerido por Abers, Silva e Tatagiba (2018) sobre a relação de movimentos sociais e políticas públicas, adicionaremos dois conceitos à essa discussão: regimes e subsistemas.

Regimes políticos são estruturas relacionais de atores estatais e não estatais que têm acesso às discussões e decisões governamentais (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018, p. 31). De acordo com o regime político, movimentos sociais podem ter (ou não) abertura em avançar com suas pautas, a depender da relação que dispõem com a coalizão governamental.

O conceito de *subsistemas* é crucial para o entendimento da criação de políticas públicas dentro de *regimes políticos*. Jenkins-Smith, St Clair e Woods (1991) caracterizam “subsistemas de políticas públicas” como “compostos por instituições e atores que estão diretamente envolvidos no processo de políticas públicas em uma área especializada de política.” (JENKINS-SMITH; ST CLAIR; WOODS, 1991, p.852, apud ABERS; SILVA e TATAGIBA, 2018, p. 35).

Tais atores de subsistemas incluem grupos de interesse, órgãos do executivo, associações comerciais, representantes de empresas, autoridades eleitas e até estudiosos (JENKINS-SMITH; ST CLAIR; WOODS, 1991, p.852, apud ABERS, SILVA e TATAGIBA,

2018, p. 35), demonstrando a heterogeneidade dos fatores que resultam na criação e manutenção de políticas públicas. Os subsistemas permitem entender as variações de poder e de interesse dentro do regime político em uma escala menor.

4. MARCHA DAS MARGARIDAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM

4.1. Fernando Henrique Cardoso – Primeira edição da Marcha das Margaridas

Com o lema “**2000 Razões para Marchar: contra a fome, pobreza e a violência sexista**”, a primeira Marcha das Margaridas reuniu 20.000 mulheres em Brasília durante o segundo mandato do Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Demonstrando sensibilidade ao regime político, o foco das reivindicações era o modelo neoliberal do governo social-democrata que acentuava as desigualdades sociais e a concentração de renda e terra. Na “Carta das Mulheres Brasileiras”, documento-base entregue ao presidente, elas criticavam o modelo da Reforma Agrária Assistida pelo mercado e as políticas públicas para o campo de cunho neoliberal implementadas por FHC, como a “Nova Reforma Agrária”, que transferia a responsabilidade da redistribuição de terra do governo federal para o mercado, beneficiando proprietários de terra com capital o suficiente para readquirir grandes áreas disponíveis para a venda (CONTAG, 2000), e a “Cédula da Terra”, programa de crédito para aquisição de terras para trabalhadores sem-terra e agricultores com terra insuficiente que acabou por não demonstrar um aumento significativo de renda (PEREIRA e SAUER, 2011, p. 599).

As Margaridas também denunciaram o modelo agrícola tecnológico, recém-implementado no Brasil na época, que favorecia o setor do agronegócio em detrimento dos pequenos produtores, e defendiam a implementação de um Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Além das críticas às políticas públicas agrárias, o documento também enfatizava outras questões, como as perigosas condições de trabalho de mulheres no campo expostas a pesticidas, o aumento do número de trabalhadoras sexuais na zona rural como consequência da extrema pobreza e a disparidade de oportunidades para as mulheres rurais (CONTAG, 2000).

Durante a reunião com as líderes da marcha, o presidente FHC se comprometeu a agir em muitas das demandas, mas apenas implementou poucas reformas, em sua maioria de cunho econômico, como a redução da taxa de juros para o custeio agrícola de 5,6% para 4% ao ano (CONTAG, 2015).

A resposta de FHC à primeira edição da marcha não resultou em nenhuma grande transformação, mas abriu possibilidades de diálogo entre as mulheres camponesas e o governo federal - um exemplo de oportunidade política com a permeabilidade do Estado (MCADAM, 1982) para as reivindicações de um movimento social de mulheres rurais. Pela primeira vez, o governo brasileiro se dedicou a negociar uma pauta advinda dessas

trabalhadoras. E ainda, pela primeira vez, uma discussão de tamanha importância para o movimento sindical era protagonizada por mulheres (CONTAG, 2015), caracterizando um momento histórico para a Marcha das Margaridas e para a luta por direitos das mulheres do campo. Era ali também que nasciam as reivindicações históricas das Margaridas, a essência política da pauta que vêm sendo aprimorada ao longo dos anos e regimes políticos.

4.2. Luiz Inácio Lula da Silva – Edições 2003 e 2007

A segunda edição da MM ocorreu durante o primeiro mandato do presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva. Com o lema “**2003 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista**”, a MM trouxe à capital federal cerca de 40 mil mulheres. A pauta organizava 140 demandas em nove eixos temáticos: reforma agrária, organização da produção, meio ambiente e agroecologia, salário mínimo, saúde, violência de gênero, ações afirmativas para mulheres rurais, direitos previdenciários e educação no campo (CONTAG, 2003).

Nesta edição, as Margaridas passaram a adotar a agroecologia como modelo de construção para uma nova realidade produtiva no campo, se opondo ao modelo neoliberal e tecnológico da era pós-revolução verde adotado no Brasil. A MM também enfatizou nesta segunda edição o direito de propriedade e gestão compartilhada da terra entre homens e mulheres, destacando que apenas 7% dos agricultores beneficiados pelo programa “Cédula da Terra” da gestão anterior eram mulheres (CONTAG, 2003). Atentas ao regime político e potenciais aberturas de diálogo com o Estado, as Margaridas também adicionaram demandas quanto à valorização do salário mínimo e do direito à previdência social. Por ser um ex-operário eleito sob bandeira e plano político de esquerda, era de se esperar uma mudança na relação Estado-sociedade (MCADAM, 1982) e que Lula fosse mais receptivo às pautas do que o presidente anterior.

Na terceira edição, “**2007 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista**”, trazendo cerca de 70 mil mulheres para o Eixo Monumental em Brasília, as Margaridas ampliaram suas parcerias e demonstraram amadurecimento a nível organizacional e político. Pela primeira vez, elas disponibilizaram uma pauta completa dirigida ao poder legislativo, onde demandam a aprovação de Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e Projetos de Lei (PL) específicos e já em tramitação, como a PEC 432/2001, que determinava a expropriação de terras em caso de trabalho escravo (CONTAG, 2007). Também nesta edição, a organização da Marcha elaborou um Caderno de Textos para estudo direcionado às participantes (CONTAG, 2015), apresentando o caráter formativo e político do movimento.

O aprimoramento da plataforma política e a iniciativa de direcionar demandas concretas ao poder legislativo demonstra o agenciamento proativo da Marcha das Margaridas

(Abers; Silva; Tatagiba, 2018) que contribuiu para o estabelecimento da presença política do movimento como uma voz ativa na implementação de políticas públicas perante o governo federal.

Ao longo dos oito anos de governo Lula, as Margaridas alcançaram avanços históricos na luta por direitos. Em ambas as edições, o governo elaborou documentos que expressavam o posicionamento do poder executivo sobre as reivindicações da Marcha. Para cada item, o documento respondia à demanda com um projeto ou política vigente e o órgão responsável, embora raramente colocasse prazos para sua implementação.

Em 2004, foi instituída a obrigatoriedade de títulos de terra serem registrados sob os nomes do casal, ao invés de somente o do homem. Outras grandes conquistas foram a criação do PRONAF-Mulher no ano safra de 2003/2004, programa do governo federal que concede crédito para a produção agrária para mulheres agricultoras (CONTAG, 2003), a regularização de reservas extrativistas (CONTAG, 2015), e a criação do Fórum Permanente para o enfrentamento da violência contra as mulheres no campo (CONTAG, 2007).

As respostas positivas do presidente Lula às demandas do movimento resultaram em grande afinidade das Margaridas junto ao governo, garantindo a ele uma forte rede de apoio político, que viria a ser crucial durante sua prisão em 2018 e 2019. Durante a organização e a realização da Marcha de 2019, as ativistas foram enfáticas ao se posicionarem a favor da soltura do então ex-presidente. Essa relação entre Lula e as Margaridas demonstra a interdependência dos atores no Processo Político (MCADAM, 1982) e a importância de movimentos sociais nessa relação.

4.3. Dilma Rousseff – Edições 2011 e 2015

Intitulada de **“2011 Razões para Marchar por um Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Equidade e Liberdade”**, a quarta MM aconteceu durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff e reuniu 100 mil mulheres das cinco regiões brasileiras organizadas por mais de 4 mil sindicatos de trabalhadoras rurais.

Para além das demandas históricas de melhoria de vida das mulheres do campo, da floresta e das águas, em sua plataforma política, em 2011, a Marcha confirmou o cunho feminista do movimento (AGUIAR, 2016), enfatizando principalmente a violência de gênero contra mulheres não-brancas. 100 mil mulheres se *afirmarem* feministas, conscientes das interseccionalidades entre raça, classe, sexualidade e gênero, em um contexto social que era (e por vezes ainda é) hostil com a autodenominação carrega enorme significado político. Ter uma primeira presidenta do Brasil eleita sob uma bandeira esquerdista aparece como uma oportunidade política de fomentar a agenda política contra a violência sexista.

Uma das principais resoluções após a quarta edição foi a ampliação da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que promovia a transição agroecológica nas

unidades familiares de produção (CONTAG, 2015). Outra medida de grande importância foi o restabelecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que priorizava a compra da produção advinda da agricultura familiar para instituições federais, aumentando o lucro e a autonomia de produtores de pequena escala (ROSÁRIO; FILOCREÃO, 2019).

Sob o lema de **“Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”**, a quinta edição da MM demonstrou ainda uma maior sensibilidade e um firme posicionamento perante a conturbada conjuntura política de 2015. Realçando a democracia como “condição fundamental para seguir avançando na construção de um país mais justo e igualitário” (CONTAG, 2015), as Margaridas expressaram seu descontentamento com o “desrespeito às urnas”, se opondo veementemente contra o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Elas consideravam o impedimento como um “golpe parlamentar apoiado pela mídia e ignorado pela Suprema Corte” (CONTAG, 2015). Em uma entrevista, Mazé Moraes afirmou que:

Em 2011, a marcha foi muito significativa pra gente. Pela primeira vez, nós teríamos uma mulher no poder, então a gente queria trazer 100,000 mulheres pras ruas pra poder mostrar a importância daquele momento. [...] Mas em 2015, foi um ambiente desafiador 'pra' se estar. A gente já previa o golpe. As Margaridas foram pras ruas pra dizer que elas estavam com Dilma, que ela não estava sozinha. Mas a gente já sabia o que ia acontecer. (Entrevista concedida em novembro de 2019).

Mas as contradições do governo Dilma haviam começado antes da articulação do golpe de 2016, principalmente em relação à questão agrária brasileira. Ao assumir seu segundo mandato, Dilma indicou Kátia Abreu, ruralista e defensora do agronegócio, para assumir o Ministério da Agricultura. Dilma também foi a gestora que menos distribuiu terras pela reforma agrária desde FHC - apenas 26,8 mil famílias foram assentadas por ano, contra 76,7 mil no governo Lula e 67,5 mil de FHC (MARTINS, 2015). Mesmo que o regime político vigente indicasse ser favorável para as Margaridas, os subsistemas do governo Dilma indicavam o contrário - a exemplo de alguns de seus ministros e do seu vice-presidente.

A avalanche de retrocessos só estava começando com o *impeachment*. Em apenas algumas semanas depois de assumir, o vice-presidente Michel Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão responsável pela maioria das ações para a agricultura familiar (BRASIL, 2016), além de aprovar a Nova Reforma Trabalhista. Ainda no governo provisório foram desestruturados programas estratégicos para a agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ações na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e mudanças na condução da política agrária para atendimento aos interesses dos setores conservadores do meio rural (MATTEI, 2018).

4.4. Jair Messias Bolsonaro – Edição 2019

A sexta edição da Marcha das Margaridas — **“Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência”** — aconteceu em agosto de 2019, durante o primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro. Mais uma vez, as Margaridas apresentaram declarações assertivas sobre o cenário político: elas criticavam o retorno à uma agenda neoliberal em contraste à “democracia participativa” durante os governos de Lula e Dilma (CONTAG, 2019) e pediam a soltura do ex-presidente Lula, na época preso em Curitiba na Operação Lava-Jato.

Pela primeira vez em 19 anos de marcha, nenhuma demanda foi formalmente entregue ao poder executivo. De acordo com Mazé Moraes, “elas não entregariam petições para um governo que estava tirando os direitos da classe trabalhadora, principalmente os das mulheres trabalhadoras”. As Margaridas também não receberam nenhum custeio federal e pagaram todas as despesas da marcha por meio de financiamento coletivo pela internet.

Foto 03 – Marcha das Margaridas – Edição 2019



Fonte: Ribeiro (2019).

Nesta edição, a MM foi ainda mais significativa, pois se juntou à I Marcha das Mulheres Indígenas. Juntas, cem mil mulheres marcaram presença no Eixo Monumental, avenida principal de Brasília, demandando o fim dos retrocessos que estavam pondo décadas de luta e conquistas políticas em risco. Bolsonaro se recusou a dialogar com ambos os movimentos sociais naquela semana.

Mazé Moraes expressou suas preocupações e esperanças para os próximos três anos sob o governo de Bolsonaro:

Bolsonaro ‘tá’ só continuando o que Temer começou em 2016. Ele está rasgando nossa Constituição, tirando nossos direitos [...] Nós precisamos organizar e educar nossas massas ‘pra’ que a gente possa tomar decisões informadas durante as próximas eleições [municipais] em 2020 e escolher representantes que estão comprometidos com a justiça social. (Entrevista concedida em novembro de 2019).

A coordenadora da MM também enfatizou a importância de eleger representantes que darão apoio ao povo brasileiro por meios institucionais, reforçando a oposição política ao governo Bolsonaro e à maioria conservadora no Congresso. Mazé Morais ressaltou a relevância ímpar dos movimentos sociais na conjuntura política - *“Nós só vamos conseguir passar por esses desafios se a gente estiver nas ruas, juntos. Aqui, ninguém vai soltar a mão de ninguém. Nós vamos juntos.”*³

A dura decisão de, pela primeira vez em 19 anos, não entregar suas demandas ao poder executivo demonstra o entendimento da conjuntura política sob o governo Bolsonaro. As Margaridas sabiam que suas reivindicações não seriam ouvidas e sua agenda política, mais do que nunca na história do movimento social, não era relevante para o atual governo que abertamente demonstra desinteresse, senão desrespeito, às causas das mulheres do campo, da floresta e das águas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Margaridas tiveram papel fundamental no processo de conquistar políticas públicas em âmbito federal. A habilidade de comunicar demandas justificadas e contextualizadas seguidas de um conjunto de possíveis soluções tem se mostrado uma maneira eficaz de abrir diálogo com o governo federal e de conseguir resultados na criação e mudança de políticas públicas. A pesquisa demonstrou que as estratégias de abordagem e demandas das Margaridas mudaram em resposta à natureza de cada gestão e ao amadurecimento da organização do movimento.

Ademais, as estratégias são consideravelmente mais eficazes ao lidar com governos cujas perspectivas são similares, como Lula e Dilma, prova do entendimento dos benefícios das crescentes oportunidades políticas (MCADAM, 1982). Todavia, além da sensibilidade ao cenário político, as Margaridas demonstram agenciamento proativo e criativo, adaptando-se a essas oportunidades e se posicionando ativamente. A crescente capacidade e capilaridade para mobilização das massas, além da adaptação às conjunturas políticas determina a influência política da Marcha das Margaridas, aumentando o seu poder de negociação ao longo dos anos (AGUIAR, 2016).

Por duas décadas, a Marcha das Margaridas tem mostrado competência ímpar ao organizar uma frente unificada de mulheres das mais diversas realidades para lutar por um extenso conjunto de demandas sem perder as especificidades de suas identidades. A capacidade de liderança e ação das Margaridas, mulheres do campo, da floresta, e das águas, fortalece o senso de autonomia e o empoderamento de mulheres de realidades distintas.

³ Entrevista concedida em novembro de 2019.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e políticas públicas**: Repensando atores e oportunidades políticas. Lua Nova, São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018.

AGUIAR, Vilenia. **Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação**: Reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Política e Sociedade, vol. 15, n. 14, outubro de 2016.

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em <https://www.abgf.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/MP-726-de-12-de-maio-de-2016.pdf>. Acesso em 12 Dez, 2019.

CONTAG. **Caderno 1 - Marcha das Margaridas 2019**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1919922208_26042019100737.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

_____. **Pauta da Marcha das Margaridas 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/PAUTA-Marcha-das-Margaridas-LEGISLATIVO.pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

_____. **Pautas das Marchas**. Transformatório das Margaridas, 2015. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

_____. **Texto-Base da Marcha das Margaridas 2003**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/TEXTO-BASE.pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

CPT. **Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003**. Comissão Pastoral da Terra, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2018**. Comissão Pastoral da Terra, 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4687-conflitos-no-campo-brasil-2018>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil**: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

GOSS, Karine; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Em tese, Santa Catarina, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

IPEA. **Marcha das Margaridas**: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. 2015. Disponível em <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/pesquisa-ipea-marcha-das-margaridas1.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

MARTINS, Daniel. **Kátia Abreu, a ministra que desmata a razão**. Movimento dos Sem-Terra, 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/01/12/katia-abreu-a-ministra-que-desmata-a-razao-2>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

MATTEI, Lauro. **A política agrária e os retrocessos do Governo Temer**. OKARA: Geografia em Debate. Volume 12, n. 2, maio e agosto de 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41318>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

MCADAM, Doug. **Political process and the development of black insurgency, 1930-1970**. Chicago, IL: Univ. of Chicago Press, 1982.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. **Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory**. **American Journal of Sociology**, vol. 82, n. 6, 1977, pp. 1212–1241. Disponível em <www.jstor.org/stable/2777934>. Acesso em 14 de fevereiro de 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. **A "reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados**. **Soc. estado.**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 587-612, dezembro de 2011.

ROSÁRIO, Lúcia Tereza Ribeiro do; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como indutor de autonomia para comunidades extrativistas do sul do Amapá**. Simpósio de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Macapá, 2019.

SILVA, Berenice Gomes. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.



GT 06

Modelo extrativista, mega-projetos e economia de *commodities* na América Latina

Coordenadores: Eunápio do Carmo (GETTAM/NAEA/UFPA); Paola Bolados (UV-Chile); Luiz Fernando Novoa (UNIR), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA/UFPA); Marco Antônio Chagas (UNIFAP); e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

Ementa: Esse GT se propõe a discutir concepções predominantes na Pan-Amazônia, com extensão para demais países da América Latina, no que tange ao planejamento, implantação e operacionalização de grandes projetos hidrelétricos e de mineração. Interessa reunir trabalhos que revelem questões e conflitos sociais que problematizem os políticos, ambientais e mesmo econômicos relacionados às grandes obras, mobilidade do trabalho, do capital, conflitos entre esferas de poder, violência institucional e social, precarização de direitos e da cidadania. O GT visa debater a mineração na América Latina e o seu papel no mundo atual, principalmente na produção de desigualdades, riscos, violências e expropriações na realidade contemporânea. Além disso, acolhe propostas de trabalho sobre os limites da política de mineração, os impasses colocados pelas visões dos movimento ambientlistas e movimentos sociais e étnicos, e os questionamentos postos ao modelo neoextrativista e às políticas desenvolvimentista.



Programação

GT 06 - MODELO EXTRATIVISTA, MEGA-PROJETOS E ECONOMIA DE COMMODITIES NA AMÉRICA LATINA

Coordenadores: Eunápio do Carmo (GETTAM/NAEA/UFGA), Paola Bolados (UV-Chile), Luiz Fernando Nova (UNIR), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA/UFGA), Marco Antônio Chagas (UNIFAP) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia).

1º Dia – 25 de fevereiro de 2021

1ª SESSÃO: Rede Global, Mineração de Desastres/Crimes e Territorialidades em Tensão 14h00 às 16h00

Coordenadores: Eunápio do Carmo (GETTAM/NAEA/UFGA), Paola Bolados (UV-Chile) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA/UFGA)

Mineração, primarização exportadora e dependência na Amazônia: uma agenda de debates sobre a inserção da Amazônia na polarização comercial China-EUA

Sandro Ribeiro da Silva (UFGA) e Murilo Henrique Fonseca (UFGA)

Análise da atividade neoextrativista da mineração de ouro no Estado do Amapá (2000-2020)

Miguel Patrice Philippe Dhenin (UFRJ) e Rhuan Muniz Sartore Fernandes (UFRJ)

O neoliberalismo e a mineração na América Latina. Uma análise comparada entre Brasil e Peru

Estevão Correia Musa (UFRJ)

Mineralização da vida: apontamentos teóricos no capitalismo global

Isabella Rodrigues (UnB)

Grandes projetos e a produção da subjetividade dos atingidos em Barcarena, Pará

Robert Damasceno Rodrigues (UFGA) e Leandro Passarinho Reis Junior (UFGA)



Refugiados ambientais urbanos: o desaparecimento dos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto – Maceió/AL

Cirlene Jeane Santos e Santos (UFAL) e Maria Ester Ferreira da Silva Viegas (UFAL)

Mapeamento da rede socioassistencial voltada à população afetada por grandes projetos econômicos nos municípios de Barcarena/Pa e Abaetetuba/Pa

Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA), Juliane Paiva de Assunção (UFPA) e Amanda Elaine de Castro Marques (UFPA)

2ª SESSÃO: Megaprojetos, Neoextrativismo e Injustiça Ambiental

16h00 às 18h00

Coordenadores: Eunápio do Carmo (GETTAM/NAEA/UFPA), Paola Bolados (UV-Chile) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA/UFPA)

Agro não é tudo: a expansão da monocultura da soja sobre os povos da floresta Amazônia Oriental

Gustavo Francesco de Moraes Dias (IFPA), Sarah Brasil de Araújo de Miranda (UFRA), Alana Paula de Araujo Aires (UFPA) e Nirvia Ravena (UFPA)

Land Grab no território quilombola de Jambuaçu: Avanços da Commodity do dendê na Amazônia

Auristela Correa Castro (UFOPA) e Aquiles Vasconcelos Simões (UFPA)

Desigualdade ambiental e apropriação da natureza: uma análise dos prejuízos sofridos pelos pescadores do Médio Araguari (Ap/Brasil)

Thalys Arimar Lopes Rosa (UNIFAP)

Impactos e contradições do Plano da Ferrovia Paraense

Marcel Theodoor Hazeu (UFPA) e Thais Fernanda Matos Sena (UFPA)

A colonialidade presente na implantação de usinas hidrelétricas: o mito da mitigação e compensação

Marília Gabriela Silva Lobato (UFPA)



2º Dia - 26 de fevereiro de 2021

3ª SESSÃO: Territórios, impactos e conflitos socioambientais

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenadores: Marco Antonio Chagas (UNIFAP), Luis Fernando Novoa (UNIR) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia).

As consequências do neoextrativismo na pesca artesanal da bacia de Campos-RJ e as questões socioambientais do crescimento baseado na indústria de petróleo

Lara Mattos Martins (UFRRJ)

Porto privado, território e expropriações: comunidade tradicional do Cajueiro (São Luís - Ma)

Dayanne da Silva Santos (UFMA) e Julio Itzayán Anaya López (UFMA)

A expansão capitalista em terras públicas federais no sudeste paraense

Marcelo Fernando Terence (IFSP)

Agronegócio produz commodities e agricultura camponesa produz alimentos: o caso da Amazônia brasileira

Francilene Sales da Conceição (UNIR) e Wesley Henrique Garcia e Silva (UNIR)

As mudanças no novo código florestal, seus impactos nas territorialidades e as novas dinâmicas acerca das fronteiras: mundialização do capital e neoextrativismo na Amazônia legal

Fabiana Scoleso (UNICAMP) e Levi Manoel dos Santos (UFT)

Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0: metabolismo antissocial do capital, seus impactos sobre os territórios e os mundos do trabalho

Fabiana Scoleso (UNICAMP)

4ª SESSÃO: Pós-extrativismo ou consenso das commodities?

16h00 às 18h00

Coordenadores: Luis Fernando Novoa (UNIR), Marco Antonio Chagas (UNIFAP) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia).

Políticas públicas e a organização socioespacial de Parauapebas-Pa: expropriação dos recursos naturais, exploração do trabalhador e segregação socioespacial

Débora Aquino Nunes (IFPA), Etiane Patrícia dos Reis da Silva Macêdo (IFPA), Bianca Catherine Piedade Pinho (IFPA) e David Durval Jesus Vieira (IFPA)



Indicadores multidimensionais de pobreza no sudeste do paraense: o caso de Canaã dos Carajás

Samuel P Sampaio (Unefesspa), Giliad De Souza Silva (Unefesspa) e Danilo Araújo Fernandes (Unefesspa)

O desembarque do neoliberalismo no lago Muirapinima: transformações na subjetividade dos moradores do PAE Juruti Velho

Lincon Sousa Aguiar (UFOPA) e Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

La nueva fiebre del oro: pallaqueras y la desigualdad de genero en Rinconada (Peru)

Leticia Fernanda de Souza Rodrigues (UFRGS)

A instalação da mineradora Vale Verde no município de Craíbas/Al e suas implicações na territorialização dos camponeses do povoado Serrote da Laje, Craibas-Al

Livia Thaysa Santos de Albuquerque Gama (UFAL) e Cirlene Jeane Santos e Santos (UFAL)



GT 06 – Modelo extrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina

Mineração, primarização exportadora e dependência: elementos para uma agenda de debates sobre a posição da Amazônia na emergente polarização China-EUA

Sandro Ribeiro da Silva (UFPA) ¹
Murilo Henrique Pinto Fonseca (UFPA) ²

RESUMO

Ao longo das últimas três décadas, céleres reconfigurações na economia mundial afetaram diretamente as dinâmicas no entorno da exploração de commodities na Amazônia. Embora profundas crises econômicas e novos arranjos geopolíticos tenham impactado as taxas de crescimento da economia mundial, persistem as hegemonias dos empreendimentos transnacionais sobre a força de trabalho e os recursos naturais estratégicos do território amazônico. Nesse contexto em que novos protagonistas emergem com igualmente novas estratégias para acumulação por espoliação, o presente estudo se propôs a estabelecer elementos fundamentais para uma agenda de debates sobre a posição econômica da Amazônia no emergente contexto das tensões comerciais e tecnológicas entre os blocos representados por EUA e China. Para sugerir a referida agenda, o estudo partiu, principalmente, do referencial teórico da teoria estruturalista cepalina e da teoria marxista da dependência, além de basear-se empiricamente em indicadores econômico-financeiros, demográficos e ambientais.

Palavras-chave: Mineração; Amazônia; neoextrativismo; teoria da dependência; guerra comercial.

Introdução

As duas primeiras décadas do século XXI marcaram o recrudescimento econômico de potências tradicionais na história do capitalismo, e a célere evolução da competitividade

¹ Observatório Paraense do Mercado de Trabalho, Programa de Pós-graduação em Economia, UFPA, Brasil.

Email: sandro.silva@icsa.ufpa.br

² Laboratório de Economia Aplicada, Programa de Pós-graduação em Economia, UFPA, Brasil.
Email: sandro.silva@icsa.ufpa.br

da economia chinesa, que já se consolida como uma potência econômica no comércio global. É possível afirmar que nestas duas décadas a China aproveitou as brechas geradas por mais uma crise estrutural do capitalismo mundial, materializada na “crise de 2008”, cujas consequências impactaram negativamente os Estados Unidos na contínua disputa por mercados e pela hegemonia global (NOLAN;2012). Desde esta crise, a China mostrou uma capacidade de recuperação muito superior aos EUA, de tal forma que já em 2010 o país socialista atingiria a marca de 15,9% de crescimento da sua capacidade produtiva.

Evidentemente, este cenário de vertiginosa ascensão da China como um novo e competitivo *player* nas disputas por importantes fatias de mercado gerou profundas reconfigurações econômicas e geopolíticas entre todos os países. Por isso, diversas nações e organismos de avaliação e regulação do comércio internacional têm adotado discursos em favor de conter o avanço e as estratégias adotadas pela China para competição no mercado global. Notoriamente, toda esta realidade resulta no acirramento de tensões, ao passo que também evidencia particularidades das disputas contemporâneas entre nações indicando que as “guerras” comerciais e tecnológicas vão muito além da já conhecida lógica dos conflitos armados. É, portanto, possível afirmar que estas dinâmicas próprias das tensões contemporâneas *per se* também representam desafios analíticos, tanto de ordem teórica quanto empírica, que justificam a intensificação de estudos relacionados a este tema.

Nesse sentido, partindo essencialmente de uma interlocução entre as concepções cepalinas clássicas e as críticas da teoria marxista da dependência, este trabalho se propõe a estabelecer elementos para uma agenda de debates sobre a inserção da exportação de *commodities* minerais da Amazônia no atual contexto de polarização emergente entre os blocos representados por EUA e China. Para desenvolvimento da discussão proposta, em um primeiro momento serão discutidos os principais precedentes e perspectivas sobre as tensões comerciais e tecnológicas em curso entre ambos os países; em seguida, a partir de análises sobre bases de dados do comércio internacional, serão desvelados aspectos empíricos da atividade mineral prostrada aos interesses estrangeiros; no terceiro momento, será abordada a correlação do ciclo extrativista com as condições regionais de subdesenvolvimento e dependência; em um quarto momento, serão apresentados os elementos contraditórios do modelo de desenvolvimento da Amazônia que reforçam seu enquadramento na condição de dependência; por fim, será proposta uma agenda de debates para consolidação amplas dos estudos no entorno dos problemas expostos.

As tensões comerciais e tecnológicas entre EUA e China

No início deste século, EUA e China - as duas maiores economias globais - protagonizam uma emergente tensão comercial e tecnológica, cujos efeitos inevitavelmente

recaem sobre a economia mundial. À parte dos inúmeros ruídos e rumores surgidos no entorno deste tema, esta “guerra comercial e tecnológica” possui características muito particulares que a diferenciam das clássicas guerras frontais, recorrentes na história global e marcadas por violentos conflitos bélicos. Parte significativa desta diferenciação é explicada pela complexidade das relações geopolíticas, comerciais e tecnológicas entre EUA e China, que determinam uma profunda – e, por vezes, dependente – intimidade entre estas economias, ainda que rivalizem pela hegemonia global.

Em pouco mais de 50 anos, a China transitou da condição de país dominado pela pobreza e devastado pela guerra, para superpotência econômica líder em patentes e com significativa autonomia tecnológica, o que naturalmente induziu a reconfiguração dos cenários e disputas na economia internacional. Ao longo de toda a década de 90, os principais organismos de regulação do comércio internacional dedicaram valiosos esforços a uma *quasi* doutrinária defesa das liberdades comerciais, em detrimento do protecionismo e do intervencionismo³. A partir dos anos 2000, com a consolidação da ascensão chinesa, os discursos em favor da imposição de regras e limitações aos fluxos de produtos tomaram as cúpulas do comércio internacional, evidenciando uma guinada conservadora e protecionista.

De fato, desde 1978 a China vinha executando ousadas reformas com grande impacto sobre as áreas de ciência e tecnologia⁴, com efeitos diretos sobre a educação superior, pesquisa e desenvolvimento no país. Assim, já nos anos 90, a China havia se tornado um polo mundial de reprodução⁵ tecnológica e manufatura. Estímulos importantes como a disponibilidade de energia⁶, infraestrutura logística, mão-de-obra barata, posição geográfica estratégica e incentivos por parte do governo chinês fizeram com que o país, em um curto período de tempo, atraísse milhares de indústrias do mundo inteiro, sobretudo dos países desenvolvidos. Até a primeira metade dos anos 2000, essa série reconfigurações espaciais e produtivas do capitalismo (HARVEY;1993) constituíram o mundialmente fenômeno das mercadorias “Made in China”, que fazia referência à grande escala de produtos pouco duráveis e de baixo preço que “inundaram” o mercado global.

Na segunda metade dos anos 2000, sobretudo, após a crise financeira global de 2008, a China deu um definitivo e estratégico passo na marcha rumo à disputa por mercados e influência tecnológica. Progressivamente, os estímulos para atração de

³ Em 1º de janeiro de 1995, em Genebra-Suíça, surgiu oficialmente a Organização Mundial do Comércio (OMC), fundada para a supervisão e liberalização do comércio internacional.

⁴ Ler Jabbour (2017).

⁵ Ao longo deste período da industrialização chinesa, o país se consolidou como um centro de transferência e reprodução da tecnologia de ponta desenvolvida nos países mais ricos, sobretudo nos EUA, Europa e Japão. Isto, entretanto, não implicava em mais autonomia tecnológica à China em si. Para mais, ler WEI *et al.* (2017).

⁶ A expansão da matriz energética termelétrica, que implicou em sérias questões ambientais, exigiu grande montante de investimentos para sustentar a industrialização ao longo deste período. Ler POON *et al.* (2006).

indústrias externas – basicamente absorvendo e replicando tecnologia de outros países - deu lugar a uma sólida política econômica para fortalecer as manufaturas nacionais, incentivando o desenvolvimento de tecnologias e produtos complexos na própria China e com o capital chinês. Mantendo sua mão-de-obra mais barata, abundante – e agora, também, mais qualificada – que a de outros países em desenvolvimento, e ainda avançando celeremente na modernização das estruturas produtivas e da expansão da infraestrutura nacional, o país desde então obteve êxito em executar uma profunda evolução tecnológica.

A consolidação do cenário anteriormente descrito atribuiu à China toda uma conjuntura institucional e estrutural favorável ao sólido crescimento econômico, sustentado essencialmente pelos avanços na indústria. Especialmente, a partir de 2008, cada Plano Quinquenal foi executado no sentido de tornar a China o país com a maior proporção de indústria em relação ao produto interno bruto em todo o mundo. Isto é, na contramão de outros países em desenvolvimento, este país executou planos para crescimento econômico que evitavam estar centrados no grande setor dos Serviços. Assim, ao longo de toda a última década, a passos largos a China avançou no sentido de ressignificar o “Made in China”, inovando em tecnologia e criando produtos a partir das próprias instituições e companhias de pesquisa e desenvolvimento⁷.

Por característica do modelo de crescimento econômico amplamente adotado pela China desde os anos 90, o investimento e as exportações têm importância central para o planejamento. Assim, um elemento relevante da estratégia chinesa mais recente tem sido afirmar o mercado externo e os saldos como o comércio internacional como eixo importante de todo o processo. De acordo com estudos do Centro de Estudos Prospectivos e Informações Internacionais do governo francês, somente em 2018 a China importou o equivalente a 119 bilhões de dólares americanos, e exportou o equivalente a 499 bilhões, o que lhe atribui um saldo direto de 380 bilhões no comércio com os EUA. Desse modo, a colaboração internacional sempre foi fundamental ao longo das últimas décadas, tanto no que se refere à atividade comercial quanto à troca e transferência de tecnologia.

Em 2014, já diante deste novo e competitivo *player* nas disputas por hegemonias ou fatias de mercado no comércio global, diversos países do ocidente, mas principalmente nos EUA e na Europa, adotaram posturas mais protecionistas em favor de conservar os próprios mercados e indústrias. Assim, em todo esse contexto, os cenários políticos ao redor do mundo viram retornar as narrativas ultranacionalistas e ideológicas em prol da reversão dos déficits comerciais e de uma pressuposta dependência econômica entre as potências

⁷ O 12º Plano Quinquenal (2011-15) dispôs investimento de US\$ 1,7 trilhão a setores estratégicos de ciência e tecnologia, entre os quais: energia renovável; biotecnologia; tecnologia da informação e comunicação (TIC); eficiência produtiva; e a capacidade de inovação empresarial (PEYRÉ; 2017).

tradicionais e a China. Essas narrativas popularizaram-se rapidamente, e foram publicamente personificadas por figuras midiáticas e polêmicas como Donald Trump, que em 2016 veio a se tornar o 45º presidente dos EUA; Boris Johnson, um dos líderes defensores do Brexit⁸; e Marine Le Pen, deputada do Parlamento Europeu que concorreu nas eleições presidenciais francesas em 2017.

Desde 2018, quando o ex-presidente Donald Trump dos Estados Unidos da América impôs tarifas sobre a importação de aço de alumínio provenientes da China, os dois países vêm travando tensões de dimensões sem precedentes na história econômica contemporânea. Naquele episódio, já no mês seguinte, em resposta à afrontosa iniciativa de Trump o governo chinês declarou que o estaria pronto para responder à altura. A resposta se concretizou meses depois, com tarifas anunciadas sobre automóveis e produtos agrícolas importados dos EUA. Desde então, milhares de produtos importantes para a balança comercial dos dois países, de bens primários a produtos complexos, passaram a receber tarifas em ambos os países (GARCIA; 2020).

“A China não quer uma guerra comercial, mas tampouco a teme. Temos confiança e somos capazes de lidar com qualquer desafio. Esperamos que os Estados Unidos recuem antes que seja tarde demais, que aja com prudência e não leve as relações econômicas e comerciais a uma zona de perigo” Zhou Pingjian, Embaixador da China, em Maio de 2019.

É importante ressaltar que os produtos chineses não foram os únicos atingidos pela sobretaxação proposta por Donald Trump. Seguindo a cartilha ultranacionalista, o presidente estadunidense também propôs a taxaço de produtos vindos da União Europeia, como aviões e alimentos, e da América do Sul, como os derivados do aço brasileiro. Essa postura de fechar o mercado dos EUA, maior consumidor global, naturalmente preocupou a economia de diversos países pois poderia significar uma queda abrupta no crescimento econômico global. Entretanto, é impossível ignorar que entre estes dois países existe uma série de relações de dependência entre mercados e cadeias de produção, de tal forma que mesmo neste cenário de acirramento das tensões, o comércio multilateral e a manutenção das relações internacionais entres ambos jamais podem ser descartáveis.

⁸ “Brexit” é a expressão popularmente utilizada fazer referência ao processo de desligamento do Reino Unido da União Europeia. Este processo foi iniciado em 23 de junho de 2016, quando, por meio de um referendo, a população britânica votou pela ruptura com o bloco econômico e político europeu.

A posição da Amazônia no comércio internacional legal

Historicamente, a colonização portuguesa na Amazônia em diversos momentos estimulou o modelo extrativista de uma economia exportadora de produtos primários e com baixo valor agregado. No Estado do Pará, estado que detém grande parte da produção mineral, o setor mineral contribuiu para que o Pará apresentasse o 3º melhor saldo da balança comercial nacional no ano de 2018 de acordo com o Relatório do PIB do Pará elaborado pela FAPESPA. Nesse sentido, é perceptível que historicamente a região amazônica é um grande centro de exploração mineral e que permanece até hoje como um dos principais exportadores de minérios do mundo, como mostra a Tabela abaixo.

A Amazônia Brasileira possui uma das maiores e mais diversificadas reservas minerais do mundo. Assim, a importância econômica desse setor é significativa, como indica a Tabela 1, em que os valores de exportação alcançam a casa dos bilhões. O principal produto exportado da Amazônia é o minério ferro, tendo como principal destino o mercado chinês, que importa cerca de 53% de todo valor obtido do ferro produzido em solo amazônico. Tais minerais têm importância econômica devido às suas múltiplas utilidades na indústria. O manganês, por exemplo, essencial na fabricação do aço, é utilizado nas mais variadas áreas desde construção civil até em artigos de decoração, assim como o manganês também é utilizado nas ligas de alumínio. O ferro, ainda, é bastante utilizado na construção civil, produção de máquinas, automóveis, elementos estruturais de pontes.

Tabela 1: Valores das principais exportações dos estados da Amazônia em 2018

| nº | Produto (SH4) | Valor exportado |
|-----|---|----------------------|
| 1. | Minério de ferro e concentrados | R\$ 9.196.184.616,00 |
| 2. | Minério de cobre e concentrados | R\$ 2.134.574.386,00 |
| 3. | Soja, mesmo triturada | R\$ 1.993.532.206,00 |
| 4. | Alumina | R\$ 977.586.432,00 |
| 5. | Carne bovina congelada | R\$ 712.037.328,00 |
| 6. | Ouro bruto ou semimanufaturado ou em pó | R\$ 334.573.953,00 |
| 7. | Ferro-ligas | R\$ 301.242.204,00 |
| 8. | Minério de manganês e concentrados | R\$ 289.165.083,00 |
| 9. | Animais vivos da espécie bovina | R\$ 281.515.078,00 |
| 10. | Minério de alumínio e concentrados | R\$ 265.871.219,00 |
| 11. | Alumínio em formas brutas | R\$ 213.824.759,00 |
| 12. | Caulim e outras argilas caulínicas | R\$ 168.334.471,00 |
| 13. | Carne bovina fresca ou refrigerada | R\$ 166.327.948,00 |
| 14. | Madeira perfilada, mesmo aplainada | R\$ 162.997.651,00 |
| 15. | Pasta química de madeira | R\$ 155.178.915,00 |

Fonte: ComexStat (Portal de Estatísticas do Comércio Exterior Brasileiro) – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração de autoria.

A relevância da mineração é comprovada pela demanda no mercado internacional. Segundo matéria da Folha de São Paulo, no ano de 2020 a produção industrial chinesa cresceu 7%, o ritmo mais rápido do ano. Tal crescimento impacta diretamente na demanda por minérios, especialmente de ferro (Tabela 2) que serve de matéria prima para as empresas de automóveis, construção civil, tecnologias da informação entre outros. Somente entre 2011 e 2014 a China utilizou mais cimento que os EUA em todo o século XX. Nesse sentido, o crescimento econômico chinês produz o aquecimento dos setores demandantes de ferro, o que aumenta a procura pelo mineral.

Tabela 2: Valor total dos principais minérios exportados pelo Brasil e porcentagem do total exportada para cada país ou continente, em 2018 (em US\$)

| Produto (SH4) | Valor export. | EUA | China | Japão | Canadá | Europa | América do Sul |
|---------------------------------------|---------------|--------|--------|-------|--------|--------|----------------|
| Minério de ferro e concentrados | \$20,5 B | 1,52% | 53,50% | 5,96% | 0,11% | 14,54% | 1,84% |
| Minério de alumínio e alumina | \$3,14 B | 15,67% | 1,59% | 2,37% | 39,47% | 27,38% | 7,21% |
| Ouro bruto, semimanufaturado ou em pó | \$2,97 B | 11,90% | 0,00% | 0,00% | 11,70% | 58,59% | 0%* |
| Minério de cobre e concentrados | \$2,61 B | 0,00% | 10,10% | 0,27% | 0,00% | 57,47% | 0,08% |
| Minério de manganês e concentrados | \$418 M | 0,43% | 63,90% | 0,01% | 0,00% | 3,68% | 22,56% |
| Caulim | \$183 M | 15,00% | 2,57% | 1,29% | 17,40% | 59,56% | 0,82% |

Fonte: BACI (International Trade Database) – (CEPII) Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales. Elaboração de autoria.

Por outro lado, como demonstração da principal problemática dos países latinos, as importações da Amazônia escancaram o problema de uma economia pouco diversificada: a exportação de produtos simples e importação de produtos complexos, evidenciando a deterioração dos termos de troca que sofre a região Amazônica. A importação de peças para eletroeletrônicos, eletrodomésticos, aparelhos de telecomunicação em contraste com a importação em comparação com a exportação amazônica de minérios indica uma relação de deterioração dos termos de troca entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Nesse cenário, as relações de trocas entre a Amazônia e o resto do mundo tendem a agravar a desigualdade produtiva e tecnológica, refletindo sobre a atividade industrial. A importação de produtos de maior valor agregado atende nos polos industriais retroalimentam toda a cadeia de exploração mineral e, mais tarde, reinduzem o setor de commodities. Assim, perpetua-se a condição de economia destinada a exportação de commodities e produtos de menor complexidade tecnológica (Tabela 3), uma vez que servem a interesses externos de abastecimento do mercado, adaptando toda sua cadeia produtiva à lógica subserviente em detrimento das reais demandas internas.

Tabela 3: Valores das principais importações dos estados da Amazônia em 2018

| nº | Produto (SH4) | Valor exportado |
|-----|--|----------------------|
| 1. | Peças exclusivas de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos | R\$ 1.774.589.264,00 |
| 2. | Circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos | R\$ 1.438.897.145,00 |
| 3. | Aparelhos de telecomunicação | R\$ 735.704.173,00 |
| 4. | Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos | R\$ 693.887.597,00 |
| 5. | Platina, em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó | R\$ 382.831.539,00 |
| 6. | Peças e acessórios dos veículos | R\$ 362.809.446,00 |
| 7. | Partes e acessórios exclusivos ou de máquinas e aparelhos eletrônicos | R\$ 274.778.204,00 |
| 8. | Máquinas e aparelhos de ar condicionado | R\$ 264.889.832,00 |
| 9. | Polímeros de etileno | R\$ 237.777.285,00 |
| 10. | Transformadores elétricos, conversores e bobinas | R\$ 213.788.065,00 |
| 11. | Circuito impresso | R\$ 208.841.365,00 |
| 12. | Soda cáustica e peróxidos de sódio ou de potássio | R\$ 177.872.962,00 |
| 13. | Hidrocarbonetos cíclicos | R\$ 161.871.878,00 |
| 14. | Aparelhos de circuitos elétricos | R\$ 143.143.058,00 |
| 15. | Bombas de ar ou de vácuo, compressores e exaustores | R\$ 141.006.008,00 |

Fonte: ComexStat (Portal de Estatísticas do Comércio Exterior Brasileiro) – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração de autoria.

Nesse quesito, os ganhos advindos com a exportação de commodities escondem uma problemática muito nociva ao desenvolvimento brasileiro, a primarização exportadora, a crescente exploração da Amazônia. Desta lógica, diversas outras problemáticas surgem como o desmatamento, invasão de reservas indígenas, exploração ilegal dos recursos naturais, e principalmente na falta de um projeto de soberania nacional e de desenvolvimento da Amazônia. Assim, a subserviência das cadeias produtivas ao interesse internacional contribui para a precarização da inserção da Amazônia no comércio internacional evidenciando, conforme se desvelará adiante, o aprofundamento da dependência e subdesenvolvimento desta região.

Do estruturalismo cepalino à teoria da dependência

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as agendas das principais comissões econômicas ao redor do mundo que discutiam o desenvolvimento passaram, quase que unanimemente, a defender o fortalecimento do setor industrial e do livre comércio entre nações. Nesse contexto, já em 1948 foi fundada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que por meio de uma abordagem estruturalista alternativa à hegemonia do pensamento liberal, buscava estudar a fundo a questão do subdesenvolvimento da América Latina. Assim, identificando radicalmente problemas históricos, sobretudo de ordem econômica, institucional e social, esta comissão ao longo

das décadas seguintes exerceu importantes esforços no sentido de divulgar relatórios de indicadores e propor radicais planos de ação econômica e reorganização estrutural.

Desde sua fundação, mas especialmente entre os anos 60 e 80, os trabalhos dessa CEPAL tiveram profunda relevância para a construção dos paradigmas que orientam um pensamento econômico em favor do desenvolvimento da América Latina. Assim, Manifesto Latino Americano (1949), Raul Presbisch fundou as bases da concepção do sistema centro-periferia. Esta concepção, seria seguida e reforçada ao longo de todos os anos 50 e sustentava que a inserção histórica da América Latina no sistema capitalista e nas redes globais de produção se deram de forma a condicioná-la à posição de periferia do mundo. Assim, a ela caberia a função de servir aos interesses dos mercados globais e abastecer as sociedades e grandes indústrias do “centro”. Esta obra permeava ainda elementos do como a difusão desigual da evolução técnica; a deterioração dos termos de intercâmbio, tornando as periferias exportadoras de matéria-prima e importadoras de produtos com alto valor agregado; a precária industrialização e capacidade de financiamento das periferias.

Após os anos 50, já em um importante estágio de afirmação e consolidação das concepções, o pensamento cepalino evoluiu ainda mais no sentido de compreender aspectos estruturais engendrados nos termos de intercâmbio entre parceiros do comércio internacional. Fatores internos e externos que impediriam o desenvolvimento dos países latinos foram, assim, diretamente relacionados às interações entre centro e periferia e em como comércio tinha efeitos diferentes sobre as estruturas dos países desses dois extremos. Raul Prebisch e Celso Furtado, em particular, dedicaram-se ao estudo das diferentes estruturas produtivas dos países centralizados em relação aos países periféricos. Segundo estes, os países do centro se caracterizavam pela capacidade produtiva diversificada e homogênea, enquanto os periféricos detinham estruturas produtivas especializadas e produtividade heterogênea.

De fato, para os estudos do subdesenvolvimento na América Latina, a inovação teórica em se reconhecer uma relação desigual existente entre as economias centrais e periféricas permitiu o fortalecimento dos debates pela soberania dos países dessa região entre importantes escolas de economia, sobretudo no Brasil e na Argentina. Despertando visões diversas sobre a desigualdade estrutural entre a periferia e o centro, partindo de muitos estudos sensíveis à interdisciplinaridade, o pensamento cepalino induziu a valorização da difusão do progresso tecnológico afetando também a relação de trocas no comércio internacional. Particularmente sobre esses dois passos fundantes de diferenciação estrutural segundo esta corrente, Celso Furtado afirmou:

“Essa visão global da economia capitalista, que permitia nela identificar uma fratura estrutural gerada pela lenta propagação do progresso técnico e perpetuada pelo sistema de divisão internacional do trabalho então existente constituiu certamente a contribuição teórica maior de Prebisch, e foi o ponto de partida da teoria do subdesenvolvimento que dominaria o pensamento latino-americano e teria amplas projeções em outras regiões do mundo” (FURTADO, 2002, p. 94).

É, portanto, perceptível que tanto para Prebisch quanto para Furtado, dois dos maiores expoentes do pensamento cepalino - a estrutura centro-periferia sempre dificultou a difusão de tecnologias entre os países, logo, determinou radicalmente as dinâmicas econômicas e o padrão em que o comércio se estabelece entre os países desses extremos. Assim, esta desigualdade moldou as estruturas sociais, institucionais, políticas e econômicas dos países centrais e periféricos, ao cristalizar uma lógica que tende a subordinar os interesses estratégicos dos países marginais. Ainda, esta mesma lógica estimula que consolidem como economias subdesenvolvidas, de baixo progresso técnico e tecnológico. Sobre isso, Prebisch, desenvolvendo a precária inserção da América Latina na economia internacional, analisou que os benefícios do progresso técnico historicamente privilegiaram a produção industrial central, de forma que as periferias foram condicionadas à exportação primária, reforçando a deterioração dos termos de troca. Prebisch descreve que:

A partir dessas, se origina na CEPAL uma orientação firme para sugerir a industrialização como maneira eficaz de otimizar a distribuição dos ganhos de produtividade. É característica dos programas econômicos idealizados por cepalinos a ideia de que o estímulo amplo à industrialização proporcionaria melhor inserção da América Latina no mercado mundial. Como observado por Prebisch, a reprodução dos benefícios da difusão do progresso técnico nos países marginais se deu de maneira insatisfatória, acumulando-se sobretudo nos países centrais. Caberia, portanto, à indústria, nivelar a disposição de tecnologia, atraindo investimentos em prol do progresso técnico pelas vias do desenvolvimento em cadeia e aos movimentos de inovação.

A partir da década de 60 as ideias cepalinas progressivamente perderam força, e ganharam críticos ferrenhos mesmo nas principais escolas de economia da América Latina. Parte significativa das críticas fazia referência justamente ao modelo de industrialização proposto pela Comissão, que aos moldes em que era executado se revelara insuficiente para dirimir a questão da pobreza e do desemprego acirradas no período. Já nesse contexto, nos anos 60 inicialmente em Brasília, outra nova matriz teórica também com apelo interdisciplinar, mas fora do campo estrito dos estudos das ciências econômicas surgiu para se dedicar às análises radicais sobre o subdesenvolvimento na América Latina: a Teoria da Dependência. Para os teóricos da dependência, que inicialmente dedicaram-se a repensar dialeticamente o modelo cepalino, o subdesenvolvimento da América Latina não poderia ser

condicionadas apenas pelas questões externas da relação centro-periferia, deterioração dos preços dos produtos primários no intercambio mundial ou difusão de tecnologias.

Teóricos como Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra, fundadores das bases da Teoria da Dependência sustentavam que compreender o subdesenvolvimento seria inevitável se não fossem consideradas as causas internas do fenômeno. Segundos estes, à medida que a classe burguesa dos países subdesenvolvidos se relacionava de maneira subalterna com os interesses transnacionais e estrangeiros, seja por questões políticas, culturais, econômicas e/ou sociais, seria impossível superar a condição de periferia inerente a estas dinâmicas do sistema capitalista. De fato, dedicar-se à análise interna do fenômeno do subdesenvolvimento, considerado as interações entre classes e complexidade das relações sociais nelas implícitas, foi a principal proposta diferencial dos teóricos da dependência em relação às formulações da CEPAL. Mesmo em razão disso, sendo essa teoria uma leitura crítica marxista – embora não-dogmática – sobre a CEPAL, sua categoria de análise fundamental é o capital e não a nação.

A dependência, portanto, para estes teóricos, passa a ser estudada como fruto do desenvolvimento desigual, inerente às dinâmicas próprias do capital, podendo ser caracterizada pela apropriação do valor gerado em economias dependentes pelos países desenvolvidos. Estas interações prejudiciais às economias dependentes – passam a ser encaradas como “dependentes”, e não mais “periféricas”, visto que a teoria da dependência busca se afastar da concepção cepalina “centro-periferia” – integram a dinâmica própria de acumulação de capital nesses países. Assim, a Teoria da Dependência parte das bases deterioração dos termos de intercâmbio, lançadas na CEPAL, e dialeticamente passam a estudar este fenômeno como uma manifestação da transferência de mais valor das economias dependentes, subdesenvolvidas, para as economias soberanas, desenvolvidas.

Marini (2005) relaciona esta troca desigual essencialmente a dois mecanismos simultâneos: i) o primeiro em relação à diferença de produtividade que dois capitais distintos têm em relação à confecção de um produto. Isto é, aquele que tiver produtividade acima da média vende suas mercadorias pelo valor de mercado, apropriando-se de uma mais-valia produzida por outro capital, o capital da periferia. Isso implica que países com produtividade abaixo da média mundial, como é o caso dos países da América Latina, tenderiam a repassar sua mais valia para países com produtividade maior, resultando na troca desigual entre os países soberanos e dependentes; ii) O segundo mecanismo trata do lucro extraordinário, particularmente em setores com produtividade maior do que a media da economia. Sobre este mecanismo, ao contrário do que acontece em países subdesenvolvidos, as economias que têm produtividade acima da média apresentam um

preço de produção de mercado maior, ocorrendo a transferência da mais-valia que será apropriada como lucro pelos capitais das economias centrais por meio do comércio externo.

Esses mecanismos elucidam a maneira como estas relações manifestas claramente no comércio internacional, antes analisadas na CEPAL como “centro-periferia”, são profundamente desiguais por característica própria dos fenômenos de acumulação e circulação de capital. Assim, os países soberanos, antes centrais, podem possuir maior produtividade ao passo que se apropriam de valor produzido por capitais operantes em países dependentes, antes periféricos. Logo, mantidas estas condições, é impossível para as economias dependentes compensar a perda de mais-valor imposta pelas relações comerciais, visto que com a baixa produtividade de economias dependentes a alternativa é tão somente a superexploração da força de trabalho. Assim, a transferência de mais-valor para o centro acarreta necessariamente na necessidade da burguesia local explorar de maneira mais acentuada mão-de-obra, remunerando os trabalhadores abaixo do valor necessário para sua subsistência.

Para os teóricos da dependência, enfim, a transferência de mais-valor dos países e regiões subdesenvolvidas para o “centro” do capitalismo é condição fundante sobre as relações comerciais e geopolíticas entre ambos. Assim, em efeito dessas interações, a superexploração da força de trabalho surge nos países subdesenvolvidos como a mais imediata alternativa de atenuação das flutuações econômicas e sustentação do crescimento, produzindo uma distribuição regressiva de renda e riqueza, e aprofundando as mazelas sociais. Podem, portanto, ser compreendidas como manifestações da condição de dependência: a transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional; transferência de mais valor sob as formas de juros e amortizações de dívida, por exemplo; longas jornadas e precarização das condições de trabalho; concentração de riqueza; agravamento das desigualdades sociais.

Dependência, especialização produtiva e mineração na Amazônia

Partindo das concepções lançadas pela teoria da dependência, a questão do subdesenvolvimento na Amazônia pode ser integralmente interpretada como um caso em que as interações entre capitalismo global e as dinâmicas internas de competição condicionam e definem a posição desta sociedade na divisão internacional do trabalho. Entre os extremos da dependência e soberania são múltiplas as formações sociais e econômicas estabelecidas entre as regiões subdesenvolvidas, tanto no que se refere à inserção de uma determinada economia no circuito da economia-mundo capitalista, quanto às questões de autonomia tecnológica e creditícia que garantem soberania a uma nação. Ainda, os dados apresentados anteriormente indicaram a importância da extração e

indústria mineral e a grande presença de megaempreendimentos mínero-metalúrgicas na Amazônia são necessariamente bases fundamentais para a balança comercial dos estados desta região, junto às atividades correspondentes ao agronegócio e à pecuária.

De fato, especialmente a partir da década de 80 teve início a expansão de um novo ciclo produtivo de grandes escalas no estado do Pará, baseado na extração e exportação mineral. O processo, conduzido pelos planos econômicos dos governos militares, intensificou a inserção do capital internacional na Amazônia, ao passo que se instalaram grandes empreendimentos mínero-metalúrgicos, sobretudo de extração mineral, financiados por multinacionais configuradas em *joint-ventures*. Sobre este modelo, Jaime Osório (2012), a partir da perspectiva marxista identificou como próprio do “padrão exportador de especialização produtiva”, embasando a categoria “neoextrativismo” posteriormente estabelecida por Eduardo Gudynas (2016).

A partir de uma interlocução entre a obra destes autores, é possível identificarmos quatro circunstâncias comuns entre os países com este padrão exportador e que também têm sido muito perceptíveis na trajetória recente da Amazônia: i) diminuição progressiva da diversificação industrial, resultando na baixa complexidade da estrutura econômica destes países e influenciando diretamente sobre as taxas de crescimento econômico (OSÓRIO, 2012); ii) a produção e exportação em grande volume dos valores de uso, fortalecendo na região o histórico modelo econômica de especialização na produção de bens primários e *commodities* para o mercado externo; iii) o “efeito derrame”, que traduz as transformações institucionais, políticas e territoriais articulada para facilitar a entrada do capital externo, atingindo diretamente o meio ambiente e as populações das áreas de interesse (GUDYNAS, 2016); iv) o avanço de processos de “acumulação por espoliação” aos moldes previstos por Harvey (2005) à medida que o capital avança sobre novas fronteiras.

Não obstante, estas quatro circunstâncias reforçam os movimentos pela fragilização da complexidade das economias, estimulando a produção de produtos primários e a especialização da atividade industrial. Nesse ponto, o padrão em que tem se dado a consolidação da pauta exportadora brasileira nos últimos trouxe à tona questões problemáticas e históricas de um país que cada parece cada vez mais convencido a se desenvolver prioritariamente do via de um “padrão exportador de especialização produtiva”. Assim, como também é perceptível neste caso da Amazônia, a base exportadora é principalmente composta por produtos de baixa intensidade tecnológica, estando diretamente subordinada aos ciclos de valorização da demanda internacional e pouco sujeita às necessidades estratégicas e ao consumo interno destas economias.

Assim, constituindo-se como uma das últimas fronteiras⁹ para a acumulação no Brasil, a exploração de commodities agrícolas e minerais na Amazônia bem revelam a posição de fonte máxima de valores de uso primários a serviço e ampla disposição do capital. Se configura, assim, uma situação em todo o vasto território amazônico, com seus baixos custos e alta qualidade de produção minerária (TRINDADE *et al*; 2017) possibilitam lucros exorbitantes e fatias de mercado estratégica às empresas de capital transnacional (Tabela 4) que atuam no setor. Assim, somente no estado do Pará, a exploração mineral atualmente já corresponde a quase 75% da pauta de exportação, sendo ainda um dos maiores segmento econômico da região Norte – aproximadamente 15%, segundo o IBGE.

Tabela 4: Origem do capital das principais empresas ou *holdings* da mineração na Amazônia em 2018, segundo volume de operação

| Empresa | Cadeia produtiva | Origem do Capital | UF | Município |
|------------------------|------------------|--------------------------------------|----|---|
| Vale | Ferro | Brasil e Japão | PA | Parauapebas Ourilândia do Norte Canaã dos Carajás |
| Vale Salobo | Cobre | Brasil e Japão | PA | Marabá |
| Vale Mina do Azul | Manganês | Brasil e Japão | PA | Parauapebas |
| Mineração Rio do Norte | Alumínio | Austrália, Inglaterra, EUA e Noruega | PA | Oriximiná |
| Norsk Hydro | Alumínio | Noruega | PA | Paragominas Barcarena |
| Alcoa | Alumínio | EUA e Austrália | PA | Juruti |
| Beadell | Ouro | Austrália | AP | Pedra Branca do Amapari |
| Mineração Taboca | Ouro | Peru | AM | Presidente Figueiredo |
| Serabi | Ouro | Inglaterra | PA | Itaituba |
| AVB Mineração | Cobre | Austrália | PA | Curionópolis Água Azul do Norte |
| Buritirama | Manganês | Brasil | PA | Marabá |
| Cadam | Caulim | EUA | AP | Vitória do Jari |
| Imerys | Caulim | França | PA | Ipixuna Barcarena |
| CSN Mineração | Estanho | Brasil, Japão e China | RO | Itapuã do Oeste |
| White Solder | Estanho | Brasil | RO | Ariquemes |

Fonte: Relatório da Agência Nacional de Mineração – MME. Elaboração de autoria.

Este cenário de expansão da importação na Amazônia, aos moldes em que se dá, é ainda preocupante por ser basicamente centrado na elevação de exportação de produtos primários em mercados com alta volatilidade de preços e baixa estabilidade de longo prazo. O valor de exportação das *commodities* é sempre diretamente relacionado a eventuais elevações de demandas provocadas por céleres elevações das demandas de economias

⁹ Para, Bertha Becker, em alusão às formulações de Kenneth Boulding, as economias de fronteira caracterizam a formação da América Latina por significarem que o crescimento econômico pode ser encarado como linear e infinito, baseado assim na contínua apropriação de terra e de recursos naturais. (BECKER, 2005, p. 72).

centrais ou semiperiféricas, como neste caso em que os minérios exportados pelos estados da Amazônia foram valorizados pelo *boom* da economia chinesa. Assim, são sustentados os expressivos superávits comerciais que, por um lado, aliviam e estabilizam a balança de pagamentos e, por outro lado, aprofundam as morbígenas estruturas do desenvolvimento dependente sustentado pela máxima exploração possível dos recursos naturais.

Nesse cenário de profunda especialização primário-exportadora (OSÓRIO, 2012), considera-se o atual contexto de ampla financeirização do capitalismo, que estimula regimes contínuos de “acumulação por despossessão” (HARVEY, 2005, p. 33). Para Chesnais (2001), o capital financeiro, na contemporaneidade apresenta-se principalmente pelas operações de empresas multinacionais, bancos, fundos de pensão e fundos de investimentos que tanto atuam nos mercados financeiros especulativos quanto nas indústrias, produzindo bens e serviços.

Inclui-se a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal, etc.–em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito. (HARVEY, 2005, p. 109)

Todo este processo de expansão da extração e indústria mineral na Amazônia ao longo dos últimos 40 anos redefiniu os padrões de crescimento econômico, movimentos demográficos e novas configurações territoriais em diversas localidades do estado. Assim sendo, torna-se possível analisar as estratégias do capital internacional e seus processos de territorialização - renovação dos seus domínios, controles e monopólios territoriais. As novas estratégias, desenvolvidas nas principais nações capitalistas, para espoliação de riqueza incidem, sobretudo, no domínio sobre os sistemas de crédito e do capital financeiro, na privatização de bens públicos, e na apropriação de direitos sobre propriedade intelectual.

Uma agenda de debates

As seções anteriores compõem um importante retrato das estruturas e condições em que o comércio exterior e as relações internacionais têm evoluído na Amazônia pelo menos ao longo das últimas duas décadas. Esta trajetória é perceptivelmente marcada pela acelerada exploração mineral financiada pelo capital internacional e, especialmente no caso do minério de ferro que corresponde à maior operação de extração, subordinada à demanda chinesa. Esses processos mais particulares do período recente evidenciam que, embora surjam novos protagonistas nas disputas globais por minério e outros recursos naturais, seguem sólidos e os processos em que o mais-valor e os fluxos de renda mineral fluem

diretamente – e com guarida das instituições públicas – de diversas localidades do território amazônico para a economia mundo capitalista. Assim, interessa principalmente, antes das populações atingidas pelos megaempreendimentos e às sociedades da região, ao grande capital transnacional da indústria mineral.

Além das manifestações da trajetória dependente, própria das estruturas fundantes do capitalismo, as instabilidades características das tensões analisadas também provocam desequilíbrios frequentes na economia de curto prazo, o que reflete diretamente sobre a mineração na Amazônia. Assim foi, por exemplo, em agosto de 2019 quando o governo estadunidense impôs taxas sobre a importação os produtos chineses, causando uma queda imediata na expectativa de exportações da China para os EUA – seu maior mercado consumidor – e uma abrupta queda de mais de 20% na cotação do minério de ferro¹⁰.

Nesse sentido, é notória a necessidade por se aprofundar no estudo das estruturas no entorno da condição dependente do capitalismo na Amazônia, além dos impactos de curto prazo decorrentes das flutuações e acirramento das tensões. Assim sendo, considera-se necessário, para prosseguimento do estudo sobre as questões aqui apresentadas, o empreendimento da seguinte agenda de debates, estruturada em três esforços principais (Mapeamento das estratégias comerciais e de internacionalização dos EUA e China; Análise dos efeitos econômicos, sociais, ambientais e territoriais da mineração; Formulação de políticas para o desenvolvimento endógeno das localidades mineradoras)

- Estratégias comerciais e de internacionalização dos EUA e China
 - a. Acompanhar os impactos de curto prazo das tensões comerciais e tecnológicas entre EUA e China na economia brasileira, observando principalmente os efeitos das flutuações e efeitos sobre a mineração na Amazônia (SULLIVAN, 2018);
 - b. Observar as estratégias de internacionalização dos EUA e China no atual contexto de disputa geopolítica, sobretudo por meio do investimento em infraestrutura nos setores correspondentes à autonomia e à segurança nacionais: energia, portos, tecnologia da informação, logística, conforme indicado por Puty (2018; 2020);
 - c. Contínuo mapeamento institucional das movimentações das estruturas do governo federal brasileiro para discussão e planejamento da economia amazônica e de seus megaempreendimentos minerais, analisando como a evolução do padrão de especialização primário-exportador está articulada à Política Nacional de Desenvolvimento Regional, atualizada por decreto presidencial em 2019, e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, de 2020.

¹⁰ Ler FONTES (2019).

- Efeitos econômicos, sociais, ambientais e territoriais da mineração na Amazônia
- d. Observar a evolução da orientação neoextrativista na economia amazônica, analisando os processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) das terras e dos recursos naturais que ocasionam impactos socioambientais, conflitos territoriais e agravamento das desigualdades sociais na região;
- e. A partir das tendências previstas por Marini (2005) para economias dependentes, analisar os padrões em que se manifesta a superexploração do trabalho na economia amazônica, contemplando a precariedade da reprodução da força de trabalho, sobretudo das seguintes formas: baixa remuneração; jornadas e condições de trabalho; desamparo institucional no que se refere a direitos e leis trabalhistas; limitado acesso a condições dignas de subsistência e qualidade de vida em países subdesenvolvidos.
- Políticas públicas para o desenvolvimento endógeno das localidades mineradoras
- f. Analisar as cadeias produtivas em que se inserem os minérios explorados na Amazônia, identificando a destinação final das exportações. Além disso, contrapondo às principais importações dos estados da região, desvelar quais setores indicam possibilidades para o desenvolvimento de novos complexos industriais, estabelecendo um horizonte para elaboração de políticas e planos;
- g. Promover estudos pela viabilidade de ensaios para alternativas ao ciclo neoextrativista, orientados por novos paradigmas de desenvolvimento local e regional. Estes projetos, uma vez que amplamente debatidos, devem valorizar a biodiversidade e a multiplicidade cultural dos povos da região, além de atender aos interesses do desenvolvimento endógeno a partir da conformação de redes encadeadas de produção entre as diversas localidades da Amazônia.

Considerações finais

Este artigo analisou a inserção da atividade mineral no comércio exterior dos estados da Amazônia e os aspectos de sua importância para as economias das duas maiores economias do mundo. Estas, atualmente travam ferrenhas tensões por disputas comerciais e tecnológicas, cujos efeitos recaem sobre toda a economia mundial. Ainda, considerando a magnitude das operações e o grande volume de investimentos envolvidos nos projetos de extração e transformação mineral primária na Amazônia, esta região está intimamente relacionada às transformações geopolíticas globais. Nesse sentido, buscou-se debater, a partir de perspectivas teóricas para a superação do subdesenvolvimento, quais estruturas e condições estão diretamente relacionadas e esses movimentos.

Como visto, a inclusão recente da Amazônia no comércio internacional a caracteriza como uma das maiores regiões exportadoras de matéria-prima de todo o mundo. Ainda, dois elementos influem diretamente sobre a permanência da condição de dependência da economia amazônica em relação à economia global, sendo eles: i) A maior parte das exportações realizadas pelos estados da Amazônia contribui para a manutenção das taxas de crescimento da economia chinesa e, secundariamente, para o abastecimento do mercado interno estadunidense; ii) Os minérios da Amazônia, em geral, se caracterizam pela alta qualidade e baixo custo relativo, atribuindo a estes uma posição favorável de competitividade no mercado internacional. Em resultado, foi possível observar que tanto para o Produto Interno Bruto do Brasil quanto para a manutenção da balança comercial, a atividade mineral na Amazônia tem papel fundamental e com crescente participação.

Assim, comprometido a acompanhar tanto: i) os efeitos econômicos das flutuações de curto prazo, decorrentes da tensão comercial e tecnológica entre EUA e China; ii) as estruturas e dinâmicas particulares que caracterizam a economia da Amazônia como dependente no cenário internacional; este trabalho propôs uma agenda de debates que parte essencialmente de estudar estratégias, impactos e alternativas ao ciclo neoextrativista. Portanto, se lança a discussão de setores e necessidades estratégicas para a soberania e desenvolvimento regional, sobretudo diante do histórico de impactos socioambientais e territoriais estimulados por projetos de mineração. Toda essa conjuntura, ainda, é agravada pela continuidade das tensões internas e dos contínuos ataques que partem das elites políticas e econômicas nacionais, revelando mais ainda a urgência dos debates pelo planejamento e caminhos para a descolonização da Amazônia.

Referências bibliográficas

BECKER, Berta K. Dinâmica Urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio C. & LEMOS, Mauro B. (Org.). Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CHESNAIS, François. Mundialização: Capital financeiro no comando. Revista Outubro, n. 5, p. 7-28, 2001.

FONTES, Stella; MACHADO, Ana Paula. Com guerra comercial minério chega a US\$100. Valor Econômico. São Paulo, 06 de agosto de 2019. Seção Empresas. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/08/06/com-guerra-comercial-minerio-chega-a-us-100.ghtml>

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, Juan Gonzalez. Causas, evolución y perspectivas de la guerra comercial para China. *Análisis económico*, v. 35, n. 89, p. 91-116, 2020.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, n. 143, p. 61-70, 2018.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola, 1993 (5ª edição).

HIRATUKA, Celio. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. *Texto para discussão, IE/Unicamp*, n. 339, 2018.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. The political economy of reforms and the present Chinese transition. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, p. 789-807, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. *Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NOLAN, P. *Is China buying the world?* Cambridge: Polity, 2012.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J; (Orgs.). *Padrões de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PUTY, Claudio Alberto Castelo Branco. *A estratégia de internacionalização de estatais chinesas e o Brasil*. 15º Boletim de Análise Político-Institucional. Brasília: IPEA. 2018.

POON, Jessie PH; CASAS, Irene; HE, Canfei. The impact of energy, transport, and trade on air pollution in China. *Eurasian Geography and Economics*, v. 47, n. 5, p. 568-584, 2006.

PEYRÉ, Iván G. Inovações tecnológicas na China: lições e perspectivas. *Panorama Internacional*, v. 2, n. 3, 2017.

SULLIVAN, Zoe. Guerra comercial entre EUA e China poderia impulsionar exportação de soja no Brasil e desmatamento na Amazônia. *Mongabay*. 30 de outubro de 2018. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2018/10/guerra-comercial-entre-eua-e-china-poderia-impulsionar-exportacao-de-soja-no-brasil-e-desmatamento-na-amazonia/>

TRINDADE, José Raimundo Barreto. Breve contextualização da atual configuração da dependência latino-americana e a economia mundial capitalista: uma agenda de debates. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*, v. 7, n. 2, p. 5-34, 2018.

TRINDADE, José Raimundo; OLIVEIRA, Wesley Pereira de; BORGES, Gedson Thiago do Nascimento. O ciclo mineral e a urgência de políticas de desenvolvimento local: o caso do município de Parauapebas no sudeste do Estado do Pará. *Revista de Políticas Públicas*. 2014, 18(2), 603-618.

WEI, Shang-Jin; ZHUAN, Xie; ZHANG, Xiaobo. 2017. "From "Made in China" to "Innovated in China": Necessity, Prospect, and Challenges." *Journal of Economic Perspectives*, 31 (1): 49-70.



GT 6 – Modelo extrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina

ANÁLISE DA ATIVIDADE NEOEXTRATIVISTA DA MINERAÇÃO DE OURO NO ESTADO DO AMAPÁ (2000-2020)

Miguel Patrice Philippe Dhenin (UFRJ)¹
Rhuane Muniz Sartore Fernandes (UFRJ)²

RESUMO

Por um lado, a retirada de recursos naturais do subsolo tem sido defendida como um importante gerador de divisas e como um mecanismo de crescimento econômico. Por outro lado, seus críticos (ambientalistas e/ou populações afetadas) destacam seus impactos ambientais e sociais, sua incapacidade de promover o desenvolvimento local e de gerar benefícios para as localidades e os trabalhadores envolvidos. A partir dessas considerações, objetiva-se uma análise dos impactos da atividade neoextrativista de mineração no estado do Amapá, particularmente a extração do ouro. Para tanto, procede-se à leitura da bibliografia pertinente da área, com apoio de banco de dados (RAISG, SIGMINE-ANM, entre outras). Para ilustrar essa situação, podemos pautar nossa análise a partir de diversos projetos já existentes no Amapá, seja na esfera legal (mineradoras) ou pelo garimpo ilegal (mineração artesanal e de pequena escala), como podemos observar nos mapas gerados. Eles evidenciam o que já existe de mineração legal (títulos autorizativos) e as expectativas (sobre o direito de minerar, que são representados pelos requerimentos). Desse modo, observa-se que os impactos socioambientais oriundos da atividade neoextrativista de minérios favorecem o desmatamento de áreas protegidas e/ou territórios indígenas, particularmente em função do garimpo ilegal que atravessa as fronteiras do estado do Amapá (Guiana Francesa e Suriname), o que permite concluir que, apesar do arcabouço legal, a atividade neoextrativista de mineração é responsável por favorecer uma degradação do bioma amazônico, com a presença de focos de grilagem, a criação de rodovias, além de afetar o modo de viver das populações tradicionais.

Palavras-chaves: Mineração, Neoextrativismo, Garimpo ilegal, Amapá, Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

A atividade neoextrativista na Amazônia tem gerado uma série de debates acerca dos seus impactos socioambientais. A partir da análise de dados disponíveis publicamente,

1 Doutor em ciência política, pós-doutorando em geografia na UFRJ, integrante do Grupo de Pesquisa RETIS.
E-mail: miguel.dhenin@gmail.com

2 Estudante de graduação em geografia pela UFRJ, integrante do Grupo de Pesquisa RETIS.
E-mail: rhuansartore@gmail.com

esse trabalho procura oferecer um estudo atualizado sobre a situação da atividade de mineração do ouro no estado do Amapá, Brasil. Para entender as mudanças ocorridas ao longo dos anos, procuramos focar nossa atenção num período de aprofundamento do neoextrativismo por conta do *boom* das commodities (2000-2020). Embora atividade controversa, a literatura enfatiza a importância da mineração do ouro para o aquecimento da economia local. De modo geral, existem dois tipos de técnicas (garimpo artesanal e mineração industrial), ambos afetando os ecossistemas aos quais as áreas de produção pertencem. Nos últimos vinte anos, a produção de minérios de ouro no Amapá passou por diversos ciclos, tendo visto acidentes e encerramentos de importantes polos de produção. Atualmente, a atividade neoextrativista de minério de ouro retomou certo protagonismo, a partir do incentivo do governo federal e da demanda em alta do mercado internacional.

Nesse sentido, é importante ressaltar as etapas que serão apresentadas em seguida para a construção do argumento teórico-metodológico do artigo. Assim, para elaborar esta pesquisa e superar a impossibilidade de trabalhos de campo durante o período de pandemia de COVID-19, foi feito o levantamento de notícias da mídia local e regional, além do levantamento e revisão da literatura acadêmica sobre o tema e a área. Os dados sobre a mineração legal (Processos Minerários Ativos) foram obtidos a partir do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) vinculado à Agência Nacional de Mineração (ANM). Até o começo de novembro de 2020, em que o arquivo dos processos minerários foi obtido através do site da Agência Nacional de Mineração, haviam cadastrados 1039 processos no estado do Amapá, destes sendo 225 só para exploração de ouro entre os anos de 2000 e 2020. Já os dados sobre os garimpos ilegais de ouro ativos em 2020 foram obtidos na página institucional da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG). Os dados foram sistematizados em tabelas e mapas e, em seguida, analisados pelos autores.

O artigo é composto por três seções distintas. Em primeiro lugar, apresentamos uma contextualização da atividade de mineração no estado do Amapá, para entender quais são as zonas de mineração e sua importância para a economia do estado. É importante salientar que boa parte do Amapá está sob algum tipo de proteção legal, o que em tese, minimiza os impactos da atividade humana. A valorização do ouro nos últimos anos fez que a atividade neoextrativista se tornasse mais rentável, mas impactando a flora local. Nesse sentido, é interessante notar o esforço do setor para fomentar o conceito da mineração sustentável, que ainda precisa ser consolidado. Em seguida, o artigo propõe uma cartografia da atividade neoextrativista de mineração do ouro, particularmente os principais requerentes de processos de mineração ativos. O artigo fornece também uma cartografia atualizada do garimpo ilegal, elaborada a partir de dados do RAISG. É interessante salientar as diferentes fases dos processos minerários ativos para entender as estratégias das empresas de

mineração. O objetivo das mesmas é garantir no futuro a rentabilidade da atividade neoextrativista. A produção de minérios em Unidades de Conservação e Terras Indígenas representa um dos maiores riscos socioambientais para o estado do Amapá, sendo a prática denunciada por ONGs e organizações locais. Finalmente, o artigo é concluído com um balanço das disputas em torno da atividade neoextrativista no Amapá, tendo o ouro como principal minério a ser explorado no estado. Notamos também uma relação próxima (até mesmo geográfica) entre a mineração industrial e o garimpo. Concluímos que o estado do Amapá está se transformando numa das novas fronteiras da mineração.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO DO OURO NO AMAPÁ

De acordo com as fontes disponíveis, podemos observar que a descoberta de jazidas de ouro no Amapá começou no final do século XIX. Assim, Oliveira (2010) explica que: “um maior advento, no entanto, viria dois séculos mais tarde, precisamente em 1893, quando foi descoberta grande quantidade de ouro na região central, conhecida como Lourenço” (Oliveira, 2010, p. 23). Desde então, foram diversas fases de consolidação do processo de produção do minério, seja a partir do garimpo, seja pela mineração industrial (Paz, 2011). Trata-se de uma história marcada por oscilações na exploração dos recursos minerais no Amapá. De acordo com a legislação brasileira, existem duas principais categorias de Unidades de Conservação (UC): proteção integral, como Parques Nacionais e Estações Ecológicas, onde a mineração não é permitida, e uso sustentável, como Florestas Nacionais e Estaduais, bem como Reservas, onde a mineração é em alguns casos permitido, de acordo com o plano de manejo de cada UC (Brasil, 2000). Nas Terras Indígenas, que são reguladas por legislações diferentes, a mineração não é atualmente permitida, mas as propostas de alteração estão em discussão no Congresso Nacional (West e Fearnside, 2021). Durante a elaboração desse artigo, o levantamento permitiu analisar o documento “Plano de Mineração do Estado do Amapá 2019-2030”. Como indica o seu título, trata-se de um relatório técnico produzido pelo Governo do Estado do Amapá (GEA), a partir de uma série de oficinas técnicas realizadas em diversos municípios amapaenses (Amapá, 2019).

Um aspecto interessante desse trabalho, na primeira leitura, é a presença do conceito de “mineração sustentável”. A abordagem das problemáticas ligadas ao meio ambiente aparece de forma marginal no Plano, como podemos ver a partir da análise de ocorrências dos conceitos de “sustentabilidade” ou “meio ambiente”. Ambos os termos possuem apenas uma ocorrência no documento de oitenta páginas (p. 73 e p. 57). No que tange ao artigo, precisamos dar uma ênfase no contexto do setor mineral no começo do novo milênio. Nesse período, dois episódios marcaram o fim do ciclo de expansão do setor

mineral no estado: 1) o encerramento das atividades da ICOMI em 2003 (Drummond e Pereira, 2007) e o acidente no Porto de Santana, sob concessão da empresa Anglo/Zamin, dez anos depois (Freire, 2013). De acordo com Oliveira (2010), encontra-se no Amapá uma grande diversidade geográfica de áreas com potencial de exploração ou já exploradas. Entre áreas de maior relevância, podemos citar os distritos mineiros de Lourenço, Vila Nova, Amapari, Jari, Porto Grande, Tartarugalzinho, Cupixi e Igarapé do Breu, como podemos observar no mapa a seguir:

Mapa 01: Distritos Mineiros do Amapá (Oliveira, 2010)

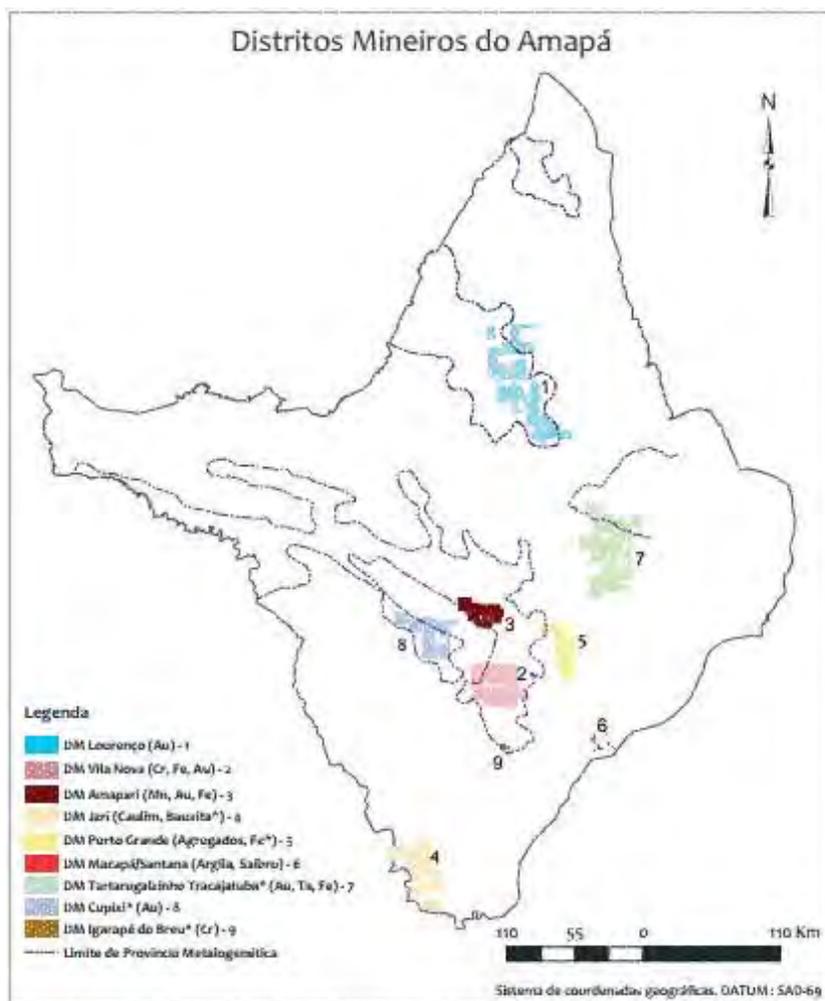


Figura 2.2 - Distritos mineiros (DM) do Estado do Amapá. * - potenciais.

Um dos aspectos importantes da análise da atividade neoeextrativista é considerar a relevância da mineração em Unidades de Conservação. Para efeitos, cerca de 70% do território do Amapá está sob modalidade especial de proteção (Drummond et al., 2008). De acordo com o Plano de Mineração do Estado do Amapá (2019-2030), observamos que: “as categorias de unidades de conservação APA (Área de Proteção Ambiental) e ARIE (Áreas de Relevante Interesse Ecológico) são as que apresentam maior permissibilidade para o desenvolvimento da mineração, estando a possibilidade de realização da atividade de mineral atrelada aos instrumentos norteadores da gestão da unidade de conservação, tais

como o zoneamento e o plano de manejo” (Amapá, 2019, p. 43). O documento evidenciou que a distribuição dos processos minerários em áreas protegidas do estado do Amapá é desigual, sendo 91% do total para Unidades de Uso Sustentável (UUS), 4% em Terras Indígenas (TI) e 5% em Unidades de Proteção Integral (UPI). A partir de uma perspectiva crítica da atividade de mineração, Chagas (2019) enfatiza que: “a atividade é sempre citada como exemplo de perda de oportunidades de desenvolvimento, de geração de conflitos ambientais e de injustiças sociais, com referências que perpassam tanto pela mineração industrial quanto pela artesanal” (Chagas, 2019, p. 2). Nos últimos vinte anos, grande parte do desmatamento ocorrido em florestas tropicais está atrelado a alimentação da nova fábrica do mundo, a China, que demanda uma grande quantidade de minerais metálicos (Assis e Silva, 2020). Este aumento na demanda nos últimos 20 anos foi acompanhado por um aumento dramático no preço do ouro (Shafiee e Topal, 2010). Esses dados estão sintetizados no quadro a seguir, com os preços em reais e em dólares:

Gráfico 01: Preço do ouro por onça em reais (Goldprice, 2021)



Gráfico 02: Preço do ouro por onça em dólar (Goldprice, 2021)

O alto preço do ouro tornou viável extrair o minério de áreas que anteriormente não eram lucrativas para mineração industrial e de garimpo, incluindo depósitos de baixo teor sob florestas tropicais (Swenson et al., 2011). Especificamente, a mineração de ouro afeta as florestas por remoção de vegetação para minas, transporte acesso (estradas, ferrovias) e assentamentos. A atividade de mineração, quando entendida como pioneira em regiões remotas (Sherval, 2009) pode impactar drasticamente o uso da terra, com mudanças socioambientais visíveis e duradoras (Asner et al., 2013). Os efeitos oriundos da mineração sobre a biodiversidade são também conhecidos e mapeados pela literatura especializada (Roopnarine, 2006; Siqueira-Gay et al., 2020). Os impactos da atividade extrativista sobre a deflorestação são amplamente analisados por especialistas das mais diversas áreas do conhecimento. No caso específico da mineração, de acordo com Sonter et al. (2017), os danos representam uma superfície doze vezes maior que a área das minas. Portanto, não é apenas a atividade de mineração que representa um fator de risco socioambiental, mas toda a cadeia de produção (Alvarez-Berríos e Aide, 2015). A demanda por minerais também apresenta riscos significativos, especialmente onde recursos minerais e florestas antigas com biodiversidade coexistem. Nesse sentido, o desmatamento devido à mineração de ouro tornou-se uma grande ameaça para alguns dos lugares mais remotos e as florestas tropicais mais bem conservadas na América do Sul (Dezécache et al., 2017; Caheté, 2008; RAISG, 2020). Dada a atual valorização do ouro e dos impactos conhecidos da mineração em áreas remotas de alta biodiversidade, precisamos de dados mais precisos sobre a distribuição e impactos das minas nas florestas tropicais (Hammond et al., 2007).

Para analisar a atividade neoextrativista no estado do Amapá, não podemos deixar de consultar as metas estabelecidas a curto, médio e longo prazo, buscando disponíveis no

Plano Nacional de Mineração 2030 (Brasil, 2011). Para tal, precisamos salientar as contribuições de alguns autores para entender a complexidade do conceito de “mineração sustentável”. O princípio da atividade de mineração representa o ato de retirar e consumir recursos limitados (Gorman e Dzombak, 2018). Nesse contexto, é necessário adequar esses recursos de forma em garantir o desenvolvimento das gerações futuras (WCED, 1987). Logo, para reduzir o impacto desfavorável desse fenômeno para o mundo, no final da década de 1960, um relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas chamado “Nosso Futuro Comum” foi publicado em 1987. O comitê que o escreveu foi presidido por Gro Harlem Brundtland (WCED, 1987). Um dos grandes princípios do documento afirma que para garantir a existência de vida na Terra, a possibilidade de atender às necessidades básicas de todo o seu povo, e as das gerações futuras, é essencial ter fomentado um desenvolvimento para todas as áreas da vida e da atividade humana. O discurso da sustentabilidade emergiu, forçando preocupações como o desmatamento na corrente principal arena política internacional. As negociações de política em desmatamento costumam serem cercadas por contendas sobre suas causas, padrões de consumo, mecanismos financeiros apropriados e transferência de tecnologia (Redclift, 2006).

Dessa forma, a sustentabilidade é muitas vezes considerada irreconciliável com as indústrias extrativistas, que envolvem o esgotamento de recursos finitos e impactos em grande escala no meio ambiente (Sousa et al., 2011). Como atividade produtiva, a mineração ainda sofreria de uma percepção pública ambígua, resultado de práticas anteriores inadequadas (Dubiński, 2013). As minas têm frequentemente sido o local de eventos trágicos, com acidentes espetaculares e altos níveis de poluição severa, como no caso de Mariana (Wanderley, et al., 2016). Logo, a extração de recursos minerais é inerentemente insustentável. Os recursos, sejam eles grandes ou pequenos, são finitos. Eventualmente, os grandes depósitos de alto grau serão exauridos ou esgotados porque a demanda só está aumentando (Calas, 2017). No contexto amazônico, a análise neoextrativista do estado do Amapá tem atenção especial em termos regional, nacional e internacional, uma vez que 70% do seu território encontra-se sob algum tipo de modalidade especial de proteção ambiental. São 19 Unidades de Conservação, totalizando 8.798.040,31 hectares, 12 das quais federais, 5 estaduais e 2 municipais (Drummond et al., 2008; Chagas, 2010). Nesse sentido, uma análise dos impactos ambientais da mineração (de pequena ou larga escala) no estado se torna importante, embora, o panorama geral, tenha evoluído bastante nas últimas duas décadas. Logo, a questão da governança ambiental no setor da mineração é considerada pela literatura como bastante ambivalente. Por um lado, o setor entende desde o começo do século XXI que existe uma responsabilidade da degradação ambiental observada na região amazônica em função dos impactos do

desmatamento (Drummond, 2000; Hilson e Murck, 2000). Por outro lado, uma parte da literatura considera que a atividade extrativista de mineração, nas últimas décadas, começou um processo de adequação de suas práticas produtivas seguindo as normas mais rígidas de sustentabilidade e de preservação (Dubiński, 2013; Jones, 2011). Sendo assim, o artigo procura oferecer um panorama do setor da mineração no tempo longo (2000-2020) no contexto da Amazônia, mais especificamente no estado do Amapá. Na próxima seção, procuramos evidenciar através da cartografia os efeitos da atividade neoextrativista do ouro, tanto no garimpo quanto na mineração de larga escala.

3. ESTUDO DE CASO: CARTOGRAFIA DA ATIVIDADE NEOEXTRATIVISTA NO ESTADO DO AMAPÁ

O cenário pautado na extração, apropriação e conseqüente exportação de recursos naturais havendo pouco ou nenhum beneficiamento não é exclusividade do Amapá e vem se repetindo em diferentes regiões da Amazônia Internacional. Neste sentido, o cenário citado anteriormente, tem sido defendido por diferentes autores como um “neoextrativismo” (Acosta, 2011; Gudynas, 2009; 2012) que tem como uma das conseqüências a reprimarização e a desindustrialização da economia. Este movimento ganhou força no Brasil e na Amazônia, após pelo menos a partir do ano de 2003, onde há um momento de valorização do ciclo dos preços de *commodities* minerais no mercado internacional, onde o Estado se faz protagonista no processo de geração de divisas com o argumento de reduzir as desigualdades através exportação das riquezas naturais por meio de empresas estatais ou semi-estatais subordinadas ao capital internacional (Milanez e Santos, 2013). Assim como em outros locais da Amazônia (Wanderley, 2015), no Amapá também coexistem a mineração em grande e pequena escala. No estado e também no restante da Amazônia Legal, não há exploração de ouro em grande escala em operação, o maior interesse, evidenciado através dos Processos Minerários Ativos (Tabela 01), são das “Empresas Juniores” em garantir autorizações de pesquisa e prospectar o minério na região, como apontado por Wanderley (2015).

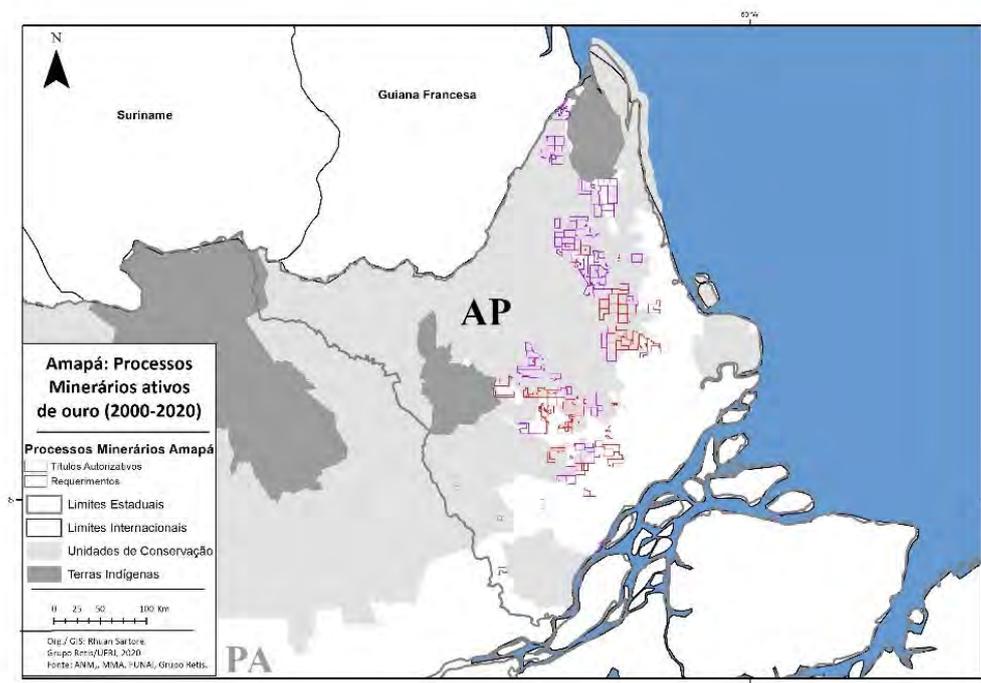
Tabela 01: Dez Principais requerentes de Processos Minerários Ativos de ouro no estado do Amapá (2000-2020)

| 10 Principais Requerentes de Ouro no Amapá (2000-2020) | Nº Processos Minerários ativos |
|---|---------------------------------------|
| Sumitomo Metal Mining do Brasil Ltda. | 21 |
| TUCANO RESOURCES MINERACAO LTDA. | 16 |
| Empresa de Mineração e Pesquisa do Amapá | 13 |
| Cooperativa dos Garimpeiros do Oiapoque | 9 |
| Silvio Veriano Porto | 8 |
| MINA TUCANO LTDA. | 8 |
| P G M Mineração e Participacoes Ltda | 7 |
| New Aurum Mining Ltda | 6 |
| ECO MINEIRAIS MINING LTDA | 6 |
| Amazon Global Consult Ltda | 6 |
| J J MINERAÇÃO LTDA | 5 |

Fonte: ANM – SIGMINE, 2020. Organização: (Dhenin e Fernandes, 2020).

O Amapá é o estado que menos figura entre os que mais perdem cobertura florestal na Amazônia Legal (Fonseca et al., 2020). As 19 Unidades de Conservação e as duas Terras Indígenas dificultam o crescimento do desmatamento ilegal ligado a frentes extrativas. Além disso, oito dos municípios do estado estão sobrepostos a Faixa de Fronteira que confere mais uma camada de proteção ao território frente a mineração, pela dificuldade em se obter um título autorizativo por conta da aprovação do Conselho de Defesa Nacional. Ainda assim, tramitam 1.029 processos minerários ativos (Mapa 02) no estado, destes sendo 225 só para exploração de ouro entre os anos de 2010 e 2020.

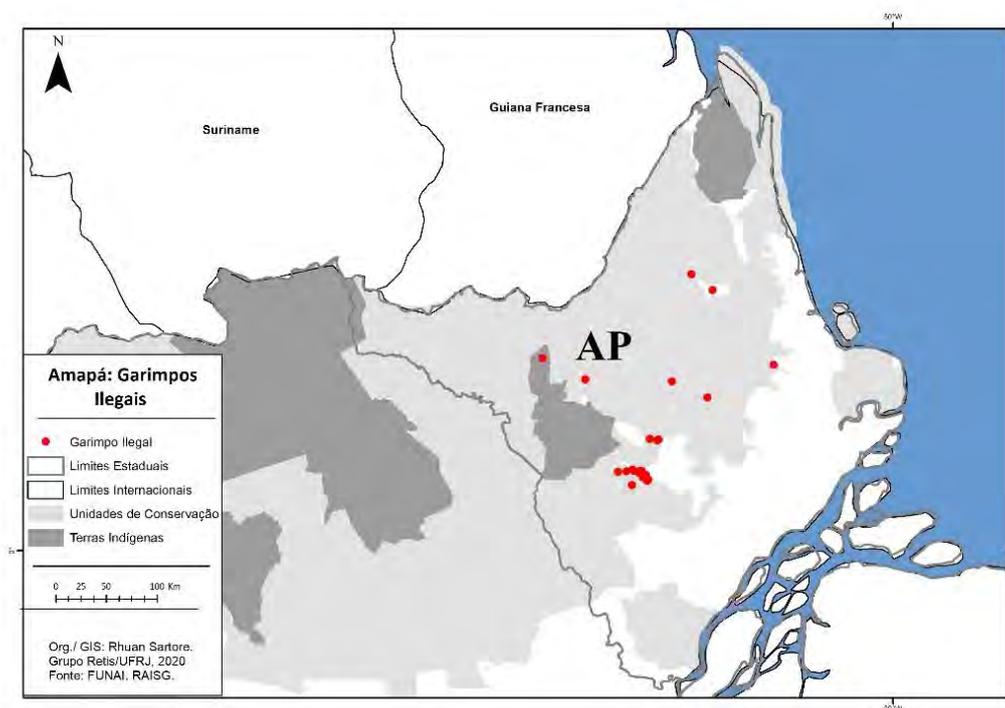
Mapa 02: Processos Minerários Ativos no estado do Amapá



Fonte: ANM – SIGMINE, 2020. Organização: (Dhenin e Fernandes, 2020)

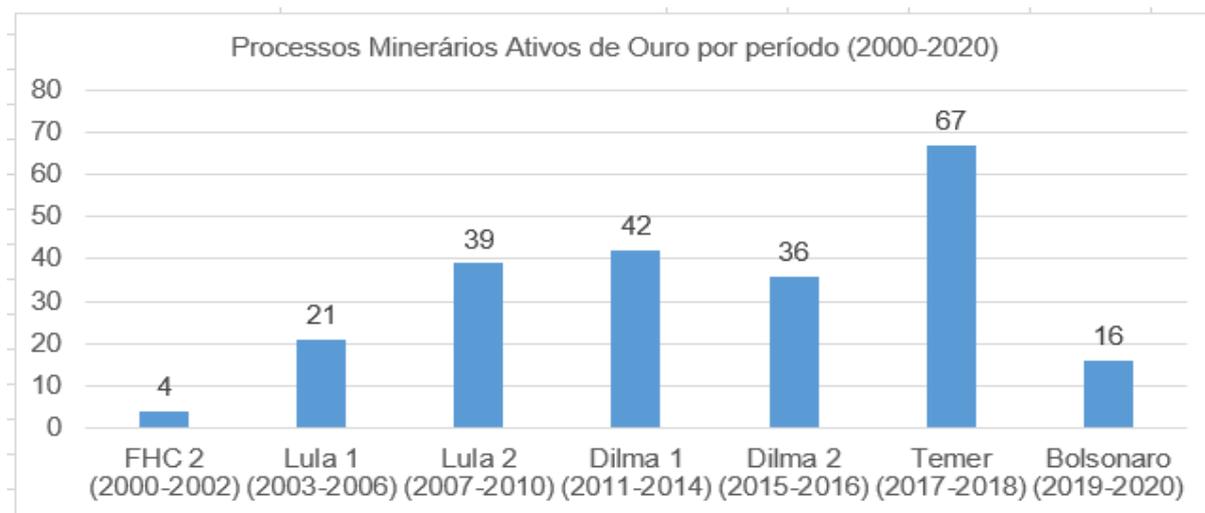
O estado é tido como uma das novas fronteiras de exploração mineral, por conta de boa parte do seu território ainda dificultar ou inviabilizar a mineração. O interesse dos atores legais (grandes mineradoras) e ilegais (garimpeiros) no subsolo das Áreas Protegidas e Terras Indígenas, tem sido encorajado pelo discurso recorrente de Jair Bolsonaro, contrário às iniciativas ambientais e indígenas e claramente favorável ao garimpo e à mineração, como tem sido reportado por diversas organizações indígenas e ambientalistas, além de veículos e agências de notícias (Gonzales, 2020). Bolsonaro se posicionou favoravelmente à flexibilização da legislação vigente durante a campanha eleitoral e a promessa ganhou materialidade com o projeto de lei 191/2020 (Brasil, 2020). Neste sentido, enquanto buscam compatibilizar suas ações com os discursos do atual governo sabe-se que há pelo menos dez garimpos ilegais de ouro ativos no estado (RAISG, 2020).

Mapa 03: Garimpos Ilegais Ativos no Estado do Amapá



Fonte: RAISG, 2020. Organização: (Dhenin e Fernandes, 2020)

Os atores mais importantes na expansão da exploração do ouro no Amapá e no restante da Amazônia Legal são hoje, os garimpeiros que com maior poder de infraestrutura conseguiram mecanizar o processo de extração e, conseqüentemente, aumentar sua produção (de Theije, 2020). Além disso, com o desmonte e o sucateamento dos órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA e ICMBio) os garimpeiros circulam com certa tranquilidade pela região de floresta do estado e também para além do limite político internacional com o minério e os insumos para a sua exploração (de Theije, 2017). O aumento no número de Processos Minerários para se minerar ouro no estado do Amapá durante os últimos governos (Gráfico 03), se explica pela tendência neoextrativista de avanço para extração de recursos minerais de áreas onde hoje (2021) há algum tipo de restrição de pesquisa e/ou jazimento (Wanderley et al., 2020). O Amapá tem boa parte do seu território com alguma restrição a mineração, são elas: Unidades de Conservação, Terras Indígenas e a Faixa de Fronteira, como já mencionado anteriormente.

Gráfico 04: Processos minerários ativos de ouro no estado do Amapá por governo

Fonte: ANM – SIGMINE, 2020. Organização: (Dhenin e Fernandes, 2020)

A atual restrição para se conseguir um título autorizativo³ para se minerar ouro (e qualquer outra substância) em parte do território do estado do Amapá explica uma maior concentração de Processos Minerários ativos (Tabela 02) em fase de requerimento⁴, onde o requerente detém apenas uma expectativa de direito sobre a área daquele processo minerário e qualquer atividade minerária de fato nessas áreas será considerada crime ambiental e usurpação do patrimônio público.

Tabela 02: Número de Processos Minerários Ativos de ouro por fase no estado do Amapá (2000 – 2020)

| Fases de Processos Minerários Ativos | Nº Processos Minerários Ativos |
|--------------------------------------|--------------------------------|
| REQUERIMENTO DE PESQUISA | 106 |
| AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA | 70 |
| REQUERIMENTO DE LAVRA GARIMPEIRA | 35 |
| REQUERIMENTO DE LAVRA | 6 |
| DISPONIBILIDADE | 5 |
| LAVRA GARIMPEIRA | 3 |

Fonte: ANM – SIGMINE, 2020. Organização: (Dhenin e Fernandes, 2020)

3 Foram classificados como Títulos Autorizativos (vermelho) as fases de: autorização de pesquisa; concessão de lavra; lavra garimpeira; licenciamento; registro de extração.

4 E como Requerimento (amarelo): disponibilidade; direito de requerer a lavra; requerimento de pesquisa; requerimento de lavra; requerimento de lavra garimpeira; requerimento de licenciamento; requerimento de registro de extração.

Entretanto, o alto número de requerimentos pode ser explicado pela possibilidade de “guardar lugar” que advém do direito de propriedade, mesmo em territórios especialmente protegidos como as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação, onde só poderá ser autorizada a pesquisa, conforme o Art. 231 da Constituição Federal (Brasil, 1988), após a devida anuência do Congresso Nacional, desde que ouvidas as comunidades afetadas. Neste sentido, projetos de lei como o PL 191/2020 (Brasil, 2020) aumentam a cobiça das mineradoras em expandir a sua operação para territórios hoje vedados a exploração mineral. O ouro requerido e/ou autorizado a pesquisa, através da mineração legal no interior e no entorno das Unidades de Conservação e Terras Indígenas acabam servindo como atrativo para o avanço do garimpo ilegal também. Esse movimento se agravou durante a pandemia de COVID-19, quando o ouro atingiu valor recorde em agosto de 2020 aumentando a demanda sobre o minério e, conseqüentemente, a corrida do garimpo no bioma amazônico (Nascimento e Faleiros, 2020). Além disso, com o efetivo do exército deslocado e a vigilância das fronteiras enfraquecida, o fluxo de garimpeiros entre o Amapá e a Guiana Francesa aumentou durante o período de pandemia de COVID-19 (Pontes, 2020).

O interesse em se minerar Áreas Protegidas do estado faz com que projetos de PADDD (*Protected Areas Downgrading, Downsizing, Degazettment*) ameacem a integridade do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e da Floresta Estadual do Amapá, com projetos de exclusão datados do ano de 2013 (Mascia e Pailler, 2011; Bernard et al., 2014; WWF, 2019). O Plano de Mineração do Amapá 2019-2030 (Amapá, 2019) além de ter consciência da sobreposição dos Processos Minerários com as duas Unidades de Conservação, as trata como um entrave a ser resolvido para que o estado passe a gerar mais divisas com a mineração. Principalmente, a FLOTA do Amapá por ser de gestão estadual e estar encaixada na tipologia de Unidade de Conservação de Uso Sustentável. A sobreposição de um volume grande de processos minerários em áreas protegidas dá a dimensão da pressão pela redução de tamanho ou de status de proteção que essas áreas enfrentam, além da pressão pela liberação dessa atividade, restrita hoje ao garimpo ilegal. Dessa maneira, como já mencionado anteriormente no trabalho, deve ser levado em conta que a infraestrutura para se explorar ouro ou outros minérios não afeta apenas o local onde se instala a mina. Para viabilizar uma possível flexibilização de mineração em territórios hoje protegidos no Amapá, rodovias precisariam ser construídas e/ou melhoradas trazendo com isso avanço no desmatamento, queimadas, grilagem de terras no estado e dando também maior viabilidade para atuação dos garimpeiros, que hoje ainda enfrentam questões de acessibilidade a certos pontos de floresta, mesmo que esse fator não seja um impeditivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: VINTE ANOS DE DISPUTAS PELO OURO NA AMAZÔNIA

Entre o começo do ano 2000 até os dias atuais, a valorização da onça de ouro por dez torna a extração manual (garimpo) ou de larga escala (industrial) interessante para os investidores institucionais, sejam nacionais ou internacionais. Por outro lado, é preciso também enfatizar que a pressão sobre os recursos florestais (deflorestação) e os danos causados às populações ribeirinhas mobilizaram setores importantes da sociedade civil, em busca de uma governança sustentável dos recursos minerários (Fearnside, 2018). Esse artigo reafirma como necessidade repensar o marco legal da mineração no Brasil, como sugerido por Milanez e Santos (2013), particularmente no papel da atividade neoextrativista e dos impactos atrelados. Outro aspecto dos desafios da mineração pelo garimpo é ligado a sua dimensão internacional, com rotas de circulações para pessoas e mercadorias, principalmente na região do Escudo das Guianas (Ayala et al., 2013; Cremers et al., 2013; de Theije e Heemskerk, 2009). As economias locais dependem ainda dessa atividade, o que faz o número de trabalhadores formais e informais do setor se manter relativamente estável ao longo dos anos. Observamos também, a partir da análise da cartografia apresentada no trabalho, a concomitância da mineração em grande e pequena escala, o que pode acelerar, em certa medida, os impactos socioambientais mapeadas desde o começo dos anos 2000 (Thaler et al., 2019). No caso do Brasil, e principalmente no Amapá, podemos imaginar um cenário de acirramento das disputas em torno da extração do minério de ouro. O governo federal, desde 2016, tem trabalho no Congresso a favor da liberalização acelerada dos processos de legalização do garimpo em Unidades de Conservação e nas Terras Indígenas. O caso da Renca, que recebeu uma cobertura internacional por parte da imprensa, evidenciou as tensões entre de um lado os setores que buscam preservar os recursos ambientais, evitando uma maior taxa de deflorestação e minimizando assim os impactos da mineração nas populações tradicionais e ribeirinhas. Por outro lado, setores mais ruralistas e liberais querendo flexibilizar as normas em vigor, facilitando a inserção de capitais estrangeiros e impactando de forma severa os ecossistemas presentes, em nome da produção de riquezas e de oportunidades de geração de renda. Os documentos “Plano de Mineração do Estado do Amapá 2019-2030” e “Plano Nacional de Mineração 2030” simbolizam, portanto, esse desejo das autarquias federais e estaduais em transformar o estado do Amapá como uma nova fronteira da exploração mineral. O objetivo apresentado é facilitar a geração de renda e empregos para uma população que depende ainda dos repasses federais e apresenta altas taxas de desemprego, principalmente nas populações mais jovens. A atividade neoextrativista ainda apresenta riscos de acidentes socioambientais importantes (Wanderley et al., 2016) para que haja uma liberalização dos

processos de mineração, correndo o risco de danificar definitivamente o bioma amapaense, e sobretudo, fragilizar populações locais que continua sofrendo dos efeitos da pandemia do Covid-19 nas regiões mais isoladas do estado.

REFERÊNCIAS

Acosta, A. (2011) Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo. In: Más allá del desarrollo. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg. <https://ecopoliticavenezuela.org/biblioteca/textos/neoextractivismo%20Alberto%20Acosta.pdf>

Alvarez-Berríos, N. L.; Mitchell Aide, T. (2015) Global demand for gold is another threat for tropical forests. *Environmental Research Letters*, 10(1), 014006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1088/1748-9326/10/1/014006>

Amapá (2019) Plano de Mineração do Estado do Amapá 2019-2030. Macapá: Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá. <http://ageamapa.ap.gov.br/docs/Plano-de-Minteracao.pdf>

Assis, R. J. S.; Silva, O. F. A. (2020) A reprimarização no Brasil sob a ascensão da geopolítica chinesa no comércio exterior (2008 – 2018). *Brazilian Journal of Development*, 6(3), 12121-12139. DOI: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n3-176>

Asner, G. P., Llactayo, W., Tupayachi, R., & Luna, E. R. (2013) Elevated rates of gold mining in the Amazon revealed through high-resolution monitoring. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 110(46), 18454-18459. DOI: <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.1318271110>

Ayala, H. et al. (2013) Small-Scale Gold Mining in the Amazon. The cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname (eds) Cremers, L.; Kolen, J.; De Theije, M. (Amsterdam: CEDLA) <https://www.gomiam.org/wp-content/uploads/2014/11/20130312-Cuaderno-Small-Scale-Gold-Mining-in-the-Amazon.pdf>

Bernard, E., Penna, L. A. O., & Araújo, E. (2014). Downgrading, Downsizing, Degazettement, and Reclassification of Protected Areas in Brazil. *Conservation Biology*, 28(4), 939-950. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/cobi.12298>

Brasil (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Nacional http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil (2000) Decreto-Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e dá outras providências. Brasília: Imprensa Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm

Brasil (2011) Plano Nacional de Mineração 2030. Brasília: Ministério de Minas e Energia. http://antigo.mme.gov.br/documents/36108/469987/PNM_2030.pdf/c1c58bf5-d32b-00be-5b70-8bf73e4923ad

Brasil (2020) Projeto de Lei 191/2020. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. Brasília: Câmara dos Deputados <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236765>

Brasil (2020). Agência Nacional de Mineração. Shapefile dos Processos Minerários ativos no estado do Amapá. Disponível em: <<https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/acesso-a-sistemas/sigmine>>. Acesso em: Novembro/2020.

Caheté, F (2008) A extração do ouro na Amazônia e suas implicações para o meio ambiente. *Novos Cadernos NAEA*, 1(2). DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v1i2.14>

Calas, G. (2017) Mineral Resources and Sustainable Development. *Elements*, 13(5), 301-306. DOI: <http://dx.doi.org/10.2138/gselements.13.5.301>

Chagas, M. A. A. (2010) Conflitos, gestão ambiental e o discurso do desenvolvimento sustentável na mineração no estado do Amapá. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11106>

Costa, C. A. S. da.; Loureiro, C. F. (2018) Questão ambiental, neoextrativismo e capitalismo periférico: uma leitura política em Enrique Dussel. *SER Social*, 20(42) 164-18. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v20i42.14289

Cremers, L, Kolen, J, de Theije, M. (eds) (2013) Small-Scale Gold Mining in the Amazon. The cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname. *Cuadernos del CEDLA* 26. <https://www.gomiam.org/wp-content/uploads/2014/11/20130312-Cuaderno-Small-Scale-Gold-Mining-in-the-Amazon.pdf>

de Theije, M., & Heemskerk, M. (2009) Moving Frontiers in the Amazon: Brazilian Small-Scale Gold Miners in Suriname. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, (87), 5-25. DOI: <http://doi.org/10.18352/erlacs.9600>

de Theije, M. (2017) Small-scale gold mining in the Guianas. Mobility and policy across national borders. In: Hoefte, R.; Bishop, M. L. & Clegg, P. (Eds.), *Post-colonial trajectories in the Caribbean: The three Guianas*, 92–106. Oxon: Routledge.

de Theije M. (2020) Brazil: Forever Informal. In: Verbrugge B., Geenen S. (eds) *Global Gold Production Touching Ground*. Palgrave Macmillan, Cham. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-38486-9_6

Dezécache, C et al. (2017) Gold-rush in a forested El Dorado deforestation. *Environmental Resources Letters*. 12. DOI: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/aa6082>

Dubiński, J. (2013) Sustainable Development of Mining Mineral Resources. *Journal of Sustainable Mining*, 12(1): 1-6. DOI: <https://doi.org/10.7424/jsm130102>

Drummond, J. A. (2000) Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 6(Suppl.), 753-792. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000500002>

Drummond, J. A., & Pereira, M. A. (2007) O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

Drummond, J. A.; Dias, T. C. A. C.; Brito O. M. C. (2008) Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá. MMA/IBAMA; GEA/SEMA. <http://www.mpap.mp.br/download/atlas-das-unidades-de-conservacao-do-estado-do-amapa>

Fearnside P. M. (2018) Challenges for sustainable development in Brazilian Amazonia. *Sustainable Development*. 26:141–149. DOI: <https://doi.org/10.1002/sd.1725>

Fonseca, A., Amorim, L., Cardoso, D., Ribeiro, J., Ferreira, R., Kirchhoff, F., Monteiro, A., Santos, B., Ferreira, B., Souza Jr., C., & Veríssimo, A. (2020) Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (dezembro 2020) SAD (p. 1). Belém: Imazon. <https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-dezembro-2020-sad/>

Freire, A. (2013) Desabamento de um porto particular deixa seis desaparecidos no Amapá. Portal G1 de 28 de março de 2013. <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/03/desabamento-de-um-porto-particular-deixa-seis-desaparecidos-no-amapa.html>

Goldprice (2021) Preço do ouro por onça no mercado internacional, na cotação do dia 20 de janeiro de 2021. <https://goldprice.org/pt/spot-gold.html>

Gonzales, J. (2020) Goldminers overrun Amazon indigenous lands as COVID-19 surges. *Jornal MONGABAY*. <https://news.mongabay.com/2020/07/goldminers-overrun-amazon-indigenous-lands-as-covid-19-surges/>

Gudynas, E. (2009) Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. *Extractivismo, política y sociedad*, 187-225. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social. https://www.researchgate.net/publication/326671445_Diez_tesis_urgentes_sobre_el_nuevo_extractivismo_Contextos_y_demandas_bajo_el_progresismo_sudamericano_actual

Gudynas, E. (2012) O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões, 303-318. In: Léna, P.; Pinheiro do Nascimento, E. *Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond; IRD. <http://extractivismo.com/wp-content/uploads/2016/07/GudynasNovoExtrativismoProgressistaBr12.pdf>

Gorman, M. R., & Dzombak, D. A. (2018) A review of sustainable mining and resource management. *Resources, Conservation and Recycling*, 137: 281-291 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2018.06.001>

Hammond D. S.; Gond V.; de Thoisy B.; Forget P.-M. and DeDijn, B. P. E. (2007) Causes and consequences of a tropical forest gold rush in the Guiana Shield. *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, 36(8), 661–670. DOI: [https://doi.org/10.1579/0044-7447\(2007\)36\[661:cacoat\]2.0.co;2](https://doi.org/10.1579/0044-7447(2007)36[661:cacoat]2.0.co;2)

Hilson, G. (2008) “Fair trade gold”: Antecedents, prospects and challenges. *Geoforum*, 39(1), 386-400. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2007.09.003>

Hilson, G., & Murck, B. (2000) Sustainable development in the mining industry. *Resources Policy*, 26(4), 227-238. DOI: [https://doi.org/10.1016/s03014207\(00\)00041-6](https://doi.org/10.1016/s03014207(00)00041-6)

Hilson, G., & Basu, A. J. (2003) Devising indicators of sustainable development for the mining and minerals industry: an analysis of critical background issues. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 10(4), 319-331. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504500309470108>

Jones, H. (2011) Environmental compliance. *Mining Technology*, 120(2), 118-123. DOI: <https://doi.org/10.1179/037178411x12942393517651>

Kolen, J., de Theije, M., Mathis, A. Formalized small-scale gold mining in the Brazilian Amazon: an activity surrounded by informality. In: Cremers, L, Kolen, J, de Theije, M. (eds) (2013) Small-Scale Gold Mining in the Amazon. The cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname. *Cuadernos CEDLA* 26. DOI: <https://research.vu.nl/files/808468/cuad26.pdf>

MacDonald, K. (2016) The Geopolitics of Gold in Northern Amazonia. *The Extractive Industries and Society*, S2214790X16300375 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.exis.2016.02.012>

Mascia, M. B. & Pailler, S. (2011) Protected area downgrading, downsizing, and degazettement (PADDD) and its conservation implications. *Conservation Letters* (4) 9-20. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1755-263X.2010.00147.x>

Mathis, A. (2001) Rompendo barreiras: possibilidades e limites da intervenção na garimpagem de ouro no Tapajós. In: Villas Bôas, R. C. et al. *Mercury in the Tapajós Basin*. Rio de Janeiro: CNPq/CYTED, 159-173. <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1157/1/12%29armin%20mercury%20tapajos.pdf>

Milanez, B. & Santos, R. (2013) Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, 10(19), 119-148. DOI: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940/2720>

Milheiras, S. G., & Mace, G. M. (2019) Assessing ecosystem service provision in a tropical region with high forest cover: Spatial overlap and the impact of land use change in Amapá, Brazil. *Ecological Indicators*, 99, 12-18. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2018.12.013>

Monteiro, M. de A. (2005) Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*. 19(53) 187-207. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100012>

Nascimento, F.; Faleiros, G. (2020) Gold Priced at \$1,700 per Ounce Brings New Gold Rush to Brazilian Amazon. *Jornal Mongabay*. Publicado em 01/07/2020.

<https://news.mongabay.com/2020/07/gold-priced-at-1700-perounce-brings-new-gold-rush-to-brazilian-amazon/>

Oliveira, M. J. (2010) Diagnóstico do setor mineral do estado do Amapá. Macapá: IEPA. <http://ageamapa.ap.gov.br/docs/Plano-de-Minteracao.pdf>

Paz, A. J. F. (2011) Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em História. http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281970/1/Paz_AdalbertoJuniorFerreira_M.pdf

Pontes, N. (2020) Indígenas na Amazônia denunciam aumento de garimpo ilegal durante pandemia. Deutsche Welt Brasil. Publicado em 01/04/2020. <https://www.dw.com/pt-br/ind%C3%ADgenas-na-amaz%C3%B4nia-denunciam-aumento-de-garimpo-ilegal-durante-pandemia/a-52984189>

RAISG. (2020) Amazonia bajo presion / realização RAISG. -- 1. ed. -- São Paulo : ISA - Instituto Socioambiental, 2. <https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/publicacao/amazonia-sob-pressao-2020/>.

RAISG. (2020) Download de dados cartográficos. Garimpos Ilegais Amazônia Internacional. <https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/mapas/#!/download>

Redclift, M. R. (2006) Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. *Horizontes Antropológicos*, 12(25), 65-84. DOI: <https://doi.org/10.1590/S01047183200600010004>

Roopnarine, L. (2006) Small-Scale Gold Mining and Environmental Policy Challenges in Guyana: Protection or Pollution. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 31(61), 115–143. DOI: <https://doi.org/10.1080/08263663.2006.10816892>

Shafiee, S., & Topal, E. (2010) An overview of global gold market and gold price forecasting. *Resources Policy*, 35(3): 178–189. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2010.05.004>

Sherval, M. (2009) The Geopolitics of Gold - Narratives of Globalization and Remote Resource Economies. VDM Verlag Dr. Müller. https://www.researchgate.net/publication/236975469_The_Geopolitics_of_Gold_Narratives_of_Globalisation_and_Remote_Resource_Economies

Siqueira-Gay, J., Sonter, L. J., & Sánchez, L. E. (2020) Exploring potential impacts of mining on forest loss and fragmentation within a biodiverse region of Brazil's northeastern Amazon. *Resources Policy*, (67) 101662. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2020.101662>

Sonter, L. J., Herrera, D., Barrett, D. J., Galford, G. L., Moran, C. J., & Soares-Filho, B. S. (2017) Mining drives extensive deforestation in the Brazilian Amazon. *Nature Communications*, 8(1). DOI: <https://doi.org/10.1038/s41467-017-00557-w>

Sousa, R.; Veiga, M.; van Zyl, D.; Telmer, K.; Siegel, S. & Selder, S. (2011) 'Policies and regulations for Brazil's artisanal gold mining sector: Analysis and recommendations', *Journal of Cleaner Production* (19) 742-750. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.12.001>

Swenson J. J.; Carter C. E.; Domec J.-C.; Delgado C. I. (2011) Gold Mining in the Peruvian Amazon: Global Prices, Deforestation, and Mercury Imports. *PLoS ONE* 6(4): e18875. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0018875>

Thaler G. M.; Viana, C.; Toni, F. (2019) From frontier governance to governance frontier: the political geography of Brazil's Amazon transition. *World Development*. 114:59–72. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.09.022>

Wanderley, L. J. (2015) Geografia do Ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional, Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. <https://www.gomiam.org/wp-content/uploads/2015/08/Geografia-do-Ouro-na-Amaz%C3%B4nia-Tese-Luiz-Jardim-Wanderley-2.pdf>

Wanderley, L. J.; Mansur, M. S., Milanez, B.; & Pinto, R. G. (2016) Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais. *Ciência e Cultura*, 68(3), 30-35. DOI: <https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300011>

Wanderley, L. J. (2019) Corrida do ouro, garimpo e fronteira mineral na Amazônia. *Revista Sapiência*, 8(2), 113-137. <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9814>

Wanderley, L. J.; Gonçalves, R. J. de A. F.; Milanez, B. (2020) O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE* 29(16): 549. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12457>

West, T. A. P., & Fearnside, P. M. (2021) Brazil's conservation reform and the reduction of deforestation in Amazonia. *Land Use Policy*, 100, 105072. DOI: <https://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.105072>

WCED. (1987) World Commission on Environment and Development – Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development, United Nations 1987. http://conspect.nl/pdf/Our_Common_FutureBrundtland_Report_1987.pdf

WWF. (2019) PADD em Unidades de Conservação na Amazônia. Disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/paddunidadesconservacaoamazonia_final.pdf



GT 06 – Modelo extrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina.

NEOLIBERALISMO E MINERAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE BRASIL E PERU (1990-2011).

Estevão Correia Musa (PPGHC/UFRJ)¹

RESUMO

Na década de 1990, em grande parte dos países da América Latina, o resultado da reorganização do processo de acumulação do capitalismo mundial em direção aos centros hegemônicos foi a sujeição ao Consenso de Washington e a implementação de suas medidas neoliberais. A partir de uma análise comparada entre Brasil e Peru (1990-2011), iremos debater de que modo essa dinâmica ocasionou a reprimarização de suas economias, com destaque para o papel da mineração metálica nesse período.

Palavras-chave: Mineração; neoliberalismo; América Latina.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pelo novo coronavírus, dentre outras coisas, colocou em xeque a perspectiva político-econômica neoliberal que havia sido implementada em diferentes países do mundo nas três últimas décadas do século XX. Posto em prática pela primeira vez no Chile na década de 1970, durante a ditadura de Augusto Pinochet, o neoliberalismo se tornou um projeto hegemônico após as eleições de Margaret Thatcher, em 1979, e Ronald Reagan, em 1980, no Reino Unido e nos Estados Unidos, respectivamente. Desde então, foi promovido pelos principais centros do capitalismo mundial e por suas instituições parceiras, com destaque para o FMI e Banco Mundial. Na década de 1990, atrelado ao Consenso de Washington, grande parte dos países das América Latina aderiram às medidas neoliberais, incluindo Brasil e Peru.

Neste artigo, pretende-se analisar de maneira comparada, desde o ponto de vista político e econômico, como o ajuste neoliberal implementado nos dois países reprimarizou suas economias e compreender qual foi o papel da mineração metálica nesse processo. Com esse intuito, nosso marco temporal foi estabelecido entre os anos 1990 e 2011 a fim de visualizar quais foram as continuidades e rupturas da macroeconomia neoliberal nos anos iniciais do século XXI. O debate aqui proposto se dará em diálogo com a dinâmica de

¹ Mestrando em História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: estevaomusa@hotmail.com

reorganização do processo de acumulação capitalista que se deu nas últimas décadas do século XX. Queremos refletir, assim, de que modo a estrutura do sistema mundial contemporâneo reforçou nossa subordinação econômica e territorial.

Justificamos nossa análise comparada nos marcos referidos pelas seguintes constatações. Em primeiro lugar, a mineração faz parte do processo histórico peruano e brasileiro desde o período colonial. Entre os séculos XVI e XVIII, as regiões de Huancavelica, Castrovirreina e de Cerro de Pasco no Peru e das Minas Gerais, no Brasil vivenciaram o entrelaçamento entre luxo e pobreza, processo tão característico na organização das municipalidades mineradoras coloniais. Apesar do passar dos séculos e das dinâmicas alteradas, iniciado os anos 2000, os dois países ainda ocupam um lugar de destaque no fornecimento de alguns minerais para o mercado internacional. O Brasil, por exemplo, em 2011, era o maior produtor de nióbio (92% da produção mundial) e o terceiro maior produtor de minério de ferro (13,9%), enquanto o Peru era o segundo maior produtor de cobre (7%), prata (16,8%) e zinco (11,2%) e o quinto maior produtor de ouro (5%).² Ademais, ainda em 2011, Brasil e Peru estavam entre os dez principais países de destino dos investimentos globais relacionados à exploração mineral. Quanto à distribuição dos investimentos entre esses Estados, o Brasil concentrava 13% e o Peru 11%.³

Ao analisar esse processo, não podemos esquecer que entre 2003 e 2011 houve uma grande elevação dos preços das commodities minerais. Para muitos especialistas, esse intervalo temporal ficou conhecido como o *boom das commodities* ou superciclos dos preços das commodities, período o qual os preços dos produtos primários, minerais e agrícolas, se mantiveram acima da média histórica. Por exemplo, o preço da tonelada de minério de ferro, que em janeiro de 2003 custava US\$ 31,95, aumentou aproximadamente cinco vezes em um intervalo de oito anos, alcançando o valor de US\$ 179,18, em janeiro de 2011. Do mesmo modo, o preço da tonelada de ouro aumentou de US\$ 356,86 para US\$ 1.360,46 e da prata de US\$ 4,81 para US\$ 28,51.⁴

A grande demanda internacional somada ao aumento dos preços desses produtos garantiram um crescimento significativo do valor das exportações dos setores primários da América Latina e contribuíram para uma melhoria do desempenho macroeconômico e fiscal dos países exportadores da região a partir de 2003, conforme destaca o informe da CEPAL (2013). No ano 2000, no Peru, a participação da mineração no PIB nacional era de 9%, em 2005 esteve em seu patamar mais alto, quando alcançou 11,5% e em 2011 essa representação diminuiu para 8,1%. Enquanto as exportações do setor minero em relação às

² U.S. Geological Survey (USGS). Mineral Commodity Summaries (2012).

³ Cepal e Unasul, 2013, p. 30.

⁴ Banco Mundial *apud* Indexmundi. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/>

exportações totais tiveram um comportamento ascendente entre 2000 e 2011, alterando sua representação de 46,3% para 59,3%.⁵ No Brasil, a participação da mineração nas exportações nacionais tiveram um aumento de 6,9% para 17,6%, entre 2004 e 2011. Enquanto a participação no PIB nacional subiu de 0,36% para 1,1%, entre 2000 e 2006, ficando em 0,81%, em 2011.⁶

Todavia, não podemos analisar essa dinâmica sem ter em consideração as políticas econômicas neoliberais implementadas com maior rigor na década de 1990, tanto no Brasil como no Peru. No Brasil, a estrutura neoliberal foi consolidada a partir de 1994 durante o governo de centro-direita encabeçado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que esteve na presidência até o ano de 2002. No Peru, o programa neoliberal foi instaurado pelo governo liderado por Alberto Fujimori, que esteve no poder entre 1990 e o ano 2000. No âmbito da mineração, pode-se destacar algumas medidas comuns para ambos os países que foram implementadas nesse período e que contribuíram para a expansão de sua atividade e para a predominância das empresas privadas multinacionais nesse setor. São elas: permissão ao capital estrangeiro para exploração e produção mineral; diminuição da carga de impostos direcionadas ao setor; segurança jurídica sobre as propriedades das concessões mineiras e estabilidade fiscal.

Iniciado o século XXI, os dois países passaram por mudanças políticas. O Brasil foi governado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010. Sua eleição esteve inserida em um contexto de ascensão de governos progressistas em inúmeros países da América Latina, nos anos iniciais do século XXI. Se durante o seu governo podemos perceber uma redefinição do papel do Estado, principalmente no que tange o aumento dos investimentos públicos e das políticas sociais, não houve uma ruptura completa com as medidas neoliberais implementadas na década anterior. Por outro lado, o Peru foi um dos únicos países da região que não realizou esse giro à esquerda. Entre 2003 e 2011, o Peru foi governado por dois presidentes. Entre 2001 e 2006: Alejandro Toledo. Entre 2006 e 2011: Alan Garcia. Durante esses dois mandatos veremos um aprofundamento do projeto político iniciado por Fujimori, de modo a intensificar demasiadamente o papel da economia primário-exportadora, provocando uma maior privatização da superfície territorial peruana e de seus recursos naturais.

Não é o intuito da discussão aqui presente personificar os problemas vivenciados em Brasil e Peru durante as duas décadas analisadas. Mais importante, é compreender como a relação entre os dois países e a dinâmica do sistema mundial impõe dificuldade a uma ruptura com a lógica primário exportadora, aqui verificada desde o ponto de vista da mineração. Para

⁵ Banco Central de Reserva del Perú apud BCRPData.

⁶ Ministério de Minas e Energia. Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2006 e 2012).

tanto, iremos debater a dependência latinoamericana a partir dos trabalhos de Theotônio dos Santos (2004) e Ruy Mauro Marini (1981) e a geopolítica neoliberal a partir dos trabalhos de David Harvey (2007) e Eric Toussaint (2002 e 2012). Por fim, propomos uma discussão decolonial sobre o neoliberalismo e a mineração em diálogo com os trabalhos de Aníbal Quijano (2005) e Horácio Aráoz (2020).

2. O NEOLIBERALISMO E A REPRIMARIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA

Desde a década de 1970, o pensamento teórico político-econômico neoliberal tem sido posto em prática em inúmeros países do mundo. Apesar das singularidades existentes, essas experiências possuem alguns elementos em comum, como a desregulação do sistema financeiro, aumento da privatização de territórios e de empresas públicas, e o abandono do Estado em relação aos investimentos em políticas de amparo social.⁷ Conforme afirma Eric Toussaint (2012), o neoliberalismo é a visão capitalista de mundo que esteve na moda durante os anos finais do século XX e a primeira década do século XXI.⁸ O ressurgimento da ideologia neoliberal se deu em um momento de crise econômica dos principais países capitalistas a partir dos anos setenta e da crise da dívida externa dos países periféricos nos anos oitenta. Nesse sentido, entendemos que a ideologia neoliberal é a solução elaborada pelos centros hegemônicos a fim de garantir a manutenção de sua acumulação de capital em um momento de crise do capitalismo global.

No Chile, a partir de 1973, sob a ditadura de Augusto Pinochet e com o comando econômico liderado pelos *Chicago Boys* - economistas formados na Universidade de Chicago, sob a influência de Milton Friedman - o projeto neoliberal foi posto em prática em meio a um processo político extremamente violento. Não obstante, a expansão do neoliberalismo pelos países da América Latina esteve inextricavelmente ligado à problemática da dívida externa que estourou na década de 1980. Entre 1975 e 1982, a dívida externa total dos países da região saltou de aproximadamente US\$ 78 bilhões para US\$ 327 bilhões.⁹ Em grande medida, esse crescimento esteve atrelado ao aumento da taxa de juros reais estadunidense que dobrou entre 1979 e 1981, saindo de 4% para 8,7%.¹⁰ Naquele período, os Estados Unidos era o grande fornecedor de empréstimos para os países periféricos.

A solução para garantir o reembolso desses empréstimos foi a elaboração, por parte dos centros hegemônicos e das instituições financeiras multilaterais (FMI e Banco Mundial), de um conjunto de medidas condicionadas por um programa de ajuste estrutural direcionadas

⁷ Harvey, 2007, p. 7.

⁸ Toussaint, 2012, p. 13.

⁹ CEPAL, 2014, p. 15.

¹⁰ Banco Mundial apud Santos, 2019, p. 175.

aos países periféricos. Entre as medidas que deveriam ser adotadas, estavam: abertura econômica, austeridade fiscal, titularização da dívida pública, privatização de empresas estatais e de serviços públicos. A esse receituário de políticas neoliberais, deram o nome de Consenso de Washington. Para os países periféricos, a adesão a esse projeto era a garantia da renegociação de suas dívidas e da reinserção de suas economias ao mundo das finanças globais.¹¹

Inserido nesse contexto, o Plano Brady, iniciado em 1989, foi o mecanismo específico para a renegociação das dívidas externas. O Brasil aderiu a ele em 1994, condenando 35% de sua dívida, e o Peru em 1996, reduzindo em 45% do total da sua.¹² Em contrapartida, deveriam implementar as reformas neoliberais que, entre outros resultados, condicionaram a financeirização de suas economias, principalmente a partir da titularização de suas dívidas, e exerceram um enorme controle sobre os gastos públicos. Isto é, os empréstimos que antes eram realizados juntos à banca internacional foram substituídos pela emissão de títulos da dívida nos países dependentes. A arrecadação a partir desse mecanismo se direcionava para o pagamento daquelas dívidas firmadas anteriormente em um processo que se retroalimentava continuamente. Nesse sentido, parte do orçamento público periférico estava condenado a ser transferido para os países centrais do capitalismo mundial. A título de exemplo desse processo, de acordo com o Banco Mundial,¹³ a dívida do Terceiro Mundo em 1980 totalizava US\$ 530 bilhões. No ano 2000, vinte anos depois, este valor era de US\$ 2,05 trilhões. Nesse mesmo intervalo de tempo, esse conjunto de países pagaram aos seus credores o valor aproximado de US\$ 3,45 trilhões. Ou seja, no espaço temporal de duas décadas, a dívida externa dos países do terceiro mundo era quatro vezes maior, ao mesmo tempo em que foram pagos cerca de seis vezes o valor devido em 1980. Nesse sentido, conforme exclama Toussaint (2002), “a transferência vai claramente da Periferia para o Centro, e não no sentido contrário” (Toussaint, 2002, p. 141).

A dívida pública, porém, não é uma exclusividade dos países do Terceiro Mundo. Não obstante, a dinâmica em que ela está atrelada às economias nacionais periféricas impõe certas dificuldades a um processo de desenvolvimento produtivo ao condicionar o orçamento público ao sistema financeiro (Dowbor, 2018). Um dos principais mecanismos desse processo é a alta taxa de juros. Enquanto nos EUA e nos países da União Europeia esse índice está na faixa de 0,5% e 1% ao ano, no Brasil, em 1996, a taxa básica de juros esteve na casa dos 25,34%, ficando acima dos 8% durante todo o período até 2011.¹⁴ Entre 1997 e 2011, o Brasil

11 Santos, 2019, pp. 202-203.

12 CEPAL, 2014, p. 93.

13 Apud Toussaint, 2002, p. 139.

14 Banco Central do Brasil apud Ipeadata.

gastou cerca de treze trilhões de reais somente com o pagamento dos juros nominais.¹⁵ No Peru, a taxa de juros do Banco Central, entre 2003 e 2011, esteve em uma média de 3,7%, chegando ao máximo de 6,5%, em 2008. Entre 2000 e 2011, o governo peruano gastou cerca de 27 trilhões de dólares com amortizações da dívida pública.¹⁶

Um outro fator relacionado à dívida pública periférica que impõe dificuldades ao desenvolvimento produtivo é que diferentemente das regiões centrais, o endividamento do Estado não é direcionado ao investimento público e sim aos credores financeiros. É a partir desse processo que podemos compreender a especialização primário exportadora das economias periféricas em um período em que a implementação das medidas neoliberais formaram a engrenagem macroeconômica desses países. Isto é, se no orçamento do Estado não há espaço para investir no setor produtivo, já que grande parte da receita é direcionada para os encargos com a dívida pública, uma outra forma de gerar divisas é a exportação de recursos primários, sejam eles agrícolas, pesqueiros, minerais metálicos e fósseis, em grande medida, a partir de projetos liderados por conglomerados multinacionais. É inserido nesse processo que a mineração ganhará força novamente na dinâmica econômica de Brasil e Peru.

A renegociação da dívida externa dos países da América Latina, que ocorreu nas duas últimas décadas do século XX, pautado nas diretrizes do Consenso de Washington, resultou, então, em uma subordinação da região aos centros hegemônicos do capitalismo mundial. Isto porque, a maneira como se deu a reinserção desses países à economia globalizada ocorreu a partir da perda de independência sobre a organização macroeconômica de suas dinâmicas nacionais. Nesse sentido, Toussaint (2002) destaca que a gestão da crise do endividamento do Terceiro Mundo conduziu a um novo ciclo de dependência desses países.¹⁷

Ao se concentrar na realidade latinoamericana, Theotônio dos Santos (2004) caracteriza o desenvolvimento histórico dessa dependência como perverso, concentrador e excludente.¹⁸ O autor analisa esse processo desde um ponto de vista global. Ao contrário dos comentários que identificavam a América Latina como uma região fechada à economia mundial até o momento da abertura financeira e comercial proporcionada pelo ajuste neoliberal, Dos Santos (2004) argumenta que desde o início da colonização de nosso território pelos centros hegemônicos europeus, nossa economia esteve aberta à dinâmica externa. Mais do que isso, o autor defende que o processo de organização de nossa estrutura econômica ao longo dos anos se deu em função das diferentes demandas da economia mundial.¹⁹

¹⁵ Tesouro Nacional do Brasil. Série Histórica.

¹⁶ Banco Central de Reservas do Peru - BCRPdata

¹⁷ Toussaint, 2002, p. 33.

¹⁸ Dos Santos, 2004, p. 18.

¹⁹ Dos Santos, 2004, p. 335.

Nessa mesma direção, Ruy Mauro Marini (1981) indica que a América Latina se desenvolveu em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Diante dessa dinâmica, a Revolução Industrial inglesa, iniciada no século XVIII, definiu as relações dos países latinoamericanos com os centros capitalistas a partir da divisão internacional do trabalho, em que os primeiros se destinariam à produção e exportação de produtos primários e os segundos à produção de manufaturados para consumo. É desde então que se configurou a dependência, entendida como uma relação de subordinação, “em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 1981, p. 18). Sendo assim, podemos compreender a dinâmica da dependência como um processo de longa duração e que se transforma de acordo com os diferentes processos hegemônicos de acumulação de capital organizados e liderados pelos países centrais do sistema mundial.

Nas décadas de 1980 e 1990, portanto, o projeto neoliberal foi o mecanismo pelo qual os centros hegemônicos reorganizaram o capitalismo mundial de modo a reestabelecer o processo de acumulação em direção às elites econômicas, a partir do ajuste estrutural condicionados às regiões periféricas e que definiu a reinserção depende de seus países à economia mundial. David Harvey (2007) caracteriza esse processo de “acumulação por espoliação”. Esta expressão faz referência às práticas da acumulação primitiva de capital, descrita por Karl Marx. Tendo em vista a discussão desenvolvida ao longo do artigo, destacamos duas características desse processo, enunciados por Harvey (2007). A primeira refere-se à privatização e mercantilização dos ativos públicos, desde o fomento social gerenciado pelo Estado - previdência, saúde e educação, por exemplo - até as instituições como universidades e centros de pesquisa, além de bens comuns como a terra, a água e o ar. A segunda, trata-se do processo de financeirização das economias nacionais periféricas descrito anteriormente.²⁰

Ao visualizar toda a dinâmica desse processo em conjunto, conforme destaca Horácio Aráoz (2020), podemos compreender as políticas propostas pelo Consenso de Washington como um meio para garantir aos centros hegemônicos o acesso às matérias primas (minerais, energéticas e alimentícias) presentes nos territórios periféricos.²¹ O aumento expressivo da importância relativa da mineração na região e, particularmente no Brasil e Peru, está inserido no marco da geopolítica neoliberal. Nesse contexto, o setor mineral passou por diversas reformas legislativas na década de 1990, que favoreceram o acesso a esses recursos por parte das mineradoras transnacionais. Entre 1990 e 1998, os investimentos em exploração mineral na região saltaram de US\$ 200 milhões para US\$ 1,3 bilhão.²² Juntamente com esse

²⁰ Harvey, 2007, pp. 175-177.

²¹ Aráoz, 2020, p. 191.

²² Aráoz, 2020, pp. 55-56.

aumento se intensificaram as privatizações das superfícies territoriais dos países da América Latina, assim como os impactos e conflitos socioambientais. Analisaremos a seguir, desde o ponto de vista político-econômico, como esse processo se deu no Brasil e Peru, entre os anos de 1990 e 2011.

3. O CASO BRASILEIRO

A economista Leda Maria Paulani (2012) identifica cinco fases distintas que caracterizam a história de inserção da economia brasileira no processo de acumulação capitalista em nível mundial.²³ Destacaremos as duas últimas. Inserido no contexto da crise da dívida dos países latino-americanos da década de 1980, o Brasil será espaço de destino de um capital financeiro que procurava a demanda por empréstimos em um período de crise de sobreacumulação nos países centrais. Essa forma passiva de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado foi substituída, na década seguinte, por um processo ativo de completa submissão de sua política econômica às exigências dos credores como a solução encontrada para resolver a crise da dívida e a alta inflação presente no país. Entre as medidas tomadas na década de 1990, estavam: abertura financeira e comercial, internacionalização do mercado de títulos da dívida, o estabelecimento e manutenção da taxa de juros em patamares extremamente altos, a privatização das empresas estatais e serviços públicos, além da retirada de direitos trabalhistas.

Consolidado esse processo, Paulani (2012)²⁴ argumenta que o país se transformou em uma plataforma de valorização financeira. Não obstante, uma outra via de inserção nesse período foi a intensificação da produção mineral e agrícola em território nacional com o fim de exportá-los sem nenhum valor agregado. Na prática, no intervalo de 21 anos, entre 1990 e 2011, conforme mostraremos a seguir, o ajuste estrutural neoliberal implementado na década de 1990 e sua manutenção, em grande medida, na primeira década do século XXI, resultou em uma diminuição da importância relativa do setor industrial na economia do país ao mesmo tempo em que cresceu a participação dos setores primários como garantidores da geração de divisas para o Estado brasileiro.

No Brasil, a década de 1990 iniciou sob o governo do presidente Fernando Collor. Com um discurso que defendia a implementação das medidas neoliberais como meio para “modernização” do país, Collor diminuiu as restrições para entrada de produtos importados, deu andamento às privatizações, porém não foi capaz de resolver a questão da dívida externa e nem diminuir a alta taxa de inflação. Acusado de corrupção, teve seu governo interrompido após dois anos. Coube a Fernando Henrique Cardoso, primeiro como ministro da economia

²³ Paulani, 2012, p. 89.

²⁴ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-dependencia-redobrada/>

e depois presidente (1994-2002), o aprofundamento do ajuste estrutural neoliberal e do aumento da importância relativa do setor financeiro na economia nacional.²⁵

O economista Ladislau Dowbor (2018), apresenta alguns marcos nesse sentido.²⁶ Com a Lei nº 9.249, de 1995, o governo isentava de impostos lucros e dividendos, mecanismo este que privilegiaria diretamente o conjunto de intermediários financeiros. Em 1996, o governo estabeleceu o sistema de altíssima taxa de juros, que permaneceram em média anual acima dos 9% a.a. durante todo o período analisado (1990-2011), chegando a picos de 45% no ano de 1999,²⁷ garantindo, assim, um aumento significativo da dívida pública. Em 1990, o valor total da dívida pública líquida era de R\$ 1.198.200 (10,3% do PIB), no ano 2000 estava na casa dos R\$ 352.966.950.000 (29,4% do PIB), e em 2011 esse valor era de R\$ 1.009.191.840.000 (23% do PIB).²⁸ Dowbor (2012) ainda destaca a PEC 53/1999 - transformada na Emenda Constitucional 40/2003 - que revogou a regulamentação do sistema financeiro nacional. Com essas medidas, o autor conclui que o Brasil se inseriu com toda a força à globalização financeira sem barreiras, de modo que o setor financeiro deixou de fomentar a economia, travando assim o desenvolvimento produtivo do país.

Na década de 1990, o setor mineral também sofreu inúmeras interferências legislativas. Em 1995, a Emenda Constitucional 06 garantiu ao capital estrangeiro o acesso à pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais em território brasileiro. Em 1996, a Lei Kandir garantiu a isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre “operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços”. Ademais, as alterações realizadas em 1996, no Código de Mineração de 1967, entre outras medidas, retirou a restrição quanto ao número de concessão minerária outorgada a uma única empresa, e destituiu a obrigação do Departamento Nacional de Mineração de verificar “in loco” as informações prestadas pelas empresas que tinham licença para realizar a pesquisa mineral. Retirou também a definição de empresas aptas a executarem a exploração mineral, suprimindo assim a necessidade de constituição nacional dessas instituições. Por fim, foram realizadas uma série de privatização das empresas estatais do setor, tendo o maior destaque o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras a nível mundial.²⁹ Todas essas medidas se deram, então, no sentido de favorecer o acesso aos recursos minerais presentes em território nacional pelo capital estrangeiro, a partir da

²⁵ Santos, 2019, p. 251.

²⁶ Dowbor, 2018, pp. 221-223.

²⁷ Banco Central do Brasil apud Ipeadata.

²⁸ Ibid.

²⁹ Apud Bittencourt, 2017, pp. 31-33.

diminuição da fiscalização estatal no processo licenciatório e pela redução da carga de impostos incididos sobre os produtos destinados à exportação.

O conjunto das medidas apresentadas até aqui trouxeram poucos benefícios desde o ponto de vista dos indicadores sociais. A taxa de desemprego, por exemplo, saltou de 8,4% em 1995 para 12,1% em 1999 e no último ano de mandato de FHC, 2002, esse índice estava na casa dos 11,7%. Diante desses resultados, o ciclo neoliberal parecia estar em xeque. No início do século XXI, em inúmeros países da América Latina, foram eleitos para presidência líderes políticos que discursavam em oposição ao ajuste neoliberal. Hugo Chávez na Venezuela (1998), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006), e no Brasil, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi eleito, representando o Partido dos Trabalhadores.

De acordo com a economista Laura Carvalho (2018), entre 2004 e 2010, o Brasil obteve taxas mais altas de crescimento, juntamente com a redução das desigualdades sociais e regionais, do aumento sustentado dos salários, da elevação do nível de emprego formal, além da melhoria das contas públicas e externas.³⁰ O crescimento da economia chinesa e sua grande demanda por commodities minerais e agrícolas tiveram grande influência nesse processo. A China se tornou o principal destino dos produtos brasileiros desde 2009, quando o valor das exportações em direção ao país asiático ultrapassou o valor das exportações direcionadas aos EUA. Entretanto, representando o processo de reprimarização econômica que sofreu a economia brasileira, os principais produtos exportados para a China nesse período foram o minério de ferro, soja e petróleo, sendo que o primeiro, em 2011, representava 51,1% do total exportado.³¹

Não obstante, Carvalho (2018) destaca que não foi simplesmente o cenário externo que garantiu os resultados positivos da economia brasileira. Conforme argumenta a autora, as políticas distributivas e os investimentos públicos, principalmente durante o segundo mandato de Lula (2006-2010), em infraestrutura física e social também foram determinantes.³² Porém, a análise de alguns dados nos mostram que a estrutura macroeconômica implementada na década de 1990 se manteve em grande medida na primeira década do século XXI. Para começar, em 2002, na véspera das eleições presidenciais, Lula publicou a “Carta aos Brasileiros”, na qual garantia respeitar a organização do sistema financeiro conforme ele havia se constituído na década anterior. Nesse sentido, nos anos iniciais do seu primeiro mandato, se manteve um forte ajuste fiscal a fim de garantir um alto superávit

³⁰ Carvalho, 2018, p. 10.

³¹ Comex Stat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>

³² Carvalho, 2018, p. 13.

primário, assim como as altas taxas de juros.³³ Entre 2002 e 2010, estas se mantiveram em média acima do 10% a.a., chegando a alcançar o pico de 26,5% em 2003.³⁴

Diante desse cenário, de modo geral, a composição das exportações brasileiras destinadas à China expressava a organização da economia nacional após o ajuste neoliberal. A exportação de produtos básicos em 1990 representava cerca de 15,7% do total de produtos exportados pelo Brasil, enquanto a exportação de produtos industrializados era de 42,1%. O ano de 2011 marca o encontro desses dois índices. Enquanto a participação dos produtos básicos representava agora 32,30%, os bens industrializados diminuíram sua porcentagem para 33,8%.³⁵ No PIB, como um todo, a participação do setor industrial, entre 1990 e 2011, diminuiu de 33% para 23,1%, enquanto a participação somente do setor extrativo³⁶ aumentou de 1% para 3,7%.³⁷

Quanto à mineração, no mesmo período, a participação no PIB saltou de 0,56% para 0,81%, tendo seu pico máximo em 2006, quando representou 1,1%.³⁸ Entre 1995 e 2011, o valor da produção mineral saltou de US\$ 13 bilhões para US\$ 50 bilhões, puxado principalmente pela produção de minério de ferro, que aumentou de 186 Mt para 391,1 Mt.³⁹ Ademais, entre 2004 e 2011, o valor arrecadado com a CFEM⁴⁰ subiu de R\$ 326 milhões para R\$ 1.545 milhões.⁴¹

Se esses números são relativamente pequenos, um outro dado nos evidencia a sua dimensão no âmbito territorial. Entre 1990 e 2011 foram aprovadas a concessão de 5.210 novas lavras,⁴² o que em outras palavras, significa um aumento considerável de território transferido à iniciativa privada multinacional. Em Minas Gerais, por exemplo, um dos estados que mais contribui para produção mineral brasileira, dados de 2014 mostram que 44,05% de sua superfície territorial estava atrelada a alguma fase de concessão para mineradoras.⁴³ Desse processo, os conflitos e impactos socioambientais são inerentes.

Em 21 anos, o Brasil reestruturou sua organização macroeconômica, diminuindo a importância relativa de seu setor industrial ao mesmo tempo em que aprofundou a dependência da exportação de seus recursos primários. Desconfiamos que a decrescente

³³ Ibid.

³⁴ Banco Central do Brasil apud Ipeadata.

³⁵ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-Secretaria de Comércio Exterior apud Ipeadata.

³⁶ Compreende as atividades de extração de minerais em estado natural: sólidos (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) e gasosos (gás natural), podendo realizar-se em minas subterrâneas, a céu aberto ou em poços.

³⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais apud Ipeadata

³⁸ Ministério de Minas e Energia. Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2006 e 2012).

³⁹ USGS. The Mineral Industry of Brazil (1995 e 2011)

⁴⁰ Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

⁴¹ Ministério de Minas e Energia. Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2006 e 2012).

⁴² Agência Nacional de Mineração.

⁴³ Rezende, 2016, p. 378.

participação do setor industrial na dinâmica econômica nacional, nesse período, seja resultado da grande dimensão que o setor financeiro possui no país. Isso se deve a manutenção das elevadas taxas de juros, que tornou muito mais atrativa a especulação com os títulos da dívida pública do que o investimento produtivo. No âmbito da mineração, durante o período analisado, a estrutura implementada na década de noventa se manteve também intacta. Aparentemente, devido a sua pequena participação na composição do PIB nacional, a discussão sobre o setor ficou a cargo dos estados onde a atividade mineradora possui maior impacto. Não obstante, não trazer para a pauta nacional o debate sobre o legado da legislação mineral elaborado nos anos noventa teve como resultado a crescente privatização do território brasileiro e dos bens naturais nele presentes. Neste aspecto, a mineração desempenhou uma função determinante. Portanto, o processo de reinserção dependente do Brasil diante da economia mundial, iniciado na década de 1990, nada mais é do que a expressão do que Harvey (2007) denominou de acumulação por espoliação.

4. O CASO PERUANO

De acordo com o economista Efraín Olarte (2007), os anos de 1990 significaram uma ruptura com o modelo econômico que esteve vigente no Peru na década anterior, denominado pelo autor de intervencionista.⁴⁴ Neste período, o país vivenciou uma enorme crise política, econômica e social, tendo o índice de desemprego aumentado de 4,8% para 7,9% entre 1987 e 1989, mesmo ano em que a taxa de inflação alcançou 2.800%.⁴⁵ Como alternativa para reverter a crise, a partir da eleição de Alberto Fujimori, em 1990, o país aderiu às medidas neoliberais e manteve suas bases durante os quatro governos que se sucederam entre 1990 e 2011.⁴⁶

Conforme destaca John Crabtree (2000), se comparado com os demais países da América Latina, o ajuste neoliberal posto em prática no Peru se deu de maneira muito acelerada. Entre 1990 e 1995, o governo de Fujimori privatizou grande parte do setor público, eliminou em grande medida as proteções alfandegárias, entrou em acordo com os credores estrangeiros e deu prioridade aos investimentos externos.⁴⁷ Ao analisar esse cenário, Olarte (2007) argumenta que as condições que permitiram esse rápido ajuste estão associadas com a forte relação que Fujimori estabeleceu com o setor militar nacional e com os organismos multilaterais internacionais. Enquanto os primeiros facilitaram a aprovação das políticas econômicas e sociais, a partir de sua atuação como força política e garantidora da ordem em

⁴⁴ Olarte, 2007, p. 13.

⁴⁵ Apud Olarte, 2007, p. 12.

⁴⁶ Alberto Fujimori (1990-2000), Valentín Paniagua (2000-2001), Alejandro Toledo (2001-2006) e Alan García (2006-2011).

⁴⁷ Crabtree, 2000, p. 57.

apoio ao presidente, os segundos lhe deram a viabilidade financeira, em contrapartida à adesão às medidas do Consenso de Washington.⁴⁸

Não obstante, a intensificação das reformas neoliberais foi acompanhada por um crescente aumento do autoritarismo político. Frente à resistência do Congresso Nacional em aprovar tais medidas no ritmo em que propunha Fujimori, em abril de 1992, este fechou a casa legislativa e interviu em outras instituições públicas, como o poder judiciário. A partir daquele momento, conforme destaca Olarte (2007), o modelo político-econômico peruano poderia ser caracterizado como autoritário e neoliberal, respectivamente. Desse processo resultou a Constituição de 1993, que permitiu a eleição de um novo Congresso e estruturou o projeto neoliberal de Fujimori.⁴⁹

Tendo em vista as reformas implementadas, o desenvolvimento econômico peruano foi impulsionado a partir da intensificação do setor primário-exportador. Entre 1990 e 2000, o PIB nacional teve um incremento de 46%. Nesse mesmo intervalo temporal, o setor manufatureiro teve um aumento de 41%, da agricultura 63%, do conjunto mineração e hidrocarbonetos foi de 47% e somente da mineração entre 1991 e 2000, foi de 103%.⁵⁰ Ou seja, desses quatro setores, somente o valor acumulado da produção manufatureira teve uma variação menor do que a do PIB, o que fez com que a contribuição dele para o crescimento do PIB diminuísse de uma média de 36% entre 1986 e 1987, para 22,6% entre 1993 e 1997.⁵¹ Arelado a esse processo, ainda entre 1990 e 2000, as exportações dos recursos primários aumentaram em valor 420%, com destaque para o setor pesqueiro, que cresceu 176%, e para o setor da mineração, com aumento de 117%.⁵² De acordo com Félix Jiménez (2001), os limites impostos naquele período ao setor industrial peruano estavam relacionados com uma desvalorização cambial e o aumento da taxa de juros, ao mesmo tempo em que a demanda do mercado interno diminuía.⁵³ Podemos visualizar a partir do conjunto desses dados, o caráter reprimarizador e desindustrializante do programa neoliberal implementado durante a presidência de Fujimori.

Diante desse processo, a exploração e exportação dos recursos naturais, especialmente os recursos minerais metálicos, realizada por empresas privadas multinacionais tiveram um papel de destaque. Fernando Sánchez-Albavera, ministro de Energia e Minas do Peru durante o governo Fujimori, em publicação que data de 2006, descreve como foi o processo de inserção do país na “economia globalizada”. De acordo com Sánchez-Albavera, deveria se estabelecer a “interconexão dos mercados nacionais mediante

⁴⁸ Olarte, 2007, p. 14.

⁴⁹ Olarte, 2007, pp. 15-16.

⁵⁰ Banco Central de Reserva del Perú apud BCRPData.

⁵¹ Apud Jiménez, 2001, p. 150.

⁵² Banco Central de Reserva del Perú apud BCRPData.

⁵³ Jiménez, 2001, pp. 146 e 150.

a eliminação dos controles aos fluxos comerciais e financeiros” a fim de “atender às potencialidades que apresentava o patrimônio geológico dos países mineradores da região”. Com esse intuito, considerava que “o patrimônio e os recursos naturais deveriam ser de livre disponibilidade, sob o predomínio das regras do mercado” e para isso “era necessário eliminar uma série de controles e instrumentos muito ligados às políticas econômicas dos anos 1970 e 1980, como eram os controles de câmbio, de comércio exterior e de remessa de lucros.”⁵⁴

Nesse sentido, a legislação que incidia sobre o setor mineiro sofreu inúmeras modificações desde o início da década de 1990. Em 1991, foram promulgadas a “Ley de Promoción de las Inversiones Extranjeras” e a “Ley de Promoción de Inversión Privada de las Empresas del Estado”. Ambas permitiram a integração do capital estrangeiro em atividades que antes eram reservadas somente ao Estado, facilitaram a privatização das empresas estatais e a exploração de recursos naturais, mesmo aqueles que estivessem em territórios ocupados por comunidades campesinas e indígenas. Em 1992, a “Ley General de Minería” garantiu, entre outras medidas, estabilidade fiscal, cambial e administrativa não inferior a 10 anos; liberdade de remessa de lucros e livre comercialização e redução das tarifas e reformas alfandegárias e portuárias. No mesmo ano, a promulgação da “Ley de Promoción de Inversiones en el Sector Minero” diminuiu a participação do Estado na regulação produtiva ademais da liberalização comercial do setor, ao garantir que somente a exploração, o processamento e o transporte dos materiais obtidos estavam sujeito à concessão por parte do Estado, enquanto a prospecção e comercialização desses recursos eram consideradas livres com pouca regulamentação do setor administrativo Estatal.⁵⁵ Soma-se a essas medidas, a flexibilização da legislação ambiental.⁵⁶

Todas essas reformas foram exitosas desde o ponto de vista de atrair uma grande quantidade de investimentos por parte das grandes mineradoras multinacionais e foram responsáveis pela crescente importância do setor mineral que seguirá na década seguinte. Já nos anos noventa, entre 1991 e 1999, as concessões mineiras multiplicaram-se por oito, saltando da ocupação de 2 milhões de hectares para 15 milhões, expandindo a exploração para novos departamentos como Ancash, Cajamarca, La Libertad, Cusco e Apurímac.⁵⁷

De modo geral, conforme destaca Olarte (2007), quando Fujimori deixou a presidência em outubro de 2000, o Peru se encontrava sob crise econômica, com recessão e alto índice de desemprego, crise social e política. Não obstante, a onda progressista que atingiu a América Latina no início do século XXI, como uma alternativa ao projeto neoliberal implementado na década anterior, não teve os mesmos efeitos sobre os processos eleitorais

⁵⁴ Sánchez-Albavera & Lardé, 2006, pp. 11-3, apud Aráoz, 2020, pp. 59-60.

⁵⁵ Apud Alonso, 2019, pp. 257-258.

⁵⁶ Ver mais em: Pinto, 2009, pp. 93-95.

⁵⁷ Pinto, 2009, p. 86.

presidenciais que se seguiram no Peru. Após um governo de sucessão presidido por Valentín Paniagua Corazao, entre 2000 e 2001, Alejandro Toledo (2001-2006) assumiu o governo em julho de 2001, pelo partido *Peru Posible*. Em seu gabinete, seus principais quadros eram compostos por teóricos e técnicos defensores do neoliberalismo, que inclusive haviam participado da formulação das diretrizes do Consenso de Washington, em 1989. Nesse período, as medidas político-econômicas se deram no sentido de aprofundar os níveis de abertura financeira e comercial do país.⁵⁸

Os bons resultados econômicos que acompanharam o governo de Toledo⁵⁹ se deram conjuntamente a uma débil distribuição de renda e geração de emprego, o que custou a eleição de 2006.⁶⁰ Neste ano, foi eleito Alan Garcia, pela Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), porém agora muito mais próximo de um discurso neoliberal, a fim de se distanciar de sua experiência presidencial na década de 1980. Desse modo, houve uma continuidade das políticas implementadas desde a década de 1990. Conforme destaca Arce Moisés (2016), tanto Toledo como Garcia, estavam dispostos a sustentar o crescimento econômico a partir do aprofundamento da economia extrativa.⁶¹

Entretanto, apesar das similitudes, existiam alguns traços distintivos. O governo de Alan Garcia se mostrou muito mais repressivo diante dos protestos que questionavam esse modelo de desenvolvimento econômico, além de promover uma série de decretos que permitiam a privatização do território amazônico para fins de exploração de seus recursos naturais.⁶² A intencionalidade desse processo ficou evidente em uma série de editoriais escritos por Garcia e publicados no *Jornal El Comercio*, em que o presidente apresentava as possibilidades que a exploração desse território poderia gerar desde um ponto de vista econômico e denominava como a “*ley del perro del hortelano*” os discursos contrários a essa iniciativa.⁶³

Nesse mesmo editorial, Garcia apontava que apenas uma décima parte dos recursos minerais presentes no território peruano estavam em fase de exploração. Essa pequena porcentagem, na opinião do presidente, se devia a um discurso ambientalista conservador, indicando assim sua intenção de intensificar a atividade extrativa mineral. De fato, a mineração se configurou como o principal fator impulsionador do crescimento econômico do país na primeira década do século XXI. Em um momento de aumento do preço das commodities minerais, os investimentos direcionados à mineração saltaram de US\$ 1,5 bilhão

⁵⁸ Olarte, 2007, pp. 14, 21 e 23.

⁵⁹ O PIB peruano entre 2002 e 2006 teve uma média de variação anual de 5,62%. Banco Central de Reserva del Perú apud BCRPData.

⁶⁰ Olarte, 2007, p. 24.

⁶¹ Moisés, 2016, p. 59.

⁶² Ver mais em: Moisés, 2016, pp. 61 e 123.

⁶³ El síndrome del perro del hortelano. *Jornal El Comercio*, 28 de outubro de 2007.

em 2000 para US\$ 7,2 bilhões em 2011.⁶⁴ Nesse mesmo período, o recolhimento total de impostos relacionados ao setor por parte do governo federal aumentaram de 118 milhões de *nuevos soles* para 5,1 bilhões de *nuevos soles*.⁶⁵ A contribuição da mineração no PIB passou de 9% para 10%, entre o ano 2000 e 2008. Após a crise de 2009 esse índice reduziu e fechou 2011 com uma participação de 8,1%.⁶⁶

Assim como no Brasil, esse processo foi acompanhado por uma crescente aproximação comercial entre a economia peruana e chinesa. Entre 1994 e 2011, o valor das exportações desde o Peru até a China aumentou mais de 2.000%, de modo que o país asiático se tornou o primeiro destino das exportações do país andino desde 2010, quando ultrapassou os EUA. Em 2011, os quatro principais produtos exportados em valor eram minério de cobre, farinha de pescado, minério de ferro e minério de chumbo.⁶⁷ Do ponto de vista geral, os produtos da mineração aumentaram sua participação nas exportações totais do Peru, entre 1990 e 2011, de 45% para 59%. Diante desse conjunto de dados que apresentam a importância do setor mineral para a economia peruana, a porcentagem da superfície territorial peruana destinada à exploração e produção mineral saltou de 2% no ano 2000 para 14,8% em 2011.⁶⁸

Podemos observar então, que tanto no Brasil como no Peru, o processo de reinserção na economia mundial, a partir do ajuste neoliberal implementado em ambos países na década de 1990, se caracterizou pela acumulação por espoliação (Harvey, 2007). No entanto, existem algumas diferenciações. No Peru, o processo de financeirização aparenta ter menor impacto na organização macroeconômica e na especialização primário-exportadora do país do que no caso brasileiro. Compreendemos que a intensificação deste processo, com destaque para a mineração, esteve deliberadamente idealizada nos projetos que representaram os quatro governos que ocuparam a presidência do Peru entre 1990 e 2011. Mais do que isso, nos anos 2000 o projeto neoliberal implementado na década anterior foi reforçado, a partir de novas leis e de discursos públicos de incentivo à atividade extrativa, à privatização do território e de seus recursos naturais.

5. O NEOLIBERALISMO E A MINERAÇÃO DESDE UM PONTO DE VISTA DECOLONIAL

Diante dos processos históricos de inserção dependente dos países da América Latina no sistema mundial, a atividade extrativa mineral muitas vezes é apresentada como um simples dado geológico, de modo que seus recursos minerais deveriam estar sempre a cargo do processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a cada aumento da demanda,

⁶⁴ Anuário Minero del Peru (2006 e 2013).

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Banco Central de Reserva del Perú apud BCRPData.

⁶⁷ Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria (SUNAT).

⁶⁸ Anuário Minero del Peru (2001 e 2013).

os projetos mineradores da região deveriam ser intensificados. Contrariando essa visão, Aráoz (2020) argumenta que a mineração não está atrelada a “um destino manifesto inscrito na geografia” (Aráoz, 2020, p. 93) latinoamericana. Ela é, pelo contrário, “um efeito histórico-político resultante da peculiar geografia colonial desenhada pelos conquistadores” (Aráoz, 2020, p. 93). A partir desse processo de colonização, a mineração foi identificada com a noção moderna de progresso, que historicamente esteve atrelada à mercantilização do desenvolvimento. Nos processos contemporâneos do século XXI, essa concepção ainda se faz presente.⁶⁹

Da mesma maneira, o predomínio da ideologia neoliberal nas décadas finais do século XX, com apoio dos grandes meios de comunicação, esteve vinculado com a ideia de modernidade.⁷⁰ Desse modo, a fim de garantir um desenvolvimento semelhante aos dos centros hegemônicos, aos países da nossa região o único meio seria a modernização de sua organização político-econômica através da implementação das medidas indicadas pelo Consenso de Washington. A partir dessa lógica, tanto a intensificação da exploração e produção da mineração metálica como a adesão ao ajuste neoliberal seriam processos inevitáveis para o progresso dos Estados latinoamericanos.

Compreendemos essa dimensão do neoliberalismo e da mineração a partir do debate proposto por Aníbal Quijano (2005), acerca da colonialidade do poder. De acordo com o autor, a colonização da América no século XVI se deu concomitantemente à organização de um padrão de poder mundial até então inédito. Nesse espaço/tempo, dois processos históricos definiram esse novo padrão de poder. Quijano (2005) aponta que o principal elemento constitutivo dessa nova relação de dominação perpassa pela construção da ideia de raça, em que seria possível situar a inferioridade de uma em relação às outras. Outro elemento definidor desse processo foi a articulação dos diferentes tipos de controle do trabalho, de seus recursos e produtos, em torno do capital e do mercado mundial. Esse novo padrão global de controle do trabalho, organizado para produzir mercadorias para o mercado mundial, estabeleceu uma nova estrutura nas relações históricas de produção do mundo. Surgia nesse espaço/tempo o capitalismo mundial, em que a Europa Ocidental se tornaria inicialmente seu centro hegemônico.⁷¹

A novidade da consolidação hegemônica europeia era que seu etnocentrismo era identificado a partir da classificação racial da população do mundo depois da colonização da América. O novo padrão de poder mundial expressou-se, nesse sentido, em uma operação mental de fundamental importância para sua sustentação, principalmente, no que tange à elaboração de sua perspectiva de conhecimento. Neste âmbito, os europeus construíram uma

⁶⁹ Aráoz, 2020, p. 19-20.

⁷⁰ Dos Santos, 2004, p. 30.

⁷¹ Quijano, 2005, pp. 117-118 e 121.

nova perspectiva temporal histórica e cultural dos povos colonizados, em que estes se situavam atrasados em uma trajetória cuja o ponto final seria a organização social, política, cultural e econômica europeia. Nesse sentido, a ideia de modernidade seria vinculada exclusivamente com a experiência vivenciada na Europa.⁷²

Diante desse processo histórico, de acordo com Quijano (2005), o novo padrão de poder mundial se consolida a partir de três elementos centrais: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. Concomitantemente, a perspectiva de conhecimento hegemônica que resultou da combinação desses fatores, que é dominante ainda hoje, se expressa a partir de seu caráter: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado.⁷³ É nesse sentido que compreendemos a força com que a ideologia neoliberal se estabeleceu na América Latina nos finais do século XX. Afinal, esse projeto, elaborado pelos países centrais e suas instituições parceiras, se traduz na manutenção de nossa estrutura dependente sob os pilares do capitalismo, de modo a garantir a continuidade do processo de acumulação em direção aos centros hegemônicos. Inserido nessa dinâmica, qualquer ideia alternativa soa profana.

Não obstante, a mineração é parte constitutiva do processo de consolidação do novo padrão de poder mundial. Conforme destaca Aráoz (2020), desde as origens da modernidade, “o desenvolvimento histórico da mineração emerge como produto e como meio de produção fundamental do sistema de relações de poder que conforma e caracteriza o mundo moderno e até contemporâneo” (Aráoz, 2020, p. 177). Nesse sentido, a história da mineração está intrinsecamente ligada ao colonialismo e a todo o genocídio e epistemicídio imbricado nesse processo, ademais da apropriação destrutiva de territórios e dos recursos naturais presentes neles.⁷⁴ Por isso, assim como Aráoz (2020), compreendemos que a mineração não se traduz como qualquer tipo de extrativismo, pois mais do que isso, ela é parte constituinte fundamental do sistema mundo moderno/colonial e capitalista.⁷⁵

Sendo assim, podemos observar que o projeto neoliberal, sua apropriação territorial e a intensificação dos projetos mineradores se articulam na longa duração. Entretanto, conforme destaca Quijano (2005), a manutenção do predomínio dessa perspectiva hegemônica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Isto porque, o espaço e a experiência histórica em que sua elaboração está inserida é extremamente diferente da realidade latinoamericana. Desse modo, “seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida”(Quijano, 2005, p. 129). É a partir

⁷² Ibid., pp. 121-122.

⁷³ Quijano, 2005, pp. 123 e 126.

⁷⁴ Aráoz, 2020, p. 177 e 133.

⁷⁵ Ibid., p. 33.

dessa discussão que compreendemos a adesão ao projeto neoliberal pelos países da América Latina e que destacamos o papel da mineração no processo de reinserção subordinada do Brasil e Peru à economia mundial.

6. CONCLUSÃO

Respeitadas as singularidades dos processos políticos no Brasil e Peru, a reprimarização econômica dos dois países esteve relacionada com a implementação do ajuste neoliberal na década de 1990 e sua manutenção nos anos iniciais do século XXI e até mesmo o seu aprofundamento, como no caso peruano. De modo geral, consideramos que a intensificação da economia primário exportadora nos dois países se deve, principalmente, às seguintes medidas: abertura comercial, financeira e o controle dos gastos públicos como garantia do pagamento dos títulos da dívida, restringindo assim os investimentos produtivos. Diante dessa organização macroeconômica, as exportações de recursos primários sem valor agregado se tornaram uma importante fonte de divisas, ainda mais em um período de grande valorização dos preços das commodities no mercado internacional. Nesse âmbito, a mineração teve um papel de destaque econômico, principalmente, no Peru. Quanto ao seu desempenho no Brasil, se numericamente não possui uma extrema relevância na economia nacional, territorialmente ela gerou um grande impacto, assim como no país andino.

Não obstante, tendo em vista a discussão decolonial realizada no último tópico, é possível compreender que a perspectiva político-econômica neoliberal e que o modelo extrativo mineral implementado tanto no Brasil como no Peru não são processos naturais. Portanto, é fundamental que analisemos-os desde um ponto de vista crítico e que sejamos capazes de propor alternativas adequadas às nossas realidades a fim de ultrapassarmos essa ideia moderna/colonial de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO**, Aleida Azamar (2019). Extractivismo minero en Perú y subalternidad nacional. *Textual*, 73, 243-272. doi: 10.5154/r.textual.2018.73.07.
- ARÁOZ**, Horacio Machado (2020). Mineração, genealogia do desastre. O extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante.
- ARCE**, Moisés (2016). La extracción de recursos naturales y la protesta social en el Perú. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú.
- BITTENCOURT**, Carlos (2017). A corporatização do Território de Conceição do Mato Dentro. Rio de Janeiro: UFRRJ.
- CARVALHO**, Laura (2018). A valsa brasileira. Do boom ao caos econômico. 1ª Ed. São Paulo: Todavia, 2018
- CEPAL** (2014). La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica.
- CEPAL e UNASUL** (2013). Recursos naturais na União de Nações Sul-Americanas.
- CRABTREE**, John (2000). Neopopulismo y el fenómeno Fujimori. IN: Crabtree, John; Jim Thomas (2000). El Perú de Fujimori: 1990-1998. Lima: Universidad del Pacífico
- DOS SANTOS**, Theotônio (2004). Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida-SP: Idéias & Letras.

- DOWBOR**, Ladislau (2018). A Era do Capital Improdutivo. 2ª Ed. São Paulo: Outras Palavras e Autonomia Literária.
- FÉLIX**, Jiménez (2002). El modelo neoliberal peruano: límites, consecuencias sociales y perspectivas. IN: El ajuste estructural en América Latina. Costos sociales y alternativas. Buenos Aires: CLACSO.
- HARVEY**, David (2007). La Breve Historia del Neoliberalismo. Madrid: Ediciones Akal.
- MARINI**, Ruy Mauro (1981). A dialética da dependência. México: Editora Era.
- OLARTE**, Efraín Gonzales (2007). La economía política peruana de la era neoliberal 1990-2006. Center for Integrated Area Studies (CIAS), Kyoto University.
- PAULANI**, Leda Maria (2012). A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história. IPEA. Boletim de Economia e Política Internacional, nº10.
- PAULANI**, Leda Maria (2012). A dependência redobrada. Le Monde Diplomatique Brasil.
- PINTO**, Vladimir (2009). Reestructuración neoliberal del Estado peruano, industrias extractivas y derechos sobre el territorio. In: Echave, José; Hoetmer, Raphael e Panéz, Mario (Orgs). Minería y territorio en Peru. Conflictos, resistencias y propuestas en tiempos de globalización. Lima: UNMS.
- QUIJANO**, Anibal (2005). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.
- REZENDE**, Vanessa Leite (2016). A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. Sociedade & Natureza, v. 28, n. 3, 23 dez.
- SANTOS**, Roberto Santana (2019). O capitalismo dependente brasileiro na globalização neoliberal: Três momentos de uma inserção subalterna (1980-2016). Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- TOUSSAINT**, Eric (2002). A Bolsa ou a Vida: A dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos. 1ª Ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- TOUSSAINT**, Eric (2012). Neoliberalismo: Breve História del Infierno. 1ª Ed. Buenos Aires: Capital Intelectual.



GT 06 – MODELO EXTRATIVISTA, MEGA-PROJETOS, E ECONOMIA DE COMMODITIES NA AMÉRICA LATINA

Mineralização da vida: apontamentos teóricos no capitalismo global

Isabella Drumond Rodrigues¹

RESUMO

Expropriação ecobiopolítica foi o termo utilizado por Horacio Machado Aráoz (2020) para caracterizar um novo ciclo de acumulação por espoliação ligado à mega-mineração. O autor define esse conceito como uma “modalidade de dominação baseada no controle integral das dimensões fundamentais constitutivas da vida humana” (:199), parte do processo do que ele chama de mineralização da condição humana. Emanuele Coccia (2020) nos diz sobre uma mineralização da vida, nas cidades, que seria a ilusão de que os humanos possam se nutrir unicamente através do aço, do vidro, das pedras. Um elemento importante da análise de Aráoz (2020) consiste em elaborar a mineração na colonização como um ponto agudo da Modernidade.

Povinelli (2016) também coloca que, tendo em vista as discussões em torno da noção de Antropoceno, a biopolítica fica abalada, pois a distinção entre Vida e Não-Vida é constantemente mobilizada e sua fronteira recolocada. A noção de geontopoder traz a ideia de que para o capitalismo não importa o que é vida ou não-vida, uma vez que para ele tudo pode ser vital, o que interessa é a diferença na extração de valor. Assim, tento dar conta das dimensões mobilizadas pelo conceito de extração ecobiopolítica, discutindo a partir do diálogo desses autores o alcance da complexa elaboração de “mineralização da vida”, tendo a mega-mineração como objeto de atenção antropológica.

Palavras-chave: mineração, capitalismo, expropriação, biopolítica, geontopoder.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca aproximar algumas leituras que elaboraram sobre o capitalismo, a mineração e o capitalismo mineiro. Elas têm evidenciado tensões entre as noções de espaço e tempo, na medida em que os projetos de mineração ao redor do globo são ao mesmo tempo únicos e comparáveis. Essas noções de tempo e espaço, quando pensadas na mineração em relação ao capitalismo, podem nos fornecer outra face da análise, como uma tentativa de verticalização. Isso aponta a necessidade de pensarmos a colonização como fator

¹ Mestranda em Antropologia Social na Universidade de Brasília. E-mail: isabelladrodrigues@gmail.com

imediatamente organizador dos processos mineradores contemporâneos; implica dizer que o surgimento do capitalismo e da mineração são indissociáveis, e que a mineração não rompe com sua organização, enquanto empreendimento capitalista, surgida na colonização, pois ainda agencia e governa limites entre a vida e a morte, e a vida e não vida.

O que é considerado vida e não-vida, as formas de matar ou deixar viver, ou fazer viver e deixar morrer, mudam, articulam-se, mas o poder que as opera não desaparece. Esse poder se consolidou, justamente, na colonização. Talvez assim possamos discutir a necessidade de disputar as narrativas em torno da mineração, não como mais um espaço-tempo do capitalismo, mas como o próprio capitalismo. Visto que o processo de minerar ou mineralizar não afeta só o que é considerado Não-vida (rochas, montanhas, rios), mas também a Vida. Os limites entre a vida e a não-vida ficam cada vez menos definidos quando elaboramos nossas questões para fora da razão moderna e nos aportamos a epistemes não ocidentais. O termo mineralização da vida, ou mineralização da condição humana parece dar conta da centralidade da mineração no capitalismo, e da centralidade do poder que define a vida e não-vida, sendo este responsável por definir vidas desiguais, e ditar a valorização de alguns modos de vida em relação a outros.

2. MINERAÇÃO, MODERNIDADE E CAPITALISMO

No livro *Mineração, Genealogia do desastre*, 2020, o sociólogo Horacio Aráoz parece compreender dois esforços principais, ao mesmo tempo políticos e intelectuais; o de mostrar o papel da mineração na América Latina na construção da entidade Europa e do capitalismo (detonante do Capitoloceno) e o de mostrar que a mineração contemporânea segue ainda um modelo colonial e que portanto é geradora e gerada por violência (expropriação ecobiopolítica). Esse parece ser o caráter bifronte da mineração, mencionado por Aráoz, o de produzir riqueza e destruição, luxo e fome, abundância e escassez, centro e periferia.

O autor relaciona o desenvolvimento da mineração como o desenvolvimento do próprio do capitalismo. Ele dedica-se a uma geologia do colonialismo e uma arqueologia da modernidade. “Colombo não descobriu nada, simplesmente direcionou seu olhar ao reino mineral” (:97); ele cita Adam Smith em *A riqueza das Nações*, onde delimita que o ouro teve no início da colonização um poder biopolítico. Os registros históricos trazidos exemplificam dentro da tese de Aráoz de que o ouro não é um dado superficial, ele teve uma relevância como motor fundamental das decisões políticas que estão nas raízes da modernidade. A fascinação pelo ouro, o substrato emocional e motivacional dos colonizadores em relação a esse metal é um dado sociológico importante; ele passa a definir o valor do propriamente humano. Importaria, portanto, observar esse influxo dos metais sobre os corpos e almas (:113). Há o que ele chama referindo-se à colonização e ao capitalismo de uma fratura biogeomotabólica (:34) no ego moderno. A imagem do Sujeito Moderno é muito importante para a tese do autor, esse sujeito seria o amálgama mineiro da razão colonial.

A Ilha de Santo Domingo foi descrita como abundante em ouro e fonte de riqueza inexaurível para a Coroa e o reino da Espanha (Adam Smith, 2017 apud Aráoz, 2020:95). Posteriormente, a descoberta do Cerro Rico de Potosí mudou o tipo de mineração colonial. Essa mudança Aráoz chama de Princípio Potosí, assim ele abre um diálogo com a historiografia convencional para remodelar a interpretação de um atraso industrial espanhol. Ele afirma que os processos industriais aconteceram, mas não na península e sim na colônia. O esgotamento dos recursos nas minas americanas, por conta do tipo de extração realizado, é o fato a que se deve o enfraquecimento do Império, e não um atraso. Pelo contrário, Aráoz argumenta que foi a Espanha, em Potosí, que forjou o Sujeito Moderno, ao emergir e constituir o universo de instituições, práticas, razões e emoções que o conformam. A burocracia na administração das minas na América, principalmente a de Potosí, ajustou-se ao princípio utilidade-lucro, como expressão da nova razão governamental moderna (Foucault, 2008 apud

Aráoz, 2020:150). O poderio metálico foi poderio bélico, a ascensão e derrocada da Espanha durante os séculos XVI e XVII marcou a razão governamental, a razão por trás da gestão de recursos e de guerras na Europa.

A Espanha operou a primeira forma histórica de articulação entre acumulação e meios de guerra. Para Aráoz (2020), as explorações impostas sobre territórios latinoamericanos foram as primeiras empresas capitalistas (:145). A racionalização operada pela Espanha para controlar e administrar os territórios coloniais e as minas formalizou e generalizou o discurso jurídico e mercantil da razão de Estado. Ela permitiu a articulação entre poderio bélico e poderio econômico; entre apropriação de valor e concentração de violência (:153). Num certo sentido, como demonstra Aráoz, o aprimoramento das técnicas extrativas acompanhou o aprimoramento das técnicas de violência, e em alguns momentos significaram a mesma coisa. O avanço da civilização foi um avanço do capitalismo e da violência, isso fica explícito com um olhar específico ao extrativismo mineral.

No campo da Filosofia e da Ciência Política, Aráoz (2020) argumenta que a Filosofia Política centrada na legitimação da acumulação (Adam Smith, Locke e Hobbes) foi o núcleo formador da razão de Estado. Entretanto, as tecnologias de concepção, produção e organização do espaço geográfico se misturam, antes que como filosofia política e economia política do século XVII, como uma pragmática do poder no século anterior em território americano. Aqui nasceria a mineração como questão de Estado (:122). Um dado importante trazido é a influência das concessões de jazidas nas colônias na formalização do direito à propriedade, a propriedade moderna se constitui em torno do estatuto jurídico das jazidas de exploração (:144). O autor ainda coloca que de Descartes e Hobbes a Kant, Locke e Adam Smith, e desses a Hegel, uma economia moral da expropriação foi criada. Isso faz com que sejam naturalizadas as desigualdades nascidas e surgidas pelo efeito histórico do exercício do poder, gerando teorias na economia clássica como a “maldição da abundância”.

Para Stuart Kirsch (2014), antropólogo que atuou nos processos envolvendo a Mina OK Tedi na Papua Nova Guiné, a maldição da abundância refere-se a ecologias em colisão. Essas ecologias em colisão dizem respeito ao fato de que os projetos de mineração disputam com as condições de vida de populações próximas a esses empreendimentos. Em seu livro, ele centraliza a relação dialética entre as empresas de mineração e seus críticos. Essa relação implica o que ele chamou de políticas do tempo e políticas do espaço. As políticas do espaço resultaram nas mobilizações extrageográficas geradas nos processos de mobilização em torno da mina OK Tedi; movimentos e ONG's e os agentes locais potencializaram a atuação de reivindicação frente à mina. Uma estratégia é também a troca de saberes entre líderes comunitários com outros líderes em outros países que também atuam em territórios minerados. Como efeito dialético, Kirsch coloca que as corporações de mineração também se uniram, e mudaram um cenário de plena concorrência para cooperação, frente aos processos internacionais mobilizados contra a BHP Billiton.

As políticas do tempo dizem respeito às manobras das empresas de mineração, tanto em relação aos impactos, que podem ser sentidos muitos anos depois, quanto à importância que dão ao tempo de operação da mina ao negociar com os governos locais. Alguns impactos demoram anos e precisam ser considerados nesses registros. Para essa política do tempo, as empresas têm auxílio do que Kirsch (2014) chamou de Ciência Corporativa. As novas políticas do tempo, entretanto, dizem respeito também às novas atuações dos críticos da mineração, que em decorrência de algumas derrotas em reivindicações e negociações com empresas e governos, esforçam-se para atuar nos territórios antes que os danos sejam irreversíveis. O que Kirsch descreve parte do que tem sido chamado de confiscações, ou uma mudança de exploração dos corpos aos territórios. A mina OK Tedi inviabilizou as condições de subsistência das populações a jusante ao contaminar e interditar os ecossistemas.

Kirsch (2014) coloca que as corporações são as instituições mais poderosas do nosso tempo, e sua relação dialética com seus críticos é uma característica estrutural do

capitalismo neoliberal. O autor marca que até a década de 60 e 70, as reivindicações frente à mineração eram respostas à acumulação pela exploração, marcadas por produções, na Antropologia, que evidenciaram as relações de trabalho, recursos e uma tentativa de combinar a antropologia simbólica à economia política. Após isso, as reivindicações parecem se organizar em resposta à acumulação por expropriação. Em relação a mina OK Tedi, parece ficar evidente que a atividade minerária não enriqueceu as comunidades à jusante, como é o discurso recorrente em torno de projetos minerários.

Horacio Aráoz (2020) afirma que, de Potosí até hoje, as técnicas envolvidas na atividade mineral passaram de trabalho-intensivas para ambiente-intensivas. A lógica predatória se faz sentir hoje mais nos territórios devido, por exemplo, às técnicas envolvidas na exploração rentável de jazidas de grau inferior, que supõem uma exploração de milhares de hectares de terra. O autor nos traz elementos, para essa questão, do que ele diferencia entre o colonialismo e a colonialidade, o primeiro como um plano fático da mineração, e o segundo como as narrativas técnico-científicas e “oficiais”. Na mineração, a colonialidade aparece através das comunicações dos governos latino-americanos e instituições mundiais como o Banco Mundial e o FMI, que fizeram parte do amálgama que instituiu o cenário atual da mineração. A justificativa do investimento econômico no setor minerário ganha justificativas sociais. Aráoz traz exemplos de pronunciamentos em que a mineração é colocada como essencial à vida, como financiadora de programas sociais e garantidora do bem-estar dos povos; para esses anunciantes se trata de uma nova mineração, feita de forma sustentável. Entretanto o aumento e aprimoramento das tecnologias de extração intensificou a depredação ambiental:

“As novas tecnologias de exploração simbolizam as formas contemporâneas que o império do capital impõe sobre a vida em geral; domínio, controle, e capacidade de disposição sobre todas as etapas e processos. É isso que queremos dizer quando falamos em expropriação ecobiopolítica, em uma modalidade de dominação baseada no controle integral das dimensões constitutivas da vida humana. (ARÁOZ, 2020:199)

Para falar dessas dimensões constitutivas da vida humana, Horacio Aráoz organiza a expropriação em três dimensões; a primeira como expropriação econômica. Aráoz a define como uma massiva transferência e concentração de ativos e recursos patrimoniais de uns setores e sociedades a outros setores e sociedades; a produção de mais-valia dos setores subalternizados aos núcleos concentrados de poder e consumo (:200). Acompanhado por muitos princípios de dominação provenientes de acordos jurídicos e econômicos internacionais, como o ganho de capacidade decisória de multinacionais em territórios nacionais, produzindo desindustrialização, reprimarização e reprodução das economias de enclave. A geografia da extração é distinta da geografia do uso e do consumo de minerais.

A segunda como a expropriação ecológica, Aráoz (2020) fala sobre as mudanças técnicas na mineração que hoje implicam num uso maior de recursos hídricos y energéticos, principalmente o novo tipo de exploração com uso de grandes extensões territoriais, que trouxe um marco normativo que implicou em uma ofensiva confiscatória do capital sobre bens até então pouco tocados pela lógica mercantil. Isso faz a mineração entrar em competição direta com as necessidades básicas das populações afetadas, como pontuou também Kirsch (2014). Além disso, ele elenca outros fatos, como a atividade de mineração ser eleita a mais contaminante do mundo, segunda agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) (:213), assim como riscos inerentes à atividade trazidos sobre números consideráveis de desastres com barragens, deslizamentos de pilha estéril, transporte de materiais tóxicos e rompimento de minerodutos. Agravados pelo caráter tardio dos efeitos da mineração na

saúde, “o tempo e complexidade dos efeitos de contaminação sobre os corpos terminam sendo fatores que as empresas e os Estados [...] usam para diluir responsabilidades legais e políticas” (:226).

A terceira seria a expropriação política, centrada principalmente nas diversas violências constitutivas da mineração. A depredação ambiental se conjuga com a repressão, Aráoz chega a afirmar que mineração é sinônimo de conflito social (:233), e que as tecnologias extrativas ganham força hoje também com as tecnologias de manejo das relações comunitárias adotadas pelas corporações (a que Kirsch trata em seu livro). Isso implica na criminalização de movimentos sociais e comunitários, e também na “lógica das compensações”, essas características seriam regras fundamentais do processo mineiro contemporâneo, assim como a constante de casos de assassinatos e perseguições. Por fim, Aráoz considera os três tipos de expropriação como equivalentes, dizendo respeito à expropriação ecobiopolítica, sendo ela uma devastação das fontes e formas de vida (:280) E define:

“Em olhar holístico, a expropriação ecobiopolítica tem a ver integralmente com esse cenário de morte. De uma perspectiva analítica, está ligada com as particulares instituições e lógicas de governo que intervêm na sua produção e sustentação. Nesse sentido, a dimensão propriamente política da expropriação tem conexão com a institucionalidade invertida que cria a lógica do Capital: com a criação de um mundo por, de e para investidores. Ou seja, um mundo no qual as definições existenciais (a vida, o bem-estar, as necessidades e até a felicidade) se encontram possuídas pelo habitus fetichizado da mercantilização. (ARÁOZ, 2020:243)

Aqui fica anunciada uma discussão que leve a vida em consideração. Podemos interpretar que ela então seria a constituição de todos os aspectos ecológicos, políticos, e econômicos, mas que antes de tudo, a vida são também suas condições. Ele ainda define que uma parte importante da expropriação ecobiopolítica é operar: “a velha artimanha do colonialismo: despojar o Outro de sua condição humana; negar, desconhecer sua capacidade de logos como justificativa final para suprimir-lhe tudo: suas fontes de vida (a Terra), seus meios de vida (o Trabalho), suas formas de vida (a Identidade), o direito à Vida...” (:244). A mineração então avança diversificando formas de organização da vida (mundo moderno, cidades, vivência mineral) enquanto destrói outras. Sobre a economia moral da expropriação e da acumulação, a que Aráoz trata em seu livro, parece fortuito pensar também em uma economia moral da vida que perspective o capitalismo mineiro global.

3. MINERAÇÃO E VIDA

Didier Fassin em seu livro *Life, A Critical User's Manual*, 2018, recorre a uma economia moral da vida quando se refere à discrepância ou contradição entre a avaliação da vida no geral e a desvalorização de algumas vidas no particular. De um lado a maneira como a vida é considerada e por outro lado a maneira como a vida é tratada. Nesse sentido, os discursos neoliberais contemporâneos em relação à mineração, e os conflitos envolvidos nas suas atividades nos territórios poderiam ser mais um exemplo dessa economia moral da vida. O fato da atividade minerária ser colocado como essencial à vida (como podemos acompanhar de forma mais recente na pandemia do coronavírus) faz dela então um instrumento da vida. Mas de quais vidas? A megamineração é essencial à vida ao mesmo tempo em que destrói vidas, ou modos de vida?

A noção de formas de vida tem sido anunciada e proposta como uma alternativa às análises que envolvem as discussões trazidas por exemplo em referência a biopolítica e ao

binômio natureza/cultura. Forma de vida como Identidade, colocada por Aráoz (2020), apesar de não ser o foco específico da sua reflexão, difere da forma de vida trazida por Fassin (2018). Este último, escrevendo sobre os refugiados, migrantes e requerentes de asilo na França e na África do Sul, usa o conceito de forma de vida para denominar a presença no mundo dos nômades forçados. Com base em três autores que se debruçaram sobre esse conceito, Canguilhem, Wittgenstein e Agamben, o autor propõe através de sua etnografia tensionar as oposições que cada um desses teóricos circulou no conceito. Ele diz que a condição de nomadismo forçado ilustra o conflito entre universal e particular (Wittgenstein), pois a situação, em países diferentes de asilo e nacionalidade diferentes dos refugiados, são ao mesmo tempo comparáveis e únicas. Ilustra também a tensão entre biológico e biográfico (Canguilhem) no sentido da sobrevivência dessas pessoas serem física, em conformidade com as condições de recepção, alimentação e segurança, mas essas condições são traçadas nas relações com outros agentes; no fundo, em como se dará o tratamento às condições mínimas de vida a essas pessoas em cada país de asilo. A terceira tensão é entre a lei e a prática (Agamben); o estatuto jurídico determina o direito da permanência em territórios de asilo, mas em sua falta outras táticas são despendidas para contorno ou acomodação ou jogo com as regras. Daí decorrem duas constatações de Fassin (2018), a primeira que a vulnerabilidade não é apenas subjetiva, mas advém de uma situação objetiva simultaneamente material, legal e social. A segunda que o trágico não diz respeito apenas a perda da vida comum, mas pode estar inscrito na própria vida comum. Para ele, isso expõe uma tensão estrutural entre Objetivo e Subjetivo e uma temporal entre Evento e Permanente. O que significa também que as formas não definem apenas as condições de vida, mas um certo estado do mundo. Tentando acompanhar essas tensões estrutural e temporal, podemos fazer uma leitura do livro de Aráoz (2020) a partir delas, através de duas cenas principais que o autor nos fornece.

12 de outubro de 1492. “A melhor coisa no mundo é o ouro. Serve até para enviar as almas ao paraíso.” (Cristóvão Colombo). “Nós, os espanhóis, temos uma doença do coração para a qual o único remédio é o ouro” (Hernán Cortés). Aráoz afirma que o ouro em si foi o objeto do descobrimento. Segundo Dussel, citado por Aráoz (2020), os olhos de Colombo eram os do último mercador do Mediterrâneo ocidental e ao mesmo tempo os do primeiro moderno (:97). De 1493 até as primeiras décadas do século XVI, os espanhóis estavam nas Ilhas do Caribe e se dedicaram a uma extração do ouro aluvial dos rios. A violência espanhola ainda marcada pela fase do “descobrimento” foi responsável pelo genocídio e escravização dos povos Caraíba, Aruaque e Taínos. Aráoz diz que o terror foi a primeira tecnologia de mão-de-obra. O saqueio dessa época era o de tipo terra arrasada, durava enquanto sobrevivessem os povos indígenas submetidos às essas condições terríficas (:116). As condições de sustentabilidade desse sistema eram bastante precárias. Dois grandes acontecimentos marcam uma mudança: a descoberta do Cerro Rico de Potosí (1540-1545) e o Concílio de Trento (1543-1560). Isso levou de um cenário de conquista crua a um exigente empreendimento de colonização. Da mineração superficial à subterrânea; o que envolvia 4 mil metros de monte. Isso fez Potosí uma das primeiras aglomerações urbanas, chegando a 120 mil habitantes. Essa exploração produziu, para Aráoz, a essência bifronte da mineração, que é gerar ao mesmo tempo luxo e fome. Foi nessa configuração que para Aráoz surge a mineração como questão de Estado. O estado imperial espanhol se prontifica a regular as riquezas, fazer outorgas e concessões, administrar e distribuir insumos, fixar impostos e promover expedições científicas para geração de novas tecnologias, em uma articulação entre banqueiros, especialistas e donos de minas. Ao final do século XVII havia 75 unidades de refinamento mineral em Potosí. O antigo regime de encomienda foi substituído pela mita, esse último demandava, só em Potosí, cerca de 13 mil a 17 mil trabalhadores indígenas subjugados (:126). A isso juntou-se o surgimento do processo de extração por amálgama de mercúrio. A

incorporação do mercúrio foi letal. A mineração na América fez a Europa. Antes da Revolução Industrial e da Revolução Francesa houve a Revolução Mineira em Potosí (172).

11 de setembro de 1973. Reformas estruturais propostas pelo Banco Mundial passam a ser aplicadas, no Chile, pelo regime de Augusto Pinochet. Essas mudanças têm a ver com alterações dos estatutos de propriedades das jazidas, que se abre para oligopólios privados transnacionais, e com a construção e securitização legal da rentabilidade das empresas por novos marcos normativos. A empresa responsável pelo início da extração a céu aberto no Peru em 1956, Cerro de Pasco Mining Company, havia se instalado anteriormente na cidade de La Oroya no Peru, em 1902. À época, a Companhia adquiriu 70% das minas conhecidas da região e a concessão de 640 mil hectares nos arredores da cidade, conseguindo, também, usurpar terras comunais das comunidades do entorno. Em 1924, não havia mais gado ou pasto até perto de Cerro de Pasco, e para não arcar com maiores custos a empresa passou a comprar diretamente as terras afetadas por valores depreciados (:229). O polo metalúrgico instalado na cidade passou posteriormente por outras empresas, chegou a ser nacionalizado e reprivatizado em 1990. Em 1996, as emissões de gases superaram 45 mil toneladas diárias. Os 87 anos de funcionamento do polo metalúrgico fez de La Oroya uma das dez cidades mais contaminadas do planeta, segundo estudo patrocinado pela Associação Interamericana de Defesa do Ambiente e pela Organização Mundial da Saúde, realizado entre 2006 e 2007 pelo Blacksmith Institute. Segundo outro estudo solicitado pelo Estado peruano à Ground Water International, Science Integrity e Knight Piésold Consulting, as emissões de chumbo, cádmio e arsênico causadas pela fundição de La Oroya afetaram cerca de 2,3 mil quilômetros quadrados durante seus anos de vida produtiva (:230). Em estudo realizado pelo Ministério da Saúde do Peru, em 2000, mostrou que 99,1% das crianças da cidade têm níveis de chumbo no sangue três vezes maiores que os limites indicados pela OMS (:231). Para Aráoz (2020), as paisagens da mineração são impregnadas pela violência sobre a vida cotidiana, está no ar que respira, na água que falta, nas repressões, no medo (:243).

Aráoz coloca que La Oroya é um lugar que evoca e torna presente os efeitos histórico-geológicos do originário sítio Potosí. E que 11 de setembro de 1973 evoca tragicamente o 12 de outubro de 1492. A tensão temporal trazida por Fassin (2018), entre o evento e o permanente, retrata as duas datas elegidas por Aráoz como paradigmas da mineração na América Latina. O evento (“descobrimento”, e golpe no Chile) marca desdobramentos permanentes, enquanto as permanências - o tipo de extração mineral na América Latina instalada pela colonização - desdobram em eventos (como o golpe do Chile, as reformulações do Banco Mundial, O Consenso de Washington). Sem dúvida, essas descrições curto-circuitam os usuais sistemas interpretativos de causa e efeito da economia clássica. Os efeitos da mineração nos territórios não são restritos ao espaço-tempo do evento em si (como a instalação de uma mineradora em alguma região) mas abrange outros territórios, cidades, e causam efeitos que o tempo desmede, alguns deles sentidos de forma mais aguda quando até mesmo os processos mineiros são encerrados.

Em *A Dívida Impagável*, 2019, Denise Ferreira da Silva elabora sobre a crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos. A autora curto-circuita, também, as relações de causa e efeito ao demonstrar como a racialidade operou na crise dos empréstimos subprime dos Estados Unidos. Os empréstimos foram oferecidos a pessoas em situação de defasagem econômica. Devido justamente a essa situação, essas pessoas foram obrigadas a pagar mais, via taxas de juros. Eram homens e mulheres negras e latinas/os da classe trabalhadora e classe média baixa dos EUA. Economicamente as pessoas que pegaram o empréstimo não deveriam saldar sua dívida precisamente porque foram suas situações e seu não-poder de pagar que as tornaram instrumentos financeiros valiosos, nessa lógica essas pessoas aparecem não como entidades morais, mas como instrumentos de financeirização (:157).

Essa correlação com a crise subprime é curiosa. Charles Trocate e Tádzio Coelho, no livro *Quando vier o silêncio*, 2020, que discorre sobre o problema mineral no Brasil e seus pontos agudos nos rompimentos de barragem em Minas Gerais, mencionam, ao falar sobre as dinâmicas de boom das commodities - que marca preços altos e baixos da mineração e estão relacionados ao aceleração de produção que pode ocasionar em rompimentos de barragem -, a desaceleração dos preços relacionados à mineração devido a crise dos títulos subprime em 2008. Os preços das commodities chegaram a se recuperar até o início de 2011 e depois marcaram um momento de pós-boom da mineração, que compreende um esforço das corporações pela redução dos gastos (em exigências ambientais e custos trabalhistas) e elevação da produtividade. Esses empréstimos subprime foram desenhados, como coloca Ferreira da Silva (2018), para extrair valor do déficit financeiro. Essa é uma das formas de governança do capital, da colonialidade e da racialidade, a que a autora chamou - pensando ao redor da acumulação primitiva - como um acúmulo de expropriação (:116). É propriamente a ideia evocada por acumulação da expropriação que Aráoz articula em seu conceito de expropriação ecobiopolítica. A mineração moderno-colonial estruturou esses processos.

Fassin e Aráoz, trazem a imagem do “anjo da história” de Walter Benjamin em seus livros. Aráoz (2020) cita-o ainda na Introdução, ao colocar alguns casos de contaminação, devastações, mortes e perseguições relacionadas à mineração da colonização à atualidade, e diz que repassando “as imagens das paisagens deixadas por essas explorações [...] é difícil encontrar palavras que deem conta de semelhante devastação, de tanta morte”. (:19). Fassin (2018), ao finalizar o capítulo que dedica ao conceito de formas de vida fala sobre os momentos finais da vida de Benjamim no contexto da Alemanha nazista e diz que certamente é preocupante que “alguns dos “eventos” que ele enfrentou seriam “ainda” possíveis no início de século XXI, condenando seu anjo da história a contemplar repetidamente as mesmas formas de vida que esses eventos trágicos produzem”. A mineração, como colocado por Aráoz, é um dos anjos trágicos de Walter Benjamin. A tensão estrutural de Fassin, entre o objetivo e o subjetivo, é ainda mais sensível, e pode ser retomada junto à ideia de mineralização da vida ou mineralização da condição humana.

Aráoz (2020) dedica-se, no último capítulo do livro, ao que chamou de mineralização da condição humana, onde ele atribui o processo de racionalização moderno à mineralização da subjetividade, colonização do domínio do mundo da vida. A violência e a acumulação se institucionalizam, assim nasce Estado, Mercado, Ciência. Essa episteme moderna operaria “dessacralizando a Vida; objetifica-a, faz dela puro objeto de conhecimento e de valorização; pura mercadoria, sejam recursos naturais/matéria-prima, seja força de trabalho/capital humano” (:253). A mineralização foi e ainda é, para o autor, uma operação ecobiopolítica, e um domínio do mundo da vida. A esse processo o autor acrescenta o de desmembramento do Entorno de Vida, que seria a interrupção dos fluxos vitais por e através da mercantilização da Terra, do Alimento e do Trabalho. Todos esses elementos passam da criação e reprodução de vida, à criação de valor; nesse sentido há uma operação de onde a vida, seu entorno, seus meios e formas, passam a ser valor. A alienação territorial é para Aráoz a alienação da Vida, afastamento de laços que nos mantêm sujeitos à Vida (:255). Antes como expropriação ecobiopolítica radical, e hoje como uma expropriação ecobiopolítica endêmica, penetrada no cotidiano. Essa é a tensão estrutural entre o subjetivo e objetivo de Fassin, a expropriação mudou sua operação dos corpos aos territórios e a violência faz parte hoje da vida cotidiana. A mineração opera também na lixiviação do humano; do sentido da vida; da sensibilidade vital (:266). Aqui fica evidenciado talvez o sentido da vida no geral, e como ela é tratada no particular, e mais ainda, que as discussão em torno da vida ultrapassa um domínio biopolítico ou biológico.

4. MINERALIZAÇÃO DA VIDA

Em texto publicado em 2020, onde Emanuele Coccia tece algumas considerações sobre a pandemia do Covid-19. Ele chega a afirmar que

“A cidade é um estranho projeto de mineralização da vida, baseado na ilusão de que a vida humana possa nutrir-se unicamente do contato com pedra, aço, vidro. Toda a vida da qual precisamos para viver, tudo aquilo que nós comemos, foi exilado em outro lugar. E toda a vida que não fazia parte das nossas necessidades ficou ainda mais longe, em espaços chamados florestas, literalmente o exterior extremo – um tipo de campo de refugiados para toda a vida que não nos interessa.” (COCCIA, 2020)

Coccia propõe nesse artigo recente intitulado *Astrologia do Futuro*, a constatação de que a cidade perdeu seu sentido; seu modelo e funcionamento tem sido questionado a propósito da pandemia. Para ele essas cidades seriam desertos minerais. Suas voltas com o heliocentrismo - presente em seu livro *A vida das plantas*, 2018 - surge nesse texto como a ciência do Futuro, em que é preciso olhar para a terra, e para a natureza, não como um passado pré-histórico, mas para a natureza como o nosso futuro; somos uma continuidade da mesma matéria da terra, assim como a continuidade da mesma matéria enquanto corpo celeste, enquanto Sol. Ele diz, em seu livro, que aquilo “a que chamamos vida é precisamente esse gesto através do qual uma porção da matéria se distingue do mundo com a mesma força para se confundir com ele” (Coccia, 2018:58). Ele afirma que foi de um desses lugares em que é tentado isolar a natureza de onde veio o SARS-CoV-2, que por fim reconfigurou as noções de cidade; a natureza então não seria imemorial ou “pré”, mas sim nosso futuro não realizado.

Aráoz e Coccia se referem a uma imagem de sedimentação da violência na T/terra, para Coccia (2020) na Terra, onde por séculos a consideramos “um mero depósito cósmico de tudo aquilo que aconteceu em outro lugar, a garagem das sucatas do universo humano e não humano. Uma massa de ruínas”; para Aráoz (2020) na terra, minerada, que é “um solo duro, endurecido, de múltiplas capas de injustiça acumuladas” (:257). O projeto de Coccia sem dúvida nos fala de uma mineralização da vida ligada ao processo de rompimento e tentativa de isolamento da natureza ligada à ideia de cidade, a mineralização de Aráoz quer chamar atenção sem dúvida para a importância da atividade minerária para análise de processos sociais, e como produtora epistêmica e subjetiva. Essa ideia de mineração da condição humana, de lixiviação do humano, é um processo contínuo, que se reatualiza. Para Coccia se trata, grosso modo, de um processo físico, objetivo, a vida - ao menos as vidas da cidade, em sua maioria - passam a depender dos minerais e metais. Mas o que chama atenção também é o aspecto de ilusão que há nisso para o autor, o que nos coloca que a mineralização da vida é antes de tudo um processo também epistêmico. Aráoz aposta nos dois sentidos.

Essas imagens de sedimentação de violência ressoam no que Scott (2008) propõe do subterrâneo como espaço colonial de dominação e exploração. Ele nos convida a pensar a colonização como um processo vertical, e não apenas horizontal e cartográfico. Ele traz a discussão da mineração como uma expressão particularmente poderosa de uma violência de gênero, ao pensar na associação da natureza a um significante feminino. Mais do que isso, como Aráoz, Scott coloca um substrato também emocional e não somente racional da atuação dos colonizadores. Ele cita o exemplo da adoção e incorporação ao Estado de métodos dos “adivinhadores de água”, O subsolo perturbava e colocava em questão as transformações coloniais da superfície. Scott (2008) afirma a necessidade da verticalização das análises.

Brito Junior (2015) coloca que em momentos de crise global muitas vezes a atenção é voltada para os humanos, para sua fundação e destino. Ele pergunta se seria a Filosofia e a Literatura resultado da crise, ou se elas estariam implicadas como agentes produtores das

calamidades. Para isso, ele se atenta à crise do humanismo, na figura de Nietzsche, e do Homem-Além-do-Homem; numa resposta nietzschiana de uma vida menos econômica, relativo à economia moral, à economia da vida e à economia da posse. Passando para Freud, na sua constatação que, diferente do que supõem linhas evolucionistas, os humanos têm uma tendência instintiva do retorno ao estado pré-orgânico, “mineral”, e com a tendência da morte ser a perspectiva final de todo organismo. A partir disso, Brito Junior (2015) passa a falar de Jane Bennet e seu livro *Vibrant Matter – a political ecology of things*, 2010. Aqui o processo de mineralização aparece tal qual o conhecido pelas ciências da vida e da natureza, como os processos químicos, físicos e biológicos envolvidos na evolução do corpo humano à adaptação na vida da terra. Mas o que Bennett sugere é que “o orgânico é o destino do mineral, o que nos obrigaria, enquanto seres vivos, a ter com a matéria formadora toda uma nova classe de obrigações e relações renovadas, numa verdadeira ecologia relacional de escala global” (Jane Bennett, 2010 apud Brito Junior, 2015:100). Brito Junior mobiliza o conceito para pensar em uma mineralização no sentido da pulsão de morte, da volta ao um estado original (Freud) e num sentido de recolocação das relações do humano junto a outros elementos, como fica sugestivo em Bennet.

Fassin (2018) também recoloca essas crises filosóficas tentando formular respostas etnográficas a isso. Ao retrair as distinções na Filosofia relativas à vida, Fassin coloca o conceito de formas de vida quando fala etnograficamente da amplitude e variações que a vida tem para alguma de suas formas; fala de ética da vida no lugar da vida ética em resposta a crise do humanismo, e demonstra uma política da vida no lugar de uma biopolítica, onde essa última, para o autor, diz respeito não há um governo da vida mas a um governo das populações. Para Fassin (2018), independente sob qual formato olhamos a vida, as desigualdades dos planos objetivos, subjetivos, eventuais ou permanentes são sempre o que compõe as formas de vida, e as presenças humanas diversas no mundo. Isoladamente nenhuma reflexão a respeito da vida faria sentido. A partir justamente disso, ele consegue isolar algo como de universal, para ele, que é a vida em suas formas, e as desigualdades envolvidas nelas.

Ferreira da Silva (2019), transcorre pela Filosofia nas rupturas e divisões operadas por filósofos da modernidade; propondo através da Poética Negra Feminista um projeto epistêmico sem as formas e as leis que conformam o Espaço-Tempo da razão universal; assim, no lugar de universalidade, determinabilidade e sequencialidade (cercos do pensamento moderno), estariam as noções de virtualidade, transsubstancialidade, transversalidade e atravessabilidade. Essas noções decorrem da sua proposição do Mundo Implicado que nos permitiria “contemplar o nível no qual tudo pode vir-a-ser e em que tal vir-a-ser e não-vir-a-ser afeta qualquer existente (humano e mais-do-que humano, animado e inanimado) (:59).

No livro, a autora nos traz a instalação artística de Otobong Nkanga, *In Pursuit of Bling*, 2014, onde a artista trabalhou com mica e outros minerais que fizeram reluzir-imaginar a violência colonial, onde ficou impossível não enxergar lugares “obscuros”, como a Green Hill - local de uma operação alemã de mineração na Namíbia (:124). Essa instalação fez saltar para Ferreira da Silva (2019) os lugares daquilo que permanece ofuscado, como a violência colonial, o que se aproxima da proposta de Araújo da colonização como “encobrimento”, e da mineração como uma camada geológica e política desse processo. A autora elabora a partir da instalação:

“Mais especificamente, estou interessada na indiferença ética com que a violência racial é recebida – uma indiferença assinalada pela maneira como a pergunta óbvia nunca (deve ser) feita porque todos presumem que esta só tem a resposta negativa. Portanto, eu opto por demonstrar como a determinabilidade – que,

junto com a separabilidade (considerada no capítulo anterior) e a sequencialidade (a ser considerada no próximo capítulo), constituem a tríade (os pilares ontoepistemológicos) que sustentam o pensamento moderno – opera na sintaxe ética em que a indiferença, como posicionamento moral (comum e pública), faz sentido. (FERREIRA DA SILVA, 2019:64)”

Ferreira da Silva trata da tríade racial, colonial e capital, recolocando, dentro do capitalismo, o aspecto econômico da racialidade. O tempo, como modelo, objeto e ferramenta da razão moderna, precisa ser requalificado para as análises da tríade colonial, racial e capital. A autora afirma que a defasagem econômica e a subjugação de pessoas e territórios não é possível apenas sequencialmente, como consequência da escravização e colonização, mas é possível imediatamente por isso. Para a autora, a expropriação colonial não é anterior à exploração capitalista. Parte do argumento de Aráoz também circunscreve essa noção. A colonização foi o momento da formação jurídico-econômica moderna. Os dois autores nos esforçam a repensar a categoria do tempo para análise da mineração e megamineração.

O espaço também precisa ser requalificado; como proposição filosófica, Ferreira da Silva nos inspira através “dos fracassos da física quântica e das heroínas de Octavia E. Butler” a pensar a noção de atravessabilidade. A intenção da autora é o fim do mundo como o conhecemos. Esse “como” diz respeito aos métodos e teorias da razão moderna que até hoje nos limitam a pensar e discutir alguns aspectos da colonialidade e racialidade. A noção de atravessabilidade diz respeito a uma categoria que nos guie por um outro tempo e outras formas de conhecer. O princípio de não localidade da física quântica desperta, em Denise Ferreira da Silva, o Mundo Implicado, diferente do Mundo Ordenado organizado pela razão moderna. Esse mundo implicado refere-se à ideia de que as diferenças são justamente uma implicação radical entre tudo e todas/os.

É esse processo que se trata para Aráoz, também, a mineralização da vida. Essa indiferença (moral, ética, política) está dentro também de suas elaborações em relação à vida, e também as de Fassin (2018); para Aráoz a mineralização produz uma espécie (in)humana indiferente para sentir e reagir diante da devastação da vida (:250) provocada pela mineração, e em Fassin essa diferença é colocada também no eixo ético-político das desigualdades que ele qualifica. Para Aráoz, como para Ferreira da Silva, a episteme moderna produz uma realidade objetiva e subjetiva, em que entretanto uma denomina também a outra. O mais interessante aqui, é que no contexto da instalação artística alguns minerais serviram também para uma criação epistêmica anti-moderna. O que nos faz voltar à constatação de que é a centralidade da relação do capitalismo criada a partir da colonialidade e da racialidade com seu “meio” de que a mineralização passa a ser um sinônimo de morte, devastação e indiferença; e não com os minerais em si, e portanto, não ao processo de mineralização como vida, sejam eles interpretados como inanimados, animados, vivos, não-vida.

Elizabeth Povinelli em *Geontologies: a requiem to late liberalism*, 2016, elabora uma divisão relacionada ao capitalismo convergente à de Aráoz como produtora de sentido dado a vida, onde a autora nos traz a noção de geontopoder, como dimensão do biopoder, o primeiro como um poder que decide e maneja os limites da Vida e Não-Vida. Esse geontopoder, em territórios minerados na Austrália, atua através, também, da mineração. O capitalismo seria uma enorme fundição. A autora contribui ao estender as discussões do biopoder, em diálogo com a biologia, ao paradigma do surgimento da geologia. O liberalismo tardio, como é chamado, opera também nesse geontopoder, e articula a vida (biologia) e a não-vida (geologia).

Povinelli traz essas questões a partir de seu trabalho com territórios indígenas e minerados na Austrália. Com isso, ela traz o que seria uma analítica da existência desses povos. A autora relaciona o colonialismo à extração e à governança da vida e da não-vida.

Para a mineração, não se trata apenas do governo da vida, mas também do que é definido como vida e não vida. As reivindicações recentes vindas de territórios minerados trazem um conflito à nível civilizatório. As análises da existência indígenas, que conferem vivacidade a rochas, rios, são tratados a nível de “cultura”, e não como uma intervenção e análises da existência. Nas disputas territoriais trazidas pela autora, ela questiona o fato dos representantes do Estado não acreditarem que uma pedra tem vida e agência, apesar de acreditarem que os indígenas acreditam. Povinelli pontua que essas analíticas da existência ficam subordinadas ao geotopoder não só pelo fato de as considerarem como uma característica de um estado inferior de evolução social, mas também porque são interpretadas como crenças e não como um método para determinar verdade. A autora nos convida a uma verticalização também da análise do capitalismo e da colonização; um ponto importante das inflexões com relação à vida e das atuais lutas territoriais é governança sobre a não vida.

Mais recentemente, no Brasil, trabalhos como o livro organizado por Jorge Mattar Villela e Suzane Alencar Vieira, *Insurgências, Ecologias Dissidentes e Antropologia Modal*, 2020, que traz etnograficamente o estado das lutas anticonfiscatórias pela vida, nos mostra como as confiscações, relacionadas à nova face por exemplo dos processos de mineração, revela-se como confiscações de modos de vida. Remetendo às ecologias em colisão de Stuart Kirsch, o modelo mineral capitalista tem produzido confiscações também do real. Parece então que a mineralização da vida, para além de seus conceitos nas Ciências Naturais remete-nos ao processo epistemológico e material da mineração na constituição da Vida (e não-Vida). E necessariamente, na determinação dos modos de vida.

O capitalismo é extrativo, minerador e mineralizador. Pensarmos o capitalismo e processos globais recentes a partir da mineração nos agrega a redimensionar o tempo e o espaço, e talvez pensá-lo tridimensionalmente ou multidimensionalmente. Esse processo de mineralização da vida nos dá conta então de um processo primeiro de formação do capitalismo, que é um processo mineral. E segundo de mineralização da vida, que faz ressoar os processos de atribuição de valor ao que é vida, não-vida, morte, e opera através de princípios da racialidade. Mais do que isso, a mineralização da vida talvez nos permita remontar uma imagem do capitalismo e da colonização que reconheça a mineração como um de seus pilares fundamentais. A mineralização da vida, e do humano, é um processo gerador de desigualdade, e nos permite pensar a mineração para fora do tempo e do espaço, no sentido de reconhecê-la como empreendimento colonial hoje. Para pensarmos a questão da vida é necessário olhar para os processos envolvidos não só na biologia, mas também na geologia, e assim, centralizar a mineração na formação do sujeito moderno e do mundo como o conhecemos. Quando pensamos a partir de outras analíticas da existência, podemos vislumbrar o caminho duplo em que a vida humana seja destino da vida mineral e a vida mineral seja destino da vida humana.

REFERÊNCIAS

- ARÁOZ, Horacio Machado. 2020. *Mineração, genealogia do desastre*. São Paulo: Editora Elefante.
- BRITO JUNIOR, Antonio B. 2015. “Memória e promessa: as antinomias do humano, a economia do sofrimento e a ecologia”. Em: SCHMIDT, Rita Terezinha; MANDAGARÁ, Pedro (Orgs). *Sustentabilidade: o que pode a literatura?*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- COCCIA, Emanuele. 2020. *Astrologia do Futuro*. Tradução de Carmen Lúcia Capra. FLUME- UERGS. Disponível em: <<http://grupoflume.com.br/wp-content/uploads/2020/08/tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acessado em 16. dez. 2020.
- COCCIA, Emanuele. 2018. *A vida das plantas: uma metafísica da mistura*. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie.

- FASSIN, Didier. 2018. *Life. A Critical User's Manual*. New York: Polity Press.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. 2019. *A Dívida Impagável*. São Paulo: Oficina de Imaginação Política/Living Commons/A Casa do Povo. Disponível em: <<https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>>. Acessado em 16. dez. 2020.
- FOUCAULT, Michael. 2010. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- KIRSCH, Stuart. *Mining capitalism: The relationship between corporations and their critics*. Univ of California Press, 2014.
- POVINELLI, E. A. 2016. *Geontologies: a requiem to late liberalism*. London: Duke University Press.
- SCOTT, Heidi V. 2008. Colonialism, landscape and the subterranean. *Geography Compass* 2/6:1853–1869, 10.1111/j.1749-8198.2008.00164.x
- TROCARTE, Charles; COELHO, Tádzio. 2020. *Quando vier o silêncio*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular.
- VIEIRA, Suzane de Alencar; VILLELA, Jorge Mattar (org.). 2020. *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. [E-book]. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária.



GT 06 – Modelo Extrativista, Mega-Projetos e Economia de *Commodities* na América Latina

GRANDES PROJETOS DO CAPITAL NA AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES ATINGIDAS EM BARCARENA.

Robert Damasceno Rodrigues (PPGP/UFPA)¹

Leandro Passarinho Reis Junior (PPGP/UFPA)²

RESUMO

Objetivamos, com este artigo, evidenciar alguns aspectos da produção das subjetividades atingidas na Amazônia, circunscrevendo a nossa análise às mudanças provocadas nos modos de vida dos atingidos pelos grandes projetos do capital na Amazônia. Partimos da psicologia social crítica, que fundamenta a nossa concepção de subjetividade, em unidade com a objetividade e, como nos orienta o método marxista, compreendemo-la como um produto material, histórico e dialético. O nosso ponto de partida é dos atingidos, de suas falas colhidas a partir de entrevistas semiestruturadas e, fazendo em seguida o movimento dialético, analisamos as mudanças em seus modos de vida decorrentes da implantação da estratégia do capitalismo na Amazônia e da instalação dos grandes projetos em Barcarena, como elementos que nos auxiliam a compreender a produção das subjetividades atingidas. Concluímos com a necessidade de aprofundar a pesquisa, mas que, inicialmente, ela já nos possibilita refletir sobre as possibilidades de contribuição, a partir deste estudo, para a luta política em defesa dos direitos ameaçados e violados dos atingidos em Barcarena.

Palavras-chaves: Atingidos; Psicologia Social Crítica; Subjetividade; Grandes Projetos; Barcarena.

¹ Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: robertdr.psi@gmail.com.

² Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: lpassarinho28@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado em andamento intitulada *Subjetividades Atingidas: os atingidos em Barcarena e os grandes projetos do capital na Amazônia*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e com bolsa da CAPES, tendo o autor e coautor, respectivamente, como mestrando e orientador.

As subjetividades atingidas não são eternas, estanques e cristalizadas; elas são dinâmicas, dialéticas e contraditórias. Elas também não são, apesar das aparências, uma qualidade subjetiva pertencente ao indivíduo atingido; elas são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas, produto material da realidade concreta e síntese ideológica do pensamento social. Elas compreendem a totalidade do sujeito atingido, sendo este um produto da realidade e que a ela produz reciprocamente.

Estas afirmações devem ser consideradas desde a perspectiva da psicologia social crítica, que reivindica o leito teórico, metodológico e político do marxismo e, portanto, advoga a unidade entre teoria e prática tendo em vista a transformação radical da sociedade. Compreendemos, porém, que este é um campo que, apesar de já vir se constituindo há várias décadas – desde, pelo menos, a crise da psicologia e os Congressos Interamericanos de Psicologia nos anos 1970, quando são lançadas as premissas para a construção de uma psicologia social com bases materialistas-históricas e voltada para as realidades próprias de cada país no contexto da América Latina (LANE, 1989a) – ele ainda possui imprecisões na sua definição e luta para se afirmar no interior da psicologia.

Segundo Lima & Lara Junior (2014), a tarefa da psicologia social crítica consiste em elaborar conceitos e propor alternativas subjetivas e concretas frente à realidade, de modo que seja “crítica ao que existe de desigualdades e oportunidades e do que é produzido e reproduzido pelos regimes de invisibilidade” (p. 9). De modo semelhante, Lacerda Jr. (2013, p. 217), considera-a como um conjunto de ideias e práticas “que buscam contribuir para algum projeto emancipatório e/ou elaborar novas formas de pensar o indivíduo, a subjetividade, o sujeito e outras categorias importantes para a psicologia”. Já Furtado (2009), por sua vez, defende que, para se constituir como crítica, a psicologia precisa produzir um conhecimento decisivamente revolucionário, que estude o sujeito como ser da transformação, “sua subjetividade e que relacione tal subjetividade dialeticamente com as condições objetivas da transformação social” (p. 254).

É dessa concepção, de modo geral, que procuramos nos aproximar nesta pesquisa. Elegendo a categoria *modo de vida* (MARX & ENGELS, 2007) como unidade analítica, buscamos investigar a produção das subjetividades dos atingidos em Barcarena a partir das transformações provocadas em seus modos de vida pelos grandes projetos. Este objetivo

conduz-nos, portanto, à tentativa de colocar o nosso estudo à serviço da luta pela mudança nas condições materiais e subjetivas que produzem as subjetividades atingidas como correlato de crimes, injustiças e opressões, buscando contribuir na emancipação humana dos sujeitos atingidos e na garantia de seus direitos.

Da perspectiva adotada e do objetivo proposto, temos uma concepção de subjetividade e um aparato metodológico inescapáveis. De um lado, a compreensão da subjetividade em termos marxistas e, de outro, a utilização do materialismo histórico e dialético como método de investigação e exposição. Da primeira, consideramos a subjetividade como uma construção histórica, marcada pela dupla determinação da base econômica e da superestrutura ideológica da sociedade capitalista, exercendo também, sobre estas, considerável influência (SOUZA, 1991; SILVEIRA, 2002; SAVIANI, 2004; CHAGAS, 2013; MORAIS & LACERDA JR., 2019; ALVES, 2020). Da segunda, utilizamos um método de modo indissociável da teoria que o acompanha e de um posicionamento político, onde as contradições e a totalidade que envolvem um objeto devem ser consideradas na análise concreta de suas determinações materiais (NETTO, 2011; SOBRAL, 2012; MARX, 2017; GORENDER, 2017).

Esta concepção e este método, portanto, são indissociáveis, fundamentam-se e condicionam-se reciprocamente na aplicabilidade de seus conceitos para alcançar nossos objetivos no interior da psicologia social crítica. Para Chagas (2013), no pensamento de Marx, a subjetividade não é uma instância posta naturalmente, independente e autônoma; ela é construída socialmente num determinado tempo histórico e este tempo, em questão, é marcado pela sociedade capitalista, suas contradições e antagonismos de classes. Ainda segundo o autor, a produção material e espiritual, ou seja, objetividade e subjetividade, operam ao mesmo tempo como partes integrantes da totalidade social.

Este é um ponto central que determina nossa abordagem da subjetividade e ao mesmo tempo o procedimento analítico: a unidade entre as esferas subjetiva e objetiva, entre ideologia e economia, indivíduo e sociedade, elementos micro e macroestruturais. Neste sentido, de acordo com Alves (2020, p. 02), “o materialismo dialético entende que não existem oposições dualistas/dicotômicas entre as instâncias sociais e individuais, objetividade-subjetividade, interno-externo”. Silvia Lane (1989b), por sua vez, sintetiza esse entendimento, ao afirmar que, em base dialética, a unidade dos contrários é o que permite integrar o dilema subjetividade-objetividade no conhecimento do ser humano. Para a autora, “a subjetividade se objetiva nas ações do homem sobre o seu meio, assim como este meio e o que constitui objetivamente se torna subjetivo no psiquismo humano” (p. 149).

Neste sentido e, tendo em vista a apreensão de alguns elementos fundamentais da totalidade imanente às subjetividades atingidas, partimos destas para alcançar determinados aspectos mais gerais do capitalismo em sua atual fase sob a égide do Novo Imperialismo

assentado na acumulação por espoliação (HARVEY, 2005), passando assim pela formação socioeconômica do município de Barcarena e da região amazônica. O método, portanto, impele-nos ao recurso da história para visualizar as determinações que configuram o presente. Segundo Sobral (2012, p. 11), na concepção histórica advinda do método marxista, “a história do homem é compreendida “de frente para trás”, ou seja, partindo do presente de volta ao passado, numa concepção inversa ao modo tradicional de se “contar” a história”.

É desse procedimento que Marx e Engels (2007) afirmam a concepção materialista da história. Criticando a ideologia dominante na Alemanha na metade do século XIX, eles partem da sociedade civil nos seus diferentes estágios, como base de toda a história, para afirmar que é através da análise da produção material da vida imediata que se pode explicar, nesta sociedade, os seus diferentes produtos teóricos e formas de consciência, como a religião, a filosofia, a moral, etc. Essa produção da vida material imediata corresponde, por sua vez, ao modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida. Segundo os autores, “Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos” (p. 87), quer dizer, também corresponde à reprodução de suas ideias, de sua vida subjetiva. Eles continuam: “Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos” (ibidem).

Dessa interpretação, consideramos o *modo de vida* – aquilo que os sujeitos efetivamente fazem – como unidade analítica que nos permite compreender a totalidade implicada na produção e reprodução de sua existência física/objetiva e subjetiva, individual e coletiva; no caso dos atingidos em Barcarena, das determinações locais, regionais e, ao mesmo tempo, das esferas globais do capitalismo que provocam mudanças em seus modos de vida através dos grandes projetos. As subjetividades atingidas, portanto, podem ser consideradas a expressão subjetiva das mudanças ocorridas no modo de vida dos atingidos por conta dos grandes projetos, mas que aparece, para nós, materialmente, na unidade com a expressão objetiva dessas mudanças e seus demais correlatos.

Para empreender esta análise, realizamos entrevistas semiestruturadas com atingidos em Barcarena – para este artigo utilizaremos partes de três entrevistas realizadas entre o final de 2020 e início de 2021, identificadas pelos nomes dos atingido que as concederam: Leonardo, Sandra e Socorro – cotejando com a revisão de literatura sobre a formação socioeconômica do município e da Amazônia, ao lado da teoria marxista que nos auxilia, tanto na perspectiva da psicologia social crítica, quanto das compreensões mais gerais sobre o modo capitalista de produção. Apresentaremos os nossos resultados em duas partes: a primeira, voltada a compreender a formação das subjetividades atingidas a partir da implementação da estratégia do capital na Amazônia pela ação dos grandes projetos e, uma segunda, apresentando alguns elementos gerais sobre as mudanças provocadas pelos

grandes projetos nos modos de vida dos atingidos em Barcarena e de como essas mudanças se expressam na formação das subjetividades atingidas. Ao final, trazemos uma breve conclusão de um trabalho inevitavelmente inconcluso.

2. OS GRANDES PROJETOS DO CAPITAL NA AMAZÔNIA E AS SUBJETIVIDADES ATINGIDAS

E aqui mesmo morando aqui no Arrozal a gente é atingido, por exemplo: a Hidrelétrica de Tucuruí, ela foi construída justamente pra... pra dar apoio pra esses projetos aqui né, da Albrás-Alunorte. A grande menina dos olhos da hidrelétrica era esse projeto aqui, que é o maior consumidor de energia. Então quando você perde lá o... aquela... uma grande parte do que foi inundado lá da... da hidrelétrica, que tem área muito grande que foi inundada, aí lá você perde vegetação, você perde lá a fauna, aí você... pra cá pra baixo você perde a produção do peixe, né? Mapará e outras espécies. Isso vai influenciar aqui em Barcarena também, porque esse pescado que é produzido pra essa região de lá ele também vinha pra ser... abastecer o município aqui, por isso o preço vai elevar, as pessoas deixam de se alimentar, e você aqui... em Barcarena hoje sendo atingido, por exemplo: quando transborda né, as bacias, essas bacias elas são ainda é... resultado desse... dessa barragem lá né, da Hidrelétrica de Tucuruí. Aí a gente tá sendo impactado todinho essa região do baixo Tocantins aqui. A gente somos atingidos sim por esses projetos, que não é só Albrás e Alunorte, né? São as hidrelétricas, agora as ferrovias, as hidrovias, esse projeto agora que tem da... dessa empresa aí da termelétrica; tudo vem em detrimento dessa questão desses projetos, que é o grande idealizador desse consumo todo, é esse projetão aí né, o projeto chamado Grande Carajás, que ainda fazia parte desse projeto, que não é um projetinho, né? Se você for analisar, ele vem embutido de muitas outras e outras e outras. É agronegócio, é a parte da mineração e é o capitalismo mesmo né, o capitalismo se determinando, auto-determinando o quê que vai fazer... o que vai... por onde vai ganhar e quem vai perder; e quem vai perder... e quem vai perder somos nós né... já perdemos. (Leonardo)

Começamos com esse trecho da fala de um atingido que retrata alguns aspectos fundamentais de elementos mais gerais dos grandes projetos e as suas relações com as mudanças no modo de vida dos atingidos em Barcarena. Ele ressalta a forma de organização dos grandes projetos na Amazônia, onde eles se associam formando cadeias que envolvem a geração de energia através das hidrelétricas e termelétricas; a produção das commodities – no caso minerais – nas indústrias do alumínio; o transporte e a exportação de matérias primas, produtos extrativos minerais e do agronegócio pelas ferrovias e hidrovias. Ao mesmo tempo, evidencia as mudanças que estes projetos, em sua totalidade, provocam no modo de vida dos atingidos, impactando as suas formas de subsistência, como a pesca e o extrativismo vegetal, e associando, por outro lado, essas mudanças à figura do capitalismo que se autodetermina sob a forma da exploração.

Essa caracterização dos grandes projetos, considerada do ponto de vista do atingido, é resultado de uma subjetividade que se constitui nas mudanças sofridas em seu modo de vida, de uma subjetividade atingida que se objetiva nas consequências materiais

mais significativas dos grandes projetos. Estas consequências, por sua vez, vêm sendo examinadas, sistematizadas e sintetizadas em um conjunto de estudos de vários campos do conhecimento. Berta Becker (1997) por exemplo, definiu os grandes projetos como uma forma espacial, considerando-os enclaves, pois são implantados em regiões de forma isolada, dissociados das forças locais, do que decorre um conjunto de características: a magnitude da construção, com grande mobilização de capitais e mão de obra; o surgimento de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, que expressam a segmentação de mão de obra qualificada / não-qualificada; e a “conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante” (ibidem, p. 63).

Castro (2019), por sua vez, além de reforçar a concepção de enclaves atribuída aos grandes projetos na formulação de Becker, acrescenta alguns elementos a essa definição que evidenciam, também, consequências sociais e ambientais destes empreendimentos, tais como: 1) impõe uma dinâmica expansionista de apropriação de novos territórios e recursos tendo em vista a produção de commodities (minerais, florestais, energéticas e do agronegócio); 2) tem suas dinâmicas frequentemente acompanhadas de crimes relacionados à terra, como a grilagem, deslocamentos forçados de famílias de seus territórios, violência e assassinato de lideranças locais, além da inviabilização de formas tradicionais de produção e trabalho pela contaminação do solo, de rios, etc; 3) contém componentes de alto risco e imprevisibilidade, com tecnologias e gestão que tem que se demonstrado inconsistentes, inseguras e ineficazes; 4) produzem, por tanto, alto grau de externalidades que se traduzem em danos sociais e ambientais e não são reconhecidos pelas empresas como passivos.

A dimensão histórica subjacente à essas definições, corresponde ao modo sistemático de imposição, pelo capitalismo, ao longo dos séculos, de uma posição subordinada e dependente da região amazônica no cenário internacional, como fornecedora de matérias primas através da exploração, saque e destruição de suas riquezas. Consequentemente, também, evidencia a forma de produção dos sujeitos e subjetividades na Amazônia, em um processo contínuo de violência, negação e violação de direitos. Nessa direção, podemos associar os primeiros séculos de exploração da Amazônia àquilo que Marx (2017, p. 831) chamou de “pré-história do capital”, considerando o papel decisivo que a região cumpriu através do extrativismo das drogas do sertão para engrossar o caldo da acumulação primitiva na Europa até o florescimento do capitalismo industrial (PICOLI, 2006; MARQUES, 2019). Ao mesmo tempo, aliada ao modelo extrativista, a escravização de negros africanos e indígenas foi um elemento central do colonialismo implantado na Amazônia (CASTRO & CAMPO, 2015). Este processo, quando não determinava o extermínio físico destes trabalhadores – principalmente no caso dos indígenas – terminava “por reduzir à descaracterização total a sua cultura, e “caboquizá-los progressivamente, até que deles

apenas restasse uma lembrança vaga e remota como objeto de curiosidade cultural” (LEAL, 2010, p. 12).

Em seguida, foi também o monoextrativismo do látex – quando entre 1870 e 1910 “a Amazônia recebeu entre 300 e 500 mil nordestinos” (PICOLI, 2006, p. 28) para trabalhar nos seringais em um sistema de quase escravidão, chamado de aviamento, e que, posteriormente, se repetiu como política de Estado entre 1942 e 1945 – que contribuiu com o esforço de guerra norte-americano e para os Estados Unidos sair como principal potência imperialista da Segunda Guerra Mundial. Agora, se olharmos para a expressão material dos grandes projetos na Amazônia, de meados do século XX até os dias atuais, vemos que, de um lado, eles reforçaram a vinculação da região amazônica ao capital financeiro internacional como fornecedora de matérias primas, agora sob a lógica do neoextrativismo (CASTRO, 2019) e da acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) e, de outro, consolidaram a constituição de uma classe trabalhadora amazônica altamente explorada, ameaçada e violentada, fruto de promessas e mentiras, intensos processos migratórios, crimes ambientais e violações de direitos.

É a partir da materialidade histórica dos grandes projetos na Amazônia, em sua totalidade e suas contradições, portanto, que podemos compreender a produção das subjetividades atingidas em Barcarena na perspectiva da psicologia social crítica. Consideramos, deste modo, o desenvolvimento do modo capitalista de produção na Amazônia, desde a sua pré-história, até a fase dos grandes projetos, como parte integrante da base material onde se objetivam as subjetividades atingidas. O movimento que efetivamos, contudo, parte dos atingidos, de suas subjetividades objetivadas nas mudanças provocadas pelos grandes projetos em seus modos de vida para, dialeticamente, a partir delas, perseguir as dimensões econômicas, políticas e ideológicas da sua produção e, em seguida, retornar a elas como síntese desse processo. É a fala dos atingidos, deste modo, que nos permite aprofundar a investigação e qualificar a exposição de nossa análise:

Olha, a gente acompanha esses grandes projetos desde praticamente da implantação, né? Desde 1980, na década de 80. E a gente fomo muito mal informado a respeito do projeto. Primeiro que se falava que Barcarena era terra do alumínio, que tinha alumínio em Barcarena, né? Que vinha se fazer pesquisa pra explorar esse alumínio porque Barcarena era a terra do Alumínio. E na ...na década de 70, final da década de 70, que começou já fazer todo esse estudo aqui, que o pessoal começou a vir cavar buraco aí pra análise de terra... do solo, né, fazer análise do solo. Aí a gente não tinha uma organização, né, era na época da ditadura, própria militar... a gente não tinha uma associação, não tinha um sindicato pra discutir, pra fazer um debate acerca do que eram esses grandes projetos, pra que servia, o que de fato esses projetos vinham pra cá pra Barcarena. A gente sabia através da igreja, né, do padre que dizia assim: “Olha, daqui há 30 anos vocês não vão poder usar esse rio”. E hoje a gente tá vendo que isso foi de fato, foi verdade, né? Que as águas, a gente não sabe a quantidade de materiais químicos que tem aí nesses rios; a gente só sabe que... que tem consequências disso. (Leonardo)

Então do passado eu tenho saudade, muita saudade do passado, né? Sei que não volta mais, que vai só piorando, né? Só piorando; as situações vai só piorando. Que tem uma coisa que eu lembro: que o meu avô, em 77, eu era criança, mas eu lembro que meu avô falava assim mesmo é... que ia haver muita mudança aqui. Ele olhava; a casa dele era embaixo, eu acho que 150 metros daqui era a casa dele, bem na beira do igarapé né, e pra cá era um sítio muito grande né, tudinho isso aqui era sítio. Ele falava assim: “Daqui mais uns tempo vocês vão ver, isso tudo tá cheio de casa, cheio de empresa que tão vindo de fora”. Olha aqui gente, 77! Como é que ele sabia disso? Até hoje eu me pergunto, como é que ele sabia disso. Ele não sabia ler, não sabia escrever, como ele sabia disso? (Sandra)

Encontramos aqui uma dimensão histórica fundamental das subjetividades atingidas em Barcarena: o início da implantação dos grandes projetos. A referência dos atingidos é aos anos 1970 e 1980, período marcado pela ditadura empresarial militar no Brasil, onde a exploração, o saque e a destruição da região amazônica passaram a ser concebidos de maneira sistemática, organizada e planejada como política de Estado, visando a internacionalização e integração da Amazônia ao mercado mundial através do binômio Estado/empresas privadas, nacionais e internacionais. Olhando de maneira global para os grandes projetos, sua racionalidade, seu *modus operandi*, sua finalidade e suas consequências, vemos que eles respondem à mesma estratégia, à mesma estratégia que marcou todo o desenvolvimento da região amazônica desde a chegada dos colonizadores: a estratégia do capital, voltada à acumulação, expansão e reprodução ampliada do seu valor. A implementação dessa estratégia, portanto, sob a forma dos grandes projetos na Amazônia, constitui-se em um elemento determinante para a compreensão das subjetividades atingidas em Barcarena e merece ser considerada em nossa análise, pois provoca um conjunto de mudanças nos modos de vida dos atingidos. Quer dizer, não são apenas os grandes projetos imediatamente postos na vida dos atingidos – presentes no seu território – que provocam mudanças em seus modos de vida, mas também é a totalidade dos grandes projetos, através da estratégia do capital na Amazônia. Olharemos brevemente para alguns elementos que envolvem essa totalidade e nos ajudam a compreender a implementação dessa estratégia para, em seguida, retornar aos atingidos, visualizar as mudanças eventualmente provocadas em seus modos de vida e, conseqüentemente, a produção das subjetividades atingidas em Barcarena.

Segundo Marques (2019), foi no estado do Amapá, em 1945, que houve a instalação do primeiro grande projeto na Amazônia. Após a descoberta de enormes reservas de manganês na Serra do Navio, seguiu-se à construção da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), subsidiária brasileira da multinacional estadunidense Bethlehem Steel; esta, controladora do monopólio internacional do aço, exauriu em 30 anos uma das maiores jazidas de manganês do mundo, tendo como objetivo central o suprimento de matéria prima à siderurgia norte-americana. A partir desta primeira experiência, percebemos de imediato algumas características fundamentais que, complementando as definições já apresentadas

de Becker (1997) e Castro (2019), expressam o papel desempenhado pelos grandes projetos na estratégia do capital, como: a transferência de capitais de monopólios internacionais para a Amazônia; a posição dependente e subordinada da burguesia nacional e do governo brasileiro; o saque e devastação das riquezas naturais; e a exportação de matérias primas e lucros para o exterior.

O que determina o grande projeto, nesta concepção, não é sua dimensão de tamanho, sua estrutura ou o empreendimento, mas antes o movimento de capital que ele engendra. Suas fontes de financiamento, sejam elas públicas, privadas ou mistas, têm sua origem no mercado financeiro; este, investe na produção de mercadorias sob a forma de *commodities* que são exportadas para, no comércio internacional, realizar o seu valor gerando lucros extraordinários que, por sua vez, expandem a riqueza acumulada do capital financeiro. A Amazônia, deste modo, passou a ser cada vez mais internacionalizada, integrando-se de maneira dependente ao mercado global do capital financeiro, sendo alvo de investimentos de grandes bancos e grupos empresariais monopolistas. Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro, principalmente a partir dos anos 1960, não mediu esforços para facilitar “a expansão capitalista na região, tendo como estratégia os incentivos fiscais e o crédito” (PICOLI, 2006, p. 45). Com essa intenção que foram criados, por exemplo, o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), juntamente com os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PNA's I, II e III) que planejaram, coordenaram, orientaram e executaram a maioria das políticas implementadas na região que se traduziram em grandes projetos voltados para a integração física e transportes (principalmente pela abertura de estradas), ocupação humana, agropecuária, geração de energia e mineração em larga escala (MARQUES, 2019).

Escamoteados sob a ideologia da segurança nacional propagada pelos governos militares, de que a Amazônia era uma terra sem homens para homens sem-terra e de que era preciso integrar para não entregar, todos os grandes projetos seguiram fielmente a estratégia do capital e tiveram as suas ações determinadas pelas condições do mercado a nível mundial. Um grande exemplo foi o Projeto Jari, empreendido em 1967 pelo megaempresário estadunidense Daniel Ludwig e, para o qual, segundo Leal (2010, p. 38), “A Amazônia foi, apenas, o lugar do seu assentamento e da sua ação de saque”. Mas foram os choques do petróleo na década de 1970 que – aprofundando a crise estrutural do capitalismo e impondo a necessidade de recuperação da sua taxa de lucro – impulsionaram a implementação da estratégia do capital na Amazônia através dos grandes projetos. Neste sentido, um conjunto de pesquisas e descobertas mineralógicas recentes garantiram os insumos necessários para essa operação. Uma dessas foram as reservas de bauxita no rio Trombetas (em Oriximiná/PA), descobertas pela Alcan, multinacional canadense do alumínio, e exploradas pela sua subsidiária no Brasil, a Mineração Rio do Norte, em associação com a estatal

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e várias outras empresas nacionais e estrangeiras. Outra importante descoberta deste período foram as reservas de ferro da Serra dos Carajás que, segundo Becker (1997), desembocaram no primeiro grande programa integrado para a exploração mineral da Amazônia a partir de 1980, diferindo-se das iniciativas isoladas da década anterior.

As 18 bilhões de toneladas de ferro de alta qualidade da mina de Carajás foram descobertas em 1967 pela Unitet States Steel e em 1977 a CVRD adquiriu as suas ações. “As reservas, assim como o complexo mina-ferrovia-porto, formaram a espinha dorsal de um programa mais amplo: o Programa Grande Carajás (PGC)” (MARQUES, 2019, p. 146) que foi orçado, em 1981, em 61,7 bilhões de dólares. Boa parte dos investimentos ficaram à cargo do governo brasileiro, sustentando a iniciativa da CVRD como empresa pública, mas também favorecendo *joint ventures*, reduzindo assim o poder absoluto da estatal (BECKER, 1997). Ao PGC vincularam-se um conjunto de grandes projetos: o Projeto Ferro Carajás (PFC), voltado à exploração de ferro e manganês e pertencente à CVRD – com a mina em Parauapebas (PA) e a ferrovia se estendendo pelos estados do Tocantins e Maranhão; o projeto ALUMAR, no Maranhão, pertencente à Alcoa, Sheel e Camargo Corrêa, produzindo alumínio primário; e o Projeto Albrás-Alunorte, em Barcarena, pertencente à CVRD e à multinacional japonesa NAAC (Nippon Alumínio Company Ltda.), produzindo alumínio e alumina. À Albrás-Alunorte, por sua vez, vincularam-se outros grandes projetos, como o Porto de Vila do Conde e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, construída em 1984 pela estatal Eletronorte e voltada para “o fornecimento de energia ao polo minerometalúrgico da Amazônia Oriental” (CASTRO et al, 2014, p. 10).

Compreendemos, deste modo, que os grandes projetos em Barcarena são o acúmulo de um processo muito amplo, que envolve a implementação da estratégia do capital na Amazônia e, portanto, a totalidade dos grandes projetos que foram construídos na região. São as mudanças provocadas pelos grandes projetos, em sua totalidade, nos modos de vida dos atingidos, que se objetivam nas subjetividades atingidas e levam o padre da comunidade a avisar: “Olha, daqui há 30 anos vocês não vão poder usar esse rio!” (Leonardo). Ou então, o avô de uma de nossas entrevistadas prever, categoricamente: “Daqui mais uns tempo vocês vão ver, isso tudo tá cheio de casa, cheio de empresa que tão vindo de fora” (Sandra). Tanto o clérigo quanto o leigo, apesar de não viverem a experiência dos grandes projetos, apesar de Barcarena não ter, no seu território e nesta época (década de 1970) os grandes projetos instalados, são atingidos; são atingidos porque tiveram os seus modos de vida modificados pela totalidade dos grandes projetos na Amazônia e a estratégia que os orienta; são atingidos porque tiveram os seus modos de vida modificados e, dessa forma, já não vivem como antes, pois vivem na iminência de outras grandes mudanças em seus modos de vida e nos das

gerações futuras; são atingidos e, portanto, expressam subjetivamente, em suas subjetividades atingidas, a materialidade histórica dessas mudanças.

3. OS GRANDES PROJETOS EM BARCARENA E AS MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA DOS ATINGIDOS

Como já visualizamos na primeira parte, as subjetividades atingidas em Barcarena podem ser consideradas a expressão subjetiva das mudanças provocadas nos modos de vida dos atingidos pela totalidade dos grandes projetos, que seguem, por sua vez, a estratégia do capital na Amazônia. É importante analisar agora, a dimensão local desses grandes projetos, a partir da sua estruturação no município de Barcarena, suas contradições e suas consequências como mudanças nos modos de vida dos atingidos. Esta é uma parte determinante da totalidade que já começamos a descrever e, sem dúvidas, comporta elementos fundamentais para a nossa compreensão sobre as subjetividades atingidas. Os trechos das falas dos atingidos, a seguir, já comportam uma série de aspectos históricos, políticos, econômicos e ideológicos que conformam um bom ponto de partida:

A implantação dos grandes projetos, eles eram propagado de que era pro desenvolvimento, né? Que ia gerar emprego, que ia melhorar a vida das pessoas, que as pessoas iam ter emprego, iam ter vidas melhores, mas não foi isso, né? Quando nós tivemos a implantação do projeto foram: comunidade do Burajuba, comunidade do Laranjal, comunidade do Japiim, comunidade do Tauá, comunidade da Cabeceira Grande. Elas foram praticamente extinta do mapa, porque houve um processo de desocupação desses territórios, dessas comunidades, pras pessoas saírem de lá num modelo de... tipo... eles consideraram indenizações das áreas, né, que compravam as terras das pessoas. Não houve compra! Houve chegar assim e dizer: "Olha, vocês têm que sair. O terreno de vocês vale x e vocês vão sair; vocês vão procurar pra onde cês vão". (Leonardo)

Quando chegaram os primeiros projetos o povo barcarenense, que não tinha ainda é... essa noção de que se tratava, achava que era uma coisa boa, né? Vendeu terra barata né, vendeu às vezes tudo que tinha pra vir pra cidade, pra ir pras vilas né, e deu nisso; hoje as pessoas ficaram sofrendo, porque não tavam... não tavam adaptado pra morar em cidade, não tavam adaptado pra morar nos lugares em que foram jogados, né? Não tinham nem como trabalhar e a única atividade que as pessoas desenvolviam muitos deles era roça; não tinha nem sequer qualificação, como eu falei antes né, pra desenvolver um outro trabalho, né. (Socorro)

A questão dos grandes projetos né, que a gente vem sofrendo há muitos anos né, há anos. Houve primeiro, como eu sempre falo, que primeiro... o primeiro grande crime foi a retirada do povo, né? Dos meus parentes, dos meus antes queridos que saíram da nossa... da nossa região né, do distrito de Murucupi, dos anos 80 pra cá. Então esse... desde lá vem esse... os grandes projetos eles vêm e eles vêm tomando posse de tudo, de terras, locais que eram de famílias tradicionais; e eles vêm trazendo, eles vão acabando com tudo e hoje os grandes projetos, a gente vê que eles já se colocaram né, já tão dentro, muitos anos dentro da área e tá vindo muito, a gente sabe. (Sandra)

Os trechos acima demonstram a violência da força material dos grandes projetos desde o seu primeiro momento; eles posicionam os grandes projetos em Barcarena na imediaticidade da vida dos atingidos, como uma sombra que se levanta sobre as suas cabeças, vindo de longe, mas que logo toma forma concreta e lhes assalta um dos seus bens mais preciosos: o seu território, e junto com ele leva a sua cultura, sua identidade, suas relações familiares, de afeto, trabalho e lazer. A fala dos atingidos deixa explícito: o primeiro grande crime praticado pelos grandes projetos em Barcarena foi a retirada das famílias das suas terras tradicionais; das terras onde a sua ancestralidade foi construída, onde viram seus parentes nascer e morrer, onde pescavam, caçavam, plantavam e colhiam. Depreende-se já, a partir daí, o poder avassalador dos grandes projetos como produtores de profundas mudanças nos modos de vida dos atingidos. Desse entendimento, temos a tarefa de investigar essa dimensão fundamental da produção das subjetividades atingidas, presente na materialidade histórica do conjunto de deslocamentos territoriais – compulsórios ou não – das famílias tradicionais associados à chegada dos primeiros grandes projetos em Barcarena.

O município de Barcarena, localizado a 40 km de Belém, capital do estado do Pará, ocupa atualmente uma área de 401 km², sendo considerado por Carmo (2020), como um dos municípios de grande expansão na Amazônia Oriental – região que compreende os estados do Pará, Amapá, Tocantins e oeste do Maranhão. A sua formação histórico-territorial remonta ao século XVII quando, em 4 de março de 1653, o padre jesuíta José Delgardes procedeu a fundação da Vila Murucupi – hoje chamada Vila do Conde – então habitada pelos índios Mortigura (BARROS, 2007). Desde então, a partir da ação dos jesuítas em catequisar e silenciar a cultura dos indígenas, além de explorar-lhes como mão de obra escrava, sucederam-se incontáveis processos – movidos, em sua essência, pela mesma estratégia de acumulação de riquezas determinante da formação amazônica – que levaram a um conjunto de mudanças nos modos de vida das populações locais, sendo o mais recente deles desencadeado a partir da chegada dos grandes projetos. Este, porém, foi o mais intenso, avassalador e produtor de transformações mais profundas, pois ao longo dos séculos, os povos originários e tradicionais locais conseguiram conservar, pelo menos em partes, diversos traços de sua cultura e modos de vida, como a pesca, a caça, a coleta de frutas e a relação identitária com a terra e os rios, mas que, pela ação dos grandes projetos, tornam-se cada vez mais restritos às comunidades que tomaram a decisão de resistir e preservar sua história.

A localização geográfica estratégica de Barcarena – próxima de Belém, que lhe forneceria mão de obra, materiais e serviços especializados; a 325 km de onde seria construída a UHE de Tucuruí, que lhe forneceria energia elétrica; próxima às ocorrências de bauxita e outros minerais; e com acesso marítimo privilegiado aos Estados Unidos, Europa e Ásia (PRESSLER & MATHIS, 2007; CARMO, CASTRO & PATRÍCIO, 2015) – além de um conjunto de incentivos e subsídios estatais, determinaram com que Barcarena viesse a se

constituir no que hoje é o maior polo industrial de alumínio da América Latina (AGUIR, VECCHIONE & CARDOSO, 2016). Deste modo, em 1976 os governos do Brasil e do Japão assinaram o acordo para a implantação do complexo alumínico no município e, no ano seguinte, o Governo do Estado do Pará expediu um decreto desapropriando uma área de 40.000 hectares para a construção das plantas industriais da Albrás, Alunorte e do Porto de Vila do Conde (BARROS, 2007).

No contexto da expansão capitalista, foram os interesses de grupos econômicos internacionais que levaram Barcarena a sediar esses grandes projetos. Imediatamente, como primeiro ato de seus gestores, as comunidades tradicionais são identificadas como um empecilho para a concretização desses interesses, devendo ser removidas para dar lugar aos empreendimentos. Segundo Acevedo-Marin & Maia (2018), ao Estado brasileiro coube, portanto, a tarefa de efetivar essa remoção com suas agências de desenvolvimento que “com políticas de expropriação “arrumaram” o território a ser explorado pelo mercado internacional, deslocando os sítiantes, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará – CDI e da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR” (p. 52). Desde então, ao longo dos anos, milhares de famílias foram retiradas de suas terras. Hoje são cerca de 10 mil pessoas atingidas pelos grandes projetos vítimas ou ameaçadas de deslocamentos compulsórios de seus territórios (BARCARENA LIVRE, 2016), muitas das quais foram deslocadas sucessivas vezes tornando-se migrantes dentro do seu próprio território, vagando entre diferentes comunidades de acordo com os novos deslocamentos porque passavam e tornando-se migrantes internos do próprio município, vagando por várias localidades sem ter o seu direito à terra garantido (FIALHO, 1999; HAZEU, 2015).

Todo este processo levou a produção de novas territorialidades no município de Barcarena (CARMO, CASTRO & PATRÍCIO, 2015), reconfigurando os limites e localizações espaciais das comunidades tradicionais e provocando grandes transformações em suas práticas e relações coletivas. Essa dimensão, das mudanças provocadas no modo de vida dos atingidos enquanto coletividade, torna-se, para nós, essencial para aprofundar a nossa compreensão sobre a produção das subjetividades atingidas em Barcarena. Enquanto Leonardo pontua firmemente o conjunto de comunidades que foram desapropriadas para dar lugar aos grandes projetos, Socorro lamenta pelas pessoas que foram enganadas ao vender suas terras por valores irrisórios e Sandra lembra, com tristeza, dos seus parentes, seus entes queridos que foram expulsos do seu território. Os nossos entrevistados, tanto aqueles que passaram pela experiência da desapropriação, como no caso de Leonardo, que relata: “Foi aí inclusive que nós saímos de lá da cabeceira. Nós moramos na Ilha das onças, nós moramos... viemos morar aqui nesse Arrozal. Aqui nesse Arrozal nós moramos em três terrenos, com esse aqui”. Ou aqueles que, como Socorro, continuaram em seu território de origem: “Eu nunca... tipo assim, nunca morei noutra lugar. Nunca, nunca, nunca... nunca morei em outro

lugar. E minha mãe e meu pai, tudo moravam aqui, meus avós... e eu nasci... eu nasci ali, do lado da Trambioca. Só fiz atravessar pra cá”. Porém, tanto aqueles que foram deslocados, venderam ou perderam as suas terras, como os que permaneceram em suas localidades, ambos são atingidos e, de suas falas, depreendemos a importância da identificação com a coletividade atingida na produção das subjetividades atingidas.

Então, tipo assim, como não se sentir atingido, né? Outra coisa: a nossa comunidade aqui, a gente considera lá da entrada. Não sei se você já andou pra cá. Não? Pra varar na Fazendinha, pelo ri. Não! Lá da entrada, até aqui na saída pra Barcarena é Arrozal. Então o Murucupi tá aqui dentro, dentro da nossa comunidade; desboca aqui no Arrozal o Murucupi. Então ele é o que mais faz... a poluição né, vem por ele; e se vem por ele vem pra todos nós pra cá. Todos nós somos atingidos. E outra coisa, somos atingidos porque... é aquilo que eu te falei: aumentou a população, aumentou a violência, aumentou o consumo de droga é... as ocupações, que aqui nós tínhamos uma comunidade cupuaçu que era só o povo queiroz lá, hoje já a maioria é gente de fora. Então já tem boca de fumo, nossa, crime dentro do ramal. Tudo isso já ocorreu. (Socorro)

Os atingidos não se referem apenas a si, individualmente, mas a uma coletividade – às comunidades, ao povo, ao conjunto dos atingidos – que tiveram os seus modos de vida modificados pelos grandes projetos. São os processos individuais e coletivos que se expressam subjetivamente nas subjetividades atingidas. O indivíduo é atingido porque a sua comunidade é atingida, porque seus ancestrais, seus entes-queridos foram atingidos, porque a população de Barcarena é atingida, isso faz também do indivíduo, em sua singularidade, em sua particularidade, um sujeito atingido e que compartilha, portanto, com a coletividade a qual se identifica, as subjetividades atingidas que se multiplicam com esse processo. Temos este entendimento a partir de Marx (2007), para quem é necessário conceber “os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são” (p. 32), quer dizer, é necessário pensar processos subjetivos a partir dos registros de interioridade presentes em cada sujeito e, ao mesmo tempo, de suas expressões concretas de sociabilidade. Deste modo, “a subjetividade não é imanente ao indivíduo, mas vai se constituir a partir do inter cruzamento dessas dimensões, de dentro e fora do indivíduo, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros de indivíduo e sociedade” (SILVEIRA, 2002, p. 104).

Um outro aspecto de grande importância para aprofundar a nossa investigação sobre a produção das subjetividades atingidas em Barcarena – e que sintetiza a unidade entre as esferas da objetividade e subjetividade, individualidade e coletividade, base econômica e superestrutura ideológica, elementos macro e micro estruturais da realidade social, política e econômica – são as mudanças provocadas pelos grandes projetos nos modos de vida dos atingidos no âmbito de suas relações de trabalho, em termos marxistas, efetivamente, os modos através dos quais eles produzem as suas condições de subsistência. Como já vimos, Marx e Engels (2007) demonstram, n’*A Ideologia Alemã*, que estes modos de produção

correspondem, efetivamente, ao *modo de vida* dos indivíduos. É esse *modo de vida*, que sintetiza tanto o *que* os indivíduos produzem como também o *modo como* produzem, que exprime aquilo que eles são. “O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (p. 87). Partindo dessa perspectiva, na compreensão dos modos de vida dos atingidos em Barcarena, e tomando-os do ponto de vista de sua materialização no trabalho, podemos encontrar pistas importantes em nosso percurso analítico sobre a produção das subjetividades atingidas.

Eu creio que se... que se não viesse esses outros projetos a gente ia viver bem melhor, a gente ia viver bem melhor, mano. Porque hoje tem pessoas que não quer mais trabalhar na sua terra por causa que ele quer um emprego lá na firma. Eu sei, graças a Deus quando a gente tem emprego, tem um trabalho né, mas existe pessoas que não quer mais fazer nada, não quer plantar um pé de pimenta pra você não ir comprar, porque ele quer um emprego lá. Aí abandona né, o que você tem, não dá... passa a não dá valor no que você tem né. Passa não dá valor... (Socorro)

A pesca não era explorada no município de Barcarena na década de 70, na década de 80; ela era... tinha... uma atividade que ela era... ela era... ela não era vista. Essa pesca aqui, da baía daqui da... de peixe aqui nessa Baía do Marajó, ela só foi começar a ser explorada com a pesca de rede a partir já de 86, 85, que veio o pessoal... botou rede, pegou pescada, aí todo mundo começou a lançar rede. Hoje essa pesca aí ela tá inviabilizada devido o fluxo muito grande de navios... navios que vem buscar bauxita, que levam outros materiais e essa pesca num deu mais. (Leonardo)

É, quem tem uma... uma pequena horta no seu quintal já tira e vai vender. Porque trabalhar como a gente trabalhava na terra antigamente, que tu fazia a roça, plantava arroz, plantava feijão, hoje em dia a gente não tá podendo fazer isso. Ainda, né? A gente tá tentando é... fazer um... o Peabiru, fazer um estudo pra ver como é que tá... fazer a análise do solo né, pra gente ver se a gente volta a fazer esse tipo de coisa, porque plantar a gente pode plantar, mas só que a gente não tem aquele... a colheita que seria pra ser, né? É bem pouquinho. Embora hoje em dia a gente pode... pra gente colher, são outras pessoas que colhem o que tem pra ser colhido pela gente, a gente não consegue porque é pouco; se realmente fosse como antes, que a terra era farta, é... a gente plantava, embora as outras pessoas pegassem, mas a gente tinha bastante. Hoje em dia não tá desse jeito. (Sandra)

Segundo Castro, Carmo e Patrício (2015), as empresas de mineração e todas as demais que lhes prestam serviço tornaram Barcarena um lugar de trabalho, onde massas de trabalhadores do próprio município, de Belém ou cidades vizinhas se deslocam diariamente em um fluxo contínuo de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho. No caso dos trabalhadores de Barcarena, muitos dos quais dependiam para a sua subsistência do manejo da terra ou dos rios, uma das consequências mais sensíveis como mudança em seus modos de vida, foi a perda de suas condições de trabalho, pela inviabilização seja da pesca, do extrativismo do camarão, do açaí e várias frutas da região, do plantio e da criação de pequenos animais (SIMONIAN, 2006). Este conjunto de mudanças, que impacta diretamente nas condições de subsistência dos atingidos, também produz grandes consequências em

outros âmbitos da sua vida social, como nas suas relações com a natureza, com a família, no lazer e em suas práticas religiosas.

Marx (2017) demonstra, em *O Capital*, como o valor é uma expressão direta do trabalho e, conseqüentemente, toda mercadoria deriva da atividade do trabalhador. Entendemos também, que o trabalhador, no processo de produção da mercadoria, efetiva na prática a unidade entre objetividade e subjetividade, e entre individualidade e coletividade, visto que, para produzir a mercadoria, ele primeiro pensa, elabora sobre o seu produto e efetiva o seu trabalho, ao mesmo tempo, é tácito o entendimento de que todo trabalho é trabalho social. No trabalho, portanto, o trabalhador se objetiva – como indivíduo e como mercadoria que produz a si mesma – e se subjetiva, como sujeito de sua própria produção e produto fetichizado do seu trabalho. Já nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, uma obra de juventude, Marx (2010, p. 91) antecipava essa interpretação retirada dos seus escritos de maturidade, sintetizando, do seguinte modo:

No trabalhador existe pois, subjetivamente, [o fato de] que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim como existe, no capital, objetivamente, [o fato de] que o trabalho é homem totalmente perdido de si. [...] O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, é o produto do movimento total.

Em nosso caso, portanto, é importante posicionar a produção do trabalhador – e deste como atingido – na totalidade do movimento da aplicação da estratégia do capital em Barcarena, totalidade esta impossível de ser abarcada neste trabalho, mas que diz respeito ao conjunto de elementos macro e micro estruturais dessa produção, que vão desde o processo sistemático de proletarização dos trabalhadores rurais a partir da acumulação capitalista (ALMEIDA & BEZERRA, 2018) até às readaptações que os atingidos em Barcarena são forçados a produzir em suas relações de trabalho, seja empregando-se nas diversas empresas que passaram a se instalar no município, seja modificando suas práticas tradicionais na agricultura.

A compreensão, portanto, da totalidade histórica implicada na produção das subjetividades atingidas encontra a sua materialidade na dimensão objetiva da organização do modo de produção capitalista, especificamente sob a forma do capital financeiro globalizado, em como ele se organiza na Amazônia, em Barcarena, e determina a produção de trabalhadores como atingidos, trabalhadores que são migrantes de diversas regiões do Brasil e partes do mundo, alguns empregados nas empresas, outros temporariamente como peões e depois desempregados, ribeirinhos e camponeses proletarizados que são, também, atingidos e tem, portanto, subjetividades atingidas. É o capital, através da ação dos grandes projetos que, objetivamente provoca mudanças nos modos de vida destes atingidos e que produz, como expressão subjetiva dessas mudanças, as subjetividades atingidas.

CONCLUSÃO

Não pretendemos, de modo algum, com este artigo, esgotar um debate que para nós ainda é impreciso, repleto de dúvidas e incertezas. O que nos moveu, fundamentalmente, foi a necessidade de ampliar o debate para outros olhares, críticas e contribuições. Esta é uma pesquisa que já nasceu inconclusa, pois o movimento provocado pelo método nos leva sempre a encontrar novas contradições e a extrair novas sínteses. Partimos de um terreno perigoso, afirmando que, nas palavras de Furtado (2009), *um espectro ronda a psicologia*, este é o espectro de um pensamento crítico consolidado ou, mais precisamente – o espectro do marxismo.

Para nós, a psicologia social crítica é uma arma que nos possibilita reinventar, tanto a psicologia, como a vida na atualidade, buscando soluções coletivas que contribuam para a verdadeira emancipação humana através da superação radical de todas as estruturas injustas da sociedade capitalista. Ao compreender a produção das subjetividades em disputa, no interstício das contradições, decidimos por analisar a produção das subjetividades atingidas na perspectiva da psicologia social crítica, afim de compreender a relação existente entre a produção dessas subjetividades e as violações aos direitos dos atingidos para, como síntese teórico-prática dessas contradições, extrair afirmações políticas que contribuam com a luta pelos direitos dos atingidos.

Como o transcurso de um grande rio, que produz inúmeros afluentes e estes, por sua vez, novos cursos d'água, nossa pesquisa desemboca em diversos estuários, dadas, principalmente, a diversidade e quantidade das alterações provocadas nos modos de vida dos atingidos pelos grandes projetos e, que certamente, necessitarão de outros trabalhos para serem investigadas. Esperamos, contudo, que na impossibilidade de grandes certezas, como o destino final das águas de um rio, uma seja verdadeiramente aceita: que empurremos, na medida de nossas forças, o oceano da luta de massas.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIM, R. & MAIA, R. O. M. Gênero nas ações e resistência ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 52, e185205, 2018.

AGUIAR, D.; VECCHIONE, M. & CARDOSO, A. “Onde menos se esperava”: vivendo com a indústria do alumínio e do caulim na Amazônia brasileira. INESC, 2016. Disponível em: <http://amazonia.inesc.org.br/artigos-inesc/onde-menos-se-espera-vivendo-com-a-industria-do-aluminio-e-do-caulim-na-amazonia-brasileira/>. Acesso em: 15 de fev. de 2020.

ALMEIDA, J. A. de. & BEZERRA, C. S. *Questão agrária: capitalização e proletarização rural no Brasil*. In: EM PAUTA, Rio de Janeiro – 1º semestre de 2018 – n. 4, v. 16, p. 122-138.

ALVES, Alvaro Marcel. *O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade*. Revista de Psicologia, UNESP vol. 9, n. 1, 2020, p. 01-13.

BARCARENA LIVRE. *Barcarena Livre Informa 1: "37 anos de desastres socioambientais em Barcarena"*. Belém: IBASE/UFPA/ICSA/NAEA, 2016. Disponível em: https://ibase.br/pt/wp-content/uploads/dlm_uploads/2018/02/IBASE_INFORMATIVO-BACARENA_V3.pdf. Acesso em: 24 de jul. de 2020.

BARROS, M. J. B. *Vila do Conde e instalação dos projetos industriais em Barcarena*. In: MATHIS, A.; COELHO, M. C. N.; SOMONIAN, L. & CASTRO, E. (orgs.). *Poder local e mudanças sócio-ambientais*. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 181-200.

BECKER, Berta. *Amazônia*. 5ª ed – Editora Ática: São Paulo, 1997.

CARMO, E. D. *Nunca foram acidentes, sempre são desastres e crimes: narrativas, disputas e resistências na zona de sacrifício de Barcarena*. In: Revista Debates Insubmissos, Caruaru, PE. Brasil, Ano 3, v. 3, n.8, jan./abr. 2020. p. 96-125.

CARMO, E. D.; CASTRO, E. M. R. & PATRÍCIO, J. C. S. *Mineração, neo-estrativismo e conflitos em Barcarena*. In: *Novos Cadernos NAEA*. v. 18, n. 3. p. 51-72. set-dez. 2015.

CASTRO, E. R.; ALONSO, S.; NASCIMENTO, S.; CARREIRA, L. & CORREA, S. A. *Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI*. Paper do NAEA 343, Belém, Dezembro de 2014, p. 3-26.

CASTRO, Edna. *Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana*. Centro CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

CASTRO, Edna. *Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia e desastres socioambientais*. In: CASTRO, Edna. & CARMO, E. C. (org.). *Dossiê desastres da mineração em Barcarena*. Belém: NAEA: UFPA, 2019.

CASTRO, Edna Ramos & CAMPOS, Índio. *Formação Socioeconômica da Amazônia*. In: CASTRO, Edna Ramos & CAMPOS, Índio. (orgs.). *Formação Socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015. p. 15-36.

CHAGAS, Eduardo F. *O pensamento de Marx sobre a subjetividade*. Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Ago., 2013.

FIALHO NASCIMENTO, N.S. *O Destino de uma comunidade "cabôca" frente a um grande projeto (o caso Montanha/Curuperé)*. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

FURTADO, Odair. *Psicologia para fazer a crítica, a crítica para fazer a psicologia*. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (org.). *Psicologia e compromisso social*. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009, p. 241-254.

GORENDER, Jacob. *Apresentação*. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. – 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. p. 15-38.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. – 2ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAZEU, M.T..O NÃO-LUGAR DO OUTRO: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

LACERDA JR., Fernando. *Capitalismo e dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica*. Teoría y crítica de la psicología 3, 2013, p. 216-263.

LANE, S. T. M. *Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético*. In: HUTZ, C. S. (org.). *Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1989b. pp. 147-155.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. *A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia*. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989a, p. 10-19.

LEAL, Aluizio Lins. Uma Sinopse Histórica da Amazônia (uma visão política). In: TRINDADE, J.R.B. & MARQUES, G. (orgs.). *Revista de Estudos Paraenses* (edição especial). Belém: IDESP, 2010.

LIMA, Aluísio Ferreira de. & LARA JUNIOR, Nadir. *Apresentação. Sobre a(s) metodologia(s) de pesquisa em Psicologia Social Crítica*. In: LIMA, Aluísio Ferreira de. & LARA JUNIOR, Nadir. (org). *Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 7-12.

MARQUES, Gilberto de Souza. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MORAIS, Amon Rodrigues de. & LACERDA JR., Fernando. *Ideologia, individualismo e psicologia: o modo de produção capitalista e a experiência subjetiva*. Teoría y Crítica de la Psicología, vol. 12, 2019, p. 163-184.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. – 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. p. 15-38.

MARX, Karl. & Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. – [4ª. Reimp.]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PICOLI, Fiorelo. *O Capital e a Devastação da Amazônia*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRESSLER, N. & MATHIS, A. *Da ação social à relação social: estudo das práticas de comunicação no Complexo Industrial de Barcarena*. In: MATHIS, A.; COELHO, M. C. N.; SOMONIAN, L. & CASTRO, E. (orgs.). *Poder local e mudanças sócio-ambientais*. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 47-72.

SAVIANI, D. *Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade*. In: DUARTE, N. (org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 219-242.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. *Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo*. Revista Outubro, n. 7, 2002, p. 103-113

SIMONIAN, L. T. L. *Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambioca, Barcarena, Pará*. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 35-52, maio-ago. 2006.

SOBRAL, Osvaldo José. *Ensaio sobre o método de pesquisa marxista: uma perspectiva do materialismo dialético*. Revista Científica FacMais, Vol. II, Num. 1. 2012/2ºSem. pp. 5-16.

SOUZA, José Crisóstomo de. *MARX, INDIVÍDUO E SUBJETIVIDADE*. In: Caderno CRH, n15, jul./dez., 1991, p. 70-90.



GT 06 – Modelo Extrativista, Mega-projetos e Economia de Commodities na América Latina

REFUGIADOS AMBIENTAIS URBANOS: O DESAPARECIMENTO DOS BAIROS PINHEIRO, MUTANGE, BEBEDOURO, BOM PARTO – MACEIÓ/AL

Cirlene Jeane Santos e Santos (UFAL)¹
Maria Ester Ferreira da Silva Viegas (UFAL)²

RESUMO

O artigo apresentado trata dos deslocamentos ambientais forçados por causas ambientais, denominados “deslocados ambientais”, ou “refugiados ambientais”. Como objetivo temos a análise de como se deu a instalação da mineradora e a indicação de quem são os refugiados ambientais urbanos da cidade de Maceió/AL. O percurso metodológico partir do levantamento documental e bibliográfico sobre a temática; observação de campo; e acompanhamento diário dos noticiários e informações gerais sobre o processo de mapeamento e retirada dos moradores. A situação envolve o fenômeno de afundamento e rachaduras no solo que ganharam visibilidade a partir de 2018, tais processos estão associados a atividade extrativa realizada pela empresa Braskem S.A, que explora o salgema. Diante da gravidade do problema, a Prefeitura de Maceió acionou o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), este concluiu em laudo técnico que a principal motivação para o aparecimento das rachaduras nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro é atividade extrativista de salgema realizada pela Braskem ao longo de mais de 4 décadas, o risco se instalou como normalidade atingindo uma população de mais de 40 mil vítimas em uma tragédia geológica de grandes proporções. Concluímos que a discussão sobre o desaparecimento dos bairros citados, não se trata mais de um caso de análise econômica da natureza e sim de problemas decorrentes do avanço técnico e econômico, nos quais tem sido privilegiado os interesses do capital hegemônico corporativo em detrimento das populações e da sociedade em geral.

Palavras-chave: Conflito Urbano; Desastre Ambiental; Capital Corporativo;

¹ Professora Adjunta no Campus Maceió, Universidade Federal de Alagoas, Brasil. Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais – NUAGRARIO/UFAL. E-mail: cirlene@igdema.ufal.br.

² Professora Associada no Campus Arapiraca, UFAL, Brasil. E-mail: mestersilva@palmeira.ufal.br. Pesquisadora Associada do GOVCOPP, DCSPT, University of Aveiro-Pt. <https://orcid.org/0000-0002-8867-8259>

1. INTRODUÇÃO

Os deslocamentos ambientais forçados por causas ambientais, geram os “deslocados ambientais”, ou “refugiados ambientais”, estes são antigos na História da humanidade. Os mesmos são provocados por diferentes motivos, sejam eles forçados ou espontâneos. Os mais comuns são: fenômenos naturais, catástrofes ambientais decorrentes da intervenção violenta do capital, degradação e esgotamento do solo, etc.

Segundo o Dicionário de Direitos Humanos, “a expressão foi popularizada com a publicação, em 1985, de um *paper* com este nome por Essam El- Hinnawi, professor do *Egyptian National Research Centre, Cairo*”. Nesse dicionário, o verbete refugiados ambientais “refere-se a pessoas que fugiram de suas casas por causa de mudanças ambientais que tornaram suas vidas ameaçadas ou insustentáveis”. Ou seja, trata-se daquelas pessoas que forçosamente, tiveram que deixar as suas casas em virtude de problemas ambientais – naturais ou decorrentes das ações humanas – nas escalas locais ou regionais, que interferem em seus modos e qualidade de vida, afetando a permanência dessas, temporária ou permanentemente em seus locais de origem.

Ramos (2011, p. 76), destaca que El-Hinnawi, “é considerado pela maioria dos autores como pioneiro no tocante à definição do fenômeno “refugiados ambientais”, popularizando o uso da expressão e tornando-se referência obrigatória para interessados e especialistas no tema”. Ramos (2011), também contribui, apresentando um trecho traduzido do *paper*,

Em um sentido amplo, todas as pessoas deslocadas podem ser descritas como refugiados ambientais, dado que foram forçadas a sair de seu habitat original (ou saíram voluntariamente) para se protegerem de danos e/ou para buscar uma maior qualidade de vida. Entretanto, para a finalidade deste livro, refugiados ambientais são definidos como aquelas pessoas forçadas a deixar seu habitat natural, temporária ou permanentemente, por causa de uma marcante perturbação ambiental (natural e/ou desencadeada pela ação humana), que colocou em risco sua existência e/ou seriamente afetou sua qualidade de vida. Por “perturbação ambiental”, nessa definição, entendemos quaisquer mudanças físicas, químicas, e/ou biológicas no ecossistema (ou na base de recursos), que o tornem, temporária ou permanentemente, impróprio para sustentar a vida humana. De acordo com esta definição, pessoas deslocadas por razões políticas ou por conflitos civis e migrantes em busca de melhores empregos (por motivos estritamente econômicos) não são consideradas refugiados ambientais. Existem três grandes categorias de refugiados ambientais. Primeiro, há aqueles que foram deslocados temporariamente por causa de um stress ambiental. [...] A segunda categoria de refugiados ambientais compreende aqueles que tiveram de ser permanentemente deslocados e restabelecidos em uma nova área. [...] A terceira categoria de refugiados ambientais é constituída de indivíduos ou grupos de pessoas que migram de seu habitat original, temporária ou permanentemente, para um novo dentro de suas fronteiras nacionais, ou no exterior, em busca de uma melhor qualidade de vida. (RAMOS, 2011, p. 76 apud EL-HINNAWI, 1985, p. 04-05).

É importante destacar que a categoria “refugiados ambientais” não está amparada em nenhuma convenção internacional, ou mesmo, no Estatuto dos Refugiados, sendo assim, uma categoria frágil juridicamente, conforme destaca Ramos (2011).

As motivações como o aquecimento global e a degradação ambiental têm causado grandes movimentos populacionais dentro dos estados e além de suas fronteiras. O caso de pessoas deslocadas por motivos ambientais que passam por tais distúrbios está, no entanto, longe de ser levado em conta de maneira uniforme pelo planejamento urbano/regional. Se essas realidades variadas escapam das convenções em vigor sobre os refugiados, elas exigem mais do que nunca o estabelecimento de um sistema de proteção específico, no qual essas questões estejam sempre na pauta da organização e planejamento do espaço urbano ou rural.

Na discussão sobre a lógica da distribuição das riquezas e da distribuição de riscos, Beck (2011, p. 23) afirma que a produção social de riquezas é sistematicamente acompanhada pela distribuição social de riscos. Sabe-se que a riqueza socialmente produzida é desigualmente distribuída, porém os riscos desse mesmo avanço produtivo é redistribuído de forma ampliada dentro dos segmentos mais pobres da sociedade.

Beck (2011, p. 24) questiona como é possível “que as ameaças e os riscos co produzidos no processo tardio de modernização, sejam minimizados, canalizados e quando vindos à tona sejam visto como efeitos colaterais latentes, são isolados e distribuídos de tal forma que não comprometam a modernidade tardia”. A discussão sobre o desaparecimento do bairro do Pinheiro e bairros vizinhos, não se trata mais de um caso de análise econômica da natureza e sim de problemas de

correntes do avanço técnico e econômico, dessa “modernidade tardia” que o autor nos fala.

A temática dos deslocados humanos oriundos de problemáticas ambientais é atual e complexa, nos levando a perceber o quanto essa modalidade tem influenciado as migrações humanas. Segundo Jubilut (2018), a abrangência da mesma se dá da seguinte forma:

- I – deslocamentos internos ou internacionais cujo gatilho são as questões ambientais;
- II – Deslocamentos causados por desastres naturais, decorrentes da ação humana ou da combinação entre ambas;
- III – Eventos súbitos ou decorrentes da degradação lenta do meio ambiente;
- IV – As consequências podem ser temporárias ou permanentes.

Os casos de refugiados ambientais causados por desastres nucleares como Fukushima (2011) e Chernobyl (1986); de catástrofes radiológicas como o acontecido em Goiânia-BR com o Césio-137 (1987); desastres naturais como o furacão Katrina nos EUA (2005) e terremoto que gerou os refugiados do Haiti (2010); as tragédias provocadas pela

exploração mineral como o rompimento das barragens de rejeitos de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) em Minas Gerais/BR; e as manchas de óleo no litoral do nordeste brasileiro (2019). Esses poucos exemplos não dimensionam 10 por cento dos crimes ambientais e da situação de risco em que a população do mundo se encontra.

No Brasil a questão ambiental tem se agravado muito nos últimos governos: Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2018-2022), porém o descaso com elaboração e execução do planejamento territorial no país é notório em todos os governos. O cuidado em planejar e organizar as intervenções no espaço não sai do papel, nem mesmo após as citadas tragédias.

Em pauta trazemos as vítimas da mineração nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e adjacências, como espaço de discussão no qual o risco se instalou como normalidade atingindo uma população de mais de 40 mil vítimas em uma tragédia geológica de grandes proporções. A situação envolve o fenômeno de afundamento e rachaduras no solo que ganharam visibilidade a partir de 2018, tais processos estão associados a atividade extrativa realizada pela empresa Braskem S.A, que explora sal-gema, uma espécie de cloreto de sódio empregado na fabricação de PVC e soda cáustica. Ao todo são 35 poços mantidos pela Braskem em Maceió-AL, 29 em operação e destes, 15 evidenciaram "mudanças na estabilidade".

Diante da gravidade do problema, a Prefeitura de Maceió decretou estado de calamidade pública em março de 2019. O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) foi acionado e concluiu em seu laudo técnico que a principal motivação para o aparecimento das rachaduras nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro é atividade extrativista de sal-gema realizada pela Braskem ao longo de mais de 4 décadas.

O relatório indica que o processo de exploração foi realizado de maneira inadequada, o que levou à desestabilização das cavernas subterrâneas e falhas preexistentes, o conduziu ao fenômeno de grandes proporções em curso, cujas consequências socioespaciais, econômicas e ambientais são desconhecidas, já que existem indicativo para o desabamentos das cavernas. Esse fato levou a expulsão dos moradores dos bairros, tornando os mesmos refugiados ambientais urbanos, o que leva ao questionamento do custo-benefício desse empreendimento para a população da cidade de Maceió, diante de uma catástrofe iminente.

A presença da Braskem em Alagoas remonta aos anos 70, durante o governo do então General Ernesto Geisel, durante a ditadura militar, nesse período os Planos de Desenvolvimento eram arbitrários na sua gênese e execução. A indústria química foi utilizada como um dos principais carro chefe dos governos militares no quesito desenvolvimento.

Sendo uma proposta estratégica do plano desenvolvimentista do regime militar (II PND): industrialização via polos de desenvolvimento. No II Plano Nacional de

Desenvolvimento (PND³) elaborado durante o governo militar de Ernesto Geisel, os eixos principais eram:

(...) a definição das estratégias, o traçado de uma política industrial e agrícola, a discriminação das competências do Estado e do mercado, as carências demográficas, a integração nacional, a ocupação produtiva do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, os investimentos em infraestrutura e energia, problemas de poluição e meio ambiente, desenvolvimento urbano, planos de investimentos e financiamentos, emprego, programa nuclear e espacial e a articulação com a economia mundial. As alavancas centrais da ação do governo Geisel, nessa perspectiva, estavam centradas em três áreas fundamentais: • Infraestrutura: ampliação da malha rodoviária, da rede de telecomunicações e da constituição de um modelo para a produção e comercialização agrícola. • O advento de um poderoso setor de bens de produção: indústrias siderúrgicas, química pesada, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos. • Energia: petróleo e derivados, energia hidroelétrica e fontes alternativas (etanol e energia nuclear).

A criação de polos petroquímicos que tiveram impactos profundos nas regiões e lugares em que se instalaram e em momento algum foram devidamente avaliados – Polo Petroquímico de Camaçari, entrou em operação em 1978, na Bahia; Polo Petroquímico de Triunfo fundado em 1982, No Rio Grande do Sul; Pólo Petroquímico de São Paulo, começou a funcionar em 1972, localizado em Capuava, São Paulo.

Tais políticas de desenvolvimento atuaram em Alagoas para o acirramento das desigualdades, atuando como uma força desagregadora, reforçando as carência locais, criando áreas de risco, desarticulando modos de vida, ou seja afetando as condições de bem estar dos habitantes da cidade como um todo.

Convém ressaltar que o fenômeno dos refugiados ambientais é resultante de diversos fatores de causas de ordem econômica, cultural, social. O tentaremos abordar no limite de espaço que permite essa construção textual é a processualidade da construção desses refugiados ambientais oriundos da atividade da mineração do salgema pela Braskem na cidade de Maceió-AL/Brasil.

A discussão colocada nesse artigo nos conduz a uma leitura geohistórica da instalação da referida mineradora na cidade de Maceió. O texto estará estruturado em duas sessões: como se deu a instalação da mineradora em Maceió e quem são os refugiados ambientais urbanos da cidade de Maceió/AL.

³ Fonte: <https://www.ipea.gov.br/>. Acessado em 31 de janeiro de 2021.

2. A SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S. A – A INSTALAÇÃO

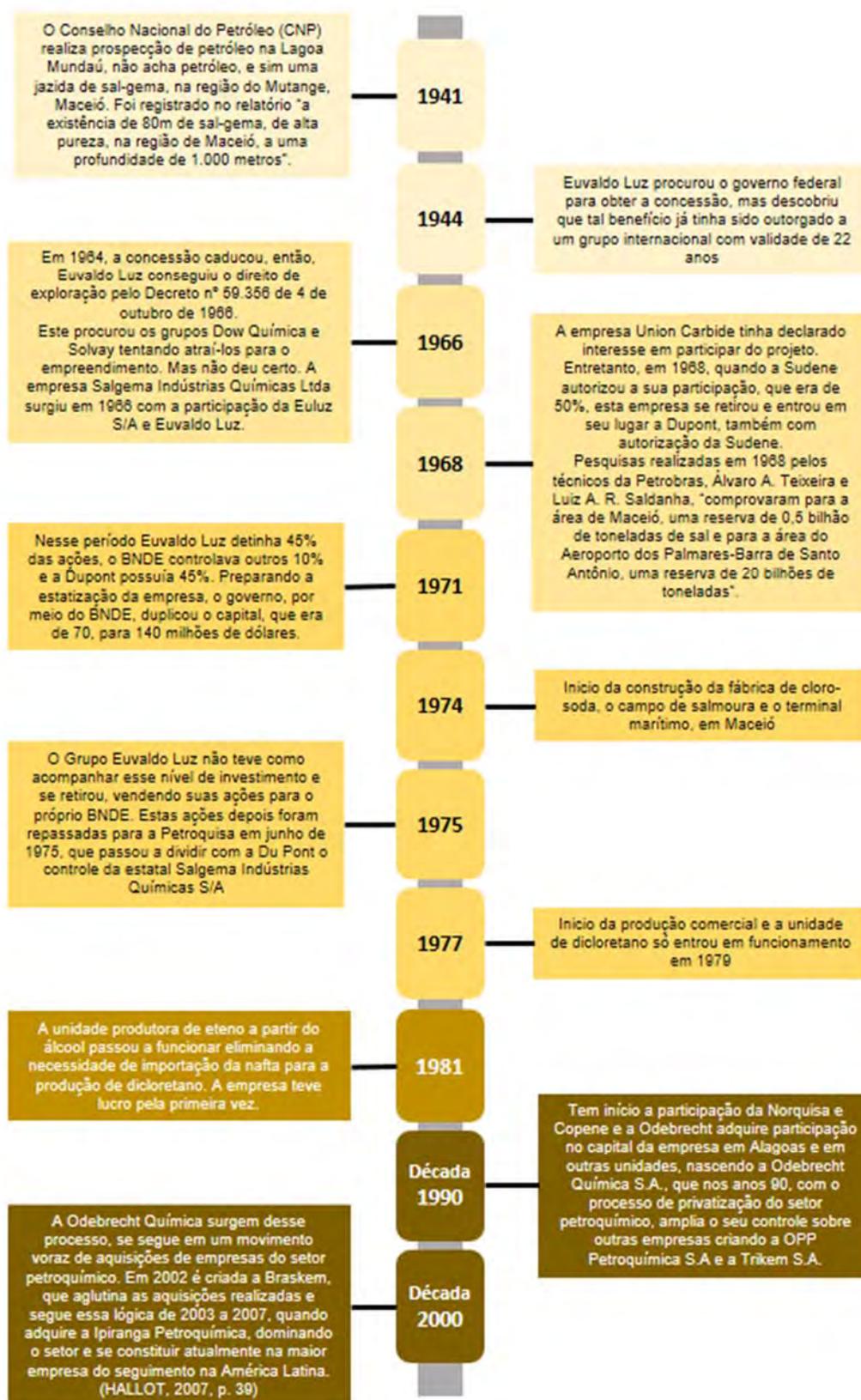
Ticianeli (2015) registra o processo de descoberta da sal-gema e dos processos posteriores de instalação da empresa⁴. Ele indica que essa ocorrência mineral foi descoberta por acaso, no processo de prospecção de petróleo, a jazida de alta pureza foi encontrada na região do bairro do Mutange, Maceió, Alagoas, a uma profundidade de 1000 m. Ele destaca que não houve interesse dos envolvidos diretos, privados ou estatais, na exploração. Um empresário baiano que trabalhou no reparo das sondas, o Euvaldo Freire de Carvalho Luz, segundo consta, ele que percebeu os fragmentos do mineral e que se interessou e iniciou o processo para aquisição da concessão de exploração, esta é liberada no Decreto nº 59.356 de 4 de outubro de 1966. Pelas informações disponibilizadas por Ticianeli (2015), podemos elaborar uma linha do tempo para melhor visualizarmos como a Braskem se estabelece em Maceió (ver figura 1).

Conforme pode ser observado na figura 1, a Braskem surge de uma ação organizada da Odebrecht, com a criação de empresas no setor, compras de ativos em leilões, e aquisições de empresas. A Braskem é a empresa criada para aglutinar os investimentos realizados da década de 1990 a 2000 pela Odebrecht, e em um curto espaço de tempo se transformou na maior empresa petroquímica, a “Braskem é a maior produtora integrada de petroquímicos na América Latina”, conforme destaca Hallot (2007, p. 39) , afirma ainda que

Apesar de um histórico relativamente curto de resultados, especialmente ao se tratar de uma empresa inserida em um setor altamente cíclico, a Braskem se mostrou altamente eficiente na incorporação de aquisições, na obtenção de ganhos de sinergia e na consequente consolidação do Pólo Petroquímico do Nordeste. Esse mérito é fundamental na análise de sua última aquisição: a Ipiranga Petroquímica (...)

⁴ O site História de Alagoas <<https://www.historiadealagoas.com.br/>>, é editorado pelo jornalista Edberto Ticianeli. Nele encontramos um acervo importante sobre Alagoas, composto por escritos e imagens, que nos permite percorrer por sua história.

Figura 1. Eventos da descoberta até a consolidação corporativa da Brankem



Fonte: TICIANELI, 2015; HALLOT, 2007. Adaptado pelas autoras

A Salgema Indústrias Químicas S. A, se instalou em Alagoas começando a operar em 1976, ver figura 2. Segundo Vieira (1977, p. 15) ela inicia produzindo soda cáustica a partir do salgema, encontrado em grande quantidade nas minas do subsolo de Maceió, no bairro do Mutange.

Figura 2. Localização da planta industrial da Salgema S.A, antes da ampliação – anos 1970.



Fonte: Site História de Alagoas <https://www.historiadealagoas.com.br/descoberta-da-sal-gema-em-alagoas-foi-por-acaso.html>, acesso em 10/02/2021.

A localização da empresa sempre foi controversa e questionada por ambientalistas, movimentos sociais e intelectuais, pois o ramo da indústria petroquímica é conhecido por ser uma atividade econômica altamente poluente do ar, do solo, dos rios, lagunas, lençóis freáticos, etc. A relevância da sua valorização econômica é diretamente proporcional a sua capacidade poluidora, sendo algo inerente à mesma.

Apesar dos protestos a Salgema foi edificada em uma das áreas mais belas da cidade no período, no Pontal da Barra e a sua presença no local desvalorizou toda a circunvizinhança como o bairro do Trapiche, por outro lado, está muito próxima da Laguna Mundaú e áreas ambientalmente frágeis de restinga.

À época da instalação da Salgema em Maceió, gerou conflitos e mobilizou diferentes segmentos sociais. A instalação da Salgema criou um conflito urbano envolvendo diferentes

atores sociais, a princípio ambientalistas, movimentos sociais e intelectuais. Posteriormente, com a possibilidade de duplicação da planta fabril, os moradores do Pontal da Barra se sentiram ameaçados com a possibilidade de perderem as suas terras, daí se juntam as mobilizações contra a ampliação (VIEIRA, 1977, p. 20).

Segundo Vieira (1977, p. 24) a decisão da localização da Salgema na restinga do Pontal da Barra resultou da tecnoburocracia ligada a Petroquímica e do então governador Afrânio Lages, com a implantação e funcionamento se efetivando no governo de Divaldo Suruagy, o empreendimento como já foi citado anteriormente, atendia aos objetivos do II PND e considerou para sua localização, a proximidade da matéria prima no subsolo de Maceió, e a facilidade de escoamento através do porto marítimo. Cavalcante (2020) corrobora afirmando que:

A instalação da Salgema Indústrias Químicas S.A , na restinga do Pontal da Barra, região Sul de Maceió, à beira-mar e próximo ao encontro das águas do mar com a lagoa Mundaú, foi fruto da imposição em pleno regime militar. Não se levou em conta a expansão urbana da capital, o correto zoneamento industrial, o potencial turístico da região e o ecossistema lagunar. Não houve planejamento, nem observância do conceito de desenvolvimento sustentável. Prevaleceram o custo-benefício dos investidores, a força de Brasília e a cumplicidade das autoridades locais. (Cavalcante, 2020, p. 25)

Ticianeli (2019) descreve que os protestos sempre ocorreram desde o período de implantação da empresa, e voltavam a acontecer sempre que algum acidente ocorria. Os mesmos retornaram em 1985, com o “Movimento pela Vida”, em função da proposta de ampliação da capacidade operacional da Salgema S. A.

Maceió tinha em média uma população de 478.345 habitantes à época, sendo caracterizada como uma cidade de porte médio, capital e sede administrativa do estado de Alagoas, se caracterizava por ser um entreposto de comercialização da produção agroindustrial (VIEIRA, 1977 p. 21). A proposta da instalação do Polo Cloroquímico no estado, mas precisamente na área urbana da cidade de Maceió é descrita pelos poderes constituídos como uma grande alternativa de desenvolvimento da economia local, afirmava-se que a integração da indústria sucro-alcooleira local a moderna indústria química, causaria um grande impacto na população alagoana, por conta de uma absorção de mão de obra direta e indireta na ordem de 5.500 a 30 mil pessoas (ibidem p. 23).

Após muitos protestos contra a duplicação, chantagem de saída da empresa de Alagoas, propostas de plebiscito que não se efetivou, dentre muitos interesses políticos e econômicos em jogo, assim, em 1986 a liberação da ampliação foi efetivada pelo governador Divaldo Suruagy (TICIANELI, 2019), ver figura 3.

Figura 3. Ato contra a duplicação da Salgema em 1985. Concentração na Praça D. Pedro II



Fonte: Site História de Alagoas <https://www.historiadealagoas.com.br/descoberta-da-sal-gema-em-alagoas-foi-por-acaso.html>, acesso em 10/02/2021.

Segundo Beck (2010, p. 24), a questão gira em torno de como a riqueza “socialmente produzida pode ser distribuída de forma socialmente desigual e ao mesmo tempo legítima que não se trata mais de uma utilização econômica da natureza, e sim de um processo de modernização que torna-se ‘reflexivo’ se convertendo em tema e problema”. Ainda de acordo com Beck

A distribuição e os conflitos distributivos em torno da riqueza socialmente produzida ocuparão o primeiro plano enquanto em países e sociedades (em grande parte do assim chamado Terceiro Mundo) o pensamento e a ação das pessoas forem dominados pela evidência da carência material, pela “ditadura da escassez” (...) Nesses casos o processo de modernização encontra-se e consome-se sob a pretensão de abrir com as chaves do desenvolvimento científico-tecnológico os portões que levam as recônditas fontes de riqueza social (BECK, 2010, p. 24)

Com o avanço da modernidade, cedo ou tarde na história dos povos começam a aparecer os conflitos sociais oriundos de uma sociedade que "distribui riquezas", com os de uma sociedade que "distribui riscos". Para Beck (2010) não vivemos ainda numa sociedade de risco e sim numa sociedade em meio a conflitos distributivos da sociedade de escassez.

As cinco teses defendidas por Beck (2010, p. 27-28) sobre a arquitetura social e a dinâmica política de tais potenciais de ameaça a sobrevivência humana são as seguintes:

1. Riscos produzidos no estágio mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas, são eles: radioatividades, que segundo o autor escapa completamente a

percepção humana imediata, como também as toxinas e poluentes do ar, na água e nos alimentos.

- São danos em sua maioria das vezes irreversíveis e muita das vezes fundamentalmente invisíveis.

2. A distribuição dos riscos e as situações sociais de ameaça, relacionadas a desigualdades de posições de classes sociais, segundo o autor citado esses efeitos sempre acabam alcançando aqueles que o produziram ou que lucram com eles (a exemplo das grandes pandemias que assolam o mundo atualmente) é o que ele chama de efeito bumerangue.

- Este implode o esquema de classes. Não somente em relação à saúde, mas também como ameaças à legitimidade, à propriedade e ao lucro: apontando aqui que a modernização social dos riscos estão comumente associadas a desvalorizações e desapropriações ecológicas, etc.

3. O risco da modernização é o big business, é a necessidade imposta pelo capitalismo devorador e antropofágico, onde a sociedade industrial produz as situações de ameaça e o potencial político da sociedade de risco.

4. O Conhecimento adquire uma relevância política onde o potencial político da sociedade de risco, onde vai existir uma supremacia do conhecimento sobre os riscos.

5. A sociedade de risco é uma sociedade catastrófica, nela, o estado de exceção ameaça converter-se em normalidade.

3. QUEM SÃO OS REFUGIADOS AMBIENTAIS URBANOS DA CIDADE DE MACEIÓ

Os refugiados ambientais urbanos de Maceió são os moradores afetados pela ação da mineradora, ao longo dos 45 anos de exploração do subsolo, em seus 35 poços de extração. Os bairros atingidos são Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto.

Atualmente ganhou destaque frente à iminência de um desastre sem precedentes nas terras alagoanas, contudo, desde o período de instalação da empresa que é questionada, não somente em relação a sua localização, mas também em relação aos métodos de extração da salgema.

As rachaduras começaram a aparecer há alguns anos nas habitações dos moradores dos bairros, particularmente do Pinheiro, de forma discreta, não chamavam a atenção dos moradores pelo perigo que estava por vir. Contudo, com as fortes chuvas de 2018, e a ocorrência de fenômenos sísmicos entre os dias 1º a 11 de fevereiro 2019, nos quais foram observados de seis microterremotos, tendo como epicentro a área circundante a alguns poços de extração da salgema. A partir desses dois eventos, as rachaduras e deformações nos

imóveis ampliaram-se para além do Pinheiro, repercutindo nos outros bairros vitimados. A Braskem alegava desconhecimento das causas e afirmava que as suas atividades mineradoras nada tinham a ver com as ocorrências.

Diante do caos estabelecido, a Prefeitura de Maceió declarou estado de calamidade pública em 2019 e solicitou a intervenção do Governo Federal, este através da Ministério de Minas e Energia; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; e Serviço Geológico do Brasil (CPRM), iniciaram as investigações cuja relatório final indica categoricamente que a responsável pela instabilidade geológica, repercutindo no afundamento do solo, foi a extração da salgema ao longo dos anos.

Esse fenômeno está relacionado à forma de extração da salgema, que acabou por ocasionar a formação de cavernas subterrâneas de enormes dimensões, nesse caso. O risco se potencializa, por estas ocorrerem em uma área de fraturas geológicas. Assim, além da subsidência que está ocorrendo no terreno, tem-se a possibilidade real dessas dolinas colapsarem, desabando, o que seria uma tragédia sem precedentes.

Obviamente que a Braskem é a responsável, porém a pergunta que não quer calar é onde estavam os órgãos de controle que não viram esses fatos? Onde estavam os agentes responsáveis pela fiscalização que nada registraram ao longo desses anos? Todos os questionamentos sobre as ações da Braskem foram realizadas por ambientalistas, que desde a década de 1980 protestavam sobre os procedimentos realizados pela mineradora.

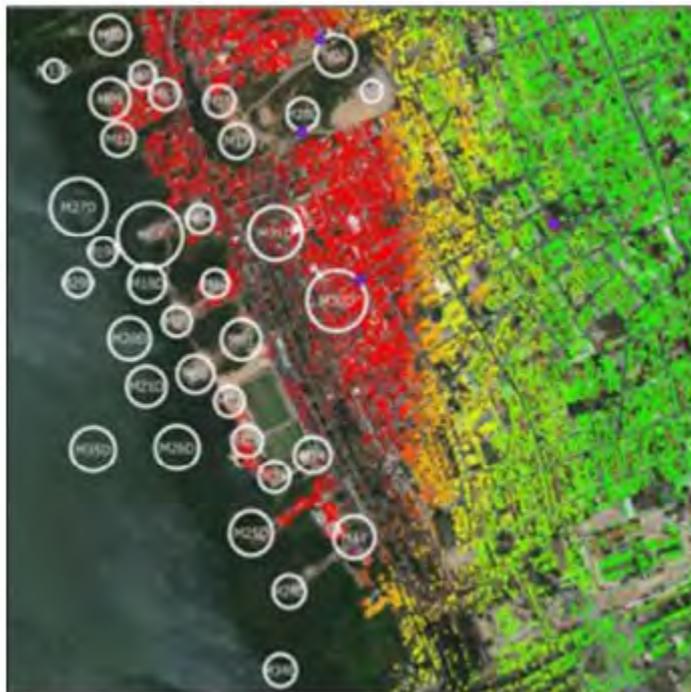
O relatório minucioso do Serviço Geológico Nacional, indica o processo de subsidência (afundamento) pelo qual os bairros atingidos estão passando, na figura 4 tem-se a magnitude da área atingida.

A análise dos dados permitiu os técnicos afirmarem que:

- a. As imagens de satélite obtidas entre abril de 2016 e dezembro de 2018, delimitaram novas áreas instáveis, impossíveis de serem detectadas em levantamento de campo tradicionais;
- b. Os dados interpretados em março de 2019 mostram que houve subsidência contínua e em aceleração até o fim do período amostrado;
- c. É possível observar deformação radial se espalhando do centro da área, onde atinge 40 cm de subsidência (afundamento) a partir das cavidades de extração de sal localizadas à margem da Lagoa Mundaú. (CBPM, 2019a, p. 35)

Através dos estudos realizados pelo Serviço Geológico Nacional, foi flagrante a responsabilidade da Braskem, que inicialmente continuou relutante em aceitar os resultados dos laudos técnicos, posteriormente, diante da pressão social para que a empresa se posicionasse, está ameaçou sair de Alagoas. Aliás, como já tinha chantageado antes em função da pressão social contra a ampliação da planta da empresa na década de 1980, ou seja, as mesmas estratégias. Por fim, cedeu, assumiu a responsabilidade pelos danos e iniciou o processo de desocupação das áreas atingidas mediante compensação.

Figura 4. Resultado da interferometria mostrando a posição das minas de sal (círculos brancos) e de microterremotos (círculo cheio roxo), a intensidade do afundamento vai do mais intenso em vermelho ao verde.



Fonte: CPRM, 2019a.

. O Interessante e intrigante é que todo o processo está sendo comandado pela própria Braskem, da negociação até a organização da mudança dos moradores, a Defesa Civil, acompanha o processo mas não sabemos até que ponto. O certo é que os moradores tiveram que sair compulsoriamente das suas casas, deixando tudo para trás. Sem ter nenhum tipo de posicionamento da Prefeitura, do Governo do Estado ou mesmo do Governo Federal sobre as questões de forma significativa.

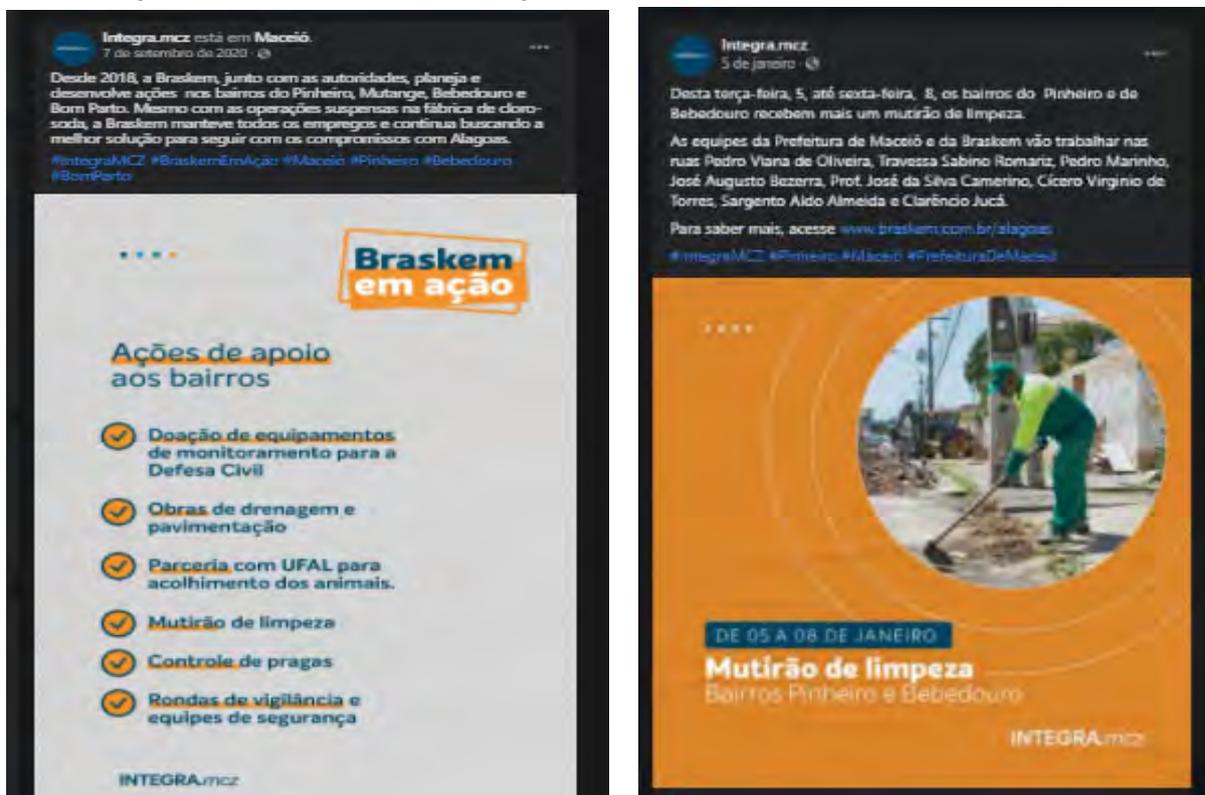
A área atingida é significativa e forçou o deslocamento compulsório de mais de 40 mil moradores, segundo dados avulsos, pois estes não foram divulgados com precisão. Isso sem contar os inúmeros estabelecimentos comerciais, hospitais e clínicas que foram abrangidos.

O sofrimento das famílias é enorme, indescritível, porém não houve resistência, dada a situação de uma tragédia iminente. Foi organizado o Movimento SOS Pinheiro, que aglutinou as reivindicações dos moradores dos bairros envolvidos. Os protestos que aconteceram foram no sentido de pressionar a Braskem a assumir a responsabilidade e indenizar as famílias e comerciantes dos bairros atendidos.

O processo ainda está em curso, seguem os deslocamentos compulsórios dos moradores e as negociações indenizatórias. A Braskem segue buscando alternativas de minimizar os seus custos no processo, assumindo várias atribuições que seriam do Estado,

como limpeza de ruas, recolhimento e vacinação de animais, obras de drenagem e pavimentação, dentre outras, ver figura 5 e 6.

Figura 5 e 6. Ações da Braskem na áreas dos bairros atingidos, através da Integra.mcz, canal de comunicação criado para informar as ações da empresa.



Fonte: <https://www.facebook.com/integra.mcz/>. @integra.mcz . Acesso em 10/02/2021

Outro fato que chama atenção, são as ruas que começam a ser fechadas. Essas passaram a ter o controle privado da Braskem, não da Prefeitura, ver figura 7. Ou seja, os imóveis dos espaços públicos de toda a área atingida seguem sendo apropriados privadamente pela empresa causadora de dor e sofrimento para os moradores.

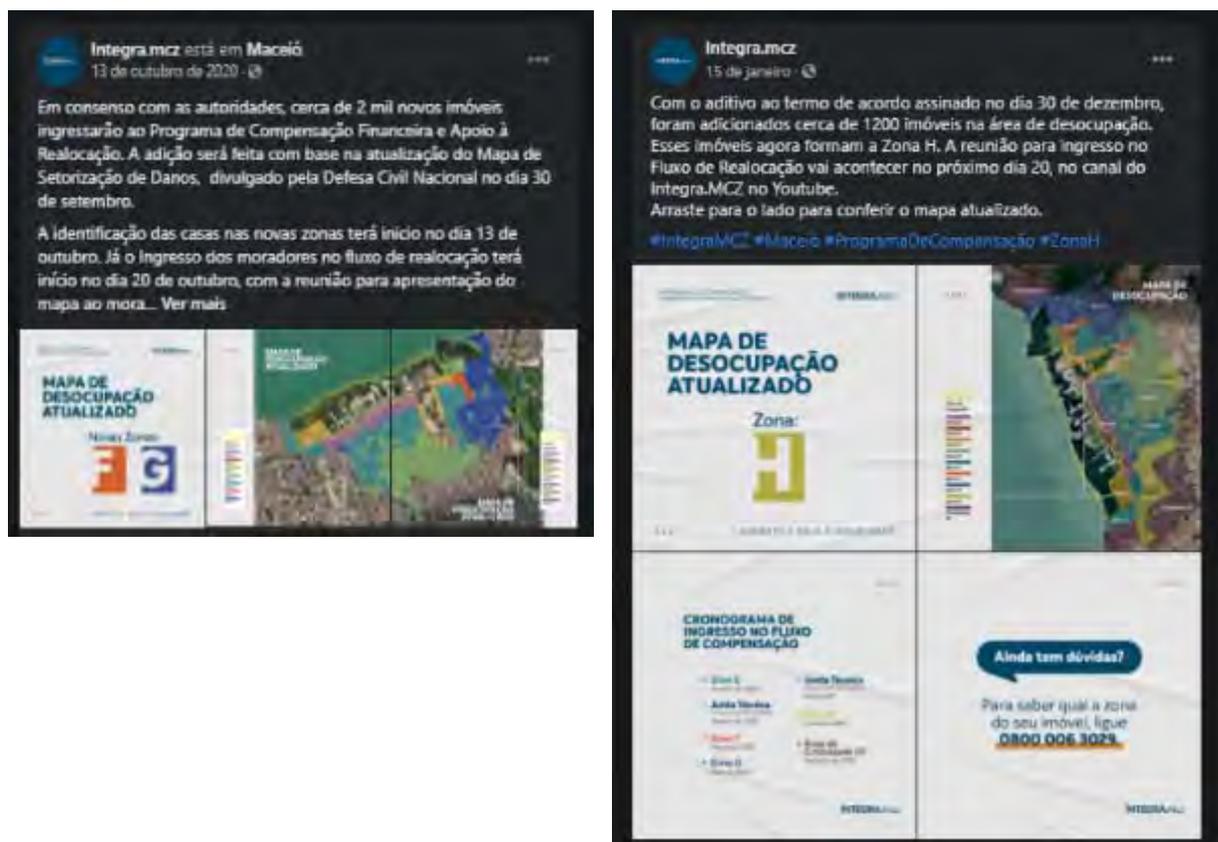
Figura 7. A Braskem anunciou o fechamento de uma das ruas da área atingida, indicando o seu controle privado da mesma



Fonte: <https://www.facebook.com/integra.mcz/> @integra.mcz . Acesso em 10/02/2021

E os mapas das áreas atingidas seguem em uma constante atualização. A cada atualização do mapa novas áreas vão sendo incorporadas, ou seja, os moradores que não estão (ainda) com suas casas no mapa da Braskem vivem apreensivos na incerteza se irão permanecer. O que causa ansiedade e aflição, levando os mesmos a processo de adoecimento. A última atualização foi em janeiro de 2021, quando foram inseridas novas áreas, levando ao deslocamento compulsório de mais de 1000 famílias, ver figura 8 e 9.

Figura 8 e 9. Informativos nas redes sociais da Braskem indicando o aumento ampliação da área atingida, bem como de imóveis incorporados, tudo de forma naturalizada.



Fonte: <https://www.facebook.com/integra.mcz/>. @integra.mcz
Acesso em 10/02/2021

Esse é o novo normal em Maceió, nos bairros atingidos, uma grande tensão e um desassossego, principalmente no Pinheiro e no Bebedouro, que não foram inseridos em suas totalidades no mapeamento das áreas de risco. A sociedade segue assistindo atônita o processo, juntamente com o silêncio conveniente das instituições públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação posta na cidade de Maceió, capital de Alagoas, se traduz no descaso do poder público e na sua subserviência ao capital corporativo que assumiu as rédeas da exploração da salgema ao longo do tempo à revelia das instituições públicas de fiscalização e controle ambiental. Não se comenta ou discute o porquê que a situação chegou a esse extremo. As instituições seguem silenciosas como se nada tivessem a ver com os fatos em curso.

Por outro lado, a Braskem segue à frente dos processos, tipo a "raposa tomando conta do galinheiro". Não há consenso se as medidas de retirada de toda a população foi realmente a melhor solução para a tragédia anunciada. A Braskem segue afirmando na mídia que controlou os riscos, e que não há mais a iminência dos desabamentos das cavernas subterrâneas produzidas pela extração da salgema. Todas essas questões seguem sem uma resposta definitiva se segurança à população da cidade e mais precisamente da população que habita os bairros próximos está garantida.

Cabe registrar que nesse movimento de deslocamento compulsório dos moradores dos bairros, houve um aumento significativo nos preços dos imóveis. Dificultando ainda mais o restabelecimento da rotina das pessoas. Registra-se que muitos animais foram deixados para trás, cães, gatos e cavalos principalmente.

Existe a possibilidade de estabilização definitiva da área afetada, o que a Braskem inclusive informa. O que intriga os moradores de Maceió é o que será feito toda essa área quando isso acontecer. Considerando que nesse processo de compensação financeira a Braskem está se tornando dona dos imóveis, e pelo que temos visto de todos os espaços públicos que estão inseridos na área também.

Sabemos que esse processo está apenas no início para ter um desfecho definitivo, seguiremos acompanhando e registrando.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010. 384p.

CAVALCANTE, Joaldo. **Salgema**: do erro a tragédia. Maceió: Editora CESMAC, 2020. 136p.

COMDEC; CEDEC; SEDEC. Plano de ação integrado - Ações do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil para os Bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Maceió-AL. Dezembro de 2019.

CPRM. **Respostas do Serviço Geológico do Brasil aos Questionamentos da Braskem** - Questões encaminhadas pela Braskem ao Serviço Geológico do Brasil na audiência com o Ministério Público Federal, em 3 de Junho de 2019a, em Maceió, AL.

CPRM. **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL)**: Relatório Síntese dos Resultados nº 1, 2019b.

DERANI, Cristiane. Refugiado Ambiental. *In*: **Dicionário de Direitos Humanos**. Brasília, 6 jun. 2006. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Refugiado+Ambiental#:~:text=Refere%2Dse%20a%20pessoas%20que,pa%C3%ADs%20para%20outro%20buscando%20ref%C3%BAgio>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HALLLOT, Felipe Antunes Maciel. **Consolidação do setor petroquímico brasileiro avaliando a Braskem**. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. 2007. 83 p. Monografia de Final de Curso (Graduação em Economia) - Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2007.

INTEGRA.MCZ. *In: Facebook*. Maceió- AL: @Integra.mcz. Disponível em: <https://www.facebook.com/integra.mcz/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

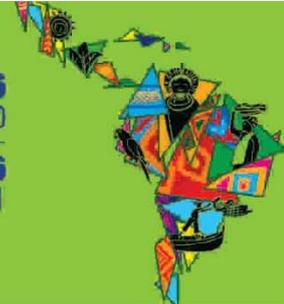
JUBILUT, Liliana Lyra ...(et alli) organizadoras; Amanda Allgayer ... (et alli) – Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. 932p.

RAMOS, Érika Pires. **Refugiados Ambientais**: em busca de reconhecimento pelo direito internacional. Orientador: Alberto do Amaral Júnior. 2011. 150 p. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo - Faculdade de Direito, São Paulo, 2011.

TICIANELI, Edberto. Descoberta de sal-gema em Alagoas foi por acaso. *In: História de Alagoas*. Maceió- AL: Edberto Ticianeli, 22 nov. 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/descoberta-da-sal-gema-em-alagoas-foi-por-acaso.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

TICIANELI, Edberto. Salgema e o movimento contra a ampliação de 1985. *In: História de Alagoas*. Maceió- AL: Edberto Ticianeli, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/salgema-e-o-movimento-contr-a-ampliacao-de-1985.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

VIEIRA, Maria do Carmo. **Daqui só saio o pó**: Conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió:EDUFAL, 1997. 96p.



GT 06 – Modelo Extrativista, Mega-Projetos e Economia de *Commodities* na América Latina

MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL VOLTADA À POPULAÇÃO AFETADA POR GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DE BARCARENA/PA E ABAETETUBA/PA

Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA)¹
Amanda Elaine de Castro Marques (UFPA)²
Juliane Paiva de Assunção (UFPA)³

RESUMO

A partir da presença de grandes empreendimentos nos municípios de Barcarena e Abaetetuba, no estado do Pará, este trabalho reflete sobre as transformações socioeconômicas produzidas sobre a população destes municípios e a rede socioassistencial disponibilizada para atender as demandas por assistência social e saúde para suas populações. Enquanto o município de Barcarena é sede de grandes projetos econômicos desde a década de 1980, com ampliação da área para empreendimentos diversos nas décadas seguintes, o município de Abaetetuba passou a ser área de novos empreendimentos na década de 2000, iniciando com o agronegócio e mais recentemente sendo *lócus* de projetos logísticos (portos, ferrovias, linha de transmissão). As reflexões tiveram por base a teoria crítica e os procedimentos metodológicos privilegiaram a pesquisa bibliográfica e documental. Com base nesta última foi realizado mapeamento da rede socioassistencial dos 02 (dois) municípios em estudo com pesquisa nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, na Pesquisa de Informações Básicas Municipais-MUNIC, na Plataforma do Ministério do Desenvolvimento Social-MDS e nos Relatórios de Atendimento Mensais-RMA dos municípios em questão no período de 2012 a 2019. A partir dos dados coletados podemos refletir sobre as mudanças socioeconômicas e ambientais que ocorreram na área a partir da implantação de grandes empreendimentos nos municípios em estudo confirmando-se, a partir daí, que além da reprodução de expressões da “questão social” na região, o Estado não oferta políticas públicas que atendam, minimamente, as demandas da população.

Palavras-chave: Amazônia Paraense; Grandes Empreendimentos; Rede Socioassistencial; “Questão Social”.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira tem sido palco de processos históricos de exploração de suas riquezas naturais pela via privilegiada da implantação de grandes empreendimentos econômicos. Ao extrativismo gomífero do século XIX e início do século XX, passando pela implantação dos primeiros modelos acabados de grandes projetos como o foram o Projeto

¹ Doutora em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: fialhoppgss@gmail.com.

² Discente da Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: amandaecm1@gmail.com..

³ Discente da Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: juli28pass@gmail.com.

Ford e, posteriormente o Projeto ICOMI sucedeu-se, muito especialmente a partir dos governos militares, a instalação de uma série de outros grandes e diversificados empreendimentos na região.

Todos estes grandes empreendimentos, fossem eles de exploração mineral, aproveitamento hidrelétrico, agropecuários e, mais recentemente expansão do agronegócio, têm (re)produzido as chamadas expressões da “questão social” na Amazônia. Estas se materializam em processos de expropriação do homem nativo de suas condições de sobrevivência – especialmente ribeirinhos, indígenas, pequenos trabalhadores(as) rurais -, deslocamentos forçados – agravando o caos urbano das cidades da região -, degradação ambiental, conflitos agrários, e, não ocasionalmente, mortes na disputa por territórios.

Nas últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI, em meio à progressiva exploração de recursos naturais como uma das estratégias de contenção das crises do capital ocorreu também, no contexto do neoliberalismo, um processo de recrudescimento das políticas públicas de corte social, impactando diretamente nas condições de vida da população amazônida.

Na Amazônia paraense, locus privilegiado da presença de grandes empreendimentos econômicos, destacam-se os municípios de Barcarena e, mais recentemente, o município de Abaetetuba, ambos situados na micro-região de Cametá. Enquanto Barcarena tornou-se sede de Grandes Empreendimentos Industriais, Abaetetuba passou a ser alvo de grandes projetos do Agronegócio.

A partir dos estudos realizados sobre estes municípios paraense por docentes e discentes de graduação e pós-graduação em Serviço Social na UFPA, este artigo apresenta resultados do mapeamento da rede Socioassistencial voltada a população que é afetada por esses grandes projetos.. Os dados apresentados, ainda em fase de consolidação, confirmam que na sociedade do capital, a produção de riquezas gera, por conseguinte, a produção de pobreza, o que se reflete no empobrecimento da população dos municípios em estudo e que as políticas públicas de corte social não atendem, minimamente, as demandas da população, especialmente aquela afetada pelos resultados da presença de grandes empreendimentos. O artigo apresenta, assim, uma caracterização das transformações econômicas e sociais em curso nos municípios de Barcarena e Abaetetuba a partir da instalação de grandes empreendimentos, reflete sobre a importância da política pública de assistência social como mecanismo de viabilização de direitos e finaliza com a apresentação de parte dos resultados do mapeamento da rede socioassistencial, indicando a necessidade não apenas da reflexão crítica sobre as estratégias do grande capital na Amazônia, como também sobre a necessidade de enfrentamento das expressões da “questão social” na região por meio de uma atuação profissional qualificada.

2. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS EM CURSO NOS MUNICÍPIOS DE BARCARENA/PA E ABAETETUBA/PA EM FUNÇÃO DA INSTALAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

O município de Barcarena está localizado na mesorregião Metropolitana de Belém e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2020), possui uma população estimada de 127.027 habitantes. A população do município começa a se expandir na década de 1980 com a instalação de grandes projetos de mineração⁴ em seu território, processo que desencadeou um expressivo fluxo migratório que se deslocou para a região em busca de emprego nos projetos que ali se instalavam. No limite geográfico de Barcarena, temos o município de Abaetetuba, pertencente à mesorregião do Nordeste Paraense e microrregião de Cametá, sendo a cidade-polo do Baixo Tocantins, com uma população estimada pelo IBGE (2020) em 159.080 habitantes.

A construção de grandes empreendimentos na Amazônia – particularmente os grandes projetos de mineração -, está relacionada às necessidades de matérias primas pelos países capitalistas desenvolvidos, produzindo resultados que violam direitos como aqueles chamados transindividuais⁵. Para atender as demandas externas e promover um suposto desenvolvimento, os países dependentes implementam grandes empreendimentos econômicos que, para Alves e Mendonça (2019) produziram impactos irreparáveis às populações tradicionais, particularmente ribeirinhos(as) e indígenas. A implantação de empreendimentos diversos – especialmente a partir dos governos militares e continuados nos governos seguintes, inclusive aqueles que se apresentaram como de esquerda -, expropria a população local de seus territórios, produzindo também deslocamentos forçados.

Em meados da primeira metade da década de 70, quando do apogeu do regime militar, se desenvolveram grandes projetos de barragens e usinas hidrelétricas, tencionando fomentar a atividade industrial na região. Tais projetos continuaram a ser discutidos e abordados nos programas de desenvolvimento dos governos seguintes, a ressaltar, o Programa de Aceleração do Crescimento, dos governos Lula (2002-10) e Dilma (2010-16). [...] Obstante ao cunho social, tais projetos dispunham de uma lógica de exploração econômica, preponderando aspectos do desenvolvimento capitalista em face ao desenvolvimento humano, abstendo-se de versar de maneira satisfatória sobre políticas socioambientais, com viés de respeito às construções ideológicas e culturais, às organizações econômicas das populações afetadas, à biodiversidade das regiões e aos direitos humanos – ponto esse que será aprofundado mais adiante nesse ensaio. (ALVES; MENDONÇA, 2019, p. 6-7)

⁴ Barros (2009), salienta que com a crise de altos preços do petróleo na década de 70, o Japão devido sua pequena extensão territorial torna-se dependente desse produto o que o leva a realizar uma aliança com o Brasil. Dela resultou em 1980 o projeto Albrás/Alunorte no município de Barcarena, no estado do Pará. O empreendimento industrial processava a bauxita através da Alunorte para a produção de alumina (produto intermediário) e a Albrás transformava a alumina em alumínio.

⁵ De acordo com Friedrich e Torres (2013, p. 99-100) “também podem ser conhecidos como direitos difusos os direitos humanos e ambientais, sendo reconhecida a preocupação com a dignidade da pessoa humana, o meio ambiente, a qualidade de vida e o acesso à justiça e a democracia.”

As migrações, internas e externas à região, produzem também um inchaço populacional no meio urbano que, aliado à incapacidade dos serviços públicos – saneamento, habitação, mobilidade, etc -, atenderem às demandas de uma população pauperizada, contribui para a (re)produção de expressões da “questão social” nas cidades. No meio rural, além da deficiência de serviços públicos destinados à população, os(as) moradores(as) são afetados(as) pelo desenraizamento dos territórios de onde a população obtém os meios necessários à sua sobrevivência, física, cultural e simbólica.

Nascimento (2006) exemplifica que no município de Barcarena com as obras do Projeto Caulim e a instalação da Albras/Alunorte, inúmeras comunidades rurais que moravam ao redor desses grandes projetos e sobreviviam naquele local com a pesca, extrativismo e a caça, se preocupavam diariamente em serem expropriadas, o que aconteceu com cerca de 500 famílias que residiam na área, essas famílias como cita a autora, foram privadas de se reproduzirem da mesma forma com que faziam antes da chegada das empresas, ocorrendo então uma total mudança dos modos de vida dessa população, além disso, a autora alega que estes locais onde se instalam os grandes empreendimentos possuem ausência e/ou precariedade dos serviços/equipamentos de saúde, transporte, educação e saneamento básico, o que dificulta ainda mais a permanência dos moradores.

Segundo Hazeu (2015) é nesse contexto que surgem dois novos sistemas migratórios: os deslocamentos forçados e a migração da mão de obra em busca de trabalhos temporários ou terceirizados nas construções, operações e manutenção dos portos e fábricas.

Existem comunidades que ainda resistem nos arredores das instalações dos grandes projetos, como é o caso dos moradores dos Sítios Boa Vista, São João, Cajueiro, Cupuaçu e Nazaré, localizados no município de Barcarena. Em fevereiro de 2018, após uma forte chuva, a empresa NORSK HYDRO BRASIL - HYDRO ALUNORTE foi denunciada pelas comunidades por crimes ambientais causados por rejeitos de minérios de bauxita processados pelas empresas.

Evidencia-se ainda os impactos às bacias hidrográficas quando segundo o Ministério Público do Pará (Inquérito Civil nº000980-040/2018), a empresa HYDRO/ALUNORTE confessa em comunicação à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), datada de 19/02/2018, que o incidente do dia 17/02/2018 não teria sido isolado, pois a empresa vinha utilizando um duto, conhecido como “canal reserva” ou “canal antigo” para lançar efluentes pluviais não tratados diretamente no Rio Pará. Deste modo, demonstra-se que exploração mineral na região, caminhava exclusivamente para atender os lucros do mercado globalizado capitalista não havendo preocupação com as degradações às bacias hidrográficas que conseqüentemente vão alterar os elementos da natureza, desequilibrando o ecossistema, assim influenciando nas vidas dos moradores das comunidades locais. (NAZARÉ; NASCIMENTO; PENHA, 2018, p. 107)

Observa-se como a implantação dos grandes empreendimentos no município de Barcarena tem afetado as manifestações nos saberes e práticas socioambientais das comunidades tradicionais que ainda permanecem aos arredores das instalações dos empreendimentos. A degradação ambiental afeta o uso da terra, impossibilitando a pesca e a caça, além de causar doenças na população devido a contaminação da bacia hidrográfica e de possíveis contaminações no lençol freático, este último utilizado pelas comunidades que obtém água por meio de poços artesianos. Um outro resultado, direto e/ou indireto, da presença dos grandes empreendimentos em Barcarena, como de resto em toda Amazônia, é o surgimento de conflitos agrários em função das disputas por território.

No município de Abaetetuba, diferentemente de Barcarena que possui como principal fonte de renda o setor Industrial, a principal atividade econômica concentra-se no setor de serviços e comércio embora o município seja também o segundo maior produtor de açaí, o quinto maior polo pesqueiro e o terceiro maior produtor de Bacuri e Cupuaçu do estado do Pará. Nas últimas décadas Abaetetuba passou a ser área de ampliação do agronegócio na região.

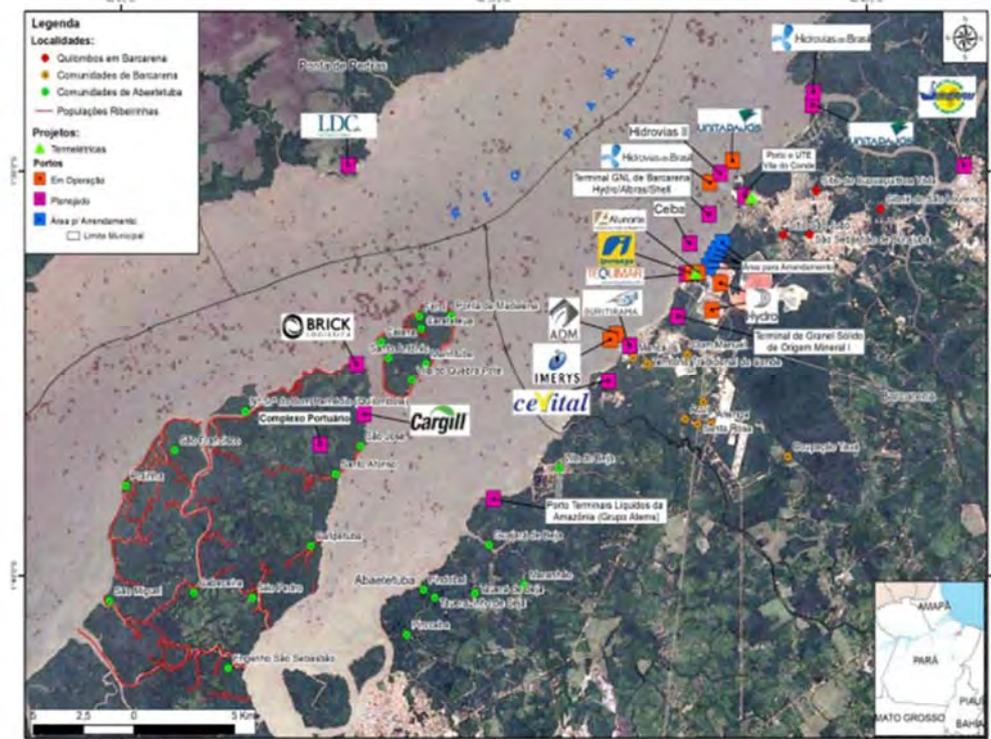
Como exemplo de Projetos de Agronegócio, Silva (2018) aponta que a dendecultura passou a ser explorada em grandes extensões de terra nos anos 2000, a partir de incentivos do Governo Estadual e Federal com a contribuição do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPM) e do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), além disso, o município de Abaetetuba possui condicionantes como terra fértil e barata e força de trabalho disponível, o que atraiu o grande capital para a região. Paralelamente foram projetados novos empreendimentos para o município, especialmente os de logística como a construção de um terminal portuário da Cargill com previsão de início das operações ainda no ano de 2021.

A intenção da Cargill é que o porto esteja operando a partir de 2021, sendo a última fase do empreendimento a ser construído até 2030, com a pretensão de receber barcas vindas do porto de Miritituba-Itaituba (PA) e Porto Velho (RO). Essas barcas virão por trechos dos rios Tocantins, Amazonas, Madeira e Tapajós, e serão armazenados os produtos, posteriormente exportados em navios. O projeto pensado para Abaetetuba refere-se ao escoamento de produtos do agronegócio, principalmente commodities agrícolas, e será uma forma de encurtamento com o mercado internacional (EUA e China), com a criação de uma rede global de financeirização e da cadeia de commodities, bem como de uma fonte de investimentos especulativos de bancos e fundos de investimentos. (GONÇALVES; RODRIGUES; SOBREIRO, 2019, p. 90)

A construção de empreendimentos logísticos no município de Abaetetuba, à exemplo daqueles construídos em Barcarena, atende à demanda externa por grãos e reforça a inserção subordinada do Brasil ao mercado mundial capitalista no contexto de uma

reprimarização da economia. Observa-se, na figura abaixo, a dimensão dos empreendimentos instalados ou em planejamento para implantação na área do Baixo Tocantins, onde se situam os municípios Barcarena e Abaetetuba.

Figura 1 - Empreendimentos em operação e planejados na área do Baixo Tocantins Paraense



Rodrigues (2017)

Os resultados da implantação destes e de outros empreendimentos tendem a reforçar as alterações já ocorridas no município de Barcarena a partir da década de 1980 e iniciar aquelas que já tiveram início no município de Abaetetuba nas primeiras décadas do século XXI. Silva (2018) destaca sobre as alterações nas condições de vida e trabalho da população de Abaetetuba, particularmente as comunidades localizadas em áreas próximas à expansão da dendeicultura onde famílias perderam suas terras e instrumentos de trabalho o que afetou tanto o fornecimento de alimentos para sua subsistência e/ou comercialização. A autora destaca ainda como os pequenos agricultores passaram a vender sua força de trabalho e, aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, fazem parte dos índices de desemprego e acirramento da miséria presentes na região. Este quadro se agrava em função da ausência de políticas públicas de assistência social, educação, saúde, habitação, lazer, dentre outras.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: IMPORTÂNCIA E INSUFICIÊNCIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A partir da aprovação da Constituição Federal de 1988 são aprovadas, posteriormente, um conjunto de leis na área da assistência social que buscaram, como resultado da mobilização da sociedade brasileira pós governos militares, garantir direitos à população. Em 1990 foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estruturando a administração dos locais de assistência em redes, redirecionando a relação entre o Estado e a sociedade civil. De acordo com o Ministério da Cidadania e Desenvolvimento Social (2015), o SUAS é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil e possui um modelo de gestão participativa, sendo responsável por articular os esforços e os recursos dos três níveis de governo (municípios, estados e a União). A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 apresenta os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento da Assistência Social e, em 2004, com a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), se organizam as redes socioassistenciais a partir de parcerias com instituições de todas as esferas, garantindo assim a prestação de serviços públicos à população. A coordenação dessa rede fica sob responsabilidade dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) que sistematizam ações que resultam em serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais.

Em 2005 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) instituiu a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) para disciplinar a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social “indicando a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle dessa política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos” (NOB-SUAS, 2005, p. 14). A concepção de Assistência Social passa a ser a de uma Política de Proteção Social, com caráter público e não contributivo, com a primazia da responsabilidade do Estado na universalização de direitos e de acesso aos serviços (CHIACHIO, 2006; PAZ, 2010).

Dessa forma, a Assistência Social passa a ter um novo paradigma, ultrapassando e rompendo com as noções de caridade, benemerência e doação, que teve no passado. [...] Tendo em vista a trajetória histórica brasileira da Assistência Social e a relação estabelecida entre o Estado e as ES nesse campo, a integração das entidades ao sistema público de proteção social torna-se um grande desafio, pois a mesma não visa somente à garantia da oferta de serviços socioassistenciais a todos que necessitarem, mas também o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados. (SPINK; RAMOS, 2016, p. 289)

Apesar dos avanços alcançados com a Constituição Federal de 1988, inserindo a assistência social, a saúde e a previdência social como constitutivos da Seguridade Social e direito da população brasileira, seu desdobramento se inseriu no contexto da política econômica neoliberal, promovendo o enxugamento do Estado, a regressão de direitos sociais e privatização dos serviços públicos, dentre outros. Yazbec (2003) destaca como as políticas sociais, ao mesmo tempo em que expandem direitos sociais historicamente negados à classe trabalhadora, obedecem também a ótica privatista e excludente.

Segundo Sitcovsky (2010), a produção e reprodução da vida social, sob a égide do capital, determina que aquele que não é possuidor dos meios de produção e da propriedade privada, para sobreviver e satisfazer suas necessidades nos ditames do mercado, deve vender sua força de trabalho. No entanto, há uma parcela dessa população que não tem como prover o atendimento de suas necessidades por via de seus salários, tornando-se, assim, público-alvo da política de Assistência Social. (*apud* FERNANDES, 2020, p. 60)

No contexto da Amazônia brasileira refletir sobre a rede socioassistencial requer evidenciar a importância do território para a população local e como este se relaciona com os serviços ofertados pela política de assistência social. Com relação à territorialidade Teixeira (2013, *apud* FERNANDES, 2020, p. 63), destaca que na Amazônia se apresentam diversas particularidades que se impõem como desafios ao trabalho do SUAS e das políticas públicas.

a) a existência de um vasto território com diversas distâncias intermunicipais e sérios comprometimentos ao processo de trabalho e gestão, inclusive financeiros, o que exigirá que o estado assuma os custos dessa imensa área; b) por sua plural via de deslocamento (fluviais, aéreas e terrestres) com implicações de espaço/tempo. Em algumas ocasiões, por exemplo, se deslocar requer uma rede de transporte, sendo que até determinado ponto utiliza-se o barco, seguindo-se mais adiante por terra; c) as diversas formas de trabalho, ocupação e estrutura familiar no território amazônico (famílias ribeirinhas, seringueiros, quilombolas, indígenas, garimpeiros e entre outros); d) há uma dispersão e interpenetração no universo florestal amazônico, espaços contendo muitos usuários/cidadãos que necessitam do SUAS; e) o desafio de construir uma rede de serviços na área da comunicação acessível para todos. Podendo, todos esses componentes dificultar, mas também potencializar a gestão e o trabalho no SUAS.

A estes desafios se juntam outros, numa região dominada pela lógica de instalação de grandes empreendimentos que, como indicado, (re)produzem expressões da “questão social” sobre a Amazônia. O atendimento das necessidades da população local, particularmente aquelas que são afetadas pela instalação de grandes empreendimentos e submetidas a processos de pauperização, requer uma rede socioassistencial que se oriente pela consideração do território como dimensão da lógica para além do sentido apenas de localização e proximidade, desse modo, pensando na necessidade de facilitar o acesso dos(as) cidadãos(ãs) aos serviços, reafirmando a importância de pensar o território como

elemento essencial da efetivação da proteção social. (NASCIMENTO; MELLAZZO; DERNAN, 2013 *apud* FERNANDES, 2020, p. 62).

3. MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NOS MUNICÍPIOS DE BARCARENA/PA E ABAETETUBA/PA

Como indicado anteriormente, a população dos municípios em estudo apresenta demandas sociais agravadas em função dos impactos decorrentes da instalação de grandes empreendimentos nos territórios. Como prevê a PNAS, o atendimento dos(as) usuários da assistência social é realizado pelos CRAS's a quem cabe a coordenação da rede socioassistencial, planejando e sistematizando ações que resultam em serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais. No levantamento da rede socioassistencial destinada à população de Barcarena e Abaetetuba, foram identificados os dados apresentados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Quantidade de equipamentos da Rede Socioassistencial nos municípios de Abaetetuba/PA e Barcarena/PA

| Municípios | Rede Socioassistencial | | | | | |
|-------------------|------------------------|-------|------------------------|-------------------------|---------------------|---------------------------------|
| | CRAS | CREAS | CENTROS DE CONVIVÊNCIA | UNIDADES DE ACOLHIMENTO | CONSELHOS TUTELARES | OUTRAS REDES SOCIOASSISTENCIAIS |
| ABAETETUBA | 8 | 2 | 4 | 1 | 1 | 1 |
| BARCARENA | 5 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 |

Fonte: MDS/CADSUAS. Censo SUAS 2015. Adaptado pelas autoras.

Freire (2016), informa que em Abaetetuba o SUAS está organizado em uma Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 08 (oito) CRAS, 2 (dois) CREAS e apenas 01 (uma) Unidade de Acolhimento (UA) infante juvenil sendo que, dos número total de CRAS's, 04 (quatro) deles atendem as populações tradicionais, ribeirinhas e quilombolas. Já o município de Barcarena conta com 05 (cinco) CRAS, 01 (um) CREAS, 01 (um) Centro de Convivência, 02 (duas) Unidades de Acolhimento, 02 (dois) Conselhos Tutelares e mais uma Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres (CMPM). Estes dados podem ser melhor visualizados na Tabela abaixo.

No *site* do Ministério da Cidadania⁶ foram identificados os serviços ofertados e o volume de atendimentos realizados nos equipamentos da rede socioassistencial nos municípios em estudo, informações organizadas no chamado sistema de Registro Mensal de Atendimento (RMA)⁷ entre os anos de 2012 até 2019.

Tabela 2 - Relatório Mensal de Atendimento (RMA) no município de Abaetetuba/PA

| SERVIÇOS | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Famílias inscritas no Cadastro Único | 27.715 | 31.924 | 34.653 | 34.333 | 35.936 | 39.710 | 42.713 | 45.916 |
| Famílias beneficiadas Programa Bolsa Família | 20.932 | 20.655 | 20.863 | 19.711 | 21.976 | 29.934 | 33.933 | 33.740 |
| Famílias Quilombolas inscritas no Cadastro Único | 2.306 | 2.451 | 2.547 | 2.435 | 3.037 | 3.239 | 3.100 | 2.982 |
| Famílias Indígenas inscritas no Cadastro Único | 18 | 4 | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Famílias Quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família | 2.018 | 2.155 | 2.091 | 1.910 | 2.459 | 2.712 | 2.587 | 2.519 |
| Famílias Indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família | 17 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total de famílias Ribeirinhas inscritas no Cadastro Único⁸ | 67 | 1.495 | 3.898 | 5.032 | 7.540 | 14.588 | 18.824 | 20.379 |

⁶ Este Ministério substituiu o antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a partir da Lei Nº 13.844, de 18.06.2019.

⁷ O Registro Mensal de Atendimento (RMA) informa sobre os serviços realizados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP) informações e, dessa forma, proporciona busca contribuir para o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme as determinações das Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 04/2011 e nº 20/2013.

⁸ Neste dado, foram somados os indicadores das famílias ribeirinhas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), presentes no sistema VIS DATA do Ministério da Cidadania.

| | | | | | | | | |
|---|----|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Famílias Ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família | 22 | 598 | 1.401 | 2.130 | 3.412 | 6.776 | 8.652 | 9.054 |
|---|----|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|

Fonte: Aplicações/MDS/2020. Adaptado pelas autoras

Outra importante fonte de dados para uma análise das condições de vida e trabalho da população dos municípios em estudo, particularmente a partir da implantação de grandes empreendimentos na região, é o Cadastro Único (CadÚnico). Esta importante base de dados do Governo Federal, é responsável por registrar o perfil socioeconômico das famílias de baixa renda residentes no país, isto é, aquelas que possuem renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa. As informações coletadas são utilizadas para atribuir benefícios e serviços de programas sociais como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), entre outros. Além disso, as informações contidas no CadÚnico são utilizadas no mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários(as) dos programas sociais geridos pelo município. Segundo o sistema de Aplicações do MDS (2021), até 2019 estavam inscritas no CadÚnico 45.916 famílias em Abaetetuba sendo que destas, 41.420 famílias possuem renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

A Tabela anterior apresenta, também, dados referentes ao Programa Bolsa Família, um dos principais programas de transferência de renda no país e que, no caso do município de Abaetetuba, apresenta 33.391 famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo 91.485 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa.

O PBF possui grupos prioritários para aquisição do benefício, composto por famílias e indivíduos que se encontram em alto grau de vulnerabilidade social, à exemplo de famílias indígenas e quilombolas, crianças em situação de trabalho infantil, pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo, catadores(as) de material reciclável, etc. O sistema também exibe o indicador “total de famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura que estão inscritas no CadÚnico”, indicando um total de 05 (cinco) famílias⁹ nos municípios de Abaetetuba e Barcarena, embora, como informado anteriormente, pesquisas realizadas desde a instalação dos primeiros empreendimentos em Barcarena, já indiquem que o total de famílias afetadas alcançava a casa das centenas, particularmente distribuídas nas comunidades tradicionais em áreas de terra firme e nas ilhas dos municípios.

⁹ Os indicadores utilizados foram: Total de Famílias atingidas por Empreendimentos de Infraestrutura inscritas no CadÚnico; Total de Famílias em situação de pobreza atingidas por Empreendimentos de Infraestrutura inscritas no CadÚnico; e Total de Famílias em situação de extrema pobreza atingidas por Empreendimentos de Infraestrutura inscritas no CadÚnico. Todos os dados presentes no Sistema VIS DATA do Ministério da Cidadania.

Até 2019, 822 famílias de Agricultores Familiares estavam inscritas no CadÚnico, deste total, apenas 675 famílias estão inscritas em algum Programa Social. Das 559 famílias de Pescadores Artesanais que estavam inscritas no CadÚnico em Abaetetuba, 497 famílias estão inscritas em algum Programa Social. No município de Barcarena, existem 677 famílias de Agricultores Familiares, com apenas 511 famílias inscritas em algum Programa Social e 421 famílias de Pescadores Artesanais inscritas no CadÚnico, deste total, 315 famílias estão inscritas em algum Programa Social.

Constam nos dados da Prefeitura Municipal de Abaetetuba (PMA, 2006) a existência de ações voltadas ao atendimento de demandas de saúde, formação profissional, educação, etc, mas não há nenhum planejamento voltado para as populações afetadas pelos grandes empreendimentos projetados para o município que envolvem, além da construção de uma infraestrutura logística, a expansão do agronegócio na região. No Plano Diretor do Município (2006) existe a preocupação de um “desenvolvimento” municipal sustentável, com respeito à,

- Necessidade de espaços coletivos de suporte à vida na cidade, com definição de áreas para atender a população nas dificuldades de acessibilidade, equipamentos urbanos e comunitários, mobilidade, transporte e serviços públicos para todos os cidadãos por meio do desenho dos espaços públicos e do sistema viário básico, bem como áreas de proteção, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. - Necessidade de planejamento e execução de espaços coletivos para assegurar a universalização do acesso à água potável, aos serviços de esgotamento sanitário, a coleta seletiva; - Há planejamento e execução de espaços coletivos de terra urbanizada para todos os segmentos sociais, especialmente visando à proteção do direito à moradia da população de baixa renda e das populações tradicionais; (PLANO DIRETOR PMA, 2006, p. 51)

Importa destacar que no Plano Diretor do Município objetiva-se alcançar um crescimento econômico que garanta a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para o presente e futuras gerações. Entretanto, como ação estratégica, se tem a articulação de políticas setoriais para identificar as zonas de interesse social para que nestes locais sejam diminuídos os “vazios urbanos” e a urbanização dos territórios, sendo que as populações tradicionais e ribeirinhas não são citadas neste Plano Diretor e nem no Plano de Metas de Assistência Social.

Tabela 3 - Relatório Mensal de Atendimento (RMA) no Município de Barcarena/Pa

| SERVIÇOS E PROGRAMAS | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Famílias inscritas no Cadastro Único | 16.013 | 19.433 | 22.076 | 21.867 | 22.090 | 22.424 | 22.429 | 22.704 |
| Famílias beneficiadas Programa Bolsa | 10.370 | 11.867 | 12.558 | 11.777 | 12.518 | 14.244 | 14.996 | 13.450 |

| Família | | | | | | | | |
|---|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Famílias Quilombolas inscritas no Cadastro Único | 0 | 0 | 2 | 3 | 3 | 4 | 21 | 65 |
| Famílias Indígenas inscritas no Cadastro Único | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Famílias Quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 3 | 13 | 43 |
| Famílias Indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Total de famílias Ribeirinhas inscritas no Cadastro Único | 546 | 1.390 | 1.506 | 1.639 | 2.035 | 2.119 | 2.121 | 2.202 |
| Famílias Ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família | 211 | 593 | 656 | 749 | 963 | 1.002 | 993 | 980 |

Fonte: Aplicações/MDS/2020. Adaptado pelas autoras.

Quanto ao município de Barcarena, atualmente, constata-se no sistema de Aplicações do MDS que existem 22.834 famílias inseridas no Cadastro Único, 13.849 delas com o cadastro atualizado nos últimos dois anos, 19.679 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 12.010 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com o cadastro atualizado, o cadastro no município não está bem focalizado e nem atualizado. No PBF, no período atual 13.165 famílias são beneficiárias do Bolsa Família, sendo 44.554 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Assim como no município de Abaetetuba, não há dados de famílias dos grupos prioritários que recebem o benefício.

Os serviços disponíveis à população de Barcarena são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Benefício de Prestação Continuada (BPC); Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); Programa Bolsa Família (PBF); Programa Bolsa Cidadã (PBC); Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); ACESSUAS Trabalho; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e Coordenadoria

Municipal de Políticas para Mulheres (CMPM). Dentre os serviços ofertados não se percebem aqueles que possam atender as particularidades da população de Barcarena, que não possui outras formas de ocupação que não sejam voltadas para o trabalho na indústria, nem serviços voltados à população tradicional e ribeirinha.

No Plano Diretor de Barcarena (2006), consta também a proposta de “desenvolvimento” econômico do município, com a previsão de instalação de novas áreas industriais, parques e distritos de alta tecnologia, especialmente estimulados pela presença da área portuária e a criação de projeto urbanístico global para os pólos industriais e de logística. Não há, porém, detalhamento de como as comunidades tradicionais que habitam no município serão atendidas com políticas públicas frente à instalação dos grandes empreendimentos previstos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios de Barcarena e Abaetetuba tem passado por diversas transformações sociais e econômicas desde quando se iniciou o processo de desenvolvimentismo decorrente do modelo de produção capitalista, esse processo acarretou na construção de grandes projetos de exploração mineral e posteriormente do agronegócio, o que produziu grandes impactos às populações tradicionais residentes na Amazônia, região de grande exploração de matérias primas.

Neste cenário, destaca-se os sistemas migratórios, compostos pela população que é deslocada forçadamente após a instalação dos grandes projetos e seus reflexos e a migração da mão de obra, daqueles indivíduos que estão em busca de trabalho no sistema fabril. A pesquisa demonstra que além dos diversos prejuízos materiais e físicos, os grandes projetos afetam as manifestações dos saberes e práticas socioambientais das comunidades.

A implantação dos grandes projetos altera as condições de vida e trabalho da população, pois os moradores perdem a terra e seus instrumentos de trabalho, afetando o fornecimento de alimentos para sua subsistência e para comercialização. Isto se torna mais uma motivação para que as populações tradicionais, pescadores, pequenos agricultores e população ribeirinha tenha que vender sua força de trabalho.

Sendo assim, tornam-se necessárias políticas públicas que venham ao auxílio dessa população que tem sido continuamente precarizada. Os CRAS's são responsáveis pela coordenação da rede socioassistencial, sistematizando ações que resultam em serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais, porém, ao se inserir no contexto da política econômica neoliberal o que se percebe são políticas privatistas e excludentes, e ainda quando se trata das populações afetadas por grandes empreendimentos, é preciso que se considere

o território como ponto principal para a efetivação da proteção social, o que requer uma não concordância com o que tem sido imposto pelo Estado capitalista.

Como principal ponto do trabalho, se tem o mapeamento da rede socioassistencial dos municípios de Barcarena e Abaetetuba, tendo como base o Cadastro Único, responsável por registrar o perfil socioeconômico das famílias e o Programa Bolsa Família, que é um dos principais programas de transferência de renda do país, demonstra-se que não existem dados consistentes a respeito dos grupos prioritários, que são aqueles que mais são afetados pelos grandes projetos.

Ademais, é realizada uma curta análise dos planos diretores dos municípios, onde se evidencia uma alta preocupação com o desenvolvimento das regiões e nenhuma estratégia de enfrentamento das problemáticas causadas por esse desenvolvimento desenfreado. Os dados a respeito da rede socioassistencial dos municípios são escassos e os poucos dados existentes não recebem atualização há anos.

Todas essas questões implicam fortemente no trabalho dos profissionais que estão inseridos na rede socioassistencial, dificultando a avaliação e análise da situação problema e conseqüentemente na construção e implementação de estratégias que possam suprimir os diversos prejuízos causados às populações afetadas pelos grandes empreendimentos. A resolução desses conflitos não se dará a partir da conciliação do Estado com o sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA, Prefeitura de. **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO MUNICIPAL DE ABAETETUBA. 2006**. Disponível em: <https://abaetetuba.pa.gov.br/arquivos/17/REVISOFINAL-20-10.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ALVES, Emily Beatriz dos Santos; MENDONÇA, Matheus Thiago Carvalho. GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA E O “DIREITO DE FICAR”: ponderações sobre direitos humanos, deslocamento forçado de populações tradicionais e o princípio da solidariedade. **Revista Juris Unitoledo**, Araçatuba, v. 04, n. 04, p. 03-21, dez. 2019. Semestral.

BARROS, M. J. B. **Mineração, finanças públicas e desenvolvimento local no município de Barcarena-Pará**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012

CHIACHIO, Neiri Bruno. **Caráter público da gestão governamental com organizações sem fins lucrativos. O caso da Assistência Social**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: PUC-SP, 2006.

Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 130 de 15/07/2005**. 2005. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=102523#:~:text=Aprova%20a%20%20Norma%20Operacional%20B%C3%A1sica,IX%20e%20%20XIV%20do%20%20art..> Acesso em: 2 fev. 2021.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves. **Política de Assistência Social na Amazônia:** problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da ilha das onças, barcarena/pa. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

FIALHO NASCIMENTO, Nádía Socorro. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista:** elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, Monica Rei Moreira et al. **LEVANTAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM 19 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ:** notas teóricas, metodológicas, considerações gerais e características do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente no município de abaetetuba. Abaetetuba: Mpe, 2016. Disponível em: [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/14/Revista%20Abaetetuba\(4\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/14/Revista%20Abaetetuba(4).pdf). Acesso em: 02 fev. 2021.

FRIEDRICH, Tatyana Sheila; TORRES, Paula Ritzmann. **A relativização de princípios clássicos de direito internacional no mundo globalizado no caso líbio:** apontamentos sobre soberania, não-intervenção em assuntos internos e Conselho de Segurança da ONU. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, PR, vol. 14, no. 14, p. 96-112. 2013

GONÇALVES, Osmana Dias; RODRIGUES, Jondison Cardoso; SOBREIRO FILHO, José. “MARÉS DAS REBELDIAS EM ABAETETUBA”:: dos rios da existência à resistência dos territórios na amazônia paraense, baixo tocantins. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 15, n. 1, p. 80-103, jun. 2019. Semestral.

HAZEU, Marcel Theodoor. **O NÃO LUGAR DO OUTRO: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**, Ano de obtenção: 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 9º ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades**. 1936. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/barcarena.html>. Acesso em: 1 fev. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades**. 1936. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/abaetetuba.html>. Acesso em: 1 fev. 2021.

Ministério da Cidadania. **VIS DATA**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 2 fev. 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social. **Sistema de Cadastro CadSuas**. 2008. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html;jsessionid=A5E62B8A0484CA1344EB53ED1990E9F0>. Acesso em: 1 fev. 2021.

NAZARÉ, Mailson Lima; NASCIMENTO, Paula Mayara Rodrigues do; PENHA, Rafael Santos. GRANDES PROJETOS EM BARCARENA-PA: impactos socioambientais causados pelas atividades da hydro alunorte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 05, n. 02, p. 98-117, dez. 2018. Semestral.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede de Atendimento social: Uma ação possível?**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009. Disponível em: www.catolicaonline.com.br/revistacatolica. Acesso em 25 fev. 2015.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (Org.). **Assistência Social e Filantropia. Novo Marco Regulatório e o Cenário Contemporâneo de Tensões entre o Público e o Privado**. São Paulo: Giz Editorial, 2010, p. 101-114.

Prefeitura de Abaetetuba. **METAS SEMAS**. 2017. Disponível em: <https://abaetetuba.pa.gov.br/arquivos/20/SEMAS-METAS.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021

Prefeitura de Barcarena. **LEI COMPLEMENTAR Nº. 23 DE 09 DE OUTUBRO DE 2006**. 2006. Disponível em: http://barcarena.pa.gov.br/portal/arquivo/procuradoria/9_1_LEI_COMPLEMENTAR_N_23.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

SILVA, Thais Sousa. **O AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA PARAENSE**: alterações nas condições de vida na Comunidade de Curuperé Miri no município de Abaetetuba/PA. Orientadora: Nádia Socorro Fialho Nascimento. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação - Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, 2018.

SPINK, Peter Kevin; RAMOS, Ana Marcia Fornaziero. Rede Socioassistencial do SUAS:: configurações e desafios. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 36, p. 285-310, dez. 2016. Anual.

YAZBECK, Maria Carmelita. **A política social Brasileira nos anos 90**: a refilantropização da Questão Social. Cadernos Abong, São Paulo: n. 11. , p. 7-18, out.1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2003

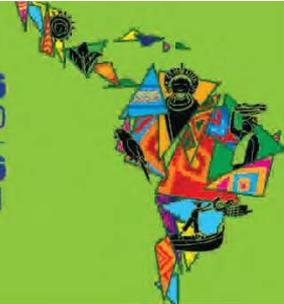


SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 06 – MODELO EXTRATIVISTA, MEGA-PROJETOS E ECONOMIA DE *COMMODITIES*
NA AMÉRICA LATINA

**LAND GRAB NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU: AVANÇOS DA
COMMODITY DO DENDÊ NA AMAZÔNIA¹**

Auristela Correa Castro²
Aquiles Vasconcelos Simões³

O presente trabalho se dispõe a demonstrar como a expansão da *commodity* do dendê na Amazônia tem contribuído para o avanço do *land grab* (corrida por terras) impactando diretamente povos e comunidades tradicionais como o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu no Baixo Tocantins. A metodologia utilizada para dar suporte a pesquisa foi a pesquisa qualitativa, com visita *in loco* e entrevista exploratória não-diretiva, cuja entrevista se deu com sujeitos chaves como líderes comunitários, núcleos familiares do quilombo, professores, lideranças de organismos quilombolas (GIL, 2022). O referencial teórico do trabalho perpassou pela análise da política pública do PNPB (Política Nacional de Produção de Biodiesel) sob as lentes de Yves Surel (2004, p. 28) o qual faz uma abordagem cognitiva da política pública e infere que [...]fazer uma política pública não é, pois, "resolver" um problema, mas, sim, construir uma nova representação dos problemas que implementam as condições sociopolíticas de seu tratamento pela sociedade e estrutura [...]. Dentre os resultados observados verificou-se que a presença do dendê no Território Quilombola de Jambuaçu como resultado das ações do PNPB tem provocado uma serie de mutações no modo de vida dos quilombolas de Jambuaçu. No entanto esse avanço não se dá de forma pacífica e vem trazendo uma série de conflitos agrários, culminando por vezes em perdas de vidas principalmente de lideranças comunitárias, fator este que tem gerado insegurança entre os quilombolas. O presente trabalho trouxe como conclusão principal o fato de que o avanço do dendê no Território Quilombola de Jambuaçu ao longo de trinta anos trouxe faz com que a necessidades de terras para a expansão do dendê se configure em *land grab* (corrida por terras) gerando disputas por terras e consequentemente conflitos agrários nas comunidades do referido Quilombo.

Palavras-chaves: *land grab*. política pública. Território Quilombola de Jambuaçu

¹ O artigo é uma síntese da dissertação defendida pela autora com o título "Dendecultura no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu no Baixo Tocantins" no Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidade-PPGCITI; UFPA/Abaetetuba, UFPA em janeiro de 2019. Pesquisa financiada com recursos da CAPES (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e subsídios do GEDAF (Grupo de Estudos Sobre a Diversidade da Agricultura Familiar).

² Discente egressa do Programa de Pós-Graduação em Cidade, Território e Identidade-PPGCITI; UFPA/Abaetetuba.

³ Professor Pós-Doutor do Programa de Pós-Graduação em Cidade, Território e Identidade-PPGCITI; UFPA/Abaetetuba; Brasil. moinayunah@gmail.com (Orientador).

1. INTRODUÇÃO

Em 2005 o Governo Federal inicia um megaprojeto denominado PNPB, partindo de uma Comissão Interministerial, cujo objetivo primordial foi verificar mediante bases científicas a viabilidade do biodiesel no Brasil, além de propor ações que possibilitariam seu uso. Dentre as premissas traçadas no relatório final dessa comissão estavam a necessidade de geração de emprego e renda aos agricultores do Nordeste, ocupar as terras degradadas da Amazônia, assim como a inserção do biodiesel na matriz energética do Brasil. Com o intuito de dar seguimento ao PNPB foi criado um Grupo Gestor cuja atribuição foi garantir que as ações pertinentes “à gestão operacional e administrativa, possibilitassem que as diretrizes e as estratégias relativas ao biodiesel fossem efetivadas (BARROS, 2016; BRASIL, 2005; CARVALHO, 2015, SILVA, 2016).

Desta forma, a Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (CEIB) buscou implementar as ações direcionadas ao biodiesel, cujos princípios de inclusão, desenvolvimento regional, geração de emprego e renda visavam atender aos interesses dos diversos atores (Executivo Federal, Congresso Nacional, setor privado, universidades, movimentos sociais) presentes na arena de ação para elaboração dessas políticas (BARROS, 2016; BRASIL, 2005; CARVALHO, 2015). Configuram como objetivos traçados pelo PNPB:

Art. 2º: O Programa a que se refere o art. 1º terá por objetivo promover o cultivo sustentável da palma de óleo e observará as seguintes diretrizes: I - proteção do meio ambiente, conservação da biodiversidade e utilização racional dos recursos naturais; II - respeito à função social da propriedade; IV - estímulo ao cultivo de palma de óleo para recuperação de áreas em diferentes níveis de degradação; V - inclusão social (BRASIL, 2005, n.p.).

Assim, trazida como um discurso de desenvolvimento exógeno, embasada na aliança entre o agronegócio e o estado, a dendeicultura é apontada para o campesinato amazônico como única solução plausível aos problemas vivenciados pela mão de obra camponesa amazônica, principalmente no que se refere a financiamento (RIBEIRO, NAHUM, 2014).

1.2. Para entender o "*land grab*" na Amazônia

Sob um olhar das relações internacionais, Alves (2014), entende que esta explosão sobre a ação do "*land grab*" se deu principalmente após as crises de 2008 e 2009 em que as empresas em função do aspecto volátil do mercado financeiro buscam compensar suas perdas investindo em agricultura, o que ocorreu principalmente através da compra de terras, assim ele infere que a compreensão desse evento ocorre principalmente através de dinâmicas econômicas, sociais e financeiras, para tanto, tal autor, considera "*land grab*" como:

[...] os negócios agrícolas de grande dimensão, com impactos profundos ao nível das estruturas produtivas do país, das relações sociais, económicas e políticas, da manutenção da soberania e da inserção internacional dos Estados, e realizados por agentes privados ou estatais que pelos mais variados meios, procuram de forma ilegítima ou ilegal, a apropriação e o controlo da terra, bem como os recursos associados a esta, sendo que a exploração destes recursos é definida no contexto da acumulação de capital e maximização de ganhos (ALVES, 2014, p. 02).

Este conceito expressa concretamente o significado do que as políticas agroenergéticas instauradas no Brasil vêm provocando na Amazônia, no Estado do Pará e no Baixo Tocantins e sobre a vida de povos e comunidades tradicionais que habitam esses locais, pois “associado ao ‘*land grab*’ está a compra e o arrendamento de vastas extensões de terras para a produção alimentar ou de agrocombustíveis, agregados a alguns interesses estatais como o próprio “sequestro de carbono”, ou ainda, interesses escusos de países do hemisfério norte que pretendendo garantir a soberania alimentar de seus países agem em detrimento dos interesses dos países nos quais se alocam (ALVES, 2014, p. 03; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 09).

Alves (2014) pontua que o “*land grab*” acarreta a financeirização da agricultura trazendo assim outra consequência, ou seja, uma agricultura sem agricultores, fator caracterizado pelo monocultivo, mecanização do processo, ou melhor, pela inserção de tecnologias, as quais minimizam custos e geram rendimentos para os investidores e não para aqueles que produzem.

Sobre essa questão da financeirização, Sauer e Borras Jr, (2016), afirmam que o elemento que está por trás desse evento na verdade é um dos velhos problemas do capitalismo que sempre esteve ameaçado pelo ciclo das crises, hoje reconfigurado como crise alimentar, energética, financeira e ambiental, sob tal prisma, o capital financeiro busca investimentos em áreas onde antes não adentrava, como a aquisição de terras, pois constituem investimentos mais seguros. Assim, essa aliança do capital financeiro ao capital agrário através da aquisição de terras vem provocando uma “revalorização da terra”, o que acarreta uma verdadeira corrida (*land rush*) na sua aquisição (ALVES, 2014; SAUER, BORRAS JR., 2016, pp. 11,12; PEREIRA, 2017; SPADOTTO, 2017).

Prosseguindo essa análise e fazendo uma abordagem sobre o desenvolvimento das Américas, baseados em Safransky e Wolford (2011), Sauer e Borras Jr. (2016, p. 16) consideram que isso ocorreu mediante a presença de alguns mecanismos, inicialmente através da apropriação em larga escala de terras e recursos, o que convergiu para um “desenvolvimento desigual”, a segunda situação foi a construção de um corredor logístico voltado para o atendimento do agronegócio, através do uso de recursos públicos e de organismos multilaterais.

A terceira situação foi a “transformação dos agrocombustíveis em uma nova fronteira de lucros, tanto para o agronegócio como para as empresas petrolíferas” em

função da ameaça energética, a quarta situação, faz alusão a insegurança alimentar que “promoveu o ‘investimento em cultivos alimentares’, por vezes voltados aos combustíveis, como o sucroenergético no Brasil e o dendê na Guatemala, Honduras, Indonésia” (SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 16). Quanto a quinta situação emerge como uma inovação, cujo estímulo decorre da busca por novos instrumentos financeiros, como o investimento em compra de terras em todo o mundo, cujo intuito primordial seria o de minimização de riscos no mercado ações (ALVES, 2014; PEREIRA, 2017; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 17).

O “*green grabbing*” que significa a apropriação ou expropriação verde, emerge como consequência da sexta situação, posto que, sob o discurso da “sustentabilidade, conservação ou valores verdes” possibilita que “mecanismos de mitigação e compensação ambiental, acarretem uma modificação ou mercantilização da natureza” em nome da “economia verde” (ALVES, 2014; PEREIRA, 2017; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 17).

E por fim, o mais grave de todos, a “destruição das economias tradicionais”, possibilitadas pelas ‘organizações multilaterais’ através da criação de ‘normas, regulamentos e incentivos, estabelecidos pela comunidade internacional’, os quais ocorrem mediante “programas de cooperação e concessão de empréstimos” concedidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e criam condições para que o capitalismo avance sobre novas fronteiras (ALVES, 2014; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 17).

Sobre esse fenômeno, Alves (2014) recorda que o Banco Mundial em 2007 através de seu relator Jean Ziegler considerou que o uso de terras para produzir agrocombustíveis seria um crime contra a humanidade, entretanto, contrapondo seus argumentos o próprio Banco Mundial propõe a criação de um “código de conduta para investimentos responsáveis na agricultura”, o que foi considerado no seu cerne como destruição do “campesinato no mundo”, pois no epicentro dos conflitos gerados por esse fenômeno está o fato de que “os recursos necessários para a acumulação de capital são exatamente os mesmos que as populações locais necessitam para o seu sustento” (ALVES, 2014, p. 05).

Fatores que aparentemente parecem eclodir como simples conflitos decorrentes pela disputa de uso da terra, na verdade são substanciados por elementos bem mais complexos que omitem interesses de organizações globais, cujas ações repercutem em escala local, denominadas por Borrás Jr.(2015) como land rush, ou corrida por terras e Almeida (2010) como reconfiguração do mercado de terras, cujas consequências pressupõe a exclusão e expropriação desse bem, contribuindo para o aumento da desigualdade social, da concentração da riqueza e do aumento da pobreza no campo.

Sauer e Borrás Jr. (2016, p. 01), denominam esse fenômeno de “apropriação de terras privadas” e atribuem como causa diversos fatores, dentre os quais estão a “expansão das fronteiras agrícolas”, tendo como justificativas, construídas de forma intencional pelos

organismos de poder global, a (in)segurança alimentar, a produção de alimentos e as mudanças climáticas (SAUER, BORRAS JR., 2016).

Assim se construiu no imaginário social a escassez de alimentos e a necessidade de busca por terras para produzi-los. No entanto, o que a priori aparece como uma solução para problemas que perseguem a humanidade, como a escassez por alimentos, na verdade trazem no seu bojo, interesses ocultos que precisam ser analisados com maior propriedade, pois, sob o aparato do estado se revestem de valores de sustentabilidade, omitindo o que está por traz dos seus reais interesses (ALMEIDA, 2010; SAUER, BORRAS JR., 2016).

Desta forma, a posse pela terra tomou novas dimensões sendo uma grande causa de conflitos agrários no Brasil, ressaltando-se que essas lutas além de assumirem roupagens distintas para um mesmo problema, sempre estão imbuídas pelo contexto histórico no qual sucedem, sendo sempre elemento de discussão nos diversos espaços, sejam eles, acadêmicos, governamentais ou sociais.

No entanto, a grande preocupação dos estudiosos perpassa pelo fato dessa busca pela posse da terra ter se intensificado no limiar do século XXI, tomando proporções imprevisíveis principalmente no que tange as consequências planetárias pertinentes a esse fenômeno, que a priori parece simples. Ainda que, alguns autores não considerem a busca pela posse da terra como algo que está para além do simplório, ao contrário, denominam somente de “apropriação de terras privadas”, o contexto e própria literatura pertinente ao tema deixa claro que a mola mestra desse fenômeno é a ampliação das fronteiras agrícolas para atendimento dos anseios do capital, fato que acarreta conflitos e disputas territoriais na luta por esse bem (SAUER, BORRAS, JR., 2015).

1.3. Aspectos da Políticas Pública e PNPB

Para se analisar uma política pública Muller e Surel (2002) sugerem que antes se faça um “recorte da esfera política” dando ênfase a alguns aspectos em detrimento de outros. Uma política pública é decorrente conjuntamente de um “constructo social e de um constructo de pesquisa”, sendo que os impactos de uma política pública, não são diretamente proporcionais aos custos por ela acarretados. Além disso, é importante em sua análise o entendimento do grau de dimensão simbólica dessa política para àqueles que serão por ela atingidos (MULLER, SUREL, 2002, p. 10).

Uma política pública tem sua gênese na arena da ação pública. Muller e Surel (2002) consideram que a ação pública configura variadas maneiras de imbricação entre a ação coletiva e a ação governamental, enquanto que a ação coletiva é referente a ação conjunta das sociedades, já a ação governamental faz alusão aos instrumentos através dos quais os governos atingem seus objetivos na implementação de seus programas governamentais, por arena, tais autores entendem que se refere ao lócus onde os diversos atores se interrelacionam na luta por seus interesses, sendo portanto os atores, os agentes

“portadores de um interesse que está a ponto de ser decidido de forma definitiva” (MULLER, SUREL, 2002; RUA, 2017, n./p.; SIMÕES, DIAS, s./d.).

Quando uma política pública é construída levando em consideração as ideias, as crenças, e as representações dos atores, assim como sua forma de se relacionar com o mundo, denomina-se abordagem cognitiva. Para se construir uma política pública, a partir da abordagem cognitiva é necessário que estejam presentes: os valores, as normas, os algoritmos e as imagens, sendo que os valores são correspondentes àquilo que se almeja ou não, já a normas são pertinentes ao que se percebe e o que se espera de uma política, quanto os algoritmos vinculam-se a causa e ao efeito de uma ação, por fim, as imagens resultam dos valores, normas e algoritmos (MULLER, SUREL, 2002).

A partir desse olhar é possível perceber que as políticas do Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB) tiveram sua gênese no âmbito do Governo Federal, sendo que os atores presentes na sua construção foram constituídos por Executivo Federal, o Congresso Nacional, o setor privado, as universidades, os movimentos sociais, além de outros segmentos, como as federações de municípios. Foram constituídos como valores dessa política, o aspecto social, o aspecto econômico e o aspecto ambiental (BRASIL, 2005).

Na relação causa-efeito, os algoritmos esperados correspondiam ao seguinte: se a causa era problemas econômicos, o resultado seria melhoria da balança de pagamentos, se a causa era a crise ambiental, o resultado esperado seria mitigação dos Gases de Efeito Estufa, se a causa era o uso irracional de recursos naturais, o resultado seria promover desenvolvimento sustentável (MULLER, SUREL, 2002).

1.4. Territorialização da Marborges Agroindústria S./A. no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu

A territorialização da *commodity* do dendezeiro no Território de Remanescentes de Quilombo de Jambuaçu, como já foi dito anteriormente não é recente, nem se deu de maneira pacífica, ao contrário, ocorreu de modo conturbado, mediante conflitos, mortes, ameaças, expulsão, espoliação e disputas territoriais, causadas pela chegada da REASA nos anos 70 na área que hoje se constitui o referido território (SACRAMENTO, 2009); SANTOS, 2015, SILVA, 2015).

Tal fator foi a força motriz que levou o território ao processo de organização em consonância com a organização das comunidades na busca pela titulação do território, o que foi possibilitado a partir de 2007, quando saiu a titulação definitiva, embora ainda existam comunidades que estejam lutando pela sua titulação definitiva, conforme acentuam Sacramento (2009); Santos, 2015, Silva, (2015). Desde os anos 90, a empresa mudou a pessoa jurídica deixando de ser Reflorestamento Amazônia Sociedade Anônima (REASA) para ser Marborges Agroindústria S.A., em virtude de ser o ator responsável pela expansão

da dendecultura no local da pesquisa, a referida empresa será objeto de apresentação nesta subseção.

2. MÉTODOS

Nesta subseção serão demonstrados os percursos de construção do trabalho.

2.1. A escolha do município de Moju

Tomando por base a concepção supra proferida por Quivy e Campenhoudt (2005), desenvolveu-se este trabalho, de modo a verificar os efeitos da expansão da dendecultura em territórios de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins. Assim o local escolhido para busca de dados foi o Território de Remanescente de Quilombos de Jambuaçu localizado no Município de Moju na Região do Baixo Tocantins, e o período de recorte para a análise de dados foi referente ao início e vigência das Políticas Agroenergéticas, ou seja, a ano de 2005 até o período que ocorreu esta pesquisa, o ano de 2017 e o ano de 2018.

O município do Moju criado pela Lei 279, de 28 de agosto de 1856, está localizado a margem direita do Rio Moju, abaixo da saída do canal de Igarapé-Miri, na Região do Baixo Tocantins da Amazônia Paraense, cujos terrenos foram doação de Antônio Dornelas de Sousa, em 1754 à Irmandade do Divino Espírito Santo, o que posteriormente deu origem a referida cidade do Moju (IBGE, 2010).

A cidade é cortada pela PA 150, a qual compõe o complexo viário construído para o escoamento da produção do agronegócio efetuada nas cidades do nordeste paraense. O perímetro urbano da cidade ao longo da PA 150 é constituído por toda a margem esquerda por plantações de monoculturas do agronegócio dendecultor, fator que evidencia a importância da dendecultura na dinâmica do município, corroborando com o título que lhe foi atribuído de “berço da dendecultura empresarial” (IBGE, 2010; NAHUM, SANTOS, 2015, p. 02).

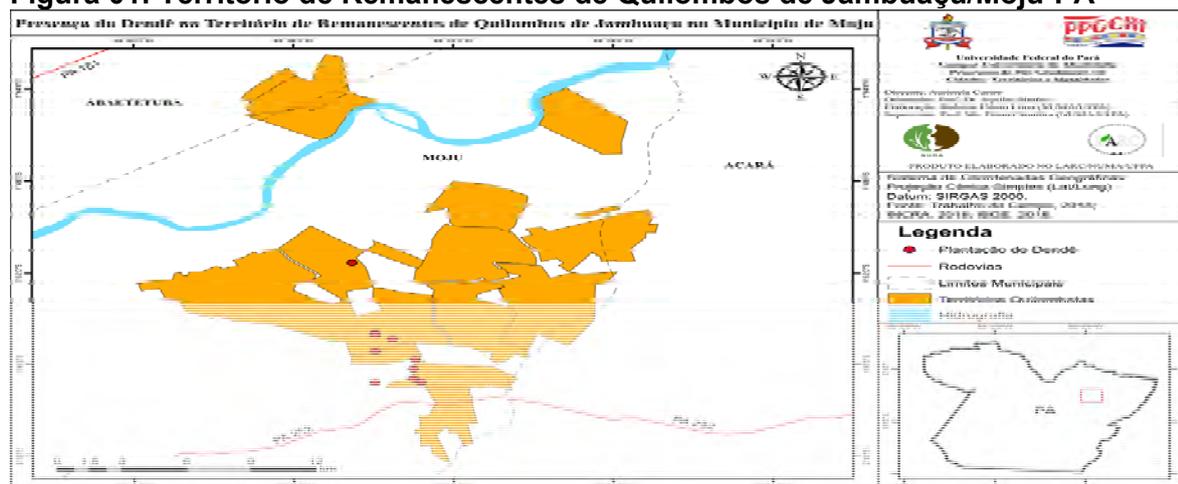
A inserção da *commodity* do dendê no município ocorreu mediante o implemento das políticas agroenergéticas através de parcerias realizadas para implantação de um “Projeto piloto da cultura do dendê no município de Moju”, cujos entes executores foram prefeitura de Moju, AGROPALMA, Governo Estadual e Banco da Amazônia (BASA), tal intuito visava firmar uma “Cooperação Técnica” para viabilizar o projeto do agronegócio dendecultor como mola propulsora econômica na região (BASA, 2012, p. 02).

As características definidas para cumprimento dos projetos de dendecultura exigiam para sua execução uma grande quantidade de mão de obra, problema sanado através da inserção da mão de obra da agricultura familiar. Além disso, o uso dessa força de trabalho possibilitaria as empresa deduções no imposto de renda, através do uso do Selo Combustível em função de atribuir-lhe uma imagem de mecanismo de desenvolvimento sustentável dado o uso da mão de obra familiar (BASA, 2012, p. 02; BARROS, 2016, p. 26).

2.2. Caracterização do Território Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu

A Carta Imagem exposta na Figura 01, apresenta o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu/Moju-PA, a qual além de ter por objetivo apresentar a localização do território visa, demonstrar que os pontos que aparecem em vermelho, são referentes aos pontos de satélite que confirmam a presença do dendê no âmbito do território quilombola lócus de pesquisa.

Figura 01: Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu/Moju-PA



Fonte: Trabalho de campo realizado em conjunto com o GEDAF, 2018. INCRA, 2016. IBGE, 2018. Elaboração bolsista Flávio Lima (NUMA/UFPA). Supervisão Prof. Daniel Sombra (NUMA/UFPA).

O referido território está localizado a aproximadamente 15 km do município de Moju, na Região do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, as margens do Igarapé Jambuaçu, constituído por 15 (quinze) comunidades quilombolas, a qual foi titulada através do Instituto de Terras no Pará (ITERPA) a partir do ano de 2007, como resultado de um processo de luta, cujas mobilizações decorrem de lutas contra os grandes empreendimentos definidos pelos projetos de desenvolvimento impostos pelo Governo Federal, a gestão territorial ocorre através da Bambaê, instituição que coordena as associações do território (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018) (SACRAMENTO, 2007; SILVA, 2013, SANTOS, 2017).

O Território de Remanescentes de Quilombo de Jambuaçu vivencia historicamente um conjunto de tensões acirradas pela inserção das agroestratégias do capitalismo global que vem ameaçando a territorialidade desses povos e comunidades tradicionais que ocupam esse território, a ameaça desses empreendimentos culminou com a criação do Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada e Consentimento do Território Quilombola de Jambuaçu - Moju/PA (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

2.3 Instrumentos de construção do trabalho

Visando atingir o objetivo preconizado pelo estudo, utilizou-se como ferramenta a entrevista de caráter exploratório a qual segundo afirmam Quivy e Campenhoudt, (2005, p. 69), “têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras”, fator este buscado durante o processo de pesquisa exploratória.

Utilizou-se a entrevista de caráter informal, cujo objetivo primordial foi a coleta de dados, a qual é a mais recomendada em pesquisa de caráter exploratório, e em casos em que o pesquisador possui pouco conhecimento sobre o assunto e sobre a realidade estudada, fator este presente neste processo de investigação. Essa ferramenta de entrevista informal possibilitou a busca de entrevistas informais com informantes-chaves, tais quais, foram lideranças, especialistas, estudiosos sobre a temática abordada, ou outras personalidades que nos deram informações sobre o tema pesquisado (GIL, 2010; SEVERINO, 2007).

3. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

A Marborges Agroindústria S.A., é um empreendimento regido pela Lei nº 6.404/76, a Lei das S.A., cujo capital caracteriza-se por ser “dividido em ações, sendo que as responsabilidades dos sócios ou acionistas será limitada ao preço da emissão das ações subscritas ou adquiridas” (BRASIL, 1976, p. n.p.). É regida pela Lei nº 9.249, que extinguiu a correção de balanço para fins societários (MARBORGES, 2007).

Tem por objetivo primordial cultivar, fazer o processo de industrialização, comercialização no mercado interno, assim como, a exportação de óleos de dendê e de palmiste. Sua sede localiza-se no município do Acará, mas sua área de expansão ocorre nos municípios vizinhos inclusive Moju, o município escolhido para desenvolvimento desta pesquisa (MARBORGES, 2007).

Em função de ser uma Sociedade Anônima (S.A.), tal empreendimento efetua captação de recurso de terceiros mediante o mercado financeiro através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), sendo seu Capital Social constituído por ações sem valor nominal, dividido em ações nominativas, as quais são ações ordinárias e ações preferenciais classe "a" e ações preferenciais classe "b"⁴. Além de debêntures conversíveis e debêntures inconversíveis⁵, segundo o artigo 5º, da Lei 8.167/91, com subscrição no Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), remuneradas com juros anuais de 4% sobre o valor atualizado pela Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP). No ano de 2007, a empresa recebeu o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI) (MARBORGES, 2007).

⁴ Para melhores informações ver: Marborges Agroindústria S.A., 2007.

⁵ Para melhores informações ver: Sandroni, 1999.

O Quadro 01 abaixo apresentado, faz um recorte da variação patrimonial da Marborges Agroindústria S.A no período de 2005 a 2011, período de implementação das políticas agroenergéticas no Brasil e na região estudada e busca mostrar se houve alteração no valor do patrimônio da empresa a partir da instalação do PNPB até a ano de 2011.

Quadro 01: Variação Patrimonial da Marborges Agroindústria S.A no período de 2005 a 2011.

| ANO | PATRIM LIQ | CAPITAL SOCIAL | LUCRO OU PREJ | INCENTIVOS FISCAIS | EMPREST E FINANCIAM |
|------|---------------|----------------|----------------|--------------------|---------------------|
| 2005 | 0,00 | 14.782.175,12 | (2.201.763,80) | 0,00 | 0,00 |
| 2006 | 20.841.197,97 | 20.005.361,49 | (2.251.182,87) | 0,00 | 509.587,08 |
| 2007 | 23.054.267,47 | 20.841.197,97 | (1.482.894,02) | 0,00 | 459.215,56 |
| 2008 | 0,00 | 26736872,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2009 | 37.829.406,83 | 26.736.872,59 | 1.864.581,44 | 3.136.248,24 | 0,00 |
| 2010 | 45.839.459,61 | 30.173.930,59 | 1.100.808,97 | 2.539.067,46 | 141.541,65 |
| 2011 | 45.839.459,61 | 35.618.045,77 | 2.917.868,83 | 2.187.136,23 | 3.753.177,36 |

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa referente aos exercícios de 2007, 2008, 2011, Marborges Agroindústria S.A.

Alguns dados não foram apresentados no quadro em função de não terem sido localizados nos balanços patrimoniais de onde essas informações foram obtidas, no entanto, a ausência desses números não inviabilizam a análise dos dados, posto que possibilitaram verificar que em um recorte de tempo de cinco anos, tendo o ano de 2005 como o ano zero, ou seja, o ano inicial da política do PNPB, os valores demonstrados praticamente dobraram, conforme os exemplos abaixo apresentados e corroborados pela discussão.

É possível perceber que o valor da variação patrimonial de 2005 não foi apresentado no Quadro 02, foi demonstrado apenas a variação do ano de 2006, cujo valor foi de R\$ 20.841.197,97 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e um mil, cento e noventa e sete reais e noventa e sete centavos) e quando comparado ao ano de 2011, cinco anos depois, verifica-se que este valor duplicou, pois passou para R\$ 45.839.459,61 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos).

O Capital Social da empresa em 2005 era de R\$ 14.782.175,12 (quatorze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e doze centavos) passou para R\$ 35.618.045,77 (trinta e cinco milhões, seiscentos e dezoito mil e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos), em 2011, ou seja, o valor aumentou mais de 50%, cinco anos depois do início do PNPB.

O mesmo evento também é perceptível nos outros dados apresentados no que se refere ao lucro, pois em 2005 correspondeu a um prejuízo R\$ -2.201.763,80 (dois milhões duzentos e um mil setecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos), permanecendo negativo até 2007, porém em 2011 obteve um lucro de mais de 100%, pois correspondeu a

R\$ 2.917.868,83 (dois milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos).

Quanto ao valor de capital de terceiros, correspondia a R\$ 509.587,08 (quinhentos e nove mil, quinhentos oitenta e sete reais e oito centavos) em 2006, um ano após a implementação do PNPB, entretanto em 2011, cinco anos depois passou a ser no valor de R\$ 3.753.177,36, (três milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), cinco anos após essa implementação, o valor de captação de recursos de terceiros sextuplicou. Uma observação importante, conforme dados obtidos nos balanços da Marborges Agroindústria S.A, tal empresa recebeu recursos do FNO, o que pode justificar em partes o motivo do aumento desse valor.

Quanto aos incentivos fiscais, não foram encontrados dados que demonstrassem essas informações no ano de 2005, porém é possível observar que do ano de 2009 a 2011, esses valores sofreram uma pequena redução, pois, em 2009 era de R\$ 3.136.248,24 (três milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos), passando para R\$ 2.187.136,23 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e trinta e seis reais e vinte e três centavos) em 2011, o que demonstra uma redução nos incentivos.

As informações apresentadas no Quadro 02, tem por objetivo apenas comparar a situação da Marborges Agroindústria S.A no início da criação do PNPB até o ano de 2011, cinco anos depois, as ausências de alguns dados não possibilitaram fazer uma análise mais aprofundada, mas confirmou que houve uma variação patrimonial positiva da Marborges Agroindústria S.A nesse período, embora a própria empresa não atribua esses efeitos positivos aos incentivos do PNPB. Os dados auferem, no entanto, que se faz necessário que estudos mais aprofundados sejam realizados para investigar essa questão.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa incidiu em verificar como os efeitos da expansão da dendecultura vem afetando o modo de vida em territórios de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins, os resultados da pesquisa de campo em consonância com metodologia empregada e o referencial teórico utilizados apontaram que ao se expandir no Baixo Tocantins, no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu a dendecultura acarretou inúmeros efeitos, tanto efeitos positivos, quanto efeitos negativos.

A pesquisa identificou a presença de indústria produtora de dendê no referido Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, tal identificação é uma contraposição ao que preconiza a legislação pertinente aos povos quilombolas no Brasil, e no mundo, cujas terras, segundo a legislação nas quais vivem esses povos que se auto identificam como povos e comunidades tradicionais, são designadas ao seu próprio uso e somente podem ser ocupadas por esses povos, e portanto não devem estar ocupadas por produção de dendê.

Dentre os efeitos verificados a priori estão substancialmente: a violação da legislação referente aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, cujas terras não podem ser ocupadas por empreendimento capitalistas direcionados a obtenção de lucros. Outro efeito trata da sobreposição de terras, se são terras quilombolas, a titulação dessas terras pertence a um grupo coletivo, representado por associações, e conseqüentemente não podem estar ocupadas por empresas privadas.

Além disso, outros efeitos também foram percebidos, como a mudança na coloração da água do rio, que deixou de ser clara e cristalina, passando a ser em tom esverdeado e opaco em dias sem ocorrência de chuva, sendo que em dias de ocorrência de chuva assume uma cor avermelhada em tom barrento, demorando para voltar a coloração que hoje é considerada normal. Ocorreu a seca de igarapés e diminuição do nível de água, trazendo conjuntamente a redução do estoque pesqueiro. O despejo de veneno para contenção de pragas nos dendezaís acarretou a contaminação dos igarapés e dos solos, sendo um agente disseminador de doenças e de desaparecimento dos peixes, comprometendo a saúde e a alimentação dos quilombolas.

Agrega-se a esses efeitos o aparecimento de cobras e ratos, ameaçando a saúde dos quilombolas. A redução da floresta para plantações de dendê provocou o desaparecimento das caças. Surgiram também problemas cujas causas são desconhecidas e precisam ser investigados, como o apodrecimento das plantações de manivas, o que compromete a produção de farinha, alimento base para a vida dos quilombolas. O excesso de calor também faz parte dos efeitos relatados pelos quilombolas que surgiram após a entrada do dendê, o que além de alterar seu modo de vida compromete a saúde dos quilombolas.

A Marborges Agroindústria S.A representa três dimensões: é uma empresa que atua no ramo do agronegócio, configurando capital agrário, é uma empresa que se constitui em uma indústria pois possui indústrias de refinamento dentro do dendezal, tem em seu componente capital financeiro pois é uma S.A e capta seus recursos no mercado de capitais, além disso, o seu produto tem cotação diária na bolsa de mercadorias e tem seu produto vendido no mercado de futuros.

Para que os objetivos de lucro de uma empresa dendecultora possam ser atingidos, e para que tal empresa possa se desenvolver, precisa de terras férteis para plantar, necessita de sol, de muita água, carece de mão de obra barata para que seus custos sejam minimizados, requer suporte financeiro para investir no processo produtivo, demanda uma logística para fazer o escoamento de produção, caso ocorram impedimentos para seus interesses, por exemplo terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais, exige um suporte legal que quebre esses impedimentos. Todas essas necessidades foram implementadas pela política do PNPB, e a Amazônia foi o local escolhido para que essa

política de desenvolvimento pautada na disseminação da ideia de crise (SAUER, BORRAS JR, 2016).

Diante da análise de dados e dos resultados da pesquisa é possível perceber que a Política de Estado do PNPB, se constituiu no agente indutor da expansão da dendecultura na Amazônia, no Baixo Tocantins e conseqüentemente no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, pois os mecanismos criados para dar suporte a essa Política do PNPB, possibilitaram que o empreendimento dendecultor presente no território, dobrasse seu processo produtivo, duplicando o seu Capital Social, e portanto expandindo seus lucros e conseqüentemente os lucros de seus acionistas.

Tal afirmação supracitada pode ser confirmada pelos dados apresentados na seção que aborda a territorialização da empresa Marborges Agroindústria S/A no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, dados estes que apresentam os resultados dos lucros duplicados em um recorte temporal de cinco anos após o implemento da política do PNPB e o implemento da estrutura logística montada para dar base de sustentação e atender aos objetivos da política, entre eles, promover a expansão do biodiesel no Brasil, melhorar a balança comercial brasileira, além de adquirir o *status* de país com desenvolvimento de energia de mecanismo sustentável.

Para entender os efeitos da política do PNPB, designada pelo Governo Federal para a Amazônia, política esta, assentada sob o discurso de desenvolvimento sustentável, ponto alto do cenário vigente no período da elaboração da referida política, foi necessário, entender, o que está por traz dessa política, que na verdade são os interesses dos organismos multilaterais que representam os interesses das nações hegemônicas e grandes multinacionais, que sob o discurso de “oportunidade de desenvolvimento para América Latina” (ALVES, 2014), implementaram um modelo de desenvolvimento na Amazônia que eles não utilizam para os seus países, e com o qual estão literalmente “chutando a escada”, modelo este que avança sob territórios de povos e comunidades tradicionais, dentre estes o Território de Remanescentes de Quilombo de Jambuaçu em Moju, local onde ocorreu a pesquisa, o qual sofre profundamente e de maneira irreversível os efeitos das ações globais da “doutrina do choque” (CHANG, 2004, KLEIN, 2008).

O avanço da dendecultura no hemisfério sul e na América Latina, buscou seu respaldo no “capitalismo do desastre” (KLEIN, 2008), o qual foi reverberado pela mídia global sob a ameaça de crise, crise ambiental, crise energética, crise financeira e crise alimentar, o que gerou a permissibilidade dos governos dos países ricos em recursos naturais para que os países ricos em capitais, avançassem sobre suas terras, seja, através da compra de ações de empresas do agronegócio no mercado financeiro, seja através da compra direta dessas terras, ou mesmo sob coerção. Esse cenário global trouxe uma nova configuração do “capitalismo do desastre”, ou seja, a “era das crises”, exigindo ações

efetivas dos governos, o que no caso do Brasil, possibilitou a criação da política do PNPB, e consequentemente a expansão da dendecultura no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu.

Como o processo de produção do dendezeiro requer áreas ricas em água e solos férteis próprios para a agricultura, a presença de um empreendimento dendecultor em expansão no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu configura claramente a presença do “*land grab*” nesse lócus, pois avança e se apropria tanto das terras agricultáveis, como dos recursos naturais disponíveis, para atender as reconfiguração do mercado de terras, comprometendo a reprodução e ameaçando a possibilidade de existência desses povos e comunidades tradicionais.

Além disso, esse avanço, conecta o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu diretamente ao contexto global, trazendo uma dinâmica de vivência distinta dos moldes quilombola, posto que, a empresa Marborges Agroindústria S/A por se constituir em uma Sociedade Anônima vincula-se a Lei das S.A. (Lei nº 6040 de 15 de dezembro de 1976), e está diretamente ligada ao mercado financeiro global, além disso, o produto do dendezeiro é uma *commodity*, cujo preço é definido pela bolsa de mercadorias de Rotterdam, isso imprimi ao quilombola uma interação distinta da qual ele está inserido, mesmo que involuntariamente, trata-se portanto do avanço do capital sobre novas fronteiras, neste caso, terras de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins.

A conclusão desta pesquisa infere que a “expansão da dendecultura no Baixo Tocantins, que trouxe no seu cerne inúmeros efeitos e consequentemente ameaça ao modo de vida de povos e comunidades tradicionais, mais precisamente o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, resulta do modelo de desenvolvimento instituído pelos países do “G8” (Grupo dos 8 países mais ricos) aos países do hemisfério sul, e atende a “necessidades do capitalismo atual da posse de terras”, o qual é denominado de “*land grab*” (SASSEN, 2013, p. 270).

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. de *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.
- ALVES, N. M. C. **A América do Sul na expansão global do “*land grab*”**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Lisboa, 2014.
- ARAÚJO, L. F. S. de; DOLINA, J. V.; PETEAN, E.; MUSQUIM, C. dos A.; BELLATO R.;
- BACKHOUSE, M. A desapropriação sustentável da Amazônia. In: **O caso de investimentos em dendê no Pará**. Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin, 2013.

BARROS, M. Júnior B. **O uso agrícola do território e a integração da Agricultura familiar no agronegócio do biodiesel de dendê-Baixo Tocantins (PA)**. (Tese) Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, 2016.

BOECHAT, C. A.; PITTA, F. T.; TOLEDO, C. de A. *Land grabbing* e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense(eletrônico).Vol.19,nº40,2017:mai/ago.Disponível:<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1016>. [Acesso: 24/08/2018]. [online]

BORGES, F. H. **Quilombolas de Jambuaçu: seus saberes e educação como fator de politização e identidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

BORRAS JR, S. M; KAY, C.; GÓMEZ; S.; WILKINSON, J. El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia. In.: **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios** nº 38 - 1er semestre de 2013. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/11/BORRAS-et-al-Acaparamiento-de-tierras-y-acumulaci00F3n-capitalista-2013.pdf>. [Acesso em: 30/11/2018]. [online]

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)**. Disponível: www.ibge.gov.br. [Acesso: 17/03/2018]. [online]

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)**. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/106>. [Acesso: 27/04/2018]. [online]

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110 p.]

BUSCIOLI, L. D. Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS). In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 20, nº. 36, Dossiê, pp. 133-158, 2017.

CARVALHO, A. C. **Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento na Amazônia Paraense**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 2012

CARVALHO, D. F. **Globalização Financeira e Amazônia nos Anos 90: ensaios selecionados sobre a globalização financeira da economia brasileira e Amazônia**. Centro Socioeconômico (CSE), UFPA, Belém, 2006.

CÉSAR, A. da S.; BATALHA, M. O. O Biodiesel in Brazil: history and relevant policies. In.: **Journal of Agricultural Research**, v.5, p.1147-1153. 2010. Disponível: <http://bv.fapesp.br/pt/publicacao/33006/biodiesel-in-brazilhistoryandrelevantpolicies/>. [Acesso: 17/07/2017]. [online]

CHANG, H. J. **Chutando a escada**: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. Trad. Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, M. Y. **Seqüestro florestal do carbono no Brasil**: dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas. Curitiba, 2004, Tese de Doutorado em Meio Ambiente. Disponível: www.doutmeio.ufpr.br/teses/Chang%20Man%20Yu.pdf. [Acesso: 30/08/2018]. [online]

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Mercado Futuro**. Disponível:http://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/derivativos/mercado_futuro.html. [Acesso:16/12/2018]. [online]

DEININGER, K.; BYERLEE, D.; LINDSAY, J.; NORTON, A.; SELOD, H.; STICKLER, M. **Rising Global Interest in Farmland**: Can it yield sustainable and equitable benefits? The World Bank. Washington, D.C, 2011. Disponível em: www.worldbank.org. [Acesso: 13/07/2018]. [online]

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GRAIN. **Seized**: the 2008 Land Grab for Food and Financial Security, 2008. Disponível: <<http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-andfinancial-security>>. [Acesso: 30/08/2018]. [online]

_____. **The great food robbery** - How corporations control food, grab land and destroy the climate. Art & Layout. Girona, Barcelona, 2011. Disponível em: www.grain.org. [Acesso em:15/08/2018]. [online]

HOMMA, A. K. O... [et al.]. Integração Grande Empresa e Pequenos Produtores de Dendezeiro: o Caso da Comunidade de Arauaí, Município de Moju, Pará. In: **Boletim de pesquisa e desenvolvimento**. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

KLEIN, N. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008. Disponível: <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/kleinnaomiadoutrinadochoque.pdf>. [Acesso: 20/11/2018]. [online]

LAKATUS, E. M.; MARCONI, Maria de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 2003.

MARBORGES AGROINDÚSTRIA S.A. Balanço Patrimonial referente ao exercícios de 2007, 2008, 2011. **Diário Oficial**, p. 14, Belém. Disponível: http://www.ioepa.com.br/pages/2008/11/13/2008.11.13.DOE_62.pdf. [Acesso: 08/10/2018]. [online]

MULLER, P.; SUREL, Y. A análise das políticas públicas. Trad. de BAVARESCO, A. e FERRARO, A. R. In: **Coleção Desenvolvimento Social 3**. EDUCAT, Pelotas, 2012.

OLIVEIRA NETO, A. da C. **Territórios subordinados**: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente, SP, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 169**: sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra, em 27 de junho de 1989. Disponível: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. [Acesso: 29/11/2017]. [online]

PARÁ. INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (ITERPA). **Terras Quilombolas**. Disponível: www.iterpa.pa.gov.br. [Acesso: 17/03/2018]. [online]

PARÁ. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará**. Plano de trabalho: Palma de Óleo. Rev. 2016, Belém. Disponível em: <http://para2030.com.br/>. [Acesso em: 18/12/2018]. [online]

PEREIRA, L. I. *Land grabbing, land rush*, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. In: **EI - estudos internacionais**. Belo Horizonte, v.5 n.2 (2017), p. 34 - 56.

_____. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 20, nº.40 pp. 88-110 Set-Dez/2017.

RUA, M. das G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos In: O Estudo da Política: Tópicos Selecionados. ed. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível: http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMaria_Gracas_Rua.htm. [Acesso:19/08/2015]. [online]

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Trajectos. Título Original francês. Manuel de recherche en sciences socialis. MENDES, M. A.; MARQUES, J. M. (trad.). 4ª ed. Gradiva: Lisboa, 2005.

RACHED, Gabriel. **As políticas de desenvolvimento do banco mundial no contexto das transformações internacionais**. (Tese) Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/152/129>. [Acesso: 28/11/2018]. [online]

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, GRAIN, INTER PARES, AND SOLIDARITY SWEDEN LATIN AMERICA. **Foreign pension funds and land grabbing in Brazil**. 16, November 2015. Disponível: <<https://www.grain.org/article/entries/5336-foreign-pension-funds-and-land-grabbing-inbrazil>>. [Acesso: 30/08/2018]. [online]

SACRAMENTO, E. D. **As almas da terra**: a violência no campo paraense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

SANDRONI, P. (org. e sup.). **Novíssimo dicionário de Economia**. Editora Best Seller: São Paulo, SP, 1999.

SANTOS, C. B. dos. **Dendeicultura e comunidades camponesas da Amazônia paraense**: uma análise do município de Moju. (Dissertação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2015.

SASSEN, S. **Land Grabs Today**: Feeding the Disassembling of National Territory, Globalizations. 2013: 10:1, 25-46. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.760927>. [Acesso:11/06/2018]. [online]

SAUER, S. Demanda mundial por terras: “*land grabbing*” ou oportunidade de negócios no Brasil. Universidades de Brasília. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol.4, nº 1/ 2010. Disponível: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/3446>. [Acesso em 13/07/2018]. [online]

SAUER, S.; BORRAS JUNIOR, S. (Jun). ‘*Land grabbing*’ e ‘*Green grabbing*’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. In: **Campo Território**: Revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42, jun. Disponível: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799>. [Acesso: 03/03/2018]. [online]

_____ ; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. In: **Rev. Econ. Sociol. Rural vol.50 no.3**. Brasília July/Sept. 2012. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a07v50n3.pdf>. [Acesso:12/02/2018]. [online]

SIMÕES, Aquiles; DIAS, Sara Correa. **Como os camponeses participam na construção do território da ação pública?** Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF) no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT /MEC/SESu, (s./d.).

SPADOTTO, B. R.; SAWELJEW, Y. M.; FREDERICO, S.; PITTA, F. T. Financial capital, land grabbing, and multiscale strategies of corporations specializing in the land market in the Matopiba region (Brazil). In.: **The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies [New Extractivism, Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates]**. Conference Paper nº. 22. 13-16 October 2017 Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration (RANEPA) Moscow, Russia. Disponível: <https://www.iss.nl/sites/corporate/files/201711/BICAS%20CP%20522%20Spadotto%20et%20al.pdf>. [Acesso: 21/04/2018]. [online]

SWEEZY, P. W. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**: Princípios de Economia Política Marxista. Trad. de Waltensir Dutra. Título original: The Theory of Capitalist Development Principles of Marxian Political Economy. Trad. da 4ª ed., publicada em 1956 pela Monthly and Review Press, Nova York, E. U. A. 4ª ed.: ZAHAR Editores, Rio, 1976.

THE NATURE CONSERVANCY (TNC). **Caminhos do desenvolvimento verde na Agenda do Pará 2030**. Desenvolvimento de Cenários de Uso da Terra e Custos de Implantação. Disponível: <https://www.nature.org/media/brasil/caminhos-des-verde-para-2030.pdf>. [Acesso: 22/12/2018]. [online]

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. FOREIGN AGRICULTURAL SERVICE (USDA). **Oilseeds**: World Market and trade, junho de 2018. Disponível: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/oilseeds.pdf>. [Acesso: 30/08/2018]. [online].

Leis consultadas

BRASIL. Decreto 6.040/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. [Acesso: 24/07/2018]. [online]

_____. Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm. [Acesso: 30/03/2018]. [online]

_____. MINISTÉRIO DO ABASTECIMENTO PECUÁRIA (MAPA), MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME), MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF), MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Projeto de lei: Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Disponível: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=768113. [Acesso: 17/03/2018]. [online]

Norma Técnica

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Relatório do II Workshop do programa de produção sustentável da palma de óleo no Brasil**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2015.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 06 - Modelo extrativista, mega- projetos e economia de commodities na América latina

IMPACTOS E CONTRADIÇÕES DO PLANO DA FERROVIA PARAENSE

Marcel Theodoor Hazeu¹,
Thais Fernanda Matos Sena²

RESUMO

O estado paraense se encontra em foco nos planos do capital para a região amazônica. Os megaprojetos estão inseridos em uma macro política para a construção de corredores logísticos. Tendo em vista o caráter predador e contraditório do sistema capitalista, estes planos não visam beneficiar a circulação e a qualidade de vida dos povos que vivem nestes territórios, e sim, o controle e exploração dos recursos naturais. Neste sentido, o trabalho objetiva analisar possíveis impactos do projeto de construção e operação da Ferrovia Paraense, para contrapor a lógica dominante de desenvolvimento e contribuir com as lutas das populações tradicionais. Para a realização da pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, como o Relatório do Impacto Ambiental, anais do seminário Carajás 30 anos, relatórios da FASE, pesquisas acadêmicas e recortes de jornais. Tratou-se de um trabalho exploratório e descritivo, com reflexão do materialismo histórico dialético. Observaram-se impactos nas comunidades onde o trilho ferroviário irá passar, afetando os modos de vidas das populações, como povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos, provocando e aumentando inúmeros problemas enfrentados por estes povos e agravando as expressões da questão social. A FEPASA é pensada para beneficiar o mercado internacional financeiro, commodities agrícolas, cadeias de minérios e grandes empresários, para tanto são empregados falsos discursos de melhorias para a população local, e seus impactos são justificados a partir de falas racistas e classistas.

Palavras Chave: Amazônia; Ferrovia Paraense; Impactos Socioambientais; Resistências

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo se visa analisar os possíveis impactos do projeto de construção e operação da Ferrovia Paraense, para contrapor a lógica dominante de desenvolvimento e contribuir com as lutas das populações tradicionais. Os megaprojetos na Amazônia de mineração e agronegócio dependem para sua lucratividade e funcionalidade dentro do sistema mundo de infraestruturas que garantem acesso “barato” aos insumos como energia

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFGA celzeu@gmail.com.

² Graduanda do curso de Serviço Social, vinculado a Universidade Federal do Pará, UFGA, Brasil. thaasena100@hotmail.com

e água e vias que possibilitam a circulação dos commodities, insumos e trabalhadores. Além das estradas e hidrovias, desde o início do capitalismo colonial, as ferrovias fazem parte da geopolítica do capital. Ferrovias ligam geralmente alguns pontos estratégicos num território, sem se conectar com a realidade social presente no território “cortado”, implantando objetos estranhos que desestabilizam as dinâmicas sociais e ecológicas locais.

As construções de corredores logísticos que interliguem as zonas estratégicas de produção estão inseridas e expressões de um Estado colonial que busca dominar, governar e ordenar territórios e do avanço incessante do sistema capitalista.

Para analisar efeitos “esperados” de novas ferrovias na Amazônia, com ênfase na Ferrovia Paraense foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a partir de trabalhos existentes, além da pesquisa documental nos sites do Pará 2030, Programa de Aceleração no Crescimento e no Relatório de Impacto Ambiental. Os estudos sobre os efeitos que ocorreram com a implantação, operação e duplicação da ferrovia Carajás formaram a base para dialogar com o território onde o Estado projetou a ferrovia paraense, para a qual os anais do Seminário Carajás 30 anos foi uma das fontes principais. O estudo do Relatório de Impactos Ambientais da ferrovia mostra grandes lacunas e invisibilidades estratégias de impactos esperados.

Inicialmente são contextualizados as grandes obras na Amazônia, entre estes as ferrovias, na formação social da região, destacando o processo de acumulação por espoliação e o papel do Estado colonial. Em seguida situa-se o projeto da construção da Ferrovia Paraense, analisando nos discursos as estratégias de dominação, ao mesmo tempo revelando os graves efeitos que o projeto trará para as comunidades por onde a ferrovia passaria. Finaliza-se este artigo com considerações finais.

2. FERROVIAS COMO GRANDES EMPREENDIMENTO NA FORMAÇÃO SOCIAL DA AMAZÔNIA

As ferrovias no Brasil são pensadas e planejadas enquanto forma de viabilizar e favorecer a economia agroexportadora e de minério através do escoamento da produção das regiões até os portos marítimos (LÊDA RODRIGUES, 2010, p.192). Rodrigues ressalta que inicialmente as construções ferroviárias na Amazônia estiveram ligadas ao ciclo da borracha, mas também surgiram enquanto possibilidade de integração do sertão aos centros econômicos e políticos. Rodrigues (2010) embasada em Sousa (2005) concorda com a afirmação de que no início a construção de ferrovias esteve ligada “a ausência de uma política econômica consciente e de coordenação entre os setores produtivos e de transportes, concedendo privilégios e garantia de juros sobre o capital investido na quilometragem construída” (SOUSA, 2005 apud RODRIGUES, 2010, p. 194).

Galvão (1996, p. 189) afirma que couberam as linhas ferroviárias o papel de interligar o país e possibilitar o aproveitamento das vastas regiões interioranas. Este pensamento ainda perdura hoje, nas construções de ferrovias, quando os grandes empreendimentos adentram regiões como a Amazônia, objetivando “interliga-la aos centros econômicos” e “aproveitar (explorar) seus recursos”.

A disputa protagonizada pelas empresas e obras de infraestrutura pelo território, implementados e apoiados pelo Estado e governo local ocasionam constante tensão social entre os agentes sociais, seja através das resistências dos povos em defesa do território, seja pelos processos desencadeados pela logística. Ao longo das construções e instalações dos grandes projetos ferroviários na Amazônia, o quadro que se apresenta é de violações dos direitos dos povos que habitam nas florestas e impactos socioambientais, este quadro também se repete no processo de implantação do projeto da Ferrovia Paraense.

Na atualidade, entre os incentivos, há o projeto ‘Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) / COSIPLAN’, que objetiva a integração regional, tornando os países da América do Sul mais competitivos em nível do mercado exterior. Como no passado, são utilizados pensamentos e discursos da Amazônia, como um vazio demográfico, região atrasada, onde segundo Guilherme Carvalho (2010, p.13) em ‘IIRSA, energia e mineração: ameaças e conflitos para as terras indígenas na Amazônia brasileira’ estes discursos são “justificativas para a entrega de grandes áreas ricas em recursos naturais a grupos políticos e econômicos poderosos”, como ocorre com a Amazônia.

Assim, Brasil, Equador, Peru, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Guiana, Suriname, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, elaboraram o projeto denominado Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), consistindo na execução de grandes obras de infraestrutura nos países sul- americanos, a fim de garantir a exploração dos recursos naturais e livre circulação de mercadorias. Carvalho (2010, p. 14) exemplifica: “Livre circulação de mercadorias: madeira, minérios, peixes, água e muitos outros. São hidrelétricas, linhas de transmissão, portos, aeroportos, estradas, hidrovias, pontes, gasodutos, ferrovias, postos de fronteira e sistemas de comunicação (internet, tv digital, telefonia e outras). A intenção é possibilitar a exploração dos recursos naturais e sua exportação para outros países no menor espaço de tempo possível e por um preço baixo que os torne atraentes no mercado internacional”.

Os Estados e governos argumentam que para o sucesso deste projeto são necessários enfrentar alguns obstáculos, dentre estes a Amazônia e Cordilheira dos Andes. Segundo os governos estas áreas são consideradas obstáculos por dificultarem a exportação, a exploração dos recursos naturais, bem como a integração entre os países. Esses enclaves, segundo os apoiadores do IIRSA, dão-se por diversos motivos, dentre eles: imensa extensão territorial, densa floresta, rios não navegáveis e montanhas existentes. Entretanto, os

defensores do IIRSA alegam possibilidades favoráveis ao IIRSA, segundo Carvalho (2010, p. 15) os obstáculos naturais:

[...] segundo os defensores da IIRSA, podem ser facilmente superados através da abertura de estradas e túneis; construção e/ou ampliação de ferrovias, portos, aeroportos e pontes; transformação de rios em hidrovias para facilitar a navegação de imensos navios utilizados no comércio internacional de mercadorias. (CARVALHO, 2010, p.15)

Tendo em vista, o caráter contraditório e predador do capitalismo, estes planos não visam à melhora da circulação dos povos que vivem nestes territórios, e sim, o controle e exploração dos recursos naturais da região amazônica. O IIRSA “visa fundamentalmente garantir o acesso, o uso e o controle dos recursos naturais da região” (CARVALHO, 2010, p.15) afetando dessa forma os modos de vidas das populações residentes nestas regiões, como povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos, provocando e aumentando inúmeros problemas enfrentados por estes povos e agravando as expressões da questão social. Segundo Gonçalves (2017, p. 41,42).

A chegada de milhares de operários e também de trabalhadores fazem os preços das mercadorias aumentarem e tornam o custo de vida impraticável para os moradores locais. Quando as obras acabam o desemprego, a delinquência e a violência tomam o lugar das promessas de desenvolvimento.

Assim como na América do Sul há a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), no Brasil teve-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), este último executado pelo governo brasileiro, tendo apoio dos governos estaduais, bem como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, como o IIRSA, o Programa de Aceleração do Crescimento visa integrar a Amazônia as demais regiões do país, favorecendo, dessa forma, a exploração dos recursos naturais e minerais por grandes empresas na Amazônia, através das construções de portos, estradas, ferrovias, dentre outros.

Os grandes projetos não são pensados para a região de forma isolada, pois há uma complexa cadeia capitalista que atua nas entrelinhas. Uma empresa ao instalar-se na Amazônia para explorações minerárias, necessita de energia, para realização de atividades eletrointensivas, assim como meios de locomoção para os produtos explorados, como estradas, hidrovias, portos e ferrovias. Deste modo, a Amazônia é bombardeada por diversos projetos que reproduzem e criam diversas problemáticas sociais, Carvalho pontua as problemáticas que tanto o IIRSA, quanto o PAC, trazem para a Amazônia, sendo estas:

- a) enxergam a Amazônia como um estoque de recursos que precisam ser explorados a qualquer custo, já que tudo aqui é compreendido apenas como mercadorias que podem ser comercializadas;
- b) defendem a ideia de que a Amazônia é um vazio populacional e uma região atrasada que precisa ser ligada a outras com economias mais fortes e dinâmicas;
- c) não valorizam a importância dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas para a preservação da floresta, e que isso beneficia

populações de outras regiões do Brasil e mesmo de outros países. (CARVALHO, 2010, p.18)

Observa-se que a principal preocupação dos planos de desenvolvimento na Amazônia, circula em torno da máxima exploração. Dessa forma, as terras indígenas, quilombolas e de diversos povos encontram-se sob forte pressão de interesses econômicos e políticos, trazendo aumento de tomadas ilegais de terras, violência no campo e extermínio indígena, como afirma Carvalho (2010, p.19) “As terras indígenas estão sob forte pressão de poderosos interesses políticos e econômicos. Esta situação coloca em risco a sobrevivência de diversos povos”.

Neste sentido, Gonçalves (2018, p.101-102) em ‘Valor, expropriação e direito: sobre a forma e a violência jurídica na acumulação do capital’ afirma que:

[...] enquanto totalidade e processo histórico concreto, a acumulação capitalista tem dois lados. De um lado, a dinâmica inerente às relações de produção capitalistas, caracterizada pela troca de mercadorias entre equivalentes, que oculta e garante a apropriação da riqueza pelo trabalho alheio. De outro, a dinâmica expansionista do capital definida pela expropriação de espaços ainda não mercantilizados. Ambos os lados se encontram em uma relação de contradição, em que o princípio da equivalência nega o da expropriação, mas, ao mesmo tempo, transforma-o em seu pressuposto.

Entendemos, que a acumulação por espoliação é um processo presente na região Amazônica, onde, o capital adentra, se apropria do território, explorando florestas, água e riquezas naturais e traz o discurso da necessidade de mercantilização no território. Tal relação é aprofundada com a exploração da força de trabalho, que cria a mais-valia e assegura a permanência do capital. Assim:

Essa dinâmica destruidora do capitalismo é uma condição permanente para a troca de equivalentes. Na medida em que ela proporciona a expropriação de um espaço (que ainda não gera primariamente valor), realiza as condições necessárias para a respectiva troca, quais sejam a tomada das terras pertencente ao camponês, a separação entre os produtores e os meios de produção, o estabelecimento do reino da necessidade e a exploração intensiva dos recursos naturais. Isso, por sua vez, permite a abertura de novas possibilidades à acumulação e de novos mercados (MEW apud GONÇALVES, 2018, p. 111-12).

Segundo Luxemburgo (1984, p. 397) neste modelo predomina a “política colonial, empréstimos internacionais, políticas de interesses privados e a guerra (...) bem como a violência, a fraude e a opressão”. Dessa forma, Harvey (2009, p.74) afirma que no capitalismo ocorre a acumulação por espoliação, durante todo o percurso do capitalismo, sendo este, baseado na violência. O conceito de acumulação por espoliação, pensado do David Harvey, consiste na prática predatória da “acumulação primitiva”, onde “o desenvolvimento capitalista e, assim, a reprodução da ordem social, são apreendidos pela relação contraditória das

lógicas do território e do capital, considerando que, em todo momento histórico- geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode predominar” (FILHO; PAULANI, 2011, P.243).

Pode-se então, afirmar que no âmbito da acumulação por expropriação, esta se expressa com violência e desigualdade. As problemáticas sociais aumentam ao observar as pressões que perpassam as populações locais, quando estas se veem obrigadas a deslocar-se para outro território, não podem mais utilizar os recursos naturais que antes utilizam para sua subsistência, sua força de trabalho é desvalorizada.

Os grandes projetos na Amazônia são pensados para “diminuir o tempo de produção, diminuindo o tempo de circulação e aumentando a produtividade social e expandir a acumulação do capital” (GONÇALVES, 2017, p.53). Dessa forma, a construção da logística brasileira visa facilitar a circulação das mercadorias, acumulação do capital e a aceleração na produção das mesmas visando “abastecer” economicamente o país e “desenvolver” a região socialmente. Entretanto, segundo Luciana Borges (2012, p. 42) os impactos causados pelos mesmos, permitem afirmar “os fracassos da maioria desses projetos configuraram um modelo amazônico sobre o qual se materializam diversos conflitos territoriais”, tais fracassos dos grandes empreendimentos são observados na degradação social, ambiental e geração de efeitos negativos para as comunidades locais que são atingidas direta e “indiretamente”. Acerca dos empreendimentos implantados na Amazônia, Borges (2012, p. 44) afirma que:

Seus impactos são consideráveis, atingindo as populações locais, bem como pelas condições difíceis de trabalho para aqueles que fizeram desses projetos sua nova fonte de renda, uma vez que migraram e modificaram completamente seus hábitos de vida. Em várias das áreas de entorno das obras ora relacionadas e na sua instalação física, em muitos casos, houve a expulsão de moradores locais (...). A imposição do poder e da lógica própria de ocupação e produção do território pelo Estado nacional, em conjunto com as grandes empresas e agentes econômicos responsáveis por essas obras e projetos territoriais, também constitui um impacto territorial e social grande sobre as populações expropriadas e atingidas.

Entendemos, dessa forma, que o Estado ao mesmo tempo em que age para a garantia dos direitos de povos e populações tradicionais, tem um caráter binominal contraditório ao garantir que os projetos e empreendimentos se instalem na Amazônia, mudando formas de vida, trazendo diversos impactos ferindo e transgredindo direitos. Tais contradições se manifestam em uma relação dialética entre sociedade civil e Estado, onde se evidencia uma relação de poder, de um sobreposto a outro.

As mudanças ocasionadas no território, por meio de projetos de infraestrutura, como as ferrovias, são parte constitutiva de um processo histórico, que trazem nova configuração territorial, que segue a lógica do modelo dominante – o capitalismo- seus agentes, objetos e objetivos que se sobrepõem na região amazônica. As transformações podem ser observadas nos rios, populações que sofrem com deslocamentos compulsórios, terras, plantios, formas

de lazer, aumento do desmatamento, novos meios de poluição, e acerca dos impactos sociais, observam-se aumento da pobreza local, piora nos índices sociais e aumento da prostituição.

Os empreendimentos carregam consigo uma cadeia logística que possibilitam novas técnicas, produção e escoamento, facilitando também implantações de novas redes, novos agentes, transformações no meio social e novas relações de poder local. Os empreendimentos na Amazônia refletem a estrutura produtiva baseada na exploração vegetal, mineral, na agropecuária, agronegócio, pois tais atividades ditam a ordem local e tentativas de implantar formas de organização da sociedade. Em meio a isto, encontram-se os megaempreendimentos, como portos e ferrovias na região amazônica, que estão associados a vias de escoamento, reconfigurando o território.

Neste sentido, Porto- Gonçalves (2017) e Mello e Thery (2015) compartilham da ideia empregada ao afirmar que o tempo de circulação de mercadorias organiza o espaço de produção: "os transportes sempre foram determinantes na organização e integração do espaço amazônico, o qual é dependente das duas redes principais: a dos rios e a das estradas" (MELO E THERY, 2015, p.182).

3. CARACTERIZAÇÃO DA FERROVIA PARAENSE E IMPACTOS PREVISTOS, OCULTOS E ESPERADOS

Um dos empreendimentos de infraestrutura planejado para a Amazônia é uma ferrovia que ligaria a ferrovia Norte-Sul ao porto de Barcarena, no Pará, atravessando áreas de mineração e de agronegócio, para o escoamento de sua produção, a Ferrovia Paraense S.A (FEPASA).

O empreendimento do governo do estado paraense FEPASA terá extensão de 1.319 quilômetros e segundo informações retiradas do Relatório de Impacto Ambiental (p. 78) a FEPASA irá cortar 23 municípios, sendo eles: Abaetetuba, Abel Figueiredo, Acará, Barcarena, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Eldorado do Carajás, Ipixuna do Pará, Marabá, Moju, Nova Ipixuna, Paragominas, Pau D'arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Sapucaia, Tailândia, Tomé-Açú e Xinguara. O empreendimento vai ligar duas estradas de ferro até o Porto de Barcarena, na Região Metropolitana de Belém, que tem saídas para China, Europa e Estados Unidos (CARTA MAIOR, 2018).

Estudos como o RIMA, apontam que a ferrovia atenderá a demanda existente de 16 minas com potencial de produzir 80 milhões de toneladas por ano, carregando variados produtos agrícolas como soja e milho, produtos siderúrgicos como ferro e minérios metálicos, e duas minas de produção de bauxita. A construção da ferrovia dará acesso às minas mais importantes do Pará, em certo trecho irá se ligar com a Estrada de Ferro Carajás, beneficiando

ainda mais a mineradora Vale, além disso, contribuirá para o agronegócio. Assim, cortará diversas comunidades quilombolas e áreas indígenas, causando inúmeros impactos para as mesmas. No RIMA, (PARÁ, 2017) elaborado para atender à legislação ambiental, preveem-se impactos diretos e indiretos em 08 comunidades e vilas, 19 assentamentos com 101.346,86 hectares e 2.542 famílias, 05 acampamentos com 2.128 famílias e uma área de 34.942,01 hectares, além de 337 fazendas e 07 Comunidades Quilombolas.



Figura 1: Trajeto da Ferrovia Paraense S.A.
Fonte: Blog do jornalista Celso Freire. Acesso em 25/09/2020

A população que será afetada soma quase 1.281.000 pessoas. Os municípios com maior número de habitantes são Marabá com 233.669 pessoas, Abaetetuba com 141.100 pessoas, Barcarena com 99.859 pessoas e Paragominas com 97.819 habitantes.

O traçado inicial (Km 0) começa no município de Barcarena, de onde segue até atravessar a região de produção de palma direção sul-sudeste recortando os municípios de Paragominas, produtor de bauxita/alumina, e Rondon do Pará, produtor de soja. Mais ao Sul segue de Marabá até Santana do Araguaia, no sul do Pará, município produtor de soja. (PARÁ, 2017 p.09).

Observa-se a posição estratégica adotada pelo Capital, onde a linha ferroviária cortará e terá influências diretas nos municípios com maiores produções econômicas, sendo bauxita/alumina e a soja. Com base na leitura do RIMA, tem-se noção do tamanho deste empreendimento, que assim, como na construção da Estrada de Ferro Carajás e com a recente duplicação da mesma, a Ferrovia Paraense atingirá milhares de pessoas.

Deve-se ressaltar comunidades que serão afetadas, tanto por deslocamentos forçados, como outras formas de desapropriações, sendo: Comunidade do Abacatal, Comunidade Ramal do Piratuba, Comunidade Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, Santa Luzia do Tracuateua, Santa Maria do Tracuateua, São Sebastião, Bom Jesus do Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças e São Bernardino, Santa Luzia do Bom Prazer, Novo Palmares, Comunidade Sítio Bosque, São Manoel, Santa Maria do Mirindeua, Nossa Senhora da

Conceição e Jacunday. Ainda, há comunidades e aldeias que serão afetadas, entretanto não aparecem diretamente nos documentos oficiais, pois segundo os estudos as mesmas não se encontram dentro da zona de impactos indiretos, sendo considerados de 10 km de cada lado do empreendimento. Nesta condição estão os cinco territórios indígenas, segundo a Plataforma DHESCA: Turé Mariquita, Mãe Maria, TI Sarauá, TI Xicrin do Caeté e TI Suruí do Pará.

Mesmo diante de uma tentativa de amenizar os impactos da construção da FEPASA, ainda é possível observá-los no RIMA. Estes impactos estão implícitos em diversas situações e dimensões, como no clima: “o estudo sobre a qualidade do ar indicou que, tanto no período chuvoso quanto no período seco, as concentrações dos poluentes analisados ficaram dentro do limite aceitável estabelecido pela lei” (PARÁ, 2017, p.50); bem como, estão presentes nos eixos de estudos, ruídos, qualidade do ar, vibração do solo, pedologia, geologia, geomorfologia, espeleologia, recursos hídricos, hidrogeologia, fauna e flora.

Acerca dos impactos sociais também se percebe uma tentativa de “depreciação” das condições sociais das populações tradicionais, para justificar os impactos de “melhorias” que a construção da ferrovia deverá ocasionar.

Há apenas dois prontos socorros na AII, e estão localizados em Marabá. Mas faltam médicos e leitos hospitalares. Muitas das doenças que ocorrem na AII são causadas pela falta de saneamento básico e por condições precárias de moradia. Outro problema: a região é muito violenta. (RIMA FERROVIA PARAENSE S.A., 2017, p.79).

Há uma tentativa de convencimento para a construção do empreendimento ferroviário, justificado a partir das precariedades que já são presentes nas regiões por onde passará a ferrovia. Entretanto, esta tentativa equivocada pode ser refutada, quando se analisam trabalhos que apontam que, com a construção de grandes empreendimentos agravam-se as expressões da questão social. A exemplo, como descrito nos anais do Seminário Carajás 30 anos (JÚNIOR, p.207) a maioria das cidades por onde passam a Estrada de Ferro Carajás apresentam IDH menor que a média dos municípios brasileiros, bem como precariedades trabalhistas e desigualdade social acentuada, ou seja, em cidades que já sofrem pela ausência de aparato estatal nas políticas públicas e sociais, a construção de uma ferrovia tende a agravar o cenário social.

Além disso, também como forma de justificar os impactos que serão causados nas comunidades, as caracterizações adotadas pelas empresas são repletas de preconceitos:

São pessoas de baixa renda e baixa escolaridade que vivem em assentamentos, vilas, comunidades e fazendas. A maioria ganha a vida como trabalhador rural. Quem tem a própria lavoura encontra dificuldades para vender a produção. As mulheres normalmente não trabalham fora e são donas de casa. Na AID, de uma maneira geral a população que vive nos assentamentos e vilas, reside em casas simples. Existem casas feitas de madeira, alvenaria e algumas de barro. Estas casas são abastecidas por

poços e as fossas sépticas ou rudimentares são o destino dos dejetos humanos (PARÁ, 2017, p.80).

Observa-se a visão dominante e eurocêntrica, marginalizando quem sobrevive das plantações, com os trabalhos rurais, populações que moram em assentamentos e comunidades onde os modos de vida são próprios, e suas casas fora do padrão burguês. Segundo a Sedeme, a ferrovia paraense tem foco em duas bases: mineração e agronegócio. Uma notícia escrita da Rede Pará (2017) anota que o órgão afirma que a ferrovia terá quilômetros a mais de extensão para desviar dos povos das florestas, entretanto, para as comunidades e povos indígenas, o projeto não trará benefícios para os mesmos, visto que o projeto desvia somente das comunidades tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA):

É sempre a mesma coisa: esses projetos não garantem para as comunidades uma melhor forma de vida, não garantem a agricultura familiar e a renda para o pequeno agricultor, não escoam a produção desses agricultores (Entrevista de representante do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e morador de uma das comunidades que serão atingidas, Rede Pará, 2017, p.27).

A Ferrovia Paraense cortará dezenas de comunidades, onde muitas destas terão que sair de suas terras, sofrendo represálias por serem obrigados a deixar suas moradias, seu território, perdendo a relação com os significados e historicidade de suas terras.

Ocorre que esta ferrovia se soma e possibilita outros empreendimentos que se justificam com o modelo de desenvolvimento econômico, gerando efeitos acumulativos e sinérgicos, ampliados. Será mais um empreendimento que adentrará no território amazônico para levar as riquezas da região, alastrando os problemas sociais, ambientais e enriquecendo uma minoria em detrimento da pobreza da maior parte. A construção de mais um empreendimento reflete ainda mais no caos fundiário que vive o país, com violências de todas as espécies, assassinatos de lideranças dos movimentos sociais e deterioração dos modos de vidas. Observam-se as contradições existentes entre o discurso oficial do “desenvolvimento” e as formas que as consequências sociais se materializam em diversas violações de direitos sociais.

Temos a maior província mineral do país, e um dos maiores produtores do agronegócio brasileiro. Com esses investimentos, desenvolveremos a logística e competitividade do Estado, agregação de valor, geração de emprego e renda, promovendo o desenvolvimento da região [...] Estaremos atentos e determinados para que o ambiente seja o melhor e mais atrativo possível. Será um novo tempo para a nossa economia. (Agência Pará, 2019).

Esta citação acima foi uma afirmação feita pelo governador do estado paraense, Helder Barbalho, realizada no dia 12 de novembro de 2019, data em que o mesmo assinou um protocolo de intenções para estudos econômicos de exploração e implantação do projeto da Ferrovia Paraense. De acordo com o governador, o projeto é um dos mais importantes

projetos estruturais de desenvolvimento na região e ainda se trata do maior investimento internacional em andamento no país.

Logo, as tensões entre as comunidades tradicionais e o Estado, que defende a construção da ferrovia, aumentam, na medida em que segundo as falas das populações atingidas, retiradas dos diversos estudos, os trilhos passarão e cortarão as comunidades quilombolas, influenciando nas moradias, cortando as fontes naturais de renda e de subsistência dos moradores, terão impactos em assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação e sítios arqueológicos:

A Ferrovia passará próxima a comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas e extrativistas. Além disso, a Ferrovia fará ligação com o porto da Vila do Conde, onde já ocorreram vários acidentes como o naufrágio das embarcações em outubro de 2015. O traçado da Ferrovia afetará Florestas Públicas, projetos de Assentamento do Incra, sendo identificado ainda 780 assentamentos rurais com Cadastro Ambiental Rural. Em laudo apresentada pelos técnicos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, foram constados que cerca de 600 “curso de água” serão impactados, afetando o modo de vida de mais de 500 comunidades tradicionais, localizadas ao longo do eixo central do empreendimento. Foram localizados no eixo do empreendimento cerca de 127 sítios arqueológicos catalogados pelo IPHAN, nas áreas de influência do empreendimento (GIFFONI, 2020, p.69).

Em estudo elaborado pela FASE (2017) se observa a fala de um dos indígenas da aldeia Tekenay, na Terra Indígena Turé-Mariquita, do município de Tomé-Açu, acerca das inúmeras violações que ocorrem com projetos de infraestrutura “Eu já chorei com o impacto ambiental sobre o nosso igarapé com a Biopalma. (...) O nosso território era gelado, escuro e muito bonito. Hoje, a gente não tem nada. Os perversos acabaram com tudo”.

A fala acima traduz com extrema clareza, o quanto a forma de vida, costumes, vivências, relações de homem- natureza são menosprezadas pelas empresas. Primeiramente, os responsáveis pelos empreendimentos chegam às comunidades, de forma “amigável”, colaborando com as pessoas, para depois de ter levantado as informações pertinentes aos seus projetos, ignorar suas formas de existência. Tal afirmação pode ser comprovada através de outra fala, de um dos moradores da comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos:

A Vale fingia que fazia oficina na nossa comunidade, mas era para pegar informações. Hoje sofremos com a falta de farinha. O pessoal perdeu a terra onde produzia. É um impacto causado diretamente. Sem ter o que fazer, como trabalhar, as pessoas vão para as cidades, e chegando lá vão para as periferias (FASE, 2017, p.09).

Vê-se que ainda em fase de planejamento, a FEPASA já ocasiona formas de impactos e violações. A partir das informações observadas, elaborou-se um quadro (Quadro 2)

contendo uma síntese das problemáticas causadas pela mesma, além das estratégias de resistências, apresentando de forma objetiva, visando facilitar o olhar crítico e assim trazer maior visibilidade para as questões sociais apresentadas.

Quadro 1: Possíveis impactos apontados, Populações afetadas e Formas de Resistências

| Possíveis Impactos advindos com a FEPASA | | Povos e Populações afetadas | Formas de Resistências |
|---|---|--|--|
| Sociais | Ambientais | | |
| Desapropriações dos territórios, expulsões, aumento do genocídio, precarização do trabalho; crescimento do trabalho escravo, desigualdade social acentuada; acidentes envolvendo atropelamentos; chantagens locacionais, impactos em assentamentos da reforma agrária e sítios arqueológicos. | Poluição visual, poluição sonora, ruídos, qualidade do ar, vibração do solo, pedologia, geologia, geomorfologia, espeleologia, recursos hídricos, hidrogeologia, fauna, destruição da flora, destruição de Unidades de Conservação, desmatamentos, assoreamentos de rios. | Comunidade do Abacatal, Comunidade Ramal do Piratuba, Comunidade Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, Santa Luzia do Tracuateua, Santa Maria do Tracuateua, São Sebastião, Bom Jesus do Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças e São Bernardino, Santa Luzia do Bom Prazer, Novo Palmares, Comunidade Sítio Bosque, São Manoel, Santa Maria do Mirindeua, Nossa Senhora da Conceição, Jacunday, Turé Mariquita, Mãe Maria, TI Sarauá, TI Xicrin do Caeté e TI Suruí do Pará. | Organização popular; educação popular; formações, intercâmbios entre as comunidades que estão mapeadas para a passagem dos trilhos, articulações com ONG's e outras instituições, protestos, mobilizações sociais, socialização de informações, eventos formativos, encontros e reuniões entre comunidades, produção de conteúdos, a Associação Quilombola do Baixo Caeté – África e Laranjituba (AQUIBAC), Frente de Luta Contra a Construção da Ferrovia Paraense. |

Plataforma DHESCA/ RIMA /Google acadêmico. Elaboração da autora, 2020.

Estas consequências esperadas podiam ser observadas na região por onde passa a Estrada de Ferro Carajás, criada para atender a empresa Vale que realiza exploração dos recursos minerais, e necessita, portanto, de meios de locomoção para estes produtos. Com 892 km, ela transporta o minério de ferro das minas da Vale do Sistema Norte, na região de Carajás (PA), para o Terminal Portuário Ponta da Madeira, em São Luís (MA), de onde ele é exportado principalmente para a China e outros países da Ásia. Segundo a Plataforma DHESCA, a Estrada de Ferro Carajás suporta o maior trem de cargas em operação no mundo. O trem transporta ainda manganês, ferro gusa, cobre e outros tipos de carga, como soja e combustível.

Segundo o documento elaborado no Seminário Carajás 30 anos, os impactos da Estrada de Ferro Carajás são sofridos de maneira recorrente nas comunidades locais:

Nas regiões como Imperatriz/MA, Açailândia/MA e Marabá/PA, as florestas foram destruídas para exploração de eucalipto (monocultura). A VALE e os compradores de seus minérios são responsáveis pela irrelevância em ações

saneadoras para minimizar a deterioração ambiental e proporcionar melhorias à população atingida pelo Projeto Carajás e sua ferrovia. (ZAGALO, 2014, p.139)

Os impactos sociais e ambientais são observados em diversas esferas, ainda segundo o mesmo documento (Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Dario Bossi, José Jonas, Borges da Silva, Marluze do Socorro Pastor Santos, Ricarte Almeida Santos, 2014, p. 7-208) em 21 do total de 27 municípios atravessados pela ferrovia EFC o Índice de Desenvolvimento Humano é menor que a média dos estados. Outros impactos estão em atropelamentos, ruídos, acidentes, poluições. Há ainda, impactos na educação, as salas de aulas precisam interromper rotinas de aulas, devido à poluição sonora nas comunidades que vivem nas proximidades da ferrovia.

Santos e Michelotti (2017, p.27) analisam a chantagem locacional em que predominam as relações de poder entre a empresa Vale S.A e as comunidades locais na implantação da Siderúrgica Aços Laminados do Pará (ALPA). Através das estratégias adotadas pela empresa, os interesses da empresa são atendidos, enquanto as problemáticas advindas com as instalações seriam "socializadas" com as comunidades mais despossuídas, tendo como exemplos emblemáticos os impactos sobre as comunidades e assentamentos vizinhos ao projeto ALPA, que envolve inclusive a sede de Marabá ao longo do rio Tocantins que será usado para o escoamento da produção.

Com os diversos impactos trazidos pela EFC, os povos e comunidades veem-se na linha de frente dos embates sociais, criando mecanismos e estratégias como formas de resistências. As estratégias se dão através da organização popular, por meio da educação popular, suporte jurídico, articulações nacionais e internacionais, formação crítica sociopolítica. De acordo com anais do Seminário Carajás 30 anos (ZAGALO, 2014, p.142) alguns destaques nas formas de enfrentamento, são ações populares contra o Estado, protestos, mobilizações na cidade e no campo, congressos, socializações de informações, dados, estudos através da mídia, internet e cartilhas, que podem ser referências para as comunidades tradicionais e acadêmica para o enfrentamento à implantação da Fepasa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo acerca da Ferrovia Paraense, suas caracterizações e contradições possibilitou compreender os processos históricos de lutas na região amazônica, entendendo que a efetivação dos direitos ocorrem por meio das mobilizações sociais. A FEPASA é pensada enquanto parte do projeto de desenvolvimento capitalista, sendo planejada para atender as necessidades do capital, onde se beneficiam o mercado internacional financeiro, commodities agrícolas, cadeias de minérios e grandes empresários, para tanto é empregado

discursos de melhorias para a população local, e seus impactos são justificados a partir de falas racistas e classistas, como ficou exposto ao desmembrarmos os escritos do Relatório de Impacto Ambiental.

Em primeiro plano é importante entender os processos históricos da Amazônia que compreende uma dualidade. Por um lado, há a população local, de povos e populações nativas, com modos de vida que para além de respeitar a natureza, a consideram enquanto parte de suas próprias existências, já em outra perspectiva, há o modelo que entende a natureza como um meio para gerar lucro, explorando, destruindo e matando a mesma, para o enriquecimento de uma minoritária elite.

As lutas pelo território na Amazônia demonstram que a região é palco de disputas, onde as divergências de interesses são partes constituintes do processo histórico da Amazônia e dão origem as mobilizações, organizações e estratégias de luta contra os projetos na região. Os próprios conflitos são reflexos e provas que há resistências, em prol de uma distribuição de terras mais igualitárias, que garanta a terra como meio produtivo de sobrevivência, de vida e que traga respeito às diversidades.

Deste modo, em concordância com Benatti (1998, p.10) ressalta-se que a defesa do meio ambiente não inclui somente a flora, fauna e meios bióticos, mas inclui também a defesa do ser humano, através de suas atividades materiais e culturais. Ou seja, a defesa de territórios, sítios arqueológicos, assentamentos, festividades, modos de subsistência e formas de trabalhos. Neste ponto, um dos mecanismos de defesa dos territórios e das populações tradicionais, há o Direito a Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informada (CCPLI), que constitui-se enquanto direito fundamental dos povos tradicionais.

Torna-se evidente o quanto a forma de vida, costumes, vivências, relações de homem-natureza são menosprezadas pelas empresas. Em contexto amazônico, a população perpassa, por uma série, de desafios e violações, que advém, dentre outros fatores, dos avanços do pensamento dominante de “desenvolvimento” para a região. Diversos empreendimentos chegam aos espaços e interferem positiva e negativamente, sendo este último com mais intensidade, introduzindo a população local a diversas mudanças na sociabilidade.

Analisando documentos elaborados no processo de resistência a implantação da ferrovia e tomando como base as experiências vividas ao longo da trilha da ferrovia Carajás uma série de impactos onde o trilho ferroviário irá passar são inevitáveis, esperados e silenciados, afetando as vidas que vivem nestes espaços, como povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos. Os planos e estudos que sustentam o projeto, invisibilizam as comunidades. Os impactos nas mesmas e sua eventual implantação gerarão e já estão gerando conflitos sociais graves e são mais um ataque à vida e às comunidades que fazem do território amazônico um lugar de tão importante sociobiodiversidade.

REFERÊNCIAS

BENATTI, José Heder. A criação de Unidades de Conservação em Áreas de Aposseamento de Populações Tradicionais. **Novos Cadernos NAEA**. v.1, n.2, 1998.

BORGES, Luciana Riça Mourão. **Políticas territoriais na fronteira**: o Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do séc. XXI, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Guilherme. IIRSA e PAC: ameaças e conflitos para as Terras Indígenas na Amazônia brasileira. In: **CIMI, Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**, 2010.

CARVALHO, Márcia. **Movimentos sociais protestam contra Ferrovia Paraense**: Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/152047/movimentos-sociais-protestam-contraferrovia-paraense>. Acesso em: 26/08/2020

FILHO, Niemeyer Almeida; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Revista Economia e Sociedade**, v.20, n.2, p.243- 272. Campinas, ago.2011.

FREIRE, Celso. **A luta continua**. Disponível em: <http://socelnews.blogspot.com/2017/07/fundo-que-pode-ajudar-financiar>. Acesso em: 02/07/2020.

FUNDO DEMA. **Carta em Defesa da Vida, dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.fundodema.org.br/conteudos/noticias-fundo-dema/40877/povos-docampo-e-da-floresta-repudiam-a-construcao-da-ferrovia-paraense-sa>>2017 Acesso em: 14 out. 2020.

GALVÃO, Élida. **Projeto de Ferrovia Paraense S.A. desrespeita direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais**. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informese/noticias/projeto-da-ferrovia-paraense-adesrespeita-direitos-de-povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais/> Acesso em: 13/08/20.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Desenvolvimento dos Transportes e Integração Regional no Brasil: uma perspectiva histórica. IPEA, **Planejamento e Políticas Públicas- PPP**, n.13, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Valor, expropriação e direito: sobre a forma e a violência jurídica na acumulação do capital. In: BOSCHETTI Ivanete (org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. p.101- 130. São Paulo: Cortez, 2018.

HARVEY David. **O novo imperialismo**. Edições Loyola, 2009.

JÚNIOR Horácio Antunes de Sant"Ana e.o. Seminário Internacional Carajás 30 anos (1.:2014: São Luís, MA) **Anais do Seminário Internacional Carajás 30 anos**: resistências e

mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental. São Luís: EDUFMA, 2014.- p. ISBN: 978-85-7862-357-9, São Luís: EDUFMA, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MELLO, Neli Ap., THERY, Hervé. Disparidades e Dinâmicas do Território Brasileiro. **Anais... XV Encontro de Geógrafos da América Latina**. Havana, Cuba, 2015.

MENEZES, Carol. **Governo garante início da ferrovia Pará em 2021, obra de 7 bilhões**. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/16323/>. Acesso em: 19/12/2019.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia. **Relatório de impacto ambiental Ferrovia Paraense S. A./ RIMA Ferrovia Paraense S.A.** Belém, 2017.

RODRIGUES, Lêda Vieira. Caminhos ferroviários: um balanço da historiografia ferroviária brasileira. **Rev. Brasileira de História e Ciências Sociais**. V.2, n.4, 2010.

SANTOS, Marcelo Melo dos. MICHELOTTI, Fernando. Verticalização da Produção Mineral no Sudeste Paraense: chantagem locacional e impactos socioterritoriais e ambientais. **Revista Produção Acadêmica**, V.3, n.01. Porto Nacional, Tocantins, 2017.

ZAGALO, Guilherme. Mesa Redonda: Grande Carajás: 30 anos de mineração. **In Anais do Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental**. EDUFMA, São Luís, MA, 2014.



GT 06 - modelo extrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina

AS CONSEQUÊNCIAS DO NEOEXTRATIVISMO NA PESCA ARTESANAL DA BACIA DE CAMPOS-RJ E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DO CRESCIMENTO BASEADO NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO

Lara Mattos Martins (UFRRJ)¹

RESUMO

Entre o litoral dos estados brasileiros do Rio de Janeiro e Espírito Santo encontra-se a bacia sedimentar nomeada como Bacia de Campos, uma das principais áreas produtoras de petróleo do Brasil. A Bacia de Campos será apreciada, neste trabalho, como um território, procurando levantar informações substanciais para caracterizar esse lugar para além da bacia sedimentar que contém jazidas de petróleo, mas como um espaço construído e transformado pelo neoextrativismo. Uma das características do neoextrativismo é a admissão do problema socioambiental, justificado pela necessidade do desenvolvimento econômico e respondido com medidas de proteção social. Na indústria petrolífera não foi diferente: mesmo com a identificação das transformações bruscas nos territórios de produção, os impactos negativos foram justificados pelos impactos positivos. Para a realização desse debate foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre extrativismo, desenvolvimento territorial e análise de dados secundários, que possibilitaram revelar o modelo neoextrativista e seus efeitos nas comunidades de pesca artesanal do litoral fluminense costeiro à Bacia de Campos. O texto apresenta as adversidades entre o desenvolvimento territorial baseado na produção de petróleo nos municípios fluminenses costeiros à Bacia de Campos, as características do neoextrativismo perpetuadas nesses municípios e o contexto socioambiental vivenciado pelas (os) pescadoras (as) artesanais da região nos primeiros catorze anos do século XXI.

Palavras-chave: neoextrativismo, impactos socioambientais, pesca artesanal.

1. INTRODUÇÃO

Os paradigmas do neoextrativismo foram acionados neste trabalho para compreender o contexto sociopolítico e territorial nos primeiros quinze anos do século XXI, período em que a indústria petrolífera brasileira mais produziu petróleo e gás e, conseqüentemente, mais produziu impactos socioambientais sobre a pesca artesanal e sobre os municípios fluminenses costeiros à Bacia de Campos.

Para fins metodológicos este trabalho irá se concentrar em analisar a exploração intensiva de petróleo e gás no território fluminense costeiro à Bacia de Campos, a ocupação

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: laramattos.martins@gmail.com.

e expansão da indústria petrolífera no território produtivo da pesca artesanal regional e alguns impactos e conflitos vivenciados pelas comunidades de pesca artesanal marítima da região.

Para identificar as peculiaridades e consequências dessa fase do extrativismo na região, foi acionado o conceito de neoextrativismo, uma compreensão de cientistas sociais da América Latina para interpretar o padrão de desenvolvimento² baseado na superexploração de bens naturais. Sem generalizar os aspectos peculiares a cada país onde ocorreu essa movimentação, apresenta algumas características que permitem a interpretação desse do modelo socioterritorial empreendido entre o fim do século XX e início do século XXI.

Para realização desse debate foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o extrativismo, sobre a produção de petróleo brasileira entre os anos de 2003 à 2014 e sobre os impactos advindos da indústria petrolífera na pesca artesanal da região fluminense da Bacia de Campos. Além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas pesquisas em relatórios e documentos oficiais do governo que possibilitou a análise precisa dos dados secundários levantados. Foram levantadas informações estatísticas e relatórios no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Agência Nacional de Petróleo (ANP) e no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e do Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Tais observações foram basilares para o interesse em investigar se os paradigmas do neoextrativismo foram perpetrados pela indústria de petróleo brasileira. Sendo assim o trabalho se concentra em analisar quais as consequências desse modelo de desenvolvimento na pesca artesanal presente no litoral fluminense costeiro à Bacia de Campos e como as questões socioambientais do crescimento baseado na indústria de petróleo são reproduzidas nos municípios impactados.

2. PARADIGMAS DO NEOEXTRATIVISMO.

O extrativismo opera na América Latina e Caribe desde a colonização europeia, seja para abastecer o capital e a indústria dos países centrais ou para espoliar os territórios dos povos originários deste continente. De fato, desde a trágica chegada dos navegantes europeus os recursos naturais em nosso continente tornaram-se alvo de exploração, posse e fonte de riqueza para as metrópoles. A realidade não mudou, mesmo que a maioria das colônias tenham conquistado sua independência, mesmo que tenham planejado seguir a receita da industrialização para superar a desigualdade na Divisão Internacional do Trabalho, e até mesmo com a chegada dos setores mais progressistas aos governos de vários países

² A compreensão de desenvolvimento acenada neste trabalho o compreende como um processo contínuo de transformação social e econômica planejados para gerar capacidades para bem estar social ao máximo de cidadãos de uma nação.

do continente, o extrativismo continuou a ser base da economia latino-americana no mercado internacional.

No início do século XXI, o mercado internacional demandou uma necessidade sem precedentes de *commodities*³ sugerindo ao continente sul-americano a oportunidade de estabilização econômica e uma via ao almejado desenvolvimento. O século XXI também iniciou com um singular momento sociopolítico na América do Sul, no ano de 2011 oito dos treze países da América do Sul eram governados por presidentes de origens políticas progressistas.

Rompendo com a lógica econômica seguida pelos governos conservadores das décadas anteriores, que adotaram as medidas neoliberais sugeridas no Consenso de Washington⁴ como via para o desenvolvimento, os governos progressistas iniciaram um momento de integração econômica entre os países do Sul Global, almejando autonomia na economia e a superação do subdesenvolvimento tão caros ao continente. A combinação desses fatos gerou uma nova ordem sociopolítica regional, provocando um novo ciclo extrativista no continente.

A cientista social Maristella Svampa (2013) observa que no *Consenso das Commodities* foram realizados acordos comerciais na América Latina para atender as demandas por matéria-prima vindas principalmente da China, novo e maior comprador de produtos semimanufaturados do Brasil, por exemplo. A demanda internacional por *commodities* é atribuída pelo mercado internacional como uma oportunidade ao desenvolvimento regional da América Latina. Dada a abundância de recursos naturais, na maioria das vezes não renováveis, aliada a uma estrutura socioespacial historicamente constituída para o extrativismo, as vantagens comerciais das commodities logo são percebidas nas balanças comerciais e no superávit fiscal.

Para o pesquisador uruguaio Eduardo Gudynas (2009), nesse momento o desenvolvimento é aclamado pelos governos progressivas da América Latina, pois a situação econômica e política dos países da América do Sul naquele momento permitiu, por meio de

³ Commodities são matérias-primas em estado bruto ou pouco processadas como minerais (ferro, bauxita, petróleo etc.), insumos agrícolas pouco processados (soja, milho, café etc.) Podem também ser, entre outros, recursos energéticos e ambientais, produzidos principalmente para exportação.

⁴ O Consenso de Washington ocorreu em 1989 em uma reunião em Washington, capital dos Estados Unidos, com diversas organizações financeiras internacionais, como FMI, Banco Mundial e organizações latino-americanas. Tal reunião foi convocada pelo Institute for International Economics, com o título de "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?" para realizar uma análise das reformas econômicas empreendidas pelos países da região. Mesmo não sendo um espaço deliberativo para as economias sul-americanas as prescrições estabelecidas nesta reunião colocaram a proposta neoliberal do governo estadunidense como ponto central para cooperação financeira externa e conseqüentemente recuperação econômica dos países da América Latina.

programas de redistribuição de renda, a superação da pobreza extrema, a alta taxa de empregos, o acesso ao consumo, entre outros avanços sociais que até então só eram vivenciados pela elite do continente.

Ademais, uma marca importante do neoextrativismo, segundo a socióloga Maristella Svampa (2019), é a proximidade de diálogo das agências promotoras de desenvolvimento dos governos progressistas com as populações historicamente ignoradas pelo capital. No Brasil, as políticas inclusivas e o reconhecimento dos danos históricos e estruturais causados pela colonização aos povos indígenas, às comunidades quilombolas, às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais, pescadoras e pescadores artesanais, entre outros, estabelecem uma complexa relação de avanços em direitos e retrocessos no que tange a garantia e manutenção dos meios de vida dessas populações em seus territórios, habitualmente considerados improdutivos pelo capital internacional.

Como uma tendência histórica do extrativismo, a indústria do agronegócio, da mineração e as hidrelétricas avançam para esses territórios, cabendo ao Estado o papel de regulador e mediador. Como ressalta Svampa (2019), no modelo econômico e socioterritorial baseado no extrativismo dos anos 2000, as questões socioambientais foram mediadas pelo Estado como um problema secundário ou um mal necessário perante a superação de problemas como a pobreza e a exclusão social. Tal situação se desdobra em uma série de conflitos socioambientais por acesso e controle dos territórios e dos recursos naturais.

As decisões do Estado como regulador do uso e a apropriação dos recursos naturais são influenciadas pelo capital multinacional, e o neoextrativismo prorroga a dinâmica suportada em outros momentos de ocupação do território nacional e dependência do capital internacional. Ainda pelo prisma da socióloga Maristella Svampa (2019), a força do capital multinacional nas economias locais compromete a democracia, deixando o Estado com pouco poder de ação quando recebe as decisões coletivas de recusa dos afetados pelos grandes projetos extrativistas.

O contexto heterogêneo estabelecido entre Estado, capital multinacional e população impactada no Brasil gera uma complexa dualidade de ação do Estado. O modelo socioterritorial que atende ao capital internacional deixa as reflexões sobre as relações entre natureza e capital como secundárias diante da ascensão econômica nacional, dos avanços sociais rumo ao desenvolvimento e coexistem com um programa sociopolítico que valoriza as populações tradicionais, as instituições públicas e as políticas públicas de proteção ambiental e de inclusão social.

O neoextrativismo não é uma categoria unidimensional, ela apresenta diferenças e semelhanças tanto em escala global como em escala local. Como uma categoria analítica, as conformidades dos projetos de desenvolvimento ocorridos no *Consenso das Commodities* revelam a existência de projetos políticos, econômicos e sociais baseados na acumulação de

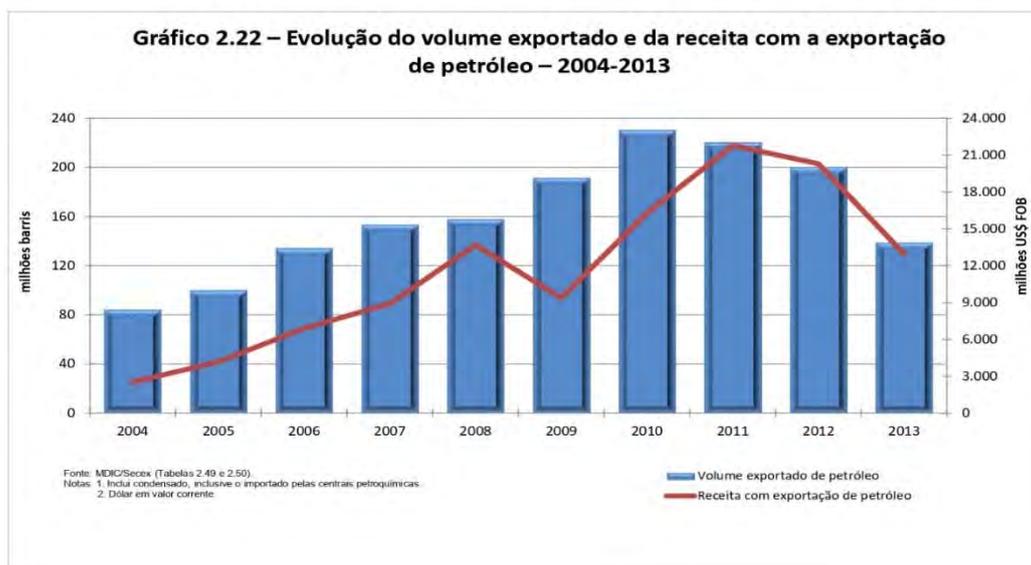
capital gerado pela superexploração da natureza, que minimizam os impactos socioambientais e são defendidos como vetores para o desenvolvimento.

3. INTERFACES ENTRE NEOEXTRATIVISMO, A INDÚSTRIA PETROLÍFERA BRASILEIRA NA BACIA DE CAMPOS E A PESCA ARTESANAL MARINHA.

Os padrões de crescimento, de impactos e da atuação governamental em relação à indústria petrolífera brasileira abre uma janela para perceber os paradigmas do neoextrativismo na maior região produtora de petróleo no início do século XXI, a Bacia de Campos.

Um das características basilares do neoextrativismo é o significativo aumento da exploração de recursos naturais para exportação e participação do capital multinacional nas atividades extrativas, fato notável no que tange à exploração de petróleo e gás natural no Brasil, que chegou a marca de 138,978 milhões de barris exportados no ano de 2013. O gráfico a seguir, obtido a partir dos dados publicados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) no Anuário Estatístico de 2014, sistematiza o aumento das exportações e os principais destinos da produção de petróleo entre os anos de 2003 a 2013 no Brasil.

Figura 1: Evolução do volume exportado e da receita com a exportação



Entre as atividades extrativistas praticadas no Brasil nos anos de 2003 a 2014, período neoextrativista dos governos progressistas brasileiros, a exploração de petróleo passou de um pouco mais de 400 milhões de barris no ano 2000 para 823 milhões de barris em 2014, segundo dados do IBGE (2021). No mesmo período, 92,5% do petróleo brasileiro era explorado no mar - em 2014 a região fluminense da Bacia de Campos produzia 60% do

petróleo explorado no Brasil - e o país chegou à marca de quase autossuficiência, importando de apenas 7% do produto para consumo interno. (IBGE, 2021).

Quase todo petróleo explorado no Brasil foi produzido no mar, entre águas rasas, águas profundas e no pré-sal da Bacia de Campos. Enquanto uma referência geológica do litoral brasileiro, a Bacia de Campos é uma bacia sedimentar. Segundo Marcelo A. Martins-Neto, 2006, bacias sedimentares são “uma região caracterizada pela acumulação de uma pilha espessa de sedimentos por um longo período no tempo geológico”. A Bacia de campos, no campo técnico da geologia é uma extensão territorial onde existem depressões da superfície terrestre formadas por abatimentos da litosfera, nas quais se assentaram rochas sedimentares, gerando grande reservatório de petróleo e gás natural.

Na Lei Nº 9.478/97, que “Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”, no Art. IX são consideradas como “Bacia Sedimentar: depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não”. A Lei Nº 9.478/97 Art. IX ressalta a importância econômica das bacias sedimentares como potenciais reservas de petróleo e considerável recurso para soberania energética brasileira.

Próximo de 100 mil quilômetros quadrados, a Bacia Sedimentar de Campos abrange uma área marinha entre o litoral da Região do Lagos no Rio de Janeiro ao litoral sul do Estado do Espírito Santo. Foi nomeada Bacia de Campos em referência a cidade fluminense Campos dos Goytacazes. Segundo os dados IBGE (2010) os municípios produtores de petróleo diretamente congregados com a Bacia de Campos no estado do Rio de Janeiro são: São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, e no sul do Espírito Santo, os municípios de Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari e Vila Velha.

A exploração de petróleo no Brasil é apresentada pelo Estado e pela Petrobras como um projeto para o desenvolvimento, com a promessa de autossuficiência nacional em abastecimento de petróleo. Segundo Moraes (2013), foram mais de trinta anos de investimento até a empresa Petrobras S.A, estatal com maior controle das atividades petrolíferas no Brasil, alcançasse inovações tecnológicas suficientes para a exploração e a produção de petróleo em águas profundas o suficiente para exportar e abastecer o território nacional.

Ao contar a história da estatal e os avanços tecnológicos que tornaram a Bacia de Campos a maior produtora de petróleo durante mais de uma década no Brasil, Moraes (2013) destaca algumas missões assumidas pela empresa para alcançar a independência no abastecimento de petróleo, gás e seus derivados. Segundo Moraes (2013), para cumprir sua

missão a estatal iria assumir, em paralelo às atividades de exploração, “o papel de agente indutor do desenvolvimento de uma rede de empresas fornecedoras de serviços petrolíferos, firmas de engenharia e fabricantes de bens industriais, essenciais às atividades produtivas do petróleo...” (MORAES, 2013, p.52). Essas atribuições foram adotadas para reduzir a dependência de capital e tecnologia externas. Ao se colocar como agente indutora de desenvolvimento, a empresa estatal petrolífera então assume um papel programado para desenvolvimento regional e nacional.

A escolha do local para instalação da indústria de petróleo na Bacia de Campos foi definida exclusivamente a partir da existência de uma ampla base recurso natural. Portanto, a instalação da indústria foi independente das relações culturais e sociais do território, não considerou peculiaridades como infraestrutura e capacidade de articulação política para receber um complexo industrial tão grande.

Para dar suporte às atividades *upstream e downstream*⁵ marítimas de exploração e produção⁶, os municípios costeiros fluminense à Bacia de Campos foram incentivados a iniciar um processo de estruturação portuária, de serviços e de logística, para viabilizar e adaptar as cidades da costa fluminense para a indústria de petróleo *offshore*. Porém, Cruz e Terra (2015) ressaltam que a extração de petróleo na Bacia de Campos ocorre exclusivamente no mar e a cada ano em águas mais profundas, mas o desenvolvimento regional esperado nos municípios com a construção de estruturas para atender ao complexo industrial marítimo não foram notáveis comparadas ao volume de estruturas, tecnologias e capital concentrados em alto mar.

Segundo os autores Cruz e Terra (2015), poucos municípios foram contemplados com os investimentos de instalações e equipamentos para dar suporte ao complexo industrial petrolífero, esses municípios atuam como enclaves “do ponto de vista das interações com o seu entorno territorial, urbano e econômico” (p.36).

As diferenças de investimento em infraestrutura entre os municípios ressaltam as transformações desiguais, no que tange ao desenvolvimento regional no entorno da Bacia de Campos. Podemos destacar aqui a cidade de Macaé, visivelmente a cidade que mais adaptou seu território à indústria petrolífera e que se auto denomina “Capital Nacional do Petróleo”.

⁵ Existem três termos em inglês muito usados da literatura sobre exploração e produção de petróleo, são eles: *Upstream* que são as atividades de busca, identificação e localização das fontes de óleo, e o transporte deste óleo extraído até as refinarias. A fase *Midstream* são as atividades de refino, quando as matérias-primas (hidrocarbonetos) são transformadas em gasolina, diesel, querosene etc. *Downstream* é a fase logística, transporte, distribuição e comercialização dos derivados do petróleo.

⁶ De acordo com a definição da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a fase de Pesquisa ou Exploração consiste no conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural (Lei 9.478/97) e produção é referente a fase de extração e beneficiamento do petróleo.

Ferreira & Junior (2017) explanam sobre a cidade de São João da Barra, que adaptou o Plano Diretor Municipal para possibilitar a construção do Complexo Portuário do Açú, na expectativa das possibilidades de geração de emprego e renda no município. O mesmo pode ser observado na cidade de Quissamã com a proposta de construção do complexo portuário Barra do Furado. Apesar desses empreendimentos não serem diretamente ligados à produção petrolífera da Petrobras, a escolha estratégica desses locais para a implementação dos megaprojetos está relacionada com a proximidade desses municípios à Bacia de Campos.

Para o economista Robson Dias da Silva (2017), a concentração da produção de petróleo em águas profundas não é reverberada em terra. Ao comparar o montante econômico gerado pela produção de petróleo nos anos 2000, as cidades ficaram em desvantagens na geração de emprego, renda e desenvolvimento urbano. Silva (2017) ressalta que, se por um lado o montante econômico gerado em alto mar pelo petróleo não repercutiu com a mesma intensidade nas chamadas “cidades do petróleo”, os *royalties* e participações especiais recebidas pelos municípios tornaram-se fundamentais para os cofres públicos municipais e do Estado do Rio de Janeiro.

Alcançando a casa dos bilhões, as compensações financeiras relativas aos *royalties* e participações especiais recebidas pelos municípios fluminenses causaram dependência econômica, tornando as rendas petrolíferas ponto central das economias municipais, de acordo com Silva (2017). Nesse sentido, os municípios e o Estado não foram capazes de dinamizar a produtividade, cometendo o equívoco de “considerar as rendas compensatórias como a principal via pró-desenvolvimento regional” (Silva, 2017, p. 44).

As rendas dos *royalties* de petróleo são um bom exemplo para analisar um dos paradigmas do neoextrativismo, no discurso de que a superexploração da natureza será revertida em bem social para a população. Na alusão aos *royalties*, a existência de uma legislação específica que obriga os governos a utilizar essas rendas para investimentos intergeracionais em educação em saúde, legitima a superexploração de petróleo simbolizada num discurso de que as futuras gerações receberão os bônus da degradação ambiental feita no presente.

As atividades extrativistas *offshore* na Bacia de Campos, como outras demais atividades de exploração de recursos do meio natural, comumente são acompanhadas pelos impactos positivos e negativos das relações econômicas, ambientais e sociais estabelecidas pelo extrativismo. Os impactos dessas atividades atingem as populações que vivem próximas aos empreendimentos, destacando a expropriação material e as desigualdades sociais advindas das novas relações sociais, econômicas, políticas e dos interesses de uso do território.

A formação social do território costeiro à Bacia de Campos é sobreposta por diversas realidades, por cidades construídas em alto mar e cidades modificadas no continente. Há

nesse contexto um grupo social que, literalmente, navega entre essas duas realidades: os pescadores e as pescadoras artesanais. Todos os municípios do litoral fluminense e sul capixaba, ou da Baía de Campos, que confrontam seu espaço marinho com as plataformas e outras atividades *offshore* de exploração e produção de petróleo possuem algo em comum, que são as comunidades de pescadoras e pescadores artesanais.

À primeira vista os impactos socioambientais dessa indústria são evidenciados em ocorrências pontuais como derramamento de óleo, acidentes ou crimes ambientais e não parecem atingir diretamente nenhum espaço socialmente habitado. Mas, em alto mar, onde essa indústria foi instalada com suas enormes plataformas, existe outra atividade econômica e social, a pesca artesanal marinha.

As comunidades de pescadores artesanais da região possuem uma territorialidade marítima, configurações localizadas e culturalmente organizadas de divisão de apropriação do mar, das quais os pescadores usufruem ao longo do tempo, apropriaram-se dos recursos naturais e pesqueiros por meio de práticas culturais. vida (VIEIRA, VARANDA, MARTINS, 2020) Os pescadores artesanais marcam as áreas do mar onde se encontram mais pescados, que são chamadas por eles as praias do norte fluminense como “pesqueiro”.

As comunidades pesqueiras na Baía de Campos são diversas em inúmeros aspectos e cada terminal pesqueiro poderá ser observado com as particularidades daquele grupo, daquele local. São diversas práticas de pescada, diversos apetrechos de pesca, embarcações, variações de espécies, organização e divisão do trabalho, que se diferem por detalhes ou que são exclusivos daquela localidade. Como o olheiro de Arraial do Cabo, que é prática peculiar da pesca artesanal de Arraial do Cabo-RJ, na qual uma pessoa - o olheiro - fica no alto do Morro Atalaia observando o posicionamento dos cardumes para sinalizar, com uma bandeira na mão, aos barcos no mar a marcação dos cardumes, organizando o que a comunidade chama de cerco. A puxada de Farol de São Tomé, em Campos dos Goytacazes-RJ, é única. O mar bravo e a extensão da areia da praia não permitem os barcos atracarem, então os barcos são puxados do mar para areia da praia todos os dias, antes “a puxada” era feita com cordas amarradas aos barcos e os barcos eram puxando a mão por vários homens. Com a chegada dos rebocadores cada barco paga uma taxa para um trator com correntes para retirá-lo do mar e colocá-lo no mar.

[...] na baía de Campos, por exemplo, constata-se um aumento expressivo da captura de atuns e dourados nas adjacências das plataformas presentes em quantidades significativas e em águas profundas. Situação tão marcante que uma nova modalidade de pescaria surgiu nas últimas décadas na região, reportada por Martins e Doxsey (2006) como a pesca de plataforma.” (WALTER, ANELLO, 2012, p. 89).

As comunidades de pesca reproduzem conhecimentos tradicionais para cada arte de pesca, os ofícios seguem tradições de divisão e hierarquização do trabalho em uma dinâmica

que perpetua o conhecimento local, desde a produção das embarcações, dos apetrechos de pesca à maestria do barco.

A questão da territorialidade diz respeito ao comportamento humano de orientar-se implícita ou explicitamente com o intuito de apropriar-se do espaço e dividi-lo em territórios. Nesse processo, os territórios se tornam recursos cuja manutenção depende do interesse, ação e esforços do agente da territorialização. Desta forma, territorialidade é algo que se desenvolve no tempo, de geração em geração, por meio dos processos de socialização e de transmissão da tradição que ocorrem graças à capacidade humana de conferir significado simbólico ao espaço (MALDONADO, 1993, p. 35).

Organizados em associações e nas Colônias de Pesca, segundo o Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos-PCR-BC7, a pesca é uma cadeia produtiva que alimenta mais de dez mil famílias na região e distribui a produção desde a caça, a fabricação manual de redes, barcos e outros apetrechos, a limpeza e filetagem em frigoríficos ou de maneira artesanal nos portos e quintais. As vendas podem ser realizadas em larga escala para grandes frigoríferos e atravessadores, nas peixarias locais ou de porta em porta. Milhares de homens e mulheres trabalham diretamente com a produção pesqueira na região costeira a Bacia de Campos, com pesca de água doce, pesca em alto mar, em lagos e lagoas.

As autoras Varanda, Martins e Vieira (2020) ressaltam os diversos conflitos socioambientais entre pesca artesanal no Estado do Rio de Janeiro e os diferentes projetos de desenvolvimento do estado. Para as autoras, seja a produção em larga escala de petróleo na Bacia de Campos, a implementação de indústrias siderúrgicas no Bairro de Santa Cruz na capital do Rio de Janeiro ou os crimes de despejo de chorume nos manguezais cometidos pela Gás Verde, empresa de aproveitamento de lixo em Duque de Caxias, em todo estado do Rio de Janeiro é possível perceber o descaso do estado com as comunidades tradicionais de pesca artesanais, que depende exclusivamente da natureza para a reprodução social e econômica. Segundo as autoras,

quando os grandes empreendimentos ocupam territórios de populações tradicionais que praticam a pesca artesanal, os usos que tais empreendimentos fazem dos recursos naturais acabam afetando drasticamente os modos de vida tradicionais. Eles podem até ocasionar limitações territoriais em locais tradicionalmente utilizados pelos pescadores e a destruição dos recursos naturais que são fonte de subsistência dessas populações. (VARANDA, MARTINS e VIEIRA 2020, p. 05)

⁷ O PCR-BC segundo a NOT. TEC. 02022.000060/2016-75 CGPEG/IBAMA “A execução do PCR-BC é uma obrigação assumida pela Petrobras decorrente da assinatura, em 2004, do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a regularização do licenciamento ambiental de suas atividades de perfuração marítima na Bacia de Campos. Trata-se de um projeto de caracterização ambiental da Bacia que visaria subsidiar futuros processos de licenciamento ambientais na mesma área.”

O resgate da ocupação histórica da indústria petrolífera nos municípios do litoral fluminense, possibilitou observar que a Bacia de Campos é mais do que uma bacia sedimentar com uma indústria no mar. Segundo Bronz (2005), a configuração territorial formada entre os municípios é o resultado de diferentes formas de apropriação dos territórios sobrepostos ao sítio geográfico, resultando num mapa difuso, entrecortado por linhas que unem e fragmentam os interesses dos grupos sociais que vivem do território marítimo e terrestre.

O território se transforma mediante as relações de poder, da apropriação direta dos recursos naturais, da consolidação de políticas públicas que regulamentam expansão das fronteiras do extrativismo sobre o que era, antes das plataformas, território pesqueiro. O Estado considera o mar como território vazio e a ocupação desse território pela indústria petrolífera é, para o Estado, “o aproveitamento de suas vantagens estratégicas, geopolíticas e econômicas”. (BRONZ, 2005, p. 24).

Segundo Bronz (2005, p. 24), “a ocupação da Bacia de Campos é resultado de um projeto nacional de colonização das áreas marítimas do país através da implementação de uma atividade econômica de base, ligada à indústria petrolífera de monopólio estatal”. Para a autora, o projeto desenvolvimentista de exploração de petróleo na Bacia de Campos é resultado de esforços para realização de grandes projetos de desenvolvimento, que visavam a ocupação geopolítica e econômica do território nacional.

Para indústria petrolífera a natureza é um recurso econômico e sua exploração pode ser recompensada em valores monetários, mas para as pescadoras e os pescadores artesanais a natureza não é distanciada das relações culturais, a natureza significa mais que um espaço a partir do qual eles extraem sua renda, a natureza é um território que lhes permite exercer seu modo de vida (VARANDA, MARTINS e Vieira 2020).

Em um documento chamado A Interferência das Atividades Marítimas de Exploração de Petróleo e Gás na Pesca artesanal: Exigências do Licenciamento Ambiental, 2003, escrito pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás – CGPEG/DILIC/IBAMA, a ANP publicou uma série de impactos reconhecidos pelo órgão federal como os impactos que mais afetam a pesca artesanal no contexto da exploração de petróleo e gás no mar.

Os impactos apresentados no documento foram divididos por duas atividades poluidoras: as atividades de sísmica e de perfuração. Ambas fazem parte das ações extrativas na exploração de petróleo e gás em águas rasas, profundas e ultra profundas. Segundo o documento supracitado, entre os impactos das atividades sísmica é possível ocasionar áreas de restrição temporária de acesso a pescadores tradicionais e diminuição do pescado em decorrência de diversos impactos causadas ao ambiente marinho. O Documento, também aponta a exclusão dos pescadores em um raio de 500 metros ao redor das plataformas de perfuração, o aumento de tráfego das embarcações e a presença dos barcos

de sísmica e impactos decorridos as alterações ambientais causadas pela presença das plataformas.

Os impactos apresentados resultam na apropriação do espaço marinho pela indústria petrolífera, limitando o uso das famílias de pescadores ao território de pesca. O resultado dessa ocupação é convertido em conflitos socioambientais pelo uso do espaço marítimo. Os conflitos socioambientais são causados por conjunto de encontros entre os pescadores artesanais em relação a apropriação material e simbólica dos recursos do território marinho, “esses conflitos podem ser compreendidos como interesses e estratégias diferentes de apropriação e aproveitamento da natureza, que expressam as tensões nos processos de reprodução dos modelos de desenvolvimento.”. (VARANDA, MARTINS e VIEIRA 2020, p.6).

As fronteiras do extrativismo de petróleo e gás na bacia de Campos se expande pelo mar, subjugando as atividades da pesca artesanal. Os danos causados ao ambiente e à socioeconomia são para o Estado passíveis de compensação ou assumidamente irreversíveis, e em ambos os casos os impactos negativos sobrecarregam a pesca artesanal em prol da atividade extrativa de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural).

4. Conclusão

Diante dos dados expostos, de início o primeiro paradigma do neoextrativismo é percebido no significativo aumento da exploração de petróleo na Bacia de Campos, tornando a atividade extrativa mineral vetor econômico nos governos progressistas, entre os anos de 2003 a 2014.

Dada potencialidade dessa indústria tanto em capital como em tecnologia, a expansão das atividades de exploração de petróleo em águas ultra profundas acentuaram a ocupação do território marítimo e modificaram as dinâmicas sociais, econômicas e culturais nos municípios diretamente influenciados pelo complexo industrial petrolífero. Os efeitos dessa indústria se expandiram no território tanto para os municípios que confrontam seus litorais com a bacia de Campos como em alto mar onde atividades econômicas ligadas à pesca artesanal foram minimizadas em nome dos possíveis impactos positivos proporcionados pela indústria petrolífera.

Dessa forma, quando os grandes empreendimentos petrolíferos ocupam territórios de populações tradicionais que praticam a pesca artesanal, os usos que tais empreendimentos fazem dos recursos naturais acabam afetando drasticamente os modos de vida tradicionais, ocasionando, principalmente, limitações territoriais em locais tradicionalmente utilizados pelos pescadores e destruindo recursos naturais que são fonte de subsistência dessas populações.

REFERÊNCIAS

ANP. Central de Dados Estatísticos da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRONZ, D. **PESCA E PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS – RJ Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar: Atores e Visões**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2005.

CRUZ, J. L. V. D.; TERRA, D. C. T. Indústria extrativa petrolífera fluminense e limites ao desenvolvimento regional. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, 2015.

FERREIRA, G. R.; LUIZ DE PINEDO QUINTO JUNIOR. Conformidades entre a Estruturação Urbano-Territorial, o Porto do Açu e a Problemática Socioambiental. **XVII ENANPUR**, São Paulo, 2017.

GUDYNAS, E. **DIEZ TESIS URGENTES SOBRE EL NUEVO EXTRACTIVISMO**. Alternativas a una economía extractivista FLACSO. Quito: [s.n.]. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA-IBGE**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1108>>. Acesso em: 11 fevereiro 2021.

MALDONADO, S. C. **Mestres & Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima**. São Paulo: AnnaBlume, 1993.

MARTINS-NETO, M. A. CLASSIFICAÇÃO DE BACIAS SEDIMENTARES: UMA REVISÃO COMENTADA. **Revista Brasileira de Geociências**, Março 2006.

MORAIS, J. M. D. **Petróleo em águas profundas: Uma história tecnológica da PETROBRAS na exploração e produção offshore**. Brasília: Ipea; Petrobras, 2013.

PETROBRÁS. Resultado Petrobras 2013 e novo recorde do pré-sal: 412 mil barris de petróleo por dia. **petrobras.com**, 2014. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/resultado-petrobras-2013-e-novo-recorde-do-pre-sal-412-mil-barris-de-petroleo-por-dia.htm>>. Acesso em: 07 fevereiro 2021.

PETRÓLEO, A. N. D. **Relatório Bianual 2003-2004**. [S.l.]. 2004.

ROJAS, M. A. M. Neoextractivismo y Conflictos Ambientales en América Latina. **Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad**, v. XXIII, Maio/Agosto 2016.

SILVA, R. D. D. PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO: UMA RELAÇÃO A SER REPENSADA. **IPEA- boletim regional, urbano e ambiental**, 2017.

SILVA, R. D. D. Petróleo e Desenvolvimento no Rio de Janeiro: Uma Relação a Ser Pensada.. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Janeiro/Junho 2017.

TATIANA WALTER, L. D. F. S. D. A. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO MEDIDA MITIGADORA E COMPENSATÓRIA: uma reflexão MITIGADORA E COMPENSATÓRIA: uma reflexão com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. **AMBIENTE & EDUCAÇÃO**, v. 17, 2012.

VARANDA, J. S. R.; MARTINS, L. M.; VIEIRA, L. L. CONCEPÇÕES DE NATUREZA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, 2020



GT 6 – Modelo extrativista, megaprojetos e economia de commodities na América Latina

A expansão capitalista em terras públicas federais no sudeste paraense.

Marcelo Fernando Terence (IFSP)¹

RESUMO

O presente artigo trata da expansão de atividades capitalistas em terras de Projetos de Assentamentos (PAs) no Sudeste Paraense. Essa mesorregião possui um número importante de PAs criados ao longo de décadas de luta camponesa. Desde a segunda década do século 21, no entanto, as terras destes PAs vem sendo remercantilizadas devido ao avanço da mineração e da pecuária em grande escala. A pesquisa em curso, utilizando o conceito de acumulação espacialmente expansiva, pretende mapear os avanços e as consequências desse processo de remercantilização das terras destinadas à reforma agrária e o texto que segue traz um balanço dos primeiros resultados antes dos trabalhos de campo. Tais resultados preliminares já permitem evidenciar a dimensão da apropriação que vem ocorrendo ou que está prestes a ocorrer, tornando possível uma completa reversão dos PAs em propriedades privadas como outras quaisquer, principalmente com a ampliação das possibilidades de titulação dessas terras a partir da Lei 13465/17. Evidenciam ainda que além dos limites legais, a apropriação das terras de PAs por mineradoras e pecuaristas também ocorre em larga escala, sem que essa distinção – apropriação legal ou ilegal – resulte em muita diferença do ponto de vista de como as terras são utilizadas para criar as condições para a acumulação propriamente capitalista.

Palavras-chave: (concentração de lotes, remercantilização de terras públicas, mineração, pecuária, Amazônia)

1. INTRODUÇÃO

A área sob jurisdição da Superintendência Regional do INCRA do sul do Pará (SR-27) registra atualmente, de forma oficial, a existência de 514 Projetos de Assentamento ocupando uma área total 42,2 milhões de hectares, com capacidade para assentar 72,1 mil famílias². No espaço deste texto não cabe retomar a trajetória de luta de décadas das famílias camponesas, suas entidades de representação - como as associações e os sindicatos – e as entidades de

¹ Instituto Federal de São Paulo. E-mail: marcelo.terence@ifsp.edu.br

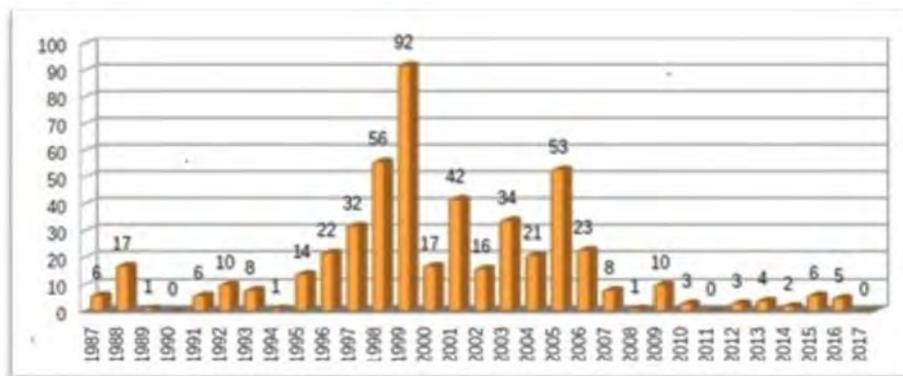
² A área sob jurisdição da SR-27 é quase idêntica à mesorregião Sudeste Paraense estabelecida pelo IBGE. Ambas abarcam 39 municípios, sendo 35 deles coincidentes.

apoio - como a CPT - para a conquista do direito à terra de trabalho, usurpado por décadas pela apropriação territorial realizada por grandes fazendeiros, sobretudo pecuaristas. Estes últimos com forte amparo do Estado que, ou se omitia dos conflitos, beneficiando o lado com mais força, ou favorecia tais grupos com a criação de leis estaduais e federais que historicamente anistiarão as ocupações ilegais de terras públicas e, portanto, incentivaram tais práticas (TRECCANI, 2001). É bem conhecido da literatura o histórico de doações ou alienações a preços vis de grandes extensões de terras públicas, ações de regularização fundiária, subsídios e créditos voltados para as grandes fazendas pecuaristas e que determinaram uma formação territorial marcada pela grande propriedade destinada à pecuária e, não fosse a luta camponesa supracitada, esse território, nos dias de hoje, seria uma imensidão de fazendas de gado permeadas pela atividade minerária também de grande porte³.

Ainda que as lutas camponesas na região tenham se intensificado já durante os governos da Ditadura Civil-Militar e que, mesmo em contexto tão adverso, tenham obtido algum avanço em suas demandas em tal período⁴, o fato é que, como demonstra o Gráfico 1 as maiores conquistas foram obtidas nos governos pós redemocratização do país, com destaque para os números de vagas criadas em PAs no Sudeste Paraense nos períodos dos governos FHC e Lula. Observe-se que já no final do segundo governo Lula esses números começam a cair até tornarem-se insignificantes levando-se em conta o tamanho da região e do problema fundiário historicamente presente.

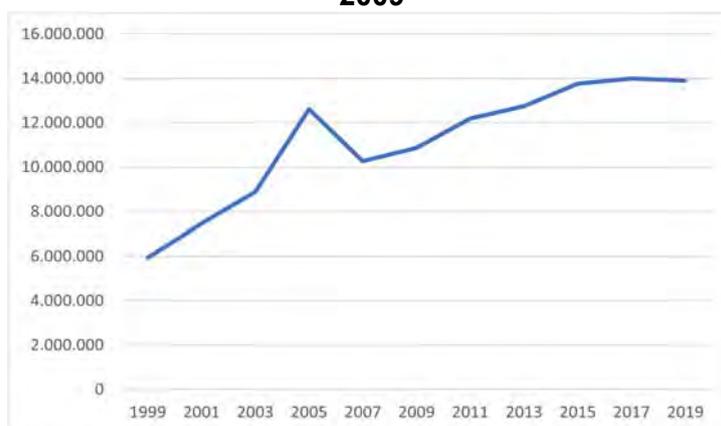
³ A seguir alguns exemplos deste tipo de normas criadas ao longo do tempo pelo poder público paraense e que foram favoráveis à formação das grandes fazendas: A) **Decreto nº 410, de 1891**: possibilitou a regularização fundiária nos seguintes limites: “em terras de lavoura até 1089 hectares; em campos de criação até 4.356 hectares e em seringais até 545 hectares” (PARÁ, 1891); b) **Lei nº 1601, de 1917**: concedeu gratuitamente até 25.000ha de terras estaduais paraenses para a criação de gado bovino em regiões como o Alto Xingu, o Alto Tocantins, o Rio Araguaia e outras. c) **Lei nº 1741, de 1918**: estabeleceu o preço do hectare da terra pública baseado em uma lei do ano de 1892 (100\$000 por 100 hectares); d) **Lei nº 1947, de 1920**: criou o denominado aforamento perpétuo, que eliminou os limites para a apropriação privadas de terras públicas; e) **Decreto Estadual nº 2.828, de 1937**: ampliou a interferência das oligarquias locais ao transferir para decisão dos prefeitos “as questões sobre limites e locações de terras de castanhais”; f) **Lei nº 913, de 1954**: reintroduziu os aforamentos perpétuos, extintos durante o primeiro governo Vargas. No quadriênio 1959-1963, a partir desta normativa, mais de 5 milhões de ha foram privatizados pelo governo estadual.

⁴ No período dos governos militares não há propriamente a criação de PAs e sim a criação de colônias, como eram chamadas as áreas públicas – e geralmente ermas – para onde eram deslocados, pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), os migrantes recém chegados e sem terra ou famílias envolvidas em conflitos de terra com fazendeiros. Até esse período, os conflitos por terras ocorrem mais pela expansão da pecuária, posto que a expansão da mineração capitalista ainda é localizada sobretudo na área na qual no ano de 1998 foi criada oficialmente a Floresta Nacional dos Carajás, resguardando essa área para a atuação exclusiva da já privatizada VALE S/A.

Gráfico 1 – Número de PAs criados, por ano, pela SR-27 do INCRA

Fonte: INCRA, 2018. Org. Marcelo Terence

No mesmo período em que crescia a quantidade de PAs criados nessa mesorregião houve o incremento na área ocupada pela produção pecuária e pela mineração capitalista. A tentativa de avanço desses empreendimentos sobre as terras de PAs era uma questão de tempo. Como expressa o Gráfico 2, o número de cabeças de gado mais que dobrou no período de 1999 até 2019, havendo uma estabilidade a partir do ano de 2017⁵.

Gráfico 2 – Evolução do rebanho bovino no Sudeste Paraense, entre os anos 1999 e 2009

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 2020. Org. Marcelo Terence.

E é exatamente por causa desse avanço é que o Sudeste Paraense possui diversos municípios nas listas de maiores desmatadores da Amazônia Legal, como podemos observar no Quadro 1⁶:

Quadro 1 - Desmatamento nos municípios do Sudeste Paraense, em Km², e posição no ranking dos municípios da Amazônia Legal que mais desmataram

| Município | Desmatamento no ano de 2020 | Desmatamento acumulado |
|-----------|-----------------------------|------------------------|
|-----------|-----------------------------|------------------------|

⁵ Mesmo quando a produção pecuária se estabiliza não implica necessariamente deixar de avançar sobre novas terras, dada as características da pecuária extensiva na Amazônia Legal e nessa região em particular. Como há pouca manutenção nos pastos, a tendência é a diminuição da relação entre a Unidade Animal (UA) por hectare e, assim, mesmo que não haja expansão do rebanho, a necessidade de novas terras está sempre presente nesse tipo de produção.

⁶ A relação de causa e efeitos entre o avanço da pecuária e o desmatamento é apontada até mesmo em relatórios ligados ao Ministério da Justiça. Ver, por exemplo, Oliveira, Faria e Buarque de Hollanda, (2012).

| | | |
|--------------------|----------------|-------------------|
| São Félix do Xingu | 608 (2º lugar) | 4.414 (2º lugar) |
| Novo Repartimento | 154 (9º lugar) | 2.404 (5º lugar) |
| Pacajá | 247 (8º lugar) | 2.147 (6º lugar) |
| Marabá | 58 (13º lugar) | 1.136 (11º lugar) |

Fonte: PRODES/INPE, 2020. Org. Marcelo Terence.

Em relação à mineração, o crescimento nessa mesorregião também chama a atenção, pois foi responsável por colocar o estado do Pará na primeira posição do país em relação à produção comercializada das principais substâncias metálicas. Como demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 – Valor da produção comercializada, em bilhões de R\$, das principais substâncias metálicas, nos anos de 2005, 2015 e 2018, nos estados do Pará, Minas Gerais e no Brasil

| Estado | 2005 | 2015 | 2018 | Crescimento entre os anos de 2005 e 2018 |
|---------------------------|------|------|-------|--|
| Pará | 6,8 | 25,0 | 49,6 | 629% |
| Minas Gerais ⁷ | 13,8 | 32,8 | 42,8 | 210% |
| Brasil | 31,4 | 67,5 | 102,9 | 227% |

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro, Agência Nacional de Mineração (ANM), 2019. Org. Marcelo Terence.

Um dos indicadores de como o crescimento dessas atividades influenciaram na realidade fundiária da região é a subida do preço da terra, em período coincidente com o avanço da pecuária e da mineração. Em avaliação feita regularmente pelo INCRA local essa relação é apontada como sendo direta e fundamental: “A economia do município tem como principal atividade a pecuária de corte [...] A atividade pecuária é determinante na formação de preço de imóveis rurais” (INCRA, 2018)⁸. Desta forma se referem os técnicos do INCRA em relação à vários dos municípios incluídos na pesquisa de preços. No Quadro 3, o forte crescimento do preço da terra para algumas microrregiões que integram o Sudeste Paraense e a influência econômica principal para tal evolução:

Quadro 3 - Evolução do preço do hectare de terras para a pecuária entre os anos de 2001 e 2017, segundo o INCRA

| Município | 2001 | 2017 | Principal atividade econômica no campo no município |
|--------------------|--------|----------|---|
| Canaã dos Carajás | 221,00 | 6.477,00 | Mineração |
| Parauapebas | 221,00 | 6.477,00 | Mineração |
| Novo Repartimento | 189,00 | 3.969,00 | Pecuária |
| São Félix do Xingu | 185,00 | 3.751,00 | Pecuária |
| Marabá | 212,00 | 3.751,00 | Pecuária |

Relatórios de Análise do Mercado de Terras, INCRA, 2001 e 2017. Org. Marcelo Terence.

⁷ O estado de Minas Gerais continuou aumentando suas vendas em Reais mesmo com rompimento da barragem da empresa SAMARCO S/A (da qual a VALE S/A detém 50% das ações), no município de Mariana/MG, no ano de 2015. No entanto, a própria VALE S/A admite uma diminuição de 92 milhões de toneladas na produção desse estado devido à interrupção da atividade de alguns empreendimentos como consequência do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho/MG, no início do ano de 2019 (VALE, 2019).

⁸ O levantamento tem o objetivo de fornecer parâmetros ao órgão fundiário para os preços de mercado a serem utilizados no pagamento das indenizações quando alguma fazenda é desapropriada com fins de reforma agrária.

Segundo o Relatório do INCRA, o preço da arroba do boi afeta diretamente o preço da terra nas microrregiões de São Félix e de Marabá, e afeta relativamente menos na microrregião de Novo Repartimento. E o preço internacional dos minérios afetam o preço da terra em Parauapebas e Canaã dos Carajás, além da ação da VALE S/A, quando a empresa compra muita terra o preço sobe (RAMT, 2018).

Tanto a pecuária quanto a mineração pressionam fortemente o preço do hectare, proporcionando um ganho espetacular mesmo para aqueles que nada produzem. O resultado do trabalho dos técnicos do INCRA nos serve de parâmetro para entender como a terra passou a ser cada vez mais cobiçada e disputada no Sudeste Paraense. A detenção de centenas ou milhares de hectares pode representar, em si mesma, independente da atividade produtiva existir ou não, a posse de uma riqueza.

Outro destaque importante é a relação entre desmatamento e o aumento do preço da terra. Ainda no Relatório do INCRA supracitado há uma observação a esse respeito:

Quanto à valorização dos imóveis, o principal fator observado é o investimento realizado em benfeitorias, especificamente na atividade pecuária, pois quanto maior a área de pastagem das propriedades maior é a sua valorização no Mercado de Terras Rurais. Áreas com menor quantidade de aberturas (área com pastagem), ou seja, com maior percentual de cobertura florística (área de mata) são mais desvalorizadas podendo chegar a ser até em 20 % esta desvalorização. Em terras que só tem cobertura florística a desvalorização chega a ser de 50% ou mais, quando comparadas as terras totalmente abertas com pastagem (RAMT, 2018).

Ou seja, para o mercado de terras no Sudeste Paraense, a terra boa é a terra nua, custa mais a terra pronta para colocar o gado em cima. É a lógica da acumulação predatória e espacialmente expansiva. Obviamente que pouco importa o resultado do desmatamento mesmo sobre o tempo útil das terras para a produção pecuária. A possibilidade de avançar sobre novas terras (terras de PAs no caso aqui estudado, ou terras ermas, terras de UCs, Tis) desfaz qualquer preocupação com bases ambientalmente sustentáveis de produção.

Dada a pujança desse crescimento, era inevitável que, em algum momento, tais atividades passassem a pressionar, de forma significativas, as terras reformadas dos PAs. E o Estado passou a apoiar esse movimento. Com justificativas variadas e com nuances importantes, a partir do ano de 2011, os governos começaram a adotar medidas e a aprovar leis que acabaram por estimular ou favorecer essa pressão sobre as terras, principalmente no tocante à expansão da pecuária. Nos últimos anos, ao invés de combater essas ações de apropriação ilegal de terras públicas, o Estado brasileiro criou dispositivos legais que favorecem a apropriação de terras públicas que, sendo de domínio da União, estavam ou

estão ocupadas por particulares, inclusive as terras de PAs⁹. O governo Lula editou a Medida Provisória (MP) nº 458, posteriormente convertida na Lei nº 11.952/09; o governo Temer editou a MP nº 759, que foi convertida na Lei nº 13.645/17 e, mais recentemente, o governo Bolsonaro editou a MP nº 910/19, não aprovada pelo Congresso Nacional¹⁰.

Diferenças secundárias entre tais instrumentos legais podem ser enumeradas, por exemplo: a Lei nº 11.952, do ano de 2009, responsável pela criação do Programa Terra Legal, estabeleceu o ano de 2004 como prazo limite para as ocupações situadas na Amazônia Legal serem elegíveis para a regularização, desde possuíssem extensão máxima de 1.500 hectares. Já a Lei nº 13.645, aprovada durante o governo Temer, aumentou para 2.500 hectares a extensão máxima permitida para regularização e estendeu essa possibilidade para todo o território nacional. Além de criar a possibilidade de se titular reconcentração de lotes em PAs com a extensão de até 4 módulos fiscais. Por fim, a MP nº 910, editada no governo Bolsonaro, no ano de 2019, estabeleceu o mês de dezembro de 2014 como prazo máximo da ocupação passível de regularização e o mês de dezembro de 2018, apenas um ano antes da edição da MP, se o ocupante for o mesmo que requerer a regularização fundiária e quis dispensar a necessidade de vistoria por parte do INCRA em imóveis a serem regularizados com até 15 módulos fiscais. Tais nuances, no entanto, não excluem o fato de todas elas favorecerem sujeitos sociais que se utilizam de processos clássicos da grilagem, como a conhecemos no Brasil, para se apropriarem de vastas e valiosas áreas que, comumente, são destinadas ao agronegócio, sobretudo à pecuária capitalista, ou à mineração.

Nos governos Temer e Bolsonaro, além das leis e normas criadas, vem se enfatizando cada vez mais os discursos a favor da regularização fundiária e contrários à criação de projetos de assentamentos de reforma agrária, visto que últimos são considerados, nessa concepção, pouco produtivos. Já as propriedades originadas da regularização fundiária, geralmente de maior extensão que as unidades familiares dos PAs, por serem consideradas mais adequadas ao agronegócio, são vistas pelas autoridades como mais produtivas¹¹.

Estas normas visavam favorecer sobretudo a atividade pecuária. Em relação à mineração, nesse mesmo período e paralelamente a esse movimento que favorecia a concentração de terras no Sudeste Paraense, aumentaram as concessões de títulos

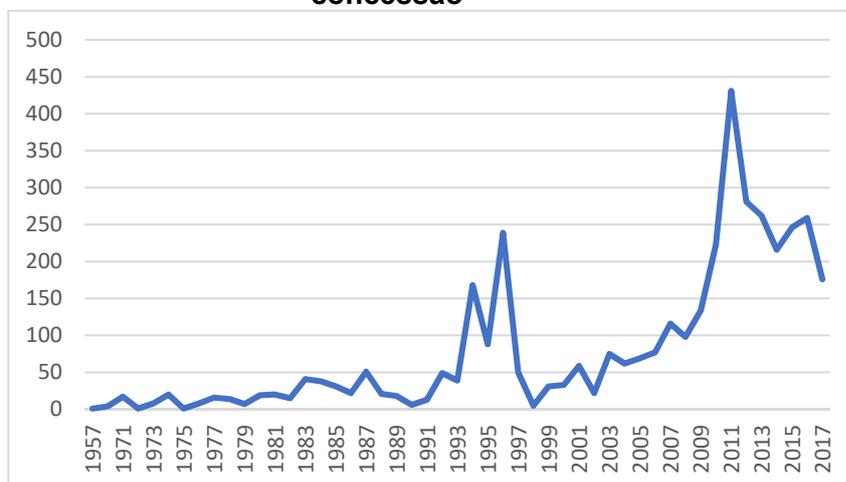
⁹ Todos os três instrumentos legais aqui discutidos abrem a possibilidade da regularização fundiária urbana. Pelo fato deste tipo de regularização possuir características e consequências sociais absolutamente distintas da regularização em áreas rurais, não será discutida nesse artigo.

¹⁰ Três pilares fundamentais estão presentes nas justificativas para todas essas medidas: controle do desmatamento, da grilagem e maior segurança jurídica para o investimento nestas terras. Na realidade são leis baseadas na ideia da “legitimação do fato consumado”, (CUNHA, TORRES e GUERRERO, 2011, p. 2) ou seja, as apropriações ilegais feitas por particulares são anistiadas até determinada extensão e, teoricamente, ficam proibidas novas ocupações.

¹¹ A expansão da reforma agrária, de fato, foi interrompida. Por outro lado, a regularização fundiária foi implementada timidamente até momento, seja por dificuldades operacionais do INCRA ou por questionamentos legais por parte de órgãos como o MPF.

minerários em terras já destinadas à Reforma Agrária: novos títulos eram concedidos ao mesmo tempo em que títulos já concedidos em períodos anteriores eram transformados em concessões de lavra.

Gráfico 3 - Títulos minerários sobrepostos aos PAs, no Sudeste Paraense, por ano de concessão



ANM, 2019. Org. Marcelo Terence.

É interessante notar como a concessão de títulos minerários atinge seu auge, entre os anos 2011 e 2013, justamente quando começa a declinar a criação dos PAs, ainda antes da chamada virada conservadora, que ocorre justamente em 2013, e ainda no governo de Dilma Roussef. Isso não quer dizer que todos os títulos minerários imediatamente deram às mineradoras o direito de explorar o subsolo as terras dos PAs, posto que muitos se encontram em fases anteriores, como mostra o Quadro 4.

Quadro 4 - Fases dos títulos minerários sobrepostos aos PAs do Sudeste Paraense

| Fase do Título Minerário | Número de Títulos Minerários |
|----------------------------------|------------------------------|
| Autorização de pesquisa | 431 |
| Concessão de Lavra | 25 |
| Disponibilidade | 163 |
| Lavra Garimpeira | 9 |
| Licenciamento | 34 |
| Requerimento de Lavra Garimpeira | 118 |
| Requerimento de Licenciamento | 8 |
| Requerimento de Lavra | 45 |
| Requerimento de pesquisa | 275 |
| Total | 1108 |

Fonte: ANM e INCRA, 2019. Org. Marcelo Terence

Os números do Quadro expressam as prioridades do Estado brasileiro em relação ao uso da terra no campo, no Sudeste Paraense. Se as normas legais criadas desde o ano de 2009 mostram o favorecimento à pecuária na região, a concessão massiva de títulos minerários sobrepostos aos PAs, informam sobre a preferência da mineração à agricultura camponesa.

1.1 Uma acumulação espacialmente expansiva

A ideia básica que norteia esta pesquisa é a de que a formação territorial do campo brasileiro tem na grilagem de terras a forma principal pela qual a terra pública é apropriada em grandes extensões por particulares mediante a burla às leis existentes ou com a criação de normas legais que anistiam esse tipo de apropriação de terras. É um processo contínuo na História brasileira, afetando regiões diferenciadas em cada época e potencializado de acordo com a inserção destas regiões nos mercados mais dinâmicos em âmbito nacional ou internacional (OLIVEIRA, 2018). Os engenhos de açúcar no Brasil colonial, as fazendas de café durante o período imperial e no início da República e as fazendas de gado na Amazônia Legal atual são exemplos notórios do avanço da economia predominante à época sobre terras públicas, resultando na expulsão de seus ocupantes tradicionais e/ou causando o desmatamento de matas nativas. No Sudeste Paraense esse processo teve início nos anos 1950, quando do anúncio da construção da rodovia Belém-Brasília, e não cessou até os dias atuais. Intensificou-se durante o período da Ditadura Civil-Militar e teve continuidade no período entre os anos 1990 e 2010 com o avanço em terras públicas federais não destinadas, em UCs e em Tis. Atualmente, surge uma nova fronteira para o agronegócio e a mineração: a remercantilização das terras de PAs que é uma das formas de operacionalização da acumulação espacialmente expansiva. Muitas destas áreas eram públicas no passado, foram griladas e/ou regularizadas no período dos governos militares e, portanto, privatizadas. Tornaram a ser públicas por meio da desapropriação para a Reforma Agrária e, em muitos casos, voltam a ser privadas pela apropriação ilegal por particulares ou por meio da titulação governamental com a finalidade da produção pecuária e minerária.

A expansão da mineração e da pecuária em grande escala, da forma como vem ocorrendo no Sudeste Paraense, possui uma lógica que a aproxima da denominada acumulação originária¹², aquela acumulação realizada por meios não econômicos, incluindo a coerção física, a fraude, a mercantilização e a remercantilização de bens comuns ou públicos¹³ A

12 A utilização do termo “originária” se dá pelo fato de que “primitiva” era como os autores da economia política clássica denominavam a forma idílica da acumulação antecedente à I Revolução Industrial: nessa perspectiva, os burgueses teriam acumulado porque pouparam, sacrificando seu consumo para poder acumular. Daí o título, crítico, do capítulo de Marx: “A assim chamada acumulação primitiva” (GRESPLAN, 2015).

13 Para ficarmos apenas com alguns dos exemplos de formações territoriais com essas características, lembremos que a grilagem de terras públicas contribuiu decisivamente para a produção de capital seja na expansão do café para o Oeste Paulista em fins do século XIX, no avanço da soja no Centro-Oeste brasileiro no final do século XX e início do século XXI ou no crescimento vertiginoso da produção pecuária no Sudeste Paraense nas primeiras décadas do século XXI. (MARTINS, 1998 e OLIVEIRA, 2016).

acumulação originária efetiva-se pela ação de forças sociais como o Estado, as empresas capitalistas nacionais ou multinacionais ou por simples aventureiros e difere em muitos aspectos da acumulação propriamente capitalista. Nas palavras de De Angelis (2016):

Podemos dizer, portanto, que a acumulação primitiva para Marx é um processo social instigado por algum ator social (o Estado, classes sociais particulares etc.) dirigido às pessoas que têm alguma forma de acesso direto aos meios de produção.

No campo brasileiro, nas atividades econômicas aqui analisadas, a acumulação originária assume a forma da *expansão territorial*¹⁴ da produção voltada para os mercados nacional e internacional, sendo essa expansão fortemente marcada pela grilagem, a fraude, a violência e a apropriação ilegal de terras públicas, ocupadas ou não por camponeses ou povos indígenas. Essa forma da acumulação originária pode ser chamada de **acumulação expansiva espacialmente**, quando a utilização de métodos extraeconômicos pelas mineradoras e pelos pecuaristas objetiva a reserva de grandes extensões de terras – no caso da mineração, de terras específicas, únicas em sua riqueza. Tais procedimentos para a obtenção das terras, muitas vezes entendidos como índice de um suposto atraso regional, estabelecem as condições para que, obtidas as terras para a mineração e para a pecuária, os produtos destas atividades sejam absorvidos e utilizados nas cadeias produtivas mais modernas do capitalismo nacional e mundial (frigoríficos multinacionais, indústrias de processamentos de alimentos, no caso da carne e indústrias automobilísticas, tecnológicas, bélicas, no caso do minério).

São dois momentos distintos de um mesmo processo acumulativo. Há unidade e não dualidade entre o momento da acumulação espacialmente expansiva, conduzida por meios não econômicos, e o desenvolvimento da acumulação propriamente capitalista.¹⁵

Nos casos aqui estudados, a assim chamada acumulação primitiva ocorre por meio da remercantilização de terras que foram conquistadas pelos movimentos sociais de luta pela

¹⁴ As grandes mineradoras, como a VALE S/A, pela lógica do capital financeiro que as controlam, precisam sempre estar em expansão, pois são as apostas em rendimentos maiores no futuro que fazem crescer o interesse pelas ações da empresa e o preço das próprias ações, aumentando consequentemente o capital da empresa. A estagnação, ou a previsão de diminuição da produção pelo esgotamento de algumas minas, significaria queda inevitável nos mercados de ações, não houvesse a expansão para novas terras e novas minas. Por outros motivos, mas de modo similar, a pecuária extensiva como é praticada no Sudeste Paraense, e em outras regiões do Brasil, necessita de áreas para migração e expansão das pastagens, que em poucos anos se degradam ou se tornam insuficientes diante o crescimento dos rebanhos.

¹⁵ Rosa Luxemburgo, pensando na totalidade da reprodução social do capital, apontava para esse duplo aspecto em relação à acumulação do capital: “Um deles se desenvolve nos centros produtores da mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico” (1985, p. 308). A outra face da acumulação capitalista seria aquela em que interferem os fatores extraeconômicos, como o Estado ou setores das classes sociais dominantes e tem como marcas distintivas: “[...] a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces [...]”. (LUXEMBURGO, 1985, p. 309). A partir dessa abordagem, não há que se falar em desenvolvimento capitalista para a superação do atraso ou em modernização capitalista. O que convencionou-se denominar, do ponto de vista econômico e social, de moderno e de atraso, andariam juntos e seriam, portanto, reproduzidos pelo desenvolvimento e pela expansão das relações capitalistas e pela mercantilização dos recursos naturais.

terra e que, com o apoio ou a omissão estatal, retornam a ser um componente fundamental dos processos acumulativos do capitalismo atual. As possibilidades de uma agricultura mais diversa e sustentável suscitadas pela criação dos PAs se fecham quando as terras reformadas voltam a ser exploradas nos padrões predatórios da mineração e da pecuária praticadas no Sudeste Paraense.

Pode-se argumentar que a mineração participa de um processo diferente da grilagem tradicional pois raramente a empresa mineradora almeja a propriedade do solo. No entanto, concretamente, as empresas mineradoras, assim como os grandes pecuaristas, inviabilizam ou estão prestes a inviabilizar outros usos sociais (agricultura camponesa, conservação, ocupação indígena) em milhões de hectares no Sudeste Paraense, em terras de PAs.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para demonstrar o quanto a pecuária e a mineração vêm avançando sobre as terras de PAs no Sudeste Paraense foram selecionados todos os PAs dos três municípios com maior rebanho efetivo e dos três municípios com maior produção minerária situados nessa mesorregião. O Quadro 5 mostra, em relação à pecuária, que tais municípios não apenas lideram a produção pecuária no Sudeste Paraense como se destacam em nível nacional na referida atividade econômica.

Quadro 5 - Municípios com maior rebanho de gado bovino no Sudeste Paraense

| Nome do Município | Cabeças de gado | Posição no Ranking Regional | Posição no Ranking Nacional |
|--------------------|-----------------|-----------------------------|-----------------------------|
| São Félix do Xingu | 2.241.537 | 1º | 1º |
| Marabá | 1.136.100 | 2º | 5º |
| Novo Repartimento | 884.331 | 3º | 10º |

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 2020. Org. Marcelo Terence

Como mostra o Quadro 6, os três municípios com maior produção minerária possuem destaque ainda maior no cenário nacional, já que são os três municípios que lideram também o ranking nacional.

Quadro 6: Municípios do Sudeste Paraense com maior produção das principais substâncias metálicas no ano de 2018

| Nome do Município | Produção | Arrecadação | % CFEM | Posição no Ranking regional | Posição no ranking nacional |
|-------------------|---------------|-------------|--------|-----------------------------|-----------------------------|
| Parauapebas | 4.615.038.659 | 161.293.455 | 3,49 | 1º | 1º |
| Canaã dos Carajás | 3.771.868.050 | 128.476.485 | 3,40 | 2º | 2º |
| Marabá | 1.544.774.079 | 54.067.092 | 3,50 | 3º | 3º |

Fonte: ANM, 2019. Org. Marcelo Terence

Os dois quadros expressam claramente a importância dessa mesorregião e desses municípios do ponto de vista dos processos de acumulação relacionados à pecuária e à mineração capitalistas no Brasil. Um processo de acumulação específico, com características bem claras, sendo a mais distintiva delas a necessidade do avanço sobre terras novas, a apropriação cada vez maior de porções territoriais, independente se essa apropriação é realizada de forma legal ou não, portanto uma acumulação espacialmente expansiva, um subtipo da acumulação primitiva ou originária, e fortemente entrelaçada com a acumulação capitalista global.

Após a seleção dos municípios a partir do critério referido, foi feita a sobreposição dos mapas referentes aos PAs situados nesses municípios com os seguintes bancos de dados georreferenciados:

- a) No caso do avanço da pecuária foi utilizado o CAR, com a finalidade de se identificar apropriações de terras com extensão entre 1 e 4 MF, entre 4 a 15 MF e maiores que 15MF, caracterizando assim o perfil dos assentados ou detentores de terras nos PAs do Sudeste Paraense¹⁶.
- b) Em relação à expansão da mineração capitalista nos PAs da região, a sobreposição de banco de dados georreferenciados foi realizado com o mesmo material dos PAs e com os títulos minerários concedidos pelo governo federal, no passado pelo DNPM e atualmente pela ANM.

3. RESULTADOS

Antes de expormos os números encontrados é importante duas ressalvas. A primeira é que nem toda a reconcentração de lotes é realizada por fazendeiros ou comerciantes do município, que tendem a ter concentrações de maior extensão. Algumas delas são realizadas por assentados que conseguiram crescer economicamente e que conseguem comprar lotes vizinhos¹⁷. É possível, e só o trabalho de campo pode comprovar essa hipótese, que muitas das concentrações situadas entre 1 e 4 MF tenham essa origem, sendo que aquelas

¹⁶ Sobre o CAR é importante uma observação. Até meados do ano de 2020 era possível no, a partir da localização de um determinado imóvel rural, acessar o nome do proprietário/detentor daquele imóvel, bem como de seus confrontantes. Esse procedimento simples permitia a identificação da denominada grilagem familiar, quando um grupo de uma mesma família obtém milhares de hectares em terras públicas (dentro ou fora dos PAs) e busca a regularização fundiária, fracionando uma área maior em vários nomes dentro da família para adequar o tamanho da área requerida com as normas legais vigentes (2.500 hectares nas terras foras de PAs e 4 Módulos fiscais nas terras de PA, conforme o estabelecido pela Lei nº 13.465/17). Desde o final do ano de 2020 não é mais possível acessar o nome do proprietário/detentor, apenas do técnico responsável pelos dados georreferenciados e pelo Cadastro, uma medida que, obviamente, sob o pretexto de garantir a privacidade, impede uma fiscalização mais efetiva e prejudica enormemente a pesquisa sobre a realidade fundiária do país.

¹⁷ Sobre essa questão, ver Terence (2013).

concentrações acima de 4 MF mais provavelmente são formadas por sujeitos sociais estranhos aos beneficiários da reforma agrária¹⁸. A segunda ressalva é que muitos imóveis, da forma como estão no CAR, podem ser resultado de fracionamentos da área real controlada pelos seus detentores, ou seja a área real pode ser ainda maior que a cadastrada. Essa prática clássica de grilagem no Brasil serve para que os imóveis possam ser enquadrados no critério exigido pela Lei 13.465, ou seja, possua até 4 MF.

3.1. A concentração de lotes nos PAs do Sudeste Paraense a partir da expansão da pecuária.

3.1.1. A concentração de lotes nos PAs do Município de São Félix do Xingu/PA

É nesse município que se encontra a segunda maior área concentrada em PAs nos municípios selecionados, abrangendo mais de 100 mil hectares se levarmos em conta apenas aqueles imóveis rurais com mais de 4 MF declarados ao CAR, como expõe o Quadro 7:

Quadro 7 - Área cadastrada por imóveis rurais, por extrato de área, nos PAs do Município de São Félix do Xingu

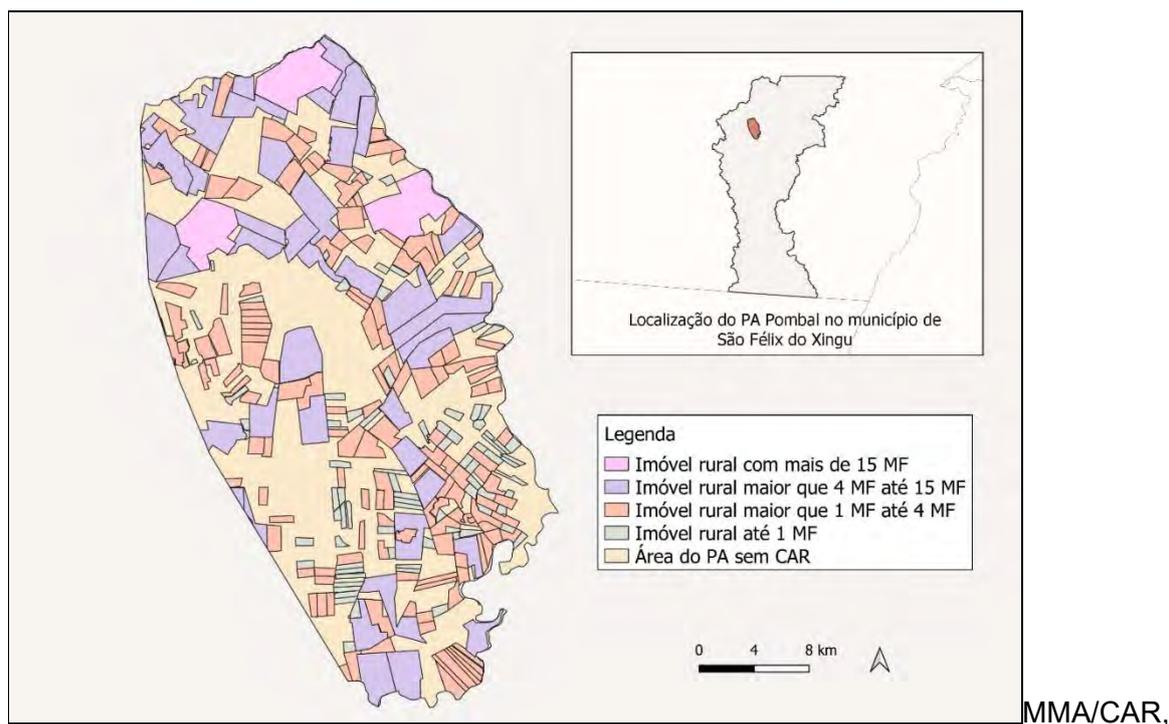
| Extratos de área dos imóveis rurais com CAR | Área ocupada | Número de assentados/detentores | Média da área |
|--|---------------------|--|----------------------|
| Menor que 1 MF | 77.820 | 1.967 | 39,56 |
| Entre 1 e 4 MF | 177.357 | 1.435 | 123,59 |
| De 4 a 15 MF | 90.298 | 138 | 654,33 |
| Maior que 15 MF | 17.411 | 11 | 1.582,81 |
| Total | 362.686 | 3.551 | 102,13 |

Fonte: CAR/MMA, 2020. Org. Marcelo Terence.

No Município de São Félix do Xingu, o PA Pombal se destaca em relação à concentração de lotes em seu interior. Criado no ano de 2006 com 540 lotes e uma média de 222 ha por lote, esse PA apresenta uma realidade bastante alterada pela presença de concentrações importantes, 3 delas acima de 15 MF e 138 imóveis rurais acima de 4MF, como mostra o Mapa 1:

¹⁸ Esse trabalho podia ser feito por meio do banco de dados do CAR até bem pouco tempo atrás, quando o nome do proprietário ou detentor das terras cadastradas estava disponível ao público, mas esse acesso foi impedido desde o final do ano de 2020, impedindo esse tipo de análise. Sobre os sujeitos sociais que realizam a concentração de lotes ver Terence (2013).

Mapa 1: Concentração de terras no PA Pombal, no Município de São Félix do Xingu/PA



2020. Org. Marcelo Terence

3.1.2. A concentração de lotes nos PAs do Município de Novo Repartimento/PA

A expansão da pecuária no município de Novo Repartimento ganhou velocidade no início dos anos 2000, quando o rebanho nesse município saltou para a casa das 300.000 cabeças e cresceu até 2018, quando atingiu a marca de 970.000 cabeças de gado em seu território. Parte dessa expansão se traduz nos números relacionados à concentração de terras em PAs, como mostra o Quadro 8:

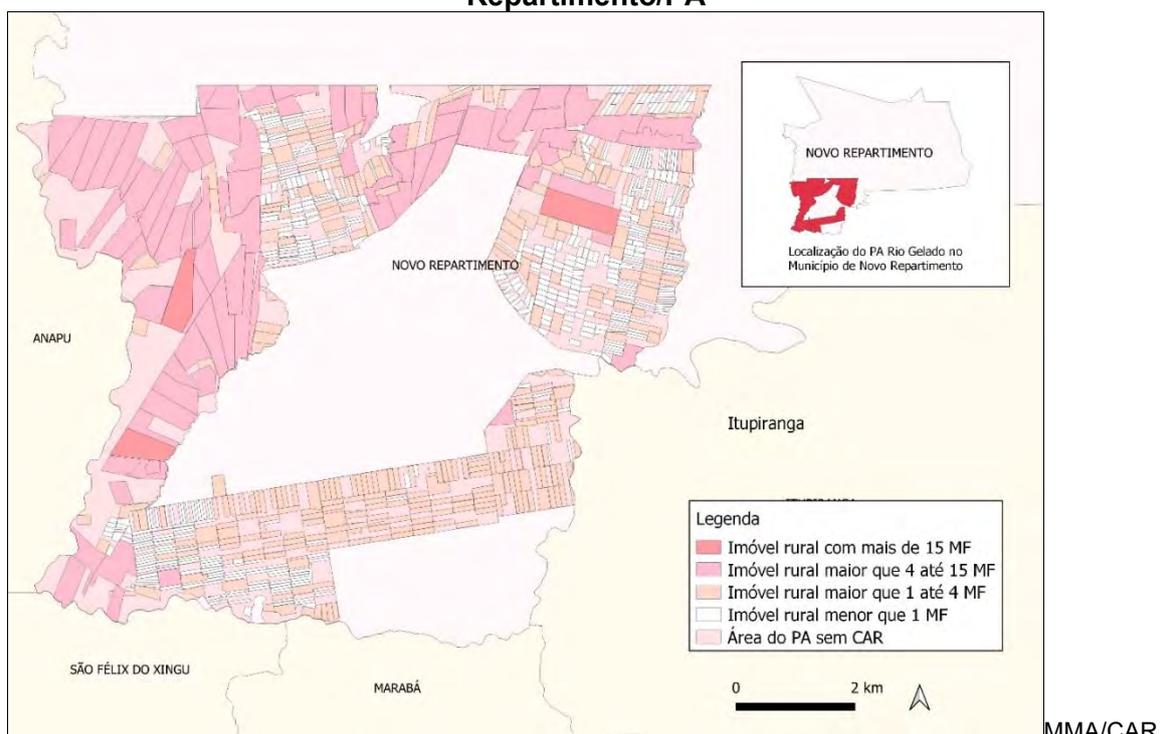
Quadro 8 - Área cadastrada por imóveis rurais, por extrato de área, em hectares, nos PAs do Município de Novo Repartimento

| Extratos de área CAR nos PAs | Área ocupada (ha) | Número de assentados/detentores | Média da área ocupada (ha) |
|------------------------------|-------------------|---------------------------------|----------------------------|
| Até 1 MF | 156.762 | 3.149 | 49,78 |
| Maior que 1 até 4 MF | 105.408 | 809 | 130,29 |
| De 4 a 15 MF | 72.611 | 107 | 678,60 |
| Maior que 15 MF | 5.317 | 4 | 1.329,46 |
| Total | 340.098 | 4.069 | 83,59 |

MMA/CAR, 2020. Org. Marcelo Terence.

No município de novo Repartimento o destaque é o enorme PA Rio Gelado, com extensão de 196.985 há e uma capacidade de 2.500 lotes, com média de 78 ha por lote. Novamente a realidade atual destoa bastante daquela da criação do PA no ano de 1992, como demonstra o **Mapa 2**:

Mapa 2 – Concentração de lotes no PA Rio Gelado, no município de Novo Repartimento/PA



2020. Org. Marcelo Terence.

No PA Rio Gelado, de acordo com o CAR são 3 imóveis com mais de 15 MF, 84 com extensão entre 4 e 15 MF e 398 com mais de 1 MF. Somados, estes imóveis com mais de 1 MF se estendem por 111.626 hectares, mais da metade desse PA.

3.1.3. A concentração de lotes nos PAs do Município de Marabá/PA

O município de Marabá já possuía um rebanho significativo nos anos 1980, mas é no início dos anos 2000, quando passa a ter mais passa a ter quase 1 milhão de cabeças de gado, que ganha destaque em termos nacionais. Como Marabá possui o maior número de PAs criados (77 PAs), com extensa área ocupada (mais de 400.000 ha), e dado esse crescimento da pecuária, tornou-se o município com maior área de PAs ocupadas por concentrações de lote, como mostra o Quadro 9. A maior parte delas, de acordo com o CAR, voltada para a atividade pecuária.

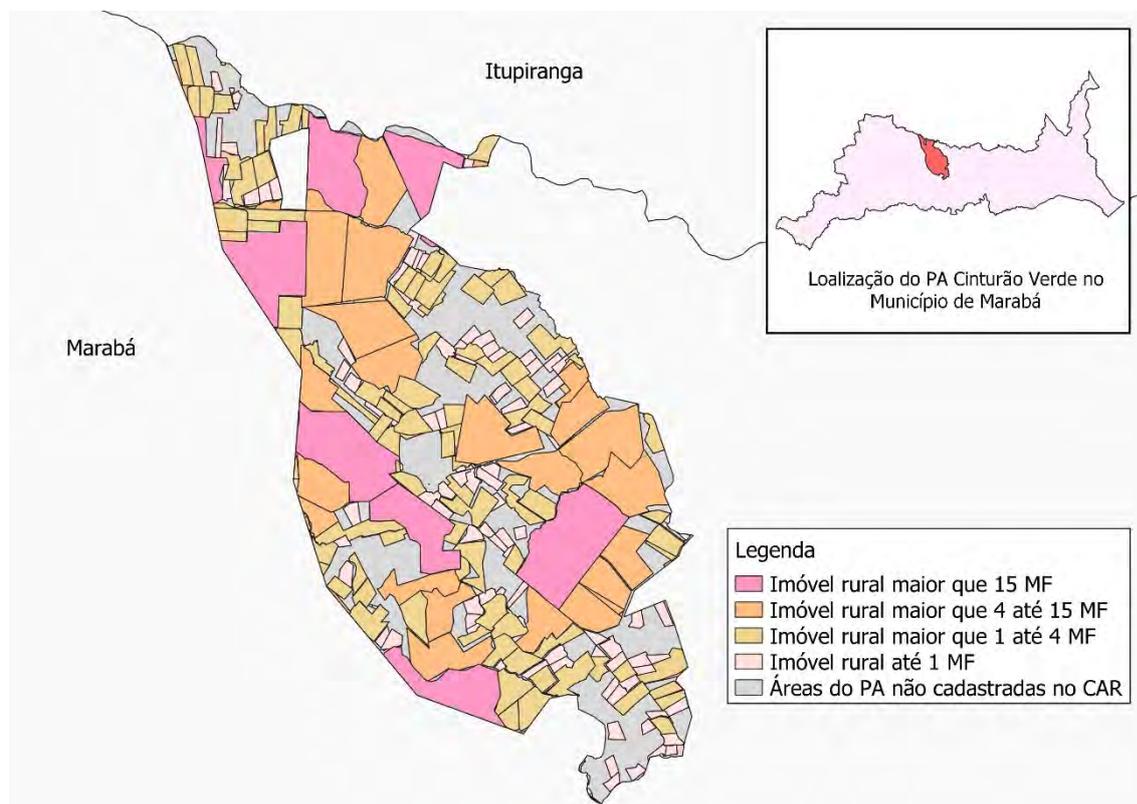
Quadro 9: Área cadastrada por imóveis rurais, por extrato de área, nos PAs do Município de Marabá/PA

| Extratos de área CAR nos PAs | Área ocupada | Número de assentados/detentores | Área média |
|------------------------------|--------------|---------------------------------|------------|
| Menor que 1 MF | 149.293 | 3.821 | 39 |
| Entre 1 e 4 MF | 126.242 | 1.005 | 125 |
| Maior que 4 a 15 MF | 93.532 | 172 | 540 |
| Maior que 15 MF | 92.056 | 49 | 1.878 |

MMA/CAR, 2020. Org. Marcelo Terence

O PA Cinturão Verde I e II é o que se destaca no Município de Marabá em relação à concentração de lotes pelos dados do CAR. Criado no ano de 1991, com uma capacidade de 1473 lotes, uma extensão total de 72.260 ha e, portanto, com uma média de 57 ha por lote, esse PA encontra-se com um número considerável de concentrações de lotes, como mostra o Mapa 3:

Mapa 3 - Concentração de lotes no PA Cinturão Verde I e II



MMA/CAR, 2020. Org. Marcelo Terence

No PA Cinturão Verde I e II são 10 imóveis cadastrados com mais de 15 MF, 37 entre 4 e 15 MF e 121 entre 1 e 4 MF. Dos três municípios estudados é o PA que possui o maior número de cadastros que podem ser consideradas grandes propriedades pelos critérios do IBGE.

Nos três municípios pesquisados e nos três PAs destacados, comprova-se o avanço da concentração de lotes a partir da expansão da pecuária nos PAs do Sudeste Paraense. Essa concentração é, na sua maior parte, naqueles detentores com áreas acima de 4 MF, absolutamente ilegal e naquelas concentrações entre 1 e 4 MF pode ser regularizada se enquadrada nos critérios legais. Dentro ou fora da lei, tais concentrações de lotes caracterizam o processo de acumulação espacialmente expansiva, sendo esta uma das formas da acumulação originária. A remercantilização das terras dos PAs serve para criar as condições para a expansão da pecuária em grande escala na região e que, por sua vez, vai abastecer os mercados nacional e internacional.

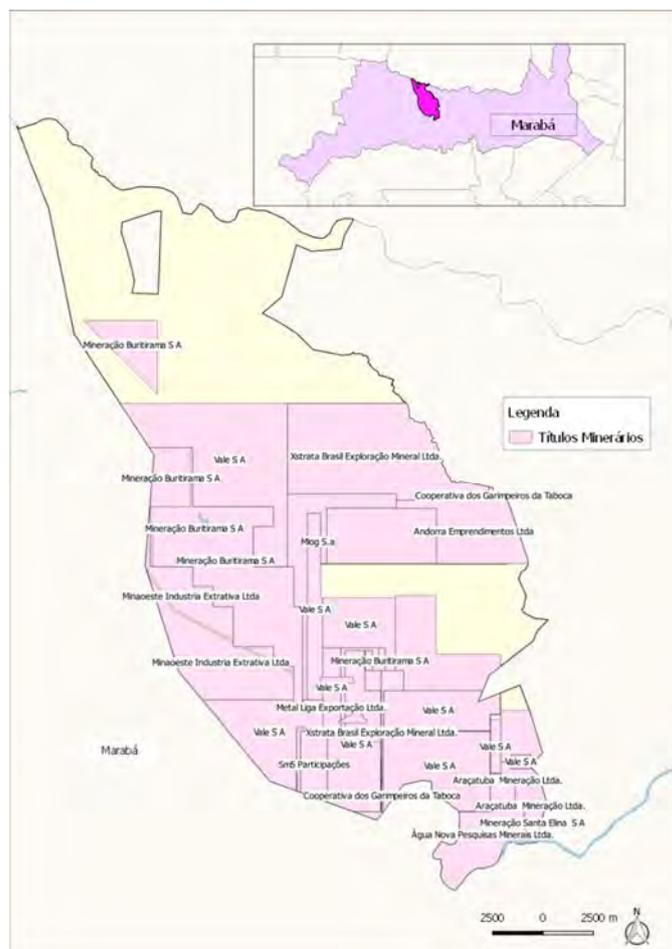
3.2. A apropriação de terras de PAs do Sudeste Paraense para a mineração capitalista.

Já há casos estudados sobre o impacto que a mineração tem causado nos PAs em que ela já está sendo realizada no Sudeste Paraense (OLIVEIRA, 2017). Os dados que apresento abaixo visam demonstrar a amplitude de tal processo no médio e no longo prazo, quando muitos dos títulos minerários que se encontram em suas fases primárias avançarem para a concessão de lavra.

3.2.1. Títulos minerários sobrepostos aos PAs do município de Marabá

São 227 títulos minerários somando uma área total de 266.129 ha sobrepostos aos PAs do município de Marabá. Neste município apenas 12 PAs não possuem títulos minerários sobrepostos. O PA Cinturão Verde I e II, que já vimos ser um PA com muita reconcentração de lotes, é um dos mais afetados pelo avanço da mineração nesse município, como mostra o Mapa 4:

Mapa 4 - Títulos minerários sobrepostos ao PA Cinturão Verde I e II



Abaixo, no Quadro 10, apenas os títulos minerários sobrepostos ao PA em suas fases mais avançadas, sendo que ao todo são 49 títulos minerários sobrepostos a esse PA nas suas mais diversas fases:

Quadro 10 - Títulos minerários sobrepostos ao PA Cinturão Verde

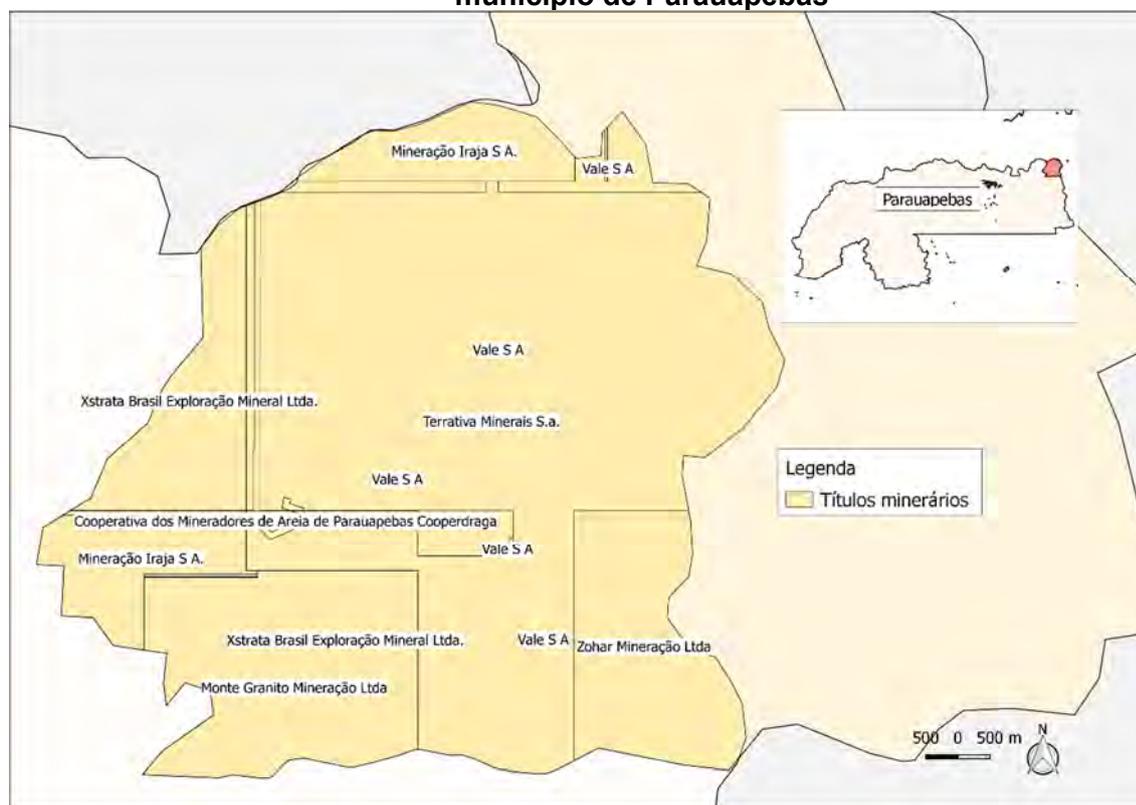
| Substância | Mineradora | Fase do Título | Área sobreposta ao PA |
|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Cobre | VALE S/A | Requerimento de Lavra | 364 |
| | | Requerimento de Lavra | 969 |
| Manganês | Mineração Buritirama | Concessão de Lavra | 4.092 |
| | | Requerimento de Lavra | 1.011 |
| | | Requerimento de Lavra | 583 |
| | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 70 |
| | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 1.613 |
| | | Requerimento de Lavra | 1.100 |
| Requerimento de Lavra | | 1.819 | |

Fonte: ANM, 2020. Org. Marcelo Terence.

3.2.2. A sobreposição dos títulos minerários aos PAs do município de Parauapebas

Todos os seis PAs do município de Parauapebas estão com suas áreas completamente sobrepostas com títulos minerários. O PA Palmares Sul é o PA que mais possui títulos minerários sobrepostos à sua área.

Mapa 5 - Títulos minerários sobrepostos à fração do PA Palmares Sul situada no município de Parauapebas



ANM, 2020. Org. Marcelo Terence

Existe a possibilidade real de descaracterização do PA Palmares Sul pelos projetos das empresas mineradoras. No Quadro abaixo, os títulos minerários sobrepostos ao PA que

se encontram nas fases mais avançadas, conforme exposto no Quadro 11. No total são 15 títulos minerários nas mais diversas fases e sobrepostos ao Palmares Sul.

Quadro 11 – Títulos minerários em fases mais avançadas no PA Palmares Sul, no município de Parauapebas/PA

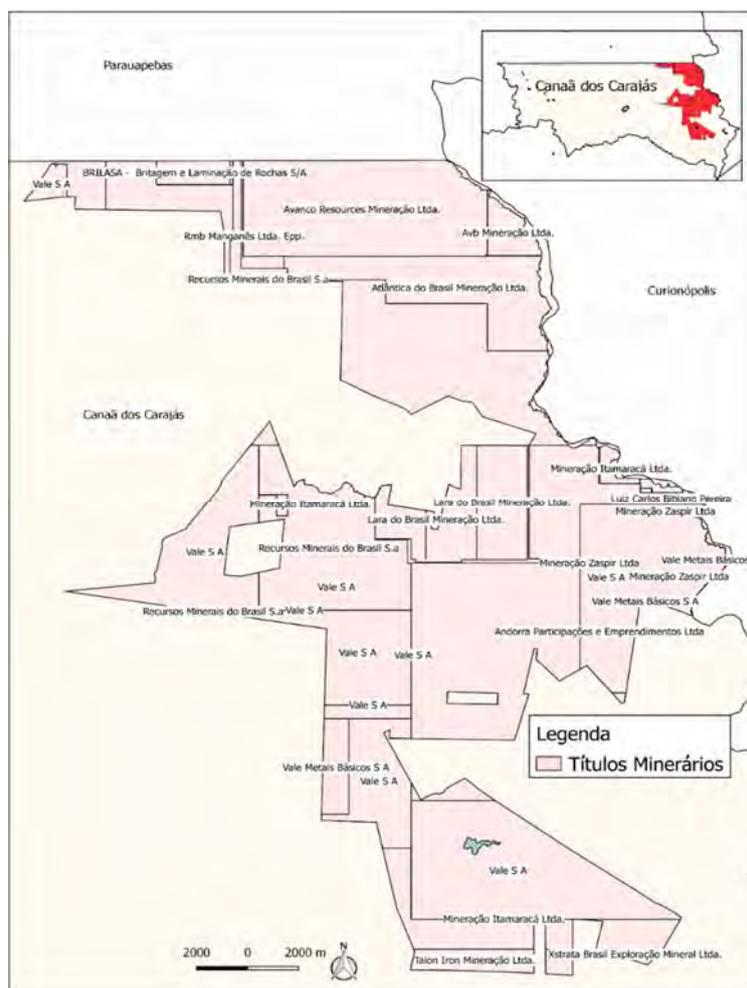
| Substância | Empresa | Fase do título | Área sobreposta (ha) |
|------------|---|-------------------------------|----------------------|
| Areia | Coop. Mineradores de Areia de Parauapebas | Requerimento de licenciamento | 13 |
| Gnaise | Monte Granito Mineração | Licenciamento | 50 |
| Ferro | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 1.503 |

ANM, 2020. Org. Marcelo Terence.

3.2.3. Títulos minerários sobrepostos aos PAs de Canaã dos Carajás

Nesse município há 178 títulos minerários concedidos, somando 446.430 ha, ocupando todo o território municipal. O PA Carajás II e III é o destaque nesse município devido ao seu tamanho, um dos maiores PAs da SR-27, e por estar, como todo o território do município, totalmente sobreposto com títulos minerários, como mostra o Mapa 6:

Mapa 6: Títulos minerários sobrepostos ao PA Carajás II e III



Fonte: ANM, 2020. Org. Marcelo Terence

No total são 48 títulos minerários sobrepostos ao PA Carajás I e II. Seguem no Quadro 12 os títulos minerários no PA em suas fases mais avançadas:

Quadro 12 - Títulos minerários em fases mais avançadas no PA Carajás I e II, no município de Canaã dos Carajás

| Substância | Empresa | Fase do Título | Área sobreposta (ha) |
|------------|---------------------|-----------------------|----------------------|
| Cobre | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 8.301 |
| | Vale Metais Básicos | Requerimento de Lavra | 994 |
| | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 4.663 |
| | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 2 |
| | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 2 |
| | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 86 |
| | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 191 |
| | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 74 |
| | Vale S/A | Requerimento de Lavra | 32 |
| | Lara Mineração | Requerimento de Lavra | 1.860 |
| | Lara Mineração | Requerimento de Lavra | 5.053 |
| | Lara Mineração | Requerimento de Lavra | 2.043 |
| Cobre | Vale Metais Básicos | Requerimento de Lavra | 1.199 |
| | Vale S/A | Concessão de Lavra | 76.376 |
| | Avb Mineração | Concessão de Lavra | 444 |
| | Vale Metais Básicos | Requerimento de Lavra | 2.026 |
| | RMB | Requerimento de Lavra | 3.639 |

4. Considerações finais

Os PAs vêm se constituindo em mais uma fronteira que é aberta para a acumulação capitalista. Os principais sujeitos sociais desse processo são o Estado que incentiva ou se omite em relação à apropriação dessas terras, os fazendeiros, os comerciantes locais, interessados na pecuária, e as empresas mineradoras que agem dentro ou fora da lei para paulatinamente remercantilizar importantes porções das terras reformadas no Sudeste Paraense. Os resultados preliminares da pesquisa em curso apresentam uma perspectiva de possível descaracterização de boa parte dos PAs se o avanço da pecuária e da mineração continuarem. Provavelmente há os que vejam positivamente tal processo, como uma abertura para o desenvolvimento econômico e como algo natural que forças produtivas mais desenvolvidas se sobreponham sobre o trabalho familiar dos assentados. No entanto, esse processo não é regido pela lógica da concorrência e da acumulação propriamente capitalista. São as normas legais criadas pelo Estado, a negligência do mesmo em desenvolver seus PAs e a força bruta dos grileiros locais que servem como instrumentos para essa nova redistribuição das terras dos PAs. Não são grandes fazendas ou projetos minerários isolados.

É a continuidade, com mais força do que nunca, do projeto estatal historicamente existente no Brasil de se incentivar os grandes empreendimentos em detrimento dos pequenos. Agora com um ataque às duras conquistas camponesas no Sudeste Paraense. Já se falou, com toda a razão, em não reforma agrária, em contrarreforma agrária e, ao que tudo indica, se perdurar esse movimento de remercantilização de terras de PAs, poderemos ter que começar a falar em um pós-reforma agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, Candido Neto da, TORRES, Mauricio e GUERRERO, Natália Ribas. **Ri por último quem grila melhor**. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Belém, UFPA, 2011.
- DE ANGELIS, M.. **Marx e acumulação primitiva - o caráter contínuo das "vedações" do capital**. In: O comuneiro. Nº 26, 2018. Disponível em: https://www.ocomuneiro.com/nr26_2_MassimodeAngelis.html#_ftn0. Acesso em 03/08/2020.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino; FARIA, Camila Salles de; e BUARQUE DE HOLLANDA, Tereza Paris. **Registros Públicos e Recuperação de Terras Públicas – Relatório Final**. Série Pensando o Direito nº48, Brasília, Ministério da Justiça, 2012.
- OLIVEIRA, L. M. de. **Mineração e assentamento de reforma agrária: conflitos, território e (des) envolvimento no município de Conceição do Araguaia-Pará**. In: Anais Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017.
- _____. **Reforma Agrária, Grilagem das Terras Públicas e a Luta pela Terra e Território no Brasil**. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL). Havana, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>. Acesso em 24/03/2018.
- INCRA. **Relatório de Análise de Mercado de Terras**. Superintendência Regional do Sul do Pará (SR-27). Marabá, 2017. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/relat-rios-de-anlise-de-mercados-de-terra-ramts-/sr-27---sul-do-par---marab-/ramt_sr27_mba_jun_2017.pdf. Acesso em 24/03/2018.
- TERENCE, Marcelo. **Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana**. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2013.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e Grilagem. Instrumentos de Aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém, UFPA/Iterpa, 2001.



GT 06 – Modelo extrativista, mega-projetos e economia de *commodities* na América latina

AGRONEGÓCIO PRODUZ *COMMODITIES* E AGRICULTURA CAMPONESA PRODUZ ALIMENTOS: O CASO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Francilene Sales da Conceição (UNIR)¹
Wesley Henrique Garcia e Silva (UNIR)²

Resumo: Este artigo tem como objetivo possibilitar uma análise comparativa de dois modelos de produção de agricultura: a agricultura capitalista (agronegócio) e agricultura camponesa (campesinato), a partir da Amazônia brasileira. O recorte espacial é realizado nos estados de Rondônia, Pará, Amapá e Roraima, no período que compreende 2010-2019. A escolha desses municípios se deve ao avanço da produção agrícola (soja e milho) e pela espacialização e agravamento dos conflitos agrários/territoriais sobre terras/territórios do campesinato amazônico. Como procedimentos metodológicos, optou-se pela análise de dados estatísticos e secundários do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), realizado na Pesquisa Municipal Agrícola (PAM) e por meio de entrevistas semiestruturadas com camponeses/camponesas, instituições e organizações e uso do caderno de campo. O estudo foi dividido em três momentos: 1) debate teórico-metodológico das dinâmicas agrária e territorial entre agronegócio e campesinato; 2) compreensão das formas e estratégias de (re)produção da agricultura capitalista (agronegócio) e agricultura camponesa (campesinato); 3) análise comparativa sobre as formas de produção não familiar (capitalista) e a produção familiar (camponesa). Assim, a análise comparativa de que o agronegócio produz *commodities* e a agricultura camponesa produz alimentos, demonstram disputas territoriais entre duas formas de produção.

Palavras-Chave: Agronegócio. Campesinato. Formas de Produção. Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre a produção desenvolvida pela agricultura capitalista (agronegócio) e a agricultura camponesa (campesinato) na Amazônia brasileira. O recorte espacial será a Amazônia Brasileira,

¹ Professora do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Doutoranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR), Brasil. Membro do Laboratório Gestão do Território (LAGET/UNIR) e Grupo de Pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA). E-mail: lenesalesgeo@hotmail.com.

² Mestrando em Geografia do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR), Brasil. Membro do Laboratório Gestão do Território (LAGET/UNIR) e Grupo de Pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e do. E-mail: wesley.geo.29@gmail.com.

especificamente nos estados de Rondônia, Pará, Amapá e Roraima, no período que compreende 2010-2019.

O critério de escolha desses estados se deu em virtude da apresentação no avanço da produção agrícola (soja e milho) e pela expressiva espacialização e agravamento dos conflitos agrários/territoriais sobre terras/territórios do campesinato amazônico. Como procedimentos metodológicos, optou-se pela análise de dados estatísticos e secundários do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), realizado na Pesquisa Municipal Agrícola (PAM) e por meio de entrevistas semiestruturadas (perguntas abertas e fechadas) com camponeses/camponesas, instituições e organizações. Para coleta de informações, utilizou-se um gravador de voz e, posteriormente, foi feita a transcrição dos áudios, bem como o uso do caderno de campo, para registrar as informações (obtidas oralmente e por meio de observações), importantes na pesquisa.

O agronegócio e campesinato são aqui entendidos como dois modos de produção e classes sociais, que possuem intencionalidades completamente diferentes e que estão em disputas, criando múltiplas estratégias espaciais e territoriais. A produção e reprodução da agricultura camponesa visa garantir a recreação social da unidade familiar, contribuindo com a subsistência e renda da família, uma estratégia de resistência frente às imposições das forças coercitivas moderno-hegemônicas. Enquanto a agricultura capitalista (agronegócio) tem a finalidade de expandir a produção/distribuição/circulação/consumo agrícola, cristalizando conflitos agrários e territoriais sobre os territórios dos povos amazônicos, voltando-se globalmente aos mercados agroexportadores, práticas estas realizadas pelas grandes *tradings*.

Este estudo foi categorizado em três momentos, além da introdução e considerações finais. O primeiro trata de um debate teórico-metodológico das dinâmicas agrária e territorial, estabelecida entre o agronegócio e o campesinato no espaço amazônico. O segundo compreende as distintas formas e estratégias de produção e reprodução da agricultura capitalista (agronegócio) e agricultura camponesa (campesinato). No terceiro, desvela-se a análise e sistematização dos dados qualitativos e quantitativos, a partir de uma análise comparativa sobre as formas de produção não familiar (capitalista) e a produção familiar (camponesa). Nesse sentido, a análise comparativa que define o agronegócio como produtor de *commodities* e a agricultura camponesa como produtora alimentos, demonstram disputas territoriais entre duas formas de produção e classes sociais que possuem interesses e intencionalidades díspares na sua totalidade.

2. DINÂMICAS AGRÁRIAS E TERRITORIAIS ENTRE AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO: UM DEBATE TEÓRICO SOBRE OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO NA AMAZÔNIA

No contexto da globalização neoliberal, o agronegócio se expressa como um modelo benéfico, único, universal e moderno, que visa promover o “desenvolvimento” do país (FERNANDES, 2014). Entretanto, este é um projeto hegemônico violento, que propõe produzir mercadorias em larga escala e incorporá-lo em um circuito agroexportador globalizado, mercantilar/pressionar as terras/territórios composto de recursos/bens naturais e por uma diversidade de vidas, compondo um mosaico de múltiplas territorialidades dos povos amazônicos (HAESBAERT, 2004; COSTA SILVA E LIMA, 2020).

Nesse processo dialético, a natureza se globaliza conflitivamente e os povos amazônicos (Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais) são colocados numa posição marginal e espoliadora, em virtude da hegemonia da natureza da globalização perversa (SANTOS, 2000; COSTA SILVA 2013; COSTA SILVA E LIMA 2020) materializado no plano expansivo do agronegócio latifundiário, cuja espacialização resulta em uma cartografia dos impactos e conflitos agrários e territoriais (MICHALSKI E COSTA SILVA, 2020).

Essas dinâmicas territoriais preexistentes no espaço agrário amazônico, que envolve campesinato e agronegócio, são reflexos de encontros e desencontros (MARTINS, 2014; CONCEIÇÃO, RIBEIRO E COSTA SILVA, 2019) entre as duas formas/modelos de produção, eclodindo em territórios paradoxais em disputas. Nesse sentido, uns dos apontamentos de tais relações contraditórias, estabelecidas entre agronegócio e campesinato, se dão a partir das formas de produção, pois a agricultura capitalista tenta sobrepor e instaurar sua lógica violenta/excludente/marginalizadora sobre a agricultura camponesa, incorporando geograficamente numa escala-mundo.

Tal situação geográfica deve ser entendida como um processo multiescalar, de conversão dos espaços agrícolas da produção familiar em campo de expansão econômica do capital globalizado, que adicionado à produção de *commodities* agrícolas se configura em espaços da globalização (COSTA SILVA E CONCEIÇÃO, 2017, p. 55).

Os frequentes espaços da globalização operante nos lugares colocam em confronto a produção familiar e a produção de *commodities*. As formas produtivas entre campesinato e capitalismo (agronegócio) possuem intencionalidades diferentes, porque as “condições particulares estabelecidas tanto no *plano da distribuição* quanto no *plano da troca* enquanto instâncias mediadoras distintas da produção e do consumo” (COSTA, 2012, p.48), cristalizam-se em ações macro escalares, cujo ponto de partida é a produção, passando pelo processo de distribuição e circulação ou troca e por fim, solidifica-se no consumo.

De fato, o movimento espacial do capital, ao se expandir no campo amazônico, produzindo mercadorias de exportação (*commodities*), delibera relações conflituosas no espaço da produção camponato, subordinando coercitivamente o tipo de produção local (familiar) a uma forma de produção global. A territorialização do capital no campo tem formulado novos rearranjos espaciais, cooperado substantivamente no avanço da produção de mercadorias e na redução da produção de alimentos, na qual:

Constatam-se transformações no espaço agrário estimuladas pelo capital globalizado, instaurando crises no uso do território, quando o espaço do camponato diminui e o espaço do agronegócio avança. O entendimento do movimento do capital se realizando no ambiente local/regional a partir da produção de mercadorias e de domínio do território nos indica os arranjos espaciais emergentes que atravessam as regiões, sendo, pois, comandados de diferentes lugares, cujas hierarquias políticas, técnicas e informacionais se manifestam conflituosamente no espaço da produção (COSTA SILVA E CONCEIÇÃO, 2017, p. 56).

Os investimentos solidários, especializado e organizacional, destinados ao meio técnico-científico-informacional na agricultura capitalista (SANTOS, 2012; COSTA SILVA, 2013) e a formulação de políticas territoriais para o agronegócio, identificado por meio da produção agrícola (soja e milho) e sistemas logísticos (rodovias, hidrovias, ferrovias e portos), tem promovido metamorfoses socioespaciais e gerado inúmeros conflitos.

O camponato e o agronegócio, entendidos como dois modelos de produção (Figura 1) e classes sociais que diferem entre si e estão em constantes disputas territoriais, na qual atingem escalas e funcionalidades divergentes, configuram-se como territórios dos conflitos agrários. Os incentivos e investimentos em pesquisas técnico-científicas, para a territorialização do capital no espaço agrário da Amazônia, resultou na expansão e desenvolvimento da produção agrícola de *commodities*. Além do mais, as formulações de políticas públicas territoriais se configuraram na materialização de redes logísticas, portos e no avanço do cultivo agrícola, incorporados no circuito de produção/distribuição/circulação/consumo de mercadorias globalizadas.

Esse processo socioespacial e socioterritorial é o indicativo da legitimação da propriedade privada, concentração fundiária e grilagem de terras no campo amazônico. A produção, que antes era tida como tradicional/sobrevivência desenvolvidas pelos próprios povos amazônicos, vem diminuindo e sofrendo pressões e coação territorial, dando lugar a uma produção verticalizada de caráter global.

Figura 1: Diferenças das formas de produção do agronegócio e campesinato

| AGRICULTURA DO AGRONEGÓCIO | AGRICULTURA CAMPONESA |
|---|--|
| Monocultura | Policultura |
| Monoprodutiva e controlada pelos mercados | Poliprodutiva e autônoma |
| Utilização de maquinários e investimentos tecnologia, insumos e pesticidas (uso intensivo de agrotóxicos) | Utilização de suas próprias técnicas tradicionais e livres de agrotóxicos (agroextrativista e agroecológica) |
| Trabalho especializado e proletarizado (poucos trabalhadores (braços) para operar os maquinários em grandes extensões de terra) | Trabalho familiar (muitos braços e bocas para trabalhar no cultivo das roças e quintais produtivos e consumo/subsistência) |
| “Segurança” alimentar | Soberania alimentar |
| Escala nacional/global | Escala local/regional |
| Comercialização pelos produtores (fazendeiros do agronegócio) para/pelas empresas multi/transnacionais (<i>tradings</i>) | Comercialização pelos próprios agricultores nas feiras e comércios locais/regionais no campo ou cidade |
| Produtora de mercadorias (<i>commodities</i>) | Produtora de alimentos |
| Presença de conflitos agrários e territoriais | Ausência de conflitos agrários e territoriais |

Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Organização: Autores, 2021.

O agronegócio é produtor de mercadorias globalizadas em larga escala e que estabelece um circuito vertical de tamanha complexidade socioespacial, cristalizado na produção agroexportadora de *commodities*, que instaura nos lugares a mercadorização de terras/territórios e a exclusão/subjugação/conflitos com as múltiplas territorialidades de povos e comunidades tradicionais amazônicas e que pressiona as áreas protegidas que vivem na/da/para Terras, Águas e Florestas (CONCEIÇÃO, 2017; CONCEIÇÃO, RIBEIRO E COSTA SILVA, 2019; CONCEIÇÃO E COSTA SILVA, 2020).

Por outro lado, a lógica desigual, combinada e perversa do capital global nega a produção camponesa diversificada, poliprodutiva, autônoma, agroextrativista e agroecológica, que garante a soberania alimentar, pois essa tipologia de agricultura é produtora de alimentos que contribuem com a subsistência e a renda familiar, resultando na recriação social camponesa. O processo relacional antagônico na esfera produtiva da expansão do agronegócio sobre a agricultura praticada pelo campesinato: “*afeta muito a gente e eu fico muito triste de plantar e não colher pelo não respeito dos outros*” (ENTREVISTA CAMPONESA AMAZÔNICA, 2017).

Para Assis Costa (1993), ao parafrasear Chayanov, afirma que:

A família é o fundamento da economia camponesa - na sua condição de economia sem assalariamento -, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto da produção cujo objetivo nada mais é do que garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo unidade de produção e unidade de consumo e encerra concomitantemente as funções das esferas de produção e reprodução (COSTA, 1993, p. 8).

Na produção camponesa, a principal forma de exploração do trabalho é da família, que garante o equilíbrio de braços e bocas (pai-mãe-filhos-agregados ou outros parentes)

para a subsistência/consumo nas unidades organizativas familiares camponesas. Na produção capitalista, a exploração do trabalho se constata por meio do assalariamento, na qual o indivíduo se proletariza e o capitalista extrai a mais-valia e/ou renda da terra para gerar *Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M)* ou *Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (D-M-D)*, objetivando promover a acumulação de capital (lucro) e incorporar na lógica dos mercados mundiais agroexportadores.

A produção e a reprodução da natureza da agricultura camponesa e da agricultura capitalista (agronegócio), relacionalmente falando, é demarcada por lógicas que se opõem e por intencionalidades que não dialogam entre si. A primeira está para garantir a recriação social da unidade familiar e resistir frente às imposições das forças coercitivas moderno-hegemônicas. A segunda tem a finalidade de se reproduzir globalmente nos mercados agroexportadores, práticas estas realizadas pelas grandes *tradings*. Essas ações de ordem capitalista, comandadas pelas multi/transnacionais, instauram ainda nos lugares onde vivem/trabalham os povos e comunidades tradicionais amazônicas e *lócus* onde se encontram as áreas protegidas, tornam-se alvos dos projetos de modernização conservadora que subjugam, criminalizam, excluem, expropriam e violentam corpos de povos amazônicos e a natureza.

O agronegócio é esse modelo econômico de “projeto desenvolvimentista”, mas que carrega na sua essência e discurso, um elevado grau de perversidade, atrocidades e ações inescrupulosas. Ainda que o agronegócio imponha sua lógica excludente e contraditória, a agricultura camponesa se manifesta como grande produtora de alimentos que abastece o campo e a cidade, nos mercados locais e regionais, por meio de uma produção/estratégia diversificada, agroextrativista e agroecológica (CONCEIÇÃO 2017; CONCEIÇÃO E COSTA SILVA, 2020), fundamentais para a reprodução social da vida/trabalho campesino em comunidade.

3. PRODUÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA (AGRONEGÓCIO) E AGRICULTURA CAMPONESA (CAMPESINATO): ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

As formas de produção (Figura 2), seja ela capitalista (agronegócio) ou camponesa, elaboram suas próprias estratégias de produção e reprodução espacial e territorial, ora no espaço agrário, ora nas cidades da floresta ou nas cidades ribeirinhas amazônicas (TRINDADE JÚNIOR, 2010), como é o caso de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, no Oeste paraense. Nesses municípios, a expansão da monocultura de grãos sob os territórios florestais e dos povos e comunidades tradicionais, tem revelado inúmeros conflitos e aumentado as pressões sob Unidades de Conservação (UC), Terras/Territórios Indígenas (TI), quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e camponesas, como vem ocorrendo também nos estados de Rondônia, Amapá e Roraima.

Figura 2: Diferenças das estratégias de produção e reprodução: agronegócio e campesinato

| PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO | PRODUÇÃO DO CAMPESINATO |
|---|--|
| Commodities | Alimentos |
| Mercados globalizados e produção de mercadorias para exportação | Mercados locais e regionais para comercialização e produção para consumo/sustento familiar |
| Produção agroexportadora | Produção agroextrativista e agroecológica |
| Reprodução ampliada do capital (acumulação) | Reprodução social da vida (subsistência e renda familiar) |
| Cultivo agrícola, rodovias, hidrovias, ferrovias e portos | Cultivo de roças (corte-queima) e prática do extrativismo da pesca, caça e coleta |
| Sujeitos/agentes: latifundiários/produtores/fazendeiros e <i>tradings</i> (empresas multi/transnacionais) | Sujeitos/agentes: família camponesa (pai-mãe-filhos-agregados ou outros parentes) |

Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Organização: Autores, 2021.

A abertura para a territorialização do grande capital, por meio de investimentos públicos e privados e a expansão da fronteira agrícola globalizada na Amazônia, resultou no que Santos (2012) denominou de sistemas de objetos e sistemas de ações. *A priori*, os estudos de Rodrigues (2018) reforçam bem essa ideia conceitual miltoniana no contexto do espaço amazônico e aponta que as políticas públicas, voltadas para as redes de infraestrutura, logística (transporte) e os portos graneleiros, a exemplo do projeto do Arco Norte no estado do Pará, com expressividade para os municípios de Itaituba e Rurópolis, desvela-se em espaços da globalização e aceleração do tempo-espaço.

Esse complexo de “integração” e circuito produtivo do agronegócio, marcado por tempos rápidos (SANTOS, 2012), objetiva contribuir no aumento da fluidez das exportações de *commodities* e colocar a Amazônia na posição de competitividade nos circuitos produtivos e financeiros globais (RODRIGUES, 2018), caracterizando como uma região verticalizada/especializada que se torna altamente produtora/fornecedora de mercadorias globais e tornando um espaço da acumulação ampliada do capital.

Por outro lado, as estratégias de lutas sociais e resistências dos povos amazônicos frente à produção do agronegócio, manifesta-se como permanecer e se recriar espacialmente e territorialmente na terra e território produzindo alimentos saudáveis.

Porque se o trabalhador rural se alimenta bem, se ele tem como viver melhor, às vezes ele vai ter mais saúde, ele vai ter condição até de estudar e tudo e se não tem saúde não se alimenta bem, não tem saúde, não tem como estudar, sabe e muitas coisa precisa, eu sei disso, mermo a gente não perde a esperança a gente continua se organizando (ENTREVISTA STTR BELTERRA, 2016).

Ainda que os discursos hegemônicos queiram invisibilizar e desqualificar a produção econômica camponesa, de que não contribui com o desenvolvimento do país, é dessa agricultura poliprodutiva que consumimos e que abastece de forma diversificada os mercados e feiras livres locais e regionais. Assim, a produção de alimentos oriunda da agricultura

camponesa, utiliza-se de técnicas tradicionais para cultivo das roças e da prática do extrativismo (vegetal, animal e pesqueiro). Conceição (2017) denominou o perfil dessa tipologia campesinato que agrega agricultura e extrativismo, como *campesinato-agroextrativista*.

A vida e o trabalho desenvolvido na agricultura e no extrativismo pelo *campesinato-agroextrativista* consistiam “*não explorado a natureza, fazia pouca terra e a gente cuidava e não era explorado e dali a gente fazia o nosso jeito de vida, do jeito que dava a gente ia se alimentando, ia caçando*” (ENTREVISTA CAMPONÊS-AGROEXTRATIVISTA, 2016). Essa fala reforça bem um modo de vida amazônico, concretizado nas Terras-Águas-Florestas (CONCEIÇÃO, 2017; CONCEIÇÃO E COSTA SILVA, 2020).

Além da prática do agroextrativismo ser muito praticado pelos povos e comunidades tradicionais amazônicas, principalmente pelo campesinato como iniciativa de *front* e (re)existências territoriais, a agroecologia surge como forma de reprodução social que exige mudanças na maneira de produzir e como resistência ao modelo de agronegócio e sistema capitalista (GUHU E TONAR, 2012).

A agroecologia é uma agricultura que não agride intensamente a natureza, ao contrário do agronegócio, que com uso da tecnologia e informação depreda a natureza e emprega elevados agroquímicos e insumos nas atividades agrícolas. Para Guhu e Tonar (2012), a agroecologia é um estilo de agricultura de base ecológica e sustentável em que está livre de transgênicos e agrotóxicos, uma estratégia política muito difundida pelos movimentos sociais camponeses, como forma de resistência ao modelo tecnológico hegemônico praticado pelo agronegócio.

Na Amazônia, a classe social do campesinato adota essas estratégias agroecológicas e agro extrativistas para firmar a (re)produção econômica/social/cultural/política camponesa. Não é à toa que o campesinato amazônico enfrenta muitos problemas, principalmente no que corresponde ao acesso às políticas públicas sociais, territoriais e agrárias, que facilite o escoamento da produção e a mobilidade espacial, empregada no sistema de transportes e condições de melhoramento das estradas.

Depois daquele tempo pra cá, aí foi melhorando porque as estradas foi melhorando, os transportes também foi chegando até nós e aí foi melhorando porque a gente já tinha condição em que levar a gente pra cidade né, levar a produção pra cidade (ENTREVISTA CAMPONÊS-AGROEXTRATIVISTA, 2017).

São essas formas de (re)existências que os camponeses amazônicos têm enfrentado cotidianamente e têm lutado frente aos projetos capitalistas, que avançam sob a fronteira na região, para que assim sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, que possam viver e trabalhar no seu território. Igualmente, os trabalhadores/trabalhadoras do campo, além de

abastecer sua própria unidade familiar, por meio de sua própria subsistência, fornecem produtos agroextrativos e agroecológicos no campo ou na cidade, por meio da comercialização de sua produção, contribuindo qualitativamente com a renda das famílias camponesas.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DA PRODUÇÃO ENTRE AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO NO ESPAÇO AMAZÔNICO

Na década de 1960, se inicia no espaço amazônico, o processo de ocupação carregado do discurso de integração nacional. Essa integração foi engendrada pelo capitalismo internacional e fomentada principalmente pelos governos militares, para efetivação do capital privado, por meio de projetos de desenvolvimento para a região, incluindo a colonização agrícola. Essas políticas incluíam desde a construção da rodovia Transamazônica e a hidrelétrica do Tucuruí no estado do Pará.

Chegada à década de 1970, especificamente em 1974 no governo do militar Ernesto Geisel, os projetos agrícolas começam a ganhar grande dimensão e maior visibilidade na Amazônia. Dentre essas condutas hegemônicas, destaca-se a incorporação expansionista da fronteira agrícola globalizada pelos sulistas para as demais regiões, incluindo o Norte do Brasil. Nesse contexto, Staevie (2018) aponta que o Polo Amazônia foi um dos programas responsáveis pelo incentivo dos fluxos migratórios voltados para a Amazônia brasileira, cuja proporção desse fenômeno era promover a ocupação e o cultivo agrícola da soja, essencialmente em Rondônia e Pará.

A territorialização do capital e a espacialização dos grãos no espaço amazônico, está arquitetado sobre a égide das crescentes culturas do milho e da soja, conforme já salientado anteriormente, em que são refletidas contraditoriamente nos territórios dos povos amazônicos, por meio de conflitos agrários e territoriais. Os investimentos de capitais destinados aos sistemas logísticos, para o escoamento de grãos em diferentes lugares da Amazônia, como é o caso dos estados de Rondônia, Pará, Amapá e Roraima. Esses estados se destacam no projeto do Arco Norte, juntamente com o estado do Maranhão, no momento em que são considerados como potenciais e viáveis para a territorialização logística e portuária, geoestratégia esta que agiliza a fluidez das mercadorias e reduz os custos dos transportes.

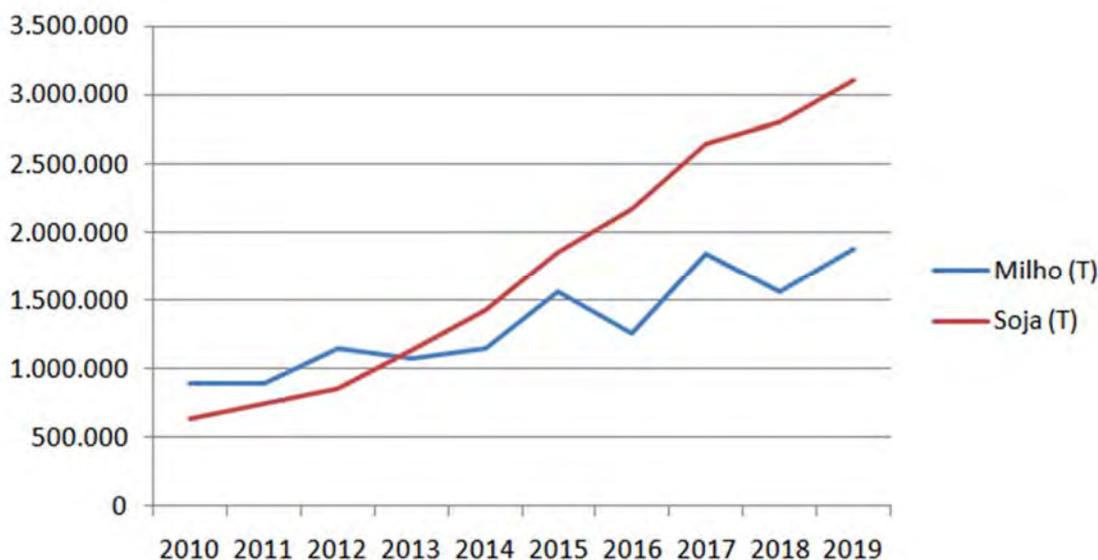
Em 1997, Rondônia recebeu investimentos para a hidrovía Madeira-Amazonas e a rodovia BR-364, formando o modal hidro-rodoviário (COSTA SILVA, 2014). Essa novidade embrionária, incorporada no território rondoniense, instaurou novos arranjos espaciais a partir da expansão da fronteira agrícola globalizada, aonde a formação de monoculturas e do circuito de exportação das *commodities* vai promovendo um espaço fragmentado e a formação de monopólios de poder.

Para tanto, o processo de modernização do território nacional, iniciada a partir de 1990, também chega à região amazônica e provoca transformações territoriais de ordem conflituosa. Essa política, que é voltada para uma economia de exportação, cristaliza-se numa especialização da produção agrícola que invade territórios tradicionais, mercadoriza a natureza, legaliza crimes sociais e ambientais e propaga inúmeras irregularidades fundiárias.

A Amazônia é, atualmente, esse complexo agrícola global particularizado, local onde se propaga a invasão/exploração/financeirização de uma economia das *commodities* e a manifestação de uma corrida para a competitividade de frações territoriais plurais. Sendo assim, os territórios dos povos e comunidades tradicionais amazônicas, caso da classe social do campesinato, mostram que as policulturas vão perdendo espaço da área plantada para dar lugar a uma produção menos diversificada, como é o caso da produção da *commodity* soja e milho.

A hegemonia do processo produtivo da economia capitalista do agronegócio é analisada a partir da Produção Agrícola Municipal (PAM). As variáveis e parâmetros, aqui considerados, são para demonstrar como essas culturas vêm sendo produzidas nos estados estudados. O Gráfico 1 mostra a evolução da soja e do milho em toneladas, considerando a somatória de Rondônia, Pará, Amapá e Roraima. O gráfico em questão foi elaborado com base nos dados da PAM (2019), sendo a produção desses grãos nesses estados, corresponde o período de 2010 a 2019. No quadro 1 também é possível verificar a evolução da produção sojeira e do milho por estado.

Gráfico 1: Soma da produção de soja e milho em Rondônia, Pará, Amapá e Roraima – 2010 a 2019



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da PAM (2019).

Esses dados constataam que, em 2019, os quatro estados somaram 3.107.123 (T) de produção de soja, o que representa pouco mais de 54% do total da produção de toda região Norte. Importante ressaltar que a produção dessa cultura cresceu de 2010 para 2019 mais de 390% nesses estados. A área plantada ou destinada à colheita em hectare também sofreu alteração ao longo da década, como é o caso do Pará, que em 2010 tinha apenas 85.450 hectares de área destinada para plantação de soja e em 2019 esse número saltou para 577.764ha, ou seja, um aumento de 576%, o que significa em média 64% a. a, para o período analisado. Tal fato coloca o Pará na posição de maior estado de produção de soja, comparado aos demais estados aqui analisados e demais estados que compreende a região Norte.

É possível verificar também pelo gráfico, que nesse recorte temporal e espacial, o milho chegou a superar a soja até 2012, quando este, por sua vez, começou a obter queda no ano subsequente. Embora anos seguintes a produção de milho fosse se recuperando, entretanto, continuou bem abaixo da linha da produção em relação a quantidade, em toneladas de soja. Em um caso específico, mas não único, é possível notar, de acordo com a PAM (2019), que o estado do Amapá em comparação entre esses grãos, curiosamente até 2012, não pontuava produção de soja. Porém, em 2013 essa produção assinalou 12.906 toneladas. A partir daí a quantidade produzida de milho vai diminuindo no estado, onde em 2019 perfazia 64% a menos de sua produção em relação a 2010.

Quadro 1: Produção de milho (T) e soja (T)

| ANO | Milho (em grão) | | | | | Soja (em grão) | | | | |
|------|-----------------|---------|---------|-------|-----------|----------------|---------|-----------|--------|-----------|
| | Rondônia | Roraima | Pará | Amapá | Total | Rondônia | Roraima | Pará | Amapá | Total |
| 2010 | 365.980 | 12.800 | 519.258 | 3.233 | 901.271 | 385.388 | 3.920 | 243.616 | 0 | 632.924 |
| 2011 | 340.045 | 11.800 | 541.128 | 2.466 | 895.439 | 419.522 | 10.080 | 317.093 | 0 | 746.695 |
| 2012 | 534.423 | 11.800 | 604.799 | 2.120 | 1.153.142 | 470.485 | 14.000 | 373.398 | 0 | 857.883 |
| 2013 | 449.449 | 15.438 | 613.546 | 2.011 | 1.080.444 | 574.900 | 40.200 | 506.347 | 12.906 | 1.134.353 |
| 2014 | 542.279 | 15.350 | 590.078 | 1.958 | 1.149.665 | 614.678 | 33.950 | 736.947 | 40.792 | 1.426.367 |
| 2015 | 787.093 | 15.528 | 759.662 | 1.650 | 1.563.933 | 748.429 | 55.795 | 1.022.677 | 29.370 | 1.856.271 |
| 2016 | 602.411 | 17.013 | 643.008 | 1.517 | 1.263.949 | 759.928 | 67.347 | 1.304.598 | 42.351 | 2.174.224 |
| 2017 | 933.956 | 41.374 | 872.065 | 1.564 | 1.848.959 | 913.454 | 45.077 | 1.632.115 | 54.400 | 2.645.046 |
| 2018 | 735.150 | 44.648 | 790.965 | 1.155 | 1.571.918 | 1.000.311 | 105.780 | 1.638.469 | 57.239 | 2.801.799 |
| 2019 | 1.004.717 | 50.390 | 827.720 | 1.138 | 1.883.965 | 1.190.195 | 88.394 | 1.781.672 | 46.862 | 3.107.123 |

Fonte: Organizado pelos autores (2021) com base nos dados da PAM (2019).

Contraditoriamente a essa produção voraz de monoculturas executada pelo agronegócio, encontram-se as famílias produtoras de alimentos diversificados, o campesinato, que buscam estratégias de fortalecimento e a praticidade de uma produção saudável. Conforme Elias (2011) a substituição de alimentos por *commodities* é decorrente da especialização produtiva.

Para a autora, tal fato implica não somente na diminuição da diversidade de alimentos produzidos no campo, como também na expulsão de povos tradicionais, o que acarretará o

inchaço das cidades e na fragmentação, desarticulação e enfraquecimento das lutas sociais frente ao agronegócio. Nesse contexto, “as próprias contradições do desenvolvimento do capitalismo estão soldando a união contraditória que separou no início da sua expansão: a indústria e a agricultura, a cidade e o campo” (ELIAS, 2011, p. 160).

Para tanto, aqui é preciso abrir um parêntese para refinar o propósito deste estudo. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, nas lavouras temporárias é possível verificar a produção familiar e não familiar e constatar que o potencial de produção não familiar se encontra nas culturas de soja e milho e com percentual expressivo, igualmente na cana de açúcar (Vide quadro 2). Pelo contrário, a agricultura camponesa/familiar é regada de uma variedade produtiva. Destarte, “essa diversificação pode incluir a produção de diferentes tipos de culturas, como lavouras, pecuária, silvicultura, piscicultura, e, também, de diversas variedades genéticas em uma mesma cultura” (SAMBUICHI *et al*, 2014, p. 63).

Quadro 2: Produção da lavoura temporária: agricultura de base familiar x agricultura não familiar - 2017

| Produtos da lavoura temporária | Agricultura Familiar (RO, RR, PA, AP) | Agricultura não familiar (RO, RR, PA, AP) |
|--|---------------------------------------|---|
| Abacaxi (Mil frutos) | 93.501 | 1.334 |
| Abóbora, moranga, jerimum (Toneladas) | 10.202 | 3.178 |
| Amendoim em casca (Toneladas) | 424 | 36 |
| Arroz em casca (Toneladas) | 28.305 | 198.403 |
| Batata-inglesa (Toneladas) | 1.190 | 27 |
| Cana-de-açúcar (Toneladas) | 15.966 | 984.472 |
| Cebola (Toneladas) | 12 | 1 |
| Fava em grão (Toneladas) | 169 | 25 |
| Feijão preto em grão (Toneladas) | 389 | 35 |
| Feijão de cor em grão (Toneladas) | 3.826 | 2.368 |
| Feijão fradinho em grão (Toneladas) | 5.426 | 5.809 |
| Feijão verde (Toneladas) | 1.974 | 508 |
| Gergelim (semente) (Toneladas) | 6 | 150 |
| Mandioca (aipim, macaxeira) (Toneladas) | 1.047.450 | 104.174 |
| Melancia (Toneladas) | 37.082 | 10.900 |
| Melão (Toneladas) | 227 | 735 |
| Milho em grão (Toneladas) | 110.191 | 1.108.678 |
| Soja em grão (Toneladas) | 61.514 | 1.974.365 |
| Sorgo em grão (Toneladas) | 364 | 10.105 |
| Tomate rasteiro (industrial) (Toneladas) | 845 | 70 |
| FORAGEIRAS para corte (Toneladas) | 1.732 | 7.143 |
| Cana forrageira (Toneladas) | 4.299 | 973 |
| Milho forrageiro (Toneladas) | 14.437 | 204.815 |
| Outros produtos (Toneladas) | 2.821 | 13.654 |

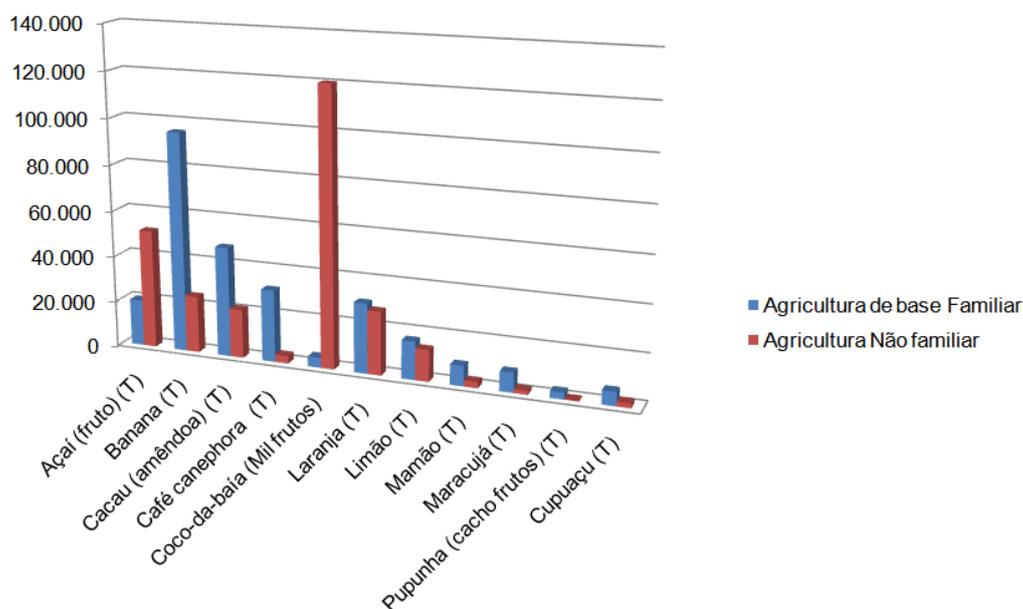
Fonte: Organizado pelos autores (2021) com base no Censo agropecuário de 2017.

O quadro 2 ilustra a soma dos principais produtos das lavouras temporárias produzidas, de acordo com o censo agropecuário de 2017, nos estados em estudo. A tabulação dos dados compreende a divisão de produção entre aquelas culturas que são produzidas pelos agricultores, que desempenham atividades familiares e aqueles não familiares.

Percebe-se que nos dados comparativos analisados, enquanto a agricultura não familiar, materializado no agronegócio, tem um grande índice de produção de soja (1.974.365T) e de milho (1.108.678T), a agricultura de ordem familiar, entendida como agricultura camponesa, apresenta as maiores produções de alimentos, a exemplo do(a) abacaxi, mandioca, jerimum, tomate etc.

Em se tratando de lavoura permanente, na comparação também é possível verificar que a agricultura de base familiar detém a maior parte da quantidade produzida das principais culturas alimentares, com exceção do açaí e do coco-da-baía, conforme pode ser verificado no Gráfico 2 e no quadro 3.

Gráfico 2: Produção da lavoura permanente: agricultura de produção familiar x agricultura de produção não familiar - 2017



Fonte: Organizado pelos autores (2021) com base no Censo agropecuário de 2017.

Nesse sentido, verifica-se que a produção diversificada de produtos alimentares, destaca-se majoritariamente na agricultura de base familiar, em que corrobora para os pilares da soberania alimentar. Este conceito muito defendido pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) orienta e reforça a luta camponesa pelo direito de produzir de forma sustentável e garantir uma alimentação de qualidade. Para Altafin (2005), a família camponesa não visa a lucratividade (acumulação), mas uma de suas objetivações é proporcionar o bem estar das unidades familiares e promover a recriação social.

Quadro 3: Produção da lavoura permanente: agricultura de base familiar x agricultura não familiar - 2017

| Produtos da lavoura permanente | Agricultura de base Familiar (RO, RR, PA, AP) | Agricultura não familiar (RO, RR, PA, AP) |
|--------------------------------|---|---|
| Açaí (fruto) (T) | 20.184 | 51.571 |
| Banana (T) | 95.440 | 24.658 |
| Cacau (amêndoa) (T) | 47.711 | 21.167 |
| Café canephora (T) | 31.403 | 3.318 |
| Coco-da-baía (Mil frutos) | 4.446 | 120.137 |
| Laranja (T) | 30.315 | 27.562 |
| Limão (T) | 16.593 | 13.625 |
| Mamão (T) | 8.819 | 2.620 |
| Maracujá (T) | 8.579 | 1.695 |
| Pupunha (cacho frutos) (T) | 2.916 | 353 |
| Cupuaçu (T) | 6.027 | 2.079 |

Fonte: Organizado pelos autores (2021), com base no Censo agropecuário de 2017.

É preciso ressaltar o quanto as políticas públicas para a agricultura camponesa são deficitárias e se encontram deterioradas, enquanto as políticas dirigidas para o setor do agronegócio ganham maiores investimentos e incentivos governamentais, tornando-se ponto de pauta para o Ministério da Agricultura que é comandado pela bancada ruralista, materializado no agronegócio latifundiário. Assim, Fernandes (2014) compreende que as políticas públicas estão para atender os interesses do agronegócio e não para os interesses do campesinato, configurando como disputas paradigmáticas que são cristalizadas contraditoriamente no espaço agrário brasileiro.

Embora a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, e sua ampliação a partir de 2004, seja um marco e uma conquista reivindicatória dos movimentos sociais para acesso às políticas públicas, o acesso a tais políticas públicas é um processo burocrático, limitado, incoerente e desigual. Pitaguari e Lima (2005) pontuam que essas políticas deveriam contribuir de forma mais expressivas no fortalecimento da agricultura de base familiar para diminuir, sobretudo, as dificuldades históricas, além de erradicar as burocráticas formas de acesso ao crédito. Portanto, ao analisar o Censo Agropecuário 2017, reforça o quanto a agricultura camponesa de base familiar precisa da formulação e efetivação de políticas públicas, uma vez que estas são construídas e implementadas para atender aos interesses geoestratégicos do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa das formas de produção que envolve agronegócio e campesinato realizada nesse artigo, a partir do contexto da Amazônia, confirma a ideia de que *o agronegócio produz commodities e a agricultura camponesa produz alimentos*. Apesar das narrativas presentes no pensamento Agro hegemônico negacionista querer demonstrar que o

agronegócio latifundiário é exclusivo e favorável para a economia do país e o mais “produtivo”, reforçado na propaganda intencional de que *o Agro é Pop, o Agro é Tech e o Agro é Tudo*, é na agricultura camponesa que está o cerne de uma economia altamente produtiva e geradora de alimentos.

A agricultura capitalista produz e comercializa mercadorias globalizadas que não tem a pretensão de alimentar a população, mas atender os interesses dos agentes hegemônicos (empresas multi/transnacionais e Estado). O contrário do agronegócio, a agricultura camponesa, que por possuir uma poliprodução (agroextrativista e agroecológica) e autonomia de como/quando/que/como produzir alimentos saudáveis que são consumidos pela própria família, sua produção de alimentos saudáveis e diversificados é destinada a abastecer o consumo daqueles que habitam o campo e, principalmente, as cidades.

Presumidamente, as relações processuais e as escalas geográficas entre essas duas formas de produção são de caráter antagônico, materializando conflitos de luta pela terra e território de diversas ordens. Os crescentes investimentos, destinados à expansão e ao favorecimento da agricultura capitalista, significam o negacionismo da agricultura camponesa e implica na expropriação/redução territórios de vida e trabalho da classe social do campesinato amazônico.

Com base nas análises de dados secundários e as discussões teórica- conceituais, identificou-se que, enquanto a produção não familiar verticalizada de *commodities* (monocultura) instaura um corporativismo do território pelo capital globalizado, cuja pretensão é a acumulação ampliada do capital, a produção familiar camponesa, demonstra que as práticas espaciais e territoriais se preocupam com a variedade produtiva de verduras, frutas, legumes, hortaliças, dentre outros produtos cultivados e extrativos (origem vegetal e animal).

Por conseguinte, o modelo do agronegócio é o que maior recebe investimentos de políticas públicas, para ampliar produção de mercadorias agroexportadoras globalizadas e a territorialização de grandes *tradings* trans escalares, a exemplo das redes logísticas e portos privados, que são redimensionadas para a Amazônia através do projeto Arco Norte. Contudo, o modelo do campesinato que produz alimentos saudáveis e que luta por direitos humanos e territoriais para produzir/consumir/reproduzir na perspectiva da soberania alimentar, é obrigado a enfrentar e se defender das pressões e coações impostas pelo agronegócio.

Certamente, não é forçoso e muito menos inequívoco, abordar de que a Amazônia é uma região de expansão de fronteira agrícola e da efetivação de novos sistemas de objetos que são estranhos e conflituosos aos lugares, como é o caso da construção de “redes de integração”, rodoviária, hidroviária, hidroportuária e ferroviária. Os dados aqui levantados dos estados Rondônia, Pará, Amapá e Roraima comprovam que a eficácia de adaptação das produções de monoculturas oriunda da produção não familiar, que invadiu os diferentes territórios e territorialidades dos povos amazônicos, vem fortalecendo a produção espacial de

grãos e contribuindo para a redução de outras culturas agrícolas. É o caso da produção familiar camponesa, que sob um discurso do modo de produção capitalista, é considerada como “menos produtiva”, mas os dados e a realidade do contexto socioespacial demonstram exatamente o oposto.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CONCEIÇÃO, F. S. da. **A Territorialização do Capital e a Expansão do Agronegócio Sojeiro: Lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, Rondônia, 2017, 225f.

CONCEIÇÃO, Francilene S da.; RIBEIRO, Alyson F. A. COSTA SILVA, Ricardo G. **(Des)encontros entre a estrada e o rio: o caso da Gleba da Bota no oeste da Amazônia paraense**. Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXX, n. 1, p. 6-25, Jan./Jun. 2019.

CONCEIÇÃO, Francilene S da. COSTA SILVA, Ricardo G. Entre rio Tapajós e rodovia BR-163 existem territórios em disputas em Belterra-Pará, Amazônia brasileira. In: BARROS, Márcio Júnior B. (Org.). **Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Oeste do Pará**. 1ª ed., Ananindeua, PA: Itacaiúnas, 2020, 359p.

COSTA, Francisco de A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira**. – Belém: NAEA, 2012, 310 p.

COSTA SILVA, Ricardo G. da. **Globalização, agricultura e a formação do meio técnico-científico-informacional em Rondônia**. Acta Geográfica (UFRR), p. 69-83, 2013.

COSTA SILVA, R. G. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia**. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84534>. Acesso em 23 jan. 2021.

COSTA SILVA, Ricardo G. da.; LIMA, Luís Augusto Pereira. A espiral da desgraça: notas para um debate sobre mineração em áreas indígenas, direitos humanos e território dos povos amazônicos. In: Grupo de Trabalho do CLACSO (Orgs.). **Dossier: Saberes territoriales indígenas y sus espacialidades**. Boletín Geocrítica Latino-americana. N° 04, abril, 2020, p.105-114.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 13, p. 153-170, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Disputa paradigmática: questão agrária versus capitalismo agrário; Stakeholders: uma luta longa e constante; Disputa política: agronegócio e campesinato**. In: _____, WELCH, Clifford Andrew, GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B., ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário Brasileiro de 2017. Rio de Janeiro: IBGE (2021). Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso entre 10 dez. 2020 a 07 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Municipal Agrícola (PAM), 2019. Rio de Janeiro: IBGE (2021). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso entre 10 dez. 2020 a 07 fev. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. In: **Seminário Internacional sobre Múltiplas Territorialidades**, 2004. Document de travail à partir d'une version révisée d'une communication présentée au 1º Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades. Porto Alegre: UFRGS, 23 set. 2004.

MARTINS, José. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MICHALSKI, Amanda; COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. A caminho do Norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia ocidental). **Confins**[Enlignre], 45 | 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/28017>.

PITAGUARI, Sinival. O.; LIMA, J. Ferrera de. **As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais**. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 11-20, 2005. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Z2pPTNwk_8gJ:https://www.multiplos temas.ucdb.br/interacoes/article/download/511/553+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br. Acesso em 26 jan 2021.

RODRIGUES, Jondison C. O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações. **Rev. NERA Presidente Prudente** ano 21, n. 42, pp. 202-228 Dossiê – 2018.

SAMBUICHI, R. HELENA, R. *Et al.* **Diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil**. In: Monastério, L.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. (org). **Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2014. p. 61-84.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. [1996]. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. EDUSP. São Paulo, 2012.

STAEVIE, Pedro M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. **Rev. NERA, Presidente Prudente** ano 21, n. 42, pp. 98-112. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5684>. Acesso em 25 jan. 2021.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C.da. **Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico**. **Revista ieb**, n.50, 2010 set./mar. p. 13-138.



GT 06 – MODELO EXTRATIVISTA, MEGA-PROJETOS E ECONOMIA DE COMMODITIES NA AMÉRICA LATINA

As mudanças no Novo Código Florestal, Seus Impactos Nas Territorialidades e as Novas Dinâmicas Acerca das Fronteiras: Mundialização do Capital e Neoextrativismo na Amazônia Legal.

Fabiana Scoleso-UFT¹
Levi Manoel dos Santos-UFT²

Resumo

Este artigo tem por objetivo apontar as principais alterações ocorridas no conceito de Reserva Legal e Área de Proteção Ambiental presentes no Novo Código Florestal de 2012. Entende-se que as mudanças sistemáticas nestas duas dimensões da lei permitiram que a Classe Capitalista Nacional e Transnacional pudessem impulsionar na Amazônia Legal seus projetos neoextrativistas criando, assim, uma nova territorialidade para o capital que é, em si, enorme ameaça para o ambientalismo e povos tradicionais que vivem nestes territórios. O capital transnacional, além de alterar a territorialidade em função da acumulação, também é responsável por atribuir uma nova dinâmica ao conceito de fronteira. A chamada Amazônia Legal passa a ser uma Zona Específica de Intensa Acumulação (ZEIA) onde estão presentes os mega projetos de mineração e o agronegócio combinados com diversos elos que fazem parte da cadeia de produção de valor transnacional conduzindo a expansão da fronteira de acumulação.

Palavras-Chave: mundialização; neoextrativismo; território; Novo Código Florestal; ambientalismo.

1. INTRODUÇÃO

A mundialização do capital nunca esteve tão atual e ávida como este ainda jovem século XXI. Ela é a chave teórica responsável por transformações em diversas áreas em escala planetária suscitando novos desafios para as ciências sociais. Temos, sem dúvidas, fontes inestimáveis de referências sobre a expansão do capital, o processo de globalização e transfronteiras, assim como suas relações históricas que contribuíram para o entendimento dos mecanismos de articulação de um sistema econômico internacional, seu modo de controle e seus sistemas de reprodução social. Neste sentido queremos apontar a não-integrabilidade do capital destacando especialmente o imperativo da proteção ambiental que aparece para ele como barreira restritiva e que revela seu caráter altamente destrutivo (MÉSZÁROS, 2002). A nova configuração do poder global no século XXI frustra todas as tentativas de interferência, mesmo daquele corpo jurídico que regula minimamente a relação do capital com a natureza.

¹ Universidade Federal do Tocantins- fscoleso@uft.edu.br

² Universidade Federal do Tocantins- levidossantos2010643@gmail.com

Surgem novas hegemonias que operam espacialmente, mas submetidas a influência do capital e mediada pelos mercados financeiros globais que exercem força e pressão sobre os Estados-Nação (AGNEW, 2008).

Com a justificativa ideológica do “desenvolvimento” e da “modernidade” reflexo de contingências históricas, da dominação de uma classe sobre a outra e de várias camadas de subordinação, a América Latina registrou número exponencial de mega projetos extrativos trazendo à tona, também, uma outra face conflitiva deste processo: por um lado uma nova configuração socioterritorial que promove inúmeras formas de expulsões, e por outro o reforço de uma matriz de dominação que desencadeia uma rede de violências caracterizadas na criminalização das lutas socioambientais e o crescimento da violência estatal e paraestatal (SVAMPA, 2019).

A Global Witness, Organização Não-Governamental Internacional, publicou em 2014 estudo sobre o drástico aumento dos assassinatos por motivos ambientais e de terras na medida que se crescia a pressão sobre o controle dos recursos do planeta. Segundo ele:

“** Entre 2002 y 2013 al menos 908 personas fueron asesinadas en 35 países protegiendo los derechos sobre la tierra y el medio ambiente, y en los últimos cuatro años el índice de muertes aumentó a una media de dos activistas por semana.

* 2012 fue, hasta la fecha, el peor año para ser defensor del medio ambiente, ya que se cometieron 147 asesinatos; esto es, casi el triple que los cometidos en 2002.

* La impunidad por estos crímenes está muy extendida: solo hay constancia de que se haya condenado a 10 personas entre 2002 y 2013, lo cual representa poco más de un 1% del índice total de asesinatos.

* El problema es especialmente grave en Latinoamérica y el sureste de Asia.

* El lugar más peligroso para defender los derechos sobre la tierra y el medio ambiente es Brasil, con un total de 448 asesinatos. Después se encuentran Honduras (109) y Filipinas (67)”³.

De fato, esta nova configuração do poder que tem no capital transnacional seu principal vetor encontra na América Latina oportunidade de descarregar o excedente de capital acumulado como solução da crise de sobreacumulação. Com a direita se reprojando nestes territórios essa nova geração de elites transnacionais pressionam a adoção de reformas políticas e econômicas que pretendem em si um novo programa de privatizações, desregulamentações e austeridade (ROBINSON, 2011).

Esse programa restaurou o neoliberalismo na América Latina conduzindo para uma condição ainda mais agravada que é sua faceta ultra neoliberal. Não estamos falando apenas

³ Global Witness <https://www.globalwitness.org/en/archive/estudio-aumenta-drsticamente-el-nmero-de-asesinatos-por-motivos-ambientales-y-de-tierras/> Vale ressaltar que na época o Brasil se encontrava no topo da lista de assassinatos de ativistas seguido das Filipinas e da Colômbia. Sempre importante lembrar dos assassinatos de Berta Cáceres, do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras e Laura Vásquez Pineda, membro da Rede Curadora Ancestrais do Feminismo Comunitário da Guatemala, para destacar apenas alguns nomes.

de mudanças técnicas e jurídicas, mas de um amplo rápido e complexo avanço que permite a expansão da mineração e da agroindústria, a concentração de terras e capital e o reforço do poder estrutural dos mercados globais. Ao suprimir demandas dos movimentos sociais, cortar gastos com políticas públicas, reverter direitos historicamente conquistados e desregular legislações, especialmente sobre florestas, seus recursos e sobre o direito dos povos tradicionais, criou-se as condições para a expansão e acumulação extrativista com a disponibilidade dos espaços territoriais latino-americanos constituindo, assim as possibilidades de criar no território latino americano zonas de intensa acumulação.

O processo de estrangeirização da terra e configuração socioespacial do neoextrativismo é resultado do surgimento de um vasto mercado global de terras. De acordo com Saskia Sassen,

“Implica o desenvolvimento de uma infraestrutura de serviços igualmente vasta para permitir vendas e aquisições, obter a posse ou os direitos de arrendamento, desenvolver instrumentos legais apropriados e até pressionar pela criação de novas leis que acomodam esta compra em um país soberano. Essa infraestrutura vai muito além de apoiar um mero ato de compra”. (SASSEN, 2016:100)

Ainda de acordo com a socióloga o resultado deste processo é o aumento exponencial de pessoas desalojadas e de migrantes rurais que se mudam para as cidades porque tiveram suas economias de subsistência destruídas:

“Milhões de pequenos proprietários brasileiros têm sido expulsos de suas terras, que foram absorvidas por vastas plantações de soja para a exportação. Os empreendedores podem ser indivíduos e corporações nacionais ou estrangeiras. Uma consequência disso é a fome em áreas onde antes havia pouca ou nenhuma, ainda que os habitantes fossem pobres: a soja substituiu o feijão, fonte de renda e de alimento para agricultores pobres. E muitos deles não tiveram outra opção além de migrar para bairros pobres de cidades maiores”. (SASSEN, 2016: 101)

No caso brasileiro as mudanças exercidas sobre o Novo Código Florestal de 2012 é um exemplo importante das renovadas formas de espoliação, subordinação e dependência que o neoextrativismo perpetrou sobre os territórios da Amazônia Legal, aprofundando seus interesses e controles sobre as riquezas naturais, impondo suas formas de produção e organização da força de trabalho, acentuando a violência sobre as populações mais vulneráveis e revelando o poder da Classe Capitalista Nacional e Transnacional sobre a política brasileira.

Outra importante contribuição são os estudos realizados por Eduardo Gudynas, investigador do Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES- Uruguai) que analisa os governo progressistas da América Latina evidenciando que, embora centrados na redução

da pobreza, também consolidaram paralelamente seus “modelos sustentáveis” na exploração da natureza. (GUDYNAS, 2012).

Não podemos deixar de perpassar o fato de que os Estados de esquerda latinoamericanos também se integraram aos circuitos transnacionais do capital global tornando-se dependentes do mercado global de commodities. As políticas integracionistas atraíram investimentos desta ordem que colaboraram substancialmente para a expansão da acumulação extrativista entrando em conflito com as demandas sociais revelando antagonismos e, principalmente a impossibilidade de uma conciliação de interesses. A alteração da territorialidade e das dimensões fronteiriças se encontram no bojo deste processo, embora seja perceptível que esta conciliação política foi sofrendo profundos desgastes abrindo caminhos para o retorno das direitas que, agora, na linha de frente da política, retoma a agenda neoliberal a partir das reformas e da austeridade.

1.1 Territórios e Fronteiras no Contexto Transnacional

É preciso compreendermos que as categorias de análise aqui suscitadas são partes integrantes deste contexto de transnacionalização que, não apenas redefiniu as formas jurídicas e a própria noção de internacionalização, como também reforçou seu caráter multifacetado e complexo que nos leva a uma atualização categorial e a uma amplificação da compreensão sobre território, fronteiras e integração regional:

“Todos, em todo mundo, são desafiados pelos dilemas e horizontes que se criam com a globalização. Também as ciências sociais são desafiadas, em suas teorias e metodologias, por um objeto que se transforma em proporções excepcionais. Ao lado do território, do Estado-nação ou do nacionalismo, coloca-se também o globo terrestre, a sociedade mundial ou o globalismo” (IANNI, 2011, 211)

Os fluxos de capitais transnacionais e o surgimento de uma Classe Capitalista Transnacional acelerou no século XXI a reformulação deste “novo mapa do mundo” por meio de novas mediações desde as organizações e instituições internacionais aos mercados financeiros globais que, em sinergia, atuaram para a expansão da mineração e da agroindústria transnacional corporativa, formando novos padrões de acumulação e constituindo espaços globais para a expansão do capital transnacional.

Importantes estudos realizados e publicados por Milton Santos já apontavam para a necessidade de compreensão das novas configurações e dos movimentos da sociedade global:

“A globalização da sociedade e da economia gera a mundialização do espaço geográfico, carregando-o de novo significado. (...) O espaço assume hoje em dia uma importância fundamental, já que a natureza se transforma, em seu

todo, numa forma produtiva. Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre as diferentes frações do território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas” (SANTOS, 1994: 15)

O capital transnacional e sua cadeia produtiva de valor forjam as condições de uma nova territorialidade que permeiam fronteiras alterando, também os padrões de soberania e poder dos estados-nação impondo uma lógica de subordinação. Portanto são ferramentas teóricas importantes que contribuem para uma melhor compreensão das significações das disputas e conflitos que impõe uma recolonização, uma nova dependência, a degradação e contaminação dos territórios que segue tragicamente assassinando líderes comunitários de diversos povos tradicionais. O processo social de apropriação privada dos territórios pelas grandes corporações transnacionais em especial no Brasil traz elementos fundamentais sobre o processo de mercantilização, concentração da riqueza social e os intercâmbios em escala nacional regional e global. Consequentemente explica os conflitos, a brutalidade e a violência de todo tipo contra os povos tradicionais que marcam as contradição e a impossibilidade de um “desenvolvimento sustentável” e integração de interesses dado o caráter subversivo, antagônico e irreconciliável do capital.

O território da Amazônia Legal e o da chamada Amazônia Internacional correspondem a estes espaços de interesse do capital transnacional, constituindo uma geopolítica do capitalismo (como sugerido por David Harvey), especialmente no que se refere aos interesses neoextrativistas considerando que é aqui que se encontra a maior bacia hidrográfica (Rio Amazonas e seus afluentes) e a maior reserva de biodiversidade do planeta.

Amazônia Legal e suas Transfronteiras



Fonte: Instituto Imazon

É sobre este território e sobre suas transfronteiras que mais uma vez na história se voltam os olhares da classe capitalista transnacional munidos pelo direito transnacional, que tendo formato híbrido⁴ (direito doméstico e internacional) garantiu a superação de um lócus determinado e força financeira o suficiente para pressionar uma nova regulamentação para a produção do espaço. As consequências disso são destacadas por Maristella Svampa,

“(...) é na periferia globalizada e por meio do neoextrativismo que se expressa a totalidade da mercantilização de todos os fatores de produção, ligada a atual fase do capitalismo neoliberal, que tem como consequência a expansão das fronteiras de exploração do capital pela imposição de modelos de desenvolvimento insustentáveis em grande escala, em que se combinam lucros extraordinários, destruição de territórios e desapropriação de populações. A isso se soma o aumento dos eventos extremos: incêndios, inundações, secas, que, além de serem fenômenos generalizados no planeta, estão vinculados às políticas que os diferentes governos promovem por meio de medidas em favor do agronegócio e dos modelos alimentares, da mega mineração, da expansão da fronteira petrolífera, das mega represas e outros.” (SVAMPA, 2019: 152-153)

O Estado, permeável e suscetível às leis do mercado global favorece a ampliação deste modelo e, conseqüentemente, a destruição humana e ambiental. A gênese destrutiva do capital se atualiza, avança e promove cada vez mais ameaças às águas, às florestas, aos campos e a todos os povos que nelas e neles vivem.

2. Reforma no Código Florestal Brasileiro

A nova Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN), mais conhecida como Código Florestal Brasileiro (lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e proveniente do Projeto de Lei nº 1.876/99 e que revogou o Código Florestal Brasileiro de 1965), é a lei que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação e Áreas de Preservação Permanente (APP's). São consideradas APP's as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente; as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais; as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais; áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros, as encostas ou partes destas com declividade superior a 45; as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; manguezais; bordas dos tabuleiros ou chapadas; topos de morros, montes montanhas e serras, com altura mínima de 100 metros e inclinação média maior que 25°; áreas em altitude superior a 1800 metros, qualquer que seja a vegetação; e em veredas, a

⁴ De acordo com os estudos de Harold Hondji Koh que pode ser acessado: https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2716&context=fss_papers

faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 metros (BRASIL, 2012). Já as áreas de Reserva Legal são aquelas localizada no interior do imóvel rural, não sendo uma área de preservação permanente e nem de uso restrito; o suprimento da matéria prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais, o controle e a prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para alcance de seus objetivos (BRASIL, 2012).

O projeto foi elaborado pelo deputado Sérgio Carvalho (PSDB de Rondônia) e resultou no atual texto depois de 12 anos de tramitação na Câmara dos Deputados e longos embates entre a Bancada Ruralista e Ambientalistas. Segundo o Comitê Brasil em Defesa das Florestas do Greenpeace “Essa situação é fruto da força do agronegócio, que está posicionado de forma hegemônica no Congresso Brasileiro e no próprio Governo Federal. É fundamental a convergência das lutas populares e sociais contra o agronegócio para enfrentá-lo e avançar com as necessidades reais da sociedade brasileira⁵.”

O Novo Código Florestal trouxe mudanças que estabelecem regimes diferenciados para quem desmatou sobre as Áreas de Proteção Permanente e Reserva Legal antes e depois de 22 de julho de 2008, instituindo a “disposição transitória”⁶ para quem desmatou antes desta data e um regime de “disposição permanente” para quem desmatou após esse período. Os responsáveis pelo desmatamento ilegal antes desta data em Área de Preservação Permanente é obrigado a recompor a vegetação dentro dos termos das disposições transitórias estabelecidos pelo Plano de Regularização Ambiental-PRA⁷ de cada Estado que oferece regimes com menos rigor ambiental e isenção das multas fiscais que deveriam ter sido pagas antes. Desta forma o regime de disposição transitória nada mais é do que uma anistia para quem desmatou ilegalmente até 22 de julho de 2008 desde que o proprietário se enquadre no PRA do seu Estado e que tenha um regime ainda mais flexibilizado de critérios de reflorestamento e preservação ecológica que colaboram progressivamente com a diminuição da área de função ambiental e facilitam atividades neoextrativistas nestes territórios em nome do potencial econômico tão mencionado e que é motivo de disputas pela bancada ruralista.

Existe também diferenciação dentro das APPs que a partir da reforma do código devem ser protegidas de acordo com o tamanho da propriedade rural que será medido pelo chamado Módulo Fiscal⁸, assim como as encostas de rios e o espaço geográfico em que se

⁵Disponível em <https://web.archive.org/web/20130527133541/http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/Nota-publica-sobre-o-novo-Codigo-Florestal-Brasileiro/> acessado em 16/06/2020.

⁶ Entende-se por Disposição Transitória a disciplina especial em face ao novo regime jurídico proposto, visando garantir a segurança jurídica das relações, difundindo o direito aplicável a certos casos e permitindo adaptação das situações.

⁷ Para mais ver: <http://www.florestal.gov.br/regularizacao-ambiental>

⁸Módulo fiscal: é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente,

encontram, não delimitando mais um tamanho mínimo geral (o tamanho deixa de ser contado do leito maior ou máxima cheia para a começar a ser contado a partir da calha mínima do leito regular). Ou seja, a partir disso, a várzea, área úmida, brejo entorno do rio deixa de ser considerado APP e passa também a ser considerada nos mesmo parâmetros independente de área rural ou urbana (BRASIL, 2012).

Com o Novo Código Florestal a Reserva Legal passou a ter sua dimensão mínima em termos percentuais relativos à área do imóvel é dependente de sua localização. Com isso, ela se divide percentualmente nos seguintes territórios definidos pelo código florestal: na Amazônia Legal 80% em áreas de floresta, 35% em áreas de cerrado e 20% em demais biomas e regiões do país. A partir de agora o cálculo de Reserva Legal dentro da propriedade inclui o percentual que as APPs já ocupam, e os imóveis de até 4 módulos fiscais que já tiverem desmatado a área de Reserva Legal, serão isentos de recomposição dessa área por meio das disposições transitórias.

2.2 Análise do Quadro de Aprovação da Reforma do Código Florestal

O que se vê a partir do Novo Código Florestal é a alegação por parte da bancada ruralista da necessidade de manutenção/ampliação da área produtiva, e que pela impossibilidade de cumprimento normativo do Código Florestal de 1965, que segundo os ruralistas era muito mais rigoroso e incentivava ao descumprimento da Lei e de outras medidas. Entretanto o que se pode notar de fato, é uma anistia, na qual a lei se adequa ao comportamento do produtor beneficiando o infrator e consolidando o uso da vegetação nativa de forma integral ou parcial, rompendo com a credibilidade da norma no seu eixo principal que é a da necessidade de preservação ambiental.

Não há dúvidas que o Novo Código Florestal envolveu diversos pontos polêmicos tensionados por interesses dos ruralistas e ambientalistas, e que o discurso pregado pelo governo federal de caráter progressista no poder era a tentativa de conciliação dos interesses entre os dois setores e que foi fracassada visto que o governo federal recebeu inúmeras críticas e, por fim, saiu derrotado por ambas as frentes. Com a aprovação do projeto de Paulo

cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (BRASIL 2012).

Piau, relator do Novo Código Florestal, as entidades ambientais com principal engajamento como o Greenpeace⁹ e o WWF¹⁰, além de membros da sociedade civil, se articularam para pressionar a presidente a vetar na íntegra a lei. Pressão que não teve os resultados esperados. No dia 25 de maio de 2012, o Governo Federal apresentou o veto de 12 dos 84 artigos do projeto de lei proposto, e 32 modificações no texto original.

Com vitória evidente da bancada hegemônica ruralista outros pontos ainda foram contestados e envolveram mais debates. Muitos foram cedidos pelo Novo Código Florestal como por exemplo obter permissão para realizar determinadas culturas em morros, o que era ilegal por causa das APPs, além dos debates nas Reservas Legais, as quais pretendiam reduzir ainda mais sua área dentro da propriedade e a Anistia sobre as multas por desmatamentos ocorridos antes de 22 de julho de 2008. Entre outros, os principais pontos questionados pelas entidades ambientais são a possibilidade de reflorestamento de APPs com flora exótica¹¹, que não faz parte dos ecossistemas mencionados na lei.

O que se pode perceber então é que o veto parcial da presidente apesar de contrariar alguns interesses dos setores mais tradicionais do latifúndio, foi insuficiente ao aprovar várias outras medidas e ainda manter a anistia, que segundo o Greenpeace a proposta da presidente foi insuficiente, “Após análise da medida provisória e a partir do que foi sancionado, o Comitê Brasil em Defesa das Florestas avalia que o veto parcial da Presidenta Dilma Rousseff foi insuficiente para o cumprimento de sua promessa, apesar de contrariar interesses dos setores mais arcaicos do latifúndio, e ainda mantém a anistia e a redução de áreas de proteção (APPs e RLs)¹²”.

Embora o Governo Federal em 2012 estivesse nas mãos de um partido que se auto denominava progressista, continuavam com estratégias conciliadas de desenvolvimento baseados na intensa exploração da natureza e abrindo possibilidades de investimento para classe capitalista transnacional, transformando o potencial dos nossos territórios em em argumentos-chave para explorar a natureza em função de uma justificativa de reduzir a pobreza e as diferenças sociais. O que se percebe de fato é uma resposta simplista, porém conciliada aos interesses domésticos e internacionais que deu legitimidade não apenas a

⁹ O Greenpeace é uma Organização Não-Governamental que atua em mais de 50 países e está presente no Brasil desde 1992. Tem sede na Holanda e não aceita doações de empresas, governos ou partidos políticos por entender que isso garante sua transparência, independência e liberdade. Sua principal missão é defender o meio ambiente. Em seu site podem ser encontrados inúmeros artigos especialmente a respeito a proteção das florestas e comunidades tradicionais. Para mais ver: <https://www.greenpeace.org/brasil/publicacoes/cultivando-violencia/>

¹⁰ O World Wide Fund também é uma Organização Não-Governamental Internacional que atua em áreas conservação e recuperação ambiental fundada na Suíça em 1961. No Brasil atua desde 1996 e tem como missão construir uma nova visão de desenvolvimento através de uma economia de baixo impacto, eficiente e que promova inclusão, maior transparência e participação social.

¹¹ A partir do Novo Código Florestal o produtor foi desobrigado a utilizar plantas nativas para o reflorestamento das áreas devastadas, com isso muitos agricultores começaram a usar plantas exóticas voltadas para uma futura extração que trouxessem um futuro retorno e que prejudicam o bom funcionamento do ecossistema da mata nativa.

¹² Disponível em <https://web.archive.org/web/20130527133541/http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/Nota-publica-sobre-o-novo-Codigo-Florestal-Brasileiro/> acessado em 16/06/2020.

bancadas ruralistas presente no Congresso como também reposicionou internacionalmente o país como receptor de capitais globais, permitindo o utilitarismo, a manipulação e controle dos territórios, dos meios de produção, do trabalho, alterando a paisagem e a lógica dos povos e comunidades tradicionais e consolidando as novas formas de apropriação, controle e domínio do neoextrativismo e dos elas que compõe a sua cadeia de valor.

As contradições e dilemas dos governos progressistas na América Latina, apesar das suas particularidades que não podem ser desprezadas, resultou na permanência dos legados macroeconômicos das ditaduras, embora acrescido de políticas públicas de inclusão. As integrações sociais substantivas foram deixadas de lado e as políticas de ajuste neoliberais ganharam fôlego aproveitando da grande demanda por commodities, especialmente por parte do mercado chinês. As modificações no Novo Código Florestal de 2012 revela mais uma camada da inserção subordinada e passiva ao mercado mundial. A partir daí temos uma gestão ambiental estatal debilitada, já que nas áreas mais sensíveis como zonas rurais e/ou áreas naturais atendeu aos interesses domésticos e internacionais atestando a permeabilidade e suscetibilidade do Estado às pressões da bancada ruralista e as leis do mercado global.

Podemos compreender também que o Novo Código Florestal traz consigo um hibridismo em relação às demandas domésticas e internacionais operando como um eliminador de barreiras jurídicas, abrindo condições para elevar as áreas cultiváveis e implantar projetos de agronegócio e mineração.

2.3 Projeto Neoliberal de Abertura ao Neoextrativismo no Território Brasileiro Após a Reforma do Código Florestal

A partir da reforma do Código Florestal Brasileiro o que se pode observar é uma grande ruptura do Estado com o movimento ambientalista atuante no país fundamentalmente por conta de medidas que fragilizaram a legislação ambiental e abriram caminhos para o grande capital transnacional e interesses da bancada ruralista.

Antes da reforma, o que se tinha era um quadro que, apesar do aumento gradativo de desmatamento em alguns estados da Amazônia Legal (Amazonas 29%, Tocantins 33% e Acre 10%), houve uma queda de 27% no quadro geral de agosto de 2011 a julho de 2012 segundo o Ministério do Meio Ambiente através do INPE¹³. Apesar dos dados os ambientalistas e entidades já alertavam que não havia nada a comemorar visto que ainda eram necessárias políticas mais efetivas.

Afirmção que se concretizou quando no ano seguinte o Governo Federal anunciou um crescimento na taxa de desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2012 e julho

¹³ Disponível em <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes> acessado em 17/06/2020.

de 2013 com um aumento de 28% em relação ao ano anterior. O aumento que não acontecia desde 2009 sendo diretamente ligado à exploração madeireira e da grilagem de terras. O governo federal divulgou então medidas para aumentar a fiscalização para a redução do desmatamento que surtiram algum efeito com uma redução de 18% no ano seguinte. Esse dado que gerou bastante polêmica entre as organizações não-governamentais ambientalistas visto que uma semana antes da divulgação dos dados o IMAZON (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia) apontou por meio de outra metodologia de pesquisa que havia ocorrido de fato 195 km² de desmatamento na Amazônia Legal em novembro de 2014 enquanto que em novembro do ano anterior o índice foi de 37 km²¹⁴

O levantamento do Imazon indicou que em outubro de 2014 houve uma devastação de 244 km² da Amazônia Legal, o que representa um aumento de 467% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o desmatamento teria somado apenas 43km². O IMAZON também ressaltou através de boletins informativos que no ano de 2014 foi possível fazer o monitoramento de 67% da área florestal, um valor maior que em 2013 quando cobriu apenas 42% do território. Como afirmado pelas entidades na época, os métodos eram diferentes, e por isso não era possível fazer uma real comparação entre os dois dados¹⁵.

Já em 2015 o IMAZON revelou um aumento de 215% no desmatamento da Amazônia Legal em relação ao mesmo período do ano anterior o que equivale a 1.700 km² demonstrando comparativamente que os dados da pesquisa apontavam para uma área desmatada maior do que a cidade de São Paulo¹⁶

A pesquisa ainda revelou que quase metade do desmatamento se deu em áreas particulares sendo que a floresta foi derrubada para maior exploração do território em função na monocultura e da pecuária. Também boa parte do território desmatado foi em função da grilagem, principalmente no Estado no Pará. O instituto de pesquisa ainda fez um alerta em que demonstraram que seus satélites só detectavam o desmatamento em propriedades acima de 10 hectares demonstrando que a áreas desmatadas poderiam ser ainda maiores. Apesar disso, os dados do Ministério do Meio Ambiente só apontaram um aumento de 16% no desmatamento da Amazônia Legal, onde o sistema do governo, o Prodes¹⁷, detectou 5.831km² de área destruída, demonstrando que as medidas anunciadas pelo governo sobre fiscalização não resultaram em uma ação efetiva. O Ministério anunciou os dados nas

¹⁴ Disponível em <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/outras/Aumento%20no%20Desmatamento%20na%20Amazonia%20em%202013.pdf> acessado em 17/06/2020.

¹⁵ Disponível em <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/12/desmatamento-na-amazonia-tem-alta-de-427-em-novembro-diz-imazon.html> acessado em 16/06/2020.

¹⁶ Disponível em <https://imazon.org.br/> acessado em 16/06/2020.

¹⁷ PRODES-Amazônia é um projeto do Governo Federal de monitoramento do desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por satélite e realiza o monitoramento por do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas. Para mais ver: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

vésperas da Conferência do Clima da ONU a COP21¹⁸, em Paris, onde Brasil participaria de uma das maiores negociações de acordo global de redução de emissões de gases que provocam o efeito estufa, tendo o desmatamento como um agente histórico na emissão de gases poluentes no Brasil.

No ano de 2015 outros marcos seriam negativamente registrados para a história ambiental do país que retratam a (des)regulamentação oferecida pelo governo brasileiro para a exploração dos recursos naturais sem garantia da preservação dos biomas e da natureza. Fatos como o caso da Ultracargo no Porto de Santos e o incêndio nos tanques de combustíveis do Terminal Químico de Aratu que levou nove dias para ser controlado. Para que esta tragédia pudesse ser controlada vários bilhões de litros de água foram utilizados e retornaram posteriormente às águas resultando em um aumento de 7°C na temperatura do mar da região matando nove toneladas de 142 espécies diferentes de peixes¹⁹. A empresa foi multada com pelo menos R\$ 350,000 milhões de reais, sendo que em janeiro de foi apurado que a mineradora ainda não tinha ressarcido o valor. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apontou que esse foi o maior incêndio do gênero no Brasil.

Não bastasse, em 2015 aconteceu o que foi retratado na época como a maior tragédia ambiental do Brasil com o rompimento das Barragens do Fundão e de Santarém, ambas da mineradora Samarco, que destruiu por completo a cidade de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, Minas Gerais. Alguns dos maiores impactos foram 600 famílias desalojadas, a morte de 19 pessoas soterradas pela lama tóxica, aproximadamente 1469 hectares de vegetação ficaram comprometidos, além de pelo menos 663 quilômetros de toda a bacia hidrográfica de região serem contaminados por pelo menos 43 milhões de metros cúbicos de rejeitos²⁰. O IBAMA multou a empresa em R\$ 250,000 milhões de reais, mas ainda não há previsão de pagamento, ou indícios se a empresa irá prestar contas pelos prejuízos causados a natureza, e pelas vidas tomadas pela lama²¹.

Vale destacar que em 2015 foi assinado o Novo Marco Legal da Biodiversidade que revogou a Medida Provisória 2.186/2001 estabelecendo a Lei 13.123/2015 e regulamentado pelo Decreto 8.772/2016. O que se pode perceber, é uma regulamentação que muito mais cria as condições para uma apropriação do conhecimento das comunidades nativas já que o grande a capital associado a essas empresas passam explorar de forma legal o conhecimento destas comunidades com uma reversão de lucro e benefícios quase nulos quando comparado

¹⁸ Para ter acesso ao Acordo de Paris, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática acesse: <https://nacoesunidas.org/cop21/>

¹⁹ Para mais ver: <https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/desastre-ambiental-causado-pelo-incendio-nos-tanques-da-ultracargo-faz/82019/>

²⁰ Disponível em <https://www.coc.com.br/blog/soualuno/geografia/principais-desastres-ambientais-no-brasil> acessado em 18/06/2020.

²¹ Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/26/interna_gerais,1024845/ibama-multa-vale-em-r-250-milhoes-por-tragedia-em-brumadinho.shtml acessado em 24/06/2020.

ao volume de riquezas extraídas. O capital vem com o propósito de violar a relação estabelecida entre as comunidades tradicionais e a natureza, enquanto as comunidades tradicionais não entendem a natureza como apenas um objeto físico-biológico a ser explorado e sim um ambiente social onde se estabelece relações de vivência.

Entre o período de 2012 a 2015 o que se pode notar dentro do Marco Ambiental é que inúmeras medidas de desregulamentação foram sancionadas pelo governo abrindo a exploração dos recursos naturais como principal meio da economia brasileira se integrar aos interesses do mercado global e se adequar às regras criadas pelos organismos internacionais atribuídos essas mudanças à necessidade de atender os fins sociais. Podemos considerar que a tentativa de conciliação de interesses muito mais potencializou os acirrados ânimos e fez emergir uma crise política e econômica que teve como resultado uma ampla derrota do governo. Ao tentar conciliar interesses que são de fato irreconciliáveis, gerou ambiguidades e dificultou o diálogo com inúmeros setores da sociedade.

Na COP 21 o Brasil assumiu protagonismo com a nomeação da Ministra Izabella Teixeira em Grupo de Trabalho com o propósito de mediar a diferenciação de responsabilidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Brasil anunciou suas metas sendo que a principal delas era redução de gases de efeito estufa (GEE) em 37% até 2025 e em 43% até 2030. Entre outras estão a redução do desmatamento na Amazônia Legal, aumento de produção de matriz energética renovável, uso eficiente de recursos naturais, medidas políticas nas áreas de produção de energia elétrica, carvão, biodiesel, álcool e ampliação de iniciativas de reciclagem²².

Izabella Mônica Vieira Teixeira, foi Ministra do Meio Ambiente entre abril de 2010 e maio de 2016. Reconhecida internacionalmente (ganhando inclusive o prêmio da ONU em liderança política global na área de meio ambiente em 2013), também se destacou pela capacidade negociação internacional. Durante seu mandato procurou introduzir uma mudança na agenda ambiental conseguindo diminuir em alguns períodos da sua gestão a área de desmatamento assim como os focos de queimadas. Com a saída da Ministra Izabella Teixeira e a entrada do Ministro José Sarney Filho em 2016, que representava a coalizão dos valores conservadores e que já tinha ocupado o cargo durante o mandato do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, os dados sobre o aumento nos focos de queimadas²³ e desmatamento da Amazônia Legal (com 7893 km² de terra desmatada) explodiram.

Taxa PRODES Amazônia- 2012 a 2019²⁴

²² Disponível em <http://www.centroclima.coppe.ufrj.br/index.php/br/destaque/noticias/2-o-resultado-da-cop-21> acessado em 22/06/2020.

²³ Disponível em http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/ acessado em 22/06/2020.

²⁴ Fonte: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

| Ano | .Km2 |
|------|-------|
| 2012 | 4571 |
| 2013 | 5891 |
| 2014 | 5012 |
| 2015 | 6207 |
| 2016 | 7893 |
| 2017 | 6947 |
| 2018 | 7536 |
| 2019 | 10129 |

Fonte: Inpe

Com a participação mais intensa da Bancada Ruralista representada pela presença do novo Ministro, a ação e a retomada da agenda neoliberal, especialmente sobre os interesses na região da Amazônia Legal, território de grande potencial extrativista, o grande capital monocultor se instalou rapidamente sem qualquer interesse em respeitar e ajudar a consolidar as políticas ambientais. Da mesma forma atuou o capital transnacional que passou a ter maiores condições de projetar seus investimentos e ampliar a sua acumulação. É neste momento que se registra também uma enorme quantidade de terras passando para o controle de empresas neoextrativistas, com destaque para os mega projetos de mineração. Isto fica ainda mais evidente quando o governo, já sob o comando de Michel Temer, anunciou o decreto que permitiria a mineração na Reserva da RENCA (Reserva Nacional de Cobre e Associados), que causou muitas críticas e mobilização da sociedade em geral. Apesar disso, o governo apenas refez o decreto agora intitulado DECRETO No - 9.147, de 28 de agosto de 2017²⁵ onde detalhou as condições de mineração e criou um comitê das questões ambientais nas áreas extintas, que equivale a mais de 4 milhões de hectares como destacado no mapa abaixo:

²⁵ Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=28/08/2017> acessado em 22/06/2020.

Região na Amazônia aberta para mineração

A floresta tropical, sua fauna e tribos indígenas enfrentam novas ameaças após a decisão do governo federal de retirar a proteção do território de quase quatro milhões de hectares



As informações destacadas acima são indicativos do potencial extrativista da de parte da Amazônia Legal e motivo de cobiça por inúmeras transnacionais do ramo da mineração. A regularização da exploração desta área é mais uma fronteira que se abre para a expansão da classe capitalista transnacional em território brasileiro e a instituição de uma lógica produtiva que controla e submete a população, comunidades tradicionais e povos indígenas a uma condição de conflito convertendo suas tradições e formas de vida em instrumento financeiro global já que os recursos dali extraídos se transformam em commodities.

O período de Sarney Filho no Ministério do Meio ambiente representou uma prévia para o que ainda estava por vir: uma agenda ultra neoliberal representada por um governo de extrema direita que se consolidou com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

Entre as principais medidas defendidas por Bolsonaro podemos citar liberação das terras indígenas para os extrativismos agrícolas e mineradores, cortes nos orçamentos das fundações, agências e secretarias que deveriam promover o controle ambiental, além do apoio a grandes empresas privadas, o que Gudynas aponta como consequência “a anulação de muitos componentes de qualquer estratégia de justiça social e ambiental”. Com essas medidas o que se viu foi um reflexo direto no aumento das estatísticas sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia Legal, e o que era antes um retrocesso passou a ser um objetivo do governo federal, posta principalmente pelas mudanças de eixos que implicaram nas diretrizes legais, principal mecanismo do Estado para regulamentar o que antes era crime e que agora aparece diretamente sob forma de controle, poder e subordinação no territórios do grande capital sobre a Amazônia Legal²⁶.

Com dados sobre o primeiro semestre de 2019 as queimadas cresceram 70% em comparação ao mesmo período do ano anterior. De março a abril foram os maiores números

²⁶ É importante citar os reflexos diretos destas sobre o território, os relatórios indicam que em 2020 todos os índices de queimadas de Janeiro a Maio ficaram acima da média. Para mais ver http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/.

registrados desde o início dos registros do INPE em 1998. Até o final do ano de 2019 foram 126.089 focos registrados, que apesar de não ultrapassarem a margem de 2017, é interessante observar o fato de que muitas terras indígenas e Áreas de Preservação Ambiental foram queimaram como atentados criminosos em nome do Presidente da República²⁷.

Ao pontuar a situação do Brasil dentro da discussão ambiental é necessário discutir e refletir sobre os pontos próprios do cenário político brasileiro, principalmente a atuação da frente parlamentar ruralista e agropecuária que são reflexo de uma articulação mais ampla representada por entidades como o Instituto Pensar Agro, a Associação dos Produtores de Soja, Associação das Empresas Cerealistas do Brasil, a ABRAFRIGO entre outras. Seus interesses estão centrados em provocar cada vez mais a flexibilização das leis ambientais como pressuposto de ampliação de seus investimentos e, conseqüentemente sua acumulação sobre a Amazônia Legal território da biodiversidade e o paraíso das mineradoras. Vale ressaltar que após o pronunciamento de Ricardo Salles, atual Ministro do Meio Ambiente em reunião ministerial do dia 22 de abril afirmando que enquanto se falava em COVID-19 era importante aproveitar a “tranquilidade” da imprensa sobre outros assuntos e, de acordo com suas palavras, “ir passando a boiada”. Dias depois inúmeras associações que representam o agronegócio publicaram manifesto de página inteira anunciando “apoio total” a Ricardo Salles²⁸.

Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) demonstram muito bem como as mudanças climáticas globais, tem atingido gradativamente a América Latina por meio de secas, inundações, efeitos negativos no ciclo da chuva e até mesmo pela redução dos glaciares andinos. Pode-se afirmar que:

“(...) esta forte pressão para apropriação dos recursos naturais como único meio viavelmente econômica para gerar capital e a afetação territorial não estão orientados ao consumo interno de cada país, mas sim a fluxos exportadores globais, fazendo com que acabem servindo às necessidades de consumo de outras nações. E apesar da tentativa de enfrentamento pode se pontuar que existe o consenso que muitas exigências ambientais não são cumpridas, e que as agências responsáveis pelo monitoramento e controle são muito fracas, e ficam ainda mais debilitadas em função dos governantes que comandam o Estado, já que não existe vontade política de impor condições ambientais”. (GUDYNAS: 2019)

Quanto mais as economias latino americanas entram em contração mais os mecanismos jurídicos que legislam sobre a acumulação primitiva são operados aumentando catastroficamente a destruição ambiental, a pobreza e a miséria de toda ordem. O

²⁷ Disponível em http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/ acessado em 24/06/2020.

²⁸ Para mais ver <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/26/financiadores-da-bancada-ruralista-publicam-anuncio-em-total-apoio-a-ricardo-salles/>.

neoextrativismo, por meio da sua inovação e especialização, é encarado e entendido como importante meio para o desenvolvimento econômico e integração global. O poder predatório da classe capitalista transnacional na América Latina tem seus colaboradores: de um lado o Estado e de outro o mercado financeiro que atuam como facilitadores. No meio desta escalada destrutiva do capital sobre a Amazônia Legal estão povos ribeirinhos, comunidades tradicionais e povos indígenas que são ameaçados que te, seus direitos colocados também em disputa²⁹.

Considerações Finais

A apresentação do Novo Código Florestal e as alterações sobre os dispositivos da Reserva Legal e áreas de Proteção Ambiental procuraram demonstrar como suas prerrogativas são insuficientes para enfrentar as tensões ambientais tendo como resultado a degradação ambiental aumentando em ritmo catastrófico. Um dos principais pontos de tensão anunciados por Eduardo Gudynas e que se reflete no alto índice de degradação sobre o meio ambiente é a extração de recursos naturais para exportação de matéria-prima para os mercados globais. Dentro disso pode-se perceber que o Brasil se encontra em um quadro de fornecedor de recursos naturais no contexto da mundialização e o papel do Estado tem sido tender e convergir aos interesses globais abrindo mão da sua soberania e baseando-se na regulação ambiental e na natureza como recurso de amplificação da sua capacidade de atrair investimentos alavancando o neoextrativismo transnacional, fragilizando as vias democráticas como ocorreu com o Novo Código Florestal, que regulamentou as atividades extrativistas dentro do território, especialmente o Amazônico acentuando dependências e colocando o Brasil como negociador de commodities, o consolidando a reprimarização do comércio exterior e também a gradativa desindustrialização nos últimos anos.

É possível afirmar que nesse contexto nos encontramos em um capitalismo, que ao contrário de colaborar com a preservação da natureza regulamenta a sua destruição como meio de crescimento econômico. Que tem no lobby da bancada ruralista um conector chave de temperatura e pressão que tem força de interferência no governo no intuito de apoiar a flexibilização das leis sobre a natureza e por consequência sobre os territórios.

Também precisamos destacar o ativismo do Estado para implementar a agenda neoliberal levando a cabo um processo de desregulamentação dentro da lógica de ajustes às políticas e demandas internacionais sinalizando uma modificação do regime de acumulação global.

²⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da, BARBOSA, Samuel. Direitos dos povos indígenas em disputa. São Paulo: UNESP, 2018.

Enraizados nos territórios produziram novas realidades e disputas sociopolíticas pelos bens comuns da natureza, determinaram novas fronteiras regionais e novos padrões de crescimento global a partir da reprimarização. O modelo neoextrativista exportador tem colaborado para a formação de inúmeras Zonas Específicas de Intensa Acumulação que são em si reflexo dos vínculos estruturais do capital nacional e transnacional com o Estado que contribuem com a devastação ambiental com queimadas e desmatamentos além de estabelecer novas disputas pelos bens comuns e pela natureza de forma mais geral.

A mercantilização e a concentração da riqueza social precisam despertar entre todos e todos o pensamento crítico e oxigenar os debates sobre as formas de acumulação do capitalismo contemporâneo e particularmente o caso brasileiro. Entendemos que a compreensão sobre Novo Código Florestal de 2012 colabora com este pensamento crítico e abre possibilidades de novas análises e maior aprofundamento fundamentalmente por conta da atual ofensiva extrativista atual que são locomotivas de desenvolvimento econômico regional que infere seus modos nos territórios e recondiciona constantemente os sentidos das fronteiras pelo neoextrativismo e pelo agronegócio.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSADOURIAN, Carlos. El sistema de la economía colonial. Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: IEP. 1982.

BASUALDO, Eduardo M., ARCEO, Enrique. (Copiladores). Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Clacso Libros, 2006.

BLOCH, Marc. “A revolução agrária e a revolução”. In: A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: Edusc, 2001.

BRASIL, BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal Brasileiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm acessado em 30/06/2020.

CRUZ, Paulo Márcio, STELZER, Joana. Direito e transnacionalidade. Curitiba: Juruá, 2009.

DOMINGUES, José Maurício, MANEIRO, María (orgs). América Latina hoje: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FLEXOR, George; LEITE, Segio. Mercado de terra, Commodity Boom e Land Grabbing no Brasil. Rio de Janeiro: OPPA, 2017.

FREITAS COCA, Estevan L. “20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo”. Revista Nera – ano 19, No. 32 – Dossiê, 2016.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Ecologia e Capital quando a teoria não esquece o mundo*. Editora Vozes, Petrópolis, 439 págs, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Revista Nueva Sociedad*, n. 237, enero/febrero, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2019.

IANNI, Octavio. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Revista Técnica de Paulo Freire Vieira/Cortez, 2002.

MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELLO, Alex Fiuza de. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEGRI, Antonio, COCCO, Giuseppe. *Glob(al): biopoder e luta em uma América Latina Globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ROBINSON, W. I. *Conflictos transnacionales: Centroamérica, cambio social y globalización*. San Salvador: UCA Editores, 2011.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (orgs). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SEOANE, José (Copilador). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

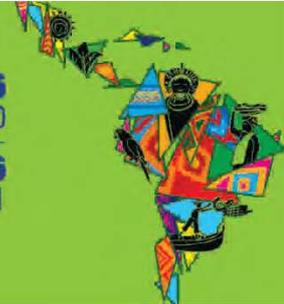
SEOANE, José, TADDEI, Emilio, ALGRANATI, Clara. *Estractivismo, despojo y crisis climáticas: desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatórios de Nuestra América*. Buenos Aires: Herramienta/ El Colectivo, 2013.

SCHVARZER, Jorge. *Bunge & Born: Crecimiento y diversificación de un grupo económico*. Buenos Aires: CISEA-Grupo Editor Latinoamericano. 1989.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giroecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade. Na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOOD, Ellen M. *As origens agrárias do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.



GT 06 – Modelo Extrativista, Mega Projetos e Economia de Commodities na América Latina

Transnacionalismo e Agricultura 4.0: o capitalismo do século XXI e seus impactos sobre os territórios e os mundos do trabalho.

Fabiana Scoleso (UFT)¹

Este estudo tem como objetivo apontar a reconfiguração do neoliberalismo na sua vertente neoextrativista e transnacional no atual contexto do agronegócio instituído no Brasil, que se replica por toda a América Latina, embora repleto de particularidades, especialmente sobre seus impactos no mundo do trabalho, no campo e no campesinato. O “Consenso das Commodities”, protagonizado pela América Latina nas últimas duas décadas, colaborou com a tendência mundial de inserção das corporações transnacionais contribuindo com novas concentrações de terra e com o domínio dos vários elos da cadeia de valor do agronegócio, o que demonstra a versatilidade do capital neste setor. A agricultura de precisão conhecida como Agricultura 4.0 é um novo modo de produção global que em síntese é um profundo salto tecnológico no mundo produtivo dando à reestruturação caráter permanente. Na adoção de seus princípios sobre os territórios e suas tentativas de mudança na regulação fundiária e sobre o mundo do trabalho, o capital transnacional tem se valido de um estado que tem sido seu avalista nas regras do jogo econômico e financeiro, das novas modalidades laborais realizadas pela reforma trabalhista que aprofunda o uso do trabalho morto em relação ao trabalho vivo sem prescindir do setor de serviços, terceirizados, flexíveis e informais cada vez mais precarizados e sem quaisquer direitos assegurados.

Palavras-chaves: Neoliberalismo, transnacionalismo, agronegócio, agricultura 4.0.

Introdução

Na nova configuração da ordem global, seus princípios norteadores fruto de um novo ordenamento jurídico para a integração da América Latina, seus organismos e instituições internacionais, estiveram sempre presentes a condução historicamente subordinada do continente. No século XXI, embora grande parte dos países latino-americanos estivessem governados por tendências políticas progressistas, a região se apresentou como estratégica e com potencial geoeconômico para os interesses do capital transnacional na recomposição da sua dinâmica expansionista e como solução dos dilemas gerados pela sobreacumulação. Plataformas de políticas públicas e acordos de cooperação internacionais estratégicos desencadearam inúmeras relações bilaterais e

¹ Universidade Federal do Tocantins. E-mail: fscoleso@uft.edu.br

multilaterais que incluíram a China (Acordos e Tratados de Livre Comércio) potencializando ainda mais o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira. As disputas pela hegemonia nos blocos de poder (Multipolar;/ Potências Emergentes; Anglo-estadunidense/ Nacionalistas Protecionistas; Liberal/ Corporativo Global) nesta nova fase de disputas e subordinação de potências regionais como o Brasil e México, exerceram forte influência na reconfiguração das relações neoliberais, amplificando a influência e o domínio das empresas transnacionais em seus variados territórios de atuação agronegócio e projetos neoextrativistas².

O transnacionalismo é o novo paradigma da valorização do capital em escala global que exerce forte interferência nas relações com os territórios, impondo seu modo de produção dando origem a novos poderes e novos atores, se posicionando como agentes manifestos da mundialização do capital.

Relações internacionais e questão agrária: transnacionalismo e neoextrativismo em avanço na Amazônia Legal.

Ao longo de três décadas neoliberais considerando suas formas e variações na América Latina, o capital financeirizado, caracterizado pela sua forma rentista, foi responsável por movimentos e transformações que tornaram grandes grupos transnacionais, suas formas ideológicas e políticas, capazes de pressionar e influir em uma nova lógica governamental que deixou profundas marcas na ordem social e institucional. As frequentes crises do capital e o abalo sistêmico causados por elas assim como as denúncias de corrupção no interior de vários governos nada mais são do que manifestações endêmicas, cumulativas e permanentes conforme apontou o filósofo húngaro István Mészáros,

“Compreensivelmente, a atual crise do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado. Em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que

² PRECIADO, Jaime. Paradigma social en debate: aportaciones del enfoque geopolítico crítico. La CELAC en la integración autónoma da América Latina. In: RUIZ, Martha Nélica. América Latina: la crisis global, problemas y desafíos. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/35173870>

emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado”.³

As tentativas e conquistas de anulação de direitos por parte do governo e de seus aliados, somadas às novas formas de controle e organização da produção, sintetizam o avanço das forças e formas do capital sobre os territórios, o mundo do trabalho e sobre os povos que vivem nos campos e nas florestas. Avançam seus métodos que procuram enquadrar essas populações à disciplina do agronegócio e do neoextrativismo promovendo iminente processo de espoliação. Neste sentido a organização e a formulação de estratégias de resistência são fundamentais e vão desde a luta pela manutenção dos seus direitos e formas de vida, das manifestações de oposição ao capital, de posicionamento sobre o relacionamento com os territórios e o cultivo da terra e uma profunda e contundente formação política engajada e que reconheça os desafios políticos e econômicos a serem enfrentados.

Os atuais padrões de crescimento global e os processos de transformação produtiva fazem parte de uma política de reequilíbrio internacional baseado na reversão das nacionalizações, na crescente tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado e substancial alteração dos padrões universais de proteção social. Seu enraizamento se deu tanto pelo projeto inicial de inserção da América Latina pelo Consenso de Washington, quanto pela atuação do capital internacional nos diversos campos da imperfeição do capital. Desta forma surgem novos atores políticos e econômicos: as tink tanks, a classe capitalista transnacional, as startups representadas no agronegócio e na megamineração pelas agrotechs e empresas de agrosserviços. Elas dinamizaram a produção da realidade sinalizando modificações substanciais no modo de produção, na organização social do trabalho e no regime de acumulação global contemporânea.

Os modos renovados e ampliados da acumulação, exploração e extração de valor pluralizaram as questões relativas aos territórios e ao mundo do trabalho, permitindo uma o surgimento de novas legislações que desencadearam uma nova rodada de eliminação de dispositivos de direitos, instituindo e institucionalizando a precarização e enraizando de forma intensificada as forças econômicas neoliberais sobre essas duas categorias de análises: território e trabalho. De acordo com a interpretação de

³ MESZÁROS, István. Para além do capital. Boitempo: São Paulo, 2006. pp. 106-107.

Ricardo Antunes acerca do pensamento mézszárianos sobre a subordinação estrutural do trabalho ao capital, compreendeu que,

“A alienação do trabalho era concebida então não como resultante de alguma determinação ontológica inalterável, mas ao contrário, como vigência e força desse sistema de metabolismo social que acabava por prolongar a divisão social e hierárquica que subordina o trabalho ao capital”⁴.

A forma política estatal neoliberal é imprescindível para a reprodução da sociabilidade do capitalismo. Nas últimas duas décadas da era neoliberal latino-americana o capital financeiro conduziu e submeteu suas populações a um processo de endividamento massivo. As finanças tomaram conta das sociedades revelando a ambivalência neoliberal e sua capacidade de se metamorfosear. O novo diagrama alcançado por ele e as novas formas de acumulação por meio da inserção subordinada dos países latino-americanos no mercado global, também precisam ser analisados sob várias óticas, especialmente no período de ascensão dos governos progressistas na região a partir de 1998 e também na guinada conservadora e sua articulação com o neofascismo, perpetrando nos últimos anos desencadeando proporções ainda mais aceleradas de desumanização.

De acordo com Saskia Sassen⁵, a dinâmica do capitalismo global e as exigências do mercado são incorporadas na institucionalidade estatal formando uma nova ordem privatista.

O neoliberalismo sempre atua como um conjunto combinado de estratégias e regras econômicas que se estruturam de acordo com a hierarquia geopolítica dentro das políticas bilaterais e multilaterais. Zonas privilegiadas de produção, negócios e comércio são construídas (como o Mercosul e o BRICS) mantendo uma certa densidade da soberania regional e identidade extranacional. A competição pela hegemonia sofisticada a nova fase de desenvolvimento e desempenha papel decisivo na internacionalização de um modelo político e de gestão do Estado. As políticas transnacionais são pressupostos para a subordinação, submissão, opressão e espoliação das forças sociais que vivem do trabalho e dos seus territórios.

⁴ ANTUNES, Ricardo. O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação, na obra de István Mészáros. In: JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo. István Mészáros e os desafios do tempo histórico. Boitempo: São Paulo, 2011.

⁵ SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2016.

“Dada a insuperabilidade da atividade humana fundante – o trabalho – mediadora entre o ser social e a natureza, para a produção de bens socialmente úteis, coube ao sistema do metabolismo social do capital instaurar (ou melhor, consolidar) um sistema de trabalho heterodeterminado, antípoda do trabalho autônomo, livre e social, convertendo a atividade laborativa em elemento de mediação de segunda ordem, agora metamorfoseado na figura do trabalho assalariado, fetichizado e alienado, pautado não pela prevalência do trabalho concreto, mas pela vigência dominante do trabalho abstrato”⁶.

Ao pensarmos as condições sócio-históricas da América Latina e particularmente do Brasil, é certo que estas pesam significativamente nas disputas, conflitos e lutas sociais travadas. Ao considerar a nova configuração do poder global e o metabolismo do capital que tem como principal ator e mediador a classe capitalista transnacional, reconhecemos o sistema sociometabólico do capital e atualizamos os fundamentos da sua mundialização transitando por categorias de análise como neoeextrativismo, agronegócio, agricultura 4.0, território, geopolítica, mercantilização da natureza e luta de classes. Compreender suas interconexões é vislumbrar o quanto esse complexo tem afetado as formas de vida dos camponeses e comunidades tradicionais causando a erosão de suas práticas culturais, de convivência e solidariedade.

O neoliberalismo brasileiro adquiriu forma e conteúdo e se constituiu também como “anel auto-perpetuador” potencializando o papel do Estado como avalista das forças do capital e o seu desenvolvimento desigual e combinado. No processo de reprimanização expansão acelerada no Brasil, a crise estrutural do capital e a classe capitalista transnacional são diretamente responsáveis por forçar uma regressão qualitativa da inserção do país no comércio internacional com efeitos assimétricos sobre a composição da nossa economia doméstica e sobre a agenda brasileira de exportação. O resultado aos estímulos transnacionais é o abandono da política industrial e setores correlatos, dos investimentos em setores estratégicos da economia como ciência e tecnologia e uma massa de trabalhadoras e trabalhadores desempregados que precisam garantir seu sustento no trabalho precário, no setor de serviços e informal sem a garantia de quaisquer direitos.

⁶ ANTUNES, Ricardo. *Idem ibidem*.

Retomada do processo de Commoditização: as veias históricas de um processo cada vez mais tecnológico.

A economia agrário-exportadora rompeu séculos no Brasil, determinou modos de produção, a organização social do trabalho, influenciou nas legislações sobre o uso da terra e garantiu pelo Estado a “modernização conservadora” do paradigma agrário e territorial brasileiros. Ao longo do século XX, especialmente a partir da crise de 1929 e seus efeitos, fizeram com que houvesse uma queda na demanda internacional por commodities, principalmente da parte dos Estados Unidos, nosso maior comprador, o que contribuiu para um impulso industrializador que tem seu pontapé inicial na chamada Era Vargas.

Em meio ao impulso industrializador, Vargas criou também a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de desenvolver também a região amazônica. Apesar de todos os esforços e da criação de importantes empresas estatais que garantiram infraestrutura e matérias primas como forma de atração de capitais estrangeiros para a efetivação do setor industrial no Brasil, a inserção internacional brasileira continuou alicerçada em três pilares: commodities, minerais e produtos semimanufaturados. A forma forçosa com a qual o Brasil se industrializou iniciou a construção de um mercado interno, mas reafirmou o caráter primário e a pauta das exportações brasileiras. Já no governo JK essa pauta se amplificou.

A industrialização alavancada pelo projeto “50 anos em 5” dinamizou a indústria nacional e consolidou novos departamentos produtivos como a indústria automobilística e de autopeças. Pela primeira vez a produção industrial supera a produção agrária⁷. A dinamização dos órgãos do governo responsáveis por criar as condições jurídicas de expansão industrial ajudaram a quebrar barreiras, produziram legislação de incentivo à industrialização como foi o caso da SUMOC (Superintendência da Moera e do Crédito), que permitia a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial e da CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) que era o órgão regulador e que dava preferência para o setor

⁷ DRAIBE, Sonia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

de bens de capital. Além, evidentemente, da estratégica atuação do BNDES para suprir as deficiências e entraves da administração pública.

Na ditadura militar a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) criada em 1966 e seus projetos de desenvolvimento regional e mega projetos estruturais como a construção da Transamazônica, a construção das BR's 163, 174 e 230, as represas de Tucuruí (1976-1984) e Balbina (1985-1989), Programa Grande Carajás-PGC (1979-1986) além da desastrosa experiência de Serra Pelada, no sudeste do Pará e a criação da área de livre comércio em 1967 conhecida como Zona Franca de Manaus, que desempenharam papel estratégico no avanço das forças do capital sobre a Amazônia Legal. O pretenso “desenvolvimento” em nome da “modernidade” deixou profundas marcas na região: quilômetros de desmatamento, incêndios provocados pelos latifundiários e conflitos com as comunidades indígenas.

A reforma agrária conduzida pelo Estatuto da Terra em 1964 pretendia um conjunto de medidas que visavam promover uma melhor distribuição da terra através da modificação do regime de posse e uso como forma de aumentar a produtividade e atender aos princípios da justiça social. Entretanto a essência do Estatuto foi alterada pelos representantes das grandes oligarquias rurais que estavam diretamente ligadas à ditadura transformando a legislação e aporte legal para seus interesses próprios do que a uma efetiva reforma agrária.

A política de desenvolvimento regional na ditadura estava subordinada ao I e ao II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e foi pensada para viabilizar a modernização e expansão da agricultura e sua inserção internacional, adotando novos paradigmas, saindo de uma abordagem top-down para bottom-up⁸. Dentre eles destacam-se:

⁸ Top-down e Bottom-up são estratégias de processamento de informações e ordenação do conhecimento muitas vezes utilizado na gestão e organização sistêmica de processos produtivos. Ambas abordagens podem ser encontradas na organização de Estado, envolvendo decisões políticas. Na abordagem bottom-up que mencionamos acima, ministérios e entidades subordinadas, as decisões são elaboradas por especialistas que definem, a partir de seus conhecimentos, as melhores políticas a serem aplicadas. Um dos grandes exemplos desta abordagem é a Alemanha que é uma das mais puras abordagens Bottom-up. Para mais, ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, MARAVALL, José María, PRZEWORSKI, Adam. Economic reforms in new democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- 1-) O I PND (1970-1974): Prodoest e PIN (Transamazônica);
- 2-) O II PND (1975-1979): Poloamazônia, Polonoroeste, Polocentro, Prodecer, Região Geoeconômica de Brasília, Pantanal Matogrossense (Prodeoan), Região do Grande Dourados (Prodegran);

O cultivo de commodities em larga escala permitiu que recursos financeiros de ordem nacional e internacional criassem uma lógica monocultora e exportadora que, na década de 1970 colaborou com a expansão do cultivo de arroz e das pastagens e, na década seguinte, com a expansão da soja. O Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) foi até 1982 o caminho para esta efetivação e consolidação. O Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) foi aplicado em fases e se tornou um marco na cooperação internacional.

Com ele inúmeros instrumentos de crédito supervisionado, empréstimo fundiário, financiamento de despesas operacionais e assistência ao colono foram aplicados e a alta na demanda internacional por alimentos, permitiu que novos instrumentos e convênios consolidassem a perspectiva do seguimento agroindustrial no Brasil. No final da década de 1980 foi elaborado o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), que atendia devedores e inadimplentes do setor⁹.

As bases para uma retomada desse tipo de desenvolvimento e do processo de comoditização estavam historicamente estabelecidas e economicamente organizadas para que de forma estratégica e com a direção do aporte econômico da classe capitalista transnacional, assumissem protagonismo na política nacional (Bancada Ruralista) e na economia com importante atuação do Ministério da Agricultura e do Ministério das Minas e Energia. As bases de domínio do território e as suas formas de subordinação e tornaram mais complexas na medida em que o Brasil sinalizava sua integração via regras neoliberais do Consenso de Washington.

A reestruturação produtiva que atingiu de maneira crucial a indústria, ao tempo também reorientou e modernizou as relações de produção do campo.

O modelo de agricultura e de negócios pressionou a governança da terra no Brasil se inscrevendo na década de 1990 sob a dinâmica do capital financeiro e

⁹ SCOLESO, Fabiana. Relações internacionais e questão agrária: mundialização do capital, agronegócio e as lutas pela terra em Porto Nacional – Tocantins. Projeto História, São Paulo, v. 68, pp. 249-285, Mai.-Ago., 2020. Link de acesso: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/47154>

rentista, trazendo consigo as relações historicamente constituídas que subornam qualquer possibilidade de uma efetiva democracia no campo, engendrando novas formas de disputas e conflitos que desencadearam nesta mesma década confrontos e violências de que são exemplos os massacres Corumbiara, em Rondônia (1995), e de Eldorado dos Carajás, no Pará (1996).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o agronegócio ganha novos contornos. As exigências da cartilha neoliberal, da inserção competitiva e das políticas propostas pelo Banco Mundial refletiram sobremaneira no modelo nacional de desenvolvimento e no conjunto de suas formas. A Reforma Agrária de Mercado potencializou uma nova forma de disputa territorial em nível internacional. Do ponto de vista geoestratégico isso permitiu que atores globais ligados ao capital financeiro, empresas agroindustriais e países que demandavam de commodities reestruturassem suas relações com o campo no Brasil.

“O principal ator dessa difusão foi, e continua sendo, o Banco Mundial (BIRD). Mediante a concessão cada vez maior de empréstimos, doações e auxílio ‘não financeiro’ – como, por exemplo, estudos, avaliações e divulgação de programas ‘inovadores’ –, o BIRD desenhou uma agenda de políticas fundiárias ‘ajustada’ à plataforma neoliberal. Crescentemente adotada por diversos governos nacionais, essa agenda tem como eixo a promoção acelerada de transações mercantis de arrendamento e compra/venda de terras como base para o aumento da produtividade agrícola e o alívio da pobreza rural. Um dos itens mais significativos dessa agenda é a chamada “reforma agrária de mercado”. Criada para substituir a reforma agrária redistributiva por esquemas de financiamento de compra de terras por trabalhadores rurais, tal política foi aplicada como uma forma supostamente mais barata, eficiente e politicamente viável de distribuição fundiária e alívio da pobreza rural em sociedades altamente desiguais. Esse processo ocorreu, em larga medida, contra a oposição de movimentos sociais camponeses e das articulações internacionais que os apoiam”¹⁰.

Em 2001 ainda sob o governo de Fernando Henrique Cardoso foi criada a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) que extinguiu a SUDAM por meio da Medida Provisória nº 2157-5. (A SUDAM foi recriada em 2007 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva).

¹⁰ SAUER, Sergio, MENDES PEREIRA, João Márcio (Orgs.). Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 7.

Não à toa as tomadas de decisões deste período entraram em rota de colisão com camponeses sem terra, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e tantas outras comunidades.

A partir do governo Lula novas iniciativas foram planejadas, especialmente aquelas que dizem respeito ao Programa de Aceleração do Crescimento, a recriação da SUDAM e o Plano Amazônia Sustentável. Apesar de ter como conteúdo a inclusão dos diversos povos amazônicos no processo de desenvolvimento da região, vale ressaltar que projetos como a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, projetos hidrelétricos que ameaçaram o território Apinajé como a Usina Hidrelétrica de Estreito construída no rio Tocantins, sob responsabilidade do Consórcio Ceste Energia (Tractebel, Vale, Camargo Corrêa, Alcoa e Billiton), a Usina Hidrelétrica Serra Quebrada planejada para ser construída, pela Eletronorte, nos municípios de Itaguatins (TO) e Marabá (PA), a Estrada de Ferro Norte Sul, o Projeto Ferro Carajás¹¹ e as consequências da construção da Usina Hidrelétrica e Belo Monte, provocaram diversos de interesses e prejudicaram sobremaneira as populações que residiam nessas áreas e foram atingidos pela construção das barragens.

Outras estratégias foram pretendidas como o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba – PDA Matopiba, que seria formado por 73 milhões de hectares distribuídos pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, reposicionando o Brasil no mapa da produção agrícola e consolidando sua posição de nova fronteira agrícola. De acordo com dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), em 2015 a região já englobava 337 municípios¹². O projeto territorial de desenvolvimento econômico estratégico é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica assinado com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) por meio do GITE (Grupo de Inteligência Territorial Estratégica)¹³. A análise realizada na região permitiu diversos sobrecortes territoriais (bacias, microrregiões geográficas, municípios, biomas etc.), conforme a necessidade operacional dos diversos órgãos que a utilizarem.

¹¹ Para mais ver <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/to-territorio-apinaje-ameacado-por-projetos-hidretricos-do-plano-de-aceleracao-do-crescimento-pac/>

¹² Para mais ver <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/matopiba-se-consolida-como-nova-fronteira-agricola-do-pais>

¹³ Para mais ver <http://www.embrapa.br/gite/>

A criação desses polos agrícolas modernos tinha por objetivo estabelecer uma nova dinâmica socioeconômica e fundiária condicionados por uma série de investimentos públicos diversificados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de empreendimentos privados por meio de contratos de financiamentos firmados com o BNDES.

Ainda que o Matopiba não seja uma questão resolvida é importante ressaltarmos que sobre a Amazônia Legal uma nova cadeia produtiva no campo está formada, resultado de velhos e novos fluxos produtivos, da presença das empresas transnacionais que tem poder de controlar os elos débeis entre o Brasil e o mercado global. Os avanços e as disputas econômicas e políticas em curso são resultado da forte atuação do mercado global em setores estratégicos dadas as condições criadas historicamente para a entrada de capitais estrangeiros. Sua organização internacional também se reflete no ambiente doméstico e em suas formas políticas como a Bancada Ruralista/ Frente Parlamentar Agropecuária que são responsáveis atualmente por costurar os interesses da burguesia brasileira com a classe capitalista transnacional, o que permite ao agronegócio alavancar os elos da cadeia de valor do agro amplificando brutaemente sua renda.

Fusões e aquisições, controle direto e indireto da terra: os oligopólios e os braços do capital transnacional

Monopólios e oligopólios sempre estiveram presentes ao longo da história do capitalismo, assim como as regras para garantir a concorrência evitando práticas de trustes e cartéis foram sendo elaboradas e reorientadas ao tempo.

Fusão e aquisição como a da Monsanto pela empresa alemã Bayer é exemplo de concentração no agronegócio. Juntas controlavam 25% do mercado mundial de pesticidas e 30% do mercado de sementes agrícolas, tanto as tradicionais quanto as geneticamente modificadas. Em 2018 o grupo alemão concluiu a compra da Monsanto, empresa multinacional com sede nos Estados Unidos após negociação de 63 milhões de dólares. A Monsanto colecionava em seus 117 anos de existência denúncias ao ponto dos movimentos populares tornarem o dia 23 de maio como o Dia Mundial contra a Monsanto. De acordo com Gabriel Fernandes, engenheiro agrônomo e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),

“A Monsanto foi a empresa que produziu o agente laranja usado na Guerra do Vietnã; a empresa que produziu as dioxinas (pesticidas altamente tóxicos); o hormônio bovino transgênico; as sementes transgênicas; o aspartame e o RoundUp (herbicida altamente tóxico). Ela tem um histórico de desenvolver produtos impactantes para o meio ambiente e para a saúde”¹⁴.

As relações econômicas, políticas e sociais que se constituíram por meio das Fusões e Aquisições permitiram uma nova dinâmica da ofensiva do capital sobre os territórios e a organização social do trabalho. Elas determinaram a reestruturação organizacional da produção e influíram significativamente na política nacional.

O controle da produção de alimentos no mundo está basicamente relacionado com quatro empresas: a ADM - Archer Daniels Midland Company (Estados Unidos), a Cargill Incorporated (Estados Unidos), a Bunge Limited (Holanda) e a Louis Dreyfus Group (França), gigantes globais que dominam ramos como processamento, fornecimento de insumos, fertilizantes, sementes e transportes. Juntas dominam cerca de $\frac{3}{4}$ da exportação mundial de commodities agrícolas. Suas plantas e atividades estão espalhadas pelo mundo e, por meio de investimentos diretos estrangeiros (IDE), fusões e aquisições e controle direto e indireto de territórios, dominam e controlam o setor.

A maior bolsa de mercadorias e futuro regulador dos preços das commodities é a Bolsa de Chicago. Nela os preços dos grãos como milho, soja, trigo, álcool, leite, carne bovina entre outros, são definidos controlando o mercado internacional, territorializando os monopólios e monopolizando o território¹⁵.

Fundamental também apontarmos todos os outros elos da cadeia produtiva que estão em expansão e que correspondem a grandes investimentos da classe capitalista transnacional. Setores como armazenagem e logística, além dos setores serviços representados pelas Agtechs são forças do capital e de produção de valor que se aliam às forças do agronegócio. O setor sucroenergético, os novos projetos de mineração além da expansão energética estão na mira desses capitais transnacionais na medida em que a atual agenda política tem como pressuposto

¹⁴ Bayer compra Monsanto e tenta apagar história manchada da empresa: multinacional do agronegócio deixa de existir formalmente, mas práticas criminosas continuam. Reportagem de Rute Pina, Brasil de Fato, 7 de junho de 2018. Link de acesso: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/06/bayer-compra-monsanto-e-tenta-apagar-historia-manchada-da-empresa/>

¹⁵ OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A mundialização da agricultura brasileira. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de et al. Território em conflito, terra e poder. Kelps: Goiânia, 2014.

quebras das barreiras jurídicas para a mineração em terras indígenas e o avanço sobre áreas de proteção ambiental. Uma agenda que potencializa do modo mais perverso a produção e acumulação de riqueza destruindo a natureza e colocando em risco a existência e a efetivação da vida das comunidades tradicionais e camponeses.

Em pesquisa divulgada pela USDA¹⁶ (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) em 2018, o Brasil se tornaria o maior produtor de soja do mundo, superando os Estados Unidos que haviam atingido a maturidade das áreas cultivadas e, portanto, sem espaço para alargar e aumentar sua produtividade. Assim a soja passou a fazer parte da lista de produtos em que o Brasil se tornou líder de produção (café, suco de laranja, açúcar e carne bovina).

Na última década a China tem ampliado seus interesses sobre a soja brasileira e também sobre seus investimentos em território nacional. É o país que mais compra soja in natura e que tem investido maciçamente nesta relação. Não à toa aumentou sua inserção no estado do Mato Grosso com empresas como a COFCO que armazena e processa grãos de soja; a DAKANG de insumos e sementes; a ZHURAI que desenvolve drones para a agricultura; a CHEMCHINA que comprou a Syngenta em 2017 e o Grupo Sino que conta hoje com um avançado centro tecnológico especialmente desenvolvido para o agronegócio.

Em reportagem feita pelo jornal Folha de São Paulo e que apresentou as informações tratadas acima, o presidente da Câmara de Comércio Brasil China, Charles Tang afirmou que “não se pode brincar com a soberania alimentar do povo chinês”, lamentando ainda o fato das empresas chinesas não poder entrar no mercado de compra de terras¹⁷.

Com as metamorfoses que os territórios tem sofrido e continuarão a sofrer com os investimentos do capital transnacional sobre o setor do agronegócio e dos mega projetos de mineração, é possível compreender o contexto da reprimarização e da pauta exportadora brasileira. A reprimarização¹⁸ tem sido tendência desde o final da década de 1990 e indústrias historicamente consolidadas como a Ford têm fechado suas portas e abandonado o país. Com a lógica produtiva cada vez mais

¹⁶ Relatórios disponíveis em <http://www.usdabrazil.org.br/pt-br/>

¹⁷ Para mais ver <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/com-armazens-e-fabricas-china-amplia-presenca-no-agronegocio.shtml>

¹⁸ PAULANI, Leda. A dependência redobrada. *Le monde Diplomatique Brasil*. 3 de agosto de 2012. Link de acesso <https://diplomatie.org.br/a-dependencia-redobrada/>

ligada ao agronegócio e ao neoextrativismo o mundo do trabalho tem sofrido novos graus e formas de subordinação. Até aqui analisamos parte importante dos elos débeis da construção de políticas agrárias para o desenvolvimento da Amazônia Legal que permitiram o avanço das forças do capital transnacional sobre a imperfeição do capital.

Agricultura 4.0 e mundos do trabalho: análise crítica da força de trabalho crescentemente supérflua.

A expansão da acumulação neoextrativista e do agronegócio diz respeito também a reestruturação produtiva como processo permanente fruto de um capitalismo multiforme que cria e forma mecanismos para a preservação e ampliação de valor através do capital monetário e das novas condições de expansão do capital constante, assim como a expropriação violenta e intermitente da terra ajustando a força de trabalho e os territórios à disciplina do agronegócio e arrancando os povos das florestas, dos rios, dos campos os seus modos de vida, servilizando e marginalizando suas populações.

As relações de trabalho e de produção de valor no agronegócio têm sido potencializadas pela chamada Agricultura 4.0 também conhecida como Agricultura de Precisão. Um universo digital com poderosos sistemas e plataformas que atuam diretamente na organização do trabalho e em toda a cadeia de produção de valor do agro. O capitalismo de plataforma vislumbrada na maquinaria em sua forma mais avançada (tecnologia da informação e comunicação) se constitui em condições distintas de ampliar as formas geradoras de valor intensificando mecanismos de extração de trabalho e, conseqüentemente, de subordinação e exclusão da classe-que-vive-do-trabalho.

Na Agricultura 4.0 assim como na Indústria 4.0, há uma nova engenharia de produção que não se limita ao território ou ao espaço fabril. Ela é composta de uma série de elos, conexões e componentes político-econômico-jurídicos muito embora sua base esteja consolidada na intensificação dos processos produtivos automatizados/tecnologizado e nas mudanças contínuas na cadeia geradora de valor e logística. É na política, nas reformas e na flexibilização das leis que estão

dadas a capacidade de ampliação extra de acumulação pelo caráter avalista que o estado neoliberal tem na mediação das regras do jogo econômico e financeiro.

A ciberagricultura do século XXI (ou e-agriculture) está submetida à mesma lógica que ampliou o uso do trabalho morto por meio do maquinário digital substituindo atividades de análise de solo, plantio e colheita por ferramentas automatizadas, robotizadas, supervisionadas e controladas remotamente com uso de drones e smart rovers (veículos não tripulados que coletam imagens das lavouras, analisa e faz a predição das ações que o agricultor deve tomar em sua cultura). Não à toa tem ficado cada vez mais evidente a alteração significativa da atividade laboral na agricultura. No Brasil, seguem como campeões de informalidade: 77% dos trabalhadores eram informais, segundo dados de 2018 do IBGE compilados pela McKinsey. Na construção civil e no comércio os índices são respectivamente 57% e 35%. Em recente texto para discussão publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os pesquisadores destacaram o seguinte ponto:

“É importante observar, contudo, que com o processo de modernização agrícola existe a preocupação decorrente da realocação da mão de obra existente e das desigualdades salariais no campo. Por isso, é importante fornecer meios para que as comunidades rurais tenham acesso a um maior nível de escolaridade, pontos de assistência técnica e extensão rural, bem como de escolas técnicas agrícolas, a fim de contribuir para o combate da informalidade e da desigualdade salarial, uma vez que trabalhadores rurais com maior escolaridade tendem a receber maiores salários. Essa constatação fica evidente ao se perceber uma associação positiva entre nível de escolaridade e trabalho formal, e negativa entre nível de escolaridade e número de ocupações totais.”¹⁹

A informalidade é mecanismo de ampliação da lei do valor. Educação para camponesas e camponeses, muitas vezes sem formação básica, não corresponde ao nível de qualificação exigida pela agricultura de precisão e pelas novas determinações impostas ao trabalho social. A maior parte das vagas em atividades deste tipo, e que requer maior nível de qualificação, são ocupadas por pessoas oriundas de outros estados ou substituídos por tecnologias digitais, aplicativos de

¹⁹ BERNARDELLI, Luan Vinicius, CASTRO, Gustavo Henrique Leite de, GOBI, José Rodrigo, MICHELLON, Ednaldo, VIEIRA FILHO, José Eustáquio. Texto para discussão 2561: Formalidade do mercado de trabalho e produção agrícola no Brasil. Rio de Janeiro, maio de 2020. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2561_sumex.pdf

gerenciamento, que cumprem a função de um técnico agrônomo, por exemplo. A tecnologia ou o nível de escolaridade podem criar novas perspectivas profissionais e consolidar a permanência de um sujeito com boa qualificação. Entretanto está muito longe de alterar a informalidade, a precarização e os níveis de materialidade e imaterialidade do trabalho responsáveis por ampliar a lei do valor. É a intensificação dos mecanismos de extração de trabalho criadas e controladas por grandes corporações globais que tem contribuído sensivelmente para flexibilização do trabalho.

A Agricultura 4.0, além do domínio e controle de toda a cadeia de produção de valor, tem também a sua trípole destrutiva: natureza, território e trabalho. Determina, portanto, as questões ambientais, a sociabilidade (ou a insociabilidade do capital) e a atividade vital de mulheres e homens exercendo a reprodução ampliada do capital em sua unidade dialética entre trabalho formal e informal, tecnologia, expansão territorial nas suas formas de produção e em seus elos.

A expropriação camponesa no bioma cerrado está relacionada com as terras convertidas para a monocultura da soja e do milho, na estrangeirização, com a regulação fundiária controlada pelo Estado²⁰ e com as formas de integração, muitas vezes forçada, da agricultura familiar ao sistema de cooperativas e à agricultura digital, submetidas a sistemas de plataformas que são controladas pelo grande capital, pelas grandes corporações.

Um modelo que atende aos interesses da classe capitalista transnacional, consolida Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA's) como tem sido a Amazônia Legal para o Agronegócio e para os megaprojetos de mineração, garantindo níveis excepcionais de exportação, mas que, no entanto, comprometem e ameaçam a segurança alimentar, os povos que vivem das águas, florestas e campos e mesmo daquelas e daqueles que vivem nas cidades com a intermitente degradação ambiental, com a elevação dos preços dos alimentos no mercado interno, desemprego, entre tantos outros componentes do caráter antissocial do capital.

Na Agricultura 4.0 o ganho de produtividade, a eficiência e a redução de custos são seus princípios associados alteraram significativamente a materialidade

²⁰ SCOLESO, Fabiana. O Metabolismo Antissocial do Capital, seus Impactos sobre os Territórios, a Produção de Alimentos e os Mundos do Trabalho: 10 meses de COVID-19. Boletim Maria Antonia – Gmarx -USP, ano 01, nº 61, 2020. Link de acesso: <http://gmarx.fflch.usp.br/boletim61>

do trabalho contribuindo para força de trabalho crescentemente supérflua. Como destacou Marx:

“É a forma social de toda combinação do trabalho o fator característico geral do desenvolvimento da produção capitalista; característica que abrevia o tempo necessário para a produção de mercadorias, ao mesmo tempo em que diminui a massa de trabalhadores (assim como da mais-valia) para um quantum determinado de mercadorias produzidas. Mas é apenas na maquinaria, e no emprego do novo sistema de máquinas sobre o qual se funda a mecanização das oficinas, que a substituição do trabalhador por uma parte do capital constante (aquela parte do produto do trabalho que se toma novamente meio de trabalho) se coloca, produzindo genericamente um excedente de trabalhadores como tendência expressa e apreensível, que atua e se estabelece em larga escala. O trabalho passado surge aqui como meio para substituir o trabalho vivo ou como aquele meio de fazer diminuir o número de trabalhadores”²¹

Na prática são as tecnologias digitais integradas por meio de sistemas, programas e equipamentos que permitem a otimização da produção agrícola em todas as suas etapas. Processos e decisões são orientados a partir da coleta de dados climáticos, das condições do solo, das características da lavoura, inclusive para que as sementes modificadas geneticamente se adaptem melhor a determinadas regiões. A automação dos processos se está baseado no conceito de IoT (Internet of Things) que reúne quatro tópicos principais; a) gestão de dados; b) produção utilizando novas ferramentas e técnicas; c) sustentabilidade; d) profissionalização.

Esses elementos podem ser adotados independentemente da escala de produção e a incorporação deles passa a ser um “selo de qualidade” para as exportações alterando significativamente as relações de trabalho.

A tendência de mudança no mundo do trabalho pode ser observada nos números apresentados pelo Censo Agropecuário de 2019²²: 1,5 milhão de trabalhadores a menos.

A utilização de novas tecnologias tem exigido cada vez mais uma melhor qualificação profissional, o que exclui parcela significativa de trabalhadoras e trabalhadores que há alguns anos atrás estavam incluídos no modelo produtivo. A utilização de novos maquinários na produção e a incorporação de plataformas

²¹ MARX, Karl. Maquinaria e trabalho vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). Revista Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.103-110.

²² Para mais ver https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html

digitais também foram responsáveis pela eliminação de muitos postos de trabalho. Por outro lado, as câmeras, sensores para monitoramento, GPS, automação de máquinas (piloto automático), pulverização inteligente, sistemas de controle de plantações entre outros são responsáveis diretos pela desincorporação de parcelas importantes da força de trabalho do no campo. Surge um moderno setor de serviços, cujos contratos são firmados por meio da terceirização e que passam a ocupar esses espaços da força de trabalho. O setor de serviços conhecidos como Agrotechs ou Agtechs torna-se mais um elo da cadeia de produção de valor do agronegócio com seus Hardwares e softwares inovadores. As startups²³ do agronegócio aumentaram exponencialmente sua presença e importância na cadeia de valor do agronegócio segundo censo realizado em 2020. Cinco delas tem se destacado no setor e gerado interesse de compra por parte do capital internacional: BovControl; Strider; Aegro; Solinftec; Agronow²⁴. As logtechs e as fintechs também ocupam espaço preponderante nesta cadeia que se forma.

A reengenharia de produção e de negócios do setor agrário passa pelas chamadas Think Tanks que traduzido e adaptado nada mais é do que um laboratório de ideias com especialistas de natureza investigativa e reflexiva que têm a função de pensar estrategicamente os assuntos políticos, econômicos, militares, de tecnologia, cultura etc., e que são indutores de práticas empresariais ou até mesmo fornecendo estudos para grupos atuarem politicamente.

O mundo do trabalho no campo tem seguido uma linha de mudança bastante significativa que atinge o emprego e a empregabilidade, que se expande numa velocidade cada vez maior e que pressiona pessoas e lugares a adotar sua disciplina ou expulsa direta ou indiretamente populações para ter seus interesses gerais resguardados. Como pontuou Mészáros,

“Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força-de-trabalho crescentemente supérflua”²⁵

²³ <https://www.agtechgarage.com/censo/>

²⁴ <https://blog.contaazul.com/agrotechs-brasileiras>

²⁵ MESZÁROS, Istvan. Para além do capital. Boitempo: São Paulo, 2002. p. 341

As perguntas que ficam são: como lidar com a concentração corporativa? Quais os limites desta nova forma de acumulação? E o quanto essas cadeias produtivas e essas plataformas ameaçam o meio ambiente e a soberania alimentar?

De acordo com estudos realizados pela Pat Mooney, Grupo ETC, Glocon, Inkota Netzwerk e Rosa Luxemburg Stiftung em importante publicação chamada “La insostenible Agricultura 4.0: digitalización y poder corporativo em la cadena alimentaria” afirmam que o relatório foi elaborado com o seguinte objetivo,

“Este informe critica el avance de la concentración corporativa, las plataformas emergentes y la naturaleza misma del capitalismo global. Mientras una sociedade sea injusta y las grandes corporaciones presionen para obtener ganancias, la introducción de una plataforma tecnológica casi inevitablemente fortalecerá a los ricos y debilitará a los (ya) marginalizados. La ‘ciência objetiva’ es reemplazada por el oportunismo político que privilegia – e incluso convierte en arma – a algunas tecnologías sobre otras”²⁶.

Compreender este atualizado metabolismo antissocial do capital é visualizar como se dá a dispersão de recursos de sobreacumulação do capital e como a classe capitalista transnacional e empresas (que agem como verdadeiros oligopólios) têm determinado territórios e suas desposseções, o modo de produção e a divisão internacional e regional do trabalho em nome de uma nova acumulação e concentração de riquezas. Os impactos no Brasil já são sentidos na fuga de capitais industriais, no fechamento de inúmeras fábricas do ramo automotivo²⁷ num processo acelerado de reprimarização da economia brasileira e da pauta exportadora. Os atuais níveis de desemprego²⁸ e o número de pessoas trabalhando por aplicativos nos oferece um cenário vulnerabilidade crescente, misérias, marginalidade, expulsões e exclusões.

Referências

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

²⁶ https://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/la_insostenible_agricultura_4.0_web26oct.pdf

²⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55627352>

²⁸ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/11/27/desemprego-no-brasil-sobe-a-146-novo-recorde-historico.htm>

ANTUNES, Ricardo (org). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Unesp, 2013.

BITTAR, Ingrid Mara Bicalho. Modernização do cerrado brasileiro e desenvolvimento sustentável: revendo a história. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Mossoró – Rio Grande do Norte, v. 6, n. 1, pp. 26-38, jan/mar 2011.

CALDART, Roseli Salete, ALENTEJANO, Paulo (orgs). MST, universidade e pesquisa. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CASTELO, Rodrigo (org). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

FERNANDES, Bernardo, WELCH, Clifford Andrew, GONÇALVES, Elienai Constantino. Os usos da terra no Brasil. São Paulo: UNESP/ Cultura Acadêmica Editora, 2014.

FIORI, José Luís. O poder Global. São Paulo: Boitempo, 2007.

GENTILI, Pablo (org). Globalização excludente: desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 4 ed. Petrópolis: Vozes/ Clacso/ LPP, 2002.

HUMPHREY, John. Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982

IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LIRA, Eliseu Ribeiro, SANTOS, Roberto de Souza (orgs). Fonteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões socioterritoriais. Goiânia: Kelps, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, LIRA, Eliseu Ribeiro, CABRAL, José Pedro Cabrera, SANTOS, Roberto de Souza. Território em conflito, terra e poder. Goiânia: Kelps, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil 7: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PAULANI, Leda. Brasil delivery. São Paulo: Boitempo, 2008.



GT 6 – Modelo extrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina

POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE PARAUAPEBAS-PA: EXPROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.

Débora Aquino Nunes (IFPA-Parauapebas)¹
Etiane Patrícia dos Reis da Silva Macêdo (IFPA-Parauapebas)²
Bianca Caterine Piedade Pinho (IFPA-Parauapebas)³
David Durval Jesus Vieira (IFPA-Parauapebas)⁴

RESUMO

O município de Parauapebas-PA possui uma das maiores jazidas de ferro do mundo, sendo explorada principalmente pela empresa Vale em território de proteção ambiental, a Floresta Nacional dos Carajás (FLONA-Carajás). Este município tem importância fundamental na exploração e expropriação de recursos minerais do Brasil. A mineração domina a economia de Parauapebas e possui ligação direta com a gênese do município. Nesse contexto, tem-se como objetivo analisar a relação entre as políticas públicas, atividades de mineração moderna e organização socioespacial da cidade de Parauapebas. Para isso, usamos os seguintes

¹ Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA), professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPA-campus Parauapebas, integrante do Grupo de Pesquisa Diversidade étnico-racial, saberes tradicionais e educação na Amazônia (DESA-IFPA-campus Parauapebas). E-mail: debora.aquino@ifpa.edu.br

² Mestra em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). É professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Pará (IFPA) - campus Parauapebas. E-mail: etiane.macedo@ifpa.edu.br

³ Mestra em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA) É professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Pará (IFPA) - campus Parauapebas. E-mail: bianca.pinho@ifpa.edu.br

⁴ Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Pará (IFPA) - campus Parauapebas. E-mail: david.durval@ifpa.edu.br

procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico sobre o objeto de pesquisa; b) levantamentos de dados secundários da Prefeitura Municipal de Parauapebas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e c) análise de conteúdo de legislações e de relatórios sobre a mineração no sudeste paraense e em Parauapebas. Destaca-se que o Estado e o capital internacional continuam se articulando para facilitar a expropriação dos recursos naturais e o aumento da exploração dos trabalhadores do município. Atualmente, chega-se a nova fase de exploração mineral na região, marcada pela indústria 4.0; processos que levaram a novas conexões entre o local, a região e as lógicas globais e que tem na articulação entre o poder público e a atividade mineral um elo transmutado, porém contínuo, de grandes impactos na produção desigual, hierarquizada e segregada do espaço urbano parauapebense. Assim, esse trabalho se faz importante para dar visibilidade às problemáticas de territórios fortemente dominados por grandes corporações e incluídos de forma economicista/mercadológica nas políticas públicas nacionais.

Palavras-chave: organização socioespacial, segregação socioespacial, expropriação, Parauapebas-PA, mineração

1. INTRODUÇÃO

A atividade extrativista de maneira contínua marca a produção do espaço dos países latino-americanos desde o período de colonização/modernização do continente americano. Atualmente, a economia brasileira está baseada no extrativismo mineral, de petróleo e agrário (GUDYNAS, 2012; MALHEIRO, 2019). Nesse sentido, em relação a Amazônia, sabe-se que a intensificação da urbanização do seu território está ligada diretamente às políticas públicas dos grandes projetos do governo militar, que lançavam mão de ações de modificação do espaço e também de incentivos e estímulos fiscais e financeiros para a ocupação e transformação produtiva da região, ainda que baseada no extrativismo, dessa vez tal atividade estava mais ligada ao subsolo e à agropecuária (BECKER, 1990; MALHEIRO, 2019).

Assim, a política desenvolvimentista autoritária, juntamente com o planejamento tecnocrático do espaço nacional, teve grande importância para a multiplicação de núcleos urbanos e aumento do tecido urbano das antigas cidades amazônicas (TRINDADE JR, 2010). É importante destacar que o espaço é produzido e produto dos sistemas de ação e dos sistemas de objetos, que diferem entre si, mas que só existem em sua relação. Os objetos dizem respeito a materialidade da realidade e as ações estão ligadas as interações sociais. Ambas dimensões são históricas e tendem hegemonicamente, desde o início da globalização e do capitalismo comercial, a produzir o espaço de maneira artificial e mercantilizada (SANTOS, 1998).

Na Amazônia, o governo militar inseriu objetos ligados e necessários a lógica da produção moderna e internacional, como: rodovias, portos, hidroelétricas e pátios industriais ligados a mineração (SANTOS, 1998). Concomitantemente, modifica-se as relações sociais do espaço amazônico, com a presença marcante da migração (mão de obra flutuante que

transita sobre as regiões de fronteira em busca de melhor condição de vida) e de novos agentes produtores do espaço ligados ao capital nacional e internacional (BECKER, 1990; OLIVEIRA, 1990).

Atualmente, objetos artificiais estão cada vez mais inseridos em alguns pontos do território, formando nós importantes na rede extrativista mineral brasileira, com destaque para os territórios e corredores produtivos da Serra dos Carajás, no sudeste paraense; região que ainda recebe bastante pessoas que buscam emprego e melhoria de vida, o que nem sempre acontece, e novos projetos de intensificação e de abertura de novas áreas de exploração mineral.

A principal cidade dessa região é Parauapebas-PA (ROCHA, 2018; COELHO, 2015).

Nesse contexto, a cidade de Parauapebas se expande, principalmente após a privatização da empresa Vale, em 1997, e da intensificação da expropriação mineral na região, que continua avançando, de maneira desigual e combinada (HARVEY, 2006), até os dias atuais com a indústria 4.0. A teoria do desenvolvimento geográfico desigual é de fundamental importância para a compreensão do mundo pós Guerra-Fria, no qual o neoliberalismo avança. As espacializações do capital revelam-se nas mais diferentes escalas (global, nacional, regional, local), combinando-se de maneira desigual, (re)produzindo as desigualdades socioespaciais (HARVEY, 2006).

A expropriação está ligada diretamente a acumulação por espoliação do capital. Após a Guerra-Fria, com o capitalismo também em crise, houve uma reorganização das relações sociais de produção internas em cada país, favorecendo a maior penetração dos capitais externos em países como os da América Latina. O objetivo era produzir maiores lucros suplementados pelo exterior, com apoio a privatizações de empresas e aprofundamento do domínio de parcelas do território pelo capital internacional. Isto é, aumento dos rendimentos concentrados na mão do capital privado e em países centrais (HARVEY, 2005). A privatização da Vale e os impostos cobrados pelo governo brasileiro sob a exportação do ferro-gusa é um dos menores do mundo (COELHO, 2015), o produto é vendido com baixo valor, por sua baixa tecnologia agregada, sendo base para a produção de aço e para a industrialização de diversos países, com destaque para China.

Assim, nos perguntamos: Como se dá atualmente a relação entre política pública, mineração e organização socioespacial de Parauapebas? Assim, temos como objetivo analisar as relações entre política pública, mineração e organização socioespacial de Parauapebas. Para isso, lançamos mão das seguintes metodologias: Para isso, usamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico sobre o objeto de pesquisa, com ênfase nas políticas públicas voltadas para a região e o processo de formação histórico-geográfico de Parauapebas-PA; b) levantamentos de dados secundários da Prefeitura Municipal de Parauapebas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE); e c) levantamento de dados documentais em legislações e em relatórios da empresa Vale sobre a mineração no sudeste paraense e em Parauapebas.

Destaca-se que atualmente é importante discutir e analisar os desdobramentos e o desenvolvimento de grandes projetos na região amazônica. A cada mudança na estrutura da exploração mineral implementada na região, o espaço urbano de Parauapebas se modifica, aumentando a pressão sobre o trabalho e o ambiente. Isso porque a sede pelo crescimento econômico, junto com seus índices econômicos, não vem, pelo menos em Parauapebas, refletindo-se na melhoria das condições de vida da população.

2. Estado, Mineração e organização socioespacial de Parauapebas: a urbanização no período do desenvolvimentismo autoritário

Como entender a produção social do espaço urbano de Parauapebas sem contextualizar o seu espaço-tempo? É impossível. Assim, foi necessário analisar dialeticamente tanto as estruturas do modo de produção vigente quanto os fenômenos que são produtos e produtores da cidade. Entendemos que a expropriação dos recursos naturais no sudeste paraense começa a ganhar força a partir da exploração da borracha (EMMI, 1999) e, posteriormente, no período militar através da atividade de mineração. Tal atividade marca a região até os dias de hoje. As mineradoras dominam territórios dentro dos municípios, com forte apoio do Estado (MALHEIRO, 2019).

Lefèbvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”). O primeiro diz respeito ao uso do espaço, carregado das marcas do “vivido”, tempo e tempos, ritmos de vida diferenciados, do valor de uso e do simbólico. O uso implica “apropriação” e não “propriedade”. O segundo é mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Quanto mais o espaço é funcionalizado, mais ele é dominado pelos agentes que o manipulam tornando-o unifuncional, colocando-se fora do tempo vivido e atrelando-se ao tempo-espaço do capital (LEFÈBVRE, 1974). Hegemonicamente, são estes últimos agentes que mais se beneficiam e que pressionam o Estado em relação à manutenção e instalação de novos objetos técnicos no sudeste paraense e em Parauapebas.

A partir principalmente de 1960, ocorre uma intensa reestruturação do espaço regional e da vida cotidiana. A Amazônia aparece para o mundo como fronteira do capital financeiro, sendo cada vez mais incorporada por interesses econômicos e lógicas distantes. Destaca-se que a fronteira é um espaço em incorporação ao capital global (BECKER, 1990) e também um lugar, essencialmente da alteridade (MARTINS, 2009). Dessa forma, ela é, segundo os atores hegemônicos, o espaço de projeção para um futuro mais promissor, a nova fonte de recurso a ser explorada e onde se pode implantar rapidamente novas estruturas (BECKER,

1990). Transformam-se os modos de vida, o espaço e as formas de trabalho na região. Isso devido à entrada de novos agentes e das materialidades e processos que carregam consigo novas lógicas do capital (TRINDADE JR., 2010; CASTRO, 2011)

Nesse sentido, identifica-se que no governo militar foi realizado vários levantamentos das potencialidades minerais da Amazônia. Um dos resultados dessa ação foi a descoberta das jazidas de ferro localizadas nas Serras dos Carajás, na década de 1960 (BECKER, 1990). Porém, a atividade de mineração ganhou maior relevância em tal região somente após duas décadas de sua descoberta. Dessa maneira, a década de 1980 foi marcada pela garimpagem rudimentar acelerada de ouro na Serra Pelada e pela implantação, como política pública, do Projeto Grande Carajás (PGC) para extração mineral moderna nas Serras dos Carajás (ROCHA, 2018).

Sabe-se que Parauapebas era uma região ocupada pela etnia Kayapó e posteriormente também Xkrin e que no período militar existia uma vila agrícola no território - atual bairro Rio Verde. Esses espaços foram radicalmente transformados a partir da entrada do capital financeiro e do produtivo ligado a mineração. Assim, o Rio Verde se expandiu (ROCHA, 2018) e os povos autóctones foram invisibilizados no processo de produção do espaço. Dessa forma, Parauapebas, inicialmente conhecida como núcleo do Rio Verde, surge com estrutura e aspecto de acampamento provisório, permeado por conflitos territoriais com os povos originários; processo comum dos novos aglomerados na fronteira amazônica (EMMI, 1999; ROCHA, 2018).

Era comum que alguns acampamentos dessem suporte às atividades de garimpo e de mineração moderna na região do sudeste paraense (ROCHA, 2018). Nesse contexto, o acampamento agrícola do Rio Verde, atualmente bairro mais antigo de Parauapebas-PA, abastecia de alimentos parte da população presente (AB'SABER, 1994). É necessário destacar que juntamente com o garimpo e com a abertura de novas atividades industriais, a ocupação populacional deixava marcas no espaço, como: o aspecto passageiro de sua estrutura física, a abertura de diversas casas de prostituição, a intensa circulação de dinheiro e aumento considerável de morte por doenças ou pela violência (ROCHA, 2018).

Ainda na década de 1980, esse aglomerado sofreu intensas transformações devido ao início da implementação do Projeto Ferro Carajás. Tal projeto reinventou a atuação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Isso porque a descoberta das jazidas minerais no Pará proporcionou um deslocamento no eixo da exploração do minério no Brasil. Desde então, toda a produção da Companhia – das minas ao porto, passando pelas ferrovias – apoiava-se nos Sistemas Norte e Sul. A Amazônia oriental e o sudeste paraense, então, passaram a ter um papel central na exploração e exportação mineral no Brasil (VALE, 2014).

O sudeste paraense concentrava potencialidades necessárias ao desenvolvimento da atividade mineradora moderna. Havia mão de obra barata e em abundância e grandes jazidas

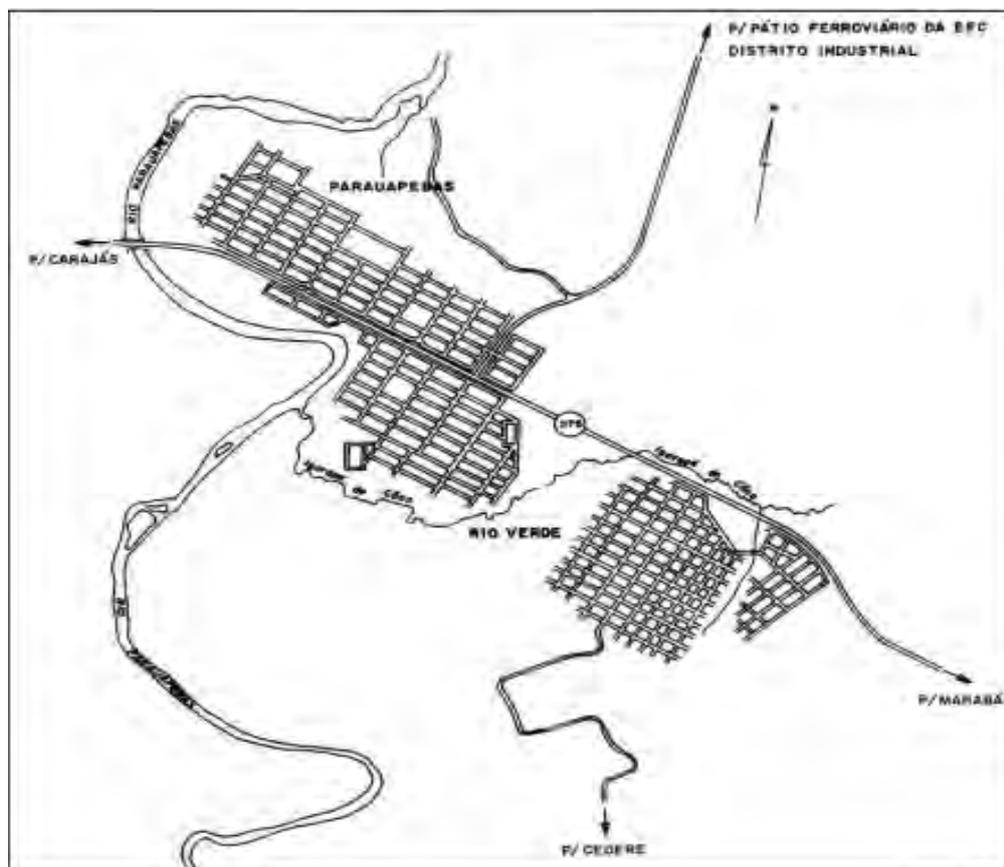
de minério de ferro. Nesse contexto, também o comércio internacional necessitava cada vez mais de aço. Destaca-se que a década de 1980 foi marcada por uma crise econômica mundial, que se refletiu no Brasil em instabilidade financeira, inflação exacerbada e aumento da dívida externa, bem como crise política devido à insatisfação popular diante à ditadura militar. O país viu seu Produto Interno Bruto (PIB) cair, principalmente nos anos de 1981 (-4,3%) e 1983 (-2,9%) (VALE, 2014).

Nesse sentido, o país não era visto com bons olhos pelos investidores internacionais, com exceção do seu setor mineral. Graças à descoberta do minério de Carajás, a Companhia Vale do Rio Doce possuía um lastro estimado em pelo menos 18 bilhões de toneladas de minério de ferro. Assim, o governo conseguiu contrair empréstimos junto ao Banco Mundial, em 1979, indispensáveis para o início do Projeto Ferro Carajás. Deu-se como garantia o minério encontrado ali. A CVRD redesenhou o mapa mineralógico do mundo e ampliou – com a inauguração do Sistema Norte – uma nova via de exploração e exportação (VALE, 2014).

O projeto integrado (reunindo mina, usina, ferrovia e porto) tinha como objetivo uma produção global de 35 milhões de toneladas anuais, a ser atingida em três etapas: a primeira, de 15 milhões, a partir de 1986; a segunda, de 25 milhões, em 1987; e a terceira, de 35 milhões, em 1988. Em 1983, estavam concluídas as obras das usinas de britagem primária e secundária, bem como as instalações industriais e os equipamentos de lavra, beneficiamento e manuseio do minério (VALE, 2014). Além da instalação de infraestruturas que dariam base a nova etapa de exploração mineral na região, do garimpo à exploração moderna, a infraestrutura urbana se expandiu, com forte apoio das políticas públicas (MERCÊS, 2011).

Assim, dois núcleos urbanos foram construídos para abrigarem os trabalhadores da Vale. A company town de Carajás, que fica no alto das serras e foi ocupada por trabalhadores do primeiro escalão da empresa e o núcleo de Parauapebas, no sopé da serra, que foi destinado aos trabalhadores de segundo escalão da empresa. Próximo ao núcleo de Parauapebas, estava o aglomerado do Rio Verde; vila agrícola e comercial de origem mais antiga e espontânea presente no território e que concentrava os trabalhadores e as trabalhadoras oriundos de outros Estados e de outros municípios do Estado do Pará, geralmente de baixa qualificação (ROCHA, 2018; COELHO, 2015). Cabe destacar que da década de 1980 até os dias atuais existe uma barreira física que separa a company town de Cajarás do restante do espaço urbano parauapebense. A grade que separa esses dois espaços, e que fica na entrada da Floresta Nacional de Cajarás, protege o território do avanço da ocupação e dá base para a manutenção mais tranquila do domínio do território pela mineração moderna. Na figura 01, abaixo, identificamos os núcleos de Parauapebas e Rio Verde, bem como a rodovia de acesso à Carajás, onde está instalado a barreira física e simbólica da mineração moderna no espaço municipal.

Figura 01: Traçado urbano do núcleo de Parauapebas e Rio Verde

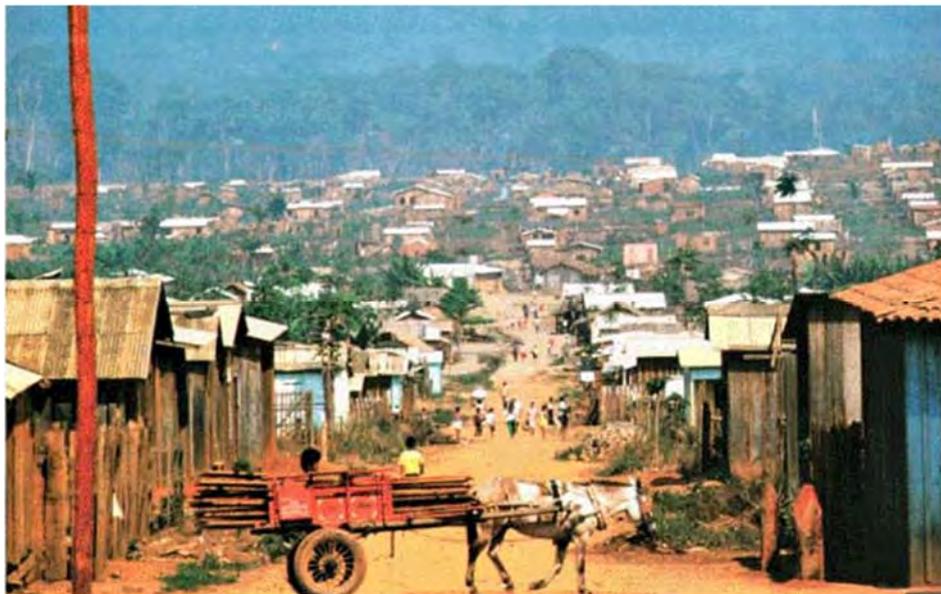


Fonte: IDESP (1990).

Se considerarmos esses dois núcleos dispostos na figura acima, além de visualizarmos que os aglomerados sofrem forte influência da PA-275, internamente a desigualdade e a segregação também se faziam presente. Isso porque o núcleo Parauapebas contava com várias construções feitas pelo Estado, dotando-o de serviços com a delegacia de polícia, o hospital público, praça, escola, prefeitura municipal, arruamento com calçadas, casas de alvenaria, bancos, sistema para tratamento de água e esgoto, residências construída pelo Estado para funcionários da Vale (atual bairros Chácara do Sol, Chácara das Estrelas e Chácara da Lua), assim como as casas de festas legalizadas (ROCHA, 2018).

A ocupação da Paz, que ficava separada do Rio Verde pelo Igarapé do Côco, era, então, o último espaço urbano da cidade no início da década de 1990, fazendo fronteira com fazendas e propriedades rurais (foto 01). A última rua de Parauapebas era conhecida como Rua do Arame. Isso porque um arame dividia a cidade das propriedades rurais. No Bairro da Paz, era notável a presença de casas de prostituição, desempregados, trabalhadores informais, casas de madeira e precarização das condições de vida e dos serviços públicos de maneira geral (ROCHA, 2018). Ainda hoje, este bairro conta com diversas casas de prostituição, sendo uma das mais antigas periferias urbanas da cidade.

Foto 01: Limite do Bairro rio Verde com a ocupação da Paz – Parauapebas dos anos 90



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Parauapebas – Museu da História de Parauapebas.

Nesse sentido, na foto 01, verificamos construções de casas de madeira, algumas de alvenaria, falta de calçamento e pavimentação, entulho nas vias, bem como a fronteira da cidade com as propriedades rurais. Assim, Parauapebas liga-se diretamente ao poder da atividade de mineração na região, baseado numa aliança entre Estado, capital nacional e capital internacional. Internamente, os proprietários de grandes terras nas margens das ocupações urbanas ou entre os núcleos de Parauapebas e Rio Verde aumentaram o seu poder a partir e através da valorização de suas terras.

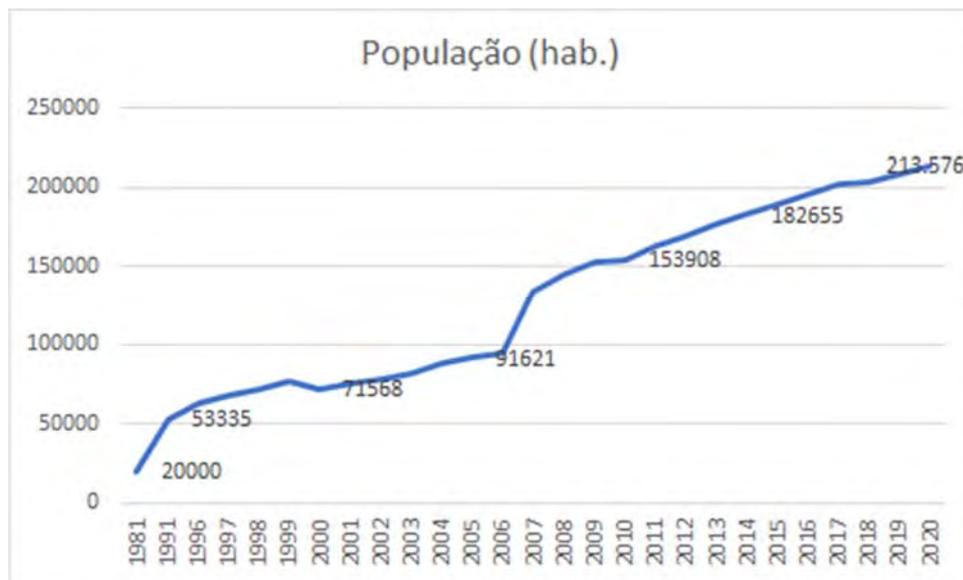
3 – Neoliberalismo, mineração e organização socioespacial de Parauapebas-PA: a indústria 4.0 e o avanço da expropriação dos recursos naturais e da exploração da classe trabalhadora

Parauapebas-PA se emancipa de Marabá em 1988. Esse processo teve forte influência do contexto de redemocratização brasileira e nova constituição federal, bem como da atividade mineradora que se desenvolvia em seu território, comandada principalmente pela empresa estatal Vale do Rio Doce, que gerava recursos para a região. Parauapebas foi planejada para ser o principal ponto nodal da produção moderna de ferro na região (ROCHA, 2018; COELHO, 2015).

Atualmente, destaca-se que a elite e a política local estão ligadas aos proprietários de terra e que este município mantém a sua base econômica assentada na atividade mineral. A cidade de Parauapebas é intensamente impactada com as oscilações do capital, visto que sua economia gira em torno do mercado internacional e suas variações no setor da produção

de ferro, principalmente. Concomitante ao seu processo de expansão urbana está também o seu crescimento populacional que foi intenso desde a sua gênese, como descrito no gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01: Crescimento populacional de Parauapebas-PA - 1981-2020



Fonte: IBGE (2020), SEMAS (2018) e FAPESPA (2015)

Elaboração: Débora Aquino Nunes, dezembro de 2020.

Entre os 1.388 municípios que se emanciparam no ano de 1988, apenas Palmas, capital do Tocantins, experimentou crescimento demográfico superior nesse período. Em 2010, Parauapebas já contava com 153.908 habitantes, mais que dobrando a sua população em apenas 10 anos, apresentando um crescimento de 115%. Em 2020, a sua população estimada foi de 213.576 habitantes, marcando uma diminuição no ritmo de crescimento, passando a ser de 39% de 2010 a 2020.

Identificamos também que a maioria da população de Parauapebas se concentra na cidade (IBGE, 2020). O boom populacional maior ocorreu, então, no período pós privatização da CVRD, em 1997, marcado pela intensificação da exploração mineral e do trabalho e do avanço do neoliberalismo que se fazia fortemente presente na política nacional. Com isso, sobre a desculpa de inviabilidade do governo de gerir as estatais, a CVRD é, então, privatizada em 1997, ou seja, vendida para o capital internacional por 3,3 bilhões (COELHO, 2007)

Segundo Becker (1990), para a transnacionalização da CVRD, o estado usou de métodos como: superposição de um novo território - de 800.000 a 900.000 km² foram superpostos à divisão administrativa oficial, onde empresas passaram a usufruir de concessão especial de incentivos tributários e financeiros, da implantação de novas redes de

comunicação e um sistema logístico enorme de transporte. Aumenta-se o poder das transnacionais em relação ao domínio do território regional e a presença de objetos técnicos desigualmente distribuídos e utilizados no espaço.

Parauapebas é um exemplo de cidade onde prioriza-se o principal setor econômico da região, a mineração, com apoio histórico das políticas públicas ali implantadas. Ela cresceu por conta do grande fluxo migratório destinado às cidades que dão base para os grandes projetos que permanecem na Amazônia. Porém, a chegada de tantas pessoas, em grande parte da classe trabalhadora, faz com que a cidade se expanda rapidamente, sem condições de comportar todos e todas de maneira justa e digna.

Atualmente, na região de Carajás, identifica-se territórios de expropriação de recursos minerais, com alto uso de tecnologia e que vêm implementando gradativamente tecnologias relacionadas a indústria 4.0. Sabe-se que o advento da indústria 4.0 trará desafios a serem superados, sobretudo no mundo do trabalho e produção, visto que os progressos tecnológicos estimulam a automatização da mão de obra humana, que decorre na exigência de novas competências e habilidades pelo mercado de trabalho, aprofunda-se a relação homem-máquina e máquina-máquina (SCHWAB, 2016).

Assim, identifica-se características da 4ª revolução industrial em territórios de fronteira. Tal revolução é marcada pela internet mais ubíqua (onipresente – em todos os lugares) e móvel; por sensores menores e mais poderosos; pela inteligência artificial e aprendizagem automática ou autônoma. Em relação as tecnologias digitais o que muda em relação a terceira revolução industrial é sua integração, ou seja, é a atual fusão de tecnologias e a interação entre domínios físicos, digitais e biológicos; e difusão muito mais veloz, sistêmica e ampla das tecnologias. Hoje é possível gerar uma maior capitalização com a menor presença de trabalhadores. Os custos marginais das empresas digitais tendem a diminuir (SCHWAB, 2016).

Porém, essa revolução se concentra em pequenos pontos do território do sudeste paraense. Para Schwab (2016), os grandes beneficiários desse avanço tecnológico produtivo são os provedores de capital intelectual ou físico (inovadores, investidores e acionistas); estes que concentram as vantagens e os valores do avanço tecnológico. Destaca-se também que existe um potencial impacto deflacionário da tecnologia em relação ao trabalho, que pode favorecer o capital em relação ao trabalho e também espremer os salários.

Em busca de uma maior produtividade, da diminuição de custos marginais e da modernização tecnológica e de gestão, a Vale vem estudando e realizando alguns testes com caminhões autômatos; estes que não precisam de um controlador de cabine. Os veículos, com 16,2 metros comprimento, 7,4 metros de altura e 8,7 metros de largura, são capazes de transportar 320 toneladas de carga. No ano de 2020, a expectativa era iniciar a operação definitiva, elevando gradualmente o número de veículos até chegar a 37 unidades em 2024.

Na operação autônoma, os caminhões são controlados por sistemas de computador, GPS, radares e inteligência artificial e monitorados por operadores em salas de comando a quilômetros de distância das operações.

Atualmente, a Vale vem batendo recordes de produção no complexo Carajás. Aprofunda-se o processo de expropriação dos recursos naturais e da exploração da mão de obra. Esta que é impactada, atualmente, com a reforma trabalhista e mais especificamente no caso dos trabalhadores da mineração em Parauapebas, entre outros fatores (perda de direitos trabalhistas e terceirização do trabalho), com a extinção das horas in itinere. Tal horas são o tempo gasto com deslocamento ida e volta para local de trabalho considerado de difícil acesso ou não servido por transporte público regular, desde que transportado por condução fornecida pelo empregador. Estas horas eram pagas e contabilizavam na carga de trabalho antes do ano de 2017. Atualmente, com a nova legislação, esse tempo não é mais computado na jornada de trabalho, por tanto não é mais pago ao trabalhador (BRASIL, 2017). As horas de deslocamento de subida e descida da portaria da FLONA dos Carajás até as minas de extração de ferro, realizada por terceirizadas contratadas da Vale, não fazem mais parte da carga horária de trabalho. Diminui-se a renda do trabalhador, mantendo a sua jornada de trabalho. Cabe destacar, então, que o trabalhador da Vale residente na cidade de Parauapebas pode gastar de 2 a 4 horas de viagem para subir e descer do seu trabalho, seja para S11D, mina em Canaã dos Carajás, para N4 ou para o Salobro, minas em Parauapebas. Chaga-se, então, a uma jornada de trabalho de 10 a 12 horas, com salário de 8 horas trabalhadas.

Em relação a intensificação da produção, em 2013, Parauapebas foi o município que mais exportou no Brasil e, ainda neste ano, foi inaugurado a Usina 02, que amplia em 40 milhões de toneladas a produção de ferro de Carajás. Em 2014, a empresa começou a duplicar o seu ramal ferroviário, a estrada de ferro Carajás. Em 2016, na cidade vizinha a Parauapebas, Canaã dos Carajás, a Vale inaugura um dos seus maiores projetos de exploração mineral do mundo, a S11D. Destaca-se mais uma vez que o teor do ferro encontrado nas jazidas de Carajás é o mais alto do mundo, tendo no entorno de 65% a 70% de pureza (VALE 2014). Nem o mercado internacional consome o ferro nesse teor. A Vale mistura, então, o ferro de Carajás com o de Minas Gerais para conseguir exportar.

Assim, verificamos uma ligação direta entre as políticas públicas, com as novas legislações e renovações de incentivos fiscais, e o grande capital que vem impactando de forma direta e relevante os processos e as dinâmicas que produzem, intensamente, o espaço urbano de fronteira. Há um esforço desses agentes para sempre aumentar a exportação de minérios e de produtos agropecuários, seja para aumentar seus lucros, no caso do capital privado, ou para elevar o saldo da balança comercial do Brasil, o que faz com que a região de

Carajás continue ganhando destaque no cenário nacional e internacional (SILVA; DINIZ; FERREIRA, 2013).

As propagandas da empresa Vale da mídia (outdoor e internet), bem como as palestras realizadas por eles em visita a empresa através de trabalho de campo, a exploração mineral aparece como algo positivo, natural e característico da cidade de Parauapebas. O desenvolvimento está ligado principalmente ao avanço tecnológico, à sustentabilidade, à ideia de promoção de empregos e investimentos e à indústria 4.0, que está localizada pontualmente no território regional.

Em relação ao emprego, analisamos também a flutuação do emprego formal no município no período de 2009-2019 (tabela 02).

Tabela 02: Demonstrativo da flutuação do emprego formal no período de 2009 a 2019 – município de Parauapebas-PA

| ANO | ADMISSÃO | DESLIGAMENTO | SALDO |
|-------|----------|--------------|---------|
| 2009 | 18.912 | 18.705 | 207 |
| 2010 | 25.534 | 21.017 | 4.517 |
| 2011 | 30.451 | 25.722 | 4.729 |
| 2012 | 35.386 | 31.163 | 4.223 |
| 2013 | 29.106 | 34.901 | -5.795 |
| 2014 | 29.714 | 29.423 | 291 |
| 2015 | 22.464 | 25.507 | -3.043 |
| 2016 | 16.286 | 17.929 | - 1.643 |
| 2017 | 14.673 | 15.349 | -676 |
| 2018 | 17.707 | 14.808 | 2.899 |
| 2019 | 25.596 | 20.166 | 5.480 |
| TOTAL | 238.395 | 232.193 | 11.189 |

Fonte: Ministério do Trabalho (2019)

Elaboração: Débora Aquino Nunes, março de 2019

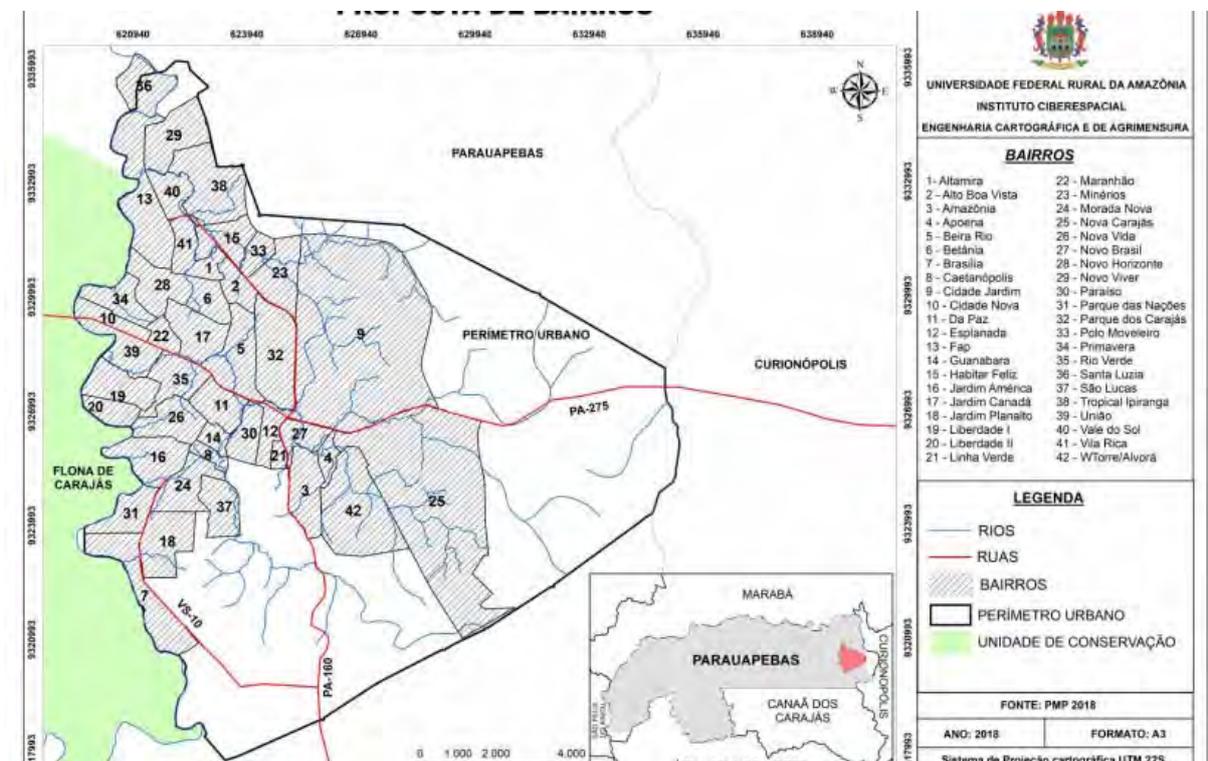
Nota: Em 2018, os dados foram ajustados de acordo com a nova metodologia do Ministério do Trabalho, considerando acertos e informações enviadas fora do prazo.

Ao analisar a tabela 02, identificamos que no período de 2009 a 2019, foram criados no município 11.189 empregos formais, sendo que a população teve um crescimento de 59.668 habitantes no período de 2010 a 2019; o que é um dado preocupante. Os piores anos em relação ao desemprego foram 2013, 2015 e 2016, quando a crise do capital atingiu a economia brasileira de maneira mais intensa com a diminuição do ritmo de crescimento da China, nosso maior parceiro comercial. Após três anos consecutivos de maior índice de desemprego do que de emprego, o número de posto de trabalho formal voltou a aumentar no ano de 2018, já com a nova metodologia adotada pelo Ministério do Trabalho. Nesse ano,

Parauapebas foi o município que mais empregou no Estado do Pará, cabe destacar também que o fluxo de demissões e admissões no município são altos. Além disso, identificamos que o setor de serviços, com 1.681 novos postos de trabalho, e a construção civil, com 1.413, foram os setores que mais empregaram. O setor mineral ficou apenas em terceiro lugar, com saldo de 201 novos postos de trabalho (MT, 2019); o que aponta para a terceirização do trabalho, abertura e manutenção da infraestrutura da mineração e para um certo dinamismo do mercado interno da construção. Existe um grande problema relacionado ao desemprego na cidade, onde, apenas entre os anos de 2010 e 2019, a população cresceu 5 vezes mais do que a quantidade de novos postos de emprego formal. Cabe destacar que os dados de flutuação de emprego formal de 2020 ainda não foram disponibilizados pelo governo federal na plataforma do CAGED até a produção desse artigo.

Assim, entre as décadas de 1990 a 2018, em Parauapebas houve uma conformação de novos bairros muito rapidamente, expandindo o tecido urbano (mapa 01) e ocasionando, do mesmo modo, grande especulação do solo urbano, surgimento de bairros com precárias infraestruturas e em áreas de risco, bem como o aumento da demanda sobre os serviços públicos (IDESP, 2014). Destaca-se que a Prefeitura Municipal não disponibilizou sua base cartográfica para a realização dessa pesquisa. Por isso, conseguimos apenas identificar os bairros de Parauapebas até 2018.

Mapa 01: Bairros da cidade de Parauapebas-PA



Elaboração: Silva (2019).

É importante destacar que os primeiros bairros de Parauapebas até o final da década de 1990 restringiam-se ao que está contornado e identificado pela numeração 10, 39, 35 e 11 no mapa acima, ou seja, aos bairros: Cidade Nova, União, Rio Verde e Bairro da paz, respectivamente. Frisamos que o crescimento urbano de Parauapebas foi tão acelerado que em 2018, a cidade contava com 42 bairros. Alguns aglomerados habitacionais não aparecem no mapa acima, pois datam do período pós-2018 ou são ocupações não legalizadas, com destaque para o corredor de expansão urbana da VS10 (identificado no mapa acima como uma das ruas principais de Parauapebas), onde a Secretaria Municipal de Serviço Social realizou um diagnóstico socioeconômico, pois identificou que essa parcela do espaço urbano municipal concentra problemas sérios de acesso a serviços públicos e pobreza (SEMAS, 2018).

Destaca-se que as famílias de baixa renda chegam à cidade em busca principalmente de melhores condições de vida. Assim, Parauapebas mais que quadruplicou o seu território urbano. Tal processo tem uma participação direta da mineração e das políticas públicas. A cada novo ciclo mineral, a cidade incha e os postos de emprego são bastante disputados. A população ocupa, então, áreas de risco como as encostas da serra e áreas alagadas. Segundo dados do IBGE (2020), em 2018, o salário médio mensal era de 3.1 salários mínimos em Parauapebas. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 4º de 144º. Porém, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município tinha 38.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 141º de 144º dentre as cidades do estado. Esses dados apontam, dessa forma, para uma concentração de renda importante no município.

Assim, a partir do avanço das políticas neoliberais, em um primeiro momento identificamos seu rebatimento na região com a privatização da Vale. Esta mudança de gestão dos recursos naturais e esperança de melhoria da qualidade de vida, levou ao aumento do fluxo populacional direcionado à Parauapebas. O crescimento urbano acelerado não assegurava o direito a vida digna da maioria da população, que se concentravam a margem do que era propagandeado como a cidade de “ferro” e das oportunidades de emprego. Atualmente, identificamos também que até 2019, a população cresceu 5 vezes mais do que os postos de emprego. A perda de direitos trabalhistas, como as horas intineres, aumentam a exploração do trabalho. A concentração de renda é uma característica presente e marcante, bem como o avanço da expropriação dos recursos naturais do município.

Considerações Finais

A gênese de Parauapebas está assentada no garimpo em terras antes ocupadas pelas etnias Xkrin e Kaipó. Surge, então, o Rio Verde, importante entreposto comercial para o ouro de Serra Pelada. Esse território serviu de base para o Projeto Ferro Carajás e a construção de dois núcleos urbanos planejados, Parauapebas e Carajás (company town) (ROCHA, 2018). Atualmente, identifica-se a nova fase de exploração mineral na região, marcada pela indústria 4.0; processos que levaram a novas conexões entre o local, a região e as lógicas globais e que tem na articulação entre o poder público e a atividade mineral um elo transmutado, porém contínuo, de grandes impactos socioambientais e na organização desigual, hierarquizada e segregada do espaço urbano parauapebense.

O município de Parauapebas-PA possui uma das maiores jazidas de ferro do mundo, sendo explorada principalmente pela empresa de capital privado Vale em território de proteção ambiental, a Floresta Nacional dos Carajás (FLONA-Carajás). Este município tem uma importância fundamental na expropriação de recursos minerais do Brasil pelas empresas estrangeiras. Tal atividade econômica está diretamente relacionada com as políticas desenvolvimentistas de abertura da fronteira econômica na região do sudeste paraense, no período do governo militar. Atualmente, o Estado e o capital internacional continuam se articulando para facilitar o domínio do território e da lógica na região. A mineração é o principal setor da economia de Parauapebas e possui ligação direta com a gênese segregacionista do município. Tal atividade vem, constantemente, passando por mudanças tecnológicas, produtivas e mercadológicas ligadas ao avanço do neoliberalismo e à indústria 4.0, reafirmando o seu domínio sob o território municipal.

A ideia vendida de “capital do ferro” se reflete, na realidade, em uma cidade em que a mineração moderna, com seu território marcado pela tecnologia e concentração de capital, coexiste com a segregação socioespacial, a pobreza, o desemprego, a expropriação de recursos naturais e o aumento da exploração do trabalhador. Assim, a dinâmica econômica, guiada pela mineração moderna, vem produzindo um espaço urbano notadamente segregado e desigual, com forte concentração de renda, problemas de emprego e renda, rápida ocupação urbana e extensas áreas marginalizadas, ou seja, que estão à margem das políticas públicas e dos benefícios do avanço do capital internacional na região.

REFERÊNCIAS

- AB’SABER, A. **Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1994.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 nov. 1980. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1813.htm > Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 13.467/2017, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 13 de julho de 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

CASTRO, E. M. R. **O urbano plural e o multiétnico**: trabalho, formas de sociabilidade e diferença em espaços de fronteira política na Amazônia. In: **Anais do Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambú, 2011.

COELHO, T. P. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, M.; TROCATES, C (orgs.). **A questão mineral do Brasil**. Marabá: Editora Iguana, 2015.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará. **Barômetro da sustentabilidade de municípios com atividades minerárias no Estado do Pará**. Belém: FAPESPA/Governo do Estado, 2015. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/Barometro_da_sustentabilidade_Mineracao.pdf >. Acesso em: 02 de jul. 2020.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. London; New York: Verso, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/parauapebas.html>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

IDESP. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. **Municípios paranaenses**: Parauapebas. nº 4. Belém: IDESP, 1990.

LEFÈBVRE, H. **La producción de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 2009.

_____. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MALHEIRO, B. C. P. Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. **Geografia** (UFF), v. 21, p. 18-31, 2019.

MERCÊS, Simaia (2011). Transformações recentes na produção do espaço intra-urbano e da moradia em cidades na Amazônia. In: **Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, RJ, p. 1-15.

MT. Ministério do Trabalho. **CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. 2020. Disponível em: <<https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>>. Acesso em: dezembro de 2020.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1990.

ROCHA, A. J. A. **À margem do Projeto Ferro Carajás: uma pequena contribuição à história social e cultural de Parauapebas (1980-2004)**. Goiânia: Kelps, 2018.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SEMAS. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2018 - 2021**. Parauapebas: SEMAS, 2018.

SILVA, J. S. **O bairro como unidade territorial de planejamento urbano: proposta de delimitação espacial dos bairros do município de Parauapebas-PA**. Belém, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em engenharia cartográfica e de agrimensura) – Universidade Federal Rural da Amazônia, 2019.

SILVA, H.; DINIZ, S.; FERREIRA, V. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 61-76, nov. 2013.

SOUZA, C. B. G.; PEREIRA, T. C. B. A Urbanização no entorno dos Grandes Projetos da Amazônia: as áreas de Risco em Parauapebas-PA. In: **Anais do IV Encontro Nacional da Anppas**. Brasília, jun., 2008.

TRINDADE JR., S. C (2010). Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, mar./set., 2010, p. 113-138.

VALE. Diretoria de Comunicação Corporativa. **Projeto Ferro Carajás S11D: um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil**. Vale, 2013. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/s11d/Documents/Final-Book-S11D-PORT.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

VALE. **Vale em Parauapebas**. 2014. Disponível em: <<http://www.vale.com/pt/aboutvale/sustainability/links/linksdownloadsdocuments/relatorio-vale-parauapebas-2014.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2020.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 06 – Modelo extrativista, megaprojetos e economia de *commodities* na América latina.

INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS DE POBREZA NO SUDESTE DO PARAENSE: O CASO DE CANAÃ DOS CARAJÁS.

Samuel P Sampaio¹
Giliad de Souza Silva²
Danilo Araújo Fernandes³

RESUMO

Em um cenário no qual o Estado se subordinou a uma lógica capitalista geradora de contradições, pautado em um discurso desenvolvimentista, ocorrendo extermínio de culturas e massacre de povos tradicionais, com alteração brusca de regiões naturais, agora “esmagados” pela lógica do mercado das *Commodities*. Nesse sentido, com este artigo objetiva-se analisar, as implicações do Programa Grande Carajás na Região Sudeste do Pará, tendo como base amostral e objeto de análise do Índice de pobreza multidimensional (IPM) o município de Canaã dos Carajás. Considerando as grandes transformações ocorridas nesse município após a implementação de projetos agro-minero-metalúrgicos em seu território a partir da década de 1990. Neste período entrou em execução o projeto sossego com extração de cobre e ouro iniciada em 2004 e o projeto S11D de exploração de ferro iniciada em 2016, os quais proporcionaram grandes alterações na dinâmica econômica e sócio populacional no referido município. Para discussão dos conceitos de pobreza e desenvolvimento aborda-se a teoria das Capacitações de Amartya Sen (2000), segundo a qual o desenvolvimento atrela-se ao alcance do bem-estar dos indivíduos, através da minimização das privações sofridas pelos mesmo, e alcance de suas liberdades substantivas. Para elaboração e análise do IPM, aborda-se o método de Alkire e Foster (AF 2010) de forma adaptado, com o qual será mensurado o IPM através das dimensões: Saúde, Educação e Padrão de vida, alinhadas a 08 (oito) indicadores específicos. Para tanto, utiliza-se os dados primários selecionados nos dois últimos censos do Instituto de Geografia e Estatística – (IBGE), 2000 e 2010.

PALAVRA-CHAVE: Desenvolvimento. IPM. Cana dos Carajás

¹ Discente de mestrado do Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM) pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unefesspa, Brasil). E-mai: Samuel@unifesspa.edu.br.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM) pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unefesspa, Brasil). E-mail: giliad.souza@unifesspa.edu.br.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM) pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unefesspa, Brasil)). E-mail: danfernandes2@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Ao ser eleito como o principal provedor de serviços sociais, o Estado torna-se garantidor do pleno emprego, sendo este o responsável pelo crescimento da economia e mantenedor das necessidades sociais. Estas devem estar acima dos interesses individuais na implementação de políticas públicas, dessa forma, a consonância entre os interesses individuais e coletivos, devem ser observados pelos tomadores decisões, conforme Friedman (1991, p.20). Historicamente a região amazônica foi palco de intensas dinâmicas econômicas e sociais, partindo de um modelo primário extrativista, das drogas do sertão, a economia extrativa da borracha, da castanha, extração de peles de animais, ao atual modelo de exploração agro-mineral.

A partir da década de 1970, ocorre a implementação de Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional na Amazônia, com uma gama de planos e incentivos governamentais, os quais trouxeram intensa fragmentação sócio econômica, sócio populacional, e territorial a Região. Ainda na década de 1970 o governo militar, ampliou o processo de integração nacional com a criação de diversos projetos minero-metalúrgicos agroflorestais e agropecuários, entre eles, o Programa Grande Carajás (PGC). Este programa foi formado por cinco subprojetos, a saber: uma mina de ferro no município de Parauapebas, uma ferrovia que liga Carajás ao porto de Itaqui no Maranhá, duas fábricas de alumínio, uma em Barcarena e outra em São Luis do Maranhã, e a hidroelétrica de Tucuruí no rio Tocantins. Ainda estiveram atrelados ao PGC outros projetos agroflorestais como grandes plantações de eucalipto, projetos agropecuários de criação de Bovino, madeireiro, empresas agrícolas e silvicultura, conforme Hall (1991).

Como parte do PGC, foi criado o Projeto Ferro Carajás (PFC), com entrada em operação em 1985, com objetivo de exploração integrada dos recursos da província mineral de Carajás, através da mina de Ferro em Parauapebas. Posteriormente, e não mais integrado ao PFC, ocorreu a implementação dos projetos Sossego e S11D no município de Canaã dos Carajás, sendo um elemento fundamental para a ocupação deste território. Considerando alguns elementos como: (a) as grandes contradições ocorridas em seu processo de formação sócio territorial no município e nas relações entre os diversos agentes econômicos e sociais, na distribuição de terra, renda e recursos; (b) a intensificação dos conflitos a partir da instalação da atividade mineira no município, trazendo, desemprego, violência urbana entre outros problemas sociais.

Pautado nesse contexto, este artigo trabalha com a seguinte hipótese: o desenvolvimento não vem ocorrendo de forma ampla e multidimensional no município de Canaã dos Carajás, com possível presença de graves privações nos domicílios desse município, bem como a presença de pobreza multidimensional grave. Com a finalidade de

entender as implicações da atividade minerárias no processo de reconfiguração sócio espacial do município de Canaã dos Carajás, como também, responder a hipótese levantada, este trabalho tem como objetivo geral: analisar as implicações da atividade minerária no contexto sócio econômico e populacional do município de Canaã dos Carajás, identificando as possíveis causas da pobreza nesse município.

Dessa forma, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos: (i) realizar uma caracterização sócio econômica, populacional e territorial do município de Canaã dos Carajás, a partir da análise do seu processo de formação, bem como as mudanças ocorridas no município a partir da implantação dos projetos Sossego e S11D; (ii) apresentar uma análise teórica da abordagem das capacitações de Amartya Sen com os conceitos de desenvolvimento, ainda, construir uma discussão sobre o conceito de pobreza como um fenômeno multidimensional, atrelado as formas de sua mensuração do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM); (iii) evidenciar empiricamente o índice de pobreza multidimensional do município de Canaã dos Carajás, bem como discutir os resultados obtidos nesta pesquisa, apresentando as dimensões e os indicadores de maior privação dos indivíduos do município.

Para alcançar os objetivos citados será aplicada a seguinte metodologia: revisão teórica tanto sobre o processo de formação e caracterização sócio econômica e populacional do município de Canaã dos Carajás, como uma análise dos diversos conceitos de pobreza e desenvolvimento. A base teórica metodológica para elaboração e análise do Índice de Pobreza Multidimensional é a desenvolvida por Akira Foster (2010). Para operacionalidade da elaboração do IPM abordou-se três dimensões consideradas na estimativa da pobreza multidimensional: Saúde, Educação e Padrão de vida. Os dados utilizados nesta pesquisa são provenientes dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE nos anos 2000 e 2010.

Este trabalho está estruturado em quatro seções: introdução; segunda seção trazendo uma abordagem da formação sócio econômica e territorial do município de Canaã dos Carajás e as implicações dos projetos Sossego e S11D nesse município. Na terceira seção é descrita a abordagem das capacitações de Amartya Sen, discutindo-se o conceito de pobreza multidimensional, como um condicionante fundamental de mensuração de indicadores sociais, em um determinado espaço, região ou território. Na quarta seção são apresentados os procedimentos metodológicos para elaboração deste trabalho. Ademais, traz-se os resultados desta pesquisa, com uma abordagem empírica do Índice de pobreza multidimensional do município da Canaã dos Carajás e demais considerações finais.

2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA E TERRITORIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

O município de Canaã dos Carajás localiza-se na Mesorregião do Sudeste Paraense, cuja formação resulta de projetos de assentamentos rurais (PAs) desenvolvido pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) com apoio da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Após a implantação desses projetos de assentamentos (PAs Carajás I, II e III) e posterior criação de Centro de Desenvolvimento Regional (Cederes I, II e III), estabeleceu-se condições de infraestrutura para a criação de Canaã dos Carajás, que foi emancipada em abril de 1994, através da Lei 5.860.

O início da operação da mina do Sossego (extração de cobre e ouro), ocorre em 2004, a qual alterou profundamente a dinâmica sócio econômica e populacional do município de Canaã dos Carajás, tonando este município, um ator local em um mercado global. A mina do Sossego foi o primeiro empreendimento de extração de cobre da Vale na região Amazônica. Houve a construção de ampla infraestrutura no município e em ações para o desenvolvimento econômico do projeto no município. A partir de 2016, entrou em execução a usina de extração de ferro S11D, esse projeto representa a expansão da atividade de extração e beneficiamento de minério de ferro no complexo minerador de Carajás, além de contar com a expansão da estrada de Ferro Carajás e Remodelação de linhas existentes. O projeto recebeu esse nome em referência à sua localização (serra Sul, corpo 11, Bloco D). O potencial mineral do corpo S11 era de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro, sendo que o bloco D, isoladamente, possui 2,78 bilhões de toneladas de reserva a ser minerada pela Vale, conforme Vale (2016).

Segundos (CARDOSO et al, 2018 *apud* COELHO, 2014), essa nova dinâmica econômica trouxe a rápida valorização a antigas terras rurais e favoreceu a imposição da lógica urbana especulativa sobre a comercialização das terras rurais no município. Ainda segundo os autores, a atividade minerária, trouxe uma intensa transformação urbana no município, bem como uma ação intensa de fazendeiros, proprietários de terra, políticos locais e uma grande leva de migrantes. Esse processo convergiu para conflitos de várias escalas e diversos problemas sociais, como, acirramento da pobreza, pressão sobre os recursos naturais e sobre serviços públicos essenciais como: saúde; educação; emprego; habitação, entre outros problemas sociais. Essa mudança na dinâmica econômica e social do município trouxe diversas alterações tanto na cadeia produtiva da agricultura de subsistência como na pecuária. Intensificou-se o conflito por terras e uma gama de problemas sociais como violência urbana e alteração da cadeia produtiva de culturas tradicionais no município.

De acordo com dados do SIDRA/IBGE (2020), os alimentos fundamentais para grande parte da população, tanto dos camponeses, quanto da população em geral, estavam

deixando de ser produzidos em Canaã dos Carajás. Como mostra a tabela 01, a partir dos anos 2000, a produção de alimentos básicos sofre uma queda drástica, como é o caso da produção de arroz com 360 toneladas em 2000, diminui para 80 toneladas em 2019; o feijão com uma produção anual de 618 toneladas em 2000 cai sua produção anual para 36 toneladas em 2019. A produção de banana e abacaxi também sofreram sensível queda em sua produção, com exceção de mandioca, milho e melancia, devido a presença de empresas agrícolas com produção para fins de exportação aumentaram sua produção, todas as outras culturas vêm sofrendo queda em sua produção.

Tabela 01: Produção agrícola em tonelada de 2000 e 2019 em Canaã dos Carajás

| Canaã dos Carajás | Abacaxi | Arroz | Banana | Feijão | Mandioca | Melancia | Milho |
|--------------------------|----------------|--------------|---------------|---------------|-----------------|-----------------|--------------|
| 2000 | 408 | 360 | 1333 | 618 | 3300 | 12 | 2700 |
| 2019 | 260 | 80 | 8750 | 36 | 4680 | 1387 | 17400 |

Fonte: SIDRA/IBGE 2020, organizado pelo autor.

Em contrapartida a diminuição produção de culturas da base alimentares no município, ocorre um aumento da produção bovina em larga escala, com um percentual de 34,41%, de aumento. Em 2000 existiam 181.000 cabeças e em 2019 com 243.300 cabeças de gado bovino no município, conforme SIDRA/IBGE (2020). A atividade minerária gerou uma maior arrecadação do município, atrelado a uma alta dependência da arrecadação municipal a o setor da indústria minerária. No ano de 2019 foram arrecadados 413,5 milhões de recurso oriundo de Compensação Financeira pela Exploração do Recurso Mineral CFEM no municípios de Canaã dos Carajás. Desse valor, cerca de 60% são aplicados na máquina pública e em urbanismo. De acordo com o portal da transparência dos municípios, esse recurso foi distribuído da seguinte forma: assistência social (1,80%); agricultura (0,44%); saneamento (4,61%); educação (13,11%); saúde (15,29%); urbanismo (30,10%); administração (30,78%); cultura (0,44%); indústria (0,49%); gestão ambiental (0,32%); outros (0,74%), de acordo com Ângelo (2019).

Em relação ao crescimento populacional, em 2000 Canaã dos Carajás possuía uma população de 10.922 habitantes. Já anos de 2010 o município contava com uma população total de 26.716. De acordo com a estimativa de população residente do IBGE em 2020 essa população era de 38.103 habitantes em 2020. Do ponto de vista do crescimento da malha urbana do município, verifica-se que quatro anos antes da sua emancipação (1990), a área urbana na qual seria a sede de Canaã dos Carajás ocupava cerca de 74 hectares. Já em 2015, a sede do município já contava com 3.160 hectares de área urbanizada, ou seja, ocorreu um crescimento da malha urbana horizontal de 4210% no período analisado, conforme Fadesp (2016). O êxodo rural de Canaã dos Carajás entre 2000 e 2014 foi de 50,59% quando a população urbana em 2000 era de 35,93% e a população rural e 64,07%. Já em 2014, a população rural passou para 13,48% enquanto que a

população urbana saltou para 86,52%, conforme demonstra a figura abaixo, conforme Fadesp (2016).

Como síntese, percebe-se grandes transformações na dinâmica do município de Canaã dos Carajás, após a entrada em execução da atividade minerária, ocorrendo em diversos setores econômicos e sociais. Isto é perceptível tanto pelo crescimento populacional, como pelas mudanças na composição entre urbano-rural, a produção agrícola de subsistência e ainda no crescimento da área urbana do município.

3. ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DE AMARTYA SEN E DEMAIS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E POBREZA.

A discussão sobre desenvolvimento e crescimento econômico é perceptível em diversos modelos teórico-conceituais. Desde os mercantilistas, em que a balança comercial seria responsável pelo processo de acumulação de excedentes, o qual geraria riquezas, e consequente crescimento econômico. Para os clássicos, o progresso material seria propulsor de acumulação de riqueza, o trabalho, terra e as relações de produção explicariam a geração riqueza e o crescimento econômico. Na abordagem marxista, o trabalho é a principal fonte da criação do valor e do capital, logo, do processo de geração de riqueza.

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento considera a acumulação de riqueza como um dos fatores de crescimento, contudo segundo o mesmo, o crescimento econômico por si só não se efetiva em desenvolvimento. Pois o desenvolvimento deve estar atrelado ao processo obtenção de capacidades e bem-estar dos indivíduos, através da conquista das liberdades ou capacidades. Segundo o autor, essas capacidades, somam-se ao fornecimento de serviços básicos como educação, saúde, energia elétrica, água encanada, saneamento básico, segurança providenciaria, trabalho, direito a democracia, dentre outras, as quais possuem a qualidade de funcionamentos e elementos propulsores de desenvolvimento.

Capacidade atrela-se ao conceito de liberdade, pois realiza combinações alternativas de funcionamentos, ou seja, a liberdade para ter estilos de vida diversos, aquilo que o indivíduo considera como fundamental para sua sobrevivência e que lhe proporcione a felicidade. Estes elementos podem aumentar o potencial do indivíduo de auferir bem-estar, trabalho, renda, e assim, livrar-se da pobreza. Considerando que as liberdades não são apenas fins primordiais do desenvolvimento humano, mas são meios principais para seu alcance, conforme Sen (2000 p.25).

O desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de privações de um determinado grupo ou indivíduos, quais sejam: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência em serviços públicos, intolerância ou interferência excessivas de Estados repressivos, conforme Sen (2000). Segundo o autor, as

vantagens individuais são fundamentais para ampliação das capacidades que uma pessoa tem razão para valorizar, nesse sentido, a pobreza é vista como privação de capacidades básicas.

O autor complementa que:

“Os fins e os meios do desenvolvimento requerem uma análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento, pois é inadequado entender o desenvolvimento somente sob o prisma de objetivos básicos como a maximização de renda ou da riqueza. Pois estes são elementos meramente úteis com o aproveitamento de alguma outra coisa, devendo-se levar em consideração o desenvolvimento como a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Como a liberdade de desfrutar uma boa saúde, educação de qualidade, emprego digno, participação ativa nas decisões políticas e seguranças nos momentos de vulnerabilidade social, pois são meios que tornam os indivíduos seres sociais mais completos, do ponto de vista do desenvolvimento humano” Sen (2000 p.140).

Nesse contexto, o não desenvolvimento evidencia a pobreza, a qual é considerada um fenômeno multidimensional que afeta as pessoas de várias formas e sua mensuração obtêm-se através da mensuração de diferentes privações dos indivíduos, observadas como nível fundamental a intensa demanda social. Dessa forma, os fundamentos deste conceito têm como perspectiva a estruturação das dimensões sociais da vida humana, pois poderá contribuir significativamente para remodelamento do propósito e das políticas sociais, conforme Sen (2000 p.113). O autor complementa que a eliminação da pobreza está diretamente relacionada a melhor investimento em educação, melhores serviços de saúde pública, e elevação da qualidade de vida do indivíduo.

Ademais, o autor afirma que:

Grande parte das discussões sobre pobreza tem base no conceito de renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doenças, baixo nível educacional e inclusão social. Essa visão pluralista também reconhece que as vidas humanas sofrem com toda sorte de dificuldades e limitações e que são de suma importância para demonstrar a viabilidade na incorporação dos seres humanos no processo de desenvolvimento econômico e uma vida plena”, Sen (2000 p.115).

Este autor denota que, ao exercerem suas liberdades, os indivíduos fazem respeitar seus direitos, como nas diferentes formas de distribuição e acesso aos recursos privados e coletivos. Dessa forma, torna-se importante a focalização, não somente os direitos sociais, mas os direitos civis e políticos. Por estes termos é que as expansões das liberdades são vistas como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Tendo em vista que o alcance de tais liberdades consiste na eliminação de privações, dando aos indivíduos liberdades de escolhas e oportunidades de exercerem a condição de agente no meio social.

Em síntese, ao tratar-se da relação entre desenvolvimento humano e pobreza, torna-se fundamental a discussão sobre a formação de capacidades humanas ou o estado de

carência das pessoas. Nesse sentido o desenvolvimento tem o sentido de proporcionar o uso das capacidades adquiridas pelos indivíduos. Dessa forma, a contribuição da abordagem das capacitações para o campo de análises da pobreza relaciona-se ao aumento da compreensão da natureza e das causas da pobreza e privações. Dessa forma, a relevância dessa perspectiva traz a compreensão que a falta de capacitação inclui-se no fato de que as privações são vistas em um nível mais fundamental, atrelado ao contexto de conquista de justiça social de uma determinada população ou grupo de indivíduos.

Para Sen, (2000 p.200) a pobreza é um fenômeno de privações múltiplas, a qual possui múltiplas propriedades que podem ser medidas como um fenômeno social complexo. Nesse sentido, a pobreza refere-se não apenas a privações em termos de necessidades materiais de renda e bem-estar, mas também a negação de oportunidades de se levar uma vida digna. Nesse contexto, os debates sobre formas de operacionalização e construção de novos padrões e índices de pobreza vêm evoluindo ao longo dos anos. Cita-se como marco inicial o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990 o qual teve um papel importante, pois instituiu-se, pela primeira vez, um índice de comparação mundial, no debate global sobre pobreza e desenvolvimento, a partir da busca pela construção de índices multidimensionais de pobreza foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Amartya Sen, apresentado através do referido relatório.

Ainda na década de 1990 foi desenvolvido o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), também desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em conjunto com o centro de pesquisas *The Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI). Seu objetivo é fornecer um retrato da situação de vulnerabilidade das pessoas no mundo. Essa abordagem de pobreza atende as necessidades diagnósticas, importantes para identificação das principais necessidades dos indivíduos, de acordo com sexo, idade, grau de instrução, saúde, saneamento entre outras variáveis.

De acordo com Alkire e Santos (2010), as possibilidades de escolha de dimensões capazes de refletir a pobreza na elaboração do IPM são bastante amplas, e podem ser medidas com um maior número de indicadores e áreas dimensionais, como saúde, educação, padrão de vida, empoderamento, condições de emprego, meio ambiente, proteção contra a violência, relacionamentos sociais, culturais, gêneros e entre outras. Estes elementos são, em geral, levados em consideração quando se debate os possíveis aspectos a serem considerados em uma avaliação dos funcionamentos básicos na mensuração da pobreza multidimensional. Considerando os elementos citados, é evidente que ter renda acima da linha de pobreza não significa necessariamente que o indivíduo seja capaz ou irá ter condições de converter essa renda em fins que ele deseja ou valoriza em comparação a outros indivíduos (SEN, 2000). Para o autor, as próprias dimensões ou funcionamentos podem também ser fonte de escolha das pessoas avaliadas, influenciando assim na determinação dos resultados

e nas dimensões que serão priorizadas na avaliação do nível de privação dos indivíduos.

Sen (2000) o IPM poderá ser utilizado de forma adaptada, tendo em vista as observações territoriais específicas de acesso a recursos e meios específicos, as condições de vida dessa determinada população. Os quais servirão para avaliação das capacidades e os funcionamentos, buscando alcançar as dimensões mais fundamentais dos indivíduos ou aquilo que os mesmos consideram fundamentais para seu desenvolvimento, Sen (200, p.204).

O IPM pode revelar, além do número de pessoas em privações, quais são as maiores privações que elas enfrentam. Dimensiona-se também a intensidade da pobreza no espaço, detalhando-a por diversos aspectos, como, gênero, idade, distribuição geográfica dentre outros. Costumeiramente, as três dimensões do IPM citadas acima (educação, saúde e padrão de vida). As dimensões podem ser mensuradas e adaptadas de acordo com a realidade social política ou geográfica da região ou país, bem como de acordo com a percepção do pesquisador. O valor do IPM varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o grau de pobreza, mais próximo de 0, menor o grau de pobreza. Se o IPM for igual a 1, indica que o indivíduo se encontra em extrema pobreza. Uma família é multidimensionalmente pobre quando suas privações são de, pelo menos, 30% dos indicadores, conforme PNUD (2010).

Em síntese, esta seção trata das diversas formas de pensar o desenvolvimento e conceituação de pobreza, dessa forma, torna-se fundamental o entendimento de que, mesmo com as diversas concepções de desenvolvimento, é fundamental levar em consideração o bem-estar dos indivíduos. Considerando que, por mais que ocorra o crescimento econômico, se os grupos humanos se encontram em situação de pobreza, esse crescimento não conseguiu efetivar o desenvolvimento, por não ter considerado a eliminação das necessidades das pessoas e a capacidade de conquista de suas liberdades substantivas.

4. EVIDENCIAS EMPÍRICA E MENSURAÇÃO DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Nesta seção aborda-se inicialmente os condicionantes metodológicos para a mensuração do índice de pobreza multidimensional (IPM) do município de Canaã dos Carajás. Posteriormente, apresenta-se os resultados obtidos nesta pesquisa, relacionando-o ao índice de pobreza multidimensional dos indivíduos. A pesquisa aborda três dimensões fundamentais, relacionadas a serviços essenciais a população, quais sejam: Saúde, Educação e Padrão de vida, estas compõem-se de 8 indicadores. As dimensões agrupam as privações relativas a cada indicador, por meio da soma das frequências observadas nas variáveis correspondentes. Analisa-se, neste sentido, as formas de atendimento inadequado obtém-se os valores unificados correspondentes ao total de privações sofridas pelos indivíduos.

4.1 Estratégia metodológica e empírica para aferição do IPM

Como base teórica metodológicas para elaboração e análise do Índice de Pobreza Multidimensional baseou-se na metodologia desenvolvida por Alkire e Santos (2010), considerando a importância e as características funcionais deste método, pois o mesmo facilita a identificação das fragilidades populacionais, desde as grandes dimensões até os indicadores mais específicos. O IPM leva em consideração pessoas multidimensionalmente pobres. Por isto, trabalha-se com duas formas de mensurar a quantidade de privações, uma relacionada a quantidades de domicílios dentro de um universo de carências, e outra que diz respeito a parcela da população que sofre as respectivas privações nos indicadores específicos. Ou seja, coexistem resultados em nível de número de domicílios e em número de população, visando padronizar a unidade das informações disponíveis.

Na operacionalização do cálculo do IPM foi utilizado o método desenvolvido por Araújo (2018). No qual a mesma utilizou planilhas eletrônicas no cálculo do IPM nos setores censitários dos municípios baianos de Caetanos e Vitória da Conquista. Após análise, a mesma sugeriu que deveria ocorrer um melhor direcionamento e maior eficácia das políticas públicas, em alguns setores censitários nesses municípios, tendo em vista a identificação de foco de concentração da pobreza multidimensional em vários setores. Além do citado trabalho, o cálculo de IPM em planilhas eletrônicas também foi executado por Martins et al (2018). Neste trabalho os autores calcularam o IPM nos municípios de Itabuna e Ilhéus, Bahia, na qual os mesmos evidenciaram um agravamento de pobreza multidimensional nos municípios em análise.

Neste método operacional cada indivíduo carente receber uma pontuação i determinada pela quantidade de privações vivenciadas nos domicílios ou população, que se denomina C_i , ou seja, caso o domicílio seja privado em n indicadores, todos os seus moradores também o são. Para cada indicador que apresenta privação, o indivíduo recebe um valor i igual a 1 (um), caso não seja acusada a privação, atribui-se o valor i igual a 0 (zero). Estes valores são somados dentro de cada indicador, que posteriormente é multiplicado pelos seus respectivos pesos ou ponto de corte w chegando-se a quantidade de indivíduos carentes C_i .

Os pesos dos indicadores w considerados no cálculo da pontuação são definidos com base em uma sequência de soma, formando k que por sua vez, representa um limite de privação ou ponto de corte dimensional. Em síntese, C_i corresponde à pontuação de pobreza atribuída ao indivíduo que, por sua vez, é o produto de i (número de privações) e w (ponto de corte dos indicadores), dessa forma temos as equações (01 e 1.1):

$$(1) \quad C_i = w_1 \cdot i_1 + w_2 \cdot i_2 + \dots + w_n \cdot i_n$$

Onde:

C_i : pontuação de privações vivenciadas pelos indivíduos ou domicílios;

w : ponto de corte dos indicadores;

i : número de privações vivenciadas nos domicílios

n : número total de indicadores.

Nesta pesquisa o valor de k (ponto de corte) corresponde a 1/3 ou (0,33), conforme Alkire e Santos (2010) *doravante* AF. Este valor corresponde ao peso atribuído a cada uma das três dimensões abordadas nesta pesquisa (Saúde, Educação, Padrão de Vida). Os pesos de cada uma das dimensões são divididos pela quantidade de indicadores abordados nesta pesquisa. Caso a soma ponderada das carências seja igual ou superior ao valor k , então o indivíduo será considerado pobre multidimensionalmente. De acordo com o método de cálculo AF, o IPM é auferido a partir do produto de dois índices, o primeiro deles é a *incidência da pobreza* H , obtida a partir da proporção de pobres multidimensionais q , em relação ao total de moradores da área considerada n . Esse valor permite estimar a proporção da população em estado de privação de serviços elementares representados pelos indicadores, representado pela equação (03):

$$(2) \quad H = \frac{q}{n}$$

Onde:

q : número de pessoas multidimensionalmente pobres;

n : população total.

O segundo índice é a intensidade da pobreza A , que consiste em uma média ponderada, da pontuação de privações vivenciadas pelos indivíduos multidimensionalmente pobres. Em outras palavras, A é a intensidade da pobreza média compartilhada entre pobres, que implica em contar as privações dos pobres e dividir pela média proporcional do número total de pessoas pobres. De forma simplificada, consiste em uma média ponderada, entre a pontuação de privações vivenciadas pelos indivíduos C_i e a proporção de pessoas multidimensionalmente pobres q , conforme a equação (3):

$$(3) \quad A = \frac{\sum_{i=1}^q C_i(k)}{q}$$

Onde:

A : intensidade de pobreza;

C_i : pontuação de pobreza;

q : quantidade amostral de indivíduos ou domicílios privados.

O Cálculo do IPM refletirá o produto dos resultados pertinentes aos níveis de: incidência de pobreza H e intensidade de pobreza A , conforme demonstra a equação (4):

$$4) \quad IPM = H * A$$

Onde:

H : Incidência de pobreza

A : Intensidade de pobreza

A participação dos indicadores e dimensões no IPM_{global} resulta em uma sequencial de soma das proporções (α) dos mesmos, de acordo com os pesos atribuídos, obtidos através da vinculação de planilhas distintas. Dessa forma, o IPM_{global} será obtido da seguinte forma, demonstrado pela equação (4).

$$4) \quad \sum IPM_{global} = \alpha IPM_{educação} + \alpha IPM_{saúde} + \alpha IPM_{padrão de vida}.$$

Onde:

IPM : Índice de pobreza multidimensional

α : Proporção do IPM consolidado na respectiva dimensão

A tabela abaixo apresenta a agregação e discriminação dos pesos de acordo com a importância que as dimensões têm na vida das pessoas. Isto se dá analisando de forma ampla os principais problemas sociais observados no contexto regional. Para tanto, foi necessário se sustentar na literatura científica e em estudos publicados, considerando uma previa análise das condições de vida das populações do município de Canaã dos Carajás.

Quadro 1: Estrutura de dimensões, indicadores, pontos de corte, para dados do censo 2000

| Dimensão | Indicador | O agregado familiar é privado se: | Peso |
|----------------|--------------------------------------|---|-------|
| Educação | Taxa de escolarização da PEA | Pessoas de 15 anos ou mais de idade possuir menos de 4 anos de estudo. | 16,67 |
| | Criança de até 10 anos sem instrução | Pessoas de até 10 anos de idade não sabem ler e escrever | 16,67 |
| Saúde | Abastecimento de água | No domicílio não possuir rede pública de distribuição de água canalizada. | 11,11 |
| | Coleta de lixo* | O domicílio não possuir coleta de lixo, o lixo é queimado ou enterrado | 11,11 |
| | Mortalidade infantil* | Ocorreram óbitos de crianças menos de 1 ano de vida no período de agosto de 2009 a julho de 2010 | 11,11 |
| | Adequação sanitária | O domicílio não apresenta aparelho sanitário no toalhete, não apresenta rede pública de esgoto, é utilizado como escoadouro fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar. | 11,11 |
| Padrão de vida | Ocupação | As pessoas do domicílio não trabalhavam nem estudavam no período de referência da pesquisa | 11,11 |
| | Aposentadoria e Pensão** | Pessoas de 60 anos ou mais não recebem benefício de aposentadoria ou pensão | 11,11 |
| | Eletricidade** | Domicílio não possuir eletricidade, fornecida por concessionária pública | 11,11 |
| | Renda domiciliar <i>per capita</i> | Renda mensal <i>per capita</i> do domicílio for de (0 a ½) salário mínimo. | 11,11 |

Fonte: Sen (2000) e Alkire e Foster (2010). Organizado pelo autor.

*Na dimensão Saúde foi substituído o indicador, Coleta de lixo 2000, pelo indicador Mortalidade Infantil, 2010.

** Dimensão Padrão de vida substituiu-se o indicador, Aposentadoria e Pensão 2000, pelo indicador, Eletricidade 2010.

As respectivas dimensões são consideradas na estimativa da pobreza multidimensional, assim como tratado *a priori*. Cada uma destas corresponde 1/3 do valor total do IPM, ao passo em que os indicadores enquadrados em cada dimensão são igualmente ponderados. A dimensão educação de peso (1/3) é composta por dois indicadores, cujos pesos são de (1/6 ou 16,67) cada. A dimensão saúde (1/3) é composta por três indicadores cujo peso são de (1/9 ou 11,11) cada. A dimensão padrão de vida (1/3), esta é composta por três indicadores cujo peso são de (1/9 ou 11,11) cada.

Com relação aos indicadores da dimensão Educação buscou-se analisar o número de crianças não alfabetizadas até 10 anos, ou seja, que não sabe ler ou escrever. Essa faixa etária mínima foi estabelecida com base no Decreto nº 6.094, do dia 24 de abril de 2007, que considera analfabetas pessoas com idade acima de nove anos que não sabem ler ou escrever. O IBGE considera alfabetizado o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Sendo assim, a base de dados escolhida levou em consideração estes critérios.

O segundo indicador da dimensão educação é a Taxa de escolarização da população economicamente ativa (PEA). Aqui considera-se privado pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo. Busca-se neste indicador, analisar o grau de instrução da PEA, embora este indicador possua um alcance mais amplo, considerando as atuais especificidades deste conceito. Este último indicador, para os dados do censo 2010, tornou-se mais específico analisando a taxa de analfabetismo entre a PEA de 15 a 60 anos, o corte de idade de 15 anos foi considerado para uma melhor padronização dos dados dos censos.

Dentro do conceito de população, definida pelo IBGE a População em Idade Ativa (PIA), um indivíduo só será considerado em idade ativa se tiver 10 (dez) ou mais anos de idade. O conjunto destes indivíduos forma a População em Idade Ativa (PIA). A População em Idade Não Ativa (PINA) é composta por todos os indivíduos que não fazem parte da PIA. De outra forma a PEA compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. Assim, fazem parte da população economicamente ativa (PEA) todos os indivíduos que trabalhavam ou que não trabalham, mas que procuraram trabalho. Conforme o IBGE a PEA ou população em idade ativa era de 10 anos ou mais, contudo a partir de 2011 este instituo considera a população em idade ativa de 15 anos ou mais. Considerando a baixa relevância em termos de resultados, bem como para uma melhor adequação dos dados disponíveis, esta pesquisa considera a PEA a faixa etária população em idade ativa de 15 anos ou mais.

Com os quesitos observados na dimensão Saúde, analisa-se o indicador abastecimento de água nos domicílios, o qual considera privado o domicílio que não possuir rede pública de distribuição de água canalizada. Tendo em vista a importância fundamental da água para o desenvolvimento da vida no planeta, e o seu mau uso ou uso impróprio poderá

causar efeitos danosos ao organismo, favorecendo a contaminação com agentes causadores de diversas patologias.

A privação vinculada ao indicador coleta de lixo remete-se à ausência da devida coleta nos domicílios, realizada pelo serviço de limpeza pública, de forma direta ou indireta. Este considera privado o domicílio que não possui coleta de lixo ou o mesmo é queimado ou enterrado. A alternativas de queima ou enterro do lixo do domicílio no terreno, propriedade, terrenos baldios ou logradouro público, bem como, em rios e lagos, são alternativas consideradas como privações, pois estão diretamente ligadas a poluição do ar, do solo, dos cursos d'água e de emissões de gases poluentes, de alta nocividade a saúde humana.

A variável relacionada a esgotamento sanitário ou adequação sanitária é um fator essencial para avaliar o nível de saneamento básico, este considera privado o domicílio que não apresenta aparelho sanitário instalado no toalhete, e não apresenta rede pública de esgoto, nesse caso é utilizado como escoadouro fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar. A carência de um sistema de esgoto adequado é um fator preponderante de contaminação das águas superficiais, o solo e os lençol freático, por dejetos orgânicos e humanos.

A dimensão saúde analisa ainda o indicador, mortalidade infantil (censo 2010). Este considera privado o domicílio no qual ocorreu o evento de falecimento de crianças com menos de 1 ano de vida no período de agosto de 2009 a julho de 2010, período que ocorre a pesquisa do IBGE. O serviço de assistência básica de saúde é fundamental para o melhoramento da saúde materna, ao combater a mortalidade infantil, e demais doenças evitáveis, garantindo a sustentabilidade socioambiental das populações. Este fator relaciona-se à qualidade do atendimento público de saúde e assistência básica a saúde na rede pública, como planejamento família, pré-natal, e acompanhamento do desenvolvimento do crescimento da criança.

Entre os fatores abordados na dimensão padrão de vida destaca-se o indicador ocupação. Esta busca analisar o grau de privação das pessoas residentes em domicílios da área pesquisa, o qual considera privadas as pessoas que não trabalhavam nem estudavam no período de referência. Isto, considerando a importância do trabalho e a educação para os condicionantes da vida humana, segundo Sen (2000 p.112), o desemprego pode causar carências de outras espécies como doenças psicológicas, perda da motivação autoestima, morbidade, rupturas nas relações familiares e social, agravamento de exclusão social entre outros problemas.

A dimensão padrão de vida ainda inclui o indicador existência de energia elétrica (2010) nos domicílios, o qual considera privado o domicílio que não possui um sistema de eletricidade, abastecida pela rede de concessão pública. Segundo Araújo (2018, p.26), este elemento trata-se de um serviço público de alta necessidade que, além de auxiliar no acesso a serviços como saúde, saneamento básico e educação, colabora com a elevação da

produtividade e consequente movimentação econômica, em âmbito urbano e rural.

Este indicador considera carente o domicílio que não possuía instalação elétrica da rede geral fornecida por concessionária de distribuição na época da pesquisa. Devido a busca de uma universalidade de seu alcance no atendimento aos pobres, busca-se abranger a aqueles que não teriam condições de instalações de outras fontes alternativas, como placas solares, eólicas e outras, dessa forma, este indicador inclui como carente tanto aqueles não atendidos pela companhia distribuidora e aqueles que possuem outras fontes de energia.

O indicador renda domiciliar *per capita* busca analisar a capacidade monetária do domicílio, este considera privado aquele domicílio cuja a renda *per capita* varia de 0 a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003) a pobreza, nesse período, era medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior de 0 a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, que era de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), vigente em agosto de 2000. Dessa forma, este critério foi utilizado como corte de pobreza na mensuração do IPM.

Ainda em relação à dimensão padrão de vida, o indicador Aposentadoria e Pensão (2000), busca analisar o alcance de uma cobertura financeiras às Pessoas de 60 anos ou mais. Este considera privado pessoas de 60 anos ou mais que não recebem benefício de aposentadoria ou pensão, conforme legislação previdenciária da época. Segundo Sen (2000), a assistência previdenciária é necessária para proteger as pessoas da miséria, pois é um subsídio que promove a liberdade alimentar dos indivíduos, abarcados por uma previdência pública eficiente.

Com base na metodologia apontada para o cálculo do IPM, os resultados foram utilizados para análises sobre as condições de vida e pobreza das populações dos domicílios do município de Canaã dos Carajás, por uma perspectiva em que as dimensões são consideradas como variável de controle e medida relativa de pobreza. Considerando que, de acordo com PNUD (2010), uma família é multidimensionalmente pobre quando as privações são de pelo menos, 30%, essa metodologia de medição do IPM considera em cada dimensão um peso igual a $\frac{1}{3}$ ou 0,33. Nesse sentido, é considerado pobre multidimensionalmente o indivíduo ou domicílio que possui um IPM igual ou maior a (0,33).

Para análise da intensidade das privações e do índice de pobreza multidimensional, foram consideradas três graduações conforme método desenvolvido por Martins et al (2018 p.52). Demonstrado assim a percentagem de indivíduos desfavorecidos em cada um dos indicadores, que variando de (0 a 1), dispostos da seguinte forma:

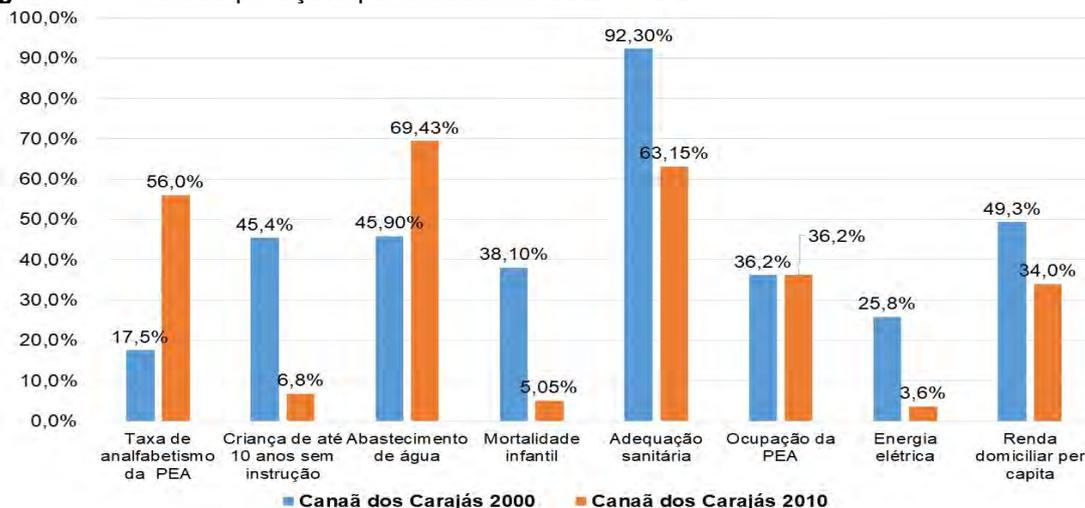
Privação de 0,00 a 0,29, não há incidência de privação no domicílio; Privação de 0,30 a 0,75, ocorrência de privação média a grave; Privação de 0,75 a 1, ocorrência de privação grave no domicílio. IPM de 0,00 a 0,29, não ocorre pobreza multidimensional no domicílio; IPM de 0,30 a 0,75, ocorre presença de pobreza multidimensional grave; IPM de 0,75 a 1, ocorre pobreza multidimensional extrema no domicílio.

4.2 Resultados e discursões sobre o IPM de Canaã dos Carajás

Mesmo considerando outros índices e sua importância para medir o desenvolvimento humano, a exemplo do IDH, este ainda possui algumas limitações do ponto de vista metodológico por estar assentado em indicadores específicos. O índice de pobreza multidimensional (IPM) embora apresente algumas limitações, do ponto de vista da análise espacial, ao não o considerar o espaço como lócus de transformações sociais e econômicas dos indivíduos, bem como, por não considerar em grande parte, alguns fatores importantes no processo de transformações sociais no território, principalmente em regiões periféricas (como a Amazônia) onde a luta por espaços e recursos torna estes conceitos muito mais evidente. Considerando que nessa região a luta por terra, recurso e controle dos meios de produção são fatores importante na caracterização desses espaços.

Apesar das suas limitações o IPM possui uma maior robustez para demonstrar indicadores sociais em comparação aos outros indicadores citados, bem como, sua possibilidade de elasticidade, tanto em número de dimensões, como a possibilidade de se trabalhar múltiplos indicadores, e ainda indicadores específicos em determinado espaço ou população e a possibilidade de escolha dada a essa população, do que seja importante para se ter uma vida boa. Este índice ainda pode ser ajustado a realidades e/ou áreas geográficas diversas, bem como, os elementos e condicionantes de privações podem ser demandados pelos próprios agentes pesquisados, como a *abordagem dos modos de vida*. No qual a população pesquisada tem a possibilidade de escolha dos elementos importantes para ter ou fazer em suas vidas, conforme Sen (2000).

Nesta pesquisa específica levantou-se os condicionalmente de desenvolvimento e as privações apresentadas na pesquisa dos censos do IBGE 2000 e 2010. Conforme evidenciado no gráfico abaixo, com os níveis de privações por indicadores, bem como, uma base comparativa entre os dois períodos analisados no município de Canaã dos Carajás.

Figura 01: Níveis de privações por indicadores de 2000 e 2010

Fonte: Censo do IBGE 2000 e 2010, organizado pelo autor.

Entre os indicadores do censo 2000 aquele que apresentou maior grau de privação, foi adequação sanitária, com (92,30%) dos domicílios sem coleta de esgoto da rede pública, ou não apresentavam sanitário instalado na toailete, evidenciando privação grave neste indicador. No mesmo período o indicador abastecimento de água evidenciou um alto índice de privações com (45,90%) com presença privação média a grave. A taxa de escolarização da população economicamente ativa (PEA) evidenciou um grau de privação de 17,50%, sem privação em 2000. O indicador renda domiciliar *per capita* com (49,01%) privação média a grave. O indicador mortalidade infantil (38,10%), também com privação média a grave em 2000. O indicador taxa de ocupação da PEA com (36,20%) apresenta uma privação média a grave neste período.

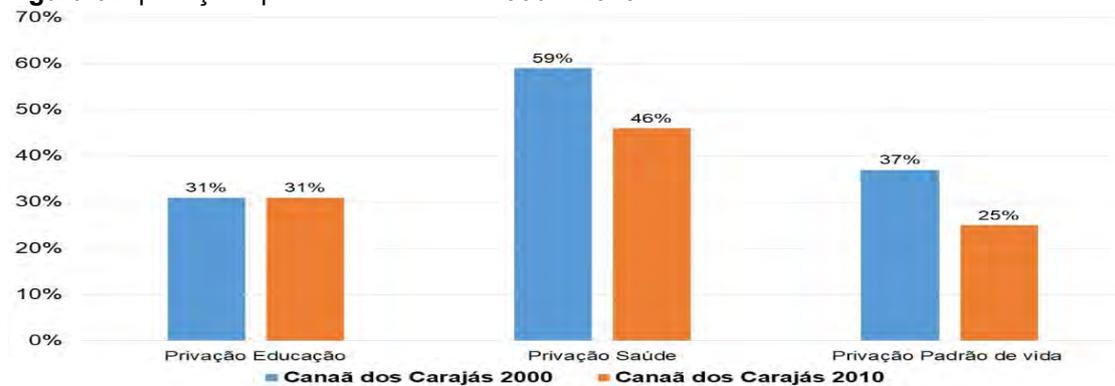
O indicador Criança de até 10 anos sem instrução com (45,40%) com privação média a grave. O indicador Energia elétrica com (25,80%) não apresenta privação em 2000. Dos 8 (oito) indicadores analisados com os dados do censo 2000, 5 (cinco) evidenciam privação média a grave, e 1 (um) apresenta privação grave e somente 2 (dois) não apresentam privação nos domicílios em Canaã dos Carajás

Entre os indicadores apresentados no censo 2010, aquele que apresentou maior porcentagem de privação foi abastecimento de água com um índice de privação de (69,43%) evidenciando privação média a grave. O indicador Adequação Sanitária, apresentou um índice de privação de (63,15%) com privação média a greve. O indicador Taxa de analfabetismo da PEA com privação de (56%) também privação de média a grave em 2010. O indicador Renda domiciliar per capita com (34%) apresenta privação de média a grave. Ainda para o ano de 2010 os indicadores Criança de até 10 anos sem instrução com (6,8%), não apresenta privações. O indicador Mortalidade infantil (5,05%) e energia elétrica (3,6%) não apresentarão privações. Dessa forma, dos 8 (oito) indicadores analisados em 2010, 5 (cinco) apresentam

incidência de pobreza de média a grave e três deste não apresentam privações.

O gráfico abaixo apresenta o grau de privações por dimensões no município de Canaã dos Carajás em 2000 e 2010.

Figura 02: privações por dimensões em 2000 e 2010.



Fonte: Censo IBGE 2000 e 2010, organizado pelo autor.

Na análise do índice de privações por dimensões verifica-se que a dimensão Educação apresentou-se estável em Canaã dos Carajás, com índice de privação de (31%) em 2000, bem como, com este índice de (31%) em 2010, com privações média a grave nesta dimensão. Sobre a dimensão Saúde verifica-se que em 2000 ocorre privação média a grave (59%) nesta dimensão. Em 2010 a mesma dimensão permanece com grau significativo de privação (46%,) com presença de privação média a grave. A dimensão Padrão de vida teve uma diminuição em seu índice de privação de 2000 (37%), com de privação média a grave com uma queda em 2010 (25%) neste último período esta dimensão não apresentou privação. Em síntese, se considerarmos as privações das dimensões analisadas em 2000 todas apresentaram estado de privações de média a grave em múltiplos indicadores. A análise das privações 2010 apenas duas apresentaram privações, quais sejam: educação e saúde.

O *IPM_{global}* de Canaã dos Carajás, de 2000, foi de (0,39), com a presença de pobreza multidimensional grave. Em 2010 o IPM do município foi de (0,34) também se apresenta em linha de pobreza multidimensional grave, embora alguns indicadores apresentem mudanças significativas, o município ainda apresenta graves condições de pobreza multidimensional. Os dados apresentados tanto a nível de indicadores como em nível de dimensões representam a importância da abordagem do IPM em uma pesquisa empírica com indicadores sociais, embora com indicadores sintéticos nesta metodologia de análise de dados. Esta metodologia de análise de indicadores sociais torna-se funcional na identificação das privações tanto em nível de indicadores, como em nível de dimensões, demonstrando de forma mais ampla as condições de privações dos indivíduos, considerando assim as múltiplas possibilidades de visualização e apresentação dos resultados da pesquisa empírica.

4.3 Considerações finais

Considerando o Estado como principal provedor de serviços sociais e de bem-estar coletivo, verifica-se que estes elementos não ocorrem em grande parte na implantação das políticas públicas nesta parte da Amazônia. Considerando a aplicação das políticas públicas, as quais em na maioria das vezes trouxeram grandes alterações ao contexto social, tendo em vista a deficiência na instrumentalização do planejamento regional, na redistribuição de terra renda e recurso.

Em grande parte, a situação de pobreza ou carência nos serviços na área da pesquisa, pode ser resultado de uma má gestão na aplicabilidade de políticas públicas, a exemplo da distribuição dos recursos da CEFEM em 2019 no município, com 60% desses recursos voltados para manutenção da máquina pública, deixando áreas como saúde e educação uma parcela mínima de investimento. Nesse sentido a má gestão das políticas sociais mais direcionadas a serviços essenciais as populações estão sendo deixadas para segundo planos pelos gestores públicos municipal.

Constata-se através desta pesquisa a necessidade de um maior investimento em saúde, educação, geração de emprego, ou até mesmo com uma melhor gestão da questão agrária no município. Os resultados desta pesquisa tornam ainda evidente a importância na aplicabilidade de políticas públicas que considere o contexto social em sua excursão, considerando a constatação em múltiplas dimensões, conforme apresentado nos resultados envolvendo diversos serviços públicos. Nesse sentido, seria fundamental pensar crescimento econômico em consonância com o desenvolvimento social e sustentável respeitando os limites naturais e humanos.

5. REFERÊNCIAS

- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. OPHI Working paper, . ISSN 2040-8188. Oxford, n. 32, 2009;
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. OPHI Working paper. . ISSN 2040-8188; Oxford, n. 38, p. 139, Julho 2010;
- ANGELO, Maurício. Na cidade do maior projeto de minério do mundo, royalties são utilizados sem compromisso com garantia de direitos, Inesc, 2019;
- ARAÚJO, Kamile Ferreira, análise da distribuição espacial da pobreza multidimensional nos municípios baianos de caetanos e vitória da conquista, UESC – BA 2018, disponível em: <http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/201610225D.pdf>;
- BRASIL, Decreto nº 6.094, do dia 24 de abril de 2007. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm;

BRASIL, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e PNUD (2003), Disponível em/;
<http://atlasbrasil.org.br/2013/>;

BRASIL, <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/press-releases/paginas/cvrd-inaugura-o-projeto-sossego.aspx>, CVRD 2004;

Canaã dos Carajas 2020, Portal PMCC, acessado em, 06 de 04 2020, Disponível em
<https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/novo/historia/>;

CARDOSO, Ana Cláudia; DUARTE; Cândido Lucas Souto; MELO, Ana Carolina Campos de A. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. Brasil, Rev. Bras. Estud. Urb anos Reg. SP. V.20, N.1, p.121-140, 2018;

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP. *Relatório de análise da estrutura espacial da cidade de Canaã dos Carajás: padrão de parcelamento do solo, produção de centralidades, mobilidade, mercado de terras e habitacional*. Belém: UFPA, 2016;

FRIEDMAN, John. Ministério Para las Administraciones Publisas, Instituto nacional de admnistraciones publica, Madrid S.L, Ed Mosteles, 1991;

HALL, Anthony *Amazônia: desenvolvimento para quem? desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Jorge Zahar, Editor. Rio de Janeiro, 1991;

IBGE, 2020, acessado em, 06 de 04 2020, Disponível em Portal IBGE.
<https://censo/200/2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php> e IBGE, 2020, acessado em, 06 de 04 2020, Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/canaa-dos-carajas.html>;

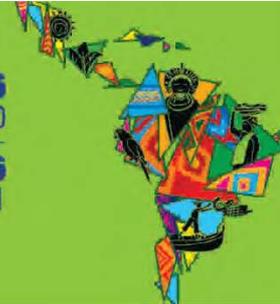
MARTINS, H. M. O.; GOMES, A. S.; GOMES, R. L.; PIRES, M. M. Análise da pobreza sob a ótica multidimensional nos municípios de Itabuna e Ilhéus, Bahia, Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional ISSN: 1809-239X, BA 2018; disponível em:
<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4319/741>;

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Ed. Companhia das letras, RJ. 2000;

VALE 2020, Portal VALE. acessado em 06 de 04 2020, Disponível em
<http://www.vale.com/hotsite/PT/Paginas/Home.aspx>;

VALE, Projeto Ferro Carajás S11D Um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil, 2012. Disponível em:
<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/s11d/Documents/Final-Book-S11D-PORT.pdf>;

VALE, A Vale em Canaã dos Carajás, 2014, disponível vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-vale-canaa-carajas-2014.pdf;



GT 06 – MODELO EXTRATIVISTA, MEGA-PROJETOS E ECONOMIA DE
COMMODITIES NA AMÉRICA LATINA

**O DESEMBARQUE DO NEOLIBERALISMO NO LAGO MUIRAPINIMA:
TRANSFORMAÇÕES NA SUBJETIVIDADE DOS MORADORES DO PAE JURUTI
VELHO APÓS A CHEGADA DA MINERAÇÃO**

Lincon Sousa Aguiar¹
Tania Suely Azevedo Brasileiro²

Resumo: O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho está localizado na região de Juruti Velho, antiga sede do município, e é uma conquista da articulação política das comunidades na luta pela regularização fundiária e pela proteção de seu território e de suas culturas. A partir do início do século XXI, a chegada da multinacional Alcoa para a exploração de bauxita impulsiona intensas transformações no dia a dia local, considerando que, junto à empresa estadunidense, desembarca em Juruti um conjunto de novos símbolos e normas de conduta que interagem com a tradicionalidade dos costumes das comunidades: trata-se da racionalidade neoliberal. A este trabalho interessa compreender *de que maneira a chegada da mineração na região de Juruti Velho impactou na subjetividade de seus moradores?* Para tanto, está fundamentado na bibliografia sobre racionalidade liberal e sua relação com a subjetividade humana; na leitura sobre os impactos da mineração em Juruti Velho; e na observação direta de um dos autores no diálogo com as lideranças comunitárias de Juruti Velho. Os resultados da pesquisa mostram que os impactos nas atividades tradicionais dos moradores de Juruti Velho, isto é, no extrativismo, na caça e na pesca, fez com que alguns buscassem novas formas de sobrevivência antes não consideradas. Não obstante, a conclusão é de que a racionalidade neoliberal desembarcou no Lago Muirapinima com toda a força do desejo de acumulação do capital, mas não conseguiu superar os saberes e os modos de vida locais, que seguem sendo transmitidos tradicionalmente de geração em geração no interior da Amazônia paraense.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Racionalidade Neoliberal. Juruti Velho. Extrativismo. Amazônia paraense.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Brasil. E-mail: linconaguiar97@gmail.com

² Professora Titular de Universidade, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), UFOPA, Brasil. Orientadora do estudo. E-mail: brasileirotania@gmail.com

INTRODUÇÃO

A cidade de Juruti/PA, assim como a maioria das pequenas cidades amazônicas, possui um ritmo próprio de interação com a sociedade e com o meio ambiente. Longe da correria das metrópoles, os jurutienses historicamente vivem principalmente dos produtos que extraem na natureza, por meio da agricultura familiar, da caça, da pesca, da produção de artesanatos, etc. O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho está localizado na região de Juruti Velho, antiga sede do município, e é uma conquista da articulação política das comunidades na luta pela regularização fundiária e pela proteção de seu território e de suas culturas.

A partir do início do século XXI, a chegada da multinacional Aluminum Company of America (Alcoa) para a exploração de bauxita impulsiona intensas transformações no dia a dia local. Ela traz consigo toda a estrutura logística necessária para a instalação de uma mineradora e assim modifica o tempo lento de interação das pessoas com a sociedade e com o meio ambiente. A iniciativa privada ganha bastante força com os empregos diretos e indiretos, criados para atender às demandas antes inexistentes. A natureza é afetada devido a abertura da área necessária para o funcionamento dos equipamentos de exploração e por conta das consequências das atividades exploradoras.

Junto à empresa estadunidense, desembarca em Juruti, mais precisamente no Lago Muirapinima (que corta toda a região de Juruti Velho), um conjunto de novos símbolos e normas de conduta que interagem com a tradicionalidade dos costumes das comunidades: trata-se da racionalidade neoliberal. O modo de pensar da sociedade capitalista ganha combustível para chegar às casas mais distantes da região e provoca novas reflexões na subjetividade dos moradores de Juruti Velho, que passaram a repensar as maneiras de se relacionar com os seus companheiros e com a natureza.

A partir deste contexto, este trabalho interessa compreender *de que maneira a chegada da mineração na região de Juruti Velho impactou na subjetividade de seus moradores?* Para tanto, está fundamentado nas leituras realizadas durante a disciplina Dimensões Educacionais Transversais para a Formação Humana, com destaque para Dardot e Laval (2016) e Han (2018); na bibliografia sobre os impactos da mineração em Juruti Velho (LOPES, 2012; MONTEIRO, 2009; PORTELA, 2017; WANDERLEY, 2008; SILVA, 2014) e na experiência de um dos autores no diálogo com as lideranças comunitárias de Juruti Velho, durante o Curso de Formação de Lideranças Comunitárias “O Direito Achado na Beira do Rio” – experiência relatada em Aguiar (2020).

1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE JURUTI NO OESTE PARAENSE E A CHEGADA DA MINERAÇÃO

O Município de Juruti está localizado no oeste do Estado do Pará, na mesorregião conhecida como Baixo Amazonas. A cidade possui cerca de 55 mil habitantes e é banhada pelo Rio Amazonas. A sua constituição enquanto parte do Estado brasileiro remete ao ano de 1818, quando um grupo de indígenas fundou a “Vila Amazônia”, onde hoje está presente a Vila Muirapinima; posteriormente, em 1859, outro grupo fundou a freguesia de Nossa Senhora da Saúde, no lugar onde está a atual sede de Juruti. Inobstante os registros oficiais e das fronteiras demarcadas, a ocupação humana se faz percebida anteriormente ao século XIX, por indígenas da etnia Munduruku³, assim como alguns parentes Muirapinima⁴.

Desde o início do século XIX tem-se conhecimento de que as estratégias de sobrevivência das comunidades ribeirinhas de Juruti Velho estão baseadas na agricultura - com destaque para o cultivo de mandioca, nas atividades de pesca, caça, coleta de frutos silvestres, extração de madeira, criação de animais, além das trocas de produtos e pequeno comércio (LOPES, 2012). A partir de 1930, registrou-se uma extensa exploração de pau-rosa⁵. Contudo, o forte interesse do mercado internacional de perfumes gerou uma exploração desenfreada depois de 1950 e, devido à retirada das árvores sem qualquer preocupação com a preservação da espécie, antes do fim do século, o pau-rosa estava praticamente extinto. Paralelamente, boa parte dessa região foi doada pelos Estados do Pará e do Amazonas para japoneses introduzirem a *juta*⁶. A jicultura movimentou consideravelmente os negócios na região por mais de duas décadas, até entrar em colapso regionalmente por volta da década de 1980.

Lopes (2012) faz uma breve análise sobre a utilização de técnicas no processo produtivo e as temporalidades vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas que compõem a região de Juruti Velho:

Desde as suas origens, o processo produtivo ribeirinho vem sendo tecido em diferentes níveis, estimulado, entre outros fatores, pela qualidade técnica empregada em cada momento histórico. Vale ressaltar, comparativamente, o tempo hegemônico do sal e do gelo (ambos como instrumentos de conservação do pescado); o tempo hegemônico da canoa à vela/remo e o tempo hegemônico do motor a diesel. Essas circunstâncias mediaram o grau das relações ribeirinhas, embora ainda hoje seja possível encontrar nas comunidades do lago Juruti Velho a coexistência dessas

³ Os Munduruku foram uma das etnias mais proeminentes da região Oeste do Pará, com aldeamentos espalhados por todo o Baixo Amazonas.

⁴ A identidade dos Muirapinima está diretamente atrelada aos Munduruku, porém enquanto estes estão espalhados pelo Baixo Amazonas, somente são encontrados relatos de indígenas da etnia Muirapinima na região de Juruti Velho.

⁵ Trata-se de uma espécie valorizada economicamente por sua utilização em processos de fixação de perfumes.

⁶ A juta era uma das mais importantes fibras vegetais empregadas na confecção de embalagens, especialmente para acondicionamento de produtos agrícolas.

técnicas, contribuindo para a produção da singularidade territorial local (LOPES, 2012, p. 148).

Os moradores de Juruti Velho participaram desses ciclos de produção que transformaram o “tempo lento” característico da região em “tempo menos lento” (LOPES, 2012) sem perder de vista seu modo de vida tradicional. As novas relações econômicas e técnicas de trabalho com a natureza, introduzidas na pequena cidade amazônica, obrigaram os moradores locais a adaptarem seu ritmo para atender à demanda criada; contudo, elas não afetaram drasticamente a especial relação dos trabalhadores da terra com o meio ambiente e com seus companheiros e suas companheiras. A tradição, os costumes e os ensinamentos herdados dos antepassados continuaram a ser repassados de geração em geração.

Monteiro (2009) ressalta que a condução das atividades econômicas locais depende da relação que as comunidades mantêm com o espaço físico que habitam e a tradicionalidade se manifesta nas práticas geradas e transmitidas secularmente, como: a forma de manuseio da terra para a agricultura familiar, as técnicas utilizadas na pesca artesanal, a produção da mandioca e ainda o “puxirum”⁷. A pesquisa de campo realizada por Monteiro (2009) atestou que as populações de Juruti Velho se reconhecem como populações tradicionais, não apenas pela ocupação secular da terra, mas, também, pela relação mantida com a natureza e a biodiversidade local.

Após o arrefecimento dos ciclos do pau-rosa e da juta, a presença de madeireiros ilegais na região pressionaram os jurutienses a se mobilizar na defesa de seu território abrigo⁸. No final da década de 1970, com o apoio das Irmãs Franciscanas de Maristella, surgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti (STRJ) com a missão de organizar os comunitários na luta pela defesa das florestas, dos rios e dos recursos naturais, bem como para correr atrás da regularização fundiária da região.

Em meados da década de 1970, ainda sob os auspícios da ditadura, algumas lideranças comunitárias se lançaram na árdua tarefa de se organizar para minimizar problemas derivados de um longo processo histórico de submissão das comunidades da região do Lago Juruti Velho aos patrões aviadores e abonadores. Um dos primeiros passos, apoiados pelas irmãs franciscanas de Maristella, foi ajudar a articular um sindicato de trabalhadores rurais que lutasse pelos interesses dos trabalhadores do campo, e não dos políticos vinculados aos velhos partidos da época (LOPES, 2012, p. 182).

⁷ A ECOOIDEIA (2012, p. 12) define o puxirum como “um dos expoentes da cultura local, elemento emblemático da forma tradicional de organização sociocultural e produtiva que se fortalece na lida com a mandioca na região, **o puxirum é um complexo sistema de troca de trabalho**, organizado de acordo com logicas e estruturas locais de relações de parentesco, compadrio ou de amizade, onde a reciprocidade se estabelece como vetor da participação dos comunitários”.

⁸ Expressão utilizada por Lopes (2012) para evidenciar a especial relação dos moradores de Juruti Velho com o seu território.

O surgimento do STRJ está inserido em um contexto de luta dos moradores locais por mais autonomia para decidir os rumos de interesse comunitário e de busca por independência em relação às figuras autoritárias que colonizavam a região. Assim, dava-se início aos primeiros movimentos de articulação institucionalizada das comunidades de Juruti Velho contra o colonialismo e na luta pela liberdade de seu povo (BHABHA, 2007).

O sindicato se manteve como única estratégia organizativa durante a década de 1980, passando a ser questionado a partir dos anos de 1990, quando para algumas lideranças se tornou ausente e “menos confiável”, já que fez “alianças com pessoas não comprometidas com a pauta das comunidades” (SILVA, 2014). O questionamento da postura do sindicato afetou a sua legitimidade e fez que surgissem novas formas organizativas, como as associações comunitárias que passaram a agregar moradores para continuar a luta em busca de reconhecimento e políticas públicas, com destaque para a criação, em 1994, da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Muirapinima (ACOPRUM), também organizada com o apoio das incansáveis Irmãs Franciscanas de Maristella⁹, com o objetivo central de organizar as comunidades contra a presença de madeireiros.

O clímax da disputa entre os moradores e os madeireiros ocorreu em 1999, quando após anos de indignação reprimida, restrita às reuniões comunitárias, a comunidade se levantou para mostrar a força dos Muirapinima. Em uma situação casual de festividade, quando um puxirum reunia mais de cem pessoas na limpeza de uma área, para comemoração do *réveillon* da virada do século, espontaneamente, as pessoas decidiram apreender duas balsas que cruzavam o rio, carregando toras de madeira (WANDERLEY, 2008). A ação ganhou repercussão e representou um dos grandes marcos no histórico de lutas das comunidades locais.

Doutro modo, na transição do século XX para o século XXI ocorreu uma notável mudança na vida de todos os habitantes da cidade de Juruti: a chegada da mineradora Alcoa. A empresa estadunidense começou seus estudos ainda no final da década de 1990, quando descobriu um potencial de exploração de mais de 700 milhões de toneladas de bauxita na região. A bauxita é o principal minério utilizado para a produção de alumina e alumínio e está em alta no mercado.

O potencial de reserva encontrado em Juruti, conforme estudos geológicos disponibilizados pela empresa, são de aproximadamente quarenta e cinco anos, com previsão de produção anual estimada em seis milhões de toneladas e, posteriormente, de dez milhões de toneladas de bauxita. A Alcoa opera na linha de produção e gerenciamento

⁹ Missionárias imbuídas de compromissos sociais e político-pedagógico com as comunidades onde desenvolveram seus trabalhos, tendo como referência a Teologia da Libertação e a Pedagogia do Oprimido (SILVA, 2014).

de usinas de alumínio primário, alumínio industrializado e alumina. Nas últimas décadas, o início de processos de pesquisa na Amazônia ocorre paralelamente à consolidação da empresa mundialmente, em meio à intensificação do mercado e à ampliação de sua base tecnológica e de pesquisa (SILVA, 2014). Em 2005, a mineradora conseguiu as licenças necessárias para iniciar suas atividades de exploração e desde então fora preparada toda uma estrutura para suportar a operação de um megaempreendimento em uma localidade com debilitada infraestrutura pública.

Assim, a descoberta da reserva de bauxita inseriu a pequena cidade amazônica de Juruti no circuito internacional de produção de alumínio e a pressão do capital estrangeiro ocasionou fortes alterações na dinâmica das relações locais no campo e na cidade. Cerca de nove mil trabalhadores, de várias regiões do país, dirigiram-se a Juruti para ocupar vagas de emprego diretas e indiretas. Apesar do investimento da empresa, a cidade tornou-se um caos populacional, com falta de hospitais, escolas, rodovias comprometidas, etc.

Paralelamente à chegada da Alcoa em Juruti, os moradores locais seguiram em sua articulação para a defesa de seu território e de suas culturas. Em 2004, as comunidades de Juruti Velho decidiram criar uma grande associação para unir as forças de todos em prol da regularização fundiária da área que ocupavam, surgindo a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE). A ACORJUVE nasce em uma assembleia histórica com a presença de mais de dois mil trabalhadores rurais que reafirmaram suas identidades enquanto comunidades tradicionais e seu compromisso na luta pela terra (WANDERLEY, 2008; MONTEIRO, 2009). Segundo Monteiro (2009, p. 103), “o surgimento da organização civil de Juruti Velho se dá pela conscientização que estes adquiriram acerca de direitos existentes, e extensivos a todos. Faz com que criem perspectivas de luta em face da ausência de políticas que julgam não atenderem suas necessidades”.

Como desdobramento dessa mobilização, no ano seguinte, após forte pressão exercida sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, é criado o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho. A vitória das comunidades de Juruti Velho no âmbito da regularização fundiária representou mais uma importante conquista da histórica articulação política das lideranças locais, que contaram com o apoio das Irmãs Franciscanas de Maristella e dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Entretanto, os direitos dos comunitários sobre suas terras foram contestados pela Alcoa. A multinacional alegou que detinha os direitos fundiários da área porque as licenças devidas foram conseguidas pelo Estado brasileiro antes da portaria que criou o projeto de assentamento. Em 2009 ela estava prestes a iniciar suas atividades de exploração sem que houvesse uma segurança de medidas compensatórias para as comunidades quando teve sua base ocupada por mais de mil trabalhadores rurais. As lideranças comunitárias de Juruti

Velho protagonizaram uma das maiores mobilizações do campo em busca de fazer um acordo com uma empresa do tamanho da Alcoa.

À época, a ação foi divulgada regional, nacional e internacionalmente por meio de um manifesto intitulado “SOS Juruti” e da participação de alguns integrantes da ocupação no Fórum Social Mundial, ocorrido em Belém, no mesmo ano. O resultado da ação foi a garantia de 1,5% da lavra da produção da Alcoa direcionados diretamente para a ACORJUVE, sendo metade do recurso gerenciado pela associação e metade entregue para as famílias trimestralmente.

2 A RACIONALIDADE NEOLIBERAL: A MODELAGEM DO SER HUMANO PELA EMPRESA E PELA COMPETITIVIDADE

É comum relacionarmos o conceito de neoliberalismo à ideia de uma política econômica em que a tensão entre mercado e Estado pende para o primeiro lado, com programas de austeridade e bem-estar social. Ou ainda o associarmos a uma postura ideológica, na qual os grupos conservadores se identificam porque buscam sempre a maximização de seus lucros. Essas reflexões preliminares não estão em si equivocadas, mas não são suficientes para explicar a complexidade dos impactos do neoliberalismo na sociedade moderna.

Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é uma *racionalidade*. O neoliberalismo é entendido como a razão do capitalismo contemporâneo, essencialmente fundamentado na *generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação*. Ou seja, o poder exercido dentro da sociedade neoliberal não pode ser analisado de maneira fragmentada (apenas no aspecto econômico ou político) porque ele é exercido transversalmente em todas as relações sociais. Coletivamente as pessoas são obrigadas a competir entre si para ascenderem na estratificação social e individualmente são compelidos a trabalhar dentro das exigências do mercado empresarial, como se fossem indivíduos-empresas.

Essa construção teórica encontra fundamento na proposição de Michel Foucault (2016) sobre governamentalidade, que seria basicamente o modelo de racionalização da política ou a maneira de governar uma sociedade. Dardot e Laval (2016) defendem que está nesse aspecto o cerne da influência neoliberal sobre a sociedade: na governamentalidade. A crise da humanidade trata-se de uma crise de como governar a sociedade, mais especificamente de como o neoliberalismo governa. A relação intrínseca entre economia e política abre os caminhos para a expansão do mercado, com o incentivo da concorrência e da concepção de sujeito enquanto capital humano.

É importante ressaltar que o neoliberalismo não pode ser visto como a simples continuação do liberalismo clássico. Para além do *laissez-faire* e do reformismo social, há dificuldades de caracterizar o liberalismo, a partir dos diversos caminhos que foram percorridos. O neoliberalismo não continua as discussões no mesmo ponto em que o liberalismo parou, ele busca o desenvolvimento de uma lógica de mercado como uma lógica normativa generalizada (subjetividade).

As sociedades liberais dentro de seus limites e contradições permitiam e respeitavam um funcionamento heterogêneo do sujeito no sentido de não interferir nas escolhas individuais, em todos os aspectos da vida. Conforme Dardot e Laval (2016, p. 323), “essa heterogeneidade se traduzia na independência relativa das instituições, das regras, das normas morais, religiosas, políticas, econômicas, estéticas e intelectuais”. Os autores apontam uma mudança nesse cenário a partir de dois grandes impulsos paralelos: a democracia política e o capitalismo. Dessa maneira, o ser humano moderno passa a se dividir entre o cidadão dotado de direitos inalienáveis (fim em si mesmo) e o ser humano econômico, guiado por seus interesses (instrumento), tendo a história da “modernidade” consagrado um desequilíbrio a favor do segundo polo.

As relações humanas tornam-se orientadas pela mercantilização das relações sociais e pelo fenômeno da contratualização. As tradições heterogêneas foram gradativamente sendo deixadas de lado em nome de uma nova maneira de se relacionar. O contrato com as regras e as especificações do que cada um ou uma tem a ganhar com a troca de experiência passou a ser a medida de todas as relações humanas: “os contratos voluntários entre pessoas livres – obviamente sempre garantidos pela instância soberana – substituíram as formas institucionais da aliança e da filiação e, mais em geral, as formas antigas da reciprocidade simbólica” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 324). As consequências dessas transformações são observadas em um arranjo de processos de normatização e técnicas disciplinares que constituem um dispositivo de eficácia para a internalização da lógica neoliberal.

Os sujeitos nunca teriam se “convertido” de forma voluntária ou espontânea à sociedade industrial e mercantil apenas por causa da propaganda do livre-câmbio ou dos atrativos do enriquecimento privado. Era preciso pensar e implantar, “por uma estratégia sem estrategistas”, os tipos de educação da mente, de controle de corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer que seriam a forma institucional do novo ideal de homem, a um só tempo indivíduo calculador e trabalhador produtivo. Foi esse dispositivo de eficácia que forneceu à atividade econômica os “recursos humanos” necessários, foi ele que produziu incessantemente as mentes e os corpos aptos a funcionar no grande circuito da produção e do consumo. Em uma palavra, a nova normatividade das sociedades capitalistas impôs-se por uma normatização subjetiva do tipo particular (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 324).

Assim, fica perceptível que o neoliberalismo não foi um projeto pensado minuciosamente em todos os seus passos por seus pioneiros. Ele é uma construção que sempre se renovou para poder alcançar mais aderência entre as pessoas e atingir mais aspectos da vida humana, até chegar ao ponto em que os próprios indivíduos tenham internalizado as normas de conduta necessárias para o crescimento econômico cada vez maior.

A grande obra da sociedade industrial foi o sujeito produtivo, isto é, o ser humano do cálculo que, por ser governável e governado pelas sensações, objetiva a maximização dos prazeres e das dores. É o também chamado “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou “neossujeito”, aquele que é orientado pela realização pessoal, pela busca de ser “bem-sucedido” (DARDOT; LAVAL, 2016). Esse é aquele sujeito que tem o desejo de ser um “colaborador” da empresa, que está sempre atento a toda e qualquer oportunidade de ascender no trabalho, cuja realização pessoal passa pela otimização de seu desempenho individual e, conseqüentemente, pelo sucesso da empresa.

O funcionamento do indivíduo é regido por uma governamentalidade empresarial. Para obter sucesso nessa “cultura da empresa”, o mesmo é obrigado a trabalhar como se ele próprio fosse uma empresa, em constante necessidade de aumentar sua produção para obter maiores recompensas. Han (2018, p. 11) argumenta nesse sentido, afirmando que “o sujeito neoliberal como empreendedor de si mesmo é incapaz de se relacionar livre de qualquer propósito”, pois, sempre haverá em mente uma maneira de se beneficiar.

Marx concebe a liberdade como sinônimo de comunidade bem-sucedida. Entretanto, para a sociedade neoliberal a liberdade do capital se realiza por meio da liberdade individual. Logo, cabe ao trabalhador como empreendedor explorar a si mesmo para a sua própria empresa, sendo o sucesso compartilhado entre ambos, mas o fracasso é uma responsabilidade individual e não do sistema (HAN, 2018).

3 AS TRANSFORMAÇÕES NA SUBJETIVIDADE DOS MORADORES DE JURUTI VELHO APÓS O INÍCIO DA EXPLORAÇÃO MINERÁRIA

Historicamente as relações entre os comunitários de Juruti Velho, assim como os de boa parte das pequenas cidades da Amazônia, baseiam-se na confiança mútua existente entre os moradores do mesmo território e nas instituições locais, com destaque para a Igreja Católica, Sindicato e Associações. O sustento das famílias é retirado da natureza por meio da caça, da pesca, do extrativismo e da agricultura familiar. Existe uma admirável proximidade com a natureza que, para além de ser o meio do qual se retira os bens necessários para a sobrevivência, torna-se também uma relação carregada de significados espirituais e culturais. A história das comunidades e seu universo cosmológico estão

diretamente ligados à existência e preservação de árvores, igarapés, cabeceiras, rios, florestas, serras, etc. Sobre o assunto, Silva (2014, p. 152-153) destaca:

A relação com as forças superiores e da natureza é tão presente nas comunidades que o sucesso em atividade de pesca é caso que requer os respeitos, a permissão e os pedidos por meio de orações e oferendas. O pescador e o caçador precisam conhecer os sinais da mata e dos rios revelados no decorrer do desenvolvimento de sua atividade. A floresta e os rios são mais que simples espaços para caçar e pescar, de exploração, eles são, na verdade, espaços de vida própria, detentores de experiências de vida, histórias, memórias. Isso permite que os comunitários compreendam e expliquem os fenômenos naturais e sociais, decorrentes da violação das normas estabelecidas pela floresta e rio.

Além da forte relação com a natureza, outra característica latente da formação histórica das comunidades de Juruti Velho é que a construção dos conceitos individuais e coletivos sempre foi pautada no fortalecimento da vida em comunidade, com laços de amizade e parentesco consolidados e com um intenso respeito pelos bens oferecidos pela natureza. Em comunidades assim não é incomum que as pessoas troquem experiências sem haver um interesse objetivo em vista, isto é, sem a necessidade de ter uma compensação financeira em troca. Favores são solicitados e oferecidos apenas pela confiança existente entre vizinhos, companheiros de comunidades.

É possível elencar dois bons exemplos da organicidade das relações existentes no interior das comunidades tradicionais da Amazônia. O primeiro é a ocorrência do *escambo*, quando os comunitários trocam os excedentes de suas produções entre si sem precisar haver o envolvimento de moeda na transação. O segundo é o *puxirum*, famosa prática realizada por um grupo de pessoas que se reúnem para a realização de um serviço de maneira gratuita, como por exemplo a limpeza de um terreno ou a construção de um barracão. Especialmente o *puxirum* tradicionalmente foi uma prática que fortaleceu os laços comunitários entre os moradores de uma localidade, considerando toda a animação e o companheirismo normalmente envolvidos junto com a sua realização.

Entretanto, a chegada de um megaempreendimento voltado para a exploração de bauxita na região de Juruti Velho alterou substancialmente a dinâmica das relações comunitárias, de maneira a inserir ou acelerar processos de modernização. A intervenção da Alcoa no território do PAE Juruti Velho trouxe múltiplas transformações no equilíbrio ecológico das florestas e rios locais e conseqüentemente para as relações humanas que dependem da natureza.

A reprodução dos peixes foi impactada e logo registrou-se uma considerada diminuição da quantidade de pesca disponível para os pescadores artesanais. Notadamente nas comunidades de Capiroanga e Jauri, as mais próximas da base de operações da Alcoa, a subtração da floresta fez com que a caça diminuísse, sendo parte dela morrendo por conta da perda de seu *hábitat* natural, e outra parte afastando-se em busca de um espaço mais

tranquilo para a sua reprodução. A derrubada de árvores, como as castanheiras, se limitara a prática do extrativismo. Ou seja, a interferência da empresa modificou as principais atividades econômicas de várias comunidades próximas de sua zona de atuação e trouxe novos elementos a serem observados pelos moradores do assentamento agroextrativista.

Em contrapartida, como típico de projetos de desenvolvimento para a Amazônia como este, a multinacional prometeu a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas, por meio da geração de empregos formais e informais, e também das medidas compensatórias. A pesquisa de campo realizada por Portela (2017) nas comunidades de Capiranga e Jauari indicou que cerca de metade dos entrevistados em algum momento trabalhou para a Alcoa, contudo, no momento da investigação esse número não chegava a 3%. Segundo o pesquisador, isso se deve ao fato de que os empregos direcionados para este público são limitados aos das fases iniciais da instalação e logo após a consolidação da estrutura necessária para a exploração essas vagas são extintas. Além disso, tem-se que a demanda por mão de obra é de natureza qualificada e não consegue englobar o perfil de agricultores familiares, trabalhadores rurais, pescadores e extrativistas.

Ainda que um significativo contingente desta população tenha trabalhado na ALCOA ou em outras empresas privadas, esta experiência não se perenizou, o que, de um lado, deve-se ao caráter altamente capitalista dos empreendimentos mineradores que exigem elevada qualificação técnica em sua fase de operação e, de outro, à baixa qualificação da mão de obra desta população, habituada ao trabalho rural e físico (PORTELA, 2017, p. 192).

Quanto as medidas compensatórias, estas são contestadas pela maioria dos próprios beneficiários, que, anos após o início do recebimento, não consegue entender muito bem para onde todo o dinheiro recebido da empresa está sendo direcionado, considerando a manutenção do quadro de ausência de políticas sociais básicas, como saúde e educação, uma realidade. Cita-se ainda a disputa até os dias atuais para se garantir o pagamento das Perdas e Danos prometidos pela Alcoa no acordo firmado pelo seu representante em 2009, como desdobramento da ocupação de nove dias mencionada na primeira parte deste artigo.

Não bastasse o questionamento das vantagens trazidas por estas políticas de amenização dos impactos do empreendimento, pesquisadores ressaltam que essa tentativa de compensação financeira acarretou em um dos maiores impactos sofridos pelas comunidades de Juruti Velho: a monetarização das trocas (PORTELA, 2017; SILVA, 2014; MONTEIRO, 2009; LOPES, 2012). Somado também – importante esclarecer – a políticas sociais do governo federal, como: Bolsa Família, Bolsa Verde e Seguro Defeso, a entrada

de moeda dentro das comunidades rurais desse município trouxe um novo parâmetro para a normatização das trocas.

Se antes o escambo prevalecia, agora as pessoas estão interessadas em uma compensação financeira pela compra de seus excedentes de produção. Do mesmo modo, muitos moradores agora querem receber pagamento para a realização de serviços comunitários que antes eram realizados por meio do puxirum. Silva (2014, p. 159) analisa essa situação da seguinte maneira:

[...] a lógica decorrente do empreendimento mineral em Juruti, alicerçada em padrões de desenvolvimento e concebida pela sociedade capitalista ocidental, impacta diretamente no regime das comunidades de Juruti, que têm seus padrões relacionados com uma lógica divergente da sociedade capitalista. Esses impactos influenciam em fatores econômicos, sociais e organizativas da comunidade, que passam a conviver com lógicas até então pouco conhecidas, como a monetarização, a escassez de seus recursos naturais e a violência.

Trata-se da chegada ou do fortalecimento da sociedade mercantil no interior do Município de Juruti, na região paraense do baixo Amazonas. É criada toda uma rede de estrutura para a comercialização de produtos de maneira propiciar a circulação de dinheiro dentro das comunidades. A consequência é vista ao observar-se alguns moradores antigos, e principalmente os mais jovens, deixando de lado as maneiras tradicionais de realizar trocas orgânicas (escambo e puxirum) e passando a internalizar a lógica econômica vendida pelo neoliberalismo. As pessoas deixam de seguir os ensinamentos sobre a vida em comunidade e a relação sustentável com natureza, repassados por suas antigas gerações, para aderir às regras do jogo capitalista.

Um acontecimento interessante que exemplifica esse processo é quando grupos de comunitários invadem as áreas de exploração da Alcoa para derrubar as árvores na tentativa de lucrar comercializando-as com madeiras ilegais, com a justificativa de que se não fizessem isso a madeira estragaria e perderia seu valor (PORTELA, 2017). Ou seja, existem forças internas na comunidade que acabam por seguir um caminho contrário ao construído pelas lideranças políticas que marcaram a história de Juruti Velho, por defenderem as florestas dos madeiros ilegais – vide a intervenção na balsa carregada de madeira ilegal no ano de 1999, citada na primeira parte deste artigo.

Portela (2017) ainda acrescenta que a redução dos recursos naturais úteis tem levado ao surgimento de novas relações de trabalho e à fragilização de outras formas tradicionais, como o puxirum. Esse cenário pouco convidativo faz com que muitos trabalhadores rurais deixem suas terras no interior e vão para as cidades em busca de oportunidades de emprego tão prometidas pelo discurso econômico capitalista. Os mais jovens são ainda mais tentados a não seguir os rumos de seus antepassados e buscar fazer

seu próprio caminho na área urbana. Deste modo, Portela (2017, p. 191) conclui seu estudo doutoral afirmando que “as relações econômicas nas comunidades de Jauri e Capiroanga, atualmente, embalam-se por diversas racionalidades que mesclam trocas monetárias típicas do mercado capitalista e reciprocidades inspiradas na dádiva que caracteriza as relações sociais tradicionais”.

Portanto, é perceptível que a subjetividade das comunidades de Juruti Velho foi radicalmente impactada pela chegada da estrutura para a exploração de bauxita na região. A despeito da manutenção de boa parte de seu modo tradicional de se relacionar com a sociedade e com o meio ambiente, a mentalidade dos antepassados concorre com a mentalidade neoliberal, disputando espaços que antes eram dominados pelo escambo e pelo puxirum como modelos de relação. A busca pela incorporação do mercado privado, criado para sustentar o funcionamento da Alcoa, faz com que moradores de Juruti ou das cidades vizinhas mergulhem na racionalidade neoliberal da generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais e a relação com a natureza empreendida secularmente pelos moradores de Juruti Velho foram fortemente transformadas pela chegada da mineradora Alcoa na região oeste do Pará. O desmatamento ocasionou a diminuição de áreas disponíveis para a coleta de recursos naturais e também expulsou os animais da caça de seus *hábitats* para lugares mais distantes. A poluição do rio diminuiu o fluxo de peixes e, conseqüentemente, a possibilidade de retirar o sustento da família da pesca.

Os impactos nas atividades tradicionais dos moradores de Juruti Velho, isto é, no extrativismo, na caça e na pesca, fez com que alguns buscassem novas formas de sobrevivência antes não consideradas. O racionamento dos recursos naturais incentivou o novo discurso trazido com a megaempresa estrangeira de que o sucesso está na cidade com os empregos na iniciativa privada. Entretanto, as vagas prometidas para os trabalhadores rurais logo foram extintas e aqueles que se encantaram com o discurso neoliberal não foram abraçados pela cidade. No campo, a modernidade trouxe o fenômeno da monetarização das relações sociais e afetou atividades tradicionalmente desenvolvidas pelos moradores locais, como o escambo e o puxirum.

Não obstante, as comunidades de Juruti Velho não deixaram de se articular politicamente para proteger seu território, suas culturas e ter seus direitos coletivos e individuais respeitados. As lideranças seguem fortalecendo as associações das comunidades, marcando reuniões de planejamento e incentivando as pessoas a fazerem cursos de capacitação profissional e de formação política. Portanto, a racionalidade

neoliberal desembarcou no Lago Muirapinima com toda a força do desejo de acumulação do capital, mas não conseguiu superar os saberes e os modos de vida locais, que seguem sendo transmitidos tradicionalmente de geração em geração, ainda que tenham deixado para trás alguns deles.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lincon Sousa. **O Direito Achado na Beira do Rio: o diálogo entre o NAJUP Cabano e as lideranças comunitárias de Juruti Velho.** Monografia. Curso de Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém/PA, 2020.

BHABHA, Homi. A Outra Questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: BHABHA, Homi. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ECOOIDEIA. **Estudo de Perdas e Danos do PAE Juruti Velho: resultados finais do EPD-JV submetidos à avaliação dos intervenientes – 1ª. Aproximação.** Produto 4. Brasília: ECOOIDEIA, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** ed. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e novas técnicas de poder.** Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

LOPES, Luis Otávio do Canto. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil .** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz. **A Democratização da sociedade: participação das organizações da sociedade civil-experiências em Juruti Velho-PA.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

PORTELA, Everaldo Machado. **Mineração em Juruti: do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável?** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, 2017.

SILVA, Lindomar de Jesus Sousa. **Natureza capitalista versus natureza orgânica: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo Amazonas.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira.** Dissertação de Mestrado – Universidade



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 06 - MODELO EXTRATIVISTA, MEGA-PROJETOS E ECONOMIA DE COMMODITIES NA AMÉRICA LATINA

LA NUEVA FIEBRE DEL ORO: PALLAQUERAS Y LA DESIGUALDAD DE GENERO EN RINCONADA (PERU)

Letícia Fernanda de Souza Rodrigues (UFRGS)¹

RESUMEN

Con el fin de contribuir a la comprensión de los efectos de la minería aurífera ilegal y artesanal en las relaciones de género en la región minera de la Rinconada departamento de Puno, este proyecto de tesis demostrará una serie de experiencias e historias de mujeres indígenas en el contexto de la extracción aurífera en el territorio peruano de la Rinconada. La presente investigación es resultado de seis años de investigación acerca de la Minería Ilegal en Latino américa sobre todo en Perú, Venezuela y Colombia. El objetivo principal de la investigación fue comprender como la nueva fiebre del oro afecta la desigualdad de género en la región. El documento recoge extractos de testimonios de mujeres andinas que viven y trabajan en la Región. Los resultados presentados acá incluyen los efectos de la economía minera aurífera en las familias y parejas, la práctica de la maternidad, la pérdida de autonomía de las mujeres, y episodios de abuso y distintas formas de violencia sexual contra ellas.

Palabras-clave: Pallaqueras; Minería Ilegal; Rinconada; Oro;

1. INTRODUÇÃO

La fiebre del oro en latino américa aún deja profundas heridas en los cuerpos de los pueblos originarios. Indiscutiblemente, la historiografía en Perú no ha cambiado drásticamente desde el imperio Incaico (GUARDIA, 2015). La actual estructura económica del

¹Mestre em estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS).Doutoranda em sociologia pelo PPGS (UFRGS), integrante do Laboratório Teorias Armadas Urgentes. E-mail: leticiafernanda.souza@live.com

país aún esta embazada en la minería artesanal que por falta de reglamentación y cuestiones socio-económicas se torna ilegal en la mayoría de las regiones amazónicas e andinas.

Sin embargo, el sistema minero está basado en la en la racionalidad cultural andina durante el siglo XX, para el manejo de depósitos auríferos y en el establecimiento de organizaciones sociales que están de alguna manera imbricados en los procesos productivos (RODRIGUES,2019) y, también en los modelos de representación ideológica, como creencias y ritos que ayudan nos a comprender los cambios y persistencias de la cultura andino-peruano.

En esta perspectiva, Victor Pachas(2012,p.20),señala que esta perspectiva conforman tres subsistemas, el primero es el organizativo, que permite que el actor social forme un proceso de socialización técnico-productivo; el segundo es el productivo, establecidos por acuerdos y convenios entre los actores y el tercero que incluye los principios fundamentales de valores y creencias.

En su principio, la minería artesanal fue desarrollada de manera esporádica por personas nuevas en el oficio, en su gran mayoría campesinos provenientes de departamentos cercanos a los centros mineros que tenían la agricultura como actividad laboral principal. La minería artesanal e ilegal se convirtió en una de las principales fuentes de complemento económico de las familias. La minería artesanal se convirtió sobre todo, en Madre de Diós y Puno en fuente de empleo en precarios asentamiento de “poblaciones formados en base de relaciones de parentesco por finalidad, consanguinidad, compadrazgo y paisanazgos(ibden,2012,p.20)”. Sin duda, las fuentes históricas demuestran que en Puno, esta práctica es común desde los tiempos inmemoriales de la colonización y posteriormente a este periodo.

El pallaqueo en la región de Rinconada, ubicada en los Andes peruanos, con la mayoría de la población Quechua hablante y Aymara, demuestra el estilo tradicional de vida minera desde el imperio Inca. Además, esta región es conocida como “El dorado helado” sobre todo por tener gran cantidad de oro”. El estado Peruano es conocido como el sexto productor de oro de latino américa. De este modo, miles de personas se buscan la riqueza a 5000 metros de altura y arriesgan sus vidas en este paraíso dorado, precario y altamente contaminado.

Este reino dorado trae la división sexual del trabajo entre hombres y mujeres. Los varones tienen prácticamente exclusividad laboral en las grandes empresas de minería de la región. Para las mujeres solamente resta el ‘pallaqueo’. Este término es una derivación quechua para Pallay que significa escorrer, seleccionar algo (YUCRA, 2015). En el caso de la Rinconada, departamento de Puno, son las piedras con oro.

Las pallaqueras, son mujeres que luchan por condiciones mejores de vida en medio a la violencia, al alcohol, y a las condiciones de desigualdad social. Así como el Imperador Atahualpa, último emperador Inca, estas mujeres pagan con sus sobrevividas ésta nueva fiebre del oro del siglo XXI, que tiene por objetivo alimentar el actual mercado internacional de

commodities. Para el periodista y investigador Óscar Espinosa, El PAIS (2019), las mujeres no tienen la misma igualdad laboral que los hombres, pues los mineros de la región afirman que la “montaña es muy celosa” y por eso estas son prohibidas de entrar en los socavones. Los hombres dicen que el “oro desaparece si ellas adentran” para buscar las “lágrimas del sol”.

Con el fin de contribuir a la comprensión, de los efectos de la minería artesanal en las relaciones de género, este proyecto documenta experiencias e historias de “mujeres que trabajan en la minería en funciones laborales directas o indirectas “en el contexto de la extracción aurífera en el sur Peruano” (DE ECHAVE, 2009). Algunos de los temas que se abordaran son los efectos sobre la vida en pareja, la maternidad, las transformaciones del trabajo, la pérdida de autonomía femenina y los episodios de maltrato y violencia sexual. El documento se nutre principalmente de las investigaciones propias de mujeres que viven o han vivido de este trabajo como forma de sobrevivir.

1.1 MINERIA Y GÈNERO: EL LADO GRIS DE LA NUEVA FIEBRE DEL ORO

Así como en la Rinconada, departamento de Puno hay mujeres que trabajan en el pallaqueo y condiciones adversas de trabajo laboral. La minería ilegal trae consigo fenómenos propios tales como redes logísticas de retroalimentación, alcoholismo, enfermedades sociales y redes de trata de personas(RODRIGUES,2017) . En ese escenario, observamos que el capitalismo liberal se sostiene bajo a la explotación. En Riqueza de las Naciones de Adam Smith, es observado que las ventajas comparativas en el mercado de commodities no es el mismo que bien vivir e igualdad social. Para la Pesquisidora y periodista Carmen Berrantes (2012),”hay ahí una estrategia de sobrevivencia. Pues cuando tienes tu plato de comida asegurado ya eres otra persona respecto a cómo te vas a enfrentar al mundo”.

Cómo se ha dicho anteriormente, las mujeres que trabajan en la minería ejercen distintas funciones tales como: pallaqueras, vendedoras de oro, maestras, enfermeras, empleadas domésticas y otras. Pero, encontramos también un lado oscuro de la trata de mujeres y niñas para las regiones mineras de Madre Diós e Puno. Para General Raúl del Castillo, Jefe de la División contra la trata de Personas, DININTRAP, la trata y la explotación sexual y laboral se han extendiendo en los últimos años en estos departamentos porque su geografía la convierte en una zona inaccesible para el Estado Peruano. El añadió que en la Pampa, departamento de Madre Diós y las demás regiones mineras la explotación no son solo de Mujeres, pero “también se engaña a adolescentes varones para explotarlos en la extracción del oro (DININTRAP,2019)”.

Los primeros asentamientos de mineros artesanales fueron influenciados por procesos migratorios estimulados por las sucesivas crisis económicas. Una economía

embazada en commodities tiene como característica la inestabilidad socio-económica y desigualdad de rienda.

Siendo así, en Rinconada departamento de Puno, donde 90% de población se dedica a la minería. Es un lugar donde escoge mucho dinero. De este modo, esta región es considerada un lugar fértil para la trata de mujeres y niñas desde Bolivia, país cercano. Conforme datos de la Policía Nacional de Perú:

Hay temas de trata de personas que llegan de Bolivia. Juliaca y La Rinconada son los centros de operación y es donde se llevan a las jovencitas con fines de explotación sexual. Es una pena porque a veces no se puede sentar una denuncia porque las jóvenes dicen que fueron a esos lugares por voluntad propia (EL DEBER,2019).”

Además, toda esta actividad económica fue posible debido a fiebre del oro. Este se ha caracterizado entonces por el desplazamiento de población en busca de yacimientos productivos durante diferentes intervalos migratorios. Algunos asentamientos mineros se ubican en espacios de dominio territorial de comunidades campesinas y/o nativas.

En ocasiones, los mineros artesanales invaden denuncios y/o concesiones de mineros medianos. Estas poblaciones, a lo largo de las tres últimas 17 décadas, han construido valores y creencias sostenidos por sentidos de identidad y pertenencia que dan cuenta de su devenir, con experiencias organizativas que reproducen en los espacios donde se establecen. Han surgido también actores sociales que proveen insumos e instrumentos para la producción minera artesanal, situación que hace 30 años era predecir (PACHAS, 2012, p.29)

Vivir en esas alturas de forma prolongada genera problemas físicos y mentales serios cómo la policitemia, la contaminación con mercurio, basuras, el agua contamina y la falta de saneamiento básico previsto en la constitución. Saben que en promedio de vida no pasarán de los 50 años. Además, los niveles de contaminación de mercurio no son nada despreciables, según una moradora de la región. Pues Cuando con soporte se “separa de la amalgama el oro” y el mercurio evaporado se evapora por “las chimeneas de las chozas de hojalata y ya de caída se asienta en los techos nevados de los pobladores”. Estos, como no tienen salida, recolectan en botellas el agua de deshielo y la usan como agua potable para aseo y otras funciones².

2. MINERIA Y GÈNERO EN PERÙ

² Información extraída de una moradora Local por Whatsapp.

Normalmente los investigadores creen que las mujeres cumplen un papel central en las comunidades indígenas, entre otras formas, como depositarias del conocimiento asociado al uso de la agro biodiversidad y de la tierra, pero poco se investiga sobre las acciones de las mujeres andinas en la minería como modo de sobrevivencia. Ellas erróneamente son investigadas, por investigadores blancos (hombres), con un conocimiento asociado al establecimiento y mantenimiento del sistema agro-ecológico de la chagra a través del manejo de las plantas cultivadas. Estos conocimientos son esenciales para garantizar la seguridad alimentaria y el bienestar de las comunidades. A pesar de la importancia de sus saberes y prácticas, las mujeres amazónicas así como las andinas se encuentran en una situación de especial vulnerabilidad (MEDEIROS,2008) particularmente las más jóvenes, quienes son también las más vulnerables a la explotación sexual, al desplazamiento, reclutamiento forzado y el trabajo insalubre.

No obstante, las promesas de una vida o un ingreso mejor muchas veces terminan en abusos, maltratos, engaños y hasta la muerte. Otro efecto desproporcionado de la economía minera sobre las mujeres se manifiesta en los núcleos familiares rotos por hombres ausentes por largas temporadas y que eluden sus responsabilidades dejando todo el peso del cuidado de los hijos y la chagra en cabeza de las mujeres.

Varias mujeres con pareja coinciden en que la ausencia de sus esposos afecta la seguridad alimentaria de ellas y de sus hijos, pues los hombres también deben ayudar en la chagra y además son los que traen la pesca y la cacería, por lo que al estar ausentes las mujeres asumen cargas desbalanceadas en lo que respecta a actividades como la agricultura de chagra, traer alimento a casa y criar a los hijos sobre todo si son pequeños. Esto muestra que los impactos de la minería ilegal llegan de distintas maneras hasta los niños, quienes junto con las mujeres son quienes más se ven afectados por las consecuencias de la desigualdad social.

Foto 1: Entre las Piedras y el Oro



Fuente: Solidaried

A pesar de la importancia de sus saberes y prácticas, las mujeres amazónicas así como las andinas se encuentran en una situación de especial vulnerabilidad, particularmente las más jóvenes, quienes son también las más vulnerables a la explotación sexual, al desplazamiento, reclutamiento forzado y el trabajo insalubre, como demuestra la foto arriba.

La extracción de oro ha sido impulsada sobre todo por hombres, pero algunas mujeres incluidas las “pallaqueras”– también han participado de forma activa en el proceso de la minería, asumiendo riesgos como la violencia, enfermedades y maltratos, los cuales rara vez son denunciados. La incursión de las mujeres en la minería y en la prostitución es retratada por algunas de ellas como una búsqueda por la autonomía. “Las voces de las mujeres indígenas se escuchan poco en las decisiones sobre la minería”, entre otras razones, porque los cargos políticos en las comunidades por lo general son ocupados por Hombres.

2.1 La trata de mujeres en los andes

De esta manera, la violencia de género indígena en los Andes peruanos, no es una formada aleatoria o aislada, es neutralizada por la víctima como normal o común. La identificación de los mecanismos de neutralización y aceptación esta embazada en la vivencia psicosocial de la región en que estas viven. Por eso, las trabajadoras en regiones mineras, tienen la subsistencia y pobreza como denominadores comunes. Que por un lado, ha sido la

resolución para financiar los estudios de sus hijos, a costa de su propia salud física y emocional.

Además, la falta de oportunidad falta de oportunidades de trabajo en el campo ha hecho con que millares de mujeres acompañasen sus maridos a la Rinconada. Muchas de ellas, intentan evitar que sus compañeros gasten la plata con alcohol y mujeres jóvenes de las cantinas.

De este modo, la Rinconada, se convirtió en unos de los principales polos de trata de mujeres en Sudamérica. Según el informe de 2012 de la Policía Peruana de 2012 aproximadamente que “4.500 las mujeres explotadas sexualmente en la ciudad, la mayoría era procedentes de Bolivia, Colombia o del mismo Perú (VAQUERIZO, 2019)”.

Asimismo, el autor Enrique Vaqueriz, realza que la situación en la región no ha cambiado pues hay una vieja tradición, colonial, minera erigió que el alcohol y sexo con mujeres más jóvenes antes de la jornada laboral hacen brotar con más facilidad el oro de las montañas. De esta forma, “gran parte de las ganancias arrancadas en un día de trabajo en las minas se evaporan en la noche entre los interiores tumultuosos de las cantinas”³. No hay datos reales pues las víctimas tienen temor a denunciar.

Según los datos obtenidos en los últimos ocho años, datos primarios de la prensa local y datos de la Policía Nacional del Perú se puede hacer una estimativa que aproximadamente 2.606 mujeres son forzadas a trabajar en más de las 400 discotecas locales. Siendo que 1.996 mujeres y niñas son de origen boliviana.

CONSIDERACIONES FINALES

Este artículo se concentró en documentar y discutir los efectos de la minería sobre las mujeres en los Andes peruanos, especialmente en la Rinconada en distintos aspectos tales como el “pallaquo” cómo forma de autonomía. Todavía, las mujeres sufren con los episodios de maltrato y violencia sexual. La perspectiva de género y minería

A partir de algunos testimonios locales, este texto ofreció algunos elementos preliminares para entender y visibilizar los impactos desproporcionados de la minería sobre las mujeres andinas indígenas. No obstante, es importante seguir generando información sobre estos y otros aspectos asociados al impacto de la minería ilegal en los niños y mujeres jóvenes que de alguna manera están resistiendo y resignificando sus vidas.

³ Testimonio anónimo de una estudiante minera.

En investigación a campo las mujeres relatan que se encuentran en una situación de especial vulnerabilidad, particularmente las más jóvenes, quienes son también las más vulnerables a la explotación sexual y al desplazamiento y reclutamiento forzado a la frontera.

La extracción de oro en la Rinconada ha sido impulsada sobre todo por hombres en la compañía Nacional minera. Las pallaqueras han ejercido de forma activa en el proceso de la minería, asumiendo riesgos como la violencia, enfermedades y maltratos, los cuales rara vez son denunciados. La incursión de las mujeres en la minería y en la prostitución es la búsqueda por autonomía y libertad de malos tratos. Las viviendas tienen uno o dos ambientes, las paredes y techos son forrados con plásticos contratando con las bajas temperatura que llegan a menos de 26 grados. No se dispone de agua potable. En fines de 2008 recién se habían instalado los servicios de energía y agua potable.

En la ciudad, “existen pequeñas tiendas de abarrotes, boticas, radioemisoras, sastrerías, peluquerías, servicios de reparación, pequeños alojamientos y restaurantes. Pero también proliferan las cantinas y clubes nocturnos, así como los problemas de alcoholismo, delincuencia, violencia callejera y prostitución de adolescentes mujeres (MOSQUE MOSQUERA,2006 ,np).”

Además, los informes locales han dado casos de desaparición de personas, violaciones y muerte por asaltos y peleas en los bares .No obstante, las promesas de una vida mejor trajó estas mujeres al corazón de la nueva fiebre del oro, centro del capitalismo extractivista. Esto muestra que los impactos de la minería ilegal llegan de distintas maneras hasta los niños, quienes junto con las mujeres son quienes más se ven afectados por las consecuencias de la extracción aurífera.

REFERENCIAS

ANDREO, Juan, and Sara Beatriz Guardia. "Historia de las mujeres en América Latina." Centro de Estudios de la mujer en la historia de América Latina, CEMHAL. Departamento de Historia Moderna, Contemporánea y de América. Universidad de Murcia. Murcia (2002).

BOUYSSSE-CASSAGNE, Thérèse. "Las minas de oro de los incas, el Sol y las culturas del Collasuyu." Bulletin de l'Institut français d'études andines 46 (1) (2017): 9-36.

COELHO, Maria Célia Nunes, and Luiz Jardim de Moraes Wanderley. "Peru-Bolivia-Brasil: garimpeiros e ideia de região transfronteiriça." Revista da ANPEGE 9, no. 12 (2013): 5-16.

CAPITAL HUMANO Y SOCIAL: <http://www.chsalternativo.org/vrtp/ruta.html>

Medina, Claudia, María Grados, and Claudia Grados. "Estudio "Balance sobre la situación actual de la trata, explotación sexual y violencia sexual en zonas de minería informal de Madre de Dios y Piura"."

DE ECHAVE, José, Alejandro Diez, Bruno Revesz, Ludwig Huber, Martín Tanaka, and Xavier Ricard Lanata. *Minería y conflicto social*. Lima, 2009.

FEMALES MINERS IN PERU: <https://www.solidaridadnetwork.org/news/female-miners-in-peru-gain-landmark-recognition-of-key-role-in-gold-value-chain> acceso Março 2020.

El Comercio, Óscar Castilla C.: Mitad de exportadoras de oro en la mira por minería ilegal. <http://elcomercio.pe/peru/madre-de-dios/mitad-exportadoras-oro-mira-mineria-ilegal-noticia-1708977>

GUARDIA, Sara Beatriz. *Mujeres peruanas: el otro lado de la historia*. La Autora, 2002.

LIVING IN THE SHADOW OF A GOLD RUSH: <https://www.aljazeera.com/indepth/inpictures/2013/10/living-shadow-gold-rush-2013102182743499374.html>. Acesso em Março 2020.

MEDEIROS, Marcelo y Costa, Joana, "Is there a Feminization of Poverty in Latin America?", *World Development*, RePec, Vol. 36, n° 1, p. 115-127, Janvier 2008
DOI : 10.1016/j.worlddev.2007.02.011

MOSQUE MOSQUERA, César. "Trabajo infantil en la minería peruana." CETEM/CNPQ, 2006.

PACHAS, Víctor Hugo. "Historia de una incertidumbre: habitat, conflicto y poder en la minería artesanal de oro de Perú." *Earth First SAC* (2011): 292.

RODRIGUES, Letícia Fernanda de Souza. "Mineração ilegal Bolivar (Venezuela) e Madre de Diós (Peru): novo paradigma de segurança ambiental na América do Sul." (2019).

Rodríguez, Carlos, and Sebastián Rubiano. "Las mujeres y la minería ilegal de oro en la amazonia colombiana." *Serie Coleccionable. Documento 6* (2016).

SERPA YUCRA, Evelina e Contreras Parede, Margarita s, "Una experiencia de prevención y promoción en los centros poblados mineros más altos del mundo: Cerro Lunar y La Rinconada, en San Antonio de Putina (Puno)", [s.d.], 20.



GT 6 – Modelo Extrativista, Mega-projetos, e Economia de Commodities na América Latina

A INSTALAÇÃO DA MINERADORA VALE VERDE NO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS/AL E SUAS IMPLICAÇÕES NA TERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES DO POVOADO SERROTE DA LAJE, CRAIBAS, ALAGOAS - BRASIL

Lívia Thaysa Santos de Albuquerque Gama (UFAL)¹
Cirlene Jeane Santos e Santos (UFAL)²

RESUMO

Este trabalho visa apresentar como se deu a instalação da Mineradora Vale Verde no município de Craíbas, localizada no agreste alagoano e o processo de desterritorialização dos camponeses do povoado Serrote da Laje, local de instalação do Projeto Serrote (MVV). Os objetivos aqui propostos estão centrados em apresentar como ocorreu o processo de expropriação dos camponeses residentes no referido povoado, com a instalação da Mineradora e o Projeto Serrote, que se configura como uma mina a céu aberto, tendo como principal objetivo a exploração e beneficiamento de cobre. Os procedimentos utilizados para a escrita deste artigo foram levantamento bibliográfico, a partir da leitura de livros e artigos científicos e consulta a sites jornalísticos; os principais autores utilizados para aporte teórico foram: Haesbaert (2004, 2011); Raffestin (1993); Santos (1999, 2004, 2014); Gottmann (2012); pesquisa de campo exploratória em lócus, no povoado Serrote da Laje; e construção de acervo iconográfico para compor banco de imagens. Como resultados temos que o processo de desterritorialização dos camponeses do Serrote da Laje se deu de forma conflituosa, entre camponeses que acamparam e cultivaram na terra e a Mineradora. Registra-se que o processo de desapropriação das terras ocorreu alheio ao conhecimento geral da população do município e também sem nenhuma interferência ou mediação dos poderes públicos estadual ou municipal. Assim, a mineradora seguiu seu cronograma de implantação da mina e os sitiantes foram paulatinamente vencidos e expropriados.

Palavras-chave: Território; Desapropriação; Campesinato; Luta pela terra; Extração de cobre.

¹Especialista em Ensino de Geografia, Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas, integrante do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais – NUAGRARIO/UFAL. E-mail: liviathaysasagama@gmail.com;

²Doutora em Geografia, Professora do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, IGDEMA. Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais – NUAGRARIO/UFAL. E-mail: cirlene@igdema.ufal.br.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do estudo inicial que versa sobre o processo de instalação da Mineradora Vale Verde no povoado Serrote da Laje, localizado na zona rural do município de Craíbas, no agreste alagoano, destacando as suas implicações no processo de desterritorialização compulsória dos camponeses que foram expropriados de suas terras.

Objetiva-se com este artigo apresentar como ocorreu o processo de desapropriação dos camponeses residentes no referido povoado, com a instalação da Mineradora e o Projeto Serrote, que se configura como uma mina a céu aberto, tendo como principal objetivo a exploração e beneficiamento de cobre.

A metodologia empregada para a realização deste artigo, pautou-se em levantamento bibliográfico a partir da leitura de livros, artigos científico; levantamento documental por meio de consulta a *sites* jornalísticos; e aporte teórico, sendo os principais autores: Haesbaert (2004, 2011); Raffestin (1993); Santos (1999,2004, 2014); Gottmann (2012), pesquisa de campo exploratória no lócus da pesquisa, povoado Serrote da Laje, e construção de acervo iconográfico para compor banco de imagens.

Inicialmente será apresentado o processo de instalação da mineradora, as atividades que foram e estão sendo desenvolvidas a partir do Projeto Serrote, baseado em uma pesquisa feita em sites jornalísticos e no da Mineradora Vale Verde. Sendo discutido posteriormente, como se deu o processo de desterritorialização dos camponeses.

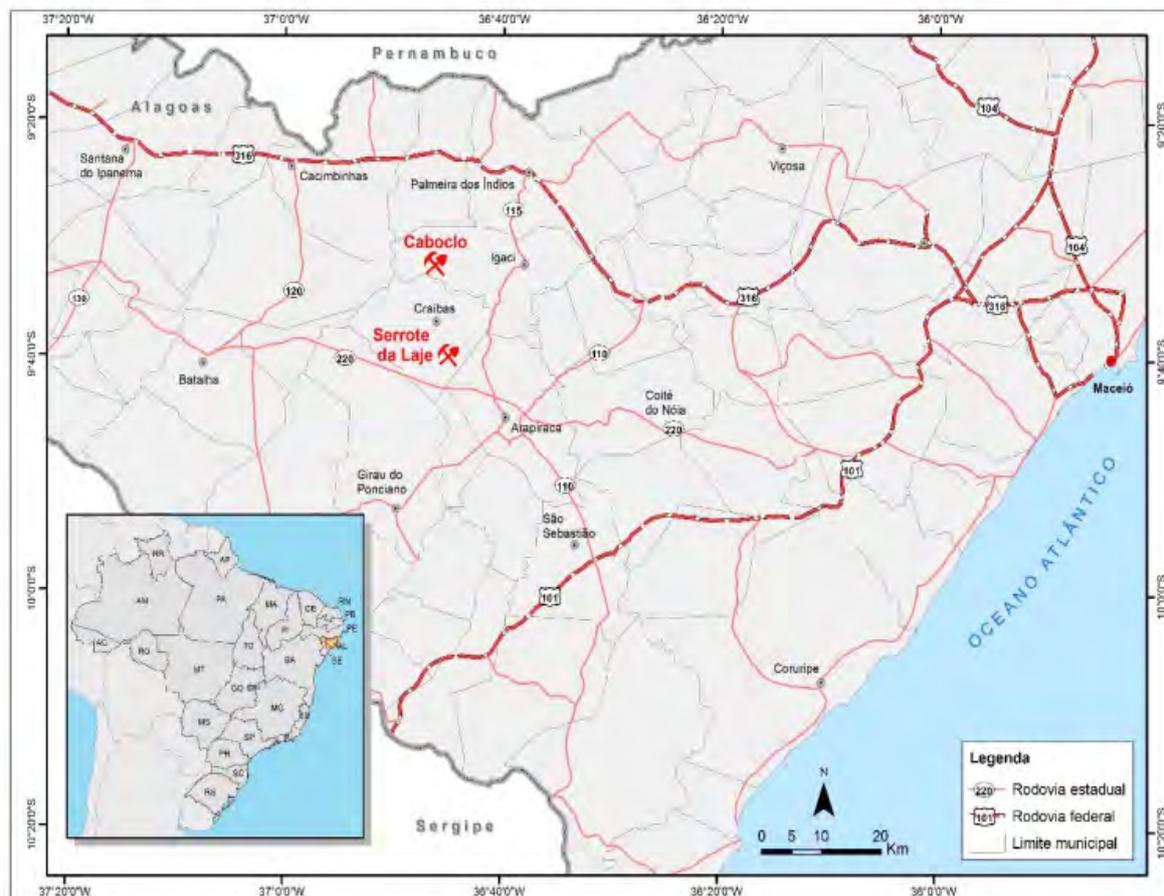
Entende-se que a discussão aqui posta se apresenta fundamental no sentido que corrobora com o entendimento da problemática que envolve todo o processo advindo da desterritorialização sofrida pelos camponeses que residiam no Serrote da Laje, bem como se faz importante para que toda a comunidade e interessados na temática tomem conhecimento desse processo, considerando que os fatos é de conhecimento restrito no município de Craíbas e pouca repercussão teve nas escalas regional e estadual.

2. O PROJETO SERROTE (MVV) - A IMPLANTAÇÃO DA MINERADORA VISANDO A EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE COBRE NO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS/AL

O Projeto Serrote pertencia a uma empresa canadense conhecida por Aura Minerais, posteriormente, foi vendido em 2018 para o Fundo de Investimentos londrino Appian Natural, que possui duas minas na região nordeste, a de cobre, no estado de Alagoas (em instalação) e uma de níquel no estado da Bahia. As pesquisas e investigações sobre a presença de minérios nas terras no município de Craíbas, iniciou-se em meados de 1982, a partir de campanhas de sondagens, testes metalúrgicos e estudos ambientais e de engenharias. Mas, somente em 2007 a mineradora se instalou no município.

A empresa MVV tem dois empreendimentos minerais em Alagoas, ambos no município de Craíbas: o Projeto Serrote, que estamos expondo aqui, situado entre Craíbas e o município de Arapiraca; e o Projeto Caboclo, este situado entre Craíbas e o município de Igaci, conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1. Mapa de localização dos Projetos Serrote e Caboclo (MVV)



Fonte: CANEDO, 2016.

A infraestrutura montada pela Mineradora Vale Verde, apresentado na figura 2, configura-se com a primeira mina de metais básicos como são chamados os metais de ocorrência mais comuns a exemplo de cobre, chumbo, estanho, alumínio, níquel e zinco que está em operação no estado de Alagoas. Segundo matéria publicada no site Conexão Mineral em julho de 2020 “A mina a céu aberto tem vida útil de 13 anos e a capacidade nominal de produção anual será de 60 mil toneladas de concentrado. O minério será destinado para exportações e a logística deve ser feita pelo porto de Sergipe”.

Figura 2. Infraestrutura montada pela Mineradora Vale verde no município Craíbas/AL



Fonte: Grupo Appian Brazil. Disponível em: < <http://www.conexaomineral.com.br/>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2020.

O referido Projeto, possui licença do IMA (2017), sendo esta prorrogada em 2019 até 2021, quando está previsto o início da operação que se dará por meio da primeira produção de concentrado de Cobre. O destino do minério explorado será o mercado asiático e europeu.

Em 2020, foi realizada em junho a primeira detonação no Projeto Serrote, mesmo em meio a Pandemia do COVID-19 as atividades na mineradora não foram interrompidas, segundo matéria publicada no site Conexão Mineral em fevereiro de 2021, sendo dada continuidade ao Projeto Serrote com as seguintes atividades, ver figura 3.

Figura 3. Obras na planta de britagem no Projeto Serrote



Fonte: Mineradora Vale Verde. Disponível em: < <http://www.conexaomineral.com.br/>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2020.

Algumas das atividades realizadas durante o ano de 2020 foram as seguintes:

- Conclusão da fase I do *pré-stripping* (decapeamento);
- Construção da instalação de armazenamento de rejeitos;
- A assinatura de um contrato de *offtake* com um *trader* internacional;
- A construção e montagem da linha de transmissão de 230kv com 21km de extensão;
- Construção das principais infraestruturas da planta de processamento.

Com mais de 90% das obras realizadas, a previsão para início da produção do concentrado de cobre está prevista para o segundo semestre de 2021.

3. O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO DOS CAMPONESES DO POVOADO SERROTE DA LAJE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A categoria território é muito discutida para além da Geografia, considerando a sua amplitude. Haesbaert (2011) coloca três vertentes básicas do território, política, cultural e econômica. Nesse trabalho será enfocada esta última por melhor se enquadrar na discussão aqui posta. Nesse sentido, para Haesbaert (2011, p. 40) a concepção de território de base econômica é “[...] menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e a relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho [...]”. Destaca que “o território é antes de tudo um conjunto de relações sociais”. (p. 80)

O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2011, p. 79)

Nesse sentido, sobre o conceito de território é necessário enfatizar que nem sempre é possível dissociar as vertentes destacadas por Haesbaert (2011), tendo em vista que no próprio conceito estão intrínsecas questões políticas e culturais, as quais não devem ser ignoradas. É o caso da desapropriação ocorrida no povoado Serrote da Laje, abordado nesse trabalho, neste a desapropriação das terras dos camponeses foi feita mediante acordos financeiros (indenizações), porém, o modo de vida vivenciado organizado por gerações pelos camponeses ali residentes, as atividades com a agricultura e criação de animais, foram deixadas para trás. O que fica agora são só as memórias do que foi vivido, e evidentemente, esse processo implica nas novas formas de organização e re-territorialização dos indivíduos.

É preciso entender o território como sendo multidimensional. A Multiterritorialidade resultante da sobreposição de territórios,

[...] inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam a nosso dispor, [...] mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004, p. 13).

De acordo com Haesbaert (2011, p. 92): “[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizaram seu caráter iminente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder”. Ainda segundo o autor, desde sua origem, o território possui conotação dupla,

[...] material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra – territorium quanto de térico-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo-especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. (HAESBAERT, 2004, p. 1)

Partindo desse pressuposto, entende-se que o território pode abrigar distintas funções “[...] de acordo com o grupo e/ou a classe social, pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle, e/ou referência simbólica”. (HAESBAERT, 2011, p. 96). O autor discute ainda a funcionalidade do território como recurso, seja como proteção e abrigo, bem como fonte de recursos naturais, como é o caso do território do Projeto Serrote, com a exploração do cobre. Ele destaca duas formas de produção do território enquanto recurso “os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana” (HAESBAERT, 2004, p. 3). Nesse contexto, entende-se que a produção do território pela Mineradora Vale Verde corresponde a abordagem dominante, pois privilegia o capital financeiro-industrial, como recurso e valor de troca como visa o controle das terras, da produção e do lucro.

Marques (2010, p. 80) enfatiza que “o território constituído como espaço social produzido e delimitado por uma fronteira que ordena, é construído como representação: tanto pode ser uma ferramenta, como um recurso para o desenvolvimento econômico e social”. Assim, corroborando com o argumento defendido pelo autor supracitado, Paulino (2008, p. 214) acrescenta: “[...] pensar em território supõe pensar em espaços delimitados por e para relações de poder [...]”. Assim sendo, corroborando com Paulino, Haesbaert (2011, p. 89) argumenta: “[...] “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais”. Com o passar do tempo, o conceito de território foi se ampliando e ganhando forma podendo ser definido como:

[...] espaço socialmente construído, possuidor de recursos naturais e detentor de uma história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes conferem expressão, e de formas sociais de organização da produção. (MARQUES, 2010, p. 81)

Assim sendo “[...] o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes”. (PAULINO, 2008, p.215).

Raffestin (1993, p. 143) coloca que “ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente [...], o ator “territorializa o espaço”. Desta forma, para ele, “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite, que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato a delimitação. (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Ou seja, essa relação entre o sujeito e o território, mesmo que abstratamente torna possível o processo de territorialidade.

Muito embora as definições de território tenham evoluído e tomado diferentes formas, é possível notar que o termo “delimitação” se faz presente de uma forma insistente, ou seja, quando se fala em território pode-se pensar primeiramente em um espaço limitado e delimitado por algo ou alguém.

O território é “[...] uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém, repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão. (GOTTMANN, 2012, p. 525)

O conceito de território, no entanto, não deve ser limitado, bem como ser visto de forma fragmentada, pois “O território é um lugar em que se desembocam todas as ações [...] isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. (SANTOS, 1999, p. 7). A partir da definição colocada por Santos, pode-se concluir que para ele o território deve ser entendido em sua totalidade, considerando assim todas as vivências dos que nele habitam, sentimentos e práticas cotidianas, e não apenas o valor material da terra e bens materiais, como ocorre geralmente nos processos de desapropriação, em específico como ocorreu com os sitiante do povoado Serrote da Laje, mas também deve ser considerado o imaterial. Para o autor,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistema de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8)

Santos (2004, p. 232) enfoca que a “utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e o seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania”. Dessa forma, o autor enfatiza que “É o território usado que é uma categoria de análise”. (SANTOS, 1999, p. 8)

Compreende-se que dentro da discussão sobre território estão intrínsecos os processos de desterritorialização e nesse sentido, destaca-se que estes não podem estar vinculados apenas as esferas cultural e política, mas também deve ser considerada a perspectiva econômica, como bem coloca Haesbaert (2011, p. 61) “[...] nunca vejamos a des-reterritorialização apenas na sua perspectiva político-cultural, incluindo de forma indissociável os processos econômicos, especialmente a dinâmica capitalista do “meio técnico-científico informacional”.

O processo de desapropriação propriamente dito da comunidade Serrote da Laje, se deu entre 2013 e 2014, quando houve a desativação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Luciano Peixoto, que contava com aproximadamente 300 alunos matriculados. Nesse contexto, tanto os alunos quanto os professores e demais funcionários foram remanejados para outras escolas do município. Uma igreja católica, ver figura 5, também foi desativada, e segundo populares os imóveis ficaram abandonados e ocupados por bovinos de criadores do entorno, conforme matéria publicada no *site* Tribuna Hoje em Abril de 2017.

Figura 4. Igreja Católica desapropriada no povoado Serrote da Laje, Craíbas/AL



Fonte: Disponível em: < <https://tribunahoje.com/>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2020.

A desterritorialização está intimamente ligada ao processo de globalização haja vista através principalmente do ciberespaço por meio da destruição de barreiras bem como as fixações territoriais. As perspectivas da desterritorialização sob o ponto de vista econômico para Haesbaert (2011) são as seguintes:

- Sentido mais amplo: é vista como sinônimo de globalização econômica;
- Sentido restrito: é dada a um dos momentos do processo de globalização – ou ao mais típico -, aquele chamado de capitalismo pós fordista, ou capitalismo de acumulação flexível;
- Sentido mais restrito: vinculado a um setor específico da economia globalizada, o setor financeiro onde a tecnologia informacional tornaria mais evidentes tanto a imaterialidade quanto a instantaneidade.

Haesbaert (2011, p. 172) pontua: “para alguns, a problemática que se coloca é a mobilidade crescente do capital e das empresas – a desterritorialização seria um fenômeno sobretudo de natureza econômica [...]”. Logo,

[...] está muito mais ligada aos processos de expropriação, precarização e/ou exclusão inseridos na lógica de acumulação capitalista do que nas simples esferas do capital “fictício”, da deslocalização das empresas ou da flexibilização das atividades produtivas. (HAESBAERT, 2011, p. 193)

A área afetada pela Mineradora Vale Verde com o Projeto Serrote corresponde a aproximadamente 16,24km² equivalente a 1,624,00 ha estando situada entre os municípios de Arapiraca (538,00ha) e Craíbas (1,041,00 ha). Durante o processo de desapropriação das terras dos camponeses, a Mineradora Vale Verde ainda pertencente a Aura Mineraias contou com os trabalhos ofertados pela ECSA Engenharia Socioambiental que desenvolveu algumas atividades em 272 propriedades rurais nos municípios de Arapiraca e Craíbas relacionadas a avaliação das terras e imóveis, dentre outras, foram elas:

- Revisão de Levantamento Físico das Propriedades;
- Revisão das Avaliações;
- Elaboração de Laudos Complementares de Avaliação;
- Pagamento das indenizações;
- Escrituração das Áreas adquiridas;
- Legalização as áreas adquiridas;
- Vistoria, Aprovação, Aquisição e Legalização de Áreas para Auto assentamento;
- Pesquisa de preços para Linha de transmissão;
- Elaboração de caderno de preços para Linha de Transmissão.

Sobre a contratação de serviços e empresas na condição de terceirizar mão de obra, a partir da contratação de empresas de fora da região para realização de serviços, bem como a contratação de pessoal.

[...] a desterritorialização de ênfase econômica adquire sua conotação mais específica, associada basicamente ao comportamento “multilocacional” das grandes empresas, tanto no sentido mais geral de maior flexibilidade de localização, quanto no sentido de sua articulação interna e na relação com outras empresas, capazes que são de gerenciar a produção através da subcontratação de redes “flexíveis” com outras empresas localizadas em diferentes cantos do planeta. (HAESBAERT, 2011, p. 186)

Desse modo, nota-se que a Mineradora terceiriza empresas para que essas possam realizar serviços nas atividades de mineração, os quais não tem interesse em realizar. Esses serviços, por exemplo, como foi apresentado anteriormente podem ser diversos, desde o levantamento de dados até as tarefas mais operacionais. A Mineradora Vale Verde, conta com a prestação de serviço de distintas empresas terceirizadas, gerenciando assim, as relações de produção no Projeto Serrote.

Por meio de pesquisa de campo em *lócus*, na área pertencente a Mineradora Vale Verde, no antigo povoado Serrote da Laje, foi possível observar ainda algumas ruínas de propriedades que não foram completamente demolidas, ver figuras 5, 6, 7 e 8, enquanto outras áreas não foi possível fotografar considerando que a Mineradora cercou, sendo áreas privadas de acesso restrito

Figuras 5 e 6. Propriedade rural desapropriada pela Mineradora Vale Verde



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figuras 7 e 8. Ruínas dos imóveis desapropriados pela Mineradora Vale Verde



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

No entanto, o processo de desapropriação não ocorreu de forma tranquila, este se mostrou conflituoso, ocasionando transtornos para camponeses, conforme noticiado pelo Tribuna Hoje em Abril de 2017 no qual denunciava que houve ocupação das terras por agricultores (ver figura 9), estes faziam parte da Frente Nacional de Luta (FNL) e Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), estes afirmaram que não possuíam terra para morar e plantar. O *site* jornalístico coloca ainda que cerca de 600 famílias ocupavam o acampamento que foi montado, alguns dos ocupantes informaram na matéria que chegaram a receber ameaças e que não receberam propostas dignas da Mineradora Vale Verde.

Figura 9. Agricultores acampados na Luta pela Terra nas áreas da Mineradora Vale Verde



Fonte: Disponível em: <www.arapiracaneWS.com>. Acesso em 11 de Fevereiro de 2021.

Em Junho do mesmo ano (2017), o mesmo portal – Tribuna Hoje, noticiou que a Mineradora estava inativa e havia comprado terras de assentamentos situados nas proximidades do Projeto Serrote, novamente indicando que os conflitos e luta pela terra permaneciam. No decorrer da matéria, o advogado contratado pelos Trabalhadores Sem Terra, mencionava que a Mineradora Vale Verde havia feito a compra de terrenos de áreas de preservação ambiental, bem como de lotes de assentamentos, localizados no entorno das terras pertencentes a Mineradora, em específico do Assentamento Ceci Cunha, no povoado Corredor, município de Arapiraca. O mesmo, informou que havia mais de 500 famílias que estavam sem local para plantar e morar, nessa oportunidade falou da possibilidade de haver naquela localidade Reforma Agrária.

O advogado alegou ainda no decorrer de sua fala para o portal Tribuna Hoje, que havia falta de capital financeiro por parte da Mineradora Vale Verde, e que o Projeto Serrote não havia chances de ser executado, cabendo a Mineradora, nesse sentido, doar as terras para Reforma Agrária e posteriormente a implantação de uma cooperativa. Finalizou enfatizando

que a venda das terras foi realizada por valores abaixo do mercado, e que houve a “promessa de dar prioridade às famílias na geração de renda”.

Em resposta, a Mineradora Vale Verde informou que as acusações e informações proferidas pelo advogado em defesa dos agricultores seriam inverídicas e sem procedência, que as áreas de proteção ambiental estavam sendo preservadas e aumentadas, e caso houvesse utilização de alguma dessas áreas para atividade mineral, estas seriam substituídas conforme previsto em lei. Enfatizou ainda que os programas de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL) se manifestaram contra a possibilidade da Reforma Agrária nas áreas pertencentes a Mineradora Vale Verde, e que o atraso no Projeto Serrote foi de ordem econômica e em função de fatores externos ligados ao preço baixo dos commodities minerais.

Os processos de desterritorialização conforme Haesbaert (2004, p. 2) “[...] devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse (s) espaço (s) e conseqüentemente, os processos sociais que o (s) compõe(m)”. Dessa forma, conforme o *site* Notícias de Mineração Brasil anunciou em 14 de Março de 2017, a Mineradora Vale Verde obteve liminar para reintegração de posse das terras, executada por oficiais de justiça em 05 de Abril de 2017, tendo os camponeses acampados 10 dias para desocupação das terras.

Sobre a ligação entre a desterritorialização e o processo de re-territorialização que consiste no processo pelo qual o sujeito expropriado volta a se organizar espacialmente territorializando o espaço, Haesbaert (2011, p. 189) enfatiza que “[...] ambas são parte de processos contínuos e generalizados de territorialização”. Portanto, uma vez expropriados, estes migraram para outros povoados para assim iniciar o processo de re-territorialização, marcados pelo abandono, pelas perdas materiais, idenitárias, laços de vizinhança e compadrio, tão valorizados entre as comunidades camponesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos que envolvem a desterritorialização costumam ser marcados por conflitos, por diversas razões, que pode ser de ordem econômica ou mesmo cultural e simbólica. O caso do povoado Serrote da Laje ocorreu em função da instalação da Mineradora Vale Verde, cujo objetivo é a construção de uma mina a céu aberto para a extração do cobre. No entanto, esse processo de desapropriação se mostrou conflituoso com o passar do tempo, ocasionando a apropriação das terras já desapropriadas, por agricultores sem-terra que acamparam e passaram a cultivar nas terras. Desse modo, entende-se que a desterritorialização no referido povoado se deu por meio de processos vinculados a fatores econômicos, ou seja, para que uma grande empresa pudesse se instalar e assim extrair os recursos naturais contidos no subsolo do território.

Portanto, nota-se que a partir desse processo foram desencadeados problemas relacionados a expropriação dos camponeses, em relação a reorganização espacial destes, ou seja, o processo de re-territorialização não se dá de forma simples, bem como questões relativas a identidade cultural desse povo, haja vista tenham residido ao longo de uma vida inteira no povoado Serrote da Laje, território desapropriado, onde hoje está em funcionamento o Projeto Serrote da Mineradora Vale Verde, tornando-se assim um território que não mais lhes pertence, irreconhecível para eles.

REFERÊNCIAS

APPIAN CAPITAL. Disponível em: <<https://appiancapitaladvisory.com/pt-br/mineracao-vale-verde-e-appian-anunciam-primeira-detonacao-e-atualizacao-da-implantacao-do-projeto-serrote/>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

ARAPIRACA NEWS. Disponível em: <<https://www.arapiracanews.com/interior/1518/2017/03/24/projeto-serrote-da-laje-voltara-a-funcionar-diz-gerencia-da-vale-verde>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

CANEDO, G. F. Os **Depósitos Serrote da Laje e Caboclo (Cu-Au), nordeste do Brasil: Sulfetos magmáticos hospedados em rochas ricas em magnetita e ilmenita associadas a intrusões máficas-ultramáficas**. Brasília: Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, 2016, 57 p. Dissertação de Mestrado

CONEXÃO MINERAL. Disponível em: <<http://www.conexaomineral.com.br/noticia/1916/mineracao-vale-verde-obtem-financiamento-de-us-140-milhoes-para-serrote.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

CONEXÃO MINERAL. Disponível em: <<http://www.conexaomineral.com.br/noticia/1673/mineracao-vale-verde-ja-concluiu-65-das-obras-do-projeto-serrote.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

ECSA. Disponível em: <<http://ecsa-sc.com.br/conteudo/projeto--serrote-da-laje->>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. In: **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2. n. 3, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Disponível em: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/haesbaert-dos-mucc81tiplos-territoc81rios-acc80-multiterritorialidade.pdf>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. – 6° ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 396p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993, 266p.

MARQUES, António Pedro Sousa. Da construção do Espaço à construção do território. In: **Fluxos & Riscos**, nº1, Pp. 75-88.

MINERADORA VALE VERDE. Disponível em: <<https://vale-verde.com/>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO. Disponível em <<https://www.noticiasdemineracao.com/metais-preciosos/news/1141920/start-projeto-da-minera%C3%A7%C3%A3o-vale-verde-ser%C3%A1-em-2020>>. Acesso em 18 de Fevereiro de 2020.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edimilson [org.] **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 496.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** – 6° ed. - São Paulo, EDUSP, 2014, 136p.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **GEOgrafia** – Ano. 1 – N°1 - 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** – 6° ed. - São Paulo, EDUSP, 2004, 285p.

TRIBUNA HOJE. Disponível em:

<<https://tribunahoje.com/noticias/interior/2017/04/10/avanco-de-mineradora-fecha-escolas-e-ate-igreja-no-agreste-de-alagoas/>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

TRIBUNA HOJE. Disponível em:

<<https://tribunahoje.com/noticias/interior/2017/06/02/agreste-advogado-diz-que-mineradora-esta-inativa-e-comprou-area-de-assentamento/>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.



GT 07

Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina

Coordenadores: Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Guilherme Guerreiro (GETTAM/NAEA/UFPA) e Andrés Felipe Ortiz Gordillo (Universidad Nacional, Colômbia) e Daniela Ribeiro (PPGSA/UFPA)

Ementa: Almeja, este GT estimular a busca de novos esquemas interpretativos, a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas através de estudos comparativos e do que nos ensinam os processos insurrecionais, os levantes, revoltas e resistências no tempo que atravessam toda a América Latina. Estes estudos contextualizados descobrem uma América latina encoberta, invisibilizada, deixada no obscurecimento pelas relações racistas, coloniais, anti-etnias, e de classe que conformam as estruturas desses países no seu conjunto. Cabe ainda ressaltar a contribuição do evento para ampliar os interesses dessa linha de pesquisa e de pesquisadores e aumentar a inserção dos programas de pós-graduação nos estudos internacionais, com intercâmbios direcionados à América Latina e sua confluência africana.



Programação

GT 07: PENSAMENTOS INSURGENTES E LEVANTES: COLONIALISMO, RACISMOS E POLÍTICAS PARA MATAR NA AMÉRICA LATINA

Coordenadores: Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Guilherme Guerreiro Neto (GETTAM/NAEA/UFPA) e Andrés Felipe Ortiz Gordillo (Uniminuto-Proyecto CEIS-MAD-PPGSA/UFPA), Mônica Conrado (PPGSA/UFPA) e Daniela Ribeiro de Oliveira (PPGSA/UFPA)

1º Dia – 25 de fevereiro de 2021

1ª SESSÃO: PEDAGOGIAS E PROCESSOS COMUNICATIVOS INSURGENTES

14h00 às 16h00

Coordenadores: Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA) e Andrés Felipe Ortiz Gordillo (Uniminuto-Proyecto CEIS-MAD-PPGSA/UFPA).

As experiências traumáticas representadas nos contos o fato completo de Lucas Matesso e o leite em pó da bondade humana

Maria Genailze de Oliveira Ribeiro Chaves (UFPA), Francisco Pereira Smith Júnior (UFPA) e Ana Lilia Carvalho Rocha (UFPA)

“Quando estava no meu país eu não sabia que era diferente”: os alunos de países africanos nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará

Débora Alfaia da Cunha (UFPA) e Gleice Tatiane Barros Silva (UFPA)

Educação, gênero, raça e colonialismo: análise do documentário “girl rising”

Kelly Patricia Ernst (UFRGS) e Rhaíssa Pagot (UFRGS)

As interações comunicativas de uma travesti em prisão domiciliar - entre exclusão, inclusão e resistências

Nara Cristina Moura Pessoa (UFPA) e Célia Regina Trindade Chagas Amorim (UFPA)

Educação indígena e resistência: uma perspectiva transformadora e antirracista

Fabrizio César C. Rodrigues (Consultor pedagógico - Território Indígena do Alto Rio Guamá - TIARG e Tomé-Açu), Zequias Portilho da Silva Tembê (Escola Municipal de Ensino Infantil indígena Pitáwà) e Estefane de Souza Reis Tembê (Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio anexo Rufino Romão)



A educação escolar quilombola como reconhecimento da subjetividade na comunidade de Igarapé São João no médio Itacuruçá

Silviane Couto de Carvalho (UFPA) e Adrian Kethen Picanço Barbosa (UFPA)

2ª SESSÃO: COLONIALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIAS

16h00 às 18h00

Coordenadores: *Daniela Ribeiro de Oliveira (PPGSA/UFPA) e Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA)*

A insurgência quilombola frente a colonialidade do poder na expansão do centro de lançamento de Alcântara

Artêmio Macedo Costa (UEMA)

As contribuições do pensamento de Zélia Amador de Deus para luta antirracista na Amazônia

Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães (FACI)

Bandidos e vagabundas em territórios periféricos: gramáticas do risco e do privilégio na (in)segurança pública brasileira

Luiza Aragon Ovalle (InCT-INEAC)

Das colonialidades às descolonialidades: a relação das emblemáticas datas de 13 de maio e 20 de novembro para a negritude

Katiane da Silva Santos (UFT)

Feminicídio negro na América Latina: necropolítica à luz da interseccionalidade entre gênero, raça e território

Natália Nagle Azevedo Silva (UNAMA)

Da descolonização epistemológica em direção a educação intercultural: por uma formação outra

Ana Paula do Nascimento Velásquez (UFPA)

2º Dia – 26 de fevereiro de 2021

3ª SESSÃO: ESTADO, CAPITAL E POLÍTICAS DE MORTE

14h00 às 16h00

Coordenadores: *Guilherme Guerreiro Neto (GETTAM/NAEA/UFPA) e Daniela Ribeiro de Oliveira (PPGSA/UFPA)*



Mortalidade materna no Pará em tempos de pandemias do racismo e da Covid-19

Cristina Maria Arêda-Oshai (UFPA), Carla Caroline Malcher Gomes (UFPA), Camila dos Santos Pinheiro (UFPA) e Jaciana Maria de Novaes Freitas (UFPA)

Quando tudo se inflama: levantes, violência, imagem

Leandro Rodrigues Lage (UFPA), Julia Mota França (UFPA) e Heloiá Carneiro (UFPA)

Violência urbana e colonialidade na sociedade belenense: o caso da chacina de Belém

Andrey Manoel Leão de Leão (UFPA)

Da desumanização à perseguição física da população negra: os significados em torno da violência institucional

Vitória de Oliveira Monteiro (UFPA)

Necropolítica como ferramenta de análise do genocídio dos povos indígenas no Brasil

Manoel Rufino David de Oliveira (UFPA)

Nem todas as vidas importam: adoecimento, pandemia e necropolítica no Brasil

Kamilla Sastre da Costa (UFPA) e Rodrigo Peixoto (UFPA)

4ª SESSÃO: SUJEITOS, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA

16h00 às 18h00

Coordenadores: *Andrés Felipe Ortiz Gordillo (Uniminuto-Proyecto CEIS-MAD-PPGSA/UFPA) e Guilherme Guerreiro Neto (GETTAM/NAEA/UFPA)*

Mulheres quilombolas e a defesa do território tradicionalmente ocupado

Maria Amoras (UFPA), Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA) e Thalia Karoline Santos Gomes (UFPA)

Varinhas: memória e saberes insurgentes em Mosqueiro, uma ilha amazônica

Renato Vieira de Souza (UFPA)

Imagem e decolonialidade pela obra de Éder Oliveira

Maria Cristina Simões Viviani (UFPA)



Patrimônio territorial natural subalterno amazônico como contra-movimento descolinizador frente as estratégias de dominação cultural imposta pela patrimonialização global

Francisco Perpetuo Santos Diniz (UFPA) e Alzira Almeida de Araújo (UEPA)

Fronteira oeste gaúcha: resistência e ressignificação de uma identidade feminina negra”

Leticia Fernanada Rodrigues (UFRGS)

Uma crítica do lixão de Marituba (Pa) sob a perspectiva da colonialidade do poder

Fabício Tavares de Moraes (UFPA) e Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto (UFPA)

Extrativismo, turismo de base comunitária e perspectiva de gênero: algumas reflexões

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana (NAEA/UFPA) e Ligia Terezinha Lopes Simonian (NAEA/UFPA)



GT 07 – Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina

“QUANDO ESTAVA NO MEU PAÍS EU NÃO SABIA QUE ERA DIFERENTE”: OS ALUNOS DE PAÍSES AFRICANOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Débora Alfaia da Cunha (UFPA)¹.
Gleice Tatiane Barros Silva (UFPA)².

RESUMO

O presente estudo destaca a experiência de estudantes oriundos de países africanos que ingressaram na Universidade Federal do Pará (UFPA) por meio dos acordos bilaterais do Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G). O objetivo da pesquisa foi caracterizar o perfil desses alunos e levantar suas percepções sobre os relacionamentos e as experiências formativas nos cursos de graduação da UFPA. Metodologicamente o trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica seguida por um estudo exploratório, na modalidade de estudo de caso, com abordagem mista, pela utilização de dados qualitativos e quantitativos. Como instrumentos de coleta de dados utilizou-se o questionário, aplicado a 15 estudantes africanos de graduação nas dependências da Associação dos Estudantes Estrangeiros da UFPA. Do ponto de vista teórico, o estudo se sustenta nas contribuições de Sayad (1998), Quijano (2005), Ramose (2011, 2010) e Santos (2009), bem como dialoga com os resultados de estudos similares como Müller e Silva (2016); Panda (2019) e Gusmão (2014). Os resultados indicam que os discentes pesquisados possuem uma boa avaliação sobre as experiências formativas na UFPA e sobre suas interações com os diferentes sujeitos da comunidade acadêmica. Contudo, esses relatam a vivência de dificuldades e incompreensões vinculadas a uma visão estigmatizada do continente africano, a complexidade do preconceito racial brasileiro e ao racismo institucional ainda presente no cotidiano universitário.

Palavras-chave: PEC-G. Interculturalidade na educação superior. Racismo institucional.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre o Brasil e o continente africano deve ser pensada no contexto da colonialidade que marca a história do Sul global, criando desafios sociais e econômicos comuns nos dois lados do oceano.

Além disso, o Brasil, como o ponto de chegada do comércio transatlântico de pessoas escravizadas, constituiu-se como um espaço de luta, mas também como *lócus* de redefinição da identidade negra e de criação de modos de ser e agir que marcaram indelevelmente a

¹ Professora Doutora da Faculdade de pedagogia, Campus de Castanhal, Universidade Federal do Pará. E-mail: alfaiadacunha@ufpa.br

² Graduada em pedagogia, Campus de Castanhal. UFPA. E-mail: gleycesilvaxd@gmail.com.

cultura nacional, fazendo o Brasil ser hoje o maior país com população negra fora do continente africano e um espaço de uma pujante e diversificada cultura afrodescendente.

Contudo, apesar do entrelaçamento dessas trajetórias, a relação Brasil-África, do ponto de vista diplomático, não chegou a se constituir em uma política de Estado, ficando ao sabor dos interesses específicos de cada governo e de sua compreensão sobre as relações internacionais, o colonialismo europeu e a hegemonia americana.

Do ponto de vista político, um marco da relação Brasil-África, segundo Visentini (2007), foi a política externa independente do presidente Jânio da Silva Quadros, em 1961, que propiciou o surgimento de embaixadas, em algumas nações do continente africano, e a criação de programas de bolsas de estudos para alunos desses países, entre os quais o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G).

Essa primeira tentativa de aproximação perdeu força após o início do golpe militar de 1964, pois as relações políticas, econômicas e ideológicas voltaram-se para os Estados Unidos da América (EUA). Contudo, os governos militares não foram consensuais sobre a importância diplomática do continente africano, ora se aproximando ora se afastando desse (LECHINI, 2008).

As tensões da reabertura política, na década de 1980, e o crescimento do ideário neoliberal que dominou a década de 90, continuaram não favorecendo as relações com o continente africano, considerado, nesse período, um espaço geopolítico pouco relevante para a projeção da economia brasileira. Além disso, de 1995 a 2003, o presidente Fernando Henrique Cardoso, direcionou suas políticas de governo prioritariamente para os Estados Unidos, União Europeia e para os países do MERCOSUL.

Novas aproximações Brasil-África irão ocorrer a partir de 2003, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Nesse governo (de 2003 a 2010), a cooperação foi justificada pelos laços históricos com o continente, sendo definida como uma política externa afirmativa e propositiva, voltada a articulação das políticas internacionais com as agendas sociais internas, pois o Brasil, sendo um país com grande população de afrodescendentes, necessitava de políticas sociais de promoção da igualdade racial dentro de seu próprio território (SILVA, 2003).

Durante os dois mandatos do presidente Lula da Silva, o governo manteve relações comerciais e diplomáticas, bem como apoio tecnológico e cooperação científica com diferentes países africanos como a África do Sul e Gana. Além disso, inaugurou 19 das 37 embaixadas mantidas na África, o que tornou o Brasil o quinto país com maior representação diplomática no continente (VISENTINI, 2007).

O fim do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, evidenciou como a relação Brasil-África se vinculava ao governo e não a uma verdadeira política de Estado, pois, no que pese a manutenção do Partido dos Trabalhadores na gerência do executivo, o Governo de

Dilma Rousseff (2011 a 2016), privilegiou as relações comerciais e diplomáticas com a Europa e a América do Sul (COSTA, 2015).

Na mesma linha, os governos posteriores, do presidente interino Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016 a 2018) e do presidente Jair Messias Bolsonaro, empossado em janeiro de 2019, também não privilegiaram a política externa com países africanos. Ambos os governos se voltaram para o fortalecimento das relações internacionais com EUA. Neste cenário, representações diplomáticas em alguns países africanos foram fechadas, bem como o decréscimo das cooperações oficiais na área de saúde, educação e tecnologia.

Apesar da instabilidade das relações diplomáticas e políticas entre o Brasil e o continente africano é importante evidenciar que, paralelo a esse processo, houve o crescimento de cooperações científicas, com vista a qualificação e o desenvolvimento, e o aumento da mobilidade estudantil internacional entre instituições brasileiras e de países africanos.

Tal desenvolvimento ocorreu por vários fatores, como o crescimento das redes de comunicação, a internacionalização de programas e cursos de educação superior, as críticas ao pensamento colonial e ao eurocentrismo, bem como a luta de movimentos sociais e ambientais, no Brasil e no mundo, pela criação e manutenção de políticas de inclusão e valorização da diversidade.

Assim, no que pese as flutuações da política oficial brasileira, as relações entre o Brasil e os países africanos, vem caminhando, em especial nos meios críticos ao pensamento hegemônico colonial. Entre esses espaços, destacam-se as universidades e outros modelos institucionais que buscam construir novas possibilidades de partilha cultural e epistemológica.

Nesta empreitada dialógica, as universidades são chamadas a pensar sua internacionalização em uma perspectiva crítica e de valorização desses sujeitos que atravessam o Atlântico. Não se trata agora de pensar no que se pode lucrar com os países africanos, como sempre ocorreu nas cooperações baseadas na racionalidade econômica, mas no que se pode aprender, dialogar e partilhar com eles. Como explica Santos (2009) trata-se de compreender os desafios comuns que marcam o Sul global, em decorrência de uma universalidade epistemológica, fundada na força política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo modernos. Tal universalidade precisa ser combatida, pois esta justificou, se autoproclamado como um projeto civilizador, o epistemicídio de saberes (e de corpos) de povos originários e nativos, reduzindo a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo (SANTOS, 2009).

Ainda segundo Santos (2009) a universidade fez durante muito tempo parte desse processo de hegemonia colonial, mas pode e deve avançar como espaço de crítica e fomento de uma nova perspectiva de sociabilidade, assentada em uma ecologia de saberes e em uma tradução intercultural.

Nesta perspectiva, as cooperações acadêmicas e científicas entre o Brasil e os países africanos são espaços importantes de construção desse novo modelo universitário, comprometido com o diálogo epistemológico. Urge, pois, acompanhar e avaliar essas experiências, para que esses encontros se tornem reais momentos de aprendizagem institucional. Essa é a tarefa que se coloca ao presente texto.

Assim, o estudo volta-se as experiências acadêmicas de estudantes oriundos de países africanos que ingressaram na Universidade Federal do Pará (UFPA) por meio dos acordos bilaterais do Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G). O objetivo da pesquisa foi caracterizar o perfil desses alunos e levantar suas percepções sobre a convivência e as experiências formativas nos cursos de graduação da UFPA.

Metodologicamente, a pesquisa se configura como um estudo de caso de caráter exploratório que segue uma abordagem mista (Cf. PARANHOS et al, 2016). Contudo, apesar de misto o estudo apresenta uma predominância dos aspectos qualitativos, por se pautar em uma atitude compreensiva em relação à problemática, analisada em dois momentos.

O primeiro momento caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica e documental. Do ponto de vista teórico, o estudo se sustenta nas contribuições Sayad (1998), sobre a complexidade da imigração, Quijano (2005), sobre a colonialidade do saber, bem como em Mogobe Ramose (2002, 2009, 2010) e Boaventura de Sousa Santos (2004) que problematizam a urgência de uma nova episteme, baseada no reconhecimento da diversidade de saberes.

Além desses autores, realizou-se o levantamento de pesquisas empíricas sobre as experiências de jovens africanos em outras universidades brasileiras, sendo selecionados os seguintes estudos: Müller e Silva (2016); Andrade e Teixeira (2009); Panda (2019); Coelho e Silva (2015); Gusmão (2014) e Feitosa et. al. (2015). No que se refere aos documentos, estes foram coletados principalmente em *sites* governamentais como o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Educação (MEC).

O segundo momento se constituiu na pesquisa de campo, que ocorreu em setembro de 2019, com aplicação e recebimento de 15 questionários. O local da coleta de dados foi a Associação de Estudantes Estrangeiros da UFPA (AEE), localizada no Campus de Belém, que se constitui em um dos principais espaços de convivência dos estudantes do PEC-G.

2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

2.1. O Programa de Estudantes Convênio-Graduação (PEC-G)

Entre os esforços diplomáticos de aproximação Brasil e África que sobreviveram as oscilações dos governos, destaca-se o acordo de cooperação internacional do Programa de

Estudantes Convênio-Graduação (PEC-G). Tal programa, de mobilidade estudantil, foi criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613. A partir de 2013 o programa passou a ser regido pelo Decreto Presidencial n. 7.948 que o fortaleceu juridicamente.

O programa é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o país. De um modo geral o programa oferece a oportunidade de cursar uma graduação em IES brasileiras para estudantes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais³.

Os candidatos devem ter, preferencialmente, entre 18 a 23 anos e possuírem o correspondente ao ensino médio, além disso, não podem ser cidadãos brasileiros, mesmo que detentores de dupla nacionalidade, ou portadores de visto para o Brasil. Assim, o PEC-G possui como objetivo incentivar a formação acadêmica de cidadãos estrangeiros, para que eles retornem aos seus países de origem e possam contribuir para o desenvolvimento da área na qual se graduaram.

Até a década de 1970, os alunos vinculados ao programa eram, majoritariamente, de países latino-americanos. Todavia, com o reconhecimento da independência de vários países africanos, o continente passou a integrar o programa e a se destacar, a partir de 1979, pelo elevado número de candidaturas, em especial por alunos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Em 2020, o programa contava com a presença de 59 países, sendo 25 do continente africano, 25 do continente asiático e 9 das Américas. Segundo dados do MRE as graduações com o maior número de vagas oferecidas são as licenciaturas em Letras, Pedagogia e Ciências Biológicas, bem como os bacharelados em Comunicação Social e Administração.

De 2000 a 2019, foram selecionados 7991 alunos oriundos de países africanos, 2592 da América Latina e 87 da Ásia. Assim, os jovens africanos representam 75% dos aprovados pelo programa, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola, que concentram a maioria dos estudantes escolhidos.

Os alunos interessados no intercâmbio se apresentam à Embaixada ou Consulado do Brasil e solicitam, gratuitamente, a inscrição no processo seletivo, indicando uma ou duas opções de curso e duas cidades brasileiras onde gostariam de estudar.

A seleção inicia pela análise das candidaturas por uma Comissão de Seleção, instituída por Portaria do MEC e composta por docentes de diferentes IES brasileiras. Compete a essa Comissão a distribuição das vagas existentes entre os candidatos dos países

³ Todos os dados relacionados ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foram coletados no site do Ministério da Educação (MEC), disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/pecg>. E no site do Ministério das Relações Exteriores (MRE), disponíveis em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>.

participantes. Não existe processo de cotas e nem reserva de vagas destinadas a cada país, sendo o principal critério de seleção os méritos acadêmicos do candidato, bem como a capacidade de custear suas despesas no Brasil. Além desses critérios, se o candidato pertencer a um país que não possua a língua portuguesa como oficial, esse deve apresentar o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

Os estudantes selecionados para o PEC-G só podem entrar no Brasil com a apresentação de visto temporário, pois esse documento não permite que os alunos exerçam atividades remuneradas no país, sendo permitido apenas a participação em estágios curriculares e atividades acadêmicas. Para auxiliar nas despesas, os estudantes do PEC-G podem pleitear auxílios financeiros do governo brasileiro ou de programas de suas instituições de ensino, na modalidade de bolsas.

2.2. “Então esses espaços são utilizados para tentar minimizar os choques culturais”: os alunos do PEC-G e sua organização na UFPA

Desde 1970 a Universidade Federal do Pará recebe alunos oriundos do PEC-G e de outros convênios internacionais.

Com a finalidade de proporcionar suporte aos alunos estrangeiros a instituição passou a incentivar a criação de órgãos específicos, como a Casa Brasil-África (CBA), proposta pelo Grupo de Estudos Afro-Amazônico, e criada pela Portaria Nº 3313/2006, vinculada a Pró-Reitoria de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pará – Prointer/UFPA.

A CBA nasceu com o objetivo de ser um espaço difusor das culturas africanas na região amazônica, bem como atender aos estudantes africanos que estavam cursando graduação na UFPA, apoiando a recepção, permanência, socialização e adaptação desses alunos.

Outra iniciativa que merece destaque é a criação da Associação de Estudantes Estrangeiros da UFPA (AEE), pela ampliação da antiga Associação dos Estudantes do Programa de Convênio de Graduação – Associação PEC-G, que trabalhava exclusivamente com alunos africanos.

A partir de 2016, a pedido do reitor em exercício, Prof. Emmanuel Zagury Tourinho, a associação dos alunos do PEC-G começou a receber todos os estudantes estrangeiros, independente do país, passando a congrega estudantes de diferentes políticas, como do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC), Programa de Intercâmbio de Estudantes Brasil-Colômbia (BRACOL) etc.

Para o então presidente da AEE em 2019⁴, a associação se vincula ao processo de internacionalização da UFPA e visa desconstruir estereótipos e conceitos pré-estabelecidos, buscando sinalizar para os alunos estrangeiros a importância e a satisfação de tê-los na instituição, bem como enfrentar coletivamente os desafios da experiência de mobilidade internacional.

2.3. “Sou africano e assumo isso”: perfil dos alunos pesquisados

Como dito anteriormente, o estudo se concentra nas contribuições de 15 alunos, de diferentes países africanos, vinculados ao PEC-G.

Entre os sujeitos pesquisados a predominância é masculina, sendo 10 homens (67%) e 5 mulheres (33%), com idades compreendidas entre 18 a 26 anos. A grande maioria informou ser solteiro e sem filhos (93%). 47% dos alunos moram sozinhos em apartamentos ou quitinetes alugadas e 47% dividem residência com amigos também africanos. 93% indicaram se deslocar para a universidade utilizando transporte público (ônibus) e 67% informaram realizar as principais refeições no Restaurante Universitário, o que sugere uma limitação de renda.

Os discentes são oriundos de 5 países africanos, sendo a maioria de Benin (53%) e Gana (27%). Cabo verde, Namíbia e Guiné Bissau integram a pesquisa com 1 estudante de cada nacionalidade. 57% das respostas indicam que os alunos não retornam aos seus países de origem durante o curso de graduação em virtude, principalmente, do alto custo do deslocamento.

Em relação aos cursos, os alunos pesquisados estão distribuídos, de acordo com as áreas presente nos editais da UFPA em: 7% estão na área de Arte e Design (Arquitetura e Urbanismo); 13% nas Ciências Sociais Aplicadas (Administração); 20% em Ciências da Saúde (Biomedicina e Enfermagem); 7% nas Ciências Humanas e Sociais (Ciências Contábeis); 34% na grande área das Engenharias (Mecânica, Civil, Naval e Computação) e 20% nas Ciências Exatas e Naturais (Estatística e Meteorologia).

Sobre a escolha da graduação, os resultados evidenciam que 80% dos alunos estão matriculados em sua primeira opção de curso. A maioria desses discentes nunca reprovou (69%), sendo as reprovações existentes concentradas na grande área das engenharias.

Entre os desafios de adaptação a cidade de Belém 24% das respostas indicaram a alimentação como o fator que mais dificulta o processo de adequação, evidenciando o papel cultural e afetivo do alimento analisado por Mintz (2001).

⁴ Em entrevista concedida para essa pesquisa. Setembro de 2019.

Além disso, 18% das respostas indicaram as dificuldades financeiras como o principal obstáculo. Como explica Baugartem (2004), os alunos africanos compõem um grupo de sujeitos com diversidades nacionais, étnicas e tribais, representando uma população muito heterogênea, o que repercute também em situações financeiras diferenciadas.

Nesse mesmo sentido, quando perguntados a respeito do auxílio financeiro para se manterem no Brasil, 39% das respostas indicaram os familiares como os principais provedores. Duas alternativas obtiveram 26% das respostas: a ajuda oferecida pelo programa PEC-G e o subsídio ofertado pela UFPA. 4% indicaram as duas opções de bolsa, demonstrando que alguns discentes conseguem duplo auxílio. Assim, os resultados reafirmam a realidade financeira diferenciada desses estudantes (SILVA, 2020).

2.4. “Eu aguento firme”: a convivência no cotidiano universitário

A experiência de mobilidade internacional possui vários desafios, entre esses a reconstrução das relações sociais, pela ausência de pessoas significativas como parentes e amigos.

Importa destacar que todos os pesquisados indicaram as tecnologias da comunicação, como internet e celular, como a forma que mais utilizam para administrar a saúde de seus amigos e familiares. Contudo, é imperativo a boa convivência com as pessoas que fazem parte do novo círculo social. Como reflete um dos estudantes: “A experiência aqui [no Brasil] me trouxe uma maturidade muito grande [...] ter um novo olhar ao analisar várias situações e aprender a lidar com problemas e dificuldades da vida, por estar sozinho aqui sem nenhum familiar” (Aluno 8).

Para avaliar a convivência com os novos e diferentes grupos da comunidade acadêmica, foi solicitado aos estudantes pesquisados que atribuíssem conceitos aos relacionamentos vivenciados dentro da UFPA, sendo essa avaliação escalonada de péssima (nota 0) à excelente (nota 1).

Sobre o relacionamento com os outros alunos de seu curso de graduação, no caso com os alunos brasileiros, os informantes atribuíram conceitos principalmente entre regular e bom, atingindo um score de 0,71 (conceito “inicial de bom” em uma escala onde 1 é excelente).

Alguns estudantes da pesquisa destacaram a incompreensão dos demais colegas de curso, sobre o PEC-G e a modalidade de entrada de estudantes oriundos de países africanos na UFPA, como um fator que dificulta os relacionamentos. Como explicam, não são todos os alunos que criticam a presença de estudantes estrangeiros, mas informam que alguns discentes utilizam a seleção diferenciada para desqualificar a entrada e questionar a

competência dos alunos do continente africano. Nas palavras de um estudante, muitas das dificuldades de convivência se originam de “questões relacionadas ao processo seletivo PEC-G” (Aluno 7).

As críticas à modalidade de ingresso diferenciada dos estudantes estrangeiros possuem como efeito a perspectiva de serem discentes menos qualificados, como evidencia um dos alunos: “os colegas [de curso] subestimam nosso potencial acadêmico” (aluno 10).

Essas situações evidenciam a necessidade de maiores esclarecimentos para a comunidade estudantil sobre o PEC-G e como este não retira vagas da seleção de entrada para alunos brasileiros. Além disso, é preciso combater o discurso meritocrático e afirmar a função social da universidade. Nesse aspecto a informação institucional é de suma importância, como pondera um dos pesquisados: “eu acho que os usuários da UFPA devem ser mais informados sobre as razões da presença dos alunos estrangeiros dentro da instituição (Aluno 9).

No que se refere ao relacionamento com seus professores de graduação os estudantes inseridos na pesquisa conferiram conceitos de bom a regular, alcançando um score de 0,65 (conceito “quase bom” em uma escala onde 1 é excelente).

As piores avaliações sobre o relacionamento com os professores se concentram em cursos nos quais os alunos apresentam reprovações ou relatam a vivência de constrangimentos. 5 alunos atribuíram o conceito “regular” para o relacionamento com os professores do curso, sendo 3 oriundos da grande área da engenharia, onde todos possuem reprovações.

Estudos anteriores, como de Cunha (2019) já destacam a alta taxa de reprovação da maioria dos alunos de engenharia da UFPA, sejam estes brasileiros ou estrangeiros. Entre os fatores que justificam o fenômeno encontram-se a precária formação matemática no ensino básico, a rigidez curricular nos cursos de engenharia, a ausência de formação técnica exigida pelo curso e, principalmente em relação aos alunos das políticas de inclusão (quilombolas, indígenas, africanos etc.), o racismo institucional ainda forte nesta área, alicerçado na meritocracia (CUNHA, 2019).

Os estudantes (inclusive de outras áreas além das engenharias) destacam que alguns professores do curso possuem uma visão negativa dos alunos vindos da África, questionado a presença desses a partir de um discurso meritocrático e de argumentos de (in)competência. Como informa uma das alunas pesquisadas: “por ser estrangeira africana [alguns docentes] pensam que não somos inteligentes” (Aluna 15).

Segundo alguns estudantes inseridos no estudo, a visão midiática do continente africano, focada na fome, guerra e em outros aspectos negativos, favorece a manutenção desses preconceitos e de práticas de xenofobia. Sobre esse aspecto, 8 alunos (53%)

indicaram ter passado por situações de preconceito por serem estrangeiros, sendo que 6 estudantes indicaram ter vivido essas situações dentro da UFPA, inclusive, em sala de aula.

A cena narrada a seguir foi descrita por um dos alunos pesquisados e exemplifica um constrangimento vivenciado na relação professor e aluno estrangeiro, ajudando a compreender as avaliações negativas expressas em 33% das respostas sobre o relacionamento com os docentes de graduação.

Eu estava em uma aula [...] na UFPA. O professor estava explicando sobre o conceito de 'parasita' quando ele se aproveitou da ocasião para falar de 'parasitismo social' dando como exemplo 'aqueles que trazem da África para infestar/ferrar o resto do mundo' (Aluno 9).

Como observa-se há uma clara prática de xenofobia, ao exemplificar uma cooperação internacional como um exemplo de parasitismo social, como se o continente africano fosse um lugar inferior que nada contribuísse para o desenvolvimento do mundo. Essa postura revela que apesar da política institucional da UFPA ser pautada na pluralidade e na diversidade, ainda há alguns membros da comunidade acadêmica contrários a essa perspectiva.

Contudo, como as avaliações positivas superam as negativas, representando 67% das repostas sobre o relacionamento com os professores de graduação, fica evidenciando que esses atos preconceituosos são pontuais e não representam a maioria dos docentes da UFPA com os quais esses alunos estrangeiros se relacionam.

Sobre os relacionamentos com alunos africanos do mesmo país de origem, os estudantes pesquisados conferiram conceitos de bom a excelente, alcançando um score de 0,87 (conceito "muito bom" em uma escala onde 1 é excelente).

Tal avaliação positiva é compreensível porque os relacionamentos com os estudantes oriundos do mesmo país permitem uma aproximação com a cultura e a terra natal. Por exemplo, quando perguntados sobre as estratégias para manter seus vínculos culturais e diminuir a saudade de seus amigos e familiares, 15% das respostas indicaram que conversar na sua língua materna ajuda a preservar os laços culturais, por isso é comum que ao se encontrarem esses alunos conversem em seus idiomas. Esse comportamento também foi observado por Andrade e Teixeira (2009) nos estudos com alunos africanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo essa conduta analisada como uma estratégia para lidar com as dificuldades de adaptação, uma vez que a interação com seus pares cria redes de relações e senso de identidade étnica.

Outra estratégia de afirmação identitária, citada pelos pesquisados, é a realização de festas temáticas, focadas nos países de origem. Momento em que podem ouvir músicas de sua nação, falar a língua materna, cozinhar comidas típicas e afirmar a especificidade de sua

cultura. Para Gusmão (2011) essas festas permitem aos alunos se afirmarem nacionalmente diante dos brasileiros, desconstruindo o estereótipo global de serem conhecidos e reconhecidos somente como africanos.

No que se refere as relações com alunos africanos de outras nacionalidades os alunos do estudo conferiram conceitos em três categorias: regular, bom e excelente, alcançando um score de 0,75 (conceito “bom” em uma escala onde 1 é excelente).

O resultado demonstra que o fato de serem “africanos” não cria imediatamente um vínculo de amizade, pois há muitas diferenças e algumas divergências entre eles, como se observou nos debates ocorridos na AEE durante o trabalho de campo. É interessante destacar o incomodo que muitos dos pesquisados relatam sobre os alunos brasileiros não perceberem essas diferenças, em virtude da identidade nacional de cada um, os generalizando por sua origem continental.

Apesar disso, os alunos indicaram participar de atividades coletivas, que ampliam suas interações e favorecem as amizades, como o convívio no espaço físico da AEE, na organização de eventos, de atividades festivas e esportivas e na luta por direitos dentro da universidade.

Esses coletivos, a exemplo da AEE, ampliam a capacidade de resistência dos alunos estrangeiros e favorecem o aumento da autoestima, do autoconceito e da resiliência entre esses estudantes.

Esse cenário corrobora com a pesquisa de Panda (2019), realizada com discentes africanos, vinculados ao PEC-G da Universidade Federal do Tocantins (UFT), onde conclui que, para esses alunos, estudar em uma universidade no Brasil é uma experiência que necessita de coragem e resiliência, pois são alvos de diferentes tipos de preconceitos. No entanto, mesmo com uma estadia difícil, a maioria deles prefere permanecer em solo brasileiro e finalizar a graduação.

Essa situação pode ser constatada no depoimento de um dos pesquisados sobre ser um aluno vindo de um país africano e estar em mobilidade acadêmica na UFPA: “Eu tenho orgulho de quem eu sou e de onde venho. Então, independentemente de onde estou ou na situação em que estou, eu aguento firme” (Aluno 10).

2.5. “Aqui o povo trata como se a África fosse um país”: o reducionismo

Como analisam Müller e Silva (2016) ser africano e negro no Brasil é uma experiência que impõe muitas dificuldades. Primeiro porque a população brasileira, em geral, apresenta um desconhecimento acerca do continente africano o reduzindo a um país. Segundo, pelas falsas referencias que esses alunos possuem sobre o Brasil, pois esse se apresenta na esfera

global como um país multirracial, passando uma imagem de afinidade com o continente africano e de um país pautado na “democracia racial”.

Assim, os alunos africanos, em condição de diáspora, chegam ao Brasil e se deparam com a complexa teia de relações que caracteriza o racismo estrutural brasileiro, entre eles a visão generalizada sobre o que é a África.

Essa situação é relatada por 50% dos pesquisados como um problema típico que causa alguns desconfortos cotidianos, como se observa no depoimento de um dos estudantes: “sou africano sim e com orgulho, mas o problema é ser tratado como se fosse uma nacionalidade. isso incomoda” (Aluno 1). Esse reducionismo gera diversos sentimentos, alimentando um mal-estar nas relações com os demais alunos brasileiros. Como pondera outro pesquisado: “Eu acho um pouco constrangedor, claro que eu sou muito orgulhosa de ser africana, mas aqui o povo trata como se a África fosse um país” (Aluno 15).

Vinculado a esse reducionismo, somam-se outras generalizações, baseadas em uma visão estereotipada do continente africano, focada em aspectos negativos como as guerras internas, a fome e a fuga de refugiados. Como argumenta um dos discentes que participou do estudo, essa imagem homogênea negativa o “pertuba”, sugerindo constrangimento, em suas palavras: “isso me perturba mais por dizerem que a África é um país e não um continente, e também pensar que africanos sofrem muito. Isso é chato” (Aluno 4).

Para os alunos inseridos na pesquisa, a culpa por essas generalizações é a forma negativa como o continente africano é tratado pela grande mídia, nacional e internacional, o que estimula um comportamento, ora de piedade ora de desvalorização, entre a comunidade acadêmica brasileira. “Tem gente mal educada que só assiste o que passa na televisão, mas não fazem pesquisas, então ficam falando mal da África por causa de só uma causa que viram na TV” (aluno 12). Ainda sobre esse aspecto, outro aluno explica:

Ser identificado por sua origem africana, para mim é sinal de uma falta de conhecimento sobre o continente. Muitos brasileiros não sabem ainda que a África não é só um país, mas um grande continente de 54 países diferentes que muitas vezes não vivem as mesmas realidades. O problema vem também da mídia que não dá a mesma informação certa. Parece que quando o assunto é África é muito fácil de ser tratado, é só mostrar aquelas crianças esfomeadas, as zonas de guerras, que todo mundo concorda. mas nunca mostram um lado bom deste continente. Muito triste (Aluno 9).

Pelo exposto, percebe-se um grande descontentamento entre os pesquisados pela falta de afirmação de suas identidades nacionais, o que não significa a negação de seu pertencimento continental. A novidade, para esses estudantes, é que na experiência de mobilidade acadêmica no Brasil, eles precisam lidar com três níveis de identidade: do país, do continente e da raça. Nesse aspecto, os discentes compreendem que essas questões não

se baseiam em simples desconhecimentos, mas de preconceitos vinculados ao trato das questões raciais no Brasil. Como explica um dos estudantes, questionado sobre esse reducionismo: “Considero que se trata de preconceitos sobre a África e africanos” (Aluno 7).

Para Gusmão (2011, p.4) essas generalizações contribuem para o surgimento do processo de invisibilização desses estudantes estrangeiros, pois os demais alunos “desconhecem quem são, sobretudo, por vê-los como os africanos, categoria genérica e desprovida de especificidade, a não ser a que se refere a um lugar distante, desconhecido e indistinto: a África”.

Por isso, quando são identificados a partir de seus países de origem os discentes se sentem mais inseridos e respeitados, como indica um dos estudantes: “Eu acho bom ser identificado por minha nacionalidade, já que a África é tão grande e há muitas culturas diferentes nelas” (Aluno 11).

2.6. “De forma geral o Brasil é um país preconceituoso”: vivências de racismo.

Segundo as respostas dos pesquisados, esses sofrem mais preconceito devido serem africanos que por serem negros, no entanto, quando se olha para os relatos percebe-se a grande miscelânea entre o que é fruto do racismo pela cor da pele e o que é xenofobia por serem estrangeiros. Concordando com Gusmão (2011), essa situação sugere que, como não possuem experiência com o “racismo à brasileira”, os estudantes oriundos de países africanos o compreendem menos, enquanto que na condição de migrante (mas também africanos) percebem e sentem mais a xenofobia.

Ainda segundo Gusmão (2011) quando esses estudantes chegam ao Brasil, para iniciar seus estudos, eles se surpreendem ao perceberem que além da condição de serem estrangeiros existem maneiras de “ser negro” no Brasil que os diferenciam mais ainda dos negros brasileiros.

Aliás, o conceito de raça é também uma questão pouco compreendida na chegada ao Brasil. Essa situação pode ser evidenciada quando perguntados, no questionário, sobre como se consideravam. Todos se autodeclararam pretos. Sobre esse aspecto, os entrevistados indicaram a surpresa sobre a possibilidade de uma autodeclaração, pois em seus países não existe esse construto racial.

Essa questão também está presente em outros estudos, como em Mungoi (2006) que analisou a experiência de alunos africanos em Porto Alegre. O autor analisa que para alguns estudantes não existe associação entre “raça” e identidade continental, pois, na África eles não precisavam se identificar como negros, então não entendem a necessidade da

autodeclaração em outros locais. Enquanto outros alunos compreendem que não se pode pensar na identidade africana sem pensar na “raça negra” como marca de identificação.

Ainda dentro dessa questão, esses alunos deparam-se com situações, vinculadas a complexidade do racismo brasileiro, que não estavam preparados, como a hierarquia das cores, onde os negros de pele mais retinta passam por situações de maior preconceito racial. O relato de uma aluna do estudo evidencia essa circunstância: “recusaram a pegar meu dinheiro (5 reais) na hora de pagar o ônibus, mas tomaram da minha irmã que tem uma pele menos escura” (Aluna 15). Ainda sobre essas situações, a mesma aluna pondera em outro momento do questionário, quando indagada se tinha aprendido alguma coisa nova, no Brasil, sobre a questão da negritude: “sim, me mostrou uma realidade totalmente diferente do que eu vivia. Não sabia que cores de pele traduzem uma diferença tão grande entre as pessoas” (aluna 15).

A narrativa anterior corrobora com os achados de Mungoi (2012) que demonstra que alguns africanos de pele mais clara (árabes e sul africanos) sofrem menos discriminação racial por serem considerados “brancos brasileiros”.

Por outro lado, os estudantes de pele mais escura passam, efetivamente, por situações de racismo e precisam lidar com essa questão cotidianamente, dentro e fora da UFPA, o que exige novamente resiliência e determinação. Como analisa um dos estudantes de Benin: “de forma geral o Brasil é um país preconceituoso, apesar da porcentagem de negros que existe aqui, e para quem não tem maturidade de suportar esses tipos de acontecimentos pode facilmente desistir de seu sonho” (Aluno 8). No mesmo sentido outro aluno pondera: “a minha estadia no Brasil fez com que eu pensasse que o homem negro é um ser inferior, devido ao jeito com o qual essa raça é tratada [aqui], mas felizmente eu não penso assim, eu não aceito” (Aluno 10).

Assim, essas ocorrências pesam sobre a construção identitária dos alunos durante a mobilidade acadêmica, os levando a articular cada vez mais a identidade negra a africana, bem como a elaborar instrumentos de resistência, como a organização de associações.

Dessa forma, como já dito, esses alunos começam a construir uma tríplice identidade: a nacional (do país), a continental (África) e a racial (negro), erguida nos aprendizados sobre como “lidar” com a forma do racismo no Brasil. Assim, há um aprendizado de resistência, como explica outro pesquisado: “A questão do racismo, preconceitos, em geral, e estereótipos, especificamente, sobre a África foram coisas novas e diferentes para mim. Tive que aprender sozinho a lidar com isso [...] fiquei muito surpreso quando cheguei no Brasil e comecei a passar por essas coisas, sendo um país com uma grande diversidade (Aluno 1).

No aprendizado da resistência, os alunos africanos acabam se aproximando de grupos que também militam pelos direitos dos negros brasileiros, ampliando a sua compreensão de identidade racial e estabelecendo mediações com as lutas nacionais. Tal

questão pode ser percebida no análise de um dos pesquisados, oriundo de Guiné Bissau: “no Brasil a diversidade cultural é cada vez mais exponencial. A luta pelo resgate da africanidade dos afrodescendentes é memorável [...]. O país é um exemplo típico da renascença africana e do negro fora do continente africano, um encontro e reencontro dos dilemas de ser negro e africano” (Aluno 7).

Assim, a postura é de enfrentamento ao racismo brasileiro, como pode ser visto no seguinte depoimento: “As pessoas, sobretudo as brancas pensam que os africanos ou negros são o ser mais inferior nesse planeta. tudo isso me mostra que tenho um grande desafio a enfrentar” (Aluno 13).

2.7. “Me dei conta que tenho algo diferente aqui no Brasil no olhar dos outros. É uma experiência muito péssima para se viver”: por uma nova epistemologia na universidade

O aluno ou aluna de países africanos que se desloca para a realização de curso de graduação no Brasil assume, além da posição de estrangeiro, a posição de imigrante temporário e, por isso, a sua vivência na “terra do outro” é atravessada pela complexidade que essa categoria social carrega.

A imigração, entendida a partir do sociólogo nigeriano Sayad (2004), integra um sistema social de relações de dominação (econômica, política ou simbólica) entre o país de imigração e o de emigração. Tais relações definem a condição desse imigrante, de maior ou menor prestígio. Em todos os casos, alguém só se torna um imigrante porque busca fora de seu país condições que não encontra dentro de seu Estado natal. Assim, há sempre questões políticas e econômicas em jogo quando se pensa na condição do imigrante.

Nesta teia de hierarquias, o que define alguém como imigrante é sua posição social desprivilegiada nas relações sociais e na divisão internacional do trabalho e, deste rótulo de “temporário” e “subalterno”, justifica-se a ausência de políticas e de garantia de direitos para esse imigrante (SAYAD, 1998).

Avançar criticamente na questão da imigração impõe articular esse debate ao da garantia de direitos humanos e a uma noção de cidadania mais ampla, ou, como sugere Alonso (2006), compreender o imigrante como uma pessoa e, como tal, nunca despojado de todos os seus direitos pelo fato de estar fora de seu país de origem.

Considerar o jovem africano em diáspora para as universidades brasileiras como um imigrante, significa inseri-lo em uma teia de relações de poder, marcadas pela colonialidade, epistemicídio e racismo estrutural.

Aníbal Quijano (2005) explica que o colonialismo se constituiu em uma política de ampla dominação dos povos nativos, como das Américas e do continente africano. O fim da era colonial, com a independência política dos novos Estados, não significou o fenecimento das relações poder, sendo essas persistentes em práticas políticas e econômicas, bem como nas mentalidades e modos de ser e sentir, marcando a colonialidade das relações.

Assim, a colonialidade naturaliza as relações de poder e as hierarquias construídas desde a época colonial, permitindo manter a dominação e a exploração de grupos sociais, mantidos na condição de subalternos. Além disso, a colonialidade é alicerçada em um paradigma eurocêntrico e universalizante que estigmatiza e inferiorizar todos os conhecimentos dos colonizados.

Ao agir também no plano de validação dos saberes, considerados privilegiados e corretos, a colonialidade também reproduz uma dominação epistemológica, na qual os povos colonizados são considerados como desprovidos de racionalidade. Nesse cenário, o projeto colonizador se autoproclama como o único caminho possível para o desenvolvimento e o progresso. As outras racionalidades, vindas, por exemplo, dos povos dos diferentes países africanos e dos indígenas brasileiros, são consideradas atrasadas e pouco evoluídas, devendo ser substituídas pela ciência e técnica do colonizador.

Esse pensamento justifica, como denomina o sul-africano Mogobe Ramose (2011), o “epistemicídio”, ou seja, o extermínio e a negação dos saberes tradicionais dos povos colonizados, pela adesão a um projeto civilizador, baseado na “mesmidade”, em um saber que se quer universal para estabelecer hegemonia, ao diminuir a diversidade e as oposições. (RAMOSE, 2011).

Como explica Santos (2004), as universidades, durante muito tempo, se constituíram em espaços de reprodução desse colonialismo e epistemicídio, mascarado essa função com o discurso da neutralidade científica. Por esse ideário, os alunos que representam o saber dos colonizados são sempre tomados como “carentes de racionalidade”, como aqueles que chegam à universidade para serem assistidos e ajudados.

Nesse cenário, é possível compreender a queixa de uma das alunas participante do estudo ao avaliar sua convivência com os professores do curso: “Por ser estrangeira africana pensam que não somos inteligentes” (Aluna 15). No mesmo sentido pondera outro estudante, agora em relação a convivência com os alunos brasileiros: “Colegas [de curso] subestimam nosso potencial acadêmico” (Aluno 19).

Como argumentam Santos e Menezes (2009) a relação entre saber e poder não se mantém apenas no terreno epistemológico, mas justifica também práticas sociais, a exemplo das vivenciadas pelos alunos pesquisados. Assim, esses discentes, na condição de imigrantes africanos, possuem um saber considerado inferior por não se fundamentar em referências eurocênicas. As críticas as suas performances acadêmicas são naturalizadas

como decorrentes de sua origem continental e étnica, por mais que isso não seja admitido explicitamente.

Além disso, na perspectiva da colonialidade os corpos precisam se enquadrar nos ideais eurocêntricos, entre os quais a branquitude, o que significa que o corpo negro é sempre um corpo desajustado ao espaço social. Como aplica-se aos alunos e alunas de países africanos o mesmo ideário colonial, pesa sobre eles uma dupla exclusão: por serem imigrantes e por serem negros.

Esse cenário, explica a reconstrução identitária vivida por esses estudantes, alicerçada na tríade: país de origem, continente e raça, que os levam a se surpreenderem negativamente com o “olhar dos outros”, os classificando como “diferentes”. Como explica um dos pesquisados: “fiquei muito surpreso quando cheguei no Brasil e comecei a passar por essas coisas [racismo], sendo um país com uma grande diversidade” (Aluno 1).

Tal descoberta da diferença, apoiada na visão colonial que imigrantes negros são subalternos, se constitui ainda, segundo alguns entrevistados, em uma experiência constrangedora ou “péssima de se viver”, pois significa o encontro com o racismo brasileiro, como se observa no depoimento de um dos alunos pesquisados:

Quando estava no meu país eu não sabia que era "diferente" ou "especial". Me dei conta que tenho algo diferente aqui no Brasil no olhar dos outros. É uma experiência muito péssima para se viver. Os negros do Brasil ainda têm muito combate pela frente.” (Aluno 9).

Compreender que a entrada nas IES brasileiras de alunos oriundos de países africanos é o exercício de um direito, prescinde de um debate político, ético e epistemológico, baseado na justiça social e em uma pedagogia decolonial. Necessita também quebrar com o racismo institucional que ainda persiste em alguns cursos e grupos no cotidiano acadêmico, afirmando os alunos africanos como interlocutores dignos e competentes, portadores de saberes relevantes à sociedade brasileira e a universidade.

Como interlocutores válidos, esses discentes (e demais alunos oriundos de polítics de inclusão) possuem um saber a compartilhar, não devendo se encontrar apenas “recebendo conhecimentos”, mas em diálogo epistemológico com a universidade. Tal diálogo permitiria construir um processo consciente de aprendizagem e transformação institucional, que possui por horizonte tornar a universidade *lócus* de emancipação, democracia e decolonização.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados corroboram com os achados de Müller e Silva (2016); Andrade e Teixeira (2009); Panda (2019); Coelho e Silva (2015); Gusmão (2014) e Feitosa et. al. (2015),

sobre a vivência de alunos oriundos de países africanos que realizam graduação no Brasil, com destaque aos vinculados ao PEC-G.

Além disso, os resultados indicam a possibilidade de compreensão teórica dos desafios vivenciados por esses estudantes africanos ao pensa-los no quadro da imigração, proposto por Sayad (1998), na colonialidade do saber, fundamentada em Quijano (2005) e no epitemicídio ainda a ser superado pelas universidades, como argumentam Mogobe Ramose (2011, 2010) e Boaventura de Sousa Santos (2004), que problematizam a urgência de uma nova episteme, baseada no reconhecimento da diversidade de saberes.

Outra questão destacada no estudo é a necessidade de ampliação de pesquisas sobre a resignificação da identidade desses alunos estrangeiros africanos, levando em consideração a tríplice identidade que precisam articular (identidade nacional, continental e racial).

Na condição de imigrantes e negros inseridos em uma sociedade altamente racista, como a brasileira, esses estudantes estão propensos a sofrerem diferentes preconceito e discriminações, dificultando a interação social desse grupo, seja dentro ou fora da universidade.

Os dados apontam ainda a insatisfação da maioria dos alunos por serem reduzidos a “africanos”, sendo desconsiderado o fato de serem oriundos de um continente com grande diversidade cultural. Tal desconhecimento, fundamentado em visões folclorizadas e estigmatizadas sobre o continente africano, propicia a vivência de situações constrangedoras que abalam negativamente a experiência de fazer universidade no Brasil.

Por fim, os resultados indicam os desafios postos as universidades brasileiras, no caso do estudo especificamente a UFPA, para superar sua função colonial e avançar na construção de relações acadêmicas pautadas em uma nova epistemologia. O desafio de promover o que Santos (2007) denomina de “ecologia de saberes”, ou seja, um espaço ético e epistemológico que objetiva a promoção do diálogo entre vários tipos de conhecimentos e de sujeitos, com foco no avanço das lutas sociais, na decolonização e na construção de uma verdadeira democracia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALONSO, Rafael Sáez. **La educación intercultural**. Revista de Educación. Madri. Nº 339, p. 859-881. 2006.

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Adaptação à universidade de estudantes internacionais**: Um estudo com alunos de um programa de

convênio. Revista Brasileira de Orientação Profissional. Porto Alegre - RS, v. 10, n. 1, p. 33-44. 2009.

BAUNGARTEN, M. **Comunidades ou coletividades?** O fazer científico na era da informação. Política e Sociedade. Revista de Sociologia Política. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, UFSC. Florianópolis, Cidade Futura, n. 4, abril de 2004, p. 97-136.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra; SILVA, Anso da. **Ser africano e negro no Brasil:** estudantes africanos na UFMA. *In:* JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS. nº VII, 2015, São Luís. Anais. MARANHÃO

COSTA, Cristiana Martinello da. **Cooperação Técnica Brasil-África no governo Dilma Rousseff** – expansão ou retração?. 2015. (Especialização) – UNB, Brasília, 2015.

CUNHA, Débora Alfaia da. **“Os filhos de lá estão dentro da universidade”:** estudo sobre a permanência de alunos quilombolas em cursos de engenharia da UFPA/Campus Guamá. *In:* Congresso de Pesquisadores Negros da Região Norte (COPENE NORTE), nº II, 2019, Palmas. (Anais). Tocantins. Agosto de 2019.

FEITOSA, Giulliany Gonçalves. et al. **A presença dos estudantes africanos na UFCG:** integração e socialização acadêmica. *In:* Congresso Nacional de Educação (CONEDU), nº II, 2015, Campina Grande. (Anais). Paraíba. Outubro de 2015.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **“Na Terra do Outro”:** presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje. Dimensões, Unicamp, vol. 26, p. 191-204. 2011.

LECHINI, Gladys. **O Brasil na África ou a África no Brasil?** A construção da política africana pelo Itamaraty. Revista NUEVA SOCIEDAD, São Paulo, p. 56-71. out. 2008. Disponível em: <https://nuso.org/revista/brasil-no-mundo/>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

MEC. Protocolo do PEC-G. Disponível em: (<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>) <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie380empdf.pdf>. Acesso em: 17 de set.de 2019.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão *In:* **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 16 Nº. 47.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues; SILVA, Áurea Gardeni Sousa da. **A experiência de estudantes africanos no Brasil.** Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 55-70. jan./abr. 2016.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. **“O Mito Atlântico”:** relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. (Dissertação de Mestrado) UFRGS: Porto Alegre, 2006.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. **Ressignificando Identidades:** um estudo antropológico sobre experiências migratórias dos estudantes africanos no Brasil. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, n. 38, p. 125-139, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **Política africana do Brasil:** mudança entre lula e Dilma?. Rev. Conj. Aust. Porto Alegre, v.6, n.29, p.33-47. abr./mai. 2015.

PANDA, Aires Paulo Pedro. **Percepção dos Estudantes Africanos da Universidade Federal do Tocantins:** Experiências Vivenciadas. Palmas –TO. li Copene norte. 2019.

PARANHOS, Ranulfo, et al. **Uma introdução aos métodos mistos**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n. 42, mai/ago 2016, p. 384-411.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, e, A Colonialidade do saber. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

RAMOSE, Mogobe B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. **Ensaio Filosóficos**, Volume IV - outubro/2011.

RAMOSE, Mogobe B. A importância vital do “Nós”. Tradução: Luís Marcos Sander. In. **Revista do Instituto Humanitas**. Unisinos. Vol. 340, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, p. 299. 1998.

SILVA, Gleice Tatiane Barros. **Imigração temporária e acordos bilaterais: os alunos africanos na Universidade Federal do Pará**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal. 2020.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2017.



GT 07 – Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina.

EDUCAÇÃO, GÊNERO, RAÇA E COLONIALISMO: ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “GIRL RISING”

Kelly Patrícia Ernst (UFRGS)¹
Rhaíssa Pagot (UFRGS)²

RESUMO

O objeto deste estudo é o documentário “*Girl Rising*”, lançado originalmente em 2013, nos Estados Unidos. Após cinco anos foi lançada uma nova versão relatando a continuação da história das nove meninas que vivem em comunidades de países pobres. O documentário foi o primeiro produto da instituição que tem por principal objetivo garantir a educação de meninas. Duas das histórias contadas se passam na América Latina: a da haitiana Wadley e a da peruana Senna. Ambas servem de exemplos para os questionamentos norteadores desse artigo: a educação é uma forma de possibilitar que a voz da menina/mulher subalterna seja ouvida? Incentivar o conhecimento, por meio do acesso à educação, é uma maneira de reestruturar e fortalecer os Estados pós-coloniais? Apesar das respostas afirmativas, o modelo de educação difundido nesses países tende a reforçar a dominação, subjugação e exploração empregadas durante a colonização. Este trabalho analisa as duas histórias baseando-se na educação como ferramenta para romper os ciclos da pobreza e da violência. Para tanto, as teorias pós-coloniais, decoloniais e feministas não-ocidentais auxiliam na compreensão das interseccionalidades da região. A principal metodologia do artigo é a de estudo de caso comparativo entre o Peru e o Haiti. Também serão realizadas análise bibliográfica e documental. Entre os resultados encontrados estão que difundir a educação ocidental no não-Occidente retoma uma abordagem que reforça binarismos e estereótipos dos Estados pós-coloniais. Também não considera o fato de que a pobreza pode ser vista como causa e consequência da falência estatal desses países.

Palavras-chaves: Educação; Gênero; Raça; Colonialismo; América Latina

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista Lato Sensu em Administração e Negócios Internacionais (2017) pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Atualmente é pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar da Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS). E-mail: kellyernst93@gmail.com.

² Doutoranda em Ciência Política pela UFRGS, com realização de Sanduíche na The University of Sydney. Pesquisadora visitante na Universidade de Coimbra. Mestra em Relações Internacionais pela UFSC. Bacharela em Relações Internacionais pela UNISC. Atualmente é pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar da Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS). E-mail: rhaissapagot@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O documentário “*Girl Rising*” lançado em 2013, nos EUA, foi o primeiro produto da instituição homônima que tem por principal objetivo garantir a educação de meninas e, assim, promover mudança social a longo prazo. A fundação acredita que a educação é um instrumento capaz de mudar a vida das meninas ao possibilitar a melhoria das condições de vida e, assim, romper com os ciclos da pobreza e da violência. Para a instituição, educar meninas as torna mulheres mais saudáveis, com menos filhos, com salários melhores, que lutam por seus direitos e educam meninos e meninas de forma igual; e se as famílias prosperam, as nações e o mundo também (GIRL RISING, 2018a).

Tendo este documentário como ponto de partida, alguns questionamentos se fizeram pertinentes, uma vez que a fundação tem atuado na promoção da educação para meninas pobres de países periféricos pós-coloniais: a educação é uma forma de possibilitar que a voz da mulher subalterna seja ouvida? O acesso universal à educação, sem restrição de raça, classe e gênero permite que a mulher rompa as fronteiras domésticas da sociedade patriarcal, e adentre a esfera pública? Incentivar o conhecimento, por meio do acesso à educação, é uma maneira de reestruturar e fortalecer os Estados pós-coloniais?

Diante de tais anseios, o trabalho busca analisar o documentário “*Girl Rising*” a partir de vieses hegemônicos e pós-coloniais, baseado na ideia da educação como uma ferramenta para romper os ciclos da pobreza e da violência. Sendo assim, o objetivo do artigo é compreender como os modelos ocidentais de educação difundidos nos países periféricos contribuem para a manutenção ou rompimento dos ciclos supracitados. As teorias pós-coloniais, em especial as decoloniais e feministas não-ocidentais fornecem uma visão privilegiada para a compreensão das especificidades e interseccionalidades da realidade da América Latina. A principal metodologia a ser utilizada no artigo é a de estudo de caso comparativo entre o Peru e o Haiti, por serem os países latino-americanos mencionados na obra cinematográfica escolhida a ser analisada. Também serão empregadas as metodologias de análise bibliográfica e documental, além de dados estatísticos descritivos para corroborar com informações qualitativas apresentadas.

A seção um almeja abordar o processo de marginalização da América Latina a partir de conceitos e teorias que consideram este como efeito direto da colonização. Ela está dividida em três partes: a primeira versa sobre a falência estatal, a segunda sobre pobreza e raça e a terceira sobre os feminismos ocidental e pós-colonial. A ideia central da seção dois é apresentar o documentário “*Girl Rising*” e os países a serem analisados – Haiti e Peru –, bem como a história das garotas desses Estados. Por fim, a última seção analisa se a forma como a instituição que produziu a peça cinematográfica se posiciona a fim de promover a educação

de meninas em países pobres pode ser considerada uma maneira de perpetuar o colonialismo.

2. A MARGINALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA COMO EFEITO DO COLONIALISMO

A história como é contada, ensinada e repetida privilegia determinados grupos: aqueles que tem acesso ao poder. Poder de se comunicar, de se impor e poder de dominar. Quem está por trás da história que aprendemos sobre a América Latina tem cor, gênero, raça, classe social e até mesmo religião. Reforçar estereótipos sobre os indígenas, africanos escravizados, mulheres, promover a exclusão social e econômica e obrigar a catequização são alguns dos elementos que fazem parte da estratégia colonial para dominar a região. A educação formal nos moldes europeus foi uma das armas utilizadas nesse sentido. As próximas subseções tratam exatamente de como se deu a subjugação dos povos pré-coloniais e suas consequências para reforçar o discurso atual de incapacidade dos Estados, formados a partir desse processo, de se sustentarem.

2.1 Reforçando a incapacidade dos Estados-pós coloniais: a ideia da falência estatal

Os países das Américas, assim como da África e Ásia, surgiram a partir de um movimento externo a eles: a colonização. A imposição do Estado-nação de origem europeia/ocidental como modelo para todos os Estados modernos, sem as devidas adaptações locais, contribuiu para que o funcionamento das novas unidades políticas fosse distinto dos Estados europeus/ocidentais e, por isso, considerado inadequado ou falho pelo Ocidente (JACKSON; ROSBERG, 1986). Passou-se a adotar uma abordagem comparativa entre Ocidente e não-Ocidente para determinar a falência do Estado, com base em sua capacidade de sobreviver enquanto ente, assim como de prover bens políticos aos seus cidadãos, incluindo segurança e bem-estar (CASTELLANO, 2012; MIGDAL, 1988). Logo, se um Estado não tem capacidade de prover um bem básico à sua população, tal qual acesso universal à educação, sem distinção de raça, classe ou gênero, ele tende a ser considerado falido pelo Ocidente.

A partir de uma percepção pós-colonial, a ideia de falência estatal serve como uma justificativa para legitimar formas modernas de intervenção, seja via operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), seja via ajuda humanitária internacional, entre outros. Como apontado por Hill (2005), “Estado falido” é um conceito fabricado em continuidade ao colonialismo, e que se baseia na contraposição entre um modelo ideal de Estado (países ocidentais) e um modelo “falido” (países pós-coloniais). Segundo o autor, ao salientar a diferença entre os Estados ocidentais e não-ocidentais, por meio da atribuição de

características positivas ao primeiro e negativas ao segundo, os Estados pós-coloniais são identificados como “falidos” em comparação aos Estados ocidentais, isto é, por aquilo que não são. Essa definição dos Estados pós-coloniais contribui para justificar a dominação promovida pelos países ocidentais e outros atores internacionais, que “são retratados como as únicas forças capazes de corrigir os problemas, [e] de salvar os Estados africanos ‘falidos’ [e outros países outrora colonizados] de si próprios”³ (HILL, 2005, p. 150, tradução nossa). Ou seja, há a manutenção de um discurso colonial pautado na conquista e dominação que ignora as comunidades e formas de governança não-Ocidentais existentes nestes territórios (LOOMBA, 2015; GROVOGUI, 2001), tornando os Estados pós-coloniais em meras cópias imperfeitas do Ocidente, construídas a partir da dicotomia entre Estado e Estado falido (HILL, 2005).

Nesse sentido, quando Said (2007) fala de orientalismo, isto é, a representação ocidental do Oriente, ele aponta para a construção de imagens e estereótipos orientais decorrentes da dicotomia instaurada entre Europa (*Self*) e os “outros” (*Others*). A relação de poder estabelecida entre Ocidente e Oriente, por meio das dicotomias, contribuiu para a consolidação do próprio Ocidente, uma vez que justificou, e legitimou, a conquista, dominação e exploração das colônias. Desse modo, ao denominar um Estado pós-colonial como um Estado falido, essas dicotomias são reforçadas, e justificam intervenções externas – mesmo que esta intervenção seja a difusão do modelo de educação ocidental. A propósito, a construção do discurso orientalista colocou a Europa em uma posição de força e/ou domínio, e o encontro colonial endossou a construção de imagens e estereótipos orientais negativos (SAID, 2007) – aplicados também às colônias americanas e africanas. O autor também entende que o orientalismo é um exercício de força cultural e, portanto, é um poder intelectual: Said (2007) se utiliza da cultura e do conhecimento para questionar o poder colonial inaugurado pelo discurso colonial sobre o Oriente. Loomba (2015), por sua vez, destaca que a produção de conhecimento colonial não é um processo simples, já que a marginalização do conhecimento e das crenças e cultura dos colonizados é um método empregado desde o início da colonização.

2.2 Mazelas do colonialismo: pobreza e racismo

A pobreza é uma mazela com raízes históricas, ou melhor, coloniais: Haiti e Peru foram colônias europeias e a colonização foi, segundo Sinha e Varma (2015), um desdobramento histórico do capitalismo. Ou seja, a colonização europeia ocorreu imbuída em interesses políticos e econômicos, e não humanitários, visto que as colônias forneceram

³ No original: “are portrayed as the only forces capable of rectifying these problems, of saving ‘failed’ African states from themselves”.

quantidade substantiva de matérias primas e mão de obra às metrópoles, possibilitando o crescimento e a consolidação do capitalismo. É desse sistema de dominação e exploração colonial que descendem as relações de dependência entre Primeiro e Terceiro Mundos. Lindsay (1983) aponta que estas relações de dependência modernas são norteadas por raça, sexo (ou gênero) e classe, e se infiltram através do campo social, educacional e instituições econômicas.

Ademais, Grovogui (2001) elenca que após a descolonização surgiu uma tendência, dentro das teorias dominantes de Relações Internacionais e Ciência Política, de atribuir as causas das desigualdades mundiais aos processos inadequados das instituições locais e regionais não-ocidentais. São feitas, inclusive, alusões explícitas sobre a conexão entre disfunção política e pobreza dos Estados pós-coloniais com raça e cultura: “[os teóricos] se concentraram em detalhes particulares, mas seletivamente escolhidos, da política cotidiana que naturalizam como cultura todas as formas de política”⁴ (GROVOGUI, 2001, p. 442, tradução nossa).

Apesar de a colonização espanhola ter utilizado menos a escravidão de africanas e africanos do que a portuguesa na América Latina, especialmente em comparação com a segunda fase da portuguesa, o racismo foi e ainda é um elemento presente em todo o subcontinente. Para Fanon (2008), o encontro colonial – entre colonizador e povos originários – foi marcado pela violência colonial e, sobretudo, pelo racismo colonial. Este último foi socialmente construído a partir do sentimento de inferiorização dos nativos – negros ou indígenas – e de superioridade europeia. Por isso, Quijano (2005) identifica a raça como um elemento que proveu legitimidade às relações de dominação impostas na América Latina, visando principalmente a exploração econômica, mas também política e cultural.

A propósito, Rochabrún, Drinot e Manrique (2014) acreditam que o conceito de “racismo anti-indígena” se aplique de forma relevante ao contexto da América hispânica. Ele é sustentado não só pela questão da raça, mas também por outras interseccionalidades, como a religiosa. Atualmente esse racismo, segundo os autores, foi substituído, em alguma medida, pelo racismo contra os mestiços. Isso porque eles buscam assumir posições de poder nas sociedades pós-coloniais, questionando o *status quo* estabelecido pelas elites locais durante os processos de independência dos Estados da região. Nesse sentido, ao longo do período colonial e na sequência da formação dos Estados-nação modernos, a intenção de “desindigenizar” os indígenas – e sua terra – permaneceu. Diversas medidas foram tomadas para tanto, desde a reacomodação geográfica, o acultramento forçado, e até o extermínio. A estereotipação e demonização da cultura dos locais foram as estratégias utilizadas para demonstrar a necessidade de “civilizar” e de “modernizar” os não-europeus. O contexto foi

⁴ No original: “[...] have centered on particular but selectively chosen details of everyday politics that naturalize as culture all forms of politics”.

propício para que a Igreja evangelizasse e ajudasse a educar os índios bárbaros e contribuísse para o redesenho da sociedade colonial.

2.3 Relações de gênero e feminismos não-ocidentais

De acordo com o feminismo ocidental⁵, o gênero é uma categoria socialmente construída, ao passo que a mulher não nasce mulher, mas torna-se mulher (BEAUVOIR, 1970). Butler (1988), que é uma das principais críticas ao próprio conceito de gênero, vai além ao afirmar que o gênero não é um processo fixo ou linear, e que se pauta nos processos sociais, culturais, políticos e econômicos. Ou seja, a autora entende que o gênero é um processo de interpretação da realidade cultural, que se constrói através das relações sociais. Scott (1988) ainda aponta que as relações de gênero são relações de poder, nas quais e através das quais as diferenças sexualmente percebidas entre homens e mulheres são traduzidas em papéis socialmente construídos. Essas relações de gênero são hierarquizadas em termos binários, tais como público e privado, dominação e subordinação, por exemplo, e convertidas em desigualdades de poder.

À vista disso, há uma crítica profunda das feministas ocidentais à divisão público e privado. Okin (2008) aponta que o gênero é ignorado pela divisão público e privado, e Phillips (2013) expõe o confinamento da mulher à esfera privada e sua invisibilidade na esfera pública, a qual pertenceria exclusivamente ao homem. Conforme Pateman (1995), essa divisão fica ainda mais evidente nos termos do contrato sexual, que nada mais é do que um contrato firmado entre homens, a partir do qual as mulheres são subjugadas e excluídas da sociedade. A autora afirma que, somente a partir do contrato matrimonial, as mulheres são incorporadas à sociedade civil, mas permanecem sendo destituídas de sua existência civil. Em outras palavras, os contratos sexual e matrimonial reforçam a diferença sexual entre homens e mulheres, e, por consequência, a subjugação feminina ao cuidado do lar e dos filhos enquanto o homem representa a “família” na esfera pública (PATEMAN, 1995). Por isso, possibilitar a participação feminina na esfera pública, da qual a educação faz parte, é um direito civil e humano. Educar meninas apresenta-se como uma forma de combater a desigualdade sexual, que é um problema diretamente relacionado à dominação e ao poder, e também combater os privilégios masculinos produzidos pelas relações de gênero.

Assim, a difusão da educação ocidental para meninas e mulheres de países pobres anteriormente colonizados é uma ferramenta para romper com a divisão público e privado e transformar as relações de gênero, sob as lentes críticas pós-coloniais isso soa, muitas vezes,

⁵ Mohanty (1984, p. 334, tradução nossa) usa o termo “feminismo ocidental” para identificar “escritoras(es) particulares que codificam os Outros como não-ocidentais e, portanto, elas(es) próprios como (implicitamente) ocidentais”. No original: “articulate writers that codify Others as non-Western and hence themselves as (implicitly) Western”.

como uma nova missão civilizadora: a missão de salvar a mulher subalterna. Primeiramente, a ideia de missão civilizadora, segundo Grovogui (2001), é justificada pela suposta ausência de civilização nestas regiões – ideia difundida pelos poderes hegemônicos ocidentais que reiteradamente ignoram e marginalizam as civilizações nativas. Sobre a salvação da mulher subalterna, nota-se a reprodução de uma abordagem orientalista para validar um discurso ressignificado do salvador europeu/ocidental. Mohanty (1984, p. 338, tradução nossa) vai além ao afirmar que houve “a construção das ‘mulheres do Terceiro Mundo’ como um grupo homogêneo ‘impotente’, frequentemente localizado como vítimas implícitas de sistemas socioeconômicos específicos”⁶.

Spivak (2010) e McEwan (2001) ainda argumentam que o feminismo ocidental é historicamente localizado nos discursos dominantes ocidentais, com uma agenda que privilegia as demandas da mulher branca ocidental em detrimento da mulher subalterna. Há, portanto, uma ausência de reconhecimento da “diferença” no feminismo ocidental acerca das opressões sofridas pela “mulher do Terceiro Mundo”⁷, que é tida como um sujeito monolítico em textos feministas ocidentais (MOHANTY, 1984). Mills (1996), no entanto, deixa claro que o espaço colonial não é monolítico, e sim marcado pelo gênero (além de ser um espaço sexualizado), e Spivak (2010) acrescenta que o sujeito subalterno é heterogêneo.

No âmbito da subalternidade, Spivak (2010) argumenta que a mulher subalterna é ainda mais marginalizada que o homem subalterno, razão pela qual a autora enfatiza a agência da mulher subalterna, reforçando a necessidade desta de “falar” e ser, de fato, “ouvida”. No entanto, a própria autora conclui que “o subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido (SPIVAK, 2010, p. 124). A autora afirma ainda que atos de resistência empregados em nome do subalterno estão imbricados no discurso hegemônico de representação do sujeito do Terceiro Mundo. Não é sem razão que Spivak (2010, p. 20) argumenta que “a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente”, e o projeto imperialista (ou neocolonialista) dificulta o desenvolvimento do sujeito subalterno.

3. “GIRL RISING”

O documentário “*Girl Rising*” utiliza a estratégia de *storytelling* para contar a história de meninas, entre 7 e 16 anos, que vivem em comunidades de nove países pobres – Afeganistão, Camboja, Egito, Etiópia, Haiti, Índia, Nepal, Peru, e Serra Leoa. Embora sejam

⁶ No original: “the construction of “Third World Women” as a homogeneous “powerless” group often located as implicit *victims* of particular socio-economic systems”.

⁷ Segundo Mohanty (1984), a “mulher do Terceiro Mundo” é definida com base em seu gênero (leia-se: sexualmente restrita) e sua localização geográfica (leia-se: ignorante, pobre, sem educação, tradicional, doméstico, familiar, vitimizado, etc).

personais e íntimas, as histórias refletem as experiências de meninas em todos os lugares relacionadas às barreiras por elas enfrentadas, muitas vezes, apenas por serem mulheres. A partir da especificidade e, ao mesmo tempo, amplitude das histórias, o documentário mostra a conexão entre a realidade pessoal de cada uma das meninas e a oportunidade de ter acesso à educação, e como isso pode ser um gatilho de mudança na vida destas meninas (GIRL RISING, 2018a).

Em relação ao processo de produção do documentário, inicialmente a equipe realizou seletivas nos países supracitados, onde foram escolhidas as histórias mais impactantes e/ou curiosas, e que foram diretamente transformadas pelo acesso (ou falta de acesso) à educação. Na sequência, as histórias escolhidas foram roteirizadas por autoras premiadas – mulheres da mesma nacionalidade das meninas que pudessem servir de inspiração. Por fim, mulheres prestigiadas do cenário artístico estadunidense foram convidadas para narrar as histórias destas meninas. O documentário utilizou diversas técnicas cinematográficas para narrar as histórias, produzindo um efeito onírico sobre a realidade das meninas (GIRL RISING, 2018a).

A partir da obra, a fundação ampliou seu campo de ação, incluindo a própria ideia de disseminar informações sobre as garotas apresentadas no documentário. Para tanto, uma das maneiras encontradas foi a criação e difusão de currículos escolares e outros materiais que auxiliem a “[...] compartilhar as experiências de garotas ao redor do mundo, os desafios que elas enfrentam e a coragem que elas invocam” (GIRL RISING, 2018a, s.p.). Tais materiais incluem módulos de empoderamento financeiro, capítulos dos vídeos, ferramentas de avaliação, guias para os professores e professoras e fichas técnicas sobre os países e assuntos.

Por fim, embora o documentário narre nove histórias, a presente análise explicita apenas duas delas: Haiti e Peru. A escolha dos países foi orientada pelo passado colonial comum – o que não significa dizer que os processos de colonização e, inclusive, de descolonização nestes dois países tenham sido homogêneos ou similares –, e por serem os únicos países das Américas analisados pelo documentário. O objetivo é abordar a linha desenvolvida pelo documentário a partir da análise dos impactos da colonização e descolonização de Haiti e Peru na educação e relações de gênero destes dois países.

3.1 O Haiti de Wadley

O Haiti, situado na América Central e originalmente habitado pelos povos tainos, foi colonizado pela Espanha, entre 1492 e 1697, e pela França, de 1697 a 1804. As políticas coloniais visavam a dominação religiosa e a exploração econômica, de modo que houve um genocídio e escravidão coloniais contra os nativos durante a colonização espanhola, enquanto

a colonização francesa estabeleceu técnicas violentas para o controle dos escravizados africanos. Inspirados na Revolução Francesa de 1789, e revoltados pela manutenção da escravidão, os haitianos deram início à Revolução Haitiana em 1791. Como resultado, a abolição da escravidão e a independência do país foram proclamadas em 1804, e a Revolução Haitiana se tornou a primeira revolta de escravizados bem-sucedida no mundo. Apesar disso, o Haiti foi coagido a pagar uma alta indenização à França para ter sua independência reconhecida pela antiga metrópole – apenas em 1838. Já no período pós-colonial, o Haiti foi ocupado pelas forças armadas estadunidenses (*marines*), de 1915 a 1934, como parte do projeto imperialista dos Estados Unidos sob alegação de prover estabilidade ao governo haitiano quando, na verdade, houve a cooptação das elites locais – e a manutenção destas no poder – em troca de vantagens estratégicas e econômicas aos EUA. E, desde a década de 1990, o país tem sido palco de intervenções externas, gerenciadas pela ONU, com destaque para a missão de paz MINUSTAH, entre 2004 e 2017 (DALBERTO, 2015).

As diversas disputas em torno do aparato estatal haitiano marcam, desde a Revolução Haitiana, o colonialismo interno da sociedade haitiana, uma vez que as relações coloniais são reproduzidas no país até hoje. Diversos mecanismos de formação cultural foram disseminados na sociedade haitiana, com o intuito de criminalizar a cultura africana, como a religião do vodu, a cor negra e a língua *creole*. Aliás, a língua oficial do país era apenas a do colonizador: francês. O *creole*, idioma criado pelos escravizados durante a colonização e falado pela maioria da população, somente foi reconhecido também como idioma oficial em 1962. Mesmo assim, o francês é a língua predominante nas repartições públicas e também é o idioma majoritariamente ensinado nas escolas (DALBERTO, 2015).

Diante de tal produção histórica colonial sobre o Haiti, o documentário “*Girl Rising*” narra a história de Wadley, de 7 anos, residente na capital haitiana, Porto Príncipe. A história foi roteirizada pela escritora estadunidense de origem haitiana Edwidge Danticat, e narrada pela atriz australiana Cate Blanchett. A história de Wadley é ambientada durante o terremoto de janeiro de 2010, quando a menina e sua mãe passaram a viver em um abrigo. Apesar de preta e pobre, Wadley frequentava a escola, mas após o terremoto, quando a escola voltou a funcionar de forma improvisada, a menina foi proibida de frequentá-la por não ter dinheiro para pagar por sua educação. Se antes do terremoto já era difícil obter educação em um país marcado pela extrema pobreza como o Haiti, o desastre natural tornou essa realidade ainda mais cruel (GIRL RISING, 2018a). Por fim, Wadley conseguiu retornar à escola, e as últimas informações sobre a garota são de que permanece estudando e pretende se tornar médica em seu país, uma vez que há falta de profissionais da saúde por lá (GIRL RISING, 2019).

O guia para o Ensino Médio do filme, produzido pela fundação “*Girl Rising*”, relacionado ao capítulo da menina haitiana enfatiza a questão do desastre natural ocorrido no país e de como o governo do Haiti ou de outros países pode melhorar a situação das pessoas

pobres que ainda vivem sem uma infraestrutura básica, incluindo o acesso à educação. A intenção é que os estudantes aprendam não só sobre os desafios enfrentados pelas garotas em países em desenvolvimento para mudar sua realidade, mas também sobre como eles podem se preparar para um desastre natural. Entre as ideias do guia para introduzir a história de Wadley é questionar os estudantes se eles se recordam do terremoto de 2010 no Haiti e localizar o território no mapa (GIRL RISING, 2017).

3.2 O Peru de Senna

A história peruana se divide em três fases, conforme Contreras e Zuloaga (2014): dos primeiros humanos habitantes até o fim do império inca em 1532; desta data até 1821, correspondendo ao período colonial espanhol; e a partir da independência, em 1821. O império inca, no seu auge de expansão por volta de 1470, abarcou além do Peru, o Equador, a Bolívia e parte da Colômbia, do Chile e da Argentina. Esse processo ocorreu diplomaticamente na maior parte das vezes, em detrimento de guerras. Quando da colonização, o império dos incas enfrentava uma crise política, por divergências quanto à forma de organização e por dificuldades demográficas. Assim como em toda a América espanhola, a conquista do Peru foi feita por empresas privadas, com autorização do Estado espanhol. Os colonizadores se aproveitaram dos problemas enfrentados pelos incas para conquistar o território por meio de cooptação de elites locais e da estratégia de divisão entre grupos.

Em virtude da colonização relativamente tardia, do alto grau de organização dos incas, da resistência indígena e da importância da economia peruana, as medidas do governo central espanhol foram ainda mais rígidas nesta região. Conforme Quijano (1992, p. 75, grifos do autor):

[o] *problema indígena* foi e ainda é o mais característico resultado do intento; toda vida, ainda que inominado, não o é menos o dos descendentes dos africanos. Para resolver tais *problemas*, as *etnias/classes* dominantes desenvolveram diversas políticas e argumentos, desde o extermínio cultural (pela educação e aculturação forçada, como no Peru, por exemplo), até o extermínio físico dos povos aborígenos (Argentina, Chile).

Entre as maneiras de efetivar esse extermínio cultural estavam a conversão religiosa forçada, o regime de separação social e geográfica e a mestiçagem, aliados à divisão funcional do trabalho característica da exploração econômica colonial. Isso não significa que não tenha havido extermínio físico dos indígenas peruanos, apenas que predominou o cultural. Inclusive, ao diminuir a população, a incorporação dos locais na cultura e sociedade dos colonizadores era facilitada. Os discursos da Coroa espanhola que procuravam reforçar

as diferenças biológicas nem sempre surtiam efeito na prática, pois o discurso racista esbarrava na já mencionada mestiçagem (ROCHABRÚN; DRINOT; MANRIQUE, 2014). Desde 1811 haviam revoltas indígenas e crioulas com pretensões a tornar o território independente, contudo, apenas em 1821 esse objetivo se efetivou (CONTRERAS; ZULOAGA, 2014).

Enfatizando a descendência indígena da garota, o documentário narra a história de Senna, que vive na cidade mineira Rinconada no interior do país com sua família. Seu pai insiste para que ela vá à escola pois enxerga a educação como única forma de mudar a realidade de sua filha. Assim, ela se apaixona pela poesia. *“Girl Rising”* explora a diferença de acesso à educação entre indígenas e os demais na sociedade peruana. A exploração por recursos naturais permanece sendo uma questão relevante no dia-a-dia, uma vez que pode ser um fator limitador em relação ao estudo. Ademais, a realidade da menina é marcada pela iminente ausência de outras possibilidades profissionais a não ser trabalhar nas minas de ouro, como seu pai e outros parentes. É a partir desse temor que a influência e incentivo paternos auxiliam a modificar o futuro dela. Quem escreve a história de Senna é a autora, editora e jornalista Marie Arana, também peruana. A narração é da renomada atriz e produtora mexicana Salma Hayek (GIRL RISING, 2018a). O pai da garota, que tanto a incentivou, morreu em decorrência das condições precárias na mina em que trabalhava. A família se mudou para Juliaca para dar melhores oportunidades de estudos para Senna e para seu irmão. Ela se formou no Ensino Médio e entrou na faculdade de Engenharia e Negócios. Em 2015, ela teve uma filha chamada Ariana que, segundo a peruana, a motiva ainda mais a estudar para garantir um futuro melhor para a pequena (GIRL RISING, 2018b).

O guia para o Ensino Médio do filme da fundação *“Girl Rising”* sobre o capítulo de Senna foca no impacto positivo que o suporte familiar tem para que garotas pobres em condições precárias, como a peruana, continuem estudando. A motivação da garota é apresentada como diferencial para seu possível sucesso em concluir os estudos, como seu pai tanto deseja e a incentiva. No caso de Senna, entre as principais barreiras para alcançar esse objetivo está o fato de ela viver na cidade mais alta do mundo, próximo a uma mina e muito fria. Ao abordar a história da peruana, o guia sugere questionar os estudantes que tipos de trabalhos eles gostariam de ter e quais são os empregos que os jovens das comunidades deles geralmente têm (GIRL RISING, 2018c).

4. *“GIRL RISING”*: DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO OU PERPETUAÇÃO DO COLONIALISMO?

A partir do exposto, alguns pontos são relevantes para a análise dos impactos da atuação da fundação em países pós-coloniais. Primeiro, a intenção de mitigar a pobreza através do acesso à educação de meninas é bem-intencionada, mas problemática. Isso se

deve ao fato de que a pobreza pode ser vista, simultaneamente, como causa e consequência da falência estatal de países pós-coloniais. Logo, combater a pobreza por meio da oferta de educação acaba por legitimar intervenções, já que o Estado não-ocidental é considerado – na maior parte dos casos – falho. No entanto, a teoria de Estados falidos ignora uma das principais causas de tal falência estatal: a colonização. O sistema de dominação e exploração implementado nas colônias europeias não trouxe, em geral, benesses políticas ou econômicas aos colonizados. Essa herança colonial contribuiu para que o Estado pós-colonial – modelo estatal ocidental, diga-se de passagem – não funcione adequadamente, em múltiplos aspectos. Assim, a população torna-se vulnerável, muitas vezes, à pobreza extrema, e a falta de acesso à educação torna-se um objeto menos importante do que água e comida, por exemplo. Levar educação às meninas de países pobres pode parecer, portanto, uma forma de tratar um sintoma sem tratar da causa do problema. Além disso, intervenções externas implementadas sob justificativa de tratar da causa do problema – a falência do Estado – nada mais são do que a perpetuação do sistema colonial de dominação e exploração que, em primeiro lugar, foi responsável por tal problema, criado justamente pelos atores que ofertam “ajuda”.

Segundo, as populações de Haiti e Peru – os mestiços haitianos e os indígenas peruanos – são populações não-brancas que possuem cultura e religiões distintas do Ocidente. Nesse sentido, a difusão da educação, nos moldes ocidentais, denota um perfil de missão civilizatória por parte da fundação *Girl Rising*, ou seja, a educação ocidental pode ser vista como uma ferramenta de extermínio cultural, que sustenta o racismo colonial. Na direção oposta, todavia complementar, nos guias para o Ensino Médio dos países analisados, as histórias de Wadley e Senna são apresentadas como casos de sucesso da fundação e servem para que os estudantes de países ocidentais aprendam mais sobre desastres naturais e possibilidades de trabalho limitadas em países pobres ou “em desenvolvimento”. Reforça-se, portanto, os dois argumentos já abordados: o Estado não é capaz de fornecer acesso à educação a essas garotas e, portanto, elas têm que procurar meios alternativos para tanto; e, uma vez que a cultura local foi praticamente exterminada durante a colonização, a necessidade da permanência de instituições estrangeiras em território outrora colonizado tende a ser interpretada como neocolonialismo.

Terceiro, o documentário almeja romper com o ciclo de violência ao qual muitas meninas pobres de Estados pós-coloniais estão expostas. Como mencionado, a falta de acesso à educação é, sem dúvidas, um tipo de violência, já que nega um direito humano à mulher. Aliás, a instituição *Girl Rising* estima que há cerca de 33 milhões de meninas a menos do que meninos na escola, totalizando 130 milhões de meninas entre 6 e 17 anos fora da escola no mundo (GIRL RISING, 2018). Isso ocorre porque países pobres privilegiam a educação aos meninos, em razão da pobreza, mas também de uma noção patriarcal arcaica

de que as mulheres, em virtude de seu gênero, pertencem apenas ao ambiente doméstico, e que tem por função o cuidado do lar e a reprodução. Mais ainda, denota a subalternidade à que as mulheres estão submetidas, e as recorrentes tentativas de mantê-las silenciadas. Nesse sentido, o ato de levar educação ocidental às meninas pobres da periferia global é, conforme Spivak (2010), uma forma de manter o subalterno silenciado, posto que a educação é reivindicada por alguém (ocidental) em nome de um outro (mulher subalterna colonizada).

Diante de tais argumentos, percebe-se que a instituição *Girl Rising* não questiona as origens da pobreza e violência dos países pós-coloniais e, mais ainda, naturaliza estas mazelas. Apesar de Haiti e Peru, países que serviram de referência para este trabalho, terem sido colonizados pelo império hispânico (em um primeiro momento, no caso do Haiti), é preciso considerar as especificidades dos Estados pós-coloniais. Em geral, os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos são consideravelmente distintos não só dos preceitos ocidentais, mas também entre si, em razão das diferenças dos processos de colonização e de descolonização, e de suas consequências particulares. Não é possível homogeneizar as meninas e mulheres destes países, ou de qualquer outro país colonizado e, por isso, a difusão da educação ocidental no não-Occidente, em tais termos, retoma uma abordagem orientalista, que reforça binarismos e estereótipos negativos dos Estados pós-coloniais. Nesse sentido, há a reificação de um método colonial que produz e reproduz o conhecimento europeu/ocidental como hegemônico, ao passo que o conhecimento local dos povos não-ocidentais é marginalizado.

Portanto, ao ignorar as consequências da herança colonial presente nestes países, o intuito de levar educação às meninas pobres de países pós-coloniais se transforma em uma ferramenta de perpetuação do colonialismo europeu e de seus legados aos povos outrora colonizados. Não é crível que a implementação de um modelo de educação baseado em preceitos ocidentais seja a solução de todos os problemas das sociedades pós-coloniais – em alusão à colocação do documentário de que “a educação é a forma mais simples de romper com a pobreza e violência” (GIRL RISING, 2018, s.p.). Sim, a educação é fundamental para combater a pobreza e a violência. Todavia, difundir a educação ocidental sem considerar todas as mazelas coloniais que estão intrinsecamente ligadas à memória dos povos colonizados e aos problemas por eles enfrentados desde então é, no mínimo, equivocado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do documentário “*Girl Rising*”, sobretudo da análise dos casos de Haiti e Peru, é possível afirmar que o modelo de educação difundido nos países pós-coloniais pelos Estados ocidentais e/ou organizações ocidentais remete, muitas vezes, ao método de dominação, subjugação e exploração empregado durante a colonização. Percebe-se o reforço

de uma perspectiva eurocentrada do conhecimento, que marginaliza a produção de conhecimento não-ocidental. Ou seja, ao levar a educação ocidental às antigas colônias europeias no século XXI, a fundação *Girl Rising* contribui para o reforço da associação entre conhecimento e poder, sustentando as relações de poder coloniais dicotômicas, apesar do fim da ocupação física destes territórios.

Adentrando a questão do conhecimento, o documentário insiste na educação como uma maneira de romper não apenas com o ciclo da pobreza, mas também com o ciclo de violência que acomete uma parcela significativa das meninas e mulheres da periferia mundial em virtude de seu gênero. Essa necessidade, nem tão velada e nem tão explícita, de “salvar a mulher negra do homem negro” mostra-se relevante a medida que o Ocidente se coloca como o único ator capaz disto. Assim, a boa intenção propagada pela fundação *Girl Rising* mascara, ou reproduz inconscientemente, o colonialismo presente no ato de educar meninas pobres não-ocidentais. Portanto, conclui-se que a educação difundida pela fundação *Girl Rising*, por ser ocidental, tem um forte viés colonialista, denotando a existência de uma carga colonial/racista/sexista. Por fim, como bem pontuado por Parashar (2016, p. 371, tradução nossa), “qualquer universalismo é uma violência discursiva que escreve histórias e silencia as vozes”⁸. E, neste caso, a difusão da educação ocidental escreve as histórias e silencia as vozes de mulheres subalternas da periferia mundial.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos** (vol. I). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BUTLER, Judith. Variations on sex gender. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (eds.). **Feminism as critique**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988. p. 128-142.
- CARBONETTI, Benjamin C. The cards dealt matter: rethinking conceptions of State capacity. **Annual Meeting of the Western Political Science Association**, Portland, mar./2012.
- CASTELLANO, Igor (Org.). Capacidade estatal: democracia e poder na era digital. **ISAPE Debate**, n. 3, nov./2012.
- CONTRERAS, Carlos; ZULOAGA, Marina. **Historia mínima del Perú**. México: El Colegio de México, 2014.
- DALBERTO, Germana. **Para além da colonialidade: os desafios e as possibilidades da transição democrática no Haiti**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- FANON, Frantz. **Pele negra, mascaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GIRL RISING. **Where Are They Now** - Wadley from Haiti. Girl Rising, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yHGITlxvn2M>. Acesso em 17 fev. 2021.

⁸ No original: “any universalism is discursive violence that writes out histories and mutes voices”.

GIRL RISING. **Girl Rising: the film.** Girl Rising, 2018a. Disponível em <https://girlrising.org/the-film>. Acesso em 24 jan. 2021.

GR. **Where Are They Now** - Senna from Peru. Girl Rising. 2018b. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=uo7nK_uAdiA. Acesso em 17 fev. 2021.

GIRL RISING. **Teacher Guide:** Senna from Peru - High School Curriculum. Girl Rising, 2018c.

GIRL RISING. **Teacher Guide:** Wadley from Haiti - High School Curriculum. Girl Rising, 2017.

GROVOGUI, Siba N.. Come to Africa: a hermeneutics of race in International Theory. **Alternatives**, 26, 2001, p. 425-448.

GUIMARÃES, Maisa C.; PEDROZA, Regina L. S.. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, 2015, p. 256-266.

HILL, Jonathan. Beyond the Other? A postcolonial critique of the failed state thesis. **African Identities**, 3 (outubro), 2005, p. 139-154.

JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G.. Sovereignty and underdevelopment: juridical statehood in the African crisis. **The Journal of Modern African Studies**, vol. 24, n. 1, 1986, p. 1-31.

LINDSAY, Beverly (Ed.). **Comparative Perspectives of Third World Women:** the impact of race, sex and class. New York: Praeger Publishers, 1983.

LOOMBA, A. Situating Colonial and Postcolonial Studies. In: *Colonialism / Postcolonialism*. 3 edition. London; New York: Routledge, 2015, p. 1-103.

McEWAN, Cheryl. Postcolonialism, Feminism and Development: Intersections and Dilemmas. **Progress in Development Studies**, v. 1, n. 2, 2001, p. 93-111.

MIGDAL, Joel S.. **Strong Societies and Weak States:** State-Society Relations and State Capabilities in the Third World. Princeton University Press: Pinceton, 1988.

MILLS, Sara. Gender and Colonial Space. **Gender, Place & Culture**, v. 3, n. 2, 1996, p. 125-148.

MOHANTY, Chandra T. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourse. **boundary 2**, vol. 12, n. 3, On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism, (Spring-Autumn) 1984, p. 333-358.

OEA. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. **Organização dos Estados Americanos**, Belém, 1994.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, v.16, n. 2, 2008, p. 305-332.

ONU. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW)**. New York: Nações Unidas, 1979.

PARASHAR, Swati. Feminism and Postcolonialism: (En)gendering Encounters. **Postcolonial Studies**, v. 19, n. 4, 2016, p. 371-377.

PATEMAN, Carole. **El Contrato Sexual**. Barcelona: Anthropos, 1995.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, jul/dez 2011, p. 339-363.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2005.

QUIJANO, Anibal. Notas sobre a questão da indentidade e nação no Peru. **Estudios Avanzados**, v. 6, n. 16, 1992, p. 73-80.

ROCHABRÚN, Guillermo; DRINOT, Paulo; MANRIQUE, Nelson. **Racismo, ¿solo un juego de palabras?** Debates a partir del conversatorio: "racismo y desigualdad en la historia del Perú", del Ministerio de Cultura. Lima: Ministerio de Cultura, Instituto de Estudios Peruanos, 2014.

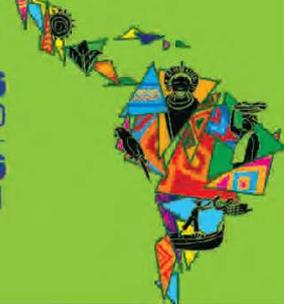
SAID, Edward W.. O âmbito do Orientalismo. In: **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 41-120.

SCOTT, Joan W. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

SINHA, Subir; VARMA, Rashmi. Marxism and Postcolonial Theory: What's Left of the Debate? **Critical Sociology** v. 43, n. 4-5, 2015, p. 545-558.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

UNESCO. **World Inequality Database on Education**. 2021. Disponível em <https://www.inequalities.org/countries>. Acesso em: 11 fev. 2021.



GT 07 – PENSAMENTOS INSURGENTES E LEVANTES: COLONIALISMO,
RACISMOS E POLÍTICAS PARA MATAR NA AMÉRICA LATINA.

AS INTERAÇÕES COMUNICATIVAS DE UMA TRAVESTI EM PRISÃO DOMICILIAR - ENTRE EXCLUSÃO, INCLUSÃO E RESISTÊNCIAS.

Nara Cristina Moura Pessoa (UFPA) ¹
Célia Regina Trindade Chagas Amorim (UFPA) ²

RESUMO

Neste artigo fazemos uma reflexão a respeito dos processos de comunicabilidade de pessoas LGBTI+, especificamente aquelas que passaram pelo cárcere e que sofrem diversas violações de direitos, dentre eles, o do não reconhecimento pelo ambiente prisional da identidade de gênero. Utilizaremos o processo dialógico (Freire, 1983) com Rafaela³ que se autodeclara transexual e luta para se afirmar como mulher nos espaços por onde ocupa, nos quais a prisão. São lugares de tensionamentos, violações e resistências provocadas pela ausência da garantia de direitos para que pessoas trans possam exercer sua cidadania e expressarem sua identidade de gênero. Rafaela, 28 anos, passou pelo cárcere, depois prisão semiaberta, até chegar à prisão domiciliar, momento em que obteve autorização para trabalhar, estudar e conviver em família. A aproximação com Rafaela se deu a partir da comunicação dialógica defendida por Paulo Freire (1983) e materializada pela técnica das rodas de conversa (MELO; CRUZ, 2014).

Palavras-chaves: Prisão, comunicação, cidadania.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo colocamos em debate os tensionamentos e conflitos gerados pelas múltiplas violações, ausência de diálogo e a falta de direitos de pessoas trans em vários ambientes sociais por onde circulam, dentre os quais, as prisões. Neste último espaço em

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA), integrante do Grupo de pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia - CNPq/UFPA e do projeto Cidadania Comunicativa: Desafios, lutas e direitos compartilhados na Amazônia (UFPA). E-mail: narapessoa1@hotmail.com.

² Doutora e Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) e da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil. Coordenadora do Grupo e Projetos de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia – CNPq/UFPA e Cidadania Comunicativa: Desafios, lutas e direitos compartilhados na Amazônia. (UFPA). Email: celia.trindade.amorim@gmail.com.

³ Nome fictício para preservação da identidade

análise neste trabalho, por exemplo, elas são impedidas de exercerem a sua cidadania e expressarem sua identidade de gênero, impactando em invisibilizações, marginalizações e exclusão de toda ordem.

A chegada de uma pessoa trans em prisões contraria as regras impostas, uma vez que esses espaços foram criados para a punição masculina (ARTUR, 2011) e para os sujeitos dóceis às regras opressoras impostas pelo Sistema Prisional (FOUCAULT, 2011), por isso ainda mantém um modelo heteronormativo em que o gênero dos indivíduos é ordenado pelo seu sexo biológico e não pela construção social com a qual se identifica (BUTLER, 2003). Assim, quem foge a esse padrão dicotômico/hegemônico é tratado com preconceito, o machismo impera e o sujeito é descartado da sociedade. Nossa sociedade brasileira foi formada a partir da imposição de uma cultura eurocêntrica, pautada na construção de identidades raciais e patriarcais (MIGNOLO, 2008).

Diante de cenário, estabelecemos processos de comunicabilidade com uma transexual que chegou ao cárcere e passou por situações de não reconhecimento da sua identidade de gênero pela instituição prisional, localizada no Complexo Penitenciário do Estado do Pará, município de Santa Isabel, situação que gerou vulnerabilidade e violação de direitos.

A centralidade teórico-metodológico deste artigo se deu a partir da comunicação de Paulo Freire (1983). Dialogamos com Rafaela numa perspectiva de movimento, o estar disponível, em movimento, com e para o outro, é necessário para o entendimento e para a interação social. Dessa forma, o diálogo nos constrói enquanto sujeitos ou a falta dele nos exclui ou aprisiona, pois, o olhar do outro afeta quem está sendo olhado justamente pelo sentido que esse olhar comunica, o que também nos impossibilita de exercer e ter garantido direitos.

Utilizamos, assim, com Rafaela, a técnica de Roda⁴ de Conversa (MELO; CRUZ, 2014). Para esses autores, a roda de conversa “é uma possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva”, pois proporciona uma atmosfera de informalidade e descontração (MELO; CRUZ, 2014, p. 31), o que nos levou a inferir que poderia ser utilizada nos encontros com Rafaela, por conta da horizontalidade no diálogo.

Os processos comunicativos estabelecidos com Rafaela indicaram ambientes que mais marcaram a vida dela e que são fundamentais para o processo de convivência e interações comunicacionais durante a prisão domiciliar, lugares esses que são permeados

⁴ As rodas de conversa foram realizadas com mais outras cinco mulheres, mas neste artigo falaremos somente de Rafaela, uma vez que queremos refletir e debater sobre as mulheres Trans as quais enfrentam preconceitos, invisibilidade e violência em relação a sua identidade de gênero.

por tensionamentos nas relações, quais sejam: o *cárcere*, local onde cumpriu parte da pena; *a família* e o *ambiente de trabalho*⁵ que frequentam por ocasião de um projeto de reinserção social direcionado a pessoas em prisão domiciliar.

Rafaela⁶ foi presa acusada de tráfico de drogas, se autodeclara transexual e luta para se afirmar como mulher nos espaços por onde ocupa, incluindo o da prisão, lugares de tensionamentos e resistências trazidas pela ausência da garantia de direitos para que pessoas trans possam exercer sua cidadania e expressar sua identidade de gênero. No próximo tópico apresentaremos um pouco da história de vida de Rafaela, o momento que se assumiu transexual e os fatos que a levaram à prisão. Em seguida, abordaremos as experiências que ela vivenciou na prisão e vivencia no trabalho, os quais são permeados de tensionamentos e as resistências.

2. ALGUNS CAMINHOS DE UMA MULHER TRANS:

Apresentaremos uma breve trajetória da história de Rafaela que passou pelo cárcere e hoje cumpre pena em prisão domiciliar. Fazemo-la à luz da comunicação dialógica de Freire e de outros teóricos que apostam em uma intercomunicação, ou seja, no ato de estar com o outro e para o outro, numa relação de troca de significados e experiências.

“Eu me sinto mulher” – foi uma das primeiras frases que Rafaela, 28 anos, falou quando dialogamos com ela em rodas de conversa. De uma família de sete irmãos, Rafaela passou a morar com os avós paternos aos cinco anos de idade. Afirma sentir um sentimento de abandono por parte da mãe que a deixou durante a infância.

A certeza de ser trans veio na adolescência, quando tinha 15 anos, momento em que percebeu que se sentia mulher, pois não se identificava com o sexo biológico masculino. Ela retornou de um tempo de convivência com os avós e aos 18 anos foi morar com o pai, momento que decidiu compartilhar com ele a sua escolha.

Na fase de adolescente quando eu estudava, eu já sabia o que eu era, com 15 anos eu já sabia quem eu era. Com 18 anos eu assumi pra minha família. Eu morava com meu pai, chamei ele e conversei. Falei a verdade. ‘Pai eu vou falar uma coisa pro senhor que o senhor já tem quase uma certeza, mas eu acho que o senhor sente um pouco de dúvida. E aí ele aceitou numa boa. Minha mãe também aceitou numa boa (Informação verbal)⁷.

Logo após assumir sua sexualidade, atitude que revelou o reconhecimento e o entendimento mútuo de seu pai, Rafaela decidiu ir embora para outra cidade, em busca de

⁵ Projeto “Começar de Novo” do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), onde elas trabalham no setor de arquivo digitalizando documentos. O projeto tem a duração de 1 ano, podendo ser prorrogado. Pelo trabalho, elas recebem uma bolsa auxílio e vale transporte.

⁶ Nome fictício para preservação da identidade

⁷ Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

um estilo de vida diferente da família, que morava e trabalhava na roça. Rafaela queria sair de um trabalho que considerava puxado, para estudar e realizar seus objetivos em outra cidade.

Atualmente, solteira, moradora do bairro de Tapanã, área periférica de Belém do Pará, conseguiu estudar até a 8ª série do ensino fundamental. Da adolescência para a fase adulta, teve alguns empregos informais. Diante do desemprego e sem profissão definida foi para a prostituição. Pensativa, Rafaela relembra sua decisão:

Fiquei desempregada, então eu optei pela prostituição, que foi aonde eu conheci outras pessoas da prostituição. Só que o tempo que eu fui conhecendo as pessoas, conheci pessoas boas, ruins. Quando fui morar em Santa Maria do Pará, eu conheci eles (as outras travestis que faziam programa em Castanhal). A gente somos falhos pelo fato de tudo isso que aconteceu comigo (Informação verbal)⁸.

Apesar da coragem de Rafaela assumir sua sexualidade e decidir sair de casa para ir em busca de uma vida melhor, ela se envolveu com o tráfico de entorpecente. Em seguida, conheceu um rapaz que lhe ofereceu 10 petecas de cocaína para vender. Com o passar do tempo, foi se envolvendo afetivamente com esse rapaz. Na percepção de Rafaela era um dinheiro rápido e um caminho mais fácil para alcançar seu objetivo enquanto mulher: “colocar o silicone”.

Como São Paulo é uma cidade grande que é mais fácil tudo por lá, isso foi me dando intuito de vender mais droga e conseguir dinheiro pra viajar e pôr o silicone, que foi onde eu me dei mal. Já tinham feito denúncia duas ou três vezes. Quando foi uma certa noite eu tava bebendo no posto onde passavam os caminhoneiros, as pessoas iam também jantar no posto pelo fato de ser também restaurante. Numa certa noite eu fui abordada pelos policiais e me pegaram com 800 peteca em Santa Maria do Pará. Foi quando a minha casa caiu. Foi quando eu passei a viver uma nova temporada no cárcere (Informação verbal)⁹.

Rafaela foi presa com 800 petecas de cocaína, em seguida levada para uma penitenciária masculina, onde, após ser sentenciada pelo judiciário, cumpriu uma parte da pena em regime fechado, outra parte no regime semiaberto, onde foi para a Colônia¹⁰ Agrícola Heleno Fragoso, e agora termina de cumprir a sentença na sua casa, em regime domiciliar, retornando para a família, amigos. Fora da penitenciária enfrenta duplo preconceito pela condição de ex-presa e por ser transexual. Situações que a silenciam e,

⁸ Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

⁹ Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

¹⁰ Unidade Prisional masculina, onde os presos cumprem regime semiaberto, ou seja, já cumpriram parte da pena no regime fechado e progrediram para o semiaberto, mais um passo para o retorno à sociedade. Na Colônia, o trabalho para os presos é obrigatório. A unidade oferece atividades de educação formal e informal, trabalho ligado ao campo, como criação de porcos, patos, plantação de legumes, hortaliças e está localizada no Complexo Penitenciário do Pará, município de Americano – Pará.

muitas vezes, impedem sua participação em alguns espaços, como o do trabalho, conforme analisaremos mais à frente.

Para Zamboni (2017) e Passos (2014), desde a tenra idade os travestis enfrentam situações de vulnerabilidade, em que pesem o abandono familiar, expulsão escolar, alta dificuldade de acesso a postos de trabalho regulamentados, entre outros desafios. Realidade que proporciona um ambiente favorável para atrair essas pessoas para atividades consideradas ilícitas. As travestis e mulheres trans que se prostituem estão mais propensas a receberem propostas para tráfico de entorpecentes, pois, geralmente durante o trabalho sexual frequentam os lugares comandados pelos traficantes de rua. (ZAMBONI, 2017; PASSOS, 2014).

3. TRABALHO E A LUTA DENTRO DO CÁRCERE

No cárcere, a experiência de Rafaela é marcada por tensionamentos, ora pela dominação e controle, ora pelas estratégias de resistência de luta pela vida. Os tensionamentos nas relações comunicacionais e de cidadania são percebidos a todo tempo. Quando presa, Rafaela foi levada para o presídio masculino, onde sua identificação de gênero não foi levada em consideração. Foi colocada em uma cela com 14 homens, onde ficou por 10 dias, onde viveu momentos de violência e preconceito.

Sempre tinha: “ah, um “viado” no meio da gente”. Eles falavam só nesse sentido, porque é assim pro homossexual viver dentro de um cárcere masculino, nossa, mana, a pessoa tem que ter Deus do lado e ser de lá, igual as gatas fala, porque é assim: o preconceito é horrível (Informação verbal)¹¹.

Rafaela vivenciou durante oito meses agressões psicológicas, verbais e morais no regime fechado de uma prisão masculina, porém ela não vê isso como violência, ou por medo e preservação da sua vida, ou porque ela acredita que violência é somente agressão física.

Observamos nessa fala de Rafaela silenciamentos que emergem como forma de resistência para sobreviver a um lugar onde não há reconhecimento de quem não se encaixa nos padrões binários impostos pelo patriarcado. Para Freire (1983; 2011) quando não existe espaço para o diálogo, não pode haver reciprocidade nas relações, o que gera a negação da identidade do outro. Percebemos que as prisões são, num primeiro momento, incompatíveis com o diálogo.

¹¹ Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

Na visão de Foucault (2011), as prisões estão interessadas apenas em mecanizar os corpos, para que os indivíduos “operem como se quer”. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados corpos dóceis” (FOUCAULT, 2011, p. 133). Porém, apesar das prisões serem altamente opressoras e excludentes, conforme afirma Foucault (2012, p. 354), há sempre uma possibilidade de ir contra a opressão, porque onde existe poder, existe resistência, pois “as relações de poder são sempre produtivas”.

Assim, a resistência não é anterior ao poder, ela coexiste com ele. O autor afirma que “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo estratégia precisa” (FOUCAULT, 2012, p. 360). Dessa forma, entendemos que Rafaela traçou estratégias de “luta pela vida” e de rompimento de algumas normas do sistema.

Observamos que não é apenas a instituição que cerceia o direito a liberdade de ser, mas os próprios presos também o fazem, a partir da cultura do machismo que está entranhado nas estruturas e nas relações de poder. Naquele momento a melhor estratégia para Rafaela foi seguir as ordens. O silêncio e a concordância vieram não como uma atitude passiva, mas como uma estratégia de sobrevivência diante da vulnerabilidade.

O Estado que tem a obrigação de garantir os direitos de cidadania que foram conquistados ao longo dos anos é um dos principais canais de negação deles, uma vez que a sociedade ainda está imersa em um pensamento de desumanização de quem não se adequa aos padrões sociais impostos ao longo dos anos pelo patriarcado. Então, ser transexual em uma sociedade machista é inadequado, e, portanto, excluído.

Em prisão domiciliar, isto é, em outra fase do cumprimento de sentença Fora do cárcere, Rafaela está trabalhando em um projeto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Vale destacar que nesse espaço os processos relacionais e de sociabilidade com as outras pessoas não são tão diferentes daquele encontrado no cárcere. No lugar em que Rafaela trabalha a sociabilidade dela é limitada, porque o diálogo também é limitado, consequência de uma série de preconceitos e estigmas (GOFFMAN, 2004) que também permeia essa relação.

Tem pessoas que vê a gente como uma pessoa normal (...) Mas assim, tem umas pessoas que olham pra gente, pensam que a gente é o bicho pelo que a gente fez no passado. Só que não é assim. Pelo fato da gente ser exposto a gente tem mais é que fazer pra gente pagar o que a gente fez no nosso passado. Só que não é assim. A gente somos pessoas igual a elas. Como a gente errou, elas também podem errar (Informação verbal)¹².

Apesar das atitudes que levam a “mortificar o seu eu” (GOFFMAN, 2003), Rafaela reage aos comportamentos que tentam invisibilizá-la. Ela, apesar dos erros, sabe do seu lugar no mundo e reivindica o devido respeito por quem são, e isso é possível através da

¹² Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

comunicação que permite que se rompa com as relações de poder e com o silenciamento e possam expressar seus sentimentos, insatisfações, ideias, convicções.

Sempre eu debatia muito lá com uma funcionária terceirizada do Tribunal, ela era uma pessoa que olhava pra gente com olhares torto. Toda vez que a gente chegava lá, ela dizia que não gostava da gente, que a gente era expreso. Uma vez eu fiquei louco e chamei a chefe e disse: essa mulher fica de cara feia pra mim. A chefe chamou ela, me chamou e falou assim: vamos esclarecer essa situação. Eu fiz o pânico, porque eu não tava me sentindo bem (Informação verbal)¹³.

Ainda somos uma sociedade formada a partir de uma civilização eurocêntrica, logo, pautada na “construção de identidades construídas pelos discursos europeus modernos que são raciais (isto é, a matriz racial colonial) e patriarcais” (MIGNOLO, 2008, p. 289). De acordo com Mignolo (2008, p. 289), a política de identidade da América Latina habita na construção de uma identidade eurocêntrica, em que “ser branco, heterossexual e do sexo masculino são as principais características de uma política de identidade que denota identidades tanto similares quanto opostas, como essencialistas e fundamentalistas”.

Para o autor essa política dominante se manifesta, entre outros, por meio de conceitos universais abstratos como ciência, filosofia, cristianismo, liberalismo. Nesse sentido, pensamos, a partir do processo dialógico estabelecido com Rafaela, a prisão como reflexo dessa realidade patriarcal, que inferioriza a questão de gênero, não reconhecendo no outro a sua humanidade (FREIRE, 1983), o que traz, dentre as várias consequências, o silenciamento, cerceamento dos espaços de diálogo e participação social, comprometendo o direito à cidadania e nos seus vários aspectos.

Para o sociólogo britânico T. H . Marshall (1967) – há três níveis de direitos de cidadania e uma ordem cronológica para o aparecimento desses direitos no mundo moderno, são eles: *direitos civis* - o que inclui o direito à liberdade de orientação sexual, direito à vida, à liberdade de pensamento e de movimento (de ir e vir) e à propriedade; *direitos políticos* - direito de votar e ser votado, direito à associação e organização; e *direitos sociais* - que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade, como a saúde, à habitação, à previdência pública, à assistência.

Porém, para Marshall, nesse processo os direitos civis - os direitos do indivíduo privado - não são *suficientes* para realizar a cidadania plena, chamada por ele de “emancipação humana”, mas são certamente necessários e essenciais. (MARSHALL, 1967). Logo, os três direitos são interdependentes e imprescindíveis para uma vida digna em sociedade, devendo o Estado não só reconhecê-los, mas também efetivá-los.

Nesse processo, o papel da sociedade civil, no que tange a sua materialização e regulação, é continuar, por meio de representatividade, lutando por direitos civis, políticos e

¹³ Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

sociais, investindo em pesquisa acadêmica e políticas públicas, continuar questionando a desigualdade e desumanização a qual muitas pessoas são submetidas, uma vez que “os direitos são fenômenos sociais, são resultado da História. As demandas sociais, que prefiguram os direitos, só são satisfeitas quando assumidas nas e pelas instituições que asseguram uma legalidade positiva”. (COUTINHO, 1999, p. 44)

Conforme defende Coutinho (1999), “a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 1999, P.43). As universidades por meio de suas pesquisas, ensino, debates, também tem o dever de contribuir com esse caminho.

O fato é que ainda não há no Brasil um consenso em relação ao local, onde travestis e mulheres trans privadas de liberdade irão cumprir a pena. As narrativas construídas em leis e resoluções, ainda se baseiam na identificação visual dos genitais e sua posterior rejeição ou aceitação para definir o que é ser travesti ou trans.

A filósofa Judith Butler (2003, p. 24) defende que “por mais que o sexo seja intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente não é, nem o resultado causal do sexo, nem tão pouco tão aparentemente quanto ao sexo”. Logo, para Butler não se pode atribuir o termo homem somente aos corpos masculinos, muito menos a construção de mulheres só para corpos femininos. Isso porque o gênero é uma intenção e requer *performatividade* insistente; gestos, sentimentos, vocábulos, formas de vestir, o que vão formar o “eu” de cada indivíduo (BUTLER, 2003, p. 30).

A ausência das normativas ou tratar pessoas LGBTI+ a partir das suas genitálias dificulta a possibilidade de existência desses sujeitos, uma vez que tem dificuldade de expressar sua identidade de gênero nas prisões e em outros espaços e usufruir da garantia de direitos advindos dessa expressão de identidade, como trabalho, educação, casamento, lazer, por isso a temática requer mais reflexões e visibilidade para este público.

3. CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs trazer à reflexão os processos comunicativos de uma mulher Trans que cumpre pena em prisão domiciliar e entender como se produzem as relações dialógicas nos espaços em que convive ou conviveu durante parte de sua vida. Para isso, realizamos roda de conversa, em que foi possível um diálogo horizontal e participativo, onde Rafaela pode falar sobre sua identidade de gênero e sobre as violações de direitos que sofre ou sofreu nos espaços de convivência.

O relato de Rafaela nos mostra uma história de vida de acertos, erros, superações, dificuldades, alegrias e muitas resistências para ocupar o seu lugar no mundo. Ela pagou caro pelo crime que cometeu. Além da prisão, sofreu exclusão e violências em virtude da sua identidade de gênero, pois nossa sociedade é machista em relação às pessoas trans, porque o que não está dentro do conceito binário homem/mulher causa um incômodo social, dificultando a participação e inclusão de Rafaela nas estruturas sociais – cárcere e trabalho.

Percebemos que o preconceito, o silenciamento e o exercício de poder são estratégias exercidas sobre as mulheres Trans para invisibilizá-las e desumanizá-las e com isso exercer violência moral e física sobre seus corpos. Desse modo, Rafaela sofre um duplo preconceito: o primeiro é por ser uma mulher Trans e a outra é por estar na condição de presa, o que lhe fecha as portas das oportunidades de um novo recomeço.

Apesar disso, Rafaela sempre luta pela vida na esperança da superação e no alcance de dias melhores, resiste aos problemas advindos de uma sociedade que constrói, em muitos ambientes, uma “comunicação” unilateral, limitada, opressora, que nega o direito ao diálogo, pois não lhe é oportunizado espaços que possa expressar sua identidade de gênero por meio do diálogo.

4. REFERÊNCIAS

ARTUR, Angela Teixeira. **As Origens do “Presídio de Mulheres” do Estado de São Paulo**. 2011. 157 f. Dissertação (mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASÍLIA. LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento: 2020. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>
Acesso em: 23 out. 2020

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Introdução e notas por Newton Aquiles Von Zuben. 10. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. Revista Perspectivas, São Paulo, 22: 41-59, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2011.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou Extensão**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Microfísica do poder. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012.

GOFFMAN. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARSHALL, T. H. . Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELO, M. C. H.; CRUZ, G. C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da educação**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

Mignolo. Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **In Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **Uma ala para travestis, gays e seus maridos**: Pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre. 2014. 108 f.

ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **Aracê: Direitos Humanos em Revista**, São Paulo, v. 5, n., p.93-115, fev. 2017.



GT 7 – Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina.

A INSURGÊNCIA QUILOMBOLA FRENTE A COLONIALIDADE DO PODER NA EXPANSÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA.

COSTA, Artêmio Macedo (UEMA)¹

RESUMO

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), como parte integrante do Programa Espacial Brasileiro (PEB), iniciado na década de 1980, marca o conflito territorial entre comunidades quilombolas que estão secularmente no município de Alcântara-MA, em detrimento da consolidação de um Polo Mundial de lançamento de foguetes pela sua expansão. Apresentam características de sua implantação através de deslocamentos compulsórios que trataram direitos territoriais dentro de uma perspectiva de “invisibilidade jurídica” e que a partir da Constituição de 1988 houve uma ressemantização das comunidades quilombolas, para além da luta de classes, a necessidade de ampliar para categoria da luta identitária étnica. A desestruturação do “uso comum” pela formação de “agrovilas” e pela perda de autonomia, os quilombolas apresentaram levantes significativos na defesa de seus territórios, como foi o caso em 2008, duas comunidades quilombolas, Mamuna e Baracatatiua, resistiram à tentativa de construções irregulares da então empresa Binacional (Brasil-Ucrânia) Alcântara Cyclone Space (ACS). Nesses termos, nos leva a analisar para além do método do materialismo histórico e dialético marxiano clássico, ampliação epistemológica para uma análise mutualista da dialética serial proudhoniana e materialismo bakuninista com a “sociologia das insurgências” e de “desobediência epistêmica” de Mignolo, assim também como o “giro decolonial” em que Quijano caracteriza a “colonialidade do poder”, estabelecido assim conceitos e a produção de leituras críticas à violência do racismo institucional em que o Estado brasileiro ao não titular o território quilombola, vigente à Constituição de 1988 e também pela definição da Convenção 169 da OIT em que o mesmo é signatário.

Palavras-chave: Quilombolas. CLA. Colonialidade do Poder.

¹ Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR/UEMA), pesquisador, integrante do Grupo de Estudo de Desenvolvimento, Política e Trabalho (GEDEPET/PPDSR/UEMA). E-mail: artemio_designer@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A promessa de Alcântara se tornar um grande polo de desenvolvimento regional com a definição da assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre o Brasil e os EUA em 2019 para a consolidação do Centro Espacial de Alcântara (CEA), trazendo a premissa de alavancar definitivamente o Programa Espacial Brasileiro (PEB) e que o Brasil atingisse um novo patamar para além do paradigma desenvolvimentista voltada primordialmente para o setor primário da macroeconomia nacional e local, a dialética se estabelece dentro da relação de conflito territorial entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas que ainda perdura desde a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) na década de 1980.

O projeto de definição do CEA se estabelece deste a instalação do CLA através do remanejamento compulsório de centenas de famílias quilombolas para 7 agrovilas: que remanejaram 112 famílias para 05 agrovilas: Espera, Cajueiro, Ponta Seca, Pepital e Só Assim. Na segunda fase, 200 famílias para 02 agrovilas: Marudá e Peru. (MD, 2009, p.24). A desestruturação territorial para um modelo fundiário parcelar definido pelos militares, constituíram denúncias das comunidades quilombolas de Alcântara-MA dentro de críticas severas através de suas entidades representativas que tais instações não atenderam de maneira adequada seus modos de vidas de “uso comum” (ALMEIDA, 2011). O grande empreendimento se tornou um grande problema territorial de autonomia das comunidades quilombolas que alegam não terem um retorno social positivo e ausência de titulação coletiva étnica, direito Constitucional de 1988.

Por ser parte integrante da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) desde 2003 segundo a LCE n.º 69/03 (IPEA, 2014, ps. 8, 11), o Estado do Maranhão ainda não deu sua devida atenção das possibilidades de integração metropolitana, principalmente pelo fato do empreendimento dirigido pelo Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) ser da esfera federal, impõe a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara em território quilombola sobre a premissa de expropriação fundiária como “área de segurança do CLA”, conforme apresenta o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PPDI da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), apresentado no Diagnóstico do PDDI ao Conselho Metropolitano (PDDI, 2019, p. 135-137), e dessa forma, como apresenta Burnett (2016, p. 271) alegando que nos últimos anos, o Governo maranhense vem acenando dentro da estratégia do “Plano Mais IDH” está voltado na prioridade em “territórios fora das zonas de interesses com as economias de enclaves”, e Alcântara se tornou essencial para o Estado brasileiro como um grande enclave comercial espacial imposto pelos EUA.

O conflito maior das contradições expostas, veio à tona quando o Governo do Maranhão em abril de 2019, após assinatura do AST em março do mesmo ano, promoveu um Seminário intitulado: *“Base de Alcântara: próximos passos”*, em que esteve presente os principais representantes do CDPEB, em especial, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, o ex-astronauta Marcos Pontes. As representações quilombolas de Alcântara destacaram com antecedência a importância de ampliar o evento para discussão do conflito territorial com uma carta encaminhada após uma assembleia realizada em Alcântara organizada pela Defensoria Pública do Estadual do Maranhão (COSTA, 2019, p. 142), sendo negada a participação, alegando que existiria um segundo momento de discussão com as comunidades quilombolas.

Esta postura cartesiana de segregar uma discussão dialética dentro das contradições que compõem o conflito territorial/fundiário entre quilombolas e o CLA define esta relação do Governo do Maranhão de não enfrentar os interesses da economia de enclave em zonas territoriais de conflito com a esfera federal, dando a entender que a alegação do Ministro Marcos Pontes apresentado, que não haveria nova expansão territorial, garantiria o fim dos conflitos que tem um histórico de décadas de invisibilidade e negligência por parte do Estado brasileiro com relação à titulação territorial quilombola denunciada pelo representante do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial Espacial (MABE), Sr. Leonardo dos Anjos em um Painel no mesmo mês do Seminário, com menos relevância institucional, intitulado *“Alcântara, Quilombos e Base Espacial”* (MAPA, 2019).

A conformidade do Governo do Estado do Maranhão juntamente com o Governo Federal em justificar a pretensa necessidade do AST com os EUA que não intereriria com a “Soberania Nacional” é o que trás dentro da centralidade do poder a necessidade de questionar esse modelo desenvolvimentista que prevalece em detrimento colonialismo do poder sobre as comunidades quilombolas de Alcântara e a retomada dos EUA em retomar o monopólio estratégico e comercial espacial em que se está conduzindo globalmente em uma nova corrida espacial.

Contrária a esta política da “colonialidade do poder” caracterizada por Quijano (2005), as entidades representativas – Movimento pelos Atingidos da Base Espacial (MABE), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA) e Associação Territorial Quilombola de Alcântara (ATEQUILA) – articularam-se e construíram um texto base do Protocolo Comunitário sobre Consulta Prévia, Livre e Informado (CCPLI) das comunidades quilombolas do território étnico de Alcântara-MA em 2019 (RELATÓRIOS, 2020).

O Estado brasileiro em março de 2020 com a Resolução n.º 11 (CDPEB, 2020), buscou encaminhar o processo de expansão do CLA para consolidar o CEA em território quilombola de mais 12 mil hectares. E apesar da Resolução definir um “Plano de Consulta”,

mas não respeitando as definições de participação das próprias comunidades quilombolas na formalização, conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (CONVENÇÃO N.º 169, 2011) na qual o Brasil é signatário. A Resolução ficou estagnada com base na Pandemia, porém, com o fim da calamidade pública que o Estado brasileiro decretou até final de dezembro de 2020, haja uma retomada no processo do “Plano de Consulta” e para esta questão, é fundamental que as comunidades quilombolas possam assumir um protagonismo no processo de discussão e encaminhamentos concretos que venham a interferir em suas autonomias territoriais, assumindo para além de mera regulação fundiária, compondo laços ancestrais que balisam suas culturas, religiosidades e identidade étnica.

É necessário entender o conflito territorial entre as comunidades quilombolas de Alcântara e o CEA através do AST com os EUA, como forma de enfrentamento contra o avanço do “Novo Imperialismo” segundo o geógrafo estadunidense David Harvey (2005) define este aspecto com o conceito de “acumulação por desapossamento” e que o Estado brasileiro assimila o comércio espacial como mero enclave através de mera aquisição de “*commodities* tecnológico” (COSTA, 2019), ao passo de buscar a expansão do CLA para consolidação do CEA, o Estado brasileiro comporta-se dentro de um viés das relações desiguais de diferentes regiões e territórios, um caráter de dependência e perda de autonomia na pesquisa tecnológica espacial, dando um lugar para uma espécie de “colonialismo interno” (DALLABRIDA, 2017, P. 71) e “Colonialidade do Poder” (QUIJANO, 2005) que caracteriza a perda de Soberania Nacional para o PEB e autodeterminação dos povos tradicionais que caracteriza a luta pela suas titulações territoriais, as comunidades quilombolas de Alcântara através do Protocolo CCPLI concernente à Convenção n.º169 da OIT, para assim restaurar o modelo tradicional de “uso comum” (ALMEIDA, 2011) parcialmente perdidas nas agrovilas.

2. INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS DO PEB COMO EXPRESSÃO DA “COLONIALIDADE DO PODER”.

Os Instrumentos Institucionais que compõem a forma de estabelecer uma nova dinâmica de consolidação do Centro Espacial de Alcântara (CLA) pós redemocratização do Brasil quando o Programa Espacial Brasileiro (PEB) passou a ter uma estrutura dual (civil e militar), no entanto o caráter civil comercial ganhou uma dimensão maior que o setor estratégico militar e que busca alcançar o ciclo completo da tecnologia de veículos lançadores espaciais.

Configuram-se essencialmente para atender ao domínio da agenda neoliberal transnacional que a América Latina se encontra e que o PEB deixou de ter uma estrutura de “interesse público” que justificou a implantação do CLA na década de 1980 ainda no período da Ditadura Militar para incorporar o modelo de “neonacional-desenvolvimentista” (ALMEIDA,

2012) em que os Instrumentos Institucionais arregimentam como meros gestores administrativos para o interesse de grandes corporações transnacionais espaciais e em especial a tentativa do controle monopolista do setor comercial e estratégico militar espacial dos EUA. Observou-se que, fortaleceu-se a construção de uma teoria ideológica do “consenso” (MÉSZÁROS, 2011a), caracterizando assim “estruturas de mediação do estado” (ANDRADE, 2009), um processo em que o Estado busca tutelar as normas de interesses fundiários com os Instrumentos Institucionais: Grupo Executivo Interministerial (GEI-Alcântara) instituído em 2004 e do Comitê de Desenvolvimento da Política Espacial Brasileira (CDPEB) instituído em 2018, vinculados ao Programa Espacial Brasileiro (PEB). O Brasil encontrou dificuldade para alcançar de maneira autônoma a aproximação tecnológica de investimentos do seu programa espacial, dentro da lógica da competitividade de um mercado espacial internacional principalmente com as medidas de “embargos tecnológicos (PEREIRA, 2008) em que os EUA definiram com o AST assinado em 2019 dificultando qualquer acesso de “cooperação espacial” (PNAE, 2012) buscava alcançar com transferências de tecnologias para alcançar a tecnologia completa de artefatos espaciais.

O Grupo Executivo Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara (GEI-Alcântara), apresentado em agosto de 2004, buscou articular, viabilizar, propor e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento “sustentável” do Município de Alcântara.

De acordo com o próprio discurso de Estado, esse instrumento visava a promoção das condições adequadas e eficientes para a condução do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) e o desenvolvimento das comunidades locais, respeitando suas peculiaridades étnicas e socioculturais. Porém, não foi constatado tal empenho de promover a regularização fundiária e ambiental e a delimitação dos territórios quilombolas, com base no “Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Alcântara” apresentado no Relatório de GESTÃO 2003-2006 (RG, 2006, p. 27) assim como a Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI). Também apresentou o objetivo de articular, viabilizar, propor e acompanhar as ações necessárias à GEI-Alcântara, “para o desenvolvimento das comunidades locais, respeitando suas peculiaridades étnicas e socioculturais”, e promoção da regularização fundiária e ambiental e de Alcântara, notadamente à “delimitação dos territórios dos quilombolas” (DPOA, 2006, p. 17).

Devemos tratar aqui que este momento após a não homologação da primeira tentativa do AST com os EUA em 2003, sendo rechaçado pelo parlamento brasileiro com a justificativa da defesa da Soberania Nacional, principalmente pela grande articulação Nacional dos movimentos sociais com o Plebiscito Contra a ALCA desenvolvida durante o Fórum Social Mundial (FSM 2002) e com a ascensão do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal, não deixou de ter o PEB uma política de Estado neoliberal dentro do modelo “neonacional-

desenvolvimentista” (ALMEIDA, 2012) que busca consolidar o CEA em detrimento da perda territorial das comunidades quilombolas de Alcântara e a submissão do enclave de mercado espacial controlado pelos EUA.

Sendo assim, o que prevaleceu para condução do GEI-Alcântara foi a tentativa de expansão do CLA sem respeitar territórios quilombolas com a fundação da empresa Binacional (Brasil-Ucrânia), “Alcântara Cyclone Space (ACS).

Em 2008, a então empresa Binacional Brasil-Ucrânia ACS foi o epicentro do conflito entre CLA e comunidades quilombolas, em que culminou na formalização de uma ação cautelar contra o Estado, através de uma denúncia internacional na Organização dos Estados Americanos contra o Estado brasileiro (Processo 008.37.00.003691-5 de 11 de setembro de 2008)².

Para além de não se estabelecer a expansão do CLA, o Estado brasileiro recebeu um processo de boicote dos EUA através de pressões dos EUA sobre a Ucrânia para evitar o acordo de transferência de tecnologia para o Brasil ganhando grande repercussão, como publicação em jornal de grande expressão nacional³ noticiando as intenções da Ucrânia de recorrer aos EUA para fortalecer a empresa brasileira-ucraniana. Documentos, telegramas secretos entre os EUA e a Ucrânia publicados no site da WikiLeaks denunciam a natureza política, diplomática, estratégicas e econômicas da imposição imperialista dos EUA de um “embargo tecnológico” (PEREIRA, 2008) caso a Ucrânia estabelecesse a transferência de tecnologia definida na relação bilateral com o Brasil.

Essas medidas paralisaram o desenvolvimento dos veículos lançadores de satélites, “invariavelmente para fins pacíficos” (PNAE, 2012, p. 11). Tais “restrições” podem ser caracterizadas como “embargos tecnológicos” (PEREIRA, 2008) com a interferência imperialista dos EUA nas relações políticas internacionais interligadas à agenda da globalização da economia, ainda que com perda progressiva da sua hegemonia global. Trata-

2 A ação cautelar expedida pelo Juiz Federal Carlos do Vale Madeira (11/09/2008) denuncia o recurso Estado brasileiro para acelerar as prioridades capitalistas e protelar etapas burocráticas com agravantes, pela “Ausência de licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Invasão às áreas de extrativismo. Perturbação dos sistemas nativos de autoridade e desrespeito às instâncias legais de representação da comunidade” para garantirem acordos “lucrativos” à dita Nação. Mas, a burocracia se arrasta para definir o direito de territorialidade dos remanescentes de quilombos. Dados do INCRA revelam que o Governo Lula chegou ao seu último ano de mandato emitindo apenas 11 títulos às comunidades quilombolas, o que vem denunciar que o próprio Órgão tem cada vez mais descumprido sua meta, haja vista que até final de 2010 a promessa era de 57 titulações (RRSJDH, 2010). Considera-se que os dados do Governo Lula representam o maior avanço no processo de estruturação jurídica constitucional para fazer avançar as titulações, frente às pressões de resistência da política da bancada ruralista que sempre buscou também dispositivos jurídicos de frear tais avanços, como o exemplo da ADIN n.º 3239. Mesmo tendo a regularização fundiária definida pelo RTID do INCRA, o território das Comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara continuam sem titulação devido a uma contestação do Ministério da Defesa, pela Aeronáutica, em que solicitou da Justiça um Procedimento de Conciliação na Câmara de Consiliação e Arbitragem Federal (CCAF) da AGU, pois destaca que o território tem como destinação a “utilidade pública” mas sem uma definição.

3 Jornal Folha de São Paulo (25/01/2011)<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2501201101.htm>, acessado em 15/04/2019 às 21h35.

se “do emergente processo político global que cada vez mais vai apagando as tradicionais distinções entre a política interna e internacional” (BRZEZINSKI, 1971, p.13).

O governo Lula e Dilma não definiram uma política diplomática clara no combate à intervenção anti-imperialista, pois o interesse de expansão do CLA continuou em detrimento do território quilombola. Principalmente com a constituição de um “Acordo-Quadro” foi a base para a definição do AST entre o Estado brasileiro e os EUA. Criado em 19 de março de 2011, é um ajuste complementar para um programa de cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos, na missão de mediação de precipitação global. Promulgado por Michel Temer (Decreto 9.418, de 22 de julho de 2018)⁴, o decreto assinala os compromissos diplomáticos ratificando mutualidade para uso pacífico das relações comerciais espaciais denominado “Operações Espaciais Protegidas”.

A Missão do Programa de Mediação de Precipitação Global (GPM) liderada pela NASA como iniciativa espacial internacional visa ao monitoramento e previsão de mudanças climatológicas e meteorológicas. Na prática estas disposições tecnológicas já se encontram bastante avançadas, principalmente com o *know-how* geoestacionário, através dos avanços com o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1) lançado em 2017 e com o atual satélite 100% brasileiro, AMAZÔNIA-1, que deve ser lançado na Índia no fim de fevereiro do ano em curso. Portanto, acreditar que com o “Acordo-Quadro” se alcançará o ciclo completo de produção de “Veículo Lançador” é minimamente não perceber a política de “embargo tecnológico” (PEREIRA, 2008) e monopólio espacial que os EUA desenvolvem contra a ampliação do grupo de países seletos que controlam as tecnologias espaciais de lançamentos de “Cargas” espaciais, principalmente por ser considerado de uso dual (civil e militar).

As limitações do PEB estão estabelecidas justamente na intenção do Estado brasileiro deste ciclo completo de veículo lançador espacial e que levou diante de todos os conflitos com os EUA no sucateamento falência da empresa Binacional ACS e a partir daí, também com o fim do Instrumento Institucional GEI-Alcântara.

Para que houvesse uma continuidade da gestão neoliberal da política “neonacional-desenvolvimentista” (ALMEIDA, 2012) com o atual Instrumento Institucional, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), iniciado em 2018 na transição do Golpe/Impeachment de 2016 do governo Dilma, com o presidente Michel Temer.

Com o atual presidente Bolsonaro, há uma continuidade com o CDPEB e destaca-se pela retomada da assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os EUA

4 <http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9-418-de-22-de-junho-de-2018-27129567>, acessado em 20/05/2019 às 19h45.

e endossada de maneira acintosa, não promovendo ampla discussão para estudar o AST de maneira clara e objetiva dentro dos espaços institucionais do Congresso Nacional através de suas comissões (Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Constituição e Justiça e Cidadania; Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) assim também sem discutir com as comunidades quilombolas de Alcântara⁵ que estão diretamente relacionadas ao interesse de consolidação do CEA, principal definição do CDPEB, além de não discutir com a comunidade científica que na primeira tentativa de acordo, a SBPC como uma das principais instituições científicas foram essenciais para desbaratar em estudos sistemáticos o primeiro AST⁶.

A própria esquerda institucional corroborou em garantir a aceleração de assinatura do AST em justificar que não fere a Soberania Nacional e que a base parlamentar maranhense, conforme orientação do próprio Governo Flávio Dino⁷ do Maranhão endossou a homologação.

Prejuízo indelével por representar um interesse imperialista estadunidense de consolidar uma relação bilateral de uma política neofascista entre Trump e Bolsonaro desfarçado de interesse de enclave comercial em que o Brasil sempre seguiu uma lógica próxima ao modelo do desenvolvimentismo do século XX, com base numa industrialização baseada na substituição de importações. Mas, ao contrário daquela política desenvolvimentista, o atual modelo busca uma inserção via “transferência de tecnologia”. A partir da lógica neoliberal, o Estado atende o mercado transnacional de tecnologia espacial liderado pelos EUA, com os pretensos Acordos Salvaguardas Tecnológicas (ASTs):

A industrialização através da substituição de importações é, na América Latina, um caso revelador das implicações da colonialidade do poder. Neste sentido, o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pode ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma

⁵ As comunidades quilombolas de Alcântara, representadas por suas entidades encaminharam um documento ao Congresso Nacional em junho de 2019, antes que homologassem o AST para que percebessem que qualquer empreendimento desta natureza que venha interferir em territórios tradicionais é necessário conforme Convenção n.º 169 da OIT em que o Brasil é signatário conforme Constituição de 1988, deve-se realizar com o protagonismo das suas representações um Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI), relação não definida. http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Carta-ao-Congresso-Nacional_AST_Quilombolas-de-Alcantara.Junho2019.v2.pdf acessado em 18/02/2021 às 14h47.

⁶ Moção contra o AST da SBPC: <https://jornalistaslivres.org/sociedade-brasileira-para-o-progresso-da-ciencia-se-diz-contraria-ao-acordo-para-uso-da-base-de-alcantara-ma/> acessado em 18/02/2021 às 14h57.

Nota de apoio às comunidade quilombolas de Alcântara da SBPC: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-apoia-manifestacao-da-aba-em-defesa-dos-direitos-das-populacoes-quilombolas-de-alcantara/> acessado em 18/02/2021 às 15h05.

⁷ Pronunciamento em entrevista do vice-líder do Pcdob, deputado federal Márcio Jerry (MA) anuncia que “Não há nada do acordo que ameaça a soberania do Brasil”: <https://pcdob.org.br/noticias/jerry-a-tv-247-nao-ha-nada-no-ast-que-ameace-a-soberania-do-brasil/> acessado em 18/02/2021 às 16h24.

rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais (QUIJANO, 2005, p. 135).

Todas as diretrizes dos Instrumentos Institucionais (GEI-Alcântara e CDPEB) apresentaram-se inviáveis como estratégias institucionais, por não apresentarem de maneira concreta as inovações normativas para um paradigma do desenvolvimento tecnológico, territorial e regional analisando conforme Dallabrida:

(i) dificuldades em estabelecer programas intersetoriais inovadores; (ii) falta de um marco jurídico mais favorável para o desenvolvimento de programas territoriais de desenvolvimento, onde o território e seus respectivos fóruns deliberativos ganhem maior legitimidade; (iii) a necessidade de ações diferenciadas para o empoderamento de grupos sociais invisibilizados, dada a estrutura de desigualdade social no interior dos territórios brasileiros; (iv) os mecanismos de financiamento ainda são inadequados para darem suporte a projetos territoriais estratégicos; (v) o desprezo de temas importantes para o desenvolvimento territorial e que, a princípio, geram sérios conflitos de interesses (DALLABRIDA, 2017, p. 136).

Podemos responder a cada ponto dessas dificuldades e conflitos produzidos pelo próprio PEB na expansão do CLA:

- (i) O GEI-Alcântara falhou: atualmente o CDPEB não traz uma democratização nas discussões (a pauta da territorialidade quilombola ainda está negligenciada);
- (ii) Existem instrumentos institucionais, porém, apresentam-se tímidos: Constituição de 1988 com o artigo 68 ADCT; Decreto 4887/2003; Convenção 169 da OIT pelas dificuldades da aplicabilidade do “Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada” para a resolução da titulação territorial quilombola em Alcântara;
- (iii) As comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara ficam muito limitados quando priorizam a luta jurídica/institucional, mesmo que ao longo dos anos tenha-se percebido a construção de “estruturas de mediação” que buscam dar mais visibilidade às suas lutas pela consolidação de suas identidades;
- (iv) A insistência no uso de Acordos de Salvaguardas Tecnológicas (ASTs);

Todos estes apontamentos tornam-se incongruentes quando menciona a necessidade de agregar a política de expansão do CLA conforme adoção do “Acordo-Quadro” em negociação (MD2, 2017, pág. 18), pois afirma que busca desenvolver um programa espacial sobre a estratégia dual (civil e militar) como “A Estratégia Nacional de Defesa” (MD2, 2017, pág. 22). Como exemplo, para a aprovação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), o AST tem como prerrogativa com os EUA o processo de “embargo tecnológico” (PEREIRA, 2008), principalmente sobre a questão dos recursos recebidos pelo “aluguel” do CLA para fins militares estratégicos⁸. Esse documento ainda tenta apresentar que

8 Conforme o Artigo III dos “Dispositivos Gerais” (item 2, página 31 do AST de 2019): “O Governo da República Federativa do Brasil poderá utilizar recursos financeiros obtidos por intermédio das Atividades de Lançamento para desenvolvimento e aperfeiçoamento do Programa Espacial Brasileiro, mas não poderá usar tais recursos para a

possíveis ASTs tornem viáveis à “transferência de tecnologia”, como na parceria com a África do Sul, com um míssil ar de curto alcance de 5.^a geração (MD2, 2017, pág. 29).

3. A DIALÉTICA QUILOMBOLA ENTRE “AGENTES MEDIADORES” E A PRÁTICA DA AÇÃO DIRETA.

Analisar a dialética diante do conflito anunciado pela disputa territorial/fundiária com o Estado brasileiro estabelece o processo de insurgência que as comunidades quilombolas e de suas representações anunciam dentro de suas constituições de seus “agentes mediadores” (ANDRADE, 2009): Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE), Associação Territorial Étnica Quilombola de Alcântara (ATEQUILA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara (MOMTRA).

Atualmente as estratégias das comunidades na defesa de suas identidades territoriais são utilizadas principalmente pelos “agentes mediadores” (ANDRADE, 2009) através de uma articulação com entidades no plano local, regional e internacional voltadas a garantir o processo jurídico-político na construção do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI) como principal Instrumento Jurídico dentro da premissa Constitucional de 1988 e da Convenção n.º 169 da OIT. No entanto, considera-se necessário retomar um processo mais articulado de ação direta⁹, como as “barricadas” já utilizadas nos processos mais turbulentos da luta contra o avanço do CLA sob os territórios quilombolas.

Deve-se considerar a ausência do próprio Estado e até mesmo a contradição em priorizar uma agenda neoliberal transnacional entre o Brasil e a Ucrânia para a criação da empresa binacional “Alcântara Cyclone Space”, assim como o AST entre o Brasil e os EUA, e que, na verdade, traveste tal ausência da desfiguração do paradigma da “Soberania Nacional” pelo verdadeiro paradigma de “Soberania do Estado” (DALLABRIDA, 2017 e ALMEIDA, 2014).

aquisição, desenvolvimento, produção, teste, emprego ou utilização de sistemas da Categoria I do MTRC (seja na República Federativa do Brasil ou em outros países)”.

9 Que, pela definição de Bakunin, seria “uma análise que lança mão de um conjunto de oposições dialéticas que, ao mesmo tempo englobam e materializam suas categorias, indo do abstrato ao concreto e do lógico ao histórico, da unidade à multiplicidade, começando pela dialética autoridade-liberdade e se materializando em oposições como natureza/sociedade e reação/revolução”. Sobre a “natureza” dos conflitos sociais de Alcântara: “O conceito de natureza como mundo material engloba a totalidade das causas, seres orgânicos e inorgânicos que exercem incessantemente uma ação-reação e formam a totalidade concreta, que surge como imperativo racional do método” (FERREIRA; TONIATTI, 2014, p. 41-42; 56).

A caracterização política organizacional das comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara operam na negação desta centralidade política institucional e dessa forma elas se tornam revolucionárias, principalmente quando se busca compreender a especificidade étnica para luta territorial contra a “invisibilidade expropriadora” do modelo jurídico/político “histórica e socialmente construídas no contexto da sociedade de classes” (LEITE, 1990, p. 7) em que o Estado brasileiro pretenciosamente busca constituir as comunidades quilombolas fora do seu escopo socio/étnico de “uso comum” para o modelo fundiário parcelar das “agrovilas”, recorrente ao modelo de “Soberania do Estado” (DALLABRIDA, 2017 e ALMEIDA, 2014) em oposição à “Autodeterminação dos Povos”:

A análise da história e sociedade parte então de um método dialético, em que a negação do princípio de autoridade e afirmação do princípio de liberdade foi essencial. A dialética política entre autoridade e liberdade (entre centralização e descentralização, dominação e resistência) permite uma análise da história em que não existem regimes políticos “puros”, nem progressos absolutos, mas sim um permanente processo de luta entre autoridade e liberdade, centralização e descentralização, sendo as formas de governo o resultado de alguma transação ou equilíbrio prático determinado pela luta de classes (FERREIRA, et al., 2016, p. 65).

As comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara buscam superar a relação de classes subalternas para emergir em um protagonismo insurgente (FERREIRA, et al., 2018, p. 68), mesmo estando próximas da luta pela “Soberania Nacional do Estado” liberal ou pela superação das contradições materiais de “autodeterminação” das “nacionalidades oprimidas” da perspectiva leninista (ALMEIDA, 2014, p. 36/47).

A resistência das comunidades quilombolas de Alcântara através de suas identidades (ressemantizadas pela Constituição de 1988) devem estar agendadas nas lutas de classes e identidades (FERREIRA, et al., 2018, p. 46, 61, 106), que não são consideradas corporativas centralizadoras hierárquicas nas relações de poder dentro de um amálgama clássico das categorias de classes que prevalecem em uma análise ortodoxa do materialismo histórico e dialético marxista¹⁰, um processo de decolonização epistemológica:

como indica Proudhon, a ciência exige a insurreição do pensamento, ou seja, o contraponto da autoridade que engessa o saber pela liberdade crítica. (...) A insurreição do pensamento é assim um ato de ruptura com o poder e busca pela ciência, que longe de adquirir sua cientificidade da neutralidade, produz essa cientificidade pela sua relação de antagonismo/engajamento ou não nas estruturas de poder e regimes de verdade que esta estrutura impõe ou

10 No conflito territorial em Alcântara, as lutas de classes e identitárias foram além da dita vanguarda urbana e industrial do proletariado (da ortodoxia marxista, refere-se às relações de poder no processo produtivo industrial), que MÉSZÁROS define como instrumentalização do paradigma do “determinismo tecnológico” atribuídos a Kautsky e Bukharin como “distorções mecânicas da concepção marxiana” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 47) assim também como seu processo de ressemantização que antes da Constituição de 1988, a luta era tida somente dentro da relação capitalista fundiária, levando com que o modelo fundiário parcelar das “Agrovilas” viesse doravante à Constituição de 1988 se colocasse como parte desagregadora e que trouxe problemas estruturantes e de cunho ideológico para dificultar o processo de luta coletiva territorial étnica.

invizibiliza, e com os planos do real e do vivido que apreende e no qual se institui. (FERREIRA, et al., 2016, p. 37)

O paradigma da teoria anarquista clássica compreende dois sistemas, a **dialética proudhoniana e o materialismo bakuninista**. Essa teoria se desenvolveu não somente sob a forma de saber científico, mas de saber político e saber perceptivo do mundo exterior. **As experiências das tradições populares rebeldes**, das revoluções e das opressões foram fundamentais para a constituição da teoria anarquista clássica como um tipo de saber científico. (FERREIRA, et al., 2016, p. 56) Grifos meus

A questão da “autodeterminação dos povos” nas comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara define-se, portanto, como princípio de “direito à livre determinação” para a construção de seu Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada para a definição territorial quilombola (GLASS, et. al., 2019).

Isso leva as comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara, dentro de seus direitos constitucionais, a se organizar e buscar a consolidação de uma **cooperação social**¹¹ entre “agentes mediadores”, regional e internacional, na luta pelos seus direitos às territorialidades.

As “ações diretas” definidas situam-se nos recortes históricos vividos pelas comunidades remanescentes quilombolas, nas lutas pelas suas identidades territoriais. Em um primeiro momento vivido em “1.º de abril de 1986 com a intenção de não permitir que autoridades públicas realizassem a inauguração das ‘agrovilas’, os trabalhadores rurais fecharam a MA 106 na altura da Agrovila Espera.”, sendo este primeiro momento denominado como “ações de mobilização” denominada “Barricada”. (PEREIRA, 2016, p. 142).

Em 2008, o Fórum de Defesa de Alcântara organizou a bem sucedida ocupação de áreas invadidas pela empresa binacional ACS, para expandir seu empreendimento. Nesse enfrentamento direto, as comunidades utilizaram métodos de sabotagens¹² das atividades ilegais (de empresas terceirizadas para expansão do CLA), que estavam destruindo o ecossistema das comunidades locais quilombolas, fundamental para a manutenção de sua subsistência¹³:

¹¹ A **cooperação social** se expressa em criar uma rede de ações de resistência e manutenção de suas tradições do usufruto comum de seus territórios, assim como o Estado brasileiro tenta expor seu programa espacial pela perspectiva de cooperação, as comunidades quilombolas de Alcântara entenderam que a articulação de rede de ações de resistência podem incorporar a “lógica territorial” em que “somam-se novos arranjos institucionais e espaciais que nos desafiam a redefinir as categorias analíticas que utilizamos para representar o mundo.” Sendo assim, a rede de ações comporta-se dentro de uma “escala das ações sociais” (DIAS; SILVEIRA, 2013, p. 21-23)

¹² Evidente articulação de ação direta também inspirada na “barricada” de 1.º de abril de 1986 das comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara.

¹³ Sobre o termo subsistência, observa-se que as comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara sempre tiveram autonomia e equilíbrio com a natureza, sem nunca sofrer intempéries que ameaçassem suas estruturas sociais. Porém, com a implantação do CLA, ocorre um processo de degradação de seus meios de vivência e organização garantidos constitucionalmente.

As principais medidas adotadas foram: entupir as picadas, seja nos caminhos, seja nas áreas de capoeira e de roças, instituir vigilância na estrada que leva à área, visando controlar o acesso às comunidades de Bracatatiua e Mamuna, e ainda: arrancar piquetes, proibir acesso de carros, máquinas, equipamentos e pessoas estranhas às comunidades (PEREIRA JÚNIOR, 2009, 58).

O efeito positivo desse processo sofisticado de enfrentamento ao avanço ilegal da ACS resultou na intervenção da justiça federal, com a aprovação de uma ação cautelar (2008.37.00.003691-5 de 11/09/2008) contra o Estado e a favor dos manifestantes das Comunidades Remanescentes Quilombolas de Mamuna e Brito. Portanto, não se pode dissociar a luta jurídico-institucional das ações diretas como forma de resistência, principalmente nesses momentos de conflitos extremos em que o Estado foi negligente em detrimento do interesse de expansão do CLA através da empresa binacional ACS:

Registramos **todas estas medidas, porquanto elas traduzem medidas concretas que traduzem o direito constitucional** das comunidades remanescentes de quilombos aos recursos naturais estratégicos e imprescindíveis à sua reprodução física e social. (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 58). Grifos meus.

Este episódio teve desdobramentos políticos de dimensão internacional. Em 2008, uma comissão formada por quilombolas de Mamuna e Brito, através dos “agentes mediadores” da ONG Justiça Global e da perita antropóloga Maristela de Paula Andrade da UFMA, formalizou a denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (SOUZA FILHO, 2013, p. 113).

Nos momentos de maior capacidade de ação direta dos quilombolas, observa-se a imprescindível retomada da estratégia das “barricadas”:

No plano das crenças, da revolta e dos sonhos políticos trata-se de uma explosão social. A primeira declaração do discurso oculto fala em nome de inúmeros subordinados, diz em voz alta aquilo que historicamente teve ser sussurrado, controlado, reprimido, abafado e suprimido. Se o resultado parece ser um momento de loucura, se a política que ela engendra e tumultuosa, frenética, delirante e por vezes violenta, isso é talvez porque os oprimidos só muito raramente acedem à cena pública e têm muito a dizer quando finalmente conseguem lá chegar (SCOTT, 2013, p. 308).

Essa estratégia certamente não supera a necessidade epistemológica de compreensão da “totalidade das determinações”¹⁴, onde residem as contradições geradoras

¹⁴ Para Proudhon: “Todos os socialistas modernos invocam a ciência única e indivisível, mas sem poder colocar-se de acordo sobre o conteúdo nem sobre os limites nem sobre o método dessa ciência; os economistas, por sua vez, afirmam que a ciência social não é outra senão a economia política. (...) Poderia ocorrer, pois, que a economia política, apesar de sua tendência individualista e suas afirmações exclusivas, fosse parte constitutiva da ciência social, na qual os fenômenos que ela descreve seriam como pontos de referência primordiais de uma vasta triangulação e os elementos de um todo orgânico e complexo. Desse ponto de vista, o progresso da humanidade, indo do simples para o composto, seria inteiramente conforme à marcha das ciências e os fatos discordantes, e tantas vezes subversivos, que hoje formam o fundo e o objeto da economia política, deveriam ser considerados por nós como tantas outras hipóteses particulares, sucessivamente realizadas pela humanidade em vista uma

do conflito no campo territorial, estratégico, econômico, ético-social entre o Estado brasileiro e as comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara.

As ações das Comunidades Quilombolas oscilam entre as propostas de lutas institucionais e as manifestações de ação direta, com recuos e avanços, mas o arquivamento do primeiro AST entre Brasil-EUA de 2001 e o fim da empresa ACS parecem configurar aquela “dialética entre o velho e o novo” (ALMEIDA, 2007, p. 65).

No plano atual, os “agentes mediadores” locais buscaram dimensionar prioridade na disputa jurídica-política através das construção do Protocolo CCPLI através de “agentes mediadores” regionais e internacionais¹⁵, construindo assim uma rede de ações institucionais para buscar frear os avanços do CDPEB quanto a expansão do CLA.

O hiato que se deu entre a política da ação direta construída em 2008 e a preocupação em construir o Protocolo CCPLI como “instrumento jurídico” ocorrido em agosto de 2019, trouxe dificuldades em manter um contato permanente entre os “agentes mediadores” locais e as comunidades quilombolas de Alcântara, principalmente com o início da Pandemia do COVID-19 iniciado em 2020. Essa preocupação no âmbito jurídico institucional vem à baila uma preocupação da perda da “dialética entre o velho e o novo” e remonta ao que Mészáros (2011b, p. 99) atribui esses “limites históricos da superestrutura jurídica e política” ao “metabolismo social”:

Com efeito, um dos círculos viciosos que podemos identificar nessa esfera é que a superestrutura jurídica e política separadamente articulada implica necessariamente o domínio material da propriedade exclusivística/controlada pela minoria (e a correspondente modalidade de apropriação iníqua em todos os planos) e vice-versa. Portanto, nas sociedades de classes, a forma jurídica e política é tanto um regulador do intercâmbio social quanto um usurpador a serviço dos usurpadores da riqueza social. E até mesmo depois da pretendida ruptura pós-revolucionária com o passado, extricar a nova sociedade dos “produtores associados” das amarras dessas determinações, que tendem a resistir ou subverter precisamente sua autodefinição prática enquanto produtores associados, representa um dos maiores desafios.

O governo Bolsonaro após a consolidação do AST em 2019, desmente seu Ministro Marcos Pontes que afirmara do CLA não ter necessidade de expandir em território quilombola no Seminário “*Base de Alcântara: Próximos Passos*” mencionado na seção de introdução deste artigo, buscou retomar a segunda fase de consolidação do CEA com a publicação no

hipótese superior, cuja realização resolveria todas as dificuldades e, sem ab-rogar a economia política, desse satisfação ao socialismo” (PROUDHON, Tomo I, p. 55).

¹⁵ Atualmente existe a constituição de cooperação com um Observatório de Protocolos Autônomos que visa compartilhar experiência e articular ações conjuntas: “formado por uma rede de pesquisadores(as), representantes de povos tradicionais e organizações da sociedade civil que se propõe a monitorar casos de ameaças e violações ao direito de consulta e consentimento prévio, livre e informado no Brasil e demais países da América Latina, África e Ásia. Disponibilizamos o banco de **Protocolos Autônomos** com os documentos que foram publicizados pelos povos que os elaboraram.” <http://observatorio.direitosocioambiental.org/> acessado em 18/02/2021 às 18h14.

Diário Oficial da União (D.O.U.) em 27 de março de 2020 a Resolução n.º 11 (CDPEB, 2020) que destina com a comissão interministerial do CDPEB execução de ações estratégicas deliberativas, dentre eles o principal elemento de formação de um “Plano de Consulta às comunidades quilombolas”, verticalizada e antidemocrática ao não incorporarem os “agentes mediadores” representantes não instituírem as representações quilombolas de Alcântara em sua formação, indo de contra os princípios Constitucionais de 1988 viabilizada pela Convenção n.º 169 da OIT.

Por conta da Pandemia do COVID-19 a Resolução n.º 11 ficou suspensa, mas os trabalhos institucionais não cessaram. Foi criado a Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara para dispor um Programa de Desenvolvimento Integrado para o CEA (CDI-CEA / PDI-CEA)¹⁶ em agosto de 2020, ganhando o mesmo caráter do CDPEB.

No entanto, com o fim do decreto presidencial de Calamidade Pública no fim de dezembro de 2020, o ano em curso de 2021, o governo Bolsonaro retoma atividades que visa desarticular as mobilizações e o poder político dos “agentes mediadores” das comunidades quilombolas de Alcântara, promovendo no dia 11 de fevereiro¹⁷ no Centro de Lançamento de Alcântara para cumprir agenda do CDI-CEA ao instituir a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) no PDI-CEA, a entrega de alguns títulos permanentes a famílias quilombolas de algumas agrovilas em Alcântara, títulos estes que obedecem ao modelo fundiário parcelar, contrário ao que as entidades quilombolas buscam constituir com o Protocolo do CCPLI.

Uma postura de política populista que justifica um formato de “reforma agrária” que foge à realidade que causou prejuízos incalculáveis estruturais pela falta de assistência durante décadas nas “agrovilas” instaladas em territórios quilombolas ainda não desestruturados pela expansão do CLA. Essa medida populista de entrega de somente 120 títulos, ainda faltando entregar mais 180 títulos, está relacionada ao que ocorreu uma semana antes de um Dossiê de Recomendação¹⁸ entregue ao novo presidente dos EUA Joe Biden por um grupo de “agentes mediadores” que cooperam com as entidades locais das comunidades quilombolas de Alcântara, para rever um conjunto de acordos da política

¹⁶ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10458-13-agosto-2020-790534-publicacaooriginal-161294-pe.html> acessado em 18/02/2021 às 20h14.

¹⁷ Reportagens apresentadas no Jornal da Mirante Primeira e Segunda Edição (JM1 / JM2): <https://globoplay.globo.com/v/9260373/> acessados em 18/02/2021 às 20h35 e <https://globoplay.globo.com/v/9261524/>.

¹⁸ https://www.democracybrazil.org/policy-paper-on-brazil?fbclid=IwAR09MdNaKdhtNEuH_C6xTKOGvdFfy3QaGimi0CK73_C0TnoQOyTrRomqD1g acessado em 18/02/2021 às 20h52

bilateral ultranacionalista neofascista de Trump-Bolsonaro, dentre os acordos, o AST que visa retomar os deslocamentos compulsórios com a expansão do CLA relação esta de violação de direitos humanos. Biden tem uma posição positiva aos quilombolas de Alcântara, e isso gerou certa pressão à Bolsonaro buscar maquear uma postura populista para que se mantena o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas para o uso comercial do CLA.

Torna-se imprescindível com o avanço institucional do CDPEB e CDI-CEA / PDI-CEA pela política de racismo institucional de desestruturação dos territórios quilombolas de Alcântara um acompanhamento de toda a sociedade para que as questões identitárias étnicas sejam respeitadas conforme a Constituição de 1988 conforme artigo 68 dos Atos de Dispositivos Constitucionais Transitórios (ADCT) e da Convenção n.º 169 da OIT a qual o Brasil é signatário, acima de tudo, pois a luta quilombola em Alcântara também segue para além da questão identitária e sim um combate ao avanço da “Colonialidade do Poder” que se constitui com o AST assinado entre o Brasil e os EUA alcançando assim a dialética insurgente da “Luta de Classes e Identidade étnica”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. – Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Lúcio Flávio. **Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões**. In: Revista Lutas Sociais. Vol. 17/18, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais – NEILS, 2007.

ALMEIDA, Lúcio Flávio. **Entre o Nacional e o Neonacional-Desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012

ALMEIDA, Lúcio Flávio. **Ideologia nacional e nacionalismo**. Livro Digital (Kobo) 2.ª Ed., São Paulo: EDUC, 2014.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Artigo: Mediação e conflitos agrários – uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado**. 33.º Encontro Nacional da ANPOCS. 2009. Acessado pelo site: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt41-3/2231-maristelaandrade-mediacao/file> 19/03/2017 - às 13h17

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Entre duas eras. América: Laboratório do Mundo**. Rio de Janeiro-RJ. Ed. Artenova S.A., 1971.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **O plano Mais IDH, do município à região? Globalização e Planejamento no Maranhão**. In: ETGES, Virginia Elisabeta; CANDONÁ, Marco André (Orgs.). *Globalização em tempos de regionalização: repercussões no território*. – Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2016.

CDPEB. **Resolução n.º 11 de 27 de março de 2020 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro**. 2020 Acessado <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300> 04/01/2021 às 11h30.

CONVENÇÃO N.º 169. **Sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho.** Brasília: OIT, 2011. Acessado http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf 17/04/2020 às 23h40.

COSTA, Artêmio Macedo. **“PELOURINHO TECNOLÓGICO”: a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no contexto do Novo Imperialismo.** Dissertação defendida em 30/09/2019. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão. Acessado <https://drive.google.com/file/d/1XFCh1gF8qMMzLTe4yNkN05kiaylRhFod/view?fbclid=IwAR3P4E1jOQyJzicIFpzd8ZBYPb8uYld7CA9hqulW3Jpifq3ejmXGRPI-78> 05/01/2021 às 17h10.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento – Aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países.** Curitiba: CVR, 2017.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios. Organizadores.** 2.ª Ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

DPOA. Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração. **Relatório do Gestor: exercício 2005.** AEB/MiCT, 2006.

FERREIRA, A. C.; TONIATTI, T. B. **De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin.** – Niterói: Alternativa, 2014. https://gatopretocomunicacao.files.wordpress.com/2018/01/mikhail-bakunin-andrey-cordeiro-ferreira-tadeu-bernardes.pdf?fbclid=IwAR1mDh34BAxoUIQaxZ-XnwyHPjmqlyw-UPyjdjVAzWYhdsUOQ_wxkmwTQJ4w 18/02/2021 às 21h55.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. [et al.]. **Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI.** – Niterói: Alternativa, 2016. https://nepcpda.files.wordpress.com/2016/08/livro_appi_completo.pdf 18/02/2021 às 22h01.

_____. **Anarquismo Anticolonial.** Ed. Adandé. Livro digital. – Niterói: Alternativa, 2018. <https://editorialadande.wordpress.com/2018/12/19/anarquismo-anticolonial/>

GLASS, Vera (Org.). **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação.** – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. <http://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/03/livro-protocolos-de-consulta-.pdf>

HARVEY, David. **O NOVO IMPERIALISMO.** 2.ª Edição. – Edições Loyola, São Paulo, 2005.

IPEA. **Relatório de Pesquisa. Caracterização e quadros de análise comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana (Componente 1) Região Metropolitana da Grande São Luís.** Instituto de de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2014. Acessado https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel1_1_rmgs1.pdf 04/01/2021 às 10h30.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **TERRAS E TERRITÓRIOS DE NEGROS NO BRASIL.** Textos e Debates. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. – UFSC, ano I, n.º 2, 1990 <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%202.pdf?sequence=2&isAllowed=y> 18/02/2021 às 21h57.

MAPA de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. MA – Comunidade Quilombola de Alcântara continua luta contra o Centro de Lançamento e pelo seu direito de ficar na terra. Site da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2019. Acessado <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito>

/ma-comunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contra-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra/ 06/01/2021 às 23h34.

MINISTÉRIO DA DEFESA (MD). **Base de Alcântara**. Senado Federal, 2009. http://www.senado.leg.br/comissoes/cre/ap/AP20090701_Base_Alcantara.pdf 12/05/2017 às 21h12

_____. (MD2). **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Secretaria-Geral, 2017. <https://www.esg.br/aceso-a-informacao/arquivos-auditorias/2016.pdf> 18/02/2021 às 21h45.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. – São Paulo. Boitempo, 2011a.

_____. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história**. – São Paulo. Boitempo, 2011b.

PDDI DA GRANDE SÃO LUÍS. **EIXO TERRITÓRIO**. 2019. Acessado <https://pddi.secid.ma.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/EIXO-TERRITORIO.pdf> 07/01/2021 às 00h39

PEREIRA, Aniceto Araújo et alii. **Lutas em memória: a luta pela 'terra' reforçada pela luta em defesa dos 'territórios' quilombolas** / Aniceto Araújo Pereira, Dorinete Serejo Moraes, Marcos Antônio Pinho Diniz, Samuel Araújo Moraes; Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Maria Portela Nunes org; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

PEREIRA, Guilherme Reis. **Política Espacial Brasileira e a trajetória do INPe (1961-2007)**. Tese de Doutorado Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. Campinas-SP, 2008. <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286896>

PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara: Territórios e Conflitos - Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space**. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Filosofia da Miséria ou Sistema das contradições econômicas**. Tomo I. Ed. Escala, 2007

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, 2005. Acessado http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf 05/01/2021 às 18h10.

RELATÓRIOS. Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA). **Texto Base do Protocolo de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (CCLPI) dos Quilombos de Alcântara**. Justiça Global, 2020. Acessado http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Protocolo_Alcantara_web_final.pdf 17/04/2020 às 22h43.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2003-2006 (RG). **Agenda Espacial Brasileira**. Ministério da Ciência e Tecnologia / Agência Espacial Brasileira, 2006.

RELATÓRIO da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em parceria com a Global Exchange (RRSJDH). Direitos Humanos no Brasil. 2010. Acessado no link: <https://www.social.org.br/Direitos%20humanos10.pdf>, acessado em 14/05/2017, às 16h51.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência – discursos ocultos**. 1.^a Edição. Livraria Letra Livre, 2013.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara**. São Luís-MA: EDUFMA, 2013.



GT 7 – Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina

DAS COLONIALIDADES ÀS DESCOLONIALIDADES: a relação das emblemáticas datas de 13 de Maio e 20 de novembro para a negritude

Katiane da Silva Santos (UFT)¹

RESUMO

Este trabalho discute as relações entre as emblemáticas datas de 13 de Maio e 20 de Novembro que são marcos históricos para a comunidade negra brasileira. Marcadas por festas, protestos e funções educacionais, cada data traz em seu bojo características importantes de representações sociais e símbolos que constroem as identidades envolvidas. Objetiva-se analisar as lutas de classes e os conflitos entre grupos dominantes e subalternizados, quando tomamos por base o discurso do colonizador posto na data de Treze de Maio, e o discurso da descolonização posto pelo próprio protagonismo negro na data de Vinte de novembro. A pesquisa trará importantes contribuições para as discussões que englobam as relações de poder entre a colonialidade do ser e dos saberes que perduram até a atual geração dos descendentes de colonizados. Fundamentam-se as reflexões no entendimento de como a politização dessas emblemáticas datas trata-se de um processo de desvinculação do colonialismo, sendo preciso desvendar o dom de saber olhar o que não é visível e tangível, entre estes elementos que afetam diretamente a dinâmica do espaço, está o poder. A pesquisa encontra-se em andamento e possui caráter qualitativo, mobilizando o método da fenomenologia, sendo feitas análises a partir de revisões bibliográficas de obras que contemplam o tema proposto. Para este trabalho serviram-no de aporte teórico os estudos sobre colonialidade, racismo e cultura de Almeida (2002), Hall (2003; 2006), Almeida (2013), Quijano (2005), Kilomba (2019), Santos (2010), Spivak (2014), Bhabha (2008), Claval (2007), Arruti (2006), Schwarcz (2018), Raffestin (1993), Haesbaert (2007) e Saquet (2007).

Palavras-chave: Racismo. Abolição. Consciência Negra. Descolonização.

1. INTRODUÇÃO

Informamos ao leitor que este trabalho é um esboço do início de uma pesquisa que terá como enfoque de análise as práticas culturais de comunidades quilombolas no Norte do

¹ Mestra em Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, professora da Educação Básica da rede estadual do Tocantins. E-mail: geo.katiane@uft.edu.br

Estado do Tocantins durante as emblemáticas datas de Treze de Maio e Vinte de Novembro, porém, não faremos esta abordagem específica neste momento, essas datas trazem em suas tessituras a culminância das comemorações por direitos alcançados e reivindicações de direitos sociais em atraso, negados pelo Estado nacional.

Possuindo caráter contra-hegemônica, a pesquisa buscará ouvir as vozes de sujeitos subalternizados, para valorizar suas histórias de vidas e fazer ecoar suas lutas pelo direito de existir no combate ao racismo que é a raiz de muitos males que acometeram africanos no continente e nas diásporas. Ressalvamos que o ano de 2020 reacenderam movimentos da negritude por todo o mundo contra essa intolerância que desqualifica pessoas por causa da cor da pele.

Objetiva-se analisar as lutas de classes e os conflitos entre grupos dominantes e subalternizados, quando tomamos por base o discurso do colonizador posto na data de Treze de Maio, e o discurso da descolonização posto pelo próprio protagonismo negro na data de Vinte de novembro. A pesquisa trará importantes contribuições para as discussões que englobam as relações de poder entre a colonialidade do ser e dos saberes que perduram até a atual geração dos descendentes de colonizados, como também, discutirá a luta pela descolonização na busca pelo almejado patamar de sociedades pós-coloniais.

Fundamentam-se as reflexões no entendimento de como a politização dessas emblemáticas datas trata-se de um processo de desvinculação do colonialismo, sendo preciso desvendar o dom de saber olhar o que não é visível e tangível, entre estes elementos que afetam diretamente a dinâmica do espaço, está o poder.

A pesquisa possui caráter qualitativo, mobilizando o método da fenomenologia. Refletir sobre as essências humanas, é diferente de fenômenos naturais, pois, “[...] Compreender um comportamento é percebê-lo, por assim dizer, do interior, do ponto de vista da intenção que o anima, logo, naquilo que o torna propriamente humano e o distingue de um movimento físico [...]” (DARTIGUES, 1992, p. 51). Utilizar o referido método é bem-vindo, pois, estudar os fenômenos humanos é relacionar ciência com as experiências humanas.

A pesquisa encontra-se em andamento e possui caráter qualitativo, sendo feitas análises a partir de revisões bibliográficas de obras que contemplam o tema proposto. Para este trabalho serviram-no de aporte teórico os estudos sobre colonialidade, racismo e cultura de Miguel Vale de Almeida (2002), Stuart Hall (2003; 2006), Maria Geralda de Almeida (2013), Aníbal Quijano (2005), Grada Kilomba (2019), Boaventura de Sousa Santos (2010), Gayatri Chakravorty Spivak (2014), Homi K. Bhabha (2008), Paul Claval (2007), Arruti (2006), Schwarcz (2018), Claude Raffestin (1993), Rogerio Haesbaert (2007) e Marcos A. Saquet (2007).

2. DO 13 DE MAIO AO 20 DE NOVEMBRO

As datas de Treze de Maio e Vinte de Novembro são marcos históricos para a comunidade negra brasileira. Marcadas por festas, protestos e funções educacionais, cada data traz em seu bojo características importantes de representações sociais e símbolos que constroem as identidades envolvidas, além de proporcionar a coesão social de um determinado grupo.

A colonização afetou toda a sociedade brasileira, mas principalmente os africanos, afro-brasileiros e seus descendentes por meio da experiência da escravatura, a qual foram submetidos. Marcados por relações de poder ainda presentes em seus sistemas culturais, pensaremos a condição destas identidades sociais envolvidas na negociação cultural entre a colonialidade e a luta pela descolonização.

Reconhecemos que o uso do termo “pós-colonial” é um tanto quanto escorregadio, visto que se trata de um conceito em construção, Almeida (2002) entende como o “depois” do colonialismo.

Na perspectiva de David Hulme (1995 *apud* HALL, 2003, p. 107-108), considera o termo pós-colonial, referindo-se a um processo de desvinculação do colonialismo. Em acordo a esta definição, Stuart Hall (2003), considera que para compreender esse processo de descolonização que é um marco para as sociedades colonizadas, leva o pesquisador a um alto nível de abstração.

Nesta direção, Almeida (2013, p. 45) discute que os estudos espaciais estão cada vez mais marcados pela invisibilidade e a intangibilidade, ainda ressalta que é preciso desvendar o dom de saber olhar o que não é visível, entre estes elementos que afetam diretamente a dinâmica do espaço, está o poder, “[...] cada vez mais invisível, menos identificável, por ter se deslocado de atores e protagonistas visíveis para grupos e conglomerados sem uma localização precisa”.

No Brasil, a abolição da escravatura não foi um processo simples, e ainda foi um dos países com a mais longa escravidão negra no mundo. Neste sentido, a data de Treze de Maio não é tão bem aceita e comemorada pelo movimento negro brasileiro na atualidade, haja vista que deu a liberdade, mas não criou condições para a emancipação econômica e social dos escravizados, que marginalizados e sem direito a terra, se aglomeraram principalmente nas periferias das cidades, apesar desta população ter sustentado por mais de três séculos a elite branca. Porém, nem sempre foi assim, essa data já foi muito comemorada e atualmente tem passado por um processo de politização, sendo denunciada pelo movimento negro em 1988 como uma “farsa” durante as discussões da elaboração da constituinte lançada naquele ano (ARRUTI, 2006; SCHWARCZ, 2018).

Entretanto, o discurso que ecoou nas comunidades negras, foi o ato da Princesa Isabel que sancionou a Lei “Áurea” - adjetivo que faz referência a sua pessoa por ser uma mulher branca. Produto da colonialidade do poder, esse discurso dominante que desqualifica a luta secular dos negros pelo fim da escravatura ainda se faz presente em grupos negros que o assimilaram. Porém, o processo de descolonização contribui para que a farsa da abolição seja denunciada e politizada.

Mediante toda a historiografia do movimento negro em prol de seus direitos sociais, quem melhor lhes representa como símbolo é sem dúvida um quilombola, conhecido pela comunidade negra como, Zumbi de Palmares. Neste processo de descolonização do discurso dominante, o Grupo Palmares e depois o Movimento Negro Unificado propuseram a comemoração da “Consciência Negra” na data de Vinte de Novembro, em que se rememora o aniversário de morte de Zumbi que se deu no ano de 1695, um ano depois do ataque das forças escravistas que destruiu o maior quilombo e primeiro Estado democrático da América Latina, Palmares (Alagoas), e 193 anos antes da abolição da escravatura, então marcou-se como uma data emblemática dessa luta que se iniciou desde o sequestro dos africanos para o tráfico transatlântico.

Nesta direção, o fato histórico da relação entre Estado e a comunidade negra do país se pauta principalmente nas semânticas das emblemáticas datas comemorativas para as conquistas e empoderamento negro. Nos quilombos do Brasil, os eventos apresentam grandes disparidades, o dia 13 de Maio possui maior quantidade (666) em relação aos eventos catalogados no dia 20 de novembro (162), mas grande parte dos eventos de maio é de protesto contra o significado da data oficial imposto pelas classes dominantes (ARRUTI, 2006, p. 71).

Os principais questionamentos da proposta do estudo concentram-se em reflexões sobre os conteúdos das rememorações nas datas de 13 de Maio, tendo como representante a Princesa Isabel (produto do colonialismo) e o dia 20 de Novembro representado por Zumbi de Palmares (presença do pensamento descolonial), esta segunda também possui funções educacionais no sistema de ensino brasileiro, pois, a Lei nº 12.519 (BRASIL, 2011) institui a data como “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, reforçada pela Lei nº 10.639 (BRASIL, 2013) o dia é comemorado pelas comunidades negras e no ensino da Educação Básica do país. No desenvolvimento da pesquisa, buscaremos compreender as relações de poder explícitas especificamente nestas datas, para entendermos sobre suas lutas e reivindicações para a construção das cartografias das r-existências das comunidades quilombolas do Norte do Estado do Tocantins.

3. DAS COLONIALIDADES ÀS DESCOLONIALIDADES

As invasões europeias trouxeram mitos fundadores de uma construção ideológica entre Europa e África que se refletem em relações de poder e saber: civilizados e selvagens, modernidade e tradição, cristãos e pagãos dentre outras dicotomias. O encontro entre esses povos aconteceu na perspectiva de “[...] desigualdade de poder e de saber que transforma a reciprocidade da descoberta na apropriação do descoberto. Toda a descoberta tem, assim, algo de imperial, uma ação de controle e de submissão [...]” (SANTOS, 2010, p. 181). Conforme o autor o encontro entre africanos e europeus era uma relação equipolente, porém, para os invasores era uma relação de dessemelhança.

Boaventura S. Santos (2010, p. 182), salienta que estas “descobertas imperiais” têm duas dimensões: (i) a empírica no ato de descobrir; (ii) e a ideia do que está sendo descoberto. A segunda precede a primeira, assim segue todo o ato, é essa dimensão que traz “[...] a ideia de inferioridade do outro, que se transforma num alvo de violência física e epistêmica [...]”.

Aníbal Quijano (2005) sustenta que a Europa como centro do capitalismo mundial, controlava o mercado mundial e ainda impôs domínio colonial a todas as populações do planeta, sob seu padrão de poder formava um “sistema-mundo”. A incorporação dessas heterogêneas culturas a dominação europeia, também estabeleceu hegemonia sobre todas as formas de subjetividades, inclusive o conhecimento e a produção do conhecimento.

Para as regiões e populações afetadas pelo eurocentrismo, implicou em um processo de “*re-identificação histórica*”, sendo-lhes atribuídas novas identidades geoculturais (América-Europa-África-Ásia-Oceania). “[...] Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações [...]” (QUIJANO, 2005, p.121).

Deste modo, o processo colonial findou, porém, por ser carregado de poder, ainda persiste sua força da colonialidade do ser e do saber, formando a ordem social hegemônica. Entretanto, os povos tradicionais quilombolas, atualmente lutam pela descolonização, sendo um ato de resistência para existir como categoria social.

O conceito de resistência é compreendido por Hall (2003, p. 228), teórico do campo dos Estudos Culturais, como: “[...] formas de desafiliação [...] representavam as ameaças e negociações com a ordem dominante, que não poderiam ser assimiladas pelas categorias tradicionais da luta revolucionária de classes [...]”.

Essa luta pela descolonização se faz fundamental para a aniquilação do poder da colonialidade e o alcance da pós-colonialidade, este termo nos ajuda “[...] a descrever e caracterizar a mudança nas relações globais que marca a transição desigual da era dos impérios para o período pós-independências [...]” (ALMEIDA, 2002, p. 28).

Pensar o termo “pós-colonial” é avançar em análises históricas e constituições de representações sociais de colonizadores e colonizados. Almeida (2002) discute que o termo é útil desde que: 1) Considere a continuidade histórica colonialismo/ pós-colonialismo; 2) Não dispense a economia política para explicar aspectos materiais dos processos sociais; 3) Analise as práticas sociais dos sujeitos em contextos específicos para se entender a complexidade da negociação de identidade; 4) Faça-se pesquisa empírica; 5) Se use a comparação de diferentes experiências de colonização e reconfiguração pós-colonial.

Almeida (2002, p.28, grifos do autor) acrescenta ainda que o termo pós-colonial, “[...] não pode servir de descritor disto ou daquilo, de um <<antes>> ou um <<depois>>. Deyerá (sic) sim reler a colonização como parte de um processo que é essencialmente transnacional e translocal [...]”.

Pensar os descendentes dos colonizados como grupos forjadores de repertórios de resistências contra a colonialidade que lhes impunham violências físicas e simbólicas, é também pensar que sua terra é lugar de afirmação de pertencimento para formação da identidade.

Os processos de resistências oriundos de constantes negociações dos valores culturais permitem que as identidades estejam continuamente em construções e desconstruções. Em relação ao conceito de cultura, Paul Claval (2007, p. 63) nos traz sua definição: “A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo [...] Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo [...]”.

Claval (2007) compreende a cultura sob três vertentes: a) como herança transmitida; b) como “enriquecimento” após o contato de povos de diferentes culturas; c) como apta a transformações. Entretanto, nos incomoda o termo que grifamos na vertente “b”, pois, em nosso caso específico de estudo, apontamos aqui que se trata de um processo de negociação de identidades, que não pode ser analisada apenas como um agregado ou mesmo “enriquecimento” de diferentes culturas, mas são máculas de relações de poder, e é sob esta ótica que a proposta desta pesquisa encontra-se em desenvolvimento.

Homi K. Bhabha (1998, p. 20) levanta a ideia de hibridismo cultural, onde algo novo é criado. O autor trata como politicamente crucial focalizar nos estudos dos “[...] processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses ‘entre-lugares’ [...] dão início a novos signos de identidade [...]”. São entre esses espaços e tempos de cruzamento das diferenças que acontecem as negociações dos valores culturais. Desde a diáspora africana, os colonizados e seus descendentes são obrigados a negociar com as culturas dominantes, assimilando-as em partes para conseguir persistir e resistir.

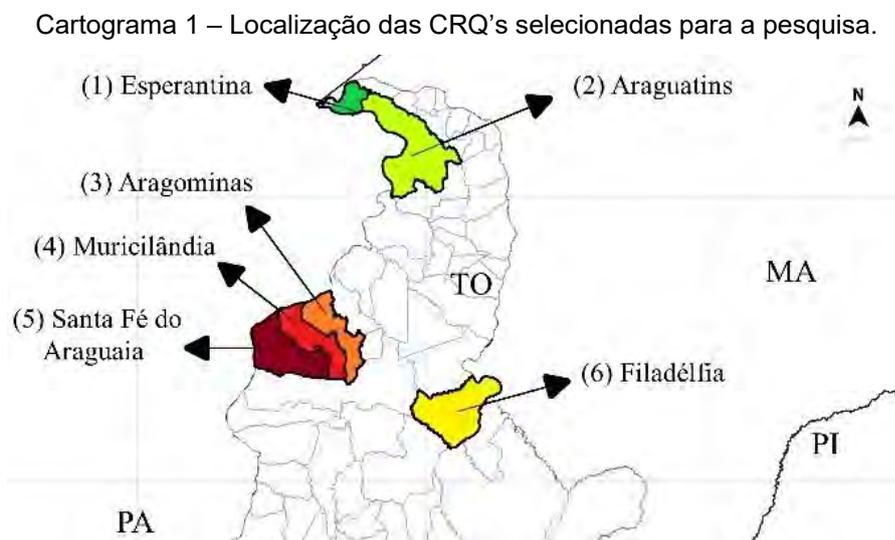
As negociações são atos de resistência para a manutenção das identidades e passam a serem afetadas pela oscilação entre Tradição e Tradução argumentada por

Stuart Hall (2006, p. 88, grifo do autor). “[...] estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição* [...] misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado [...]”.

Hall (2006, p. 89, grifo do autor) nos alerta para atentarmos às novas identidades que estão em processo de transição, mas que não podemos pensá-las como estando tomando apenas um destino, essas pessoas são obrigadas a renunciar ao sonho da pureza cultural. “[...] As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* [...] estão irrevogavelmente traduzidas [...]”. Além disso, atualmente as identidades estão passando por processos de fragmentação que fazem com que o sujeito venha se compor de variadas identidades, às vezes contraditórias ou não-resolvidas.

São as mudanças estruturais e institucionais além do próprio processo de identificação que se tornam questões problemáticas que impactam as identidades tornando-as mais variáveis, e é neste contexto que esta pesquisa irá se desenvolver, refletindo sobre as lutas políticas, econômicas e culturais dos quilombolas do Norte do Tocantins que culminam nas datas de 13 de Maio e 20 de Novembro e que também são reflexos de suas territorialidades.

No estado do Tocantins, até dezembro de 2017, foram reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), 45 Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ), dentre estas, 9 (nove) localizam-se na região Norte do Estado do Tocantins.



Fonte: Fundação Cultural Palmares (2017). Organização: A pesquisadora.

As CRQ's selecionadas para a pesquisa serão as seguintes, que podem ser localizadas no Cartograma 1: (1) Município de Esperantina, CRQ's - Carrapiché, Ciriaco e Praiachata; (2) Araguatins, CRQ - Ilha de São Vicente; (3) Aragominas, CRQ's - Projeto da

Baviera e Pé do Morro; (4) Muricilândia, CRQ - Dona Juscelina; (5) Santa Fé do Araguaia, CRQ - Comunidade Cocalinho; e (6) Município de Filadélfia, CRQ - Grotão.

Claude Raffestin (1993, p. 159) considera que a territorialidade são reflexos da multidimensionalidade dos aspectos vividos de uma determinada coletividade ou por diferentes sociedades no território, levando em consideração o processo (relações existenciais) e o produto (relações produtivistas) territorial, e que são relações de poder. “[...] O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele”.

Neste sentido, Rogerio Haesbaert (2007, p. 25), propõe o conceito de territorialidade imaterial por meio do controle simbólico da identidade territorial que o grupo social manifesta. “[...] como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado [...]”.

Fazemos esta relação entre território e territorialidade, pois, dentre as nove CRQ's selecionadas para a realização da pesquisa, apenas uma possui a titularização do território e as demais lutam e reivindicam seus títulos de terras, e são na culminância das datas de 13 de Maio e 20 de Novembro que o movimento negro levanta suas bandeiras de reivindicações, pensamos que não é diferente nas comunidades selecionadas, pois, por uma experiência anterior da pesquisadora, observou-se que é nestas datas que os quilombolas movimentam-se cada comunidade ao seu modo para reivindicar seus direitos sociais. Além disso, a posse do território ancestral é fundamental para a resistência destes povos como categoria social.

Nesta perspectiva, pensamos o território como o resultado das tramas dos sujeitos históricos sobre o espaço. Saquet (2007, p. 158) destaca que no território há uma variedade de sujeitos com relações que podem ser recíprocas, contraditórias e de unidade, e que podem ocorrer no lugar, com o lugar, com outros lugares e com outros sujeitos. De forma que o que determina as bases do território são: “[...] as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade [...]”.

Marcos A. Saquet (2007) afirma que a identidade é formada por meio da vida em sociedade, envolvendo a reciprocidade e significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade. O autor também afirma que as identidades são componentes fundamentais para a constituição territorial. Nesta direção, apontamos para a categoria de análise escolhida, sendo a compreensão do processo de descolonização das CRQ's do Norte tocatinense, para entender se de fato são sociedades pós-coloniais, pois, é a partir deste entendimento que poderemos compreender seus movimentos de resistências contra o poder da colonialidade que os subalternizaram por séculos.

Gayatri Chakravorty Spivak (2014) aponta que o termo “subalterno”, refere-se aos oprimidos, são sempre aqueles que não podem falar e se o fizer deixará de ser. O silêncio é

a condição da subalternidade, até mesmo a forma que escrevemos é como sujeitos colonizados, não aceitar isso, é também negar nossa história. Mas não estamos falando de nenhuma dificuldade em pronunciar palavras, estamos falando que dentro do regime racista do colonialismo as vozes dos subalternizados não são escutadas.

Entretanto, Grada Kilomba (2019) questiona a teoria de Spivak (2014), pois, considera um posicionamento problemático. “[...] se visto como uma afirmação absoluta sobre as relações coloniais porque sustenta a ideia de que o *sujeito negro* não tem capacidade de questionar e combater discursos coloniais [...]” (p. 48, grifo da autora).

Deste modo, pretendemos refletir e questionar esses discursos coloniais, observando nessas identidades geoculturais a presença dessas negociações, traduções, hibridismos e as cartografias das r-existências no contexto das memórias das datas de 13 de Maio e 20 de Novembro.

Esta discussão merece ser ampliada para uma melhor compreensão, pois é possível encontrar divergentes posições entre os intelectuais que desenvolvem pesquisas neste campo de estudos, além disso, após mais de um século do fim da colonização no Brasil, precisamos entender como os descendentes de africanos, após a terrível experiência da escravidão, ainda podem estar subjugados pelo poder da colonialidade do ser e do saber.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. **A Propósito do Trato do Invisível, do Intangível e do Discurso na Geografia Cultural**. 2013. Revista da ANPEGE, v. 9, n. 11, p. 41-50. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6490>. Acesso em: 29 ago. 2020.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **O Atlântico Pardo: Antropologia, Pós-colonialismo e o Caso “Lusófono”**. 2002. Disponível em: <http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/07/o-atlantico-pardo.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. São Paulo: Edusc, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2013, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 9 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.519 de 10 de novembro de 2011, Institui o dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12519.htm. Acesso em: 9 set. 2020.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila et. al. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3 ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro das CRQs certificadas até a data de 16 de dezembro de 2017**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 11 set. 2020.

DARTIGUES, André. **O que é a Fenomenologia?** Tradução: Maria José J. G. de Almeida. 3ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um Debate**. GEOgraphia, n. 17, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 11 set. 2020.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ªed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et.al. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SCHWARCZ, Lilia. **Não há motivos para celebrar os 130 anos da lei áurea**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/nao-ha-motivo-para-celebrar-os-130-anos-da-lei-aurea-diz-antropologa.shtml>. Acesso: 15 de jun. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida et.al. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 7 – Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismo e políticas para matar na América Latina.

MORTALIDADE MATERNA NO PARÁ EM TEMPOS DE PANDEMIAS DO RACISMO E DA COVID-19

Cristina Maria Arêda-Oshai (UFPA)¹
Carla Caroline Malcher Gomes (UFPA)²
Camila dos Santos Pinheiro (UFPA)³
Jaciana Maria de Novaes Freitas (UFPA)⁴

RESUMO

Visa refletir sobre os efeitos da pandemia da COVID-19 e do racismo estrutural, cuja abrangência e efeitos são devastadores, semelhantes aos pandêmicos. Em perspectiva comparativa com demais estados da região norte do Brasil, analisa dados sobre mortalidade materna relacionados ao Pará, destacando as mulheres negras. Considera-se morte materna o óbito ocorrido durante a gravidez ou até 42 dias após o seu término, devido a causa relacionada à gravidez ou agravada por ela. Mortalidade Materna é considerada problema de saúde pública e grave violação de direitos humanos, principalmente devido à evitabilidade em 92% dos casos. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental em fontes do Ministério da Saúde e prontuários de vítimas de óbito materno na maior maternidade pública do Pará. Da análise documental da série histórica de 2015 a agosto de 2020 constatou-se a ocorrência de 635 óbitos maternos no Pará, dos quais 518 de mulheres negras. Observou-se o aumento no número de óbitos no ano de 2020, que até o mês de agosto somou 117, sendo o segundo maior da série histórica analisada. Conclui-se que os efeitos do racismo e da Covid-19 potencializam esse tipo de mortalidade e evidenciam as desigualdades socio-raciais geralmente invisibilizadas e desconsideradas em estudos e instrumentos de gestão.

Palavras-chave: Mortalidade materna; Mulheres negras; Racismo estrutural; Covid-19; Saúde.

1. INTRODUÇÃO

¹ Professora, doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará.

Email: cristinareda@ufpa.br.

² Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.

Email: carlamalcher.ufpa@gmail.com

³ Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.

Email: milasantospinheiro@gmail.com

⁴ Ex: Assistente Social, graduada pela Universidade Federal do Pará.

Email: jaciana.novaes@hotmail.com

Segundo o Art.196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é um direito fundamental, sendo responsabilidade do Estado prover as condições necessárias para a sua promoção, proteção e recuperação. Diante dessa proteção jurídica e considerando o tema aqui abordado, fica evidente que o Estado falha no enfrentamento das causas que interferem negativamente na mortalidade materna (óbito materno).

Embora a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) tenha sido aprovada e pactuada em 2009 na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), composta por representantes de gestores das três esferas de governo, ela ainda carece de implementação. (WERNECK, 2016) Apesar da garantia legal, há obstáculos estruturais que impedem a sua efetivação, sendo o racismo um desses obstáculos a ser superado, para a concretização desse e de outros direitos Constitucionais, inclusive à vida com dignidade humana.

A despeito das expressões da questão racial no Brasil, dentre as quais a taxa de mortalidade materna entre mulheres negras, que é sempre maior que entre mulheres brancas, ainda existe poucos estudos que consideram a raça/cor como determinante de saúde. (BELFORT, 2016) No entanto, a invisibilidade ocorre não apenas em relação a estudos, mas, acima de tudo, em instrumentos de gestão, prontuários, sistemas de informação, boletins epidemiológicos, dentre outros documentos importantes para a tomada de decisão. (OLIVEIRA et al., 2018)

Werneck (2016:539) destaca ainda “que grande parte das formulações conceituais de diretrizes e estratégias e da atuação em saúde da população negra teve origem fora do sistema de saúde, a partir da atuação dos sujeitos negros organizados, de suas análises, conhecimentos e valores” e, nesse sentido, pretendemos contribuir, ainda que de forma muito singela, na visibilidade de fatores e circunstâncias que se interpõem na questão do óbito materno no estado do Pará. Além deste objetivo pretendemos refletir sobre os efeitos da pandemia da COVID-19 e do racismo estrutural, cuja abrangência e efeitos podem ser considerados pandêmicos. Em perspectiva comparativa com demais estados da Amazônia são analisados dados sobre mortalidade materna relacionados ao Pará, destacando as mulheres negras.

O artigo apresenta dados preliminares do projeto de pesquisa intitulado “Diversidade Étnico-racial e Saúde no Estado do Pará: uma análise sobre morte materna no estado do Pará”, (AREDA-OSHAÍ et al., 2019) proposto pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), tendo como co-participantes a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP), representada pelas Assistentes Sociais Mestre Cláudia Tereza Fonseca e Especialista Elizabeth Franco Freire; e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) representada pela Assistente Social Doutora Solange Conceição Albuquerque Cristo (*in memoriam*). O projeto foi aprovado para o período de agosto/2019 a julho/2021 e teve

como aporte financeiro duas bolsas de iniciação científica no primeiro ano, provenientes da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFPA (PIBIC-UFPA) e, no segundo ano conta com o apoio financeiro deste último. Nesta ocasião reiteramos nossos agradecimentos.

Para o alcance dos objetivos foi realizada revisão narrativa de artigos, livros e documentos em diversas fontes, dentre as quais o Ministério da Saúde. Como ação prevista no projeto de pesquisa realizou-se levantamento documental que compreendeu a análise de prontuários de vítimas de óbito materno, acontecidos no período de 2015 a 2019, na maior maternidade pública do Pará, a FSCMP. O protocolo da pesquisa foi avaliado por dois Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e teve aprovação atestada por meio dos pareceres nº 3.612.655/2019 e 3.437.427/2019. Registre-se que a demora nos trâmites para a análise ética e aprovação, aproximadamente 10 meses, restringiu o tempo para a coleta de dados na referida maternidade. Portanto, a coleta de dados iniciada em meados de janeiro de 2020 foi interrompida em meados de março desse mesmo ano, devido à pandemia da COVID-19.

Foram analisados 140 prontuários de mulheres vítimas de óbito materno, o que corresponderia a 100% dos casos ocorridos na FSCMP no período de 2015 a 2019, não sendo possível afirmar nesta ocasião, se estaria em curso alguma investigação sobre óbito por ser concluída. Foram identificadas incompletudes em muitos prontuários, principalmente relacionadas ao recorte étnico-racial das vítimas, aos aspectos socioeconômicos e acompanhamento pré-natal. Fomos informadas que as incompletudes nos prontuários físicos poderiam estar solucionadas no prontuário eletrônico, porém a interrupção da pesquisa nos privou do acesso, razão pela qual os resultados ainda são preliminares.

Este artigo está organizado em duas seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na seção seguinte, intitulada *Pandemias do Racismo e da Covid-19* apresentamos uma breve discussão sobre a pandemia de COVID-19, buscando as interfaces entre desigualdades socio-raciais e o racismo, considerado como processo estrutural e estruturante da sociedade brasileira, cujo passado colonial e escravocrata ainda assombra e devasta das mais diversas formas mais da metade da população brasileira. Naturalizado no âmbito das relações sociais e recentemente descoberto por pessoas brancas como algo não patológico (Almeida, 2020), o racismo neste artigo é reiterado como um determinante social da saúde e da doença muito importante, pois suas consequências na vida de pessoas negras têm efeito pandêmico. Na seção 3, intitulada *Mortalidade Materna como Expressão das Pandemias: um recorte sobre o estado do Pará* apresentamos resultados preliminares da pesquisa intitulada *Diversidade Étnico-racial e Saúde no Estado do Pará: uma análise sobre morte materna no estado do Pará*, e já referida. Na seção demonstramos ser o Pará o estado da Região Norte com maior ocorrência de óbito materno, em seguida o Amazonas, sendo mantido o padrão, ou seja, as mulheres negras são as principais vítimas. Porém, a seção também apresenta um

dado importante sobre a morte materna de indígenas, que no ano de 2020 concentrou-se nessa região, particularmente no Amazonas.

2. PANDEMIAS DO RACISMO E DA COVID-19

Em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, foi notificado o primeiro caso de COVID-19, um vírus desconhecido pela comunidade científica do mundo, não possuindo vacina e remédios para cura, o que corroborou para sua disseminação neste país e posteriormente em diversos outros países ao redor do mundo. O pouco conhecimento sobre o vírus, dificultou a implementação de medidas preventivas e de estratégias de combate a doença, que posteriormente se tornaria pandêmica e alcançaria índices de contaminação e letalidade altos em todo o mundo, impulsionado pelo alto fluxo de pessoas entre países e resistência às medidas de isolamento social propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Brasil, até o último dia 17 de fevereiro de 2021, registrou a marca de 242 mil óbitos por covid-19 e um total de 9.979.276 casos confirmados. (CONSÓRCIO DE VEÍCULOS DE IMPRENSA, 2021) Os altos índices de óbitos e de contaminações, ainda presentes no Brasil, aparentam ser a junção de três elementos igualmente nocivos para o curso em que a pandemia tem seguido. O primeiro elemento incontestado é a alta transmissibilidade da doença que tem ocasionado a superlotação e colapso nas instituições de saúde, soma-se a esse fator a ausência de vacina (que demandou tempo e diversas pesquisas para criação) e de fármacos que combatam a doença efetivamente, tal característica por si só já acende alertas sobre a gravidade da doença.

No entanto, no caso específico do Brasil podemos destacar dois elementos que contribuem para o agravamento desta crise sanitária: As expressões da questão social, evidenciando o pauperismo em que a população brasileira se viu para enfrentamento da pandemia e a postura negacionista de segmentos da sociedade e do alto escalão de segmentos políticos do Brasil, tendo como principal destaque o próprio Presidente da República e o Ministro da Saúde.

A questão social - entendida por Yamamoto como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2001, p. 23) – está expressa naquilo que a lei 8.080/1990 entende como os Determinantes Sociais da Saúde, que compreendem o impacto da organização social e econômica do país sobre a saúde da população. Para Minayo (2020):

A desigualdade social encontrada no Brasil é um terreno fértil para a disseminação da COVID-19, dificultando o isolamento social, restringindo acesso a insumos básicos para higiene e proteção, e dificultando a própria assistência aos serviços de Saúde. A disparidade entre o número de leitos e

respiradores per capita na rede pública e privada gera distorções que dificultam a distribuição eficaz de recursos, contribuindo para a mortalidade. (MINAYO, 2020, p.1)

A ação da determinação social sobre a saúde da população no contexto da pandemia abre uma gama de reflexões sobre o assunto o qual não pode ser esgotado nos limites deste artigo, mas como exercício reflexivo alguns questionamentos podem suscitar novas análises, como: Foi possível a classe trabalhadora no Brasil realizar isolamento social? Quais as condições de trabalho foram asseguradas a trabalhadores da saúde e de outros serviços essenciais? Como as diversas regiões do Brasil, enfrentaram suas particularidades para enfrentamento da pandemia? Tais questões são algumas das que podem e precisam ser sanadas para análise sobre o impacto das determinações sociais da saúde neste contexto pandêmico.

Outrossim, cabe destacar que os caminhos para consolidação de uma política pública de saúde, universal, equitativa e integral mostram-se sinuosos em meio ao avanço da agenda neoliberal sobre a política de saúde. O avanço da COVID-19, no território brasileiro, evidenciou a importância do fortalecimento do sistema de saúde público, haja visto o protagonismo que o SUS têm demonstrado na implementação e execução de ações de enfrentamento à pandemia.

No entanto, não há como não destacar o impacto de discursos e posturas negacionistas, que circundam toda a trajetória de enfrentamento da pandemia no Brasil e tem resultado em esvaziamento e desmonte do SUS e em inércia por parte do governo federal nas medidas de prevenção e combate à pandemia. A ausência de capacidade interventiva do governo federal nasce desde falas do Presidente da República adjetivando a pandemia como apenas uma “gripezinha” ou desprezando as mortes ocorridas no país ou mesmo incitando a população à não adesão das medidas de prevenção como uso de máscaras e de evitar aglomerações. Assim, tanto a incapacidade interventiva para adoção das medidas corretas que a situação requer, quanto a presença incompetente se tornam extremamente preocupantes quando se incentiva o uso de medicamentos sem comprovação científica (como ivermectina e hidroxicloroquina). Porém, em curso no Brasil há outra questão que apresenta certa semelhança com a crise da COVID-19: o racismo. Para Gomes (2005) o racismo seria:

Por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2005, p 52)

Alguns indicadores demonstram as condições de vida da população negra (aqui considerada como a somatória de pretos e pardos, conforme o IBGE). O Atlas da violência 2020 aponta que:

[...] Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídio eram pretas ou pardas. [...] Entre os anos de 2017 e 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, entre as mulheres negras essa redução foi de 7,2%. Analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. (IPEA, 2020, pp. 31-37)

Em relação à saúde podemos citar a mortalidade materna, onde segundo o IBGE no ano de 2015, para cada 100.000 (cem mil) nascidos vivos no Estado do Pará a taxa de mortalidade materna foi de 72,9, quando a taxa nacional para o mesmo quantitativo foi de 62,0. Dos óbitos maternos registrados pelo SIM no estado do Pará no mesmo ano, 82% eram mulheres negras (Considerando as declaradas pretas e pardas) e 12% brancas. Outro exemplo está relacionado à pandemia da COVID-19, como demonstrado por Goes et al. (2020), quando as autoras apresentam dados de estudos sobre a COVID-19 desagregados por raça/etnia nos Estados Unidos e que demonstram a forma como a população negra é atingida pela doença no país. Conforme as autoras:

Nos Estados Unidos (EUA), a pandemia da Covid-19 já tem se apresentado de forma racializada, em que os afro-estadunidenses estão super-representados no cenário de adoecimento e morte pelo novo coronavírus. Em Michigan, por exemplo, onde os afro-americanos são 14% da população, eles representam mais de 30% dos casos positivos da Covid-19 e mais de 40% das mortes. Já em Chicago, os afro-estadunidenses – 29% da população da cidade –, representam 70% das mortes por Covid-19. Por outro lado, a população afro-estadunidense é o grupo populacional que está realizando menos testes para a confirmação do Covid-19. As desigualdades raciais no acesso ao teste apresentam um sinal de alerta para um viés racial implícito, segundo alguns profissionais que estão no *front* da pandemia. (GOES et al, 2020, p. 3)

As autoras também alertam que, no Brasil, estudos que possam evidenciar o impacto da pandemia entre a população negra encontram barreiras na subnotificação e na ausência de dados desagregados por raça/etnia e cor. Tal afirmativa é uma questão recorrente quando se trata de estudos que pretendem analisar as condições de saúde da população negra no Brasil. Embora a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) preconize a sistematização de dados desagregados, a realidade evidencia que ainda há uma enorme fragilidade nos sistemas de informação.

Tal perspectiva associa-se à tentativa de invisibilização das especificidades de saúde da população negra. Servindo ainda ao que no contexto brasileiro denominou-se mito da

democracia racial, que contribui para a tentativa de apagamento da discriminação e desigualdades raciais que ainda se reproduzem na sociedade brasileira fazendo uso das características físicas para segregar e hierarquizar. Neste sentido Guimarães (1999) questiona sobre como “combater o racismo quando se nega que a ideia de raça continua a privilegiar largamente as oportunidades de vida das pessoas.” (GUIMARÃES, 1999, p. 154) Ou seja, a ideia de democracia racial presente nos discursos que negam o racismo no Brasil é um dos principais fatores que dificultam o seu combate.

O negacionismo que circunda a pandemia de COVID-19 no Brasil assemelha-se ao negacionismo que há séculos rodeia a sociedade brasileira quando o assunto é racismo. A tentativa de apagamento das desigualdades advindas dele e a negação de que ele contribui efetivamente para as condições que pessoas negras vivem dificulta uma real efetivação de medidas coibitivas e de políticas afirmativas, como a PNSIPN, já referida antes.

A marca deixada pela pandemia de COVID-19 no mundo está sendo latente e desafiando todos os países do mundo ao desnudar o impacto da determinação social sobre a saúde da população. Enfatizamos a necessidade da adoção urgente de medidas de proteção social das populações em maior vulnerabilidade e a importância da luta em favor do direito à saúde universal, integral, resolutiva regida sob o princípio da equidade.

De igual modo, o racismo sempre deixou rastros nas sociedades que se desenvolveram sobre regimes escravocratas, como o Brasil. No entanto, de forma nociva e silenciosa perpetua-se há anos e desencadeia fatores que condicionam a vida da população negra à margem da sociedade. Tanto um fenômeno quanto outro necessitam de intervenção efetiva de toda sociedade para minimização de seus impactos, porém considerando que o racismo é estrutural e estruturante, tanto o seu enfrentamento, quanto a sua negação são posições e reações tomadas a partir de interesses, na maioria das vezes antagônicos. Almeida (2020) em resposta à indagação se a participação de pessoas brancas nas várias manifestações de protesto contra o assassinato do estadunidense negro George Floyd, ocorrido em 25.05.2020 significaria a descoberta do racismo por essas pessoas, afirmou que:

Um dos efeitos do racismo, e por isso ele funciona tão bem como uma forma de organizar a sociedade, é que ele é naturalizado. O racismo tem a capacidade de estar presente e se incorporar ao cotidiano das nossas vidas, está oculto. Ele é normal, faz parte da ordem. Todo dia um homem negro é morto, essa violência é cotidiana. Mas, agora, estamos em um momento de tensão, em meio a uma crise, um ato de brutalidade foi filmado, os ânimos estão inflamados. Quando o mundo está em desordem, a ordem pode nos chocar. Não há mais fumaça escondendo, o racismo aparece e se coloca em confronto aparente com as nossas convicções morais. As pessoas se perguntam: “Como eu não pude ver isso?”. Elas descobriram que o racismo não é um desajuste, não é uma patologia. É o que organiza a vida delas de todos os pontos de vista. (grifos nossos)

A citação explicita a dimensão estruturante do racismo e reitera o fato de que as percepções e efeitos são vivenciados a partir do lugar de pertença, lugar de fala, como Ribeiro (2017) problematiza amplamente. O racismo, na perspectiva apresentada, não é um desajuste nem patologia para uma parcela da sociedade. Porém, para outra ele produz patologias, desestabilidade, múltiplas formas de segregação, violências as mais diversas, redução da longevidade, morte, dentre outras consequências. (OLIVEIRA, 2002; DORDUNOO, 2020)

Entretanto, não é nossa intenção traçar paralelismo entre patologia ou pandemia no sentido biológico e epidemiológico, mas contribuir para reflexão destacando que, os efeitos adversos do racismo ou da normalidade do racismo têm efeito pandêmico. Inclusive, reflexão brilhante sobre normalidade e patologia social foi realizada por Guerreiro Ramos (1995) com o qual temos muito a aprender. Ou seja, o racismo pode não ser uma patologia, mas gera patologias. Não é por acaso que a população negra estadunidense, como demonstrou Goes et al. (2020) apresenta indicadores desfavoráveis em relação à população branca e, no Brasil, sequer tais indicadores são gerados com precisão e a contento. A esse respeito Santos et al. (2020) afirmam que as condicionalidades que interferem no processo saúde-doença:

Se acumulam e se inter-relacionam em um cenário de crise sanitária como no caso da pandemia da Covid-19. Elas precisam ser consideradas no enfrentamento da pandemia. Apesar desse contexto, o quesito raça/cor não foi elegível para análise de situação epidemiológica da Covid-19 nos primeiros boletins epidemiológicos, ainda que constasse nas fichas de notificação para Síndrome Gripal e para Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), ambas utilizadas como instrumentos de registro, monitoramento e avaliação dos casos suspeitos leves e graves da Covid-19. (SANTOS et al., 2020, p.228)

A divergência na elaboração e tratamento dos indicadores sobre desigualdade racial, nos Estados Unidos da América e no Brasil, como indicado por Goes et al. (2020) e Santos et al. (2020), respectivamente, talvez possa ser compreendida a partir das distintas formas de “construção da unidade nacional [que] nos EUA se dá com a segregação racial. [...] e no] Brasil, a estratégia de unidade é o apagamento das diferentes raças. Não se reconhece os condicionantes do racismo na estrutura da sociedade Brasil.” (ALMEIDA, 2020)

A pandemia da COVID-19 desencadeou em vários países, dentre eles no Brasil, uma crise sanitária, que atinge principalmente as pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. Como será demonstrado no próximo tópico, a mortalidade materna acentuou-se no país, situação que aponta um alerta para o risco maior de mortes de mulheres no período gestacional. Diante disso, as gestantes são classificadas como grupo de risco para a COVID-19, pois as que estão em um quadro mais grave associado a uma comorbidade, podem correr o risco de ter um parto prematuro de urgência e aumentam as possibilidades de morte materna e neonatal. (ESTRELA, 2020)

Além disso, o número de grávidas internadas em hospitais, diagnosticadas com COVID-19 é maior entre negras (pretas e pardas), quando comparadas às brancas. (SANTOS, 2021, p.3). Portanto, a realidade atual perpassa pela questão de classe, gênero e raça, pois as mulheres negras encontram-se nos grupos de vulnerabilidades e estão mais expostas a riscos de contaminação, à insegurança alimentar, a dificuldades de acesso à saúde, ao trabalho precarizado, entre outras formas de expressão da questão social. Neste sentido, a pandemia acentua as desigualdades já existentes no país. (CNS, 2020)

3. MORTALIDADE MATERNA COMO EXPRESSÃO DAS PANDEMIAS: UM RECORTE SOBRE O ESTADO DO PARÁ

A mortalidade materna é um dos principais indicadores de qualidade de vida e saúde de uma população, a partir de seus índices é possível mensurar o grau de desenvolvimento de uma sociedade (PNAISM, 2004). As altas taxas de mortalidade materna no Brasil, retratam a necessidade urgente de melhorias nessa área, sendo notório que essas taxas não se distribuem de maneira homogênea na população. Assim o risco de morrer está relacionado com o nível socioeconômico, raça/cor e menor acesso a bens e serviços. (MARTINS, 2006)

O conceito de mortalidade materna é definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como a morte de uma mulher durante a gravidez ou até 42 dias após o seu término, causada por fator relacionado ou agravado pela gravidez. Ao analisar os fatores da morte materna é preciso refletir a respeito da mulher grávida enquanto ser humano que não está isolado do meio social e familiar, logo os fatores condicionantes desses óbitos perpassam por aspectos econômicos, geográficos, distribuição e organização dos serviços de saúde, acesso ao pré-natal, entre outros. (MOTA, 2005) Ou seja, os determinantes sociais da saúde e da doença são componentes imprescindíveis nas análises sobre morte materna, devendo ser compreendida a determinação social, enquanto processo dinâmico que intersecciona vários aspectos, entre os quais, o étnico-racial.

Dados da campanha “SUS Sem Racismo”, promovida pelo Ministério da Saúde em 2014, demonstram que 60% das vítimas de mortalidade materna no Brasil são negras. Foi apontado que essas mulheres, quando atendidas por profissionais da medicina, receberam menor tempo de consulta em comparação às mulheres brancas. (MS, 2014) De acordo com Leal (2017), as mulheres negras são vistas como as que suportam mais dor, sendo mais resistentes se comparadas a mulheres brancas. Esse preconceito, articulado ao racismo e à discriminação racial se “realimentam mutuamente”. (BENTES, 1993, p.21) Tais processos, preconceito racial, racismo e discriminação racial “revela[m] a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para operar as desigualdades raciais dentro da sociedade.” (GOMES, 2005, p.55)

Em uma unidade de saúde, por exemplo, a desigualdade racial pode se manifestar na negligência na atuação profissional, em especial na tomada de decisão quanto à adoção de algum procedimento terapêutico. Entretanto, considerando-se a determinação social da saúde-doença, as causas da morte materna podem extrapolar o ambiente das unidades de saúde. Afinal, não é por acaso que os indicadores de morte materna são reveladores da qualidade de vida e saúde de uma população. Embora refletindo sobre a pandemia da Covid-19, Goes et al. (2020) destacam aspectos da determinação social da saúde-doença que evidenciam desigualdades socio-raciais que interferem na segurança da gestação, parto e puerpério de mulheres negras. As autoras afirmam que:

Para a população negra, o cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, visto que ela tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do estado em seus territórios. A pandemia desnuda o quanto o Brasil é um país desigual e pouco avançou na superação do racismo. (Goes et al.,2020. p.4)

A pandemia da COVID-19 aflora desigualdades socio-raciais, que têm como mola propulsora o racismo estrutural, que perpetua desde o período escravocrata no Brasil. Nesta perspectiva entendemos que a população negra em sua diversidade, enquadra-se na definição 'grupo de risco' tanto por comorbidades adquiridas em decorrência da qualidade de vida, quanto pelas vulnerabilidades provocadas pela ausência do Estado nos territórios negros - comunidades quilombolas, periferias dos centros urbanos, áreas de ocupação desordenada, dentre outros - onde vive a maioria dessa população. Goes et al. (2020), destacam que o cenário pandêmico, coloca a população negra em risco adicional, pois além de apresentar as piores taxas de saúde, vive em condições precárias de moradia, sem acesso a saneamento básico e conseqüentemente sem acesso a serviços básicos de saúde, estando, portanto, mais vulnerável à COVID-19.

As desigualdades socio-raciais são verificadas em todas as regiões do país e expressam na mortalidade materna seu público prioritário. Teixeira (2012, p.6) destaca que no Brasil há diferenças marcantes nas taxas de mortalidade materna, pois "as mulheres negras e indígenas concentram os maiores índices de m.m principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste". Diante disso é importante considerar as desigualdades regionais que tendem a condicionar a capacidade de respostas de municípios e estados mesmo em contextos de normalidade. (OLIVEIRA, 2008) Situação que obviamente se agrava em contextos de pandemia.

Como exposto na Introdução a interrupção da coleta de dados em prontuários físicos e eletrônicos de mulheres vítimas de óbito materno na Fundação Santa Casa Misericórdia do Pará limitou os resultados da pesquisa que aqui são ainda preliminares. Os critérios de busca

e a análise documental em fonte documental do MS (2020) compreenderam as seguintes variáveis: ano de referência; local de registro - por residência; indicador - óbitos maternos declarados; grupo etário - 10 a 49 anos; categoria - notificação de óbito de mulheres; local de ocorrência - todos; óbito atestado por médico - todos.

Estudos apontam que o Estado do Pará é um dos estados do país com maior índice de mortalidade materna (SINDMEPA,2020; CAMACHO,2020). E nesse sentido, constatou-se que a ocorrência de óbitos maternos no Pará foi a maior se comparado aos demais estados da Região Norte e, na série histórica definida, foram assim distribuídos: 2015 – 95; 2016 – 103; 2017 – 129; 2018 – 108; 2019 – 117; 2020 (até o mês de agosto) – 83. Observou-se que mulheres negras foram mais afetadas, respondendo por 518 do total de 635 óbitos. (MS, 2020) Nessa fonte os anos de 2019 e 2020 estão destacados com asterisco na fonte original, indicando que os dados são ainda preliminares.

Considerando os demais estados da região verificou-se que o Amazonas foi o que apresentou segundo maior número de óbitos em todos os anos da série, com a seguinte distribuição: 2015 – 52; 2016 – 55; 2017 – 50; 2018 – 71; 2019 – 60; 2020 (até o mês de agosto) – 51, totalizando 339 casos. Também no Amazonas observou-se que mulheres negras e indígenas foram as mais afetadas pelo óbito materno, respectivamente, 242 e 48 casos. No entanto, se reconhece que o número absoluto não traduz essa realidade com precisão, pois deve ser considerada a proporcionalidade entre os segmentos de mulheres em idade reprodutiva. E neste sentido, se faz também o reconhecimento dos limites dos resultados aqui apresentados.

Um dado que também deve ser destacado é o número expressivo de indígenas vítimas de óbito materno na Região Norte. Por exemplo, em 2020 foram registrados 17 casos no país, 12 deles aconteceram nesta Região, dos quais a maioria no Amazonas - 07. Os episódios noticiados na mídia nacional e internacional sobre a crise na/da saúde nesse estado, não deixa dúvidas de que quando houver a atualização no sistema de informação do Ministério da Saúde a partir do mês de agosto/2020 não teremos bons resultados.

O município de Belém, onde está localizada a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP), considerada a maior maternidade pública do estado e por ser referência na atenção à gestante de alto risco e ao recém-nascido, apresenta o maior número de registros de mortalidade materna. (BOTELHO, et al. 2013) Entretanto não se pode culpabilizar a instituição e as equipes de saúde por todos os óbitos maternos ocorridos no espaço institucional, pois os determinantes da saúde e da doença perpassam por todas as dimensões da vida de uma mulher em idade fértil e, inclusive, são anteriores à concepção.

Observou-se que nem sempre as respostas terapêuticas foram exitosas, porque a situação de saúde apresentada pelas mulheres quando chegaram na FSCMP era por demais grave. No entanto, também foram identificadas condutas inadequadas por parte de

profissionais das equipes de saúde, que foram analisadas pelo Comitê de Morte Materna e adotadas providências administrativas. Avaliação desse mesmo Comitê indicou que 92% das mortes poderiam ter sido evitadas se os protocolos estabelecidos tivessem sido cumpridos, um deles o acompanhamento de pré-natal, que deve ocorrer no âmbito da Atenção Primária.

Os prontuários evidenciaram que as vítimas de óbito materno que faleceram na FSCMP representaram todas as regiões de saúde do estado. Algumas delas percorreram longas distâncias e fizeram uso de diferentes meios de transporte (terrestre, aquático, aéreo) em busca de atendimento. Por vezes foi necessária a utilização desses três meios de transporte para se chegar até a FSCMP. Alguns itinerários terapêuticos demonstraram tanto a diversidade ambiental do Pará, quanto a centralização da política de saúde na capital do estado e em outros centros mais urbanizados. Esse fato aponta a urgência de melhorias na assistência à saúde nos municípios de residência dessas mulheres. (BOTELHO, et al. 2013)

Em relação aos prontuários e demais documentos anexados – Fichas Sociais e Declarações de Óbito é evidente a incompletude de dados, inclusive sendo recorrente a indicação de causas de óbito, consideradas como ‘máscaras’ das reais causas da morte materna. A ausência do quesito raça-cor invisibilizou parcela expressiva da população que, também no Pará, representa a maioria. Ainda assim, constatou-se que as mulheres negras representam a maior parcela de vítimas, reiterando a realidade de outros estados do país. Dentre os prontuários analisados não foi identificada nenhuma vítima de óbito materno declarada como indígena, entretanto não se pode desconsiderar a subnotificação para este e demais grupos populacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos com este artigo refletir sobre os efeitos da pandemia da COVID-19 e do racismo estrutural sobre a população negra, com ênfase na morte materna. Foram analisados dados de mortalidade materna ocorridos no Pará em perspectiva comparativa com demais estados da região norte do Brasil.

Constatou-se que o Pará é o estado que apresenta a maior ocorrência de óbitos maternos, seguido pelo Amazonas. Considerando os números absolutos verificou-se que em ambos os estados mulheres negras são as principais vítimas, entretanto o número absoluto aparentemente baixo (se comparado a outros segmentos) de óbitos maternos de indígenas pode invisibilizar e mascarar um problema que é muito maior. Por esta razão, reconhecemos a importância e necessidade de ampliar e qualificar a análise dos dados a fim de contemplar as mulheres indígenas.

Analisando os dados sobre a mortalidade materna é possível verificar os diversos fatores que corroboram para o aumento da mortalidade, como os sociais, geográficos, assistenciais e principalmente raciais, que se refletem no acesso a bens e serviços socialmente produzidos

que, mesmo relacionados à cidadania, não alcançam a maioria da população. Embora 92% dos óbitos pudessem ter sido evitados, o racismo delinea a determinação social da saúde-doença, comprometendo, exatamente, a evitabilidade.

Entende-se que o período de início do acompanhamento pré-natal e a quantidade de consultas são indicadores importantes na análise sobre óbito materno, porém não atestam a qualidade da atenção recebida nas unidades de saúde. Embora a subnotificação seja reconhecida pelos órgãos gestores da saúde como desafio ao enfrentamento dos óbitos maternos, o problema persiste.

Arraigado por séculos na sociedade brasileira o racismo, cujo efeito pandêmico é tão letal quanto o Coronavírus, potencializa a pandemia da Covid-19, cujos fatores de risco também resultam da referida determinação social, afetando em maior proporção grupos populacionais vivendo em situação de vulnerabilidade social, em especial indígenas e população negra. Considerando a evitabilidade do óbito materno e que as causas principais estão relacionadas às condições de vida, ao acesso e qualidade da atenção à saúde durante a gravidez, parto e puerpério, não se deve restringir os efeitos do racismo apenas ao âmbito hospitalar onde o óbito ocorreu.

Entende-se que há necessidade de se ampliar o olhar incluindo os vários fatores e processos que, de forma implícita ou explícita, devastam vidas negras e indígenas e não só das que são vítimas do óbito materno. Um episódio de óbito materno tem alcance amplo, alterando a organização familiar e toda uma rede de relações e, principalmente, o futuro das crianças recém-nascidas. Espera-se que este artigo suscite inquietações que estimulem outras pesquisas e que sejam superados os limites que forem aqui identificados. Críticas e sugestões serão recebidas como colaboração.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio L. **As pessoas descobriram que o racismo não é uma patologia. É o que organiza a vida delas.** Portal Geledés – em Pauta. 06.06.2020.

ARÊDA-OSHAÍ, Cristina M.; FONSECA, Cláudia T.; FREIRE, Elizabeth F.; CRISTO, Solange C. A. et al. Diversidade Étnico-racial e Saúde no Estado do Pará: uma análise sobre morte materna no estado do Pará. Projeto de Pesquisa. UFPA, FSCMP, UNIFESSPA. Belém. (inédito)

BELFORT, Ilka Kassandra Pereira; KALCKMANN, Suzana; BATISTA, Luís Eduardo. **Assistência ao parto de mulheres negras em um hospital do interior do Maranhão, Brasil.** Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, 2016, pp. 631-640.

BENTES, Raimunda N. de M. **Negritando.** Belém: Graphitte, 1993.

Camacho, Elyade N. P. R.; Araújo, E. da C.; Ferreira, E. da S.; Valois, R. C.; Parente, A. T.; Camacho, F. F. **Causa de mortalidade materna na região metropolitana I no triênio 2013-**

2015, Belém, PA. Nursing.São Paulo, v. 23, pág. 3693-3697, abril de 2020. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/revistas/263/pg36.pdf>. Acesso em: 17 de fev. de 2021.

CNS, Ascom (ed.). **Mortalidade por covid entre negras é duas vezes maior que entre brancas, diz doutora em Saúde durante live do CNS.** 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1317-mortalidade-materna-por-covidentre-negras-e-duas-vezes-maior-que-entre-brancas-diz-doutora-em-saude-durante-live-docns>

Departamento de Análise de Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna.** Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

DORDUNOO, Dsifa. **Raça não é patológica, mas o racismo é.** Rev Bahiana de Enferm (2020).

ESTRELA, FERNANDA MATHEUS et al. **Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios.** *Physis*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300215, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312020000200314&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 Fev. de 2021.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278

GOMES, Nilma L. **“Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão”** In *História*. Coleção para Todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade> Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Algunstermos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5esRaciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 de jan. de 2014.

GUIMARÃES, Antônio S. **Raça e os estudos de relações raciais no Brasil.** [S.l.]: Cebrap, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2001.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência – 2020.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

LEAL, Maria do Carmo et al. **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001305004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 de fev. 2021.

MARTINS, Alaerte Leandro. **Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil.** Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, pág. 2473-2479, novembro de 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; FREIRE, Neyson Pinheiro. Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, n. 9, p. 3555-3556, set. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Campanha mobiliza a população contra o racismo no SUS.** Blog da Saúde, Ministério da Saúde, 25 de novembro de 2014. Disponível em:

<http://www.blog.saude.gov.br/geral/34777-campanha-mobiliza-a-populacao-contra-o-racismo-no-sus>. Acesso em: 14 de fev. de 2021.

MOTA, Santana Maria Marinho. **Mortalidade Materna no município de Belém/Pará: uma avaliação do sistema de informações sobre mortalidade**. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Bárbara C.; ARÊDA-OSHAI, C.M. et al. **Contribuindo para a Valorização da Diversidade Étnico-racial no Pará: uma análise sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. In Anais do 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da população negra: Brasil ano 2001**. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2002.

OLIVEIRA, Paulo de T. de Ribeiro. **Desigualdade Regional e o Território da Saúde na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2008.

Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: Lugar de fala?**/Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Márcia P. A. dos; NERY, Joilda S. **População Negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde**. Estudos Avançados 34(99), 2020, pp. 225-243.

SANTOS, Eloísa Gabriel dos. **Desigualdade secular entre as mulheres negras só se aprofundam na pandemia do Covid-19**. Boletim a questão étnico-racial em tempos de crise. n.38. 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2753-publicacoes/boletim-cientistas-sociais>. acesso em: 20 de fev. de 2021.

Sindicato dos Médicos do Pará (SINDMEPA). **Pará é o estado com maior índice de mortalidade materna do país**. 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://sindmepa.org.br/2020/01/para-e-o-estado-com-maior-indice-de-mortalidade-materna-do-pais/#:~:text=Par%C3%A1%20%C3%A9%20o%20estado%20com%20maior%20%C3%ADndice%20de%20mortalidade%20materna%20do%20Pa%C3%ADs,-0&text=A%20redu%C3%A7%C3%A3o%20da%20mortalidade%20materna,por%20complica%C3%A7%C3%B5es%20envolvendo%20a%20gravidez>. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

TEIXEIRA, Neuma Z. F. et al. **Mortalidade materna e sua interface com a raça em Mato Grosso**. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, v. 12, n. 1, p. 27- 35, Mar. 2012.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional e Saúde da População Negra**. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, 2016, pp. 535-549.



GT 07 – Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina

QUANDO TUDO SE INFLAMA¹: levantes, violência, imagem

Leandro Rodrigues Lage (PPGCOM/UFPA)²
Julia Mota França (FACOM/UFPA)³
Heloíá Carneiro (FACOM/UFPA)⁴

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir dimensões estéticas e políticas de imagens fotográficas alusivas aos atos e protestos antirracistas ocorridos em 2020. O objetivo é tensionar as diferentes figurações da violência nas imagens de manifestações do movimento #vidasnegrasimportam e das mobilizações pelo Dia da Consciência Negra no Brasil, buscando discutir: a experiência da violência como motivação das insurgências, a violência subjacente aos gestos de sublevação, a violência empreendida para controlar os levantes e, por fim, a força percussiva das próprias imagens. Colocar essas imagens sob escrutínio significa fazer não apenas uma crítica dos levantes, mas propor também uma crítica da violência e do modo como as imagens operam diante das potências e formas de poder que atravessam essas manifestações em diferentes direções. Às imagens cabe fazer uma síntese das emoções da revolta e testemunhar, a partir do olho da história, os momentos em que o monopólio da violência é exercido e também posto à prova, em que a violência se opõe à própria violência, em que tudo se inflama e o *páthos* da indignação é não somente representado, mas também visualmente expresso.

Palavras-chave: Levantes; Violência; Imagem; Racismo; Fotografia.

¹ Este trabalho foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa "Levantes amazônicos: dimensões estéticas e políticas das imagens da resistência", financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com bolsas de iniciação científica vinculadas à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) e à Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Docente da Faculdade de Comunicação e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Brasil. E-mail: leandrolage@ufpa.br.

³ Discente da Faculdade de Comunicação, UFPA, Brasil. E-mail: juliamotaf47@gmail.com.

⁴ Discente da Faculdade de Comunicação, UFPA, Brasil. E-mail: heloiasarmento@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Em 2020, diversos países do Ocidente - entre eles o Brasil, mas, em especial, os Estados Unidos da América - experimentaram ondas de protestos e manifestações contra atos, discursos, políticas e crimes com motivações racistas. O estopim para esses acontecimentos ocorreu em 25 de maio, na cidade de Minneapolis, no estado norte-americano de Minnesota. George Perry Floyd Jr., um homem negro de 46 anos, foi acusado de tentar usar notas falsas para comprar cigarros e, em seguida, detido por policiais, que o derrubaram e mantiveram-no sob domínio, com o joelho em seu pescoço, o que resultou na morte de Floyd por parada cardíaca causada pela asfixia mecânica. A violenta e desastrosa abordagem policial foi filmada por testemunhas e as imagens daquele crime circularam massivamente pela internet minutos depois do ocorrido.

O registro, a ampla circulação daquelas imagens e a reação imediata, indignada, crescente e violenta ao episódio em diferentes países são dignos não apenas do registro histórico, mas de discussões sobre o lugar de protagonismo das imagens quando, como diria G. Didi-Huberman, "tudo se inflama" (2017a). As imagens inscrevem-se no núcleo dos levantes, representando-os e, também, sintetizando emoções da revolta. Imagens como as do caso de George Floyd, assim como de outros episódios e da própria experiência histórica de violência racista, testemunham, a partir do olho da história, os momentos em que o monopólio da violência é exercido e posto à prova, em que a violência se opõe à própria violência, em que o *páthos* da indignação é registrado, expresso, reverberado.

Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir dimensões estéticas e políticas de imagens fotográficas relacionadas a atos e protestos contra o racismo ocorridos no ano de 2020. O objetivo é tensionar as diferentes figurações da violência nas imagens de manifestações do movimento #vidasnegrasimportam e das mobilizações pelo Dia da Consciência Negra no Brasil, buscando discutir: a experiência da violência como motivação das insurgências, a violência subjacente aos gestos de sublevação, a violência empreendida para controlar os levantes e, por fim, a força percussiva das próprias imagens. O texto é vinculado ao projeto de pesquisa "Levantes amazônicos: dimensões estéticas e políticas das imagens da resistência", voltado às imagens de levantes em seu trabalho de dar forma visível aos afetos da indignação, da convicção, do desejo e das demais emoções e sentimentos que animam essas insurreições.

2. EM TORNO DA VIOLÊNCIA DOS LEVANTES: PREMISSAS

Um levante caracteriza-se como ação política empreendida por indivíduos ou grupos de pessoas subjugadas a um regime ou forma específica de poder, na qual resolvem

assumir os riscos de contestá-lo de forma explícita, com frequência no espaço público, pondo em prática e tornando visíveis gestos de resistência catalisados pela indignação, pela convicção, pelo sentimento de injustiça e pelo desejo de emancipação. Essa definição, um tanto generalista, depreende-se principalmente dos trabalhos mais recentes do filósofo e historiador das imagens francês G. Didi-Huberman (2017a, 2017b, 2019) e também de outros autores contemporâneos, tais como Judith Butler (2017, 2018), Jacques Rancière (2017, 2012), Alain Badiou (2012), Étienne Balibar (2015). A riqueza conceitual desse termo não reside apenas na literalidade pragmática do levante como revolta que se concretiza no espaço público, mas também naquilo que o termo oferece como metáfora da potência dos corpos e da resistência dos desejos. Sobretudo o desejo de escapar das condições de opressão e de sujeição. Assim, em oposição à submissão, "o desejo contrário – a sobrevivência do desejo nesse espaço concebido para neutralizá-lo – ganha todo sentido a partir da palavra *levante* e do gesto que ela pressupõe" (DIDI-HUBERMAN, 2017a, p. 16, grifo do autor).

Um dos aspectos mais centrais do debate em torno dos levantes e de suas manifestações nos mais diversos regimes de visibilidade, do fotojornalismo ao campo das artes, é sua estreita vinculação com a violência. Não se quer, com essa associação, reforçar o conhecido enquadramento criminalizante dos levantes e manifestações no espaço público, tampouco fazer das dimensões agonísticas do levante o cerne dessas ações, negligenciando todo seu potencial transformador da realidade, mobilizador de formas de solidariedade e questionador de estruturas rígidas de opressão. Buscamos pôr em perspectiva a relação ambígua e multilateral entre levante e violência, assumindo como premissa que insurgir-se pressupõe uma *dynamis*, uma energia transgressora, desobediente, movente, deslocadora de pessoas, objetos, espaços, valores, ideias. "Não se recusa, não se desobedece, não se revolta, não se levanta sem violência, não importa em que grau", reconhece Didi-Huberman (2017b, p. 367). Mesmo ressaltando os riscos de que a violência "perverta", por assim dizer, o levante de suas motivações legítimas, o filósofo leva a sério as lições deixadas por Walter Benjamin (1986) sobre a necessidade de se fazer uma crítica permanente da violência e de sua historicidade, sem opô-la, *a priori*, ao direito de se sublevar.

O segundo aspecto remete à própria (multi)dimensão ética da violência das sublevações. Ao assumirmos a violência como fenômeno subjacente aos levantes, é preciso suspender temporariamente a condenação ética, encarando a seriedade da questão segundo a qual a violência pode surgir como um meio para fins justos ou injustos. Em *Crítica da violência*, W. Benjamin (1986) nos lembra que a distinção da violência para fins justos ou injustos é historicamente sancionada pelo poder jurídico, que define os momentos, os atores e os fins para os quais o uso da violência é autorizado. "Através de que função a

violência parece, com toda a razão, tão ameaçadora para o direito, tão temida por ele? Isso se mostra justamente nos casos em que, mesmo segundo a ordem judiciária atual, o emprego da violência ainda é admitido" (BENJAMIN, 1986, p. 163). Os exemplos são variados e, infelizmente, contemporâneos: as guerras, a ação policial, a defesa internacional... Para Benjamin, a questão de fundo é, justamente, a da violência como possibilidade muitas vezes única de questionamento da ordem e das instituições que distribuem a sanção e a legitimidade das violências - por corolário, seu acobertamento, sua cumplicidade. Ao fim e ao cabo, o que parece importar para o filósofo não é tomar partido na querela ética da violência, mas acenar para o fato de que "a crítica da violência, ou seja, a crítica do poder, é a filosofia de sua história" (BENJAMIN, 1986, p. 174). Nesse sentido, qualquer que seja a aparição da violência, seja como instrumento repressivo, seja como recurso contra violências estruturais, carece de uma crítica de fundo histórico, uma espécie de arqueologia que investigue suas raízes muitas vezes subterrâneas no solo do tempo.

A terceira e última premissa relacionada à violência diz respeito a uma relação tripla, explorada por Jean-Luc Nancy (2000): primeiro, a violência deve ser tomada, em seu sentido elementar, como uma força que se impõe, isto é, se realiza de modo impositivo; segundo, a violência não está a serviço de uma verdade, pois ela própria reivindica sua verdade pela força; terceiro, a violência e a manifestação da violência são indissociáveis: "onde a força é simplesmente executiva, onde a autoridade é simplesmente imperativa, onde a lei é (em princípio) simplesmente coercitiva, a violência acrescenta outra coisa: ela se quer demonstrativa e monstruosa. Ela mostra-se a si e seu próprio efeito" (NANCY, 2000, p. 5, tradução nossa). Essas relações levam à síntese dessa premissa fundamental, que refere-se à dimensão imagética da violência. "O violador quer ver sua marca sobre aquele que foi violado, e a violência consiste precisamente em imprimir essa marca" (NANCY, 2000, p. 5, tradução nossa). Se, inversamente, também podemos dizer que a própria imagem consiste num golpe no tempo e na experiência evanescente das coisas e das pessoas, é de difícil refutação a ideia de que subjaz à violência sua re-produção em imagem, sua figuração, ainda que como marca escondida nos recantos mais borrados do inconsciente.

Uma vez exploramos esses pressupostos, passemos a um exercício de crítica da violência enquanto trabalho da imagem, pensando sua dimensão figurativa, expressiva, a propósito de imagens alusivas aos levantes antirracistas.

3. A IMAGEM E A CRÍTICA HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA

As manifestações iniciadas em maio, após o assassinato de George Floyd nos EUA, estenderam-se pelas semanas e até pelos meses seguintes, também em outros países, tais

como Espanha, Itália, Reino Unido, Brasil... Lideranças políticas internacionais e importantes instituições, como a Organização das Nações Unidas e a própria Igreja Católica, representada pelo Papa Francisco, condenaram a violência racista e criticaram o posicionamento do governo de Donald Trump. Os protestos foram às ruas mesmo em meio a um quadro mundial de agravamento da pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Em diversos estados dos EUA, os protestos culminaram em confrontos entre a polícia e os manifestantes, além de saques, bloqueios e quebra-quebras. A indignação com o caso George Floyd ecoou internacionalmente e passou a ser referenciada, tanto nos cartazes de rua quanto na internet, pela expressão "black lives matter" (do inglês, vidas negras importam). Esse grito de guerra antirracista não é exatamente recente. O movimento Black Lives Matter foi criado em 2013, a partir de um texto publicado pela ativista Alicia Garza, em sua rede social, que repudiava a absolvição do homem responsável pela morte do adolescente negro Trayvon Martin, em 2012, no estado da Flórida (EUA). As ativistas Patrisse Cullors e Opal Tometi juntaram-se a Alicia Garza para criar a organização, transformada em uma rede global (<https://blacklivesmatter.com/>), que se identifica como "[...] intervenção ideológica e política em um mundo onde as vidas dos negros são sistematicamente e intencionalmente alvos de morte. É uma afirmação da humanidade do povo negro, nossas contribuições para esta sociedade e nossa resiliência diante da opressão mortal."

No Brasil, um país também marcado pelo racismo estrutural, entranhado em nossa história cultural, e pelos crimes com motivação racista, a expressão "vidas negras importam" - transformada em *hashtag* - foi amplamente utilizada na internet e em manifestações nas ruas, em diversas capitais. Em alguns casos, os manifestantes fizeram alusão a outros assassinatos de grande comoção, como o de João Pedro, adolescente de 14 anos baleado, dentro de casa, por um policial durante uma operação na cidade do Rio de Janeiro, em março de 2020. Passados meses após o período de intensa mobilização, a discussão e os protestos contra o racismo voltaram à tona em novembro, com a divulgação de um vídeo em que João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos, foi espancado e asfixiado até a morte pelos seguranças no estacionamento de um supermercado em Porto Alegre (RS). O crime ocorreu em 19 de novembro de 2020, um dia antes da data em que é celebrado no Brasil o Dia da Consciência Negra, efeméride criada em homenagem à Zumbi dos Palmares, líder quilombola que lutou contra o sistema escravista no Brasil. A morte de Beto, como era chamado, recebeu intensa cobertura midiática e gerou forte comoção, provocando inúmeros protestos em diversas cidades do país.

Para falarmos das relações entre violência, levantes e imagens, é preciso, em primeiro lugar, perguntarmo-nos sobre a experiência da violência como motivação, isto é, como catalisadora das insurgências. Assumimos, de saída, o pressuposto benjaminiano de

que realizar uma crítica da violência demanda sua historicização, isto é, o reconhecimento de que a violência não está suspensa no tempo, mas inscreve-se numa cadeia de eventos nem sempre interligados de modo explícito. É nessa direção que segue a argumentação de Frantz Fanon sobre a violência como mediação fundamental da relação entre colonizados e colonizadores. Em seu clássico *Os condenados da terra* (1968), o autor caribenho analisa o processo de independência da Argélia e ressalta pelo menos duas premissas fundamentais para uma crítica da violência, a propósito das revoltas e (contra)ataques do povo argelino ante o domínio colonial francês: em primeiro lugar, a violência não teve início pelos colonizados, mas pelos colonizadores; em segundo lugar, para os "filhos da violência", que dela extraem sua humanidade, ela é a única forma conhecida de reapropriação, pelo homem, de seu destino.

A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrasou completamente os sistemas de referências da economia, os modos da aparência e do vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonizada se engolfar nas cidades interditas. Fazer explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação muito clara, muito compreensível e que pode ser retomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmanchar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras se vão abrir vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território (FANON, 1968, p. 30).

Engana-se quem enxerga na crítica de Fanon apenas uma apologia radical à violência. Como o diz Sartre, no prefácio ao livro, essa "violência irreprimível [...] não é uma tempestade absurda nem a ressurreição de instintos selvagens e nem mesmo um efeito do ressentimento; é o próprio homem que se recompõe" (SARTRE, 1968, p. 14). Depreende-se, portanto, que a violência insurgente e revoltosa de que falam Fanon e Sartre seja uma espécie de violência ativa e reativa, desesperada, pois empreendida por aqueles que já se consideravam mortos, subjugados. Forjados na violência da exploração e expropriação, os explorados recorrem à violência como meio possível de se insurgir, de sublevar-se contra as forças históricas que lhes oprimem, imobilizam e matam. Sem necessariamente entrarmos na querela entre os defensores da violência como recurso político e os advogados da não-violência como única solução eticamente viável, o importante aqui é retermos que, de maneira generalista, a explosão violenta dos levantes é, em geral, precedida de outras violências, contra as quais as pessoas se erguem, revoltam-se. As mortes de George Floyd, do menino João Pedro e de Beto foram sucedidas, muitas vezes, por manifestações acaloradas, violentas, rapidamente enquadradas pela imprensa e pelos governos como

vandalismos, depredações, termos estratégicos para legitimar a violência repressiva e deslegitimar a reativa.

Intuitivamente, somos levados a crer que a função das imagens seria, de saída, registrar e testemunhar essas múltiplas aparições da violência: opressiva, reativa, repressiva. Se, como diria Nancy (2000), a própria violência manifesta-se imprimindo sua marca, produzindo-se como imagem, poderíamos rapidamente concluir que à imagem cabe capturar essas marcas - e até mesmo denunciá-las. Entretanto, diríamos que as imagens estão aquém e além dessa tarefa. Por um lado, jamais uma imagem dará conta de fazer a síntese de uma experiência violenta. Por outro, as imagens tocam uma dimensão muito concreta da violência: sua monstruosidade, sua profundidade sem fundo. Essa seria, para Nancy (2000), a diferença entre imagens da arte e imagens simplesmente violentas:

A violência da arte difere daquela dos cortes, não porque a arte permaneça na aparência, mas, ao contrário, porque ela toca o real - que é sem fundo - enquanto que o corte existe por si-mesmo e no instante de seu próprio fundo. É já uma arte - como se diz em Francês -, cabe à arte em geral, muito além ou muito aquém da estética, saber distinguir entre uma imagem sem fundo e uma imagem que é apenas e tão somente um corte (NANCY, 2000, p. 8, tradução nossa, grifos do autor).

Essa argumentação sobre a relação ambígua da imagem com a violência só nos parece plenamente elucidada quando tomamos como exemplo uma imagem que, justamente, oscila entre esses campos aparentemente separados, da arte e das imagens-corte, das imagens violentas. Trata-se da fotografia de Nay Jinkns, resultante de um ensaio produzido para o terceiro episódio do programa televisivo *Arte na fotografia*, exibido pelo canal Arte 1 em 12 de junho de 2020, cujo tema era "Atemporalidade". Na imagem, feita meses antes daqueles crimes de grande comoção e das manifestações antirracistas subsequentes, vê-se o corpo de um homem negro deitado no chão, com o rosto sob as botas de outra pessoa. A fotografia é feita em preto e branco, com baixa luminosidade e pouca nitidez. A oscilação de foco e o jogo de luzes e sombras remete a uma atmosfera onírica, à maneira das lembranças e *flashbacks* cinematográficos. Em primeiro plano, o asfalto granuloso sobre o qual o homem é pisoteado. No centro, o rosto sob o calçado, que, junto com a calça, lembra um uniforme militar. Ao fundo, apenas a silhueta de cavaletes de sinalização abertos na rua e um poste no estilo colonial. Pela composição visual e pela natureza do ensaio, feito sob o roteiro de um programa televisivo no qual fotógrafos competem entre si por meio da produção de imagens, tudo leva a crer que aquela é uma fotografia encenada especialmente para aquela ocasião - embora essa cena, historicamente, não seja ficcional.

FIG. 1 - "Atemporalidade", de Nay Jinknss.



Fonte: <https://nitidafotografia.wordpress.com/2020/06/16/nitida-entrevista-nay-jinknss/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Sobre essa fotografia, Nay Jinknss escreveu em uma de suas redes sociais:

Foi impossível ouvir esse tema e não lembrar de como a sociedade nos enxerga, nos silencia e nos mata. Essas imagens foram feitas no Pátio do Colégio em São Paulo. Mas poderia ter sido na Terra Firme, no Complexo do Salgueiro, em Mineápolis. Poderia ter acontecido com o Diogo, como com tantos de nós. A gente precisa reparar urgentemente essas narrativas que nos colonizam e nos apagam (JINKNSS, 2020).

Embora possamos dizer que a fotografia de Nay Jinknss não documenta, propriamente, os acontecimentos de 2020, o pano de fundo dessa imagem é, justamente, o da historicidade da violência racista em torno da qual esses mesmos eventos orbitaram. Daí insinuam-se, ao mesmo tempo, a atualidade e a "preteridade" da imagem e do golpe que ela

institui. A fotógrafa paraense escolheu a violência racista como índice de uma "atemporalidade", tema encomendado para sua imagem. Simultaneamente, ela fez do registro a figuração de um vulto, tocando, justamente, na dimensão monstruosa a que chega o racismo estrutural - para muitos pouco nítida, para outros até negada. Mais do que representar um golpe, um corte, um gesto violento em si, Nay Jinknss optou por "tocar o real" sem a pretensão de alcançar seu fundo: foi além da superficialidade da marca da violência, repetida com frequência nos noticiários para alimentar um regime de visibilidade racista. Aquela é a imagem de um gesto sem sujeitos, sem tempo, nem espaço, mas que, no entanto, repete-se incessantemente. Um devir violento. Ao demonstrar a agressão à qual as pessoas e os corpos negros estão diariamente submetidos, aquela fotografia captura um aspecto específico do levante, nem sempre presente nas imagens governadas pela factualidade dos eventos: a experiência da violência motivadora das insurgências, as violações que precedem os rompantes de raiva e revolta daqueles que são subjugados sob os coturnos.

4. QUANDO TUDO SE INFLAMA

Assumir que a violência seja subjacente às sublevações e, ainda assim, considerá-las ações políticas legítimas dentro dos ideais democráticos pressupõe certo exercício crítico. Isso porque, por via de regra, a violência é considerada uma espécie de "outro" da política (BALIBAR, 2015). Nesse sentido, explica É. Balibar, "no processo real da política e de sua história, a violência faz parte das condições, dos meios e, conseqüentemente, faz parte dos fins, porque estes são imanentes aos meios ou acabam sendo. Trata-se de examinar as formas, as modalidades, as transformações da violência" (2015, p. 48, tradução nossa). Há, por certo, uma longa série de ressalvas a serem feitas, sobretudo quanto à distinção entre violência e extrema violência, entre agressão destinada a objetar a resistência e a reação desesperada em autodefesa, entre carrascos e vítimas, entre violência aniquiladora e violência restauradora da cidadania. Entretanto, e voltando aos preceitos benjaminianos, considerar a violência como parte das relações políticas significa admitir sua capacidade de não apenas instituir, estabelecer relações jurídicas, mas também de modificá-las. Não por acaso, a maioria das grandes conquistas e dos grandes retrocessos relacionados, por exemplo, aos direitos dos cidadãos, é atravessada por lutas políticas que envolveram processos violentos: das manifestações acaloradas às violências institucionais.

A longa história dos levantes é carregada de episódios violentos e sanguinários, de mártires e vilões, de crimes e sacrifícios. Segundo G. Didi-Huberman, há um determinado

momento desses conflitos em que tudo se inflama, em que os desejos e ações ardem em brasas:

Então tudo se inflama. Tem quem veja nisso apenas o puro caos. No entanto, outros veem surgir formas de um desejo de ser livre, formas de vida em comum durante as greves. Dizer “manifestamos” é constatar – mesmo com espanto, mesmo sem compreender – que algo surgiu, algo decisivo. Mas foi preciso um conflito. É um tema importante para a moderna pintura da história (de Manet a Polke) e para as artes visuais em geral (fotografia, cinema, vídeo, arte digital). Os levantes às vezes produzem apenas a imagem de imagens quebradas: vandalismos, um tipo de carnaval negativo. Mas a arquitetura provisória dos levantes se constrói sobre essas ruínas: coisas paradoxais, moventes, feitas disso e daquilo, como as barricadas. Depois as autoridades reprimem a manifestação, quando já não resta aos manifestantes nada além da força do desejo (a força, não o poder). Por isso, na história, tantas pessoas morreram por terem se levantado (DIDI-HUBERMAN, 2017a, p. 207).

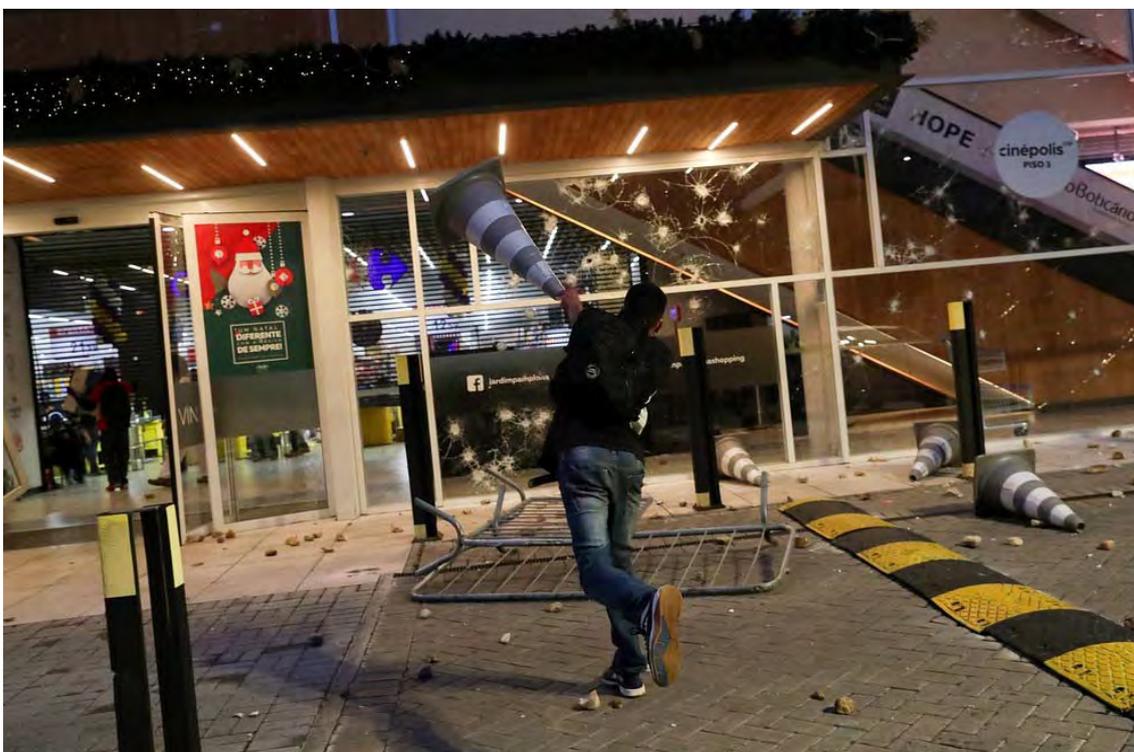
Esse momento de ruptura, de produção de ruínas não é, para o filósofo, o signo de uma destruição. Trata-se de uma reapropriação dos espaços, dos tempos, dos objetos, de si. O repertório dessas ações políticas é significativo, como mostram Ogien e Laugier (2011): a abstenção, o boicote, a petição, a manifestação, a greve, o uso moderado ou simbólico da violência, o tumulto, a desobediência civil enquanto disposição para a recusa a uma lei ou a uma de suas disposições, ainda que ela tenha sido instituída por uma maioria de representantes do povo. A essa lista podemos acrescentar ainda bloqueios, quebra-quebras, saques, sabotagem, motins, ocupações, greves de fome e outras formas de autoflagelo, além de ações em caráter mais simbólico e, digamos, diplomático, como abraços coletivos, encenações, mutirões. O repertório de ações repressivas também é longo: cercos, bloqueios, bombas de dispersão, sprays de pimenta, golpes de cassetetes e escudo antimotim, uso de armas de fogo com munição comum ou de impacto cinético (balas de borracha, como são conhecidas), jatos d'água, uso de cavalaria e de cães...

Em sua defesa da violência política, Fanon (1968) argumenta que as reações violentas às opressões colonialistas são formas de introduzir uma agitação no mundo, de sacudir estruturas históricas de subjugação. Para ele, o uso simétrico da violência, isto é, a apropriação da violência por quem historicamente é dela vítima é condição da afirmação da própria simetria das vidas que importam, da cidadania e mesmo da humanidade em disputa. Se aplicarmos esse esquema argumentativo ao calor dos levantes, ao momento em que os conflitos estão abrasados, parece-nos igualmente previsível que o recurso à violência venha à tona por todas as partes, sobretudo quando compara-se a disparidade de instrumentos de

defesa e ataque dos manifestantes e das forças policiais do Estado e a própria disparidade na quantidade de vítimas feridas⁵.

Um dia após o assassinato de Beto no estacionamento de um supermercado de Porto Alegre (RS) foi realizada a 17ª Marcha da Consciência Negra, em São Paulo. A certa altura do protesto, um grupo de manifestantes invadiu um supermercado da mesma rede, jogou objetos contra a fachada da loja e ateou fogo em prateleiras e gôndolas. Nas imagens de Amanda Perobelli para a agência britânica de notícias Reuters, dois gestos opostos: na primeira, um homem atira um cone de sinalização na fachada do shopping em que fica o supermercado alvo dos protestos; na segunda, uma mulher uniformizada, provavelmente funcionária do supermercado, aciona um extintor de incêndio para apagar as chamas em um cesto de produtos, no interior da loja.

FIG. 2 e 3 - Fotografias de Amanda Perobelli/Agência Reuters



⁵ Esse foi o caso do fotógrafo Sérgio Silva, alvejado no olho por uma bala de borracha enquanto registrava um protesto no centro de São Paulo em junho de 2013, período de grandes agitações de rua no país. Sérgio perdeu a visão na mesma hora, conforme relata em *Memória ocular* (2018), livro com o relato dele e de outras vítimas da violência policial empreendida naquelas manifestações.



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/20/manifestantes-fazem-ato-em-sp-pedindo-justica-para-joao-alberto-durante-17a-marcha-da-consciencia-negra.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2021.

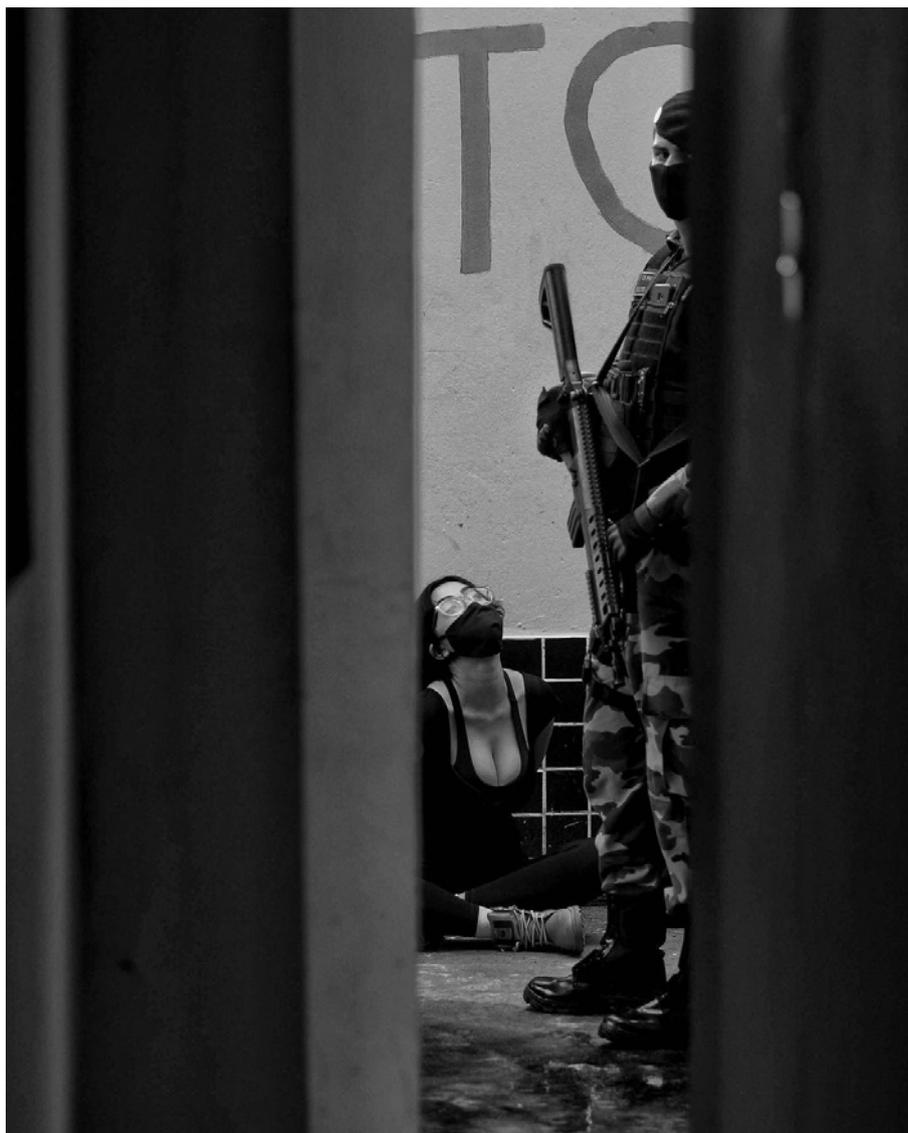
Ambas as imagens capturam o calor dos conflitos, a ação destruidora dos manifestantes. As fotografias, destinadas a um regime midiático de visibilidade, documentam a violência e suas marcas como expressão da raiva e da indignação daqueles que se sublevam. Contra a destruição de uma vida, a demolição de estruturas materiais. A ironia desse gesto é a de que os manifestantes de São Paulo realizaram, precisamente, aquilo de que Beto fora acusado: a perturbação do funcionamento da loja, a ameaça aos bens materiais e mercadorias à venda. Mas as imagens parecem não dar conta de todas essas nuances. Na primeira, um manifestante solitário projeta-se contra um prédio comercial, atirando um objeto de plástico. Na segunda, uma mulher negra desespera-se para controlar o fogo ateadado pelos manifestantes. Pela composição visual, são fotografias tiradas da urgência dos eventos: a linha do horizonte levemente inclinada, a dinâmica actancial dos indivíduos, a quantidade e dispersão dos elementos. Nenhuma dessas formas expressivas parece explorar, no entanto, aquela profundidade sem fundo das imagens da violência. São imagens-corte, imagens-golpe, que se prestam de bom grado a um regime informacional e registram pequenas centelhas de momentos coletivos de indignação. Não se quer, com isso, exigir mais do que as imagens possam oferecer. A questão não é cobrar das imagens, mas refletir sobre os enquadramentos da violência dos levantes. Impõe-se, nesse sentido, uma ressignificação dessa destruição: fazer dos escombros a matéria-prima da reconstrução, das ruínas o simbolismo de estruturas que precisam tombar, dos gestos violentos a ação política que resta.

5. O LEVANTE IMPEDIDO

Em 7 de junho de 2020, duas semanas após a morte de George Floyd e em meio à onda crescente de protestos no mundo, uma manifestação com a bandeira antirracista foi marcada pela internet para o início da manhã, no Mercado de São Brás, em Belém (PA). Ao chegarem ao local, os manifestantes depararam-se com policiais militares preparados para não apenas dispersar o protesto, como impedir que ele se realizasse. Os policiais faziam cumprir um decreto governamental então em vigor que impedia aglomerações de mais de dez pessoas como forma de conter o avanço da pandemia do Novo Coronavírus. Os oficiais não apenas contiveram o movimento - formado, em sua maioria, por jovens negros vestidos com roupas pretas e de máscara na parte inferior do rosto - como revistaram as pessoas e detiveram algumas "para averiguação" na delegacia. À imprensa, a polícia informou que foram encontradas armas brancas e coquetéis molotov entre os pertences de manifestantes. Nenhuma imagem desses objetos foi divulgada. Após negociação com a Polícia Militar, os participantes do protesto tiveram a permissão para que um grupo de dez pessoas realizasse o ato simbolicamente e o registrasse.

A violência com que o Estado agiu para reprimir a manifestação fica evidente na série de imagens feitas daquele levante impedido. Na fotografia de Thiago Gomes, publicada pelo jornal O Liberal, vê-se uma mulher jovem, de máscara e óculos, sentada no chão de pernas cruzadas e braços para trás, sugerindo que ela esteja algemada. O rosto dela está virado para cima, esboçando algum tipo de reação ou expressão não identificável. À direita, um policial fardado e equipado com uma arma pesada espreita o fotógrafo por entre a fresta a partir da qual a imagem foi capturada, ao mesmo tempo em que parece vigiar a mulher e as demais pessoas detidas, que não aparecem na cena. A fotografia foi tirada já na delegacia para onde os manifestantes foram levados. O corpo subjugado da jovem diante da postura rigorosa do policial fortemente armado evidencia o contraste entre a suposta ameaça violenta do levante e a repressão legitimada em defesa da ordem jurídica. A própria natureza furtiva daquela imagem já demonstra essa atmosfera de censura, interdição e controle da vontade popular a partir de ações pouco transparentes do Estado. Embora houvesse amparo legal para a interdição de aglomerações em meio à maior crise de saúde pública do último século, a violência intimidadora premeditada e o recolhimento de manifestantes sem o devido flagrante também sugerem violações do estado de direito.

FIG. 4 - Fotografia de Thiago Gomes/O Liberal.



Fonte: https://www.instagram.com/thiago_gomes_photography/. Acesso em: 15 fev. 2021.

A fotografia de Thiago Gomes captura não apenas uma forma de violência institucional precipitada sobre o direito que os cidadãos têm de se manifestar e expressar sua indignação, mas também certo cinismo de uma "política de imobilidade" cara a certas lideranças políticas - para usarmos os termos de Frantz Fanon. Por política de imobilidade o autor compreende os dispositivos de controle sobre os indivíduos subjugados, que vão desde o pacifismo complacente da intelectualidade até os mecanismos jurídicos que coíbem os movimentos que ameaçam desarranjar as estruturas de poder. Ao enquadramento recorrente dos manifestantes como baderneiros, agitadores, aquela imagem opõe um outro prisma sobre essa organização de forças: uma jovem é detida de forma aparentemente arbitrária e mantida por força policial excessiva quando comparada à ameaça que ela própria poderia oferecer. A imagem acaba por revelar com precisão esses dois aspectos

elementares e recorrentes dos levantes: primeiro, a assimetria de forças e poderes entre os que se sublevam e os que subjagam; segundo, a violência e a intimidação como recursos utilizados para conter a potência das insurgências.

A respeito desses pontos críticos, é importante evocarmos pelo menos duas constatações sobre a relação entre violência, imagens e levantes. A primeira, já mencionada anteriormente, diz respeito à crítica da violência como instrumento de instituição e manutenção do direito, da ordem, das estruturas e das instituições. Como argumentou W. Benjamin (1986), a toda violência desse tipo - inclinada à imobilidade, ao engessamento - é inerente um caráter legislador. Daí porque ela é mobilizada de modo tão eficaz contra a violência ameaçadora da ordem: o risco virtual de uma manifestação com dimensões e consequências não previstas constitui-se como índice suficiente para legitimar uma intervenção. Mas aí entra a imagem em seu trabalho de "tocar o real" e revelar as marcas deixadas pela violência institucional. Talvez por um momento de distração das autoridades, o fotógrafo invadiu um espaço de poder e furtou um momento, uma temporalidade na qual o exercício desse poder se realizava exageradamente e longe dos nossos olhos.

Em segundo lugar, a interdição jurídica e policial da manifestação remete a um segundo dilema dos levantes: a vulnerabilidade dos corpos. Apesar das razões compreensíveis para que as autoridades públicas coíbam aglomerações, a concorrência entre o direito de reunião e o dever de zelar pela saúde coletiva não deixa de trazer à tona o fato de que, em certas manifestações políticas, o que está em jogo é o próprio direito de poder lutar. "Algumas vezes o objetivo de uma luta política é exatamente superar as condições indesejadas da condição corporal. Outras vezes a exposição deliberada do corpo a uma possível violência faz parte do próprio significado de resistência política" (BUTLER, 2018, p. 140). A rua, o espaço público também são, afinal, um direito pelo qual as pessoas lutam: são uma plataforma de atuação política ou, para usarmos uma expressão da autora, são uma "infraestrutura da ação política".

Se, por um lado, a pandemia gerou certa elasticidade na aplicação de normas jurídicas elementares como os direitos de ir e vir e de reunião, por outro lado a questão da violência institucional trazida à tona pelo levante pós-George Floyd em Belém é mais pragmática do que propriamente jurídica. A imposição assimétrica da força policial, via intimidação e coação, tal como revelada na fotografia, desenha nitidamente os excessos na aplicação da norma - embora possa-se discutir a própria norma como excesso. Nesse sentido, e diferentemente das imagens de Amanda Perobelli, aqui a imagem não se curva à contemplação da violência. Além de revelar as impressões dos abusos e violações, ela própria resiste ao cerco e captura as múltiplas investidas contra os corpos e sujeitos revoltosos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A VIOLÊNCIA DAS IMAGENS

A partir da fotografia de Nay Jinkns, vimos como uma imagem é capaz de evocar certa historicidade (ou "atemporalidade") da experiência da violência catalisadora das insurgências. Nos registros fotojornalísticos de Amanda Perobelli, percebemos como a imagem pertencente ao regime informacional se coloca no centro dos eventos e captura os momentos mais acalorados dos conflitos, sem necessariamente ir além de seu próprio recorte visual e das marcas mais evidentes da violência dos levantes. Por outro lado, esse mesmo regime de visibilidade da informação jornalística também pode, como mostra a fotografia de Thiago Gomes, recusar-se a apenas explorar as marcas da violência e esquivar-se das interdições ao olhar. Mas ainda nos resta refletir mais diretamente sobre a força percussiva das próprias imagens. E os protestos após a morte de George Floyd foram pródigos em produzir imagens marcantes, como a do prédio completamente em chamas em Minneapolis retratado na fotografia de Mark Vancleave distribuída pela agência Associated Press.

FIG. 5 - Fotografia de Mark Vancleave/Associated Press.



Fonte: <https://www.arkansasonline.com/news/2020/jun/15/officers-resigning-in-minneapolis/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Dois dias após a morte de George Floyd, a cidade estadunidense de Minneapolis ainda estava sitiada pelos protestos. Os sistemas de transporte foram suspensos, o comércio fechado e as ruas tomadas por manifestantes. Prédios e automóveis foram queimados. Quanto mais a polícia agia na tentativa de controlar os distúrbios, mais os manifestantes reagiam contra as forças de segurança. Esse conflito abrasado gerou uma das imagens mais proeminentes dos levantes antirracistas após a morte de Floyd. Um

prédio ainda em obras de quase 200 apartamentos foi totalmente destruído pelas chamas. A imagem, recortada e reeditada inúmeras vezes, circulou o mundo e com as mais diversas referências. No Brasil, as primeiras informações davam conta de que aquele prédio seria de uma delegacia. As chamas em meio à estrutura e as longas colunas de fumaça produziram uma espécie de recorte cinematográfico do levante. A fotografia reunia todos os indícios de que a fúria revoltosa tomava conta da cidade e estava fora de controle, além de todos os elementos visuais de uma imagem paradigmática: a luz incandescente emanando das labaredas formava um halo brilhante em torno do prédio, envolto pela sombra noturna. Não seria exagero compará-la à composição visual de um cartaz de filme de ação no qual, em geral, as explosões são tão protagonistas quanto os personagens.

Fotografias como a do prédio em chamas servem para "espraiar" a atmosfera de insatisfação e revolta, para usarmos outro termo caro a Frantz Fanon. Mas também acabam se prestando aos mecanismos de controle e enquadramento que fazem dos levantes fenômenos tão incompreendidos por aquelas pessoas que deles não tomam parte. "A imagem", diz Rancière (2012, p. 92), "não é o duplo de uma coisa. É um jogo complexo de relações entre o visível e o invisível, o visível e a palavra, o dito e o não dito". Ou seja, o que chamamos de imagem, e aí se incluem especialmente as imagens dos regimes jornalísticos de visibilidade, é o elemento de um dispositivo que cria certo senso de realidade, pois organiza formas de ver, mostrar, sentir, compreender. Por isso, e contraditoriamente, parece-nos que a mesma grandiloquência da imagem do prédio em chamas em Minneapolis que faz dela paradigmática oblitera as motivações, os agentes e os afetos daquele levante em favor das marcas deixadas pela violência destruidora. Novamente, estamos diante de escombros sem projetos ou perspectivas de reconstrução, embora os gritos, as bandeiras e os cartazes tenham reivindicado, repetidamente, a importância das vidas negras e da necessidade de desconstrução da desigualdade a todo custo.

Resta-nos comentar um último aspecto da relação entre imagens, levantes e violências. É necessário confrontar permanentemente o lugar das imagens perante o dilema da violência, dando ênfase, sobretudo, ao imperativo de descontinuação da espiral de violência que toma conta de nossa sociedade. Mesmo partindo daquela suspensão moral na crítica da violência, ao admitir que ela subjaz aos levantes e não é necessariamente o oposto da política, ainda será necessário fazer o movimento contrário e refletir sobre o papel das imagens na reformulação dos regimes de visibilidade que criminalizam as lutas políticas e seus sujeitos, que estigmatizam corpos e falas, que condicionam nossas disposições afetivas diante do intolerável de certos arranjos de poder e daqueles que buscam reordená-los. Conforme argumenta Schwarte (2018), a forma da imagem condiciona a forma dos levantes, que podem ou não abrir-se para que os sujeitos ocupem seu espaço de aparição e façam sua política.

REFERÊNCIAS

- BADIOU, Alain. **The rebirth of history**: Times of riots and uprisings. London, New York: Verso Books, 2012.
- BALIBAR, Étienne. Violencia, política, civilidad. **Ciencia Política**, v. 10, n. 19, p. 45-67, 2015.
- BENJAMIN, Walter. Crítica da violência: crítica do poder. In: BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, p. 160-175, 1986.
- BLACK LIVES MATTER GLOBAL NETWORK FOUNDATION. **Black Lives Matter**, [2020]. Herstory. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/herstory/>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- BUTLER, J. Levante. In: DIDI-HUBERMAN, G. **Levantes**. São Paulo: Sesc-SP, 2017, p. 23-36.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DIDI-HUBERMAN, G. **Levantes**. São Paulo: Sesc-SP, 2017a.
- DIDI-HUBERMAN, G. Através dos desejos (fragmentos sobre o que nos subleva). In: DIDI-HUBERMAN, G. **Levantes**. São Paulo: Sesc-SP, 2017b, p. 289-383.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Désirer désobéir**: Ce qui nous soulève, 1. Paris: Minuit, 2019.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- JINKNSS, Nay. **3º ep - Atemporalidade**. São Paulo, 12 jun. 2020. Instagram: @nayjinknss. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBWuixUBx-O/>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- LAUGIER, Sandra; OGIEN, Albert. **Pourquoi désobéir en démocratie?** Paris: La Découverte, 2011.
- NANCY, Jean-Luc. Image et violence. **Le Portique**. Revue de philosophie et de sciences humaines, n. 6, p. 1-11, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- RANCIÈRE, J. Um levante pode esconder outro. In: DIDI-HUBERMAN, G. **Levantes**. São Paulo: Sesc-SP, 2017, p. 63-70.
- SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SCHWARTE, Ludger. THE PEOPLE-IMAGE: the political philosophy of georges didi-huberman. **Angelaki**, v. 23, n. 4, p. 80-90, 2018.
- SILVA, Sérgio; BREDA, Tadeu. **Memória ocular**: cenas de um estado que cega. São Paulo: Elefante, 2018.



GT 07 - Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina.

VIOLÊNCIA URBANA E COLONIALIDADE NA SOCIEDADE BELENENSE: O CASO DA CHACINA DE BELÉM.

Andrey Manoel Leão de Leão¹,

Resumo

Este trabalho tem como intuito refletir sobre a violência urbana na capital paraense a partir do caso conhecido como Chacina de Belém que ocorreu em 2014, onde houve a morte de 9 pessoas na periferia da cidade. Em meu TCC em Museologia pela UFPa que defendi em 2018, analisei como as famílias das vítimas da Chacina de Belém lidavam com os objetos deixados pelos entes queridos e, a partir de visitas nas casas das famílias, de entrevistas semi-estruturadas e idas às manifestações e julgamentos do caso, notei que as vítimas tinham uma característica em comum, a cultura periférica da cidade, e o que foi guardado pelos familiares tinha relação com a ideia de desvincular as vítimas da visão que a mídia criou sobre elas de serem criminosos, ou seja, os objetos guardados e expostos pelas famílias tinham pretensão de contar uma narrativa que inocentavam as vítimas, mostrando que eles eram trabalhadores, estudantes, “gente de bem”, e por isso, enlutá-los na mentalidade coletiva. Volto ao caso e reflito sobre a história do estado em que hierarquizou culturas, colocando uma topo e subjugando todas as demais. Busco, então, apontar que a violência urbana em Belém é resultado da colonialidade da região, mostrando, a partir do pensamento da filósofa estadunidense Judith Butler, que os grupos periféricos da cidade são considerados não passíveis de luto, por isso, quando vitimados em tais eventos iguais a chacina, não há comoção popular, e logo, não há reivindicação de justiça.

Palavras-chave: Colonialidade; Belém; Violência Urbana; Chacina; Enlutamento.

Colonialidade

A colonialidade é um conceito que diz que a perspectiva da colonização não desaparece com a independência ou a descolonização dos países, mas se mantém como processos de dominância (QUIJANO, 2005), ou seja, a perspectiva da colonização de exaltar e mostrar como melhor certos grupos em detrimento de outros se mantém através de narrativas, através de um esforço de exaltação de uns e dominação de outros (MIGNOLO, 2005).

¹ Mestrando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Naea- Universidade Federal do Pará /UFPa-Brasil. Email: andreyleao2@gmail.com

A colonialidade, então, é um produto da colonização que traz uma retórica de dominação em todos os sentidos, desde uma lógica teológica que diz que sua religião é melhor e para a salvação da alma deveria haver uma conversão ao cristianismo (MIGNOLO, 2005), até uma lógica epistemológica que diz que há apenas uma única maneira de chegar ao conhecimento que seria pela razão, razão esta moldada por pensamentos eurocêntricos (LANDER, 2005).

Logo, a colonialidade é um processo sistemático de hierarquização de culturas a fim de servir a uma matriz de poder. Isso é visto na formação dos estados nações, principalmente nas sociedades ibero-americanas, onde se privilegiou o ponto de vista dos dominadores, sendo estes brancos de origem européia. Logo, os interesses dos estados eram baseados nos interesses da burguesia européia. Essa pequena minoria detinha o controle e não tinha nenhum interesse social em comum com os indígenas, negros e mestiços, apesar destes serem a avassaladora maioria da população. Isso servia para explorar esses povos e assim se garantia os privilégios dessa elite branca (QUIJANO, 2005).

Como diz Maldonado-Torres (2019), para observar a colonialidade é preciso estar atento ao passado e deve-se sempre ter o que acontece no presente, já que o termo colonialidade foi cunhado para se diferir de colonização, pois esta última tem por noção do já acontecido, que já se libertou e por isso não há mais problemas, mas a colonialidade vem para apontar que o que aconteceu no passado reverbera no presente. Por isso, podemos ter como pensamento que problemas atuais são reverberações do passado, e, baseado nesse pensamento, analisarei a história do estado do Pará e o caso da chacina conhecida como Chacina de Belém, que aconteceu em 2014 na capital paraense, para ter a noção de como a colonialidade acontece no estado.

História do estado do Pará

A formação do que se marca como território do estado paraense se deu, principalmente, com o processo de colonização da região amazônica pelos europeus entre os séculos XVI e XIX, sendo essa delimitação não respeitando a espacialidade dos povos residentes na região. As viagens tinham como objetivos a ocupação das terras que eram conhecidas como Novo Mundo que foram divididas entre Portugal e Espanha através do Tratado de Tordesilhas, 1494.

Antes, para que houvesse a colonização, se fez necessárias missões para traçarem e explorarem essas terras desconhecidas. As missões exploratórias que descobriram e expuseram essas terras ao mundo europeu marcam um primeiro contato entre esses diferentes povos: os que chegaram e os que já residiam na região.

Em Janeiro de 1616, o capitão Francisco Caldera Castello Branco chegou às margens da baía do Guajará com o objetivo de povoar a região e assim protegê-la contra a invasão de outros povos europeus interessados nessas terras, e, sendo bem recebido pelos indígenas, mandou fazer um forte de madeira para proteger a região de invasores que denominou de Presépio. A partir desse local para o interior das terras, Castello Branco ergueu casas para sua gente. A povoação foi chamada de Nossa Senhora de Belém devido a expedição ter saído do Maranhão em 25 de dezembro de 1615, e assim foi criada a cidade de Belém, sendo Castello Branco o seu primeiro capitão-mor.

A cidade começou a ser construída principalmente com a partir da chegada das ordens religiosas, sendo as primeiras chegaram na cidade em 22 de julho de 1617, porque elas tinham como objetivo a catequização dos indígenas e a implementação da atividade de trabalho ao modelo mercantil, buscando o lucro e o acúmulo de capital, da mesma maneira que faziam os colonos (SOUZA, 2002). E, com a relação religiosos-indígenas, foram assentadas missões, que posteriormente se transformaram em aldeias indígenas, resultando na expansão da cidade (CASTRO, ÍNDIO, 2015).

Não demorou muito para que os colonos começassem a ver a escravização dos indígenas como uma solução para o desenvolvimento da cidade, já que eles eram não só usados para trabalhos domiciliar (na construção de igrejas e casas), mas por terem um conhecimento da região, das florestas e do clima, eram usados também na fabricação de manteiga, no roçado, na coleta das drogas do sertão e como soldados nas tropas de conquistas (OLIVEIRA, 1988).

Nesse primeiro momento há uma dominância dos europeus a partir da imposição de seus costumes aos povos locais, sendo essa dominância feita de forma violenta, já que houve resistência indígena.

Os indígenas tinham importância pela força de trabalho para os colonos, e porque eram almas que deveriam ser salvas para os religiosos. Ou seja, eram imposto à eles formas de se viver pautadas em uma perspectiva eurocêntrica, seja laboral ou religiosa.

Essa perspectiva de europeização dos indígenas foi tão importante que durante o período pombalino, com o recém-assinado Tratado de Madri, de 1750 que demarcou as possessões luso-espanholas na América onde Portugal obteve ganhos territoriais, implementou-se o chamado Diretório dos Índios (1757-1798) que foi:

Um processo civilizatório, cujo objetivo central era a transformação do índio em colono, a partir de sua inserção na sociedade colonial, um sistema jurídico que, laicizando a administração dos aldeamentos, colocou os índios à mercê dos colonos e das autoridades coloniais, possibilitando aos mesmos intensificarem exploração do seu trabalho, o que teria acelerado o processo de genocídio das populações

indígenas, um sistema que impôs aos trabalhadores indígenas a disciplina de tempo e de trabalho capitalista (SOUZA JUNIOR, 2010, p. 79-80).

A implementação dos diretórios foi uma política pombalina de ocupação que se deu com transformação dos aldeamentos em vilas e lugares a fim de, com a ajuda das colônias, levantar a economia da metrópole (SOUZA JUNIOR, 2010, p. 80). Contudo, foi também uma política de apagamento cultural e imposição de um estilo de vida.

A educação portuguesa sobre os indígenas durante o período pombalino não se deu apenas com a catequização, mas também com a imposição da língua portuguesa a esses grupos (GARCIA, 2007), e como a cultura é:

Organizadora via o veículo cognitivo que é a linguagem, a partir do capital cognitivo coletivo dos conhecimentos adquiridos, das aptidões aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade. Assim, se manifestam 'representações colectivas', 'imaginário colectivo'. E, dispondo do seu capital cognitivo, a cultura institui as regras /normas que organizam a sociedade, dirigem os comportamentos individuais. As regras / normas culturais geram processos sociais e regeneram globalmente a complexidade social adquirida por essa mesma cultura (MORIN, 1991, p. 17).

Logo, a imposição de uma língua portuguesa à esses grupos se tratava de uma dominação cultural a partir de um apagamento de um imaginário coletivo. A catequização também tinha esse objetivo, pois o pagamento de sua religião seria o pagamento da história indígena quando se apaga suas crenças.

Como demonstra Souza Junior (2010):

A implantação do Diretório dos Índios foi o de acelerar a reforma dos costumes indígenas, iniciada pelos missionários, levando-os a abandonar práticas, moralmente, condenáveis, como a antropofagia, a nudez e a poligamia. No que dizia respeito à última, as normas do Diretório orientavam os diretores a estimular casamentos monogâmicos mistos etnicamente, não só para a conformação de uma sociedade mestiça e a maior inserção dos índios à civilização, mas para corrigir este danoso desvio de conduta (SOUZA JUNIOR, 2010, p. 95)

A resposta dos indígenas a essas políticas do Diretório não foi muito animadora, havendo contínuas revoltas e fugas para a floresta em uma demonstração da resistência dos povos indígenas contra o esforço de integrá-los à sociedade colonial e à economia internacional à maneira pombalina (SOUZA, 2002).

Com a proibição da escravização dos indígenas, houve uma necessidade de mão de obra para esse tipo de trabalho, sendo a implementação de uma mão de obra escrava

negra no estado demorada. No Maranhão se dava de forma mais fácil porque chegavam navios com uma quantidade grande de escravos para venda na região. Já no Pará o mercado de escravos ainda era muito irregular devido os navios que chegavam com escravos aportarem primeiro no Maranhão sendo vendidos ali quase todos, não sobrando muitos para a compra quando os navios partiam. Por isso, os decaimentos² ainda continuavam fortes na região, apesar da não aceitação da escravização dos nativos pelos religiosos e pela política da época (SALLES, 1971).

A partir de uma forte pressão dos moradores do Pará para que a coroa implementasse políticas que fizesse com que chegasse escravos na região, a população negra começou a aumentar consideravelmente.

Os negros, então, formaram a base escravista da região que, junto aos indígenas, formou a base social belenense feita a partir de grupos brancos, negros, indígenas, caboclos e outros. Nota-se a construção de uma sociedade diversa, no entanto, desigual, onde o branco, como foi mostrado, é tido como mais importante em uma hierarquia social feita a partir do eurocentrismo português.

Essa hierarquia social que marca uma cultura indígena e negra como um contraponto, como uma cultura não branca, não elitista e inferior, é forte na formação colonial paraense. Contudo, pode-se ver ela atuando na história posterior a isso, como é o caso da Cabanagem e do *boom* da borracha.

Na Cabanagem essa hierarquia social pode ser vista na própria desigualdade social que havia naquele contexto, onde quem participou do movimento cabano eram estes grupos que foram excluídos socialmente. Eles provocaram o movimento a partir do ódio que tinham aos brancos europeus por esses os colocarem como grupos subjugados, principalmente porque, além de serem maioria, os povos tidos como não brancos eram grandes responsáveis pela economia local e pela construção do estado. Como mostra Ernesto Cruz (1963), tudo que era feito, seja comer, plantar, qualquer trabalho para necessidade doméstica, só acontecia pela ajuda dos indígenas ou escravos, tanto é que a fuga destes prejudicava a economia (CRUZ, 1963).

Vicente Salles (1988) diz que o movimento cabano trouxe ideias de liberdade, proporcionando grandes revoltas, fugas de negros que deixavam a senzala e partiam em busca da liberdade, e assim iam ampliando o número de quilombos e mocambos na Amazônia. E, como os quilombos seriam um caminho para a manutenção de seus ritos nas sociedades, onde os negros possuíam certa liberdade para se manifestarem de acordo com os costumes de suas terras natais (SILVA, 2014), eles seriam uma forma da quebra dessa

² Missões de “resgate” com o objetivo de obter indígenas para o trabalho escravo. Resgate referia-se basicamente à compra, pelos portugueses, de prisioneiros de guerra entre as nações indígenas. Assim “resgatados” das mãos de seus captores, estes índios deviam a vida à quem os compravam e eram obrigados a pagar com trabalho (FARAGE, 1991)

hierarquia social que fora feita dos brancos sobre os outros grupos. Portanto, o movimento da Cabanagem foi uma revolta contra essa dominação cultural que estes grupos sofriam.

Posteriormente, com demonstra Ricci (2007), a Cabanagem contribuiu com o surgimento da economia da borracha, já que:

Os presos cabanos e muitos outros suspeitos de “cabanagem” foram recrutados forçosamente e engrossaram os chamados ‘corpos de trabalhadores’. Eram recrutas que foram os responsáveis pela reconstrução produtiva do campo e das cidades no pós-cabanagem, abrindo caminho para a tão comentada época da borracha na Amazônia (RICCI, 2007, p. 29).

A economia da borracha provocou um crescimento econômico local, logo, membros de famílias abastadas do Pará e do Amazonas partiam em viagens para a Europa, geralmente para estudar, enquanto europeus interessados no mercado amazônico chegavam aos postos de Belém. Não demorou para que ideias de senso europeu que se diziam como melhores, mais importantes e mais evoluídas, afetassem novamente a região, como aconteceu no período colonial.

A *Belle Époque* paraense aconteceu no fim do século XIX e início do XX e se deu devido ao *boom* da economia da borracha na região. Ela foi um complexo processo de relações culturais, sociais e mentais, mas também materiais e políticas burguesas de um centro de poder que foi exportado mundialmente pelo capitalismo industrial no final do século XIX. Nesse período, Paris emerge como centro e exemplo de uma forma de vida requintada, elegante, culta e civilizada.

Belém, então, tentou se mostrar moderna e, por consequência, européia. Contudo, Belém ainda era uma cidade que tinha muitos problemas e não era uma cidade francesa. Implementar certas políticas a fim de mostrar uma Belém moderna a partir de perspectivas européias acabou desrespeitando os anseios da população e seus costumes. Embora, seja uma época lembrada como um período de intensa modernização, riqueza e projeção internacional, esse status se deu graças à imprensa que escondeu determinados grupos das notícias, sendo estas famílias negras, pardas, indígenas e de imigrantes viviam às voltas com desapropriações de terrenos e habitações sem saneamento básico e que tinham sua cultura repreendida pelo governo e pela elite. Quando apareciam na grande maioria das vezes a representação era negativa com o intuito da prevenção e da repreensão (BASTOS, 2015). Ou seja, o período da *Belle Époque* demonstra como a glorificação da modernização se fazia sobre uma violência, sobre uma dominância cultural. Apesar de serem maioria, os grupos tidos como não brancos e não elitistas eram menosprezados historicamente.

Com a crise do lugar do látex amazônico no mercado internacional, a perspectiva da *Belle Époque* cai por terra, mas como ideias produzem memórias, o discurso ideológico

de um determinado progresso com ideais europeus e branco que não beneficiaram a grande massa da população, mas sim uma minoria formada por empresários e elites políticas, ainda permanece no meio social, no imaginário local, no monumentalismo, na estética e também da narrativa do seu cotidiano (COELHO, 2007)

Noto, então, que em toda a história do Pará o eurocentrismo é um ponto forte, atuante desde a época da formação do estado, até na sua história mais recente, sendo os costumes europeus estando no nível mais alto de estrutura social. A região tem sido definida a partir de um interesse de um grupo que faz um esforço de sobreposição de costumes e da cultura branca sobre as demais.

A chegada ao “Novo Mundo” representou o início de uma grande trajetória de apossamento do outro, de povos, de suas culturas, de suas vidas e de territórios, apropriando os europeus desse mundo através de uma imposição de saberes, do modo de relação com o tempo e espaço, natureza, que era próprio do mundo capitalista e da modernidade. Por isso, construiu-se um “processo civilizatório” que precisava negar o “outro”, precisava mostrá-lo com seu não semelhante, pois eram pagãos, vazios de conhecimentos, de lógicas e de sistematizações. Constrói-se um olhar evolucionista e classificatório sobre os nativos, construindo imagens distorcidas dos índios, sendo difundidas nos relatórios de viajantes europeus do período colonial, ou na correspondência oficial entre colônias e metrópole. Tratam-se de processos de dominação política e ideológica por meio da construção de imagens e de sua naturalização, a fim de subjugar esse “outro” a seu objetivo. Explorando a força de trabalho à exaustão, pois esse outro - o escravo, o servo- existiam somente enquanto trabalho, já que era inferior. O lugar atribuído pela colonização aos indígenas e aos negros de serem seres inferiores é a marca da racialização que ficaria mantida no tempo através de processos de refiguração e de interiorização de hierarquias, tendo a metrópole como modelo geopolítico (CASTRO, 2018).

Como demonstra Baena (2004), se predominou no Pará costumes, usos, estilos, festas populares do continente europeu, mesmo a população sendo uma mescla de homens brancos, de pretos, de indígenas, de pardos, de mamelucos, de curibocas, e de cafuzos.

Logo, a história do estado do Pará é baseada em uma dominação de uma cultura não branca e não elitista, se mantendo essa dominação mesmo com o fim da colonização. As culturas negras e indígenas foram subjugadas, vistas como inferiores e por isso, combatidas. Por isso, verei a seguir o caso conhecido como Chacina de Belém que aconteceu em 2014 na capital paraense e analisarei como esse aspecto de uma hierarquia social chega na atualidade.

Chacina, Colonialidade e Enlutamento

Em Belém do Pará, no dia 4 de novembro de 2014, o policial militar afastado de seu cargo Antônio Marco da Silva Figueiredo, conhecido por Cabo Pety, foi abordado por volta das 19 horas perto de sua casa no bairro do Guamá por três homens que o alvejaram com 30 tiros. O ocorrido, que resultou na morte do cabo, provocou a circulação de mensagens em redes sociais convocando outros policiais para vingar a morte do Cabo. Áudios instauraram toque de recolher na cidade, especialmente para os moradores dos bairros da periferia.

Logo após as mensagens, homens encapuzados em motos e carros de cores preta e prata executaram sumariamente 10 jovens em diferentes comunidades. As ações decorrentes de tais fatos ficaram conhecidas como Chacina de Belém.

A Chacina de Belém começou na noite do dia 4 de novembro, logo depois da circulação das mensagens, e se estendeu entre a madrugada até a manhã do dia 5. O evento contabilizou 11 mortes no total (incluindo a do cabo). Testemunhas disseram que:

“Eles chegaram atirando. Muitos que estavam no churrasco correram para dentro de sua casa que estavam próximas, ele (uma das vítimas) resolveu correr para casa do meu filho, também era perto, só que eles acabaram seguindo ele, atirando.” (Vanda, irmã de uma das vítimas, contando sobre como foi a chegada do miliciano na rua onde morava). (LEÃO; MENEZES, 2017).

Apesar de ter ocorrido nas periferias de Belém, notícias e boatos foram recebidos por meio de redes sociais aos moradores de toda a cidade, fazendo com que a totalidade, a gravidade do evento e, por consequência, o medo, afetasse grande parte da população (por isso que os familiares das vítimas deram o nome do evento de Chacina de Belém, pois afetou a cidade inteira, de acordo com eles).

Muito se falava sobre o envolvimento do Cabo Pety em grupos de milícias (grupo cuja atuação nas comunidades mais pobres é notória), e, com a pressão dos movimentos sociais que encamparam uma campanha junto com os familiares das vítimas, foi instaurada a CPI das milícias.

No relatório sobre a Chacina, 2015, foi confirmada a existência de 5 grupos de milícias que atuam no estado do Pará; o Cabo Pety era líder de uma delas. Também foi confirmada pela CPI que nenhuma vítima teve envolvimento com a morte do Cabo, e das 10 vítimas, 10 não tinham passagem pela polícia, sendo a única que teve já tinha cumprido pena. Isso contrariava as versões difundidas pela imprensa e pelo poder público de que todos se tratavam de “bandidos”.

Durante a minha graduação em Museologia pela Universidade Federal do Pará, iniciei como bolsista em um trabalho de Iniciação em Pesquisa com o professor Dr. Hugo Menezes. O trabalho tinha como perspectiva a antropologia e museologia, e tinha por ideia estudar as relações de famílias com objetos deixados por familiares mortos. Posteriormente, fizemos um recorte e decidimos escolher famílias que tinham acervos relacionados à violência urbana, e assim chegamos nas famílias da Chacina de Belém.

O trabalho iniciou-se na manifestação ocorrida em 2015, que tinha por pretensão de lembrar 1 ano da Chacina e reivindicar justiça. O ato fez uma grande passeata na Avenida de Magalhães Barata, com saída da Praça do Centro Arquitetônico de Nazaré, terminando no Mercado de São Brás, em frente da delegacia geral do estado. No dia, uma das mães estava com a farda de trabalho do filho em mãos quando uma repórter local a chamou para fazer uma entrevista. Na entrevista a mãe balança a farda do filho e chorava ao mesmo tempo, falava que seu filho era inocente e trabalhador. Naquele momento aquela farda era para a mãe a prova de tudo o que ela dizia.

Depois desse caso, e nas visitas que fizemos às 5 famílias escolhidas, notamos que os objetos guardado pelas famílias (e outros que foram produzidos postumamente como banners e notícias de jornais que inocentaram as vítimas)³ ligavam-se à três grandes narrativas memoriais: 1. a narrativa familiar, quando os objetos falam sobre a experiência mais subjetiva, parental, das lembranças da vida familiar (o que é mais comum quando se perde um familiar); 2. A narrativa específica da Chacina de Belém, quando os objetos falam sobre a versão da família acerca do evento; e a 3. Mais geral, uma narrativa ligada à realidade social, quando os objetos falam sobre a violência e a experiência urbana da periferia que se conecta com a coletividade (jovens, negros, pobres) que partilha da mesma experiência (LEÃO; MENEZES, 2017).

Essas 3 narrativas tinham por pretensão provocar um caráter de justiça para as pessoas que tinham conhecimento sobre o caso da chacina, tanto é que fora feita uma exposição itinerante com esses objetos que inicialmente ficou no prédio da Assembléia Legislativa do Pará. E aqui nesse ponto chegamos ao trabalho da filósofa Judith Butler.

Judith Butler em seu livro *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto* (2015) trabalha sobre a precariedade da vida e como se dá o reconhecimento da mesma. Essa percepção do outro e da vida, de acordo com a autora, se dá por meio de um enquadramento social que hierarquiza uns em detrimentos outros. Quem está no topo dessa hierarquização é quem é visto como ser mais precário, quem deve ser mais preservado, quem deve ser acolhido. Por isso, aqueles que estão no topo são aqueles que causam mais

³ As imagens do acervo das famílias podem ser melhores vistas no documentário “É o que guardo dele” que foi produzido junto à minha pesquisa de TCC e com o apoio do Núcleo de Experimentações Cinematográficas do curso de Cinema da Universidade Federal do Pará. O documentário está disponível no link: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicasvisual/article/view/231308/html>

comoção. Ou seja, para Butler é pela capacidade de comoção que as vidas começam a receber classificações de “merecedores de luto e de proteção”. Assim as condições sociais da minha e da sua existência nunca são completamente determinadas por mim ou por você, mas sim pelo meio social. (BUTLER, 2015). Logo, a percepção social sobre determinado evento que certo grupo sofre depende do enquadramento social que este é visto. Assim algumas violações são vistas como mais latentes dependendo de quem é que sofre elas. Logo, os indivíduos que estão em grupos sociais subjugados, vistos como inferiores socialmente, são vistos como não precários, não passíveis de luto.

Por isso, quando a colonização subjuga raças e culturas como inferiores (como o que aconteceu no período pombalino que buscou o apagamento da cultura indígena e negra com o intuito da assimilação de uma cultura branca por esses; na *Belle époque* em que havia uma forte inspiração européia na sociedade belenense, e por isso os hábitos e costumes de fora deveriam ser mais importantes de os locais), coloca estes como não passíveis de luto, podendo isso ser visto durante toda a história do estado, onde se enquadraram um grupo cultural, elitista e branco como mais importante, e todos os outros ao seu redor como menos importante, sendo estes últimos, baseado na perspectiva de Butler, negados ontologicamente e que não provocam comoção. Essa negação ontológica pode ser vista quando, como demonstra Abdias Nascimento, o negro escravizado era descartável, pois sua fácil aquisição provocava uma não disponibilidade das classes governantes em perder tempo e dinheiro para tratar a saúde destes (NASCIMENTO, 2016), e nas guerras “justas” feitas para conseguir indígenas para o trabalho na colônia. Esses povos eram vistos como menos enlutáveis, por isso as atrocidades que lhe eram cometidas.

Sabendo disso, vejo a violência urbana como um produto da colonialidade local. Como demonstra o livro *Violência na Metropolitana de Belém: Caminhos de saída*, houve na segunda década do século XXI um grande aumento no índice de violência urbana no estado, e a mídia tem grande responsabilidade porque “tenda a favorecer abordagens bastante sensacionalistas sobre a violência, focalizando atos de delinquentes populares que reforçam entre as camadas mais abastecidas os preconceitos em relação às assim chamadas classes perigosas.” (MITSCHHEIN; CHAVES, p. 40). Essas classes perigosas que a mídia enquadra são justamente os periféricos, esses que não fazem parte de uma elite. Colocá-los sob esse termo é um meio de não colocá-los como passíveis de luto, pois enquadra toda uma cultura como algo negativo para sociedade.

Durante a pesquisa feita na Chacina de Belém (LEÃO; MENEZES NETO, 2018), as famílias acusavam os programas criminais da TV de serem os grandes responsáveis pela dificuldade de buscar justiça pelas vítimas, pois, logo depois do evento, alguns apresentadores apontaram as vítimas como criminosos, e, a partir de uma mentalidade de

“bandido bom é bandido morto”, colocavam a chacina como algo benéfico para a sociedade, pois eliminaria esses tipos de sujeitos que não mereciam comoção.

Muitos familiares falaram que o seu maior trabalho naquele caso era que antes mesmo de buscar justiça oficialmente, elas tinham que provar socialmente que aquelas pessoas vitimadas não eram criminosos, mesmo isso já sendo provado juridicamente. Ou seja, elas teriam que colocarem as vítimas em uma perspectiva de enlutamento para que a busca de justiça seja feita, já que haveria comoção social e assim haveria mais cobrança ao poder público para julgar e prender os responsáveis pela chacina. Com isso, esses familiares guardam em seus acervos roupas e objetos das vítimas que comprovam que elas eram membros da igreja, que eram pessoas trabalhadores, que praticavam atividades esportivas, que praticavam atividades musicais, que tinham pretensão de serem militares, etc.

Vejo, então, que a construção desses acervos familiares teve como uma de suas pretensões colocar as vítimas dentro de um quadro que provoque enlutamento social. No entanto, esse enlutamento foi construído baseado na colonialidade. Para que seja visto como uma vida precária, o sujeito deve seguir uma cartilha social que foi construída historicamente e que coloca certos hábitos e costumes como superiores. Ou seja, esse quadro de enlutamento foi construído a partir de uma perspectiva branca, cristã e elitista. Por isso que os familiares guardam bíblias, camisas e CDs evangélicos em seus acervos. Por isso que eles guardam instrumentos musicais. Por isso que eles guardam fardas escolares e objetos que remetem à um sonho da vítima de ser militar. Pois a colonização, historicamente eurocêntrica, na região colocou certos hábitos como melhores. Portanto, se uma pessoa é cristã, significa que ela é boa. Se ela era estudante, era porque era uma pessoa boa. Se tinha pretensão militar, era uma pessoa boa. Isso tudo excluiu de um enlutamento social toda uma população que não se enquadra nesses moldes. Ou seja, se a pessoa não seguir essa cartilha, ela não é passível de luto, e isso pode ser visto no caso da chacina. Se ela não for cristã, ela estará menos passível de luto, já que quem é cristão é visto como uma pessoa melhor. Se o jovem não frequentava a escola, era uma pessoa menos passível de luto. Se ela não trabalhava, é menos passível de luto. Isso exclui uma gama da sociedade que tem uma religião diferente, que não teve acesso ao estudo ou ao trabalho.

Figura 1 - Camisa do Exército de Deus de Alerssonwaldo (vítima da chacina).



Fonte: Documentário *É o que eu guardo dele*.

Contudo, embora os familiares guardarem em seu acervo objetos que buscam enlutar as vítimas socialmente; eles também guardam objetos que criticam esse enlutamento social construído historicamente e demonstram costumes e hábitos que essas vítimas tinham e que representam uma cultura periférica que é vista negativamente pela mídia e marcada por ela como criminosa. Das 10 pessoas mortas durante a chacina, 9 delas eram negras. A única que não era negra era Márcio, filho de Suzana. No entanto, Márcio tinha uma característica muito forte, ele era apelidado de *Marcinho Pitbull*, pois o mesmo só usava roupa da marca *Pitbull*, que é uma marca popular e já tida como característica dos jovens da periferia. Outros jovens, como Bruno, utilizavam roupas muito usadas pelos jovens da periferia, como chapéus da marca *Nike*, que nos foram mostrados pela tia de Bruno (vítima), Meire. Elas guardam para mostrar que eles eram trabalhadores, que não tinham relação com a morte do cabo e nem eram criminosos, e que não se pode julgar pelo tipo de vestimenta.

Figura 2 - Roupa da Pitbull pertencente à Márcio (vítima da chacina)



Fonte - Acervo do Autor.

Figura 3 - Roupas de "Marca" de Bruno (vítima da Chacina)



Fonte - Acervo do Autor.

Logo, vejo aqui que as vítimas que foram mortas pelos milicianos foram escolhidas a partir de uma estética que representa uma cultura não branca, uma cultura não elitista, e sim periférica. Essas vítimas são a “ralé” que Jessé Souza aponta, sendo os marginalizados que dão continuidade à sociedade escravocrata do passado, que herdaram o ódio, a humilhação e o desprezo cotidiano que se dirigiam aos escravos (SOUZA, 2018)

Por isso, eles foram escolhidos porque representavam um grupo que era tido como inferior, que se era negado ontologicamente, que não era passível de luto. Portanto, as milícias para mostrar que mandavam na cidade, escolheram matar a carne mais barata do mercado e assim se livrarem de uma cobrança social por justiça às vítimas.

A Chacina motivada por briga entre grupo miliciano atuante no estado é resultado de uma política pública ausente contra esse tipo de evento, como demonstrado no relatório da CPI das milícias. E, a partir disso, quem sofre com isso são grupos periféricos não sentido socialmente, ou seja, o problema da violência urbana não é resolvido porque quem sofre não é passível de luto. Portanto, casos como a chacina são recorrentes na região porque não são vistos como problema, e na maioria das vezes são vistos até como solução.

Considerações Finais

Como visto neste trabalho, a história do Pará é marcada pela exclusão de certos grupos de uma mentalidade social. Belém, assim como outras capitais, tem seus problemas urbanos, mas é imprescindível estar atento ao fato que quem sofre mais com o problema atuais são minorias sociais que foram formadas e dominadas a partir de políticas públicas históricas cunhadas por uma visão excludente.

O caso da chacina de Belém foi um entre outra chacina na cidade, como a do bairro do Tapanã em 1994, e em Icoaraci em 2011, como demonstrada pela CPI das milícias do estado, fora as outras que aconteceram depois e que ainda acontecem. A recorrência de tais eventos só demonstra uma facilidade em cometer tais crimes e a ineficiência do estado em tentar resolvê-los. Quando há uma investigação do caso, muitas vezes levam anos de julgamento, fazendo com que as famílias desistam de buscar justiça (como aconteceu no caso da Chacina de Belém em que acompanhei), gerando assim a impunidade. E quando há a sentença, não são para todos. No caso da Chacina de Belém, no relatório das milícias, fora apontado que cerca de quase 105 pessoas participaram da chacina, grande parte policiais, mas até o momento das 10 indiciadas poucas foram julgadas.

As chacinas afetam um grupo específico e, pelo que é demonstrado pela análise feita da Chacina de Belém, afetam um grupo tido como menos importante, inferior e, por isso, não geram comoção social. Logo, é o exemplo perfeito da colonialidade, já que se dá pela manutenção de uma ordem estabelecida a partir da justificação de uma superioridade ontológica, onde pode se dizer que há a percepção do “eu sou, ele não é”, sendo esse ser a súplica de ser entendido como vida. Por isso, quando há a morte não há a percepção de vida perdida, pois não há condição para se ver como vida. Portanto, a violência Urbana na região se mantém por que é fruto de pensamento segregador que hierarquiza formas de viver e coloca outras como inferiores e não passíveis de luto.

Em resumo, as chacinas urbanas de Belém são resultados de uma percepção ontológica construída historicamente que gera não enlutamento social ao considerar certos grupos como inferiores. Portanto, a violência contra a periferia não é vista porque a dor que as famílias sofrem não é compartilhada. A vida periférica não é sentida. Logo, a violência urbana em Belém não é resolvida porque é justificada.

Referências

BAENA, Antônio Ladislau. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2004, 413 p.

BASTOS, N. W. B. A Representação das Classes Populares no Jornal A Província do Pará (1898 e 1911). In: **Revista Anagrama (USP)**, v. 9, p. 4-16, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, 288 p.

CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia. In: **Formação Socioeconômica da Amazônia** / Edna Ramos de Castro e Índio Campos, Organizadores. – Belém: NAEA, 2015. Pág. 15 - 37.

CASTRO, Edna. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: Edna Castro; Renan Freitas Pinto. (Org.). **Decolonialidade & Sociologia na América Latina**. 1ed. Belém: Editora NAEA, UFPA, 2018, v. 1, p. 25-52

COELHO, Geraldo Mártires. Vida intelectual e sociabilidade urbana na Belém da Belle époque da borracha (1890-1910). In: **XXIV Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (ANPUH)**, 2007.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005, p. 50-62.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: UFPA, v. 2. (Coleção Amazônica. José Veríssimo). 1963. 380 p. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/99>.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005. p. 24-32.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. 1986. 364f.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278898>>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2021.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005. p. 8-23.

LEÃO, Andrey; MENEZES NETO, Hugo. MUSEOLOGIA E ACERVOS PARTICULARES: O CASO DAS FAMÍLIAS DA CHACINA DE BELÉM. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ, v. 4, p. 193-212, 2018.**

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: *Org.* Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico / -- 2. ed.;** - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. In: **Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2017, vol.32, n.94, e329402.** Epub June 22, 2017. ISSN 1806-9053. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2021.

MITSCHEIN, CHAVES. **Violência na Metropolitana de Belém: Caminhos de saída ... /** homas A. Mitschein, Jadson F. Chaves. — Belém : EdUFPA, 2019. 186 p

MORIN, Edigar. **O método IV. As idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização.** Publicações Europa-América. Biblio. Universitária, 1991. Trad. Emílio Campos Lima. 319 p.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2016. 2aed.

OLIVEIRA, Adélia. Engrácia de. Amazônia: Modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (sec. XVII ao XX). In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, vol. 4, n. 1, 1988, p. 65-116**

PARÁ. Assembléia Legislativa Estado do. **Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração da atuação de grupos de extermínio e milícias no Estado do Pará: relatório final**. Belém, Pará, 2015. Disponível em: <http://www.movimentodeemaus.org/data/material/RELATORIO-FINAL-CPI-dasMilicias-versao-de-entrega-na-grafica3.pdf> . Acesso em 20 de Janeiro de 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005. p. 107-130.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Tempo [online]. 2007, vol.11, n.22, pp.5-30. ISSN 1413-7704. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000100002>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2021.

ROQUE, Carlos. **História geral de Belém e do Grão Pará**. Belém: Distribel, 2001.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. 336 p. (Coleção Amazônica. Série JoséVeríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/48>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2021.

_____. **O negro e as transformações sociais no fim do século XIX no Grão-Pará**. Brasília: Microedição do Autor, 1988.

SILVA, Helder Kuiawinski da. **A Cultura Afro como Norteadora da Cultura Brasileira**. Perspectiva (Erexim), v. 38, 2014. p. 25-35.

SOUZA, James. Mão-de-obra indígena na Amazônia colonial. In: **Tempo de Histórias**, n°. 6, 2002, p. 1-18.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade** / Jessé Souza. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. 288 p.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório**. Afro-Ásia (UFBA. Impresso), v. 48, 2013. p. 173-211.



GT 07 – Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina

NECROPOLÍTICA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO GENOCÍDIO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Manoel Rufino David de Oliveira (UFPA)¹

RESUMO

O presente estudo busca discutir em que medida o território pode ser uma tecnologia necropolítica de genocídio dos povos indígenas. Em primeiro lugar, será discutido o conceito de necropolítica, conforme proposto por Achille Mbembe. Em segundo lugar, será explicado o genocídio dos povos indígenas, desde o período colonial brasileiro até o contexto de redemocratização. Em terceiro, será analisado o território como uma tecnologia necropolítica de genocídio dos povos indígenas, a partir das práticas de territorialização e desterritorialização. Ao final, concluiu-se que os territórios no Cerrado e na Amazônia são necroterritórios, nos quais processos de territorialização e desterritorialização capturam as vidas dos povos indígenas e produzem seu extermínio em massa. A territorialização delimita os territórios indígenas a partir de um discurso de inferiorização dos territórios tradicionais e regula e cerceia o ir e vir dos povos, assim como assegura o monopólio da violência e do poder de morte sob essas pessoas. Ao mesmo tempo, ocorre um processo de expropriatório de desterritorialização desses povos, já que eles são expulsos do território a partir do funcionamento de máquinas de guerra que que taxam os recursos naturais, os territórios e as populações que os ocupam e assim geram a desterritorialização dos povos indígenas. A territorialização e desterritorialização dos territórios indígenas aparecem como tecnologias necropolíticas

Palavras-chave: Necropolítica; Povos indígenas; Território;

1 INTRODUÇÃO

Dois jovens indígenas foram executados por garimpeiros invasores da comunidade Xaruna, localizada em Alto Alegre, no dia 12 de junho de 2020. Essa tensão entre indígenas e garimpeiros pode chegar a um conflito similar ao Massacre de Haximu, no qual garimpeiros promoveram uma chacina contra os Yanomami no ano de 1993, em Roraima. Este foi o primeiro caso reconhecido como genocídio pela Justiça do Brasil. Além dos conflitos, autoridades locais temem que garimpeiros levem o coronavírus à região. O procurador de

¹ Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor auxiliar da Universidade Federal do Pará (UFPA) e professor universitário da Faculdade Faci Belém e da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). E-mail: manoelrufinoadv@gmail.com

Justiça de Roraima, Edson Damas, que recebeu denúncias sobre a continuidade de invasão dos garimpeiros no território, afirmou que a situação pode resultar em novo ciclo de genocídio dos povos que vivem na Terra Yanomami.

Esse caso é apenas um exemplo de diversos conflitos envolvendo terras indígenas no Brasil. Nos últimos anos, houve um aumento significativo de invasões em terras indígenas e de violência contra povos indígenas, como comprovam os “Relatório de violências contra os povos indígenas no Brasil” (2019), publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A usurpação de terras tradicionais, as chacinas, os assassinatos e a proliferação de doenças contagiosas não são fenômenos apartados sem correlação, pois fazem parte de um projeto de genocídio de povos originários que vem sendo colocado em prática desde o período colonial brasileiro.

Em estudo à produção de mortes massificadas no contexto das ocupações coloniais, Achille Mbembe denominou de “necropolítica” o conjunto de técnicas voltadas para o “fazer viver, fazer morrer”. O filósofo camaronês sustenta que o necropoder permanece nas sociedades contemporâneas, principalmente naqueles países que foram tiveram experiência colonial, no qual a raça foi utilizada para criar um estado de exceção permanente no qual os limites do poder soberano de produzir a morte não mais existem. Nesses locais, o governo necropolítico produz a morte de certas populações para que determinadas populações possam viver.

No contexto brasileiro, verifica-se que desde o período colonial o governo necropolítico produz o genocídio da população indígena, assim como de outras populações não brancas, para que a população branca possa viver. Espaços naturais como o Cerrado e a Amazônia são separados, categorizados, segmentados, em territórios específicos, tais como “reservas indígenas”, “territórios tradicionais”, “áreas de preservação” e transformados em um necroterritório, no qual as mortes em massa ocorrem sob estado de exceção permanente. Processos como territorialização e desterritorialização foram desde o período colonial utilizados para garantir a morte dos povos indígenas e permanecem sendo tecnologias necropolíticas até os dias de hoje.

Com base nas questões arguidas acima, adotou-se a seguinte indagação de pesquisa para este trabalho: **em que medida o território pode ser uma tecnologia necropolítica de genocídio dos povos indígenas?**

E, para responder a essa questão, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Explicar o conceito de necropolítica, conforme proposto por Achille Mbembe;
- Compreender o genocídio dos povos indígenas, desde o período colonial brasileiro até o contexto de redemocratização;

- Analisar o território como uma tecnologia necropolítica de genocídio dos povos indígenas, a partir das práticas de territorialização e desterritorialização

Para pensar a respeito dos efeitos da necropolítica no Brasil para os povos indígenas, é incontornável a abordagem interdisciplinar entre Ciências Sociais, Geografia e Antropologia, a partir de uma revisão bibliográfica que permita a contextualização do conceito de necropolítica de Achille Mbembe ao campo dos estudos geográficos acerca de território e dos estudos indigenistas. Por isso, o presente trabalho busca desenvolver uma reflexão que leve em conta não apenas a categoria de necropolítica proposta por Achille Mbembe, mas também as reflexões teóricas de Michel Foucault e Aníbal Quijano, os estudos em território de Rogério Haesbaert e os estudos em povos indígenas de diversos autores de antropologia.

2 NECROPOLÍTICA, UMA CHAVE CONCEITUAL

Achille Mbembe (2016, p. 128) sustenta no ensaio *Necropolítica* que os efeitos da escravidão e do colonialismo ainda imperam com força no contexto do Sul Global, uma vez que o governo dos países da América Latina, da África e da Ásia ainda funcionam a partir do necropoder e da necropolítica. Nesses locais, o biopoder se utilizaria do estado de exceção, do estado de sítio, da emergência e da noção de inimigo como base normativa do direito de matar, razão pela qual deixa de ser um biopoder e se torna um necropoder. Nesse caso, “a característica mais original dessa formação de terror é a concatenação do biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio” e a raça e o racismo seriam cruciais para esse encadeamento, como explica Mbembe (2016, p. 132).

É preciso levar em consideração que Achille Mbembe diferencia necropoder e necropolítica, não usando as palavras como sinônimos. O “necropoder” seria uma articulação concomitante e simultânea do poder disciplinar, da biopolítica e da necropolítica, no governo de países que foram construídos a partir da experiência colonial. O necropoder agrega um conjunto de tecnologias políticas que atuam para estabelecer a gestão e controle das populações e do indivíduo, mecanismos que são diversos, aparentemente até divergentes, mas que convergem e atuam combinadamente. A necropolítica é entendida como parte do necropoder, ou seja, um conjunto de políticas voltadas para a submissão da vida ao poder da morte, ou como o autor chama, “políticas de morte”, que se somam ao poder disciplinar e à biopolítica.

Foucault (2005, p. 294). explica que o poder soberano era baseado na lógica de “fazer morrer, deixar viver”, que, de maneira ativa, seleciona aqueles que deveriam morrer, e, de maneira passiva, deixa o restante viver. Contudo, no século 18, a biopolítica surge como um novo tipo de poder, baseado na lógica de “fazer viver, deixar morrer”. A biopolítica seleciona, de maneira ativa, aqueles que irão viver, garantindo de maneira positiva a

permanência de suas vidas, e de maneira passiva deixa que o restante morra. Segundo Michel Foucault, a biopolítica seria uma nova técnica de poder aplicada à vida dos homens, não dirigida ao homem-corpo, mas ao homem-espécie como uma massa global afetada por processos populacionais próprios da vida humana.

A necropolítica, de Achille Mbembe, é baseada numa lógica de “fazer viver, fazer morrer”, que se diferencia da lógica de “fazer morrer, deixar viver” do poder soberano e da lógica de “fazer viver, deixar morrer” da biopolítica que Michel Foucault propôs. A necropolítica é uma política dirigida ao homem-espécie, voltada para o controle e regulação da população, baseada no “fazer viver” de determinados indivíduos a partir do “fazer morrer” de outros indivíduos. Essa necropolítica é colocada em prática a partir da racialização e do racismo, assim como da criação de um estado de exceção, no qual pode ocorrer uma matança generalizada e irrestrita. Segundo Mbembe, o governo das vidas e das mortes no Sul Global continua sendo necropolítico, em razão da permanência da dominação colonial, e o genocídio da população não branca é um reflexo dessas políticas de produção massificada de mortes.

Dessa maneira, em primeiro lugar, para entender o conceito de “necropolítica” de Achille Mbembe, é preciso saber que “raça”, ou mais especificamente o “racismo”, tenha um lugar proeminente na racionalidade necropolítica:

Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (...) Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2016, p. 128)

Como se vê no trecho supracitado, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornas possíveis as funções assassinas do Estado e esse processo de mortalidade em massa é mais intenso nos países da periferia do capitalismo, principalmente em contextos que se constituíram sob o mito da democracia racial, no qual o direito permanece conectado à violência soberana, formando assim uma verdadeira política de produção de morte. Nesse contexto de racismo, verifica-se que a escravidão constituiu “umas das primeiras instâncias de experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção” (MBEMBE, 2016, p. 130).

Embora a correlação do conceito de biopolítica com o racismo não seja inovadora, pois Foucault já havia feito essa correlação, Mbembe inova ao inscrever a genealogia do racismo em uma temporalidade alternativa àquela que sustenta que o biopoder tem sua

origem nas formações sócio-políticas da Europa Ocidental e que a raça só está presente no holocausto judaico, deixando de fora os espaços coloniais e neocoloniais. Enquanto um espaço neocolonial, no Brasil também há uma dinâmica de “fazer viver” corpos brancos e “fazer morrer” corpos não-brancos, muito embora os casos menos reconhecidos de genocídio nas esferas política e jurídica sejam aqueles nos quais o crime é cometido por setores brancos e as vítimas são não-brancas (FLAUZINA, 2014, p. 137).

Aprofundando a linha de pensamento de Mbembe, é preciso saber que o término da dominação territorial e política dos países europeus sobre os países da América Latina não implicou no encerramento dos efeitos que o colonialismo produziu e ainda produz nas sociedades por ele formadas. Aníbal Quijano (1992) ensina que as colônias foram eliminadas em determinado ponto da história, mas a dominação colonial permaneceu como uma relação de poder até o presente momento, mesmo que já não mais sujeitas a uma administração colonial:

A colonialidade, em consequência, é ainda o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo, como ordem político explícito, foi destruído. Ela não esgota, obviamente, as condições nem as formas de exploração e dominação existentes entre as pessoas. Mas não parou de ser, há 500 anos, seu marco principal. As relações coloniais de períodos anteriores provavelmente não produziram as mesmas sequelas e, sobretudo, não foram a pedra angular de nenhum poder global (QUIJANO, 1992)

Por essa razão, Aníbal Quijano cunhou o termo “colonialidade”, para se referir ao fato de que, muito embora o colonialismo não exista mais, seus efeitos ainda são percebidos e as relações de poder ainda são mantidas na conformidade do projeto colonial. Quando regiões, cidades e, posteriormente, países, alcançaram sua “independência” como entidades político-legais, a racialização das populações manteve a dominação colonial sobre eles. Portanto, segundo Quijano (2015, p. 17), não há mais colonialismo, se nos referirmos a uma entidade política chamada país ou nação independente do estado, mas existe até hoje uma “colonialidade” como uma macro relação de poder. Dessa maneira, quando falamos de Sul Global, América Latina e, mais especificamente, Brasil, esses espaços continuam operando sob estado de exceção.

O aporte teórico oferecido por Achille Mbembe nos permite alargar as reflexões foucaultianas sobre biopolítica, uma vez que se admite que ele não apenas exercido quanto à vida, mas também no nível da morte, na possibilidade de matabilidade e na ideia de que qualquer um pode ser soberano e decidir pela morte do outro, conforme conclui Fátima Lima (2018, p. 30). Esse deslocamento conceitual-metodológico é importante pois talvez nos permita pensar e nos posicionar sob as engrenagens necropolíticas que existem no contexto brasileiro, uma vez que:

o poder necropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos *apartheids* urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares (...) esses dados nos colocam frente a situações que exigem reflexões e tomadas de posições mais agudas no enfrentamento das práticas racistas como engrenagens bionecropolíticas que, na raça, ou melhor, nas práticas racistas e nas ideias de raças contemporâneas, ainda um grande delírio (LIMA, 2018, p. 28)

Dessa maneira, propõe-se no presente trabalho utilizar a grade teórica de Achille Mbembe para analisar as políticas de morte antigas e atuais direcionadas aos povos indígenas do Brasil. O colonialismo instalado no Brasil foi assentado sob um paradigma racista que necessita da produção de mortes dos povos indígenas, assim como de outros povos não brancos, para que a vida do povo branco possa existir. Essa política genocida de extermínio populacional ocorre num arranjo espacial de estado de exceção permanente, no qual se assenta uma matança generalizada de indígenas desprovidos de *status* político e reduzidos a seus corpos biológicos.

3 NECROPOLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Ao discutir a necropolítica nos espaços marcados pela experiência colonial, Achille Mbembe argumenta que os novos processos de racialização das colônias visavam marcar determinados grupos de populações, como os “índios” e os “negros”, fixando do modo mais preciso possível o limite de até onde podem circular, de quais espaços elas podem ocupar, assegurar as circulações, afastando as ameaças e garantindo a segurança geral. A raça, deste ponto de vista, funciona a um tempo como ideologia, dispositivo de segurança e tecnologia de governo das multiplicidades desses grupos de populações, e permite os marcar como “espécies” e, se possível, neutralizá-los antecipadamente, frequentemente através do encarceramento, da deportação e do genocídio (MBEMBE, 2011, p. 10).

Por essa razão, quando se fala sobre o Brasil Colônia, verifica-se que a racialização dos povos indígenas como “índios” permitiu a ocupação territorial dos espaços que outrora eram desses povos, a partir da marcação, neutralização e eliminação desses indivíduos numa verdadeira política de produção sistemática de mortes, ou como Achille Mbembe prefere chamar, numa necropolítica. Esse genocídio não foi acidental, pois na maioria dos casos, ocorreu com a chancela governamental, uma vez que a aniquilação de povos indígenas de certos espaços facilitaria a ocupação, o povoamento, o incremento da imigração e a

colonização europeia, a expansão da agricultura, do pastoreio e da industrialização e, por fim, da tão almejada “civilização do Brasil”.

A relação dos povos indígenas com suas terras e territórios tradicionais afeta a própria noção de identidade, uma vez que esses povos associam sua subjetividade ao *locus* onde vivem, ao ponto das suas próprias existências dependerem dela. A terra indígena é intrinsecamente correlacionada com o sistema de crenças e conhecimentos dos nativos, sendo o principal meio de subsistência desses povos. É diretamente dela que eles retiram seu sustento e realizam suas atividades produtivas. O território indígena, por sua vez, configura-se em um suporte de etnicidade, vida social, cultura, tradições e crenças da comunidade indígena. Ante o exposto, resta claro que tanto a terra como o território possuem um valor de sobrevivência física, econômica e cultural para os povos indígenas, e também de autodeterminação, razão pela qual seu esbulho representou (e representa até hoje) uma forma de extermínio desses povos.

Além disso, apesar de nunca ter sido uma intenção declarada do Estado brasileiro, mesmo em tempos coloniais, o etnocídio também sempre esteve inscrito no processo genocidas dos povos indígenas. A partir da despovoação dos territórios tradicionais e da destruição física, cultural e religiosa, muitos grupos étnicos perderam total ou parcialmente seu patrimônio cultural durante a colonização. É evidente, que os índios seguiam crenças e rituais como em qualquer outro sistema religioso, possuíam um sistema mitológico, mas o catolicismo não aceitou tal ideia e defendeu que eles não tinham fé. A conversão da alma, considerada como sublime triunfo da obra missionária, foi, por exemplo, uma das alavancas para a perda de identidade cultural dos grupos indígenas.

Além do genocídio cultural, Darcy Ribeiro (1996) afirma que as doenças consistiram no primeiro fator interveniente no genocídio físico das populações indígenas no Brasil. Enfermidades como gripe, sarampo, catapora, varíola, malária, pneumonia, febre amarela e, em certa medida, tuberculose, foram levadas pela “civilização” de fora do continente americano, e não encontraram resistência imunológica entre os povos indígenas. Assim que os colonizadores tomaram consciência da vulnerabilidade dos indígenas aos patógenos, não mediram esforços e nem escrúpulos, utilizando das doenças para promover o extermínio de aldeias e povos indígenas, ou seja, travou-se o que, atualmente, conhecemos por guerra bacteriológica.

Tão ou mais devastador do que as epidemias e doenças, foram os conflitos e guerras emergidas entre indígenas e colonizadores. Ao cobiçarem as terras indígenas, os portugueses deram início diversas guerras de extermínio contra povos indígenas no intento de se apropriar de seus territórios tradicionais. Como a heteroneidade étnica era um dos problemas mais complexos da colonização, os conflitos entre colonizadores e povos

indígenas se davam a partir da criação de demarcadores étnicos genéricos, categorizando grupos étnicos como “amigos” ou “inimigos”, “selvagens” e “civilizados”, “Tupis” e “Tapuios” (PRADO JR, 2011, p. 94). A título de exemplo de conflitos envolvendo estes quadros de demarcações étnicas, Oliveira e Freire (2006, p. 53) mencionam a Confederação dos Tomoios e a Guerra dos Bárbaros.

Se por um lado o Brasil, com a instauração da República, passa a reconhecer os direitos dos povos indígenas, por outro exerce o controle sobre a vida por meio do poder tutelar e das políticas indigenistas, o qual implica num controle da vida no sentido biopolítico. Segundo Lima (1995), o poder tutelar sobre os indígenas é uma manifestação da biopolítica, pois violenta e reprime pela dominação, produz e controla pela produção da subjetividade conforme a norma, o que legitima a violência contra o comportamento fora da norma. Contudo, vemos nas palavras do próprio autor que esse poder tutelar tem características necropolíticas, já que as políticas indigenistas implicavam na “morte física por guerra aberta ou por pacificação, necessária redução dos efetivos humanos a quebrar solidariedades e a facilitar outro tipo de morte, a da alteridade” (LIMA, 1995, p. 308).

A ditadura militar brasileira, instaurada pelo Golpe de 1964, constituiu provavelmente um dos períodos mais mortais para os povos indígenas brasileiros, pois diversas formas, técnicas e instrumentos modernos de eliminação de seres humanos foram empregadas pelos militares, tais como campos de trabalho forçado, prisões específicas para indígenas, omissão de vacinação de maneira proposital, omissão de atos preventivos em conflitos de fazendeiros e indígenas e omissão da prevenção das violações sexuais atentadas às mulheres indígenas. Alvarenga e Júnior (2019, p. 221) apontam que a necropolítica durante o regime de exceção no Brasil se deu pela criação de um campo de batalha nos territórios indígenas, já que tropas eram encaminhadas para eliminar diretamente as aldeias, por meio de armamentos, metralhadoras, incêndios e envenenamento de rio.

Além do extermínio físico por meio de chacinas e massacres, Helena Palmquist (2018, p. 115) menciona que nesse período os povos indígenas foram assolados pela fome e por epidemias, tendo em vista a política de integração regional e a política de atração e contato com povos isolados, sem as precauções sanitárias necessárias. De maneira geral, a política de integração regional iniciada no período ditatorial resultou no extermínio, segundo o cálculo mais conservador apresentado pela Comissão Nacional da Verdade, de pelo menos 8.341 indígenas, em massacres, epidemias e fomes. Esses dados evidenciam que o Estado brasileiro desse período operava administrativamente com a morte como forma de proporcionar desenvolvimento e progresso para a sociedade.

Com a queda da ditadura e a instauração da Nova República, uma outra composição de forças foi determinada pela acumulação do capital e pelo neoliberalismo. Nas últimas décadas, foi consolidado no Brasil um governo do território corporativo do agronegócio

brasileiro e o país se encontra comandado por uma economia política do agronegócio, que tem sido ditado por grandes corporações transnacionais. Dessa maneira, o governo brasileiro atua para a expansão e ampliação dos territórios corporativos do agronegócio a partir de políticas de produção de morte, ao realizar um ataque a toda forma livre de vida, anulando políticas públicas, dispositivos administrativos e legislativos de defesa para os povos indígenas. Essa necropolítica do agronegócio opera em torno do extermínio dos povos indígenas que sobreviveram ao genocídio no período colonial.

O “Relatórios de violências contra os povos indígenas no Brasil” (2019), publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), revelam os números alarmantes da violência contra povos indígenas no país. O Relatório aponta que, em 2019, houve o aumento de casos em 16 das 19 categorias de violência sistematizadas pela publicação. Chama especial atenção a intensificação de registros na categoria “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” que, de 109 casos registrados em 2018, saltou para 256 casos em 2019. Infelizmente, as violências praticadas contra os povos indígenas fundamentam-se em um projeto de governo que pretende disponibilizar suas terras e os bens comuns nelas contidos aos empresários do agronegócio, da mineração e das madeireiras, dentre outros.

A partir das reflexões trazidas, conclui-se que a necropolítica permanece institucionalizando a exclusão social, a violência estatal e paraestatal e o genocídio contra os povos indígenas, a partir de diversas formas, técnicas e instrumentos modernos de eliminação de seres humanos, que aparentam “novidades” do mundo contemporâneo, mas que apenas revisitam as antigas políticas de produção de morte que datam do período colonial. Essa política de morte contemporânea, guiada pelos interesses do mercado e do agronegócio, atualiza o genocídio físico e o etnocídio contra os povos indígenas, pois implica o poder de comandar quem deve viver e quem deve morrer. Nesse contexto, a disputa em torno dos territórios indígenas desponta como um pacote de tecnologias necropolíticas, que respondem aos interesses neoliberais de produções de mortes.

4 TERRITÓRIO COMO TECNOLOGIA NECROPOLÍTICA

Como mencionado anteriormente, Achille Mbembe vê nas colônias e na colonização o local no qual o necropoder se organizou de forma mais evidente e categórica, razão pela qual as experiências coloniais ligadas à escravidão devem ser, inevitavelmente, a grade de inteligibilidade para a violência e o terror contemporâneo gerado pela necropolítica. A territorialização permitiu tornar as colônias semelhantes às fronteiras, as quais são habitadas por “selvagens”, e assim as tornou eficazes na sua formação do terror, do estado de exceção e da matabilidade dos povos indígenas.

Achille Mbembe (2016, p. 135) faz referência a Frantz Fanon para analisar as ocupações coloniais contemporânea, explicando que Fanon faz uma leitura espacial da ocupação colonial. Para o filósofo martinicano, a ocupação colonial implicaria em uma divisão do espaço em compartimentos e envolveria a definição de limites e fronteiras internas por quartéis e delegacias de polícia. Essa espacialização da ocupação colonial estaria regulada pela linguagem da força pura enquanto uma presença imediata e ação direta e frequente.

Os povos indígenas apresentavam, em seu modo de vida, vínculos estreitos com a natureza. Contudo, à medida que os colonizadores foram varrendo os grupos autóctones de certos espaços ou confinando-os em aldeamentos, por meio da catequização e de políticas indigenistas, foram exterminados tanto os biomas de florestas (ecocídio) quando os povos e a cultura indígena (genocídio e etnocídio), para que houvesse o reordenamento do território e a racionalização da agricultura, pastoreio e, posteriormente, o incremento da industrialização. Em decorrência da necropolítica dos povos indígenas, que o Brasil indígena hoje não passa de fragmentos “e um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo” (CUNHA, 2008, p. 12).

Posto isto, Achille Mbembe (2016, p. 135) ainda trata da ocupação colonial contemporânea. A combinação dos poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico possibilita ao poder colonial dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado e permite que populações inteiras se tornam o alvo do soberano. Nesse contexto, os territórios sitiados são cercados e isolados do mundo e o deslocamento entre células territoriais passa a exigir autorizações formais. O cotidiano desse território se torna militarizado e é outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. As instituições civis locais são sistematicamente destruídas, a população sitiada é privada de seus meios de renda e as execuções a céu aberto são realizadas em conjunto com matanças invisíveis.

No contexto brasileiro atual, vemos que essa ocupação colonial consiste na geopolítica dos territórios em disputa entre os povos indígenas e o agronegócio. Nesse processo de territorialização fruto de um governo necropolítico, está em curso uma geopolítica da despossessão dos recursos naturais (terra, água, ar, minérios, dentre outros), por meio dos territórios corporativos do agronegócio, que o fazem pelo uso de forças armadas, policiais e milícias. Diversos territórios indígenas e periféricos passam a ser identificados, simultaneamente, como áreas de interesse econômico de fazendeiros e grandes empresas, e como territórios de inimigos, que precisam ser dizimados e contidos por milícias privadas e forças policiais.

Nesse sentido, os espaços naturais como o Cerrado e a Amazônia são separados, categorizados, segmentados, em territórios específicos, tais como “reservas indígenas”, “territórios tradicionais”, “áreas de preservação”. Esses espaços então se

transformam em necroterritórios, ou como prefere chamar Achille Mbembe (2018, p.71), “topografias recalçadas de crueldade”. Para os povos indígenas e tradicionais, esses necroterritórios são uma “contenção territorial” (HAESBAERT, 2008), nas quais a territorialização regula e cerceia o ir e vir dos povos e assegura o monopólio da violência e do poder de morte sob essas pessoas.

A territorialização, base da produção da necropolítica, delimita os territórios indígenas a partir de uma lógica de inferiorização e de colocação desses povos numa “zona de não-ser” (CARNEIRO, 2005), uma vez que a interação dessas populações com seus territórios não tem valor econômico, não produzem acumulação de capital e não se aproxima da ânsia desenvolvimentista do capitalismo movido pelas demandas do mercado global. Não por acaso, o atual governo brasileiro, representação fiel de um governo genocida, sustenta como uma de suas principais bandeiras que a conservação ambiental e as demarcações de terras aos povos indígenas e quilombolas são responsáveis pelo atrasado econômico do país. Esse posicionamento evidencia que o dito desenvolvimento econômico representa, em última análise, políticas de genocídio ou uma necropolítica.

Contudo, esses territórios não são marcados apenas por um processo de territorialização. Existe também o processo expropriatório de desterritorialização de camponeses, povos indígenas e quilombolas. A intensificação das expropriações de terras tradicionais, forjadas na invasão, na grilagem e no loteamento, consolida-se de forma rápida e agressiva em todo o território nacional, causando uma destruição inestimável não só de biomas, como também de populações. Por exemplo, a proliferação de incêndios criminosos que devastaram a Amazônia e o Cerrado são parte essencial de uma técnica de territorialização necropolítica: os invasores expropriam as terras tradicionais, matam os indígenas que resistem à usurpação, expulsam os sobreviventes, desmatam a área, vendem as madeiras, tocam fogo na mata, iniciam as pastagens, cercam a área e, finalmente, com a área “limpa”, colocam gado e, posteriormente, plantam soja ou milho, para serem vendidas no mercado externo.

A desterritorialização indígena, com efeitos genocidas, também pode ser causada também pela disputa por outros recursos naturais, tais como minério, borracha, madeira. No caso da UHE Belo Monte, a partir do momento em que a usina estiver concluída, em 2019, se estabelecerá uma disputa pelo recurso mais essencial à vida: a água. Em uma ponta, a usina hidrelétrica, construída com base em argumentos de soberania nacional, desenvolvimento nacional, para quem interessa desviar o máximo possível de água da Volta Grande, uma vez que disso depende a produção de energia; na outra, comunidades indígenas com terras demarcadas ou não, para quem a água é determinante para sua permanência no território (PALMQUIST, 2018, p. 132).

A partir das reflexões trazidas, conclui-se que a necropolítica aparece a partir da capacidade do Estado de decidir quem vai morrer e quem vai viver a partir de políticas de extermínio, genocídio e morte. Esse necropoder mantém uma continuidade colonial centrada desde sempre na apropriação dos territórios indígenas como pressuposto do desenvolvimento econômico, inscrevendo as populações originárias no “signo da morte”, nas palavras de Sueli Carneiro (2005), ou em “condições de vida muito próximas do estatuto de mortos-vivos”, nas palavras de Achille Mbembe (2017). A territorialização cria, ao mesmo tempo, um território de interesse econômico e um território de inimigos, sob os quais incidem as máquinas de guerra e o terror. Os necroterritórios são “topografias recalçadas de crueldade” (MBEMBE, 2016), “contenção territorial” (HAESBAERT, 2008), “campo” (AGAMBEN, 2007) e “zonas de não-ser” (CARNEIRO, 2005).

Com base nessa conclusão, propõe-se a ampliação do conceito de território enquanto técnica (necro)política, de forma a permitir a compreensão das lutas contra-hegemônicas em torno da ocupação colonial contemporânea brasileira. É preciso lembrar as disputas em torno do território que datam desde o período colonial e permanecem quando da inserção do país na periferia do capitalismo neoliberal. Ainda, não podem ser esquecidas as reivindicações dos territórios indígenas nos mais diversos campos de poder, como o político (representação política em oposição ao interesse do agronegócio e da bancada rural), o jurídico (reconhecimento do direito de demarcação de terras tradicionais e criação de reservas indígenas) e até mesmo o simbólico (suporte de etnicidade, vida social, cultura, tradições e crenças da comunidade indígena).

Sem a demarcação dos territórios tradicionais, os povos indígenas permanecem vulneráveis à morte, sobrevivendo e resistindo em microespaços, pequenas áreas, lindeiras às fazendas. Sobrevivem em pequenas áreas exprimidas entre fazendas, lavouras do agronegócio, entre rodovias e cercas. Os povos originários então lutam pela sobrevivência a fim de continuarem suas reivindicações em contextos de conflitos, de confrontos, a ataques químicos, pulverização descontrolada e irresponsável de agrotóxicos e envenenamento das águas. Nesse sentido, as retomadas de territórios tradicionais podem ser consideradas alternativas descoloniais para superar as desigualdades, nas palavras de Ramón Grosfoguel (2008), e um caminho para a construção de uma biopolítica afirmativa, nas palavras de Roberto Esposito (2017). Em suma, os territórios de retomada podem consistir em políticas de vida, em oposição às políticas de morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões trazidas, foi possível compreender o processo de genocídios que os povos indígenas foram vítima ao longo dos séculos. A usurpação das terras e territórios

tradicionais, etnocídio, a disseminação deliberada de doenças, as guerras de extermínio e as chacinas por forças militares foram apontados como parte de um conjunto de processos de extermínio físico e simbólico dos povos indígenas que levaram à redução drástica dessa população. A partir de técnicas e instrumentos modernos de eliminação de seres humanos, que aparentam “novidades” do mundo contemporâneo, o governo necropolítico brasileiro revisita as antigas políticas de produção de morte que datam do período colonial e adaptam para responder aos anseios do agronegócio e do grande capital.

Com o aprofundamento dos pensamentos acerca do território que Achille Mbembe faz em suas obras *Necropolítica*, a necropolítica aparece como uma técnica de poder voltada para o controle e regulação da população, baseada no “fazer viver” de determinados indivíduos a partir do “fazer morrer” de outros indivíduos. No contexto brasileiro, o colonialismo instalado no Brasil foi assentado sob um paradigma racista que necessita da produção de mortes dos povos indígenas, assim como de outros povos não brancos, para que a vida do povo branco possa existir. Essa política genocida de extermínio populacional ocorre num arranjo espacial de estado de exceção permanente, no qual se assenta uma matança generalizada de indígenas desprovidos de *status* político e reduzidos a seus corpos biológicos.

Sendo assim, retomando a indagação de pesquisa, no sentido de compreender de que modo o território pode ser uma tecnologia necropolítica de genocídio dos povos indígena, conclui-se que, no contexto brasileiro, os territórios são necroterritórios, nos quais processos de territorialização e desterritorialização capturam as vidas dos povos indígenas e produzem seu extermínio em massa. Esses necroterritórios pode ser entendido enquanto o que Achille Mbembe chama de “topografias recalcadas de crueldade”, o que Giorgio Agamben chama de “campo”, o que Sueli Carneiro chama de “zonas de não-ser” e o que Rogério Haesbaert chama de “contenção territorial”.

A territorialização delimita os territórios indígenas a partir de um discurso de inferiorização dos territórios tradicionais e regula e cerceia o ir e vir dos povos, assim como assegura o monopólio da violência e do poder de morte sob essas pessoas. Ao mesmo tempo, ocorre um processo de expropriatório de desterritorialização desses povos, já que eles são expulsos do território a partir do funcionamento de máquinas de guerra que taxam os recursos naturais, os territórios e as populações que os ocupam e assim geram a desterritorialização dos povos indígenas. A territorialização e desterritorialização dos territórios indígenas aparecem como tecnologias necropolíticas, cujo efeito derradeiro é o extermínio dos grupos étnicos inseridos na disputa em torno desses territórios.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Rodrigo. JUNIOR, Elston Américo. **Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 55, N. 2, p. 212-222, mai/ago 2019
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras. 1992.
- ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017
- GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, Março, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. **Armadilhas do território**. In: BORZACCHIELLO DA SILVA, J.; SILVA, C. N.M.; DANTAS, E. W. C. (Org.). *Território: modo de pensar e usar*. Fortaleza: EdUFC, 2016.
- LIMA, Fátima. **Bionecropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe**. Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia, Número 70, 2018.
- LIMA, A. C. S. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Revista Arte & Ensaios, número 32, 2016.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica, una revisión crítica**. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). *Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas*. México: UNAMUAC, 2012.
- MBEMBE, Achille. **A universalidade em Frantz Fanon**. In: FANON, Frantz. *Oeuvres*. Paris: Editora La Découverte, 2011.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Editora Antígona, 2017.
- PRADO, Jr., Junior. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011, pp. 01-25
- QUIJANO, Aníbal. **Notas sobre la descolonialidad del poder**. Revista Yuyaykusun, úmero 8, 2015, pp. 15-30.
- QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Revista Estudos Avançados, volume 19, número 55, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. Revista Perú Indígena, número 13, volume 29, 1992, pp. 11-20
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1996.



GT 07 – PENSAMENTOS INSURGENTES E LEVANTES: COLONIALISMO, RACISMOS E
POLÍTICAS PARA MATAR NA AMÉRICA LATINA

**MULHERES QUILOMBOLAS E A DEFESA DO TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE
OCUPADO**

Maria Amoras (UFPA)¹
Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA)²
Thalia Karoline Santos Gomes (UFPA)³

RESUMO: este artigo resulta de um plano de iniciação científica, sendo parte de uma pesquisa maior que investiga o protagonismo de mulheres quilombolas na organização social e política do território em duas regiões brasileiras: norte e sul. Apresenta os resultados de um protocolo de levantamento bibliográfico da produção científica brasileira sobre mulheres quilombolas, entre os anos de 2017 a 2019. Para isso, realizou uma revisão sistemática da literatura - RSL. Os resultados apontaram que essas mulheres sofrem as desigualdades de gênero e racial, a não valorização de suas epistemologias e atuação na organização social e política do território tradicionalmente ocupado. No entanto, são elas que conservam a memória do lugar e o lugar da memória, fazem a salvaguarda do repertório ancestral dos saberes agrônômicos e telúricos, das formas de socialização e educação da geração mais nova. A invisibilidade do protagonismo dessas mulheres é expressiva do racismo estrutural que esses povos enfrentam, sendo possível também compreender como sustentação da acumulação capitalista na América Latina. Assim, o direito à terra como garantia dos direitos humanos está intimamente relacionado ao direito das mulheres quilombolas terem suas agências e saberes reconhecidos como fundamentais para a unidade do grupo. A análise interseccional de gênero, raça, etnia e territorialidade presente nos trabalhos consultados mostrou as assimetrias entre mulheres quilombolas e o Estado, evidenciadas pelo racismo institucional, a ausência de políticas públicas, as constantes ameaças ao território e a invisibilidade de suas lutas na preservação do território.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres quilombolas. Território. Racismo. Bem Viver.

¹Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará-UFPA, Brasil. Email:samoras@ufpa.br.

²Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará-UFPA, Brasil. Email: gayososol@yahoo.com.br

³Graduanda em Serviço Social, bolsista de iniciação científica-PIBIC, Universidade Federal do Pará-UFPA, Brasil. Email: thaliaksg@gmail.com

Introdução

As reflexões apresentadas são parte dos resultados de uma pesquisa maior que investiga o ativismo de mulheres quilombolas na luta pelo território tradicionalmente ocupado, em duas regiões brasileiras: norte e sul do país. A metodologia adotou a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) na condução do plano de trabalho, intitulado “Levantamento bibliográfico da produção científica brasileira sobre mulheres quilombolas”, o qual se propôs analisar a produção científica sobre o protagonismo feminino de mulheres quilombolas na organização social e política do território, entre os anos de 2017 a 2019.

O critério temporal da RLS se justifica pelo interesse de conhecer a produção científica dos últimos três anos acerca do tema, atentando também para aspectos da produção que emergiram durante a coleta de dados, como: gênero da autoria e classificação da publicação. Na última década, a organização social e política dos povos tradicionais e das mulheres das populações quilombolas ganharam amplitude e visibilidade na luta por direitos, contudo, o Brasil, nos últimos cinco anos, impulsionado pela expansão da política econômica neoliberal no mundo, vivência mudanças profundas sob a retomada de grupos políticos autoritários, antidemocráticos, obscurantistas e ultraconservadores.

Essas mudanças estão atingindo diretamente diversos países que experimentaram projetos presidenciais mais abertos aos processos democráticos de participação popular nas últimas décadas. Como é o caso do Brasil que, durante seus 130 anos de República, teve apenas quatorze anos de governos considerados progressistas, hoje, esses grupos da extrema-direita, desde o ano de 2016, ocupam as esferas maiores do poder executivo. Em decorrência disso, apoiadores não têm poupado ataques racistas aos povos tradicionais e populações marginalizadas.

Em curto espaço de tempo, foram destituídos direitos daqueles que se encontram, historicamente, em situação de vulnerabilidade e de injustiça social, como: mulheres, população LGBTQI+, trabalhadoras e trabalhadores formais e informais e povos tradicionais. Esses povos, no norte da Amazônia, região com o maior número de povos indígenas e população tradicional, vivenciam os desmandos das injustiças socioambientais com o acirramento do avanço do mercado de terras, da privatização das áreas de uso comum, do agronegócio e dos grandes empreendimentos, como: construção de barragens de hidrelétricas e mineradoras, instalação de portos fluviais, poluição de rios e a, conseqüente, escassez de alimentos, expansão urbana desordenada, abertura de estradas e rodovias que cortam seus territórios, e, ainda, o aumento da violência no campo contra as lideranças políticas.

O ministério do meio ambiente, desde o início da gestão do atual presidente do executivo, encontra-se sob ameaça de extinção. Muitos órgãos governamentais estratégicos

para esses segmentos já foram extintos ou tiveram seus propósitos desvirtuados para atender interesses de grupos econômicos, como é o caso da defesa pelo fim da demarcação da terra indígena, dos impedimentos aos processos de reconhecimento do território quilombola, do não respeito à consulta prévia, livre e informada e da contestação às políticas de cotas étnico-raciais.

Em meio a esse desmonte dos direitos, interessa a este artigo contribuir com a pesquisa maior, a qual busca investigar as estratégias de organização social e política das mulheres quilombolas na luta pela garantia do território tradicionalmente ocupado. O trabalho de revisão da literatura, aqui apresentado, evidencia que o modo de vida dessas mulheres e seus ativismos vinham ganhando espaço no movimento social e visibilidade nas pesquisas acadêmicas, contribuindo com a ampliação do debate sobre a importância dos seus protagonismos na dinâmica da vida da comunidade. Sendo, ao mesmo tempo, enfrentamento ao Estado na luta pelo território, manutenção e atualização do repertório ancestral como forma de transmissão do saber local e do pertencimento étnico, ou seja, pela reafirmação de pertença à terra, a unidade do grupo no tempo.

A base de dados foi composta por meio de um acervo de artigos publicados em revistas científicas armazenadas no Google acadêmico, valendo-se do descritor “mulher quilombola” e “territorialidade”. A sistemática indicou 20 artigos que contemplaram os critérios estabelecidos no protocolo de pesquisa. A análise do conjunto desses artigos, como mencionada acima, apontou que a produção científica atual sobre mulheres quilombolas aborda as temáticas de territorialidade, políticas públicas, pertencimento, gênero, raça, identidade, racismo institucional, resistência, geração e cultura.

As discussões concentram reflexões acerca do limitado acesso às políticas públicas e do racismo institucional que essas mulheres enfrentam de diversas formas e, principalmente, quando reivindicam direitos. O conjunto da produção científica consultada possibilitou refletir que o racismo no Brasil é estrutural, todavia, não subsiste sem a resistência desses grupos subalternizados, como é o caso das mulheres negras e quilombolas nas suas lutas pela defesa do lugar habitado como resposta às políticas opressivas do Estado.

O presente trabalho, portanto, faz uma síntese dessas reflexões e deixa novos questionamentos. Para isso, tomou a análise qualitativa de três tópicos de discussão: *ser* quilombola sob o prisma de gênero; racismo Institucional e a precarização do acesso a direitos; mulheres quilombolas e suas relações com o território. Espera-se, assim, situar estudos sobre a imersão da temática e sistematizar argumentos que possam iluminar análises que dêem continuidade e ampliem pesquisas acerca da temática.

O percurso metodológico

A metodologia da pesquisa seguiu as indicações de um plano para a realização de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), visando obter resultados de pesquisas que possibilitem compreender o protagonismo das mulheres quilombolas na organização social e política do território como luta pela garantia do território tradicionalmente ocupado. Trata-se de uma revisão planejada, orientada por um protocolo de pesquisa com cinco etapas sequenciadas: identificação do estudo na plataforma Google acadêmico, seleção, avaliação, análise e elaboração do relatório de pesquisa (SANTOS, 2015).

A análise dos dados se deu por meio de metassíntese qualitativa (LOPES e FRACOLLI, 2008), originária da sociologia, pode ser definida como modalidade de estudo qualitativo que utiliza os dados dos achados de outros estudos qualitativos relativos ao mesmo tema ou a temas correlacionados. Conforme as autoras, a organização do conjunto da literatura levantada não significa a soma das partes, pois consiste em uma nova interpretação dos resultados, uma vez que exige o trabalho de comparação, tradução e análise dos dados originais, os quais resultam em novas interpretações, englobando e destilando os significados nos estudos constituintes da amostra.

Dessa forma, a RLS foi construída seguindo a estrutura estabelecida no protocolo de pesquisa com os seguintes critérios: inclusão: a) artigos, b) em português, c) com acesso gratuito, d) dos últimos 3 anos - 2017 a 2019, e) similaridade com a temática; exclusão: a) artigos voltados para áreas que não possuem relação direta com o objeto da pesquisa, b) artigos repetidos, c) artigos que não estejam em português, c) ausência de similaridade da temática, d) recorte temporal anterior ao ano de 2017, e acesso mediante pagamento. É importante mencionar que não foi incluído como critério de exclusão ou inclusão a classificação das revistas, periódicos e outros, contudo, foi tomada como um dado a ser observado nos resultados.

Além dos critérios de inclusão e exclusão, o protocolo seguiu três etapas para realizar a pesquisa. Na primeira etapa, ocorreu o levantamento das obras na base de dados do Google acadêmico utilizando o descritor “mulher quilombola” e “territorialidade”, aplicou-se o filtro temporal (2017-2019) e de idioma em português, assim foram obtidos 119 resultados totais. Em seguida, os resultados foram analisados individualmente para se destacar quais atendem aos outros critérios de inclusão e exclusão. A amostra final reuniu 20 artigos selecionados que foram analisados, na íntegra, na etapa seguinte. Na segunda etapa, resumos científicos foram produzidos conforme o protocolo de revisão, o qual buscou localizar argumentos importantes em acordo com o escopo do tema. Na terceira etapa, foi produzido um relatório técnico das análises dos dados quantitativo e qualitativo, reunindo um conjunto de argumentos importantes para a pesquisa.

A amostra final está organizada no Quadro 01, no qual os artigos estão distribuídos em ordem crescente por ano de publicação. Os artigos citados nas discussões a seguir, estão identificados de acordo com seus respectivos números indicados no referido Quadro.

| Nº | Artigo | Local de publicação | Ano |
|-----------|--|--|------------|
| 01 | Introdução ao Dossiê Quilombos na Amazônia. | Revista Zona de Impacto. | 2017 |
| 02 | Meninas Quilombolas Brasileiras - um olhar sobre Gênero e lugar. | Anais de evento – III Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares | 2017 |
| 03 | Mulheres Quilombolas - Breves considerações sobre Gênero, Raça e Geração no Quilombo de Santa Rita da Barreira. | Anais de evento – XI Encontro Regional Nordeste de História oral. | 2017 |
| 04 | Mulheres Quilombolas e o acesso às Políticas de Educação. | Anais de Evento - VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. | 2017 |
| 05 | Mulheres Quilombolas e o acesso às Políticas Públicas - desafios na sociedade contemporânea. | Anais de evento - Seminário Internacional Fazendo Gênero | 2017 |
| 06 | Território e pertencimento - as mulheres da Comunidade Negra Senhor do Bonfim – Areia – PB. | Revista Eletrônica da Associação Nacional de História | 2017 |
| 07 | Violência, Direitos Humanos e as interseccionalidades de Gênero, Raça, Etnia, Classe social e Geração - desafios para as Políticas Públicas. | Anais de Evento - VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. | 2017 |
| 08 | Vozes quilombolas do Tocantins: ambiente, território e identidade. | Revista Humanidades e Inovação. | 2017 |
| 09 | Memórias da Comunidade - da construção cultural ao desenvolvimento territorial. | Revista Diversitas Journal. | 2018 |
| 10 | Mulheres quilombolas e suas experiências de organização - Sítio Santana, Lamarão-BA. | Revista Conexão UEPG. | 2018 |
| 11 | Mulheres Quilombolas, violência e as interseccionalidades. | Revista de Políticas Públicas. | 2018 |
| 12 | A questão quilombola sob o prisma do Gênero, ou como a busca Identitária inverte do poder masculino - um Estudo de Caso. | Revista Fórum Identidades. | 2019 |
| 13 | Comunidade Remanescente de Quilombo, desigualdade e Política Pública. | Revista Interações. | 2019 |
| 14 | Comunidades Quilombolas de Santarém: a força feminina. | Rev. de Gênero, Sexualidade E Direito. | 2019 |
| 15 | Memórias, histórias de vidas e trabalho artesanal de mulheres quilombolas de São Lourenço do Sul - RS. | Revista Diversidade e Educação | 2019 |
| 16 | Mulheres Quilombolas - Racismo Institucional, Identidade e Resistências. | Anais de evento IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. | 2019 |

| | | | |
|----|---|---|------|
| 17 | Mulheres quilombolas e a reprodução social da vida nas Comunidades Remanescentes de Quilombo. | Revista Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais. | 2019 |
| 18 | Mulheres Quilombolas e Políticas Públicas - uma análise sobre o Racismo Institucional. | Revista Diversidade e Educação. | 2019 |
| 19 | Território, Cultura e Identidade nas Vozes Femininas da obra “quilombolas do Tocantins – palavras e olhares”. | Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação. | 2019 |
| 20 | Violência e Racismo na vida de Mulheres Quilombolas: invisibilidade perversa. | Anais de evento – XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. | 2019 |

Quadro 01 – Amostra final dos resultados

A temática dos artigos segue a proposta da pesquisa e traz para o seu campo de reflexão temas como: mulheres quilombolas, políticas públicas, territorialidade, pertencimento, gênero, raça, identidade, racismo institucional, resistência, geração e cultura. O ano de publicação está entre 2017 e 2019, critério temporal estabelecido no protocolo de pesquisa. De 2017, foram obtidos oito artigos; de 2018, três artigos; de 2019, nove artigos, como mostra o Quadro 01. Desses, 13 artigos estão publicados em 12 revistas, como mostra o Quadro 02 com suas respectivas classificações:

| Nº | Revista | Classificação |
|----|--|------------------------------|
| 01 | Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação | classificação não encontrada |
| 02 | Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais | classificação não encontrada |
| 03 | Diversitas Journal | B4 |
| 04 | Interações | B3 |
| 05 | Rev. de Gênero, Sexualidade e Direito | classificação não encontrada |
| 06 | Revista Conexão UEPG | B3 |
| 07 | Revista de Políticas Públicas | B2 |
| 08 | Revista Diversidade e Educação | B5 |
| 09 | Revista Eletrônica da Associação Nacional de História | C |
| 10 | Revista Fórum Identidades | B4 |
| 11 | Revista Humanidades e Inovação | B3 |
| 12 | Zona De Impacto | C |

Quadro 02 – Revistas e classificações da amostra final

Sobre a classificação das 12 Revistas identificadas, uma apresenta classificação B5; duas são B4; três B3; uma B2; duas C e, de três revistas, não foram identificadas as classificações. Com relação à autoria dos artigos, são 37 no total, sendo 26 mulheres e 11

homens. Quanto à titulação das autorias, são: 06 com graduação, 14 com mestrado, 09 com doutorado e 08 com pós-doutorado.

Sobre as classificações das revistas, consideramos pertinente questionar compreensões generalistas e equivocadas produzidas no meio acadêmico acerca da importância de certos temas para a ciência. Entre essas, há o reforço da ideia de que os objetos de investigação considerados relevantes estão nas revistas mais qualificadas. Sob esse entendimento se poderia deduzir que o fato de a discussão sobre mulheres quilombolas não ocupar as revistas de classificação mais elevada se justificaria pelo seu conteúdo não ser razoável ou que as reflexões e apontamentos desses artigos não são cientificamente satisfatórios. Contudo, a análise empreendida refutou tal argumento após leitura percuciente de 13 artigos selecionados para a RSL, os quais se encontravam em revistas de baixa classificação.

Não poderíamos, contudo, deixar de observar tal dado. Nesse sentido, para contribuir com questionamentos de outros estudos, perguntamos: a presença da maioria desses artigos em revistas de classificação mais baixa pode ser justificada pelo fato de estar sendo considerado um tema recente de pesquisa e, por isso, ainda não possui um campo teórico consolidado, ou seja, não se encontra entre os cânones das ciências humanas e sociais?

O dado, no entanto, possibilita-nos dizer que ainda se trata de um tema periférico nas academias e que ainda não se encontra na tradição dos estudos do feminismo, pois como mostram os resultados, não houve publicação de artigos em revistas referenciadas desse campo de estudos e nem naquelas com classificação acima de B2. Contudo, consideramos o conjunto da produção como sendo escritas ousadas e de grande importância para o reconhecimento do protagonismo das mulheres quilombolas, ou seja, para a história das mulheres africanas na diáspora brasileira e nos demais países colonizados da América Latina.

Ser quilombola sob o prisma de gênero

Os artigos 19 (2019) e 08 (2017) se assemelham na discussão sobre o ser quilombola na perspectiva das mulheres. Em ambos, a identificação da mulher quilombola, por elas mesmas, está sempre colocada em referência à história de luta desses povos para viver em espaços diversos e na verbalização da afirmação “sou quilombola com orgulho”. As análises compreendem que a definição de quilombo, remanescente de quilombo ou quilombola como um campo de tensão entre processos históricos de ocupação desses territórios e os campos científico e político.

Para isso, os trabalhos referidos, valem-se do embasamento teórico de Castells (1999), para quem toda e qualquer identidade é construída socialmente, resulta de experiências coletivas e compartilhadas, transacionam sentidos e significados de afirmação. Valem-se também de Silva e Flores (2013) para mostrar que “é necessário compreender a identidade no processo de identificações históricas e no despertar do sentimento de pertencer”. A pertença, nesse sentido, unifica projetos políticos. Os trabalhos também citam os estudos de Rocha (2010) para refletir que a “identidade transcende inevitavelmente as fronteiras”, isto é, não se pauta na fixidez, em fronteiras estáticas.

A identidade está colocada para as mulheres desses estudos como sendo o centro do pertencer e ultrapassa limites espaciais territoriais. A relação entre pertencimento, território, identidade está imbricada nas singularidades da participação das mulheres na organização social e política do território. As autoras, nesse sentido, refletem que o modo como essas mulheres afirmam suas identidades vincula-se à territorialidade, considerando que esta “não se resume ao fato de se viver em um lugar, mas, sim, da relação que mantém com ele” (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Reflexão que pautam na noção de território: “quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo” (LEITTE, 2000, p. 344), pois o espaço ocupado tem a ver com a ancestralidade que acionam para estabelecer relações e negociar o tempo presente.

Com relação à metodologia, ambos possuem uma abordagem qualitativa de análise crítica do conteúdo de narrativas. O artigo 19 (2019) analisa os poemas concebidos por mulheres quilombolas a partir de uma perspectiva de gênero e chega à identificação do modo como expressam traços do território, cultura e identidade. O artigo 08 (2017) identifica como o território se configura nas expressões culturais e na definição da identidade da mulher quilombola como forma de resistência cultural e de visibilidade social. Destaca-se que, no intervalo de dois anos entre os estudos citados, as autoras dos artigos reanalisaram seus estudos sobre comunidades quilombolas e reconheceram a perspectiva de gênero.

A discussão apresentada no artigo 19 (2019) ressalta limites e possibilidades que as mulheres quilombolas enfrentam por serem, justamente, quilombolas e mulheres. Sobre a perspectiva de gênero, fundamentam-se em Scott (1989, p.21), para quem a “noção de gênero é algo social e historicamente construída, baseada numa dimensão mais ampla e articulada com a noção de poder”. Ainda nessa perspectiva, refletem com Louargant (2015) para situar que “as mulheres estão no coração dos espaços e dos territórios”. Dessa forma, consideram que mesmo havendo expressões de desigualdade de gênero também na comunidade, elas resistem e afirmam suas identidades a partir de elementos acionados pela ancestralidade e presentes nas relações familiares e de parentesco e comunitárias, além da luta que travam pela defesa do território tradicionalmente ocupado.

O protagonismo das mulheres negras na luta pela defesa de seu território, como trata o artigo 06 (2017), é mostrado pelo vínculo afetivo dessas mulheres, em sua maioria agricultoras, com a comunidade e com o uso da terra nas suas múltiplas interconexões com a forma singular de existência. Mesmo que não sejam consideradas lideranças políticas, protagonizam de diversas formas a luta pela permanência no campo. Assim, a relação com o território, a luta pela terra e por melhores condições de vida, relaciona-se com a construção da identidade dessas mulheres que são agentes de suas histórias e buscam autonomia para sair de um lugar histórico de sujeição. Ainda no artigo 06 (2017), a autora reforça que essas mulheres conhecem desde cedo as dificuldades de ser mulher, negra e pobre no Brasil, mas que reagiram e conquistaram o direito pela terra, juntamente com os homens.

Racismo institucional e Políticas Públicas – a precarização do acesso a direitos

A relação entre mulheres quilombolas e políticas públicas é tratada mais especificamente nos artigos 04 (2017), 05 (2017), 07 (2017) e 18 (2019). Em geral, a metodologia utilizada nesses artigos adotou entrevistas, cujas narrativas foram submetidas à análise de conteúdo de Bardin (1977). Os resultados desses estudos apontam os obstáculos que essas mulheres vivenciam em suas trajetórias, como a falta de escolas nas comunidades, precário acesso a transporte, saúde e trabalho. A violência contra mulheres negras é discutida no artigo 07 (2017), em que se destacam as estratégias de resistência dessas mulheres diante das violações de direitos humanos, sendo perceptível que sofrem constantemente racismo institucional.

O artigo 04 (2017) conclui pontuando a necessidade urgente de implementar, conforme a legislação prevê, a educação quilombola e ainda políticas transversais de gênero, raça/etnia. O artigo 5 (2017) complementa essa discussão buscando compreender as experiências e vivências das mulheres quilombolas no âmbito das políticas públicas, além de apontar a perpetuação de estereótipos de gênero que reforçam a subalternidade da mulher negra e rural. Ao assumirem reivindicações por melhorias de suas comunidades, essas mulheres, reinventam estratégias de mobilização política para pressionar gestores em busca de acesso a direitos e cidadania. Essa discussão ocorre mais, enfaticamente, no estudo do artigo 18 (2019) ao discutir o protagonismo das mulheres quilombola.

A pesquisa realizada no artigo 13 (2019) aponta em seus resultados que a ausência de atuação governamental, assim como o investimento público restrito em áreas como de saúde, são expressões de determinantes sociais de desigualdade para uma política intersetorial, transversal e focalizada para esse grupo étnico. O referido estudo também

mostra que as mulheres quilombolas estão submetidas às distintas formas de opressão e que não há políticas de enfrentamento. Portanto, essas mulheres seguem invisibilizadas pelo poder público.

O artigo 20 (2019) segue também nessa linha de pesquisa sobre a invisibilização da mulher quilombola. Seus resultados indicam a dificuldade de acesso à rede de proteção especializada em casos de violência. É dessa forma, segundo suas análises, que o racismo institucional se manifesta, evidenciando o acesso precário às políticas públicas. Com isso, a discussão defende a importância da proposta do feminismo interseccional para analisar os marcadores sociais das diferenças de gênero e raça/etnia sem os isolar, já que essas mulheres têm demandas históricas que não podem ser compreendidas separadamente, caso contrário, seus protagonismos permanecem na invisibilidade. A proposta do feminismo interseccional é tomada, nesse sentido, como um forte aliado ao movimento social para a compreensão de como essas mulheres são atingidas pelo racismo e o sexismo.

Outra discussão importante ao tema é levantada pelo artigo 20 (2019). Problematisa o racismo institucional como estrutural na vida dessas mulheres. Argumenta que o racismo estrutural tem efeitos perversos na mobilidade social dos indivíduos, principalmente dos grupos étnicos minoritários, como é o caso das mulheres quilombolas. Com base em Collins (2015), mostra que raça, classe e gênero funcionam como sistemas paralelos, no entanto, estão imbricados e moldam essa mesma relação básica de dominação e subordinação. A partir de entrevistas com mulheres quilombolas, profissionais e lideranças, identificou que a violência contra a mulher quilombola é invisibilizada e dificultada pelo acesso à rede de proteção especializada. Conclui, assim, que o racismo institucional se manifesta através do acesso precário às políticas públicas de saúde, assistência social e educação.

Mulheres quilombolas e suas relações em comunidade

Nas atividades internas que as mulheres quilombolas desenvolvem em comunidade, o artesanato constitui uma prática antiga e fortemente presente, como afirma o artigo 10 (2018). Este é um saber transmitido por gerações e com predomínio feminino. Por meio deste saber mantém a memória do repertório ancestral como manutenção da preservação da tradição/cultura e modo particular da vida dessas mulheres. A discussão sobre a geração e mulheres quilombolas também está presente nesses estudos, como evidencia o artigo 16 (2019) ao mostrar que a identidade dessas mulheres é tecida entre as gerações nas suas investidas para mobilizar saberes ancestrais próprios do universo feminino. Assim, o saber da cultura se atualiza no tempo quando é transmitido pelas mulheres mais velhas por meio da oralidade. Esses argumentos se assemelham aos apontamentos e reflexões do artigo 09

(2018) ao reiterar a importância da memória das mulheres como elemento indispensável para a constituição e reconhecimento da história de Comunidades Remanescentes de Quilombo.

As mulheres também desempenham o papel de representantes políticas de suas comunidades e associações comunitárias, como afirma a discussão do artigo 12 (2019). Embora, em alguns momentos, os homens fiquem à frente da mobilização política, elas estão em maioria nas ações de garantia e consolidação da identidade quilombola, do acesso à terra e dos bens ofertados pelo Estado. Além disso, também são vetores de mobilização e representantes de símbolos identitários no âmbito religioso, artístico (artesanatos, danças, etc.), médico (benzedoiras, conhecedoras de ervas medicinais) e outros. O estudo mostra, dessa forma, que as mulheres quilombolas estão como representantes de suas comunidades no campo político e simbólico.

Foi possível também observar que a atuação da mulher quilombola revela sua resistência de gênero e raça/etnia dentro e fora das comunidades, como assinala o artigo 14 (2019). O estudo mostra que essas mulheres protagonizam mobilizações de enfrentamento ao Estado e nas relações de conflito dentro do território. Nesses espaços de luta, externo e interno, constroem suas identidades e, assim, quebram paradigmas que as encerram no âmbito do privado e abrem possibilidades de consolidação dos direitos femininos também no espaço público. Como as autoras do artigo 14 (2019) afirmam, essas mulheres resistem às desigualdades de gênero, tanto nos espaços público e privado, interno e externo ao território.

Considerações finais

A discussão sobre mulheres quilombolas nos últimos três anos revela as particularidades de gênero, geração, raça/etnia em territórios atravessados pela diáspora. São relações expressivas das relações que estabelecem com os seus territórios tradicionalmente ocupados, as quais comportam saberes culturais, científicos e políticos. Sendo possível observar que as atividades que protagonizam são indispensáveis para manutenção de suas ancestralidades. Os resultados apontam que as essas mulheres estão engajadas nos movimentos sociais defendendo o interesse coletivo na busca de garantias de direitos e do acesso a eles, contudo, esbarram no racismo institucional e no sexismo que tendem a sujeitá-las e limitá-las, mas seguem resistindo e enfrentando esse processo secular de exclusão.

Os argumentos produzidos pelos estudos analisados sinalizam que essas mulheres sofrem com a violência e o racismo estrutural, são opressões evidenciadas nas dificuldades

de acesso às políticas públicas, além de terem suas identidades invisibilizadas. Os resultados também demonstram que a mulher quilombola é protagonista das lutas em defesa da comunidade e da unidade do grupo no tempo, mas ainda não dispõe de reconhecimento da sua agência e dos seus saberes. Entende-se, assim, que as discussões de gênero e raça, por meio de análises interseccionais, são necessárias para a compreensão das históricas desigualdades que afetam as mulheres negras na América Latina e que, por sua vez, não cessam de se atualizar no tempo como colonialidades (LUGONES, 2014).

Espera-se, por fim, ter contribuído com a reflexão acerca do protagonismo das mulheres quilombolas com a luta em defesa do território tradicionalmente ocupado, no sentido de ampliar pesquisas sobre a importância dessas mulheres na organização social e política das comunidades quilombolas. Considera-se a relevância do tema para a visibilidade da discussão sobre gênero, raça, classe e território que tomou força nas últimas décadas com o aumento considerável de mulheres quilombolas ativas no movimento social. Isso tem instigado o debate entre antigos e novos campos teóricos, suscitando reflexões que possibilitem a compreensão das estratégias de luta que essas mulheres imprimem ao longo de séculos.

Bibliografia

BERG, Juliana; VESTENA, Carla Luciane Blum; Meninas Quilombolas Brasileiras - um olhar sobre Gênero e lugar. *In: Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares – Educação, Formação e Crioulidade, III, 2017. Praia, Cabo Verde. Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro, Disponível em:*

https://www.researchgate.net/profile/juliana_berg/publication/325309998_meninas_quilombola_brasileiras_um_olhar_sobre_genero_e_lugar/links/5b04bbfd0f7e9be94bdbac1b/meninas-quilombola-brasileiras-um-olhar-sobre-genero-e-lugar.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. PEREIRA JUNIOR, Davi. Introdução ao Dossiê Quilombos na Amazônia. **ZONA DE IMPACTO. ANO 19, Volume 2 – julho/dezembro, 2017.**

GROSSI, Patricia Krieger. Violência e Racismo na vida de Mulheres Quilombolas: invisibilidade perversa. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, XVI, 2018. Vitória, ES. Anais Eletrônicos. Vitória. Disponível em:* http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14859/2/violencia_e_racismo_na_vida_de_mulheres_quilombolas_invisibilidade_perversa.pdf. acesso em: 31 jul, 2020.

GROSSI, Patrícia Krieger. et al. Mulheres Quilombolas - Racismo Institucional, Identidade e Resistências. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, IX, 2019, São Luís. Anais eletrônicos. São Luís, Disponível em:* <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/149.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

GROSSI, Patricia Krieger. et al. Mulheres Quilombolas e o acesso às Políticas de Educação. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, VIII, 2017, São Luís. Anais Eletrônicos. São Luís. Disponível em:*

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/mulheresquilombolaseoacessoaspoliticasdeeducacao.pdf>. Acesso em: 31 jul, 2020.

GROSSI, Patricia Krieger. et al. Mulheres Quilombolas e Políticas Públicas - uma análise sobre o Racismo Institucional. **Revista Diversidade e Educação**. v.7, n.especial, p.121-132, 2019.

GROSSI, Patricia Krieger. Mulheres Quilombolas e o acesso às Políticas Públicas - desafios na sociedade contemporânea. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, XIII, 2017, Florianópolis. Anais Eletrônicos*. Florianópolis, Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497876163_arquivo_artigomulheresquilombolasfazendogenero2017.pdf. acesso em: 31 jul, 2020.

GROSSI, Patricia Krieger; OLIVEIRA, Simone Barros de; OLIVEIRA, Jairo da Luz. Mulheres Quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas** – Mesa temática coordenada: Violência, direitos humanos e as interseccionalidades de gênero, raça/etnia, classe social e geração: desafios para as políticas públicas. v.22, 2018.

GROSSI, Patricia Krieger; OLIVEIRA, Simone Barros de; OLIVEIRA, Jairo da Luz. Violência, Direitos Humanos e as interseccionalidades de Gênero, Raça, Etnia, Classe social e Geração - desafios para as Políticas Públicas. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, VIII, 2017, São Luiz. Anais Eletrônicos*. São Luís. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/mesas/violenciadireitoshumanoseasinterseccionalidadesdegeneroracaetniaclasselegeracaodesafiosparaaspolicaspublicas.pdf>. Acesso em: 31 jul, 2020.

GUEDES, Ana Célia Barbosa; SALGADO, Mayany Soares. Mulheres Quilombolas - Breves considerações sobre Gênero, Raça e Geração no Quilombo de Santa Rita da Barreira. *In: Encontro Regional Nordeste de História oral, XI, 2017, Ceará. Anais Eletrônicos*. Ceará, Disponível em: http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493986755_ARQUIVO_Artigoencontrohistoriaoral.pdf. Acesso em: 31 jul, 2020.

LOPES A.L.M., FRACOLLI L.A. **Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem**. Florianópolis: [s.n.], 2008. Texto Contexto Enferm.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, setembro-dezembro/2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/13.pdf>

NEVES, Paulo S. C. A questão quilombola sob o prisma do Gênero, ou como a busca Identitária inverte do poder masculino - um Estudo de Caso. **REVISTA FÓRUM IDENTIDADES**, Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 30, nº 01, p. 97-111, jul.-dez. de 2019.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. Território, Cultura e Identidade nas Vozes Femininas da obra “quilombolas do Tocantins – palavras e olhares”. **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 114-128, Mai-Ago. 2019.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana; MENESES, Verônica Dantas. Vozes quilombolas do Tocantins: ambiente, território e identidade. **Revista Humanidades e Inovação**. v.4, n. 3 – 2017.

ROSA, Graziela Rinaldi da; SANT' ANNA, Michaela; FERREIRA, Adriana da Silva. Memórias, histórias de vidas e trabalho artesanal de mulheres quilombolas de São Lourenço do Sul - RS. **Revista Diversidade e Educação**, v.7, n.especial, p.133-164, 2019.

SANTOS, Geilza da Silva. Território e pertencimento - as mulheres da Comunidade Negra Senhor do Bonfim – Areia – PB. **Revista Eletrônica da Associação Nacional de História / Seção Ceará**. Fortaleza, vol. VIII, nº 15 – jan – jun, 2017.

SANTOS, Laira Vasconcelos dos. **Avaliação pós-ocupação da habitação de interesse social no Brasil: uma revisão sistemática da literatura**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

SANTOS, Ludmilla Maria Lima; SILVA, Maria Jaciara da; LIMA, Conceição Maria Dias de. Memórias da Comunidade - da construção cultural ao desenvolvimento territorial. **DIVERSITAS JOURNAL**. Santana do Ipanema/AL. vol. 3, n. 3, p.877-888, set./dez. 2018.

SANTOS, Vitória Carmo dos; DIAS, Acácia Batista; OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. Mulheres quilombolas e suas experiências de organização - Sítio Santana, Lamarão-BA. **Revista Conexão UEPG**. v. 14 n. 2 (2018): Maio-Agosto de 2018.

SOUSA, Renata Priscila Benevides de; ALVES, Anne Caroline Fernandes. Comunidades Quilombolas de Santarém: a força feminina. **Rev. de Gênero, Sexualidade E Direito**. Goiânia, v. 5, n. 1, p. 95-118| Jan/Jun. 2019.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de; SILVA, Wagner Luiz Alves da; COSTA, Luzimar Pereira da. Comunidade Remanescente de Quilombo, desigualdade e Política Pública. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 4, p. 1057-1071, out./dez. 2019.

VATTATHARA, Saritha Denardi. et al. Mulheres quilombolas e a reprodução social da vida nas Comunidades Remanescentes de Quilombo. **Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais**. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019.



GT 07 - Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina

VARINHAS: MEMÓRIA E SABERES INSURGENTES EM MOSQUEIRO, UMA ILHA AMAZÔNICA

Renato Vieira de Souza¹

Varinhas bordadas ou varinhas do amor é o nome de um símbolo insurgente da cultura material ainda vivo e também presente na memória dos moradores da ilha de Mosqueiro em Belém-Pará. É uma tradição viva como *souvenir encantado* desde um tempo em que as visitas à ilha só se davam de navio, precisamente até 1975, ano da inauguração da ponte que a liga ao continente. Ao buscar no tempo informações sobre essa tradição, chega-se a uma gama de experiências que caracterizam um fenômeno local de massa, marcante para inúmeras famílias que viveram o tempo áureo dessa produção para venda no mês de julho e durante as festas de santo. O que a princípio poderia tratar-se de, tão somente, um fenômeno místico ou estético, ganhou contornos cada vez mais antropológicos devido aos saberes revelados nos processos de luta, afirmação e a relação com a floresta, tensionada com a constante ameaça de extermínio dos traços ancestrais. A análise de narrativas orais e memórias dos depoentes mais antigos constitui o itinerário investigativo que configura o conceito de *re-existência* de Catherine Walsh o qual sobrevive às imposições da ordem colonial pós-moderna. A discussão parte das falas dos sujeitos com suporte metodológico da história oral que legitima versões históricas silenciadas, percebendo-se tentativas de insurgência cultural via narrativas do passado e do presente. Desta forma, então, o decolonialismo compõe a ferramenta teórica explorada nesta análise.

Palavras-chaves: Mosqueiro; varinhas bordadas; saberes; memória; re-existência.

1. INTRODUÇÃO

Não seria exagero falar dos efeitos do contato com realidades conflitantes na vida de um pesquisador. Eu, que desde 2009 tenho investigado comunidades tradicionais de Mosqueiro, sinto um misto de privilégio e indignação diante das ameaças que circundam a vida de sujeitos e seu cotidiano permeado por saberes diversos, herdados de suas matrizes multiétnicas. São carpinteiros, comerciantes, donas de casa e artesãs que andam pelos espaços urbanos ou nas estradas de terra batida, rumo a algum lugar; mulheres e homens

¹ Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia – PPGA, UFPA, Brasil. Professor da rede municipal de ensino da Prefeitura de Belém. Email: ssplo@hotmail.com

das águas que dominam o conhecimento dos rios e víveres que neles habitam; mulheres e homens tradutores do tempo de plantar e colher frutos, raízes e ervas, produzir enfeites e discernir o espírito das matas onde viveram seus ancestrais.

Mosqueiro é uma ilha a cerca de 60 km ao norte de Belém-PA que permanece como um de seus distritos administrativos desde a primeira década do século XX. É uma localidade pitoresca, cercada de praias às margens da baía do Marajó e coberta de florestas em seu interior. É também um lugar de contrastes, onde próximo de sua zona urbana vivem populações ribeirinhas em comunidades encrustadas na mata, serpenteada por rios e igarapés. Dentre estas comunidades está o Caruarú e o Marí Marí, para mim são como organismos viventes pela sinergia entre *humano-animal-floresta-seres encantados* atuantes nas falas das testemunhas de seu dia a dia. Estas vivem das obras de suas mãos que representam conhecimentos dos ascendentes de matrizes predominantemente afroindígenas no ambiente que os acolheu e do qual são parte. Digo isso, pois, somente no contato diário com esses indivíduos é possível entender que não se trata de negros, índios, brancos e sua cultura, mas de diferentes etnias juntas e enriquecidas nas trocas, negociações, prejuízos, dores e aprendizados mantidos e enraizados ao longo dos séculos de existência.

Um lugar como este é pouco descrito no que tange às diversas nuances de conflitos históricos, justamente pela ênfase maior – e estratégica – que sempre foi dada aos aspectos atrativos do laser e do turismo. Antes de continuar, cabe aqui um esclarecimento sobre o termo *re-existência* que compõe o título deste artigo. Durante alguns meses me debrucei sobre o que lia sobre processos de resignificação e identidade cultural e o que via em Mosqueiro. Percebo que as lutas insurgentes têm se manifesto em espaços sociais onde os sujeitos exercem práticas de ação e reflexão. Nestes espaços tudo geralmente começa com a identificação de um problema. Após isso, vem a batalha por desconstruir uma racionalidade totalizante para que se construa uma racionalidade crítica, rumo a um modelo social que não exclua cosmologias, principalmente no caso de matrizes culturais nativas. Essa proposição de Catherine Walsh (2013), ícone dos estudos culturais latino-americanos, denominada *pedagogias decoloniais*, afirma que:

Las pedagogías, en este sentido, son las prácticas, estrategias y metodologías que se entretajan con y se construyen tanto en la resistencia y la oposición, como en la insurgencia, el cimarronaje, la afirmación, la re-existencia y la re-humanización. (WALSH, 2013, p.29)

Portanto, ao me referir à re-existência, tenho a intenção de dar visibilidade ao sentido de *existir* afirmando as raízes culturais que formam os humanos que, por sua vez, trazem consigo visões de mundo ancoradas no saber ancestral, muitas vezes oposta ao que se convencionou pensar no mundo ocidental. É necessário que se compreenda esta

perspectiva, pois ela tem estado presente nas falas das(os) interlocutoras(es) desde que se iniciaram as entrevistas em 2009, mesmo sendo verdade que algumas pessoas manifestam o que podemos chamar *insurgência* mais do que outras. Hoje consigo perceber isso melhor e só não o percebi antes porque naquela ocasião eu ainda não tinha contato com os estudos culturais latino-americanos.

Feito esse esclarecimento, começo citando o período das férias escolares, pois este foi (e continua sendo) invariavelmente marcante na vida local, tanto para os moradores quanto para os visitantes. Julho é sempre o mês em que a ilha de Mosqueiro fica tomada de visitantes em busca de contato com as praias, sítios, rios, igarapés e outras formas de interação com a natureza. Ao falar disso, trago um recorte do passado em que numerosos núcleos familiares chegavam de navio à ilha, saciando a expectativa dos que lhes aguardavam à beira do trapiche da vila e ao longo da praça da matriz, sendo esses viajantes recepcionados com varinhas de madeira vendidas como souvenir. Foi assim durante muito tempo e de forma massiva entre os ilhéus, encantando visitantes com um símbolo da cultura material chamado “varinha do amor”. Os depoimentos dos que testemunharam essas cenas triviais do passado permitem não apenas identificar as varinhas como símbolo cultural, mas localizar particularidades dos modos de vida, saberes e conflitos diversos em dimensões sociais, culturais e políticas jamais registradas na história da vida local. Hoje, o hábito de confeccionar varinhas é incipiente, situado na comunidade do Caruarú, mantido pela professora Leila do Socorro que se tornou a principal representante desta expressão cultural na localidade.

Ao buscar espaço no campo da cultura, as manifestações e saberes locais tenderiam a amenizar ou mesmo neutralizar o poder das normas totalizantes. Portanto, esta ação estaria representando a epísteme, a ontologia desses grupos, suas visões de mundo, revitalizadas no processo de re-existência. Passo, então, a ancorar a pesquisa nos *saberes*, tendo-os como o chão que poderá fornecer subsídios para decifrar a identidade desse coletivo: mulheres, homens e sua cultura. Sem a percepção desses saberes, seria inviável estabelecer conexão com os estudos culturais latino-americanos, de onde surge o decolonialismo.

Assim, desenvolvo esta pequena análise com base no registro oral das mulheres do passado e do presente, identificando suas trajetórias pessoais, apreensões e motivos que as fazem reatualizar suas experiências com suas devidas particularidades. Além delas, há relatos de personagens secundários com suas memórias narradas. A terminologia “comunidade” referida aos locais em que são confeccionadas as varinhas é utilizada pelos próprios moradores e líderes comunitários, que a assimilaram no contato com técnicos da Prefeitura durante assembleias ocorridas na região desde a década de 1990, época da implantação de políticas sustentáveis para a população das ilhas de Belém. Pela praticidade

e utilização do termo a partir desse grupo, tornou-se conveniente seu emprego ao longo deste trabalho.

As falas de todos os entrevistados são balizadas dentro de um conceito de identidade que se opõe à forma tradicional que se disseminou na modernidade: reduzida, polarizada, essencialmente ideológica e canonizada pelas versões da história oficial. A discussão que considera a memória inseparável da identidade cultural institui um campo de discussão complexo em função das muitas possibilidades que se abrem na investigação. Entretanto, é imprescindível manter o foco na experiência das(os) interlocutoras(es). Assim pretendo descrever a relevância de cosmovisões arraigadas em ontologias e discutir a inclusão da cultura da memória de Mosqueiro como um dos diálogos possíveis com a sociedade, contribuindo para a desconstrução de conceitos pejorativos sobre povos tradicionais, baseados em geral, no caráter de suas expressões culturais.

2. VARINHAS, BORDADOS E BORDADEIRAS: O QUE HÁ NESSE ENREDO?

Mas afinal, o que são essas varinhas e para que servem? No contexto em questão, trata-se de pequenas seções de madeira em formatos retilíneos com diâmetro regular variando de 0,7 cm a 3,0 cm e com extensão longitudinal de até mais de 1,00 m (Foto 01). As figuras são geométricas com várias opções de decoração sujeitas a quem as confecciona. Há pelo menos sessenta anos elas têm sido vendidas como lembrança de Mosqueiro, símbolo de afeto e instrumento de conquista amorosa, daí terem se popularizado na ilha como “varinha do amor” e em Soure como “varinha da conquista”. No caso das varinhas “bordadas” – assim designadas pelas mulheres – é um termo fundado na experiência empírica, referindo-se à técnica da *gravura*, incisando figuras no vegetal com lâmina². Em Mosqueiro esse costume foi bastante popular até esmaecer após 1975 (isso com a construção da ponte de acesso ao continente e o conseqüente fim das viagens regulares de navio).

² Gravura é o termo adequado para essa técnica de ampla utilização no domínio das artes plásticas. Bordar, então, é uma terminologia de caráter êmico, popular entre as bordadeiras.

Foto 01 – Exemplar típico da varinha do amor



Acervo do autor, 2011.

Na instauração da experiência simbólica, há algumas questões indispensáveis, sobre as quais vale refletir. Uma dessas questões debatidas e aparentemente “resolvidas” academicamente diz respeito ao conceito de artesanato que geralmente abarca os saberes estéticos mantidos e reativados por populações tradicionais amazônicas.

A questão insistente é: o conceito de artesão/artesã seria adequado a esse levante de insurgência em meio à modernidade? O senso acadêmico-etnocêntrico leva a pensar na tradição de vender varinhas como um fenômeno raso, sem profusão histórico-artística para caracterizar a experiência simbólica em sua totalidade. Isso parece evidente quando se percebe a distinção que é geralmente atribuída à arte e ao artesanato. Para compreender isso melhor, deve-se recorrer às normas estabelecidas no termo de referência do Programa de Artesanato do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que distingue os que são e os que não são artistas, definidas após discussões de especialistas e disseminadas pelo Conselho Mundial de Artesanato. Este o define como “atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade” (Ibid, 2004, p. 21). São acrescentadas a esse conceito algumas particularidades da atividade artesã como a produção regular de pequenas séries semelhantes entre si, porém, diferenciadas. Também é uma atividade oriunda da necessidade econômica e que por isso tem compromisso com o mercado.

As categorias que definem o artista, o artesão e suas atividades parecem não compreender o que se percebe na realidade, tornando o entendimento dos ofícios confuso e impreciso. O que se observa na atividade artesã é muitas vezes o que se descreve como atividade artística e vice-versa. Em alguns casos, o conceito de *artesanato* instituído por seu Conselho Mundial se aplica perfeitamente à tradição de bordar varinhas, mas deixa a desejar quanto à percepção da experiência estética (um fenômeno complexo) que não se

restringe à venda ou à qualidade do objeto, e que potencializa seu valor simbólico instituído pela tradição cultural, a qual ausente dos holofotes conceituais da modernidade, o considera arte.

Devido a isso, se propagou o adágio de que a “arte autêntica” pertence a uma classe privilegiada – burguesia e pequena burguesia – enquanto o artesanato seria um produto da vivência dos indivíduos rústicos e suas práticas ancestrais. Os artesãos seriam limitados ao significado habitual da produção em sua experiência comunitária, perpassado há gerações, sendo este coletivo e anônimo, o que não ocorre com o artista culto, considerado um ser solitário embora famoso. Essas considerações que buscam afastar artesão e artista, dando-lhes atribuições hierárquicas, não se atêm ao caráter subjetivo de ambos, movidos pelo processo de criação inerentes a todo ser sensível (OSTROWER, 1987). Pensando nisso, vale lembrar dos argumentos de construtivistas como Piaget e Montessori destacando que a criatividade também floresce em meio a expressões coletivas. Estes atores sociais, tais quais os que produzem varinhas em Mosqueiro, propõem cosmovisões e mostram em suas linguagens a possibilidade de descrevê-las esteticamente e culturalmente.

A prerrogativa do artista como ser tradutor, conectado à criação livre e dotado de sentimento é uma descrição adequada da experiência estética das produtoras de varinhas. O sentido de liberdade alienada dos problemas da vida no ato de bordar está em cada fala e em cada gesto empregado na gravura, técnica de construção dos desenhos, diferentemente de uma obrigação. As mulheres que bordam falam da vida, dos filhos e das coisas que lhes fazem bem como um remédio. A arte é sentimento, expressão do fazer, sentir e ver o mundo. Sem isso a vida não possui incremento ou possibilidade de renovação. Criar é tarefa inerente dos humanos desde os tempos mais remotos das civilizações (OSTROWER, 2004) e esse sentimento vital continuará presente onde estiver o ser racional.

O debate arte-artesanato logicamente não se esgota nessa breve discussão. Como se pode compreender, há quem, apesar de defender essa racionalidade, reconheça entre o artista e o artesão uma grande muralha que sugere no mínimo, tensões a serem superadas. Devido a essa imprecisão conceitual dos termos *artesanato*, *artesã* e *artista* e o que eles realmente significam – inclusive para elas, protagonistas, detentoras da tradição de *bordar varinhas* – optou-se por prosseguir sem lhes adjetivar como artesãs, e sim “mulheres dos bordados”, ou simplesmente “bordadeiras”. No caso de evidências de uma produção autônoma e plasticidade pessoal aplicada aos bordados, adquirida ao longo de seu trajeto vivencial, trata-se de artistas propriamente. Assim se pretende não situar as mulheres bordadeiras – sejam elas do passado ou do presente – no centro de um formato imposto e que tem pouco sentido diante do real significado de sua prática vivencial.

2 1. A Varinha do Amor

O maracajá é certamente um dos bairros mais antigos da ilha de Mosqueiro. Este foi presenteado a Veiga Cabral por seu sucesso e lealdade na luta contra os cabanos sitiados na ilha na primeira metade do século XIX. Mas para falar desse bairro, não se pode deixar de citar outro bairro, vizinho, a *vila*, como é chamada a parte mais urbana da ilha, onde estão situados marcos históricos como o velho trapiche, a paróquia de Nossa Senhora do Ó de 1868, a Praça da Matriz e o principal mercado do distrito, onde há mais de cem anos funcionam pequenos comércios (BAENA apud PREFEITURA, 2003). Um lugar que no passado foi cenário de guerra, sempre possuiu a dádiva de encantar pelas praias, florestas e por uma tradição entre os casais chamada “Varinha do Amor”. As referências desse tempo são ricas, bastando a qualquer pessoa o ato de caminhar com um exemplar de varinhas pelas ruas para que logo apareçam as intervenções dos moradores veteranos: “Olha uma varinha!”, “isso foi uma febre!” ou “conheço quem bordava bem!”, geralmente se referindo aos anos de esplendor da cultura local por algum parente adulto de meia-idade ou idoso.

Os depoimentos que relacionam as varinhas a casos de amor não são muito comuns nas falas dos moradores antigos. Geralmente presenteavam alguém que era namorada(o) ou amiga(o) próxima(o). Dar uma varinha de presente a alguém não muito próximo ou desconhecido era uma ousadia para jovens que em geral eram tímidos. São relatos de dona Nair, oitenta e nove anos, mãe de dez filhos sendo um homem e nove mulheres, popularmente conhecida como “dona Neca” (Foto 02) é moradora do Maracajá que outrora bordava varinhas. Além de ser uma das mais antigas moradoras, ela é uma das mulheres com boa memória do “Almirante Alexandrino” – navio desativado nos anos 1950 – e da estrutura do bairro até 1976, pouco iluminado, mas nem por isso perigoso. Até a época de seu depoimento, em 2010-2011, ainda lúcida, revela o saudosismo dos tempos em que reunia as filhas para confeccionar varinhas antes do navio atracar no trapiche da vila. Ela começou seu depoimento falando do motivo de ter começado a bordar varinhas:

É a curiosidade, né?...ficava olhando alguém passar com a varinha bordada...aí a gente ficava ...e já ia...às vezes inventava o desenho de cabeça (...) A gente via passar alguém na rua com a varinha e por curiosidade ia fazer...lá no mato tirar a varinha e em casa tirava medida e depois ia bordar...gravava o nome das pessoas que já mandavam pedir. As minhas filhas é que iam vender aqueles feixes de varinhas. Era tudo de lembrança! Quando tinha encomenda a gente já ia pro mato da Bitar...já teve encomenda de um monte de varinha pra São Paulo. Chegava em casa, a gente inventava todo tipo de desenho e às vezes deixava no meio da vara a casca preparada pra colocar o nome com a *gilé*. Graças a Deus eles vendiam bem. (...) Eu tinha dois irmãos... eles eram até analfabetos...não escreviam. Eles pegavam na faca e riscavam e cortavam, decoravam, desenhavam... mas a gente via aquilo por ver que a gente ainda tava tudo molecona...mas aí depois esqueci. Depois que eu me casei já mãe de filho é que eu fui perguntei. Eles eram rapazes adultos aí que faziam por fazer com faquinha. Ainda nem existia esse negócio de “bordar varinha pra vender”. Eles eram analfabetos e cortavam a Tapiririca, a Santa Clara que tinha antigamente. Não tem nada de índio não! Foi o pessoal do Maracajá mesmo! (informação verbal)³.

³ Dona Neca hoje fala pouco. Perdeu a memória e mal reconhece os filhos. Esta entrevista foi concedida entre 2010 e 2011 quando ainda tinha 77 anos.

Foto 02 – Dona Neca no Maracajá



Fonte: Acervo pessoal (maio de 2011).

Dona Neca atribui à curiosidade seu primeiro contato com as varinhas; isso ao ver as pessoas nas ruas de seu bairro as ostentando. O exercício com o tempo lhe proporcionou tanta destreza a ponto de começar a também *criar* os bordados e os fazer sob encomenda, implicando não mais na reprodução dos grafismos, mas na produção de motivos novos, o que devido às limitações da artista que há muitos anos deixou a atividade, não se pôde comprovar. O hábito de gravar o nome das pessoas era comum e permanece vivo.

A anciã se refere a dois de seus irmãos mais velhos, falecidos há muitos anos que, com robusta experiência nas matas, tinham aprendido a colher e confeccionar varinhas com uso de canivete. Ainda na infância, ela demonstrava curiosidade com os grafismos geométricos, inclusive as madeiras usadas, colhidas ali próximo, onde está localizado o terreno da Fábrica Bitar ou “mato da Bitar” que ainda hoje dispõe de uma grande quantidade de Santa Clara, o tipo predileto para confeccionar os bordados. Considerando os anos da infância e adolescência de dona Neca, essa memória dos irmãos se passaria na década de 1940 quando Mosqueiro era um lugarejo semi-urbanizado, cercado de matas onde o contato com produtos manufaturados como as lâminas de barbear usadas para bordar as varinhas atualmente, eram provavelmente, incomuns ou mesmo desconhecidos. Além do relato comum às demais bordadeiras sobre a finalidade comercial da produção das varinhas, destaca-se a afirmação de que os próprios moradores do maracajá foram responsáveis pelo surgimento das varinhas. A afirmação de dona Neca teria importância, pois apontaria para os próprios sujeitos do maracajá como responsáveis pela origem do fenômeno. Entretanto, não há indícios de que essa afirmativa seja verdadeira, visto que não há documentos

históricos ou arqueológicos que a sustentem, muito menos em outros depoimentos orais. Contudo, a afirmação é no mínimo uma demonstração de orgulho local, destacando traços de etnicidade do povo que ali vive. De fato, o Maracajá, e por extensão, Mosqueiro, se estabeleceu como espaço de intervenções e atravessamentos em vários momentos de sua história que não excluem as raízes multiculturais constitutivas de sua tradição simbólica.

Os navios que aportavam no trapiche de Mosqueiro desde o século XIX, trazendo turistas e demais visitantes cultivaram entre os moradores o hábito de apreciar a chegada dessas embarcações sempre nos fins de tarde. Assim como o Almirante Alexandrino era uma memória viva para dona Neca, o Presidente Vargas também, e não para apenas ela, mas para grande parte dos moradores que em suas memórias expressam a eles um sentimento de gratidão. Olhando por essa ótica, percebe-se nitidamente o que descreve: "... no momento em que narram suas lembranças, recriam suas experiências, atribuindo-lhes novos sentidos a partir de sensações, sentimentos, emoções vividas que estavam recolhidas nos labirintos da memória." (PACHECO, 2009a, p. 84). Essas sensações recolhidas recriam as imagens que dizem ao presente: antes não havia tanta gente no maracajá. Eram poucas casas, pouca luz à noite e tinha muita mata para colher a matéria-prima das varinhas. A vida era difícil e cada oportunidade era bem aproveitada. Vender varinhas era a ocasião não só de faturar, mas de participar da festa, de se sentir inserido no mundo dos abastados compradores, pelo menos, por alguns momentos nos fins de semana e nas férias, quando os navios vinham lotados de veranistas.

Dona Neca demonstra satisfação com a entrevista e fala das varinhas bordadas com grande entusiasmo. Diferente de outras de sua época, ela não incentivou ninguém a manter viva a prática de confeccionar varinhas, nem mesmo as filhas, embora todas(os) ainda saibam bordar, mesmo sem muita destreza. A inserção da família no mercado de trabalho, segundo a anciã, desmotivou o costume de bordar e tornou mais atraente a vida e os prazeres modernos. Ao posar para a câmera digital, ela chama o marido e diz "hoje a foto sai na hora... na nossa época demorava uma semana!" O marido confirma dizendo que os filmes eram levados para Belém de navio. O fotógrafo só aparecia uma semana depois com o resultado que nunca se sabia se era satisfatório. Pensativo, o marido de dona Neca olha para o nada voltando aos tempos escondidos no pensamento e sussurra: "Tudo mudou..." Ao ver o companheiro afirmar isso, a veterana demonstra que nem tudo é ruim no mundo da modernidade. Certamente é um mundo mais perigoso, mas tudo é também, segundo ela, mais fácil do que antes.

Os relatos de dona Neca apontam em direção a uma atividade coletiva, vivenciada por mulheres na maioria, que viam no bordar uma alternativa de lucro, mas também uma forma de expressar imaginação. A memória traz à tona a dimensão artística nesse trabalho, produzido a partir do processo de criação, tendo uma matriz iconográfica comum que se

fixou historicamente como símbolo, patenteado nas falas das que detinham a prática. O que se tem de interessante no registro das memórias é que, além da prática e do interesse juvenil, nada se perdeu. Havendo mato para colher varinhas, bordadeiras e os turistas de veraneio, a experiência, provavelmente seria semelhante aos tempos dos navios.

2.2 Caruarú e Mari Mari das “lembranças de mosqueiro”

Atualmente, bordar varinhas é uma atividade viva devido à iniciativa de algumas mulheres. Das mais importantes para esse trabalho, uma é da comunidade do Caruarú (Foto 03) e outra pertence ao Castanhal do Mari Mari, embora more atualmente no bairro do maracajá. As duas são responsáveis pelo elo entre o passado e o presente do grafismo em varinhas como símbolo da identidade local e suas falas são aporte para discussões sobre a expressão estética e memória, questões a serem aprofundadas. Além dessas falas, conta-se com os depoimentos outros membros das comunidades que trazem informações das dimensões política, social e econômica que permeiam os processos que constituíram historicamente o local onde os grafismos são produzidos.

Foto 03 – Vista da entrada da comunidade ribeirinha do Caruarú



Fonte: Acervo pessoal (julho de 2018)

A comunidade do Caruarú (Mapa 01) tem 552 hectares e está localizada no interior da ilha de Mosqueiro. Ela constitui a sede de povoados menores, distribuídos numa área de mata secundária, onde são localizadas as comunidades de Caruarú de Cima, Tucumandeuá, Curuçá e Tapiapanema. A comunidade do Castanhal do Mari Mari é

interligada ao Caruarú por uma estrada na mata, antes chamada “trilha olhos d’água”, denominação usada por ali haver uma fonte que nos últimos anos tem açorado com o desmatamento. O acesso a ambas as comunidades se dá por hoje por terra; mas ainda há pequenas embarcações que saem do Porto Pelé no bairro do Maracajá. A viagem dura em média trinta minutos e ainda faz parte do roteiro ecológico da ilha. O Caruarú possui atualmente 41 famílias com respectivas residências de descendentes das primeiras famílias.

Mapa 01 – Localização das comunidades do Caruarú e Mari Mari com indicação de acesso pelos rios



Arte: Luciano Gemaque

Fonte: www.googlemaps.com/mapasdobrasil/mosqueiro; acesso em 30/11/2009

A bordadeira Leila do Socorro, quarenta e oito anos, casada, mãe de três homens e três mulheres e professora da Unidade Pedagógica é hoje a principal representante da expressão cultural no Caruarú. Leila herdou da mãe o amor à tradição de bordar varinhas (Foto 04) e demonstra fé na continuidade delas em seu depoimento:

Foto 04 – Professora Leila posando com varinhas por ela bordadas.



Fonte: Acervo pessoal (dezembro de 2009).

Pra muitas pessoas isso aqui é nada... é como uma vez jogaram até na cara...porque o meu material foi roubado sabe, aqui mesmo. Aí eu fui... procurar saber, disseram assim mesmo pra mim:” Por que ela está fazendo caso de uma porcaria que aqui no mato a gente vai lá e pega?” Mas não sabe o valor que tem! Foi assim mesmo: “Uma porcaria!” (risos) Ah Deus, misericórdia desse povo! [...] O inimigo não é tanto o desmatamento sabe? Eu acho que é as pessoas da localidade mesmo... é que pra gente tem um valor, mas pra outras, até pessoas mesmo da comunidade é uma...não é nada! Sabe? É ali um pauzinho que se tira lá do mato e pra eles não tem nenhum significado, nenhum valor.

O relato apresenta uma circunstância corriqueira entre as “gerações pós-navios” que nunca tiveram contato com a cultura das varinhas bordadas, colocada por Leila como um inimigo acima do desmatamento. Quando a tradição “adormeceu”, não houve nenhuma ação coletiva no sentido de manter de pé ao menos a memória dessa prática para as gerações subsequentes, o que garantiria, teoricamente, o respeito dos mais jovens pelo seu significado cultural. Há na verdade, o desconhecimento total do histórico das varinhas, inclusive pelas gerações adultas que, segundo a fala de Leila, “não sabe o valor que tem”, pois não o reconhece como parte de sua própria trajetória. As varinhas, diferentemente do que as artesãs veteranas demonstram, tornaram-se um objeto banal que a qualquer momento pode ser extraído da floresta que, por sua vez, está ali para ser também retirada.

Na comunidade ela é a bordadeira que permanece ativa na prática de seu trabalho e demonstra insatisfação com a indiferença de alguns membros da comunidade; sua fala é em tom de desabafo. A princípio ela se refere à varinha; mas esse objeto não está só. A varinha vem de um arbusto que só cresce à sombra de grandes árvores, que por sua vez, estão ainda de pé graças a uma parte da floresta que ainda foi preservada. No Caruarú também se percebe entre os de mais idade essa relação ufanista, conectada à paisagem e significados construídos com ela intensamente. Isso lembra um conceito de paisagem formulado por Ingold (1993) onde as coisas se relacionam – pessoas, árvores, terra, pedra – não de forma objetiva/quantitativa, mas de forma qualitativa. A nossa relação com o que nos envolve é de incorporação dos elementos do mundo, pois “a paisagem é o mundo como é

conhecido por aqueles que nela habitam que habitam seus lugares e percorrem os caminhos que os conectam.” (INGOLD, 1993, p.156).

Outro dado percebido por Leila e que aparece como fator desfavorável à compreensão dos saberes é a escolarização dos habitantes do Caruarú. A média de escolaridade dos adultos, de acordo com um levantamento parcial feito durante esta pesquisa, é o primeiro grau incompleto. Algumas mulheres quando afirmam orgulhosamente que “terminaram os estudos”, se referem ao nível médio, o que se considera uma proeza em praticamente toda a ilha. Entre os homens, a situação é pior: eles têm o mais baixo nível escolar de todos, e por isso, talvez, incentivem os filhos a não parar de estudar para não se tornarem braçais como eles. É possível que aí esteja o diferencial de Leila, que é pedagoga. A professora do ensino fundamental demonstra ser consciente dos problemas da comunidade e quando questionada sobre o que as varinhas bordadas representam para ela, responde sem hesitar:

Identidade! Identidade mosqueirense! Pra mim a varinha é a identidade de Mosqueiro! Pela história que eu já ouvi contar, pela minha mãe que aquela história de que as pessoas chegavam a Mosqueiro e essa varinha identificava como elas tinham estado em Mosqueiro. Se elas não retornassem com essa varinha... pra outra cidade, pra sua cidade e não levasse a varinha...ela não tinha passado em Mosqueiro, era mesmo que nada!...De palavra não valia! Se ela falasse assim “olha, eu tive em Mosqueiro!” de boca, de palavra... não, mas ela tinha que levar essa varinha pra...identificar mesmo que ela teve em Mosqueiro. [...] Eu já fui tomar conhecimento já e. me interessar...a fazer, a estar trabalhando com esse artesanato, acho que em 2002...quando eu comecei a trabalhar com a varinha, eu comecei a varinha a fazer os desenhos na varinha a partir de 2002, que eu comecei a trabalhar direto.[...] Tem umas que ...poucas pessoas já pegaram, já estão confeccionando, já trabalhando também com a varinha. Mas não todos os desenhos, alguns, os mais fáceis.[...] Sempre chegam pessoas aqui na comunidade eles procuram essas varinhas, então eu acho que quando elas chegam até a comunidade e procuram pelas varinhas que é a identidade de Mosqueiro... Depois já fazem a divulgação. E assim está sendo mais procuradas essas varinhas pelo trabalho de faculdade! Pesquisa! Porque isso aqui está sendo um instrumento de pesquisa (entrevista)⁴.

Ao falar de identidade, Leila apresenta um conceito particular, baseado no legado da mãe: em um lugar distante, onde quer que seja e estando lá, a varinha bordada representará Mosqueiro. Essa particularidade significa afirmar que a varinha bordada em outro tempo, era símbolo do “eu estive lá”. O significado, reluzente nos tempos de viagens de navio, deve, segundo a bordadeira, ser restituído. Falar desse objeto poderia ser comum, como se faz objetivamente a um souvenir qualquer, mas na fala de Leila, há algo além, que se prende às suas raízes, sentimentos, movimento existencial que caracterizam determinações do ser ontológico. Apesar do apego à cultura das varinhas, Leila só começou a bordar em 2002 e o comentário de que há outros adeptos do fenômeno na comunidade inibe a relação conflituosa existente. Na verdade, há duas ou três pessoas que aprenderam

⁴ Entrevista concedida ao autor. Mosqueiro, jun. 2011.

a confeccionar bordados, ao menos, as figuras mais fáceis às quais ela se refere. Contudo, essas pessoas não têm a mesma percepção do valor histórico e cultural do objeto, talvez, por não terem sido apresentadas aos saberes do mesmo modo como Leila. Devido a isso, ela durante o depoimento, hesita em falar da transmissão do bordar varinhas, interrompendo o argumento para dizer as comercializadas por ela sempre venderam bem.

Além do Caruarú, a comunidade do Castanhal do Mari Mari é um sítio valioso na configuração do estudo das varinhas bordadas. A bordadeira mais profícua dessa comunidade é Inês Garcia (Foto 05), casada, cinquenta e sete anos, aposentada, mãe de duas mulheres e um homem. Inês nasceu na comunidade e a ela pertence, mesmo morando no bairro do maracajá. A comunidade é pequena, constituída de 26 moradias das quais 16 são ocupadas e as 10 restantes são visitadas em época de férias e festividades anuais. Apesar das dificuldades enfrentadas pelo grupo de moradores, há um forte apego ao lugar, principalmente, a família da bordadeira, que tem o irmão Simão na liderança comunitária. Ele afirma que a comunidade não se desenvolve devido a tensões existentes entre os moradores do “Castanhal” e os do “Canavial”, vilarejo próximo, que não se entendem na administração da localidade. O Mari Mari não tem associação de moradores organizada, e a Unidade Pedagógica que sempre foi um suporte para a comunidade, não mais realiza atividades em parceria com os moradores, como acontecia até 2009. Devido a esse conjunto de situações promovidas pela falta de cooperação entre os membros é que a vida no Castanhal do Mari Mari tem se tornado mais difícil.

Foto 05 – A bordadeira Inês



Fonte: Acervo pessoal (junho de 2011)

O conflito na comunidade, entretanto, não parece ser decisivo para o desaparecimento dos saberes, embora se reconheça que há grande interferência nos

modos de sobrevivência, garantidos regularmente como herança, materializados na pesca e na agricultura. Parte da comunidade quer aderir ao moderno, usufruir de bens materiais acessíveis apenas aos que obtêm mais renda. Aliás, obter mais renda aqui pode significar desmatar ou mesmo corromper hábitos simples como a pesca seletiva. É a transição de culturas que não é distante nem da pequena comunidade. Inês sofre pelos que vivem lá, cercados de dificuldades. Assim como no Caruarú, a confecção de varinhas é uma herança cultural que vem sendo abandonada ao longo dos anos pelas novas gerações, conforme a bordadeira esclarece, mencionando a falta de incentivo dentro da comunidade:

As pessoas que ficaram não se dedicaram. Na verdade as pessoas que ficaram não se interessaram. Eu aprendi com a minha tia Guajarina que era irmã do meu pai e eu sempre ia pra casa dela quando a gente ia fazer farinha... eu chegava lá ela estava bordando essas varinhas. Ela tinha encomenda... Essas varas ela fazia pra vender! Aí com ela aprendeu a filha dela, Maria da Assunção... e eu ia pra lá por curiosidade...ver também ela bordar as varas aí eu fui aprendendo. Eu tinha seis pra sete anos. Eu fazia com gilete e agora eu faço com estilete. Na época não tinha esse negócio de estilete. Aí eu comprava a gilete, pra ela não cortar com a outra parte o dedo da gente eu quebrava ela no meio e fazia só com uma banda da gilete Se eu sentar mesmo pra fazer, eu bordo umas dez por dia, mas aí eu não tenho tempo né? Tempo que eu faço aqui rapidinho eu bordo umas três ou quatro. Eu porque eu tenho amor nas varinhas, eu gosto! Quando eu pego pra fazer eu gosto de sentar e fazer, não gosto que ninguém me atrapalhe não! Eu me dedico mesmo às varinhas.

A bordadeira dá a entender que no passado havia um grupo bem maior de moradores que ao se mudar da comunidade, deixaram a tradição de confeccionar varinhas na responsabilidade dos que lá permaneceram, que por sua vez, não se interessaram pelo trabalho. A própria tia, que lhe ensinou o ofício, dona Guajarina⁵, não teve sucesso com a filha, Maria da Assunção, que apesar de ter aprendido a técnica com a mãe, não demonstrou interesse em dar continuidade. Além de Inês, apenas Simão, o irmão e líder da comunidade, borda varinhas, porém, sem a mesma destreza por ter aprendido os rudimentos ainda recentemente. No relato, Inês revela a produção dos bordados, que no começo fazia com lâmina de barbear e atualmente usa o estilete, produzindo um acabamento visivelmente mais rústico que os do Caruarú (Foto 06), também resultante do uso da Santa Clara, encontrada somente no Mari Mari, a madeira utilizada pelas bordadeiras do Maracajá de outrora. Essa madeira ainda hoje pode ser achada nas matas da antiga fábrica Bitar. Na sequência, Inês recorda da preocupação da tia com o acabamento estético dado aos grafismos:

Na época da minha tia ela deixava assim, natural mesmo... umas ela deixava assim, mas outras ela pintava, ela comprava essas tintas de madeira, pra madeira, ela

⁵ Dona Guajarina morava em Icoaracy, distrito de Belém. Idosa, com uma fala incompreensível e devido à degeneração mental que possui, não teve condições de contribuir para esse trabalho.

pintava, cada desenho desse ela botava uma cor e ficava muito bonito; mas aí já não fica...já não fica ne? Aí já leva química aí, aqui não, ela já ta mesmo pura. E outra coisa, o verniz, se você envernizar ela, ela fica uma beleza! Fica muito bonita envernizada... depois que borda ela, deixa secar um pouco aí você...vê como ela fica [...] Ela vendia muito! Ela fazia de feixe de vara! Servia de bastão... ela bordava umas mais grossas justamente que serviam de bastão pros velhos. [...] A minha tia tinha vários, vários desenhos! Só que eu não aprendi todos. Quando foi antes de nove anos o meu pai morreu e eu tive que ir embora pra Belém... aí pronto, eu não aprendi mais. Mas o que eu aprendi eu não esqueci. Até hoje eu faço [...] passei nove anos sem pegar nessas varas. Aprendi uns doze. (entrevista)⁶

Foto 06 – Detalhe das varinhas do Caruarú à esquerda e do Mari Mari à direita onde se percebe o tom mais claro dos bordados em madeira Santa Clara.



Fonte: Acervo pessoal (2011).

A particularidade do relato demonstra a preferência de muitas bordadeiras pela rusticidade do objeto, com raras exceções. No caso da tia de Inês, havia o uso de tinta industrial, assim como do verniz, que dava um acabamento mais refinado que chamava a atenção dos compradores. Mas, para as mulheres bordadeiras do Caruarú e Mari Mari, a beleza dos desenhos parece estar justamente na ausência de acabamento. O símbolo que esse objeto representou e ainda representa para a cultura material é um motivo de estímulo para todas que o mantêm. Inês confirma a tese de que essas varinhas eram vendidas em grande quantidade aos viajantes e traz outra utilidade: um bastão mais robusto servia para apoiar pessoas idosas, devidamente decorado com os bordados. Esses bordados eram de vários padrões gráficos, e ela não conseguiu aprender todos, pois se ausentou da comunidade ainda na infância. Algumas pessoas que ainda vivem no Maracajá confirmam essa variedade, mas não sabem precisar que tipo de grafismos se perderam. Quando Inês voltou para a comunidade, conseguiu lembrar apenas doze padrões que bordava na infância

⁶ Inês Garcia. Entrevista concedida ao autor entre abr. 2011 e jul. 2018.

e com esses tem mantido vivo o seu trabalho como representante do Castanhal do Mari Marí.

Como se pode perceber, a informação a partir da fala das contempla o conceito de história oral que permite o conhecimento de “experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais” por meio da memória (ALBERTI, 2005, p. 166). Além de possibilitar o acesso ao que denomina *histórias dentro da história*, a memória desses relatos é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é

resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral. (Ibid, 2005, p. 167)

A memória aqui é colocada como uma construção da história oral. De acordo com essa linha de raciocínio, os relatos orais são mecanismos capazes de descrever a identidade do grupo. As opções do grupo são basicamente definidas segundo critérios que mantém o processo de continuidade e coerência acima mencionados. O conceito de identidade não se refere aqui a um sentido ideológico que satisfizesse por muito tempo a plausibilidade científica da História, mas sim a uma dimensão antropológica defendida por Diehl (2002).

Nas narrativas é possível ver uma insatisfação ora velada, ora explícita aos modelos culturais hegemônicos. As mulheres mostram conexões com saberes opostos à razão epistêmica colonialista criticada por Walter Mignolo (2008) e que se impõe a todos na modernidade. Por esse e tantos motivos ainda não sistematizados, o que se encontrou no lugar é suficiente para uma análise razoável pautada na re-existência de mulheres e seus bordados, e as insurgências enraizadas no contínuo histórico das falas não se dissipou. Todas as bordadeiras falam em políticas de inclusão social fomentadas em outros governos e que agora, devido à falta de assistência, prejudica a cadeia sustentável. Assim como nos “Marajós”, cheios de história e cultura, os mosqueirenses estariam sendo vistos como sujeitos incultos pelos administradores políticos (PACHECO, 2009a). Além da dimensão política, há um argumento presente que sugere a importância da expressão cultural com o amparo econômico para a sua continuidade, sendo este um dado notável na relação das mulheres com as varinhas. Também é possível ver que a produção das varinhas bordadas não se dá em uma conjuntura harmônica e propícia para o seu processo de resignificação e continuidade. As tensões nesse meio, provocadas pela proliferação de racionalidades antagônicas entre os membros da comunidade, fazem com que se pense numa continuidade dos processos de luta inerentes às bandeiras decoloniais. Também é nítida em

Mosqueiro a prevalência de traços típicos de matrizes multiculturais da Amazônia onde o passado persiste em não se extinguir totalmente, ainda que possa haver mudanças nas relações sociais das gerações recentes para com sua história e sua cultura.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer. Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- DIEHL, Astor Antônio. Memória e identidade: perspectiva para a história. In: **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1989. 223f.
- _____. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GELL, Alfred. **A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia**. Concinnitas, 8(1): 42-63, 2005.
- GOLDMAN, Márcio. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- _____. **Contradiscursos afroindígenas sobre mistura, sincretismo e mestiçagem**. Revista de Antropologia da Universidade de São Carlos, jul./dez. 2017: pp. 11-28.
- GORAYEB, Inocência de Sousa (coord.). **Amazônia**. Belém: RM Graph, 2008.
- GOW, Peter. **Da etnografia à história: introdução de Of mixed blood: kinship and history in Peruvian Amazonia**. Cadernos de campo 14/15, pp. 197-226. 2006.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HORTA, Maria de Lourdes P. PRIORE, Mary Del. In: **Memória, patrimônio e identidade**. TV Escola. Boletim 04, abr. 2005.
- INGOLD, T. **The temporality of landscape**. World Archaeology. Vol. 25 (2): 152-174, 1993.
- LATOURETTE, Bruno. **Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts**. In: CANDLIN, F. GUINS, R. (ed.) The object reader. Routledge, pp. 209-254, 2009.
- MEIRA FILHO, Augusto Ebrema de Bastos. **Mosqueiro ilhas e vilas**. Belém: Grafisa, 1978.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica**: A opção Descolonial e o significado de Identidade em Política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008

PACHECO, Agenor Sarraf. **En El Corazón de La Amazonía**: identidades, saberes e religiosidades no Regime das Águas Marajoaras. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: PUC, 2009a.

_____. História e literatura no regime das águas: práticas culturais afroindígenas na Amazônia marajoara. **Revista Amazônica**, Belém, v. 1, n. 17, p. 406-441, out. 2009b.

_____. Encantarias afroindígenas na Amazônia marajoara: narrativas, práticas de cura e (in)tolerâncias religiosas. Dossiê: Biodiversidade, Política e Religião, **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 88-108, abr./jun. 2010a.

_____. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, Denise Pahl. MARTINS, Cristiane P. (Orgs.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história da Amazônia marajoara. Belém: GK NORONHA, 2010b.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, ano XX, nº 42 pp. 377-391, jul-dez 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Pesquisa da cartografia sociocultural de Mosqueiro**. Secretaria Municipal de Educação. Belém, 2003.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. **Ciência e técnica**. In: Horizontes das ciências sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **Novas formas econômicas**: um relato das terras altas da Nova Guiné. In: MANA. Vol. 4, nº 1, pp. 109-139, 1998.

SEBRAE. **Encontro nacional do programa Sebrae artesanato**. Araxá, 2003.

SHOHAT, Ella. STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**: multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

REGISTROS ORAIS

Humberto Carvalho de Araújo (seu Melito). Mosqueiro, maio 2011 a julho 2018.

Humberto Nascimento de Araújo (Beto). Mosqueiro, junho 2011 a novembro 2019.

Inêz Garcia Carvalho. Mosqueiro, fev. 2011 a jun. 2018.

João Lima. Soure, jun. 2011.

Leila do Socorro Araújo Cunha. Mosqueiro, nov. 2009 a janeiro 2019.

Nair Lima da Silva (dona Neca). Mosqueiro, nov. 2010 a junho 2018.



GT 7 - Pensamentos insurgentes e levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América Latina

IMAGEM E DECOLONIALIDADE PELA OBRA DE ÉDER OLIVEIRA

Maria Cristina Simões Viviani (UFPA)¹

RESUMO

A obra do artista paraense Éder Oliveira possibilita suscitar reflexões decoloniais a partir de seus trabalhos desenvolvidos com a realidade amazônica. Nesta pesquisa focarei em três séries distintas do pintor, a fim que nos ajude a aprofundar questionamentos fundamentados em uma arte contemporânea brasileira que busca persistentemente se descolonizar: As séries “Textos” (2019); “Listras, Iconografia anacrônica para Nina Rodrigues” (2020); e a obra “Estudo para retrato de Cacique Guaimiaba (Cabelo de Velha)” (2020). Os semblantes presentes nas obras de Éder Oliveira em diversas de suas séries são concebidos a partir de fotos jornalísticas das páginas policiais. A predominância dos traços racializados historicamente de indígenas, caboclos, e/ou negros, mostram uma constante dos corpos que são detidos – não só fisicamente, mas também simbolicamente - na realidade brasileira. Da mesma forma que a arte e a imagem foram fundamentais no processo da colonização do Brasil, também serão para a sua descolonização. O trabalho do pintor paraense nos abre múltiplas possibilidades de pensar não só o resgate das narrativas históricas, corpos e modos de ser e existir silenciados e estigmatizados como inferiores e não-humanos, como também modos de resistência frente às diversas formas de apagamento social impostas pelas estratégias coloniais ancorados no racismo. Nesse sentido, as pinturas de Oliveira são fundamentais na reconstrução desses corpos marcados como colonizados, os tratando não mais como objetos de violências e perigos, mas como potências e resistências contra essas mesmas violências e todas as formas de apagamento físico e simbólico tão presentes na realidade brasileira.

Palavras-chave: imagem; arte decolonial; Éder Oliveira.

1. A OBRA DE ÉDER OLIVEIRA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL COM JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA

Pensando nas relações de arte e poder em uma perspectiva decolonial, o trabalho do artista paraense Éder Oliveira se mostra um campo privilegiado para se

¹ Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal do Pará. Atua na área da Antropologia Social. Atualmente foca sua pesquisa nas relações de poder entre corpo, gênero e arte contemporânea pela perspectiva decolonial. E-mail: maria.viviani@ifch.ufpa.br

pensar questões a partir de uma reflexividade com a realidade amazônica. Nesta pesquisa focarei em três séries distintas do artista, a fim que nos ajude a aprofundar questionamentos de uma arte contemporânea brasileira que busca persistentemente se descolonizar.

A pesquisa desenvolvida pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, além de coincidentemente levar o mesmo sobrenome do artista aqui estudado, pode nos ajudar a compreender o cenário no qual Éder Oliveira atua e denuncia em seu trabalho. O antropólogo, em seu livro “O nascimento do Brasil e outros ensaios” (2016) conta como a colonização brasileira, que foi profundamente marcada pelo racismo, teve, na realidade, duas colônias distintas: a do Brasil, cuja sede permaneceu em Salvador (BA) e a do Maranhão e Grão-Pará, cuja sede foi a cidade de Belém, cidade na qual Éder Oliveira, natural de Timboteua no interior do estado, agora vive e desenvolve seu trabalho.

As raízes coloniais marcam profundamente a obra de Éder Oliveira, na qual problematiza a relação dos rostos marginalizados da atualidade com textos colonialistas. Pacheco de Oliveira (2016) argumenta como as imagens coloniais do imaginário brasileiro, apesar de estarem dentro de nós e as sentirmos como familiares, não foram de modo algum por nós produzidas. Segundo o antropólogo:

São rigorosamente exteriores e arbitrárias, convenções cujos pressupostos frequentemente desconhecemos. Depositadas em nossa mente, resultam do entrechoque de concepções engendradas por gerações passadas, formuladas em lugares próximos ou distantes de nós. Mas são elas que dirigem nossas perguntas e ações, e muitas vezes governam nossas expectativas e emoções. Pensadores do século XIX legaram representações artísticas e científicas que nos levam a pensar a Amazônia desde um prisma único, com imagens estereotipadas e ideias preconcebidas, compondo uma totalidade dada como inquestionável. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.162)

Segundo as descrições do período colonial, existe um imaginário de uma natureza ora gloriosa, ora intempestiva, se sobrepondo à uma civilização acanhada. “Se existiam divergências quanto à potencialidade dessa natureza amazônica, não havia qualquer discordância quanto ao seu caráter majestoso, nem quanto à pouca importância da parcela da humanidade que ali se localizava” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.164). Autores nacionais e estrangeiros pintaram em cores vívidas como a força da floresta avassalaria os homens e lhes imporia um destino inevitável. Assim, o “tropos da natureza virgem, com vastos recursos ambientais, terra livre e despovoada de homens, é algo extremamente recorrente no imaginário dessa época” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.164).

Entretanto, é preciso compreender que este discurso é algo historicamente datado, e que de maneira alguma se prestou apenas a essa região e a seus habitantes. As descrições e análises da mata virgem significavam que não havia um dono anterior, podendo ser livremente apossada. Não reconhecia, portanto, um direito precedente aos territórios ocupados pelas populações autóctones. Os interesses dos indígenas que aqui estavam não foram levados em consideração na expansão colonial, nem na formação dos novos estados nacionais (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

O processo colonizador, altamente danoso às populações autóctones, teve sua narrativa monopolizada pelo colonizador na história brasileira. O que busco evidenciar através da análise de um recorte de obras elaboradas pelo artista Éder Oliveira, é da importância do levantamento de outras narrativas e memórias propostas pelo pintor. Por meio da leitura de sua obra levanta-se a urgência da problematização do racismo implementado no Brasil no decorrer da colonização que ainda é reconhecido pelos corpos na contemporaneidade.

Kilomba (2019) destaca a problemática da narrativa colonial sobre os corpos marcados pelos vestígios da colonização:

Nos pediam para ler sobre a época dos “descobrimientos portugueses”, embora não nos lembrássemos de termos sido descobertos. Pediam que escrevêssemos sobre o grande legado da colonização, embora só pudéssemos lembrar do roubo e da humilhação. E nos pediam que não perguntássemos sobre nossos heróis e heroínas de África, porque elas/eles eram terroristas e rebeldes. Que ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizados/os a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador. (KILOMBA, 2019, p.65)

Dessa forma, a psicóloga e artista portuguesa lança a provocação sobre a única narrativa ensinada nas escolas sobre o período colonial, apenas na perspectiva do colonizador. Chimamanda Adichie (2009) nos alerta para os perigos da história única. A escritora nigeriana argumenta a importância das várias narrativas para que relatos não sejam silenciados ou mal compreendidos. A autora diz:

A “história única cria estereótipos”. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. [...] A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes. [...] Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida (ADICHIE, 2009, fala oral).

Assim, busca-se uma releitura decolonial dos processos destas histórias e corpos. Parafraseando Kilomba (2019) “Descolonização refere-se ao desfazer do colonialismo. Politicamente, o termo descreve a conquista da autonomia por parte daquelas que foram colonizadas e, portanto, envolve a realização da independência e da autonomia”. Com isso, espero que, amparada pela obra de Éder Oliveira, possamos traçar outras narrativas e olhares para os corpos ainda marcados hoje pelo processo colonial, amplificando as possibilidades de independência e autonomia de suas próprias histórias.

2. ESTUDO PARA RETRATO DE CACIQUE GUAIMIABA (CABELO DE VELHA) E A PERSPECTIVA ÚNICA DA HISTÓRIA COLONIAL BRASILEIRA

A primeira missa no Brasil, pintura que veio a ser acolhida mais tarde como um dos emblemas maiores da nacionalidade, demonstrava um ritual de natureza política e ideológica evidentes, cabendo todo o protagonismo unicamente aos portugueses. A pintura dá a ideia de que a terra foi tomada de maneira pacífica, onde os portugueses celebraram o seu deus, enquanto os autóctones eram apenas espectadores de uma cena que não entendiam, “mirando com olhares que oscilavam entre o desinteresse e o encantamento” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.168).

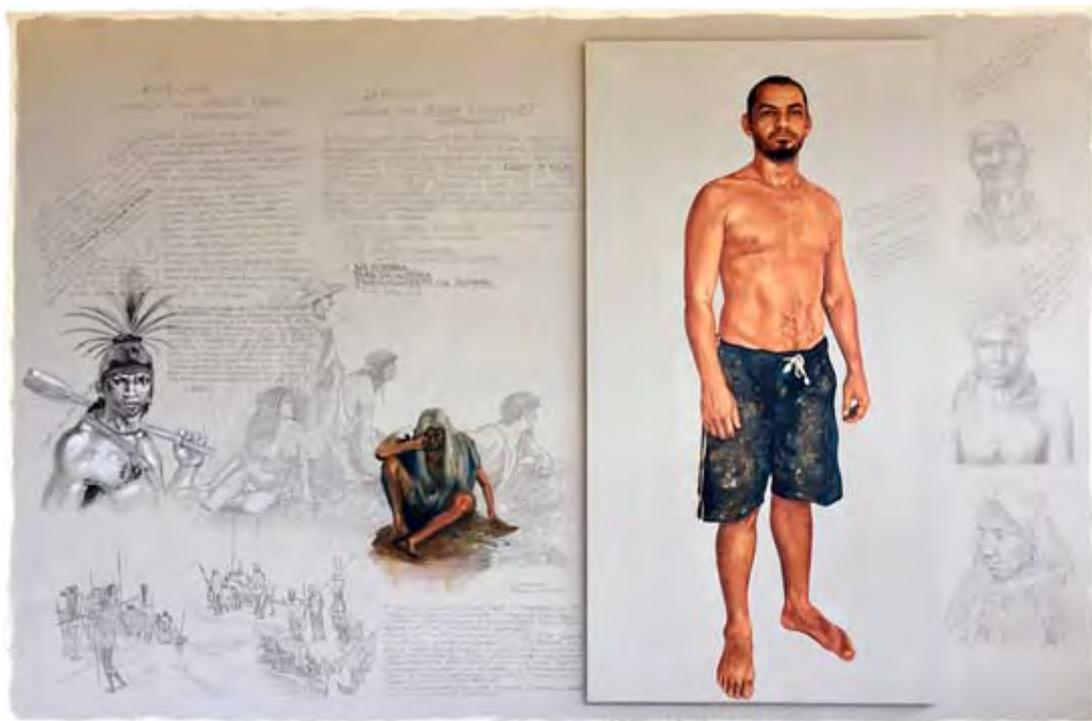
A tentativa de criar, pela pintura, uma imagem celebratória da “descoberta” da Amazônia levou o governador do Pará, na primeira década do século XX, a encomendar ao artista Antônio Parreiras uma tela que logo se tornou famosa. Mas, inversamente, ao que ocorreu no registro referente à colônia do Brasil, a pintura não expressava a centralidade da performance política dos colonizadores, que se distribuía em posturas múltiplas diante dos autóctones. Na tela “A conquista do Amazonas” o que o pintor sugere ao seu público, longe da celebração de um pacto para a formação de uma colônia ou de uma nação, “é a exibição da fragilidade de meios dos colonizadores e os fins puramente egoísticos e particulares que os movem. Os elevados ideais da conversão religiosa e o projeto político imperial parecem submergir numa imagem de exploração e rapina” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.168).

Éder Oliveira, em sua obra “Estudo para retrato de Cacique Guaimiaba (Cabelo de Velha)”, representa, no lado esquerdo da tela, um recorte do quadro “A conquista do Amazonas” de Antônio Parreiras. O artista paraense se utiliza de uma pequena parte do quadro de Parreiras, dando destaque a uma figura agachada que é destacada com cores, enquanto o restante está apenas em grafite. Este realce, é dada à figura que seria o “Cabelo de Velha”, personagem central na primeira revolta indígena amazônica contra os colonizadores portugueses. Nas palavras do pintor:

Guaimiaba liderou o primeiro levante contra os portugueses em Belém no ano de 1619, três anos após a fundação da cidade. Sua captura e morte pelos colonizadores deu fim a batalha que marcou o que para alguns autores espelharia dois séculos depois na Revolta (Revolução) da Cabanagem (1835 a 1840). (Postagem na rede social Instagram do artista, 02/09/2020)

Podemos contextualizar a obra de Éder Oliveira como alternativa à narrativa colonial hegemônica da história brasileira. A qual coloniza não só a forma de pensar conceitos e a história colonial, mas como também a forma de viver dos corpos marcados por ela. O trabalho desenvolvido pelo artista para o Arte Pará² de 2019 busca uma transformação no olhar para estes corpos demarcados historicamente na contemporaneidade.

A obra de Éder Oliveira retratando o indígena para além das descrições do colonizador traz a perspectiva que é constantemente borrada da história brasileira. A busca na recuperação da imagem do Cacique Guaimiaba revela a reação indígena contra as práticas colonialistas. Retira a figura inerte relatada nos livros de história para dar uma agência significativa a esses personagens que saem de figurantes para protagonistas da memória amazônica.



Estudo para retrato de Cacique Guaimiaba (Cabelo de Velha), 2019. Grafite, acrílico e óleo sobre tela. 200x300cm

² O Arte Pará é uma exposição anual que reúne obras relevantes de artistas (em sua maioria amazônicos) na cidade de Belém. Foi fundado no início dos anos 80 pelo jornalista Romulo Maiorana a fim de estimular a produção artística local.

A obra traz diversas anotações da pesquisa do artista sobre Guaimiaba. Em uma das anotações feitas a lápis na própria tela ele registra o que parece ser uma conversa com o historiador paraense Aldrin Figueiredo, em que é possível ler o seguinte trecho:

Basicamente trata-se de (re)criar imagens de heróis populares do passado a partir de modelos atuais. Como início gostaria de propor o retrato do cacique tupinambá Guaimiaba (Cabelo de Velha) que foi preso e morto ao tentar um ataque ao forte do presépio em 07 de janeiro de 1619. Até agora não encontrei descrições físicas ou qualquer outra sobre ele especificamente, mas estou me baseando nos relatos de historiadores e, principalmente, na pesquisa de Theodoro Braga. (Estudo para retrato de Cacique Guaimiaba (Cabelo de Velha), 2019)

Logo abaixo aparecem as seguintes frases dando a ideia de tópicos que o artista destacou da resposta de sua conversa com o historiador Figueiredo:

Há uma representação do Guaimiaba na conquista do Amazonas de 1907 do Antônio Parreiras. No canto esquerdo do quadro. Na sombra fora da história simbolicamente na sombra. Traz pra luz. (Estudo para retrato de Cacique Guaimiaba (Cabelo de Velha), 2019)

Pacheco de Oliveira (2016) evidencia que, apesar das guerras, epidemias e da política assimilacionista, a presença indígena continuou a ser dominante na região, e que as características culturais de tais povos eram exibidas na vida cotidiana. Porém, as representações sobre o índio assumiram uma forma única durante o Império brasileiro, focalizando-o sempre como o “índio bravo”. As populações indígenas da Amazônia passaram a ser pensadas tão somente segundo as imagens produzidas como primitivos habitantes das fronteiras internas da nação, exteriores aos circuitos econômicos e sociais.

Os colonizadores viam os seus inimigos, chamados “índios bravos” ou “rebelados”, como seres de uma natureza mais fraca e ambígua do que a dos europeus, e mais receptivos, portanto, “às artes do demônio” e às suas reiteradas investidas. Era preciso então colocá-los em aldeias sob o comando direto dos missionários, gerindo um permanente controle das ações, dos pensamentos e desejos dos nativos. Pois se os nativos ouviam com curiosidade e pareciam aceitar sem grande resistência os ensinamentos cristãos, uma vez distantes dos olhares de seus predecessores e retornados à aldeia, reincidiam celeremente em práticas pagãs, classificadas como pecaminosas e indignas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

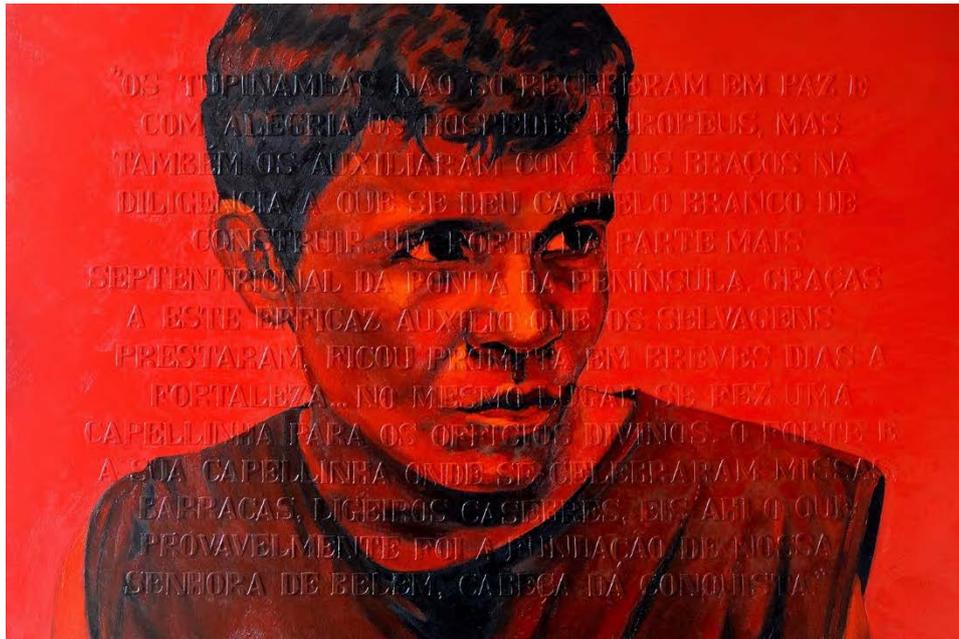
A pretensão dos colonizadores era a de estar alterando radicalmente a condição sociocultural e econômica dos nativos, instaurando uma outra ordem normativa e impedindo que os autóctones regressassem às suas crenças e práticas anteriores.

Porém o qualificativo de “pacificado” ao o que era anteriormente classificado como “índio bravo”, não indicava uma mudança mais profunda de costumes, mas apenas designava comunidades que haviam sido vencidas militarmente e que aceitavam temporariamente o domínio português. Todas as ações de resistência movidas pelos indígenas nunca foram consideradas como decorrentes do fracasso de um modelo civilizatório, mas sim indicativo da constante e perversa inspiração do demônio (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014).

3. SÉRIE TEXTOS E A NARRATIVA SOBRE OS CORPOS COLONIZADOS

Clastres (2004) destaca como por muitos anos se insistiu em escrever um discurso sobre as civilizações chamadas “primitivas” de forma pejorativa. A expansão da civilização europeia com sua intolerância com populações diferentes, lançou a expansão política e o cristianismo levando ao aniquilamento dessas “culturas primitivas”. O então reconhecido “selvagem” é o objeto de exclusão ou destruição. E essa lógica vem sendo, mesmo que reformulada pela modernidade, repetida ainda atualmente.

Trechos de textos com descrições sobre os indígenas “selvagens” e o processo colonial são recorrentes neste período e foram utilizados na série “Textos” de Éder Oliveira. Nesta série, o artista faz uma hibridização entre escritos coloniais e imagens jornalísticas de jovens denunciados por delitos na atualidade. Éder Oliveira explica que o texto, retirado de um livro do também artista paraense Theodoro Braga, faz parte de uma pesquisa sobre arquivos históricos entre o Brasil e a Europa. Em 1908 o livro “A Fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém” foi lançado abordando uma visão histórico-europeia sobre o acontecimento.



Sem título, 2019. Óleo e acrílica sobre tela, 100x150cm.

“Os tupinambás não só receberam em paz e com alegria os hospedes europeus, mas também os auxiliaram com seus braços na diligencia a que se deu castelo branco de construir um forte na parte mais septentrional da ponta da península. Graças a este eficaz auxilio que os selvagens prestaram, ficou prompta em breves dias a fortaleza... No mesmo lugar se fez uma capellinha para os officios divinos. O forte e a sua capellinha onde se celebraram missas, barracas, ligeiros casebres, eis ahi o que provavelmente foi a fundação de nossa senhora de Belém, cabeça da conquista.” Citação da “Fundação da Província do Pará” (1876), em “A Fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará” (1908), de Theodoro Braga.

Nesta série podemos afirmar que o artista sobrepõe o texto colonial que marginalizou os indígenas com a imagem do jovem marginalizado com feições indígenas. A relação entre texto e imagem evocam reflexões caras à sociedade contemporânea amazônica. Podemos nos indagar quanto que a foto jornalística que serviu de inspiração para a pintura de Éder Oliveira é um produto dos vestígios ideológicos daquela escrita que já marginalizava os “racializados” no período do “descobrimento”. A série conta com mais três telas com outros retratos contemporâneos das páginas policiais paraenses e mais trechos coloniais extraídos do livro de Theodoro Braga³.

Mignolo (2017) defende que a América, diferentemente do que os colonizadores acreditavam, não era uma entidade existente para ser descoberta. A América foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob o processo de racialização dos colonizados. O racismo surgido no século XVI estabelecia uma teoria de inferioridade baseada nas diferenças de raça na qual criava uma ficção utilizada para o domínio de terras e pessoas. Para o autor a matriz racial de poder é um mecanismo pelo qual não

³ Tanto as outras telas da série como das demais podem ser vistas no site do artista www.ederoliveira.net/

somente as pessoas, mas as línguas e as religiões, conhecimentos e regiões do planeta são racializados. Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa (Mignolo, 2017).

Os trechos selecionados por Éder Oliveira para compor suas obras lançam luz às problematizações da perspectiva colonial que se coloca como superior àqueles colonizados. Todorov (2003) em seu livro que narra a chegada de Colombo na América, alerta para a falta de empirismo do colonizador na percepção da cultura do Outro. Colombo coloca a si mesmo, homem branco de origem europeia, como o “normal” em relação ao Outro, relação esta que é possível de ser vista sendo repetida até mesmo os dias atuais. O colonizador recusa a diferença e não reconhece a diversidade, negando a cultura dos indígenas aqui encontrados, premeditando a constatação básica que daria início ao pensamento e às políticas coloniais. O filósofo destaca como Colombo, em sua atitude etnocêntrica que viria a se repetir nos demais colonizadores, não entende de que valores são convenções, e coloca os índios como inferiores por conta de sua alteridade com o único mundo que conhecia previamente. Os indígenas e sua etnicidade eram julgados de maneira equivocada com a pretensão de uma verdade única sobre a cultura do Outro.

Pacheco de Oliveira (2016) defende que os pesquisadores das causas indígenas amazônicas devem expor como as representações homogeneizadoras desses povos surgiram, e a que interesses. O antropólogo também inteira da importância de compreender de como as populações autóctones se relacionaram com o contexto colonial, e como vieram a ser inseridas na formação da nação brasileira e na economia mundial.

Apenas em 1988 os indígenas tiveram pela primeira vez reconhecido o direito às suas formas próprias de organização, assim como a sua plena capacidade jurídica, prevista na Constituição. A perspectiva assimilacionista, com a concepção correlata dos indígenas como vivendo unicamente uma condição transitória, foram pontos derogados, garantindo constitucionalmente a representação indígena por suas autoridades tradicionais, ou por associações livremente constituídas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

Um fenômeno importante e característico da atual conjuntura indígena brasileira é o ressurgimento de afirmações identitárias por parte de coletividades que, segundo uma leitura restritiva de fontes governamentais, aparentemente estariam assimiladas. Hoje, ser índio não equivale a exemplificar a representação do primitivo, nem a preencher as expectativas de observadores externos quanto à manutenção atual de algum costume ou símbolo específico, mas equivale a uma demarcação de natureza

política, que fundamenta direitos perante o Estado e a opinião pública. Pacheco de Oliveira (2016) defende que todos aqueles que integram coletividades que se reivindicam como sendo de descendência pré-colombiana tem direito legal de serem considerados indígenas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

4. SÉRIE LISTRAS E O RACISMO POSITIVISTA

O etnocentrismo no encontro das culturas na descoberta do Novo Mundo, colocava os povos ameríndios como “primitivos”. A percepção colonizadora que aquele se tratava de um continente inferior em sua humanidade, permitia moralmente que a América se tornasse um “laboratório racial” para os europeus. Com as questões sobre miscigenação preocupando os debates científicos da época, a questão racial se torna tema de análise e objeto de estudo no final do século XIX (SCHWARCZ, 2005).

O termo “raça”, inaugurado por Georges Cuvier, submetia à ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. O determinismo biológico surge como investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas. Com o avanço do poligenismo se contrapondo ao monogenismo, houve um fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos. Os estudos da frenologia e da antropometria, buscavam comprovar correlações entre a “superfície do corpo e a profundidade do espírito” (SCHWARCZ, 1993, p.49), se afastando ainda mais de modelos humanistas (SCHWARCZ, 1993).

O racismo, justificado como o grande motivo das hierarquizações brasileiras, teve sua criação na Europa no século XVIII na crise da Revolução Francesa. Era necessário um motivo que fundamentasse que os nobres eram destinados aos cargos de poder. Portanto, a classificação das raças foi instrumentalizada pelo imperialismo e dominou o cenário intelectual no século XIX com as teorias evolucionistas. Era situado na biologia e na raça, relações que eram puramente políticas e econômicas. Isto legitimava a supremacia dos povos da Europa Ocidental sobre o resto do mundo, assim como da elite intelectual brasileira (DaMATTA, 1981). Por essa perspectiva, as diversidades humanas observáveis seriam produto direto das diferenças na estrutura racial. Antropólogos desta vertente condenavam a hibridação humana e acreditavam que raças miscigenadas seriam estéreis assim como a mula. Esperava-se, com o aprofundamento destas pesquisas, se alcançar à uma reconstrução das “raças puras” (SCHWARCZ, 1993).

Pena (2005) explica que qualquer utilização da expressão “raça” não embute nenhuma divisão natural ou essencial da natureza humana. O médico esclarece que todos os seres humanos atualmente vivendo na terra compartilham um ancestral

africano relativamente recente. Tanto indivíduos da mesma região geográfica quanto indivíduos de regiões geográficas diferentes são geneticamente igualmente distintos, fruto de derivações genéticas que nada tem a ver com os grupos “raciais”.

Todavia, desde 1870 as teorias de raça passam a ser largamente adotadas no país, sobretudo nas instituições de pesquisa e de ensino brasileiras. A seleção de modelos frente a uma variedade de linhas, em que há uma insistência na tradução de autores darwinistas sociais, destacavam o caráter essencial das raças e discursavam contra a miscigenação. Os “perigos da miscigenação” e a impossibilidade de uma cidadania universal eram enfatizados. Alegava-se que doenças teriam vindo da África, assim como o enfraquecimento biológico brasileiro seria resultado da mistura racial. Métodos eugênicos de contenção e separação da população eram defendidos como um esforço para obter uma raça pura e forte, onde o futuro seria branco e sem conflito. Buscava-se assim, uma construção de uma história branca, patriótica e oficial, opondo-se à uma ideia de Brasil que havia surgido por volta de 1840 em que era representado a partir da particularidade de sua miscigenação de maneira romântica (SCHWARCZ, 1996).

A ideologia racista brasileira surgia do desejo da elite burguesa se manter no poder após o movimento abolicionista e a Proclamação da República. Ambos estabeleceram um drama social contraditório em que a ameaça do edifício econômico e social do país necessitava de uma nova ideologia para sustentar o sistema hierárquico. Uma maneira de manter o status quo mesmo com os escravizados libertos juridicamente, mas que os deixassem sem condições de libertar-se social e cientificamente. Logo, cria-se a “fábula das três raças” a fim de construir uma identidade nacional. Seria essa a base do projeto político e social brasileiro, juntamente com a teoria do branqueamento, que manteria uma sociedade altamente hierarquizada, porém com uma totalidade integrada. DaMatta (1981) conclui: “Se no plano social e político o Brasil é rasgado por hierarquizações e motivações conflituosas, o mito das três “raças” une a sociedade num plano “biológico” e “natural” (DaMATTA, 1981, p.70).

As teorias racistas determinavam os espaços a serem ocupados por cada raça na história da humanidade. Diferenças entre as sociedades e nações expressavam as posições biológicas diferenciadas de cada uma numa escala evolutiva. As diferenciações eram vistas de forma determinista, com seu comportamento e mentalidade intrínsecos à raça. Neste sistema, “não há necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio e o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante” (DaMATTA, 1981, p.75). A intermediação e o sincretismo impedem a luta aberta ou o conflito pela percepção dos mecanismos de exploração social e política. Por isso, o racismo brasileiro especula sobre o mestiço,

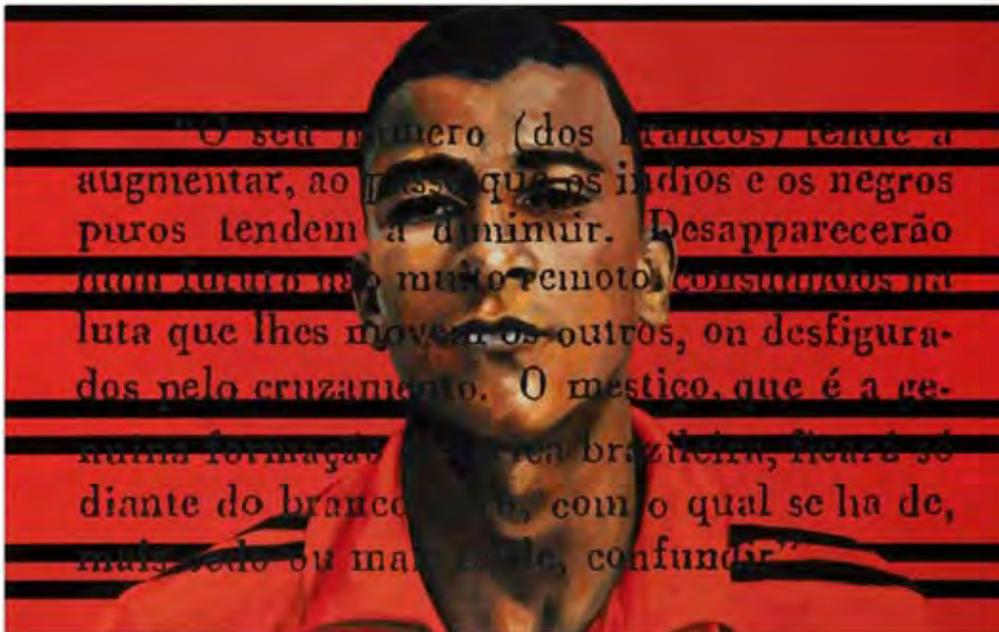
impedindo o confronto do negro ou do índio com o branco colonizador (DaMATTA, 1981).

DaMatta (1981) argumenta como a mistificação de justificativas biológicas para o racismo explicaria a sua reprodução a longo prazo como uma ideologia científica ou popular. Para o autor, “o que parece ter ocorrido no caso brasileiro foi uma junção ideológica básica entre um sistema hierarquizado real, concreto e historicamente dado e a sua legitimação ideológica num plano muito profundo” (DaMATTA, 1981, p.63), deixando explícita a “hierarquia moderna” em que nosso sistema colonial está fundado. O Brasil, torna-se então, um país em que os lugares de cada um estão demarcados e sem ambiguidades, dentro de uma totalidade hierarquizada muito bem estabelecida que não coloca em risco a posição de superioridade política e social dos brancos (DaMATTA, 1981).

Giralda Seyferth (1995) em conformidade com DaMatta, defende como a ideia de raça na sociedade brasileira ainda prevalece como fator explicativo das diferenças sociais, dando respaldo ideológico para atitudes discriminatórias e outras manifestações de preconceito. Estes apontamentos das diferenças ocorriam não só nas taxonomias científicas da época, mas infelizmente também nas concepções populares que classificavam prejudicialmente os corpos colonizados, e que se estendem até hoje. As características comportamentais e de caráter que foram relacionadas às raças miscigenadas, negras e indígenas pelos antropólogos da época, ainda podem ser percebidas em discursos políticos e cotidianos na nossa atualidade. Mesmo que a ciência, posteriormente, tentasse se redimir de sua culpa na comprovação da construção cultural entorno do termo “raça”, suas implicações sociais já estavam enraizadas no solo e nas peles brasileiras.

Nina Rodrigues, famoso médico da escola baiana, interessava-se pelos estudos das raças, muito inspirado na escola de criminologia italiana. Tal abordagem estigmatizava os criminosos buscando pistas na antropologia física que justificassem seus delitos. Rodrigues defendia que a miscigenação seria a causa da degeneração racial brasileira. Vinculando todo tipo de desvio de caráter ao cruzamento das raças, passou a criticar o Código Penal, dizendo que não seria possível uma igualdade de direitos entre as raças sem que haja ao mesmo tempo igualdade na evolução, e considerava a democracia um exagero demagógico. O médico sustentava que deveria haver dois códigos penais, um para negros e outro para os brancos, correspondentes aos diferentes graus de evolução apresentados por esses dois grupos. “Dessa maneira, e solapando o discurso da lei, esse ‘homem de ciência’, logo após a abolição formal da escravidão, passava a desconhecer a igualdade, e o próprio livre arbítrio, em nome de um determinismo científico e racial” (SCHWARCZ, 1996, p.87).

A série “Listras” de Éder Oliveira utiliza trechos do livro “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” de Nina Rodrigues publicado em 1894. Diferentemente da série “Textos” os escritos não estão sob a pintura, mas sim sobre o rosto daqueles que o artista retrata. É como se os olhares nos encarassem enquanto tentamos ler o “cientificismo” racista do médico brasileiro.



Sem título, da série “listras, iconografia anacrônica para Nina Rodrigues”. Óleo sobre tela, 2020.

“O seu numero (dos brancos) tende a augumentar ao passo que "os indios e os negros puros tendem a diminuir. Desapparecerão num futuro nao muito remoto, consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento. O mestiço que é a genuina formacao historica brasileira, ficará só diante do branco puro, com o qual se ha de, mais cedo ou mais tarde, confundir”

Texto de Nina Rodrigues

Os semblantes pintados por Éder Oliveira em diversas de suas séries são a partir de fotos jornalísticas das páginas policiais. A predominância dos traços racializados historicamente de indígenas, caboclos, negros, mostram uma constante dos corpos que são detidos na realidade brasileira. Pacheco de Oliveira (2014), alega que a prioridade sempre foi a segurança física e patrimonial dos colonizadores. As autoridades colocam em ações práticas um sistemático genocídio de pessoas que possam de algum modo ser tidas como ameaçadoras ou inconvenientes, sobretudo se pertencentes a grupos desfavorecidos na escala social. O antropólogo aponta que estas práticas apenas se sustentam por uma forma corrosiva e letal de racismo.

A naturalização do aprisionamento e morte de grupos determinados é fundada em crenças racistas que homogeneízam a população periférica como uma só: periculosa e infratora. A mídia fortalece tal imaginário com representações

estereotipadas dos corpos racializados. Pacheco de Oliveira (2014), comenta a abordagem policial carioca sobre estes grupos:

Na impossibilidade de demonstrá-las, a detenção (ou não) torna-se objeto exclusivamente de uma avaliação — bastante circunstancial e subjetiva — do policial. Em função de este estar exercendo uma condição extrema de poder, a única postura adequada para aquele que é posto na posição de subalterno é instaurar com ele uma relação de aparente obediência e passividade, da qual está obviamente excluída a hipótese de tentar fazer valerem os seus próprios direitos. O preço de um questionamento é muito alto e a reiteração do arbítrio transforma-se no caminho para a inculcação forçada de uma condição inferior, no limite, imputada como quase criminosa, num verdadeiro ritual de naturalização de uma subcidadania. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014, p.139)

A realização ostensiva de revistas, sobretudo de jovens racializados, tem a função de frear a livre circulação destes pelos espaços urbanos e instaurar barreiras sociais. Também a desconfiança e a hostilidade dos que residem nos bairros de classe média faz com que estes jovens evitem a circulação por determinados espaços urbanos e acabem por ter uma experiência muito limitada e setORIZADA de várias áreas de sua própria cidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014).

Estes mesmos corpos que frequentemente são coagidos em seus trajetos pela cidade por abordagens policiais, são equivalentes aos pintados por Éder Oliveira. Porém, uma vez que este rosto vai para a tela e ganha o status de arte contemporânea institucionalizada, a sua percepção e recepção nos bairros nobres é exaltada. A circulação livre que não pode ser vivida pelos corpos marginalizados, é permitida desde que esteja estaticamente representada em uma obra de arte.

Assim, outra possibilidade de interpretação do trabalho de Éder Oliveira é a reflexão sobre os racismos e elitismos da sociedade brasileira e suas enormes contradições. A partir de sua obra, territórios decoloniais vão abrindo fissuras dentro da estrutura colonial e nos espaços reservados a elites que ainda se privilegiam das opressões decorrentes da colonização. A importância de sua obra se realiza em sua potência de dar visibilidade a estes corpos e narrativas marginalizadas e que têm sua existência plena negada pelo Estado.

A alteridade no contexto urbano atual não comporta uma origem comum nem mesmo alguma forma de partilha. O “outro” contemporâneo é imaginado como tão diferente e externo aos “nossos” usos e costumes, tão imprevisível e perigoso quanto era pensado pelos missionários e pelas autoridades coloniais o “índio bravo”. Se no passado colonial eram as diferenças religiosas, entre católicos e pagãos, que eram exacerbadas, hoje são sobretudo as diferenças culturais que são colocadas como níveis civilizatórios distintos (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014).

CONCLUSÃO

Olhando a partir de uma perspectiva decolonial, o trabalho de Éder Oliveira nos abre múltiplas possibilidades de pensar não só o resgate das narrativas históricas, corpos e modos de ser e existir silenciados e estigmatizados enquanto inferiores e não-humanos, como também formas de resistência frente às diversas formas de apagamento social impostas pelas estratégias coloniais ancorados no racismo. Nesse sentido, as pinturas de Éder Oliveira são fundamentais na reconstrução desses corpos colonizados, tratando esses corpos não mais como objetos de violências e perigos, mas como potências e resistências contra essas mesmas violências e todas as formas de apagamento físico e simbólico tão presentes na realidade brasileira.

Os semblantes presentes nas obras do pintor em diversas de suas séries são concebidos a partir de fotos jornalísticas das páginas policiais. A predominância dos traços racializados historicamente de indígenas, caboclos, e/ou negros, mostram uma constante dos corpos que são detidos – não só fisicamente, mas também simbolicamente - na realidade brasileira. Da mesma forma que a arte e a imagem foram fundamentais no processo da colonização do Brasil, também serão para a sua descolonização.

Por meio da obra de Oliveira, pautas decoloniais abrem fissuras dentro da estrutura colonial dos espaços reservados a elites que ainda se privilegiam das opressões decorrentes da colonização. O trabalho do paraense nos abre múltiplas possibilidades de pensar não só o resgate das narrativas históricas, corpos e modos de ser e existir silenciados e estigmatizados como inferiores e não-humanos, como também modos de resistência frente às diversas formas de apagamento social impostas pelas estratégias coloniais ancorados no racismo.

Nesse sentido, as pinturas de Oliveira são fundamentais na reconstrução desses corpos marcados como colonizados, os tratando não mais como objetos de violências e perigos, mas como potências e resistências contra essas mesmas violências e todas as formas de apagamento físico e simbólico tão presentes na realidade brasileira. Enquanto permanecermos amarrados em relações decorrentes do colonialismo, que hierarquizam e inferiorizam saberes e corpos, enquanto a violência estruturada no racismo viver das estratégias de genocídio das populações racializadas, trabalhos como de Éder Oliveira são imprescindíveis.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Ngozi Chimamanda. The danger of a single story. *TEDGlobal*, 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story>. Acesso em 26/11/2020.

CLASTRES, Pierre. Entre silencio y diálogo. *Constructores de Otredad; una introducción a la antropología social y cultural*. Buenos Aires: Antropofagia, 2004.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*. Foz do Iguaçu/PR, 1(1), Pp. 12-32, 2017.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 125-161, Apr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132014000100005

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e amazônia: uma perspectiva processual da fronteira. In: *O nascimento do Brasil e outros ensaios. "Pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Contra Capa. Rio de Janeiro, 2016, pp 161-192.

SCHWARCZ, Lilia. M. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia. M. Usos e Abusos da mestiçagem e da Raça no Brasil. *Afro-Ásia*, 18, 1996.

SEYFERTH, Giralda. A Invenção da Raça e o Poder Discricionário dos Estereótipos. *Anuário Antropológico/93*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, pp. 175-203.

TODOROV, Tzvetan. Descobrir. In: *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 3-70.



GT 07 – Pensamentos Insurgentes sobre colonialidade e racismo

PATRIMÔNIO TERRITORIAL NATURAL SUBALTERNO AMAZÔNICO COMO CONTRA-MOVIMENTO DESCOLONIZADOR FRENTE AS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO CULTURAL IMPOSTA PELA PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL

FRANCISCO PERPETUO SANTOS DINIZ (UFPA)¹

ALZIRA ALMEIDA DE ARAÚJO (UEPA)²

Trata-se de uma pesquisa que problematiza a dialética da construção destrutiva imposta pela patrimonialização global advinda da Unesco que outorga uma ordem patrimonializadora elitista, conservadora, monocultural, colonial, instrumental, racionalista, burocratizante, segregacionista e economicista ao definir o que deve ser considerado patrimônio. A patrimonialização global imposta pela Unesco valoriza as coisas materiais, objetos e estruturas arquitetônicas feitas de pedra e cal. Dessa forma, defendemos a metáfora denominada Patrimônio Territorial Natural Subalterno Amazônico como uma proposta de estudo descolonizadora que dá visibilidade a noções de patrimônios que só adquirem sentido quando são vinculados à relações de poder situados a territórios e territorialidades, contextos histórico-espaciais e práticas sociais de populações consideradas subalternas que expressam a aglutinação de pobres de cidades, povoados marginalizados socioespacialmente: índios, ribeirinhos, camponeses, etc que sofrem com a reprodução desenfreada do capital em áreas urbanas e rurais. A pesquisa tem um caráter dialético por enfatizar os conflitos socioespaciais decorrentes da produção desigual do espaço da turistificação do patrimônio. Apresenta, ainda, um viés qualitativo, bibliográfico e prático (trabalho de campo). Os resultados demonstraram que os patrimônios naturais amazônicos não seguem a ordem patrimonializadora vigente, são subversivos, não se baseiam na valorização de ícones universais e variam conforme as realidades locais.

Palavras-chave: patrimonialização global, pensamento decolonial, patrimônio territorial natural subalterno amazônico, poder.

1. INTRODUÇÃO

A ideia dominante de patrimônio mundial tem reforçado a marginaização cultural e econômica impostas aos países pobres, pois tem dado prevalência ao reconhecimento de bens patrimoniais que destacam a história oficial, comercial, política e cultural de países europeus, sendo valorizada estruturas feitas de pedra e cal.

¹ Universidade Federal do Pará – fpsdiniz@gmail.com

² Universidade Estadual do Pará - alzira1104@gmail.com

Neste sentido problematizamos num primeiro momento o patrimônio cultural como objeto de consumo inserido em contextos socioespaciais direcionados ao fomento da indústria cultural e a comercialização do patrimônio.

No segundo momento discutimos os sentidos da metáfora denominada patrimônio territorial natural subalterno amazônico como contra-movimento frente ao processo de colonização e colonialidade histórica imposta a América Latina e amazônica, na qual enfatizamos a necessidade de flexibilizar, relativizar, contestar e resistir a ordem patrimonializadora dominante advinda da Unesco³, considerando os patrimônios não reconhecidos criados em periferias rurais, urbanas e extrativistas.

Evidenciamos a importância de reconhecimentos de outros patrimônios tidos aqui como subalternos, pois não estão assentados em valores vinculados a excepcionalidades, monumentalidades e estéticas. Pelo contrário, patrimônios naturais subalternos amazônicos expressam relações tecidas com territórios considerados espaços de vivência e socialização comunitária cotidiana de populações endógenas.

O patrimônio territorial natural pensado utopicamente encontra raízes em áreas subalternizadas situadas nas periferias rurais e urbanas das cidades, e de populações latinas e amazônicas, especialmente, espalhadas por interiores de matas, beira de rios e locais distantes de meios urbanos.

Consideramos que populações extrativas, ribeirinhas e colonos espalhados pela Amazônia, criam territorialidades, reproduzem lugares cujas identidades são edificadas a partir da integração dos elementos da natureza e cuja resistência se pauta no apelo ao passado, a memória, tradições e luta política.

O artigo apresenta um caráter dialético por enfatizar contradições socioespaciais decorrentes de processos de patrimonialização e a necessidade de criar patrimônios utópicos territoriais subalternos que evidenciem patrimônios de populações locais, construídos a partir de fazeres, saberes e ambientes endógenos.

Os resultados demonstraram que uma das formas de solapar, contestar e evitar a dissipação da modernidade relevada na hierarquização da patrimonialização imposta pela Unesco, diz respeito a valorização da natureza a partir de territórios de povos empobrecidos do continente e de populações locais amazônicas.

2. O PATRIMÔNIO OFICIAL: A AÇÃO DA UNESCO NO BRASIL

No Brasil a Unesco definiu um total de 22 patrimônios, sendo 14 culturais, 7 naturais e 1 misto. As poucas áreas que a Unesco reconheceu como patrimônios naturais

³ Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação.

no Brasil são: o Parque Nacional de Iguaçu (1986), a Mata Atlântica (Sudeste) envolvendo São Paulo e Paraná (1999), a Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica, Bahia e Espírito Santo (1999), Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central (2000), o Complexo de Áreas protegidas do Pantanal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (2000) - Áreas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, no estado de Goiás (2001), e as Ilhas Atlânticas: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas (2001).

Torna-se relevante observar que os patrimônios culturais reconhecidos pela Unesco no Brasil assentam-se na preocupação com a salvaguarda de bens feitos de “pedra e cal” que demonstram traços culturais e arquitetônicos da civilização europeia. Esta lógica consolida a história e modos de vida de classes dominantes colonizadoras. Em relação aos 7 patrimônios naturais chancelados no território brasileiro, apesar das dimensões territoriais consideráveis, representa a construção de uma práxis patrimonializadora que inferioriza as áreas não urbanas como se não fossem importantes na vida de sujeitos.

A seguir são elencados os 10 critérios utilizados pela Unesco para reconhecimento de patrimônios naturais e culturais mundiais:

| Tabela 1 – UNESCO: Critérios para Escolha do Patrimônio Cultural e Natural | |
|---|---|
| Critérios culturais | Critérios naturais |
| I - Representar o trabalho de algum mestre do gênio humano criativo; | VII – Conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética; |
| II – Exibir um importante intercâmbio de valores humanos, ao longo de um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, sobre desenvolvimentos em arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, urbanístico ou paisagístico; | VIII – ser exemplos notáveis que representem os principais estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida, processos geológicos significativos em andamento no desenvolvimento de formas de relevo ou características geomórficas ou fisiográficas significativas; |
| III – Prestar um testemunho único ou pelo menos excepcional a uma tradição cultural ou a uma civilização que esteja viva ou que tenha desaparecido; | IX - ser exemplos notáveis que representam significativos processos ecológicos e biológicos em andamento na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros e marinhos e |
| VI – ser um excelente exemplo de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustra (a) etapas significativas | |

| | |
|---|--|
| <p>da história da humanidade;</p> <p>V – ser um excelente exemplo de assentamento humano tradicional, uso da terra ou uso do mar, representativo de uma cultura (ou culturas) ou interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele torna vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis;</p> <p>VI – Estar direta ou indiretamente associado a eventos tradições vivas, a ideias ou crenças, a obras artísticas e literárias de significado universal. (O Comitê considera que esse critério deve ser utilizado preferencialmente em conjunto com outros critérios);</p> | <p>comunidades de plantas e animais;</p> <p>X - conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de notável valor universal do ponto de vista da ciência ou da conservação.</p> |
|---|--|

Fonte: Elaborada pelo autor com base em: Unesco 2019.

A implementação de práticas de reconhecimentos patrimoniais pela Unesco reforça as diferenciações regionais e a colonização e colonialismo culturais, a medida que, apenas alguns fragmentos espaciais de certas regiões de interesse do capital são eleitos e concebidos como lugares do patrimônio cultural. Nesta perspectiva, Scifoni (2017) considera que a lógica da Unesco consolida a distribuição desigual do patrimônio por ser seletiva.

A este respeito Scifoni (2017. p. 117) enfatiza que:

Sobre o patrocínio do Estado este conjunto patrimonial passou a retratar uma visão monolítica do passado brasileiro, na qual os sujeitos ali representados estão predominantemente ligados às elites política, econômica e religiosa e militar, uma vez que dominam neste conjunto de bens como igrejas católicas, fortes e fortalezas militares, casas de câmara e cadeia, casas de fazendas e engenhos, portanto, os bens materiais que são símbolos dos mecanismos de dominação e poder constituídos no país. Neste mesmo conjunto estão muito ausentes sujeitos sociais como os trabalhadores, sejam eles os escravos, operários e camponeses.

Fica claro que a geografia desigual do patrimônio cultural e natural ocorre de diversas maneiras, uma delas refere-se ao plano discursivo, pois o discurso dominante que emana de instituições globais do patrimônio subalterniza outras narrativas, resultando na afirmação do “Discurso Autorizado do Patrimônio conforme discute Smith (2006).

Segundo Silberman (2016) há um conjunto de intérpretes que tentam explicar a importância dos monumentos históricos e paisagens espalhadas pelo mundo. Haveriam guias-intérpretes, desde o século XIX, com a promoção da economia turística e do patrimônio que se empenharam em difundir através de narrativas especializadas baseadas em monólogos, o que seria patrimônio, sendo que é pré-requisito para o intérprete do patrimônio o talento de aguçar a imaginação e concentração de visitantes a prestarem atenção nas informações constantes nas falas, ou seja, todo o esforço era centrado na perspectiva de que o patrimônio deveria ser conservado como a predominância metodológica do como em vez da reflexão do *por que* e encobrendo os conflitos existentes nas concepções e apropriações dos patrimônios.

Outra variável do discurso do patrimônio mundial é a territorial que reside na capacidade de criar em frações territoriais específicas pólos de desenvolvimento do turismo, investimentos urbanos, valorização imobiliária e reprodução do capital. Esta faceta cria espaços desiguais do patrimônio, privilegiando a “dysneificação do patrimônio” oficial (Henrique, 2009).

A indústria cultural tem tratado o patrimônio cultural a partir do consumo cultural menosprezando a participação da maior parte da população no consumo do patrimônio, inclusive ignorando suas atividades tradicionais e cotidianas, tem servido a especulação imobiliária e a economia de mercado, especialmente a do turismo. A autora destaca ainda, a não acessibilidade de informações referentes à história da arte, dos conjuntos históricos e da arte dos monumentos, ao grande público (Choay, 2017).

O turismo cultural se insere na dinâmica de valorização de diversos elementos culturais a um seletor público interessado em conhecê-las. Este modelo de turismo cresce qualitativamente e quantitativamente, especialmente pela crítica ao turismo tradicional de massa. O turismo cultural se relaciona com o patrimônio de uma forma positiva, pois permite o conhecimento do patrimônio por variadas populações e estimular o uso de recursos necessários a preservação material e simbólica do patrimônio e por possibilitar a promoção de atividades econômicas de interesse da população. Porém há questionamentos a este ramo turísticos associados a indagações de como tem sido definido o patrimônio para estes destinos turísticos, o papel dos interesses econômicos na promoção do turismo e a forma como são selecionados os lugares do destino turístico.

Para Bertoncello (2010) o turismo tem adquirido grande importância nos dias atuais com sua vinculação ao tempo livre da população, sua incorporação com as práticas de

economia, e oferta de serviços para consumo, a exemplo dos bens consumidos na indústria cultural, dos serviços de restauração e entretenimento. A indústria cultural, tem caracterizada pela produção estandarizada, produção e consumo de massa tem focado no turismo de sol e praia, tem tecido vínculo com as práticas de trabalho e consumo da população na medida em que a cadeia do turismo cultural de massa é alimentada pelas formas de consumo da população.

Para este, novas modalidades de turismo tem se desenvolvido, entre elas o *turismo atrativo* que tem se orientado a consumidores específicos. Esta forma de turismo valoriza o enriquecimento cultural e formação, ampliando os lugares de destinos turísticos, mas tem haver com a maior participação de agentes privados, além da participação estatal dando o apoio necessário ao desenvolvimento do turismo e ao seu próprio desenvolvimento.

Os espaços patrimonializados têm priorizado o turismo como atividade principal como geradora de renda e, de modo geral, não tem desenvolvido sintonia com sujeitos moradores locais, transeuntes e moradores do restante das cidades. O patrimônio cultural reforça a colonização e colonialismo econômico-culturais, invisibiliza sujeitos que residem em periferias de cidades, em espaços rurais e extrativistas.

Percebe-se que no contexto brasileiro a Unesco tem atuado reforçando a colonização histórica do países ao valorizar estruturas arquitetônicas, bens culturais que representam ícones de elites políticas e econômicas que viveram no passado colonial e republicano.

Ribeiro (2017) corrobora com a ideia de haver a “banalização do patrimônio”, posto que é promove a guerra entre lugares que buscam o “selo de certificação da Unesco”, mas acabam privilegiando as estruturas feitas de pedra e cal, situadas, principalmente em países ricos.

A geografia desigual do patrimônio territorial cria hierarquia entre os países, regiões e lugares. A ação patrimonializadora da Unesco está em sintonia com a dinâmica do processo de urbanização, pois é articulada com o Estado e entes privados na escolha e exploração de locais que apresentem “sítios de patrimoniais”.

A seleção e autoritarismo na escolha de patrimônios é discutida Nigro (2010) a preservação do patrimônio tem um caráter normativo e simbólico, sendo que a primeira estaria vinculada as formas jurídicas e administrativas que acabam por impor restrições ao uso e ocupação dos bens preservados, além de seus entorno, configurando uma estratégia de gestão dos territórios e quando ao caráter simbólico ficaria evidente a transformação de bens culturais em *bens patrimoniais* a partir de novos significados dados. Esta relação contraditória vincula-se aos valores atribuídos aos espaços, pois as constantes tensões e valoração de elementos materiais e imateriais, objetivos e subjetivos, do concreto ao abstrato, entre outros, expressam a dinâmica do uso e valoração do espaço.

A mesma autora enfatiza as estreitas relações existentes entre o desenvolvimento do turismo e o processo de patrimonialização de centros urbanos que são marcados pela museificação, espetacularização de paisagens, a desvinculação do conteúdo histórico e cultural, o consumo dirigido aos aspectos estético das paisagens, a mercantilização do turismo-patrimonial, o menosprezo pelas questões sociais que são invisibilizadas no consumo turístico do espaço patrimonializado e a reinvenção simbólicas capitalizadas das tradições, a revalorização turística urbana fracionada de determinadas áreas em detrimento do restante da cidade, a volta ao historicismo e saudosismo ao passado urbano, a valorização imobiliária, a promoção do lazer, a difusão de ações privadas de alto consumo em espaços da patrimonialização e turismo, o aumento dos conflitos e tensões sociais em áreas reutilizadas e o aprofundamento da gentrificação.

A seguir enfatizaremos a ação da Unesco no Brasil, especialmente no contexto do patrimônio natural que dado prioridade a preservação de áreas distantes de grandes centros urbanos e da separação cartesiana que envolve homem-natureza.

3. PATRIMÔNIO TERRITORIAL NATURAL SUBALTERNO AMAZÔNICO

A seleção de critérios destinados ao reconhecimento de patrimônios para bens culturais da Unesco no que se refere aos patrimônios naturais fica evidente a valorização de elementos que se reportam a belezas excepcionais, importância estética e monumentalidade e que definem a ocorrência de processos geológicos que permitam o entendimento da evolução da Terra, locais singulares de reprodução biológica e fomentem o interesse no desenvolvimento de pesquisas científicas.

A separação do elemento homem-natureza ratifica uma concepção histórica de ciência baseada no cartesianismo, onde sujeitos e objeto comporiam pólos distintos e não integrados. Por outro lado, fica o registro de que conceber a natureza sem o sujeito que lhe dá sentido e lhe atribui significado, pressupõe compreender o espaço natural como a-histórico e a-social.

A natureza inventada, comercializada, imaginada e apresentada pela Unesco na dinâmica de chancelamento e conservação do patrimônio natural deve ser representativa da evolução física e biológica da Terra e estar restrita a “natureza natural”. Contudo, a separação entre homem e natureza no contexto de populações latinas indígenas, colonos, remanescentes de quilombos, extratores, entre outros é algo inimaginável, pois é a partir delas que sujeitos latinos reproduzem seus cotidianos e processos de socialização comunitária.

A metáfora do patrimônio Territorial Natural Subalterno Amazônico neste trabalho busca criar alternativas teórico-metodológicas ao reconhecimento patrimonial de populações historicamente colonizadas, marginalizadas e invisibilizadas.

Edificar processos alternativos a partir de contextos endógenos torna-se um caminho a ser trilhado e percorrido, devendo unir os povos menosprezados patrimonialmente da América Latina.

O patrimônio natural subalterno considera que a natureza só adquire sentido quando passa ser integrada a realidade dos sujeitos em seus ambientes de socialização cotidiana. O patrimônio natural subalterno encontra fundamento no que Costa (2017) indicou como patrimônio-territorial ao enaltecer o que resiste do ponto de vista cultural e popular a colonialidade do poder de povos subalternizados pela modernidade, tornando-se necessário identificar o patrimônio material e imaterial localizado nas periferias latinas, além de, resgatar os valores afro-descendentes, de indígenas e de populações latinas que resistem aos patrimônios deixados pelos colonizadores e que ainda hoje são ratificados como estratégia de dominação.

Costa também reitera que considera importante destacar as relações históricas que os sujeitos desenvolvem com os espaços e natureza, com evidencia nas problemáticas existenciais indígenas e negras em diversas escalas geográficas. O utopismo patrimonial-territorial questiona a lógica de trabalho imposta pelo sistema capitalista devido a não socialização da riqueza produzida, falta de tempo para reprodução social baseada em relações de socialização coletiva concebendo o trabalho como instância da realização da vida e do lazer, o aprofundamento do desemprego, a precarização das formas de trabalho, o empobrecimento da população e a perpetuação da dominação econômica. O patrimônio territorial combate o desenvolvimento espacial e socioeconômico desigual, o sentido do *progresso* e *desenvolvimento* modernos ao alavancar a vontade e soberania popular, afirmando que o patrimônio territorial nos países da América latina se afirma como arte quando expressa relações espaciais singulares que evidenciam bens materiais e imateriais que edificam relações de trabalho em múltiplas particularidades que são construídas no fazer e no lugar.

O autor reforça, ainda, que a contra-colonialidade epistemológica e a ação anti-monocrática do turismo tem haver com iniciativas dos povos latinos americanos em romper com a forma de produzir práticas turísticas fundadas no consumo de materiais de alto padrão, na visitação de vestígios do passado em locais seletos, especialmente nos países ricos, nas viagens internacionais a destinos turísticos definidos pela UNESCO e ações de fomento turísticos como lugares da visitação patrimonial. O movimento turístico que emanaria do patrimônio territorial utópico seria resultante do fomento aos roteiros patrimoniais, atividades de comércio ligadas às minorias, a ancestralidade, os fazeres, a

observação das paisagens naturais e culturais menosprezadas pela dinâmica dominante, a ênfase a geração de renda que considere a dinâmica das comunidades, a auto-gestão das atividades turísticas pelos sujeitos marginalizados. Contudo o autor ressalta que a atividade turística a ser praticada no patrimônio territorial não deve ignorar a que ocorre predominantemente. Pelo contrário, deverá articular, mas enquanto processo de resistência e de sobrevivência local, certos elementos emanados dos roteiros globais. Assim, os elementos culturais, materiais e imateriais dos lugares e dos sujeitos também seriam projetados mundialmente, pois a prática de subversão, como afirma Costa surgiria das fragilidades da própria colonialidade.

Ao considerarmos a necessidade de reconhecimento de outros patrimônios não institucionalizados e que estejam vinculados à experiências diárias de produção do trabalho, de relações tecidas com a natureza e reprodução cultural, torna-se fundamental a ênfase a territórios e territorialidades de sujeitos endógenos. Para tanto apresentamos a metáfora patrimônio territorial natural subalterno amazônico ou patrimônio natural subalterno que possui vínculo territorial, expressando relações de poder e processos de organização social, luta política, contestação e resistência frente a ordem patrimonializadora advinda do mundo moderno que inventa a natureza como objeto de compra e venda.

Para Lefebvre (2016) o mundo moderno expressa um projeto de classe burguesa que está assentado no desenvolvimento da reprodução do modo de produção capitalista e atua pela ideologia do urbano, na reformulação do espaço da cidade tornando-o objeto-mercadoria apto ser comercializado, espetacularizado e consumido.

Para este o espaço urbano subsume o espaço rural criando a imagem de natureza como objeto de consumo, local de descanso e lazer, como fuga do urbano, espaço de realização de férias e melhoria da qualidade de vida, mas que tem como principal função estender o modo de vida da cidade ao campo, ou seja, reproduzir a mais valia e comercialização de valores, produtos e do cotidiano.

O território é aqui compreendido como uma fração espacial envolta em relações de poder, no qual não apresenta limites físicos definidos e está constantemente sendo reelaborado. Por outro lado, a territorialidade representa as estratégias que os grupos utilizam para efetivar suas formas de apropriação, uso e dominação territoriais.

Na perspectiva Diniz (2019) urge necessidade de subversão frente à ordem patrimonial vigente emanadas pela Unesco e Iphan a partir da edificação de novas estratégias de reconhecimentos patrimoniais.

Nesta perspectiva Diniz (2019, p. 59) considera que:

É a partir do contexto segregador de patrimonialização praticado pela Unesco que conjecturamos a construção de um fazer alternativo de patrimonialização na

Amazônia ao propormos o que denominamos de *patrimônios subalternos* - tidos como todas as expressões de patrimônios cultivados pelos povoados locais e de outras partes do mundo e que fogem ao modelo da patrimonialização mundial, mas que possuem relevante valor para os empobrecidos, para as coletividades rurais, urbanas ou extrativistas que edificam seus cotidianos em memórias, histórias e saberes culturais não reconhecidos” (Diniz, 2019, p. 59).

É a partir do contexto segregador de patrimonialização praticado pela Unesco que conjecturamos a construção de um fazer alternativo de patrimonialização na Amazônia ao propormos o que denominamos de *patrimônios subalternos* - tidos como todas as expressões de patrimônios cultivados pelos povoados locais e de outras partes do mundo e que fogem ao modelo da patrimonialização mundial, mas que possuem relevante valor para os empobrecidos, para as coletividades rurais, urbanas ou extrativistas que edificam seus cotidianos em memórias, histórias e saberes culturais não reconhecidos.

A subalternidade advinda de grupos sociais marginalizados patrimonialmente, economicamente e culturalmente tem origem na contestação do mundo moderno, ao priorizarmos singularidades territoriais criadas por povos da floresta, nativos, colonos e moradores de áreas urbanas e rurais que valoram patrimônios diferentemente da perspectiva oficial, através de relatos, memórias, luta de classes, histórias e laços identitários a partir de cotidianidades tecidas com o meio físico, destoam da metodologia de identificação e reconhecimento de patrimônios emanados de órgãos de chancelamento oficiais, especialmente a Unesco.

Segundo Scifoni (2006, p.27-28) há duas direções discordantes na construção do sentido de patrimônio natural: a primeira tem origem em nações ricas, sendo hegemônica e baseada na defesa de princípios de monumentalidade, intocabilidade, testemunho de sucessivos processos evolutivos da natureza, tradições e institucionalização de ações patrimoniais e a segunda emana de discursos do cotidiano decorrentes de experiências individuais e coletivas de grupos sociais cujos patrimônios representam diversidades culturais de cada nação.

De acordo com Silberman (2016, pág.15) aponta para a necessidade de considerar a interpretação do patrimônio como uma atividade pública, não como expressão da discussão em espaços públicos, mas como emanadora das discussões populares em diferentes contextos. Para ele a interpretação como discurso apresenta-se no interior de uma construção de identidade patrimonial comunitária em constante movimento expressando em ações ativas que rompem os limites da rota e do sítio para edificar novas possibilidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonialidade enquanto processo de colonização que reforça o reconhecimento de ruínas, complexos arquitetônicos, obras de arte, entre outras, não representa os patrimônios amazônicos advindos de territórios e territorialidades de sujeitos invisibilizados pela ordem econômica, cultural e patrimonializadora oficial.

O revigoramento do passado e turistificação contemporânea do comércio do passado e das belezas naturais de lugares estão sendo feitichizados como mercadorias. Esta última também reforça a colonialidade imposta há séculos pelos europeus ao construir a imagem de natureza-objeto distante da ação humana, mas a flexibilização desta noção pela ideia de natureza-patrimônio permite concebê-la unida, integrada, fazendo parte ativamente, inclusive determinando e sendo determinada pela ação humana.

Enfim, valorizar a natureza situada em territórios de povos latinos que foram especulados, subalternizados, comercializados e preservados como espaços de memória, reprodução social e resistência a mazelas do capitalismo significa pensar o patrimônio de maneira inversa, não oficial e amazônica.

5. REFERÊNCIAS

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (orgs.). Geografia, turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2010, p. 33-53.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo. 6ª Ed. E. UNESP, 2017.

DINIZ, Francisco P. S. Patrimônio, Geografia e Paisagem: construindo estratégias de patrimonialização na Amazônia. Dossiê Cidades Imaginadas, Cidades Reais. Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 27, n. 1 [37], p. 57-72, jan./jun. 2019 – e-ISSN: 2178-3284. DOI: 10.20396/resgate.v27i1.865476. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view>. de FPS Diniz - 2019. Consultado em: ago. 2019.

HENRIQUE, Wendel. *O Direito à Natureza na Cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*; [tradução Cristina C. Oliveira] Itapevi, SP: Nebli, 2016.

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). Geografia, turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Annalube, 2010

Ribeiro, Rafael Winter. Patrimônio, Discurso e Prática: Incursões sobre Democracia e Cidadania a partir do Rio de Janeiro e O Patrimônio Mundial. In: _____. Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. Identidades, Usos e Ideologias. São Paulo, Anablume, 2017, p. 45-66.

SCIFONI, Simoni. A Natureza Desigual do Patrimônio Cultural e Outras Perspectivas. p. 115-135. In: PAES, Maria T. D (org.); SOTRATTI, Marcelo A. (ord.). Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural – São Paulo, Anablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

SILBERMAN, Neil. A.; Carvalho, Aline; FUNARI, Pedro P. (Org.). *Desafios para o patrimônio mundial: em busca de novas práticas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Abingdon: Routledge, 2006. Disponível em: <https://rbb85.files.wordpress.com/2015/11/laurajane-smith-uses-of-heritage.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2019. Unesco. Patrimônios Culturais Reconhecidos no Brasil. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/criteria/>. Consultado em: ago. 2018.



GT 7 – Pensamentos Insurgentes e Levantes: colonialismo, racismos e políticas para matar na América latina

EXTRATIVISMO, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E PERSPECTIVA DE GÊNERO: ALGUMAS REFLEXÕES

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana (UFPA) ¹
Ligia Terezinha Lopes Simonian (UFPA) ²

RESUMO

A Amazônia brasileira tem muitas histórias para contar, as quais incluem sua exuberante biodiversidade e sua gente (WOLFF, 2011). Dentre os povos da floresta, encontram-se as mulheres, representadas pelas caboclas, seringueiras, índias, ribeirinhas, urbanas, quebradeiras de coco, castanheiras, pescadoras, com suas histórias e suas vidas. A importância da atuação feminina no contexto amazônico está para além dos aspectos econômicos, pois seus conhecimentos antigos configuram-se em um saber-fazer que concebe o social e o cultural de suas comunidades (SIMONIAN, 2001; SILVA, BONFIM e SOUZA, 2014). Assim, este artigo objetiva dar visibilidade para atuação feminina no Extrativismo e no Turismo de Base Comunitária. No aspecto metodológico, evidenciou-se a pesquisa qualitativa, embasada em Malterud, (2001) e Yin (2016). Para tanto, serão expostos os casos das Comunidades África e Laranjituba, localizadas no município de Abaetetuba, e da Ilha de Cotijuba, um dos arquipélagos que integram o município de Belém (Pará). Empregou-se um estudo de caso em que foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, levantamento de dados documentais, a utilização de mapas e o uso de entrevistas semiestruturadas, via telefone e por e-mail, com as mulheres de África, Laranjituba e Cotijuba, focadas nos seguintes pontos: mulheres, trabalho, extrativismo e turismo. Os resultados apontam para a importância da participação feminina enquanto força produtiva na economia local e na sua valorização enquanto mulher amazônica. Conclui-se que as mulheres são fundamentais para a sustentabilidade dos recursos naturais, para a reprodução sociocultural de suas sociedades, bem como para o planejamento e gestão da atividade turística.

Palavras-chave: Mulheres. Turismo. Atividade Extrativista. Trabalho.

¹ Estudante de Pós-Graduação, doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA-UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará. *E-mail:* janise_viana@hotmail.com.

² Doutora em Antropologia. Professora integrante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA-UFPA – Núcleo de Altos Estudos amazônicos da Universidade Federal do Pará. *E-mail:* simonianl@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Amazônia brasileira define-se enquanto paisagem histórico-cultural composta e administrada por uma grande variedade de habitantes – indígenas, seringueiros, agricultores, ribeirinhos, quilombolas, colonos agrícolas e populações urbanas (SCHMINK e GÓMEZ-GARCÍA, 2016; SIMONIAN, 2001). Esses grupos manejam ativamente a floresta, tanto para seu sustento como um componente essencial na representação identitária. Sua exuberância inclui sua biodiversidade e sua gente, com suas cores e etnias (WOLFF, 2011). Nesta direção, o destaque vai para as mulheres, representadas pelas caboclas, seringueiras, índias, ribeirinhas, mulheres urbanas quebradeiras de coco, castanheiras, pescadoras, com suas histórias e suas vidas.

O artigo objetiva apresentar reflexões acerca da atuação feminina no Extrativismo e no Turismo de Base Comunitária. Do ponto de vista metodológico, evidenciou-se a pesquisa qualitativa, com base em Malterud (2001), Simonian (2006c) e Yin. (2016). Para tanto, serão expostos os casos das Comunidades África e Laranjituba, localizadas em Abaetetuba, no Pará, e da Ilha de Cotijuba, um dos arquipélagos do município de Belém-PA. Empregou-se um estudo de caso, onde utilizou-se a pesquisa bibliográfica especializada, o uso de mapas e a aplicação de entrevistas semiestruturadas via telefone e por e-mail, com mulheres das respectivas áreas, focadas nos pontos: mulheres, trabalho, Extrativismo e Turismo.

Portanto, o que se propõe neste estudo é lançar luzes sobre a presença feminina na economia da floresta, ao promover uma abordagem acerca da atividade extrativista e do Turismo de Base Comunitária, e também, destacar o quanto é fundamental a participação feminina para a sustentabilidade dos recursos naturais, a reprodução sociocultural de suas sociedades bem como, o planejamento e gestão da atividade turística.

2 A PRESENÇA FEMININA NO COTIDIANO DA AMAZÔNIA

A Amazônia brasileira, conforme Aragón (2018), integra a Pan-Amazônia, um território de aproximadamente sete milhões de quilômetros quadrados, distribuídos em nove países da América do Sul – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa (Departamento Ultramarino Francês), Peru, Suriname e Venezuela –, sendo 60% da bacia hidrográfica amazônica localizada em território brasileiro.

Segundo Schmink e Gómez-García (2016), a Amazônia é uma paisagem histórico-cultural composta e administrada por uma grande variedade de habitantes – povos indígenas, seringueiros, agricultores, ribeirinhos, quilombolas, colonos agrícolas e populações urbanas. Esses grupos e comunidades manejam ativamente a floresta, tanto para seu sustento, quanto como um componente essencial na sua representação identitária.

A Amazônia brasileira, especificamente, compreende várias regiões.¹ Caracteriza-se por ser uma região múltipla, de saberes e fazeres diversificados, que propicia um espaço de interações de várias identidades/alteridades. São pessoas, hábitos, costumes e imaginários que transitam por fronteiras étnicas, criando um universo plural, intrigante e encantador. Conforme Almeida (2011), homens e mulheres das comunidades amazônicas ocupam grandes extensões do território e reivindicam melhores condições de vida e desafiam as generalizações. Nos termos de Vadjunec, Schmink e Greiner (2012), para os atores externos elas são no mais das vezes invisíveis.

Etimologicamente, o termo Amazônia, de origem grega, advém de “amazona”, “mulher guerreira” (MEIRELLES FILHO, MORENO e BUORO, 2017). Um dos primeiros eventos “históricos” a descrever oficialmente a Amazônia começa por retratar as mulheres. A história de uma possível sociedade matriarcal, o primeiro relato específico sobre as mulheres amazônicas foi retratado por Frei Gaspar de Carvajal, o qual descreveu com muitos detalhes e também fantasiou significativamente sobre as Amazonas sul-americanas:

Elas seriam altas e brancas, com cabelos enrolados na cabeça, andando nuas. Segundo seus relatos, um índio da região que fora aprisionado e indagado sobre essas mulheres disse que eram as Amazonas. Elas não teriam maridos e sacrificariam os bebês do sexo masculino. As meninas seriam treinadas, desde pequenas, para a guerra (CHAVES e CÉSAR, 2019, p. 143).

Os relatos imaginativos, exagerados e repletos de alegorias descrevem a região da forma como seria reproduzida pelo colonizador. O predomínio de uma perspectiva etnocêntrica permanece ainda na atualidade, ocasionando equívocos na representação e no simbolismo sobre a Amazônia. As histórias das mulheres amazônicas, por sua vez, seus valores sociais e práticas de subsistência merecem destaque ao promoverem formas alternativas de compreensão e gestão das paisagens amazônicas. Assim, a presença feminina deve ser considerada na historiografia da região, nas relações sociais vividas por indivíduos e no cotidiano da floresta.

Para Simonian (2001), as práticas cotidianas dessas mulheres significam uma constante reinvenção de seus conhecimentos acerca dos recursos naturais, os quais constituem-se em um saber-fazer que, no decorrer dos tempos, tem garantido o sustento dos grupos humanos que habitam a Amazônia. Essas práticas, sejam elas voltadas para alimentação, conhecimentos medicinais, cosméticos ou mesmo para a reprodução social do

¹ Em consonância com a Lei 1.806 de 06.01.1953, a Amazônia brasileira passou a ser denominada Amazônia Legal, em decorrência de um conceito político e não de um imperativo geográfico, com a finalidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região. Os estados que compõem a Amazônia Legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°). Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

grupo integram uma cultura material, mas, sobretudo, uma memória histórico-cultural que associa o coletivo ao território e, simultaneamente, atribui uma noção de identidade em relação a outros indivíduos.

A importância da atuação feminina no contexto amazônico não se restringe apenas aos aspectos econômicos, pois seus conhecimentos antigos configuram-se em um saber-fazer que concebe o social e o cultural de suas comunidades (SILVA, BONFIM, SOUZA, 2014; SIMONIAN, 2001). Saber-fazer que tem influenciado os rumos do desenvolvimento econômico na Amazônia, mas que, por si só, não assegura às mulheres o papel decisório nem recursos destinados a suas atividades pelas políticas públicas.

Segundo literaturas diversas (SIMONIAN; 2001; SOARES *et al.*, 2018), as mulheres têm, de fato, sofrido muita discriminação quando inseridas em diversos contextos brasileiros de produção econômica, agrícola e extrativista. Circunstâncias históricas e ideologias básicas têm assegurado tal discriminação e dificultado o reconhecimento da participação feminina nas atividades econômicas em geral. Logo, é fundamental quebrar barreiras, romper preconceitos e evidenciar a importância social e política da força feminina produtiva.

3 AGENTES DO DESENVOLVIMENTO²: A ATUAÇÃO DAS MULHERES AMAZÔNIDAS NO EXTRATIVISMO E NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A Amazônia, dentro do contexto brasileiro, é compreendida como uma extensa periferia apartada do centro econômico e de poder, ocupando meramente o lugar de fornecedora de recursos naturais (MIRANDA e BARROSO, 2013). O isolamento territorial faz com que as mazelas advindas da desigualdade social sejam percebidas de forma mais intensa pelas mulheres amazônicas, devido principalmente a questões como: o desemprego, as reduzidas taxas de escolaridade, a escassez de representatividade nos cargos de gestão, os abusos sexuais, a comercialização de seres humanos e os elevados índices de violência e feminicídio.

Além disso, Nogueira *et al.* (2007) apontam que o modelo de desenvolvimento regional colocado para a região tem acarretado o aumento da concentração de renda, a intensificação do processo de urbanização das cidades e do processo migratório de parte da população para as grandes metrópoles dos estados da região Norte.

No entendimento de Miranda e Barroso (2013), entrecruzar as categorias gênero e desenvolvimento na Amazônia brasileira resulta em aderir a uma análise do desenvolvimento capaz de evidenciar a importância das mulheres nas cidades e no campo. Conforme Simonian (2001, p. 33) ressalta: “[...] ao considerar-se esta questão na Amazônia

² Entenda-se desenvolvimento no contexto capitalista.

brasileira, há que analisá-la em toda sua complexidade, pois muitas das mulheres que nela vivem fazem parte de culturas, etnias e situações sociais muito distintas”.

A trajetória que tem persistido entre várias sociedades (indígenas ou não) da região, (ALMEIDA, 2011; MANESCHY, ALENCAR e NASCIMENTO, 1995; RAVENA, 1997; SIMONIAN, 1995; 2001; 2006a; 2006b); independente das atividades que executam, seja no extrativismo, agricultura entre outras, demonstram que as mulheres, mesmo sem o devido reconhecimento, prosseguem enquanto alicerces econômicos substanciais para as suas famílias e comunidades.

Ao pensar-se nas relações entre trabalho e gênero, mais precisamente no envolvimento das mulheres no contexto produtivo amazônico, historicamente, há que se destacar a atuação das mesmas: “O cotidiano tribal, antes da chegada dos colonizadores baseava-se na divisão simples do trabalho, ficando a cargo das mulheres a agricultura e dos homens a caça” (RAVENA, 1997, p. 86). O retorno as formas pré-coloniais de organização socioeconômica é marcado pelo silêncio histórico, o que não anula, principalmente, o trabalho da mulher indígena desenvolvido no cenário da Amazônia paraense.

Por conseguinte, não há como negar o fato de que as mulheres amazônidas têm desempenhado um importante papel no processo produtivo da região. Múltiplas literaturas (FERNANDES e MOTA, 2014; SIMONIAN, 1995, 2001, 2006a; 2006b) apontam que, em determinadas atividades extrativistas, o trabalho feminino se destaca, ocasionando às mulheres uma maior autonomia no acesso a espaços públicos e a recursos financeiros próprios, possibilitando que a mulher vá além dos espaços da residência e do campo. Ainda assim, as mulheres não têm o mesmo acesso que os homens à terra, aos financiamentos, insumos, serviços públicos e instâncias decisórias.

Nas pesquisas e entendimentos de Simonian (2001), a mulher é agente nas atividades extrativistas da castanha, da seringueira (SIMONIAN, 1995), dos balatais (SIMONIAN, 2006), na extração do coco-babaçu, mangaba (MOTA *et al.* 2009; MOTA e FERNANDES, 2014 e SCHMITZ, MOTA e SILVA JÚNIOR, 2011), entre outros. O desenvolvimento do trabalho das mulheres é essencial para a reprodução social dos seus grupos, sobretudo com a intensificação da mercantilização das relações no espaço rural.

À luz de Pillett (2018), o papel das mulheres que atuam no extrativismo é tão significativo quanto o papel masculino, principalmente do ponto de vista da manutenção e sustento dos grupos familiares e também por serem possuidoras de múltiplos conhecimentos, contribuindo significativamente na conservação e preservação dos recursos da natureza. Daí a indispensabilidade de sua inclusão em iniciativas de atividades extrativistas e demais formas de usufruto e extração de recursos naturais nas comunidades em que elas atuam. Na prática, independentemente da consciência política ou não, para Shiva (1993), as mulheres são difusoras do desenvolvimento.

Então, neste debate acerca da importância da mulher enquanto força produtiva no meio rural amazônico, é possível pensar também acerca da inserção na atividade turística, principalmente por ser esta uma atividade que trata do intercâmbio cultural entre diferentes povos, numa concepção para além dos benefícios de caráter econômico provenientes.

Para Maldonado (2009, p. 25): “[...] diversas comunidades estão se abrindo para o mercado graças a “um turismo com selo próprio”, combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma [...]” Denominado Turismo de Base Comunitária (TBC), constitui-se em uma forma de fazer Turismo contrária ao Turismo de massa³. Revela-se enquanto alternativa para a utilização das potencialidades e valorização das singularidades do local, por meio da incorporação da comunidade no desenvolvimento da atividade.

Nos termos de Guzzatti *et al.* (2013), a prática do turismo comunitário, resultante da mobilização de comunidades rurais, pesqueiras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas é também conhecida como turismo responsável, solidário, turismo de base comunitária e turismo responsável. Dangi e Jamal (2016) assinalam que o TBC origina-se no local, concentra-se no desenvolvimento de base por meio da participação, igualdade e empoderamento, destacando o empreendedorismo local. O TBC, conforme Khalid *et al.* (2019), pode oportunizar a melhoria da qualidade de vida da população local e favorecer para a redução da pobreza e conservação dos recursos naturais e culturais das comunidades.

As características que assinalam o TBC ou turismo comunitário, para Coriolano e Barbosa (2012) e Boushosa e Vasconcelos (2019), são: o protagonismo comunitário, a valorização cultural, a ênfase na identidade local e a responsabilidade ambiental. Busca distanciar-se do ponto puramente econômico e centrar-se nas pessoas.

O TBC, ao ser implementado no espaço rural, apoia a integração e a multifuncionalidade do campo, bem como movimenta a mão de obra feminina no mercado de trabalho. Neste contexto e em consonância com Lunardi, Souza e Perurena (2015), entende-se que a mulher empreende um papel social de suma importância no setor econômico. Por sua vez, isso favorece para a construção de sua identidade social e profissional de ser humano, e possibilita o destaque da força feminina laboral no desenvolvimento da atividade.

³ Turismo de massa, segundo Guzzatti *et al.* (2013), é o turismo caracterizado pelo deslocamento de grande número de pessoas, em um mesmo período do ano, para destinos consagrados.

4 METODOLOGIA

Com este artigo, objetiva-se dar visibilidade ao protagonismo feminino no extrativismo e no Turismo de Base Comunitária na Amazônia paraense. Optou-se em estudar África e Laranjituba devido, sobretudo, a lacuna na produção científica sobre a atuação feminina no extrativismo em territórios quilombolas amazônicos. Quanto a Cotijuba, o interesse se deve à criação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), a partir do qual vêm sendo desenvolvidos projetos direcionados para questões de gênero, TBC, educação, geração de emprego e renda.

Para elaboração inicial do estudo foi realizado levantamento bibliográfico acerca da participação feminina nas diversas atividades extrativistas, a relação entre gênero e trabalho no espaço rural, bem como o papel da mulher no turismo de base comunitária no contexto da Amazônia brasileira. Evidenciou-se a pesquisa qualitativa, com base em Malterud (2001) e Yin (2016), pois segundo os autores, este tipo de pesquisa representa um campo multifacetado, marcado por diferentes orientações, as quais permitem a realização de uma investigação científica aprofundada de variados temas relacionados à realidade singular ou às múltiplas. Tem-se ainda um estudo de caso, haja vista que se objetiva aprofundar os estudos sobre determinados grupos sociais.

Acerca da coleta de dados, realizou-se entrevistas semiestruturadas com informantes de África, Laranjituba e de Cotijuba. Para as mesmas, foi aplicado um roteiro de entrevista via telefone e por e-mail em decorrência da necessidade de distanciamento social face à pandemia do novo coronavírus. Assim, devido à pandemia e às chuvas intensas na região, poucas colaboradoras puderam participar das entrevistas, o que vai requerer um aprofundamento posterior.

5 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DE ÁFRICA E LARANJITUBA E DA ILHA DE COTIJUBA

5.1 África e Laranjituba

É diante de um cenário de luta e resistência por sobrevivência que as comunidades África e Laranjituba estão firmadas. Os territórios das mesmas, conforme Nascimento (2017), compõem dois municípios com as seguintes características: politicamente (educação, saúde, iluminação pública e eleitores), insere-se no município de Moju, com sede situada à margem direita do rio de mesmo nome. Geograficamente, o território situa-se em Abaetetuba, localizado à margem direita da foz do rio Tocantins (Mapa 1).

MAPA 1 – Localização de África e Laranjituba



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFGA), 2021.

África e Laranjituba são vizinhas e constituem o quilombo. Dada a composição de uma trajetória de organização comum, são representadas juridicamente pela mesma Associação Quilombola, a do Baixo Caeté, e tem um título único de propriedade coletiva, o qual foi concedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) à Associação dos Moradores das respectivas comunidades. Hoje, de acordo com Nascimento (2017), esse território detém uma área total de 1.108,1837 ha. (mil, cento e oito hectares, dezoito ares e trinta e sete centiares) distribuídos entre 150 famílias que se autodeclararam quilombolas.

No que se refere à caracterização socioeconômica e cultural, os habitantes de África e Laranjituba, assim como grande parte dos povos quilombolas da Amazônia brasileira, lutam constantemente por território e por políticas públicas de educação, saúde, saneamento, segurança e transporte. A dinâmica econômica é marcada pela agricultura familiar. Prevalece a prática da agricultura em roças, com o cultivo de diversos produtos: maxixe (*Cucumis anguria*), melancia (*Citrullus lanatus*), mandioca (*Manihot esculenta*), jerimum (*Cucurbita* spp), milho (*Zea mays*) e açaí (*Euterpe oleracea*); estes, em sua maioria, são para o consumo doméstico, enquanto o excedente é comercializado nas próprias comunidades ou em Abaetetuba.

Destaca-se também que, apesar de a população de África e Laranjituba utilizar em suas atividades diárias alguns recursos tecnológicos, ainda são persistentes muitos hábitos e costumes vistos como tradicionais. Nesta perspectiva, é de se incluir o preparo e cultivo das roças, a agricultura, a seleção da lenha para a produção de farinha, a atividade extrativista, bem como o preparo dos alimentos. E isso em consonância com o conhecimento tradicional transmitido por de geração em geração, principalmente por meio da oralidade.

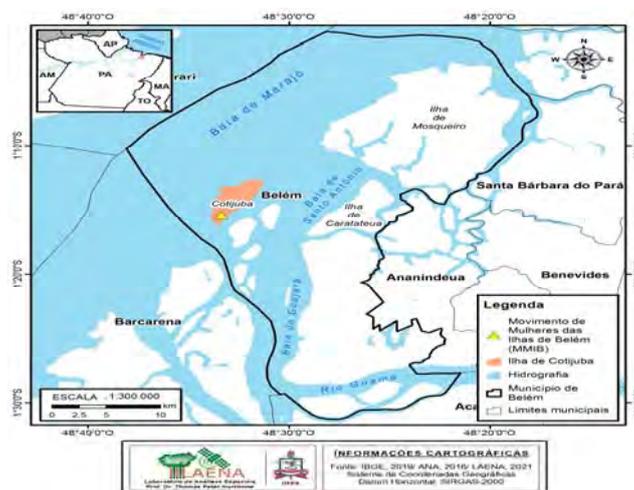
Em África e Laranjituba, a população tem buscado se organizar política, econômica e culturalmente, bem como reforçar sua identidade quilombola através do ensinamento da história de seus antepassados e preservando os saberes tradicionais de matriz africana como, por exemplo, a religiosidade e o artesanato de cerâmica. Ao mesmo tempo,

entendem que sua luta é árdua, pois ainda há muito que se mobilizar, reivindicar e resistir para que o poder público possa assegurar os direitos previstos por lei.

5.2 Ilha de Cotijuba

O arquipélago de Cotijuba abrange a área de ilhas da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Belém, segundo dados do IBGE (2010), possui 1.408.847 habitantes e abriga aproximadamente 30% da população deste Estado. É *locus* de grande diversidade biológica, social e cultural na Amazônia paraense não apenas pelas dimensões e heterogeneidades dos sistemas agrários e florestais, mas também, em consonância com Brilho e Carmo (2014), pela pluralidade social marcada pela presença de ribeirinhos, indígenas e urbanos em seu contexto.

MAPA 2 – Localização ilha de Cotijuba



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPa), 2021.

Possui, de acordo com Sánchez (2005) e Silva *et al.* (2014), uma área de aproximadamente 60 km² e uma costa de 15 km de praias de água doce, sendo um importante atrativo turístico para a região. Constitui – se em uma Área de Proteção Ambiental⁴ (APA) municipal, instituída pela Lei n. 9.985 de 1990, com a importante característica da permissão de moradia, aspecto singular no que se refere às Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável (GOMES *et al.*, 2013), o que, por sua vez, acarreta obrigações com a conservação de sua expressiva cobertura vegetal e impedimentos no que tange a à circulação de veículos motorizados na área.

⁴ Áreas de Proteção Ambiental são áreas, segundo a Lei n° 9.985 de 18 de julho de 2000, Art. 15, com certo nível de ocupação humana. E tem dentre seus objetivos básicos, a proteção da diversidade biológica, a regularização do processo de ocupação, a garantia da sustentabilidade e utilização dos recursos naturais.

Nos últimos anos, vêm sendo desenvolvidas, mais precisamente por iniciativa das mulheres que compõe o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB)⁵ e suas famílias, ações produtivas e de serviços voltados para o reconhecimento sociocultural e natural da ilha. O MMIB tem implantado projetos sociais, ambientais e de geração de emprego e renda em parceria com instituições públicas de ensino e pesquisa, iniciativa privada e Organizações Não Governamentais (ONG). Destacam-se serviços ligados à atividade turística (BRILHO, 2015; BRILHO e CARMO, 2014; CRUZ, 1996; GOMES *et al.* 2013), assim como a inserção e a visibilidade de novos sujeitos – as mulheres, neste caso em particular em diversas atividades econômicas.

Cotijuba possui atrativos ímpares, favoráveis à geração de emprego e renda para a população local. No entanto, ainda são necessários ajustes e planejamento eficazes para o arquipélago, os quais constituem importantes desafios a serem superados, considerando as características deste território na região amazônica.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Refletir acerca das mulheres amazônidas, remete a um repensar na transformação efetiva para além de papéis dicotômicos de homens e mulheres, para que conjuntamente haja a possibilidade do debate sobre suas sobrevivências e suas interações com o meio.

Em vista disso, a pesquisa realizada em 2021 em África, Laranjituba e Cotijuba avaliou a correlação entre a atuação feminina, extrativismo e atividade turística de base comunitária em áreas rurais da Amazônia paraense. Para efeito de compreensão, primeiramente, serão descritas as respostas das informantes de África e Laranjituba, com relatos de experiências voltados para o extrativismo. As mesmas foram denominadas de informantes 1 e 2. E, no que se refere às entrevistadas de Cotijuba, foram denominadas de informantes 4, e 5, e o foco foi em experiências com o Turismo de Base Comunitária. Assim, no que concerne ao desenvolvimento do extrativismo, as respostas foram:

Trabalhamos em nossa comunidade (África), principalmente com açaí e a castanha-do-pará.⁶

Aqui em Laranjituba eu trabalho mais com a castanha-do-pará.⁷

⁵ O MMIB foi instituído formalmente em 2002 como uma organização sem fins lucrativos, cujos objetivos principais são: incentivar a organização comunitária, atividades de geração de renda, a progressão do nível de escolaridade das mulheres, a conservação do meio ambiente e promover a proteção de direitos e interesses das associadas (GOMES *et al.*, 2013; BRILHO e CARMO, 2014).

⁶ Informante 1. Presidente da Associação de Moradores das Comunidades África e Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

⁷ Informante 2. Moradora de Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

As mulheres amazônidas necessitam sair da invisibilidade histórica, lutar contra a discriminação no que tange o seu valor e reconhecimento enquanto força de trabalho ativa e produtiva para a Amazônia brasileira. No entendimento de Simonan (1995, p. 111), “[...] as experiências das mulheres na produção extrativista têm sido mascaradas por silêncios e tentativas[...]”.

Quanto à motivação pela busca para atividade desenvolvida:

Eu quis incluir a juventude no grupo de trabalho da associação. E também, não tinha nenhuma mulher que tinha sido presidente. Eu sou a primeira⁸.

É uma fonte de renda pra mim.⁹

Percebe-se que a informante 1 quis dar ênfase mais a sua experiência enquanto presidente da associação, pois a representatividade feminina, é importante para o incentivo a outras mulheres a atuarem nos movimentos e organizações sociais. Já a informante 2, destaca apenas a importância financeira de atuar com a atividade.

Ao serem questionadas sobre a relevância do trabalho desenvolvido para a vida enquanto mulher, as respostas foram:

Um grande aprendizado. Conheci pessoas, conheci coisas, aprendi muito e levei vários jovens para a associação.¹⁰

Eu gosto muito. Me sinto feliz.¹¹

Ao serem questionadas se na família há outras mulheres que trabalham com o extrativismo e qual a renda mensal delas, as respostas foram as seguintes:

Sim, tem sim, umas seis ou sete mulheres, trabalham com extrativismo do açaí. Em Laranjituba, a associação tem aproximadamente 15 hectares de açaizal, mas a gente ainda não lucra muito com açaí, a gente tem esperança de lucrar. A gente não sabe dizer da renda porque a gente não vende. A gente apenas vai para ajudar os marido. Eles que vendem pra trazer comida pra casa¹².

Conheço sim, umas 3 mulheres. Uma renda de uns 500 reais¹³.

⁸ Informante 1. Presidente da Associação de Moradores das Comunidades África e Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

⁹ Informante 2. Moradora de Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

¹⁰ Informante 1. Presidente da Associação de Moradores das Comunidades África e Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

¹¹ Informante 2. Moradora de Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

¹² Informante 1. Presidente da Associação de Moradores das Comunidades África e Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

¹³ Informante 2. Moradora de Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

Pillett (2017) explica, com base na resposta da informante 1, que em muitos casos as próprias mulheres não reconhecem suas atividades desenvolvidas como atividade de trabalho, delegando ao gênero masculino a responsabilidade de gerir os recursos financeiros. É fato que muitas mulheres atuam na agricultura familiar. Inclusive, as entrevistadas relataram a atuação com o cultivo de mandioca (*Manioc succulenta*), milho (*Zea mays*), jambu (*Acmella oleracea*), no intuito de garantir o sustento da família. Mas muitas vezes têm dificuldade em reconhecer o quão primordial constitui seu trabalho para a subsistência doméstica, para a própria economia local e até a regional.

Ao serem questionadas se indicariam para outras mulheres o trabalho que elas executam e por quê, as respostas foram:

Sim. Eu queria repassar para outras mulheres sim, seria muito bom mesmo, principalmente pra nós mulheres, até porque, me referindo a associação, em 20 anos de existência, só teve eu de mulher presidente¹⁴.

Sim, as mulheres precisam crescer, aprender muitas coisas, orientar as outras, principalmente com a natureza, é muito bom, cuidar, criar, plantar, colher e até preservar. E com o nosso dinheirinho dá pra comprar as coisas pra nós e nossa família.¹⁵

Essas mulheres acumulam saberes e práticas a partir do conhecimento adquirido dentro do espaço das próprias comunidades e pode-se dizer que detêm interesse e experiências necessárias para à condução de um processo de desenvolvimento humano local sustentável, bem como para o incentivo a outras mulheres avançarem em diversas áreas do cotidiano. Também se destaca, conforme Feitosa (2013, p. 19): “a preocupação das mulheres com a necessidade de preservação da natureza e a qualidade do meio ambiente”, o que pode definir as mulheres enquanto protagonistas na conservação e preservação dos recursos naturais.

Quanto às informantes de Cotijuba, ao serem questionadas sobre qual o trabalho desenvolvido e qual a motivação para a atuação com o mesmo, as respostas foram:

Trabalho com o Turismo. O desejo de permanecer neste local com uma atividade de acordo¹⁶.

Trabalho com o Turismo - Serviços de Hotelaria/Pousada. Temos um terreno na praia e a demanda era grande por pousadas¹⁷.

¹⁴ Informante 1. Presidente da Associação de Moradores das Comunidades África e Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

¹⁵ Informante 2. Moradora de Laranjituba. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

¹⁶ Informante 3. Moradora da ilha de Cotijuba. Profissional do Turismo. Idosa. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

¹⁷ Informante 4. Moradora da ilha de Cotijuba. Profissional do Turismo. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

Ao serem questionadas acerca da relevância do trabalho desenvolvido para a vida das mesmas enquanto mulher, tem-se as seguintes respostas:

Grande importância como afirmação de uma capacidade de exercer uma autonomia e auto afirmação¹⁸.

Autonomia Financeira e conhecimento no ramo turístico (profissionalização)¹⁹.

Percebe-se que as mulheres veem na atividade turística uma real possibilidade de ganho social e econômico, o que muitas vezes, segundo Simonian (2006a), é fundamental para o processo de autovalorização, por parte dessas trabalhadoras, o que também gera reconhecimentos de sua existência como categoria social e na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Sobre o questionamento se na família há outras mulheres que trabalham com o Turismo e qual a renda mensal delas, as respostas foram:

Não se aplica ao meu caso. Não tenho mulheres na família. Só ascendente e colateral²⁰.

Sim, duas mulheres. A renda mensal média é de 3.500 reais²¹.

De acordo com Simonian (2006a) e Brilho (2015), é possível pensar que as mulheres têm estado, nos últimos tempos, voltadas para a sua organização com vistas a maximizar seu potencial de vida e ganhos econômicos. Nessa direção, o caminho a ser pensado seria o de incorporar formalmente os interesses das mulheres no processo mais amplo, o qual aproxime a vida concreta, rural, individual e coletiva no meio rural amazônico.

Quando questionadas se incentivariam outras mulheres a fazer o trabalho que elas executam e por quê, tem-se as seguintes respostas:

Sim. Com meu trabalho já conquistei muitos pontos positivos como: a moradia em local sonhado, a autoconfiança e a satisfação pessoal em contribuir com a comunidade²².

Sim. Sempre indico para organizarem seu negócio, criar o MEI, gerenciar direitinho as coisas²³.

¹⁸ Informante 3. Moradora da ilha de Cotijuba. Profissional do Turismo. Idosa. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

¹⁹ Informante 4. Moradora da ilha de Cotijuba. Profissional do Turismo. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

²⁰ Informante 3. Moradora da ilha de Cotijuba. Profissional do Turismo. Idosa. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

²¹ Informante 4. Moradora da ilha de Cotijuba. Profissional do Turismo. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

²² Informante 3. Moradora da ilha de Cotijuba. Profissional do Turismo. Idosa. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

Os posicionamentos retratam que as entrevistadas se encontram realizadas com a atividade laboral escolhida e propagam a mesma para as mulheres, de um modo geral. Segundo Morgan e Winkler (2020), a atividade turística de base comunitária pode proporcionar às mulheres rurais um certo controle sobre os recursos e seu próprio desenvolvimento, incentivar empregos, oportunidades de propriedade comercial e elevar o sentimento de orgulho pela cultura local.

7 CONCLUSÕES

Percebeu-se no decorrer das pesquisas que a mulher empreende um papel social de suma importância no setor produtivo, sobretudo no meio rural amazônico, o que por sua vez favorece para a construção de sua identidade social e profissional de ser humano e possibilita o destaque da força feminina laboral no desenvolvimento das atividades.

A relevância do papel das mulheres na economia extrativista e no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nesta pesquisa é evidente. E deixa claro o quanto tais atividades possibilitam às mulheres condições para planejar e desenvolver seu trabalho a partir de sua própria força, seja no âmbito individual ou coletivo. As mulheres também demonstraram no decorrer do estudo o domínio de conhecimentos múltiplos, o quanto fazem uso e comercializam diversos recursos naturais no seu dia a dia, simultaneamente dedicando-se também em conservação dos mesmos.

A necessidade de superação da falta de reconhecimento do trabalho da mulher no extrativismo e no Turismo de Base Comunitária na região Amazônica precisa ficar em evidência. A invisibilidade das mulheres como protagonistas produtivas tem reforçado, ao longo da formação da sociedade, o domínio do sujeito homem, sua capacidade e reconhecimento, considerado, muitas vezes, o único agente da história. As experiências femininas na economia local devem ser partilhadas e valorizadas, sobretudo da mulher amazônica.

Portanto, este artigo é uma primeira aproximação desse universo, que será aprofundado em pesquisas futuras. A visibilidade será o foco dos estudos, para que as mulheres, sobretudo as mulheres rurais da Amazônia paraense, possam ficar em evidência quanto ao seu protagonismo na vida econômica, social e política das comunidades em que vivem e atuam. Também, buscar-se-á lançar luz e dar voz para que as representações da significância das mulheres persistam como um imenso tema de investigação histórica, social e antropológica.

²³ Informante 4. Moradora da ilha de Cotijuba. Profissional do Turismo. Entrevista concedida em fevereiro de 2021 às autoras.

REFERÊNCIAS

- ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Rev. NERA**. Presidente Prudente. ano 21, n. 42, p. 14-33, Dossiê, 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5676/4254>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2021.
- ALMEIDA, A. W. **Traditionally occupied lands in Brazil**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas. 2011.
- BOULHOSA, M. S.; VASCONCELOS, A. C. P. Turismo de Base Comunitária na Ilha do Marajó: a experiência da Comunidade de Pesqueiro, Soure. **ANAIS IX ETBCES - Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária**. Redes de Colaboração e Desenvolvimento Local Sustentável - De 14 a 18 de agosto de 2019.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/lei_9985-00.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.
- BRILHO, S. S. Q. C.; CARMO, M. S. do. Turismo Rural Comunitário: O Protagonismo do Movimento de Mulheres da Ilha de Cotijuba – Pará. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 79-92, 2014. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2014.v17i1.154. Disponível em: <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/154>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2021.
- BRILHO, S. S. DE Q. C. **Dinâmica Econômica e Social na Amazônia Rural: o Protagonismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB (PA)**. 2015. 162 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo [s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/256747/1/CorteBrilho_SilvaneideSantosdeQueiroz_D.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2021.
- CHAVES, F. N.; CÉSAR, M. R. de A. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia brasileira. **Revista Extraprensa**. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138-156, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/157418>>. Acesso em 23 de janeiro de 2021.
- CORIOLOANO, L. N. M. T.; BARBOSA, L. M. Internet e redes: articulações do turismo comunitário. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo – planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Barueri: Manole, 2012, p. 565-587.
- CRUZ, S. H. R. Turismo na Ilha de Cotijuba sob a percepção de seus residentes. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 7, n.1, p. 79-92, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63268>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.
- DANGI, T. B.; JAMAL, T. An Integrated Approach to “Sustainable Community-Based Tourism”. **Sustainability**. 2016, 8, 475. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303093342_An_Integrated_Approach_to_Sustainable_Community-Based_Tourism>. Acesso em 29 de janeiro de 2021.
- FEITOSA, P. S. B. **Conhecimento Ecológico Local, Conservação e Gênero: um estudo com pescadoras em Bragança, no nordeste Paraense (Brasil)**. 106 f. Dissertação

(Mestrado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=515661>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. "É sempre bom ter o nosso dinheirinho": sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 9-24, Mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000100001&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

GOMES, E. C. B.; SILVA-JUNIOR, B. C.; NOGUEIRA, K. M.; GOMES, E. L. S. O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um turismo responsável (ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.2, mai/jul-2013, p.554-571. Disponível em:

<<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6206>> Acesso em 05 de fevereiro de 2021.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira**

de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr., p.93-106. 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6230/3982>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, Cidades@, Censo 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2021.

Instituto de Terras do Pará. ITERPA. Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo. Disponível em:

<http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/pdfs/21.2_laranjituba_e_africa_ii.pdf>. Acesso em: 09 fevereiro 2021.

KHALID, S.; AHMAD, M. S.; RAMAYAH, T.; HWANG, J.; KIM, I. Community Empowerment and Sustainable Tourism Development: The Mediating Role of Community Support for Tourism. **Sustainability**. 2019, 11, 6248. p. 02-14. Disponível em:

<<http://www.mdpi.com/journal/sustainability>>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

LUNARDI, R., SOUZA, M.; PERURENA, F. O Trabalho de Homens e Mulheres no Turismo Rural em São José dos Ausentes: o "leve" e o "pesado". **Revista Turismo - Visão e Ação**, 17(1), p. 179-209. 2015. Disponível em:

<<https://siaiap32.univali.br//seer/index.php/rtva/article/view/7706>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Nova Letra, p. 25-44, 2009.

MALTERUD, K. **Qualitative research: standards, challenges, and guidelines**. *Lancet*, n. 358, p.483-488. 2001.

MANESCHY, M. C. ALENCAR, E.; NASCIMENTO, I. H. Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES, L. M. M. & D'INCAO, M. A. (Orgs.). **A Mulher existe? Estudos sobre mulher e relações de gênero na Amazônia**. Belém: M. P. Emílio Goeldi, p. 81-96, 1995.

MEIRELLES FILHO, J.; MORENO, T.; BUORO, M. Amazônia, quando será a vez da Mulher?. **Página 22**, n. 106, p. 23, 2017. Disponível em: <<https://pagina22.com.br/2017/03/17/amazonia-quando-sera-vez-da-mulher/>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

MIRANDA, C. M.; BARROSO, M. F. Desenvolvimento regional sob a perspectiva de gênero: atuação organizada de mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, p. 262-283, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1076>>. Acesso em 27 de janeiro de 2021.

MORGAN, M. S.; WINKLER, R. L. The Third Shift? Gender and Empowerment in a Women's Ecotourism Cooperative. **Rural Sociology**, Vol. 85, No. 1, March, p. 137-164, 2020. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ruso.12275>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

MOTA, D. M. da *et al.* O extrativismo de mangaba é "trabalho de mulher"? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 11, n. 2, nov. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/276>>. Acesso em 27 de janeiro de 2021.

MOTA, D. M.; FERNANDES, T. "É sempre bom ter o nosso dinheirinho": sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. vol.52 no.1 Brasília Jan./Mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000100001&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em 27 de janeiro de 2021.

NASCIMENTO, R. M. C. **Comunidades quilombolas África e Laranjituba um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Sustentabilidade junto a povos e territórios tradicionais, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2017.

NOGUEIRA, C. M.; HIRATA, H.; LIMA, T. M.; GOMES, V. L. B. Trabalho, gênero e a questão do desenvolvimento. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 11, p. 221-235, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3822>>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

PILLETT, E. A. A Participação das Mulheres na Reserva Extrativista Caeté/Taperaçu na Comunidade de Taquandeuá- BRAGANÇA/PA. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 388-412, fev. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5496>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

RAVENA, N. Mulher índia: a história do trabalho indígena feminino no Grão-Pará. **A Mulher e a Modernidade na Amazônia**. SANTOS, E. F. [*et al.*]; ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. Dos; D'INCAO, M. A. (Orgs.). Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, p. 85-110. 1997.

SÁNCHEZ, C. T. **O mundo da vida no estuário amazônico: ecologia política da biodiversidade no arquipélago de Belém do Pará**. 361 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2005.tese__camilo_sanchez.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.

SCHMITZ, H., MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da. Mangabeiras cercadas e soltas: formas de acesso, coleta e gestão das plantas. In: MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da, SCHMITZ, H. e RODRIGUES, R. F. de A. (Ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa, p. 171-202, 2011.

SHIVA, V. Women's indigenous knowledge and biodiversity. In: MIES, M. & SHIVA, V. **Ecofeminism**. Halifax: Fernwood Publications. p. 164-173, 1993.

SCHMINK, M.; GÓMEZ-GARCÍA, M. A. **Embaixo do dossel: Gênero e florestas na Amazônia**. Documento Ocasional 152. Bogor, Indonesia: CIFOR. 2016. Disponível em: <https://www.cifor.org/publications/pdf_files/OccPapers/OP-152.pdf>. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

SILVA, R. E. da; BONFIM, F. da S.; SOUZA, R. R. de. Mulheres, Saberes Práticos, Relações de Gênero e a Floresta. **Nova Revista Amazônica**. V. 2, n. 1, Jan./Jun. p. 38-49, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18542/nra.v2i1.6293>> Acesso em 22 de janeiro de 2021.

SILVA, G. V. da; CARIPUNA, L. A.; SILVA, M. L. da; PONTES, A. N.; SILVA, G. da S. e. Percepção Ambiental na Área de Proteção Ambiental na Ilha de Cotijuba, Belém, Pará. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.10, n.18; p. 3977-3985. 2014. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2014a/MULTIDISCIPLINAR/percepcao.pdf>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado. In: ÁLVARES, M. L. M.; D'INCAO, M. A. (Org.) **A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM, p. 97-115, 1995.

_____. Mulheres, Gênero e Desenvolvimento na Amazônia brasileira: resistência, contradições e avanços. **Mulheres da Floresta Amazônica entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, p. 33-68, 2001.

_____. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambioca, Barcarena, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** [Online]. v. 1, n. 2, p. 35-52, 2006a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222006000200004>>. Acesso em: 20 janeiro. 2021.

_____. Relações de Trabalho e de Gênero nos Balatais da Amazônia Brasileira. In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de (Org.). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamound, p. 195-232, 2006b.

SIMONIAN, L. T. L. Pesquisa em Ciências Humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, sér. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 119-134, maio-ago. 2006c.

SCHMINK, M.; GÓMEZ-GARCÍA, M. A. **Embaixo do dossel: Gênero e florestas na Amazônia**. Documento Ocasional 152. Bogor, Indonesia: CIFOR. 2016. Disponível em: <https://www.cifor.org/publications/pdf_files/OccPapers/OP-152.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F. Mangabeiras cercadas e soltas: formas de acesso, coleta e gestão das plantas. In: MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da,

SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. (Ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa, 2011. p. 171-202.

SOARES, K. R. *et al.* Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 56, n. 4, p. 645-662, Out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032018000400645&script=sci_arttext&lng=pt#B2>. Acesso em 06 de fevereiro de 2021.

VADJUNEC, J. M.; SCHMINK, M.; GREINER, A. L. New Amazonian geographies: Emerging identities and landscapes. **Journal of Cultural Geography**. 28 (1), p.1-20, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08873631.2011.548477>>. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

WOLFF, C. S. Mulheres da Floresta: outras tantas histórias. **Revista de Estudos Amazônicos**. Vol. 6, nº 1, p. 21-40, 2011. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2017/03/1-vi-2-2011-scheibe_wolff.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Trad. Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso. 2016.



GT 08

Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

Coordenadores: Rosane Steinbrenner (PPGCOM/UFPA); Elaide Martins da Cunha (PPGCOM/UFPA-PPJOR/UFSC); Juan Ramos Martín (Pontificia Universidad JAVERIANA); Luciana Miranda da Costa (PPGEM/UFRN – PPGCOM/UFPA); Rosaly de Seixas Brito (PPGCOM/UFPA); Otacílio Amaral Filho (PPGCOM/UFPA); José Miguel Pereira Gonzalez (Pontificia Universidad Javeriana/ Cátedra Unesco de Comunicação -Colômbia); e Pedro Bragança (GETTAM/NAEA/UFPA)

Ementa: Este GT tem o propósito de debater trabalhos que tragam uma contribuição de pesquisa sobre o campo midiático como espaço de disputa de narrativas, confrontos e resistências, no sentido de desvelar processos e discursos sobre as relações entre comunicação e poder, comunicação e natureza, insurgências e ativismos plurais. O GT acolhe trabalhos com base em pesquisas empíricas, teóricas e reflexões que tenham como objetivo entender a dimensão discursiva e simbólica da mídia, seus processos de produção e circulação de sentidos, sua relação com as colonialidades persistentes e decolonialidades emergentes. Acolhem-se, também, trabalhos sobre processos sociais e comunicativos que contribuem para a construção da democracia na Pan-Amazônia e na América Latina.



Programação

GT 08 – COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Coordenadores: Rosane Steinbrenner (PPGCOM/UFPA); Elaide Martins da Cunha (PPGCOM/UFPA-PPJOR/UFSC); Juan Ramos Martín (Pontificia Universidad JAVERIANA); Luciana Miranda da Costa (PPGEM/UFRN – PPGCOM/UFPA); Rosaly de Seixas Brito (PPGCOM/UFPA); Otacílio Amaral Filho (PPGCOM/UFPA); José Miguel Pereira Gonzalez (Pontificia Universidad Javeriana/ Cátedra Unesco de Comunicación -Colômbia); e Pedro Bragança (GETTAM/NAEA/UFPA)

1º Dia – 25 de fevereiro de 2021

1ª SESSÃO: Mídia, debate público e crise da democracia

14h00 às 16h00

Coordenadores: *Rosaly de Seixas Brito (PPGCOM/UFPA); Otacílio Amaral Filho (PPGCOM/UFPA); e José Miguel Pereira G. (Pontificia Universidad Javeriana/Cátedra Unesco de Comunicación -Colômbia)*

A idiotização da imagem da presidência na república cibercultural do Brasil

Otacílio Amaral Filho (UFPA)

A violência do poder: desinformação e silenciamento institucionais e jornalísticos sobre a Amazônia

Alda Cristina Silva da Costa (UFPA), Ivana Claudia Guimarães Oliveira (UNAMA) e Jússia Carvalho da Silva Ventura (UFPA)

Representações, antagonismos e ambivalências no recente contencioso público sobre a Amazônia

Igor Gastal Grill (UFMA) e Eliana Tavares dos Reis (UFMA)

Youtubers antidemocráticos: comunicação e poder

Danuta Leão (UNAMA), Ivana Oliveira (UNAMA) e Rodolfo Marques (UNAMA)

“O fruto da vida é sagrado”: a terra na campanha de Jair Bolsonaro

Laara Carneiro (IUL)



Proprietários de mídia no legislativo: uma análise da 56ª legislatura do senado federal (2019-2023)

Karoline Rodrigues de Moraes (UnB)

2ª SESSÃO: Conflitos socioambientais na Amazônia, populações locais e resistências

16h00 às 18h00

Coordenadores: *Rosane Albino Steinbrenner (PPGCOM/UFPA); Elaide Martins da Cunha(PPGCOM/UFPA-PPJOR/UFSC); e Pedro Bragança (NAEA/UFPA)*

A mídia digital como uma ferramenta social no enfrentamento da pandemia de Covid 19 entre a população quilombola

Veridiana Barreto do Nascimento (Ufopa), Sérgio Gabriel Baena Chêne (Ufopa), Raimundo Magno Cardoso (UnB) e Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa)

Mapeamento da comunicação e resistência frente a conflitos socioambientais na Amazônia paraense

Rosane Albino Steinbrenner (UFPA), Erlane Pereira dos Santos (UFPA), Lorena Cruz Esteves (UFPA) e Paulo Victor Costa Melo (UFPA)

Conflitos socioambientais nas reservas legais em bloco: o exemplo do Pa Margarida Alves em Nova União, Rondônia

Lucas Ramos de Matos (UNIR)

Os efeitos do desenvolvimentismo na Amazônia marajoara: estratégias de lutas e resistência da comunidade ribeirinha Vila Intel I

Eunápio Dutra do Carmo (UFPA), Nilza de Sousa Medeiros (UFPA) e Viviane Brabo da Conceição (UFPA)

O direito à comunicação em uma crise socioambiental

Kamila dos Santos Nascimento (MPEG) e Regina Oliveira da Silvar (MPEG)

Campo da resistência comunicativa: a comunicação como processo de resistência nos grupos sociais atingidos pelo desastre da Hydro Alunorte em Barcarena (Pa)

Andressa Arielly de Souza Santos (UFPA) e Rosane Albino Steinbrenner (UFPA)



3ª SESSÃO: Comunicação, meio ambiente e embates discursivos

Horário: 14h às 16h00

Coordenadores: *Luciana Miranda Costa (PPGEM/UFRN – PPGCOM/UFPA); Rosane Albino Steinbrenner (PPGCOM/UFPA); e Pedro Bragança (GETTAM/NAEA/UFPA)*

O discurso televisivo estatal na América Latina sobre a escalada da liberação de agrotóxicos no Brasil

Luciana Miranda Costa (UFRN, UFPA), Laiza Monik de Oliveira Mangas (UFPA), André Wolmer de Melo (UFRN) e Lucas Rodrigues Félix (UFRN)

Desenvolvimento e comunicação de massa: presenças e ausências semânticas na cobertura jornalística sobre empreendimento de grande impacto ambiental no Paraná

Danielle Cristina Machado Salmória (UFPR) e Ivan Jairo Junckes (UFPR)

Representações sociais e midiáticas: a construção do imaginário sobre o garimpo de Serra Pelada

Simone Oliveira Vieira Pere (IFPA) e Débora Aquino Nunes (IFPA)

Violação de direitos pela mineração: análise de termos e discursos dos diferentes atores envolvidos

Estefania Momm (USP)

Mídia e disputa de narrativas no território: a construção da imagem da Petrobras em jornais de circulação nacional

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan (USP)

2º Dia – 26 de fevereiro de 2021

4ª SESSÃO: Narrativas a contrapelo, território e descolonialidade.

14h00 às 16h00

Coordenadores: *Elaide Martins da Cunha (PPGCOM/UFPA-PPJOR/UFSC); Rosaly Brito (PPGCOM/UFPA); e Otacilio Amaral Filho (PPGCOM/UFPA)*

A produção audiovisual periférica desde dentro: o filme etnográfico em questão

Valdecir Silva Jr (UFPA) e Rosaly de Seixas Brito (UFPA)



Sob múltiplas chamadas: protagonismo e narrativa nos documentários vale dos esquecidos e mártirio

Denise Tavares (UFF)

Jornalismo de dentro para fora: olhares sobre as narrativas do SBT nacional produzidas a partir de Belém

Alcione Do Nascimento Carepa (UFPA) e Vânia Maria Torres Costa (UFPA)

Narrativas de mulheres sobre a mineração e a insurgência das resistências em Barcarena (Pa)

Leonardo de Souza Silva (UFPA) e Vânia Maria Torres Costa (UFPA)

Rádios comunitárias na Amazônia legal maranhense: análise da programação das emissoras em São Luís

Samir Aranha Serra (UFPA)

5ª SESSÃO: Práticas culturais, encruzilhadas simbólicas e apropriações midiáticas.

16h00 às 18h00

Coordenadores: Otacílio Amaral Filho (PPGCOM/UFPA); Juan Ramos Martin (Pontificia Universidad JAVERIANA); e Pedro Bragança (GETTAM/NAEA/UFPA)

Corpo e mídia na encruzilhada: a comunicação de resistência nas performatividades ancestrais da diáspora

Maurílio Mendonça de Avellar Gomes (UFES)

Esports nos trópicos úmidos: precariedade, colonialidade interna e violência epistêmica na prática competitiva na Amazônia

Tarcízio Macedo (UFRGS)

A Amazônia e polarização política no Youtube: representação de narrativas com o uso de sistema de inteligência artificial

Cris Guimarães Cirino da Silva (UFPA), Elaide Martins da Cunha (UFPA), Elton Dione Nascimento de Alencar (UFAM) e Victória de Souza Guimarães (UFAM)



Produção de sentidos, usos e apropriações do telefone celular na pandemia: uma experiência

50+

Camila de Andrade Simões (UFPA) e Elaide Martins (UFPA)

Mosaicos, resistências e identidades: notas sobre os temas do festival Folclórico de Caracarái

– RR

Gabriel Augusto Nogueira dos Santos (UFAM)

6ª SESSÃO: Divulgação científica e epistememes decoloniais.

16h30 às 18h00

Coordenadores: José Miguel Pereira G (Pontifícia Universidad Javeriana/ Cátedra Unesco de Comunicação -Colômbia); Luciana Miranda Costa (PPGEM/UFRN – PPGCOM/UFPA); e Rosane Steinbrenner (PPGCOM/UFPA)

Divulgação científica na Amazônia: o papel do núcleo de meio ambiente da UFPA (NUMA), durante a pandemia

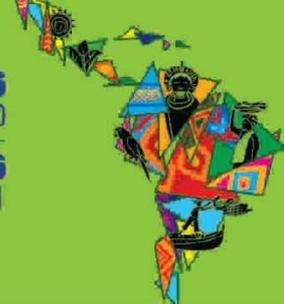
Natália Alencar Figueiredo (UFPA), Otacílio Amaral Filho (UFPA) e Larissa Beatriz Silva Aviz (UFPA)

Amazônia, ciência e narrativas no jornal da USP

Edmê Barbosa Gomes (UFPA) e Vânia Maria Torres Costa (UFPA)

Ao caminho de criar momentos pós-coloniais: propondo uma dinâmica de intercâmbio de conhecimento em defesa da Amazônia

Regine Schöenberg (LAI), Claudia Pinzon (LAI), Rebecca Froese (Universidade Landau), Foster Brown (UFAC) e Oliver Frör (Universidade Landau)



GT 8 – COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS AMBIENTAIS

IDIOTIZAÇÃO DA IMAGEM DA PRESIDÊNCIA NA REPÚBLICA CIBERCULTURAL DO BRASIL

Otacílio Amaral Filho (UFPA)¹

Somos do mesmo país, andamos por margens opostas. Essas gargalhadas e vozes são verdadeiras. Milton Hatoum

RESUMO

O artigo analisa a revanche do totalitarismo em governos de extrema direita que ocuparam vários países no mundo, voltando-se especificamente para o governo de Jair Messias Bolsonaro, iniciado em 2019 no Brasil, como uma *idiocracia*, neologismo criado por Mike Judge, a partir da publicação de uma reportagem do jornal Le Monde com a manchete “Le Brésil face au risque de “l’idiocratie” (O Brasil corre o risco de uma idiocracia) afirmando que “O nível intelectual de Jair Bolsonaro é questionado pela imprensa e por uma parte de seus concidadãos, mas o caos que ele mantém pode ser parte de sua estratégia política”. A imagem política se deforma na opinião pública por uma perspectiva concêntrica das “tirantias da visibilidade”, em que Nicole Albert e Claudine Haroche (2013, p. 15), retomam o cogito cartesiano do “penso, logo existo”, para um novo cogito “vejo, sou visto, logo existo” de Joel Birman. Hanna Arendt observa que na política tudo é possível. “A realidade parece oferecer tão pouca resistência a ação quanto o faria a mais louca teoria proposta por qualquer charlatão”. Nessas condições se forma a opinião pública pelo processo de viralização, numa relação objetiva entre verdade e não-verdade, oferecendo o acontecimento na relação dicotômica entre fato e opinião que será guiada por algoritmos de aferição quantitativos. Nesse ambiente de midiatização consubstancia-se uma república cibercultural na lógica da desinformação centrado nas controvérsias, inclusive de natureza política, pela negação do conhecimento científico, sobretudo, os estudos de clima e meio ambiente na Amazônia, dimensão importante da política que o artigo pretende explorar. A metodologia usada é análise de discurso midiático de um *corpus* empírico formado pelas falas do presidente e dos seus ministros, no período que vai de 07/06/2019 a 31/12 de 2020.

Palavras-chave: Comunicação. Política. Idiocracia. Visibilidade. Midiatização.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a política de imagem, via de regra, personalizam o político por um traço conceitual que termina por estabelecer uma relação comunicativa com o

¹ Doutor em Ciências Ambientais, professor titular da Universidade Federal do Pará, integrante do Grupo de Pesquisa Midiática na Amazônia. otacilioamaralfilho@gmail.com

público tanto no sentido da vivência de um personagem quanto das suas ações como *atitude natural*, suas experiências numa perspectiva do *mundo da vida cotidiana*, para usar a terminologia de Schutz, na sua análise fenomenológica, presente na atividade comunicativa, na forma de um contexto que se constitui na e para a ordenação de uma consciência coletiva. O político e sua imagem, a imagem e o político constituem uma dimensão discursiva da política que no contemporâneo pode ser tratada como uma cultura política da visibilidade, porque extrapola o sentido prático de realização da política, como razão de estado e suas ações naturais de antagonismo em busca da demarcação de legitimidade/ilegitimidade, para se constituir como um fórum de debate e de proposição de questões como economia, educação, saúde e cidadania que parte de diversos setores da sociedade como forma deliberativa de argumentação política, no espaço público conectado, em tempo real, nas redes sociais, para formar a opinião pública, como se isto mudasse a natureza antagonista própria da política como procura demonstrar Mouffe (2015, p. 1) ao discordar “dessa visão dos que aceitam essa perspectiva otimista da globalização e se tornaram defensores de uma forma consensual de democracia”. Numa outra perspectiva é preciso olhar para a individuação da imagem presidencial. A relação entre indivíduo e presidente no espaço-tempo criado pela visibilidade mostrando em outra perspectiva esta relação da política e do político como um como espaço de poder, conflito e antagonismo, como defende Mouffe.

O jornal Le Monde, publicou uma reportagem (07/06/2019) com a manchete “Le Brésil face au risque de “l’idocratie” (O Brasil corre o risco de uma idiocracia) afirmando que “O nível intelectual de Jair Bolsonaro é questionado pela imprensa e por uma parte de seus concidadãos, mas o caos que ele mantém pode ser parte de sua estratégia política”. Desde a campanha presidencial, a imagem do presidente Jair Bolsonaro vem acompanhada do discurso de negação social como parte de compromissos do presidente com grupos de apoiadores, afirmando de forma particular, estes interesses totalitários como se fossem interesses públicos, referenciados pelo que está sendo chamado de tirania da visibilidade, uma vez que, a aparição pública e o discurso político tornam-se objetos cotidiano de discussão e argumentação na praça digital. O sentido pleno das tiranias da visibilidade é a manutenção em cena do personagem que fala, permitindo a ele mesmo, acrescentar, desfazer, dizer e desdizer sobre as questões que se apresentam a cada momento e a consequente viralização da imagem repercutindo como pauta, publicidade, posts, podcasts e memes.

A cena global se efetiva pelo discurso do presidente Jair Bolsonaro, espelhado também no discurso de Donald Trump, a cada viagem repercutindo *discursos relâmpagos* para a mídia como forma de afirmação da sua imagem e de seu governo e comandados. Este modelo fala e postura, de forma particular, representa ainda, um falso

enfrentamento a mídia hegemônica, respondendo de forma episódica nas redes sociais, o que será dito, o que poderia ser dito e interpretado nos ambientes midiáticos, embora a mídia hegemônica de forma indistinta colabora e reforça a imagem totalitária do presidente legitimando suas ideias e suas decisões na relação com os outros poderes da república, suas “graças” e idiotices peremptórias sobre suas ações e enfrentando os seus “adversários”, criados em boa medida pelos ditames da sua idiotice permanente, confere ao seu governo um caráter dominante de ignorância.

A imagem que se forma, um homem de estado, um político, um líder, um idiota. Foucault (2008, p. 23) quando fala da economia política como fator da razão de estado afirma “é que o maior mal de um governo, o que faz que ele seja ruim, é ele ser ignorante”.

Em boa medida, o discurso de moratória ou estelionato eleitoral que foi apregoado na campanha contra a presidenta Dilma Rousseff no período do golpe contra a democracia, é retomado de forma afirmativa na campanha para o governo de Bolsonaro, gerando contradições internas tanto do seu próprio *establishment* quanto na sua relação com os outros poderes e de forma ampliada com a sociedade. A negação social tem como base o discurso e os ataques institucionais contra a educação, ataque ao meio ambiente e suas instituições associados aos temas gerais como posicionamento misógeno, racista e homofóbico, caracterizado por um deboche permanente com relação a democracia, pela afirmação da ditadura militar como forma de governo ideal e pretendido pelo presidente da república e seus comandados.

A dança das cadeiras em pouco mais de cinco meses de governo se constitui como um efetivo exercício de desastres iniciados com a fala dos seus comandados que são repercutidas pela fala do próprio presidente que estabelece como nível principal de entendimento o seu discurso idiotizado nas mídias sociais, voltando sempre ao que foi dito e prometido durante a campanha eleitoral e afirmados pela sua vontade e necessidade de ser obedecido, como um recurso da hierarquia militar, agora utilizado como instrumento de legitimação de tirania nas ações da presidência da república e a negação de governo, um desgoverno que se pauta pelas promessas de campanha, respostas aos adversários, ataques ao poder legislativo, judiciário e a mídia.

Em que pese que as campanhas eleitorais têm influência sobre as ações dos governos, há um movimento exacerbado não de propostas políticas como era de se esperar, mas como estratégia de demonstrar aos “apoiadores” que estou cumprindo o que foi prometido durante a campanha eleitoral. Neste sentido, o discurso pleno da democracia deliberativa que busca um governo de todos, é substituído pelo governo estatístico, voltado para os que me apoiaram e aqueles que a partir de agora poderão me apoiar. A contradição não é retórica, pelo contrário, se dá na forma de prática política

com o avanço das decisões via “decreto-lei” para atender estas demandas, ignorando a discussão com o parlamento e com a sociedade. O “resto” do eleitorado, ou seja, do ponto de vista estatístico, 27% dos que não votaram mais os 42% que votaram em Fernando Addad estão fora desta contabilidade, não fazendo parte do discurso do presidente e do seu staff, exceto quando requisitos para o apoio incondicional do projeto político de alteração das regras e leis da previdência social. A despeito deste assunto, para exemplificar, o presidente edita decretos que se voltam formalmente para atender compromissos de campanha espelhado nos interesses seus e dos seus apoiadores. O decreto das armas²(DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019) foi editado sete vezes. Iniciou em e o último foi publicado no Diário Oficial da União em 25 de junho de 2019. Acontecimentos outros, como o fato da política federal ter achado numa casa próxima a casa do presidente 117 fuzis, de um policial reformado, amigo de um policial que morava em frente à casa do presidente. Trinta e nove quilos de cocaína em uma avião da comitiva presidencial. O processo que envolve o filho do presidente na apuração do Ministério Público do Rio de Janeiro sobre movimentações financeiras suspeitas de Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (PSL), investigação iniciada em 2018 e ainda hoje, o acusado Fabrício Queiroz não depôs, são temas tratados com a normalidade que as decisões totalitárias acompanham como a indicação do outro filho para o cargo de embaixador em Washington, trazendo uma discussão inusitada na mídia sobre o conceito de nepotismo, negando os preceitos legais que o definem, usando-se formas de interpretação visivelmente idiotizadas.

A vigência da idiocracia na República Cibercultural do Brasil e a retórica presidencial controversa da pátria amada e o país vilipendiado, é mostrada neste artigo considerando cinco postulados que orientaram e orientam grande parte das falas e ações do presidente da república. Nesta república, a natureza da imagem presidencial e as comunicações funcionam como instância retórica que agenda grande parte as ações de governo na construção simbólica do poder por um “dispositivo narrativo que assegura o vínculo entre espetáculo e política (OSSA, 2012, p.51)”. O primeiro postulado é o ataque a ciência; o segundo postulado é a defesa da sua família; O terceiro postulado é Amazônia; o quarto postulado ataque as populações indígenas e o quinto postulado é o ataque a mídia.

² Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

2. DA LEGIÃO DE IMBECIS AO ATOR SOCIAL ENGAJADO NO BIOS MIDIÁTICO

Uma tendência de espetacularização invade a maioria das relações que contribuem para a construção da imagem pública política, aqui entendida no sentido dado por Gomes (1999), como a imagem pública de alguém, ou seja, um complexo de informações, noções, conceitos, posse comum de uma coletividade qualquer, reconhecida como propriedades que caracterizam o ator político ou uma instituição, alimentada por estratégias e táticas de aparição e imposição da imagem, ditadas pela propaganda política, pelo marketing político e eleitoral e pela publicidade, implicações que conduzem para a encenação desta realidade composta que se distribui como ação no modo participativo e compartilhado das redes sociais em tempo real. Se põe como ação efetiva de imposição da imagem na forma de uma competição pela construção, controle e determinação da imagem dos indivíduos, grupos e participantes do jogo político (GOMES, 2004, p. 239-240).

Neste sentido precisamos evidenciar o espaço público conectado como um espaço público político por excelência, e que a política formal das casas parlamentares, do judiciário e do governo se misturam com a política cotidiana interpretativa das ações dos seus atores e de seus resultados no *mundo da vida* como resultado da relação espaço tempo que estamos chamando de tempo-real. As transmissões ao vivo e em tempo real das sessões do supremo, de votações no Congresso Nacional ou reuniões ministeriais como aquela do dia 22 de maio de 2020 do presidente Jair Bolsonaro com o corpo ministerial que mostrou o destempero e a retórica chula do presidente da república com ameaças diretas ao ministro da justiça Sérgio Moro, baluarte do bem e do mal na campanha eleitoral, que agora se transformara em desafeto por não atender um pedido do presidente para uma troca de diretores na política federal. Para completar o rol de insensatez, a fala do ministro do meio ambiente Ricardo Salles que sugeriu aproveitar o foco da mídia na pandemia para ir aprovando medidas de agressão ao meio ambiente, passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19, como afirmou o ministro.

Neste artigo estamos usando as declarações do presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais, a partir dos enfoques centrais que o próprio governo elegeu como problemas. A política, a educação e a economia. A política caracterizada pela promiscuidade entre o poder executivo na imagem do presidente, o legislativo pela disputa de lugar de fala entre os atores alinhados ao presidente e os outros pelas bancadas representativas já conhecidas, como as da “bíblia” e da “bala” e a família representada na imagem construída pelos filhos do presidente e seus apoiadores. A obrigação do estar presente do presidente e seus assessores constitui o centro da

imagem pública do governo na cena espetacular para ter a opinião revelada e para se manifestar pela lógica tirânica da visibilidade. Este dogma da visibilidade como espetacularização se constitui a partir da campanha para as eleições em 2018 e se consolida como posicionamento político num jogo de respostas e justificativas do presidente, ministros e apoiadores. Respostas aos opositores e aos próprios colaboradores e justificativas a posições repercutidas pela mídia e pela sociedade.

A crítica ao público alienado da televisão, principalmente, se reconstitui, no abraço circunferente da visibilidade, mais precisamente, das tiranias da visibilidade da sociedade nas telas, “a ânsia de ver tudo”, ver tudo mesmo o que não existe, o que existiu, o que poderia existir, um mundo em que a realidade é igual ao imaginário e constitui uma multiplicação extraordinária de poderes, uma forma de onipotência enquanto aquele que está diante da tela imóvel” (BARUS-MICHEL, 2013, p.34-35). O gesto que o faz apagar ou o mundo que ele quer ver. Explico, a primazia da imagem, não mais platônica como foi apresentada no mito da caverna com a alegoria do mundo sensível, nem falsa como queria a religião, mas espetacular como nos pede a contemporaneidade. A imagem na essência benjaminiana da reprodutibilidade técnica. A captura da imagem pelo olho das câmeras e a disponibilização que a tecnologia da composição criou se amplia também pelo lugar e o valor de exposição; a tela e a apresentação. O valor de exposição se amplia pela ação de um indivíduo espectador que produz, escolhe e compartilha a imagem, como forma de participação e engajamento obrigatório no mundo da visibilidade.

O principal elemento da teoria da visibilidade é a viralização. O clicar deixa de ser uma ação automática para se constituir como ação de concordância, discordância ou distribuição quantitativa do acontecimento pelo processo de comunicação que aciona a viralização da imagem, caracterizada por um ação aleatória nos ambientes virtuais que muito mais que uma ação individual quantificada, passa a ser um modo categórico do fato ou como conhecimento da cultura, no sentido classificatório do que é reconhecido como valor. O sentido quantitativo é estatístico na origem, mas transforma-se no centro da avaliação escondendo o sentido qualitativo e denotando a perspectiva de afirmação valorativa do acontecimento, seja fato, foto, vídeo, Doc., clip, Stories. Como consequência, servirá como parâmetro de mercado que regula do ponto de vista também financeiro, as redes sociais. Na perspectiva da formação de imagens conceituais e mentais sobre determinados temas a viralização age como um gatilho para a definição destes conceitos e afetos e emoções que passam a acompanhar a imagem para além da sua natureza intrínseca, na sua natureza conotada. A relação entre falso e verdadeiro tem como resultado uma escolha emocional afastando-se da *vontade da verdade*, ou mais. instituindo-se como verdade. Acrescente-se a isso, o valor da

distinção. Conquistar um seguidor, um usuário, um colaborador, um apoiador passa a ter uma função determinante na construção do discurso e na formação da imagem pública e política de seus personagens pela espetacularização. Assim a viralização tem de forma intrínseca o risco da imagem falsa, da visibilidade negativa, mas afirma-se nesta possibilidade de outra verdade entre o acontecimento e a sua apresentação como espetáculo.

Mas a viralização se forma em fluxo intrincado de possibilidades do acontecimento espetacular que só pode ser entendido pela perspectiva do acaso como gatilho do acontecimento por uma série de repetições e cópias que a reprodutibilidade técnica permite e que em determinado momento algo é selecionado e viraliza. No entanto é possível influenciar a viralização criando fluxos de interesses de assuntos e temas dos conteúdos pelas *hashtags* ou um algoritmo indicador de possibilidades em que a realidade é conquistada. O trabalho estratégico de publicização, em busca da visibilidade, assemelha-se ao marketing tradicional, mas amplia-se pela precisão indicada por pesquisas ou tendências do mercado. De forma direta, o uso dos algoritmos na constituição da informação como dado, origina um conhecimento encadeado de possibilidades sobre determinado fato ou do uso da informação por um processo de controle direto de empresas e corporações.

O jogo das repercussões, táticas e de fluxos coincidentes na ordem de conteúdos com potencial de viralização, se aperfeiçoam no marketing digital que hiper-realiza as questões objetivas da imagem das instituições para poder se conectar com as perspectivas subjetivas da visibilidade que poderão influenciar o consumidor naquele momento. Uma linha-do-tempo se forma, dando ao acontecimento, como um fluxo, a probabilidade de tornar-se verdade por este recurso de conquista da realidade esteja ela relacionada a fatos ou pela criação de fatos em um processo de desinformação e idiotização.

Na dimensão do público, no sentido político do seguidor ou apoiador, volta-se ao processo de alienação não pela maneira passiva do comportamento massivo, mas pela concordância automática que exige a tirania da visibilidade como consumo ostensivo orientado pelas grandes corporações sem o aval, vamos dizer assim, de certificação de quem de direito no controle do discurso e da formação da imagem pública política. A quintessência da “sociedade do espetáculo” unvida pelo mercado financeiro como lugar de poder. Mas, como se vê, esse lugar é um lugar cujo exercício está no domínio da política. E deve-se considerar que, o que está mudando é a própria concepção que se tem hoje, dos *atores políticos*. A insurreição sai do espectro da luta contra a dependência, ou seja, a de um país lutar para se tornar independente e passa para uma luta por identificação dentro de um “sistema transnacional, difuso, inter-relacionado e

interpenetrado de modo complexo”, operando principalmente no campo das tecnologias da comunicação, satélites e da telemática – “é no campo da comunicação que a questão nacional hoje encontra o seu ponto de fusão (MARTIN-BARBERO,2001).”

Aqui, se deve considerar também, a perspectiva de uma política emancipatória, política-vida, tal como Giddens (2002) argumenta: “Defino a política emancipatória como uma visão genérica interessada, acima de tudo, em libertar os indivíduos e grupos das limitações que afetam negativamente suas oportunidades de vida”. De fato, ele diz que, a política emancipatória trabalha com uma noção hierárquica do poder, ou seja, a capacidade de um indivíduo ou grupo exercer sua vontade sobre os outros, que se coaduna com a perspectiva desse trabalho ao tratar o insurreto numa relação conspiratória com o poder e revolucionária com o outro.

A ideia de uma consciência social regida por uma lógica midiática, circunscrita a uma lógica do consumo ostensivo, parece reger agora o espaço público, lugar essencial da política-vida. O domínio do mercado financeiro com suas leis, define grande parte das sociabilidades na forma de ações coletivas, numa espécie de *teodicéia do mercado* como se refere Sodré (2002, p. 67) que se forma por uma “lógica mercantil, profético moralista e auto-escatológica, que troca o antigo bem estar ético, pelo bem estar individualista, associado a salvação e ao consumo”. Polanyi afirma que “uma economia de mercado é um sistema controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiado a este mecanismo auto regulável (POLANYI, 2000, p. 89). O que se pode perceber nesta perspectiva, é a dominância dos mercados na formação de uma cultura de consumo, de forma exacerbada e regulatória das relações econômicas e sociais no contemporâneo que estende seu controle pelo espaço e opinião pública conectados, como caminho da salvação para quase tudo.

Jean Marc Ferry (2000), entende que este espaço público no contemporâneo, está conformado por uma comunicação política das massas, essa comunicação direta, espontânea, ocasional e informal que vem das manifestações da rua, da praça, enfim, dos grupos organizados da sociedade civil que participam de forma dinâmica da construção da opinião pública e que se performatiza nas redes sociais como argumento da visibilidade, das tiranias da visibilidade. E uma comunicação política das minorias que vem daqueles que aferem a opinião pública, os políticos, os jornalistas, os publicitários, os pesquisadores que lidam com o lado articulador e realizador do campo político a que se pode acrescentar uma perspectiva conspiratória oferecida pela natureza da Rede no que se refere a aproximação e afastamento do acontecimento próprios da relação espetacular. O público genérico que se forma pela forma da midiática da sociedade, não pode ser tomado como o todo, embora deva ser entendido em sentido paritário ao de massa no sentido quantitativo com a diferença de

quebra da passividade atribuída aquele pelo compartilhamento atribuído a este, os dois se encontram no mesmo lugar, que parece ser conduzido pelo primado da emoção. Por isso mesmo precisamos olhar a relação dicotômica entre opinião pública e a opinião publicada. Enquanto esta se pauta na sua “fragilidade, versatilidade, na sua humanidade”, aquela pretende ser um saber, uma competência e até mesmo uma ciência”, afastando-se daquilo que Maquiavel chamou de “pensamento da praça pública” (MAFFESOLI, 2010, p.20). O efeito político na formação da opinião parece gerenciar esta “ciência” guiada pelo mercado e por uma política que se afasta das questões concernentes as liberdades individuais e cidadania para se afirmar pelo totalitarismo.

Diferente da lógica revolucionária que pretende a tomada do poder pela força, transformação radical e, grosso modo, violenta, de uma estrutura política, econômica e social, o insurreto é o rebelde com e sem causa própria, cuja essência está, na verdade, em um certo comportamento contrário às regras. Deve-se considerar aqui uma diferença fundamental oferecida pela Rede no que se refere ao comportamento e a informação. Um primado da comunicação, de tal sorte que ao mesmo tempo em que publiciza e dá visibilidade ela oferece um pseudo-esconderijo para a identidade. O insurreto pode estar nos movimentos sociais e pode estar sozinho, ou pode ter o seu próprio movimento, ou movimentos disparados por outros internautas. Pode ainda mascarar a identidade como um artifício comunicativo de aproximação e (des) identificação. A bipolaridade do indivíduo – fechada – e do sujeito – aberta - como um recurso de construção próprio da comunicação. Pode ainda, está em rede por *contágio*, no sentido do consumo de informação e de conteúdo, um lugar que precisa ser explicado também pela cultura do consumo ostensivo, oferecendo modos de vida, estilos pessoais de convivência, perfis de sucesso na vida prática, visível e perfis de fracasso, perfis de ostentação apresentados em tempo real, próprios do “efeito demonstração do consumo (DUESENBERY,1972)” de forma globalizada na contemporaneidade. E se completa pela manipulação da informação que teria a função de conter e revelar o fato e se consubstancia também na sua negação nos processos de desinformação espetacularizada nas fake News.

Assim, se impõe a necessidade de falar sobre as transformações na autoidentidade e a globalização como propõe Giddens (2002), ou seja, nas condições da alta modernidade, mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal que estão diretamente ligados a conexões sociais de grande amplitude, principalmente quando diz que “o nível de distanciamento tempo-espaco introduzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história humana, o “eu” e “sociedade” estão inter-relacionados num meio global”. Dentro da “ordem pós-tradicional da modernidade, e

contra o pano de fundo de novas formas de experiência mediada, a autoidentidade se torna um empreendimento reflexivamente organizado”. Para Giddens, a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente caráter. Temos que elucidar a natureza desse fenômeno. Todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas. Giddens (2002:45).

De forma mais específica, a noção de autoidentidade a que ele se refere, “não é algo simplesmente apresentado, como resultado das continuidades do sistema de ação do indivíduo, mas algo que deve ser criado e sustentado rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo. É o “eu” compreendido reflexivamente pela pessoa em termos de sua biografia”, ligada principalmente ao estilo de vida, não apenas no sentido que a publicidade toma, relacionada a criação da mercadoria e do consumo, mas como uma escolha oferecida pela vida diária reconstituída como num jogo dialético entre o global e o local, obrigando os indivíduos a escolherem um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções gerada por influências padronizadoras, pela pluralidade dos contextos de ação e pela diversidade de “autoridades”. Toma-se para concluir esta argumentação, a citação que Giddens (2002) faz de Theodore Roszak, “vivemos numa época em que a experiência privada de ter uma identidade pessoal a descobrir, um destino pessoal a realizar, tornou-se uma força subversiva da maior importância”.

Porém, é preciso olhar a internet além disto, explorá-la como uma nova forma de vida na proposição inicial do bios midiático de Muniz Sodré, mesmo considerando o ambiente de predomínio da tecnocultura com vocação para o mercado e ampliar a natureza deste ambiente para um território de representação que se realiza também na perspectiva da insurreição, como um lugar de resistência ao discurso hegemônico totalitário da grande mídia que agora se consubstancia pelas redes sociais. Grande parte desta discussão parte do fenômeno da internet como comunicação pela promessa publicitária e pelo jornalismo. Não se pode deixar de fora neste caso o trabalho de jornalistas socialmente engajados e politicamente críticos com seus blogs, sites e canais audiovisuais de informação, os video ativistas, os influencers que povoam os ambientes digitais numa oferta de consumo ostensivo para todos os gostos de política, economia, cultura e vida social seja o que for que estejamos precisando “saber”. O sistema de informação do consumo ostensivo de natureza espetacular se completa pela reproduzibilidade técnica que permite aquela legião de clicadores que irão distribuir e disseminar este tipo de informação neste mundo busca que a rede permite.

3. A IMAGEM POLÍTICA QUE SE DEFORMA NA OPINIÃO PÚBLICA

A imagem como realidade, tempo real, perspectiva que se forma como consciência coletiva e a imagem própria que pode ser selfie como pode ser o post, como pode ser o post do post, como pode ser fake. Imagem e realidade formada em que a tela espelha a partir do fenômeno aleatório da viralização é a imagem espetacular. Eis a tirania da visibilidade posta como preceito ético e estético que organiza as possibilidades de interpretação do acontecimento. Um dos percursos da alta visibilidade pela espetacularidade é a opinião pública formada, sabemos disso.

Podemos qualificar a visibilidade nas suas dimensões possíveis. A natureza da imagem, com a captura da imagem para o sistema digital criando um espaço, ambiente de circulação da imagem com base participação pela seleção aleatória, manuseio da imagem e compartilhamento, que categorizamos antes como viralização pelo viés do espetáculo. A imagem disponibilizada fica predisposta ao processo de viralização. Neste sentido a viralização passa a compor a natureza da imagem, pela possibilidade do acontecimento viralizar não apenas pelo sentido intrínseco da reprodutibilidade técnica, mas pela escolha ao acaso gerando um processo de repetição e repercussão que passam a ser conduzidos pela sua natureza adquirida e não mais pelo seu sentido formador, a sua arché e sim pelo grau de espetacularização que pode atingir.

Devemos retornar ao acontecimento sempre, por força da ação que organiza o espaço social e suas formas de sociação, podemos usar o jornalismo e a publicidade como discursos principais de discussão entre os elementos da realidade e da sua revelação e persuasão como estratégias de argumentação e performance, porque se constituem como base dos argumentos discursivos de opiniões e de formação de atitudes. Na mesma lógica, precisamos aferir o fato social pela alta exposição, a visibilidade obrigatória, que o faz circular, pode ser afetada no processo de visibilização, posto que, depois de visível, tudo se dará na forma proposta por esta tirania da visibilidade que sugeriu o fato tanto na dimensão ética quanto na dimensão estética, ou mais, como fato que será modificado na espetacularização. Realidade e não realidade compõe o sentido da verdade que se constitui como imagem pública, privada ou íntima. A *vontade da verdade* que Foucault requisita, se afirma no código da visibilidade, o que é visto é verdadeiro para dizer o que quero dizer. Joel Birman e Jacqueline Barus-Michel e (2013, p. 49 e p. 39), retomam o cogito cartesiano do “penso, logo existo”, para um novo cogito “vejo, sou visto, logo existo”. “É preciso ser visto para existir e para contar”. O espetáculo se consubstancia na visibilidade como revelação pela viralização.

Nessas condições se forma a opinião pública pelo processo de viralização, numa relação objetiva entre verdade e não-verdade, oferecendo o acontecimento na relação

dicotômica entre fato e opinião que será guiada por algoritmos de aferição quantitativos. Podemos pensar ainda, numa amplitude social da visibilidade também pela sua natureza colaborativa, a associação coletiva colaborativa que tem ancoragem nas redes sociais e que se forma também pela ordenação e uso de recursos tecnológicos que irá formar também a opinião pública no sentido crítico do acontecimento garantido pelo indivíduo nas suas identificações formadas nas redes sociais. Nesse sentido a visibilidade é uma armadilha posta para o usuário que precisa cercar-se de cuidados que dizem respeito a veracidade das fontes de informação e a presteza da imagem que pode furta o real dependendo da forma que for usada.

4. A REPÚBLICA IDIOTIZADA

A imagem pública do presidente se afirma como narrativa do autoritarismo de segunda ordem promovido pela fragmentação neoliberal no sentido de controle das instancias políticas e manipulação do poder de forma espetacular. Dizemos de segunda ordem porque se institui entre o conflito interno com os seus comandados e aliados ocasionando um movimento permanente de trocas e mudanças ao sabor das opiniões e vontades do presidente afetando o rumo nas decisões das casas tanto executiva quanto legislativa. Do ponto de vista desta narrativa neoliberal a imagem do presidente tem uma função ilustrada, “isto é, um agente racional que articula o tempo material da vida produtiva com as regras das instituições do estado (OSSA, 2012, 43). No entanto a idiocracia criada pelo governo quebra esta racionalidade para se impor como uma questão familiar que orienta as posições e tomadas de decisões do presidente que numa reunião ministerial afirmou “Pretendo beneficiar um filho meu, sim”, diz Bolsonaro sobre Eduardo. “Se eu puder dar um filé mignon para o meu filho, eu dou, sim”, disse o presidente, em sua transmissão semanal ao vivo nas redes sociais (<https://veja.abril.com.br/politica/pretendo-beneficiar-um-filho-meu-sim-diz-bolsonaro-sobre-eduardo/>).

Aqui é preciso introduzir o conceito de política real, partindo da pergunta de Hannah Arendt, terá a política algum propósito, algum fim? Queremos entender a política real como aquela ação que está vinculada ao lugar de poder, de poder de decisão e poder de realização que se distribui pelo desenvolvimento da execução de um fazer que irá obrigatoriamente envolver as instituições as outras instâncias que dão realidade as decisões políticas. A política de negação da ciência pelo presidente Bolsonaro, chamada de nova política que determinou a sua postura em relação a pandemia afetou diretamente o comportamento da sociedade se olharmos os resultados do distanciamento social, do número de contaminados e de mortos pela Covid-19. O

efeito Bolsonaro, termo usado por Fearnside (2019), se ordena como política de governo disseminando ações ministeriais de desarticulação das instituições com cortes de verbas, demissão de servidores e mudança de rumo nas políticas públicas com relação não só a pandemia, mas ao desmatamento na Amazônia, combate as queimadas, ao garimpos legais e ilegais, ao avanço do agronegócio em terras griladas, respondem de forma prática como política real a retórica presidencial e da República nas redes sociais.

A comunicação política, como construção simbólica do poder (OSSA, 2012,41) torna-se então mecanismo chave para o entendimento da imagem pública do presidente e seus efeitos na opinião pública. A promessa política, nesse sentido, transforma-se em um paradoxo para ação, se não poder ser cumprida pelas vias democráticas tende a se formar por uma ação direta de tirania. Arendt (2010, p.43) afirma que: na medida em que a ação depende da pluralidade dos homens, [...] assumir o controle da ação, é a exigência de uma unidade, que por princípio se revela impossível, salvo sob a tirania". O que vem de encontro ao que o presidente e sua família pregam como *nova política* na afirmação de uma política de negação que alimenta as redes sociais e a opinião pública no espaço público conectado pelo discurso de ódio que atua no sentido de validar ações de racismo, velhos paradigmas patriarcais e legitimação da violência sistêmica com o uso de armas, desclassificação da mulher e estereotipia de deus.

O quinto ministro da saúde do governo Bolsonaro, o general espelha de forma exemplar o conflito que a política real pode causar se o centro de decisão deixar de ser democrática para satisfazer os interesses do presidente da república. O general demorou a assumir este discurso de descaracterização da política real para uma atitude tirânica. Começou, ainda no hospital doente da Covid19, que o que o superior manda o subordinado cumprir, regra militar que define o comportamento no quartel e na vida dos militares em geral, via de regra.

Carlos Ossa, analisa as comunicações como instancias retóricas de uma microfísica do estado que acompanham a imagem do presidente e por isso mesmo, permitem com que "permaneça ligado aos rituais da ordem e os transforme em espetáculo de cenas variadas". A idiocracia bolsonariana prima pela espetacularização da narrativa como forma de esvaziar o conteúdo político, ignorar a política real e se estabelecer por uma ordem da política autoritária colonialista de segunda ordem tratando as questões de governo como coisas simplórias e dentro de um contexto alienante para mascarar os fatos e a realidade. Estas falas, vias de regra, tem natureza estereotípicas e preconceituosas como desinformação e as vezes ganham o tom messiânico de verdades baseadas em dados inventados ou fora de contexto. De forma objetiva são reproduzidas como fake news nas redes sociais destes atores.

4. O PRESIDENTE REQUISITA NA SUA FALA A “IDIOCRACIA”

O modelo *idiocracia*, neologismo criado por Mike Judge no filme do mesmo nome, parece caracterizar o governo do presidente Bolsonaro e seu staff, que a partir de 2019 assumiu a presidência do Brasil, como atribuiu o jornal francês Le Monde em reportagem publicada em 07 de junho de 2019. De modo geral, uma tendência global conservadora, totalitária, com seus novos representantes espalhados pelo mundo político como forma de reação aos modelos sociais trazidos pelos governos de esquerda nos últimos anos. Podemos destacar dois elementos formadores deste modelo *idiocrata*, o primeiro refere-se a prática política do pensamento conservador como determinante nos modos de pensar e governar destes grupos. O segundo é o modelo de comunicação midiaticizada, que oferece a possibilidade de formação de uma rede de apoiadores como uma mídia paralela que passa a pautar a mídia hegemônica e que tem seu alvo principal a crítica radical ao pensamento de esquerda e todos outros políticos e movimentos de emancipação e identificação que tenham algum ideário diferente do pensamento conservador e totalitário.

Carlos Ossa, no indica que “a midiaticização da imagem presidencial se constitui como um dispositivo narrativo que garante o vínculo entre o espetáculo e a política, e mais, é um mecanismo retórico que permite a reinvenção da relação entre comunicação e poder ao mesmo tempo que se constitui como um corpo simbólico que “hospeda a mimese da nação e uma materialidade histórica que expressa e desenha as regras da ordem (OSSA, 2102, 51).

Arendt (1989, p.356) nos mostra que uma das características principais dos movimentos totalitários além da sua impermanência, é o fato de “que só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo que os rodeia”. Isto explica em parte, o uso das *Fake News* também como um instrumento de comunicação utilizado para diminuir a credibilidade ou expor a visibilidade atores sociais ou fatos que interessam a estes grupos de controle da comunicação. Esta perspectiva se amplia para esta natureza da falseabilidade de movimentação que é trazido pela internet na rapidez e nos fluxos do espaço conectado, cada dia é um dia de intenso movimento que será substituído logo pelo próximo movimento garantindo esta natureza de ambiguidade entre o acontecimento como algo que irá passar rapidamente, o próximo acontecimento e a sua interpretação.

Entre tantas falas, o presidente Jair Bolsonaro ao se referir as manifestações públicas em favor da educação brasileira, em fase do corte da verbas do orçamento público e outras agressões a democracia e a população de um modo geral no seu governo. As falas específicas sobre a pandemia deram mostra de uma falta absoluta de

articulação com a realidade e a negação da ciência como argumento principal das críticas as ações do seu próprio ministério da saúde, seguidas de ações espetaculares para desfazer as ações de enfrentamento necessárias para enfrentar a pandemia e a negação do desmatamento da Amazônia, efetivam um desgoverno, um governo pessoal familiar que continua dando corpo a idiocracia que está em vigência no Estado brasileiro e as consequências produzidas por esta narrativa como um efeito direto sobre a população e nos resultados do isolamento social e uso de máscaras e ações higiênicas necessárias ao controle da pandemia. No caso da Amazônia o incentivo a ações de garimpos e desmatamento promovido pelo agronegócio e outras atividades predatórias como a grilagem de terras por estes grupos, o que Fearnside definiu como “efeito Bolsonaro”.

Neste artigo entendemos que há um conjunto de interesse que motivam as falas do presidente Bolsonaro que legitimam em grande parte a idiotização do governo, como postulados que se movimentam nas suas relações com os outros poderes, com a mídia e com a sociedade usando uma retórica chula que alterna falsos adágios sobre a ciência a reflexões esdrúxulas sobre questões óbvias de governo, a uma verborreia coloquial com palavrões e desacato aos interlocutores presentes e ausentes, uma vez que a fala e a imagem do presidente fazem parte do contexto da midiaticização repercutindo inevitavelmente na mídia com suas redes sociais.

O primeiro postulado é o ataque a ciência a partir da pandemia, por motivos óbvios. Nesse sentido a idiotização refere-se a negar a pandemia, desafiar os preceitos científicos, negando a eficácia das vacinas, propondo o tratamento com cloroquina e ivermectina e controlando o Ministério da Saúde.

Em um de seus primeiros comentários públicos sobre a doença, o presidente disse que a imprensa exagerava sobre sua gravidade. "Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus", disse o presidente em evento em Miami no dia 9 de março de 2020.

"Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão".

"Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Tomos nós iremos morrer um dia."

No final de abril, o presidente foi perguntado por um repórter o que ele tinha a dizer sobre o recorde diário de mortes notificadas naquele dia. Ao que o presidente respondeu: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre", disse, em referência ao seu nome, Jair Messias Bolsonaro. Em seguida, o

presidente perguntou se alguém gravava a entrevista ao vivo. Quando soube que sim, se direcionou a essa pessoa e disse que lamentava as mortes. "Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas. Mas é a vida. Amanhã vou eu", disse ele.

No dia 10 de junho, enquanto conversava com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, Bolsonaro mandou uma mulher que o questionava sobre o número de brasileiros mortos pela pandemia de covid-19 "cobrar do seu governador".

Dois dias, pelo Twitter, ele havia dito: "lembro à Nação que, por decisão do STF, as ações de combate à pandemia (fechamento do comércio e quarentena, p.ex.) ficaram sob total responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos".

Nesta terça-feira (7), o presidente declarou que está com a doença. Bolsonaro disse a jornalistas que está se tratando com hidroxicloroquina, substância considerada controversa para no caso de covid-19 e pode causar efeitos colaterais graves, particularmente arritmia cardíaca.

"O que esses caras fizeram com o vírus, esse bosta desse governador de São Paulo, esse estrume do Rio de Janeiro, entre outros, é exatamente isso. Aproveitaram o vírus, tá um bosta de um prefeito lá de Manaus agora, abrindo covas coletivas. Um bosta. Que quem não conhece a história dele, procura conhecer, que eu conheci dentro da Câmara, com ele do meu lado! Né? E nós sabemos o ... o que, a ideologia dele e o que ele prega. E que ele sempre foi. O que a ... tá aproveitando agora, um clima desse, pra levar o terror no Brasil. Né? Então, pessoal, por favor, se preocupe que o de há mais importante, mais importante que a vida de cada um de vocês, que é a sua liberdade. Que homem preso não vale porra nenhuma."

O segundo postulado é a defesa da sua família. Esta defesa ela está protegida pelos cargos que os filhos exercem como deputado e como senador que tem trazido para mídia pauta permanente acionada pelo discurso de ódio, pelas frases obtusas sobre a pandemia e sobre a China e Estados Unidos.

"Se eu puder dar um filé mignon para o meu filho, eu dou, sim", disse o presidente, em sua transmissão semanal ao vivo nas redes sociais (<https://veja.abril.com.br/politica/pretendo-beneficiar-um-filho-meu-sim-diz-bolsonaro-sobre-eduardo/>).

O terceiro postulado é Amazônia com o ataque ao meio ambiente no que se refere as questões climáticas na relação com o acordo de Paris, o fundo Amazônia e as queimadas.

"Interesse na Amazônia não é no índio, nem na porra da árvore. É no minério.

Pode estar havendo, sim, pode – não estou afirmando – ação criminosa desses 'ongueiros' para chamar a atenção contra a minha pessoa, contra o governo do Brasil. Essa é a guerra que nós enfrentamos", afirmou Bolsonaro, para quem "o fogo foi tocado, pareceu, em lugares estratégicos" da Amazônia. "Pelo que tudo indica, foi para lá o pessoal para filmar e tocaram fogo. Esse que é o meu sentimento".

Com toda a devastação que vocês nos acusam de estar fazendo e de ter feito no passado, a Amazônia já teria se extinguido. Inclusive já mandei ver quem está à frente do Inpe para que venha explicar em Brasília esses dados. Nosso sentimento é que isso não coincide com a verdade, e parece até que está a serviço de alguma ONG. O quarto postulado ataque as populações indígenas. Estes ataques estão relacionados com o avanço do agronegócio na Amazônia e com os garimpos. Em várias ocasiões o presidente Bolsonaro defendeu que as terras indígenas sejam abertas para atividades econômicas de grande escala, como a mineração e o agronegócio, afirmando que os indígenas não podem "continuar sendo pobres em cima de terras ricas", referindo-se principalmente aos garimpos presentes em terras indígenas na Amazônia.

Com toda a certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós." UOL Notícias, 23 Janeiro, 2020; "E eu gostaria que em alguns locais, né, como o índio já tá evoluído, ele pudesse realmente ter mais liberdade sobre a sua terra. Como você [Ricardo Salles] disse agora pouco, por que um fazendeiro aqui pode usar sua terra da maneira racional e pro lado de cá não se pode fazer absolutamente nada?".... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/09/28/bolsonaro-indigenas-live-declaracao-terra.htm?cmpid=copiaecola>

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas (Discurso na Assembleia Geral da ONU).

"Deixo bem claro que ninguém é contra dar devida proteção e terra aos nosso irmãos índios, mas, da forma como foi feito, e hoje em dia reflete 14% do território nacional demarcado como terra indígena, é um tanto quanto abusivo". Fala do presidente no encontro do Conselho da Amazônia.

"O interesse na Amazônia não é no índio nem na porra da árvore. É no minério. E o Raoni fala pela aldeia dele, fala como cidadão. Não fala por todos os índios, não... que é outro que vive tomando champanhe em outros países por aí, tal de Raoni aí",

O quinto postulado é o ataque a mídia. A FENAJ contabilizou 245 ataques contra o jornalismo pelo presidente Bolsonaro no primeiro semestre de 2020 e organização não governamental Repórteres sem Fronteiras contabilizou 580 ataques à imprensa brasileira promovidos por pessoas ligadas ao presidente Jair Bolsonaro em 2020.

Utilizando as redes sociais e suas falas avulsas na saída do Palácio do Planalto, Bolsonaro dispara ataques constantes contra a mídia e contra jornalistas. Elege canais de televisão a quem falar e a quem deseja dar entrevistas ou mandar recados, que se encaixa no exercício de idiotização característico do presidente e de sua imagem pública.

"Eu vou encher a boca desse cara na porrada". Na sequência, o presidente emendou: "Minha vontade é encher tua boca na porrada" (Ameaça a um jornalista do Jornal O Globo). "Quando vejo a imprensa me atacar, dizendo que eu comprei 2,5 milhões de latas de leite condensado. F**** na casa de sua maldita da mãe. Essa p**** de imprensa. Estas latas são para você, a imprensa, para colocá-los no ****",

Conclusão: a população afirma a imagem do presidente?

A idiocracia na sua função principal de condução de governo como todo sistema de poder, precisa de legitimação seja ela na ordem política ou de ordem espetacular como parece se configurar a imagem presidencial em tempos de midiatização conectada. Por isso memos precisamos olhar a idiocracia como efeito do processo político que se constituiu a partir do golpe da direita contra a presidenta Dilma Rousseff e a preparação do caminho para eleição de candidatos da extrema direita e de suas variantes. Do ponto de vista político a trajetória de Jair Bolsonaro indicava sem subterfúgios para onde o país estava indo caso ele fosse eleito. Declarando-se a favor da ditadura e da tortura, com um discurso homofóbico, racista, hostilizando as mulheres, defendendo a violência pelo uso de armas pela população, o estilo Bolsonaro ganhava ares espetaculares pela virulência da argumentação antes de qualquer vínculo político que se possa pensar necessários a um candidato à presidência da república.

Qual a conexão entre o coletivo imbecilizado e o coletivo rebelado? Esta pergunta parece guiar a opinião pública no espaço público midiatizado e conectado, porque a medida que os instrumentos de avaliação são utilizados há uma controvérsia evidente entre a opinião favorável e desfavorável a um governo notadamente idiotizado.

As sondagens de opinião realizadas pelo Ibope e pelo Data folha mostram uma regularidade da imagem do presidente e do governo estabilizadas. O nível de aprovação nestes dois anos, 2019 a 2020 oscilou entre 32 e 77 pontos percentuais na

aprovação do presidente isto se considerarmos apenas a variável Ótimo/bom. As sondagens CNI/Ibope apontam no final do ano de 2020 avaliação positiva de Bolsonaro em 35% e negativa em 33%. Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/cni-ibope-avaliacao-bolsonaro-dezembro-2020/> Copyright © 2021, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.

Podemos discutir a opinião pública formada pelas manifestações da sociedade ao longo destes dois anos de governo e que pressões tanto rua como a manifestações das instituições e autoridades tiveram algum efeito sobre a política real, mas sem afetar de forma significativa as ações do governo, que continuou com sua nova política, manipulando o congresso e o judiciário a seu favor e preparando o espaço de discussão para as eleições de 2022 em que Jair Bolsonaro pretende se reeleger. Em que pese os enfrentamentos com alguns governadores como é o caso do governador de São Paulo Jorge Dória, e o “fora Bolsonaro” que pontuou algumas manifestações dos movimentos organizados, o governo Bolsonaro segue incólume, desafiando a sociedade, destratando o Supremo Tribunal Federal, tripudiando sobre o congresso e mandando a sociedade as favas, para não usar expressões e palavrões que são corriqueiras na retórica chula do presidente no que diz respeito, a sociedade, ao povo e as suas instituições.

Candidato a reeleição, o presidente nunca desceu do palanque eletrônico e começa a desafiar os seus adversários com uma certeza tirânica na negação do processo eleitoral brasileiro que o elegeu, inspirado nas ações do ex-presidente Trump com o discurso de eleições fraudulentas, já está em plena campanha comportando-se como presidente na abertura do ano legislativo no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. Um conformismo lógico que deve organizar os novos passos e ataques próprios da imagem idiotizada do presidente e da república.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Nicole e HAROCHE, Claudine. **Tirania da Visibilidade**. O visível e o invisível nas sociedades contemporâneas. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2013.
- ARENDR, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2010. Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BBCNEWS. Presidente Jair Bolsonaro <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>> Acesso em dezembro de 2019.
- DEBORD, Guy. **Sociedade Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUESENBERY, James S. **Income, saving and the theory of consumer behavior**. New York: Oxford University, 1967. 128p.
- FEARNSIDE, PHILIP. **Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: Um Desafio à Sustentabilidade na Amazônia**. In: Sustentabilidade International Science Journal, V.1, N.1. abril/junho, 2019.
- FERRY, Jean-Marc, et alii. **El Nuevo Espacio Público**. Gedisa: Barcelona, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____, **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade. Notas sobre a mentira na Era Trump**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.
- LAUDO DE PERÍCIA CRIMINAL FEDERAL. NQ 1242/2020 - INC/DITEC/PF. Instituto Nacional de Criminalística, 21 de maio de 2020.
- LE MONDE. **Le Brésil face au risque de « l'idocratie**. Par Claire Gatinois Publié le 07 juin 2019 à 05h10 - Mis à jour le 07 juin 2019 à 21h32.
- MAFFESOLI, Michel. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras, 2010.
- MARTIN-BARBERO, Jésus. **Dos meios às Mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens da nossa época. São Paulo: Elsevier Editora Ltda./Campus, 2000.
- RUBIM, Antonio Canelas. **Espetáculo, política e mídia**. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação (BOCC), Issn 1646-3137, Labcom, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.html>>. Acesso em: 4 jan.2007.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Notas para o método comunicacional. Petrópolis:Vozes, 2014.
- _____, **Antropológica do espelho**. Para uma teoria linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

A VIOLÊNCIA DO PODER: DESINFORMAÇÃO E SILENCIAMENTO INSTITUCIONAIS E JORNALÍSTICOS SOBRE A AMAZÔNIA.

Alda Cristina Silva da Costa (UFPA)¹
Ivana Claudia Guimarães Oliveira (UNAMA)²
Jússia Carvalho da Silva Ventura (UFPA)³

RESUMO

Em 22 de setembro de 2020, diante de líderes mundiais, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, abre a 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), discursando que, o caboclo e o índio são responsáveis pelos desmatamentos identificados no Brasil. Fala conflituosa, pois o mundo assistia imagens de vastas áreas queimadas dos biomas e riquezas naturais da Amazônia, Pantanal e Cerrado, há mais de 60 dias. No presente artigo indagam-se questões sobre as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação: quais os sentidos e enquadramentos produzidos pelas narrativas jornalísticas sobre a Amazônia a partir do discurso do presidente Bolsonaro na ONU? Quais aspectos são evidenciados nessa interpretação? As narrativas apenas repercutem o discurso ou se apropriam de informações com a finalidade de contrapor a fala presidencial com relação à política ambiental no país? Nossa escrita problematiza a relação entre informação e desinformação, e demarca o silenciamento de vozes como uma categoria de violência do poder presente, tanto nas vozes institucionais como nas narrativas jornalísticas diante dos fatos sociais. Como objetivos a) compreender os sentidos produzidos pelo presidente Bolsonaro e os enquadramentos realizados, a partir dessa fala, pela mídia; b) identificar se as narrativas produzidas proporcionaram interpretações à compreensão dos efeitos da ação das sociedades sobre o meio ambiente. Nossa inspiração metodológica é a hermenêutica em comunicação, a partir de uma visada entre análise de enquadramento e análise narrativa, em função da situação selecionada, das construções e representações apresentadas. Os resultados sugerem uma invisibilidade do conteúdo do discurso do presidente.

Palavras-chave: Amazônia; Informação; Desinformação; Presidente Jair Bolsonaro; Narrativas jornalísticas.

1. INTRODUÇÃO

As palavras proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro a líderes mundiais, em 22 de setembro de 2020, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas

1 Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Brasil. Email:aldacristinacosta@gmail.com.

2 Programa de Pós-Graduação Comunicação, Linguagem e Cultura, UNAMA, Brasil. E-mail: ivana.professora@gmail.com.

3 Programa de Pós-graduação Sociologia e Antropologia, UFPA, Brasil. Email: jussiac@gmail.com

(ONU), inquietou parte da população brasileira, quando afirmou que índios e caboclos eram responsáveis pelos desmatamentos e queimadas no Brasil. “Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas⁴”. Tal discurso pareceu contraditório com que o mundo vinha assistindo, diariamente, nos noticiários nacionais e internacionais, sobre as vastas áreas queimadas dos biomas e riquezas naturais de áreas da Amazônia, Pantanal e Cerrado, há mais de 60 dias.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)⁵, em agosto de 2020, os incêndios na Amazônia superaram, mais uma vez, a média histórica: foram 29.307, ou seja, 12,4% registros de queimadas de 1º a 31 de agosto. Segundo Lúcio Flávio Pinto (2020, s/p), a partir do dado apresentado pelo presidente à ONU, de que 34% da cobertura florestal nativa da Amazônia teriam sido destruídas e tendo como referência apenas o bioma amazônico, com 4,2 milhões de quilômetros quadrados, a supressão da floresta já teria atingido mais de 1,5 milhões de km². Logo, esse percentual de destruição da floresta original da Amazônia formaria o 10º mais extenso país do mundo.

O jornalista lembrou que no período da ditadura (1964-1985), quando houve uma ofensiva às terras interiores e alta da Amazônia, principalmente na década de 1970, a alteração da cobertura vegetal não chegava a 1% (0,8%), de acordo com as imagens pioneiras do satélite de 1975, feitas na época pela Sudam e IBDF (atual Ibama). Essa alteração chegou um pouco mais de 15 mil km², equivalendo a um único ano de desmatamento durante pouco mais de três décadas de acompanhamento sistemático das imagens de satélite feitas pelo INPE. Hoje, pelos dados apresentados por Bolsonaro, ele “coloca na conta de índios e caboclos 135 mil km² de destruição de floresta úmida amazônica, atribuindo aos seus minifúndios e roças rotativas a destruição de máquinas poderosas e homens inescrupulosos do capitalismo mais selvagem que já dilapidaram o patrimônio da Terra” (PINTO, 2020, s/p). Conclui o jornalista que a fala do presidente foi um crime de lesa humanidade⁶.

Violeta Loureiro (2002, p. 113) remonta esses números, afirmando que em 470 anos (de 1500 a 1970), apenas 2% de toda a floresta amazônica havia sido destruída, mas que em

⁴ O discurso foi realizado em ambiente virtual, em virtude da pandemia da Covid-19, em vídeo pré-gravado e apresentado no plenário pelo embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Costa.

⁵ Informação disponível < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/01/pantanal-tem-segundo-maior-numero-de-queimadas-para-agosto-desde-inicio-das-medicoes-focos-detectados-na-amazonia-superam-media-historica.ghtml>>. Acesso out. 2020.

⁶ Termo inerente ao Direito Internacional ou ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional em que configura atos que são deliberadamente cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil.

apenas 30 anos (1970 a 2000), segundo o INPE, 14% foi devastado. Logo, essa destruição representa “um desastre sem precedentes contra o maior patrimônio natural do planeta Terra, contra a economia e a sobrevivência dos habitantes naturais – caboclos, ribeirinhos, índios e outros”.

Ainda no pronunciamento à ONU, o presidente rechaça uma campanha de desinformação contra seu governo. "Somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil".

Nesta perspectiva, a fala presidencial é analisada como uma postura institucional e política do governo brasileiro frente a um compromisso mundial com o meio ambiente. É relevante identificar que os papéis representam a ordem institucional, de acordo com Berger e Luckmann (2012). Ou seja, a fala de Jair Bolsonaro representa a ‘instituição’ Brasil, pois “a ordem institucional é real apenas na medida em que é realizada em papéis executados e que, por outro lado, os papéis são representativos de uma ordem institucional que define seu caráter (incluindo seus apêndices de conhecimentos) e da qual derivam o sentido objetivo que possuem” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 105). Por outro lado e ao mesmo tempo, o evento da ONU também é uma importante representação simbólica e política, pois congrega a participação de 193 líderes políticos com o objetivo de apresentar/discutir os problemas que afetam a vida da população mundial.

Logo, fala presidencial e ONU, são compreendidas como instâncias de legitimação pois explicam e implicam uma ordem institucional que envolve normas e conhecimentos dos seus papéis na sociedade. Em linhas gerais, partimos em busca de compreender esses sentidos interpretativos do presidente da República sobre a realidade da Amazônia, e as repercussões nas narrativas jornalísticas sobre o discurso. Destacamos, segundo reflexões ricoeurianas, que o sentido aponta sempre para uma realidade extra-linguística e implica sempre uma tensão entre duas significações: entre o que é dito; o que se faz ao dizer; e também o efeito que se produz ao dizer. O discurso é sempre dirigido para alguém, logo, é comunicação, e referido ao mundo (RICOEUR, 2018). Ou então, a interpretação parte da realidade para, de algum modo, voltar a ela.

Assim, este artigo busca contribuir no desvelar e revelar informações que possam ser interpretadas de acordo com os dados vigentes do território, contra as desinformações que são comumente veiculadas, provenientes ainda, de um pensamento, que desde a chegada dos viajantes até a atualidade, tenta encobrir a realidade da Amazônia e de seus povos, nos moldes de Dussel (2011), como critério para o reconhecimento dos povos na dinâmica das lutas ambientais. Nossos esforços de compreensão dos sentidos ou representações sobre a Amazônia objetivam entender as construções jornalísticas sobre um território, que no Brasil, abriga dois terços do

total da região, ou seja, 65% de toda sua área territorial, com 7,9 milhões de quilômetros quadrados, representando, segundo Pinto (2020), 5% da superfície terrestre, com 30% das florestas tropicais remanescente na Terra, dentre os nove países que compõem a Amazônia.

1.1 Tensionamentos

O discurso presidencial mobiliza um tensionamento entre a realidade e a produção de informações sobre essa mesma realidade. Ou seja, o balanço anual de queimadas do Inpe⁷ constata que o ano de 2020 foi um dos mais duros para o meio ambiente, considerando a realização no período de agosto de 2019 a julho de 2020 – data do calendário oficial de monitoramento da Amazônia pelo Inpe – para o cálculo das taxas anuais de desmatamento. Foram mais de 9,2 mil quilômetros quadrados (km²) de floresta derrubadas nesses 12 meses (uma área equivalente a seis vezes o tamanho do município de São Paulo), comparado a 6,8 mil km² no período de agosto de 2018 a julho de 2019.

Bolsonaro volta a enfatizar que: “A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha, escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o Governo e o próprio Brasil”.

Aliado aos resultados drásticos das queimadas, o ano de 2020, um dos mais problemáticos do governo Bolsonaro, levando-se em conta que no mês de abril, durante reunião ministerial, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles propõe que se faça as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, e outras normas e reformas, considerando que aquele era o momento para ‘destravar’ o meio ambiente, uma vez que a atenção da sociedade e da mídia estavam voltadas para a Covid. E essa proposta do ministro terá como resultado um aumento significativo de políticas nefastas na sua área.

O relatório “Passando a Boiada” do Observatório do Clima⁸, divulgado em janeiro de 2021, diagnosticou um aprofundamento da crise na área ambiental no governo Bolsonaro, desde 2019 quando assumiu a presidência, uma vez que sua administração tem trabalhado para “eliminar regulamentações, por um lado, e abdicar da gestão ambiental, por outro”. “Ao

⁷ O Inpe recorre ao Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) para divulgar a taxa consolidada de desmatamento para os nove estados da Amazônia Legal. O mapeamento utiliza imagens do satélite Landsat ou similares, para registrar e quantificar as áreas desmatadas maiores que 6,25 hectares. O PRODES considera como desmatamento a remoção completa da cobertura florestal primária por corte raso, independentemente da futura utilização destas áreas. O PRODES, possibilita o INPE realiza o mapeamento sistemático da Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região. A partir desses dados são elaboradas políticas públicas. Disponível < http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5465> Acesso 15 jan.2021.

⁸ Informação disponível < <http://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/01/Passando-a-boiada-1.pdf>>. Acesso. 22 jan. 2021. O Observatório do Clima é uma entidade ambientalista que reúne mais de 50 Organizações Não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais.

mesmo tempo em que desmonta a governança ambiental construída desde a Constituição de 1988, o governo se recusa a fazer política pública [...] (OBSERVATÓRIO...; 2021, p. 3). Dados esses que contrariam o discurso de Bolsonaro na ONU.

Dois mil e vinte foi o ano em que a gestão da Amazônia foi terceirizada. Em fevereiro, diante de sucessivas demonstrações de incapacidade ou inapetência do Ministério do Meio Ambiente para cuidar das políticas para a região, o governo reativou o Conselho Nacional da Amazônia Legal, estabelecido por Itamar Franco e inativo desde a década de 1990, e entregou sua coordenação ao vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB). O conselho foi designado em abril, com 19 militares, nenhum representante da academia ou dos governos estaduais, nenhum representante do setor privado ou da sociedade civil, nenhum representante da Funai ou de povos indígenas, nenhum representante do Instituto Chico Mendes ou do Ibama (OBSERVATÓRIO..., 2021, p. 6).

Especificamente ao falar das queimadas, o presidente afirmará que seu governo combate com rigor os focos criminosos. Continua, “Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes”. E culpa o tamanho da Região Amazônica na dificuldade para “combater não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria”.

Nesta perspectiva, pensamos com Arendt (1994) e sua compreensão entre poder e violência, mesmo entendendo a diferença estabelecida pela autora entre os dois, mas concebemos que a filósofa enfatizava que a política só existe se fundada sobre a verdade factual. Desaparecida a política só resta a violência. Ou seja, o poder “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 1994, p.36), e a violência como um recurso de caráter instrumental, que pode ser usado para obrigar o outro a agir de determinada maneira. É importante esclarecer que não tomamos os conceitos de Arendt, de poder e violência como apartados ou distintos, mas observados dentro de uma lógica de análise dos processos políticos na sociedade, principalmente a partir de determinadas ações impostas aos indivíduos, mesmo que os fatos sociais se mostrem diferente daquilo que está sendo produzido sobre a realidade.

Do mesmo modo, a filósofa reflete a relação entre política e mentira quando afirma:

(...) as mentiras políticas modernas tratam de forma eficiente coisas que não são segredos de forma alguma, praticamente conhecidas por todos. Isso é evidente no caso da reescritura da História contemporânea, sob os olhos daqueles que dela foram testemunhas, mas é verdade também na falsificação de imagens de todo tipo (...) pois uma imagem, à diferença de um retrato ao modo antigo, não tem apenas o papel de idealizar a realidade, mas de substituí-la por completo. Tal substituto, por causa das tecnologias modernas e da mídia, destaca-se, evidentemente, mais do que o original (ARENDR, 1968 apud DERRIDA, 1996, p. 13).

Neste sentido indagam-se, assim, questões que provocam a escrita deste artigo, considerando as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação que, segundo Moscovici (2011, p.8), “constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros”. Entre essas questões estão: quais são as representações e enquadramentos

produzidos pelas narrativas jornalísticas sobre a Amazônia a partir do discurso do presidente Bolsonaro na ONU? Quais aspectos são evidenciados nessa representação? As narrativas apenas repercutem o discurso ou se apropriam de informações com a finalidade de contrapor a fala presidencial com relação à política ambiental no país?

Nossa pesquisa problematiza a relação entre informação e desinformação, entre construções e representações sociais na fala presidencial, e demarca o silenciamento de vozes como uma categoria de violência do poder presente, tanto nas vozes institucionais como nas narrativas jornalísticas diante dos fatos sociais.

Para tanto estabelecemos os seguintes objetivos: a) verificar a qualidade da informação jornalística sobre a Amazônia e a questão ambiental; b) compreender as representações e sentidos produzidos pelo presidente Bolsonaro e os enquadramentos realizados, a partir dessa fala, pela mídia; c) identificar se as narrativas produzidas proporcionam interpretações que levem à compreensão dos efeitos da ação das sociedades sobre o meio ambiente e a importância de uma consciência ambiental.

1.2 Procedimentos metodológicos

Nosso percurso metodológico parte de uma hermenêutica em comunicação, amparada em discussões teóricas e analíticas que vão da construção social da realidade (Berger; Luckmann, 2012) às representações sociais (MOSCOVICI, 2011; JOVCHELOVITCH, 2013;) com base num referencial compreensivo e interpretativo (RICOEUR, 2018), e como procedimentos às análises de enquadramento (GOFFMAN, 2012; TUCHAMANN, 1993; 1978; GONÇALVES; 2004) e narrativa (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2013) considerando que os frames são representados e concretizados por meio do uso de narrativas, buscando entender os traços dos processos interacionais e pragmáticos dessas notícias, em que são operadas escolhas, em função da situação selecionada, das construções e representações apresentadas. Ou seja, as escolhas produzem efeitos nos receptores, logo, são passíveis de análises, considerando que são conhecimentos por intermédio dos quais veículos e leitores constroem o seu estar no mundo, e ao mesmo tempo, estabelecem relações com o mundo a partir da linguagem. As notícias, segundo Tuchmann (1978), já são o próprio enquadramento, pois é através delas que os indivíduos constroem os sentidos sobre o mundo e sua relação com ele.

Enfatizamos, em diálogo com Moscovici (2011), que o conhecimento é sempre produzido através da interação e comunicação e sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos que nele estão implicados. “O conhecimento surge das paixões humanas e, como tal, nunca é desinteressado; ao contrário, ele é sempre produto dum grupo específico de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais elas estão engajadas em projetos definidos (BAUER e GASKELL, 1999 apud MOSCOVICI, 2011, p. 9).

1.2.1 Corpus de análise

Na tomada de análise da pesquisa consideramos dois aspectos relevantes: a representação e repercussão do discurso de Bolsonaro junto à mídia dos Estados que compõem a Amazônia Legal⁹, e ao mesmo tempo, junto aos governadores desses respectivos estados, uma vez que a assembleia da ONU culminou com a realização do 21º Fórum de Governadores da Amazônia Legal. Dos nove Estados pesquisados, dois Amapá e Tocantins, não publicaram nenhuma notícia sobre o pronunciamento na ONU.

O recorte foi realizado a partir do mapeamento das matérias publicadas de 21 de setembro (um dia antes da reunião) até o dia 25, ver Quadro 01.

Quadro 01 – Identificação do mapeamento

| Estado | Veículo | Quant. Matérias |
|-------------|--|-----------------|
| Amazonas | Jornal do Comércio (Jornal impresso e site) e Jornal Acrítica (Portal online) | Três matérias |
| Acre | Cotinelt – O acre em um só lugar (site de notícias) | uma matéria |
| Roraima | FOLHA BV – Folha de Boa Vista (Jornal Impresso e Portal online) | uma matéria |
| Pará | DOL (diário Online – Versão online) e O Liberal (Jornal Impresso e site) | quatro matérias |
| Maranhão | O Estado (Jornal impresso e Site de notícia) | uma matéria |
| Mato Grosso | Matogrosso Mais (site de notícias) | uma matéria |

Fonte: Produzido pelas pesquisadoras/2021.

Como primeiro filtro, fizemos uma pesquisa exploratória no domínio Google.com.br a partir das palavras chave Bolsonaro+discurso+ONU+Amazônia o que totalizou cerca de 85 matérias em veículos nacionais e internacionais em formatos de colunas de opinião, matérias para televisão e reportagens digitais. Filtramos as matérias jornalísticas para o formato digital, o que resultou em 54 matérias, excluindo colunas de opinião e matérias televisivas.

Dessas matérias, grande parte é proveniente da mesma agência de notícias, e apresentaram apenas informações sobre o discurso do presidente, sem qualquer análise do impacto da narrativa e/ou conteúdo. O maior número de matérias foi veiculado no dia 22 de setembro, dia do discurso de Bolsonaro.

Para este artigo, selecionamos apenas as matérias dos jornais da Amazônia Legal, considerando que as informações afetam diretamente as ações nesses Estados. Nossa busca concentrou-se nos portais de notícias. Onze matérias foram encontradas em relação ao pronunciamento de Bolsonaro na ONU e a Amazônia. Quase todos os veículos apresentaram notícias sobre o discurso do presidente. Três Estados não trouxeram matérias sobre a temática. Nenhuma notícia foi encontrada nos jornais online do Amapá. Em Rondônia apenas uma nota em uma coluna de opinião. Os jornais de Tocantins não trataram especificamente da Amazônia, apenas noticiaram o discurso e a fala do presidente sobre a pandemia

⁹Segundo dados do IBGE, a Amazônia Legal é compreendida pelos estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A região é composta por 52 municípios de Rondônia; 22 municípios do Acre; 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste, dos quais, 21 estão parcialmente integrados à Amazônia Legal. Disponível <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso 15 jan.2021.

Após os filtros, nosso *corpus* foi composto de onze matérias veiculadas em jornais locais de seis, dos nove Estados da Amazônia Legal. Dessas onze matérias, apenas três foram de produção local, em três Estados diferentes (Amazonas, Pará e Maranhão); as outras foram reproduzidas de agências de notícias nacionais. Duas, dessas três matérias (Amazonas e Maranhão), reverberaram a opinião de políticos locais que fazem oposição ao governo Bolsonaro, e a terceira matéria (Pará) abordou como as instituições brasileiras condenaram o discurso presidencial. No total, foram analisadas sete narrativas jornalísticas.

O artigo foi dividido em três sessões. Na primeira, trabalhamos os marcos conceituais sobre a Amazônia e sua representação. Na segunda, apresentamos os aspectos metodológicos de compreensão das análises de enquadramento e narrativa, assim como os resultados encontrados nas narrativas jornalísticas. Por último, as considerações finais e as contribuições da presente pesquisa.

2. ENTRE IMAGINÁRIO E VIOLÊNCIA

A Amazônia desde sua “invenção” (GONDIM, 2003) vive quase em permanente processo de afirmação e contradição, seja pelas narrativas que forjaram sua construção entre bárbaros e selvagens, paraíso e inferno, civilizados e incivilizados, modernidade e tradição; ou pelas informações que são veiculadas sobre o seu território e seus povos, que muitas vezes não correspondem à realidade, pois são reiteradas a partir de leituras opacas e enviesadas sobre a vida dos seus povos, em ‘crenças’ e ‘certezas’ cristalizadas ao longo do processo de sua formação histórica e social, em que o pensamento ocidental/exógeno formatou o território. Ou como bem diz Renan Pinto (2005, p. 97), a partir de um “conjunto relativamente limitado de ideias, com algumas percepções que se tornaram as mais persistentes, dentro certamente do quadro mais amplo e diversificado da geografia do Novo Mundo”.

Quando se pensa a Amazônia observa-se um esforço de empreendimento maior na compreensão dos sentidos sobre o território, que atravessam séculos, desde a chegada dos primeiros viajantes europeus, no século XV até os dias atuais, quando ainda temos que lidar com informações desencontradas ou que não correspondem a realidade, que no Brasil, abriga dois terços do total da região, ou seja, 65% de toda sua área territorial, dentre os nove países que compõem a Amazônia Continental.

Se por um lado se faz presente um forte imaginário a demarcar os sentidos do seu território, iniciando pelo próprio nome “Amazônia”, como uma das expressões mais populares no mundo; por outro e ao mesmo tempo, observamos um senso comum sustentado pelas noções de meio ambiente, biodiversidade, sociodiversidade, desenvolvimento sustentável, populações ribeirinhas, povos da floresta, “expressões correntes e presentes em praticamente todos os escritos que têm sido produzidos sobre a região e que freqüentemente carregam consigo conteúdos de imobilismo social e conservadorismo romântico, quando se trata sobretudo de lidar com a situação e o destino das populações locais” (PINTO, 2005, p. 99).

Do mesmo modo, destaca Violeta Loureiro (2002, p. 109) os marcadores sociais que vão definir a história dos homens na região estão concentrados em dois “eixos norteadores, mas conflitantes: de um lado, a visão paradisíaca criada pela magia dos mitos da região e sobre a região; de outro, a violência cotidiana gestada pela permanente exploração da natureza e desencadeada pelos preconceitos em relação a ambos — homem e natureza”.

Nossas preocupações, em grande parte, são referenciadas numa literatura ou num jornalismo que ainda teimam em valorizar os sentidos que exprimem a realidade em termos unívocos, esquecendo que a realidade se diz de diferentes maneiras, logo, não se devendo privilegiar uma delas em detrimento de outras. Nessa empreitada, recorremos a Ricoeur (1969, p.313) e suas reflexões com relação ao símbolo, quando escreve: “O símbolo permanece opaco, não transparente, uma vez que é dado por meio de uma analogia, sobre a base de um significado literal, que lhe confere, por sua vez, raízes concretas e um peso material, uma opacidade”. O filósofo defende a necessidade de toda compreensão e apropriação do sujeito ser mediatizado por uma interpretação dos signos e símbolos nos quais o ser se diz.

Ou seja, observamos que:

O desenvolvimento das matrizes do pensamento ocidental que se aproximam e se envolvem com o conjunto de idéias que constituem o pensamento social sobre a Amazônia, em alguns casos se referem a pensadores que não trataram diretamente da região, mas que se envolveram com questões que se relacionam profundamente com as idéias centrais que têm sido utilizadas para descrevê-la, pensá-la, interpretá-la. E há aqueles que, ao tomarem mais diretamente a região como objeto de suas reflexões, terminaram por trazer alguma forma de contribuição para uma compreensão mais aceitável da história das idéias sociais no Brasil. Entretanto, esse é um terreno ainda muito pouco explorado. (PINTO, 2005, p.98).

A compreensão dessa história geralmente é concebida numa dualidade entre imaginário mítico construído por aqueles que hierarquizaram o mundo em civilizados e bárbaros, ou no mesmo processo, pela violência imposta aos habitantes da região. O espanhol Vicente Pinzon, ao percorrer a foz do Amazonas, em janeiro de 1500, ficou maravilhado com a natureza amazônica, inclusive sendo recebido amigavelmente pelos indígenas, mas sua viagem vai marcar um dos primeiros choques culturais e ato de violência contra os povos da Amazônia; quando Pinzon aprisiona índios e os leva consigo para vender como escravos na Europa.

2.1 Jornalismo: entre informação e ‘desinformação’

O jornalismo trabalha em suas narrativas com o conhecimento do senso comum, ou seja, conhecimento do cotidiano dos indivíduos no mundo da vida, levando em conta suas relações com os eventos, os lugares, as instituições, as pessoas e as coisas que compõem essa realidade. “O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 40).

Um exercício, segundo Silva (2005, p. 95), “de entendimento do mundo”. Evidente que esse entendimento não pode ser compreendido de forma simplista, uma vez que envolve construções e representações da realidade, dentro de um contexto histórico determinado socioculturalmente. Por outro lado, na construção dessa narrativa é necessário compreendê-la a partir da sua intenção sobre o fundamento daquilo que ele quer dizer. Como refletirá Ricoeur (1969, p. 6), “nenhuma interpretação notável pôde constituir-se sem pedir empréstimos aos modos de compreensão disponíveis numa dada época”, acrescentamos, aos interesses daqueles que nele estão envolvidos.

Essa narrativa/notícia, segundo Alsina (2009, p. 14), “é uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”. Segundo Jovchelovitch (2013), as representações sociais estão enraizadas na vida coletiva, e como tal, suas mediações são existentes entre a vida social e a vida individual. Ou seja, “as representações sociais estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve sua identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros” (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 54).

No jogo da relação entre realidade jornalística e realidade social observa Frederico Tavares que:

O “fazer jornalístico”, nesse sentido, envolto pela leitura e proposição de uma “realidade” sobre a sociedade, compartilha de conceitos que permeiam o estoque cotidiano de conhecimentos, trazendo-os à tona e, portanto, reconhecendo-os de acordo com sua própria lógica (editorial e institucional). Além disso, no uso e convocação de um certo tipo de produção, que solicita e permite um jogo de recursos simbólicos específicos (tanto verbais quanto visuais), este fazer coloca em evidência um “aqui e agora”, atualizado não apenas pelo presente ele que incorpora, mas por situações e códigos culturais de variadas temporalidades e distintos espaços, que dão a ver as diversas camadas da chamada “atualidade jornalística” e sua densa relação com a contemporaneidade (TAVARES, 2012, p. 12).

Do mesmo modo, não podemos esquecer que a realidade da vida diária, conforme Berger e Luckmann (2012, p. 39), “não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes ‘aqui e agora’. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporal”. Uma vez que essa realidade se apresenta a mim como um mundo intersubjetivo, em que os indivíduos participam dele com outros indivíduos. De fato, continuam os autores, “não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 39-40).

Enfatizamos que a produção do jornalismo, na contemporaneidade, a partir das tecnologias digitais sofreu profundas transformações, tanto na apuração, apresentação e captação de informações, considerando que a instantaneidade e imediaticidade se tornaram fenômenos necessariamente essenciais, pois esse ambiente ‘exige’ cobertura de imediato ao

fato acontecido. Mas qualidade e credibilidade ainda se constituem elementos vitais nessa construção e representação, pois são mecanismos reguladores, que determinam o que é publicável. Segundo Alsina (2009), se o discurso informativo não é algo que se possa acreditar, “ele perderá sua virtualidade”. Por isso, há um contrato pragmático fiduciário, de crença nas informações divulgadas, como verdade.

Nessa perspectiva, recorreremos à compreensão entre informação e desinformação. Na etimologia da palavra *Informação* encontramos a raiz da soma de in+formatio, do latim, significando “modelar, dar forma”, que resultou na conotação de formar uma ideia de algo, posteriormente “descrever”; seguindo para a generalização de “contar algo a alguém sobre alguma coisa”¹⁰.

A discussão sobre o sentido conceitual da palavra tem reunido contribuições de diversas áreas, assim como o questionamento do uso em disciplinas distintas e concepções específicas para cada campo do conhecimento. Segundo Capurro e Hjornaland (2007, p. 160), em interpretação de Bordgan, ela pode “caracterizar uma medida de organização física, um padrão de comunicação entre fonte e receptor, uma forma de controle e feedback, a probabilidade de uma mensagem ser transmitida por um canal de comunicação, o conteúdo de um estado cognitivo, o significado de uma forma linguística ou a redução de uma incerteza”. Desse modo, parece não haver uma ideia única de informação para qual estes vários conceitos convirjam e, portanto, nenhuma teoria proprietária da informação.

Já Castells aponta as funções e os processos prevalentes na Era da Informação constituídos em torno de redes, por onde circulam fluxos informacionais que determinam uma nova lógica em que os interesse sociais estão expressos nestes fluxos: “o poder dos fluxos prevalece sobre os fluxos de poder” (CASTELLS, 2002, p. 607). Destarte, “as redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura. [...] fornece as bases materiais para a expansão da sua penetrabilidade em toda a estrutura social (CASTELLS, 2002, p. 607).

Mais especificamente nossa abordagem, relaciona a informação como matéria prima do jornalismo, instituição social que opera na seleção, hierarquização, síntese e divulgação de acontecimentos considerados jornalisticamente importantes e interessantes para a sociedade. Logo, espera-se, de acordo com Alsina (2009, p. 269), o comprometimento do jornalista com o conhecimento divulgado, uma vez que ele tem “um papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano” e deve agir como tradutor ou mediador dessa realidade interpretada.

¹⁰ Dicionário etimológico - Etimologia e Origem das Palavras. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/informacao/> . Acesso em Dez/2020.

Por outro lado, é quase instintivo correlacionar informação e desinformação com verdade e mentira, mas a questão requer uma discussão ampliada que remete às várias áreas de conhecimento, com objetivo de entender a qualidade da informação veiculada. Ao trabalhar a história da mentira nos diz Derrida:

O que conta aqui, em primeiro e último lugar, é a intenção. Santo Agostinho assinalava também: “não há mentira, apesar do que se diz, sem intenção, desejo ou vontade de enganar” (fallendi cupiditas, voluntas fallendi). Tal intenção, que define a veracidade ou a mentira na ordem do dizer, do ato de dizer, permanece independente da verdade ou da falsidade do conteúdo, daquilo que é dito. A mentira depende do dizer e do querer-dizer, não do dito “... não se mente ao enunciar uma asserção falsa que cremos verdadeira e (...) antes mente-se ao enunciar uma asserção verdadeira que cremos falsa. Pois é pela intenção (ex animi sui) que se deve julgar a modalidade dos atos” (DERRIDA, 1996, p. 9-10).

Para Derrida (1996, p.14), o processo da mentira moderna já não seria a dissimulação que veio encobrir a verdade, mas a destruição da realidade ou do arquivo original: “Em outros termos, a diferença entre a mentira tradicional e a moderna equivale, no mais das vezes, à diferença entre esconder e destruir”. Ou seja, passa do estatuto de representante ao de substituto. Ou pensando que a saturação permanente da informação pode ser também, segundo Vizer (2011, p. 17), “uma sutil estratégia de desinformação”. Nessa perspectiva, tentamos compreender as informações do presidente sobre a Amazônia para a sociedade

3. JORNALISMO SOBRE A AMAZÔNIA

Nossas análises problematizam a qualidade do jornalismo “sobre” (grifo nosso) a realidade da Amazônia, considerando que as informações, muitas vezes, partem de um senso comum alheio à vida no território. É sempre alguém que fala sobre a Amazônia. E em específico, compreender os marcos interpretativos dos enquadramentos das narrativas jornalísticas, pós discurso de Bolsonaro, em virtude do aumento das queimadas e desmatamento na Amazônia em 2019 e 2020. Naquele momento, assistíamos focos de incêndios em vastas áreas do território brasileiro, incompatível com a responsabilidade, imputada pelo presidente, aos indígenas e caboclos.

Portanto, compreendemos que as narrativas sempre têm um propósito, em que são envolvidas estratégias e intenções textuais do narrador (MOTTA, 2007). E o texto jornalístico, enquanto narrativa, não foge essa regra, pois além da intencionalidade pretende provocar efeitos de sentido no receptor. Assim, nossas análises tomaram como base falas e imagens que tentam traduzir ou expressar uma lógica mais próxima a vida social cotidiana. Ou seja, o que e o como do presidente da República ao enunciar dados da Amazônia ao mundo e como o jornalismo recepciona essa informação enunciada (ver Quadro 02). Entre realidade e fato há uma mediação, tanto de Bolsonaro quanto do jornalismo, pois os dois de maneiras diferentes ou aproximadas, são intérpretes do acontecer social.

| Estado | Jornal/mídia | Tipo de matéria | Título | Conteúdo |
|----------|--|----------------------------|---|---|
| Amazonas | Acrítica.com (portal online) | Agência Brasil | Brasil é vítima de desinformação sobre meio ambiente, diz Bolsonaro | Matéria apresenta o conteúdo do discurso do presidente Jair Bolsonaro na Assembleia. Destaca: o rigor da legislação ambiental brasileira, mas lembrou a dificuldade em combater atividades ilegais na Amazônia, como incêndios, extração de madeira e biopirataria, devido à sua extensão territorial. Juntamente com o Congresso Nacional, está buscando a regularização fundiária da região, "visando identificar os autores desses crimes". |
| Amazonas | Acrítica.com (Portal Online) | Produção local | 'Culpa das queimadas na Amazônia é do agronegócio irresponsável', diz Serafim | Destaque para a declaração do deputado Serafim Corrêa (PSB), que rechaçou a fala do presidente. Serafim culpa o agronegócio irresponsável. "Foram os índios que mantiveram a Amazônia absolutamente preservada, sem devastá-la, sem jogar fogo, sem fazer nenhum mal a floresta. Nós devemos muito a eles. Os incêndios, queimadas e a devastação vêm com o agronegócio irresponsável que avança pelo Mato Grosso e chega ao Sul do Amazonas e ao Sul do Pará", explicou. |
| Amazonas | Jornal do Comércio | Agência Brasil | Brasil é vítima de desinformação sobre meio ambiente, diz Bolsonaro | Destaque para Jair Bolsonaro: O Brasil é vítima de "uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal". Bolsonaro justificou que há interesses comerciais por trás das notícias sobre queimadas e desmatamentos e que os incêndios que atingem as florestas brasileiras são comuns à época do ano e ao trabalho de comunidades locais em áreas já desmatadas. |
| Acre | Cotinel – O Acre em um só lugar (site de notícias) | Agência Brasil | Na ONU, Bolsonaro diz que floresta amazônica não pega fogo no interior porque é úmida | Destaque para Jair Bolsonaro - o Brasil é "vítima" de uma campanha "brutal" de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. |
| Roraima | FOLHA BV (Portal online) | Agência Brasil | Bolsonaro diz que organizações propagam mentiras sobre queimadas | Destaque para Jair Bolsonaro: o Brasil é vítima de "uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal". O presidente justificou que há interesses comerciais por trás das notícias sobre queimadas e desmatamentos e que os incêndios que atingem as florestas brasileiras são comuns à época do ano e ao trabalho de comunidades locais em áreas já desmatadas. |
| Pará | DOL (diário Online – site notícias) | Produção local | "Delirante": Organizações condenam discurso de Bolsonaro na ONU | Jair Bolsonaro discursou e mais uma vez sua fala surpreendeu o mundo, negativamente. O presidente do Brasil fez um discurso onde negou simultaneamente a crise ambiental e a pandemia, chegando a responsabilizar os indígenas pelas queimadas que destroem 20% do Pantanal e uma parte incontável da Amazônia. |
| Pará | O liberal (jornal impresso e site de notícias) | Agência Estadão Conteúdo | ABI diz que Bolsonaro mentiu em discurso na ONU | "O presidente responsabilizou índios e caboclos pelos incêndios na Amazônia e no Pantanal, que alcançam níveis nunca antes vistos no País. Todas as investigações, inclusive de órgãos oficiais, indicam que fazendeiros estão na origem das queimadas", segue a mensagem da ABI. |
| Pará | O Liberal (jornal impresso e site de notícias) | Agência Estadão Conteúdo | Mídia internacional repercute discurso de Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU | O discurso do presidente Jair Bolsonaro, na manhã desta terça-feira, 22, teve rápida repercussão na imprensa internacional. |
| Pará | O Liberal (site de notícias) | Agência Estadão Conteúdo | Para Mourão, discurso de Bolsonaro na ONU está dentro da visão do governo | O vice-presidente, Hamilton Mourão, concordou com o discurso do presidente Jair Bolsonaro na ONU, disse que é preciso "contrapor a desinformação" quanto ao meio ambiente e destacou que a fala do presidente está dentro da visão do governo. |
| Maranhão | O Estado (Site de notícia) | Produção local da editoria | Dino ataca Bolsonaro após discurso do | No discurso, Bolsonaro afirmou que a nação é vítima de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal". Foi o que incomodou o governador. |

| | | | | |
|-------------|------------------------------------|----------------|--|--|
| | | de política | Presidente na ONU | |
| Mato Grosso | Matogrosso Mais (site de notícias) | Agência Brasil | Somos vítimas de campanha brutal de desinformação, diz Bolsonaro | O presidente Jair Bolsonaro no discurso virtual durante a Assembleia da ONU, que a Covid-19 ganhou o centro de todas as atenções neste ano, e lamentou “cada morte ocorrida”. Ele também destacou as queimadas no Pantanal e na Amazônia, e disse que o país é “vítima de campanha brutal de desinformação”. |

Fonte: Produzido pelas pesquisadoras¹2021.

Observamos que o jornalismo tem a pretensão de situar os indivíduos no mundo, mostrando laços de pertencimento e domínios de sociabilidade (LEAL, 2006). E a narrativa midiática é composta por textos diversos que são, em si mesmos, pequenas materializações das falas sociais, o que permite que analisemos “as condições para inserção e circulação dos falares sociais, das ideologias e das realidades da vida cotidiana” (LEAL, 2006). As narrativas se apresentam como resultado da interrelação de forças sociais, dependendo de um contexto, de uma realidade cultural e do processo comunicacional.

Neste sentido, em específico a narrativa jornalística organiza o sentido dos acontecimentos quotidianos dentro de uma realidade social, pois ela não é o fato em si, mas a narração desse fato. E essa narração se estabelece entre construção e representação de uma dada realidade, envolvendo indivíduos, ação, sociedade e objetivo em jogo e as escolhas feitas na sua seleção. Elas garantem a permanência e a coerência no que se crê, uma vez que a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos indivíduos e “subjetivamente dotada de sentido na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER, LUCKMANN, 2012, p. 35).

Nas nossas análises delimitamos duas importantes dimensões de enquadramentos, considerando que na compreensão dos fenômenos sociais três momentos se fazem necessários: exteriorização, objetivação e interiorização, uma vez que o indivíduo exterioriza seu próprio ser no mundo social e o interioriza como realidade objetiva (BERGER; LUCKMANN, 2012, P. 167). Essas dimensões foram tomadas não como processos separados, mas numa dialética da sociedade. Ou como afirmam Berger e Luckmann (2012, p.167-168), pela interiorização há “a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira tornam-se subjetivamente significativos para mim. Tais dimensões foram caracterizadas entre: a) narrativas produzidas pelas agências de notícias b) pelos jornais locais. Com a primeira dimensão, observamos um olhar mais distante dessa mesma realidade, ou seja, o problema está lá, não entre todos, mas de uma parcela dessa população; com a segunda dimensão, um olhar mais crítico e próximo da realidade;

Por exemplo, a matéria mais visibilizada entre os jornais da Amazônia Legal foi produzida pela agência Brasil¹¹, com destaque para o rigor, mencionado por Bolsonaro, da legislação brasileira contra as atividades ilegais na Amazônia.

Durante seu discurso, o presidente destacou o rigor da legislação ambiental brasileira, mas lembrou a dificuldade em combater atividades ilegais na Amazônia, como incêndios, extração de madeira e biopirataria, devido à sua extensão territorial. Ele ressaltou que, juntamente com o Congresso Nacional, está buscando a regularização fundiária da região, “visando identificar os autores desses crimes” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Essa informação contraria a realidade que o país vinha vivendo, em que o governo Bolsonaro, conforme relatório do Observatório do Clima (WERNECK et. al, 2021, p. 38), aprofundou em 2020 o desmonte das estruturas de proteção socioambiental do Estado brasileiro, além de entregar a Amazônia para administração de militares. Por outro lado, tais medidas negativas têm encontrado resistência de instituições, da sociedade civil e da comunidade internacional.

O lugar da mídia, nesse contexto, não pode ser ignorado, tendo em vista que é construtora de relações de agendamento (ANTUNES; VAZ, 2006), com capacidade de visibilidade de processos, atribuições de importância e enquadramento. A agência de notícias pela qual foi escrito e disparado esse texto - Agência Brasil, criada em 1989 para cobrir atos e fatos relacionados a governo, Estado e cidadania e desde 2007 faz parte da EBC (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO), que é uma empresa pública federal que possui um conglomerado de mídia. A Comunicação Pública, no Brasil, segundo Bucci (2015, p. 13) “virou um palanque partidário, um negócio lucrativo, uma passarela para a vaidade particular e, sem exagero nenhum, uma arma a serviço da guerra eleitoral”. O Estado brasileiro faz com que seu recado bata nos olhos e ouvidos da população e, por isso, para Bucci (2015) a comunicação pública brasileira é subordinada, doutrinária e tem objetivo de dominar a opinião do público.

A agenda midiática é uma arena, na qual disputam diferentes representações do tecido social (ANTUNES; VAZ, 2006). Desta maneira, as falas podem ganhar visibilidades diferentes dentro do discurso midiático. Essa operação de estabelecer uma agenda dentro da mídia para assuntos relevantes e regiões interessantes estabelece o controle de interação, pautando os assuntos debatidos e conversados. A mídia é um lugar de convocação e coordenação de uma fala pública (ANTUNES; VAZ, 2006). Ao fazerem certas falas convergirem e permanecerem

¹¹ A Agência Brasil é uma agência pública de notícias gerida pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC e integra o complexo do sistema público de comunicação, junto com a TV Brasil, a Radioagência Nacional, as rádios MEC AM e FM, as rádios Nacional AM Brasília, AM Rio, FM Brasília, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões. Disponível < <https://www.ebc.com.br/veiculos/agencia-brasil>>. Acesso 10 jan. 2021.

em circulação detém o poder de produção e domínio da reflexividade, mantendo uma estrutura social.

A matéria apresenta a fala do presidente sem contestar, na íntegra. Mesmo que a narrativa utilize como estratégia as aspas para identificar o autor do enunciado, percebe-se que essa escolha pelo jornalista, provoca um sentido nos receptores, pois está operando e ao mesmo tempo, pondo em circulação uma versão quase única, sem reflexões ou correlações com a experiência vivida. É o caso do trecho “as grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição” (AGÊNCIA BRASIL, 2020), em que os jornalistas transcrevem parte do discurso do presidente, sem nenhuma convocação para a reflexividade, tampouco há a utilização de pesquisadores como personagens e dados de institutos científicos contrapondo. Isso não é feito nem quando o texto chega às redações locais da Amazônia Legal, o conteúdo é copiado e publicado e não há uma reelaboração do texto, nem a ‘regionalização’ do conteúdo, gerando novas pautas e discussões, que seriam de interesse da população.

Os cinco jornais, de quatro estados diferentes (Acre, Amazonas, Mato Grosso, Roraima), deram voz ao presidente, a partir da matéria da agência com intencionalidade. Por meio dessa voz dada à intencionalidade do personagem produz um efeito de concordância, independente se feito de forma consciente ou inconscientemente desejada (MOTTA, 2007), servindo como estratégia comunicativa, tendo em vista que a narrativa não é aleatória, mesmo quando espontânea e intuitiva.

As outras três matérias de agência foram veiculadas no jornal “O Liberal”, do Pará, com textos provenientes da agência Estadão Conteúdo, que está ligada ao jornal paulista “O Estado de São Paulo”. A primeira matéria aborda como a mídia internacional noticiou de forma momentânea o discurso de Bolsonaro. A narrativa escolhe utilizar trechos das notícias veiculadas em alguns dos principais jornais do mundo e a problematização diante ao discurso do presidente do Brasil, levantada pela mídia internacional. Os fragmentos textuais retirados das matérias destacam as desinformações defendidas pelo presidente brasileiro sobre o desmatamento da Floresta Amazônica e do Pantanal, bem como o descaso com a pandemia do coronavírus e as mortes pelo país. Entre os trechos aparece, inclusive, uma contestação de informações e dados que o jornal britânico The Guardian fez às falas de Bolsonaro:

O homem no campo não parou nunca”, disse ele **[Bolsonaro]**, culpando a desinformação pelas más notícias sobre os incêndios na Amazônia e no Pantanal. O The Guardian traz dados para rebater as informações do presidente. “Na verdade, o Pantanal, a maior área úmida do mundo, está enfrentando a maior devastação de sua história. A área queimada este ano é equivalente ao tamanho do Estado de Israel – 3 milhões de hectares ou 20% de todo o bioma (CONTEÚDO, 2020 – grifo nosso).

Já a segunda matéria apresenta a repercussão a partir de uma nota emitida pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), rechaçando a postura do presidente diante a Assembleia. Entre o conteúdo da matéria, há a refutação da ABI sobre a origem das

queimadas na Amazônia defendida pelo presidente, que responsabilizou indígenas e caboclos, dizendo que “Todas as investigações, inclusive de órgãos oficiais, indicam que fazendeiros estão na origem das queimadas” (O LIBERAL, 2020).

A última matéria, proveniente de agências de notícia, retrata a opinião do vice-presidente Hamilton Mourão sobre o discurso do presidente, que, segundo ele, está de acordo com a visão de governo. A narrativa construída aproxima Mourão de Bolsonaro, deixando de lado qualquer especulação de ‘racha’ dentro da presidência, ao menos quanto a opinião sobre o meio ambiente e as decisões para combater a pandemia no Brasil.

As três matérias feitas pela agência Estadão Conteúdo têm uma narrativa congruente, pois demonstram as repercussões do discurso presidencial entre instituições, como a mídia internacional, a Associação Brasileira de Imprensa e o vice-presidência da república. Mostrando, assim, uma intencionalidade dentro dessa narrativa que busca provocar sentidos no leitor contrastando o discurso presidencial ao de instituições. Ainda sim, há uma invisibilidade local, tendo em vista que os textos das agências silenciam instituições da Amazônia e do Pantanal, mantendo a estrutura da Amazônia distante, bem como distanciam-se da ciência.

Essa mesma estrutura foi observada dentro das matérias de produção local. Três matérias foram produzidas pelas redações de jornais do Amazonas, Maranhão e Pará. Os periódicos do Amazonas e do Maranhão reverberaram a opinião de políticos regionais que fazem oposição ao presidente, o deputado Serafim Corrêa (PSB) e o governador Flávio Dino (PCdoB).

No Amazonas, a equipe de reportagem entrevistou o deputado Serafim, dando voz a uma opinião avessa, entretanto sem sair do palanque político, tendo em vista que o periódico não faz uma narrativa textual na qual busca ouvir vozes com embasamento científico e dados atualizados. A mesma coisa ocorre com a matéria sobre a declaração do governador Dino, produzida a partir de uma postagem no *Twitter* do governador, sem entrevistas, mas com o título “Dino ataca Bolsonaro após discurso do Presidente na ONU”, que sugere uma disputa partidária e invisibiliza a temática em questão.

A última matéria de produção local foi feita pela versão digital do Diário do Pará – periódico ligado a família do governador do Estado, Helder Barbalho (MDB). A narrativa aborda a repercussão negativa entre “uma rede composta por mais de 50 organizações não governamentais que lutam pela defesa do meio ambiente se juntaram para condenar o discurso do presidente Jair Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas” (DOL, 2020). O texto é composto por notas das entidades, demonstrando a insatisfação com as desinformações trazidas pelo presidente no discurso. Para construir o texto, o jornalista apurou e entrevistou representantes das entidades.

Nas três matérias locais, a Amazônia aparece, de certa maneira, mais próxima, com algumas inserções diferenciadas das narrativas da mídia nacional como única produção. Entretanto, esse lugar chamado Amazônia parece ser pouco reivindicado.

4. OS POSSÍVEIS ACHADOS

Em linhas gerais, constatamos ao analisar as narrativas dos jornais da Amazônia Legal, a partir da fala do presidente Bolsonaro sobre a Amazônia, levando-se em conta a finalidade do evento, discutir as questões climáticas mundiais – o silenciamento de informações mais qualificadas sobre a questão, considerando que as pautas produzidas localmente, não estabeleceram uma relação com as ‘vozes’ de instituições científicas de pesquisa da região sobre o meio ambiente e com entidades representativas dos povos indígenas. Esse silenciamento leva a pensar numa manutenção da estrutura social, em que ainda invisibiliza a Amazônia e sua população, em questões que envolvem política, desenvolvimento, meio ambiente e relações próprias territoriais.

O marco interpretativo dos enquadramentos foi tomado numa visada teórica que passa por Goffman mas vai além, considerando a própria compreensão do jornalismo na atualidade que se vale de recursos tecnológicos avançados para inserir os indivíduos nos contextos noticiosos, entre espacialidade e temporalidade. Por outro lado e ao mesmo tempo, mesmo com os avanços tecnológicos e as possibilidades de acessar um banco maior de fontes e informações, observamos, no caso da Amazônia, ainda o uso de informações parciais, sem contrapor os informes divulgados. Observa-se, assim, uma informação superficial sendo produzida pelo jornalismo sobre a Amazônia

Os resultados sugerem uma invisibilidade do conteúdo do discurso do presidente. O discurso ganhou destaque, mas as informações não foram questionadas ou tensionadas. Constata-se ainda um distanciamento, como se a Amazônia e o meio ambiente fossem “‘lá fora’, num espaço e tempo distantes, retirando do debate a urgência do ‘aqui e agora’”. Do mesmo modo, há tensionamento entre ciência e política, tendo em vista que o presidente apresenta dados incoerentes com as informações apresentadas cientificamente por diversas instituições de pesquisas. Por outro lado, a mídia local não apresenta um jornalismo diferenciado, isto é, consubstanciado de informações, pois observa-se ainda um olhar equidistante do território, grandioso nas suas riquezas e no seu tamanho, mas incompreensível nas suas realidades. Há prevalência pelas narrativas das agências, seja pela facilidade de acesso às matérias, ou pelas dificuldades de produzir material próprio, por questões financeiras ou desinteresse. As vozes dos povos originários não são visibilizadas na composição dessas narrativas em contraposição ao discurso de Bolsonaro.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, ELTON; VAZ, PAULO BERNARDO. Mídia: um aro, um halo e um elo. IN: GUIMARÃES, Cesar; FRANÇA, Vera (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**; tradução de Jacob A. Pierce. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 34.ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2012.

BUENO, Wilson. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, 13(13), 113-126, 2009.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo, Cia das letras, 2015.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf> . Acesso em dez/2020 .

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**, Vol. I, A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. II, O Poder da Identidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DERRIDA, Jacques. **História da mentira: prolegômenos**. *Estudos Avançados*. N.10 v. 27, 1996. Disponível <https://www.scielo.br/pdf/ea/v10n27/v10n27a02.pdf>. Acesso jan, 2021.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2012.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. – 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. IN: GUIMARÃES, Cesar; FRANÇA, Vera (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

LOUREIRO, Violeta Rafkalefky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Revista da USP – Estudos Avançados*. São Paulo, n. 16; v. 45, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**; editado em inglês por Gerald Duveen. Traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi. 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOTTA, Luiz Gonzaga. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. P.143-167.

PINTO, Lúcio Flávio. Bolsonaro, o mentiroso. Disponível: <https://amazoniareal.com.br/bolsonaro-o-mentiroso>. Acesso 30 out. 2020.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios da hermenêutica. Tradução M. F. Sá Correia. Porto – Portugal, 1969.

_____. **O discurso a ação**. Rimp. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea). Lisboa, Portugal, Edições 70, 2018.

SILVA, Gislene. **Jornalismo e construção de sentido**: pequeno inventário. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol.II Nº 2 - 2º Semestre de 2005.

TAVARES, Frederico M. B. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 2012.

TUCHAMANN, Gaye. **Making News**, New York e London, The Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye. Contando 'estórias'. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993.

WERNECK, Felipe; SORDI, Jaqueline; ARAÚJO, Suely; ANGELO, Claudio. **"Passando a boiada"**: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima. Jan. 2021.



GT 08 - COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

YOUTUBERS ANTIDEMOCRÁTICOS: COMUNICAÇÃO E PODER

Danuta Leão[1]
Ivana Oliveira[2]
Rodolfo Marques[3]

Este artigo busca contribuir com a reflexão e análise sobre a temática de conteúdos digitais e do poder no campo da Comunicação, em suas reflexões e sem seus desdobramentos. Tendo como ponto de partida alguns artigos veiculados na grande mídia que mostraram como os canais do Youtube, em especial os mais extremistas, são difusores de um discurso antidemocrático – além de lucros financeiros superiores a mais de 100 mil reais por mês. O objetivo deste trabalho, a priori, é pensar em como se dá propaganda de conteúdo extremista no campo digital, sobretudo no YouTube. Entende-se aqui que o Youtube não é somente uma mídia ou somente uma plataforma de conteúdo criado por seus usuários; analisa-se, aqui, o Youtube na perspectiva de Burgess e Green (2009) enquanto empresa, atuando como um mecanismo de produção de significados. Do ponto de vista metodológico, parte-se de uma revisão de literatura a respeito do tema, em paralelo com um viés da análise de conteúdo (BARDIN, 2000; CHIZZOTTI, 2006; CRESWELL, 2007). Ao mesmo tempo, no sentido do grau de influência junto aos públicos e nas estratégias persuasivas, discute-se a publicidade contemporânea (PEREZ e TRINDADE, 2017; ATEM, 2020; KARHAWI, 2020). Estabelece-se como o *corpus* analítico o período entre agosto e novembro de 2020, com a análise de uma seleção de vídeos com viés político-ideológico – e de propaganda governamental – através do YouTube. Como conclusões parciais, identifica-se a onipresença do YouTube, entre outras plataformas digitais, como um grande influenciador na vida das pessoas e na inclusão progressiva das mídias e das redes sociais (RECUERO, 2007) como estratégia de comunicação política, no Brasil e em outros países latino-americanos.

Palavras-chaves: Comunicação; Youtube; Análise de Conteúdo; Política; Democracia.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Linguagens (PPGCLC), da Universidade da Amazônia- UNAMA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Consumo, Identidade e Amazônia (CONSIA). E Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Publicidade – GRUPPU.E- mail: danutaleaopp@gmail.com

[2] Doutora, professora do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Linguagens (PPGCLC), da Universidade da Amazônia- UNAMA. Integrante dos grupos de pesquisa; Mídia e violência: percepções e representações na Amazônia paraense (UFPA/ CNPQ) e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia – UFPA/ UNAMA) E-mail: ivana.professora@gmail.com.

[3] Doutor, Departamento de Comunicação Social / Centro de Estudos Sociais Aplicados – Universidade da Amazônia, Unama, Brasil. E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com

Abstract

This article seeks to contribute to the reflection and analysis on the subject of digital content and power in the field of Communication, in its reflections and without its consequences. Taking as a starting point some articles published in the mainstream media that showed how YouTube channels, especially the most extreme ones, are spreaders of an undemocratic speech - in addition to financial profits exceeding more than 100 thousand reais per month. The objective of this work, a priori, is to think about how extremist content is advertised in the digital field, especially on YouTube. It is understood here that Youtube is not just a media or just a content platform created by its users; YouTube is analyzed here from the perspective of Burgess and Green (2009) as a company, acting as a mechanism for the production of meanings. From a methodological point of view, it starts with a literature review on the subject, in parallel with a content analysis bias (BARDIN, 2000; CHIZZOTTI, 2006; CRESWELL, 2007). At the same time, in the sense of the degree of influence with audiences and in persuasive strategies, contemporary advertising is discussed (PEREZ and TRINDADE, 2017; ATEM, 2020; KARHAWI, 2020). The period between August and November 2020 is established as the analytical corpus, with the analysis of a selection of videos with a political-ideological bias - and government propaganda - through YouTube. As partial conclusions, the omnipresence of YouTube, among other digital platforms, is identified as a major influencer in people's lives and in the progressive inclusion of media and social networks (RECUERO, 2007) as a political communication strategy, in Brazil and in other Latin American countries.

Keywords: Communication; Youtube; Content analysis; Policy; Democracy.

1. COMUNICAÇÃO DIGITAL: YOUTUBERS

Com o avanço da internet surgiu uma comunicação muito mais interativa, caracterizada pelo envio de mensagens de um para muitos, em tempo real ou escolhido. A televisão continua enquanto mídia de massa, mas ela foi profundamente transformada pela tecnologia, seus conteúdos tiveram que se adequar à era da convergência e tornando seus produtos mais atrativos aos telespectadores que possuem, agora, múltiplas telas e acompanham a televisão também por outras plataformas.

O autor Jenkins (2009) destaca o processo de convergência dos meios, referindo-se ao intenso fluxo de conteúdo através de múltiplas plataformas de mídia, definindo também as mudanças tecnológicas, industriais, culturais e sociais pelo modo como as mídias circulam em nossa cultura. Para o autor “no mundo da convergência das mídias, toda história importante é contada, toda marca é vendida e todo consumidor é cortejado por múltiplas plataformas de mídia”. (JENKINS, 2009. p.29)

Neste contexto de convergência dos meios, surge o Youtube em 2005. Concorde-se com Burgess e Green (2009), pois compreende-se aqui o YouTube como um modelo de negócio e também como mídia e plataforma comunicacional. Os participantes do YouTube se envolvem a partir de acessos a conteúdos, compartilhamento de narrativas e trocas comunicacionais por meio das diversas experiências culturais e sociais divulgadas nos vídeos disponibilizados na plataforma.

A mídia tem um papel importante nessa representação social, em anúncios, fotografias, jornais etc., mas nesta pesquisa focaremos no YouTube e, principalmente, na criança youtuber que posta conteúdos nesse espaço e consegue ter uma audiência relevante. Tomaz (2017) diz que a palavra youtuber se tornou necessária para designar não quem produzia e postava vídeos no YouTube, mas aqueles que, nessa condição, começavam a ganhar notabilidade na plataforma, por meio de números de inscritos, visualizações e rendimentos provenientes da monetização de seus canais.

Fazendo referência aos estudos culturais Nick Couldy (2003) *apud* Burgess e Green (2009) mostra que na mídia de massa a distância entre o cidadão “comum” e a celebridade só pode ser cruzada quando uma pessoa comum tem acesso aos modos de representação da mídia de massa, fazendo transição para que o autor denomina de “mundos comuns” para “mundos de mídia”. Nesse sentido “mais do que distinções meteóricas e reality shows reproduzem as distinções entre mundo de mídia e mundo ordinário que disfarça a desigualdade de poder simbólico representado pelas instituições de mídia” (COULDY, 2003 *apud* BURGESS, GREEN, 2009, p. 44).

Segundo Burgess e Green (2009), mesmo quando pessoas comuns se tornam celebridades por meio do seu próprio esforço criativo, não há necessariamente transferência de poder de mídia: elas permanecem dentro do sistema de celebridade inerente à mídia de massa e por ela controlado. Plataformas de mídias geram possibilidades para a comercialização de conteúdo amador transformando-os esses produtores de conteúdo em celebridade. E é nesta lógica que se encontram os canais

antidemocráticos, simpatizantes e pessoas produzindo e alimentando conteúdos da extrema direita entram em circulação nesta plataforma de mídia que é o Youtube.

Ainda que essas produções estejam sendo atravessadas por uma série de fatores como roteiros, consultores, comparação com outros canais, luta por mais visualizações e inscritos com uma linguagem simples e forma amadora muitas vezes, elas buscam aumentar cada vez mais o número de inscritos e fazer com que a mensagem seja principalmente compartilhada alimentando a bolha. Para Terra (2017), no modelo de *socialcast*, os usuários produzem, replicam e distribuem conteúdos entre si seguindo a lógica da disseminação de informações de muitos para muitos, oportunizados pelas tecnologias sociais da internet. A autora afirma que é nesse contexto de socialcast que os influenciadores digitais surgem e ganham terreno.

Atualmente são diversos termos usados para designar o usuário que produz conteúdo no ambiente digital seja ele influenciador digital, formador de opinião online, produtor de conteúdo, *creator*, *youtuber*, blogueiro, *vlogger*. Mas todos esses termos considero enquanto sinônimos uma vez que, a cada dia que passa, surgem novos termos para influenciar o mercado na busca do novo.

Ser um influenciador digital (utilizarei este termo) requer uma vida em que seja necessária a produção de conteúdo (criatividade), consistência nessa produção (tanto temática quanto temporal); manutenção de relações, prestígio em uma comunidade e, por fim, influência. Para Karhawi (2017), influenciador pode ser tanto aquele que estimula debates ou agenda temas de discussão em nichos, quanto aquele que influencia na compra de um lançamento de determinada marca. Em ambos os casos, o processo de solidificação em termos de crédito, capital e reputação são os mesmos.

A profissão de youtuber entrou no dicionário em 2016 e significa a pessoa que faz vídeos e publica no YouTube. Mas nem todo mundo pode ser chamado de criador de conteúdo. De acordo com Besouchet (2017), consultora de negócios e comunicação digital *YouPIX*, os criadores de conteúdo, hoje, são os profissionais que testam linguagens e métricas, analisam resultados para entregar a melhor experiência para os usuários do *Instagram* e *Facebook*. Após análise de dados, esses profissionais de conteúdo fazem os ajustes necessários sempre com o objetivo de alcançar o maior número de pessoas.

A *YouPIX* é uma das empresas, no Brasil, responsável pela gestão de imagem, assessoria, publicidade e projetos de influenciadores. Ela atua desde 2015 com a profissionalização e aperfeiçoamento do mercado de criadores.

Para Karhawi (2020) o avanço na atuação e o desenvolvimento das plataformas de redes sociais têm oferecido uma expansão nessa atuação. Inaugura-se uma nova forma de *estar* na rede e, sobretudo, de *se trabalhar* na rede. O termo *digital influencer* ou influenciador digital passou a integrar o léxico acadêmico, midiático e mercadológico em 2015 no Brasil (KARHAWI, 2020). O termo surgiu, segundo Karhawi (2020), para fazer referência a sujeitos que produziam conteúdo nas redes sociais digitais em diversos formatos: vídeos no YouTube, textos em blogs e fotos no Instagram. Ainda segundo a autora, desde o início dos anos 2000, as pesquisas em comunicação vêm se debruçando sobre esses sujeitos “influentes” em diferentes momentos do digital

Observamos os influenciadores digitais enquanto a construção de uma imagem de si, de uma marca que passa a ter valor de troca para empresas dos mais diversos segmentos. Assim como Tomaz (2017), a autora Karhawi (2016) discute que os influenciadores não monetizam apenas o conteúdo que produzem em seus blogs, canais no YouTube, mas eles mesmos, em uma dinâmica próxima à da celebridade. Segundo Karhawi (2016) o influenciador é um sujeito revestido de capital simbólico e que engaja e influencia nichos. O influenciador contemporâneo está nas capas de revistas, em propagandas de televisão, na lista de *best-sellers* das livrarias, estrelando campanhas de grandes marcas.

Karhawi (2016) entende que os influenciadores digitais estão classificados como mercadorias e/ou como veículos de mídia, monetizando não só suas propriedades digitais, como também suas participações (em eventos, por exemplo) e sua própria imagem, audiência e credibilidade (legitimada por sua audiência) e passa a ser encarado, na visão de Karhawi, como “(...) uma mídia autônoma, uma marca” (KARHAWI, 2016, p. 42-43).

Karhawi (2016) analisa que não são os números que definem a melhor parceria de negócio. O que define se um influenciador agregará ou não valor a sua marca, conseguirá converter consumidores em clientes ou não, é o engajamento e influência que eles têm em seus nichos e não apenas o número de seguidores ou inscritos nos canais. É essencial que o influenciador seja escolhido de acordo com os valores da empresa e a intenção da campanha/parceria.

Terra (2017) por sua vez, argumenta que apesar do conceito de influenciadores digitais estar em voga, tanto na mídia quanto entre os gestores e profissionais dos campos do marketing, comunicação, administração, dentre outros, o ato de influenciar

peças não é novo ou inovador. Para a autora, o que vemos é o meio digital potencializando tais ações por seu poder de alcance, impacto, rapidez e viralização. Por outro lado, Terra (2017) entende que estamos lidando com a midiatização dos indivíduos, na possibilidade de usarmos mídias digitais como instrumento de divulgação, exposição e expressão pessoais.

É de interesse dos próprios influenciadores monetizar a relação com marcas. Eles próprios entenderam que são um canal relevante de comunicação e relacionamento entre as organizações e as audiências que pretendem atingir. Isso tudo com legitimidade e autoridade, uma vez que se transformaram em fontes críveis de consumo de conteúdo. Os influenciadores emitem opiniões, endossam, criticam ou recomendam conteúdos, marcas, produtos e serviços. (TERRA, 2017, p. 89).

Ao serem instrumento de divulgação das marcas, fazendo parte do planejamento de marketing digital, sendo considerados autoridades em determinados assuntos e ao relatarem suas experiências, os influenciadores são, desta forma, marcas, seus nomes se tornam valiosos.

Karhawi (2020) argumenta baseado em Sibilio (2008) que seria possível afirmar a existência de uma espécie de *gestão da visibilidade de si*, gestão da própria visibilidade. De certo modo, todos os sujeitos estão inseridos na lógica da performance de autenticidade que já é parte da nossa própria existência. Seja, seu contexto imediato: um vídeo para seus seguidores. Seus interlocutores diretos não podem tomar consciência das estratégias por trás de uma relação “genuinamente íntima e autêntica” construída até ali. Assim como uma organização que constrói um posicionamento capaz de refletir a imagem desejada daquela marca – sua identidade –, um influenciador parece operar sob a mesma lógica.

É possível observar então, na promoção de si nos vídeos nas redes, a publicização defendida por Casaqui (2011) como modos de comunicação que tenham como pano de fundo o caráter comercial, de vinculação de consumidores a marcas, a mercadorias, a corporações, sem assumir diretamente a dimensão pragmática do apelo à aquisição de produtos, ou que disseminem essa função em níveis de interlocução e contratos comunicacionais de outro plano. Para o autor há uma ritualidade que envolve a participação do consumidor. No caso dos canais antidemocráticos, essa publicização se dá pela estratégia de propagação de conteúdos na construção de uma lógica de encantamento.

Perez e Trindade (2017) argumentam que a linguagem utilizada pelos youtubers faz uso do espontâneo, do erro, do baixo calão, do imperfeito, elementos estes que raramente são observados em outros meios massivos e mais institucionais, como a TV aberta e fechada e os meios impressos, por exemplo. Para os autores em questão, tudo pode ser transformado em vídeo: ainda que nem sempre o consumo seja do vídeo em si, uma vez que, nestas interações, consomem-se também “pessoas”, seus pontos de vista, uma determinada visão de mundo, um estilo de vida e de cotidiano.

Perez e Trindade (2017) ao pensarem na característica do erro, da falha, do natural e do espontâneo como sendo variáveis e diferenciais dos vídeos dos canais no YouTube. O que se tem, neste caso, do linguajar das formas de expressão e construção de narrativas dos youtubers, é o desenvolvimento e a utilização de códigos que, mais do que apropriações da linguagem, representam formas de acesso a um determinado grupo, criação de vínculos e construção de espaços de interação e laços, a partir da prática interativa e de identificação com o sujeito que cria o vídeo e o seu espectador.

1.1. Youtubers antidemocráticos

Em dezembro de 2020, uma investigação mostrou que youtubers e blogueiros alinhados com o Palácio do Planalto lucram até 100 mil reais mensais com a monetização de seus canais e atraíram milhares de seguidores com informações e vídeos obtidos com a ajuda de assessores presidenciais. Segundo a revista Exame¹, a investigação mostrou, por exemplo, que um dos youtubers recebia vídeos exclusivos feitos por um assessor que está sempre ao lado do presidente e filma a maior parte das suas atividades, segundo o jornal. Em outro caso, um outro assessor teria um grupo de WhatsApp com um dos blogueiros investigados, que funcionava como um porta-voz dos blogueiros alinhados em demandas ao Planalto. Ainda de acordo com a matéria, O inquérito conduzido pela PF mostra, ainda, que os canais bolsonaristas tiveram um aumento de 27% de inscritos, chegando a 8,3 milhões de pessoas, entre 1o de março e 30 de junho, período em que se concentraram as manifestações contra o STF e a favor de uma intervenção militar com Bolsonaro à frente, disse o Estadão.

¹ Disponível em <https://exame.com/brasil/planalto-nega-relacao-com-blogueiros-investigados-por-ato-antidemocratico/>. Acesso em 20 jan. 2021.

O Youtube enquanto mídia e negócio é usado por grupos de apoiadores ao governo bolsonarista estrategicamente para inflar bolhas de interesses e comunidade de pessoas, com o objetivo de propagação de conteúdo que visam criar uma boa imagem do governo.

Um exemplo que temos é o canal Terça Livre, fundado em 2014 onde vídeos criticando o governo da presidenta Dilma eram postados. hoje a empresa se apresenta como:

Terça Livre é uma empresa de mídia com ampla programação diária em seu canal, um portal de notícias, revista digital, plataforma própria de cursos e livraria, que conta com uma equipe sob a liderança dos seus fundadores, Allan dos Santos e Italo Lorenzon, que trabalha incessantemente para levar ao nosso público informações, análises e conhecimento. Sempre atenta ao nosso valor de fundação: o amor pela Verdade e a fé de que somente Ela nos libertará.

Em 4 de fevereiro de 2021 o canal saiu do ar, segundo o Youtube por não seguir as diretrizes do Google. Allan dos Santos é alvo de 2 inquéritos no STF, ele é o dono do canal Terça livre, uma das acusações é de propagação de fake news, ou seja, conteúdo falso na internet. Outra acusação é do influenciador receber dinheiro para propaganda em seu canal assim como sua empresa foi contratada sem licitação pelo governo Federal. como aponta reportagem do G1.

Kerche (2019) ao fazer o mapeamento da nova direita no Youtube, a partir de 6 canais recomendados pelo presidente Jair Bolsonaro como “ fonte de informação” e após uma exaustiva pesquisa por palavras-chave e algoritmos do Youtube chegou nos canais Nando Moura, MamaeFalei , LiloVlog , Bernardo Küster, Rick Rocker; as chamadas “Tvs”, Direita TV30, Terça Livre TV, Joice Hasselman TV; e por fim políticos como MBL – Movimento Brasil Livre³¹ , Jair Bolsonaro e Olavo de Carvalho sua pesquisa observou que:

A nova-direita opera em múltiplos níveis, não havendo apenas uma estruturação e um projeto político, mas cultural e moral sobre a sociedade. Isso se exprime no que é considerado o enquadramento da direita brasileira, formado por distintos aspectos para além da política, como um tipo específico de humor, esportes, jogos e interesses violentos como armas e esportes de luta, uma descrença na grande mídia nacional, jornalismo sensacionalista e grupos anti-Estado.

O Youtube se torna uma importante plataforma para a difusão de todos os tipos de concepções – e não seria diferente no contexto da política e das manifestações

partidárias e ideológicas. A chamada *new right* se utiliza fartamente deste canal digital – e reproduz conteúdos os mais diversos, nem sempre com amparo na realidade. Um discurso mais polarizado e agressivo

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Considerando-se que a pesquisa ainda está em andamento, temos ainda alguns pontos importantes para aprofundar dentro desse levantamento e análise de dados.

REFERÊNCIAS

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **Youtube e a revolução Digital**: Como o maior fenômeno da cultura participante transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CASAQUI, Vander. **Por uma teoria da publicização**: transformações no processo publicitário. In: *Significação*: Revista de Cultura Audiovisual, v. 36, p. 131-151, 2011. Disponível em www.revistas.usp.br/significacao/article/view/70935/73840 Acesso em: Dez. 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Susana Alexandria (trad.). 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais: o Eu como mercadoria. In: SAAD, Elizabeth; SILVEIRA, Stefanie (Orgs.). **Tendências em Comunicação Digital**. São Paulo: ECA-USP, 2016. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/87/75/365-1?inline=1. Acesso em: Jan 2021.

KARHAWI, Issaaf. Notas teóricas sobre influenciadores digitais e Big Brother Brasil visibilidade, autenticidade e motivações. Disponível em: www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2182 Acesso: Jan 2021.

KERCE, Francisco. **As Redes do Conservadorismo Brasileiro: Mapeando a Nova Direita no Youtube**. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Kerche-2019-LAVITSS.pdf>

PEREZ, Clotilde; TRINDADE, Eneus. **Consumo midiático**: Youtubers e suas milhões de visualizações. Como explicar?. In: COMPÓS XXVI - Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017. Disponível em: www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_8ZFMQLRPRBSKXOZF8L5N_26_5510_16_02_2017_07_32_30.pdf. Acesso em Jan 2021

PORTAL EXAME. Planalto nega relação com blogueiros investigados por ato antidemocrático. Disponível em <https://exame.com/brasil/planalto-nega-relacao-com-blogueiros-investigados-por-ato-antidemocratico/>. Acesso em 20 jan. 2021.

TERRA, Carolina. Do broadcast ao socialcast: apontamentos sobre a cauda longa da influência digital, os microinfluenciadores. **Revista Comunicare**. Vol. 17. Edição especial de 70 anos da Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2017/10/Artigo-4-Comunicare-especial.pdf> >. Acesso em: jan. 2021.



GT 08 – Comunicação, Relações de Poder e Conflitos Socioambientais

“O fruto da vida é sagrado”: a terra na campanha de Jair Bolsonaro

Laara Carneiro (CIES-IUL)¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o programa de governo “O Caminho da Prosperidade” do Partido Social Liberal e as redes sociais *Twitter* e *Facebook* do então presidente Jair Bolsonaro em 2018 acerca de diferentes aspectos que entendemos compor o debate agrário no Brasil. Em contraste com uma construção populista de povo que o hoje presidente e seu então partido propunham enquanto projeto de governo, a pesquisa busca lançar luz à importância de olhar para a questão da ‘terra’ considerando a existência das muitas perspectivas que o termo pode evocar. Ressalto a ontologia-mercantil do liberalismo clássico enquanto elemento para o estabelecimento da fronteira política no projeto eleitoral do candidato; a propriedade privada enquanto eixo central deste projeto; uma articulação hegemônica entorno do agronegócio e um complemento à ideologia neoliberal de mercado enquanto marcas de um populismo que, respaldado por um discurso securitizador, constitui a base da narrativa acerca do agrário na campanha política sob análise. Por fim, atribuo neste trabalho a ideia de atração recíproca entre o fenômeno do populismo e as redes sociais online e constato similaridades de forma e conteúdo entre o programa de governo “O Caminho da Prosperidade” e as redes sociais de seu então candidato.

Palavras-chave: terra; alteridade cultural radical; Jair Bolsonaro; populismo digital

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um processo inicial de pesquisa que tem como objetivo confrontar o populismo na comunicação política com a multiplicidade de relações com a terra que podemos encontrar no campo dos estudos e experiências agrárias no Brasil contemporâneo. Assumo neste ensaio a ‘questão da terra’ no Brasil a partir da perspectiva de que são muitas as terras que coexistem no espaço agrário brasileiro – e neste emaranhado de diferentes mundos que o termo confere, são também muitos os conflitos que se interpelam no plano agrário. É a partir desta paisagem que introduziremos o discurso de campanha de Jair Bolsonaro nas últimas eleições.

Entendemos a última campanha eleitoral do agora presidente como parte das diferentes transformações que se deram no campo político não apenas no Brasil, mas a nível global. Vimos nos últimos anos a ascensão de governos de extrema direita em diferentes regimes políticos e

¹ Doutoranda em Ciências da Comunicação, integrante do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. E-mail: laaracarneiro@gmail.com

democracias liberais e de candidatos, cujos discursos populistas vieram a se adequar ao uso das novas tecnologias da comunicação e da informação (Gerbaudo, 2019). No Brasil, observamos recentemente este fenômeno a partir da campanha e posterior eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república (Cesarino, 2020). Pronunciamentos direcionados a movimentos sociais e povos tradicionais despertaram o interesse pelo estudo do período eleitoral de 2018 tendo como escopo a questão da terra e sua relação com coletivos outros que não se encontram sob a lógica liberal (Locke, 1690) e neoliberal de mercado (Harvey, 2005).

O que pretendo abordar nas páginas que seguem é alguns dos principais elementos do discurso de Bolsonaro e de seu programa de governo que envolvem as temáticas aqui apresentadas, buscando discuti-las a partir de diferentes características atribuídas ao populismo pelos cientistas políticos Cas Mudde (2003) e Ernesto Laclau (2005), contrapondo estas dimensões à ideia de alteridade cultural radical mobilizada por Eduardo Viveiros de Castro (2012) através da relação com o agrário que este texto assume. Tratando-se o populismo de um conceito bastante debatido, em alguma medida sobre-categorizado e controverso, antes de entrar na análise da campanha propriamente dita, dedicarei algumas palavras acerca da definição do referido fenômeno que mobilizarei neste texto.

Em termos de recolha e análise de dados, esta pesquisa foi realizada a partir da leitura do programa de governo do Partido Social Liberal (PSL) “O Caminho da Prosperidade”² da campanha “Deus acima de todos, Brasil acima de tudo”, bem como pela busca de palavras-chaves relativas ao tema em três diferentes fontes: no referido programa e nas contas do então presidenciável nas redes sociais *Twitter* e *Facebook* entre janeiro e outubro de 2018. Os termos procurados – relacionados às dimensões agrícola, econômica, ambiental, sociocultural e moral da terra – foram trabalhados observando seu texto e contexto, a partir da ideia de que estas dimensões não se apresentam, entretanto, independentes umas das outras – de maneira que tal divisão é útil apenas em termos metodológicos. Efetivamente, para compreender os conflitos que se desdobram sobre a terra no Brasil – inclusive no âmbito da comunicação de campanhas políticas –, nos parece uma exigência a não compartimentalização de tais esferas.

2. POPULISMOS

Gidron e Bonikowski (2013) apresentam-nos um amplo panorama de diferentes, não necessariamente excludentes, propostas de abordagem do fenômeno do populismo – este

² Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2019.

enquanto ideologia política, estilo discursivo, estratégia política, etc. Há um grande desafio, segundo os autores, em definir o fenômeno, que passa pela descrição de “movimentos políticos, partidos, ideologias, e líderes através de contextos geográficos, históricos e ideológicos [distintos]” (2013: 3)³. O desafio constitui-se, continuam, em entendermos como o contexto condiciona a construção populista e como esta por sua vez influenciará a política. É um exercício similar o que esta pesquisa pretende iniciar – olhar para a comunicação da campanha de Bolsonaro a partir de seu texto, contexto e possíveis (hoje mais claras) implicações, em um processo interacional não linear e unidirecional entre estes elementos.

Utilizaremos aqui, primordialmente, a definição trazida por Cas Mudde (2003) de que o populismo constitui, em breves linhas, “uma ideologia subsidiária [encontrar-se-á sempre combinada a outra ideologia para subsistir], que considera a sociedade enquanto dividida em dois campos antagônicos e homogêneos, um ‘povo puro’ versus uma ‘elite corrupta’, e que argumenta que a política deve expressar a ‘vontade geral’ do povo” (p. 543). Apesar de divergente em alguns pontos – dos quais saliento a base ideológica e moral do populismo em Mudde (2003) e sua utilização categórica do adjetivo “homogêneo” acerca dos campos em que o populismo divide o político –, faz-se também importante na construção conceitual do fenômeno que utilizo neste ensaio apresentar alguns aspectos da constituição de povo sob a lógica do populismo (e do político em si) de Ernesto Laclau (2005). O autor define esta constituição de povo no projeto populista a partir de três principais variáveis: “relações equivalenciais representadas hegemonicamente através de significantes vazios; deslocamento das fronteiras internas através da produção de significantes flutuantes; e uma heterogeneidade constitutiva que torna impossíveis as explicações dialéticas e outorga sua verdadeira centralidade à articulação política” (2005: 197).

Não obstante fundamental, na análise que aqui proponho, considero que a diferenciação entre uma abordagem ideológica e outra no âmbito da construção discursiva de uma articulação política não se fazem necessariamente excludentes. Argumento, assim, que a formação de uma ‘cadeia equivalencial de demandas’, nos termos laclauianos, pode coexistir com a ideia de que tal construção é feita em acordo com, e não a despeito de, uma “ideologia-mãe” neoliberal (como argumentarei na próxima seção). Ou seja, aqui entendo que “a formação de fronteiras políticas e a construção discursiva do poder como força antagônica” (Laclau, 2005: 142) fazem parte de um processo em que se articulam ideologias – tal como a definição do fenômeno do populismo em Mudde (2003) sugere –, e as estruturas materiais de poder que a elas correspondem. Nesse sentido, entendo importante tentar com esta análise não separar o que diz “respeito à natureza, ou à política, ou ao discurso” (Latour, 1994: 9).

³ Todas as traduções neste trabalho não indicadas na bibliografia são nossas.

Esta posição fundamenta-se na crítica que Carpentier (2010) expõe acerca da análise teórica do discurso⁴ de que esta “prestará consideravelmente menos atenção aos componentes materiais da realidade (por exemplo corpos, objetos, organizações ou interações)” (p. 257), desconsideração que gostaríamos de tentar não incorrer em nossa análise.

Já a articulação hegemônica proposta pelo programa “O Caminho da Prosperidade” (PSL, 2018) apresenta-se nos pronunciamentos de seu então presidenciável nas redes sociais *Twitter* e *Facebook* melhor concebida se pensamos na construção de fronteiras políticas dicotômicas que não pressupõem uma homogeneidade total, tal como advogado por Mudde (2003). E aqui mobilizaremos, então, a ideia de que é incontornável (e desejável do ponto de vista do projeto político que a articula) a existência de coletivos heterogêneos dentro de um mesmo ‘polo’ quando do construto hegemônico na formação populista do político (Laclau, 2005), ponto a ser ilustrado na quarta seção deste texto – dedicada à análise dos discursos de Jair Bolsonaro nas redes sociais acima citadas.

Sem estender-me mais em explicações conceituais, passo às análises, onde, acredito, este paradigma amplamente contestado dentro dos estudos políticos apresenta-se de forma mais clara nas relações que Bolsonaro e seu então partido propuseram para tratar as questões agrárias em seu governo.

3. TERRA NO PORGRAMA DE GOVERNO DO PSL

Buscou-se identificar no programa de governo “O Caminho da Prosperidade” as passagens em que figuravam as palavras-chaves (e suas correlatas e seus radicais) “terra”; “meio ambiente”; “propriedade”; “agricultura”; e “povos tradicionais” – incluindo povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, faxinalenses, entre outros⁵, a fim de analisá-las à luz das definições de populismo delimitadas na seção anterior (Mudde, 2003; Laclau, 2005) e de alternativas teóricas à proposta do programa analisado.

A primeira palavra-chave procurada, “terra”, homônima ao tema deste trabalho foi encontrada apenas uma vez, inserida na passagem que aqui cito: “Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta e numa economia de livre iniciativa, têm nome:

⁴ Ao nos referirmos à análise teórica do discurso temos como horizonte o método de análise que fundamenta-se na teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em “Hegemonia e Estratégia Socialista” (1985). Para mais, ver Carpentier (2010).

⁵ Deverá agregar-se a esta pesquisa a palavra-chave “mineração” e suas correlatas (como “nióbio” e “grafeno”, que aparecem no programa de governo estudado), considerando a importância desta atividade para o tema principal desta pesquisa, a saber, as diferentes terras que coexistem em um mesmo território. Sobre o assunto, ver Marisol de la Cadena (2018) e o grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

PROPRIEDADE PRIVADA⁶! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados!” (PSL, 2018: 4). Vale referir, a passagem encontra-se sob a subseção denominada “O Fruto da Vida é Sagrado”; esta, por sua vez, sob a seção “Valores e Compromissos”.

Essa passagem, apesar de possuir a única ocorrência da palavra “terra” em todo o programa, permite-nos introduzir algumas reflexões constantemente reiteradas ao longo deste. Aqui, já é possível perceber o que poderá ser considerado o *heartland* (Mudde, 2003) populista do então candidato no que diz respeito às questões agrárias. Com o centro de apoio de seu programa na ideia liberal de propriedade privada, o então partido de Bolsonaro passará a construir sua unidade política em torno desse paradigma. Podemos arriscar dizer, portanto, que seu território e “comunidade imaginada” (Anderson, 1983 apud Mudde, 2003) articula-se respectivamente com a ideia de propriedade e proprietários, no sentido liberal clássico dos termos. Para melhor compreender as camadas contidas nesta afirmação, faz-se importante remeter algumas notas sobre o que diz John Locke acerca do conceito mencionado em caixa alta pelo então presidencial. Propriedade privada no texto remete diretamente ao conceito no filósofo contratualista: faz parte dos “frutos de seu trabalho” (PSL, 2018). Na ontologia liberal clássica, o que é chamado “a propriedade do trabalho” sobrepõem-se hegemonicamente à “comunidade da terra” (Locke, 1690: cap. 5, sec. 40). Apesar de inicialmente constituir um bem comum de toda humanidade, em Locke, cada ser humano tem o direito – e o dever, postulado por Deus – de trabalhar esta mesma terra, subjugando-a às suas necessidades e, assim, transformando a fração trabalhada (bem como os frutos e caças dela colhidos e abatidos) em sua propriedade.

Entendo que limitando o termo “terra” à expressão “propriedade privada” o programa de governo analisado começa a estabelecer sua fronteira política, colocando para além deste limiar – que consideraremos “flutuante” (Laclau, 2005), como veremos na seção a seguir – todos os coletivos que não possuam esta relação de domesticação e subjugação da terra a partir do trabalho. A dicotomia começa então a ser desenhada entre estes e ontologias outras que pressupõem antes uma “anti-domesticação” da terra e de si mesmos, como descrito por Manuela Carneiro da Cunha (2017), por exemplo, acerca de agricultores indígenas na Amazônia. Opondo-se ao direito à propriedade privada em Locke (1690) temos, assim, estes coletivos que compartilham “os direitos sobre a terra com outros seres sencientes” e que evitam “a hegemonia dos interesses humanos ao explorar o território” (Cunha, 2017: 133). Temos, ainda, os que nas palavras de Antonio Bispo dos Santos, não tem o trabalho “como

⁶ Todos os grifos neste trabalho são do texto de origem.

um instrumento de castigo” (2015: 31), tal como o povo eurocristão monoteísta o tem. Outro exemplo desta multiplicidade pode ser observada entre coletivos que reconhecem em entes não humanos o atributo de “dono”, como é o caso da “ontologia-*Caipora*”, mobilizada por Mauro Almeida (2013). Com efeito, há todo um “mosaico de sociodiversidade e de biodiversidade” (Almeida, 2007: 21) que não poderá assumir qualquer lugar na “cadeia equivalencial” (Laclau, 2005) que o programa de governo começa a rascunhar acerca do agrário.

No trecho, é possível constatar também o crescendo de uma narrativa de crise, incutindo urgência e importância à mensagem populista e facilitando o sucesso de sua proposta (Mudde e Kaltwasser, 2017: 106). O candidato promete proteger seu povo – os donos da terra segundo a lógica liberal e mercadológica – do roubo, da invasão e da expropriação. Observamos neste e em outros trechos do programa um esforço pela securitização do debate agrário. Aqui penso na ideia de securitização a partir da contribuição que Simon Dalby (1997) dá acerca da questão da segurança no pós-II Guerra. Saliento deste debate a importância de confrontar-nos com a pergunta “segurança de quem?” (Dalby, 1997: 6) e do discurso securitizador enquanto prática política, alinhado ao argumento de Mudde e Kaltwasser (2017). Esta construção narrativa funciona, argumento, enquanto objetivação da ideologia à qual o populismo que estamos tratando encontra-se vinculado. Não estando a “ontologia-mercantil” (Almeida, 2013) propriamente ameaçada nos governos anteriores⁷, a retórica aqui funciona como um compromisso tácito que o partido estabelece com a Frente Parlamentar Agropecuária, bancada que então reunia 261 deputados do Congresso Federal e que declarou apoio a Bolsonaro em outubro de 2018 (Sardinha in Congresso em Foco, 2018)⁸.

Voltando-nos para a ontologia mercantilista em que, para Mauro Almeida (2013), “o pressuposto é que todo ente é conversível em dinheiro – o dinheiro-valor é a textura que interliga todo e qualquer objeto” (Almeida, 2013: 21)”, argumento que essa reflexão também vai ao encontro do eixo central do populismo construído no programa de governo analisado – a terra enquanto propriedade privada liberal – e do conseqüente desígnio do dinheiro em Locke. Para o filósofo, a apropriação de terra que ultrapassasse a necessidade de seu proprietário e que resultasse no desperdício e na destruição de seus frutos seria desonesto. No entanto, a conversão destes entes em prata e ouro apresentam-se como solução para a desonestidade do desperdício: o que antes seria considerado roubo, torna-se uma prática não só honesta, como desejável.

⁷ Sobre a questão agrária nos governos anteriores ver Mello, 2018.

⁸ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/com-261-parlamentares-bancada-ruralista-declara-apoio-a-bolsonaro/>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

através de um consentimento tácito e voluntário, eles descobriram e concordaram em uma maneira pela qual um homem pode honestamente possuir mais terra do que ele próprio pode utilizar seu produto, recebendo ouro e prata em troca do excesso, que podem ser guardados sem causar dano a ninguém; estes metais não se deterioram nem perecem nas mãos de seu proprietário (Locke, 1690, Cap V, sec. 50).

Como última reflexão acerca desta passagem, reiteramos o valor moral que Bolsonaro atribui a seu povo e a seus opositores – conquanto o que será a elite a quem se opor ainda não esteja claro neste trecho – sabemos que seu eixo central e os que a eles estão vinculados (seu *heartland*) são sagrados, intocáveis. Para Mudde, os “opponentes [do povo] não são somente pessoas com diferentes prioridades e valores, são *malignos!*” (2003: 544), há uma atribuição de valor moral aos campos dicotômicos em sua construção populista. Da mesma forma, lembrando que a passagem encontra-se na subseção “Valores e Compromissos” sob o título “O Fruto da Vida é Sagrado” (PSL, 2018: 3-4), traço a seguir uma ‘conexão insuspeita’⁹ entre a narrativa da árvore da vida – e da traição de Adão e Eva – na Bíblia e o trecho aqui analisado.

Sugiro então, como experiência especulativa, a hipótese de haver uma elipse no subtítulo “O Fruto da Vida é Sagrado”, referindo-se a oração ao fruto da árvore da vida, plantada no jardim do Éden junto à árvore proibida do conhecimento do bem e do mal (Gn 2, 9). Na conhecida história, Adão e Eva comem o fruto da última árvore, desrespeitando assim o compromisso estabelecido com Deus. Como consequência, Adão tem a terra amaldiçoada e nela é condenado a trabalhar, com sofrimento, para que dela possa extrair seu alimento e, ainda, passa a ter proibido o acesso à árvore da vida e a seus frutos – guardados impiedosamente por querubins com espadas – armas – de fogo (Gn 3, 17-19). Cria-se aqui, em termos retóricos, uma dicotomia religiosa entre os que fazem parte de um grupo moral que teme e respeita a Deus – ao deus “eurocristão monoteísta” (Santos, 2015) – e os que a Ele desobedece(ra)m. A retórica utilizada no programa de governo faz-se, assim, uma vez mais primordial para a reiteração da fronteira política de Bolsonaro e do povo com quem constrói seu projeto político.

Trazendo uma reflexão reversa acerca desta narrativa, a partir dos que não se encontram dentro do campo político definido pelo texto “O Caminho da Prosperidade”, apresenta-se a ideia de cosmofobia concebida por António Bispo dos Santos:

O Deus da Bíblia, ao expedir e executar essa sentença, condenou o seu povo a penas perpétuas e indefensáveis (...). [A]o amaldiçoar a terra e determinar uma relação fatigante entre o seu povo e a terra, classificando os frutos da terra como espinhos e ervas daninhas e impondo aos condenados que não comam de tais frutos, só podendo comer das ervas por eles produzidas no campo com o suor do seu próprio corpo, o Deus da Bíblia, além de desterritorializar o seu povo, também os aterrorizou de tal forma que não será

⁹ Que, reconheço, talvez improvável se pensarmos na concepção do texto “O Caminho da Prosperidade”, mas que defendo plausível se considerarmos o efeito-propósito dessa associação.

nenhum exagero dizer que nesse momento ele inventou o terror psicológico que vamos chamar aqui de cosmofobia (Santos, 2015: 31).

Bispo dos Santos, recentemente, reafirmando o posicionamento antipodal entre estas duas cosmovisões profere: “a sociedade euro-cristã não confia que o rio guarda os peixes porque só acreditam no que vem do trabalho-castigo (...). O Povo de Kalunga não é da acumulação porque não tem a terra como maldita, mas como sagrada. Acreditamos nas nossas divindades, por isso não temos a cosmofobia” (Santos, 2020)¹⁰.

Nesse momento da análise, já encontramos melhor delimitada a divisão dicotômica na construção do agrário no programa do então partido de Jair Bolsonaro. De um lado, temos os povos para os quais a terra não está subjugada, para os que nela desenvolvem diferentes relações envolvendo humanos e não humanos, e a própria terra. De outro, o povo que se quer constituir em torno da ideia de propriedade privada – uma fração de terra subjugada pelo trabalho, onde as trocas mercantis e financeiras fazem-se prioridade. De um lado, os povos que têm como solução ao acúmulo, a guarda dos frutos da terra pelo próprio cosmos (Santos, 2020); do outro, os que veem nas trocas mercantis a sua resposta (Locke, 1690)¹¹.

Outra passagem do programa afirma que deverão ser retiradas “da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81” (PSL, 2018: 32). A saber, a emenda constitucional citada pelo programa do PSL dispõe em parágrafo único:

As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º (Brasil, 2014, Art. 1º)¹².

O trecho apresenta, assim, o papel que assume a propriedade privada no programa de governo bolsonarista – colocando-a acima, inclusive, do crime de exploração de trabalho escravo e da Constituição Federal. O discurso utilizado pelo partido engaja-se no que Mudde e Kaltwasser (2017) atribuem como inerente ao populismo: uma hostilidade às ideias e instituições da democracia liberal ou constitucional. Segundo Mudde, o “populismo constitui

¹⁰ Metafísica na Rede Debate: Cosmopolítica e Cosmofobia. Debate com Marcio Goldman e Antônio Bispo dos Santos. Mediação Priscila Borges e Vânia Silva. Organização Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Metafísica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBlhkKzzHmo>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

¹¹ Consta-se ainda que a história fundiária do Brasil enquanto Estado é marcada desde sempre pela hegemonia das relações liberais aqui detalhadas. Um exemplo paradigmático pode ser encontrado no artigo 1º da Lei de Terras de 1850, primeiro marco legal da estrutura fundiária do Brasil pós-independência: “[f]icam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850, Art.1º). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

¹² Emenda constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc81.htm. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

uma crítica mordaz às limitações democráticas dentro das democracias liberais” (2003: 561). Sob a lógica populista, a “vontade geral do povo” – não de qualquer um, mas do que pertence à fronteira política do partido e de seu candidato – deverá prevalecer e qualquer “proteção constitucional das minorias e a independência (...) de instituições-chave do Estado (ex. o judiciário, o banco central)” (Ibidem) deverá ser rejeitada.

Em relação ao termo “meio ambiente”, a passagem encontrada anuncia a mudança na estrutura orgânica dos ministérios que o atual governo concretizaria em janeiro do ano seguinte, quando a pasta da agricultura passa a abranger alguns dos órgãos responsáveis por gerir “Recursos Naturais e [o] Meio Ambiente Rural” (PSL, 2018: 68)¹³. A passagem demonstra o papel (único) que o termo viria a constituir no governo de Bolsonaro, associado à sessão “Economia e Infraestrutura” e à subseção “Agricultura”. A tradução do termo enquanto “recurso”¹⁴ para a agricultura (que, veremos, não qualquer agricultura, mas para o agronegócio) expõe mais uma vez a ontologia à qual se volta o político no partido eleito.

Já o vocábulo “ambiental” aparece na mesma seção, desta vez relacionado ao gargalo que estaria a enfrentar o setor de energia do país: “UM EXEMPLO: As Pequenas Centrais Hidrelétricas têm enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental. Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses” (PSL, 2018: 71). O meio ambiente aparece, portanto, como um obstáculo a ser transposto e o estilo discursivo empregado mais uma vez aponta a construção de uma retórica de crise. Argumento aqui que esta retórica, por sua vez, demonstra a urgência do projeto político analisado em estabelecer uma “terra arrasada” (Almeida, 2013: 25) ou *terra nullius*, extinguindo da paisagem “os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos” (Tsing, 2019: 186) que a constituem. A passagem nos mostra que mais uma vez a única composição possível será a que melhor se submeter à ontologia-mercado. Meio-ambiente e seus correlatos interessam aqui somente no que diz respeito à infraestrutura econômica – título da seção sob análise – e esta, por sua parte, nada dirá sobre relações natureza-cultura e modos de cultivá-la e vivenciá-la que não a determinada pelas trocas capitalistas.

Voltando ao que consideramos ser o eixo central do populismo de Bolsonaro – a propriedade privada –, bem como todos os termos relacionados à questão agrícola, estes aparecem, comparativamente aos demais, em absoluta maioria. Foram seis vezes citadas a palavra “propriedade” e nove vezes citados os termos relacionado à palavra “agricultura”. Das

¹³ Por exemplo, temos o Serviço Florestal Brasileiro, que sai do Ministério do Meio Ambiente e passa a ser controlado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁴ Acerca dos guardiões das lagoas no norte dos Andes do Peru, Marisol de la Cadena afirma: “Muitos guardiões morreram nessa defesa, tornando público outro exemplo da guerra contra aqueles que se opõem à tradução da natureza em recursos” (2018: 107).

seis menções à palavra “propriedade”, cinco referem-se à propriedade privada e uma à privatização de terras da União. Das cinco referências à propriedade privada, todas se inserem, tal como analisado acerca do termo terra, no âmbito da securitização deste debate. Três destas cinco encontram-se explicitamente na seção “Segurança e combate a corrupção”.

Já em relação às nove menções à “agricultura”, sete encontram-se sob a seção “Economia e Infraestrutura” (PSL, 2018: 50) e nenhuma parece prever a existência de técnicas agrícolas e cultivares autóctones e integrados às ecologias locais. Reiteram, assim, através de uma monocultura do discurso, um panorama que exclui todo e qualquer coletivo alheio à lógica neoliberal de mercado (a que nos voltaremos mais a frente). Não foi mencionada a expressão “povos tradicionais” ou nenhuma palavra referente a qualquer coletivo que mantenha com a terra relações outras que não mercantis – o programa de governo e seu projeto político não incluíam, assim, a heterogeneidade de coletivos natureza-cultura que coabitam o espaço agrário do país. Já os movimentos sociais de luta pela terra e por um outro modelo de produção estão implicitamente referidos na passagem cujo discurso especialmente securitizador e assertivo promete “[t]ipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro” (Ibidem: 32).

A página do programa intitulada “Agricultura – uma proposta de mudança – um novo modelo institucional”, que apresenta em linhas breves e vagas as ideias do partido para este setor, poderia indicar certa atenção e alinhamento do mesmo à agricultura familiar: “[o] Estado deve facilitar que o agricultor e suas famílias sejam os gestores do espaço rural” (Ibidem: 68). Entretanto, o primeiro (em suas palavras) e único (constatado a seguir) passo que o partido apresenta neste sentido é reunir todas as instituições do Estado que tem ingerência sobre o assunto em uma só pasta. No ano seguinte – e já indicado pelos demais aspectos do programa de governo, posicionamento de seu candidato e apoio da bancada ruralista – confirmamos que o programa referia-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o comando da então presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, Tereza Cristina. As famílias aqui contempladas condiziam, portanto, com a articulação política de povo já exposta em outras ocasiões desta análise. Destaca-se aqui, portanto, a hegemonia – “a parte que representa o todo” (Laclau, 2005) – do modelo de produção e relação do agronegócio¹⁵, de suas famílias, monoculturas e ontologias-mercado na *práxis* política dos que sacralizam a propriedade privada.

¹⁵ Reconheço que esta afirmação generaliza e negligencia toda a heterogeneidade que apresenta o setor do agronegócio. Uma análise desta heterogeneidade inerente à própria formação do que Beatriz Heredia, Moacir Palmeira e Sérgio Pereira Leite chamam de “sociedade e economia do agronegócio” (2010) também se faz importante para pensar a formação populista do governo de Bolsonaro no que diz respeito às questões agrárias. Ainda sobre o tema, ver a pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório”, coordenado pelos autores supracitados e Leonilde Medeiros. Disponível em: <https://campohoje.net.br/>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

Levando em consideração o contexto político-econômico do parlamento, seu apoio ao candidato e a retribuição retórica do programa de governo sob análise, sugiro, por fim, que a ideologia principal (Mudde, 2003) a qual está vinculado o populismo de Bolsonaro – no que tange as questões agrárias – corresponde ao neoliberalismo. Este, cujo substrato remonta o aqui explorado pensamento liberal clássico, mas que dele se difere e o extrapola¹⁶, tem também em seus pilares uma direta ligação ao tema agrário de que trata esta pesquisa. O geógrafo David Harvey apresenta – como mecanismos de funcionamento do neoliberalismo – uma longa lista, cujo conjunto de práticas correntes denomina “acumulação por espoliação”:

a continuação e proliferação de práticas de acumulação que Marx tratou como primitivas ou originais durante o surgimento do capitalismo. Estas incluem a comodificação e a privatização da terra e a expulsão de sua população campesina (...); a conversão de diferentes formas de direitos de propriedade (comuns, coletivos, estatais, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada (...); a comodificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (indígenas) de produção e consumo; os processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de recursos (incluindo os recursos naturais); a monetização das trocas e da tributação, particularmente da terra (...) (Harvey, 2005: 159).

Nesta altura já temos melhor definidas as fronteiras políticas construídas pelo programa de governo; o eixo central (Mudde, 2003) sob o qual orbita a construção de povo no que tange as questões agrárias do populismo de Bolsonaro; a hegemonia que ali se articula e a ideologia-mãe à qual se vincula. Reconheço, assim, a ontologia-mercantil, a propriedade privada, o agronegócio e o neoliberalismo, respectivamente, como aspectos-chaves de minha análise, que complemento a seguir a partir dos pronunciamentos nas redes sociais do então candidato Jair Bolsonaro.

4. TERRA NO FACEBOOK E TWITTER DE BOLSONARO

Através do programa *Crimson Hexagon* foram recolhidos pronunciamentos de Bolsonaro que contivessem as mesmas palavras-chaves selecionadas na análise do texto acima discutido. Foram explorados os conteúdos das postagens realizadas por Bolsonaro no *Twitter* e *Facebook* entre o primeiro dia de 2018 até a data da votação do segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, 28 de outubro daquele ano. A análise que segue será mais breve, visto que a abordagem anterior e esta acabam por interseccionar-se na maioria de seus aspectos.

Sobre a palavra-chave “terra”, foram encontrados três pronunciamentos, sendo um deles, às vésperas do segundo turno das eleições, trecho retirado e já analisado do programa

¹⁶ Sobre liberalismo e neoliberalismo ver Tatiana Figueiredo, “Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago” (2009).

de governo “O Caminho da Prosperidade”, sem qualquer alteração de forma ou de conteúdo¹⁷. Reforça-se, assim, a ideia e a estratégia política do candidato, para quem o conceito de terra está intrinsicamente relacionado ao de propriedade privada. Os outros dois serão analisados em conjunto com os trechos referentes às terras quilombolas e indígenas, por fazerem referência às demarcações destes territórios.

Foram três também os pronunciamentos encontrados referentes à questão ambiental na plataforma *Twitter*. Um deles refere-se à fusão que o atual presidente tentaria concretizar em 2019 entre os Ministérios da Agricultura e do Meio-Ambiente; outro, relativo a essa ação, justificando a intenção pelo fato de que a fusão colocaria “um fim na indústria das multas” (Bolsonaro, 2018)¹⁸; o terceiro coloca a questão ambiental – mais especificamente o que o candidato chama de ativismo ambiental – tal como em seu programa de governo, como um entrave ao desenvolvimento do país. No caso do *tweet*, como um entrave ao turismo brasileiro: “O Brasil tem potencial turístico ímpar no mundo, porém sufocado pela violência, falta de infraestrutura e ativismo ambiental” (Ibidem)¹⁹. Os pronunciamentos também expõem a reiteração de uma retórica populista de crise, comuns aos posicionamento encontrados no programa de governo, e, mais uma vez, o seu objetivo de expansão do que aqui atribuímos ao conceito de *terra nullius*.

Já os termos indígena, quilombo e quilombola, ao contrário do (não) encontrado no programa de governo, aparecem sete vezes no *Twitter* e cinco vezes no *Facebook*. Percebe-se pela análise dos pronunciamentos dois principais objetivos (em uma primeira apreciação, antagônicos) no conjunto de *posts* analisados: deslegitimar e desacreditar o processo de demarcação das terras indígenas e quilombolas – momento em que nos deparamos com a formulação da elite a quem o populismo de Bolsonaro se opõe em termos morais (no que tange as questões agrárias); e apresentar sua candidatura como tendo o respaldo dos povos indígenas e comunidades quilombolas (em termos retóricos, como um todo).

Cito aqui exemplos destes trechos: “A Sra. Chefe do MP, antes de denúncias infundadas, deveria conhecer o processo de criação de quilombolas [sic], visita-los e entender o que significam. Em muitos casos, nossos irmãos ficam reféns de ‘chefes’, sem liberdade para até mesmo trabalhar a terra” (Bolsonaro, 2018)²⁰ ou “Porque a esquerda potencializou demarcações de terras indígenas, quilombolas, etc.” (Ibidem)²¹, cujos vídeos a que se

¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1274521969363453>. Acesso em: 19 de maio de 2019

¹⁸ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/973880465991008256>. Acesso em: 19 de maio de 2019

¹⁹ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1041626313013035008?lang=pt>. Acesso em: 19 de maio de 2019

²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1050263308455988>. Acesso em: 19 de maio de 2019

²¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1065262856956033>. Acesso em: 19 de maio de 2019

encontram associados apresentam reportagens que retratam supostas fraudes nos processos de demarcações de terras indígenas e quilombolas durante os governos anteriores. Tais assertivas visam, assim, associar o processo legal de demarcação de terras à elite política anterior, na visão do candidato, uma elite de esquerda e corrupta, objetivando, por fim, desacreditar e deslegitimar a importância das demarcações *per se*.

Mais uma vez encontramos em seu discurso uma espécie de cruzada às instituições que compõem o sistema democrático liberal, a órgãos não eleitos pela maioria. Mais do que isso, vislumbramos aqui a quem é atribuído o papel da “elite corrupta” (Mudde, 2003) em Bolsonaro – aos governos petistas anteriores, aos órgãos até 2016 subordinados a este executivo e a uma ideia de ‘esquerda’ vaga e abrangente. Como encontramos nos trechos apresentados, nos termos de Mudde e Kaltwasser (2017), “este ímpeto antielitista caminha lado a lado com uma crítica às instituições, tais como partidos políticos, grandes organizações, e burocracias, que são acusadas de distorcer o ‘verdadeiro’ elo entre líderes populistas e ‘as pessoas comuns’” (2017: 11).

Ao mesmo tempo, os demais pronunciamentos de Bolsonaro no *Twitter* e *Facebook* relacionados aos povos indígenas e comunidades quilombolas apresentaram na maioria de suas declarações uma tentativa de articulá-los em sua “cadeia equivalencial de demandas” – ponto fulcral para formação populista em Laclau (2005). Nos dois pronunciamentos que se vê nas imagens abaixo, argumento que Bolsonaro busca transmitir a ideia de que a constituição de povo em seu governo reconheceria a incontornável existência de coletivos heterogêneos, indo de encontro à caracterização dos campos políticos antagônicos enquanto homogêneos, tal como Mudde (2003) os define. A atuação do candidato em suas redes sociais demonstrava, portanto, que seu construto populista, como qualquer processo real, pressupunha uma



Imagem 1. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2053595561347024>

Imagem 2. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/986194568902332417>



fronteira política em que “uma oposição pura exterior/interior” (Laclau, 2005: 192) não existe – seu bloco político, não seria, portanto, plenamente homogêneo.

Concomitantemente, Bolsonaro deixa claro que esta heterogeneidade deverá se subordinar à unidade hegemônica da propriedade privada liberal e à sua exploração tal como determina a lógica neoliberal: a “união de todos brasileiros” (Bolsonaro, 2018) só poderia se dar pela integração do Outro ao nós hegemônico. Exemplo desta afirmação está no discurso

proferido por Bolsonaro no vídeo exposto na imagem 1 que contém as enunciações que seguem:

“o que que o índio [sic] nosso irmão quer? (...) ele quer a sua terra e nela quer ter o direito de produzir, inclusive garimpar se assim entender. Mais ainda, se quiser vender um pedaço dela, que a venda, o índio não quer ficar isolado (...), eles querem explorar sua riqueza, seu subsolo e vender pra nós, eles querem ser gente como nós [sic] (...). Esses nossos irmãos querem e serão sim integrados a todos nós (...). Vamos nos unir em um só povo, uma só raça, um só coração verde-amarelo” (Ibidem).

Por fim, ainda sobre este ponto, importa referir que Bolsonaro busca apresentar a heterogeneidade de coletivos que o apoiam utilizando-se de uma figura de linguagem cara à construção discursiva populista – a sinédoque (Laclau, 2005). Bolsonaro utiliza-se dos termos “índios” e “quilombolas” e imagens de integrantes destes coletivos a fim de indicar que estes representam o todo, ou seja, todos os povos indígenas e comunidades quilombolas no país. Aqui, mais uma vez é preciso recuperar o contexto e as intenções ideológicas e materiais do candidato, bem como o posicionamento de relevantes coletivos que responderam à candidatura de Bolsonaro, dos quais destaco a “Nota pública – eleições 2018: em defesa da democracia e dos nossos direitos”, apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que reitera que “Jair Bolsonaro (...) pretende entregar as riquezas nacionais ao capital internacional, (...) não demarcar mais nem um centímetro de terra indígena e quilombola, (...) facilitar o roubo e exploração das terras indígenas e dos bens naturais pelo agronegócio e os grandes empreendimentos (...)” (APIB, 2018)²². Em suma, podemos afirmar que a defesa da candidatura de Bolsonaro em suas redes sociais não representava os movimentos sociais e articulações nacionais organizadas ligados às questões indígenas e quilombolas no país – tal como Bolsonaro, através do recurso da sinédoque buscava transmitir.

Assim como no texto analisado na seção anterior, as declarações acerca da questão agrícola e da propriedade privada estão em maioria ao longo dos pronunciamentos do então candidato em 2018 – perfazendo 30% e 37% das passagens analisadas, respectivamente. Vemos, aqui, conteúdo e estrutura linguística utilizada para abordar a propriedade privada, bem como sua associação premente à questão da segurança, corroborarem a hipótese de que a comunicação de Bolsonaro acerca das questões ligadas à terra – representada majoritariamente pelo entendimento da mesma enquanto propriedade privada – posiciona-se dentro do espectro populista traçado no programa de governo de seu antigo partido. A diferença, porém, revela-se na tentativa de construir uma retórica que pretende acentuar a

²² Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/10/articulacao-dos-povos-indigenas-do-brasil-apresenta-nota-publica-eleicoes-2018-em-defesa-da-democracia-e-dos-nossos-direitos/>. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

heterogeneidade presente na articulação política (Laclau, 2005) do candidato, sem abrir mão, entretanto, da hegemonia que lhe convém.

5. ALGUMAS NOTAS SOBRE POPULISMO, REDES SOCIAIS E “O CAMINHO DA PROSPERIDADE”

Antes de passar à conclusão, abro um parênteses neste trabalho para apresentar algumas notas acerca das relações entre os meios aqui analisados e as formas e gêneros associados a estes meios pelos quais veiculam-se as mensagens de Jair Bolsonaro e seu então partido em 2018²³.

No início da seção anterior comentamos que esta seria mais breve, uma vez que a análise do programa de governo “O Caminho da Prosperidade” adiantava parte dos resultados que nos traria a análise das redes sociais do então candidato Jair Bolsonaro. Apesar da coerência entre o conteúdo do programa de governo e das redes sociais de Bolsonaro ser expectável, destaca-se que a forma como estes são explicitados em um e outro meio apresentam uma aproximação formal menos usual²⁴, i. e., o emprego de orações curtas e assertivas e a utilização de linguagem coloquial e de figuras de estilo que contribuem para o que Ernst et al. (2019) chamam de “elementos de estilo relacionados ao populismo” (p. 9) e que os autores distribuem entre três dimensões: 1) negatividade (retórica de crise e negativismo); 2) emotividade (tom emocional, absolutismo e patriotismo); e 3) sociabilidade (coloquialismo e ‘intimização’). A esta observação, acrescenta-se ainda que alguns dos conteúdos encontrados em um e outro material de análise – o texto programático e os pronunciamentos em redes sociais – revelam-se também idênticos, incluindo aqui a única passagem em que o termo “terra” ocorre no plano “O Caminho da Prosperidade”.

Uma vez constatado um paralelismo entre os estilos de linguagem e conteúdo de ambos os materiais de análise e a aproximação formal do material programático do estilo discursivo empregado pelo candidato em suas redes sociais, passamos a um segundo ponto, a saber, a já citada correlação entre o fenômeno do populismo e o meio digital. Reforço então a ideia de ‘afinidade eletiva’, apresentada por Weber (1905) às ciências sociais e mobilizada por Paolo Gerbaudo (2018) para explicar “as conotações de escolha recíproca, atração e combinação” (Löwy, 2011 [2004]: 131) entre o fenômeno do populismo e a proeminência da internet e das redes sociais online nestas primeiras décadas do século XXI.

²³ Uma análise de dados provenientes da plataforma digital *Whatsapp* em muito enriqueceria este trabalho, dada a importância desta para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (Cesarino, 2020). Devido às restrições de acesso à plataforma, não nos foi possível, entretanto, utilizá-la enquanto fonte de pesquisa.

²⁴ Se comparado a outros programas de governo do mesmo ano eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

Destaco, então, do material analisado, uma das dimensões atribuídas por Ernst et al. (2019) às redes sociais *Facebook* e *Twitter* (e, que aqui argumento, apropriadas pelo plano de governo do candidato) que contribui para esta combinação: o potencial de personalização das mensagens de campanha, salientando, desta dimensão, o que os autores chamam de intimização do discurso e a assertividade dos textos analisados no que diz respeito aos pontos explicitados neste trabalho: a definição da fronteira política do candidato e de seu então partido entorno de uma ontologia-(agro)mercantil em oposição a alteridades que possuem com a terra outra relação; o estabelecimento de seu eixo central, a propriedade privada liberal; e o compromisso tácito com a proteção do que aqui generalizamos como ‘agronegócio’ e sua ideologia neoliberal.

Ainda sobre este assunto, voltamos a Gerbaudo (2018) para comentar a conclusão a que chega o autor, e de que discordamos neste trabalho, acerca das novas tecnologias da comunicação e a relação destas com a ideologia que aqui defendemos compor com o populismo de Bolsonaro: “as mídias sociais são o produto de grandes corporações do Vale do Silício como o *Facebook* e a *Google*, cujo apoio à visão de mundo neoliberal é indiscutível, mas que viram suas plataformas serem colonizadas por conteúdos políticos e atores que impõem um sério desafio à ideologia neoliberal” (2018: 721). Apesar de concordar com a primeira parte da afirmação²⁵, argumento, a partir da análise do discurso de Bolsonaro em suas redes sociais, que, ao contrário de impor desafios à ideologia neoliberal e aos grupos de interesse que a circundam, estes pronunciamentos antes os fortalecem. O que vemos, então, é um alinhamento entre sua campanha online, uma retórica populista e o fortalecimento da lógica neoliberal de mercado no que diz respeito ao agrário, i.e., populismo e neoliberalismo²⁶ complementam-se e apresentam-se eletivamente afins a esta que foi a primeira campanha presidencial brasileira a ser disputada no plano digital (Cesarino, 2020).

Por fim, após destacar as similaridades entre ambos os materiais de pesquisa, coloco em foco a diferença encontrada na análise descrita na seção anterior: a representação de coletivos heterogêneos nos pronunciamentos nas redes sociais de Jair Bolsonaro, em contraposição à inexistência de termos a eles relacionados no plano programático do PSL.

²⁵ Para mais sobre este debate ver Fuchs, 2012.

²⁶ Defendo que podemos, hoje, reforçar este argumento a partir de dados referentes aos dois primeiros anos do mandato de Bolsonaro. Exemplo do comentado é que a despeito dos problemas diplomáticos enfrentados pelo governo Bolsonaro com a China, as relações econômicas com o País, para as quais o agronegócio tem especial importância, manteve-se e a China segue sendo o principal importador de produtos agrícolas brasileiros, respondendo por 73% da exportação brasileira de soja em 2020. Parodiando um conhecido dito popular, defendo, então, que apresenta-se aqui um caso em que ‘negócios, negócios, inimigos à parte’, corroborando a lógica neoliberal-populista do governo de Bolsonaro. Dados de exportação agrícola disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 27 de janeiro de 2021. Tensão diplomática com a China disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/19/interna_politica,835354/chefe-da-diplomacia-chinesa-reafirma-que-eduardo-bolsonaro-feriu-chi.shtml. Acesso em: 19 de março de 2020.

Argumento, para finalizar estas notas, que “O Caminho da Prosperidade”, apesar de destacar-se no que diz respeito à forma, por tratar-se, em termos de gênero discursivo, de um documento partidário oficial – em oposição às redes de Bolsonaro –, estabeleceu, através de seu conteúdo, o que aqui chamamos de compromisso tácito com outro grupo legalmente constituído – a já citada Frente Parlamentar Agropecuária – e, aqui acrescento, uma resposta às demandas apresentadas no documento “O Futuro é Agro” (Conselho do Agro, 2018)²⁷, que veicula a cada ano eleitoral o que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) espera do futuro presidente²⁸.

Mais uma vez, a inexistência de referência a qualquer coletivo que mantém com a terra outra relação que não mercantil, reforça a compreensão aqui descrita de que o documento oficial de campanha de Bolsonaro respondia às demandas de seu *heartland* populista, como pleiteia o documento acima citado da CNA: na seção “Invasões de Terras e Reforma Agrária”, “[p]reservar o direito de propriedade, segurança fundiária e paz no campo”; na seção “Demarcações de Terras Indígenas”, atentar para “a vedação da ampliação de terra indígena já demarcada e a participação dos entes federativos em todas as etapas do processo de demarcação”; na seção “Questão Quilombola”, garantir “que terra de remanescentes das comunidades de quilombolas é tão somente aquela ocupada, de modo efetivo, em 5 de outubro de 1988”; e na seção “Demarcação de Áreas para Comunidades Tradicionais”, “assegurar a segurança jurídica dos atuais proprietários rurais”; entre outros (Conselho do Agro, 2018: 39-41). Como demonstram os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Instituto Socioambiental e do Observatório de Terras Quilombolas, argumento ainda que o compromisso, lavrado no programa de governo pela elipse destes grupos, parece até o momento estar sendo cumprido²⁹.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALTERIDADE CULTURAL RADICAL E O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Em “‘Transformação’ na antropologia, transformação da ‘antropologia’”, Eduardo Viveiros de Castro escreve-nos sobre a “força revolucionária” (2012: 155) da alteridade e da multiplicidade e, assim, sobre a crescente importância do que chama de “politização ativa da

²⁷ Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/documentos-tecnicos/o-futuro-e-agro-plano-de-trabalho-2018-a-2030>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

²⁸ Um discussão a respeito da relação entre gênero discursivo e forma assumida pelo texto deverá ficar para um outro momento. Argumento, porém, que o plano de governo apresentado, se por um lado torce a relação padrão entre ambos (como demonstrado, aproxima-se da informalidade e assertividade dos pronunciamentos em redes sociais), por outro, assume o expectável pelo seu gênero discursivo – o compromisso formal com grupos de interesse político-econômicos.

²⁹ Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>; <http://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>; <https://widgets.socioambiental.org/pt-br/placares>. Acesso em: 06 de janeiro de 2021.

natureza” (Ibidem: 152). Cita como exemplos destas forças “o debate no Congresso sobre a reforma do Código Florestal, ou a mobilização contra a construção de Belo Monte, ou a campanha do MST a favor da produção agroecológica” (Ibidem). Dentro desta tessitura teórica, o conceito de multinaturalismo presente em seu histórico de trabalho resume-nos esse pensamento, ali costurado à ideia de alteridade cultural radical, que “reconhece outros modos de existência que o nosso; justifica uma outra prática da vida, e um outro modelo do laço social (...)” (Ibidem: 158).

É a partir desta abordagem que esse estudo perspectivou a ‘questão da terra’, espaço em que coexistem diferentes relações que compõem as paisagens agrárias. Aqui, entendemos que o vocábulo ‘terra’ comporta uma espécie de equivocação (Viveiros de Castro, 2018 [2004]) e, nesse sentido, devemos sempre pensar sua tradução e análise não a partir da busca por sinonímias, mas, ao contrário, de forma a “evitar perder de vista a diferença escondida dentro de ‘homônimos’ equivocais” (2018 [2004]: 252). O termo, portanto, compreende em si diferentes existências, e ressaltar estas diferenças deve fazer parte do diálogo político – diálogo este que pressuponha uma comunicação “por diferenças, ao invés de silenciar o Outro presumindo uma univocalidade – a similaridade essencial – entre o que o Outro e Nós estamos dizendo” (Viveiros de Castro, 2018 [2004]: 255).

Nesse sentido, o olhar desta pesquisa sobre a terra tem no populismo, tal como mobilizado nesta análise, perspectiva teórica antagônica. O que vemos no conteúdo analisado é, a partir da construção retórica da campanha eleitoral de 2018, uma tentativa de “univocalizar” o meio agrário brasileiro sob a hegemonia do agronegócio, delinear as fronteiras políticas de forma que o “povo-mercadoria” (Kopenawa e Albert, 2015) e sua ontologia-mercantil (Almeida, 2013) se tornassem portadores de uma vontade geral unificada (Mudde, 2003). Entendo, assim, que o programa de governo e redes sociais de Bolsonaro analisados neste trabalho renunciavam a continuação e potencialização de um tipo específico de “*encontro*” entre ontologias, descrito por Mauro Almeida como “um ato de guerra ontológica, que destrói redes-de-vizinhança e coloca no lugar delas redes-de-mercado” (2013: 20).

E, ainda que considerando a importância da heterogeneidade social na construção desta unidade, reconhecendo a impossibilidade de uma homogeneidade total, tal como vislumbrado pela construção populista em Laclau (2005), e aparentemente reconhecida na base política do discurso de Bolsonaro em suas redes sociais durante o ano eleitoral, argumento que continua a haver aqui uma incompatibilidade entre esta construção e a existência destas alteridades. Bolsonaro advoga incorporar em seu discurso político alguma dessa heterogeneidade social, mas o eixo central de seu populismo o qual reiteradamente compromete-se em defender de toda e qualquer ameaça e a articulação hegemônica que privilegia a ontologia-agromercantil enquanto “parte *que é o todo*” (Laclau, 2005: 279)

implicam, ao mesmo tempo, na renúncia da multiplicidade de outros mundos presente no meio agrário do país.

Ainda em 2014, Danowisk e Viveiros de Castro denunciavam que “a fúria, somada a cobiça, dos que necessitam da inexistência da alteridade, vem se traduzindo em uma concertada ofensiva, por vias legais e ilegais, legislativas como criminosas, dos grandes proprietários rurais – e de seus sócios, e seus clientes, e seus patrões - contra os índios e demais povos tradicionais do país” (2014: 157). Argumento, por fim, que a comunicação populista empregada pelo então candidato em campanha veio a corroborar essa necessidade de “inexistência da alteridade”, ameaçando os próprios coletivos representativos desta diversidade. Em outras palavras, a securitização do debate agrário e a defesa da terra unicamente enquanto propriedade privada e meio exclusivo de produção capitalista, viria a potencializar o risco em que se encontram os atores que possuem relações cosmológicas outras com o território que habitam. Os instrumentos de proteção propostos pelos discursos de segurança³⁰ indicavam, assim, que viria a aumentar a vulnerabilidade de seus opositores – o outro lado da fronteira política –, cuja história de resistência à acumulação do capital, à “luta contra a economia natural” (Luxemburgo, 1970 [1913]: 317), remonta os primórdios mesmo da ontologia-mercado³¹.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. (2013). “Caipora e outros conflitos ontológicos.” *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 7-28, jan.-jun, 2013

_____. (2007). “Narrativas agrárias e a morte do campesinato”. *Ruris*, Campinas, v. 2, p. 157-186.

BÍBLIA, A.T., Gênesis, Almeida Revista e Corrigida. (2001). Sociedade Bíblica de Portugal.

CARPENTIER, Nico. (2010). “Deploying discourse theory. An introduction to discourse theory and discourse theoretical analysis”. In. Carpentier, Nico et al. *Media and Communication Studies – Interventions and Intersections*. Tartu: Tartu University Press.

CESARINO, Leticia. (2020). “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. *Internet & Sociedade*, n. 1, v. 1, pp. 91-120, fev.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (2017). “Anti-domestication in the amazon: swidden and its foes”. *Cambridge Workshop Science in the Forest, Science in the Past June 2*.

³⁰ O programa de governo analisado propõe reformular o Estatuto do Desarmamento e defende a possibilidade de utilização de armas de fogo para proteção da propriedade privada (PSL, 2018: 32). A defesa do excludente de ilicitude por parte da polícia e da legítima defesa por parte da sociedade civil aparecem na mesma página do programa que as referidas passagens acerca da não relatividade da propriedade privada e do enquadramento das ocupações rurais e urbanas como ato de terrorismo. Nas redes sociais, temos pronunciamentos como este: “Esta ameaça vai ser transmitida pela mídia ou só quando eu responder como defenderei minha família e propriedade, e então tentarão me imputar novamente como o maior vilão do universo? (...)” (Bolsonaro, 2018). Com efeito, os frutos da árvore da vida, guardados por querubins com espada de fogo (Gn 3, 24), dão lugar ao “fruto da vida” (PSL, 2018), guardados pelo “povo-mercadoria” e suas armas de fogo.

³¹ Como afirma Locke em uma conhecida passagem, “no início, toda terra era uma América” (1690: cap. 5, sec. 49).

- DALBY, Simon. (1997). "Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse". In: Krause, Keith & Williams, Michael. *Critical Security Studies*. London: UCL Press.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2014). *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie - Instituto Socioambiental
- DE LA CADENA, Marisol. (2018). "Natureza incomum: histórias do antrope-cego". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 69, p. 95-117, abr.
- ERNST, Nicole et al. (2019). *Populists Prefer Social Media Over Talk Shows: An Analysis of Populist Messages and Stylistic Elements Across Six Countries*. *Social Media + Society*, 5 (1).
- FIGUEIREDO, Tatiana Silva Poggi de. (2009). "Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago". *Leituras de economia Política, Campinas*, (15): 97-127, jan./dez.
- FUCHS, Christian. (2012). "Towards Marxian internet Studies". *TripleC – Cognition, Communication, Co-operation*, 10(2): 392-412
- GERBAUDO, Paolo. (2019). *The Digital Party – Political Organization and Online Democracy*. Londres: Pluto Press.
- _____. (2018). "Social media and populism: an elective affinity?". *Media, Culture & Society*, 40(5), pp. 745–753.
- GIDRON, Noam; BONIKOWSKI Bart. (2013). "Varieties of Populism: Literature Review and Research Agenda". *Weatherhead Working Paper Series*, No. 13-0004.
- HARVEY, David. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. (2010). *Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 25 nº 74 outubro/2010*, pp.159-196.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LACLAU, Ernesto. (2010). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (Edição original: 2005)
- LATOUR, Bruno. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- LOCKE, John. (1690). *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes.
- LÖWY, Michael. (2011). "Sobre o conceito de 'afinidade eletiva' em Max Weber". Lucas Amaral de Oliveira e Mariana Toledo Ferreira (Trad.), *Plural - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo*, v.17.2, 2011, pp.129-142. (Edição original: 2004)
- LUXEMBURGO, Rosa. (1970). *A acumulação do Capital*. Tradução de Moniz bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Edição original: 1913)
- MELLO, Marcos Paulo Campos Cavalcanti de. (2018). *Os sentidos da reforma agrária no lulismo*. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MUDDE, Cas. (2004). "The Populist Zeitgeist". In: *Government and Opposition* (pp. 541-563). Oxford: Blackwell Publishing.
- MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. (2017). *Populism: a very short introduction*, New York: Oxford University Press.

SANTOS, Antônio Bispo dos. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.

TSING, Anna Lowenhaupt. (2019). *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília, DF: IEB Mil Folhas.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2018). A antropologia perspectivista e o método de equivocação controlada. Tradução Marcelo Gacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. *Aceno-Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 5 (10): 247-264, agosto a dezembro de 2018 (Texto original: 2004)

_____. (2012). “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”, *Mana*, 18(1), 151-171.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

A MÍDIA DIGITAL COMO UMA FERRAMENTA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID 19 ENTRE A POPULAÇÃO QUILOMBOLA

Veridiana Barreto do Nascimento (UFOPA)¹,
Sérgio Gabriel Baena Chêne (UFOPA)²
Raimundo Magno Cardoso Nascimento (MALUNGU)³
Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)⁴

RESUMO

A expansão da Covid 19 em nível mundial e sua posterior interiorização junto à população quilombola do Pará criou uma emergência de saúde para esse grupo social, configurada por situações de fragilidade e desinformação, no que tange à prevenção, ao tratamento e ao controle da doença. Nesse cenário, uma equipe multidisciplinar integrada por bolsistas e voluntários do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), e por representantes da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo – Malungu, iniciou uma série de atividades com o objetivo de atender as demandas específicas das comunidades remanescentes de quilombo do estado. Como os membros dessa equipe residem em diferentes municípios e há restrições à mobilidade, as frequentes interações diárias entre eles ocorrem apenas por meio virtual. Logo suas principais ferramenta de trabalho foram as mídias sociais digitais, com produção de vídeos, que foram compartilhados através do aplicativo de *Smartphone WhatsApp*, sendo este a principal ferramenta de mídia utilizada para o enfrentamento coletivo da Covid-19 entre a população quilombola. Tendo como foco central o acesso à informação e à orientação em saúde (oferecida em atendimentos virtuais por profissionais da área). Salienta-se que os materiais produzidos foram: podcast, vídeos, radionovelas, lives no YouTube, infográficos de boletins

¹ Doutoranda da UFOPA em Sociedade, Natureza e desenvolvimento, na Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa. Email: Veridianaiespes@gmail.com.

² Graduando em Antropologia pelo Programa de Antropologia e Arqueologia, na Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa. Email: gabrielcbaena@gmail.com.

³ Mestre em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais, Universidade de Brasília - UnB. Email: rm_mojuense@yahoo.com.br.

⁴ Programas de pós graduação em Ciências da Sociedade e em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Ufopa; e em Sociologia e Antropologia, UFPA, Brasil. Email: luciana.carvalho@ufopa.edu.br.

epidemiológicos para Instagram, Twitter e WhatsApp; publicidade institucional alertando o uso de máscara e sensibilização do respeito à barreira sanitária nos quilombos. Toda essa produção ocorreu na contramão das narrativas hegemônicas vinculadas na mídia que, em regra, visam e representam a parcela branca e urbana da população brasileira. Destaca-se que todas as peças gráficas de comunicação foram elaboradas, visando a representação e identificação da população quilombola, levando em consideração as características étnico-raciais, socioculturais, geográficas, sanitárias e econômicas das comunidades quilombolas, baseadas nas orientações sanitárias da Organização Mundial da Saúde, e de boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde. Do mesmo modo, as informações produzidas, registradas e sistematizadas pelo grupo circulam nas redes sociais digitais, alcançando cerca de 250 pessoas que podem replicá-las em suas comunidades. A tecnologia, nesse caso, atende as necessidades de articulação sociopolítica com o intuito de divulgar e “traduzir” o conhecimento científico e informações fundamentadas às comunidades, que são essenciais para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, apontando a necessidade de adequação da comunicação com essas comunidades quilombolas, valorizando a diversidade étnico cultural delas.

Palavras Chaves: Mídia, enfrentamento, Covid-19, Quilombolas, Redes Sociais.

1. INTRODUÇÃO

O SARS-CoV-2 corresponde a um novo tipo de corona vírus causador da doença denominada Covid-19. A situação pandêmica do SARS-CoV-2 surgiu em meados de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan na China, e desde então têm acometido toda a população mundial, sem distinção de classe social, raça/cor e/ou faixa etária (BRASIL, 2020).

O contexto pandêmico continua gerando um sentimento de angústia e incerteza para todos. No Brasil, a Covid-19 ainda apresenta um quadro preocupante, mediante o processo de interiorização e agravamento da doença. Os aspectos econômicos, políticos e sociais maximizam a vulnerabilidade da população de grandes e pequenos municípios do interior do país, com ênfase caótica para a região Norte, o que resulta em dificuldades para a sobrevivência da população.

No primeiro semestre de 2020 o Pará era o estado brasileiro com maior número de casos de Covid-19 entre a população quilombola. No mesmo período segundo levantamento Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) o estado concentrava 36% dos doentes, entre as 528 comunidades quilombolas existentes. No que tange aos números da doença, segundo o último boletim de fevereiro de 2021, foi registrados 2200 casos

confirmando e 52 óbitos entre a população quilombola no Pará. Os números são preocupantes, uma vez que são mais de 400 mil pessoas vivenciando a pandemia da Covid-19, mediante a falta de estrutura do poder público.

Os quilombolas paraenses sofrem com a dificuldade tradicional no acesso à saúde, haja vista que grande parte das comunidades ainda dependem dos recursos naturais do território para o tratamento de doenças, sendo estes recursos os utilizados para tratamento da infecção pelo coronavírus. Desde antes da pandemia, estas comunidades enfrentam grandes dificuldades de acesso à assistência à saúde. Por exemplo, existem municípios em que os moradores precisam percorrer, em média, 24 horas de barco para chegar ao hospital mais próximo, onde normalmente não há leito para pacientes com quadros graves.

Além das dificuldades ligadas às feições geográficas da região, existem outros fatores que contribuem para o aumento da infecção pelo SARS-CoV-2 nas comunidades quilombolas e aprofundam suas vulnerabilidades em diferentes contextos. Nesse caso cita-se a inexistência de fontes oficiais de casos de Covid-19 nas comunidades quilombolas, traduzindo o racismo estrutural que configura descaso diante da crise instalada pela pandemia do coronavírus.

Sem o apoio institucional e com as dificuldades históricas de acesso a saúde, o levantamento de dados relacionado à pandemia nas comunidades quilombolas vem sendo feito pelos próprios comunitários através do monitoramento via “*WhatsApp*”, “telefone”, radio amador, com o auxílio de médicos e enfermeiros que fazem parte de uma rede de voluntários, como é o caso da equipe do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca), da Ufopa, em parceria com a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo – Malungu.

2. METODOLOGIA

O projeto “Sacaca e Malungu na luta contra o coronavírus nos territórios quilombolas do Pará” iniciou em maio de 2020, buscando articular ações para evitar, conter e minimizar os efeitos negativos da pandemia junto a essa população tão vulnerável. Dentre as ações desenvolvidas é importante destacar a assistência virtual à saúde e a produção de materiais educativos adaptados para a realidade geográfica, sociocultural e de saneamento básico das comunidades.

O projeto de extensão foi uma forma de amenizar as incertezas dos quilombolas diante do descaso histórico do poder público com a saúde das comunidades quilombolas, sendo que nesse contexto as palavras de ordem foram prudência e articulação para reunir as comunidades em um contexto virtual e tentar manter a equidade nas informações frente à pandemia.

As atividades de extensão buscaram a interação transformadora entre universidade e mais de 300 comunidades, objetivando transmitir mensagens capazes de promover a saúde e conscientizar a população no eixo da prevenção, com áudios e vídeos criados e adaptados a uma linguagem clara e de fácil compreensão para os quilombolas do Pará.

Essas mensagens em forma de vídeos e áudios foram produzidas a partir do material disponibilizado por órgãos como a Organização Panamericana de Saúde, a Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde, sendo feitas adaptações diante das características dos territórios quilombolas. Os vídeos, com duração média de dois minutos, foram produzidos nos seguintes eixos: Como higienizar as mãos; Uso e manuseio da máscara e procedimento para lavar a máscara.

Os áudios foram produzidos com um tempo máximo de um minuto e meio para que a mensagem chegasse com maior facilidade nas comunidades com acesso à internet, nas seguintes temáticas: O que é Covid-19; Qual o perigo Covid-19; Como é transmitido a Covid-19; Quais os sintomas de Covid-19; Como diagnosticar a Covid-19; Qual o tratamento da Covid-19; A importância de seguir as orientações de prevenção com foco no distanciamento social, e os cuidados ao sair de casa e a importância da vacinação contra Covid-19.

Nas comunidades que não existiam serviço de internet os áudios foram disseminados através dos meios de comunicação comunitários com os rádios, carro som, bike som e barco som. Os materiais foram gravados em linguagem o mais próxima possível da população do território, assim como em locais com as características dos quintais das famílias quilombolas, onde não existe água encanada e a água é armazenada em balde ou caixa d'água no chão, sendo esta a realidade de muitas comunidades.

Como atividades do projeto de extensão também uma enfermeira fornece assistência em saúde através de aplicativo de mensagem, onde a população faz contato descrevendo os sintomas e pedindo orientações de como proceder diante do que possa estar sentindo. Ressalta-se que todas as orientações disponibilizadas seguem os protocolos do Ministério da Saúde.

Entre os sintomas característicos de infecção respiratória os mais citados via aplicativo foram: dor no corpo, febre, dor de cabeça, dor de garganta, coriza nasal, além de insônia, ansiedade e medo de adoecer. A maioria dos comunitários que buscaram assistência não estava fazendo uso de nenhum medicamento, porém todos já estavam fazendo uso de remédios caseiros como chá de ervas com limão, óleo de copaíba, mel de abelha e andiroba.

A extensão teve um papel fundamental para as comunidades quilombolas, tendo em vista que é uma área relativamente versátil em que suas ações podem ter impactos a curto,

médio e longo prazo em diversos aspectos da situação enfrentada pelas comunidades, diante da ausência de ações das autoridades de saúde no Estado do Pará.

3. RESULTADOS

As mídias digitais ocupam hoje diversos âmbitos de nossa vida cotidiana, apesar de ainda lutarmos por uma política de inclusão digital no Brasil (BARGAS, 2018). No contexto de pandemia da Covid-19, instalada no país em março de 2020, a utilização de mídias digitais através da internet tornou-se fundamental para diversos grupos sociais, alimentando laços afetivos, circulando informações e canalizando demandas em um período de distanciamento social.

Uma das linhas de produção do projeto de extensão foi a criação de artes informativas específicas voltados para as comunidades remanescentes de quilombos. A produção desses informativos se dá porque a maioria dos informativos divulgados nos meios de comunicação tradicionais e nas mídias sociais eram direcionados a um público urbano com acesso a serviços básicos de saúde e saneamento básico, por exemplo, bem como pela falta da representação negra nos informes, seja pela figura ou pela pessoa negra.

Diante dessa falta de representatividade, informação e monitoramento dos casos de Covid-19 dentro das comunidades quilombolas, no mês de maio de 2020 o projeto iniciou o monitoramento e divulgação dos casos de corona vírus nas comunidades de remanescentes de quilombos.

A divulgação, circulação e replicação desse conteúdo foi feita através das mídias sociais do Núcleo Sacaca pelo Facebook, Instagram e Twitter, assim como, nos grupos de WhatsApp. As “artes”, termo usado no processo de produção gráfica, tinham o objetivo de circulação interna na comunidade, mas também externa para as pessoas que, porventura, entrassem na comunidade. Elas tinham também a intenção de articular as ideias de diversidade étnico racial, visando à inclusão da representatividade de pessoas negras na criação da arte dos informativos da Covid-19.

No dia 28 de abril de 2020, foi feita a primeira arte do projeto (Figura 1). Esta arte tinha como propósito enfatizar a figura da pessoa negra desde sua concepção, uma vez que outras artes e informativos vinculados pela mídia tradicional apresentavam, majoritariamente, pessoas brancas em contexto urbano. Ciampa (1987) entende identidade como metamorfose, ou seja, como um processo que está em constante transformação, sendo o resultado provisório da intersecção entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos. (CIAMPA, 1987 apud PINTO; FERREIRA, 2014). Em outros termos, aqui, a questão da identidade quilombola e sua negritude é uma questão política, que perpassa territorialidade, tradições, costumes e relações em comuns étnicas.

Figura 1: Uso da Máscara com figuras de pessoas negras.



Fonte: Gabriel Baena

No início da pandemia da Covid-19 no Brasil, eram raros na grande mídia conteúdos direcionados à população quilombola, ou até mesmo à população das periferias urbanas. Segundo Faria e Fernandes (2019, p. 3) a “representatividade negra na mídia, apesar das atuais tentativas, ainda se faz pouco presente, e, quando temos finalmente algum tipo de representatividade, ela aparece carregada de estereótipos que fogem à curva da realidade do negro brasileiro.”.

Os discursos construídos historicamente constituem uma “regularidade discursiva” e ficam presentes em nossas redes de memória (FOUCAULT, 2014 apud LENNON, 2016). Dessa maneira, os produtos divulgados através da mídia como programas de TV, novelas, filmes ou músicas criam um imaginário e um discurso em nossa memória, corroborando aquela realidade retratada. Visando combater essa problemática, foram preparados informativos que atendessem à representatividade étnico-racial, mas também à realidade particular das comunidades quilombolas.

Figura 2: Arte, fiquem em casa.



COVID-19

A doença **COVID-19** pode ser grave e até matar.
Fique em casa!
Evite contatos com outras pessoas, principalmente de fora da comunidade!

SACACA UFOPA



Coordenação de Assistência aos Comunidades Vulneráveis do Governo de Goiás

Fonte: Gabriel Baena

Figura 3: Arte, Barreira Sanitária.

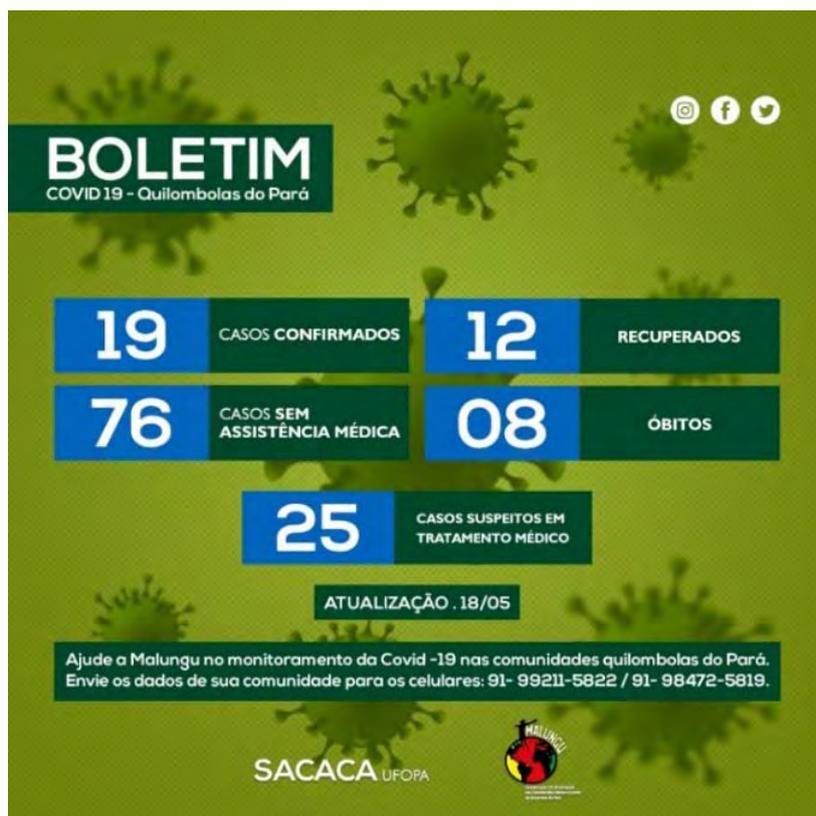


Fonte: Gabriel Baena

Devido à inação dos órgãos de saúde do estado nas comunidades remanescentes quilombolas, grande parte delas criou, por conta própria, suas barreiras sanitárias para a contenção do fluxo da entrada e saídas de pessoas, visando ao controle da Covid-19 nos quilombos (CHÊNE, 2020). No caso das artes expostas nas Figuras 2 e 3, o público focado pela comunicação não eram propriamente os quilombolas, mas sim o público externo. Assim como várias cidades ficaram em *lockdown*, as comunidades quilombolas, dentro de sua realidade particular, também estavam seguindo as recomendações de isolamento social. Esta era a mensagem que queríamos passar através dessas artes.

A partir do dia 18 de maio de 2020 o projeto começou a realizar a confecção dos boletins dos casos de coronavírus. Os dados eram recebidos e sistematizados pela Malungu, através do contato com quilombolas e líderes comunitários pelo celular, ou, quando a Secretária de Estado de Saúde Pública (SESPA) atendia, depois de incessantes contatos da própria Malungu, alguma comunidade fazendo testes e consultas. Uma dificuldade em obter dos dados era justamente a falta de uma comunicação regular com a comunidades. De fato, são poucas as comunidades que têm acesso à energia, internet e telefone para repassar os dados para compor os boletins.

Figura 4: Primeiro Boletim de Casos



Fonte: Gabriel Baena

A Figura 4 corresponde ao primeiro boletim da série, cuja produção foi ininterrupta durante 100 dias, até 25 de agosto. Desde então, têm sido produzidos no intervalo de 3 a 7 dias. A mudança na divulgação se dá pelo fato de estarem chegando poucos dados novos, fazendo com que alguns boletins repetissem os números anteriores. Consequentemente, houve uma queda diária nos casos informados. Devido à dificuldade de comunicação mais frequente com as comunidades, não se sabe se realmente se trata de uma “queda dos casos” ou se é uma decorrência da falta de informações, que seria o mais provável.

Nesses processos de produção, desde a chegada das demandas de trabalho, até a divulgação dos informativos, percebe-se a existência de articulações sociopolíticas entre as comunidades, formando redes ou malhas de redes sociais virtuais formadas por atores e/ou mediada por objetos não humanos.

Outras atividades que foram feitas nas mídias sociais, mas especificamente no youtube, foi um ciclo de debates, em formato de “live”, que contou com a participação de lideranças comunitárias e pesquisadores da área e profissionais de saúde. O título do ciclo foi, “Vulnerabilidade histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará pós-pandemia de Covid-19”. Os 10 debates que compuseram o ciclo foram: Por que o Pará é campeão de casos de Covid-19 em comunidades quilombolas no Brasil?; Barreiras sanitárias e estratégias de isolamento nas comunidades quilombolas; Mulheres e seus saberes e

fazeres na pandemia; Volta às aulas: como fica a educação quilombola?; Pandemia e direitos socioambientais; Morte, luto e vivências familiares em tempo de pandemia; Tradições e inovações culturais quilombolas: festas, rezas e batuques com isolamento social; Infância, juventude, envelhecimento e conflitos geracionais na pandemia; Reflexos socioeconômicos da pandemia nas comunidades quilombolas; Demandas, lutas e projeções de futuro.

Devido ao distanciamento social, o uso das tecnologias de comunicação foi imprescindível, principalmente o aplicativo de *smartphone Whatsapp*. No projeto, as demandas para a criação dos informativos são feitas através de grupos de *Whatsapp*. Esses grupos são interceptados por algumas pessoas que levam demandas de produção dos informativos de um grupo para o outro, e/ou distribuem de volta o material informativo já finalizado.

Para abordar esses fenômenos, Pierre Lévy (1999) procurou definir os termos ciberespaço e cibercultura:

O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 16-17).

Na antropologia o conceito inicial de Rede Social foi elaborado por Barnes (1987). Para o autor, as relações/conexões interpessoais surgem a partir da afiliação a um grupo. Barnes (1987, p. 163) afirma que:

As conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo fazem parte da rede social total tanto quanto aquelas que vinculam pessoas de grupos diferentes. Por isso, uma análise da ação em termos de uma rede deve revelar, entre outras coisas, os limites e a estrutura interna dos grupos.

Diferentemente da proposta do autor, que a rede é formada a partir de um ponto Alfa, e que as conexões de outros pontos tem o ponto alfa como referência, vê-se que na ação coletiva do projeto, formam-se redes ou malhas de redes sociais que são interceptadas pelas pessoas que conectam seus nós, seja levando informação dos informativos, discutido os dados ou replicando os informativos.

Para analisar a cibercultura e o ciberespaço, os estudos de ciência e tecnologia desenvolvidos por Latour (1994) têm fornecido importante contribuição. Esse autor nos oferece o conceito de redes sociotécnicas, segundo o qual as redes são formadas por

associações de humanos e não-humanos, permeadas e imbricadas por várias questões híbridas, tais como a economia, política, ciência, cultura, religião, entre outras.

Segundo Tim Ingold (2012) a malha é um emaranhado de linhas de vida entrelaçadas de crescimento e movimento. Aqui neste caso, os objetos não humanos, as tecnologias de comunicação on-line, ganham vida a partir do momento em que são movimentados. Este movimento não é meramente de deslocação do objeto, mas o seu uso que ganha nova forma de vida a partir do seu uso.

Neste sentido, é compreensível que o ciberespaço se constitua, cada vez mais, como uma “ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” (CASTELLS, 2003, p. 114). Na medida em que os processos de engajamento nesse espaço são permeados de elementos sociais, culturais, econômicos, entendidos e vividos de modos diferentes pelos vários atores que dele participam, as redes sociais nele formadas refletem inevitavelmente disputas acerca de inúmeras questões sociais.

No caso deste trabalho as articulações sociopolíticas feitas online foram fundamentais para produção de dados relativos a pandemia que, conseqüentemente, são fundamentais para tomadas de decisões e combate da doença nas comunidades quilombolas do estado. Neste sentido, percebe-se que na necessidade de o quê analisar, as interações que as pessoas fazem na internet dão um norte de quais pistas devemos seguir. Neste sentido, percebemos que o argumento sobre a oposição entre o real e o virtual nos limita a perceber as ligações de interação que possa existir. Pierre Levy (1996), acredita que o virtual não pode ser uma oposição ao real, mas sim, uma complementação e transformação dele.

O trabalho que a Malungu vem fazendo de atendimento às comunidades quilombolas, bem como a denúncia da falta de ações do estado, fez com que o fato ganhasse uma notoriedade na mídia. No dia 16 de junho a TV Liberal (afiliada da Rede Globo) fez uma matéria sobre o impacto que o coronavírus vinha provocando nas comunidades quilombolas⁵ (Figura 5). No mesmo dia a noite, a matéria foi exibida no jornal da Globo.

5 <https://globoplay.globo.com/v/8630149/>

Figura 5: Reportagem da Tv Liberal sobre as comunidades remanescentes de quilombo.



Fonte: Globoplay

De fato, a discussão política e o engajamento em lutas de diferentes grupos sociais por meio das mídias sociais não é algo recente, e muitas pessoas vêm usando as mídias sociais para expressar “seu apoio ou desacordo às atitudes de autoridades, de governos e praticamente incólume a isso” (GONÇALVES, 2017, p. 162). Isso ocorreu, por exemplo, em 2013, quando milhares de pessoas trocaram suas fotos de perfil pela frase *Je suis Charlie*, devido ao ataque ao jornal Charlie Hebdo, ocorrido na França. Já no Brasil, na véspera da Copa das Confederações, vários protestos foram organizados e difundidos nas redes sociais.

Esses e outros exemplos corroboram a afirmação de Castells (2003) de que a sociedade (em seu termo, a sociedade em rede) usa as tecnologias de informação e comunicação para se articular socialmente, produzindo novas formas de organização e manifestação política.

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas (CASTELLS, 2003, p. 142-143)

Particularmente, os estudos sobre ativismo digital têm mostrado que, em grande medida, a construção de ambientes democráticos passa, hoje pelo ciberespaço. Para

Chantal Mouffe (2003), a pluralidade é elemento fundamental para um ideal de democracia. Segundo a autora é "impossível alcançar qualquer consenso político ou acordo nas relações sociais, na medida em que, [...], o conflito, a diferença, a pluralidade, são elementos intrínsecos à própria ideia de democracia" (FORTES; AQUINO, 2018, p. 149).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, através do enfretamento realizado pela Malungu e o Sacaca, trouxe mecanismos de resistência por parte das comunidades quilombolas do estado do Pará, tendo como peça chave o uso das tecnologias de comunicação. A ação coletiva de enfretamento foi uma forma de amenizar as incertezas dessa população frente ao descaso histórico do poder público, bem como confrontar a realidade retratada na mídia. O que se viu, no inesperado contexto pandêmico, foi à resistência quilombola atuando para produzir territorialidades que ainda se transformam, se fortalecem e expõem diferentes aspectos relativos à forma de controle e poder político exercido pelas coletividades.

Por tanto, para pensar numa forma de comunicação que integre a população quilombola é necessário uma abertura à realidade latente dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

AQUINO, S. R. F.; FORTES, L. B. **Da teoria de Chantal Mouffe à prática democrática boliviana: o pluralismo como horizonte.** REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 9, p. 146-176, 2018.

BRASIL, 2020. Boletim epidemiológico-Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/04/Boletim-epidemiologico-SVS-04fev20>

BARGAS, J. K. R. **Quilombolas do Pará e mídias digitais: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento.** Tese (Doutorado em Comunicação Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 201. 2018.

BARNES, J. A. "Redes sociais e processo político". in: FELDMAN-BIANCO (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987: 159 – 194.

Boletim Epidemiológico de COVID-19 em comunidades quilombolas do Brasil: Coronavírus chega aos quilombos e CONAQ denuncia a falta de efetividade de ações preventivas do poder público nos quilombos. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/boletim-epidemiologico-de-covid-19-em-comunidades-quilombolas-do-brasil-coronavirus-chega-aos-quilombos-e-conaq-denuncia-a-falta-de-efetividade-de-aco-es-preventivas-do-poder-publico-nos-quilombos/>

CASTELLS, M. A. **Galáxia da Internet. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CHÊNE, Sérgio Gabriel Baena. **Nós Por Nós: Enfrentamento da Covid-19 nos Quilombos do Pará**. 2020. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020.

CIAMPA, A. C. **Identidade**. (1987). In S. M. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia Social, o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8° Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2014.

FARIA, Barbara de; FERNANDES, Pablo Moreno. **A Representatividade Negra na Publicidade Mineira**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – VITÓRIA/ES, 2019.

GONÇALVES, D. N. Novas formas de participação: a política em tempos de Facebook. In: BEZERRA, Marcos O.; COMERFORD, J.; PALMEIRA, M. (Orgs.). **Questões e Dimensões da Política**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2017.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, ano 18, n. 29, pp. 25-44, jan./jun. 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1°ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede**. Salvador: Edufba; Bauru (SP): Edusc, 2012.

LÉVY, P. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996

MOUFFE, Chantal. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo**. In: *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.1, n.3, p. 11-26, out. 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra**. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p.257-266, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jan. 2021.

SOUSA, Raissa Lennon Nascimento. **A construção da imagem da mulher no cinema de ficção produzido na Amazônia paraense**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9368>>.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.



GT 8 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

Mapeamento da comunicação e resistência frente a conflitos socioambientais na Amazônia paraense¹

Rosane Albino Steinbrenner (UFPA)²

Lorena Cruz Esteves (UFPA)³

Erlane Pereira dos Santos (UFPA)⁴

Paulo Victor Corrêa (UFPA)⁵

RESUMO

O presente artigo delinea um panorama preliminar dos conflitos socioambientais e das resistências na Amazônia paraense, buscando entender a comunicação como elemento indissociável das ações de resistência de grupos sociais historicamente afetados pelo modelo colonial-capitalista de desenvolvimento na região. O estuborativa que apresenta um inventário global de lutas ecológicas e que revela o estado do Pará liderando o rankdo parte de uma base de dados secundários, o Atlas de Justiça Ambiental (EJATLAS), plataforma colaing dos conflitos na Amazônia brasileira. As principais atividades geradoras de conflitos assim como os grupos sociais atingidos reafirmam as colonialidades do poder atualizadas pelo modelo neoextrativista de exploração da natureza e ocupação dos territórios. Foram identificadas 92 organizações atuando na resistência a 27 conflitos emblemáticos no estado do Pará relatados na plataforma e, a partir de dados primários coletados na internet, buscou-se verificar o perfil do uso que fazem dos meios de comunicação. Os dados coletados ainda exigem maior aproximação e refinamento, não obstante, apontam um panorama no qual a resistência comunicativa aos conflitos se dá de forma combinada e híbrida, onde as lutas locais em defesa da terra/territórios/natureza/vida integram-se e ao mesmo tempo transpõem-se para os territórios digitais pela ação potencializada da ação em rede, em escala geográfica diversa (local, nacional e internacional), com a participação de atores também diversos - movimentos sociais, povos originários, entidades ambientais e de defesa de direitos humanos, com destaque para mulheres e jovens - o que reafirma o fenômeno do “giro ecoterritorial” das lutas socioambientais, como indica Svampa (2019).

Palavras-chave: Comunicação, Resistência, conflitos socioambientais, colonialidades, Amazônia paraense.

¹ Contribuíram também para a catalogação e sistematização dos dados desta pesquisa as integrantes do Grupo de Pesquisa Observatório de Comunicação, Culturas e Resistência na Pan-Amazônia (UFPA): Ananda Louzeiro de Souza e Elizabeth das Graças da Silva Santos, a primeira é estudante de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação (FACOM-UFPA) e a segunda é Mestra em Linguística, pela Universidade de São Paulo (USP).

² Docente no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), UFPA - Brasil Email: steinbrenner@ufpa.br

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), UFPA - Brasil. Email: estevesjornalismo@gmail.com

⁴ Estudante de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação (FACOM), UFPA - Brasil. Email: erlanepsantos@gmail.com.

⁵ Estudante de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação (FACOM), UFPA - Brasil. Email: vitor.m.lou@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo esboza un panorama preliminar de los conflictos socioambientales y la resistencia en la Amazonía paraense, buscando entender la comunicación como un elemento inseparable de las acciones de resistencia de los grupos sociales históricamente afectados por el modelo de desarrollo colonial-capitalista en la región. El estudio parte de una base de datos secundaria, el Atlas de Justicia Ambiental (EJATLAS), una plataforma colaborativa que presenta un inventario global de luchas ecológicas y que revela el estado de Pará liderando el ranking de conflictos en la Amazonía brasileña. Las principales actividades generadoras de conflictos, así como los grupos sociales afectados, reafirman la colonialidad del poder actualizado por el modelo neoextractivo de exploración de la naturaleza y ocupación de territorios. En la plataforma se reportaron 92 organizaciones que trabajan para resistir 27 conflictos emblemáticos en el estado de Pará y, a partir de datos primarios recolectados en Internet, se buscó verificar el perfil de su uso de los medios. Los datos recolectados aún requieren mayor aproximación y refinamiento, sin embargo, apuntan a un panorama en el que la resistencia comunicativa a los conflictos se da de manera combinada e híbrida, donde las luchas locales en defensa de la tierra / territorios / naturaleza / vida se integran y al mismo tiempo. Al mismo tiempo, se trasponen a territorios digitales por la acción potencializada de acción en red, en una escala geográfica diferente (local, nacional e internacional), con la participación de también diversos actores - movimientos sociales, pueblos originarios, ambiental y entidades de defensa humana, con énfasis en mujeres y jóvenes - lo que reafirma el fenómeno del “giro ecoterritorial” de las luchas socioambientales, como lo indica Svampa (2019).

Palabras clave: Comunicación, Resistencia, conflictos socioambientales, colonialidades, Amazonía paraense.

INTRODUÇÃO

O presente artigo delinea um panorama preliminar dos conflitos socioambientais e das resistências na Amazônia paraense, buscando entender a comunicação como elemento indissociável das ações de resistência de grupos sociais historicamente afetados pelo modelo colonial neoextrativista de desenvolvimento na região (STEINBRENNER, GUERREIRO NETO, BRITO, 2019). Fruto dos estudos do Grupo de Pesquisa Observatório de Comunicação, Culturas e Resistência na Pan-Amazônia, vinculado ao Programa de Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), o estudo parte de uma base de dados secundários, o Atlas de Justiça Ambiental⁶ (EJATLAS), plataforma colaborativa entre pesquisadores e ativistas que apresenta um inventário de lutas ecológicas no mundo (TEMPER et al, 2018) e revela o Pará liderando o ranking dos conflitos por injustiça ambiental (ACSERALD, 2002) na Amazônia Brasileira.

⁶ O EJATLAS é um Atlas global de justiça ambiental que coleta dados de forma colaborativa e fornece dados dinâmicos sobre mais de três mil e trezentos conflitos ambientais ao redor do mundo, em formato de Mapa. O Atlas é dirigido ao ICTA-UAB (Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental da Universitat Autònoma de Barcelona) por Leah Temper e Joan Martínez Alier e coordenado por Daniela Del Bene. Disponível em: <https://ejatlas.org/>.

A noção de injustiça ambiental, que comunga em seu cerne com a de racismo ambiental⁷, (ACSERALD; MELO; BEZERRA, 2009, p.41) refere-se ao mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam maior carga dos danos ambientais gerados pela dinâmica de espoliação do modelo capitalista de desenvolvimento justamente às populações historicamente marginalizadas e vulnerabilizadas. Os conflitos socioambientais, como entendidos na perspectiva da ecologia política, pela socióloga argentina Maristela Svampa (2019, p.13), derivam justamente do contexto de grande assimetria de poder que envolve os confrontos de interesses e de valores em torno do acesso e controle dos bens naturais e do território.

Nesse sentido, tanto as principais atividades geradoras de conflitos socioambientais contemporâneos como os principais grupos sociais atingidos reafirmam o padrão colonial de acumulação, baseado num projeto extrativista de expansão permanente das fronteiras em busca da realização da crença na riqueza e crescimento infinito, o "mito fundador" do *el dorado*, imaginário social persistente em nome do qual há mais de 500 anos povos e natureza são pilhados e dominados na ocupação dos territórios latinoamericanos (CASTRO, 2010; SVAMPA, 2019)

No marco do capitalismo avançado, que exige mais e mais matéria-prima e energia para manter seu processo de acumulação, é das dinâmicas de espoliação atualizadas pelo neoextrativismo - entendido como modelo sociopolítico e territorial e estilo de desenvolvimento, baseado na expansão contínua das fronteiras das *commodities* (SVAMPA, 2019, p.63) - que emergem, se avolumam e se agravam os conflitos socioambientais. Por outro lado, é a partir da resistência ao neoextrativismo - como fenômeno que integra não apenas a produção intensiva de produtos primários para exportação (minérios, hidrocarbonetos, agronegócio), mas todo o complexo de infraestrutura e energia necessária na defesa aos territórios, que se forjam "novas gramáticas de lutas sociais, com importante capacidade de mobilização", no que Svampa denomina de "giro ecoterritorial das lutas", envolvendo atores diversos em torno das questões ambientais e a partir da luta dos movimentos sociais.

Território, aqui entendido na sua perspectiva material e simbólica (SANTOS, 2007), como espaço geográfico onde se travam disputas pelo uso e apropriação dos bens naturais a partir de distintas e antagônicas racionalidades sobre a relação homem-natureza, gerando o que Porto-Gonçalves (2001, apud Savampa, 2019) chama de "tensão de territorialidades". Na perspectiva dos grupos locais e movimentos sociais, o território se coloca como espaço de

⁷ Ambas as noções derivam dos estudos em torno da luta a partir dos anos de 1980 do Movimento de Justiça Ambiental, pelo reconhecimento e combate ao modo como se institucionaliza a distribuição desigual dos danos.

resistência, "cada vez mais como lugar de ressignificação e criação de relações sociais" (SVAMPA, 2019, p. 56), como "r-existência" de(s)colonizadora, aponta Haesbaert (2021).

Nesse sentido, as principais atividades geradoras de conflitos socioambientais identificadas pelo estudo na Amazônia paraense respondem às demandas atuais e clássicas do neoextrativismo de forma exemplar, pela ordem, as disputas fundiárias, a mineração e a gestão da água para geração de energia. Já os principais grupos sociais atingidos são povos indígenas, agricultores familiares e quilombolas, representando também os principais grupos mobilizados em resistência aos conflitos.

Resistência que encontra na comunicação, exercida na atualidade especialmente em ambientes digitais, uma dimensão central da luta. Como apontam Santos e Amorim (2019), ao tratar de comunicação e cidadania na Amazônia, diversos autores, como Freire (1983), Peruzzo (2005; 2010) e Castells (2013; 2017), nos ajudam a entender "a comunicação como uma possibilidade de transformação e emancipação dos sujeitos em contextos de injustiças e explorações" (p.184). A comunicação entendida como "uma forma de relação, de existência, de estar no mundo", de se colocar como protagonista no espaço público midiático, a partir do uso social dos meios (MARTÍN-BARBEIRO, 2014), em novos ambientes comunicacionais, digitais e não digitais, instaurando processos multimediais de conectar-se em rede (CASTELLS, 2013). Formas híbridas de ocupar as plataformas, cambiantes entre o presencial e o digital, buscando como resultado a construção de visibilidade política para suas lutas socioambientais e territoriais⁸.

Buscar entender o uso da comunicação por organizações da resistência a conflitos socioambientais, tendo o estado do Pará como recorte geográfico - palco de inúmeros conflitos e violência resultado das sucessivas ondas de expansão do agronegócio, do setor minerário, dos projetos desenvolvimentistas - acionando como base de dados os casos emblemáticos relatados na plataforma colaborativa do Atlas Global de Justiça Ambiental (<http://ejatlas.com.br>) é o objetivo deste artigo. A partir do recorte e tratamento de dados secundários, mas também pela pesquisa exploratória e descritiva dos achados nas plataformas digitais, buscou-se delinear um panorama da resistência, a partir de 92 organizações sociais que atuam representando ou apoiando atores locais subalternizados atingidos em 27 conflitos socioambientais identificados.

⁸ Sobretudo, em período de crise sanitária, imposta pelo surgimento de uma pandemia, que obrigou a humanidade a um isolamento social global, ao mesmo tempo em que agravou a vulnerabilidade dos corpos-territórios diante da ameaça de um vírus letal, da insegurança alimentar e do avanço de uma política de morte perpetrada pelo Governo Federal (APIB; o modus operandi dos novos movimentos sociais (CASTELLS, 2017), que têm na internet sua principal forma de mobilização e visibilidade.

Os dados coletados foram analisados numa perspectiva panorâmica e tipológica, e ainda demandam uma pesquisa etnográfica de casos exemplares para maior aproximação e refinamento, não obstante, como buscaremos apresentar e discutir ao longo deste artigo, já apontam para um cenário onde a resistência aos conflitos se dá de forma combinada e híbrida, onde as lutas locais em defesa da terra/territórios/natureza integram-se e ao mesmo tempo transpõem-se para os territórios digitais pela ação de "redes de contraposição" (CASTELLS, 2017; GROSGOUEL, 2018) formadas por organizações e grupos de mobilização em escalas geográficas diversas (locais, nacionais e internacionais), naquilo que Svampa, chama de "giro" ecoterritorial das lutas sociais latinoamericanas.

1. NEOEXTRATIVISMO COMO CHAVE DE COMPREENSÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O modelo de acumulação extrativista iniciado no processo de colonização, baseado na extração e apropriação da natureza, no genocídio e na negação de outras formas de vida, segundo Maristela Svampa (2019; 2016) foi se modificando ao longo da história. O chamado neoextrativismo, forma contemporânea de desenvolvimento dominante, assume, para a pesquisadora, dinâmicas particulares de dominação na América Latina, com uma demanda cada vez maior do capital pela exportação por parte das consideradas periferias globais, como o Brasil, de matérias-primas e bens naturais.

O Estado, que deveria representar os direitos comuns e coletivos da sociedade, é um de seus maiores algozes, atuando ativamente na captação e distribuição de recursos naturais (SVAMPA, 2019), operando como instrumento do capital, em uma escala que coloca em risco a vida do planeta, gerando uma crise civilizatória, ligada à crise da modernidade (LANDER, 2016).

As concepções político-ideológicas de desenvolvimento, território, natureza e direitos humanos, que o modelo neocolonial executa, colocam em xeque a própria democracia, pois estabelecem nos termos de Santos (2007) uma linha abissal entre os que são considerados humanos e não-humanos, denominados por Fanon (2005) de "condenados da terra", criando dicotomias hierarquizantes entre os que são matáveis e os que as vidas merecem ser salvas, os visíveis e os invisibilizados, os que estão ao "centro" e os que estão à margem, gerando uma desestabilização dos valores e instituições democráticas.

Esse modelo neocolonial, capitalista, patriarcal e racista, que compõe uma matriz de dominação (QUIJANO, 2003), orienta formas hegemônicas de ser, estar e viver no mundo, desconsiderando o impacto avassalador que exerce sobre as populações vulnerabilizadas, entre

as quais “grupos esquecidos nas margens do planeta, na África, na Ásia, na América Latina, caiçaras, indígenas, quilombolas, aborígenes, a sub-humanidade” (KRENAK, 2019, p. 21).

Segundo Svampa (2016), uma das principais consequências desse modelo de “desenvolvimento” é a explosão de conflitos socioambientais, “visíveis na potencialização das lutas ancestrais pela terra por parte dos movimentos indígenas e camponeses” (p. 143). A autora entende por conflitos socioambientais aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais e do território que possuem interesses e valores divergentes entre os envolvidos, em um contexto de assimetria de poder (SVAMPA; 2016).

Como aponta Edna Castro (2010), a Amazônia brasileira foi concebida no seio das elites nacionais enquanto fronteira de recursos e vazão demográfico", na qual o capital poderia refazer seu ciclo incessante de acumulação com base num imaginário colonial de recursos/riqueza/crescimento infinito. A "mesma matriz discursiva do progresso pela ocupação de novas terras"(p.110), que promoveu a partir dos anos de 1960 o movimento de expansão de fronteira, atraindo com incentivos fiscais o capital privado no modelo de grandes propriedades e de apoio ao agronegócio, promoveu o deslocamento e reprodução do produtor familiar pelo sonho da terra liberta nunca consumado. Como diz a autora, "Projetos distintos e contraditórios, se encontram na mesma fronteira, razão de a Amazônia se tornar uma região de conflitos intensos" (p.113).

Conflitos que têm em grande medida a questão fundiária como fator determinante. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, em uma década (2009-2018), três quartos dos mais de 400 assassinatos registrados no país aconteceram nos estados da região amazônica, a maior parte (40%) no Pará, seguido de Rondônia (28%) e Maranhão (12%). Conflito e violência gestados na lógica global do modelo do desenvolvimento neoeextrativista.

A Amazônia tornou-se uma fronteira de commodities. Dos seis grandes grupos de bens exportados pelo país - soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose - três deles vêm da Amazônia (carne, soja e minério). Eles são responsáveis, em grande parte, pela concentração fundiária, grilagem, pistolagem e conflitos em torno da terra, além do desmatamento acumulado. (CASTRO, 2010, p.114)

O Estado, mesmo em governos progressistas recentes, não somente no Brasil mas em toda a América Latina, avalizou o neoeextrativismo como modelo de desenvolvimento (Svampa, 2019). Promoveu, é bem verdade, avanços na política redistributiva e na agenda de direitos, porém sem enfrentar os danos sociais e ambientais causados pelo modelo de espoliação. Como aponta Castro,

O Estado tem optado pela solução mais tradicional de desenvolvimento, ineficaz social e ambientalmente, que é a construção de grandes obras de infraestrutura para garantir a produção de bens primários de exportação. Produtos como minério, madeira, gado bovino e pescado, na Amazônia, continuam a sair para o mercado por cadeias curtas e com reduzido padrão tecnológico. (CASTRO, 2010, p.115)

Assim, completa a autora, a imagem da Amazônia como fonte inesgotável de recursos, "atualiza o mito do el dorado, mobiliza os interesses de acumulação e de cobiça e se ancora numa percepção neocolonial." (Idem). Este, o pano de fundo dos casos de conflito socioambiental relatados de forma ampla pelo Atlas de Justiça Ambiental.

Mais de um terço dos 3.360 casos registrados de conflitos socioambientais no mundo situa-se na América do Sul, com o Brasil em sua porção amazônica encabeçando o ranking (EJATLAS, 2020). As principais atividades geradoras de conflitos estão vinculadas justamente à exploração das grandes *commodities* – mineração, madeireiras, agronegócio – e às suas demandas de produção intensiva e escoamento – hidrelétricas, estradas, ferrovias, hidrovias, portos, indicando, por ação ou omissão, a violência institucional e estrutural. Os grupos sociais mais afetados por conflitos na Amazônia brasileira são aqueles historicamente subalternizados e com uma relação de equilíbrio com a natureza, agricultores familiares, indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Antes de trazer os achados da pesquisa, nesta sua primeira etapa, apresentaremos brevemente a moldura conceitual que ampara o estudo pela lente da comunicação, além do detalhamento metodológico das ferramentas ao longo do percurso da pesquisa.

2. A COMUNICAÇÃO COMO DIMENSÃO CENTRAL DE LUTA E RESISTÊNCIAS

Diante do contexto de acirramento das colonialidades contemporâneas, agravado com a situação de crise sanitária e política, que gerou consequências graves para as populações politicamente vulnerabilizadas a resistência imediata se fez, apoiando-se na comunicação como uma dimensão estrutural das estratégias de luta, acompanhando a atuação dos novos movimentos sociais (CASTELLS, 2017) que insurgiram desde 2010 com a primavera Árabe, seguida por outros como as jornadas de junho, a Marcha das Margaridas e o Movimento Ele Não, com características que atravessam as mediações e o acionamento dos meios (BRAGA, 2012).

Comunicação é entendida, nesta pesquisa, na perspectiva contra-hegemônica, a partir do entendimento da comunicação como possibilidade de transformação social e insurgência (FREIRE, 1983; PERUZZO, 2005, 2009; CASTELLS, 2013, 2017) pela ação protagonizada

por grupos subalternizados e, portanto, no esteio do pensamento decolonial. Também ancorada pelo paradigma relacional, que, segundo a pesquisadora Vera França (2003), considera as formas interativas, visando o compartilhamento de sentidos e experiências, em contraposição a uma matriz de pensamento “midia-cêntrica” ou “tecnicista”. Compreende-se, por esse viés, a dimensão central que a tecnologia ocupa em uma sociedade “em midiatização” (BRAGA, 2012), sem restringir, no entanto, as mediações sociais a um fator tecnológico, procurando verificar, ainda que num enfoque panorâmico inicial das tipologias de uso verificadas pelos agentes, como o social aciona os meios, constituindo sentidos, criando novas linguagens e dinâmicas de comunicação.

Com o desenvolvimento do aparato técnico e a globalização, a sociedade passa a operar, em grande medida, sob as lógicas das novas tecnologias, que deixam de ter um papel instrumental e passam a estruturar as relações sociais, reconfigurando, nos termos de Jesús Martín-Barbero (2014), um novo ambiente ou ecossistema comunicativo. Para o autor, esse processo de convergência ao digital introduz uma renovação no “modelo de comunicabilidade” (p. 28).

Ainda de acordo com o pesquisador, tal processo oferece duas oportunidades: a primeira é “colocar em linguagem comum dados, textos, sons e imagens”, desmontando com o dualismo racionalista que condicionava a lados opostos o inteligível/razão/ciência e o emocional/imaginação/arte; e “a segunda é a configuração de um novo espaço público construído a partir dos movimentos sociais, das comunidades culturais e dos meios comunitários” (p. 28).

Ambas as possibilidades encontram-se configuradas por uma enorme e diversa pluralidade de atores, mas, que convergem para um compromisso emancipador e uma cultura política na qual a resistência é ao mesmo criadora de iniciativas e alternativas (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 28).

Esses movimentos sociais que atuam por meio dos ambientes digitais, que Castells (2017) caracteriza como multifacetados e multimidiáticos, acionam diversos meios e linguagens para comunicar-se em rede, na busca por uma manifestação autônoma, sem os filtros da grande mídia, visibilizando demandas plurais, de forma multidirecional. Ainda segundo o pesquisador, são movimentos ao mesmo tempo locais e globais e que mantêm formas tradicionais de manifestação como a ocupação das ruas com cartazes, mas, têm na internet sua forma principal de mobilização e visibilidade, num fluxo entre ocupar ruas e redes.

Neste cenário surgem também novos “movimentos socioambientais rurais e urbanos”, protagonizados por povos indígenas e comunidades tradicionais, cujos jovens e mulheres

possuem um papel crucial “tanto nas grandes estruturas organizacionais quanto nos pequenos coletivos de apoio às ações” (SVAMPA, 2016, p. 145). Movimentos que visam descolonizar o imaginário coletivo, disputando com as narrativas hegemônicas por outras concepções acerca de termos como desenvolvimento, território e natureza, criando uma nova “gramática de lutas” (SVAMPA, 2016, p. 156).

Nesse território discursivo de lutas, esses movimentos reivindicam autonomia e protagonismo das narrativas, haja vista o fato de terem sido silenciados por séculos e de sua história ser contada sob o ponto de vista do outro (KAMBEBA, 2018). Para isso, construíram o que eles denominam de Marcos da ação coletiva “que funcionam como estruturas de significação e esquema de interpretação contestatórios ou alternativos” (SVAMPA, 2016, p. 147).

Tais Marcos contestatórios tendem a desenvolver uma importante capacidade mobilizadora e instalar novos temas linguagens e diretrizes em termos de debate de sociedade enquanto orientam a dinâmica interativa para produção de uma subjetividade coletiva comum no espaço latino-americano das lutas (SVAMPA, 2016, p 148).

Alguns desses marcos definem um novo esquema de significação para as expressões “bens comuns, justiça ambiental, bem-viver e direitos da natureza” (SVAMPA, 2016, p. 148). Esse modo como os movimentos sociais vem resistindo, o caráter coletivo das lutas, a construção de uma nova gramática de sentidos, a formação de redes de base, articulação por meio de redes sociais, a busca pela autonomia discursiva e disputa de narrativa, por meio da autocomunicação, representam o giro ecoterritorial “que vai dando conta do modo como são pensadas e representadas, sob a perspectiva das resistências coletivas, as atuais lutas socioambientais centradas na defesa da Terra e do território” (SVAMPA, 2016, p 146).

Devido à multimodalidade midiática, lutas históricas alcançam novas gramáticas de ação coletivas, novas linguagens, porém reafirmam em suas narrativas valores ancestrais, numa postura descolonizadora como ação política e epistemologicamente decolonial. Assim tais lutas estendem-se dos territórios do real concreto aos territórios recombinantes das plataformas digitais (LEMOS, 2017), potencializadas em alcance, favorecendo assim sua visibilidade e urgências.

3. METODOLOGIA

Para compor um panorama dos conflitos, das organizações de resistência e dos usos da comunicação como dimensão da resistência, os métodos adotados na pesquisa assumiram uma perspectiva multimetodológica, pois conjugaram “procedimentos diversos” que confluíram “para a fabricação de dados complexos” (BONIN, 2016, p. 224). Em uma linha temporal, foram

realizadas três fases: I) coleta (de novembro de 2019 a junho de 2020); II) sistematização (julho a setembro de 2020) e III) análise dos dados (outubro de 2020 a janeiro de 2021).

A fase de coleta consistiu na identificação dos conflitos socioambientais nos estados amazônicos mapeados, por meio da plataforma EJATLAS. Este levantamento identificou 69 conflitos relatados em 8 estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins).

Em seguida, criamos um repositório no google drive, contendo uma pasta para cada conflito, na qual foram adicionados documentos com informações traduzidas, além de fotos e links disponibilizados pela plataforma sobre o conflito. Portanto, nesta primeira fase, coletamos dados secundários disponibilizados pelo EJATLAS que serviram de norte para iniciar a pesquisa e conduzir as fases seguintes.

Na segunda fase, para reunir e sistematizar os dados coletados, com o objetivo de ampliar a pesquisa, adicionando informações sobre os usos dos meios de comunicação digitais, criamos um questionário online, por meio do Google Formulário. Essa plataforma foi escolhida por permitir a inserção de dados com diversas opções de respostas⁹, gerar gráficos e uma planilha no software Excel com os dados inseridos, o que, posteriormente, facilitaria o cruzamento e filtragem de informações específicas.

O formulário foi dividido em quatro seções: 1) Identificação do conflito; 2) Organização de resistência; 3) Comunicação como resistência e 4) Informações internas. No total, elaboramos 42 perguntas. Na primeira seção, o objetivo era passar para o questionário os dados dos conflitos, para isso, inserimos perguntas, como: Identificação do conflito; Tipo de Conflito; Qual(is) atividade(s) geradora(s) do conflito e Principal/is grupo/s social/is afetado/s pelo conflito, entre outras.

Na segunda seção do questionário, o intuito foi inserir os dados das organizações que fazem frente aos conflitos, por isso, elaboramos perguntas como: Qual é o nome e a sigla do grupo de mobilização; Qual a natureza desta organização; Há um grupo social predominante nessa organização ou representado por ela; e Quais organizações/grupos de mobilização formam alianças com esta organização catalogada, entre outras.

Na terceira seção, visamos inserir os dados ampliados, que correspondem ao interesse principal desta pesquisa e representam a coleta de dados primários. Para isso, fizemos perguntas, como: Esta organização tem plataforma digital; Esta organização tem plataformas

⁹ Múltipla escolha, resposta longa/curta, formato de data e checklist que possibilita marcar mais de uma opção de resposta.

físicas; Esta organização tem site, Facebook, Instagram, Twitter; Com quais Hashtags esse grupo de mobilização trabalha na resistência ao conflito em questão; Além de site e redes sociais, quais produtos/formatos de comunicação digital são utilizados por essa organização, como forma de resistência ao conflito em questão, entre outras.

A última seção do questionário consiste em dados internos, como: Comentário a ser destacado no preenchimento do formulário (informações extras, dificuldades, algo que chamou a atenção, etc); Responsável pelo preenchimento do questionário e Data do preenchimento.

O preenchimento do grande volume de dados foi realizado pela equipe de pesquisadores que compõem o projeto Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia, formada por seis pessoas. Para que houvesse o mesmo entendimento na fase de catalogação dos dados no formulário, foram realizados três testes de confiabilidade (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2018), em que cada pesquisador ficou responsável por preencher dois conflitos. “O teste de confiabilidade entre codificadores (no original, inter-coder reliability test) busca verificar se diferentes codificadores têm a mesma compreensão sobre as variáveis de análise” (p. 32). Posteriormente, os dados foram revisados e as incongruências geradas por interpretações diversas sobre a mesma pergunta foram dirimidas, por meio de reuniões online entre os integrantes.

Após alinhar o entendimento e chegar a um percentual de confiabilidade aceitável, o preenchimento completo foi realizado. Ao total, os 27 conflitos localizados no estado do Pará geraram 132 formulários, pertencentes a 92 organizações. Destaca-se que o número de formulários não é igual ao número de organizações porque há entidades que atuam em mais de um conflito. A escolha em iniciar pelo território paraense se deu em virtude de que este lidera o ranking de números de conflitos entre os estados amazônicos.

A última fase, de análise dos dados, permite uma gama de análises e interpretações, haja vista a quantidade considerável de dados levantados. Por isto, nesta pesquisa, resolvemos apresentar os dados mais gerais encontrados, que por si trazem informações relevantes sobre os usos de plataformas e ferramentas de comunicação por parte das organizações que fazem frente aos conflitos identificados no Pará.

4. DADOS E TERRITÓRIO

4.1 O Cenário

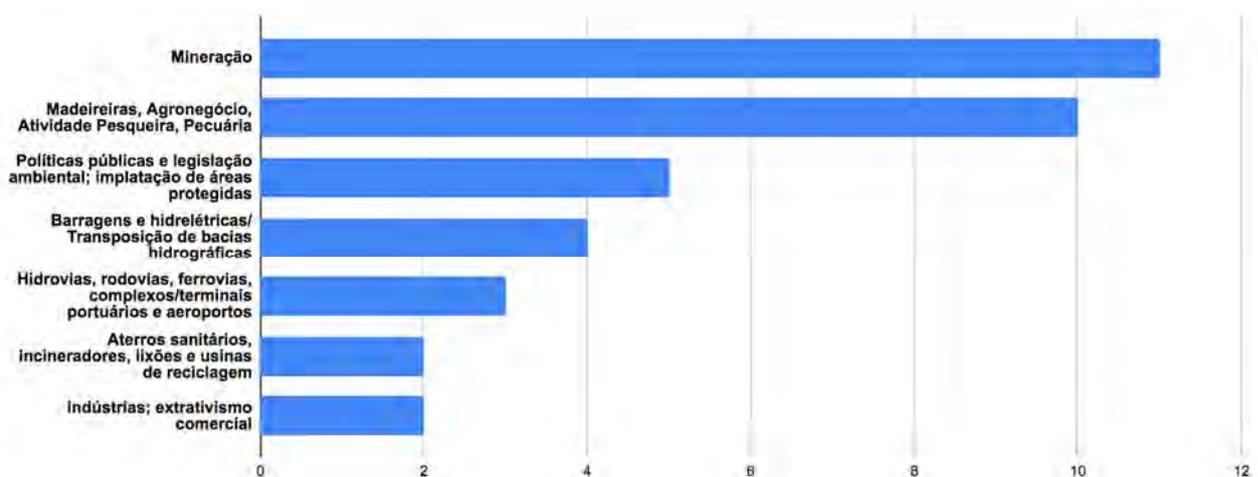
A Amazônia paraense conta com aproximadamente 8 milhões de habitantes. Segundo Campos e Ravena (2017), a maior parte dessa população está concentrada no ambiente urbano, mas é no ambiente rural que ocorre o maior número de conflitos. As disputas pela terra

marcadas por expropriações e formação de grandes latifúndios estão diretamente relacionadas à história da ocupação da região amazônica, que se agravou na fase dos grandes projetos desenvolvimentistas, responsáveis em grande parte pela delimitação do que temos no momento.

A partir das informações levantadas no EJATLAS, que se constituiu como base para o preenchimento dos formulários, é possível delinear o cenário palco dos conflitos que ocorrem na Amazônia paraense. Dos 27 conflitos, 78% ocorrem e atingem a população rural, enquanto 7% atingem a população urbana, 7% atingem a população semi-urbana e nos outros 7% restantes não foi possível identificar a informação.

Em relação às causas dos conflitos socioambientais, a partir dos formulários, identificamos a presença de 7 atividades geradoras. Ressalta-se que um mesmo conflito pode ter mais de uma atividade geradora. Em território paraense, a mineração e o agronegócio lideram o ranking desta categoria, pois estão presentes em 11 e 10 conflitos, respectivamente. A figura 1 apresenta as demais atividades.

Figura 1 - Principais atividades geradoras de conflitos socioambientais mapeados.



Fonte: Observatório de Comunicação e Resistências (PPGCOM/UFPA, 2020).

Também identificou-se que os conflitos na maior parte dos casos (74%) atingem mais do que apenas um grupo social, em especial quando vinculados aos embates com atividades de grande obras de impactos que promovem um efeito derrame (Gudynas, 2015) sobre os territórios e as populações, com desdobramentos no tempo e no espaço, como nos processos de construção e operação de hidrelétricas na região (Tucuruí¹⁰, Belo Monte¹¹, São Luiz do

¹⁰ Mais informações sobre o conflito, disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/tucuru-hydroelectric-dam-and-the-assassination-of-dilma-ferreira-silva-para-brazil>.

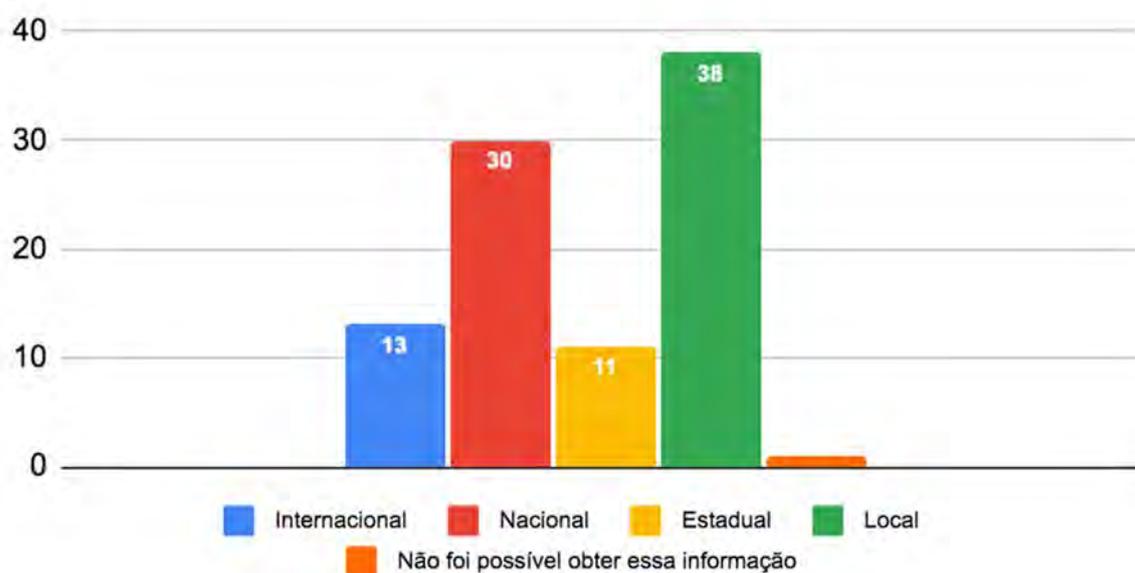
¹¹ Mais informações sobre o conflito, disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/belo-monte-hydroelectric-dam-para-brazil>.

Tapajós¹², Marabá¹³). Entre as atividades geradoras de conflitos que mais impactos grupos sociais diversos está também a mineração e o complexo de infraestrutura a ela vinculadas (Projeto Estrada de Ferro Carajás¹⁴, Projeto de Mineração Volta Grande¹⁵) ou ainda casos de conflitos socioambientais em periferias urbanas (Lixão do Aurá e Marituba¹⁶, poluição industrial por fábrica de couro¹⁷).

Os grupos sociais mais atingidos pelos conflitos, de forma isolada e principalmente partilhando territórios em disputa e, portanto, sofrendo pressões e forjando resistências coletivas, são agricultores familiares, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhos. As mulheres aparecem de forma diferenciada como agentes de resistência nos relatos do Atlas de Justiça Ambiental.

Organizados coletivamente, as comunidades diretamente envolvidas nos conflitos articulam-se em redes, que podem mobilizar atores locais, estaduais, nacionais e até internacionais. Nos formulários mapeamos este aspecto do alcance geográfico da atuação das organizações, a figura 2 evidencia esta relação.

Figura 2 - Distribuição das organizações de acordo com sua atuação geográfica.



Fonte: Observatório de Comunicação e Resistências (PPGCOM/UFPA, 2020).

¹² Mais informações sobre o conflito, disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/sao-luiz-do-tapajos-hydroelectric-dam-brazil>.

¹³ Mais informações sobre o conflito, disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/usina-hidreletrica-maraba-para>.

¹⁴ Mais informações sobre o conflito, disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/vales-giant-s11d-iron-ore-project-in-carajas-para-brazil>.

¹⁵ Mais informações sobre o conflito, disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/belo-sun-mining-project-brasil>.

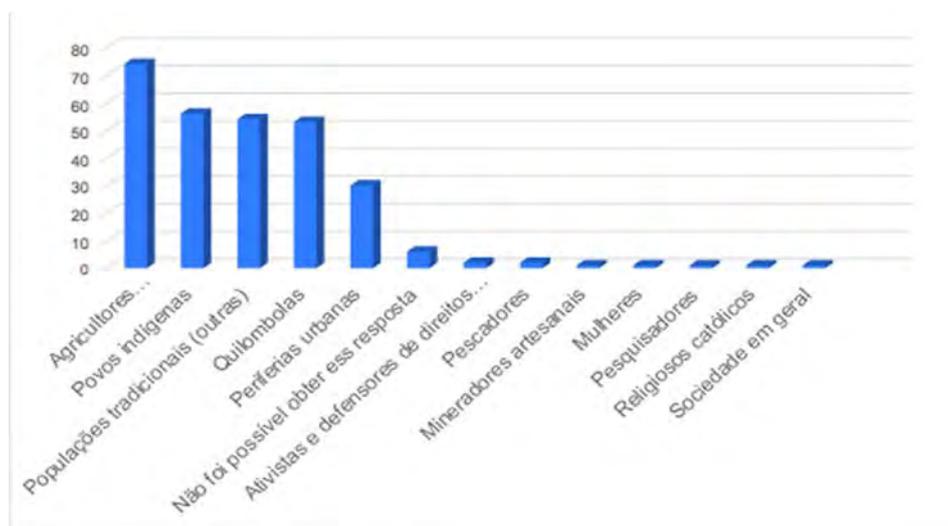
¹⁶ Mais informações sobre o conflito, disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/aura-dump-and-the-struggle-of-belems-informal-wastepickers-para-brazil>.

¹⁷ Mais informações sobre o conflito, disponível em: <https://www.ejatlas.org/conflict/traditional-communities-against-pollution-of-leather-industry-in-belem>.

4.2 Os atores

Os conflitos configuram-se entre aqueles que se opõem e os que defendem a reforma agrária, a preservação ambiental, o trabalho na agricultura entre outros (CAMPOS e RAVENA, 2017). É comum ver o segundo grupo organizado em entidades. A partir dos formulários das organizações, identificamos quais os grupos mobilizados que integram as instituições. Em geral, aparecem com frequência os agricultores familiares, camponeses sem terra, comunidades indígenas e quilombolas. Esses atores são sujeitos da resistência à produção de desigualdades ambientais, que no território paraense está muito relacionada à disputa de terras. Sobre os grupos mobilizados que integram as entidades, observa-se a partir dos formulários, uma predominância de grupos ligados ao território e às acirradas disputas de terra, tais como agricultores familiares, camponeses sem terra e populações tradicionais. Sobre esses atores deve-se considerar que sua relação com o território e a terra está relacionada à sua fonte de subsistência, trabalho e questões identitárias. É interessante notar que a estes grupos diretamente afetados pelos conflitos somam-se outros com o objetivo de apoiá-los, como ativistas, pesquisadores e religiosos. Esta relação pode ser visualizada na figura 3.

Figura 3 - Principais grupos de mobilização por frequência nas organizações.



Fonte: Observatório de Comunicação e Resistências (PPGCOM/UFPA, 2020).

Observa-se ainda que existe claramente uma articulação em rede das organizações em suas atuações nos conflitos. A grande maioria, a exemplo do que aponta o fenômeno do giro ecoterritorial das lutas sociais em torno das questões ambientais na América Latina, integra-se em redes de ações coletivas de mobilização, em diferentes escalas de atuação e visibilidade: 30% dos casos agrega de 2 a 4 organizações; 25% de 5 a 7 organizações; 22% reúnem 8 a 10; e 19% aglutinam acima de 10 organizações ou grupos sociais mobilizados.

Figura 4 - Organizações com atuação em rede nas resistências aos conflitos.



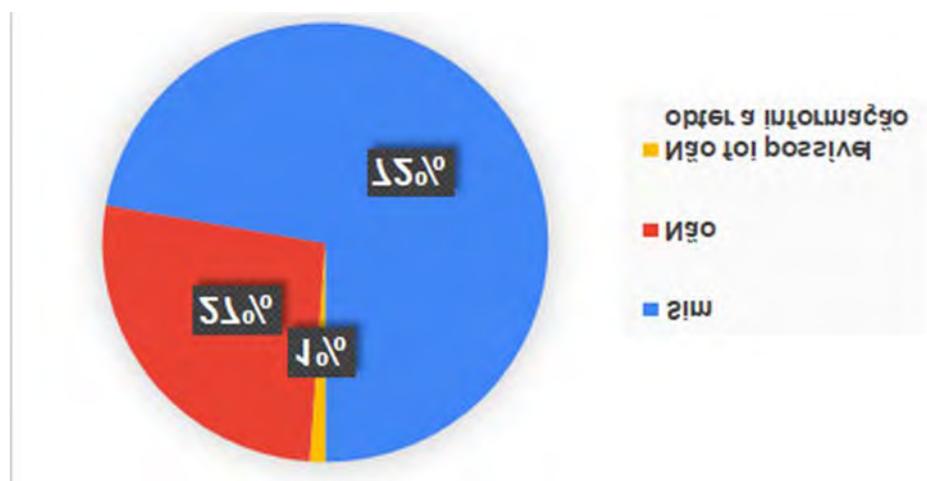
Fonte: Observatório de Comunicação e Resistências (PPGCOM/UFPA, 2020).

4.3 Uso de plataformas e ferramentas de comunicação

Quanto à dimensão das práticas de comunicação estabelecidas pelas organizações atuantes nos conflitos paraenses, investigou-se quais as plataformas usadas pelas entidades, sejam elas físicas ou digitais. Como plataformas digitais consideramos os sites e redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e Soundcloud). Como plataformas físicas consideramos cartazes, panfletos e impressos de maneira geral.

A presença das organizações no ambiente digital possibilita maior visibilidade às suas causas, bem como a proliferação de informações, ideias e eventos de forma rápida. A internet também é um ambiente que permite articular as ações em rede entre as entidades e amplificar o debate sobre os conflitos. O uso das *hashtags* é um bom exemplo de como isto é feito, especialmente nas redes sociais. Os questionários revelaram que 72% das organizações investigadas mantém presença em ambientes digitais na forma de sites ou redes sociais, enquanto que 27% não fazem uso dessas ferramentas e em 1% não foi possível obter essa informação. Destaca-se que a maior parte das organizações que não possuem sites e/ou redes sociais são entidades locais, como as associações comunitárias, por exemplo.

Figura 5 - Uso das plataformas digitais pelas organizações de resistência/justiça ambiental

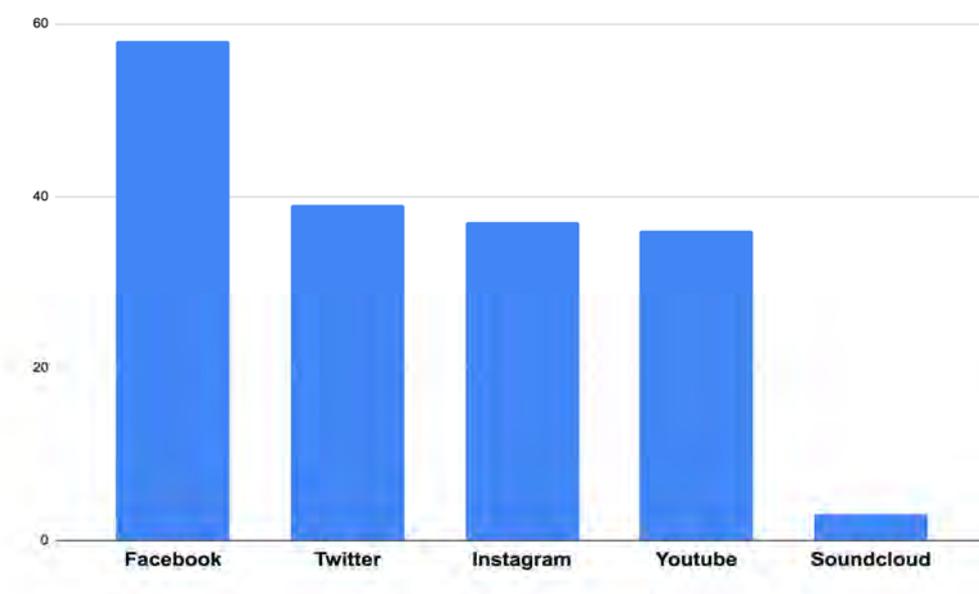


Fonte: Observatório de Comunicação e Resistências (PPGCOM/UFPA, 2020).

O Facebook é a rede mais utilizada pelas organizações. Encontramos 64 entidades que possuem a rede. A segunda rede social mais usada é o twitter com 439 entidades, seguido do Instagram com 427 entidades. Ressalta-se que é comum o uso de mais de uma rede social, especialmente para entidades nacionais e internacionais.

Além das redes sociais mais clássicas (Facebook, Instagram e Twitter) buscamos mapear também outras redes como Youtube, Soundcloud, Flickr, RádioWeb e outros. Neste aspecto, o Youtube foi a rede social mais presente entre as organizações, com 37 entidades tendo contas na plataforma. O Soundcloud, por sua vez, só está presente em 3 organizações. Uma limitação do formulário é a impossibilidade de colocar mais de uma rede extra. Então, algumas entidades possuem além do youtube, outra rede social que só é possível acrescentar como comentário na última seção de perguntas. A figura 6 apresenta a quantidade de organizações que possuem cada uma das redes sociais citadas.

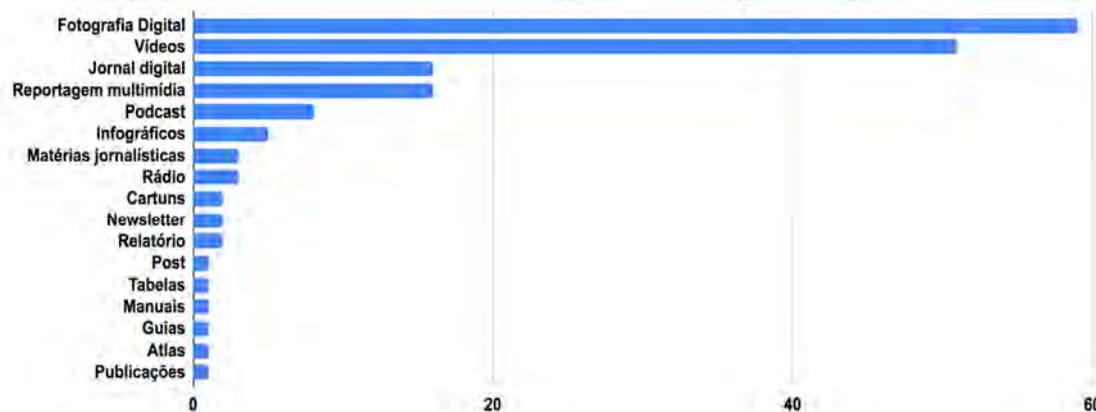
Figura 6 - Redes sociais das organizações de resistência atuantes no Estado do Pará



Fonte: Observatório de Comunicação e Resistências (PPGCOM/UFPA, 2020).

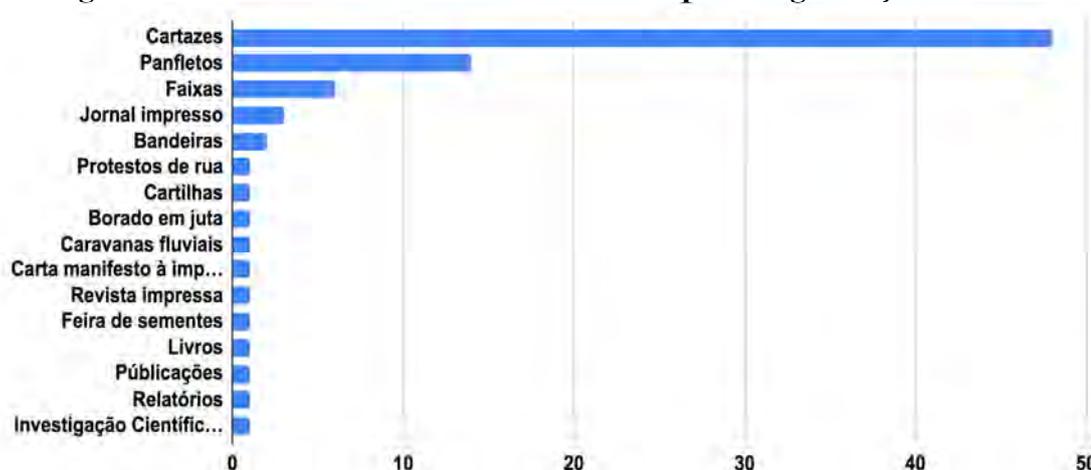
Outra preocupação nesta pesquisa foi visualizar os produtos digitais e físicos usados pelas entidades em suas ações referentes a cada conflito. Para o mapeamento desses produtos pesquisamos nos sites e redes sociais. Observa-se que no formato digital predominam produtos audiovisuais, seja na forma de fotos, vídeos, jornais digitais e reportagens multimidiáticas (Figura 7). Nos produtos físicos os mais utilizados são cartazes, panfletos e faixas. Sobre os materiais físicos deve-se destacar que só identificamos o que está visível na internet, logo, provavelmente o uso de produtos físicos deve sim ser maior, considerando que 24 organizações não possuem sites e/ou redes sociais.

Figura 7 - Produtos e formatos digitais usados pelas organizações.



Fonte: Observatório de Comunicação e Resistências (PPGCOM/UFPA, 2020).

Figura 8 - Produtos e formatos físicos usados pelas organizações.



Fonte: Observatório de Comunicação e Resistências (PPGCOM/UFPA, 2020).

Os dados obtidos indicam um rico painel para o futuro estudo aprofundado de experiências relevantes de comunicação como “elemento indissociável da resistência” aos conflitos socioambientais em territórios paraenses. O próximo passo da pesquisa irá contemplar ainda a sequência do trabalho de catalogação e sistematização dos casos de conflitos e organizações de resistência e a comunicação por elas exercida nos demais estados da Amazônia brasileira.

CONCLUSÃO

Neste artigo buscou-se compreender de que forma grupos sociais historicamente afetados pelo modelo colonial de desenvolvimento neoextrativo na região se organizam e que uso fazem da comunicação, entendendo a comunicação como elemento indissociável das ações de resistência e visibilidade pública e política.

O estudo partiu de uma base de dados secundários, o Atlas de Justiça Ambiental (EJATLAS), plataforma colaborativa entre pesquisadores e ativistas que apresenta um inventário de lutas ecológicas no mundo (TEMPER et al, 2018) e revela o Pará liderando o

ranking dos conflitos por injustiça ambiental (ACSERALD, 2002, 2009) na Amazônia Brasileira.

A partir do recorte e tratamento dos dados, delineou-se um cenário dos conflitos socioambientais na região, o qual revela que tanto as principais atividades geradoras de conflitos socioambientais contemporâneos como os principais grupos sociais atingidos reafirmam o padrão colonial de acumulação, baseado num projeto extrativista de expansão permanente das fronteiras. Nesse sentido, as principais atividades geradoras de conflitos são, pela ordem, as disputas fundiárias, motivadas pelo agronegócio, a mineração e a gestão da água (hidrelétricas). Os principais grupos sociais atingidos são agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, representando também os principais grupos mobilizados.

Foram identificadas 92 organizações atuando na resistência a 27 conflitos no Pará, sendo que na maioria dos casos (97%) atuam não de maneira isolada, mas em forma de rede, o que reafirma o fenômeno do “giro ecoterritorial” das lutas socioambientais (SVAMPA, 2019), com a participação de grupos locais, povos indígenas e outras populações tradicionais, mulheres, entidades ambientais e de defesa de direitos humanos. As entidades locais e nacionais predominam nos conflitos, juntas representam cerca de 75% dos grupos atuantes.

Em um segundo momento, após dimensionar os conflitos e as resistências, buscamos identificar, a partir de dados primários coletados na internet, o perfil do uso de meios de comunicação de cada organização de resistência envolvida nos conflitos na Amazônia paraense relatados no Ejabatlas (2020). Os dados foram sistematizados por meio do Google Formulário criado especificamente para a pesquisa. Foram preenchidos 131 formulários de organizações de justiça ambiental ou grupos de apoio. Como resultado, revelou-se que quase dois terços (74%) das organizações que atuam na resistência e defesa dos territórios estão presentes na internet e principalmente manifestam-se pelas redes sociais, sendo o Facebook a mais utilizada (66%); também o Twitter (49%), o Instagram (46%) e o Youtube (45%).

Dentre as organizações que não possuem plataformas digitais, a maioria (81%) são entidades locais e o restante é formado por entidades estaduais que atuam na defesa de grupos de resistência locais, diretamente atingidos pelos conflitos. Importante também destacar que, conforme a navegação nas plataformas digitais, as organizações também fazem uso de plataformas físicas de comunicação (tais como cartazes, panfletos e faixas) para opor resistência. Os dados coletados, ainda exigem uma pesquisa etnográfica de casos exemplares para maior aproximação e refinamento, não obstante já apontam para um cenário onde a resistência aos conflitos se dá de forma combinada e híbrida, onde as lutas locais em defesa da terra/territórios/natureza integram-se e ao mesmo tempo transpõem-se para os territórios digitais pela ação de “redes de contraposição” (CASTELLS, 2017, GROSFOGUEL, 2018) formada por organizações e grupos de mobilização em escalas geográficas diversas (locais, nacionais e internacionais), como estratégia de resistência e visibilidade no espaço público midiaticizado.

REFERÊNCIAS

APIB - ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL; AMAZON WATCH. **Cumplicidade na destruição III: como corporações globais contribuem para violações de direitos dos povos indígenas da Amazônia brasileira.** Relatório, 2020. Disponível em: <https://amazonwatch.org/assets/files/2020-cumplicidade-na-destruicao-3.pdf>.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

BONIN, Jiani. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em Comunicação**. Metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (org.). **Amazônia: Região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

CAMPOS, Ana Lúcia Azevedo; RAVENA, Nírvia. A violência no campo e a cobertura nos jornais impressos diário do Pará e o Liberal: uma análise dos casos Dorothy Stang e José Cláudio Ribeiro. **Novos Cadernos NAEA**. v. 20, n. 1, p. 111-133, jan-abr 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

FANON, Frantz. Os condenados da terra, trad. **Enilce Rocha e Lucy Magalhães, Juiz de Fora: UFJF**, 2005.

FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. **Curso básico de teorias da comunicação**. Autêntica, 2017.

FREIRE, P. (1983). **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Ay Kakyrítama: eu moro na cidade**. 2 ed. -- São Paulo, Pólen, 2018.

LANDER, Edgardo. Com o tempo contado: crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 214-253, 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Diversidad en convergencia. **Matrizes**, v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. **Eu quero acreditar!** Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 66, p. 31-47, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Larissa P.; AMORIM, Célia Trindade Chagas. **Comunicação cidadã na Amazônia brasileira: em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A.** Chasqui. *Revista Latinoamericana de Comunicación* N.º 140, abril - julho 2019 (Sección Monográfico, pp. 179-19). Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/3881/3120> Acessado em: 12.08.2019.

STEINBRENNER, R; BRITO, T.; GUERREIRO NETO, G. **Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia: Um Projeto de pesquisa pela lente decolonial**. Anais. III Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável (SBDTS), UFPR, Matinhos, Novembro de 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1f60qGHcf_S1gjqRn7iryu1H_8kaoo1BSjQ/view Acessado em 9 fev.2020.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. **Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Trad. Lígia Azevedo. São Paulo, Ed. Elefante, 2019.

_____. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: **Descolonizar o imaginário—Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo/Autonomia Literária/Elefante Editora, p. 140-401, 2016.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS RESERVAS LEGAIS EM BLOCO: O EXEMPLO DO PA MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA¹

Lucas Ramos de Matos (PPGG/UNIR)²,

Resumo

Esta pesquisa se ocupa em analisar o conflito socioambiental no entorno dos recursos naturais (terra, água e madeira) da Reserva Legal em Bloco (RLB), do PA Margarida Alves, em Nova União, Rondônia. Em relação ao método, optamos pela “*etnografia dos conflitos socioambientais*” (LITTLE, 2006) aliado ao trabalho de campo no PA Margarida Alves, no interior da RLB e no acesso à documentação histórica do conflito socioambiental. O novo processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários na Amazônia nos dão a entender que os conflitos socioambientais, no entorno das RLB, no estado de Rondônia, entre estes o caso em especificidade, estão longe de ser resolvidos de forma efetiva. O conflito no entorno da RLB do PA Margarida Alves parece ser de natureza intratável por tomar um caminho de irreversibilidade dos processos ecológicos e pela impossibilidade de diálogo por parte de assentados com grupos invasores. Por fim, desenvolvemos uma discussão empírica sobre a categoria *conflitos socioambientais*, representado por meio desta especificidade.

Palavras-chave: Amazônia. Conflitos socioambientais. Reserva Legal em Bloco. Margarida Alves.

INTRODUÇÃO

Com cerca de 22 mil hectares, o PA Margarida Alves, localizado na região central de Rondônia, foi criado em 1997 após desapropriação da fazenda (latifúndio) Fischer. Trata-se de um território camponês conquistado no rol de lutas do MST no estado de Rondônia. Nesta mesma época, no contexto do pressionamento no entorno das questões ambientais, sobretudo internacional, o INCRA cria as Reservas Legais em Bloco (RLB). O estado de Rondônia possui onze RLBs de posse de famílias camponesas, uma delas é a do PA Margarida Alves, localizada nas limítrofes dos municípios: Nova União, Ouro Preto do Oeste, Urupá, Mirante da Serra e Teixeiraópolis (Imagem 1).

¹ Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, do autor, no Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR), que analisa as disputas por recursos naturais na Reserva Legal em Bloco do PA Margarida Alves em Nova União, Rondônia.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. Membro do Laboratório de Gestão do Território LAGET/UNIR e Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA.

Através de uma definição simplista, as RLBs, ao invés de estarem localizadas no fundo da propriedade, como a Reserva Legal definida no (novo) código florestal (2012), as parcelas individuais são agrupadas, de modo comunitário, em uma só área. Dessa forma, cada família assentada possui sua parcela de Reserva Legal na RLB, mas toda decisão sobre estas áreas fica a critério da comunidade como um todo, ou em ampla maioria, tornando, assim, as RLBs, em espaços coletivos; um território no qual as famílias assentadas se relacionam, quase sempre, com um modo de vida baseado em valores não materialistas.

Se por um lado essas áreas são espaços de relações sociais e humanas com a natureza, que partem das famílias assentadas, por outro lado, é um espaço de disputa (política e social) por recursos naturais, sobretudo terra e madeira, por isso, a RLB do PA Margarida Alves é um importante caso a ser analisado no campo de estudo dos chamados conflitos socioambientais (LITTLE, 2006; SOUZA; MILANEZ, 2016).

Sendo assim, dando sequência à abordagem anterior realizada por Oliveira e Burstzyn (2005), nosso trabalho se ocupa em apresentar/analisar o conflito socioambiental na RLB do PA Margarida Alves.

METODOLOGIA

A unidade *locus* deste estudo está localizada na região central do estado de Rondônia. A RLB do PA Margarida Alves está aglutinada nas adjacências de cinco municípios do estado de Rondônia (Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Urupá e Teixeiraópolis). Existe também outra área protegida na região na forma de RLB. Está localizada no PA Padre Ezequiel, aglutinada aos mesmos municípios. Juntas, as duas unidades possuem mais de 10 mil hectares, compondo a metade da área destinada a cada assentamento. A RLB do PA Margarida Alves possui a maior parcela de área destinada à preservação, cerca de seis mil hectares. Ambas encontram-se em situação de conflito.

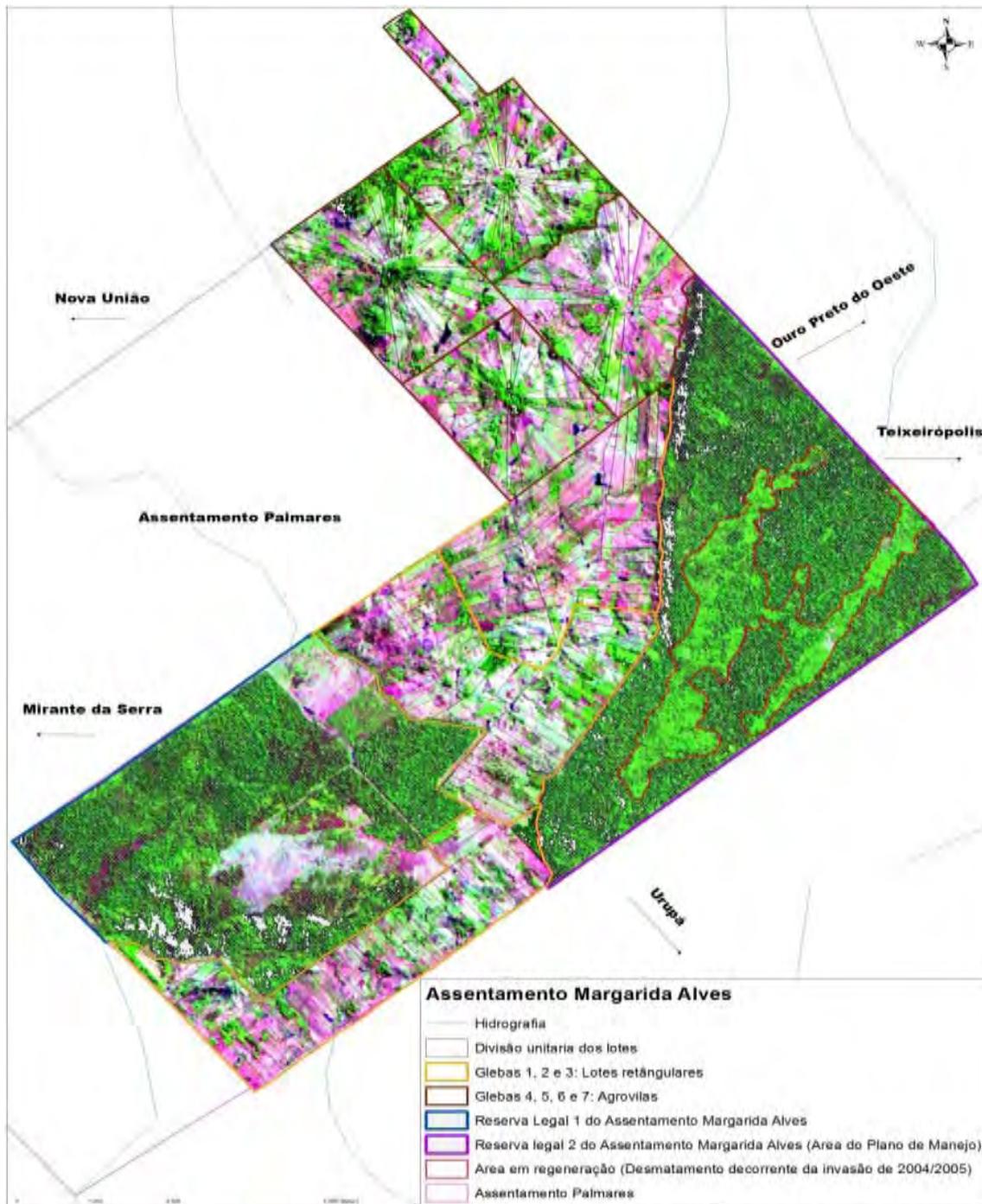
O PA Margarida Alves, juntamente com o PA Palmares, foi criado em 1997, após a desapropriação das fazendas Fisher (Firasa) e Aninga, cujo tamanho ultrapassava os 22 mil hectares. Originalmente, foram assentadas 258 famílias no PA Margarida Alves, em lotes de 24 hectares, em média. O PA Padre Ezequiel, composto por 200 famílias após a conquista da fazenda Urupá, em Mirante da Serra, também foi criado na mesma época do PA Margarida Alves e do PA Palmares. Atualmente, juntos, os três projetos de assentamento possuem cerca de mil famílias assentadas, ou não, distribuídas em 30 mil hectares de terra. De todos os assentamentos localizados na região central do estado de Rondônia (Margarida; Padre Ezequiel; Palmares), apenas

o PA Margarida Alves e o PA Padre Ezequiel possuem uma Reserva Legal (em bloco) equivalente a 50% da área do assentamento localizadas na formação geográfica de cada assentamento.

A formação espacial do PA Margarida Alves é composta por parcelas loteadas, inicialmente para beneficiar 258 famílias distribuídas em sete glebas, sendo que as glebas 1, 2 e 3 foram parceladas em formato tradicional, apelidadas de “quadrado burro”. As glebas 4, 5, 6 e 7 foram divididas em formato radical, também chamadas de “raio de bicicleta” e/ou “agrovilas”. As glebas em formato radical são, por sua vez, mais dinâmicas, desde o ponto de vista da paisagem ambiental, às relações sociorreligiosas. Organizadas em forma de núcleos de moradia, em lotes que iniciam-se no que se chama de “área social”³ onde as moradias circundam ao redor desses locais. A figura a seguir ilustra melhor essa formação espacial que marca o perfil das quatro glebas, em formato radical, e das três, em formato tradicional, no PA Margarida Alves.

Figura 1 – Localização do PA Margarida Alves e RLB. A direita: área de manejo florestal (divisão espacial demarcada pela cor roxa aglutinada frente aos municípios de Ouro Preto do Oeste, Teixeiraópolis e Urupá). No centro: área de floresta em formação secundária em decorrência de movimentos de uso ilegal organizados por fazendeiros locais que ocorreu em 2004-2005 (de cor verde clara; divisão espacial demarcada pela cor marrom).

³ São estruturas coletivas localizadas no centro de cada gleba, geralmente de 8 a 12 hectares, onde são compostas por parcelas de floresta, campo de futebol, Igreja, espaços para festas e reuniões, e os botecos. Essa formação permite maior interação nesses espaços entre assentados das agrovilas e assentados convencionais.



Fonte: Negrão, *et al.*, 2014.

Em relação ao método, optamos pela “*etnografia dos conflitos socioambientais*” (LITTLE, 2006). A “*etnografia dos conflitos socioambientais*” proposta pelo Antropólogo Paul Elliot Little permite a identificação e a diferenciação, incorporando os múltiplos pontos de vista e interesses diversos entre os atores envolvidos, exigindo o mapeamento dos diferentes níveis e a documentação histórica do conflito (suas alianças, negociação, acomodação e rupturas). Em Little (2006), a “*etnografia dos conflitos socioambientais*” sugere, não como foco, o modo de vida dos envolvidos, ou

de um determinado grupo social, mas sim, a análise e as múltiplas interações sociais e naturais que caracterizam os conflitos socioambientais. Nesta ocasião, o pesquisador assume o papel de entender a dinâmica interna dos conflitos e suas diferentes posições, estratégias, mapeando-as nas múltiplas interações e coalizões, no sentido de "identificar também os distintos discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e política, sejam elas explícitas ou implícitas" (LITTLE, 2006, p.93). "Dessa forma, a etnografia dos conflitos sociais se insere plenamente no paradigma ecológico que tem foco nas relações; usa uma metodologia processual; e contextualiza o conhecimento produzido" (LITTLE, 2006, p.92), tornando-se um guia para o tratamento dos conflitos socioambientais distributivos, territoriais e espaciais.

A "*etnografia dos conflitos socioambientais*" tem como especificidade a etnografia multiator, que identifica e diferencia o posicionamento dos atores sociais/ecologistas e naturais, e o uso de múltiplos níveis espaciais e temporais de análise são delineadas, permitindo realizar o mapa social do conflito. Little (2006) sugere que é interessante analisar as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e perfilar as distintas tentativas de resolução; as alianças e coalisões, mobilizações, projetos de gestão e uso sustentável de recursos ambientais. Esta etapa deve ser cumprida com base na documentação histórica do conflito.

A etnografia multiator trata-se de considerar a rede multiconectada de atores locais, regionais, nacionais e até mesmo os de nível global, envolvidos de forma direta ou não, no complexo de causas e interações que envolvem os conflitos socioambientais. A etnografia multiator permite o mapeamento da cota ou escala de poder de cada ator envolvido no conflito. Little (2006) orienta que é preciso incluir os poderes tanto formais, quanto informais (tentativas de domínio, ameaças, assassinatos e torturas, vandalismos e tentativas de causar terror aos grupos sociais desfavorecidos). Vayda (1983) por sua vez, quando propõe o posicionamento por parte do pesquisador em ocasiões, locais e pessoas específicas, aposta na necessidade de se colocar no lugar dos atores e sujeitos, realizando o que ele chama de "*experimentos mentais*", procurando entender o que há na postura dos sujeitos, o que possibilita entender a posição de cada um.

A "*etnografia dos conflitos socioambientais*" tem sido aproveitada, desde então, no trabalho de campo, na PA Margarida Alves, no interior da RLB e no acesso à documentação histórica do conflito. Selecionamos para esta ocasião uma entrevista com uma liderança comunitária do PA Margarida Alves, documentos referentes às ações judiciais e imagens do interior da RLB.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os conflitos no entorno da natureza e dos territórios das comunidades diversas têm sido uma das modalidades de disputa mais evidentes no século XXI (BRITO, *et al.*, 2011), e deve representar o cerne da crise ambiental e do colapso ecológico nos países da América Latina e Caribe. São comuns, geralmente, entre atores sociais, pelo uso e gestão do ambiente; o Estado, no sentido de flexibilização das regras; e o interesse privado, que procura justificar os impactos ambientais pelo valor econômico, além dos sujeitos/grupos sociais que em suas espacialidades humanas estão transvestidos de racionalidade econômica em seus comportamentos humanos/sociais, que também pode ser chamada de ideologia do processo econômico.

Os conflitos socioambientais, por conseguinte, são produzidos pelas diferentes visões de mundo existentes no espaço social, concepções ancoradas em representações e simbolizações diferenciadas sobre sociedade e natureza, construídas e partilhadas pelos homens em questão (VIÉGAS, 2009, p.153).

O ápice das diversas formas de embates pelo uso, gestão e/ou domínio envolvendo os recursos naturais demonstra, primeiramente, que o Estado não tem sido efetivo no papel institucional de mediar/arbitrar sobre estes conflitos (FONSECA, *et al.*, 2012), sobretudo quando envolve latifundiários, milicianos ou grupos econômicos ligados ao agronegócio (nos casos de conflitos por terra, água e madeira) e ao neoextrativismo (como é o caso dos grandes projetos de infraestrutura).

O que também se expressa no entendimento dos conflitos socioambientais é uma luta desigual baseada em um modelo de “desenvolvimento sustentável” autoritário que sempre privilegiou interesses privados, aliados, sobretudo, a um processo de consolidação e manutenção dos interesses do capital agrário e neoextrativista no sistema mundo moderno-colonial patriarcal, privilegiados não poucas vezes pelo apoio estatal (SOARES, 2009), impondo ao ambiente, consideráveis impactos de ordem ecológica, social, econômica e cultural (MENDES, 2005; MIRANDA, 2013), como é o caso das hidrelétricas, dos desertos verdes de eucalipto das multinacionais de papel e celulose e do ecoterrorismo nos territórios das comunidades diversas nos casos do uso dos agrotóxicos ou na violência específica contra lideranças comunitárias ou defensores de causas ambientais.

Em nosso caso em epígrafe, os fenômenos podem ser tratados tanto do ponto de vista da relação homem-natureza/pessoa-ambiente (VAYDA, 1983), quanto do ponto de vista da arena de embates entre atores pelo uso, gestão ou domínio do território dos recursos naturais através da sua etnografia multiator (LITTLE, 2006).

O conflito no entorno da RLB do PA Margarida Alves não é diferente de outros casos da Amazônia, em que as comunidades estão expostas a uma série de violências praticadas por agromilícias (ligadas a grupos políticos e econômicos, inclusive parte do judiciário), grupos sociais e econômicos ligados ao agronegócio ou neoextrativismo contra seus territórios.

Em nossas intervenções em campo, identificamos que várias ações estão em jogo para dominar a área de RLB, de posse das famílias assentadas. A atuação das chamadas agromilícias, ligadas a grupos políticos da região, é uma realidade que atinge a vida de cerca de 800 pessoas no assentamento, sobretudo aquelas que assumem o papel de lideranças comunitárias.

Figura 2 – No sentido horário, começando pelo alto à esquerda: área de pastagem, resultado do desflorestamento; famílias assentadas reunidas em assembleia geral para deliberar sobre questões da RLB; placa que faz propaganda do manejo florestal comunitário realizado na RLB.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, autores (2020).

Como uma alternativa de enfrentamento aos movimentos de invasão, as famílias assentadas conquistaram o direito de manejar a área por meio da aprovação de um plano de manejo florestal, que esteve em andamento de 2014 a 2017. O manejo florestal foi uma projeção das famílias assentadas dentro da arena de embates, já que as atividades atrairiam a atenção dos atores naturais para a fiscalização ambiental na área. Se por um lado o manejo florestal resultou em um importante incremento de renda distribuída às famílias assentadas (MATOS, 2018; 2019), por outro lado, atizou a cobiça de invasores, já que a extração de madeira acarretaria na diminuição das espécies de alto valor comercial no mercado ilegal.

Outra coisa que temos observado está em uma das mais importantes metodologias de enfrentamentos dos conflitos socioambientais: a mediação. A mediação dos empasses pressupõe um diálogo entre as partes envolvidas. No caso da RLB do PA Margarida Alves, essa tentativa de diálogo, assim como a tentativa de manejar a área de modo sustentável, resultou em um efeito colateral contra as famílias assentadas. Isso porque o convite de assentados a invasores para o diálogo (que se organizam na forma de agromilícias) expõe o lado frágil da comunidade dentro da arena de embates, o que possibilita aos invasores planejarem suas ações, já que as famílias assentadas não respondem de forma violenta.

Nesta mesma sintonia, o conflito é intensificado à medida em que há uma série de divergências entre os atores sociais e naturais envolvidos. O fato é que, esta antagonia é fruto da própria postura política dos atores sociais. Na verdade, a ausência de diálogo com os atores sociais, que parece partir dos atores naturais na atual conjuntura geopolítica, amplia as cotas de poderes dos grupos (agromilícias) invasores à medida em que fragiliza as estratégias de resistência local. A fala de uma das lideranças comunitárias do PA Margarida Alves narra uma invasão da RLB protagonizada em novembro de 2016:

Com força total, desmatando, demarcando a terra por conta. Botamos uma equipe de assentados que era pra vigiar a reserva. O “trator” (apelido de um assentado) foi pego e torturado, ficou mais de mês desorientado e depois com depressão. Foi aí que o MST entrou de novo no caso, pra ajudar a gente a resolver, e escrevemos junto um dossiê que vou te passar depois, contando a história toda. Como a gente já tinha a reserva por perda mesmo, fizemos uma proposta pra o INCRA e pra justiça.

Neste sentido, o que se percebe é que os movimentos de invasão parecem creditar suas ações na falta de recursos dos atores sociais, na arena de embates e na certeza da impunidade. O momento político também é um fator que contribui para o fortalecimento dos invasores de terras públicas e dos territórios comunitários, já que esperam do Estado o chamado “fato consumado”, que, na prática, significa garantir uma situação de irreversibilidade dos processos ecológicos e, posteriormente, a legalização da área.

O caso da RLB do PA Margarida Alves é um importante exemplo disso. Curioso notar que o conflito estava “morno” desde 2005 quando os invasores foram repelidos por meio de reintegração de posse. Após o golpe de 2016 o conflito “esquentou”, e com a chegada de Bolsonaro à presidência, a situação da RLB tem tomado caminhos sem volta, sobretudo quando se referem aos recursos naturais. Em intervenção anterior, demonstramos que a perda de cobertura florestal foi de 93% em 2013 para 38% em 2019 (NEGRÃO; MATOS; ARAÚJO, 2020).

Hoje resta aproximadamente 1.300 hectares de floresta no bloco 1 da reserva legal (em 2013 eram 3.100 hectares) e aproximadamente 900 hectares no bloco 2 (Em 2013 eram 2.200 hectares, já que outros 400 hectares havia sido desflorestados ainda no tempo da Fazenda Fischer). Analisamos também imagens recentes (31/03/2020) do sensor europeu Sentinel, que indicam que há uma frágil estabilização no desflorestamento do Margarida Alves após o mês de agosto de 2019, com a consolidação das pastagens já abertas dentro da reserva legal – corroborando nossas observações de campo (NEGRÃO; MATOS; ARAÚJO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta abordagem ensaística, propomos apresentar uma discussão empírica acerca do conflito socioambiental no entorno dos recursos naturais da RLB do PA Margarida Alves. O conflito socioambiental da RLB do PA Margarida Alves nos parece ser daqueles intratáveis. Um beco sem saída tem se estabelecido e tem levado o conflito a uma situação irreversível, tanto do ponto de vista da resolução dos empasses quanto dos danos ambientais à RLB.

O chamado radicalismo de direita é um fenômeno indissociável do novo processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários na Amazônia. O acirramento da competição política e social por recursos naturais afeta os territórios comunitários. Pouco se pode arriscar sobre o futuro dos territórios das comunidades diversas da Amazônia sob a gestão de quem segue à risca os fundamentos mais profundos do nazismo. Enquanto isso, os grupos sociais marginalizados estão cada vez mais “acuados” diante do fortalecimento das ações dos grupos invasores nesta geopolítica hitleriana, que tem nos grupos sociais minoritários a figura do inimigo em comum.

Assim como os demais territórios comunitários em situação de impasses na Amazônia, o caso em especificidade demonstra uma certa complexidade na esfera da mediação e resolução dos empasses entre assentados e grupos de milicianos. Há uma confusão generalizada entre os atores envolvidos no que diz respeito ao conceito e finalidades ecológicas da RLB, resultando em desvios de finalidades ecológicas e, sobretudo, aumentando os conflitos. Coube a nós, aqui, apresentar as principais ocorrências que marcam o desenrolar do conflito socioambiental na RLB do PA Margarida Alves. É certo que esta intervenção deixa para traz uma série de questões, que serão abordadas com mais profundidade/densidade em outras ocasiões.

REFERÊNCIAS

BRITO, Dagunete et al. Conflitos socioambientais no século XXI. **Revista de humanidade do curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, p. 51-58, 2011.

FONSECA, Bruno Costa da; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. **Conflitos socioambientais, tensões e resistência: uma análise de embates no território da bacia do rio doce – Brasil**. OKARA: Geografia em debate, v.8, n.2, p. 308-327, 2014.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MATOS, Lucas Ramos. Avaliação socioambiental do Manejo Florestal Comunitário no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia. **Revista Presença Geográfica**. 02, 2018.

_____. Manejo Florestal Comunitário como alternativa de sustentabilidade: o caso do assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia. In: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. (Org.). **A Geografia na Contemporaneidade**. 3ed. Ponta Grossa - Paraná - Brasil: Atena Editora, v. 3, p. 45-57, 2019.

MIRANDA, Devison Alessandro de. **Conflitos socioambientais minerários**: estudo de caso da exploração minerária no município de Brumadinho. Dissertação – programa de pós-graduação em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2013.

MENDES, Noeli Aparecida Serafim. **As usinas hidrelétricas e seus impactos**: os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Raul de Rosana – Euclides da Cunha paulista. 2005, Dissertação – programa de pós-graduação em geografia da Faculdade de Ciências Tecnológicas – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

NEGRÃO, Marcelo Pires; MOURÃO, Luciana Riça ARAÚJO, Marcel Emeric Bizerra. **Desmatamento, reserva legal e sustentabilidade em Rondônia (Brasil)**: uma análise dos padrões de evolução da cobertura vegetal em área de Assentamento. RITA [en ligne], n°8, 2015.

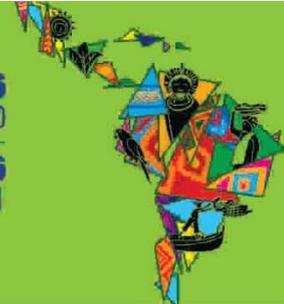
NEGRÃO, Marcelo Pires; MATOS, Lucas Ramos de; ARAÚJO Marcel Eméric B. de. Territórios sob tensão: disputas por recursos naturais na reserva legal em bloco do assentamento Margarida Alves, Rondônia, **Confins** [En ligne], 45 | 2020.

OLIVEIRA, Luiz R. de, BURSZTYN, Marcel. “**Conflitos socioambientais nas reservas legais em bloco**: o caso do PA Margarida Alves, em Rondônia”. In: Theodoro S.H. (org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond: 91-106, 2005.

SOARES, Vânia Ribeiro. **Impactos sociais causados pela construção de hidrelétricas em populações ribeirinha na Zona da Mata Mineira**: o caso específico da Usina Hidrelétrica Cadonga – Rio doce/ Santa cruz escalvado – Minas Gerais. 2009, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

VAYDA, Andrew P. Progressive Contextualization: Methods for Research in Human Ecology. **Human Ecology**, Vol. 11, No. 3, p. 265-281, 1983.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2009.



GT 8 –comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

OS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA MARAJOARA: ESTRATÉGIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE RIBEIRINHA VILA INTEL I

Eunápio Dutra do Carmo (UFPA)¹
Nilza de Sousa Medeiros (UFPA)²
Viviane Brabo da Conceição (UFPA)³

RESUMO

O presente artigo analisa os conflitos socioambientais vividos por comunidades ribeirinhas no município de Breves, no arquipélago do Marajó, provocados pelas políticas desenvolvimentistas de crescimento econômico via mercado internacional resultante do modo de produção capitalista. O ciclo das madeireiras (1980 a 2000) compõe a narrativa hegemônica da fase de maior “desenvolvimento” do município. No entanto, há outras narrativas e experiências vivias, oriundas da contrainformação, apontam este período como o maior em processo exploração predatória e dominação política, econômica e ideológica. É nesse ambiente de disputas de narrativas que a comunidade ribeirinha marajoara Vila Intel I, lócus da pesquisa, é um exemplo emblemático das contradições sociais desse cenário de concentração de capital/renda e produção de desigualdade social. Todavia, até hoje as comunidades ribeirinhas sofrem com inúmeros processos de violação de direitos e de desestruturação social, econômico e cultural e, ao mesmo tempo, as comunidades vulnerabilizadas vêm lutando a fim de ter visibilidade e voz para resistir na disputa por território e narrativas. As análises aqui apresentadas foram feitas por meio de pesquisas bibliográficas, (CASTRO 2018; GONÇAVES *et al* 2016; LEÃO 2014, dentre outros), documental e de campo. Resultados preliminares constataam que os povos ribeirinhos buscam na organização e na mobilização mecanismos para conseguirem a garantia de seus direitos e, dessa forma, fomentam processos de resistência em engajamentos coletivos que confrontam narrativas hegemônicas do “desenvolvimento” diante do aprofundamento da exclusão socioespacial, decorrente das afetações sofridas em seus modos de vida e de produção, decorrentes da economia de *commodities* predatória instalada na região

Palavras-chave: Conflitos, Comunidade, Desenvolvimentismo, Resistência.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa os conflitos socioambientais vividos por comunidades ribeirinhas no município de Breves, no arquipélago do Marajó, provocados pelas políticas

¹ Doutorado em Educação pela PUC-Rio e Pós Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). É professor da Faculdade de Serviço Social da UFPA-Campus Marajó- Breves, Brasil. E-mail:eunapiodocarmo@gmail.com.

²Graduanda, Curso Bacharel em Serviço Social, UFPA- Campus Marajó Breves, Brasil. E-mail:nilzamedeiros1012@gmail.com

³ Graduanda, Curso Licenciatura em Pedagogia, UFPA- Campus Marajó Breves, Brasil. E-mail:vivianebrabo550@gmail.com.

desenvolvimentistas fundadas no crescimento econômico de integração ao mercado internacional resultante do modo de produção capitalista. Destacando quais são as principais estratégias utilizadas pelo sistema para dar prosseguimento a esse desenvolvimento, quais as consequências que foram causadas acerca da sua instalação, e os conflitos socioambientais que ocorreram e ocorrem mediante as relações de poder dentro desses territórios, que vêm resistindo graças aos seus povos.

A comunidade ribeirinha Vila Intel I, *locus* desta pesquisa, representa muitas outras existentes no município, que habitam na região e são originárias de tribos indígenas e remanescentes de negros escravizados. O território dessas comunidades foram sendo ocupados e sendo empresas madeireiras, atendendo à dinâmica da reestruturação da produção capitalista, implicando consequências socioambientais, culturais e sociais para essa região.

O procedimento metodológico baseou-se em uma pesquisa exploratória, considerando que as especificidades da comunidade ribeirinha Vila Intel II marcadas por profundas desigualdades sociais. O levantamento bibliográfico (artigos, dissertações e teses) e documental (IBGE, 2010; OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ, 2020) somou-se à pesquisa de campo, em que as entrevistas semi-estruturadas, observação simples e histórias de vida foram priorizadas durante o ano de 2019, quando os autores do artigo iniciaram as atividades de pesquisa na referida comunidade por meio das ações do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (PRCR)⁴.

O trabalho está dividido em três partes, inicialmente apresenta-se o espaço econômico e social da pesquisa. Posteriormente, contextualiza-se o processo histórico do modelo hegemônico desenvolvimentista na Amazônia Marajoara e as múltiplas desigualdades sociais em curso. Em seguida, analisa-se o quadro de exclusão social vivido pela comunidade Vila Intel II e as lutas e resistência que vem sendo travadas da exploração e dominação social. Temos os seguintes temas prioritários 1) principais estratégias que o capital empregava e emprega para conseguir se fortalecer nessa região; 2) as consequências geradas pela ação predatória das empresas madeireiras e 3) as principais formas de resistência utilizadas para permanecer nesse espaço e pautar e divulgar suas próprias narrativas.

⁴ O Programa iniciou em 02/03/2019 (Edital PIBEX 2019) e está vinculado à Faculdade de Serviço Social da UFPA – Campus Marajó-Breves. Formado por alunos(as), professores (as), técnicos(as) e voluntários(as), o objetivo central do programa é ampliar os processos de organização e participação social de comunidades ribeirinhas para garantia da cultura de direitos com base num trabalho coletivo e interdisciplinar, envolvendo os moradores da Vila Intel I, Vila Intel II e Magebras, visando organização social, cidadania, geração de renda e a política do bem-viver.

2. Breves na Amazônia Marajoara: ocupação, dominação e lutas

A Amazônia é a mais extensa floresta tropical do mundo contendo o maior banco genético entre todos os ecossistemas do planeta (GONÇALVES *et al*, 2016). Não é à toa que muitas empresas multinacionais têm interesses nesse vasto território, que possui grandes riquezas naturais representada pela sua sociobiodiversidade. A geopolítica dos recursos naturais e as estratégias pela sua apropriação no mercado internacional coloca a região no centro das disputas e com rebatimentos nas escalas locais/regionais:

(...) múltiplos interesses envolvidos e da diversa apropriação territorial, quer por famílias ribeirinhas, quer por comunidades quilombolas, ou, ainda, por famílias de influência antiga na região, no caso das grandes fazendas e sesmarias, ou empresas, municípios e, mais recentemente, pelo governo estadual (*idem*, p. 108/109).

A maneira como cada grupo social ou ator político e econômico apropria-se do discurso desenvolvimentista representa aproximações e confrontos diante das suas consequências. Logo, o saque e enfrentamentos na região crescem, cada vez mais, a ponto da exploração e destruição fazerem parte da história da Amazônia, privilegiando um discurso econômico em que a permanência de problemas e impactos seriam externalidades do processo de desenvolvimento. Essa narrativa escamoteia o fato de que os recursos naturais saqueados, predatoriamente, alimentam cadeias dos grandes *players* internacionais deixando a região com danos e riscos ambientais, em muitos casos, irreversíveis e irreparáveis, além de uma brutal exclusão social, causando desequilíbrio no ecossistema e desestruturação socioespacial (CASTRO, 2017).

O confronto de projetos desencadeou ontem e vem desencadeando hoje tensões e conflitos na Amazônia. Nos séculos XVI e XVII, a permanente resistência de grupos indígenas aos ataques europeus no Marajó, invasores à época, foi marcada por guerras e mortes (GONÇALVES *et al*, 2016). Nos territórios invadidos, povos tradicionais com tradições milenares, culturas e práticas sociais e um rico modo de vida têm uma relação de respeito com o meio ambiente e toda sua complexidade (*Idem*, 2016). Esses povos habitavam esses territórios secularmente, porém muitas vezes são tratados como invisíveis, por essa razão seus espaços são dados como lugar desabitados, justificando a ocupação brutal de empreendimentos capitalistas como ocorreu com o mercado ilegal e clandestino de madeiras no Marajó.

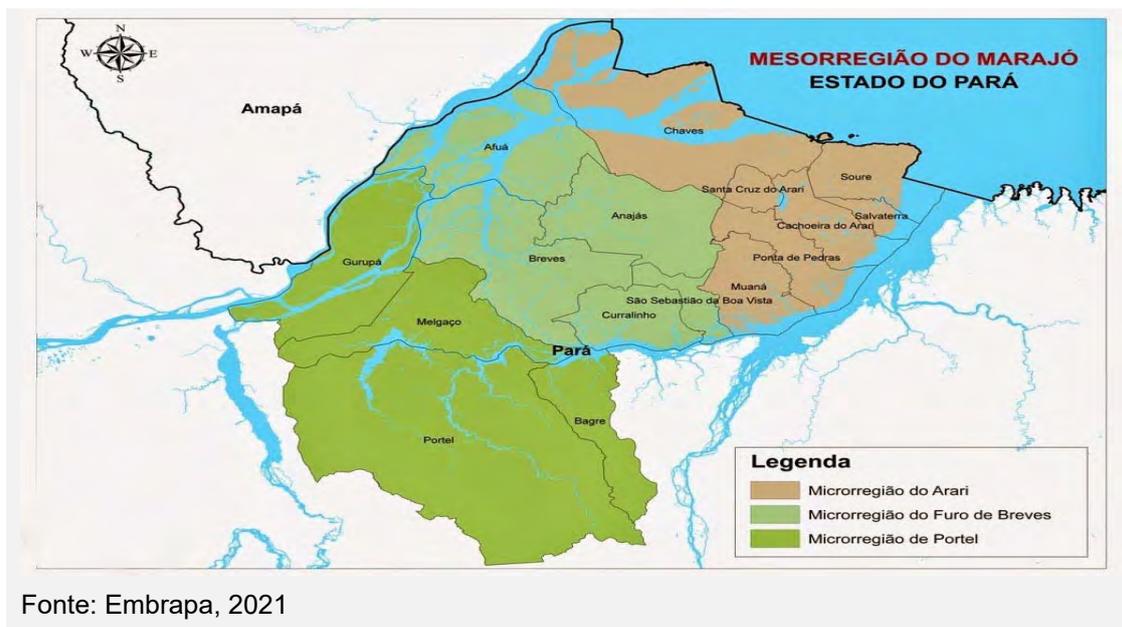
Vista como uma reserva inesgotável de recursos à disposição do desenvolvimento, a Amazônia Marajoara sofreu durante a atuação das empresas madeireiras que atuaram de maneira desenfreada, como se os recursos florestas fossem infinitos, apostando na impunidade e dando pouca importância ao reflorestamento (GONÇAVES *et al*, 2016). O mercado se impõe sobre as modos de vida pré-existentes e fortalece a crença no desenvolvimento fundamental para região. O rastro da destruição do “desenvolvimento” é

invasivo, destruidor e bárbaro para os povos das águas, desconsiderando as vidas desses povos, explora sua força de trabalho e destruindo os ecossistemas de onde mantém a vida ribeirinha.

A localização privilegiada que facilita o deslocamento e comercialização de produtos da floresta era ponto estratégico para instalação de empreendimento madeireiros na Amazônia Marajoara. Sobre isso Castro afirma: “As vias fluviais da Amazônia, cada vez mais, têm sido pensadas como corredores de exportação. Ao longo dos séculos, sempre foram as principais vias de comunicação, de trocas econômicas, de escoamento da produção e de bens materiais e simbólicos [...]” (CASTRO, 2017, p. 26). Além do escoamento favorável pelos rios de várzea, a qualidade da madeira dessa região também justifica a instalação. Além da ausência de fiscalização o que favorecia a clandestinidade. O conjunto desses fatores fez dessa região um centro viável para o mercado de madeira com volume alto de exportação a partir do arquipélago do Marajó, cuja conformação geopolítica e histórica são marcadas por esses fluxos de comercialização.

O Arquipélago do Marajó está localizado na Amazônia Ocidental, no extremo norte do Pará, com beleza exuberante e riquezas naturais, também é alvo permanente dessa exploração e apropriação territorial. O arquipélago possui a reserva extrativista do Mapuá, localizada no município de Breves e existem outras reservas no Marajó como as de comunidades tradicionais quilombolas que também estão nesse espaço. A preservação dessas áreas corre risco em decorrência dos interesses de empresas associada a políticas públicas que favorecem essa exploração. Não só ameaçam a natureza, mas também os povos que nela habitam, principalmente os ribeirinhos, que enfrentam grandes dificuldades para sobreviver em meio a tantos conflitos e resistem e lutam para permanecer em seus territórios, já que suas subsistências e histórias são forjadas na relação com a natureza.

Figura 1: MAPA: ARQUIPELAGO DO MARAJÓ



No mapa (Figura 01) é possível visualizar as mesorregiões do Marajó, banhadas pelo rio Pará afluente do rio Amazonas que deságua no Oceano Atlântico. Essa região é referência pelo historiador Agenor Sarraf como a Amazônia Marajoara, que a subdivide entre, Marajó do Campo e Marajó das Florestas, devido seus 16 municípios compartilharem entre terras firmes e várzea. A composição dos municípios ficaria da seguinte maneira:

Em sua porção ocidental, conforma-se pelo Marajó das Florestas, nos municípios de São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Bagre, Portel, Melgaço, Breves, Anajás, Afuá e Gurupá, e em sua porção oriental, constitui-se pelo Marajó dos Campos, nos municípios de Chaves, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Muaná e Ponta de Pedras. A região é o maior arquipélago fluviomarina do mundo, com 16 municípios. (SARRAF-PACHECO, 2018, p. 64)

Dentre os 16 municípios, Breves ganhou maior visibilidade durante os anos do ciclo da borracha e madeira na região, por ser um dos lugares mais explorados durante a década de 70 aos anos 90. (GONÇALVES *et al*, 2016). O município é considerado a capital das ilhas, localizado ao sudoeste do arquipélago do Marajó. Esse título decorre da concentração das demandas dos municípios vizinhos (emprego, alimentação e serviços de saúde e educação). A cidade tem aproximadamente 103.497 habitantes, segundo informações do IBGE (2010) para o ano de 2020, sendo que 50,14% vivem em zona urbana e 49,86% na zona rural às margens do rio Parauaú. A economia do município está baseada na extração de açaí, agricultura familiar e produção de farinha. Breves está entre os oito municípios marajoaras que ocupam o *ranking* dos 50 piores índices de desenvolvimento humano (IDH), inclusive o município de Melgaço é o pior IDH do Brasil (IBGE, 2020). Em meados século XX passou pelo chamado período de 'desenvolvimento', marcado pelo ciclo da borracha e posteriormente, com a invasão das empresas madeireiras. Há muitas controvérsias sobre esse período, como

há também defesas ufanistas e carregadas de ideologia liberal pró-mercado e interesses particulares de elites econômicas e políticas. Todavia, o município ganhou a fama de “celeiro do mundial de madeira” e foi centro dos grandes negócios ligados ao setor. O município teve a sua paisagem espacial e dinâmica social modificada. A ampliação da malha urbana, a reestruturação do porto (maior da região), a oferta de serviços bancários e a inauguração do cinema Yeda – algo inusitado para a realidade local que funcionou no período de 1960-1990 (Leão, 2014) - são marcadores do *glamour* do desenvolvimentismo. No entanto, as contradições sociais desse processo maior parte da população estava localizada na zona rural e, portanto, ribeirinhos que continuavam longe e esquecidas. Para elas, o que resultou foram outros acontecimentos que são obscurecidos pela narrativa hegemônica. Para esses grupos, a paisagem da floresta e a dinâmica dos rios é que regem à vida em sua integralidade. Às margens dos rios de várzea, principal fator para sua subsistência, a pesca (peixe, camarão), agricultura familiar, criação de animais (pato, galinha, porco), caça e outras atividades para o seu consumo, venda e troca, essas relações se davam entre vizinhos, manejando formas de ser e estar com natureza, assim constituindo culturas, tradições, modo de vida. (Informação adaptada a partir dos relatos de moradores da região, 2021). Aqui, importa problematizar os efeitos desse processo nos de vida e de produção das populações das águas.

Neste sentido segundo a historiadora Dione Leão, em seu livro “Revivendo Nossa História” (2009) não existia um local considerado como zona urbana no município de Breves, o que ocorreu foi, na década de 40, houve a adaptação da cidade aos interesses da dinâmica do mercado internacional para facilitar a mobilidade do capital. Isso significou novos e maiores equipamentos da logística e de transporte que pudessem superar as dificuldades de acesso, haja vista que a região é cercada por ilhas, rios, furos. A cidade ganhou funcionalidade para o capital e alçou novas estratégias econômicas, políticas e culturais que acontecem nesse espaço, que foram se modificando ao longo de sua história.

3. Quem ganhou com o desenvolvimentismo em Breves?

O arquipélago do Marajó chamou atenção de grandes empresários de muitos países durante os anos de 1970 (GONÇALVES *et al*, 2016) atraídos pelas riquezas dos produtos florestais transmutado pela narrativa de desenvolvimento econômico e social para a região e melhoria das condições de vida da população, esse último argumento sustentado pelas autoridades políticas. Portanto, o Estado atuou de forma decisiva, legitimando processos que, posteriormente, que serão questionáveis, como ocorreu com o ciclo da borracha em que Breves foi reconhecido como um grande exportador de látex de forma nacional e internacional. (ibidem, 2016). Por outro lado, os danos e riscos ambientais somado a espacialização das desigualdades sociais são aspectos que revelam a ausência de políticas públicas adequadas para as populações das águas. Para Castro *et al* (2018) entende-se que uma das concepções

do desenvolvimento imposto pelo sistema capitalista está relacionado com a reprodução social de um grupo dominante, que transforma e destrói grupos não dominantes e o meio ambiente. Assim, a Amazônia um dos locais que mais sofreram com esse modelo de desenvolvimento, visto que a exploração predatória dos recursos naturais e de ocupação do território, impactaram muitas comunidades tradicionais, destruindo-as por completo, em que mesmo havendo habitantes nesses locais eles os consideram como um espaço vazio, para assim ocupa-los, tomando posse dessas terras que já tinham donos, com o único objetivo, o avanço do capital.

Em complementação a esta análise, Mathis *et al* (2016, p. 2040) acenam para a integração de pautas que envolvem o desenvolvimento.

A retomada do discurso do desenvolvimento se pauta na premissa de que está em curso uma retomada das reformas liberais, uma nova configuração do Estado e, por conseguinte, uma reorientação das políticas sociais baseadas em programas focalizados dirigidos exclusivamente para a população pobre.

Os autores reforçam que a hegemônica desenvolvimentista expressa o alargamento do crescimento econômico como vetor de ampliação de oportunidades e geração de emprego. Ainda evidencia-se o aspecto ideológico na busca de mecanismos que possam entorpecer as lutas e resistências. A esse respeito, importa destacar que a defesa dos direitos humanos se faz operando mecanismos de formação, informação e organização social. Todos esses fatores tem sido perseguidos pelos movimentos sociais e comunidades em geral. De certo, o conjunto articulado de exploração e dominação agenciado pelas estruturas econômicas e políticas do desenvolvimentismo tem gerado grandes consequências para o meio ambiente, em função desse modelo que não assegura direitos, desconsiderando quaisquer forma de vida inserida nessa região, povos, comunidades e entre outros, seu efeitos se fazem presente até os dias atuais, a violência gerada se propagam em grandes escalas, em espaços que eram reafirmados por produção de saberes e culturas (CASTRO *et al* 2018)

Este cenário também foi percebido com a instalação das empresas madeireiras no município de Breves. Historicamente, como mencionado anteriormente esses municípios já possuíam suas fontes de economia local, seus modos de vida e cultura, que segundo Ramos (2011.p 2.)

Cultura, não são somente os costumes que uma dada sociedade/povo desenvolve no momento, mas é algo existente no interior de cada sociedade, que liga todos os seus membros de tal maneira que interliga-os e os faz agir/pensar com uma dada especificidade, sendo que isso tudo é repassado através da reprodução do conhecimento adquirido de geração em geração.

Esse conhecimento repassado está ligado diretamente as atividades de trabalho, para sua alimentação, além das ferramentas que foram criadas para se conseguir esses alimentos, tais como a rede de pesca, matapi, canoas junto do remo, entre outras que por meio das tradições dos seus grupos ancestrais que ao repassar essas práticas por gerações, ainda

permanecem vivas nessas comunidades, mesmo diante de tantos ataques. No entanto essa reprodução social corre risco em razão da padronização capitalista (GONÇALVES *et al*, 2016). A pesca, extrativismo, agricultura familiar são atividades basicamente de subsistência sofrem com a desestruturação socioambiental, prejudicando os modos de produção e da economia local com os poucos comércios para venda. Há uma redução, com o passar do tempo, das relações de trocas de materiais entre as comunidades vizinhas, uma ligação de reciprocidade mútua, segundo Silva (2017, p. 4): “eles dependem tanto da terra quanto da água para seu trabalho, todas estas atividades necessitam tem como norte o ciclo da natureza, pois é este que dita quando pescar, plantar e colher”. Tais traços culturais ainda são vivenciados, porém com menor frequência em algumas localidades, sendo povos acolhedores que foram duramente atingidos ao longo dos anos de exploração.

Esses fatores modificaram os modos de vida e a produção tradicional e passam ser desvalorizados diante da exploração desenfreada dos empreendimentos madeireiros não obstante as contradições sociais reveladas nos planos dos desastres socioambientais. O fluxo da produção capitalista em regiões periféricas, como produtora de recursos com baixa agregação de valor, também está relacionado com a exploração da força de trabalho local com custo bem reduzido.

Para além das profundas desigualdades geradas por este modelo econômico, deve-se encarar o fato de que ele se constitui hoje em uma ameaça real à própria sobrevivência humana, porquanto o paradigma demanda um ciclo inesgotável de produção, reprodução e descarte que é retroalimentado pelo consumo. (MACEDO, 2015, p. 6)

As empresas madeireiras ocuparam espaços já habitados, levando a retirada de famílias e seu deslocamento para a zona urbana, em busca de outra localidade. A invisibilidade dessas famílias e de seus modos de vida em decorrência da apropriação territorial. Sobre o tema é central para este trabalho a questão da terra sobretudo em regiões com grande apelo geopolítico e poucos registros de fontes oficiais que possam, de uma maneira transparente, informar sobre a condição da permanência dos ribeirinhos em suas comunidades sem serem confundidos com invasores em suas terras e nem tão pouco sendo considerados como beneficiários por doações, o que só faz reforçar a subserviência e dominação, ainda presentes em muitos casos nessa cultura oligárquica. Gonçalves *et al* (2016), que fez um estudo sobre o Marajó e suas territorialidades, assim reflete sobre as disputas para o domínio dessa região.

As terras do Marajó pertencem historicamente a inúmeras famílias que se estabeleceram na região, cuja ancestralidade é milenar, considerando-se a indígena e, uma ancestralidade mais recente, porém secular, a africana, que chegara à região para servir de mão de obra escrava ao colonizador e, ainda, de nordestinos do semiárido, que migraram para região a fim de trabalhar nas colocações de borracha da Amazônia oriental no fim do século XIX, início do XX. (Idem, p.116)

Assim como Loureiro (2002, p.118) analisa que “[...] ao conceber povo e natureza da região como primitivos, tribais e atrasados, eles submetem o homem da Amazônia em geral a um conflitivo processo econômico que não respeita a cultura e o homem da região”. Logo são produzidos apagamentos das trajetórias dos grupos socialmente diferenciados. E são retirados de suas terras, sem qualquer perspectiva de vida, gerando impactos na identidade cultural, social e econômica, reforçando o aumento da desigualdade social. Assim, o modelo de desenvolvimento “apenas aumentará as desigualdades sociais, e aprofundará os desequilíbrios regionais e levará à destruição enormes estoques de recursos naturais que poderiam servir de real impulso ao desenvolvimento regional” (Ibidem) além dos conflitos ocasionados. É nítido a perda dos traços culturais, tais como a diminuição das atividades de pesca, agricultura familiar e outros em razão das mudanças no ecossistema, fazendo com que a produção familiar sofresse perdas em decorrência dos graves impactos ambientais, além da falta de assistência e políticas públicas. Esse quadro, obriga moradores dessa região a se empregarem em atividades precárias do setor madeireiro, submetendo-os a grandes risco e longas jornadas de trabalho, além de também aumentar a procura de emprego, que já sofria impacto com a o inchaço populacional na região.

Os conflitos não se tratam somente dos territoriais, sociais e ambientais, mas também da identidade dessa população tradicional, na medida que as comunidades ribeirinhas de Breves, tem uma relação direta com a natureza a água dos rios que são suas ruas, Guedes (2007, p.4) chama de ““povos das águas” porque vivem em estreita dependência do elemento aquático, seja dos rios ou mares””. Além de compreender que “o território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data” (idem, p.2). Logo, estamos falando sobre vidas resultado da reprodução social específica e da formação da cultura negra e indígena, que acabam sendo totalmente desconsideradas e invisibilizadas, pelo sistema ideológico que as impõe.

Decorrente desse processo de exploração e apropriação da terra de forma irregular, o município foi considerado um dos maiores exportadores de toras de madeira, como ressalta Leão (2014, p.72): “Até meados de 1980, existiam mais de 150 indústrias madeireiras na região, exportando madeiras beneficiadas para a Inglaterra, Estados Unidos, Portugal, Irlanda, Venezuela, Dinamarca, Porto Rico, etc... Das quais destacava-se a Madenorte S.A”. Esse período foi considerado como a principal economia do município, demandando emprego para grande número da população, porém em situações precárias. Além disso, o ambiente de trabalhos não era fiscalizado dificultando a segurança do trabalho.

Eles trabalhavam, em condições precárias, tendo em vista que muitas funções no trabalho com a madeira exigia que se ficassem dentro da água o dia inteiro, ou respirassem o forte veneno colocado em algumas espécies para extinguir as pragas, o que geralmente afetava a saúde, ou ainda como

se referiam as formas de transporte a que estavam submetidos que percebemos as contradições sociais. (Idem, p.81)

Esses fatos ocasionaram em doenças ocupacionais com consequências permanentes para suas vidas. Além disso mortes suscitaram, a amputação de membro, principalmente os dedos das mãos, eram casos considerados comuns, sobretudo com os operários que trabalhavam com a serras. Esses descasos não foram reparados, isso reflete a forma desumana como os trabalhadores eram tratados, em que o valor da vida não é considerado haja vista que o exército de reserva de trabalhadores de baixo custo era grande.

Após o período do *boom*, as empresas madeireiras foram obrigadas a pararem a produção por não estarem regularizadas, conforme as normas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/PA 2021), que determinava o Planos de Manejo Florestal Sustentável e multas que deveriam ser pagas, devido ao tempo de exploração sem regularização. E devido a essa exploração em massa, durante anos de destruição do meio-ambiente e precarização do trabalho, as denúncias da atividades ilegais foram aparecendo, não só decorrente da exploração da madeira, mas também pelas “contradições sociais do período que estão desde as denúncias de atividade ilegal até situações análogas ao trabalho escravo” (CARMO, FERNANDES. MEDEIROS, 2020, p. 5). Diante desse contexto, as empresas foram sendo desativadas, deixando rastros de destruição ambiental e social.

No entanto, depois de anos desde os fechamentos das empresas madeireiras no município, os conflitos ainda prevalecem entre os moradores que permanecerem nas comunidades ribeirinhas. Um desses conflitos é sobre a posse da terra. As empresas ainda se sentem “donas” do espaço onde vivem as famílias ribeirinhas na Vila Intel I pelo fato de terem feito “urbanização” do local e terem construído a maioria das casas onde essas famílias residem. Esse conjunto de casas construídas (vila operária) próximo às instalações da empresa representou uma estratégia de controle social da força de trabalho significativamente favorável ao processo produtivo em questão. No entanto, mesmo depois de anos morando nessas terras, eles ainda não se sentem pertencentes, sendo que ainda encontram vigias dos “donos” desse espaço que persiste em privatizá-lo. A complexidade dessa discussão envolve elementos do racismo ambiental e herança colonial. Costa e Caetano (2020, p.09) discorrem sobre os conflitos com importantes elementos: “Ação [de empresas e grupos econômicos] que em diferentes situações tem implicado em conflitos entre famílias assentadas e madeireiros, os quais não reconhecem os assentamentos, por se intitularem “donos da terra”, bem como “patrões” dos moradores, o que indica a fragilidade da política”. Em razão disso, esses conflitos de ordem social, identidade e disputas territoriais, são contínuos nas comunidades ribeirinhas, que lutam e resistem diariamente a fim de ter o mínimo de dignidade possível para sobreviver, buscando estratégias para melhoria de vida e acesso a direitos.

Atualmente, os acúmulos no tempo das consequências dessa exploração da natureza e das pessoas está no quadro social instalado com carência de políticas públicas, sem saneamento básico, falta de abastecimento de água potável, aumentos da desigualdade social, inchamento populacional no município. De acordo com o Observatório do Marajó (2020), no Marajó Ocidental, 77% da população não tem acesso ao serviço de abastecimento de água, sendo que 81% não tem banheiro e água encanada e 95% não tem esgotamento sanitário, incluindo fossas sépticas. Compreendendo que 57% da população marajoara se encontra no meio rural⁵, com base nos dados do observatório do Marajó (OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ, 2020). Durante a pandemia do COVID-19, se torna ainda mais complexa a situação, uma vez que as populações ribeirinhas dependem dos deslocamentos e dos transportes fluviais para ter acesso aos serviços da saúde, abastecimento de alimentos e produtos pessoais. Todos esses fatores contribuem para que a desigualdade se torne maior, principalmente pelos aumentos dos produtos nos comércios, sabendo que mais da metade da população vive com rendimento mensal de até meio salário mínimo, segundo IBGE (2010).

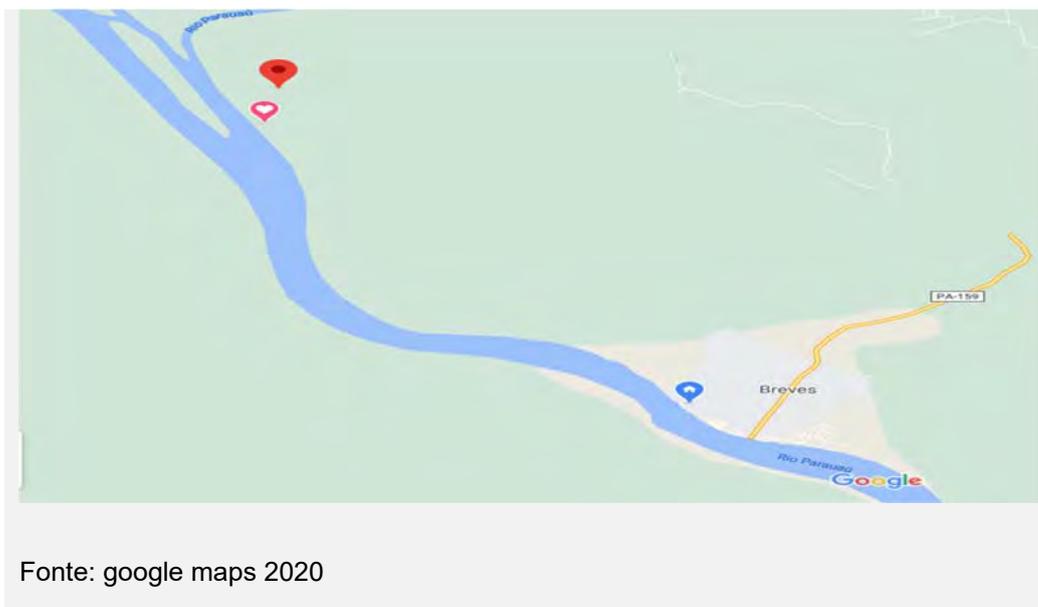
Para a população ribeirinha a sua identidade é vista como um dos principais fatores para suas lutas e resistência pela garantia de seus territórios. O risco da negação é permanente, em especial pela invisibilidade diante do acesso difícil serviços públicos. Essa negação de direitos está associada com a sua ocupação histórica, pois o Estado se isenta de sua responsabilidade, mas é agente de espacialização do capital sobre as áreas da população tradicional. Por sua vez, as comunidades ribeirinhas continuam resistindo, e se organizando cada vez mais para garantir sua permanência junto à natureza para manter a vida. A força social desse grupos estimulam ações de resgate e alerta permanente e isso implica em disputar narrativas.

4.Vila Intel I: do esquecimento e abandonando à resistência

A Vila Intel I está localizada no município de Breves às margens do rio Parauau (figura 2). Trata-se de uma comunidade ribeirinha descendentes de caboclos, índios e negros que residiam nas duas margens do rio, em casas de palafitas, localizadas umas distantes das outras, havendo interação entre elas, em termos de troca e apoio.

⁵ Esses dados são encontrados no relatório Água do Corona - campanha de comunicação ribeirinha. O Marajó com coronavírus e a pandemia da desigualdade, para mais informações, acesse: <https://www.observatoriodomarajo.org/>

Figura 2: Vila Intel I / Breves PA



Fonte: google maps 2020

Esse povo mantinha uma relação de respeito com a natureza, utilizando da melhor maneira os seus recursos naturais, por meio da habilidade que desenvolveram durante anos de vivências com o meio ambiente que estavam inseridos, assim conseguiam sobreviver, se mantendo através da pesca, caça, e coleta, seus conhecimentos para a facilitação de suas atividades diárias, os levaram a construir canoas, remos, pontes, casas e entre outros. Esses eram seus modos de vida, suas tradições, crenças e culturas, sendo repassadas por gerações. A natureza constitui um ambiente central para a vida do ribeirinho; são processos em que as relações socioespaciais e histórico-culturais geram um sentimento de pertencimento ao território em que os seus membros se compreendem como atores sociais a partir das vivências na Amazônia (SILVA, 2017).

No entanto, com a chegada da indústria madeireira, os modos de vida desses ribeirinhos foram ameaçados. Elas tomaram seus espaços para se instalarem, impondo uma outra forma de vida a essas pessoas e desconsiderando totalmente as condições de vida pré-existentes. O ataque à cultura do homem ribeirinho e proporcional a imposição da lógica do desenvolvimento, rompendo uma parte da relação do ribeirinho com a natureza, pois além de agredir o meio ambiente de todas as formas possíveis, gera uma novo aspecto de sobrevivência, sem ter sido preparado tecnicamente e psicologicamente para exercer tais funções, estando expostos a grandes riscos.

Com a Vila Intel I não foi diferente, ela retrata a história de muitas outras vilas desses municípios, que sofreram e sofrem o abandono e a degradação socioambiental devido ao desenvolvimento desigual e combinado (TROTSKY, 1977). em que as empresas capitalistas impõem às regiões periféricas mediante estruturas dominantes de caráter econômico, político, social e cultural.

As empresas globais lançam-se vorazmente à mercantilização da natureza – ar, água, biodiversidade – quando não usurpam também, através do patenteamento, o patrimônio coletivo das populações e os conhecimentos construídos por tradição. Assim, as empresas estão sempre em busca de mercados promissores à exploração vantajosa, e para isso se fazem necessárias a liberalização dos mercados e a flexibilização de legislações. (MACEDO,2015, p.15)

A Vila Intel I é resultado das condições de exploração da periferia do capitalismo. O nome faz alusão à empresa madeireira instalou no território de várzea durante o ciclo da madeira, no século XX. A escolha do local é estratégica para a extração, transporte e qualidade de madeira, no entanto nessa região, sempre habitaram grupos familiares ribeirinhos. A instalação implicou na construção de uma mini-cidade tamanha era a área para fazer funcionar o processo de produção, envolvendo fábrica com estruturas de ferro e madeira, gerador de energia e galpão⁶. Próximo à “mini-cidade”, em outras áreas de várzea habitadas por famílias ribeirinhas, foram instaladas casas para moradia dos trabalhadores. Esse processo de ocupação desordenado e marcado pela expropriação afetou a dinâmica social dos ribeirinhos. E aqui, importa destacar, que independente do número de pessoas existente, a narrativa do vazio demográfico é estruturada para negar e pagar histórias e memórias.

A destruição do meio-ambiente foi sistemática e após a desativação da empresa madeireira, como já foi citado, muitas famílias continuam vivendo nas pequenas casas que foram construídas, tendo que enfrentar as consequências do racismo ambiental. Atualmente, residem cerca de 150 pessoas na vila. Alguns moram há mais de vinte e cinco anos, mas não se sentem donos desse espaço, mesmo sendo eles que cuidem do mesmo. São crianças, jovens, adultos e idosos que convivem numa região que tem muita história. Hoje, há trinta casas ainda ocupadas e a principal renda é a bolsa família e contam com outros meios para subsistência como a produção da farinha, em que a maior parte é para o consumo, além do pescado e obtenção de camarão por matapi, apenas para o consumo próprio, pois nem sempre a produção excede para a venda no mercado, dependendo do período da safra. Assim, conseguem uma renda extra e maioria dessas práticas resgatam suas origens, seus modo de vida.

Os resíduos dos desmatamentos, descartes de lixos e o esgoto a céu aberto, impactaram diretamente o ecossistema que não consegue fornecer produtos como

⁶ Hoje o conjunto dessas instalações remete a “cidades mortas” e “cemitério de madeiras”. Tais expressões refletem os grandes espaços abertos e destruídos no meio da floresta de várzea, ocupados, agora, por estruturas de madeiras e ferro em decomposição e eram nesses espaços que o processo de produção atormentava a dinâmica local e atendia a combinando tempo, localização e produtividade do setor madeireiro. Por serem espaços extensos, há uma impressão de pequenas cidades em total decadência, desaparecimento e em ruínas. Por outro lado, revela o rastro da destruição e dominação nessa região e, mais ainda, as afetações para aqueles que ficaram, produzem à terra, pescam e dependem do tempo dos rios, pois moram às proximidades desse e com eles se confundem. Contudo, ironicamente, são as ruínas visíveis nas florestas que separam as comunidades entre si.

anteriormente. Por outro lado, a invisibilidade social em razão das políticas hegemônicas e as agendas de mercado estão na causa da Vila Intel e o município de Breves estar entre aqueles com menos IDH do Brasil. A região é rica mas a injusta socialmente!

Figura 3: Comunidade Vila Intel I



Fonte: Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas 2019

Figura 4: Os ribeirinhos da Vila Intel I



Fonte: Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas 2019

A figura 3 revela que muitas casas já se encontram abandonadas, praticamente destruídas, os que permanecem reutilizam das madeiras dessas casas abandonadas para reformar as suas casas que também já se encontram desgastadas. Na figura 4 estão alguns membros da comunidade junto com participantes do PRCR, em uma das oficinas que foi feita no centro comunitário da comunidade. Muitas das atividades da Vila Intel I estão relacionadas com ações desenvolvidas no âmbito das duas igrejas, sendo uma católica e outra protestante. A escola de ensino fundamental está com infra-estrutura precária e com defasagem de materiais para as atividades. Em muitos caos, os professores precisam suprir por conta própria com os materiais educativos, além de também custearem o transporte até a escola.

O posto de saúde mais próximo se encontra na comunidade vizinha denominada Magebras com aceso por fluvial. Esse posto encontra-se em risco, visto que uma parte do piso está cedendo e apresenta sérios comprometimentos no telhado a ponto de estar com sua estrutura em declínio e coberto por folhagens, dando uma sensação de abandono total. Não há materiais básicos de uso no posto e a profissional de enfermagem se desdobra para conseguir exercer seu trabalho, lembrando que esse posto atende muitas comunidades, algumas levam horas para conseguir acessá-lo, e para facilitar o serviço, a profissional, muitas vezes se desloca até a casa dos pacientes. A falta de assistência medica é comum em que as autoridades políticas do município, pouco fazem para que essa problemática seja resolvida,

optando pela solução fácil do fechamento e não em reformar o posto já existente para continuar atendendo as necessidades dessas comunidades, evitando mais deslocamento para os moradores

À vista disso e com colaboração do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (PRCR) e da Defensoria Pública por meio de uma ação conjunta com os moradores das comunidades, Magebras, Vila Intel I e Vila Intel II, foi tomada a decisão de realização de um abaixo assinado, no qual todos os membros das comunidades se mobilizaram para reivindicar o direito à saúde e a importância de garantir o não deslocamento para um local que dificultasse mais seu acesso, solicitando melhores condições de serviço e um posto de saúde novo nas proximidades dessas comunidades.

Dado exposto é evidente que a falta de políticas públicas nessa comunidade e muitos moradores nem sequer sabem de possuem direitos em quanto cidadão e que podem reivindicá-los. Para se ter a garantia de tais direitos é necessário a organização, comprometimento, união e compreensão de que eles são pessoas de direitos garantidos pela Lei Nº 12.986, de 2 de Junho de 2014 do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CNDH) na Constituição Federal de 1988. Os membros das comunidades ribeirinhas se sentem esquecidos, excluídos pelo poder público e invisibilizados e mesmo que tenha crescido o número de mecanismo para garantir o direito dos povos ribeirinhos, segundo Silva (2017). O descaso com esses povos é constante, principalmente em relação a saúde e educação, reforçando que o amazônida luta pela sua valorização como sujeitos de sua própria história

No entanto, a violação continua presente em ações de controle na comunidade em que pessoas contratadas pelas empresas exerciam controle na área. Os moradores, por sua vez, se sentem ameaçados, medo em perder suas residências, acabam atuando nas terras para se beneficiar e gerar de renda, como cultivo do açaí, criação de animais e outros, por medo de não ser aprovado. Entretanto a Lei Nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981 denominada de Usucapião, em que segundo o Art. 1º:

Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e cinco) hectares, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis.

Considerando esses fatores, os moradores da vila Intel I podem requerer por meio dessa lei, a ter posse legal dessas terras, visto que estão nesse espaço muito tempo, protegendo, zelando e resistindo no seu território. Ao serem perguntados sobre se eles têm vontade de sair dessas terras, a resposta foi que não, pois o rio é a vida deles, viver em contato com a natureza faz bem e que vão lutar pelo direito desse espaço, e ter acesso às

políticas públicas. Dessa forma, a comunidade vem construindo suas narrativas e estratégias para resistir, por meio de sua cultura, identidade, tradições, geração de renda possuindo o conhecimento de suas práticas na coletividade com comunidades vizinhas, a fim de se fortalecer e se organizar, com a perspectiva de criação de uma associação de moradores, visto que as demais comunidades estão passando pelos mesmos descasos. Por outro lado, a relação humana com o meio ambiente e a valorização do ciclo da natureza resgatam a história e ancestralidade desses povos. O conjunto dessas ações tem relação com a atuação extensionista do PRCR (rodas de conversas, oficinas e reuniões de trabalho) assessorando e facilitando o acesso a mais informações e orientações por parte das comunidades na busca da garantia de seus direitos com uma melhor qualidade de vida, com dignidade, assegurando a sua visibilidade.

A iniciativa pela criação da associação dos moradores passa pela organização social entre as comunidades, fazendo um diagnóstico social comunitário e fortalecendo ações para reivindicar políticas de assistência, saúde e educação, que são responsabilidade do Estado para com o cidadão. Assim também a geração de renda solidária, que foi incentivada nas oficinas do PRCR, correspondendo a uma maneira de agregar comunidades que passam pelos menos problemas e podem usar os conhecimentos tradicionais para a produção de farinha, o cultivo de hortaliças, o extrativismo de açaí, e entre outras atividades.

Os meios de comunicações digitais (redes sociais) são estratégia de resistência que também estão sendo usadas pelas comunidades via apoio do PRCR. A divulgação das atividades desenvolvidas nas comunidades e seus resultados, além de ser uma forma de protesto contra os descasos em que elas se encontram, assume a titularidade de uma outra narrativa, visibilizando realidade social, porém, poucas comunidades tem acesso à internet. Diante desse fato, o PRCR, que está atuando nas comunidades Vila Intel I, II e Magebras, em apoio, utiliza de ferramentas, tais como, página digital, *sites*, *facebook* para divulgação, e informação a fim de conseguir pautar agendas e temas e conseguir parcerias que possam colaborar com as comunidades. Por meio de parcerias, foi possível a participação de um membro das comunidades no Projeto Marajó, sendo um projeto para pressionar os candidatos(as) a vereadores(as) e prefeitos(as) a se comprometerem com o que é realmente importante para a população do Marajó, mesmo com dificuldades de comunicação, esses fatores fortalecem a organização social dos ribeirinhos, sua identidade e resistência diante das opressões, para assim consigam a garantia dos seus direitos.

5. Considerações Finais

A Amazônia sendo um lugar cheio de vida, riquezas naturais e culturais, com conhecimentos e tradições de povos indígenas, quilombolas, negros, ribeirinhos que habitam espaços singulares, tem desafios contemporâneos. Tais desafios como a preservação, a

valorização da sociobiodiversidade e a crítica ao modelo de desenvolvimento predador e a indução de novas possibilidades para o bem-viver. No As comunidades, organizações humanas resultante da força da natureza e dos seus ciclos, tem muito a nos ensinar nesse sentido. As consequências desse modelo destruidor da natureza ameaçam a sobrevivência humana, que vai além das profundas desigualdades. Segundo Macedo (2015), as leis capazes de regular a exploração do meio ambiente, se fazem extremamente necessárias, assim como as políticas públicas que possam ser aplicadas de forma mais justas, em favor dos recursos naturais e dos povos tradicionais, principalmente por se tratar do maior ataque às vidas no planeta.

A Amazônia no atual cenário vem ganhando destaque decorrente aos grandes desastres ambientais com repercussão mundial que coloca em risco a sua grande biodiversidade. Na maioria dos casos, são crimes ambientais que matam ribeirinhos, índios, quilombolas dentre outros. Na Amazônia, os povos tradicionais ganharam visibilidade pela luta em se manterem vivos e forjarem um outro futuro que não repita a destruição do passado. O Decreto 6.040 de 07/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Porém ainda encontram resistência para fazer valer esses direitos. Fomentar o debate sobre as condições de reprodução dessas populações tradicionais na Amazônia é denunciar a violação dos direitos em curso e de maneira sofisticada.

A Vila Intel, o município de Breves, a Amazônia Marajoara são territórios de muitas diversidades culturais, seus recortes implicam em compreender as múltiplas narrativas em jogo na conformação histórico-cultural desses territórios das águas. Neles, as comunidades ribeirinhas ocupam um papel central de saberes, práticas e histórias e também de reveses, atrocidades da colonialidade e negação estrutural. Assim como a Vila Intel I, outras comunidades ribeirinhas estão reescrevendo suas histórias e contam com a assessoria de projetos de pesquisa e extensão da UFPA-Campus Marajó-Breves, além do apoio de entidades sociais e públicas. Pode-se perceber que a Vila Intel I ainda sofre com os conflitos, mas resistem para permanecerem no território da várzea, traçam outros eixos de r(e)xistência e promovem organização social e coletiva para viver com dignidade se opondo a ideologia do desenvolvimento geradora de desigualdade social em grande escala. As ruínas das madeiras confundem-se com a história dessas comunidades, mas não tem a força de aprisioná-las numa visão naturalista do processo.

Portanto resistir é preciso e necessário para conseguir permanecer nessas terras, de vasta riqueza, em que esses povos tradicionais têm direito a ter direito, que atentem e respeitem as suas especificidades. As comunidades dos rios e das florestas são protetoras do bem maior da humanidade: a natureza. São transformações históricas que perpassam nessas áreas, onde há vida, cultura, histórias de pessoas que já foram excluídas por muito

tempo da sociedade, mesmo sendo cidadãos de direito e que precisam ser valorizadas e de um olhar específico para sua realidade, mecanismos que possam gerar emancipação social.

REFERÊNCIAS

CARMO, Eunápio. FERNANDES, Maria. MEDEIROS, Nilza. **Precarização, Sofrimentos e Memórias dos Trabalhadores das Madeiras no Marajó: A Quem Interessa(va) o Silêncio?**. Rv.Trabalho e Trabalhadores na América Latina Espirales, n. V Vol. II, Set. 2020

CASTRO, Edna. FIGUEIREDO, Silvio. RIVERO, Sérgio. ALMEIDA, Oriana. **Pensamento crítico, fronteiras e polissemia: a propósito do desenvolvimento.** Ambiente e Sociedade desafios políticos de desenvolvimento. Belém NAEA/ANPPAS 2018.

CASTRO, Edna, Ramos. **Amazônia na Encruzilhada: saque colonial e lutas de resistências. Territórios em Transformações na Amazônia: saberes, rupturas e resistências.** Universidade Federal do Pará 2017.

DIEGUES, Antônio, Carlos. **Água E Cultura Nas Populações Tradicionais Brasileiras.** I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, nove. 2007.

Embrapa: Amazônia Ocidental. NAPT- Marajó. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/napt-marajo>>. Acessado em: 16 de feve. de 2021.

Google maps. Place Vila Intel, Breves Pará. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Intel,+Breves+-+PA,+68800-000,+Brasil/@-1.6132094,-50.5560325,14z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x929848ebcf46e96d:0x7409e3f54c8c989c!8m2!3d-1.6132095!4d-50.5385229>>. A cessado em: 13 de feve. de 2021.

GONÇALVES, Amanda. CORNETTA, Andrei. ALVES, Fábio. BARBOSA, Leonard. **A Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **IBGE.** Ilha de Marajó no Pará. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=415769>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021

LEÃO, Dione, do Socorro. **“O Porto em Narrativas: Experiências de Trabalhadores, Moradores e Freqüentadores da Área Portuária de Breves-PA (1940-1980).”** Universidade Federal do Pará Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. 2014.

_____. **Revivendo Nossa História:** um estudo sobre os bairros de Breves-Marajó – PA. Editoração Eletrônica, Jorge Boldrin. Breves 2009.

MACEDO, Anne Greice. **As Comunidades Tradicionais e o Último Desenvolvimentismo.** Revista de Direito e Sustentabilidade. 2015.

MATHIS, Adriana. NASCIMENTO, Maria, NASCIMENTO, Nádia. GOMES, Vera. Desenvolvimento, **Neodesenvolvimentismo e Impactos Sobre o Trabalho na Amazônia Brasileira.** Novo Caderno NAEA. v. 19, n. 1, p. 259-252, jan-abril 2016

Observatório do Marajó. O Marajó com coronavírus a pandemia da desigualdade. Campanha ribeirinha Égua do corona. Disponível em: <<https://www.observatoriodomarajo.org/>>. Acessado em: 13 de feve. De 2021.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acessado em: 15 de feve. de 2021.

_____. Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, Altera a Redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6969.htm>. Acessado em: 15 de feve. de 2021.

_____. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto 6.040 de 07/02/2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acessado em: 16 de feve. de 2021.

RAMOS, Elenise Pinheiro. **A Cultura de Breves-Marajó em Transformação:** o processo histórico. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís Maranhão, 2011.

SARRAF-PACHECO, Agenor. **Cartografia e Foto etnografia das Águas:** modos de vida e de luta na Amazônia Marajoara. Iluminuras, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 63-98, jan/jul, 2018.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente Sustentável (**SEMAS/PA**). Competências que lhe são conferidas pelo art. 138, inciso II, da Constituição do Estado do Pará. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2014/02/18/instrucao-normativa-no-008-de-26-de-dezembro-de-2013-publicada-no-doepa-no32586-de-18-de-fevereiro-de-2014-caderno-4-folhas-7-8/>>. Acessado em: 12 de feve. de 2021.

SILVA, Iêda, Rodrigues. **Modo de Vida Ribeirinho:** construção da identidade amazônica. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. 2017.

TROTSKY, León. **História da revolução russa.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALENTIM, Micaela. Por que o Marajó? **Observatório do Marajó** 2020. Disponível em: <<https://medium.com/observat%C3%B3rio-do-maraj%C3%B3/por-que-o-maraj%C3%B3-704b09e111b5>>. Acessado em: 14 de feve. de 2021.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

O DIREITO À COMUNICAÇÃO EM UMA CRISE SOCIOAMBIENTAL

Kamila dos Santos Nascimento (MPEG)¹
Regina Oliveira da Silva (MPEG)²

RESUMO

O artigo apresenta uma revisão teórica sobre a comunicação como um direito humano, analisando a participação de comunidades tradicionais na cobertura jornalística sobre o impacto socioambiental ocorrido em Barcarena, no Pará, em 2018. A oficialização da comunicação como um direito está presente no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na diretriz 22 do Programa Nacional de Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República Brasileira, e no Artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal do Brasil de 1988. Apesar dos incentivos e proteção ao direito à comunicação, sua definição está em construção. Neste quesito, o estudo objetiva propor a inclusão da comunicação comunitária para dar continuidade ao debate, e adequar o direito de comunicar ao contexto dos atingidos.

Palavras-chave: Amazônia; Barcarena; Comunicação Comunitária; Direitos Humanos.

1. INTRODUÇÃO

O Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, estabelece que todo indivíduo tem direito à liberdade de expressão, opinião, de enviar e receber informações por qualquer meio de expressão. Mas, no fim da década de 1960, a liberdade de informação recebeu críticas por ser controlada por monopólios e oligopólios de informação. A partir desta premissa avaliamos a emergência do direito à comunicação como uma ação dialógica e democrática que permite a qualquer pessoa expressar opiniões e ideias livres de censura ou impedimentos socioeconômicos.

Considerando este contexto na Amazônia, apresentamos algumas reflexões sobre o processo denunciativo de comunidades tradicionais do município de Barcarena, no estado

¹ Mestranda em Diversidade Sociocultural pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. E-mail: monteirokamilanascimento@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília e pesquisadora no Museu Paraense Emílio Goeldi. E-mail: oliveira@museu-goeldi.br

do Pará, afetadas por impactos socioambientais em fevereiro de 2018. Com base em dados coletados em matérias jornalísticas nacionais e internacionais, exclusivamente *online*, e publicadas entre os anos de 2018 e 2019, esta pesquisa identifica uma ampla cobertura do caso, ao mesmo tempo em que a participação dos atingidos nas informações divulgadas pela mídia é restrita.

Considerando que houve insuficiência do direito à informação para os grupos de atingidos de Barcarena, que utilizam a fala como a principal ferramenta de proteção às suas vidas e territórios, neste artigo analisamos o panorama histórico sobre os direitos à informação e comunicação, e como estes foram tratados na mídia no ano de 2018 e 2019 em Barcarena.

2. O DIREITO À COMUNICAÇÃO: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

Quando Fisher (1984) defendeu o direito à comunicação como fundamental para o desenvolvimento humano, o autor foi categórico. Ele equiparou a comunicação com os direitos à vida, à liberdade e à religião. Seu posicionamento somou-se ao intenso debate sobre tema ocorrido no fim da década de 1960. O período foi marcado por encontros internacionais e financiamentos de projetos que pudessem reunir dados sobre a insuficiência da liberdade de informação para sociedade, pois as empresas de jornalismo eram criticadas pela relação monóloga que estabeleciam com a sociedade, e pela pouca representatividade social nos espaços midiáticos (D'ARCY, 1969).

As discussões sobre o tema se fortaleceram na década de 2000. Encontros na Suíça (2003), Índia (2004), Tunísia (2005), Brasil (2006) e Venezuela (2006), repercutiram a Campanha pelos Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação, o Fórum Social Mundial, a II World Summit on the Information Society e a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. Em outros acordos internacionais, a Quinta Sessão do Grupo de Trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Satélites de Radiodifusão Direta, dividiu em quatro capítulos acordos feitos pela própria ONU, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), pela União Internacional de Telecomunicações e outros documentos independentes.

Tais mobilizações aconteciam em resposta à liberdade de informação proposta pela ONU, que na Assembleia Geral de 1946, na resolução 59, considerou que “a liberdade de informação constitui um direito humano fundamental e a pedra de toque de todas as liberdades a que se dedica a ONU” (MENDEL, 2008, p. 8).

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estabeleceu no Artigo 19 a liberdade de informação a todo indivíduo, garantindo o direito de receber, buscar e difundir informações ou ideias livres de censura. A declaração acontecia poucos meses após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em 1969, o texto recebeu provocações do francês Jean D'Arcy, o então Diretor dos Serviços Visuais e de Rádio no Escritório de Informação Pública da ONU. Em um artigo publicado na *EBU Review*, D'Arcy (1969) propunha a necessidade de ampliar o direito à informação para o direito do homem se comunicar.

Virá o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo que o direito humano à informação, estabelecido pela primeira vez vinte e um anos atrás no Artigo 19. Trata-se do direito do homem de se comunicar. (D'ARCY, 1969 *apud* FISHER, 1984, p. 26).

As considerações de D'Arcy (1969) criticavam o monopólio da informação e conhecimento em posse de grandes empresas de comunicação. Em seu argumento, de nada adiantaria garantir o livre fluxo de informações, se a sociedade consumia pacificamente apenas conteúdos produzidos por interesses políticos e econômicos. O controle da informação, logo, da sociedade, deveria ser desarticulado para permitir a participação popular e dialógica.

A resposta imediata à D'Arcy (1969) não foi o suficiente para provocar mudanças rápidas do direito à informação para o direito à comunicação. Naquele período de pós-guerra, muitos países ainda se organizavam para garantir o livre fluxo de informações, que segundo recomendações da UNESCO, deveriam prever pelo menos 10 jornais diários, cinco aparelhos de rádios e dois lugares em salas de cinemas para cada 100 pessoas de sua população (FISHER, 1984).

Apenas dois países já previam em suas legislações o direito à informação. O pioneiro foi a Suécia com uma lei promulgada no ano de 1766, seguido da Colômbia, que em 1888 estabeleceu o Código de Organização Política e Municipal para que a população pudesse solicitar documentos em posse do governo colombiano. Segundo Mendel (2008,p.26), "os EUA aprovaram uma lei de direito a informação em 1967, que foi seguida por legislação na Dinamarca (1970), Noruega (1970), França (1978), Países Baixos (1978), Austrália (1982), Canadá (1982) e Nova Zelândia (1982)".

1.1. Os direitos à informação e comunicação no Brasil

No fim da década de 1980, o Brasil integrou a lista de países aderentes às recomendações da ONU e UNESCO para a implantação do direito à comunicação, seguindo o mesmo comportamento de seus vizinhos que se reestruturaram politicamente após períodos violentos. Com o fim da ditadura militar, o Brasil promulgou na Constituição Federal de 1988 a liberdade de pensamento, de expressão artística, científica, de comunicação, e a proibição de monopólios ou oligopólios em empresas de comunicação social.

Para Vannuchi (2018), a Constituição Federal de 1988 não havia esclarecido o funcionamento dos direitos à informação e comunicação no Brasil. Por isso, em dezembro de 2009, o governo promulgou o Decreto nº 7.037 com diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Na diretriz 22 do Programa, fica estabelecido que todo cidadão têm direito “à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos” (PNDH-3, 2009, p.164). Seus objetivos principais são promover os direitos humanos em meios tradicionais de comunicação, bem como de incentivo à comunicação comunitária. Para não fugir do tema proposto neste artigo, nos atenhamos nos tópicos “e” e “f” do objetivo estratégico I do PNDH-3:

- e) Desenvolver programas de formação nos meios de comunicação públicos como instrumento de informação e transparência das políticas públicas, de inclusão digital e de acessibilidade;
- f) Avançar na regularização das rádios comunitárias e promover incentivos para que se afirmem como instrumentos permanentes de diálogo com as comunidades locais (PNDH-3, 2009, p. 165-166).

As ações do primeiro tópico – *transparência das políticas públicas e a inclusão digital* (grifo nosso) – foram temas do primeiro planejamento do governo brasileiro para a inclusão do país na chamada Sociedade da Informação. Em 1999, o Ministério da Ciência e Tecnologia lançou o Programa Sociedade da Informação, o SOCINFO, pelo Decreto nº 3.294/99. No plano de ação “Governo ao Alcance de Todos”, presente no Livro Verde (2000), documento que reúne esta e outras seis ações de informatização do Brasil, a intenção era melhorar a qualidade de *internet* para os serviços internos e externos do poder público. Ou seja, integrar a população brasileira às políticas públicas.

Mas ao passo que o governo previa a intensificação de novas tecnologias da informação e da melhora na conexão da *internet* no país, o Ministério admitia que a aproximação e transparência do governo por meio da *internet* contemplaria uma minoria de cidadãos que tinham acesso à tecnologia (TAKAHASHI, 2000).

Como alternativa para a integração de todos os grupos sociais em plataformas digitais do governo, previa-se a abertura de “quiosques de informações” e centros de acesso comunitário à *internet*. Mas as contradições permaneciam, pois o governo reconhecia o pouco domínio da classe trabalhadora no uso de tais ferramentas, mesmo que gratuitas. A solução seria incentivar setores privados na capacitação tecnológica para que a população pudesse ter acesso à cidadania, agora disponível pela *internet*.

Em uma análise sobre a sociedade da informação, Melo (2002) afirmou que se erguia uma muralha digital no Brasil. Uma pesquisa do Ibope realizada em 2001, dois anos após o lançamento do SOCINFO, mostrou que menos de 7% dos brasileiros tinham acesso à

internet. Para o autor, a exclusão digital não se referia apenas a processos comunicativos, mas social, econômico e político.

Quero reafirmar a essência da exclusão, numa perspectiva histórica. Ela se impõe desde o aparecimento da imprensa, projeta-se com o rádio, continua com a televisão e persiste com a cibernética. Qualquer sociedade que possui excluídos do bem-estar social, evidentemente conta com um grande número de excluídos midiáticos (MELO, 2002, p. 37).

Segundo Pimenta (2014, p. 192) o Livro Verde propagou objetivos enganosos ao priorizar as tecnologias da informação e comunicação para o exercício à cidadania, pois elas “geram uma nova categoria de excluídos, os analfabetos tecnológicos”. O diálogo participativo seria possível, portanto, a partir do objetivo proposto no tópico “f” do PNDH-3, no qual estabelece a relação entre governo e sociedade por meio da comunicação comunitária.

A adequação não apenas facilita a identificação de políticas públicas necessárias a nível local, como é um método mais efetivo para que as informações sejam captadas em sua totalidade, pois são produzidas de dentro para fora. Pasquali (2005) considera que uma comunicação gerenciada por comunidades tem maior envolvimento popular do que o fluxo contínuo e exacerbado dos meios tradicionais de comunicação.

2. OS LIMITES DA INFORMAÇÃO

No debate sobre comunicação como um direito humano, os verbos “comunicar” e “informar” devem ser isolados e diferenciados. Enquanto o primeiro gera experiências dialógicas e participativas, o segundo é imperativo sem garantir interações entre emissor e receptor. Em uma abordagem terminológica, o Oxford English Dictionary conceitua a informação como ato da comunicação de conhecimento instrutivo (SQUIRRA, 2005).

Nestes critérios, o livre e intenso fluxo de informações em canais jornalísticos é criticado por Pasquali (2005), pois segundo o autor tudo não passaria de um desequilíbrio projetado para nos convencer de que existem participações sociais em espaços midiáticos, quando na verdade vivemos em uma “*overdose* de informações”.

2.1. Excesso de informação e escassez de participação em Barcarena

Em Barcarena, no Pará, a participação popular em espaços midiáticos acontece para denunciar impactos socioambientais causados pela exploração e exportação de minérios. A cidade é portuária e estratégica para a economia do estado do Pará, pois está na fronteira entre a Amazônia Oriental e a Amazônia Ocidental, integrando a segunda maior bacia hidrográfica do país, o Baixo Tocantins (ALMEIDA, 2010).

A zona econômica incentiva a chegada de empresas multinacionais na cidade, dentre as quais estão a francesa Imerys e a norueguesa Hydro Alunorte, que juntas somam 18 impactos ambientais em Barcarena em 19 anos (SAAVEDRA, 2019). Em 2018, a Hydro Alunorte foi acusada pelo vazamento de rejeitos químicos que atingiram comunidades tradicionais da cidade de Barcarena. Em resposta, as comunidades quilombolas afetadas denunciaram o caso à imprensa, que repercutiu em jornais nacionais e internacionais.

Apesar da atenção midiática, a participação dos atingidos em noticiários foi limitada. De acordo com um levantamento do grupo de pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM/ NAEA/UFPA), menos de 10% das produções jornalísticas optaram por fontes populares. O número se refere ao dia 23 de fevereiro de 2018, dia de maior destaque do caso na imprensa. A pesquisa feita pelo grupo de estudos GETTAM reuniu informações dos mais variados meios de comunicação (impressos, televisivos, rádios e portais).

Este estudo analisou a participação dos atingidos na cobertura jornalística, a partir de matérias publicadas na *internet*, onde as possibilidades de construções narrativas são mais amplas (CASTELLS, 2002; LEVY, 2009). Ao contrário de rádios, telejornais e jornais impressos, a *internet* reúne diferentes formatos de narrativas que podem ampliar a participação dos atingidos por vídeos, fotos ou em depoimentos enviados para os jornalistas. Nesses critérios, apenas um *blog* de jornalismo local, Ver-o-Fato, interagiu diretamente com os atingidos, compartilhando na íntegra, depoimentos das vítimas enviados por aplicativos de mensagens.

Foram selecionados textos que de alguma forma mencionavam os atingidos, seja por identificação de personagens na frente popular contra a empresa Hydro Alunorte, ou por entrevistas realizadas em defesa dos atingidos. Na coleta de dados, optou-se por veículos midiáticos populares e sem vínculo com o governo do estado do Pará, prefeitura de Barcarena ou instituições de pesquisas envolvidas na elaboração de relatórios técnicos no processo judicial contra a empresa Hydro Alunorte.

Por se tratarem de textos em arquivos, a busca realizada de forma *online*, utilizou as seguintes palavras-chave: “Vazamento Barcarena”, “Vazamento Hydro”, “Barcarena” e “Hydro Barcarena”. Devido o grande volume de matérias institucionais e técnicas, utilizou-se ainda, palavras-chave que pudessem identificar com mais assertividade textos cuja participação dos atingidos seria mais evidente. Portanto, foram incluídas denominações de locais, comunidades e lideranças como “Cainquiama”, “Burajuba Barcarena”, “Socorro Burajuba” e “Maria do Socorro Burajuba”.

Foram identificadas 156 matérias jornalísticas em 29 veículos de comunicação, sendo 22 nacionais e sete internacionais, publicadas entre os anos de 2018 e 2019 (Quadro1). Em alguns casos, os textos disponibilizados são para assinantes dos *sítes*, ou escritos em

outros idiomas (inglês e norueguês) dificultando o acesso e entendimento das informações, tanto pelos atingidos quanto pelo público em geral interessado no caso. Os textos em outro idioma, foram traduzidos com o auxílio de dicionários – principalmente os de jornais noruegueses –, e para os textos restritos para assinantes foi realizada a compra em apenas um *site*. A dificuldade de acesso a outros materiais revela as barreiras hegemônicas do livre fluxo da informação.

1. Quadro dos veículos midiáticos identificados na coleta de dados *online*, ano de 2018-2019.

| Veículos midiáticos | Local/País | Nº de matérias | Ano de publicação |
|---------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Aftenposten | Oslo/Noruega | 1 | 2018 |
| Amazônia Real | Amazonas/Brasil | 14 | 2018-2019 |
| Agência Brasil | Brasília/Brasil | 8 | 2018 |
| Agência Pública | São Paulo/Brasil | 1 | 2018 |
| BBC Brasil | São Paulo e Rio de Janeiro/Brasil | 1 | 2018 |
| Business Human Rights Resource Centre | Londres/Reino Unido | 1 | 2018 |
| Brasil de Fato | São Paulo/Brasil | 14 | 2018-2019 |
| Bloomberg | Nova Iorque / Estados Unidos | 1 | 2018 |
| Correio de Carajás | Pará/Brasil | 3 | 2018 |
| Diário Online | Pará/Brasil | 3 | 2018-2019 |
| Dagens Naeringsliv | Oslo/Noruega | 4 | 2018 |
| Estadão | São Paulo/Brasil | 1 | |
| Folha de São Paulo | São Paulo/Brasil | 2 | 2018 |
| Hora do Povo | São Paulo/Brasil | 6 | 2018 |
| G1 Pará | Pará/Brasil | 20 | 2018-2019 |
| Global Witness | Washington/Estados Unidos | 1 | 2018 |
| Jornal Nacional | Rio de Janeiro e São Paulo/Brasil | 2 | 2018 |
| Jornal Nexo | São Paulo/Brasil | 1 | 2018 |
| Jovem Pam | São Paulo/Brasil | 1 | 2018 |
| New Security Beat | Washington /Estados Unidos | 1 | 2018 |
| O Globo | Rio de Janeiro/Brasil | 1 | 2019 |
| O Liberal | Pará/Brasil | 3 | 2018-2019 |
| Profissão Repórter | São Paulo/Brasil | 1 | 2018 |
| Roma News | Pará/Brasil | 2 | 2018 |
| Revista Fórum | São Paulo/Brasil | 1 | 2018 |
| The Guardian | Grã-Bretanha/Reino Unido | 2 | 2018 |
| Uruatupera | Pará/Brasil | 1 | 2018 |
| Ver-o-Fato | Pará/Brasil | 58 | 2018-2019 |
| Xapuri Socioambiental | Brasília/Brasil | 1 | 2018 |

Elaborado pela autora. Fonte: Ver-o-Fato, G1 Pará, Hora do Povo, Brasil de Fato e Amazônia Real.

Entre as 156 matérias coletadas, 69 (44,2%) utilizaram falas diretas dos atingidos. Dentre elas, apenas quatro explicam a contaminação exclusivamente por meio dos olhares dos atingidos: mudanças na vegetação local e coloração da água, apodrecimento das roças, manchas e irritações na pele, revelando os impactos diretos sofridos pela população.

A cobertura feita por veículos midiáticos do estado do Pará são minoria, contabilizando sete dos 29 sites analisados. No entanto, apenas um *blog* do Pará, o Ver-o-Fato, publicou 58 dos 69 textos que mencionam diretamente os atingidos por rejeitos químicos. O segundo veículo com maior divulgação também é do Pará, o G1 Pará, que dentre as 20 matérias produzidas, oito tem participação popular.

As informações instrutivas de pesquisadores e jornalistas cumpriram suas obrigações profissionais, mas se afastavam do conhecimento e das reivindicações populares que buscaram na mídia uma forma para exporem suas mazelas. De acordo com Freire (1985), é importante que haja uma “estrutura dialógica” do conhecimento que não se limite à ciência de laboratório, mas permita espaços para as percepções e sentimentos dos atingidos sobre os impactos em sua rotina e paisagem.

3. A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A partir dos dados que sugerem a comunicação local mais participativa que a nacional ou internacional, propomos a inclusão da comunicação comunitária no debate sobre o direito à comunicação em uma crise socioambiental a partir de três aspectos. O primeiro é a comunicação como oportunidade de educação a partir da pedagogia de Paulo Freire (1967). O autor prioriza a vocação “ontológica do homem”, aquela em que a percepção de mundo acontece pelo sujeito e com o sujeito. Os indivíduos se percebem no centro de sua realidade, apropriando-se de seus próprios simbolismos socioculturais, se afastando de qualquer “alienação instrumental” ensinada por pessoas que não compartilham da sua cultura.

A educação gera o pensamento crítico e dialogal, que para a análise em Barcarena significa maior participação e valorização dos atingidos em espaços midiáticos. Provavelmente, o volume de informações teria valores quantitativos e qualitativos ao ponto em que os moradores pudessem se reconhecer como parte do processo denunciativo.

Segundo Kaplún (1998), a comunicação não deve ser confundida com o caráter informativo que se compara a um monólogo direcionado, imperativo e vertical. Para o autor, o critério básico da comunicação deve ser o dialogismo, sobretudo na comunicação participativa, democrática e popular. Os sujeitos devem alternar o papel de emissores e receptores proposto no modelo de Jean Cloutier (1975) que recebe o nome de EMIREC: emissor-ser-receptor: “*Tal como Freire habíadicho (...) no másemisores y receptores sino EMIRECS; no más locutores y oyentes sino interlocutores*” (KAPLÚN, 1998, p. 65).

A partir da educação sobre a própria realidade e do dialogismo com os veículos jornalísticos, sugere-se que o segundo aspecto seja o empoderamento político local. A comunicação educadora passa a revelar não apenas quem são os sujeitos no mundo, mas também suas principais necessidades por políticas públicas. A comunicação engajada se torna um instrumento legítimo da cidadania.

Cicilia Peruzzo (2007) argumenta que a comunicação comunitária tem duplo potencial: o de facilitar a participação popular no processo comunicativo, que acontece de dentro para fora; e o de fazer parte da organização popular, pois partir dela são distribuídos conteúdos de relevância para a comunidade. Desta forma, a pluralidade da informação, da qual se refere Pasquali (2005), amplia os debates para qualquer realidade. Todos podem comunicar apresentando suas perspectivas e autonomia do pensamento crítico.

Por seus conteúdos podem dar vazão à socialização do legado histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder (compreender melhor as coisas da política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais (PERUZZO, 2007, p. 22).

Por último, a comunicação comunitária atribui mais um valor ao direito de se comunicar, que apesar de inúmeros acordos internacionais, ainda não tem uma definição preestabelecida. Segundo Fisher (1984), os conflitos em torno de uma única definição se anulam, pois tentam contemplar atores sociais com diferentes realidades, necessidades, poderes e influências. Citando Samuel Hande, “a verdade é que esta liberdade, para ter significado numa sociedade organizada, precisa consistir num amálgama ou hierarquia de liberdades e restrições” (FISHER, 1984, p. 52). Neste sentido, a comunicação comunitária seria mais uma realidade a ser incluída no direito à comunicação.

4. CONCLUSÃO

Devido à complexidade do direito à comunicação, estas são análises introdutórias ao tema. São necessários estudos mais aprofundados e multidisciplinares para detectar todas as necessidades e ações de políticas públicas que contemplem comunidades vulneráveis na Amazônia. Este estudo ocupou-se nas problemáticas do livre fluxo de informações, que eventualmente esbarram em interesses políticos e econômicos, diminuindo o espaço de comunicações para todos os cidadãos.

Assim, a comunicação comunitária é uma alternativa para que o direito à informação e à comunicação seja estendido a qualquer pessoa, com ou sem acesso as diferentes mídias. A co-participação no ato de pensar, como afirma Freire (1983, p.45), é onde acontece a comunicação, pois “comunicar é comunicar-se em torno do significado significante”, gerando

pensamento crítico e possibilitando que todos grupos participem de estruturas sociais menos verticais e mais horizontais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rogério. **Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins**. Estudos avançados, vol.24, n°.68. São Paulo, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100020>
Acesso em 20 de out 2020.
- CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio do. **Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho na Perspectiva da Ecologia**. In _____. (org.). Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena. Belém: NAEA Editora, 2019.p.9-16.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e terra, 2002.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>Acesso em: 23 de nov 2020.
- FISHER, Desmond. **O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- KAPLÚN, Mário. **Una Pedagogia de laComunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.
- MELO, José Marques de. **A Muralha Digital: desafios brasileiros para construir uma sociedade do conhecimento**. In _____. (org.). PERUZZO, Cicilia; BRITTES, Juçara. Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?. São Paulo: Intercom, 2002.p. 37-44.
- STEINBRENNER, Rosane Albino; BRAGANÇA, Pedro Loureiro de; GUERREIRO NETO, Guilherme. **Análise da Cobertura Midiática do Vazamento da Hydro-Alunorte em Barcarena**. In _____. (org.). Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena. Belém: NAEA Editora, 2019.p.123-135.
- PASQUALI, Antonio. **Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação**. In _____. (org.). MARQUES DE MELO, José; SATHLER, Luciano. Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 15-48.

PERUZZO, Cicilia. **Internet e democracia comunicacional: entre entraves, utopias e o direito à comunicação.** In _____. (org.). MARQUES DE MELO, José; SATHLER, Luciano. Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 267-288.

PERUZZO, Cicilia. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação. Juiz de Fora, vol.1, nº1, junho de 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>> Acesso em 28 de dez 2020.

PERUZZO, Cicilia. **Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação.** Revista Famecos. Porto Alegre, v. 24, nº. 1, janeiro, fevereiro, março e abril de 2017. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24207>> Acesso em 22 de dez de 2020.

Programa Nacional de Direitos Humanos. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.** Brasília: SEDH/PR, 2009.

SAAVEDRA, Maria da Paz Corrêa. **Imerys em Barcarena: os Efeitos Colaterais Perversos da Mineração nos Recursos Hídricos do Município.** In _____. (org.). Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena. Belém: NAEA Editora, 2019. p. 170-178.

SQUIRRA, S. **Sociedade do Conhecimento.** In _____. (org.). MARQUES DE MELO, José; SATHLER, Luciano. Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 255-265.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VANUCCHI, Camilo. **O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil.** Revista Galáxia. São Paulo, nº 28, maio e agosto de 2018. p. 167-180. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-25532018000200167&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em 26 de jan de 2021.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais.

CAMPO DA RESISTÊNCIA COMUNICATIVA: A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO DE RESISTÊNCIA NOS GRUPOS SOCIAIS ATINGIDOS PELO DESASTRE DA HYDRO ALUNORTE EM BARCARENA (PA)

Andressa Arielly de Souza Santos (UFPA) ¹

Rosane Albino Steinbrenner (UFPA) ²

O artigo é um recorte dos estudos desenvolvidos em minha dissertação de mestrado com o objetivo de identificar e analisar os usos e meios de comunicação acionados na luta dos grupos sociais atingidos pelo vazamento de rejeitos da Hydro Alunorte, empresa norueguesa líder no mercado global de alumínio. O desastre ambiental ocorreu no início do ano de 2018 em Barcarena (PA), município situado num histórico contexto de injustiça ambiental (ACSERALD, 2001) que atravessa os conflitos socioambientais na Amazônia. O que motivou o estudo foi o fato da cobertura midiática do desastre ambiental denunciado pelas comunidades locais ter alcançado repercussão nacional e internacional, porém com escasso espaço para as vozes populares e locais (STEINBRENNER, GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2020). Assim, nosso intuito foi justamente buscar as outras vozes, usual e historicamente invisibilizadas, buscando compreender, na perspectiva da midiaticização (HEPP, 2014), os processos e práticas de comunicação (FRANÇA, 2016) para resistência (PERUZZO, 1998) que marcam nesse período. As ações dos grupos mobilizados no que chamamos de campo da resistência comunicativa respondem em defesa de seus direitos e de seus territórios em Barcarena, entendido como a "zona de sacrifício" da mineração (CASTRO, 2019). Assim consideramos os processos comunicacionais incorporados pelas populações tradicionais afetadas, num período de 24 meses da ocorrência do desastre, para refletir as estratégias de resposta a essas assimetrias, explorando debates públicos, mapeamento online e entrevistas. Com isso, buscou-se compreender como tais grupos usam a comunicação para a luta e reconhecimento político nos processos decisórios da sua região.

Palavras-chave: Comunicação. Midiaticização. Resistências. Conflitos socioambientais.

1. INTRODUÇÃO

O cenário escolhido para estudo, é o município de Barcarena, um palco de intensas disputas e projetos de grande impacto e cena estratégica "na acumulação capitalista mundial, tanto em relação aos mercados de mineração quanto de agronegócio" (HAZEU, 2015, p.82). Em contrapartida, é também lugar onde os conflitos tendem a gerar mobilizações coletivas,

¹ Mestre do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) - Brasil. Email: andressarielly@gmail.com

² Prof.a Dr.a Rosane Maria Albino Steinbrenner o Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) - Brasil. Email:steinbrenner@ufpa.br

resultando em uma reação de resistência. Devido uma série de crimes socioambientais³ ocasionados após a instalação de novas empresas e do complexo portuário-industrial no município. Desde de 1960 as pressões capitalistas fazem com que os moradores tenham suas casas, saúde e vida social comprometidas em decorrência dos interesses corporativos (MAIA, 2017), relacionados aos mais diversos setores econômicos, principalmente aqueles voltados à exportação de minério. Assim, grande parte de sua economia é pautada na retirada de recursos naturais, financiada sumariamente por capital estrangeiro (NASCIMENTO, 2010), o que situa Barcarena como um dos territórios enquadrados nas dinâmicas onde a geopolítica global vem por implicar em alterações das vivências tradicionais.

Uma realidade que se enquadra na noção de injustiça ambiental, entendida, como “a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz com que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos”. (ACSELRAD; MELLO, BEZERRA, 2009, p.119). Isso se dá especialmente em sociedades desiguais do ponto de vista econômico e social, que “destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos ou tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (ACSELRAD; MELLO, BEZERRA, 2009, p.41). O conflito socioambiental irá surgir então como uma tensão na resposta a uma ação do outro. Para Svampa (2019, p.46), os conflitos socioambientais que fazem da América Latina um grande palco de saque e violência, são justamente “aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder” derivados do tipo de sociedade e economia em que vivemos.

Estudos mostram (CARMO, HAZEU, COSTA, NASCIMENTO, 2017, p.373) que existe, desde a década de 1970, em Barcarena, em meio a uma sequência de crimes ambientais, um contexto de lutas sociais como resposta aos processos violentos, desrespeitosos e traumatizantes fatos que desestruturaram o modo de vida local. Mesmo neste cenário, é "sintomático a crescente consciência política, forjada na história daqueles que são vítimas de um processo de exclusão socioespacial" em Barcarena (CARMO, HAZEU, COSTA, NASCIMENTO, 2017, p.383). Uma consciência política expressa em protestos, reuniões e demais organizações sociais na formação de uma voz coletiva. Assim o desafio posto no presente artigo é abordar apenas um recorte da pesquisa desenvolvida no mestrado, com levantamento e análise dos meios de comunicação acionados para a luta dos grupos

³ Altemar Nascimento (2010) em sua dissertação “Gestão ambiental em área de risco no município de Barcarena/Pará”, narra uma série de acidentes constatados desde o início do século XXI, em sua maioria, tornados públicos por meio de denúncias feitas pelas comunidades locais.

sociais atingidos. Nessa perspectiva, selecionamos como recorte temporal para nossa análise, o desastre ocorrido no município de Barcarena no início do ano de 2018, que envolveu o vazamento da empresa norueguesa Hydro Alunorte, líder no mercado global de alumínio, que alcançou repercussão nacional e internacional pelos meios de imprensa tradicional, porém com escasso espaço para as vozes populares conforme os estudos da Steinbrenner, Guerreiro Neto, Bragança e Castro (2019, 2020), e que serviu de contraponto principal ao nosso problema de pesquisa.

Assim, nosso intuito, a partir de um estudo exploratório de caráter qualitativo (YIN, 2016), considerando um período de 24 meses da ocorrência do desastre, foi justamente buscar as outras vozes invisibilizadas, no sentido de compreender os processos e práticas de comunicação (FRANÇA, 2016) para resistência (PERUZZO, 1998) que marcam nesse período em reação aos impactos ocasionados pelo desastre.

2. SOCIEDADE E NATUREZA: HISTÓRIA COLONIAL DE CONFLITOS

2.1. Relações sociais e conflitos socioambientais

Estudos realizados por plataformas de mapeamento de conflitos envolvendo injustiça ambiental⁴ contabilizam milhares de casos. Segundo dados do Atlas de Justiça Ambiental (EJAtlas, [2020]), plataforma online colaborativa, existem registrados mais de três mil casos, em 22 regiões do planeta, o maior número, cerca de 22%, situa-se em países da América do Sul, cerca de 80% nos países que integram a Pan-Amazônia, regiões onde a dominação colonial e o genocídio das populações originárias foram mais brutais (STEINBRENNER, BRITO, GUERREIRO, 2019).

Conflitos sociais, de acordo com Simmel (1977), é “a síntese geral das pessoas, energias e formas que constituem um grupo, a totalidade final em que estão compreendidas, tanto as relações de unidade em sentido estrito, como as de dualidade” (*apud* HAZEU, 2015, p.2), um ato de interação, onde um lado responde ao outro, e se impõem em maior e menor grau. Assim, focamos sobre os conflitos voltados à natureza, já que tal relação homem-natureza, se instaura como a mais primordial relação constituída pela humanidade. Conforme Acselrad (2004), o conflito ambiental perpassa historicamente por relações desiguais devido aos embates entre “Grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território” (ACSELRAD, 2004, p.26). Tais embates que resultam de diferenças ontológicas podem “se desenvolver em torno de três componentes principais: a) o controle sobre os recursos naturais; b) os impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e

⁴ O trabalho de coleta de um conjunto de dados dentro do universo de dados do EJAtlas assim como o Mapa de Conflitos da FIOCRUZ, vem sendo desenvolvido como metodologia do projeto de pesquisa do Observatório de Comunicação, Cultura e Resistências na Pan Amazônia para identificação dos conflitos socioambientais e grupos de mobilização e resistência, com foco central nos estados da Amazônia brasileira (STEINBRENNER, BRITO, GUERREIRO NETO, 2019).

natural; e c) o uso dos conhecimentos ambientais” (HAZEU, 2015, p.3). Estamos falando de contextos que desestruturam a ordem social, se enquadrando nos chamados conflitos socioambientais que, comumente surgem de debates e embates oriundos de processos de desenvolvimento nos quais os meios tradicionais são engolidos pela lógica econômica do sistema industrial, com efeitos sobre esferas da materialidade: física, biológica, cultural, econômica e social. Assim a luta e resistência dos grupos afetados por conflitos socioambientais, dentro do movimento de justiça ambiental, ganhou a partir do início deste século um caráter de ação em rede, no que Svampa chama de “giro ecoterritorial” das lutas sociais.

A explosão de conflitos socioambientais “teve como correlato o que o mexicano Enrique Leff (2004) chamou de ‘ambientalização das lutas indígenas e camponesas’ e o surgimento de um pensamento ambiental latino-americano”. Nessa nova trama social, vários movimentos e coletivos irão atuar – coletivos culturais, ongs ambientalistas, cientistas. Também costuma se fortalecer, assim como em outros campos de luta, o protagonismo de jovens e mulheres, tanto nas grandes estruturas das organizações como nos pequenos coletivos de apoio ou nas bases (SVAMPA, 2019, p.64).

Além de serem enfrentamentos em torno da disputa desigual da natureza, também envolvem mecanismos de resistência pautados por uma visão mais inclusiva e de equilíbrio e respeito com a natureza. No outro extremo também atuam atores diversos, desde grandes potências mundiais e empresas transnacionais até grupos políticos que compartilham interesses econômicos e igual visão desenvolvimentista e colonial em relação aos territórios naturais e suas populações. Diferentes tipos de apropriação da terra onde por um lado, a natureza se traduz como base de vida, e por outro, devido a limitação dos recursos também pode se apresentar como base desigual de poder.

2.2. Conflitos, poder e o campo da resistência

O exercício do poder possui dois meios para o domínio, a construção de discurso e a violência física. Os discursos, para o autor, são disciplinares e se fortalecem através das instituições paraestatais, por meio das entidades atuam como um processo de legitimação, através de regras referentes ao processo organizacional. Logo, “a violência do estado é racionalizada, internalizada e legitimada” (CASTELLS, 2015, p.59) e, assim, moldam a ação humana. A legitimidade necessita de um certa aceitação da construção de significados, compartilhados por meio da ação comunicativa.

O discurso, perante a sociedade, tem suas dinâmicas “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9). Uma rede de signos, um poder

que se expressa por meio da ordem do discurso, a qual estabelece ideias, valores e definições disciplinares do que viria a ser considerado certo e errado, valorizado ou excluído, visível ou silenciado.

Habermas (1993) e Bourdieu (2004) entendem o poder como uma forma heterogênea pois não emana de um ponto fixo e único, estes pontos conhecidos como os micropoderes são detentores de grande influência. Conforme explica Castells (2015), a estruturação do poder é múltipla, atinge vários graus e "opera em formas e níveis diferentes de prática social: econômicos (produção, consumo, intercâmbio) tecnológicos, ambientais, culturais, políticos e militares)" incluem relações de gênero que constituem relações de poder que atravessam toda a estrutura (CASTELLS, 2015, p. 58). Uma rede composta por dispositivos que exercem poder sobre os indivíduos através da sujeição dos saberes. Como explica Steinbrenner (2011) sobre teoria dos campos Bourdieu (1986) onde a sociedade seria formada "por uma pluralidade de espaços relativamente autônomos, denominados "campos", entendidos como microcosmos dotados de sentido e regras próprias e capazes de definir modos específicos de dominação e, conseqüentemente, de resistência e reação" (STEINBRENNER, 2011, p.26).

O campo em disputa sob foco desta pesquisa é o socioambiental, onde se trata os conflitos em torno das disputas pelo acesso aos bens e recursos da natureza. Palco de relações desiguais de poder, de um lado do campo estariam os atores geradores dos conflitos – conforme dados do Mapa da Fiocruz (2019), formado principalmente por entidades governamentais e atividades neoextrativistas – e do outro lado, o campo da resistência – integrado pelos grupos sociais de populações diretamente atingidas pelos conflitos (populações indígenas e demais populações tradicionais, agricultores familiares, camponeses sem terra, trabalhadores de periferias urbanas, quilombolas) e grupos de apoio à mobilização. Este estudo olha justamente as entidades de resistência e formam aquilo que chamaremos de "campo da resistência", conjunto de vivências, processos e práticas de comunicação que buscam visibilidade e reconhecimento.

3. CONFLITOS E RESISTÊNCIA EM BARCARENA

Na perspectiva do modelo de desenvolvimento extrativista é possível afirmar que "a nova inserção no "mercado globalizado se caracterizou pela função da Amazônia como fornecedora de matérias-primas (...) e Barcarena foi escolhida como lugar de implantação" (HAZEU, 2015,p.97) de projetos de grande escala (PGEs), devido a sua localização em território rico em produtos minerais e com fácil acesso de transporte para exportação. Um cenário no qual a economia local é pautada pelo capital estrangeiro (NASCIMENTO, 2010), onde o global vem implicar em decisões e alterações das vivências tradicionais, onde de acordo com Rodrigues e Hazeu (2019), seria a um "regimes de permissão", concedido pelo Estado, para poluir,

amputar, empobrecer e “matar” lentamente, com metais pesados, populações mais vulneráveis. Até os anos de 1980, o município de Barcarena era predominantemente agrário e voltado para os rios. Hoje está com cerca de 150 mil habitantes (IBGE, 2010) e ocupa um papel estratégico na acumulação capitalista mundial. Como resultado, o município tem passado por vários crimes socioambientais⁵, onde os moradores contam mais de 30 anos de impactos da mineração, com um total de 14 desastres de 2002 a 2018 (CASTRO; CARMO, 2019, p.10).

A dominação, injustiça social e racismo ambiental “trouxeram aprendizagens para a comunidade e as pessoas diretamente atingidas pelos impactos socioambientais” (CARMO, 2010 *apud* HAZEU, 2017, p.95), as quais buscaram compreender as dinâmicas de “funcionamento do Estado, o significado de direitos constitucionais, as contradições do mundo “moderno” e a importância de educação, formação, aliança e organização” (HAZEU, 2017, p.95). Deste modo esses conflitos “não podem ser considerados inexoráveis, pois na dinâmica dialética da história há um contramovimentos que emergem e vêem esses episódios como energia para a organização social e política” (HAZEU, 2017, p.383). Em suma, a tentativa do apagamento local acabou por gerar, também, respostas inversas, através de ações estratégicas e coletivas. Isto se tornou possível pelas percepções que se difundiram através “da comunicação e vivência em rede, de laços familiares e comunitários pré-existentes” dos grupos atingidos que precisaram se “organizar, resistir, perceber criticamente sua condição, e enfrentar luta por direitos, mesmo diante da “desestruturação das relações sociais em comunidade” pelos constantes deslocamentos (CARMO; COSTA; HAZEU; NASCIMENTO, 2017, p.376). Assim, da maneira que há um conflito histórico desproporcional há simultaneamente enfrentamento.

3.1. O crime da Hydro Alunorte e o apagamento das vozes populares na cobertura

Na segunda-feira, dia 17 de fevereiro de 2018, moradores de Barcarena passavam por mais uma descoberta de vazamento de rejeitos da empresa Hydro Alunorte, uma multinacional norueguesa, que na ocasião do desastre respondia “a 2 mil processos judiciais por contaminação” (STEINBRENNER, GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2020, p.309) contudo continuava funcionando normalmente. Neste caso, se tratava do transbordamento de rejeitos da bacia SR2, onde moradores foram direta e indiretamente atingidos, em especial de três comunidades mais próximas à empresa: Bom Futuro, Vila Nova e Burajuba. Ficaram sem água para beber, para uso doméstico e impedidos de pescar para

⁵ A Altemar Nascimento (2010) em sua dissertação “*Gestão ambiental em área de risco no município de Barcarena/Pará*”, narra uma série de acidentes constatados desde o início do século XXI, em sua maioria, tornados públicos por meio de denúncias feitas pelas comunidades locais.

se alimentar. Posteriormente, parte das atividades da fábrica foi suspensa por medida judicial como forma de evitar que os danos fossem ainda piores.

As primeiras denúncias foram feitas pelo Ministério Público por moradores da Comunidade Bom Futuro. Além do vazamento inicial, outras irregularidades foram identificadas na empresa no decorrer das vistorias. Inicialmente, o vazamento foi negado várias vezes - pela vistoria da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará (SESMA); pela empresa, que depois admitiu a existência de um duto clandestino; e também pelo governador, que alegou que parte do vazamento era devido às chuvas, apontando como um desastre natural.

Na contramão do negacionismo e da naturalização do desastre, laudos do Instituto Evandro Chagas (IEC) confirmaram a contaminação em várias áreas de Barcarena, assumindo o status de um desastre socioambiental "de grande proporção" (RODRIGUES, HAZEU, NASCIMENTO, 2019, p.160). Assim, em 22 de março, ocorreu a primeira audiência pública em Barcarena – houve mais uma ainda em 2018 e outras duas audiências em 2019. Durante esse tempo, segundo os estudos (Idem) a população manifestou sua insatisfação e a cobrança por providências em protestos em frente à sede da empresa. Quando completou dois anos do caso, foi realizada uma reunião pública, organizada pelos movimentos e com o apoio de grupos de pesquisa da UFPA, nesse dia houve mais um protesto, desta vez com o fechamento da rua de dos prédios-sede do MPF em Belém.

Segundo estudos de Steinbrenner, Guerreiro Neto, Bragança e Castro (2019, 2020), no qual nos apoiamos para trazer a cena da cobertura midiática do desastre, vemos que o caso foi noticiado pelas mais diversas mídias dentre elas jornais impressos, emissoras de TV abertas e por assinatura, sites de jornalismo, blogs e emissoras de rádio de alcance regional e nacional e internacional. Foi um caso que obteve grande visibilidade e gerou intenso debate. Especialmente nos três primeiros meses, que chegou a somar 932 notícias publicadas em jornais impressos, noticiosos de rádios e tv, blogs e portais de notícia (Idem). Ao todo foram coletadas pelo estudo 1.322 publicações num período de 8 meses (fev-out/2018). No dia seguinte (23 de fevereiro) à divulgação do primeiro laudo do Instituto Evandro Chagas, confirmou a contaminação, conforme os autores, foram contabilizadas mais de 50 matérias jornalísticas publicadas em meios locais, nacionais e internacionais, porém o acionamento das vozes foram, quase na totalidade, de fontes técnicas, "menos de 10% (21) foram fontes populares, moradores, lideranças comunitárias ou representantes de entidades ou movimentos sociais/ambientais" (STEINBRENNER; GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2020 p.325). Tal fato, motivou o recorte do nosso estudo de caráter qualitativo (YIN, 2016), considerando um período de 24 meses da ocorrência, onde buscamos identificar e reconhecer as outras vozes, historicamente invisibilizadas, para compreender os processos e práticas de comunicação (FRANÇA, 2016) para resistência (PERUZZO, 1998) que marcaram

as ações de mobilização em reação aos impactos ocasionados pelo desastre e na defesa de direitos e de seus territórios entendido como "zona de sacrifício" da mineração (CASTRO, 2019).

3.2. Em busca das outras vozes: instrumentos de análise e percurso metodológico

Nos termos de Vera França (2016), que aqui partilhamos, a comunicação é entendida como troca entre sujeitos “que estão inseridos em uma dada situação e, através da linguagem, produzem e estabelecem sentidos, conformando uma relação e posicionando-se dentro dela” (FRANÇA, 2016, p.153). Vemos a comunicação como um lugar de possíveis transformações sociais. Neste sentido, nosso foco são as práticas comunicativas dos grupos sociais de resistência em Barcarena, em especial a compreensão do uso que eles fazem da comunicação nas lutas cotidianas por direitos e reconhecimento, sejam elas estratégias em territórios concretos ou digitais, afinal não somos afetados por um único canal de comunicação, por isso a necessidade de descrição de um quadro abrangente das redes que interseccionam esse campo em várias escalas. Assim optamos pela análise transmídia (uma análise que envolve mais de uma mídia) proposta por Hepp (2014) e que indica um processo desmembrado em quatro dimensões: Uma constelação de atores; O enquadramento temático da interação; As formas de comunicação (padrões concretos de práticas comunicativas); O conjunto de mídias envolvido no processo (articulação midiática).

A constelação de atores se baseia na rede de pessoas envolvidas; O enquadramento temático são assuntos, servem "como tópico de ação-guia" para o levantamento dos conteúdos tratados pelos atores; As formas de comunicação, entendemos como os modos e modos das práticas estabelecidas; E, por último, a relação desse conjunto de mídias acionadas. Analisamos, portanto, mais de uma mídia, visto que a comunicação geralmente ocorre num cenário atravessado simultaneamente por elas. Dessa maneira, nosso foco se estabelece em torno do conjunto de meios e modos de comunicação encontrados para resistência.tendo como marco inicial o crime ambiental denunciado no dia 17/02/2018 consideramos para coleta e análise o período de 24 meses do vazamento, a partir das seguintes passos metodológicos:

I. Identificação das principais lideranças

Através dos cinco encontros públicos realizados nos 24 meses de pesquisa - Quatro deles foram audiências públicas convocadas pelo Ministério Público do Pará, que estão gravadas e disponíveis no canal do Youtube MPF-PA e que ocorreram nas seguintes datas: 22/03/2018, 16/10/2018, 15/02/2019, e 27/11/2019. O último encontro público consistiu em uma ampla reunião em formato de roda de conversa, organizada por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados, do Núcleo de Altos Estudos

Amazônicos (GETTAM/NAEA), pelo Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (GESTERRA/ICSA), e pelo Movimento Barcarena Livre, que também foi gravado e disponibilizado para este estudo. Nesta etapa identificamos as lideranças mais ativas com base em sua frequência e participação. Observamos também os principais assuntos abordados; como procederam na discussão, se trouxeram críticas, elogios, dúvidas no sentido de entender as posições e enquadramento temático.

Figura 1: Fotografia da primeira audiência pública ocorrida.



Fonte: arquivo pessoal postado no perfil do facebook do grupo de resistência Cainquiama (2018).

II. Entrevistas com as lideranças.

Para isto, lançamos mão de roteiros de entrevistas semi-estruturada, com “um determinado número de questões principais e específicas, em uma ordem prevista, mas é livre para incluir outras questões” (LIMA, 2016, p. 27). A entrevista foi dividida por seis (06) temas (Perfil do entrevistado; Conflito; Política; Resistência; Comunicação; Mudanças) e foram feitas de forma remota, em função do cenário da pandemia, via celular com aplicativo Recall para gravação e confirmação dos dados.

III. Identificação e análise das práticas comunicacionais.

Fizemos um mapeamento das redes sociais, onde analisamos manualmente Instagram, Facebook, Twitter e Youtube das lideranças selecionadas na etapa anterior. Assim, levantamos as postagens, compartilhamentos ou marcações que tratavam do crime. Além disso, observamos nesses conteúdos quais os produtos acionados e/ou produzidos para resistência online ou offline, ou seja, produtos e ações de comunicação não digitais e evidenciadas nas mensagens e imagens que circularam nas redes sociais das lideranças. O intuito era descobrir o que é dito, com que frequência, com quais modos? Os dados coletados

foram sistematizados em tabelas e formulários de apoio⁶ para contabilizar em termos de frequência. Assim pudemos levantar as dimensões abordadas por Hepp (2014) para delinear um panorama da comunicação exercida pelo campo da resistência em Barcarena.

4. O CAMPO DA RESISTÊNCIA COMUNICATIVA FRENTE AO DESASTRE DA HYDRO

Tendo em vista as forças de moldagem levantadas por Hepp (2014) (constelação de atores; enquadramento temático; formas de comunicação; conjunto de mídias envolvidas), instâncias que manifestam influência na construção comunicativa, consideramos um outro elemento, que seria relativo às articulações de uma **ação em rede** dos atores, como um contramovimento buscando reconhecimento dos direitos coletivos.

Lideranças locais e usos da comunicação no caso do desastre da Hydro

Para selecionarmos os indivíduos que tiveram maior participação nos debates públicos identificamos o número total de falas realizadas nos cinco encontros realizados e selecionamos as pessoas com maior frequência. Dentro do quadro dos mais assíduos consideramos os que estiveram em pelo menos 03 dos 05 encontros realizados.

O perfil das lideranças

Totalizamos 10 pessoas (sendo 06 mulheres e 04 homens). A maioria cinco (5) deles têm idade entre 40 a 59 anos, enquanto quatro (4) possuem de 60 a 79 anos e apenas um por volta dos 30 anos. Dentre os participantes, 90% se declaram pretos ou pardos (negros) e fazem comentário da importante ascendência afro-indígena local. A respeito da escolaridade a maior parte sete (7) deles possuem ensino médio completo, duas (2) pessoas possuem ensino superior e uma (1) delas, ensino fundamental completo. Metade dessas pessoas são de Barcarena e a outra metade oriundo de cidades próximas, sendo todos eles do estado do Pará. Em termos de ativismo social, a maioria participa de mais de uma organização social, em sua maioria entidades locais.

A respeito da ocupação dos participantes, vemos alguns agricultores tendo que assumir mais de uma profissão, também profissionais autônomos, servidores municipais (cozinheiro, motorista; agente comunitário, professor) com renda mensal até dois salários mínimos, e uma parcela em situação de desemprego, o que sinaliza um quadro local de baixa renda e vulnerabilidade socioeconômica. Por outro lado, 90% deles possuem casa própria, apesar de alguns não terem a documentação, todos eles compraram suas casas ou herdaram, indicando um claro enraizamento social.

⁶ O formulário sobre as organizações utilizado por esse estudo integra as ferramentas de pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa do Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia.

Um fato importante a se acrescentar aqui, é que todas as lideranças participam de mais de duas organizações de resistência, onde de 10 lideranças identificamos 18 organizações/ grupos de mobilização, o que nos indica um perfil de pessoas com uma história e memória de luta e resistência.

As organizações das quais as lideranças identificadas nos debates públicos fazem parte, se dividem em cinco tipos quanto à escala territorial e atuação, são:

- **Oito (08) organizações locais:** Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (CAINQUIAMA); Centro Comunitário da Vila Do Conde, Associação Amigos do Bairro Industrial (AABI); Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cabano (AMBJ); Associação Comunitária de Moradores do Bairro do Laranjal (ACMBL); Associação da Comunidade Quilombola e Gibríe de São Lourenço (ACOQUIGSAL); Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Sítio São João; Associação Comunidade Vila Nova.
- **Quatro (04) organizações/movimentos nacionais;** Frente Nacional de Resistência Urbana; Movimento Nacional Povo Sem Medo (FPSM); Movimento Pela Soberania Popular Na Mineração (MAM); A União de Negros pela Igualdade (UNEGRO).
- **Duas (02) organizações em rede:** Movimento Barcarena Livre; Fórum Das Ilhas.
- **Três (03) organizações de classe:** Associação dos Comerciantes e Barraqueiros da Vila do Conde; Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Mucuruçá - ATERIM; Associação dos Barraqueiros e Artesãos da Orla de Itupanema (ABAROI).
- **Além de 01 órgão colegiado do município:** Câmara Técnica de Saneamento e Meio Ambiente do Conselho da Cidade.

Percebeu-se durante a pesquisa um destaque para duas delas - CAINQUIAMA, da qual três (03) das dez (10) lideranças fazem parte, e o Movimento Barcarena Livre, com quatro (4) lideranças integradas ao grupo.

O que comunicam (temas/assuntos)

a) Nos debates públicos (audiências e roda de conversa As falas das lideranças locais selecionadas pelo estudo nas audiências podem ser categorizadas em quatro tipos: elogios, sugestões, dúvidas e críticas: 68,2% das falas eram críticas, manifestando a insatisfação da população de Barcarena em relação aos impactos do transbordamento dos rejeitos da Hydro e à responsabilidade da empresa pelos danos causados, bem como às ações do poder público

voltadas ao atendimento das demandas de saúde, saneamento, mas especialmente com a preocupação econômica com o auxílio emergencial prometido pela empresa às comunidades que perderam sua condição de geração de renda devido à contaminação. 17,8% das falas eram de sugestões, especialmente voltadas a constatar e conclamar uma maior união/integração dos grupos locais mobilizados; 7,5% eram dúvidas e pedidos de esclarecimentos e apenas 6,5% elogios, em geral voltados à universidade e pesquisadores em apoio aos grupos locais.

b) No mapeamento digital: Na busca de conteúdos nas redes sociais (facebook, twitter, instagram e youtube) de cada liderança e grupo social, foram levantados os conteúdos postados, compartilhados, ou marcados, durante 24 meses com os seguintes temas:

- **Tema 1: Assuntos referentes ao crime de 2018:** Crime de fevereiro de 2018; Mineração em Barcarena; Hydro/outra empresa geradora de conflitos socioambientais.
- **Tema 2: Assuntos referentes à mobilização comunitária para outras lutas coletivas:** Mobilização, protestos, reuniões, assembleias, lutas; Direitos sociais (moradia, saúde, infraestrutura da cidade etc.); Ou direitos humanos (sem discriminação como raça, cor, sexo, etnia, idade, deficiência, propriedade etc.)

O intuito foi compreender o recorte temático abordado pelos participantes nas redes sociais a respeito do desastre de 2018 e além disso compreender qual a escala desse tema em relação a outras lutas sociais e pautas coletivas vivenciadas. Assim, sobre os conteúdos do tema 1: percebe-se que quase 60% dos assuntos tratados foram relacionados às ações de organização e mobilização que ocorreram (25,9% referentes a encontros e reuniões; 13,4% à atos públicos, protestos, cobranças e denúncias; e 6,3% oficinas e eventos voltados para educação; 6,3% postagens de diálogo com a comunidade). Assim foi possível verificar uma forte presença também de modos de comunicação tradicionais, pelo uso de faixas, cartazes, carros de som e panfletos diretamente utilizados nas manifestações públicas.

A respeito de outros conflitos vividos na cidade, 50,5% dos assuntos foram relacionados à ações de organização e mobilização que ocorreram (22,5% referentes a encontros e reuniões; 10,9% à atos público, protestos, cobranças e denúncias; e 12,4% oficinas e eventos voltados para educação; E 4,7% postagens de diálogo com a comunidade). Nos afirmando que os modos de comunicação tradicionais também dominam outros conflitos.

Dentre as lideranças locais identificadas, a maior parte (7) não usou as redes sociais para falar a respeito do crime, apontando que, comparado às atividades e mobilizações físicas, há pouco desempenho no ativismo digital. O uso das redes sociais é feito por apenas duas (02) lideranças, que respectivamente postaram entre 600 a 1.500 postagens de assuntos gerais. Elas foram responsáveis por 96% das postagens vinculados ao crime e 91% dos

conteúdos de outras agendas de lutas coletivas. Ambas são mulheres, têm entre 40 e 50 anos e são dirigentes das entidades de representação de suas comunidades. A mais ativa delas é presidente de um dos quatro (04) territórios quilombolas do município.

Sobre o crime da Hydro foram postados 88 conteúdos nas redes sociais e 110 sobre outras agendas coletivas. O que é importante perceber é que sua dispersão ao longo do tempo indica uma mobilização permanente, que vai além das plataformas digitais. A comunicação tradicional, por meios físicos, é a modalidade ainda hoje localmente mais exercida. Também importante destacar a comunicação de forma direta, pelo Whatsapp, citado nas entrevistas como meio principal de articulação local.

Figura 2: Uso das mídias para articulação e registro de luta



Fonte: Foto de manifestão em frente à Hydro, do arquivo pessoal postado no perfil do facebook do grupo de resistência Cainquiama (2018).

Que meios de comunicação utilizam?

Esta busca foi feita no mapeamento online e confirmada em um um segundo momento nas entrevistas.

Tabela 1: Comunicação híbrida - Seleção dos principais meios e formatos utilizados das lideranças.

| Meios | Modo | tema 1 | tema 2 | Onde |
|--------------|---|--------|--------|---|
| Meios Online | Texto em post e em e-mail | 12 | 22 | Facebook Whatsapp E-mail |
| | Arte | 06 | | |
| | Foto | 48 | 68 | Para produzirem esses conteúdos também usam fontes de jornais e sites |
| | Vídeos | 07 | 11 | |
| | Compartilhamento De Notícias de jornais, blogs etc. | 19 | 13 | |

| | | | | |
|---------------------------------|--|----|-----|--|
| TOTAL Meios digitais | | 92 | 114 | |
| Meios Offline | Protesto/Manifestação | 04 | 05 | Ruas Comunidades Audiências Reuniões Universidades |
| | Bandeiras/ Faixas / Cartazes/Estandarte/Placas | 03 | 12 | |
| | Carro Som/ Bicicleta Som | 01 | | |
| | Eventos, Oficinas, Cursos | 09 | 18 | |
| | Impressão: Comunicados, documentos, folders, etc | 06 | 08 | |
| | Reunião/ conversa presencial | 23 | 21 | |
| | Exposição de foto/Documentário/ Músicas/ Poemas | 02 | 03 | Teatro -Youtube |
| TOTAL Meios e lutas presenciais | | 48 | 67 | |

Fonte: elaborado pela autora.

Dentre as lideranças selecionadas no estudo, os resultados indicam que todos os participantes possuem e usam intensamente o Whatsapp⁷. Quase todos, 90% deles, têm Facebook, apenas um tem um canal no Youtube e nenhum deles tem Instagram ou Twitter. Apesar dos números indicarem uma preponderância dos meios digitais, é preciso considerar que a maioria reportam acontecimentos ocorridos presencialmente, em protestos de ruas, reuniões, ações de mobilização nos espaços ditos offline. Dos modos offline, as reuniões e encontros são os principais modos de organização da resistência, evidenciando.

Figura 3: Encontro de dois anos após o desastre da Hydro.



Fonte: arquivo pessoal postado no perfil do facebook de uma das participantes da pesquisa (2020).

⁷ Aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet.

Percebe-se também que as atividades presenciais foram desempenhadas intensamente por três lideranças mulheres, duas dessas são as participantes que têm também maior nível de militância digital, enquanto que a outra só possui whatsapp, contudo está presente nas fotos, vídeos e nos relatos das entrevistas e é dirigente da organização que mais atuou digitalmente. Dentre as três líderes, uma possui maior envolvimento com práticas educacionais, congressos, palestras etc. (liderança 08); Enquanto outra também possui envolvimento com educação, mas tem destaque nas parcerias para eventos e oficinas comunitárias e maior diálogo com a comunidade e práticas de cobrança aos órgãos públicos de prestação de contas (liderança 02); A terceira, possui maior participação em mobilização popular, processos jurídicos e parceria com a imprensa (liderança 05).

Quanto à rede de apoios, a imprensa, de forma geral, foi um dos atores mais mencionados de maneira indireta nas redes sociais das lideranças, apenas com compartilhamento. Em seguida o Ministério Público do Pará e Ministério Público Federal⁸, o primeiro que acolheu a denúncia, além de apoio de pesquisadores e entidades de pesquisa e organizações não governamentais (Tabela 2).

Tabela 2: Rede de apoio às organizações locais frente ao desastre da Hydro.

| Rede de apoio e mobilização mencionados pelos participantes | |
|---|---|
| Setor | Nome |
| Governamental | Ministério Público do Pará (MPPA) Ministério Público Federal (MPF) |
| | Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) |
| | Defesa Civil ou Profissionais do Direitos humanos |
| Academia | Instituto Evandro Chagas (IEC) |
| | Pesquisadores: GETTAM, NAEA, GESTERRA, ICSA da UFPA, UEPA |
| Profissionais | Advogados |
| | Equipe de reportagem ou jornais |
| ONGs | Fase Amazônia; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) de Barcarena |

Fonte: elaborado pela autora.

⁸ Órgão público, de instância estadual e federal, que dentro de um estado de direito representa os interesses da sociedade por meio de investigação e verificação dos fatos e proteção das vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desastre da Hydro de fevereiro de 2018 configura-se, infelizmente, como mais um crime sofrido pela população em 30 anos de impactos da mineração no município. Até os anos de 1980, o território de Barcarena era voltado para os rios e basicamente agrário. Hoje, ele ocupa um papel estratégico na acumulação capitalista mundial (HAZEU, 2017). Por outro lado, considerando que “o território é a própria manifestação do ser social”, é também perceptível, “a crescente consciência política, forjada na história daqueles que são vítimas de um processo de exclusão socioespacial (CARMO, HAZEU, COSTA, NASCIMENTO, 2017, p.383). Uma consciência política expressa em protestos, reuniões e demais organizações sociais na formação de uma voz coletiva, que evidencia, com essas mobilizações, influenciar o processo decisório e político da região.

Assim considerando um período de 24 meses da ocorrência do desastre, buscamos as outras vozes invisibilizadas, com uma história de luta no sentido de compreender os processos e práticas de comunicação para resistência, as ações dos grupos sociais mobilizados, no que chamamos, inspirados por Bourdieu (1986), de campo da resistência comunicativa, em reação aos impactos ocasionados e na defesa de direitos e de seus territórios em Barcarena.

Para configurar este campo da resistência comunicativa, identificamos as principais lideranças, indivíduos presentes e atuantes nos debates públicos sobre o desastre realizados no período de dois anos - quatro audiências públicas e um evento em formato de roda-de-conversa - bem como das organizações das quais as lideranças fazem parte ou atuam como grupos de apoio às lutas frente ao desastre em questão. São pessoas entre 39 e 79 anos e participam de mais de duas organizações de resistência, o que nos indica ser uma população com história e memória de luta e resistência. Nestes movimentos e ações de contraposição aos impactos é evidente o protagonismo feminino.

De forma direta, a partir de dez (10) lideranças selecionadas, chegamos, por meio de entrevistas semi-estruturadas, às 18 (dezoito) organizações, a maior parte associações de caráter local representando moradores de bairros periféricos afetados pelos desastres e de territórios rurais de populações tradicionais. Esse campo de resistência se desenvolve dentro das noções de conflitos socioambientais, a partir de Svampa (2013, p.46), “ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes e assimetria de poder”. Dentro do movimento por justiça ambiental, desenvolve ação em rede, em várias escalas geográficas, que Svampa chama de “giro ecoterritorial” das lutas sociais que surge a partir da explosão de conflitos socioambientais fazendo grandes e pequenos coletivos se levantarem para atuar em apoio, sejam eles grupos culturais, de mulheres, ambientalistas, de cientistas etc, como bem se apresentou no caso estudado, da resistência de grupos sociais locais ao desastre da Hydro em Barcarena.

Do ponto de vista do uso das plataformas digitais, apesar do Facebook ser a principal ferramenta digital utilizada pelas lideranças, o destaque é para o Whatsapp, algo que se comprovou nas entrevistas, visto que todos eles possuem e usam como o principal meio digital interpessoal e por meio de grupos no aplicativo, utilizados para integrar a comunicação das lideranças e a divulgação das denúncias locais de maneira mais ágil. Há evidências de comunicação híbrida, que se efetiva pelas práticas e processos sociais de organização e mobilização, no espaço concreto das ruas e espaços públicos, e que reverberam nas plataformas digitais. As alianças são outra marca importante na formação desse campo, a maioria cita a necessidade da união na luta e mostram que parte de sua resistência foi possível devido ao apoio ou estímulos de um trabalho coletivo. Contudo há uma clara desconfiança e receio de serem instrumentalizados, do movimento ser cooptado e passar “para o lado das empresas”. Há, nesse sentido, tensões internas entre os movimentos e uma necessidade de maior integração entre as organizações, uma demanda reconhecida por eles e apresentada de forma recorrente nos debates públicos. Entre as entidades de apoio que conformam o campo, destacam-se as instituições de pesquisa (IEC, UFPA, entre outras), bem como ONGS, profissionais da imprensa e entes jurídicos, como o Ministério Público.

Por fim, diferente do que imaginávamos, os esforços de comunicação por quem faz a resistência, em sua maioria, não são articulações para divulgação e visibilidade para um público externo, pois apenas uma das organizações citaram esse objetivo. Ao contrário, há esforço para comunicação interna, para articulação da resistência local -, seja pela praticidade de organizar os grupos para mobilizações; promover oficinas (de garantia de direitos, sustentabilidade, capacitação da comunidade etc); ou no uso de produção das provas dos crimes e denúncias. Já as articulações das organizações nacionais e entidades de pesquisa atuam no sentido de ampliar o alcance e garantir visibilidade política às demandas do movimento local. O que o estudo revela é uma realidade local onde, na perspectiva transmidial de Hepp (2014), os meios tradicionais ainda são os definidores dos modos de produção das práticas comunicativas sobre os processos sociais de resistência e luta em Barcarena e vice-versa.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; COLI, L. R. **Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro**. Santa Cruz do Sul, RS. 2001.

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H; MELLO, C. C. do A; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad.: Denice Brabara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

CARMO, E. D. HAZEU, M. T., COSTA, S. M. G. DA, & NASCIMENTO, N. S. Barcarena livre: resistência e lutas de comunidades tradicionais frente aos desastres socioambientais da mineração. In: CASTRO, E. (Org.). **Territórios em Transformação: saberes, rupturas e colonialidade**. Belém: NAEA, p. 365-388, 2017.

CASTELLS, M. **O poder da Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, E.; CARMO, E. D. (Orgs). **Dossiê: Desastres e crimes da mineração em Barcarena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019.

CASTRO, E. Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia, desastres socioambientais e "zonas de sacrifício". In: CASTRO, E.; CARMO, E. D. **Dossiê: Desastres e crimes da mineração em Barcarena**. NAEA: UFPA, p.19-34, 2019.

EJAtlas. **Atlas Global de Justiça Ambiental**. [2020]. Disponível em: <https://ejatlas.org/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos 2019**. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 30 maio 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: Aula Inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Salpaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRANÇA, V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, C.; LOPES, M. I. (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, v. 1, p. 153-174.

GETTAM. **Desastres da mineração em Barcarena: disputas no território e comunidades atingidas**. Dossiê. NEAP/UFPA, 2018.

HABERMAS, J. O Conceito de Poder de Hannah Arendt. In FREITAG, B; ROUANET, S. P. (orgs). **Habermas – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

HAZEU, M. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

HAZEU, M. Mineração, indústria e portos: lógicas de desapropriações e deslocamentos forçados em Barcarena. In: CASTRO, Edna. **Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e resistências**. Belém: Ione Sena, 2017. p. 81-98.

HEPP, A. **As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiatização na era da “mediação de tudo”**. In: Matrizes, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil em 2010**. [2020]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa. In: LIMA, M. (org.), **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. 2016.

MAIA, R. de O. M; MARIN, A; ELIZABETH, R. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. 38º encontro anual da

ANPOCS. Caxambú-MG, p. 4, 2014. In: MAIA, R. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de "desenvolvimento"**. 2017.

NASCIMENTO, M. D. **Gestão urbanística no município de Barcarena - Pará entre 1998 e 2009**. Monografia de Especialização em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará: Belém. 2010.

PERUZZO, C. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

RODRIGUES, J. C; HAZEU, M.; NASCIMENTO, S. M. **Como se produz desastres? O processo de licenciamento da barragem de rejeitos da Hydro Alunorte em Barcarena, Pará**. Nucleus (Ituverava), v. 16, p. 151-170, 2019.

RODRIGUES, J. C; HAZEU, M. T. **Projetos de infraestrutura, desastres e indicativos para novos desastres em Barcarena, Pará, Brasil**. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 9, p. 818-838, 12 dez. 2019.

SIMMEL, G. Sociologia: estúdios sobre las forms de socialización. **Revista de Occidente**: Madrid. vol. I, 1977.

STEINBRENNER, R. **Rádios Comunitárias na Transamazônica: desafios da comunicação comunitária em regiões de midiática periférica**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará: 2011.

STEINBRENNER, R; GUERREIRO NETO, G. I.; BRAGANÇA, P.L.; CASTRO, E. Mídia e Desastre socioambiental II: A escassa presença de comunidades e movimentos sociais na cobertura do desastre da Hydro em Barcarena. In: CASTRO, E. R; CARMO, E. D (Org.). **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena**. Belém: NAEA/UFGA, v. I, p. 129-139, 2019.

STEINBRENNER, R; GUERREIRO NETO, G. I; BRAGANÇA, P.L; CASTRO, E. Desastre da mineração em Barcarena, Pará e cobertura midiática: diferenças de RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA TRANSAMAZÔNICA: desafios da comunicação comunitária em regiões de midiática periférica duração e direcionamentos de escuta. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde**. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v14i2.2063>. Acesso em: 10 set. 2020.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, marzo-abril, 2013.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

O DISCURSO TELEVISIVO ESTATAL NA AMÉRICA LATINA SOBRE A ESCALADA DA LIBERAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL

Luciana Miranda Costa (UFRN)¹

Laiza Monik de Oliveira Mangas (UFPA)²

André Wolmer de Melo (UFRN)³

Lucas Rodrigues Félix (UFRN)⁴

RESUMO

A liberação de agrotóxicos no Brasil vem aumentando constantemente nesta década, com o recorde da série histórica de registro de novos produtos tendo sido sequencialmente superado nos últimos quatro anos. Em 2019, com 474 novas permissões pelo Ministério da Agricultura, houve um aumento de 241% em relação a 2015, sendo 20% destes classificados como “extremamente tóxicos”. Em 2018, o Brasil já era o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, mantendo políticas públicas que estimulavam o uso desses produtos, com graves riscos de contaminação ao meio ambiente e à saúde humana. Nesse contexto, este artigo busca abordar diferentes coberturas jornalísticas sobre o tema em dois canais públicos, transmitidos em sinal aberto em países latino-americanos, historicamente produtores de commodities: as redes TV Brasil, ligada ao Governo Federal brasileiro, e a Telesur, que possui uma administração compartilhada entre Cuba, Nicarágua e Venezuela. O referencial teórico principal foi encontrado na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998).

Palavras-chave: Comunicação e Meio ambiente; Agrotóxicos; Telejornalismo latino-americano; Pierre Bourdieu.

1. O USO EXACERBADO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL

¹ Professora Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Cultural e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom-UFPA). E-mail: lmirandaeua@hotmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA). E-mail: laiza.mangas@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). E-mail: andrewolmer@gmail.com

⁴ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). E-mail: falecomlucasfelix@gmail.com

Segundo o mais recente Censo Agropecuário (IBGE, 2017), cerca de 15 milhões de pessoas se ocupam com atividades rurais no Brasil, em mais de cinco milhões de estabelecimentos (sendo 45% pastagens, 29% matas/florestas, 18% lavouras)⁵. Destes, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos (77%) são classificados como agricultura familiar e envolvem o trabalho de mais de 10,1 milhões de pessoas (67% dos ocupados no campo). A participação de cooperativas está presente em 11,4% dos estabelecimentos rurais do país (IBGE, 2017). Em 2020, o agronegócio brasileiro gerou o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de R\$ 871,3 bilhões, com o faturamento das lavouras superando os R\$ 580 bilhões, um crescimento de 22,2% em relação a 2019⁶

O país também é um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017). De acordo com dados documentados pelo Ministério da Agricultura, em 2020 foram liberados 493 “pesticidas”, sendo a maioria produtos genéricos, que se baseiam em outros existentes. Já em 2019, foram 474 novas permissões, um aumento de 241% em relação a 2015, sendo que 20% destes, classificados como “extremamente tóxicos”. O termo passou a ser adotado no Brasil com a Lei Federal nº 7.802 de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 4.074 de 2002, que considera agrotóxicos como:

[...] produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos (BRASIL, 1989).

Conforme aponta a lei, os agrotóxicos atuam no controle de pragas e doenças que prejudicam as plantações, garantindo o aumento da produtividade. Entretanto, apresentam na sua composição substâncias toxicológicas classificadas por fases que vão desde “extremamente tóxico” a “improvável de causar dano agudo”, como determina a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Dutra e Souza (2017) observam que a exposição aos agrotóxicos pode ocorrer, basicamente, de três maneiras: a *contaminação ocupacional* através dos trabalhadores que lidam diariamente com tais produtos; *contaminação alimentar* por meio de ingestão de alimentos contaminados; e a *contaminação ambiental*, quando ocorre

⁵ Disponível no *site* do Censo Agropecuário: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 19 jan. 2021.

⁶ Valor da Produção Agropecuária de 2020 soma mais de R\$ 871 bi e é o maior da história. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-de-2020-soma-mais-de-r-871-bilhoes-e-e-o-maior-dos-ultimos-32-anos>. Acesso em: 15 fev. 2021.

acidentes na produção ou aplicação de agrotóxicos. Segundo os autores, a contaminação ocupacional e alimentar são as mais recorrentes no Brasil.

Mesmo diante dos efeitos adversos, o uso de agrotóxicos no Brasil é muito incentivado, principalmente pelo governo federal. Atualmente, o Brasil mantém políticas públicas que fomentam o uso e o comércio desses produtos, com o respaldo e influência da chamada bancada ruralista no Congresso Nacional, que forma a Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA. Na atual legislatura (2018-2022), a bancada se consolidou como o principal grupo de influência no Legislativo brasileiro: conta com 257 parlamentares, sendo 225 deputados (44% da Câmara dos Deputados) e 32 senadores (39,5% das 81 cadeiras do Senado Federal) (CONGRESSO EM FOCO, 2019).

Sandra Costa (2012, p. 10), em estudo de 1998 a 2010, constatou “a inserção destes políticos ruralistas nas dinâmicas territoriais de apropriação de terras em meio à lógica do desenvolvimento contraditório, desigual e combinado no modo capitalista de produção na agricultura”, já que atuam também diretamente no campo do agronegócio como proprietários. Como exemplo da atuação da bancada ruralista, pode-se ressaltar o polêmico Projeto de Lei 6.299/2002, de autoria do Senador Federal Blairo Maggi (PPS/MT). O “pacote do veneno” (DA LUZ & ANDRADE, 2019) visa dar uma maior autonomia para o Ministério da Agricultura autorizar o uso de novos agrotóxicos no país, novos prazos e critérios para a liberação desses produtos, além da substituição do termo “agrotóxico” por “pesticida”. A proposta traz debates no âmbito político de quem aponta consequências negativas para saúde e meio ambiente e dos defensores que acreditam que o país não pode desperdiçar seu potencial agrícola.

A decisão pela aprovação do “Pacote do Veneno” se traduz em perigos e riscos de resultar em desrespeito ao direito humano à alimentação adequada, à segurança alimentar e em injustiças ambientais que podem se tornar irreversíveis. Representa o paradigma do agronegócio, ou seja, produção de alimentos com uso de alta tecnologia que significa grandes quantidades de agrotóxicos (DA LUZ & ANDRADE, 2019, p. 333).

A Bancada Ruralista vem se fortalecendo ainda mais no governo do presidente Jair Bolsonaro (2018...), por essa razão, o ano de 2020 bateu recorde de aprovação: 493 agrotóxicos. Segundo dados do Repórter Brasil (2021), o governo federal liberou cerca de mil “pesticidas”. Ainda de acordo com o site, outra questão que chama atenção é a grande quantidade de pedidos de novos registros, sendo 835 solicitações de avaliação para esses produtos em 2020.

A mídia e a indústria do agronegócio buscam culpar os trabalhadores rurais e agricultores camponeses pelos casos de intoxicação e se isentar de responsabilidade por tais questões. Continuam buscando, ao mesmo tempo, aumentar seus lucros, ainda que o custo seja o envenenamento do povo brasileiro (DUTRA; SOUZA, 2017, p. 139)

Nesse grave contexto social e de saúde pública, observamos que o uso de agrotóxicos no Brasil é uma discussão que abrange todos os setores, principalmente o governo e a mídia. A seguir, fechando mais o foco, apresentaremos exemplos da cobertura de dois canais de televisão estatais sobre o tema.

2. TV BRASIL

O primórdio do conceito de serviço público de difusão ocorre em 1927, no Reino Unido, quando a BBC (British Broadcasting Corporation) se transformou em uma empresa vinculada ao Estado. Em 1932, a rede começou as suas transmissões experimentais também na televisão. De acordo com Leal Filho (1997), o modelo britânico é bancado até a atualidade com base numa licença anual paga por todas as pessoas que possuem o aparelho receptor em casa. Administrativamente, o conselho que gere a programação possui sua composição focada em representar a sociedade. Esse conceito foi difundido em outras redes públicas que surgiram em toda a Europa, especialmente após a II Guerra Mundial, quando a mídia passou a ser vista como parte da construção da cidadania.

No Brasil, a história da televisão começou em 1950. A iniciativa foi fruto do empenho do empresário Assis Chateaubriand, líder do grupo Diários Associados. No princípio, o conteúdo do veículo também acompanhava o perfil da restrita classe econômica que podia se inteirar da novidade. Sete décadas depois, a TV está presente em 97,2% dos lares brasileiros, sendo considerada “praticamente universalizada” pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos domicílios do país, diante da sua expressiva presença. Ainda segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2016⁷, 91,5% das casas possuem mais de um aparelho.

O primeiro embrião de uma rede pública federal, contudo, veio apenas em 2004. Na ocasião, por um decreto do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a TV Brasil – Canal Integración. A iniciativa, que aliou o executivo Federal aos demais poderes, visava ampliar a representação do país na imprensa do exterior, além de permitir o intercâmbio de conteúdo com redes estrangeiras. Ao longo de 2005, as primeiras grandes coberturas ocorreram em eventos como o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e a I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, em Brasília. De forma fixa, a

⁷ Em 66,8% dos lares, a transição para o sinal digital de televisão já havia sido realizada na ocasião. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf> Acesso em: 14 jan. 2021.

grade de programação mantinha, nos horários nobres, atrações que contextualizavam as notícias do continente sul-americano para os brasileiros e vice-versa.

Em 24 de abril de 2007, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi criada através de decreto, sendo vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. De acordo com Pinto (2013), a União é a sua única acionista e pode instalar unidades em qualquer local. A TV Brasil entrou no ar em dois de dezembro do mesmo ano nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e São Luís. Guareschi (2013) lembra que diversos setores da mídia comercial lançaram críticas à empreitada, politizando a questão. O autor frisa que toda empresa de comunicação, seja pública ou privada, possui uma responsabilidade pública que vai além da forma de concessão, definida por ele como uma “hipoteca social”.

A programação inicial da TV Brasil, majoritariamente, absorveu conteúdo das redes educativas, posteriormente passando a expandir a programação própria. O objetivo era se alinhar ao artigo 221 da Constituição Federal, que prevê que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão tenham preferência por finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, promovendo a cultura nacional e estimulando a produção independente. Atualmente, há cerca de 1.800 empregados diretamente ligados à EBC (OCDE, 2020, p. 221).

Nos anos seguintes, o canal expandiu progressivamente o seu sinal por outros estados, negociando a afiliação especialmente de emissoras ligadas aos governos estaduais e às instituições de ensino superior. Bucci (2014) aponta um ganho de eficiência e racionalidade para a administração federal com a criação da EBC. O jornalismo foi um dos setores mais contemplados durante o período de ampliação. De acordo com o manual da emissora, publicado em 2013, “a busca da verdade, da precisão e da clareza” é um dos maiores patrimônios da imprensa livre e da comunicação democrática⁸.

Em 2018, o programa *Caminhos da Reportagem* venceu o Prêmio Vladimir Herzog com uma matéria sobre a perseguição aos defensores dos direitos humanos no Brasil⁹. O conteúdo foi inspirado no assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, meses antes. A cobertura das investigações sobre o assassinato da parlamentar, contudo, se tornou alvo de

⁸ O texto aponta também o respeito aos fatos, aos direitos humanos e à diversidade de opiniões. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf Acesso em: 14 jan. 2021.

⁹ A abertura da reportagem foi realizada no ponto em que a vereadora foi assassinada no bairro carioca do Estácio. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/reportagem-da-tv-brasil-ganha-premio-vladimir-herzog> Acesso em: 14 jan. 2021.

censura interna¹⁰ durante o governo de Jair Bolsonaro¹¹, indicando uma clara interferência do campo político no campo midiático.

A recente partida válida pelas Eliminatórias da Copa do Mundo de 2022 rendeu a maior audiência da história do canal em São Paulo¹², porém, se tornou também alvo de investigação por parte do Ministério Público Federal (MPF), pela possível infração de improbidade administrativa na saudação realizada ao presidente Jair Bolsonaro¹³. O presidente, que tecia inúmeras críticas ao canal durante a campanha eleitoral, prometendo extinguir ou privatizar a rede, realizou uma forte mudança editorial logo no início de seu mandato.

Em abril de 2019, a EBC anunciou a fusão das programações da TV Brasil e da TV Nacional do Brasil (NBR)¹⁴, esta existente desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A fusão ampliou o espaço da programação para interrupções em prol da cobertura da agenda do Executivo federal, gerando constrangimentos, como no caso da transmissão por duas horas de uma conferência virtual entre o presidente e líderes religiosos que o apoiaram durante a pandemia¹⁵. O MPF (Ministério Público Federal), em documento¹⁶ divulgado em 2019, também reagiu judicialmente diante da decisão, que segue em vigor. Na ação civil pública protocolada foi ouvido o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, que

¹⁰ Jornalistas da emissora chegaram a protestar em uma carta direcionada à cúpula da EBC. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/em-carta-jornalistas-reclamam-de-censura-sobre-caso-marielle-na-ebc/> Acesso em: 14 jan. 2021.

¹¹ A figura de Marielle Franco de modo geral também passou a ser ocultada, com a remoção do YouTube do trecho de uma gravação que focalizou o rosto da ativista na capa de um cordel. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/video-ebc-censurou-imagem-de-marielle-em-programa-da-tv-brasil-24013650>. Acesso em: 14 jan. 2021.

¹² Em Brasília, a rede chegou a ficar atrás somente da TV Globo, mesmo com a transmissão da partida tendo sido anunciada com poucos minutos de antecedência. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2020/10/13/com-selecao-tv-brasil-da-maior-ibope-da-historia-e-ameaca-ate-sbt-em-sp.htm> Acesso em: 14 jan. 2021.

¹³ Aliados do presidente também receberam mensagens de abraços do narrador André Marques durante a transmissão. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2020/10/transmissao-de-jogo-da-selecao-pela-tv-brasil-tem-abracos-a-bolsonaro.shtml> Acesso em: 14 jan. 2021.

¹⁴ Em debate na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, a representante do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) definiu a decisão como proselitismo político. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556015-entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr/> Acesso em: 14 jan. 2021.

¹⁵ A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) reagiu em nota oficial, alertando que a TV pública não pode servir como porta-voz de posições do presidente. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/abi-critica-proselitismo-religioso-de-bolsonaro-na-tv-brasil/> Acesso em: 14 jan. 2021.

¹⁶ Documento do Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/inicial-tv-brasil-nbr-1>. Acesso em: 15 fev. 2021.

considera a unificação também dos telejornais da TV Brasil e da NBR como elemento impeditivo para que o telespectador possa analisar se o conteúdo exibido é público ou estatal.

A decisão pela unificação veio num momento em que o canal passava a crescer na audiência, impulsionado pelo desligamento do sinal analógico em diversas cidades, o que forçou a migração das pessoas para o sinal digital, no qual a rede possui cobertura mais ampla (MAGALHÃES; FONSECA, 2020). Segundo os procuradores da República Sergio Gardenghi Suiama e Renato de Freitas Souza Machado, até mesmo o *Repórter Brasil*¹⁷, noticiário exibido pelo canal em horário nobre, foi afetado. Cerca de 40% do conteúdo do telejornal teria passado a focar na visão governamental, que antes ficava restrita ao menor alcance da NBR. O conteúdo, muitas vezes destacado no primeiro bloco da atração, seria o mesmo veiculado no bloco do Executivo do programa radiofônico *A Voz do Brasil*.

3. A TELESUR

A *Televisión del Sur* (Telesur) foi inaugurada em 24 de julho de 2005, mesma data do nascimento de Simón Bolívar¹⁸. O simbolismo, buscado pelo então presidente venezuelano Hugo Chávez na escolha, reflete o objetivo da criação da rede, que remete aos ideais de união entre os povos americanos, especialmente latinos e caribenhos.

O objetivo de dar visibilidade às lutas sociais, aos conhecimentos populares e os movimentos de identidade latino-americana, integrando para além de contratos e acordos, através de uma comunicação ajustada com as características e os interesses dos povos da região. (...) Quando surgiu, buscando romper com o domínio das redes de comunicação presentes na América Latina, Fidel Castro afirmou que estava nascendo a CNN dos humildes. Somado a isso, o projeto de integração traz feições anti-imperialistas, propondo uma espécie de liberação midiática das matrizes estadunidenses (STRASSBURGER, 2012, p. 84).

A integração regional é refletida inclusive na formação multiestatal. A Telesur contou com Argentina, Cuba, Uruguai e Bolívia como sócios-fundadores ao lado da Venezuela. O grupo ganhou a inclusão de Cuba e Nicarágua em 2007. O Brasil, mesmo alinhado politicamente com o grupo no período, preferiu se manter apenas como colaborador para priorizar o seu próprio projeto. O desejo do país no período era de ser um líder na região, possuindo protagonismo em suas empreitadas.

¹⁷ De acordo com Araújo (2011, p. 197), o telejornal foi o substituto do *Repórter Nacional* (Radiobrás) e do *Edição Nacional* (TVE Rio).

¹⁸ Militar e político venezuelano (1783-1830), ele foi figura central nas guerras pela independência e descolonização dos países americanos dominados pela monarquia espanhola.

Para Nogueira (2012, p. 87), a percepção da função estratégica da utilização dos meios de comunicação foi sinal de um período em que os governos passaram a reconhecer os veículos de massa como mediadores sociais. Para ela, a intenção da construção de um ambiente através da comunicação pública representou uma mudança no cotidiano dos consumidores da mídia, especialmente a televisiva. A autora frisa ainda que o impacto causado alcança efeitos não apenas regionalmente, mas de forma global.

Com presença forte na internet e nas redes sociais, a Telesur permite também a reprodução do seu sinal por redes comunitárias de forma gratuita, buscando variados meios que maximizem o alcance de seu conteúdo. O endereço eletrônico possui uma versão disponibilizada em língua inglesa com esse intuito. Brittos e Cabral (2008, p. 194) apontam que a Telesur buscou romper com o estigma de que a comunicação alternativa deva ser limitada para públicos reduzidos, com a busca pela massificação do discurso sendo relevante na proposta do projeto, que incluiu diversos intelectuais da região como conselheiros.

Entre os principais feitos do canal listados pela página, está a cobertura do golpe de Estado de 2009 realizado em Honduras, contra o presidente Manuel Zelaya. Na ocasião, diversos veículos da imprensa internacional se basearam nas imagens da emissora. Também é exaltada a realização do programa *De Zurda*, comandado pelo jogador de futebol Diego Armando Maradona durante a Copa do Mundo de 2014¹⁹. Embora conte com forte presença do jornalismo em sua programação, com boletins constantes, a Telesur exibe também atrações voltadas ao entretenimento, como os musicais. O financiamento da grade é majoritariamente governamental.

3. AS TVS E A COBERTURA SOBRE AGROTÓXICOS

A partir da apresentação da temática dos agrotóxicos no país e das duas TVs estatais que abordaram o tema, buscaremos problematizar a interferência governamental sobre a cobertura televisiva estatal na América Latina, referente à liberação de agrotóxicos no Brasil, que vem registrando recorde após recorde desde 2016. Considerando a relevância da radiodifusão pública e gratuita como fonte de informação nos países em desenvolvimento, tomaremos como exemplo duas reportagens, veiculadas entre julho e agosto de 2019, e produzidas pelas redes estatais TV Brasil - ligada ao Governo Federal brasileiro - e Telesur - que possui a administração compartilhada por Cuba, Nicarágua e Venezuela.

¹⁹ O jogador argentino (1960-2020) teceu diversos comentários sobre os dirigentes do futebol ao longo da atração, reforçando o perfil crítico da Telesur. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/hotsites/copa-do-mundo-2014/maradona-estreia-programa-de-tv-feito-no-rio-e-ataca-a-fifa-1.861638> Acesso em: 14 jan. 2021.

Sob a perspectiva de Pierre Bourdieu (1998), buscou-se identificar quais campos sociais tiveram mais visibilidade midiática para expor seus pontos de vista nos discursos televisivos. O autor aborda as relações e estruturas sociais, levando em consideração as mediações entre indivíduo e sociedade (THIRY-CHERQUES, 2006; MIRANDA, 2005). A partir de diferentes recortes analíticos, Bourdieu ressaltava as relações de força nos campos e os mecanismos invisíveis de dominação, que independem “da consciência e da vontade dos agentes”, por serem também “produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 28; BOURDIEU, 1998; SILVA, 2010), já automatizadas na prática cotidiana, o *habitus*

O conceito de campo, central em sua obra, é entendido como um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, “entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam” (BOURDIEU, 1998, p. 133). O campo funciona dessa forma também como um “campo de força” – ao atrair os agentes continuamente para a estrutura de funcionamento já estabelecida – e um “campo de lutas” – em que os agentes buscam se posicionar como dominantes de acordo com sua acumulação de capital (BOURDIEU, 1998; THIRY-CHERQUES, 2006).

A identificação dos principais campos (e seus agentes e instituições), relacionados à cobertura televisiva estatal, contribuiu para compreender a construção dos discursos informativos sob o ponto de vista das relações sociais de poder envolvidas no contexto da liberação de agrotóxicos no Brasil em 2019. O destaque será para o campo político, cuja interferência no campo jornalístico ficou clara, enfatizando a diferença e o perigo entre o interesse público e o interesse governamental. Para Miranda (2005), a aplicação dos conceitos bourdieusianos proporciona novos enfoques à pesquisa em comunicação, “como o da explicação do conteúdo das notícias pelos interesses específicos do campo jornalístico ou das pressões externas” (MIRANDA, 2005, p. 14). Dessa forma, buscou-se verificar como a dinâmica do contexto social influenciou a produção jornalística das reportagens, com especial atenção ao cenário político em que as emissoras estão inseridas.

4. AS REPORTAGENS

Em 19 de julho de 2019, o boletim *Governo Agora*, programa curto exibido ao longo da programação da TV Brasil²⁰, dedicou cerca de dois minutos no ar para uma declaração do

²⁰ Antes da fusão com a NBR, o mesmo espaço era destinado ao Notícia Agora, que informava sobre situações gerais e não apenas relacionadas ao Executivo federal.

presidente Jair Bolsonaro sobre o Brasil supostamente ser um dos países que menos consome agrotóxico. O político não mencionou a fonte de sua afirmação, assim como a narração da matéria não apresentou nenhuma referência ou contraponto. As únicas vozes ouvidas foram as do ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno, e a do chefe do Executivo, Jair Bolsonaro, que negou o uso excessivo de agrotóxicos: “os números são proporcionais de países que tem uma agricultura purgante, nós estamos nos últimos lugares no uso de agrotóxicos na nossa agricultura” (TV BRASIL, Boletim Governo Agora, 2019).

Na reportagem, “Presidente Bolsonaro afirma que o Brasil é um dos países que menos utiliza agrotóxicos”, a região amazônica e seu bioma foram representados somente em imagens de arquivo. Uma delas, sem nenhuma contextualização, foi da atuação do Exército na área. A locução da jornalista Lillian Reis, que apareceu apenas no estúdio, acompanhou as imagens de um café da manhã com jornalistas estrangeiros no Palácio do Planalto, no qual foram dadas as declarações²¹. O conteúdo selecionado para matéria aponta que a interferência governamental na programação jornalística, especialmente na área do meio ambiente, não se resume apenas à influência editorial, mas vem afetando ainda a estrutura disponibilizada para a produção das matérias jornalísticas *in loco*.

A reportagem deu espaço somente a vozes do campo político ligadas ao governo federal, como a do General Augusto Heleno: “O Brasil vai explorar a Amazônia com desenvolvimento sustentável. A Amazônia é brasileira e nós não vamos, o presidente já disse várias vezes, que não aceitará ser subserviente diante de teses que não se sustentam diante da realidade”. As teses em questão estariam ligadas aos altos índices de desmatamento, queimadas e uso de agrotóxicos na Amazônia, largamente comprovados por instituições como o Inpe. Políticos de oposição não tiveram espaço de fala, assim como representantes de outros campos sociais, como o rural, o científico e o econômico, por exemplo.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eGpMVODmS2I> Acesso em: 16 jan. 2021.

Figura 1 – Imagens de arquivo da operação do exército na Amazônia



Fonte: Reprodução/Youtube.

De acordo com Mazzarino (2007, p. 54), “no sistema social global, o campo jornalístico é parte de uma teia complexa de interação entre campos sociais diversos, onde sujeitos destes outros campos sociais buscam visibilidade pública a partir da participação na agenda dos acontecimentos, que é midiaticizada”. A observação da rede de fontes de um veículo jornalístico permite compreender seus critérios de noticiabilidade, a partir de parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais (MAZZARINO, 2007). A reportagem da TV Brasil é um dos exemplos dessa influência do campo político sobre o jornalístico, comprometendo a credibilidade da informação. Isso corrobora a observação de Bourdieu (2011) de que a política interage e, muitas vezes, transita seu poder simbólico entre os mais diversos campos sociais. A reportagem analisada atendeu ao interesse governamental, e não ao interesse público que deveria orientar, em última instância, o discurso informativo da emissora estatal.

O uso de agrotóxicos pelo Brasil foi abordado também pela Telesur em 20 de maio de 2019. No canal oficial da emissora no YouTube, o vídeo foi intitulado como “O campo brasileiro está dominado pelos agrotóxicos”²². A abordagem inicial centrou-se na gestão então recém-iniciada de Jair Bolsonaro como presidente do país, porém, destacando o ritmo acelerado da liberação de “novos venenos” pelo governo federal.

Dados da Organização das Nações Unidas revelam que os agrotóxicos são responsáveis por duzentas mil mortes por intoxicação aguda a cada ano. E mais de 90% das mortes acontecem em países em desenvolvimento, como o Brasil. Só em seus primeiros quatro meses, o governo de Jair Bolsonaro autorizou a liberação de 166 novos venenos (Telesur Notícias. 20 de maio de 2019).

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JFPo44dV5QA> Acesso em: 16 jan. 2021.

A reportagem foi da jornalista Danay Galletti Hernández, então correspondente da emissora em Brasília. A presença de uma repórter fixa na capital brasileira demonstra a importância do país para a cobertura de Telesur. As grandes redes brasileiras, incluindo as comerciais, costumam priorizar as bases de seus correspondentes nos Estados Unidos e na Europa.

Figura 2 - Caracteres utilizados durante a reportagem da Telesur



Fonte: Reprodução Youtube.

A narração sobre a liberação de 42% a mais de “pesticidas” do que no período inicial do ano anterior, quando o presidente era Michel Temer, é acompanhada pela informação nos caracteres sobre o alerta da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as 200 mil mortes anuais ao redor do mundo através de intoxicações por agrotóxicos. Dessa forma, se estabelece um contraponto imediato sobre os efeitos potenciais das decisões do executivo brasileiro.

Percebe-se, portanto, que a reportagem da Telesur optou por uma visão mais abrangente para abordar a escalada de agrotóxicos no Brasil, não se limitando a fontes governamentais com posicionamento já conhecido. Ao citar dados da ONU, instituição internacional renomada, no início da reportagem, a correspondente se respaldou com a credibilidade das fontes ouvidas na sequência. No entanto, mesmo com o embasamento em dados internacionais e fontes relevantes, a Telesur não deu voz ao ponto de vista do Governo Federal brasileiro, a partir de sua própria linha editorial vinculada a governos de esquerda no continente.

Ao contrário da TV Brasil, a Telesur abriu o microfone para representantes de movimentos populares, como no caso de João Pedro Stédile, dirigente nacional do Movimento Sem Terra (MST). Além das críticas aos efeitos ambientais e sanitários sobre o uso de

agrotóxicos, o entrevistado questionou também a questão econômica relacionada à concentração de lucros imposta pelo modelo do agronegócio. Outro personagem ouvido foi Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST. Ele frisou a redução da fiscalização, conclamando a colaboração de outras instituições para a preservação do meio ambiente e criticando o governo federal: “estamos vivendo hoje um estado de dominação das grandes multinacionais na agricultura, de um governo subordinado ao capital internacional, um governo que ganhou as eleições mentindo”.

Chama a atenção o fato de que a Telesur optou por ouvir vozes ligadas ao campo rural que não ocupam posições formais de poder e não são dominantes no contexto político retratado. Isso porque, enquanto a bancada ruralista representa majoritariamente os interesses apenas da elite do campo rural, conforme constatado por Sandra Helena Costa (2012) e Whitaker (2009), agentes e instituições ligados à agricultura familiar, MST e pequenos proprietários, por exemplo, não têm a mesma representatividade no Congresso Nacional. Pelo contrário, muitas das decisões apoiadas pela FPA são prejudiciais aos interesses dos demais subcampos rurais.

O MST tem tido papel relevante no meio rural por representar os interesses da Reforma Agrária no país. O Movimento tem atuação em 24 estados das cinco regiões brasileiras, representando cerca de 350 mil famílias, organizadas em assentamentos com representação local, regional e nacional (MST, c2020). Além da conquista da terra, o MST busca, segundo o Movimento, condições de infraestrutura – como saneamento, energia elétrica – e de produção adequadas para o desenvolvimento da atividade agrícola e para o bem-estar das famílias (MST, c2020).

Assim, a reportagem deu voz a agentes envolvidos na problemática dos agrotóxicos, mas que muitas vezes têm seus pontos de vista sobrepostos pelos demais interessados em posições mais privilegiadas dentro do campo. Mazzarino (2007) defende que os veículos de comunicação devem promover a democratização do acesso ao campo jornalístico, com a incorporação de falas que não pertencem aos campos dominantes. Esse papel foi assumido pela Telesur ao garantir voz a agentes que não ocupam posições dominantes, a partir de sua própria linha editorial vinculada a governos de esquerda no continente.

A rede latino-americana não se furtou de mencionar os Estados Unidos e Europa como exemplos de uma agricultura mais sustentável, apontando que metade dos agrotóxicos liberados no Brasil são proibidos nesses mercados desde 2015. A apresentação de contextos situando o país no cenário global favoreceu a cobertura internacional da emissora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das reportagens analisadas permitiu observar que as interações do campo jornalístico com os demais campos do espaço social envolvidos na temática são determinantes para a construção do discurso informativo. Apesar de abordarem o mesmo assunto, em espaço de tempo próximo, TV Brasil e Telesur apresentaram realidades opostas aos seus telespectadores, mas com coberturas igualmente seletivas em relação às vozes que tiveram visibilidade e espaço de fala no campo jornalístico.

A TV Brasil ignorou a multiplicidade de vozes e campos envolvidos na questão da liberação de agrotóxicos no país, dando espaço exclusivamente a fontes do campo político ligadas ao Governo Federal. Segundo a reportagem, baseando-se na fala do presidente da república, o país seria um dos que menos consome agrotóxico no mundo. Esse fato aponta para a influência direta do contexto político atual – de maior controle editorial sobre a emissora e cortes orçamentários – na produção jornalística. Houve, portanto, prevalência de interesses governamentais sobre o interesse público que deveria orientar a missão informativa da emissora.

Já a Telesur foi mais abrangente ao dar voz a representantes do campo rural (MST) e trazer dados da ONU – ligados aos campos ambiental, político e científico –, o que apontou para uma maior preocupação com a checagem de fatos e credibilidade do discurso informativo de caráter internacional. No entanto, por sua linha editorial ligada a governos de esquerda no continente, não deu voz a posição do governo brasileiro sobre o tema, limitando igualmente a qualidade e pluralidade das informações aos seus espectadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Valéria Vilas Bôas. Telejornalismo na TV pública brasileira: uma análise do Repórter Brasil. In: GOMES, Itania Maria Motta. **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**. EDUFBA, 2011.

ARAÚJO, Isabelle Maria Mendes; OLIVEIRA, Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa. Agronegócio e Agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no Nordeste Brasileiro. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 1, Rio de Janeiro Jan/Apr, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462017000100117&script=sci_arttext. Acesso em: 18 jan. 2021

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem BRASIL. LEI nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização, de agrotóxicos, seus componentes, e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm. Acesso em: 18 jan. 2021.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, Janeiro-Julho 2011ectiva, 2011

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Pierre Bourdieu. RJ: Bertrand Brasil, 1998.

BUCCI, Eugênio. **Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson. **Economia política da comunicação: interfaces brasileiras**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

OSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 325. 2012. Disponível em: shorturl.at/aiFO7. Acesso em: 18 jan. 2021.

Com 257 parlamentares, bancada ruralista declara apoio à reforma da Previdência 2019. **Portal Congresso em Foco – UOL**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/com-257-parlamentares-bancada-ruralista-declara-apoio-a-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Impactos negativos do uso de agrotóxicos à saúde humana. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 13, n. 24, Jun. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1474>. Acesso em: 20 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: shorturl.at/vJT68. Acesso em: 10 jan. 2021.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **A Política**. Brasília, 2020. Disponível em: shorturl.at/qCDF6. Acesso em: 10 jan. 2021.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A melhor TV do mundo – o modelo britânico de televisão**. São Paulo: Summus, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GRIGORI, Pedro. **Repórter Brasil**. Bolsonaro bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história. 18/01/2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrotoxicos-da-historia/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LOPES, Carla Vanessa Alves; ALBURQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Revista Saúde e Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, Abr./Jun, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2018.v42n117/518-534/pt/>. Acesso em: 18 jan. 2021

LUZ, Cícero Krupp da; ANDRADE, Daniella Gimenes. “Pacote do Veneno”: uma abordagem a partir do direito à alimentação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, v. 47, n. 1, p. 320-347, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/48467>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MAGALHÃES, Cláudio; FONSECA, Cláudia Chaves. **TV digital no Brasil: estudos sobre a transição analógico-digital em Brasília e Belo Horizonte**. Curitiba: Appris, 2020.

MAZZARINO, Jane Márcia. O agendamento na perspectiva das fontes do campo jornalístico: observando fazeres do movimento socioambiental. **Revista Fronteiras**, v. 9, n. 1, jan/abr 2007. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5841>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Quem Somos**. c2020. Disponível em: shorturl.at/lpDPZ. Acesso em: 15 jan. 2021.

NOGUEIRA, Sílvia Garcia. **América andina: integração regional, segurança e outros olhares**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

OCDE. **Avaliação da OCDE sobre Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil**. Paris: OCDE Publishing, 2020.

PINTO, Henrique Motta. **Empresas estatais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

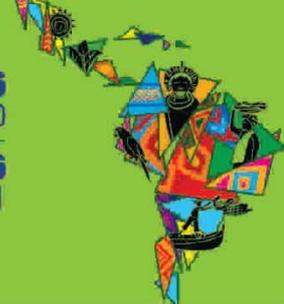
SILVA, Helenice Rodrigues da. A gênese da sociologia crítica de Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 112, p. 114-120, 2010. Disponível em: shorturl.at/qwKT8. Acesso em: 8 jan. 2021

STRASSBURGER, Tabita. **América Latina e cidadania comunicativa: as inter-relações entre sujeitos comunicantes e o Portal Telesur**. Dissertação (Ciências da Comunicação). São Leopoldo: UNISINOS, 2012.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev., 2006. Disponível em: shorturl.at/zBKM6. Acesso em: 5 jan. 2021

TV Brasil - Boletim Governo Agora. **Presidente Bolsonaro afirma que o Brasil é um dos países que menos utiliza agrotóxicos**. 2019 (3m31s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eGpMVODmS2I> Acesso em: 16 jan. 2021.

WHITAKER, C. Reforma agrária e meio ambiente: superando preconceitos contra o rural. **Retratos de Assentamentos**, n. 12, p. 33-46, 2009. Disponível em: shorturl.at/bcBMR Acesso em: 15 jan. 2021.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos ambientais

DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DE MASSA: PRESENCAS E AUSÊNCIAS SEMÂNTICAS NA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE EMPREENDIMENTO DE GRANDE IMPACTO AMBIENTAL NO PARANÁ

Danielle Cristina Machado Salmória (UFPR)¹
Ivan Jairo Junckes (UFPR)²

RESUMO

A comunicação ocupa lugar estratégico na configuração dos novos modelos de sociedades. Em 1962, Edgar Morin já reconhecia os meios de comunicação de massa como influenciadores na formação de opinião e forte estímulo na construção de imaginários. Tal entendimento se perpetua nos dias de hoje, conforme teorias do pensador da comunicação latino-americana Jesus Martín-Barbero. O artigo busca contribuir com os debates sobre desenvolvimento, alicerçado em assunto polêmico no litoral paranaense. Com suporte da interface comunicação de massa e relações de poder, apresenta e discute os resultados de investigação sobre a abordagem de modelos de desenvolvimento em notícias sobre a Zona Especial Portuária (ZEP) e seus elementos constitutivos no município de Pontal do Paraná (PR), veiculadas nos telejornais da emissora de maior audiência no Estado. O *corpus* de trabalho é composto de 45 notícias exibidas entre os anos de 2014 (quando da exibição da primeira reportagem sobre o projeto de uma nova rodovia relacionada ao complexo portuário) e 2020 (ano de importantes discussões políticas sobre a ZEP). Transcritas, foram transformadas em unidades semânticas (trechos de fala), classificadas quanto valor de juízo e categorizadas com base nos critérios de desenvolvimento propostos pelo economista Ignacy Sachs. Subsidiada pela Análise de Conteúdo, a investigação apurou ausência de determinados elementos nessa cobertura jornalística, o que corrobora com a discussão sobre a necessidade de, talvez, uma “objetividade engajada” (expressão proposta por Boaventura de Sousa Santos) por parte da imprensa para que seja possível uma ação interpretativa mais ampla por parte do leitor/telespectador.

Palavras-chave: telejornalismo; mediação, relações de poder; análise de conteúdo; Ignacy Sachs.

¹ Mestranda do PPG em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. E-mail: daniellecms.dts@gmail.com.

² Doutor em Sociologia Política (UFSC). Professor do PPG em Desenvolvimento Territorial Sustentável (UFPR), Brasil. E-mail: ivanjairojunckes@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Toda comunicação é posicionada. Nunca é neutra. Ao informar/relatar/comunicar um fato, do mais simples ao mais complexo, está implicada uma versão, e essa versão produz uma realidade social. Uma das realidades sociais que guia o mundo é o desenvolvimento. Um modelo de desenvolvimento implica, de um lado, nos liberar de determinadas amarras e, de outro, nos amarrar em algumas convicções.

Em 1962, Edgar Morin (1977) já reconhecia os meios de comunicação como principal veículo de difusão do conhecimento na sociedade, influenciadores na formação de opinião e forte estímulo na construção de imaginários, o que se perpetua aos dias de hoje, conforme teorias do pensador da comunicação latinoamericana Jesus Martín-Barbero. Este discorre sobre o lugar estratégico que passou a ocupar a comunicação na configuração dos novos modelos de sociedade, cuja centralidade se dá por mediações. Toma a televisão, por sua ação sobre a audiência, como máquina produtora de bens simbólicos (MARTÍN-BARBERO, 2009).

Parte de um estudo mais amplo de mestrado, esse artigo busca contribuir com os debates sobre desenvolvimento, no contexto de um empreendimento de impacto (a zona especial portuária - ZEP) no município de Pontal do Paraná, litoral do Estado do Paraná. Subsidiada pela Análise de Conteúdo, investiguei a abordagem de desenvolvimento na cobertura jornalística da ZEP realizada pela emissora de maior audiência da região, a Rede Paranaense de Comunicação (RPC). O *corpus* é composto de 45 notícias exibidas em diferentes telejornais da emissora, no período de 2014, quando da primeira reportagem sobre o projeto de uma nova rodovia relacionada ao complexo portuário (projeto este posteriormente denominado Faixa de Infraestrutura), até 2020 (ano de importantes discussões políticas sobre a ZEP).

O objetivo foi norteado pela hipótese de que a agenda de tal dispositivo comunicacional segue um fluxo de mercado globalizante alheio à preocupação de conservar um vínculo entre os cidadãos ou de valorizar o sentimento de pertencimento a uma comunidade. Tal hipótese foi referendada pela afirmação de Martín-Barbero (2009, p. 15) sobre a lógica de valor de mercado, que implica “trocas puramente formais, associações e promessas evanescentes que somente engendram satisfações ou frustrações, nunca, porém, sentido”.

2. COMUNICAÇÃO DE MASSA E PODER

A comunicação no contexto midiático, é elemento estruturante e mediador das relações humanas e sociais, da dinâmica social. A pesquisa que visa entender os fenômenos comunicacionais leva a compreender, em parte, a vida na contemporaneidade.

A contribuição da pesquisa em Comunicação está em construir saberes que ajudam a entender as relações sociais, as relações humanas – não apenas de uma maneira sociológica, antropológica, ou psicológica – mas a partir do entendimento dos processos de produção de sentido, da articulação de conhecimentos nos espaços midiáticos e também não midiáticos. (BARROS, 2011, p. 12).

Essa busca por entender as relações sociais esbarra no conceito de empoderamento que, segundo Horochovski e Sirino (2016, p. 251), “é tanto um atributo quanto um processo pelo qual indivíduos e grupos obtêm autonomia e protagonismo, vale dizer, poder e controle sobre suas próprias biografias e narrativas”.

A palavra poder, no significado mais geral, referida tanto a indivíduos quanto a coletivos, “designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos”. Em caráter relacional, homem e sociedade, poder transita entre “a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem” (BOBBIO et al., 1998, p. 933).

Como fenômeno social, o Poder é portanto uma relação entre os homens, devendo acrescentar-se que se trata de uma relação triádica. Para definir um certo Poder, não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o Poder se refere ou a esfera do Poder. A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de Poder relacionados com diversos campos. [...] No âmbito de uma comunidade política, o Poder de A (que pode ser, por exemplo, um órgão público ou um determinado grupo de pressão) pode dizer respeito à política urbanística; o poder de B, à política exterior em relação a uma certa área geográfica; o poder de C dirá respeito, enfim, à política educacional, e assim por diante. A esfera do Poder pode ser mais ou menos ampla e delimitada mais ou menos claramente. (BOBBIO et al., 1998, p. 934).

Esta pesquisa trabalha, a priori, com a imprensa de comunicação de massa enquanto esfera de poder. Uma categoria de poder potencial, ou seja, que contém uma possibilidade de estimular uma ação. Não à toa, a imprensa tradicional, que reivindica o papel de intérprete privilegiado da realidade, é tida como um Quarto Poder ao lado dos três outros Poderes (ALBUQUERQUE, 2000, p. 31). Já se fala informalmente num Quinto Poder, formado por protagonistas das redes sociais, da comunicação digital.

O discurso jornalístico tem por princípios a neutralidade, a imparcialidade e a objetividade. O jornalista deve reportar fatos, esclarecer o cidadão quanto ao “o quê”, o “quem”, o “quando”, o “como”, o “onde” e o “por quê”, oferecendo diversos lados da história.

Em outras palavras, os fatos falando por si. Essa é a premissa básica da pedagogia da comunicação. No entanto, é preciso compreender o contexto no qual os discursos são enunciados no jornalismo brasileiro. Apesar de o jornalismo ser pautado por essa premissa isenta e independente frente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao mesmo tempo, as empresas jornalísticas são capitalistas e a mídia se compromete com a lógica empresarial (ALBUQUERQUE, 2000). “O discurso de uma mídia jornalística qualquer, assim, é permeado pelas regras e semânticas do jornalismo enquanto instituição” (MEDEIROS; LEMOS, 2020, p. 150). Portanto, “um discurso se desenvolve num contexto sócio-histórico-ideológico” e está ligado “a uma temporalidade, a um espaço (físico ou virtual), a um grupo social, a uma ideologia e, também, a uma instituição” (MEDEIROS; LEMOS, 2020, p. 150).

Ideologia, neste trabalho, é assumida em uma concepção crítica, dizendo respeito aos modos como discurso e interesses políticos se relacionam e como se dá a reprodução do poder político dominante, a fim de sustentar e estabelecer essas relações de dominação, legitimando a autoridade desse poder dominante e preservando a identidade de determinado grupo social, podendo ou não distorcer aspectos da realidade para cumprir seu objetivo de dominação (Eagleton, 1997; Ricoeur, 2015a, 2015b; Thompson, 2011; Žižek, 1996). No jornalismo, a ideologia significa a manutenção de um sistema de representações que definem o que é jornalismo de verdade e de credibilidade, aliada a uma concepção dominante de poder político e econômico. O jornalismo que se diz factual, imparcial, objetivo, isento, de interesse público e de credibilidade, é, pode-se dizer, aquele que mantém e é mantido pela ideologia. (MEDEIROS; LEMOS, 2020, p. 150).

Para Martins (2018), apesar dessas condições, a mídia – vale lembrar: instituição legitimada pela sociedade com a ambígua finalidade de serviço de informação a serviço da cidadania e de empresa numa lógica de economia liberal (Charaudeau, 2006) – é ainda um instrumento essencial para que haja democracia. Carniello e Santos (2013, p. 337) escrevem que “apesar de o acesso à informação não garantir que o processo de comunicação seja eficaz, é fato que a disponibilização de informação para a sociedade é elemento fundamental em sociedades democráticas”, estas consideradas por Sen (2000) como contexto necessário para o desenvolvimento.

Já Barroso (2015) entende que o funcionamento dos meios de comunicação de massa sob as pautas exclusivas dos seus interesses impede a sociedade o acesso à informação. Impede que fatos importantes sejam levados ao conhecimento público da forma mais verossímil possível, além de inibir a plena compreensão do mundo e assim, conseqüentemente, também a possibilidade de participação popular nas decisões acerca das grandes questões que impactam ou afetam a sociedade.

Essa visão está mais próxima da visão de Lippman, considerado o pai do jornalismo moderno. No capítulo “O mundo exterior e as imagens de nossas mentes”, no clássico quase centenário *Opinião Pública* (publicado originalmente em 1922), Lippman discorre sobre o fato de que os veículos midiáticos são a ponte entre as formas que as pessoas recebem um

conteúdo e os acontecimentos reais. Faz alusão à possibilidade de a mídia abordar com maior enfoque certos assuntos em detrimento de outros que possam ser considerados – política e socialmente, digamos assim – menos relevantes.

Se a imprensa não é universalmente perversa, nem tão profundamente conspiradora (...) ela é muito mais frágil do que a teoria democrática já admitiu. É demasiado frágil para carregar todo o peso da soberania popular, fornecer espontaneamente a verdade que os democratas gostariam que fosse inata (...) nós interpretamos mal a limitada natureza das notícias, a ilimitada complexidade da sociedade, superestimamos nossa própria persistência, espírito público e competência plena (...) se os jornais devem ser encarregados de traduzir toda a vida pública da humanidade, de forma que todo homem adulto alcance a ter uma opinião em todo debate (...) em qualquer futuro que possamos conceber eles continuarão a falhar (...) a imprensa é solicitada a criar uma força mística denominada opinião pública para que a atividade e a produção se desenvolvam em instituições públicas. A imprensa frequentemente fingiu que poderia fazer exatamente isso. (LIPPMANN, 2008, pp. 306-307).

Dando um salto de quase cem anos, Medeiros e Lemos (2020) afirmam que “o jornalismo na contemporaneidade vai além de ser apenas um Quarto Poder, pois a própria compreensão do que é ‘poder’ se tornou mais complexa”.

3. DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGAÇÃO

3.1 Contextualização: Zona Especial Portuária de Pontal do Paraná/PR

O litoral do Paraná passa por um processo de reordenamento territorial de grande escala, implicando impactos ambientais, culturais, econômicos e sociais aos sete municípios que o compõe. O planejamento talvez de maior impacto é o que se volta à industrialização da cidade de Pontal do Paraná por meio da implantação da Zona Especial Portuária (ZEP), que compreende um complexo industrial portuário que prevê a ampliação do cais da Techint Engineering & Construction, a readequação do cais e da obra de dragagem da Tenenge pela Construtora Norberto Odebrecht S.A, a construção de um terminal multifuncional pela Melpport Terminais Marítimos Ltda., a base de soldagem da Subsea7 do Brasil Serviços Ltda. e a construção do Terminal de Contêineres Porto Pontal (TCPP) pela Porto Pontal Paraná Importação e Exportação Ltda. (3P) e de termelétricas (PARANÁ, 2019).

O TCPP trata-se de um projeto de terminal portuário de uso privado misto, com previsão de instalação no bairro Ponta do Poço, estuário da Baía de Paranaguá, no Canal da Galheta. A licença ambiental para instalação do TCPP foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 2015, com a condição da construção de uma nova rodovia que viabilize seu acesso terrestre, desafogando a PR-412 e ligando a PR-407 à zona portuária (BRASIL, 2015).

Para tanto, ganhou força uma proposta de intervenção pública para viabilização da área terrestre para sua instalação (ENGEMIN, 2016a): a construção de uma nova rodovia denominada Faixa de Infraestrutura (FI). Trata-se de um conjunto de obras a serem construídas em paralelo à PR-412, a dois quilômetros de distância no sentido Mata Atlântica, começando na PR-407, próximo à Praia de Leste, indo até a Ponta do Poço, no balneário de Pontal do Sul, onde está localizada a ZEP (SANT'ANA, 2017). Além da construção de uma nova rodovia, o projeto visa também revitalizar a rodovia PR-412, a fim de que se torne uma avenida urbana, com ciclovia em toda sua extensão, estacionamentos nas laterais, calçadas para pedestres, rotatórias e quatro trechos de ligações entre a PR-412 e a nova rodovia (PARANÁ, 2017). São vários os pontos que levantam polêmica sobre esse projeto, entre eles a supressão de milhões de metros quadrados de remanescentes de Mata Atlântica em estágio avançado de conservação, conforme Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental da Faixa (ENGEMIN, 2016a) e do TCPP (AMB, 2018), e o fato de uma obra pública atender a uma demanda privada. Tal polêmica movimentou os telejornais da RPC desde 2014.

3.2 Corpus da pesquisa

A escolha por notícias televisivas para realização dessa pesquisa de caráter qualitativo se deu pela abrangência de tal mídia. A televisão se destaca como veículo de comunicação mais acessível à população brasileira. “Alcançando a totalidade dos 5.565 municípios e atingindo 95,1% dos domicílios, a televisão constitui o principal elo entre os cidadãos e o mundo, tendo um impacto incomensurável sobre a sociedade brasileira” (MARQUES DE MELO, 2012). No Estado do Paraná, a RPC é um dos veículos de maior audiência, segundo dados da Kantar Ibope Media (2020).

A busca pelas combinações dos termos “Faixa de Infraestrutura”, “Pontal do Paraná”, “Pontal”, “porto” e “Zona Especial Portuária”, realizada em junho de 2020 e atualizada no fim de dezembro de 2020, resultou aproximadamente 260 reportagens nos telejornais da emissora. Destas, foram excluídas as reportagens repetidas nos resultados das buscas pelas diferentes combinações dos termos citados e as que não se relacionavam diretamente com o assunto. Foram consideradas apenas as reportagens transmitidas em Curitiba e região, excluindo-se as reportagens transmitidas em outras regiões do Estado.

Tal trabalho resultou 45 matérias televisivas, que foram transcritas em software de edição de texto. O corpus da análise soma aproximadamente 2h30 de telenotícias transcritas, transmitidas entre três telejornais da emissora (Bom dia Paraná, Meio Dia Paraná e Boa Noite Paraná), num espaço de tempo de aproximadamente seis anos. As transcrições totalizam 95 laudas.

3.3 Categorias de análise

Para esta pesquisa de base documental, a escolha pelo método da Análise de Conteúdo se deu pelo fato deste possibilitar análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos do tema em foco nos telejornais selecionados. Este método compreendeu coleta de dados (clipping) e análise com base em dimensões pré-estabelecidas, levando-se em conta a abordagem da questão portuária e suas implicações na sociedade.

Tem-se a contribuição do economista Ignacy Sachs (2009) para a análise do conteúdo das reportagens clipadas e transcritas, por meio da combinação de oito dimensões que o autor propõe como reflexão de qualidade de desenvolvimento, a partir de elementos envolvidos e afetados pelas interações existentes em um contexto de desenvolvimento territorial ou regional. Ele considera que o alcance da plenitude do chamado “desenvolvimento sustentável” se dá pela consecução dessas dimensões. São elas:

1. **social**, cuja meta é uma sociedade com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres, garantindo uma homogeneidade social, e a instituição da igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;

2. **cultural**, que envolve equilíbrio entre inovações e respeito às tradições, com base em projetos autônomos e endógenos;

3. **ecológico**, que sugere a preservação do potencial do capital natureza na produção de recursos renováveis e a limitação do uso dos recursos não-renováveis;

4. **ambiental**, que sugere o respeito ao limite da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

5. **territorial** ou **espacial**, que defende a melhoria do ambiente urbano, uma configuração rural-urbana mais equilibrada (investimentos públicos balanceados), a superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento seguras para áreas ecologicamente frágeis;

6. **econômico**, avaliado em termos macrossociais e não apenas por critérios de rentabilidade empresarial de caráter microeconômico. Esta questão envolve segurança alimentar, equilíbrio no desenvolvimento econômico intersetorial, autonomia na pesquisa científica, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, gerenciamento mais eficiente de recursos, fluxo constante de investimentos públicos e privados (permitindo superar externalidades negativas) e inserção soberana na economia internacional.

7. **político nacional**, focada na parceria do Estado com empreendedores, na democracia em termos de apropriação universal dos direitos humanos e em um nível razoável de coesão social; e, por fim,

8. **político internacional**, cujo foco é a garantia da paz e a promoção da cooperação internacional. Também analisa o controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, as ações de prevenção contra mudanças globais negativas, ações de proteção da diversidade biológica e cultural e a gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade (SACHS, 2009, p. 85-88).

Alguns dos critérios que qualificam tais dimensões, apesar da relevância da proposta, não me parecem tão claros. O critério que trata da distribuição de renda justa, por exemplo, que integra a dimensão social, poderia contemplar também a dimensão econômica. O critério da segurança alimentar, na dimensão econômica, poderia compor as dimensões social e política. O critério que compõe a dimensão ambiental, a meu ver, é intrínseco ao critério de preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis, que contempla a dimensão ecológica. As possíveis compreensões desses critérios, decorrentes de interpretações e aplicabilidades diversas, fazem de tais dimensões, a meu ver, não um quadro de definição entre “certo e errado”, mas um guia de análise, uma proposta dentre outras que poderiam servir como base a essa pesquisa.

Na análise e categorização por dimensão, segui a proposta de Sachs, porém, com exceção das dimensões ambiental/ecológica e política nacional/internacional. Grande parte das unidades semânticas categorizadas na dimensão ambiental, foram também inicialmente categorizadas na dimensão ecológica. Assim, para evitar repetição e facilitar a visualização, optei por integrar a dimensão ecológica à ambiental. Em relação às duas dimensões políticas, considerei os critérios nacionais e internacionais numa única dimensão, principalmente pelo quesito proteção da diversidade biológica e cultural, a meu ver, responsabilidade tanto federal quanto global.

Em algumas falas, há o uso da palavra desenvolvimento sem referência ou especificação de que tipo de desenvolvimento. Em se tratando de substantivo abstrato e de relevância para o resultado dessa pesquisa, optamos por acrescentar uma categoria ao conjunto de dimensões utilizado como referencial na categorização das falas/unidades semânticas que compõem o *corpus* desse trabalho: a categoria *genérica*. Tal categoria também abrange outras palavras e expressões, como os verbos beneficiar e impactar que, sozinhos, sem referências ou especificações, não explicitam a categoria do benefício ou do impacto.

Algumas falas têm a informação como objeto, geralmente em referência à importância da informação na formação da opinião pública. Esses casos foram categorizados também com uma nova categoria, não contemplada por Sachs: a *informativa*.

3.4 Preparo e processamento

O material original, as 45 matérias televisivas transcritas em blocos, foi desmembrado em unidades semânticas menores. Esses trechos, dispostos em linhas separadas, foram tabulados em planilha eletrônica (optamos pelo uso do Planilhas Google pela facilidade de compartilhamento e edição coletiva do arquivo) conforme data de exibição e agente da fala (as falas terceirizadas, isto é, aquelas onde a RPC reproduz falas de outros agentes, foram renomeadas, assumindo seu emissor de origem), com o cuidado de se preservar o contexto de produção dos documentos. Segundo Silva e Silva (2016, p. 134), é o contexto que deve dar as referências para a interpretação dos dados e permitir a confrontação dos resultados.

A cada trecho de fala foi atribuída a classificação “descritivo” ou “qualitativo”. Por “descritivo” entenda-se informações sobre a matéria (nome do telejornal que a transmitiu, link de acesso, data e tempo de duração da matéria, e ainda os títulos e subtítulos das mesmas, que constam do portal pesquisado, mas que não foram ao ar na exibição primeira, na televisão), bem como informações que simplesmente descrevem o(s) objeto(s) de pauta, sem apresentar qualquer avaliação, opinião ou juízo de valor.

Na etapa seguinte do trabalho, as falas/trechos das notícias foram classificadas conforme a relação estabelecida com dimensões propostas por Sachs (ambiental, cultural, econômica, política, social e territorial) e com as duas outras dimensões acrescentadas ao conjunto de categorias de análise: *genérica* e *informativa* (ver figura 1).

FIGURA 1 - FALAS CATEGORIZADAS

| texto original | data exibição | agente da fala | agente da fala na origem | classific. do conteúdo | fala | Categorias Sachs |
|---|---------------|---------------------|--------------------------|------------------------|---|--------------------------|
| Boa Noite Paraná – Curitiba | 20/out./2014 | RPC | RPC | descritivo | z | x |
| https://globoplay.globo.com/v/3709232/ | 20/out./2014 | RPC | RPC | descritivo | z | x |
| Porto de PontaL_do_Paraná deve começar a operar em 2017 | 20/out./2014 | RPC | RPC | descritivo | z | x |
| Comerciantes esperam que porto movimente a economia da cidade | 20/out./2014 | RPC | RPC | descritivo | z | x |
| (1'46" min) Exibição em 20 Out 2014 | 20/out./2014 | RPC | RPC | descritivo | z | x |
| Falta pouco para que o porto de PontaL_do_Paraná saia do papel! | 20/out./2014 | RPC | RPC | QUALITATIVO | Falta pouco para que o porto de PontaL_do_Paraná saia do papel! | econômica |
| As obras devem começar no ano que vem | 20/out./2014 | RPC | RPC | descritivo | z | x |
| e depois de pronto o novo porto deve trazer benefícios para a economia do Estado. | 20/out./2014 | RPC | RPC | QUALITATIVO | depois de pronto o novo porto deve trazer benefícios para a economia do Estado. | econômica |
| O terreno escolhido para a construção do porto tem mais de 600 mil m ² . O custo total da obra está estimado em 1 bilhão e 100 milhões de reais. | 20/out./2014 | RPC | RPC | descritivo | z | x |
| Está nos faltando a licença de instalação do Ibama. E pra isso nós precisamos da referência ambiental da nova estrada | 20/out./2014 | Porto_PontaL_Paraná | Porto_PontaL_Paraná | descritivo | z | x |
| que vai ser construída ligando aqui, o porto, a PR_407. | 20/out./2014 | Porto_PontaL_Paraná | Porto_PontaL_Paraná | QUALITATIVO | nova estrada vai ser construída ligando aqui, o porto, a PR_407. | territorial econômica |
| O projeto também prevê a duplicação da PR_407. | 20/out./2014 | RPC | RPC | QUALITATIVO | O projeto também prevê a duplicação da PR_407. | territorial |
| O calis do porto teria 1 quilômetro de extensão, maior que o de Paranaguá, que tem 879 metros. | 20/out./2014 | RPC | RPC | QUALITATIVO | O calis do porto teria 1 quilômetro de extensão, maior que o de Paranaguá, que tem 879 metros. | econômica |
| O novo terminal faria a capacidade portuária do Estado passar de 45 milhões para mais de 70 milhões de toneladas. | 20/out./2014 | RPC | RPC | QUALITATIVO | O novo terminal faria a capacidade portuária do Estado passar de 45_milhões para mais de 70_milhões de toneladas. | econômica |
| De acordo com o projeto, uma das principais vantagens do novo porto é posicionamento. Hoje os navios levam em média 2 horas para percorrer o trecho entre o mar aberto e o porto de Paranaguá. Aqui esse tempo seria reduzido para meia hora. | 20/out./2014 | RPC | RPC | QUALITATIVO | De acordo com o projeto, uma das principais vantagens do novo porto é posicionamento. Hoje os navios levam em média 2 horas para percorrer o trecho entre o mar aberto e o porto de Paranaguá. Aqui esse tempo seria reduzido para meia hora. | econômica |
| Só aí os navios teriam uma economia de tempo fantástica | 20/out./2014 | Porto_PontaL_Paraná | Porto_PontaL_Paraná | QUALITATIVO | Só aí os navios teriam uma economia de tempo fantástica e | econômica |
| e economia de custos. | 20/out./2014 | Porto_PontaL_Paraná | Porto_PontaL_Paraná | QUALITATIVO | [Só aí os navios teriam uma] economia de custos. | econômica |

FONTE: A autora (2020).

3.5 Apresentação dos resultados prévios

Uma “leitura flutuante” (BARDIN, 2016), inicial, ajudou a detectar padrões na cobertura da temática portuária em contexto sócio, cultural, territorial, econômico e político-ambiental. O trabalho de buscar clipar as notícias sobre a ZEP e os empreendimentos adjacentes, tais como a FI, a fim de analisar a abordagem de desenvolvimento para o litoral paranaense nos noticiários da RPC durante o processo de discussão da ZEP em Pontal do Paraná (PR) entre os anos de 2014 e 2020, não retornou reportagens sobre a ZEP propriamente dita. Para Bachrach e Baratz (2011), o poder é exercido tanto sobre os atores nos processos decisórios como na exclusão de certos atores e temas na discussão e formulação de agendas. “Um dos aspectos mais importantes do poder não repousa em permanecer em uma discussão ou conflito, mas em predeterminar a agenda da discussão ou conflito” (SCHATTSCHEIDER, 1960, apud HOROCHOVSI; SIRINO, 2016, p. 256).

As notícias abordam majoritariamente o projeto da Faixa de Infraestrutura e apresentam no decorrer dos anos uma mudança de abordagem. A primeira reportagem sobre o assunto, exibida no Boa Noite Paraná em 20 de outubro de 2014, foi introduzida pelo jornalista com uma exclamação de entusiasmo, fazendo supor uma boa notícia. “Falta pouco para que o porto de Pontal do Paraná saia do papel! As obras devem começar no ano que vem e depois de pronto o novo porto deve trazer benefícios para a economia do Estado”.

Nesta mesma reportagem, o empresário diretor da 3P, João Carlos Ribeiro, afirma que a construção do novo porto dependia da Licença de Instalação, que ainda não havia sido emitida pelo Ibama por uma condicional: a construção de uma nova estrada, a qual, segundo Ribeiro, em entrevista cedida à esta reportagem, “vai ser construída ligando aqui, o porto, à PR-407”.

Outro entrevistado, presidente da Associação Comercial do município, associa a construção de um novo porto à uma mudança completa da realidade local, incluindo serviços básicos como educação e saúde. “Nós hoje temos dificuldade com atendimento médico, dificuldades com atendimento de ensino, nós temos muitas dificuldades, então esses recursos farão com que nós possamos mudar completamente a nossa realidade”, diz. Porém, não explica de que forma e em que sentido se daria essa mudança de realidade.

Em janeiro de 2017, a tendência ao entusiasmo pela obra ainda se mantém no discurso da RPC. Foram entrevistados quatro moradores de opinião favorável à construção da nova estrada (até então não batizada de FI). A jornalista encerra a reportagem afirmando que “a opinião da população é decisiva e as obras poderão começar este ano”.

Em maio do mesmo ano, o projeto da nova estrada, então já chamado de FI, volta ao noticiário por ocasião da segunda audiência pública para tratar do tema. A abordagem a respeito desse projeto continuava afirmando se tratar de uma estrada para dar acesso a um

porto privado. Na chamada da matéria, o jornalista diz “A população de Pontal do Paraná está discutindo hoje a proposta do governo do Estado de construir uma nova estrada que vai dar acesso a um porto privado que ainda vai ser feito em Pontal. É a chamada Faixa de Infraestrutura”.

O técnico Glauco Lobo, responsável pelo projeto no Departamento de Estradas de Rodagem (DER), disse querer beneficiar toda a população com o projeto. Além de citar o “desafogamento” da PR-412 e a redução de acidentes, fala em promoção do turismo na região e também em desenvolvimento. “Para o desenvolvimento vir trazer emprego, nós temos a implantação de alguns empreendimentos privados, porém não é a finalidade do nosso empreendimento, da nossa rodovia. A nossa ideia é sempre beneficiar a população”, afirma. A ideia de desenvolvimento citada pelo técnico entrevistado associa-se, conforme proposta de Sachs, às dimensões social (que engloba oferta de emprego para qualidade de vida decente) e econômica (que envolve investimentos, tanto públicos quanto privados).

A questão dos impactos ambientais surge no decorrer dessa notícia. “Para os ambientalistas, faltam informações sobre as consequências da obra para o meio ambiente”, explica a jornalista. “Comunidades tradicionais”, “potencial poluidor”, “Mata Atlântica” e “mitigações” são termos que aparecem nesta reportagem.

No dia seguinte à audiência pública, a abordagem do tema sofre uma mudança. Na frase de chamada da notícia, “Governo do Paraná quer construir uma estrada para dar acesso a um porto privado no litoral”, o destaque é para a palavra “privado”. Tal ênfase se mantém em reportagens seguintes. Ainda, diferentemente da reportagem anterior, essa matéria, de forma mais imparcial, traz opiniões diversas, provenientes inclusive de representante de comunidade indígena. A jornalista explica a função e importância de uma audiência pública e pergunta “como uma obra tão grande como essa pode afetar a população nos aspectos sociais e econômicos”. Mais uma vez, a questão do desenvolvimento levantada pela citação dessas duas dimensões.

O “embate entre ambientalistas e comerciantes de Pontal do Paraná por causa da Faixa de Infraestrutura” surge no noticiário, nestas palavras, em março de 2018, por ocasião de um protesto de moradores a favor da obra. “A estrada não é sinônimo de desenvolvimento. A estrada é sinônimo de destruição”, afirma um ambientalista. Do outro lado, o comerciante diz que “a estrada é uma necessidade pra cidade. Qualquer um que tenha vindo pra praia nos últimos anos é testemunha disso”, referindo-se ao trânsito congestionado de feriados e alta temporada. “No centro da polêmica, uma enorme área verde de Mata Atlântica, uma das poucas preservadas no Brasil”, diz a jornalista. O ambientalista explica que tal estrada de mão simples não representa desenvolvimento. Para ele, desenvolvimento seria “a reurbanização dessa faixa toda de Pontal. Aí, sim, oferecendo alternativas ao congestionamento, aí sim oferecendo alternativas ao turismo”.

A partir daí, as notícias passam a abordar a polêmica pela ótica do desmatamento de área preservada do bioma Mata Atlântica. “O traçado previsto para a estrada deve abrir uma clareira equivalente a 362 campos de futebol”. A relação entre investimento público beneficiando empreendimento privado, outra chave dessa polêmica, é abordada com maior frequência a partir de abril de 2018. “Não sou falso de dizer que eu tenho um projeto de envergadura, do maior interesse do Estado, que é realmente [trecho de fala incompreensível] construísse essa estrada porque o terminal precisaria efetivamente da estrada”, revela o empresário que pretende construir o porto.

O porto privado de Pontal está no centro das discussões que envolvem a construção da estrada. Para promotores e ambientalistas, o governo vai desmatar e usar dinheiro público para beneficiar um negócio privado. Já governo, moradores e comerciantes de Pontal, dizem que a estrada vai levar desenvolvimento e facilitar o acesso aos balneários. [trecho da reportagem “Governo começa desapropriação de áreas para a construção da Faixa de Infraestrutura”, exibida no Bom Dia Paraná em 10 de abril de 2018, na voz da jornalista Carolina Wolf].

A questão dos impactos da instalação do complexo industrial portuário em Pontal do Paraná é trazida ao noticiário de forma superficial, sem detalhamento. A reportagem de 26 de abril de 2018 apenas cita que o assunto foi discutido em aula pública na Universidade Federal do Paraná e traz opiniões de moradores, comerciantes e de “ambientalistas e setores produtivos de Pontal do Paraná”, como diz a jornalista, tanto favoráveis quanto contrárias à construção da FI. Ao fim da matéria, a jornalista sinaliza uma preocupação das entidades de preservação presentes no evento. “Para estas entidades, a construção da estrada trará impacto irreversível na região, afetando a natureza e o crescimento da população de Pontal do Paraná”, conclui.

No mesmo dia, em outro telejornal da emissora, o Meio Dia Paraná, a jornalista levanta a questão do impacto turístico da obra. “O porto fica a 4 km da Ilha do Mel, um dos principais destinos turísticos do país, e o risco para a Ilha foi um dos pontos apresentados numa reunião ontem à noite em Curitiba”, conta Ana Zimmerman.

O conceito de desenvolvimento aparece ainda nessa mesma reportagem, na fala de uma moradora da Ilha do Mel. “Num primeiro momento, é aquela ilusão de que um empreendimento desse porte pode trazer a solução de desenvolvimento para a região, mas na verdade a gente precisa buscar alternativas”, diz Suze Albino. A reportagem termina com uma nota do governo estadual afirmando que o projeto “abre perspectivas de desenvolvimentos socioeconômicos para a cidade e para o litoral”.

Em outras reportagens, ocorre o uso do conceito também de forma superficial, muitas vezes sem deixar claro acerca de qual tipo de desenvolvimento se refere. “Moradores e comerciantes acreditam que a estrada vai desenvolver a região”; “empresários de Pontal são a favor em nome do desenvolvimento da região”; “moradores de Pontal afirmam que o projeto

de 270 milhões de reais vai trazer desenvolvimento ao litoral”; “um orçamento viável dentro de uma proposta de desenvolvimento”; “o Secretário do Meio Ambiente disse que o Estado busca desenvolvimento com preservação ambiental”; “a disputa está em qual caminho seguir, tanto na geografia quanto na proposta de desenvolvimento para o litoral”; “é muito possível crescer, se desenvolver, gerar emprego, renda, melhorar a vida das pessoas e cuidar do meio ambiente, recuperar o meio ambiente”; “o governo do Estado disse que vai preservar a biodiversidade ali da região, que o projeto leva desenvolvimento para o litoral”; “nós queremos atender o litoral, que faz parte do projeto de desenvolvimento do litoral, que vem a orla de Matinhos, que vem a ponte de Guaratuba [...]”; “promover o turismo na região de Pontal do Paraná e também o desenvolvimento”.

Acerca dos pedidos de análise da promotoria pública, são listadas, em reportagem exibida no Boa Noite Paraná em 02 de maio de 2018, as questões de impactos para a vegetação, para a fauna da região, para a atividade pesqueira, riscos do aumento populacional e preservação da Ilha do Mel. Em novembro do mesmo ano, o Boa Noite Paraná apresenta, na matéria intitulada “Justiça Federal manda suspender licença ambiental da Faixa de Infraestrutura”, a preocupação de um desembargador acerca do potencial da obra “para gerar impactos ambientais de várias ordens sobre uma vasta área do litoral paranaense e para afetar várias comunidades e ecossistemas, em especial a Mata Atlântica”.

Discursos vazios de significação ocorrem em entrevistas, a exemplo de uma das falas do Secretário do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná: “nós criamos aqui hoje um novo conceito de construir uma estrada, não uma faixa de infraestrutura, mas uma estrada, da grande, que possa representar a grande reserva da Mata Atlântica”. Como uma estrada pode representar um bioma? “Pouco impacto na natureza, pouco desmatamento e melhorar a vida das pessoas e melhorar a infraestrutura do litoral”, diz o Secretário em outra fala. Qual a referência métrica de “pouco”? Qual a referência para uma vida “melhor”?

Do outro lado, o dos ambientalistas, também se detecta essa superficialidade no discurso em algumas falas. O representante de uma entidade de conservação, André Petick Dias, do Observatório de Justiça e Conservação, diz que o projeto alternativo tem “um orçamento viável dentro de uma proposta de desenvolvimento e que traz um ganho a longo prazo com investimento menor nesse momento”. Qual seria esse ganho, em relação a quê? E, mais uma vez, o conceito de desenvolvimento ocorre sem especificação, de forma genérica. Desenvolvimento é uma palavra de grande amplitude de possibilidades de interpretação e intenção, a depender do contexto em que se aplica, das circunstâncias, dos critérios de análise. Tais falas não são exploradas pelos jornalistas dos telejornais analisados, prejudicando a recepção da mensagem.

Além da superficialidade, informações ambíguas ou dúbias. Em uma fala, é informado que a estrada servirá para acesso a um novo porto privado, para a qual será desviada o transporte pesado de caminhões. Em outra fala, a estrada vai atender a população em geral e facilitar o acesso a Pontal do Paraná, dando a entender que o foco é no turismo.

A questão do valor da obra também é algo que merece atenção, pelo risco de se tornar uma informação também vazia, desprovida de significação. Em uma matéria, falam em R\$ 369 milhões. Em outra, R\$ 270 milhões. Para o projeto alternativo, R\$ 127 milhões. Números apresentados ao receptor sem qualquer comparação. Um montante tal que pode não fornecer peso crítico ao telespectador, pela falta de referência. Já em relação ao desmatamento, há a referência da medida de hectares em campos de futebol, informação que facilita um pouco o entendimento.

As notícias mais recentes, em especial as de julho e outubro de 2020, focam em questões políticas, principalmente no suposto esquema criminoso para obtenção da licença ambiental para instalação do novo porto em Pontal do Paraná, investigado pela Polícia Federal.

Para fins de enquadramento, classifiquei as unidades semânticas como positiva, negativa ou neutra, de acordo com o conteúdo e com o enfoque adotado. De um total de 1.094 linhas/trechos, foram desconsideradas 555 por serem classificadas como descritivas. Das qualitativas, 224 foram classificadas como falas positivas ou favoráveis ao projeto da FI/ZEP, 262 como negativas ou contrárias ao projeto e 53 qualificadas como neutras. De início, é possível constatar que a quantidade de notícias veiculadas com abordagem negativa é ligeiramente superior ao somatório das classificadas como positivas e com uma diferença considerável para as falas consideradas neutras.

De forma mais aprofundada, realizei uma segunda análise a partir da categorização das unidades semânticas com base nas dimensões pré-estabelecidas (*ver quadro 1*). Chama a atenção o empate na frequência das dimensões *ambiental* e *econômica*, pondo por terra, numa primeira interpretação, a hipótese que motivou essa investigação. As dimensões *política* e *territorial* no topo do ranking de frequência trazem para a análise as questões de balanço nos investimentos públicos, estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras, direitos humanos, democracia, coesão social e proteção da diversidade biológica e cultural global. Vale destacar que algumas unidades semânticas foram enquadradas em mais de uma dimensão. Como se vê, de acordo com os critérios de Sachs, estas duas dimensões entrelaçam-se com a dimensão ambiental.

QUADRO 1 – FREQUÊNCIA DAS DIMENSÕES PRESENTES NAS NOTÍCIAS

| DIMENSÕES DE DESENVOLVIMENTO | FREQUÊNCIA DE ABORDAGEM |
|------------------------------|-------------------------|
| política | 231 |
| territorial | 192 |
| ambiental | 143 |
| econômica | 143 |
| social | 52 |
| genérica | 51 |
| cultural | 34 |
| informativa | 16 |

FONTE: A autora (2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento como o que vivemos hoje, em plena pandemia, caos social causado por interesses de um desgoverno, nação politicamente polarizada, economia global em crise, desigualdade social crescente, violências das mais diversas naturezas, faz-se necessário que o jornalismo se reinvente. Notícias fragmentadas, fatos e acontecimentos complexos tratados de forma superficial, não cumprem o papel do jornalismo enquanto comunicação de massa. No *corpus* analisado nesta pesquisa, as informações se repetem, há pouca investigação e são priorizadas as fontes de maior prestígio social e político – digamos assim –, tais como fontes oficiais do governo. Os atores locais têm pouco espaço, sendo tratados mais como expectadores do que como parte do processo. O enquadramento discursivo se dá, principalmente, no conflito entre “governo e empresários” *versus* “ambientalistas”, de forma bastante genérica e espetacularizada.

A hipótese de que a agenda de uma grande emissora segue um fluxo de mercado globalizante alheio à preocupação de conservar vínculos entre cidadãos de uma comunidade ou de valorizar o sentimento de pertencimento a uma cultura foi, numa primeira etapa de interpretação e análise, negada. Contudo, apesar de quantitativamente os resultados refutarem tal hipótese, é possível afirmar, numa análise qualitativa, a ausência semântica do que Martín-Barbero chama de lugar de mediação. As notícias não trazem elementos que caracterizam cultural e socialmente a região, elementos que constroem – ou que podem construir – o sentido de pertencimento à comunidade (ou melhor, às comunidades que compõe o lugar). Essa limitação gera, segundo Mazzarino (2015), uma superficialidade na abordagem do tema. Restringe a emissora apenas ao papel de canal de informação, não contribuindo na observação social crítica, na efetiva formação de opinião pública perante a complexidade do tema.

A ausência de elementos que representem um ponto no trajeto emissão-recepção da mensagem, o tal lugar de mediação, corrobora com a discussão sobre a necessidade de uma “objetividade engajada”, em oposição a uma neutralidade estéril. A expressão trata da ideia

de que “devemos ter uma distância crítica em relação à realidade, mas, ao mesmo tempo, não podemos nos isolar totalmente das consequências e da natureza do nosso saber, porque ele está contextualizado culturalmente; todo saber é local, todos os sistemas de saber são locais” (SANTOS, 2007, p. 57). Esse engajamento da imprensa pode permitir uma ação interpretativa mais ampla por parte do leitor/telespectador.

Na briga por espaço, em concorrência direta com falsas notícias espalhadas nos berços familiares dos grupos de whatsapp, parece que a imprensa tradicional, o “Quarto Poder”, a instituição que reivindica o papel de intérprete privilegiado da realidade, tem levado a melhor. Em artigo recente sobre reflexões da pandemia, Almeida (2020, p.8) afirma que “não só a ciência está em alta, como também as mídias tradicionais. Neste momento em que o estado de informação pode significar viver, adoecer ou morrer, recorre-se à boa e velha imprensa, que registra picos de audiência”. Confirmando que os jornais ganharam mais espaço nesse último ano, Almeida (2020, p. 8) traz dados da Kantar4³ mostrando que das 20 maiores audiências da TV brasileira dos últimos cinco anos, 11 aconteceram em março de 2020, e afirmando que a televisão é considerada “a fonte mais confiável de informações sobre o novo coronavírus para 79% dos brasileiros. De toda a programação, o gênero jornalístico cresceu 26% na semana de 16 a 20 de março em comparação com o intervalo correspondente na primeira semana do mês”.

Esse resgate ou fortalecimento da credibilidade nos telejornais pode ser a brecha para mais reflexões e para a possível reinvenção do fazer jornalístico. Penso numa comunicação não “para alguém ou uma sociedade”, mas “com”, num diálogo entre saberes diversos, apostando mais no jornalismo interpretativo e investigativo, num enquadramento ecossistêmico. Mazzarino (2015, p. 179) também fala dessa reinvenção como necessária. Defende a inclusão do critério de noticiabilidade “interesse cidadão-comunitário”, que pressupõe mudanças nos processos produtivos (por exemplo, na seleção das pautas, na variedade e não repetição de fontes e na inclusão de pautas frias) e “mais espaço para as outras duas naturezas do jornalismo, hoje colocadas à margem: a formativa-pedagógica-interpretativa e a político-investigativa”.

A investigação continua dentro do projeto do programa de mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Os próximos passos são o aprofundamento da análise apresentada nesse artigo e o complemento com a análise das redes semânticas, com a geração de grafos para facilitar a visualização inclusive dos espaços dados a cada agente de fala nas notícias clipadas.

³ Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/brasil-e-o-segundo-pais-mais-preocupado-com-apandemia-de-covid-19/>.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. **Um outro “Quarto Poder”**: a imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo*, v. 4, p. 23-57. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.
- ALMEIDA, Carla. **‘Make science great again’? O impacto da Covid-19 na percepção pública da ciência**. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Reflexões na Pandemia (Seção excepcional)*, p. 1-24. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.
- AMB Planejamento Ambiental Biotecnologia Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA do Terminal Portuário localizado no município de Pontal do Paraná, PR**. Paraná, 2008.
- BACHRACH; Peter; BARATZ, Morton S. **Dois faces do poder**. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 149-157. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, out. 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Laan Mendes de. **O campo da Comunicação e os estudos de recepção**. *Revista Comunicação Midiática*, v.6, n.1, jan./abr. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011.
- BARROSO, Ricardo Cavalcante. **Regulação da mídia, opressão e democracia**. *Revista de Informação Legislativa (RIL)*, a. 52, n. 208, p. 101-114. Brasília: Senado Federal, out./dez. 2015.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Licença de Instalação Nº 1059/2015**. Brasília: Ibama, 2015.
- CARNIELLO, Monica Franchi; SANTOS, Moacir José dos. **Comunicação e desenvolvimento regional**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 2, p. 325-345, mai-ago/2013. Taubaté, SP: Universidade de Taubaté, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ENGEMIN ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental Faixa de Infraestrutura de Pontal do Paraná**. Pinhais (PR), out. 2016a.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; SIRINO, Nárika Paola. Sentidos e usos do empoderamento na pesquisa social. In: PERISSINOTTO, R. M.; LACERDA, G. B.; SWAKO, J. (Orgs.) **Curso livre de teoria política: normatividade e empiria**. Curitiba: Appris, 2016, p. 249-271.
- KANTAR IBOPE MEDIA. **Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 27/07 a 02/08/2020**. Disponível em <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-27-07-a-02-08-2020/>. Acesso em 07 ago. 2020.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MARQUES DE MELO, José. **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil 2011/2012 – Indicadores**. In: Ipea: Brasília, 2012, p. 29-37.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Análise de discurso da mídia. In: BATISTA JÚNIOR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (orgs). **Análise de discurso crítica**: para linguistas e não linguistas (p. 158-183). São Paulo: Parábola, 2018.

MAZZARINO, Jane Marcia. **Das matrizes contraditórias do jornalismo ambiental a um novo critério de noticiabilidade**: o interesse cidadão comunitário. Revista Comunicação Midiática, v.10, n.3, p. 167-184. Bauru, SP: Universidade Estadual Paulista, set./dez. 2015.

MEDEIROS, Lucas Oliveira de; LEMOS, Daniel D. **A ideologia do apartidarismo no ethos institucional do Congresso em Foco a partir de seu discurso autorreferencial**. Revista Index Comunicación, nº 10, v. 2, p 143-168. Madrid, Espanha: Universidade Rey Juan Carlos, 2020.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massa no século XX - O espírito do tempo**. Vol. 1. Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

PARANÁ; CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral**. Produto 12: Relatório de Plano de Ação Final (R.P.A.F.) - Anexos. Disponível em: <http://pdslitoral.com/wp-content/uploads/2019/11/Produto-12-Parte-4-Anexos.pdf>. Governo do Estado do Paraná, 2019. Acesso em 06 ago. 2020.

PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. **Audiência pública vai debater investimentos na infraestrutura de Pontal do Paraná**. Curitiba, 04 jan. 2017. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/2017/01/1087/Audiencia-publica-vai-debater-investimentos-na-infraestrutura-de-Pontal-do-Parana.html>. Governo do Estado do Paraná, 2017. Acesso em 28 maio 2020.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANT'ANA, Jéssica. Entenda o projeto que promete mudar a cara de Pontal do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/entenda-o-projeto-que-promete-mudar-a-cara-de-pontal-do-parana-a8gyoiswq1nb9e8drypitqrkc/>. Acesso em: 28 maio 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010

SILVA, E. A.; SILVA, J. M.; **Ofício, engenho e arte**: inspiração e técnica na análise de dados qualitativos. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 7. n. 1, p. 132-154. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MIDIÁTICAS: A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE O GARIMPO DE SERRA PELADA

Simone Oliveira Vieira Peres (IFPA)¹

Débora Aquino Nunes (IFPA)²

RESUMO

O trabalho analisa as representações sociais e midiáticas que contribuem na construção do imaginário sobre o garimpo de Serra Pelada, discutindo as relações de poder e a atuação das identidades em seus aspectos materiais e simbólicos. Lança também um olhar sobre o imaginário de lugares emblemáticos como a “Amazônia” e “Eldorado”, observando o percurso histórico e as constantes reformulações de suas representações. Entre 1982 e 1986, Serra Pelada atraiu mais de 100 mil pessoas em busca de ouro. Rotulada como “Formigueiro humano”, repercutiu na imprensa nacional e internacional pela exploração mineral e pelas condições precárias do trabalho manual. Considerado o maior garimpo do mundo, apesar de compor significativamente a história da região pela dimensão dos impactos ambientais, econômicos, socioculturais, trata-se de um fenômeno esquecido pelo Estado, mídia e meio acadêmico. Tendo em vista o contexto da Ditadura Militar, o auge do garimpo, é marcado por um caráter de obscuridade devido à censura da imprensa. Ainda é alvo de disputas judiciais pelo direito à exploração (garimpeiros/empresas) e há especulações de que a maior parte do ouro está submersa, criando uma relação simbólica com a mítica “Eldorado”. A pesquisa se baseou nos discursos e imagens presentes em trabalhos acadêmicos, livros, fotografias, documentos técnicos, séries, filmes, documentários, notícias, etc. Compreendemos, assim, que o imaginário sobre Serra Pelada constrói-se a partir das representações sociais e midiáticas, potencializado pela memória cultural, marcado por uma ambivalência de sentidos positivos e negativos; por aspectos simbólicos e materiais, atrelados às relações de poder e reelaborações.

Palavras-chave: representações, imaginário, garimpo, Serra Pelada e Amazônia.

¹ Estudante de pós-graduação em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), campus Parauapebas. Mestra em Estudos de Cultura Contemporânea. (UFMT). Graduada em Letras - Língua Portuguesa/Espanhola (UNEMAT). Email: simonetgamt@hotmail.com

² Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Pará e mestra em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)- UFPA. É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), campus Parauapebas. Email: debora.aquino@ifpa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A expansão dos meios de acesso à informação e ao conhecimento na contemporaneidade estabeleceram novas dinâmicas sociais e perspectivas de análise sobre as relações de construção e de atuação do imaginário, das representações sociais e dos elementos identitários. Assim, a exacerbação no consumo de imagens/textos e a velocidade com que as informações são produzidas e compartilhadas nos permitem discutir sob quais critérios e para quais fins surgem tais demandas, uma vez que os discursos são construídos socialmente e intencionalmente (BAKHTIN, 2006).

Partindo desse contexto, pretendemos analisar como as representações sociais e midiáticas contribuem na construção do imaginário acerca do garimpo de “Serra Pelada”, através das imagens e discursos produzidos. Desdobrando essa perspectiva, lançaremos um olhar sobre as representações simbólicas da Amazônia e de “Eldorado”, a cidade prometida, observando como esses espaços emblemáticos povoam o imaginário social.

A mineração representa uma das atividades econômicas de maior importância no estado do Pará. Discutir o contexto histórico que permeia as relações sociais e culturais em relação à exploração mineral nesta região de Carajás torna-se relevante para compreendermos as transformações sociais e o espaço que nos cerca.

Serra Pelada ficou conhecida como o maior garimpo do Brasil, localizado em Curionópolis, na década de 80, atraiu mais de 100 mil pessoas em busca de ouro. Repercutiu na imprensa nacional e internacional não só pela exploração do minério, mas também pelas condições precárias do trabalho braçal, vindo a ser rotulada como “Formigueiro humano”, devido às fotografias de Sebastião Salgado. Apesar de compor a história da região de forma significativa, dado aos impactos ambientais, econômicos e socioculturais, trata-se de um fenômeno cada vez mais esquecido pelo Estado, no meio acadêmico, nos currículos escolares e na mídia. Em 2013, voltou à cena nacional, com o lançamento do filme e de uma série intitulados “Serra Pelada” e se fez presente em algumas notícias sobre o direito de extração e de indenização que os antigos garimpeiros até hoje reivindicam judicialmente.

Decorridos mais de 40 anos, as representações sociais e midiáticas de Serra Pelada estão alicerçadas em quais discursos, imagens e símbolos? Que lugar ocupa a memória dos garimpeiros, enquanto produto histórico e cultural, e como ela contribui na construção das representações sociais? Há ainda interesses econômicos e políticos que atuem no “silenciamento” de Serra Pelada?

A partir de uma abordagem qualitativa e de uma pesquisa exploratória, este estudo se baseou nos discursos e imagens presentes em trabalhos acadêmicos, livros, fotografias, documentos técnicos, séries, filmes, documentários e notícias sobre o tema. Para isso, utilizamos os conceitos de ancoragem e objetivação de Moscovici (1978), com base na Teoria

das Representações Sociais (TRS) e de Lefebvre (1980) acerca da produção do espaço e suas representações.

1 - “Eldorado” e Amazônia: um espaço de representações no imaginário social

As discussões em torno da formação do imaginário sempre estiveram relacionadas à produção de símbolos, sonhos e ilusões. No entanto, foi a partir da percepção sobre as funções múltiplas e complexas do imaginário coletivo e suas atuações no âmbito do poder que esse conceito foi direcionado ao campo político. Desse modo, questionar sobre os elementos que contribuem na construção do imaginário de lugares tão emblemáticos quanto a “Amazônia” e “Eldorado” perpassam pelo modo como as representações são alimentadas pelos discursos, imagens e suas relações de poder.

Nesse sentido, adotaremos a concepção de Bakzon (1985) que entende o imaginário a partir das relações imaginário-poder e imaginário-representação. Para o autor, “o imaginário social pode ser compreendido como um conjunto de representações coletivas atreladas ao poder” (BAKZO, 1985, p. 290). Assim, refletir sobre o papel das representações enquanto elementos capazes de forjar o imaginário torna-se fundamental para avançarmos em nossas análises.

O conceito de representação visa “dar formas apropriadas de tomar o ‘real’ presente – de aprendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação”. No contexto pós-estruturalista, a representação é compreendida como um sistema de significação, mas nem por isso possui um caráter mental ou interior, pois possui sua marca material, externa quer seja através de uma fotografia, pintura, filme, texto ou expressão oral, possuindo as mesmas características de instabilidade, ambiguidade e indeterminação presentes na linguagem (SILVA, 2000).

Para discutirmos os fenômenos sociais amparados na ideia da representação, nos debruçaremos sobre os estudos de Serge Moscovici (1978), que formulou a Teoria das Representações Sociais, contribuindo de forma significativa não só para a sua área de formação e atuação, a psicologia, mas para a história e as ciências sociais. Ele discute o processo social de produção de conhecimento e a definição de sociedade em relação às representações sociais, buscando compreender também como essa atuação reforça a identidade dos grupos, influenciando suas práticas, as quais reconstituem seu pensamento (OLIVEIRA, 2004).

Para o autor, as representações sociais são construídas por meio de um processo dialético entre o pensamento individual e coletivo, não sobressaindo-se um ao outro, mas complementando-se, e permitindo ao indivíduo ou ao grupo compreender o sistema no qual estão inseridos, por meio do uso da linguagem. Ele enfatiza que é a partir das interações

sociais entre sujeito-sujeito e sujeito-instituição, em um determinando tempo, cultura e espaço, que surgem as representações visando tornar aquilo que é estranho em algo familiar.

Já outro estudo ao qual nos apoiaremos está pautado nas teorias de Lefebvre (1980) acerca da produção do espaço e suas representações. Para ele, a produção do espaço social é uma combinação de realidade com aquilo que é idealizado, consiste num espaço prático, simbólico e imaginário, criador de ordem e desordem (ALMEIDA, 2011). Ele argumenta ainda que a produção do espaço está vinculada às práticas espaciais produzidas por meio das bases materiais e representações simbólicas que garantem a apropriação e permanência hegemônica em um território por um ator social (LEFEBVRE, 1991).

Bourdieu (1974) ressalta que para analisar o imaginário ou um sistema simbólico é preciso estar atento às condições de produção e reprodução, isto é, os sistemas sociais no qual estão inseridos e sua função social. Desse modo, ao pesquisarmos sobre a região amazônica é preciso percebermos os deslocamentos simbólicos conforme o tempo, o lugar e as relações de poder atuantes.

Desdobrando essa perspectiva faremos um recorte para analisarmos as representações sobre a Amazônia e suas constantes reformulações. Bueno (2002) desenvolve um trabalho na busca de configurar o imaginário brasileiro sobre a região amazônica, a partir da leitura dos discursos dos viajantes, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. Percebe-se, então, a existência de uma polifonia e polissemia de discursos e olhares sobre um mesmo objeto, os quais vão demarcando identidades e alteridades, condicionados também por um “poder simbólico e uma estrutura social” (BORDIEU; 1974).

Em sua pesquisa, Bueno (2002) compreende que o imaginário acerca da Amazônia é formado principalmente pelas representações construídas pelo senso comum e alimentadas pelos meios de comunicação. Reforça ainda que esse discurso midiático é forjado a partir de reelaborações de imaginários mais remotos, baseado em autores que retrataram suas viagens por essa região como Euclides da Cunha³ e Alberto Rangel⁴. Sendo assim, essas representações resultam de constantes reelaborações, tendo também a contribuição da propaganda governamental e a difusão de conhecimentos a partir do ensino de Geografia.

Desse modo, constrói-se a ideia de uma Amazônia que se desloca entre o “real e o imaginário”, destacando as representações elaboradas ao longo do tempo pelos discursos e imagens presentes nos livros, na formação escolar e acadêmica e ressignificados nos/pelos meios de comunicação.

Partindo, então, desses elementos simbólicos e materiais que atuam nas representações, abordaremos a construção histórica do mito de “Eldorado”, outro lugar que

³ Cf. CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido. Ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 3.

⁴ Cf. RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. 4ª ed. França: Tours, Typographia Arrault & Cia., 1927. Pp. 28 e 35-6.

povoa o imaginário popular e que possui um vínculo intertextual e semântico com a Amazônia e com o garimpo de Serra Pelada, objeto central de análise deste trabalho.

De acordo com a pesquisa de Langer (1997) intitulada “O mito do Eldorado: Origem e significado no imaginário sul-americano (Século XVI)” existem pelo menos três teorias sobre a origem desse mito: a mais conhecida e divulgada defende que trata-se de uma criação exclusivamente indígena com o propósito de enganar europeus interesseiros (NOUHAD, 1988); outra acredita que tenha sido criado por espanhóis para esconder o massacre indígena, o qual expropriou e explorou os bens minerais daquelas terras; e existem também outra vertente que aposta que a origem seja puramente europeia, não tendo nenhuma influência indígena (PEREZ apud LANGER, 1997).

Mesmo que consolidadas na literatura e nos registros referentes à descoberta e colonização das Américas, o imaginário que motivou a construção das narrativas e o simbolismo em torno do ouro já estava inserido culturalmente e historicamente em povos antigos. A busca pela mítica cidade “Eldorado” retrata o período de 1531 a 1532, quando o conquistador Diego de Ordaz inicia sua busca por Meta, localizada entre o Peru e a Colômbia, a qual seria rica em ouro e pedras preciosas. Já em 1534 um cacique relata ao rei de Quito a existência de uma lagoa de ouro. Em 1541, surge o primeiro relato impresso sobre Eldorado de autoria de Gonçalo de Oviedo (*História general y natural de las Índias*), que descrevia um príncipe indígena coberto de ouro em pó (ALÉS; PUYLLAN apud LANGER, 1997).

Assim, aos poucos, os relatos foram dando suporte à narrativas mais bem elaboradas e que cresciam gradativamente, contando sobre a existência de uma mina de ouro, depois uma cidade e até um país coberto de riquezas escondido no meio da floresta. As histórias eram marcadas por elementos simbólicos do maravilhoso e do fantástico reunindo imagens de monstros e personagens assustadores. E serviram também de pano de fundo para o enredo das viagens marítimas da descoberta oficial da América e das primeiras expedições às florestas tropicais, na Amazônia. Em 1541, o padre Gaspar de Carvajal faz uma mescla do imaginário mítico europeu ao cenário brasileiro, narrando que em pleno Amazonas, numa região próxima ao Rio Negro, a expedição chefiada por Francisco de Orellana havia sido atacada por um grupo de mulheres guerreiras, e que um dos indígenas capturados teria descrito uma cidade de ouro (LANGER, 1997).

Entre os elementos mais importantes para estruturar a ideia do “maravilhoso”, segundo Langer (1997), está a incerteza, pois é a partir da ausência de fatos concretos e empíricos que o imaginário coletivo constrói e consolida essas narrativas, a exemplo das representações da cidade mítica de Eldorado, posteriormente publicada no livro de Raleigh (1596), potencializando as imagens em torno do lugar. “Iniciam-se diversas ilustrações sobre a região amazônica, onde percebem-se diversas apropriações simbólicas, compensando

novamente a falta de conhecimento sobre essas desconhecidas paragens” (LANGER, 1997; p. 36).

Assim, as cidades imaginárias sul-americanas permaneceram até o século XVIII, momento em que ocorreram os avanços científicos e as narrativas tornaram-se apenas parte do folclore e das tradições presentes no imaginário popular. Nesta perspectiva, para analisar os aspectos simbólicos e estruturantes da vida social que o imaginário abarca, recorreremos ao estudo das representações em torno da Amazônia e do mito de Eldorado apenas como dois elementos convergentes nesta pesquisa, no sentido de ilustrar as configurações imagéticas e discursivas que vão se construindo a medida em que as narrativas distanciam-se do contexto científico, permeando o imaginário popular em face às relações de poder.

2. A construção do imaginário sobre o garimpo de Serra Pelada a partir das representações sociais, midiáticas e das relações de poder

Assim como a busca por Eldorado atraiu centenas de expedições que se aventuravam pelo Novo Mundo à procura de riqueza no coração da selva amazônica, a despeito dos mistérios e dos perigos da jornada incerta; a descoberta de ouro numa fazenda, localizada em Curionópolis, entre as cidades de Marabá e a Serra dos Carajás, atraiu, na década de 80, mais de 100 mil pessoas, se transformando no maior garimpo a céu aberto do mundo, Serra Pelada.

Apesar de na época, ser pauta da imprensa nacional e até internacional gerando muitas reportagens, dadas a dimensão dos seus impactos econômicos, políticos e socioculturais, após o declínio do garimpo, pode-se dizer que houve um esquecimento por parte do Estado, na mídia e no meio acadêmico. Nesse sentido, essa análise propõe discorrer sobre as representações que atuam na construção do imaginário sobre Serra Pelada, bem como discutir as relações de poder que atravessam esse âmbito.

Entre os poucos livros publicados sobre o assunto, destaca-se “Uma ferida aberta na selva”, lançado em 1984 pelo jornalista Ricardo Kotscho, reunindo uma série de reportagens autorais que retrataram suas visitas ao garimpo (LAVARDA, 2017). Outro livro mais recente é “Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada”, publicado em 2019, pelo jornalista e escritor Paulo Roberto Ferreira, o qual se baseou também em fontes jornalísticas para narrar os casos de violência e assassinatos, praticados por policiais do Estado do Pará contra os garimpeiros. A obra descreve o episódio ocorrido em 29 de dezembro de 1987, na ponte rodoferroviária de Marabá, onde mais de 50 garimpeiros foram fuzilados ou tiveram que pular da ponte de quase 80 metros de altura (FERREIRA, 2019).

Já em relação à produção audiovisual, foi lançado, em 1982, o filme de comédia “Os trapalhões na Serra Pelada”, do diretor J.B. Tanko, tendo um público de mais de cinco milhões

de espectadores e comercializado em Angola e Moçambique. O enredo se concentra nas aventuras de Boroca, Mexelete, Bateia e Curió em busca de ouro no garimpo, recebendo esse último personagem o mesmo nome de uma das figuras reais mais controversas de Serra Pelada, o Major Curió. Narra uma região controlada por um estrangeiro que contrabandeava ouro e tentava tomar as terras de um brasileiro.

Em 2007, foi produzido o documentário “Serra Pelada: esperança não é sonho”, dirigido por Priscilla Brasil. Com um caráter bastante introspectivo, o enredo vai se construindo com base nos relatos de memórias dos moradores que ainda vivem na vila. As vozes não só recontam as histórias como também revelam os sonhos, as decepções e a esperança dos que resistem à ideia de abandonar o lugar. Além disso, retrata a infraestrutura e a perspectiva de futuro para as novas gerações.

Já, em 2013, foi lançado o documentário “Serra Pelada – A lenda da Montanha de Ouro”, de Victor Lopes, retratando em depoimentos, fotos e reportagens, o período de ascensão do garimpo. A produção se destaca pelas entrevistas realizadas tanto com garimpeiros que trouxeram à tona as memórias do lugar, quanto de outros protagonistas como Sebastião Curió. Também contribuíram com os relatos: políticos, jornalistas, pesquisadores, representantes da mineradora e de empresas de segurança.

Nesse mesmo ano, também fora lançado o longa metragem “Serra Pelada”, dirigido por Heitor Dhalia, e baseado no documentário de mesmo nome. Atraiu quase 500 mil espectadores, e foi exibido em países como Angola e Moçambique. Depois se transformou numa série transmitida pela Rede Globo, em 2014. Recebeu críticas por apresentar uma versão romanceada e mais concentrada nos dramas pessoais dos personagens do que em problemas mais complexos, mas também recebeu elogios pela qualidade das imagens e reprodução do lugar.

Ainda que o filme deixe as questões socioambientais da exploração da Serra Pelada como pano de fundo, ele contribui para uma reflexão nesse sentido, pois, como já mencionado neste trabalho, o filme apresenta imagens reais do período, ricos cenários e toca em questões daquele universo, como o ambiente insalubre, a exposição dos garimpeiros à doenças como a Malária e a Aids, as mazelas da prostituição, do abuso do álcool, etc (ANGOTTI et. al., 2006, p. 04).

Um dos trabalhos acadêmicos mais recentes publicados sobre o tema aborda a educação formal e os aspectos ideológicos presentes no espaço escolar na Vila topônimo de Serra Pelada, questionando como o processo histórico do garimpo e suas reverberações nos diversos âmbitos estão inseridos no currículo e no cotidiano da escola (LEPOS, 2016). Além de buscar uma reconstituição dos fatos que representaram a garimpagem naquele lugar, a pesquisadora também realizou entrevistas com os moradores, aprofundando assim um olhar endógeno, ou seja, baseado na memória dos moradores locais. Outro fato interessante a ser destacado é a relação pessoal que ela revela ao citar o fato de que o próprio pai também

trabalhou ali como garimpeiro. Desse modo, as vozes discursivas e as relações identitárias vão se potencializando com a enunciação da pesquisadora.

As “paisagens retratadas” pelo fotógrafo Sebastião Salgado serviram de análise documental, acadêmica e jornalística sobre o garimpo, e construíram uma metáfora representativa daquele espaço ficando mundialmente conhecido como “formigueiro humano”. Entre os trabalhos contemporâneos àquela época e que se tornaram representativos da dimensão de Serra Pelada, enquanto drama humano e ambiental, as fotografias também representaram de forma emblemática o modo como o trabalho manual disputava espaço em meio a industrialização da mão de obra.



Ouro, Brasil, Serra Pelada, págs. 314 e 319.

A metáfora “formigueiro humano” é um exemplo de como a produção de imagens/discursos sobre o espaço social contribuíram para construir as representações de Serra Pelada, a partir de um processo de ancoragem e objetivação, conferindo familiaridade, reconhecimento e materialidade àquilo que provocava estranhamento.

Nessa perspectiva, Moscovici (2003) explica que as representações se constituem por dois mecanismos:

“o da ancoragem, processo que transforma o não-familiar em familiar; transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada e o da objetivação, processo por meio do qual materializamos um conceito ou o reproduzimos em uma imagem” (PENIN apud MOSCOVICI, 2012, p. 12).

Em seu artigo, Lavarda (2017) enfatiza o modo como as imagens do garimpo causavam impacto aproximando-se à ideia de um “formigueiro humano”. Descrevia uma multidão de homens aglomerados, cobertos de lama, carregando sacos sobre os ombros e

subindo escadas feitas de maneira rústica, chamadas de “Adeus mamãe”, percorrendo caminhos íngremes entre os barrancos enfileirados, mas, segundo ele, “sem apresentar sinais de fadiga”, “numa espécie de peregrinação – como se buscassem a terra prometida”.

A pesquisa de Lepos (2016) também faz referência a outros três trabalhos importantes sobre o tema: o de Mathis (1995) que faz uma abordagem ampla sobre a história de Serra Pelada, apresentando os aspectos sociais e ambientais da atividade garimpeira, mas principalmente o potencial produtivo e econômico gerados pela extração do minério, além da legislação que o amparou; Monteiro (1995) retratou o assunto, focando especialmente a relação comercial entre as empresas mineradoras e os garimpeiros da região, contextualizando o ambiente político, institucional e econômico que permeavam os conflitos.

Já no trabalho de Moura (2008) discute-se as relações de trabalho e as condições de vida dos garimpeiros de Serra Pelada, a partir do resgate das memórias dos atores daquele lugar, numa tentativa de reconstruir as narrativas do garimpo, marcando-o como território e um potencializador na constituição de novos sujeitos sociais, além de questionar políticas públicas, discursos hegemônicos e o silenciamento de uma abordagem histórica que surja de “dentro para fora”. Vale destacar que o pesquisador também demarca em seu discurso sua relação de identificação com o objeto de análise, uma vez que se posiciona como filho de migrantes maranhenses que vivenciaram tais acontecimentos.

Em relação aos discursos e imagens construídos em torno do garimpo de Serra Pelada reconhecemos que apesar de parte dos acontecimentos estar documentados, há um caráter mítico que permeia os enredos, sendo marcado por subjetividades e simbolismos. Assim, a descoberta do ouro naquela região é representada por diferentes narrativas. Entre elas a de que, no início de 1980, o fato tenha ocorrido na Fazenda Três Barras, de propriedade de Genésio Ferreira da Silva.

“(…) alguns dizem que foi o próprio Genésio que encontrou o minério, outros contam que a descoberta foi feita por um tal de Pedrão que trabalhava na fazenda, há ainda a versão de que a filha de um certo Zezinho, um dos empregados de Genésio, encontrou ouro no leito do Igarapé da Grota Rica” (KOTSHO apud LEPOS, 2006, p. 17).

“Além dessas versões, temos ainda a da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que alegava ter o direito de explorar o ouro, pois Serra Pelada estava na área de abrangência do Decreto de Lavra nº 74.509/74, que concedia à empresa o direito de exploração do minério de ferro na região de Carajás, assim, após a descoberta do ouro, a companhia solicitou a incorporação desse metal precioso em seus projetos, envolvendo a área que já estava sendo explorada pelos garimpeiros” (LEPOS, 2006, p. 17).

Registradas em estudos técnicos, trabalhos acadêmicos, documentários ou nos relatos dos garimpeiros e pessoas próximas, essas versões são permeadas por discursos simbólicos de poder e disputa, contextualizando os conflitos sobre o direito à exploração

mineral. A ideia de um novo Eldorado em terras amazônicas surge a partir das histórias e notícias, ainda pouco fundamentadas sobre o fato, mas que ganharam força e velocidade, naquela época, atraindo centenas e depois milhares de pessoas de diversas regiões.

Alimentados pelo sonho do enriquecimento rápido ou vendo uma possibilidade de fuga da miséria vivida nas regiões vizinhas, marcadas por conflitos agrários, pela falta de estrutura e abandono do Estado, muitas foram as motivações que fizeram de Serra Pelada o maior garimpo do país. Contudo, o acesso à região era difícil e as condições de exploração incertas à quem se propunha ao desafio de chegar até o local (MOURA, 2008).

As primeiras representações do garimpo foram reverberações da oralidade dos garimpeiros e das pessoas daquele contexto, tendo mais tarde ganhado força com a mídia que apresentava o potencial de exploração e a corrida desenfreada pelo ouro. Para cada garimpeiro, a epopeia da chegada, marcada pelas dificuldades, reforçava simbolicamente o investimento no sonho da prosperidade e, mais tarde a convivência e os desafios diários da garimpagem eram justificados pelo sentimento de pertencimento àquele espaço.

Por outro lado, a Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), incluiu já no início, em seu Decreto de Lavra nº 74.509/74, o qual legitimava o direito à exploração de ferro naquelas terras, o direito também à exploração do ouro. Assim, a Rio Doce Geologia e Mineração (DOCEGEO) se estabeleceu como compradora do mineral. Ocorrida no período da Ditadura Militar, a descoberta atraiu a atenção do Governo Federal, que passou a controlar o garimpo, através do Conselho de Segurança Nacional (Sistema Nacional de Informação – SNI), o qual gerenciaria órgãos públicos e estatais naquela área, (KOTSCHO, 1984).

Cabe destacar aqui o contexto de problemas sociais, agrários e econômicos que marcavam o sul e sudeste do Pará. Moura (2008) reforça os conflitos entre fazendeiros e pequenos agricultores, e a construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, os quais aceleraram os processos de migração para a região, principalmente do Maranhão. Diferente das produções midiáticas que repercutiram tais questões com mais superficialidade na época, as pesquisas acadêmicas posteriores ao auge do garimpo dão a dimensão de como potencializou graves problemas relacionados a estrutura social, econômica, cultural e identitária de uma região, gerando reverberações até os dias atuais.

Chaves (2009) relata que em 1985 mais de 60.000 garimpeiros trabalhavam no local e mais de 35 toneladas de ouro já haviam sido extraídas entre 1980 e 1985. Milhares de pessoas de diversas regiões abandonaram famílias e empregos em busca do sonho de fazer fortuna. A população de Marabá saltou de 11.130 habitantes em 1980 para 133.559 em 1985.

Lepos (2016) chama atenção para questões que atravessam os interesses políticos e econômicos sobre o garimpo, como a relação entre a dívida externa brasileira e os lucros obtidos através do ouro, os quais representavam cinco vezes mais que o orçamento do Estado do Pará. Além disso, “o garimpo serviu como uma válvula de escape para as tensões sociais

na região Amazônica, devido à quantidade de garimpeiros e a necessidade de uma grande operação para a retirada dos mesmos. Assim, o garimpo se localizava numa fronteira econômica e socialmente sensível” (MATHIS, 1995, p. 6).

Dada às dimensões em torno do efetivo humano e do potencial de exploração, o governo militar designou Sebastião Rodrigues de Moura, popularmente conhecido como Major Curió, o qual já havia participado da Guerrilha do Araguaia em 1972 e, portanto, conhecia a região, para organizar e comandar Serra Pelada. Mathis (1995) descreve que ainda que a intervenção federal gerasse aos garimpeiros melhorias como posto de saúde, telecomunicação e banco, não existia uma infraestrutura básica, que oferecesse água, eletricidade ou esgoto. Para garantir a extração mineral e evitar conflitos um sistema de organização social em relação ao garimpo e na vila foi implantado.

O pesquisador descreve também a estratificação social representada no garimpo, contendo: os doutores, de órgãos oficiais do governo, os quais detinham o poder sobre os demais; os garimpeiros legalizados com carteira de matrícula e os ilegais, sujeitos à expulsão; os donos de catas, os quais financiavam o processo de extração do ouro e, por isso, eram remunerados; os meia-praças, representados por garimpeiros com apenas 5% dos lucros. O maior grupo era formado por saqueiros, os “formigas”, que se arriscavam nas escadas transportando sacos de 30 kg por até 30 km de distância. Existiam também os “furões”, garimpeiros ilegais que atravessavam a floresta para chegar à Serra (MATHIS, 1995, p. 10).

As relações de poder ocorriam a partir da construção dessas identidades e das relações sociais que eram estabelecidas dentro dos grupos e impostas conforme critérios hierárquicos e financeiros. A existência de uma força física predominante que controlava os possíveis “desvios” era visível nas mãos dos militares, porém, mais que isso, o discurso dominante e hegemônico tornava-se determinante para o funcionamento da estrutura social. Desse modo, o controle dava-se por meio de um discurso que ora convencia, ora alienava, construindo a representação de um lugar regido por suas próprias leis e exceções, ainda que, em algumas ocasiões, contrariasse garantias e direitos fundamentais dos indivíduos.

No garimpo e na vila em que residiam era proibida a entrada de mulheres, crianças, bebidas alcoólicas e porte de armas. Tais regras, fiscalizadas pelos seguranças que trabalhavam a serviço do Major Curió, visavam garantir a ordem. A vida em Serra Pelada vai ganhando representações sociais diversas a partir do lugar de fala de cada sujeito e dependendo do contexto. Em entrevistas gravadas com os garimpeiros e veiculadas na década de 80, muitos relatos tentam construir a representação de um lugar organizado, livre de violência e opressão, no qual os trabalhadores vivem num clima de harmonia. A necessidade de se forjar uma ideia que contrariasse a imagem caótica de um aglomerado de pessoas arriscando-se, diariamente, em barrancos íngremes e instáveis, em escadas frágeis,

sujeitos a todos os tipos de acidentes e violências física e psicológica, tornava-se importante nos primeiros anos do garimpo para que se consolidasse como um trabalho viável.

Ao discutir as relações de representação, Lefebvre (1980) descreve a produção do espaço social como uma combinação de realidade com aquilo que é idealizado, consiste num espaço prático, simbólico e imaginário, criador de ordem e desordem (ALMEIDA, 2011).

“(…) as representações ampliam, deslocam, transpõem certas realidades e tomam parte de uma estratégia inconsciente. Elas nascem como símbolos no imaginário e se fortalecem, tornando-se correntes, quase instituídas” (LEFEBVRE, 1980, p.60).

Assim, os elementos que vão construindo as representações sobre o garimpo de Serra Pelada são configurados pelas relações sociais e de poder exercidas pelos sujeitos. Com isso, ainda que inseridos no mesmo espaço social, garimpeiros, representantes da mineradora, militares, jornalistas, pesquisadores entre outros participantes daquele espaço social, produziram representações heterogêneas e subjetivas sobre Serra Pelada.

Um exemplo da ambivalência semântica de representações é a figura do Major Curió que nomeia o personagem principal do filme “Os trapalhões na Serra Pelada” (1982). Ainda que de modo cômico, ele é retratado de forma positiva no roteiro, até mesmo com características heroicas, sempre protegendo os garimpeiros e sendo amigo de todos. Também positivamente, o major é descrito em alguns documentários, a exemplo do garimpeiro conhecido como “Índio do MST” que referia-se a Curió como alguém que comandava impondo o respeito em prol do país e da boa convivência.

Essa visão positiva revela uma perspectiva forjada por intermédio das relações de poder na representação de Curió, supostamente como uma liderança em defesa dos direitos dos trabalhadores, por meio da força militar e política. Os elementos que configuram essa imagem/discurso vão se alterando à medida que ele ingressa na carreira política.

Outra fonte bibliográfica que nos auxilia a compreender esse contexto é a Revista do Garimpeiro ao defender a ideia de que a presença militar era importante para disciplinar o garimpo e, assim, garantir o trabalho de todos. Moura (2008) questiona esses interesses.

“É comum a versão de que os militares e Curió puseram ordem, organizaram e aparelharam o garimpo, e, simultaneamente, legitimando a presença do Estado como responsável pelo funcionamento do garimpo. Esse discurso é reforçado em outras partes da revista ao apresentar Serra Pelada como modelo de garimpo, defendendo a intervenção militar. Esses argumentos encobrem um processo de desqualificação de trabalhadores garimpeiros” (MOURA, 2008, p. 53).

Entre os anos de 1980 e 1982, Curió administrou Serra Pelada, e articulou a criação do município, formado a partir do núcleo de moradores, às margens do garimpo, batizado de Curionópolis, em sua homenagem. Em 1982, elegeu-se a deputado federal pelo Pará, pelo

Partido Democrático Social (PDS). Entre 1996 e 1999, foi eleito presidente da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada. Devido a sua força política e popularidade, exerceu dois mandatos na prefeitura de Curionópolis (2000 e 2004). Ao final, teve seus direitos políticos cassados, condenado por improbidade administrativa e investigado por supostos crimes cometidos enquanto comandava as forças militares na Guerrilha do Araguaia contra o movimento da esquerda, durante a ditadura.

A tentativa de organizar a ocupação e o trabalho no garimpo, a partir da militarização (rigidez de regras, punições e até ritos de hasteamento, descerramento da bandeira e execução do Hino Nacional) também faz referência a outro elemento que compõe a representação social de Serra Pelada: o período que marca o fim da ditadura, a luta social e política por direitos fundamentais e por democracia. No depoimento em que participa do documentário Major Sebastião Rodrigues Curió⁵ revela:

“Porque nós organizamos o garimpo: com o objetivo político e ideológico, agrupar aquela massa, o povo, dá um sentido e conduzi-lo com ações de governo para neutralizar uma massificação de esquerda no sul do Pará.”

Assim, a repressão que existia dentro do garimpo em relação às proibições e à tentativa de disciplinar o convívio fez surgir a “Vila Trinta”, um lugar bastante emblemático na construção do imaginário sobre Serra Pelada, onde havia um excesso de permissividade e quase nenhuma força controladora do que acontecia ali. Localizada à 30 km de distância da cava, às margens da rodovia PA-175, era representada pela seguinte expressão: “De dia é 30, de noite é 38” em função dos tiroteios que ocorriam. Possuía centenas de bordéis, onde a bebida, a prostituição e a violência eram uma constante (FLEMING et. al., 2015, p. 589).

Em seu auge, Serra Pelada atraiu personalidades famosas no cenário político, artístico, midiático, etc. Entretanto, a entrada no garimpo para se fazer registros era bastante restrita, Lavarda (2017), ao analisar o trabalho de Sebastião Salgado, relata a dificuldade que o fotógrafo teve para capturar as imagens.

“(…) por ser um militante de esquerda no período da ditadura militar brasileira era tido como persona non grata pelos militares e, diante disso, não obteve autorização para visitar o garimpo enquanto estava sob controle militar – sua escritura fotográfica percorreu o mundo e cristalizou a imagem dos ‘formigas’”(LAVARDA, 2017, p. 02).

Desse modo, devido às relações de poder, as representações midiáticas sobre o garimpo, durante seu auge, são marcadas por um caráter de obscuridade. As informações veiculadas pela imprensa da época ainda sofriam a censura da ditadura militar, e os interesses políticos e econômicos que permeavam o garimpo influenciavam no registro dos fatos, seja

⁵ Depoimento de Sebastião Rodrigues Curió (1:26’) no documentário: SERRA PELADA: ESPERANÇA NÃO É SONHO. Direção de Priscilla Brasil. Belém: Greenvision, v. 1, 2007. Cor: Colorido, Formato: HDV, Duração: 55 Min

numa perspectiva externa (jornalistas que visitavam o local) ou internamente como na Revista do Garimpeiro (1983), publicada pelos próprios trabalhadores. Cabe acrescentar que a revista surge quando ocorre com maior intensidade os conflitos para que Serra Pelada continuasse sendo explorada manualmente, e não mecanicamente como defendia o Ministério das Minas e Energia. Moura (2008) constrói uma crítica importante sobre o olhar que é lançado “de dentro para fora”:

“(…) chamou-me a atenção para os argumentos de garimpeiros prósperos, (algo que não corresponde à maioria da população garimpeira) e para a imagem do garimpo como tábua de salvação de milhares de trabalhadores. Alertou-me também para a presença militar, sobretudo quanto à maneira como estes organizam e disciplinam o garimpo, tornando-o ‘modelo de garimpo de ouro em oposição ao modelo de mineração industrial’ (MOURA, 2008, p. 20).

Desse modo, a Revista do Garimpeiro, criada com o objetivo de articular as ações dos trabalhadores em prol de interesses comuns, exerce grande poder como representação de um grupo, atuando como uma voz política e de convencimento externo e interno, por vezes, em defesa de interesses, que nem sempre representam a maioria, ainda que forjem essa “identidade”. Nessa perspectiva, os discursos e as imagens que vão sendo formados, a partir das representações sobre Serra Pelada são construídos e reconstruídos, conforme o distanciamento temporal, o contexto de produção e, principalmente, mediados pelas estruturas sociais e pelas relações de poder instituídas entre os sujeitos.

Um vocábulo que se tornou representativo foi “bamburrar”, designava “tirar a sorte grande”, encontrar ouro. “A esperança permanente de todos é bamburrar, isto é, encontrar muito ouro, o que pode multiplicar o ganho do trabalhador. Essa expectativa de enriquecer leva o trabalhador a se submeter as mais diversas formas de exploração” (MOURA, 2008, p. 69). Contudo, os “bamburrados” eram uma exceção, e, assim como o ouro, ofuscavam a grande massa de trabalhadores, “os formigas”, que representavam mais de 90% dos que viviam e trabalhavam em condições precárias, ganhando menos de um salário mínimo. Lepos (2007) cita que grande parte dos garimpeiros ricos eram empresários, fazendeiros ou funcionários de construtoras que tinham algum capital para investimentos. Além do potencial de extrair mais ouro, tinham relações políticas com os militares que administravam o garimpo.

Como o minério estava distribuído de maneira errática no solo, a imprevisibilidade de se encontrar ouro alimentava ainda mais a ideia de que “os fins justificam os meios” e que tudo dependeria de perseverança e de um “golpe de sorte”. Os depoimentos de muitos trabalhadores são marcados por essas expressões, construindo um imaginário que nos remete à ideia do mito do “Eldorado”. Ainda hoje, essa representação é presente: “muitos

garimpeiros que trabalharam em Serra Pelada repetem ainda hoje uma lenda segundo a qual há, sob a antiga mina, uma laje de 50 toneladas de ouro puro. É um mito”⁶.

Contudo, diferente do Eldorado que povoa um imaginário mítico de aventuras, Serra Pelada também se constrói com base em documentos técnicos os quais, na época, embasaram os discursos hegemônicos do Estado, corroborando o cientificismo em contraponto ao senso comum. Ainda em 1982, o governo federal requisita a realização de prospecções e pesquisas geológicas sobre o potencial de exploração do garimpo. Dados do Simpósio de Geologia da Amazônia e o mapa gerado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais concluem o esgotamento do ouro e a inviabilidade da extração manual.

Os conflitos sobre os direitos à exploração mobilizam interesses de grupos governamentais, empresariais, financeiros, além dos garimpeiros. A partir daí, acirra-se as disputas e os discursos de resistência, colocando-se em discussão aspectos ideológicos, políticos, econômicos e sociais sobre a representação do “garimpo” e da “mineração”.

Desse modo, constrói-se o imaginário de Serra Pelada ancorado por representações distintas: o “Eldorado” promissor que garante a “inclusão e a igualdade entre os trabalhadores”, organizado dentro do seu próprio sistema e viável enquanto garimpo. A imagem positiva estava centrada num contexto econômico e social bastante distinto, no qual a alta do preço do ouro no período e a falta de oportunidades para comunidades rurais fazia do garimpo uma alternativa em meios as condições de vida precárias. Além disso, na ótica do governo militar, o garimpo apresentava uma conotação positiva, pois era considerado uma das formas de colonizar a Amazônia (VEIGA; SILVA; HINTON, 2002).

A “Serra Pelada próspera e justa” é representada até mesmo no discurso do presidente do regime militar, João Batista Figueiredo, em 1980, durante sua visita ao garimpo. Após o hasteamento da bandeira e execução do hino nacional, reafirmou sua defesa àquela atividade até mesmo a abertura de novos garimpos. O governo militar é marcado, então, por um período de incentivo à colonização da Amazônia, ao garimpo e a construção das rodovias (MATHIS, 1995), sendo atravessado pelo grande fluxo migratório na região (MOURA, 2008)

Paralela a essa imagem atenuada do garimpo e das relações ali estabelecidas e romanceadas em filmes e séries lançados nesta última década, projeta-se por meio de produções acadêmicas, documentários narrados por garimpeiros e reportagens, posteriores ao período de efervescência, uma outra representação de Serra Pelada mais reflexiva e crítica marcada por graves impactos sociais e ambientais superiores aos lucros gerados.

Mais do que representar a metáfora “Formigueiro Humano”, o garimpo não oferecia condições mínimas de segurança física e trabalhista, já que não haviam direitos garantidos;

⁶ Trecho extraído da reportagem “Sebastião Salgado na Amazônia”. Jornal Folha de São Paulo, 2007, p. 2. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/ilustrada/sebastiao-salgado/>

e a insalubridade e os perigos colocava em risco a vida dos garimpeiros tanto dentro da “cava” quanto nos barracos em que viviam ou na Vila “Trinta”, local onde era permitido o lazer. Moura (2008) complementa que os acidentes aconteciam com muita frequência.

“Com exceção cerca de 300 pessoas que controlavam a produção do garimpo, os garimpeiros sobreviviam com uma renda mensal inferior a um salário mínimo. Além de 50 acidentes fatais, há inúmeras mortes não computadas por sequelas do garimpo, como decorrentes de hepatite, malária e pneumonia. Além disso, soma-se a isso os custos sociais de infraestrutura para sustentar Serra Pelada” (COTA; COELHO; RIO, 1986, p. 6).

Em relação aos impactos ambientais e sociais, o jornalista Kotscho utiliza outra expressão “Uma ferida na Selva Amazônica” para representar o lugar e intitular o seu livro dando a dimensão da transformação da paisagem, além disso também são destacados os problemas causados pelo uso do mercúrio. (CAHETÉ, 1998). Assim, os elementos simbólicos e as imagens positivas vão se tornando dissonantes, à medida que nos aprofundamos nas representações sociais construídas através das pesquisas acadêmicas. Até mesmo a “Vila Trinta”, encenada na mídia como um refúgio de lazer e diversão, torna-se ofuscada se observarmos as péssimas condições de infraestrutura, “não havia investimentos suficientes na infraestrutura básica - água, esgoto e energia elétrica - para atender uma população que se aproximava de 80.000 pessoas em 1983 (MATHIS, 1995).

Numa perspectiva crítica e dialética, Lefebvre (1991) enfatiza que as representações não apenas fazem parte da realidade como pretendem explicá-la, dando visibilidade ou ocultando as contradições que se reproduzem nas relações sociais. Assim, as representações que configuram o imaginário sobre Serra Pelada são construídas por elementos discursivos e imagéticos diversos (representação social e midiática), mas também são potencializadas pela memória cultural de cada um que fez parte daquele lugar. Elas são partilhadas por um conjunto de indivíduos, tendo uma função significativa nas trocas e interações. Além disso, é preciso compreender as representações em seus aspectos simbólicos e materiais, sujeitas às constantes reelaborações através da comunicação e das relações de poder.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir acerca do imaginário sobre Serra Pelada é compreender sua função social e os aspectos políticos que movem esse contexto, além da carga afetiva e simbólica marcada nas representações subjetivas desse espaço social presentes na memória coletiva, além das representações sociais e midiáticas construídas a partir dos discursos e imagens. Assim, entendemos também que “o campo do imaginário também é um campo de luta política e pelo poder, onde se cruzam interesses de grupos sociais e ideologias” (Carvalho, 1987, p. 11).

As representações sociais e midiáticas em torno do garimpo, construídas a partir de uma visão endógena (entre os garimpeiros) ganha contornos diferenciados do que quando é representada numa perspectiva exógena por acadêmicos, jornalistas e outros pesquisadores, percebendo uma confluência de discursos ora mais reflexivos e críticos, ora com menos profundidade. Esses elementos tornam-se ainda mais dissonantes quando atravessados pelo distanciamento temporal. Nesse âmbito, configura-se a existência das representações em torno dos acontecimentos que formam o imaginário daqueles que vivenciaram aquele período como também dos que construíram as imagens e ideias a partir de outras fontes como a mídia.

Dada a complexidade dos efeitos de representações sobre Serra Pelada é importante fugirmos de ideias dualistas ou maniqueístas que tentem apreender as representações apenas em seus aspectos positivos ou negativos. O espaço social caótico que provocou o estranhamento de diversos olhares em torno do que se chamou de “formigueiro humano” é capaz de engendrar uma ambivalência de significados, pois além de estar submetido às relações de poder que manipulava os discursos e imagens, através do controle do Estado, no período da Ditadura; também estava alicerçado no mito do “Eldorado” e da prosperidade, o qual alimentava o sonho e justificava as relações de trabalho e condições de precariedade.

Assim, a expressão bíblica “a fé remove montanhas”⁷ serviu não apenas para ancorar simbólica e imageticamente o estranhamento de uma montanha de mais de 100 metros de altura transposta manualmente, transformando o espaço social e a paisagem, sob o controle do Estado, como também para justificar a partir de um discurso a relevância daquele esforço físico descomunal alienado pelo sonho de riqueza de muitos garimpeiros e estimulado pelos interesses econômicos do governo, gerando a complexidade de representações.

Sendo assim, ainda que estruturadas em sistemas simbólicos próprios pertencentes aos grupos e relacionados às suas condições de produção e identidades, há um processo constante de reelaboração e atualização das representações sociais e midiáticas. Desse modo, o imaginário sobre Serra Pelada, e mesmo sobre o que seja o garimpo e suas reverberações, está vinculado aos interesses ideológicos, políticos, às relações identitárias, além dos elementos simbólicos mais fixos na memória social.

⁷ Expressão retirada do depoimento de um ex-garimpeiro: “se a fé remove montanhas, em Serra Pelada nós removemos uma montanha usando só os braços. Aqui, até profecias bíblicas se tornam realidade!”. Extraído da reportagem “O sonho do ouro volta a assolar o Pará; Victor Lopes conta o que sobrou da Serra Pelada”. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/do-caos-a-lama>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danice. **O que eles têm a dizer? Serge Moscovici e Henri Lefebvre—Um estudo sobre representação**. 2011. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau. 87p.

ANGOTTI, Marcello et al. **Garimpo de ouro, seus impactos socioambientais e políticas públicas: caso de ensino baseado no filme “Serra Pelada”**. In: Congresso Anpcont, X. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em 10 de maio de 2020.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, Mikhail. In: Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006a, pp. 261-306 [1952-1953].

BACKSO, B. Enciclopédia 5 – **Anthropos – Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3ª ed. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHAVES, A. M. **Notas sobre o povoamento da Amazônia**. Revista Estudos Amazônicos. v.4, n. 2, p.153-161, 2009.

DE ABREU MONTEIRO, Maurílio et al. **Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: O caso emblemático de Serra Pelada**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 7, n. 13, 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/176>. Acesso em 10 de maio de 2020.

FERREIRA, Paulo Roberto. **Encurralados na ponte**. Belém, PA: Ed. Paka-Tatu, 2019.

FLEMING, Marta Cristina Nunes Cruz et al. **Explorando a matriz social de um sistema de marketing: o caso Serra Pelada**. Revista Alcance, v. 22, n. 4, p. 586-601, 2015.

G; BARBOSA, E. J. S. **Ouro, empresas e garimpos na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 7, n. 13, 2010.

KOTSCHO, Ricardo (1984): **Serra Pelada, uma ferida aberta na selva**. São Paulo: Brasiliense

LANGER, Johnni. **O Mito do Eldorado : Origem e Significado no Imaginário SulAmericano (Século XVI)**. In : Revista de História, n 136 p 25-40. São Paulo, SP. 1997.

LAVARDA, M. T. B. **O “formigueiro humano”: o garimpo de Serra Pelada pelas fotografias de Sebastião Salgado**. In: Anais do XI Encontro Nacional de História da Mídia, São Paulo, 2017.

LEPOS, Luiza Maria P. **A educação formal e a ideologia em serra pelada: o esquecimento da luta dos garimpeiros**. 2016. 55 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em

Ciências Sociais) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Faculdade de Ciências Sociais Araguaia, Tocantins, 2016.

LEFÈBVRE, H. **La présence et l'absence: Contribution à la théorie des représentations**. Paris: Ed anthropos, 1980.

MATHIS, A. **Serra Pelada. Papers do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**, n. 50, 1995. Disponível em: Acesso em 30 jun. 2018. MONTEIRO, M. A; COELHO, M. C. N; COTA, R.

MONTEIRO, Maurílio et. al. **Ouro, Empresas e Garimpos na Amazônia: O Caso Emblemático de Serra Pelada**. Belém-PA: Revista Pós Ciências Sociais, v.7, n. 13, 2010.

MOURA, Salvador Tavares de. **Serra Pelada: experiências, memórias e disputas**. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **A Era das representações sociais**. Trad. Maria Helena Fávero, 1986

PENIN, Sonia Teresinha de Souza. **Cotidiano e escola: a obra em construção**. São Paulo, Cortez, 1989.

SERPA, Angelo. Teoria das representações em Henri Lefebvre. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em 10 de maio de 2020.

Revista do Garimpeiro, n. 1, único volume, 1983.

OS TRAPALHÕES na Serra Pelada. Direção de J.B. Tanko, Roteiro de Gilvan Pereira. Rio de Janeiro: Renato Aragão Produções Artísticas/Europa Filmes, 1982. 1 DVD (88 min), color.

SERRA Pelada, A lenda da montanha de ouro. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV Zero, 2013. (1h 42 min.).

SERRA Pelada. Direção de Heitor Dhália, Tatiana Quintella & Wagner Moura. Rio de Janeiro: Warner Bros. Globo Filmes. Brasil, 2013, Mídia Digital/DVD. (100 min.).

SERRA Pelada: esperança não é sonho. Direção de Priscilla Brasil. Belém: Greenvision, v. 1, 2007. Cor: Colorido, Formato: HDV. (55 min.).

LOPES, Vitor. **O sonho do ouro volta a assolar o Pará**. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/do-caos-a-lama>. Acesso em 10 de maio de 2020.



GT 8 – comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

MÍDIA E DISPUTA DE NARRATIVAS NO TERRITÓRIO: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA PETROBRAS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan¹

RESUMO

A Petrobras é a empresa mais importante do Brasil, além de ser imprescindível para a segurança energética nacional, possui capacidade para fomentar o crescimento econômico. Este artigo aborda resultados da pesquisa que teve por objeto capturar a imagem da estatal, nas informações jornalísticas que circulam no território. Foram analisadas notícias publicadas nos jornais Folha de São Paulo e O Globo, nas quais buscamos diversidade de pensamento das fontes, frequência dos assuntos, e a abordagem sobre o papel da Petrobras na segurança energética nacional. Consideramos de suma importância projetar uma imagem da Petrobras que deixe claro seu papel estratégico, para que todos os cidadãos possam participar das decisões sobre os destinos da empresa, que apesar de ter capital aberto, deve guardar seu papel em prol do desenvolvimento da Nação, definido na Constituição.

Palavras-chave: Território; mídia; psicofera; imagem; Petrobras

INTRODUÇÃO

A Petrobras possui grande capacidade para fomentar o crescimento econômico, dinamizando o circuito espacial de produção do petróleo, sobretudo após a descoberta do pré-sal, que só foi possível após vultosos investimentos de dinheiro público. Em função dessa centralidade, buscamos capturar a imagem da Petrobras, que chega aos brasileiros através das informações que recebem pela mídia, e as contribuições desta imagem para que todos os cidadãos possam participar das decisões sobre os destinos da estatal. Os conceitos de

¹ Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP, Brasil. ruthalexandre@alumni.usp.br; ruthalexandreusp@gmail.com

“psicosfera” e “tecnosfera”, da teoria do espaço de Santos (1994) darão suporte teórico a este estudo sobre a imagem da Petrobras. A psicosfera, como “resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (Santos,1994, p.32) joga luz sobre o papel da comunicação, na construção de imagens no processo das relações territoriais, que são mediadas pela informação. Os estudos de Raffestin complementam o arcabouço teórico da análise, na medida em que alertam para o “domínio das redes de comunicação” por atores do mercado e da política e a possibilidade de “envolver a população numa trama informacional”. E a reflexão oferecida por Fuser (2013) ratifica a “importância decisiva aos atores estatais” na garantia de fornecimento da energia que move o território, com “poderes soberanos[...]para impor as políticas de energia”, orienta a análise sobre a controvérsia ocorrida em torno das mudanças na forma dos contratos da estatal com petroleiras internacionais e outros interesses do mercado, tanto interno quanto externo, a partir da descoberta do pré-sal. Aqui neste ponto se faz necessário um esclarecimento sobre o conceito de mercado que estamos usando. Estamos falando da ampla arena mundial de interessados em transformar tudo em mercadoria para compra e venda visando altos lucros: “Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideias, inclusive a ciência e a informação; mercado político, SANTOS, (1996, p.259)

Este trabalho, recortado para entender como se constitui uma psicosfera, a partir dos meios de comunicação de massa, num contexto de disputa do mercado internacional do petróleo, pretende analisar como a atuação da empresa Petrobrás foi apresentada nas notícias veiculadas pela mídia nacional, em particular nos jornais impressos Folha de S.Paulo e O Globo, pertencentes aos dois maiores grupos de comunicação do país, com capacidade para levar informação em todo o território e perfil de agência de notícias, devido à possibilidade dos mesmos de pautar os círculos de informação (internet, rádio, TV).

Tabela 1 – Exemplos: média diária auditada pelo IVC² (2015;2016;2017)

| Posição | Junho 2015 | | Dez. 2015 | | Junho 2016 | | Dez. 2016 | | Julho 2017 | |
|------------------|------------|---------|-----------|---------|------------|---------|-----------|---------|------------|---------|
| | Impr. | Digital | Impr. | Digital | Impr. | Digital | Impr. | Digital | Impr. | Digital |
| 1º Folha S.Paulo | 334.948 | 144.982 | 310.336 | 134.895 | 298.646 | 138.235 | 313.274 | 167.812 | 299.428 | 167.852 |
| 2º O Globo | 314.038 | 121.144 | 304.053 | 120.649 | 289.883 | 119.669 | 307.339 | 151.032 | 237.188 | 97.523 |
| 3º Super Notícia | 294.670 | 49.418 | 272.300 | 51.329 | 265.264 | 46.444 | 247.815 | 45.869 | 210.975 | 48.898 |
| 4º O. E. S.Paulo | 239.674 | 78.615 | 220.387 | 71.146 | 215.452 | 72.762 | 202.260 | 83.459 | 205.973 | 86.072 |
| 5º Z.Hora | 197.769 | 51.611 | 189.638 | 50.888 | 204.547 | 70.719 | 194.398 | 72.032 | 188.906 | 80.069 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo IVC-Instituto Verificador de Comunicação

A tabela I, construída a partir de informações fornecidas pelo IVC - Instituto Verificador de Comunicação, traz números da média diária da circulação impressa e acesso digital de ambos os veículos, no período de pesquisa, que atestam a abrangência nacional (todos os estados e regiões), nas versões impressa e digital.

Julgamos importante espelhar também o debate realizado em publicações fora da academia, justamente pelo perfil da pesquisa, que se debruçou sobre a qualidade das notícias publicadas por veículos de comunicação. Nossa pesquisa se inspirou no pressuposto de que “O jornalismo... é formado por práticas discursivas que têm pretensão à verdade.... a pretensão à verdade aparece na linguagem e nas fontes procuradas ...para dar respaldo às notícias.” (Intervozes, 2011, p.11).

1 - Primeira amostra da imagem da Petrobras projetada no território

Iniciamos a busca pela imagem da Petrobras, que chega ao imaginário dos brasileiros, analisando as notícias associadas aos quatro principais eventos, que envolveram a Petrobras, desde 2007 até 2014, no acervo dos jornais Folha de S.Paulo e O Globo: (1) em 2007, anúncio oficial da descoberta do pré-sal; (2) em 2009, anúncio pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, de que faria mudanças na legislação, que baliza os contratos de exploração do petróleo no Brasil, e votação em 2010; (3) em 2010, denúncia do site *WikiLeaks* de *lobby* das petroleiras estrangeiras, contra mudanças na lei de exploração de petróleo brasileiro; (4) em 2014 início da Operação Lava Jato. Para o levantamento, procedeu-se a leitura direta das notícias associadas a cada um dos quatro eventos, a partir da ocorrência de cada um dos eventos, num período de sete dias

² Dados fornecidos pelo Instituto Verificador de Comunicação. Média dos períodos com abrangência Nacional, todos os estados e regiões.

posteriores a cada evento. A exceção ocorreu apenas para o contrato de partilha, sete dias no anúncio de mudanças em 2009 e, para a votação ocorrida em 2010, verificou-se apenas o dia posterior à votação do projeto, como complemento. De forma qualitativa foi feita a verificação da frequência de palavras e expressões, representatividade e pluralidade do pensamento das fontes entrevistadas, se o papel da Petrobras para o desenvolvimento, soberania e segurança, definido pela Constituição, eram abordados, e nas matérias sobre a Lava Jato, quando a Petrobras não era o assunto principal, de que maneira era inserida.

1.1 Notícias sobre o anúncio oficial da descoberta do pré-sal na Folha de S.Paulo

No período de sete dias, a partir do anúncio da descoberta do pré-sal, e da decisão do governo de não colocar os blocos do pré-sal no leilão, a Folha de S.Paulo, em editorial afirmou ser: “Reserva estratégica”; e avaliou que foi “prudente postergar licitações de blocos”; também indicou a necessidade de “amplo debate e exploração mais adequada ao interesse nacional”. Outras matérias deram conta de que haveria mudanças nas regras dos contratos de exploração, e começou a aparecer a polêmica sobre a proposta de mudanças no marco regulatório de exploração do petróleo. Entre as fontes ouvidas encontramos: consultores do mercado; representantes de petroleiras; deputados; membro do governo; um geólogo, um historiador e um professor de relações internacionais. Nesse estágio, as notícias informaram sobre o “mega campo” de óleo leve³ (grau 28 API)⁴, dando chances ao Brasil de integrar o grupo dos 10 maiores produtores. Aparecem também as preocupações com custos de exploração e a informação de que “Governo quer fatia maior”. Para discutir ouviram João Carlos de Lucca- Presidente do IBP⁵; Jorge Camargo- Presidente da Statoil (Norueguesa); Guilherme Vinhas- Advogado especialista em petróleo; Murilo Marroquim-Presidente da Devon Energy. Para representantes da indústria de petróleo e gás a mudança geraria insegurança jurídica dos investidores. Outra preocupação que começa a surgir diz respeito à segurança do pré-sal. Ministro da Defesa Nelson “Jobim quer submarino pra proteger área de petróleo”. Para justificar a retirada dos blocos do pré-sal dos leilões, a Associação de Engenheiros do Petróleo chamou a atenção para o investimento de dinheiro público: “não

³ Óleo leve tem maior valor. Disponível em:< <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acessado em 11/02/2021.

⁴ Dados ANP: óleo leve ($\geq 31^\circ$ API), médio (≥ 22 API e < 31 API) e óleo pesado (< 22 API).Disponível em:< <http://www.anp.gov.br/arquivos/publicacoes/boletins-anp/producao/2020-01-boletim.pdf>>. Acessado em 11/02/2021.

⁵ IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo Gás e biocombustíveis, reúne representantes de petroleiras transnacionais e também da Petrobras, (Shell, Exxonmobil, Chevron, Brasken entre outras).

pode é a Petrobras correr o risco de furar 15 poços, desembolsar quase US\$ 1 bi e depois entregar tudo de ‘mão beijada’. Esse fator não foi aprofundado nas diferentes notícias.

1.2 – Notícias sobre o anúncio oficial da descoberta do pré-sal no O Globo

No mesmo período, o Grupo Globo demonstrou preocupação com a possibilidade de uso político da descoberta; teve início o debate sobre mudanças no marco regulatório. David Zilbersztjn- ex-diretor da ANP nos governos FHC, se declarou contrário ao modo “partilha”. “Se mudar a lei para entregar (o pré-sal) à Petrobras, você claramente está trabalhando para o processo de monopolização”. Importante também a informação de que a “Pesquisa custou US\$1 bilhão à Petrobras”. O perfil dos atores que tiveram fala no início da discussão foi muito semelhante àquele encontrado na Folha de S.Paulo (1.1); As matérias destacaram a retirada dos 41 blocos do leilão pelo Conselho Nacional de Política e os entrevistados têm opiniões diversas: "Mudança pode gerar insegurança jurídica"; Gustavo Leite- Campos-Mello, Pontes, Vince & Shiller; "monopólio da Petrobras afeta credibilidade do governo", Nelson Narciso- ANP; "não se pode mudar regras no meio do jogo", João Maia Deputado PRN; “Se a viabilidade e a robustez dessa reserva se confirmar ...melhora o cacife do Brasil..., Arnaldo Jardim- Deputado PPS; “podemos olhar para a Noruega que tem um fundo nacional de petróleo para financiar projetos sociais”, José C. Aleluia- Deputado do DEM. Uma discussão inicial, sobre a soberania e geopolítica do petróleo, na entrevista com Willians Gonçalves - Professor de relações internacionais da UFF: "As relações de poder são determinadas pela disputa por fontes de energia... Ao passarmos de auto suficientes para exportadores (de petróleo), muda significativamente nossa projeção internacional". O Globo também repercutiu o que falou a mídia internacional sobre o pré-sal. O jornal Britânico "Financial Times" publicou reportagem em que classifica a descoberta da área de Tupi, como um potencial instrumento de transformação do papel do Brasil, em termos geopolíticos. E destaca que o pré-sal foi noticiado pela BBC; Wall S Jornal; Lá Nacion; Clarin. No dia 16 de novembro de 2007, uma chamada secundária de capa “Jobim: petróleo pode atrair terrorismo”.

1.2.1 – Notícias da mudança de concessão para o modo partilha na Folha de S.Paulo

Passados dois anos do anúncio da descoberta do pré-sal, o governo do Partido dos Trabalhadores decidiu mudar o marco regulatório de concessão para o modo partilha. Na Folha de S.Paulo, identificamos que o editorial da empresa jornalística muda a retórica, declara que o governo está fazendo capitalização político-partidária, “**Petróleo na urna**”. Também não foi encontrada pluralidade, suficiente para amplo debate nacional, na representatividade dos entrevistados; exceção para o governo, todos tiveram discursos contrários às mudanças nas regras, não houve diversidade de ideias. Desta feita, foram

ouvidos: articulista do próprio veículo e consultores ligados ao mercado do petróleo e declaradamente contrários ao modo “partilha” dos contratos, e os representantes: da *Eurásia Group*, consultor para a América Latina; *Bank Of America Standard & Poor's*; Consultor ex-diretor da ANP no governo de Fernando Henrique Cardoso, classificado como neoliberal. As notícias informam sobre o empenho do governador José Serra em retirar a urgência na tramitação dos projetos, avaliam como intenção do governo o forte controle estatal e a intenção da Petrobras de fiscalizar os custos de produção no pré-sal, falam sobre a capitalização da Petrobras e num tom de reprovação, classificam o discurso do presidente Lula como “nacionalista e estatizante”. O jornal informa ainda que os estrangeiros também avaliam o modelo como estatizante e trazem também a promessa do governo de que a parcela reservada à união seria distribuída entre educação, cultura e ciência e tecnologia.

1.2.2 - Notícias da mudança de concessão para o modo partilha no Jornal O Globo

A preocupação com o “uso eleitoral” da descoberta do pré-sal, também apareceu por aqui, classificavam as mudanças como “oba, oba” “palaciano”, adjetivavam como “Regras estatizantes”, indicavam “tom nacionalista”, nas decisões do governo. A decisão de tornar a “Petrobras como operadora de todos os campos” foi analisada como “De volta ao passado”, com “viés estatizante do governo Lula”. As informações destacaram que as “Reservas do pré-sal serão controladas pela União, como na época do monopólio da Petrobras” e avaliavam que a mudança “Elimina competição e atratividade”. Tanto as notícias dos veículos quanto a opinião dos entrevistados viam nas mudanças, “figurino essencial para alavancar candidatura presidencial em 2010”. O Governador de São Paulo, José Serra aparece batalhando para aumentar o tempo de discussão da lei de partilha. Encontramos até uma especulação de que “Partilha é inconstitucional e deve abrir disputa judicial”, avaliação de Luiz Antônio Lemos, Sócio da Tozzini Feire advogados. Os atores, que tiveram fala nessa fase, têm perfil parecido, com o início da discussão: consultores do mercado; representante de petroleiras, cientistas políticos e pesquisador da área do petróleo. A manifestação do pensamento do Grupo Globo ocorreu em três editoriais contrários às mudanças: “Delírio estatista”: “preocupante visão estreita de que a abertura ao mercado é prejudicial ao Brasil...adota a partilha, situando o Brasil ao lado de regimes políticos autoritários ou pouco democráticos, com estruturas tributárias, muitas vezes vulneráveis à corrupção”; “Saudosismo”: “Enquanto vigorou monopólio, petróleo continuava debaixo da terra...”; “Risco do pré-sal”: “Petrobras única operadora é um dos riscos... sistema de partilha é adotado em países de pouca transparência....”

1.3.1- Notícias na Folha de S.Paulo sobre denúncia *WikiLeaks* de Lobby internacional pelo pré-sal

Em dezembro de 2010, com base em vazamentos de informações feitas pelo ex-agente americano da NSA - National Security Agency, Edward Snowden, o site *WikiLeaks* revelou telegramas enviados, daqui do Brasil, pelo consulado norte-americano a Washington, envolvendo a questão do pré-sal brasileiro. Nas notícias da Folha de S.Paulo, aparece a manifestação de contrariedade das petroleiras estrangeiras e a manifestação de disposição em influenciar atores da política brasileira, para derrubar o novo marco regulatório de exploração do petróleo da Petrobras. O título de um dos telegramas: “A indústria do petróleo vai conseguir combater a lei do pré-sal?” A cônsul Elizabeth Lee Martinez, refere-se ao pré-sal como “uma nova e excitante descoberta” e uma “oportunidade de ouro”, para as empresas americanas. Os telegramas trazem também um diálogo que teria ocorrido entre o então governador José Serra do PSDB, candidato à presidência, prometendo à representante da Chevron que depois de eleito mudaria a lei de partilha. No jornal Folha de S.Paulo do dia 13 verificamos que a notícia apareceu em uma chamada secundária de capa com o título: “Petroleiras se opunham à nova regra do pré-sal”; o texto da chamada informa que: “Telegrama diplomático dos EUA de 2009, obtido pelo site *WikiLeaks*, revelam que petroleiras americanas rejeitavam alteração nas normas do pré-sal, que o governo aprovou no Congresso. Segundo o despacho uma das empresas ouviu de José Serra (PSDB) promessa de que a regra seria mudada, se ele vencesse. “Deixa esses caras [do PT] fazerem o que eles quiserem”. Na página A4, do Caderno Poder, a notícia recebeu título semelhante: “Petroleiras foram contra novas regras para pré-sal”. “...mostram a preocupação da diplomacia dos EUA com as novas regras...papel da Petrobras como operadora chefe também é relatado com preocupação”.

No dia 15 de dezembro de 2010, o assunto foi retomado na sessão dos leitores, página A3 do caderno “Opinião”, com uma correspondência do então Candidato do PSDB à Presidência, José Serra do PSDB: “A propósito do texto...que menciona meu nome...esclareço que nunca me reuni com a companhia Chevron nem com qualquer outra do ramo”.

1.3.2- Notícias no O Globo sobre denúncia *WikiLeaks* de Lobby internacional pelo pré-sal

No Jornal O Globo o assunto aparece apenas no dia 13 de dezembro de 2010, em chamada secundária de capa com o título: “EUA criticam ação da Petrobras no pré-sal”. O texto da chamada aborda o assunto do ponto de vista das petroleiras internacionais: “revelaram uma possível estratégia da Petrobras de adiar leilões...levando os empresários americanos a rezear atrasos na produção dos novos campos. Segundo os documentos, as novas reservas trariam ganho político à então ministra Dilma Rousseff”. Na página 29,

caderno O mundo, o título, “Americanos de Olho no pré-sal”, linha: Petrolíferas estrangeiras temiam atraso na produção”. O texto mantém o foco da chamada.

O jornal o Globo optou por focalizar o interesse internacional e manteve a preocupação político partidária.

1.4. – Notícias sobre a Lava Jato nos jornais Folha de S.Paulo e O Globo

Juntamos aqui as duas amostras dos resultados. A Operação Lava Jato foi deflagrada em 17 de março de 2014, pela Polícia Federal (PF); no dia em 21 de março, o nome da Petrobras começou a ser vinculado à investigação. Em ambos os impressos, as informações sobre a prisão de Paulo Roberto Costa e a possibilidade de recebimento de propina caminhavam em paralelo, elo com a Petrobras estava apenas no fato de Costa ser ex-funcionário da estatal.

2 – Segunda amostra da imagem da Petrobras projetada no território

Com base no panorama oferecido pelas informações da primeira amostra, delimitou-se o período da pesquisa e quatro assuntos, avaliados importantes para delinear a imagem da Petrobras, projetada pela mídia no território. Na segunda amostra analisamos de forma qualitativa, dentro do período, por sete meses, (1º de junho a 31 de dezembro de 2015), atores sociais e narrativas sobre exigências de “conteúdo local”, “venda de patrimônio” da Petrobras e formato partilha (implementado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do PT, criticado pelo mercado e modificado pelo senador José Serra do PSDB com a promulgação da Lei 13.365/2016) e referências à Petrobras nas notícias sobre a “Lava Jato”. As amostras passaram por verificação da frequência de cada assunto; verificação de palavras e expressões utilizadas, para identificação dos sentidos e de representatividade e pluralidade do pensamento das fontes entrevistadas, portanto estarão destacadas apenas as notícias nas quais foram entrevistadas pessoas opinando sobre os assuntos selecionados.

2.1. Notícias sobre Conteúdo Local/Nacional, nos jornais Folha de S.Paulo e O Globo

Em carta aos governantes, cuja parte do texto destacamos na sequência, a ABIMAQ chama a atenção para o papel do circuito espacial de produção do petróleo, no desenvolvimento da indústria nacional e dá exemplos internacionais. Para a produção nos campos do pré-sal, a nova legislação do conteúdo local/nacional exigia, na fase de operação em águas rasas e profundas, índice mínimo de 37% e máximo de 55%; em fase de desenvolvimento, o índice mínimo de 55% e máximo de 65% de aquisição de produtos e serviços nacionais. Não encontramos um debate, amplo e profundo, sobre o impacto das exigências de conteúdo local, no circuito de produção do petróleo, para o desenvolvimento

das indústrias e serviços e geração de empregos no Brasil. As poucas matérias que contaram com opiniões trouxeram preponderantemente entrevistados contrários às exigências de conteúdo local, representantes de empresas do petróleo; um dos entrevistados é identificado apenas como Geólogo, mas é também consultor no mercado do petróleo. Diante da iminência de mudanças nas exigências de conteúdo local/nacional, em 10 de fevereiro de 2017, O Monitor Mercantil publicou carta com a manifestação do setor (Abimaq/Sindimaq) “Acabar com conteúdo local é crime de lesa-pátria”: “...que fim do conteúdo local eliminará mais 1 milhão de empregos.... O segredo, praticado pela Noruega ou Reino Unido, é desenvolver, juntamente com a produção de petróleo, uma indústria local.⁶ Bercovicci (2011 p. 29-30-42) corrobora desse pensamento e alerta sobre os riscos de não desenvolver a capacidade de absorção das rendas do petróleo para promover o desenvolvimento industrial, “Essas rendas podem ser facilmente dispersadas, quando deveriam ser utilizadas de modo que criassem ativos duráveis... O país precisa planejar como utilizar as novas fontes de renda...para que a descoberta de petróleo não impeça ou destrua sua industrialização e gere desemprego”.

2.2 – Notícias da venda de ativos da Petrobras nos jornais Folha de S.Paulo e o Globo

Também sobre a venda de patrimônio da Petrobras não encontramos debate significativo, ativos adquiridos durante décadas com dinheiro público e projetados para desempenhar papéis no desenvolvimento nacional. Na Folha de S.Paulo, duas notícias, um posicionamento de sindicalista contrário, um artigo e um entrevistado defendendo a venda. No Jornal O Globo, em 08 notícias pontuais, sem uma discussão ampla, sobre vender ou não, e, quais ativos poderiam ser vendidos; dois editoriais e três artigos favoráveis à venda. O editorial de O Globo de 21 de agosto de 2015, no título afirma: “Petrobras acerta ao vender parte de sua distribuidora”, sem um debate ampliado sobre o que diz a lei sobre o assunto, na medida em que, de acordo com (Bercovici, 2018) “o Estado deve ser o controlador de direito e de fato, ou seja, não pode compartilhar o poder de controle de sociedade de economia mista. Afinal, o Estado não tem disponibilidade para negociar livremente o interesse público, pois está vinculado à Constituição e à legalidade⁷”. Levando-se em conta preceitos constitucionais, que norteiam a administração das estatais, conforme apontado pelo Professor Gilberto Bercovici, Titular de Direito Econômico e Economia Política, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, deduzimos que mesmo que a empresa praticasse a liberdade de

⁶ “MONITOR MERCANTIL. “Acabar com conteúdo local é crime de lesa-pátria”. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/acabar-com-conteudo-local-e-crime-de-lesa-patria/>>. Acessado em: 21/02/2020.

⁷ BERCOVICI, Gilberto. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Estado-Democratico-de-Direito/A-Decisao-de-Lewandowski-e-a-Restauracao-da-Legalidade/40/40790>. Acessado em 02/07/2018.

opinião, também prevista na constituição, para defender a venda de ativos, teria que garantir outras opiniões, sobretudo para esclarecer a população sobre as especificidades relacionadas à venda de uma estatal ou de parte dela.

2.3 - Notícias sobre mudanças no formato de partilha nos jornais Folha de S.Paulo e O Globo

Como vimos após o anúncio da descoberta do pré-sal, o governo do Partido dos Trabalhadores mudou o marco regulatório de exploração de petróleo do pré-sal, do modo concessão para o formato partilha, uma das justificativas era de que a Petrobras já havia investido cerca de US\$ bilhão de dinheiro público em pesquisas, e a existência de uma jazida gigantesca com óleo de qualidade e preço no mercado estava confirmada, e principalmente pela avaliação de que energia barata e em grande quantidade poderia ser um fator muito importante no desenvolvimento do país. Como vimos, em 2010, José Serra/PSDB, então governador em São Paulo, candidato à presidência combatera o formato partilha e há registros de que teria feito promessas ao mercado, de retorno ao modo concessão. Eleito Senador em 2014, em 2015, José Serra apresentou o projeto de lei Nº131/25, com o intuito de mudar o modo partilha dos contratos de exploração do petróleo para o pré-sal.

Na Folha de S.Paulo, não foi encontrado debate sobre as diferenças para o modelo de concessão, apenas a desqualificação das exigências do formato partilha. Em 24/06/2015 em editorial do Grupo Folha defendia as mudanças no modo partilha, como sendo um aperfeiçoamento institucional: “A direção da Petrobras”; Em 9 de julho de 2015 artigo de Wellington Moreira Franco, Ministro da Secretaria de assuntos estratégicos do governo Dilma, indicado pelo PMDB, hoje MDB. “Coragem para mudar”, no qual defendia que “Modificar a Lei de partilha é vital para a Petrobras,” e acreditava que o projeto do senador José Serra, “tira da Petrobras o ônus da obrigatoriedade e lhe devolve o bônus da escolha..”; Dia 19 de agosto de 2015, em editorial a Folha de S.Paulo aponta a regra dos 30% mínimos para a Petrobras e a obrigatoriedade de ser operadora única como ônus excessivo que precisa ser reduzido; O editorial de 14 de Setembro de 2015, mais uma vez defende as mudanças no formato partilha: “Quanto ao governo e ao congresso, é preciso aceitar ampla revisão nas regras de exploração no pré-sal. A esta altura todos já enxergam que não é viável manter a obrigatoriedade de a empresa ser operadora única e ainda participar com 30% de investimento”. Em 5 de novembro de 2015 o economista José Scheinkman, nascido no Brasil, formado nos EUA, onde é professor universitário, foi entrevistado pela Folha. Ele critica “atrasos” no pré-sal, a obrigatoriedade imposta pelos contratos de partilha, e o que ele avalia como “desmonte” da capacidade de financiamento da Petrobras. Para Scheinkman “O pré-sal foi atrasado até um ponto que não é muito claro que ele seja aproveitável”. No Jornal O Globo, nas notícias sobre

as mudanças para o formato partilha propostas pelo projeto de José Serra, incluindo também os editoriais, é visível que o mercado, o grupo de comunicação e seus entrevistados são contrários às exigências do modo partilha e defenderam mudanças. Exceção apenas para a opinião do deputado Sibá Machado, que por pertencer ao Partido dos Trabalhadores, autor do modo partilha, pode ter sua opinião vista com viés. Também não encontramos um debate detalhado e profundo sobre o significado de cada formato dos contratos e qual seria o melhor para o país. Editoriais e opiniões de O Globo enfatizaram que “Congresso tem chance de corrigir equívocos do petróleo”; “Petrobras abandona delírio e entra na fase realista”; “Modelo deformado”, “no mundo das ideologias impera a cegueira”; “aprovação do fim da participação compulsória da estatal...Será boa notícia para acionistas e credores”; “Fé ideológica; ... manter o irrealista “modelo” de partilha...não realizar abertura do capital da BR Distribuidora...preservação de conteúdo local...a Petrobras está à beira do precipício”. E reserva um espaço sem destaque para Felipe Coutinho, Presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras defender o controle da produção pela estatal.

2.4 - Notícias sobre a Lava Jato nos jornais Folha de S.Paulo e O Globo

No auge da disputa do mercado contra a implantação da lei de partilha surgiu a Operação Lava-Jato, deflagrada pela Polícia Federal (PF), dia 17 de março de 2014. Informações oficiais dão conta de que o foco inicial da operação seriam as transações do doleiro Alberto Youssef, mas surgiu um primeiro elo entre Petrobras e Lava Jato, Paulo Roberto Costa, (ex-diretor, na empresa de 2004 a 2012), tinha recebido um carro de R\$ 250 mil do doleiro. Em 21 de março, após a prisão de Costa, o nome da Petrobras começou a ser vinculado à investigação. A operação que expôs casos de lavagem de dinheiro, corrupção, evasão de divisas, caixa 2 no financiamento de campanhas de políticos da maioria dos partidos, empresários, diretores de empresas prestadoras de serviços para o poder público, teve entre seus investigados alguns funcionários da Petrobras, com acusação superfaturamento e recebimento de propina, para facilitar obtenção de contratos com a estatal. E o assunto Lava Jato passou a alimentar manchetes diárias arrastando o nome da Petrobras para um escândalo sem precedentes.

Dentro do objetivo desta pesquisa de delinear a imagem da Petrobras disseminada no território, buscamos nas matérias sobre a Lava Jato, nos Jornais Folha de S.Paulo e O Globo, no caso da Petrobras não ser o tema principal, qual conteúdo da matéria fazia referência à estatal e se as referências à Petrobras abordam o papel da Estatal na segurança energética nacional.

De junho a dezembro de 2015, o tratamento dado às notícias sobre a Lava Jato mostraram forte incremento. Num total de 214 publicações do jornal Folha de S. Paulo,

passamos por 287 notícias, quatro delas em editoriais do veículo; somadas a 28 manchetes de primeira página; mais 23 chamadas de capa, sobre o escândalo da corrupção envolvendo funcionários da Petrobras, políticos e empresários do setor. As manchetes e chamadas de capa duplicaram a exposição, na medida em que traziam um texto resumido, para facilitar o entendimento da informação, no intuito de motivar a procura pela notícia no interior do caderno. Nos títulos, subtítulos e excertos recortados da notícia, o nome da “Petrobras” apareceu, neste período de análise, sempre acompanhada de um adjetivo, verbo ou substantivo de denotação ou com conotação negativa: Cartel; Corrupção; desvios (ado); Escândalo; Esquema; Fraude/dar; Prejuízo; Propina... O veículo ainda se utilizou de uma retranca⁸ para vincular as matérias ao nome da estatal pelo substantivo adjetivado: “Petrolão”, que remete a outro escândalo, o mensalão, que também envolveu políticos, em 2005, era Petro (Petrobras)+(lão), de (mensalão), então estava ligado ao escândalo político de corrupção anterior. O uso da retranca “petrolão”, vinculada às notícias relacionadas ao escândalo de corrupção da Petrobras, também exerceu importante papel negativo para a imagem da estatal, pois mesmo quando o nome da empresa não foi citado no título, a retranca garante o vínculo, identifica a informação com as denúncias de corrupção na Petrobras.

Fizemos alguns exercícios para buscar alguma materialidade dessa psicofera formada no entorno do nome da empresa. Um deles foi o apoio da tecnologia que transforma as palavras em nuvem⁹, recurso gráfico usado para descrever os termos mais frequentes de um determinado texto:

Figura 1 – Nuvem de vocábulos negativos sobre a Petrobras na Folha de S.Paulo



Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa

Figura 2 – Nuvem de vocábulos negativos sobre a Petrobras em O Globo



Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa

⁸ Retranca: “Matéria subordinada a outra matéria ou à manchete da página”, (Manual de Comunicação da Secom). Disponível em:< <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/retranca>>. Acessado em: 10/02/2021; “Mais especificamente, designa o código (em letras e números) com que se localiza um texto nos diagramas de qualquer página de uma edição”, (Manual de redação da FSP) Disponível em:< https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_r.htm>. Acessado em 10/02/2021;

⁹ Disponível em:< <https://www.jasondavies.com/wordcloud/>>. Acessado em 13/04/2020.

As nuvens (1 e 2) pouco diferem entre si na impregnação de negatividade à imagem da Petrobras, e as palavras que ganham evidência na formatação da nuvem, pela quantidade de vezes que foram encontradas nas notícias analisadas. Diferente das notícias pesquisadas sobre as exigências de conteúdo local; venda de ativos e contratos do modo partilha, que traziam opiniões favoráveis ou contrárias, as notícias sobre o escândalo da Lava Jato, apresentaram uma miríade de abordagens sobre suspeitas, investigações, inquéritos, audiências, delações, ameaças, *lobbies*, esquemas de corrupção, pagamento de propinas, carteis, destruição de provas, indiciamentos, defesas, acareações, acordos, condenações, prisões demissões em massa de operários. Enfim, a cada fato justificava uma ou várias matérias em um mesmo dia e o nome da Petrobras era envolto numa nuvem de escândalos de corrupção. Nas matérias sobre a Lava Jato, mesmo quando a Petrobras não era tema principal, a frase “Esquema de corrupção na Petrobras” foi direta ou indiretamente encontrada, como mencionado acima, pela retranca “Petrolão”, na Folha de S.Paulo, ou “Escândalos em série”, no jornal O Globo.

Notícia do O Globo de 02/06/2015, p.7, informa que pesquisa Ibope da época demonstrou que as pessoas estavam pensando mais na Lava Jato vinculada à Petrobras, que na possibilidade de se aposentar ou ficar sem seguro desemprego. Importante reafirmar que não se trata de questionar a Lava Jato ou qualquer operação que se proponha a realmente combater a corrupção, mas debater a forma como a imprensa mergulhou o nome da Petrobras num escândalo diário, sem preocupação em preservar a empresa.

3 - Terceira amostra da imagem da Petrobras projetada no território

Com base no panorama altamente negativo encontrado no entorno da Petrobras, ampliamos o período da última amostra. Para o levantamento quantitativo; desenvolvemos um script em *Python*, utilizando técnicas de *webscraping*, o qual orientou a busca pelos seguintes conjuntos de palavras: Petrobras partilha; Petrobras venda de ativos; Petrobras Lava-Jato, Petrobras conteúdo nacional e Petrobras conteúdo local, para um levantamento no período entre 1º de junho de 2015 e 30 de julho de 2017.

Gráfico 1 número de abordagens de cada assunto em ambos os veículos

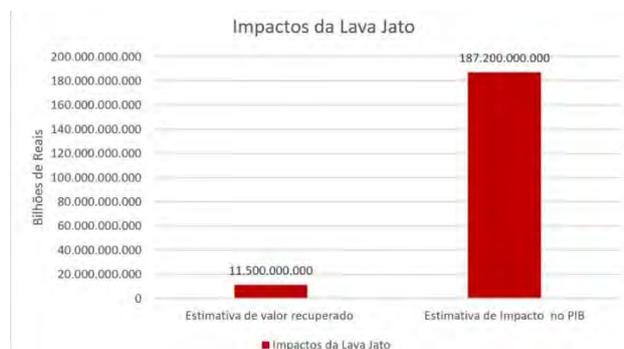


Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa do período

Os dados do Gráfico 1 demonstram que em ambos os veículos ocorreu uma diferença quantitativa expressiva na abordagem do escândalo da Lava Jato, em relação aos

outros assuntos relacionados à condução da Petrobras: exigência de conteúdo local; venda de ativos da empresa e mudanças no marco regulatório. E parte dos resultados dessa massiva exposição ao escândalo pode ser observado no Gráfico 2 e na Tabela 2.

Gráfico 2 - Lava Jato: Impactos no PIB x valores recuperados



Fonte: Elaboração própria com base em dados de (Otaviani; Nohara,2019)

Tabela 2 - Demissões nas empreiteiras⁶⁴

| CONSTRUTORA | NÚMERO DE DEMISSÕES |
|---|---------------------|
| Andrade Gutierrez | -90.000 |
| Camargo Correa | -2.500 |
| EAS | -3.500 |
| Engevix | -17.000 |
| Odebrecht | -95.000 |
| OAS | -80.000 |
| Promon | -380 |
| Queiroz Galvão | -13.000 |
| UTC | -20.325 |
| Total de desempregados pela Lava Jato -331.705 | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de (Octaviani; Nohara, 2019, p.165)

O Gráfico 2 e a Tabela 2 trazem dados dos estudos de Otaviani e Nohara (2019), que demonstram as perdas com os escândalos, em empregos e impactos no PIB quase 20 vezes maior que as promessas de recuperação.

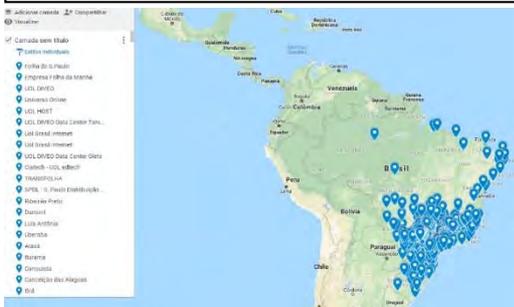
4 - Bases técnicas e políticas para circulação de ideias no território

No Brasil, a comunicação social transformou-se em um negócio altamente lucrativo, e concentrado, de acordo com Fernandes (2009p.47) “No século XX, o jornalismo tornou-se definitivamente uma atividade empresarial ...Dentro da lógica capitalista, as empresas de comunicação passaram a acumular veículos de comunicação social, concentrando poder econômico e político...”. Essa concentração da comunicação favorece o controle do território, conforme a análise de Ribeiro sobre a face econômica e política da mídia brasileira, “ O Sistema moderno de comunicação no Brasil, em sua face política, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador de mercados. (RIBEIRO, 2013, p.265). São “polos emissores de valores”, afirma (RIBEIRO, 2005, p. 12.467). “O ente mercado manifesta-se através de ... defensores dos seus interesses inseridos em diferentes entidades da sociedade civil (como exemplificam alguns órgãos da imprensa e associações de classe”.

A possibilidade de hegemonização do discurso dominante dos grupos de comunicação, conta com aparato técnico que permite a abrangência territorial através da

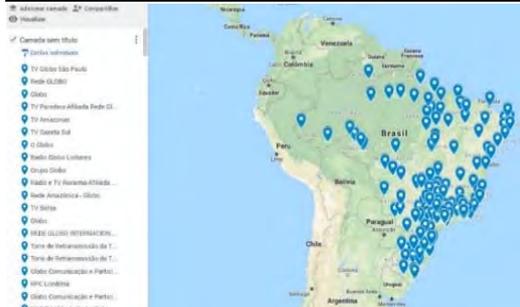
soma dos canais impressos (em estudo), a outros impressos, emissoras de rádio, TV e internet.

Mapa 1-Distribuição impressa e presença física do grupo Folha no território nacional



Fonte: Elaboração própria a partir do cruzamento de dados do grupo Folha de S. Paulo sobre a base cartográfica disponível no Google Maps

Mapa 2 - Distribuição impressa e presença física do Grupo Globo no território nacional



Fonte: Elaboração própria a partir do cruzamento de dados do grupo O Globo sobre a base cartográfica disponível no Google Maps

No caso do Grupo Folha além de fazer chegar o exemplar físico do jornal Folha de S.Paulo, diariamente, as notícias também contam com a versão digital e a plataforma Uol, no compartilhamento de informações. O Grupo Globo além das versões impressa e digital e da plataforma G, conta ainda com a TV Globo e suas afiliadas, e emissoras de rádio, locais, no apoio à disseminação de informações por todo o território nacional.

4.1 - Poder político nos meios de comunicação

Quadro 1

| TECNOSFERA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO | | |
|--|--|----------------|
| QUADRO 1 – Relação de políticos proprietários de mídia | | |
| CARGO/NOME | CARGO | PARTIDO-ESTADO |
| 01 | Dep. Adalberto Cavalcanti Rodrigues | PTB-PE |
| 02 | Dep. Afonso Antunes da Motta | PDT-RS |
| 03 | Dep. Aníbal Ferreira Gomes | PMDB-CE |
| 04 | Dep. Antônio Carlos Martins de Bulhões | PRB-SP |
| 05 | Dep. Átila Freitas Lira | PSB-PI |
| 06 | Dep. Benedito José Tamun de Andrada | PSDB-MG |
| 07 | Dep. Carlos Victor Guterres Mendes | PMB-MA |
| 08 | Dep. César Hauss Hajim | PRB-TO |
| 09 | Dep. Danilo Feliciano da Silva | PDT-PB |
| 10 | Dep. Dâmila de Carvalho Pereira | PAN-MG |
| 11 | Dep. Domingos Gomes de Aguiar Neto | PMB-CE |
| 12 | Dep. Elcione Therezinha Zubluth Barbalho | PMDB-PA |
| 13 | Dep. Fábio Salustiano Mesquita de Faria | PSD-RN |
| 14 | Dep. Felipe Catalão Maia | DEM-RN |
| 15 | Dep. Felis de Almeida Mendonça Junior | PDT-BA |
| 16 | Dep. Jaime Martins Filho | PSD-MG |
| 17 | Dep. Jolo Henrique Holanda Caldas | PSB-AL |
| 18 | Dep. Jolo Rodrigues | PSD-SC |
| 20 | Dep. José Alves Rocha | PR-BA |
| 21 | Dep. José Nunes Soares | PSD-BA |
| 22 | Dep. José Sarney Filho | PV-MA |
| 23 | Dep. Julio César de Carvalho Lima | PSD-PI |
| 24 | Dep. Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi | PMDB-SP |
| 25 | Dep. Luiz Gionilton Pinheiro Borges | PMDB-AP |
| 26 | Dep. Luiz Gonzaga Patriota | PSB-PE |
| 27 | Dep. Magdo Mofatto Hon | PR-GO |
| 28 | Dep. Paulo Roberto Gomes Mansur | PRB-SP |
| 29 | Dep. Ricardo José Magalhães Barros | PP-PR |
| 30 | Dep. Rodrigo Batista de Castro | PSDB-MG |
| 31 | Dep. Rubens Bueno | PPS-PR |
| 32 | Dep. Soraya Alencar dos Santos | PMDB-RJ |
| 33 | Sen. Acir Marcos Gurgacz | PDT-RO |
| 34 | Sen. Aécio Neves da Cunha | PSDB-MG |
| 35 | Sen. Edison Lobão | PMDB-MA |
| 36 | Sen. Fernando Affonso Collor de Mello | PTB-AL |
| 37 | Sen. Jader Fontenelle Barbalho | PMDB-PA |
| 38 | Sen. José Agripino Maia | DEM-RN |
| 39 | Sen. Roberto Coelho Rocha | PSB-MA |
| 40 | Sen. Tasso Ribeiro Jereissati | PSDB-CE |

Fonte: Dados de artigo do Coletivo Intervezes, publicados na revista Carta Capital de 24/11/2015

Outro forte risco para a pluralidade da comunicação, abordado por Marinoni (2015, p.5) é a posse dessas concessões públicas por políticos, que podem utilizá-las em benefício

de seus próprios interesses em detrimento do bem público. O Quadro 1 traz a relação com 40 deputados federais e senadores sócios de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão que aparecem no Sistema de acompanhamento de Controle Societário – Siacco, da Anatel, publicada pela Carta Capital (2015)¹⁰. Raffestin (1993, p. 218- 220) lembra que “todas as redes que interessam à comunicação de massa e à comunicação interpessoal...são instrumentos de poder...pois permitem encerrar uma população numa trama informacional, por isso atores políticos ou econômicos se garantem no domínio das redes de comunicação”.

5 - A imagem distorcida da Petrobras

Em “Lava a Jato: O interesse público entre punitivismo e desgovernança”, a professora Maria Virgínia Nasser (2019) se debruça sobre os entrelaçamentos da Operação. Entre as discussões levantadas pontuamos uma delas a qual não temos condições de aprofundar aqui, por não ser nosso objeto, mas se faz necessário chamar a atenção para a observação que joga luz sobre o processo avassalador que desestabilizou o circuito espacial de produção do petróleo sob comando da Petrobras, após o escândalo de corrupção maximizado pelos meios de comunicação. Quais os caminhos para responsabilizar e punir os comprovadamente envolvidos, em corrupção, sem quebrar as empresas, acarretando no fechamento de milhares de postos de trabalho e principalmente sem colocar em risco o nome da Petrobras? “Será que o arcabouço jurídico-institucional no âmbito do qual se desenrolou a operação está pronto para lidar com os próprios achados da operação, punindo as empresas, mas, ao mesmo tempo, evitando enormes custos sociais e criando condições para que os esquemas deflagrados não se repitam? (NASSER, 2019, p. 33)

Para Coutinho e Bercovicci, “os detratores da Petrobrás superdimensionaram os prejuízos causados pelos corruptores e corruptos que lesaram a companhia, com o objetivo de justificar a privatização dos seus ativos e do petróleo”¹¹, “O mito da Petrobrás quebrada é alimentado pela lenda do endividamento ameaçador. O endividamento teria sido motivado pela corrupção e por maus investimentos. Agora ele estaria a ponto de quebrar a Petrobrás e a única alternativa seria privatizar os ativos da estatal a toque de caixa.” Como nosso levantamento vem mostrando, nas informações difundidas pelo território encontramos opção

¹⁰ Carta Capital. Novo alvo do MPF: os políticos donos da mídia por Intervezes — publicado 24/11/2015 09h47, última modificação 24/11/2015 09h53

¹¹ Correio da Cidadania. “Petrobrás é a maior vítima de fake news da História do Brasil”. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/economia/13474-petrobras-e-a-maior-vitima-de-fake-news-da-historia-do-brasil>. Acessado em 17/05/2020

preferencial pelo escândalo de corrupção, e outras preteridas, como esse debate acerca do pseudo endividamento da estatal.

No início de fevereiro de 2021, a força tarefa da Lava Jato de Curitiba deixou de existir, mas os questionamentos à maximização da operação nos meios de comunicação e a condução da Lava Jato em si, continuaram sendo questionados, por estudos específicos e pareceres de especialistas e autoridades. Destacamos o pronunciamento¹² do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes sobre a postura do Juiz Sérgio Moro, responsável pelos julgamentos da operação, e do procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força tarefa, na condução da Lava Jato, revelados em diálogos gravados¹³. “Ou nós estamos diante de uma obra ficcional fantástica que merece o Prêmio Nobel de literatura, ou estamos diante do maior escândalo judicial da história da humanidade... Este modelo de estado totalitário que se desenhou teve a complacência da mídia...Quero que fique muito claro o que estamos discutindo e o que ocorreu no Brasil...Vamos ser julgados nisso aqui é pela História. Se formos cúmplices deste tipo de situação, nós montamos um modelo totalitário”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na defesa de interesses existentes no território, o controle dos discursos e a imposição de narrativas são fundamentais para a instalação de atividades hegemônicas que determinam a “utilização e funcionamento do espaço”, evidenciando a informação como “instrumento de poder” (Raffestin, 1993). A mídia exerce o papel de transmissora desse pensamento que requalifica os espaços, de acordo com “interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade” (Santos, 1994, p.45-51). A possibilidade de direcionamento é maximizada pela posse dos meios técnicos, científicos e informacionais, os quais permitem o oferecimento de um pseudodebate, pautado por interesses de agentes hegemônicos, com o intuito de dominar a dinâmica dos territórios. No alicerce dessa instrumentalização está o conceito que dá fundamentação teórica a este trabalho, a “psicosfera, resultado das crenças,

¹² Julgamento da 2ª turma do STF (Supremo Tribunal Federal) do pedido do procurador Deltan Dallagnol e outros seis colegas para que o ex-presidente Lula não tivesse acesso às mensagens deles, em poder da polícia Federal, que foram hackeadas e divulgadas. “Disponível em:< <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/02/gilmar-mendes-sobre-os-dialogos-de-moro-na-lava-jato-obra-ficcional-ou-o-maior-escandalo-judicial-da-humanidade/>> . Acessado em: 11/02/2021

¹³ Hackers invadiram os celulares de procuradores e de autoridades de Brasília, no material divulgado pelo Site The Intercept Brasil é possível ver o ex-juiz, orientando a acusação e até mesmo indicando testemunhas contra o ex-presidente Lula. Disponível em:< <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acessado em: 11/02/2021

desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos” (Santos, 1994, p.34). Este conceito nos ajudou a jogar luz sobre a imagem da Petrobras, construída no imaginário dos brasileiros, através das informações que recebem pela mídia, e possíveis contribuições desta imagem para os destinos da estatal, de suma importância para a segurança energética do Brasil. Não só os meios de comunicação corroboram na imposição de um “espírito” hegemônico no território, mas também a possibilidade de cooptação de atores da política, (Arroyo, 2006, p.6), que contribuem para normatizar verticalmente o território.

O controle social do Estado depende fortemente da qualidade da informação distribuída no interior do território, portanto está dado que a comunicação é imprescindível à formação da opinião pública, por apresentar a prestação de contas do Estado, seja quando praticada diretamente pela Instituição Pública, seja na condição de comunicação social, mediada por atores privados (imprensa, rádio, televisão, etc). Contudo, como vimos, no período recortado para o estudo, a preferência dos veículos estudados foi para os crimes de corrupção cometidos por alguns políticos e empresários e poucos funcionários da estatal, apesar disso, toda a empresa foi envolvida numa atmosfera onde preponderou o escândalo. Por outro lado, encontramos uma abordagem rasa e tendenciosa sobre o formato partilha dos contratos, venda de ativos e exigência de conteúdo local.

Seria ingenuidade, conceber a hipótese de que os dois maiores grupos de comunicação do Brasil desconheçam o papel da Petrobras, definido na Constituição, o qual foi delimitado com vistas ao desenvolvimento, segurança e soberania da Nação. A justificativa encontrada em ambos os veículos foi travestida de uma pseudo-batalha contra aquilo que definiram como “estatismo”, imposto pelo governo do Partido dos trabalhadores. Mas Comparato (1996, p.10-19)¹⁴ apud Octaviani; Nohara (2019, p.160) adverte para a, “a falsa dicotomia que se procura hoje inculcar no tocante à distribuição equitativa do bem-estar social, entre o estatismo e o privatismo. O princípio da participação popular permite evitar esses extremos, introduzindo uma linha de ação mais democrática na administração pública.” (Octaviani; Nohara, 2019, p.160). Ou seja, implementar leis como a do formato partilha com o intuito de trazer para a Nação, para o povo brasileiro, o controle do petróleo, investir as riquezas resultantes para o bem-estar da nação, como educação, saúde, pesquisas; atrelar a produção dos campos do pré-sal ao uso de equipamentos e serviços nacionais, para impulsionar o desenvolvimento, seria estatismo, como afirmaram os dois grupos em seus editoriais, e artigos de opinião pró-privatismo? Comparato vê falsidade nessa dicotomia, e propõe a participação popular como ponto de equilíbrio estatismo/privatismo. Então bastava

¹⁴ COMPARATO, 1996. Direito público: estudos e pareceres. São Paulo: Saraiva, 1996.

aos grupos de comunicação, promover um debate plural, com todas as ideias na mesa, como manda a Constituição Federal, preceito basilar da Comunicação Social.

Desde o Brasil, colônia de Portugal, as riquezas nacionais servem ao enriquecimento de outras nações: pau Brasil, ouro, pedras preciosas... O Brasil do século XXI continuará exportando petróleo cru? Enquanto o petróleo se mantiver como a principal matriz energética e o Brasil for detentor do pré-sal, quem será favorecido pela riqueza? Esperamos, com essa análise da imagem da Petrobras projetada pela mídia no território, ter contribuído para ampliar a visão sobre as narrativas que constroem imagens/ferramenta das disputas territoriais. Encerramos nossa colaboração, mais uma vez invocando a indagação de Santos (1994, p.57), sobre a medida para o relacionamento com os interesses de fora que chegam ao território verticalmente. Como participar do mundo globalizado “sem comprometer a realização” de nossos interesses. Tal é a verdadeira questão moral e política colocada pelo processo e pelas realidades da globalização.

Para concluir, deixamos também um registro iconográfico por meio das Figuras 4, inspirada nos vocábulos negativos com os quais a Petrobras foi apresentada pela mídia no período, e da Figura 5, inspirada no mutualismo de empresa edificada com dinheiro público, fornecedora de energia imprescindível para o desenvolvimento, soberania e segurança da Nação.

Figura 04 – Petrobras na mídia



Fonte: Produção nossa de arte inspirada na imagem da Petrobras, pautada pelo escândalo de corrupção

Figura 5 – Petrobras do Brasil



Fonte: Imagem criada por nós com base no papel constitucional da Petrobras

REFERÊNCIAS

ARROYO, Mónica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais Latino-Americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, Amália I. G.; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, Mónica. Questões territoriais na América Latina. São Paulo: CLASCO: Universidade de São Paulo, 2006.

BERCOVICI, Gilberto; COUTINHO, Felipe. Correio da Cidadania. "Petrobrás é a maior vítima de fake news da História do Brasil". Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/economia/13474-petrobras-e-a-maior-vitima-de-fake-news-da-historia-do-brasil>. Acessado em 17/05/2020.

BERCOVICI, Gilberto. Direito econômico do Petróleo e dos recursos minerais. Editora Quartier Latin do Brasil. São Paulo, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. **A Decisão de Lewandowski e a Restauração da Legalidade**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Estado-Democratico-de-Direito/A-Decisao-de-Lewandowski-e-a-Restauracao-da-Legalidade/40/40790>. Acessado em 02/07/2018.

CARTA CAPITAL. **"Novo alvo do MPF: os políticos donos da mídia"**. Publicado em 24/11/2015 09h47, última modificação 24/11/2015 09h53. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/novo-alvo-do-mpf-os-politicos-donos-da-midia-3650-html/> >. Acessado em 27/10/2020.

FERNANDES, André de Godoy. Meios de comunicação social no Brasil: promoção do pluralismo, direito concorrencial e regulação. 2009. Tese (Doutorado em Direito Comercial) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.2.2009.tde-02122009-152713. Acesso em: 2020-10-28.

FUSER, Igor. Energia e relações internacionais. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

INTERVOZES. **"Vozes Silenciadas": A cobertura da mídia sobre o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas/>. Acessado em 15/10/2011. Disponível em: <http://intervozes.org.br/arquivos/interliv009vozsmp-baixa.pdf>. Acessado em 16/11, 2019.

MONITOR MERCANTIL. "Acabar com conteúdo local é crime de lesa-pátria". Disponível em: <https://monitordigital.com.br/acabar-com-conteudo-local-e-crime-de-lesa-patria/>. Acessado em: 21/02/2020.

NASSER, Maria Virginia N. do A. Mesquita. Lava a Jato: o interesse público entre punitivismo e desgovernança. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

OCTAVIANI, Alessandro. **"Estatais: Estatais no mundo; histórico no Brasil; Regime jurídico; licitações; governança; casos: BNDES, Caixa, Petrobras, Embrapa e Sabesp; setores estratégicos para o desenvolvimento; funções do Estado capitalista contemporâneo"**/ Alessandro Octaviani e irene Nhohara -. São Paulo: Thompson Reutes Brasil, 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; PIQUET, Rosélia. **Matéria e Espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação**, In RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. V. 3. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Território usado e humanismo concreto: O mercado socialmente necessário**. In: Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo: Universidade de São Paulo. Anais, p. 12467.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.



GT 08 – COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

SOB MÚLTIPLAS CHAMAS: PROTAGONISMO E NARRATIVA NOS DOCUMENTÁRIOS VALE DOS ESQUECIDOS E MARTÍRIO

Denise Tavares (UFF)¹

RESUMO

No atual contexto de uma sociedade altamente midiaticizada, a produção audiovisual ganha imensa relevância em relação à percepção e compreensão dos conflitos socioambientais históricos que persistem no cenário brasileiro. Sob este diagnóstico, destacamos aqui os filmes “Vale dos Esquecidos” (2011), de Maria Raduan e Martírio (2017), de Tatiana Almeida, Ernesto de Carvalho e Vincent Carelli. O objetivo é discutir as possíveis contribuições que os dois documentários - que explicitam estratégias distintas de construção narrativa e de protagonismo -, oferecem, como contrapontos (ou não), ao discurso midiático preponderante (ou hegemônico) em termos das disputas que os filmes focam. A abordagem apresenta-se como recorte de pesquisa mais ampla sobre narrativa documentária e meio ambiente² que tem, entre outros objetivos, problematizar produções documentárias que colocam como eixo estruturante das suas narrativas a valorização de estratégias de transformações social e cultural, isto é, um sentido de resistência e reversão do que consideram “destruições” da vida qualificada presente, recortando, deste território, a perspectiva de preservação e defesa do meio ambiente.

Palavras-chave: disputa da terra; Vale dos Esquecidos; Martírio; conflito ambiental; documentário e resistência

1. INTRODUÇÃO

O Pantanal e a Amazônia em chamas cravaram em 2020 imagens perturbadoras quanto à situação do meio ambiente do país hoje. Veiculadas pela mídia hegemônica, com relativa contundência crítica à política ambiental assumida pelo governo de Jair Bolsonaro, essas vozes midiáticas, no entanto, continuam mantendo invisíveis um longo processo de disputas da terra que marcam estes territórios. Um contraponto contundente a esses silêncios tem sido um determinado grupo de documentários e reportagens oriundas da chamada

¹ Departamento de Comunicação Social, Pós-Graduação Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail:denisetavares51@gmail.com

² A pesquisa conta com apoio FAPERJ (APQ1/2019).

imprensa alternativa ou contra hegemônica que alargam e aprofundam este olhar e discurso, demarcando, com bastante ênfase, outros massacres que, raramente, ganham espaço na mídia de massa, apesar de integrarem as situações que acabamos de citar. Demarcar e discutir especificamente a produção documentária em função do território de pesquisa que habitamos, tem como objetivo problematizar as narrativas de resistência que integram a produção audiovisual de não-ficção na América Latina. Assim, a proposta dessa comunicação é debater as narrativas e protagonismos que estas produções têm construído, em abordagem que destaca os filmes “Vale dos Esquecidos” (2011), de Maria Raduan e “Martírio” (2017), de Tatiana Almeida, Ernesto de Carvalho e Vincent Carelli.

Ambos os filmes são construídos sob a perspectiva de uma certa militância cujas temáticas, sabemos, envolvem disputas econômicas, sociais e territoriais que receberam e recebem da mídia hegemônica um alinhamento bastante claro em termos de criminalização dos sujeitos envolvidos, situação que mobiliza nas obras citadas uma abordagem que se apresenta como contraponto ou contra narrativa a tal discurso midiático. Por esta e outras questões que pretendemos apontar em nosso texto, consideramos imperativo problematizar o que Maurice-Jean Lefebvre (1976) chama de "visão por detrás" da narrativa, isto é, aquela que não assume explicitamente a condução em primeira pessoa – caso de “Vale dos Esquecidos” – constituindo um percurso que embaralha a distinção entre narrador e autor, ao mesmo tempo que procura dar maior nitidez aos "personagens sociais" do mundo histórico que focam (o que nem sempre ocorre). Já “Martírio” trabalha em uma chave oposta, ao incluir com imagem e voz, os realizadores da obra. Ressalta, deste modo, o envolvimento explícito e o posicionamento claro dos diretores, desenhando uma outra perspectiva à narrativa e ao protagonismo desta. A opção por essa abordagem para compartilhar em um Grupo de Trabalho que se volta à temática das relações entre comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais deve-se ao reconhecimento de uma sociedade altamente midiaticizada (HJARVARD, 2014), onde o audiovisual é onipresente e, assim, capaz de friccionar um imaginário bastante consolidado em relação às disputas de terra e questões ambientais no país.

Em termos metodológicos, o texto, que recorta uma pesquisa mais ampla, vale-se de uma abordagem multidisciplinar cujo ponto inicial foi a revisão bibliográfica em torno dos conceitos que cercam a ideia de resistência na América Latina e os protagonistas nela envolvidos³, tendo como tema central a questão ambiental. O arcabouço teórico que envolveu

³ A pesquisa citada contou com participação de três projetos de iniciação científica que receberam aporte CNPq e FAPERJ (2017, 2018 e 2019), e de Apoio à Pesquisa (FAPERJ/APQ1 2019). Neste processo, construímos uma “cartografia” das obras que localizam a questão ambiental como uma das chaves relevantes da produção do documentário contemporâneo na AL e, claro, da compreensão da organização social deste “território”.

a análise das obras inclui a discussão sobre documentário (produção/linguagem), a teoria crítica e sua revisão proposta por SANTOS (2007; 2019), os debates sobre pós-extratativismo e as alternativas ao desenvolvimento (DILGER; LANG; PEREIRA FILHO, 2016), dentre outros autores e problematizações que trazemos. Assim, nesta comunicação, em função do limite de espaço, como já colocado, vamos tentar discutir, a partir dos dois filmes, as possíveis contribuições que estas e, por extensão, obras similares, trazem à percepção e compreensão do que tem ocorrido neste país no atual contexto do século XXI, momento em que as tensões relacionadas ao uso da terra no Brasil continuam tão pungentes, tão distantes de uma solução justa, e tão terrivelmente violentas, em especial quanto ao genocídio e roubo dos povos originários.

2. TENSÕES E PROTAGONISMOS: LUTAS DESIGUAIS

Como não poderia deixar de ser, documentários carregam parcialidade e buscam justificar alguma relação na sociedade. Por este olhar, podemos dizer que tanto “Vale dos Esquecidos” como “Martírio”, indicam, por suas narrativas, um posicionamento político claro quanto à posição que têm em relação aos protagonismos e narrativas que apresentam. No entanto, como já destacamos, de certo modo os filmes se apresentam como caminhos opostos quanto ao percurso argumentativo que articulam. Como nem todos podem conhecer os filmes, vale iniciar por um breve contexto do que fundamenta as narrativas.

“Vale dos Esquecidos”, filme que Maria Raduan realizou em 2011, portanto, há 10 anos, continua de uma atualidade gritante, na medida que centra sua narrativa nos conflitos violentos entre fazendeiros, agricultores sem-terra, índios, grileiros e posseiros que disputam uma área distante 14 horas de Goiânia: a antiga fazenda Suiá-Missú. Com cerca de 1,5 milhão de hectares, o local pertence oficialmente aos índios xavantes por decisão da Justiça Federal em 2012⁴, no entanto, o oficial não é o real. Só para marcar os mais recentes movimentos oficiais que impactam a vida dos donos legítimos dessas terras, em fevereiro de 2020 o governo de Jair Bolsonaro, revelou a pretensão de mudar o percurso da rodovia BR 158 que passaria a cortar a reserva indígena⁵ e, em julho do mesmo ano, os Produtores Rurais da

⁴ Apesar da demarcação ter sido homologada em 1998, quando foi denominada Terra Indígena Marãiwatsédé e envolveu os municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia (MT), a expulsão dos índios e a invasão continuou e somente em 2021 o Supremo Tribunal Federal definiu que o território deveria ser entregue aos seus donos legítimos. Mas, apenas em 2013 isso foi possível e, assim mesmo, a violência contra os xavantes seguiu forte e continuamente, até agora.

⁵ Ver <https://brasil.mongabay.com/2020/02/governo-bolsonaro-apoia-rodovia-que-poe-em-risco-reserva-dos-xavante-a-mais-desmatada-da-amazonia/> (Acesso em 18/03/2020).

Suiá-Missú de Alto Boa Vista, entraram com pedido de anulação da demarcação homologada em 1998⁶. Trata-se, portanto, de uma das realidades mais explosivas da situação de disputas de terra no país que tem, entre tantas consequências, ampliado a devastação ambiental do território, na medida que sob esses conflitos dispararam a recorrência aos incêndios provocados pelos homens. Isto porque, como se sabe, o fogo é, ainda hoje, considerado o instrumento mais rápido de “preparação” do solo para plantio imediato e/ou criação de pastagens e esta “prática”, no filme de Raduan, é sempre delegada “ao outro” que não o entrevistado.

Enfim, como colocado, a posse nunca significou paz neste território cujo marco para estes conflitos inicia-se em 1966, quando os indígenas, que a FUNAI, na época, garantiu documentalmente não existirem ali⁷, foram expulsos dali após a ocupação comandada pelo fazendeiro Ariosto Riva, em sociedade com o Grupo Ometto, que passaram a controlar esta área que chegou a ter 1,7 milhão de hectares, considerada, na época, o maior latifúndio do Brasil. Desalojados, os índios passaram a ser mão-de-obra praticamente escrava em Suiá-Missú, até serem deslocados para a Missão Salesiana de São Marcos, uma fazenda distante 400 quilômetros dali. No entanto, em uma semana, cerca de 70 índios, dos 230 que foram deslocados, morreram de sarampo, configurando mais uma etapa do genocídio causado pelo roubo das suas terras. Em paralelo, a fazenda foi passando de dono: primeiro, para a Liquifam Agropecuária Suiá-Missu S/A e depois, em 1980, para a empresa petrolífera estatal italiana Agip do Brasil S/A, que anunciou a devolução da terra aos indígenas em junho de 1992, durante a Conferência ECO 92⁸. O gesto, na verdade, acabou sendo apenas simbólico já que a realidade era outra, pois ocorria, naquele momento, um loteamento ilegal do território, onde pequenos proprietário já arrendavam suas terras para os grandes, visando a produção agropecuária e, ao mesmo tempo, se livrarem de litígios futuros com os indígenas.

É este cenário, anterior em dois anos à posse oficial de 2013, que se torna o centro do documentário de Raduan. Ao abordar o conflito que, naquele momento, completava 46 anos, a diretora opta por uma narrativa de múltiplas vozes, deixando subentendido o desejo de revelar um panorama complexo em que todos os envolvidos – índios, fazendeiros e posseiros

⁶ Ver <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/produtores-rurais-pedem-na-funai-anulacao-de-demarcacao-de-terra-xavante-homologada-em-1998-presidente-da-cdhm-pede-providencias-ao-ministerio-publico> (Acesso em 16/08/2020).

⁷ Foi esse documento que garantiu o financiamento de US\$ 30 milhões dado pela SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, ao grupo empresarial que passou a ser dono das terras.

⁸ Merece ser ressaltado que não foi uma medida “generosa” da empresa. Na verdade, a decisão ocorreu após uma verdadeira saga do cacique Damião Paridzané que chegou a ir à Itália, em 1992, para denunciar a empresa. E, em 2012, na Rio +20, novamente os xavantes pressionam por suas terras o que foi decisivo para a ação do Supremo Tribunal Federal. Mais sobre a luta dos xavantes em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/damiao-paridzane/> (acesso em 18/03/2020).

– têm certeza que estão certos e, por isso mesmo, afirmam-se dispostos à lutar por seus “direitos”, à margem de qualquer decisão judicial que, no final, ocorreria dois anos depois e, mais uma vez, mostraria seus limites quanto a pacificar o lugar. Assim, o que se pode destacar no documentário, é que ao deixar de construir um protagonismo explícito, “Vale dos esquecidos” acaba por eleger o próprio local, isto é, o meio-ambiente, como a grande vítima de uma disputa fabulada pelos homens. Neste sentido, as impressionantes cenas de queimadas com que inicia o filme marca uma narrativa que se torna imaginariamente circular: enquanto as relações humanas, historicamente construídas, não encontram uma trilha consistente de definir uma decisão que pareça justa a todos, a devastação segue, impactando para além daquele território.



Rosa Silva, uma das lideranças dos “Sem-Terra”, uma das várias entrevistadas de “Vale dos Esquecidos. (Print do filme)

Sob este olhar, o filme apresenta-se hoje em sua grandeza de tragédia anunciada, conforme vimos o que aconteceu em 2020, com o fogo alastrado por praticamente toda a região amazônica e centro-oeste do Brasil. No entanto, essa qualidade que muitos podem apontar como expressiva, encontra seu limite na dificuldade de apresentar um histórico mais consistente que permita ao espectador definir sua posição. Nesse sentido, a despeito das vozes poderosas do cacique Damião Parizané e de Dom Pedro Casaldáliga, que se sobressaem pela contundência das suas posições, o documentário nos parece insuficiente para se contrapor às narrativas hegemônicas que delegam aos indígenas brasileiros apenas o papel de tutelados que devem abrir mão dos seus direitos legítimos quando está em jogo o bem-estar do país. Quanto aos pequenos proprietários, estes testemunham uma política expansionista que se inicia com a famosa “Marcha para Oeste” empreendida por Getúlio

Vargas nos anos 1940, que incentivou a ocupação da terra dos Xavantes por posseiros e colonos. Suas falas escancaram a dramaticidade que envolve as consequências de uma política realizada à margem dos direitos legítimos dos povos indígenas e que se apresenta hoje como um pesadelo para todos os envolvidos.

Já “Martírio” assume, tantos na eleição dos protagonismos como na construção narrativa, a sua posição em relação aos conflitos que foca, demarcando, em primeiro plano, seu propósito de documentar o massacre sofrido pelos Guarani-Kaiowá, iniciado há séculos e intensificado, em novos moldes, no contexto atual. O documentário é o segundo filme de uma trilogia que tem como primeira obra “Corumbiara” (2014), um filme que tenta comprovar um massacre indígena que teria ocorrido em 1985, no sul de Rondônia, mas que se revela impotente para tanto e a previsão de se completar com outro filme, desta vez sobre indenizações a tribos localizadas em Marabá, sul do Pará. Portanto, trata-se de uma trilogia formada por narrativas distintas, mas que se articulam pela proposta de recuperar uma história que foi brutalmente escondida ou “recuperada” em uma chave em que as vítimas – os indígenas brasileiros - nunca são localizadas enquanto tais. Com este horizonte e por seu histórico como antropólogo, Vincent Carelli, e seus parceiros em “Martírio”, costumam a narrativa fílmica alinhavando episódios de uma resistência que ocorreu ao longo da história dos Guarani-Kaiowá, inclusive acionando material que filmaram desde 25 anos antes. Por esse caminho, o documentário recupera um percurso que aponta a expropriação das terras desse povo, a Guerra do Paraguai e as intervenções ocorridas sob a bênção do Estado. Situações que são atravessadas pela presença dos diretores que funcionam como interlocutores e testemunhas das expropriações, mortes e miséria que envolvem hoje os Guarani-Kaiowá.

Com 160 minutos de duração, o longa apresenta-se em um ritmo que incorpora diversos embates que os indígenas vivenciam na sua luta pela demarcação do seu território, em abordagem na qual os cineastas estão envolvidos com esses sujeitos, em postura bastante pautada pelo documentário antropológico (FREIRE, 2012, p. 234). Desses confrontos, um dos momentos mais emblemáticos é o que mostra uma comissão do Senado que discute a PEC 215, aquela que deveria definir, finalmente, os limites das terras que caberiam aos Guaranis-Kaiowá. Ali se explicita um jogo de forças na qual a fragilidade dos índios perante a chamada “bancada do boi”, tão valorizada pelo slogan “agro é tudo”, se evidencia: não há, sequer, um representante dos Guarani, como bem pontua o deputado do PSOL Ivan Valente, única voz a se contrapor a um cenário de farsa, lamentavelmente encabeçado por um governo que se dizia de esquerda. Nesse sentido, o silêncio da deputada Gleisi Hoffmann, do PT (Partido dos Trabalhadores), que integra a mesa, é estarrecedor e confirma a imensa dificuldade do governo, premido pela ideia de garantir um PIB alto pelo fluir intenso do agronegócio, se posicionar contra o setor que se apresenta como o que abastece o país e, por isso, merece

significativa impunidade a seus projetos extensionistas que avançam sobre as terras indígenas e devastam as florestas e o cerrado brasileiros. Afinal, “A exploração dos recursos naturais não pode mais ser vista como uma condição para o crescimento econômico. Tampouco pode ser um simples objeto das políticas de desenvolvimento”, como nos lembra Acosta (2016, p.67).

Narrado em primeira pessoa, o documentário é, antes de tudo, um ouvinte e observador atento, o que garante trazer à tela as memórias afetivas, a resistência dos Guaranis e Kaiowás e, principalmente, a profunda e comovente relação que esses povos têm com a terra a quem sentem pertencer. Um elo que surge no filme em diversos e intensos momentos, muitos destes configurados como um choque direto na civilização branca que os observa como obstáculos anacrônicos e, não raro, irritantes em suas reivindicações. Por isso mesmo, a estratégia que “Martírio aciona, de revelar os vínculos inexoráveis que existem entre o passado predador dos governos e a atual situação de tenacidade dos que sobreviveram a este genocídio, consagra uma narrativa disposta a acabar com quaisquer ilusões quanto aos projetos “desenvolvimentistas” que justificaram tantas vezes o arbítrio. Assim, não se pode alegar desconhecimento ou dúvida frente a esta insurgência contínua, obstinada e sonhada, que os Guaranis-Kaiowá apresentam e que o trio de diretores consagra, um movimento que não deixa de localizar o quanto se trata de uma luta desigual, violenta e revoltante. Uma luta que, antes de mais nada, desvela um agir desumano e indigno, que perpetua um roubo histórico e a incapacidade de sucessivos governos terem a coragem de acionarem uma decisão óbvia, se a pauta for justiça aos originários donos das terras.



Uma das cenas emblemáticas da resistência indígena em “Martírio” (Divulgação)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as disputas de poder que envolvem a posse de terra no Brasil, as demarcações das terras indígenas destacam-se negativamente pela incapacidade – não circunstancial – de se reconhecer o genocídio histórico perpetrado pelo modelo colonizador. A fórmula, que se assentou na consolidação das grandes extensões de terra – os latifúndios – ganha no cenário midiático atual o verniz exaltado da grandeza do agronegócio, emoldurado em *slogans* positivos que tratam de hiper dimensionar seu papel para a saúde financeira do país. Tudo o que poderia se contrapor – do modelo devastador da monocultura à destruição ampliada da biodiversidade das florestas e faunas brasileiras, passando pela devastação causada pela liberação absurda de uma quantidade sem-fim de agrotóxicos, entre outros instrumentos altamente questionáveis – não ganha fôlego no cotidiano da mídia nacional. É ela quem promove e sustenta esse discurso que se desdobra fortemente na legitimidade assumida pela representação política nos diversos espaços institucionais do Brasil, configurando, deste modo, um unísono difícil de romper. Não bastasse, o próprio imaginário de paz e beleza que cerca o campo brasileiro no espaço do entretenimento – em especial no nicho da dramaturgia televisiva e no cancionário popular – contribuem para um processo de cristalização discursiva difícil de tensionar. No entanto, uma hora as fissuras aparecem, quase todas oriundas de lutas promovidas por movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra (MST), tantas vezes criminalizado pela mídia, ou pelos esforços daqueles que procuram atuar à contrapelo da representação hegemônica. Neste território, o documentário, que pode ser definido como “narrativa com imagens-câmera que estabelece asserções (grifo do autor) sobre o mundo, na medida em que haja um espectador que receba essa narrativa como asserção sobre o mundo” (RAMOS, 2008, p.23), tem sido um espaço de expressão bastante acionado.

Reconhecer esse lugar fecundo neste texto, alinha-se à “proposição de um convívio ressignificado com a Natureza, a partir de uma relação pautada não mais pela instrumentalização, mas pela harmonia e autodeterminação” (DILGER, PEREIRA FILHO, 2016, p. 19) o que implica, desde sempre, incluir os direitos dos povos originários em uma visão ampliada e dialógica. Para tal ocorrer é necessário o reconhecimento dos impasses e de realidade destrutiva que o modelo civilizatório ocidental desenvolveu nestes séculos, algo que envolve decisões políticas amplas, como não estamos vendo neste momento no Brasil. E mesmo quando esta parecia mais possível, a realidade trazida por “Vale dos Esquecidos” e “Martírio” não deixam ilusões quanto ao imenso desafio que as necessárias transformações sociais trazem. Afinal, os processos históricos se realizam dialeticamente, isto é, as narrativas e imaginários se colocam, delimitam visões de mundo, determinam ações e, sabemos, vice-versa. Nesse falso “circular”, as contradições se apresentam como possibilidades de cisões

que são essenciais para a revisão e negação do que assume a aparência de acontecimento natural e irreversível, como a mídia hegemônica tem apresentado, na quase totalidade das vezes, os conflitos que envolvem a disputa da terra no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, territórios que os dois filmes circundam.

Ao reunir material de cerca de trinta anos de filmagem, Vincent Carrelli, com a colaboração dos diretores Tatiana Almeida e Ernesto de Carvalho, faz de “Martírio” uma narrativa complexa, que apresenta uma dinâmica de violência e incapacidade política do Estado assumir o seu papel gestor, corrigindo expropriações realizadas em nome de um “desenvolvimento” que, de fato, ampliou um genocídio histórico e desterrou os povos a quem afirma proteger e cuidar. Por assim fazer, contribui para a configuração de um cotidiano pontuado pelos efeitos perversos da negligência deliberada enquanto cerra os olhos às expulsões provocadas pelo agronegócio que legitima suas conquistas à força. É essa realidade que “Martírio” escancara, não deixando qualquer dúvida quanto aos protagonismos que elege. Há, no filme, uma autoria clara, presente, que se impõe tanto pela edição que define a narrativa, quanto pela opção da presença em cena que traduz a parceria necessária para viabilizar um projeto como esse, tão dependente da confiança entre os que têm sido vítimas e aqueles que têm a pretensão de tornar visível esta tragédia. Um horizonte que demarca, também, uma distinção muito objetiva: o modo como os índios sentem-se em relação à terra onde estão enterrados seus mortos e aqueles ruralistas que querem dela tudo extrair.

Já “Vale dos Esquecidos”, articula-se em outro processo ao assumir uma postura de observação em que a autoria significa o investimento em uma polifonia de vozes que mais traz perplexidade do que localiza possibilidades de solução. Neste lugar em que todos parecem ter sua razão, há o risco de se perder a origem, a matriz daquela realidade que se formou ao longo dos anos e que é incapaz, hoje, de camuflar suas tragédias. Aqui, já não se trata mais de reconhecer ou não quem sofre as consequências de um processo fabulado como se as pessoas fossem marionetes do poder, mas, talvez, fazer um movimento radical na direção de quem, afinal, é o legítimo dono do território. Uma decisão que impacta, dramaticamente, as vidas envolvidas e está longe de trazer resignação a quem se sentir perdedor, como já destacamos antes. Provavelmente percebendo esse risco, ou mesmo por avaliar que não daria conta de uma decisão, a narrativa cerzida por Maria Raduan, naquele momento, pode, simplesmente, estar traduzindo a impotência de quem se avalia, equivocadamente, distante daqueles conflitos. O que é ilusório, como vimos em 2020, com as terras em chamas na região centro-oeste e amazônica. Não se desviar desses impasses pode ser mais simples ecoarmos e nos movimentarmos em concordância a

Depois de um longo processo histórico de resistência, cujas origens remontam à dominação colonial e imperialista dos “povos originários dos ecossistemas”, suas identidades culturais estão sendo reinventadas nas suas

lutas presentes para defender, revalorizar e construir os direitos coletivos de seu legado biocultural, atribuindo novos significados culturais à natureza: desenhando e legitimando novas estratégias produtivas para a apropriação sustentável de seu patrimônio cultural de recursos naturais. (LEFF, 2016, p. 256).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver – uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

DILGER, Gerhard; LANG, Jorge. “Ousar pensar ‘fora da caixa’ in DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs). **Descolonizar o Imaginário**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

FREIRE, Marcius. **Documentário - Ética, Estética e Formas de Representação**. São Paulo: Annablume, 2012.

HJARVARD, S. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2014.

LEFEBVE, Maurice-Jean. **Estrutura do discurso da poesia e da narrativa**. Coimbra: Livraria Almedina, 1976.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida – Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2016.

RAMOS, Fernão. **Mas afinal...o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora SENAC, 2008.

ROSA, Juliana Cristina da; TAFNER JR, Armando Wilson. “A luta pela terra Marãiwatsédé por meio da biografia de Damião Paridzané”, disponível no projeto **Os Brasis e suas memórias**: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/damiao-paridzane/>



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais.

NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE A MINERAÇÃO E A INSURGÊNCIA DAS RESISTÊNCIAS EM BARCARENA (PA)

Leonardo de Souza Silva (UFPA)¹
Vânia Maria Torres Costa (UFPA)²

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte de experiências etnográficas realizadas no município de Barcarena, no Pará, em 2019, a partir da escuta e registro de narrativas de mulheres. Trata-se de compreender as relações entre elas e o território a partir de transformações específicas. Barcarena, cidade amazônica de origem indígena e ribeirinha foi modernizada e convertida em “zona de risco” via megaprojetos de mineração implantados por políticas desenvolvimentistas do Estado militar. Rios foram substituídos atravessados por estradas e as florestas e os campos naturais foram recortados sob uma “política de integração”. As empresas foram criadas de forma impositiva, desconsiderando as territorialidades preexistentes. Diante desse contexto, investigamos as memórias de oito mulheres, nativas do município e algumas líderes comunitárias, que lutam por seus direitos em cinco comunidades diferentes. Recorremos ao método etnográfico para realizar a imersão na realidade destas mulheres e suas experiências de vida (Geertz, 2014). A partir de diálogos com as entrevistadas, optamos pela Análise Crítica da narrativa de Luiz Gonzaga Motta (2013) para entender a construção deste “eu” que tem experienciado o processo de mineralização. Nesse processo, forma-se um “novo sentido do eu” reinventado no presente e suas problemáticas, mas sem romper com o passado. No script das vivências, Barcarena é representada como um lugar com muito desemprego, criminalidade e poluição e que requer organização coletiva para evitar novas imposições de territorialidade. Hoje, é possível perceber identidades e identificações de resistência nestas mulheres que narram uma saudade das experiências passadas, mas sem esquecer o desejo de um futuro para Barcarena.

Palavras-chave: Território. Memória. Narrativa. Identidade. Resistência.

¹ Doutorando em Ciências da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), UFPA, Brasil. Email: leosilvaufpa@gmail.com.

² Doutora em Comunicação, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), UFPA, Brasil. Email: vaniatorrescosta@gmail.com.

A MINERALIZAÇÃO DE BARCARENA E AS MULHERES EM AÇÃO

Barcarena (PA), município de origem indígena e ribeirinha localizado a 40 km da capital Belém, em meio aos rios amazônicos, passou por um duro processo de mineralização imposta por iniciativas hegemônicas estatais e empresariais. A mineralização, apresentada por Horacio Aráoz (2013), condiz com as mudanças abruptas e muitas vezes violentas, causadas pela instalação de megaprojetos em territórios já habitados.

A mineralização faz parte de um processo de modernização que, segundo Paulo Nascimento (2012), trouxe mais malefícios do que benefícios para uma população majoritariamente constituída por famílias de pequenos agricultores e pescadores. Não ocorreu um planejamento inclusivo, mas sim iniciativas de desapropriações ou desterritorializações somadas a violências epistêmicas e de proletarização.

De modo a contextualizar, a modernização da tradicional Barcarena começou por volta da década de 1970, quando o governo militar tomou por iniciativa “integrar” a Amazônia por meio de políticas de desenvolvimento. Inclínados a uma ideologia da modernidade³ e usufruindo da ausência de diálogo em um governo antidemocrático, os políticos do regime condicionaram-se como os gestores que trariam o desenvolvimento para uma região, segundo eles, desconhecida e inóspita (DILGER, 2012; NASCIMENTO, 2010).

A partir da criação de planos nacionais de desenvolvimento (PND) e de programas como o Pólos Agropecuários e Agromineral da Amazônia (Polamazônia), os “agentes da modernidade” inseriram a Amazônia e, por consequência, Barcarena, em negociações⁴ internacionais que levaram às instalações de megaprojetos de hidrelétricas e/ou de mineração para sanar demandas externas à nossa região (OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2015).

Hoje Barcarena está entre as cinco cidades paraenses com maior Produto Interno Bruto - PIB, junto a Belém, Ananindeua e outros municípios mineradores como Marabá e Parauapebas, mas com bastante desigualdade. A cidade conta também com instalações importantes para a continuidade dos megaprojetos como o porto da Vila do Conde e a Vila dos Cabanos (LEAL et al., 2012; TRINDADE JR; BARBOSA, 2016; SILVA et al., 2017).

³ Ideologia neocolonialista, eurocêntrica e etnocêntrica que prega que indivíduos devem se sacrificar em prol do desenvolvimento coletivo. Baseada no controle da natureza e na crença de que a tecnologia pode resolver todos os problemas da humanidade, ela retira a autonomia de determinados grupos em dar os próximos passos em suas vidas ao marginalizar as suas formas tradicionais e não acumulativas de lidar com o mundo. Atualmente, os megaprojetos são as suas reproduções máximas! (Gellert e Lynch, 2003; Quijano 2005; Quijano 2007; Ribeiro, 2008).

⁴ Para adentrar nos pontos desta negociação e entender os planos e programas de desenvolvimento, indicamos a consulta da tese “Territorialidades Específicas em Barcarena confrontadas com projetos de desenvolvimento”, de Rosane Maia.

Deste modo, pretendemos escutar o que as remanescentes tradicionais têm a dizer sobre a mineralização do território e suas implicações após quase cinco décadas de implantação das empresas? Afinal, são sujeitos que não participaram do processo decisório que definiu quando, como e onde seriam implantados os megaprojetos. A partir da mineralização, todo um cenário repleto de experiências e subjetividades pode tornar-se estranho, cabendo aos corpos do entorno tentarem entender as alterações.

Este artigo procura ressoar narrativas sobre o processo de modernização de Barcarena. Tais narrativas fazem parte de um recorte das experiências etnográficas de um dos autores durante os anos de 2018 e 2019, quando o mesmo cursava o mestrado em Antropologia. É a partir de métodos como o etnográfico que podemos ver e analisar como grupos humanos vivenciam o ambiente; entender a dinâmica do território e as territorialidades de Barcarena; as manifestações e a marginalização de saberes e vivências do outro (ESCOBAR, 2005; LITTLE, 2002; MAIA, 2017).

Atentos à importância de saber olhar e ouvir criticamente para depois escrever (OLIVEIRA, 1996), esta pesquisa se baseou em conversas com oito mulheres, todas nativas de Barcarena e algumas líderes comunitárias que lutam por seus direitos em cinco comunidades diferentes: Vila do Conde, Arienga, Torre, Ilha São João e Vila Nova Canaã. A intenção foi acessar, por meio das narrativas, o baú de memórias dessas personagens.

Assim como Luiz Gonzaga Motta (2013), acreditamos que a narrativa ajuda a compreender o sentido da vida e as experiências humanas. É na narrativa que percebemos o conjunto de acontecimentos selecionados pelas interlocutoras para mostrar os seus lados da história da modernidade. É por meio dela que conseguimos acessar memórias e identidades e entender subjetividades, razões, emoções e desejos de pessoas que passaram por um rompimento do comum, uma vez que o moderno traz o “novo” para o “velho” tradicional (GIDDENS, 2002; MENESES, 1993).

Ao conciliarmos as observações das etnografias e dos diálogos com as entrevistadas conseguimos perceber um *script* de vivências e entender como a Barcarena pós-modernidade é representada. Optamos por considerar a teoria da Análise Crítica da narrativa de Motta (2013) para ajudar a entender a construção deste “eu” que tem experienciado o processo de mineralização, como este produz sentidos sobre os acontecimentos narrados e como opera as suas estratégias discursivas do presente e do passado.

Por fim, vale ressaltar que, diante de um tema que consideramos sensível, no qual algumas das interlocutoras acharam melhor não se identificar, os nomes citados são fictícios. Porém, as comunidades citadas realmente correspondem ao local no qual residem.

TERRITÓRIOS MINERALIZADOS: A MODERNIZAÇÃO DE BARCARENA

É importante destacar que a mineralização atua no território e nos corpos que nele habitam. As relações humanas e culturais são condicionadas para um novo rumo. Como diz Araújo (2013), ocorrem mudanças no ambiente, na paisagem, nos ânimos, nas relações e nos vínculos. São experiências que levaram nossas interlocutoras a construir uma “imagem” de Barcarena, que é exposta por meio das narrativas (MOTTA, 2013).

Desde a colonização a elite política e econômica procura controlar territórios para impor os seus projetos (VALENCIO et al, 2011). Mas afinal, o que é um território? A compreensão de território que utilizamos aqui é a de Guattari e Rolnik (1986) que observam para além de um espaço físico utilizado por um grupo humano. É no território que as pessoas se articulam e se sentem pertencidas, pois o mesmo condiz com as suas subjetividades, comportamentos e sentimentos.

O território é afeto, é experiência, é apropriação e significação de um espaço físico! O território está relacionado ao “conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (HAESBAERT, 2004: 78). Contudo, com a mineração, segundo Svampa (2016), ele é transformado em área de sacrifício, na qual os sujeitos (nativos ou não) têm seus corpos, vidas e modos de viver dados como descartáveis e sacrificáveis.

Contextualizado o que significa território, adentramos nas experiências vivenciadas em campo. A primeira mulher com quem tivemos contato foi a dona Bianca, 78 anos, que nasceu em Barcarena, onde passou toda a sua vida. Hoje, vivendo na Vila do Conde, afirma ter orgulho de ter vivido todos esses anos na Vila. Ela é uma mulher aposentada que mora com seus dois netos menores de 18 anos.

Durante nossas conversas Bianca narrou que o Conde, por volta da década de 1960, era um local maravilhoso de se viver. Com orgulho, ela ressalta que parte de suas atividades foram herdadas dos antepassados indígenas. Por exemplo, era comum às famílias plantarem mandioca para a produção de farinha visando o consumo próprio. Além disso, cotidianamente ela presenciava uma paisagem composta por idas e vindas de pescadores que desciam e subiam as escadarias que dão acesso à praia do Conde com diversos tipos de peixes.

A minha vida foi muito... Coisa longa! Trabalhava muito na roça. Depois Trabalhava em roça. E aí foi isso, fui nascida e criada aqui na Vila do Conde. E nosso Conde era tão maravilhoso, tão maravilhoso mesmo. Era muito “Falto (Farto), muito Falto mesmo. Uma hora dessas, assim tu gostava de ver peixe, que traziam da praia que pegavam. Era peixe de

cento e tantos quilos que chamavam era Piraíba, e o resto filhote, dourada piramutaba, muito camarão, frutas (Bianca, moradora da Vila do Conde)⁵

Contudo, esta realidade comum ao Conde e às demais comunidades pesquisadas passou por drásticas alterações quando os “agentes da modernidade” olharam para Barcarena. Eram pessoas de fora que dificilmente se apresentavam para os (as) moradores (as), tanto que Poliana, outra de nossas interlocutoras, nascida e criada na região os identifica como “os homens” que chegaram ao mato no qual ela cultivava mandioca, o seu marido produzia carvão e no qual as suas crianças cresceram.

Era só florestas aqui. Floresta! Morador que é bom não tinha. Depois apareceu um aí, com uns homens. [...] Lá na outra casa que nós temo lá dentro, lá próximo ao rio, aonde essas molecada minha nasceram e se criaram tudo lá dentro. A gente fazia mandioca, milho, arroz, essas coisas. Pra venda. Pros dois, né? Pros dois (venda e consumo). E meu marido trabalhou muito com carvão (Poliana, moradora da comunidade do Torre)⁶.

Poliana contou que não sabe como os empresários chegaram a Barcarena e que a sua comunidade não possui relações com a empresa. Não há diálogo e este é um fato comum a todas as interlocutoras. Todas elas narram um distanciamento das empresas para com as comunidades do entorno.

É o que confirma Sônia (45 anos), filha de Jaiane (93 anos), que atua nas frentes de resistência em nome da comunidade do Arienga. Ela conta que a indenização para os deslocamentos eram ínfimas, sequer possibilitava a compra de novos terrenos para construção dos sítios nos quais as atividades tradicionais teriam continuidade. Além disso, as terras eram dadas como pertencentes à prelazia de Abaetetuba, município vizinho que faz fronteira com o Arienga e que teve na figura do padre primo o personagem que recebeu valores por terras que não eram suas.

Horrível! Os nossos parentes, tiraram pessoa de lá por 200 reais, 300. Na realidade foi um tal de padre primo que veio sacanear. Esse tal de padre primo, que se vocês chegarem em Abaetetuba vocês vão descobrir todas essas histórias, tanto que o pessoal do conde tá lutando por causa de seu distrito, e como a gente tá falando aqui né, não tinha leitura, nada, conhecimento, aí vinham aí e enganavam o povo. Enganaram o povo, tiraram de suas terras aqui! (Sônia, moradora do Arienga)⁷.

Concluídas as instalações, surgiram, segundo as interlocutoras, alguns benefícios da dita modernidade. Jaiane citou os transportes públicos coletivos que ajudam na locomoção, a criação de escolas e também a presença de energia elétrica que, por sinal,

⁵ Entrevistada em 06 de julho de 2018, na Vila do Conde.

⁶ Entrevistada em 10 de setembro de 2019, na comunidade do Torre.

⁷ Entrevistada em 10 de setembro de 2019, na comunidade Arienga.

não foi lhe dada gratuitamente. Ela precisou comprar o transformador e pagar a instalação para funcionários da Rede Celpa.

Contudo são ganhos incipientes porque algumas comunidades não o possuem. Por exemplo, moradores precisam se deslocar para outras comunidades ou até mesmo para Belém em busca de um atendimento médico ou de maiores oportunidades de ensino. Maria, dona de casa que atua na vice-liderança da comunidade Ilha São João, explica que a não existem tais serviços em sua comunidade e que até mesmo os realizados na Vila do Conde - a comunidade mais urbana das citadas neste artigo – há os transtornos.

A saúde aqui é zero. Falo logo. Saúde aqui é zero, é péssima! Segurança piorou. É porque é assim só tem uma delegacia, só tem dois ou três policiais, quando acontece alguma coisa pessoa vai lá tem um policial no posto deles. Posto a mesma coisa! Não tem médico! As vezes a gente vai e não tem médico. Tudo é pra UPA! Não dão mais medicamento aí, uma injeção, pessoa vai morrendo praí. Tudo é pra UPA! Tudo! Tudo! Tudo!. Nem todo tempo a ambulância taí. Tudo acontece. (Maria, moradora da Ilha São João)⁸

Inclusive, Mikaela (31 anos), filha mais nova de Jaiane e irmã de Sônia, acredita que Barcarena parou no tempo, pois não há políticas públicas o suficiente para suprir as necessidades que a vida moderna impõe e requer, principalmente no Arienga. A saúde, a iluminação, a coleta de lixo e a educação são precárias.

Falando de políticas públicas eu digo que não mudou nada, continua como se tivesse parado lá atrás, porque olha, tinha uma escola aqui, simplesmente a prefeitura fechou em 2016 eu acho. A escola de Santa Rosa. tem a opção de ir pro outro lado de Abaetetuba, atravessar a ponte no caso. E tem lá no São Sebastião que eles ainda mantêm a escola por questão política. Com a professora ainda conseguiram manter a escola lá. Tem essa que tá fechada, que era pra funcionar uma escola técnica que era pra pelo menos ensinar essas crianças a informática, aprender alguma coisa, isso simplesmente fecharam. (Mikaela, moradora do Arienga)⁹.

Outra questão que afluiu foi o aumento do fluxo migratório e a urbanização desenfreada do município (SILVA et al., 2017). Duas consequências deste crescimento é o desemprego e a criminalidade. Em relação ao primeiro, Mikaela conta que até existem vagas, mas as mesmas exigem um grau de escolaridade que as pessoas nativas de Barcarena não possuem devido à falta de investimento estatal nas escolas públicas. Além disso, poucas são as famílias que conseguem investir no ensino dos mais jovens. Muitos deles acabam procurando emprego mais cedo, justamente para ajudar na renda familiar.

E em relação à segunda, sua irmã Sônia narrou que “aumentou muito a criminalidade aqui porque teve a ocupação irregular do solo, essas invasões e vem muita

⁸ Entrevistada em 10 de setembro de 2019, na Ilha São João.

⁹ Entrevistada em 10 de setembro de 2019, na comunidade Arienga.

gente assim. Se vocês forem entrar em algumas comunidades, muito cuidado! Já cansou de vir repórter e ficar sem a câmera, sem celular, sem equipamento. Vocês têm que ter muito cuidado! Liga pro presidente da comunidade, diz o horário que vocês vão entrar, o carro que você vão entrar. Tem lugar que vocês só entram se for com o presidente”.

A TRADIÇÃO E O MODERNO

“Aqui não dá nada! Não dá peixe, não dá camarão, não dá fruto!”, afirmou Ana, moradora de Vila Nova Canaã que lidou com o deslocamento da terra na qual vivia. Ela nasceu em Montanha, mas foi deslocada para a instalação da Pará Pigmentos, passando a viver em Canaã, comunidade majoritariamente rural e marcada por invasões e abandonos de residências.

A fala de Ana é impactante, pois a todo instante tivemos contato com narrativas de uma Barcarena rica em sua origem, cujos fazeres indígenas e ribeirinhos eram as principais heranças. Prova disso é o Matapi¹⁰ que ela tem orgulho em fazer e mostrou-me todo o processo de confecção que buscou aperfeiçoar após assistir reportagens na televisão. Só que, diferentemente de antes, o número de camarões que dona Maria das Graças consegue capturar diminuiu drasticamente durante os anos. Hoje a pesca depende dos tempos de grande safra. Para além do camarão, ela também plantava mandioca visando à produção de farinha, principalmente para o consumo próprio, porém não dá continuidade à prática porque o terreno de sua casa é pequeno se comparado ao anterior no qual ela já morou.

O passado é narrativamente valorizado e ampliado pelas experiências do presente e as ajuda a entender que elas vivenciam a desvalorização das suas práticas tradicionais. Bianca conta que esse processo se iniciou justamente depois das grandes instalações, entre 1970 e 1980, com as mudanças nos rios que interferiram no plantio. Antes desse marco cronológico ela vivenciava o “tempo que prestava”.

Mas depois de 60 pra cá de 80 pra cá não veio prestar mais. Foi poluindo, poluindo e ficamos nessa nada mais prestou. Nem as mandiocas que a gente tirava da roça não prestava porque ela ficava assim tipo cozida. Porque a gente botava no igarapé pra amolecer pra tirar, pra misturar com a mandioca de terra pra poder secar pra gente fazer a farinha. Depois não prestou mais! (Bianca, moradora da Vila do Conde)

Com a poluição comprometeu-se, principalmente, a pescaria. A maioria das interlocutoras narram que hoje em dia não há mais a mesma quantidade de peixes e que les estão mais distantes. Antes a pesca poderia ser feita nos rios próximos, hoje o pescador

¹⁰ Apetrecho cilíndrico, produzido com tala de miriti ou garrafa pet, utilizado para capturar camarão.

precisa se deslocar mais além. Como narra Maria, “antes era bom, mas devido a esses impactos ambientais nos igarapés, tem que sair bem pra longe pra conseguir peixe!”.

Tainá, mulher de 41 anos, moradora da Vila do Conde, neta, filha e irmã de pescadores, retrata bem a situação ao contar sobre o tempo no qual o seu falecido pai saía para pescar sem sair de seu campo de visão na praia do Conde. O peixe era o almoço e a janta, mas hoje, nem ela, tampouco os seus filhos têm a mesma possibilidade.

Meu pai, antigamente, quando a gente morava aqui, ele saía, ele pegava o casco né. Na pesca mesmo ele remava daqui pra lá. Ele trazia nosso almoço, nosso jantar. Ah! Era cabeça fria! Só fazia comprar farinha e o açaí e pronto. Mas hoje em dia é muito diferente. Infelizmente os meus netos já não vão ter esse prazer de conhecer. A gente comia peixe natural, camarão... Hoje em dia até o camarão pra gente comer é raro! Nós mesmo aqui na beira é bem difícil consumir o peixe daqui porque quando tu vai pegar o peixe, tu abre a barriga dele e tá horrível né (Tainá, moradora da Vila do Conde)¹¹.

Como narra Mikaela, “se for sobreviver de pesca a pessoa vai morrer de fome porque o rio aqui não tem mais!”. Ela complementa que ter o rio sem poluentes minerais era ter facilidade, ainda mais que as pessoas nativas dificilmente são contratadas pelas empresas. A maioria sobrevive com os chamados “bicos”, ou seja, trabalhos temporários de baixa remuneração.

A VONTADE DE PERMANECER EM BARCARENAS: IDENTIDADES EM FLUXO

Por todo esse conjunto densamente descrito, Barcarena é representada pelas interlocutoras como um lugar difícil de viver. Os vazamentos e outros acidentes relacionados aos megaprojetos são os maiores problemas a se enfrentar neste território envolto por afetos. Porém, mesmo com as dificuldades, as amorosidades da maioria das interlocutoras pelo território no qual nasceram e foram criadas, distanciam a vontade de deixar a região para residir em outro lugar. É o que percebemos, inicialmente, na fala de Antônia:

Agora tá horrível! Lá pra banda de Itupanema né, tá horrível! E houve um vazamento e a gente tá nessa aqui. A gente tem muita poluição, nada vai pra frente e eu acho que não sei o que vai acontecer com nós, se a gente vai embora daqui, se não. Não sei, mas eu peço tanto pra Deus que não. Eu não quero sair daqui. Quero sair daqui pra aquela vila nossa ali que é o cemitério e não sair pra outro lugar que eu acho que eu não me acostumo! (Bianca, moradora da Vila do Conde).

Para ela a beleza da Vila do Conde é única e nem imagina mudar-se para outro local. Pelo contrário, em sua voz ela disse: “Não vou pra canto nenhum! Aqui, sei lá, é uma maravilha! Aqui tem tudo e se a gente for pra outro lugar a gente não conhece, nem vai se acostumar. Tem gente que já foi daqui, foi embora. Mas muita gente diz que eles não vão”.

¹¹ Entrevistada em 06 julho de 2018, na Vila do Conde.

O mesmo ocorre com Ana que, mesmo sob o medo de ser deslocada novamente¹² e de se dizer adoecida mentalmente devido à preocupação de perder a sua terra e a sua casa, afirma que não pretende sair do lugar no qual foi criada e que criou seus filhos e viu seus netos crescerem:

A gente ainda não plotou essa casa aqui por causa dessa arrumação de sai hoje, sai amanhã. Eu já adoeci com essa arrumação, eu já nem durmo mais de noite pensando”. Ah eu adoeci! Eu fiquei doente. Como que eu vou sair daqui do lugar que eu sobrevivo todinha a minha vida, criei todos os meus filhos? Tô criando neto aqui. Vão ficar tudo longe de mim? Não é fácil não! Eu tô com 71 anos, mas eu gosto desse lugar (Ana, moradora do Canaã)¹³

Há também quem já saiu, mas voltou. É o caso de Jaiane, mulher de 93 anos, residente do Arienga que se autoafirma como “indígena verdadeira” vinda de Barcarena para trabalhar como empregada doméstica em Belém. Ela narrou que enfrentou momentos difíceis na capital, pois se alimentava mal. Chegava a chorar quando via a diferença da quantidade de comida entre o prato dela e o de seus patrões. Logo a saudade apertou e ela preferiu voltar para o “mato”, onde não estava privada de necessidades básicas como ter algo à mesa para se alimentar.

Passei uns quatro anos trabalhando em Belém pra uma família, mas depois eu voltei pro meio do mato de novo porque eu sentia saudade. Eu chorava muito! Na casa dos outros a gente via fartura e na minha casa eu comia um pedacinho de comida. Eu tinha que lavar, soava, meu serviço era isso! Aí voltei pra casa e fui procurar fazer filho (Jaiane, moradora do Arienga)¹⁴.

E na vontade de permanecer na terra surge a “arte da resistência”, conceito que Maia e Acevedo (2014) utilizaram para pensar algumas ações das comunidades quilombolas de Barcarena e que pode ser deslocado para o nosso artigo. Frente ao processo de usurpação do território, a iniciativa de manter-se nas terras e dar continuidade, por exemplo, ao plantio e a pesca, mesmo com os problemas narrados, é um grande exemplo de resistência.

Há uma “pedagogia” que se iniciou no momento dos deslocamentos, mas que continuou com os demais problemas, e que as levou a se organizarem, a resistirem e a reverem as suas condições para assim lutar por melhorias para as suas comunidades (CARMO, 2010). Das interlocutoras, duas são lideranças comunitárias. É o caso da Maria,

¹² Ana residia em Montanha, comunidade desfeita na década de 1990 para a criação da Pará Pigmentos e, posteriormente, da Imerys. Para entender os deslocamentos, indicamos a leitura da tese “O território educa e politiza na (s): Os processos sócio-culturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena”, de Eunápio Dutra do Carmo.

¹³ Entrevistada em 13 de fevereiro de 2019, na comunidade Canaã.

¹⁴ Entrevistada em 10 de setembro de 2019, na comunidade Arienga.

atual vice-líder da comunidade da Ilha São João, e de Sônia que representa e luta em prol de benefícios para a comunidade do Arienga.

A primeira delas, a Maria, narra que costuma participar de protestos, principalmente depois de acontecimentos recentes como o naufrágio do navio Haidar no porto da Vila do Conde¹⁵ e os vazamentos de rejeitos de caulim pela Imerys e de bauxita pela Hydro. As suas ações visam, geralmente, indenizações das empresas aos moradores, em virtude dos efeitos que os ocorridos provocam nas vidas dos moradores.

De acordo com ela, não é raro as empresas negarem a culpa nos eventos e, muitas vezes, sequer escutam os reclamos dos moradores do entorno. Em vários momentos são os próprios moradores que procuram pressionar na portaria das empresas para conseguirem chamar atenção da mídia jornalística e/ou reunir com os responsáveis. Foi o que ocorreu em situações passadas com a Imerys.

Como liderança ela sempre está nas frentes destas ações, junto a seu marido, também líder da Ilha São João, e de outras lideranças das demais comunidades. Mesmo com as empresas não mantendo um diálogo com os moradores, ela diz que: “Quando eu não consigo contato, que eu não posso ligar, que não atendem eu vou até a empresa. Procuro quem e de onde tá vindo tudo e vou pra cima. Eu vou pra cima mesmo!”

Ela questiona o fato das empresas não apresentarem os laudos dos vazamentos para os moradores afetados e alerta que a luta sempre existe, mas que a discrepância de poder é muito grande entre os moradores e as mineradoras. Segundo ela, a comunidade sempre sairá perdendo, por mais que ocorra a organização e a resistência coletiva.

Teve o vazamento de uma água verde que morreram uns peixes praí, veio gente tá fazer coisa, laudo. Sumiram com o laudo. Deu em nada também. Sempre quem sai no prejuízo...? Não tem porque eles negam tudo, nunca é nunca é. Então quem fica no prejuízo? Sempre é a comunidade. Sempre a comunidade sai perdendo. Vai brigar com uma empresa uma comunidade? Uma empresa tem muito dinheiro, uma comunidade dessa pra cima brigar? É difícil pra combater com uma empresa (Maria, moradora da Ilha São João)¹⁶

¹⁵ “O naufrágio do Navio Haidar, no dia 6 de outubro de 2015, às margens do Rio Pará, marcou a história recente do município de Barcarena, estado do Pará. De acordo com dados da imprensa local, o naufrágio que ocorreu por volta das 8h no Complexo do Porto de Vila do Conde, área de responsabilidade da Companhia das Docas do Pará (CDP), transportava a mando da Minerva Foods, 4.965 bois vivos que teriam a Venezuela como destino. Não houve registro de pessoas feridas em decorrência do acidente, entretanto, cerca de 4.500 dos animais embarcados morreram ao permanecer nos compartimentos de carga do navio afundado” (Silva et al., 2020: 02)

¹⁶ Entrevistada em 10 de setembro de 2019, na comunidade Ilha São João.

Graças a sua liderança e apoio coletivo, em alguns casos foram conquistados para os moradores alguns retornos mínimos que não sanam, mas que ajudam em parte dos problemas. Em outros casos, apenas outras comunidades ou até mesmo pessoas que nem residem mais em Barcarena foram contempladas, por exemplo, com vales alimentação, tal como ocorreu no decorrer do caso recente envolvendo a Hydro Alunorte¹⁷:

Já a Sônia, que lidera a comunidade do Arienga tem consciência que o primeiro passo dado pelas empresas é a desterritorialização. Ela narra que o principal objetivo por trás dos atuais deslocamentos é a construção de bacias para o aumento da produção das mineradoras. Um caso já concretizado e que ainda marca as suas experiências é o da construção da segunda bacia da Imerys que mudou a rotina de locomoção da sua comunidade sem aviso prévio.

Só que, para além das interferências nas vias de acesso e saída, ela lembra que outros efeitos ocorrerão, o maior deles é a poluição por rejeitos. Por isso, ela narra que tem se unido à Associação dos caboclos, indígenas e quilombolas da Amazônia (CAINQUIAMA) para contratar advogados de renome que possam ajudar a entrar com ações visando pressionar as empresas sobre a realização de reuniões prévias com todas as comunidades e não somente com a que sofrerá diretamente com o deslocamento. A grande questão da sua militância é a ausência do diálogo.

Com orgulho ela contara que os mais jovens estão adquirindo a consciência da resistência por suas terras. O maior exemplo que ela tem é a Mikaela, sua irmã mais jovem que venceu as adversidades e formou-se em Direito para dar apoio a sua família e a sua comunidade. Mikaela é só mais um exemplo do que Sônia entende como um grupo de jovens que lentamente estão fazendo Barcarena “acordar”!

A partir dos relatos, entendemos que o território é um lugar de sentidos pelo qual vale a pena lutar. Aquele território do passado visto até mesmo de forma idealizada haja vista que naquela época havia problemas também, precisa ser reconstruído depois da mineralização. Não voltará a ser o mesmo, porém, se território é afeto, os moradores de Barcarena, em especial estas mulheres, procuram formas de sentirem-se reintegradas no espaço, refazendo o território conforme as condicionantes do presente.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/laudo-confirma-vazamento-de-rejeitos-de-mineradora-em-barcarena-no-pa.ghtml>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

NOTAS CONCLUSIVAS

Um ponto interessante das narrativas é este receio e negação de sair do lugar de origem. Nota-se que o território passou para lugar não só de afeto, mas também de sobrevivência e resistência. O lugar, segundo Tuan (1983), é o espaço familiar a nós! É o espaço que conhecemos e valoramos conforme nele vivemos. No caso destas mulheres, Barcarena é o espaço cuja familiaridade foi desenvolvida desde a infância.

Este passado está presente na memória, e é justamente a partir dela que se reforça a necessidade de manter-se em Barcarena, afinal, é nas reminiscências que se mantém o “tempo que era bom”. Como percebemos, elas recorreram às memórias de um passado para entender as suas vivências, as experiências e os seus desejos no presente.

A todo instante as memórias coletivas e individuais das mulheres fomentam suas narrativas, pois elas caminham juntas, uma vez que a narrativa é uma forma de recapitular as experiências vividas. Elas são verdades ou ficções contadas por seres humanos que vasculham as suas memórias (LABOV, 2008; TAMBOUKU, 2016). Já as memórias fazem parte de processos que têm fundamentos em acontecimentos vividos e narrados (CRUZ, 1993).

Se pensarmos o suceder das narrativas, algumas em específico, como a de Hilda, notamos que essa concepção de lugar foi fortalecida, afinal ela retornou para nunca mais querer sair, o que denota o que Arturo Escobar (2005) acredita ser um sentimento de pertencimento fortalecido pelas experiências vivenciadas no dia a dia. Nesta perspectiva, há uma dimensão subjetiva e/ou simbólica que produziu identidades e identificações que tem a memória como uma de suas constituintes (POLLAK, 1992).

Podemos então apontar que existe uma identidade territorial e social em cada uma destas mulheres, que é definida nas suas apropriações e relações subjetivas e concretas. É um vínculo com o território que orienta suas ações. Elas veem e valorizam a tradição herdada por gerações tentando manter este passado vinculado ao presente e ao futuro (GIDDENS, 1990; HAESBAERT, 1999).

Entretanto, autores como Anthony Giddens (2002) e Ulpiano de Meneses (1993) afirmam que a modernidade provoca mudanças sociais que os indivíduos procuram assimilar. Uma das mudanças ocorre no território, fazendo com que ela atue no íntimo do ser humano, criando um “novo sentido do eu”, um “novo sentido de identidade” devido ao surgimento de novas problemáticas, mas sem romper com um passado que, no caso deste artigo, é reinventado no presente a partir das narrativas.

Neste rompimento do moderno as pessoas retrocedem ao passado tradicional e às experiências que tiveram desde a infância para assim enfrentar os novos problemas (GIDDENS, 2002). O processo de mineralização já ocorreu e adentrou a psique destas mulheres que foram transformadas subjetivamente a ponto de agora se autoafirmarem como tradicionais ou “indígenas verdadeiras” e lutar por suas práticas herdadas por gerações.

Nesta Barcarena o tradicional vive em conflito, mas também tem aproximações com o moderno que, segundo David Harvey (1989), procura romper e fragmentar com quaisquer precedentes. Com as interferências do hegemônico global no local as mulheres pretendem alcançar melhorias no “novo” negado ou “fornecido” de qualquer maneira. Atualmente elas pretendem conciliar o tradicional com o que elas enxergam como o positivo da modernidade que poderá emancipá-las socialmente. Como diz Pollak (1992), sem memória eu não me reconstruo no presente.

Baseados em Pollak (1992), podemos refletir que os efeitos da mineralização do território são acontecimentos marcantes para elas. Algumas criaram traumas, outras sentiram a necessidade de se politizar para resistir. Atualmente, parte delas são líderes comunitárias e fazem valer as suas vozes em protestos e audiências públicas. Antes elas identificavam-se somente com o tradicional, hoje elas se identificam também com a resistência. E nessas identificações elas emitem as suas memórias sobre os megaprojetos.

São décadas de atividades hegemônicas que fizeram emergir novas identidades, uma vez que elas são construídas a partir da união de acontecimentos, personagens e lugares gravados pela memória. Como diz Pollak (1992, p. 5), é a partir da memória que a identidade define a diferença entre o “nós” e o “eles”, o “eu” e o “outro”. Ainda segundo ele “ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (*idem*, 1992: 5).

Pensando nisso, quais imagens estas mulheres produziram para nós durante as suas narrativas para a pesquisa? Analisando, acreditamos que elas criaram a imagem de mulheres que foram obrigadas a conviver com os megaprojetos sem um diálogo prévio, mas que hoje procuram se reconstruir, inclusive aproveitando tudo que consideram positivo na modernidade instaurada. São mulheres que compõem movimentos de resistência buscando negociações justas e dialogadas, assim como o direito de ter um terreno no qual possam dar continuidade às suas tradições.

Estas são mulheres que lidam com as poluições, que procuram estudar para dar forças às lutas de suas comunidades. São mulheres que questionam as atuações do Estado local e o desemprego presente nas suas famílias e vizinhança, mesmo com quatro megaprojetos presentes em Barcarena, cujo papel seria gerar emprego e renda. São mulheres que visualizam nos mais jovens a possibilidade de novos questionamentos almejando melhorias para as suas comunidades.

Descrevemos um conjunto de eventos distintos que ocorreram nas particularidades de cada interlocutora. Algumas sofreram deslocamentos, outras não. A maioria mora em áreas mais rurais, enquanto algumas têm suas residências em comunidades mais urbanas. Ao acionarmos Motta (2013) entendemos que cada uma delas apresenta uma imagem de Barcarena e de si. Foram narrados eventos marcantes e selecionados por elas que reforçam as suas apresentações quanto pessoas marginalizadas e impactadas.

É na imagem de si que elas conseguem reclamar e justificar as suas resistências e lutas por direitos. A partir dela busca-se a validação e a consideração de suas vozes por um “outro” que detém maior poder político e econômico, no caso as empresas e o Estado. Os agentes da modernidade são os diferentes devido às suas práticas contrárias e muitas vezes impostas sobre os moradores cujas identidades tradicionais eram anteriores a “novidade” da mineralização.

Pensando em Motta (2013), essa reflexão mostra quem elas são e pretendem ser. Elas são o que narram! Há um conjunto de experiências repletas de tradições, emoções, desejos, reflexões, logo memórias e identidades, os dois conceitos que procuramos abordar, tendo em mente que as narrativas nos ajudam a entender o mundo.

Por fim, considerando o mesmo autor, que afirma que toda narrativa contém em seu íntimo um objetivo explanado ou não pelo narrador, podemos dizer que nossas interlocutoras pretendem alcançar outra forma de desenvolvimento para Barcarena. O desejo é ser escutada pelas empresas e ter os seus saberes tradicionais respeitados a partir da não poluição e da não imposição de deslocamentos. Elas querem investimentos nas escolas, nos hospitais e nas ruas. Elas ensinam empregos e projetos para elas, seus maridos e herdeiros (as). Elas pretendem alcançar o que o desenvolvimento proposto pela modernidade ainda não lhes apresentou.

REFERÊNCIAS:

ARÁOZ, H. M. Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras... Cuerpos y emociones en contextos de mineralización. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, v. 5, n. 11, p. 21-33, 2013.

BORDALO, C.; FERREIRA, D.; SILVA, F. Conflitos socioambientais pelo uso da água em comunidades ribeirinhas no nordeste paraense: o caso das bacias hidrográficas dos rios Murucupi e Dendê no município de Barcarena-PA. *In: I Congresso Nacional de Geografia Física. Anais do I Congresso Nacional de Geografia Física*. Campinas, São Paulo. 2017. P. 323-334.

CARMO, E. D. DO. “**O território educa e politiza na (s): Os processos sócio-culturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena**”. 2010. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, R. D. Experiencias de La Identidad. *Revista Internacional de Filosofia Política*, s.v, n. 2, p. 63-74, 1993.

DILGER, G. Extrativismo e ambições atômicas: O modelo de desenvolvimento brasileiro e os alemães. *In: BARTELT, D (Org.). Um Campeão Visto de Perto Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012. p. 148-159.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?. *In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO (Edi). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p.63-79.

GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. *In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 169-190.

HARVEY, D. *The Contifition of Postmodernity*. Oxford: Oxford Unfversity Press, 1989.

LABOV, W. **Some Further Steps in Narrative Analysis**. *Journal of Narrative andLife History*. v. 7, n. 1-4, p. 395-415. 1997. Disponível em: <<http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/sfs.html#fnB1>>. Acesso em> 29 jan. 2021.

LEAL, A. L.; SÁ, M. E. R. de.; NASCIMENTO, N. S. F. & CARDOSO, W. de S. Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re) produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas. *Revista de Políticas Públicas*, v. 16, n. 1, p. 157-167, 2012.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropológica**, Brasília, nº 322, 2002.

MAIA, R. de O. M. **Territorialidades Específicas em Barcarena confrontadas com projetos de desenvolvimento**. 2017. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, Belém. 2017.

_____.; ACEVEDO MARIN, R. E. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. *In*: 38º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS - Conflitos ambientais, Estado e ideologia do desenvolvimento: mediação e luta por direitos**. Caxambu, Minas Gerais. 2014. n.p.

MENESES, U. T. B. de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *In*: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo. 1993. p. 207-222.

MOTTA, L. G. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NASCIMENTO, P. A. M. do. **Gestão ambiental em área de risco no município de Barcarena/Pará**. 2010. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação de Gestão e Auditoria Ambiental. Universidad de León, Florianópolis. 2010.

NASCIMENTO, P. A. 2012. Conflitos territoriais, zoneamento industrial e impactos socioambientais em Barcarena/PA: o caso Usipar. 6 p. Disponível em: < <http://culturadigital.br/desastresdamineracao/files/2016/02/o-caso-usipar-conflitos-territoriais-zoneamento-industrial-e-impactos-s%C3%B3cio-ambientais-em-Barcarena.pdf> >. Acesso em: 13 dez 2018.

OLIVEIRA, R. C. de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, C. P. **Políticas de Estado e o grande capital na Amazônia: O caso da mineração no Pará**. 2008. Monografia - Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SILVA, A. M. **Megaprojetos, conflitos e processo decisório - a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte**. 2015. Tese de Doutorado em Governança, Conhecimento e Inovação. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. 2015.

SILVA, C. N. da.; REIS, J. F. G.; SILVA; J. M. P. da.; PORTO, J. L. R.; LIMA, R. Â. P. de. Uso do território e implicações sócio-territoriais da mineração no Município de Barcarena (Pará – Brasil): População, arrecadação e segurança pública. **Revista Espacios**, v. 38, n. 6, p. 24-39, 2017.

SILVA, E. R. R.; BRASIL, I. D. S.; GOMES, A. A. C.; DUARTE, J. F. dos S.; AMORIM, L. S. V. B. & COSTA, M. do S. S. Detecção temporal de área urbana do município de Barcarena-PA utilizando imagens de média resolução espacial. *In: Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto –SBSR*. Santos, SP. 2017. p. 6498-6505.

SVAMPA, M. **Debates Latinoamericanos**. Indianismo, desarrollo, dependência y populismo. 1. Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2016.

TAMBOUKU, M. Aventuras da pesquisa narrativa. IN: KIND, Luciana e CORDEIRO, Rosineide. **Narrativa, Gênero e Política**. 1 ed. Curitiba, PR:CRV, 2016.

TRINDADE JR.; BARBOSA, E. J. da S. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 20, n. 2, p. 349-363, 2016.

TUAN, YI-FU. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados / Norma Valencio. - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. 160 p.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA AMAZÔNIA LEGAL MARANHENSE: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A PROGRAMAÇÃO DAS EMISSORAS EM SÃO LUÍS.

Samir Aranha Serra (UFPA)¹

RESUMO

O artigo apresenta os resultados iniciais do mapeamento e análise da programação das rádios comunitárias outorgadas no âmbito da Amazônia Legal maranhense, tendo como recorte as emissoras Associação Comunitária do Jaracaty, Associação Comunitária Solidariedade, Associação Cultural da Área Itaqui-Bacanga, Associação de Radiodifusão Comunitária de Estiva, Fundação Maranhense de Assistência Comunitária - Fumac e União de Moradores Do Bairro Da Conheb do Sacavém, localizadas em São Luís, capital do estado. Busca-se, a partir da análise de suas programações no período de 06 a 13 de dezembro de 2020, compreender o papel ocupado por estas rádios na disputa de produção de sentido nos discursos na mídia local, bem como se as suas atuações estão em acordo aos requisitos impostos pela Lei Federal 9.612/98, que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil, no que tange especificamente às suas finalidades e princípios norteadores para elaboração de programação. Com a pesquisa pretende-se ainda compreender se há de fato em suas práticas produtivas um caráter contra-hegemônico e se atuam na perspectiva de mídias cidadãs, como espaço democrático e plural, com vistas a provocar a reinvenção de um modelo de comunicação de interesse público PERUZZO apud STEINBRENNER (2017). Para contextualizar suas atuações na esfera local, e as possíveis distorções aos conceitos preconizados como característicos da comunicação comunitária em termos ideais, retomamos os trabalhos de ARAÚJO (2011; 2016) e COSTA (2017), que dissecam, no âmbito do Maranhão, as relações entre mídia, controle social e poder.

Palavras-chave: Rádios Comunitárias. Radiodifusão Comunitária. Lei 9612/98. São Luís.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo surge a partir das reflexões e do esforço em determinar um recorte à temática de pesquisa do projeto de dissertação ora em curso por este autor, bem como de inquietações que permeiam minha trajetória de trabalho e observação junto ao movimento de rádios comunitárias no Maranhão.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, PPGCom/UFPA. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Email: aranha.sam@gmail.com.

Minha imersão nas rotinas de produção e ao próprio movimento de rádios comunitárias em São Luís se deu a partir de 2017, quando do convite a conhecer a rádio Bacanga FM, ainda durante atividades inerentes à graduação em jornalismo. Os desafios enfrentados por aquela emissora para buscar legalização e posterior sobrevivência, bem como o engajamento da comunidade no entorno foram o mote para que me aproximasse com certa curiosidade, encantamento e vontade de participação.

Por outro lado, a compreensão da concentração dos veículos de comunicação em poucos grupos de características oligárquicas, já objeto de análise nos estudos de COUTO (2009), DOUGLAS (2011), REIS (2013) já lançam pistas à replicação do modelo de apadrinhamento e barganha na utilização das autorizações de funcionamento das rádios comunitárias e o conseqüente desvirtuamento de suas funções ideais, podendo relegar às comunitárias as mesmas dinâmicas de centralização da propriedade dos meios de comunicação tradicionais, conforme expostos por LIMA (2001)

a) concentração horizontal, referindo-se à oligopolização intrínseca a uma área, a exemplo da televisão (paga ou aberta); b) concentração vertical, integrando diversas etapas da cadeia, quando um só grupo empresarial controla a produção, veiculação, comercialização e distribuição dos bens simbólicos, característica típica da televisão brasileira; c) propriedade cruzada, quando a mesma organização reúne diferentes tipos de mídia (impressa, eletrônica, telefonia, internet, transmissão de dados etc); d) monopólio em cruz, efetivado pela reprodução local e regional dos oligopólios característicos da propriedade cruzada, ou seja, quando os sistemas de comunicação regionais são afiliados às grandes redes. (LIMA, 2001, p.6)

O movimento de rádios comunitárias no Maranhão é anterior ao processo de regulamentação estabelecido pela Lei 9.612/98, remetendo a rádios piratas e ainda a existência de rádios populares com alto-falantes² afixados em postes que viriam a ser embriões das atuais Rádio Bacanga FM em São Luís e a rádio Cultura FM, no município de Caxias – primeiras rádios comunitárias que obtiveram licenças de funcionamento no estado (ARAÚJO; SOUSA, 2020).

A proposta inicial, de registro a partir de um diário de escuta e análise da programação divulgada pelas rádios comunitárias que possuem autorização para funcionamento em São Luís teve como mote compreender, à luz dos gêneros radiofônicos expostos por Barbosa Filho (2003), quais as lógicas de produção são utilizadas pelas emissoras e se estas são alinhadas

² O sistema de alto-falantes está entre um dos principais instrumentos da comunicação popular. Referimo-nos aqui especificamente aos alto-fa- 60 lantes fixos, sejam cornetas ou mesmo caixas acústicas, que localizados em pontos estratégicos, têm se tornado cada vez mais presente no cotidiano da população na medida em que alcança determinada localidade. (COSTA; FRANÇA, 2016, p. 6)

ao próprio conceito de comunicação comunitária, enquanto rádios comunitárias atendem aos princípios e finalidades previstas principalmente nos artigos 3º e 4º da Lei 9.612/98, que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil - Radcom, e no artigo 3º do decreto nº 2.615/98 que regulamenta o serviço de Radcom, conforme disposto:

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a: I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida; III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. § 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária. § 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. § 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária. (BRASIL, 1998, Lei 9.612. p;1).

Art. 3º. O RadCom tem por finalidade o atendimento de determinada comunidade, com vistas a: I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível. (BRASIL, 1998 Decreto 2.615. p.1).

No mesmo sentido, a escuta de suas programações também objetiva perceber, dentro do rol das rádios analisadas, a eventual existência de “emissoras “pseudo-comunitárias”, que se constituem por interesse privado, reproduzem os formatos comerciais e não são abertas à participação da comunidade” (STEINBRENNER, 2017, p.86), lembrando os ensinamentos de Cecília Peruzzo de que

nem todo meio de comunicação local é comunitário, apenas por se dirigir a uma audiência próxima, usar a mesma linguagem ou falar das coisas do lugar. Este pode simplesmente reproduzir os padrões da mídia comercial privada em termos de interesses econômicos e políticos, além de se basear na mesma lógica de gestão e programação, distanciando-se da perspectiva comunitarista. (PERUZZO, 2009, p.57)

Não se trata de uma “caça às bruxas” das rádios comunitárias ludovicenses, mas um necessário registro inicial para compreensão do atual momento vivido pelas rádios comunitárias, a restrição do acesso da população a estes meios que se propõem populares e uma reflexão sobre os mecanismos legais de regulamentação que parecem objetivar a própria insustentabilidade do atual modelo de radiodifusão comunitária.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS RÁDIOS ANALISADAS

A Coleta de dados inicial realizada por meio do portal da Agência Nacional de Telecomunicações³ (Anatel), demonstra que em São Luís, capital do estado do Maranhão, no final de 2020, seis emissoras comunitárias possuem autorização para funcionamento. São elas: 1) Associação Comunitária do Jaracaty, localizada no bairro do Calhau, que não encontra-se em operação; 2) Associação Comunitária Solidariedade (Rádio Ilha do Amor FM), situada no bairro da Cohab e operando na frequência 106,3 MHz; 3) Associação Cultural da Área Itaqui-Bacanga (Bacanga FM), situada na comunidade do Anjo da Guarda e operando na frequência 106,3 MHz; 4) Associação de Radiodifusão Comunitária de Estiva (Rádio Viva FM), localizada no bairro da Estiva e operando na frequência 106,3 MHz; 5) Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – FUMAC (Cidadania FM), localizada no bairro da Janaína e operando na frequência 106,3 MHz; e 6) União dos Moradores da Coheb do Sacavém (Rádio Ondas da Paz), localizada no bairro da Coheb-Sacavém, operando na frequência 106,3 MHz.

A Associação Comunitária do Jaracaty, que abre a lista, já apresenta o cenário obscuro que impera na liberação de outorgas de emissoras (comunitárias ou não) no Maranhão. Apesar do registro definitivo, não está em operação – e possivelmente jamais entrará –, por se tratar de uma associação fictícia, localizada no mesmo endereço da Rádio Capital, emissora comercial ligada ao conglomerado de mídias de propriedade do atual senador Roberto Rocha. A outorga funciona como manobra para eliminar a possibilidade de existência de outras rádios comunitárias no entorno dos bairros de maior poder aquisitivo de São Luís, conforme denúncia realizada em 2009 pela Associação Brasileira de Rádios Comunitárias no Maranhão (Abraço-MA)⁴, período em que tramitava o processo de licenciamento da emissora.

³ Acesso realizado no dia 01/12/2020 pelo endereço <https://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=E>

⁴ A íntegra da denúncia pode ser conferida no portal do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) pelo link: <http://fndc.org.br/noticias/abraco-divulga-nota-publica-381296/>

A Rádio Ilha do Amor funciona ininterruptamente há 12 anos, localizada no bairro da Cohab, um dos conjuntos habitacionais mais populosos da capital maranhense. Em consulta realizada ao site da instituição e pelos perfis oficiais em redes sociais, sua atuação é descrita como prestação de serviços comunitários, educacionais e de entretenimento. Pesquisas anteriores sobre rádios comunitárias em São Luís, como Costa (2017), Araújo (2011) e Araújo (2016) como completamente comercial, algo que, como será visto a frente, teve parcial modificação, apresentando no período desta coleta uma programação que mescla programas voltados à educação, demandas da comunidade e jornalismo local com programação musical comercial.

A rádio Bacanga FM, mais antiga emissora comunitária da capital, opera legalmente desde o ano de 98, quando da publicação da lei 9612/98, que regulamentou o sistema de radiodifusão comunitária. Sua trajetória, no entanto, remonta ao início da década de 80, com a constituição da “rádio popular”, fruto da parceria entre membros da igreja católica, por meio da Pastoral da Comunicação e da Associação de moradores do bairro, que fazia informes diários a partir de autofalantes instalados inicialmente na torre da Igreja de Nossa Senhora da Penha (ARAÚJO; SOUSA, 2020).

A Rádio Viva FM opera legalmente desde setembro de 2018. Comandada, desde sua fundação, em 2012, pelo líder comunitário e pastor Hélcio Andrade. A rádio, no entanto, tem sua programação voltada ao proselitismo religioso evangélico, com arrendamento de horários a igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Internacional da Graça de Deus.

A rádio Cidadania FM, nome fantasia utilizado pela Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – FUMAC, se constitui como um dos projetos desenvolvidos pela ong durante seus 34 anos de atividades. Com uma programação que mescla programas religiosos, jornalismo político e programas musicais, a emissora (e a própria associação) opera como espaço de proselitismo político do Vereador Pavão Filho, fundador da entidade. Fato este já relatado em pesquisas anteriores como a realizada por Costa (2017). O próprio *slogan* da rádio “A rádio do povão” se confunde com o *slogan* de campanhas políticas do referido vereador “Pavão é Povão”, evidenciando o desvirtuamento da função social da rádio em espaço panfletário político.

A rádio Ondas da Paz, que funciona legalmente desde 2006, embora tenha sua concessão vinculada a União dos Moradores da Coheb do Sacavém, na prática opera enquanto braço comunicativo da Igreja Assembleia de Deus, com toda sua programação utilizada para proselitismo religioso por meio da transmissão de cultos, programas musicais gospel e de “atendimento espiritual”.

3. PROGRAMAÇÃO: HÁ UM PADRÃO NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM SÃO LUÍS?

Qualquer veículo radiofônico, comercial ou comunitário pressupõe a existência de uma dinâmica de interação com a sua audiência, não podendo se furtar a uma lógica de produção sobre sua programação. Tal sistematização é constituída a partir dos gêneros radiofônicos, caracterizados por modelos ou guias que fazem com que um programa ou a programação completa de uma rádio se diferencie das outras.

A literatura sobre gêneros e formatos radiofônicos é vasta, com diversos autores se debruçando sobre sua conceituação ou utilidade. Caminhamos aqui em concordância com o conceito exposto por Araújo, Ferreira e Santos (2018), que caracterizam os gêneros como

estruturas que possuem um modo característico e determinam a forma que o conteúdo será transmitido aos ouvintes. O gênero define a essência do programa. O gênero é uma ligação da comunicação entre o público que vai receber o conteúdo de um determinado programa e o que está sendo veiculado. (...) são conjuntos de regras que fazem com que um programa de rádio adquira a sua característica própria, diferenciando dos demais. (ARAÚJO; FERREIRA; SANTOS 2018, p. 05)

Nos aproximamos ainda do conceito de Barbosa Filho, para quem “no momento da produção do texto, o gênero é um mecanismo de codificação, é uma ferramenta, um código de escritura utilizado pelo sujeito da enunciação para realizar seu trabalho” (BARBOSA FILHO, 2003, p. 57), utilizando a sua classificação dos gêneros em jornalístico, educativo-cultural, entretenimento, publicitário, de serviço e especial, acrescentando o item religioso, para abarcar programas ligados à fé e transmissão de cultos.

Tal classificação deu suporte à elaboração de um perfil da grade de programação das rádios analisadas pela escuta no período de uma semana, entre 06 a 13 de dezembro de 2020, o que possibilitou observação panorâmica de toda a grade das rádios, classificando percentualmente pelo tempo de programação destinado a cada gênero em relação ao tempo total de programação diária em horas. Observe a tabela seguinte.

| RÁDIO | LOCALIZAÇÃO / FREQUÊNCIA | HORÁRIO DE TRANSMISSÃO | SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO |
|------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|--|
| Associação Comunitária do Jaracaty | Bairro do Calhau (106,3MHz) | Não está em funcionamento | Não está em funcionamento |
| Rádio Ilha do Amor | Bairro da Cohab I (106,3MHz) | Todos os dias das 06h à 0h | Entretenimento / Musical – 61,12% Jornalístico – 11,11% Publicitário / Comercial – 22,22% Serviços / Comunidade – 5,55% |

| | | | |
|--------------------|-------------------------------------|---|--|
| Rádio Bacanga FM | Bairro do Anjo da Guarda (106,3MHz) | Segunda à sábado das 05h às 23h. Domingos das 06h às 23h | Entretenimento / Musical – 41,25% Serviços / Comunidade – 15,0% Religioso – 18,75% Jornalístico – 12,5% Publicitário / Comercial – 12,5% |
| Rádio Viva FM | Bairro da Estiva (106,3MHz) | Diariamente das 6h às 23h | Religioso – 70,58% Publicitário / Comercial – 11,76% Entretenimento / Musical – 11,78% Jornalístico – 5,88% |
| Rádio Cidadania FM | Bairro da Janaína (106,3MHz) | Diariamente das 06h às 22h | Religioso – 37,5% Publicitário / Comercial – 18,75% Entretenimento / Musical – 25% Jornalístico – 18,75% |
| Rádio Ondas da Paz | Coheb do Sacavém | Diariamente das 06h à 0h | Religioso – 61,12% Publicitário / Comercial – 11,11% Entretenimento / Musical Gospel – 22,22% Jornalístico – 5,55% |

Em que pese a vedação legal, todas as rádios utilizam-se de estratégias comerciais de patrocínio e venda de comerciais por meio de testemunhais, execução de jingles e vinhetas que extrapolam os limites legais impostos pela exclusividade de captação de recursos por meio dos apoios culturais, bem como o evidente arrendamento de horários da programação para transmissão de cultos por igrejas.

Embora caracterizadas legalmente na modalidade pública, embora não estatais, o que se pode perceber em por meio da análise de suas programações é, o caráter comercial ou proselitista em suas práticas cotidianas, com reduzido espaço às atividades jornalísticas – exceto pela Rádio Bacanga – e programas cujo interesse seja centrado nas comunidades e movimentos sociais nas quais estão ou deveriam estar inseridas.

No universo de conteúdos produzidos e transmitidos pelas cinco rádios em funcionamento na capital maranhense, e ainda pelas razões ao não funcionamento da sexta emissora, fica evidente a urgência por alterações na legislação que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária, sob risco de observarmos uma aceleração ainda maior no processo de aparelhamento faz concessões por associações religiosas ou grupos políticos e o sufocamento de qualquer iniciativa com perfil verdadeiramente popular ou cidadão em contraponto às lógicas mercadológicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise inicial da programação semanal das rádios comunitárias nos permite aferir algumas considerações a respeito de suas atuações junto às comunidades em que estão inseridas, sua manutenção financeira e relevância junto a seus públicos.

O movimento de rádios comunitárias apresenta um caminho alternativo à lógica de produção capitalista marcada pela formação de oligopólios nos veículos comerciais. Mostrando que há outros caminhos possíveis na busca por democratização da comunicação e do acesso popular à produção de conteúdo.

Por outro lado, a precariedade de acesso às ferramentas tecnológicas e a recursos financeiros necessários à manutenção da estrutura das emissoras, refletida na escassa produção própria de programas nas rádios que seguem à risca as fontes de captação de recursos e de programação voltada às suas comunidades demonstra a urgência da modificação da legislação que regula a atuação das rádios comunitárias.

Faz-se necessária a ampliação de canais disponíveis às emissoras; o aumento da capacidade de seus transmissores (gerando maior alcance, e, conseqüentemente, possibilidade de público), e, sobretudo, a modificação das possibilidades de captação de recursos, de modo a permitir a captação de verbas publicitárias públicas e privadas além do mecanismo de apoio cultural, atualmente única fonte prevista para obtenção de recursos.

Cabe ressaltar ainda que nas programações analisadas nas cinco emissoras em funcionamento, destacam-se os conteúdos de cunho religioso católico e evangélico, programação musical comercial, utilização de programas distribuídos por agências de notícias privadas e, em minoria, produção jornalística própria voltada aos interesses comunitários ou programas educacionais.

Em comparação com a síntese de programação apresentada por Araújo (2011), evidenciou-se nestes 10 anos uma severa ampliação do desvirtuamento dos princípios estabelecidos pela lei 9612/98. Dados que permitem visualizar um duplo desafio ao movimento das rádios comunitárias, a concorrência com as grandes emissoras e conglomerados de mídia, e, ao mesmo tempo, o combate a utilização das outorgas para fins comerciais, proselitismo religioso ou propagandístico a grupos políticos, desvirtuando em negócio o que deveria ser criação comunitária, coletiva e de interesse público.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. W. F. **Rádios comunitárias no Maranhão: história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação.** São Luís: Edufma, 2011.

_____. **A palavra falada em pulsação: produção e recepção dos programas jornalísticos nas emissoras AM, em São Luís (MA).** - Porto Alegre, 2016. 293 f. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ARAÚJO, E. W. F.; SOUSA, J. S. L. (Orgs). **Vozes do anjo: do alto-falante à bacanga fm.** São Luís: EDUFMA, 2020. 192 p.

ARAÚJO, E. W. F.; FERREIRA, J. A.; SANTOS, D. M. Rádio comunitária Araruna FM 107.3 Mhz: história, características e perfil da audiência. *In*: Conferência brasileira de Comunicação Cidadã. XIII, 2018. São Luís. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/05/9.pdf> Acesso em: 21/12/2020.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros Radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.

BRASIL. **Lei das Rádios Comunitárias (1998)**. Lei nº 9.612 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm. Acesso em: 21/12/2020.

COSTA, M. I. L. da; FRANÇA, E. A. de. **Alternatividade**: das rádios piratas às livres e de alto-falantes. Disponível em: <http://www.fiponline.com.br/eventos/vinheta/textos/alternatividade%20-%20ivanucia.pdf> Acesso em: 28/12/2020.

COSTA, P. P. A radiodifusão comunitária no Maranhão: avanços e desafios. Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2017. São Luís. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/aradiodifusaocomunitarianomaranhaoavancosedesafios.pdf> Acesso em: 21/12/2020.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. São Luís: Eufma, 2009.

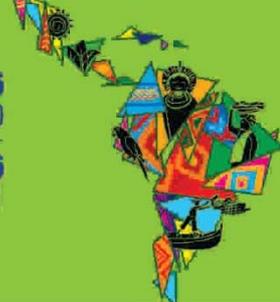
DOUGLAS, Franklin. **Mídia eletrônica, controle social e poder econômico**: particularidades da concessão da TV Difusora/Rede Globo no Maranhão. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

PERUZZO, C. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v12. 2009. p.46 a 61.

REIS, Flavio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2013.

STEINBRENNER, Rosane Albino. Mapeamento de Rádios Comunitárias na Amazônia como ferramenta ao desenvolvimento sustentável. **Logos**, [S.l.], v. 24, n. 1, ago. 2017. ISSN 1982-2391. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/28583/21245>. Acesso em: 10 jan. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/logos.2017.28583>.



GT 8 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

CORPO E MÍDIA NA ENCRUZILHADA: A COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA NAS PERFORMATIVIDADES ANCESTRAIS DA DIÁSPORA.

Maurílio Mendonça de Avellar Gomes (UFES)¹

RESUMO

Este artigo traz uma discussão encruzilhada entre corpo e comunicação, incluindo memória, diáspora, ancestralidade, território, entre outras questões possíveis de serem alcançadas nas manifestações das entidades ancestrais da Umbanda. Considera-se, aqui, o corpo incorporado como emissor de múltiplas comunicações, e que acrescenta a performatividade entre os caminhos possíveis de leitura para esta encruzilhada epistemológica. Um corpo que ainda pode ser lido como mídia, no território da Umbanda, sendo territorializado, desterritorializado e reterritorializado a cada incorporação. Corpo consagrado enquanto lugar de memória, mídia de conexão entre passado e presente, entre morte e vida. Corpo enquanto elemento fundamental de resistência e de manutenção de uma memória corpórea, e servindo-se de mídia para uma narrativa silenciada, mas não apagada. Apresenta-se, assim, um olhar sobre a Umbanda enquanto religiosidade afro-diaspórica, construindo diálogos entre margem (hooks, 1990) e opacidade (GLISSANT, 2008), pedagogia das encruzilhadas (RUFINO, 2019) e motrizes culturais (LIGIÉRO, 2011), confluência (SANTOS, 2018) e performances da oralitura (MARTINS, 2003). Para, entre os caminhos traçados por meio desses diálogos, buscar identificar as potências estéticas e performativas apresentadas por esse corpo incorporado, que ainda é território comunicativo de relações sensoriais do visível com o invisível.

Palavras-chave: Corpo, Mídia, Memória, Umbanda, Performatividade.

1. INTRODUÇÃO

Por quais encruzilhadas conseguimos dialogar questões que conectem comunicação, umbanda, diáspora, corpo, memória, ancestralidade, território e tantos outros termos capazes de aglutinar epistemologias múltiplas, passíveis de trocas, abertas às contradições e (re)construções não-coloniais? Este artigo traz uma breve discussão sobre a encruzilhada dos corpos incorporados e suas leituras possíveis diante da comunicação, em especial nas manifestações ancestrais presentes na Umbanda.

Dessa forma, analisamos, aqui, o corpo incorporado como espaço de múltiplas comunicações, capaz de se comunicar com elementos diversos, visíveis e invisíveis. Capaz,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (PósCom) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bolsista CAPES. E-mail: maulgom@gmail.com.

ainda, de dialogar por meio da performance, abrindo diálogo pelos caminhos apresentados em encruzilhada. Diálogos, esses, que também são encruzilhadas epistemológicas.

No território umbandista, é o corpo quem comunica. Ele é a mídia presente no terreiro, sendo territorializado, desterritorializado e reterritorializado a cada incorporação. Corpo, esse, que também é consagrado enquanto lugar de memória, servindo-se enquanto mídia de conexão entre passado e presente, entre morte e vida, entre natureza e cultura. Corpo, ainda, enquanto elemento fundamental de resistência e de manutenção de uma memória corpórea, servindo-se de mídia para uma narrativa silenciada, mas não apagada.

Mas antes de seguir por esses caminhos, é preciso apresentar a Umbanda diante de um olhar de(s)colonizador, que nos permita dialogar a margem (HOOKS, 1990) com a opacidade (GLISSANT, 2008), a pedagogia das encruzilhadas (RUFINO, 2019) com as motrizes culturais (LIGIÉRO, 2011), a confluência (SANTOS, 2018) com as performances da oralitura (MARTINS, 2003). Ou seja, que seja possível apresentá-la enquanto uma religiosidade afro-diaspórica, orgânica e de pensamento circular, não-linear. Para, quem sabe, alcançar tal manifestação sobre um olhar que aponte suas potências estéticas e performativas, uma comunicação construída por um corpo que também é mídia, território comunicativo de relações sensoriais do visível com o invisível, capaz de representar e apresentar a ancestralidade em meios contemporâneos.

2. UMBANDA ENQUANTO RELIGIOSIDADE AFRO-DIASPÓRICA

“(...) a mente que resiste à colonização luta pela liberdade de expressão”.
(bell hooks, 1990, p. 234).

É possível datar uma religião? Contam (em livros e artigos) que a Umbanda surgiu em 15 de novembro de 1908. Tal história leva em consideração a que é escrita, por décadas, referente à experiência espiritual do jovem Zélio Fernandino de Moraes. Então com 17 anos, após não conseguir ajuda para curar o que lhe atormentava – nem na medicina nem em outras religiões – Zélio buscou apoio em um Centro Espírita Kardecista, no estado do Rio de Janeiro. Foi nesse encontro que se manifestou, pela primeira vez, o Caboclo das Sete Encruzilhadas; que ao perceber não ser tão bem recebido na ocasião, avisou a todos os presentes que a partir do dia 15 de novembro daquele ano seria inaugurada uma nova religião no Brasil, a Umbanda, com o primeiro encontro marcado para acontecer na residência de Zélio. Eis a data de criação, eis o mito².

² O mito de fundação da Umbanda está presente em diferentes obras. Consideramos, aqui, o ponto de vista apresentado por Roberto Francisco de Oliveira, em sua tese de doutorado “Hibridação Bantu: o percurso cultural adotado por um povo”, defendida em 2015, na PUC Goiás, para o Doutorado em Ciências da Religião.

O curioso é que o caso foi registrado e divulgado décadas depois do ocorrido³ e, até hoje, é defendido por muitos adeptos da religião como momento de criação. Mas os registros históricos apontam por manifestações de exus, pombas-gira, caboclos e pretos-velhos décadas, séculos antes desse episódio. São registros referentes a outras religiões que já apresentavam manifestações de entidades que hoje trabalham na Umbanda.

Da Cabula, descrita por Dr. Nery em 1901, provavelmente provém a Macumba carioca, que por seu turno originou os atuais cultos da Quimbanda e Umbanda. No início deste século ainda não era conhecido com o nome de Macumba. João do Rio em “As Religiões do Rio” (1904) não a elenca entre as expressões de culto dos Negros cariocas. A primeira referência a ela encontramos em Luciano Gallet, em seu ensaio sobre “O Negro na Música Brasileira”, onde informa que “a sessão de feitiçaria (dos Cambindas) chama-se macumba”. Arthur Ramos, em 1934, quando publica “O Negro Brasileiro”, já encontra o termo consagrado e o usa como designação do culto bantu dos Negros do Rio de Janeiro (COSTA apud OLIVEIRA, 2015, p. 124).

Antes, é preciso explicar que estas questões não pretendem apontar uma possível origem do que viria a ser a Umbanda. A pretensão, aqui, é de possibilitar que, apesar da história hegemônica – construída por adeptos dessa religião – defender o surgimento desta como algo datado a partir de uma entidade, e que tem seu mérito para sua consagração nacional, há muitas formas de contar uma mesma história, assim como de ressignificar os conhecimentos cosmogônicos presentes, até os dias de hoje, nas religiões de matrizes africanas. O que, em questão, não se pode apagar é que a origem dessas entidades venha muito antes da nomeação dessa religiosidade, feita pelo caboclo das Sete Encruzilhadas. Assim como também nos cabe refletir o quanto que essas manifestações podem ser oriundas dos povos africanos, escravizados e trazidos para o Brasil, que em diáspora reterritorializaram seus cultos e mantiveram o axé e toda ancestralidade presentes em terras estabelecidas depois do atlântico.

Afinal, está nas religiões da África muito do culto e das explicações para as manifestações dos espíritos nos terreiros umbandistas, em especial na saudação e adoração aos ancestrais. Nesse sentido, Kwasi Wiredu (2010) escreveu sobre algumas religiões africanas, num ponto de vista filosófico:

No topo está Deus, e no meio, vários tipos de ‘espíritos’, alguns supostamente residentes em determinadas árvores, montanhas e rios notáveis, juntamente com os antepassados que partiram. Abaixo destas estão a espécie humana, os animais inferiores, a vegetação e o reino dos objetos inanimados, em ordem decrescente. Acredita-se que os ‘espíritos’ tenham a

³ Tanto a história sobre o surgimento da Umbanda quanto o período em que acontece sua divulgação, num momento em que era inventada e defendida a ideia de “nação brasileira”, é muito bem contada por Mário Teixeira de Sá Junior, no artigo “A invenção do Brasil no mito fundador da Umbanda”, publicado na Revista Eletrônica História em Reflexão, UFGD: Dourados, v. 6, n. 11, jan/jun 2012. Disponível em <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/1892/1055>>. Último acesso em 29 out. 2020.

capacidade de ajudar ou prejudicar os seres humanos, de maneira que ultrapassam as causas e efeitos conhecidos na vida cotidiana. Por isso, as pessoas têm o cuidado de tentar estabelecer boas relações com os mais sensíveis e isso, muitas vezes, envolve ‘rituais’ repletos de súplicas adoçadas com lisonja. Entre esses seres extra-humanos, os antepassados ocupam uma posição especial. Eles não são os mais poderosos, mas são, na grande maioria das sociedades africanas, mais amados e respeitados. O mundo dos antepassados é entendido como contínuo e análogo ao dos vivos, e as interações entre os dois reinos são, por avaliação comum, base regular do dia-a-dia. Nesta configuração, os ancestrais podem ser chamados de guardiões extramundanos da moralidade; toda a sua preocupação é cuidar dos assuntos dos membros vivos de suas famílias, recompensando a conduta correta e punindo o seu oposto, com justiça inquestionável, ao mesmo tempo em que, em todos os momentos, trabalham para o bem-estar deles. É por esse motivo que os antepassados são tão venerados. Nota-se que, nessa mostra, a orientação da vida após a morte na escatologia africana é completamente imanente a este mundo (ver WIREDU, 1992, cap. 7). Não surpreendentemente, muitos costumes e as instituições africanas têm alguma ligação com a crença nos antepassados, em particular, e ao mundo dos espíritos, em geral (WIREDU, 2010, p. 36-37).

Não diferente, o culto apresentado na Umbanda remete-se aos antepassados – assim como os demais cultos apresentados na história escravista do Brasil, apagada e silenciada – com Deus (Zambi ou Olorum) sendo reconhecido e lembrado pelos médiuns durante as orações de abertura e encerramento das cerimônias. A gira é destinada, em especial, aos espíritos e aos Orixás, com estes sendo, constantemente, associados a alguma força da natureza – como o mar para Iemanjá, as matas para Oxóssi, as cachoeiras para Oxum ou as pedreiras para Xangô – enquanto pretos/as-velhos/as, caboclos/as, exus, pombagiras, boiadeiros, marinheiros, crianças, entre outras entidades ancestrais, representam espíritos que viveram em terra e que retornam para falar de suas experiências em vida e ajudar aos que ainda estão vivos.

Ou seja, a Umbanda, assim como tantas outras religiosidades de matrizes africanas – e, assim, defendidas aqui, enquanto afro-diaspóricas – são “traduzidas, incorporadas ou crioualizadas” (IROBI, 2012, p. 274) até os dias de hoje, por meio de um “reagrupamento de conhecimentos” (ALVES & SANTOS, 2016, p. 4) que mantiveram vivo o culto aos antepassados e aos/às Orixás.

Foi em decorrência da diáspora que essa religiosidade conseguiu encontrar um novo território para sua cosmovisão. Mas para poder enxergar essa conexão, “precisamos aprender a valorizar e utilizar no momento certo a técnica de ampliar e tornar indistinto o campo mental da visão, para que ela não focalize nada, nem mesmo o que está bem à frente”. (WILSHIRE, 1997, p. 108). Ou seja, precisamos adotar uma “visão-pulverizada”, como explica Dona Wilshire:

O método inclusivo de pensar (...) não lida com fatos isolados. Ao contrário, olha para os dados todos juntos, *in situ*, no meio ambiente onde naturalmente ocorrem. (...) de maneira tão ampla quanto possível para receber – para *permitir* que tudo aquilo que se apresenta *espontaneamente* (o escolhido e o

não escolhido) entre para o quadro. (...) a pessoa que observa olha *através deles*. O pensamento, a percepção, estão além dos fatos, na sombria escuridão e na incerteza; a concentração está na imprecisa, vaga, não focalizada desordem do conjunto, sem preconceito em relação ao caos que apresenta temporariamente, deixando que a montagem se organize por si mesma dentro de seu próprio padrão. (Ibdi, p. 108-109).

Dessa forma, assumimos o exercício de olhar a Umbanda e suas manifestações com uma “visão-pulverizada”, capaz de apontar as conexões dessa religiosidade com a diáspora, permitindo que um olhar anticolonial possa apreciar e apontar as conexões que esta tem com a cosmovisão africana. Um exercício fundamental para desenvolver um olhar ressignificador, por também acreditar “não poder haver assim ‘uma realidade objetiva’, ‘lá fora’, com uma e apenas uma descrição correta feita por um observador imparcial, como reivindicou o saber aceito no Ocidente” (Ibdi, p. 115), e que ainda se mantém presente nas construções colonialistas sobre essa religiosidade.

Nas palavras de bell hooks (2019), um olhar opositor, em que “a pessoa aprende a olhar de certo modo como forma de resistência” (Ibdi, p. 217). Ou, ainda, pela cosmovisão de Nego Bispo, um olhar que nos permita construir essa relação com as imagens que esse mundo (colonialista) nos dá pela “lógica da emancipação dos povos e das comunidades tradicionais através da contracolonização” (SANTOS, 2018, p. 50).

Esse exercício nos permite, ainda, um “(...) atual esforço para criar novos espaços de discurso, reescrever narrativas culturais e definir os termos de outra perspectiva – uma visão de ‘outro lugar’” (LAURETIS, 2019, p. 150). Somando ao apelo de Grada Kilomba (2019), que seja possível desenvolver tais pensamentos por meio de “(...) uma epistemologia que integre o pessoal e o subjetivo no discurso acadêmico, pois todas/os falamos de um tempo e de um lugar específicos, de uma história e de uma realidade específicas – não há discursos neutros” (Ibdi, p. 57-58), para assim criar “(...) novos espaços de discurso, reescrever narrativas culturais e definir os termos de outra perspectiva – uma visão de ‘outro lugar’.” (Ibdi, p. 150).

Se por anos, o Sul foi tratado como “Outro”, que este outro, aqui – latino-americano, homossexual e umbandista – possa contribuir para que cosmovisões e encruzilhadas ganhem corpo acadêmico, compreendendo ser fundamental reconhecer que minha branquitude permite uma manutenção de privilégios sociais, políticos, culturais, estéticos e econômicos, construídos e estabelecidos, até os dias de hoje, pelo processo de colonização. Afinal, como defende Walter D. Mignolo em seu livro “Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar”, nossa colonização é também epistemológica. (MIGNOLO, 2003).

A colonialidade do poder nos marca tremendamente. Para Aníbal Quijano, a colonialidade, este elemento constitutivo do padrão mundial de poder capitalista, tem se mostrado mais persistente que o próprio colonialismo, pois

é nela, na colonialidade que se encontra a dimensão simbólica desse processo de imposição subjetiva, material e cultural (Quijano, 2000). (PELÚCIO, 2012, p. 411).

Ou seja, para buscar essas epistemologias que traçam fugas na encruzilhada acadêmica, é fundamental também “dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz” (Ibdi, 399). Como defende Larissa Pelúcio (2012), “é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas”. (Ibdi, p. 399).

Por isso, faz-se necessário trazer o conhecimento ancestral para dentro da construção de um pensamento que busque compreender a Umbanda enquanto religião afro-diaspórica, para que a cosmovisão africana contribua no desenvolvimento de um pensamento comunicacional que promova uma encruzilhada nos saberes sobre corpo, comunicação, gênero, sexualidade, entre outros possíveis. Mas sem perder de vista aquele olhar opositor. Sem esquecer que os “povos colonizados herdaram traumas psíquicos, perderam significados espirituais, linguísticos e cosmológicos como parte da subjugação da Europa ao conhecimento de africanas e africanos (...)” (AKOTIRENE, 2019, p. 80).

Para resgatar tais aprendizados e conhecimentos, faz-se necessário um mergulho ancestral. Reconectar com os saberes escravizados, silenciados, mas não apagados, mantidos por uma cosmovisão que cruzou o atlântico e se restabeleceu em terras ameríndias, num processo de transfluência (SANTOS, 2018):

É por isso que, mesmo tentando tirar nossa língua, nossos modos, não tiraram a nossa relação com o cosmo. Não tiraram a nossa sabedoria. É por isso que nós conseguimos nos reeditar de forma sábia, sem agredir os verdadeiros donos desse território que são os irmãos indígenas. Nós tivemos essa capacidade porque os nossos mais velhos que estavam em África, apesar de sermos proibidos de voltar para lá, vieram pela cosmologia. Isso é o que nós chamamos de transfluência. (Ibdi, p. 48).

Foi observando o movimento das águas, buscando na ancestralidade presente no meio ambiente, no convívio do humano com o que não é humano, que Nego Bispo construiu os conceitos de confluência e transfluência. O primeiro, como ele mesmo diz, “foi um conceito muito fácil de elaborar porque foi só observar o movimento das águas pelos rios, pela terra” (Ibdi), nessa troca de energias e conhecimentos que acontece pelo contato direto entre as partes, respeitando os saberes de cada elemento, em um convívio harmônico. Já o segundo, como o autor também conta, “demorou um pouco mais porque tive que observar o movimento das águas pelo céu” (Ibdi). A busca de Nego Bispo era para entender de que forma um rio que está no Brasil seria capaz de confluir com um rio que está em África. “E percebi que ele faz isso pela chuva, pelas nuvens. Pelos rios do céu. Então, se é possível

que as águas doces que estão no Brasil cheguem à África pelo céu, também pelo céu a sabedoria do nosso povo pode chegar até nós no Brasil” (Ibdi).

Buscar entender tal conhecimento com a cabeça do Norte é não compreender o quanto os pensamentos do Sul são capazes de superar essa forma linear de se estabelecer uma falsa superioridade epistemológica. É preciso compreender que é na margem (bell hooks, 1990) onde nos encontramos, nessas fronteiras pré-estabelecidas enquanto territórios constituídos por abismos, que as frestas são abertas e ocupadas, reterritorializadas pela cosmovisão, mesmo depois desta ser desterritorializada pela colonização. É um voltar a casa, buscar na “origem” a saída descolonial. Afinal, “a casa não é mais apenas um lugar. São lugares. Lar é aquele lugar que possibilita e promove perspectivas variadas e mutáveis, o lugar onde se descobre novas formas de ver a realidade, fronteiras da diferença”. (Ibdi, p. 228-229).

Ao falar da margem, bell hooks nos ensina que estar “na margem é fazer parte do todo, mas fora do corpo principal” (Ibdi p. 231), mas esse local da marginalidade não se limita a ser apenas um local de privação, de exclusão. A margem “é também o lugar da possibilidade radical, um espaço de resistência” (Ibdi, p. 232). Por isso que esse local também é um território que nos nutre de possibilidades, “um lugar que alimenta a nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar novos mundos, e novos discursos alternativos”. (KILOMBA, 2018, p. 68).

Esses discursos, em terras tupiniquins, estão presentes desde a chegada do primeiro povo escravizado em África. “Saiu o primeiro navio negreiro, eis o primeiro quilombo. O primeiro aquilombamento foi ali dentro, com as pessoas reagindo, jogando-se dentro do mar, batendo e morrendo. Aí começou o quilombo”. (SANTOS, 2018, p. 50). Por meio desses agrupamentos de forças cosmogônicas, potências transformadas em Orixás – consagradas em rios, montanhas, rochedos e mar – povoaram saberes múltiplos em terras estrangeiras.

Desde o início da colonização, de 1500 a 1888, o povo africano era tido e tratado como escravo, e o que ele pensava e falava não entrou no pensamento brasileiro. (...) De 1888 a 1988, nossas expressões culturais, a capoeira, o samba, continuaram a ser tidas como crime. Isso é o colonialismo (Ibdi, p. 51).

Por isso que retirar da Umbanda a questão racial, assim como desconsiderar o processo colonial de destruição de mundo também, é contribuir para que a colonialidade se mantenha presente nas epistemologias construídas abaixo da linha do Equador. Ao buscar na Umbanda um olhar de encruzilhada, buscamos, ainda, construir uma perspectiva que seja anticolonial, ou como prefere Carla Akotirene (2019), que seja descolonial, porque “(...) somente o pensamento articulado da proposta descolonial propõe a raça produzir densidade

política as clivagens do gênero, classe, nação, sexualidade com vistas acabar o eurocentrismo e modernidade representadas nele” (Ibdi, p. 95). Ou, nas palavras de Nego Bispo, que permita contracolonizar, ou seja, “reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes” por meio da “circularidade e através da cosmovisão politeísta” (SANTOS, 2018, p. 51).

3. LAROYÊ EXU, ORIXÁ DA COMUNICAÇÃO E DO CORPO

Antes de encruzilhar com Exu, trago a humilde inscrição de que não se pretende esclarecer nada, aqui, com os saberes exusíacos; pelo contrário, nossa busca é por escurecer o discurso da colonialidade. De transparente, basta o pensamento ocidental, que transforma o conhecimento ancestral e cosmogônico do Sul como o “outro” a ser subjulgado e marginalizado. Se nos localizamos na margem, que sejam ouvidos os conhecimentos presentes na malandragem, presos em névoas e constantes na escuridão – colonial – mas que apresentam, em questão, uma opacidade crucial para que sejam apresentados enquanto leituras comunicacionais possíveis do corpo.

Como aponta Edouard Glissant (2008), não vamos “apenas consentir no direito à diferença, mas, antes disso, no direito à opacidade, que não é o fechamento em uma autarquia impenetrável, mas a subsistência em uma singularidade não redutível” (GLISSANT, 2008, p. 53). Enquanto singulares, as religiosidades afro-diaspóricas – em se tratando, aqui, a Umbanda – mantêm-se não redutíveis graças às cosmovisões ancestrais dos povos escravizados em África – colonizados sobre o olhar da modernidade eurocentrista – e próprios de sabedoria, cultura, conhecimento e epistemologia. Em diáspora, usaram dessa opacidade para poder “coexistir, confluir, tramando os tecidos cuja verdadeira compreensão levaria à textura de certa trama e não à natureza dos componentes” (Ibdi, p. 53).

Se, em opacidade, a diferença não pode ser consumida ou extraída, talvez possamos criar uma ficção poética e conceitual em que “opaco” é uma das formas de dizer “quilombo”, e assumir, assim, que a encruzilhada da vida negra está situada sobre um labirinto de túneis que conduzem da plantação cognitiva à floresta e da floresta ao assentamento fugitivo. Assim, em vez de retornar ao domínio do valor e recuperar uma posição no marco do realismo político colonial (tornando-se um ente no cativo do mundo como conhecemos), essa diferença (que tem tantos nomes quanto formas e ao mesmo tempo não tem nome e nem forma) transpõe o cercado da plantação cognitiva e cerca o sistema que lhe cercou. Como um raio fugitivo, uma rebelião misteriosa, uma abundância de vida negra atravessando a grande noite sem acender a luz. (MOMBAÇA, 2020, p. 11).

O quilombo que aglutina potências e transforma a cosmovisão em sobrevivência, abre espaço para que a opacidade presente na noite, e ressignificada pela malandragem –

assim como por Exús e Pombagiras – na Umbanda, contribua para que nossos olhares se mantenham opostos, assim como nossos corpos se reconhecem à marginalidade, permitindo que o pensamento da opacidade nos resguarde “das vias unívocas e das escolhas irreversíveis” (GLISSANT, 2008, p. 54).

Assim, peço licença aos mais velhos e aos mais novos, em especial aos meus ancestrais, para trazer Exu ao centro desta roda acadêmica, conectando a encruzilhada com o corpo e a comunicação para – quem sabe – abrir outros caminhos possíveis nas encruzilhadas dos saberes; indo além de pressupostos e significados religiosos para defender que as estripulias também são possíveis diante do conhecimento.

Reconhecendo os escritos de Luiz Rufino (2019), em *Pedagogia das Encruzilhadas*, compreendo que a encruzilhada “emerge como o tempo/espço das invenções cruzadas entre um imaginário em África e as suas reverberações criativas, circunstanciais e inacabadas na diáspora. (...) força plástica, poética e mítica de inúmeras possibilidades de recriação” (RUFINO, 2019, p. 28). Uma encruzilhada estabelecida por meio do Atlântico, compreendida pela cosmovisão dos povos africanos, com ajuda da transfluência realizada em terras ameríndias.

A surpresa para os colonialistas e a felicidade para nós é que, quando nós chegamos ao território dos indígenas, encontramos modos parecidos com os nossos. Encontramos relações com a natureza parecidas com as nossas. Houve uma grande confluência nos modos e nos pensamentos. E isso nos fortaleceu. E aí fizemos uma grande aliança cosmológica, mesmo falando línguas diferentes (SANTOS, 2018, p. 45).

Encruzilhada é o encontro de cruzamentos, de caminhos possíveis. E quem comanda esse território é Exu. Este Orixá, consagrado no Candomblé e referenciado na Umbanda enquanto ancestral – ao lado do povo da rua⁴ – é quem come primeiro. “Exu é o princípio dinâmico fundamental a todo e qualquer ato criativo. Elemento responsável pelas diferentes formas de comunicação, é ele o tradutor e linguista do sistema mundo” (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 20). E Exu é mais: “É ele a divindade mais próxima daqueles classificados como humanos, é o dono do nosso corpo e de suas potências, é o princípio comunicativo entre seres, divindades e ancestrais. (RUFINO, 2019, p. 23).

Enquanto comunicador, Exu permite a conexão entre o visível e o invisível, assim como o diálogo entre vivos e mortos. Exu também é quem guarda as encruzilhadas e, por meio delas, permite que os ebós (trabalhos, ofertas) entregues nas esquinas tenham alcance ao destino correto para que desejos, anseios e pedidos possam ser comunicados e, assim, atendidos, por meio dos múltiplos caminhos das encruzilhadas. Exu é, ainda, aquele

⁴ O povo de rua, na Umbanda, é um termo usado por alguns terreiros e casas para mencionar os malandros, os exus, as pombagiras, os marinheiros, entre outras entidades ancestrais que se apresentam de forma mais próxima dos prazeres humanos da carne.

que devora a tudo e a todos, até devolver ao mundo tudo que foi engolido, agora transformado. É Exu quem comunica, quem transforma, quem movimenta. Resumindo: “a cultura negra também é, epistemologicamente, o lugar das encruzilhadas” (MARTINS, 2003, p. 69).

Muito antes de Luiz Rufino, ainda na década de 90, foi Leda Martins – pesquisadora, professora, poeta e dramaturga brasileira – quem começou a conceituar a encruzilhada enquanto possibilidade epistemológica para compreender os estudos de performance, cultura e corpo, em especial do corpo negro. Suas considerações apontam tal construção a partir da concepção do pensamento nagô/ioruba (fundantes do candomblé), e também por meio da cosmovisão de mundo das culturas banto, avaliando a encruzilhada enquanto “lugar sagrado das intermediações entre sistemas e instâncias de conhecimentos diversos” (Ibdi, p. 69). Sua percepção aponta que:

A noção de encruzilhada, utilizada como operador conceitual, oferece-nos a possibilidade de interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico que emergem dos processos inter e transculturais, nos quais se confrontam e se entrecruzam, nem sempre amistosamente, práticas performáticas, concepções e cosmovisões, princípios filosóficos e metafísicos, saberes diversos, enfim (Ibdi).

Ao adotar a encruzilhada enquanto conceito, mas também enquanto possibilidade metodológica e epistemológica, potencializa-se a leitura das manifestações das entidades ancestrais da Umbanda, assim como da percepção de suas comunicações por meio dos corpos incorporados. Opacidade necessária para que a escuridão presente na noite dominada pela malandragem possa nos guiar por caminhos que fogem do centro e preferem percorrer entre as esquinas – às margens – buscando nas frestas as possibilidades de construir trajetos que fujam das armadilhas coloniais. “No âmbito da encruzilhada, a própria noção de centro se dissemina, na medida em que se desloca, ou melhor, é deslocada pela improvisação”. (Ibdi, p. 70). Assim, optamos pela encruzilhada por esta nos apontar múltiplos caminhos e, ao mesmo tempo, permitir que a confluência e a transfluência estejam presentes na construção do pensamento. A encruzilhada é o infinito de possibilidades.

Diante dessas questões, e adotando a encruzilhada como possibilidade conceitual nos estudos comunicacionais, faz-se necessária a presença de pensamentos que apresentem as religiosidades afro-diaspóricas de forma condizente às raízes ancestrais.

O simbolismo da liturgia e dos mitos permanece, em meio ao império do racionalismo empirista, como uma porta de acesso a imagens primais e a anseios de transcendência. Claro exemplo desse tipo de configuração simbólica é oferecido pelos cultos afro-brasileiros, que atestam e continuamente confirmam a presença na História nacional de um complexo paradigma civilizatório, diferencialmente distante do paradigma europeu, centrado nos poderes da organização capitalista e da racionalidade sígnica. Na cosmovisão desses cultos, colocam-se em primeiro plano o reconhecimento do aqui e agora, da existência, as relações interpessoais concretas,

a experiência simbólica do mundo, o poder afetivo das palavras e ações, a potência de realização das coisas e a alegria frente ao real. (SODRÉ, 2014, p. 15).

Os escritos de Sodré impulsionam e inspiram para percursos que sejam capazes de apresentar soluções aos anseios de quem busca dialogar com a ancestralidade sem silenciá-la. Trazer a encruzilhada para a comunicação é abrir caminhos para um olhar latino-americano, capaz de dialogar diretamente com as memórias e corporeidades presentes nas religiosidades afro-diaspóricas, possível de detectar as relações comunicacionais estéticas e sensoriais presentes nos corpos incorporados, em performatividade ancestral.

4. CORPO E MEMÓRIA: ENCRUZILHADAS E OUTRAS EPISTEMOLOGIAS

Tanto a Umbanda quanto o Candomblé, entre outras religiões afro-diaspóricas, foram silenciadas no Brasil em diferentes momentos históricos⁵: o primeiro, de período colonial e predominância católica; o segundo, nas perseguições do Estado ditatorial no Governo de Getúlio Vargas; e o terceiro, nas violências da ditadura militar que imperou de 1964 a 1984, no Brasil. Foi somente depois da Constituição Federal de 1988 que as organizações de comunidades religiosas de matriz africana, estabelecidas há décadas, no país, começaram a contextualizar e desmistificar, com mais força, toda a simbologia construída sobre essas religiões. Passa, então, a surgir um movimento de recuperação de uma memória que precisou ser camuflada para sobreviver a tantos massacres.

Mesmo com perseguições, silenciamentos e apagamentos – ainda presentes – os múltiplos povos africanos mantiveram suas tradições no Brasil. Por sobrevivência, as nações escravizadas, conectadas neste mundo pós-atlântico, conseguiram manter o axé, a energia vital. Para essas culturas, é no convívio entre vivos e mortos que estão as respostas para a essência dessas religiosidades (VICENTE, 2012, p. 38). Ou seja, “(...) é pela comunicação, correlação e interdependência do mundo visível e invisível que se institui a vida para as comunidades de cultura Bantu (...)” (KAITEL et al. 2017, p. 70). Para os povos bantu, por exemplo, um dos muitos povos africanos que foram escravizados e sequestrados, as cerimônias feitas para os antepassados são parte fundamental do processo de construção de identidade, sendo parte das suas relações familiar e social. Chamado de Egum, o morto era cultuado e representava a conexão em vida do presente com o passado (OLIVEIRA, 2015).

⁵ Como aponta Bruna David de Carvalho, no artigo “O pluralismo religioso brasileiro: a Umbanda nascida para não ser tolerada?”, publicado na Revista Alpha, em dezembro de 2017, o processo de perseguição já se inicia na invasão portuguesa, tendo apoio e continuidade por parte da Igreja Católica, e segue até os dias atuais, tendo nos líderes religiosos de igrejas neopentecostais seus principais motivadores.

Usar dessa sabedoria afro-diaspórica, de certa forma, é cultuar por meio da memória a presença da cosmovisão africana. A memória “é uma produção coletiva de lembranças e saberes que são socialmente selecionados, transmitidos e transformados entre diferentes gerações” (BATISTA, 2014, p. 48). E manter-se conectado a esses conhecimentos compartilhados – memórias ou não – em situações de conflito, exclusão ou submissão, assim como de isolamento, requer força ancestral, em especial dentro de um novo contexto social, sabendo preservar um sentimento coerente de identidade (THOMPSON, 1993). Apesar dos pensamentos de Thompson retratarem um contexto europeu pós-guerra, eles podem ser lidos, reinterpretados e, aqui, opacizados para melhor compreensão das religiosidades de matrizes africanas. Assim como os escritos de Pollak, quando este retrata a importância da memória ser um conhecimento coletivo:

“A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 2).

Nas palavras de Walter Benjamin, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo, como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1987, p. 223). Neste caso, em especial das religiosidades afro-diaspóricas, o perigo refere-se ao risco e à ameaça do desaparecimento da cosmovisão africana por meio da escravização, assim como pela insistência do colonialismo em implantar um pensamento único e universal, arrancando, apagando e silenciando toda memória daqueles que mantém vivo um conhecimento não aceito pelo pensamento moderno, o que prolifera séculos de perseguição, matança e dizimação de povos e culturas. “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Ibid, p. 223).

É preciso resistir! E no caso dessas religiosidades, a resistência, construída à margem (como defende bell hooks, 1990), permitiu a elaboração de uma “nova” memória, afro-diaspórica, erguida no pós-atlântico, e que acontece pela oralidade e pela corporeidade, na realização daquilo que se sabe, vê e vive. “Cantar-dançar-batucar não é apenas uma forma, mas uma estratégia de cultuar uma memória, exercendo-a com o corpo em sua plenitude. Uma espécie de oração orgânica” (LIGIÉRO, 2011, p. 143). E a memória presente nessas religiosidades é mantida não somente na sua fé: aprende-se sobre essas manifestações numa roda de samba ou de capoeira, no verso do jongo, em letras de músicas populares, assim como no acarajé ou no vatapá. “Como este saber permanece

atrelado à vida, jamais é esquecido e é perenemente retomado no cotidiano do povo que dele se serve” (OLIVEIRA, 2015, p. 66).

Aprendi com Leda Martins (2003), no artigo “Performances da oralitura: corpo, lugar da memória”, que em uma das centenas das línguas bantu (sim, centenas!), do Congo, “da mesma raiz, *ntanga*, derivam os verbos escrever e dançar” (MARTINS, 2003, p. 64). Perceba que tanto “escrever” quanto “dançar” tem origem semelhante, nessa condição. Dessa forma, os dois verbos “realçam variantes sentidos moventes, que nos remetem a outras fontes possíveis de inscrição, resguardo, transmissão e transcrição de conhecimento, práticas, procedimentos, ancorados no e pelo corpo, em performance”. (Ibdi, p. 64-65). Ou como Ligiéro (2011) prefere chamar, o corpo que canta, dança e batuca, por meio de motrizes culturais⁶ afro-diaspóricas.

Um corpo umbandista, que “escreve” a memória, guarda a memória da cosmovisão e a apresenta em performance, incorporado por entidades ancestrais. De certa forma, “o corpo em performance é, não apenas, expressão ou representação de uma ação, que nos remete simbolicamente a um sentido, mas principalmente local de inscrição de conhecimento, conhecimento este que se grafa no gesto, no movimento, na coreografia”. (MARTINS, 2003, p. 66). Ou, com uso da opacidade, da escuridão presente nas encruzilhadas e ruas reterritorializadas pelos malandros:

“(…) como afirma ainda Roach (1996), ‘as performances revelam o que os textos escondem’. (...) como também nos alerta Pierre Nora (1994), a memória do conhecimento não se resguarda apenas nos lugares de memória (...), mas constantemente se recria e se transmite pelos ambientes de memória (...), ou seja, pelos repertórios orais e corporais, gestos, hábitos, cujas técnicas e procedimentos de transmissão são meios de criação, passagem, reprodução e de preservação dos saberes”. (Ibdi, p. 67).

Ao fazer, ao celebrar, aprende-se a viver em diáspora. Afinal, “se as culturas ocidentais não são universais, logo é preciso construir um outro corpo para conseguir viver essa dimensão invisível de nossa existência” (VITORINO, 2019, p. 2). O corpo, assim como o canto, as ervas, as pedras, a defumação, as cores, as comidas, as bebidas e tantos outros elementos usados durante a gira, constituem a confluência do espaço e do aprendizado entregues ali. Elementos constituintes de suas motrizes culturais. Ou seja, é o corpo quem conduz a gira, quem permite o transe, a incorporação das manifestações da Umbanda, quem recebe e alimenta a encruzilhada, quem mantém viva a memória ancestral.

⁶Assim como apresenta Zeca Ligiéro (2011, p. 130), podemos empregar o conceito de Motrizes Culturais “para definir um conjunto de dinâmicas culturais utilizados na diáspora africana para recuperar comportamentos ancestrais africanos”. Esses elementos constituem, para o autor, as práticas performativas, na combinação de “dança, canto, música, figurino, espaço, entre outros”, sempre agrupadas em manifestações religiosas de matriz africana, chamadas por ele de afro-brasileiras.

Afinal, como explica Ligiéro (2011), não basta apenas ter a presença desses elementos para que seja construído o conceito de matrizes culturais. Está na relação deles com os/as médiuns (chamados, por ele, de performer) a capacidade de torná-los úteis para a manifestação. Com outras palavras, é preciso vivenciar para que a gira⁷ aconteça. Ou seja, é preciso incorporar, ter o transe, performar subjetividades, para que haja a comunicação do e pelo corpo. Ou, ainda, “é preciso produzir emoções cosmogônicas. (...) criar um outro diálogo com nossos órgãos que façam com que nesse diálogo se produzam emoções e racionalidade e cognições cosmogônicas, ou seja, se produzir novos mundos”. (VITORINO, 2019, p. 4).

É o corpo enquanto “lugar de sabedoria” (MARTINS, 2003, p. 76) e, também, enquanto “local da memória” (Ibdi, 78). Enquanto religiosidade afro-diaspórica, a Umbanda também se faz espaço de sabedoria e de memória. Afinal, as “almas são memórias” (VITORINO, 2020, p. 03), e é pelas almas desses ancestrais que se faz presente e incorporada uma memória que não se quer esquecer, princípio constitutivo de uma sabedoria que transfluiu pela cosmovisão africana, gargalhando e expulsando para longe – com os rodopios das saias e as fumaças dos charutos e das cigarrilhas – uma colonialidade descabível, incapaz de entender qualquer epistemologia que fuja do pensamento linear eurocentrado. Nesta roda, cabe a nós proliferar, como prefere chamar Nego Bispo, o “saber orgânico”.

Conceitos que achamos que se parecem muito com os de “bem viver” e de “viver bem” são o “viver de forma orgânica” e o “viver de forma sintética”. Bem viver é viver de forma orgânica e viver bem é viver de forma sintética. Compreendemos que há um saber orgânico e um saber sintético. Enquanto o saber orgânico é o saber que se desenvolve desenvolvendo o ser, o saber sintético é o que se desenvolve desenvolvendo o ter. Somos operadores do saber orgânico e os colonialistas são operadores do sintético. (SANTOS, 2018, p. 49).

Assim como é orgânica a construção dessas religiosidades de matrizes culturais afro-diaspóricas, consagrando a natureza e seus elementos como seres integrantes e fundantes, essenciais para o reencontro da cosmovisão em terras pós-atlântico, faz-se orgânica também a construção deste pensamento encruzilhado, buscando nos elementos naturais e na sabedoria nagô e bantu um meio de contracolonizar o pensamento sintético, ainda presente nas academias, “um saber voltado para a produção de coisas” (Ibdi). Para Nego Bispo, o pensamento sintético é o “pensamento operacionalizado pela escrita (...), desconectado da vida” (Ibdi), enquanto o orgânico é “movimentado pela oralidade” (Ibdi), sendo um saber que reedita, oferecendo possibilidades de se viver diferente.

⁷ Gira é o nome dado ao culto que acontece nos terreiros de Umbanda.

O desafio está posto: como tornar orgânico um artigo que depende das palavras escritas para se materializar enquanto pensamento sintético? Caberia o uso da opacidade para permitir que essa construção se faça às escuras, encruzilhada pela malandragem? Não se busca, agora, discorrer somente a partir de um olhar opositor, feito às margens, buscando nas falas (e escritas) dos subalternos suas epistemologias. Em questão, é preciso encontrar as palavras em outras curvas, achar frestas que permitam dar voz e corpo às escritas, para que assim seja possível tornar orgânico este pensamento. Fazer do texto, imagem!

Para tal, o olhar atendo de Leda Martins (2003) promove uma possibilidade de nova construção para a chegada de Exu à comunicação e ao corpo. Ao citar Muniz Sodré (1998), a autora encontra um caminho possível diante dessa encruzilhada de sentidos: “junto ‘com as palavras, junto com o som, deve dar-se a presença concreta de um corpo humano, capaz de falar e ouvir, dar e receber, num movimento sempre reversível’” (SODRÉ, 1998, p. 67; Apud. MARTINS, 2003, p. 76). Ou seja, o orgânico apontado por Nego Bispo vai além da oralidade, encontra-se, de certa forma, em todos os sentidos: é o corpo sentindo, por inteiro, o que está corporificado. Por isso que “‘cantar/dançar, entrar no ritmo, é como ouvir os batimentos do próprio coração – é sentir a vida sem deixar de nela inscrever a morte’; sendo o próprio ritmo o movimento ‘do impulso que leva o corpo a garimpar a falta’” (Ibdi, p. 76).

Não há separação de vida e morte diante do aprendizado constante que nos apresenta a Umbanda. Ela está presente nesta conexão entre vida e morte, nessa unidade construída por meio das encruzilhadas do corpo, do terreiro, da vida. Se há uma busca, aqui, para contra, anti, de(s)colonizar o pensamento, buscando apoio nas forças do Orixá Exu e nas suas representações no povo da rua, “precisamos aprender o Tempo que a macumba quer nos ensinar. Que é um tempo do corpo e não da identidade” (VITORINO, 2019, p. 2). Ou, como nos aponta bell hooks (1990), buscar pela “necessidade de uma resistência sustentada pela rememoração do passado que inclui a memória de línguas quebradas que nos oferecem modos de falar que descolonizam nossa mente, e nossa própria existência”. (hooks, 1990, p. 233).

E é o próprio Nego Bispo quem apresenta outra forma de construir esse pensamento orgânico, diferente do pensamento branco (europeu) sintético (de um só deus). Ele explica, no artigo “Somos da Terra”, que está exatamente na cosmovisão africana (de muitos deuses e deusas) a sua diferença de olhar para as coisas, um olhar que não é vertical, que não é linear, que é capaz de fazer curvas e, assim, de construir uma relação circular, que consegue enxergar todos os cantos. “A capoeira é rodando, o samba é rodando, o batuque, a gira nos terreiros de umbanda e de candomblé... Tudo para nós é rodando. Tudo para os colonizadores é linear. É um olhar limitado a uma única direção” (SANTOS, 2018, p. 48).

Enquanto o pensamento ocidental olha somente para o próprio umbigo, nós seguimos olhando para todas as direções. Olhamos para cima e para baixo, para os lados, para dentro e para fora. Por isso, talvez, olhamos o corpo com outros olhos e vemos nele a capacidade de armazenar conhecimentos ancestrais. Para Leda Martins (2003), estão nas capacidades dessas memórias serem grafadas pela voz e pelo corpo, e então performadas, o conceito que ela chama de “oralitura”.

O significante oralitura, da forma como o apresento, não nos remete univocamente ao repertório de formas e procedimentos culturais da tradição verbal, mas especificamente, ao que em sua performance indica a presença de um traço residual, estilístico, mnemônico, culturalmente constituinte, inscrito na grafia do corpo em movimento e na vocalidade. Como um estilete, esse traço cinético inscreve saberes, valores, conceitos, visões de mundo e estilos. A oralitura é do âmbito da performance, sua âncora; uma grafia, uma linguagem, seja ela desenhada na letra performática da palavra ou nos volejos do corpo”. (MARTINS, 2003, p. 77).

5. CONCLUSÃO (OU CAMINHOS A PERCORRER)

Por meio das encruzilhadas traçadas neste artigo, foi possível ampliar o olhar hegemônico sobre a Umbanda e, dessa forma, contextualizar conceitos anti, contra e de(s)coloniais que pudessem apresentar possíveis caminhos a serem percorridos pela comunicação. Foi possível, ainda, dialogar com questões históricas, pautadas sobre olhares colonizadores e empregadas pelo viés do silenciamento e do apagamento de saberes cosmogônicos, mas que foram mantidas em diáspora pelas confluências e transfluências capazes de armazenarem, vivas, memórias escritas por (e em) corpos que resistem, em oralitura.

Ao enxergar o corpo enquanto espaço de armazenamento de um pensamento orgânico, e ao perceber que este corpo se faz presente enquanto local de memória e de ancestralidade, cabe, aqui, olhar para esse corpo, ainda, como um corpomídia – dentro dos estudos da comunicação, presente nas pesquisas da teoria do corpomídia (KATZ; GREINER, 2005). Tal teoria já traz, no próprio nome, a preocupação de direcionar seus estudos não, apenas, para o corpo na mídia; mas, também, para propor o próprio corpo enquanto mídia (dele mesmo).

Assunto que cabe ser melhor trabalhado mais adiante, dando continuidade aos estudos envolvendo comunicação e encruzilhada, na Umbanda. De antemão, cabe adiantar que o corpo, sob o olhar do corpomídia, não deve ser analisado como um mero aparelho processador de comunicação. Afinal, no corpo – e com o corpo – não há separação entre emissor e receptor, muito menos entre meio, veículo e canal. A informação, em contato com o corpo, se transforma também em corpo, em tempo real; assim como o corpo, em contato

com a informação, se transforma em outro corpo. Ou seja, corpo e mídia são um só, assim como médium (umbandista) e entidade (espírito) também viram um no ato da incorporação.

Um corpo que sente, que incorpora, que move, que comunica, que informa, que transmite, que é mídia. Um corpo que é território para as encruzilhadas ancestrais, espaço de diálogo entre vida e morte, que guarda a memória e, assim, permite a transfluência da cosmovisão africana até os terreiros de Umbanda. Porque, como afirma Nego Bispo, “mesmo que queimem a escrita, não queimam a oralidade, mesmo que queimem os símbolos, não queimam os significados, mesmo que queimem os corpos, não queimam a ancestralidade. Porque as nossas imagens também são ancestrais”. (SANTOS, 2018, p. 51).

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais: RIBEIRO, Djamila (coord.). São Paulo: Pólen livros, 2019, 152 p.

ALVES, M. R. A.; SANTOS, J. M. **A transmissão oral como dinâmica da memória e construção de identidades afro brasileiras**. III Congresso Nacional de Educação, 2016, Natal. Anais: Cemep, 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA14_ID11745_17082016132445.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

BATISTA, Milena Xibile. **Angola, Jeje e Ketu: memórias e identidades em casas e nações de candomblé na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito da história**. Trad. ROUANET, Sérgio Paulo. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 222-232, 1987.

CARVALHO, B. D. **O pluralismo religioso brasileiro: a Umbanda nascida para não ser tolerada?** Revista Alpha (UNIPAM), Patos de Minas, n.18, p. 46-62, ago.-dez. 2017.

GLISSANT, Édouard. **Pela opacidade**. Trad. GROKE, Henrique de Toledo; COSTA, Keila Prado. São Paulo (USP): Revista Criação & Crítica, nº 1, p. 53-55, 2008.

HOOKS, Bell. **Escolher a margem como um espaço de abertura radical**. (*Choosing the Margin as a Space of Radical Openness*. In: *Yeaming: Race, Gender and Culture Politics*). Cambridge: South End Press, 1990, p. 223-238.

_____. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. Trad.: CIPOLLA, Marcelo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2018.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. Trad. BORGES, Stephanie. São Paulo: Editora Elefante, 2019, 356 p.

IROBI, E. **O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora**. Trad. SOUZA, V. M. São Paulo: Projeto História. Revista do Programa

de Estudos Pós-Graduados de História, n. 44, p. 273-293, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/9857/9824> Acesso em: 20 set 2020.

KAITEL, Alexandre Frank Silva; SANTOS, Guaraci Maximiano. **Conhecendo a Umbanda: uma tipologia sob o prisma bantu**. João Pessoa: Diversidade Religiosa, v. 7, m. 1, p. 60-87, 2017.

KATZ, Helena; GRENER, Chrsitine. **Em busca de uma epistemologia indisciplinar**. KATZ, Helena; GRENER, Chrsitine (Orgs.). In: Arte e Cognição: corpomídia, comunicação, política. São Paulo: Annablume, 2015.

KILOMBA, Grada. **Quem pode falar? Falar no centro, descolonizar o conhecimento**. In: Memórias da Plantação, p. 47-69.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Org.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

LIGIÉRO, Z. **O conceito de 'motrizes culturais' aplicado às práticas performativas afro-brasileiras**. Pós Ciências Sociais, v. 8, n. 16. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, p. 129-144, 2011. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/695/433> Acesso em: 20 set 2020.

MARTINS, Leda. **Performances da oralitura: corpo, lugar da memória**. Santa Maria (UFSM): Letras, n° 26, p. 63-81, 2003.

MOMBAÇA, Jota. **O mundo é meu trauma**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 11, p. 20-25, 2017. Disponível em <<https://piseagrama.org/o-mundo-e-meu-trauma/>>. Último aceso em: 20 dez. 2020.

_____. **A plantação cognitiva**. São Paulo: MASP Afterall, 2020, p. 3-11.

OLIVEIRA, R. F. **Hibridação Bantu: o percurso cultural adotado por um povo**. PUC Goiás. 2015. 174 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

PELÚCIO, Larissa. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos à margem sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer**. In: Contemporânea, São Carlos, v.2, n.2, jul./dez. 2012, p. 395-418. Disponível: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89/54>>

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo. **Somos da Terra**. Belo Horizonte: PISEAGRAMA, n. 12, p. 44-51, 2018. Disponível em: <<https://piseagrama.org/somos-da-terra/>>. Último acesso em: 19 dez. 2020.

SIMAS, Luiz. A.; RUFINO, Luiz. **A ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Cultura, corpo e afeto**. Dança, Salvador, v. 3, n. 1, p-10-20, jan-jul 2014.

THOMPSON, Paul. **A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida.** Trad. SIMÕES, Júlio Assis. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Editora Hucitec/ANPOCS, pp. 9-18, 1993.

VICENTE, José A. **A experiência salvífica na religião tradicional nos povos banto e a teologia do Concílio Vaticano II:** pistas para um diálogo inter-religioso a partir do paradigma missão evangelizadora da igreja. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2012.

VITORINO, Castiel. **Exú Tranca-Rua das Almas.** Plataforma EhCho, p. 1-9, jul-2020. Disponível em: <<https://ehcho.org/conteudo/exutrancaruardasalmas?rq=castiel%20vitorino>>. Último aceso em: 20 dez. 2020.

_____. **O tempo de cura. Arruda, para viver os mergulhos no sol.** Transcrição do vídeo “macumbas de travestis, feitiços de bixa:arruda”, p. 1-4, 2019.

WILSHIRE, Donna. **Os usos do Mito, da Imagem e do Corpo da Mulher na Re-imaginação do Conhecimento.** In: Gênero, Corpo, Conhecimento. Org.: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R.. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 101-125.

WIREDU, K. As religiões africanas desde um ponto de vista filosófico. In: TALIAFERRO, C.; DRAPER, P.; QUINN, P. L. (Eds.). **A Companion to Philosophy of Religion.** Trad. SOUZA, L. E. T. Malden; Oxford; West Sussex: Blackwell, 2 ed, p.34-43, 2010. Disponível em: https://losoa-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kwasi_wiredu_-_as_religi%C3%B5es_africanas_desde_um_ponto_de_vista_filos%C3%B3fico.pdf. Acesso em: 08 out 2020.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais.

A AMAZÔNIA E POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO YOUTUBE: REPRESENTAÇÃO DE NARRATIVAS COM O USO DE SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Cris Guimarães Cirino da Silva (UFPA)¹

Elaide Martins (UFPA)²

Elton Dione Nascimento de Alencar (UFAM)³

Victória de Souza Guimarães (UFAM)⁴

RESUMO

O uso da internet e de outras tecnologias digitais de comunicação permitem que temas sensíveis como os de ordem ambiental ganhem cada vez mais notoriedade. Como parte de uma pesquisa que utiliza Inteligência Artificial Neuro-Simbólica para identificar padrões de narrativas em vídeos sobre a Amazônia no Youtube, este artigo é resultado de um mapeamento sobre a forma como determinados canais políticos no Youtube Brasil, caracterizados por perfis politicamente polarizados, abordaram temáticas sobre a Amazônia brasileira, especificamente, referentes às queimadas e ao avanço da pandemia da Covid-19 em populações indígenas nessa região. É objetivo desta pesquisa identificar e analisar os padrões das narrativas coletados através de um *script* que utiliza a *Application Programming Interface* (API) do Youtube para extração de dados textuais, além de metadados, que permita uma abordagem explicativa por meio da organização, codificação, categorização e inferências amparadas na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Dado o número significativo de vídeos postados diariamente no Youtube, a interseção de áreas como Inteligência Artificial (IA) e Comunicação promove inovação, eficiência e agilidade ao automatizar processos que auxiliem na extração, caracterização e identificação de narrativas, mostrando que certos temas,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, integrante do Grupo de Pesquisa Inovação e Convergência na Comunicação- InovaCom (UFPA/CNPQ), Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: cris.guimaraes.cirino@gmail.com

² Docente na Faculdade Comunicação e Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará. Pós-doutoranda em Jornalismo/UFSC. Coord. GP Inovação e Convergência na Comunicação (UFPA/CNPq) e integrante do Nephi-Jor, núcleo do GP Hiperídia e Linguagem (UFSC/CNPq) e da Rede JorTec/SBPJor. Email: elaide@ufpa.br

³ Estudante de Engenharia da Computação, Instituto de Computação, integrante do Grupo de Pesquisa em Inteligência Artificial- IA (UFAM/CNPq), Universidade Federal do Amazonas, Brasil. Email: enda@icomp.ufam.edu.br

⁴ Estudante de Engenharia da Computação, Instituto de Computação, integrante do Grupo de Pesquisa em Inteligência Artificial- IA (UFAM/CNPq), Universidade Federal do Amazonas, Brasil. Email: vsg@icomp.ufam.edu.br

como as queimadas que consomem a floresta, a invasão de terras indígenas através de políticas capitalistas e exploratórias, a falta de recursos para a população local em meio a pandemia da Covid-19, dentre outros, revelam e reforçam um imaginário cheio de significados que potencializam a opressão e o preconceito também resultantes da interpretação exógena ao processo histórico e social que ocorre na região (LOUREIRO, 2001).

Palavras-chaves: Amazônia, Inteligência Artificial, Narrativas, Covid-19, Youtube.

1. INTRODUÇÃO

As narrativas construídas no ambiente digital se apresentam em diversas formas, abrindo espaço para apropriação de imagens e de discursos não lineares e moldando uma nova forma de enxergar e interpretar o mundo, ou de um “olhar em fragmentos, disperso no real” (LEMOS, 2010, p.19-20). Essa nova forma de perceber o mundo é rápida e veloz configurando um novo gênero narrativo por meio de relatos mais curtos, pequenas histórias que tratam e abordam as novas relações entre o ser humano e o mundo como um ensejo da arte da narrativa, reconhecida como propulsora da experiência.

Para explicar qual significado de narrativa estamos considerando, recorreremos a Ricoeur (1994) que aproxima as reflexões de tempo de Agostinho, em sua obra ‘Confissões’, com a noção de narrativa em Aristóteles na ‘Poética’, para defender sua tese de que “[...] é a narrativa que torna acessível a experiência humana do tempo, o tempo só se torna humano através da narrativa” (RICOEUR, 2010, p. XI). Essa experiência do tempo estrutura-se em diversas ações, cujo desenvolvimento numa intriga coesa se traduz numa dialética entre síntese e sucessividade. Portanto, narrar é relatar processos de mudança, processos de alteração e de sucessão inter-relacionados (MOTTA, 2013). As narrativas são dispositivos narrativos que utilizamos socialmente de acordo com nossa pretensão, ou seja, são exercícios de poder e de hegemonia em distintos lugares e situações comunicacionais, sejam fáticas ou fictícias (MOTTA, 2013).

Na contemporaneidade, com o uso de novos recursos tecnológicos e diversas linguagens (verbal, gestual, visual, sonora, eletrônica, digital etc.), a representação do mundo modifica através das narrativas pela mídia, pois admite-se também sua falência enquanto dispositivo mediador (limitado a promover interações entre atores e campos sociais distintos. Assim, mesmo com narrativas tão voláteis na internet, Motta (2013) diz que as histórias virtuais, ainda que guardem distintas características, seguem envolvendo os receptores e eles prosseguem recriando na imaginação as suas próprias

significações a partir do que ouvem, leem ou veem nos blogs ou redes sociais ou mesmo, acrescentaríamos, outras plataformas.

Nesse bojo, as narrativas com temas ambientais vêm ganhando mais notoriedade não só pelos constantes alertas sobre a aceleração das transformações do planeta provocada pelo ser humano, mas pela articulação de novas estruturas discursivas que o campo social tem utilizado do campo midiático para ser legitimado, oportunizando reflexões entre os sujeitos e sua organização social amalgamados com os problemas ambientais (BORELLI; FLORES, 2016). Por outro lado, esse mesmo ecossistema potencializa uma polarização política partidária e ideológica, muitas vezes extremista, favorecendo que certos discursos circulem e sejam consumidos, como os relacionados à Amazônia e seus diversos aspectos e imagens. Ideias que existem em um saber coletivo e que não são só reproduzidas, mas atualizadas e alteradas. Discursos que estão presentes nos livros, na formação escolar e acadêmica, na opinião pública, na internet e até nas conversas cotidianas e que nos levam a constituir uma noção semelhante ao que outras pessoas pensam sobre a Amazônia, favorecendo a construção de um imaginário coletivo.

Por conta dessa grande polifonia, dessas várias vozes que atribuíram e atribuem distintos significados à palavra Amazônia, observa-se diversas representações constituídas a partir de outras tantas preexistentes, surgindo o que Barthes chama de *mito* e outros autores de *conversão semiótica* (LOUREIRO, 2001, p. 51). Dentro da imagem difusa da Amazônia, há elementos constantes que fundamentam essa construção imagética.

As narrativas coletadas e analisadas nessa pesquisa sobre a Amazônia, em geral, ressoam ainda uma perspectiva colonial, tratando-a como fonte de recursos para o propalado desenvolvimento econômico. Essa análise da região envereda considerações feitas por outros pesquisadores interessados em desvendar o significado desses discursos, entre eles está Ana Pizarro em 'Amazônia: As Vozes do Rio', onde ela cita que "É necessário possibilitar o acesso a outros discursos, os não hegemônicos e os críticos". Analisar as narrativas sobre a Amazônia é tentar conhecer as tensões originárias da cultura dessa região. "Terra da promessa, espaço de renovadas utopias, a Amazônia abriga a diversidade, a multiplicidade cultural, o espaço do inacabado, do deslocamento" (PIZARRO, 2012)

No contexto da internet, com a diversidade de conteúdos cada vez maior em constante mutação, os usuários recorrem aos mecanismos de buscas para encontrar determinado conteúdo que, quanto mais estiver interconectado com outros, mais será visível a estes buscadores. Esta lógica, determinada pelo sistema algorítmico, inclusive,

é apontada por Lévy (2008) como fator determinante na memória humana de longo prazo. As narrativas analisadas fazem parte das relações humanas e convocam uma memória através de expressões narrativas, sejam elas factuais (jornalismo, história, manifestações orais, por exemplo) ou até ficcionais (romances, contos, cinema, telenovelas, mitos). Seja de um tipo ou outro, essas narrativas estão disponíveis em diversas plataformas digitais, como o YouTube.

Burgess e Green (2009) fazem uma observação do YouTube como um sistema cultural intermediado. Segundo os autores, essa plataforma, assim como outras mídias sociais, representa uma ruptura com os modelos existentes, firmando um novo ambiente midiático, onde novos modelos de negócio reconfiguram as relações entre os usuários e as instituições presentes no espaço digital. É nesse contexto que o YouTube tem atraído muitos usuários de redes sociais digitais, os quais têm migrado do Facebook e Twitter para criar os seus canais nessa plataforma de vídeos, fenômeno que tem ocorrido, principalmente, após as eleições de 2018.

O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os padrões das narrativas sobre a Amazônia nos vídeos publicados por alguns canais que fazem parte do ambiente político do país no Youtube, especialmente os vídeos com a temática “queimadas” e a “pandemia da covid-19 nos indígenas”. Faz parte da pesquisa analisar o conteúdo das narrativas abordando a frequência do tema ou dos conteúdos específicos que permitam deduções e inferências às materialidades analisadas.

Como método de extração e análise, utilizou-se um *script*⁵ e uma *Application Programming Interface* (API) do próprio Youtube que identificasse e extraísse os *captions*⁶ dos vídeos postados na plataforma, no período de abril a julho de 2020. Selecionamos canais criados no Youtube sob a categoria “Notícias e política” e que possuem no mínimo 10 mil inscritos, conforme pesquisa do Monitor de Debate Público no Meio Digital⁷. Os vídeos foram coletados através de termos de busca que atendessem à questão levantada sobre a análise de narrativas que abordam a complexidade da pandemia de Covid-19 no contexto amazônico quanto à saúde do indígena e as queimadas na região que, aliás, ainda é uma realidade preocupante em âmbito global. Pesquisas no contexto da pandemia são relevantes nas diversas áreas do conhecimento, logo, identificar e analisar as narrativas desses vídeos constitui-se em um conjunto de técnicas, cujo objetivo é descrever o conteúdo emitido através de um tratamento da informação em um processo de comunicação. Em seguida, utilizamos

⁵ Algoritmo implementado em código.

⁶ Texto completo do que é dito no vídeo.

⁷ Para uma abordagem sobre os critérios de mapeamento dos canais, ver OLIVEIRA *et al.*, 2019.

uma abordagem explicativa por meio da organização, codificação, categorização e inferências amparadas na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

2. POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO YOUTUBE E NARRATIVAS SOBRE A AMAZÔNIA

O Youtube é uma rede de compartilhamento com uma quantidade imensa de imagens audiovisuais que são produzidas e postas em circulação. Esse fato se tornou possível pela enorme produção de dispositivos e softwares do audiovisual com plataformas de vídeo que obedecem a uma certa organização e especialização, uma montagem que os enuncia de outro modo e sugere usos diversos. Desde 2018, existe um movimento crescente de perfis de atores políticos no Brasil migrando de várias redes sociais para o Youtube, também por causa do endurecimento dos termos de uso das redes. São perfis que se apresentam cada vez mais polarizados, com uma alta temperatura política e com um expressivo número de seguidores, por isso os consideramos com significativa influência midiática no espaço público político digital.

Essa plataforma se constrói como se fosse um grande ecossistema cobrindo desde demandas pessoais pontuais à transmissão de pronunciamentos, *lives*, *shows*, comunicados institucionais e pautas corriqueiras como uma espécie de agenda diária de manifestações de opiniões ou fatos ocorridos e relatados, muitas vezes em tempo real. Tem sido a plataforma preferencial de grande parcela da população para assistir vídeos sobre política, principalmente, pelo apelo imagético (ORTELLADO, SOLANO e MORETTO, 2017, p. 8). Com isso, o Youtube tem se firmado como importante espaço de debate político e organização de movimentos sociais.

Não demorou para que o Youtube também fosse usado como mais uma rede potencial para capilarizar as polarizações políticas sobre diversos temas debatidos no espaço público, a exemplo dos ambientais. As diversas possibilidades tecnológicas viabilizam um maior dimensionamento de tendências sociais que antes eram de curto alcance, assim como os temas ambientais, especificamente, relacionados à Amazônia, como as queimadas, a situação dos povos tradicionais, as espécies em extinção, poluição do ar e outras pautas.

O espaço de compartilhamento do Youtube tem uma quantidade significativa de imagens audiovisuais que são produzidas e postas em circulação, diariamente, e, dado o grande número de dispositivos e *softwares*⁸ do audiovisual, as plataformas utilizam a

⁸ Sobre isso, ver Manovich (2014) e sua reflexão sobre a sociedade do software.

multiplicação dos vídeos em larga escala por meio de suas *affordances*⁹ e pela operacionalização de algoritmos que trabalham incansavelmente em mapear o perfil dos usuários e o conteúdo sugerido por essa plataforma.

No campo digital, os usuários das redes sociais tendem a formar bolhas, juntando-se somente a grupos com os quais compartilham os mesmos sentimentos e afinidades políticas. Isso não quer dizer que os fenômenos de polarização, atualmente, são causados diretamente pelas redes sociais. Afinal há um potencial de visibilidade e de organização de movimentos populares, além de um posicionamento claro de usuários vistos como influenciadores digitais, figuras públicas, políticos e instituições governamentais com discursos marcados pela intolerância e polarização política, que reforçam a reprodução de narrativas, muitas vezes desinformativas, como as coletadas e analisadas sobre a Amazônia brasileira e suas complexidades, prejudicando o entendimento do tema e o debate público.

A polarização, que não deve ser confundida com uma arguição de posicionamentos opostos, deriva da intolerância e da impossibilidade de diálogo e debate construtivo, gerando muitas vezes como consequência a violência simbólica e, dependendo da situação, a física. A polarização se organiza de forma binária, direita ou esquerda, alto ou baixo, muito ou pouco, favorecendo arranjos onde a divergência não dilui por falta de uma pluralidade maior de percepções.

Nos contextos polarizados, o Outro, como é visto pelo lado oposto, atribui a este um significado de oponente ou adversário, aquele que vai ameaçar a predominância de um único discurso, onde o único vínculo que os liga passa ser o da diferença excludente. Entre os canais pesquisados, com posicionamentos políticos polarizados, com discursos preconceituosos, percebeu-se a criação e o reforço de uma imagem distorcida sobre a Amazônia e seus povos, principalmente, durante um contexto catastrófico de saúde pública mundial como a pandemia da Covid-19 que acometeu diversas comunidades indígenas. Foi identificada a permanência de narrativas baseadas em estereótipos criados e mantidos pela visão eurocêntrica desde a colonização no Brasil, mantidas pela coadunação das relações de forças e interesses entre mídia, instituições sociais e governamentais.

O avanço do coronavírus na população indígena vem acompanhado de uma série de desafios. Os povos indígenas são um grupo particularmente vulnerável à Covid-19 devido às elevadas prevalências de diferentes doenças e agravos à saúde e as

⁹ O conceito, de J. J. Gibson, relaciona características do ambiente a perspectivas das espécies que o acionam. Correa Gomes Jr. e demais autores (2018, p. 59) observam que “os agentes de um ambiente percebem o que um nicho oferece, interpretam as *affordances* e agem sobre elas”.

prévias dificuldades de acesso ao sistema de saúde, particularmente da atenção especializada. Além disso, os indígenas sofrem com o aumento das queimadas e do desmatamento, com baixo saneamento e, em muitas situações, enfrentam uma enorme fragilidade econômica, o que dificulta a manutenção do isolamento social, que é uma medida fundamental no enfrentamento da pandemia. Diante dessa lamentável realidade, o Youtube, assim como outras redes sociais, tem sido espaço para disseminação de inúmeros vídeos com narrativas depreciativas à condição dos indígenas ou a ausência de um debate científico sobre o tema em canais que contribuem com a formação da opinião pública.

Nesse engodo discursivo, percebe-se relações entre imagem e imaginário na constituição, circulação e recepção dessas narrativas, pois no ambiente digital há uma supervalorização das formações imagéticas como forma de conhecimento e de comunicação social, enquanto um processo interacional, ou como cita Braga (2019), o objetivo de uma perspectiva comunicacional em questões sociais é a viabilização de um enfoque praxiológico da comunicação.

As realidades narradas, sejam midiáticas, históricas ou mesmo as construídas no cotidiano, são onipresentes, ou seja, sua construção é habitual. A análise das narrativas no Youtube sobre a Amazônia pode nos apontar como os sujeitos constroem significados em uma situação de correlação, de diálogo ou de força, de troca argumentativa das interpretações possíveis, e muitas vezes até divergentes, da realidade social. Ou seja, os discursos narrativos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e a opções (modos) linguísticas e extralinguísticas táticas para realizar certas intenções e objetivos.

A partir desse entendimento, nos damos conta de que as narrativas não são apenas puras representações da realidade, mas formas de organizar as ações em função de estratégias culturais em contexto. Narrar é uma atitude. Quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através da narração. Isso quer dizer que devemos repensar sobre o agente enunciativo como também um reproduzidor dessas narrativas obsoletas no conteúdo, mas atuais, por repetirem padrões de outros períodos históricos.

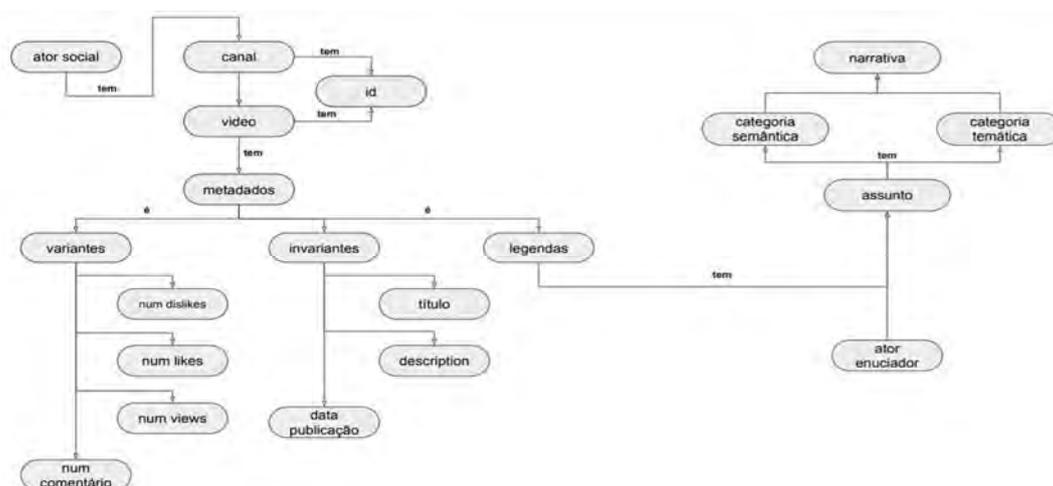
4. COMUNICAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Como linguagem e interação são objetos de estudo da Comunicação, os sistemas inteligentes nos interessam e o desenvolvimento da Inteligência Artificial vem atualizar o interesse por temas tão desafiadores como a mente, interação, linguagem, consciência, cooperação, subjetividade, inconsciente, entre outros. Segundo Primo e

Coelho (2002), se faz necessária uma maior atenção à Inteligência Artificial por parte dos pesquisadores de Comunicação. Inteligência artificial (IA) é uma subárea da Ciência da Computação que destaca a habilidade do computador de inferir novas informações (ou conhecimento) a partir de um conjunto de dados previamente conhecidos, estudando conceitos que possibilitam o computador ser considerado inteligente. Uma das definições de Inteligência artificial é o estudo de como fazer o computador realizar tarefas que, no momento, são realizadas por pessoas experientes e com conhecimento para tal ação. Tarefas como resolução de problemas, tomada de decisão e aprendizado baseado no conhecimento humano (RUSSEL e NORVING, 2013), é o estudo em como representar esse processo de forma computacional.

Há sistemas projetados especificamente para organizar os conceitos através de categorias, dois desses sistemas têm relação entre si: redes semânticas e descrição lógica (RUSSEL e NORVING, 2013). Redes semânticas permitem a visualização gráfica de um banco de conhecimento e algoritmo eficiente para inferir propriedades de um objeto baseado na relação com outros objetos. Há diferentes tipos de redes semânticas, mas, resumidamente, todas têm a capacidade de representar objetos de forma individual, categorias e relação entre esses objetos (RUSSEL e NORVING, 2013). Numa representação típica de rede semântica (Figura 1), os nós representam objetos, eventos ou conceitos e as flechas mostram a relação entre os diferentes nós.

Figura 1 - Rede semântica para narrativa de vídeos



Fonte: Fonte própria (2021)

A rede semântica vista na Figura 1 é uma primeira versão da representação dos principais conceitos presentes no processo de identificação e análise de narrativas, possibilitando, assim, que uma futura IA Neuro-Simbólica possa identificar e inferir novas propriedades a partir do grau de relação entre esses objetos. A plataforma do

Youtube, ambiente representado pela rede semântica, não é apenas um espaço neutro que contém vídeos. Nela, os vídeos obedecem a certa organização e a uma espacialização, uma montagem que os enuncia e sugere (disponibiliza para o usuário) diversos usos. Na interface do ambiente, os elementos que rodeiam o vídeo incluem o usuário e as múltiplas direções que este usuário pode se encaminhar audiovisualmente, como assistir a um dos vídeos relacionados, por exemplo, ou compartilhá-los encaminhando a conhecidos. Quanto às suas narrativas, podem ser representadas por padrões que pretendemos examinar com o uso dos recursos da IA.

5. MÉTODOS

5.1 Método de Extração

Este trabalho é parte de uma pesquisa que utiliza Inteligência Artificial Neuro-Simbólica, ou seja, método que visa o desenvolvimento de sistemas inteligentes com senso comum, tentando integrar técnicas de Aprendizado de Máquina (parte Neuro) e mecanismos de Raciocínio (Parte Simbólica), com objetivo final de exibir comportamento cognitivo, semelhante ao do humano (COSTA, 2020). Aqui, buscamos identificar padrões de narrativas em vídeos sobre a Amazônia no Youtube trazendo o resultado de um mapeamento sobre a forma como determinados canais políticos no Youtube Brasil, caracterizados por perfis politicamente polarizados, abordaram temáticas sobre a Amazônia brasileira, especificamente, referentes às queimadas e à pandemia da Covid-19 em populações indígenas nessa região.

Dessa forma, nosso objetivo é analisar os padrões de narrativas em vídeos, buscando, através de um script que utiliza a Application Programming Interface (API) do Youtube, os dados preestabelecidos de determinados canais da plataforma Youtube e coletando informações necessárias para a análise das narrativas sob a percepção humana a partir de seis termos de buscas que circunscrevem o tema proposto nesta pesquisa. São eles: *povos indígenas pandemia*, *povos indígenas queimadas*, *amazônia pandemia*, *amazônia queimadas*, *amazônia reserva indígenas* e *amazônia covid*. É importante citar que os termos de busca precisam de certas variações para que o alcance no retorno dos vídeos seja satisfatório para a análise. O período analisado é de 01 de abril a 31 de julho de 2020, meses críticos com relação ao aumento da pandemia em comunidades indígenas na Amazônia brasileira, inclusive com a morte do primeiro indígena por covid-19 de etnia *Yanomami*, assim como o aumento do índice de

queimadas na Amazônia em junho de 2020 apresentando o maior número de focos de queimadas na Amazônia dos últimos 13 anos até então¹⁰.

A definição dos 34 canais pesquisados foi baseada no estudo realizado pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital (OLIVEIRA *et al.*, 2019) e após os termos de busca terem sido inseridos no google colab, ambiente de execução do Python, utilizou-se a API - Application Programming, a Interface do Youtube para a extração de metadados dos vídeos (coleção de dados que descrevem os seus detalhes, como nome, data de publicação, canal, descrição, número de views, etc), além de bibliotecas da linguagem Python¹¹ para tratamento e manipulação dos dados que retornaram das buscas. O uso dessas bibliotecas, já implementadas por outros desenvolvedores, permitiu que houvesse uma concentração maior na programação da lógica de coleta dos dados e representação do conhecimento (MIHAJLOVIC *et al.*, 2020).

O script utilizado foi desenvolvido na plataforma Google Collaboratory, que possibilita a escrita do código na linguagem de programação Python e permite que o código seja executado sem a necessidade de nenhuma configuração adicional, além da criação de conta na plataforma. O funcionamento do script para a extração e análise de dados pode ser observado no diagrama abaixo (Figura 2):

Figura 2 - Diagrama de funcionamento do Script para análise de narrativas



Fonte: Autoria própria (2021)

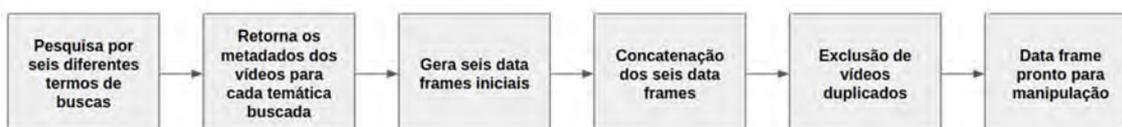
¹⁰ Fonte: <https://dados.gov.br/organization/instituto-nacional-de-pesquisas-espaciais-inpe>

¹¹ Linguagem de programação, que possui uma sintaxe simples. A principal vantagem da utilização dela é a de poder usar bibliotecas já implementadas (MIHAJLOVIC *et al.*, 2020).

O funcionamento do *script* inicia-se com comunicação com a API do YouTube para a busca dos dados em vídeos dos canais selecionados anteriormente. Esses dados são classificados como variantes e invariantes (MALIK et al, 2017), além dos *captions* dos vídeos, considerado o dado principal para a análise da narrativa neste trabalho. Os dados variantes dependem de quem interage com os vídeos (quantidade de *likes*, *deslikes*, *views* e comentários) e os dados invariantes são dependentes de quem publica o vídeo (título, descrição, data de publicação).

Num segundo momento, é feita a importação de bibliotecas para análise de dados, como a biblioteca *Pandas* que oferece estrutura para manipulação de dados em *DataFrames* (MCKINNEY, 2011) e a biblioteca *WordCloud* (MURTHY, 2020) que oferece a possibilidade de plotar nuvens de palavras que aparecem com maior frequência nos vídeos. Segundo Wes McKinney (2011), um *DataFrame* é uma estrutura de dados semelhante a uma tabela, cuja biblioteca *Pandas* a utiliza para armazenar diferentes tipos de dados, onde cada linha corresponde a uma observação e cada coluna representa uma característica dessa observação. Neste trabalho, esse tipo de estrutura é utilizado para armazenar dados como os metadados e *captions* dos vídeos para posterior manipulação. O processo de extração desses dados da API pode ser visto na Figura 3:

Figura 3 - Fluxograma do processo de extração de dados



Fonte: Autoria própria (2021)

Em seguida, os dados (como id¹², o título, o canal, a data de publicação, a descrição, o número de views, número de likes e dislikes, número de comentários e os *captions*¹³) dos vídeos obtidos pelos seis temas de busca seguem prontos para manipulação e posterior análise. A disposição desses dados é mostrada na Figura 4.

¹² Código único de identificação do vídeo (MALIK et al, 2017)

¹³ Legendas geradas automaticamente pelo YouTube

Figura 4 - Disposição dos metadados em um *DataFrame*

| | id | title | channel | date_p | description | views | likes | dislikes | comments | captions |
|------|-------------|---|-----------------|----------------------|---|---------|----------|----------|----------|--|
| 0 | s2DQUvuqUls | Bolsonaro mostra como o governo vem combatendo... | Folha Política | 2020-06-14T18:01:12Z | Bolsonaro mostra como o governo vem combatendo... | 16759.0 | 2100.0 | 16.0 | 131.0 | [[{"text": "e o presidente Jair Bolsonaro", "start": 1.17, "duration": 6...}]] |
| 1 | xcNJMYLwpY | Bolsonaro anuncia ações emergenciais e recurso... | Folha Política | 2020-06-08T22:11:23Z | Bolsonaro anuncia ações emergenciais e recurso... | 54162.0 | 8455.0 | 59.0 | 334.0 | [[{"text": "e o presidente da ele Bolsonaro rec..."}]] |
| 2 | HIZGMqp42cY | Bolsonaro reage a manipulações e reitera que e... | Folha Política | 2020-11-12T23:42:03Z | Bolsonaro reage a manipulações em transmissão ... | 25871.0 | 3745.0 | 30.0 | 241.0 | [[{"text": "e o presidente da ele Bolsonaro rec..."}]] |
| 3 | g3ni1Fey_Qk | Ministra de Bolsonaro, Damares participa de op... | Folha Política | 2020-06-06T14:36:06Z | Ministra de Bolsonaro, Damares participa de op... | 14709.0 | 2324.0 | 9.0 | 142.0 | [[{"text": "e a ministra da mulher da família e..."}]] |
| 4 | j102eCSVYvc | Bolsonaro faz forte desabafo durante pronuncia... | Folha Política | 2020-11-10T20:36:34Z | Bolsonaro faz forte desabafo durante pronuncia... | 29330.0 | 3707.0 | 64.0 | 586.0 | [NULL] |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| 2439 | Hc2GPpUrXqM | Cientistas flagram lula com tentáculos gigante... | BBC News Brasil | 2020-11-14T21:00:02Z | Pesquisadores flagraram uma rara criatura ao o... | 2635.0 | 40158.0 | 35.0 | 358.0 | [NULL] |
| 2440 | Dw58BWEwbnQ | Vídeo de jacaré gigante passeando em campo de ... | BBC News Brasil | 2020-11-17T11:00:07Z | Um vídeo viral de um enorme jacaré passeando e... | 8984.0 | 258718.0 | 117.0 | 779.0 | [NULL] |
| 2441 | rTyqO1QAjA | Eleições nos EUA: o que pode mudar para o Bras... | BBC News Brasil | 2020-11-02T21:13:22Z | O Brasil e o mundo já conhecem a forma de gove... | 6971.0 | 152446.0 | 519.0 | 1158.0 | [NULL] |
| 2442 | Se1jv9iefg | As imagens impressionantes de geleiras derrete... | BBC News Brasil | 2020-11-19T11:00:06Z | Imagens impressionantes feitas com um drone mo... | 5404.0 | 73381.0 | 72.0 | 861.0 | [NULL] |
| 2443 | yGXWkGCFX7Q | Sviatlana Tsikhanouskaya, o símbolo da oposiçã... | BBC News Brasil | 2020-11-27T11:00:18Z | Em seis meses, a vida de Sviatlana Tsikhanousk... | 1887.0 | 18703.0 | 42.0 | 265.0 | [NULL] |

2444 rows x 10 columns

Fonte: Autoria própria com dados do Google Colab (2021)

Após a realização de busca pelos seis termos definidos e a remoção dos dados duplicados, que são os vídeos que repetem em mais de uma busca, obtivemos uma amostra total de 829 (oitocentos e vinte nove) vídeos constituindo o corpus desta pesquisa. Os metadados variantes (quantidade de *likes*, *dislikes*, *views* e comentários) e invariantes (título, descrição, data de publicação), retornados das buscas realizadas, foram inseridos no banco de dados juntamente com as legendas (ou *captions*) geradas automaticamente pelo YouTube. Há situações em que o dono do canal não ativa esse recurso opcional no YouTube, mas consideramos inserir no *DataFrame* todos os vídeos, com ou sem *captions*, para análises futuras. Essa situação pode ser confirmada na Figura 5, onde, na linha 826, a coluna '*captions*' tem ['NULL'] como valor, o que indica que esse registro não possui legenda.

Figura 5 - Amostra com vídeos publicados entre 01 de abril e 31 de Julho de 2020

DataFrame com dados de Abril até julho:

| | id | title | channel | date_p | description | views | likes | dislikes | comments | captions |
|-----|-------------|---|------------------|----------------------|---|----------|---------|----------|----------|---|
| 0 | WHFIatVOI4 | General Heleno retruca e aponta manipulação da... | Folha Política | 2020-07-22T13:54:40Z | General Heleno retruca e aponta manipulação da... | 15684.0 | 2121.0 | 8.0 | 108.0 | [[{"text": "e o ministro-chefe do gabinete de", "start": 1.17, "duration": 6...}]] |
| 1 | THWKei6FXHA | Deputado pede ajuda para barrar o 'PL da Censu... | Folha Política | 2020-07-03T13:42:18Z | Deputado pede ajuda para barrar o 'PL da Censu... | 18590.0 | 4818.0 | 23.0 | 391.0 | [[{"text": "e o deputado ottoni de paula em", "start": 1.17, "duration": 6...}]] |
| 2 | U5oudRbKdtk | Ministro de Bolsonaro, Tarcisio mostra 'vitóri... | Folha Política | 2020-07-02T16:45:00Z | Ministro de Bolsonaro, Tarcisio mostra 'vitóri... | 181679.0 | 26615.0 | 186.0 | 1798.0 | [[{"text": "e o ministro da infraestrutura tarc...", "start": 1.17, "duration": 6...}]] |
| 3 | 6ehpqdFWtvU | Relembra: Momento vergonha alheia de Alexandre... | Os Pingos nos Is | 2020-07-01T00:44:45Z | Inscreva-se no nosso canal: http://www.youtube... | 171257.0 | 16625.0 | 176.0 | 1843.0 | [[{"text": "ah pois e como o agosto disse volt...", "start": 1.17, "duration": 6...}]] |
| 4 | _bonIndw-Hw | Os Pingos Nos Is - 08/07/20 - JOICE EM BAIXA /... | Os Pingos nos Is | 2020-07-08T23:16:03Z | Inscreva-se no nosso canal: http://www.youtube... | 461062.0 | 42288.0 | 754.0 | 877.0 | [[{"text": "e a", "start": 0.0, "duration": 24...}]] |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| 824 | 8fPsw4DwQs | Jovem indígena testa positivo para Covid-19 | Rede TVT | 2020-04-02T23:10:24Z | O que era temido, acaba de acontecer: o novo C... | 29.0 | 262.0 | 0.0 | 0.0 | [[{"text": "e eu quero a temido acaba de aconte...", "start": 1.17, "duration": 6...}]] |
| 825 | bVjyhMR634 | Desmonte da politica ambiental ameaça 1 milhão... | Rede TVT | 2020-04-15T23:51:55Z | A crise no Itama escancara o desmonte dos orga... | 53.0 | 343.0 | 0.0 | 2.0 | [[{"text": "e a crise no itama escancara o des...", "start": 1.17, "duration": 6...}]] |
| 826 | k7m-ijwINM | VÍDEOS MOSTRAM DESESPERO POR FALTA DE ATENDIME... | UOL | 2020-04-18T14:53:09Z | O UOL obteve videos gravados por moradores de ... | 1390.0 | 91580.0 | 66.0 | 943.0 | [NULL] |
| 827 | r6pbCju_Kl | É FAKE NEWS: ÁGUA TÔNICA NÃO TRATA COVID-19 ... | UOL | 2020-04-16T19:12:50Z | A segunda parte do Boletim Coronavírus desta q... | 77.0 | 2296.0 | 10.0 | 5.0 | [[{"text": "ah entendi tu os brasileiros encont...", "start": 1.17, "duration": 6...}]] |
| 828 | XymyHZes8TK | Governador do Pará, Helder Barbalho, anuncia q... | Poder360 | 2020-04-14T22:05:31Z | Helder Barbalho, o governador do Pará, publico... | 287.0 | 10024.0 | 64.0 | 275.0 | [[{"text": "e a", "start": 0.0, "duration": 8...}]] |

829 rows x 10 columns

Fonte: Autoria própria com dados do Google Colab (2021)

5.2 Método de Análise

A segunda etapa metodológica se refere à análise das narrativas baseada na técnica metodológica da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011, p,9), como um conjunto de instrumentos múltiplos que têm, como ponto em comum, “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução”, ou seja, inferência. Para a autora, “tal como o inquérito sociológico ou experimentação”, as distintas fases desta técnica “organizam-se em torno de três pólos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (2011, p.95). A organização se inicia por uma pré-análise, que se trata da escolha do material a ser submetido à análise e da formulação de hipóteses para a elaboração de indicadores para a interpretação final. Podemos associar essa fase (organização) à classificação dos dados variantes e invariantes, assim como a seleção dos vídeos com captions e a importação de bibliotecas para a análise de dados.

Como segunda etapa, inicia-se a exploração do material. Nesse sentido, podemos dizer que aqui se inicia com o processo de extração de dados dos vídeos (Figura 3) obtidos pelos seis temas de busca adotados. Esse polo consiste nas ações de codificação e categorização, baseando-se em diretrizes formuladas previamente pelo pesquisador (MINAYO, 2001). O objetivo da codificação é tratar os dados brutos em função da repetição das palavras vinculadas ao propósito nas narrativas dos vídeos.

Os *captions* ou legendas foram recortados formando as unidades de registro (palavras, frases, parágrafos, objetos ou referentes, temas), agrupados tematicamente em categorias e subcategorias, a fim de possibilitar as inferências sobre o tema. As seis categorias, *povos indígenas pandemia*, *povos indígenas queimadas*, *amazônia pandemia*, *amazônia queimadas*, *amazônia reserva indígenas* e *amazônia covid*, formaram-se a partir da difusão das subcategorias em função de sua significância.

A terceira etapa é constituída pelo tratamento dos resultados obtidos, a inferência e a interpretação. É no terceiro polo cronológico da Análise de Conteúdo que os resultados, por meio da segunda etapa, são trabalhados a fim de tornarem-se significativos e válidos. Neste trabalho, conforme dito, os principais dados para análise das narrativas são os *captions* dos vídeos. Assim, a análise de conteúdo envolve dados quantitativos e qualitativos. No primeiro caso, podemos exemplificar com a frequência de algum tema ou de algum conteúdo específico dentro de um determinado assunto, no caso deste estudo, a Amazônia. Já os dados qualitativos apresentam características particulares que permitem deduções e inferências no conteúdo analisado, no caso, a

partir da análise do padrão das narrativas construídas sobre a região nos canais políticos polarizados no YouTube.

6 - ANÁLISE

Foram analisadas as informações recolhidas para análise quantitativa e qualitativa do material. A análise quantitativa baseou-se em separar o material por números: *quantidade de canais e de vídeos nas categorias pesquisadas, número de inscritos no canal, visualizações, likes, deslikes e comentários, total de vídeos por canal e total de vídeos resultantes da busca* (Tabela 1). Já a análise qualitativa tomou por método verificar como foi abordada a temática da Amazônia nos subtemas “Queimadas” e “pandemia Covid-19 / indígenas, de acordo com o objetivo de pesquisa proposto.

Tabela 1: canais do YouTube resultantes da busca

| canal | visualizações | inscritos | Total de vídeos no canal | Quant. vídeos buscados |
|----------------------------|---------------|-----------|--------------------------|------------------------|
| Alexandre Garcia | 167.665.472 | 1.830.000 | 1.043 | 29 |
| Balanço Geral | 1.091.285.575 | 3.590.000 | 26.282 | 14 |
| Band Jornalismo | 759.103.318 | 2.300.000 | 45.664 | 60 |
| BBC News Brasil | 352.330.649 | 1.860.000 | 4.714 | 6 |
| Blog da Cidadania | 91.430.084 | 418.000 | 1.617 | 14 |
| BRASIL ACIMA DE TUDO | 109.964.857 | 643.000 | 780 | 1 |
| Canal da Resistência | 76.349.196 | 344.000 | 12.978 | 35 |
| Catraca Livre | 37.983.407 | 272.000 | 1.488 | 12 |
| CidadeAlertaRecord | 1.434.097.875 | 4.140.000 | 11.695 | 1 |
| DCM TV | 52.759.790 | 174.000 | 3.270 | 39 |
| Ficha Social | 152.137.398 | 682.000 | 2.183 | 6 |
| Filósofo Paulo Ghiraldelli | 171.610.331 | 439.000 | 4.703 | 28 |
| Folha Política | 797.255.111 | 2.310.000 | 11.048 | 20 |
| HBO Brasil | 155.393.634 | 892.000 | 2.043 | 6 |
| Henry Bugalho | 133.356.171 | 610.000 | 1.883 | 5 |
| Informa Brasil | 113.938.917 | 504.000 | 2.764 | 6 |
| Jornal da Record | 722.260.800 | 2.480.000 | 26.929 | 55 |
| Jovem Pan News | 965.718.815 | 3.010.000 | 57.892 | 48 |
| Morning Show | 523.425.831 | 1.270.000 | 9.101 | 83 |
| O Giro de Notícias | 39.031.234 | 1.230.000 | 456 | 2 |
| Os Pingos nos Is | 1.126.180.085 | 3.060.000 | 5.747 | 18 |
| Pânico Jovem Pan | 683.818.836 | 2.460.000 | 6.835 | 28 |
| Ploc Social | 73.554.299 | 385.000 | 2.500 | 1 |
| Poder360 | 128.158.340 | 467.000 | 5.583 | 26 |
| Portal Click Política | 154.711.800 | 342.000 | 2.515 | 1 |
| Rede TVT | 127.784.151 | 536.000 | 39.791 | 57 |
| TV 247 | 282.782.831 | 627.000 | 15.758 | 47 |
| TV BrasilGov | 146.106.074 | 930.000 | 55.694 | 69 |
| TV GGN | 36.507.269 | 194.000 | 2.114 | 24 |
| Universo | 84.406.206 | 485.000 | 3.433 | 4 |
| UOL | 364.470.016 | 1.140.000 | 11.050 | 73 |
| Visão Panorâmica | 89.201.855 | 540.000 | 1.123 | 1 |
| Vlog do Lisboa | 120.320.758 | 628.000 | 1.822 | 5 |
| VLOG Silvano Silva | 47.939.828 | 258.000 | 1.427 | 5 |
| 34 | | | | 829 |

Fonte: Dados da Pesquisa, autoria própria (2021)

A partir da análise dos dados, observou-se que, apesar do elevado grau de influência desses canais políticos, as pautas sobre a Amazônia não foram assuntos prioritários, mesmo com o agravamento da crise de saúde pública brasileira decorrente da pandemia e do acentuado número de queimadas na Amazônia brasileira. Alguns

canais, inclusive, trataram o tema de forma sarcástica, com discursos de ódio e com narrativas contendo desinformação.

Além de narrativas que reproduzem uma visão preterida sobre a Amazônia, há nessa materialidade discursiva um padrão sobre a presença marcante do discurso colonial carregado de noções pré-concebidas que operam a invisibilidade histórica e social de índios, os chamados “povos da floresta”, reproduzindo uma visão de tempos e de história colonial. Desta forma, a Amazônia é a região do Brasil onde o capitalismo ainda vê espaço para a exploração predatória num país que vem sendo dilapidado desde a época das capitânicas hereditárias.

Isto não significa que toda a representação dada à Amazônia nesses vídeos seja necessariamente inverídica ou conflitante com a realidade, mas sugere que talvez os dados científicos sobre os subtemas pesquisados não foram tratados de forma clara para que a população tivesse acesso à informação. Propomos aqui um campo aberto para novas pesquisas sem qualquer pretensão de esgotamento ao assunto, pois quando entendemos que a representação midiática parte de uma lógica identitária e a ambivalência que compõe o modo de ser e de se manifestar dos indivíduos é a que prevalece, percebe-se que é nesta ambivalência, portanto, que as pessoas já não se enxergam nas narrativas contadas pelos meios de comunicação tradicionais.

Por isso, recorrem às redes sociais na tentativa de reunir indivíduos que compartilhem seu pensamento ou que fomentem a discussão sobre determinado assunto. Ações como essas foram e continuam sendo uma prática constante, principalmente, sobre os dados do avanço dos casos de covid-19 em comunidades indígenas e as políticas públicas implantadas para auxiliar a população na contenção do avanço da doença.

Embora não seja o foco desta pesquisa, observou-se um volume de inscritos e de visualizações muito maior nos canais que se posicionam politicamente “de direita” e que possuem milhões de inscritos e seguidores. Contudo, não observamos nesses canais um número significativo de vídeos postados sobre os subtemas pesquisados. Possivelmente, porque as narrativas construídas sobre a Amazônia são direcionadas para um público “convertido” ideologicamente. Isso aponta para o fato de que o público dos canais que se posicionam de esquerda ou dos canais jornalísticos, possivelmente, é mais seleta e elitizado. Ainda assim, essa percepção exige uma pesquisa mais apurada.

O título dos vídeos nos canais de esquerda tem um apelo emocional maior, diferentemente dos de direita ou jornalísticos, que utilizam uma linguagem mais “fria”, sem profundidade sobre a realidade e com marcas linguísticas que transitam no campo

das pautas morais. Mesmo que algumas vozes ganhem espaço nas redes sociais, as narrativas sobre a Amazônia seguem um mesmo padrão das observadas nos conglomerados de mídia.

No quadro 01 adiante, fica explícita a preparação e organização do material onde se identificou a repetição das palavras dentro dos *captions*, considerando-os como as codificações, em função da repetição das palavras, seus sinônimos e finalidades, vinculados com o propósito explícito no texto. A definição para a codificação é a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, ao qual se representa as características do conteúdo.

Dividimos as categorias em dois tipos: categorias de busca no YouTube, sendo duas, “Notícias e Política”, onde a própria plataforma nos oferece essa opção; e as categorias de análises, sendo as seis já citadas. O uso de categorias na organização de conceitos e, em consequência, na elaboração de uma classificação, é um recurso para o entendimento da natureza do conceito e para a formação das estruturas conceituais.

Quadro 1: Categorias de análise e de busca

| Categoria de Análise | Categoria de Busca no YouTube | Codificação | Unidade de Contexto |
|-----------------------------|--------------------------------------|--|---|
| povos indígenas queimadas | Notícia | eu acho, presidente, Bolsonaro, mundo (Direitos dos indígenas) | _“... é em relação ao desmatamento e queimada. Na Amazônia podem ter certeza que o 'braço da lei vai buscá-los” |
| | Política | mundo, Bolsonaro, exemplo, todos, questão (Terras indígenas) | |
| amazônia pandemia | Notícia | pessoas, mundo, porque, presidente (Saúde pública) | _“... é o seguinte em épocas de 'crise econômica e a gente está provavelmente na maior dos últimos tempos por causa de uma pandemia aumenta, a pressão sobre a mata por causa da pobreza é porque aí sim a população vai trazer o sustento na cidade” |
| | Política | hoje, questão, gente, inclusive (Saúde Pública) | |
| amazônia queimadas | Notícia | Mundo | _“... o que era só quem leia as manchetes de alguns dos principais jornais do Brasil e do mundo nos últimos dias imagina que a floresta amazônica está em chamas, mas não é isso que está acontecendo” |
| | Política | governo gente, Brasil (Meio ambiente) | |
| amazônia reserva indígenas | Notícia | eu acho, presidente, Bolsonaro, mundo (Direitos dos indígenas) | _“... e eu quero a temido acaba de acontecer o novo coronavírus chegou aos territórios indígenas o primeiro caso foi registrado 'no Amazonas e mostra que o governo Bolsonaro precisa agir imediatamente para evitar que a doença se espalhe” |
| | Política | mundo, Bolsonaro, exemplo, todos, questão (Terras indígenas) | |

| | | | |
|----------------|----------|--|--|
| amazônia covid | Notícia | pessoas, mundo, porque, presidente (Saúde pública) | “... lockdown né, nem lembra do lockdown, pois é o lockdown que mata 12 mil pessoas de fome 'por dia no mundo, gera esse tipo de pobreza então é periférica socialmente elas muitas, as vezes eles correm a floresta para derrubar madeira para vender madeira para fazer pequenas roças e aumenta a pressão sobre o desmatamento, mas esse tipo de preocupação a gente nunca vê é na boca dos ambientalistas” |
| | Política | hoje, questão, gente, inclusive (Saúde Pública) | |

Fonte: Autoria própria (2021)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos para o ambiente digital e as imbricações entre os campos midiático e ambiental e seus agentes sociais que fazem parte dessas interações, percebe-se as mútuas afetações e tensionamentos na maneira como são abordadas as temáticas sobre a Amazônia. Há um padrão de narrativas na maneira como o imaginário sobre a Amazônia vem sendo construído e ainda persiste. Trata-se de uma construção simbólica na qual, por mais que os assuntos ambientais venham ganhando uma postura global, holística e midiaticizada nas pautas de debate da esfera pública mundial, aqui no Brasil, no ambiente da plataforma YouTube, essas pautas se deslocam para uma perspectiva marginalizada.

A forma de narrativa que os canais analisados utilizam acentua a distância entre a realidade da região amazônica e a imagem construída pela visão eurocêntrica e as diversas formas de encobrir e invisibilizar a região e seus povos, embasados em dados levantados pelos institutos científicos que apuram sobre as queimadas e todo o prejuízo ambiental por falta de políticas públicas que beneficiem a região. Ademais, a história que constitui e manifesta a identidade nacional está cheia de eventos que se cristalizaram e se repetem ainda hoje, fazendo parecer ‘natural’ a aparente imobilidade social do indígena, principalmente em situações vulneráveis como os frequentes desmatamentos e queimadas nas áreas onde vivem essas comunidades e o avanço da pandemia nessas regiões, por falta de articulação e prioridade do governo em definir medidas eficazes que diminuam os números de contaminações.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa é um recorte de um estudo muito maior que procura nos apontar formas que podemos estabelecer novos caminhos metodológicos que deem conta do entendimento em como se dá a padronização de narrativas que reforçam a imagem deturpada da Amazônia e seus povos. Apontar novas possibilidades que surgirão para representação do conhecimento por meio da

Inteligência Artificial sobre narrativas e quais informações podem e/ou precisam ser representadas constituem um percurso que começamos a trilhar.

8. BIBLIOGRAFIA

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORELLI, V.; FLORES, V. Campo ambiental midiático: vigilância colaborativa da Amazônia. **Rev. Comun. Midiática**, Bauru/Sp, V.11, N.1, p. 153-166, Jan./Abr. 2016. ISSN 2236-8000.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **You Tube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

COSTA, P. B. et al. Towards Neural-Symbolic AI for Media Understanding. **Anais Estendidos...** XXVI Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web. SBC, 2020. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/webmedia_estendido/article/view/13083

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

LEMONS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2003.

MANOVICH, L. **El software toma el mando**. Barcelona: UOC Press, 2014.

MCKINNEY, Wes et al. pandas: a foundational Python library for data analysis and statistics. **Python for High Performance and Scientific Computing**, v. 14, n. 9, p. 1-9, 2011. Em: https://www.dlr.de/sc/portaldata/15/resources/dokumente/pyhpc2011/submissions/pyhpc2011_submission_9.pdf.

MIHAJLOVIĆ, S. et al. The Use of Python in the field of Artificial Intelligence. **Anais...** International Conference on Information Technology and Development of Education – ITRO 2020 October, 2020. Zrenjanin, Republic of Serbia. Disponível em: <http://www.tfzr.uns.ac.rs/itro/FILES/33.PDF>

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da narrativa**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2013.

MURTHY, KANUBONU NARAYANA; SCHOLAR, P. G. Word cloud in python. **Complexity International (CIJ)**, v. 24, n. 01, March 2020, ISSN: 1320-0682.

OLIVEIRA, Rainer H. F. *et al.* **Uma descrição dos canais políticos do Youtube**. São Paulo: Monitor do Debate Político no Meio Digital, 2019.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E.; MORETTO, M. 2016: o ano da polarização? Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. **ANÁLISE Nº 22/2017**. São Paulo, março 2017. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13249.pdf> Acesso em 14 de janeiro de 2021.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura Amazônica hoje**: uma poética do imaginário revisitada, 2001.

PIZARRO, A. **Amazônia: as vozes do rio**: imaginário e modernização. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PRIMO, A.; COELHO, L. R. Comunicação e inteligência artificial: com a robô de conversação Cybelle. In: MOTTA, L. G. M. et al. (Ed.). **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 83-106

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Trad. Constança M. Cesar. Campinas, SP: Papirus, v.I, 1994.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
AMÉRICA LATINA
3º
SIALAT
BELÉM-PA, BRASIL

**DEMOCRACIA, NATUREZA
E EPISTEMOLOGIAS
PARA PENSAR
O AMANHÃ**

**25 e 26
NOV-2020**

**25 e 26
FEV-2021**



GT 8 – Comunicação, Relações de Poder e Conflitos Socioambientais

Produção de sentidos, usos e apropriações do telefone celular na pandemia: uma experiência 50+

Camila de Andrade Simões¹
Elaide Martins²

RESUMO

O artigo traz uma discussão sobre os sentidos produzidos a partir dos usos da internet, via telefone celular, por pessoas com 50 anos ou mais no contexto da pandemia de Covid-19. Com este ponto de partida, metodologicamente, verifica-se os usos e apropriações do telefone celular em duas frentes: (1) em material empírico coletado via formulário online e (2) no conjunto de dados produzidos e divulgados pela empresa Google, por meio do *Thinking With Google*, no ano de 2020. O material empírico foi coletado por meio de formulário digital, em agosto de 2020, e reúne 25 respostas de homens e mulheres de 50 a 71 anos de idade. O instrumento de coleta levantou perfil socioeconômico, posse de aparelho celular, aplicativos mais utilizados, relações interpessoais por meio do celular, além de motivação de uso da internet, dentre outros. Os dados da empresa Google, que ajudam a discussão, vêm da publicação de setembro deste ano sobre tendências de consumo e comportamento digital. Com isso, discutimos sobre os processos comunicacionais digi-midiatizados junto às experiências dos sujeitos e sujeitas da pesquisa. Assim, os conceitos de midiaticização em José Luiz Braga (2007), Stig Hjarvard (2015), Santi Junior (2017) e outros, ajudam na reflexão inicial sobre essa lógica tecnológica nos cotidianos. Adiante, traz-se Paula Sibilia (2014) e Giorgio Agamben (2009) em direção às reflexões sobre tecnologia, otimização dos corpos e da vida; e Michel Foucault (2009) que nos leva a pensar sobre as relações de poder e a formação do sujeito no mundo. Principais resultados indicam que 100% dos participantes da pesquisa têm telefones celulares, 84% espontaneamente indicaram o uso do WhatsApp, o colocando como principal aplicativo de comunicação por meio deste aparelho, principalmente com familiares. As necessidades de uso do telefone celular e da internet têm sido impulsionadas pelo trabalho e pelo âmbito familiar. “Se atualizar” também é uma expressão que aparece a partir das respostas de quem percebe o aparelho como indispensável.

Palavras-chave: 50+; digi-midiaticização; pandemia; relações de poder; telefone celular.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, PPGCOM-UFPA, Brasil; bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, FAPESPA, período: 2019-2022. E-mail: camila.simoese@ilc.ufpa.br.

² Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, PPGCOM-UFPA, Brasil. Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará, UFPA. E-mail: elaidemartins@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Pensar num “mundo conectado” deve ser um exercício centrado na criticidade essencial e constante. Em certa medida, o que antes nos aparecia como “opcional”, no último ano parece ter se tornado central. Estamos falando dos processos de comunicação mediados por dispositivos tecnológicos e das diversas experiências ao redor desse fenômeno técnico-social.

Nesta direção, demarca-se o interesse de verificar os sentidos produzidos por pessoas mais velhas junto à estas tecnologias. Por qual motivo? Bem, o envelhecimento da população brasileira e mundial está em marcha e a conectividade desta parcela da população, ao menos no Brasil, é de 38% (de pessoas com 60 anos ou mais) contra o dobro da conectividade em qualquer outra faixa-etária (CETIC.BR, 2019).

Vale ressaltar que, de maneira mais ampla, nos interessamos por experiências online de pessoas a partir de 50 (cinquenta) anos ou mais, são sujeitos e sujeitas que presenciaram a entrada da internet e dos computadores de mesa nos próprios ambientes de trabalho ainda na década de 1990. Acompanharam a diminuição física dos aparatos de comunicação, o que parece convergir nos telefones celulares atuais; também puderam perceber a mudança no tempo e na lógica da velocidade.

Com este ponto de partida, metodologicamente, verifica-se os usos e apropriações do telefone celular em duas frentes: (1) em material empírico coletado via formulário online e (2) no conjunto de dados produzidos e divulgados pela empresa Google, por meio do *Thinking With Google*, no ano de 2020. O material empírico foi coletado por meio de formulário digital, em agosto de 2020, e reúne 25 respostas de homens e mulheres de 50 a 71 anos de idade.

O instrumento de coleta levantou perfil socioeconômico, posse de aparelho celular, aplicativos mais utilizados, relações interpessoais por meio do celular, além de motivação de uso da internet, dentre outros. Os dados da empresa Google, que ajudam a discussão, vêm da publicação de setembro de 2020 sobre tendências de consumo e comportamento digital. Com isso, discutimos sobre os processos comunicacionais digi-mediatizados junto às experiências dos sujeitos e sujeitas da pesquisa.

Assim, os conceitos de mediatização em José Luiz Braga (2007), Stig Hjarvard (2015), Santi Junior (2017) e outros, ajudam na reflexão inicial sobre essa lógica tecnológica nos cotidianos. Adiante, traz-se Paula Sibilia (2014) e Giorgio Agamben (2009) em direção às reflexões sobre tecnologia, otimização dos corpos e da vida; e Michel Foucault (2009) que nos leva a pensar sobre as relações de poder e a formação do sujeito no mundo.

Este artigo está dividido da seguinte forma: após esta nota introdutória, seguem os tópicos sobre a digi-mediatização da vida (item 2), o regime digital e a tirania do *upgrade* (item 3), o comportamento digital brasileiro a partir de dados secundários (item 4), a seguir a análise descritiva das respostas ao formulário digital (item 5) e as reflexões finais deste artigo junto às perspectivas de futuro partindo do horizonte pesquisado.

2. DIGI-MIDIATIZAÇÃO DA VIDA

Mesmo que a tecnologia atravesse os variados campos sociais, concordamos com Braga (2007) quando diz que ainda não podemos entender ‘mediatização’ como um processo interacional de referência por ser ela mesma limitada e lacunar. Para o autor, estamos em uma sociedade afetada pelas tecnologias de informação, atuando, elas mesmas, como instrumentos de conformação de mundos e incorporação de linguagens anteriores de referência. Contudo, este mundo mediatizado – como diz Braga – ainda não pode ser considerado como referência central, sendo possível falar de sociedade “em mediatização” (BRAGA, 2007, p. 11).

Stig Hjarvard diz que “a mídia não deve ser considerada um fator externo à interação social ou às instituições sociais mas, ao contrário, tem se tornado parte integrante da estruturação de ambas” (HJARVARD, 2015, p. 54). Assim, numa análise que proponha pensar a midiatização pelo viés dessa estruturação (assumimos parcial) da realidade social atual, Hjarvard fala que os usuários ou as audiências não interpretam as mídias simplesmente, “os recursos materiais e tecnológicos das mídias (bem como suas características sociais e simbólicas) permitem, limitam e estruturam a comunicação e a interação de várias formas” (HJARVARD, 2015, p. 57).

O autor também traz uma reflexão sobre territórios mediados que nos faz ver o ato social e comunicacional a partir de uma teoria da teatralidade (em Goffman *apud* HJARVARD, 2015). As mídias agindo como instrumentos de “acesso” entre palco (performance) e bastidores (ambiente mais “espontâneo” de atuação do indivíduo) (HJARVARD, 2015, p. 58). Numa analogia entre o online e o offline, as redes sociais digitais, acessadas em grande parte por meio de telefones celulares, sendo este “ambiente” de performatividade que transforma a esfera conversacional, fragmentando-a em acessos às vidas individuais, compartilhada de maneira controlada pelo próprio indivíduo ali atuante. A vida editada em “tempo real”.

Este mundo em midiatização que, como visto, não se limita aos aparatos mais conhecidos na atualidade, como o próprio telefone celular. Diz respeito à relação de longo tempo junto às tecnologias de comunicação – jornais impressos, rádio e tv, hoje, telefones celulares –, como um conjunto de relações que ajudaram/ajudam a tecer uma realidade. Hoje, realidade conectada e essencial. Não se aplica mais, ao menos não parece acontecer para aqueles hiperconectados, as ondulações entre on e offline, as disponibilidades estão nubladas. O que vamos chamar de digi-midiatização das vidas diz respeito à esta relação quase simbiótica entre pessoa e máquina. É o que está para além de alertas e lembretes de datas de aniversários, é a tecnologia como central nas relações do hoje. Conformando e autorreproduzindo o discurso do necessário, indispensável, única ferramenta capaz de manter um *status* de atualidade da vida, ainda mais em se falando de tempos de afastamento físico e isolamento social por conta de uma doença de circulação global.

Retomando o conceito de mediação, como traz Vilso Santi (2018), já vinha sendo desenvolvido por diversos autores no sentido de reconfiguração da cultura midiática num caminho de racionalidades novas na produção de sentidos, também no sentido de processo complexo e contemporâneo das lógicas que operam nas relações de produção de sentido, assim tanto como no sentido de maiores afetações pelos meios e produtos de mídia como tomando o caráter de “virtualização” das relações humanas (SANTI, 2018, p. 53). Ele afirma que mediação, enquanto teoria, não se sustenta. Contudo, mediação enquanto viés explicativo-analítico dos fenômenos sociocomunicativos, podem ser de grande valia. Diz ele que “os subsídios que a armação da Mediação nos oferece são importantes para repensar, além do processo de comunicação, todo o seu campo de estudos” (SANTI, 2018, p. 59).

As tecnologias criadas pela humanidade vêm se ajustando de acordo com a disponibilidade e capacidade de manipulação de matérias e da criação dos desejos e satisfações. Um dia, desejou-se algo que aparasse líquidos ou mesmo que guardasse grãos, nos milênios seguintes desejou-se uma tela cada vez menor ou mesmo dobrável nos telefones celulares. De consumo a consumismo, de cidadão a consumidor (SIBILIA, 2014). Os corpos, assim como suas maquinarias e usos, viram uma linha do tempo – comportamental e discursiva – passar diante de si: da transposição de uma sociedade disciplinar para uma de controle (SIBILIA, 2014). Antes ou depois, o controle dos corpos é a constante: antes, por meio de mecanismos analógicos, depois (hoje) via mecanismos persuasivos.

De maneira geral, essas transições são atravessadas por dispositivos de poder, “um poder que remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediadas por dispositivos instrumentais” (FOUCAULT, 2009, p. 11). Primeiramente, vale retomar as discussões foucaultianas sobre dispositivo. Agamben (2009, p. 9) afirma que “dispositivo” é “um termo técnico decisivo na estratégia de pensamento de Foucault” (AGAMBEN, 2009, p. 9). Diz ainda que Foucault não deixou definição apropriada, mas se aproxima quando diz que dispositivo seria algo como um “conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc.” (IDEM). O autor reforça ainda que, segundo Foucault (*apud* AGAMBEN, 2009, p. 9), “...dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos”. Adiante, diz que o “dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder” assim como também “é algo geral porque inclui em si a episteme” (AGAMBEN, 2009, p. 10).

Adiante, Agamben fala (2009) de dispositivo, em um outro contexto. Primeiro, divide o existente em dois grandes grupos: (1) os seres vivos e (2) os dispositivos. Estes últimos, como todo tipo de coisa que, de alguma maneira, capture, oriente, determine, intercepte, modele, controle e que possa “assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2009, p. 13). É aí que vai além das categorias foucaultianas

(dos manicômios, prisões, panóptico ou fábricas, apenas para exemplificar alguns), colocando também “a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma”, que considera talvez o mais antigo dispositivo (IDEM).

Propõe também, uma terceira classe: os sujeitos. Para ele, é o que resulta da relação “corpo-a-corpo” entre viventes e dispositivos (IDEM). Anteriormente, e de maneira central para esta argumentação, Foucault (2009) fala que o “poder” que se quer analisar coloca em jogo as relações entre indivíduos e/ou grupos. “Pois não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que “alguns” exercem um poder sobre os outros” (FOUCAULT, 2009, p. 11).

Não apenas uma relação entre “parceiros” – individuais e/ou coletivos – poder é mesmo “um modo de ação de alguns sobre outros” (FOUCAULT, 2009, p. 13) e se inscreve em campos de possibilidades diversos, apoiados em grandes estruturas. Foucault (2009) diz ainda que poder não é da ordem dos consentimentos, anda junto às violências, atuando, de alguma maneira, na constante tentativa de reduzir as resistências. Quando Agamben fala de uma espécie de “captura de comportamentos” a palavra “conduzir” pode ser a chave. Segundo Foucault (2009), mesmo considerando algum equívoco, pode ser um dos melhores termos que permite atingir algo de específico nas relações de poder (p. 14).

A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo”. (FOUCAULT, 2009, p. 14)

Condução das vidas (individuais ou coletivas), numa relação de “incitação recíproca e de luta” (IBDEM, p. 15); esta última também vista a partir das resistências. Uma incitação persuasiva, tendo a publicidade o papel central articulador – de mercado. Pensar no hoje, no que nos é contemporâneo, é visualizar um tipo de instrumentalização das vidas. Aqui, esse conjunto tecnológico posto não aparece mais como opcional, é obrigatório, da ordem do essencial. Maquinaria digital, a tecnologia como dispositivo social de poder.

Durante os longos meses de 2020, as diversas áreas de atuação social foram afetadas. Antes, o que nos parecia opcional (aplicativos para videoconferências ou mesmo assinaturas digitais, por exemplo) se tornou central nos processos de comunicação com os distantes fisicamente. O trabalho e as aulas via internet fizeram com que a noção corporal de sair e voltar para casa, em determinados horários, se tornasse inviável. As relações “virtualizadas” como parte estruturante da realidade atual. A condução da vida é perpassada por uma espécie de novo regime: o digital. Que, segundo Paula Sibília (2014), tem aspectos

tiranos pois, para se manter nele, é necessário acompanhar o conjunto tecnológico mais novo, mais ágil, mais rápido e eficiente formado por uma sorte de dispositivos conectados.

3. O REGIME DIGITAL E A TIRANIA DO *UPGRADE*

É Paula Sibilia (2014) quem ajuda a pensar dois tipos de regimes, envoltos de grandes aparatos tecnológicos, que contam a história da (re)elaboração dos corpos. A autora reflete que a modernidade molda os corpos a partir de paredes específicas (o manicômio, a prisão, etc.), o corpo é disciplinado e se torna útil por meio de processos de docilização (SIBILIA, 2019). Nesta lógica, a violência é física, o articulador é o Estado e o regime de normalização dos corpos é operado de maneira mecânica.

Adiante, quando reflete sobre o período presente diz que o regime sob o qual vivemos é o digital e a instituição articuladora é o mercado (SIBILIA, 2019). Nesta lógica, a violência é simbólica, adesão por meio da persuasão, os corpos estão em constante (re)programação, são mais permeáveis, projetáveis. Segundo Sibilia (2019), o que chama de paradigma bio-informático tem uma maquinaria emblemática: as tecnologias digitais (caixas eletrônicas, cartões de crédito e débito, informatização geral do sistema financeiro e etc.) (IDEM).

Algo que Sibilia expõe, ainda na citada conferência, é o problema da servidão. Independentemente do regime e da instituição articuladora (Estado ou Mercado), os corpos, chamados cidadãos (modernidade) ou consumidores (contemporaneidade), servem à uma lógica colocada, imposta e dirigida, por uma coletividade (SIBILIA, 2019). Coletividade mercadológica que articula o discurso, entre outros, da “sociedade da informação”. Para Sibilia (2014), a dita “sociedade da informação” é a fusão aprofundada entre homem e técnica que acabou por se tornar problemática, diria, de um presente. Presente, este ocidental, constantemente reelaborado pela lógica do capital.

A autora argumenta ainda que áreas de conhecimento como a teleinformática e as ciências da vida ajudaram a complexificar a ampliar o horizonte desta sociedade (da informação), a partir da ambição compartilhada da ideia da digitalização universal (SIBILIA, 2014). Aqui, a obsolescência dos corpos e a irresistível tirania do *upgrade*.

Essa mania de aprimoramento sem pausa não aposta em qualquer direção; ela tem um norte bem preciso, no qual lateja o desejo de ajustar a própria compatibilidade com o tecnocosmo digitalizado. Algo que só se consegue – ou, pelo menos, procura-se sempre conseguir – graças à atualização tecnológica permanente. (SIBILIA, 2014, p. 14)

Tiranias da atualização constante, otimização dos corpos e da vida. Não seria errôneo “definir a fase extrema da consolidação capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos” (AGAMBEN, 2009, p. 14). O consumo desses aparelhos é demarcado – pensado, criado, articulado – pelo mercado, em direção à

instrumentalização das relações e dos processos (MILLER, 2007). Essa instrumentalização das relações tem vistas aparentemente positivas a quem a alcança com certa folga, os ditos “incluídos”, digitalmente falando. Mais adiante, veremos o que os respondentes da pesquisa expressam sobre as próprias experiências conectadas e como podemos perceber esses processos a partir da reflexão tecida até este ponto.

Antes, vale explorar alguns dados internos da empresa multinacional estadunidense Google, de setembro de 2020.

4. COMPORTAMENTO DIGITAL BRASILEIRO NUM 2020 PANDÊMICO

Os dados da empresa Google, que ajudam a discussão, vêm da publicação de setembro de 2020 sobre tendências de consumo e comportamento digital. O período demarcado dá conta dos primeiros meses de pandemia no Brasil, até a altura do mês de agosto. Os dados foram construídos a partir de indicadores internos assim como reflexões a partir de informações de outras instituições. A publicação é intitulada “Décadas em semanas: a migração do consumo brasileiro para o digital” e é de autoria das executivas da empresa Gabriela Arthur e Keiko Mori.

Arthur e Mori (2020) começam falando das expressivas transformações pelas quais a sociedade brasileira, e mundial, estão passando: códigos de conduta e de trabalho, por exemplo, não antes experienciados por muitos (ARTHUR e MORI, 2020). Segundo as autoras, o buscador do Google também testemunhou essas grandes mudanças, principalmente, quanto às atividades cotidianas. As buscas que mais tiveram crescimento tiveram por foco aniversários na internet, terapia online, missa pela internet, museus virtuais, denúncia digital, exercício em casa, *homeschooling* (algo como educação escolar em casa) e *lives* no Youtube (ARTHUR e MORI, 2020). O aumento de buscas por essas atividades pode mostrar como que uma tentativa de “mitigar os efeitos da pandemia” (IDEM).

O interesse por produtos e serviços também cresceu, com destaque para itens de casa (+58%), assim como buscas relacionadas a robô aspirador ou mesmo tapetes infantis (ARTHUR e MORI, 2020). A bancarização digital apresentou aumento, foram 5x mais pagamentos via meios digitais e 85% deles foram feitos por meio de aplicativos (ARTHUR e MORI, 2020), mostrando aí a centralidade desse tipo de transação via telefones celulares.

Nesse sentido, as autoras colocam que o comércio digital nacional registrou o dobro de faturamento e forte crescimento de empresas digitais, em 2020: aumento de 112% só nos pedidos online (ARTHUR e MORI, 2020). Isto posto, foi o conhecido e-commerce (comércio eletrônico) a categoria de maior crescimento no ambiente digital, ainda segundo Arthur e Mori (2020).

E nesse contexto, onde podemos localizar as experiências da pessoa mais velha? Antes disso, vale ressaltar que não é objetivo deste artigo trazer à tona as discussões que

possam envolver categorias do envelhecimento. Contudo, acredita-se que quando o Mercado dá atenção específica para as possíveis diferenças de uso do telefone celular, por exemplo, dentre as diversas idades, há algo que deve ser considerado aí. Então, pensou-se em averiguar as experiências da pessoa com 50 (cinquenta) anos ou mais. São estes, sujeitos e sujeitas que vivenciaram a entrada da internet nos ambientes de trabalho e doméstico, “com sorte”, ainda na década de 1990. Pessoas que presenciaram as lógicas do tempo e da velocidade mudarem, de tornarem disruptivas, aceleradas, por vezes, difíceis de acompanhar.

Em 2018, a Google percebeu que a busca por termos relacionados ao envelhecimento teve intervalo médio de 2 (dois) minutos e que a quantidade de pessoas conectadas com 60 (sessenta) anos vem crescendo (MACEIRA e CALIXTO, 2019), mostrando interesses diversos em direção às vivências digitais. Exemplo é que, já em 2019, a cada 3 buscas por “bengalas para idosos” já existiam 2 (duas) outras buscas relacionadas a “celulares para idosos” (MACEIRA e CALIXTO, 2019). O público mais velho brasileiro busca, também, por direitos, por saúde sexual e saúde da pele madura, além de relacionamentos e encontros – só em 2018, foram mais de 120 mil buscas pelo site de relacionamento de pessoas maduras “Coroa Metade” (MACEIRA e CALIXTO, 2019). Dito isto, vamos seguir para o que pode ser percebido a partir das respostas ao formulário digital.

5. INTERNET 50+: USOS, APROPRIAÇÕES E IMPRESSÕES DURANTE A PANDEMIA

A caminho dos dados primários que ajudam a presente discussão, foram coletados por meio de formulário digital, em agosto de 2020, 25 respostas de homens e mulheres de 50 a 71 anos de idade. O instrumento de coleta levantou perfil socioeconômico, posse de aparelho celular, aplicativos mais utilizados, relações interpessoais por meio do celular, além de motivação de uso da internet, dentre outros. Dito isto, vale começar com uma breve caracterização da amostra e seguir para as experiências percebidas.

Considerando o salário mínimo brasileiro, em 2020, no valor de R\$1.045,00 (REPÚBLICA, 2020), a maioria dos respondentes da pesquisa (14 ou 56%) ganhava pouco mais de 3 (três) salários mínimos (SM) (TAB. 1). A escolaridade se mostra alta, com 11 respondentes (44%) com algum tipo de pós-graduação (completa ou incompleta), seguidos de graduados (6 ou 24%) e pessoas com o ensino médio completo (5 ou 20%), ainda 1 pessoa acusou não ter completado o ensino médio e 2 respondentes disseram não ter completado a graduação.

Tabela 1. Média de ganhos financeiros dos respondentes da pesquisa

| Quantos respondentes? | Salário mínimo (SM) |
|------------------------------|----------------------------|
| 14 | Mais de 3 |
| 3 | 2 a 3 |
| 3 | Até 1 |
| 1 | Mais de 8 |
| 1 | Mais de 10 |
| 1 | Sem renda |
| 2 | Não respondeu |
| 25 | Total de respondentes |

Fonte: elaboração própria, com dados da pesquisa, 2020.

Já sobre a posse de telefones celulares, 100% os têm. No total, 7 (sete) pessoas (28%) disseram ter ganhado o aparelho de presente, enquanto outros 17 (dezesete) respondentes (68%) disseram ter comprado o celular, e 1 (uma) pessoa emprestou o aparelho da filha. Quando perguntados sobre os aplicativos mais utilizados a partir do telefone celular, 84% dos respondentes espontaneamente indicaram o WhatsApp, o colocando como principal aplicativo de comunicação por meio deste aparelho, principalmente com familiares.

As necessidades de uso do telefone celular e da internet têm sido impulsionadas pelo trabalho e pelo âmbito familiar. “Se atualizar” também é uma expressão que aparece a partir das respostas de quem percebe o aparelho como indispensável.

De maneira geral, acessam a internet de telefones celulares (20 respondentes ou 80%) e dizem que não ficariam sem o aparelho (18 respondentes ou 72%). Os motivos de não haver possibilidade de deixar o uso do aparelho são, segundo os participantes da pesquisa: porque se tornou indispensável, porque é meio central de informação do mundo, por já fazer parte do cotidiano, porque é meio de comunicação considerado o mais rápido para entrar em contato com familiares, porque é eficiente, porque é visto necessário, também, para negócios, por ser fonte de relaxamento e diversão, além de muito útil representando uma espécie de computador portátil. As transações bancárias também são atividades realizadas por 76% dos participantes da pesquisa (ou 19 pessoas) e sem auxílio de terceiros.

Os respondentes também falaram um pouco sobre as próprias impressões sobre a internet, de modo geral, este mundo pessoas conectadas, principalmente, via telefones celulares. Alguns falam por meio de expressões curtas que podem nos dar, também, algumas pistas. Falam em evolução, globalização e avanço extraordinário.

Falam, nessa mesma direção, sobre ser uma “loucura”, um mundo (o digital/online) desgastante e mesmo solitário. Classificam a internet como a “ferramenta mais importante de

comunicação” e que “faz parte da normalidade da vida atual” (Respondentes da pesquisa, 2020). É como uma simplificadora (a internet) na realização de variadas atividades, uma “revolução necessária”, “torna tudo mais fácil” ao mesmo tempo que é “perigoso se expor demais e confiar em desconhecidos”, “é preciso ter cuidado nos acessos”. Também parece ser sinônimo de aproximação entre pessoas, principalmente em tempos de pandemia, sendo “ferramenta muito importante para inclusão digital”, “de grande utilidade”, e ainda uma colocação: “será melhor quando todos puderem ter acesso à internet” (Respondentes da pesquisa, 2020).

“Acho interessante ver o mundo todo conectado através da internet por um simples aparelho como o celular.”

“Acho bom. Só reclamo das pessoas que compartilham informações que não comprovaram e nem sabem a procedência.”

(Respondentes da pesquisa, 2020)

Já especificamente sobre a relação com esse tipo de tecnologia de comunicação durante o ano passado, respondentes disseram que é “fundamental e nessa pandemia não se pode mais ficar sem essa tecnologia”, além da preocupação com informações desencontradas ou falsas, “em relação ao período da pandemia vejo que é preciso ter um cuidado maior com as informações disponibilizadas, sendo necessário confirmar as informações de interesse” (Respondentes da pesquisa, 2020).

A internet, em geral, é indicada como instrumento de velocidade de informações e que pode ajudar na troca de conhecimentos “com a finalidade de descobrir o mais rápido possível o tratamento e a vacina para por um fim nessa pandemia” (Respondente da pesquisa, 2020). Há também, na internet acessada do telefone celular, uma representação de contato com o exterior em tempos de distanciamento social se tornando, muitas vezes, “único meio de contato pessoal e trocas comerciais” (Respondente da pesquisa, 2020). Há ainda a percepção de que “com a pandemia, descobri que mais coisas podem ser feitas virtualmente de forma muito mais fácil do que presencialmente” (Respondente da pesquisa, 2020).

6. EXPERIÊNCIA DIGITAL 50+: CONSIDERAÇÕES E CAMINHOS FUTUROS

As experiências de quem respondeu ao formulário distribuído online parece ter uma tendência mais pró-digital do que o contrário. Alguns fatores parecem contribuir: os ganhos e a escolaridade dos participantes da pesquisa são elevados. Ambientes (trabalho e escola) que, em geral, estimulam e se articulam às voltas das tecnologias de comunicação. De maneira geral, a instância do trabalho tem impulsionado o uso de aparelhos conectados, para aqueles que estão em relação mais próxima com atividades de mercado, além da instância familiar.

Durante a pandemia, esta que ainda vivenciamos, o aparelho celular e a internet parecem ter, sim, se tornado essenciais. Desde realizar atividades como pagar contas ou mesmo pedir comida por meio de serviços de delivery, até mesmo se informar sobre a covid-19 e acreditar na internet, em si, como ferramenta que pode ajudar a encontrar a cura – de certa maneira, a troca de conhecimento por meio de publicações científicas tem papel fundamental neste jogo de construção científica compartilhada.

Preocupações como passar informações sem a devida checagem e mesmo a presença digital que leva à superexposição apareceram. Contudo, receios parecem ter dado lugar aos otimismo. Aqui, a importância da internet e dos telefones celulares vem demarcada nas expressões de essencialidade, necessidade de usos, “não é possível viver sem”, e “é preciso se atualizar”. Aqui, vale trazer de volta Paula Sibilia (2014) quando nos fala da persuasão como instrumento ela mesma da conformação dos comportamentos, na atualidade. O que nos leva de volta ao instrumento articulador do mercado: a publicidade. Associamos a ela (publicidade) o papel da feitura do conjunto de enunciados que vai dar conta da construção da essencialidade da tecnologia no cotidiano social. Assunto para os colegas que já estão a construir esse estado de conhecimento.

Vale, também, uma reflexão que nos faz lembrar da dicotomia na expressão “inclusão digital”. Para os que estão, em alguma medida, “incluídos” ficam os desafios de conectividade e de condições dos aparatos técnicos. Para os “excluídos”, ficam os desafios de acesso, em primeiro lugar, e das condições financeiras na aquisição dos aparatos técnicos. Uma reflexão em formato simplificado. Nesta lógica de digi-mediatização das vidas, vemos as relações cada vez mais instrumentalizadas (de trabalho ou familiares) e conduzidas por aparelhos tecnológicos, eles mesmos dispositivos de poder por sua natureza criadora, conformadora e condutora de comportamentos.

O ano de 2020 fez a “corrida” em direção à digitalização das “vidas” mais acelerada, sim, os números dizem isso. Os sujeitos da digi-mediatização também falam sobre os benefícios da presença das tecnologias nos próprios cotidianos; não sem ressalvas ou receios, como se percebeu. O que vale, adiante, é verificar as experiências daqueles que ficam à margem desses processos. Quais as condições de acesso à internet e a aparelhos celulares, por exemplo, dos brasileiros mais velhos? O que essa realidade faz ver em relação à autonomia dos idosos, no país? São questões que ficam como inquietações para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** Chapecó: Argos, 2009. p. 27-51.

- ARTHUR, G.; MORI, K. Décadas em semanas: a migração do consumo brasileiro para o digital, set. 2020. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/estrategias-de-marketing/search/decadas-em-semanas-a-migracao-do-consumo-brasileiro-para-o-digital/#:~:text=As%20jornadas%20de%20compra%20de,intensamente%20nos%20%C3%BAltimos%206%20meses.&text=E%20a%20enorme%20ba>>. Acesso em: jan. 2021.
- BRAGA, J. L. Miatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A. S.; ARAÚJO, D.; BRUNO, F. **Imagem, visibilidade e cultura midiática - Livro da XV Compós**. Porto Alegre: [s.n.], 2007. p. 141-167.
- CETIC.BR. C1 - Indivíduos que já acessaram a internet. **TIC - Domicílios 2019 (Indivíduos)**, 2019. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/C1/>>. Acesso em: jan. 2021.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 3-20. Disponível em: <<https://faccasoficticia.noblogs.org/files/2015/08/O-Sujeito-e-o-Poder-Foucault.cleaned.pdf>>.
- HJARVARD, S. Da Mediação à Miatização: a institucionalização das novas mídias. **Parágrafo**, 2, 07-12 2015.
- MACEIRA, R.; CALIXTO, N. É hora de aposentar seu conceito de "velho": dados e insights sobre os sêniores do Brasil. **Thinking With Google**, 2019. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/tend%C3%AAncias-de-comportamento/e-hora-de-aposentar-seu-conceito-de-velho-dados-e-insights-sobre-os-seniores-do-brasil/>>. Acesso em: jan. 2021.
- MILLER, D. Consumo como cultura material. **Horizontes antropológicos**, v. 13, n. 28, p. 33-63, novembro 2007.
- REPÚBLICA, P. D. Governo Federal. **Diário Oficial da União**, 30 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-919-de-30-de-janeiro-de-2020-240824899#:~:text=for%C3%A7a%20de%20lei%3A-,Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.>>>.
- SANTI, V. J. A miatização não existe: digressões possíveis da teoria da comunicação. In: JR, G. P. **Media Effects Vol.1: teorias do agendamento, priming e framing**. Boa Vista: Editora UFRR, v. 1, 2018. p. 51-71.
- SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico: A alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. 248 p.
- SIBILIA, P. **Conferência: Corpo e Manifestações Artísticas e Midiáticas**. Belém: [s.n.]. 28 nov. 2019.



GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais

MOSAICOS, RESISTÊNCIAS E IDENTIDADES: NOTAS SOBRE OS TEMAS DO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE CARACARAÍ - RR

Gabriel Augusto Nogueira dos Santos (UFAM/IFAM)¹

RESUMO

A construção das identidades na Amazônia é um processo de busca constante, atrelados ao resgate histórico e social, mas podendo ser vinculado a influências externas e econômicas. Nota-se que nos últimos anos, as manifestações culturais na região acabaram por ganhar novos traços atrelados a esses interesses, vinculados a necessidade de um capital que possa trazer uma seguridade, mas necessários aos fluxos e fixos relacionados ao fenômeno. O Festival Folclórico de Caracarái, apesar de uma manifestação recente, carrega inspirações dos já consagrados festivais, mas ainda se mantém a partir de uma construção inicial pautada em uma necessidade de valorização e resistência, perpetuada como uma atividade educacional e de resgate social. A partir da análise do processo de criação, temáticas e relações interculturais, nota-se que a cultura popular de Caracarái está em um processo de consolidação da identidade regional do estado, além de uma busca incessante pela resistência e dialogar com as demais esferas, sobretudo a educação e o lazer como políticas públicas.

Palavras-chave: cultura popular, Roraima, Mosaico Cultural, identidade regional

1. INTRODUÇÃO

A partir do século XX, sobretudo a partir dos anos 1980, a cultura popular amazônica ganhou novos sentidos de identidades e pertencimentos. Essa percepção é oriunda das inserções mercantilistas do capital, mas também atrelados ao resgate das identidades regionais e aos novos fluxos e fixos que surgiram com o fortalecimento político e social dos movimentos culturais existentes na região

Acompanhando o processo evolutivo das manifestações culturais, as novas relações baseadas em maior integração espacial e vinculada a globalização. Com isso, a construção das identidades amazônicas ainda contém traços relacionados as grandes manifestações já consolidadas, conforme analisa Trindade (2017). Como exemplo, destaca-se o Festival de Parintins, cuja consolidação é relacionada ao marketing difundido e aos novos discursos que a festa carrega em suas apresentações, conforme analisa Nogueira (2008, 2013)

¹ Mestrando em Geografia e Graduado em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Graduando em Tecnologia em Logística pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Manaus, Brasil. E-mail: nogueira.gabriel01@gmail.com.

O artigo em questão irá sobre o Festival Folclórico de Caracará, evento criado a partir do ano 2006. O projeto inicial estava alusivo as seguintes premissas: atividades educacionais, inserção econômica e cultural, conforme destaca Rapozo (2019). Ao longo da curta história, as influências culturais de Caracará estavam entre a migração nordestina e o Festival de Parintins, tomando como principal característica, a história oral das lendas da Cobra Mariana e o Gavião Caracará, que trazem símbolos e contextos alocados na cultura roraimense.

A pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, além de aspectos vinculados a entrevistas informais com brincantes e dirigentes das agremiações, onde procurou entender a construção do Festival Folclórico e as relações de integração com as demais manifestações locais e regionais. O objetivo é analisar a vinculação do resgate cultural e as mensagens veiculadas pelo Festival Folclórico, tomando como base a questão educacional e também a midiaticização do espetáculo, a partir das influências de outras manifestações e até mesmo, relacionadas a contextos políticos.

2. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E REDES GEOGRÁFICAS NA AMAZÔNIA

O pensamento que envolve a Amazônia, pauta pela curiosidade vinculada a vastidão territorial e geográfica que circunda essas terras. Ao analisar a sua conjuntura histórica e territorial, é importante analisar suas diferentes particularidades e anseios acerca da sua inserção perante o mundo, aspectos diferenciados ao longo da história, em um processo que se foi desde os primeiros contatos, ao fixo do capital internacional e a resistência das populações tradicionais.

Nesse contexto, é destacado a presença do índio, do negro e do caboclo em relação às geografias e historiográficas locais, atrelados ao apresentar as características econômicas e suas relações sociais e de vida. Nesse sentido, Tocantins (2000) e Nogueira (2008) destacam a transformação desses folguedos, oriundos das brincadeiras de bumba-meu-boi e outras manifestações advindas do Nordeste, mas que ganharam significados e tradições amazônicas, influenciados principalmente pela cultura indígena.

No âmbito dessas influências, Tocantins (2000), Braga (2002) e Nogueira (2008, 2013) exemplificam a influência religiosa e suas relações com o profano. Neste caso, o Çairé de Alter do Chão e a construção da dramatização acerca do Festival Folclórico de Parintins, sendo essas as principais manifestações culturais da região, a partir da sua consolidação.

É importante compreender esses novos significados a partir das transformações dos folguedos tradicionais e seus novos contextos, enfatizados em uma crítica social ou até mesmo, aos resgates das memórias e histórias dos povos tradicionais. Braga (2002) e Nogueira (2008) exemplificam esse processo de significados aos seguintes conceitos: interesses locais de incentivos econômicos e também, as novas redes culturais que se

formam a partir das atividades econômicas, o que traz um significado também mercadológico nas festas populares na Amazônia, a partir do que se entende como cultura de massa.

Com o sentido mercadológico e midiático, há a presença do sentido político das manifestações, relacionados aos incentivos econômicos e as mudanças no seu formato. Para isso, existe uma necessidade de conceber as imagens do espetáculo para uma promoção a partir da exposição de mídia, além de movimentos partidários existentes nas localidades. Machado (2011), Santos e Monteiro (2020) contextualizam esse sentido com a questão do novo “coronelismo” na Amazônia e a condenação a instabilidades de realização e perpetuação das manifestações culturais existentes na região.

Em relação às instabilidades políticas, a necessidade de uma profissionalização das práticas culturais, desde o aspecto vinculado a organização cultural como um bem social, mas também atrelado a competência dos agentes envolvidos. Ressalta-se a importância desse amadurecimento a partir da criação das associações culturais como organizações sociais e os maiores requisitos dos participantes, onde Nogueira (2013), Santos e Monteiro (2020) analisam como características importantes nesse processo.

Lopes e Barbosa (2017) e Holanda (2019) destacam nesse papel, a figura dos artistas, considerados andarilhos e agentes de deslocamentos temporais, onde destaca a migração sazonal desses personagens. A partir dessa percepção, é importante analisar os fluxos de artistas nas manifestações como fatores positivos de trocas de experiências a consagração dos trabalhos desenvolvidos.

A conjuntura de redes e fluxos é destacado por Costa Junior (2011) com os seguintes formatos: direto, vinculados as atividades do festival, desde o ir e vir de turistas e artistas, e o indireto, vinculados aos bens e serviços que chegam para o complementar das manifestações culturais em aspectos sazonais ou permanentes, atrelados a um ciclo, como destaca Holanda (2019). Entretanto, os artistas podem ser considerados como anônimos na construção do espetáculo, o que pelo contrário, são os principais elos da interlocução entre as diversas manifestações culturais existentes, em que se analisa o ressurgimento e os novos traços com os diálogos relacionados a cultura local.

3. AS INSPIRAÇÕES, OS ITENS E O SURGIMENTO DO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE CARACARAÍ

A construção do Festival Folclórico de Caracaráí, vem de um contexto atrelado a importância dos grandes festivais do Amazonas, neste caso, o Festival de Parintins e as Cirandas de Manacapuru. Isso é percebido a partir dos novos significados e uma mídia pautada em relação às artes locais, sobretudo entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Esse sentido e olhar sobre a Região Amazônica se vinculava as apresentações como

uma “ópera popular”, abordada por Braga (2002) e as mensagens de resgates históricos e sociais dessas manifestações.

A iniciativa ganhou os primeiros traços no ano de 2006, a partir das ideias dos professores Domingos Sávio Rapozo Pinheiro (Guty Rapozo), Beto Lima e Vadilson Gonçalves na parte musical, enfatizados em uma perspectiva de valorização das identidades e musicalidades da região, conforme destacam Rapozo (2019) e Silva (2019). Nesse sentido, a materialização em definitivo e a aprovação por parte da então prefeita, Maria Elivânia de Andrade (Vaninha), que aprovou o formato e a primeira edição para ocorrer no mesmo ano.

Nesse sentido, tornou-se necessário a criação de agremiações que dariam voz ao que seria esse projeto audacioso pelos seus fundadores. Além de valorizar a cultura local, Rapozo (2019) destaca a criação do festival como uma forma de ocupação da juventude local e de promover a economia da cidade, mesmo que de forma sazonal.

A primeira agremiação a surgir foi denominada de Cobra Mariana, sob a responsabilidade do professor Beto Lima e tem como suas cores, o azul e branco. Em relação à lenda, são diversos significados que a mesma remete, sendo o primeiro contado a partir da vista de uma serpente que arrastou um cavalo de um morador local para as profundezas do Rio Branco, conforme destaca Silva (2019).

Já Trindade (2017) e Rapozo (2019) trazem outras versões da lenda. A primeira, aponta uma moça que desapareceu após mergulhar nas águas do Rio e se transformou em uma cobra. A segunda versão, é de uma jovem que se apaixonou por um tuxaua e foi lançada pelo seu pai no rio e desapareceu, mas que um feitiço de seu amado a transformava em uma jovem moça enquanto estivesse no meio terrestre, mas no meio aquático matinha sua forma de Cobra e tem sua morada embaixo da cidade, especificamente em uma caverna localizada embaixo de uma escola do município.



Figura 01 – Logo das Agremiações
Créditos: Agremiações Cobra Mariana e Gavião Caracará

A segunda agremiação em questão, é o Gavião Caracará, das cores verde e branco, tem seu nome relacionado com o nome da cidade de Caracará, que em língua tupi, simboliza “pássaro pequeno” e teve como responsabilidade, o Prof. Domingos Sávio. Conforme

descreve Trindade (2017), a ave mede entre 50 a 60 centímetros e a ligação dela com o município está atrelada a dois significados: o primeiro, vinculado a presença do mesmo em áreas de caça e queimadas e campinaranas, que é uma categoria de vegetação sazonal e de pequeno porte ou até mesmo, acompanhando o gado transportado na região.

O reconhecimento político, veio a partir de 2007, com o estabelecimento das disputas e dos requisitos a serem cumpridos pelas agremiações. Em primeiro momento, é destacado a participação mínima de 100 pessoas por agremiação durante a sua apresentação e a avaliação de 20 itens, posteriormente realocados e permanecendo 19 itens para avaliação em um tempo de 1h30 a 2h de apresentação, com notas de 7 a 10 pontos. Abaixo, o quadro de itens exigidos no festival.

| ITEM | 2007 | 2019 | CARACTERÍSTICAS |
|------|---------------------------|-----------------------------------|--|
| 1 | Animador | Apresentador | Interação e narração da apresentação. |
| 2 | Torcida | | Item que envolve a paixão pelo grupo folclórico a partir das cores e música. |
| 3 | Intérprete | | Interpretação das canções e sintonia. |
| 4 | Letra e Música | | Suporte literário e musical da apresentação. |
| 5 | Musa da Canção | | Valorização da mulher Caracariense. |
| 6 | Ala Temática | | Coreografias sincronizadas com a temática da agremiação. |
| 7 | Coreografia | | Expressão corporal durante a melodia. |
| 8 | Alegorias | | Estrutura de carros alegóricos, tripés, painéis, envolvendo a criatividade do artista envolvendo o tema. |
| 9 | Fantasias e Adereços | | Roupas e detalhes que exaltam a cultura regional. |
| 10 | Símbolo | | O principal personagem da apresentação – Cobra Mariana ou Gavião Caracará. |
| 11 | Porta-Estandarte | | Defende o tema abordado pela agremiação a partir da bandeira (Estandarte). |
| 12 | Ala das Riquezas Naturais | | Crianças que representam a fauna e flora da região, com faixas etárias de 04 a 10 anos. |
| 13 | Rainha | | Beleza e Majestade da mulher roraimense e do folclore |
| 14 | Pescadores | Ala das Figuras Típicas Regionais | Destaque a importância para economia, o extrativismo e o folclore da região Amazônica. Surgiu a partir da junção das alas de Pescadores, Vaqueiros e Agricultores. |
| | Vaqueiros | | |
| | Agricultores | | |
| 15 | Cabocla Macuxi | | Mulher guardiã e ênfase a beleza da mulher roraimense. |
| 16 | Lenda Regional | Lenda Amazônica | Ilustração da cultura Amazônica. |
| 17 | - | Pajé | Curandeiro e feiticeiro da tribo. |
| 18 | Ala Indígena | Tribos Indígenas | Representação dos grupos étnicos da Amazônia. |
| 19 | Índio Macunaíma | | Personagem lendário do folclore roraimense. |

Quadro 1 – Itens obrigatórios e avaliados no Festival Folclórico de Caracará

Fonte: Lei Municipal nº447/2007, Trindade (2017), Rapozo (2019), Silva (2019) e Santos (2020)

Organizado por: Santos, 2021

O significado de cada item está ressaltado ao papel da valorização e da compreensão da identidade local, desde a construção histórica, quanto aos aspectos econômicos do estado. Trindade (2017) e Santos (2020) afirmam nesse contexto, o entendimento do orgulho cultural e a necessidade de inserção desses elementos para conhecer as particularidades que a festa foi criada, com um tom de originalidade, mas sem perder a essência pertencente a uma identidade em ascensão.

4. A PRIMEIRA FASE DO FESTIVAL – PROJETO PILOTO E AS PRIMEIRAS MENSAGENS (2006-2013)

Em 2006, o primeiro ano de apresentação não houve um tema definido, mas foi definido pela comissão organizadora do evento piloto, que ambas as agremiações fariam um resgate histórico do surgimento do município de Caracará. Essa edição serviu no conhecimento da comunidade sobre as agremiações e apresentar o significado posterior do que seria o Festival, conforme visto na figura abaixo.



Figura 02 – As primeiras alegorias e itens de 2006
Créditos: acervo de Guty Rapozo (Redes Sociais)

Em 2007, com o reconhecimento oficial da prefeitura do município, houveram a primeira criação temática das agremiações. A Cobra Mariana, desenvolveu o tema “Amazônia Cabocla de Alma Indígena”, em que procurou analisar todas as relações entre homem, natureza e suas populações tradicionais. É importante lembrar que como foi o primeiro ano de disputas, deveria haver como presença obrigatória, algumas alas, como pescadores, vaqueiros e agricultores, esses considerados principais elementos da economia e da subsistência do estado de Roraima.

Um aspecto evidenciado em relação, é a semelhança com o tema desenvolvido pelo Boi Caprichoso em Parintins no ano de 2002. Apesar do mesmo tema, as concepções foram totalmente distintas, onde Parintins focou nos contextos da região do Alto Rio Negro e do Baixo Amazonas, enfatizando lendas e festividades como o Çairé e o próprio Festival do Peixe Ornamental, enquanto a Cobra Mariana trouxe as relações com as populações indígenas de Roraima e os fios condutores da economia local.

Já o Gavião Caracará, trouxe como fio condutor da sua apresentação, o seguinte tema: “Nas asas do Gavião uma Cultura de Preservação”, em que se sagrou o primeiro campeão

da disputa. A concepção do tema em questão, se pautou no elencar da preservação da fauna e flora, a partir de um olhar vinculado a questão milenar das populações tradicionais e dos ecossistemas locais, percebido inclusive nas indumentárias dos itens femininos, conforme visto abaixo.

Já o ano de 2008, o festival foi vencido pela Cobra Mariana com o seguinte tema: “Amazônia Mãe, a Dama do Universo”, cuja apresentação e a elaboração de alegorias tiveram uma forte relação com a vinda de artistas de Parintins para contribuir na apresentação daquele ano. Destaca nessa presença, o então apresentador do Caprichoso, Junior Paulain que foi o apresentador da agremiação naquele ano.

A concepção apresentada, segundo destaca um dos fundadores do festival, está relacionada a homenagem de lendas e rituais indígenas da Amazônia. Essa construção é percebida sobretudo, no enfatizar dos troncos linguísticos e povos que habitam a região. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), existem 305 povos indígenas, representando um total de quase 900 mil indivíduos. Somente na Amazônia Legal, existem cerca de 200 povos e uma população estimada em cerca de 435 mil indivíduos, sendo alguns desses grupos existentes em mais de um estado, sobretudo no caso do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Roraima, até mesmo nos países limítrofes como Venezuela, Guiana e Colômbia.

O Gavião trouxe nesse ano, uma relação do Monte Roraima com o desconhecido. Intitulado “Galrásia: o mundo Perdido”, esse tema foi uma relação direta com a formação do relevo roraimense com o desconhecido universo dos Macuxis. Silva (2019) traz em relação ao registro daquele ano, que a partir dos fósseis pré-históricos encontrados na região naquele período, havia um universo repleto de magias e encantos em relação ao sagrado que o Monte é referenciado.

Entre os anos de 2009 a 2012 não houve disputa e nem festival. Os motivos relacionados estão atrelados a falta de repasse por parte da Prefeitura e Governo do Estado, além da problemática em relação a Patrocínios e prestação de contas. A partir do ano de 2013, com o apoio do Serviço Social do Comércio (SESC), o Festival voltou a ocorrer, ainda com traços iniciais, mas com um novo direcionamento em relação à questão política.

O tema da Cobra Mariana no ano em questão foi “Água, Sangue da Terra”. A concepção do tema está relacionada com a importância da água perante a sociedade e a sua função essencial de manutenção da vida no planeta. Nesse sentido, há uma percepção de um dos objetivos do Festival, vinculado a aspectos de educação e questões ambientais, devido a uma concepção educacional do projeto da criação deste festival, conforme abaixo.



Figura 03 – Ala Temática da Cobra Mariana em 2013
Créditos: acervo de Guty Rapozo (Redes Sociais)

Já o Gavião Caracará, trouxe o tema “Mitos, Lendas e Tradições”, onde procurou explorar o universo do folclore brasileiro. Nesse sentido, a apresentação veio em busca de retratar os personagens de todas as regiões, claro que em primeiro lugar, o enfatizar seria nos contextos amazônicos. Nesse sentido, é importante destacar toda a construção temática baseada no resgate de diversas gerações a partir do que é a essência do folclore, tal como a outra agremiação trouxe, uma perspectiva educacional.

Em ambas as temáticas, durante o aprofundamento desse artigo, trouxe a seguinte indagação: as temáticas podem ser ampliadas para fins educacionais em sala de aula? Durante a organização bibliográfica do artigo, a leitura de Santos (2012) traz em seu texto, a contribuição do Festival de Parintins na educação local pode ser entendida como a relação da formação integral do indivíduo com a inserção do mesmo na manifestação cultural.

O papel da Educação Ambiental nesse sentido, se inclui como um fator de resgate da cultura local, mas também como uma forma de aliar a questão dos temas transversais existentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) com a prática de ensino. A partir disso, as temáticas e canções podem se tornar elementos na visão crítica vinculada ao meio ambiente, não só no caso específico de 2013, mas também outros temas vinculados a áreas como Geografia, História e até mesmo, Língua Portuguesa.

Apesar do empate posterior nesse ano, o Festival se consolidou a partir desse aspecto como uma voz e essências da região central de Roraima, consolidando um papel de artistas e todos os itens envolvidos. Nesse sentido, os próximos passos se atrelam a uma mensagem educativa voltada ao conhecimento e ao dialogar com os diversos contextos da Região Amazônica.

Até o ano de 2013, o ritmo musical predominante tinha como inspiração, o executado no Festival de Barcelos, tendo uma influência do baião e também de ritmos caribenhos, em

que o uso do Teclado é constante, mesmo com a presença de cantores do Festival de Parintins, além de Paulain, a contribuição de Klinger Araújo a festividade. Silva (2019) e Santos (2020) analisa essa construção com outras influências, desde o axé ao forró, cuja característica começaria a ganhar novos sentidos, sobretudo em relação ao tribal a partir de 2014.

5. MUDANÇA RÍTMICA E A CONSOLIDAÇÃO DO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE CARACARÁ (2014 – atual)

O ano de 2014, novamente traz como contexto, uma vinculação mais específica ao estado de Roraima. Com 300 brincantes, a Cobra Mariana trouxe o tema “Roraima Indígena - Santuário da Vida”, relacionado também com a mudança do ritmo, antes um pouco eclético com diversas influências, dando um ar de identidade, para as toadas, gerando uma crítica por parte da agremiação rival e dos próprios fundadores do festival.

A apresentação e as toadas analisaram os modos de vida dos povos de língua Karib, além de uma exaltação folclórica a cidade em questão. Nesse sentido, é valorizado a construção identitária, relacionados a chegada do homem branco e as relações com os povos indígenas. Outro momento percebido em relação à temática, é a presença maciça de contextos vinculados aos índios Wapichana e Macuxi, sendo este último representado no Festival Folclórico como item primordial, representando a força indígena e o lendário roraimense.

O Gavião Caracará, que foi campeão no ano, ainda continuou no ano em questão com o ritmo original do festival, na qual teceu críticas a sua adversária pela mudança, principalmente relacionados a uma perda de identidade e uma similaridade excessiva com os bumbás de Parintins. No ano em questão, a agremiação veio com a “Roraima de Alma Migrante Nordestina”, onde trouxe a influência da cultura nordestina, desde as danças típicas, movimentos como o Cangaço e a religiosidade presente, notados principalmente nas indumentárias, conforme visto abaixo.



Figura 04 – Apresentações em 2014
Créditos: acervo de Guty Rapozo (Redes Sociais)

O ano de 2015, ficou marcado por ambas as agremiações vincularem a um ritmo definitivo das toadas. O terceiro título da Cobra Mariana foi com o tema “Roraima: Encantarias indígenas”. Para este ano, o tema em questão procurou aprofundar a formação territorial e a contribuição dos povos indígenas na construção do estado de Roraima, desde a lenda das Icamiabas, até as populações habitantes. Além disso, a construção geográfica de Roraima, onde se incluiu a fauna e a flora do estado, trazendo uma valorização dos encantados e dos diversos segmentos sociais das populações.

O Gavião Caracará nesse ano, acabou por alocar na sua composição, o ritmo utilizado pela adversária no ano anterior. A construção do tema, se deu a partir de votações anteriores, com os seguintes temas: “A Morada de encantos do Caboclo Roraimense”, “Amazônia: A voz imaginária do caboclo Macuxi”, “Amazônia: Reino das águas” e “Fé: sentimento que move o povo Roraimense”. Esse processo de votação foi definido com os brincantes em votações presenciais e pelas redes sociais, o que culminou na escolha do último tema citado.

Em primeiro momento, a polêmica instalada foi vinculada à questão da religiosidade, relacionada a letra do tema e o desenho do abadá, conforme descreve Silva (2019), mas que logo foi resolvida. Em relação ao apresentado, é importante destacar a cronologia das missões religiosas, destacando a atuação das carmelitas, salesianos no estado de Roraima e a polêmica relação entre o catolicismo e a população indígena, principalmente abordando os conflitos com os Waimiri-Atroari, a partir da expedição do Padre João Calleri em 1968.

Outros aspectos destacados, estão vinculados ao milagre do vaqueiro por parte de Nossa Senhora do Livramento, esta padroeira do município, as romarias fluviais de São Pedro, presente na região e a encenação da Paixão de Cristo em Mucajaí. Nota-se, que a agremiação procurou contextualizar cada contexto religioso, conforme visto abaixo.



Figura 05 – Representação da Paixão de Cristo pelo Gavião Caracará
Créditos: Gavião Caracará (Redes Sociais)

O bicampeonato da Cobra Mariana em 2016, traz o seguinte tema “Rio Branco – Águas da minha História”. A construção do mesmo trouxe a participação de 250 integrantes, onde se

falou da relação da cidade de Caracará, denominada de Cidade-Porto com o Rio Branco, em uma essência do papel do rio como principal forma de conexão do município com o mundo, visto que o meio fluvial foi predominante na região por vários anos.

Nesse sentido, o entendimento acerca do Rio Branco é apresentado como elemento primordial do estado de Roraima. Desde a morada da Cobra Mariana a necessidade de proteção da morada e da fonte de vida do povo roraimense, a construção do tema se baseou em uma cronologia geo-histórica na importância do Rio como elemento essencial ao desenvolvimento. É importante ressaltar a construção desse tema a partir da seguinte frase: “o rio comanda a vida”, título do livro de Leandro Tocantins além da relação do povo caracariense com o pertencimento do espaço em questão, conforme visto abaixo.



Figura 06 – Temas escolhidos em 2016
Créditos: acervo de Guty Rapozo (Redes Sociais)

O Gavião Caracará trouxe nesse ano, mais um tema vinculado ao encantado do Monte Roraima, tal como em 2008. Intitulado “Manoa Parimé – O Eldorado Roraimense”, o tema veio com o destaque em relação ao relevo da Serra de Pacaraima, onde cerca de 400 a 800 anos atrás, existia um Lago chamado Parimé (figura 07), onde segundo relatos de Reis et al (2009) e Maziero (2018), era localizado no que seria hoje o Rio Parimé e continha cerca de 400 km de diâmetro e cerca de 80 mil km² e teve sua drenagem natural até meados do século XIX.

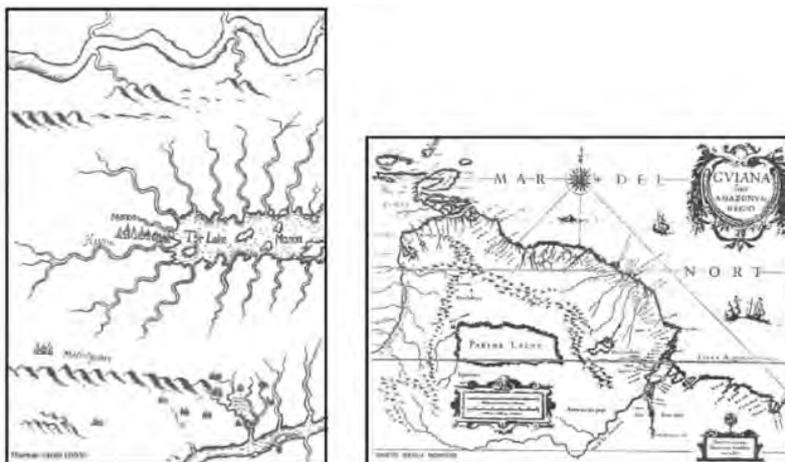


Figura 07 – Mapa da então localização do Lago Parime
Extraído de: Reis et al (2009)

Esse local, era onde possivelmente se localizava o tão famoso “El Dorado”, neste caso, a cidade de Manoa, onde se escondiam tesouros de ouro e pedras preciosas em que os Incas levaram ao se refugiar das invasões espanholas na região. Nesse sentido, Maziero (2018) destaca os principais expedicionários que tentaram encontrar vestígios como Thomas Roe em 1611, Padre Samuel Fritz em 1689 e Alexander von Humboldt, entre os anos de 1799 a 1803 considerados como os principais expedicionários.

Esse destaque está relacionado principalmente a duas teorias sobre a existência: uma formação de pequenas lagunas em épocas sazonais. Stevenson (1994) e Reis et al (2009) descrevem a localização dessa cidade em uma região ocidental do que seria esse lago, já próximo do que seria a foz do Rio Uraricoera, mas por falta de vestígios geológicos, ainda há controvérsias, trazendo um misto de relatos orais de uma mitologia local ou relações científicas.

O ano de 2017, foi considerado atípico, devido à problemática de recebimento de verbas, portanto, sem disputas. Portanto, essa edição foi atrelada ao II Festival Makunaima, evento criado para resgatar a identidade do estado de Roraima, contava com a apresentação de grupos oriundos de Boa Vista, Caracaraí, Mucajaí e Rorainópolis, foi realizado em apenas uma única noite, conforme visto na figura abaixo.



Figura 08 – Apresentações no ano de 2017
Créditos: Jornal O Painel

A temática escolhida pela Cobra Mariana foi intitulada de “Terra de Makunaima: a grande aldeia”. A viagem temática nesse ano procurou explorar o universo dos grupos habitantes no estado de Roraima, Wapichana, Macuxis, Yanomamis e os Waimiri-Atroaris. Com cerca de 650 brincantes, a apresentação do grupo se baseou em mostrar as relações com a natureza e a religiosidade dos povos em questão. Apesar de não haver competição, é destacado uma rivalidade sobre um possível título, nesse sentido enfatizado pelas rivalidades entre as torcidas e até mesmo, pelo incentivo das verbas destinadas a apenas uma das agremiações.

Em relação a não disputa, o Gavião Caracará anunciou que não iria se apresentar, mas posteriormente com apoio privado decidiu participar do evento. Com cerca de 90 brincantes, o tema foi “Uma noite em Parintins”, onde procurou homenagear os grandes sucessos de Parintins e como uma forma de não deixar vazio o contexto da agremiação naquele ano. Nesse sentido, a construção temática se baseou principalmente na inspiração que o boi-bumbá trouxe no resgate da identidade em Caracará, a partir das ideias iniciais que deram origem ao festival em 2006.

Para 2018, “Roraima: um mosaico cultural” foi a peça chave para a Cobra Mariana. Valorizando a diversidade populacional do estado, desde a migração nordestina, quanto as recentes em relação aos fenômenos econômicos recentes. Além desse aspecto, é apresentado um panorama das diversas manifestações culturais do estado, como a Vaqueijada, Cirandas e o tradicional “Boa Vista Junina”, este último considerado a maior festa popular do Extremo Norte. Nesse sentido, as alas temáticas e figuras regionais se basearam em uma apresentação de representatividade cultural nas cidades.

Ao longo da apresentação, o mosaico cultural de Roraima se construiu também a partir da religiosidade, na figura de Nossa Senhora do Livramento e o milagre reconhecido a partir das histórias de vaqueiros contadas na região desde o início do século XX, além da história do Jacamim. Com isso, foi evidenciado a relação entre o sagrado e o profano existente no catolicismo local, sobretudo enraizado nas memórias e crenças locais, impulsionando o imaginário e também a valorização da ancestralidade local.



Figura 09 – Ala Temática da Cobra Mariana e Rainha do Gavião Caracará
Créditos: G1 Roraima

O título veio com o Gavião Caracará, que novamente trouxe uma releitura do tema de 2017, agora intitulado “Caracará na cultura dos Bumbás de Parintins”. A agremiação procurou trazer as emoções do que é o significado das inspirações a partir dos bumbás para a cultura amazônica, desde a religiosidade e a relação do sagrado e profano. O interessante na constatação das letras e músicas apresentadas neste ano, é uma forte mensagem ou um “grito” de preservação e da valorização dos traços da cultura local, apesar de todos os processos de mutação e mercantilização do espetáculo.

Um aspecto interessante na construção do tema, está relacionado a encenação do Ritual Tsantsa. Esse ritual, é uma prática recorrente de algumas tribos da região do Equador e Peru, onde os Shuar, também denominados de Jivaros, encolhiam as cabeças decepadas dos seus inimigos a partir de um ritual composto por técnicas específicas e locais. Segundo Descola (1993, traduzido por Mendes Junior, 2016), esse ritual é caracterizado a partir das guerras intertribais e em relação ao apoderamento do espírito vencido, este destacado por Plitt (2017). Uma percepção diferenciada, já abordada anteriormente em Parintins a partir dos Muras e Mundurucus, estes influenciados até no linguajar local em relação aos trabalhadores do festival, neste caso, os “Paikicés” e os “Kaçauerés”, traz a importância da discussão histórica e a influência dos comportamentos na sociedade.

O ano de 2019 foi diferenciado para ambas as agremiações, apesar de um discurso voltado a resistência cultural. A Cobra Mariana, trouxe a temática “Índios: a resistência de um povo”, foi oriunda dos recentes contextos relacionados as populações indígenas, sobretudo no que tange a nova política ambiental e social vigente. A apresentação trouxe relação do índio com o homem, desde a colonização, tratando também do resgate dos legados deixados e resistentes dessas populações, enquanto valorizar a estética e os significados da cultura indígena, conforme percebido abaixo.



Figura 10 – Orgulho Roraimense e a Resistência Indígena – traços da cultura roraimense
Créditos: Governo de Roraima

Em um estilo mais eclético, o campeão desse ano foi o Gavião Caracará. O mesmo trouxe o “Amor: antropofagia do Movimento Orgulho Roraimense”, em uma relação voltada a literatura e o exaltar da identidade de Roraima. A homenagem é relacionada ao Movimento Roraimense, criado em 1984 por Eliakin Rufino, Zeca Preto e Neuber Uchoa, escritores e

poetas que trazem nas suas obras a exaltação a paisagem do estado de Roraima e a necessidade da construção de uma identidade local. O movimento em questão, conforme destaca Silva e Santos (2016) contém traços do Movimento Tropicalista e do Modernismo, onde ressalta a importância da valorização da estética nacional.

Feitosa (2014) analisa o Movimento Roraimeira como uma forma de criação das novas bases vinculadas ao entendimento da afirmação de uma identidade local, tanto vinculado a aspectos de manifestar os problemas da região. Entretanto o movimento que, ao mesmo tempo é conhecido por levar o estado ao externo, ainda não se destaca como representação no próprio estado, sobretudo no ambiente escolar, o que traz uma necessidade de a temática ser mais abordada tanto em aspectos transversais, como vinculações em áreas específicas das linguagens.

Nesse sentido, o segundo período relacionado a consolidação do Festival, a essência da contextualização da História de Roraima se tornou cada vez mais evidente, apesar das mudanças rítmicas, o processo de construção da identidade roraimeira se tornou cada vez mais evidentes. Nota-se que o aprimoramento na elaboração dos temas se tornou cada vez mais presente, desde o explorar de um movimento literário a questão geológica, trazendo um papel interdisciplinar nas apresentações e destacando uma relação que pode ser debatida também em sala de aula.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos, vinculam uma diversidade temática relacionada desde aos contextos históricos, relacionados a formação do estado de Roraima e também, as questões da cosmologia e cosmogonia dos povos indígenas. Dentro desse processo de criação, dramatização e planejamento das temáticas, seus propostos estão interligados ao conhecimento de uma forma acessível acerca da cultura amazônica, a partir das cênicas e letras.

Nesse sentido, toda a contextualização se vincula as mensagens de preservação e conservação do meio ambiente, além da necessidade da valorização e resistência cultural, mesmo diante dos cenários de midiaticização e do espetáculo ser considerado como uma mercadoria.

Com esse sentido de mercantilização, as trocas culturais a partir das temáticas e dos diferentes agentes das manifestações culturais vigentes na região são de suma importância a continuidade e melhorias do festival ao longo dos anos, vinculados aos fluxos e fixos de artistas e também, de pensamentos de integração e formação de um mosaico cultural próprio no estado de Roraima e na Amazônia.

É importante destacar o Festival Folclórico de Caracarái não somente em um contexto midiático e mercantilista, mas relaciona-lo com toda a construção identitária do estado de Roraima. Desde o mosaico ao Movimento Roraimeira, o Festival se consolida como um

espetáculo de memórias e de mensagens em relação a Amazônia, como toda a essência das demais manifestações, mas colocando como principal premissa, a valorização da cultura de Roraima em sua totalidade.

Com isso, é perceptível que os objetivos iniciais ao longo da criação do evento se desvencilharam a partir de interesses de marketing, mas a contribuição educacional e social no âmbito do município é crescente, atrelados a uma necessidade de uma política pública permanente de incentivos a manifestação cultural, sem depender de conchavos políticos, mas atrelados a uma necessidade de consolidação contínua e de amplitude relacionada aos novos conceitos econômicos e geográficos de interação e integração.

7. REFERÊNCIAS

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. **Os bois-bumbás de Parintins**. 1. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE - Ministério da Cultura, 2002. 480p.

BRASIL. **Discurso do Deputado Francisco Rodrigues em 01/06/2006**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=091.4.52.O&nuQuarto=71&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:30&sgFaseSessao=CP%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=01/06/2006&txApelido=FRANCISCO%20RODRIGUES&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares%20%20%20%20&dtHoraQuarto=17:30&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>

COSTA JUNIOR, Waldemir Rodrigues. **Cidade, cultura e rede urbana: a influência do trabalho criativo dos artistas-artesãos de Parintins-AM na configuração multiescalar da rede urbana brasileira**. 2011. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

DESCOLA, Philippe. **Les affinités sélectives: alliance, guerre et prédation dans l'ensemble jivaro**. Tradução de Rafael Fernandes Mendes Junior. Teoria e Cultura, v. 11 n. 2, p.151-165, 2016.

FEITOSA, Suênia Kdidija Araújo. **Recepção do Movimento Roraimeira: identificação, apropriação e construção identitária**. 2014, 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista.

HOLANDA, Yomarley Lopes. **O artista-andarilho da Amazônia e o florear de sua práxis-poiesis na festa popular**. 2019. 238 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/> - Acesso em: 14/01/2021.

LOPES, Iago Klinsman Guimarães; BARBOSA, Tatiana da Rocha. **O deslocamento temporal dos artistas plásticos que trabalham com o Festival Folclórico de Parintins-AM: a mercantilização da mão de obra artística e suas redes**. 2017. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

MACHADO, Amanda Nina Ramos. **O Festival do Cará: Culturas e Manifestações Populares em Caapiranga – AM**. 2011, 58p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

MAZIERO, Dalton. **Parime – O Lago Lendário**. Jornal Página 3, Balneário Camboriú, 07 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.pagina3.com.br/coluna/americanamisteriosa/7609-parime-o-lago-lend-rio>. Acesso em: 14/01/2021.

NOGUEIRA, Wilson de Souza. **Festas Amazônicas - boi-bumbá, sairé e ciranda**. 01. ed. Manaus: Editora Valer, 2008, 244p

NOGUEIRA, Wilson de Souza. **A espetacularização do imaginário amazônico no boi-bumbá de Parintins**. 2013. 244 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

PLITT, Laura. **A origem da prática de tribo sul-americana de encolher a cabeça de seus inimigos**. BBC Mundo, 16 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40302750> - Acesso em: 13/01/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACARAÍ. **Lei n. 447, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre a criação do Festival Folclórico do Município de Caracarái-RR e dá outras providências. Caracarái, RR, 18 jun. 2007.

RAPOZO, Guty. **Histórico do Festival Folclórico de Caracarái**. Boa Vista, 2019, 10p

REIS, Nelson Joaquim; SCHOBENHAUS, Carlos; COSTA, Fernando. **Pedra Pintada, RR - Ícone do Lago Parime**. In: Winge, M. (Org). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: CPRM, 2009. v. 2, p.1-13.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental e festas populares: um estudo de caso na Amazônia utilizando o Festival Folclórico de Parintins**. 1. ed. Manaus: EDUA, 2012, 320p.

SANTOS, Gabriel Augusto Nogueira dos Santos. **Na terra de Makunaima, tem festa e globalização**. Revista Tocantinense de Geografia, v. 9, n. 18, p. 40-54, 2020.

SANTOS, Gabriel Augusto Nogueira dos Santos; MONTEIRO MELO, Fernando. **Agricultura camponesa e cultura popular na Amazônia: um estudo sobre o Festival Folclórico do Cará em Caapiranga (AM)**. Revista Educação e Humanidades - REH, v. 2, p. 298-316, 2020.

SILVA, Ivete Souza da; SANTOS, Clarisse Martins. **Movimento Roraimera: contribuições interculturais e antropofágicas ao ensino de artes no estado de Roraima**. Educação (Santa Maria Online), v. 41, p. 459-469, 2016.

SILVA, Joelson Vaz da. **Festival Folclórico de Caracarái**. 2016, 104f, Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista.

STEVENSON, Roland. **Em Busca do Lago Parime**. In: Uma luz nos Mistérios Amazônicos. Manaus: SUFRAMA, 1994, p. 135-167

TOCANTINS, Leandro. **O Rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 9.ed.rev. Manaus: Valer, 2000, 422p.

TRINDADE, Paulo de Lima. **Criação do Festival Folclórico da cidade de Caracarái - Roraima**. 2017, 61 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Roraima, Caracarái.



GT 8 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais.

Divulgação Científica na Amazônia: o papel do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA (NUMA), durante a pandemia

Natália Alencar Figueiredo¹
Otacílio Amaral Filho²
Larissa Beatriz Silva Aviz³

RESUMO

Este artigo apresenta a divulgação da ciência na Amazônia e sua importância na contextualização das produções científicas que tratam do desenvolvimento local e da sustentabilidade, produzidos pelas instituições de ensino superior na região, em especial o Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. Sob esta perspectiva, o corpus da pesquisa explora os materiais divulgados no site do Núcleo de Meio Ambiente - NUMA da Universidade Federal do Pará – UFPA, bem como o facebook e por matérias veiculadas na mídia tradicional rádio, televisão, jornal impresso que usaram a ciência como pauta para informação e notícia, no período da pandemia. A proposta metodológica utiliza a cartografia midiática com a contextualização dos territórios do conhecimento e territórios objetivos e intersubjetivos explorados pela ciência nos seus processos de comunicação. Foram consideradas para esta análise as pesquisadoras e pesquisadores como Anibal Quijano, Edna Castro, Neide Gondim, Vânia Torres, Tarcízio Macedo e Elaide Martins para analisar os processos comunicativos a partir de uma lógica que se organiza entre o discurso do desenvolvimento local e da sustentabilidade. Esta perspectiva permite o diálogo com as múltiplas epistemes que estendem os estudos sobre a Amazônia por uma abordagem que discute a colonialidade do saber, destacando que, durante a pandemia, os processos de comunicação, além de levar à população o que a academia continuou produzindo, serve também como um dispositivo de democratização de conhecimentos tradicionais e genuínos da Amazônia.

Palavras-chaves: Divulgação científica. NUMA. Processos Comunicacionais. Amazônia

1. INTRODUÇÃO

Em 2020, nos deparamos com uma situação que pouco se imaginava: o isolamento social devido à pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). A partir disto, as

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Brasil. Email: nats.eu@hotmail.com;

² Professor Titular da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação, UFPA, Brasil. E-mail: otacilio@ufpa.br;

³ Programa de pós graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, UFPA, Brasil. Email: beatrizaviz@gmail.com.

dinâmicas sociais, econômicas e ambientais mudaram. A ciência virou o maior foco e, ao passo que jornalistas precisaram se familiarizar com as pesquisas científicas, cientistas e pesquisadores tiveram uma demanda muito maior em divulgar seus resultados.

Num momento em que a ciência é cercada de controvérsias, em que houve, inclusive, o retorno de óbitos por doenças já controladas, como sarampo⁴, devido à negação à vacina, instituições de pesquisa, universidades e a divulgação científica têm um papel de, além de tentar combater grupos negacionistas, difundir os avanços das pesquisas para melhoria da população.

Apesar de todos os holofotes estarem voltados à crise de saúde pública, no meio ambiente, percebeu-se o avanço da degradação ambiental, a pressão de setores que queriam explorar mais, com a justificativa de fomento da economia, e a fiscalização e controles de áreas verdes limitadas. No Brasil, mais precisamente na Amazônia, houve um aumento de 64% na área desmatada em relação ao mesmo mês de 2019⁵. Diante de todos esses fatos, mais uma vez, mostra-se necessária a participação das instituições de pesquisas e universidades como difusores da ciência e do trabalho em prol do meio ambiente e população.

Na Amazônia, embora a pandemia tenha afetado as dinâmicas de produção científica, o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará, tem sido um propagador da ciência feita na e para a Amazônia, no que concerne à gestão de recursos naturais e o desenvolvimento local da região.

Esta divulgação também atende a dois itens do tripé⁶ basilar das Instituições de Ensino Federal- IFE, a pesquisa e a extensão, que são ações que parte das IFEs para a comunidade e vão desde a inserção social à prestação de serviços. Esse tripé é desenvolvido de forma articulada, então quando há uma divulgação científica, pressupõe que houve ensino e pesquisa. Este texto destaca o papel do Núcleo de Meio Ambiente na produção de notícias variadas (Tabela 1) para a sociedade em geral.

O NUMA, que em 2021 faz 30 anos de existência,

foi criado com objetivo de integrar diferentes áreas de conhecimento e desenvolver a ciência crítico-propositiva por via de projetos de pesquisa-ação, tendo sido instituído como unidade acadêmica autônoma para ser um núcleo integrador do conjunto de grupos de pesquisas e institutos da Universidade que atuam com a temática

4 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/sarampo-vacina-retorno/> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

5 Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2020/06/pandemia-coronavirus-covid-19-prejudicial-meio-ambiente-mudancas-climaticas>. Acesso em: 02 de janeiro de 2021.

⁶ Ensino-Pesquisa-Extensão.

ambiental, buscando também articular e integrar suas atividades com a de outras instituições do estado e da região(...) ⁷

A Coordenadoria de Informação Ambiental (CIA), tem feito a divulgação das pesquisas e seus resultados, bem como dos eventos científicos e cursos produzidos pelo NUMA e outras instituições. Os meios utilizados para suas divulgações são os sites do NUMA (Figura 1), das suas subunidades acadêmicas PROFIMA⁸(Figura 2) e PPGEDAM⁹(Figura 3), Facebook (Figura 4) e Youtube (Figura 6).

Figura 1: Layout do site do numa



Fonte: <https://www.numa.ufpa.br/index.php/historico>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

Figura 2: Layout do site do PROFIMA



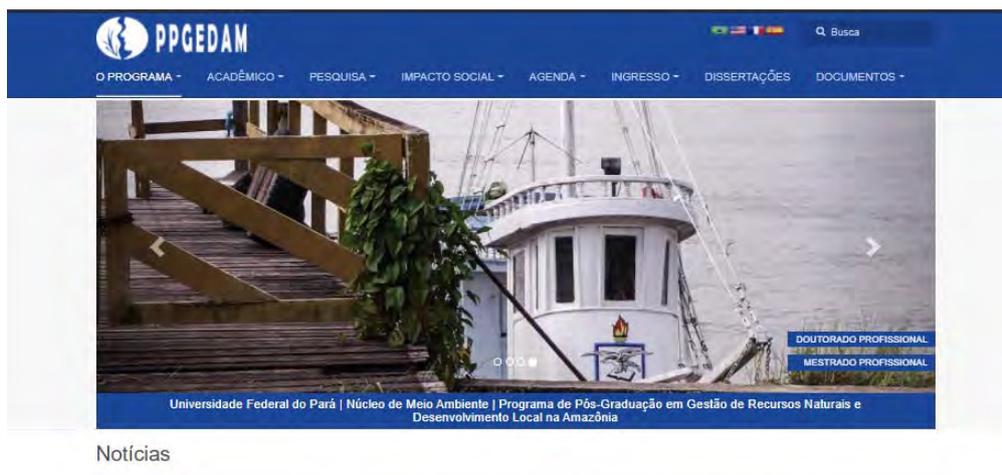
Fonte: <http://profima.ufpa.br/>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.numa.ufpa.br/index.php/historico>. Acesso em 26 de dezembro de 2020.

⁸ Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente.

⁹ Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Figura 3: Layout do site do PPGEDAM.



Fonte: <http://ppgedam.propesp.ufpa.br/> . Acesso em 20 de dezembro de 2020.

Figura 4: Layout do Facebook do NUMA



Fonte: <https://web.facebook.com/numaufpa> . Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

Figura 6: *Layout do YouTube do NUMA*

Fonte: <https://www.youtube.com/c/nucleodemeioambientenumaufpa/search>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

Para este artigo, acompanhamos o processo de divulgação somente no site do NUMA e PPGEDAM, utilizando a cartografia midiática, para contextualizar os territórios do conhecimento e territórios objetivos e intersubjetivos explorados pela ciência nos seus processos de comunicação. Além de duas frentes de atuação específicas para o tempo de pandemia, Ação social no Baixo Tocantins e Rádio NUMA Podcast.

2. DEMOCRATIZAÇÃO DOS TEMAS SOBRE A AMAZÔNIA DURANTE A PANDEMIA

A Amazônia é uma construção ideológica do território que antes era conhecido como Grão-Pará. Primeiro, idealizada pelos europeus, que imaginavam, dentre outras coisas um rio de prata e uma cidade feita de ouro (GODIN, 2007). Ao longo do tempo, o projeto desenvolvimentista idealizou a Amazônia como o território vasto que deveria servir aos interesses econômicos e exploratórios (CASTRO, 2015). A região teve suas particularidades descritas pelo olhar e perspectiva colonial do europeu e de outros colonizadores que não destacavam suas populações e seus conhecimentos tradicionais, atualmente a mídia se ocupa desse processo, mas com outras características, como podemos reconhecer em Torres (2015), que destaca, em sua análise sobre séries televisivas que tinha a Amazônia como temática, que o território é visto de modo estereotipado. Sempre contrapondo a pequenez do homem e a grandiosidade da floresta. “O povo visto como subalterno vem sendo inferiorizado na geopolítica da nação brasileira há exatamente dois séculos quando a Amazônia passou a fazer parte do Brasil.” (TORRES, 2015, p.207).

Podemos ressaltar ainda a necessidade de descolonizar esta narrativa e a informação que a produz. Quijano (2009) explica como o saber na América Latina foi se configurando a partir das perspectivas europeias. Essa cartografia política e cultural é traduzida hegemonicamente, tornando a Europa como “berço” da civilização, já que “já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade.” (QUIJANO, 2009, p, 74). A esta ideia podemos incluir, e ainda com base no mesmo teórico, “uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais

e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.” Colonialidade foi o termo que representou esse apagamento dos traços da América Latina pela cultura hegemônica. Indo no movimento oposto, Aníbal Quijano¹⁰ e outros intelectuais, tais como Enrique Dussel e Walter Mignolo, promoveram o chamado giro decolonial, que pensava a hegemonia sobre a América Latina a partir da lógica da exploração, dominação e relações de ser, poder e saber. A partir dos saberes, que ficam resguardados pelo corpo, que Quijano (2009) identificou como apoio necessário para a resistência negra e indígena presente na América Latina, viu-se a possibilidade construir uma sociedade além daquela idealizada pela hegemonia europeia, ou seja, uma sociedade que fosse genuinamente latino-americana falando para si e sobre si.

Essas discussões evocam aprendizados advindos de vivências de um passado de opressão, que atualmente reflete em populações inteiras, que se mantiveram como uma cultura de resistência e violência colonial ao longo do tempo, como os povos tradicionais da Amazônia, atingidas pelas expedições e depois pelas políticas desenvolvimentistas. Então, partindo de uma perspectiva de descolonização é urgente e necessário que se faça ciência e comunicação da Amazônia para a Amazônia e, conseqüentemente, para o mundo. Partir de um olhar local para produzir conhecimentos, respeitando e participando dos processos, é um dispositivo de democratização de conhecimentos tradicionais e genuínos da Amazônia.

O NUMA, desde o início da pandemia, colabora com a divulgação de diversas temáticas, o que se considera uma atividade essencial para que a sociedade acompanhe as pesquisas desenvolvidas, e, apesar do corte de 18,2%, cerca de 4,2 bilhões, na Lei Orçamentária Anual, previsto para 2021 do Ministério da Educação, que será também repassado às universidades e institutos federais¹¹, temos, em termos quantitativos, 104 matérias divulgadas no site do NUMA e PPGEDAM¹², das quais separamos em:

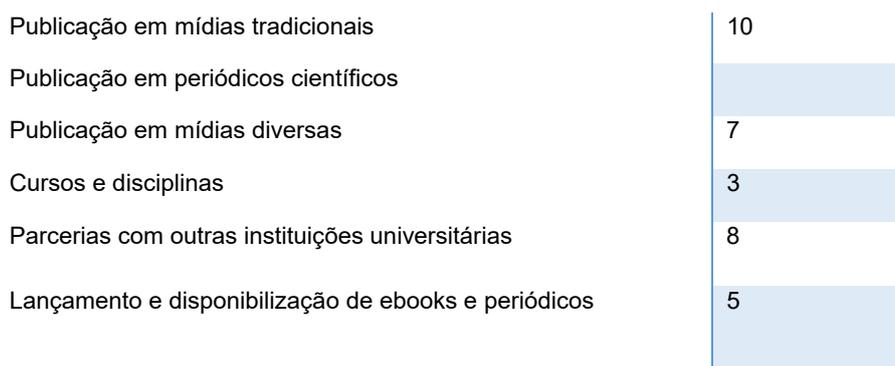
Tabela 1: Divisão por gênero das notícias dos sites NUMA e PPGEDAM.

| Tipo de matéria | Quantidade |
|------------------------|------------|
| Conclusão de pesquisas | 32 |
| Andamento de pesquisas | 15 |
| Produção audiovisual | 3 |
| Eventos | 13 |
| Nota de pesar | 2 |

¹⁰Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-cult-anibal-quijano/>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

¹¹Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/07/mec-deve-cortar-18-do-orcamento-de-universidades-e-institutos-em-2021.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

¹²Das 109 notícias divulgadas nos dois sites, devemos considerar 81 matérias inéditas, já que o restante foram republicações. Período de análise de 17 de março de 2020 a 10 de fevereiro de 2021.



Fonte: Própria autora, 2021.

Para esta proposta de artigo, a partir da produção de pesquisa da academia, em especial da UFPA, o lócus da nossa pesquisa são matérias sobre conclusão e andamento de pesquisas, matérias veiculadas na imprensa, produção de audiovisual, participação em eventos e publicações diversas. Consideramos que essas matérias são relevantes na divulgação científica da produção de conhecimento sobre meio ambiente e Amazônia.

3. MEIO AMBIENTE E PANDEMIA: O QUE FAZ A CIÊNCIA?

Apesar de muitos veículos noticiarem uma melhora da condição ambiental nos centros urbanos nesta pandemia devido à paralização de indústrias e a diminuição da circulação de transportes a base de combustíveis fósseis, não podemos vislumbrar uma melhora no cenário pandêmico na Amazônia. Aliado a isso, o governo federal tem tido ações que desestabilizam as medidas protetivas da região, como, por exemplo, a desarticulação do Fundo Amazônia¹³, a autorização de 500 novos tipos de agrotóxicos¹⁴, e a exoneração de servidores do IBAMA¹⁵ que se preocuparam com o avanço da covid-19 entre os indígenas. Devemos considerar também as áreas urbanas da região norte, que são as cidades que menos têm saneamento básico: dos 449 municípios, somente 38 cidades oferecem saneamento adequado à população¹⁶, o que, como nos mostra Paiva, Castro e Oliveira (2018), na pandemia, “escancarou a precariedade da situação e deu vistas à dramática realidade de desigualdade social que se mantinha à sombra graças à “naturalização histórica das mazelas do País”.”

¹³Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/10/26/fundo-amazonia-tem-r-29-bilhoes-em-conta-parados-apos-paralisacao-pelo-governo-bolsonaro-alerta-rede-de-organizacoes.ghtml>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/08/20/governo-libera-o-registro-de-23-agrotoxicos-genericos-e-5-ineditos-para-uso-dos-agricultores.ghtml>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

¹⁵Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/impacto/ibama-exonera-servidores-apos-operacao-em-terra-indigena/>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

¹⁶Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/regiao-norte-e-a-que-menos-oferece-saneamento-basico-a-populacao/>. Acesso em 18 de jan. de 2021.

Diante das ações de governo, contrárias às necessidades das populações, em especial da Amazônia, vê-se a urgência de se ter uma divulgação da produção científica na região amazônica, que aparece como inovação jornalística pelo fato de utilizar narrativas, recursos e circulação de conteúdos que facilita a compreensão de quem não faz parte do ambiente acadêmico (Macedo e Martins, 2020).

Vale ressaltar a distinção entre comunicação científica e divulgação científica, esta compreende a “[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo” (BUENO, 2014, p.6), enquanto que comunicação científica refere-se a uma comunicação entre o meio científico, ou seja, entre os pares.

Outra diferença que precisa ser pontuada é entre artigo científico e divulgação científica:

“O artigo científico resulta de um relato sobre uma pesquisa desenvolvida por um cientista e tem por objetivo divulgar os resultados obtidos por esse pesquisador no meio científico, trazendo inclusive novas propostas e teorias que ele tenha elaborado. Sendo produzido por cientistas e para o meio especializado, o artigo científico está marcado por aspectos linguísticos específicos que traçam seus contornos, tornando-o “apropriado” para exercer a função de disseminador da pesquisa científica que veicula. Isso inclui o uso de uma linguagem objetiva, o afastamento/ocultamento do produtor do texto, a presença de termos técnicos, etc.” (ARAÚJO,2002)

Ao observar os processos comunicativos do NUMA e seus programas observa-se aspectos tanto de comunicação científica através da publicação de artigos científicos e eventos científicos, estes mesmo de forma online através com transmissão ao vivo pelo Canal do Youtube, como de divulgação científica através de diversas técnicas, recursos, produtos e canais que se tornam relevantes para que a informação chegue à sociedade. Pode-se apontar ainda, como inovação jornalística na divulgação científica feita pelo NUMA, as diversas técnicas, recursos, produtos e canais que se tornam relevantes para que a notícia chegue ao público leigo. A seguir, apresentamos ao leitor, a narrativa utilizada na divulgação de trabalhos, como exame de qualificação; trabalho de conclusão; matéria veiculada na mídia; encontros de projetos de pesquisa e publicação em periódicos.

Figura 8: Divulgação de Banca de Defesa de Dissertação.

Defesa de Dissertação

ACORDOS DE PESCA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL DE GOVERNANÇA DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS EM PROL DO MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS: O caso de Limoeiro do Ajuru- PA

Suzi Carolina Moraes Rodrigues

Banca examinadora:

- Prof. Dr. André Cutrim Carvalho (presidente/orientador);
- Prof. Dr. Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes (PPGEDAM/UFGA);
- Prof. Dr. Eduardo José Monteiro da Costa (Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGGP/NAE/UFGA).

Dia 28/01/2021, às 15h30, por videoconferência
Transmissão em <https://bit.ly/39DNG49>

Suzi Carolina Moraes Rodrigues apresentará no dia 28 de janeiro de 2021, às 15h30, por videoconferência com transmissão ao vivo no endereço <https://bit.ly/39DNG49>, a sua pesquisa intitulada "ACORDOS DE PESCA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL DE GOVERNANÇA DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS EM PROL DO MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS: O caso de Limoeiro do Ajuru- PA", desenvolvida sob orientação acadêmica do Prof. Dr. André Cutrim Carvalho. A banca será composta ainda pelo Prof. Dr. Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes e Prof. Dr. Eduardo José Monteiro da Costa (Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGGP/NAE/UFGA).

Fonte:<http://ppgedam.propesp.ufpa.br/index.php/agenda/defesas/879-defesa-de-dissertacao-de-suzi-carolina-moraes-rodrigues>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

Figura 9: Divulgação de Exame de Qualificação.

Qualificação de Mestrado

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE AMBIENTAL DA ATIVIDADE PORTUÁRIA E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA VILA DE ITUPANEMA, BARCARENA, PARÁ

Igor Jorge Lobato da Costa

Banca examinadora:

- Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (presidente/orientador);
- Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Almeida Flores (PPGEDAM/UFGA);
- Prof. Dr. Leonardo Sousa dos Santos (Corpo de Bombeiros Militar do Pará - CBM/PA).

Dia 15/01/2021, às 8h20, por Videoconferência

Igor Jorge Lobato da Costa apresentará no dia 15 de janeiro de 2021, às 8h20, por videoconferência, a sua pesquisa intitulada "CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE AMBIENTAL DA ATIVIDADE PORTUÁRIA E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA VILA DE ITUPANEMA, BARCARENA, PARÁ", desenvolvida sob orientação acadêmica do Prof. Dr. Christian Nunes da Silva. A banca será composta ainda pela Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Almeida Flores e Prof. Dr. Leonardo Sousa dos Santos (Corpo de Bombeiros Militar do Pará - CBM/PA).

Fonte:<http://ppgedam.propesp.ufpa.br/index.php/agenda/qualificacao/878-qualificacao-de-mestrado-de-igor-jorge-lobato-da-costa-2>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

Percebe-se que o texto cita as principais informações sobre as bancas, onde disponibiliza o link para que o público possa acompanhar as pesquisas desenvolvida por discentes na Amazônia (Figura 9: pesquisa em Limoeiro do Ajuru-PA; Figura 10: pesquisa em Barcarena-PA).

Figura 10: Divulgação de uma entrevista pelo Prof.Dr. André Cutrim(NUMA) veiculada na mídia tradicional.



Fonte: <http://ppgedam.propesp.ufpa.br/index.php/impacto/noticias-insercao-social/840-amazonia-ja-perdeu-area-equivalente-a-6-cidades-do-rj-entre-2000-e-2018-sbt-brasil-24-09-20>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

Na figura 11, temos o exemplo de uma produção audiovisual – documentário – desenvolvido por um concludente do curso de Especialização em Gestão de Cidade e Sustentabilidade, do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), que vem acompanhado de uma matéria que descreve como a pesquisa, desenvolvida em Belém-PA, transformou-se em documentário e foi selecionada para o 19º Festival Nacional de Cinema Estudantil de Guaíba/Mostra Nacional e Internacional de Curtas e Longas-Metragens (Cine estudantil Guaíba/RS).

Figura 11: Divulgação do documentário produzido a partir da pesquisa no PROFIMA.



Fonte:

<https://www.numa.ufpa.br/index.php/noticias/421-documentario-sobre-sustentabilidade-produzido-no-profima-e-selecionado-em-festival-de-cinema-estudantil>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

Figura 12: Divulgação de evento coordenado por grupo de pesquisa do NUMA.



Fonte: <https://www.numa.ufpa.br/index.php/noticias/400-grupo-de-pesquisa-promove-circulos-de-dialogos-interdisciplinares-para-dialogar-com-a-sociedade>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

Na figura 12 temos o exemplo que como o NUMA, através de um de seus grupos de pesquisa, Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia- GEDAF, atuante no Baixo Tocantins-PA, sob a coordenação do Prof.Dr.Aquiles Simões(NUMA), expôs suas pesquisas e os desdobramentos possíveis vindos com a pandemia.

Figura 13: Divulgação de publicação diversa.



Fonte: <http://ppgedam.propesp.ufpa.br/index.php/pesquisa/noticias-pesquisa/26-publicacoes/868-pandemia-viral-pandemia-economica-fenzl-complexitas>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

Neste exemplo, que se refere à publicação diversa, consideramos uma publicação do Prof.Dr. Norbert Fenzl(NUMA) na Complexitas – Revista de Filosofia Temática, que não fala especificamente da Amazônia, mas fala sobre contexto socioeconômico a partir do fundamento neoliberal, mostrando que sem uma abordagem sistêmica, não se conseguirá tirar nenhuma lição sustentável nessa pandemia.

Figura 14: Material de divulgação para a ação social em tempos de pandemia



Fonte: <https://www.numa.ufpa.br/index.php/noticias/397-grupo-de-pesquisa-gedaf-desenvolvera-acao-social-em-comunidades-do-baixo-tocantins> . Acesso em 22 de janeiro de 2021.

Como outro exemplo de divulgação de pesquisas, o Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia (GEDAF), do NUMA, preparou uma ação social para as comunidades do Baixo Tocantins no sentido de mitigar os impactos da pandemia na região. Kits de higiene, informativo sobre o Coronavírus¹⁷ e um passo a passo, impresso¹⁸ e em vídeo, da elaboração do Filtro de Água de Baixo Custo¹⁹ foram elaborados pelo grupo de pesquisa com a colaboração da área de comunicação do NUMA. 653 famílias das comunidades do Cataiandeua Genipaúba, Acaraqui e Camurituba-Beira foram atendidas.

O informativo sobre o Coronavírus foi elaborado com o objetivo de levar informações importantes de prevenção e cuidados através de linguagem simples e ilustrações, de fácil entendimento para as comunidades. A cartilha e vídeo com o passo a passo da elaboração do Filtro de Água de Baixo Custo foi elaborado de forma didática para facilitar a compreensão do público não especializado, para que essas famílias tivessem uma alternativa de acesso à água potável e pudessem usá-la para beber ou cozinhar sem riscos à saúde.

Além desses gêneros jornalísticos, em plataformas tradicionais, o NUMA inovou no sentido de fazer um projeto de divulgação científica em multiformatos, impulsionados pela pandemia. A Rádio NUMA - Podcast, vídeos e imagens são as linguagens utilizadas para apresentar à sociedade as principais etapas dos trabalhos de conclusão de curso dos

¹⁷ Cartilha: cuidado com o coronavírus (COVID-19) (download)

¹⁸ Cartilha: filtro de água de baixo custo (download)

¹⁹ Vídeo: filtro de água de baixo custo (Youtube)

discentes vinculados aos programas de formação do NUMA. Os episódios do podcast são em torno de 4min com o foco nos objetivos e resultados das pesquisas dos discentes que impacta diretamente a vida das populações amazônicas.

Figura 15: Radio NUMA - Podcast, texto/imagem e vídeo.



Fonte: <https://anchor.fm/cianuma> e arquivo da CIA. Acessado em 23 de janeiro de 2021.

Para facilitar o acesso das pessoas que não têm aplicativo de áudio, cada episódio será transformado em formato de vídeo com a imagem do episódio e o áudio do podcast Radio NUMA, assim as pessoas podem receber e compartilhar o vídeo/áudio pelo WhatsApp, Youtube, Facebook demais redes sociais.

Outro formato de divulgação dos trabalhos será por imagem, chamada de "Em Resumo", é o próprio resumo da dissertação dos discentes que será colocado em um layout de imagem, para ficar mais fácil a leitura e/ou ser compartilhado nas redes sociais e grupos de conversas de aplicativos de celular.

Em todos os formatos tem o link para que o público possa aprofundar a leitura do trabalho, caso seja de seu interesse. A assessora de comunicação do NUMA, Beatriz Aviz, explica que "a ideia de utilizar os diversos formatos e linguagens é para que as pesquisas e seus resultados possam chegar as diversas comunidades que tem pouco acesso à internet ou que essas mídias possam consumir poucos dados móveis do público já que podem ser acessadas pelo celular ou computador". Embora ainda não tenha ocorrido a divulgação desse projeto de multiformatos, devido à tramites institucionais, o podcast já está disponível nas principais plataformas de streaming: Anchor, Spotify, Google Podcasts, Breaker, Overcast, Pocket Casts e RadioPublic. E, como pode ser observado na figura abaixo, os conteúdos iniciais já foram acessados por alguns usuários.

Figura 16: Acesso dos usuários aos conteúdos da Radio NUMA - Podcast.

| Name | Length | Plays | Ads | Date |
|---|--------|-------|-----|-----------------------|
| Untitled | 00:33 | 1 | 0 | Draft created 10/1/20 |
| Estudante do PPGEDAM produz glossário com informações sobre o cultivo e o... | 02:59 | 12 | 0 | Published on 12/23/20 |
| Os desafios para a gestão das reservas extrativistas marinhas da Amazônia: estud... | 02:46 | 27 | 0 | Published on 10/8/20 |
| O resgate da memória enquanto metodologia para a educação ambiental e... | 03:25 | 32 | 0 | Published on 9/27/20 |
| "Do cacau ao chocolate": contribuição do agroturismo ao desenvolvimento territoria... | 01:57 | 24 | 0 | Published on 9/24/20 |
| Gestão do Programa Municípios Verdes no combate ao desmatamento em Óbidos-P... | 01:55 | 28 | 0 | Published on 9/2/20 |

Fonte: <https://anchor.fm/cianuma>. Acesso em 23 de janeiro de 2021.

Além desse quantitativo, há também o quantitativo do acesso do Facebook, que, no período de 17 de março a 10 de fevereiro de 2021, teve um alcance de 107.992 mil visualizações. Isso demonstra que, além de produzir conhecimentos relacionados à Amazônia, o Numa também se firma como uma instituição de referência na pesquisa e divulgação científica. Até a finalização deste artigo, o setor responsável pelo número de acessos aos sites da UFPA não havia retornado para informar quantitativo de acessos aos sites do NUMA.

4. CONCLUSÕES

O ano de 2020 não foi fácil para a divulgação sobre ciência, mas por outro lado, viu-se que cientistas, como Atila Iamarino²⁰, atingir marcas dignas de celebridade²¹. Então, mesmo com o negacionismo, vindo por parte da população e endossado pelo governo federal, vimos que a ciência, seus pesquisadores e divulgadores tiveram suas vozes no centro. Divulgar a ciência, pesquisas e dar voz aos pesquisadores das universidades ganha mais destaque e mostra a sociedade o retorno dos recursos investidos nessas instituições. Não só isso, a divulgação da ciência permite enfrentar as controvérsias em torno da informação produzida pelas pesquisas e dirimir questões que o negacionismo explora não apenas como forma de discussão, mas como desinformação da opinião pública.

²⁰ Doutor em virologia, reconhecido por seu trabalho de divulgação científica no YouTube e outras plataformas digitais. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4735175Y6>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

²¹ 1,1 milhões de seguidores - <https://twitter.com/oatila> / 988mil seguidores - <https://www.instagram.com/oatila/> 1,33 milhões de seguidores – <https://www.youtube.com/channel/UCSTIOTcyUmzvhQi6F8IFi5>

Concluimos que a análise midiática dos sites NUMA e PPGEDAM atendem à característica de inovação jornalística, de acordo com Macedo e Martins (2020), pois mescla diversos recursos e formatos técnicos para divulgar assuntos diversos sobre continuidade na produção do conhecimento na Amazônia no período pandêmico. Esta perspectiva permite o diálogo com as múltiplas epistemes que estendem os estudos sobre a Amazônia por uma abordagem que discute a colonialidade do saber, onde destacamos, na divulgação científica do NUMA, o processo de decolonialidade do saber, uma vez que esta instituição universitária produz e divulga pesquisas da Amazônia para a Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karla Daniele. INTERAÇÃO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS E DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA. **Ao Pé da Letra**. V. 4, N. 1. 2002. Recife.

BUENO, Wilson da Costa. A Divulgação da Produção Científica no Brasil: A Visibilidade da Pesquisa nos Portais das Universidades Brasileiras. **Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, publicação. Nº 7. Paraná, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/viewFile/36340/22901>. Acessado em 09/02/2021.

CASTRO, Edna M. R.; CAMPOS, Índio. Formação socioeconômica da Amazônia. In: CASTRO, Edna M. R.; CAMPOS, Índio (orgs.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2015, pp. 15-36.

COSTA, Vânia Torres. Quando a imagem fala e o texto grita: reflexões sobre modos de narrar no jornalismo televisivo. **Revistas Culturais Midiáticas**, 2015.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2 ed.- Manaus: Editora Valer, 2007.

PAIVA, Raquel; CASTRO, Gisela G.S.; DE OLIVEIRA, Adriana L. Cidades na pandemia – São Paulo e Rio de Janeiro: comunicação, sociabilidade, vigilância e cidadania. In: **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 2020 out.-dez.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra-Portugal. Edições ALMEDINA. AS, 2009

MACEDO, Tarcísio; MARTINS, Elaíde. Em busca da inovação: os especiais multimídia para comunicar a ciência em uma instituição da Amazônia. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**. N.º 144, agosto - novembro 2020.



GT 08

Ao caminho de criar momentos pós-coloniais: Propondo uma dinâmica de intercâmbio de conhecimento rumo a uma Amazônia sustentável

PARA O III SIALAT

Regine Schöenberg 1

Claudia Pinzon 2

Rebecca Froese 3

Foster Brown⁴

Oliver Frör⁵

RESUMO

Cerca de 30 anos se passaram desde que a mudança climática e a perda da biodiversidade apareceram na agenda política global pela primeira vez. O conhecimento sobre estas questões cresceu consideravelmente desde os anos 80, mas o progresso no sentido de solucioná-las tem faltado em sua maioria. Em vez disso, a *violência lenta*, muitas vezes decorrente dos efeitos secundários da mudança climática, sua mitigação e mudança no uso da terra continua a se espalhar. O envolvimento das comunidades locais é considerado essencial para resolver estas crises, seja para implementar medidas ou para coletar dados. Devido à enorme distância entre pesquisadores, políticos e moradores locais, a comunicação adequada dentro de tais projetos é fundamental para o sucesso final. A nossa contribuição deve ser entendida como um apelo de troca de perspectiva e uma proposta para o estabelecimento de uma rede local-global de aprendizagem mútuo rumo a uma Amazônia sustentável.

Palavras-chaves: Amazônia, co-produção de conhecimento, sociedade civil, momentos pós-coloniais, pontos de ruptura

1. INTRODUÇÃO

Neste exato momento, possivelmente o ponto de ruptura para a transformação irreversível da maior floresta tropical em lenha e depois savana está sendo atravessado (Lapola et al. 2018, Lovejoy & Nobre 2019), ainda observamos uma falta de comunicação sem hierarquias entre a ciência e as detentores de conhecimento local . O lugar para construir

1 Projeto PRODIGY, Instituto de Estudos Latino Americanos (LAI), FU-Berlin, Alemanha. Email: regine.schoenberg@fu-berlin.de.

2 Projeto PRODIGY, Instituto de Estudos Latino Americanos (LAI), FU-Berlin, Alemanha. Email: claudia.cuellar@fu-berlin.de.

3 Projeto PRODIGY, Instituto de Ciências Ambientais, Universidade de Koblenz-Landau, Alemanha. Email: froese@uni-landau.de

4 Projeto PRODIGY, UFAC, Woodwell Climate Center, Brazil, fbrown@woodwellclimate.org,

5 Projeto PRODIGY, Instituto de Ciências Ambientais, Universidade de Koblenz-Landau, Alemanha. Email: froer@uni-landau.de

conjuntamente o conhecimento de transformação (Jahn et al. 2012) para enfrentar esses problemas deveria ser o lugar onde os problemas são produzidos, por um lado, e acumulados, por outro, no coração da Amazônia.

Conceitos como mudança climática ou biodiversidade nasceram e foram refinados em fóruns globais (Wilson, 1988, 1992; Piechocki 2007, Radkau 2011). Os respectivos discursos estão sendo negociados entre políticos, cientistas e, geralmente, segmentos altamente educados da sociedade civil. A organização de cadeias de causas e efeitos nesses conceitos permanece muitas vezes alienados do conhecimento, da imaginação e das lógicas locais. Entretanto, quando se trata da implementação de políticas derivadas das respectivas convenções e acordos globais, como estratégias de preservação, adaptação e mitigação, de repente surge o desejo de conectar ao conhecimento e às experiências locais. Isto vem acompanhado com a desafiadora tarefa de preencher a lacuna comunicativa entre os diferentes sistemas de conhecimento.

Com relação à comunicação científica transdisciplinar, não lidamos com uma “lacuna” comunicativa, mas com toda uma cascata de barreiras tangíveis na aproximação “do local” (Schönenberg, et al. 2017, Verran 2002, O’Lear 2015). Isso começa com as questões de pesquisa que tradicionalmente têm que se encaixar na lógica de uma chamada que garante o financiamento do respectivo projeto de pesquisa. A chamada é originada de linhas de pesquisa ligadas a iniciativas globais, por exemplo, o Acordo Climático de Paris, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) ou um consenso de que a humanidade precisa conhecer os pontos de ruptura vitais para seu declínio. Dentro dessas presunções e de algumas palavras-chave, como “interdisciplinaridade”, “transdisciplinaridade” e “co-produção de conhecimento” o projeto está sendo elaborado - no melhor de tudo casos em conjunto com parceiros científicos locais (que também estudaram frequentemente em universidades ocidentais) e com a ajuda de um ou dois oficinas locais de partes interessadas. No mais tardar agora, torna-se óbvio que a verdadeira co-produção exigiria muito mais tempo, porque as barreiras coloniais, culturais, filosóficas, espaciais, temporais e, lingüísticas têm que ser superadas. Sim, muitos cientistas querem se comunicar a nível ocular, e às vezes se vislumbram conexões subjacentes desconhecidas para nós através de algumas observações de habitantes da região de pesquisa. Mas raramente há tempo para perseguir isto, a oficina acabou e a pressão para publicar está em curso. Portanto, pensamos, não temos tempo para mais debates e, de fato, poupar tempo neste ponto leva diretamente ao beco sem saída, onde todo nosso conhecimento agora ensopa enquanto a floresta tropical arde para criar gado e cultivar ração para suínos. Neste artigo, apresentaremos uma idéia de como poderíamos mudar isso através da criação de espaços de diálogo não-hierárquicos de aprendizagem mútua.

2. QUADRO TEÓRICO

De acordo com Hulme (2018:335), argumentamos que devemos parar de acelerar o fluxo de novas propostas para a solução de problemas conhecidos e perguntar por que as tentativas anteriores falharam e, em vez disso, buscar uma compreensão mais profunda da perpetuação de estilos de vida insustentáveis e sua superação. *“The challenge of responding to climate change is to turn our gaze away from making firmer, newer, or more integrated scientific knowledge and instead to ask why enacting directed change is so hard to accomplish. It is less about asserting firmer facts about the world or constructing less uncertain projections of the future. Rather, it is more about cultivating appropriate public spheres of contestation and deliberation about multiple and diverging worldviews, beliefs, and value systems.”* Hulme nos lembra os poderes limitados da agência humana devido à alta complexidade dos sistemas climáticos e sociais e às incertezas sem limites. Hulme traça a arquitetura da governança climática e cita um chamado para integrar as perspectivas dos sistemas de conhecimento

locais em suas análises em um relatório publicado em 2012, um chamado da comunidade científica para os formuladores de políticas. Segundo ele, a fusão do conhecimento científico baseado em métodos e do conhecimento local holístico pode resultar no fechamento das lacunas de conhecimento em falta - apesar das diferentes visões do mundo. Mas como se pode conseguir tal fusão? Será provavelmente mais do que uma lacuna comunicativa, devido "ao problema de que as difíceis dimensões normativas da relação entre conhecimento, valores e ação não foram suficientemente atendidas" (2018:334). Este é exatamente o caminho que gostaríamos de seguir.

Várias abordagens para preencher a lacuna de comunicação a partir de diferentes perspectivas estão disponíveis, como brilhantemente compilado por del Mar Delgado-Serrano et al. (2017). Entretanto, Verran (2002) trabalho sobre momentos pós-coloniais pode ser a descrição mais poderosa da mudança necessária de paradigmas. Ela descreve um encontro entre cientistas ocidentais e proprietários de terras aborígenes no decorrer de um workshop sobre regimes de incêndio, o que acabou levando a uma cristalização da consciência em relação às várias formas de preconceito sobre a folclorização do conhecimento local. Verran descreve como o processo de decisão dos aborígenes para descobrir onde e quando queimar parecia arbitrário para a racionalidade ocidental e foi recebido com incompreensão e ignorância. O que seria necessário para fomentar a compreensão mútua e o interesse pela construção discursiva do mundo de cada um seria tempo suficiente para a aproximação mútua e o diálogo em direção a momentos pós-coloniais de compreensão.

Partimos do pressuposto de que a criação de um nível comunicativo eficaz entre diferentes sistemas de conhecimento é um desafio extraordinário. Mesmo na presença de condições favoráveis, como um interesse genuíno no conhecimento tradicional e indígena, continua sendo difícil encontrar um ponto de referência para um intercâmbio não-hierárquico. O conceito do momento pós-colonial oferece a prática de identificação com um objetivo comum que leva à generalização de práticas comparáveis para alcançar este objetivo. A tensão remanescente na construção da mesma pode ser superada pela narração de exemplos práticos que se enquadrem nas generalizações, apoiados pelo respeito mútuo pelas diferenças. É exatamente aqui que localizamos a possibilidade de teorizar conjuntamente, apontando diferenças e nomeando semelhanças. Enquanto os acadêmicos ocidentais que trabalham no Sul Global muitas vezes se encontram no campo das tradições coloniais, a busca de momentos pós-coloniais oferece a chance de romper as relações tradicionais de poder e realocar a gestão de processos. Esta última aumenta as opções de cooperação, respeitando as diferenças e reconhecendo o passado colonial. Resumindo, a idéia de um momento pós-colonial aponta para possibilidades de confiança num senso comum de certeza incorporada na prática; nas palavras de Verran (2002:757), "um ponto de partida para a troca de conhecimento não hierárquico entre diferentes sistemas de conhecimento". Assim, a procura por momentos pós-coloniais pode levar a uma atitude precisa para iniciar o diálogo necessário.

Ademais há outra leitura do "colonial" que vai além do discurso pós-colonial e aceita que nações, estados e comunidades, assim como corpos e identidades, estão engajados como ainda colonizados e resistindo ao encontro colonial. Este discurso anticolonial vai além do momento pós-colonial porque envolve o reconhecimento das estruturas coloniais ainda existentes e, ao tornar visíveis as interconexões desiguais de poder, oferece a possibilidade aos sujeitos colonizados e marginalizados de projetar seus próprios futuros (Simmons & Sefa Dei 2012:67-68).

3. APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA PRÁTICA E DISCUSSÃO

Nós propomos os seguintes passos práticos no caminho em direção alianças ativas entre a academia e a sociedade civil indígena e não indígena no nível local com parcerias globais - pois, falamos de redes *glocais*:

1º passo Estabelecimento de uma estrutura conceitual glocal para a co-produção e intercâmbio de conhecimentos não hierárquicos, interculturais, inter- e transdisciplinares numa base participativa em relação ao conteúdo e à forma; contribuindo e construindo sobre estruturas existentes e referindo-se às experiências e cooperações existentes.

2º passo Estabelecimento e credenciamento de um curso interdisciplinar de pós-graduação por enquanto virtual sobre mitigação da mudança climática e perda de biodiversidade, de uma perspectiva de baixo para cima, nas universidades e institutos de pesquisa da Amazônia.

3º passo Trabalho em rede com instituições de pesquisa similares (IIAP, INPA, NAEA, MPEG, ICJ, IPAM etc.) na região Amazônica e mais além ; trabalho em rede com redes da sociedade civil (e.g. A iniciativa MAP/Mini-MAPs, Amazônia Centro do Mundo, Concertação da Amazônia etc.) e com associações econômicas e de desenvolvimento, visando o diálogo intersetorial numa localidade local.

4º passo Estabelecimento de uma estrutura de intercâmbio regular para pesquisadores seniores e juniores, assim como para detentores de conhecimento local ao longo das cooperações existentes entre Alemanha, Brasil, Peru, Bolívia e outros países da Pan-Amazônia.

5º passo Desenvolvimento de publicações científicas conjuntas , seminários virtuais e outros formatos de publicação para um público geral , tais como podcasts, policy-briefs, material educativo para as escolas para garantir a comunicação e o diálogo sobre a mudança climática e a perda da biodiversidade em todas as formas possíveis.

A partir deste processo, pretendemos trabalhar no seguinte ciclo de aprendizagem (veja o gráfico 1) **rumo a uma Amazônia sustentável** na base de cooperação transdisciplinar virtual e no mundo real:

- **Diálogo com múltiplos atores** sobre temas relevantes comuns, p.ex. mudança de valores culturais e os seus impactos sobre o uso da terra;
- **Mediação de conflitos**: p.ex. conflitos de uso da terra, invasões em áreas protegidas, desrespeito às terras indígenas; a criminalização de áreas rurais por guerras de gangues;
- **Tópicos transdisciplinares de pesquisa**: p.ex. abordagens para a desaceleração dos pontos de ruptura relacionados ao clima e à biodiversidade; potenciais e limitações dos mercados produtos florestais não madeireiros locais e globais como instrumentos de mitigação;
- **Qualificação**: Mestrado e doutorado com perfis inter e transdisciplinares para o enfrentamento de problemas complexos nos contextos da mudança climática e da perda de biodiversidade em todas as escalas;
- **Desenvolvimento de futuros comuns**: Acompanhamento do desenvolvimento de cenários participativos e modelagem relacionada em escalas locais, regionais e globais;
- **Insumos de conhecimento** para ações urgentes: grilagem, seca, enchentes, incêndios, gestão de risco.

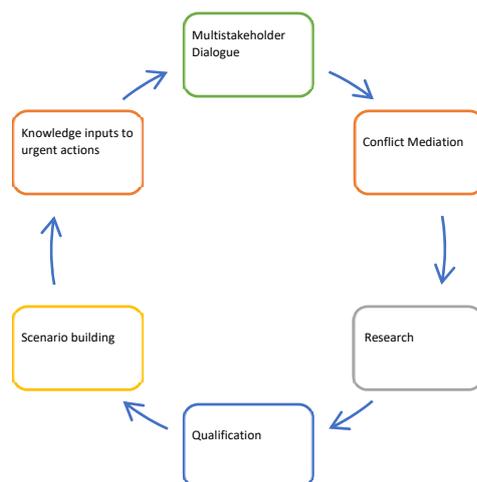


Figure 1 Ciclo de Aprendizagem

Os próximos passos seria a análise de possíveis aliados e financiadores que apoiam o projeto para mover os debates e decisões sobre a continuidade de nossos sistemas de suporte de vida do planeta dos centros globais para as periferias das pessoas afetadas pelos impactos da mudança climática, por exemplo. A ideia de mudar a perspectiva quando pensamos soluções inclui a de-ierarquização do diálogo e a desconstrução de conceitos técnico-científicos (O’Lear 2016).

CONCLUSÕES

Identificamos tanto o discurso anti-colonial quanto os momentos pós-coloniais como elementos que abrem o espaço para a formação de um corpo ampliado de conhecimento. Este corpo é integrado a partir de conhecimentos locais e ancestrais que muitas vezes não têm sido levados em conta com profundidade (Simmons & Sefa Dei 2012:72). Por esta razão, nosso objetivo é criar estruturas de comunicação e ensino que apoiem o processo de preenchimento destas lacunas de conhecimento ou tornem visível o conhecimento já existente. Para poder superar a cascata de barreiras tangíveis na aproximação "do local" precisamos de espaços institucionalizados e não hierárquicos de diálogo que prevejam e permitam a co-produção de conhecimento de baixo para cima em todas as escalas. Para isso, tempo, dinheiro e recursos humanos devem ser incluídos nas fases de formulação e implementação de todos os projetos. O tempo e o dinheiro que se pensa economizar nestas atividades acabará custando muitas vezes mais depois.

REFERÊNCIAS

- del Mar Delgado-Serrano, M., Mistry, J., Matzdorf, B., Leclerc, G., 2017. Community-based management of environmental challenges in Latin America and the Caribbean. *Ecology & Society* 22.
- Hulme, M., 2018. "Gaps" in climate change knowledge: Do they exist? Can they be filled? *Environmental Humanities* 10, 330-337.
- Jahn, T., Bergmann, M., Keil, F., 2012. Transdisciplinarity: Between mainstreaming and marginalization. *Ecological Economics* 79, 1-10.

- O'Lear, S., 2016. Climate science and slow violence: A view from political geography and STS on mobilizing technoscientific ontologies of climate change. *Political Geography* 52, 4-13.
- Piechocki, R., 2007. "Biodiversität" - Zur Entstehung und Tragweite eines neuen Schlüsselbegriffs. In: Potthast, Thomas (Bearb.): *Biodiversität - Schlüsselbegriff des Naturschutzes im 21. Jahrhundert*. (Naturschutz und Biologische Vielfalt, 48). Bonn: Bundesamt für Naturschutz, 11-24.
- Nixon, R., 2011. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Harvard University Press.
- Radkau, J., 2011. *Die Ära der Ökologie*, Beck, München
- Schönenberg, R. 2019. Collateral Damage of Global Governance on the Local Level: An Analysis of Fragmented International Regimes in the Brazilian Amazon, in: Abel Polese Alessandra Russo • Francesco Strazzari eds. *Governance Beyond the Law. The Immoral, The Illegal, The Criminal*, Palgrave
- Schönenberg, R. et al., 2017. Experiences of inter- and transdisciplinary research – a trajectory of knowledge integration within a large research consortium; *Erdkunde* 71(3):177-193;
DOI: 10.3112/erdkunde.2017.03.02
- Simmons, Marlon; Sefa Dei, George J., 2012. Reframing anti-colonial theory for the diasporic context; *Postcolonial Directions in Education*, 1 (1), 67-99.
- Verran, H., 2002. A postcolonial moment in science studies: alternative firing regimes of environmental scientists and aboriginal landowners. *Social Studies of Science* 32, 729-762.
- Wilson, E. O., 1988, (Hg.): *Biodiversity*. Washington: National Academy Press.